Caderno Judiciário do Tribunal Superior do Trabalho

DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº3402/2022 **Data da disponibilização: Sexta-feira, 28 de Janeiro de 2022.** **DEJT Nacional**

Tribunal Superior do Trabalho

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Presidente

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Vice-Presidente

Ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga
Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 8 - Lote 1
Zona Cívico-Administrativa
Brasília/DF
CEP: 70070943

Telefone(s) : (61) 3043-4300

Presidência
Decisão Monocrática

Processo Nº DCG-1000012-06.2022.5.00.0000

Relator	MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
SUSCITANTE	FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A.
ADVOGADO	FABIO SANTOS CALEGARI(OAB: 188024/SP)
SUSCITADO	STI DE ENERGIA ELETRICA DO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE
ADVOGADO	FRANCISCO JOSE EMIDIO NARDIELLO(OAB: 23946/SP)
SUSCITADO	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE ENERGIA DO RIO DE JANEIRO E REGIAO - SINTERGIA/RJ
ADVOGADO	FRANCISCO JOSE EMIDIO NARDIELLO(OAB: 23946/SP)
SUSCITADO	SIND DOS TRAB NA IND DE ENERGIA ELETRICA DE CAMPINAS
ADVOGADO	NILSON ROBERTO LUCILIO(OAB: 82048/SP)
SUSCITADO	SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DE ENERGIA ELETRICA NOS MUNICIPIOS DE PARATI E ANGRA DOS REIS
SUSCITADO	SIND DOS TRAB NA IND URB NAS ATIV DE MEIO AMB NOS ENT DE FISC E REG DE SERV DE ENERG ELET SAN GAS E MEIO AMB NO DF
SUSCITADO	SIND TRAB EMP PROD TRANS DIST EN EL FON HID TER ALT FI
ADVOGADO	GUSTAVO DOS SANTOS SILVA(OAB: 452717/SP)
SUSCITADO	SINDICATO TRAB CON ENERG ELET E ALTERN DE LOND E REGIAO
ADVOGADO	FRANCISCO JOSE EMIDIO NARDIELLO(OAB: 23946/SP)
SUSCITADO	SINDICATO DOS ELETRICITARIOS DE FURNAS E DME
ADVOGADO	FRANCISCO JOSE EMIDIO NARDIELLO(OAB: 23946/SP)
SUSCITADO	SIND DOS TRAB NAS INDUSTRIAS DA ENERGIA ELETR SAO PAULO
ADVOGADO	FRANCISCO JOSE EMIDIO NARDIELLO(OAB: 23946/SP)
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
ASSISTENTE	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA
ADVOGADO	RODRIGO LEITE MOREIRA(OAB: 103827/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-DCG-1000012-06.2022.5.00.0000

SUSCITANTE: **FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A.**

ADVOGADO: Dr. FABIO SANTOS CALEGARI

SUSCITADO: **STI DE ENERGIA ELETRICA DO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE**

ADVOGADO: Dr. FRANCISCO JOSE EMIDIO NARDIELLO

SUSCITADO: **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE ENERGIA DO RIO DE JANEIRO E REGIAO - SINTERGIA/RJ**

ADVOGADO: Dr. FRANCISCO JOSE EMIDIO NARDIELLO

SUSCITADO: **SIND DOS TRAB NA IND DE ENERGIA ELETRICA DE CAMPINAS**

ADVOGADO: Dr. NILSON ROBERTO LUCILIO

SUSCITADO: **SIND TRAB EMP PROD TRANS DIST EN EL FON HID TER ALT FI**

ADVOGADO: Dr. GUSTAVO DOS SANTOS SILVA

SUSCITADO: **SINDICATO TRAB CON ENERG ELET E ALTERN DE LOND E REGIAO**

ADVOGADO: Dr. FRANCISCO JOSE EMIDIO NARDIELLO

SUSCITADO: **SINDICATO DOS ELETRICITARIOS DE FURNAS E DME**

ADVOGADO: Dr. FRANCISCO JOSE EMIDIO NARDIELLO

SUSCITADO: **SIND DOS TRAB NAS INDUSTRIAS DA ENERGIA ELETR SAO PAULO**

ADVOGADO: Dr. FRANCISCO JOSE EMIDIO NARDIELLO

SUSCITADO: **SIND DOS TRAB NA IND URB NAS ATIV DE MEIO AMB NOS ENT DE FISC E REG DE SERV DE ENERG ELET SAN GAS E MEIO AMB NO DF**

SUSCITADO: **SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DE ENERGIA ELETRICA NOS MUNICIPIOS DE PARATI E ANGRA DOS REIS**

rss

D E C I S Ã O

Em petição de ID. e06e3f7, entidades sindicais profissionais postulam a suspensão de decisões liminares proferidas em Ações Possessórias.

Os Suscitados alegam que, nas Ações Possessórias, a Suscitante apresentou os mesmos argumentos e documentos examinados no presente Dissídio Coletivo. Alegam que a Suscitante "(...) *pretende, em razão de seu mero inconformismo, reformar/reexaminar a decisão de id: e90ceef, mediante a avaliação dos magistrados de 1ª grau, aos quais não compete a reforma das decisões desta Corte, proferidas em sede de dissídio coletivo de greve.*" (pág. 4).

Os autos foram encaminhados à Presidência do Eg. TST, com fundamento no art. 41, XXX, do RITST.

Decido.

Na referida petição, os sindicatos profissionais apresentam pedido de tutela de urgência.

Como se sabe, o art. 300 do CPC/2015 estabelece que "*a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.*".

Verifico que os Suscitados não apresentam articulação específica sobre a probabilidade do direito alegado, o que já seria suficiente para indeferir, de plano, o requerimento.

Ademais, **não há qualquer relação de prejudicialidade entre o presente Dissídio Coletivo de Greve e eventuais Ações Possessórias ajuizadas pelo empregador, porquanto os bens jurídicos tutelados são diversos**.

Como já decidido pela C. SBDI-II desta Corte Superior, "(...)*ainda que a causa de pedir se encontre vinculada ao exercício do direito degreve, ointerditoproibitório, ação civil de caráter possessório, não se confunde com odissídio coletivode natureza econômica ou degreve* (...)" (RO-664-46.2015.5.05.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 3/9/2021).

Mutatis mutandis, cito julgados da C. SDC que evidenciam não haver relação de prejudicialidade entre Ações Possessórias e Dissídio Coletivo de Greve:

"RECURSO ORDINÁRIO. DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE E ECONÔMICO. (...) 3. ABUSIVIDADE DA GREVE. Não se evidenciam, nos autos, elementos os quais conduzam à ilação de que a conduta dos trabalhadores grevistas ou da liderança do sindicato profissional tivesse se mostrado em total dissonância às determinações do art. 6º da Lei nº 7.783/1989. De outro lado, **os interditos proibitórios detêm caráter preventivo e, nos dissídios coletivos de greve, visam coibir supostas práticas antissociais, devendo ser valorados com ressalvas, no concernente à questão ora discutida**. (...)" (RO-707-13.2016.5.17.0000, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 15/12/2017 - destaquei).

"RECURSO ORDINÁRIO. DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE. ABUSIVIDADE DO MOVIMENTO RECONHECIDA PELO TRIBUNAL REGIONAL. CERCEAMENTO DO DIREITO DE IR E VIR. PAGAMENTO INDEVIDO . **É certo que a liminar concedida na Ação de Interdito Proibitório não poderia constituir prova robusta à comprovação da abusividade do movimento grevista**. Faltariam, pois, o contraditório e a percuciente análise da moldura probatória, ainda naquele juízo, para que a decisão ali proferida pudesse ter valor de maior convicção neste processo. **A liminar ali deferida pode servir, todavia, de indício**. No caso concreto, a liminar agrega-se aos próprios termos da defesa, para formar a convicção acerca da ocorrência do fato ilícito. Note-se que não houve impugnação específica quanto à alegação de que os líderes do movimento haviam fechado todos os acessos da sede do IPA, impedindo a entrada de funcionários, da população em geral e de veículos no dia 18/10/2011. O Suscitado apenas alegou que o ajuizamento da Ação de Interdito Proibitório consistiu medida antissindical, deixando intacta a existência do fato alegado, que, por seu turno, vai de encontro com o que preconiza o art. 6.º da Lei n.º 7.783/89. Mantido, por esse fundamento, o entendimento segundo o qual a greve deflagrada é abusiva, não há de se questionar acerca do pagamento de salários, em conformidade com a diretriz consagrada na Orientação Jurisprudencial n.º 10 desta Seção Especializada. Recurso a que se nega provimento " (RO-2329-12.2011.5.06.0000, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, DEJT 22/2/2013 -

destaquei).

Nas decisões de ID. 52f87b1, de ID. 0e17351, de ID. adc611c e de ID. e90ceef, a Presidência desta Corte Superior não proferiu qualquer determinação sobre a tutela da posse da empregadora sobre seus bens, mas apenas definiu "(...) *que os Suscitados mantenham em atividade o contingente mínimo de 80% (oitenta por cento) dos trabalhadores, em cada setor/unidade da Suscitante* (...)" (ID. 52f87b1, pág. 4).
Essa determinação não guarda pertinência direta com a defesa da posse da empregadora sobre seus bens. Nesse sentido, cito julgado da C. 8ª Turma do TST, de minha relatoria:

"RECURSO DE REVISTA - PRELIMINAR DE NULIDADE - AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO PREVENTIVO - DIREITO DE GREVE - INCOMPETÊNCIA FUNCIONAL DO JUÍZO DE 1º GRAU - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL 1. Nos termos do art. 114, II, da Constituição e da Súmula Vinculante nº 23 do STF, insere-se na competência originária das Varas do Trabalho julgar o Interdito Proibitório se a causa de pedir decorrer de movimento grevista, na medida em que se trata de ação civil de natureza possessória, conforme ao art. 932 do CPC (art. 567 do NCPC), e não de dissídio coletivo de natureza econômica ou de greve, em que a Justiça do Trabalho exerce o poder normativo, de competência originária dos Tribunais Regionais, nos termos do art. 678, I, "a", da CLT. 2. **A determinação para assegurar um percentual mínimo de ônibus em circulação durante o período de greve, sob pena de multa diária, é matéria de dissídio de greve, de competência dos Tribunais, e extrapola a natureza do Interdito Proibitório, cujo escopo é a proteção da posse**, de direito real do autor, a fim de impedir que seja molestada. Jugados. Recurso de Revista conhecido e provido" (RR-5066-95.2010.5.12.0051, 8ª Turma, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 10/3/2017 - destaquei).

Com fundamento na jurisprudência pacífica desta Corte Superior, reitero que não há relação de prejudicialidade entre as decisões da Presidência do Eg. TST - que tratam do exercício do direito de greve dos trabalhadores - e as decisões proferidas nas Ações Possessórias (ID. 2e6df43 e ID. 7e60a29) - que tratam da tutela da posse da empregadora sobre seus bens.
Os Interditos Possessórios são ações de competência funcional de Juízo de Vara do Trabalho que, no contexto de greve, têm como finalidade a tutela da posse da empregadora sobre seus bens, de modo que não se confundem com Dissídios Coletivos. Julgados:

"RECURSO ORDINÁRIO EM INTERDITO PROIBITÓRIO. AJUIZAMENTO PERANTE O TRT. PETROBRÁS. GREVE. ESBULHO. POLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI-BA. AÇÃO POSSESSÓRIA. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. 1. Cuida-se de recurso ordinário em ação de interdito proibitório, proposta perante o TRT, em que se postula a desobstrução de "todas as áreas administrativas e de produção localizadas no Estado da Bahia, especialmente a Fabrica de Fertilizantes Nitrogenados - FAFEN-BA", em razão dos eventos ocorridos em julho de 2015. 2. A competência funcional desta Subseção II Especializada em Dissídios Individuais para o exame do presente recurso ordinário decorre das regras insertas no art. 3º, III, "a", da Lei 7.701/88 c/c o art. 78, III, "c", I, do RITST, nas quais previsto, com idêntica redação, o exame dos "recursos ordinários interpostos contra decisões dos Tribunais Regionais em processos de dissídios individuais de sua competência originária." **Ainda que a causa de pedir se encontre vinculada ao exercício do direito de greve, o interdito proibitório, ação civil de caráter possessório, não se confunde com o dissídio coletivo de natureza econômica ou de greve, não se justificando o seu ajuizamento diretamente perante os TRTs, na linha da pacífica e reiterada jurisprudência desta Corte**. Por essa mesma e significativa razão, não se estabelece a competência funcional da Seção de Dissídios Coletivos deste TST para o exame do presente recurso ordinário, segundo se extrai dos arts. 2º, "a" a "c", da Lei 7.701/88, 5º, II, 22, I, ambos da CF e 77, II, do RITST. De fato, ao lado da previsão inserta nas normas jurídicas citadas, **em se cuidando de ação civil de natureza possessória, ainda que motivada por conflito de natureza coletiva, seu exame não se inscreve na competência originária dos TRTs, impondo-se o reconhecimento da competência funcional do Juízo de primeiro grau**, com a consequente determinação de retorno dos autos à Corte Regional, para que sejam adotadas as providências necessárias para a distribuição do feito na primeira instância, reservando-se ao juízo natural competente para o qual for distribuída a presente ação a análise da extensão dos efeitos da nulidade advinda da incompetência ora reconhecida (art. 64, § 4º, do CPC de 2015 c/c o art. 769 da CLT), bem como da eventual perda superveniente do interesse processual. Recurso ordinário conhecido, com incompetência funcional originária do TRT reconhecida de ofício. Recurso ordinário conhecido, com incompetência funcional originária do TRT reconhecida de ofício" (RO-664-46.2015.5.05.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 3/9/2021 - destaquei).

"INTERDITO PROIBITÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR DE MANUTENÇÃO DE POSSE. COMPETÊNCIA FUNCIONAL DAS VARAS DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL LIGADA À DEFESA DA POSSE. 1. Nos termos do art. 114, II, da Constituição Federal e da Súmula Vinculante nº 23 do STF, inscreve-se na competência originária das Varas do Trabalho julgar interdito proibitório cuja causa de pedir decorra de movimento grevista, ou seja, com o fim de garantir o livre acesso de funcionários e clientes a agências bancárias durante período de greve, na medida em que se trata de ação civil de natureza possessória, e não de dissídio coletivo de natureza econômica ou de greve, em que a Justiça do Trabalho exerce o Poder Normativo. 2. O acórdão regional divergiu dessa orientação ao declinar de sua competência recursal e determinar a remessa dos autos à Seção de Dissídios Coletivos do TST, órgão jurisdicional ao qual não foi outorgada constitucionalmente a competência originária para julgar ação possessória. Determinação de retorno dos autos ao TRT da 10ª Região para prosseguir no julgamento do recurso ordinário interposto pela entidade sindical" (Pet-5473-59.2011.5.00.0000, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 30/9/2011).

O exame das alegações da empresa no Dissídio Coletivo, notadamente à luz de decisão que não versa sobre a tutela da posse da empresa, não vincula o exame das alegações da empresa no âmbito de uma Ação Possessória.
Por fim, transcrevo a parte dispositiva das decisões proferidas nas Ações Possessórias, no pertinente:

Face ao exposto, DEFIRO PARCIALMENTE a tutela de urgência requerida por FURNAS em face de SINDIENERGIA-SP, com efeitos restritos aos estabelecimentos da parte autora localizados em Mogi das Cruzes (Av. Francisco Rodrigues Filho, 3501, Vila Suissa; e Rua Brasílio de Araújo - SP 39 - Km 5, sem número, Quatinga) determinando (art. 567 do CPC):
1. A expedição de mandado para citação e intimação formal do Sindicato para: a) **abster-se de praticar atos que dificultem o acesso de funcionários (próprios ou terceirizados) aos estabelecimentos acima indicados**, sob pena de multa diária de R$ 25.000,00 por dia e estabelecimento (arts. 77, IV, e 300 do CPC); b) apresentar defesa no prazo de até 15 dias, especificando as provas que pretende produzir, sob pena de preclusão (art. 564 do CPC). (ID. 7e60a29 - destaquei)

Ante o exposto, defiro, o pedido liminar para determinar a expedição de mandado proibitório em face do SINDEFURNAS - SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE FURNAS E DME, a ser cumprido na pessoa de seu representante legal, **determinando que se abstenha da prática de atos que dificultem ou impeçam a entrada de empregados da autora**, assegurando o livre exercício profissional dos empregados da autora ou coloquem em risco a manutenção de atividade essencial exercida pela autora: geração, transmissão e distribuição de eletricidade, em especial se abstenha de efetuar o fechamento das localidades conhecidas como: SUBESTAÇÃO DE BANDEIRANTES, USINA DE CORUMBÁ, SUBESTAÇÃO DE BARRO ALTO, SUBESTAÇÃO DE NIQUELÂNDIA, SUBESTAÇÃO DE RIO VERDE. (ID. 2e6df43 - destaquei)

As determinações dos Juízos das Varas do Trabalho, além de não versarem sobre a decisão proferida pela Presidência do Eg. TST no presente Dissídio Coletivo de Greve, estão em completa sintonia com o art. 6º da Lei nº 7.783/1989, sobretudo com seu § 3º, *in verbis*:

Art. 6º São assegurados aos grevistas, dentre outros direitos:
I - o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os trabalhadores a aderirem à greve;
II - a arrecadação de fundos e a livre divulgação do movimento.
§ 1º Em nenhuma hipótese, os meios adotados por empregados e empregadores poderão violar ou constranger os direitos e garantias fundamentais de outrem.
§ 3º As manifestações e atos de persuasão utilizados pelos grevistas não poderão impedir o acesso ao trabalho nem causar ameaça ou dano à propriedade ou pessoa.

Como se verifica da literalidade do § 3º do art. 6º da Lei nº 7.783/1989, é proibida a conduta no âmbito da greve no sentido de impedir o acesso ao trabalho dos empregados que optarem por não aderir ao movimento.
Sob qualquer perspectiva, não há como deferir o pedido dos sindicatos profissionais.
Ante o exposto, **indefiro** o pedido.
Oficie-se à 18ª Vara do Trabalho de Goiânia/GO, à 3ª Vara do Trabalho de Mogi das Cruzes/SP e à 1ª Vara do Trabalho de Londrina/PR.
Publique-se.
Brasí-lia, 27 de janeiro de 2022.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AR-1000048-48.2022.5.00.0000

Relator	MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AUTOR	ORLANDO GONCALVES DA SILVA
ADVOGADO	ANA PAULA DE OLIVEIRA FERREIRA(OAB: 309271/SP)
ADVOGADO	SILVIA MARIA DE OLIVEIRA PINTO(OAB: 240543/SP)
RÉU	MUNICIPIO DE SAO PAULO
RÉU	QUALITECNICA EMPRESA NACIONAL DE SERVICOS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ORLANDO GONCALVES DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-AR-1000048-48.2022.5.00.0000

AUTOR: **ORLANDO GONCALVES DA SILVA**

ADVOGADA: Dra. ANA PAULA DE OLIVEIRA FERREIRA

ADVOGADA: Dra. SILVIA MARIA DE OLIVEIRA PINTO

RÉU: **MUNICIPIO DE SAO PAULO**

RÉU: **QUALITECNICA EMPRESA NACIONAL DE SERVICOS LTDA**

rss

D E S P A C H O

Trata-se de Ação Rescisória ajuizada por Orlando Gonçalves da Silva, com pedido de rescisão de acórdão do Eg. TST.

Os autos foram remetidos à Presidência desta Corte Superior.

Examino.

Não há pedido de tutela de urgência que justifique decisão com fundamento no art. 41, XXX, do RITST, razão pela qual o presente feito deve ser distribuído no âmbito da C. SBDI-II (art. 78, III, “a”, do RITST).

Transcorridas as férias previstas no art. 11 do RITST, encaminhem-se os autos à SEGJUD para distribuição, na forma regimental.

Publique-se.

BrasÍ-lia, 28 de janeiro de 2022.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº DCG-1000024-20.2022.5.00.0000

Relator	MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
SUSCITANTE	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA
ADVOGADO	JULIANA MESSIAS STAMBOWSKY(OAB: 182461/RJ)
ADVOGADO	RODRIGO LEITE MOREIRA(OAB: 103827/RJ)
SUSCITADO	SINDICATO DOS ADMINISTRADORES NO EST DO RIO DE JANEIRO
SUSCITADO	SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUSCITADO	ASSOCIACAO DOS EMPREGADOS DA ELETROBRAS
ADVOGADO	PRISCILLA DA ROCHA ARRUDA(OAB: 144763/RJ)
SUSCITADO	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE ENERGIA DO RIO DE JANEIRO E REGIAO - SINTERGIA/RJ
ADVOGADO	PRISCILLA DA ROCHA ARRUDA(OAB: 144763/RJ)
SUSCITADO	SINDICATO DAS SECRETARIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUSCITADO	STI DE ENERGIA ELETRICA DO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE
ADVOGADO	PRISCILLA DA ROCHA ARRUDA(OAB: 144763/RJ)
SUSCITADO	SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DE ENERGIA ELETRICA NOS MUNICIPIOS DE PARATI E ANGRA DOS REIS
ADVOGADO	PRISCILLA DA ROCHA ARRUDA(OAB: 144763/RJ)
SUSCITADO	FEDERACAO NACIONAL TRABALHADORES INDUSTRIAS URBANAS
SUSCITADO	FEDERACAO NACIONAL DOS ENGENHEIROS
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-DCG-1000024-20.2022.5.00.0000

SUSCITANTE: **CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA**

ADVOGADA: Dra. JULIANA MESSIAS STAMBOWSKY

ADVOGADO: Dr. RODRIGO LEITE MOREIRA

SUSCITADO: **FEDERACAO NACIONAL TRABALHADORES INDUSTRIAS URBANAS**

SUSCITADO: **FEDERACAO NACIONAL DOS ENGENHEIROS**

SUSCITADO: **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE ENERGIA DO RIO DE JANEIRO E REGIAO - SINTERGIA/RJ**

ADVOGADA: Dra. PRISCILLA DA ROCHA ARRUDA

SUSCITADO: **SINDICATO DAS SECRETARIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

SUSCITADO: **STI DE ENERGIA ELETRICA DO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE**

ADVOGADA: Dra. PRISCILLA DA ROCHA ARRUDA

SUSCITADO: **SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DE ENERGIA ELETRICA NOS MUNICIPIOS DE PARATI E ANGRA DOS REIS**

ADVOGADA: Dra. PRISCILLA DA ROCHA ARRUDA

SUSCITADO: **SINDICATO DOS ADMINISTRADORES NO EST DO RIO DE JANEIRO**

SUSCITADO: **SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

SUSCITADO: **ASSOCIACAO DOS EMPREGADOS DA ELETROBRAS**

ADVOGADA: Dra. PRISCILLA DA ROCHA ARRUDA

rss

D E C I S Ã O

Em petição de ID. 297973f, Suscitados opõem Embargos de Declaração em face da decisão de ID. 2ddddc7 alegando a necessidade de sua integração "(...) *de modo a esclarecer se os '80% (oitenta por cento) dos trabalhadores, em cada setor/unidade da Suscitante' se referem aqueles ligados as atividades essenciais prestadas pela empresa, pois, e ainda quais seriam estes setores, como financeiro e administrativo, técnico* (...)" (pág. 8). Sustentam que "*haveria contradição na decisão ao estendê-lo a todos os setores da suscitadas, já que ligados a atividades simplesmente burocráticas*." (pág. 8). Discorrem sobre o conflito coletivo que ensejou a paralisação. Requerem a designação de audiência de mediação e a concessão de prazo para sua habilitação nos autos considerando a urgência do caso.

Consta na decisão de ID. 2ddddc7 a determinação de que "(...) os Suscitados mantenham em atividade o contingente mínimo de 80% (oitenta por cento) dos trabalhadores, em cada setor/unidade da Suscitante, sob pena de multa diária de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em caso de descumprimento.". Também foi registrado que "(...) **o contingente mínimo abrange todas as áreas, setores e unidades da Suscitante, sem exceção**." (destaquei).

A leitura da decisão é suficiente para se concluir que não há qualquer vício a ser sanado, porquanto ficou consignado que "(...) **o contingente mínimo abrange todas as áreas, setores e unidades da Suscitante, sem exceção**." (ID. 2ddddc7, pág. 4 – destaquei).

Também não há contradição, já que não houve determinação de manutenção de 100% dos trabalhadores em serviço.

As questões pertinentes à habilitação e à mediação serão resolvidas pelo Exmo. Ministro Relator, em atenção aos limites do art. 41, XXX, do RITST.

Ante o exposto, **rejeito** os Embargos de Declaração.

Publique-se.

Brasí-lia, 28 de janeiro de 2022.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho
Edital
EDITAL DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA TRT DA 18.ª REGIÃO

O **MINISTRO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO,** no uso de suas atribuições legais e regimentais,

FAZ SABER a quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento que, no período de **28 de março a 1.º de abril de 2022**, será realizada Correição Ordinária, **na modalidade presencial,** salvo agravamento da crise sanitária constatado pelas autoridades competentes, para o que ficam cientificados os Desembargadores do Tribunal e Juízes convocados, tudo de acordo com o artigo 9º, parágrafo único, do Regimento Interno desta Corregedoria-Geral.

FAZ SABER, ainda, que estará à disposição dos interessados, mediante prévio agendamento, preferencialmente, junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 18.ª Região, pelo e-mail a ser informado pelo Tribunal Regional, para receber reclamações e sugestões que tenham por finalidade o aprimoramento dos serviços prestados pela Justiça do Trabalho, em AUDIÊNCIA PÚBLICA, que ocorrerá no dia 30 de março de 2022, das 9h30min às 12h, na sede do Tribunal Regional.

E, para que seja levado ao conhecimento de todos, expede o presente Edital, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 18.ª Região.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho
Decisão Monocrática

Processo Nº CorPar-1000044-11.2022.5.00.0000

Relator	ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
REQUERENTE	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
REQUERIDO	Desembargadora Adriana Goulart de Sena Orsini
TERCEIRO INTERESSADO	VANESSA AIRES DE OLIVEIRA BARROS

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

Correição Parcial ou Reclamação Correcional Nº 1000044-11.2022.5.00.0000

REQUERENTE: BANCO BRADESCO S.A.

ADVOGADO: MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO, OAB: 0029340

REQUERIDA: DESEMBARGADORA ADRIANA GOULART DE SENA ORSINI

TERCEIRO INTERESSADO: VANESSA AIRES DE OLIVEIRA BARROS

CGACV/rab

D E C I S Ã O

Corrija-se a autuação para que conste como Requerida: Desembargadora ADRIANA GOULART DE SENA ORSINI. Defiro o pedido da inicial para que as publicações/intimações processuais ocorram em nome do advogado MOZART VICTORRUSSOMANO NETO – OAB/DF 29.340.

Trata-se de Correição Parcial proposta por BANCO BRADESCO S.A. em face de decisão proferida pela Exma. Desembargadora ADRIANA GOULART DE SENA ORSINI, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, que, nos autos da Tutela Cautelar Antecedente nº**0010019-90.2022.5.03.0000** indeferiu pedido de suspensão dos efeitos do acórdão em recurso ordinário exarado nos autos do processo nº0010749-33.2020.5.03.0110, e por consequência manteve a ordem de imediata reintegração no emprego da terceira interessada, Vanessa Aires de Oliveira Barros, com a manutenção de todos os direitos inerentes ao contrato de trabalho.

O Requerente relatou que a terceira interessada ajuizou reclamação trabalhista n.º0010749-33.2020.5.03.0110 com pedido liminar de reintegração ao emprego sob o argumento de que a dispensa foi nula em razão de garantia provisória de emprego relativa à doença ocupacional. Acrescentou que a liminar foi deferida em acórdão em recurso ordinário ao fundamento de que a terceira interessada possuía doença ocupacional no momento da dispensa. Narrou que apresentou Tutela Cautelar Antecedente com pedido de suspensão dos efeitos do acórdão em recurso ordinário e consequentemente da ordem de reintegração.

Alegou que a dispensa da terceira interessada foi realizada de forma lícita e válida e que por isso a determinação de reintegração viola o direito potestativo do empregador. Acrescentou que restaram demonstrados os requisitos para deferimento da tutela cautelar antecedente (fumus boni iuris e periculum in mora).

Destacou que a autora possuía plena capacidade para o trabalho e não gozava de qualquer benefício previdenciário no momento da sua dispensa. Salientou que a terceira interessada não demonstrou o risco de eventual perigo de dano e tampouco ao resultado útil do processo, e que a reintegração não interfere na satisfação do que a autora pretende, isto é, gozar dos benefícios previdenciários.

Sustentou que quanto ao *periculum in mora*, aguardar a decisão definitiva prejudicaria significativamente Requerente, pois estaria sendo obrigado a reintegrar empregada que não goza de qualquer estabilidade ou garantia provisória de emprego.

Requereu, ao final, *"a suspensão dos efeitos da tutela provisória de urgência antecipada deferida na **reclamação trabalhista n. 0010749-33.2020.5.03.0110**, desde a convalidação de seus efeitos em **12.08.2021**, até o julgamento definitivo e trânsito em julgado da decisão proferida no processo matriz e/ou, no mínimo, até o trânsito em julgado da tutela cautelar incidental apresentada perante o E. TRT, sob o n.º **0010019-90.2022.5.03.0000**, concedendo-se, outrossim e para a mesma finalidade – em caráter de urgência - a LIMINAR respectiva, em caráter inaudita altera pars, concedendo ainda **efeito suspensivo ao Agravo interposto**na citada Ação Mandamental, até o julgamento definitivo da segurança pelo órgão competente naquele e. Sodalício "*.

Eis a decisão corrigenda:

"Vistos os autos.

Trata-se de Tutela Provisória Recursal ajuizada por Banco Bradesco S.A. em face de Alcione Aparecida Teixeira, com pedido liminar, inaudita altera parte, para concessão de efeitos suspensivos acórdão proferido por esta d.

Turma, nos autos do Processo 0010749-33.2020.5.03.0110, em que determinado ao requerente que procedesse à imediata reintegração da parte requerida ao trabalho, com restabelecimento do liame empregatício, em toda a sua amplitude, observado o prazo de 5 dias úteis, após a publicação do acórdão, sob pena de multa diária, no importe de R$1.000,00, em favor da laborista.

Afirma que, em decorrência deste julgado, está sofrendo lesão

grave e de difícil reparação, porque compelido a cumprir obrigação de fazer que entende revestida de caráter satisfativo e irreversível, antes da ocorrência do trânsito em julgado.

Relata que a requerida ajuizou ação trabalhista em seu desfavor, postulando a declaração de nulidade do ato demissional, com a consequente reintegração ao emprego e restabelecimento do plano de saúde e dos demais benefícios convencionais/contratuais.

Argumenta que a decisão proferida pelo v. acórdão turmário, ao qual pretende a concessão de efeitos suspensivos, viola os princípios da ampla defesa e contraditório, e devido processo legal, gerando-lhe dano irreparável ou de difícil reparação.

Aduz que a concessão de efeito suspensivo ao v. acórdão faz-se necessária já que compelida a cumprir, de imediato, obrigação de fazer, de modo que o v. acórdão adquire natureza satisfativa, sem possibilitar, contudo, o exercício das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LIV e LV, da CR /88), sem o devido amparo legal para o imediato cumprimento, em abrangência /extensão (art. 5º, II, da CR/88).

Esclarece que não se recusa ao cumprimento da decisão, mas entende que a matéria de fundo não restou materialmente comprovada, sequer por meio de indícios suficientes para a concessão de tutela de urgência à requerida, mormente sob a imposição de multa.

Consigna que ausentes os pressupostos para a concessão de tutela à requerida, como determinado no v. acórdão, motivo pelo qual afirma não merecer prosperar.

Salienta que a conclusão do laudo pericial apresentado nos autos principais é incompatível com a realidade contratual da requerida, que, segundo alega, não gozou de afastamentos previdenciários em período anterior à dispensa, o que entende corroborar a tese de preservação da capacidade da obreira.

Constata, assim, que não havia qualquer óbice para a dispensa da requerida, a qual configurou-se como ato jurídico perfeito e acabado, à luz do artigo 5º, XXVI, da CR/88. Informa que a dispensa é lícita e efetuada em respeito às normas convencionais da categoria, não havendo que se cogitar em dispensa discriminatória.

Assim, concluiu que a decisão que declara nula a dispensa e determina a reintegração imediata da trabalhadora, antes mesmo do trânsito em julgado, viola o poder potestativo do empregador, assim como a garantia à ampla defesa e ao contraditório.

Adverte que a regra presente no artigo 273, §2º do CPC é clara ao determinar que a medida não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

Invoca as previsões do artigo 300 do CPC, alertando para o fato de que a antecipação de tutela somente poderá ser concedida quando presentes os requisitos da probabilidade do direito, o perigo do dano ou o risco ao resultado útil do processo, bem como que, ainda que satisfeitos tais requisitos, a medida não deve ser concedida quando houver risco de irreversibilidade do provimento, nos termos do artigo 289, §3º, do CPC.

Insiste que as alegações da exordial e as provas dos autos principais não autorizam a antecipação de tutela, porque ausente prova inequívoca da presença de todos os requisitos para a obtenção da tutela antecipada de urgência, não comprovado, claramente, o risco de eventual perigo de dano caso a tutela não seja antecipada, bem como não provado o risco ao resultado útil do processo.

Entende que a requerida não precisa ser reintegrada para gozar dos benefícios previdenciários.

Pontua que determinar a imediata reintegração da requerida, antes do trânsito em julgado, prejudica efetivamente o banco requerente, ressaltando que “de efeito prático a Reclamante, ela não sofre maiores penalidades. E a punição do Banco Demandante é dupla visto que, se ele é reintegrado, e eventualmente por uma decisão de tribunais superiores o direito é julgado improcedente, a Reclamante, ora Demandada, fatalmente não irá ressarcir os valores recebidos de forma antecipada”.

Ainda, argumenta que a tutela de urgência deferida antecipou de forma integral o mérito da lide, antes mesmo do trânsito em julgado, o que alega vedado pela atual e iterativa jurisprudência do TST.

Consigna que “A concessão de tutela antecipada só pode ter efeito satisfativo quando expressamente houver previsão legal. A concessão de tutela antecipada de direito material e com efeito satisfativo constitui ofensa a ampla defesa e contraditório e ao devido processo legal (CRFB, art. 5º, LIV e LV), mormente porque a questão de fundo que ensejou o ajuizamento da ação individual está calcada em matéria de fato e de direito altamente controvertida (a existência ou não de doença ocupacional) e sustentada por argumentos subjetivos que não são expressamente consignados e comprovados nos autos”.

Pondera que a harmonização que deve haver entre a segurança jurídica e a efetividade do processo não autoriza suprimir etapas do trâmite processual e impor a antecipação do provimento jurisdicional pautado apenas pela perspectiva de uma das partes.

Registra que a existência de lesão irreparável desde a data da decisão que determinou a reintegração da requerida já que, diante da imposição de multa, não teve alternativa senão o cumprimento da decisão.

Insiste que “A lei, no tocante à concessão de tutela de urgência, é clara e exige a necessidade de se acumularem os respectivos requisitos, não bastando a isolada probabilidade do direito

(verossimilhança das alegações), mas se erigem a imprescindibilidade de provas evidentes e incontestáveis do fundado receio do dano ou do risco ao resultado útil do processo, nos termos dos artigos 300 e 301, do CPC" (destaques no original).

Assevera que a determinação de reintegração de forma imediata afronta os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Prossegue aduzindo que, no caso, não poderia ter sido concedida a tutela em razão do perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, já que trata-se de decisão de caráter satisfativo e irreversível.

Afirma que a obrigação de fazer é irreversível, motivo pelo qual comprometido o requisito do §3º do artigo 300 do CPC, o que, por seu turno, justificaria a imediata cassação ou, no mínimo, que se aguarde o trânsito em julgado da decisão para o cumprimento da obrigação de fazer imposta.

Salienta que a probabilidade do direito da requerente está comprovada pela notória controvérsia acerca dos fatos, os quais entende poderão ser melhor esclarecidos por meio de perícia.

Alerta para o fato de que o cumprimento da obrigação de fazer está lhe causando manifestos prejuízos, pois "está sendo obrigado a cumprir decisão judicial antes mesmo de ter sido designada audiência ou qualquer ato no processo, onde há possibilidade de revisão da decisão proferida pelas instâncias superiores".

Requer, pelo relatado, "a concessão de efeito suspensivo, a fim de suspender os efeitos da decisão proferida nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0010749-33.2020.5.03.0110, de cumprir a obrigação de reintegrar a Requerida ao trabalho, com todos os direitos a ele inerentes, sob pena de aplicação de multa diária, ou seja, efeitos patrimoniais e jurídicos que devem ser transportados apenas e tão somente quando do efetivo trânsito em julgado da ação acima epigrafada".

Junta aos presentes autos documentos inerentes à lide subjacente, bem como procuração de Id. 71a7e87.

Deu à causa o valor de R$1.000,00.

É, em síntese, o relatório.

Examina-se.

Como cediço, o Código de Processo Civil estabelece medidas processuais, chamadas pela doutrina de tutelas de urgência, que tem por objetivo resguardar direito – tutelas cautelares; antecipar o próprio provimento de mérito – tutelas antecipatórias; ou impedir que um dano iminente aconteça (tutela inibitória).

Estabelece o art. 294 do CPC que "A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência", dispondo o parágrafo único do mesmo dispositivo legal, que "A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental." Dispõe, ainda, o art. 299 do CPC, que "A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal." E o parágrafo único desse mesmo artigo dispõe que "Ressalvada disposição especial, na ação de competência originária de tribunal e nos recursos a tutela provisória será requerida ao órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito." Como se vê, o Código de Processo Civil, ao tratar das tutelas provisórias, estabeleceu que elas podem ser de urgência ou de evidência e, no que se refere à tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, que ela pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental (art. 294, caput e parágrafo único).

O art. 299/CPC, por sua vez, como já consignado, previu, expressamente, que a tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal, tendo o parágrafo único tratado expressamente da situação especial em que o pedido de tutela provisória é formulado em ações de competência originária de tribunal ou em recursos, dispondo que, em tais hipóteses, a medida será requerida ao órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito.

Acrescente-se, ainda, que nos termos do artigo 227 do Regimento Interno deste Regional o pedido de tutela provisória será apresentado ao relator do processo principal, a exceção de medida requerida em procedimento preparatório.

Adiante, em seu parágrafo único, referido artigo ainda prevê que o pedido de tutela será direcionado à 1ª Vice-Presidência no período compreendido entre a interposição de recurso direcionado ao TST, ainda que sobrestado, e a publicação da decisão sobre a admissibilidade do recurso.

In casu, o processo principal ainda encontra-se no órgão regional turmário, porque em curso prazo para a oposição de eventuais embargos declaratórios.

Assim, tratando-se de tutela de urgência recursal, cumpre admitila, com fulcro nos arts. 299 do CPC e 227 do Regimento Interno deste Regional.

Por fim, dispõe o art. 300 que "A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo", prevendo o parágrafo 3° do mesmo dispositivo legal que "A tutela de Urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão." Como sabido, a tutela de urgência trata-se de instituto processual que busca viabilizar a prolação de decisão de caráter provisório capaz de conferir tutela satisfativa embasada em cognição sumária.

Em síntese, a tutela de urgência, de caráter antecedente, pretende evitar que o tempo provoque dano ao direito da parte, de modo que a demora na prestação jurisdicional leve ao perecimento do direito.

Para a concessão da tutela de urgência devem estar previstos os requisitos elencados no artigo 300 do CPC, quais sejam a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Acerca do primeiro requisito, tem-se que "A probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica - que é aquela que surge das confrontações das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O juiz tem que se convencer de que o direito é provável para se conceder a tutela" (MARINONI, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz; Mitidiero, Daniel. Novo Código de Processo Civil Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. P.300).

Já o perigo na demora (perigo de dano/risco ao resultado útil do processo) materializa-se "quando a demora pode comprometer a realização imediata ou futura do direito"(MARINONI, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz; Mitidiero, Daniel. Novo Código de Processo Civil Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. P.301).

Assim, a concessão da tutela se faz necessária porque, caso contrário, existe o risco de que o ilícito ocorra e continue ocorrendo, impossibilitando a remoção do dano ou a sua reparação futura.

Portanto, para a concessão da tutela de urgência, à luz do artigo 300 da norma processual civil, exige-se a existência da probabilidade do direito e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, de forma cumulativa, certo que a ausência de um destes elementos afasta o direito à tutela pretendida.

O escopo da Lei é permitir, desde que presentes os requisitos do artigo 300 do CPC, a antecipação da tutela postulada, contudo, ausente um dos requisitos, não se trata de hipótese de antecipação da tutela.

A concessão da tutela, desde que observados os requisitos do artigo 300 do CPC, decorre do regular exercício do poder geral de cautela conferido ao Magistrado, objetivando conferir maior celeridade e efetividade à prestação jurisdicional, facultando-lhe a adoção de medidas que considere adequadas e cabíveis para efetivação da tutela provisória.

As medidas liminares são conferidas com base em juízo de probabilidade e "o procedimento é sumário, porque, em nome da celeridade necessária para cumprir eficazmente a garantia fundamental prometida pela Constituição, os atos por meio dos quais se desenvolve o iter processual são reduzidos.

Não há, por isso, fase destinada à instrução probatória, nem ocorre a audiência para debate e julgamento da causa. Toda instrução probatória tem de ser feita por via documental, no estágio destinado à postulação, seja por parte do impetrante, seja pelo sujeito passivo. O autor terá de comprovar suas alegações mediante prova documental pré-constituída, cuja produção ocorrerá junto com a petição inicial. Da mesma forma, a contraprova do demandado somente poderá consistir em documentos juntados à respectiva resposta. Além disso, a liminar que antecipa, de plano, a suspensão do ato público impugnado, longe de ser uma eventualidade, é objeto de avaliação necessária exigida pela função desempenhada pelo procedimento especial." (Theodoro Júnior, Humberto. Lei do Mandado de Segurança comentada: artigo por artigo. 2ª ed. - Rio de Janeiro : Forense, 2019).

No caso em análise, pretende a parte requerente seja concedido efeito suspensivo ao v. acórdão proferido nos autos da lide principal, processo 0010749-33.2020.5.03.0110, em que determinada obrigação de fazer consistente na reintegração da parte requerida, com restabelecimento do liame empregatício em toda sua amplitude, no prazo 05 dias úteis após a publicação deste acórdão, sob pena de multa diária de R$1.000,00, em favor da obreira.

Para melhor elucidação, transcrevo o teor da decisão: “DOENÇA PROFISSIONAL - REINTEGRAÇÃO - PAGAMENTO DAS PARCELAS VINCENDAS A autora se insurge contra o não reconhecimento de que a doença que a afligiu era ocupacional, pleiteando estabilidade provisória.

Passo ao exame.

Com o desiderato de obtenção de subsídios ao deslinde da pendência, foi determinada a realização de prova pericial, cujo laudo está anexado no ID 7502efa, arrematado pela seguinte conclusão: "Da patologia A Autora teve diagnóstico de síndrome depressiva durante o pacto laborativo e iniciou acompanhamento médico regular. Está em uso de medicação em dose baixa, com resposta parcial. Sugere-se psicoterapia e acompanhamento médico regular, com ajuste da dose do medicamento prescrito. Clinicamente, a Autora não apresenta sinais de gravidade ao exame do estado mental, mantém sua rotina de estudos e cuidados com o lar, fazendo planos para o futuro.

Do nexo de causalidade Não há nexo causal/concausal entre a patologia mental atual e o trabalho na Reclamada. A despeito do histórico de assaltos em 2015, a Autora não apresenta atualmente sinais de transtorno de estresse pós-traumático.

O quadro clínico atual caracteriza-se por rebaixamento de humor não relacionado ao trabalho, mas sim, à fase de adaptação pós-desligamento.

Da capacidade laborativa na ocasião do desligamento e atualmente

Na data do desligamento (28/10/2020) e no exame médico demissional (29/10/2020), a Autora não apresentava evidências objetivas/documentais de incapacidade para o trabalho.

Em 05/11/2020 (período da projeção do aviso prévio), apresentou atestado médico de 30 dias e foi encaminhada ao INSS. O auxílio-doença previdenciário (espécie B31) foi concedido até 04/12/2020. Após essa data, não foram apresentados novos documentos que sustentem a alegação de incapacidade para o trabalho".

Diante do resultado da prova técnica, no sentido de que não havia caracterização de relação causal direta do quadro psiquiátrico com as atividades laborais desenvolvidas, a autora, na petição de ID 6f9868f, requereu esclarecimentos prestados no ID fedae0e.

Contudo, o documento ID a48ea81 atesta que a doença psíquica que afligiu a autora era relacionada ao trabalho, o que culminou no afastamento previdenciário da autora (ID d3cd2a9), no curso do aviso prévio indenizado, por 30 dias, conforme admitido pela autora (ID. 264ce51 - Pág. 5).

O relato pericial conclusivo, acima transcrito, asseverando que "a Autora teve diagnóstico de síndrome depressiva durante o pacto laborativo" aliado ao conteúdo do documento ID a48ea81, firmado por médico psiquiatra que acompanhava a autora, são suficientes para atestar que a concessão do benefício previdenciário ID d3cd2a9, malgrado a classificação B31, na verdade, tratava-se de doença profissional.

Nos termos do art. 479 do CPC, o órgão jurisdicional não está adstrito às conclusões da prova técnica, pois a função do perito é apenas auxiliar o julgador na apuração e esclarecimento de matéria que exija conhecimentos técnicos especiais. Por isso mesmo, o juízo, sendo livre na formação do seu convencimento, poderá decidir de forma contrária às conclusões do perito.

Sobre a estabilidade pleiteada, definida no art. 118 da Lei 8.213/91, é sabido que consiste na garantia da manutenção do contrato de trabalho do empregado que sofreu acidente do trabalho ou doença ocupacional a ele equiparada, cuja interpretação foi pacificada pelo TST na Súmula 378: "Estabilidade provisória. Acidente do trabalho. Art. 118 da Lei 8.213/1991. Constitucionalidade.

Pressupostos. I - É constitucional o artigo 118 da Lei no 8.213 /1991 que assegura o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado. II - São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego." (grifou-se).

Portanto, terminando o afastamento previdenciário em 05.12.2020, a autora faz jus à estabilidade provisória no período de 06.12.2020 a 05.12.2021.

Desta forma, a autora tem direito à indenização substitutiva dos salários, no período de 06.12.2020 até a efetiva reintegração no mesmo local e função daqueles da data da dispensa, garantidos à autor os salários e todos os demais direitos praticados para o cargo /função, devendo o réu pagar os salários e demais vantagens legais e convencionais do período de afastamento (de 06.12.2020 até a efetiva reintegração), acrescidos de 13º salários, recolhimentos do FGTS do período e enquanto perdurar o afastamento, pagamento dos benefícios coletivos, reajustes salariais, PLR (CCT anexa), auxílio refeição (Cláusula 14ª da CCT), auxílio cesta alimentação (Cláusula 15ª da CCT), 13ª cesta alimentação (Cláusula 16ª da CCT), abonos, complementação de benefício previdenciário (Cláusula 29ª da CCT), recolhimento da previdência privada parte empresa.

Deverá, também, providenciar o imediato restabelecimento do convênio médico / plano de saúde assegurado à autora e a seus dependentes. Autorizo a dedução dos valores quitados a título de verbas rescisórias, porquanto nula a dispensa.

Invertidos os ônus, honorários periciais a cargo do réu, no valor fixado na sentença.

Provimento.

TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA PELA PARTE RECLAMANTE

Considerada a ampla cognição dos fatos, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela deve ser reapreciado, pois, aqui, o Juízo não estará decidindo a partir de mera verossimilhança, mas, sim, fundado em sua convicção última a respeito da lide.

Assim sendo, ante o indubitável risco de dano irreparável à autora caso ele tenha que aguardar o trânsito em julgado desta decisão para ver restabelecido o liame empregatício, ficando privado dos direitos decorrentes do pacto laboral no período, DECIDO antecipar parcialmente a tutela, determinando a reintegração da autora, com restabelecimento do liame empregatício em toda sua amplitude, no prazo de 48 horas da intimação desta decisão, sob pena de multa diária de R$1.000,00, em favor da autora.

A antecipação parcial ou total dos efeitos da tutela pretendida pode ser concedida quando o juízo, diante de prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e desde que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou ainda, caso fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

A dispensa por justa causa aplicada à autora foi declarada nula. Portanto, a reintegração do autor é a medida cabível ao caso.

A probabilidade do direito consubstancia-se na verossimilhança das alegações iniciais, o que restou evidenciado no caso presente. Sem maior esforço hermenêutico, parecem óbvios os sérios prejuízos que seriam causados à empregada pela espera da decisão definitiva sem o respectivo emprego, que possui natureza alimentar. O deferimento da tutela antecipada para o restabelecimento do

liame empregatício atende plenamente às disposições do art. 300 do CPC, porquanto presentes a probabilidade do direito, visto que restou patente a nulidade da dispensa, bem como o perigo de dano, em função do comprometimento da subsistência do autor e de sua família. Também presentes a verossimilhança e o abuso de direito do réu ante a ilegalidade da justa causa imposta à autora.

Assim, defiro a tutela antecipada, vez que demonstrada a probabilidade do direito vindicado e o perigo do dano (art. 300 do CPC).

Provido".

Como se depreende do trecho acima transcrito, o v. acórdão foi proferido com base em elementos de provas constantes dos autos, após cognição exauriente, tendo sido apresentado documento no qual efetivamente comprovada a relação causal direta entre o quadro psiquiátrico desenvolvido pela trabalhadora e as atividades laborais desempenhadas.

Neste sentido, restam rechaçadas todas as alegações da parte requerente no sentido de que a narrativa da requerente, no processo principal, não estava amparada em provas.

Até mesmo porque, como acima elucidado pela melhor doutrina, as medidas liminares são conferidas com base em juízo de probabilidade e o procedimento é sumário, sendo que, no caso em apreço, a cognição se deu de forma exauriente, após colhidas as provas pretendidas pelas partes.

Foi demonstrada a presença dos requisitos do artigo 300 do CPC para antecipação da tutela à requerida. O risco de dano configurou-se pela privação dos direitos decorrentes do pacto laboral no período em que se aguarda o trânsito em julgado, sendo que a probabilidade do direito decorreu da verossimilhança entre as alegações da exordial e o conjunto de provas dos autos.

Vale reforçar novamente que a concessão da tutela, desde que observados os requisitos do artigo 300 do CPC, decorre do regular exercício do poder geral de cautela conferido ao Magistrado, objetivando conferir maior celeridade e efetividade à prestação jurisdicional, facultando-lhe a adoção de medidas que considere adequadas e cabíveis para efetivação da tutela provisória.

Ademais, neste feito, não há espaço para se revisitar a questão meritória, tratada na lide subjacente, pertinente à doença laboral e à demissão da trabalhadora. Tais questões já foram devidamente tratadas e analisadas na lide principal, com decisão proferida por órgão colegiado, de forma unânime, sendo certo que a parte requerente, no intuito de reformar o v. acórdão, já interpôs recurso de revista direcionado ao TST.

Ressalto que não cabe falar em inobservância do exercício do contraditório e da ampla defesa, uma vez que foram assegurados às partes na lide principal e também neste feito, todos os meios para o efetivo exercício de defesa, com a utilização dos mecanismos processuais cabíveis e adequados.

Veja-se que à requerente foi oportunizado o exercício do direito de defesa ao interpor recurso ordinário e recurso de revista nos autos principais, bem como ao ajuizar a presente tutela cautelar antecedente.

Ao contrário do que sustenta a parte autora, o provimento jurisdicional conferido no v. acórdão, após a análise do caso concreto e das provas apresentadas, não importa em ofensa ao poder do empregador, porquanto este encontra limites, especialmente, nos direitos e garantias fundamentais previstos na Carta Maior.

A esse respeito, trago remansosa jurisprudência desta eg. Corte Regional:

ASSÉDIO MORAL. COBRANÇA DE METAS. A imposição e cobrança de metas estão compreendidas em situações rotineiras e características da atividade empresarial, sobretudo no setor de vendas. Logo, a cobrança por resultados somente caracteriza assédio moral quando se verifica que o empregador excedeu o limite do seu poder diretivo, com a adoção de condutas inadequadas ou desrespeitosas, o que não se verificou na hipótese vertente. (TRT da 3.ª Região; PJe: 0010341-10.2020.5.03.0153 (RO); Disponibilização: 14/04/2021, DEJT/TRT3/Cad.Jud, Página 484; Órgão Julgador: Segunda Turma; Relator: Des.Gisele de Cassia VD Macedo)

ASSÉDIO MORAL. CONFIGURAÇÃO. Restando demonstrada nos autos a prática de assédio moral por parte da ré, em flagrante ofensa à dignidade da pessoa humana, extrapolando os limites de atuação do seu poder diretivo, há de arcar com a reparação pelos danos morais causados por essa conduta. Se é verdade que o empregador detém poderes de direção, fiscalização e disciplina em relação àqueles que lhe prestam serviços, não menos certo é que o exercício desse poder encontra limite no direito à dignidade e à honra do trabalhador. Verificada a existência do dano e da conduta contrária ao direito, faz jus o autor ao recebimento de indenização pelos danos morais decorrentes dos atos ilícitos praticados pela ré (artigos 186 e 927 do Código Civil). (TRT da 3.ª Região; PJe: 0010407-87.2020.5.03.0153 (RO); Disponibilização: 16/03/2021, DEJT/TRT3/Cad.Jud, Página 1078; Órgão Julgador: Setima Turma; Relator: Marcelo Lamego Pertence)

PODER DIRETIVO DO EMPREGADOR. ABUSO DE DIREITO. ATO ILÍCITO. CONFIGURAÇÃO. O poder diretivo do empregador é uma das características inerentes à relação de emprego, conforme se extrai da previsão contida no art. 2º da CLT. Como qualquer direito, seu exercício deve obedecer aos limites impostos pelo fim econômico e social, pela boa-fé e pelos bons costumes, sob pena

de se configurar como abuso de direito, que é considerado ato ilícito pelo art. 187 do Código Civil. Além disso, aquele que, por ação ou omissão, com dolo ou culpa, violar direito ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito e fica obrigado a repará-lo (artigos 186 e 927 do Código Civil). TRT da 3.ª Região; PJe: 0010484-81.2018.5.03.0019 (RO); Disponibilização: 28/07/2020, DEJT/TRT3/Cad.Jud, Página 716; Órgão Julgador: Sexta Turma; Relator: Cesar Machado)

Em reforço, recorro às lições do Ministro Maurício Godinho Delgado: "Há limites (ou não) ao poder fiscalizatório empresarial? Seguramente sim, embora existam dúvidas a respeito das efetivas e exatas fronteiras aplicáveis às prerrogativas de controle empresarial.

Existem ordens jurídicas que estabelecem firme contingenciamento ao exercício de tais atividades de fiscalização e controle internas à empresa, em benefício da proteção à liberdade e dignidade básicas da pessoa do trabalhador. (...) A ordem jurídica brasileira não tem, ainda, preceitos tão claros na direção acima enunciada.

Contudo, ostenta regras e princípios gerais capazes de orientar o operador jurídico em face de certas situações concretas.

Nesse quadro, é inquestionável que a Constituição de 1988 rejeitou condutas fiscalizatórias e de controle da prestação de serviços que agridam à liberdade e dignidade básicas da pessoa física do trabalhador. Tais condutas chocam-se, frontalmente, com o universo normativo e de princípios abraçado pela Constituição vigorante. É que a Constituição pretendeu instituir um 'Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social...' (Preâmbulo da CF /88; grifos acrescidos). A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, constituída em Estado Democrático de Direito (artigo 1º, III, CF /88), que tem por alguns de seus objetivos fundamentais 'construir uma sociedade justa e solidária', além de 'promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação' (artigo 3º, I e IV, CF/88).

Ao lado de todos esses princípios (que, na verdade, atuam como princípios normativos), existem, na Constituição, regras impositivas enfáticas, que afasta a viabilidade jurídica de condutas fiscalizatórias e de controle da prestação de serviços que agridam a liberdade e dignidade básicas da pessoa natural do trabalhador. (...) Todas essas regras e princípios gerais, portanto, criam uma fronteira inegável ai exercício das funções fiscalizatórias e de controle no contexto empregatício, colocando na franca ilegalidade medidas que venham a agredir ou cercear a liberdade e dignidade da pessoa que trabalha empregaticiamente no Pais. Curso de Direito do Trabalho. 17ª ed. São Paulo, LTR - 2018. p. 791-792).

De fato, nenhum direito e garantia fundamental é absoluto, sendo certo que sua flexibilização exige a realização de um juízo de ponderação, à luz das particularidades do caso concreto, o que entendo observado.

Cabe analisar, portanto, se preenchidos os pressupostos para a concessão de efeitos suspensivos ao v. acórdão, como pretende a requerente."

À análise.

A presente medida tem como objeto decisão da Exma. DESEMBARGADORA ADRIANA GOULART DE SENA ORSINI que nos autos da Tutela Cautelar Antecedente nº**0010019-90.2022.5.03.0000** indeferiu pedido de suspensão dos efeitos do acórdão em recurso ordinário exarado nos autos do processo nº0010749-33.2020.5.03.0110, e por consequência manteve a ordem de imediata reintegração no emprego da terceira interessada, Vanessa Aires de Oliveira Barros, com a manutenção de todos os direitos inerentes ao contrato de trabalho.

No entanto, apresente Correição Parcial é intempestiva.

A decisão impugnada foi disponibilizada no DEJT em 17/01/2022, e considerada publicada no primeiro dia útil seguinte, em 18/01/2022, conforme certidão de publicação juntada (Id. #id:b28544e).

O artigo 17, caput, do RICGJT dispõe que *"O prazo para a apresentação da Correição Parcial é de 5 (cinco) dias, contados da publicação do ato ou despacho no órgão oficial, ou da ciência inequívoca pela parte dos fatos relativos à impugnação".*

Assim, a apresentação da reclamação correicional **apenas em 26/01/2022** é intempestiva.

Cabe destacar que o prazo para a propositura da Correição Parcial não é processual, e sim administrativo. Logo, não sujeito a suspensões ou interrupções, inclusive no recesso forense. Nesse sentido o entendimento do Órgão Especial da alta Corte da Justiça Trabalhista:

AGRAVO REGIMENTAL EM CORREIÇÃO PARCIAL. INTEMPESTIVIDADE DA MEDIDA CORREICIONAL. RECESSO FORENSE E FÉRIAS COLETIVAS. ATIVIDADE ININTERRUPTA DA CORREGEDORIA-GERAL. 1.*A atividade da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho é ininterrupta. Nas ausências ou impedimentos eventuais ou temporários, o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho será substituído pelo Vice-Presidente, ou, na ausência desse pelo Presidente, e, em sequência, pelos Ministros, em ordem decrescente de antiguidade, consoante os arts. 15, inc. III, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho e 2º, § 2º, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do*

Trabalho. Por essa razão, nem o recesso forense em as férias coletivas dos Ministros do TST constituem causa de suspensão do curso do prazo de cinco dias para o interessado requerer a correição parcial perante a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Em especial como no presente caso em que a parte invoca suspensão de prazo na jurisdição do Tribunal Regional. 2. A Agravante não trouxe nenhum argumento que infirmasse os fundamentos do despacho agravado, razão por que não prospera o pleito de reforma da decisão. Agravo Regimental a que se nega provimento. (AgR-CorPar 1002-24.2016.5.00.0000, Relator Ministro: João Batista Brito Pereira, Órgão Especial, DEJT 14/06/2016).

AGRAVO REGIMENTAL. CORREIÇÃO PARCIAL. INTEMPESTIVIDADE. RECESSO FORENSE. ATIVIDADE ININTERRUPTA DA CORREGEDORIA-GERAL. 1.*Não merece provimento o Agravo quando as razões apresentadas não conseguem infirmar os fundamentos expendidos na decisão mediante a qual se indeferiu a petição inicial.* ***2.*** *As atividades da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho são ininterruptas, não constituindo o recesso forense causa de suspensão do prazo regimental de que trata o artigo 17 do RICGJT. Precedentes.* ***3.****Agravo Regimental a que se nega provimento.* ***(TST-Ag-CorPar-1000013-93.2019.5.00.0000. Relator: Ministro Lélio Bentes Correa, Órgão Especial, DEJT 11/10/2019)***

Ademais, embora o Banco Requerente alegue que a publicação ocorreu apenas em 21/01/2022 não apresenta qualquer documento que demonstre a referida situação, conforme exigência constante no art. 15, II, do RICGJT.

Diante do exposto, com fundamento no artigo 20, I, do RICGJT, **INDEFIRO a petição inicial**.

Publique-se.

Transcorrido o prazo regimental, arquive-se.

Brasília, 27 de janeiro de 2022.

Ministro ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Processo Nº CorPar-1000044-11.2022.5.00.0000

Relator	ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
REQUERENTE	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
REQUERIDO	Desembargadora Adriana Goulart de Sena Orsini
TERCEIRO INTERESSADO	VANESSA AIRES DE OLIVEIRA BARROS

Intimado(s)/Citado(s):

- Desembargadora Adriana Goulart de Sena Orsini

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

Correição Parcial ou Reclamação Correcional Nº 1000044-11.2022.5.00.0000

REQUERENTE: BANCO BRADESCO S.A.

ADVOGADO: MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO, OAB: 0029340

REQUERIDA: DESEMBARGADORA ADRIANA GOULART DE SENA ORSINI

TERCEIRO INTERESSADO: VANESSA AIRES DE OLIVEIRA BARROS

CGACV/rab

D E C I S Ã O

Corrija-se a autuação para que conste como Requerida: Desembargadora ADRIANA GOULART DE SENA ORSINI. Defiro o pedido da inicial para que as publicações/intimações processuais ocorram em nome do advogado MOZART VICTORRUSSOMANO NETO – OAB/DF 29.340.

Trata-se de Correição Parcial proposta por BANCO BRADESCO S.A. em face de decisão proferida pela Exma. Desembargadora ADRIANA GOULART DE SENA ORSINI, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, que, nos autos da Tutela Cautelar Antecedente nº**0010019-90.2022.5.03.0000** indeferiu pedido de suspensão dos efeitos do acórdão em recurso ordinário exarado nos autos do processo nº0010749-33.2020.5.03.0110, e por consequência manteve a ordem de imediata reintegração no emprego da terceira interessada, Vanessa Aires de Oliveira Barros, com a manutenção de todos os direitos inerentes ao contrato de trabalho.

O Requerente relatou que a terceira interessada ajuizou reclamação trabalhista n.º0010749-33.2020.5.03.0110 com pedido liminar de reintegração ao emprego sob o argumento de que a dispensa foi nula em razão de garantia provisória de emprego relativa à doença ocupacional. Acrescentou que a liminar foi deferida em acórdão em recurso ordinário ao fundamento de que a terceira interessada possuía doença ocupacional no momento da dispensa. Narrou que apresentou Tutela Cautelar Antecedente com pedido de suspensão dos efeitos do acórdão em recurso ordinário e consequentemente da ordem de reintegração.

Alegou que a dispensa da terceira interessada foi realizada de forma lícita e válida e que por isso a determinação de reintegração viola o direito potestativo do empregador. Acrescentou que restaram demonstrados os requisitos para deferimento da tutela cautelar antecedente (fumus boni iuris e periculum in mora).

Destacou que a autora possuía plena capacidade para o trabalho e não gozava de qualquer benefício previdenciário no momento da sua dispensa. Salientou que a terceira interessada não demonstrou o risco de eventual perigo de dano e tampouco ao resultado útil do processo, e que a reintegração não interfere na satisfação do que a autora pretende, isto é, gozar dos benefícios previdenciários.

Sustentou que quanto ao *periculum in mora*, aguardar a decisão definitiva prejudicaria significativamente Requerente, pois estaria sendo obrigado a reintegrar empregada que não goza de qualquer estabilidade ou garantia provisória de emprego.

Requereu, ao final, *"a suspensão dos efeitos da tutela provisória de urgência antecipada deferida na* ***reclamação trabalhista n. 0010749-33.2020.5.03.0110****, desde a convalidação de seus efeitos em* ***12.08.2021****, até o julgamento definitivo e trânsito em julgado da decisão proferida no processo matriz e/ou, no mínimo, até o trânsito em julgado da tutela cautelar incidental apresentada perante o E. TRT, sob o n.º* ***0010019-90.2022.5.03.0000****, concedendo-se, outrossim e para a mesma finalidade – em caráter de urgência - a LIMINAR respectiva, em caráter inaudita altera pars, concedendo ainda* ***efeito suspensivo ao Agravo interposto****na citada Ação Mandamental, até o julgamento definitivo da segurança pelo órgão competente naquele e. Sodalício ".*

Eis a decisão corrigenda:

"Vistos os autos.

Trata-se de Tutela Provisória Recursal ajuizada por Banco Bradesco S.A. em face de Alcione Aparecida Teixeira, com pedido liminar, inaudita altera parte, para concessão de efeitos suspensivos acórdão proferido por esta d.

Turma, nos autos do Processo 0010749-33.2020.5.03.0110, em que determinado ao requerente que procedesse à imediata reintegração da parte requerida ao trabalho, com restabelecimento do liame empregatício, em toda a sua amplitude, observado o prazo de 5 dias úteis, após a publicação do acórdão, sob pena de multa diária, no importe de R$1.000,00, em favor da laborista.

Afirma que, em decorrência deste julgado, está sofrendo lesão grave e de difícil reparação, porque compelido a cumprir obrigação de fazer que entende revestida de caráter satisfativo e irreversível, antes da ocorrência do trânsito em julgado.

Relata que a requerida ajuizou ação trabalhista em seu desfavor, postulando a declaração de nulidade do ato demissional, com a consequente reintegração ao emprego e restabelecimento do plano de saúde e dos demais benefícios convencionais/contratuais.

Argumenta que a decisão proferida pelo v. acórdão turmário, ao qual pretende a concessão de efeitos suspensivos, viola os princípios da ampla defesa e contraditório, e devido processo legal, gerando-lhe dano irreparável ou de difícil reparação.

Aduz que a concessão de efeito suspensivo ao v. acórdão faz-se necessária já que compelida a cumprir, de imediato, obrigação de fazer, de modo que o v. acórdão adquire natureza satisfativa, sem possibilitar, contudo, o exercício das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LIV e LV, da CR /88), sem o devido amparo legal para o imediato cumprimento, em abrangência /extensão (art. 5º, II, da CR/88).

Esclarece que não se recusa ao cumprimento da decisão, mas entende que a matéria de fundo não restou materialmente comprovada, sequer por meio de indícios suficientes para a concessão de tutela de urgência à requerida, mormente sob a imposição de multa.

Consigna que ausentes os pressupostos para a concessão de tutela à requerida, como determinado no v. acórdão, motivo pelo qual afirma não merecer prosperar.

Salienta que a conclusão do laudo pericial apresentado nos autos principais é incompatível com a realidade contratual da requerida, que, segundo alega, não gozou de afastamentos previdenciários em período anterior à dispensa, o que entende corroborar a tese de preservação da capacidade da obreira.

Constata, assim, que não havia qualquer óbice para a dispensa da requerida, a qual configurou-se como ato jurídico perfeito e acabado, à luz do artigo 5º, XXVI, da CR/88. Informa que a dispensa é lícita e efetuada em respeito às normas convencionais da categoria, não havendo que se cogitar em dispensa discriminatória.

Assim, concluiu que a decisão que declara nula a dispensa e determina a reintegração imediata da trabalhadora, antes mesmo do trânsito em julgado, viola o poder potestativo do empregador, assim como a garantia à ampla defesa e ao contraditório.

Adverte que a regra presente no artigo 273, §2º do CPC é clara ao determinar que a medida não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

Invoca as previsões do artigo 300 do CPC, alertando para o fato de que a antecipação de tutela somente poderá ser concedida quando presentes os requisitos da probabilidade do direito, o perigo do dano ou o risco ao resultado útil do processo, bem como que, ainda que satisfeitos tais requisitos, a medida não deve ser concedida quando houver risco de irreversibilidade do provimento, nos termos do artigo 289, §3º, do CPC.

Insiste que as alegações da exordial e as provas dos autos principais não autorizam a antecipação de tutela, porque ausente prova inequívoca da presença de todos os requisitos para a obtenção da tutela antecipada de urgência, não comprovado, claramente, o risco de eventual perigo de dano caso a tutela não seja antecipada, bem como não provado o risco ao resultado útil do

processo.

Entende que a requerida não precisa ser reintegrada para gozar dos benefícios previdenciários.

Pontua que determinar a imediata reintegração da requerida, antes do trânsito em julgado, prejudica efetivamente o banco requerente, ressaltando que "de efeito prático a Reclamante, ela não sofre maiores penalidades. E a punição do Banco Demandante é dupla visto que, se ele é reintegrado, e eventualmente por uma decisão de tribunais superiores o direito é julgado improcedente, a Reclamante, ora Demandada, fatalmente não irá ressarcir os valores recebidos de forma antecipada".

Ainda, argumenta que a tutela de urgência deferida antecipou de forma integral o mérito da lide, antes mesmo do trânsito em julgado, o que alega vedado pela atual e iterativa jurisprudência do TST.

Consigna que "A concessão de tutela antecipada só pode ter efeito satisfativo quando expressamente houver previsão legal. A concessão de tutela antecipada de direito material e com efeito satisfativo constitui ofensa a ampla defesa e contraditório e ao devido processo legal (CRFB, art. 5º, LIV e LV), mormente porque a questão de fundo que ensejou o ajuizamento da ação individual está calcada em matéria de fato e de direito altamente controvertida (a existência ou não de doença ocupacional) e sustentada por argumentos subjetivos que não são expressamente consignados e comprovados nos autos".

Pondera que a harmonização que deve haver entre a segurança jurídica e a efetividade do processo não autoriza suprimir etapas do trâmite processual e impor a antecipação do provimento jurisdicional pautado apenas pela perspectiva de uma das partes.

Registra que a existência de lesão irreparável desde a data da decisão que determinou a reintegração da requerida já que, diante da imposição de multa, não teve alternativa senão o cumprimento da decisão.

Insiste que "A lei, no tocante à concessão de tutela de urgência, é clara e exige a necessidade de se acumularem os respectivos requisitos, não bastando a isolada probabilidade do direito (verossimilhança das alegações), mas se erigem a imprescindibilidade de provas evidentes e incontestáveis do fundado receio do dano ou do risco ao resultado útil do processo, nos termos dos artigos 300 e 301, do CPC" (destaques no original).

Assevera que a determinação de reintegração de forma imediata afronta os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Prossegue aduzindo que, no caso, não poderia ter sido concedida a tutela em razão do perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, já que trata-se de decisão de caráter satisfativo e irreversível.

Afirma que a obrigação de fazer é irreversível, motivo pelo qual comprometido o requisito do §3º do artigo 300 do CPC, o que, por seu turno, justificaria a imediata cassação ou, no mínimo, que se aguarde o trânsito em julgado da decisão para o cumprimento da obrigação de fazer imposta.

Salienta que a probabilidade do direito da requerente está comprovada pela notória controvérsia acerca dos fatos, os quais entende poderão ser melhor esclarecidos por meio de perícia.

Alerta para o fato de que o cumprimento da obrigação de fazer está lhe causando manifestos prejuízos, pois "está sendo obrigado a cumprir decisão judicial antes mesmo de ter sido designada audiência ou qualquer ato no processo, onde há possibilidade de revisão da decisão proferida pelas instâncias superiores".

Requer, pelo relatado, "a concessão de efeito suspensivo, a fim de suspender os efeitos da decisão proferida nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0010749-33.2020.5.03.0110, de cumprir a obrigação de reintegrar a Requerida ao trabalho, com todos os direitos a ele inerentes, sob pena de aplicação de multa diária, ou seja, efeitos patrimoniais e jurídicos que devem ser transportados apenas e tão somente quando do efetivo trânsito em julgado da ação acima epigrafada".

Junta aos presentes autos documentos inerentes à lide subjacente, bem como procuração de Id. 71a7e87.

Deu à causa o valor de R$1.000,00.

É, em síntese, o relatório.

Examina-se.

Como cediço, o Código de Processo Civil estabelece medidas processuais, chamadas pela doutrina de tutelas de urgência, que tem por objetivo resguardar direito – tutelas cautelares; antecipar o próprio provimento de mérito – tutelas antecipatórias; ou impedir que um dano iminente aconteça (tutela inibitória).

Estabelece o art. 294 do CPC que "A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência", dispondo o parágrafo único do mesmo dispositivo legal, que "A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental." Dispõe, ainda, o art. 299 do CPC, que "A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal." E o parágrafo único desse mesmo artigo dispõe que "Ressalvada disposição especial, na ação de competência originária de tribunal e nos recursos a tutela provisória será requerida ao órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito." Como se vê, o Código de Processo Civil, ao tratar das tutelas provisórias, estabeleceu que elas podem ser de urgência ou de evidência e, no que se refere à tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, que ela pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental (art. 294, caput e parágrafo único).

O art. 299/CPC, por sua vez, como já consignado, previu, expressamente, que a tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal, tendo o parágrafo único tratado expressamente da situação especial em que o pedido de tutela provisória é formulado em ações de competência originária de tribunal ou em recursos, dispondo que, em tais hipóteses, a medida será requerida ao órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito.

Acrescente-se, ainda, que nos termos do artigo 227 do Regimento Interno deste Regional o pedido de tutela provisória será apresentado ao relator do processo principal, a exceção de medida requerida em procedimento preparatório.

Adiante, em seu parágrafo único, referido artigo ainda prevê que o pedido de tutela será direcionado à 1ª Vice-Presidência no período compreendido entre a interposição de recurso direcionado ao TST, ainda que sobrestado, e a publicação da decisão sobre a admissibilidade do recurso.

In casu, o processo principal ainda encontra-se no órgão regional turmário, porque em curso prazo para a oposição de eventuais embargos declaratórios.

Assim, tratando-se de tutela de urgência recursal, cumpre admitila, com fulcro nos arts. 299 do CPC e 227 do Regimento Interno deste Regional.

Por fim, dispõe o art. 300 que “A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”, prevendo o parágrafo 3° do mesmo dispositivo legal que “A tutela de Urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.” Como sabido, a tutela de urgência trata-se de instituto processual que busca viabilizar a prolação de decisão de caráter provisório capaz de conferir tutela satisfativa embasada em cognição sumária.

Em síntese, a tutela de urgência, de caráter antecedente, pretende evitar que o tempo provoque dano ao direito da parte, de modo que a demora na prestação jurisdicional leve ao perecimento do direito.

Para a concessão da tutela de urgência devem estar previstos os requisitos elencados no artigo 300 do CPC, quais sejam a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Acerca do primeiro requisito, tem-se que "A probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica - que é aquela que surge das confrontações das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O juiz tem que se convencer de que o direito é provável para se conceder a tutela" (MARINONI, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz; Mitidiero, Daniel. Novo Código de Processo Civil Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. P.300).

Já o perigo na demora (perigo de dano/risco ao resultado útil do processo) materializa-se "quando a demora pode comprometer a realização imediata ou futura do direito"(MARINONI, Luiz Guilherme; Arenhart, Sérgio Cruz; Mitidiero, Daniel. Novo Código de Processo Civil Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. P.301).

Assim, a concessão da tutela se faz necessária porque, caso contrário, existe o risco de que o ilícito ocorra e continue ocorrendo, impossibilitando a remoção do dano ou a sua reparação futura.

Portanto, para a concessão da tutela de urgência, à luz do artigo 300 da norma processual civil, exige-se a existência da probabilidade do direito e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, de forma cumulativa, certo que a ausência de um destes elementos afasta o direito à tutela pretendida.

O escopo da Lei é permitir, desde que presentes os requisitos do artigo 300 do CPC, a antecipação da tutela postulada, contudo, ausente um dos requisitos, não se trata de hipótese de antecipação da tutela.

A concessão da tutela, desde que observados os requisitos do artigo 300 do CPC, decorre do regular exercício do poder geral de cautela conferido ao Magistrado, objetivando conferir maior celeridade e efetividade à prestação jurisdicional, facultando-lhe a adoção de medidas que considere adequadas e cabíveis para efetivação da tutela provisória.

As medidas liminares são conferidas com base em juízo de probabilidade e "o procedimento é sumário, porque, em nome da celeridade necessária para cumprir eficazmente a garantia fundamental prometida pela Constituição, os atos por meio dos quais se desenvolve o iter processual são reduzidos.

Não há, por isso, fase destinada à instrução probatória, nem ocorre a audiência para debate e julgamento da causa. Toda instrução probatória tem de ser feita por via documental, no estágio destinado à postulação, seja por parte do impetrante, seja pelo sujeito passivo. O autor terá de comprovar suas alegações mediante prova documental pré-constituída, cuja produção ocorrerá junto com a petição inicial. Da mesma forma, a contraprova do demandado somente poderá consistir em documentos juntados à respectiva resposta. Além disso, a liminar que antecipa, de plano, a suspensão do ato público impugnado, longe de ser uma eventualidade, é objeto de avaliação necessária exigida pela função desempenhada pelo procedimento especial." (Theodoro Júnior, Humberto. Lei do Mandado de Segurança comentada: artigo por artigo. 2ª ed. - Rio de Janeiro : Forense, 2019).

No caso em análise, pretende a parte requerente seja concedido efeito suspensivo ao v. acórdão proferido nos autos da lide principal, processo 0010749-33.2020.5.03.0110, em que determinada obrigação de fazer consistente na reintegração da parte requerida, com restabelecimento do liame empregatício em toda sua amplitude, no prazo 05 dias úteis após a publicação deste acórdão, sob pena de multa diária de R$1.000,00, em favor da obreira.

Para melhor elucidação, transcrevo o teor da decisão: “DOENÇA PROFISSIONAL - REINTEGRAÇÃO - PAGAMENTO DAS PARCELAS VINCENDAS A autora se insurge contra o não reconhecimento de que a doença que a afligiu era ocupacional, pleiteando estabilidade provisória.

Passo ao exame.

Com o desiderato de obtenção de subsídios ao deslinde da pendência, foi determinada a realização de prova pericial, cujo laudo está anexado no ID 7502efa, arrematado pela seguinte conclusão: "Da patologia A Autora teve diagnóstico de síndrome depressiva durante o pacto laborativo e iniciou acompanhamento médico regular. Está em uso de medicação em dose baixa, com resposta parcial. Sugere-se psicoterapia e acompanhamento médico regular, com ajuste da dose do medicamento prescrito. Clinicamente, a Autora não apresenta sinais de gravidade ao exame do estado mental, mantém sua rotina de estudos e cuidados com o lar, fazendo planos para o futuro.

Do nexo de causalidade Não há nexo causal/concausal entre a patologia mental atual e o trabalho na Reclamada. A despeito do histórico de assaltos em 2015, a Autora não apresenta atualmente sinais de transtorno de estresse pós-traumático.

O quadro clínico atual caracteriza-se por rebaixamento de humor não relacionado ao trabalho, mas sim, à fase de adaptação pós-desligamento.

Da capacidade laborativa na ocasião do desligamento e atualmente Na data do desligamento (28/10/2020) e no exame médico demissional (29/10/2020), a Autora não apresentava evidências objetivas/documentais de incapacidade para o trabalho.

Em 05/11/2020 (período da projeção do aviso prévio), apresentou atestado médico de 30 dias e foi encaminhada ao INSS. O auxílio-doença previdenciário (espécie B31) foi concedido até 04/12/2020. Após essa data, não foram apresentados novos documentos que sustentem a alegação de incapacidade para o trabalho".

Diante do resultado da prova técnica, no sentido de que não havia caracterização de relação causal direta do quadro psiquiátrico com as atividades laborais desenvolvidas, a autora, na petição de ID 6f9868f, requereu esclarecimentos prestados no ID fedae0e.

Contudo, o documento ID a48ea81 atesta que a doença psíquica que afligiu a autora era relacionada ao trabalho, o que culminou no afastamento previdenciário da autora (ID d3cd2a9), no curso do aviso prévio indenizado, por 30 dias, conforme admitido pela autora (ID. 264ce51 - Pág. 5).

O relato pericial conclusivo, acima transcrito, asseverando que "a Autora teve diagnóstico de síndrome depressiva durante o pacto laborativo" aliado ao conteúdo do documento ID a48ea81, firmado por médico psiquiatra que acompanhava a autora, são suficientes para atestar que a concessão do benefício previdenciário ID d3cd2a9, malgrado a classificação B31, na verdade, tratava-se de doença profissional.

Nos termos do art. 479 do CPC, o órgão jurisdicional não está adstrito às conclusões da prova técnica, pois a função do perito é apenas auxiliar o julgador na apuração e esclarecimento de matéria que exija conhecimentos técnicos especiais. Por isso mesmo, o juízo, sendo livre na formação do seu convencimento, poderá decidir de forma contrária às conclusões do perito.

Sobre a estabilidade pleiteada, definida no art. 118 da Lei 8.213/91, é sabido que consiste na garantia da manutenção do contrato de trabalho do empregado que sofreu acidente do trabalho ou doença ocupacional a ele equiparada, cuja interpretação foi pacificada pelo TST na Súmula 378: "Estabilidade provisória. Acidente do trabalho. Art. 118 da Lei 8.213/1991. Constitucionalidade.

Pressupostos. I - É constitucional o artigo 118 da Lei no 8.213 /1991 que assegura o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado. II - São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego." (grifou-se).

Portanto, terminando o afastamento previdenciário em 05.12.2020, a autora faz jus à estabilidade provisória no período de 06.12.2020 a 05.12.2021.

Desta forma, a autora tem direito à indenização substitutiva dos salários, no período de 06.12.2020 até a efetiva reintegração no mesmo local e função daqueles da data da dispensa, garantidos à autor os salários e todos os demais direitos praticados para o cargo /função, devendo o réu pagar os salários e demais vantagens legais e convencionais do período de afastamento (de 06.12.2020 até a efetiva reintegração), acrescidos de 13º salários, recolhimentos do FGTS do período e enquanto perdurar o afastamento, pagamento dos benefícios coletivos, reajustes salariais, PLR (CCT anexa), auxílio refeição (Cláusula 14ª da CCT), auxílio cesta alimentação (Cláusula 15ª da CCT), 13ª cesta alimentação (Cláusula 16ª da CCT), abonos, complementação de benefício previdenciário (Cláusula 29ª da CCT), recolhimento da previdência privada parte

empresa.

Deverá, também, providenciar o imediato restabelecimento do convênio médico / plano de saúde assegurado à autora e a seus dependentes. Autorizo a dedução dos valores quitados a título de verbas rescisórias, porquanto nula a dispensa.

Invertidos os ônus, honorários periciais a cargo do réu, no valor fixado na sentença.

Provimento.

TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA PELA PARTE RECLAMANTE

Considerada a ampla cognição dos fatos, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela deve ser reapreciado, pois, aqui, o Juízo não estará decidindo a partir de mera verossimilhança, mas, sim, fundado em sua convicção última a respeito da lide.

Assim sendo, ante o indubitável risco de dano irreparável à autora caso ele tenha que aguardar o trânsito em julgado desta decisão para ver restabelecido o liame empregatício, ficando privado dos direitos decorrentes do pacto laboral no período, DECIDO antecipar parcialmente a tutela, determinando a reintegração da autora, com restabelecimento do liame empregatício em toda sua amplitude, no prazo de 48 horas da intimação desta decisão, sob pena de multa diária de R$1.000,00, em favor da autora.

A antecipação parcial ou total dos efeitos da tutela pretendida pode ser concedida quando o juízo, diante de prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e desde que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou ainda, caso fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

A dispensa por justa causa aplicada à autora foi declarada nula. Portanto, a reintegração do autor é a medida cabível ao caso.

A probabilidade do direito consubstancia-se na verossimilhança das alegações iniciais, o que restou evidenciado no caso presente. Sem maior esforço hermenêutico, parecem óbvios os sérios prejuízos que seriam causados à empregada pela espera da decisão definitiva sem o respectivo emprego, que possui natureza alimentar.

O deferimento da tutela antecipada para o restabelecimento do liame empregatício atende plenamente às disposições do art. 300 do CPC, porquanto presentes a probabilidade do direito, visto que restou patente a nulidade da dispensa, bem como o perigo de dano, em função do comprometimento da subsistência do autor e de sua família. Também presentes a verossimilhança e o abuso de direito do réu ante a ilegalidade da justa causa imposta à autora.

Assim, defiro a tutela antecipada, vez que demonstrada a probabilidade do direito vindicado e o perigo do dano (art. 300 do CPC).

Provido".

Como se depreende do trecho acima transcrito, o v. acórdão foi proferido com base em elementos de provas constantes dos autos, após cognição exauriente, tendo sido apresentado documento no qual efetivamente comprovada a relação causal direta entre o quadro psiquiátrico desenvolvido pela trabalhadora e as atividades laborais desempenhadas.

Neste sentido, restam rechaçadas todas as alegações da parte requerente no sentido de que a narrativa da requerente, no processo principal, não estava amparada em provas.

Até mesmo porque, como acima elucidado pela melhor doutrina, as medidas liminares são conferidas com base em juízo de probabilidade e o procedimento é sumário, sendo que, no caso em apreço, a cognição se deu de forma exauriente, após colhidas as provas pretendidas pelas partes.

Foi demonstrada a presença dos requisitos do artigo 300 do CPC para antecipação da tutela à requerida. O risco de dano configurou-se pela privação dos direitos decorrentes do pacto laboral no período em que se aguarda o trânsito em julgado, sendo que a probabilidade do direito decorreu da verossimilhança entre as alegações da exordial e o conjunto de provas dos autos.

Vale reforçar novamente que a concessão da tutela, desde que observados os requisitos do artigo 300 do CPC, decorre do regular exercício do poder geral de cautela conferido ao Magistrado, objetivando conferir maior celeridade e efetividade à prestação jurisdicional, facultando-lhe a adoção de medidas que considere adequadas e cabíveis para efetivação da tutela provisória.

Ademais, neste feito, não há espaço para se revisitar a questão meritória, tratada na lide subjacente, pertinente à doença laboral e à demissão da trabalhadora. Tais questões já foram devidamente tratadas e analisadas na lide principal, com decisão proferida por órgão colegiado, de forma unânime, sendo certo que a parte requerente, no intuito de reformar o v. acórdão, já interpôs recurso de revista direcionado ao TST.

Ressalto que não cabe falar em inobservância do exercício do contraditório e da ampla defesa, uma vez que foram assegurados às partes na lide principal e também neste feito, todos os meios para o efetivo exercício de defesa, com a utilização dos mecanismos processuais cabíveis e adequados.

Veja-se que à requerente foi oportunizado o exercício do direito de defesa ao interpor recurso ordinário e recurso de revista nos autos principais, bem como ao ajuizar a presente tutela cautelar antecedente.

Ao contrário do que sustenta a parte autora, o provimento jurisdicional conferido no v. acórdão, após a análise do caso concreto e das provas apresentadas, não importa em ofensa ao poder do empregador, porquanto este encontra limites, especialmente, nos direitos e garantias fundamentais previstos na

Carta Maior.

A esse respeito, trago remansosa jurisprudência desta eg. Corte Regional:

ASSÉDIO MORAL. COBRANÇA DE METAS. A imposição e cobrança de metas estão compreendidas em situações rotineiras e características da atividade empresarial, sobretudo no setor de vendas. Logo, a cobrança por resultados somente caracteriza assédio moral quando se verifica que o empregador excedeu o limite do seu poder diretivo, com a adoção de condutas inadequadas ou desrespeitosas, o que não se verificou na hipótese vertente. (TRT da 3.ª Região; PJe: 0010341-10.2020.5.03.0153 (RO); Disponibilização: 14/04/2021, DEJT/TRT3/Cad.Jud, Página 484; Órgão Julgador: Segunda Turma; Relator: Des.Gisele de Cassia VD Macedo)

ASSÉDIO MORAL. CONFIGURAÇÃO. Restando demonstrada nos autos a prática de assédio moral por parte da ré, em flagrante ofensa à dignidade da pessoa humana, extrapolando os limites de atuação do seu poder diretivo, há de arcar com a reparação pelos danos morais causados por essa conduta. Se é verdade que o empregador detém poderes de direção, fiscalização e disciplina em relação àqueles que lhe prestam serviços, não menos certo é que o exercício desse poder encontra limite no direito à dignidade e à honra do trabalhador. Verificada a existência do dano e da conduta contrária ao direito, faz jus o autor ao recebimento de indenização pelos danos morais decorrentes dos atos ilícitos praticados pela ré (artigos 186 e 927 do Código Civil). (TRT da 3.ª Região; PJe: 0010407-87.2020.5.03.0153 (RO); Disponibilização: 16/03/2021, DEJT/TRT3/Cad.Jud, Página 1078; Órgão Julgador: Setima Turma; Relator: Marcelo Lamego Pertence)

PODER DIRETIVO DO EMPREGADOR. ABUSO DE DIREITO. ATO ILÍCITO. CONFIGURAÇÃO. O poder diretivo do empregador é uma das características inerentes à relação de emprego, conforme se extrai da previsão contida no art. 2º da CLT. Como qualquer direito, seu exercício deve obedecer aos limites impostos pelo fim econômico e social, pela boa-fé e pelos bons costumes, sob pena de se configurar como abuso de direito, que é considerado ato ilícito pelo art. 187 do Código Civil. Além disso, aquele que, por ação ou omissão, com dolo ou culpa, violar direito ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito e fica obrigado a repará-lo (artigos 186 e 927 do Código Civil). TRT da 3.ª Região; PJe: 0010484-81.2018.5.03.0019 (RO); Disponibilização: 28/07/2020, DEJT/TRT3/Cad.Jud, Página 716; Órgão Julgador: Sexta Turma; Relator: Cesar Machado)

Em reforço, recorro às lições do Ministro Maurício Godinho Delgado: "Há limites (ou não) ao poder fiscalizatório empresarial? Seguramente sim, embora existam dúvidas a respeito das efetivas e exatas fronteiras aplicáveis às prerrogativas de controle empresarial.

Existem ordens jurídicas que estabelecem firme contingenciamento ao exercício de tais atividades de fiscalização e controle internas à empresa, em benefício da proteção à liberdade e dignidade básicas da pessoa do trabalhador. (...) A ordem jurídica brasileira não tem, ainda, preceitos tão claros na direção acima enunciada.

Contudo, ostenta regras e princípios gerais capazes de orientar o operador jurídico em face de certas situações concretas.

Nesse quadro, é inquestionável que a Constituição de 1988 rejeitou condutas fiscalizatórias e de controle da prestação de serviços que agridam à liberdade e dignidade básicas da pessoa física do trabalhador. Tais condutas chocam-se, frontalmente, com o universo normativo e de princípios abraçado pela Constituição vigorante. É que a Constituição pretendeu instituir um 'Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social...' (Preâmbulo da CF /88; grifos acrescidos). A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, constituída em Estado Democrático de Direito (artigo 1º, III, CF /88), que tem por alguns de seus objetivos fundamentais 'construir uma sociedade justa e solidária', além de 'promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação' (artigo 3º, I e IV, CF/88).

Ao lado de todos esses princípios (que, na verdade, atuam como princípios normativos), existem, na Constituição, regras impositivas enfáticas, que afasta a viabilidade jurídica de condutas fiscalizatórias e de controle da prestação de serviços que agridam a liberdade e dignidade básicas da pessoa natural do trabalhador. (...) Todas essas regras e princípios gerais, portanto, criam uma fronteira inegável ai exercício das funções fiscalizatórias e de controle no contexto empregatício, colocando na franca ilegalidade medidas que venham a agredir ou cercear a liberdade e dignidade da pessoa que trabalha empregaticiamente no Pais. Curso de Direito do Trabalho. 17ª ed. São Paulo, LTR - 2018. p. 791-792).

De fato, nenhum direito e garantia fundamental é absoluto, sendo certo que sua flexibilização exige a realização de um juízo de ponderação, à luz das particularidades do caso concreto, o que entendo observado.

Cabe analisar, portanto, se preenchidos os pressupostos para a concessão de efeitos suspensivos ao v. acórdão, como pretende a requerente."

À análise.

A presente medida tem como objeto decisão da Exma. DESEMBARGADORA ADRIANA GOULART DE SENA ORSINI que nos autos da Tutela Cautelar Antecedente nº**0010019-90.2022.5.03.0000** indeferiu pedido de suspensão dos efeitos do acórdão em recurso ordinário exarado nos autos do processo nº0010749-33.2020.5.03.0110, e por consequência manteve a ordem de imediata reintegração no emprego da terceira interessada, Vanessa Aires de Oliveira Barros, com a manutenção de todos os direitos inerentes ao contrato de trabalho.

No entanto, apresente Correição Parcial é intempestiva.

A decisão impugnada foi disponibilizada no DEJT em 17/01/2022, e considerada publicada no primeiro dia útil seguinte, em 18/01/2022, conforme certidão de publicação juntada (Id. #id:b28544e).

O artigo 17, caput, do RICGJT dispõe que *"O prazo para a apresentação da Correição Parcial é de 5 (cinco) dias, contados da publicação do ato ou despacho no órgão oficial, ou da ciência inequívoca pela parte dos fatos relativos à impugnação".*

Assim, a apresentação da reclamação correicional **apenas em 26/01/2022** é intempestiva.

Cabe destacar que o prazo para a propositura da Correição Parcial não é processual, e sim administrativo. Logo, não sujeito a suspensões ou interrupções, inclusive no recesso forense. Nesse sentido o entendimento do Órgão Especial da alta Corte da Justiça Trabalhista:

AGRAVO REGIMENTAL EM CORREIÇÃO PARCIAL. INTEMPESTIVIDADE DA MEDIDA CORREICIONAL. RECESSO FORENSE E FÉRIAS COLETIVAS. ATIVIDADE ININTERRUPTA DA CORREGEDORIA-GERAL. 1.*A atividade da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho é ininterrupta. Nas ausências ou impedimentos eventuais ou temporários, o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho será substituído pelo Vice-Presidente, ou, na ausência desse pelo Presidente, e, em sequência, pelos Ministros, em ordem decrescente de antiguidade, consoante os arts. 15, inc. III, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho e 2º, § 2º, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Por essa razão, nem o recesso forense em as férias coletivas dos Ministros do TST constituem causa de suspensão do curso do prazo de cinco dias para o interessado requerer a correição parcial perante a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Em especial como no presente caso em que a parte invoca suspensão de prazo na jurisdição do Tribunal Regional. 2. A Agravante não trouxe nenhum argumento que infirmasse os fundamentos do despacho agravado, razão por que não prospera o pleito de reforma da decisão. Agravo Regimental a que se nega provimento. (AgR-CorPar 1002-24.2016.5.00.0000, Relator Ministro: João Batista Brito Pereira, Órgão Especial, DEJT 14/06/2016).*

AGRAVO REGIMENTAL. CORREIÇÃO PARCIAL. INTEMPESTIVIDADE. RECESSO FORENSE. ATIVIDADE ININTERRUPTA DA CORREGEDORIA-GERAL. 1.*Não merece provimento o Agravo quando as razões apresentadas não conseguem infirmar os fundamentos expendidos na decisão mediante a qual se indeferiu a petição inicial.* ***2.*** *As atividades da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho são ininterruptas, não constituindo o recesso forense causa de suspensão do prazo regimental de que trata o artigo 17 do RICGJT. Precedentes.* ***3.****Agravo Regimental a que se nega provimento.* ***(TST-Ag-CorPar-1000013-93.2019.5.00.0000. Relator: Ministro Lélio Bentes Correa, Órgão Especial, DEJT 11/10/2019)***

Ademais, embora o Banco Requerente alegue que a publicação ocorreu apenas em 21/01/2022 não apresenta qualquer documento que demonstre a referida situação, conforme exigência constante no art. 15, II, do RICGJT.

Diante do exposto, com fundamento no artigo 20, I, do RICGJT, **INDEFIRO a petição inicial**.

Publique-se.

Transcorrido o prazo regimental, arquive-se.

Brasília, 27 de janeiro de 2022.

Ministro ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Processo Nº CorPar-1000040-71.2022.5.00.0000

Relator	ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
REQUERENTE	SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO - SINDIGAS
ADVOGADO	LUIZ VICENTE DE CARVALHO(OAB: 39325/SP)
REQUERIDO	Desembargador Jorge Luiz Souto Maior
TERCEIRO INTERESSADO	SIND TRAB COM MIN DER PETROLEO (IPM) SJCAMPOS VP REGIAO
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE MINERIOS DERIVADOS DE PETROLEO DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIAO

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO - SINDIGAS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

Correição Parcial ou Reclamação Correicional Nº 1000040-71.2022.5.00.0000

REQUERENTE: SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS

DISTRIBUIDORAS DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO - SINDIGAS

ADVOGADO: LUIZ VICENTE DE CARVALHO, OAB: 0039325

REQUERIDO: Desembargador JORGE LUIZ SOUTO MAIOR

TERCEIROS INTERESSADOS: SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS DERIVADOS DE PETRÓLEO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO e SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS DERIVADOS DE PETRÓLEO DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO

CGACV/fe/a

D E C I S Ã O

Defiro o pedido do requerente, para que as intimações sejam realizadas em nome do advogado Luiz Vicente de Carvalho (OAB-SP nº 39.325).

Reautue-se o feito a fim de que o Exmo. Desembargador JORGE LUIZ SOUTO MAIOR conste como requerido e, como terceiros interessados, o SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS DERIVADOS DE PETRÓLEO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO e o SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS DERIVADOS DE PETRÓLEO DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO.

Trata-se de Correição Parcial, com pedido liminar, apresentada por **SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO (Sindigás)**, em face de decisão proferida pelo Exmo. Desembargador **JORGE LUIZ SOUTO MAIOR**, integrante do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, que, nos autos do **DCG 0009073-22.2021.5.15.0000** e do **DCG 0008736-33.2021.5.15.000** (reunidos por conexão), deferiu a tutela de urgência requerida pelos terceiros interessados, determinando que as empresas representadas pelo Sindgás efetuassem o pagamento das parcelas "Participação nos Resultados - PR" e "abono Covid - 19", sob pena de multa diária, além de condenar o requerente ao pagamento de multa de R$ 1.000.000,00, por assédio processual.

O requerente aduz a necessidade de intervenção deste desta Corregedoria, tanto com fundamento no *caput*, a teor do tumulto processual decorrente da decisão corrigenda, quanto no parágrafo único do art. 13 do RICGJT, haja vista a possibilidade de lesão de difícil reparação.

Alega, nesse sentido, que o pronunciamento impugnado afronta: o entendimento do STF na ADPF 323, haja vista a suspensa da eficácia da Súmula 277 do TST; a Lei 10.101/00, quanto à determinação de pagamento da PLR, em contrariedade a prazos leis e independentemente de acordo prévio e metas pré-estabelecidas; o art. 611-A da CLT, por entender pela impossibilidade de a negociação sindical acontecer por meio de concessões recíprocas e equivalentes; o art. 5º, LV, da CF, quanto ao entendimento de configuração de assédio processual, pelo simples fato de se utilizar de remédios processuais para obter decisão contrária àquela que lhe desfavorece, mesmo com o devido cumprimento, pela recorrente, da decisão judicial em tempo e modo determinados; o art. 5º, II, da CF, ao determinar o pagamento de abono indenizatório negocial ("abono covid"), sem previsão legal ou contratual.

Sustenta, ainda, que o pronunciamento impugnado impôs multa milionária à requerente, mesmo diante da ausência de prejuízos ao processo, com o reconhecimento de prática antissindical pelo simples fato de ter oferecido proposta (em negociação coletiva de trabalho) inferior à inflação e ter comunicado o andamento da negociação aos seus empregados. Ressalta, nesse sentido, ter sido a requerente, Sindigás, que ingressou com o dissídio buscando solução e prestigiando a prestação jurisdicional para dirimir o conflito.

Aduz que o requerido usa irregularmente o poder normativo, excepcionalmente concedido aos Tribunais, para decidir, de forma monocrática e imediata, todos os itens controvertidos entre os sindicatos litigantes. Aponta, assim, desconformidade com a determinação legal de "solução heterônoma" para a solução do conflito, que se dá pela via colegiada.

Alega a necessidade de alteração decisória em razão da ausência de conexão. Sustenta, nesse sentido, que as ações foram ajuizadas para que o Poder Judiciário resolvesse o conflito coletivo, uma vez que as partes não chegaram a um acordo para a sua solução, mormente no que se refere ao índice fixado para reajuste da categoria profissional, ao PLR e ao abono compensatório, para concessão de reajuste coletivo de 8% ("abono covid").

Assevera que a proposta oferecida pelo sindicato requerente ao Sindicato dos Trabalhadores de São José dos Campos se igualava à já aceita por vários sindicatos de trabalhadores.

Aduz que, em razão de a audiência de conciliação ter restado infrutífera, seguiu-se o procedimento legal, com a livre distribuição da ação. Menciona, nesse sentido, que, nos autos do processo nº 0008736-33.2021.5.15.0000 (distribuída livremente ao relator desembargador Antônio Francisco Montanagna) houve o reconhecimento de conexão com o processo 0008718-12.2021.5.15.0000 (de relatoria do desembargador Jorge Luiz Souto Maior, ora requerido), com reunião em 22/11/21. Posteriormente, em 09/12/21, também foi reconhecida a conexão em relação ao processo 0009073-22.2021.5.15.0000 (de relatoria da desembargadora Laura Bittencourt Ferreira Rodrigues), com a remessa dos autos ao requerido.

Aduz que, no entanto, o processo 0008718-12.2021.5.15.0000 foi extinto em razão de acordo celebrado entre as partes, por manifestação de vontade noticiada em 19/11/21, antes que houvesse sido determinada a distribuição na primeira conexão. Nesse sentido, diz que um dos requerimentos da querente é anulação de todos os atos praticados após o reconhecimento da conexão.

Prossegue, aduzindo que a decisão impugnada determinou o pagamento de PLR de 180% + R$ 500,00 e "abono covid", com base em convenção coletiva vencida.

Nesse sentido, ressalta que, em dissídio coletivo de natureza econômica, cuja função é a criação de normas, a decisão impugnada - medida monocrática e antecipatória – não tem espaço de validade.

Sustenta a impossibilidade jurídica de criação de programa de Participação nos Lucros e/ou Resultados por meio do poder normativo (apenas por negociação sindical ou comissão paritária) e, ainda, a afronta do pronunciamento corrigendo ao disposto em lei (10.101/2000), mormente às condições legais e temporais para sua fixação e pagamento, comprometendo a igualdade concorrencial .

Ainda quanto ao deferimento da PLR, alega que, em pese o parâmetro fático ter sido o fato de que outros acordos, com diferentes sindicatos, tenham sido celebrados, no caso em exame, o deferimento se deu com fundamento em norma coletiva anterior, em clara aplicação do instituto da ultratividade da norma (não contemplado na legislação atual) e a contrariar a decisão proferida nos autos da ADPF 323.

No que se refere ao pagamento antecipado de "abono covid", aduz, em síntese, que o seu pagamento não advém de um direito pré-estabelecido contratualmente do trabalhador, e, tampouco, de uma obrigação legal, aduzindo tratar de uma abono indenizatório, contido em uma determinada proposta levada para mesa de negociação – a qual não fora aceita pelo sindicato profissional, em razão da vinculação existente entre o seu pagamento e o reajuste coletivo com índice diferenciado.

Esclarece, nesse sentido, ter feito oferta de negociação consistente em reajuste salarial de 8%, "abono covid" e PLR de 180% da remuneração. Diz que a liminar deferiu 10,42% de reajuste, "abono covid" e PLR de 180 % + R$ 500,00, com base em CCT vencida.

Aduz, portanto, que a oferta oferecida pela requerente é legítima, não configurando prática antissindical, mencionando a pandemia e fato de ser comum, no período, os reajustes salariais abaixo do INPC.

No que se refere à multa aplicada, de R$ 1.000.000,00, ao ressaltar a liberdade sindical, alega a inexistência de prática antissindical e de assédio processual, aduzindo ter exercido o seu direito constitucional de ampla defesa, com interposição dos competentes recursos, não havendo procrastinação ou negativa em cumprir decisões judiciais.

Ressalta que, por meio deste expediente, busca, com fundamento no art. 13 do RICGJT, a suspensão dos efeitos da liminar proferida, para que se aguarde a solução heterônima do conflito por meio de decisão colegiada.

Alega, assim, não haver *periculum in mora* que justifique a antecipação da tutela concedida na decisão impugnada, invoca a irreversibilidade do pagamento da PLR e do "abono covid" (art. 300, §3º, do CPC) e aduz a ausência de razoabilidade da multa aplicada, a justificar a intervenção deste órgão.

Ressalta, ainda, que, em razão de outras decisões interlocutórias, tão relevantes quanto a que deu origem à presente discussão, interpôs outros agravos internos, nos autos conexos sob o nº 0008736-33.2021.5.15.0000, os quais, até o presente momento, não foram julgados, o que demonstra a urgência na suspensão da decisão impugnada. Esclarece que, nos autos DCG nº 0009073-22.2021.5.15.0000 também opôs embargos de declaração, os quais, contudo, ainda não foram apreciados.

Por todo oexposto, em caráter liminar e urgente, requer a atribuição de "*efeito suspensivo ao Agravo protocolado, visando suspender a eficácia da tutela de urgência deferida pela r. decisão corrigenda, até o julgamento final do dissídio coletivo; ou, ainda sucessivamente, até julgamento do Agravo pela Seção de Dissídios Coletivos Todo RT da 15ª Região"*. Após o deferimento da liminar, requer sejam julgados procedentes os requerimentos formulados na correição parcial, "*para que se conceda, em definitivo, os efeitos da tutela pleiteada, de modo que seja revogada a tutela provisória concedida"*.

Pois bem.

A presente medida, apresentada em 25/01/22, é tempestiva, uma vez que, conforme documento trazidos no #id:28966b3 (DCG 0009073-22.2021.5.15.0000) e #id: 2011769 (DCG 0008736-33.2021.5.15.00), a disponibilização no DEJT ocorreu em 20/01/22.

Diante da conexão já mencionada, passa-se a transcrição de só uma das decisões (DCG 0009073-22.2021.5.15.0000, #id: ef2cdb9):

"Vistos e examinados.

a) Breve histórico

Trata-se de pedido de tutela de urgência formulado pelo sindicato suscitante (SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS DERIVADOS DE PETRÓLEO DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO) às fls. 277/289 em que este pleiteia o deferimento antecipado da "Participação nos Resultados – PR", bem como do "abono Covid-19".

Aduz o suscitante que não houve pretensão resistida quanto à PR, que foi proposta nos mesmos índices das negociações anteriores (150% + 30%); que referida verba já passou a ser pagas nas bases territoriais que aderiram ao novo acordo; que o "abono Covid-19" não constou da pauta de reivindicações dos sindicatos no ano de 2020, mas foi colocado na mesa de negociações pelo sindicato patronal no presente momento, no valor de R$1.500,00 por empregado, a título de "moeda de troca", somente aos que aceitassem o "pacote" com retirada de outros direitos.

Diante dos relevantes fundamentos expostos pelo suscitante, merece acolhimento o pedido antecipatório, conforme fundamentos a seguir articuladamente expostos.

b) "Participação nos Resultados – PR"

Cumpre salientar, inicialmente, que a "Participação nos Resultados – PR" constitui uma conquista histórica da categoria profissional representada pelo suscitante, tratando-se de verba que já se integrou ao patrimônio jurídico dos(as) trabalhadores(as) há muitos anos. Nos autos do processo nº 0008736-33.2021.5.15.0000, em trâmite nesta SDC, por exemplo, foram juntadas sucessivas normas coletivas para apuração e pagamento da "Participação nos Resultados – PR" com vigência hámais de uma década, e nos presentes autos há cópias de termo de ajuste de pagamento da "PR" firmado em 1997, ou seja, há mais de 20 (vinte) anos.

É justa, portanto, a expectativa da categoria profissional e inafastável a incidência do princípio da estabilidade financeira, pois os(as) trabalhadores(as) contam há décadas com os valores anualmente pagos a título de "PR" para honrar suas obrigações. O abrupto rompimento promovido pelo suscitado para forçar a classe trabalhadora a aderir a um acordo menos benéfico, além de configurar prática antissindical, gerou insegurança jurídica e efetivos prejuízos materiais à categoria.

Também não há, concretamente, qualquer divergência entre as partes no que diz respeito aos parâmetros para pagamento da "Participação nos Resultados – PR" relativa ao ano base de 2021, já que o suscitante declarou expressamente na inicial que aceita as bases propostas pelo suscitado para implementação da referida verba, com exceção da parcela fixa de R$500,00 paga nos anos anteriores, que também foi injustificadamente suprimida na proposta de 2021 formulada pelo suscitado.

O suscitado, por sua vez, nada disse em sua contestação, limitando-se a afirmar que há carência de ação quanto à pretensão de deferimento da referida verba, sem apresentar qualquer fundamento jurídico minimamente razoável. Omitiu-se, no entanto, quanto à proposta por ele próprio formalizada à categoria profissional no sentido de pagar a "PR" de 2021 no importe de 180% (mantendo o percentual anterior), conforme teor do informativo de fls. 66/67, embora, como dito, tenha suprimido a parcela fixa de R$500,00.

Nesse contexto, os fundamentos expostos da decisão de fls. 259/262 para o indeferimento da antecipação da "Participação nos Resultados – PR" estão totalmente superados, pois já encerrado o ano base de 2021 e os documentos apresentados pelo sindicato suscitante demonstram que as empresas representadas pelo sindicato suscitado já efetuaram o pagamento da primeira parcela da "PR" no final de 2021 aos(às) trabalhadores(as) representados(as) que aderiram às propostas patronais em outras localidades, conforme se vê do documento de fl. 67 (informativo do suscitado).

Confira-se trecho extraído do referido documento:

"(...)

Sendo lamentável esse fato, isso tudo porque o sindicato ainda não apresentou o resultado da assembleia com o necessário "ACEITE" da categoria.

Fato indesejável para todos, empregados e empresas, pois gera um descompasso remuneratório frente aos demais empregados do restante do país, que na contramão disso, receberam na data de hoje – 29/10/2021, seus salários corrigidos, seu abono Covid-19 de R$1.500,00 e sua PR (Participação nos Resultados) de 180% dos salários corrigidos, inclusive adicional e periculosidade. E agora, em 30 de novembro, receberão os novos valores de seus benefícios, mais as diferenças de setembro e outubro.

(...)" (grifos no original)

Confira-se ainda o teor do documento de fl. 704 juntado ao processo nº 0008736-33.2021.5.15.0000:

"(...)

SEU SINDICATO SABE, MAS NÃO CUSTA LEMBRAR QUE, A QUALQUER TEMPO, PODE DESISTIR DO PROCESSO APRESENTANDO SEU OFÍCIO DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA PERMITINDO QUE CADA QUAL TENHA**ACESSO AO NEGOCIADO NACIONALMENTE AINDA EM 2021**. TODAS AS DISCUSSÕES SÃO LEGÍTIMAS E COMPREENSIVAS,**PORÉM AS EMPRESAS FICAM IMPEDIDAS DE APLICAR O QUANTO NEGOCIADO**PARA A CATEGORIA ATÉ QUE SE TENHA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO

(...) (grifos no original)

A cópia da CCT 2021/2021 específica relativa à "Participação nos Resultados – PR", juntada pelo suscitado no processo nº 0008736-33.2021.5.15.0000 (fls. 51/54 daqueles autos), que foi firmada com a Federação Nacional dos Trabalhadores, demonstra quais foram as metas e bases para quitação da verba, em especial quanto à forma de pagamento: duas parcelas, sendo a primeira (antecipação) no dia 30/10/2021, no importe de 150% do salário base vigente em 01/09/2021, acrescida do adicional de periculosidade e da

gratificação de função, e os 30% restantes no prazo de até 06 (seis) meses depois, desde que atingida a meta prevista no referido instrumento.

Ante o exposto, não há qualquer razoabilidade em se manter os(as) trabalhadores(as) representados(as) pelo suscitante sem o recebimento da "PR", que tem sido paga há muitos anos e acerca da qual não há qualquer divergência entre as partes, em qualquer aspecto, valendo destacar, como já mencionado na decisão de fls. 259/262, que a jurisprudência é pacífica no sentido de que, na ausência de acordo formal, as disposições convencionadas anteriormente, inclusive quanto envolverem o PLR, por caracterizarem conquistas dos trabalhadores, devem ser mantidas (art. 114, §2º, da CF/88).

Confira-se o seguinte julgado neste sentido:

RECURSO ORDINÁRIO. DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE.**PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS. CLÁUSULA PREEXISTENTE EM ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. CONQUISTA DA CATEGORIA**. Nos termos do que dispõe o art. 114, § 2º, da Constituição da República, a Justiça do Trabalho, no julgamento de dissídio coletivo de natureza econômica (ou de greve), detém competência para manter as cláusulas constantes de normas coletivas autônomas convencionadas anteriormente, por constituir conquista da categoria de trabalhadores. Recurso ordinário a que se nega provimento, nesse particular. (TST RO 20304920125150000, Rel. Ministro Walmir Oliveira da Costa, j. em 23/02/2015, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, DEJT 27/02/2015 – grifou-se)

Negar a antecipação da "Participação dos Resultados – PR" de 2021 corresponderia a uma conduta até mesmo discriminatória, além da imposição de uma dificuldade intransponível aos(as) trabalhadores(as) na negociação com o suscitado, o que resultaria na retirada de diversos outros direitos pretendida por este último, inclusive quanto ao percentual de reajuste salarial, que seria bem inferior à inflação do período.

Vale destacar que a demora na tramitação dos processos tem sido utilizada como argumento do sindicato suscitado em seu próprio proveito nos informativos negociais, como os de fls. 66/69, para pressionar os sindicatos profissionais e seus representados a aceitarem suas propostas iniciais, com a concessão de 8% de reajuste salarial e retirada de outros direitos,o que configura prática antissindical. Daí a relevância de se garantir aos trabalhadores, de forma antecipada, o restabelecimento de conquistas já consolidadas nas normas anteriores, até para que o legítimo exercício do direito de ação não se torne, por si só, um entrave à obtenção dos direitos pretendidos.

Ante o exposto, considero presentes os requisitos legais e DEFIRO a antecipação da tutela para determinar, com fundamento na norma coletiva anterior – cláusulas 6ª e 8ª da CCT de 2020/2020 (fls. 70/73):

a) que as empresas representadas pelo suscitado efetuem o pagamento da primeira parcela da "Participação nos Resultados – PR", no importe de 150% o salário vigente em 01/09/2021 (base de cálculo: salário acrescido do reajuste de 10,42% já deferido às fls. 259/262, acrescido do adicional de periculosidade e da gratificação de função, quando devidas tais verbas), acrescido do valor fixo de R$500,00 (quinhentos reais). O pagamento deverá ser efetuado no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária de R$1.000,00 (mil reais) por trabalhador.

b) que as empresas representadas pelo suscitado efetuem o pagamento da segunda parcela da "Participação nos Resultados – PR", no importe de 30% sobre o salário vigente em 01/09/2021 (base de cálculo: salário acrescido do reajuste de 10,42% já deferido às fls. 259/262, acrescido do adicional de periculosidade e da gratificação de função, quando devidas tais verbas), até o dia 30/04/2022, sob pena de multa diária de R$1.000,00 (mil reais) por trabalhador.

c) "Abono Covid – 19"

Também se justifica plenamente a antecipação de tutela no que tange ao "Abono Covid-19", ainda que tal verba não integre a norma coletiva anteriormente vigente, já que a lógica discriminatória e abusiva utilizada pelo suscitado tem sido a mesma quanto à verba em questão.

Pior que isso, o suscitado se vale da Pandemia de Covid-19, que notoriamente assolou a humanidade, tirando milhões de vidas e agravando mundialmente a miséria e a fome, para justificar a concessão de uma verba apenas para parte da categoria profissional, desde que aceitos os termos propostos para um acordo coletivo que claramente prejudica os(as) trabalhadores(as), o que configura, no mínimo, uma afronta à dignidade humana.

Aliás, a postura do sindicato suscitado se tornou ainda mais grave, configurando verdadeiro assédio processual, durante o trâmite deste feito e dos Dissídios Coletivos de nº 0008718-12.2021.5.15.0000 e nº 0008736-33.2021.5.15.0000, já que, após a concessão de liminares garantindo reajuste salarial pelo INPC no importe de 10,42%, passou a divulgar publicamente, por meio de informativos, que as decisões antecipatórias não abrangem a "PR" e o "Abono Covid-19" e que, tais verbas inclusive já estariam sendo pagos aos(às) trabalhadores(as) que aderiram aos termos do acordo coletivo de 2021 firmado com a Federação Nacional, tudo como forma de pressionar a categoria profissional a aceitar a renúncia de direitos no novo acordo.

De todo modo, o fato é que a verba denominada "Abono Covid-19"

foi inserida nas normas coletivas firmadas com os sindicatos que aderiram ao novo instrumento coletivo de 2021 ("cláusula 73.4") e o próprio suscitado, em sua defesa, pretende a extensão do referido acordo aos demais trabalhadores, incluindo, obviamente, o "Abono Covid-19".

Neste sentido, não havendo oposição do suscitante e diante da expressa concordância do suscitado no sentido de que referida verba seja paga pelas empresas, esta deve ser deferida aos(às) trabalhadores(as) representados(as) pelo suscitante, de forma antecipada, diante da urgência que justifica sua própria origem, em especial diante do agravamento da Pandemia de Covid-19 pela variante Ômicron, que têm registrados recordes diários de casos por todo o mundo e novas restrição de circulação de pessoas.

Ante o exposto, considero presentes os requisitos legais eDEFIROa antecipação da tutela para determinar: que as empresas representadas pelo suscitado efetuem o pagamento do "Abono Covid-19", no importe de R$1.500,00 (mil e quinhentos reais), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária de R$1.000,00 (mil reais) por trabalhador.

d) Abuso de direito - Assédio processual

Os dissídios coletivos conexos em análise (Processos nº 0008736-33.2021.5.15.0000 e nº 0009073-22.2021.5.15.0000), que dizem respeito à negociação coletiva da categoria dos(as) trabalhadores(as) no comércio de minérios e derivados de petróleo das regiões de Presidente Prudente/SP e São José dos Campos/SP e o SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – SINDIGÁS são uma clara demonstração de que o sindicato patronal, além de pretender impor renúncias e retrocessos sociais aos trabalhadores, obtendo vantagens indevidas no âmbito da negociação, tem se valido dos processos como forma de pressionar indevidamente a categoria profissional a aceitar a renúncia a direitos adquiridos e conquistas históricas, praticando conduta antissindical, abusando do direito processual e agredindo a dignidade da Justiça.

Em termos processuais, a conduta do sindicato patronal não constituiu, meramente, uma litigância de má-fé. Tratou-se, na realidade, da tentativa de utilizar o processo para obter vantagem indevida nas negociações com a classe trabalhadora. Os informativos juntados aos processos demonstram claramente o intuito do sindicato patronal no sentido de impor suas propostas menos benéficas sob o argumento de que o processo judicial, em si, constituiria impedimento para o cumprimento de obrigações previstas nas normas coletivas por parte das empresas representadas, como se a própria atuação da Justiça do Trabalho pudesse ser prejudicial a uma solução mais adequada (do seu ponto de vista, evidentemente).

Ocorre que as notícias divulgadas pelo SINDIGÁS não correspondem à realidade. Em primeiro lugar, porque o trâmite processual não prejudicará e não servirá como mecanismo de discriminação e danos à classe trabalhadora. Neste sentido, inclusive, já foram deferidos, antecipada e provisoriamente, a reposição salarial pelo INPC, a "Participação nos Resultados – PR" e o "Abono Covid-19", além da manutenção das demais cláusulas vigentes nos instrumentos anteriores, conforme, aliás, reconhece o próprio sindicato patronal em seus informativos. Em segundo lugar, porque, por certo, o provimento jurisdicional não ocasionará retrocessos e retirada de direitos, já que o dissídio coletivo de natureza econômica nada mais é que uma das formas de exercer o direito à reconstrução da ordem jurídica, quando demonstrado, como no presente caso, que os atos negociais não foram suficientes para conferir efetividade aos valores jurídicos de caráter genérico inscritos no ordenamento jurídico.

Outro aspecto relevante a ser observado diz respeito à conduta antissindical praticada pelo sindicato patronal ao oferecer vantagem pecuniária, notadamente o "Abono Covid-19", apenas aos(às) trabalhadores(as) representados pelas entidades sindicais que aceitaram as condições negociais que impôs, agindo dessa maneira também para "punir" aqueles que não abandonaram o seu direito de auferir melhores condições de trabalho no processo de negociação. Além disso, faz anúncio desta situação para criar conflito entre os(as) trabalhadores(as) e sua entidade sindical mais combativa. É nítida a inadequação jurídica de sua postura, que representa, ao mesmo tempo, abuso de seu poder econômico, ferimento da boa-fé objetiva, ato antissindical, atitude discriminatória e assédio processual.

É importante perceber que até mesmo a oferta foi realizada com o intuito de ludibriar, já que a mencionada "vantagem" sequer é um benefício concreto se comparada com uma efetiva política salarial. Isto porque o "Abono Covid-19" é transitório e, de acordo com as normas coletivas já firmadas com outros sindicatos, não integra o salário para qualquer efeito, ou seja, a defasagem salarial, sem a resistência do suscitado e sem a intervenção judicial, permaneceria para os próximos anos, de forma sucessiva, com perdas salariais progressivas.

Além de ser abusiva e de se integrar a uma prática antissincial, a concessão da verba apenas a uma parte dos trabalhadores traz o vício jurídico insuperável da discriminação odiosa.

Ora, a referida verba, como o próprio nome diz, está relacionada à grave situação pandêmica que atingiu toda a sociedade. Assim, não há fator de distinção juridicamente válido para direcionar a verba apenas a uma parte dos trabalhadores, sendo estes, não por coincidência, aqueles que aderiram às suas propostas de

negociação, tratando os demais como pessoas que potencialmente não foram sido atingidos pela Pandemia e sentido seus efeitos.

Tal conduta, portanto, constitui uma agressão à dignidade humana e aos direitos fundamentais dos(as) trabalhadores(as) envolvidos nas negociações ainda em andamento.

A correção judicial da conduta adotada pelo suscitante é, portanto, medida que se impõe, como forma de resgate da autoridade da ordem jurídica e da dignidade da Justiça.

Assim, defiro o requerimento feito pelo suscitado e determino que referida verba seja paga de imediato a todos(as) os(as) trabalhadores(as), indistintamente, conforme já deferido nesta decisão, sob pena de multa diária de R$1.000,00 por trabalhador(a) atingido(a).

Do ponto de vista processual, a conduta do suscitante também não pode passar sem a produção de seus efeitos correlatos, valendo lembrar que advertências neste sentido já haviam sido feitas ao suscitante.

Cumpre lembrar que o abuso do direito, que sempre foi uma figura jurídica meio desprezada no nosso ordenamento jurídico, pois existente apenas nos trabalhos doutrinários, ganhou um reforço importante no novo Código Civil, que, embora não o tenha tratado de forma expressa (ainda com a menção à figura do abuso nos artigos 50, 570 e 670), qualificou, juridicamente, como ato ilícito, uma conduta que só pode ser traduzida como abuso de direito:*"Art. 187. Também**comete ato ilícito**o**titular de um direito**que, ao exercê-lo,**excede manifestamente os limites**impostos pelo seufim econômicoousocial, pelaboa-féou pelosbons costumes."*

Importante, ademais, esclarecer que a avaliação do abuso do direito, que pode ser traduzido como exercício abusivo de um direito subjetivo, não se faz apenas tendo à vista os limítrofes de uma dada relação jurídica de natureza privada, isto é, não é titular da reparação do ilícito, ocasionado pelo abuso, apenas o sujeito que possua uma relação jurídica específica com aquele que cometeu o abuso, pois, como explica José Olympio de Castro Filho,*apud*Lêedsônia Campos Ranieri de Albuquerque, a faculdade de agir, no exercício de um direito subjetivo, é limitada pela "consciência jurídica coletiva, que quer que não se exceda o exercício dessa faculdade além dos limites impostos pela finalidade do direito" (O Abuso do Direito do Processo de Conhecimento, São Paulo, LTr, 2002, p. 47).

Como explica Karl Larenz há uma relação jurídica básica que transcende as relações jurídicas determinadas. Assim, todas as pessoas, em seus atos perante outros, são ao mesmo tempo sujeito de direitos e obrigações: "Si el primeir conecpto fundamental del Derecho privado es la persona en cuanto sujeto de derecho, esto es, titular de derechos y destinatario de obligaciones, el segundo concepto fundamental es la relación jurídica como nexo jurídico que une entre si a sujetos de derecho". (Derecho Civil, p. 246)

O importante a destacar, neste aspecto, é que, como explica o mesmo autor, a vinculação em uma dada relação jurídica não retira do sujeito o seu direito subjetivo fundamental, e, consequentemente, o fato de se estar integrado a uma relação jurídica específica, com direitos e obrigações a ela pertinentes, não exclui, por óbvio, a obrigação quanto ao dever jurídico decorrente da relação jurídica básica.

Assim, por exemplo, um empregador possui a obrigação de pagar salário, limitar a jornada de trabalho, conceder férias, pagar 13o. salário, depositar o FGTS, recolher a contribuição previdenciária, mas o fato de cumprir com todas essas obrigações não elimina as obrigações decorrente da relação jurídica básica.

O mesmo, paralelamente, se dá com o processo.

A doutrina identifica no processo a existência de uma relação jurídica determinada, na qual se integram as partes e o juiz, assim como os demais sujeitos que, de algum modo, interveem no processo ou são atingidos pelas decisões nele proferidas. Esses sujeitos se interligam juridicamente porque possuem direitos e obrigações, fixados na lei processual, considerada a sua integração ao processo. Esta regulação específica, no entanto, como se dá em toda e qualquer relação jurídica, não impede a incidência das obrigações decorrentes da relação jurídica básica, mesmo tendo a lei processual qualificado, em alguns artigos, como antijurídicas certas condutas no processo e fixado seus efeitos, conforme abaixo especificado (Código de Processo Civil):

Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:

I - expor os fatos em juízo conforme a verdade;

II - não formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento;

III - não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito;

IV - cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação;

V - declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva;

VI - não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.

VII - informar e manter atualizados seus dados cadastrais perante os órgãos do Poder Judiciário e, no caso do § 6º do art. 246 deste Código, da Administração Tributária, para recebimento de citações

e intimações. (Incluído pela Lei nº 14.195, de 2021)

§ 1º Nas hipóteses dos incisos IV e VI, o juiz advertirá qualquer das pessoas mencionadas no caput de que sua conduta poderá ser punida como ato atentatório à dignidade da justiça.

§ 2º A violação ao disposto nos incisos IV e VI constitui ato atentatório à dignidade da justiça, devendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa de até vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.

§ 3 o Não sendo paga no prazo a ser fixado pelo juiz, a multa prevista no § 2º será inscrita como dívida ativa da União ou do Estado após o trânsito em julgado da decisão que a fixou, e sua execução observará o procedimento da execução fiscal, revertendo-se aos fundos previstos noart. 97.

§ 4º A multa estabelecida no § 2º poderá ser fixada independentemente da incidência das previstas nosarts. 523, § 1º, e536, § 1º.

§ 5º Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa prevista no § 2º poderá ser fixada em até 10 (dez) vezes o valor do salário-mínimo.

§ 6º Aos advogados públicos ou privados e aos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público não se aplica o disposto nos §§ 2º a 5º, devendo eventual responsabilidade disciplinar ser apurada pelo respectivo órgão de classe ou corregedoria, ao qual o juiz oficiará.

§ 7º Reconhecida violação ao disposto no inciso VI, o juiz determinará o restabelecimento do estado anterior, podendo, ainda, proibir a parte de falar nos autos até a purgação do atentado, sem prejuízo da aplicação do § 2º.

§ 8º O representante judicial da parte não pode ser compelido a cumprir decisão em seu lugar.

Art. 78. É vedado às partes, a seus procuradores, aos juízes, aos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e a qualquer pessoa que participe do processo empregar expressões ofensivas nos escritos apresentados.

§ 1º Quando expressões ou condutas ofensivas forem manifestadas oral ou presencialmente, o juiz advertirá o ofensor de que não as deve usar ou repetir, sob pena de lhe ser cassada a palavra.

§ 2º De ofício ou a requerimento do ofendido, o juiz determinará que as expressões ofensivas sejam riscadas e, a requerimento do ofendido, determinará a expedição de certidão com inteiro teor das expressões ofensivas e a colocará à disposição da parte interessada.

Art. 79. Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor, réu ou interveniente.

Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que:

I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;

II - alterar a verdade dos fatos;

III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;

IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;

V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;

VI - provocar incidente manifestamente infundado;

VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.

Art. 81. De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.

§ 1º Quando forem 2 (dois) ou mais os litigantes de má-fé, o juiz condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa ou solidariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.

§ 2º Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até 10 (dez) vezes o valor do salário-mínimo.

§ 3º O valor da indenização será fixado pelo juiz ou, caso não seja possível mensurá-lo, liquidado por arbitramento ou pelo procedimento comum, nos próprios autos.

As repercussões jurídicas fixadas na lei processual, por óbvio, não representam um salvo conduto para que os sujeitos do processo possam, extrapolando os limites do seu direito subjetivo, ferir as regras jurídicas da relação jurídica básica. Em outras palavras, a aplicação dos efeitos específicos da lei processual não eliminam as repercussões na esfera da relação jurídica básica. Ser contrário a esta ideia, é o mesmo que acreditar que o fato de se verem riscadas as expressões injuriosas nos escritos juntados ao processo, é o efeito único que se possa atribuir para tal ato. Da mesma forma, mesmo os atos definidos na lei processual como “atentatório ao exercício da jurisdição”, “litigância de má-fé” e “atentatório à dignidade da Justiça” não gerarão os efeitos restritos fixados na lei processual, pois os mesmos atos podem atingir a esfera da relação jurídica básica. O próprio Jorge Americano, tratando da questão sob outro prisma, já admitia a indenização por dano moral pelo exercício abusivo da demanda (Do Abuso do Direito no Exercício da Demanda, São Paulo, Casa Vanorden, 1923, pp. 110-112). E, como diz Leedsônia, com precisão, “não é de crer que o Direito, neste aspecto, possa ter regredido” (ob. cit., p. 164).

É importante destacar que o Estado, no exercício de seu poder-dever jurisdicional e representado pelo magistrado, integra-se no contexto dessa relação jurídica básica. Assim, da mesma forma que o juiz deve respeitar os demais sujeitos do processo, estes lhe

devem respeito, não por uma circunstância hierárquica, mas pela existência da relação jurídica básica, na qual se inclui, por evidente, o respeito à autoridade institucional do poder jurisdicional. É neste sentido, ademais, que se diz que a Justiça possui uma dignidade, que não pode, pura e simplesmente, ser desconsiderada pelos sujeitos do processo, até porque, como diz Ada Pellegrini Grinover, "há muito o processo deixou de ser visto como instrumento meramente técnico, para assumir a dimensão de instrumento ético voltado a pacificar com justiça" ("Paixão e morte do 'contempt of court' brasileiro" – art. 14 do Código de Processo Civil,*in*Direito Processual: inovações e perspectivas. Estudos em homenagem ao Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira. Coordenadores Eliana Calmon & Uadi Lammêgo Bulos. São Paulo, Saraiva, 2003, p. 1)

Na linha de conferir autoridade à atividade jurisdicional, buscando impor às partes uma conduta ética no processo, desenvolveu-se no direito americano, a figura do*contempt of court*, que "é a prática de qualquer ato que tenda a ofender um tribunal na administração da justiça ou a diminuir sua autoridade ou dignidade, incluindo a desobediência a uma ordem" (Cleon Oliphant Swaysse,*apud*Ada Pellegrini Grinover, ob. cit., p. 5)

Bem verdade que no Brasil tentou-se limitar a atuação jurisdicional na defesa de sua dignidade com as sucessivas restrições impostas aos projetos de lei dos quais originou-se o texto do parágrafo único do artigo 77, §6º do Código de Processo Civil, que dentre outras proposições injustificadas, excluiu o advogado da multa fixada no §2º. Neste sentido, Ada Pelegrini Grinover: "...só uma mal entendida proteção corporativa pode levar a querer proteger os maus advogados, que resistem injustificadamente às ordens judiciárias. Sem contar com o fato de que as sanções disciplinares previstas nos estatutos da Ordem têm finalidade profundamente diversas das do*contempt of court*, que objetiva resguardar a autoridade das decisões judiciárias e garantir a efetividade do processo" (ob. cit., p. 10).

Isto não significa dizer que o teor do artigo 77, §6º do Código de Processo Civil, não possa ser interpretado e aplicado de forma até mesmo a desconsiderar a exclusão do advogado da penalização por ato atentatório ao exercício da jurisdição, como sustenta Cândido Rangel Dinamarco, ao sugerir que se trata de*"uma arbitrariedade que só pela lógica do absurdo poderia prevalecer"*, concluindo que*"chegaria a ser inconstitucional dispensá-los de toda essa carga ética, ou de parte dela, somente em nome de uma independência funcional, que deve ter limites"*(A Reforma da Reforma, 2a. ed. São Paulo, Malheiros, p. 68).

Mas, não é este o caso posto em discussão. O que se está querendo dizer é que o*contempt of court*, por traduzir um princípio de preservação da dignidade da justiça, cujo direito e correspondente obrigação decorrem da existência de uma relação jurídica básica, tem plena incidência no ordenamento jurídico brasileiro e não depende, para sua aplicação de uma lei específica que o regule.

Não se pode, ademais, ver no artigo 77, §6º do CPC, uma limitação intransponível para a imposição jurisdicional de efeitos jurídicos pelos atos das partes (e dos advogados) que constituam ofensa à administração da justiça. A existência de outros dispositivos na própria legislação processual, que servem à mesma finalidade, é prova contundente disto:

(...)

Art. 297. O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória.

Parágrafo único. A efetivação da tutela provisória observará as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença, no que couber.

(...)

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1o Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Art. 301. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguração do direito.

Art. 302. Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se:

I - a sentença lhe for desfavorável;

II - obtida liminarmente a tutela em caráter antecedente, não fornecer os meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 (cinco) dias;

III - ocorrer a cessação da eficácia da medida em qualquer hipótese legal;

IV - o juiz acolher a alegação de decadência ou prescrição da pretensão do autor.

Parágrafo único. A indenização será liquidada nos autos em que a

medida tiver sido concedida, sempre que possível.

(...)

Art. 536. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.

§ 1º Para atender ao disposto no caput , o juiz poderá determinar, entre outras medidas, a imposição de multa, a busca e apreensão, a remoção de pessoas e coisas, o desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva, podendo, caso necessário, requisitar o auxílio de força policial.

(...)

Art. 774. Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que:

I - frauda a execução;

II - se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos;

III - dificulta ou embaraça a realização da penhora;

IV - resiste injustificadamente às ordens judiciais;

V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o juiz fixará multa em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente, exigível nos próprios autos do processo, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material.

(...)

Art. 814. Na execução de obrigação de fazer ou de não fazer fundada em título extrajudicial, ao despachar a inicial, o juiz fixará multa por período de atraso no cumprimento da obrigação e a data a partir da qual será devida.

Parágrafo único. Se o valor da multa estiver previsto no título e for excessivo, o juiz poderá reduzi-lo.

Como se vê, o ordenamento jurídico brasileiro é repleto de dispositivos que conferem ao juiz a possibilidade de conferir efeito jurídico aos atos das partes que tenham por objetivo “diminuir sua autoridade ou dignidade”. Lembre-se, por oportuno, que o §6º, do art. 77, do CPC, ainda que pudesse ser usado – e não pode, conforme demonstrado – como limitador do efeito jurídico em face da conduta ilícita da parte, seria restrito à hipótese dos incisos IV e VI, do mesmo artigo 77, não se aplicando, portanto, a todas e demais condutas da parte que pudessem ser atingidas pelo princípio do*contempt of court*.

No caso dos presentes autos, o suscitado, como visto, não meramente agiu de “má-fé”. O suscitado agiu de forma discriminatória e antissindical; buscou negar o direito à negociação sindical; aproveitou-se da possível demora no trâmite do processo e da necessidade econômica premente dos(as) trabalhadores(as) para impor, inclusive por meio do oferecimento de vantagens indevidas, condições com as quais não houve concordância da categoria profissional e que caracterizam retrocesso social.

Do ponto de vista processual, o suscitado desdenhou da efetividade da prestação jurisdicional e afrontou a dignidade da Justiça e o fez mesmo após ter sido advertido a respeito.

O que fez o suscitante foi muito além do que está previsto nas leis acima citadas, não se podendo, por óbvio, fazer incidir sua conduta no mesmo nível de outras muito menos graves. No que tange à postura do suscitante, destaque-se, por oportuno, decisão proferida pela juíza**Mylene Pereira Ramos**, da 63ª Vara do Trabalho, nos autos do processo n. 02784200406302004, denominando a hipótese de assédio processual:*"Praticou a ré 'assédio processual', uma das muitas classes em que se pode dividir o assédio moral. Denomino assédio processual a procrastinação por uma das partes no andamento de processo, em qualquer uma de suas fases, negando-se a cumprir decisões judiciais, amparando-se ou não em norma processual, para interpor recursos, agravos, embargos, requerimentos de provas, petições despropositadas, procedendo de modo temerário e provocando incidentes manifestamente infundados, tudo objetivando obstaculizar a entrega da prestação jurisdicional à parte contrária."*

Por tais fundamentos, respeitando-se o critério de impor efeitos jurídicos em conformidade com a gravidade e a extensão do dano e considerando as graves condutas do sindicato patronal, conforme já exposto, condeno o SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – SINDIGÁS ao pagamento de multa por abuso do direito processual ora fixada em**R$1.000.000,00 (um milhão de reais)**, com destinação a ser estabelecida pelo Ministério Público do Trabalho, advertindo-se que a verificação da reiteração da conduta ocasionará a majoração do valor em questão.

Alguém mais desavisado pode até imaginar que o valor em questão seja muito elevado, mas se pensarmos bem é até bastante módico diante do propósito de resgatar a dignidade da Justiça do Trabalho, dos sindicatos das categorias profissionais envolvidos e, em especial, dos(as) trabalhadores(as) submetidos às condutas ilícitas verificadas, que atentam inclusive contra os direitos humanos.

Ao Ministério Público do Trabalho para manifestação meritória.”

É o relatório.

Nos termos do disposto no artigo 13, *caput*, do RICGJT, "*a*

Correição Parcial é cabível para corrigir erros, abusos e atos contrários à boa ordem processual e que importem em atentado a fórmulas legais de processo, quando para o caso não haja recurso ou outro meio processual específico".

O parágrafo único do referido dispositivo dispõe que "e*m situação extrema ou excepcional, poderá o Corregedor-Geral adotar as medidas necessárias a impedir lesão de difícil reparação, assegurando, dessa forma, eventual resultado útil do processo, até que ocorra o exame da matéria pelo órgão jurisdicional competente*".

Os limites de atuação em sede de Correição Parcial, segundo o Regimento Interno desta Corregedoria Geral, são claros: trata-se de medida excepcional, sendo cabível para corrigir "*erros, abusos e atos contrários à boa ordem processual",* importando em atentado a fórmulas legais do processo. Além disso, trata-se, em liminar, de medida condicional, dotada de subsidiariedade, somente sendo cabível quando, para o ato impugnado, não haja recurso ou outro meio processual cabível.

Do referido ato normativo extraem-se duas conclusões, chanceladas pela doutrina e pelas altas Cortes. Primeiro, que se trata de medida administrativa, não dotada de caráter jurisdicional, sob pena de mácula à inafastabilidade de jurisdição, ao devido processo legal, e ao princípio do juiz natural. Nesse sentido, o ARE 980267 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 05-12-2016; AI 758557 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe 14-11-2014.

Em segundo lugar, como consequência desta primeira conclusão, a observância de que o presente remédio correicional somente tem lugar em hipóteses dos denominados *errores in procedendo,* capazes de ensejar tumulto às formulas legais do processo, e efeitos que se espraiam a ponto de ensejar a intervenção excepcional do órgão correicional. Tal característica foi ressaltada pelo Conselho Nacional de Justiça, com arremedo de farta doutrina, nos autos do PCA 0000535-26.2018.2.00.0000 (CNJ - RA - Recurso Administrativo em PCA - Procedimento de Controle Administrativo - 0000535-26.2018.2.00.0000 - Rel. VALTÉRCIO DE OLIVEIRA - 284ª Sessão - j. 05/02/2019):

A boa ordem processual de que tratam o inciso II do art. 6º e o caput do art. 13, ambos do RICGJT, não envolve exame do mérito da causa ou do direito material aplicado. Quando a norma regimental menciona a garantia da boa ordem processual, está se referindo ao chamado *error in procedendo*, que causa tumulto processual, subverte a ordem legal dos atos ou revela omissão em praticá-los, tendo, assim contornos meramente administrativos.

Coqueijo Costa, ex-ministro do Tribunal Superior do Trabalho e renomado doutrinador na área de Processo do Trabalho, afirmou:

"(...) a correição provoca a intervenção de autoridade superior quando a inferior tumultua procedimentalmente o feito, errando in procedendo. A correição parcial tem natureza administrativa."

E complementa, fazendo referência à lição de Alfredo Buzaid:

"(...) a reclamação correicional é simples providência de ordem disciplinar e toda sua eficácia se exaure dentro da órbita administrativa, jamais podendo se revestir de eficácia jurisdicional, sob pena de flagrante inconstitucionalidade de procedimentos dos órgãos corregedores." (Direito Processual do Trabalho, 4ª edição, Forense, pag. 530)

Configura *error in procedendo* os erros de procedimento cometidos no processo pelo juiz. Corrigi-los é tarefa correcional, mas desde que não se trate de exame ou reexame do *meritum causae* da decisão, pois essa é função indelegável da jurisdição.

Nesse sentido, bem pontuou o grande processualista Ernani Fidelis dos Santos:

"A correição parcial não é recurso no sentido processual, já que, contra decisões interlocutórias, a lei prevê apenas o agravo. A correição parcial é recurso de natureza puramente administrativa e serve para, no processo, corrigir atos de administração ou despachos de mero expediente, quando cometidos com ilegalidade ou abuso de poder. Administrativamente seria, por exemplo, a simples negativa do juiz em despachar petições da parte. Abusiva seria a designação de audiência para data longínqua sem justificativa." (Ernani Fidelis dos Santos, Manual de Direito Processual Civil, Volume I, 11ª edição, 2006, n. 868, pag. 666)

À análise.

O objeto da presente medida é a suspensão da decisão proferida pelo requerido, nos autos do DCG 0009073-22.2021.5.15.0000 e do DCG 0008736-33.2021.5.15.000, reunidos por conexão, que, antecipando os efeitos da tutela, determinou que as empresas representadas pelo requerente, Sindgás, efetuassem o pagamento da “Participação nos Resultados – PR” e do “abono covid-19” aos trabalhadores, condenando o referido sindicato, diante do abuso do direito processual verificado, ao pagamento de multa de R$ 1.000.000,00.

Inicialmente, quanto à invocada ausência de conexão e nulidade dos pronunciamentos e demais atos processuais a ela posteriores, cumpre observar a ausência de exame de tais questões na decisão impugnada neste expediente, a inviabilizar a análise do cabimento da medida quanto a tais aspectos por este órgão.

A hipótese não se enquadra aos termos do art. 13, *caput*, do RICGJT, uma vez que, em face da decisão monocrática que deferiu a liminar requerida pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE MINERIOS DERIVADOS DE PETROLEO DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO e SINDICATO DOS

TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS DERIVADOS DE PETRÓLEO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO com o fim de antecipação da PR e do "abono covid-19", há recurso próprio, que, no presente caso, foi interposto pela parte (#id: 2b89da1 e #id: ebb2cf9).

No entanto, no tocante à liminar pretendida, pela aplicação do parágrafo único do art. 13 do RICGJT, convém tecer as seguintes ponderações.

Da decisão corrigenda, verifica-se, em relação à PR (Participação nos Resultados), que o requerido, ao considerar o pagamento da parcela a trabalhadores representados por outros suscitantes (a exemplo da CCT 2021/2021 firmada como a Federação Nacional dos Trabalhadores juntada pelo requerente no DCG 0008736-33.2021.5.15.0000), e, ainda, as conquistas já estabelecidas pela categoria, a teor do longo período em que a parcela é paga, deferiu a antecipação da tutela para determinar, "*com fundamento em norma coletiva anterior –cláusulas 6ª e 8ª da CCT de 2020/2020",* que as empresas representadas pelo requerente efetuassem o pagamento da PR, conforme parâmetros delimitados na decisão transcrita, sob pena de multa diária.

Nesse mesmo sentido, entendeu o requerido ser devida a antecipação de tutela no que tange ao "abono Covid-19", *"ainda que tal verba não integre a norma coletiva anteriormente vigente*".

Aduziu, nesse sentido, que tanto o PR quanto o referido abono já estavam sendo pagos aos trabalhadores que aderiram aos termos da norma coletiva de 2021 firmada com a Federação Nacional, como forma de pressionar a categoria profissional a aceitar a renúncia de direitos no novo acordo.

Assim, considerou a concordância do suscitado, ora requerente, no sentido de que a verba fosse paga pelas empresas, determinando, de forma antecipada, que as empresas representadas pelo Sindgás, em razão da urgência decorrente do agravamento da pandemia da covid-19 pela variante Ômicron, realizassem o pagamento do "abono Covid-19", no importe de R$ 1.500,00, no prazo de 15 dias, sob pena de multa diária.

Em relação à condenação do requerente à multa no importe de R$1.000.000,00, verifica-se que a configuração de assédio processual decorreu da constatação de que o sindicato patronal tem se valido dos processos como forma de pressionar indevidamente a categoria processual a aceitar a renúncia a direitos adquiridos e conquistas histórias, praticando conduta antissindical.

Desse contexto, cumpre observar, quanto à parcela "PR", o registro no sentido de que o seu deferimento, em tutela antecipatória, se deu com fundamento em "*norma coletiva anterior"*, sem qualquer fundamentação ou consideração na decisão impugnada quanto aos seus efeitos, notadamente a teor do disposto no art. 614, §3º, da CLT.

Em relação ao deferimento da parcela "abono covid-19", a situação se mostra ainda mais excepcional, ante o registro de não existir previsão de seu pagamento - sequer - na norma coletiva anteriormente vigente.

Não adentrando no âmbito da interpretação legal ou no aspecto meritório da decisão impugnada, é oportuno ressaltar que as decisões judiciais devem estar devidamente fundamentadas e guardar coerência argumentativa, sob pena de violação aos artigos 93, IX, da Constituição Federal e artigo 489 do Código de Processo Civil. A nulidade advinda da inobservância de tais preceitos é hipótese que consubstancia atentado às fórmulas legais do processo, assim como o fundamento *contra legem.*Da mesma forma, pode-se extrair *error in procedendo* da decisão que, consignando premissa fática expressa, traz conclusão que dela se distancia.

No caso dos autos, não foram indicados quaisquer outros dispositivos que sustentem de forma específica o deferimento, em tutela provisória, das parcelas acima mencionadas, tampouco delimitados elementos que possibilitem concluir pela subsunção dos fatos apresentados a tais normas, não sendo suficiente, para tanto, o agravamento da pandemia causada pela Covid-19 e o eventual pagamento a trabalhadores representados por outros suscitantes, em decorrência de normas coletivas por eles firmadas.

Desse modo, a inexistência de clareza quanto aos elementos fáticos que compõem o caso concreto, a teor do alcance do comando judicial proferido em dissídio coletivo de greve, sem a indicação específica de respaldo normativo a tal análise, resultando em imediato pagamento das parcelas, enquanto pendente recurso acerca da matéria, acaba por consubstanciar a hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 do RICGJT, de modo a justificar a intervenção excepcional desta Corregedoria-Geral, em face da existência de situação extrema ou excepcional e o perigo de lesão de difícil reparação.

Ante o exposto, com fundamento no parágrafo único do artigo 13 do RICGJT, **DEFIRO** parcialmente a liminar requerida para **conceder efeito suspensivo ao Agravo Regimental no DCG 0009073-22.2021.5.15.0000** e no **DCG 0008736-33.2021.5.15.000**, com a consequente suspensão do pagamento das parcelas (inclusive da multa por assédio processual), até que ocorra o exame da matéria pelo órgão jurisdicional competente**.**

Dê-se ciência do inteiro teor da decisão ora proferida, com urgência, ao Requerente, Ao Exmo. DESEMBARGADOR JORGE LUIZ SOUTO MAIOR, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - inclusive para que preste as informações que entender pertinentes, no prazo de 10 (dez) dias -, e aos terceiros interessados.

Determino que esta Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho seja informada quando do julgamento do Agravo Regimental.

Publique-se.

Transcorrido o prazo regimental sem recurso das partes, arquive-se.

BRASILIA/DF, 27 de janeiro de 2022.

Ministro ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Processo Nº CorPar-1000040-71.2022.5.00.0000

Relator	ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
REQUERENTE	SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO - SINDIGAS
ADVOGADO	LUIZ VICENTE DE CARVALHO(OAB: 39325/SP)
REQUERIDO	Desembargador Jorge Luiz Souto Maior
TERCEIRO INTERESSADO	SIND TRAB COM MIN DER PETROLEO (IPM) SJCAMPOS VP REGIAO
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE MINERIOS DERIVADOS DE PETROLEO DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIAO

Intimado(s)/Citado(s):

- Desembargador Jorge Luiz Souto Maior

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

Correição Parcial ou Reclamação Correicional Nº 1000040-71.2022.5.00.0000

REQUERENTE: SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO - SINDIGAS

ADVOGADO: LUIZ VICENTE DE CARVALHO, OAB: 0039325

REQUERIDO: Desembargador JORGE LUIZ SOUTO MAIOR

TERCEIROS INTERESSADOS: SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS DERIVADOS DE PETRÓLEO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO e SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS DERIVADOS DE PETRÓLEO DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO

CGACV/fe/a

D E C I S Ã O

Defiro o pedido do requerente, para que as intimações sejam realizadas em nome do advogado Luiz Vicente de Carvalho (OAB-SP nº 39.325).

Reautue-se o feito a fim de que o Exmo. Desembargador JORGE LUIZ SOUTO MAIOR conste como requerido e, como terceiros interessados, o SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS DERIVADOS DE PETRÓLEO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO e o SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS DERIVADOS DE PETRÓLEO DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO.

Trata-se de Correição Parcial, com pedido liminar, apresentada por **SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO (Sindigás)**, em face de decisão proferida pelo Exmo. Desembargador **JORGE LUIZ SOUTO MAIOR**, integrante do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, que, nos autos do **DCG 0009073-22.2021.5.15.0000** e do **DCG 0008736-33.2021.5.15.000** (reunidos por conexão), deferiu a tutela de urgência requerida pelos terceiros interessados, determinando que as empresas representadas pelo Sindgás efetuassem o pagamento das parcelas “Participação nos Resultados - PR” e “abono Covid - 19”, sob pena de multa diária, além de condenar o requerente ao pagamento de multa de R$ 1.000.000,00, por assédio processual.

O requerente aduz a necessidade de intervenção deste desta Corregedoria, tanto com fundamento no *caput*, a teor do tumulto processual decorrente da decisão corrigenda, quanto no parágrafo único do art. 13 do RICGJT, haja vista a possibilidade de lesão de difícil reparação.

Alega, nesse sentido, que o pronunciamento impugnado afronta: o entendimento do STF na ADPF 323, haja vista a suspensa da eficácia da Súmula 277 do TST; a Lei 10.101/00, quanto à determinação de pagamento da PLR, em contrariedade a prazos leis e independentemente de acordo prévio e metas pré-estabelecidas; o art. 611-A da CLT, por entender pela impossibilidade de a negociação sindical acontecer por meio de concessões recíprocas e equivalentes; o art. 5º, LV, da CF, quanto ao entendimento de configuração de assédio processual, pelo simples fato de se utilizar de remédios processuais para obter decisão contrária àquela que lhe desfavorece, mesmo com o devido cumprimento, pela recorrente, da decisão judicial em tempo e modo determinados; o art. 5º, II, da CF, ao determinar o pagamento de abono indenizatório negocial (“abono covid”), sem previsão legal ou contratual.

Sustenta, ainda, que o pronunciamento impugnado impôs multa milionária à requerente, mesmo diante da ausência de prejuízos ao processo, com o reconhecimento de prática antissindical pelo simples fato de ter oferecido proposta (em negociação coletiva de trabalho) inferior à inflação e ter comunicado o andamento da negociação aos seus empregados. Ressalta, nesse sentido, ter sido

a requerente, Sindigás, que ingressou com o dissídio buscando solução e prestigiando a prestação jurisdicional para dirimir o conflito.

Aduz que o requerido usa irregularmente o poder normativo, excepcionalmente concedido aos Tribunais, para decidir, de forma monocrática e imediata, todos os itens controvertidos entre os sindicatos litigantes. Aponta, assim, desconformidade com a determinação legal de "solução heterônoma" para a solução do conflito, que se dá pela via colegiada.

Alega a necessidade de alteração decisória em razão da ausência de conexão. Sustenta, nesse sentido, que as ações foram ajuizadas para que o Poder Judiciário resolvesse o conflito coletivo, uma vez que as partes não chegaram a um acordo para a sua solução, mormente no que se refere ao índice fixado para reajuste da categoria profissional, ao PLR e ao abono compensatório, para concessão de reajuste coletivo de 8% ("abono covid").

Assevera que a proposta oferecida pelo sindicato requerente ao Sindicato dos Trabalhadores de São José dos Campos se igualava à já aceita por vários sindicatos de trabalhadores.

Aduz que, em razão de a audiência de conciliação ter restado infrutífera, seguiu-se o procedimento legal, com a livre distribuição da ação. Menciona, nesse sentido, que, nos autos do processo nº 0008736-33.2021.5.15.0000 (distribuída livremente ao relator desembargador Antônio Francisco Montanagna) houve o reconhecimento de conexão com o processo 0008718-12.2021.5.15.0000 (de relatoria do desembargador Jorge Luiz Souto Maior, ora requerido), com reunião em 22/11/21. Posteriormente, em 09/12/21, também foi reconhecida a conexão em relação ao processo 0009073-22.2021.5.15.0000 (de relatoria da desembargadora Laura Bittencourt Ferreira Rodrigues), com a remessa dos autos ao requerido.

Aduz que, no entanto, o processo 0008718-12.2021.5.15.0000 foi extinto em razão de acordo celebrado entre as partes, por manifestação de vontade noticiada em 19/11/21, antes que houvesse sido determinada a distribuição na primeira conexão. Nesse sentido, diz que um dos requerimentos da querente é anulação de todos os atos praticados após o reconhecimento da conexão.

Prossegue, aduzindo que a decisão impugnada determinou o pagamento de PLR de 180% + R$ 500,00 e "abono covid", com base em convenção coletiva vencida.

Nesse sentido, ressalta que, em dissídio coletivo de natureza econômica, cuja função é a criação de normas, a decisão impugnada - medida monocrática e antecipatória – não tem espaço de validade.

Sustenta a impossibilidade jurídica de criação de programa de Participação nos Lucros e/ou Resultados por meio do poder normativo (apenas por negociação sindical ou comissão paritária) e, ainda, a afronta do pronunciamento corrigendo ao disposto em lei (10.101/2000), mormente às condições legais e temporais para sua fixação e pagamento, comprometendo a igualdade concorrencial .

Ainda quanto ao deferimento da PLR, alega que, em pese o parâmetro fático ter sido o fato de que outros acordos, com diferentes sindicatos, tenham sido celebrados, no caso em exame, o deferimento se deu com fundamento em norma coletiva anterior, em clara aplicação do instituto da ultratividade da norma (não contemplado na legislação atual) e a contrariar a decisão proferida nos autos da ADPF 323.

No que se refere ao pagamento antecipado de "abono covid", aduz, em síntese, que o seu pagamento não advém de um direito pré-estabelecido contratualmente do trabalhador, e, tampouco, de uma obrigação legal, aduzindo tratar de uma abono indenizatório, contido em uma determinada proposta levada para mesa de negociação – a qual não fora aceita pelo sindicato profissional, em razão da vinculação existente entre o seu pagamento e o reajuste coletivo com índice diferenciado.

Esclarece, nesse sentido, ter feito oferta de negociação consistente em reajuste salarial de 8%, "abono covid" e PLR de 180% da remuneração. Diz que a liminar deferiu 10,42% de reajuste, "abono covid" e PLR de 180 % + R$ 500,00, com base em CCT vencida.

Aduz, portanto, que a oferta oferecida pela requerente é legítima, não configurando prática antissindical, mencionando a pandemia e fato de ser comum, no período, os reajustes salariais abaixo do INPC.

No que se refere à multa aplicada, de R$ 1.000.000,00, ao ressaltar a liberdade sindical, alega a inexistência de prática antissindical e de assédio processual, aduzindo ter exercido o seu direito constitucional de ampla defesa, com interposição dos competentes recursos, não havendo procrastinação ou negativa em cumprir decisões judiciais.

Ressalta que, por meio deste expediente, busca, com fundamento no art. 13 do RICGJT, a suspensão dos efeitos da liminar proferida, para que se aguarde a solução heterônima do conflito por meio de decisão colegiada.

Alega, assim, não haver *periculum in mora* que justifique a antecipação da tutela concedida na decisão impugnada, invoca a irreversibilidade do pagamento da PLR e do "abono covid" (art. 300, §3º, do CPC) e aduz a ausência de razoabilidade da multa aplicada, a justificar a intervenção deste órgão.

Ressalta, ainda, que, em razão de outras decisões interlocutórias, tão relevantes quanto a que deu origem à presente discussão, interpôs outros agravos internos, nos autos conexos sob o nº

0008736-33.2021.5.15.0000, os quais, até o presente momento, não foram julgados, o que demonstra a urgência na suspensão da decisão impugnada. Esclarece que, nos autos DCG nº 0009073-22.2021.5.15.0000 também opôs embargos de declaração, os quais, contudo, ainda não foram apreciados.

Por todo oexposto, em caráter liminar e urgente, requer a atribuição de "*efeito suspensivo ao Agravo protocolado, visando suspender a eficácia da tutela de urgência deferida pela r. decisão corrigenda, até o julgamento final do dissídio coletivo; ou, ainda sucessivamente, até julgamento do Agravo pela Seção de Dissídios Coletivos Todo RT da 15ª Região"*. Após o deferimento da liminar, requer sejam julgados procedentes os requerimentos formulados na correição parcial, "*para que se conceda, em definitivo, os efeitos da tutela pleiteada, de modo que seja revogada a tutela provisória concedida"*.

Pois bem.

A presente medida, apresentada em 25/01/22, é tempestiva, uma vez que, conforme documento trazidos no #id:28966b3 (DCG 0009073-22.2021.5.15.0000) e #id: 2011769 (DCG 0008736-33.2021.5.15.00), a disponibilização no DEJT ocorreu em 20/01/22.

Diante da conexão já mencionada, passa-se a transcrição de só uma das decisões (DCG 0009073-22.2021.5.15.0000, #id: ef2cdb9):

"Vistos e examinados.

a) Breve histórico

Trata-se de pedido de tutela de urgência formulado pelo sindicato suscitante (SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS DERIVADOS DE PETRÓLEO DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO) às fls. 277/289 em que este pleiteia o deferimento antecipado da "Participação nos Resultados – PR", bem como do "abono Covid-19".

Aduz o suscitante que não houve pretensão resistida quanto à PR, que foi proposta nos mesmos índices das negociações anteriores (150% + 30%); que referida verba já passou a ser pagas nas bases territoriais que aderiram ao novo acordo; que o "abono Covid-19" não constou da pauta de reivindicações dos sindicatos no ano de 2020, mas foi colocado na mesa de negociações pelo sindicato patronal no presente momento, no valor de R$1.500,00 por empregado, a título de "moeda de troca", somente aos que aceitassem o "pacote" com retirada de outros direitos.

Diante dos relevantes fundamentos expostos pelo suscitante, merece acolhimento o pedido antecipatório, conforme fundamentos a seguir articuladamente expostos.

b) "Participação nos Resultados – PR"

Cumpre salientar, inicialmente, que a "Participação nos Resultados – PR" constitui uma conquista histórica da categoria profissional representada pelo suscitante, tratando-se de verba que já se integrou ao patrimônio jurídico dos(as) trabalhadores(as) há muitos anos. Nos autos do processo nº 0008736-33.2021.5.15.0000, em trâmite nesta SDC, por exemplo, foram juntadas sucessivas normas coletivas para apuração e pagamento da "Participação nos Resultados – PR" com vigência hámais de uma década, e nos presentes autos há cópias de termo de ajuste de pagamento da "PR" firmado em 1997, ou seja, há mais de 20 (vinte) anos.

É justa, portanto, a expectativa da categoria profissional e inafastável a incidência do princípio da estabilidade financeira, pois os(as) trabalhadores(as) contam há décadas com os valores anualmente pagos a título de "PR" para honrar suas obrigações. O abrupto rompimento promovido pelo suscitado para forçar a classe trabalhadora a aderir a um acordo menos benéfico, além de configurar prática antissindical, gerou insegurança jurídica e efetivos prejuízos materiais à categoria.

Também não há, concretamente, qualquer divergência entre as partes no que diz respeito aos parâmetros para pagamento da "Participação nos Resultados – PR" relativa ao ano base de 2021, já que o suscitante declarou expressamente na inicial que aceita as bases propostas pelo suscitado para implementação da referida verba, com exceção da parcela fixa de R$500,00 paga nos anos anteriores, que também foi injustificadamente suprimida na proposta de 2021 formulada pelo suscitado.

O suscitado, por sua vez, nada disse em sua contestação, limitando-se a afirmar que há carência de ação quanto à pretensão de deferimento da referida verba, sem apresentar qualquer fundamento jurídico minimamente razoável. Omitiu-se, no entanto, quanto à proposta por ele próprio formalizada à categoria profissional no sentido de pagar a "PR" de 2021 no importe de 180% (mantendo o percentual anterior), conforme teor do informativo de fls. 66/67, embora, como dito, tenha suprimido a parcela fixa de R$500,00.

Nesse contexto, os fundamentos expostos da decisão de fls. 259/262 para o indeferimento da antecipação da "Participação nos Resultados – PR" estão totalmente superados, pois já encerrado o ano base de 2021 e os documentos apresentados pelo sindicato suscitante demonstram que as empresas representadas pelo sindicato suscitado já efetuaram o pagamento da primeira parcela da "PR" no final de 2021 aos(às) trabalhadores(as) representados(as) que aderiram às propostas patronais em outras localidades, conforme se vê do documento de fl. 67 (informativo do suscitado).

Confira-se trecho extraído do referido documento:

"(...)

Sendo lamentável esse fato, isso tudo porque o sindicato ainda não apresentou o resultado da assembleia com o necessário "ACEITE"

da categoria.

Fato indesejável para todos, empregados e empresas, pois gera um descompasso remuneratório frente aos demais empregados do restante do país, que na contramão disso, receberam na data de hoje – 29/10/2021, seus salários corrigidos, seu abono Covid-19 de R$1.500,00 e sua PR (Participação nos Resultados) de 180% dos salários corrigidos, inclusive adicional e periculosidade. E agora, em 30 de novembro, receberão os novos valores de seus benefícios, mais as diferenças de setembro e outubro.

(...)" (grifos no original)

Confira-se ainda o teor do documento de fl. 704 juntado ao processo nº 0008736-33.2021.5.15.0000:

"(...)

SEU SINDICATO SABE, MAS NÃO CUSTA LEMBRAR QUE, A QUALQUER TEMPO, PODE DESISTIR DO PROCESSO APRESENTANDO SEU OFÍCIO DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA PERMITINDO QUE CADA QUAL TENHA**ACESSO AO NEGOCIADO NACIONALMENTE AINDA EM 2021**. TODAS AS DISCUSSÕES SÃO LEGÍTIMAS E COMPREENSIVAS,**PORÉM AS EMPRESAS FICAM IMPEDIDAS DE APLICAR O QUANTO NEGOCIADO**PARA A CATEGORIA ATÉ QUE SE TENHA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO

(...) (grifos no original)

A cópia da CCT 2021/2021 específica relativa à "Participação nos Resultados – PR", juntada pelo suscitado no processo nº 0008736-33.2021.5.15.0000 (fls. 51/54 daqueles autos), que foi firmada com a Federação Nacional dos Trabalhadores, demonstra quais foram as metas e bases para quitação da verba, em especial quanto à forma de pagamento: duas parcelas, sendo a primeira (antecipação) no dia 30/10/2021, no importe de 150% do salário base vigente em 01/09/2021, acrescida do adicional de periculosidade e da gratificação de função, e os 30% restantes no prazo de até 06 (seis) meses depois, desde que atingida a meta prevista no referido instrumento.

Ante o exposto, não há qualquer razoabilidade em se manter os(as) trabalhadores(as) representados(as) pelo suscitante sem o recebimento da "PR", que tem sido paga há muitos anos e acerca da qual não há qualquer divergência entre as partes, em qualquer aspecto, valendo destacar, como já mencionado na decisão de fls. 259/262, que a jurisprudência é pacífica no sentido de que, na ausência de acordo formal, as disposições convencionadas anteriormente, inclusive quanto envolverem o PLR, por caracterizarem conquistas dos trabalhadores, devem ser mantidas (art. 114, §2º, da CF/88).

Confira-se o seguinte julgado neste sentido:

RECURSO ORDINÁRIO. DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE.**PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS. CLÁUSULA PREEXISTENTE EM ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. CONQUISTA DA CATEGORIA**. Nos termos do que dispõe o art. 114, § 2º, da Constituição da República, a Justiça do Trabalho, no julgamento de dissídio coletivo de natureza econômica (ou de greve), detém competência para manter as cláusulas constantes de normas coletivas autônomas convencionadas anteriormente, por constituir conquista da categoria de trabalhadores. Recurso ordinário a que se nega provimento, nesse particular. (TST RO 20304920125150000, Rel. Ministro Walmir Oliveira da Costa, j. em 23/02/2015, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, DEJT 27/02/2015 – grifou-se)

Negar a antecipação da "Participação dos Resultados – PR" de 2021 corresponderia a uma conduta até mesmo discriminatória, além da imposição de uma dificuldade intransponível aos(as) trabalhadores(as) na negociação com o suscitado, o que resultaria na retirada de diversos outros direitos pretendida por este último, inclusive quanto ao percentual de reajuste salarial, que seria bem inferior à inflação do período.

Vale destacar que a demora na tramitação dos processos tem sido utilizada como argumento do sindicato suscitado em seu próprio proveito nos informativos negociais, como os de fls. 66/69, para pressionar os sindicatos profissionais e seus representados a aceitarem suas propostas iniciais, com a concessão de 8% de reajuste salarial e retirada de outros direitos,o que configura prática antissindical. Daí a relevância de se garantir aos trabalhadores, de forma antecipada, o restabelecimento de conquistas já consolidadas nas normas anteriores, até para que o legítimo exercício do direito de ação não se torne, por si só, um entrave à obtenção dos direitos pretendidos.

Ante o exposto, considero presentes os requisitos legais eDEFIROa antecipação da tutela para determinar, com fundamento na norma coletiva anterior – cláusulas 6ª e 8ª da CCT de 2020/2020 (fls. 70/73):

a) que as empresas representadas pelo suscitado efetuem o pagamento da primeira parcela da "Participação nos Resultados – PR", no importe de 150% o salário vigente em 01/09/2021 (base de cálculo: salário acrescido do reajuste de 10,42% já deferido às fls. 259/262, acrescido do adicional de periculosidade e da gratificação de função, quando devidas tais verbas), acrescido do valor fixo de R$500,00 (quinhentos reais). O pagamento deverá ser efetuadono prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária de R$1.000,00 (mil reais) por trabalhador.

b) que as empresas representadas pelo suscitado efetuem o pagamento da segunda parcela da "Participação nos Resultados – PR", no importe de 30% sobre o salário vigente em 01/09/2021

(base de cálculo: salário acrescido do reajuste de 10,42% já deferido às fls. 259/262, acrescido do adicional de periculosidade e da gratificação de função, quando devidas tais verbas),até o dia 30/04/2022, sob pena de multa diária de R$1.000,00 (mil reais) por trabalhador.

c) "Abono Covid – 19"

Também se justifica plenamente a antecipação de tutela no que tange ao "Abono Covid-19", ainda que tal verba não integre a norma coletiva anteriormente vigente, já que a lógica discriminatória e abusiva utilizada pelo suscitado tem sido a mesma quanto à verba em questão.

Pior que isso, o suscitado se vale da Pandemia de Covid-19, que notoriamente assolou a humanidade, tirando milhões de vidas e agravando mundialmente a miséria e a fome, para justificar a concessão de uma verba apenas para parte da categoria profissional, desde que aceitos os termos propostos para um acordo coletivo que claramente prejudica os(as) trabalhadores(as), o que configura, no mínimo, uma afronta à dignidade humana.

Aliás, a postura do sindicato suscitado se tornou ainda mais grave, configurando verdadeiro assédio processual, durante o trâmite deste feito e dos Dissídios Coletivos de nº 0008718-12.2021.5.15.0000 e nº 0008736-33.2021.5.15.0000, já que, após a concessão de liminares garantindo reajuste salarial pelo INPC no importe de 10,42%, passou a divulgar publicamente, por meio de informativos, que as decisões antecipatórias não abrangem a "PR" e o "Abono Covid-19" e que, tais verbas inclusive já estariam sendo pagos aos(às) trabalhadores(as) que aderiram aos termos do acordo coletivo de 2021 firmado com a Federação Nacional, tudo como forma de pressionar a categoria profissional a aceitar a renúncia de direitos no novo acordo.

De todo modo, o fato é que a verba denominada "Abono Covid-19" foi inserida nas normas coletivas firmadas com os sindicatos que aderiram ao novo instrumento coletivo de 2021 ("cláusula 73.4") e o próprio suscitado, em sua defesa, pretende a extensão do referido acordo aos demais trabalhadores, incluindo, obviamente, o "Abono Covid-19".

Neste sentido, não havendo oposição do suscitante e diante da expressa concordância do suscitado no sentido de que referida verba seja paga pelas empresas, esta deve ser deferida aos(às) trabalhadores(as) representados(as) pelo suscitante, de forma antecipada, diante da urgência que justifica sua própria origem, em especial diante do agravamento da Pandemia de Covid-19 pela variante Ômicron, que têm registrados recordes diários de casos por todo o mundo e novas restrição de circulação de pessoas.

Ante o exposto, considero presentes os requisitos legais eDEFIROa antecipação da tutela para determinar: que as empresas representadas pelo suscitado efetuem o pagamento do "Abono Covid-19", no importe de R$1.500,00 (mil e quinhentos reais), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária de R$1.000,00 (mil reais) por trabalhador.

d) Abuso de direito - Assédio processual

Os dissídios coletivos conexos em análise (Processos nº 0008736-33.2021.5.15.0000 e nº 0009073-22.2021.5.15.0000), que dizem respeito à negociação coletiva da categoria dos(as) trabalhadores(as) no comércio de minérios e derivados de petróleo das regiões de Presidente Prudente/SP e São José dos Campos/SP e o SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – SINDIGÁS são uma clara demonstração de que o sindicato patronal, além de pretender impor renúncias e retrocessos sociais aos trabalhadores, obtendo vantagens indevidas no âmbito da negociação, tem se valido dos processos como forma de pressionar indevidamente a categoria profissional a aceitar a renúncia a direitos adquiridos e conquistas históricas, praticando conduta antissindical, abusando do direito processual e agredindo a dignidade da Justiça.

Em termos processuais, a conduta do sindicato patronal não constituiu, meramente, uma litigância de má-fé. Tratou-se, na realidade, da tentativa de utilizar o processo para obter vantagem indevida nas negociações com a classe trabalhadora. Os informativos juntados aos processos demonstram claramente o intuito do sindicato patronal no sentido de impor suas propostas menos benéficas sob o argumento de que o processo judicial, em si, constituiria impedimento para o cumprimento de obrigações previstas nas normas coletivas por parte das empresas representadas, como se a própria atuação da Justiça do Trabalho pudesse ser prejudicial a uma solução mais adequada (do seu ponto de vista, evidentemente).

Ocorre que as notícias divulgadas pelo SINDIGÁS não correspondem à realidade. Em primeiro lugar, porque o trâmite processual não prejudicará e não servirá como mecanismo de discriminação e danos à classe trabalhadora. Neste sentido, inclusive, já foram deferidos, antecipada e provisoriamente, a reposição salarial pelo INPC, a "Participação nos Resultados – PR" e o "Abono Covid-19", além da manutenção das demais cláusulas vigentes nos instrumentos anteriores, conforme, aliás, reconhece o próprio sindicato patronal em seus informativos. Em segundo lugar, porque, por certo, o provimento jurisdicional não ocasionará retrocessos e retirada de direitos, já que o dissídio coletivo de natureza econômica nada mais é que uma das formas de exercer o direito à reconstrução da ordem jurídica, quando demonstrado, como no presente caso, que os atos negociais não foram suficientes para conferir efetividade aos valores jurídicos de caráter genérico

inscritos no ordenamento jurídico.

Outro aspecto relevante a ser observado diz respeito à conduta antissindical praticada pelo sindicato patronal ao oferecer vantagem pecuniária, notadamente o "Abono Covid-19", apenas aos(às) trabalhadores(as) representados pelas entidades sindicais que aceitaram as condições negociais que impôs, agindo dessa maneira também para "punir" aqueles que não abandonaram o seu direito de auferir melhores condições de trabalho no processo de negociação. Além disso, faz anúncio desta situação para criar conflito entre os(as) trabalhadores(as) e sua entidade sindical mais combativa. É nítida a inadequação jurídica de sua postura, que representa, ao mesmo tempo, abuso de seu poder econômico, ferimento da boa-fé objetiva, ato antissindical, atitude discriminatória e assédio processual.

É importante perceber que até mesmo a oferta foi realizada com o intuito de ludibriar, já que a mencionada "vantagem" sequer é um benefício concreto se comparada com uma efetiva política salarial. Isto porque o "Abono Covid-19" é transitório e, de acordo com as normas coletivas já firmadas com outros sindicatos, não integra o salário para qualquer efeito, ou seja, a defasagem salarial, sem a resistência do suscitado e sem a intervenção judicial, permaneceria para os próximos anos, de forma sucessiva, com perdas salariais progressivas.

Além de ser abusiva e de se integrar a uma prática antissincial, a concessão da verba apenas a uma parte dos trabalhadores traz o vício jurídico insuperável da discriminação odiosa.

Ora, a referida verba, como o próprio nome diz, está relacionada à grave situação pandêmica que atingiu toda a sociedade. Assim, não há fator de distinção juridicamente válido para direcionar a verba apenas a uma parte dos trabalhadores, sendo estes, não por coincidência, aqueles que aderiram às suas propostas de negociação, tratando os demais como pessoas que potencialmente não foram sido atingidos pela Pandemia e sentido seus efeitos.

Tal conduta, portanto, constitui uma agressão à dignidade humana e aos direitos fundamentais dos(as) trabalhadores(as) envolvidos nas negociações ainda em andamento.

A correção judicial da conduta adotada pelo suscitante é, portanto, medida que se impõe, como forma de resgate da autoridade da ordem jurídica e da dignidade da Justiça.

Assim, defiro o requerimento feito pelo suscitado e determino que referida verba seja paga de imediato a todos(as) os(as) trabalhadores(as), indistintamente, conforme já deferido nesta decisão, sob pena de multa diária de R$1.000,00 por trabalhador(a) atingido(a).

Do ponto de vista processual, a conduta do suscitante também não pode passar sem a produção de seus efeitos correlatos, valendo lembrar que advertências neste sentido já haviam sido feitas ao suscitante.

Cumpre lembrar que o abuso do direito, que sempre foi uma figura jurídica meio desprezada no nosso ordenamento jurídico, pois existente apenas nos trabalhos doutrinários, ganhou um reforço importante no novo Código Civil, que, embora não o tenha tratado de forma expressa (ainda com a menção à figura do abuso nos artigos 50, 570 e 670), qualificou, juridicamente, como ato ilícito, uma conduta que só pode ser traduzida como abuso de direito:*"Art. 187. Também**comete ato ilícito**o**titular de um direito**que, ao exercê-lo,**excede manifestamente os limites**impostos pelo seufim econômicoousocial, pelaboa-féou pelosbons costumes."*

Importante, ademais, esclarecer que a avaliação do abuso do direito, que pode ser traduzido como exercício abusivo de um direito subjetivo, não se faz apenas tendo à vista os limítrofes de uma dada relação jurídica de natureza privada, isto é, não é titular da reparação do ilícito, ocasionado pelo abuso, apenas o sujeito que possua uma relação jurídica específica com aquele que cometeu o abuso, pois, como explica José Olympio de Castro Filho,*apud*Lêedsônia Campos Ranieri de Albuquerque, a faculdade de agir, no exercício de um direito subjetivo, é limitada pela "consciência jurídica coletiva, que quer que não se exceda o exercício dessa faculdade além dos limites impostos pela finalidade do direito" (O Abuso do Direito do Processo de Conhecimento, São Paulo, LTr, 2002, p. 47).

Como explica Karl Larenz há uma relação jurídica básica que transcende as relações jurídicas determinadas. Assim, todas as pessoas, em seus atos perante outros, são ao mesmo tempo sujeito de direitos e obrigações: "Si el primeir conecpto fundamental del Derecho privado es la persona en cuanto sujeto de derecho, esto es, titular de derechos y destinatario de obligaciones, el segundo concepto fundamental es la relación jurídica como nexo jurídico que une entre si a sujetos de derecho". (Derecho Civil, p. 246)

O importante a destacar, neste aspecto, é que, como explica o mesmo autor, a vinculação em uma dada relação jurídica não retira do sujeito o seu direito subjetivo fundamental, e, consequentemente, o fato de se estar integrado a uma relação jurídica específica, com direitos e obrigações a ela pertinentes, não exclui, por óbvio, a obrigação quanto ao dever jurídico decorrente da relação jurídica básica.

Assim, por exemplo, um empregador possui a obrigação de pagar salário, limitar a jornada de trabalho, conceder férias, pagar 13o. salário, depositar o FGTS, recolher a contribuição previdenciária, mas o fato de cumprir com todas essas obrigações não elimina as obrigações decorrente da relação jurídica básica.

O mesmo, paralelamente, se dá com o processo.

A doutrina identifica no processo a existência de uma relação jurídica determinada, na qual se integram as partes e o juiz, assim como os demais sujeitos que, de algum modo, interveem no processo ou são atingidos pelas decisões nele proferidas. Esses sujeitos se interligam juridicamente porque possuem direitos e obrigações, fixados na lei processual, considerada a sua integração ao processo. Esta regulação específica, no entanto, como se dá em toda e qualquer relação jurídica, não impede a incidência das obrigações decorrentes da relação jurídica básica, mesmo tendo a lei processual qualificado, em alguns artigos, como antijurídicas certas condutas no processo e fixado seus efeitos, conforme abaixo especificado (Código de Processo Civil):

Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:

I - expor os fatos em juízo conforme a verdade;

II - não formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento;

III - não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito;

IV - cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação;

V - declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva;

VI - não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.

VII - informar e manter atualizados seus dados cadastrais perante os órgãos do Poder Judiciário e, no caso do § 6º do art. 246 deste Código, da Administração Tributária, para recebimento de citações e intimações. (Incluído pela Lei nº 14.195, de 2021)

§ 1º Nas hipóteses dos incisos IV e VI, o juiz advertirá qualquer das pessoas mencionadas no caput de que sua conduta poderá ser punida como ato atentatório à dignidade da justiça.

§ 2º A violação ao disposto nos incisos IV e VI constitui ato atentatório à dignidade da justiça, devendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa de até vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.

§ 3 o Não sendo paga no prazo a ser fixado pelo juiz, a multa prevista no § 2º será inscrita como dívida ativa da União ou do Estado após o trânsito em julgado da decisão que a fixou, e sua execução observará o procedimento da execução fiscal, revertendo-se aos fundos previstos noart. 97.

§ 4º A multa estabelecida no § 2º poderá ser fixada independentemente da incidência das previstas nosarts. 523, § 1º, e536, § 1º.

§ 5º Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa prevista no § 2º poderá ser fixada em até 10 (dez) vezes o valor do salário-mínimo.

§ 6º Aos advogados públicos ou privados e aos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público não se aplica o disposto nos §§ 2º a 5º, devendo eventual responsabilidade disciplinar ser apurada pelo respectivo órgão de classe ou corregedoria, ao qual o juiz oficiará.

§ 7º Reconhecida violação ao disposto no inciso VI, o juiz determinará o restabelecimento do estado anterior, podendo, ainda, proibir a parte de falar nos autos até a purgação do atentado, sem prejuízo da aplicação do § 2º.

§ 8º O representante judicial da parte não pode ser compelido a cumprir decisão em seu lugar.

Art. 78. É vedado às partes, a seus procuradores, aos juízes, aos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e a qualquer pessoa que participe do processo empregar expressões ofensivas nos escritos apresentados.

§ 1º Quando expressões ou condutas ofensivas forem manifestadas oral ou presencialmente, o juiz advertirá o ofensor de que não as deve usar ou repetir, sob pena de lhe ser cassada a palavra.

§ 2º De ofício ou a requerimento do ofendido, o juiz determinará que as expressões ofensivas sejam riscadas e, a requerimento do ofendido, determinará a expedição de certidão com inteiro teor das expressões ofensivas e a colocará à disposição da parte interessada.

Art. 79. Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor, réu ou interveniente.

Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que:

I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;

II - alterar a verdade dos fatos;

III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;

IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;

V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;

VI - provocar incidente manifestamente infundado;

VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.

Art. 81. De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.

§ 1º Quando forem 2 (dois) ou mais os litigantes de má-fé, o juiz

condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa ou solidariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.

§ 2º Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até 10 (dez) vezes o valor do salário-mínimo.

§ 3º O valor da indenização será fixado pelo juiz ou, caso não seja possível mensurá-lo, liquidado por arbitramento ou pelo procedimento comum, nos próprios autos.

As repercussões jurídicas fixadas na lei processual, por óbvio, não representam um salvo conduto para que os sujeitos do processo possam, extrapolando os limites do seu direito subjetivo, ferir as regras jurídicas da relação jurídica básica. Em outras palavras, a aplicação dos efeitos específicos da lei processual não eliminam as repercussões na esfera da relação jurídica básica. Ser contrário a esta ideia, é o mesmo que acreditar que o fato de se verem riscadas as expressões injuriosas nos escritos juntados ao processo, é o efeito único que se possa atribuir para tal ato. Da mesma forma, mesmo os atos definidos na lei processual como "atentatório ao exercício da jurisdição", "litigância de má-fé" e "atentatório à dignidade da Justiça" não gerarão os efeitos restritos fixados na lei processual, pois os mesmos atos podem atingir a esfera da relação jurídica básica. O próprio Jorge Americano, tratando da questão sob outro prisma, já admitia a indenização por dano moral pelo exercício abusivo da demanda (Do Abuso do Direito no Exercício da Demanda, São Paulo, Casa Vanorden, 1923, pp. 110-112). E, como diz Leedsônia, com precisão, "não é de crer que o Direito, neste aspecto, possa ter regredido" (ob. cit., p. 164).

É importante destacar que o Estado, no exercício de seu poder-dever jurisdicional e representado pelo magistrado, integra-se no contexto dessa relação jurídica básica. Assim, da mesma forma que o juiz deve respeitar os demais sujeitos do processo, estes lhe devem respeito, não por uma circunstância hierárquica, mas pela existência da relação jurídica básica, na qual se inclui, por evidente, o respeito à autoridade institucional do poder jurisdicional. É neste sentido, ademais, que se diz que a Justiça possui uma dignidade, que não pode, pura e simplesmente, ser desconsiderada pelos sujeitos do processo, até porque, como diz Ada Pellegrini Grinover, "há muito o processo deixou de ser visto como instrumento meramente técnico, para assumir a dimensão de instrumento ético voltado a pacificar com justiça" ("Paixão e morte do 'contempt of court' brasileiro" – art. 14 do Código de Processo Civil,*in*Direito Processual: inovações e perspectivas. Estudos em homenagem ao Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira. Coordenadores Eliana Calmon & Uadi Lammêgo Bulos. São Paulo, Saraiva, 2003, p. 1)

Na linha de conferir autoridade à atividade jurisdicional, buscando impor às partes uma conduta ética no processo, desenvolveu-se no direito americano, a figura do*contempt of court*, que "é a prática de qualquer ato que tenda a ofender um tribunal na administração da justiça ou a diminuir sua autoridade ou dignidade, incluindo a desobediência a uma ordem" (Cleon Oliphant Swaysse,*apud*Ada Pellegrini Grinover, ob. cit., p. 5)

Bem verdade que no Brasil tentou-se limitar a atuação jurisdicional na defesa de sua dignidade com as sucessivas restrições impostas aos projetos de lei dos quais originou-se o texto do parágrafo único do artigo 77, §6º do Código de Processo Civil, que dentre outras proposições injustificadas, excluiu o advogado da multa fixada no §2º. Neste sentido, Ada Pelegrini Grinover: "...só uma mal entendida proteção corporativa pode levar a querer proteger os maus advogados, que resistem injustificadamente às ordens judiciárias. Sem contar com o fato de que as sanções disciplinares previstas nos estatutos da Ordem têm finalidade profundamente diversas das do*contempt of court*, que objetiva resguardar a autoridade das decisões judiciárias e garantir a efetividade do processo" (ob. cit., p. 10).

Isto não significa dizer que o teor do artigo 77, §6º do Código de Processo Civil, não possa ser interpretado e aplicado de forma até mesmo a desconsiderar a exclusão do advogado da penalização por ato atentatório ao exercício da jurisdição, como sustenta Cândido Rangel Dinamarco, ao sugerir que se trata de*"uma arbitrariedade que só pela lógica do absurdo poderia prevalecer"*, concluindo que*"chegaria a ser inconstitucional dispensá-los de toda essa carga ética, ou de parte dela, somente em nome de uma independência funcional, que deve ter limites"*(A Reforma da Reforma, 2a. ed. São Paulo, Malheiros, p. 68).

Mas, não é este o caso posto em discussão. O que se está querendo dizer é que o*contempt of court*, por traduzir um princípio de preservação da dignidade da justiça, cujo direito e correspondente obrigação decorrem da existência de uma relação jurídica básica, tem plena incidência no ordenamento jurídico brasileiro e não depende, para sua aplicação de uma lei específica que o regule.

Não se pode, ademais, ver no artigo 77, §6º do CPC, uma limitação intransponível para a imposição jurisdicional de efeitos jurídicos pelos atos das partes (e dos advogados) que constituam ofensa à administração da justiça. A existência de outros dispositivos na própria legislação processual, que servem à mesma finalidade, é prova contundente disto:

(...)

Art. 297. O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória.

Parágrafo único. A efetivação da tutela provisória observará as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença, no que

couber.

(...)

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1oPara a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Art. 301. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguração do direito.

Art. 302. Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se:

I - a sentença lhe for desfavorável;

II - obtida liminarmente a tutela em caráter antecedente, não fornecer os meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 (cinco) dias;

III - ocorrer a cessação da eficácia da medida em qualquer hipótese legal;

IV - o juiz acolher a alegação de decadência ou prescrição da pretensão do autor.

Parágrafo único. A indenização será liquidada nos autos em que a medida tiver sido concedida, sempre que possível.

(...)

Art. 536. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.

§ 1º Para atender ao disposto no caput , o juiz poderá determinar, entre outras medidas, a imposição de multa, a busca e apreensão, a remoção de pessoas e coisas, o desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva, podendo, caso necessário, requisitar o auxílio de força policial.

(...)

Art. 774. Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que:

I - frauda a execução;

II - se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos;

III - dificulta ou embaraça a realização da penhora;

IV - resiste injustificadamente às ordens judiciais;

V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o juiz fixará multa em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente, exigível nos próprios autos do processo, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material.

(...)

Art. 814. Na execução de obrigação de fazer ou de não fazer fundada em título extrajudicial, ao despachar a inicial, o juiz fixará multa por período de atraso no cumprimento da obrigação e a data a partir da qual será devida.

Parágrafo único. Se o valor da multa estiver previsto no título e for excessivo, o juiz poderá reduzi-lo.

Como se vê, o ordenamento jurídico brasileiro é repleto de dispositivos que conferem ao juiz a possibilidade de conferir efeito jurídico aos atos das partes que tenham por objetivo “diminuir sua autoridade ou dignidade”. Lembre-se, por oportuno, que o §6º, do art. 77, do CPC, ainda que pudesse ser usado – e não pode, conforme demonstrado – como limitador do efeito jurídico em face da conduta ilícita da parte, seria restrito à hipótese dos incisos IV e VI, do mesmo artigo 77, não se aplicando, portanto, a todas e demais condutas da parte que pudessem ser atingidas pelo princípio do*contempt of court*.

No caso dos presentes autos, o suscitado, como visto, não meramente agiu de “má-fé”. O suscitado agiu de forma discriminatória e antissindical; buscou negar o direito à negociação sindical; aproveitou-se da possível demora no trâmite do processo e da necessidade econômica premente dos(as) trabalhadores(as) para impor, inclusive por meio do oferecimento de vantagens indevidas, condições com as quais não houve concordância da categoria profissional e que caracterizam retrocesso social.

Do ponto de vista processual, o suscitado desdenhou da efetividade da prestação jurisdicional e afrontou a dignidade da Justiça e o fez mesmo após ter sido advertido a respeito.

O que fez o suscitante foi muito além do que está previsto nas leis acima citadas, não se podendo, por óbvio, fazer incidir sua conduta no mesmo nível de outras muito menos graves. No que tange à postura do suscitante, destaque-se, por oportuno, decisão proferida pela juíza**Mylene Pereira Ramos**, da 63ª Vara do Trabalho, nos

autos do processo n. 02784200406302004, denominando a hipótese de assédio processual:*"Praticou a ré 'assédio processual', uma das muitas classes em que se pode dividir o assédio moral. Denomino assédio processual a procrastinação por uma das partes no andamento de processo, em qualquer uma de suas fases, negando-se a cumprir decisões judiciais, amparando-se ou não em norma processual, para interpor recursos, agravos, embargos, requerimentos de provas, petições despropositadas, procedendo de modo temerário e provocando incidentes manifestamente infundados, tudo objetivando obstaculizar a entrega da prestação jurisdicional à parte contrária."*

Por tais fundamentos, respeitando-se o critério de impor efeitos jurídicos em conformidade com a gravidade e a extensão do dano e considerando as graves condutas do sindicato patronal, conforme já exposto, condeno o SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – SINDIGÁS ao pagamento de multa por abuso do direito processual ora fixada em**R$1.000.000,00 (um milhão de reais)**, com destinação a ser estabelecida pelo Ministério Público do Trabalho, advertindo-se que a verificação da reiteração da conduta ocasionará a majoração do valor em questão.

Alguém mais desavisado pode até imaginar que o valor em questão seja muito elevado, mas se pensarmos bem é até bastante módico diante do propósito de resgatar a dignidade da Justiça do Trabalho, dos sindicatos das categorias profissionais envolvidos e, em especial, dos(as) trabalhadores(as) submetidos às condutas ilícitas verificadas, que atentam inclusive contra os direitos humanos.

Ao Ministério Público do Trabalho para manifestação meritória."

É o relatório.

Nos termos do disposto no artigo 13, *caput*, do RICGJT, "*a Correição Parcial é cabível para corrigir erros, abusos e atos contrários à boa ordem processual e que importem em atentado a fórmulas legais de processo, quando para o caso não haja recurso ou outro meio processual específico*".

O parágrafo único do referido dispositivo dispõe que "*em situação extrema ou excepcional, poderá o Corregedor-Geral adotar as medidas necessárias a impedir lesão de difícil reparação, assegurando, dessa forma, eventual resultado útil do processo, até que ocorra o exame da matéria pelo órgão jurisdicional competente*".

Os limites de atuação em sede de Correição Parcial, segundo o Regimento Interno desta Corregedoria Geral, são claros: trata-se de medida excepcional, sendo cabível para corrigir "*erros, abusos e atos contrários à boa ordem processual",* importando em atentado a fórmulas legais do processo. Além disso, trata-se, em liminar, de medida condicional, dotada de subsidiariedade, somente sendo cabível quando, para o ato impugnado, não haja recurso ou outro meio processual cabível.

Do referido ato normativo extraem-se duas conclusões, chanceladas pela doutrina e pelas altas Cortes. Primeiro, que se trata de medida administrativa, não dotada de caráter jurisdicional, sob pena de mácula à inafastabilidade de jurisdição, ao devido processo legal, e ao princípio do juiz natural. Nesse sentido, o ARE 980267 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 05-12-2016; AI 758557 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe 14-11-2014.

Em segundo lugar, como consequência desta primeira conclusão, a observância de que o presente remédio correicional somente tem lugar em hipóteses dos denominados *errores in procedendo,* capazes de ensejar tumulto às formulas legais do processo, e efeitos que se espraiam a ponto de ensejar a intervenção excepcional do órgão correicional. Tal característica foi ressaltada pelo Conselho Nacional de Justiça, com arremedo de farta doutrina, nos autos do PCA 0000535-26.2018.2.00.0000 (CNJ - RA - Recurso Administrativo em PCA - Procedimento de Controle Administrativo - 0000535-26.2018.2.00.0000 - Rel. VALTÉRCIO DE OLIVEIRA - 284ª Sessão - j. 05/02/2019):

A boa ordem processual de que tratam o inciso II do art. 6º e o caput do art. 13, ambos do RICGJT, não envolve exame do mérito da causa ou do direito material aplicado. Quando a norma regimental menciona a garantia da boa ordem processual, está se referindo ao chamado *error in procedendo*, que causa tumulto processual, subverte a ordem legal dos atos ou revela omissão em praticá-los, tendo, assim contornos meramente administrativos.

Coqueijo Costa, ex-ministro do Tribunal Superior do Trabalho e renomado doutrinador na área de Processo do Trabalho, afirmou: "(...) a correição provoca a intervenção de autoridade superior quando a inferior tumultua procedimentalmente o feito, errando in procedendo. A correição parcial tem natureza administrativa."

E complementa, fazendo referência à lição de Alfredo Buzaid:

"(...) a reclamação correicional é simples providência de ordem disciplinar e toda sua eficácia se exaure dentro da órbita administrativa, jamais podendo se revestir de eficácia jurisdicional, sob pena de flagrante inconstitucionalidade de procedimentos dos órgãos corregedores." (Direito Processual do Trabalho, 4ª edição, Forense, pag. 530)

Configura *error in procedendo* os erros de procedimento cometidos no processo pelo juiz. Corrigi-los é tarefa correcional, mas desde que não se trate de exame ou reexame do *meritum causae* da decisão, pois essa é função indelegável da jurisdição.

Nesse sentido, bem pontuou o grande processualista Ernani Fidelis

dos Santos:

"A correição parcial não é recurso no sentido processual, já que, contra decisões interlocutórias, a lei prevê apenas o agravo. A correição parcial é recurso de natureza puramente administrativa e serve para, no processo, corrigir atos de administração ou despachos de mero expediente, quando cometidos com ilegalidade ou abuso de poder. Administrativamente seria, por exemplo, a simples negativa do juiz em despachar petições da parte. Abusiva seria a designação de audiência para data longínqua sem justificativa." (Ernani Fidelis dos Santos, Manual de Direito Processual Civil, Volume I, 11ª edição, 2006, n. 868, pag. 666)

À análise.

O objeto da presente medida é a suspensão da decisão proferida pelo requerido, nos autos do DCG 0009073-22.2021.5.15.0000 e do DCG 0008736-33.2021.5.15.000, reunidos por conexão, que, antecipando os efeitos da tutela, determinou que as empresas representadas pelo requerente, Sindgás, efetuassem o pagamento da "Participação nos Resultados – PR" e do "abono covid-19" aos trabalhadores, condenando o referido sindicato, diante do abuso do direito processual verificado, ao pagamento de multa de R$ 1.000.000,00.

Inicialmente, quanto à invocada ausência de conexão e nulidade dos pronunciamentos e demais atos processuais a ela posteriores, cumpre observar a ausência de exame de tais questões na decisão impugnada neste expediente, a inviabilizar a análise do cabimento da medida quanto a tais aspectos por este órgão.

A hipótese não se enquadra aos termos do art. 13, *caput*, do RICGJT, uma vez que, em face da decisão monocrática que deferiu a liminar requerida pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE MINERIOS DERIVADOS DE PETROLEO DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO e SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS DERIVADOS DE PETRÓLEO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO com o fim de antecipação da PR e do "abono covid-19", há recurso próprio, que, no presente caso, foi interposto pela parte (#id: 2b89da1 e #id: ebb2cf9).

No entanto, no tocante à liminar pretendida, pela aplicação do parágrafo único do art. 13 do RICGJT, convém tecer as seguintes ponderações.

Da decisão corrigenda, verifica-se, em relação à PR (Participação nos Resultados), que o requerido, ao considerar o pagamento da parcela a trabalhadores representados por outros suscitantes (a exemplo da CCT 2021/2021 firmada como a Federação Nacional dos Trabalhadores juntada pelo requerente no DCG 0008736-33.2021.5.15.0000), e, ainda, as conquistas já estabelecidas pela categoria, a teor do longo período em que a parcela é paga, deferiu a antecipação da tutela para determinar, "*com fundamento em norma coletiva anterior –cláusulas 6ª e 8ª da CCT de 2020/2020",* que as empresas representadas pelo requerente efetuassem o pagamento da PR, conforme parâmetros delimitados na decisão transcrita, sob pena de multa diária.

Nesse mesmo sentido, entendeu o requerido ser devida a antecipação de tutela no que tange ao "abono Covid-19", *"ainda que tal verba não integre a norma coletiva anteriormente vigente*".

Aduziu, nesse sentido, que tanto o PR quanto o referido abono já estavam sendo pagos aos trabalhadores que aderiram aos termos da norma coletiva de 2021 firmada com a Federação Nacional, como forma de pressionar a categoria profissional a aceitar a renúncia de direitos no novo acordo.

Assim, considerou a concordância do suscitado, ora requerente, no sentido de que a verba fosse paga pelas empresas, determinando, de forma antecipada, que as empresas representadas pelo Sindgás, em razão da urgência decorrente do agravamento da pandemia da covid-19 pela variante Ômicron, realizassem o pagamento do "abono Covid-19", no importe de R$ 1.500,00, no prazo de 15 dias, sob pena de multa diária.

Em relação à condenação do requerente à multa no importe de R$1.000.000,00, verifica-se que a configuração de assédio processual decorreu da constatação de que o sindicato patronal tem se valido dos processos como forma de pressionar indevidamente a categoria processual a aceitar a renúncia a direitos adquiridos e conquistas histórias, praticando conduta antissindical.

Desse contexto, cumpre observar, quanto à parcela "PR", o registro no sentido de que o seu deferimento, em tutela antecipatória, se deu com fundamento em "*norma coletiva anterior"*, sem qualquer fundamentação ou consideração na decisão impugnada quanto aos seus efeitos, notadamente a teor do disposto no art. 614, §3º, da CLT.

Em relação ao deferimento da parcela "abono covid-19", a situação se mostra ainda mais excepcional, ante o registro de não existir previsão de seu pagamento - sequer - na norma coletiva anteriormente vigente.

Não adentrando no âmbito da interpretação legal ou no aspecto meritório da decisão impugnada, é oportuno ressaltar que as decisões judiciais devem estar devidamente fundamentadas e guardar coerência argumentativa, sob pena de violação aos artigos 93, IX, da Constituição Federal e artigo 489 do Código de Processo Civil. A nulidade advinda da inobservância de tais preceitos é hipótese que consubstancia atentado às fórmulas legais do processo, assim como o fundamento *contra legem.*Da mesma forma, pode-se extrair *error in procedendo* da decisão que, consignando premissa fática expressa, traz conclusão que dela se

distancia.

No caso dos autos, não foram indicados quaisquer outros dispositivos que sustentem de forma específica o deferimento, em tutela provisória, das parcelas acima mencionadas, tampouco delimitados elementos que possibilitem concluir pela subsunção dos fatos apresentados a tais normas, não sendo suficiente, para tanto, o agravamento da pandemia causada pela Covid-19 e o eventual pagamento a trabalhadores representados por outros suscitantes, em decorrência de normas coletivas por eles firmadas.

Desse modo, a inexistência de clareza quanto aos elementos fáticos que compõem o caso concreto, a teor do alcance do comando judicial proferido em dissídio coletivo de greve, sem a indicação específica de respaldo normativo a tal análise, resultando em imediato pagamento das parcelas, enquanto pendente recurso acerca da matéria, acaba por consubstanciar a hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 do RICGJT, de modo a justificar a intervenção excepcional desta Corregedoria-Geral, em face da existência de situação extrema ou excepcional e o perigo de lesão de difícil reparação.

Ante o exposto, com fundamento no parágrafo único do artigo 13 do RICGJT, **DEFIRO** parcialmente a liminar requerida para **conceder efeito suspensivo ao Agravo Regimental no DCG 0009073-22.2021.5.15.0000** e no **DCG 0008736-33.2021.5.15.000**, com a consequente suspensão do pagamento das parcelas (inclusive da multa por assédio processual), até que ocorra o exame da matéria pelo órgão jurisdicional competente**.**

Dê-se ciência do inteiro teor da decisão ora proferida, com urgência, ao Requerente, Ao Exmo. DESEMBARGADOR JORGE LUIZ SOUTO MAIOR, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - inclusive para que preste as informações que entender pertinentes, no prazo de 10 (dez) dias -, e aos terceiros interessados.

Determino que esta Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho seja informada quando do julgamento do Agravo Regimental.

Publique-se.

Transcorrido o prazo regimental sem recurso das partes, arquive-se.

BRASILIA/DF, 27 de janeiro de 2022.

Ministro ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Processo Nº CorPar-1000045-93.2022.5.00.0000

Relator	ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
REQUERENTE	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	TOBIAS DE MACEDO(OAB: 21667/PR)
REQUERIDO	Desembargador Jorge Orlando Sereno
LITISCONSORTE	FLAVIA FERREIRA SALDANHA

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

Correição Parcial ou Reclamação Correcional Nº 1000045-93.2022.5.00.0000

REQUERENTE: BANCO BRADESCO S.A.

ADVOGADO: TOBIAS DE MACEDO, OAB: 0021667

REQUERIDO: Desembargador Jorge Orlando Sereno

LITISCONSORTE: FLAVIA FERREIRA SALDANHA

CGACV/rab

D E C I S Ã O

Trata-se de Correição Parcial proposta por BANCO BRADESCO S.A. em face de decisão proferida pelo EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR JORGE ORLANDO SERENO, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região que, nos autos do **Mandado de Segurança nº 0104348-85.2021.5.01.0000** indeferiu a liminar pleiteada pelo Requerente e por consequência manteve a decisão proferida em tutela provisória de urgência nos autos da **Reclamação Trabalhista nº 0100936-19.2021.5.01.0301**, em que foi determinada a reintegração da reclamante, ora terceira interessada, Flavia Ferreira Saldanha.

O Requerente relatou que o Exmo. Desembargador Relator indeferiu a liminar pleiteada pelo Banco reclamado nos autos da **Reclamação Trabalhista nº0100936-19.2021.5.01.0301**, e por consequência manteve determinação de reintegração da terceira interessada ao emprego, com todos os direitos inerentes ao contrato de trabalho.

Alegou que a dispensa foi praticada de forma "regular, legal e válida", pois a terceira interessada não possui qualquer garantia provisória de emprego.

Esclareceu que a decisão corrigenda atenta à boa ordem processual, pois contraria elementos pré-constituídos nos autos bem como a jurisprudência deste Tribunal Superior no sentido de que, inexistindo conflito entre o objeto social da cooperativa (que no presente caso destina-se ao comércio varejista de produtos de papelaria) e a atividade do Banco, não há confronto com o empregador na persecução dos fins sociais da cooperativa, sendo incabível o usufruto da garantia provisória de emprego aos dirigentes de cooperativas de consumo.

Descreveu os termos da Convenção Coletiva de Trabalho Aditiva - Cooperativas, entabulada entre a Fenaban e a Contraf, com vigência de 1º de setembro de 2020 até 31 de agosto de 2022, em

que são elencados os requisitos necessários para a aquisição de estabilidade para os dirigentes de cooperativas no âmbito bancário: "*a) a natureza da atividade da cooperativa deve possuir identidade e similaridade com a atividade do setor financeiro, bem como as que demandam autorização formal do Banco Central para seu funcionamento. Assim, as cooperativas cujo objeto social seja distinto à atividade do segmento financeiro, tais como produtos veterinários e pet shop, consultoria em geral, turismo e lazer, aquisição de produtos alimentícios, e venda de produtos de beleza, não resultará em garantia de estabilidade provisória, aos empregados que sejam dirigentes destas cooperativas; b) a atividade desenvolvida pela cooperativa deve ser de efetivo interesse coletivo dos empregados dos bancos, e tenha havido efetiva prestação direta de serviços e de assistência aos associados, nos últimos 120 (cento e vinte) dias, devidamente registrada nos livros fiscais e contábeis obrigatórios; c) a cooperativa deve comprovar que atende a efetivo interesse público e coletivo dos empregados do banco, previsto na Lei nº 5.764/1971*".

Afirmou que o fato da referida norma coletiva não ter sido apresentada no processo objeto desta correição parcial, é irrelevante tendo em vista a interpretação dada por este Tribunal a teor da lei que fundamenta o pleito e também por se tratarem de cláusulas de conhecimento público e notório reiteradamente avaliadas por aquela Corte em inúmeros precedentes.

Requereu por fim que: *"(i) defira a liminar correicionalpara que seja cassada a r. decisão impugnada,eivadas de erros e agressões à boa ordem processual e que atenta às fórmulas legais de processo, da lavra da E. Desembargadora Federal do Trabalho Jorge Orlando Sereno Ramos, Relator, perante o E. Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região (TRT/1ª Região), do Mandado de Segurança (Processo – MSCiv – PJe) n 0104338-85.2021.5.01.0000, a fim de que (a)seja deferida a liminar pretendida para cassar a ordem de reintegração do litisconsorte, concedendo efeito suspensivo ao agravo regimental interposto, ao menos até que se ultime a instrução processual nos autos originários e haja prolação de decisão terminativa de mérito; (ii) subsidiariamenteem relação ao item " (i)" acima , caso Vossa Excelência assim não entenda de proceder, defira a liminar correicionalpara que seja determinado o que se pede naquele item "(i)" acima, ao menos até o julgamento definitivo do Processo de Mandado de Segurança; e (iii) subsidiariamenteem relação ao item " (ii)" acima , caso Vossa Excelência assim não entenda de proceder, defira a liminar correicionalpara que seja determinado o que se pede naquele item "(i)" acima, ao menos até o julgamento definitivo do recurso de agravo regimental que, contra as rr. decisões ora impugnadas, o BRADESCO, a tempo e modo devidos, já protocolizou perante o E. Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, em conformidade com o disposto nos artigos 232 do RITRT. (iv) confirme, por cognição exauriente, a liminar correicional deferidanos termos do item "(i)" e, subsidiariamente, "(ii)" e, subsidiariamente, "(iii)" acima."*.

Eis o teor da decisão corrigenda:

"Vistos, etc.

Trata-se de mandado de segurança impetrado contra ato judicial proferido pela Exma. Juíza Rosangela Kraus de Oliveira Moreli que, nos autos da ação trabalhista nº 0100936-19.2021.5.01.0301, deferiu a antecipação de tutela postulada pela terceira interessada e determinou sua reintegração aos quadros de empregados do impetrante, com todos os direitos e vantagens que fazia jus antes da dispensa.

Alega o impetrante que "a circunstância incontroversa de que a cooperativa para a qual o reclamante foi eleito é a SOCIEDADE COOPERATIVA PETROPOLITANA SANTA FÉ – Cooperativa de Consumo. (...) a citada cooperativa supostamente atua no COMÉRCIO VAREJISTA de artigos de papelaria. E visa proporcionar aos Cooperados a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS de forma diferenciada.

Portanto, se trata de uma cooperativa de CONSUMO e não de trabalho. A Cooperativa Petropolitana Santa-Fe NÃO É uma cooperativa de trabalho e sim uma cooperativa de CONSUMO. E assim sendo, não outorga a seus diretores o direito à estabilidade legal.

(...) Não há qualquer elemento nos autos que ateste sua efetiva atividade. Assim, não basta a comprovação da regularização formal da entidade, senão a demonstração de que tenha havido efetiva prestação direta de serviços e de assistência aos associados, devidamente registrada nos livros fiscais e contábeis obrigatórios. A comprovação de efetiva atividade e prestação de serviços pela cooperativa em favor dos associados poderia se dar mediante a apresentação de notas fiscais, contratos, recibos, imagens, enfim, elementos que demonstrem que a associação efetivamente EXISTE e é ATIVA. A ilegalidade do ato coator reside no fato de ter deliberadamente se esquivado de analisar a questão À LUZ DA NORMA COLETIVA DA CATEGORIA, que nos termos do art. 611-A da CLT, prevalece à lei entre as partes. E é nestes termos a exigência contida na Convenção Coletiva de Trabalho dos Bancários Aditiva (...)Ora, havendo previsão específica em negociação coletiva, o ato coator atenta, nitidamente, contra a proteção constitucional às convenções e acordos coletivos de trabalho, prevista no art. 7º, XXVI da Constituição Federal de 1988. A decisão é também ILEGAL, face a novel disposição do art. 611-A da CLT, o qual prevê a prevalência do negociado sobre o legislado."

(Id fe43f0b - Pág. 3/8).

Ressalta que "A novel previsão normativa coletiva é relevante e absolutamente necessária, pois, lamentavelmente, é comum, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, a constituição de Cooperativas de fachada, tão somente para fins ilícitos de garantir estabilidade a seus dirigentes, desvirtuando os fins da norma e o espírito da lei. Portanto, diante dos inúmeros casos constatados de constituição fraudulenta de cooperativas, visando exclusivamente burlar a legislação e garantir ilícita estabilidade a seus dirigentes, é inarredável a necessidade de comprovação documental e in loco da efetiva prestação de serviços e de atividade da cooperativa, sob pena de se fazer prevalecer o império da formalidade em detrimento ao Princípio da Primazia da Realidade, tão caro a esta Justiça Laboral. Nestes termos, ante a ausência de prova da efetiva existência, atividade e prestação de serviços pela citada Cooperativa, evidente a ilegalidade e o abuso de poder do ato coator, que simplesmente ignora toda a ri - queza do arcabouço normativo que regula a matéria, mantendo-se voltado unicamente à interpretação literal da Lei. E mesmo ao interpretar a lei, aprecia equivocadamente a questão, deixando de observar que, claramente, não se está diante de uma cooperativa de TRABALHO, senão diante de uma cooperativa de CONSUMO, como é CONFESSADO na petição inicial dos autos originários. E não bastasse a ausência de prova da efetiva atividade da cooperativa em questão, já descumprindo a norma coletiva da categoria, importante destacar que nem mesmo mediante tal comprovação a pretensão merece acolhida." (Id fe43f0b - Pág. 9).

Acrescenta que "nos presentes autos fica claro que a atividade da cooperativa se distingue daquela prestada por uma instituição financeira, como exige a norma coletiva, que inclusive prevalece sobre a lei. Ademais, é possível apurar que a citada Cooperativa admite toda e qualquer pessoa como associado, sem limitar a admissão aos bancários propriamente ditos, inclusive podendo se associar a outras entidades, como consta de seu estatuto. Como visto, a referida cooperativa sequer representa os empregados do réu. Portanto, não se está a tratar no presente caso de uma cooperativa de empregados, senão de de consumo, cuja natureza demanda análise mais acurada, no sentido de se apurar se a estabilidade permanece nos presentes casos de cooperativa de consumo. Logo, a garantia prevista no artigo 55 da Lei do Cooperativismo visa à devida proteção daqueles que, por ocuparem posições de poder e tomada de decisão nessas sociedades, acabam se expondo aos empregadores, por vezes, como resultado da defesa dos interesses da categoria econômica ou classe de empregados. Nesse contexto, se o objeto social da cooperativa não conflita com a atividade principal do empregador, ou seja, se a cooperativa não possui interação ou conflito com os empregadores de seus diretores, não há embasamento para o usufruto de benesse da estabilidade a esses empregados. Frise-se que o artigo 3º da referida lei é expresso no sentido de que, embora exerça atividade econômica, as cooperativas não visam lucro." (Id fe43f0b - Págs. 9/10).

Salienta que "o pedido constante da exordial não é dotado de urgência. E a probabilidade do direito não resta caracterizada, pois embasada no suposto descumprimento de Lei, sem considerar todo o contexto normativo, em análise sistemática, e principalmente a NORMA COLETIVA DA CATEGORIA, que nos termos do art. 611-A da CLT, já vigente à época do ajuizamento da ação originária, prevalece à lei. Evidente, ante a todo o contido na fundamentação deste writ, a violação a direito líquido e certo do impetrante. Nestes termos, inobservados os requisitos para o deferimento da tutela de urgência pretendida pela parta autora nos autos originários e, na contramão, presentes os requisitos do artigo 300 do CPC na presente ora veiculada pelo impetrante, reitera o pleito de concessão de decisão liminar, visando a imediata cassação do ato coator em sua integralidade. A seu turno, a procedência da ação mandamental, nestes casos, deve ser analisada sob o âmbito dos requisitos exigidos pelo mesmo dispositivo processual, posto que demonstrada probabilidade do direito invocado pelo impetrante e o evidente perigo de dano." (Id fe43f0b - Pág. 11).

Requer a "a) concessão da liminar 'inaudita altera pars' a fim de cassar integralmente e tornar sem efeito a decisão liminar proferida pelo juízo impetrado em sua integralidade, a.1) pela eventualidade, no mínimo, que sejam suspensos os efeitos do ato coator até que se ultime a instrução processual, quando se concretizarão os elementos básicos e mínimos de prova em torno do direito em debate. b) No mérito, a concessão definitiva da segurança, confirmando os pleitos principal e eventuais constantes dos pedidos 'a)' e 'a.1)' acima." (Id fe43f0b - Pág. 12).

Passo a decidir.

De plano, cumpre destacar que, nos termos do inciso III, do artigo 7º, da Lei nº 12.016/2009, o deferimento de liminar em sede mandamental exige o preenchimento dos seguintes requisitos: relevância dos fundamentos e a possibilidade de resultar a ineficácia da medida.

Neste aspecto, registre-se, que o deferimento da tutela antecipada não é uma mera faculdade do juiz, mas, sim, um poder-dever do magistrado, que verificando a presença dos requisitos legais (art. 300 do CPC), deve ser deferida a tutela antecipada, sendo vedada sua concessão caso falte algum requisito ou ainda, que as circunstâncias demonstrem não ser aconselhável o deferimento da medida, o que deve ser ponderado e fundamentado pelo Juízo.

Ressalte-se que, uma vez proferida a decisão de antecipação de tutela em regular processo cognitivo, sua reforma ou cassação somente se revelará possível quando evidenciada manifesta violação legal ou clara abusividade na análise dos seus requisitos, não cabendo analisar eventual error in judicando da decisão, ainda que não seja imediata a recorribilidade, pois a via mandamental não se revela adequada a esse fim, devendo ser reexaminado em instância recursal ordinária.

Assim, em caso de impugnação de decisão que defere tutela antecipada, a concessão do mandado de segurança revela-se possível somente mediante a demonstração, pelo impetrante, de que a tutela antecipada foi indevidamente deferida. Significa dizer que deve o impetrante demonstrar a ausência dos requisitos previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil, in verbis: "A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.", o que era tratado no artigo 273 do CPC/73, como a "verossimilhança das alegações" e o "fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação".

Com efeito, em se tratando de pretensão de antecipação de tutela para determinar a reintegração no emprego, resta inquestionável o perigo na demora.

No que se refere aos elementos que evidenciam a probabilidade do direito, não há demonstração de que a decisão impetrada encerre manifesta ilegalidade ou abuso de poder já que a tutela antecipada deferida não incidiu em qualquer proibição legal ou constitucional, porquanto devidamente fundamentada, nos seguintes termos: “(...) A autora requer, em sede de TUTELA DE URGÊNCIA, a volta ao seu posto de trabalho, em função da estabilidade que possui por exercer a Diretora Comercial, amparada na Lei nº 5.764/71, na qual assegura a garantia de emprego apenas aos empregados eleitos diretores de Cooperativas, não abrangendo os membros suplentes. Após compulsar os autos, DEFIRO, por ora, a tutela requerida, expedindo-se o mandado de reintegração, face à constatação probatória do exercício de Diretora Comercial, devendo ser restabelecido o contrato de trabalho com o devido exercício do mesmo, acrescentando o pagamento de toda a remuneração (salário-base, comissão de cargo, remuneração variável, comissões de seguro, comissões de capitalização, complementação salarial, PPRS e PLR, incluindo vale-refeição, vale alimentação, FGTS, férias e 13º salário) e o pagamento da mesma desde o desligamento compulsório da empresa ré, permitindo-se a compensação das parcelas quitadas na rescisão. (...).” (Id ed6cb2f - Pág. 2).

Da leitura da decisão impetrada tem-se que a motivação exarada para o deferimento da antecipação de tutela consistiu na existência de convencimento acerca da verossimilhança dos argumentos expendidos pela autora, ora terceira interessada, acrescentando-se, ainda, a presença dos elementos que evidenciam a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Neste sentido, cumpre registrar que o artigo o art. 55 da Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, estabelece que os diretores de cooperativas de empregados gozarão das garantias asseguradas aos dirigentes sindicais pelo artigo 543 da CLT, sendo inequívoco que a referida norma legal foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, uma vez que as garantias de emprego asseguradas pela Carta Magna não excluem outras já previstas em lei.

Além disso, a Orientação Jurisprudencial nº 253, da SDI-1 do C. TST, estatui que “O art. 55 da Lei nº 5.764/71 assegura a garantia de emprego apenas aos empregados eleitos diretores de Cooperativas, não abrangendo os membros , bem como que no tocante ao número de diretores suplentes.” detentores da estabilidade, a questão restou pacificada pela inteligência do inciso II da Súmula nº 369 do C. TST, que dispõe “O art. 522 da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. Fica limitada, assim, a estabilidade a que alude o art. 543, § 3.º, da CLT a sete dirigentes sindicais e igual número de suplentes.” Sendo assim, forçoso concluir que os diretores eleitos de sociedades cooperativas possuem garantia provisória de emprego desde o registro de sua candidatura até um ano após o fim do mandato.

No caso, verifica-se que o impetrante foi comunicado em 09/10/2017 da eleição da terceira interessada para ocupar cargo de direção na SOCIEDADE COOPERATIVA PETROPOLITANA SANTA FÉ – COOPERATIVA DE CONSUMO, sendo que, nos termos da ata de assembleia geral extraordinária realizada em 02/09/2017, a autora, ora terceira interessada, foi eleita para o cargo de Diretora Comercial, com mandato vigente até 02/09/2021, conforme artigo 32, do Estatuto Social juntados aos autos da ação de origem (Id 35c0a1d).

Assim, constata-se que a dispensa da terceira interessada ocorreu no curso da estabilidade que alude o artigo 543, § 3.º, da CLT, sendo oportuno mencionar que a finalidade da cooperativa nada tem a ver com as atividades bancárias e com o aprimoramento da função desempenhada pela terceira interessada, certo é que sua finalidade é destinada à facilitação da aquisição de bens de consumo pelos empregados bancários. Trata-se de uma cooperativa criada pelos bancários para atender às suas necessidades.

Saliente-se que o impetrante colacionou aos presentes autos do mandado de segurança cópia de normas coletivas da categoria dos

bancários, mas não cuidou de juntar cópia da Convenção Coletiva Aditiva na qual consta, segundo alega, a cláusula 1ª contendo condições cumulativas para que o empregado possa fazer jus à estabilidade provisória no emprego por ter sido eleito dirigente de cooperativa.

Esclareça-se que o mandado de segurança exige prova préconstituída, e, não tendo sido trazido aos autos documentos indispensáveis ao desenvolvimento válido e regular do processo, no caso, a Convenção Coletiva Aditiva, não há que se falar na aplicação do disposto no art. 321 do CPC à presente hipótese, consoante inteligência da Súmula nº 415 do C. TST, de modo que, resta prejudicada a análise do pleito quanto a esse particular.

Ademais, é relevante mencionar que a Lei nº 5.764/1971 não faz qualquer exigência de que a atividade da cooperativa guarde correspondência à atividade desenvolvida pelo empregador, qual seja, atividade bancária.

Neste sentido os seguintes julgados deste E. TRT, in verbis:

"RECURSO DO BANCO SANTANDER S.A.. BANCÁRIO. DIRETOR DE COOPERATIVA. GARANTIA DE EMPREGO. DEVIDA. OJ 253 DA SDBI-1. ART. 543 DA CLT. ART. 8, VIII, DA CR. O reclamante provou que, em 14.09.2013, fora eleito e empossado como diretor social da Cooperativa COOPETBAN - COOPERATIVA DE CONSUMO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS E VAREJISTAS DOS BANCÁRIOS E EX-BANCÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com mandato por quatro anos conforme disposto no art. 32 do Estatuto social. A dispensa sem justa causa ocorreu em 02/07/2014. Ao perquirir a ata da assembleia da cooperativa, verifica-se ser indubitável que o reclamante foi eleito e empossado no cargo de diretor social da cooperativa, e, filiando-me à jurisprudência do C. TST, representada na OJ n.º 253 da SDBI-1, entendo que o recorrente goza da garantia de emprego estampada no inciso VIII do art. 8º da CR e no art. 543 da CLT. De mais a mais, pertinente expor que não há qualquer restrição ou inconstitucionalidade no art. 55 da Lei n. 5.764/71, não havendo qualquer norma ou princípio constitucional que afaste tal possibilidade de estabilidade provisória. É possível extrair essa constatação do teor da OJ 253 da SDBI-1 e do precedente do C. TST. Recurso improvido." (RO 00113617520145010226, 1ª Turma, Desembargador Relator Bruno Lousada, DJ 23/02/2016).

"MANDADO DE SEGURANÇA. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. EMPREGADO ELEITO DIRETOR DE COOPERATIVA DE CONSUMO. DECISÃO ANTECIPATÓRIA QUE RECONHECEU A ESTABILIDADE PROVISÓRIA DO EMPREGADO. Nos termos da Orientação Jurisprudencial n. 253 da SDI-1 do C. Tribunal Superior do Trabalho, "O art. 55 da Lei nº 5.764/71 assegura a garantia de emprego apenas aos empregados eleitos diretores de Cooperativas, não abrangendo os membros suplentes". Para se compreender a decisão impugnada como ilegal ou abusiva, haveria que se restringir a previsão legal aos fins colimados pela cooperativa, relacionando-os com a representatividade própria dos sindicatos e a atividade do empregador, o que não é previsto no referido artigo 55. Segurança não concedida." (MS 01011666720165010000, SEDI-2, Desembargador Relator Marcelo Antero de Carvalho, DJ 24/11/2016).

Quanto à Ata Notarial de Id ba5516b, verifica-se que diz respeito à COOPBELLA SERRA – COOPERATIVA DE CONSUMO DA REGIÃO SERRANA, CNPJ nº 26.229.771/0001-49, estabelecida na Estrada União e Indústria, nº 4.538, sala 101, Nogueira, Petrópolis, RJ, não tendo sido demonstrada qualquer relação de vínculo com a SOCIEDADE COOPERATIVA PETROPOLITANA SANTA FÉ – COOPERATIVA DE CONSUMO, CNPJ nº 28.754.529/0001-10, estabelecida na Rua do Imperador, nº 739, sala 102, Centro, Petrópolis, RJ, sendo certo, ainda, que seu conteúdo não afronta qualquer cláusula do Estatuto Social da COOPERATIVA PETROPOLITANA SANTA FÉ, no tocante à sua constituição e funcionamento, tampouco tem o condão de comprovar a ausência de atividades da cooperativa naquele local, não se prestando, pois, para a finalidade pretendida pelo impetrante.

Portanto, constata-se que a terceira interessada faz jus à garantia no emprego a que se refere o artigo 55 da Lei nº 5.764/71.

Esclareça-se que não existe risco de irreversibilidade do provimento jurisdicional antecipado, uma vez que tendo sido determinada a reintegração da terceira interessada aos quadros do impetrante haverá o pagamento de verbas salariais por parte do empregador, mas, em contraprestação, caberá ao empregado fornecer sua mão de obra em proveito da atividade por ele desenvolvida.

Deste modo, tendo a terceira interessada demonstrado a verossimilhança das alegações expedidas na inicial da ação subjacente, há que se considerar que aguardar a tramitação da ação trabalhista para garantir à autora os direitos inerentes à sua reintegração no emprego, inequivocamente, representa nítida hipótese de grave lesão aos direitos da trabalhadora, mormente quando diante da fonte de sua sobrevivência e de sua família. Assim, não restou comprovado o alegado direito líquido e certo do impetrante.

Por todo o todo o exposto, considerando ausentes a relevância dos fundamentos e a possibilidade de resultar a ineficácia da medida, caso venha ser, ao final, concedida a segurança, requisitos exigidos pelo inciso III, do artigo 7º, da Lei nº 12.016/2009, INDEFIRO A LIMINAR pretendida.

Oficie-se à autoridade coatora para ciência, bem como para prestar as informações de estilo, no prazo legal.

Intime-se o impetrante para ciência desta decisão, bem como a terceira interessada, no que couber, por e-carta.

Após o decurso do prazo legal, ao Ministério Público do Trabalho, em conformidade com o que dispõe o art. 12, da Lei nº 12.016/2009 e o Ofício nº 611.2021 – PRT 1ª Região - GABPC.

RIO DE JANEIRO/RJ, 17 de dezembro de 2021.

JORGE ORLANDO SERENO RAMOS

Desembargador do Trabalho"

É o relatório.

Nos termos do disposto no artigo 13, *caput*, do RICGJT, "*a Correição Parcial é cabível para corrigir erros, abusos e atos contrários à boa ordem processual e que importem em atentado a fórmulas legais de processo, quando para o caso não haja recurso ou outro meio processual específico*".

O parágrafo único do referido dispositivo dispõe que "e*m situação extrema ou excepcional, poderá o Corregedor-Geral adotar as medidas necessárias a impedir lesão de difícil reparação, assegurando, dessa forma, eventual resultado útil do processo, até que ocorra o exame da matéria pelo órgão jurisdicional competente*".

Os limites de atuação em sede de Correição Parcial, segundo o Regimento Interno desta Corregedoria Geral, são claros: trata-se de medida excepcional, sendo cabível para corrigir "*erros, abusos e atos contrários à boa ordem processual",* importando em atentado a fórmulas legais do processo. Além disso, trata-se, em liminar, de medida condicional, dotada de subsidiariedade, somente sendo cabível quando, para o ato impugnado, não haja recurso ou outro meio processual cabível.

Do referido ato normativo extraem-se duas conclusões, chanceladas pela doutrina e pelas altas Cortes. Primeiro, que se trata de medida administrativa, não dotada de caráter jurisdicional, sob pena de mácula à inafastabilidade de jurisdição, ao devido processo legal, e ao princípio do juiz natural. Nesse sentido, o ARE 980267 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 05-12-2016; AI 758557 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe 14-11-2014.

Em segundo lugar, como consequência desta primeira conclusão, a observância de que o presente remédio correicional somente tem lugar em hipóteses dos denominados *errores in procedendo,* capazes de ensejar tumulto às formulas legais do processo, e efeitos que se espraiam a ponto de ensejar a intervenção excepcional do órgão correicional. Tal característica foi ressaltada pelo Conselho Nacional de Justiça, com arremedo de farta doutrina, nos autos do PCA 0000535-26.2018.2.00.0000 (CNJ - RA - Recurso Administrativo em PCA - Procedimento de Controle Administrativo - 0000535-26.2018.2.00.0000 - Rel. VALTÉRCIO DE OLIVEIRA - 284ª Sessão - j. 05/02/2019):

A boa ordem processual de que tratam o inciso II do art. 6º e o caput do art. 13, ambos do RICGJT, não envolve exame do mérito da causa ou do direito material aplicado. Quando a norma regimental menciona a garantia da boa ordem processual, está se referindo ao chamado *error in procedendo*, que causa tumulto processual, subverte a ordem legal dos atos ou revela omissão em praticá-los, tendo, assim contornos meramente administrativos.

Coqueijo Costa, ex-ministro do Tribunal Superior do Trabalho e renomado doutrinador na área de Processo do Trabalho, afirmou: "(...) a correição provoca a intervenção de autoridade superior quando a inferior tumultua procedimentalmente o feito, errando in procedendo. A correição parcial tem natureza administrativa."

E complementa, fazendo referência à lição de Alfredo Buzaid:

"(...) a reclamação correicional é simples providência de ordem disciplinar e toda sua eficácia se exaure dentro da órbita administrativa, jamais podendo se revestir de eficácia jurisdicional, sob pena de flagrante inconstitucionalidade de procedimentos dos órgãos corregedores." (Direito Processual do Trabalho, 4ª edição, Forense, pag. 530)

Configura *error in procedendo* os erros de procedimento cometidos no processo pelo juiz. Corrigi-los é tarefa correcional, mas desde que não se trate de exame ou reexame do *meritum causae* da decisão, pois essa é função indelegável da jurisdição.

Nesse sentido, bem pontuou o grande processualista Ernani Fidelis dos Santos:

"A correição parcial não é recurso no sentido processual, já que, contra decisões interlocutórias, a lei prevê apenas o agravo. A correição parcial é recurso de natureza puramente administrativa e serve para, no processo, corrigir atos de administração ou despachos de mero expediente, quando cometidos com ilegalidade ou abuso de poder. Administrativamente seria, por exemplo, a simples negativa do juiz em despachar petições da parte. Abusiva seria a designação de audiência para data longínqua sem justificativa." (Ernani Fidelis dos Santos, Manual de Direito Processual Civil, Volume I, 11ª edição, 2006, n. 868, pag. 666)

À análise.

O objeto da presente medida é a suspensão de decisão que determinou a reintegração de empregada em razão de garantia de emprego decorrente da condição de dirigente da CooperativaPetropolitana Santa Fé – Cooperativa de Consumo.

Em síntese, o Exmo. Desembargador Requerido confirmou a decisão liminar do Juízo *a quo*, concluindo pela aplicabilidade do art. 55 da Lei 5.764/71 ao caso concreto, razão pela qual reconheceu a nulidade da dispensa realizada pelo Banco Requerente.

A hipótese não se enquadra aos termos do art. 13, *caput*, do RICGJT, uma vez que em face da decisão monocrática que indeferiu a liminar requerida pela instituição financeira a fim de suspender os efeitos da tutela de urgência que determinou a reintegração do terceiro interessado, há recurso próprio, que no presente caso foi interposto pela parte.

No entanto, no tocante à liminar pretendida, no que concerne à aplicação do parágrafo único, do art. 13 do RICGJT, convém tecer as seguintes ponderações.

É cediço ser a dispensa direito potestativo do empregador, decorrente do poder de direção que lhe é atribuído, excetuadas as hipóteses legais que trazem previsão restritiva do exercício de tal direito.

Não adentrando no âmbito da interpretação legal ou no aspecto meritório da decisão impugnada, verifica-se que as decisões judiciais devem estar devidamente fundamentadas e guardar coerência argumentativa, sob pena de violação aos artigos 93, IX, da Constituição Federal e artigo 489 do Código de Processo Civil. A nulidade advinda da inobservância de tais preceitos é hipótese que consubstancia atentado às fórmulas legais do processo, assim como o fundamento *contra legem.*Da mesma forma, pode-se extrair *error in procedendo* da decisão que, consignando premissa fática expressa, traz conclusão que dela se distancia.

Com relação à condição de dirigente de cooperativa, cumpre observar que a atividade econômica desenvolvida pela cooperativa (CooperativaPetropolitana Santa Fé – Cooperativa de Consumo) não guarda correlação com a atividade empresarial do empregador e, sobre tal matéria, há intensa celeuma e controvérsia, não se vislumbrando, em análise perfunctória, a presença dos requisitos necessários à manutenção da medida.

Desse modo, a controvérsia existente quanto à estabilidade de diretor de cooperativa de consumo, resultando na imediata reintegração do empregado por meio de decisão monocrática, de caráter não exauriente, **enquanto pendente recurso acerca da matéria, acaba por consubstanciar a hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 do RICGJT**, de modo a justificar a intervenção excepcional desta Corregedoria-Geral, em face da existência de situação extrema ou excepcional e o perigo de lesão de difícil reparação.

Ante o exposto, com fundamento no parágrafo único do artigo 13 do RICGJT, **DEFIRO** parcialmente a liminar requerida para **conceder efeito suspensivo ao Agravo Regimental no Mandado de Segurança nº0104348-85.2021.5.01.0000,** com a consequente suspensão da ordem de reintegração até que ocorra o exame da matéria pelo órgão jurisdicional competente**.**

Dê-se ciência do inteiro teor da decisão ora proferida, com urgência, ao Requerente, à Exmo. DESEMBARGADOR JORGE ORLANDO SERENO, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - inclusive para que preste as informações que entender pertinentes, no prazo de 10 (dez) dias -, à terceira interessada e ao juízo de primeiro grau.

Solicito, ainda, que esta Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho seja informada quando do julgamento do Agravo Regimental.

Publique-se.

BRASILIA/DF, 28 de janeiro de 2022.

Ministro ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Processo Nº CorPar-1000045-93.2022.5.00.0000

Relator	ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
REQUERENTE	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	TOBIAS DE MACEDO(OAB: 21667/PR)
REQUERIDO	Desembargador Jorge Orlando Sereno
LITISCONSORTE	FLAVIA FERREIRA SALDANHA

Intimado(s)/Citado(s):

- Desembargador Jorge Orlando Sereno

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

Correição Parcial ou Reclamação Correcional Nº 1000045-93.2022.5.00.0000

REQUERENTE: BANCO BRADESCO S.A.

ADVOGADO: TOBIAS DE MACEDO, OAB: 0021667

REQUERIDO: Desembargador Jorge Orlando Sereno

LITISCONSORTE: FLAVIA FERREIRA SALDANHA

CGACV/rab

D E C I S Ã O

Trata-se de Correição Parcial proposta por BANCO BRADESCO S.A. em face de decisão proferida pelo EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR JORGE ORLANDO SERENO, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região que, nos autos do **Mandado de Segurança nº 0104348-85.2021.5.01.0000** indeferiu a liminar pleiteada pelo Requerente e por consequência manteve a decisão proferida em tutela provisória de urgência nos autos da **Reclamação Trabalhista nº 0100936-19.2021.5.01.0301**, em que foi determinada a reintegração da reclamante, ora terceira interessada, Flavia Ferreira Saldanha.

O Requerente relatou que o Exmo. Desembargador Relator indeferiu a liminar pleiteada pelo Banco reclamado nos autos da

Reclamação Trabalhista nº0100936-19.2021.5.01.0301, e por consequência manteve determinação de reintegração da terceira interessada ao emprego, com todos os direitos inerentes ao contrato de trabalho.

Alegou que a dispensa foi praticada de forma "regular, legal e válida", pois a terceira interessada não possui qualquer garantia provisória de emprego.

Esclareceu que a decisão corrigenda atenta à boa ordem processual, pois contraria elementos pré-constituídos nos autos bem como a jurisprudência deste Tribunal Superior no sentido de que, inexistindo conflito entre o objeto social da cooperativa (que no presente caso destina-se ao comércio varejista de produtos de papelaria) e a atividade do Banco, não há confronto com o empregador na persecução dos fins sociais da cooperativa, sendo incabível o usufruto da garantia provisória de emprego aos dirigentes de cooperativas de consumo.

Descreveu os termos da Convenção Coletiva de Trabalho Aditiva - Cooperativas, entabulada entre a Fenaban e a Contraf, com vigência de 1º de setembro de 2020 até 31 de agosto de 2022, em que são elencados os requisitos necessários para a aquisição de estabilidade para os dirigentes de cooperativas no âmbito bancário: "*a) a natureza da atividade da cooperativa deve possuir identidade e similaridade com a atividade do setor financeiro, bem como as que demandam autorização formal do Banco Central para seu funcionamento. Assim, as cooperativas cujo objeto social seja distinto à atividade do segmento financeiro, tais como produtos veterinários e pet shop, consultoria em geral, turismo e lazer, aquisição de produtos alimentícios, e venda de produtos de beleza, não resultará em garantia de estabilidade provisória, aos empregados que sejam dirigentes destas cooperativas; b) a atividade desenvolvida pela cooperativa deve ser de efetivo interesse coletivo dos empregados dos bancos, e tenha havido efetiva prestação direta de serviços e de assistência aos associados, nos últimos 120 (cento e vinte) dias, devidamente registrada nos livros fiscais e contábeis obrigatórios; c) a cooperativa deve comprovar que atende a efetivo interesse público e coletivo dos empregados do banco, previsto na Lei nº 5.764/1971*".

Afirmou que o fato da referida norma coletiva não ter sido apresentada no processo objeto desta correição parcial, é irrelevante tendo em vista a interpretação dada por este Tribunal a teor da lei que fundamenta o pleito e também por se tratarem de cláusulas de conhecimento público e notório reiteradamente avaliadas por aquela Corte em inúmeros precedentes.

Requereu por fim que: *"(i) defira a liminar correicionalpara que seja cassada a r. decisão impugnada,eivadas de erros e agressões à boa ordem processual e que atenta às fórmulas legais de processo, da lavra da E. Desembargadora Federal do Trabalho Jorge Orlando Sereno Ramos, Relator, perante o E. Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região (TRT/1ª Região), do Mandado de Segurança (Processo – MSCiv – PJe) n 0104338-85.2021.5.01.0000, a fim de que (a)seja deferida a liminar pretendida para cassar a ordem de reintegração do litisconsorte, concedendo efeito suspensivo ao agravo regimental interposto, ao menos até que se ultime a instrução processual nos autos originários e haja prolação de decisão terminativa de mérito; (ii) subsidiariamenteem relação ao item " (i)" acima , caso Vossa Excelência assim não entenda de proceder, defira a liminar correicionalpara que seja determinado o que se pede naquele item "(i)" acima, ao menos até o julgamento definitivo do Processo de Mandado de Segurança; e (iii) subsidiariamenteem relação ao item " (ii)" acima , caso Vossa Excelência assim não entenda de proceder, defira a liminar correicionalpara que seja determinado o que se pede naquele item "(i)" acima, ao menos até o julgamento definitivo do recurso de agravo regimental que, contra as rr. decisões ora impugnadas, o BRADESCO, a tempo e modo devidos, já protocolizou perante o E. Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, em conformidade com o disposto nos artigos 232 do RITRT. (iv) confirme, por cognição exauriente, a liminar correicional deferidanos termos do item "(i)" e, subsidiariamente, "(ii)" e, subsidiariamente, "(iii)" acima."*.

Eis o teor da decisão corrigenda:

"Vistos, etc.

Trata-se de mandado de segurança impetrado contra ato judicial proferido pela Exma. Juíza Rosangela Kraus de Oliveira Moreli que, nos autos da ação trabalhista nº 0100936-19.2021.5.01.0301, deferiu a antecipação de tutela postulada pela terceira interessada e determinou sua reintegração aos quadros de empregados do impetrante, com todos os direitos e vantagens que fazia jus antes da dispensa.

Alega o impetrante que "a circunstância incontroversa de que a cooperativa para a qual o reclamante foi eleito é a SOCIEDADE COOPERATIVA PETROPOLITANA SANTA FÉ – Cooperativa de Consumo. (...) a citada cooperativa supostamente atua no COMÉRCIO VAREJISTA de artigos de papelaria. E visa proporcionar aos Cooperados a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS de forma diferenciada.

Portanto, se trata de uma cooperativa de CONSUMO e não de trabalho. A Cooperativa Petropolitana Santa-Fe NÃO É uma cooperativa de trabalho e sim uma cooperativa de CONSUMO. E assim sendo, não outorga a seus diretores o direito à estabilidade legal.

(...) Não há qualquer elemento nos autos que ateste sua efetiva

atividade. Assim, não basta a comprovação da regularização formal da entidade, senão a demonstração de que tenha havido efetiva prestação direta de serviços e de assistência aos associados, devidamente registrada nos livros fiscais e contábeis obrigatórios. A comprovação de efetiva atividade e prestação de serviços pela cooperativa em favor dos associados poderia se dar mediante a apresentação de notas fiscais, contratos, recibos, imagens, enfim, elementos que demonstrem que a associação efetivamente EXISTE e é ATIVA. A ilegalidade do ato coator reside no fato de ter deliberadamente se esquivado de analisar a questão À LUZ DA NORMA COLETIVA DA CATEGORIA, que nos termos do art. 611-A da CLT, prevalece à lei entre as partes. E é nestes termos a exigência contida na Convenção Coletiva de Trabalho dos Bancários Aditiva (...)Ora, havendo previsão específica em negociação coletiva, o ato coator atenta, nitidamente, contra a proteção constitucional às convenções e acordos coletivos de trabalho, prevista no art. 7º, XXVI da Constituição Federal de 1988. A decisão é também ILEGAL, face a novel disposição do art. 611-A da CLT, o qual prevê a prevalência do negociado sobre o legislado." (Id fe43f0b - Pág. 3/8).

Ressalta que "A novel previsão normativa coletiva é relevante e absolutamente necessária, pois, lamentavelmente, é comum, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, a constituição de Cooperativas de fachada, tão somente para fins ilícitos de garantir estabilidade a seus dirigentes, desvirtuando os fins da norma e o espírito da lei. Portanto, diante dos inúmeros casos constatados de constituição fraudulenta de cooperativas, visando exclusivamente burlar a legislação e garantir ilícita estabilidade a seus dirigentes, é inarredável a necessidade de comprovação documental e in loco da efetiva prestação de serviços e de atividade da cooperativa, sob pena de se fazer prevalecer o império da formalidade em detrimento ao Princípio da Primazia da Realidade, tão caro a esta Justiça Laboral. Nestes termos, ante a ausência de prova da efetiva existência, atividade e prestação de serviços pela citada Cooperativa, evidente a ilegalidade e o abuso de poder do ato coator, que simplesmente ignora toda a ri - queza do arcabouço normativo que regula a matéria, mantendo-se voltado unicamente à interpretação literal da Lei. E mesmo ao interpretar a lei, aprecia equivocadamente a questão, deixando de observar que, claramente, não se está diante de uma cooperativa de TRABALHO, senão diante de uma cooperativa de CONSUMO, como é CONFESSADO na petição inicial dos autos originários. E não bastasse a ausência de prova da efetiva atividade da cooperativa em questão, já descumprindo a norma coletiva da categoria, importante destacar que nem mesmo mediante tal comprovação a pretensão merece acolhida." (Id fe43f0b - Pág. 9).

Acrescenta que "nos presentes autos fica claro que a atividade da cooperativa se distingue daquela prestada por uma instituição financeira, como exige a norma coletiva, que inclusive prevalece sobre a lei. Ademais, é possível apurar que a citada Cooperativa admite toda e qualquer pessoa como associado, sem limitar a admissão aos bancários propriamente ditos, inclusive podendo se associar a outras entidades, como consta de seu estatuto. Como visto, a referida cooperativa sequer representa os empregados do réu. Portanto, não se está a tratar no presente caso de uma cooperativa de empregados, senão de de consumo, cuja natureza demanda análise mais acurada, no sentido de se apurar se a estabilidade permanece nos presentes casos de cooperativa de consumo. Logo, a garantia prevista no artigo 55 da Lei do Cooperativismo visa à devida proteção daqueles que, por ocuparem posições de poder e tomada de decisão nessas sociedades, acabam se expondo aos empregadores, por vezes, como resultado da defesa dos interesses da categoria econômica ou classe de empregados. Nesse contexto, se o objeto social da cooperativa não conflita com a atividade principal do empregador, ou seja, se a cooperativa não possui interação ou conflito com os empregadores de seus diretores, não há embasamento para o usufruto de benesse da estabilidade a esses empregados. Frise-se que o artigo 3º da referida lei é expresso no sentido de que, embora exerça atividade econômica, as cooperativas não visam lucro." (Id fe43f0b - Págs. 9/10).

Salienta que "o pedido constante da exordial não é dotado de urgência. E a probabilidade do direito não resta caracterizada, pois embasada no suposto descumprimento de Lei, sem considerar todo o contexto normativo, em análise sistemática, e principalmente a NORMA COLETIVA DA CATEGORIA, que nos termos do art. 611-A da CLT, já vigente à época do ajuizamento da ação originária, prevalece à lei. Evidente, ante a todo o contido na fundamentação deste writ, a violação a direito líquido e certo do impetrante. Nestes termos, inobservados os requisitos para o deferimento da tutela de urgência pretendida pela parta autora nos autos originários e, na contramão, presentes os requisitos do artigo 300 do CPC na presente ora veiculada pelo impetrante, reitera o pleito de concessão de decisão liminar, visando a imediata cassação do ato coator em sua integralidade. A seu turno, a procedência da ação mandamental, nestes casos, deve ser analisada sob o âmbito dos requisitos exigidos pelo mesmo dispositivo processual, posto que demonstrada probabilidade do direito invocado pelo impetrante e o evidente perigo de dano." (Id fe43f0b - Pág. 11).

Requer a "a) concessão da liminar 'inaudita altera pars' a fim de cassar integralmente e tornar sem efeito a decisão liminar proferida pelo juízo impetrado em sua integralidade, a.1) pela eventualidade,

no mínimo, que sejam suspensos os efeitos do ato coator até que se ultime a instrução processual, quando se concretizarão os elementos básicos e mínimos de prova em torno do direito em debate. b) No mérito, a concessão definitiva da segurança, confirmando os pleitos principal e eventuais constantes dos pedidos 'a)' e 'a.1)' acima." (Id fe43f0b - Pág. 12).

Passo a decidir.

De plano, cumpre destacar que, nos termos do inciso III, do artigo 7º, da Lei nº 12.016/2009, o deferimento de liminar em sede mandamental exige o preenchimento dos seguintes requisitos: relevância dos fundamentos e a possibilidade de resultar a ineficácia da medida.

Neste aspecto, registre-se, que o deferimento da tutela antecipada não é uma mera faculdade do juiz, mas, sim, um poder-dever do magistrado, que verificando a presença dos requisitos legais (art. 300 do CPC), deve ser deferida a tutela antecipada, sendo vedada sua concessão caso falte algum requisito ou ainda, que as circunstâncias demonstrem não ser aconselhável o deferimento da medida, o que deve ser ponderado e fundamentado pelo Juízo.

Ressalte-se que, uma vez proferida a decisão de antecipação de tutela em regular processo cognitivo, sua reforma ou cassação somente se revelará possível quando evidenciada manifesta violação legal ou clara abusividade na análise dos seus requisitos, não cabendo analisar eventual error in judicando da decisão, ainda que não seja imediata a recorribilidade, pois a via mandamental não se revela adequada a esse fim, devendo ser reexaminado em instância recursal ordinária.

Assim, em caso de impugnação de decisão que defere tutela antecipada, a concessão do mandado de segurança revela-se possível somente mediante a demonstração, pelo impetrante, de que a tutela antecipada foi indevidamente deferida. Significa dizer que deve o impetrante demonstrar a ausência dos requisitos previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil, in verbis: "A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.", o que era tratado no artigo 273 do CPC/73, como a "verossimilhança das alegações" e o "fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação".

Com efeito, em se tratando de pretensão de antecipação de tutela para determinar a reintegração no emprego, resta inquestionável o perigo na demora.

No que se refere aos elementos que evidenciam a probabilidade do direito, não há demonstração de que a decisão impetrada encerre manifesta ilegalidade ou abuso de poder já que a tutela antecipada deferida não incidiu em qualquer proibição legal ou constitucional, porquanto devidamente fundamentada, nos seguintes termos: "(...) A autora requer, em sede de TUTELA DE URGÊNCIA, a volta ao seu posto de trabalho, em função da estabilidade que possui por exercer a Diretora Comercial, amparada na Lei nº 5.764/71, na qual assegura a garantia de emprego apenas aos empregados eleitos diretores de Cooperativas, não abrangendo os membros suplentes. Após compulsar os autos, DEFIRO, por ora, a tutela requerida, expedindo-se o mandado de reintegração, face à constatação probatória do exercício de Diretora Comercial, devendo ser restabelecido o contrato de trabalho com o devido exercício do mesmo, acrescentando o pagamento de toda a remuneração (salário-base, comissão de cargo, remuneração variável, comissões de seguro, comissões de capitalização, complementação salarial, PPRS e PLR, incluindo vale-refeição, vale alimentação, FGTS, férias e 13º salário) e o pagamento da mesma desde o desligamento compulsório da empresa ré, permitindo-se a compensação das parcelas quitadas na rescisão. (...)." (Id ed6cb2f - Pág. 2).

Da leitura da decisão impetrada tem-se que a motivação exarada para o deferimento da antecipação de tutela consistiu na existência de convencimento acerca da verossimilhança dos argumentos expendidos pela autora, ora terceira interessada, acrescentando-se, ainda, a presença dos elementos que evidenciam a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Neste sentido, cumpre registrar que o artigo o art. 55 da Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, estabelece que os diretores de cooperativas de empregados gozarão das garantias asseguradas aos dirigentes sindicais pelo artigo 543 da CLT, sendo inequívoco que a referida norma legal foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, uma vez que as garantias de emprego asseguradas pela Carta Magna não excluem outras já previstas em lei.

Além disso, a Orientação Jurisprudencial nº 253, da SDI-1 do C. TST, estatui que "O art. 55 da Lei nº 5.764/71 assegura a garantia de emprego apenas aos empregados eleitos diretores de Cooperativas, não abrangendo os membros , bem como que no tocante ao número de diretores suplentes." detentores da estabilidade, a questão restou pacificada pela inteligência do inciso II da Súmula nº 369 do C. TST, que dispõe "O art. 522 da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. Fica limitada, assim, a estabilidade a que alude o art. 543, § 3.º, da CLT a sete dirigentes sindicais e igual número de suplentes." Sendo assim, forçoso concluir que os diretores eleitos de sociedades cooperativas possuem garantia provisória de emprego desde o registro de sua candidatura até um ano após o fim do mandato.

No caso, verifica-se que o impetrante foi comunicado em

09/10/2017 da eleição da terceira interessada para ocupar cargo de direção na SOCIEDADE COOPERATIVA PETROPOLITANA SANTA FÉ – COOPERATIVA DE CONSUMO, sendo que, nos termos da ata de assembleia geral extraordinária realizada em 02/09/2017, a autora, ora terceira interessada, foi eleita para o cargo de Diretora Comercial, com mandato vigente até 02/09/2021, conforme artigo 32, do Estatuto Social juntados aos autos da ação de origem (Id 35c0a1d).

Assim, constata-se que a dispensa da terceira interessada ocorreu no curso da estabilidade que alude o artigo 543, § 3.º, da CLT, sendo oportuno mencionar que a finalidade da cooperativa nada tem a ver com as atividades bancárias e com o aprimoramento da função desempenhada pela terceira interessada, certo é que sua finalidade é destinada à facilitação da aquisição de bens de consumo pelos empregados bancários. Trata-se de uma cooperativa criada pelos bancários para atender às suas necessidades.

Saliente-se que o impetrante colacionou aos presentes autos do mandado de segurança cópia de normas coletivas da categoria dos bancários, mas não cuidou de juntar cópia da Convenção Coletiva Aditiva na qual consta, segundo alega, a cláusula 1ª contendo condições cumulativas para que o empregado possa fazer jus à estabilidade provisória no emprego por ter sido eleito dirigente de cooperativa.

Esclareça-se que o mandado de segurança exige prova préconstituída, e, não tendo sido trazido aos autos documentos indispensáveis ao desenvolvimento válido e regular do processo, no caso, a Convenção Coletiva Aditiva, não há que se falar na aplicação do disposto no art. 321 do CPC à presente hipótese, consoante inteligência da Súmula nº 415 do C. TST, de modo que, resta prejudicada a análise do pleito quanto a esse particular.

Ademais, é relevante mencionar que a Lei nº 5.764/1971 não faz qualquer exigência de que a atividade da cooperativa guarde correspondência à atividade desenvolvida pelo empregador, qual seja, atividade bancária.

Neste sentido os seguintes julgados deste E. TRT, in verbis:

"RECURSO DO BANCO SANTANDER S.A.. BANCÁRIO. DIRETOR DE COOPERATIVA. GARANTIA DE EMPREGO. DEVIDA. OJ 253 DA SDBI-1. ART. 543 DA CLT. ART. 8, VIII, DA CR. O reclamante provou que, em 14.09.2013, fora eleito e empossado como diretor social da Cooperativa COOPETBAN - COOPERATIVA DE CONSUMO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS E VAREJISTAS DOS BANCÁRIOS E EX-BANCÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com mandato por quatro anos conforme disposto no art. 32 do Estatuto social. A dispensa sem justa causa ocorreu em 02/07/2014. Ao perquirir a ata da assembleia da cooperativa, verifica-se ser indubitável que o reclamante foi eleito e empossado no cargo de diretor social da cooperativa, e, filiando-me à jurisprudência do C. TST, representada na OJ n.º 253 da SDBI-1, entendo que o recorrente goza da garantia de emprego estampada no inciso VIII do art. 8º da CR e no art. 543 da CLT. De mais a mais, pertinente expor que não há qualquer restrição ou inconstitucionalidade no art. 55 da Lei n. 5.764/71, não havendo qualquer norma ou princípio constitucional que afaste tal possibilidade de estabilidade provisória. É possível extrair essa constatação do teor da OJ 253 da SDBI-1 e do precedente do C. TST. Recurso improvido." (RO 00113617520145010226, 1ª Turma, Desembargador Relator Bruno Lousada, DJ 23/02/2016).

"MANDADO DE SEGURANÇA. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. EMPREGADO ELEITO DIRETOR DE COOPERATIVA DE CONSUMO. DECISÃO ANTECIPATÓRIA QUE RECONHECEU A ESTABILIDADE PROVISÓRIA DO EMPREGADO. Nos termos da Orientação Jurisprudencial n. 253 da SDI-1 do C. Tribunal Superior do Trabalho, "O art. 55 da Lei nº 5.764/71 assegura a garantia de emprego apenas aos empregados eleitos diretores de Cooperativas, não abrangendo os membros suplentes". Para se compreender a decisão impugnada como ilegal ou abusiva, haveria que se restringir a previsão legal aos fins colimados pela cooperativa, relacionando-os com a representatividade própria dos sindicatos e a atividade do empregador, o que não é previsto no referido artigo 55. Segurança não concedida." (MS 01011666720165010000, SEDI-2, Desembargador Relator Marcelo Antero de Carvalho, DJ 24/11/2016).

Quanto à Ata Notarial de Id ba5516b, verifica-se que diz respeito à COOPBELLA SERRA – COOPERATIVA DE CONSUMO DA REGIÃO SERRANA, CNPJ nº 26.229.771/0001-49, estabelecida na Estrada União e Indústria, nº 4.538, sala 101, Nogueira, Petrópolis, RJ, não tendo sido demonstrada qualquer relação de vínculo com a SOCIEDADE COOPERATIVA PETROPOLITANA SANTA FÉ – COOPERATIVA DE CONSUMO, CNPJ nº 28.754.529/0001-10, estabelecida na Rua do Imperador, nº 739, sala 102, Centro, Petrópolis, RJ, sendo certo, ainda, que seu conteúdo não afronta qualquer cláusula do Estatuto Social da COOPERATIVA PETROPOLITANA SANTA FÉ, no tocante à sua constituição e funcionamento, tampouco tem o condão de comprovar a ausência de atividades da cooperativa naquele local, não se prestando, pois, para a finalidade pretendida pelo impetrante.

Portanto, constata-se que a terceira interessada faz jus à garantia no emprego a que se refere o artigo 55 da Lei nº 5.764/71.

Esclareça-se que não existe risco de irreversibilidade do provimento jurisdicional antecipado, uma vez que tendo sido determinada a reintegração da terceira interessada aos quadros do impetrante

haverá o pagamento de verbas salariais por parte do empregador, mas, em contraprestação, caberá ao empregado fornecer sua mão de obra em proveito da atividade por ele desenvolvida.

Deste modo, tendo a terceira interessada demonstrado a verossimilhança das alegações expedidas na inicial da ação subjacente, há que se considerar que aguardar a tramitação da ação trabalhista para garantir à autora os direitos inerentes à sua reintegração no emprego, inequivocamente, representa nítida hipótese de grave lesão aos direitos da trabalhadora, mormente quando diante da fonte de sua sobrevivência e de sua família. Assim, não restou comprovado o alegado direito líquido e certo do impetrante.

Por todo o todo o exposto, considerando ausentes a relevância dos fundamentos e a possibilidade de resultar a ineficácia da medida, caso venha ser, ao final, concedida a segurança, requisitos exigidos pelo inciso III, do artigo 7º, da Lei nº 12.016/2009, INDEFIRO A LIMINAR pretendida.

Oficie-se à autoridade coatora para ciência, bem como para prestar as informações de estilo, no prazo legal.

Intime-se o impetrante para ciência desta decisão, bem como a terceira interessada, no que couber, por e-carta.

Após o decurso do prazo legal, ao Ministério Público do Trabalho, em conformidade com o que dispõe o art. 12, da Lei nº 12.016/2009 e o Ofício nº 611.2021 – PRT 1ª Região - GABPC.

RIO DE JANEIRO/RJ, 17 de dezembro de 2021.

JORGE ORLANDO SERENO RAMOS

Desembargador do Trabalho”

É o relatório.

Nos termos do disposto no artigo 13, *caput*, do RICGJT, "*a Correição Parcial é cabível para corrigir erros, abusos e atos contrários à boa ordem processual e que importem em atentado a fórmulas legais de processo, quando para o caso não haja recurso ou outro meio processual específico*".

O parágrafo único do referido dispositivo dispõe que "*em situação extrema ou excepcional, poderá o Corregedor-Geral adotar as medidas necessárias a impedir lesão de difícil reparação, assegurando, dessa forma, eventual resultado útil do processo, até que ocorra o exame da matéria pelo órgão jurisdicional competente*".

Os limites de atuação em sede de Correição Parcial, segundo o Regimento Interno desta Corregedoria Geral, são claros: trata-se de medida excepcional, sendo cabível para corrigir "*erros, abusos e atos contrários à boa ordem processual",* importando em atentado a fórmulas legais do processo. Além disso, trata-se, em liminar, de medida condicional, dotada de subsidiariedade, somente sendo cabível quando, para o ato impugnado, não haja recurso ou outro meio processual cabível.

Do referido ato normativo extraem-se duas conclusões, chanceladas pela doutrina e pelas altas Cortes. Primeiro, que se trata de medida administrativa, não dotada de caráter jurisdicional, sob pena de mácula à inafastabilidade de jurisdição, ao devido processo legal, e ao princípio do juiz natural. Nesse sentido, o ARE 980267 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 05-12-2016; AI 758557 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe 14-11-2014.

Em segundo lugar, como consequência desta primeira conclusão, a observância de que o presente remédio correicional somente tem lugar em hipóteses dos denominados *errores in procedendo,* capazes de ensejar tumulto às formulas legais do processo, e efeitos que se espraiam a ponto de ensejar a intervenção excepcional do órgão correicional. Tal característica foi ressaltada pelo Conselho Nacional de Justiça, com arremedo de farta doutrina, nos autos do PCA 0000535-26.2018.2.00.0000 (CNJ - RA - Recurso Administrativo em PCA - Procedimento de Controle Administrativo - 0000535-26.2018.2.00.0000 - Rel. VALTÉRCIO DE OLIVEIRA - 284ª Sessão - j. 05/02/2019):

A boa ordem processual de que tratam o inciso II do art. 6º e o caput do art. 13, ambos do RICGJT, não envolve exame do mérito da causa ou do direito material aplicado. Quando a norma regimental menciona a garantia da boa ordem processual, está se referindo ao chamado *error in procedendo*, que causa tumulto processual, subverte a ordem legal dos atos ou revela omissão em praticá-los, tendo, assim contornos meramente administrativos.

Coqueijo Costa, ex-ministro do Tribunal Superior do Trabalho e renomado doutrinador na área de Processo do Trabalho, afirmou: "(...) a correição provoca a intervenção de autoridade superior quando a inferior tumultua procedimentalmente o feito, errando in procedendo. A correição parcial tem natureza administrativa."

E complementa, fazendo referência à lição de Alfredo Buzaid:

"(...) a reclamação correicional é simples providência de ordem disciplinar e toda sua eficácia se exaure dentro da órbita administrativa, jamais podendo se revestir de eficácia jurisdicional, sob pena de flagrante inconstitucionalidade de procedimentos dos órgãos corregedores." (Direito Processual do Trabalho, 4ª edição, Forense, pag. 530)

Configura *error in procedendo* os erros de procedimento cometidos no processo pelo juiz. Corrigi-los é tarefa correcional, mas desde que não se trate de exame ou reexame do *meritum causae* da decisão, pois essa é função indelegável da jurisdição.

Nesse sentido, bem pontuou o grande processualista Ernani Fidelis dos Santos:

"A correição parcial não é recurso no sentido processual, já que,

contra decisões interlocutórias, a lei prevê apenas o agravo. A correição parcial é recurso de natureza puramente administrativa e serve para, no processo, corrigir atos de administração ou despachos de mero expediente, quando cometidos com ilegalidade ou abuso de poder. Administrativamente seria, por exemplo, a simples negativa do juiz em despachar petições da parte. Abusiva seria a designação de audiência para data longínqua sem justificativa." (Ernani Fidelis dos Santos, Manual de Direito Processual Civil, Volume I, 11ª edição, 2006, n. 868, pag. 666)

À análise.

O objeto da presente medida é a suspensão de decisão que determinou a reintegração de empregada em razão de garantia de emprego decorrente da condição de dirigente da CooperativaPetropolitana Santa Fé – Cooperativa de Consumo.

Em síntese, o Exmo. Desembargador Requerido confirmou a decisão liminar do Juízo *a quo*, concluindo pela aplicabilidade do art. 55 da Lei 5.764/71 ao caso concreto, razão pela qual reconheceu a nulidade da dispensa realizada pelo Banco Requerente.

A hipótese não se enquadra aos termos do art. 13, *caput*, do RICGJT, uma vez que em face da decisão monocrática que indeferiu a liminar requerida pela instituição financeira a fim de suspender os efeitos da tutela de urgência que determinou a reintegração do terceiro interessado, há recurso próprio, que no presente caso foi interposto pela parte.

No entanto, no tocante à liminar pretendida, no que concerne à aplicação do parágrafo único, do art. 13 do RICGJT, convém tecer as seguintes ponderações.

É cediço ser a dispensa direito potestativo do empregador, decorrente do poder de direção que lhe é atribuído, excetuadas as hipóteses legais que trazem previsão restritiva do exercício de tal direito.

Não adentrando no âmbito da interpretação legal ou no aspecto meritório da decisão impugnada, verifica-se que as decisões judiciais devem estar devidamente fundamentadas e guardar coerência argumentativa, sob pena de violação aos artigos 93, IX, da Constituição Federal e artigo 489 do Código de Processo Civil. A nulidade advinda da inobservância de tais preceitos é hipótese que consubstancia atentado às fórmulas legais do processo, assim como o fundamento *contra legem.*Da mesma forma, pode-se extrair *error in procedendo* da decisão que, consignando premissa fática expressa, traz conclusão que dela se distancia.

Com relação à condição de dirigente de cooperativa, cumpre observar que a atividade econômica desenvolvida pela cooperativa (CooperativaPetropolitana Santa Fé – Cooperativa de Consumo) não guarda correlação com a atividade empresarial do empregador e, sobre tal matéria, há intensa celeuma e controvérsia, não se vislumbrando, em análise perfunctória, a presença dos requisitos necessários à manutenção da medida.

Desse modo, a controvérsia existente quanto à estabilidade de diretor de cooperativa de consumo, resultando na imediata reintegração do empregado por meio de decisão monocrática, de caráter não exauriente, **enquanto pendente recurso acerca da matéria, acaba por consubstanciar a hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 do RICGJT**, de modo a justificar a intervenção excepcional desta Corregedoria-Geral, em face da existência de situação extrema ou excepcional e o perigo de lesão de difícil reparação.

Ante o exposto, com fundamento no parágrafo único do artigo 13 do RICGJT, **DEFIRO** parcialmente a liminar requerida para **conceder efeito suspensivo ao Agravo Regimental no Mandado de Segurança nº0104348-85.2021.5.01.0000,** com a consequente suspensão da ordem de reintegração até que ocorra o exame da matéria pelo órgão jurisdicional competente**.**

Dê-se ciência do inteiro teor da decisão ora proferida, com urgência, ao Requerente, à Exmo. DESEMBARGADOR JORGE ORLANDO SERENO, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - inclusive para que preste as informações que entender pertinentes, no prazo de 10 (dez) dias -, à terceira interessada e ao juízo de primeiro grau.

Solicito, ainda, que esta Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho seja informada quando do julgamento do Agravo Regimental.

Publique-se.

BRASILIA/DF, 28 de janeiro de 2022.

Ministro ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Processo Nº CorPar-1001615-51.2021.5.00.0000

Relator	ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
REQUERENTE	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO	FABRICIO GONCALVES DOS SANTOS(OAB: 268238/SP)
ADVOGADO	MONICA CERQUEIRA LOPES(OAB: 65-B/SE)
ADVOGADO	GIOVANNI SIMAO DA SILVA(OAB: 19401/DF)
ADVOGADO	PEDRO HENRIQUE LAZARO SANTIM(OAB: 218932-D/SP)
REQUERIDO	DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)

TERCEIRO INTERESSADO	SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL SA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

Correição Parcial ou Reclamação Correicional Nº 1001615-51.2021.5.00.0000

REQUERENTE: BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO: FABRICIO GONCALVES DOS SANTOS, OAB: 268238

ADVOGADO: GIOVANNI SIMAO DA SILVA, OAB: 19401

ADVOGADO: MONICA CERQUEIRA LOPES, OAB: 0000065

ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE LAZARO SANTIM, OAB: 0218932

REQUERIDO: DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

CGACV/tlm

D E C I S Ã O

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo requerente, **BANCO DO BRASIL S/A**, em face de decisão proferida por esta Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a qual julgou improcedentes os pedidos formulados na presente Correição Parcial, a teor do art. 20, III, do RICGJT.

Alega a parte que há contradição na decisão embargada, uma vez que, sob a ótica do princípio da legalidade, a improcedência da medida resulta na manutenção de liminar concedida sem respaldo no ordenamento jurídico.

Reafirma, outrossim, os argumentos declinados na inicial acerca da inexistência de previsão legal que obrigue o empregador a exigir o comprovante de vacinação de seus empregados, aduzindo que cumpre todas as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho referentes à higidez do meio ambiente laboral (NRs 6, 10 e 17), possuindo ainda normativos internos que regulamentam a observância da legislação e normas pertinentes à saúde, higiene e segurança no trabalho (IN 399-1 – Engenharia de Segurança do Trabalho e IN 844-1 – Saúde Ocupacional).

Destaca que a entidade sindical não denunciou qualquer descumprimento de medidas de prevenção e combate ao novo coronavírus por parte do requerente, à exceção da controvérsia quanto à convocação para o trabalho presencial de empregados que se autodeclaram integrantes do grupo de risco para Covid-19.

Alega a ocorrência de omissão quanto às medidas adotadas pelo banco requerente para adotar, pioneiramente, o trabalho remoto como medida de prevenção contra a pandemia. Aponta omissão, também, em relação ao fato de que os bancos foram autorizados a retomar o atendimento que antes estava restrito apenas a uma parcela da população, fato este que justificaria a necessidade de retorno de parte dos empregados autodeclarados como pertencentes ao grupo de risco.

Requereu, por fim, sejam sanadas as omissões e contradições apontadas, com a concessão de eventual efeito modificativo à decisão.

À análise.

Conheço dos embargos declaratórios, por serem tempestivos.

Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, "*cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade e eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material*".

Por sua vez, de acordo com o artigo 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho, *"caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subseqüente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso."*

Não há vício na decisão embargada.

Os argumentos do banco requerente foram devidamente apreciados, chegando-se à conclusão de não estarem presentes os requisitos para deferimento da medida, impostos pelo Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 13, *caput* e parágrafo único, mormente diante da alteração do cenário da pandemia causada pelo coronavírus, com exponencial aumento dos casos advindos de novas variantes.

Não há omissão quanto à alegada falta de comando normativo válido que justifique a exigência de comprovante de vacinação dos empregados. Com efeito, a decisão embargada alude às recentes decisões da Corte Suprema, bem como a atos normativos secundários oriundos de órgãos públicos, que demonstram a intensa controvérsia acerca do tema, sendo destacado que medidas restritivas também tem sido adotadas em toda a região que envolve a controvérsia.

No tocante à necessidade de se garantir a prestação da atividade essencial desempenhada pelo banco requerente, tampouco há omissão, restando declarado na decisão embargada que "*não é possível, neste momento, se considerar que o deferimento do efeito suspensivo pretendido, resultando no imediato retorno ao trabalho de grande número de empregados inseridos em grupo de risco, de fato possibilitaria o alcance do resultado útil do processo, ou almejaria evitar prejuízo decorrente de situação extrema ou excepcional*".

Repise-se que não é papel desta Corregedoria-Geral atuar como instância revisora das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, devendo ater-se aos limites impostos pelo RICGJT, não havendo omissão ou contradição que seja apta a imprimir efeito modificativo na decisão embargada.

Percebe-se, de todo o exposto, que o que pretende o embargante é unicamente a reforma da decisão proferida, e não a superação de deficiências eventualmente presentes na sua redação, trazendo

argumentos distintos dos vícios descritos nos artigos 1.022 do CPC/15 e 897-A da CLT, justificadores do manejo da peça aclaratória.

Logo, ausentes as circunstâncias descritas pelo art. 897-A da CLT e 1.022 do CPC/15,**rejeito**os embargos de declaração.

Assim, rejeito os embargos de declaração.

Transcorrido o prazo regimental, arquive-se.

BRASILIA/DF, 28 de janeiro de 2022.

Ministro ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Processo Nº CorPar-1001615-51.2021.5.00.0000

Relator	ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
REQUERENTE	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO	FABRICIO GONCALVES DOS SANTOS(OAB: 268238/SP)
ADVOGADO	MONICA CERQUEIRA LOPES(OAB: 65-B/SE)
ADVOGADO	GIOVANNI SIMAO DA SILVA(OAB: 19401/DF)
ADVOGADO	PEDRO HENRIQUE LAZARO SANTIM(OAB: 218932-D/SP)
REQUERIDO	DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

Correição Parcial ou Reclamação Correicional Nº 1001615-51.2021.5.00.0000

REQUERENTE: BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO: FABRICIO GONCALVES DOS SANTOS, OAB: 268238

ADVOGADO: GIOVANNI SIMAO DA SILVA, OAB: 19401

ADVOGADO: MONICA CERQUEIRA LOPES, OAB: 0000065

ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE LAZARO SANTIM, OAB: 0218932

REQUERIDO: DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166
TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO
ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820
ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166
TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO
ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820
ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166
TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO
ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820
ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166
TERCEIRO INTERESSADO: SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI
ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820
ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166
TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO
ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820
ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166
TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO
ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820
ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

CGACV/tlm

D E C I S Ã O

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo requerente, **BANCO DO BRASIL S/A**, em face de decisão proferida por esta Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a qual julgou improcedentes os pedidos formulados na presente Correição Parcial, a teor do art. 20, III, do RICGJT.

Alega a parte que há contradição na decisão embargada, uma vez que, sob a ótica do princípio da legalidade, a improcedência da medida resulta na manutenção de liminar concedida sem respaldo no ordenamento jurídico.

Reafirma, outrossim, os argumentos declinados na inicial acerca da inexistência de previsão legal que obrigue o empregador a exigir o comprovante de vacinação de seus empregados, aduzindo que cumpre todas as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho referentes à higidez do meio ambiente laboral (NRs 6, 10 e 17), possuindo ainda normativos internos que regulamentam a observância da legislação e normas pertinentes à saúde, higiene e segurança no trabalho (IN 399-1 – Engenharia de Segurança do Trabalho e IN 844-1 – Saúde Ocupacional).

Destaca que a entidade sindical não denunciou qualquer descumprimento de medidas de prevenção e combate ao novo coronavírus por parte do requerente, à exceção da controvérsia quanto à convocação para o trabalho presencial de empregados que se autodeclaram integrantes do grupo de risco para Covid-19.

Alega a ocorrência de omissão quanto às medidas adotadas pelo banco requerente para adotar, pioneiramente, o trabalho remoto como medida de prevenção contra a pandemia. Aponta omissão, também, em relação ao fato de que os bancos foram autorizados a retomar o atendimento que antes estava restrito apenas a uma parcela da população, fato este que justificaria a necessidade de retorno de parte dos empregados autodeclarados como pertencentes ao grupo de risco.

Requereu, por fim, sejam sanadas as omissões e contradições apontadas, com a concessão de eventual efeito modificativo à decisão.

À análise.

Conheço dos embargos declaratórios, por serem tempestivos.

Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, "*cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade e eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material*".

Por sua vez, de acordo com o artigo 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho, *"caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subseqüente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso."*

Não há vício na decisão embargada.

Os argumentos do banco requerente foram devidamente apreciados, chegando-se à conclusão de não estarem presentes os requisitos para deferimento da medida, impostos pelo Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 13, *caput* e parágrafo único, mormente diante da alteração do

cenário da pandemia causada pelo coronavírus, com exponencial aumento dos casos advindos de novas variantes.

Não há omissão quanto à alegada falta de comando normativo válido que justifique a exigência de comprovante de vacinação dos empregados. Com efeito, a decisão embargada alude às recentes decisões da Corte Suprema, bem como a atos normativos secundários oriundos de órgãos públicos, que demonstram a intensa controvérsia acerca do tema, sendo destacado que medidas restritivas também tem sido adotadas em toda a região que envolve a controvérsia.

No tocante à necessidade de se garantir a prestação da atividade essencial desempenhada pelo banco requerente, tampouco há omissão, restando declarado na decisão embargada que "*não é possível, neste momento, se considerar que o deferimento do efeito suspensivo pretendido, resultando no imediato retorno ao trabalho de grande número de empregados inseridos em grupo de risco, de fato possibilitaria o alcance do resultado útil do processo, ou almejaria evitar prejuízo decorrente de situação extrema ou excepcional*".

Repise-se que não é papel desta Corregedoria-Geral atuar como instância revisora das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, devendo ater-se aos limites impostos pelo RICGJT, não havendo omissão ou contradição que seja apta a imprimir efeito modificativo na decisão embargada.

Percebe-se, de todo o exposto, que o que pretende o embargante é unicamente a reforma da decisão proferida, e não a superação de deficiências eventualmente presentes na sua redação, trazendo argumentos distintos dos vícios descritos nos artigos 1.022 do CPC/15 e 897-A da CLT, justificadores do manejo da peça aclaratória.

Logo, ausentes as circunstâncias descritas pelo art. 897-A da CLT e 1.022 do CPC/15,**rejeito**os embargos de declaração.

Assim, rejeito os embargos de declaração.

Transcorrido o prazo regimental, arquive-se.

BRASILIA/DF, 28 de janeiro de 2022.

Ministro ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Processo Nº CorPar-1001615-51.2021.5.00.0000

Relator	ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
REQUERENTE	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO	FABRICIO GONCALVES DOS SANTOS(OAB: 268238/SP)
ADVOGADO	MONICA CERQUEIRA LOPES(OAB: 65-B/SE)
ADVOGADO	GIOVANNI SIMAO DA SILVA(OAB: 19401/DF)
ADVOGADO	PEDRO HENRIQUE LAZARO SANTIM(OAB: 218932-D/SP)
REQUERIDO	DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

Correição Parcial ou Reclamação Correicional Nº 1001615-51.2021.5.00.0000

REQUERENTE: BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO: FABRICIO GONCALVES DOS SANTOS, OAB: 268238

ADVOGADO: GIOVANNI SIMAO DA SILVA, OAB: 19401

ADVOGADO: MONICA CERQUEIRA LOPES, OAB: 0000065

ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE LAZARO SANTIM, OAB: 0218932

REQUERIDO: DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

CGACV/tlm

D E C I S Ã O

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo requerente, **BANCO DO BRASIL S/A**, em face de decisão proferida por esta Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a qual julgou improcedentes os pedidos formulados na presente Correição Parcial, a teor do art. 20, III, do RICGJT.

Alega a parte que há contradição na decisão embargada, uma vez que, sob a ótica do princípio da legalidade, a improcedência da medida resulta na manutenção de liminar concedida sem respaldo no ordenamento jurídico.

Reafirma, outrossim, os argumentos declinados na inicial acerca da inexistência de previsão legal que obrigue o empregador a exigir o comprovante de vacinação de seus empregados, aduzindo que cumpre todas as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho referentes à higidez do meio ambiente laboral (NRs 6, 10 e 17), possuindo ainda normativos internos que regulamentam a observância da legislação e normas pertinentes à saúde, higiene e segurança no trabalho (IN 399-1 – Engenharia de Segurança do Trabalho e IN 844-1 – Saúde Ocupacional).

Destaca que a entidade sindical não denunciou qualquer descumprimento de medidas de prevenção e combate ao novo coronavírus por parte do requerente, à exceção da controvérsia quanto à convocação para o trabalho presencial de empregados que se autodeclaram integrantes do grupo de risco para Covid-19.

Alega a ocorrência de omissão quanto às medidas adotadas pelo banco requerente para adotar, pioneiramente, o trabalho remoto como medida de prevenção contra a pandemia. Aponta omissão,

também, em relação ao fato de que os bancos foram autorizados a retomar o atendimento que antes estava restrito apenas a uma parcela da população, fato este que justificaria a necessidade de retorno de parte dos empregados autodeclarados como pertencentes ao grupo de risco.

Requereu, por fim, sejam sanadas as omissões e contradições apontadas, com a concessão de eventual efeito modificativo à decisão.

À análise.

Conheço dos embargos declaratórios, por serem tempestivos.

Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, "*cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade e eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material*".

Por sua vez, de acordo com o artigo 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho, *"caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subseqüente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso."*

Não há vício na decisão embargada.

Os argumentos do banco requerente foram devidamente apreciados, chegando-se à conclusão de não estarem presentes os requisitos para deferimento da medida, impostos pelo Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 13, *caput* e parágrafo único, mormente diante da alteração do cenário da pandemia causada pelo coronavírus, com exponencial aumento dos casos advindos de novas variantes.

Não há omissão quanto à alegada falta de comando normativo válido que justifique a exigência de comprovante de vacinação dos empregados. Com efeito, a decisão embargada alude às recentes decisões da Corte Suprema, bem como a atos normativos secundários oriundos de órgãos públicos, que demonstram a intensa controvérsia acerca do tema, sendo destacado que medidas restritivas também tem sido adotadas em toda a região que envolve a controvérsia.

No tocante à necessidade de se garantir a prestação da atividade essencial desempenhada pelo banco requerente, tampouco há omissão, restando declarado na decisão embargada que "*não é possível, neste momento, se considerar que o deferimento do efeito suspensivo pretendido, resultando no imediato retorno ao trabalho de grande número de empregados inseridos em grupo de risco, de fato possibilitaria o alcance do resultado útil do processo, ou almejaria evitar prejuízo decorrente de situação extrema ou excepcional*".

Repise-se que não é papel desta Corregedoria-Geral atuar como instância revisora das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, devendo ater-se aos limites impostos pelo RICGJT, não havendo omissão ou contradição que seja apta a imprimir efeito modificativo na decisão embargada.

Percebe-se, de todo o exposto, que o que pretende o embargante é unicamente a reforma da decisão proferida, e não a superação de deficiências eventualmente presentes na sua redação, trazendo argumentos distintos dos vícios descritos nos artigos 1.022 do CPC/15 e 897-A da CLT, justificadores do manejo da peça aclaratória.

Logo, ausentes as circunstâncias descritas pelo art. 897-A da CLT e 1.022 do CPC/15,**rejeito**os embargos de declaração.

Assim, rejeito os embargos de declaração.

Transcorrido o prazo regimental, arquive-se.

BRASILIA/DF, 28 de janeiro de 2022.

Ministro ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Processo Nº CorPar-1001615-51.2021.5.00.0000

Relator	ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
REQUERENTE	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO	FABRICIO GONCALVES DOS SANTOS(OAB: 268238/SP)
ADVOGADO	MONICA CERQUEIRA LOPES(OAB: 65-B/SE)
ADVOGADO	GIOVANNI SIMAO DA SILVA(OAB: 19401/DF)
ADVOGADO	PEDRO HENRIQUE LAZARO SANTIM(OAB: 218932-D/SP)
REQUERIDO	DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)

TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

Correição Parcial ou Reclamação Correicional Nº 1001615-51.2021.5.00.0000

REQUERENTE: BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO: FABRICIO GONCALVES DOS SANTOS, OAB: 268238

ADVOGADO: GIOVANNI SIMAO DA SILVA, OAB: 19401

ADVOGADO: MONICA CERQUEIRA LOPES, OAB: 0000065

ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE LAZARO SANTIM, OAB: 0218932

REQUERIDO: DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

CGACV/tlm

D E C I S Ã O

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo requerente, **BANCO DO BRASIL S/A**, em face de decisão proferida por esta Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a qual julgou improcedentes os pedidos formulados na presente Correição Parcial, a teor do art. 20, III, do RICGJT.

Alega a parte que há contradição na decisão embargada, uma vez que, sob a ótica do princípio da legalidade, a improcedência da medida resulta na manutenção de liminar concedida sem respaldo no ordenamento jurídico.

Reafirma, outrossim, os argumentos declinados na inicial acerca da inexistência de previsão legal que obrigue o empregador a exigir o comprovante de vacinação de seus empregados, aduzindo que cumpre todas as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho referentes à higidez do meio ambiente laboral (NRs 6, 10 e 17), possuindo ainda normativos internos que regulamentam a observância da legislação e normas pertinentes à saúde, higiene e segurança no trabalho (IN 399-1 – Engenharia de Segurança do Trabalho e IN 844-1 – Saúde Ocupacional).

Destaca que a entidade sindical não denunciou qualquer descumprimento de medidas de prevenção e combate ao novo coronavírus por parte do requerente, à exceção da controvérsia quanto à convocação para o trabalho presencial de empregados que se autodeclaram integrantes do grupo de risco para Covid-19.

Alega a ocorrência de omissão quanto às medidas adotadas pelo banco requerente para adotar, pioneiramente, o trabalho remoto como medida de prevenção contra a pandemia. Aponta omissão, também, em relação ao fato de que os bancos foram autorizados a retomar o atendimento que antes estava restrito apenas a uma parcela da população, fato este que justificaria a necessidade de retorno de parte dos empregados autodeclarados como pertencentes ao grupo de risco.

Requereu, por fim, sejam sanadas as omissões e contradições apontadas, com a concessão de eventual efeito modificativo à decisão.

À análise.

Conheço dos embargos declaratórios, por serem tempestivos.

Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, "*cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade e eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material*".

Por sua vez, de acordo com o artigo 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho, *"caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subseqüente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso."*

Não há vício na decisão embargada.

Os argumentos do banco requerente foram devidamente apreciados, chegando-se à conclusão de não estarem presentes os requisitos para deferimento da medida, impostos pelo Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 13, *caput* e parágrafo único, mormente diante da alteração do cenário da pandemia causada pelo coronavírus, com exponencial aumento dos casos advindos de novas variantes.

Não há omissão quanto à alegada falta de comando normativo válido que justifique a exigência de comprovante de vacinação dos empregados. Com efeito, a decisão embargada alude às recentes decisões da Corte Suprema, bem como a atos normativos secundários oriundos de órgãos públicos, que demonstram a intensa controvérsia acerca do tema, sendo destacado que medidas restritivas também tem sido adotadas em toda a região que envolve a controvérsia.

No tocante à necessidade de se garantir a prestação da atividade essencial desempenhada pelo banco requerente, tampouco há omissão, restando declarado na decisão embargada que "*não é possível, neste momento, se considerar que o deferimento do efeito suspensivo pretendido, resultando no imediato retorno ao trabalho de grande número de empregados inseridos em grupo de risco, de fato possibilitaria o alcance do resultado útil do processo, ou almejaria evitar prejuízo decorrente de situação extrema ou excepcional*".

Repise-se que não é papel desta Corregedoria-Geral atuar como instância revisora das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, devendo ater-se aos limites impostos pelo RICGJT, não havendo omissão ou contradição que seja apta a imprimir efeito modificativo na decisão embargada.

Percebe-se, de todo o exposto, que o que pretende o embargante é unicamente a reforma da decisão proferida, e não a superação de deficiências eventualmente presentes na sua redação, trazendo argumentos distintos dos vícios descritos nos artigos 1.022 do CPC/15 e 897-A da CLT, justificadores do manejo da peça aclaratória.

Logo, ausentes as circunstâncias descritas pelo art. 897-A da CLT e 1.022 do CPC/15,**rejeito**os embargos de declaração.

Assim, rejeito os embargos de declaração.

Transcorrido o prazo regimental, arquive-se.

BRASILIA/DF, 28 de janeiro de 2022.

Ministro ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Processo Nº CorPar-1001615-51.2021.5.00.0000

Relator	ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
REQUERENTE	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO	FABRICIO GONCALVES DOS SANTOS(OAB: 268238/SP)
ADVOGADO	MONICA CERQUEIRA LOPES(OAB: 65-B/SE)
ADVOGADO	GIOVANNI SIMAO DA SILVA(OAB: 19401/DF)
ADVOGADO	PEDRO HENRIQUE LAZARO SANTIM(OAB: 218932-D/SP)
REQUERIDO	DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

Correição Parcial ou Reclamação Correicional Nº 1001615-51.2021.5.00.0000

REQUERENTE: BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO: FABRICIO GONCALVES DOS SANTOS, OAB: 268238

ADVOGADO: GIOVANNI SIMAO DA SILVA, OAB: 19401

ADVOGADO: MONICA CERQUEIRA LOPES, OAB: 0000065

ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE LAZARO SANTIM, OAB: 0218932

REQUERIDO: DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO,

OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

CGACV/tlm

D E C I S Ã O

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo requerente, **BANCO DO BRASIL S/A**, em face de decisão proferida por esta Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a qual julgou improcedentes os pedidos formulados na presente Correição Parcial, a teor do art. 20, III, do RICGJT.

Alega a parte que há contradição na decisão embargada, uma vez que, sob a ótica do princípio da legalidade, a improcedência da medida resulta na manutenção de liminar concedida sem respaldo no ordenamento jurídico.

Reafirma, outrossim, os argumentos declinados na inicial acerca da inexistência de previsão legal que obrigue o empregador a exigir o comprovante de vacinação de seus empregados, aduzindo que cumpre todas as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho referentes à higidez do meio ambiente laboral (NRs 6, 10 e 17), possuindo ainda normativos internos que regulamentam a observância da legislação e normas pertinentes à saúde, higiene e segurança no trabalho (IN 399-1 – Engenharia de Segurança do Trabalho e IN 844-1 – Saúde Ocupacional).

Destaca que a entidade sindical não denunciou qualquer descumprimento de medidas de prevenção e combate ao novo coronavírus por parte do requerente, à exceção da controvérsia quanto à convocação para o trabalho presencial de empregados que se autodeclaram integrantes do grupo de risco para Covid-19.

Alega a ocorrência de omissão quanto às medidas adotadas pelo banco requerente para adotar, pioneiramente, o trabalho remoto como medida de prevenção contra a pandemia. Aponta omissão, também, em relação ao fato de que os bancos foram autorizados a retomar o atendimento que antes estava restrito apenas a uma parcela da população, fato este que justificaria a necessidade de retorno de parte dos empregados autodeclarados como pertencentes ao grupo de risco.

Requereu, por fim, sejam sanadas as omissões e contradições apontadas, com a concessão de eventual efeito modificativo à decisão.

À análise.

Conheço dos embargos declaratórios, por serem tempestivos.

Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, "*cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade e eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material*".

Por sua vez, de acordo com o artigo 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho, *"caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subseqüente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso."*

Não há vício na decisão embargada.

Os argumentos do banco requerente foram devidamente apreciados, chegando-se à conclusão de não estarem presentes os requisitos para deferimento da medida, impostos pelo Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 13, *caput* e parágrafo único, mormente diante da alteração do cenário da pandemia causada pelo coronavírus, com exponencial aumento dos casos advindos de novas variantes.

Não há omissão quanto à alegada falta de comando normativo válido que justifique a exigência de comprovante de vacinação dos empregados. Com efeito, a decisão embargada alude às recentes decisões da Corte Suprema, bem como a atos normativos secundários oriundos de órgãos públicos, que demonstram a intensa controvérsia acerca do tema, sendo destacado que medidas restritivas também tem sido adotadas em toda a região que envolve a controvérsia.

No tocante à necessidade de se garantir a prestação da atividade essencial desempenhada pelo banco requerente, tampouco há

omissão, restando declarado na decisão embargada que "*não é possível, neste momento, se considerar que o deferimento do efeito suspensivo pretendido, resultando no imediato retorno ao trabalho de grande número de empregados inseridos em grupo de risco, de fato possibilitaria o alcance do resultado útil do processo, ou almejaria evitar prejuízo decorrente de situação extrema ou excepcional*".

Repise-se que não é papel desta Corregedoria-Geral atuar como instância revisora das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, devendo ater-se aos limites impostos pelo RICGJT, não havendo omissão ou contradição que seja apta a imprimir efeito modificativo na decisão embargada.

Percebe-se, de todo o exposto, que o que pretende o embargante é unicamente a reforma da decisão proferida, e não a superação de deficiências eventualmente presentes na sua redação, trazendo argumentos distintos dos vícios descritos nos artigos 1.022 do CPC/15 e 897-A da CLT, justificadores do manejo da peça aclaratória.

Logo, ausentes as circunstâncias descritas pelo art. 897-A da CLT e 1.022 do CPC/15,**rejeito**os embargos de declaração.

Assim, rejeito os embargos de declaração.

Transcorrido o prazo regimental, arquive-se.

BRASILIA/DF, 28 de janeiro de 2022.

Ministro ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Processo Nº CorPar-1001615-51.2021.5.00.0000

Relator	ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
REQUERENTE	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO	FABRICIO GONCALVES DOS SANTOS(OAB: 268238/SP)
ADVOGADO	MONICA CERQUEIRA LOPES(OAB: 65-B/SE)
ADVOGADO	GIOVANNI SIMAO DA SILVA(OAB: 19401/DF)
ADVOGADO	PEDRO HENRIQUE LAZARO SANTIM(OAB: 218932-D/SP)
REQUERIDO	DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

Correição Parcial ou Reclamação Correicional Nº 1001615-51.2021.5.00.0000

REQUERENTE: BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO: FABRICIO GONCALVES DOS SANTOS, OAB: 268238

ADVOGADO: GIOVANNI SIMAO DA SILVA, OAB: 19401

ADVOGADO: MONICA CERQUEIRA LOPES, OAB: 0000065

ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE LAZARO SANTIM, OAB: 0218932

REQUERIDO: DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166
TERCEIRO INTERESSADO: FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR
ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820
ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166
TERCEIRO INTERESSADO: SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA
ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166
TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO
ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820
ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166
TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO
ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820
ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166
TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO
ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820
ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166
TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO
ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820
ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166
TERCEIRO INTERESSADO: SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI
ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820
ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166
TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO
ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820
ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166
TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO
ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820
ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

CGACV/tlm

D E C I S Ã O

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo requerente, **BANCO DO BRASIL S/A**, em face de decisão proferida por esta Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a qual julgou improcedentes os pedidos formulados na presente Correição Parcial, a teor do art. 20, III, do RICGJT.

Alega a parte que há contradição na decisão embargada, uma vez que, sob a ótica do princípio da legalidade, a improcedência da medida resulta na manutenção de liminar concedida sem respaldo no ordenamento jurídico.

Reafirma, outrossim, os argumentos declinados na inicial acerca da inexistência de previsão legal que obrigue o empregador a exigir o comprovante de vacinação de seus empregados, aduzindo que cumpre todas as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho referentes à higidez do meio ambiente laboral (NRs 6, 10 e 17), possuindo ainda normativos internos que regulamentam a observância da legislação e normas pertinentes à saúde, higiene e segurança no trabalho (IN 399-1 – Engenharia de Segurança do Trabalho e IN 844-1 – Saúde Ocupacional).

Destaca que a entidade sindical não denunciou qualquer descumprimento de medidas de prevenção e combate ao novo coronavírus por parte do requerente, à exceção da controvérsia quanto à convocação para o trabalho presencial de empregados que se autodeclaram integrantes do grupo de risco para Covid-19.

Alega a ocorrência de omissão quanto às medidas adotadas pelo banco requerente para adotar, pioneiramente, o trabalho remoto como medida de prevenção contra a pandemia. Aponta omissão, também, em relação ao fato de que os bancos foram autorizados a retomar o atendimento que antes estava restrito apenas a uma parcela da população, fato este que justificaria a necessidade de retorno de parte dos empregados autodeclarados como pertencentes ao grupo de risco.

Requereu, por fim, sejam sanadas as omissões e contradições apontadas, com a concessão de eventual efeito modificativo à decisão.

À análise.

Conheço dos embargos declaratórios, por serem tempestivos.

Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, "*cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade e eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício*

ou a requerimento; III - corrigir erro material".

Por sua vez, de acordo com o artigo 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho, *"caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subseqüente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso."*

Não há vício na decisão embargada.

Os argumentos do banco requerente foram devidamente apreciados, chegando-se à conclusão de não estarem presentes os requisitos para deferimento da medida, impostos pelo Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 13, *caput* e parágrafo único, mormente diante da alteração do cenário da pandemia causada pelo coronavírus, com exponencial aumento dos casos advindos de novas variantes.

Não há omissão quanto à alegada falta de comando normativo válido que justifique a exigência de comprovante de vacinação dos empregados. Com efeito, a decisão embargada alude às recentes decisões da Corte Suprema, bem como a atos normativos secundários oriundos de órgãos públicos, que demonstram a intensa controvérsia acerca do tema, sendo destacado que medidas restritivas também tem sido adotadas em toda a região que envolve a controvérsia.

No tocante à necessidade de se garantir a prestação da atividade essencial desempenhada pelo banco requerente, tampouco há omissão, restando declarado na decisão embargada que "*não é possível, neste momento, se considerar que o deferimento do efeito suspensivo pretendido, resultando no imediato retorno ao trabalho de grande número de empregados inseridos em grupo de risco, de fato possibilitaria o alcance do resultado útil do processo, ou almejaria evitar prejuízo decorrente de situação extrema ou excepcional*".

Repise-se que não é papel desta Corregedoria-Geral atuar como instância revisora das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, devendo ater-se aos limites impostos pelo RICGJT, não havendo omissão ou contradição que seja apta a imprimir efeito modificativo na decisão embargada.

Percebe-se, de todo o exposto, que o que pretende o embargante é unicamente a reforma da decisão proferida, e não a superação de deficiências eventualmente presentes na sua redação, trazendo argumentos distintos dos vícios descritos nos artigos 1.022 do CPC/15 e 897-A da CLT, justificadores do manejo da peça aclaratória.

Logo, ausentes as circunstâncias descritas pelo art. 897-A da CLT e 1.022 do CPC/15,**rejeito**os embargos de declaração.

Assim, rejeito os embargos de declaração.

Transcorrido o prazo regimental, arquive-se.

BRASILIA/DF, 28 de janeiro de 2022.

Ministro ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Processo Nº CorPar-1001615-51.2021.5.00.0000

Relator	ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
REQUERENTE	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO	FABRICIO GONCALVES DOS SANTOS(OAB: 268238/SP)
ADVOGADO	MONICA CERQUEIRA LOPES(OAB: 65-B/SE)
ADVOGADO	GIOVANNI SIMAO DA SILVA(OAB: 19401/DF)
ADVOGADO	PEDRO HENRIQUE LAZARO SANTIM(OAB: 218932-D/SP)
REQUERIDO	DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)

ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

Correição Parcial ou Reclamação Correicional Nº 1001615-51.2021.5.00.0000

REQUERENTE: BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO: FABRICIO GONCALVES DOS SANTOS, OAB: 268238

ADVOGADO: GIOVANNI SIMAO DA SILVA, OAB: 19401

ADVOGADO: MONICA CERQUEIRA LOPES, OAB: 0000065

ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE LAZARO SANTIM, OAB: 0218932

REQUERIDO: DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

CGACV/tlm

D E C I S Ã O

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo requerente, **BANCO DO BRASIL S/A**, em face de decisão proferida por esta Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a qual julgou improcedentes os pedidos formulados na presente Correição Parcial, a teor do art. 20, III, do RICGJT.

Alega a parte que há contradição na decisão embargada, uma vez que, sob a ótica do princípio da legalidade, a improcedência da medida resulta na manutenção de liminar concedida sem respaldo no ordenamento jurídico.

Reafirma, outrossim, os argumentos declinados na inicial acerca da inexistência de previsão legal que obrigue o empregador a exigir o comprovante de vacinação de seus empregados, aduzindo que cumpre todas as normas regulamentadoras do Ministério do

Trabalho referentes à higidez do meio ambiente laboral (NRs 6, 10 e 17), possuindo ainda normativos internos que regulamentam a observância da legislação e normas pertinentes à saúde, higiene e segurança no trabalho (IN 399-1 – Engenharia de Segurança do Trabalho e IN 844-1 – Saúde Ocupacional).

Destaca que a entidade sindical não denunciou qualquer descumprimento de medidas de prevenção e combate ao novo coronavírus por parte do requerente, à exceção da controvérsia quanto à convocação para o trabalho presencial de empregados que se autodeclaram integrantes do grupo de risco para Covid-19.

Alega a ocorrência de omissão quanto às medidas adotadas pelo banco requerente para adotar, pioneiramente, o trabalho remoto como medida de prevenção contra a pandemia. Aponta omissão, também, em relação ao fato de que os bancos foram autorizados a retomar o atendimento que antes estava restrito apenas a uma parcela da população, fato este que justificaria a necessidade de retorno de parte dos empregados autodeclarados como pertencentes ao grupo de risco.

Requereu, por fim, sejam sanadas as omissões e contradições apontadas, com a concessão de eventual efeito modificativo à decisão.

À análise.

Conheço dos embargos declaratórios, por serem tempestivos.

Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, "*cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade e eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material*".

Por sua vez, de acordo com o artigo 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho, *"caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subseqüente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso."*

Não há vício na decisão embargada.

Os argumentos do banco requerente foram devidamente apreciados, chegando-se à conclusão de não estarem presentes os requisitos para deferimento da medida, impostos pelo Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 13, *caput* e parágrafo único, mormente diante da alteração do cenário da pandemia causada pelo coronavírus, com exponencial aumento dos casos advindos de novas variantes.

Não há omissão quanto à alegada falta de comando normativo válido que justifique a exigência de comprovante de vacinação dos empregados. Com efeito, a decisão embargada alude às recentes decisões da Corte Suprema, bem como a atos normativos secundários oriundos de órgãos públicos, que demonstram a intensa controvérsia acerca do tema, sendo destacado que medidas restritivas também tem sido adotadas em toda a região que envolve a controvérsia.

No tocante à necessidade de se garantir a prestação da atividade essencial desempenhada pelo banco requerente, tampouco há omissão, restando declarado na decisão embargada que "*não é possível, neste momento, se considerar que o deferimento do efeito suspensivo pretendido, resultando no imediato retorno ao trabalho de grande número de empregados inseridos em grupo de risco, de fato possibilitaria o alcance do resultado útil do processo, ou almejaria evitar prejuízo decorrente de situação extrema ou excepcional*".

Repise-se que não é papel desta Corregedoria-Geral atuar como instância revisora das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, devendo ater-se aos limites impostos pelo RICGJT, não havendo omissão ou contradição que seja apta a imprimir efeito modificativo na decisão embargada.

Percebe-se, de todo o exposto, que o que pretende o embargante é unicamente a reforma da decisão proferida, e não a superação de deficiências eventualmente presentes na sua redação, trazendo argumentos distintos dos vícios descritos nos artigos 1.022 do CPC/15 e 897-A da CLT, justificadores do manejo da peça aclaratória.

Logo, ausentes as circunstâncias descritas pelo art. 897-A da CLT e 1.022 do CPC/15,**rejeito**os embargos de declaração.

Assim, rejeito os embargos de declaração.

Transcorrido o prazo regimental, arquive-se.

BRASILIA/DF, 28 de janeiro de 2022.

Ministro ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Processo Nº CorPar-1001615-51.2021.5.00.0000

Relator	ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
REQUERENTE	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO	FABRICIO GONCALVES DOS SANTOS(OAB: 268238/SP)
ADVOGADO	MONICA CERQUEIRA LOPES(OAB: 65-B/SE)
ADVOGADO	GIOVANNI SIMAO DA SILVA(OAB: 19401/DF)
ADVOGADO	PEDRO HENRIQUE LAZARO SANTIM(OAB: 218932-D/SP)
REQUERIDO	DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR

ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

Correição Parcial ou Reclamação Correicional Nº 1001615-51.2021.5.00.0000

REQUERENTE: BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO: FABRICIO GONCALVES DOS SANTOS, OAB: 268238

ADVOGADO: GIOVANNI SIMAO DA SILVA, OAB: 19401

ADVOGADO: MONICA CERQUEIRA LOPES, OAB: 0000065

ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE LAZARO SANTIM, OAB: 0218932

REQUERIDO: DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

CGACV/tlm

D E C I S Ã O

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo requerente, **BANCO DO BRASIL S/A**, em face de decisão proferida por esta Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a qual julgou improcedentes os pedidos formulados na presente Correição Parcial, a teor do art. 20, III, do RICGJT.

Alega a parte que há contradição na decisão embargada, uma vez que, sob a ótica do princípio da legalidade, a improcedência da medida resulta na manutenção de liminar concedida sem respaldo no ordenamento jurídico.

Reafirma, outrossim, os argumentos declinados na inicial acerca da inexistência de previsão legal que obrigue o empregador a exigir o comprovante de vacinação de seus empregados, aduzindo que cumpre todas as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho referentes à higidez do meio ambiente laboral (NRs 6, 10 e 17), possuindo ainda normativos internos que regulamentam a observância da legislação e normas pertinentes à saúde, higiene e segurança no trabalho (IN 399-1 – Engenharia de Segurança do Trabalho e IN 844-1 – Saúde Ocupacional).

Destaca que a entidade sindical não denunciou qualquer descumprimento de medidas de prevenção e combate ao novo coronavírus por parte do requerente, à exceção da controvérsia quanto à convocação para o trabalho presencial de empregados que se autodeclaram integrantes do grupo de risco para Covid-19.

Alega a ocorrência de omissão quanto às medidas adotadas pelo banco requerente para adotar, pioneiramente, o trabalho remoto como medida de prevenção contra a pandemia. Aponta omissão, também, em relação ao fato de que os bancos foram autorizados a retomar o atendimento que antes estava restrito apenas a uma parcela da população, fato este que justificaria a necessidade de retorno de parte dos empregados autodeclarados como pertencentes ao grupo de risco.

Requereu, por fim, sejam sanadas as omissões e contradições apontadas, com a concessão de eventual efeito modificativo à decisão.

À análise.

Conheço dos embargos declaratórios, por serem tempestivos.

Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, "*cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade e eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material*".

Por sua vez, de acordo com o artigo 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho, *"caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subseqüente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso."*

Não há vício na decisão embargada.

Os argumentos do banco requerente foram devidamente apreciados, chegando-se à conclusão de não estarem presentes os requisitos para deferimento da medida, impostos pelo Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 13, *caput* e parágrafo único, mormente diante da alteração do cenário da pandemia causada pelo coronavírus, com exponencial aumento dos casos advindos de novas variantes.

Não há omissão quanto à alegada falta de comando normativo válido que justifique a exigência de comprovante de vacinação dos empregados. Com efeito, a decisão embargada alude às recentes decisões da Corte Suprema, bem como a atos normativos secundários oriundos de órgãos públicos, que demonstram a intensa controvérsia acerca do tema, sendo destacado que medidas restritivas também tem sido adotadas em toda a região que envolve a controvérsia.

No tocante à necessidade de se garantir a prestação da atividade essencial desempenhada pelo banco requerente, tampouco há omissão, restando declarado na decisão embargada que "*não é possível, neste momento, se considerar que o deferimento do efeito suspensivo pretendido, resultando no imediato retorno ao trabalho de grande número de empregados inseridos em grupo de risco, de fato possibilitaria o alcance do resultado útil do processo, ou almejaria evitar prejuízo decorrente de situação extrema ou excepcional*".

Repise-se que não é papel desta Corregedoria-Geral atuar como instância revisora das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, devendo ater-se aos limites impostos pelo RICGJT, não havendo omissão ou contradição que seja apta a imprimir efeito

modificativo na decisão embargada.

Percebe-se, de todo o exposto, que o que pretende o embargante é unicamente a reforma da decisão proferida, e não a superação de deficiências eventualmente presentes na sua redação, trazendo argumentos distintos dos vícios descritos nos artigos 1.022 do CPC/15 e 897-A da CLT, justificadores do manejo da peça aclaratória.

Logo, ausentes as circunstâncias descritas pelo art. 897-A da CLT e 1.022 do CPC/15,**rejeito**os embargos de declaração.

Assim, rejeito os embargos de declaração.

Transcorrido o prazo regimental, arquive-se.

BRASILIA/DF, 28 de janeiro de 2022.

Ministro ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Processo Nº CorPar-1001615-51.2021.5.00.0000

Relator	ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
REQUERENTE	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO	FABRICIO GONCALVES DOS SANTOS(OAB: 268238/SP)
ADVOGADO	MONICA CERQUEIRA LOPES(OAB: 65-B/SE)
ADVOGADO	GIOVANNI SIMAO DA SILVA(OAB: 19401/DF)
ADVOGADO	PEDRO HENRIQUE LAZARO SANTIM(OAB: 218932-D/SP)
REQUERIDO	DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

Correição Parcial ou Reclamação Correicional Nº 1001615-51.2021.5.00.0000

REQUERENTE: BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO: FABRICIO GONCALVES DOS SANTOS, OAB: 268238

ADVOGADO: GIOVANNI SIMAO DA SILVA, OAB: 19401

ADVOGADO: MONICA CERQUEIRA LOPES, OAB: 0000065

ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE LAZARO SANTIM, OAB: 0218932

REQUERIDO: DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO,

OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

CGACV/tlm

D E C I S Ã O

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo requerente, **BANCO DO BRASIL S/A**, em face de decisão proferida por esta Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a qual julgou improcedentes os pedidos formulados na presente Correição Parcial, a teor do art. 20, III, do RICGJT.

Alega a parte que há contradição na decisão embargada, uma vez que, sob a ótica do princípio da legalidade, a improcedência da medida resulta na manutenção de liminar concedida sem respaldo no ordenamento jurídico.

Reafirma, outrossim, os argumentos declinados na inicial acerca da inexistência de previsão legal que obrigue o empregador a exigir o comprovante de vacinação de seus empregados, aduzindo que cumpre todas as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho referentes à higidez do meio ambiente laboral (NRs 6, 10 e 17), possuindo ainda normativos internos que regulamentam a observância da legislação e normas pertinentes à saúde, higiene e segurança no trabalho (IN 399-1 – Engenharia de Segurança do Trabalho e IN 844-1 – Saúde Ocupacional).

Destaca que a entidade sindical não denunciou qualquer descumprimento de medidas de prevenção e combate ao novo coronavírus por parte do requerente, à exceção da controvérsia quanto à convocação para o trabalho presencial de empregados que se autodeclaram integrantes do grupo de risco para Covid-19.

Alega a ocorrência de omissão quanto às medidas adotadas pelo banco requerente para adotar, pioneiramente, o trabalho remoto como medida de prevenção contra a pandemia. Aponta omissão, também, em relação ao fato de que os bancos foram autorizados a retomar o atendimento que antes estava restrito apenas a uma parcela da população, fato este que justificaria a necessidade de retorno de parte dos empregados autodeclarados como pertencentes ao grupo de risco.

Requereu, por fim, sejam sanadas as omissões e contradições apontadas, com a concessão de eventual efeito modificativo à decisão.

À análise.

Conheço dos embargos declaratórios, por serem tempestivos.

Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, "*cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade e eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material*".

Por sua vez, de acordo com o artigo 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho, *"caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subseqüente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso."*

Não há vício na decisão embargada.

Os argumentos do banco requerente foram devidamente

apreciados, chegando-se à conclusão de não estarem presentes os requisitos para deferimento da medida, impostos pelo Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 13, *caput* e parágrafo único, mormente diante da alteração do cenário da pandemia causada pelo coronavírus, com exponencial aumento dos casos advindos de novas variantes.

Não há omissão quanto à alegada falta de comando normativo válido que justifique a exigência de comprovante de vacinação dos empregados. Com efeito, a decisão embargada alude às recentes decisões da Corte Suprema, bem como a atos normativos secundários oriundos de órgãos públicos, que demonstram a intensa controvérsia acerca do tema, sendo destacado que medidas restritivas também tem sido adotadas em toda a região que envolve a controvérsia.

No tocante à necessidade de se garantir a prestação da atividade essencial desempenhada pelo banco requerente, tampouco há omissão, restando declarado na decisão embargada que "*não é possível, neste momento, se considerar que o deferimento do efeito suspensivo pretendido, resultando no imediato retorno ao trabalho de grande número de empregados inseridos em grupo de risco, de fato possibilitaria o alcance do resultado útil do processo, ou almejaria evitar prejuízo decorrente de situação extrema ou excepcional*".

Repise-se que não é papel desta Corregedoria-Geral atuar como instância revisora das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, devendo ater-se aos limites impostos pelo RICGJT, não havendo omissão ou contradição que seja apta a imprimir efeito modificativo na decisão embargada.

Percebe-se, de todo o exposto, que o que pretende o embargante é unicamente a reforma da decisão proferida, e não a superação de deficiências eventualmente presentes na sua redação, trazendo argumentos distintos dos vícios descritos nos artigos 1.022 do CPC/15 e 897-A da CLT, justificadores do manejo da peça aclaratória.

Logo, ausentes as circunstâncias descritas pelo art. 897-A da CLT e 1.022 do CPC/15,**rejeito**os embargos de declaração.

Assim, rejeito os embargos de declaração.

Transcorrido o prazo regimental, arquive-se.

BRASILIA/DF, 28 de janeiro de 2022.

Ministro ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Processo Nº CorPar-1001615-51.2021.5.00.0000

Relator	ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
REQUERENTE	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO	FABRICIO GONCALVES DOS SANTOS(OAB: 268238/SP)
ADVOGADO	MONICA CERQUEIRA LOPES(OAB: 65-B/SE)
ADVOGADO	GIOVANNI SIMAO DA SILVA(OAB: 19401/DF)
ADVOGADO	PEDRO HENRIQUE LAZARO SANTIM(OAB: 218932-D/SP)
REQUERIDO	DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

Correição Parcial ou Reclamação Correicional Nº 1001615-51.2021.5.00.0000

REQUERENTE: BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO: FABRICIO GONCALVES DOS SANTOS, OAB: 268238

ADVOGADO: GIOVANNI SIMAO DA SILVA, OAB: 19401

ADVOGADO: MONICA CERQUEIRA LOPES, OAB: 0000065

ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE LAZARO SANTIM, OAB: 0218932

REQUERIDO: DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

CGACV/tlm

D E C I S Ã O

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo requerente, **BANCO DO BRASIL S/A**, em face de decisão proferida por esta Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a qual julgou improcedentes os pedidos formulados na presente Correição Parcial, a teor do art. 20, III, do RICGJT.

Alega a parte que há contradição na decisão embargada, uma vez que, sob a ótica do princípio da legalidade, a improcedência da medida resulta na manutenção de liminar concedida sem respaldo no ordenamento jurídico.

Reafirma, outrossim, os argumentos declinados na inicial acerca da inexistência de previsão legal que obrigue o empregador a exigir o comprovante de vacinação de seus empregados, aduzindo que cumpre todas as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho referentes à higidez do meio ambiente laboral (NRs 6, 10 e 17), possuindo ainda normativos internos que regulamentam a observância da legislação e normas pertinentes à saúde, higiene e segurança no trabalho (IN 399-1 – Engenharia de Segurança do Trabalho e IN 844-1 – Saúde Ocupacional).

Destaca que a entidade sindical não denunciou qualquer descumprimento de medidas de prevenção e combate ao novo coronavírus por parte do requerente, à exceção da controvérsia quanto à convocação para o trabalho presencial de empregados que se autodeclaram integrantes do grupo de risco para Covid-19.

Alega a ocorrência de omissão quanto às medidas adotadas pelo banco requerente para adotar, pioneiramente, o trabalho remoto como medida de prevenção contra a pandemia. Aponta omissão, também, em relação ao fato de que os bancos foram autorizados a retomar o atendimento que antes estava restrito apenas a uma parcela da população, fato este que justificaria a necessidade de retorno de parte dos empregados autodeclarados como pertencentes ao grupo de risco.

Requereu, por fim, sejam sanadas as omissões e contradições apontadas, com a concessão de eventual efeito modificativo à decisão.

À análise.

Conheço dos embargos declaratórios, por serem tempestivos.

Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, "*cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade e eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material*".

Por sua vez, de acordo com o artigo 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho, *"caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subseqüente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso."*

Não há vício na decisão embargada.

Os argumentos do banco requerente foram devidamente apreciados, chegando-se à conclusão de não estarem presentes os requisitos para deferimento da medida, impostos pelo Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 13, *caput* e parágrafo único, mormente diante da alteração do cenário da pandemia causada pelo coronavírus, com exponencial aumento dos casos advindos de novas variantes.

Não há omissão quanto à alegada falta de comando normativo válido que justifique a exigência de comprovante de vacinação dos empregados. Com efeito, a decisão embargada alude às recentes decisões da Corte Suprema, bem como a atos normativos secundários oriundos de órgãos públicos, que demonstram a intensa controvérsia acerca do tema, sendo destacado que medidas restritivas também tem sido adotadas em toda a região que envolve a controvérsia.

No tocante à necessidade de se garantir a prestação da atividade essencial desempenhada pelo banco requerente, tampouco há omissão, restando declarado na decisão embargada que "*não é possível, neste momento, se considerar que o deferimento do efeito suspensivo pretendido, resultando no imediato retorno ao trabalho de grande número de empregados inseridos em grupo de risco, de fato possibilitaria o alcance do resultado útil do processo, ou almejaria evitar prejuízo decorrente de situação extrema ou excepcional*".

Repise-se que não é papel desta Corregedoria-Geral atuar como instância revisora das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, devendo ater-se aos limites impostos pelo RICGJT, não havendo omissão ou contradição que seja apta a imprimir efeito modificativo na decisão embargada.

Percebe-se, de todo o exposto, que o que pretende o embargante é unicamente a reforma da decisão proferida, e não a superação de deficiências eventualmente presentes na sua redação, trazendo argumentos distintos dos vícios descritos nos artigos 1.022 do CPC/15 e 897-A da CLT, justificadores do manejo da peça aclaratória.

Logo, ausentes as circunstâncias descritas pelo art. 897-A da CLT e 1.022 do CPC/15,**rejeito**os embargos de declaração.

Assim, rejeito os embargos de declaração.

Transcorrido o prazo regimental, arquive-se.

BRASILIA/DF, 28 de janeiro de 2022.

Ministro ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Processo Nº CorPar-1001615-51.2021.5.00.0000

Relator	ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
REQUERENTE	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO	FABRICIO GONCALVES DOS SANTOS(OAB: 268238/SP)
ADVOGADO	MONICA CERQUEIRA LOPES(OAB: 65-B/SE)
ADVOGADO	GIOVANNI SIMAO DA SILVA(OAB: 19401/DF)
ADVOGADO	PEDRO HENRIQUE LAZARO SANTIM(OAB: 218932-D/SP)
REQUERIDO	DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)

TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
TERCEIRO INTERESSADO	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO
ADVOGADO	RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO(OAB: 62166/PR)
ADVOGADO	NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

Correição Parcial ou Reclamação Correicional Nº 1001615-51.2021.5.00.0000

REQUERENTE: BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO: FABRICIO GONCALVES DOS SANTOS, OAB: 268238

ADVOGADO: GIOVANNI SIMAO DA SILVA, OAB: 19401

ADVOGADO: MONICA CERQUEIRA LOPES, OAB: 0000065

ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE LAZARO SANTIM, OAB: 0218932

REQUERIDO: DESEMBARGADOR ARION MAZURKEVIC

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CREDITO PR

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SIND EMPREGADOS ESTAB BANCARIOS APUCARANA

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE C MOURAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMP EM ESTABEL BANCARIOS EM CORN PROCOPIO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DE CURITIBA E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS E SIMILARES OU CONEXOS DE LONDRINA E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SIND DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE PARANAVAI

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE TOLEDO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

TERCEIRO INTERESSADO: SINDICATO DOS EMPREG. EM ESTAB. BANCARIOS DE UMUARAMA, ASSIS CHATEAUBRIAND E REGIAO

ADVOGADO: NASSER AHMAD ALLAN, OAB: 0028820

ADVOGADO: RUBENS BORDINHAO DE CAMARGO NETO, OAB: 0062166

CGACV/tlm

D E C I S Ã O

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo requerente, **BANCO DO BRASIL S/A**, em face de decisão proferida por esta Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a qual julgou improcedentes os pedidos formulados na presente Correição Parcial, a teor do art. 20, III, do RICGJT.

Alega a parte que há contradição na decisão embargada, uma vez que, sob a ótica do princípio da legalidade, a improcedência da medida resulta na manutenção de liminar concedida sem respaldo no ordenamento jurídico.

Reafirma, outrossim, os argumentos declinados na inicial acerca da inexistência de previsão legal que obrigue o empregador a exigir o comprovante de vacinação de seus empregados, aduzindo que cumpre todas as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho referentes à higidez do meio ambiente laboral (NRs 6, 10 e 17), possuindo ainda normativos internos que regulamentam a observância da legislação e normas pertinentes à saúde, higiene e segurança no trabalho (IN 399-1 – Engenharia de Segurança do Trabalho e IN 844-1 – Saúde Ocupacional).

Destaca que a entidade sindical não denunciou qualquer descumprimento de medidas de prevenção e combate ao novo coronavírus por parte do requerente, à exceção da controvérsia quanto à convocação para o trabalho presencial de empregados que se autodeclaram integrantes do grupo de risco para Covid-19.

Alega a ocorrência de omissão quanto às medidas adotadas pelo banco requerente para adotar, pioneiramente, o trabalho remoto como medida de prevenção contra a pandemia. Aponta omissão, também, em relação ao fato de que os bancos foram autorizados a retomar o atendimento que antes estava restrito apenas a uma parcela da população, fato este que justificaria a necessidade de retorno de parte dos empregados autodeclarados como pertencentes ao grupo de risco.

Requereu, por fim, sejam sanadas as omissões e contradições apontadas, com a concessão de eventual efeito modificativo à decisão.

À análise.

Conheço dos embargos declaratórios, por serem tempestivos.

Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, "*cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade e eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material*".

Por sua vez, de acordo com o artigo 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho, *"caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subseqüente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso."*

Não há vício na decisão embargada.

Os argumentos do banco requerente foram devidamente apreciados, chegando-se à conclusão de não estarem presentes os requisitos para deferimento da medida, impostos pelo Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 13, *caput* e parágrafo único, mormente diante da alteração do cenário da pandemia causada pelo coronavírus, com exponencial aumento dos casos advindos de novas variantes.

Não há omissão quanto à alegada falta de comando normativo válido que justifique a exigência de comprovante de vacinação dos empregados. Com efeito, a decisão embargada alude às recentes decisões da Corte Suprema, bem como a atos normativos secundários oriundos de órgãos públicos, que demonstram a intensa controvérsia acerca do tema, sendo destacado que medidas restritivas também tem sido adotadas em toda a região que envolve a controvérsia.

No tocante à necessidade de se garantir a prestação da atividade essencial desempenhada pelo banco requerente, tampouco há omissão, restando declarado na decisão embargada que "*não é possível, neste momento, se considerar que o deferimento do efeito suspensivo pretendido, resultando no imediato retorno ao trabalho de grande número de empregados inseridos em grupo de risco, de fato possibilitaria o alcance do resultado útil do processo, ou almejaria evitar prejuízo decorrente de situação extrema ou excepcional*".

Repise-se que não é papel desta Corregedoria-Geral atuar como instância revisora das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, devendo ater-se aos limites impostos pelo RICGJT, não havendo omissão ou contradição que seja apta a imprimir efeito modificativo na decisão embargada.

Percebe-se, de todo o exposto, que o que pretende o embargante é unicamente a reforma da decisão proferida, e não a superação de deficiências eventualmente presentes na sua redação, trazendo argumentos distintos dos vícios descritos nos artigos 1.022 do CPC/15 e 897-A da CLT, justificadores do manejo da peça aclaratória.

Logo, ausentes as circunstâncias descritas pelo art. 897-A da CLT e 1.022 do CPC/15,**rejeito**os embargos de declaração.

Assim, rejeito os embargos de declaração.

Transcorrido o prazo regimental, arquive-se.

BRASILIA/DF, 28 de janeiro de 2022.

Ministro ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Secretaria-Geral Judiciária
Despacho

PETIÇÃO TST-PET-17117/2022-0 [eDOC: 18659235]
Requerente: CAMILA MARTINS FERRAZ
Advogado: Dr. José Antônio Cremasco (59298/SP)

O processo indicado não tramita no Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, no uso da atribuição prevista no art. 1º, VII, do Ato 71/SEGJUD.GP, de 20/2/2020, determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 27 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

EVELINE DE ANDRADE OLIVEIRA E SILVA
Secretária-Geral Judiciária

Processo Nº Ag-E-ED-Ag-AIRR-0010443-42.2015.5.01.0483

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Fábio Gomes de Freitas Bastos(OAB: 168037-A/RJ)
Agravado	BRUNO ANTUNES
Advogado	Dr. Jorge Otávio Barcelos Theodoro(OAB: 82649-A/RJ)
Advogado	Dr. Carlos Eduardo Almeida de Oliveira(OAB: 106449-A/RJ)
Advogado	Dr. Carlos Renato Guerra da Fonseca(OAB: 104487-A/RJ)
Advogado	Dr. Felipe Castanheira Mello(OAB: 159158-A/RJ)
Agravado	SKANSKA BRASIL LTDA.
Advogado	Dr. Carlos Alonso de Sá Gutiérrez(OAB: 106911-A/RJ)
Advogado	Dr. Rafael Amâncio de Lima(OAB: 227708/SP)
Advogado	Dr. Fernando Maximiliano Neto(OAB: 45441-A/RJ)
Advogado	Dr. Simone de Barros Pinheiro Martins(OAB: 155777-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNO ANTUNES
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SKANSKA BRASIL LTDA.

EM PETIÇÃO

TST-Pet-475696/2021-0

Mediante a petição registrada sob o nº TST-Pet-495696/2021-0 (seq. 40), o reclamante renuncia "ao direito em que se funda o pedido de responsabilidade subsidiária formulada em face da Petrobras", ora agravante.
À consideração do Exmo. Ministro Relator.
À Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos, para prosseguir.
Publique-se.

Brasília, 23 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0010843-02.2020.5.03.0006

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Renato de Lacerda Paiva
Agravante	SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS E CASAS DE SAÚDE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Advogado	Dr. Flavio Carvalho Monteiro de Andrade(OAB: 100041-A/MG)
Agravado	SINDICATO DAS INSTITUICOES BENEFICENTES,RELIGIOSAS E FILANTROPICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Advogado	Dr. Antônio Miranda de Mendonça(OAB: 13360-A/MG)
Advogado	Dr. Antônio Fernando Guimarães(OAB: 25505-A/MG)
Advogado	Dr. Marcelo Vieira Pires(OAB: 152562-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DAS INSTITUICOES BENEFICENTES,RELIGIOSAS E FILANTROPICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
- SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS E CASAS DE SAÚDE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Verifica-se que a Tutela Cautelar nº 1001371-25.2021.5.00.0000, ajuizada perante o TST para imprimir efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento Recurso de Revista interposto nestes autos, foi distribuída ao Exmo. Ministro Luiz José Dezena da Silva em 7/10/2021, data anterior a distribuição do presente feito.
Dessa forma, constata-se a prevenção do Exmo. Ministro Luiz José Dezena da Silva para a apreciação deste processo, consoante o disposto no art. 114 do Regimento Interno do TST.
Ante o exposto, nos termos do mencionado dispositivo, determino o cancelamento da distribuição efetivada em 17/11/2021, para que se proceda a nova distribuição do feito, por prevenção, ao Exmo. Ministro Luiz José Dezena da Silva, na eg. 1.ª Turma, observada a publicidade e a devida compensação.
Publique-se.

Brasília, 24 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº RRAg-0010028-57.2020.5.15.0010

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante e Recorrido	FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO CLARO
Procurador	Dr. Antônio Alberto Prada Vancini
Procurador	Dr. Henry Angelo Modesto Peruchi
Procurador	Dr. Nilson Monteiro
Agravado e Recorrente	ODISSEIA MARIA VENTURA DUMAS
Advogado	Dr. David Christofoletti Neto(OAB: 158929-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO CLARO
- ODISSEIA MARIA VENTURA DUMAS

EM PETIÇÃO - TST - 522011/2021-6

Mediante a petição nº TST-522011/2021-6 (fls. 6/11), a Reclamada, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO CLARO, requer a restituição dos autos ao TRT da 15ª Região sob a alegação de que aquele Tribunal não lhe concedeu o prazo em dobro para apresentar contrarrazões, por se tratar de fundação de direito público, conforme previsto nos arts. 1º, III, do Decreto-lei nº 779/1969 e 183 do CPC.
À consideração do Exmo. Ministro Relator.
À Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos, para prosseguir.
Publique-se.

Brasília, 23 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº ED-AIRR-0001993-85.2017.5.05.0271

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Embargante	IDALIA FRANCISCA DOS REIS
Advogada	Dra. Lorena Matos Gama(OAB: 25765/BA)
Embargado	ESTADO DA BAHIA
Procurador	Dr. Adriano Oliveira Pessoa

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- IDALIA FRANCISCA DOS REIS

O presente feito retorna a esta Corte em decorrência de determinação do Juízo da Vara do Trabalho de Euclides da Cunha - BA, ante a constatação da existência de recurso de revista pendente de apreciação no TST, interposto pelo Estado da Bahia (fl. 954).
Infere-se destes autos que o recurso de revista constante a fls. 828/846, por equívoco, não foi autuado neste Tribunal Superior. Assim, à Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos para autuar o mencionado recurso e distribuir este feito, por prevenção, ao Exmo. Ministro José Roberto Freire Pimenta, no âmbito da 2.ª Turma, nos termos do art. 112, parágrafo único, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 24 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0007200-65.2000.5.09.0654

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	DEOCELI LUIZA FONTEBOM SIERAKOWSKI
Advogada	Dra. Fátima Rosângela Rodrigues(OAB: 58451-A/PR)
Agravado	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. Dênis Sarak(OAB: 252006-A/SP)
Agravado	CNOVA COMÉRCIO ELETRÔNICO S.A.
Advogado	Dr. Osmar de Oliveira Sampaio Júnior(OAB: 204651/SP)
Agravado	MASSA FALIDA de DISAPEL ELETRODOMÉSTICOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CNOVA COMÉRCIO ELETRÔNICO S.A.
- DEOCELI LUIZA FONTEBOM SIERAKOWSKI
- MASSA FALIDA de DISAPEL ELETRODOMÉSTICOS LTDA.
- VIA VAREJO S.A.

EM PETIÇÕES - TST - 527444/2021-4 e 541170/2021-3

À consideração do Exmo. Ministro Relator.
À Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos, para prosseguir.
Publique-se.

Brasília, 10 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0010484-55.2020.5.03.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	VIA S.A.
Advogado	Dr. Carlos Alexandre Moreira Weiss(OAB: 63513/MG)
Agravado	WELERSON ADRIANO DA SILVA
Advogado	Dr. Marcos Roberto Dias(OAB: 87946-A/MG)
Advogado	Dr. Danielle Cristina Vieira de Souza Dias(OAB: 116893-A/MG)
Agravado	UNIÃO (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- UNIÃO (PGF)
- VIA S.A.
- WELERSON ADRIANO DA SILVA

EM PETIÇÃO
TST-Pet-5520/2022-9

Determino a reautuação, substituindo VIA VAREJO S.A. por VIA S.A., em razão da alteração na denominação social.
Publique-se.

Brasília, 24 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0000415-51.2020.5.21.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante	JEANE MARCELINO DOS SANTOS
Advogado	Dr. Roberto Fernando de Amorim Júnior(OAB: 7235-A/RN)
Advogada	Dra. Thassya Andressa Prado(OAB: 411032-A/SP)
Agravado	PUDO E GUERRA EMPREENDIMENTOS LTDA
Advogado	Dr. Alex de Oliveira Stanescu(OAB: 5323-A/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- JEANE MARCELINO DOS SANTOS
- PUDO E GUERRA EMPREENDIMENTOS LTDA

Nos termos do art. 111, § 1.º, do RITST, cancelo a distribuição efetivada em 22/11/2021 e determino a realização de nova distribuição do feito, por prevenção, ao Exmo. Ministro Amaury Rodrigues Pinto Júnior, na C. 1.ª Turma, sucessor, na cadeira, do Exmo. Ministro Walmir Oliveira da Costa, observada a publicidade e a devida compensação.
Publique-se.

Brasília, 24 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº RR-0001757-50.2015.5.02.0025

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Recorrente	SÃO PAULO TRANSPORTE S.A.
Advogada	Dra. Marli Buose Rabelo(OAB: 86843-A/SP)
Advogado	Dr. Vera Lucia F P Marques(OAB: 53500-D/SP)
Recorrido	MARIO RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO
Advogado	Dr. Nelson Rothstein Barreto Parente(OAB: 116779-A/SP)
Advogado	Dr. Carlos Roberto de Oliveira Caiana(OAB: 37608-A/SP)
Advogado	Dr. Fernando Branco Wichan(OAB: 70825-A/SP)
Advogada	Dra. Clarisse Abel Natividade(OAB: 182766-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIO RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO
- SÃO PAULO TRANSPORTE S.A.

Recorrente:SÃO PAULO TRANSPORTE S.A.
Advogada: Dra. Marli Buose Rabelo
Advogado: Dr. Vera Lucia F P Marques
Recorrido: MARIO RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO
Advogado: Dr. Nelson Rothstein Barreto Parente
Advogado: Dr. Carlos Roberto de Oliveira Caiana
Advogado: Dr. Fernando Branco Wichan
Advogada: Dra. Clarisse Abel Natividade
//epc

Mario Rodrigues de Oliveira Filho, mediante a Petição nº TST-Pet-512421/2021-5 (seqs. 4-5), requer prioridade na tramitação do processo, pois conta mais de sessenta anos de idade.
Verifica-se que a parte requerente atende aos requisitos estabelecidos nos arts. 1.048, I, do CPC/2015 e 71 da Lei n° 10.741, de 1°/10/2003.
Assim, no uso da atribuição conferida à Secretária-Geral Judiciária pelo art. 1º, VIII, do Ato SEGJUD.GP nº 71, de 20/2/2020, determino a realização dos registros necessários à tramitação preferencial do feito.
Após, remetam-se os autos à Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos para prosseguimento.
Publique-se.

Brasília, 21 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
EVELINE DE ANDRADE OLIVEIRA E SILVA
Secretária-Geral Judiciária

Processo Nº Ag-E-ED-RR-0001054-10.2011.5.06.0103

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
Agravante	AMBEV S.A
Advogado	Dr. Décio Freire(OAB: 815-A/PE)
Advogado	Dr. Victor Russomano Júnior(OAB: 3609-A/DF)
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)
Agravado	WALTER DE SANTANA BOTELHO
Advogada	Dra. Isadora Coelho de Amorim Oliveira(OAB: 16455-D/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMBEV S.A
- WALTER DE SANTANA BOTELHO

Juntem-se as petições TST-523185/2021-4 e TST-540873/2021-6.
À consideração do Relator.
Publique-se.

Brasília, 14 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº ED-AIRR-0010762-24.2020.5.03.0048

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte
Embargante	MARIA LUZIA TONELLI DE FARIA E OUTROS
Advogada	Dra. Viviane Tonelli de Faria Metzger(OAB: 97856/MG)
Embargado	ELIEZER DA SILVA FEITOSA

Advogado	Dr. Leandro Paim Rios(OAB: 144983-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIEZER DA SILVA FEITOSA
- MARIA LUZIA TONELLI DE FARIA E OUTROS

Diante da prevenção detectada, determino o cancelamento da distribuição efetivada na C. 3ª Turma e realização de nova distribuição, no âmbito da C. 5ª Turma, ao Exmo. Ministro Douglas Alencar Rodrigues.
Observe-se a devida compensação.
Publique-se.

Brasília, 24 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº CCCiv-0010776-08.2021.5.03.0069

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Suscitante	JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE OURO PRETO-MG / TRT3
Suscitado	JUÍZO DA 8ª VARA CÍVEL DE BELO HORIZONTE - MG

Intimado(s)/Citado(s):

- JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE OURO PRETO-MG / TRT3
- JUÍZO DA 8ª VARA CÍVEL DE BELO HORIZONTE - MG

Tratando-se de conflito negativo de competência suscitado pelo Juízo da 1.ª Vara do Trabalho de Ouro Preto - MG em face do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, determino à Coordenadoria de Cadastramento Processual o encaminhamento dos autos ao Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 105, inc. I, alínea d, da Constituição da República.
Publique-se.

Brasília, 24 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº Ag-AIRR-0010640-89.2020.5.18.0081

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante	HOTEL THAYNAN LTDA. (Nome fantasia de MOTEL THAYANAN LTDA)
Advogado	Dr. Warley Moraes Garcia(OAB: 22180-A/GO)
Agravado	MARIA DAS GRACAS FERREIRA FRANCA
Advogado	Dr. Halisson Bruno Jorge Pereira Nogueira(OAB: 30510-A/GO)
Agravado	SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES NO ESTADO DE GOIÁS - SECHSEG
Advogado	Dr. Fernando Pessoa da Nobrega(OAB: 10829-A/GO)
Advogado	Dr. Henrique César Souza(OAB: 32322-A/GO)
Advogado	Dr. Maykon Ferreira Aboulhosn(OAB: 31475-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- HOTEL THAYNAN LTDA. (Nome fantasia de MOTEL THAYANAN LTDA)
- MARIA DAS GRACAS FERREIRA FRANCA
- SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES NO ESTADO DE GOIÁS - SECHSEG

Nos termos do art. 111, § 1º, do RITST, cancelo a distribuição efetivada em 9/4/2021 e determino a realização de nova distribuição do feito, por prevenção, ao Exmo. Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, na C. 4.ª Turma, observada a publicidade e a devida compensação.
Publique-se.

Brasília, 24 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº RR-0011131-34.2019.5.03.0054

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Ives Gandra da Silva Martins Filho
Recorrente	GERDAU AÇOMINAS S.A.
Advogada	Dra. Leila Azevedo Sette(OAB: 22864-A/MG)
Advogado	Dr. Luanna Vieira de Lima Costa(OAB: 74759-A/MG)
Advogado	Dr. Thiago Augusto da Costa Silva(OAB: 130489-A/MG)
Recorrido	EDYRLEI IGNACIO DE URZEDO
Advogado	Dr. Gilberto Gonçalves de Oliveira(OAB: 109381-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDYRLEI IGNACIO DE URZEDO
- GERDAU AÇOMINAS S.A.

Nos termos do art. 111, § 1.º, do RITST, cancelo a distribuição efetivada em 15/10/2021 e determino a realização de nova distribuição do feito, por prevenção, à Exma. Ministra Morgana de Almeida Richa, sucessora do Exmo. Desembargador Convocado Marcelo Lamego Pertence na C. 2.ª Turma, observada a publicidade e a devida compensação.
Publique-se.

Brasília, 24 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Processo Nº AIRR-0000197-45.2019.5.10.0111

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Agravante	VIA S.A.
Advogado	Dr. Thiago Mahfuz Vezzi(OAB: 47506-S/DF)
Agravado	STEFANY MOTA DOS SANTOS
Advogado	Dr. Rogério Alves de Oliveira(OAB: 34720-A/DF)

Advogado	Dr. Clever Rodrigo Fernandes de Souza(OAB: 41487-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- STEFANY MOTA DOS SANTOS
- VIA S.A.

EM PETIÇÃO
TST-Pet-545957/2021-9

Determino a reautuação, substituindo VIA VAREJO S.A. por VIA S.A., em razão da alteração na denominação social, e o registro dos novos representantes.
Publique-se.

Brasília, 24 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos
Despacho

Processo Nº Ag-AIRR-0000052-51.2017.5.10.0016

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Mauricio Godinho Delgado
Agravante	S.A."O ESTADO DE SÃO PAULO"
Advogado	Dr. Osmar Mendes Paixão Côrtes(OAB: 15553/DF)
Advogado	Dr. Leandro Artiaga e Vieira(OAB: 16733-A/DF)
Agravado	RENATA VERISSIMO GOMES
Advogado	Dr. Klaus Stenius Bezerra Camelo de Melo(OAB: 24897/DF)
Advogado	Dr. Rodrigo Noleto Lobo Ferreira(OAB: 37183/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- RENATA VERISSIMO GOMES
- S.A."O ESTADO DE SÃO PAULO"

Por meio da petição nº 142273/2021 (seq. 127), a reclamada requer a substituição dos depósitos recursais realizados em dinheiro por seguro garantia judicial.
Decido.
Conforme art. 42 do RITST, a competência da Vice-Presidência se restringe à realização do juízo precário de admissibilidade do recurso extraordinário, razão pela qual compete ao juízo de origem verificar a pertinência da troca do depósito recursal, já recolhido pelo seguro-garantia judicial, uma vez que, para fins de deferimento de pedido de tal natureza, além de outras questões jurídicas afetas ao respectivo pedido, é essencial o exame dos requisitos de validade das apólices de seguro, que têm sua aceitação condicionada ao cumprimento das disposições do art. 3º do Ato Conjunto TST.CSJT.CGT nº 1/2019, sob pena de a eventual execução resultar frustrada.
A competência da Vice-Presidência do TST, ao contrário dos demais órgãos que compõem esta Corte, não está assentada na legislação trabalhista nem encontra amparo nas normativas infraconstitucionais, haja vista seu caráter de delegação da Corte Constitucional.
Ao empreender o primeiro juízo de admissibilidade do recurso extraordinário e demais remédios jurídicos destinados à apreciação do Supremo Tribunal Federal, a Vice-Presidência não aplica a legislação trabalhista, não segue o sistema recursal previsto na CLT ou legislação trabalhista esparsa nem o repertório de súmulas e orientações jurisprudenciais aprovadas pelo próprio Tribunal Superior do Trabalho.
Ao revés, a Vice-Presidência promove o enquadramento dos apelos no repertório dos Temas de Repercussão Geral, aprovados pelo Supremo Tribunal Federal, faz a calibragem do juízo clássico de admissão ou rejeição dos recursos extraordinários, segue as diretrizes traçadas pela Corte Constitucional para o fluxo dos processos e de seus consectários, como é o caso do agravo em recurso extraordinário, e, em resumo, atua unicamente no espectro da competência constitucional, e não no plano da jurisdição trabalhista infraconstitucional.
Ocorre, no particular, o fenômeno do fracionamento da competência da Corte Constitucional, como frisado por doutrina consagrada:

Esse fracionamento da competência no juízo de admissibilidade do recurso extraordinário e do especial é mais um dado a justificar a qualificação de ambos na classe dos excepcionais. E, mesmo em se considerando que o juízo de admissibilidade no Tribunal a quo não estabelece nenhuma preclusão ou limitação em face do STF ou do STJ, não há dúvida que o fracionamento antes aludido serve para "filtrar" em certa medida o volume excessivo de recursos, assim poupando o tempo dos integrantes dos Tribunais superiores. (MANCUSO, Rodolfo de Camargo. "Recurso extraordinário e recurso especial". Editora Revista dos Tribunais. Disponível em <https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/101685691/v13/document/105897037/anchor/a-105897037> Acesso em: 5/10/2020).

Ignorar essa natureza excepcional da Vice-Presidência do TST subverteria a própria organização judiciária brasileira, delineada a partir do art. 93 da Constituição Federal de 1988 e colidiria com o papel de adventício do juízo precário de admissibilidade dos recursos de âmbito constitucional.
Não se perca de vista, portanto, a dimensão de juízo constitucional diferido, de que cuidam os especialistas do campo processual:

A competência para proferir o juízo de admissibilidade dos recursos é do órgão ad quem. Ao tribunal destinatário cabe, portanto, o exame definitivo sobre a admissibilidade do recurso.
Ocorre que, para facilitar os trâmites procedimentais, em atendimento ao princípio da economia processual, o juízo de admissibilidade pode ser diferido ao juízo a quo para, num primeiro momento, decidir provisoriamente sobre a admissibilidade do recurso.
De qualquer sorte, essa decisão do juízo a quo poderá ser modificada pelo tribunal, a quem compete, definitivamente, proferir o juízo de admissibilidade recursal, não se lhe podendo retirar essa competência.
O órgão ad quem, a quem compete definitivamente decidir sobre a admissibilidade do recurso, não fica vinculado ao juízo de admissibilidade positivo proferido no órgão jurisdicional a quo, que proferiu a decisão recorrida.
Nem ao negativo, pois a decisão de indeferimento de recurso (juízo negativo de admissibilidade), prolatada pelo órgão a quo, está sujeita a impugnação para que o tribunal ad quem decida, definitivamente, a respeito.

O juízo onde foi proferida a decisão recorrida tem, em regra, competência diferida para o exame da admissibilidade provisória do recurso. Entretanto, em se tratando do recurso de agravo de instrumento, o juízo a quo é incompetente para averiguar a admissibilidade, pois é interposto diretamente no tribunal, competindo ao relator apreciar-lhe, preliminar e provisoriamente, a admissibilidade. (ABBOUD, Georges; NERY JUNIOR, Nelson. "Recursos para os Tribunais Superiores e a Lei 13.256/2016: doutrinas essenciais - Novo Processo Civil". Revista de Processo, vol. 257/2016, p. 217-235, jul./2016.)

O argumento de que o pedido de alternância do preparo recursal deva ser enfrentado pelo magistrado que se encontrar momentaneamente sob a responsabilidade daquela fase ou ato processual, ainda que seja aceito em detrimento da vocação natural do juízo da execução para o controle do montante incontroverso e a distribuição do numerário, deve ser ponderado com o fato de alguns órgãos fracionários não emitirem juízo de mérito nem serem eles próprios os destinatários dos recursos.
O fato de integrar a estrutura administrativa de um Tribunal não é impeditivo ao exercício de parcela de competência de outra Corte de hierarquia superior, sendo compreensível que, em leitura apressada, algum jurista se confunda por realçar mais a forma do que o conteúdo.
Embora lecionando ainda à luz da legislação processual civil de 1973, José de Moura Rocha se debruçou sobre o tema da atribuição de competência da Corte Constitucional às Cortes inferiores e, em alentado estudo, demonstra que não se trata de paradoxo ou de descuido do legislador.
Conforme preleção abaixo, o jurista alagoano comprova que a bipartição precária de competência possui raízes no Direito Romano e, acima de tudo, atende aos preceitos da celeridade e da eficiência processuais:

Poder-se-ia alegar haver um duplo conteúdo ficando ambos os tribunais a constituir como que um "colégio funcional" estando o juízo a quo sob controle do Supremo Tribunal Federal.
Em sendo assim veríamos uma coexistência de (dois) atos de naturezas diversas e com funções também diversas apesar da existência de um vínculo de indissolubilidade a existir entre eles. Tal, igualmente, não configura o caso brasileiro.
Finalmente, alcançamos a posição dominante no país: controle pelo Supremo Tribunal Federal do Tribunal a quo.
Em torno desta posição é que se deve entender a atentar para o problema ora posto. Sob a forma de jurisdição delegada é exercitado este controle vez que o Supremo Tribunal Federal não abre mão dele, exercendo-o, ou nos próprios autos ou quando suscitado sob a forma do agravo de instrumento.
Destarte é o poder do presidente do Tribunal de Justiça, poder meramente ordinário, estando longe de ser dispositivo e, assim sendo, o presidente do Tribunal a quo poderá declarar a regularidade do pronunciamento, nunca, porém, poderá invalidar um julgamento.
Quando se fala em limites do poder do presidente do Tribunal de Justiça para admitir, ou não, o recurso extraordinário, fala-se em termos de regularidade do ordenamento o que não implica em dispensa do referido controle (pelo Supremo Tribunal Federal) sobre a legitimidade destes atos.
(...)
Note-se, ainda, que quem pronunciou decisão (objeto do recurso extraordinário) não participa deste julgamento, nem como parte nem como julgador que foi, o que impede de se aplicar aquele princípio segundo o qual cada juiz é juiz também da própria competência (a conhecida competentia compententiae). Sendo assim, na espécie, há de se considerar não o juízo a quo remetendo os autos para o Supremo Tribunal Federal. O que se há de considerar é esta alta corte, Supremo Tribunal, devendo julgar o poder daquela outra, o juízo a quo, considerando como é óbvio a proponibilidade do recurso.
Desta maneira, o presidente do Tribunal de Justiça ao ativar o recurso extraordinário não está desenvolvendo qualquer atividade discricionária. Exercita, sim, uma atividade obrigatória.
Trata-se de um poder de exercício obrigatório onde se encontrará implicitamente um dever verdadeiro e próprio e isto por que o que interessa é o comportamento recursal por si só. Também deve ser destacado que este dever não é um dever final e isto porque apenas ordena, ou melhor, preordena, a satisfação de determinados interesses substanciais a serem cumpridos pelo Supremo Tribunal Federal.
Seria um mandatum iurisdictionis tão ao gosto da doutrina alemã ou uma verdadeira delegação em conformidade com os direitos romano e comum.
Tenhamos presente que a iurisdictio mandata e a iurisdictio delegata eram, primitivamente, formas distintas da iurisdictio. A jurisdictio mandata consistia na faculdade ilimitada de transferir, em nome da autoridade da República, no caso em que o exigisse a administração do próprio ofício, transferência esta em favor de algum privado ou de outro magistrado que a exercia em nome daquele.
Já a iurisdictio delegata emanava do poder do Imperador em virtude do seu imperium e, assim, era ela delegada mediante a nomeação de um juiz para um determinado caso.
Talvez se devesse falar mais dentro dos princípios do processo moderno, em transferência da competência do que mesmo em jurisdição, delegada. Parece-nos, contudo, que numa e noutra espécie há uma identidade de finalidade. Mas nos surgirá mais lógico este tratamento em termos de transferência de competência pelo fato de originar-se da própria lei.
O Supremo Tribunal Federal é possuidor de competência própria e de competência transferida, usando termos da moderna processualística.
Mas, qual o porquê de competência em lugar de jurisdição?
É que o conceito de jurisdição é posto em termos de qualidade (a Constituição mesma preceitua que o Supremo Tribunal Federal tem jurisdição) enquanto que a competência é posta em termos de quantidade. Quando, pois, se fala em dois juízos "decidindo" etc. haverá, obrigatoriamente, um desvio para o sentido da competência. Impossível, realmente, seriam dois magistrados sendo possuidores de uma mesma categoria "jurisdicional" mesmo tendo em conta o problema da delegação. O desvio para a "competência" resolve inúmeras questões, aquelas mesmas que nos vêm desde o velho direito romano.
Nesta orientação é que se há de entender a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal concedendo certas cognições a outros órgãos que, como vimos anteriormente, podem ser apontadas como verdadeiras anomalias. O que realmente importa é a fixação das posições dos diversos órgãos. (ROCHA, José de Moura. "Sobre a admissão do recurso extraordinário pelo juízo a quo". Revista de Processo, vol. 14/1979, p. 15-23, abr-set, 1979.)

Na esteira do ensinamento de José de Moura Rocha, o papel da Vice-Presidência como órgão exercente de competência delegada do Supremo Tribunal Federal, a toda evidência, não se subordina ao controle censório da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho,

mas somente ao comando da própria Corte Constitucional, como já frisado.
Por consequência, a afirmação de que a Vice-Presidência deva se pautar por orientações emanadas da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho - de que é exemplo o Ato Conjunto CGJT.CSJT 01/2019 - é temerária e desprovida de amparo legal. A Corregedoria e a Vice-Presidência são órgãos de mesma hierarquia, como se sabe, sem vinculação ou assimetria.
Não há notícias de ordens emanadas no Supremo Tribunal Federal para obrigar a conversão dos depósitos em seguro-garantia, tampouco por parte da Corregedoria Nacional, vinculada ao Conselho Nacional de Justiça.
De toda forma, atribuir à Vice-Presidência do TST o papel de deliberação sobre reconsiderações do preparo recursal equivale a lhe desvirtuar as funções que são meramente delegadas a título precário, frisando que as decisões de admissibilidade são dotadas de natureza meramente declaratória para a imensa maioria da doutrina, livres de qualquer carga condenatória ou constitutiva e sem espaço para juízos de valor.
Neste particular, o magistério de José Carlos Barbosa Moreira é irrespondível:

Positivo ou negativo, o juízo de admissibilidade é essencialmente declaratório: o órgão judicial se atém a verificar se estão ou não satisfeitos os requisitos indispensáveis à legítima apreciação do mérito do recurso, requisitos esses anteriores ao pronunciamento, que não gera, mas simplesmente reconhece a condição. (BARBOSA MOREIRA, José Carlos. "Comentários ao Código de Processo Civil". Vol. 5. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 265.)

Ressalte-se, de toda forma, que o depósito judicial é realizado em conta vinculada ao juízo de primeiro grau, que tem competência para aferir se a alternância solicitada garantirá a execução.
O depósito recursal foi efetuado em conta vinculada daquele juízo e somente ele poderá autorizar sua movimentação, dadas as implicações - até mesmo criminais - se houver saque do numerário sem a autorização do juízo natural do processo e da execução.
Ante o exposto, indefiro o pedido pleiteado na petição em epígrafe.

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão deste Tribunal por meio do qual foi negado provimento ao agravo de instrumento da reclamada.
A parte recorrente suscita repercussão geral da matéria e aponta violação dos dispositivos da Constituição da República que especifica nas razões recursais.
Consta do acórdão recorrido:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI Nº 13.467/2017. JORNALISTA. HORAS EXTRAS. ATIVIDADE EXTERNA. CONTROLE DE HORÁRIO. CONTRATO PRÉVIO DE ESTIPULAÇÃO DA JORNADA DE SETE HORAS. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 304 DA CLT. INVALIDADE. MATÉRIA FÁTICA. O art. 304 da CLT autoriza a majoração da jornada de trabalho do jornalista para 7 horas diárias, desde que cumpridos os requisitos ali elencados - existência do acordo escrito estipulando o aumento do ordenado, correspondente ao excesso de trabalho, e regular fruição do intervalo intrajornada. Ademais, a CLT expressamente preceitua, em seu art. 305, que as horas de serviço elevadas em virtude do acordo têm natureza de labor extraordinário. No caso concreto, observa-se que o Tribunal Regional manteve a sentença, que declarou inválido o contrato prévio de cumprimento da jornada de sete horas, por constatar, com alicerce no conjunto fático-probatório produzido nos autos, que não houve estipulação de aumento de salário correspondente ao excesso de tempo de trabalho, na forma prevista no art. 304 da CLT. Ademais, o Tribunal Regional concluiu que, apesar de o trabalho ser realizado externamente, era possível o controle de jornada da Reclamante, porquanto, por meio da prova testemunhal, evidenciou-se que "a pauta, encaminhada por e-mail, definia os horários em que ela deveria estar em cada local designado. O controle era realizado, ainda, pelas mensagens encaminhadas no decorrer do dia, pelos contatos telefônicos feitos e via chat de mensagens". Nesse contexto, manteve o entendimento do Juízo de 1º grau, que afastou a incidência do art. 306, parágrafo único, da CLT. Quanto aos plantões, o Tribunal Regional, com base no conjunto probatório dos autos, manteve a condenação ao pagamento das horas extras, ante a constatação de que o Reclamado descumpriu o ajuste entabulado na norma coletiva, o qual estabeleceu que os plantões realizados nos finais de semana e feriados deveriam ser compensados por folgas nos sábados ou domingos seguintes. Nesse cenário, diante do contexto fático delineado pela Corte Regional, compreende-se que não há como conferir enquadramento jurídico diverso à questão. Assim, a matéria em discussão está assente no conjunto fático-probatório e se esgota no duplo grau de jurisdição, pois a Instância Ordinária é soberana na apreciação das provas, não sendo possível o seu reexame nesta esfera recursal. Ademais, a incidência da Súmula 126 desta Corte Superior, por si só, impede o exame do recurso tanto por violação a dispositivo de lei como por divergência jurisprudencial, sobretudo porque os arestos somente são inteligíveis dentro do universo probatório em que foram proferidos. Desse modo, a decisão agravada foi proferida em estrita observância às normas processuais (art. 557, caput, do CPC/1973; arts. 14 e 932, IV, "a", do CPC/2015), razão pela qual é insuscetível de reforma ou reconsideração. Agravo desprovido.

Constata-se no acórdão objeto do recurso extraordinário que a Turma do TST negou provimento ao agravo em recurso de revista em razão da ausência de requisito de admissibilidade recursal, qual seja, a impossibilidade de reexame de matéria fática-probatória (Súmula nº 126 do TST).
O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento de que o exame de questão alusiva a pressupostos de admissibilidade de recursos de competência de outro Tribunal se restringe ao âmbito infraconstitucional, inexistindo questão constitucional com repercussão geral (Tema 181 do ementário de Repercussão Geral do STF).
Tal entendimento foi consagrado no julgamento do RE 598.365, de relatoria do Ministro Ayres Britto. Consta da ementa do referido julgado:
PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608. (RE 598.365 RG, Rel. Min. Ayres Britto, DJe-055 de 26/3/2010)
Os arts. 1.030, I, "a", e 1.035, § 8º, do CPC/2015 estabelecem que a

decisão do Supremo Tribunal Federal, não reconhecendo a repercussão geral, estende-se a todos os recursos envolvendo a mesma questão jurídica. Evidenciada, pois, a similitude entre o presente caso e o espelhado no aludido precedente, impõe-se o juízo negativo de admissibilidade, não sendo pertinente a tese de violação dos dispositivos constitucionais indicados pela parte recorrente.

A propósito, cumpre registrar que, não tendo havido no acórdão recorrido exame de mérito da controvérsia debatida no recurso extraordinário, dada a imposição de óbice de natureza exclusivamente processual, a única questão passível de discussão seria a relativa aos pressupostos de admissibilidade do recurso de competência do TST, cuja possibilidade de reexame já foi afastada pelo Supremo Tribunal Federal, por ausência de repercussão geral da matéria.

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário e determino a baixa dos autos à origem após o transcurso in albis do prazo para interposição de recurso.

Publique-se.

Brasília, 26 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
VIEIRA DE MELLO FILHO
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0000078-69.2020.5.12.0022

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Agravante	MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
Procurador	Dr. Alan Patrick da Silva
Agravado	KATIA GARCIA CARDOSO
Advogado	Dr. Greco Dagoberto Fiorin(OAB: 35740-A/SC)
Advogado	Dr. Jaime Mathiola Júnior(OAB: 35588-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- KATIA GARCIA CARDOSO
- MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

Trata-se de recurso extraordinário interposto pelo Município de Itajaí em face de acórdão do Tribunal Superior do Trabalho em que negado provimento ao agravo em agravo de instrumento por não observado pressuposto de admissibilidade do recurso de revista.

O recorrente articula com a repercussão geral da controvérsia e aponta violação dos arts. 5º, II e 37, caput, e X, da Constituição Federal.

Foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

Decido.

A e. 7ª Turma deste Tribunal Superior do Trabalho negou provimento ao agravo em agravo de instrumento por não observado pressuposto de admissibilidade do recurso de revista atinente à transcendência.

Reproduzo a ementa do acórdão recorrido:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO MUNICÍPIO. LEI Nº 13.467/2017. FÉRIAS. PAGAMENTO FORA DO PRAZO A QUE ALUDE O ARTIGO 145 DA CLT. DOBRA DO ARTIGO 137 DA CLT. DECISÃO REGIONAL PROFERIDA EM CONSONÂNCIA COM A SÚMULA Nº 450 DESTA CORTE SUPERIOR. AUSÊNCIA DE TRANSCENDÊNCIA DA CAUSA. Em relação ao tema em epígrafe, não se constata a transcendência da causa, no aspecto econômico, político, jurídico ou social. Agravo interno conhecido e não provido, por ausência de transcendência da causa.

O apelo extraordinário não merece seguimento.

Fundamentada a decisão recorrida no descumprimento de pressuposto de admissibilidade do recurso de revista atinente à transcendência, nos termos do art. 896-A, da CLT.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 598365 RG, recusou a repercussão geral da questão atinente aos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outro Tribunal, por restrita ao âmbito infraconstitucional (Tema 181), a inviabilizar o cabimento do recurso extraordinário.

Destaco, por relevantes, os fundamentos adotados pelo Ministro Dias Toffoli, ao exame da Rcl 44891, em que mantém a negativa da transcendência da controvérsia objeto da ADPF 501, por inexistente decisão de mérito do STF com eficácia vinculante:

Não desconheço que essa Suprema Corte tem superado decisões da Corte Superior da Justiça do Trabalho que inadmitem recursos de sua competência por requisito formal relacionado aos "reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica" (CLT, art. 896-A, caput) ou à transcrição do trecho específico da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria que se pretende a revisão(CLT, art. 896, § 1º-A, I).

Entretanto, a mitigação dos referidos requisitos formais pela Suprema Corte em sede reclamatória funda-se na existência de decisão do STF sobre o mérito do direito controvertido na origem de observância obrigatória pelos demais órgãos do Poder Judiciário (seja em controle concentrado, seja em sede de repercussão geral), conjuntura inexistente na matéria controvertida no Processo nº 10853-49.2018.5.15.0146.

Nos autos da ADPF nº 501, o STF deu provimento ao agravo regimental para admitir a ação proposta com o objetivo de questionar a constitucionalidade do entendimento consubstanciado na Súmula nº 450/TST, reformando o entendimento monocrático no sentido da ausência de subsidiariedade para processamento da ação de descumprimento de preceito fundamental. Eis a ementa do acórdão:

"AGRAVO REGIMENTAL EM ARGUIÇÃO DEDESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. SÚMULA 450 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. ENUNCIADO DE CARÁTER NORMATIVO. CABIMENTO. PRECEDENTES. PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE. ATENDIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE DÁ PROVIMENTO. I - Viabilidade da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ajuizada em face de enunciado de Súmula de Jurisprudência predominante editada pelo Tribunal Superior do Trabalho. II - Atendimento ao princípio da subsidiariedade, uma vez que não há instrumento processual capaz de impugnar ações e recursos que serão obstados com base em preceito impositivo no âmbito da Justiça trabalhista. III - Agravo regimental a que se dá provimento" (ADPF 501, Red. p/ ac. Min. Ricardo Lewandowski, Plenário, DJe de 5/11/2020).

Não há, portanto, nos autos da ADPF 501, decisão do STF com eficácia vinculante erga omnes - seja de natureza cautelar, seja no mérito-, de modo que inadmissível o conhecimento da reclamação constitucional com paradigma nessa ação.

Outrossim, pela sistemática da repercussão geral, decidiu o ARE nº 910.351/DF-RG, estando o acórdão assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIOCOM AGRAVO. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. CONCESSÃO DE FÉRIAS FORA DO PRAZO DO ART. 145 DACONSOLIDAÇÃO

DAS LEIS DO TRABALHO. PAGAMENTO EM DOBRO DA REMUNERAÇÃO CORRESPONDENTE. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. 1. A controvérsia relativa ao pagamento em dobro da remuneração de férias concedidas fora do prazo do art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho, fundada na interpretação desse dispositivo legal, é de natureza infraconstitucional. 2. É cabível a atribuição dos efeitos da declaração de ausência de repercussão geral quando não há matéria constitucional a ser apreciada ou quando eventual ofensa à Carta Magna ocorra de forma indireta ou reflexa (RE 584.608-RG, Rel. Min. ELLEN GRACIE, DJe de 13/3/2009). 3. Ausência de repercussão geral da questão suscitada, nos termos do art. 543-A do CPC" (Rel. Min. Teori Zavaski, Plenário, DJe de 13/11/2015).

O representativo da controvérsia foi incluído no repositório de repercussão do STF como Tema 867, estando a tese assim fixada: "A questão da obrigatoriedade do pagamento em dobro de férias pagas fora do prazo do art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho tem natureza infraconstitucional, e a ela se atribuem os efeitos da ausência de repercussão geral, nos termos do precedente fixado no RE 584.608, rel. a Ministra Ellen Gracie, DJe 13/03/2009."

Nesse mesmo sentido cito as seguintes decisões monocráticas: Rcl 50118, Relator Ministro Ricardo Lewandowski, DJe 24/11/2021; Rcl 47853, Relator Ministro Luíz Roberto Barroso, DJe 25/06/2021; Rcl 44760, Relator Ministro Dias Toffoli, DJe 23/06/2021; Rcl 46781, Relator Ministro Dias Tofofli, DJe 03/05/2021.

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário e determino a baixa dos autos à origem após o transcurso in albis do prazo para interposição de recurso.

Publique-se.

Brasília, 26 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
VIEIRA DE MELLO FILHO
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº ED-ED-Ag-Ag-AIRR-0010968-44.2016.5.03.0059

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Embargante	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogado	Dr. Sérvio Túlio de Barcelos(OAB: 44698-A/MG)
Advogado	Dr. Alex Campos Barcelos(OAB: 117084-A/MG)
Embargado	EDELSON CÂNDIDO DE JESUS
Advogado	Dr. Welson Paulo Ribeiro(OAB: 101963-A/MG)
Embargado	CRISTAL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. - EPP
Advogada	Dra. Vani de Freitas Medeiros(OAB: 53748/MG)
Advogado	Dr. Antonio Geovani Ribeiro Rocha(OAB: 125188-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- CRISTAL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. - EPP
- EDELSON CÂNDIDO DE JESUS

Petição nº 488706/2021-1 (fls. 552/553) - Decisão do STF em Reclamação

Examino, ante a declaração de impedimento do Exmo. Ministro Vice-Presidente.

Conforme noticia a petição em referência, o Supremo Tribunal Federal deu parcial provimento ao Segundo Agravo Regimental na Reclamação nº 39.550 (decisão transitada em julgado em 15/12/2021), para cassar a decisão proferida pelo TST e determinar o sobrestamento do presente processo até decisão final daquela Corte no RE nº 1.298.647 (Tema 1.118 do ementário de repercussão geral).

Cassado o acórdão proferido pela C. 4ª Turma, julgo prejudicado o Recurso Extraordinário, torno sem efeito as decisões subsequentes (515/518, 532/534 e 546/550), e determino a remessa à secretaria do órgão prolator da decisão cassada, para cumprimento da ordem de sobrestamento do processo até que sobrevenha decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 27 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Coordenadoria de Recursos
Despacho

Processo Nº Ag-AIRR-0000424-05.2017.5.06.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Agravante	PAULA PRISCILA VIANA PINTO
Advogado	Dr. Arthur Coelho Sperb(OAB: 30227/PE)
Agravado	BANCO ITAUCARD S.A. E OUTRO
Advogado	Dr. Antônio Braz da Silva(OAB: 12450/PE)
Agravado	LIQ CORP S.A.
Advogado	Dr. Bruno de Oliveira Veloso Mafra(OAB: 18850-D/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A. E OUTRO
- LIQ CORP S.A.
- PAULA PRISCILA VIANA PINTO

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra decisão monocrática proferida na vigência da Lei nº 13.467/2017, por meio da qual foi negado provimento ao agravo de instrumento em virtude da ausência de transcendência do recurso de revista.

A parte recorrente suscita repercussão geral, apontando violação dos dispositivos constitucionais que especifica nas razões do recurso.

É o relatório.

Decido.

A priori, é importante ressaltar que se admite a análise do recurso extraordinário interposto contra decisão monocrática proferida na vigência da Lei nº 13.467/2017 em sede de agravo de instrumento que tenha declarado ausência de transcendência, porque à época da interposição do recurso, o art. 896-A, § 5º, da CLT reputava hipótese de decisão final, nos termos do art. 102, III, da Constituição Federal.

A admissibilidade do recurso extraordinário interposto contra a

referida decisão monocrática guarda analogia, inclusive, com a hipótese da Súmula nº 640 do STF, a qual dispõe que "É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal".
A Corte Suprema, por meio do referido verbete, consolidou o entendimento de que o art. 102, III, da Constituição Federal estabelece, apenas, que compete ao STF julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, de modo que não se exige, pois, que a decisão seja de Tribunal.
Acrescente-se, ainda, que a declaração de inconstitucionalidade do art. 896-A, § 5º, da CLT pelo Tribunal Pleno desta Corte, em 6/11/2020, por meio da ArgInc-1000845-52.2016.5.02.0461, com efeitos ex tunc, impõe o reconhecimento do cabimento do presente recurso extraordinário, sob pena de ocorrer tratamento diferenciado entre os recorrentes que interpuseram recurso extraordinário antes do referido julgamento e aqueles que, após o referido julgamento, podem utilizar o agravo interno para levar a discussão para a Turma desta Corte.
Passo, assim, a análise da admissibilidade do recurso extraordinário.
Consta da decisão recorrida:

A parte ora Agravante insiste no processamento do recurso de revista, sob o argumento, em suma, de que o apelo atende integralmente aos pressupostos legais de admissibilidade.
Entretanto, como bem decidido em origem, o recurso de revista não alcança conhecimento, não tendo a parte Agravante demonstrado, em seu arrazoado, o desacerto daquela decisão denegatória.
Some-se aos fundamentos adotados pela Autoridade Regional, que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral em relação ao tema da terceirização, cujo deslinde se deu em 30/08/2018, com o julgamento do RE nº 958.252 e da ADPF nº 324, de que resultou a fixação da seguinte tese jurídica de caráter vinculante: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". A partir de então, esse entendimento passou a ser de aplicação obrigatória aos processos judiciais em curso em que se discute a terceirização, impondo-se, inclusive, a leitura e a aplicação da Súmula nº 331 do TST à luz desses precedentes.
Assim sendo, adoto, como razões de decidir, os fundamentos constantes da decisão agravada, a fim de reconhecer como manifestamente inadmissível o recurso de revista e, em consequência, confirmar a decisão ora recorrida.
Esclareço que a jurisprudência pacífica desta Corte Superior é no sentido de que a confirmação integral da decisão recorrida por seus próprios fundamentos não implica vício de fundamentação, nem desrespeito às cláusulas do devido processo legal, do contraditório ou da ampla defesa, como se observa dos ilustrativos julgados: Ag-AIRR-125-85.2014.5.20.0004, Data de Julgamento: 19/04/2017, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, DEJT 24/04/2017; AIRR-2017-12.2013.5.23.0091, Data de Julgamento: 16/03/2016, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, DEJT 18/03/2016; AgR-AIRR-78400-50.2010.5.17.0011, Data de Julgamento: 05/04/2017, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 11/04/2017; Ag-AIRR-1903-02.2012.5.03.0112, Data de Julgamento: 28/02/2018, Relator Ministro Breno Medeiros, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 09/03/2018; AIRR-1418-16.2012.5.02.0472, Data de Julgamento: 30/03/2016, Relatora Ministra Kátia Magalhães Arruda, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 01/04/2016; Ag-AIRR-61600-46.2007.5.02.0050, Data de Julgamento: 07/10/2015, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 16/10/2015; AgR-AIRR - 453-06.2016.5.12.0024, Data de Julgamento: 23/08/2017, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 25/08/2017.
Na mesma linha é o seguinte e recente julgado da Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho:
"AGRAVO. CERCEAMENTO DE DEFESA. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. PER RELATIONEM. NÃO PROVIMENTO. A adoção da técnica de fundamentação per relationem atende à exigência de motivação das decisões proferidas pelos órgãos do Poder Judiciário, consoante a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, trazida à colação na própria decisão agravada (STF-ARE 657355- Min. Luiz Fux, DJe-022 de 01/02/2012). Assim, não se vislumbra a nulidade apontada, pois a v. decisão encontra-se devidamente motivada, tendo como fundamentos os mesmos adotados pela Vice-Presidência do egrégio Tribunal Regional quando do exercício do juízo de admissibilidade a quo do recurso de revista, que, por sua vez, cumpriu corretamente com seu mister, à luz do artigo 896, § 1º, da CLT. Afasta-se, portanto, a apontada afronta aos artigos 5º, LV, da Constituição Federal e 489, § 1º, II, III e IV, do NCPC. Agravo a que se nega provimento" (Ag-AIRR-148-67.2014.5.06.0021, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 02/08/2018, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/08/2018).

Há de se destacar, ainda, que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal também é uniforme no sentido de que "a técnica da fundamentação per relationem, na qual o magistrado se utiliza de trechos de decisão anterior ou de parecer ministerial como razão de decidir, não configura ofensa ao disposto no art. 93, IX, da Constituição Federal" (RHC 130542 AgR/SC, Relator Ministro Roberto Barroso, Julgamento: 07/10/2016, Órgão Julgador: Primeira Turma, DJe-228 de 26/10/2016).
Nesse sentido, se o recurso de revista não pode ser conhecido, há de se concluir que não há tese hábil a ser fixada, com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica e, portanto, a causa não oferece transcendência (exegese dos arts. 896-A da CLT e 247 do RITST).
Assim sendo, considero ausente a transcendência da causa e, em consequência, nego seguimento ao agravo de instrumento, aplicando-se ao caso dos autos o disposto nos arts. 896-A, § 5º, da CLT e 248 do RITST.

Constata-se na decisão monocrática objeto do recurso extraordinário que foi negado provimento ao agravo de instrumento em razão da ausência de transcendência do recurso de revista.
O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento de que o exame de questão alusiva a pressupostos de admissibilidade de recursos de competência de outro Tribunal se restringe ao âmbito infraconstitucional, inexistindo questão constitucional com repercussão geral (Tema 181).
Esse entendimento foi consagrado no julgamento do RE 598.365, de relatoria do Ministro Ayres Britto. Consta da ementa do referido julgado:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito

infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608. (RE 598.365 RG, Rel. Min. Ayres Britto, DJe-055 de 26/3/2010)

Os arts. 1.030, I, "a", e 1.035, § 8º, do CPC/2015 estabelecem que a decisão do Supremo Tribunal Federal, não reconhecendo a repercussão geral, estende-se a todos os recursos envolvendo a mesma questão jurídica. Evidenciada, pois, a similitude entre o presente caso e o espelhado no aludido precedente, impõe-se o juízo negativo de admissibilidade, não sendo pertinente a tese de violação dos dispositivos constitucionais indicados pela parte recorrente.
Ante o exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário e determino a baixa dos autos à origem após o transcurso in albis do prazo para interposição de recurso.
Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
VIEIRA DE MELLO FILHO
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº RR-0010024-43.2015.5.03.0167

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alexandre Luiz Ramos
Recorrente	ARLENE MARY VOLPI GUIMARÃES
Advogado	Dr. James Anderson Narciso Filho(OAB: 120613/MG)
Recorrido	BANCO BMG S.A.
Advogado	Dr. Paulo Dimas de Araújo(OAB: 55420-A/MG)
Recorrido	PROATIVA SERVIÇOS & TELEMARKETING LTDA. - EPP
Advogada	Dra. Christiane Castro Florêncio(OAB: 119471/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARLENE MARY VOLPI GUIMARÃES
- BANCO BMG S.A.
- PROATIVA SERVIÇOS & TELEMARKETING LTDA. - EPP

BANCO BMG S.A., mediante petição nº 89371-02/2021 (fls. 883-958), requer a juntada do instrumento de procuração que confere poderes ao advogado Dr. PAULO DIMAS DE ARAÚJO (OAB/MG n° 55.420).
Defiro o pedido de juntada da referida procuração em nome do procurador CARLOS EDUARDO NOGUEIRA DOURADO (OAB/SP n° 267.085) e determino que todas as publicações e intimações sejam realizadas em seu nome.
Após, voltem-me os autos conclusos.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
VIEIRA DE MELLO FILHO
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº Ag-AIRR-0000908-25.2019.5.08.0202

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Renato de Lacerda Paiva
Recorrente	ESTADO DO AMAPÁ
Procurador	Dr. Jimmy Negrão Maciel
Recorrido	REDE DAS ASSOCIACOES DAS ESCOLAS FAMILIAS DO AMAPA E OUTRO
Advogada	Dra. Telma Lucia Miranda da Silva(OAB: 1898-A/AP)
Recorrido	LEUCI BORGES CORREIA
Advogado	Dr. José Elivaldo Coutinho(OAB: 763-A/AP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAPÁ
- LEUCI BORGES CORREIA
- REDE DAS ASSOCIACOES DAS ESCOLAS FAMILIAS DO AMAPA E OUTRO

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra decisão monocrática proferida pela Vice-Presidência desta Corte Superior por meio da qual foi negado seguimento a recurso extraordinário com fulcro no Tema 181 do ementário de Repercussão Geral do STF.
A lei processual civil, por meio do art. 1.030 do CPC/2015, estabelece as diretrizes para a decisão de admissibilidade do recurso extraordinário e para a interposição de recurso contra o decisum.
Nestes termos:

Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá:
I - negar seguimento:
a) a recurso extraordinário que discuta questão constitucional à qual o Supremo Tribunal Federal não tenha reconhecido a existência de repercussão geral ou a recurso extraordinário interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal exarado no regime de repercussão geral;
b) a recurso extraordinário ou a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos;
II - encaminhar o processo ao órgão julgador para realização do juízo de retratação, se o acórdão recorrido divergir do entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça exarado, conforme o caso, nos regimes de repercussão geral ou de recursos repetitivos;
III - sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme se trate de matéria constitucional ou infraconstitucional;
IV - selecionar o recurso como representativo de controvérsia constitucional ou infraconstitucional, nos termos do § 6º do art. 1.036;
V - realizar o juízo de admissibilidade e, se positivo, remeter o feito ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça, desde que:
a) o recurso ainda não tenha sido submetido ao regime de repercussão geral ou de julgamento de recursos repetitivos;
b) o recurso tenha sido selecionado como representativo da controvérsia; ou

c) o tribunal recorrido tenha refutado o juízo de retratação
§ 1º Da decisão de inadmissibilidade proferida com fundamento no inciso V caberá agravo ao tribunal superior, nos termos do art. 1.042.
§ 2º Da decisão proferida com fundamento nos incisos I e III caberá agravo interno, nos termos do art. 1.021.

Destaca-se que o agravo interno é estabelecido como o recurso cabível contra decisão negativa de admissibilidade proferida com fundamento em tema de repercussão geral apreciado pelo STF, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC/2015.
O recurso extraordinário, por sua vez, tem cabimento nas hipóteses previstas nos art. 102, III, da Constituição Federal.
Não tem cabimento a interposição de novo recurso extraordinário para combater decisão que nega seguimento a recurso extraordinário.
Ante o exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário, por manifestamente incabível.

À Coordenadoria de Recursos - CREC que, após certificação do trânsito em julgado, deverá proceder à baixa dos autos à origem..
Publique-se.

Brasília, 10 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
VIEIRA DE MELLO FILHO
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0000125-20.2016.5.20.0003

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cláudio Mascarenhas Brandão
Recorrente	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Marcelo Rodrigues Xavier(OAB: 2391/RO)
Advogado	Dr. Daniel Penha de Oliveira(OAB: 3434-A/RO)
Advogado	Dr. Leandro Alves Guimarães(OAB: 10074/RO)
Recorrido	TEC-SUB TECNOLOGIA SUBAQUÁTICA LTDA.
Recorrido	ELI PEREIRA TRIGO
Advogado	Dr. Petrúcio Messias de Souza(OAB: 4895-A/SE)
Advogado	Dr. Alyson Soares Gomes Correia(OAB: 6874/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELI PEREIRA TRIGO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- TEC-SUB TECNOLOGIA SUBAQUÁTICA LTDA.

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela segunda reclamada com amparo no art. 102, III, "a", da Constituição Federal, impugnando o acórdão recorrido quanto à responsabilidade subsidiária atribuída ao ente público.
Foi apresentada contraminta pelo reclamante.
É o relatório.

Consta da ementa do acórdão recorrido:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DE REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331 DO TST. DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL PACIFICADA NO ÂMBITO DESTA CORTE SUPERIOR. AUSÊNCIA DE TRANSCENDÊNCIA DA CAUSA. Em relação ao tema em epígrafe, não se constata a transcendência da causa, no aspecto econômico, político, jurídico ou social. No caso, o Tribunal Regional consignou que o ente público não se desincumbiu do ônus de provar haver sido diligente no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Assim, sua condenação subsidiária não contraria a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal e se alinha à jurisprudência pacificada no âmbito desta Corte Superior. A parte não demonstra distinção (distinguishing) ou superação do entendimento (overruling), a afastar tal compreensão. Portanto, não se afigura a hipótese de transcendência, por nenhum dos indicadores, a ensejar a admissibilidade ao recurso de revista interposto, nos moldes do artigo 896-A, da CLT. Agravo de instrumento conhecido e não provido.

Nos termos do art. 1.030, III, do CPC/2015, incumbe ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido "sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal".
O Tema 1118 do ementário de Repercussão Geral do STF trata do "ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)".
No caso, a matéria impugnada no recurso extraordinário alcança o Tema 1118 do ementário de Repercussão Geral do STF, ao qual a Corte Suprema reconheceu a existência de repercussão geral em 11/12/2020.
Ressalte-se que todas as questões relacionadas à responsabilidade subsidiária atribuída ao ente público estão abarcadas pelo Tema 1118.
A tese jurídica definida no julgamento do Tema 246 (impossibilidade de responsabilização automática do Poder Público em razão do inadimplemento dos encargos trabalhistas, sendo imperiosa a comprovação da culpa in elegendo ou in vigilando) está essencialmente interligada com a definição do ônus processual de comprovar a culpa da Administração Pública na fiscalização do contrato administrativo de terceirização.
O próprio texto do Tema 1118 indica que a tese estabelecida no Tema 246 está inserida e diretamente relacionada com o debate jurídico a ser travado pelo STF no julgamento do RE 1.298.647 (Tema 1118).
A fim de evitar julgamentos conflitantes e teses jurídicas dissociadas da interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal, é imperioso o sobrestamento de todos os processos cuja tese recursal envolva a responsabilização subsidiária da Administração Pública.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 1.030, III, do CPC/2015 e 328-A do RISTF, determino o sobrestamento do recurso extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.
Publique-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

VIEIRA DE MELLO FILHO
Ministro Vice-Presidente do TST

Edital

Edital

Os Recorridos nos processos abaixo relacionados ficam intimados para contra-arrazoar o Recurso Extraordinário, no prazo de 15 dias.

Processo Nº ED-AIRR-0000008-80.2020.5.06.0002

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. JOSÉ FÁBIO CAVALCANTE DE ARAÚJO(OAB: 9063-A/RN)
Advogado	DR. RAFAEL ARAÚJO VIEIRA(OAB: 29481/DF)
Advogado	DR. CARLOS MANOEL LIVRAMENTO AMORIM(OAB: 8147-A/AL)
Advogado	DR. HERIVELTO LEITE DA SILVA FILHO(OAB: 53272-A/PE)
Advogado	DR. TULIO TITO PELLEGRINI(OAB: 49345-A/PE)
RECORRIDO	FERNANDO JOSÉ DE BARROS ALBUQUERQUE MELO
Advogada	DRA. ANA REGINA MARQUES BRANDÃO(OAB: 4891/AL)
Advogado	DR. MARCIO REGIS TORRES DOS SANTOS(OAB: 27383-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- FERNANDO JOSÉ DE BARROS ALBUQUERQUE MELO

Processo Nº AIRR-0000040-96.2018.5.05.0612

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DA BAHIA
Advogado	DR. RONALDO NUNES FERREIRA(OAB: 58585/BA)
RECORRIDO	BASE TEC SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS EIRELI
RECORRIDO	ROSANGELA DA SILVA LIMA DE JESUS
Advogado	DR. FÁBIO CARVALHO BRITO(OAB: 22393-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BASE TEC SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS EIRELI
- ESTADO DA BAHIA
- ROSANGELA DA SILVA LIMA DE JESUS

Processo Nº Ag-AIRR-0000047-56.2019.5.05.0191

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A.
Advogado	DR. ELY TALYULI JÚNIOR(OAB: 21236-A/DF)
Advogada	DRA. ÉRICA FERREIRA DE OLIVEIRA(OAB: 30348/BA)
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)
RECORRIDO	GÊNEROS SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.
Advogado	DR. ANDERSON CARLOS SILVA ROCHA(OAB: 38426-A/BA)
RECORRIDO	ROQUE BENTO SANTOS
Advogada	DRA. SOLANGE IZABEL PACHECO MARTINS(OAB: 8145-A/BA)
Advogado	DR. BRUNO LUIZ PACHECO MARTINS(OAB: 23165-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A.
- GÊNEROS SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.
- ROQUE BENTO SANTOS

Processo Nº AIRR-0000100-14.2020.5.11.0101

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ROMULO DOS SANTOS COSTA FILHO
Advogado	DR. ROBERTO FREITAS PESSOA(OAB: 33774/DF)
Advogado	DR. FELIPE GILPETRON CARVALHO DE MORAES(OAB: 46298-A/BA)
RECORRIDO	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
Procurador	DR. MARCÍLIO MOURA MENDES

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
- ROMULO DOS SANTOS COSTA FILHO

Processo Nº RR-0000122-40.2018.5.05.0641

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICIPIO DE GUANAMBI
Advogado	DR. DANILO FIGUEREDO DOS SANTOS(OAB: 44353/BA)
RECORRIDO	ISABEL DA SILVA MATOS
Advogado	DR. MOISÉS SILVA ALMEIDA JÚNIOR(OAB: 53474-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ISABEL DA SILVA MATOS
- MUNICIPIO DE GUANAMBI

Processo Nº AIRR-0000130-40.2018.5.07.0001

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. MARCELO RODRIGUES XAVIER(OAB: 2391/RO)
Advogado	DR. DANIEL PENHA DE OLIVEIRA(OAB: 3434-A/RO)
Advogada	DRA. ROSELINE RABELO DE JESUS MORAIS(OAB: 500-B/SE)
Advogada	DRA. LUCIANA MARIA DE MEDEIROS SILVA(OAB: 6293-A/RN)
Advogado	DR. ALISSON ARSOLINO ALBUQUERQUE(OAB: 7264/RO)
Advogada	DRA. TALISSA NAIARA ELIAS LIMA(OAB: 9552-A/RO)
RECORRIDO	RBLM ENGENHARIA LTDA - EPP
RECORRIDO	JANAINA SIBERLY ALVES MARQUES
Advogado	DR. JOÃO IGOR PIMENTEL BEZERRA(OAB: 28614-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- JANAINA SIBERLY ALVES MARQUES
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- RBLM ENGENHARIA LTDA - EPP

Processo Nº AIRR-0000166-09.2014.5.03.0139

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OI MÓVEL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)

RECORRIDO	MASTER BRASIL S.A.
RECORRIDO	DAPHINE CRISTINA ARAUJO SANTOS
Advogado	DR. JULIANO PEREIRA NEPOMUCENO(OAB: 73683-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- DAPHINE CRISTINA ARAUJO SANTOS
- MASTER BRASIL S.A.
- OI MÓVEL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Processo Nº AIRR-0000168-43.2015.5.02.0083

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)
Advogado	DR. FLAVIA NEVES NOU DE BRITO(OAB: 17065-A/BA)
Advogado	DR. WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO(OAB: 66862-A/RJ)
RECORRIDO	GUSTAVO ALTEMARI ZACCARIA
Advogado	DR. VIVIANE DIAS FIGUEIREDO(OAB: 326997-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GUSTAVO ALTEMARI ZACCARIA
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº ED-AIRR-0000203-12.2020.5.11.0201

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	AMAZONAS ENERGIA S.A.
Advogado	DR. FRANCISCO SOBRINHO DE SOUSA(OAB: 11119-A/PI)
Advogada	DRA. AUDREY MARTINS MAGALHÃES FORTES(OAB: 1231-S/AM)
RECORRIDO	PEDRO CAVALCANTE DE ALMEIDA
Advogada	DRA. MARLY GOMES CAPOTE(OAB: 7067-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS ENERGIA S.A.
- PEDRO CAVALCANTE DE ALMEIDA

Processo Nº Ag-AIRR-0000232-58.2011.5.15.0042

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
Procuradora	DRA. ALESSANDRA PINTO MAGALHÃES DE ABREU
RECORRIDO	ROSÂNGELA APARECIDA ISAAC
Advogado	DR. HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR(OAB: 90916/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ROSÂNGELA APARECIDA ISAAC
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP

Processo Nº Ag-AIRR-0000241-64.2019.5.09.0411

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DO TRABALHADOR PORTUÁRIO E AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DE PARANAGUÁ - OGMO/PARANAGUÁ
Advogado	DR. EDSON FERNANDO HAUAGGE(OAB: 20423-A/PR)
Advogada	DRA. SILVANA APARECIDA ALVES(OAB: 42185-A/PR)
Advogado	DR. MARCELO KANITZ(OAB: 14116-A/DF)
RECORRIDO	EDSON VIEIRA CARDOSO
Advogado	DR. JOSÉ SILVIO GORI FILHO(OAB: 31385-A/PR)
Advogado	DR. LUIZ LEANDRO GASPAR DIAS(OAB: 30389/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDSON VIEIRA CARDOSO
- ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DO TRABALHADOR PORTUÁRIO E AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DE PARANAGUÁ - OGMO/PARANAGUÁ

Processo Nº AIRR-0000245-39.2018.5.12.0028

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogado	DR. FLÁVIO RICARDO COMUNELLO(OAB: 29162-A/SC)
RECORRIDO	SUATRANS EMERGÊNCIA S.A.
Advogado	DR. ALESSANDRA BESSA ALVES DE MELO(OAB: 130511-A/SP)
RECORRIDO	PAULO SERGIO VENTURA - ME
Advogada	DRA. MARIANE DE FÁTIMA GOMES(OAB: 59427-A/PR)
Advogado	DR. MARJORIE BLEY LINHARES(OAB: 57840-A/PR)
RECORRIDO	VILSON FLORES DO NASCIMENTO
Advogado	DR. WISSAM SANTANA NSAIF(OAB: 25518-B/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- PAULO SERGIO VENTURA - ME
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
- SUATRANS EMERGÊNCIA S.A.
- VILSON FLORES DO NASCIMENTO

Processo Nº AIRR-0000246-24.2017.5.11.0501

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. DANIEL PENHA DE OLIVEIRA(OAB: 3434-A/RO)
Advogada	DRA. TALISSA NAIARA ELIAS LIMA(OAB: 9552-A/RO)
Advogado	DR. MARCELO RODRIGUES XAVIER(OAB: 2391-A/RO)
Advogado	DR. ALISSON ARSOLINO ALBUQUERQUE(OAB: 7264/RO)
RECORRIDO	PARENTE ANDRADE LTDA
Advogado	DR. ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR(OAB: 3194-A/AM)
RECORRIDO	ELIOMAR TOMAZ DE ARAUJO
Advogado	DR. GLAUCE MARIA COSTA DE SOUZA(OAB: 6140-A/AM)
Advogada	DRA. VANESSA PIZARRO RAPP(OAB: 196126-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIOMAR TOMAZ DE ARAUJO
- PARENTE ANDRADE LTDA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0000247-92.2020.5.13.0001

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OI MÓVEL S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)
Advogado	DR. JORGE RIBEIRO COUTINHO GONÇALVES DA SILVA(OAB: 10914/PB)
RECORRIDO	ABINOAN FERREIRA SANTOS
Advogada	DRA. RAFAELLA FERREIRA MAMEDE(OAB: 19820-A/PB)
Advogado	DR. AGASSIZ DE ALMEIDA FILHO(OAB: 9943-A/PB)
RECORRIDO	FACIL TELECOM COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
RECORRIDO	F T COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
RECORRIDO	LEO RICARDO PERES DE OLIVEIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- ABINOAN FERREIRA SANTOS
- F T COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
- FACIL TELECOM COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
- LEO RICARDO PERES DE OLIVEIRA
- OI MÓVEL S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº ED-AIRR-0000296-28.2016.5.05.0121

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20015/DF)
RECORRIDO	CONSÓRCIO ALUSA-CBM E OUTRO
Advogada	DRA. LUCIANA ARDUIN FONSECA(OAB: 143634-A/SP)
Advogado	DR. MANOEL VELOSO DANTAS NETO(OAB: 49374-A/BA)
RECORRIDO	LUIS ALBERTO SANTOS MACEDO
Advogado	DR. DANIELA BRITO DE OLIVEIRA(OAB: 30568/BA)
Advogado	DR. GILSONEI MOURA SILVA(OAB: 659-B/BA)
Advogada	DRA. SÔNIA RODRIGUES DA SILVA(OAB: 685-B/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSÓRCIO ALUSA-CBM E OUTRO
- LUIS ALBERTO SANTOS MACEDO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0000300-36.2014.5.05.0121

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. MARCELO RODRIGUES XAVIER(OAB: 2391/RO)
Advogado	DR. MARCELA PEIXOTO FRANÇA PEREIRA(OAB: 25095-A/BA)
Advogado	DR. DANIEL PENHA DE OLIVEIRA(OAB: 3434-A/RO)
Advogada	DRA. TALISSA NAIARA ELIAS LIMA(OAB: 9552-A/RO)
Advogado	DR. ALISSON ARSOLINO ALBUQUERQUE(OAB: 7264/RO)
RECORRIDO	PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
Advogado	DR. ANALI CORREA TCHEPELENTYKY(OAB: 192953-A/SP)
RECORRIDO	NADJA RITA CERQUEIRA VALADARES
Advogada	DRA. ANA CARLA FARIAS DE OLIVEIRA(OAB: 33605-A/BA)
Advogado	DR. JOAO GABRIEL PIMENTEL LOPES(OAB: 40637-A/DF)
Advogada	DRA. JULIANA CAZE MOREIRA(OAB: 41758-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- NADJA RITA CERQUEIRA VALADARES
- PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0000312-64.2020.5.12.0050

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ORCALI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
Advogado	DR. ANDRÉ CHEDID DAHER(OAB: 21677-A/SC)
Advogado	DR. RENATA DE SOUZA JACOB(OAB: 34426-A/SC)
RECORRIDO	MARIA DE LOURDES DE GODOIS
Advogado	DR. LEONARDO VIEIRA DE ÁVILA(OAB: 27123/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA DE LOURDES DE GODOIS
- ORCALI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0000357-04.2018.5.22.0004

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado	DR. EDUARDO LYCURGO LEITE(OAB: 12307-A/DF)
Advogado	DR. RAFAEL LYCURGO LEITE(OAB: 16372-A/DF)
RECORRIDO	COSERVICE SERVIÇOS LTDA.
RECORRIDO	ELETROMEC ELETRICA E MECANICA INDUSTRIAL EIRELI
RECORRIDO	FRANCISCO JOSE PEREIRA DA SILVA
Advogado	DR. EDWARD ROBERT LOPES DE MOURA(OAB: 5262-A/PI)
Advogado	DR. LAYANE MENEZES DE ARAÚJO MOURA(OAB: 4997-A/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- COSERVICE SERVIÇOS LTDA.
- ELETROMEC ELETRICA E MECANICA INDUSTRIAL EIRELI
- EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
- FRANCISCO JOSE PEREIRA DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0000365-24.2016.5.05.0521

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	HELIO FERREIRA BRITO
Advogado	DR. ROBERTO FREITAS PESSOA(OAB: 33774/DF)
Advogado	DR. GILPÉTRON DOURADO DE MORAES(OAB: 15204/BA)
Advogado	DR. FELIPE GILPÉTRON CARVALHO DE MORAES(OAB: 46298/BA)
RECORRIDO	UNIÃO (PGF)
Procurador	DR. PEDRO HENRIQUE PEIXOTO LEAL

RECORRIDO	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
Procurador	DR. HUGO LIMA TAVARES

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
- HELIO FERREIRA BRITO
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº Ag-AIRR-0000366-38.2019.5.10.0012

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	DISTRITO FEDERAL
Procurador	DR. ADRIANO DA SILVA ARAÚJO
RECORRIDO	TRAVEL BUS LTDA. - ME
Advogada	DRA. VIVIANE BRAGA DE MOURA(OAB: 29496-A/DF)
RECORRIDO	MARIA HILDA DE OLIVEIRA RODRIGUES
Advogado	DR. JAEDER CAETANO DE LIMA(OAB: 41060-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- DISTRITO FEDERAL
- MARIA HILDA DE OLIVEIRA RODRIGUES
- TRAVEL BUS LTDA. - ME

Processo Nº Ag-AIRR-0000381-48.2019.5.05.0011

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. JOAQUIM PINTO LAPA NETO(OAB: 15659-A/BA)
RECORRIDO	JPTE ENGENHARIA LTDA.
Advogado	DR. JOAO MARCOS CAVICHIOLI FEITEIRO(OAB: 307654-A/SP)
Advogado	DR. ARTHUR ANTONIOLI DE ARAÚJO(OAB: 266208-A/SP)
RECORRIDO	OSEMAR RODRIGUES
Advogada	DRA. BRUNA MOREIRA DE AMORIM(OAB: 35512-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- JPTE ENGENHARIA LTDA.
- OSEMAR RODRIGUES
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0000388-89.2019.5.05.0221

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. JOAQUIM PINTO LAPA NETO(OAB: 15659/BA)
RECORRIDO	JPTE ENGENHARIA LTDA.
Advogado	DR. JOAO MARCOS CAVICHIOLI FEITEIRO(OAB: 307654-A/SP)
RECORRIDO	JOSE ARNALDO RIBEIRO GOMES
Advogado	DR. FRANCISCO LACERDA BRITO(OAB: 14137-A/BA)
Advogado	DR. LEON ANGELO MATTEI(OAB: 14332-A/BA)
Advogado	DR. CLERISTON PITON BULHÕES(OAB: 17034-A/BA)
Advogada	DRA. MARIANA DE CARVALHO MELO(OAB: 55226-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE ARNALDO RIBEIRO GOMES
- JPTE ENGENHARIA LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0000389-25.2017.5.11.0012

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada	DRA. VALKIRIA MAIA ALVES ALMEIDA(OAB: 3178-A/RO)
Advogado	DR. DANIEL PENHA DE OLIVEIRA(OAB: 3434-A/RO)
Advogado	DR. LEANDRO ALVES GUIMARÃES(OAB: 49112-A/GO)
Advogada	DRA. TALISSA NAIARA ELIAS LIMA(OAB: 9552-A/RO)
Advogado	DR. MARCELO RODRIGUES XAVIER(OAB: 2391-A/RO)
Advogado	DR. ALISSON ARSOLINO ALBUQUERQUE(OAB: 7264-A/RO)
RECORRIDO	VECTRA ENGENHARIA LTDA.
Advogado	DR. CARLOS ALEXANDRE MOREIRA WEISS(OAB: 63513-A/MG)
RECORRIDO	DARCIVAN DOS SANTOS OLIVEIRA
Advogado	DR. ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDO(OAB: 3051-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- DARCIVAN DOS SANTOS OLIVEIRA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- VECTRA ENGENHARIA LTDA.

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000394-42.2020.5.10.0021

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. DANIEL SOUSA ISAÍAS PEREIRA(OAB: 27253-A/DF)
Advogada	DRA. REGIANE OLÍMPIO FIALHO(OAB: 46629-A/DF)
Advogado	DR. ANNA CARONILA ZAIDAN E SOUZA(OAB: 46205/DF)
RECORRIDO	LUIZ CLAUDIO ATAGIBA LEITE
Advogada	DRA. THAMY DE SOUZA RIBEIRO DA SILVA(OAB: 41336/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- LUIZ CLAUDIO ATAGIBA LEITE

Processo Nº ED-AIRR-0000410-08.2019.5.09.0005

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	JUCIMEIRE DA SILVA
Advogado	DR. ALEXANDRE JOSÉ ZAKOVICZ(OAB: 27224-A/PR)
Advogado	DR. ESTEVÃO GUTIERREZ BRANDÃO PONTES(OAB: 52374-D/PR)
RECORRIDO	TIM S A
Advogado	DR. FÁBIO KORENBLUM(OAB: 68743 -A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- JUCIMEIRE DA SILVA
- TIM S A

Processo Nº Ag-AIRR-0000441-55.2019.5.08.0005

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	RM SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO S.A.

Advogado	DR. GUSTAVO BRASIL VIEIRA DA SILVA(OAB: 22192-A/PE)
RECORRIDO	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
Procuradora	DRA. REJANE DE BARROS MEIRELES ALVES

Intimado(s)/Citado(s):

- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
- RM SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0000453-78.2018.5.09.0069

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UNIÃO (PGU)
Procurador	DR. SIDNEI DI BACCO
RECORRIDO	PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS
Advogado	DR. MARCOS ANTONIO FERNANDES FERNANDES(OAB: 112879-A/SP)
Advogado	DR. MAURICIO LOBAO DEL CASTILLO(OAB: 150830-A/RJ)
RECORRIDO	I. F. PIRES LOPES SERVICOS ESPECIALIZADOS - ME
RECORRIDO	ROSANA GOMES DE OLIVEIRA MINUZZO
Advogado	DR. PAULO SÉRGIO MALDONADO GARCIA(OAB: 16780-A/PR)
Advogado	DR. EVANDRO MAURO CARDOZO(OAB: 45746-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- I. F. PIRES LOPES SERVICOS ESPECIALIZADOS - ME
- PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS
- ROSANA GOMES DE OLIVEIRA MINUZZO
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000464-02.2019.5.11.0010

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO AMAZONAS
Procuradora	DRA. ALTIZA PEREIRA DE SOUZA
Procuradora	DRA. YOLANDA CORREA PEREIRA
RECORRIDO	NURSES - SERVIÇOS DE SAÚDE DA AMAZÔNIA LTDA.
Advogado	DR. SERGIO ALBERTO CORREA DE ARAUJO(OAB: 3749-A/AM)
Advogada	DRA. ELEN KARINA FONSECA MAUÉS(OAB: 13157-A/AM)
RECORRIDO	DEISE GOMES DA SILVA
Advogado	DR. LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEISE GOMES DA SILVA
- ESTADO DO AMAZONAS
- NURSES - SERVIÇOS DE SAÚDE DA AMAZÔNIA LTDA.

Processo Nº AIRR-0000479-56.2018.5.09.0011

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE CURITIBA
Procuradora	DRA. OLÍVIA WALDEMBURGO DE OLIVEIRA ABRUNHOSA
RECORRIDO	ROSANE FRANCISCO
Advogado	DR. GLAUCIA D`ÁVILA OSTASZEWSKI(OAB: 46209-A/PR)
Advogado	DR. ALVARO EIJI NAKASHIMA(OAB: 9759-A/PR)
Advogado	DR. ALEXANDRE NISHIMURA(OAB: 28471-A/PR)
Advogado	DR. LUIS FERNANDO NAKASHIMA(OAB: 80672-A/PR)
RECORRIDO	SAU - SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO LTDA.
Advogado	DR. LEONEI MARTINS FREITAS(OAB: 33415-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE CURITIBA
- ROSANE FRANCISCO
- SAU - SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0000507-63.2017.5.05.0013

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA
Advogado	DR. PAULO EMÍLIO NADIER LISBÔA(OAB: 15530-A/BA)
Advogado	DR. MARIANA PEDREIRA DE FREITAS LISBOA(OAB: 17820-A/BA)
RECORRIDO	CONECTA EMPREENDIMENTOS LTDA.
Advogado	DR. DANTE MENEZES SANTOS PEREIRA(OAB: 15739-A/BA)
Advogado	DR. RICHART LUCAS REGNER BOFFE(OAB: 47563-A/BA)
RECORRIDO	RODRIGO SANTOS OLIVEIRA
Advogado	DR. MARCEL DAVID XAVIER RAMOS(OAB: 32765-A/BA)
Advogado	DR. PEDRO PAULO RAMOS(OAB: 10438-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA
- CONECTA EMPREENDIMENTOS LTDA.
- RODRIGO SANTOS OLIVEIRA

Processo Nº Ag-AIRR-0000510-06.2019.5.08.0129

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	JOAO DE SOUSA SANTOS
Advogado	DR. ROBERTO FREITAS PESSOA(OAB: 33774/DF)
Advogado	DR. FELIPE GILPETRON CARVALHO DE MORAES(OAB: 46298-A/BA)
RECORRIDO	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
Procuradora	DRA. LUCIANA DIAS DE ALMEIDA NÓBREGA

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
- JOAO DE SOUSA SANTOS

Processo Nº AIRR-0000565-30.2019.5.09.0128

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)
Advogada	DRA. MÁRCIA LUZIA JOKOWISKI(OAB: 33109-A/PR)
Advogado	DR. RAFAEL LINNE NETTO(OAB: 29263-A/PR)
Advogado	DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465-A/PR)

Advogada	DRA. SIMONE MARQUES DOS SANTOS DE FREITAS(OAB: 37501-A/PR)
Advogado	DR. FRANCIELE CRISTINA HOINASKI(OAB: 46461-A/PR)
Advogado	DR. LEANDRO PERES KUCHENBECKER(OAB: 59401-A/PR)
Advogado	DR. WILSLEY GUEBERT GERMANO(OAB: 69945-A/PR)
Advogada	DRA. ROSANA MARQUES NETO(OAB: 40063-A/PR)
Advogado	DR. RODRIGO LINNÉ NETO(OAB: 32509-A/PR)
Advogado	DR. VAIR FERREIRA MACÁRIO NETO(OAB: 60490-A/PR)
RECORRIDO	FIRST IMPORT - EIRELI
RECORRIDO	CLEBER TADEU LUCIANO
Advogado	DR. RUDI FRITZ JUNIOR(OAB: 67330 -A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEBER TADEU LUCIANO
- FIRST IMPORT - EIRELI
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-RR-0000575-55.2018.5.11.0451

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	JOSE ALMEIDA FRANCA
Advogada	DRA. GISELLI TAVARES FEITOSA COSTA(OAB: 18457-A/DF)
Advogado	DR. ROBERTO FREITAS PESSOA(OAB: 33774/DF)
Advogado	DR. GILPÉTRON DOURADO DE MORAES(OAB: 15204/BA)
RECORRIDO	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
Procurador	DR. BRUNO CÉSAR MACIEL BRAGA

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
- JOSE ALMEIDA FRANCA

Processo Nº Ag-AIRR-0000630-25.2017.5.05.0025

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. ANTÔNIO JOSÉ TELLES DE VASCONCELLOS
Procuradora	DRA. ANA PAULA TOMAZ MARTINS
RECORRIDO	C & C MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA EIRELI - EPP
RECORRIDO	JULIANO BATISTA DE OLIVEIRA
Advogado	DR. PALOMA COSTA PERUNA(OAB: 18681-A/BA)
Advogado	DR. MARCO ANTONIO BORGES DE BARROS(OAB: 20530-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- C & C MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA EIRELI - EPP
- ESTADO DA BAHIA
- JULIANO BATISTA DE OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-0000668-06.2018.5.05.0024

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DA BAHIA
Procuradora	DRA. ANA PAULA TOMAZ MARTINS
RECORRIDO	REJANE DE ALMEIDA
Advogado	DR. ANTONIO ALVARO LOBO JUNIOR(OAB: 45014-A/BA)
RECORRIDO	PRO SAUDE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogada	DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- PRO SAUDE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR
- REJANE DE ALMEIDA

Processo Nº Ag-AIRR-0000668-39.2019.5.09.0095

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. JOSÉ REINOLDO ADAMS(OAB: 20394-A/PR)
Advogada	DRA. MARIANA ALVES BARBOSA(OAB: 38522/PR)
Advogado	DR. RAFAEL ARAÚJO VIEIRA(OAB: 29481/DF)
RECORRIDO	ANDERSON LUIZ WAZILEWSKI
Advogada	DRA. FERNANDA VAUCHER DE OLIVEIRA KLEIM(OAB: 12066-O/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON LUIZ WAZILEWSKI
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Processo Nº E-AIRR-0000706-49.2019.5.09.0322

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
Advogada	DRA. JULIANA MORAIS(OAB: 70172-A/PR)
RECORRIDO	TEC-PRESS REPRESENTAÇÕES TÉCNICAS LTDA.
RECORRIDO	NEREU NUNES CORDEIRO
Advogada	DRA. SIMONE CORRÊA TEODÓSIO MALUCELLI(OAB: 54936-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
- NEREU NUNES CORDEIRO
- TEC-PRESS REPRESENTAÇÕES TÉCNICAS LTDA.

Processo Nº AIRR-0000707-77.2016.5.05.0022

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. GUSTAVO LANAT FILHO
Procurador	DR. TÉSSIO RAUFF DE CARVALHO MOURA
RECORRIDO	LC EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI
Advogada	DRA. MAYARA MOTA DE LUCENA(OAB: 46828/BA)
RECORRIDO	ALEX SANTOS SANTANA
Advogado	DR. BRUNO REIS LOPES(OAB: 22598-A/BA)
Advogado	DR. NUBIA REIS LOPES(OAB: 60791-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEX SANTOS SANTANA
- ESTADO DA BAHIA
- LC EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

Processo Nº ED-AIRR-0000708-34.2019.5.11.0008

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	AMAZONAS ENERGIA S.A.
Advogado	DR. ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819-A/PI)
Advogada	DRA. AUDREY MARTINS MAGALHÃES FORTES(OAB: 1231-S/AM)
RECORRIDO	SUPERLUZ SERVIÇOS ELÉTRICOS EIRELI
RECORRIDO	THIAGO DOS SANTOS GOMES
Advogada	DRA. CHRISLINE PATRICIA PANTOJA WILLIAMS(OAB: 1152-A/AM)
Advogado	DR. LUIZ ALBERTO DUTRA SCHMIDT(OAB: 14998-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS ENERGIA S.A.
- SUPERLUZ SERVIÇOS ELÉTRICOS EIRELI
- THIAGO DOS SANTOS GOMES

Processo Nº Ag-AIRR-0000756-65.2016.5.09.0133

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	LIBORIO ANTONIO FERNANDES ESTEVES
Advogado	DR. FLAVIO BENTO(OAB: 64233-A/PR)
RECORRIDO	MIGUEL ARCANGELO RODRIGUES
Advogado	DR. CIRINEU DIAS(OAB: 22500-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIBORIO ANTONIO FERNANDES ESTEVES
- MIGUEL ARCANGELO RODRIGUES

Processo Nº Ag-RR-0000789-55.2019.5.08.0205

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO AMAPÁ
Procurador	DR. JIMMY NEGRÃO MACIEL
Procurador	DR. DAVI MACHADO EVANGELISTA
RECORRIDO	UNIDADE DESCENTRALIZADA DE EXECUÇÃO DA EDUCAÇÃO - UDE
Advogado	DR. ARCY FRANCA TRINDADE(OAB: 3010-A/AP)
RECORRIDO	MARIA DO SOCORRO GOUVEIA SANTOS
Advogado	DR. ALANA E SILVA DIAS(OAB: 1773-A/AP)
Advogado	DR. JEAN E SILVA DIAS(OAB: 928-A/AP)
Advogado	DR. GERSON GERALDO DOS SANTOS SOUSA(OAB: 1739-A/AP)
Advogado	DR. PAULO VICTOR ROSÁRIO DOS SANTOS(OAB: 4011-A/AP)
Advogado	DR. ZEQUIEL SILVA DE ARAUJO BARROS(OAB: 4005-A/AP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAPÁ
- MARIA DO SOCORRO GOUVEIA SANTOS
- UNIDADE DESCENTRALIZADA DE EXECUÇÃO DA EDUCAÇÃO - UDE

Processo Nº AIRR-0000801-77.2016.5.05.0037

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. IURI RIBEIRO GONÇALVES
RECORRIDO	ARJ SERVICOS DE MANUTENCAO E CONSERVACAO LTDA
RECORRIDO	JORGE NASCIMENTO DOS SANTOS
RECORRIDO	EDLAINE MOREIRA DA CRUZ
RECORRIDO	LUCAS MUNIZ SILVA DE SOUZA
Advogado	DR. MAGNUM DE ARAUJO SOUZA(OAB: 47569-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARJ SERVICOS DE MANUTENCAO E CONSERVACAO LTDA
- EDLAINE MOREIRA DA CRUZ
- ESTADO DA BAHIA
- JORGE NASCIMENTO DOS SANTOS
- LUCAS MUNIZ SILVA DE SOUZA

Processo Nº AIRR-0000847-66.2014.5.03.0013

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	IOLANDA DOS SANTOS
Advogada	DRA. KARINA DE FÁTIMA CAMPOS(OAB: 101154-A/MG)
RECORRIDO	AEC CENTRO DE CONTATOS S.A.
Advogado	DR. JOÃO LUIZ JUNTOLLI(OAB: 69339/MG)
RECORRIDO	SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA.
Advogado	DR. MANOEL DE SOUZA GUIMARÃES JÚNIOR(OAB: 50762-A/MG)
Advogado	DR. RENATO DE ASSIS NOGUEIRA(OAB: 59512-A/MG)
Advogado	DR. LUCIANA NUNES MOREIRA DE VASCONCELOS(OAB: 124683-A/MG)
Advogada	DRA. JANE PEREIRA BORGES(OAB: 108198/MG)
Advogado	DR. RAFAEL TADEU SANTOS DE SOUZA(OAB: 101781-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- AEC CENTRO DE CONTATOS S.A.
- IOLANDA DOS SANTOS
- SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA.

Processo Nº ED-AIRR-0000856-30.2020.5.14.0007

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	J. MALUCELLI CONSTRUTORA DE OBRAS S.A.
Advogado	DR. DIOGO FADEL BRAZ(OAB: 20696-A/PR)
Advogado	DR. ADRIAN MORENO(OAB: 33698-A/PR)
RECORRIDO	LETEMPS ALEXANDRE
Advogado	DR. CAIO SERGIO CAMPOS MACIEL(OAB: 5878-A/RO)
Advogado	DR. RANGER SÉRGIO CAMPOS MACIEL(OAB: 10796-A/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- J. MALUCELLI CONSTRUTORA DE OBRAS S.A.
- LETEMPS ALEXANDRE

Processo Nº AIRR-0000906-58.2019.5.08.0201

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO AMAPÁ
Procurador	DR. JIMMY NEGRÃO
RECORRIDO	REDE DAS ASSOCIACOES DAS ESCOLAS FAMILIAS DO AMAPA
RECORRIDO	ASSOCIACAO DA ESCOLA FAMILIA AGROECOLOGICA DO MACACOARI
RECORRIDO	FRANCISCA JOSEILTA DA SILVA GALDINO

Advogado	DR. JOSÉ ELIVALDO COUTINHO(OAB: 763-A/AP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIACAO DA ESCOLA FAMILIA AGROECOLOGICA DO MACACOARI
- ESTADO DO AMAPÁ
- FRANCISCA JOSEILTA DA SILVA GALDINO
- REDE DAS ASSOCIACOES DAS ESCOLAS FAMILIAS DO AMAPA

Processo Nº AIRR-0000920-25.2018.5.10.0006

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	JANUARIO LOPES SILVA
Advogado	DR. DIEGO DA SILVA OLIVEIRA(OAB: 26910-A/DF)
Advogada	DRA. GEÓRGIA NUNES BARBOSA(OAB: 33227-A/DF)
RECORRIDO	CONDOMINIO DO EDIFICIO FUSION WORK & LIVE E OUTROS
Advogado	DR. JÔNATAS DA COSTA COELHO(OAB: 21503-A/DF)
Advogado	DR. PATRIQUENIA BUENO SANTOS(OAB: 31354-A/DF)
Advogado	DR. KECE HELLEN ALVES DA NOBREGA(OAB: 61726-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONDOMINIO DO EDIFICIO FUSION WORK & LIVE E OUTROS
- JANUARIO LOPES SILVA

Processo Nº AIRR-0001001-20.2016.5.05.0511

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. OSMAN TADEU DE ALMEIDA BAGDÊDE
RECORRIDO	META TERCEIRIZAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. ALEXANDRE CARDOSO FEITOSA(OAB: 27870-A/BA)
RECORRIDO	RENILDA MACEDO DE JESUS
Advogada	DRA. MIRIAN TOMIE INOUE ROSA(OAB: 30345-A/BA)
Advogado	DR. FRANK DE SOUZA FERNANDES(OAB: 30685-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- META TERCEIRIZAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
- RENILDA MACEDO DE JESUS

Processo Nº Ag-AIRR-0001007-37.2019.5.17.0010

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	DR. RENATO LOBO GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)
Advogado	DR. CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO(OAB: 12288-S/ES)
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB: 62929-A/RJ)
RECORRIDO	ROBERTO GALVAO SANTOS
Advogado	DR. NILTON VASCONCELOS JÚNIOR(OAB: 9605/ES)
Advogada	DRA. LARISSA PORTUGAL GUIMARÃES AMARAL VASCONCELOS(OAB: 9542-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- ROBERTO GALVAO SANTOS

Processo Nº AIRR-0001032-13.2019.5.13.0026

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	NEPOMUCKY SERVICOS DE HIGIENIZACAO DE TEXTEIS LTDA - EPP
Advogado	DR. JOSÉ MÁRIO PORTO JÚNIOR(OAB: 3045-A/PB)
RECORRIDO	CLAUDILENE DA SILVA FERREIRA
Advogado	DR. EDMUNDO CAVALCANTE FORTE FILHO(OAB: 15040-A/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDILENE DA SILVA FERREIRA
- NEPOMUCKY SERVICOS DE HIGIENIZACAO DE TEXTEIS LTDA - EPP

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0001060-39.2019.5.06.0005

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada	DRA. ANA REGINA MARQUES BRANDÃO(OAB: 4891/AL)
Advogado	DR. JOSÉ FÁBIO CAVALCANTE DE ARAÚJO(OAB: 9063-A/RN)
RECORRIDO	LUCIO MAURO DOS SANTOS
Advogado	DR. MARCIO REGIS TORRES DOS SANTOS(OAB: 27383-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- LUCIO MAURO DOS SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-0001085-62.2017.5.05.0001

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. ANTÔNIO JOSÉ TELLES DE VASCONCELLOS
Procurador	DR. BRUNO FAGUNDES
RECORRIDO	STAFF CONSTRUCOES INCORPORACOES EIRELI
Advogado	DR. PALOMA CASTRO COUTINHO(OAB: 33594-A/BA)
RECORRIDO	JULIO CESAR ALVES JUNIOR
Advogado	DR. HUMBERTO DE ALMEIDA TORREÃO NETO(OAB: 31286-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- JULIO CESAR ALVES JUNIOR
- STAFF CONSTRUCOES INCORPORACOES EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-0001087-90.2019.5.07.0038

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO CEARÁ
Procuradora	DRA. LUDIANA CARLA BRAGA FAÇANHA ROCHA
Procurador	DR. FERNANDO MÁRIO SIQUEIRA BRAGA
RECORRIDO	SERVIARM SERVIÇOS GERAIS E ELETRÔNICOS LTDA.
RECORRIDO	ALISIA SAMPAIO MORAES

Advogado	DR. KARLOS RONEELY ROCHA FEITOSA(OAB: 23104-A/CE)
Advogado	DR. CARLOS OLIVEIRA RODRIGUES(OAB: 36276-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALISIA SAMPAIO MORAES
- ESTADO DO CEARÁ
- SERVIARM SERVIÇOS GERAIS E ELETRÔNICOS LTDA.

Processo Nº ED-AIRR-0001092-70.2019.5.11.0016

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO AMAZONAS
Procurador	DR. LUIS CARLOS DE PAULA E SOUSA
RECORRIDO	C C BATISTA ME
Advogado	DR. SERGIO ALBERTO CORREA DE ARAUJO(OAB: 3749-A/AM)
Advogado	DR. FLAVIANA HONORATA DE ARAUJO(OAB: 8918-A/AM)
RECORRIDO	MARINETE CAUASSA ROQUE
Advogado	DR. VANESSA DOROTEIA BATISTA DA SILVA(OAB: 7501-A/AM)
Advogada	DRA. HANNA MENDES DE OLIVEIRA(OAB: 10952-A/AM)
Advogada	DRA. JULIANA SOUZA RODRIGUES(OAB: 10547-A/AM)
Advogado	DR. LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- C C BATISTA ME
- ESTADO DO AMAZONAS
- MARINETE CAUASSA ROQUE

Processo Nº ED-Ag-ED-AIRR-0001124-12.2017.5.10.0004

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	SOLANGE APARECIDA COSTA
Advogado	DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441-A/DF)
Advogado	DR. EDUARDO HENRIQUE MARQUES SOARES(OAB: 21688-A/DF)
Advogado	DR. SAMANTHA BRAGA GUEDES(OAB: 31924-A/DF)
RECORRIDO	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Advogado	DR. OSIVAL DANTAS BARRETO(OAB: 15431-A/DF)
Advogado	DR. RAFAEL SANTANA E SILVA(OAB: 18997-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
- SOLANGE APARECIDA COSTA

Processo Nº Ag-AIRR-0001133-73.2019.5.09.0022

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ORGÃO DE GESTÃO DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHADOR PORTUÁRIO E AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DE PARANAGUÁ
Advogado	DR. EDSON FERNANDO HAUAGGE(OAB: 20423/PR)
Advogado	DR. MARCELO KANITZ(OAB: 14116-A/DF)
Advogada	DRA. SILVANA APARECIDA ALVES(OAB: 42185/PR)
RECORRIDO	DEJALMA DOS SANTOS
Advogado	DR. JOSÉ SILVIO GORI FILHO(OAB: 31385-A/PR)
Advogado	DR. LUIZ LEANDRO GASPAR DIAS(OAB: 30389/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEJALMA DOS SANTOS
- ORGÃO DE GESTÃO DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHADOR PORTUÁRIO E AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DE PARANAGUÁ

Processo Nº Ag-AIRR-0001137-23.2016.5.05.0121

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. JOAQUIM PINTO LAPA NETO(OAB: 15659-D/BA)
Advogada	DRA. EMANUELA POMPA LAPA(OAB: 16906/BA)
RECORRIDO	CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
RECORRIDO	GILSON DE ALMEIDA SANTOS
Advogado	DR. GILSONEI MOURA SILVA(OAB: 659-B/BA)
Advogada	DRA. SÔNIA RODRIGUES DA SILVA(OAB: 685-B/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
- GILSON DE ALMEIDA SANTOS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0001210-56.2016.5.19.0007

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)
Advogado	DR. JOSE RUBEM ANGELO(OAB: 3303-A/AL)
RECORRIDO	ALBERTO DANILO SILVA FRANCA
Advogado	DR. FABIO ALVES SILVA(OAB: 7414-A/AL)
Advogado	DR. VICTOR ALEXANDRE PEIXOTO LEAL(OAB: 5463-A/AL)
Advogado	DR. ROGERIO BRANDAO DA SILVA ALMEIDA(OAB: 7464-A/AL)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALBERTO DANILO SILVA FRANCA
- OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Processo Nº AIRR-0001211-20.2017.5.10.0019

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN
Procuradora	DRA. MARIA ÂNGELA FURTADO LAURENTINO
RECORRIDO	SERVI SAN LTDA. E OUTROS
Advogada	DRA. CLEUSA AMÁLIA VON SCHARTEN(OAB: 363-B/AP)
RECORRIDO	ANDERGLEISON NERES DE OLIVEIRA
Advogada	DRA. VANUZA BARBOSA DE SOUZA SANTOS(OAB: 50018-A/DF)
Advogado	DR. LUCIANO PEREIRA DOS SANTOS(OAB: 50029-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERGLEISON NERES DE OLIVEIRA

- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN
- SERVI SAN LTDA. E OUTROS

Processo Nº AIRR-0001266-14.2019.5.07.0009

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada	DRA. ANA REGINA MARQUES BRANDÃO(OAB: 4891/AL)
Advogado	DR. RAFAEL MISSIO DOS SANTOS(OAB: 61749-A/RS)
Advogado	DR. MARCELO LIMA CORRÊA(OAB: 12064-A/DF)
Advogado	DR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE SOUSA RAMOS JÚNIOR(OAB: 4445-A/PI)
Advogado	DR. LUIGI MORELLI(OAB: 152049-A/RJ)
RECORRIDO	EVERALDO XIMENES MORAIS
Advogado	DR. JOSÉ EYMARD LOGUERCIO(OAB: 1441-B/DF)
Advogado	DR. EDUARDO HENRIQUE MARQUES SOARES(OAB: 21688-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- EVERALDO XIMENES MORAIS

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0001276-10.2010.5.09.0594

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	CLUBE CONGRESSO RECREATIVO DA LAPA
Advogado	DR. DICESAR BECHES VIEIRA JÚNIOR(OAB: 28231/PR)
RECORRIDO	PAULO CESAR FREITAS DE LIMA
Advogada	DRA. ALESSANDRA BALBINOTE BURILLE(OAB: 44924-A/PR)
Advogado	DR. DAYANE DA SILVEIRA MENDES(OAB: 54040/PR)
RECORRIDO	GILBERTO SOUZA DO VALLE JUNIOR
Advogado	DR. FLÁVIO ALEXANDRE DE SOUZA(OAB: 37906-A/PR)
Advogado	DR. CARLOS ARAÚZ FILHO(OAB: 27171/PR)
RECORRIDO	NEY CESAR PEDRO
RECORRIDO	IVANILDO SIBEN PINTO

Intimado(s)/Citado(s):

- CLUBE CONGRESSO RECREATIVO DA LAPA
- GILBERTO SOUZA DO VALLE JUNIOR
- IVANILDO SIBEN PINTO
- NEY CESAR PEDRO
- PAULO CESAR FREITAS DE LIMA

Processo Nº AIRR-0001355-11.2016.5.05.0005

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. BRUNO FAGUNDES
RECORRIDO	HD MONTAGENS ELETRÔNICAS EIRELI
RECORRIDO	JOSE LAELSON DOS SANTOS
Advogado	DR. PALOMA COSTA PERUNA(OAB: 18681-A/BA)
Advogado	DR. MARCO ANTONIO BORGES DE BARROS(OAB: 20530-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- HD MONTAGENS ELETRÔNICAS EIRELI
- JOSE LAELSON DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-0001367-53.2016.5.05.0222

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. RICARDO JOSÉ COSTA VILLAÇA
Procurador	DR. ADRIANO FERRARI SANTANA
Procurador	DR. TÉSSIO RAUFF DE CARVALHO MOURA
RECORRIDO	LC EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI
Advogada	DRA. MAYARA MOTA DE LUCENA(OAB: 46828/BA)
RECORRIDO	PAULO RICARDO AUGUSTO DA SILVA
Advogado	DR. GERALDO CRUZ MOREIRA JÚNIOR(OAB: 38211-A/BA)
Advogado	DR. SUELY NARCISO FULCO CALDAS CARVALHO(OAB: 38183-A/BA)
Advogado	DR. CARLOS ANTONIO AZEVEDO DE QUEIROZ(OAB: 50862-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- LC EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI
- PAULO RICARDO AUGUSTO DA SILVA

Processo Nº ED-AIRR-0001468-30.2015.5.05.0221

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada	DRA. FABIANA GALDINO COTIAS(OAB: 22164/BA)
Advogado	DR. FRANCISCO JOSÉ GROBA CASAL(OAB: 26160/BA)
Advogado	DR. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20015/DF)
RECORRIDO	SOTEP - SOCIEDADE TÉCNICA DE PERFURAÇÃO S.A. E OUTRO
Advogado	DR. JOÃO MARCOS CAVICHIOLI FEITEIRO(OAB: 307654/SP)
RECORRIDO	JOSE ROSENILDO ROSEIRA DOS SANTOS
Advogado	DR. DAFNE DA SILVA DUARTE(OAB: 33360-A/BA)
Advogado	DR. CARLOS ALBERTO STOLZE MAGNAVITA JÚNIOR(OAB: 23934-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE ROSENILDO ROSEIRA DOS SANTOS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SOTEP - SOCIEDADE TÉCNICA DE PERFURAÇÃO S.A. E OUTRO

Processo Nº Ag-AIRR-0001571-57.2017.5.06.0021

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA.
Advogada	DRA. TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID(OAB: 46014-S/PE)
RECORRIDO	TÉCNICA PAULO SERVICE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA. - EPP
RECORRIDO	DIANA SANTOS DE LIMA
Advogado	DR. MÁRCIO SILVEIRA DE AZEVEDO(OAB: 17613-D/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIANA SANTOS DE LIMA
- LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA.
- TÉCNICA PAULO SERVICE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA. - EPP

Processo Nº ED-AIRR-0001607-54.2016.5.05.0121

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20015/DF)
RECORRIDO	CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
Advogado	DR. MANOEL JOAQUIM PINTO RODRIGUES DA COSTA(OAB: 11024 -A/BA)
RECORRIDO	VANDERCLEISON SILVA DOS SANTOS
Advogado	DR. GILSONEI MOURA SILVA(OAB: 659-B/BA)
Advogada	DRA. SÔNIA RODRIGUES DA SILVA(OAB: 685-B/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- VANDERCLEISON SILVA DOS SANTOS

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0001614-18.2017.5.06.0013

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ADEILDA FRANCISCA DO NASCIMENTO
Advogado	DR. ARTHUR COELHO SPERB(OAB: 30227/PE)
RECORRIDO	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	DR. ANTÔNIO BRAZ DA SILVA(OAB: 12450-A/PE)
Advogado	DR. CARLA CAMILA DE ALBUQUERQUE COSTA(OAB: 40772-A/PE)
RECORRIDO	LIQ CORP S.A.
Advogado	DR. BRUNO DE OLIVEIRA VELOSO MAFRA(OAB: 18850-D/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADEILDA FRANCISCA DO NASCIMENTO
- BANCO ITAUCARD S.A.
- LIQ CORP S.A.

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0001729-84.2019.5.10.0101

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	DRA. ALINE MARTINS LIMA(OAB: 15923/DF)
Advogada	DRA. AGDA DA SILVA DIAS(OAB: 34823-A/DF)
Advogado	DR. PETERSON FARIA COURA(OAB: 19614/DF)
RECORRIDO	INFINITY SERVIÇOS LTDA.
RECORRIDO	WALBER CAVALCANTE DE SOUSA
Advogado	DR. LEANDRO SOUZA LEITE(OAB: 34998-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- INFINITY SERVIÇOS LTDA.
- WALBER CAVALCANTE DE SOUSA

Processo Nº RRAg-0001842-09.2016.5.05.0222

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada	DRA. FABIANA GALDINO COTIAS(OAB: 22164/BA)
Advogado	DR. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20015/DF)
RECORRIDO	SOTEP SOCIEDADE TÉCNICA DE PERFURAÇÃO S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRO
Advogado	DR. JOAO MARCOS CAVICHIOLI FEITEIRO(OAB: 307654-A/SP)
RECORRIDO	JOAO GOMES COSTA
Advogado	DR. ALMIR ROGÉRIO SOUZA DE SÃO PAULO(OAB: 15713-A/BA)
Advogado	DR. RUY JOSE DE ALMEIDA FILHO(OAB: 23996-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO GOMES COSTA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SOTEP SOCIEDADE TÉCNICA DE PERFURAÇÃO S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRO

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0001971-97.2016.5.12.0002

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	CLEYTON WILHELM
Advogado	DR. DIEGO GUILHERME NIELS(OAB: 24519-A/SC)
RECORRIDO	TECNOSUL CONSULTING LTDA
Advogada	DRA. ESTER ELOISA ADDISON(OAB: 30110/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEYTON WILHELM
- TECNOSUL CONSULTING LTDA

Processo Nº AIRR-0002197-28.2017.5.05.0531

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. TÉSSIO RAUFF DE CARVALHO MOURA
RECORRIDO	SANDES CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI
RECORRIDO	ELIANA RIBEIRO DA CONCEICAO
Advogado	DR. CRISTIANO GONÇALVES AYRES(OAB: 39799-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIANA RIBEIRO DA CONCEICAO
- ESTADO DA BAHIA
- SANDES CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI

Processo Nº AIRR-0002315-68.2017.5.05.0251

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. TÉSSIO RAUFF DE CARVALHO MOURA
RECORRIDO	MAP SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.
Advogada	DRA. CLAUDIANE GIL DE CARVALHO LIMA(OAB: 16924-A/BA)
RECORRIDO	MILTON BISPO CUNHA
Advogado	DR. IVO GOMES ARAÚJO(OAB: 25361/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- MAP SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.
- MILTON BISPO CUNHA

Processo Nº RR-0002817-66.2019.5.07.0029

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FRANCIANA DE MARIA RIBEIRO SARAIVA BARROSO
Advogado	DR. ROMMELL ALENCAR PAIVA(OAB: 28441-A/CE)
RECORRIDO	MUNICIPIO DE TIANGUA
Procurador	DR. RENATO CARDOSO DE MENESES

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCIANA DE MARIA RIBEIRO SARAIVA BARROSO
- MUNICIPIO DE TIANGUA

Processo Nº Ag-AIRR-0002900-44.2014.5.02.0014

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	DR. AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1829-A/PI)
RECORRIDO	MULT FUNCIONAL - MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA LTDA.
RECORRIDO	OSCAR JOSE DOS SANTOS
Advogado	DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- MULT FUNCIONAL - MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA LTDA.
- OSCAR JOSE DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-0010045-19.2018.5.15.0025

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU - HCFMB
Procuradora	DRA. CLÁUDIA HELENA DESTEFANI LACERDA
RECORRIDO	CENTRO SANEAMENTO E SERVIÇOS AVANÇADOS S.A.
Advogado	DR. MAURÍCIO SÉRGIO FORTI PASSARONI(OAB: 152167-D/SP)
Advogado	DR. ANA PAULA TREVIZO HORY(OAB: 186714-A/SP)
RECORRIDO	DAIANE LUIZA COBRA
Advogado	DR. GUSTAVO MARTIN TEIXEIRA PINTO(OAB: 206949-A/SP)
Advogada	DRA. LARISSA APARECIDA DE SOUSA PACHECO(OAB: 355732-A/SP)
Advogada	DRA. BÁRBARA HERMES DA SILVA(OAB: 149241-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO SANEAMENTO E SERVIÇOS AVANÇADOS S.A.
- DAIANE LUIZA COBRA
- HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU - HCFMB

Processo Nº AIRR-0010094-88.2019.5.03.0080

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	DRA. PATRÍCIA ELETO DA SILVA ASCÂNIO(OAB: 101119/MG)
Advogada	DRA. AGDA DA SILVA DIAS(OAB: 34823-A/DF)
RECORRIDO	M. C. A. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. - ME
RECORRIDO	FERNANDA APARECIDA DOS REIS
Advogado	DR. MARCO ANTONIO DA SILVA(OAB: 64685/MG)
Advogada	DRA. KÊNIA HELENA DE ARAÚJO(OAB: 87861-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- FERNANDA APARECIDA DOS REIS
- M. C. A. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. - ME

Processo Nº AIRR-0010094-57.2019.5.15.0144

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE PEDERNEIRAS
Procurador	DR. MATHIAS REBOUÇAS DE PAIVA E OLIVEIRA
RECORRIDO	CARIN LETICIA SOARES
Advogada	DRA. ELOÁ ALVES BUSCH BERNARDO(OAB: 364975-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARIN LETICIA SOARES
- MUNICÍPIO DE PEDERNEIRAS

Processo Nº AIRR-0010107-26.2013.5.01.0057

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)
RECORRIDO	ESTACAO ENGENHARIA DE TELECOMUNICACOES LTDA.
Advogada	DRA. JULIANA DE QUEIROZ GUIMARAES(OAB: 147816-A/SP)
Advogado	DR. ANNA CRISTINA PEREIRA COUTO(OAB: 114679-A/RJ)
RECORRIDO	ALISON FRANCISCO DA SILVA
Advogado	DR. FÁBIO FAZANI(OAB: 183851-D/SP)
Advogado	DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 222297-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALISON FRANCISCO DA SILVA
- ESTACAO ENGENHARIA DE TELECOMUNICACOES LTDA.
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº RR-0010187-47.2018.5.15.0017

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ERIKA VANESSA PEREIRA
Advogado	DR. IGOR WASHINGTON ALVES MARCHIORO(OAB: 305038-A/SP)
RECORRIDO	MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Procurador	DR. MARCO ANTONIO MIRANDA DA COSTA
RECORRIDO	MAZA COMERCIAL E SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ERIKA VANESSA PEREIRA
- MAZA COMERCIAL E SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI
- MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Processo Nº AIRR-0010200-98.2018.5.15.0032

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Advogada	DRA. EVELIZE REGINA MENDES DE SOUZA(OAB: 205748/SP)
RECORRIDO	FORINTEC SEGURANÇA - EIRELI
RECORRIDO	ROBERTO CESAR FONTANA
Advogada	DRA. MARIA TERESA DA COSTA CARVALHO(OAB: 204974-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FORINTEC SEGURANÇA - EIRELI
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- ROBERTO CESAR FONTANA

Processo Nº ED-AIRR-0010222-48.2020.5.03.0024

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. MARCEL RACHID SIQUEIRA CANÇADO(OAB: 128528-A/MG)
Advogado	DR. ANDRÉ NOGUEIRA DE MIRANDA PEREIRA PINTO(OAB: 34459/DF)
Advogada	DRA. MARIA MICHELLE CRACIUN BRUTTEN(OAB: 7119/RN)
Advogada	DRA. PATRÍCIA ELETO DA SILVA ASCÂNIO(OAB: 101119/MG)
RECORRIDO	SUELY LOURDES CARDOSO
Advogada	DRA. MÔNICA GUIMARÃES DUPIN(OAB: 54088-A/MG)
Advogado	DR. CLÉBER RODRIGUES BÁLBIO(OAB: 848-S/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- SUELY LOURDES CARDOSO

Processo Nº AIRR-0010239-49.2019.5.15.0036

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. MILENA CARLA AZZOLINI PEREIRA DA ROSA
Procuradora	DRA. DEISE CAROLINA MUNIZ REBELLO
RECORRIDO	PRO7 GESTAO, ASSESSORIA E SERVICOS EIRELI EPP - EPP
RECORRIDO	DONIZETI VIEIRA
Advogado	DR. LÍBIO TAIETTE JÚNIOR(OAB: 280799-A/SP)
Advogado	DR. ANDRÉ TOSHIO ISHIKAWA(OAB: 370511-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DONIZETI VIEIRA
- ESTADO DE SÃO PAULO
- PRO7 GESTAO, ASSESSORIA E SERVICOS EIRELI EPP - EPP

Processo Nº AIRR-0010272-98.2019.5.03.0092

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UNIÃO (PGU)
Procurador	DR. FERNANDA AZEVEDO DE ANDRADE
RECORRIDO	ALLSERVBRASIL LTDA.
Advogado	DR. JULIA DE OLIVEIRA MENDES(OAB: 14447-A/AL)
RECORRIDO	KARINE FERREIRA COSTA
Advogado	DR. RONAN EUSTÁQUIO SANTOS(OAB: 159992-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALLSERVBRASIL LTDA.
- KARINE FERREIRA COSTA
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº ED-RR-0010329-85.2020.5.03.0091

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.
Advogado	DR. FLAVIO AUGUSTO TOMAS DE CASTRO RODRIGUES(OAB: 84292-A/MG)
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
RECORRIDO	EVA VIANA RODRIGUES E OUTROS
Advogada	DRA. DELMA MAURA ANDRADE DE JESUS(OAB: 63015-A/MG)
Advogado	DR. DANIELLE MAURA ANDRADE DE JESUS GURGEL(OAB: 83397-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.
- EVA VIANA RODRIGUES E OUTROS

Processo Nº Ag-AIRR-0010334-29.2015.5.01.0224

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE MESQUITA
Procurador	DR. LUIZ VITOR COIMBRA
RECORRIDO	MULTIPROF - COOPERATIVA MULTIPROFISSIONAL DE SERVIÇOS
RECORRIDO	FELIPE NOBRE PAULO
Advogado	DR. RENATO ROSSETO PAIXÃO(OAB: 106815-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FELIPE NOBRE PAULO
- MULTIPROF - COOPERATIVA MULTIPROFISSIONAL DE SERVIÇOS
- MUNICÍPIO DE MESQUITA

Processo Nº AIRR-0010352-23.2020.5.03.0029

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	DYONATAN MARQUES DE SOUZA
Advogado	DR. CLEBER FIGUEIREDO(OAB: 71332-A/MG)
RECORRIDO	CEMA CENTRAL MINEIRA ATACADISTA LTDA
Advogado	DR. ALESSANDRA MATOS DE ALMEIDA(OAB: 63732-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CEMA CENTRAL MINEIRA ATACADISTA LTDA
- DYONATAN MARQUES DE SOUZA

Processo Nº AIRR-0010386-40.2020.5.03.0112

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OI S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)
Advogada	DRA. CLÍSSIA PENA ALVES DE CARVALHO(OAB: 76703-A/MG)
RECORRIDO	TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Advogado	DR. SÉRGIO CARNEIRO ROSI(OAB: 71639-A/MG)
RECORRIDO	THIAGO DOS SANTOS BRANDAO
Advogado	DR. DOGLAS BATISTA DE ABREU(OAB: 235001-A/SP)
Advogado	DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 190106-S/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- OI S.A.
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
- THIAGO DOS SANTOS BRANDAO

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0010397-80.2019.5.18.0017

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Advogada	DRA. MARTA CRISTINA DE FARIA ALVES(OAB: 150162-A/RJ)
RECORRIDO	JOÃO MADALENO DOS SANTOS
Advogado	DR. ROBERTO ESTEVAM DE ARAÚJO MAIA(OAB: 44867-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
- JOÃO MADALENO DOS SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-0010443-97.2017.5.15.0122

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. PEDRO LUIZ TIZIOTTI
Procuradora	DRA. ISABELLE MARIA VERZA
RECORRIDO	PATRIOTA SEGURANÇA EIRELI - EPP
Advogado	DR. RAFAEL MONTEIRO TEIXEIRA(OAB: 223173-A/SP)
RECORRIDO	GILSON ALVES DA SILVA
Advogado	DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- GILSON ALVES DA SILVA
- PATRIOTA SEGURANÇA EIRELI - EPP

Processo Nº Ag-AIRR-0010461-72.2019.5.03.0158

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ADCON ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA.
Advogado	DR. GUILHERME ALVIM AYRES(OAB: 97651-A/MG)
RECORRIDO	ROSA ERLI DO CARMO SILVA
Advogado	DR. FLAVIO BIANCHINI DE QUADROS(OAB: 220411-S/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADCON ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA.
- ROSA ERLI DO CARMO SILVA

Processo Nº AIRR-0010485-27.2020.5.03.0171

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogado	DR. SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS(OAB: 44698-A/MG)
Advogado	DR. ALEX CAMPOS BARCELOS(OAB: 117084-A/MG)
Advogada	DRA. GABRIELLA FERREIRA NICHOLLS(OAB: 185363-A/MG)
RECORRIDO	RESENDE CARNEIRO MARQUES ENGENHARIA LTDA
RECORRIDO	JULIANA SILVA VIEIRA BATISTA
Advogada	DRA. JULIANA MARIA RIBEIRO FRANÇA(OAB: 85957-A/MG)
Advogada	DRA. EDUARDA DIAS DE MOURA ALVES(OAB: 144072/MG)
Advogado	DR. ELDER GUERRA MAGALHAES(OAB: 50326-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- JULIANA SILVA VIEIRA BATISTA
- RESENDE CARNEIRO MARQUES ENGENHARIA LTDA

Processo Nº RR-0010504-20.2019.5.03.0025

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UNIÃO (PGU)
Procurador	DR. FERNANDA AZEVEDO DE ANDRADE
RECORRIDO	SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA VIGILÂNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Advogado	DR. JOAQUIM MARTINS PINHEIRO FILHO(OAB: 72218-A/MG)
RECORRIDO	MEG SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI
Advogado	DR. MAURILIO RAMOS DE SA(OAB: 95196-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- MEG SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI
- SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA VIGILÂNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº Ag-AIRR-0010526-34.2018.5.15.0137

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. RODOLFO BRECIANI PENNA
RECORRIDO	A.C SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA. - ME
RECORRIDO	ANA CLAUDIA DE SOUZA LEITE
Advogado	DR. JAMIL APARECIDO MILANI(OAB: 166549-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- A.C SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA. - ME
- ANA CLAUDIA DE SOUZA LEITE
- ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Nº AIRR-0010770-77.2019.5.15.0023

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MANTENEDORA VICENTE DECARIA
Advogado	DR. SANDRO GIOVANI SOUTO VELOSO(OAB: 197950-A/SP)
RECORRIDO	LETICIA SANTOS DE OLIVEIRA
Advogada	DRA. VANESSA APARECIDA DIAS PEREIRA(OAB: 391187-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LETICIA SANTOS DE OLIVEIRA
- MANTENEDORA VICENTE DECARIA

Processo Nº AIRR-0010868-19.2020.5.15.0123

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO
Procuradora	DRA. TELMA APARECIDA ROSTELATO
RECORRIDO	ALINE VIVIANE RIBEIRO DE MIRANDA
Advogado	DR. RODRIGO JOSÉ ALIAGA OZI(OAB: 275784-A/SP)
Advogado	DR. ANA KARINA DE AQUINO RODOLFO DE LIMA(OAB: 275622-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALINE VIVIANE RIBEIRO DE MIRANDA
- MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO

Processo Nº AIRR-0010893-30.2019.5.15.0135

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SAO PAULO
Procurador	DR. ISABELLE MARIA VERZA DE CASTRO
Procuradora	DRA. FLÁVIA MARIA SILVEIRA SOUZA FERRO
RECORRIDO	MUNICÍPIO DE SOROCABA
Procurador	DR. FELIPE DE QUADRO DOS SANTOS RAMOS
RECORRIDO	SOROCABA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.
RECORRIDO	ANDREZZA FOGAÇA GONZAGA DOS SANTOS
RECORRIDO	CAROLINA BOSSO FANTI
Advogada	DRA. VALÉRIA CRUZ(OAB: 138268-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDREZZA FOGAÇA GONZAGA DOS SANTOS
- CAROLINA BOSSO FANTI
- ESTADO DE SAO PAULO
- MUNICÍPIO DE SOROCABA
- SOROCABA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.

Processo Nº AIRR-0010995-32.2020.5.15.0001

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	VANESSA NEVES CHITA
Advogado	DR. PRISCILA DE SOUZA E JORGE LEITE(OAB: 168951-A/SP)
RECORRIDO	COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
Advogada	DRA. JULIANA PASQUINI MASTANDREA(OAB: 261665-A/SP)
Advogada	DRA. ALINE RODRIGUES(OAB: 310102-A/SP)
RECORRIDO	ESPERANÇA SERVIÇOS EIRELI
Advogado	DR. AMAURY GOMES BARACHO(OAB: 100687-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
- ESPERANÇA SERVIÇOS EIRELI
- VANESSA NEVES CHITA

Processo Nº RR-0011041-46.2015.5.01.0046

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON
Advogado	DR. MAURÍCIO DE FIGUEIREDO CORRÊA DA VEIGA(OAB: 21934-A/DF)
RECORRIDO	JOSÉ CARLOS DE MEDEIROS FILHO
Advogado	DR. EMERSON LUIZ MAZZINI(OAB: 125933/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON
- JOSÉ CARLOS DE MEDEIROS FILHO

Processo Nº Ag-AIRR-0011145-46.2017.5.15.0121

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogada	DRA. MARIA DE FÁTIMA CHAVES GAY(OAB: 127335-A/SP)
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB: 62929/RJ)
RECORRIDO	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogada	DRA. MARIA DE FÁTIMA CHAVES GAY(OAB: 127335-A/SP)
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB: 62929/RJ)
RECORRIDO	HOPE RECURSOS HUMANOS EIRELI (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSE RICARDO HADDAD(OAB: 126241-A/SP)
RECORRIDO	GILSON DE JESUS
Advogado	DR. FERNANDO LACERDA(OAB: 129580-D/SP)
Advogada	DRA. BRUNA KOSEL MELO CARVALHO(OAB: 200022-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GILSON DE JESUS
- HOPE RECURSOS HUMANOS EIRELI (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0011159-57.2018.5.03.0144

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
Procurador	DR. GERALDO ILDEBRANDO DE ANDRADE
RECORRIDO	VERSO ASSESSORIA PATRIMONIAL LTDA - EPP
Advogada	DRA. GABRIELA FERNANDES COSTA(OAB: 177375-A/MG)

RECORRIDO	PAULO RODRIGUES
Advogado	DR. MAURO GERALDO ALESSI CARVALHO LAFETA(OAB: 134635-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
- PAULO RODRIGUES
- VERSO ASSESSORIA PATRIMONIAL LTDA - EPP

Processo Nº Ag-AIRR-0011266-09.2019.5.15.0023

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	LUANNA GABRIELLY DE OLIVEIRA
Advogado	DR. ROGÉRIO MARQUES E SILVA(OAB: 314430-A/SP)
RECORRIDO	AGOSTINHO MARTINHO DE MELLO
Advogado	DR. VANDERLEI DE ALMEIDA(OAB: 31151-D/SP)
Advogado	DR. LAURO ROBERTO MARENGO(OAB: 32872-A/SP)
Advogado	DR. ANA CAROLINA OZARI DE ALMEIDA(OAB: 201331-A/SP)
RECORRIDO	CONSTRUTORA GOIANO EIRELI
Advogado	DR. RAFAEL FELIX(OAB: 262451-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGOSTINHO MARTINHO DE MELLO
- CONSTRUTORA GOIANO EIRELI
- LUANNA GABRIELLY DE OLIVEIRA

Processo Nº Ag-AIRR-0011292-25.2019.5.15.0017

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
Advogado	DR. ANDRÉ DO AMARAL VAN TOL(OAB: 211167-A/SP)
Advogado	DR. RODOLFO MOTTA SARAIVA(OAB: 300702-A/SP)
Advogada	DRA. JULIANA PASQUINI MASTANDREA(OAB: 261665-A/SP)
Advogada	DRA. ALINE RODRIGUES(OAB: 310102-A/SP)
RECORRIDO	GPMRV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI
RECORRIDO	ANA CAROLINA GUIMARAES GOUVEIA
Advogado	DR. LUÍS FERNANDO TOGNI BARROS(OAB: 158945-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA CAROLINA GUIMARAES GOUVEIA
- COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
- GPMRV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI

Processo Nº AIRR-0011325-31.2014.5.01.0065

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
RECORRIDO	SPEED SERVIÇOS DE LIMPEZA E TERCEIRIZAÇÃO LTDA.
Advogado	DR. FABIANO GOMES NETTO(OAB: 97453-A/RJ)
Advogado	DR. KARLA CABIZUCA BERNARDES NETTO(OAB: 93931-A/RJ)
Advogado	DR. DOMINGOS CORREA DOS SANTOS(OAB: 160116-A/RJ)
Advogado	DR. PAULA COELHO HERMSDORFF(OAB: 99225-A/RJ)
RECORRIDO	ZOILSON DE OLIVEIRA VENTURA
Advogado	DR. JOSÉ FERNANDO TAVARES DA CUNHA(OAB: 185714-A/RJ)
Advogado	DR. ILKA DE ALCANTARA(OAB: 93756-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- SPEED SERVIÇOS DE LIMPEZA E TERCEIRIZAÇÃO LTDA.
- ZOILSON DE OLIVEIRA VENTURA

Processo Nº Ag-AIRR-0011369-46.2018.5.15.0089

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. JULIANA DE OLIVEIRA COSTA GOMES SATO
Procurador	DR. MARIO HENRIQUE DUTRA NUNES
RECORRIDO	CERTAME ASSESSORIA E CONSULTORIA FERNANDOPOLIS EIRELI - ME
RECORRIDO	JOSILENE APARECIDA MARINHO
Advogado	DR. LÍCIO ALVES GARCIA(OAB: 39469-A/SP)
Advogado	DR. FRANCISCO FERREIRA DA SILVA FILHO(OAB: 292761-A/SP)
Advogado	DR. FRANCO GENOVESE GOMES(OAB: 193885-A/SP)
Advogado	DR. ANA CÂNDIDA EUGÊNIO PINTO(OAB: 168887-A/SP)
Advogado	DR. MARCUS VINÍCIUS GEBARA CASALECCHI(OAB: 183634-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CERTAME ASSESSORIA E CONSULTORIA FERNANDOPOLIS EIRELI - ME
- ESTADO DE SÃO PAULO
- JOSILENE APARECIDA MARINHO

Processo Nº AIRR-0011379-72.2019.5.15.0116

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. DEISE CAROLINA MUNIZ REBELLO
RECORRIDO	SOROCABA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.
RECORRIDO	MUNICIPIO DE SALTO DE PIRAPORA
Procurador	DR. ANDERSON TORQUATO DA SILVA
RECORRIDO	SURIA ELIANA PROENCA
Advogado	DR. LUCIANA PEREIRA MACHADO(OAB: 264538-A/SP)
Advogado	DR. ADRIANA DIAS DE ALMEIDA ALVES GUTIERRES(OAB: 338080-A/SP)
Advogado	DR. MARIANA FLORENCIO MACHADO(OAB: 364236-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- MUNICIPIO DE SALTO DE PIRAPORA
- SOROCABA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.
- SURIA ELIANA PROENCA

Processo Nº Ag-AIRR-0011407-66.2017.5.18.0006

Complemento	Processo Eletrônico

RECORRENTE	CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
Advogado	DR. PAULO ROBERTO IVO DE REZENDE(OAB: 9362-A/GO)
Advogado	DR. EDMAR ANTONIO ALVES FILHO(OAB: 31312-A/GO)
RECORRIDO	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS NO ESTADO DE GOIÁS - STIUEG
Advogado	DR. THIAGO FRAGA GUIMARAES(OAB: 43278-A/GO)
Advogado	DR. DIOGO ALMEIDA FERREIRA LEITE(OAB: 46971-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS NO ESTADO DE GOIÁS - STIUEG

Processo Nº AIRR-0011444-03.2018.5.03.0095

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICIPIO DE SANTA LUZIA
Procuradora	DRA. THAYSE ARAUJO MALTZ
RECORRIDO	AD HOC EXCELENCIA EM CONTROLADORIA DE ACESSO EIRELI E OUTRO
Advogado	DR. CAROLINE OLIVEIRA SOUZA MUCCI(OAB: 245795-A/SP)
RECORRIDO	CLAUDINEY GUILHERME DOS SANTOS
Advogado	DR. MÁRCIO ROBERTO DE LIMA(OAB: 43160-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- AD HOC EXCELENCIA EM CONTROLADORIA DE ACESSO EIRELI E OUTRO
- CLAUDINEY GUILHERME DOS SANTOS
- MUNICIPIO DE SANTA LUZIA

Processo Nº AIRR-0011447-55.2018.5.03.0095

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICIPIO DE SANTA LUZIA
Procuradora	DRA. THAYSE ARAUJO MALTZ
RECORRIDO	INSTITUTO BOM JESUS
Advogada	DRA. ARIANE DE CARVALHO LEME(OAB: 377155-A/SP)
RECORRIDO	CLAUDINEY GUILHERME DOS SANTOS
Advogado	DR. MÁRCIO ROBERTO DE LIMA(OAB: 43160-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDINEY GUILHERME DOS SANTOS
- INSTITUTO BOM JESUS
- MUNICIPIO DE SANTA LUZIA

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0011449-23.2019.5.18.0014

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Advogada	DRA. MARTA CRISTINA DE FARIA ALVES(OAB: 150162-A/RJ)
RECORRIDO	ANA CRISTINA AVILA
Advogado	DR. RAFAEL LARA MARTINS(OAB: 22331/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA CRISTINA AVILA
- ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0011591-83.2017.5.15.0045

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Advogada	DRA. TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID(OAB: 201296-A/SP)
Advogado	DR. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491-A/SP)
Advogado	DR. ANA PAULA FERNANDES LOPES(OAB: 203606-A/SP)
RECORRIDO	JOSE NILTON LOPES
Advogado	DR. VALDIR KEHL(OAB: 99626-A/SP)
Advogado	DR. ROBERTO DE CAMARGO JUNIOR(OAB: 148473-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
- JOSE NILTON LOPES

Processo Nº AIRR-0011649-58.2016.5.03.0012

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	C.S.P.
Advogado	DR. WILSON SALLES(OAB: 63065-A/MG)
Advogado	DR. RAFAEL ANDRADE PENA(OAB: 83047-A/MG)
Advogado	DR. CARLOS HENRIQUE SOARES(OAB: 83118-A/MG)
Advogado	DR. IGOR FELIPE VIEIRA RAMOS(OAB: 154427-A/MG)
RECORRIDO	M.S.H.L.
RECORRIDO	H.R.
RECORRIDO	J.R.
RECORRIDO	C.H.E.L.-.M.
RECORRIDO	C.S.O.
Advogado	DR. DANILLO EMMANUEL CORRÊA CAMPOS(OAB: 135554-A/MG)
RECORRIDO	W.S.A.E.L.

Intimado(s)/Citado(s):

- C.H.E.L.-.M.
- C.S.O.
- C.S.P.
- H.R.
- J.R.
- M.S.H.L.
- W.S.A.E.L.

Processo Nº AIRR-0011700-63.2002.5.02.0020

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	TIM S A E OUTRA
Advogado	DR. RODRIGO ANTONIO FREITAS FARIAS DE SOUZA(OAB: 232121-A/SP)
RECORRIDO	GAZETA MERCANTIL S.A.
Advogada	DRA. ANGELA LEAL SABÓIA DE CASTRO SANCHO(OAB: 121079-A/SP)
Advogado	DR. VANDA OLIVEIRA DA SILVA(OAB: 140732-A/RJ)
RECORRIDO	LUIZ FERNANDO FERREIRA LEVY
RECORRIDO	HOLDCO PARTICIPACOES LTDA
RECORRIDO	DANIELA PAIVA GONCALVES DE OLIVEIRA

Advogado	DR. RICARDO JOSÉ DE ASSIS GEBRIM(OAB: 101217-A/SP)
Advogado	DR. WLADIMIR DE OLIVEIRA DURÃES(OAB: 151523-A/SP)
Advogado	DR. THIAGO BARISON DE OLIVEIRA(OAB: 278423-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIELA PAIVA GONCALVES DE OLIVEIRA
- GAZETA MERCANTIL S.A.
- HOLDCO PARTICIPACOES LTDA
- LUIZ FERNANDO FERREIRA LEVY
- TIM S A E OUTRA

Processo Nº Ag-AIRR-0011760-07.2016.5.15.0045

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.
Advogada	DRA. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491/SP)
Advogada	DRA. TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID(OAB: 201296/SP)
Advogado	DR. ANA PAULA FERNANDES LOPES(OAB: 203606-A/SP)
RECORRIDO	RODRIGO GOMES DA SILVA
Advogado	DR. DEJAIR LOSNAK FILHO(OAB: 322746-A/SP)
Advogada	DRA. RENATA MUNIZ DE PAIVA(OAB: 322552-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.
- RODRIGO GOMES DA SILVA

Processo Nº AIRR-0011777-25.2016.5.15.0051

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. CLÁUDIA HELENA DESTEFANI DE LACERDA
Procuradora	DRA. MILENA CARLA AZZOLINI PEREIRA DA ROSA
Procuradora	DRA. MARINA FERNANDA DE CARLOS FLORES DA SILVA
RECORRIDO	ARM SERVIÇO DE LIMPEZA EIRELI
RECORRIDO	MARIA LUCIA VIEIRA FERREIRA
Advogada	DRA. FLÁVIA MARIA TREVILIN AMARAL NUNES(OAB: 255956-A/SP)
Advogado	DR. FABIANO MARCELO NUNES(OAB: 359856-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARM SERVIÇO DE LIMPEZA EIRELI
- ESTADO DE SÃO PAULO
- MARIA LUCIA VIEIRA FERREIRA

Processo Nº Ag-AIRR-0011808-73.2017.5.15.0095

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FERNANDO DE MARINS PEIXOTO
Advogado	DR. JOSÉ ANTÔNIO CREMASCO(OAB: 59298-D/SP)
Advogado	DR. RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGÃO(OAB: 32147/DF)
Advogada	DRA. THAIS PROENÇA CREMASCO(OAB: 321567-A/SP)
RECORRIDO	EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINAS S.A. - EMDEC
Advogado	DR. LETICIA APARECIDA DOS SANTOS COIMBRA(OAB: 415774-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINAS S.A. - EMDEC
- FERNANDO DE MARINS PEIXOTO

Processo Nº Ag-AIRR-0011926-94.2016.5.09.0016

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. LUÍS FELIPE CUNHA(OAB: 52308-A/PR)
Advogado	DR. FELIPE MIGUEL MENDONÇA FERREIRA(OAB: 84256-A/PR)
Advogado	DR. SIMONY DE SOUZA VICENTIN(OAB: 57259-A/PR)
RECORRIDO	ESTALEIROS DO BRASIL LTDA
Advogado	DR. RICARDO ANDRÉ ZAMBO(OAB: 138476-A/SP)
RECORRIDO	TOYO SETAL EMPREENDIMENTOS LTDA.
Advogado	DR. MARCELO VICENTINI MARCHETTI(OAB: 196312/SP)
RECORRIDO	FERNANDO BUBNIAK
Advogado	DR. CARLOS CEZAR DOS SANTOS CONDE(OAB: 59385-D/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTALEIROS DO BRASIL LTDA
- FERNANDO BUBNIAK
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- TOYO SETAL EMPREENDIMENTOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0012024-03.2019.5.15.0018

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PEPSICO DO BRASIL LTDA
Advogado	DR. ANDRÉ LUIZ GONÇALVES TEIXEIRA(OAB: 22614-A/DF)
Advogado	DR. CRISTIAN DIVAN BALDANI(OAB: 140454-A/RJ)
RECORRIDO	JEFFERSON LUIZ DE OLIVEIRA
Advogado	DR. LEONARDO LEMES DA SILVA(OAB: 45669-A/PR)
Advogada	DRA. ANA CAROLINA ALBUQUERQUE LEITE(OAB: 20905-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- JEFFERSON LUIZ DE OLIVEIRA
- PEPSICO DO BRASIL LTDA

Processo Nº Ag-AIRR-0012042-92.2018.5.15.0039

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
Procuradora	DRA. FLÁVIA MARIA SILVEIRA SOUZA FERRO
RECORRIDO	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
Advogado	DR. CARINA BAPTISTA PINHEIRO(OAB: 247342-A/SP)
Advogada	DRA. THAYS CRISTINA DE SOUZA BARRETO(OAB: 254827-A/SP)
RECORRIDO	ROBERTO DONIZETE NOVAIS
Advogada	DRA. ELENILDA MARIA MARTINS(OAB: 86227-A/SP)

Advogado	DR. EMERSON BRUNELLO(OAB: 133921-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
- ROBERTO DONIZETE NOVAIS

Processo Nº AIRR-0012070-33.2019.5.15.0069

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. MÁRIO HENRIQUE DUTRA NUNES
RECORRIDO	REAK SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.
RECORRIDO	CLAUDIO SANT ANNA DE FONTES
Advogado	DR. MARCIO LISBOA MARTINS(OAB: 224010-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIO SANT ANNA DE FONTES
- ESTADO DE SÃO PAULO
- REAK SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0012542-54.2016.5.15.0064

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. TATIANA CAPOCHIN PAES LEME
Procurador	DR. RODRIGO MENICUCCI
RECORRIDO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIBEIRA E LITORAL SUL
Procurador	DR. ADILSON GUIMARAES
RECORRIDO	CAMILA BRITO FRANCA
Advogado	DR. JÚLIO CÉSAR DOS REIS SAVÓIA(OAB: 159000-A/SP)
Advogada	DRA. HELOISA MIRANDA SILVA(OAB: 229356-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAMILA BRITO FRANCA
- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIBEIRA E LITORAL SUL
- ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Nº Ag-AIRR-0012553-09.2017.5.15.0045

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. JULIANA DE OLIVEIRA COSTA GOMES SATO
Procurador	DR. MARIO HENRIQUE DUTRA NUNES
RECORRIDO	OFICINA 3D TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.
RECORRIDO	ROSELI APARECIDA LOPES
Advogada	DRA. FABIANA VIEIRA ROCHA ESTEVES(OAB: 169351-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- OFICINA 3D TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.
- ROSELI APARECIDA LOPES

Processo Nº Ag-AIRR-0012804-82.2017.5.15.0059

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. DEISE CAROLINA MUNIZ REBELLO
RECORRIDO	SETE PRODUTOS E LIMPEZA LTDA.
Advogado	DR. EDSON DE CAMARGO BISPO DO PRADO(OAB: 262620-A/SP)
RECORRIDO	LTZ SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI
Advogado	DR. FABIANO CAMARGO FRANCISCO(OAB: 164011-A/SP)
Advogado	DR. EDSON DE CAMARGO BISPO DO PRADO(OAB: 262620-A/SP)
RECORRIDO	TEREZA DE VASCONCELOS BARBOSA
Advogada	DRA. ANIRA GESLAINE BONEBERGER(OAB: 180171-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- LTZ SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI
- SETE PRODUTOS E LIMPEZA LTDA.
- TEREZA DE VASCONCELOS BARBOSA

Processo Nº AIRR-0012843-79.2016.5.15.0135

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE SOROCABA
Procurador	DR. FELIPE DE QUADRO DOS SANTOS RAMOS
RECORRIDO	SERTEC SERVICOS DE RADIOLOGIA SOROCABA LTDA
RECORRIDO	ISRAEL CARLOS DE OLIVEIRA
Advogado	DR. CYRO ALEXANDRE MARTINS FREITAS(OAB: 226525-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ISRAEL CARLOS DE OLIVEIRA
- MUNICÍPIO DE SOROCABA
- SERTEC SERVICOS DE RADIOLOGIA SOROCABA LTDA

Processo Nº AIRR-0016013-55.2017.5.16.0019

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO MARANHÃO
Procurador	DR. EDUARDO PHILIPE MAGALHÃES DA SILVA
Procurador	DR. GIVANILDO FÉLIX DE ARAÚJO JÚNIOR
RECORRIDO	CONSTRUTORA SOLLO LTDA - ME
RECORRIDO	JACKSON FLAVIO LUZ PEREIRA
Advogada	DRA. ELENICY PEREIRA BATISTA(OAB: 12264-A/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSTRUTORA SOLLO LTDA - ME
- ESTADO DO MARANHÃO
- JACKSON FLAVIO LUZ PEREIRA

Processo Nº AIRR-0016711-60.2018.5.16.0008

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO MARANHÃO
Procurador	DR. EDUARDO PHILIPE MAGALHÃES DA SILVA
RECORRIDO	INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA
Advogada	DRA. THAIS ANDRADE DA FONSECA(OAB: 79152-A/PR)
RECORRIDO	VANIA LUCIA DUARTE DE OLIVEIRA

Advogado	DR. JOAYLTON SOARES VERAS(OAB: 10243-A/MA)
Advogado	DR. MIRIAM REGINA DOS SANTOS VERAS(OAB: 324194-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO MARANHÃO
- INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA
- VANIA LUCIA DUARTE DE OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-0017112-75.2017.5.16.0014

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO MARANHÃO
Procurador	DR. EDUARDO PHILIPE MAGALHÃES DA SILVA
RECORRIDO	INSTITUTO CIDADANIA E NATUREZA
RECORRIDO	NILDJANE DA SILVA NOLETO
Advogado	DR. PEDRO DUAILIBE MASCARENHAS(OAB: 4632-A/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO MARANHÃO
- INSTITUTO CIDADANIA E NATUREZA
- NILDJANE DA SILVA NOLETO

Processo Nº AIRR-0017798-03.2017.5.16.0003

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO MARANHÃO
Procurador	DR. EDUARDO PHILIPE MAGALHÃES DA SILVA
RECORRIDO	INSTITUTO CIDADANIA E NATUREZA
Advogada	DRA. THAIS ANDRADE DA FONSECA(OAB: 79152-A/PR)
RECORRIDO	MARIA YLVANI DA SILVA
Advogado	DR. PEDRO DUAILIBE MASCARENHAS(OAB: 4632-A/MA)
Advogado	DR. DORIANA SANTOS CAMELLO(OAB: 6170/MA)
Advogada	DRA. ALÍCIA SANTANA DUARTE(OAB: 11902-A/MA)
Advogado	DR. ROBERTO DOS SANTOS BULCÃO(OAB: 12219-A/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO MARANHÃO
- INSTITUTO CIDADANIA E NATUREZA
- MARIA YLVANI DA SILVA

Processo Nº AIRR-0020095-96.2020.5.04.0104

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE PELOTAS
Procuradora	DRA. GABRIELA PEREIRA NUNES
Procurador	DR. NILTON SAALFELD HOFF
RECORRIDO	LABOR SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA.
RECORRIDO	ELIANE FARIAS PINHEIRO
Advogado	DR. ULISSES FERREIRA PINTO(OAB: 67745-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIANE FARIAS PINHEIRO
- LABOR SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA.
- MUNICÍPIO DE PELOTAS

Processo Nº AIRR-0020184-27.2017.5.04.0201

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE CANOAS
Procurador	DR. JONATHAN FERNANDES URBAN
RECORRIDO	GAMP - GRUPO DE APOIO À MEDICINA PREVENTIVA E À SAÚDE PÚBLICA
Advogado	DR. ROSA MARIA NASCIMENTO(OAB: 25964-A/RS)
RECORRIDO	RAFAEL GONCALVES BRANDAO
Advogado	DR. ROBERTA PINTO AMADOR(OAB: 80563-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- GAMP - GRUPO DE APOIO À MEDICINA PREVENTIVA E À SAÚDE PÚBLICA
- MUNICÍPIO DE CANOAS
- RAFAEL GONCALVES BRANDAO

Processo Nº AIRR-0020188-33.2019.5.04.0512

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES
Procurador	DR. ADECIR JOSÉ SLONGO
RECORRIDO	CCS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
Advogado	DR. CLAUDIA LARRATEA ECHEVERRIA(OAB: 50858-A/RS)
Advogado	DR. JONATHAN HECK MUNHOZ(OAB: 101977-A/RS)
RECORRIDO	CARLA URNAU
Advogada	DRA. JANETE RIZZI(OAB: 79787-B/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLA URNAU
- CCS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
- MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES

Processo Nº AIRR-0020230-40.2018.5.04.0020

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
Procurador	DR. CARLOS ROBERTO DA COSTA AQUINES
Procurador	DR. PAULO HENRIQUE MORETTO
RECORRIDO	CRV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.
RECORRIDO	ALEXANDRE BARRETO DA SILVA
Advogado	DR. ANDRÉ LUÍS DE MENDONÇA(OAB: 63205-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE BARRETO DA SILVA
- CRV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.
- MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Processo Nº AIRR-0020246-02.2019.5.04.0103

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE RIO GRANDE
Procuradora	DRA. LUCÍLIA FURTADO
RECORRIDO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE - RS
Procurador	DR. JULIANO DE ANGELIS
RECORRIDO	CAMARGO SEGURANCA PRIVADA EIRELI

Advogada	DRA. RITA KÁSSIA NESKE UNFER(OAB: 89525-A/RS)
RECORRIDO	AILSON RENATO DE ALMEIDA MIRANDA
Advogado	DR. PAULO MOREIRA MORALES(OAB: 37024-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- AILSON RENATO DE ALMEIDA MIRANDA
- CAMARGO SEGURANCA PRIVADA EIRELI
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE - RS
- MUNICÍPIO DE RIO GRANDE

Processo Nº Ag-AIRR-0020247-56.2019.5.04.0662

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	DR. MARLON BRUM
RECORRIDO	PRISMASERV SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI
RECORRIDO	CLAUDETE SANTINA BRANDAO
Advogado	DR. JOSÉ ALEXANDRE DOS SANTOS(OAB: 60427-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDETE SANTINA BRANDAO
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- PRISMASERV SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI

Processo Nº AIRR-0020263-50.2019.5.04.0002

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
Advogada	DRA. PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE(OAB: 900002/RS)
Procurador	DR. PEDRO LUÍS MARTINS
RECORRIDO	M L CORREA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL EIRELI
RECORRIDO	MARIA DIOVANE DE OLIVEIRA
Advogado	DR. RAFAEL DIAS DO CANTO(OAB: 76095-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- M L CORREA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL EIRELI
- MARIA DIOVANE DE OLIVEIRA
- MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Processo Nº AIRR-0020328-21.2019.5.04.0204

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE CANOAS
Procurador	DR. LAYER LEORNE MENDES NETO
RECORRIDO	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE CANOAS
Advogada	DRA. SÍLVIA MONTENEGRO MACHADO(OAB: 60450/RS)
RECORRIDO	LUIZ FELIPE GRAEFF
Advogado	DR. TAIMA CHEMALE DA SILVA(OAB: 54850-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIACAO BENEFICENTE DE CANOAS
- LUIZ FELIPE GRAEFF
- MUNICÍPIO DE CANOAS

Processo Nº Ag-AIRR-0020367-94.2014.5.04.0009

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
Procurador	DR. PEDRO LUÍS MARTINS
RECORRIDO	CLINSUL MÃO DE OBRA E REPRESENTACÃO LTDA.
Advogada	DRA. RITA KÁSSIA NESKE UNFER(OAB: 89525-A/RS)
RECORRIDO	MASSA FALIDA DE PROSERVI SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
Advogado	DR. MARCELO AQUINI FERNANDES(OAB: 51925-A/RS)
RECORRIDO	JOAO PAULO DA SILVA
Advogado	DR. GUSTAVO ANDRÉ BROCHADO DE MELLO(OAB: 55492-A/RS)
Advogada	DRA. CAROLINA NASI DE AZEVEDO(OAB: 58421-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLINSUL MÃO DE OBRA E REPRESENTACÃO LTDA.
- JOAO PAULO DA SILVA
- MASSA FALIDA DE PROSERVI SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
- MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Processo Nº Ag-AIRR-0020593-61.2018.5.04.0332

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradora	DRA. REBECA SANTOS MACHADO
RECORRIDO	LUCIANE MOREIRA DOS SANTOS
Advogado	DR. ANDRIO PORTUGUEZ FONSECA(OAB: 31913-A/RS)
RECORRIDO	PRISMASERV SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- LUCIANE MOREIRA DOS SANTOS
- PRISMASERV SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI

Processo Nº RRAg-0020650-76.2018.5.04.0333

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradora	DRA. PAULA FERREIRA KRIEGER
RECORRIDO	PRISMASERV SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI
RECORRIDO	VANDERLEIA MARIA DA CUNHA
Advogado	DR. DOUGLAS FELIPE GERLING POLETTO(OAB: 91643-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- PRISMASERV SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI
- VANDERLEIA MARIA DA CUNHA

Processo Nº Ag-AIRR-0020786-18.2017.5.04.0104

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. LUÍS FELIPE CUNHA(OAB: 52308-A/PR)
RECORRIDO	ECOVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A.
Advogado	DR. REINALDO LUÍS TADEU RONDINA MANDALITI(OAB: 73359-A/RS)
Advogado	DR. BRUNO POSSEBON CARVALHO(OAB: 80514/RS)
RECORRIDO	JULIANO RODRIGUES BARBOSA
Advogado	DR. EDUARDO FRIO ALMEIDA(OAB: 62560/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ECOVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A.
- JULIANO RODRIGUES BARBOSA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-AIRR-0020810-91.2018.5.04.0013

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	AMELIA VIEIRA FERREIRA
Advogado	DR. LÚCIO FERNANDES FURTADO(OAB: 65084-A/RS)
Advogado	DR. DYRCEU COSTA DIAS ANDRIOTTI(OAB: 67920-A/RS)
Advogada	DRA. CECÍLIA DE ARAÚJO COSTA(OAB: 2190-A/RS)
Advogado	DR. PEDRO TEIXEIRA MESQUITA DA COSTA(OAB: 72811-A/RS)
Advogado	DR. ANDRÉ LUIS SOARES ABREU(OAB: 73190-A/RS)
RECORRIDO	COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA PARTICIPAÇÕES - CEEE-PAR
Advogado	DR. RODRIGO SOARES CARVALHO(OAB: 39510-A/RS)
Advogado	DR. JIMMY BARIANI KOCH(OAB: 50783-A/RS)
Advogada	DRA. GABRIELA LUCAS DE OLIVERA GUATTINI(OAB: 88079-A/RS)
RECORRIDO	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D
Advogado	DR. RODRIGO SOARES CARVALHO(OAB: 39510-A/RS)
Advogado	DR. JIMMY BARIANI KOCH(OAB: 50783-A/RS)
Advogada	DRA. GABRIELA LUCAS DE OLIVERA GUATTINI(OAB: 88079-A/RS)
RECORRIDO	COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE - GT
Advogado	DR. RODRIGO SOARES CARVALHO(OAB: 39510-A/RS)
Advogado	DR. JIMMY BARIANI KOCH(OAB: 50783-A/RS)
Advogada	DRA. GABRIELA LUCAS DE OLIVERA GUATTINI(OAB: 88079-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMELIA VIEIRA FERREIRA
- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D
- COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA PARTICIPAÇÕES - CEEE-PAR
- COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE - GT

Processo Nº Ag-AIRR-0020883-51.2018.5.04.0017

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	DR. MARLON BRUM
RECORRIDO	JOB RECURSOS HUMANOS LTDA.
Advogado	DR. CECILIA MARIA OYHENARD IBARRA(OAB: 34814-A/RS)
RECORRIDO	MARIA SALETE DA SILVA MARTINS
Advogado	DR. EVARISTO LUIZ HEIS(OAB: 28154/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- JOB RECURSOS HUMANOS LTDA.
- MARIA SALETE DA SILVA MARTINS

Processo Nº AIRR-0021015-11.2018.5.04.0211

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	DR. LUIZ HENRIQUE OLTRAMARI
RECORRIDO	JOB SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA. - EPP
Advogado	DR. CECILIA MARIA OYHENARD IBARRA(OAB: 34814-A/RS)
Advogada	DRA. MARÍLIA CONCEIÇÃO SILVEIRA OLIVEIRA(OAB: 81132-A/RS)
RECORRIDO	EMPRESA PORTO ALEGRENSE DE VIGILÂNCIA LTDA.
Advogado	DR. LAIS REIS SILVA PIRES(OAB: 81415-A/RS)
RECORRIDO	YAGO ROGERIO LIMA
Advogado	DR. SABRINA CONSTANT GOULART(OAB: 60937-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA PORTO ALEGRENSE DE VIGILÂNCIA LTDA.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- JOB SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA. - EPP
- YAGO ROGERIO LIMA

Processo Nº AIRR-0021068-37.2018.5.04.0002

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE - SUPRG
Procuradora	DRA. MARÍLIA RODRIGUES DE OLIVEIRA
RECORRIDO	PRISMASERV SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI
RECORRIDO	DANIELE TRISCH GARCIA
Advogado	DR. DANIEL CORAL(OAB: 78176-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIELE TRISCH GARCIA
- PRISMASERV SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI
- SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE - SUPRG

Processo Nº Ag-AIRR-0021160-94.2018.5.04.0008

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	DR. MARLON BRUM
RECORRIDO	JOB SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA. - EPP
Advogado	DR. CECILIA MARIA OYHENARD IBARRA(OAB: 34814-A/RS)
RECORRIDO	EMERSON LEAES DE SOUZA
Advogado	DR. PAULO DOS SANTOS MARIA(OAB: 23627-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMERSON LEAES DE SOUZA
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- JOB SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA. - EPP

Processo Nº Ag-ARR-0021180-75.2015.5.04.0304

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Procurador	DR. GUSTAVO ALESSANDRO KRONBAUER
RECORRIDO	MASSA FALIDA DE CLINSUL MÃO-DE-OBRA E REPRESENTAÇÃO LTDA.
Advogada	DRA. RITA KÁSSIA NESKE UNFER(OAB: 89525-A/RS)
Advogado	DR. MARCELO AQUINI FERNANDES(OAB: 51925/RS)
RECORRIDO	JECI MARIA DE FARIAS
Advogado	DR. LETICIA GONÇALVES DE ALBUQUERQUE BURIOL(OAB: 75520 -A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- JECI MARIA DE FARIAS
- MASSA FALIDA DE CLINSUL MÃO-DE-OBRA E REPRESENTAÇÃO LTDA.

Processo Nº AIRR-0021204-98.2018.5.04.0013

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	DR. LUIZ HENRIQUE OLTRAMARI
RECORRIDO	PROTELIMP SERVIÇOS DE PORTARIA, LIMPEZA E MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADOS EIRELI
Advogada	DRA. RITA KÁSSIA NESKE UNFER(OAB: 89525-A/RS)
RECORRIDO	MARCIA REGINA SANTOS DE ALMEIDA
Advogado	DR. RENATO FONTOURA DA ROSA(OAB: 79705-A/RS)
Advogado	DR. PATRICIA FERNANDA PINHEIRO SEFFERIN(OAB: 94798-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- MARCIA REGINA SANTOS DE ALMEIDA
- PROTELIMP SERVIÇOS DE PORTARIA, LIMPEZA E MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADOS EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-0021264-43.2019.5.04.0011

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	CLEDI CLEMENTINO ASSIS MACHADO E OUTROS
Advogado	DR. OSWALDO DA ROCHA LACERDA(OAB: 40517-A/RS)
RECORRIDO	DARCI CANIBAL SOARES
Advogado	DR. DIRCEU ANDRE SEBBEN(OAB: 32966-A/RS)
Advogado	DR. AGOSTINHO FRANCISCO ZUCCHI(OAB: 37517-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEDI CLEMENTINO ASSIS MACHADO E OUTROS
- DARCI CANIBAL SOARES

Processo Nº Ag-AIRR-0021376-95.2018.5.04.0512

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES
Procurador	DR. ADECIR JOSÉ SLONGO
RECORRIDO	CCS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
Advogado	DR. CLAUDIA LARRATEA ECHEVERRIA(OAB: 50858-A/RS)
Advogado	DR. JONATHAN HECK MUNHOZ(OAB: 101977-A/RS)
RECORRIDO	ANA BERNARDON BAO
Advogado	DR. JOSÉ ALEX BITON TAPIA(OAB: 52796-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA BERNARDON BAO
- CCS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
- MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES

Processo Nº AIRR-0021814-12.2017.5.04.0204

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE CANOAS
Procurador	DR. JONATHAN FERNANDES URBAN
RECORRIDO	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR
RECORRIDO	RENATA PAZ TRILHA DA SILVA
Advogada	DRA. NATÁLIA CARDOSO DOTTO(OAB: 108875-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR
- MUNICÍPIO DE CANOAS
- RENATA PAZ TRILHA DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0021873-19.2016.5.04.0015

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
Procurador	DR. PAULO HENRIQUE MORETTO
RECORRIDO	COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - PROCEMPA
Advogado	DR. SIMONE DA SILVA DOMINGUES(OAB: 48619-A/RS)
Advogado	DR. VIVIANA CREATINI DA ROCHA MARCHETTE SA(OAB: 22015-A/RS)
RECORRIDO	JOSELAINE PASSOS GORZIZA - ME
RECORRIDO	MARIA FRANCISCA SOARES LOPES
Advogado	DR. ERVINO ROLL(OAB: 9907-A/RS)
Advogado	DR. MARCELO PINHEIRO BRAZ DA SILVA(OAB: 78746-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE - PROCEMPA
- JOSELAINE PASSOS GORZIZA - ME
- MARIA FRANCISCA SOARES LOPES
- MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Processo Nº Ag-AIRR-0021909-66.2017.5.04.0002

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	DR. MARLON BRUM
RECORRIDO	PROTELIMP SERVIÇOS DE PORTARIA, LIMPEZA E MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADOS EIRELI
Advogado	DR. FABIANA ZYSKO(OAB: 67542-A/RS)
Advogada	DRA. RITA KÁSSIA NESKE UNFER(OAB: 89525-A/RS)
Advogado	DR. ELIANA FLOR DE SOUZA(OAB: 70473-A/RS)
RECORRIDO	ZEILA SOARES LEIVAS MARQUES
Advogado	DR. EGÍDIO HEIM PROCASKO(OAB: 36822-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- PROTELIMP SERVIÇOS DE PORTARIA, LIMPEZA E MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADOS EIRELI
- ZEILA SOARES LEIVAS MARQUES

Processo Nº ED-AIRR-0022310-81.2018.5.04.0341

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	DR. LUIZ HENRIQUE OLTRAMARI
RECORRIDO	INSTITUTO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO VIDA
Advogada	DRA. ELISETE CAETANO CARDOSO FEIJÓ(OAB: 58603-A/RS)
Advogado	DR. HENRIQUE CAPORAL PEREIRA(OAB: 83837-A/RS)
RECORRIDO	MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS
Procuradora	DRA. ROCHELE HENTZ
RECORRIDO	SABRINA ALINE STAUDT
Advogado	DR. FELIPE DA SILVA MORALES(OAB: 89173-A/RS)
Advogado	DR. FELIPE OLIVEIRA SCHERER(OAB: 89649-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- INSTITUTO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO VIDA
- MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS
- SABRINA ALINE STAUDT

Processo Nº Ag-AIRR-0022428-57.2018.5.04.0341

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradora	DRA. REBECA SANTOS MACHADO
RECORRIDO	INSTITUTO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO VIDA
Advogado	DR. HENRIQUE CAPORAL PEREIRA(OAB: 83837-A/RS)
RECORRIDO	MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS
RECORRIDO	ODIRLEIA LIMA DA ROSA
Advogado	DR. FELIPE OLIVEIRA SCHERER(OAB: 89649/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- INSTITUTO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO VIDA
- MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS
- ODIRLEIA LIMA DA ROSA

Processo Nº Ag-AIRR-0024421-53.2020.5.24.0004

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	VIAÇÃO MOTTA LIMITADA
Advogado	DR. ANTÔNIO CLETO GOMES(OAB: 37845-S/DF)
RECORRIDO	ADEMIR MESSIAS DE OLIVEIRA
Advogada	DRA. JULIANA DA CRUZ TERRA(OAB: 12209-A/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADEMIR MESSIAS DE OLIVEIRA
- VIAÇÃO MOTTA LIMITADA

Processo Nº ED-AIRR-0025434-92.2017.5.24.0004

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FÁTIMA PERES DE ARAÚJO
Advogado	DR. SERGUE FARIA BARROS(OAB: 9951-A/MS)
Advogado	DR. SERGUE ALBERTO MARQUES BARROS(OAB: 13932-A/MS)
RECORRIDO	ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado	DR. JORGE RIBEIRO COUTINHO GONÇALVES DA SILVA(OAB: 10914/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
- FÁTIMA PERES DE ARAÚJO

Processo Nº ED-AIRR-0036900-90.2011.5.13.0007

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MONICA MARNE TARGINO DA COSTA
Advogado	DR. CÉLIO GONÇALVES VIEIRA(OAB: 12046-A/PB)
Advogado	DR. VALTER VANDILSON CUSTODIO DE BRITO(OAB: 8908-A/PB)
Advogado	DR. ALEXEI RAMOS DE AMORIM(OAB: 9164-A/PB)
RECORRIDO	GILDETE LEITE CAVALCANTE - ME E OUTRO
Advogado	DR. NARRIMAN XAVIER DA COSTA(OAB: 10334-A/PB)
Advogado	DR. MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA(OAB: 4007-A/PB)
Advogado	DR. ADALGISA REJANE SOARES DE CARVALHO(OAB: 14745-A/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- GILDETE LEITE CAVALCANTE - ME E OUTRO
- MONICA MARNE TARGINO DA COSTA

Processo Nº Ag-AIRR-0074200-32.2004.5.02.0462

Processo Nº Ag-AIRR-00742/2004-462-02-00.5

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.
Advogada	DRA. SÍLVIA PELLEGRINI RIBEIRO(OAB: 230654-A/SP)
RECORRIDO	JOSE PAULO BATISTA
Advogado	DR. AGAMENON MARTINS DE OLIVEIRA(OAB: 99424-A/SP)
Advogado	DR. PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA(OAB: 136460-E/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE PAULO BATISTA
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0080900-07.2009.5.03.0014

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	TERUKO ODA E OUTRA
Advogada	DRA. MARIA APARECIDA CAPUTO(OAB: 105973-A/SP)
RECORRIDO	COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS DE PROJETOS COMERCIAIS - TECHSERV (EM LIQUIDAÇÃO)
RECORRIDO	MARCO ANTONIO GOMES DE FARIA
Advogada	DRA. LENICE MARTINS BERNARDES FERREIRA(OAB: 48261 -A/MG)
RECORRIDO	B R A NET GESTAO PATRIMONIAL LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- B R A NET GESTAO PATRIMONIAL LTDA
- COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS DE PROJETOS COMERCIAIS - TECHSERV (EM LIQUIDAÇÃO)
- MARCO ANTONIO GOMES DE FARIA
- TERUKO ODA E OUTRA

Processo Nº Ag-RRAg-0100000-53.2016.5.01.0047

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	IABAS - INSTITUTO DE ATENÇÃO BÁSICA E AVANÇADA À SAÚDE
Advogado	DR. LUIS FERNANDO GOLFETTO RIBEIRO(OAB: 118615-A/RJ)
RECORRIDO	CLAUDIA CECILIA DA SILVA REGO
Advogado	DR. RAFAEL EPELMAN(OAB: 155392 -D/RJ)
Advogado	DR. RICARDO JOSÉ PEREIRA COSTA(OAB: 152098-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIA CECILIA DA SILVA REGO
- IABAS - INSTITUTO DE ATENÇÃO BÁSICA E AVANÇADA À SAÚDE
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº AIRR-0100018-24.2018.5.01.0041

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. RENATA RUFFO RODRIGUES PEREIRA REZENDE
RECORRIDO	PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogada	DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)
Advogada	DRA. LARISSA AMORIM CRUZ(OAB: 424563-A/SP)
RECORRIDO	MARCELO SEPEDA MARTINS
Advogado	DR. ANTÔNIO ALVES DE OLIVEIRA FILHO(OAB: 52909-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- MARCELO SEPEDA MARTINS
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Processo Nº RRAg-0100033-33.2019.5.01.0081

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	INSTITUTO UNIR SAUDE - UNIR
RECORRIDO	MARCOS PAULO PINTO DE MESQUITA
Advogado	DR. BERNARD BARBOSA DA ROCHA(OAB: 85120-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO UNIR SAUDE - UNIR
- MARCOS PAULO PINTO DE MESQUITA
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº AIRR-0100081-59.2016.5.01.0028

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RODRIGO HENRIQUE LUIZ CORRÊA
RECORRIDO	INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COSTA VERDE
Advogado	DR. MARCELO DA NOVA MOREIRA JERMANN(OAB: 172664-D/RJ)
RECORRIDO	AMANDA PRISCILA MENDONCA DOS SANTOS
Advogado	DR. CELSO BRAGA GONÇALVES ROMA(OAB: 41069/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMANDA PRISCILA MENDONCA DOS SANTOS
- INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COSTA VERDE
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0100091-97.2019.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	JPTE ENGENHARIA LTDA.
Advogado	DR. JOAO MARCOS CAVICHIOLI FEITEIRO(OAB: 307654-A/SP)
RECORRIDO	EDMEIA GONCALVES VIANA FARIAS
Advogado	DR. LEONNARDO TINOCO DOMINGOS(OAB: 206588-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDMEIA GONCALVES VIANA FARIAS
- JPTE ENGENHARIA LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0100110-06.2019.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	JPTE ENGENHARIA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOAO MARCOS CAVICHIOLI FEITEIRO(OAB: 307654-A/SP)
RECORRIDO	MARCIA REGINA DA FONSECA
Advogado	DR. LEONNARDO TINOCO DOMINGOS(OAB: 206588-A/RJ)
Advogado	DR. CELSO MUNIR ATTYE MUSSI(OAB: 125966-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- JPTE ENGENHARIA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- MARCIA REGINA DA FONSECA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº RR-0100130-69.2017.5.01.0027

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNDAÇÃO CECIERJ
Procuradora	DRA. MARIA BEATRIZ FREITAS DE OLIVEIRA
RECORRIDO	COMATIC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
RECORRIDO	JAQUELINE DE JESUS MOREIRA DA SILVA

Advogado	DR. ARNALDO GIL DE ASSIS DIAS(OAB: 65662-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMATIC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNDAÇÃO CECIERJ
- JAQUELINE DE JESUS MOREIRA DA SILVA

Processo Nº AIRR-0100138-62.2017.5.01.0248

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogado	DR. FERNANDO MORELLI ALVARENGA(OAB: 86424-A/RJ)
RECORRIDO	EISA PETRO-UM S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL E OUTRA
Advogado	DR. DAVID MACIEL DE MELLO FILHO(OAB: 53645/RJ)
Advogado	DR. MAURÍCIO DE ALMEIDA MELLO(OAB: 158658/RJ)
RECORRIDO	EISA - ESTALEIRO ILHA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
RECORRIDO	SYNERGY SHIPYARD INC.
RECORRIDO	GERMAN EFROMOVICH
RECORRIDO	EISA MONTAGENS LTDA
RECORRIDO	DECIO SARAIVA JUNIOR
Advogada	DRA. DANIELE GABRICH GUEIROS(OAB: 80645/RJ)
Advogada	DRA. DÉBORA CASTILHO MOREIRA SILVA(OAB: 174782-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DECIO SARAIVA JUNIOR
- EISA - ESTALEIRO ILHA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- EISA MONTAGENS LTDA
- EISA PETRO-UM S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL E OUTRA
- GERMAN EFROMOVICH
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
- SYNERGY SHIPYARD INC.

Processo Nº AIRR-0100140-43.2018.5.01.0039

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	VS BRASIL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI
RECORRIDO	CLAUFRAN SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI
RECORRIDO	SIMEI FAUSTINO NASCIMENTO
Advogado	DR. LECI SOARES DA COSTA(OAB: 143931-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUFRAN SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- SIMEI FAUSTINO NASCIMENTO
- VS BRASIL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-0100168-87.2019.5.01.0067

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Advogado	DR. ALEXANDRE DOS SANTOS GONÇALVES(OAB: 92975-A/RJ)
Advogado	DR. ALVARO VIEIRA OLIVEIRA(OAB: 129873-A/RJ)
RECORRIDO	ANDRADES GESTAO EMPRESARIAL E SERVICOS EIRELI
Advogado	DR. BRUNO DOS SANTOS RAMOS CAVALCANTI(OAB: 207905-A/RJ)
RECORRIDO	ISABEL DA SILVA BARBOSA
Advogado	DR. MARCELO POSSIMOZER DIAS(OAB: 105495/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRADES GESTAO EMPRESARIAL E SERVICOS EIRELI
- CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- ISABEL DA SILVA BARBOSA
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº ED-AIRR-0100176-54.2017.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)
RECORRIDO	MASSA FALIDA DE GRUPO SCHAHIN
Advogado	DR. TATIANA WEIGAND BERNA RAYEL
RECORRIDO	LEANDRO DE SOUZA E SILVA
Advogado	DR. SAUL DOS SANTOS(OAB: 146225-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEANDRO DE SOUZA E SILVA
- MASSA FALIDA DE GRUPO SCHAHIN
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0100183-75.2016.5.01.0030

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. DARCIO AUGUSTO CHAVES FARIA
RECORRIDO	VEGA LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS E DIAGNOSTICOS LTDA
RECORRIDO	JULIANA SERVILHO DUTRA
Advogado	DR. ROBERTO SANTANA PIRES(OAB: 146483-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- JULIANA SERVILHO DUTRA
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- VEGA LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS E DIAGNOSTICOS LTDA

Processo Nº AIRR-0100185-94.2019.5.01.0012

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. MARIANA FERREIRA FINEBERG
RECORRIDO	INATOS - INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA, TRABALHO, OPORTUNIDADES E SAÚDE
Advogada	DRA. MARIA DE FÁTIMA MARTINS DE OLIVEIRA(OAB: 57873-A/RJ)
Advogado	DR. WILLIANS CARDOSO FERRARRI DA SILVEIRA(OAB: 135911-A/RJ)

RECORRIDO	ITAMAR NUNES DA SILVA
Advogado	DR. PATRICIA DA SILVA SANTOS CAETANO(OAB: 129981-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- INATOS - INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA, TRABALHO, OPORTUNIDADES E SAÚDE
- ITAMAR NUNES DA SILVA
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0100185-45.2019.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	JPTE ENGENHARIA LTDA.
Advogado	DR. CLARISSE SCAFUTO BARBOSA DE CASTRO(OAB: 31806-A/DF)
Advogada	DRA. DENISE CAMPOS FISCHER(OAB: 31306-A/DF)
RECORRIDO	MICHELLE IORIO CORREA MELO
Advogada	DRA. SILVANIA LIMA DA SILVA(OAB: 51391-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- JPTE ENGENHARIA LTDA.
- MICHELLE IORIO CORREA MELO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0100196-39.2016.5.01.0462

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	CSN MINERAÇÃO S.A.
Advogada	DRA. ANA GABRIELA BURLAMAQUI DE CARVALHO VIANNA(OAB: 81690-A/RJ)
RECORRIDO	ELLEN DE OLIVEIRA SOUZA GASPAR PRADO
Advogado	DR. ANTÔNIA DE MARIA FARIAS RANHADA(OAB: 118250-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CSN MINERAÇÃO S.A.
- ELLEN DE OLIVEIRA SOUZA GASPAR PRADO

Processo Nº Ag-AIRR-0100197-64.2019.5.01.0059

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Advogado	DR. CARLOS EDUARDO MIRANDA BONELLI(OAB: 138926-A/RJ)
Advogado	DR. ALVARO VIEIRA OLIVEIRA(OAB: 129873-A/RJ)
RECORRIDO	ANDRADES GESTAO EMPRESARIAL E SERVICOS EIRELI
Advogado	DR. BRUNO DOS SANTOS RAMOS CAVALCANTI(OAB: 207905-A/RJ)
RECORRIDO	KATIA MILEZZI
Advogado	DR. MAURICIO FERNANDES VALLEJO(OAB: 163945-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRADES GESTAO EMPRESARIAL E SERVICOS EIRELI
- CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- KATIA MILEZZI
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº AIRR-0100240-58.2018.5.01.0019

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. RENATA COTRIM NACIF
RECORRIDO	PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogado	DR. FELIPE MORAES FIORINI(OAB: 379912-A/SP)
Advogado	DR. MARCEL GUSTAVO FERIGATO(OAB: 250482-A/SP)
Advogado	DR. RODRIGO MONTEIRO DE SOUZA(OAB: 260487-A/SP)
Advogada	DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)
RECORRIDO	SHEILA SANTOS MACHADO
Advogado	DR. BEROALDO ALVES SANTANA(OAB: 40039-A/RJ)
Advogado	DR. VIVIANE MACHADO MARTINS JORGE(OAB: 203663-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
- SHEILA SANTOS MACHADO

Processo Nº AIRR-0100267-55.2018.5.01.0079

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UNIÃO (PGU)
Procuradora	DRA. DANIELLE CHRISTINE MIRANDA GHEVENTER
RECORRIDO	RECRUTARE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS - EIRELI
RECORRIDO	CINTIA RIBEIRO MENDES
Advogado	DR. JORGE ANTÔNIO DE AZEVEDO GONÇALVES(OAB: 60893-A/RJ)
Advogado	DR. VINÍCIUS GUIMARÃES BATISTA(OAB: 164695-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CINTIA RIBEIRO MENDES
- RECRUTARE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS - EIRELI
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº Ag-AIRR-0100281-60.2019.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. MARIA DAS DORES STREILING(OAB: 280482-A/SP)
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. MARIA DAS DORES STREILING(OAB: 280482-A/SP)
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	MAYKO QUEIROZ DA SILVA
Advogado	DR. LEONARDO LESSA RABELLO(OAB: 115972-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MAYKO QUEIROZ DA SILVA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº RRAg-0100298-76.2018.5.01.0014

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. DANIELE FARIAS DANTAS DE ANDRADE URYN
Procuradora	DRA. RAQUEL DO NASCIMENTO RAMOS
RECORRIDO	BEQUEST CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA. E OUTROS
Advogado	DR. EDUARDO BEIROUTI DE MIRANDA ROQUE(OAB: 206946-A/SP)
RECORRIDO	EDNALDO RAIMUNDO DA SILVA
Advogada	DRA. ELIANA LEMOS COTTA PEREIRA(OAB: 3846-A/RJ)
Advogado	DR. JOVENIL DE OLIVEIRA MARIANO(OAB: 83468-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BEQUEST CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA. E OUTROS
- EDNALDO RAIMUNDO DA SILVA
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0100300-63.2019.5.01.0482

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRENTE	UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	DRA. THIARA DE FREITAS WANDEKOKEN(OAB: 127199-A/MG)
Advogado	DR. JULIANA ARRUSSUL TORRES(OAB: 71459-A/RS)
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	DRA. THIARA DE FREITAS WANDEKOKEN(OAB: 127199-A/MG)
Advogado	DR. JULIANA ARRUSSUL TORRES(OAB: 71459-A/RS)
RECORRIDO	JOSIVALDO DA CONCEICAO SANTOS
Advogado	DR. RODRIGO RODRIGUES SARMANHO(OAB: 131328-A/RJ)
Advogado	DR. LEONARDO LESSA RABELLO(OAB: 115972-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSIVALDO DA CONCEICAO SANTOS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº AIRR-0100316-61.2018.5.01.0511

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. RENATA COTRIM NACIF
RECORRIDO	VS BRASIL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI
RECORRIDO	MARCOS ANTONIO PINHEIRO
Advogado	DR. THIAGO CARDOSO DOMINGOS DOS SANTOS(OAB: 169506-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- MARCOS ANTONIO PINHEIRO
- VS BRASIL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI

Processo Nº AIRR-0100317-09.2019.5.01.0027

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
RECORRIDO	CRISTIANE DIAS DA SILVA
Advogado	DR. THAINA RIBEIRO MARTINS(OAB: 206204-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTIANE DIAS DA SILVA
- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0100383-42.2019.5.01.0074

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	HB MULTISERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. JOSUEL THOMAZ(OAB: 209396-A/RJ)
RECORRIDO	IRANI FREIRE DA SILVA
Advogada	DRA. LUCIANA DA CRUZ PIRES(OAB: 89706-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- HB MULTISERVIÇOS LTDA.
- IRANI FREIRE DA SILVA
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0100384-43.2016.5.01.0038

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogado	DR. FERNANDO MORELLI ALVARENGA(OAB: 86424-A/RJ)
RECORRIDO	HOPE RECURSOS HUMANOS EIRELI (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSE RICARDO HADDAD(OAB: 126241-A/SP)
RECORRIDO	BRUNA MAIA ZANINI ANSELMO
Advogado	DR. WANDERLEY DA SILVA COSTA(OAB: 100988/RJ)
Advogado	DR. LUCIANA DA SILVA VIANA MACHADO(OAB: 104955-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNA MAIA ZANINI ANSELMO
- HOPE RECURSOS HUMANOS EIRELI (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

Processo Nº RR-0100397-84.2018.5.01.0066

Complemento	Processo Eletrônico

RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. VERONICA PINHEIRO VIDAL
RECORRIDO	PROL STAFF LTDA.
Advogado	DR. IGOR XAVIER HOMAR(OAB: 30111-A/GO)
Advogado	DR. DOMINGOS CORREA DOS SANTOS(OAB: 160116-A/RJ)
RECORRIDO	LUCIANA MIRANDA DE OLIVEIRA PONTES
Advogado	DR. MARILENE ALANA CARNEIRO SALIM(OAB: 156591-A/RJ)
Advogada	DRA. DANIELE CORDEIRO NASCIMENTO(OAB: 151561-A/RJ)
Advogado	DR. SANDRO FERREIRA DO AMARAL(OAB: 195684-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- LUCIANA MIRANDA DE OLIVEIRA PONTES
- PROL STAFF LTDA.

Processo Nº RRAg-0100436-63.2019.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRENTE	UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. MARIA DAS DORES STREILING(OAB: 280482-A/SP)
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. MARIA DAS DORES STREILING(OAB: 280482-A/SP)
RECORRIDO	NILTON CESAR FONTES
Advogado	DR. LEONARDO LESSA RABELLO(OAB: 115972-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- NILTON CESAR FONTES
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº AIRR-0100437-37.2018.5.01.0205

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogado	DR. FERNANDO MORELLI ALVARENGA(OAB: 86424-A/RJ)
RECORRIDO	HOPE RECURSOS HUMANOS EIRELI
Advogado	DR. EDMILSON ANTÔNIO PEREIRA(OAB: 78464-D/RJ)
Advogado	DR. JOSE RICARDO HADDAD(OAB: 126241-A/SP)
RECORRIDO	ADAUTO URBANO DA SILVA
Advogada	DRA. ARILÂNDIA DANTAS FORMIGA(OAB: 157910-D/RJ)
Advogado	DR. ARISTOTELES DANTAS FORMIGA(OAB: 44536-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADAUTO URBANO DA SILVA
- HOPE RECURSOS HUMANOS EIRELI
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

Processo Nº AIRR-0100472-54.2019.5.01.0207

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
RECORRIDO	INSTITUTO DATA RIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
RECORRIDO	ESPÓLIO DE SIMONI AGUIAR MOTA REPRESENTADO POR DAVI MOTA DA COSTA
Advogada	DRA. CONSUELO BATISTA NUNES(OAB: 142729-D/RJ)
Advogado	DR. FÁBIO AROUCHA MALLER(OAB: 221999-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESPÓLIO DE SIMONI AGUIAR MOTA REPRESENTADO POR DAVI MOTA DA COSTA
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INSTITUTO DATA RIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Processo Nº AIRR-0100479-29.2018.5.01.0224

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. FELIPE DERBLI DE CARVALHO BAPTISTA
RECORRIDO	INSTITUTO DATA RIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
RECORRIDO	ISADORA CALDAS MARTINS
Advogado	DR. VANDERSON DA SILVA JOSÉ(OAB: 156681-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INSTITUTO DATA RIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- ISADORA CALDAS MARTINS

Processo Nº Ag-AIRR-0100518-74.2018.5.01.0014

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DOM PIXOTE
Advogado	DR. FLÁVIA NUNES TAVARES MACHADO(OAB: 100477-A/RJ)
RECORRIDO	MICHELINE MARCIA DO NASCIMENTO RAMOS
Advogado	DR. ANNA CAROLINA VIEIRA CORTES(OAB: 165814-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DOM PIXOTE
- MICHELINE MARCIA DO NASCIMENTO RAMOS
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0100518-93.2018.5.01.0040

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	CRYSTAL SERVICE CONSERVAÇÃO EIRELI
RECORRIDO	TANIA CRISTINA DE OLIVEIRA CAMPOS
Advogado	DR. DANIELA RIBEIRO RODRIGUES ALVES(OAB: 204434-A/RJ)

Advogado	DR. DEBORA DE LIMA PINTO(OAB: 159380-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRYSTAL SERVICE CONSERVAÇÃO EIRELI
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- TANIA CRISTINA DE OLIVEIRA CAMPOS

Processo Nº Ag-AIRR-0100524-71.2018.5.01.0082

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
Advogado	DR. GABRIELE BENEVENUTO DE SOUZA TEIXEIRA(OAB: 100290-A/RJ)
RECORRIDO	MARINALVA BATISTA DOS SANTOS
Advogado	DR. MAURO ANTÔNIO DA SILVA(OAB: 147473-A/RJ)
Advogado	DR. FELIPE LUCIANO ALVES(OAB: 146696-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
- MARINALVA BATISTA DOS SANTOS
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-RRAg-0100528-96.2019.5.01.0010

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	GILBERTO RAMOS GONZALES
Advogada	DRA. MARILENE DA SILVA MENDES(OAB: 175221-A/RJ)
Advogado	DR. SERGIO DA SILVA ALMEIDA(OAB: 174726-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- GILBERTO RAMOS GONZALES
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº AIRR-0100533-41.2019.5.01.0068

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
RECORRIDO	ADRIELE MARIA MIRANDA DE SOUZA
Advogado	DR. MARIANA FIDELIS DE ARAGAO PAGE(OAB: 218296-A/RJ)
Advogado	DR. TATIANE OLIVEIRA DE ARAGAO(OAB: 202078-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIELE MARIA MIRANDA DE SOUZA
- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº RR-0100573-42.2019.5.01.0482

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UTC ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL E OUTROS
Advogado	DR. MARIA DAS DORES STREILING(OAB: 280482-A/SP)
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	JOSE MARCELO LOPES NIELSEN
Advogado	DR. WAGNER CARVALHO MOTTA(OAB: 134392-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE MARCELO LOPES NIELSEN
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL E OUTROS

Processo Nº AIRR-0100574-17.2018.5.01.0432

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
RECORRIDO	BEQUEST GESTAO AMBIENTAL LTDA
Advogado	DR. RAFAEL DE MELLO E SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 246332-A/SP)
Advogado	DR. IGOR XAVIER HOMAR(OAB: 30111-A/GO)
RECORRIDO	PROL STAFF LTDA.
Advogado	DR. RAFAEL DE MELLO E SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 246332-A/SP)
Advogado	DR. IGOR XAVIER HOMAR(OAB: 30111-A/GO)
RECORRIDO	ANDRESSA DO NASCIMENTO FERREIRA
Advogada	DRA. LIDIANE PONTES MACHADO(OAB: 212668-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRESSA DO NASCIMENTO FERREIRA
- BEQUEST GESTAO AMBIENTAL LTDA
- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PROL STAFF LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0100589-45.2016.5.01.0047

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	VPAR LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA.
RECORRIDO	ANDREA PEREIRA DA SILVA
Advogado	DR. ROBERTO DE OLIVEIRA FALCO(OAB: 151296-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDREA PEREIRA DA SILVA
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- VPAR LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº RRAg-0100592-47.2019.5.01.0062

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	CLAUFRAN SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI
RECORRIDO	VINICIUS SILVA FERREIRA

Advogado	DR. JEFFERSON DOTTI TEIXEIRA PAULO(OAB: 134066-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUFRAN SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- VINICIUS SILVA FERREIRA

Processo Nº Ag-AIRR-0100629-77.2019.5.01.0061

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
RECORRIDO	IVONETE APARECIDA SILVA
Advogado	DR. BRUNO BOA NOVA MORGADO CORDEIRO(OAB: 167178-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- IVONETE APARECIDA SILVA
- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº AIRR-0100637-83.2016.5.01.0247

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA FIA/RJ
Procurador	DR. WALDIR ZAGAGLIA
RECORRIDO	TIRADENTES SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LIMITADA
RECORRIDO	MARCOS ANTONIO DOS SANTOS
Advogado	DR. MARCIO VINICIUS DE ALMEIDA OLIVEIRA(OAB: 157611-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA FIA/RJ
- MARCOS ANTONIO DOS SANTOS
- TIRADENTES SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LIMITADA

Processo Nº AIRR-0100643-57.2019.5.01.0030

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. DANIELE FARIAS DANTAS DE ANDRADE
Procuradora	DRA. RAQUEL DO NASCIMENTO RAMOS ROHR
RECORRIDO	LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
RECORRIDO	JOCASTA DA COSTA TEIXEIRA
Advogado	DR. ELIANE HAMAE SATO(OAB: 162313-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- JOCASTA DA COSTA TEIXEIRA
- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-0100667-93.2017.5.01.0050

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	BC 1963 CONFECCOES LTDA E OUTROS
Advogado	DR. MAURÍCIO DE FIGUEIREDO CORRÊA DA VEIGA(OAB: 109016-A/RJ)
Advogado	DR. LUCIANO ANDRADE PINHEIRO(OAB: 15184-A/DF)
Advogado	DR. RONNY DANTAS DA COSTA(OAB: 49571-A/DF)
RECORRIDO	PAULINE GURGEL RODRIGUES DE ARAUJO
Advogado	DR. BERNARDO PESSANHA LEIDA DE CARVALHO(OAB: 149541-A/RJ)
Advogado	DR. RODRIGO COELHO ANTERO DE CARVALHO(OAB: 139595-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BC 1963 CONFECCOES LTDA E OUTROS
- PAULINE GURGEL RODRIGUES DE ARAUJO

Processo Nº Ag-AIRR-0100694-07.2016.5.01.0052

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ECOVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. MARCO ANTÔNIO BELMONTE(OAB: 182205-A/SP)
Advogado	DR. SHEILA MARQUES DO NASCIMENTO(OAB: 414952-A/SP)
Advogada	DRA. ANA CATHARINA CAHIM DE MELLO(OAB: 167659-A/RJ)
Advogado	DR. BRUNO MARGATO SGOBBI(OAB: 329953-A/SP)
RECORRIDO	SERMETAL ESTALEIROS LTDA.
Advogado	DR. GIANCARLO CHAVES STAEL(OAB: 59326-A/RJ)
RECORRIDO	RAIMUNDO LUIS BARRETO
Advogada	DRA. ANA CLAUDIA SILVA GUTERRES(OAB: 143084-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ECOVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- RAIMUNDO LUIS BARRETO
- SERMETAL ESTALEIROS LTDA.

Processo Nº Ag-Ag-AIRR-0100721-65.2019.5.01.0284

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ITPLAN INTEGRACAO TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO LTDA
Advogado	DR. TÚLIO CLAUDIO IDESES(OAB: 95180-A/RJ)
RECORRIDO	OTAVIO DE FREITAS RODRIGUES
Advogado	DR. MUNICK DE OLIVEIRA VIEIRA(OAB: 185486-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ITPLAN INTEGRACAO TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO LTDA
- OTAVIO DE FREITAS RODRIGUES

Processo Nº AIRR-0100730-15.2019.5.01.0482

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRENTE	UTC ENGENHARIA S.A.
Advogado	DR. JULIANA ARRUSSUL TORRES(OAB: 71459-A/RS)
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	UTC ENGENHARIA S.A.
Advogado	DR. JULIANA ARRUSSUL TORRES(OAB: 71459-A/RS)

RECORRIDO	AFRANIO DE CARVALHO RAFAEL
Advogado	DR. RODRIGO RODRIGUES SARMANHO(OAB: 131328-A/RJ)
Advogado	DR. LEONARDO LESSA RABELLO(OAB: 115972-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AFRANIO DE CARVALHO RAFAEL
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0100777-46.2018.5.01.0054

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
Procurador	DR. MARCELO ROCHA DE MELLO MARTINS
RECORRIDO	CLAUFRAN SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI
RECORRIDO	THIAGO CORDEIRO DOS SANTOS
Advogado	DR. SÉRGIO DE SOUZA RANGEL(OAB: 86747-A/RJ)
Advogado	DR. ÉRICK GONÇALVES RANGEL(OAB: 179419-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUFRAN SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI
- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- THIAGO CORDEIRO DOS SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-0100784-81.2019.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	DRA. THIARA DE FREITAS WANDEKOKEN(OAB: 127199-A/MG)
Advogado	DR. EVANDRO LUIS GREGOLIN(OAB: 171152-A/SP)
RECORRIDO	MOISES ALVES
Advogado	DR. RODRIGO RODRIGUES SARMANHO(OAB: 131328-A/RJ)
Advogado	DR. LEONARDO LESSA RABELLO(OAB: 115972-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MOISES ALVES
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-RRAg-0100809-23.2018.5.01.0031

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
RECORRIDO	PRO SAUDE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogado	DR. ROBERTO RICOMINI PICCELLI(OAB: 310376-A/SP)
RECORRIDO	MONIQUE OLIVEIRA PINTO
Advogada	DRA. JULIANA SANTOS AZEVEDO LIMA(OAB: 186695-A/RJ)
Advogado	DR. ANNA CAROLINA VIEIRA CORTES(OAB: 165814-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- MONIQUE OLIVEIRA PINTO
- PRO SAUDE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Processo Nº Ag-AIRR-0100826-18.2017.5.01.0056

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Advogado	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA(OAB: 81438-D/RJ)
RECORRIDO	BIOTECH HUMANA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE
Advogado	DR. MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA SILVEIRA(OAB: 99272/RJ)
RECORRIDO	ISABEL CRISTINA ALVES BENTO SIQUEIRA
Advogada	DRA. ELIANA SOARES DA MOTA(OAB: 151438-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BIOTECH HUMANA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE
- ISABEL CRISTINA ALVES BENTO SIQUEIRA
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0100828-56.2019.5.01.0043

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
Advogado	DR. LUÍS EDUARDO GUIMARÃES BORGES BARBOSA(OAB: 109033-A/RJ)
Advogado	DR. MARIO HENRIQUE GUIMARAES BITTENCOURT(OAB: 110415-A/RJ)
Advogado	DR. GABRIELE BENEVENUTO DE SOUZA TEIXEIRA(OAB: 100290-A/RJ)
RECORRIDO	ROSANE TAVARES DE MORAES MENEZES
Advogado	DR. THIAGO RODRIGUES JOSÉ(OAB: 204674-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- ROSANE TAVARES DE MORAES MENEZES

Processo Nº Ag-AIRR-0100830-08.2017.5.01.0007

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE MENTAL JULIANO MOREIRA
Advogado	DR. VICTOR FÉLIX MAZZEI(OAB: 132472-A/RJ)
RECORRIDO	LUCY CLARA GOMES ARGENTO
Advogado	DR. RICARDO ARGENTO DA COSTA(OAB: 150814/RJ)
Advogado	DR. GLAUCIO CAVALCANTE DE PAIVA(OAB: 96038/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE MENTAL JULIANO MOREIRA
- LUCY CLARA GOMES ARGENTO
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0100835-18.2018.5.01.0032

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAETEC
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
Procurador	DR. FELIPE DERBLI DE CARVALHO BAPTISTA
RECORRIDO	GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA
Advogada	DRA. ELISABETE DE MESQUITA CUIM NUNES(OAB: 100008-A/RJ)
Advogado	DR. ANDRÉ LUIZ BORGES SIMÕES SOBRINHO(OAB: 174032-A/RJ)
RECORRIDO	IVONE LISBOA PIRES
Advogada	DRA. MARINÊS VALLE DA TRINDADE(OAB: 1342/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAETEC
- GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA
- IVONE LISBOA PIRES

Processo Nº Ag-ED-RR-0100839-95.2016.5.01.0203

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. MARCELO RODRIGUES XAVIER(OAB: 2391/RO)
Advogado	DR. DANIEL PENHA DE OLIVEIRA(OAB: 3434-A/RO)
Advogada	DRA. TALISSA NAIARA ELIAS LIMA(OAB: 9552-A/RO)
Advogado	DR. ALISSON ARSOLINO ALBUQUERQUE(OAB: 7264/RO)
RECORRIDO	MAURO HENRIQUE GONCALVES
Advogado	DR. FÁBIO FAZANI(OAB: 183851-D/SP)
Advogado	DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 222297-A/RJ)
RECORRIDO	MISEL ENGENHARIA EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- MAURO HENRIQUE GONCALVES
- MISEL ENGENHARIA EIRELI
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0100842-50.2019.5.01.0072

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada	DRA. ANA REGINA MARQUES BRANDÃO(OAB: 4891/AL)
RECORRIDO	PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. THIAGO BRESSANI PALMIERI(OAB: 207753-A/SP)
Advogado	DR. ANALI CORREA TCHEPELENTYKY(OAB: 192953-A/SP)
RECORRIDO	GABRIEL NEVES DE AZEVEDO
Advogado	DR. EDUARDO ZUCCARELLI DE CARVALHO(OAB: 136436-A/RJ)
Advogado	DR. FELIPE CARVALHO PARRINI(OAB: 172008-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- GABRIEL NEVES DE AZEVEDO
- PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-AIRR-0100843-24.2016.5.01.0045

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UNIÃO (PGU)
Procuradora	DRA. RENATA CRISTINA TEIXEIRA DE ABREU
RECORRIDO	SUPERVIG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
Advogado	DR. LEONARDO SALUSTIANO DE SOUZA(OAB: 185351-A/RJ)
RECORRIDO	LUIZ CLAUDIO FREITAS SOARES
Advogado	DR. LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS(OAB: 102028-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIZ CLAUDIO FREITAS SOARES
- SUPERVIG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº Ag-AIRR-0100851-83.2016.5.01.0341

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
Advogada	DRA. ANA GABRIELA BURLAMAQUI DE CARVALHO VIANNA(OAB: 81690-A/RJ)
RECORRIDO	MARIO PEIXOTO JUNIOR
Advogado	DR. LEONARDO PEREIRA MARQUIORE(OAB: 164090-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
- MARIO PEIXOTO JUNIOR

Processo Nº Ag-AIRR-0100856-05.2019.5.01.0017

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	DR. RENATO LOBO GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)
Advogado	DR. RICARDO LOPES GODOY(OAB: 77167-A/MG)
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB: 62929/RJ)
RECORRIDO	JOSE RAIFF PORCINO
Advogada	DRA. THAÍS TOSTES LINHARES(OAB: 220279-A/RJ)
Advogado	DR. RAFAEL CALAZANS NOGUEIRA(OAB: 223466-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- JOSE RAIFF PORCINO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0100858-33.2016.5.01.0064

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
Procurador	DR. RAFAEL MAIA GUANAES

RECORRIDO	QUALITÉCNICA EMPRESA NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.
Advogada	DRA. REGINA TEDÉIA SAPIA(OAB: 100339-A/SP)
Advogada	DRA. GLAUCILENE VÍTOR GORGONHA(OAB: 273830-A/SP)
RECORRIDO	MICHELLE GUIMARAES DOS SANTOS CUNHA
Advogado	DR. CACEGY-LUIZ DOS TABAJARAS DE NUNES RODRIGUES(OAB: 34307/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MICHELLE GUIMARAES DOS SANTOS CUNHA
- QUALITÉCNICA EMPRESA NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ

Processo Nº ED-AIRR-0100868-64.2017.5.01.0057

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. DANIEL SOUSA ISAÍAS PEREIRA(OAB: 27253-A/DF)
Advogada	DRA. ANA VIRGÍNIA BATISTA LOPES DE SOUZA(OAB: 16660/DF)
Advogado	DR. ERNESTO ATALIBA MARQUESAN DA SILVA(OAB: 62611-A/RS)
Advogada	DRA. CAROLINE FREIRE CAVALCANTI VILELA(OAB: 11004-A/AL)
RECORRIDO	PRESERVA - CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.
RECORRIDO	TÂNIA MARIA DOS SANTOS DE SOUZA
Advogada	DRA. ANA ROCHA DE OLIVEIRA(OAB: 112572-A/RJ)
Advogado	DR. MARIANA GUEDES OLYNTHO(OAB: 130814-A/RJ)
Advogado	DR. ANDERSON GUIDA BRILHANTE(OAB: 186215-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- PRESERVA - CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA.
- TÂNIA MARIA DOS SANTOS DE SOUZA

Processo Nº Ag-RRAg-0100879-38.2017.5.01.0043

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. PEDRO GUIMARÃES LOULA
Procuradora	DRA. RENATA RUFFO RODRIGUES PEREIRA REZENDE
RECORRIDO	BEQUEST CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES FURTADO(OAB: 137614-A/RJ)
Advogado	DR. THIAGO BROCK(OAB: 166794-A/RJ)
Advogado	DR. LUIGI CATALDO BATISTA(OAB: 120021-A/RJ)
RECORRIDO	PROL STAFF LTDA.
RECORRIDO	SAMIRA PEGORA MACIEL PINTO
Advogado	DR. SIDNEI COELHO DA SILVA(OAB: 141852-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BEQUEST CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA.
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PROL STAFF LTDA.
- SAMIRA PEGORA MACIEL PINTO

Processo Nº Ag-AIRR-0100880-71.2017.5.01.0512

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ
Procuradora	DRA. PRISCILA DE PAULA CABRAL
Procurador	DR. DANTE TOMAZ
RECORRIDO	EDIMAR MUNIZ GONÇALVES
Advogado	DR. JOSÉ CARLOS ALVES(OAB: 62060-A/RJ)
Advogada	DRA. VIVIANE FREIRE ARCENIO DOS SANTOS(OAB: 165473-A/RJ)
Advogada	DRA. LUANNA TARDIN DE OLIVEIRA(OAB: 187198-A/RJ)
RECORRIDO	CONSTRUIR FACILITIES ARQUITETURA E SERVIÇOS EIRELI
Advogada	DRA. BLANCA MARIA BRAGA FANTONI(OAB: 137251-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSTRUIR FACILITIES ARQUITETURA E SERVIÇOS EIRELI
- EDIMAR MUNIZ GONÇALVES
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ

Processo Nº RR-0100884-93.2018.5.01.0247

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. ANNA CAROLINA MIGUEIS PEREIRA
RECORRIDO	INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG
Advogado	DR. ÉRICO PEREIRA COUTINHO GUEDES(OAB: 19618-A/BA)
Advogado	DR. LUANA MARQUES PEREIRA(OAB: 48145-A/BA)
RECORRIDO	TATIANA CHIMENTO RAVANELLI
Advogado	DR. RICARDO FILGUEIRAS BARBOSA(OAB: 112501-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG
- TATIANA CHIMENTO RAVANELLI

Processo Nº RRAg-0100905-69.2019.5.01.0074

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
RECORRIDO	IGOR REIS DOS SANTOS
Advogada	DRA. ILMA FERREIRA ARAÚJO(OAB: 88856-D/RJ)
Advogado	DR. RAFAEL FERREIRA ARAÚJO(OAB: 190179-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- IGOR REIS DOS SANTOS
- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0100907-91.2018.5.01.0068

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	SAVIOR MEDICAL SERVICE LTDA.
Advogado	DR. DIEGO MALDONADO(OAB: 106842-A/RJ)
Advogado	DR. EDUARDO RODRIGUES JUNIOR(OAB: 147208-A/RJ)
RECORRIDO	CARLOS ANDERSON LEITE
Advogado	DR. TIAGO DE OLIVEIRA GOMES(OAB: 165225-A/RJ)
Advogado	DR. RICARDO VIEIRA BARBOSA VENÂNCIO(OAB: 173840-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS ANDERSON LEITE
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- SAVIOR MEDICAL SERVICE LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0100913-86.2019.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRENTE	UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	DRA. THIARA DE FREITAS WANDEKOKEN(OAB: 127199-A/MG)
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	DRA. THIARA DE FREITAS WANDEKOKEN(OAB: 127199-A/MG)
RECORRIDO	AGNALDO DE SA MACEDO
Advogado	DR. RODRIGO RODRIGUES SARMANHO(OAB: 131328-A/RJ)
Advogado	DR. LEONARDO LESSA RABELLO(OAB: 115972-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGNALDO DE SA MACEDO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-AIRR-0100924-78.2018.5.01.0052

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UNIÃO (PGU)
Procuradora	DRA. GIOVANNA MACIEL FORTES DO PAÇO BORGES
RECORRIDO	TRADE BUILDING ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. OSMAR DE ÁVILLA JÚNIOR(OAB: 92358-A/RJ)
Advogada	DRA. MARIA IZABEL DE REZENDE ARAÚJO(OAB: 136374-A/RJ)
RECORRIDO	MONICA FAUSTINO AQUINO
Advogado	DR. EDUARDO DA SILVA SIMÃO(OAB: 123211-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MONICA FAUSTINO AQUINO
- TRADE BUILDING ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº Ag-AIRR-0100926-18.2017.5.01.0041

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
RECORRIDO	PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogada	DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577-A/SP)
RECORRIDO	ANA CRISTINA DUTRA FIGUEIRA
Advogado	DR. ALEX SANDRO PIRES SIMÕES(OAB: 132741-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA CRISTINA DUTRA FIGUEIRA
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Processo Nº AIRR-0100927-75.2016.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)
RECORRIDO	BSM ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JACKELINE SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 184510/RJ)
RECORRIDO	LUCIANO RODRIGUES DE SOUZA
Advogado	DR. MÁRCIO FREITAS DE AGUIAR(OAB: 118834/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BSM ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- LUCIANO RODRIGUES DE SOUZA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0100928-67.2018.5.01.0262

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. DANIELE FARIAS DANTAS DE ANDADE URYN
Procuradora	DRA. CHRISTINA AIRES CORREA LIMA
RECORRIDO	INSTITUTO DOS LAGOS - RIO
Advogado	DR. GIULLIANO HENRIQUE CORRÊA MANHOLER(OAB: 244157-A/SP)
Advogado	DR. LETICIA REED BESSA(OAB: 208192-A/RJ)
RECORRIDO	MARIA CELIA AMORIM FERNANDES
Advogado	DR. PAULO ROBERTO DUARTE DA ROCHA(OAB: 43380-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INSTITUTO DOS LAGOS - RIO
- MARIA CELIA AMORIM FERNANDES

Processo Nº Ag-AIRR-0100930-13.2017.5.01.0055

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	BIOTECH HUMANA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE
Advogado	DR. MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA SILVEIRA(OAB: 99272-A/RJ)
Advogada	DRA. ALESSANDRA VASCONCELLOS DE SOUZA(OAB: 172937-A/RJ)

RECORRIDO	INEZ MARIA DE CASTRO
Advogado	DR. LINCOLN SILVA DA CONCEIÇÃO(OAB: 127085/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BIOTECH HUMANA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE
- INEZ MARIA DE CASTRO
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-RR-0100932-80.2017.5.01.0055

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. LEONARDO ESPÍNDOLA
Procuradora	DRA. RENATA COTRIM NACIF
Procurador	DR. EMERSON BARBOSA MACIEL
RECORRIDO	BEQUEST CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. THIAGO BROCK(OAB: 166794-A/RJ)
RECORRIDO	JOSE CARLOS DO VALLE
Advogado	DR. ALEX KLYEMANN BEZERRA PÔRTO DE FARIAS(OAB: 61937-A/RJ)
Advogada	DRA. KELLY CRISTINA MONTEIRO SOUZA OLIVEIRA(OAB: 125731-A/RJ)
Advogado	DR. DIEGO DA SANTA PEREIRA(OAB: 175822-A/RJ)
Advogado	DR. ARMANDO LIMA SANTANA JUNIOR(OAB: 174014/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BEQUEST CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA.
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- JOSE CARLOS DO VALLE

Processo Nº AIRR-0100934-36.2018.5.01.0016

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
Advogada	DRA. ELISABETH CAETANO(OAB: 83276-A/RJ)
RECORRIDO	MARCELA ALVES DA SILVA
Advogado	DR. ANDRE DE CARVALHO CHAGAS DA SILVA(OAB: 126308-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
- MARCELA ALVES DA SILVA
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-RRAg-0100943-19.2018.5.01.0203

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. PEDRO LOULA
RECORRIDO	PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogado	DR. FELIPE MORAES FIORINI(OAB: 379912-A/SP)
Advogada	DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)
RECORRIDO	GILCEANE DAMASCENO ASSUMPCAO BRAZ
Advogada	DRA. KARINA VIANA DE FREITAS FALLEIRO(OAB: 131979/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- GILCEANE DAMASCENO ASSUMPCAO BRAZ
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Processo Nº AIRR-0100950-35.2018.5.01.0001

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogado	DR. FERNANDO MORELLI ALVARENGA(OAB: 86424-A/RJ)
RECORRIDO	HOPE RECURSOS HUMANOS EIRELI
Advogado	DR. ANDRE SOUZA TORREAO DA COSTA(OAB: 136745-A/RJ)
Advogado	DR. RONALDO LEIBOVICH VOLL(OAB: 203215-A/RJ)
Advogado	DR. JOSE RICARDO HADDAD(OAB: 126241-A/SP)
RECORRIDO	RODRIGO NUNES
Advogado	DR. TALLITA SOUZA DE OLIVEIRA(OAB: 176175-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- HOPE RECURSOS HUMANOS EIRELI
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
- RODRIGO NUNES

Processo Nº Ag-RRAg-0100954-74.2018.5.01.0065

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
Advogado	DR. LUÍS EDUARDO GUIMARÃES BORGES BARBOSA(OAB: 109033-A/RJ)
Advogado	DR. GABRIELE BENEVENUTO DE SOUZA TEIXEIRA(OAB: 100290-A/RJ)
RECORRIDO	JOICE LIMA DA SILVA
Advogado	DR. VAGNER RIBEIRO DOS SANTOS(OAB: 80705-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
- JOICE LIMA DA SILVA
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº ED-AIRR-0100957-59.2018.5.01.0055

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	CONDOMINIO DO COMPLEXO COMERCIAL COLINA
Advogado	DR. PEDRO HENRIQUE CARPANZANO BARCELOS DE ABREU(OAB: 131679-A/RJ)
RECORRIDO	RAFAEL A S LAMEGO DE ALMEIDA - EPP
Advogado	DR. JOCELINO LOPES PEREIRA(OAB: 92334-A/RJ)
RECORRIDO	PERTHESON SENA SANTANA SENRA
Advogado	DR. RODRIGO SALGADO MARTINS(OAB: 108000-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONDOMINIO DO COMPLEXO COMERCIAL COLINA
- PERTHESON SENA SANTANA SENRA
- RAFAEL A S LAMEGO DE ALMEIDA - EPP

Processo Nº Ag-AIRR-0100959-63.2018.5.01.0076

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
Advogada	DRA. ELISABETH CAETANO(OAB: 83276-A/RJ)
RECORRIDO	ETIENE DA SILVA NASCIMENTO
Advogado	DR. FRANCISCO DIAS FERREIRA(OAB: 62575-A/RJ)
Advogada	DRA. FERNANDA DIAS PORTES(OAB: 185932-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ETIENE DA SILVA NASCIMENTO
- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-RR-0100973-17.2019.5.01.0204

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
Procuradora	DRA. TATIANA PEREIRA MORAES LEITE
RECORRIDO	PROL STAFF LTDA.
Advogada	DRA. DRIELI DO NASCIMENTO ALVES AGUIAR DE LIMA(OAB: 204939-A/RJ)
RECORRIDO	SUZELENE RODRIGUES FARIA DOS SANTOS
Advogado	DR. ARISTOTELES DANTAS FORMIGA(OAB: 44536-A/RJ)
Advogado	DR. DENILSON PRATA DA SILVA(OAB: 174155-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PROL STAFF LTDA.
- SUZELENE RODRIGUES FARIA DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-0100975-44.2017.5.01.0046

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
Advogado	DR. VALTON DÓRIA PESSOA(OAB: 190275-S/RJ)
Advogado	DR. GUSTAVO OLIVEIRA GALVÃO(OAB: 207440-S/RJ)
RECORRIDO	BRASÍLIA EMPRESA DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.
RECORRIDO	MANOEL FERREIRA DE SOUZA PINHO
Advogado	DR. RODRIGO MENDES MATTOS(OAB: 139929-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRASÍLIA EMPRESA DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.
- COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
- MANOEL FERREIRA DE SOUZA PINHO

Processo Nº Ag-AIRR-0100988-45.2017.5.01.0013

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
RECORRIDO	PROL ALIMENTAÇÃO LTDA.
Advogado	DR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES FURTADO(OAB: 137614-A/RJ)
RECORRIDO	VALDECI DOS SANTOS REZENDE
Advogado	DR. VICTOR AUGUSTO LOPES SOARES(OAB: 157418-A/RJ)
Advogada	DRA. JAQUELINE SILVA MARTINS(OAB: 188856-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PROL ALIMENTAÇÃO LTDA.
- VALDECI DOS SANTOS REZENDE

Processo Nº RRAg-0100988-62.2018.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRENTE	UTC ENGENHARIA S.A.
Advogada	DRA. THIARA DE FREITAS WANDEKOKEN(OAB: 127199-A/MG)
Advogado	DR. MARIA DAS DORES STREILING(OAB: 280482-A/SP)
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	UTC ENGENHARIA S.A.
Advogada	DRA. THIARA DE FREITAS WANDEKOKEN(OAB: 127199-A/MG)
Advogado	DR. MARIA DAS DORES STREILING(OAB: 280482-A/SP)
RECORRIDO	GILSON BARROS MOREIRA JUNIOR
Advogado	DR. RODRIGO RODRIGUES SARMANHO(OAB: 131328-A/RJ)
Advogado	DR. LEONARDO LESSA RABELLO(OAB: 115972-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- GILSON BARROS MOREIRA JUNIOR
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A.

Processo Nº AIRR-0100998-07.2018.5.01.0223

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
Procuradora	DRA. RENATA COTRIM NACIF
RECORRIDO	HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS
Advogado	DR. RICARDO FONSECA ROCHA(OAB: 81532-A/MG)
Advogado	DR. JAYME FREIRE GUILHERME JUNIOR(OAB: 215108-A/RJ)
RECORRIDO	DEBORA RIBEIRO DA ROCHA
Advogado	DR. IVAN VARELA DAMASCENO(OAB: 115436-A/RJ)
Advogada	DRA. LÍGIA DANTAS DE ARAÚJO VARELA DAMASCENO(OAB: 119599-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEBORA RIBEIRO DA ROCHA

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS

Processo Nº RRAg-0101009-98.2017.5.01.0343

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
Advogado	DR. MAURICIO DE FIGUEIREDO CORREA DA VEIGA(OAB: 21934-A/DF)
Advogado	DR. EMMERSON ORNELAS FORGANES(OAB: 143531-A/SP)
RECORRIDO	PEDRO PAULO LIMA BARRETO
Advogada	DRA. DIRLENE CRISTINA BENEVIDES(OAB: 89739/RJ)
Advogada	DRA. ÁUREA MARTINS SANTOS DA SILVA(OAB: 152207/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
- PEDRO PAULO LIMA BARRETO

Processo Nº RR-0101020-33.2019.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRENTE	UTC ENGENHARIA S.A.
Advogada	DRA. THIARA DE FREITAS WANDEKOKEN(OAB: 127199-A/MG)
Advogado	DR. EVANDRO LUIS GREGOLIN(OAB: 171152-A/SP)
Advogado	DR. NATHANAEL DE ALMEIDA PINTO(OAB: 319586-A/SP)
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	UTC ENGENHARIA S.A.
Advogada	DRA. THIARA DE FREITAS WANDEKOKEN(OAB: 127199-A/MG)
Advogado	DR. EVANDRO LUIS GREGOLIN(OAB: 171152-A/SP)
Advogado	DR. NATHANAEL DE ALMEIDA PINTO(OAB: 319586-A/SP)
RECORRIDO	VINICIUS ROSSI BARRETO
Advogado	DR. RODRIGO RODRIGUES SARMANHO(OAB: 131328-A/RJ)
Advogado	DR. LEONARDO LESSA RABELLO(OAB: 115972-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A.
- VINICIUS ROSSI BARRETO

Processo Nº Ag-E-ED-Ag-AIRR-0101022-31.2018.5.01.0483

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	PROL STAFF LTDA.
RECORRIDO	NADIR BARBOSA BASTOS DA SILVA
Advogada	DRA. SAYONARA DE FREITAS(OAB: 207601/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- NADIR BARBOSA BASTOS DA SILVA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- PROL STAFF LTDA.

Processo Nº RRAg-0101024-02.2017.5.01.0203

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. RENATA COTRIM NACIF
RECORRIDO	PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogada	DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)
RECORRIDO	GABRIELLE PRALON CORREA
Advogado	DR. MICHELE BUSTO BLANCO(OAB: 204569-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- GABRIELLE PRALON CORREA
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Processo Nº AIRR-0101024-64.2019.5.01.0483

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	ALPHATEC S/A
Advogada	DRA. FRANÇOISE DA SILVA ROCHA(OAB: 151480-A/RJ)
Advogada	DRA. ELOÁ PRISCILA NUNES DE OLIVEIRA(OAB: 164096-A/RJ)
RECORRIDO	JHONATAN MESQUITA CARDOZO
Advogado	DR. CAIO VITOR BROSEGHINI(OAB: 26181-A/ES)
Advogado	DR. KÁSSIO COSENDEI BAUER MEDEIROS(OAB: 26187-A/ES)
Advogada	DRA. TAMARA BERNARDINO DO ROSÁRIO(OAB: 217582-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALPHATEC S/A
- JHONATAN MESQUITA CARDOZO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0101028-45.2018.5.01.0028

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. FLÁVIO RONDON DOS SANTOS
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	CVA VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
Advogada	DRA. NEISE NOGUEIRA DOS SANTOS(OAB: 91255-A/RJ)
RECORRIDO	FABIO AZEVEDO SILVA
Advogado	DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CVA VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
- FABIO AZEVEDO SILVA
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0101041-79.2016.5.01.0039

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	LIVI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
Advogado	DR. LUIZ CARLOS MIGNOT DE OLIVEIRA(OAB: 52566-A/RJ)
RECORRIDO	MILLANE MONTEIRO LEITE
Advogado	DR. GABRIELA BRANDAO MIRANDA(OAB: 185292-A/RJ)
RECORRIDO	RAIMUNDO FRANCISCO LOBAO MELO
Advogado	DR. LUIZ CARLOS MIGNOT DE OLIVEIRA(OAB: 52566-A/RJ)
RECORRIDO	MARIA DAS GRACAS DE BRITTO LOBAO MELO
Advogado	DR. LUIZ CARLOS MIGNOT DE OLIVEIRA(OAB: 52566-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIVI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
- MARIA DAS GRACAS DE BRITTO LOBAO MELO
- MILLANE MONTEIRO LEITE
- RAIMUNDO FRANCISCO LOBAO MELO

Processo Nº AIRR-0101042-73.2018.5.01.0078

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UNIÃO (PGU)
Procuradora	DRA. RENATA CRISTINA TEIXEIRA DE ABREU
RECORRIDO	MASSA FALIDA DE TRADE BUILDING ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.
RECORRIDO	CARLOS EDUARDO SANTOS TEIXEIRA
Advogado	DR. EDVAN BORGES CARDOSO(OAB: 77015-D/RJ)
Advogado	DR. GERALDO HENRIQUE FERREIRA(OAB: 75487-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS EDUARDO SANTOS TEIXEIRA
- MASSA FALIDA DE TRADE BUILDING ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº Ag-AIRR-0101043-20.2016.5.01.0081

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. WALDIR ZAGAGLIA
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
RECORRIDO	PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogada	DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577-A/SP)
RECORRIDO	VALERIA CRISTINA ISEQUIEL DE FREITAS PAULA
Advogada	DRA. FÁBIA DE MORAES LOPES(OAB: 78563-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
- VALERIA CRISTINA ISEQUIEL DE FREITAS PAULA

Processo Nº AIRR-0101049-54.2017.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	BSM ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOAO PEDRO EYLER POVOA(OAB: 88922-A/RJ)
RECORRIDO	JORGE DA SILVA MELO
Advogada	DRA. AUDREI CRISTIANE RAMOS MOREIRA(OAB: 128558-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BSM ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- JORGE DA SILVA MELO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0101051-53.2019.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRENTE	UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	DRA. THIARA DE FREITAS WANDEKOKEN(OAB: 127199-A/MG)
Advogado	DR. JULIANA ARRUSSUL TORRES(OAB: 71459-A/RS)
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	DRA. THIARA DE FREITAS WANDEKOKEN(OAB: 127199-A/MG)
Advogado	DR. JULIANA ARRUSSUL TORRES(OAB: 71459-A/RS)
RECORRIDO	FABRICIO DA SILVA SOUZA
Advogado	DR. RODRIGO RODRIGUES SARMANHO(OAB: 131328-A/RJ)
Advogado	DR. LEONARDO LESSA RABELLO(OAB: 115972-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABRICIO DA SILVA SOUZA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº AIRR-0101057-61.2017.5.01.0471

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. RENATA COTRIM NACIF
Procuradora	DRA. TATIANA PEREIRA MORAES LEITE
RECORRIDO	BEQUEST CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES FURTADO(OAB: 137614/RJ)
Advogado	DR. THIAGO BROCK(OAB: 166794/RJ)
RECORRIDO	CIRLEIDE DE FATIMA OLIVEIRA
Advogado	DR. MARLON ALVES ROCHA(OAB: 168607/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BEQUEST CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA.
- CIRLEIDE DE FATIMA OLIVEIRA
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0101061-84.2018.5.01.0044

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	ATLAS - ASSOCIACAO TREINO LIVRE DE APOIO SOCIOCULTURAL
Advogado	DR. PABLO MACHADO BELMONT(OAB: 214583-A/RJ)
RECORRIDO	ROBSON LUIZ CARNEIRO PEREIRA
Advogado	DR. ALEXANDRE MAGNO BRUNO GOMES(OAB: 201785-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATLAS - ASSOCIACAO TREINO LIVRE DE APOIO SOCIOCULTURAL
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- ROBSON LUIZ CARNEIRO PEREIRA

Processo Nº Ag-RR-0101064-78.2017.5.01.0010

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNDAÇÃO CECIERJ
Procurador	DR. LEONARDO ESPÍNDOLA
RECORRIDO	VIP SUL SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO LTDA. - ME
RECORRIDO	QUEITI PEREIRA PINHEIRO
Advogada	DRA. LILIAN TRINDADE PITTA(OAB: 82358-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNDAÇÃO CECIERJ
- QUEITI PEREIRA PINHEIRO
- VIP SUL SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO LTDA. - ME

Processo Nº ED-AIRR-0101069-91.2017.5.01.0207

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. STEFAN JOSÉ ALVES COSTA(OAB: 167728/RJ)
Advogada	DRA. CAROLINE FREIRE CAVALCANTI VILELA(OAB: 11004-A/AL)
Advogado	DR. ANTÔNIO JOSÉ NOGUEIRA SANTANA(OAB: 28817/DF)
Advogada	DRA. DANIELA BORJA RODRIGUES DOS SANTOS(OAB: 17671/DF)
RECORRIDO	EMPREZA GESTÃO DE PESSOAS E SERVIÇOS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	DRA. CARIN REGINA MARTINS AGUIAR SENAMO(OAB: 221579-A/SP)
RECORRIDO	THAUAN FONTES DE SOUZA
Advogado	DR. GERALDO FLAVIO CAMPOS DIAS(OAB: 93778-A/RJ)
Advogado	DR. ADILSON RAMOS DE MELO(OAB: 105254-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- EMPREZA GESTÃO DE PESSOAS E SERVIÇOS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- THAUAN FONTES DE SOUZA

Processo Nº Ag-AIRR-0101072-17.2016.5.01.0034

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FURNAS-CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
Advogada	DRA. RUTH CAVADAS LAVNCHICHA SIMÕES COSTA(OAB: 61518-A/RJ)
RECORRIDO	LOBECK AUTOMAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. CLEYTON CAETANO DE LIMA(OAB: 76360-A/RJ)
RECORRIDO	ELIAS DIAS DA SILVA
Advogado	DR. VANDERLEI ALVES DA COSTA JÚNIOR(OAB: 173055-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIAS DIAS DA SILVA
- FURNAS-CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
- LOBECK AUTOMAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0101083-65.2019.5.01.0026

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
RECORRIDO	AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
Advogado	DR. LUÍS EDUARDO GUIMARÃES BORGES BARBOSA(OAB: 109033-A/RJ)
Advogado	DR. MARIO HENRIQUE GUIMARAES BITTENCOURT(OAB: 110415-A/RJ)
RECORRIDO	BRUNO AZEREDO DOS SANTOS
Advogada	DRA. CAROLINE RAMALHO NEDER(OAB: 113492-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
- BRUNO AZEREDO DOS SANTOS
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº AIRR-0101084-09.2018.5.01.0051

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.
Advogado	DR. OSVALDO DE OLIVEIRA RODRIGUES(OAB: 84020-A/RJ)
RECORRIDO	JOSE GARCIA DE ABREU
Advogado	DR. TEÓFILO FERREIRA LIMA(OAB: 64685-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.
- JOSE GARCIA DE ABREU
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº AIRR-0101085-19.2018.5.01.0075

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
RECORRIDO	ASSOCIAÇÃO LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDÊNCIA DE DEUS
Advogado	DR. GUILHERME LUCAS LOUREIRO(OAB: 121618-A/RJ)
RECORRIDO	JULIA BARBOSA FARIA
Advogado	DR. PEDRO MANSUR DUARTE DE MIRANDA MARQUES(OAB: 180053-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDÊNCIA DE DEUS
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- JULIA BARBOSA FARIA

Processo Nº AIRR-0101098-94.2018.5.01.0082

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
Advogado	DR. LUÍS EDUARDO GUIMARÃES BORGES BARBOSA(OAB: 109033-A/RJ)
Advogado	DR. RAFAELA DESCHAMPS AZEVEDO(OAB: 151393-A/RJ)
Advogado	DR. MARIO HENRIQUE GUIMARAES BITTENCOURT(OAB: 110415-A/RJ)
RECORRIDO	MARIA APARECIDA SILVA DE ARAUJO
Advogado	DR. LÚCIO DE OLIVEIRA ROSA(OAB: 113142-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
- MARIA APARECIDA SILVA DE ARAUJO
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº RRAg-0101100-53.2018.5.01.0021

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	DRA. SÔNIA REGINA DIAS MARTINS(OAB: 100638-A/RJ)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)
RECORRIDO	GOLDEN NEW STAR CONSTRUÇÕES EIRELI LTDA.
Advogado	DR. JOAO MARKOS DE CARLI RIBEIRO(OAB: 232746-A/RJ)
RECORRIDO	JOAO BATISTA DOS SANTOS
Advogado	DR. RENATO NUNES DA SILVA CARNEIRO(OAB: 140623-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- GOLDEN NEW STAR CONSTRUÇÕES EIRELI LTDA.
- JOAO BATISTA DOS SANTOS
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-AIRR-0101113-96.2018.5.01.0071

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. RENATA RUFFO RODRIGUES PEREIRA REZENDE
RECORRIDO	ASSOCIAÇÃO LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDÊNCIA DE DEUS
Advogado	DR. FELIPE DE OLIVEIRA(OAB: 159937-A/RJ)
RECORRIDO	KELLY RODRIGUES SILVA
Advogado	DR. FABIANO HERNANDES RAMOS(OAB: 145301-A/RJ)
Advogado	DR. PEDRO MANSUR DUARTE DE MIRANDA MARQUES(OAB: 180053-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDÊNCIA DE DEUS
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- KELLY RODRIGUES SILVA

Processo Nº Ag-E-ED-Ag-AIRR-0101114-83.2016.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	BSM ENGENHARIA S.A.
Advogado	DR. JOÃO PEDRO EYLER PÓVOA(OAB: 88922-A/RJ)
RECORRIDO	ROSIVALDO DE CARVALHO JUNIOR
Advogado	DR. ROBSON ROSADO FEIJÓ(OAB: 68033-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BSM ENGENHARIA S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- ROSIVALDO DE CARVALHO JUNIOR

Processo Nº ED-Ag-RR-0101115-68.2016.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)
RECORRIDO	BSM ENGENHARIA S.A.
Advogado	DR. JOAO PEDRO EYLER POVOA(OAB: 88922-A/RJ)
RECORRIDO	MARCO AURELIO DA SILVA
Advogado	DR. ROBSON ROSADO FEIJÓ(OAB: 68033-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BSM ENGENHARIA S.A.
- MARCO AURELIO DA SILVA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-E-ED-AIRR-0101121-98.2018.5.01.0483

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
Advogada	DRA. VERA LÚCIA COSTA BETHENCOURT(OAB: 59860-A/RJ)
Advogado	DR. THIAGO BRESSANI PALMIERI(OAB: 207753-A/SP)
RECORRIDO	TAMIRES MACHADO FRANCA
Advogado	DR. FELIPE CASTANHEIRA MELLO(OAB: 159158-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- TAMIRES MACHADO FRANCA

Processo Nº AIRR-0101132-96.2019.5.01.0482

Complemento	Processo Eletrônico

RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRENTE	UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JULIANA ARRUSSUL TORRES(OAB: 71459-A/RS)
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JULIANA ARRUSSUL TORRES(OAB: 71459-A/RS)
RECORRIDO	JEAN CARLOS AMARAL DOS SANTOS
Advogado	DR. RODRIGO RODRIGUES SARMANHO(OAB: 131328-A/RJ)
Advogado	DR. LEONARDO LESSA RABELLO(OAB: 115972-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- JEAN CARLOS AMARAL DOS SANTOS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-AIRR-0101139-59.2017.5.01.0482

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	SCHAHIN PETRÓLEO E GÁS S.A. (MASSA FALIDA)
Advogado	DR. TATIANA WEIGAND BERNA RAYEL
RECORRIDO	FABIANO DOS SANTOS BRAGA PEREIRA
Advogado	DR. FERNANDO MAGNO RODRIGUES DE SOUZA(OAB: 145162-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIANO DOS SANTOS BRAGA PEREIRA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SCHAHIN PETRÓLEO E GÁS S.A. (MASSA FALIDA)

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0101143-33.2018.5.01.0039

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MARLENE CORREA BAPTISTA
Advogado	DR. CLÁUDIO LUIZ COSTA DA MOTTA(OAB: 165537-D/RJ)
RECORRIDO	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	DR. JORGE HENRIQUE MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO(OAB: 104348-A/RJ)
Advogado	DR. RENATO LOBO GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)
Advogado	DR. RICARDO LOPES GODOY(OAB: 77167-A/MG)
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB: 62929/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- MARLENE CORREA BAPTISTA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0101147-71.2016.5.01.0029

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. WALDIR ZAGAGLIA
Procuradora	DRA. RENATA COTRIM NACIF
RECORRIDO	PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogada	DRA. WANESSA PORTUGAL(OAB: 279794-A/SP)
Advogada	DRA. LAÍS MARCHETTI ZAPAROLLI(OAB: 367715-A/SP)
Advogada	DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)
RECORRIDO	CONSUELO DOS SANTOS BARRETO
Advogado	DR. ALEX SANDRO PIRES SIMÕES(OAB: 132741-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSUELO DOS SANTOS BARRETO
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Processo Nº AIRR-0101148-88.2017.5.01.0007

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
Advogado	DR. VALTON DÓRIA PESSOA(OAB: 190275-S/RJ)
Advogado	DR. GUSTAVO OLIVEIRA GALVÃO(OAB: 207440-S/RJ)
RECORRIDO	DINÂMICA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.
RECORRIDO	LUIZ ROMANO DOS SANTOS PONTES
Advogado	DR. JAIDER DIAS ALVES(OAB: 87805-D/RJ)
Advogado	DR. MARCIA ALVES SILVA(OAB: 117979-A/RJ)
Advogado	DR. RENATO SOUSA DA SILVA(OAB: 171845-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
- DINÂMICA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.
- LUIZ ROMANO DOS SANTOS PONTES

Processo Nº AIRR-0101161-83.2017.5.01.0073

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	GLOBO CONSTRUCOES E TERRAPLANAGEM LTDA
Advogada	DRA. CYNTIA PINTO SÜSSEKIND ROCHA(OAB: 93675/RJ)
Advogado	DR. RODERICO JORGE XAVIER FREITAS(OAB: 76182/RJ)
RECORRIDO	CLAUDIO SILVA DE OLIVEIRA
Advogado	DR. VICTOR HUGO BIBIANO DOS SANTOS(OAB: 158595/RJ)
Advogado	DR. JORGE FRANCISCO DE MEDEIROS FILHO(OAB: 166165-A/RJ)

Advogado	DR. BRUNO DA SILVA DE SOUSA(OAB: 208974-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIO SILVA DE OLIVEIRA
- GLOBO CONSTRUCOES E TERRAPLANAGEM LTDA
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-RR-0101168-88.2017.5.01.0004

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UNIÃO (PGU)
Procurador	DR. LUÍS EDUARDO NOGUEIRA MOREIRA
Procuradora	DRA. GIOVANNA DE PIRO VIANNA
Procuradora	DRA. FABIANA CAVINATTO SALIBE VENZEL
RECORRIDO	ROTA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
RECORRIDO	JAIME BENGUELA MARTINS
Advogada	DRA. ANA LÚCIA GOMES VIANA MARCONDES(OAB: 66669-A/RJ)
Advogada	DRA. ZULEIDE LEOPOLDINO DA SILVA(OAB: 197176-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- JAIME BENGUELA MARTINS
- ROTA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº Ag-AIRR-0101171-05.2018.5.01.0070

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UNIÃO (PGU)
Procuradora	DRA. DANIELLE CHRISTINE MIRANDA GHEVENTER
RECORRIDO	BEQUEST CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. EDUARDO BEIROUTI DE MIRANDA ROQUE(OAB: 206946-A/SP)
RECORRIDO	ALEXANDRE LUIZ COELHO ALMEIDA
Advogada	DRA. ANA ROCHA DE OLIVEIRA(OAB: 112572-A/RJ)
Advogado	DR. MARIANA GUEDES OLYNTHO(OAB: 130814-A/RJ)
Advogado	DR. ANDERSON GUIDA BRILHANTE(OAB: 186215-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE LUIZ COELHO ALMEIDA
- BEQUEST CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº ED-AIRR-0101180-20.2018.5.01.0020

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada	DRA. ALESSANDRA ROLLER(OAB: 135704/RJ)
Advogada	DRA. MAÍRA CIRINEU ARAÚJO(OAB: 20978/DF)
Advogado	DR. LUCAS CAPARELLI GUIMARÃES PINTO CORREIA(OAB: 419259-A/SP)
Advogada	DRA. LÍVIA DOS SANTOS SENA(OAB: 197996-A/RJ)
RECORRIDO	VICENTE DE PAULA CASTELO BRANCO DE MIRANDA
Advogado	DR. LUCAS ANDRADE KREJCI(OAB: 24002-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- VICENTE DE PAULA CASTELO BRANCO DE MIRANDA

Processo Nº Ag-AIRR-0101183-48.2017.5.01.0007

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	GUILHERME ANDRE FERREIRA
Advogado	DR. REGINALDO DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 25480-A/DF)
Advogado	DR. MURILLO DOS SANTOS NUCCI(OAB: 24022-A/DF)
RECORRIDO	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
Advogado	DR. RICARDO LOPES GODOY(OAB: 77167-A/MG)
Advogado	DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 128341-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
- GUILHERME ANDRE FERREIRA

Processo Nº RR-0101195-61.2019.5.01.0017

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	IABAS - INSTITUTO DE ATENÇÃO BÁSICA E AVANÇADA À SAÚDE
Advogado	DR. LUIS FERNANDO GOLFETTO RIBEIRO(OAB: 118615-A/RJ)
RECORRIDO	STELA DE CARVALHO CARROZINO
Advogado	DR. REINALDO CORRÊA MATTOS(OAB: 70779-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- IABAS - INSTITUTO DE ATENÇÃO BÁSICA E AVANÇADA À SAÚDE
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- STELA DE CARVALHO CARROZINO

Processo Nº Ag-RR-0101206-68.2016.5.01.0511

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. BRUNO BINATTI DA COSTA
Procurador	DR. RICARDO MATHIAS SOARES PONTES
RECORRIDO	LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
Advogada	DRA. ELISABETH CAETANO(OAB: 83276/RJ)
RECORRIDO	LUCIA HELENA MORAIS DE OLIVEIRA
Advogado	DR. GILSON PAULO MENDES MOREIRA(OAB: 54873/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
- LUCIA HELENA MORAIS DE OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-0101206-19.2018.5.01.0052

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB: 62929/RJ)

RECORRIDO	HOPE RECURSOS HUMANOS EIRELI (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSE RICARDO HADDAD(OAB: 126241-A/SP)
RECORRIDO	PAMELLA KRISTINE LESSA ETELVINO
Advogado	DR. BRUNO RIBEIRO DA SILVA(OAB: 134550-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- HOPE RECURSOS HUMANOS EIRELI (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PAMELLA KRISTINE LESSA ETELVINO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0101211-80.2016.5.01.0482

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	GDK S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	DRA. MEIRYELLE AFONSO QUEIROZ(OAB: 37172-A/DF)
RECORRIDO	ALINE VERDAM BEZERRA AUGUSTO
Advogado	DR. ANNA CAROLINA MORAES DE CASTRO A. LADEIRA(OAB: 131347-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALINE VERDAM BEZERRA AUGUSTO
- GDK S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-AIRR-0101231-40.2016.5.01.0072

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. LEONARDO DE MELLO CAFFARO
RECORRIDO	QUALITÉCNICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
Advogada	DRA. REGINA TEDÉIA SAPIA(OAB: 100339-A/SP)
RECORRIDO	RENATA DE ANDRADE PEREIRA
Advogado	DR. CLÁUDIO ROBERTO EBNER JÚNIOR(OAB: 156601-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- QUALITÉCNICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
- RENATA DE ANDRADE PEREIRA
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº ED-RR-0101233-15.2016.5.01.0038

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	POLO WEAR SULACAP COMERCIO DE CONFECCOES LTDA
Advogada	DRA. TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID(OAB: 201296-A/SP)
RECORRIDO	LUCYENE CRISTINA APARICIO DA SILVA
Advogado	DR. SIDNEI PEREIRA DOS SANTOS(OAB: 147967/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCYENE CRISTINA APARICIO DA SILVA
- POLO WEAR SULACAP COMERCIO DE CONFECCOES LTDA

Processo Nº Ag-AIRR-0101238-18.2017.5.01.0421

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. CHRISTINA AIRES CORREA LIMA
RECORRIDO	CONSTRUTORA LOURENCO MAIA LTDA - EPP
Advogado	DR. LUIZ HENRIQUE FABRICIO DE FIGUEIREDO FILHO(OAB: 158786/RJ)
Advogado	DR. RENATA CHRISTINE SILVANO MESQUITA(OAB: 171642-A/RJ)
RECORRIDO	JORGE LUIS BARBOSA ALEXANDRINO
Advogado	DR. MARIANNE OLIVEIRA DE SOUZA MAGNUM(OAB: 196453-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSTRUTORA LOURENCO MAIA LTDA - EPP
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- JORGE LUIS BARBOSA ALEXANDRINO

Processo Nº AIRR-0101238-65.2019.5.01.0512

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. DANIELE FARIAS DANTAS DE ANDRADE URYN
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
RECORRIDO	CLAUFRAN SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI
RECORRIDO	JOAO BATISTA CARVALHO FERREIRA
Advogado	DR. ROGER GARCIA JÚLIO(OAB: 154063-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUFRAN SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI
- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- JOAO BATISTA CARVALHO FERREIRA

Processo Nº Ag-AIRR-0101243-51.2017.5.01.0482

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	BSM ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JACKELINE SILVA DE OLIVEIRA(OAB: 184510-A/RJ)
Advogado	DR. JOAO PEDRO EYLER POVOA(OAB: 88922-A/RJ)
RECORRIDO	ARISTARCHO LUCIO SALGADO DA SILVA COSTA
Advogado	DR. ALLYNE GONCALVES GUIMARAES(OAB: 177484-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARISTARCHO LUCIO SALGADO DA SILVA COSTA
- BSM ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0101243-75.2019.5.01.0031

Complemento	Processo Eletrônico

RECORRENTE	VANDA MARIA HENRIQUE PELETEIRO
Advogado	DR. MARCELO PEIXOTO DA SILVA(OAB: 93631-A/RJ)
Advogada	DRA. ANA LUIZA LAMIM FARO(OAB: 178022-A/RJ)
RECORRIDO	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. HENRIQUE CLÁUDIO MAUÉS(OAB: 35707-A/RJ)
Advogado	DR. GUSTAVO SMITH HEIZER(OAB: 170543-A/RJ)
Advogado	DR. EDUARDO BRUNO COELHO FERREIRA(OAB: 206209-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- VANDA MARIA HENRIQUE PELETEIRO

Processo Nº RRAg-0101244-33.2018.5.01.0019

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. RENATA RUFFO RODRIGUES PEREIRA REZENDE
RECORRIDO	PROL STAFF LTDA. E OUTRAS
Advogado	DR. EDUARDO BEIROUTI DE MIRANDA ROQUE(OAB: 206946-A/SP)
RECORRIDO	HELOA VITOR OLIVEIRA
Advogada	DRA. ANDRÉIA CRISTINA FONTES SILVA(OAB: 131727-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- HELOA VITOR OLIVEIRA
- PROL STAFF LTDA. E OUTRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0101257-78.2018.5.01.0036

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
Advogada	DRA. ELISABETH CAETANO(OAB: 83276-A/RJ)
RECORRIDO	DANIEL GONCALVES CAMARGO
Advogado	DR. FERNANDO RIBEIRO COELHO(OAB: 22105-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIEL GONCALVES CAMARGO
- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-ED-RRAg-0101264-90.2018.5.01.0482

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UTC ENGENHARIA S.A.
Advogado	DR. NATHANAEL DE ALMEIDA PINTO(OAB: 319586-A/SP)
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	ARTHUR ANTUNES PINHEIRO SOARES
Advogado	DR. LEONARDO LESSA RABELLO(OAB: 115972-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARTHUR ANTUNES PINHEIRO SOARES
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A.

Processo Nº Ag-RR-0101286-43.2016.5.01.0281

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. RENATA COTRIM NACIF
Procuradora	DRA. CHRISTINA AIRES CORREA LIMA
Procurador	DR. FELIPE DERBLI DE CARVALHO BAPTISTA
RECORRIDO	BEQUEST CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. KARLA MAIA PEIXOTO DE VASCONCELLOS ROCHA(OAB: 102471/RJ)
Advogado	DR. EDUARDO BEIROUTI DE MIRANDA ROQUE(OAB: 206946-A/SP)
RECORRIDO	MARCIA CRESPO DE SOUZA FELICISSIMO
Advogado	DR. PAULO FERNANDES SOARES JÚNIOR(OAB: 136506-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BEQUEST CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA.
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- MARCIA CRESPO DE SOUZA FELICISSIMO

Processo Nº AIRR-0101288-41.2018.5.01.0055

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UNIÃO (PGU)
Procurador	DR. LUÍS EDUARDO NOGUEIRA MOREIRA
Procuradora	DRA. DANIELLE CHRISTINE MIRANDA GHEVENTER
RECORRIDO	TRADE BUILDING ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.
RECORRIDO	LUIZ GONZAGA MATIAS DA SILVA
Advogada	DRA. LILIANE OLIVEIRA MARTINS(OAB: 155859-A/RJ)
Advogada	DRA. BIANCA TEIXEIRA DOS SANTOS(OAB: 154749-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIZ GONZAGA MATIAS DA SILVA
- TRADE BUILDING ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº Ag-AIRR-0101294-45.2018.5.01.0056

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	NIVEL SERVICOS EMPRESARIAIS EIRELI - ME
RECORRIDO	MARTA CRISTINA DE PAULA FERREIRA
Advogada	DRA. LUCIANA RAPOSO DE CARVALHO(OAB: 102960-A/RJ)
Advogada	DRA. GRACIELE DE AMORIM PINTO BAYÃO(OAB: 166676-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARTA CRISTINA DE PAULA FERREIRA
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- NIVEL SERVICOS EMPRESARIAIS EIRELI - ME

Processo Nº AIRR-0101295-49.2019.5.01.0491

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO MATHIAS SOARES PONTES
Procurador	DR. PEDRO GUIMARÃES LOULA
RECORRIDO	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.
Advogado	DR. MARLON NUNES MENDES(OAB: 19199-B/SC)
RECORRIDO	LIRON JONHSON ALVES ROSA
Advogado	DR. MANOELA VICTORIA CASO TORRES DA SILVA(OAB: 209993-A/RJ)
Advogado	DR. JOAO ANTONIO CASO TORRES DA SILVA(OAB: 220526-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.
- LIRON JONHSON ALVES ROSA

Processo Nº AIRR-0101316-98.2017.5.01.0069

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB: 62929/RJ)
RECORRIDO	HOPE RECURSOS HUMANOS EIRELI
Advogado	DR. ANDRÉ SOUZA TORREÃO DA COSTA(OAB: 136745/RJ)
Advogado	DR. RAPHAEL TROSS MOORE(OAB: 153640-A/RJ)
RECORRIDO	MONIQUE FURTADO DE MENEZES
Advogado	DR. RODRIGO NUNES DOS SANTOS(OAB: 116764-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- HOPE RECURSOS HUMANOS EIRELI
- MONIQUE FURTADO DE MENEZES
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0101323-65.2018.5.01.0066

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	CLAUFRAN SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI
RECORRIDO	CARLOS HENRIQUE DA SILVA
Advogada	DRA. MARIA FERNANDA SIQUEIRA ALVES(OAB: 177444-A/RJ)
Advogado	DR. THAYZE DOS SANTOS MARINS(OAB: 197027-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS HENRIQUE DA SILVA
- CLAUFRAN SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº RRAg-0101326-92.2018.5.01.0042

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
Procuradora	DRA. RAQUEL DO NASCIMENTO RAMOS
RECORRIDO	VIVA RIO
Advogada	DRA. PAULINE DE ARAÚJO GUIMARÃES(OAB: 172009-A/RJ)
Advogado	DR. DANIEL MARTINS CARVALHO LABANCA(OAB: 166054-A/RJ)
RECORRIDO	HUGO LEONARDO SANCHES VOM RONDOW
Advogado	DR. MAYCON RAMOS DA SILVA(OAB: 171448-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- HUGO LEONARDO SANCHES VOM RONDOW
- VIVA RIO

Processo Nº Ag-AIRR-0101343-51.2017.5.01.0079

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	INATOS - INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA, TRABALHO, OPORTUNIDADES E SAÚDE
Advogado	DR. WILLIANS CARDOSO FERRARI DA SILVEIRA(OAB: 135911/RJ)
RECORRIDO	ROSEMARY DE ALMEIDA FONTAO
Advogada	DRA. KARLA MARIA REZENDE CARNEIRO NEVES(OAB: 83695-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- INATOS - INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA, TRABALHO, OPORTUNIDADES E SAÚDE
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- ROSEMARY DE ALMEIDA FONTAO

Processo Nº AIRR-0101374-24.2018.5.01.0051

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. ERNESTO ATALIBA MARQUESAN DA SILVA(OAB: 62611-A/RS)
Advogada	DRA. REGIANE OLÍMPIO FIALHO(OAB: 46629-A/DF)
Advogado	DR. ANA FREIRE SILVA(OAB: 162894 -A/RJ)
RECORRIDO	IDEALIZA SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA.
RECORRIDO	SERGIO DA SILVA CARNEIRO JUNIOR
Advogado	DR. LUIZ RICARDO ARCHANO RODRIGUES(OAB: 156971-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- IDEALIZA SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA.
- SERGIO DA SILVA CARNEIRO JUNIOR

Processo Nº AIRR-0101377-43.2018.5.01.0062

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	DRA. MARIA MICHELLE CRACIUN BRUTTEN(OAB: 7119/RN)
Advogado	DR. RAFAEL CABRAL LOBO(OAB: 123185-A/RJ)
RECORRIDO	MOISES JESUS SIQUEIRA
Advogado	DR. CARLOS ROBERTO BERNARDINO(OAB: 66995-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- MOISES JESUS SIQUEIRA

Processo Nº Ag-AIRR-0101379-64.2016.5.01.0003

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. WALDIR ZAGAGLIA
RECORRIDO	PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogada	DRA. WANESSA PORTUGAL(OAB: 279794-A/SP)
Advogada	DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 157577/SP)
RECORRIDO	VANIA LUCIA DA SILVA BARBOSA
Advogado	DR. SAMUEL CORREA ABRAHÃO(OAB: 151138-A/RJ)
Advogado	DR. RICARDO ALVES DA CRUZ(OAB: 31047-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
- VANIA LUCIA DA SILVA BARBOSA

Processo Nº Ag-RR-0101395-72.2017.5.01.0006

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
RECORRIDO	PROL STAFF LTDA.
Advogado	DR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES FURTADO(OAB: 137614-A/RJ)
RECORRIDO	RODRIGO ALMEIDA DE ARAUJO
Advogado	DR. BRUNO HERRLEIN CORREIA DE MELO(OAB: 125452/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PROL STAFF LTDA.
- RODRIGO ALMEIDA DE ARAUJO

Processo Nº Ag-AIRR-0101401-61.2017.5.01.0012

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	LUIZA DE JESUS DA SILVA
Advogado	DR. MURILLO DOS SANTOS NUCCI(OAB: 24022/DF)
Advogado	DR. REGINALDO DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 25480/DF)
RECORRIDO	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
Advogado	DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 136118-A/RJ)
Advogado	DR. RICARDO LOPES GODOY(OAB: 77167-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
- LUIZA DE JESUS DA SILVA

Processo Nº RR-0101409-52.2018.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Advogado	DR. THIAGO BRESSANI PALMIERI(OAB: 207753-A/SP)
Advogada	DRA. VERA LÚCIA COSTA SOARES MELLO E SOUZA(OAB: 59860/RJ)
Advogado	DR. ANALI CORREA TCHEPELENTYKY(OAB: 192953-A/SP)
RECORRIDO	ROGERIO DE JESUS OLIVEIRA
Advogado	DR. HENRRI DE CASTILHO LELLIS(OAB: 158212-A/RJ)
Advogado	DR. DIEGO AMERICO DE MORAES(OAB: 133778-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- ROGERIO DE JESUS OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-0101428-41.2016.5.01.0283

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
Procurador	DR. ANTÔNIO JOSÉ CABRAL DE OLIVEIRA
RECORRIDO	PORTLIMP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA . - EPP
Advogado	DR. ELEONORA MACABU RIBAS DE AZEVEDO(OAB: 135148-D/RJ)
RECORRIDO	JULIO CESAR GOMES RANGEL
Advogado	DR. RODRIGO DA SILVA PESSANHA(OAB: 153416-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- JULIO CESAR GOMES RANGEL
- MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
- PORTLIMP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA . - EPP

Processo Nº AIRR-0101435-14.2016.5.01.0451

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. MARCELO RODRIGUES XAVIER(OAB: 2391/RO)
Advogado	DR. DANIEL PENHA DE OLIVEIRA(OAB: 3434-A/RO)
Advogada	DRA. TALISSA NAIARA ELIAS LIMA(OAB: 9552-A/RO)
Advogado	DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB: 62929/RJ)
Advogado	DR. ALISSON ARSOLINO ALBUQUERQUE(OAB: 7264/RO)
RECORRIDO	QUALIMAN MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.
Advogado	DR. LEONARDO COLLESI LYRA JUBILUT(OAB: 162862-A/SP)
Advogado	DR. HERALDO JUBILUT JUNIOR(OAB: 23812-A/SP)
RECORRIDO	FABIO BATISTA SANTOS
Advogado	DR. MÁRCIO LUIZ COUTO DOS SANTOS(OAB: 162631-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIO BATISTA SANTOS

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- QUALIMAN MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.

Processo Nº AIRR-0101435-34.2017.5.01.0045

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. RENATA COTRIM NACIF
RECORRIDO	INSTITUTO DATA RIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Advogado	DR. THIAGO REGO CARVALHO(OAB: 167366-A/RJ)
Advogado	DR. ELSON HELENO BORGES CARVALHO(OAB: 167674/RJ)
RECORRIDO	GABRIELLE GONCALVES DE NOVAES
Advogado	DR. JOÃO PATROCÍNIO(OAB: 80479-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- GABRIELLE GONCALVES DE NOVAES
- INSTITUTO DATA RIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Processo Nº AIRR-0101436-89.2017.5.01.0248

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB: 62929/RJ)
RECORRIDO	ESTALEIRO BRASFELS LTDA.
Advogada	DRA. SORAIA GHASSAN SALEH(OAB: 127572-A/RJ)
RECORRIDO	CAMORIM SERVIÇOS MARITIMOS LTDA.
Advogada	DRA. ADILZA FRANCISCA DE SOUZA(OAB: 66145-A/RJ)
RECORRIDO	CARLOS ALBERTO DA COSTA MARQUES
Advogada	DRA. MARIA APARECIDA NAZARO(OAB: 114561-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAMORIM SERVIÇOS MARITIMOS LTDA.
- CARLOS ALBERTO DA COSTA MARQUES
- ESTALEIRO BRASFELS LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0101438-84.2017.5.01.0078

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAETEC
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
RECORRIDO	GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA
Advogado	DR. ANDRÉ LUIZ BORGES SIMÕES SOBRINHO(OAB: 174032-A/RJ)
RECORRIDO	MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
Advogada	DRA. MARIA ANGÉLICA DE L. D. FERREIRA(OAB: 91389/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAETEC
- GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA
- MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-0101446-58.2016.5.01.0058

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. WALDIR ZAGAGLIA
RECORRIDO	PRÓ-SAÚDE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogada	DRA. WANESSA PORTUGAL(OAB: 279794-A/SP)
Advogada	DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)
RECORRIDO	ELISA SANTIAGO DA SILVA
Advogado	DR. ANDRÉ PORTO ROMERO(OAB: 52015-D/RJ)
Advogado	DR. MARCOS OLIVEIRA DOMINGOS(OAB: 161365-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELISA SANTIAGO DA SILVA
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PRÓ-SAÚDE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Processo Nº AIRR-0101463-03.2016.5.01.0056

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. WALDIR ZAGAGLIA
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
RECORRIDO	PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogada	DRA. LAÍS MARCHETTI ZAPAROLLI(OAB: 367715-A/SP)
RECORRIDO	CLAUDIA DOS SANTOS MARTINS
Advogado	DR. ALEX SANDRO PIRES SIMÕES(OAB: 132741-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIA DOS SANTOS MARTINS
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Processo Nº AIRR-0101465-57.2017.5.01.0049

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	VS BRASIL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI
RECORRIDO	LUIZ CARLOS LUDUGERIO APRIGIO
Advogado	DR. ADRIANA CRISTINA DA SILVA(OAB: 142600/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIZ CARLOS LUDUGERIO APRIGIO
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- VS BRASIL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-0101483-91.2017.5.01.0077

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
RECORRIDO	INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA, TRABALHO, OPORTUNIDADES E SAÚDE - INATOS
Advogado	DR. WILLIANS CARDOSO FERRARRI DA SILVEIRA(OAB: 135911-A/RJ)
RECORRIDO	ANDRE LUIZ MENDES JUNIOR

Advogado	DR. FRANCISCO DAS CHAGAS CASSIANO SOUSA(OAB: 95134-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE LUIZ MENDES JUNIOR
- INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA, TRABALHO, OPORTUNIDADES E SAÚDE - INATOS
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº AIRR-0101491-78.2017.5.01.0009

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB: 62929/RJ)
RECORRIDO	PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
Advogado	DR. THIAGO BRESSANI PALMIERI(OAB: 207753-A/SP)
RECORRIDO	RAYSSA PEREIRA MATIAS DE OLIVEIRA
Advogado	DR. MARCUS VINICIUS DA COSTA SILVA(OAB: 66395-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- RAYSSA PEREIRA MATIAS DE OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-0101501-19.2016.5.01.0281

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
Procurador	DR. ANTÔNIO JOSÉ CABRAL DE OLIVEIRA
Procurador	DR. LENICIO FIGUEIREDO SALLES
RECORRIDO	GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA
Advogada	DRA. ELISABETE DE MESQUITA CUIM NUNES(OAB: 100008-A/RJ)
Advogado	DR. ANDRÉ LUIZ BORGES SIMÕES SOBRINHO(OAB: 174032-A/RJ)
RECORRIDO	NEY DA SILVA MELO
Advogado	DR. DANNIEL GUALBERTO PERES BATISTA(OAB: 197610-A/RJ)
Advogado	DR. EMMANUEL LEAL PINHEIRO RANGEL(OAB: 198850/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA
- MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
- NEY DA SILVA MELO

Processo Nº Ag-AIRR-0101513-33.2016.5.01.0281

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
Procurador	DR. LENÍCIO FIGUEIREDO SALLES
RECORRIDO	PORTLIMP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA .
Advogado	DR. DANNIEL GUALBERTO PERES BATISTA(OAB: 197610-A/RJ)
RECORRIDO	DEGIVALTER MACHADO GOMES
Advogado	DR. RODRIGO DA SILVA PESSANHA(OAB: 153416-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEGIVALTER MACHADO GOMES
- MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
- PORTLIMP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA .

Processo Nº Ag-AIRR-0101551-62.2016.5.01.0243

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	DRA. ALINE MARTINS LIMA(OAB: 15923/DF)
Advogada	DRA. ANA VIRGÍNIA BATISTA LOPES DE SOUZA(OAB: 16660/DF)
Advogado	DR. ANA FREIRE SILVA(OAB: 162894/RJ)
RECORRIDO	PHOENIX MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.
RECORRIDO	SANDRA REGINA DE OLIVEIRA
Advogado	DR. CLÉBER MAURÍCIO NAYLOR(OAB: 68283-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- PHOENIX MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.
- SANDRA REGINA DE OLIVEIRA

Processo Nº Ag-AIRR-0101557-33.2017.5.01.0082

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	TELEMAR NORTE LESTE S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)
Advogado	DR. HENRIQUE CLÁUDIO MAUÉS(OAB: 35707-A/RJ)
RECORRIDO	3A COMERCIO DE MATERIAL DE TELECOMUNICACAO LTDA
RECORRIDO	CRISTIANE DA SILVA
Advogado	DR. CARLOS HENRIQUE SEGURASE DE ALMEIDA(OAB: 67157-A/RJ)
Advogada	DRA. JACIARA GARCIA DE OLIVEIRA(OAB: 83873-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- 3A COMERCIO DE MATERIAL DE TELECOMUNICACAO LTDA
- CRISTIANE DA SILVA
- TELEMAR NORTE LESTE S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº AIRR-0101561-23.2017.5.01.0227

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. RENATA COTRIM NACIF
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
Procurador	DR. FLÁVIO GUIMARÃES GONÇALVES
RECORRIDO	HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS
Advogada	DRA. MAÍLLA PEREIRA DE LIMA(OAB: 174104-A/RJ)
Advogado	DR. CAMILA ROSSI DA COSTA(OAB: 189311-A/RJ)
Advogado	DR. LEONARDO TEPERINO SCHETTINI(OAB: 154964-A/RJ)
Advogado	DR. SUZANA CRISTINA SOARES DA SILVA(OAB: 204001-A/RJ)
RECORRIDO	ALINE DA SILVA DE OLIVEIRA

Advogado	DR. ADAILSON DA SILVA ARAUJO(OAB: 69253-A/RJ)
Advogado	DR. DELIRO BATISTA DA SILVA(OAB: 84862-A/RJ)
Advogado	DR. EDSON GOMES NEVES(OAB: 85806-A/RJ)
Advogado	DR. ANDRE KAIZER CORDEIRO(OAB: 209843-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALINE DA SILVA DE OLIVEIRA
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS

Processo Nº Ag-AIRR-0101568-30.2017.5.01.0028

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAETEC
Procurador	DR. LEONARDO ESPÍNDOLA
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
RECORRIDO	ANGEL'S SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.
Advogado	DR. MARCELO DUARTE(OAB: 142797-A/RJ)
Advogado	DR. ALEXANDRE DA SILVA VIEIRA(OAB: 141130-A/RJ)
RECORRIDO	CANDIDA MARIA PRIVADO
Advogada	DRA. FLÁVIA NONATO ROBERTO(OAB: 142112-A/RJ)
Advogada	DRA. CRISTINA DE OLIVEIRA FERREIRA(OAB: 129775-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGEL'S SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.
- CANDIDA MARIA PRIVADO
- FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAETEC

Processo Nº AIRR-0101581-80.2016.5.01.0281

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
Procuradora	DRA. RENATA GOMES BARRETO COUTINHO
RECORRIDO	PORTLIMP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA .
Advogado	DR. LUIZ LEANDRO LEITÃO GOMES FILHO(OAB: 118286-A/RJ)
RECORRIDO	LAILA CALDAS CORREA
Advogado	DR. WALTER DA SILVA FABRÍCIO(OAB: 203723-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LAILA CALDAS CORREA
- MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
- PORTLIMP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA .

Processo Nº Ag-AIRR-0101599-19.2017.5.01.0006

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	EMPRESA IGUAÇU DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
RECORRIDO	LUCIENE DOS SANTOS GOBI
Advogado	DR. CHRISTIANN NOGUEIRA GENU LEÃO(OAB: 102837-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA IGUAÇU DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
- LUCIENE DOS SANTOS GOBI
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0101606-59.2017.5.01.0281

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
Procurador	DR. ANTÔNIO JOSÉ CABRAL DE OLIVEIRA
RECORRIDO	GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA
Advogada	DRA. GABRIELA GICOVATE PAES(OAB: 156231/RJ)
RECORRIDO	DEJAI SOARES MATIAS
Advogado	DR. RODRIGO DA SILVA PESSANHA(OAB: 153416-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEJAI SOARES MATIAS
- GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA
- MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA

Processo Nº Ag-AIRR-0101607-36.2018.5.01.0531

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS
Procurador	DR. MARCELO DA VEIGA OLIVEIRA
RECORRIDO	ABBC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BENEFICÊNCIA COMUNITÁRIA
Advogado	DR. NATHALIA DE CARVALHO(OAB: 214821-A/RJ)
RECORRIDO	DIEGO CARDOSO FILHO
Procurador	DR. MARCELO DA VEIGA OLIVEIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- ABBC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BENEFICÊNCIA COMUNITÁRIA
- DIEGO CARDOSO FILHO
- MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS

Processo Nº RR-0101637-45.2016.5.01.0045

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. RENATA RUFFO RODRIGUES PEREIRA REZENDE
RECORRIDO	PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogada	DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577-A/SP)
RECORRIDO	LAURA DUARTE DE ABREU ANTUNES
Advogado	DR. ANDRÉ PORTO ROMERO(OAB: 52015-D/RJ)
Advogado	DR. CLAUDIA CRISTINA TORTURELA DE FIGUEIREDO(OAB: 143467-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- LAURA DUARTE DE ABREU ANTUNES
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Processo Nº RRAg-0101648-25.2017.5.01.0341

Complemento	Processo Eletrônico

RECORRENTE	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA
RECORRIDO	BEQUEST SOLUÇÕES LTDA.
RECORRIDO	PROL STAFF LTDA.
RECORRIDO	JUSSANIA APARECIDA CANESTRI ARBEX
Advogado	DR. NATHANAEL LISBOA TEODORO DA SILVA(OAB: 160042-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BEQUEST SOLUÇÕES LTDA.
- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- JUSSANIA APARECIDA CANESTRI ARBEX
- PROL STAFF LTDA.

Processo Nº ED-AIRR-0101672-43.2017.5.01.0021

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. LEONARDO DE MELLO CAFFARO
RECORRIDO	QUALITÉCNICA EMPRESA NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.
RECORRIDO	RONY TRAJANO DA SILVA
Advogada	DRA. JUANA NONATO SABA PEREIRA(OAB: 114028-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- QUALITÉCNICA EMPRESA NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.
- RONY TRAJANO DA SILVA
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº ED-AIRR-0101681-04.2017.5.01.0571

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
Advogado	DR. PAULO ROBERTO GOMES DE SOUZA(OAB: 63874-A/RJ)
Advogado	DR. LUIZ ALBERTO PAPINI SCHIMIDT(OAB: 69011-A/RJ)
RECORRIDO	NOVA LOCAL RIO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. FABIO AMAR VALLEGAS PEREIRA(OAB: 103871-A/RJ)
Advogado	DR. KARLA LETICIA LOURENCO PEREIRA PINTO(OAB: 138667-A/RJ)
RECORRIDO	JANAINA GOMES DA CRUZ LARRAMENDI BALVA
Advogada	DRA. MARIA APARECIDA PEREIRA DE MORAES(OAB: 84073-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- JANAINA GOMES DA CRUZ LARRAMENDI BALVA
- MUNICÍPIO DE QUEIMADOS
- NOVA LOCAL RIO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0101684-70.2016.5.01.0222

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. RENATA COTRIM NACIF
RECORRIDO	INSTITUTO DATA RIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
RECORRIDO	ISAAC TORTELOTE DOS SANTOS
Advogada	DRA. SANDRA MARIA TORTELOTE DA SILVEIRA(OAB: 162001/RJ)
Advogada	DRA. ROBERTINI SILVA BESERRA(OAB: 155694-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INSTITUTO DATA RIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- ISAAC TORTELOTE DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-0101687-44.2017.5.01.0075

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB: 62929/RJ)
RECORRIDO	MASSA FALIDA DE GRUPO SCHAHIN
Advogado	DR. PAULO SÉRGIO UCHÔA FAGUNDES FERRAZ DE CAMARGO(OAB: 180623-A/SP)
RECORRIDO	MASSA FALIDA DE BASE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE PETRÓLEO E GÁS S.A.
Advogada	DRA. TATIANA WEIGAND BERNA RAYEL(OAB: 204664-A/SP)
RECORRIDO	LEONARDO DE QUEIROZ ANACLETO
Advogado	DR. ODILON PINTO DE VASCONCELLOS NETO(OAB: 140470-A/RJ)
Advogado	DR. CARLOS FARIA JUNIOR(OAB: 141910-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEONARDO DE QUEIROZ ANACLETO
- MASSA FALIDA DE BASE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE PETRÓLEO E GÁS S.A.
- MASSA FALIDA DE GRUPO SCHAHIN
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0101690-24.2017.5.01.0002

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	BIOTECH HUMANA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE
Advogado	DR. MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA SILVEIRA(OAB: 99272-A/RJ)
RECORRIDO	RENATA CALMERAO LIMA
Advogado	DR. ANDRÉIA ANTUNES DE QUEIROZ(OAB: 138321-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BIOTECH HUMANA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- RENATA CALMERAO LIMA

Processo Nº Ag-AIRR-0101703-90.2017.5.01.0012

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
RECORRIDO	CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LIMITADA
Advogado	DR. RENATO MOURA DA CUNHA(OAB: 96963-A/RJ)
Advogado	DR. LUIS FELIPE CELSO DE ABREU(OAB: 110745-A/RJ)
Advogado	DR. CAMILLA LEAL(OAB: 127978-A/RJ)
RECORRIDO	FABIANA ROCHA MAIA CAETANO

Advogado	DR. ALEXANDRE FRANÇA BASTOS(OAB: 125162-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LIMITADA
- FABIANA ROCHA MAIA CAETANO
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0101703-35.2017.5.01.0483

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	PCP ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.
Advogado	DR. DIONÍSIO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY(OAB: 60071-D/RJ)
RECORRIDO	THIAGO COELHO DA SILVA SOUTHER
Advogado	DR. PEDRO MORAIS DA SILVA JÚNIOR(OAB: 206747/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- PCP ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- THIAGO COELHO DA SILVA SOUTHER

Processo Nº Ag-E-ED-AIRR-0101712-94.2017.5.01.0483

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	OCYAN S.A.
Advogado	DR. CRISTIANO DE LIMA BARRETO DIAS(OAB: 92784/RJ)
RECORRIDO	NILTON SERGIO VALERIO
Advogada	DRA. CAMILA DE FREITAS CABRAL(OAB: 182697-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- NILTON SERGIO VALERIO
- OCYAN S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0101723-32.2017.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
Advogado	DR. THIAGO BRESSANI PALMIERI(OAB: 207753-A/SP)
RECORRIDO	ADALBERTO DIOBERTO JORGE ANACLETO MESSIAS
Advogado	DR. CARLOS RENATO GUERRA DA FONSECA(OAB: 104487/RJ)
Advogado	DR. CARLOS EDUARDO ALMEIDA DE OLIVEIRA(OAB: 106449/RJ)
Advogado	DR. GUILHERME BASTOS NUNES BATISTA(OAB: 104517-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADALBERTO DIOBERTO JORGE ANACLETO MESSIAS
- PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0101729-39.2016.5.01.0266

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Advogada	DRA. MARTA CRISTINA DE FARIA ALVES(OAB: 150162-A/RJ)
RECORRIDO	ABRAAO PEREIRA DIAS
Advogado	DR. AUGUSTO CÉSAR ALVES SÁ(OAB: 146344-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ABRAAO PEREIRA DIAS
- ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Processo Nº Ag-AIRR-0101745-39.2017.5.01.0207

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. WALDIR ZAGAGLIA
Procuradora	DRA. MARIA BEATRIZ FREITAS DE OLIVEIRA
RECORRIDO	PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogado	DR. FELIPE MORAES FIORINI(OAB: 379912-A/SP)
Advogado	DR. MARCEL GUSTAVO FERIGATO(OAB: 250482-A/SP)
Advogada	DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)
RECORRIDO	DANIELE ALVES DE FREITAS
Advogado	DR. CLÁUDIO FELIX FERREIRA(OAB: 119533-A/RJ)
Advogado	DR. MARIANNA SOARES MATURO(OAB: 175929-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIELE ALVES DE FREITAS
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0101763-14.2017.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	UTC ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Advogado	DR. FERNANDO MORELLI ALVARENGA(OAB: 86424-A/RJ)
RECORRIDO	DANIEL DA SILVA ALMEIDA
Advogada	DRA. ZULMAR DE OLIVEIRA PIMENTEL(OAB: 122895/RJ)
Advogado	DR. LEONARDO COSTA SIQUEIRA(OAB: 180413/RJ)
Advogado	DR. ANDRE MIRANDA COUTO(OAB: 202952-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIEL DA SILVA ALMEIDA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Processo Nº Ag-AIRR-0101767-55.2017.5.01.0027

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB: 62929/RJ)
RECORRIDO	PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. THIAGO BRESSANI PALMIERI(OAB: 207753-A/SP)
RECORRIDO	TAYNARA GEYSA DE SOUZA SIMEÃO
Advogado	DR. JOSÉ LUÍS DA SILVA(OAB: 76317-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- TAYNARA GEYSA DE SOUZA SIMEÃO

Processo Nº Ag-AIRR-0101775-09.2016.5.01.0046

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. WALDIR ZAGAGLIA
RECORRIDO	PRÓ-SAÚDE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogada	DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)
RECORRIDO	GISELLE AQUINO BOECHAT BARROS
Advogado	DR. JOSÉ ANTÔNIO BASTOS VALENTE VIANA(OAB: 155239-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- GISELLE AQUINO BOECHAT BARROS
- PRÓ-SAÚDE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Processo Nº AIRR-0101790-57.2018.5.01.0482

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ
Procurador	DR. JAIME GUIMARÃES COUTO DOS SANTOS
RECORRIDO	INSTITUTO ESPERANÇA
Advogada	DRA. PAULA ZEM GADOTTI(OAB: 304005-A/SP)
RECORRIDO	JOCELIA DA SILVA PEREIRA
Advogado	DR. CARLOS SERGIO MORAES DOS SANTOS(OAB: 208496-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO ESPERANÇA
- JOCELIA DA SILVA PEREIRA
- MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ

Processo Nº Ag-AIRR-0101791-77.2017.5.01.0223

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. MARIA BEATRIZ FREITAS DE OLIVEIRA
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
RECORRIDO	INSTITUTO DATA RIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
RECORRIDO	CARLA LICURCI MANHAES
Advogada	DRA. VILMA BRETZ DA SILVA(OAB: 43145-A/MG)
Advogado	DR. ALEXANDRE AUGUSTO SANTOS MAGALHÃES(OAB: 112367-A/MG)
Advogado	DR. FERNANDO TADEU BRETZ COSTA(OAB: 115401-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLA LICURCI MANHAES
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INSTITUTO DATA RIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Processo Nº ED-RRAg-0101802-11.2017.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. FERNANDO MORELLI ALVARENGA(OAB: 86424-A/RJ)
RECORRIDO	JULIO CESAR DE ALMEIDA CARVALHO
Advogado	DR. CARLOS FELIPE DOS SANTOS RIBEIRO(OAB: 199665-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- JULIO CESAR DE ALMEIDA CARVALHO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-AIRR-0101814-41.2017.5.01.0411

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. ALDE COSTA SANTOS JÚNIOR
Procurador	DR. PEDRO LOULA
RECORRIDO	HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS
Advogado	DR. SERGIO LUIZ MOREIRA DE CERQUEIRA FILHO(OAB: 104509-A/RJ)
RECORRIDO	MADELAN PEIXOTO DA COSTA
Advogada	DRA. YASMIN MENDES DA SILVEIRA(OAB: 207951/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS
- MADELAN PEIXOTO DA COSTA

Processo Nº AIRR-0101816-27.2017.5.01.0050

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. CARLOS ANDRÉ SILVA BAPTISTA
RECORRIDO	ANGEL'S SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.
Advogado	DR. MARCELO DUARTE(OAB: 142797-A/RJ)
Advogado	DR. ALEXANDRE DA SILVA VIEIRA(OAB: 141130-A/RJ)
RECORRIDO	FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Advogado	DR. LEONARDO BRITO XIMENES(OAB: 112746-A/RJ)

Advogado	DR. ISABELA DA CONCEIÇÃO CRUZ(OAB: 164537-A/RJ)
Advogado	DR. MARIANA FERREIRA GARCIA(OAB: 153310-A/RJ)
Advogada	DRA. ADRIENNE FERNANDA DA SILVA LIRA(OAB: 161861-A/RJ)
Advogada	DRA. ROSA MARIA GOMES PINTO(OAB: 153795-A/RJ)
Advogado	DR. CAROLINA DA CUNHA MEDEIROS(OAB: 164286-A/RJ)
RECORRIDO	MIRIAM DA CONCEICAO SILVARES PAES
Advogado	DR. RODRIGO MACEDO FERNANDES(OAB: 148464-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGEL'S SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- MIRIAM DA CONCEICAO SILVARES PAES

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0101820-07.2017.5.01.0069

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	CARVALHO HOSKEN S.A. - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES
Advogado	DR. PATRÍCIA SYLVAN NEVES(OAB: 1671-B/RJ)
Advogada	DRA. ANA GABRIELA BURLAMAQUI DE CARVALHO VIANNA(OAB: 81690-A/RJ)
RECORRIDO	LUIS DE SANT ANNA MARTINS
Advogado	DR. MARINALVA RIBEIRO MACCARINI(OAB: 115378-A/RJ)
Advogado	DR. VALDIR PAULO MACCARINI(OAB: 150187-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARVALHO HOSKEN S.A. - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES
- LUIS DE SANT ANNA MARTINS

Processo Nº Ag-RR-0101830-18.2016.5.01.0059

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. RENATA RUFFO RODRIGUES PEREIRA REZENDE
RECORRIDO	PROL STAFF LTDA.
Advogado	DR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES FURTADO(OAB: 137614/RJ)
RECORRIDO	JULIA SEBASTIANA DA SILVA
Advogada	DRA. GRASIELLE CRISTINA DE BARROS PINTOR(OAB: 202747-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- JULIA SEBASTIANA DA SILVA
- PROL STAFF LTDA.

Processo Nº AIRR-0101830-94.2016.5.01.0066

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. WALDIR ZAGAGLIA
RECORRIDO	PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogada	DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)
RECORRIDO	RAIMUNDO NONATO DE ARAUJO CRUZ
Advogado	DR. WALLACE AUGUSTO MENDES SAMPAIO(OAB: 89110-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
- RAIMUNDO NONATO DE ARAUJO CRUZ

Processo Nº AIRR-0101833-28.2017.5.01.0482

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OCYAN S.A.
Advogado	DR. CRISTIANO DE LIMA BARRETO DIAS(OAB: 92784/RJ)
Advogada	DRA. LUÍSA ARANTES VILLELA ALBANO(OAB: 153732/RJ)
RECORRIDO	IGOR CAJAIBA SOUSA
Advogado	DR. RICARDO PIMENTA PINHEIRO(OAB: 130516-A/RJ)
Advogado	DR. JULIANA FREIRE DE ANDRADE CÔRTES PINHEIRO(OAB: 139801-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- IGOR CAJAIBA SOUSA
- OCYAN S.A.

Processo Nº RR-0101848-97.2017.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	UTC ENGENHARIA S.A.
Advogado	DR. FERNANDO MORELLI ALVARENGA(OAB: 86424-A/RJ)
RECORRIDO	RODOLFO FERREIRA REAL
Advogado	DR. RAFAEL ALVES CARDOSO(OAB: 131224-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- RODOLFO FERREIRA REAL
- UTC ENGENHARIA S.A.

Processo Nº RR-0101861-97.2016.5.01.0007

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAETEC
Procurador	DR. RICARDO MATHIAS SOARES PONTES
Procuradora	DRA. RENATA RUFFO RODRIGUES PEREIRA REZENDE
RECORRIDO	GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA
Advogada	DRA. ELISABETE DE MESQUITA CUIM NUNES(OAB: 100008-A/RJ)
RECORRIDO	EMERSON TORRES DA SILVA
Advogada	DRA. MARIA FERNANDA SIQUEIRA ALVES(OAB: 177444-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMERSON TORRES DA SILVA
- FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAETEC
- GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA

Processo Nº ED-Ag-ED-AIRR-0101866-23.2017.5.01.0060

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada	DRA. ANA REGINA MARQUES BRANDÃO(OAB: 4891/AL)
Advogado	DR. GUSTAVO ANTÔNIO MONTEIRO DE VASCONCELLOS(OAB: 104502-A/RJ)
Advogado	DR. RODRIGO MOREIRA(OAB: 190042-A/RJ)
Advogado	DR. ANTÔNIO MARCOS MORAES RIBEIRO(OAB: 115917-A/RJ)
Advogado	DR. EVANDRO LUÍS MACEDO GUEDES(OAB: 96024-A/RJ)
RECORRIDO	LUCIA MARIA COLAS DE AMORIM
Advogado	DR. RONNY BOTELHO FILHO(OAB: 172876-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- LUCIA MARIA COLAS DE AMORIM

Processo Nº RR-0101873-02.2017.5.01.0032

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. DÁRCIO AUGUSTO CHAVES FARIA
Procurador	DR. RODRIGO HENRIQUE LUIZ CORRÊA
RECORRIDO	EMPRESA IGUAÇU DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
RECORRIDO	MAURICIO FERREIRA DOS SANTOS
Advogado	DR. FERNANDO WAGNER PACHECO DE SANTANA(OAB: 100699-D/RJ)
Advogado	DR. NELCIA LAURA PACHECO DE SANTANA(OAB: 115948-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA IGUAÇU DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
- MAURICIO FERREIRA DOS SANTOS
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0101899-11.2017.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA
RECORRIDO	PROL STAFF LTDA.
Advogado	DR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES FURTADO(OAB: 137614-A/RJ)
Advogado	DR. EDUARDO BEIROUTI DE MIRANDA ROQUE(OAB: 206946-A/SP)
RECORRIDO	PRISCILA SANTOS DA COSTA
Advogado	DR. MAURICIO DE FIGUEIREDO CORREA DA VEIGA(OAB: 21934-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PRISCILA SANTOS DA COSTA
- PROL STAFF LTDA.

Processo Nº AIRR-0101907-97.2017.5.01.0283

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
Procurador	DR. LENÍCIO FIGUEIREDO SALLES
RECORRIDO	GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA
Advogada	DRA. ELISABETE DE MESQUITA CUIM NUNES(OAB: 100008-A/RJ)
RECORRIDO	JOAO FRANCISCO RIBEIRO GASPAR
Advogado	DR. PAULO ROBERTO PEREIRA PAES FILHO(OAB: 168665-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA
- JOAO FRANCISCO RIBEIRO GASPAR
- MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA

Processo Nº RRAg-0101933-65.2018.5.01.0411

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. MARIA BEATRIZ FREITAS DE OLIVEIRA
RECORRIDO	INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG
Advogado	DR. ÉRICO PEREIRA COUTINHO GUEDES(OAB: 19618-A/BA)
Advogado	DR. LUANA MARQUES PEREIRA(OAB: 48145-A/BA)
RECORRIDO	LUCIANA MARIA DA COSTA
Advogado	DR. THYAGO VILLANOVA FAZANELLI(OAB: 182440-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG
- LUCIANA MARIA DA COSTA

Processo Nº Ag-AIRR-0101939-90.2017.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	MARCELO DA FONSECA ISMAEL
Advogada	DRA. LUDMILA BOLIVAR FAIOLI SILVA(OAB: 184012-A/RJ)
RECORRIDO	LUPATECH OIL & GAS COOPERATIEF U.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTROS
Advogado	DR. JOÃO MARCOS CAVICHIOLI FEITEIRO(OAB: 307654/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUPATECH OIL & GAS COOPERATIEF U.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTROS
- MARCELO DA FONSECA ISMAEL
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0101954-45.2017.5.01.0033

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB: 62929/RJ)
RECORRIDO	HOPE RECURSOS HUMANOS EIRELI
Advogado	DR. JOSE RICARDO HADDAD(OAB: 126241-A/SP)
RECORRIDO	DANIELLE MEMORIA SILVA

Advogado	DR. BRUNO RIBEIRO DA SILVA(OAB: 134550-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIELLE MEMORIA SILVA
- HOPE RECURSOS HUMANOS EIRELI
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0101969-32.2017.5.01.0027

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogado	DR. FERNANDO MORELLI ALVARENGA(OAB: 86424-A/RJ)
RECORRIDO	MAURICIO DE LIMA FRANCA
Advogado	DR. CARLOS RENATO HERNANDES ALVAREZ(OAB: 53640-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MAURICIO DE LIMA FRANCA
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

Processo Nº Ag-E-ED-AIRR-0102006-52.2017.5.01.0482

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	MASSA FALIDA DE SCHAHIN PETRÓLEO E GÁS S.A. E OUTRO
Advogado	DR. TATIANA WEIGAND BERNA RAYEL
RECORRIDO	LEANDRO DE MORAES BARROS
Advogado	DR. LUCIANO AUGUSTO DA ROCHA(OAB: 106509-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEANDRO DE MORAES BARROS
- MASSA FALIDA DE SCHAHIN PETRÓLEO E GÁS S.A. E OUTRO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0102008-23.2017.5.01.0223

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. LUIZ CÉSAR VIANNA MARQUES
RECORRIDO	PROL STAFF LTDA.
Advogado	DR. EDUARDO BEIROUTI DE MIRANDA ROQUE(OAB: 206946-A/SP)
RECORRIDO	MARGARETH ALVES BARRETO
Advogado	DR. LUIZ CARLOS DA SILVA LOYOLA(OAB: 32511-A/RJ)
Advogado	DR. LUIZ EDUARDO DO NASCIMENTO LOYOLA(OAB: 125065 -A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- MARGARETH ALVES BARRETO
- PROL STAFF LTDA.

Processo Nº ED-AIRR-0102014-79.2017.5.01.0045

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. ISABELA COELHO BAPTISTA
RECORRIDO	BIOTECH HUMANA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE
RECORRIDO	LILIAN BRAUNS TEIXEIRA
Advogada	DRA. HELEN VITA DE CARVALHO(OAB: 88884-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BIOTECH HUMANA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE
- LILIAN BRAUNS TEIXEIRA
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0102023-47.2017.5.01.0043

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UNIÃO (PGU)
Procuradora	DRA. GIOVANNA DE PIRO VIANNA
Procuradora	DRA. ELINÉIA SOARES BARBOSA
RECORRIDO	VIGTOM SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI
RECORRIDO	MARILUCIA DOS SANTOS
Advogado	DR. FELIPE DE CASTRO ALEN(OAB: 105244-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARILUCIA DOS SANTOS
- UNIÃO (PGU)
- VIGTOM SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-0102024-58.2017.5.01.0002

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RODRIGO HENRIQUE LUIZ CORRÊA
RECORRIDO	BIOTECH HUMANA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE
Advogado	DR. MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA SILVEIRA(OAB: 99272-A/RJ)
RECORRIDO	ERIKA CRISTINA MARTINS
Advogada	DRA. TATIANA DE SOUZA GOMES(OAB: 187957-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BIOTECH HUMANA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE
- ERIKA CRISTINA MARTINS
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-E-ED-AIRR-0102043-16.2016.5.01.0482

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	PCP ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.
Advogado	DR. DIONÍSIO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY(OAB: 60071-D/RJ)
RECORRIDO	RAMON DA SILVA ROZARIO
Advogado	DR. WANDER BIE MENDES LEAL MONTEIRO(OAB: 165250-D/RJ)
Advogado	DR. FELIPE BERTO DA SILVA(OAB: 169275-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- PCP ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- RAMON DA SILVA ROZARIO

Processo Nº ED-AIRR-0102047-74.2016.5.01.0281

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	FUNDAÇÃO CULTURAL, EDUCACIONAL E DE RADIODIFUSÃO VALENÇA FILHO
RECORRIDO	MANUELLA BATISTA MACHADO FERREIRA
Advogado	DR. EXPEDITO ALMEIDA DE OLIVEIRA(OAB: 128142-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CULTURAL, EDUCACIONAL E DE RADIODIFUSÃO VALENÇA FILHO
- MANUELLA BATISTA MACHADO FERREIRA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-RR-0102148-08.2017.5.01.0207

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO.
Procuradora	DRA. DEBORAH ABREU
RECORRIDO	MILÊNIO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
RECORRIDO	ELISSANDRA BARBOSA PENA
Advogado	DR. FELIPE LUIS ALEXANDRE DA SILVA(OAB: 124165-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELISSANDRA BARBOSA PENA
- INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO.
- MILÊNIO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0102175-72.2017.5.01.0471

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	AUTO VIACAO 1001 LTDA
Advogado	DR. RITA DE CÁSSIA NAVARRO DE OLIVEIRA ALMEIDA(OAB: 1130/RJ)
Advogado	DR. PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DE ALMEIDA(OAB: 128321/RJ)
RECORRIDO	RUI TAVARES
Advogado	DR. RAUL LORETTI WERNECK NETO(OAB: 96576-A/RJ)
Advogada	DRA. ALESSANDRA CURY MARTINS(OAB: 170987-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AUTO VIACAO 1001 LTDA
- RUI TAVARES

Processo Nº Ag-AIRR-0102200-94.1998.5.02.0351

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	CARLOS ALBERTO GONÇALVES
Advogado	DR. DANIEL AMÉRICO DOS SANTOS NEIMEIR(OAB: 309297-A/SP)
RECORRIDO	DAVI DOS SANTOS MACHADO
Advogada	DRA. MARIA CRISTINA PACILÉO TREVISAN(OAB: 120159-A/SP)
Advogada	DRA. SANDRA RODIGHIERO PACILÉO(OAB: 205824-A/SP)
Advogado	DR. APARECIDA ARLETE COVIELLO PACILÉO(OAB: 73223/SP)
Advogada	DRA. STELA RODIGHIERO PACILÉO PALAZZO(OAB: 249297-B/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS ALBERTO GONÇALVES
- DAVI DOS SANTOS MACHADO

Processo Nº Ag-AIRR-0102203-91.2017.5.01.0551

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
RECORRIDO	PROL STAFF LTDA.
Advogado	DR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES FURTADO(OAB: 137614-A/RJ)
RECORRIDO	IZABEL CRISTINA VIANA
Advogada	DRA. PRISCILA DUARTE OLIVEIRA(OAB: 133521/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- IZABEL CRISTINA VIANA
- PROL STAFF LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0102285-90.2016.5.01.0282

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
Procuradora	DRA. RENATA RUFFO RODRIGUES PEREIRA REZENDE
RECORRIDO	BEQUEST CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. THIAGO BROCK(OAB: 166794/RJ)
RECORRIDO	MARIA JULIA TOBIAS DA HORA
Advogado	DR. PAULO EDUARDO BARROS DE SOUSA(OAB: 115161/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BEQUEST CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA.
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- MARIA JULIA TOBIAS DA HORA

Processo Nº Ag-RR-0102400-41.2006.5.05.0027

Processo Nº Ag-RR-01024/2006-027-05-00.1

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	DR. RENATO LOBO GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)
Advogado	DR. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO(OAB: 17169-A/BA)
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. ANTÔNIO CARLOS MOTTA LINS(OAB: 55070/RJ)
Advogada	DRA. FABIANA GALDINO COTIAS(OAB: 22164/BA)
RECORRIDO	SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO QUÍMICO E PETROLEIRO DO ESTADO DA BAHIA
Advogado	DR. NEI VIANA COSTA PINTO(OAB: 8361/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

- SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO QUÍMICO E PETROLEIRO DO ESTADO DA BAHIA

Processo Nº Ag-RR-0102436-04.2017.5.01.0482

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. MARIA DAS DORES STREILING(OAB: 280482-A/SP)
Advogado	DR. WANDER DE LIMA SILVA(OAB: 315470-A/SP)
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	HELIO DE ABREU RODRIGUES DA SILVA
Advogado	DR. WAGNER BRITO DE MEDEIROS(OAB: 158880-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- HELIO DE ABREU RODRIGUES DA SILVA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-AIRR-0102467-27.2017.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	IRM SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. RICARDO PIMENTA PINHEIRO(OAB: 130516-A/RJ)
RECORRIDO	ROBERTO DE SOUZA MELO
Advogado	DR. EMERSON MACHADO PORTO(OAB: 126844-D/RJ)
Advogado	DR. LEONNARDO TINOCO DOMINGOS(OAB: 206588-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- IRM SERVIÇOS LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- ROBERTO DE SOUZA MELO

Processo Nº Ag-AIRR-0102531-58.2017.5.01.0571

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. RENATA COTRIM NACIF
RECORRIDO	PROL STAFF LTDA.
RECORRIDO	RONALDO MONTEIRO CERQUEIRA
Advogado	DR. ANDERSON DE AZEVEDO COELHO(OAB: 132433-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- PROL STAFF LTDA.
- RONALDO MONTEIRO CERQUEIRA

Processo Nº ED-AIRR-0102534-56.2017.5.01.0201

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO.
Procurador	DR. CARLOS AUGUSTO PEREIRA
Procurador	DR. RAFAEL MAIA GUANAES
RECORRIDO	MILÊNIO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
RECORRIDO	CRISTIANE PACHECO SANT ANNA
Advogado	DR. LUÍS CLÁUDIO MATOS RIBEIRO(OAB: 106871/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTIANE PACHECO SANT ANNA
- INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO.
- MILÊNIO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

Processo Nº Ag-E-ED-Ag-AIRR-0102549-52.2017.5.01.0483

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
RECORRIDO	UTC ENGENHARIA S.A.
Advogado	DR. FERNANDO MORELLI ALVARENGA(OAB: 86424-A/RJ)
RECORRIDO	CASSIO JOSE LIMA CAETANO
Advogado	DR. RODRIGO RODRIGUES SARMANHO(OAB: 131328-A/RJ)
Advogado	DR. LEONARDO LESSA RABELLO(OAB: 115972-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CASSIO JOSE LIMA CAETANO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A.

Processo Nº Ag-E-ED-AIRR-0102617-08.2017.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)
RECORRIDO	UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. FERNANDO MORELLI ALVARENGA(OAB: 86424-A/RJ)
RECORRIDO	RONALDO FARIA DOS SANTOS
Advogado	DR. LEANDRO GOMES NETO(OAB: 151142-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- RONALDO FARIA DOS SANTOS
- UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-E-ED-Ag-AIRR-0102646-86.2016.5.01.0483

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)
RECORRIDO	PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
Advogado	DR. FERNANDA MARTINS DA COSTA(OAB: 118704/RJ)
RECORRIDO	ROBSON SANTOS DE ANDRADE
Advogado	DR. RENATO CURVELO DE ARAÚJO(OAB: 120085/RJ)
Advogada	DRA. RAYSSA ASSAFF BARBOSA LEAL DE SOUSA(OAB: 207798-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- ROBSON SANTOS DE ANDRADE

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0102800-34.2000.5.02.0032

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MICHEL SACCAB FILHO
Advogada	DRA. LÚCIA ANELLI TAVARES(OAB: 67681-A/SP)
RECORRIDO	DIRCEU VERARDO ASSIS
Advogada	DRA. MARIA LUCIA CINTRA(OAB: 49080-B/SP)
RECORRIDO	COOP DOS PROF DA SAUDE DA CLASSE MEDICA COOPERPAS MED 1
Advogado	DR. ANA LIZ PEREIRA TOLEDO(OAB: 65820-A/SP)
RECORRIDO	JOÃO MARTINS
RECORRIDO	PARTNERS SEGURANÇA VIGILÂNCIA S/C LTDA.
Advogada	DRA. ELCEM CRISTIANE PAES GAZELLI(OAB: 120414/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COOP DOS PROF DA SAUDE DA CLASSE MEDICA COOPERPAS MED 1
- DIRCEU VERARDO ASSIS
- JOÃO MARTINS
- MICHEL SACCAB FILHO
- PARTNERS SEGURANÇA VIGILÂNCIA S/C LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0104700-33.1997.5.02.0040

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MILTON FERREIRA DA SILVA
Advogado	DR. MÁRCIO PEREIRA DOS ANJOS(OAB: 295583-A/SP)
RECORRIDO	JAIME ALVES FERNANDES
Advogado	DR. AGOSTINHO TOFOLI(OAB: 49389-A/SP)
Advogado	DR. EDUARDO TOFOLI(OAB: 133996 -A/SP)
RECORRIDO	ASSEVI SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL S/C LTDA
RECORRIDO	MARISA NOBILE DA SILVA

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSEVI SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL S/C LTDA
- JAIME ALVES FERNANDES
- MARISA NOBILE DA SILVA
- MILTON FERREIRA DA SILVA

Processo Nº AIRR-0104900-24.1984.5.05.0004

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	DR. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 17769-S/BA)
Advogado	DR. RENATO LOBO GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)
RECORRIDO	THEREZA VALDO DE ANDRADE E OUTROS
Advogado	DR. ULISSES RIEDEL DE RESENDE(OAB: 968-A/DF)
Advogado	DR. NEMÉSIO LEAL ANDRADE SALLES(OAB: 1705-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- THEREZA VALDO DE ANDRADE E OUTROS

Processo Nº Ag-AIRR-0107900-66.2006.5.05.0002

Processo Nº Ag-AIRR-01079/2006-002-05-00.5

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogada	DRA. ÂNGELA SOUZA DA FONSECA(OAB: 17836/BA)
Advogado	DR. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 17769-S/BA)
Advogado	DR. RENATO LOBO GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)
RECORRIDO	SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO QUÍMICO/PETROLEIRO DO ESTADO DA BAHIA
Advogado	DR. GUSTAVO COSTA PINTO DE PAULA(OAB: 16093-A/BA)
Advogado	DR. NEI VIANA COSTA PINTO
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada	DRA. PAULA PEREIRA PIRES(OAB: 8448/BA)
Advogado	DR. FRANCISCO JOSÉ GROBA CASAL(OAB: 26160/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO QUÍMICO/PETROLEIRO DO ESTADO DA BAHIA

Processo Nº AIRR-0110400-19.2004.5.06.0012

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PROSEGUR BRASIL S.A. - TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA
Advogado	DR. ANDREA LUZIA CAVALCANTI DE ARRUDA COUTINHO(OAB: 17498-A/PE)
Advogado	DR. DANIELA PINHEIRO RAMOS VASCONCELOS(OAB: 19515-A/PE)
Advogado	DR. DANIELLE BARBOSA DE ALMEIDA AVELINO(OAB: 19839-A/PE)
RECORRIDO	TRANSFORTE NORTE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.
Advogado	DR. ANDREA LUZIA CAVALCANTI DE ARRUDA COUTINHO(OAB: 17498-A/PE)
RECORRIDO	RIVALDO FREITAS SANTOS
RECORRIDO	JOAO PEDRO DE ALCANTARA BOCAYUVA BULCAO
RECORRIDO	ELOY MANOEL DA SILVA
Advogado	DR. GEORGE ALBERTO DE MELO AZEVEDO(OAB: 21393-D/PE)
Advogado	DR. PAULO AZEVEDO DA SILVA(OAB: 4568-A/PE)
Advogado	DR. ANTONIO JOSE BOTELHO NETO(OAB: 22071-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELOY MANOEL DA SILVA
- JOAO PEDRO DE ALCANTARA BOCAYUVA BULCAO
- PROSEGUR BRASIL S.A. - TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA

- RIVALDO FREITAS SANTOS
- TRANSFORTE NORTE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0113700-77.2009.5.01.0068

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	DR. JORGE HENRIQUE MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO(OAB: 104348-A/RJ)
Advogado	DR. RENATO LOBO GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)
Advogada	DRA. LÚCIA PORTO NORONHA(OAB: 78597/SP)
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada	DRA. MARIANA KAIUCA AQUIM(OAB: 120590-A/RJ)
Advogado	DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 136118-A/RJ)
RECORRIDO	REGINA GARCIA DE CARVALHO
Advogado	DR. ROGÉRIO JOSÉ PEREIRA DERBLY(OAB: 89266/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- REGINA GARCIA DE CARVALHO

Processo Nº Ag-AIRR-0119800-27.2004.5.01.0067

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	GEORGES HADDAD FILHO
Advogado	DR. WALDIMAR DE PAULA FREITAS(OAB: 38982-A/RJ)
RECORRIDO	SUELI LIMA DA SILVA
Advogado	DR. FRANCISCO DIAS FERREIRA(OAB: 62575/RJ)
RECORRIDO	SURIA DAVID HUSCHI HADDAD
RECORRIDO	AUDACE CONFECÇÕES LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- AUDACE CONFECÇÕES LTDA.
- GEORGES HADDAD FILHO
- SUELI LIMA DA SILVA
- SURIA DAVID HUSCHI HADDAD

Processo Nº Ag-AIRR-0126700-45.2005.5.02.0008

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	TUMPEX - EMPRESA AMAZONENSE DE COLETA DE LIXO LTDA.
Advogado	DR. ANDERSON VICENTINI SOUZA(OAB: 234165-A/SP)
Advogado	DR. MAURICIO DE FIGUEIREDO CORREA DA VEIGA(OAB: 21934-A/DF)
Advogado	DR. RENATA ARCOVERDE HELCIAS(OAB: 38655-A/DF)
Advogado	DR. DANIEL MUNIZ DA SILVA(OAB: 22755/DF)
RECORRIDO	CONSÓRCIO TROLEBUS ARICANDUVA
RECORRIDO	VIAÇÃO CIDADE TIRADENTES LTDA.
RECORRIDO	TROLEBUS SÃO JUDAS LTDA.
RECORRIDO	ANTÔNIO JOAQUIM DE FARIAS RIBEIRO
Advogado	DR. LUIZ HENRIQUE DA SILVA COELHO(OAB: 111906/SP)
RECORRIDO	TROLEBUS PAULISTANO LTDA.
RECORRIDO	TROLEBUS CIDADE TIRADENTES LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO JOAQUIM DE FARIAS RIBEIRO
- CONSÓRCIO TROLEBUS ARICANDUVA
- TROLEBUS CIDADE TIRADENTES LTDA
- TROLEBUS PAULISTANO LTDA.
- TROLEBUS SÃO JUDAS LTDA.
- TUMPEX - EMPRESA AMAZONENSE DE COLETA DE LIXO LTDA.
- VIAÇÃO CIDADE TIRADENTES LTDA.

Processo Nº AIRR-0127800-17.2007.5.01.0065

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)
Advogada	DRA. GILDA ELENA BRANDÃO DE ANDRADE D'OLIVEIRA(OAB: 35271/RJ)
RECORRIDO	ROBERTO DOS SANTOS PEREIRA
Advogado	DR. OSWALDO OLIVEIRA DE FREITAS(OAB: 105161-A/RJ)
RECORRIDO	TELSUL SERVIÇOS S.A.
Advogado	DR. MARCOS ALTIVO MARREIROS MARINHO(OAB: 143575-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- ROBERTO DOS SANTOS PEREIRA
- TELSUL SERVIÇOS S.A.

Processo Nº AIRR-0130466-88.2015.5.13.0028

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FUNDACAO GOVERNADOR FLAVIO RIBEIRO COUTINHO
Advogado	DR. JOSÉ MÁRIO PORTO JÚNIOR(OAB: 3045-A/PB)
Advogado	DR. BARBARA CAMPOS PORTO(OAB: 19600-A/PB)
RECORRIDO	JOCELIN LINO DA SILVA
Advogado	DR. MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA(OAB: 4007-A/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDACAO GOVERNADOR FLAVIO RIBEIRO COUTINHO
- JOCELIN LINO DA SILVA

Processo Nº AgR-E-ED-RR-0130500-24.2010.5.17.0191

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538-A/GO)
Advogado	DR. APOEMA CARMEM F. V. DOMINGOS MARTINS SANTOS(OAB: 15992/ES)
RECORRIDO	ANTÔNIO CARLOS DAMASCENA
Advogada	DRA. EVA MARIA VENTURINI(OAB: 11355-A/ES)
RECORRIDO	BETA COMPOSITOS E REFORÇOS ESTRUTURAIS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO CARLOS DAMASCENA
- BETA COMPOSITOS E REFORÇOS ESTRUTURAIS LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0131600-40.1998.5.04.0015

Processo Nº AIRR-01316/1998-015-04-00.9

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)
RECORRIDO	CELSO AFONSO PINTO
Advogado	DR. LORYS COUTO FONSECA(OAB: 39105-A/RS)
Advogado	DR. ARTUR DA FONSECA ALVIM(OAB: 44028/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELSO AFONSO PINTO
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-AIRR-0137400-64.2007.5.02.0411

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	BENEDITA PUTINI GONCALVES E OUTROS
Advogada	DRA. EDIVETE MARIA BOARETO BELOTTO(OAB: 79193/SP)
Advogado	DR. WAGNER BELOTTO(OAB: 131573/SP)
RECORRIDO	METALURGICA MARDEL LTDA
Advogado	DR. THIAGO MAHFUZ VEZZI(OAB: 228213/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BENEDITA PUTINI GONCALVES E OUTROS
- METALURGICA MARDEL LTDA

Processo Nº Ag-AIRR-0151200-39.2009.5.01.0017

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UNIÃO (PGU)
Procuradora	DRA. RENATA CRISTINA TEIXEIRA DE ABREU
RECORRIDO	TERCEIRIZA SERVIÇOS LTDA.
RECORRIDO	MARIA DAS DORES MELQUIADES DA SILVA
Advogado	DR. BENEDITO E. DE ALBUQUERQUE(OAB: 4771/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA DAS DORES MELQUIADES DA SILVA
- TERCEIRIZA SERVIÇOS LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº AIRR-0152000-34.2009.5.01.0028

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	DR. RENATO LOBO GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)
Advogado	DR. RICARDO LOPES GODOY(OAB: 77167/MG)
RECORRIDO	JAIR GONÇALVES CARDOSO
Advogada	DRA. SOLANGE LOPES PAROLA(OAB: 157969-A/RJ)
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- JAIR GONÇALVES CARDOSO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0153800-41.2008.5.07.0004

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	DR. RENATO LOBO GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)
Advogado	DR. CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 14326-A/CE)
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. RICARDO MELO DAS NEVES(OAB: 16871/CE)
RECORRIDO	CLÉA DALVA FERRAZ DE OLIVEIRA
Advogado	DR. MARCELO DA SILVA(OAB: 17053 -A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLÉA DALVA FERRAZ DE OLIVEIRA
- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0155600-93.2000.5.03.0005

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)
Advogada	DRA. CLÍSSIA PENA ALVES DE CARVALHO(OAB: 76703/MG)
RECORRIDO	FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL - SISTEL
Advogado	DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 107878/MG)
RECORRIDO	JOSE MARIA SCALI
Advogado	DR. HELVÉCIO VIANA PERDIGÃO(OAB: 48880/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL - SISTEL
- JOSE MARIA SCALI
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-AIRR-0161400-25.2007.5.04.0201

Processo Nº Ag-AIRR-01614/2007-201-04-00.4

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	DR. RONNE CRISTIAN NUNES(OAB: 22429-A/DF)
Advogado	DR. RENATO LOBO GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)

Advogado	DR. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 56888-A/RS)
RECORRIDO	HUGO DÖRING VIER
Advogada	DRA. CARLA LUCIANA DOS SANTOS(OAB: 48290-A/RS)
Advogado	DR. ANDRÉ DIAS RIBEIRO(OAB: 71544/RS)
Advogado	DR. MAURÍCIO DE FIGUEIREDO CORRÊA DA VEIGA(OAB: 21934-A/DF)
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FERNANDO GOBBO DEGANI(OAB: 57909-A/RS)
Advogado	DR. LUÍS FELIPE CUNHA(OAB: 52308-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- HUGO DÖRING VIER
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-AIRR-0168700-89.2001.5.02.0464

Processo Nº ED-AIRR-01687/2001-464-02-00.0

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.
Advogado	DR. ANDRE FITTIPALDI MORADE(OAB: 206553-A/SP)
RECORRIDO	ANTONIO DAVI SERTORIO MILANEZ
Advogado	DR. ADEMAR NYIKOS(OAB: 85809-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO DAVI SERTORIO MILANEZ
- MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-RR-0181200-60.2009.5.01.0263

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRAN/RJ
Procuradora	DRA. MARIA BEATRIZ FREITAS DE OLIVEIRA
Procurador	DR. EMERSON BARBOSA MACIEL
RECORRIDO	CLAUDIA ALEXANDRA PEREIRA BARBOSA MARINS E OUTRA
Advogado	DR. LUIZ MIGUEL PINAUD NETO(OAB: 3999-A/RJ)
Advogado	DR. BRUNO VIGNERON CARIELLO(OAB: 137667/RJ)
RECORRIDO	PROL GESTÃO AMBIENTAL LTDA.
Advogada	DRA. KARLA CABIZUCA BERNARDES NETTO(OAB: 93931/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIA ALEXANDRA PEREIRA BARBOSA MARINS E OUTRA
- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRAN/RJ
- PROL GESTÃO AMBIENTAL LTDA.

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0181500-06.2008.5.02.0012

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ANGELINA DUARTE DE ANDRADE GOUVEA E OUTROS
Advogado	DR. MARCO ANTÔNIO INNOCENTI(OAB: 130329/SP)
RECORRIDO	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. LUIZ ANTÔNIO DE PAULA(OAB: 113434-A/SP)
RECORRIDO	ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
Advogada	DRA. ADRIANA DE CARVALHO VIEIRA(OAB: 128769-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGELINA DUARTE DE ANDRADE GOUVEA E OUTROS
- BANCO DO BRASIL S.A.
- ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

Processo Nº Ag-AIRR-0187200-55.2007.5.04.0201

Processo Nº Ag-AIRR-01872/2007-201-04-00.0

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	DR. RENATO LOBO GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)
Advogado	DR. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 169709-A/SP)
RECORRIDO	CIPRIANO RAMOS MACHADO
Advogado	DR. ANDRÉ DIAS RIBEIRO(OAB: 71544/RS)
RECORRIDO	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. LUÍS FELIPE CUNHA(OAB: 52308-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CIPRIANO RAMOS MACHADO
- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0210500-88.2000.5.19.0002

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ RUBEM ÂNGELO(OAB: 3303/AL)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)
RECORRIDO	JOSE ISMAR DE OLIVEIRA BARROS
Advogado	DR. ALEXANDRE AYRES CÂNCIO(OAB: 5225-A/AL)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE ISMAR DE OLIVEIRA BARROS
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº AIRR-0222700-87.2008.5.02.0013

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	AUTOMASA MAUÁ COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA.
Advogado	DR. LEVI CORREIA(OAB: 309052/SP)
RECORRIDO	MASSA FALIDA DE PIRES SERVIÇOS DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.
Advogado	DR. BRENO HUGO SILVA GIAMATEI(OAB: 170136-A/SP)
RECORRIDO	AQUITAINE VEÍCULOS LTDA.
Advogado	DR. RUI PINHEIRO JÚNIOR(OAB: 71118-A/SP)

RECORRIDO	BIGMIKE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
Advogado	DR. MARCELO SOTO BILLÓ(OAB: 207984-A/SP)
RECORRIDO	MARCOB ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
RECORRIDO	AMASACI ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
RECORRIDO	CONAP EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL LTDA.
Advogado	DR. BRUNO CARDOSO FURTADO(OAB: 254738-A/SP)
RECORRIDO	SALVAGUARDA SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.
RECORRIDO	JFH EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
Advogado	DR. ALEXSANDER FERNANDES DE ANDRADE(OAB: 238408-A/SP)
Advogada	DRA. JULIANA OIDE PESTANA(OAB: 284581-A/SP)
RECORRIDO	HUMANITAS ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL PRIVADA S/C LTDA.
Advogado	DR. LAMARTINE BRAGA CÔRTES FILHO(OAB: 9352/PR)
RECORRIDO	EDISIO COSTA
Advogado	DR. JAIR JOSÉ MONTEIRO DE SOUZA(OAB: 104034-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMASACI ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
- AQUITAINE VEÍCULOS LTDA.
- AUTOMASA MAUÁ COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA.
- BIGMIKE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
- CONAP EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL LTDA.
- EDISIO COSTA
- HUMANITAS ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL PRIVADA S/C LTDA.
- JFH EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
- MARCOB ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
- MASSA FALIDA DE PIRES SERVIÇOS DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.
- SALVAGUARDA SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0226500-97.2007.5.02.0033

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	SERGIO SANTANA NABARRO
Advogado	DR. LUIZ FRANCA GUIMARAES FERREIRA(OAB: 166897-A/SP)
RECORRIDO	MARCOS APARECIDO MANTOVANI
Advogado	DR. FERNANDA DE HOLANDA CAVALCANTE HADDAD SANTOS(OAB: 149406-A/SP)
RECORRIDO	LEPIM VALVULAS E CONEXOES LTDA - EPP
Advogado	DR. JETER CANTUÁRIA CARNEIRO FILHO(OAB: 296293-A/SP)
RECORRIDO	PATRICIA SANTANA NABARRO
RECORRIDO	FLUIDO P.V.V. HIDRAULICA LTDA
RECORRIDO	HELIO GAETA LEONARDO RODRIGUES
Advogado	DR. MÁRCIO ALEXANDRE RUSSO(OAB: 154599-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FLUIDO P.V.V. HIDRAULICA LTDA
- HELIO GAETA LEONARDO RODRIGUES
- LEPIM VALVULAS E CONEXOES LTDA - EPP
- MARCOS APARECIDO MANTOVANI
- PATRICIA SANTANA NABARRO
- SERGIO SANTANA NABARRO

Processo Nº Ag-AIRR-0232100-15.2008.5.09.0892

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)
Advogado	DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465/PR)
RECORRIDO	PAMPAPAR S.A. - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE
Advogada	DRA. ÉRICA RENATA DA SILVA PEREIRA(OAB: 64172-A/PR)
RECORRIDO	GESIEL FRIGOTTO
Advogado	DR. WALDOMIRO FERREIRA FILHO(OAB: 5961-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- GESIEL FRIGOTTO
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PAMPAPAR S.A. - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE

Processo Nº Ag-AIRR-0260400-23.2005.5.02.0007

Processo Nº Ag-AIRR-02604/2005-007-02-00.7

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MAR D'OURO HOTEL E PARQUE LTDA.
Advogada	DRA. MARIA CRISTINA DA COSTA FONSECA(OAB: 14974-A/DF)
Advogada	DRA. GISLENE COELHO DOS SANTOS(OAB: 166535-A/SP)
RECORRIDO	ALVINO GOMES PEREIRA
Advogado	DR. EDILSON SÃO LEANDRO

Intimado(s)/Citado(s):

- ALVINO GOMES PEREIRA
- MAR D'OURO HOTEL E PARQUE LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0281200-67.2005.5.01.0341

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO
Advogado	DR. FERNANDO MORELLI ALVARENGA(OAB: 86424-A/RJ)
RECORRIDO	VECTRA ENGENHARIA LTDA.
Advogado	DR. CARLOS ALEXANDRE MOREIRA WEISS(OAB: 63513/MG)
RECORRIDO	LUIZ CARLOS MOREIRA
Advogado	DR. HÉRCULES ANTON DE ALMEIDA(OAB: 59505/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIZ CARLOS MOREIRA
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO
- VECTRA ENGENHARIA LTDA.

Processo Nº AIRR-0320600-29.1999.5.02.0064

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ROGERIO MENDES DA SILVA
Advogado	DR. EDMILSON MODESTO DE SOUSA(OAB: 123275-A/SP)
RECORRIDO	RAMON AUGUSTO DE ALMEIDA

Advogado	DR. HEITOR CORNACCHIONI(OAB: 110679-A/SP)
Advogado	DR. PAULO CORNACCHIONI(OAB: 12428-A/SP)
RECORRIDO	SERED INDUSTRIAL SA
RECORRIDO	GRAN SCOOTER DISTRIBUIDORA E COMERCIAL LTDA
RECORRIDO	MEGASTAR VEICULOS LTDA
RECORRIDO	JAIR VIEIRA LEAL
Advogado	DR. JAIR VIEIRA LEAL(OAB: 171379-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GRAN SCOOTER DISTRIBUIDORA E COMERCIAL LTDA
- JAIR VIEIRA LEAL
- MEGASTAR VEICULOS LTDA
- RAMON AUGUSTO DE ALMEIDA
- ROGERIO MENDES DA SILVA
- SERED INDUSTRIAL SA

Processo Nº AIRR-0772600-10.2008.5.09.0652

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465/PR)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. RODRIGO LINNÉ NETO(OAB: 32509/PR)
Advogado	DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)
RECORRIDO	PAMPAPAR S.A. - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE
Advogado	DR. ROBERTO PIERRI BERSCH(OAB: 24484/RS)
RECORRIDO	LIU LÚCIO DE AZEVEDO
Advogado	DR. WALDOMIRO FERREIRA FILHO(OAB: 5961-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIU LÚCIO DE AZEVEDO
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PAMPAPAR S.A. - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE

Processo Nº Ag-AIRR-0816286-36.2009.5.12.0037

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	DR. FLÁVIO DA SILVA CANDEMIL(OAB: 16873/SC)
RECORRIDO	CARLOS ALBERTO CEOLATO JUNIOR
Advogado	DR. NILTON CORREIA(OAB: 1291/DF)
Advogado	DR. DIVALDO LUIZ DE AMORIM(OAB: 5625/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS ALBERTO CEOLATO JUNIOR
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-AIRR-1000004-45.2019.5.02.0431

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	DR. AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1829-A/PI)
RECORRIDO	ERICSSON GESTÃO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Advogado	DR. ROBERTO TRIGUEIRO FONTES(OAB: 244463-A/SP)
RECORRIDO	SCHNEIDER ELECTRIC BRASIL LTDA.
Advogado	DR. RODRIGO ZACCHI(OAB: 154052-D/SP)
RECORRIDO	TIM S A
Advogado	DR. RODRIGO ANTONIO FREITAS FARIAS DE SOUZA(OAB: 232121-A/SP)
RECORRIDO	SIDNEI LOPES BELLO
Advogado	DR. RENATA SANCHES GUILHERME(OAB: 232686-A/SP)
RECORRIDO	MS SOLUCOES INDUSTRIAIS E TELECOMUNICACAO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- ERICSSON GESTÃO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
- MS SOLUCOES INDUSTRIAIS E TELECOMUNICACAO LTDA
- SCHNEIDER ELECTRIC BRASIL LTDA.
- SIDNEI LOPES BELLO
- TIM S A

Processo Nº Ag-AIRR-1000019-24.2020.5.02.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
Procurador	DR. DUÍLIO ROSANO JÚNIOR
RECORRIDO	SAMIRA CATARINA SANTOS DE OLIVEIRA
Advogada	DRA. ANDRÉA COSTA MENEZES FERRO(OAB: 104556-A/SP)
RECORRIDO	LABCLIM DIAGNOSTICOS LABORATORIAIS LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	DRA. CARIN REGINA MARTINS AGUIAR SENAMO(OAB: 221579-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LABCLIM DIAGNOSTICOS LABORATORIAIS LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
- SAMIRA CATARINA SANTOS DE OLIVEIRA

Processo Nº Ag-AIRR-1000040-25.2018.5.02.0463

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. GUSTAVO LACERDA ANELLO
Procuradora	DRA. MARINA SAD MOURA E SILVA
RECORRIDO	ALT-TEC SERVICOS TECNICOS EM GERAL LTDA - EPP E OUTROS
Advogado	DR. JANAINA CRISTINA DE CASTRO E BARROS(OAB: 164553-A/SP)
RECORRIDO	ALDA MARIA BELIZARIO FARIAS
Advogado	DR. GUSTAVO LIMA FERNANDES(OAB: 380292-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALDA MARIA BELIZARIO FARIAS

- ALT-TEC SERVICOS TECNICOS EM GERAL LTDA - EPP E OUTROS
- ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Nº Ag-AIRR-1000049-51.2020.5.02.0031

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. ISABELLE MARIA VERZA
RECORRENTE	UNIÃO (PGU)
Procurador	DR. ENIVALDO PINTO PÓLVORA
RECORRIDO	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. ISABELLE MARIA VERZA
RECORRIDO	SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - EIRELI
Advogado	DR. WILLIAM MAURELIO(OAB: 183506-A/SP)
Advogada	DRA. KARINA SUZANA DA SILVA ALVES(OAB: 235576-A/SP)
RECORRIDO	UNIÃO (PGU)
Procurador	DR. ENIVALDO PINTO PÓLVORA
RECORRIDO	ZENA MARIA VIEIRA
Advogada	DRA. ADRIANA DE LOURDES GIUSTI DE OLIVEIRA MONTEIRO(OAB: 138603-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - EIRELI
- UNIÃO (PGU)
- ZENA MARIA VIEIRA

Processo Nº AIRR-1000051-81.2017.5.02.0045

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	JAQUELINE DE NOVAES LOPES
Advogado	DR. PAUL MAKOTO KUNIHIRO(OAB: 93327/SP)
RECORRIDO	CLARO S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogada	DRA. ALESSANDRA FELICE DOS SANTOS PERCEQUILLO(OAB: 152493/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO S.A.
- JAQUELINE DE NOVAES LOPES

Processo Nº Ag-AIRR-1000051-82.2019.5.02.0022

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FOTOPTICA LTDA
Advogada	DRA. NAYARA APARECIDA COELHO FARIAS LIMA(OAB: 348475-A/SP)
Advogado	DR. WAURIE AWETY DE LIMA(OAB: 393493-A/SP)
RECORRIDO	GEORGIA RENATA FERREIRA DE CASTILHO NUNES
Advogado	DR. ROBSON EDUARDO ANDRADE RIOS(OAB: 86361-A/SP)
Advogada	DRA. MÁRCIA DOS SANTOS ANTONIO RIBEIRO(OAB: 265140-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FOTOPTICA LTDA
- GEORGIA RENATA FERREIRA DE CASTILHO NUNES

Processo Nº Ag-AIRR-1000052-91.2018.5.02.0090

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	DR. LIVIA PEREIRA CONSTANTINO DE BASTOS(OAB: 305346-A/SP)
Advogada	DRA. AUDREY MARTINS MAGALHÃES FORTES(OAB: 432213-S/SP)
RECORRIDO	CONSÓRCIO HELENO & FONSECA - TIISA
Advogado	DR. JOAO ROBERTO LIEBANA COSTA(OAB: 143663-A/SP)
RECORRIDO	CARMELO CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.
RECORRIDO	JOSE SANTOS CORREIA
Advogado	DR. RODRIGO GABRIEL MANSOR(OAB: 162708-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARMELO CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.
- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- CONSÓRCIO HELENO & FONSECA - TIISA
- JOSE SANTOS CORREIA

Processo Nº Ag-AIRR-1000078-41.2019.5.02.0321

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. RODRIGO DE SOUZA REZENDE
RECORRIDO	GEORGE ROGERIO TIETE
Advogado	DR. ALEX DA SILVA SANTOS(OAB: 353446-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GEORGE ROGERIO TIETE
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº Ag-AIRR-1000079-58.2020.5.02.0202

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ETNA COMÉRCIO DE MÓVEIS E ARTIGOS PARA DECORAÇÃO S.A.
Advogado	DR. VALTON DORIA PESSOA(OAB: 317623-S/SP)
Advogado	DR. THIAGO MAHFUZ VEZZI(OAB: 228213-A/SP)
RECORRIDO	GMM INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA
Advogado	DR. THIAGO LOBO VIANA GONCALVES NUNES(OAB: 150958-A/SP)
Advogada	DRA. MARCELA MELO DA SILVA CANDIDO(OAB: 261701-A/SP)
RECORRIDO	FJNA PARTICIPACOES EIRELI
Advogada	DRA. MARCELA MELO DA SILVA CANDIDO(OAB: 261701-A/SP)
RECORRIDO	LS MONTAGENS DE MOVEIS PLANEJADOS LTDA
Advogada	DRA. MARCELA MELO DA SILVA CANDIDO(OAB: 261701-A/SP)
RECORRIDO	MARIA ASSUNCAO CONCEICAO DA CRUZ
Advogado	DR. ROBERTO HIROMI SONODA(OAB: 115094-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ETNA COMÉRCIO DE MÓVEIS E ARTIGOS PARA DECORAÇÃO S.A.
- FJNA PARTICIPACOES EIRELI
- GMM INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA

- LS MONTAGENS DE MOVEIS PLANEJADOS LTDA
- MARIA ASSUNCAO CONCEICAO DA CRUZ

Processo Nº AIRR-1000087-18.2019.5.02.0316

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Advogado	DR. ANDERSON DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 85005-A/SP)
RECORRIDO	ELIANE ALVES DA SILVA
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIANE ALVES DA SILVA
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº Ag-AIRR-1000105-29.2019.5.02.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
Procurador	DR. MAGALI VENTILII MARQUES MALAVASI
RECORRIDO	KAYC ALVES COUTO DA SILVA
Advogado	DR. ELEONORA MARIA TESTA REIS(OAB: 317509-A/SP)
RECORRIDO	ASSOCIACAO DE MULHERES DO PARQUE BITARU
Advogado	DR. RAFAEL LOBATO MIYAOKA(OAB: 271825-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIACAO DE MULHERES DO PARQUE BITARU
- KAYC ALVES COUTO DA SILVA
- MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

Processo Nº AIRR-1000106-14.2019.5.02.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
Procurador	DR. MAGALI VENTILII MARQUES
RECORRIDO	ASSOCIACAO DE AMIGOS DA CELLULA MATER
Advogado	DR. RAFAEL LOBATO MIYAOKA(OAB: 271825-A/SP)
RECORRIDO	BIANCA COUTO DOS SANTOS
Advogado	DR. ELEONORA MARIA TESTA REIS(OAB: 317509-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIACAO DE AMIGOS DA CELLULA MATER
- BIANCA COUTO DOS SANTOS
- MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

Processo Nº Ag-ED-AIRR-1000125-18.2019.5.02.0320

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procuradora	DRA. SUZANA KLIBIS
RECORRIDO	EVERTON TOMAZ DE JESUS
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)
Advogada	DRA. RANIELLI DE OLIVEIRA ANDRADE(OAB: 415124/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EVERTON TOMAZ DE JESUS
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº Ag-AIRR-1000127-78.2020.5.02.0311

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/SP
Advogado	DR. MÁRIO HENRIQUE DUTRA NUNES(OAB: 288101/SP)
RECORRIDO	OPORTUNITH PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI
RECORRIDO	ANA PAULA RODRIGUES DE SOUZA
Advogada	DRA. ZULEIDE RODRIGUES DE MELO CEZAR(OAB: 116734-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA PAULA RODRIGUES DE SOUZA
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/SP
- OPORTUNITH PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI

Processo Nº AIRR-1000128-02.2021.5.02.0320

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MARINALVA GUIMARAES OLIVEIRA DE LIMA
Advogado	DR. JOSÉ MÁRIO ARAÚJO DA SILVA(OAB: 122639-A/SP)
Advogado	DR. SÔNIA MARIA PEREIRA(OAB: 283963-A/SP)
Advogado	DR. PEDRO AUGUSTO MARTINS CANHOLI(OAB: 409350-A/SP)
RECORRIDO	MARIA DE JESUS DA SILVA
Advogado	DR. CÍCERO LIBÓRIO DE LIMA(OAB: 114272-D/SP)
Advogada	DRA. VIVIANE TEIXEIRA BEZERRA(OAB: 273737-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA DE JESUS DA SILVA
- MARINALVA GUIMARAES OLIVEIRA DE LIMA

Processo Nº AIRR-1000135-91.2020.5.02.0008

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.
Advogado	DR. REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI(OAB: 257220-A/SP)
RECORRIDO	CONSÓRCIO MENDES JUNIOR-ISOLUX CORSAN
Advogado	DR. GUSTAVO LUIZ DE MATOS XAVIER(OAB: 86896-A/MG)
RECORRIDO	GERALDA LUCIA DE OLIVEIRA TOLEDO
Advogado	DR. MARCUS VINÍCIUS DE CASTRO(OAB: 232660-A/SP)
Advogado	DR. ADAUTO LUIZ SIQUEIRA(OAB: 103788-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSÓRCIO MENDES JUNIOR-ISOLUX CORSAN
- DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.
- GERALDA LUCIA DE OLIVEIRA TOLEDO

Processo Nº Ag-AIRR-1000144-90.2020.5.02.0319

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. DANIEL MENDES PEDROSO
RECORRIDO	JAILTON BARBOSA DA SILVA
Advogado	DR. RICARDO DE MACEDO(OAB: 291823-A/SP)
Advogado	DR. ELVIS FLOR DOS SANTOS(OAB: 337409-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JAILTON BARBOSA DA SILVA
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº ED-Ag-AIRR-1000164-90.2016.5.02.0038

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES E OUTROS
Advogado	DR. ESTÊVÃO MALLET(OAB: 109014 -A/SP)
RECORRIDO	IVANIR JOSE PEIXOTO
Advogado	DR. FELIPE FANTOCCI SALGADO(OAB: 238453-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- IVANIR JOSE PEIXOTO
- PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES E OUTROS

Processo Nº Ag-RR-1000172-30.2018.5.02.0254

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE CUBATÃO
Procurador	DR. MAURÍCIO CRAMER ESTEVES
RECORRIDO	ADRIANA NASCIMENTO DE OLIVEIRA
Advogada	DRA. HELEN DOS SANTOS BUENO(OAB: 170943-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA NASCIMENTO DE OLIVEIRA
- MUNICÍPIO DE CUBATÃO

Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-1000190-90.2017.5.02.0511

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ADRIANA DA SILVA TEIXEIRA
Advogado	DR. ROBERTO HIROMI SONODA(OAB: 115094/SP)
RECORRIDO	INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS E CHOCOLATES LTDA.
Advogado	DR. FREDERICO GUIMARÃES AGUIRRE ZURCHER(OAB: 119135-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA DA SILVA TEIXEIRA
- INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS E CHOCOLATES LTDA.

Processo Nº AIRR-1000192-19.2018.5.02.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
Procurador	DR. MAGALI VENTILII MARQUES MALAVASI
Procurador	DR. DUÍLIO ROSANO JÚNIOR
RECORRIDO	APM DA EMEF PREFEITO JORGE BIERREMBACH SENRA
Advogado	DR. ANSELMO MUNIZ FERREIRA(OAB: 303933-D/SP)
Advogada	DRA. NATÁLIA MOURA ALBINO(OAB: 415116-A/SP)
RECORRIDO	IZAURA OLIVEIRA NOVAIS
Advogado	DR. ALESSANDRO FELIPE JERONES(OAB: 147763-A/SP)
Advogado	DR. VANESSA CHAVES JERONES(OAB: 133671-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- APM DA EMEF PREFEITO JORGE BIERREMBACH SENRA
- IZAURA OLIVEIRA NOVAIS
- MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

Processo Nº Ag-AIRR-1000204-63.2020.5.02.0028

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	DRA. AGOSTINHA GORETE SILVA DOS ANJOS(OAB: 82437/SP)
Advogado	DR. DANIEL SOUSA ISAÍAS PEREIRA(OAB: 27253-A/DF)
RECORRIDO	ENGETECH COMERCIO E SERVICOS ELETRICOS LTDA
Advogado	DR. GUILHERME MONTORO DE OLIVEIRA LEITE(OAB: 271939-A/SP)
RECORRIDO	GENILDO SILVA DOS SANTOS
Advogado	DR. ISAAC VALEZI JÚNIOR(OAB: 140710-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- ENGETECH COMERCIO E SERVICOS ELETRICOS LTDA
- GENILDO SILVA DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-1000226-47.2017.5.02.0022

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. FLÁVIA MARIA SILVEIRA SOUZA FERRO
RECORRIDO	TRINDADE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - EPP
RECORRIDO	SPHALDING FERREIRA ACIOLI DA SILVA
Advogado	DR. EDUARDO TOFOLI(OAB: 133996 -A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- SPHALDING FERREIRA ACIOLI DA SILVA
- TRINDADE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - EPP

Processo Nº Ag-RR-1000237-08.2018.5.02.0292

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. JULIANA DE OLIVEIRA COSTA GOMES
RECORRIDO	DOKI PORTARIA E LIMPEZA LTDA.
RECORRIDO	SANDRA DA CONCEICAO
Advogada	DRA. PAMELLA MARQUES GARCIA(OAB: 314692/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DOKI PORTARIA E LIMPEZA LTDA.
- ESTADO DE SÃO PAULO
- SANDRA DA CONCEICAO

Processo Nº ED-AIRR-1000257-74.2020.5.02.0018

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	DR. ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819-A/PI)
Advogado	DR. AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1829-A/PI)

RECORRIDO	MARCOS BARBOSA GUIMARAES
Advogado	DR. MURILO FERNANDES CACCIELLA(OAB: 190477-A/SP)
Advogado	DR. DANIEL DUARTE ELORZA(OAB: 274283-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- MARCOS BARBOSA GUIMARAES

Processo Nº AIRR-1000259-92.2017.5.02.0036

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Procurador	DR. ISABELLE MARIA VERZA DE CASTRO
RECORRIDO	CENTRO SANEAMENTO E SERVIÇOS AVANÇADOS LTDA.
Advogada	DRA. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491-A/SP)
RECORRIDO	MICHELE ALCANTARA SANTANA DE LIMA
Advogada	DRA. FABIANA RODRIGUES DA SILVA SANTOS(OAB: 259699-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO SANEAMENTO E SERVIÇOS AVANÇADOS LTDA.
- HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
- MICHELE ALCANTARA SANTANA DE LIMA

Processo Nº ED-AIRR-1000261-47.2020.5.02.0492

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ODETE DE FARIA GUIMARAES
Advogado	DR. FÁBIO EMÍLIO DOS SANTOS MALTA MOREIRA(OAB: 150302-A/SP)
RECORRIDO	RICARDO NUNES DA SILVA
Advogado	DR. MARIA APARECIDA XAVIER(OAB: 389705-A/SP)
Advogado	DR. LICURGO TEIXEIRA LOPES(OAB: 263444-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ODETE DE FARIA GUIMARAES
- RICARDO NUNES DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-1000268-82.2018.5.02.0371

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. RAFAEL SODRE GHATTAS
RECORRIDO	A.C SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.
RECORRIDO	VANESSA DA SILVA SANTOS
Advogado	DR. ISAC ALBONETI DOS SANTOS(OAB: 228624-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- A.C SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.
- ESTADO DE SÃO PAULO
- VANESSA DA SILVA SANTOS

Processo Nº Ag-RR-1000277-78.2019.5.02.0607

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogada	DRA. AUDREY MARTINS MAGALHÃES FORTES(OAB: 1829/PI)
RECORRIDO	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.
Advogada	DRA. ROSILENE GONÇALVES MONTEIRO(OAB: 15512-A/SC)
RECORRIDO	MICHELLE ROBERTA DE SOUZA VALENTIM
Advogado	DR. APARECIDO UBIRAJÁ GOMES DE MORAES(OAB: 88507-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.
- MICHELLE ROBERTA DE SOUZA VALENTIM

Processo Nº Ag-AIRR-1000279-33.2019.5.02.0321

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. DANIEL MENDES PEDROSO
RECORRIDO	ROGERIO DAS NEVES MIRASSOL
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE GUARULHOS
- ROGERIO DAS NEVES MIRASSOL

Processo Nº Ag-ED-AIRR-1000300-73.2018.5.02.0311

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. ANTONIO CARLOS ZOVIN DE BARROS FERNANDES
RECORRIDO	VANDERLEI PINHEIRO
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE GUARULHOS
- VANDERLEI PINHEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-1000315-53.2019.5.02.0005

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. RENATO SPAGGIARI
Procurador	DR. CESAR CALS DE OLIVEIRA
Procurador	DR. FABIO FERNANDO JACOB
RECORRIDO	ASSOCIACAO CORDEIRINHO
RECORRIDO	MARIA SUELY DA SILVA PEREIRA
Advogada	DRA. JUDITH ALVES DE MATOS(OAB: 92428-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIACAO CORDEIRINHO
- MARIA SUELY DA SILVA PEREIRA
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Processo Nº Ag-AIRR-1000316-89.2016.5.02.0604

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MTO INFRAESTRUTURA LTDA
Advogado	DR. EDUARDO DE OLIVEIRA CERDEIRA(OAB: 234634-A/SP)
RECORRIDO	MARCOS AURELIO GOMES
Advogado	DR. MARCOS ROBERTO GOFFREDO(OAB: 209311-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS AURELIO GOMES
- MTO INFRAESTRUTURA LTDA

Processo Nº ED-Ag-AIRR-1000316-21.2018.5.02.0313

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. ANDERSON DE ALMEIDA CARDOSO
Procuradora	DRA. ANA PAULA HYROMI YOSHITOMI
Procuradora	DRA. ADRIANA FELIPE CAPITANI CABOCLO
RECORRIDO	JOEL NASCIMENTO CAMPOS
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOEL NASCIMENTO CAMPOS
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº AIRR-1000316-38.2020.5.02.0608

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. ALBERTO DE ALMEIDA AUGUSTO(OAB: 175416/SP)
Advogada	DRA. MARINA RODRIGUES DA CUNHA BARRETO VIANNA(OAB: 27722/DF)
Advogada	DRA. GLORIETE APARECIDA CARDOSO(OAB: 78566/SP)
RECORRIDO	PREMIUM LOG LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA
Advogado	DR. JOSÉ ROBERTO COELHO DE SOUZA(OAB: 180146-A/SP)
Advogada	DRA. FLÁVIA TEANE SEIXAS OLIVEIRA(OAB: 371873-A/SP)
Advogado	DR. DAVID ANDERSON MOURA DE SOUSA(OAB: 264167-A/SP)
RECORRIDO	OSWALDO DE MACEDO FILHO
Advogado	DR. CARLOS SÉRGIO DIAS ANDRADE JÚNIOR(OAB: 379857-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- OSWALDO DE MACEDO FILHO
- PREMIUM LOG LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA

Processo Nº Ag-RR-1000321-17.2016.5.02.0021

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. JULIANA MARIA DELLA PELLICANI
RECORRIDO	HIGILIMP - LIMPEZA AMBIENTAL LTDA.
Advogado	DR. MATHEUS BONAROTI(OAB: 325531/SP)
RECORRIDO	MARIA DAS GRACAS PEREIRA DOS SANTOS
Advogada	DRA. ALEXANDRA GUIMARÃES DE ANDRADE ARAÚJO SOBRINHO(OAB: 158270/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- HIGILIMP - LIMPEZA AMBIENTAL LTDA.
- MARIA DAS GRACAS PEREIRA DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-1000334-28.2019.5.02.0080

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. DEISE CAROLINA MUNIZ REBELLO
RECORRIDO	RODNEI DA SILVA
Advogado	DR. IGOR FELIPE GARCIA(OAB: 298221-A/SP)
RECORRIDO	ACAPULCO TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI - EPP
Advogado	DR. LUIZ GUSTAVO CARMONA(OAB: 285948-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ACAPULCO TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI - EPP
- ESTADO DE SÃO PAULO
- RODNEI DA SILVA

Processo Nº AIRR-1000342-36.2019.5.02.0005

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
Advogado	DR. ANDRÉ DO AMARAL VAN TOL(OAB: 211167-A/SP)
Advogada	DRA. JULIANA PASQUINI MASTANDREA(OAB: 261665-A/SP)
Advogada	DRA. ALINE RODRIGUES(OAB: 310102-A/SP)
RECORRIDO	SOFHAR GESTAO & TECNOLOGIA SA
RECORRIDO	AJC HOLDING INTERMEDIAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A
RECORRIDO	ALLJABER COMPANY INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
RECORRIDO	NIVEA MARIA BRANDAO CHEMIN
Advogado	DR. JOSÉ EDUARDO FURLANETTO(OAB: 82567-A/SP)
Advogada	DRA. EDNA APARECIDA FERRARI(OAB: 83297-A/SP)
Advogada	DRA. MÁRCIA BALDASSIN COELHO(OAB: 192466-A/SP)
Advogado	DR. BÁRBARA IGNEZ CARONI REIS(OAB: 172685-A/SP)
Advogado	DR. MÁRCIO LIMBERGER(OAB: 333657-A/SP)
Advogado	DR. EGIDIO JORGE GIACOIA JÚNIOR(OAB: 314794-A/SP)
Advogado	DR. FRANCINE DA COSTA(OAB: 342687-A/SP)
Advogada	DRA. ANA PAULA SANTOS(OAB: 152042-A/SP)
Advogada	DRA. VALÉRIA CRISTIANNE KUNIHOSHI MARIANO(OAB: 244558-A/SP)
Advogado	DR. ANTÔNIO ROSELLA(OAB: 33792 -A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AJC HOLDING INTERMEDIAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A
- ALLJABER COMPANY INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
- COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
- NIVEA MARIA BRANDAO CHEMIN
- SOFHAR GESTAO & TECNOLOGIA SA

Processo Nº Ag-AIRR-1000346-65.2019.5.02.0719

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	DR. MARCELO HIROYUKI SATO(OAB: 211348-A/SP)
Advogado	DR. AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1829-A/PI)
Advogada	DRA. ALICE SIQUEIRA PEU MONTANS DE SÁ(OAB: 268834/SP)
Advogado	DR. MARIA OLIVEIRA NASCIMENTO(OAB: 12964-A/PI)
RECORRIDO	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.
Advogada	DRA. GISELLE ALEXANDRE(OAB: 27308-A/SC)
Advogada	DRA. ROSILENE GONÇALVES MONTEIRO(OAB: 15512/SC)
Advogado	DR. KARLA GRACIELA MULLER(OAB: 38003-A/SC)
RECORRIDO	CAMILA PINHEIRO TAKAHASHI
Advogado	DR. VALDOMIRO VITOR DA SILVA(OAB: 285985-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAMILA PINHEIRO TAKAHASHI
- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-1000347-87.2019.5.02.0254

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE CUBATÃO
Procurador	DR. VICTOR AUGUSTO LOVECCHIO
RECORRIDO	INSTITUTO MEDICINA, SAÚDE E VIDA
RECORRIDO	PRISCILA CARDOSO CAMPOS
Advogado	DR. ALEXSANDRO OLIVEIRA ANDRADE(OAB: 379388-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO MEDICINA, SAÚDE E VIDA
- MUNICÍPIO DE CUBATÃO
- PRISCILA CARDOSO CAMPOS

Processo Nº Ag-AIRR-1000351-29.2020.5.02.0048

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FURNAS-CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
Advogado	DR. MÁRCIO IOVINE KOBATA(OAB: 261383-A/SP)
RECORRIDO	EQUISYSTHEM SERVICOS DE REFORMA E MANUTENCAO PREDIAL LTDA
Advogado	DR. REGINA CÉLIA BEZERRA DE ARAÚJO(OAB: 202984-D/SP)
RECORRIDO	JOSE MAURICIO DA SILVA
Advogado	DR. ALEXANDRE TORREZAN MASSEROTTO(OAB: 147097-D/SP)
Advogado	DR. MARCOS VINICIUS MOREIRA NUNES(OAB: 435216-A/SP)
Advogado	DR. FABIO ROBERTO DE LIMA NEGRAO(OAB: 419548-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EQUISYSTHEM SERVICOS DE REFORMA E MANUTENCAO PREDIAL LTDA
- FURNAS-CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
- JOSE MAURICIO DA SILVA

Processo Nº ED-Ag-AIRR-1000352-32.2018.5.02.0291

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	JOSÉ FAVILLI NETO E OUTRO
Advogado	DR. CYLL FARNEY FERNANDES CARELLI(OAB: 179432-A/SP)
Advogado	DR. ROBERT LESSA VAZ(OAB: 416160-A/SP)
RECORRIDO	CARLOS NUNES DA SILVA
Advogado	DR. ROBERTO HIROMI SONODA(OAB: 115094/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS NUNES DA SILVA
- JOSÉ FAVILLI NETO E OUTRO

Processo Nº Ag-AIRR-1000386-26.2020.5.02.0068

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. RENATO YUKIO OKANO(OAB: 236627-A/SP)
Advogada	DRA. MARINA RODRIGUES DA CUNHA BARRETO VIANNA(OAB: 27722/DF)
Advogada	DRA. THAÍS RODRIGUES MARCONDES PINHO(OAB: 239299-A/SP)
Advogada	DRA. GLORIETE APARECIDA CARDOSO(OAB: 78566/SP)
RECORRIDO	SHIELD SEGURANCA - EIRELI
RECORRIDO	JOSE CARLOS SOUSA CRUZ
Advogada	DRA. ROSELI RABELO DE SOUZA(OAB: 199244-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- JOSE CARLOS SOUSA CRUZ
- SHIELD SEGURANCA - EIRELI

Processo Nº AIRR-1000389-98.2020.5.02.0029

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO
Procurador	DR. MÁRIO HENRIQUE DUTRA NUNES
RECORRIDO	CENTRO DE ESTUDO E PESQUISA DO HOSPITAL PEROLA BYINGTON
RECORRIDO	KLEBER DA SILVA FERREIRA
Advogado	DR. GICELLE BARBOSA REBOLLO(OAB: 287494-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO DE ESTUDO E PESQUISA DO HOSPITAL PEROLA BYINGTON
- JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO
- KLEBER DA SILVA FERREIRA

Processo Nº Ag-AIRR-1000402-37.2019.5.02.0319

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/SP
Procurador	DR. RODOLFO BRECIANI PENNA
RECORRIDO	OPORTUNITH PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI
Advogado	DR. ADEILSON JOSÉ DE FREITAS JÚNIOR(OAB: 268572-A/SP)
RECORRIDO	JULIANE ALVES FERREIRA
Advogada	DRA. FERNANDA CABRAL LINS(OAB: 359864/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/SP
- JULIANE ALVES FERREIRA
- OPORTUNITH PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-1000413-63.2018.5.02.0202

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	LC ADMINISTRAÇÃO DE RESTAURANTES LTDA.
Advogada	DRA. DANIELA MESQUITA GIRÃO BARROSO(OAB: 172742-A/SP)
RECORRIDO	MAURA RODRIGUES BORGES CRUZ
Advogado	DR. MARCOS ONOFRE VELES MIRANDA(OAB: 195237/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LC ADMINISTRAÇÃO DE RESTAURANTES LTDA.
- MAURA RODRIGUES BORGES CRUZ

Processo Nº Ag-AIRR-1000415-35.2019.5.02.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
Procurador	DR. MAGALI VENTILII MARQUES
Procurador	DR. DUILIO ROSANO JÚNIOR
RECORRIDO	INSTITUTO SULAMERICANO PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MULTISETORIAL - ISDEM
Advogada	DRA. ANDRESSA MONTEIRO(OAB: 276517-A/SP)
RECORRIDO	FABIANA APARECIDA SANTANA ALMEIDA
Advogado	DR. MÁRIO SÉRGIO BARBOSA CAMPOS(OAB: 337838-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIANA APARECIDA SANTANA ALMEIDA
- INSTITUTO SULAMERICANO PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MULTISETORIAL - ISDEM
- MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

Processo Nº Ag-AIRR-1000425-46.2015.5.02.0311

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ALUJET INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. E OUTRAS
Advogada	DRA. PRISCILLA FOLGOSI CASTANHA(OAB: 200376-A/SP)
Advogado	DR. MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS(OAB: 72080-A/SP)
RECORRIDO	METALÚRGICA DE TUBOS DE PRECISÃO LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. LUIS OTÁVIO INGUTTO DA ROCHA ANTUNES(OAB: 281686-A/SP)
RECORRIDO	MASSA FALIDA DE KARMANN GHIA AUTOMÓVEIS, CONJUNTOS E SISTEMAS EIRELI
Advogado	DR. GUSTAVO BUORO MORILHE(OAB: 251291-A/SP)
Advogado	DR. CARLOS ALBERTO RIBEIRO DE ARRUDA(OAB: 133149-A/SP)
Advogado	DR. ROGÉRIO AUGUSTO CAMPOS PAIVA(OAB: 175156/SP)
Advogado	DR. ISABELLA RICCI(OAB: 362875-A/SP)
RECORRIDO	TRADELUX INVESTMENT SOCIEDAD ANONIMA
Advogado	DR. JULIANA MARA FARIA(OAB: 270693-A/SP)
RECORRIDO	G BRASIL PARTICIPACOES LTDA
RECORRIDO	MTP FABRIL TUBOS DE ACO E SERVICOS LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL
Advogado	DR. LUIS OTÁVIO INGUTTO DA ROCHA ANTUNES(OAB: 281686-A/SP)
RECORRIDO	ILP PARTICIPACOES S.A.
Advogado	DR. LUIS OTÁVIO INGUTTO DA ROCHA ANTUNES(OAB: 281686-A/SP)
RECORRIDO	VULCAN MATERIAL PLASTICO LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL
Advogado	DR. LUIS OTÁVIO INGUTTO DA ROCHA ANTUNES(OAB: 281686-A/SP)
RECORRIDO	BRASPOL COINPLAS COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - ME
RECORRIDO	METALURGICA QUASAR LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL
Advogado	DR. LUIS OTÁVIO INGUTTO DA ROCHA ANTUNES(OAB: 281686-A/SP)
RECORRIDO	TRANSAMERICAN CAPITAL PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS LTDA
Advogado	DR. LUIS OTÁVIO INGUTTO DA ROCHA ANTUNES(OAB: 281686-A/SP)
Advogada	DRA. TANARA CRISTINA DA SILVA GOMES(OAB: 165713-A/RJ)
RECORRIDO	LEICHT ASSESSORIA LTDA
Advogado	DR. JULIANA MARA FARIA(OAB: 270693-A/SP)
RECORRIDO	NOVA VISAO GLOBAL LTDA.
Advogado	DR. JULIANA MARA FARIA(OAB: 270693-A/SP)
RECORRIDO	REGINALDO PEDRO DA SILVA
Advogado	DR. ROBERTA DOS SANTOS CADENGUE(OAB: 247317-A/SP)
Advogado	DR. RENATA CRISTINA DOS SANTOS CADENGUE(OAB: 224464-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALUJET INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. E OUTRAS
- BRASPOL COINPLAS COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - ME
- G BRASIL PARTICIPACOES LTDA
- ILP PARTICIPACOES S.A.
- LEICHT ASSESSORIA LTDA
- MASSA FALIDA DE KARMANN GHIA AUTOMÓVEIS, CONJUNTOS E SISTEMAS EIRELI
- METALURGICA QUASAR LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL
- METALÚRGICA DE TUBOS DE PRECISÃO LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- MTP FABRIL TUBOS DE ACO E SERVICOS LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL
- NOVA VISAO GLOBAL LTDA.
- REGINALDO PEDRO DA SILVA
- TRADELUX INVESTMENT SOCIEDAD ANONIMA
- TRANSAMERICAN CAPITAL PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS LTDA
- VULCAN MATERIAL PLASTICO LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL

Processo Nº Ag-AIRR-1000437-62.2019.5.02.0362

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. RAFAEL SODRÉ GHATTAS

RECORRIDO	SOROCABA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.
RECORRIDO	WANDERLEI MILIATI - ME
RECORRIDO	WANDERLEI MILIATI
RECORRIDO	LUCIANO DE JESUS MACHADO
RECORRIDO	MARCOS ROBERTO GARCIA DE SOUZA
RECORRIDO	ANDREZZA FOGAÇA GONZAGA DOS SANTOS
RECORRIDO	TELMIRA BENEVIDES CHAGAS LOPES
Advogado	DR. JOSÉ ORTIZ(OAB: 41068-A/SP)
Advogado	DR. SÉRGIO LUÍS ORTIZ(OAB: 139206-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDREZZA FOGAÇA GONZAGA DOS SANTOS
- ESTADO DE SÃO PAULO
- LUCIANO DE JESUS MACHADO
- MARCOS ROBERTO GARCIA DE SOUZA
- SOROCABA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.
- TELMIRA BENEVIDES CHAGAS LOPES
- WANDERLEI MILIATI
- WANDERLEI MILIATI - ME

Processo Nº Ag-AIRR-1000448-60.2020.5.02.0361

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. RAFAEL SODRÉ GHATTAS
RECORRIDO	SOROCABA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.
RECORRIDO	WANDERLEI MILIATI - ME
RECORRIDO	WANDERLEI MILIATI
RECORRIDO	LUCIANO DE JESUS MACHADO
RECORRIDO	MARCOS ROBERTO GARCIA DE SOUZA
RECORRIDO	ANDREZZA FOGAÇA GONZAGA DOS SANTOS
RECORRIDO	MARIA TEREZA MORAES DA SILVA DE OLIVEIRA
Advogado	DR. SÉRGIO LUÍS ORTIZ(OAB: 139206-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDREZZA FOGAÇA GONZAGA DOS SANTOS
- ESTADO DE SÃO PAULO
- LUCIANO DE JESUS MACHADO
- MARCOS ROBERTO GARCIA DE SOUZA
- MARIA TEREZA MORAES DA SILVA DE OLIVEIRA
- SOROCABA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.
- WANDERLEI MILIATI
- WANDERLEI MILIATI - ME

Processo Nº Ag-AIRR-1000449-20.2019.5.02.0607

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. CAMILLA ROCHA LESSA BOMFIM MARQUES
RECORRIDO	TEG SERVIÇOS DE APOIO CONSERVAÇÃO E LIMPEZA
RECORRIDO	IVANIZA RUFINO PEREIRA PINHEIRO
Advogado	DR. ROGÉRIO PACILÉO NETO(OAB: 16934-A/SP)
Advogado	DR. OVÍDIO LOPES GUIMARÃES JR(OAB: 14798-B/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- IVANIZA RUFINO PEREIRA PINHEIRO
- TEG SERVIÇOS DE APOIO CONSERVAÇÃO E LIMPEZA

Processo Nº Ag-AIRR-1000470-70.2016.5.02.0002

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. CLAUDIA HELENA DESTEFANI LACERDA
RECORRIDO	RADIAL SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - ME
Advogado	DR. HUMBERTO OSMAR BARONE(OAB: 195034-A/SP)
RECORRIDO	RENATA MARIA DE BORBA RIBEIRO
Advogado	DR. LINDOMAR FRANCISCO DOS SANTOS(OAB: 250071-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- RADIAL SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - ME
- RENATA MARIA DE BORBA RIBEIRO

Processo Nº AIRR-1000478-23.2020.5.02.0482

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. CLÁUDIA HELENA D. DE LACERDA
RECORRIDO	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
RECORRIDO	FELIPE DA SILVA PEREIRA DINIZ
Advogado	DR. RODRIGO LUÍS DA SILVA(OAB: 246056-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
- ESTADO DE SÃO PAULO
- FELIPE DA SILVA PEREIRA DINIZ

Processo Nº ED-AIRR-1000484-35.2020.5.02.0060

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	DR. ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819-A/PI)
Advogado	DR. AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1829-A/PI)
Advogado	DR. MARIA OLIVEIRA NASCIMENTO(OAB: 12964-A/PI)
RECORRIDO	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
RECORRIDO	CARLOS FERREIRA PAIVA
Advogado	DR. ALEXANDRE SIMÕES VILANOVA(OAB: 261867-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS FERREIRA PAIVA
- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-1000485-43.2018.5.02.0075

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UNIÃO (PGU)
Procurador	DR. RODRIGO LIMA BEZDIGUIAN
RECORRIDO	GÁLATAS SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.

RECORRIDO	FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS
Advogado	DR. RICARDO LUIZ DOS SANTOS(OAB: 222634-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS
- GÁLATAS SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº AIRR-1000487-83.2020.5.02.0029

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - EIRELI
Advogada	DRA. KARINA SUZANA DA SILVA ALVES(OAB: 235576-A/SP)
RECORRIDO	FUNDAÇÃO PARQUE ZOOLÓGICO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. RODOLFO BRECIANI PENNA
RECORRIDO	WALKIRIA DIAS GOMES
Advogado	DR. MARCIA APARECIDA CIRILO(OAB: 193166-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PARQUE ZOOLÓGICO DE SÃO PAULO
- SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - EIRELI
- WALKIRIA DIAS GOMES

Processo Nº Ag-AIRR-1000490-60.2018.5.02.0012

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Procurador	DR. CAIO LEÃO CÂMARA FELGA
Procurador	DR. ANDRE BRAWERMAN
RECORRIDO	FUNDAÇÃO ZERBINI
Advogado	DR. CLAUDIA YU WATANABE(OAB: 152046-A/SP)
RECORRIDO	MARIA JEANETH OVANDO CAMACHO
Advogada	DRA. ANDREZZA MESQUITA DA SILVA(OAB: 252742-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO ZERBINI
- HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
- MARIA JEANETH OVANDO CAMACHO

Processo Nº AIRR-1000494-96.2016.5.02.0035

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
Advogado	DR. ANDRÉ DO AMARAL VAN TOL(OAB: 211167-A/SP)
Advogado	DR. RODOLFO MOTTA SARAIVA(OAB: 300702-A/SP)
Advogada	DRA. JULIANA PASQUINI MASTANDREA(OAB: 261665-A/SP)
RECORRIDO	KLC TRANSPORTES, LOCAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
RECORRIDO	ANTONIO DE OLIVEIRA FILHO
Advogada	DRA. ADRIANA DE LOURDES GIUSTI DE OLIVEIRA MONTEIRO(OAB: 138603-A/SP)
Advogado	DR. JAIR JOSÉ MONTEIRO DE SOUZA(OAB: 104034-A/SP)
Advogado	DR. SILVIO CESAR MONTEIRO DE SOUZA(OAB: 137084-B/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO DE OLIVEIRA FILHO
- COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
- KLC TRANSPORTES, LOCAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

Processo Nº AIRR-1000501-67.2019.5.02.0008

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
Procurador	DR. MARCELO PASSAMANI MACHADO
RECORRIDO	MARIO RIBEIRO PINHEIRO
Advogado	DR. RODRIGO SILVA ROMO(OAB: 235183-B/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIO RIBEIRO PINHEIRO
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Processo Nº Ag-AIRR-1000507-67.2018.5.02.0442

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ÓRGÃO GESTOR DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS - OGMO/SANTOS
Advogada	DRA. APARECIDA GISLAINE DA SILVA HERÉDIA(OAB: 183304-A/SP)
Advogado	DR. MARCELO KANITZ(OAB: 14116-A/DF)
Advogado	DR. LUCAS ABRÃO STOCCO(OAB: 378566-D/SP)
Advogado	DR. ELVES MARYELTON DA SILVA MAGALHÃES(OAB: 391268-A/SP)
RECORRIDO	MARCELO FRANCA LOUREIRO
Advogada	DRA. MARIA CAROLINA DE OLIVEIRA SOARES(OAB: 139401-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCELO FRANCA LOUREIRO
- ÓRGÃO GESTOR DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS - OGMO/SANTOS

Processo Nº AIRR-1000518-84.2018.5.02.0058

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	CARLOS FABIO DA SILVA
Advogado	DR. LUIZ GUSTAVO MOTTA PEREIRA(OAB: 58484-A/MG)
Advogado	DR. CHRISTOPHER VASCONCELOS LOPES(OAB: 123036-A/MG)
RECORRIDO	EFE 1 - MONITORAMENTO DE FROTAS LTDA E OUTRO
Advogado	DR. FLAVIA CICCOTTI(OAB: 200613-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS FABIO DA SILVA
- EFE 1 - MONITORAMENTO DE FROTAS LTDA E OUTRO

Processo Nº ED-Ag-ED-AIRR-1000554-13.2018.5.02.0322

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. DANIEL MENDES PEDROSO
Procuradora	DRA. ANDREIA DOMINGOS MACEDO
RECORRIDO	LUCIANO ALVES DE ARAUJO

Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCIANO ALVES DE ARAUJO
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº Ag-AIRR-1000578-34.2019.5.02.0022

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. RODOLFO BRECIANI PENNA
RECORRIDO	TEG SERVIÇOS DE APOIO CONSERVAÇÃO E LIMPEZA
RECORRIDO	VERA LUCIA PIRES DO NASCIMENTO
Advogada	DRA. VANUSA DE FREITAS(OAB: 160424/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- TEG SERVIÇOS DE APOIO CONSERVAÇÃO E LIMPEZA
- VERA LUCIA PIRES DO NASCIMENTO

Processo Nº AIRR-1000578-95.2020.5.02.0055

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. ISABELLE MARIA VERZA
RECORRIDO	MAXTECNICA SERVICOS INTEGRALIZADOS EIRELI
Advogada	DRA. RAÍSSA FELISBERTO LOPES(OAB: 381721-A/SP)
RECORRIDO	FILIPE ESTEVES DA SILVA CONIGERO
Advogada	DRA. PATRÍCIA MERCADANTE(OAB: 122448/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- FILIPE ESTEVES DA SILVA CONIGERO
- MAXTECNICA SERVICOS INTEGRALIZADOS EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-1000581-54.2018.5.02.0044

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. FLÁVIA MARIA SILVEIRA SOUZA FERRO
RECORRIDO	COMERCIAL BARCELOS EIRELI
Advogada	DRA. CAMILA CATERINA LIOI(OAB: 370474-A/SP)
RECORRIDO	JUAN MARTINS E SILVA
Advogado	DR. FLÁVIO PERANEZZA QUINTINO(OAB: 187766-A/SP)
Advogado	DR. FÁBIO DE ALMEIDA TESSAROLO(OAB: 240026-A/SP)
Advogado	DR. JUAN ALBERTO HAQUIN PASQUIER(OAB: 204631-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMERCIAL BARCELOS EIRELI
- ESTADO DE SÃO PAULO
- JUAN MARTINS E SILVA

Processo Nº AIRR-1000628-94.2019.5.02.0043

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. MARINA SAD MOURA E SILVA
RECORRIDO	JLA ALIMENTAÇÃO LTDA.
Advogado	DR. CRISTINA MANCUSO FIGUEIREDO SACONE(OAB: 162876-A/SP)
RECORRIDO	RAYSSA CARLA DELFINO BATISTA
Advogada	DRA. MYLENNE TOMAZ VALBÃO(OAB: 170874-A/SP)
Advogado	DR. TAIANE BARROS COZZATI(OAB: 221783-A/SP)
Advogada	DRA. ROSÂNGELA FERREIRA EUZÉBIO(OAB: 213797-A/SP)
Advogada	DRA. GLEICE TAVARES(OAB: 272293-A/SP)
Advogado	DR. RENATA LEITE FERREIRA(OAB: 342777-A/SP)
Advogado	DR. GABRIELA RAMOS DOS SANTOS(OAB: 378618-A/SP)
Advogada	DRA. KARINA LEMOS DI PRÓSPERO RIBEIRO(OAB: 218607-A/SP)
Advogado	DR. JOSÉ ARTHUR DI PRÓSPERO JÚNIOR(OAB: 181183-A/SP)
Advogado	DR. ANA BEATRIZ LAPENTA SGARBI(OAB: 329459-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- JLA ALIMENTAÇÃO LTDA.
- RAYSSA CARLA DELFINO BATISTA

Processo Nº Ag-AIRR-1000634-91.2020.5.02.0714

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	DR. ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819-A/PI)
Advogado	DR. AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1829-A/PI)
Advogado	DR. MARIA OLIVEIRA NASCIMENTO(OAB: 12964-A/PI)
RECORRIDO	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
RECORRIDO	PAULO CESAR DE BRITO
Advogada	DRA. MÁRCIA MARIANO VERAS(OAB: 259580-A/SP)
Advogado	DR. ANDREIA MARIANO VERAS(OAB: 443851-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
- PAULO CESAR DE BRITO

Processo Nº AIRR-1000637-67.2019.5.02.0492

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/SP
Procuradora	DRA. MARINA SAD MOURA E SILVA
RECORRIDO	OPORTUNITH PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI
RECORRIDO	ANDRE FERREIRA BARROS
Advogada	DRA. MARIA ODETE RODRIGUES(OAB: 72104-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE FERREIRA BARROS
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/SP
- OPORTUNITH PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI

Processo Nº AIRR-1000639-86.2016.5.02.0251

Complemento	Processo Eletrônico

RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. NAYANA CRUZ RIBEIRO(OAB: 4403-A/PI)
Advogado	DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB: 62929/RJ)
RECORRIDO	MCE ENGENHARIA S.A.
Advogado	DR. TASSO LUIZ PEREIRA DA SILVA(OAB: 178403/SP)
Advogado	DR. FELIPE MORAES FIORINI(OAB: 379912-A/SP)
RECORRIDO	FRANCISCO NUNES MARTINS
Advogado	DR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS(OAB: 109738-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO NUNES MARTINS
- MCE ENGENHARIA S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-1000659-66.2020.5.02.0371

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES
Procurador	DR. NELTON TORCANI PELLIZZONI
RECORRIDO	LUIZ CARLOS SANTANA
Advogado	DR. RAFAEL MILANI URBANO(OAB: 276132-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIZ CARLOS SANTANA
- MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Processo Nº ED-Ag-AIRR-1000662-34.2018.5.02.0066

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. SOLANGE SILVA NUNES(OAB: 188235-A/SP)
Advogado	DR. ANTÔNIO JOSÉ NOGUEIRA SANTANA(OAB: 28817/DF)
Advogada	DRA. DANIELA BORJA RODRIGUES DOS SANTOS(OAB: 17671/DF)
RECORRIDO	EMPREZA GESTÃO DE PESSOAS E SERVIÇOS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	DRA. CARIN REGINA MARTINS AGUIAR SENAMO(OAB: 221579-A/SP)
Advogado	DR. PAULO AUGUSTO RAMOS DOS SANTOS(OAB: 303789-A/SP)
RECORRIDO	QUELBE DA COSTA
Advogado	DR. ANDRÉ VICENTE DA SILVA(OAB: 346621-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- EMPREZA GESTÃO DE PESSOAS E SERVIÇOS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- QUELBE DA COSTA

Processo Nº AIRR-1000667-27.2019.5.02.0614

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. ISABELLE MARIA VERZA DE CASTRO
RECORRIDO	TEG SERVIÇOS DE APOIO CONSERVAÇÃO E LIMPEZA
RECORRIDO	TEREZA CRISTINA NASCIMENTO ALMEIDA DE LIMA
Advogado	DR. VANUSA DE FREITAS(OAB: 160424-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- TEG SERVIÇOS DE APOIO CONSERVAÇÃO E LIMPEZA
- TEREZA CRISTINA NASCIMENTO ALMEIDA DE LIMA

Processo Nº Ag-AIRR-1000667-70.2020.5.02.0362

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA
Advogado	DR. CARLOS EDUARDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO(OAB: 11099-A/DF)
Advogado	DR. BRUNO DE MEDEIROS TOCANTINS(OAB: 326711-A/SP)
Advogado	DR. MARCOS VINICIUS MENDONCA FERREIRA LIMA(OAB: 17092-A/DF)
RECORRIDO	ZERLITO NONATO DE CASTRO
Advogado	DR. ARNALDO DE JESUS DINIZ(OAB: 353477-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA
- ZERLITO NONATO DE CASTRO

Processo Nº Ag-AIRR-1000670-76.2020.5.02.0054

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	DR. ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819-A/PI)
Advogado	DR. AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1829-A/PI)
RECORRIDO	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
RECORRIDO	RUI PEREIRA DE SOUZA
Advogado	DR. LUCIANO DE BARROS LEAL(OAB: 207162-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
- RUI PEREIRA DE SOUZA

Processo Nº Ag-AIRR-1000700-71.2020.5.02.0714

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	DR. ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819-A/PI)
Advogado	DR. AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1829-A/PI)
RECORRIDO	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
Advogado	DR. ODAIR EDUARDO IVASCO(OAB: 312072-A/SP)
RECORRIDO	HEITOR ALVES
Advogado	DR. ANDERSON CALÍCIO DA SILVA(OAB: 370147-A/SP)
Advogado	DR. NERLI TERRA SANTANA(OAB: 418729-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
- HEITOR ALVES

Processo Nº AIRR-1000711-15.2020.5.02.0322

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procuradora	DRA. SUZANA KLIBIS
RECORRIDO	PAULO ROBERTO DA COSTA
Advogado	DR. GEORGE HENRIQUE BRITO LACERDA(OAB: 409102-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE GUARULHOS
- PAULO ROBERTO DA COSTA

Processo Nº Ag-AIRR-1000719-56.2020.5.02.0042

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	DR. ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819-A/PI)
Advogado	DR. AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1829-A/PI)
RECORRIDO	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
RECORRIDO	ADRIANA DE SOUZA ALMEIDA
Advogado	DR. GIULIANO GRANDO(OAB: 187545-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA DE SOUZA ALMEIDA
- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-1000720-63.2016.5.02.0468

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	GERALDO PEREIRA LOPES
Advogado	DR. CLAYTON EDUARDO CASAL SANTOS(OAB: 211908-A/SP)
RECORRIDO	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.
Advogado	DR. GERALDO BARALDI JUNIOR(OAB: 95246-A/SP)
Advogada	DRA. ANA CRISTINA GRAU GAMELEIRA WERNECK(OAB: 88982-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- GERALDO PEREIRA LOPES
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-1000735-92.2019.5.02.0608

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. MARINA SAD MOURA E SILVA
RECORRIDO	WMW LOCACAO DE VEICULOS E SERVICOS DE TRANSPORTES EIRELI
Advogado	DR. ELENA BARROS BARBARO(OAB: 250409-A/SP)
RECORRIDO	EDUARDO DIONISIO FERREIRA
Advogada	DRA. GIANE MIRANDA RODRIGUES DA SILVA(OAB: 123420/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDUARDO DIONISIO FERREIRA
- ESTADO DE SÃO PAULO
- WMW LOCACAO DE VEICULOS E SERVICOS DE TRANSPORTES EIRELI

Processo Nº AIRR-1000747-94.2019.5.02.0030

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. FLÁVIA MARIA SILVEIRA SOUZA FERRO
RECORRIDO	TEG SERVIÇOS DE APOIO CONSERVAÇÃO E LIMPEZA
RECORRIDO	IVANEIDE DE LIMA SANTOS
Advogado	DR. ALEXANDRE CARLOS GIANCOLI FILHO(OAB: 206321-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- IVANEIDE DE LIMA SANTOS
- TEG SERVIÇOS DE APOIO CONSERVAÇÃO E LIMPEZA

Processo Nº Ag-AIRR-1000753-73.2019.5.02.0492

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. RODOLFO BRECIANI PENNA
RECORRIDO	SR SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI
Advogado	DR. JOÃO ANDRADE BEZERRA(OAB: 123960-A/SP)
RECORRIDO	LUANA PAULA PEREIRA DE SOUZA
Advogada	DRA. MARIA LÚCIA CINTRA(OAB: 49080-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- LUANA PAULA PEREIRA DE SOUZA
- SR SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI

Processo Nº ED-AIRR-1000764-93.2020.5.02.0322

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. DANIEL MENDES PEDROSO
RECORRIDO	JOAIRA ALVES DA SILVA
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAIRA ALVES DA SILVA
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº Ag-AIRR-1000769-39.2017.5.02.0252

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ENESA ENGENHARIA LTDA.
Advogado	DR. RICARDO ANDRÉ ZAMBO(OAB: 138476-A/SP)
RECORRIDO	MARCOS VINICIO DA SILVA PELEGRINI
Advogado	DR. RICARDO ANDRADE DE LIMA(OAB: 269541-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ENESA ENGENHARIA LTDA.
- MARCOS VINICIO DA SILVA PELEGRINI

Processo Nº AIRR-1000783-43.2017.5.02.0019

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	HOMERO JANUARIO CARAMICO

Advogado	DR. PEDRO LUIZ NAPOLITANO(OAB: 93681-A/SP)
RECORRIDO	UNICIR UNIDADE CIRURGICA LTDA - EPP
RECORRIDO	FERNANDO AUGUSTO DE GODOY CHADE
Advogado	DR. JULIANA FERNANDES DE SOUZA CHADE(OAB: 449913-A/SP)
RECORRIDO	ZUMARA TOBIAS
Advogado	DR. FERNANDO ATTIÉ FRANÇA(OAB: 187959-A/SP)
Advogado	DR. GUSTAVO ARAN BERNABÉ(OAB: 263416-A/SP)
Advogado	DR. MARCELITO DURAES SOUSA(OAB: 171395-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FERNANDO AUGUSTO DE GODOY CHADE
- HOMERO JANUARIO CARAMICO
- UNICIR UNIDADE CIRURGICA LTDA - EPP
- ZUMARA TOBIAS

Processo Nº Ag-AIRR-1000823-62.2020.5.02.0005

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	DR. ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819-A/PI)
Advogado	DR. AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1829-A/PI)
RECORRIDO	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
RECORRIDO	VALTER JOSE DE SOUZA
Advogada	DRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS SOARES FILHA(OAB: 277799-A/SP)
Advogado	DR. CARLA RENATA DE SOUZA(OAB: 349178-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
- VALTER JOSE DE SOUZA

Processo Nº ED-AIRR-1000825-22.2020.5.02.0073

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	DR. AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1829-A/PI)
RECORRIDO	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
RECORRIDO	RICARDO ANTUNES DE SOUZA MEDEIROS
RECORRIDO	TIAGO LIMA DE MELO
Advogado	DR. MARCIO FERNANDO DO NASCIMENTO(OAB: 291457-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
- RICARDO ANTUNES DE SOUZA MEDEIROS
- TIAGO LIMA DE MELO

Processo Nº AIRR-1000841-18.2019.5.02.0717

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	TECBRÁS ASSISTÊNCIA TÉCNICA E COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI
Advogado	DR. ÁLVARO BARBOSA DA SILVA JÚNIOR(OAB: 206388-D/SP)
RECORRIDO	JOSE RONILDO PEREIRA DE PAULA
Advogado	DR. JAIME PEREIRA DA SILVA(OAB: 234448-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE RONILDO PEREIRA DE PAULA
- TECBRÁS ASSISTÊNCIA TÉCNICA E COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI

Processo Nº AIRR-1000882-40.2019.5.02.0052

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. FLÁVIA MARIA SILVEIRA SOUZA FERRO
RECORRIDO	GPMRV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI
RECORRIDO	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procurador	DR. ROBERTO RANGEL MARCONDES
RECORRIDO	ISAC DE SOUZA
Advogada	DRA. VANESSA DE ARRUDA CAIRES(OAB: 342068-A/SP)
Advogado	DR. GUILHERME POJAR POLLI(OAB: 332631-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- GPMRV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI
- ISAC DE SOUZA
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Processo Nº Ag-AIRR-1000920-30.2019.5.02.0318

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. RODRIGO DE SOUZA REZENDE
Procuradora	DRA. SUZANA KLIBIS
RECORRIDO	MARCIO ROBERTO DA SILVA
Advogado	DR. RICARDO DE MACEDO(OAB: 291823-A/SP)
Advogado	DR. ELVIS FLOR DOS SANTOS(OAB: 337409-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCIO ROBERTO DA SILVA
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº AIRR-1000922-91.2019.5.02.0320

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. ODILON OTACILIO LIMA JUNIOR
RECORRIDO	JOSENITA MARIA OLIVEIRA DA SILVA
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSENITA MARIA OLIVEIRA DA SILVA
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº AIRR-1000924-55.2019.5.02.0710

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. ISABELLE MARIA VERZA
RECORRIDO	JLA ALIMENTAÇÃO LTDA.

Advogado	DR. ANTÔNIO CARLOS DA SILVA DUEÑAS(OAB: 99584-A/SP)
RECORRIDO	ANTONIA EUDA MOURA DE MELO SANTOS
Advogado	DR. ÉRICA TAISE LOPES(OAB: 264464-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIA EUDA MOURA DE MELO SANTOS
- ESTADO DE SÃO PAULO
- JLA ALIMENTAÇÃO LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-1000926-69.2018.5.02.0254

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE CUBATÃO
Procurador	DR. VICTOR AUGUSTO LOVECCHIO
RECORRIDO	ORGANIZAÇÃO SOCIAL SAÚDE REVOLUÇÃO
RECORRIDO	MARTA REGINA DE CASTRO LIMA
Advogado	DR. JEFERSON DOS REIS GUEDES(OAB: 346702-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARTA REGINA DE CASTRO LIMA
- MUNICÍPIO DE CUBATÃO
- ORGANIZAÇÃO SOCIAL SAÚDE REVOLUÇÃO

Processo Nº AIRR-1000931-12.2017.5.02.0712

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. RODOLFO BRECIANI PENNA
RECORRIDO	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. BRUNO BORGES PEREZ DE REZENDE(OAB: 249094-S/SP)
RECORRIDO	VISA CLEAN PORTARIA E HIGIENIZAÇÃO LTDA.
Advogado	DR. CARLA BASSO MARINHO(OAB: 196201-A/SP)
Advogado	DR. PHILIPE MORAIS DI SANTIS(OAB: 365948-A/SP)
RECORRIDO	VERA LUCIA SANTOS SILVA
Advogado	DR. JOSE VICENTE DE SOUZA(OAB: 109144-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- ESTADO DE SÃO PAULO
- VERA LUCIA SANTOS SILVA
- VISA CLEAN PORTARIA E HIGIENIZAÇÃO LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-1000932-81.2018.5.02.0317

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procuradora	DRA. PRISCILA ALVAREZ SEOANE CASSEB
Procurador	DR. REGIANE RIUZ
RECORRIDO	JOEL DA SILVA
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)
Advogada	DRA. RANIELLI DE OLIVEIRA ANDRADE(OAB: 415124/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOEL DA SILVA
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº Ag-AIRR-1000937-43.2019.5.02.0067

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. NATALIA KAIL CHAD SOMBRA
Procurador	DR. RAFAEL SODRÉ GHATTAS
RECORRIDO	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.
Advogado	DR. THIAGO BRESSANI PALMIERI(OAB: 207753-A/SP)
Advogado	DR. ANALI CORREA TCHEPELENTYKY(OAB: 192953-A/SP)
RECORRIDO	SAVIMOVEL COMERCIAL E IMOVEIS LIMITADA
Advogado	DR. JOSÉ CARLOS FAGONI BARROS(OAB: 145138-D/SP)
Advogado	DR. ANTÔNIO LUIZ GONZAGA JÚNIOR(OAB: 282500-A/SP)
Advogado	DR. GUILHERME GOUVEIA MANTOVAN(OAB: 295396-A/SP)
Advogado	DR. EDISON NOBORU TOMAZ KURIKI(OAB: 373192-A/SP)
Advogada	DRA. STELLA SALLES BRANDINI(OAB: 417513-A/SP)
Advogado	DR. ALEXANDRE SILVA SOUZA(OAB: 397706-A/SP)
RECORRIDO	CONDOMINIO CIVIL VOLUNTARIO DO SUZANO SHOPPING CENTER
Advogada	DRA. ALESSANDRA AZEVEDO BAILÃO(OAB: 167393-A/SP)
RECORRIDO	JOSE LUIZ ALVES PINTO
Advogado	DR. LEONARDO ROFINO(OAB: 195558-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONDOMINIO CIVIL VOLUNTARIO DO SUZANO SHOPPING CENTER
- EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.
- ESTADO DE SÃO PAULO
- JOSE LUIZ ALVES PINTO
- SAVIMOVEL COMERCIAL E IMOVEIS LIMITADA

Processo Nº Ag-AIRR-1000943-85.2019.5.02.0023

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ROGERIO ZENARDI
Advogado	DR. EVANDRO MARTINS SANTOS(OAB: 154886-A/SP)
RECORRIDO	INYLBRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Advogado	DR. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INYLBRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
- ROGERIO ZENARDI

Processo Nº RR-1000953-38.2019.5.02.0312

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	CONCÓRDIA LOGÍSTICA S.A.
Advogado	DR. SÉRGIO CARNEIRO ROSI(OAB: 71639/MG)
RECORRIDO	AMBEV S.A.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado	DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 128341-A/SP)
RECORRIDO	RAFAEL JORGE DE ALMEIDA
Advogado	DR. RICARDO LEANDRO DOS SANTOS RIBEIRO(OAB: 330349/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMBEV S.A.
- CONCÓRDIA LOGÍSTICA S.A.
- RAFAEL JORGE DE ALMEIDA

Processo Nº Ag-AIRR-1000954-41.2019.5.02.0015

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. ISABELLE MARIA VERZA DE CASTRO
RECORRIDO	TEG SERVIÇOS DE APOIO CONSERVAÇÃO E LIMPEZA
RECORRIDO	ALEX TELES DE PROENCA
Advogada	DRA. CÁRMEN CRISTINA BRAGA(OAB: 129428-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEX TELES DE PROENCA
- ESTADO DE SÃO PAULO
- TEG SERVIÇOS DE APOIO CONSERVAÇÃO E LIMPEZA

Processo Nº ED-RR-1000968-86.2019.5.02.0318

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. RODRIGO DE SOUZA REZENDE
RECORRIDO	INSTITUTO GERIR
RECORRIDO	ROSINA PAZZINI DA SILVA CORREA
Advogada	DRA. NEIDE MARIA MONTEIRO(OAB: 232363/SP)
Advogado	DR. CLÁUDIO LANSONI COLOMBI(OAB: 321846-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO GERIR
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS
- ROSINA PAZZINI DA SILVA CORREA

Processo Nº Ag-AIRR-1000974-76.2019.5.02.0065

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	DR. AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1829-A/PI)
RECORRIDO	CONSÓRCIO HELENO & FONSECA - TIISA
Advogado	DR. EUCLYDES JOSÉ MARCHI MENDONÇA(OAB: 95025/SP)
Advogado	DR. JOAO ROBERTO LIEBANA COSTA(OAB: 143663-A/SP)
RECORRIDO	ANTONIO ALVES FERREIRA
Advogado	DR. NELSON TEIXEIRA JUNIOR(OAB: 188137-A/SP)
Advogado	DR. LEONARDO BANDE GARCIA(OAB: 335539-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO ALVES FERREIRA
- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- CONSÓRCIO HELENO & FONSECA - TIISA

Processo Nº Ag-RRAg-1000998-77.2019.5.02.0462

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/SP
Procuradora	DRA. FLÁVIA MARIA SILVEIRA SOUZA FERRO
Procuradora	DRA. MARINA SAD MOURA E SILVA
RECORRIDO	OPORTUNITH PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI
RECORRIDO	MAYARA DA SILVA PORFIRIO DA PONTA
Advogado	DR. ALEXANDRE BICHERI(OAB: 184572-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/SP
- MAYARA DA SILVA PORFIRIO DA PONTA
- OPORTUNITH PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-1001005-36.2019.5.02.0085

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	DR. AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1829-A/PI)
RECORRIDO	CENTRO SANEAMENTO E SERVIÇOS AVANÇADOS S.A.
Advogado	DR. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491-A/SP)
RECORRIDO	FERNANDA RIBEIRO DOS SANTOS
Advogado	DR. CLAUDEMIR LUÍS FLÁVIO(OAB: 154498-A/SP)
Advogada	DRA. DAYANE GARCIA(OAB: 229421 -A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO SANEAMENTO E SERVIÇOS AVANÇADOS S.A.
- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- FERNANDA RIBEIRO DOS SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-1001016-08.2018.5.02.0471

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.
Advogada	DRA. TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID(OAB: 201296/SP)
Advogada	DRA. ANA PAULA FERNANDES LOPES(OAB: 203606/SP)
Advogado	DR. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491-A/SP)
RECORRIDO	EDUARDO DE ROSSI ROSSETTI
Advogado	DR. GIOVANNI CÉSAR MARQUEZ MILEO(OAB: 298329-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDUARDO DE ROSSI ROSSETTI
- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-1001035-49.2019.5.02.0351

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA.
Advogada	DRA. MARIA HAYDÉE LUCIANO PENA(OAB: 136059-A/SP)
RECORRIDO	SHEILA LINO SARNO TEIXEIRA
Advogado	DR. TULIO MARCUS CARVALHO CUNHA(OAB: 115726-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA.
- SHEILA LINO SARNO TEIXEIRA

Processo Nº AIRR-1001037-10.2020.5.02.0084

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. MÁRIO HENRIQUE DUTRA NUNES
RECORRIDO	ANA PAULA ORTIZ DE MELO
Advogado	DR. LUIZ GUSTAVO BUENO(OAB: 197837-A/SP)
RECORRIDO	RBX ALIMENTACAO E SERVICOS EIRELI - EPP
Advogado	DR. DANIEL KAKIONIS VIANA(OAB: 215730-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA PAULA ORTIZ DE MELO
- ESTADO DE SÃO PAULO
- RBX ALIMENTACAO E SERVICOS EIRELI - EPP

Processo Nº AIRR-1001058-21.2015.5.02.0323

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	SIFCO S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTROS
Advogado	DR. FERNANDA GRASSELLI DE CARVALHO(OAB: 228037-A/SP)
Advogado	DR. MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS(OAB: 72080-A/SP)
RECORRIDO	CLAUDIO OLIVEIRA PARDINHO
Advogado	DR. ÁUREA CRISTINA DE SIQUEIRA CABRAL(OAB: 193567-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIO OLIVEIRA PARDINHO
- SIFCO S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTROS

Processo Nº AIRR-1001066-61.2017.5.02.0053

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. MARINA SAD MOURA E SILVA
RECORRIDO	D E SANTOS DE CASTRO - ME
Advogada	DRA. THALITA CRISTINA RODRIGUS ROSA MORENO RAMOS(OAB: 329407-A/SP)
RECORRIDO	MARIA IRAE DE SOUZA BISPO SILVEIRA
Advogado	DR. JOSE OSCAR BORGES(OAB: 54473-A/SP)
Advogado	DR. NEIDE ANDREA NAHAS BORGES(OAB: 130942-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- D E SANTOS DE CASTRO - ME
- ESTADO DE SÃO PAULO
- MARIA IRAE DE SOUZA BISPO SILVEIRA

Processo Nº AIRR-1001066-84.2020.5.02.0076

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A. (EM LIQUIDAÇÃO)
Advogado	DR. REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI(OAB: 257220-A/SP)
RECORRIDO	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
Advogado	DR. ODAIR EDUARDO IVASCO(OAB: 312072-A/SP)
RECORRIDO	FABIO FERREIRA DA SILVA
Advogado	DR. VICTOR ALTENFELDER(OAB: 339312-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A. (EM LIQUIDAÇÃO)
- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
- FABIO FERREIRA DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-1001067-21.2018.5.02.0341

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICIPIO DE ITAQUAQUECETUBA
Procurador	DR. MARCOS FELIPE DE PAULA BRASIL
RECORRIDO	CLEIDE SILVA MEIRA
Advogada	DRA. TUANE VIRGÍNIA TONON PIRES DE FARIAS(OAB: 296967-A/SP)
RECORRIDO	CLUBE DE MAES DE VILA ZEFERINA
Advogado	DR. GILBERTO BARBOSA(OAB: 183101-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEIDE SILVA MEIRA
- CLUBE DE MAES DE VILA ZEFERINA
- MUNICIPIO DE ITAQUAQUECETUBA

Processo Nº ED-Ag-AIRR-1001068-81.2018.5.02.0316

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.
Advogada	DRA. CARLA TERESA MARTINS ROMAR(OAB: 106565-A/SP)
RECORRIDO	EDUARDO PEREIRA DANIEL
Advogado	DR. DANILO MINOMO DE AZEVEDO(OAB: 271520-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.
- EDUARDO PEREIRA DANIEL

Processo Nº AIRR-1001075-67.2018.5.02.0318

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. RODRIGO DE SOUZA REZENDE
RECORRIDO	INSTITUTO GERIR
Advogado	DR. JOÃO PAULO BRZEZINSKI DA CUNHA(OAB: 17208/GO)
RECORRIDO	LUCIANO BITTENCOURT DE OLIVEIRA PALMA

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO GERIR
- LUCIANO BITTENCOURT DE OLIVEIRA PALMA
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº ED-AIRR-1001083-34.2017.5.02.0462

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UNIÃO (PGF)
Procuradora	DRA. ELISANGELA PEREIRA DE CARVALHO LEITÃO
RECORRIDO	JOANA DARC ASSEIO E CONSERVACAO LTDA - ME
Advogado	DR. ALEXANDRE BRESCI(OAB: 149393-A/SP)
RECORRIDO	VALDELI DA CRUZ SILVA
Advogado	DR. JOSÉ VÍTOR FERNANDES(OAB: 67547-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOANA DARC ASSEIO E CONSERVACAO LTDA - ME
- UNIÃO (PGF)
- VALDELI DA CRUZ SILVA

Processo Nº ED-AIRR-1001088-47.2019.5.02.0313

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. RODRIGO DE SOUZA REZENDE
Procuradora	DRA. ANA PAULA HYROMI YOSHITOMI
Procuradora	DRA. ADRIANA FELIPE CAPITANI CABOCLO
RECORRIDO	FABIO DOS SANTOS BORGES JUNIOR
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)
Advogada	DRA. RANIELLI DE OLIVEIRA ANDRADE(OAB: 415124/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIO DOS SANTOS BORGES JUNIOR
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº Ag-RRAg-1001103-22.2017.5.02.0075

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Advogado	DR. NAZÁRIO CLEODON DE MEDEIROS(OAB: 84809/SP)
Advogado	DR. PAOLA RENATA PINHEIRO FAILLA(OAB: 301368-A/SP)
RECORRIDO	ASSOCIAÇÃO HORIZONTES
RECORRIDO	OSVALDO MACHADO DOS SANTOS
Advogada	DRA. FABIANA BARRETO SANTOS LIRA(OAB: 313285-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO HORIZONTES
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- OSVALDO MACHADO DOS SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-1001128-05.2019.5.02.0321

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. RODRIGO DE SOUZA REZENDE
RECORRIDO	JOSE GABRIEL DE ASSIS
Advogado	DR. RICARDO DE MACEDO(OAB: 291823-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE GABRIEL DE ASSIS
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº AIRR-1001137-83.2017.5.02.0014

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS
Advogado	DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)
Advogado	DR. OSMAR SILVEIRA FRANCO(OAB: 30047/SP)
Advogado	DR. DANIEL MARTINS OLIVEIRA(OAB: 262509-A/SP)
Advogada	DRA. RAFAELLA MYRNA GATTAS DE CAMPOS(OAB: 343860-A/SP)
RECORRIDO	THAIS CERAJOLLI SIQUEIRA SALGADO
Advogada	DRA. KARINA LENK BARRETO(OAB: 211248-A/SP)
Advogada	DRA. MARA LÚCIA NASCIMENTO DOS SANTOS(OAB: 290070-A/SP)
Advogado	DR. LÉIA ROBERTA CORREIA(OAB: 286621-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS
- THAIS CERAJOLLI SIQUEIRA SALGADO

Processo Nº ED-AIRR-1001142-54.2017.5.02.0613

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	DR. AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1829-A/PI)
RECORRIDO	GUIMA CONSECO CONSTRUÇÃO, SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.
Advogado	DR. BRUNO FREIRE GALLUCCI(OAB: 340987-A/SP)
RECORRIDO	ALDILENE DE OLIVEIRA E SILVA
Advogado	DR. JEFFERSON LEONARDO ALVES NOBILE DE GERARD RECHILLING E BLASMOND(OAB: 315314/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALDILENE DE OLIVEIRA E SILVA
- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- GUIMA CONSECO CONSTRUÇÃO, SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.

Processo Nº AIRR-1001151-25.2019.5.02.0070

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. RAFAEL SODRE GHATTAS
RECORRIDO	JLA ALIMENTAÇÃO LTDA.
Advogado	DR. ANTÔNIO CARLOS DA SILVA DUEÑAS(OAB: 99584-A/SP)
Advogado	DR. CRISTINA MANCUSO FIGUEIREDO SACONE(OAB: 162876-A/SP)
RECORRIDO	MARIA LINDINALVA ALVES DE LIMA
Advogada	DRA. PATRÍCIA TORRES PAULO(OAB: 260862-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- JLA ALIMENTAÇÃO LTDA.
- MARIA LINDINALVA ALVES DE LIMA

Processo Nº Ag-AIRR-1001158-95.2018.5.02.0314

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ICOMON TECNOLOGIA LTDA.
Advogado	DR. FLAVIO MASCHIETTO(OAB: 147024-A/SP)
Advogado	DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 128341-A/SP)
RECORRIDO	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	DR. FABIO RIVELLI(OAB: 297608-A/SP)

Advogado	DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 128341-A/SP)
RECORRIDO	CARLOS TADEU DE OLIVEIRA LACERDA
Advogado	DR. RODRIGO GABRIEL MANSOR(OAB: 162708-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS TADEU DE OLIVEIRA LACERDA
- ICOMON TECNOLOGIA LTDA.
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Processo Nº RR-1001160-38.2017.5.02.0011

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. FLÁVIA MARIA SILVEIRA SOUZA FERRO
RECORRIDO	COMATIC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. GUTEMBERG TEIXEIRA DE ARAÚJO(OAB: 314345/SP)
RECORRIDO	VANI PEREIRA DA SILVA
Advogado	DR. PABLO CABRAL CARDOZO(OAB: 242857-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMATIC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
- ESTADO DE SÃO PAULO
- VANI PEREIRA DA SILVA

Processo Nº AIRR-1001162-83.2019.5.02.0319

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. DANIEL MENDES PEDROSO
Procuradora	DRA. SUZANA KLIBIS
RECORRIDO	RENATA LUZIA DAS NEVES
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE GUARULHOS
- RENATA LUZIA DAS NEVES

Processo Nº ED-AIRR-1001170-28.2015.5.02.0472

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.
Advogada	DRA. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491/SP)
Advogada	DRA. ANA PAULA FERNANDES LOPES(OAB: 203606/SP)
Advogada	DRA. TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID(OAB: 201296-A/SP)
RECORRIDO	JOAO BATISTA DE PAULA
Advogada	DRA. ANA MARIA STOPPA(OAB: 108248-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.
- JOAO BATISTA DE PAULA

Processo Nº AIRR-1001180-42.2019.5.02.0081

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE
Advogado	DR. SIMONE RAMALHO(OAB: 324813 -A/SP)
Advogado	DR. ALOISIO COSTA JUNIOR(OAB: 300935-A/SP)
RECORRIDO	GILMAR FLORIANO
Advogado	DR. MARCELO MARTINS FERREIRA(OAB: 187842-A/SP)
Advogado	DR. RAPHAEL ROBERT RUSCHE(OAB: 379499-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GILMAR FLORIANO
- SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE

Processo Nº AIRR-1001186-26.2019.5.02.0606

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. MARIO HENRIQUE DUTRA NUNES
RECORRIDO	JLA ALIMENTAÇÃO LTDA.
Advogado	DR. ANTÔNIO CARLOS DA SILVA DUEÑAS(OAB: 99584-A/SP)
Advogada	DRA. CRISTINA MANCUSO FIGUEIREDO SACONE(OAB: 126876/SP)
RECORRIDO	ELIANE MARIA DE SOUSA
Advogado	DR. ALINE MORAES PENA(OAB: 336202-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIANE MARIA DE SOUSA
- ESTADO DE SÃO PAULO
- JLA ALIMENTAÇÃO LTDA.

Processo Nº AIRR-1001187-66.2019.5.02.0038

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. FLÁVIA MARIA SILVEIRA SOUZA FERRO
RECORRIDO	EXCELENCE NATIONAL SERVICES - SERVICOS GERAIS EIRELI
Advogado	DR. EDSON LUIS SILVESTRE DA CRUZ(OAB: 187442-A/SP)
RECORRIDO	JANAINA SANTOS DO NASCIMENTO
Advogado	DR. EDSON LUIS SILVESTRE DA CRUZ(OAB: 187442-A/SP)
RECORRIDO	DAIANE PEREIRA DA SILVA
Advogado	DR. AUGUSTO ZEULLI(OAB: 402070-A/SP)
Advogado	DR. GUSTAVO ZEULLI(OAB: 414563-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DAIANE PEREIRA DA SILVA
- ESTADO DE SÃO PAULO
- EXCELENCE NATIONAL SERVICES - SERVICOS GERAIS EIRELI
- JANAINA SANTOS DO NASCIMENTO

Processo Nº Ag-AIRR-1001196-48.2016.5.02.0033

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO NO ESTADO DE SAO PAULO
Advogado	DR. FLAVIO MASCHIETTO(OAB: 147024-A/SP)
RECORRIDO	MAURIDETE DE OLIVEIRA DIAS
Advogado	DR. FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES(OAB: 124443/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MAURIDETE DE OLIVEIRA DIAS
- SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO NO ESTADO DE SAO PAULO

Processo Nº AIRR-1001212-13.2016.5.02.0482

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB: 62929/RJ)
RECORRIDO	IESA ÓLEO & GÁS S.A.
Advogado	DR. YOUSSEF BOUKAI(OAB: 108614-A/RJ)
Advogada	DRA. ANA CAROLINA RIBEIRO GARBO(OAB: 312812-A/SP)
Advogado	DR. CRISTIANE LOUISE ALVES FERREIRA(OAB: 174212-A/RJ)
RECORRIDO	ALAELSON BASTOS MOREIRA
Advogado	DR. SILVANO OLIVEIRA DE SOUZA(OAB: 244032-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALAELSON BASTOS MOREIRA
- IESA ÓLEO & GÁS S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-1001218-65.2018.5.02.0315

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procuradora	DRA. ANDREIA DOMINGOS MACEDO
RECORRIDO	INSTITUTO GERIR
Advogado	DR. PAULO HUMBERTO BARBOSA(OAB: 48357-A/GO)
Advogada	DRA. MAISA DE MAIO LIMA MARCIANO(OAB: 33781-A/GO)
RECORRIDO	PRISCILA DE OLIVEIRA SILVA
Advogado	DR. RAPHAEL GUILHERME DA SILVA(OAB: 316914/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO GERIR
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS
- PRISCILA DE OLIVEIRA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-1001230-95.2019.5.02.0072

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	WORKS CONSTRUÇÃO & SERVIÇOS EIRELI
Advogado	DR. ELTON ENEAS GONÇALVES(OAB: 182174-A/SP)
RECORRIDO	FELIPE OLIVEIRA FERREIRA
Advogado	DR. ROGÉRIO MAZZA TROISE(OAB: 188199/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FELIPE OLIVEIRA FERREIRA
- WORKS CONSTRUÇÃO & SERVIÇOS EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-1001233-96.2017.5.02.0435

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ
Procuradora	DRA. DÉBORA DE ARAÚJO HAMAD
Procuradora	DRA. CLAUDIA MARINI ÍSOLA
Procuradora	DRA. CLAUDIA SANTORO
Procurador	DR. LUIZ GUSTAVO MARTINS DE SOUZA
Procurador	DR. RAFAEL GOMES CORREA
RECORRIDO	WALTER NUNES DA SILVA
Advogado	DR. DIEGO PERINELLI MEDEIROS(OAB: 320653/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ
- WALTER NUNES DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-1001243-29.2019.5.02.0320

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/SP
Procurador	DR. RAFAEL SODRÉ GHATTAS
Procurador	DR. LEONARDO COCCHIERI LEITE CHAVES
RECORRIDO	OPORTUNITH PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI - ME
RECORRIDO	DANIELA APARECIDA CHAVES
Advogada	DRA. ZULEIDE RODRIGUES DE MELO CEZAR(OAB: 116734-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIELA APARECIDA CHAVES
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/SP
- OPORTUNITH PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI - ME

Processo Nº AIRR-1001255-24.2017.5.02.0252

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE CUBATÃO
Procurador	DR. MAURÍCIO CRAMER ESTEVES
RECORRIDO	ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DO BRASIL
Advogado	DR. EDUARDO HORITA ALONSO(OAB: 349040-A/SP)
RECORRIDO	UBIRAJARA SILVA
Advogado	DR. MARCUS VINICIUS LOURENCO GOMES(OAB: 85169-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DO BRASIL
- MUNICÍPIO DE CUBATÃO
- UBIRAJARA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-1001255-98.2019.5.02.0431

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. MICHELLE NAJARA A. SILVA
RECORRIDO	DISERVICE TECNOLOGIA ESPECIALIZADA EIRELI
Advogado	DR. LUIS ANTONIO FOURNIOL CURY(OAB: 113781-A/SP)
RECORRIDO	MARIA APARECIDA DA CUNHA
Advogada	DRA. CAROLINE VILELLA(OAB: 317060-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DISERVICE TECNOLOGIA ESPECIALIZADA EIRELI
- ESTADO DE SÃO PAULO
- MARIA APARECIDA DA CUNHA

Processo Nº Ag-AIRR-1001258-59.2018.5.02.0311

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Procurador	DR. RODRIGO DE SOUZA REZENDE
RECORRIDO	INSTITUTO GERIR
Advogado	DR. RODRIGO QUEIROZ FERNANDES(OAB: 36968/GO)
Advogado	DR. PAULO HUMBERTO BARBOSA(OAB: 48357-A/GO)
RECORRIDO	BARBARA LOURENCO BARBOSA

Intimado(s)/Citado(s):

- BARBARA LOURENCO BARBOSA
- INSTITUTO GERIR
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº ED-AIRR-1001265-26.2016.5.02.0051

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
Procurador	DR. ANTÔNIO CÉSAR DE SOUZA
RECORRIDO	ATTO RECURSOS HUMANOS LTDA.
RECORRIDO	NATIELE SOUZA SANTOS
Advogado	DR. CÍCERO ISRAEL DE SOUZA(OAB: 166735-A/SP)
Advogado	DR. JOSÉ ESPEDITO DE SOUZA(OAB: 59633-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATTO RECURSOS HUMANOS LTDA.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
- NATIELE SOUZA SANTOS

Processo Nº ED-Ag-AIRR-1001280-84.2018.5.02.0322

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	CLINICAS ODONTOLOGICAS 5MSHX S.A.
Advogado	DR. JOSÉ MAURO DA SILVA JÚNIOR(OAB: 103933-A/RJ)
RECORRIDO	FABIO AUGUSTO ANDRADE COUTO
Advogada	DRA. CAMILA BRENDA SANTOS WORSPITE(OAB: 357852-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLINICAS ODONTOLOGICAS 5MSHX S.A.
- FABIO AUGUSTO ANDRADE COUTO

Processo Nº AIRR-1001281-50.2019.5.02.0511

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE ITAPEVI
Procurador	DR. JOSÉ CARLOS POLETTO JÚNIOR
RECORRIDO	BETA CLEAN & SERVICE LTDA.
Advogado	DR. ANTONIO CARLOS CARDONIA(OAB: 227586-A/SP)
Advogado	DR. LETICIA GONCALVES ANDRADE(OAB: 329091-A/SP)
RECORRIDO	CLEIDE SOUSA DE OLIVEIRA
Advogado	DR. ROBERTO HIROMI SONODA(OAB: 115094-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BETA CLEAN & SERVICE LTDA.
- CLEIDE SOUSA DE OLIVEIRA
- MUNICÍPIO DE ITAPEVI

Processo Nº Ag-ARR-1001295-62.2016.5.02.0471

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Advogada	DRA. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491/SP)
Advogada	DRA. TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID(OAB: 201296-A/SP)
Advogada	DRA. ANA PAULA FERNANDES LOPES(OAB: 203606-K/SP)
RECORRIDO	ANDERSON NICODEMOS BARBOSA
Advogado	DR. FÁBIO FREDERICO DE FREITAS TERTULIANO(OAB: 195284-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON NICODEMOS BARBOSA
- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA

Processo Nº ED-AIRR-1001323-53.2018.5.02.0473

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Advogada	DRA. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491/SP)
Advogada	DRA. TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID(OAB: 201296-A/SP)
Advogada	DRA. ANA PAULA FERNANDES LOPES(OAB: 203606-K/SP)
RECORRIDO	JOSE FREIRE DE ARAUJO
Advogada	DRA. ANALICE LEMOS DE OLIVEIRA(OAB: 186226-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
- JOSE FREIRE DE ARAUJO

Processo Nº Ag-RR-1001338-90.2018.5.02.0321

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Advogado	DR. RODRIGO DE SOUZA REZENDE(OAB: 287915-A/SP)
RECORRIDO	ZURIEL ANTONIO DE BRITO
Advogado	DR. WAGNER MAURÍCIO PALERMO(OAB: 362472-A/SP)
Advogado	DR. VALDENOR BARBOSA CAMILO(OAB: 371429-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE GUARULHOS
- ZURIEL ANTONIO DE BRITO

Processo Nº Ag-AIRR-1001346-14.2016.5.02.0038

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PELLEGRINO DISTRIBUIDORA DE AUTOPECAS LTDA
Advogado	DR. HUGO OLIVEIRA HORTA BARBOSA(OAB: 19769-A/DF)
RECORRIDO	JOSE CARLOS BACRE DOS SANTOS
Advogado	DR. SAMUEL PEREIRA DE LIMA JÚNIOR(OAB: 225109-A/SP)
Advogado	DR. JONAS FIGUEREDO DE OLIVEIRA(OAB: 301308-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE CARLOS BACRE DOS SANTOS
- PELLEGRINO DISTRIBUIDORA DE AUTOPECAS LTDA

Processo Nº AIRR-1001349-77.2018.5.02.0044

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. RAFAEL SODRE GHATTAS
RECORRIDO	AVISEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI
RECORRIDO	NICIO ABNEL CORREIA
Advogada	DRA. CÁSSIA FERNANDA BATTANI DOURADOR RIBEIRO(OAB: 168536-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AVISEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI
- ESTADO DE SÃO PAULO
- NICIO ABNEL CORREIA

Processo Nº AIRR-1001351-07.2018.5.02.0316

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	LIVRARIA CULTURA S.A.
Advogado	DR. CRISTIANO NAMAN VAZ TOSTE(OAB: 169005-A/SP)
RECORRIDO	JENIFER CAROLINE BARATELLA DOS SANTOS

Intimado(s)/Citado(s):

- JENIFER CAROLINE BARATELLA DOS SANTOS
- LIVRARIA CULTURA S.A.

Processo Nº AIRR-1001354-25.2019.5.02.0316

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. ANDERSON DE ALMEIDA CARDOSO
RECORRIDO	COSMO DE ANDRADE
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COSMO DE ANDRADE
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº AIRR-1001362-45.2018.5.02.0022

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	DRA. CRISTIANE ZAMBELLI CAPUTO(OAB: 112048/SP)
Advogado	DR. SOLANGE SILVA NUNES(OAB: 188235-A/SP)
Advogada	DRA. MARINA RODRIGUES DA CUNHA BARRETO VIANNA(OAB: 27722/DF)
Advogada	DRA. GLORIETE APARECIDA CARDOSO(OAB: 78566/SP)
Advogada	DRA. KARINA MARA VIEIRA BUENO(OAB: 343156/SP)
Procurador	DR. PROCURADORIA DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS-ECT
RECORRIDO	CTIS TECNOLOGIA S.A.
Advogado	DR. BRUNO DE MEDEIROS TOCANTINS(OAB: 326711-A/SP)
RECORRIDO	ROQUE SOUSA MARIA
Advogado	DR. JOSÉ EDUARDO FURLANETTO(OAB: 82567-A/SP)
Advogada	DRA. EDNA APARECIDA FERRARI(OAB: 83297-A/SP)
Advogada	DRA. MÁRCIA BALDASSIN COELHO(OAB: 192466-A/SP)
Advogado	DR. BÁRBARA IGNEZ CARONI REIS(OAB: 172685-A/SP)
Advogada	DRA. VALÉRIA CRISTIANNE KUNIHOSHI MARIANO(OAB: 244558-A/SP)
Advogado	DR. ANTÔNIO ROSELLA(OAB: 33792-A/SP)
Advogado	DR. MÁRCIO LIMBERGER(OAB: 333657-A/SP)
Advogada	DRA. ANA PAULA SANTOS(OAB: 152042-A/SP)
Advogado	DR. EGIDIO JORGE GIACOIA JÚNIOR(OAB: 314794-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CTIS TECNOLOGIA S.A.
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- ROQUE SOUSA MARIA

Processo Nº Ag-AIRR-1001366-19.2015.5.02.0271

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FERNANDO TAVARES GOULART DE MEDEIROS
Advogado	DR. MAURÍCIO NAHAS BORGES(OAB: 139486-A/SP)
Advogado	DR. FABIANA CAVALCANTE WYATT(OAB: 160290-A/SP)
Advogada	DRA. FERNANDA OLIVEIRA DA SILVA(OAB: 217020-A/SP)
Advogado	DR. FRANCINE BOSSOLANI PONTES(OAB: 216256-A/SP)
Advogado	DR. IRENE SCHMITT(OAB: 96995-A/SP)
Advogado	DR. KELI ANTUNES PEREIRA(OAB: 238124-A/SP)
Advogado	DR. VALÉRIA DI FAZIO GALVÃO(OAB: 168875-A/SP)
Advogado	DR. JOSE OSCAR BORGES(OAB: 54473-A/SP)
Advogado	DR. NEIDE ANDREA NAHAS BORGES(OAB: 130942-A/SP)
Advogado	DR. JUDITE NAHAS(OAB: 20885-A/SP)
RECORRIDO	ITABASE ASSESSORIA S/S LTDA - ME
Advogado	DR. EDIVALDO DE OLIVEIRA CINTRA(OAB: 268606-A/SP)
RECORRIDO	CONSTRUCENTRO LTDA
Advogado	DR. FABIANA DOS SANTOS SIMÕES(OAB: 234538-A/SP)
Advogado	DR. MARCIO ALEXANDRE PESCE DE CARA(OAB: 242146-A/SP)
Advogado	DR. VIVIANE CREPALDI CABRERA FLORINDO(OAB: 223596-A/SP)
RECORRIDO	WELTON OLIVEIRA DA SILVA
RECORRIDO	WILSON NASCIMENTO ALVES

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSTRUCENTRO LTDA
- FERNANDO TAVARES GOULART DE MEDEIROS
- ITABASE ASSESSORIA S/S LTDA - ME
- WELTON OLIVEIRA DA SILVA
- WILSON NASCIMENTO ALVES

Processo Nº AIRR-1001384-86.2018.5.02.0351

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE JANDIRA
Procuradora	DRA. SÍLVIA KÕHNEN ABRAMOVAY
RECORRIDO	DEMARC TECNOLOGIA EM TRÂNSITO LTDA. - EPP

Advogado	DR. MIGUEL DE GOUVEIA MARTINS JUNIOR(OAB: 195424-A/SP)
RECORRIDO	LETICIA CRISTINA GOMES DOS SANTOS
Advogado	DR. ROBERTO HIROMI SONODA(OAB: 115094-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEMARC TECNOLOGIA EM TRÂNSITO LTDA. - EPP
- LETICIA CRISTINA GOMES DOS SANTOS
- MUNICÍPIO DE JANDIRA

Processo Nº ED-AIRR-1001394-53.2018.5.02.0312

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procuradora	DRA. SUZANA KLIBIS
RECORRIDO	MARCELO GOULART CATHARINA
Advogado	DR. RICARDO DE MACEDO(OAB: 291823-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCELO GOULART CATHARINA
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº AIRR-1001395-60.2017.5.02.0025

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Advogada	DRA. MARINA SAD MOURA E SILVA(OAB: 430334/SP)
RECORRIDO	MOSCA GRUPO NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.
Advogada	DRA. HELAYNE CRISTINA LUIZ(OAB: 190431/SP)
RECORRIDO	NOEMIA BARRADA DE OLIVEIRA
Advogada	DRA. VANUSA DE FREITAS(OAB: 160424/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
- MOSCA GRUPO NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.
- NOEMIA BARRADA DE OLIVEIRA

Processo Nº Ag-AIRR-1001396-72.2018.5.02.0716

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ICOMON TECNOLOGIA LTDA.
Advogado	DR. FLAVIO MASCHIETTO(OAB: 147024-A/SP)
Advogado	DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 128341-A/SP)
RECORRIDO	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	DR. FABIO RIVELLI(OAB: 297608-A/SP)
RECORRIDO	FLAVIA CARNEIRO
Advogado	DR. ANA CELIA ZAMPIERI(OAB: 65729-A/SP)
Advogado	DR. RAIMUNDO JETER RODRIGUES COSTA(OAB: 170201-A/SP)
Advogado	DR. MARCELO ZAMPIERI MOLINA(OAB: 318006-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FLAVIA CARNEIRO
- ICOMON TECNOLOGIA LTDA.
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Processo Nº Ag-RR-1001410-52.2017.5.02.0373

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FURNAS-CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
Advogada	DRA. SIMELE PENHA RESENDE(OAB: 326552-A/SP)
RECORRIDO	P.A.S. - PAINT ANTICORROSIVE SYSTEM EIRELI
RECORRIDO	ZEZILMAR DE FREITAS BATISTA
Advogada	DRA. ANDREA APARECIDA DOS SANTOS(OAB: 250725-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FURNAS-CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
- P.A.S. - PAINT ANTICORROSIVE SYSTEM EIRELI
- ZEZILMAR DE FREITAS BATISTA

Processo Nº ED-AIRR-1001414-06.2019.5.02.0087

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	DR. ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819-A/PI)
Advogado	DR. AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1829-A/PI)
RECORRIDO	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
RECORRIDO	FABIANA PEREIRA DA SILVA
Advogado	DR. JORGE NAGAI(OAB: 170172-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
- FABIANA PEREIRA DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-1001418-94.2016.5.02.0007

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS
Advogado	DR. OSMAR SILVEIRA FRANCO(OAB: 30047/SP)
Advogado	DR. DANIEL MARTINS OLIVEIRA(OAB: 262509/SP)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
RECORRIDO	STELLA MARIA LEOPOLDO E SILVA
Advogada	DRA. CLÁUDIA AL-ALAM ELIAS FERNANDES(OAB: 231281-B/SP)
Advogada	DRA. JULIANA HINSCHING CEZARETTO FERNANDES(OAB: 177127-A/SP)
Advogado	DR. RAFAEL MOLAN SALVADORI(OAB: 233790/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS
- STELLA MARIA LEOPOLDO E SILVA

Processo Nº AIRR-1001420-49.2017.5.02.0712

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	UGO ENRIQUE MAGRO FREDDI
Advogado	DR. EDESIO CORREIA DE JESUS(OAB: 206672-B/SP)

RECORRIDO	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado	DR. SÉRGIO SOARES BARBOSA(OAB: 79345-A/SP)
Advogado	DR. SERGIO SHIROMA LANCAROTTE(OAB: 112585-A/SP)
Advogado	DR. MARIA APARECIDA ALVES(OAB: 71743-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- UGO ENRIQUE MAGRO FREDDI

Processo Nº Ag-AIRR-1001423-92.2019.5.02.0078

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. MÁRIO HENRIQUE DUTRA NUNES
Procuradora	DRA. FLÁVIA MARIA SILVEIRA SOUZA FERRO
RECORRIDO	CLEANMAX SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. GUILHERME BRITO RODRIGUES FILHO(OAB: 178328-A/SP)
RECORRIDO	CRISTIENE SOARES SANTOS
Advogada	DRA. MYLENNE TOMAZ VALBÃO(OAB: 170874-A/SP)
Advogado	DR. JOSÉ ARTHUR DI PROSPERO JÚNIOR(OAB: 181183/SP)
Advogado	DR. KARINA LEMOS DI PRÓSPERO(OAB: 218607/SP)
Advogado	DR. TAIANE BARROS COZZATI(OAB: 221783-A/SP)
Advogada	DRA. ROSÂNGELA FERREIRA EUZÉBIO(OAB: 213797-A/SP)
Advogada	DRA. GLEICE TAVARES(OAB: 272293-A/SP)
Advogado	DR. ANA BEATRIZ LAPENTA SGARBI(OAB: 329459-A/SP)
Advogado	DR. GABRIELA RAMOS DOS SANTOS(OAB: 378618-A/SP)
Advogada	DRA. CARLA MARCHI(OAB: 209601-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEANMAX SERVIÇOS LTDA.
- CRISTIENE SOARES SANTOS
- ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Nº ED-RR-1001434-37.2016.5.02.0043

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	BNC BRAZIL CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA
Advogado	DR. RAFAEL BACCARO(OAB: 192491/SP)
RECORRIDO	MARCO ANTONIO LARGUESA
Advogado	DR. RENATO FERREIRA DA SILVA(OAB: 192184/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BNC BRAZIL CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA
- MARCO ANTONIO LARGUESA

Processo Nº Ag-AIRR-1001440-36.2019.5.02.0432

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. FLÁVIA MARIA SILVEIRA SOUZA FERRO
RECORRIDO	DISERVICE TECNOLOGIA ESPECIALIZADA EIRELI
Advogado	DR. LUIS ANTONIO FOURNIOL CURY(OAB: 113781-A/SP)
RECORRIDO	ECIONE DA SILVA RODRIGUES
Advogada	DRA. ZENILDA FERREIRA DA SILVA(OAB: 279706-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DISERVICE TECNOLOGIA ESPECIALIZADA EIRELI
- ECIONE DA SILVA RODRIGUES
- ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Nº Ag-AIRR-1001443-21.2018.5.02.0013

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. GISELLE CRISTINA NASSIF ELIAS
Procurador	DR. ISABELLE MARIA VERZA DE CASTRO
RECORRIDO	MAXTECNICA SERVICOS INTEGRALIZADOS EIRELI
Advogado	DR. JOÃO TADEU VASCONCELOS SILVA(OAB: 182457-A/SP)
RECORRIDO	ESPÓLIO DE RAIMUNDO BORGES DA CUNHA FILHO
Advogada	DRA. MARA RUBIA ALMEIDA NOVAES(OAB: 152229-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESPÓLIO DE RAIMUNDO BORGES DA CUNHA FILHO
- ESTADO DE SÃO PAULO
- MAXTECNICA SERVICOS INTEGRALIZADOS EIRELI

Processo Nº ED-Ag-ED-AIRR-1001452-41.2018.5.02.0511

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	SERVICEKLEEN DO BRASIL SISTEMAS DE LAVAGEM DE PECAS E GESTAO DE RESIDUOS LTDA.
Advogado	DR. CLAUDIA DE SOUZA FERNANDES(OAB: 246654-A/SP)
Advogado	DR. CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE NOBREGA(OAB: 112401-A/SP)
Advogado	DR. ANTÔNIO LUIZ BUENO BARBOSA(OAB: 48678-A/SP)
RECORRIDO	RENATO MASUKAWA DEZERTO
Advogado	DR. RODRIGO CESAR MASSA(OAB: 235909-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- RENATO MASUKAWA DEZERTO
- SERVICEKLEEN DO BRASIL SISTEMAS DE LAVAGEM DE PECAS E GESTAO DE RESIDUOS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-1001458-77.2019.5.02.0005

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. DEISE CAROLINA MUNIZ REBELLO
RECORRIDO	JLA ALIMENTAÇÃO LTDA.
Advogado	DR. ANTÔNIO CARLOS DA SILVA DUEÑAS(OAB: 99584-A/SP)
Advogado	DR. CRISTINA MANCUSO FIGUEIREDO SACONE(OAB: 162876-A/SP)
RECORRIDO	ROSA AMELIA DE MORAES OLIVEIRA
Advogado	DR. JOÃO DALMÁCIO NUNES NETO(OAB: 368206/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- JLA ALIMENTAÇÃO LTDA.
- ROSA AMELIA DE MORAES OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-1001459-30.2016.5.02.0082

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. MÁRIO HENRIQUE DUTRA NUNES
RECORRIDO	FK'S LIMPEZA & CONSERVAÇÃO EIRELI
Advogado	DR. EDSON DE CAMARGO BISPO DO PRADO(OAB: 262620-A/SP)
RECORRIDO	RITA MARIA DA SILVA
Advogado	DR. GILBERTO LINDOLPHO(OAB: 108163-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- FK'S LIMPEZA & CONSERVAÇÃO EIRELI
- RITA MARIA DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-1001462-67.2017.5.02.0011

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	CONSTRAN S/A - CONSTRUCOES E COMERCIO (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRA
Advogada	DRA. MARIA DAS DORES STREILING(OAB: 280482/SP)
RECORRIDO	ALESANDRO GONCALVES HIGASHI
Advogado	DR. ERICH BERNAT CASTILHOS(OAB: 160568/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALESANDRO GONCALVES HIGASHI
- CONSTRAN S/A - CONSTRUCOES E COMERCIO (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRA

Processo Nº ED-AIRR-1001479-81.2019.5.02.0707

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	DR. AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1829-A/PI)
RECORRIDO	TRAIL INFRAESTRUTURA EIRELI
Advogado	DR. ADRIANA FERNANDES SCATOLINI(OAB: 109504-A/SP)
RECORRIDO	IGOR WILLIAM MOTA BERTOLDO
Advogada	DRA. MARIA LUCIENE DA SILVA CARVALHO(OAB: 412086-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- IGOR WILLIAM MOTA BERTOLDO
- TRAIL INFRAESTRUTURA EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-1001481-82.2018.5.02.0320

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. ODILON OTACILIO LIMA JUNIOR
RECORRIDO	ANAILDO OLIVEIRA DO NASCIMENTO
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANAILDO OLIVEIRA DO NASCIMENTO
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº ED-Ag-AIRR-1001493-20.2018.5.02.0313

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procuradora	DRA. ANA PAULA HYROMI YOSHITOMI
RECORRIDO	ANDRE LUIZ DA SILVA
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE LUIZ DA SILVA
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº Ag-AIRR-1001493-11.2018.5.02.0316

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. ANDERSON DE ALMEIDA CARDOSO
RECORRIDO	LUCILENE MARIA DOS SANTOS COSTA
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCILENE MARIA DOS SANTOS COSTA
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº Ag-AIRR-1001509-47.2018.5.02.0321

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procuradora	DRA. REGIANE RUIZ
RECORRIDO	FABIO SILVEIRA LOPES
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIO SILVEIRA LOPES
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº Ag-AIRR-1001511-95.2017.5.02.0468

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
Advogado	DR. ANDRÉ DO AMARAL VAN TOL(OAB: 211167-A/SP)
Advogado	DR. RODOLFO MOTTA SARAIVA(OAB: 300702-A/SP)
Advogada	DRA. JULIANA PASQUINI MASTANDREA(OAB: 261665-A/SP)
RECORRIDO	IS SERVIÇOS INTEGRADOS LTDA. - EPP
Advogado	DR. WOLNEY MARINHO JUNIOR(OAB: 213493-A/SP)
RECORRIDO	ROMEU MOREIRA DA SILVA
Advogada	DRA. ÉLIDA LOPES DE LIMA(OAB: 109272/SP)
Advogada	DRA. PATRÍCIA TERUEL POCOBI VILLELA(OAB: 147274/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP
- IS SERVIÇOS INTEGRADOS LTDA. - EPP
- ROMEU MOREIRA DA SILVA

Processo Nº ED-Ag-E-ED-ED-AIRR-1001520-46.2017.5.02.0019

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	FILIPE DOS SANTOS
Advogado	DR. OSCAR GUILLERMO FARAH OSÓRIO(OAB: 306101-A/SP)
RECORRIDO	HOSPITAL ALEMÃO OSWALDO CRUZ
Advogado	DR. ANTÔNIO BONIVAL CAMARGO(OAB: 29771/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FILIPE DOS SANTOS
- HOSPITAL ALEMÃO OSWALDO CRUZ

Processo Nº Ag-AIRR-1001525-38.2018.5.02.0050

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. FLÁVIA MARIA SILVEIRA SOUZA FERRO
RECORRIDO	D & S CUIDADORES DE PESSOAS LTDA
Advogado	DR. RENATA CARLA DA CUNHA SARDIM(OAB: 343873-A/SP)
RECORRIDO	IELANIA RODRIGUES LIMA
Advogado	DR. GABRIEL ABRAHÃO PASCHOAL(OAB: 314811-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- D & S CUIDADORES DE PESSOAS LTDA
- ESTADO DE SÃO PAULO
- IELANIA RODRIGUES LIMA

Processo Nº Ag-AIRR-1001539-15.2018.5.02.0311

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. DANIEL MENDES PEDROSO
RECORRIDO	ALEX SANTOS DE MOURA
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)
Advogada	DRA. RANIELLI DE OLIVEIRA ANDRADE(OAB: 415124/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEX SANTOS DE MOURA
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº Ag-AIRR-1001541-86.2019.5.02.0072

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	DR. ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819-A/PI)
Advogado	DR. AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1829-A/PI)
RECORRIDO	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.
Advogado	DR. MARLON NUNES MENDES(OAB: 19199-B/SC)
RECORRIDO	TATIANA DE ANDRADE TORRES
Advogada	DRA. DEYSE DE FÁTIMA LIMA(OAB: 277630-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.
- TATIANA DE ANDRADE TORRES

Processo Nº Ag-AIRR-1001549-55.2015.5.02.0605

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. AUGUSTO BELLO ZORZI
RECORRIDO	IVONE ALVES DE SOUZA
Advogada	DRA. ANA CLÁUDIA ALVES DA CUNHA(OAB: 270059-A/SP)
RECORRIDO	OFICINA 3D TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.
Advogado	DR. MARTA MENNITTI(OAB: 77341-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- IVONE ALVES DE SOUZA
- OFICINA 3D TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.

Processo Nº AIRR-1001551-38.2017.5.02.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
Procurador	DR. PAULO FERNANDO ALVES JUSTO
Procurador	DR. MAGALI VENTILLI MARQUES
RECORRIDO	INSTITUTO SULAMERICANO PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MULTISETORIAL - ISDEM
Advogada	DRA. ANDRESSA MONTEIRO(OAB: 276517-A/SP)
RECORRIDO	MARISANDRA VEZETIV MARTINS DA COSTA
Advogado	DR. DANIEL PAULO GOLLEGÃ SOARES(OAB: 164535-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO SULAMERICANO PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MULTISETORIAL - ISDEM
- MARISANDRA VEZETIV MARTINS DA COSTA
- MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

Processo Nº Ag-AIRR-1001551-20.2018.5.02.0605

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	H.S.P.A.
Advogado	DR. ALESSANDRA FERRARA AMERICO GARCIA(OAB: 246221-A/SP)
RECORRIDO	C.M.S.P.M.
Advogado	DR. GUILHERME VIEIRA DE CAMARGO(OAB: 369485/SP)
Advogado	DR. BRUNO ADORNI DE OLIVEIRA(OAB: 279914-A/SP)
Advogado	DR. VINICIUS FRANCO DE SOUSA(OAB: 397316-A/SP)
RECORRIDO	L.M.S.
Advogada	DRA. MÁRCIA REGINA COVRE(OAB: 108818-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- C.M.S.P.M.
- H.S.P.A.
- L.M.S.

Processo Nº Ag-AIRR-1001560-66.2018.5.02.0383

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	TV ÔMEGA LTDA.
Advogado	DR. EVANDRO MARTINS RIBEIRO(OAB: 167521-A/SP)

Advogado	DR. DANIELLE POWOLNY GONÇALVES(OAB: 295571-A/SP)
Advogado	DR. CLAUDIA KELLEN QUEIROZ COSTA BARDELIN(OAB: 209168-A/SP)
Advogado	DR. ARTUR JACOBELLI NUNES DE OLIVEIRA(OAB: 237974-A/SP)
RECORRIDO	MARIO MENDES DE OLIVEIRA
Advogado	DR. CHRISTIAM MOHR FUNES(OAB: 145431-A/SP)
Advogado	DR. ALESSANDRO JOSÉ SILVA LODI(OAB: 138321-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIO MENDES DE OLIVEIRA
- TV ÔMEGA LTDA.

Processo Nº AIRR-1001578-83.2019.5.02.0373

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. MARINA SAD MOURA E SILVA
RECORRIDO	DISERVICE TECNOLOGIA ESPECIALIZADA EIRELI
Advogado	DR. LUIS ANTONIO FOURNIOL CURY(OAB: 113781-A/SP)
RECORRIDO	MARIA LUZINETE DE HOLANDA
Advogada	DRA. LENICE LUZIA DA SILVA(OAB: 307470-A/SP)
Advogado	DR. KENISSON BRUNO MARTINS SOARES(OAB: 305457-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DISERVICE TECNOLOGIA ESPECIALIZADA EIRELI
- ESTADO DE SÃO PAULO
- MARIA LUZINETE DE HOLANDA

Processo Nº Ag-AIRR-1001584-61.2019.5.02.0221

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. DANIEL SOUSA ISAÍAS PEREIRA(OAB: 27253-A/DF)
Advogado	DR. RAFAEL ARAÚJO VIEIRA(OAB: 29481/DF)
Advogado	DR. GLORIETE APARECIDA CARDOSO(OAB: 78566-A/SP)
RECORRIDO	EMPREZA GESTÃO DE PESSOAS E SERVIÇOS LTDA.
Advogada	DRA. CARIN REGINA MARTINS AGUIAR SENAMO(OAB: 221579-A/SP)
RECORRIDO	GISELE COUTINHO DA SILVA
Advogado	DR. JOSÉ VALÉRIO NETO(OAB: 249734-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- EMPREZA GESTÃO DE PESSOAS E SERVIÇOS LTDA.
- GISELE COUTINHO DA SILVA

Processo Nº Ag-ED-RR-1001615-18.2016.5.02.0082

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA LITHOGRÁPHICA YPIRANGA
Advogado	DR. RENATA LEITE SANTOS(OAB: 94771-A/SP)
RECORRENTE	EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.
Advogado	DR. MARCELO COSTA MASCARO NASCIMENTO(OAB: 116776-A/SP)
RECORRENTE	MARBI ADMINISTRAÇÃO LTDA. E OUTRA
Advogado	DR. ANA CECILIA SERVULO DA CUNHA SCHUTZER(OAB: 319175-A/SP)
RECORRIDO	COMPANHIA LITHOGRÁPHICA YPIRANGA
Advogado	DR. RENATA LEITE SANTOS(OAB: 94771-A/SP)
RECORRIDO	EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.
Advogado	DR. MARCELO COSTA MASCARO NASCIMENTO(OAB: 116776-A/SP)
RECORRIDO	MARBI ADMINISTRAÇÃO LTDA. E OUTRA
Advogado	DR. ANA CECILIA SERVULO DA CUNHA SCHUTZER(OAB: 319175-A/SP)
RECORRIDO	IMPRES CIA BRASILEIRA DE IMPRESSÃO E PROPAGANDA
Advogado	DR. RENATA LEITE SANTOS(OAB: 94771-A/SP)
RECORRIDO	MARIANO OSMAR LEAL
Advogado	DR. ÁLVARO LUIZ DE LIMA RUSSO(OAB: 254620-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA LITHOGRÁPHICA YPIRANGA
- EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.
- IMPRES CIA BRASILEIRA DE IMPRESSÃO E PROPAGANDA
- MARBI ADMINISTRAÇÃO LTDA. E OUTRA
- MARIANO OSMAR LEAL

Processo Nº Ag-AIRR-1001626-77.2017.5.02.0481

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
Procurador	DR. DUÍLIO ROSANO JÚNIOR
RECORRIDO	CRISTIANI SANTOS DE OLIVEIRA
Advogada	DRA. PAOLA BRASIL MONTANAGNA NEGRÃO(OAB: 180818-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTIANI SANTOS DE OLIVEIRA
- MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

Processo Nº Ag-AIRR-1001650-11.2014.5.02.0611

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	CLARO S.A.
Advogada	DRA. TAUBE GOLDENBERG(OAB: 87731/SP)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
RECORRIDO	UNIÃO (PGF)
Procurador	DR. RUBENS DE LIMA PEREIRA
RECORRIDO	LÍDER TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Advogada	DRA. BRISA MARIA FOLCHETTI DARCIE(OAB: 239836/SP)
RECORRIDO	EDERVAL MARTINS
Advogado	DR. DANIELA NICOLAEY SILVA(OAB: 235509/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO S.A.
- EDERVAL MARTINS
- LÍDER TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

- UNIÃO (PGF)

Processo Nº AIRR-1001673-10.2019.5.02.0084

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.
Advogado	DR. REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI(OAB: 257220-A/SP)
RECORRIDO	ADRIANO SILVEIRA
Advogado	DR. ADAUTO LUIZ SIQUEIRA(OAB: 103788/SP)
Advogado	DR. MARCUS VINÍCIUS DE CASTRO(OAB: 232660-A/SP)
RECORRIDO	CONSORCIO EPT - ASTEC - PLANAL.
Advogado	DR. ALEXANDRE PARISOTTO(OAB: 176579-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANO SILVEIRA
- CONSORCIO EPT - ASTEC - PLANAL.
- DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-1001679-89.2016.5.02.0482

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
Advogado	DR. MAGALI VENTILII MARQUES(OAB: 117010-A/SP)
RECORRIDO	MARGARETH ANGELA DE MORAES
Advogado	DR. REGGIANE APARECIDA GOMES CARDOSO DEL POZO(OAB: 224304-A/SP)
RECORRIDO	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA VILA MARGARIDA
Advogado	DR. CARLOS EDUARDO DE JESUS OLIVEIRA(OAB: 220616-D/SP)
Advogada	DRA. AMANDA RENY RIBEIRO(OAB: 320118-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA VILA MARGARIDA
- MARGARETH ANGELA DE MORAES
- MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

Processo Nº AIRR-1001692-69.2019.5.02.0713

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ERIVALDO FERNANDES DA SILVA
Advogado	DR. MARCELINO CARNEIRO(OAB: 143669-S/SP)
RECORRIDO	SERRA MAYOR SERVICOS MEDICOS LIMITADA
Advogado	DR. ANTÔNIO LOPES MUNIZ(OAB: 39006-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ERIVALDO FERNANDES DA SILVA
- SERRA MAYOR SERVICOS MEDICOS LIMITADA

Processo Nº Ag-AIRR-1001703-46.2016.5.02.0053

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. MARIA CECÍLIA FONTANA SAEZ
RECORRIDO	SHA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Advogado	DR. ELIZABETE APARECIDA TAINO(OAB: 60366-A/SP)
RECORRIDO	MARIA RITA CONCEICAO SANTOS
Advogada	DRA. PAOLA ABILIO MORATO(OAB: 272349-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- MARIA RITA CONCEICAO SANTOS
- SHA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Processo Nº Ag-AIRR-1001706-23.2018.5.02.0605

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Advogado	DR. FABIO FERNANDO JACOB(OAB: 352420-A/SP)
Procurador	DR. RENATO SPAGGIARI
RECORRIDO	CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA
Advogada	DRA. ROSÂNGELA DE SOUSA RAMALHO(OAB: 288110-A/SP)
RECORRIDO	ANGELICA MARCELINO COSTA
Advogado	DR. RAFAEL MARQUES CORRÊA(OAB: 225057-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGELICA MARCELINO COSTA
- CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Processo Nº ED-ROT-1001712-70.2016.5.02.0000

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	PLURIGOMA PISOS DE BORRACHA E PLASTICOS LTDA
Advogado	DR. RAPHAEL SCATTONE DE ALBUQUERQUE BARROS(OAB: 343575/SP)
RECORRIDO	JOSE FELIX VENANCIO
Advogado	DR. ALFREDO DA SILVA FORTES(OAB: 316621-A/SP)
RECORRIDO	MARIA IVONNE DE SIQUEIRA SCATTONE
Advogado	DR. RAPHAEL SCATTONE DE ALBUQUERQUE BARROS(OAB: 343575/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE FELIX VENANCIO
- MARIA IVONNE DE SIQUEIRA SCATTONE
- PLURIGOMA PISOS DE BORRACHA E PLASTICOS LTDA

Processo Nº Ag-AIRR-1001719-21.2016.5.02.0046

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Advogado	DR. FABIO FERNANDO JACOB(OAB: 352420-A/SP)
Procurador	DR. RENATO SPAGGIARI
RECORRIDO	ERJ ADMINISTRAÇÃO E RESTAURANTES DE EMPRESAS LTDA.
Advogado	DR. RUY OCTÁVIO ZANELATTI(OAB: 223196/SP)
RECORRIDO	GERALDO J. COAN & CIA. LTDA.
Advogada	DRA. RENATA CRISTINA GOIS(OAB: 270108-A/SP)
RECORRIDO	ELIANA CONCEIÇÃO RIBEIRO FERNANDES
Advogado	DR. ALEXANDRE SANTOS BONILHA(OAB: 137759/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIANA CONCEIÇÃO RIBEIRO FERNANDES

- ERJ ADMINISTRAÇÃO E RESTAURANTES DE EMPRESAS LTDA.
- GERALDO J. COAN & CIA. LTDA.
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Processo Nº E-ED-Ag-AIRR-1001721-42.2016.5.02.0708

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ANDERSON FARIAS DINIZ
Advogada	DRA. BEATRIZ DE PAULA(OAB: 293233-A/SP)
RECORRIDO	VIAÇÃO CIDADE DUTRA LTDA.
Advogada	DRA. ROSANA MARIA SANZER KALIL(OAB: 115134/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON FARIAS DINIZ
- VIAÇÃO CIDADE DUTRA LTDA.

Processo Nº AIRR-1001742-66.2019.5.02.0076

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. MARINA SAD MOURA E SILVA
RECORRIDO	JLA ALIMENTAÇÃO LTDA.
Advogado	DR. ANTÔNIO CARLOS DA SILVA DUEÑAS(OAB: 99584-A/SP)
RECORRIDO	EVANDRO BEZERRA DO NASCIMENTO
Advogada	DRA. LOURDES DOS SANTOS FILHA(OAB: 103165-A/SP)
Advogado	DR. MARIA AUXILIADORA LOPES MARTINS(OAB: 104791-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- EVANDRO BEZERRA DO NASCIMENTO
- JLA ALIMENTAÇÃO LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-1001745-09.2016.5.02.0017

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	T.C.4.S.P.S.
Advogado	DR. NELSON MANNRICH(OAB: 36199-A/SP)
RECORRIDO	B.A.R.V.
Advogado	DR. RUBIANA CÂNDIDO DE OLIVEIRA(OAB: 217416-A/SP)
Advogado	DR. JOSÉ OTTONI NETO(OAB: 186178-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- B.A.R.V.
- T.C.4.S.P.S.

Processo Nº Ag-AIRR-1001820-95.2019.5.02.0614

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ADENIDE RICARDO DOS SANTOS
Advogado	DR. MARCUS VINICIUS DO COUTO SANTOS(OAB: 327569-A/SP)
RECORRIDO	INDUSTRIA DE PANIFICACAO E CONF NOVA GRANADA LTDA - EPP
Advogado	DR. PAULO HENRIQUE BIZERRA DE LIMA(OAB: 388943-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADENIDE RICARDO DOS SANTOS
- INDUSTRIA DE PANIFICACAO E CONF NOVA GRANADA LTDA - EPP

Processo Nº Ag-AIRR-1001825-19.2016.5.02.0713

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	LUIS FERNANDO RAMOS FIGUEIRA E OUTRO
Advogado	DR. EDUARDO VITAL CHAVES(OAB: 257874-A/SP)
Advogado	DR. JOÃO PAULO FOGAÇA DE ALMEIDA FAGUNDES(OAB: 154384-A/SP)
RECORRIDO	PDG INCORPORADORA, CONSTRUTORA, URBANIZADORA E CORRETORA LTDA.
Advogado	DR. FERNANDO ROGÉRIO PELUSO(OAB: 207679-A/SP)
Advogado	DR. FABIO RIVELLI(OAB: 297608-A/SP)
Advogado	DR. HERALDO JUBILUT JUNIOR(OAB: 23812-A/SP)
RECORRIDO	GAFISA S.A.
Advogada	DRA. VIVIANE CASTRO NEVES PASCOAL MALDONADO DAL MAS(OAB: 136069-A/SP)
RECORRIDO	ARMANDO LIMA DE MATOS
Advogado	DR. JOSINALDO ABREU DE ALMEIDA(OAB: 335960-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARMANDO LIMA DE MATOS
- GAFISA S.A.
- LUIS FERNANDO RAMOS FIGUEIRA E OUTRO
- PDG INCORPORADORA, CONSTRUTORA, URBANIZADORA E CORRETORA LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-1001840-31.2015.5.02.0613

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	DR. EVANDRO DOS SANTOS ROCHA(OAB: 170115-A/SP)
Advogado	DR. AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1829-A/PI)
Advogado	DR. NELSON MARQUES DO VAL FILHO(OAB: 177150-A/SP)
Advogado	DR. JOAO BATISTA PINHEIRO JUNIOR(OAB: 249155-A/SP)
Advogada	DRA. PATRICIA NISHIDA WANDERLEY TOMAZ(OAB: 324792-A/SP)
Advogada	DRA. AUDREY MARTINS MAGALHÃES FORTES(OAB: 432213-S/SP)
RECORRIDO	FABIO SILVA POLASTRO
Advogado	DR. DANIEL AMÉRICO DOS SANTOS NEIMEIR(OAB: 309297-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- FABIO SILVA POLASTRO

Processo Nº ED-E-Ag-AIRR-1001850-83.2017.5.02.0038

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ORTIZ NOGUEIRA DE CAMARGO
Advogada	DRA. ADRIANA RODRIGUES FARIA(OAB: 246925/SP)
Advogado	DR. PAULO RODRIGUES FAIA(OAB: 223167-A/SP)
RECORRIDO	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	DRA. GLORIETE APARECIDA CARDOSO(OAB: 78566/SP)

Advogada	DRA. JULIANA BIBIAN PAES BEZERRA(OAB: 254608-A/SP)
Advogada	DRA. DANIELA BORJA RODRIGUES DOS SANTOS(OAB: 17671/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- ORTIZ NOGUEIRA DE CAMARGO

Processo Nº AIRR-1001868-37.2017.5.02.0707

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	AUTO GREEN VEICULOS LTDA.
Advogado	DR. CLAUDIA CRISTINA PINTO(OAB: 127544-A/SP)
RECORRIDO	FERNANDO MARAGNA ANTON
Advogado	DR. RAFAEL RODRIGUES PONCE(OAB: 257110-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AUTO GREEN VEICULOS LTDA.
- FERNANDO MARAGNA ANTON

Processo Nº ED-AIRR-1001984-65.2017.5.02.0053

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	DR. ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819-A/PI)
Advogada	DRA. AUDREY MARTINS MAGALHÃES FORTES(OAB: 432213-S/SP)
Advogado	DR. MARIA OLIVEIRA NASCIMENTO(OAB: 12964-A/PI)
RECORRIDO	CONSORCIO MONOTRILHO PATIO
Advogado	DR. CELSO EDUARDO LELLIS DE ANDRADE CARVALHO(OAB: 165074-A/SP)
RECORRIDO	DARIO SANTOS DA SILVA
Advogada	DRA. TAÍS SANCHES DE MEDEIROS(OAB: 253139-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- CONSORCIO MONOTRILHO PATIO
- DARIO SANTOS DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-1002007-12.2017.5.02.0473

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.
Advogada	DRA. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491/SP)
Advogada	DRA. TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID(OAB: 201296-A/SP)
Advogada	DRA. ANA PAULA FERNANDES LOPES(OAB: 203606-E/SP)
RECORRIDO	VALMIR SOARES DE OLIVEIRA
Advogado	DR. RAFAEL KASAKEVICIUS MARIN(OAB: 316551-A/SP)
RECORRIDO	PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.
Advogado	DR. INALDO BEZERRA SILVA JÚNIOR(OAB: 132994/SP)
Advogado	DR. EDUARDO CHALFIN(OAB: 241287-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.
- PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.
- VALMIR SOARES DE OLIVEIRA

Processo Nº Ag-AIRR-1002118-30.2016.5.02.0473

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. LUIGI MORELLI(OAB: 152049-A/RJ)
Advogado	DR. SIDNEI SOUZA BUENO(OAB: 182678-A/SP)
RECORRIDO	MARCOS MARCIO MELATI
Advogado	DR. MANOEL FERREIRA ROSA NETO(OAB: 298653-A/SP)
Advogado	DR. JOSIEL VACISKI BARBOSA(OAB: 191692/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- MARCOS MARCIO MELATI

Processo Nº ED-Ag-AIRR-1002144-18.2017.5.02.0465

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MARCOS ROBERTO ALVES
Advogado	DR. ROBSON CLEBER DO NASCIMENTO(OAB: 303556/SP)
RECORRIDO	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.
Advogado	DR. GERALDO BARALDI JUNIOR(OAB: 95246-B/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS ROBERTO ALVES
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Processo Nº AIRR-1002182-27.2019.5.02.0605

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	AMEMIYA INDUSTRIA MECANICA LTDA
Advogado	DR. ANTONIO RODRIGO SANT ANA(OAB: 234190-A/SP)
RECORRIDO	ALINUTRI REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.
Advogado	DR. RAFAEL VIVEIROS CORONA(OAB: 237658-A/SP)
RECORRIDO	ALESSANDRA GONCALVES DA SILVA HENRIQUE
Advogado	DR. AILTON BACON(OAB: 180830-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALESSANDRA GONCALVES DA SILVA HENRIQUE
- ALINUTRI REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.
- AMEMIYA INDUSTRIA MECANICA LTDA

Processo Nº Ag-RR-1002187-98.2016.5.02.0461

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	SERGIO LUIZ GASPAR
Advogado	DR. CLAYTON EDUARDO CASAL SANTOS(OAB: 211908-A/SP)
RECORRIDO	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.
Advogada	DRA. ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA(OAB: 86844/MG)
Advogado	DR. CÉSAR LUIZ PASOLD JÚNIOR(OAB: 18088-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- SERGIO LUIZ GASPAR
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Processo Nº Ag-RR-1002270-53.2019.5.02.0221

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	ILSIMAR LUNA MARTIM
Advogado	DR. JOSIEL VACISKI BARBOSA(OAB: 191692-S/SP)
Advogado	DR. MANOEL FERREIRA ROSA NETO(OAB: 298653-S/SP)
RECORRIDO	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS NATURA LTDA.
Advogado	DR. RAFAEL ALFREDI DE MATOS(OAB: 23739-A/BA)
Advogado	DR. EDSON ALVES DA SILVA(OAB: 268910-A/SP)
Advogado	DR. FELIPE BARRIONUEVO MIYASHITA(OAB: 316140-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ILSIMAR LUNA MARTIM
- INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS NATURA LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-1002372-87.2017.5.02.0466

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. NORMANDO DELGADO DOS SANTOS(OAB: 9701/PB)
Advogada	DRA. GLORIETE APARECIDA CARDOSO(OAB: 78566/SP)
RECORRIDO	R. F. CASALI TRANSPORTES EIRELI - ME
Advogado	DR. HELENO MIRANDA DE OLIVEIRA(OAB: 97023-A/SP)
RECORRIDO	JOSE ANGELO BALLESTERO
Advogado	DR. SÉRGIO RICARDO AKIRA SHIMIZU(OAB: 182671-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- JOSE ANGELO BALLESTERO
- R. F. CASALI TRANSPORTES EIRELI - ME

Processo Nº Ag-AIRR-1002667-55.2016.5.02.0371

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES
Procuradora	DRA. DANIELE MAEKAWA SILVA
RECORRIDO	CONSORCIO VIARIO MOGI
Advogado	DR. JOSÉ GUILHERME CARNEIRO QUEIROZ(OAB: 163613-A/SP)
RECORRIDO	LUIS ANTONIO DE MARIA
Advogado	DR. NILTON GARRIDO MOSCARDINI(OAB: 95611-A/SP)
Advogado	DR. DANILO FERREIRA MOSCARDINI(OAB: 198401-D/SP)
Advogada	DRA. CAROLINE FERREIRA MOSCARDINI(OAB: 352152-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSORCIO VIARIO MOGI
- LUIS ANTONIO DE MARIA
- MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Processo Nº ED-ROT-1003069-51.2017.5.02.0000

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	MARIA ANTONIA DOURADO DE OLIVEIRA
Advogada	DRA. SALETE TEREZINHA CANELLO(OAB: 64819/RS)
Advogada	DRA. SIMONE ROHDT DA ROSA(OAB: 57959-A/RS)
RECORRIDO	REGINALDO CARBONERA
RECORRIDO	TÂNIA LETTA NIERI
Advogado	DR. DANIEL DA SILVA MOURAD(OAB: 274282/SP)
Advogada	DRA. PALLOMA BECH(OAB: 263679/SP)
RECORRIDO	RG DESIGN SERVICOS DE MONTAGEM DE STANDS E LOCACAO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA ANTONIA DOURADO DE OLIVEIRA
- REGINALDO CARBONERA
- RG DESIGN SERVICOS DE MONTAGEM DE STANDS E LOCACAO LTDA
- TÂNIA LETTA NIERI

Processo Nº Ag-AIRR-1258100-83.2008.5.09.0003

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465/PR)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
RECORRIDO	DIMAS DE PAULA RIBEIRO
Advogada	DRA. ZELINDA FOSSATTI(OAB: 15207/PR)
RECORRIDO	PAMPAPAR S.A. - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE
Advogada	DRA. ÉRICA RENATA DA SILVA PEREIRA(OAB: 64172-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIMAS DE PAULA RIBEIRO
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PAMPAPAR S.A. - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE

Processo Nº Ag-AIRR-1546400-79.2009.5.09.0010

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465/PR)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
RECORRIDO	PAMPAPAR S.A. SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE
Advogada	DRA. ÉRICA RENATA DA SILVA PEREIRA(OAB: 5866-A/MA)
RECORRIDO	MARCELO JUREVITZ FRANÇA
Advogado	DR. MOACIR SALMÓRIA(OAB: 18325 -A/PR)
Advogada	DRA. BRUNA RIGOBELO LUIZ(OAB: 53356-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCELO JUREVITZ FRANÇA
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PAMPAPAR S.A. SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE

Processo Nº Ag-AIRR-1966500-45.2008.5.09.0003

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465/PR)
RECORRIDO	LUIZ ANTÔNIO DE LIMA
Advogado	DR. FLÁVIO DIONÍSIO BERNARTT(OAB: 11363-A/PR)
RECORRIDO	ALU SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Advogado	DR. JOÃO PAULO FOGAÇA DE ALMEIDA FAGUNDES(OAB: 154384/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALU SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES S.A.
- LUIZ ANTÔNIO DE LIMA
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-AIRR-2174700-45.2008.5.09.0007

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	DRA. ELOÍSA MARIA MENDONÇA AVELAR(OAB: 16742/PR)
Advogado	DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465/PR)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. RODRIGO LINNÉ NETO(OAB: 32509/PR)
RECORRIDO	JOSÉ CARLOS TEIXEIRA
Advogado	DR. WALDOMIRO FERREIRA FILHO(OAB: 5961-A/PR)
RECORRIDO	PAMPAPAR S.A. - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE
Advogada	DRA. VIVIANE CASTELLI(OAB: 31576 -A/PR)
Advogado	DR. ROBERTO PIERRI BERSCH(OAB: 24484/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSÉ CARLOS TEIXEIRA
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PAMPAPAR S.A. - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE

Processo Nº Ag-AIRR-2652300-03.1996.5.09.0006

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	LUIZ MANOEL ALMEIDA
Advogado	DR. LOUISE MAROCHI ALMEIDA(OAB: 41818-A/PR)
RECORRIDO	ROGERIO MATTOS MARTINS
Advogado	DR. JOÃO LUCASKI(OAB: 19081-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIZ MANOEL ALMEIDA
- ROGERIO MATTOS MARTINS

Processo Nº Ag-AIRR-3242400-09.2008.5.09.0011

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465/PR)
RECORRIDO	ARNALDO QUINALHA
Advogado	DR. WALDOMIRO FERREIRA FILHO(OAB: 5961-A/PR)
RECORRIDO	PAMPAPAR S.A. - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE
Advogada	DRA. ÉRICA RENATA DA SILVA PEREIRA(OAB: 64172-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARNALDO QUINALHA
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PAMPAPAR S.A. - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE

Processo Nº Ag-AIRR-3330500-30.2009.5.09.0002

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465/PR)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
RECORRIDO	WILIAN BORGES
Advogado	DR. ADEMILSON DE MAGALHÃES(OAB: 22229-A/PR)
RECORRIDO	PAMPAPAR S.A. - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE
Advogada	DRA. ÉRICA RENATA DA SILVA PEREIRA(OAB: 64172-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PAMPAPAR S.A. - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE
- WILIAN BORGES

Processo Nº AIRR-3405000-89.2008.5.09.0006

Complemento	Processo Eletrônico
RECORRENTE	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465/PR)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
RECORRIDO	TELENGE TELECOMUNICAÇÕES E ENGENHARIA LTDA.
RECORRIDO	RUBERVAL BRAVO
Advogado	DR. JOÉLCIO FLAVIANO NIELS

Intimado(s)/Citado(s):

- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- RUBERVAL BRAVO
- TELENGE TELECOMUNICAÇÕES E ENGENHARIA LTDA.

Brasília, 28 de janeiro de 2022

ANNE FLORIANE DA ESCOSSIA LIMA

Coordenadora de Recursos

Secretaria da Subseção I de Dissídios Individuais

Despacho

Processo Nº ED-Ag-E-AIRR-0010422-98.2015.5.03.0131

Complemento	Processo Eletrônico
Embargante	VLADIMIR DE LIMA CABANA
Advogado	Igor D'Moura Cavalcante(OAB: 56577/DF)
Advogado	Vladimir de Lima Cabana(OAB: 84544/MG)
Embargado(a)	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS
Advogado	Antônio Márcio Botelho(OAB: 95117/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS
- VLADIMIR DE LIMA CABANA

GMHCS/ec

Intime-se o reclamante no prazo de 5(cinco) para esclarecer se o pedido formulado na petição 40420/2021 é de desistêndia dos embargos de declaração por ele opostos e consequente transito em julgado da ação.

Publique-se.

Brasília, 24 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

HUGO CARLOS SCHEUERMANN

Ministro Relator

Pauta

Pauta de Julgamento

Pauta de Julgamento da 3a. Sessão Extraordinária da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, a realizar-se no dia 17 de fevereiro de 2022, às 13h30, na modalidade telepresencial.

Processo Nº E-ARR-0000125-88.2013.5.04.0029

Relator	MIN. ALEXANDRE LUIZ RAMOS
EMBARGANTE	KAREN ALESSANDRA JIMENEZ RABANAL MORAES
Advogado	DR. VINICIUS MACIEL SANTOS(OAB: 81318/RS)
EMBARGADO(A)	WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogado	DR. FLÁVIO OBINO FILHO
Advogado	DR. SUELLEN KRAUSBURG VARGAS(OAB: 84734/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- KAREN ALESSANDRA JIMENEZ RABANAL MORAES
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº E-RRAg-0000410-98.2017.5.23.0001

Relator	MIN. GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
EMBARGANTE	VANDERLEI JESUS RISSO
Advogado	DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)
Advogado	DR. EDUARDO ALENCAR DA SILVA(OAB: 9244/MT)
Advogado	DR. NATALIA AGRELLO CASTILHEIRO(OAB: 51390-A/DF)
EMBARGADO(A)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada	DRA. LUANA DE ALMEIDA E ALMEIDA BARROS(OAB: 7381-O/MT)
Advogado	DR. RODRIGO LUIZ DA SILVA ROSA(OAB: 18099-O/MT)
Advogado	DR. MAURÍCIO FERREIRA DE CAMPOS GONÇALVES DE PAULA(OAB: 9456-A/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- VANDERLEI JESUS RISSO

Processo Nº E-ED-RR-0000691-79.2018.5.06.0005

Relator	MIN. ALEXANDRE LUIZ RAMOS
EMBARGANTE	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	DR. OSIVAL DANTAS BARRETO(OAB: 15431-A/DF)
Advogado	DR. RODRIGO MARINHO PEIXOTO(OAB: 36948/PE)
EMBARGADO(A)	DAYSE LUCIANA DA SILVA ROCHA MENDES
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO DE ALBUQUERQUE PEREIRA(OAB: 520/PE)
Advogada	DRA. MARIA BEATRIZ FERRO DE OMENA(OAB: 8124/AL)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- DAYSE LUCIANA DA SILVA ROCHA MENDES

Processo Nº E-Ag-RR-0000852-55.2017.5.06.0351

Relator	MIN. CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO
EMBARGANTE	UILSON FIRMINO DA SILVA E OUTRO
Advogada	DRA. GISELLI TAVARES FEITOSA COSTA(OAB: 18457-A/DF)
Advogado	DR. ROBERTO FREITAS PESSOA(OAB: 33774/DF)
EMBARGADO(A)	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
Procurador	DR. PEDRO HENRIQUE P. DE M. P. MILFONT

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
- UILSON FIRMINO DA SILVA E OUTRO

Processo Nº E-RR-0000907-68.2012.5.05.0493

Relator	MIN. CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO
EMBARGANTE	RODRIGO DA SILVA PEDROSO
Advogado	DR. RONALDO FERREIRA TOLENTINO(OAB: 17384-A/DF)
Advogada	DRA. VIVIANE VAZ DE SOUZA(OAB: 60613-A/DF)
EMBARGADO(A)	AMBEV S.A.
Advogado	DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR(OAB: 3609-A/DF)
Advogado	DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 24290/BA)

EMBARGADO(A)	BAHIA XPRESS ORGANIZACOES LOGISTICA LTDA
Advogado	DR. FERNANDO MELO CARNEIRO(OAB: 42088/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMBEV S.A.
- BAHIA XPRESS ORGANIZACOES LOGISTICA LTDA
- RODRIGO DA SILVA PEDROSO

Processo Nº E-RR-0001300-02.2017.5.17.0002

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
EMBARGANTE	LUZIA ALDIRA COSTA FARIA E OUTRA
Advogado	DR. JOÃO EUGÊNIO MODENESI FILHO(OAB: 13039-A/ES)
EMBARGADO(A)	VALE S.A.
Advogado	DR. NILTON CORREIA(OAB: 1291/DF)
Advogado	DR. CARLOS MAGNO GONZAGA CARDOSO(OAB: 1575-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUZIA ALDIRA COSTA FARIA E OUTRA
- VALE S.A.

Processo Nº E-RR-0001314-17.2010.5.12.0019

Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
EMBARGANTE	JOÃO MAÇANEIRO FILHO
Advogado	DR. GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA(OAB: 15782-A/PR)
EMBARGADO(A)	HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
Advogado	DR. WILSON KNÖNER(OAB: 4549-A/SC)
Advogada	DRA. CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO(OAB: 6930-A/DF)
Advogado	DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR(OAB: 3609-A/DF)
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)
Advogado	DR. MARINA CARVALHO D AMICO PEDRIALI(OAB: 17744-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
- JOÃO MAÇANEIRO FILHO

Processo Nº E-ED-Ag-RR-0001634-83.2016.5.07.0023

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
EMBARGANTE	MARIA JUCILEIDE MAIA
Advogado	DR. FLÁVIO HENRIQUE LUNA SILVA(OAB: 31252/CE)
EMBARGADO(A)	COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE
Advogado	DR. RONALDO FERREIRA TOLENTINO(OAB: 17384-A/DF)
Advogado	DR. ANTÔNIO CLETO GOMES(OAB: 5864-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE
- MARIA JUCILEIDE MAIA

Processo Nº E-RR-0002197-79.2019.5.10.0802

Relator	MIN. RENATO DE LACERDA PAIVA
EMBARGANTE	RAIMUNDO BARBOSA FILHO
Advogado	DR. VINICIUS EDUARDO LIPCZYNSKI(OAB: 5792-A/TO)
EMBARGADO(A)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. LUCIANA MUCCINI(OAB: 4531/TO)
Advogado	DR. ERIBERTO GOMES DE OLIVEIRA(OAB: 64254/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- RAIMUNDO BARBOSA FILHO

Processo Nº E-RR-0010953-57.2018.5.03.0107

Relator	MIN. CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO
EMBARGANTE	ANA FLÁVIA DE LIMA PINTO
Advogado	DR. CAIO JOSÉ DIAS MOREIRA(OAB: 119453/MG)
EMBARGADO(A)	TOTVS S.A.
Advogado	DR. SORAYA DE ALMEIDA CLEMENTINO(OAB: 87254-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA FLÁVIA DE LIMA PINTO
- TOTVS S.A.

Processo Nº E-AIRR-0011821-34.2017.5.03.0054

Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
EMBARGANTE	CSN MINERAÇÃO S.A.
Advogada	DRA. ALESSANDRA KERLEY GIBOSKI XAVIER(OAB: 101293-A/MG)
EMBARGADO(A)	EWAGNER SANTOS ANDRADE
Advogada	DRA. DANIELA MINEZ TOSTO NOGUEIRA(OAB: 101898-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CSN MINERAÇÃO S.A.
- EWAGNER SANTOS ANDRADE

Processo Nº E-RR-0101896-97.2017.5.01.0047

Relator	MIN. RENATO DE LACERDA PAIVA
EMBARGANTE	CLAUDIO LUIZ EGYDIO DE SOUZA LAMEGO
Advogado	DR. BRUNO HABIB DE SANT ANNA REIS(OAB: 107240-A/RJ)
EMBARGADO(A)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO LUIZ DA SILVA MENDES(OAB: 144500-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIO LUIZ EGYDIO DE SOUZA LAMEGO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS

Processo Nº E-ED-ARR-0120800-24.2010.5.17.0191

Relator	MIN. ALEXANDRE LUIZ RAMOS
EMBARGANTE	SUZANO S.A.
Advogado	DR. LEANDRO HENRIQUE MOSELLO LIMA(OAB: 27586-S/BA)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
Advogado	DR. MARCELO SENA SANTOS(OAB: 30007/BA)
EMBARGADO(A)	IRINALDO BECALI COMPER

Advogado	DR. MARIA ISABEL PONTINI(OAB: 7897/ES)
Advogada	DRA. ERYKA FARIAS DE NEGRI(OAB: 13372/DF)
Advogado	DR. RENATO RIBEIRO DE OLIVEIRA(OAB: 40672-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- IRINALDO BECALI COMPER
- SUZANO S.A.

Processo Nº E-ED-RR-0261400-38.2004.5.12.0032

Processo Nº E-ED-RR-02614/2004-032-12-00.7

Relator	MIN. ALEXANDRE LUIZ RAMOS
EMBARGANTE	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada	DRA. CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO(OAB: 6930-A/DF)
Advogada	DRA. ANA REGINA MARQUES BRANDÃO(OAB: 4891/AL)
EMBARGADO(A)	EDNO NAZARET CORREA
Advogado	DR. SHIGUERU SUMIDA(OAB: 14870 -A/DF)
Advogado	DR. PABLO APOSTOLOS SIARCOS(OAB: 17338-A/SC)
Advogada	DRA. ERYKA FARIAS DE NEGRI(OAB: 13372/DF)
Advogado	DR. ALEXANDRE SIMÕES LINDOSO(OAB: 12067-A/DF)
Advogado	DR. FÁBIO RICARDO FERRARI(OAB: 17498-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- EDNO NAZARET CORREA

Processo Nº E-RR-1000787-31.2016.5.02.0467

Relator	MIN. ALEXANDRE LUIZ RAMOS
EMBARGANTE	ANDROMEDA EVEN EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. E OUTRO
Advogado	DR. GUILHERME MIGUEL GANTUS(OAB: 153970/SP)
EMBARGADO(A)	COP SERVICOS DE PORTARIA E MANUTENCAO PREDIAL LTDA
Advogado	DR. RICARDO BRUNO DE PROENÇA(OAB: 249876-A/SP)
EMBARGADO(A)	EUGENIO RICARDO ALVES
Advogado	DR. EDSON MORENO LUCILLO(OAB: 77761/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDROMEDA EVEN EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. E OUTRO
- COP SERVICOS DE PORTARIA E MANUTENCAO PREDIAL LTDA
- EUGENIO RICARDO ALVES

Processo Nº AgR-E-ED-RR-0000037-70.2010.5.04.0024

Relator	MIN. ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S)	LOURDES PESSATTI LANGER
Advogado	DR. PAULO LUIZ PEREIRA(OAB: 51771/RS)
AGRAVADO(S)	CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI
Advogado	DR. JORGE ANDRÉ RITZMANN DE OLIVEIRA(OAB: 11985-A/SC)
AGRAVADO(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. MOISÉS VOGT(OAB: 30215/RS)
Advogado	DR. LEONARDO GAULAND DE MAGALHÃES BORTOLUZZI(OAB: 18056/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI
- LOURDES PESSATTI LANGER

Processo Nº Ag-E-AIRR-0000038-43.2016.5.03.0066

Relator	MIN. GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S)	TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Advogado	DR. SÉRGIO CARNEIRO ROSI(OAB: 71639-A/MG)
AGRAVADO(S)	RODRIGO DE SOUZA BRANDÃO
Advogado	DR. FABRICIO DIAS TEIXEIRA(OAB: 139343/MG)
AGRAVADO(S)	UNIÃO (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- RODRIGO DE SOUZA BRANDÃO
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº Ag-E-ED-AIRR-0000136-22.2016.5.10.0102

Relator	MIN. RENATO DE LACERDA PAIVA
AGRAVANTE(S)	LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA
Advogada	DRA. PAULA CANHEDO AZEVEDO(OAB: 21514-A/DF)
AGRAVADO(S)	FELIPPE GUSTAVO CABRAL KUMMEL
Advogado	DR. FELIPPE GUSTAVO CABRAL KUMMEL(OAB: 32707/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- FELIPPE GUSTAVO CABRAL KUMMEL
- LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA

Processo Nº Ag-E-Ag-RR-0000235-02.2012.5.04.0004

Relator	MIN. RENATO DE LACERDA PAIVA
AGRAVANTE(S)	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA/RS
Advogado	DR. FERNANDO SCHIAFINO SOUTO(OAB: 34738-A/RS)
AGRAVADO(S)	REGINA FIGUEIREDO PINTO DA CUNHA
Advogado	DR. THIAGO TORRES GUEDES(OAB: 36754/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA/RS
- REGINA FIGUEIREDO PINTO DA CUNHA

Processo Nº Ag-E-Ag-RR-0000311-66.2019.5.12.0001

Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
AGRAVANTE(S)	EMPRESA SANTO ANJO DA GUARDA LTDA.
Advogado	DR. CLÁUDIO DIAS DE CASTRO(OAB: 32361-A/RS)
AGRAVADO(S)	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Procuradora	DRA. ÂNGELA CRISTINA SANTOS PINCELLI
Procurador	DR. MARCELO MARTINS DAL PONT

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA SANTO ANJO DA GUARDA LTDA.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Processo Nº Ag-E-ED-RR-0000322-02.2017.5.10.0008

Relator	MIN. RENATO DE LACERDA PAIVA
AGRAVANTE(S)	MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA MAIA
Advogado	DR. ELIARDO MAGALHÃES FERREIRA(OAB: 16591/DF)
AGRAVADO(S)	UNIÃO (PGU)
Procurador	DR. THIAGO MARINS MESSIAS
AGRAVADO(S)	GVP CONSULTORIA E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA.
Advogado	DR. DINAVANI DIAS VIEIRA(OAB: 45986-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- GVP CONSULTORIA E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA.
- MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA MAIA
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº Ag-E-ED-ARR-0000405-73.2018.5.21.0041

Relator	MIN. GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S)	RONIELA VARELA DA SILVA
Advogado	DR. ROBERTO FERNANDO DE AMORIM JÚNIOR(OAB: 7235-A/RN)
AGRAVADO(S)	PHILPREST LTDA
Advogado	DR. SCHNEIDER COSTA TAVARES(OAB: 11713-A/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- PHILPREST LTDA
- RONIELA VARELA DA SILVA

Processo Nº AgR-E-ED-RR-0000620-24.2011.5.09.0657

Relator	MIN. ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. MOISÉS VOGT(OAB: 30215/RS)
Advogado	DR. LEONARDO GAULAND DE MAGALHÃES BORTOLUZZI(OAB: 18056/DF)
Advogado	DR. ARCENDINO ANTÔNIO SOUZA JÚNIOR(OAB: 34657/PR)
Advogado	DR. CÉSAR YUKIO YOKOYAMA(OAB: 55635-A/PR)
Advogado	DR. MÁRIO EDUARDO BARBERIS(OAB: 148909/SP)
AGRAVADO(S)	CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
Advogado	DR. FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ(OAB: 50020/PR)
AGRAVADO(S)	PEDRO LORIVAL DA ROCHA
Advogado	DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 37514 -A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
- PEDRO LORIVAL DA ROCHA

Processo Nº Ag-E-RR-0000903-98.2017.5.06.0211

Relator	MIN. GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S)	ROMILDO JOSÉ FERNANDES CAVALCANTI
Advogado	DR. PACELLI DA ROCHA MARTINS(OAB: 11047/PB)
Advogado	DR. VITO LEAL PETRUCCI(OAB: 18041/PB)
Advogada	DRA. NÍVEA PECORELLI DA CUNHA MARTINS(OAB: 17195/PB)
AGRAVADO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	DR. MARCELO PIRES RIBEIRO(OAB: 29298-A/PE)
Advogado	DR. RODRIGO MARINHO PEIXOTO(OAB: 36498-D/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- ROMILDO JOSÉ FERNANDES CAVALCANTI

Processo Nº Ag-E-ED-RR-0000910-39.2011.5.12.0048

Relator	MIN. ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S)	ALBERTO CONINK FILHO
Advogada	DRA. LEDIANE APARECIDA MAZZINI(OAB: 26120-A/SC)
AGRAVADO(S)	INGREDION BRASIL INGREDIENTES INDUSTRIAIS LTDA.
Advogado	DR. ARNALDO PIPEK(OAB: 113878/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALBERTO CONINK FILHO
- INGREDION BRASIL INGREDIENTES INDUSTRIAIS LTDA.

Processo Nº Ag-E-ED-RR-0000979-59.2012.5.01.0075

Relator	MIN. GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S)	CAMILLE FONSECA DOS SANTOS
Advogado	DR. LEONARDO CAMPBELL BASTOS(OAB: 110416/RJ)
AGRAVADO(S)	CLARO S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogada	DRA. MICHELE MALDONADO DE HOLANDA(OAB: 148560/RJ)
AGRAVADO(S)	VIDAX TELESERVIÇOS S.A.

Intimado(s)/Citado(s):

- CAMILLE FONSECA DOS SANTOS
- CLARO S.A.
- VIDAX TELESERVIÇOS S.A.

Processo Nº Ag-E-ED-RR-0001012-98.2011.5.03.0149

Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	DR. OSIVAL DANTAS BARRETO(OAB: 15431-A/DF)
Advogado	DR. TIAGO NEDER BARROCA(OAB: 107415-A/MG)
AGRAVADO(S)	FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
Advogado	DR. DINO ARAÚJO DE ANDRADE(OAB: 20182-A/DF)
Advogada	DRA. DANIELLE DA SILVA BALDASSO(OAB: 28471/DF)
AGRAVADO(S)	PAULO CÉSAR FARIA SIMÕES
Advogado	DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 106623-A/MG)

Advogado	DR. GILBERTO RODRIGUES DE FREITAS(OAB: 106454-A/MG)
Advogado	DR. JOÃO FELIPE DE OLIVEIRA CARVALHO(OAB: 112680/MG)
Advogada	DRA. RAQUEL SILVA STURMHOEBEL(OAB: 153509-S/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
- PAULO CÉSAR FARIA SIMÕES

Processo Nº Ag-E-RRAg-0001166-51.2014.5.21.0007

Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	DR. BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI(OAB: 21678/PE)
Advogado	DR. LEONARDO RAMOS GONÇALVES(OAB: 28428-A/DF)
AGRAVADO(S)	AMANDA SILVESTRE MARTINS DE ALENCAR
Advogado	DR. MARCOS ANTÔNIO ABREU DE LIMA(OAB: 31799-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMANDA SILVESTRE MARTINS DE ALENCAR
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-0001264-53.2014.5.17.0005

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S)	VALE S.A.
Advogado	DR. NILTON CORREIA(OAB: 1291/DF)
Advogado	DR. CARLA GUSMAN ZOUAIN(OAB: 7582-A/ES)
Advogada	DRA. BARBARA BRAUN RIZK(OAB: 13843-A/ES)
AGRAVADO(S)	GERALDO MAGELA CARNEIRO MIRANDA
Advogada	DRA. MAÍRA DANCOS BARBOSA RIBEIRO(OAB: 10800/ES)
Advogado	DR. BRUNO SHINITI ALVES DA COSTA(OAB: 13037/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- GERALDO MAGELA CARNEIRO MIRANDA
- VALE S.A.

Processo Nº Ag-E-ED-RR-0001319-07.2013.5.03.0109

Relator	MIN. RENATO DE LACERDA PAIVA
AGRAVANTE(S)	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.
Advogada	DRA. CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO(OAB: 6930-A/DF)
Advogada	DRA. VALÉRIA RAMOS ESTEVES DE OLIVEIRA(OAB: 46178/MG)
Advogado	DR. LUIZ VICENTE DE CARVALHO(OAB: 39325/SP)
AGRAVADO(S)	ROGÉRIO COUTINHO SIQUEIRA
Advogado	DR. CLÉRISTON MARCONI PINHEIRO LIMA(OAB: 107001/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.
- ROGÉRIO COUTINHO SIQUEIRA

Processo Nº Ag-E-ED-Ag-ARR-0001411-69.2012.5.09.0006

Relator	MIN. ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S)	OSMAR ALVES SAMPAIO
Advogado	DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465/PR)
Advogado	DR. RODRIGO LINNÉ NETO(OAB: 32509-A/PR)
AGRAVADO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogada	DRA. CAROLINE PALUDETTO PASCUTI DUMKE(OAB: 31144/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- OSMAR ALVES SAMPAIO

Processo Nº Ag-E-ED-Ag-RR-0001690-82.2011.5.12.0046

Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
AGRAVANTE(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogada	DRA. MARIANA VIANA FRAGA(OAB: 30759/DF)
Advogada	DRA. MEIRE APARECIDA DE AMORIM(OAB: 19673-A/DF)
Advogado	DR. FREDIANI BARTEL(OAB: 19038-A/SC)
AGRAVADO(S)	SOLANGE PLAZERA HESSMANN
Advogado	DR. PAULO FERRAREZE FILHO(OAB: 29996-B/SC)
Advogado	DR. ALEXANDRE MATZENBACHER(OAB: 36703-S/SC)
AGRAVADO(S)	FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
Advogado	DR. DINO ARAÚJO DE ANDRADE(OAB: 20182-A/DF)
Advogada	DRA. GIOVANA MICHELIN LETTI(OAB: 21422-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
- SOLANGE PLAZERA HESSMANN

Processo Nº Ag-E-ED-RR-0001896-55.2012.5.12.0016

Relator	MIN. GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S)	SONIA LIBRELATO RAMOS DOS SANTOS
Advogado	DR. NILSON MARCELINO(OAB: 22852/SC)
AGRAVADO(S)	CLARO S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. SÉRGIO LUIZ DA ROCHA POMBO(OAB: 33243-A/SC)
AGRAVADO(S)	TMKT SERVIÇOS DE MARKETING LTDA.
Advogado	DR. RODRIGO DE SOUZA ROSSANEZI(OAB: 177399-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO S.A.
- SONIA LIBRELATO RAMOS DOS SANTOS
- TMKT SERVIÇOS DE MARKETING LTDA.

Processo Nº Ag-E-ED-Ag-ED-ARR-0001926-54.2014.5.03.0054

Relator	MIN. GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
AGRAVANTE(S)	M.R.S LOGÍSTICA S.A.
Advogado	DR. FLÁVIO BELLINI DE OLIVEIRA SALLES(OAB: 50982-A/MG)

Advogado	DR. FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797-A/DF)
AGRAVADO(S)	ESPÓLIO DE FÁBIO LÚCIO DUARTE
Advogado	DR. GERALDO EUSTÁQUIO BICALHO(OAB: 59954-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESPÓLIO DE FÁBIO LÚCIO DUARTE
- M.R.S LOGÍSTICA S.A.

Processo Nº Ag-E-RR-0010177-60.2017.5.15.0074

Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE LENÇÓIS PAULISTA
Advogado	DR. SILVIO PACCOLA JÚNIOR(OAB: 206493/SP)
AGRAVADO(S)	EDY NALVA FERREIRA AFFONSO
Advogado	DR. FERNANDO SANDOVAL DE ANDRADE MIRANDA(OAB: 284154/SP)
AGRAVADO(S)	NIGRO TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- EDY NALVA FERREIRA AFFONSO
- MUNICÍPIO DE LENÇÓIS PAULISTA
- NIGRO TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº Ag-E-ARR-0010324-34.2015.5.09.0459

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S)	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
Advogada	DRA. ANA LÚCIA RODRIGUES LIMA(OAB: 31090/PR)
AGRAVADO(S)	BENEDITO PEREIRA ASSIS
Advogado	DR. ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS(OAB: 5939/DF)
Advogado	DR. MAURO JOSE AUACHE(OAB: 17209-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BENEDITO PEREIRA ASSIS
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-E-Ag-ED-RR-0010372-62.2014.5.01.0002

Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	RITA DE CASSIA AMERICO FERNANDES
Advogado	DR. LEONARDO CAMPBELL BASTOS(OAB: 110416/RJ)
AGRAVADO(S)	LIQ CORP S.A.
Advogado	DR. CRISTIANO DE LIMA BARRETO DIAS(OAB: 92784/RJ)
AGRAVADO(S)	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	DR. CRISTÓVÃO TAVARES DE MACEDO SOARES GUIMARÃES(OAB: 77988/RJ)
Advogado	DR. CHARLES VANDRÉ BARBOSA DE ARAÚJO(OAB: 97733-A/RJ)
Advogado	DR. CRISTÓVÃO TAVARES MACEDO SOARES GUIMARÃES(OAB: 77988/RJ)
Advogado	DR. RODRIGO IRLAN IGNACIO(OAB: 167095-A/RJ)
Advogado	DR. RENATA VERONEZE RODRIGUES(OAB: 105048-A/RJ)
Advogado	DR. MARCOS AURELIO SILVA(OAB: 108835-A/RJ)
Advogado	DR. GUILHERME GUIMARAES CASTELLO BRANCO(OAB: 141504-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- LIQ CORP S.A.
- RITA DE CASSIA AMERICO FERNANDES

Processo Nº Ag-E-ED-RR-0010532-73.2015.5.03.0139

Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
AGRAVANTE(S)	FLAVIANA GONZAGA BATISTA DOS SANTOS
Advogado	DR. SANDRO COSTA DOS ANJOS(OAB: 70428/MG)
Advogado	DR. MARIA ALINE ARRIEL(OAB: 91039/MG)
AGRAVADO(S)	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI
Advogada	DRA. ALESSANDRA VIEIRA DE ALMEIDA(OAB: 11688/SC)
Advogado	DR. VINÍCIUS COUTINHO DA LUZ(OAB: 38196-A/SC)
AGRAVANTE(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	DR. RONALDO BATISTA DE CARVALHO(OAB: 42588-A/MG)
Advogada	DRA. MARIANA VIANA FRAGA(OAB: 30759/DF)
Advogado	DR. EDUARDO ALVES DE OLIVEIRA PINTO(OAB: 18353/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- FLAVIANA GONZAGA BATISTA DOS SANTOS
- PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI

Processo Nº Ag-E-ARR-0010605-08.2016.5.03.0043

Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
AGRAVANTE(S)	CLARO S.A.
Advogada	DRA. LEILA AZEVEDO SETTE(OAB: 22864/MG)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
AGRAVADO(S)	ELIANA DE CARVALHO DA SILVA
Advogado	DR. RAFAEL ALVIM GARAGORRY(OAB: 114147-A/MG)
AGRAVADO(S)	ASSIS SERVICOS E PLANEJAMENTOS EIRELI
Advogada	DRA. VANESSA DIAS ASSIS(OAB: 153312-A/MG)
AGRAVADO(S)	JMR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.
AGRAVADO(S)	RFR TELEFONIA LTDA. - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSIS SERVICOS E PLANEJAMENTOS EIRELI
- CLARO S.A.
- ELIANA DE CARVALHO DA SILVA
- JMR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.
- RFR TELEFONIA LTDA. - ME

Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-0010700-84.2013.5.01.0015

Relator	MIN. RENATO DE LACERDA PAIVA
AGRAVANTE(S)	M.C.R.D.

Advogada	DRA. MARCILENE MARGARETE CAVALCANTE MARQUES(OAB: 84430-A/RJ)
Advogado	DR. ROSILDO DA LUZ BOMFIM(OAB: 76934-A/RJ)
Advogada	DRA. CLEIDE MARIA DA SILVA(OAB: 126072-A/RJ)
AGRAVADO(S)	H.G.P.A.A.L.
Advogada	DRA. THAÍS FONSECA E COSTA(OAB: 160248-A/RJ)
Advogado	DR. RODRIGO MATTOS SÉRVULO DE FARIA(OAB: 167838/RJ)
Advogada	DRA. CYBELE RAMOS RIBEIRO GONÇALVES(OAB: 148534-A/RJ)
Advogado	DR. EDUARDO RODRIGUES JUNIOR(OAB: 147208-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- H.G.P.A.A.L.
- M.C.R.D.

Processo Nº Ag-E-ED-RR-0011059-17.2015.5.15.0066

Relator	MIN. ALEXANDRE LUIZ RAMOS
AGRAVANTE(S)	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	DR. OTÁVIO PINTO E SILVA(OAB: 93542/SP)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
AGRAVADO(S)	ATENTO BRASIL S.A.
Advogada	DRA. FABIANA CRISTINA MENCARONI GIL(OAB: 208092/SP)
AGRAVADO(S)	SANDRA RACHEL BOLDRIN DE MELLO
Advogado	DR. SÉRGIO ESBER SANT´ANNA(OAB: 191564/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- SANDRA RACHEL BOLDRIN DE MELLO
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Processo Nº Ag-E-Ag-ARR-0011117-78.2015.5.01.0011

Relator	MIN. CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO
AGRAVANTE(S)	DEBORA INGRID SILVA DOS SANTOS
Advogado	DR. LEONARDO CAMPBELL BASTOS(OAB: 110416/RJ)
AGRAVADO(S)	BANCO CITIBANK S.A.
Advogado	DR. ANDRÉ ISSA GÂNDARA VIEIRA(OAB: 293345/SP)
Advogado	DR. THIAGO PITTA DIAS(OAB: 262479-A/SP)
Advogado	DR. REINALDO LUÍS TADEU RONDINA MANDALITI(OAB: 168397-A/RJ)
AGRAVADO(S)	LIQ CORP S.A.
Advogado	DR. CRISTIANO DE LIMA BARRETO DIAS(OAB: 92784/RJ)
Advogada	DRA. DEBORA LUCIA FOLETTO(OAB: 131361-A/RJ)
Advogado	DR. LEONARDO CELESTINO FERNANDES(OAB: 138832-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO CITIBANK S.A.
- DEBORA INGRID SILVA DOS SANTOS
- LIQ CORP S.A.

Processo Nº Ag-E-Ag-ED-RRAg-0020620-08.2016.5.04.0011

Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	BANCO ABC BRASIL S.A.
Advogado	DR. RODRIGO SEIZO TAKANO(OAB: 162343-A/SP)
Advogada	DRA. FERNADA ASSALIN(OAB: 344976/SP)
AGRAVADO(S)	MARCOS LASTE
Advogado	DR. ROBERTO STAUB(OAB: 45279-A/RS)
Advogado	DR. OSMAR DOS SANTOS JÚNIOR(OAB: 75044/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ABC BRASIL S.A.
- MARCOS LASTE

Processo Nº Ag-E-ED-RR-0020631-35.2014.5.04.0002

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S)	BANCO FIBRA S.A.
Advogado	DR. ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 149394-D/SP)
AGRAVADO(S)	KÁTIA DA SILVA PEREIRA
Advogado	DR. RAFAEL DAVI MARTINS COSTA(OAB: 44138/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO FIBRA S.A.
- KÁTIA DA SILVA PEREIRA

Processo Nº Ag-E-Ag-RR-0155100-49.2004.5.02.0026

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S)	ARRAIAL D'AJUDA ECO PARQUE LTDA.
Advogada	DRA. MARIA CRISTINA DA COSTA FONSECA(OAB: 14974-A/DF)
Advogada	DRA. RITA DE CÁSSIA KLUKEVIEZ TOLEDO(OAB: 339522-A/SP)
AGRAVADO(S)	JOAQUIM FERNANDES MATA
Advogado	DR. ADILSON GUERCHE(OAB: 130505-A/SP)
AGRAVADO(S)	AUTO VIAÇÃO SANTA BÁRBARA LTDA.
AGRAVADO(S)	MAR D'OURO HOTEL E PARQUE LTDA.
Advogada	DRA. MARIA CRISTINA DA COSTA FONSECA(OAB: 14974-A/DF)
Advogada	DRA. GISLENE COELHO DOS SANTOS(OAB: 166535-A/SP)
AGRAVADO(S)	HOTEIS E POUSADAS BELLE MER BRASIL S/A
Advogada	DRA. GISLENE COELHO DOS SANTOS(OAB: 166535-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARRAIAL D'AJUDA ECO PARQUE LTDA.
- AUTO VIAÇÃO SANTA BÁRBARA LTDA.
- HOTEIS E POUSADAS BELLE MER BRASIL S/A
- JOAQUIM FERNANDES MATA
- MAR D'OURO HOTEL E PARQUE LTDA.

Processo Nº Ag-E-Ag-AIRR-1000199-77.2019.5.02.0383

Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	DENNIS DAMASCENO DOS SANTOS
Advogado	DR. OTÁVIO ORSI TUENA(OAB: 342339/SP)

AGRAVADO(S)	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA
Procuradora	DRA. VILMA SOLANGE AMARAL

Intimado(s)/Citado(s):

- DENNIS DAMASCENO DOS SANTOS
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA

Processo Nº Ag-E-ED-AIRR-1001938-40.2016.5.02.0044

Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
AGRAVANTE(S)	TRISUL HOUSE CONSULTORIA EM IMÓVEIS LTDA.
Advogado	DR. EDUARDO PEDROSA MASSAD(OAB: 184071/SP)
Advogado	DR. JOAO PAULO DE BARROS TAIBO CADORNIGA(OAB: 167205-A/SP)
Advogada	DRA. ANA PAULA BEZERRA GODOI(OAB: 50252/DF)
AGRAVADO(S)	EDISON EURÍPEDES RUVOLO
Advogado	DR. ANTÔNIO DA SILVA CRUZ(OAB: 41981-A/SP)
Advogada	DRA. MÁRCIA HIROMI NUMATA(OAB: 162052/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDISON EURÍPEDES RUVOLO
- TRISUL HOUSE CONSULTORIA EM IMÓVEIS LTDA.

Processo Nº ED-Ag-E-ED-ARR-0000013-23.2011.5.01.0046

Relator	MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE	JULIANA SOUZA DOURADO
Advogado	DR. LEONARDO CAMPBELL BASTOS(OAB: 110416/RJ)
EMBARGADO(A)	CLARO S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
EMBARGADO(A)	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- JULIANA SOUZA DOURADO

Processo Nº ED-E-ED-ARR-0000046-76.2014.5.04.0352

Relator	MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE	SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE CANELA
Advogada	DRA. GREICE TEICHMANN(OAB: 61793/RS)
Advogado	DR. PEDRO HENRIQUE SCHLICHTING KRAEMER(OAB: 59420-A/RS)
EMBARGADO(A)	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
Procurador	DR. LOURENÇO ANDRADE

Intimado(s)/Citado(s):

- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
- SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE CANELA

Processo Nº ED-E-ED-ED-RR-0000294-15.2010.5.24.0000

Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE	EIDY GABRIELA GONZÁLES MARTINS
Advogado	DR. JULIO CESAR FANAIA BELLO(OAB: 6522/MS)
EMBARGADO(A)	TELEPERFORMANCE CRM S.A.
Advogada	DRA. MELISSA APARECIDA MARTINELLI GABAN(OAB: 8163/MS)
EMBARGADO(A)	OI S.A.
Advogada	DRA. ELIANE RITA POTRICH(OAB: 7777-A/MS)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- EIDY GABRIELA GONZÁLES MARTINS
- OI S.A.
- TELEPERFORMANCE CRM S.A.

Processo Nº ED-E-ED-ARR-0001609-56.2016.5.13.0006

Relator	MIN. RENATO DE LACERDA PAIVA
EMBARGANTE	GERALDO QUIRINO DA COSTA
Advogado	DR. JOSÉ MÁRIO PORTO JÚNIOR(OAB: 3045-A/PB)
EMBARGADO(A)	COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA
Advogado	DR. ELOI CUSTÓDIO MENESES(OAB: 14469/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA
- GERALDO QUIRINO DA COSTA

Processo Nº ED-E-ED-RR-0007091-16.2014.5.01.0482

Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
EMBARGANTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada	DRA. MAÍRA CIRINEU ARAÚJO(OAB: 20978/DF)
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
EMBARGADO(A)	PAULO SÉRGIO DOS SANTOS
Advogado	DR. JORGE NORMANDO DE CAMPOS RODRIGUES(OAB: 71545/RJ)
Advogada	DRA. SOLANGE SAMPAIO CLEMENTE FRANÇA(OAB: 16957-A/DF)
Advogada	DRA. ERYKA FARIAS DE NEGRI(OAB: 13372/DF)
Advogado	DR. RODRIGO CAMARGO BARBOSA(OAB: 34718-A/DF)
EMBARGADO(A)	PCP ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.
Advogada	DRA. GLÓRIA MARIA DE LOSSIO BRASIL(OAB: 60068/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- PAULO SÉRGIO DOS SANTOS
- PCP ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-Ag-E-ARR-0010507-85.2014.5.03.0142

Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
EMBARGANTE	JOSE MACIEL RAMOS
Advogado	DR. MAGNO AZEVEDO RODRIGUES(OAB: 109707/MG)

EMBARGADO(A)	TEKSID DO BRASIL LTDA.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE MACIEL RAMOS
- TEKSID DO BRASIL LTDA.

Processo Nº ED-ED-E-ED-RR-0016400-08.2008.5.13.0007

Relator	MIN. RENATO DE LACERDA PAIVA
EMBARGANTE	ENERGISA BORBOREMA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado	DR. ESTEVÃO MALLET
EMBARGADO(A)	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
Procurador	DR. EDSON BRAZ DA SILVA

Intimado(s)/Citado(s):

- ENERGISA BORBOREMA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

Processo Nº ED-E-RR-0587100-07.2009.5.09.0660

Relator	MIN. CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO
EMBARGANTE	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Procuradora	DRA. MARIA APARECIDA GUGEL
Procurador	DR. JAIME JOSÉ BILEK IANTAS
EMBARGADO(A)	ÁGUIA QUÍMICA LTDA.
Advogado	DR. CELSO JUSTUS(OAB: 17400/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
- ÁGUIA QUÍMICA LTDA.

Processo Nº ED-Ag-E-ED-AIRR-1000254-83.2018.5.02.0085

Relator	MIN. RENATO DE LACERDA PAIVA
EMBARGANTE	LEANDRO CHRISTIAN MENDES
Advogada	DRA. ERICA BARBOSA COUTINHO FREIRE DE SOUZA(OAB: 31968-A/DF)
Advogada	DRA. RAFAELA POSSERA RODRIGUES(OAB: 33191-A/DF)
EMBARGADO(A)	FALCAO SPORTS LTDA - ME E OUTROS
Advogado	DR. SÔNIA MARIA NHOLA REIS(OAB: 185548-A/SP)
Advogado	DR. FRANCISCO JOSÉ GÁY(OAB: 154072/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FALCAO SPORTS LTDA - ME E OUTROS
- LEANDRO CHRISTIAN MENDES

ISAIAS DA SILVA SOUSA
Secretário Substituto da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais

Secretaria da Subseção II de Dissídios Individuais

Notificação

Processo Nº TutCautAnt-1001569-62.2021.5.00.0000

Relator	MARIA HELENA MALLMANN
REQUERENTE	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	FELIPE D AGUIAR ROCHA FERREIRA(OAB: 150735/RJ)
REQUERIDO	EROS BESSA TEIXEIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST –Ag-TutCautAnt 1001569-62.2021.5.00.0000

I N T I M A Ç Ã O

Em cumprimento ao art. 1º, I, do Ato nº 202/SEGJUD, de 10 de junho de 2019, fica o Requerido, ora Agravado, intimado para, querendo, manifestar-se sobre o agravo interposto, no prazo legal, nos termos dos artigos 1.021 do CPC e 266 do RITST.

Brasília,26 de janeiro de 2022.

Simone Rebello Borges de Barros

Secretária Substituta da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais

Processo Nº TutCautAnt-1001483-91.2021.5.00.0000

Relator	DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
REQUERENTE	CONCESSIONARIA DA RODOVIA MG -050 S.A.
ADVOGADO	RENATO DE ANDRADE GOMES(OAB: 63248-D/MG)
REQUERIDO	ALEXANDRE ALVES

Intimado(s)/Citado(s):

- CONCESSIONARIA DA RODOVIA MG-050 S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST –Ag-TutCautAnt 1001483-91.2021.5.00.0000

I N T I M A Ç Ã O

Em cumprimento ao art. 1º, I, do Ato nº 202/SEGJUD, de 10 de junho de 2019, fica o Requerido, ora Agravado, intimado para, querendo, manifestar-se sobre o agravo interposto, no prazo legal, nos termos dos artigos 1.021 do CPC e 266 do RITST.

Brasília,26 de janeiro de 2022.

Simone Rebello Borges de Barros

Secretária Substituta da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais

Processo Nº TutCautAnt-1001390-31.2021.5.00.0000

Relator	EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES
REQUERENTE	BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO	MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
REQUERIDO	JORGE ROBERTO CORDEIRO

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST –Ag TutCautAnt 1001390-31.2021.5.00.0000

I N T I M A Ç Ã O

Em cumprimento ao art. 1º, I, do Ato nº 202/SEGJUD, de 10 de junho de 2019, fica o Requerido, ora Agravado, intimado para, querendo, manifestar-se sobre o agravo interposto, no prazo legal, nos termos dos artigos 1.021 do CPC e 266 do RITST.

Brasília,26 de janeiro de 2022.

Simone Rebello Borges de Barros

Secretária Substituta da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais

Secretaria da Primeira Turma
Acórdão

Processo Nº Ag-AIRR-0001112-03.2019.5.22.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante(s)	FUNDACAO RADIO E TELEVISAO EDUCATIVA DO PIAUI
Advogado	Dr. Francisco Jose de Sousa Viana Filho(OAB: 7339-A/PI)
Procurador	Dr. João Emilio Falcão Costa Neto
Agravante(s)	ESTADO DO PIAUÍ
Procurador	Dr. Tarso Rodrigues Proença
Agravado(s)	LIMPSERV EIRELI
Advogado	Dr. Téssio da Silva Tôrres(OAB: 5944-A/PI)
Agravado(s)	CLEA MESQUITA DE SOUSA
Advogada	Dra. Juliana Duarte Napoleão do Rêgo(OAB: 11026-A/PI)
Agravado(s)	FUNDACAO ANTARES RADIO E TELEVISAO CULT E EDUC DO PIAUI

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEA MESQUITA DE SOUSA
- ESTADO DO PIAUÍ
- FUNDACAO ANTARES RADIO E TELEVISAO CULT E EDUC DO PIAUI
- FUNDACAO RADIO E TELEVISAO EDUCATIVA DO PIAUI
- LIMPSERV EIRELI

Orgão Judicante - 1ª Turma

DECISÃO : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

EMENTA : AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 71, § 1º, DA LEI N.º 8.666/1993. ADC 16/DF. RE 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL DO STF. CULPA "IN VIGILANDO". ÔNUS DA PROVA. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA.

Confirma-se a decisão monocrática que negou seguimento ao agravo de instrumento em recurso de revista. Na hipótese, o acórdão regional foi proferido em sintonia com a Súmula n.º 331, V e VI, do TST e nos limites da decisão do STF na ADC 16/DF (Tema 246 da Repercussão Geral do STF). A responsabilidade subsidiária da administração pública não decorreu de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora de serviços, mas em razão da conduta omissiva do tomador de serviços na fiscalização do adimplemento dessa obrigação, premissa fática cujo reexame na via recursal de natureza extraordinária é vedado pela Súmula n.º 126 do TST. Consoante a jurisprudência pacífica da SbDI-1 do TST, incumbe ao ente público, tomador de serviço, o ônus de comprovar o cumprimento de seu dever contratual e legal de fiscalizar o adimplemento das obrigações trabalhistas a cargo da empresa contratada. Incidência do art. 896, § 7º, da CLT.

Agravo a que se nega provimento.

Processo Nº Ag-AIRR-0010487-52.2014.5.01.0077

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante(s)	SEREDE - SERVIÇOS DE REDE S.A.
Advogada	Dra. Gilda Elena Brandão de Andrade D'Oliveira(OAB: 35271/RJ)
Advogado	Dr. Francisco Queiroz Caputo Neto(OAB: 11707-A/DF)
Agravado(s)	HENRIQUE MESQUITA DE ALMEIDA
Advogado	Dr. Gabriel Nunes Adão(OAB: 165242/RJ)
Agravado(s)	LÍDER TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Advogado	Dr. José Henrique Cançado Gonçalves(OAB: 57680/MG)

Agravado(s)	OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Roberto Caldas Alvim de Oliveira(OAB: 12200/DF)
Advogado	Dr. Pedro Ivo Leão Ribeiro Agra Belmonte(OAB: 155433/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- HENRIQUE MESQUITA DE ALMEIDA
- LÍDER TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
- OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- SEREDE - SERVIÇOS DE REDE S.A.

Orgão Judicante - 1ª Turma

DECISÃO : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

EMENTA : AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. EXECUÇÃO. AGRAVO DE PETIÇÃO NÃO CONHECIDO. DECISÃO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUE DETERMINA A INCLUSÃO DA EMPRESA NO POLO PASSIVO SEM IMPUTAR QUALQUER RESPONSABILIDADE. DECISÃO DE NATUREZA INTERLOCUTÓRIA. SÚMULA Nº 214 DO TST. TRANSCENDÊNCIA NÃO DEMONSTRADA.

Confirma-se a decisão agravada que negou seguimento ao agravo de instrumento, por ausência de transcendência. Na hipótese, o recurso de revista foi corretamente denegado pelo Juízo de origem, tendo em vista que a decisão do Tribunal Regional revela perfeita harmonia com a jurisprudência uniforme desta Corte Superior, consubstanciada na Súmula nº 214, na medida em que o agravo de petição não foi conhecido em razão da natureza interlocutória da decisão recorrida. Precedentes deste Tribunal Superior.

Agravo a que se nega provimento.

Processo Nº Ag-AIRR-0167300-36.2009.5.03.0107

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
Agravante(s)	OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Welington Monte Carlo Carvalhaes Filho(OAB: 59383/MG)
Agravado(s)	JOSÉ GERALDO CAETANO
Advogada	Dra. Márcia Izabel Viégas Peixoto Onofre(OAB: 34066-A/MG)
Agravado(s)	FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL
Advogado	Dr. João Joaquim Martinelli(OAB: 1796/MG)
Agravado(s)	FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL
Advogada	Dra. Maria Inês Murgel(OAB: 64029/MG)
Advogado	Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(OAB: 107878-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL
- FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL
- JOSÉ GERALDO CAETANO
- OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Orgão Judicante - 1ª Turma

DECISÃO : , por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.

EMENTA : AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/17. EXECUÇÃO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. INOBSERVÂNCIA DO PRESSUPOSTO PREVISTO NO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. EFEITOS. ANÁLISE DA TRANSCENDÊNCIA DO RECURSO DE REVISTA PREJUDICADA.

A parte agravante não apresenta argumentos capazes de desconstituir a decisão agravada, no sentido de que a inobservância de pressuposto formal de admissibilidade previsto no art. 896, § 1º-A, da CLT, por constituir obstáculo processual intransponível à análise de mérito da matéria recursal, inviabiliza o exame da transcendência do recurso de revista, em qualquer dos seus indicadores.

Agravo a que se nega provimento.

Processo Nº Ag-RR-0001419-89.2018.5.12.0026

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Hugo Carlos Scheuermann
Agravante(s) e Agravado(s)	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO
Advogado	Dr. José Eymard Loguércio(OAB: 1441-A/DF)
Agravante(s) e Agravado(s)	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	Dr. Fábio Lima Quintas(OAB: 17721-A/DF)
Advogado	Dr. Leonardo Vasconcelos Lins Fonseca(OAB: 40094-B/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO

Orgão Judicante - 1ª Turma

DECISÃO : , por unanimidade, conhecer dos agravos e, no mérito, negar-lhes provimento.

EMENTA : AGRAVO DO BANCO RECLAMADO. PROVIMENTO DO RECURSO DE REVISTA DO SINDICATO RECLAMANTE. LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM*. SUBSTITUIÇÃO

PROCESSUAL. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. HORAS EXTRAS DECORRENTES DO ENQUADRAMENTO DOS EMPREGADOS QUE OCUPAM O CARGO DE GERENTE DE RELACIONAMENTO ESPECIAL, GERENTE DE RELACIONAMENTO VAN GOGH E GERENTE SELECT NO ART. 224, *CAPUT*, DA CLT. MATÉRIA PACIFICADA. Impõe-se confirmar a decisão agravada, mediante a qual dado provimento ao recurso do sindicato reclamante, uma vez que as razões expendidas pelo reclamado não logram demonstrar o apontado equívoco em relação a tal conclusão.

Agravo conhecido e não provido.

AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA DO SINDICATO RECLAMANTE. CUSTAS PROCESSUAIS. ISENÇÃO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS. TRANSCENDÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. Impõe-se confirmar a decisão monocrática proferida pelo Ministro Relator, tendo em vista não restar demonstrada a existência de equívoco na decisão.

Agravo conhecido e não provido.

PROCESSO Nº TST-Ag-RR-1419-89.2018.5.12.0026

RELATOR: MINISTRO HUGO CARLOS SCHEUERMANN
AGRAVANTES E AGRAVADOS: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO
AGRAVANTE E AGRAVADO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
(1ª Turma)
GMARPJ/arpj

VOTO CONVERGENTE

Sr. Presidente, ainda que consciente de que a iterativa e notória jurisprudência desta Corte reconhece a mais ampla legitimidade das entidades sindicais na representação dos integrantes de sua categoria em ações de natureza coletiva, pedi vista regimental para melhor analisar a questão particularizada nos presentes autos, quando o substituto processual inclui na pretensão inicial a descaracterização da função de confiança de uma pluralidade de cargos, ainda que similares entre si.

O Regional considerou que nessa circunstância não haveria legitimidade do ente sindical e o agravante defende a conclusão de primeira instância, no sentido de inadequação da via eleita.

Não obstante, a jurisprudência das Turmas e da SBDI-1 é firme no sentido de que a amplitude da legitimação sindical é tão grande que chega a incluir direitos individuais heterogêneos. Veja-se alguns precedentes:

RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014. LEI Nº 13.467/2017. SINDICATO RECLAMANTE. SINDICATO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. LEGITIMIDADE ATIVA AMPLA E IRRESTRITA. 1 - Há transcendência política, quando se constata em exame preliminar o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência do TST. 2 - Trata-se de ação proposta pelo sindicato como substituto processual em defesa de interesses individuais homogêneos. 3 - Na inicial o sindicato pleiteia a condenação da reclamada ao pagamento de horas extras para os empregados da reclamada lotados na função de assistente de negócios em decorrência da prestação laboral em horas superiores às legalmente previstas. 4 - O cancelamento da Súmula nº 310 do TST foi decidido pelo Pleno desta Corte Superior, ante as decisões proferidas pelo STF a respeito da matéria, cujo entendimento, que inicialmente admitia a substituição processual no caso de direitos individuais homogêneos, evoluiu para a conclusão de que a substituição processual é ampla, na fase de conhecimento ou de execução. 5 - A abrangência alcançada pelo art. 8º, III, da Constituição Federal, na forma decidida pelo STF, veio observar o princípio de que, na interpretação da Constituição, deve-se conferir a máxima efetividade pretendida pelo legislador constituinte. Se a Constituição não limitou a substituição processual, não pode fazê-lo o intérprete. 6 - Dessa forma, a SBDI-1 deste Tribunal já decidiu que a legitimação processual do sindicato é ampla e irrestrita, não estando limitada aos casos de defesa de direitos individuais homogêneos definidos no art. 81, III, do Código de Defesa do Consumidor. Julgados. 7 - Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento. (RR-1299-05.2018.5.09.0002, 6ª Turma, Relatora Ministra Katia Magalhaes Arruda, DEJT 08/10/2021). (grifei e sublinhei)

RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO EM FACE DE ACÓRDÃO PUBLICADO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM - SINDICATO - SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL AMPLA - HORAS EXTRAS - FUNÇÃO DE CONFIANÇA BANCÁRIA. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. Tratando-se de recurso de revista interposto em face de decisão regional que se mostra contrária à jurisprudência consolidada desta Corte, revela-se presente a transcendência política da causa, a justificar o prosseguimento do exame do apelo. A Suprema Corte, ao examinar o Mandado de

Injunção nº 347-5, impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal em Santa Catarina, concluiu pela amplitude da substituição processual inserta no citado artigo 8º, III, da Constituição Federal, tendo em vista que atribuiu ao sindicato a "defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas". Na ocasião, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que o sindicato era parte legítima para residir em Juízo e impôs a imediata revisão da Súmula nº 310 do TST, por se encontrar em dissonância com a legislação e com a jurisprudência daquela Corte Maior. Destaca-se, ainda, o julgamento do RE 210.029 em que foi debatida, a natureza dos direitos que poderiam ser objeto de atuação do sindicato, como substituto processual, e o Plenário concluiu, por maioria, que pode ocorrer na defesa de todos e quaisquer direitos subjetivos individuais e coletivos de integrantes da categoria por ele representada. Na hipótese dos autos, conforme o quadro fático delineado pelo TRT de origem, de inviável reexame nesta atual instância recursal, a teor da Súmula/TST nº 126, a presente ação tem por finalidade principal discutir o efetivo exercício - ou não - de função de confiança bancária, e o consequente pagamento das 7ª e 8ª horas como extras. Nesse contexto, a decisão regional, ao reconhecer a ilegitimidade ativa ad causam do sindicato-autor, contraria o entendimento do Supremo Tribunal Federal e desta Corte Especializada acerca da matéria, segundo o qual o Sindicato possui ampla legitimidade para pleitear, em juízo, todos e quaisquer direitos dos integrantes da categoria que representa. Precedentes. De outra parte, impende destacar que, na hipótese dos autos, o sindicato da categoria pleiteia o recebimento de horas extras, devidas aos substituídos em razão da descaracterização do exercício de função de confiança. Deste modo, forçosa a conclusão de que a origem das lesões é comum a todos os empregados interessados. Logo, os direitos vindicados possuem origem comum e atingem vários indivíduos da categoria, devendo ser reputados direitos individuais homogêneos. Precedentes desta e. 7ª Turma. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-1114-80.2018.5.09.0029, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 24/09/2021). (grifei e sublinhei)

RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL. PUBLICAÇÃO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. SINDICATO. SUBSTITUTO PROCESSUAL. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. PRETENSÃO AO PAGAMENTO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS. SUPRESSÃO DE INTERVALO INTRAJORNADA. I. O Supremo Tribunal Federal, no RE 883.642, publicado no DJE em 26/06/2015, ratificou o entendimento de que os sindicatos possuem ampla legitimidade para defender em juízo os direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam, inclusive nas liquidações e execuções de sentença, independentemente de autorização dos substituídos. II. Nessa diretriz, a jurisprudência desta Corte Superior sedimentou posição de que o sindicato tem legitimidade para defender, em juízo, todos e quaisquer direitos individuais e coletivos da categoria a qual representa, sejam eles homogêneos ou heterogêneos. III. Na hipótese , o Tribunal Regional extinguiu o processo sem julgamento de mérito, por considerar que o direito pleiteado - pagamento de hora extraordinária decorrente da supressão de intervalo intrajornada aos empregados da primeira reclamada que laborem na agência da Receita Federal do município de São Leopoldo e sejam submetidos a jornadas de trabalho de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso - se trata de direito individual heterogêneo, e que o sindicato autor não possui legitimidade para atuar como substituto processual em ação em que se reivindica direito dessa natureza. IV. À luz da jurisprudência assente desta Corte Superior, o Tribunal Regional, ao declarar a ilegitimidade do sindicato de classe para atuar como substituto processual, afrontou o art. 8º, III, da Constituição da República. V. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento. (RR-682-10.2011.5.04.0332, 7ª Turma, Relator Ministro Evandro Pereira Valadao Lopes, DEJT 24/09/2021).

Especificamente na hipótese de o Sindicato buscar direito de origem comum, mas de diversas funções, na mesma demanda, é possível destacar precedente da 5ª Turma, Ag-RR-1144-76.2018.5.12.0015, tendo como Relator o Ministro Douglas Alencar Rodrigues.
No caso paradigma restou consignado que o sindicato autor postulou horas extras dos trabalhadores que exerciam funções de I) Gerente Comercial, II) Gerente Prime, III) Gerente Assistente Prime, IV) Gerente Pessoa Jurídica; V) Gerente Pessoa Física, VI) Gerente Assistente Pessoa Jurídica; VII) Gerente Assistente Pessoa Física; VIII) Gerente Administrativo, IX) Gerente Supervisor Administrativo; X) Gerente de "PA" e XI) Gerente Exclusive.
Mesmo diante dessa pluralidade de funções, não foi descartada a adequação da via eleita, tendo o eminente Relator feito as seguintes e pertinentes observações:

De fato, o sistema processual coletivo prevê a possibilidade de a condenação ser genérica - obviamente quando não possa sê-lo específica ou objetiva (artigo 95 da Lei 8.078/90) - justamente para permitir a correta definição da responsabilidade patrimonial em cada situação individual concreta, tanto que assegurada aos credores a promoção da liquidação e da execução da sentença coletiva (artigo 97 da Lei 8.078/90), bem assim o direito de defesa ao executado.

De se observar, portanto, que não serão resolvidos nesta ação situações individuais específicas dos empregados pessoalmente identificados, mas apenas se os cargos que integram a estrutura empresarial, segundo os normativos aplicáveis, autorizam ou não o enquadramento no § 2º do art. 224 da CLT.

Resolvidas as questões, em execução poderá o executado, em embargos, impugnar amplamente o direito eventualmente indicado por trabalhadores específicos que, à luz da realidade individual concreta, não se enquadrem na "situação tipo" fixada na coisa julgada em que, reconhecido o direito à horas extras.

Evidente, pois, a adequação da via coletiva para a pretendida tutela das lesões afirmadas relativas às horas extras, nos termos do artigo 81, parágrafo único, III, da Lei 8.078/90. (grifei e sublinhei)

Essa via argumentativa demonstra que para além da legitimidade ativa dos Sindicatos, mesmo que a pretensão envolva uma pluralidade de cargos, a via coletiva deve ser admitida, cabendo ao réu questionar situações individuais ou diferenciadas no momento da execução de eventual condenação genérica.

Por tais motivos, senhor Presidente, acompanho o voto condutor de Vossa Excelência, solicitando a juntada desses fundamentos convergentes.

AMAURY RODRIGUES PINTO

JUNIOR

Ministro

.

Pauta

Pauta de Julgamento

Pauta de Julgamento da 4a. Sessão Ordinária da 1ª Turma, a realizar-se nas modalidades virtual e telepresencial. A sessão virtual terá início à 00:00 de 15/02/2022 e encerramento à 00:00 de 22/02/2022.

Os processos remetidos para julgamento telepresencial, nos termos do Ato conjunto TST GP.GVP.CGJT n.º 173/2020, serão julgados no dia 23 de fevereiro de 2022, quarta-feira, a partir das 9h00. O endereço de convite para participação na sessão telepresencial é: https://tst-jus-br.zoom.us/my/setr1. O endereço para acesso à sessão é: www.tst.jus.br/web/guest/sessoes-ao-vivo. Os Recursos de Revista decorrentes do provimento de Agravos de Instrumento constantes da presente pauta serão incluídos em nova pauta.

Processo Nº AIRR-0011104-18.2016.5.03.0099

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Procurador	DR. HÉLDER SANTOS AMORIM
Procuradora	DRA. PRISCILA BOAROTO
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	MOBI TRANSPORTE URBANO LTDA
Advogado	DR. ANTÔNIO CARLOS PENZIN FILHO(OAB: 29175-A/MG)
Advogada	DRA. POLLYANNA MAFRA MATIAS KAIZER(OAB: 97904-A/MG)
Advogado	DR. PROCÓPIO AUGUSTO RODRIGUES DE FREITAS(OAB: 110793/MG)
Advogado	DR. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA(OAB: 44214/DF)
AGRAVADO(S)	SINTTRO/GV - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS DE GOVERNADOR VALADARES
Advogado	DR. GLAICON CORCINO DE MENEZ(OAB: 154463-A/MG)
Advogado	DR. JULIO CEZAR DIAS(OAB: 150576 -A/MG)
Advogado	DR. REINALDO PINHEIRO DE SOUZA(OAB: 150191-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
- MOBI TRANSPORTE URBANO LTDA
- SINTTRO/GV - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS DE GOVERNADOR VALADARES

Processo Nº RR-0000004-58.2018.5.11.0007

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
RECORRENTE(S)	ESTADO DO AMAZONAS
Procurador	DR. INDRA MARA BESSA
RECORRIDO(S)	MARLEIDE RAMOS DE BRITO
Advogado	DR. DANIEL CARDOSO DE ALBUQURQUE(OAB: 6086/AM)
RECORRIDO(S)	ALDRI SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ALDRI SERVIÇOS LTDA.
- ESTADO DO AMAZONAS
- MARLEIDE RAMOS DE BRITO

Processo Nº RR-0011364-10.2016.5.15.0084

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
RECORRENTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. RODRIGO AUGUSTO DE CARVALHO CAMPOS
Procurador	DR. CÁSSIA MARIA SIGRIST
RECORRIDO(S)	DENISE CRISTINA DE OLIVEIRA SANTOS
Advogado	DR. DENILSON CARNEIRO DOS SANTOS(OAB: 173792-A/SP)
RECORRIDO(S)	OFICINA 3D TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA. - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- DENISE CRISTINA DE OLIVEIRA SANTOS
- ESTADO DE SÃO PAULO
- OFICINA 3D TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA. - EPP

Processo Nº RR-0126440-14.2005.5.03.0016

Processo Nº RR-01264/2005-016-03-40.7

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
RECORRENTE(S)	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
Procuradora	DRA. LUCIANA HOFF
RECORRIDO(S)	REGIANE FERREIRA CHAVES GONÇALVES
Advogado	DR. EDUARDO LOPES DA SILVA(OAB: 50630/MG)
RECORRIDO(S)	CONSERVADORA VITÓRIA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSERVADORA VITÓRIA LTDA.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
- REGIANE FERREIRA CHAVES GONÇALVES

Processo Nº Ag-AIRR-0000032-82.2011.5.10.0012

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
Procurador	DR. RENATA COELHO
Procuradora	DRA. EDELAMARE BARBOSA MELO
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. GIOVANNI SIMÃO DA SILVA(OAB: 19401-A/DF)
Advogado	DR. FABRÍCIO GONÇALVES DOS SANTOS(OAB: 268238-A/SP)
Advogada	DRA. MARINA PIANARO ANGELO SCHLENERT(OAB: 53369-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Processo Nº Ag-AIRR-0000084-40.2020.5.14.0404

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO ACRE
Procurador	DR. FÁBIO MARCON LEONETTI
Procurador	DR. FRANCISCO ARMANDO DE FEGUEIRÊDO MELO
AGRAVADO(S)	ROSANA DOS SANTOS LIMA
Advogado	DR. MARIA VANDERLEIA DE SA COSTA GIRARDI(OAB: 3806-A/AC)
AGRAVADO(S)	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE
- ESTADO DO ACRE
- ROSANA DOS SANTOS LIMA

Processo Nº Ag-AIRR-0000098-91.2020.5.11.0053

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE RORAIMA
Procurador	DR. ANTONIO CARLOS FANTINO DA SILVA
AGRAVADO(S)	JOAO SALUSTIANO REIS
Advogado	DR. PAULO SÉRGIO DE SOUZA(OAB: 317-A/RR)
AGRAVADO(S)	ESTRELA COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP
AGRAVADO(S)	HELIO CAVALCANTE BARBALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE RORAIMA
- ESTRELA COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP
- HELIO CAVALCANTE BARBALHO
- JOAO SALUSTIANO REIS

Processo Nº Ag-AIRR-0000106-68.2017.5.09.0008

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	FRANCISCO SÉRGIO FOLDA
Advogado	DR. JOÃO LUIZ ARZENO DA SILVA(OAB: 23510/PR)
AGRAVADO(S)	INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER
Procurador	DR. HATSUO FUKUDA

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO SÉRGIO FOLDA
- INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER

Processo Nº Ag-RR-0000170-03.2017.5.05.0651

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
Procurador	DR. BRUNO CÉSAR MACIEL BRAGA
AGRAVADO(S)	GILDETE CUSTODIO DE ANDRADE
Advogado	DR. ROBERTO FREITAS PESSOA(OAB: 33774/DF)
Advogado	DR. GILPETRON DOURADO DE MORAES(OAB: 15204-A/BA)
Advogado	DR. FELIPE GILPETRON CARVALHO DE MORAES(OAB: 46298-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
- GILDETE CUSTODIO DE ANDRADE

Processo Nº Ag-AIRR-0000193-62.2020.5.11.0008

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO AMAZONAS
Procurador	DR. EVANDRO EZIDRO DE LIMA REGIS
AGRAVADO(S)	MARIO CRUZ DE ANDRADE
Advogado	DR. LUCAS RODRIGUES LUCAS(OAB: 9493-A/AM)
AGRAVADO(S)	MAIS EMPRESARIAL EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAZONAS
- MAIS EMPRESARIAL EIRELI
- MARIO CRUZ DE ANDRADE

Processo Nº Ag-AIRR-0000201-66.2015.5.02.0072

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. LUÍS AUGUSTO DE DEUS SILVA

Procurador	DR. ALEXANDER SILVA GUIMARÃES PEREIRA
AGRAVADO(S)	ESTERLITA SOUZA SILVA
Advogado	DR. JOSÉ ARTHUR DI PROSPERO JÚNIOR(OAB: 181183/SP)
Advogada	DRA. KARINA LEMOS DI PRÓSPERO RIBEIRO(OAB: 218607-A/SP)
Advogada	DRA. ANA BEATRIZ BAPTISTA DOS SANTOS(OAB: 360822-A/SP)
AGRAVADO(S)	SETE PRODUTOS E LIMPEZA LTDA. - ME
Advogado	DR. FABIANO CAMARGO FRANCISCO(OAB: 164011-A/SP)
Advogado	DR. EDSON DE CAMARGO BISPO DO PRADO(OAB: 262620-A/SP)
AGRAVADO(S)	COOPERATIVA DE TRABALHO DAS ÁREAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSEIO, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL - UNICOOPE METROPOLITANA

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA DE TRABALHO DAS ÁREAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSEIO, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL - UNICOOPE METROPOLITANA
- ESTADO DE SÃO PAULO
- ESTERLITA SOUZA SILVA
- SETE PRODUTOS E LIMPEZA LTDA. - ME

Processo Nº Ag-AIRR-0000205-09.2018.5.09.0459

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO PARANÁ
Procuradora	DRA. THELMA HAYASHI AKAMINE
AGRAVADO(S)	JAEL SIMÕES SANTOS RANDO
Advogada	DRA. CARLA CRISTINA CHRISPIM DOS SANTOS GIOVANETTI(OAB: 19623-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO PARANÁ
- JAEL SIMÕES SANTOS RANDO

Processo Nº Ag-AIRR-0000224-39.2016.5.22.0001

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO PIAUÍ
Procuradora	DRA. MIRNA GRACE CASTELO BRANCO DE LIMA
AGRAVADO(S)	GIVAGO DE SOUZA MOURA FRANÇA
Advogado	DR. ANDRÉ MONTEIRO PORTELLA MARTINS CUNHA(OAB: 4819-A/PI)
AGRAVADO(S)	LIMPEL SERVIÇOS GERAIS LTDA.
Advogada	DRA. SUÉLLEN VIEIRA SOARES(OAB: 5942-A/PI)
Advogado	DR. THIAGO DE SOUSA VAL(OAB: 6188/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO PIAUÍ
- GIVAGO DE SOUZA MOURA FRANÇA
- LIMPEL SERVIÇOS GERAIS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0000275-43.2018.5.11.0015

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO AMAZONAS
Procurador	DR. ALDENOR DE SOUZA RABELO
AGRAVADO(S)	JEOVANE MORAIS DE SOUZA
Advogada	DRA. INGRID MENDONÇA OSSUOSKY(OAB: 7573-A/AM)
Advogada	DRA. JULIANA SOUZA RODRIGUES(OAB: 10547-A/AM)
Advogado	DR. LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537-A/AM)
AGRAVADO(S)	RCA CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.
Advogada	DRA. LYA THAYNA LINS DE OLIVEIRA(OAB: 12697-A/AM)
AGRAVADO(S)	FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL "DOUTOR HEITOR VIEIRA DOURADO"
Procurador	DR. INDRA MARA BESSA
Procurador	DR. VITOR HUGO MOTA DE MENEZES
Procuradora	DRA. IVANIA LUCIA SILVA COSTA

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAZONAS
- FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL "DOUTOR HEITOR VIEIRA DOURADO"
- JEOVANE MORAIS DE SOUZA
- RCA CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0000286-60.2019.5.14.0401

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO ACRE
Procuradora	DRA. ROSANA FERNANDES MAGALHÃES BIANCARDI
Procurador	DR. FÁBIO MARCON LEONETTI
AGRAVADO(S)	JANAIRA BARBOSA AMORIM
Advogada	DRA. KAROLINA ARAÚJO LOPES TEIXEIRA DE SOUSA MEDEIROS(OAB: 4227-A/AC)
AGRAVADO(S)	AGILE SERVICOS LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- AGILE SERVICOS LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA - ME
- ESTADO DO ACRE
- JANAIRA BARBOSA AMORIM

Processo Nº Ag-AIRR-0000353-85.2020.5.14.0402

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO ACRE
Procurador	DR. FÁBIO MARCON LEONETTI
AGRAVADO(S)	SEBASTIAO SOARES DE AZEVEDO
Advogado	DR. ANDRE FABIANO SANTOS AGUIAR(OAB: 3393-S/AC)
Advogado	DR. FERNANDA GARCIA DA SILVA(OAB: 5398-A/AC)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO ACRE
- SEBASTIAO SOARES DE AZEVEDO

Processo Nº Ag-RR-0000383-58.2018.5.23.0041

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	MARIA PEREIRA FRANCA

Advogado	DR. DANIEL MELLO DOS SANTOS(OAB: 11386/MT)
AGRAVADO(S)	INSTITUTO PERNAMBUCANO DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE - IPAS
Advogado	DR. WILSON RODRIGUES(OAB: 25478-A/RN)
AGRAVADO(S)	ESTADO DE MATO GROSSO
Procuradora	DRA. ANA MARIA CATUNDA SABÓIA AMORIM

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE MATO GROSSO
- INSTITUTO PERNAMBUCANO DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE - IPAS
- MARIA PEREIRA FRANCA

Processo Nº Ag-AIRR-0000390-43.2012.5.15.0151

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	SUCOCÍTRICO CUTRALE LTDA.
Advogado	DR. MÁRCIO RAMOS SOARES DE QUEIROZ(OAB: 50262/SP)
Advogado	DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S)	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Procurador	DR. RAFAEL DE ARAUJO GOMES

Intimado(s)/Citado(s):

- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
- SUCOCÍTRICO CUTRALE LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0000392-19.2019.5.14.0402

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO ACRE
Procuradora	DRA. ROSANA FERNANDES MAGALHÃES BIANCARDI
Procurador	DR. FRANCISCO ARMANDO DE FEGUEIRÊDO MELO
AGRAVADO(S)	CLEBIA DE SOUZA LUCENA DA SILVA
Advogada	DRA. KAROLINA ARAÚJO LOPES TEIXEIRA DE SOUSA MEDEIROS(OAB: 4227-A/AC)
AGRAVADO(S)	AGILE SERVICOS LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA - ME
AGRAVADO(S)	JOSEPH JUNIOR FREITAS DE AMORIM E OUTRO

Intimado(s)/Citado(s):

- AGILE SERVICOS LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA - ME
- CLEBIA DE SOUZA LUCENA DA SILVA
- ESTADO DO ACRE
- JOSEPH JUNIOR FREITAS DE AMORIM E OUTRO

Processo Nº Ag-AIRR-0000402-50.2018.5.09.0010

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE CURITIBA
Procuradora	DRA. CAMILA JULIANA FRANCISCO CANEPARO
AGRAVADO(S)	DANIELLE DE FATIMA SKREPETZ PEREIRA
Advogado	DR. JOSE LUCIO GLOMB(OAB: 6838-A/PR)
Advogado	DR. PAULO EDUARDO DA SILVA MÜLLER(OAB: 59060-A/PR)
AGRAVADO(S)	ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE REABILITAÇÃO
Advogado	DR. CARLOS AUGUSTO OLIVE MALHADAS(OAB: 17430-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE REABILITAÇÃO
- DANIELLE DE FATIMA SKREPETZ PEREIRA
- MUNICÍPIO DE CURITIBA

Processo Nº Ag-AIRR-0000414-89.2019.5.13.0019

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	ESTADO DA PARAÍBA
Procurador	DR. RICARDO RUIZ ARIAS NUNES
AGRAVADO(S)	ABBC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BENEFICÊNCIA COMUNITÁRIA
Advogado	DR. EDU MONTEIRO JÚNIOR(OAB: 98688-A/SP)
AGRAVADO(S)	RAFAELA MAIA FERNANDES DE MEDEIROS
Advogado	DR. HUGO CÉSAR SOARES LIMA(OAB: 16448-A/PB)
Advogado	DR. FABRÍCIO MEDEIROS(OAB: 27581/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ABBC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BENEFICÊNCIA COMUNITÁRIA
- ESTADO DA PARAÍBA
- RAFAELA MAIA FERNANDES DE MEDEIROS

Processo Nº Ag-RR-0000466-22.2016.5.10.0004

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	DIVA PEREIRA DE ARAÚJO
Advogado	DR. ALESSANDRO FREITAS DA ROCHA(OAB: 13345-A/DF)
Advogada	DRA. CRISTIANE AIRES DO RÊGO(OAB: 19810-A/DF)
Advogada	DRA. FRANCISCA AIRES DE LIMA LEITE(OAB: 2300-A/DF)
AGRAVADO(S)	UNIÃO (PGU)
Procurador	DR. PEDRO PAULO MONTEDÔNIO
AGRAVADO(S)	SATURNY ADMINISTRAÇÃO E LIMPEZA LTDA.
Advogado	DR. SHEILA MILDES LOPES(OAB: 23917-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIVA PEREIRA DE ARAÚJO
- SATURNY ADMINISTRAÇÃO E LIMPEZA LTDA.
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº Ag-AIRR-0000497-52.2015.5.22.0001

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO PIAUÍ
Procurador	DR. FRANCISCO VIANA FILHO
AGRAVADO(S)	JUDITE DA COSTA GOMES
Advogado	DR. FRANCISCO ABIEZEL RABELO DANTAS(OAB: 3618-A/PI)
AGRAVADO(S)	EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUI S.A.
Advogado	DR. THIAGO ALMEIDA NASCIMENTO(OAB: 4851-A/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUI S.A.
- ESTADO DO PIAUÍ
- JUDITE DA COSTA GOMES

Processo Nº Ag-AIRR-0000515-77.2020.5.14.0403

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO ACRE
Procuradora	DRA. ROSANA FERNANDES MAGALHÃES BIANCARDI
Procurador	DR. FRANCISCO ARMANDO DE FEGUEIRÊDO MELO
AGRAVADO(S)	GENILZA DA SILVA SEVERINO
Advogado	DR. IGOR PORTO AMADO(OAB: 3644-A/AC)
AGRAVADO(S)	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE
- ESTADO DO ACRE
- GENILZA DA SILVA SEVERINO

Processo Nº Ag-AIRR-0000538-51.2011.5.05.0027

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	UNIÃO (PGU)
Procurador	DR. MOISÉS SAPUCAIA DE CARVALHO
AGRAVADO(S)	SINDICATO DE VIGILANTES E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DA BAHIA
Advogado	DR. NEI VIANA COSTA PINTO(OAB: 8361/BA)
AGRAVADO(S)	ASCOP - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.
Advogada	DRA. MARIA NEUZA DE OLIVEIRA REZENDE(OAB: 8657/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASCOP - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.
- SINDICATO DE VIGILANTES E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DA BAHIA
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº Ag-AIRR-0000566-68.2019.5.14.0421

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO ACRE
Procuradora	DRA. ROSANA FERNANDES MAGALHÃES BIANCARDI
AGRAVADO(S)	RODOLFO DA COSTA FROTA
Advogada	DRA. MARIA LÍGIA DE PAOLA UENO(OAB: 330501/SP)
AGRAVADO(S)	MONTEIRO & SOARES CONSTRUÇÕES LTDA. - ME
Advogado	DR. RIVALDO SOARES DA SILVA JÚNIOR(OAB: 4567-A/AC)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO ACRE
- MONTEIRO & SOARES CONSTRUÇÕES LTDA. - ME
- RODOLFO DA COSTA FROTA

Processo Nº Ag-AIRR-0000580-72.2020.5.14.0403

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO ACRE
Procuradora	DRA. ROSANA FERNANDES MAGALHÃES BIANCARDI
Procurador	DR. FRANCISCO ARMANDO DE FEGUEIRÊDO MELO
AGRAVADO(S)	FRANCINEIA NASCIMENTO DE OLIVEIRA
Advogada	DRA. KRYSNA MARCELA RAMIREZ FERREIRA(OAB: 4773-A/AC)
AGRAVADO(S)	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE
- ESTADO DO ACRE
- FRANCINEIA NASCIMENTO DE OLIVEIRA

Processo Nº Ag-AIRR-0000704-92.2019.5.14.0402

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO ACRE
Procurador	DR. FÁBIO MARCON LEONETTI
AGRAVADO(S)	MARIA FRANCISCA GOMES DE SOUZA
Advogado	DR. ANDRÉ FERREIRA MARQUES(OAB: 3319/AC)
AGRAVADO(S)	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE
- ESTADO DO ACRE
- MARIA FRANCISCA GOMES DE SOUZA

Processo Nº Ag-AIRR-0000755-53.2016.5.10.0812

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	VIAÇÃO ARAGUARINA LTDA. E OUTRAS
Advogada	DRA. PATRÍCIA MIRANDA CENTENO AMARAL(OAB: 24190/GO)
AGRAVADO(S)	ROBERTO JORDÃO DE ARAÚJO
Advogada	DRA. RANIELE MARIA OLIVEIRA DA SILVA E DUTRA(OAB: 11757-A/PA)
AGRAVADO(S)	SORVETERIA CREME MEL S.A.
Advogado	DR. KLAUS EDUARDO RODRIGUES MARQUES(OAB: 29917-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ROBERTO JORDÃO DE ARAÚJO
- SORVETERIA CREME MEL S.A.
- VIAÇÃO ARAGUARINA LTDA. E OUTRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0001008-05.2019.5.22.0003

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	CLEDSON ALVES EVANGELISTA
Advogado	DR. PATRICK BARCELLOS PEIXES(OAB: 1943/SE)

AGRAVADO(S)	FEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO ESTADO DO PIAUI
Advogado	DR. MARCELO CAMPELO DE ABREU(OAB: 9811-A/PI)
AGRAVADO(S)	JULIO CESAR DE CARVALHO LIMA
Advogado	DR. VICENTE DE PAULA MENDES DE RESENDE JUNIOR(OAB: 3688-A/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEDSON ALVES EVANGELISTA
- FEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO ESTADO DO PIAUI
- JULIO CESAR DE CARVALHO LIMA

Processo Nº Ag-AIRR-0001018-16.2019.5.09.0325

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER
Procuradora	DRA. FERNANDA BASTOS KAMMRADT GUERRA
AGRAVADO(S)	EDINA MARIA RICAS
Advogado	DR. ROQUE PORFIRIO(OAB: 17838-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDINA MARIA RICAS
- INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER

Processo Nº Ag-AIRR-0001029-57.2018.5.09.0009

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE CURITIBA
Procuradora	DRA. MAUREEN DAISY MACHADO VIRMOND
Procuradora	DRA. OLÍVIA WALDEMBURGO DE OLIVEIRA ABRUNHOSA
AGRAVADO(S)	MARCIA COELHO CAVALHEIRO
Advogado	DR. ZILDA SUIZANI CIAGNIWODA(OAB: 15780-A/PR)
AGRAVADO(S)	INSTITUTO PRÓ-CIDADANIA DE CURITIBA
Advogado	DR. CLÁUDIO ROBERTO PADILHA(OAB: 27060-A/PR)
Advogado	DR. BRUNO GUILHERME FERNANDES BAPTISTONI(OAB: 103842-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO PRÓ-CIDADANIA DE CURITIBA
- MARCIA COELHO CAVALHEIRO
- MUNICÍPIO DE CURITIBA

Processo Nº Ag-AIRR-0001122-02.2012.5.01.0058

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	OSBORNE COSTA CONSTRUTORA LTDA.
Advogado	DR. CARLOS ROBERTO FONSECA DE ANDRADE(OAB: 15825-A/RJ)
AGRAVADO(S)	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Procuradora	DRA. AÍDA GLANZ

Intimado(s)/Citado(s):

- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
- OSBORNE COSTA CONSTRUTORA LTDA.

Processo Nº Ag-RR-0001201-02.2019.5.11.0011

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
Procurador	DR. ANTÔNIO MARIA FILGUEIRAS CAVALCANTE JÚNIOR
AGRAVADO(S)	VALCEMIR VIANA DA SILVA
Advogado	DR. ROBERTO FREITAS PESSOA(OAB: 33774/DF)
Advogado	DR. GILPÉTRON DOURADO DE MORAES(OAB: 15204/BA)
Advogado	DR. FELIPE GILPÉTRON CARVALHO DE MORAES(OAB: 46298/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
- VALCEMIR VIANA DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0001212-90.2011.5.02.0066

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. RENATO SPAGGIARI
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. GISELLE CRISTINA NASSIF ELIAS
AGRAVADO(S)	UNIÃO (PGU)
Procurador	DR. JULIANO ZAMBONI
AGRAVADO(S)	EDILSON BARBOSA DE ALMEIDA
Advogado	DR. WILLIAM FERNANDES CHAVES(OAB: 236257-A/SP)
AGRAVADO(S)	GSV - SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
Advogada	DRA. TALITA ROXANA PINHEIRO NOBRE(OAB: 299242/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDILSON BARBOSA DE ALMEIDA
- FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
- GSV - SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº Ag-AIRR-0001223-85.2013.5.15.0067

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. ALENA ASSED MARINO SARAN
Procuradora	DRA. HÉLIA RÚBIA GIGLIOLI
AGRAVADO(S)	ROSA MARIA MARTINS
Advogado	DR. HENRIQUE FERNANDES ALVES(OAB: 259828-A/SP)
AGRAVADO(S)	PRUSERV COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
- PRUSERV COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.
- ROSA MARIA MARTINS

Processo Nº Ag-AIRR-0001331-10.2019.5.22.0003

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO PIAUÍ
Advogada	DRA. MIRNA GRACE CASTELO BRANCO DE LIMA(OAB: 7802/PI)
AGRAVADO(S)	RAFAEL MARCIO SANTOS ALVES
Advogado	DR. ISRAEL FELIX PATRICIO PEREIRA(OAB: 13151-A/PI)
AGRAVADO(S)	LIMPEL SERVIÇOS GERAIS LTDA.
Advogado	DR. ISAEL NORONHA PEREIRA(OAB: 16953-A/PI)
Advogado	DR. ROSEMARY ARAUJO MACHADO(OAB: 11061-A/PI)
Advogado	DR. JOAO VICTOR DA SILVA NASCIMENTO(OAB: 13004-A/PI)
Advogado	DR. JOANA MACHADO RIBEIRO(OAB: 18870-A/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO PIAUÍ
- LIMPEL SERVIÇOS GERAIS LTDA.
- RAFAEL MARCIO SANTOS ALVES

Processo Nº Ag-RR-0001561-66.2017.5.05.0271

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
Procuradora	DRA. RENATA DE CARVALHO ACCIOLY LIMA
Procurador	DR. BRUNO CÉSAR MACIEL BRAGA
AGRAVADO(S)	EDILSON JOSE BRITO DA CRUZ
Advogada	DRA. GISELLI TAVARES FEITOSA COSTA(OAB: 18457-A/DF)
Advogado	DR. ROBERTO FREITAS PESSOA(OAB: 33774/DF)
Advogado	DR. GILPÉTRON DOURADO DE MORAES(OAB: 15204/BA)
Advogado	DR. FELIPE GILPÉTRON CARVALHO DE MORAES(OAB: 46298/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDILSON JOSE BRITO DA CRUZ
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA

Processo Nº Ag-AIRR-0001660-27.2014.5.03.0035

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	FERNANDO LUIZ LOPES LIMA
Advogado	DR. JOÃO BOSCO MOREIRA(OAB: 70689-A/MG)
AGRAVADO(S)	ESDEVA EMPRESA GRÁFICA LTDA.
Advogada	DRA. SUZANA MARIA PALETTA GUEDES MORAES(OAB: 62077/MG)
Advogado	DR. CARLOS EDUARDO PALETTA GUEDES(OAB: 78745-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESDEVA EMPRESA GRÁFICA LTDA.
- FERNANDO LUIZ LOPES LIMA

Processo Nº Ag-RR-0001751-42.2017.5.17.0191

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
Procurador	DR. RAQUEL MAMEDE DE LIMA
Procuradora	DRA. RENATA DE CARVALHO ACCIOLY LIMA
AGRAVADO(S)	DANIELA RAMOS DOS SANTOS
Advogado	DR. LEONARDO DE CASTRO RIBEIRO(OAB: 29464-A/ES)
AGRAVADO(S)	FANTON SERVIÇOS EIRELI - EPP
Advogada	DRA. ROBERTA BRAGANÇA ZÓBOLO BRAVIM(OAB: 13239/ES)
Advogado	DR. CÉSAR DE AZEVEDO LOPES(OAB: 11340-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIELA RAMOS DOS SANTOS
- FANTON SERVIÇOS EIRELI - EPP
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO

Processo Nº Ag-AIRR-0002266-14.2015.5.02.0014

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
AGRAVANTE(S)	AGROPECUÁRIA VALE DO ARAGUAIA LTDA.
Advogada	DRA. MARA LÍDIA SALGADO DE FREITAS(OAB: 112754/SP)
Advogada	DRA. DANIELA FERREIRA DOS SANTOS(OAB: 232503-A/SP)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS AEROVIÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO
Advogado	DR. CARLOS A. JATAHY DUQUE-ESTRADA JÚNIOR(OAB: 179983/SP)
Advogado	DR. JONATAS GONÇALVES DE OLIVEIRA(OAB: 379444-A/SP)
AGRAVADO(S)	SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS
Advogado	DR. BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR(OAB: 131896-A/SP)
Advogado	DR. ALAN APOLIDORIO(OAB: 200053 -A/SP)
AGRAVADO(S)	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Procuradora	DRA. ROSEMARY FERNANDES MOREIRA
AGRAVADO(S)	MASSA FALIDA DA VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO
Advogado	DR. IVAN CLEMENTINO(OAB: 66509-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGROPECUÁRIA VALE DO ARAGUAIA LTDA.
- MASSA FALIDA DA VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
- SINDICATO DOS AEROVIÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO
- SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS

Processo Nº Ag-AIRR-0010239-48.2016.5.03.0146

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG 050 S.A.
Advogado	DR. RODRIGO SEIZO TAKANO(OAB: 162343-A/SP)
AGRAVADO(S)	RODRIGO DE SOUZA ADRIANO
Advogada	DRA. RITA DE CÁSSIA BARBOSA LOPES VIVAS(OAB: 8685/DF)
Advogado	DR. JOSÉ MAURO DOS SANTOS JÚNIOR(OAB: 137132/MG)

AGRAVADO(S)	IBIRÁLCOOL - DESTILARIA DE ÁLCOOL IBIRAPUÃ LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG 050 S.A.
- IBIRÁLCOOL - DESTILARIA DE ÁLCOOL IBIRAPUÃ LTDA.
- RODRIGO DE SOUZA ADRIANO

Processo Nº Ag-AIRR-0010499-25.2019.5.15.0102

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Advogado	DR. PEDRO LUIZ NEVES FREIRE(OAB: 254942-A/SP)
AGRAVADO(S)	MANOEL ALVES CALAIS
Advogada	DRA. DIANA MACIEL FORATO(OAB: 238028-A/SP)
AGRAVADO(S)	REAK SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA. E OUTRO
Advogado	DR. MARCELO SANCHEZ SALVADORE(OAB: 174441-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- MANOEL ALVES CALAIS
- REAK SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA. E OUTRO

Processo Nº Ag-AIRR-0010861-70.2020.5.15.0044

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE MIRASSOL
Procuradora	DRA. LILIAN APARECIDA MONTEMOR
AGRAVADO(S)	MARLENE ZOLA PERES
Advogado	DR. MARCELO ZOLA PERES(OAB: 175388-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARLENE ZOLA PERES
- MUNICÍPIO DE MIRASSOL

Processo Nº Ag-AIRR-0011191-91.2016.5.15.0049

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	GERALDO ANTONIO MARTINS
Advogado	DR. CARLOS ADALBERTO RODRIGUES(OAB: 106374-A/SP)
AGRAVADO(S)	TERRAL AGRICULTURA E PECUÁRIA S.A.
Advogado	DR. GUILHERME JOSÉ THEODORO DE CARVALHO(OAB: 216553-A/SP)
Advogado	DR. CESAR AUGUSTO GOMES HERCULES(OAB: 157810-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GERALDO ANTONIO MARTINS
- TERRAL AGRICULTURA E PECUÁRIA S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0011229-76.2015.5.18.0010

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	REALMIX CONCRETO LTDA.
Advogado	DR. RODRIGO VIEIRA ROCHA BASTOS(OAB: 20730-A/GO)
AGRAVADO(S)	PAULO HENRIQUE BARROS CARVALHO
Advogada	DRA. ZULMIRA PRAXEDES(OAB: 6664-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- PAULO HENRIQUE BARROS CARVALHO
- REALMIX CONCRETO LTDA.

Processo Nº Ag-RR-0011433-94.2017.5.15.0023

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. MARIO HENRIQUE DUTRA NUNES
AGRAVADO(S)	MARIA DE FATIMA DOMINGUES DE SOUZA
Advogado	DR. JOSÉ CLÁSSIO BAPTISTA(OAB: 93666-A/SP)
AGRAVADO(S)	ANGEL CONSTRUTORA & SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA - ME
Advogado	DR. MARCOS FERREIRA DA SILVA(OAB: 298509-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGEL CONSTRUTORA & SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA - ME
- ESTADO DE SÃO PAULO
- MARIA DE FATIMA DOMINGUES DE SOUZA

Processo Nº Ag-ARR-0011559-73.2016.5.09.0015

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE CURITIBA
Procuradora	DRA. ERENISE DO ROCIO BORTOLINI
Procurador	DR. MARIA FRANCISCA DE ALMEIDA DORIA MOHR
AGRAVADO(S)	ERCI APARECIDA PEDROSO TEODORO
Advogado	DR. JOSÉ NAZARENO GOULART(OAB: 10075/PR)
AGRAVADO(S)	INSTITUTO PRÓ-CIDADANIA DE CURITIBA
Advogado	DR. CLÁUDIO ROBERTO PADILHA(OAB: 27060-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ERCI APARECIDA PEDROSO TEODORO
- INSTITUTO PRÓ-CIDADANIA DE CURITIBA
- MUNICÍPIO DE CURITIBA

Processo Nº Ag-RR-0011581-63.2016.5.15.0113

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/SP
Procuradora	DRA. JULIANA DE OLIVEIRA COSTA GOMES SATO
AGRAVADO(S)	ARIANE DA SILVA
Advogada	DRA. ANA PAULA GONÇALVES(OAB: 241149/SP)
AGRAVADO(S)	MULTFIN SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ARIANE DA SILVA
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/SP
- MULTFIN SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-0011849-70.2016.5.15.0064

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Advogado	DR. NAZÁRIO CLEODON DE MEDEIROS(OAB: 84809/SP)
AGRAVADO(S)	ELENIR APARECIDA POPLASKI SANTOS
Advogada	DRA. CÍNTHIA ATAÍDE DO PRADO(OAB: 281338-A/SP)
AGRAVADO(S)	GSV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ELENIR APARECIDA POPLASKI SANTOS
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- GSV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Processo Nº Ag-RR-0012129-16.2016.5.15.0040

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. JULIANA DE OLIVEIRA COSTA GOMES SATO
AGRAVADO(S)	LAZARA BENEDITA DA SILVA
Advogado	DR. JOSÉ SERAPHIM JÚNIOR(OAB: 96837-A/SP)
AGRAVADO(S)	HYPERTOP TERCEIRIZAÇÕES LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- HYPERTOP TERCEIRIZAÇÕES LTDA.
- LAZARA BENEDITA DA SILVA

Processo Nº Ag-RR-0012263-97.2017.5.15.0043

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SAO PAULO
Procuradora	DRA. GISELLE CRISTINA NASSIF ELIAS
AGRAVADO(S)	VERALUCIA MARIA DE CARVALHO
Advogada	DRA. ANA CAROLINA DAL FARRA(OAB: 180993-A/SP)
AGRAVADO(S)	TRANSCAMPOS SERVIÇOS GERAIS TERCEIRIZADOS LTDA. - EPP
Advogado	DR. MARCELO PECCININ(OAB: 256122-A/SP)
Advogado	DR. GUSTAVO BISMARCHI MOTTA(OAB: 275477-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SAO PAULO
- TRANSCAMPOS SERVIÇOS GERAIS TERCEIRIZADOS LTDA. - EPP
- VERALUCIA MARIA DE CARVALHO

Processo Nº Ag-RR-0012417-80.2016.5.15.0066

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
Procuradora	DRA. HÉLIA RÚBIA GIGLIOLI
AGRAVADO(S)	ALISON HENRIQUE OLEGARIO DO NASCIMENTO
Advogado	DR. ANA CRISTINA NASSIF KARAM OLIVEIRA(OAB: 139882-A/SP)
Advogado	DR. EDUARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA(OAB: 139954-A/SP)
Advogado	DR. ANTÔNIO GUERREIRO NETO(OAB: 357809-A/SP)
Advogada	DRA. HELAINE REGINA DE MAGALHAES(OAB: 175955-A/SP)
Advogado	DR. CONSUELO DE REZENDE(OAB: 191405-A/SP)
Advogado	DR. ELIANE LEAL ARANTES(OAB: 161542-A/SP)
AGRAVADO(S)	MAG SEGUR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ALISON HENRIQUE OLEGARIO DO NASCIMENTO
- HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
- MAG SEGUR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Processo Nº Ag-RR-0012669-16.2017.5.15.0077

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. JULIANA DE OLIVEIRA COSTA GOMES SATO
AGRAVADO(S)	JOELITA NASCIMENTO DO CARMO
Advogado	DR. FÁBIO DE ALMEIDA MOREIRA(OAB: 272074-A/SP)
AGRAVADO(S)	S.C. SERVIÇOS GERAIS TERCERIZADOS LTDA. - ME
Advogado	DR. MARCELO PECCININ(OAB: 256122-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- JOELITA NASCIMENTO DO CARMO
- S.C. SERVIÇOS GERAIS TERCERIZADOS LTDA. - ME

Processo Nº Ag-AIRR-0020029-84.2016.5.04.0451

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Procurador	DR. JULIANO DE ANGELIS
AGRAVADO(S)	IVONE BRITTO DOS SANTOS
Advogado	DR. MAURÍCIO ADILOM DE SOUZA VIEIRA(OAB: 16214-A/RS)
AGRAVADO(S)	ÚNICA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
- IVONE BRITTO DOS SANTOS
- ÚNICA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. - ME

Processo Nº Ag-AIRR-0020299-56.2019.5.04.0305

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	JOSE ANTONIO SOARES DE LIMA
Advogado	DR. PAULO FERNANDO LORENÇO(OAB: 93122-A/RS)
Advogado	DR. ANDRIO PORTUGUEZ FONSECA(OAB: 31913-A/RS)
AGRAVADO(S)	IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
Advogado	DR. GUSTAVO LEITE PEREIRA(OAB: 65737-A/RS)
Advogado	DR. MICHELE DE OLIVEIRA MACIEL(OAB: 80579-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
- JOSE ANTONIO SOARES DE LIMA

Processo Nº Ag-AIRR-0020475-72.2014.5.04.0511

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	TONIOLO, BUSNELLO S/A - TUNEIS, TERRAPLENAGENS E PAVIMENTACOES - EM RECUPERACAO JUDICIAL
Advogado	DR. ALTAIR ANTÔNIO AMORIM(OAB: 37628-B/RS)
Advogado	DR. JULIO CESAR CAPELA(OAB: 86305-A/RS)
Advogado	DR. ORLANDO ANTUNES TOLEDO(OAB: 24261-A/RS)
AGRAVADO(S)	JOAO ODIRLEI DA RORA CHAVES
Advogado	DR. ARMILO ZANATTA(OAB: 9602-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO ODIRLEI DA RORA CHAVES
- TONIOLO, BUSNELLO S/A - TUNEIS, TERRAPLENAGENS E PAVIMENTACOES - EM RECUPERACAO JUDICIAL

Processo Nº Ag-AIRR-0020763-38.2018.5.04.0201

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE CANOAS
Procurador	DR. LAYER LEOME MENDES NETO
AGRAVADO(S)	MELISSA DOS SANTOS ROCHA
Advogada	DRA. SUELEN TITTON(OAB: 82306-A/RS)
Advogado	DR. ANDRÉ MARTINS LARA(OAB: 67617-A/RS)
AGRAVADO(S)	MASSA FALIDA DE PROTELIMP SERVIÇOS DE PORTARIA, LIMPEZA E MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADOS EIRELI
Advogada	DRA. RITA KÁSSIA NESKE UNFER(OAB: 89525-A/RS)
AGRAVADO(S)	SENTINELA ADMINISTRADORA JUDICIAL
Advogada	DRA. CLAUDETE ROSIMARA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO(OAB: 62046-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- MASSA FALIDA DE PROTELIMP SERVIÇOS DE PORTARIA, LIMPEZA E MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADOS EIRELI
- MELISSA DOS SANTOS ROCHA
- MUNICÍPIO DE CANOAS
- SENTINELA ADMINISTRADORA JUDICIAL

Processo Nº Ag-AIRR-0100167-56.2019.5.01.0050

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
AGRAVADO(S)	VERONICA RODRIGUES DUARTE
Advogado	DR. ELIAS FERNANDES COUTINHO NETO(OAB: 211367-A/RJ)
AGRAVADO(S)	LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
Advogada	DRA. ELISABETH CAETANO(OAB: 83276-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- VERONICA RODRIGUES DUARTE

Processo Nº Ag-AIRR-0100188-45.2018.5.01.0057

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
AGRAVADO(S)	MARCO ANTONIO ANTUNES PEREIRA
Advogado	DR. PEDRO PAULO PEREIRA DE BARROS(OAB: 154416-A/RJ)
AGRAVADO(S)	VS BRASIL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCO ANTONIO ANTUNES PEREIRA
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- VS BRASIL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI

Processo Nº Ag-RR-0100192-81.2019.5.01.0046

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN
Procurador	DR. RAFAEL MAIA GUANAES
AGRAVADO(S)	ROBSON LINS DA CONCEICAO
Advogado	DR. EBER JACKSON DA SILVA(OAB: 102097-A/RJ)
AGRAVADO(S)	TRADE BUILDING ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN
- ROBSON LINS DA CONCEICAO
- TRADE BUILDING ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0100249-10.2019.5.01.0011

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
AGRAVADO(S)	LINDALVA MARIA DE OLIVEIRA
Advogado	DR. MÁRCIO ALEXANDRE DUARTE DE LIMA(OAB: 144098-A/RJ)

AGRAVADO(S)	ANDRADES GESTAO EMPRESARIAL E SERVICOS EIRELI
Advogado	DR. BRUNO DOS SANTOS RAMOS CAVALCANTI(OAB: 207905-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRADES GESTAO EMPRESARIAL E SERVICOS EIRELI
- LINDALVA MARIA DE OLIVEIRA
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-RR-0100538-50.2016.5.01.0462

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. DEBORAH ABREU
AGRAVADO(S)	ADRIANO DE MELO RODRIGUES
Advogado	DR. MAURO DA FONSECA FERREIRA(OAB: 102963-D/RJ)
AGRAVADO(S)	EXECUÇÃO, CONSTRUÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO EIRELI
Advogado	DR. CARLA CAROLINA DE SANTANA SILVA(OAB: 256313-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANO DE MELO RODRIGUES
- EXECUÇÃO, CONSTRUÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO EIRELI
- UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-RR-0101492-03.2016.5.01.0202

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO.
Procurador	DR. RAFAEL MAIA GUANAES
AGRAVADO(S)	MARIA GRACIANE DA SILVA
Advogado	DR. MARCELO PEREIRA JORGE(OAB: 105041-A/RJ)
AGRAVADO(S)	MILÊNIO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
Advogado	DR. LEONARDO SALUSTIANO DE SOUZA(OAB: 185351-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO.
- MARIA GRACIANE DA SILVA
- MILÊNIO ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0101533-88.2017.5.01.0022

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	UNIÃO (PGU)
Procuradora	DRA. RENATA CRISTINA TEIXEIRA DE ABREU
Procuradora	DRA. ESTHER REGINA CORRÊA LEITE PRADO
AGRAVADO(S)	JOSE ABRANTES DANTAS
Advogada	DRA. CECÍLIA ROSA GOMES(OAB: 87638-D/RJ)
Advogado	DR. VALCILENE DA SILVA CORDEIRO(OAB: 88552-A/RJ)
Advogado	DR. VALTER LUIS FERREIRA GOMES(OAB: 168595-D/RJ)
AGRAVADO(S)	VS BRASIL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE ABRANTES DANTAS
- UNIÃO (PGU)
- VS BRASIL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI

Processo Nº Ag-RRAg-0101657-48.2017.5.01.0062

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
AGRAVADO(S)	SINGLE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - EIRELI
Advogado	DR. ANDRÉ DA SILVA TEIXEIRA(OAB: 84892-A/RJ)
AGRAVADO(S)	EVA CRISTINA GOMES QUINTELA
Advogado	DR. RICARDO MOTTA VAZ DE CARVALHO(OAB: 108301-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EVA CRISTINA GOMES QUINTELA
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- SINGLE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - EIRELI

Processo Nº Ag-RR-0101705-24.2017.5.01.0024

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
Procurador	DR. RAFAEL MAIA GUANAES
AGRAVADO(S)	GLORIA CORREA CALDAS
Advogada	DRA. MÁRCIA COSTA DA SILVA(OAB: 175097-A/RJ)
Advogada	DRA. KARINA BASTOS(OAB: 167511-A/RJ)
AGRAVADO(S)	BRASPAR SERVIÇOS LTDA. - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- BRASPAR SERVIÇOS LTDA. - ME
- GLORIA CORREA CALDAS
- INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Processo Nº Ag-RR-0101757-70.2018.5.01.0481

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ
Procurador	DR. JAIME GUIMARÃES COUTO DOS SANTOS
AGRAVADO(S)	REJANE NASCIMENTO DOS SANTOS
Advogado	DR. LETICIA DA SILVA RANGEL(OAB: 218580-A/RJ)
AGRAVADO(S)	INSTITUTO ESPERANÇA
Advogado	DR. DAFINI RIBEIRO GUIMARAES(OAB: 231340-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO ESPERANÇA
- MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ
- REJANE NASCIMENTO DOS SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-0101910-06.2017.5.01.0072

Complemento	Plenário Virtual

Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
Procurador	DR. RODRIGO HENRIQUE LUIZ CORRÊA
AGRAVADO(S)	KELLY CRISTINA GOMES SILVA INACIO
Advogado	DR. PAULO CÉSAR ARAGÃO DA SILVA(OAB: 69112-A/RJ)
Advogado	DR. GERALDO PROCACI GONCALVES(OAB: 161387-A/RJ)
AGRAVADO(S)	HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS
Advogado	DR. LEONARDO TEPERINO SCHETTINI(OAB: 154964-A/RJ)
Advogada	DRA. RENATA ARAÚJO DE CASTRO LACERDA(OAB: 118819/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS
- KELLY CRISTINA GOMES SILVA INACIO
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0107100-46.2004.5.15.0126

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.
Advogado	DR. LUIZ FERNANDO DO VALE DE A. GUILHERME(OAB: 195805-D/SP)
Advogado	DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 128341/SP)
AGRAVADO(S)	NILSON BRAGA
Advogado	DR. ADILSON APARECIDO FELICIANO(OAB: 148809/SP)
AGRAVADO(S)	LIDERBRÁS LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA.
Advogada	DRA. FLÁVIA PIAS DE OLIVEIRA RAMOS(OAB: 31673/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIDERBRÁS LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA.
- NILSON BRAGA
- PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Processo Nº Ag-RR-1000090-87.2018.5.02.0063

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. ISABELLE MARIA VERZA DE CASTRO
AGRAVADO(S)	MARCOS ROBERTO ALVES DE OLIVEIRA
Advogada	DRA. DEYSE DE FÁTIMA LIMA(OAB: 277630-A/SP)
AGRAVADO(S)	MPD ENGENHARIA LTDA.
Advogado	DR. ANDRÉ CAMARGO(OAB: 324363/SP)
Advogado	DR. ROGNE OLIVEIRA GELESCO(OAB: 187653-A/SP)
Advogado	DR. FELIPE NAVEGA MEDEIROS(OAB: 217017-A/SP)
AGRAVADO(S)	WILLIANS CIPRIANO DIAS
Advogado	DR. ELI CLAUDIO MUNIZ DA SILVA(OAB: 370279-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- MARCOS ROBERTO ALVES DE OLIVEIRA
- MPD ENGENHARIA LTDA.
- WILLIANS CIPRIANO DIAS

Processo Nº Ag-ARR-1000096-03.2018.5.02.0255

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE CUBATÃO
Procurador	DR. VICTOR AUGUSTO LOVECCHIO
AGRAVADO(S)	MARIA ANDREIA LEITE CAMARGO
Advogado	DR. JAMES AUGUSTO SIQUEIRA(OAB: 18065-A/DF)
Advogado	DR. LUIZ MARCELO MOREIRA(OAB: 194858/SP)
Advogado	DR. FABIO DIAS GRANDIZOLI(OAB: 47111-A/DF)
Advogada	DRA. CAMILA DE PAULA E SILVA(OAB: 38528-A/DF)
Advogado	DR. LUCAS CAVALCANTE NOÉ DE CASTRO(OAB: 59047/DF)
AGRAVADO(S)	ORGANIZAÇÃO SOCIAL SAÚDE REVOLUÇÃO

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA ANDREIA LEITE CAMARGO
- MUNICÍPIO DE CUBATÃO
- ORGANIZAÇÃO SOCIAL SAÚDE REVOLUÇÃO

Processo Nº Ag-AIRR-1000277-78.2019.5.02.0316

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. MARINA FERNANDA DE CARLOS FLORES DA SILVA
AGRAVADO(S)	VANESSA FERREIRA DA SILVA
Advogado	DR. MILKA REGINA PEREIRA OLIVEIRA(OAB: 343834-A/SP)
AGRAVADO(S)	OFICINA 3D TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA. - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- OFICINA 3D TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA. - EPP
- VANESSA FERREIRA DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-1000377-36.2019.5.02.0703

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. LUIZ ÁLVARO FERNANDES GALHANONE
AGRAVADO(S)	EGUINALDO ULISSES DO NASCIMENTO
Advogado	DR. RODRIGO FERREIRA FERRARI(OAB: 245507/SP)
AGRAVADO(S)	SPE SOMA - SOLUÇÕES EM MEIO AMBIENTE LTDA.
Advogado	DR. GABRIEL TURIANO MORAES NUNES(OAB: 20897-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EGUINALDO ULISSES DO NASCIMENTO
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- SPE SOMA - SOLUÇÕES EM MEIO AMBIENTE LTDA.

Processo Nº Ag-RR-1000692-37.2017.5.02.0088

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
Advogado	DR. GUSTAVO REZENDE MITNE(OAB: 52997-A/PR)
AGRAVADO(S)	UNIÃO (PGFN)
Procurador	DR. PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DA FAZENDA NACIONAL
Procurador	DR. OSVALDO ANTONIO DE LIMA
Procurador	DR. THIAGO LUIS EIRAS DA SILVEIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
- UNIÃO (PGFN)

Processo Nº Ag-AIRR-1000699-32.2019.5.02.0614

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. FLÁVIA MARIA SILVEIRA SOUZA FERRO
AGRAVADO(S)	ADRIANA ESTRELA
Advogado	DR. NORIO OTA(OAB: 117773-A/SP)
Advogado	DR. VANUSA DE FREITAS(OAB: 160424-A/SP)
AGRAVADO(S)	TEG SERVIÇOS DE APOIO CONSERVAÇÃO E LIMPEZA

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA ESTRELA
- ESTADO DE SÃO PAULO
- TEG SERVIÇOS DE APOIO CONSERVAÇÃO E LIMPEZA

Processo Nº Ag-AIRR-1000952-29.2019.5.02.0320

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. ODILON OTACILIO LIMA JUNIOR
Procurador	DR. GASPARINO JOSÉ ROMÃO FILHO
AGRAVADO(S)	MARIA APARECIDA LISBOA ALVES SILVA
Advogado	DR. JEFERSON LEANDRO DE SOUZA(OAB: 208650-A/SP)
AGRAVADO(S)	INSTITUTO GERIR
AGRAVADO(S)	ANTONIO BORGES DE QUEIROZ NETO

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO BORGES DE QUEIROZ NETO
- INSTITUTO GERIR
- MARIA APARECIDA LISBOA ALVES SILVA
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº Ag-AIRR-1001060-68.2018.5.02.0231

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. ISABELLE MARIA VERZA
AGRAVADO(S)	ANA PAULA DE AMORIM
Advogado	DR. PAULO CÉSAR DA COSTA(OAB: 195289-A/SP)
AGRAVADO(S)	VISA CLEAN PORTARIA E HIGIENIZAÇÃO LTDA.
Advogado	DR. CARLA BASSO MARINHO(OAB: 196201-A/SP)
Advogado	DR. PHILIPE MORAIS DI SANTIS(OAB: 365948-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA PAULA DE AMORIM
- ESTADO DE SÃO PAULO
- VISA CLEAN PORTARIA E HIGIENIZAÇÃO LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-1001062-68.2016.5.02.0082

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. GUSTAVO LACERDA ANELLO
AGRAVADO(S)	JOSE RAIMUNDO REIS AROEIRA
Advogado	DR. DAGMAR GOMES RIBEIRO(OAB: 76759-A/SP)
Advogado	DR. VALDEVALDO OLIVEIRA MOREIRA(OAB: 177890-A/SP)
AGRAVADO(S)	FALLK SERVIÇOS GERAIS EIRELI - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- FALLK SERVIÇOS GERAIS EIRELI - ME
- JOSE RAIMUNDO REIS AROEIRA

Processo Nº Ag-AIRR-1001103-23.2018.5.02.0322

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. GASPARINO JOSÉ ROMÃO FILHO
AGRAVADO(S)	JOYCE APARECIDA PACHECO GONCALVES
Advogado	DR. RAIMUNDO NONATO MENDES SILVA(OAB: 109831-A/SP)
AGRAVADO(S)	INSTITUTO GERIR
Advogada	DRA. MAISA DE MAIO LIMA MARCIANO(OAB: 33781-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO GERIR
- JOYCE APARECIDA PACHECO GONCALVES
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº Ag-AIRR-1001197-31.2019.5.02.0614

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. ISABELLE MARIA VERZA DE CASTRO
AGRAVADO(S)	JOSINETE DE OLIVEIRA SANTOS
Advogada	DRA. ILYONNE SIMONE CAMARGO(OAB: 118029-A/SP)
Advogado	DR. ÉRICA TAISE LOPES(OAB: 264464-A/SP)
AGRAVADO(S)	JLA ALIMENTAÇÃO LTDA.
Advogado	DR. CRISTINA MANCUSO FIGUEIREDO SACONE(OAB: 162876-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- JLA ALIMENTAÇÃO LTDA.
- JOSINETE DE OLIVEIRA SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-1001227-72.2019.5.02.0321

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. DANIEL MENDES PEDROSO
AGRAVADO(S)	MILTON ROBERTO RONCATTI ALVES
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)
Advogada	DRA. RANIELLI DE OLIVEIRA ANDRADE(OAB: 415124/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MILTON ROBERTO RONCATTI ALVES
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº Ag-AIRR-1001232-09.2019.5.02.0026

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. ISABELLE MARIA VERZA
AGRAVADO(S)	CLOSER SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA
Advogado	DR. ISMAEL ANTONIO LISBOA SANTANA(OAB: 204107-A/SP)
AGRAVADO(S)	FLAVIO LUCIANO DA SILVA
Advogada	DRA. CÁRMEN CRISTINA BRAGA(OAB: 129428-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLOSER SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA
- ESTADO DE SÃO PAULO
- FLAVIO LUCIANO DA SILVA

Processo Nº Ag-RR-1001386-29.2017.5.02.0048

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	AUTARQUIA HOSPITALAR MUNICIPAL - SP
Procurador	DR. RENATO SPAGGIARI
AGRAVADO(S)	LINDBERG DE ARAUJO
Advogada	DRA. LUCIANA DOS SANTOS GARRIDO SOLIM(OAB: 261070-A/SP)
AGRAVADO(S)	NASCER & NASCER COMÉRCIO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA, SERVIÇOS DE PORTARIA E LIMPEZA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- AUTARQUIA HOSPITALAR MUNICIPAL - SP
- LINDBERG DE ARAUJO
- NASCER & NASCER COMÉRCIO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA, SERVIÇOS DE PORTARIA E LIMPEZA LTDA.

Processo Nº Ag-RR-1001510-86.2017.5.02.0088

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
Procuradora	DRA. MILENA CARLA AZZONI PEREIRA
AGRAVADO(S)	ALVENY COSTA FREITAS
Advogado	DR. MAURO OLIVEIRA DO NASCIMENTO(OAB: 292291-A/SP)
AGRAVADO(S)	MOSCA GRUPO NACIONAL DE SERVICOS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ALVENY COSTA FREITAS
- INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
- MOSCA GRUPO NACIONAL DE SERVICOS LTDA

Processo Nº Ag-AIRR-1001541-18.2019.5.02.0321

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procuradora	DRA. ADRIANA FELIPE CAPITANI CABOCLO
AGRAVADO(S)	ADRIANA MARIA DA SILVA
Advogada	DRA. SHIRLEI TEODORA GOMES(OAB: 239484/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA MARIA DA SILVA
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº Ag-AIRR-1001699-76.2019.5.02.0320

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. ANDERSON DE ALMEIDA CARDOSO
Procurador	DR. ODILON OTACILIO LIMA JUNIOR
AGRAVADO(S)	NANCI CARUSO
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)
Advogada	DRA. RANIELLI DE OLIVEIRA ANDRADE(OAB: 415124/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE GUARULHOS
- NANCI CARUSO

Processo Nº Ag-RR-1001735-02.2017.5.02.0058

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. MARINA SAD MOURA E SILVA
AGRAVADO(S)	EDIVALDO FRAGA DA SILVA
Advogado	DR. OSWALDO ALFREDO FILHO(OAB: 243750/SP)
AGRAVADO(S)	RJ COMERCIO & PRESTACAO DE SERVICOS GERAIS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- EDIVALDO FRAGA DA SILVA
- ESTADO DE SÃO PAULO
- RJ COMERCIO & PRESTACAO DE SERVICOS GERAIS LTDA

Processo Nº Ag-AIRR-1001738-67.2019.5.02.0322

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. MARIO HENRIQUE DUTRA NUNES

Procuradora	DRA. NATÁLIA KALIL CHAD SOMBRA
AGRAVADO(S)	ALANA SILVA REIS
Advogado	DR. ÉDE CARLOS VIANA MACHADO(OAB: 155498-A/SP)
Advogado	DR. CARLOS RENATO DIAS DUARTE(OAB: 246082-A/SP)
Advogado	DR. BRUNO ROCHA OLIVEIRA(OAB: 407170-A/SP)
AGRAVADO(S)	ADESO - ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL, SOCIAL E DE APOIO A INCLUSAO, ACESSIBILIDADE E DIFERENCA
Advogada	DRA. SOLANGE FAZION COSTA DANIEL(OAB: 291628-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADESO - ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL, SOCIAL E DE APOIO A INCLUSAO, ACESSIBILIDADE E DIFERENCA
- ALANA SILVA REIS
- ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Nº Ag-AIRR-1001811-66.2017.5.02.0465

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. MARINA SAD MOURA E SILVA
AGRAVADO(S)	FRANCIMEIRE DUARTE DE LIMA
Advogado	DR. SIMONE FERRAZ DE ARRUDA(OAB: 201753-A/SP)
AGRAVADO(S)	GERALDO J. COAN & CIA. LTDA.
Advogada	DRA. RENATA CRISTINA GOIS(OAB: 270108-A/SP)
Advogado	DR. DENIS TOLEDO LOPES(OAB: 321867-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- FRANCIMEIRE DUARTE DE LIMA
- GERALDO J. COAN & CIA. LTDA.

Processo Nº ED-RR-0000092-50.2019.5.09.0029

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
EMBARGANTE	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Procurador	DR. MARCOS AUGUSTO MALISKA
EMBARGADO(A)	EDGARD BENETTI JUNIOR
Advogado	DR. ANTÔNIO ROBERTO MOREIRA DE MOURA FERRO JÚNIOR(OAB: 12333-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDGARD BENETTI JUNIOR
- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Processo Nº ED-Ag-ED-RR-0000276-54.2013.5.04.0611

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
EMBARGANTE	CARLOS ALBERTO DE SOUZA BUCKER
Advogado	DR. OMAR LEAL DE OLIVEIRA(OAB: 29228-A/RS)
Advogado	DR. DINO ARAÚJO DE ANDRADE(OAB: 20182-A/DF)
Advogado	DR. DANIEL WINSCH(OAB: 66372-A/RS)
EMBARGADO(A)	SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE IBIRUBÁ
Advogado	DR. VITOR ROCHA NASCIMENTO(OAB: 55508-A/RS)
Advogado	DR. PEDRO HENRIQUE SCHLICHTING KRAEMER(OAB: 59420/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS ALBERTO DE SOUZA BUCKER
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE IBIRUBÁ

Processo Nº ED-Ag-ED-AIRR-0000491-72.2014.5.09.0670

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
EMBARGANTE	JTEKT AUTOMOTIVA BRASIL LTDA.
Advogado	DR. CARLOS EDUARDO GRISARD(OAB: 16733/PR)
Advogado	DR. ALZIR PEREIRA SABAGG(OAB: 18869/PR)
Advogada	DRA. CAMILLA SALGADO(OAB: 68016/PR)
Advogado	DR. LUANA TAKAKO SONAGLIO TAN(OAB: 69662/PR)
EMBARGADO(A)	RAFAEL TILLMANN
Advogada	DRA. DALVA MARLI MENARIM(OAB: 17215-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- JTEKT AUTOMOTIVA BRASIL LTDA.
- RAFAEL TILLMANN

Processo Nº ED-Ag-RR-0000891-66.2013.5.20.0007

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
EMBARGANTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA COSTA(OAB: 1331-A/SE)
EMBARGADO(A)	SINDICATO UNIFICADO DOS TRABALHADORES PETROLEIROS, PETROQUÍMICOS E PLÁSTICOS NOS ESTADOS DE ALAGOAS E SERGIPE - SINDIPETRO
Advogada	DRA. RAQUEL DE OLIVEIRA SOUSA(OAB: 4572/SE)
EMBARGADO(A)	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO
Procurador	DR. RICARDO JOSÉ DAS MERCÊS CARNEIRO

Intimado(s)/Citado(s):

- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SINDICATO UNIFICADO DOS TRABALHADORES PETROLEIROS, PETROQUÍMICOS E PLÁSTICOS NOS ESTADOS DE ALAGOAS E SERGIPE - SINDIPETRO

Processo Nº ED-Ag-RR-0000927-06.2017.5.11.0012

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
EMBARGANTE	ESTADO DO AMAZONAS
Procurador	DR. THIAGO OLIVEIRA COSTA
Procurador	DR. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
Procuradora	DRA. YOLANDA CORREA PEREIRA

EMBARGADO(A)	ENOS ALVES FERREIRA
Advogada	DRA. ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA(OAB: 6940/AM)
EMBARGADO(A)	C.P.A. CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- C.P.A. CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA.
- ENOS ALVES FERREIRA
- ESTADO DO AMAZONAS

Processo Nº ED-Ag-RR-0000965-06.2017.5.11.0016

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
EMBARGANTE	ESTADO DO AMAZONAS
Procuradora	DRA. YOLANDA CORREA PEREIRA
EMBARGANTE	FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL "DOUTOR HEITOR VIEIRA DOURADO"
Procurador	DR. JANILSON DA COSTA BARROS
EMBARGADO(A)	SUZYE EMMILY BARROSO CRUZ
Advogado	DR. ALDA HELOISA TAVARES TOLEDO(OAB: 7133/AM)
EMBARGADO(A)	TOTAL SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS E ENFERMAGEM LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAZONAS
- FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL "DOUTOR HEITOR VIEIRA DOURADO"
- SUZYE EMMILY BARROSO CRUZ
- TOTAL SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS E ENFERMAGEM LTDA.

Processo Nº ED-Ag-RR-0000991-37.2017.5.11.0005

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
EMBARGANTE	ESTADO DO AMAZONAS
Procuradora	DRA. IVANIA LÚCIA SILVA COSTA
EMBARGADO(A)	FRANCISCA DE SOUZA LIMA
Advogado	DR. VANDA CARDOSO GRACIANO VELOSO(OAB: 594-S/AM)
EMBARGADO(A)	TOTAL SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAZONAS
- FRANCISCA DE SOUZA LIMA
- TOTAL SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM LTDA.

Processo Nº ED-Ag-RR-0000991-13.2017.5.11.0013

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
EMBARGANTE	ESTADO DO AMAZONAS
Advogado	DR. LUIS CARLOS DE PAULA E SOUSA(OAB: 1667-A/AM)
EMBARGADO(A)	RAYANE MENEZES DE LIMA
Advogado	DR. PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS(OAB: 7887/AM)
EMBARGADO(A)	SALVARE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.
Advogada	DRA. CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAZONAS
- RAYANE MENEZES DE LIMA
- SALVARE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

Processo Nº ED-Ag-RR-0001025-12.2017.5.11.0005

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
EMBARGANTE	ESTADO DO AMAZONAS
Procuradora	DRA. IVANIA LÚCIA SILVA COSTA
EMBARGADO(A)	ANA LARISSY MENDES GOMES
EMBARGADO(A)	SALVARE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.
Advogada	DRA. CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA LARISSY MENDES GOMES
- ESTADO DO AMAZONAS
- SALVARE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

Processo Nº ED-Ag-RR-0001049-91.2018.5.11.0009

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
EMBARGANTE	ESTADO DO AMAZONAS
Procurador	DR. LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA
EMBARGADO(A)	ROSILEIDE DE ALMEIDA ROCHA
Advogada	DRA. DÉBORA DE CAMPOS FROTA(OAB: 10140-A/AM)
EMBARGADO(A)	PODIUM EMPRESARIAL EIRELI
Advogado	DR. PAULO CÉSAR AZEVEDO DOS SANTOS(OAB: 13278-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAZONAS
- PODIUM EMPRESARIAL EIRELI
- ROSILEIDE DE ALMEIDA ROCHA

Processo Nº ED-Ag-RR-0001071-76.2018.5.11.0001

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
EMBARGANTE	ESTADO DO AMAZONAS
Procuradora	DRA. MARIA HOSANA DE SOUZA MONTEIRO
EMBARGADO(A)	SERGIO CUNHA DO NASCIMENTO
Advogada	DRA. CRISTIANE CARVALHO DA SILVA(OAB: 13486-A/AM)
EMBARGADO(A)	LEGÍTIMA SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.
Advogado	DR. ALEXANDRE CORREIA LIMA(OAB: 3432-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAZONAS
- LEGÍTIMA SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.
- SERGIO CUNHA DO NASCIMENTO

Processo Nº ED-Ag-RR-0001141-09.2017.5.11.0008

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN

EMBARGANTE	ESTADO DO AMAZONAS
Procurador	DR. THIAGO OLIVEIRA COSTA
EMBARGADO(A)	EMERSON NEVES DE LIMA
Advogada	DRA. MARIA CLAÚDIA SOUSA DA SILVA(OAB: 1082-A/AM)
EMBARGADO(A)	RCA CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.
Advogada	DRA. LYA THAYNA LINS DE OLIVEIRA(OAB: 12697-A/AM)
EMBARGADO(A)	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procurador	DR. RONALDO CURADO FLEURY

Intimado(s)/Citado(s):

- EMERSON NEVES DE LIMA
- ESTADO DO AMAZONAS
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- RCA CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.

Processo Nº ED-Ag-ARR-0001173-37.2017.5.06.0013

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
EMBARGANTE	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
Procurador	DR. JOSÉ EDILSON DE FARIAS
EMBARGADO(A)	UNIÃO (PGU)
Procurador	DR. HERBERTT CAETANO BARRETO
EMBARGADO(A)	AMAURI BATISTA DA SILVA E OUTROS
Advogado	DR. JOSÉ ULISSES DE LIMA JÚNIOR(OAB: 29475/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAURI BATISTA DA SILVA E OUTROS
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0001222-30.2018.5.11.0005

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
EMBARGANTE	ESTADO DO AMAZONAS
Procuradora	DRA. ALTIZA PEREIRA DE SOUZA
Procuradora	DRA. YOLANDA CORREA PEREIRA
EMBARGADO(A)	EUDENIR OLIVEIRA DA SILVA
Advogado	DR. GILMAR CESAR DA SILVA SANTOS(OAB: 10770-A/AM)
EMBARGADO(A)	EXCELLENCE CARE EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAZONAS
- EUDENIR OLIVEIRA DA SILVA
- EXCELLENCE CARE EIRELI - EPP

Processo Nº ED-Ag-RR-0001277-72.2018.5.11.0007

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
EMBARGANTE	ESTADO DO AMAZONAS
Procurador	DR. THIAGO OLIVEIRA COSTA
Procurador	DR. FABIANO BURIOL
EMBARGADO(A)	NAIAME DE SOUSA VIEIRA
Advogado	DR. ANDRÉ FELIPE DE OLIVEIRA CAVALCANTE(OAB: 11381-A/AM)
Advogado	DR. DIEGO RAMON DE MENEZES LUCAS(OAB: 11863-A/AM)
EMBARGADO(A)	RCA CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.
Advogado	DR. RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES(OAB: 1137-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAZONAS
- NAIAME DE SOUSA VIEIRA
- RCA CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0002578-12.2012.5.02.0073

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
EMBARGANTE	SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE SÃO PAULO
Advogada	DRA. NATÁLIA DIONISIO CANTANGALLI(OAB: 324197-A/SP)
Advogado	DR. TARCISIO RODOLFO SOARES(OAB: 103898-A/SP)
EMBARGADO(A)	JEANE DA SILVA ESTEVAM
Advogado	DR. JOSÉ SOARES SANTANA(OAB: 96548-A/SP)
EMBARGADO(A)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. AUGUSTO BELLO ZORZI
EMBARGADO(A)	PREMIUM CONSTRUTORA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- JEANE DA SILVA ESTEVAM
- PREMIUM CONSTRUTORA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
- SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE SÃO PAULO

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0002793-02.2014.5.03.0069

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
EMBARGANTE	VALE S.A.
Advogado	DR. MICHEL PIRES PIMENTA COUTINHO(OAB: 87880-A/MG)
Advogado	DR. NILTON DA SILVA CORREIA(OAB: 1291/DF)
Advogada	DRA. CLÍSSIA PENA ALVES DE CARVALHO(OAB: 76703-A/MG)
EMBARGADO(A)	JOSÉ JACINTO CAETANO
Advogada	DRA. LUCIENE MACIEL(OAB: 146507 -A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSÉ JACINTO CAETANO
- VALE S.A.

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0010316-93.2017.5.08.0110

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
EMBARGANTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
Procurador	DR. ANTÔNIO MARIA FILGUEIRAS CAVALCANTE JÚNIOR
Procuradora	DRA. RENATA DE CARVALHO ACCIOLY LIMA
EMBARGADO(A)	IVAN CORREA CALDAS
Advogado	DR. RUDIMAR PORTH(OAB: 18680-A/PA)
EMBARGADO(A)	VIDICON - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.

Advogado	DR. SANDRO CHRISTIAN DIAS CORRÊA(OAB: 16007-A/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- IVAN CORREA CALDAS
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
- VIDICON - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.

Processo Nº ED-Ag-RR-0010810-71.2017.5.03.0085

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
EMBARGANTE(S) E EMBARGADO(S)	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
Procurador	DR. GABRIEL SANTANA MÔNACO
EMBARGANTE(S) E EMBARGADO(S)	UNIÃO (PGU)
Procurador	DR. BRAULIO LISBOA LOPES
EMBARGADO(A)	MARCELO ANTONIO MONTEIRO
Advogado	DR. RODRIGO SILVA FRÓES(OAB: 100219/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
- MARCELO ANTONIO MONTEIRO
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0010990-12.2019.5.03.0055

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
EMBARGANTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO JOAO DEL-REI
Procurador	DR. MARCÍLIO MOURA MENDES
EMBARGADO(A)	NADIA BERNARDO COSTA CAJINA
Advogada	DRA. ALINE MADEIRA SOARES(OAB: 71497-A/MG)
Advogada	DRA. ÂNGELA MAGDA SOARES VERÍSSIMO(OAB: 71470-A/MG)
Advogada	DRA. AGUEDA MARIA SOARES FELICIANO(OAB: 125333-A/MG)
EMBARGADO(A)	SVS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- NADIA BERNARDO COSTA CAJINA
- SVS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO JOAO DEL-REI

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0021073-83.2015.5.04.0028

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
EMBARGANTE	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE - UFCSPA
Procurador	DR. JULIANO DE ANGELIS
EMBARGADO(A)	MARCIA RUBIANE AZAMBUJA DE VASCONCELOS
Advogada	DRA. KARLA ODORISSI(OAB: 72988-A/RS)
EMBARGADO(A)	HAMIRISI SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.
Advogado	DR. CRYSTIAN PETTERSON GALANTE(OAB: 41295-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE - UFCSPA
- HAMIRISI SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.
- MARCIA RUBIANE AZAMBUJA DE VASCONCELOS

Processo Nº ED-Ag-RR-0100341-75.2016.5.01.0016

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
EMBARGANTE	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ
Procurador	DR. RAFAEL MAIA GUANAES
EMBARGADO(A)	CRISTIANE DA SILVEIRA SALES
Advogado	DR. TATIANA BRITO MELZER DOS SANTOS(OAB: 182079/RJ)
EMBARGADO(A)	TERRALIMP SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTIANE DA SILVEIRA SALES
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ
- TERRALIMP SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA

Processo Nº ED-Ag-RR-0101356-94.2017.5.01.0032

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
EMBARGANTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RAFAEL MAIA GUANAES
Procuradora	DRA. RENATA DE CARVALHO ACCIOLY LIMA
EMBARGADO(A)	LUIZ CARLOS FERNANDES
Advogado	DR. BRUNO VIEIRA NOGUEIRA PACHECO MORAES(OAB: 175252-A/RJ)
EMBARGADO(A)	QUALITÉCNICA EMPRESA NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.
Advogada	DRA. RAÍSSA FELISBERTO LOPES(OAB: 381721-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIZ CARLOS FERNANDES
- QUALITÉCNICA EMPRESA NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº ED-Ag-RR-0101951-77.2016.5.01.0081

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. HUGO CARLOS SCHEUERMANN
EMBARGANTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. DEBORAH ABREU
EMBARGADO(A)	ANA PAULA TEIXEIRA THIBURCIO
Advogado	DR. SÍLVIO TURÍBIO ALVES(OAB: 152005/RJ)
EMBARGADO(A)	QUALITÉCNICA EMPRESA NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.
Advogada	DRA. RAÍSSA FELISBERTO LOPES(OAB: 381721-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA PAULA TEIXEIRA THIBURCIO
- QUALITÉCNICA EMPRESA NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0192400-81.2009.5.02.0022

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
EMBARGANTE	FUNDAÇÃO ZERBINI

Advogado	DR. CLAUDIA YU WATANABE(OAB: 152046-A/SP)
EMBARGADO(A)	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Procurador	DR. RICARDO RODRIGUES FERREIRA
EMBARGADO(A)	ELENICE DOS SANTOS VIEIRA FRANÇA
Advogado	DR. MARCO ANTONIO PEREZ ALVES(OAB: 128753-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELENICE DOS SANTOS VIEIRA FRANÇA
- FUNDAÇÃO ZERBINI
- HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Processo Nº ED-Ag-AIRR-1000272-65.2019.5.02.0313

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
EMBARGANTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procuradora	DRA. ANA PAULA HYROMI YOSHITOMI
EMBARGADO(A)	SERGIO VALERIANO DA CRUZ
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE(OAB: 395527/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE GUARULHOS
- SERGIO VALERIANO DA CRUZ

Processo Nº ED-Ag-AIRR-1000552-70.2018.5.02.0313

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
EMBARGANTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procuradora	DRA. ANA PAULA HYROMI YOSHITOMI
Procuradora	DRA. ADRIANA FELIPE CAPITANI CABOCLO
EMBARGADO(A)	NEREU FERREIRA DA SILVA
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE GUARULHOS
- NEREU FERREIRA DA SILVA

Processo Nº ED-Ag-AIRR-1001233-12.2019.5.02.0311

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
EMBARGANTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procuradora	DRA. ANA PAULA HYROMI YOSHITOMI
Procuradora	DRA. ADRIANA FELIPE CAPITANI CABOCLO
EMBARGADO(A)	SANDRA REGINA DE ALMEIDA
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)
Advogada	DRA. RANIELLI DE OLIVEIRA ANDRADE(OAB: 415124/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE GUARULHOS
- SANDRA REGINA DE ALMEIDA

Processo Nº ED-Ag-AIRR-1001351-86.2018.5.02.0322

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
EMBARGANTE	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. ALBERTO BARBELLA SABA
Procuradora	DRA. SUZANA KLIBIS
EMBARGADO(A)	ALEXANDRE FELIPE DE SOUZA
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE FELIPE DE SOUZA
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

PROCESSOS INCLUÍDOS NA SESSÃO Telepresencial

Processo Nº Ag-AIRR-0001022-91.2015.5.03.0056

Relator	MIN. AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR
AGRAVANTE(S)	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogado	DR. RODRIGO DE CARVALHO ZAULI(OAB: 71933/MG)
Advogado	DR. BRUNO VIANA VIEIRA(OAB: 78173-A/MG)
Advogado	DR. BERNARDO ANANIAS JUNQUEIRA FERRAZ(OAB: 87253-A/MG)
AGRAVADO(S)	WESIO WAGNER DA CRUZ
Advogado	DR. GILSON PEREIRA DE FREITAS(OAB: 138728-A/MG)
AGRAVADO(S)	ELETRO SANTA CLARA LTDA.
Advogada	DRA. PRISCILA COSTA PIRES XAVIER(OAB: 30095/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- ELETRO SANTA CLARA LTDA.
- WESIO WAGNER DA CRUZ

Processo Nº Ag-RR-0011452-69.2015.5.15.0153

Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
Procuradora	DRA. HÉLIA RÚBIA GIGLIOLI
AGRAVADO(S)	JONAS HENRIQUE DA SILVA
Advogado	DR. EDUARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA(OAB: 139954-A/SP)
AGRAVADO(S)	GF VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- GF VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.
- HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
- JONAS HENRIQUE DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0024468-27.2014.5.24.0072

Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
AGRAVANTE(S)	REBUCCI & REBUCCI LTDA
Advogado	DR. WALTER JOSE MARTINS GALENTI(OAB: 173827-A/SP)
AGRAVADO(S)	EMERSON APARECIDO TAVARES
Advogado	DR. JOSEMIRO ALVES DE OLIVEIRA(OAB: 85725-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMERSON APARECIDO TAVARES
- REBUCCI & REBUCCI LTDA

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0024143-77.2019.5.24.0007

Relator	MIN. LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA
EMBARGANTE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	DRA. EMILIA MARIA B. DOS S. SILVA(OAB: 7460/DF)
Advogado	DR. ANTÔNIO JOSÉ NOGUEIRA SANTANA(OAB: 28817/DF)
EMBARGADO(A)	ROBERTO DIAS
Advogado	DR. FELIPE LACERDA(OAB: 22320-A/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- ROBERTO DIAS

ALEX ALEXANDER ABDALLAH JUNIOR
Secretário da 1ª Turma

Secretaria da Segunda Turma

Despacho

Processo Nº AIRR-0000002-05.2018.5.05.0121

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	MUNICÍPIO DE CANDEIAS
Procuradora	Dra. Sandra Maria Sousa Teles
Agravado	NAILDES ALVES DE ALMEIDA SILVA
Advogado	Dr. Adilson da Silva de Pinho(OAB: 24406-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE CANDEIAS
- NAILDES ALVES DE ALMEIDA SILVA

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
O Ministério Público do Trabalho manifestou-se pelo prosseguimento do processo, ressalvada posterior intervenção.

DECIDO:
COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. CONTRATO NULO. EFEITOS
Postula o agravante a reforma do acórdão regional quanto aos temas acima epigrafados.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.
Destaque-se, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, não basta a mera indicação da ementa, páginas do acórdão, paráfrase, resumo, trecho insuficiente, parte dispositiva ou mesmo do inteiro teor do acórdão ou de capítulo de acórdão não sucinto, sem destaques próprios. Tampouco a transcrição dos trechos, no início da petição, dissociada dos fundamentos, sem o devido cotejo analítico de teses, serve ao fim colimado.
Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000303-83.2019.5.09.0127

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	PATRICIA VIEIRA
Advogado	Dr. Carlos Roberto Ferreira(OAB: 18161-A/PR)
Agravado	LOJAS AMERICANAS S.A.
Advogado	Dr. Ricardo Lopes Godoy(OAB: 77167-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- LOJAS AMERICANAS S.A.
- PATRICIA VIEIRA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamante, às págs. 591-599, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 582-585, quanto aos temas ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA - CARÁTER DE DEFINITIVIDADE CONFIGURADO e HORAS EXTRAS - CARGO DE CONFIANÇA CARACTERIZADO.
Foram apresentadas contrarrazões às págs. 603-609 e contraminuta às págs. 610-620.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamante:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Recurso tempestivo (decisão publicadaem 11/06/2021 - fl./Id. 568; recurso apresentado em 23/06/2021 - fl./Id. 569).
Representação processual regular (fl./Id.10).
Preparoinexigível.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Transferência.
Alegação(ões):
- violação do(s) inciso LIV do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da(o) artigos 371 e 373 do Código de Processo Civil de 2015.
- divergência jurisprudencial.
A parte recorrente, em observância ao requisito previsto no inciso I, do §1º-A, do art. 896, da CLT, indica os seguintes trechos da decisão recorrida, alegando consubstanciar o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista:
Assim, ante o entendimento sumulado, passo à análise da definitividade ou transitoriedade da transferência. Inconteste nos autos a contratação da autora pela reclamada em 16.06.2010 na cidade de Londrina-PR, sendo transferida para Cornélio Procópio-PR em dezembro de 2017, onde permaneceu até a rescisão contratual, em 20.04.2019 (vide histórico funcional de ID. be53caee). Entretanto, a própria autora confessa na inicial a mudança do domicílio (ID. d322403 - Pág. 5), sendo possível verificar que permaneceu residindo na localidade mesmo após a demissão, conforme endereço indicado na exordial e procuração (ID. 9b86ac1), o que permite concluir pelo caráter definitivo da transferência, não sendo devido, pois, o adicional postulado. Nesse diapasão, ACOLHO para afastar a condenação da ré ao pagamento de adicional de transferência.
Considerando as premissas fático-jurídicasdelineadas no acórdão, não se vislumbra possível violação literal e diretaaos dispositivos da Constituição Federal e da legislação federal invocados.
Os arestos transcritos não atendem o requisito do confronto de teses, porque não contêm a fonte oficial ou o repositório autorizado de jurisprudência em que teriam sido publicados. Não foram cumpridos os itens I e IV da Súmula 337 do Tribunal Superior do Trabalho.
Denego.
Duração do Trabalho / Horas Extras / Cargo de Confiança.
Duração do Trabalho.
A Lei 13.015/2014 acrescentou o § 1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:
§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;
II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.
A parte recorrente não observou o que determina o inciso I, porque transcreveu trechos do acórdão que não englobam todos os motivos e fundamentos adotados pela Turma na análise das matérias.
A transcrição de apenas parte do acórdão, como se verifica nas razões do recurso, não supre a exigência legal. A parte que recorre deve reproduzir o trecho da decisão que lhe foi desfavorável, em que constem todos os motivos e fundamentos adotados pela Turma, o que não foi observado.
No sentido do acima exposto são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST-AIRR-1160-68.2014.5.02.0073, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 14/12/2016, 7ª Turma, acórdão publicado no DEJT de 03/02/2017; TST-RR-18177-29.2013.5.16.0020 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-104-15.2014.5.08.0014, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, acórdão publicado no DEJT de 06/05/2016; TST-AIRR-10033-37.2014.5.14.0101, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-10982-58.2014.5.14.0005, 4ª Turma, Relator Ministro João Oreste Dalazen, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-163-91.2013.5.11.0551, 5ª Turma, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, acórdão publicado no DEJT de 22/04/2016; TST-AIRR-1410-22.2013.5.07.0001, 6ª Turma, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, acórdão publicado no DEJT de 06/05/2016; TST-AIRR-11680-81.2014.5.03.0163, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Brandão, acórdão publicado no DEJT de 04/03/2016.
É inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Denego.
CONCLUSÃO
Denego seguimento." (págs. 582-585).
Na minuta de agravo de instrumento, a reclamante insiste na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos todos os requisitos para admissibilidade de seu recurso de revista.
No tocante ao adicional de transferência, insurge-se contra o despacho de admissibilidade, sob alegação de que "a agravante trouxe arestos capazes de fundamentar sua tese, arestos estes que foram copiados do site Jusbrasil" (pág. 594).
Fundamenta sua irresignação, portanto, com os termos da decisão regional, mediante unicamente na renovação de indicação de divergência jurisprudencial com os arestos para o confronto de teses.
No que se refere às horas extras, assevera que "apontou e combateu os fundamentos lançados no acórdão, não havendo que se falar em não observância do inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho" (pág. 599). Traz argumentos no sentido de que, conforme indicado nas razões do recurso de revista, foram violados os artigos 373 do CPC/2015 e 62 da CLT.
Á análise.
Conforme se observa no despacho regional, o recurso de revista teve seguimento denegado por não terem sido atendidos os requisitos dispostos na Súmula n° 337, itens I e IV, do TST e no artigo 896, § 1°-A, inciso I, da CLT.
Quanto à divergência jurisprudencial suscitada e colacionada, em relação ao tema do adicional de transferência, verifica-se, de plano, que, nas razões do recurso de revista, a parte, de fato, não trouxe a fonte de publicação dos arestos apresentados, o que desatende ao requisito processual disposto na Súmula nº 337, item I, letra a, do TST, cabendo ressaltar que não favorece à parte, a indicação feita nas razões do agravo de instrumento, ante a preclusão que se operou em relação à questão.
Quanto ao tema das horas extras, a indicação dos trechos do acórdão regional contra os quais se insurge nas razões do recurso de revista foi feita de modo satisfatório, de forma que serve para o processamento do recurso de revista.
Desse modo, superado o óbice do despacho de admissibilidade, passo à análise dos demais pressupostos de admissibilidade, nos termos daOrientação Jurisprudencial n° 282da SbDI-1 do TST, que assim preconiza:
"No julgamento de Agravo de Instrumento, ao afastar o óbice apontado pelo TRT para o processamento do recurso de revista, pode o juízo "ad quem" prosseguir no exame dos demais

pressupostos extrínsecos e intrínsecos do recurso de revista, mesmo que não apreciados pelo TRT."

No tocante às horas extras - cargo de confiança caracterizado, o Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se, nos seguintes termos:

"(...)

Pugna a recorrente a reforma do julgado para afastar o seu enquadramento na exceção prevista no art. 62, II da CLT. Aduz que "como se vê dos depoimentos colhidos, em especial do depoimento do preposto da recorrida, restou devidamente demonstrado que a recorrente não possui nenhum poder de gestão dentro da empresa, tendo sempre que responder ao gerente distrital. As contratações sempre ocorriam de acordo com o gerente distrital, não poderia demitir nenhum funcionário sem a prévia anuência do gerente distrital e não podia alterar metas sendo esta uma função do gerente distrital. O REQUISITO SUBJETIVO NÃO FOI COMPROVADO PELO RECORRIDO."

A reclamada, em defesa, alega que a autora, no período compreendido entre 01.04.2018 a 25.02.2019, exercia a função de gerente geral e, por este motivo, era isenta da marcação de ponto, por exercer cargo de confiança.

Passo a examinar.

Nos termos do art. 62, II, da CLT, estão excluídos do controle de jornada os " os gerentes, assim considerados os exercentes de cargos de gestão, aos quais se equiparam, para efeito do disposto neste artigo, os diretores e chefes de departamento ou filial". O parágrafo único de referido artigo ainda dispõe que "O regime previsto neste capítulo será aplicável aos empregados mencionados no inciso II deste artigo, quando o salário do cargo de confiança, compreendendo a gratificação de função, se houver, for inferior ao valor do respectivo salário efetivo acrescido de 40% (quarenta por cento)".

A função de confiança prevista no art. 62, II, da CLT é aquela em que o empregado exerce, por delegação, algumas ou todas as funções dos proprietários, de modo tal que pode, em seu exercício, alterar os destinos da empresa. Ou seja, além da ausência de controle de jornada, é a assunção de expressivos poderes de mando e representação que enquadram o trabalhador na exceção legal do art. 62, II da CLT.

O ônus de comprovar o exercício do cargo de confiança é do réu, pois se trata de fato impeditivo do direito da parte autora ao recebimento de horas extras.

Ressalte-se que não basta a simples denominação de chefe, responsável, representante, gerente, encarregado ou outra denominação congênere para que o cargo seja considerado como de confiança. É imprescindível a demonstração do efetivo exercício de mando de gestão/representação, mediante a prática de atos próprios da esfera do empregador, autonomia para a tomada de decisões importantes na vida da empresa, e, ainda, o recebimento de remuneração diferenciada superior (salário efetivo acrescido de 40%, conforme parágrafo único do art. 62 da CLT).

É indispensável, pois, além da ausência de controle de jornada e recebimento de remuneração superior 40%, a assunção de expressivos poderes de mando e representação e a plena autonomia no ambiente de trabalho para, isoladamente, tomar decisões, colocando o empregado na verdadeira posição de "longa manus" do empregador. Caso ausente um desses requisitos, o empregado não pode ser enquadrado na exceção prevista no artigo 62, II da CLT, situação em que fará jus à percepção de horas extras.

Primeiramente, em relação ao requisito objetivo, analisando o histórico funcional da autora e demonstrativos de pagamento (ID. 497190e) observo que esta recebia inicialmente salário mensal de R$ 722,00, acrescido de diversos reajustes até atingir R$ 1.436,00 em 01.07.2015, sendo majorado para R$ 2.007,00 quando assumiu a função de supervisor de loja, posteriormente elevado para R$ 2.306,00 e, quando galgou a função de gerente geral em 01/04/2018, passou a receber salário base mensal de R$ 3.066,00, evolução esta que demonstra ter a empregadora observado o acréscimo na remuneração superior a 40% (ID. 7f35053), inexistindo exigência legal para o pagamento destacado da verba, razão pela qual entendo comprovado o requisito objetivo previsto no art. 62, II, da CLT, fato que, aliás, não foi impugnado pela autora nas razões recursais.

No tocante ao requisito subjetivo, a prova oral produzida demonstrou que a autora detinha grau de fidúcia necessário para que pudesse ser enquadrada na exceção prevista no item II do art. 62 da CLT, haja vista que atuava como efetiva substituta do empregador (longa manus deste), senão vejamos (g.n.):

Em depoimento pessoal a autora disse: "Função: como gerente fazia a gestão da equipe, ressalvando que as contratações e dispensas deveriam ser previamente autorizadas pelo gerente distrital; a depoente fazia as entrevistas e decidia quem seria contratado, mas em relação à dispensa não tinha este poder de escolha; também em relação à gestão de equipe poderia fazer avaliações e aplicar advertências verbais, mas não poderia suspender; como gerente assegurava cumprimento das normas, políticas e determinações de RH e segurança das informações; também negociava metas em relação às vendas da loja e acompanhava o cumprimento através de planilhas de indicadores, ressalvando que as metas eram pré estabelecidas pelo gerente distrital; tambémdistribuía tarefas e procurava resolver os problemas do dia-a-dia, sugerindo soluções; dentro da loja em que trabalhava seu cargo era o de maior nível hierárquico, respondendo a este gerente distrital que cuidava de várias lojas, passando duas vezes por mês na loja em que o depoente passava permanecendo por lá por uma hora em cada oportunidade. JORNADA: no período em que foi gerente não registrou jornada; indagada se sua jornada era fiscalizada por alguém, aduz que "só se for pelas câmeras";...".

O preposto da reclamada afirmou: "FUNÇÃO: areclamante respondia ao gerente distrital; cada gerente distrital responde em média por 30 lojas; este gerente distrital comparece uma vez por mês normalmente, podendo ser um pouco mais se a loja apresentar dificuldades; em relação às contratações, estando a vaga aberta, cada gerente de loja poderia escolher o candidato que seria contratado, ressalvando que o número de empregados de cada loja é previamente definido pela diretoria, de acordo com o desempenho de vendas da loja;com relação à dispensa, era definida pela reclamante em alinhamento com o gerente distrital o qual avaliaria o impacto do valor da rescisão, ressalvando que funcionários com curto contrato de trabalho poderiam ser dispensados pela reclamante sem autorização; as metas eram pré-definidas pela diretoria.".

A testemunha ouvida a convite da autora, Andrea Campanucci, não teceu maiores informações sobre as atribuições da autora e o cargo de confiança, sendo questionada apenas sobre a jornada de trabalho.

A testemunha da reclamada Jefferson da Silva declarou sobre o tema: "a reclamante como gerente de loja tinha possibilidade de escolher quem seria contratado e dispensado".

De acordo com a prova colhida, infere-se que a autora tinha plena liberdade na contratação dos funcionários da loja que gerenciava, sendo responsável pela distribuição de metas e fiscalização, realizando a avaliação dos empregados, a quem podia advertir e até

indicar para demissão, sendo responsável por todo o andamento da loja, cumprimento das normas, políticas e determinações de RH e de segurança, devendo resolver os problemas do dia-a-dia com autonomia, respondendo apenas ao gerente distrital, que comparecia na loja no máximo duas vezes por mês, concluindo-se, a toda evidência, que detinha poder de gestão, representação e autonomia capazes de enquadrá-la na exceção legal, aplicando-se o disposto no artigo 62, II, da CLT.

Frise-se não ser exigência a substituição plena do empregador, entretanto, é imprescindível que o trabalhador possua poderes de gestão ou autonomia organizacional e administrativa suficientes para decidir questões relevantes dentro da empresa, ainda que possua algumas limitações, exatamente a situação comprovada nos autos em relação ao período que a autora exerceu o cargo de Gerente Geral, de 01/04/2018 a 25/02/2019.

Ante o exposto, deve ser mantida a r. sentença que concluiu pelo enquadramento da reclamante na exceção do art. 62, II da CLT, não sendo devidas horas extras no período de 01/04/2018 a 25/02/2019. MANTENHO.

(...)" (destacou-se, págs. 560-563).

No caso, consoante se infere da decisão do Regional "infere-se que a autora tinha plena liberdade na contratação dos funcionários da loja que gerenciava, sendo responsável pela distribuição de metas e fiscalização, realizando a avaliação dos empregados, a quem podia advertir e até indicar para demissão, sendo responsável por todo o andamento da loja, cumprimento das normas, políticas e determinações de RH e de segurança, devendo resolver os problemas do dia-a-dia com autonomia, respondendo apenas ao gerente distrital, que comparecia na loja no máximo duas vezes por mês, concluindo-se, a toda evidência, que detinha poder de gestão, representação e autonomia capazes de enquadrá-la na exceção legal, aplicando-se o disposto no artigo 62, II, da CLT" (págs. 562 e 563).

Conforme demonstram os excertos extraídos da decisão regional, os elementos fáticos dos autos conduziram à conclusão de que a reclamante efetivamente possuía cargo de confiança, a ponto de enquadrá-la na exceção disposta no artigo 62, inciso II, da CLT, de forma que não são devidas as horas extras pleiteadas.

Para que esta Corte superior pudesse concluir de forma diversa, seria necessário o reexame da valoração de fatos e de provas dos autos feita pelas esferas ordinárias, o que é absolutamente vedado a esta instância recursal de natureza extraordinária, nos termos da Súmula nº 126 do TST, não havendo falar, portanto, em violação do artigo 62 da CLT.

Cumpre salientar que somente é importante perquirir a quem cabe o ônus da prova quando não há prova dos fatos controvertido nos autos, arguido por qualquer das partes. Assim, uma vez que este ficou efetivamente provado, conforme asseverou o Tribunal Regional, é irrelevante o questionamento sobre a quem caberia fazer a prova. Portanto, nessa hipótese, não há reconhecer ofensa ao artigo 373 do CPC/2015.

Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento nos artigos 896, § 14, da CLT e 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000811-92.2021.5.14.0006

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
Advogado	Dr. Pitágoras Custódio Marinho(OAB: 4700-A/RO)
Agravado	JOAO BOSCO PASCOAL DA SILVA
Advogado	Dr. Gustavo Bernardo Hadamés Bernardi Monteiro(OAB: 5275-A/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
- JOAO BOSCO PASCOAL DA SILVA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017

PRESCRIÇÃO - PROGRESSÕES PREVISTAS EM PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 452 DO TST.

PROGRESSÕES PREVISTAS EM PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS - INVALIDADE - AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE. DIFERENÇAS SALARIAIS DEVIDAS.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, às págs. 556-564, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 541-547, quanto aos temas: PRESCRIÇÃO - PROGRESSÕES PREVISTAS EM PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS e PROGRESSÕES PREVISTAS EM PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS - INVALIDADE - AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE.

Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso, considerando que o(a) recorrente foi intimado(a) da decisão recorrida em 10/09/2021 (Id 68c1f14), ocorrendo a manifestação recursal no dia 20/09/2021 (Id 80d7b1d).Portanto, no prazo estabelecido em lei.

Regular a representação processual (Id e611521).

A recorrente se encontra isenta do preparo, com extensão de prerrogativas da Fazenda Pública a empresas estatais prestadoras de relevantes serviços públicos, ainda que de economia mista, conforme consta no v. Acórdão de Id 4758976.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / RECURSO / TRANSCENDÊNCIA

Quanto à alegação de transcendência, resta prejudicada a sua análise nesta oportunidade, diante do que dispõe o §6º do artigo 896-A da Consolidação das Leis do Trabalho, "in verbis": "O juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela Presidência dos Tribunais Regionais do Trabalho limita-se à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos do apelo, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas".

PRESCRIÇÃO.

Alegação(ões):

- contrariedade à Súmula n.294do e.Tribunal Superior do Trabalho;
- divergência jurisprudencial: para fundamentar sua(s) tese(s), colaciona aresto(s) do(s) e.TST;
Afirma que "observa-se dos fundamentos no acórdão citado, cujo inteiro teor está anexo ao presente apelo, retirado no mesmo endereço eletrônico citado anteriormente, que a SbDI-1 do TST, já possui o entendimento de que não se aplica a Súmula 452 do TST, porque não se trata de mero descumprimento do PCCS, mas, sim, de alteração do pactuado diante da suposta invalidade".
Em que pesem as argumentações da recorrente, a presente revista não merece ser processada. Senão, vejamos.
O v. Acórdão recorrido decidiu em sintonia com aSúmula n. 452 do e. TST, o que inviabiliza o seguimento do recurso de revista, inclusive por dissenso jurisprudencial (Súmula n. 333/TST), conforme a seguinte transcrição (Id 4758976):
(...)
Dessa forma, nego seguimento a este apelo de natureza extraordinária,no particular,em virtude do disposto na Súmula n. 333 do e. TST.
REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / SALÁRIO / DIFERENÇA SALARIAL / PROMOÇÃO.
Alegação(ões):
- violação do(s) artigo(s) 461, §§ 2ºe 3º, da CLT;
- divergência jurisprudencial: para fundamentar sua(s) tese(s), colaciona aresto(s) do(s) e. TST e deste Regional;
Afirma que "observa-se dos fundamentos no acórdão citado, cujo inteiro teor está anexo ao presente apelo, o próprio TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, já possui o entendimento de que os §§2º e 3º do artigo 461 da CLT não subordinam o empregador, haja vista que não tem por escopo fixar diretrizes para a concessão de promoções, mas para tratar de questão afeta à equiparação salarial".
Em que pesem as argumentações da recorrente, a presente revista não merece ser processada. Senão, vejamos.
Ov. Acórdão recorridodecidiu em sintonia com a manifesta e reiterada jurisprudência doe. TST, o que inviabiliza o seguimento do recurso de revista, inclusive por dissenso jurisprudencial (Súmula n. 333/TST), conformea seguinte transcrição (Id4758976):
(...)
Nesse sentido, transcrevo os seguintes julgados da SBDI-1 doe. TST:

"AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. QUADRO DE CARREIRA. AUSÊNCIA DE ALTERNÂNCIA DOS CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE E MERECIMENTO. INVALIDADE. INESPECIFICIDADE DOS ARESTOS. SÚMULA Nº 296, I, DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO . Não merece processamento o recurso de embargos, diante da inespecificidade dos arestos colacionados, porque em desconformidade com a diretriz da Súmula nº 296, I, do TST. Ademais, ao invés de contrariada , a Orientação Jurisprudencial nº 418 da SBDI-1 deste Tribunal revela-se bem aplicada pela Turma, ao asseverar que ficou evidenciada a inobservância do requisito de concessões de promoções alternadas, o que atrai também o óbice contido no artigo 894, § 2º, da CLT. Correta a aplicação dos referidos óbices, mantém -se o decidido. Agravo interno conhecido e não provido" (Ag-E-ED-RR-434-05.2014.5.09.0654, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 08/03/2019)".
Dessa forma, nego seguimento ao Recurso de Revista, neste tópico,em virtude do disposto na Súmula n. 333 doe. TST.
CONCLUSÃO
Ante o exposto, nego seguimento ao presente recurso de revista, em virtude da ausência dos requisitos de sua admissibilidade elencados nas alíneas "a" e "c"do art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho." (págs. 541-547
Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 896 da CLT.
Quanto ao tema prescrição, em seu recurso de revista, afirma que "a SbDI-1 do TST, já possui o entendimento de que não se aplica a Súmula 452 do TST, porque não se trata de mero descumprimento do PCCS, mas, sim, de alteração do pactuado diante da suposta invalidade" (pág. 526).
Aponta contrariedade à Súmula nº 294 do TST e apresenta arestos para o confronto de teses.
Quanto às progressões previstas em planos de cargos e salários, aduz que "A decisão, como apresentado no próprio teor do acórdão, deu interpretação diversa ao dispositivo art. 461, §§ 2º e 3º, da CLT, vez que aplicou a observância entre a alternância quanto a progressão salarial e não com diz o dispositivo em relação a equiparação salarial" (págs. 528-529).
Aponta violação do artigo 461, § 2º e § 3º, da CLT e apresenta arestos para o confronto de teses.
Sem razão.
O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto à prescrição - progressões previstas em plano de cargos e salários:
"(...)
2.1.3 DA PREJUDICIAL DE MÉRITO DE PRESCRIÇÃO SUSCITADA PELA RECLAMADA
Suscita a Reclamada que o presente caso não versa sobre mero descumprimento do PCCS, mas de alteração do pactuado diante de suposta invalidade, o que levaria a análise da prescrição total e não apenas parcial do direito do Reclamante.
Não obstante o entendimento da Recorrente, vislumbro que a discussão versa de fato sobre diferenças salariais decorrentes da inobservância do critério de antiguidade pelo Plano de Cargos e Salários da Reclamada, sendo exemplo clássico de lesão de direito em parcelas sucessivas, que se renovam mês a mês, e sobre a qual incide a prescrição parcial, conforme Súmula n. 452, da Corte Superior do Trabalho, que assim versa:
"DIFERENÇAS SALARIAIS. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO NÃO OBSERVADOS. PRESCRIÇÃO PARCIAL.
Tratando-se de pedido de pagamento de diferenças salariais decorrentes da inobservância dos critérios de promoção estabelecidos em Plano de Cargos e Salários criado pela empresa, a prescrição aplicável é a parcial, pois a lesão é sucessiva e se renova mês a mês."
Assim, inaplicável o entendimento trazido como precedente, IUJ n. 0000224-16.2016.5.05.0000, porque naquele caso trata-se de alteração contratual procedida pelo empregador, diferente deste caso que se discute a inobservância do Plano de Cargos e Salários adotado pela ré em 2008.
Assim, rejeito a arguição de prescrição total do direito de ação.
(...)" (destacou-se, págs. 493-494)
Cuida-se de pretensão de prescrição total em relação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes da inobservância

dos critérios de promoção estabelecidos em Plano de Cargos e Salários criado pela empresa.

A respeito do prazo prescricional aplicável à pretensão de pagamentos de diferenças salariais decorrentes de promoções previstas em planos de cargos e salários, esta Corte superior pacificou o entendimento no sentido da incidência de prescrição parcial e quinquenal, por se tratar de verba de natureza salarial, cujo descumprimento se renova mês a mês.

A decisão regional está em consonância com o entendimento pacificado desta Corte superior, conforme se extrai do teor daSúmula nº 452do TST:

"Tratando-se de pedido de pagamento de diferenças salariais decorrentes da inobservância dos critérios de promoção estabelecidos em Plano de Cargos e Salários criado pela empresa, aprescriçãoaplicável é a parcial, pois a lesão é sucessiva e se renova mês a mês".

Desse modo, por estar o acórdão regional em consonância com a Súmula nº 452 do TST, não prospera a alegação de contrariedade à Súmula nº 294, além de ser inócua a divergência jurisprudencial, nos termos do § 7º do artigo 896 e da Súmula nº 333 desta Corte superior.

Quanto às progressões previstas em planos de cargos e salários - invalidade - ausência de previsão de promoção por antiguidade, consta na decisão recorrida:

"(...)

2.2.1 DAS DIFERENÇAS SALARIAIS - EQUIPARAÇÃO - PROGRESSÃO FUNCIONAL - CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE

A Reclamada entende que não há nenhum pagamento de diferenças a serem reconhecidas em favor do Reclamante, dizendo ser regular o PCCS que, referendado por norma coletiva, prevê o critério de promoção apenas por merecimento, ou antiguidade, sem alternância.

Colacionou diversos precedentes visando dar força a sua tese, requerendo a reforma da sentença que a condenou a pagar diferenças decorrentes do reenquadramento do Autor.

Sobre a matéria, este Tribunal já analisou de forma amiudada sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) da CAERD, sendo firmado entendimento de que a inobservância da progressão por antiguidade, frustrou a legislação trabalhista aplicável ao tema à época dos fatos.

Referido pacto estabeleceu, como critério para progressão, o cumprimento dos requisitos de qualificação para a categoria pretendida e atender mesmas condições exigidas para a promoção, inexistindo previsão de progressão por antiguidade, automática e dependente apenas do tempo de serviço, ferindo o disposto no artigo 461, §§2º e 3º da CLT, com redação anterior à Lei n. 13.467/2017, circunstância que autoriza o pagamento das respectivas diferenças salariais e dos reflexos.

Registro que ambas as Turmas deste E. Tribunal, possuem o mesmo entendimento quanto ao tema, levando a conclusão irrefutável de que ao editar o PCCS de 2008, houve descumprimento do quanto previsto no art. 461, §§ 2º e 3º, da CLT, ensejando o reconhecimento da progressão do Reclamante, como na sentença, bem como do pagamento de diferenças salariais, cito:

"DIFERENÇAS SALARIAIS. CAERD. PCCS. INOBSERVÂNCIA DO CRITÉRIO DE PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE. Inexistindo previsão de progressão por antiguidade automática no PCCS adotado pela empresa, a inobservância do artigo 461, §§2º e 3º da CLT, com redação anterior à Lei n. 13.467/2017, enseja o pagamento das respectivas diferenças salariais e dos reflexos pleiteados. (TRT da 14ª Região, Data de Sessão: 15/04/2021, Órgão Colegiado: PRIMEIRA TURMA, Relator: DESEMBARGADOR FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO CRUZ).

PLANO DE CARREIRA. CAERD. PCCS/2008. PERÍODO ANTERIOR AO INÍCIO DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. AUSÊNCIA DE PROMOÇÕES POR ANTIGUIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 461, §§ 2º E 3º, DA CLT. DIFERENÇAS SALARIAIS DEVIDAS. De acordo com o art. 461, §§ 2º e 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em sua redação anterior ao início da vigência da Lei nº 13.467/2017, "quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira", "as promoções deverão obedecer aos critérios de antiguidade e merecimento", o que deveria ocorrer alternadamente dentro de cada categoria profissional. A despeito da referida previsão legal, o Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) editado pela CAERD em 2008 previa tão somente a ocorrência de promoção de seus empregados por merecimento. Em situações como essa, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) firmou a jurisprudência de que a ausência de alternância entre os critérios de promoção por antiguidade e por merecimento em plano de cargos e salários editado pelo empregador anteriormente à reforma trabalhista enseja ao empregado o direito às diferenças salariais desde o momento no qual deveria ter ocorrido sua promoção alternada por antiguidade se a disciplina legal tivesse sido observada.(TRT 14, RO: 0000678-90.2020.5.14.0004, Relator: Desembargador Ilson Alves Pequeno Junior, 1ª Turma, Data de Julgamento: 15/12/2020)"

Assim, tendo em mente a adesão a novo entendimento, inservíveis os precedentes trazidos pela Reclamada, tendo em vista que o entendimento das Turmas deste Regional aponta para outra direção.

Aqui pontuo que a questão também já foi decidida por esta Relatoria, que caminha no entendimento de reconhecer o direito à progressão por antiguidade, de forma alternada com merecimento, a partir de 2008.

Cabe também pontuar que esta Turma também aderiu a novo entendimento quanto a aplicação das mudanças capitaneadas pela Lei 13.467/17, que instituiu a reforma trabalhista, firmando entendimento de que o novo texto, tanto no âmbito do direito processual quanto material devem ser aplicados imediatamente, mesmo para contratos firmados antes de sua vigência.

No caso presente, significa dizer que em razão da mudança no §3º do art. 461 da CLT que deixou de exigir alternância obrigatória entre os critérios de merecimento e antiguidade, como já previsto no PCCS da Reclamada, a condenação da Reclamada deve ser limitada, porque a partir de novembro de 2017 mencionada exigência foi extinta.

Assim, tendo em vista que as promoções previstas no âmbito da CAERD não poderiam exceder um nível salarial de dois em dois anos e que o Reclamante possui tal direito a partir de 2008, dou parcial provimento ao recurso da Reclamada para, mantendo o direito a progressão do Reclamante para fins de enquadramento e pagamento de diferenças, limitar a condenação às progressões de julho/2010 e julho/2014, devendo serem observados os reflexos nos 13º salários, férias com adicional de 1/2 (conforme PCCS), gratificação por tempo de serviço e FGTS

Recurso da Reclamada parcialmente provido.

(...)" (destacou-se, págs.

In casu, ficou consignado no acórdão regional que o Plano de Cargos e Salários aprovado não prevê que as promoções ocorram por merecimento e antiguidade, de forma alternada.

A redação do artigo 461, §§ 2º e 3º, da CLT, à época em que firmado o contrato de trabalho entre as partes, é no sentido de que não será cabível pedido de equiparação salarial quando a empresa tiver pessoal organizado em carreira, hipótese em que as

promoções ocorrerão por merecimento e antiguidade.

Transcrevem-se, por oportuno, os seguintes precedentes:

"RECURSO DE REVISTA REGIDO PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/2016 DO TST E INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. FUNDAÇÃO CASA. PCS/2006. INOBSERVÂNCIA DOS CRITÉRIOS DE ALTERNÂNCIA DE PROMOÇÕES POR ANTIGUIDADE E MERECIMENTO. DIFERENÇAS SALARIAIS DEVIDAS. Esta Corte superior já pacificou o entendimento de que o PCS/2006 da ora agravada não atende ao critério de alternância de antiguidade e merecimento previsto no artigo 461, §§ 2º e 3º, da CLT, circunstância que autoriza o pagamento das diferenças salariais decorrentes do descumprimento do referido preceito. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido." (RR-1002050-81.2016.5.02.0020, 2ª Turma, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, DEJT 28/6/2019)(grifou-se)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA RECLAMADA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA ECONÔMICA RECONHECIDA. FUNDAÇÃO CASA. PCS/2006. PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS . Esta Corte firmou entendimento de que o PCS/2006 da Fundação Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente não atende ao critério de alternância de antiguidade e merecimento, circunstância que autoriza o pagamento das diferenças salariais decorrentes do descumprimento do preceito disposto no art. 461, §§ 2.º e 3.º, da CLT. Precedentes. Agravo de instrumento não provido." (AIRR-12121-19.2017.5.15.0003, 2ª Turma, Relatora Ministra: Delaíde Alves Miranda Arantes, DEJT 26/2/2021)(grifou-se)

"DECISÃO REGIONAL PUBLICADA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017 . RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. FUNDAÇÃO CASA. PCCS/2006. INOBSERVÂNCIA DOS CRITÉRIOS DE ALTERNÂNCIA DE PROMOÇÕES POR ANTIGUIDADE E MERECIMENTO. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA NO ÂMBITO DESTA CORTE SUPERIOR. PRECEDENTES. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CONSTATADA . Segundo esta Corte Superior, o Plano de Carreira, Cargos e Salários de 2006 da Fundação Casa/SP, ao não dispor sobre o critério de promoção por antiguidade, vulnera o artigo 461, §§ 2º e 3º, da CLT, que estabelece a obrigatoriedade de adoção dos critérios de antiguidade e merecimento, bem como a alternância entre um e outro para a concessão das promoções. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido." (RR-13508-23.2016.5.15.0062, 7ª Turma, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 19/2/2021)(grifou-se)

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO SOB A ÉGIDE DAS LEIS 13.015/2014 E 13.467/2017. DIFERENÇAS SALARIAIS. PCCS DE 2006. PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE. TRANSCENDÊNCIA. Em primeiro lugar, há de se reconhecer a transcendência jurídica. O Tribunal Regional não reconheceu o direito da autora às diferenças salariais decorrentes de progressão por antiguidade no PCCS de 2006. Esta Corte, com fundamento no artigo 461, §§ 2º e 3º, da CLT, tem se posicionado no sentido de que o Plano de Cargos e Salários de 2006 da Fundação Casa/SP, por não contemplar as promoções por antiguidade, infringe o critério de alternância de antiguidade e merecimento para fins da concessão de promoções horizontais. Precedentes. Recurso de revista conhecido por violação do art. 461, §2º e §3º da CLT e provido." (RR-1001455-06.2019.5.02.0076, 3ª Turma, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 12/2/2021)(grifou-se)

"RECURSO DE REVISTA. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. PCS/2006 DA FUNDAÇÃO CASA - DIFERENÇAS SALARIAIS - INOBSERVÂNCIA DOS CRITÉRIOS DE ALTERNÂNCIA DE PROMOÇÕES POR ANTIGUIDADE E MERECIMENTO. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA EVIDENCIADA. Tratando-se de recurso de revista interposto em face de decisão regional que se mostra contrária à jurisprudência reiterada desta Corte, revela-se presente a transcendência política da causa , a justificar o prosseguimento do exame do apelo. Na questão de fundo, discute-se as progressões salariais implementadas pelo Plano de Carreira, Cargos e Salários de 2006 da Fundação Casa/SP, o qual, conforme registrado pelo Tribunal Regional, não observa o sistema de promoções alternadas por antiguidade e merecimento, nos moldes estabelecidos pelos §§ 2° e 3° do artigo 461 da Consolidação das Leis do Trabalho. In casu, o Tribunal Regional manteve a improcedência do pedido de diferenças salariais, sob o fundamento de que o Plano de Carreira, Cargos e Salários de 2006 da Fundação Casa/SP não prevê as promoções por antiguidade, mas apenas as progressões por merecimento, devendo a progressão salarial ocorrer por deliberação do empregador. A jurisprudência desta Corte Superior já enfrentou essa questão, firmando entendimento de que o mencionado Plano de Cargos e Salários de 2006 da Fundação Casa/SP, ao deixar de prever o critério de progressão por antiguidade, viola o artigo 461, §§ 2º e 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho, os quais determinam a alternância dos critérios de antiguidade e merecimento para a concessão de promoções horizontais, circunstância que autoriza o pagamento das diferenças salariais decorrentes do descumprimento legal. Recurso de revista conhecido e provido." (RR-1000197-29.2018.5.02.0291, 7ª Turma, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, DEJT 6/11/2020)(grifou-se)

Nesse contexto, por estar a decisão do Tribunal Regional em consonância com a notória, reiterada e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, esgotada se encontra a função uniformizadora desta Corte, o que afasta a possibilidade de eventual configuração de divergência jurisprudencial, tampouco em violação do artigo 461, § 2º e § 3º, da CLT, ante a aplicação do teor da Súmula nº 333 do TST e do § 7º do artigo 896 da CLT, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 13.015/2014.

Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000223-38.2015.5.06.0291

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	COTAS PARTE PARTICIPACOES LTDA
Advogado	Dr. Alexandre José da Trindade Meira Henriques(OAB: 17472/PE)
Advogado	Dr. Wilson Sales Nobrega(OAB: 17333 -A/PE)
Agravado	ENIO DE ANDRADE CAVALCANTI
Advogado	Dr. Emiliano Francisco Carvalho Feitosa(OAB: 25210-D/PE)

Advogado	Dr. Luiz André Miranda Bastos(OAB: 21438-A/PE)
Agravado	USINA PUMATY S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRA
Advogado	Dr. Simone Maria de Farias Parente(OAB: 12243-A/PE)
Advogado	Dr. Bruno Moury Fernandes(OAB: 18373-A/PE)
Agravado	ENERGIA AMBIENTAL LTDA.
Agravado	AGRO INDUSTRIAL BRILHANTE LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- AGRO INDUSTRIAL BRILHANTE LTDA
- COTAS PARTE PARTICIPACOES LTDA
- ENERGIA AMBIENTAL LTDA.
- ENIO DE ANDRADE CAVALCANTI
- USINA PUMATY S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO
SÚMULA Nº 214 DO TST
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela sexta executada, Cotas Parte Participações Ltda., às págs. 776-782, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista de págs. 769-771, fundamentado na Súmula nº 214 do TST.
Apresentadas contrarrazões às págs. 789-811 e contraminuta apresentadas às págs. 812-826.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade a quo denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela sexta executada, Cotas Parte Participações Ltda., em despacho assim fundamentado:
"(...)
A Terceira Turma não conheceu do Agravo de Petição, por ser incabível, vez que adotou a compreensão de que a decisão que rejeitou a exceção de pré- executividadetem natureza interlocutória.
De fato, em face da decisão que rejeita aexceção de pré-executividade, não cabe recurso de imediato, pois se trata dedecisão interlocutória(art. 893, § 1º, da CLT). O Regional ainda poderá ser provocado para emitir pronunciamento definitivo acerca das questões suscitadas pela parte.
Por não haver se completado o pronunciamento sobre o mérito, ou seja, não se esgotar a entrega prestação jurisdicional na instância ordinária, o acórdão não comporta recurso de revista imediato, à luz da Súmula 214 do Tribunal Superior do Trabalho (Resolução n.º 127/2005, DJ 14, 15 e 16/3/2005).
Nesse sentido cito os precedentes do C. TST:
"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - DESCABIMENTO. SÚMULA 214 DO TST. IRRECORRIBILIDADE DE DECISÃO DE NATUREZA INTERLOCUTÓRIA. Ao não conhecer do agravo de petição em exceção de pré-executividade, o Regional profere mera decisão interlocutória, que não põe fim ao processo, não cabendo recurso de imediato, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT e da Súmula 214 do TST. Agravo de instrumento conhecido e desprovido" (Ag-AIRR-10053-02.2016.5.03.0089, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 26/03/2021).
"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - DESCABIMENTO. EXECUÇÃO. AGRAVO DE PETIÇÃO EM FACE DE DECISÃO QUE REJEITOU EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. Em face da decisão que rejeita a exceção de pré-executividade, não cabe recurso de imediato, nos termos do artigo 893, § 1º, da CLT e da Súmula 214 do TST. Agravo de instrumento conhecido e desprovido." (AIRR-79100-47.2008.5.01.0009, Ac. 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 21.8.2020).in
"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REJEIÇÃO. DECISÃO DE NATUREZA INTERLOCUTÓRIA. Conforme concluiu o Tribunal Regional, a decisão que rejeita aexceção de pré-executividade ou dela não conhece possui natureza interlocutória e, assim, não é recorrível de imediato, nos moldes da Súmula nº 214 do TST c/c o artigo 893, § 1º, da CLT, devendo ser atacada por meio de embargos à execução, observada a garantia do juízo, sendo impugnável posteriormente por meio de agravo de petição. Ileso o art. 5º, LIV e LV, da CF. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (AIRR-1001484-23.2016.5.02.0315, Ac. 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJTin 1.6.2020).
Inviável, portanto, a admissibilidade do Recurso de Revista.

CONCLUSÃO
Denego seguimento.
(...)" (págs. 769 e 770)
Na minuta de agravo de instrumento, a sexta executada, Cotas Parte Participações Ltda., insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, ao argumento de que "O legislador na alínea "a" do art. 897 da CLT se refere a "decisões" em lugar de "sentenças", via de consequência, só nos parece correto adotar a postura que a norma escrita indica: na execução trabalhista cabe Agravo de Petição de todas as decisões que o Juízo proferir, o que compreende, além da sentença, as decisões interlocutórias" (pág. 780).
Alega que "O disposto no art. 893, 8 1º, da CLT há de ser interpretado em sintonia com a disciplina do art. 897, "a", do mesmo texto, de forma a compreender-se que desafiarão agravo de petição as decisões proferidas em execução, quando, mesmo que excedentes às trilhas dos embargos à execução e da impugnação aos cálculos, criarem empecilhos ao regular desfecho do procedimento, para um dos litigantes, abandonando, assim, a aparência "interlocutória" para alcançar foros de definitividade" (pág. 780).
Aduz que, "se a própria legitimidade do devedor solidário (Agravante), que não participou da fase de conhecimento do processo é questionada, deve-se admitir a oposição de Agravo de Petição e, posterior, Recurso de Revista, mesmo tendo a decisão que rejeitou a Exceção de Pré-Executividade natureza interlocutória" (pág. 781).
Aponta violação dos artigos 2º, §§ 2º e 3º, 893, parágrafo 1º, e 897, alínea "a", da CLT, 5º, incisos II, LIV e LV, e 37 caput, da Constituição Federal e 513, § 5º, do CPC e contrariedade à Súmula nº 214 do TST e colaciona arestos para cotejo de teses.
Sem razão.
O Tribunal Regional assim se manifestou, na fração de interesse:
"(...)
Preliminar de não conhecimento do agravo de petição, por incabimento, suscitada em contrarrazões.
O agravado/exequente suscita a preliminar em destaque.
Conforme relatado, as agravantes investem contra a decisão que não admitiu a exceção de pré-executividade por elas oposta nos autos.
Todavia, a medida se revela incabível, já que a decisão combatida ostenta nítida natureza interlocutória, não terminativa da execução (vide art. 203, §2º, do CPC), não desafiando qualquer recurso de imediato, por força do disposto no art. 893, §1º, da CLT.

Como se sabe, o agravo de petição é cabível apenas em face de decisões proferidas em sede de execução dotadas de caráter definitivo, o que não se verifica na hipótese em comento. Matéria pacificada na Súmula 214, do TST, in verbis:

"DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. IRRECORRIILIDADE. Nova redação - Res. 127/2005, DJ 16.03.2005 - Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão: a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho; b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal; c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT."

Nesse caminho, segue a jurisprudência:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE NÃO CONHECIDA. AGRAVO DE PETIÇÃO. INCABIMENTO. O pronunciamento judicial que não conhece ou rejeita a exceção de pré-executividade não tem natureza de sentença, mas de decisão interlocutória, em face da qual não cabe recurso no Processo do Trabalho. É que, à previsão legal contida no art. 897, inciso a, da CLT, não comporta interpretação ampla a se admitir a interposição de Agravo de Petição, quando proferida decisão na fase de execução, que não seja de cunho terminativo. Agravo de instrumento desprovido."(Processo: AIAP - 0001097-13.2014.5.06.0144, Redator: Milton Gouveia, Data de julgamento: 17/06/2021, Terceira Turma, Data da assinatura: 17/06/2021)(TRT-6 - AI: 00010971320145060144, Data de Julgamento: 17/06/2021, Terceira Turma, Data de Publicação: 17/06/2021)

"AGRAVO DE PETIÇÃO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. NÃO CABIMENTO. A teor do art. 893, § 1º, da CLT e em conformidade com a convicção depositada na Súmula nº 241 do TST, a decisão que rejeita exceção de pré-executividade detém natureza interlocutória pelo que não comporta impugnação imediata por agravo de petição. Agravo de petição não conhecido." (Processo: AP - 0000491-90.2014.5.06.0012, Redator: Fabio Andre de Farias, Data de julgamento: 09/06/2021, Segunda Turma, Data da assinatura: 09/06/2021) (TRT-6 - AP: 00004919020145060012, Data de Julgamento: 09/06/2021, Segunda Turma, Data de Publicação: 09/06/2021)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO DESTITUÍDA DE NATUREZA TERMINATIVA OU DEFINITIVA. AGRAVO DE PETIÇÃO. INADMISSIBILIDADE. A teor do art. 893, § 1º, do Estatuto Consolidado, e do entendimento pacificado pela Súmula 214, do Col. TST, via de regra, as decisões de cunho interlocutório não permitem recurso imediato. E na hipótese, detendo natureza interlocutória a decisão que não conheceu a exceção de pré-executividade e, que só teriam amparo nas hipóteses de decisões terminativas ou definitivas do feito , o que não é o caso dos autos, não merece, por conseguinte, conhecimento o agravo de petição dela interposto. Agravo a que se nega provimento." (Processo: Ag - 0000336-86.2019.5.06.0182, Redator: Maria das Gracas de Arruda Franca, Data de julgamento: 06/08/2019, Terceira Turma, Data da assinatura: 06/08/2019)(TRT-6 - AGV: 00003368620195060182, Data de Julgamento: 06/08/2019, Terceira Turma)

Portanto, acolhendo-se a preliminar supra, não se conhece dos agravos de petição interpostos pelas executadas COTAS PARTE PARTICIPAÇÕES S.A. e NOVACAPE LTDA.; TC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA.

Obtempere-se, por fim, que não há que se falar em ofensa aos princípios da ampla defesa, do contraditório ou do duplo grau de jurisdição, já que subsiste a possibilidade de interposição de embargos à execução, e então o correspondente agravo de petição, nos termos dos artigos 884 e 897, "a", da CLT.

CONCLUSÃO

Com essas considerações, acolhendo-se a preliminar suscitada em contrarrazões, não se conhece do agravo de petição interpostos pelas executadas COTAS PARTE PARTICIPAÇÕES S.A. e NOVACAPE LTDA.; TC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA., por incabimento.

(...)" (negritou-se, págs. 689-691).

No caso, a decisão atacada por meio da interposição do agravo de petição tem, efetivamente, natureza interlocutória, uma vez que não põe termo ao processo na instância ordinária.

Na sistemática processual trabalhista, em regra, essas decisões são passíveis de recurso apenas quando prolatada decisão definitiva, nos termos do artigo 893, § 1º, da CLT.

A matéria encontra-se regulada, no âmbito desta Corte, nos termos da Súmula nº 214, que assim dispõe:

"DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. IRRECORRIBILIDADE.Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão:

a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho;

b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal;

c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT."

Vale destacar que este caso não se enquadra em nenhuma das exceções insculpidas na Súmula nº 214 desta Corte, razão pela qual resta obstaculizado o processamento do recurso de revista, ante a correta aplicação do referido verbete.

Salienta-se que as alegações da parte quanto ao mérito da decisão recorrida somente serão examinadas no momento adequado, não havendo falar em preclusão da matéria, pois o recorrente poderá impugnar a decisão interlocutória no eventual recurso da decisão definitiva, uma vez que, por ser terminativa do feito, constitui apenas coisa julgada formal e não material.

Diante dos fundamentos expostos, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do TST.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0100908-94.2019.5.01.0471

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	ITPLAN INTEGRACAO TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO LTDA
Advogado	Dr. Túlio Claudio Ideses(OAB: 95180-A/RJ)
Agravado	LUZIA APARECIDA TEODORO LIMA
Advogado	Dr. Alyson José Vargas de Oliveira(OAB: 175308-A/RJ)
Advogada	Dra. Cyntia Andrade Borges(OAB: 199997-A/RJ)
Agravado	PROBID CONSULTORIA E SERVICOS LTDA.

Advogado	Dr. Túlio Claudio Ideses(OAB: 95180-A/RJ)
Agravado	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	Dr. Flávio Assaid Sfair da Costa Rocha

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- ITPLAN INTEGRACAO TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO LTDA
- LUZIA APARECIDA TEODORO LIMA
- PROBID CONSULTORIA E SERVICOS LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Interposto recurso de revista contra acórdão regional proferido no julgamento de agravo de instrumento em recurso ordinário.
Contudo, manifestamente incabível o apelo, à míngua de previsão legal, conforme dispõe o art. 896 da CLT. Nesse sentido, o entendimento cristalizado na Súmula 218 desta Corte:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento."

O devido processo legal e a ampla defesa devem ser exercidos segundo o ordenamento jurídico vigente, observadas as estritas hipóteses de cabimento de cada modalidade recursal.
Assim, ausente pressuposto de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000203-97.2020.5.22.0106

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICIPIO DE RIBEIRA DO PIAUI
Advogado	Dr. Daniel Carvalho Oliveira(OAB: 5823-A/PI)
Agravado	NOEMI DAMASCENO DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Marcello Ribeiro de Lavôr(OAB: 5902-A/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICIPIO DE RIBEIRA DO PIAUI
- NOEMI DAMASCENO DE OLIVEIRA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo executado, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO, NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA e EXCESSO DE EXECUÇÃO. Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte não indicou, na petição do recurso de revista, os trechos da decisão recorrida em que se encontram prequestionadas as matérias objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Registra-se que a mera menção somente à conclusão da Corte regional acerca do tema ou à parte dispositiva do respectivo acórdão não satisfaz o requisito exigido por meio do mencionado dispositivo de lei.
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso.
Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto e, levando-se em conta que a interposição de recurso não é considerada ato urgente, é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação

dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0101233-05.2019.5.01.0072

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	ANA CAROLINE MARTINS COUTO DA SILVA
Advogado	Dr. Taquimoni da Silva Monteiro(OAB: 166570-A/RJ)
Agravado	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	Dra. Daniele Farias Dantas de Andrade Uryn
Agravado	ITPLAN INTEGRACAO TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO LTDA
Advogado	Dr. Túlio Claudio Ideses(OAB: 95180-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA CAROLINE MARTINS COUTO DA SILVA
- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- ITPLAN INTEGRACAO TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO LTDA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. TEMA INDICADO NA ÍNTEGRA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - ENTE PÚBLICO.
Foram apresentadas contrarrazões e contraminuta às págs. 574-576.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento ao agravo de instrumento.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte, em vez de indicar o respectivo trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, transcreveu a íntegra do tema analisado no acórdão, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso. Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/06/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/08/2018; AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.
Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000644-54.2020.5.06.0161

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	RELUZIR HOSPITAL PSIQUIATRICO LTDA
Advogado	Dr. Marcos Rabelo Leitão Júnior(OAB: 32999-A/PE)
Advogado	Dr. Leonardo Lins Silva(OAB: 38206-A/PE)
Agravado	ANDERSON ALBUQUERQUE GUERRA
Advogado	Dr. Hugo Henrique Monteiro Nobrega(OAB: 29163-A/PE)
Advogado	Dr. Sergio Cosmo Ferreira Neto(OAB: 19448-A/PE)
Advogado	Dr. Allan Carlos da Silva(OAB: 39671-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON ALBUQUERQUE GUERRA
- RELUZIR HOSPITAL PSIQUIATRICO LTDA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - RITO SUMARÍSSIMO

RECURSO DE REVISTA DESFUNDAMENTADO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DAS HIPÓTESES DISPOSTAS NO ARTIGO 896, § 9º, DA CLT E NA SÚMULA Nº 442 DO TST

RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO - JUSTA CAUSA - FALTA GRAVE
VERBAS RESCISÓRIAS - MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT
INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, às págs. 380-391, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 375 e 376, quanto aos temas RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO - JUSTA CAUSA - FALTA GRAVE, VERBAS RESCISÓRIAS - MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT e INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões às págs. 396-398, em peça única.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada:

"(...)

Rescisão do Contrato de Trabalho (2620) / Justa Causa / Falta Grave

Rescisão do Contrato de Trabalho (2620) / Verbas Rescisórias (2546) / Multa do Artigo 477 da CLT

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

Não obstante o inconformismo apresentado, o presente Recurso de Revista não ultrapassa o crivo da admissibilidade recursal.

Com efeito, os presentes autos tramitaram sob o procedimento sumaríssimo, de modo que somente a contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou Súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal ou a violação direta da Constituição Federal ensejariam o cabimento do Recurso de Revista, a teor do que dispõe o § 9º, do artigo 896 da CLT. Ocorre, entretanto, que a recorrente apenas alegou divergência jurisprudencial e violação a artigo de lei infraconstitucional, o que atrai o óbice da Súmula n.º 442 do TST. Dentro deste contexto, incabível o processamento da Revista.

CONCLUSÃO

Denego seguimento.

(...)" (págs. 375 e 376).

Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foi demonstrado o preenchimento dos requisitos dispostos no artigo 896 da CLT.

Destaca-se, de plano, no entanto, que se trata de demanda sujeita ao rito sumaríssimo, cuja admissibilidade do recurso de revista está restrita à hipótese de violação literal e direta da Constituição da República ou contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT.

Na hipótese dos autos, verifica-se que o recurso de revista não está fundamentado nas hipóteses dispostas no dispositivo mencionado, de forma que a medida processual revela-se desfundamentada, por falta de enquadramento no permissivo legal.

Dispõe, ainda, a Súmula nº 442 do TST, in verbis:

"Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação diretaa dispositivoda Constituição Federal ou contrariedade a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, não se admitindo o recurso por contrariedade a Orientação Jurisprudencial deste Tribunal (Livro II, Título II, Capítulo III, do RITST), ante a ausência de previsão no art. 896, § 6º, da CLT"

Estando o apelo desfundamentado, à luz da Súmula nº 442 do TST e do artigo 896, § 9º, da CLT, não alcança conhecimento.

Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0064800-62.2008.5.02.0006

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, POUSADAS, RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES, SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST-FOODS E ASSEMELHADOS DE SÃO PAULO E REGIÃO - SINTHORESP
Advogada	Dra. Mariana Garcia da Silva(OAB: 263663-A/SP)
Advogado	Dr. Vanessa Rodrigues Martins(OAB: 292353-A/SP)
Advogada	Dra. Nathalia Lé Pereira Ribeiro(OAB: 444674-A/SP)

Agravado	ANA AUTORINO LOPES - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA AUTORINO LOPES - ME
- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, POUSADAS, RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES, SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST-FOODS E ASSEMELHADOS DE SÃO PAULO E REGIÃO - SINTHORESP

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:
ATOS PROCESSUAIS. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO.
Postula o agravante a reforma do acórdão regional quanto ao tema acima epigrafado.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.
Destaque-se, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, não basta a mera indicação da ementa, páginas do acórdão, paráfrase, resumo, trecho insuficiente, parte dispositiva ou mesmo do inteiro teor do acórdão ou de capítulo de acórdão não sucinto, sem destaques próprios. Tampouco a transcrição dos trechos, no início da petição, dissociada dos fundamentos, sem o devido cotejo analítico de teses, serve ao fim colimado.
No caso, a parte transcreveu o inteiro teor do acórdão recorrido.
Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0003244-79.2013.5.02.0072

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	VIACAO METROPOLE PAULISTA S/A E OUTROS
Advogada	Dra. Maria do Socorro de Campos(OAB: 76931-A/SP)
Advogada	Dra. Silvia Jane Viana Rebolo(OAB: 215988-A/SP)
Agravado	LEANDRO FERREIRA DOS SANTOS
Advogado	Dr. Jair Rodrigues Vieira(OAB: 197399-A/SP)
Advogado	Dr. José Ferreira da Costa(OAB: 197407-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEANDRO FERREIRA DOS SANTOS
- VIACAO METROPOLE PAULISTA S/A E OUTROS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO

FATO GERADOR DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada contra o despacho da Vice-Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista .
Contraminuta e contrarrazões apresentadas pelo reclamante.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Descontos Previdenciários.
Pleiteia o recolhimento da contribuição previdenciária na forma dos artigos 7º a 9º da Lei nº 12.546/2011.
Nos exatos termos do § 2º, do art. 896, da CLT, somente por ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal pode ser admitido o conhecimento de recurso de revista das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro (Súmula nº 266, do C. TST).
No caso dos autos, verifica-se que a circunstância em que se deu o deslinde da controvérsia tem contornos exclusivamente infraconstitucionais, fator que impossibilita a constatação de ofensa direta e literal de disposição da Constituição Federal, apta a dar ensejo ao processamento do recurso de revista. Eventuais violações constitucionais somente se verificariam, quando muito, de forma reflexa, ou seja, se demonstrada previamente a ofensa das normas ordinárias processuais utilizadas na solução da lide, o que não ocorreu.
DENEGA-SE seguimento" (págs. 1.677)
Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista e renova a tese de ser o pagamento o fato gerador da contribuição previdenciária, nos termos do artigo 43 da Lei nº 8.212/91.
Para tanto, invoca ofensa aos artigos 5º, incisos XXXVI e LIV, 114, inciso VIII, 146, incisos I e III, e 195, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal e colaciona divergência jurisprudencial.
Ao exame.
O Regional assim decidiu sobre a questão:
"Especificamente quanto aos recolhimentos previdenciários, a sentença da fase cognitiva transitada em julgado tem o seguinte teor: "Ficam autorizados os descontos previdenciários, nos termos da Súmula 368 do C. TST [...] São de natureza indenizatória, não incidindo as exações, as parcelas do art. 28, § 9º da Lei 8.212/91 c/c art. 214, § 9º do Decreto 3.048/99; sobre as demais parcelas deferidas incidem ambas as exações" (1d 2546d1f - Pág. 9).

Nesse cenário, ao pretender o recolhimento da contribuição previdenciária na forma dos artigos 7º a 9º da Lei nº 12.546/2011, a agravante intenciona discutir matéria albergada pela coisa julgada (artigo 5º, XXXVI, da CRFB), de impossível modificação neste instante processual.

Nada a reformar" (pág. 1.671, destacou-se). T

Ressalta-se, de início, que, segundo o disposto no § 2º do artigo 896 da CLT e na Súmula nº 266 do TST, a admissibilidade do recurso de revista interposto contra decisão proferida em execução de sentença restringe-se à hipótese de demonstração de ofensa direta e literal à norma da Constituição Federal. Dessa forma, a indicação de ofensa ao artigo 43 da Lei nº 8.212/91 e de divergência jurisprudencial não tem o condão de impulsionar o processamento do recurso de revista em fase de execução.

Na hipótese dos autos, o Regional concluiu que a discussão relativa à incidência da cota patronal diferenciada para os recolhimentos previdenciários não pode ser rediscutida nesta fase de execução de sentença, já que albergada pelo manto da coisa julgada, sem adentrar na questão relativa ao fato gerador da contribuição previdenciária.

Desse modo, competia à reclamada requerer, por meio de embargos de declaração, o pronunciamento do Regional sobre esse aspecto, mas, em assim não o fazendo, fica inviabilizada a análise da matéria por esta Corte superior e, por consequência, da apontava afronta aos artigos 114, inciso VIII, 146, incisos I e III, e 195, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal, em face da ausência de prequestionamento, nos termos do que estabelece a Súmula nº 297, itens I e II, do Tribunal superior do Trabalho.

Por fim, destaca-se ser inovatória a alegação de violação do artigo 5º, inciso XXXVI e LV, da Constituição Federal, pois não suscitada no recurso de revista, sendo trazida somente neste agravo de instrumento.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000177-18.2019.5.10.0802

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	Dr. Renato de Oliveira Andrade(OAB: 20220-A/DF)
Agravado	VITOR RODRIGUES DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Vinicius Eduardo Lipczynski(OAB: 5792-A/TO)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- VITOR RODRIGUES DE OLIVEIRA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, de págs. 1.030-1.069, em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, mediante a qual foi negado provimento ao seu recurso de revista quanto ao tema "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - ASSALTO A AGÊNCIA BANCÁRIA".

Foram apresentadas contrarrazões às págs. 1.084-1.088.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade do regional denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada, em despacho assim fundamentado:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso (publicação em 29/10/2019 - via sistema; recurso apresentado em 18/11/2019 - fls. 986).

Regular a representação processual (fls. 103/104).

Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR/INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR/INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL/VALOR ARBITRADO.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso V do artigo 5º; inciso X do artigo 5º;artigo 37;artigo 144, da Constituição Federal.
- violação do(s) artigo 186 do Código Civil; artigo 884 do Código Civil; artigo 927 do Código Civil; artigo 944 do Código Civil; artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho; inciso I do artigo 333 do Código de Processo Civil de 1973.
- divergência jurisprudencial: .

A egr. Turma deu provimento ao recurso da ré para reduzir o valor da indenização por danos morais, conforme fundamentos contidos na ementa a seguir, in verbis:

"AÇÃO INDENIZATÓRIA. EMPREGADO QUE PRESTA SERVIÇOS EM AGÊNCIA DOS CORREIOS ONDE FUNCIONA BANCO POSTAL. VITIMA DE ROUBO. AMEAÇA DE VIOLENCIA. DANOS MORAIS. CARACTERIZAÇÃO. RESPONSABILIZAÇÃO DO EMPREGADOR. I - Incontroverso nos autos que o autor presta serviços em agência dos Correios onde funciona Banco Postal e foi vítima de roubo.. Tem-se por caracterizado o dano moral. II - Pacífico, por outro lado, o entendimento da jurisprudência de que a situação em análise não se amolda à hipótese de caso fortuito, antes encontrando-se vinculada aos riscos da atividade empresarial, cuja previsibilidade impõe à reclamada a adoção de medidas de segurança aptas a proteger a integridade de seus empregados. Mostra-se imperativo reconhecer a responsabilidade da empregadora pelo dano sofrido pelo reclamante."

A ré busca a reforma do julgado alegando que não pode ser responsabilizada pela ocorrência de crime praticado por terceiros que afetou o reclamante. Segundo a parte, a prova dos autos confirma a ocorrência de caso fortuito que elide a culpa pela ocorrência do evento danoso, máxime porque não incorreu em culpa ou dolo.

Assevera, ainda, que o dever de segurança imputado ao empregador não se equipara ao dever de segurança do Estado, a quem incumbe combater a criminalidade, sustentando que não se trata de entidade bancária sujeita aos ditames da Lei n.º 7.102/1983.

Postula, também a redução do valor arbitrado para a condenação alegando que este deve ser moderado e compatível com os fatos expostos nos autos.

Todavia, o entendimento adotado pelo egrégio Colegiado está em consonância com a atual, iterativa e notória jurisprudência do col. TST, conforme se verifica dos seguintes precedentes:

(...)
Em tal cenário, incidente a Súmula nº 333 do TST e o artigo 896, 87º da CLT.
Quanto ao valor arbitrado, esclareço que rever o patamar da reparação, na forma pretendida pela recorrente exigiria o reexame do contexto fático-probatório, o que é vedado (Súmula nº 126/TST).
Nego, pois, seguimento ao recurso, a teor das Súmulas 126 e 333 do TST.
CONCLUSÃO
Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista." (págs. 1.030-1.032)
Na minuta de agravo de instrumento a reclamada insiste na admissibilidade de seu recurso de revista ao argumento de que estão preenchidos todos os pressupostos de admissibilidade.
Contesta a condenação que lhe foi imposta ao pagamento de indenização por danos morais.
Aduz que "o serviço postal constitui inequivocamente serviço público, de exclusiva titularidade da UNIÃO, que não se confunde com atividade econômica, e que não sofreu qualquer transmudação ou transfiguração de sua natureza em função da instituição do chamado "BANCO POSTAL" no início dos anos 2000, em especial porque tal atuação não implicou substanciais mudanças em relação à atuação histórica dos CORREIOS em favor da sociedade brasileira" (pág. 1.052).
Assevera que "se o simples fato de circular numerário no âmbito de uma empresa prestadora de serviços venha a reclamar o dever de constituir complexo aparato de segurança, não seria sofisma afirmar que supermercados, casas lotéricas, farmácias, postos de combustíveis e tantas outras empresas que atuam essa condição estariam obrigados a fazê-lo, até mesmo por uma questão de isonomia." (pág. 1.056).
Afirma ainda, que "o chamado BANCO POSTAL é mero SERVIÇO (art. 1º da Resolução nº 2.707 do BACEN, e, agora da Resolução 3.954), e se soma aos demais serviços tradicionalmente prestados pela empresa envolvendo valores, tais como: o vale postal, cheque correios, inscrições em concursos públicos, recebimento de contas, pagamento de benefícios previdenciários etc., o que jamais a levou a ser confundida com uma instituição financeira." (pág. 1.055).
Indica violação dos artigos 5° incisos V e X, 37 e 144 da Constituição Federal, 186, 884, 927 e 944 do Código Civil, 818, inciso I, e 333 do Código de Processo Civil.
Sem razão.
O Tribunal Regional do Trabalho da 10a Região, assim se pronunciou:
"BANCO POSTAL. DANOS MORAIS (RECURSO DA RECLAMADA).
Postula o autor, na inicial, o pagamento de indenização pelos danos morais experimentados pela constante situação de risco a que é exposto na agência dos Correios onde presta serviços e onde funciona o Banco Postal; que não conta com a segurança necessária para armazenar grande quantidade de dinheiro; e, especialmente, pelo abalo psicológico em decorrência do assalto sofrido em 21/05/2018, tendo sido rendido dentro da agência por dois criminosos armados. Esclarece que este foi o quarto assalto sofrido no desempenho de suas funções em um ano. Requer indenização por danos morais no valor de R$ 100.000,00.
A reclamada, em defesa, acena com a impossibilidade de ser reconhecida sua responsabilidade pelos danos morais sofridos pelo reclamante. Assevera que não se qualifica como instituição bancária. Que "a agência de XAMBIOÁTO possuía e possui câmara CFTV (cujas imagens estão armazenadas) cofre com retardo, boca de lobo, alarme (monitorado), botão de acionamento. Este último foi acionado pelo reclamante que, infelizmente a POLÍCIA NÃO ATENDEU a urgência, conforme relatado pelo próprio reclamante" (sic, fl. 74).
O Juízo de origem julgou parcialmente procedente o pedido, mediante a seguinte fundamentação, in verbis:
"DANO MORAL
Argumentou o reclamante que, no exercício das suas funções, sofrera assalto em 21.05.2018 e que a atividade desenvolvida pelo reclamado é de risco. Afirmou que é o terceiro assalto sofrido no desempenho de suas funções no período de um ano. Aduziu que teve vários problemas de ordem física, psicológica e afastado de suas atividades com o assalto. Postula o pagamento de indenização por danos morais.
O reclamado se defendeu, sob os argumentos que não exerce atividade privativa de instituição financeira, que o assalto fora caso fortuito e que inexiste obrigação legal que determine a instalação de sistema de segurança.
O boletim de ocorrência e a Comunicação de Acidente de Trabalho comprovam o assalto em que a reclamante fora vítima. Tal documento não sofrera impugnação específica.
Portanto, incontroverso nos autos o assalto em que o reclamante fora submetido. Também incontroverso, além de ser público e notório, as atividades desenvolvidas nas agências dos correios, de correspondente bancário.
Certo é que, o reclamado se utilizou da mão de obra da reclamante, esta com labor em local sem qualquer proteção, conforme documentos apresentados pela reclamante, para realizar atividades de correspondente bancário, quer seja, receber e manipular numerário.
E, ao submeter o reclamante à manipulação de numerário e exposto à local sem qualquer segurança, o reclamado colocou em risco sua integridade física e psíquica, o que configura ato ilícito, previsto no artigo 186, do Código Civil, passível de indenização, como dispõe o artigo 927, do Código Civil.
E mais, o parágrafo único, do artigo 927, do Código Civil, impõe a obrigação de indenizar quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. Este dispositivo, também, se amolda à situação trazida nos autos, pois o labor com numerário, exposto sem a devida segurança e proteção, como praticado pelo reclamado, colocou em risco a integridade física do reclamante, sendo passível de indenização.
Não há dúvidas que o assalto e o risco à integridade física do reclamante lhe gerou um dano psicológico, pois a qualquer momento poderia ela novamente ser vítima de um assalto, com risco irreparável, inclusive à sua vida, bem maior que merece ser protegido por qualquer empregador.
Situação idêntica já foi submetida à apreciação do TRT da 10º Região, com o mesmo reclamado: "DANOS MORAIS. ASSALTO. AGÊNCIA BANCO POSTAL. AUSÊNCIA DE PROVIDÊNCIAS PELA EMPREGADORA. EFEITOS. CULPA DA EMPREGADORA. Presentes o dano, o nexo de causalidade e a culpa do empregador, cabe a indenização por danos morais, a teor dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Recurso desprovido." (proc. 00782-2012-801-10-00-6 RO, 2º Turma, rel. Desembargadora Elke Doris Just, julgto 10.10.2012, public. 26.10.2012) Registro que, a inaplicabilidade da Lei n. 7.102/83 ao reclamado não afasta a sua responsabilidade com a segurança de seus empregados, com a utilização de equipamentos de segurança.
Registra-se que é o terceiro episódio de assalto sofrido pelo reclamante.
Portanto, com suporte nos princípios da razoabilidade e

proporcionalidade, acolho o pedido de indenização por danos morais, que arbitro em R$60.000,00, considerando a natureza punitiva e repreensiva do ato ilícito praticado, considerando que é o terceiro episódio de assalto sofrido, a coibição de prática irregular de labor em condições sem equipamentos de segurança e as condições econômicas deste.

O valor arbitrado deverá ser corrigido desde o fato, em 03.09.2013, até o efetivo pagamento, além da incidência de juros, nos termos da Lei 9494/97.".

Iresignada, busca a ECT a reforma da decisão e repisa a argumentação.

Examino.

Para que as perdas - sejam de natureza patrimonial, sejam de ordem moral - causadas ao trabalhador possam dar ensejo à indenização por parte do empregador, é necessário que determinados requisitos sejam preenchidos, a saber: existência efetiva de dano; nexo causal e culpa empresarial (art. 186 c/c art. 927 do Código Civil/2002).

Cumpre, assim, verificar se tais requisitos restaram presentes no caso concreto.

O dano moral ocorre quando a conduta de alguém atinge os valores ideais e morais da pessoa.

JOÃO DE LIMA TEIXEIRA FILHO sustenta que "o dano moral é o sofrimento humano provocado por um ato ilícito de terceiro que molesta bens imateriais ou magoa valores íntimos da pessoa, os quais constituem o sustentáculo sobre o qual sua personalidade é moldada e sua postura nas relações em sociedade é erigida" (in O dano moral na Justiça do Trabalho. Revista LTr set./96, p. 1169).

JORGE PINHEIRO CASTELO, por sua vez, conceitua o dano moral como "aquele que surte efeitos na órbita interna do ser humano, causando-lhe uma dor, uma tristeza ou qualquer outro sentimento capaz de lhe afetar o lado psicológico, sem qualquer repercussão de caráter econômico" (in Do dano moral trabalhista. Revista LTr abr./95, p. 488).

O abalo moral em si, por estar relacionado ao sentimento íntimo de cada pessoa, não demanda prova. Mas o fato que teria ensejado o abalo psíquico deve ser objeto de demonstração, sendo certo que, comprovada a ocorrência do fato gerador do dano alegado, tem-se por comprovado também o dano moral.

(...)

Quanto à responsabilidade da ECT pelo evento danoso, registro ser pacífico neste Regional o entendimento de que a situação em análise não se amolda à hipótese de caso fortuito, antes encontrando-se vinculada aos riscos da atividade empresarial, cuja previsibilidade impõe à reclamada a adoção de medidas de segurança aptas a proteger a integridade de seus empregados, sendo que a omissão patronal em tal sentido atrai a responsabilidade empresarial pelos danos experimentados pelo empregado.

Com vistas a bem elucidar tal aspecto, peço vênia para transcrever os fundamentos lançados no percuciente voto proferido pelo Exmº Desembargador João Amílcar Pavan por ocasião do julgamento do RO 0000647-25.2014.5.10.0802, em que se apreciava questão análoga envolvendo a mesma reclamada, os quais agrego às presentes razões de decidir, in verbis: "A questão de interesse reside na prática, pela empregadora, de ato comissivo ou omissivo e de natureza ilícita, que tenha o potencial de lesionar a esfera imaterial do empregado. Ora, incontroversamente, a empresa deixou de cumprir os elementos de segurança pontuados na r. sentença, embora exercesse atividade atrativa à ação dos criminosos; tanto assim o é que foram roubados em torno de R$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais) em espécie (PDF 21). Logo, o cenário traduz a exposição do empregado a risco frequente.

(...)

Diversa é a hipótese do externo, que exibindo a mesma característica da imprevisibilidade, mostra-se absolutamente estranho àquela atividade exercida pela empresa. Usualmente tais fatos são exemplificados por meio de fenômenos da natureza, como tempestades ou enchentes, mas eles também estão presentes naquelas hipóteses onde, ainda que indiretamente, a ação humana os produz - como o desabamento de um edifício (CARVALHO SANTOS).

Assim, no caso concreto não há espaço para o reconhecimento da excludente do caso fortuito externo, circunstância que por si só impõe o dever de indenizar." Este também é o entendimento perfilhado pelo Colendo TST, a teor dos arestos abaixo transcritos: " AGRAVO DANOS MORAIS. COMPENSAÇÃO. ECT. BANCO POSTAL. ASSALTO. POSTO DE ATENDIMENTO. NÃO PROVIMENTO. Esta colenda Corte tem adotado o entendimento no sentido de que, embora uma agência do banco postal não possa ser considerada um estabelecimento financeiro em sentido estrito, o fato de lidar com soma maior de dinheiro a torna vulnerável à ocorrência de assalto, o que faz concluir pelo dever de o empregador aplicar medidas eficientes e efetivas de segurança. Desse modo, havendo negligência da ECT em não propiciar aos seus empregados efetivo e eficaz sistema de segurança no local de trabalho, deve ser ela responsabilizada pelo dano moral sofrido pelo empregado, em decorrência de assaltos nas agências do banco postal. Precedentes. Agravo a que se nega provimento. (Ag-AIRR - 1631-33.2012.5.07.0003 , Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 19/10/2016, 5º Turma, Data de Publicação: DEJT 28/10/2016)

(...)

"RECURSO DE REVISTA. APELO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.015/2014. DANOS MORAIS. ASSALTO. BANCO POSTAL. Considerando o contexto fático delineado pelo Regional, embora este tenha reconhecido, à luz da teoria do risco, a responsabilidade objetiva da Reclamada, está reconhecida, no acórdão recorrido, a conduta culposa para a configuração da responsabilidade subjetiva. No caso, configurada a culpa da empresa por violação do dever geral de cautela, submetendo a Reclamante a riscos pela não observância das medidas de segurança, atraiu para si a obrigação de indenizá-la pelos danos materiais que sofreu, não se constatando a alegada ofensa ao art. 7.º, XXVIII, da Constituição Federal. Recurso de Revista não conhecido." (RR - 22-79.2015.5.14.0111 Data de Julgamento: 04/05/2016, Relatora Ministra: Maria de Assis Calsing, 4º Turma, Data de Publicação: DEJT 13/05/2016) "AGRAVO DE INSTRUMENTO. (...) 2. ECT. BANCO POSTAL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ASSALTO NO LOCAL DE TRABALHO. CULPA POR OMISSÃO. Quando o empregador, indiferente à segurança do empregado, concorrer para caracterização do evento danoso, com dolo ou culpa, por ação ou omissão, estará obrigado a repará-lo, nos exatos limites dos arts. 186, 187 e 927 do Código Civil. Agravo de instrumento conhecido e desprovido." (AIRR - 159-21.2014.5.14.0071 , Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 12/08/2015, 3º Turma, Data de Publicação: DEJT 21/08/2015)

Importa considerar que, sabedores de que as agências dos Correios que atuam como bancos postais não adotam as medidas de segurança seguidas pelas demais instituições que trabalham com grandes volumes financeiros - e as sucessivas ocorrências relatadas nos diversos processos movidos contra a reclamada põem em evidência tal omissão -, os bandidos naturalmente voltar-

se-ão para tais instituições, colocando em risco não apenas os empregados da ECT, mas também seus clientes e familiares.
Nesses termos, nego provimento ao recurso." (págs. 942-952)
Infere-se, do acórdão regional que "a situação em análise não se amolda à hipótese de caso fortuito, antes encontrando-se vinculada aos riscos da atividade empresarial, cuja previsibilidade impõe à reclamada a adoção de medidas de segurança aptas a proteger a integridade de seus empregados, sendo que a omissão patronal em tal sentido atrai a responsabilidade empresarial pelos danos experimentados pelo empregado." (pág. 949).
O artigo 186 do atual Código Civil consagra a regra geral da responsabilidade civil que assim dispõe, in verbis:

"Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."

Parte da doutrina defende que a responsabilidade do empregador no acidente de trabalho é sempre subjetiva, mesmo quando há atividade de risco, com fundamento no artigo 7º, XXVIII, da Constituição Federal, que exige a demonstração de dolo ou culpa.
O argumento é de que, por se tratar de uma norma constitucional, lei infraconstitucional, como, por exemplo, o artigo 927, parágrafo único, do Código Civil, não poderia dispor acerca da responsabilidade objetiva, não contemplada na Constituição Federal.
Contudo, para uma melhor aferição acerca da possibilidade da aplicação da responsabilidade objetiva, necessário se faz compreender a razão de ser da norma constitucional, conferindo-lhe uma interpretação sistemática e teleológica.
Assim estabelece o artigo 7º, caput e o inciso XXVIII, da Constituição Federal:

"Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
(...)
XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa."

Verifica-se que o artigo 7º, caput, da Constituição Federal contempla expressamente os direitos dos trabalhadores nele enumerados, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, chegando-se à conclusão de que o rol não é taxativo. Assim, percebe-se que a Constituição Federal, em seu art. 7º, garante os direitos mínimos, mas nada impede que sejam atribuídos outros direitos aos trabalhadores, bastando que impliquem melhoria de sua condição social.
O artigo 927 do Código Civil estabelece:

"Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.
Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem."

A Lei nº 8.213/91 define em seu artigo 19:

"Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho."

Dentro do novo panorama da responsabilidade civil, é possível compreender que o inciso XXVIII do artigo 7º da Constituição Federal estabelece um direito mínimo do trabalhador à indenização por acidente de trabalho no caso de dolo ou culpa, mas outra norma pode atribuir uma situação mais favorável ao empregado que permita a responsabilidade por culpa lato sensu.
No caso do acidente de trabalho, há norma específica nesse sentido, conforme se extrai do parágrafo único do art. 927 do Código Civil, quando consagra a responsabilidade objetiva para atividade de risco.
Com efeito, a teoria do risco profissional considera que o dever de indenizar decorre da própria atividade profissional, sendo que o seu desenvolvimento está diretamente ligado aos acidentes do trabalho.
São as hipóteses em que a atividade desenvolvida pelo empregado constitui-se em risco acentuado ou excepcional pela natureza perigosa, de modo que a responsabilidade incide automaticamente.
No caso em exame, o empregado e seus familiares foram vítimas de sequestro com vista a viabilizar a roubo à agência bancária, quando trabalhava na função de tesoureiro da agência.
Este Tribunal vem entendendo que a atividade bancária exercida pelo obreiro - tesoureiro da agência - enquadra-se perfeitamente como atividade de risco, a atrair a aplicação da responsabilidade objetiva, nos termos do artigo 927, parágrafo único, do Código Civil, a qual certamente atrai perigos, até mesmo risco de vida, àqueles de exercem o ofício de gerente bancário, tal como ficou evidenciado nos fatos narrados no acórdão regional.
Logo, inegável que o evento danoso ocorreu em razão da função exercida pelo autor (tesoureiro), de sorte que o desempenho de suas funções bancárias, que evidentemente lhe permite o acesso a valores depositados nos cofres da agência, criou a situação de risco vivenciada pelo empregado e por sua família, causando-lhe danos de caráter psíquico-emocional que devem ser compensados pelo empregador.
Impende salientar que, em que pese a questão da ausência de segurança pública resultar, atualmente, em risco no exercício de qualquer atividade laboral, não se pode negar que os empregados que desenvolvem atividades bancárias estão mais sujeitos a riscos de assaltos, assim como os ocorridos no caso em exame.
Assim, impõe-se considerar como de risco a atividade desempenhada pelo bancário, relativamente ao evento danoso ocorrido (sequestro), nos termos do parágrafo único do artigo 927 do Código Civil brasileiro.
Nessas circunstâncias, o dano moral decorre da própria situação gravosa a que foi submetido o reclamante, ou seja, é o clássico exemplo do denominado dano moral in re ipsa, que dispensa comprovação de existência e extensão, sendo presumível em razão do evento danoso.
Portanto, ser vítima de sequestro, por si só, configura o dano sofrido pelo reclamante.
No mesmo sentido, os seguintes precedentes:

"INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. GERENTE DE BANCO. SEQUESTRO DO EMPREGADO E DE SUA FAMÍLIA . RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO BANCO-RECLAMADO. A controvérsia, nos autos, cinge-se a saber se é devida , ou não , a indenização por danos morais, em razão do sequestro sofrido pelo reclamante e sua família, diante do exercício de suas atribuições como gerente da agência bancária . Na hipótese, o Regional , não

obstante reconhecer ser inconteste o abalo emocional sofrido pelo reclamante , reformou a sentença em que se condenou o reclamado ao pagamento da indenização por danos morais, ao fundamento de que não ficou comprovada a culpa do banco reclamado no evento, uma vez que o sequestro ocorreu após o encerramento do expediente, quando o autor voltava para a sua residência e já estava sob os cuidados do Estado. Este Tribunal vem entendendo que a atividade bancária exercida pelo obreiro - gerente bancário - enquadra-se perfeitamente como atividade de risco, a atrair a aplicação da responsabilidade objetiva, nos termos do artigo 927, parágrafo único, do Código Civil, a qual certamente atrai perigos, até mesmo risco de vida, àqueles de exercem o ofício de gerente bancário, tal como ficou evidenciado nos fatos narrados no acórdão regional. Logo, inegável que o evento danoso ocorreu em razão da função exercida pelo autor (gerente bancário), de sorte que o desempenho de suas funções bancárias, que evidentemente lhe permite o acesso a valores depositados nos cofres da agência, criou a situação de risco vivenciada pelo empregado e por sua família, causando-lhe danos de caráter psíquico-emocional que devem ser compensados pelo empregador. Impende salientar que, em que pese a questão da ausência de segurança pública resultar, atualmente, risco no exercício de qualquer atividade laboral, não se pode negar que os empregados que desenvolvem atividades bancárias estão mais sujeitos a riscos de assaltos, assim como os ocorridos no caso em exame. Assim, impõe-se considerar, como de risco, a atividade desempenhada pelo bancário, relativamente ao evento danoso ocorrido (sequestro), nos termos do parágrafo único do artigo 927 do Código Civil brasileiro. Nessas circunstâncias, o dano moral decorre da própria situação gravosa a que foi submetido o empregado, ou seja, é o clássico exemplo do denominado dano moral in re ipsa , que dispensa comprovação de existência e extensão, sendo presumível em razão do evento danoso. Portanto, ser vítima de sequestro, por si só, configura o dano sofrido pela reclamante. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido " (RR-523-59.2015.5.20.0016, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 19/12/2019).

"INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ASSALTO À AGÊNCIA BANCÁRIA. ACIDENTE DO TRABALHO. ATIVIDADE DE RISCO. TEORIA DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA. QUANTUM. INDENIZATÓRIO FIXADO EM R$ 20.000,00. MAJORAÇÃO. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que não se admite a majoração ou diminuição do valor da indenização por danos morais, nesta instância extraordinária, em virtude da necessidade de revolvimento da valoração do contexto fático-probatório feita pelas instâncias ordinárias para tanto. Entretanto, tem-se admitido essa possibilidade apenas nos casos em que a indenização for fixada em valores excessivamente módicos ou estratosféricos. No caso em exame, a empregada foi vítima de assalto na agência bancária em que trabalhava, tendo o Regional ressaltado que "está provado que ocorreu o assalto e que a Autora, junto com os demais Empregados, foi rendida, pelos Criminosos, com arma de fogo. Está, também, provado, que, na Agência, não havia porta giratória, nem câmara de filmagem. Ou seja, o Réu não se desincumbiu, a contento, de seu dever de segurança, tanto com respeito aos Empregados, quanto ao Público em geral. Outrossim, não providenciou tratamento médico-psicológico para os Empregados vitimizados pelo ocorrido". Não há dúvida de que a atividade profissional desempenhada pela reclamante era de risco, pois o empregado de instituição bancária está sujeito a assaltos de modo mais intenso que um cidadão comum . Assim, impõe-se considerar como de risco a atividade desempenhada pelo bancário, relativamente ao evento danoso ocorrido (assalto), nos termos do parágrafo único do artigo 927 do Código Civil brasileiro, decorrendo o dano moral da própria situação gravosa a que foi submetida a reclamante, ou seja, é clássico exemplo do denominado dano moral in re ipsa, que dispensa comprovação de existência e extensão, sendo presumível em razão do evento danoso. Assim, a condenação de uma empresa cuja culpa pelo ocorrido mostra-se de extrema gravidade, ante sua total inércia mesmo estando plenamente consciente dos riscos a que sua empregada estava submetida, em uma indenização no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), não se mostra suficiente, não cumprindo assim, o caráter pedagógico que deve ser observado na fixação do montante indenizatório. Ressalta-se que os valores de indenização comumente arbitrados nesta Corte superior, em casos similares, inclusive nesta Turma, têm sido fixados em patamar superior ao arbitrado pela instância ordinária. Ante o exposto, dá-se provimento ao recurso de revista da reclamante para majorar o valor da condenação para R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Recurso de revista conhecido e provido." (RR - 3694500-61.2008.5.09.0014, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 17/5/2017, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 16/6/2017 - grifou-se);

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. (...) INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATIVIDADE DE RISCO. ASSALTO À AGÊNCIA BANCÁRIA. TEORIA DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA. O Regional constatou que o reclamante exercia a função de gerente de agência bancária e, com fundamento na prova produzida nos autos, averiguou a existência do dano moral sofrido pelo reclamante e do nexo causal com o assalto ocorrido enquanto desempenhava as suas atividades. Não há como afastar, pois, a responsabilidade do reclamado pelo evento danoso. O artigo 927, parágrafo único, do Código Civil de 2002, c/c o parágrafo único do artigo 8º da CLT, autoriza a aplicação, no âmbito do Direito do Trabalho, da teoria da responsabilidade objetiva do empregador, nos casos de acidente de trabalho quando as atividades exercidas pelo empregado são de risco, conforme é o caso em análise. Recurso de revista não conhecido." (TST-RR-812-66.2012.5.05.0031, 2ª Turma, Redator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, DEJT 20/11/2015).

"DANO MORAL E MATERIAL. GERENTE DE BANCO. ASSALTO E SEQUESTRO DO EMPREGADO E DE SEUS FAMILIARES. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. 1. Está consignado no v. acórdão regional que o reclamante foi admitido pelo banco em 05.08.1985 e, em 02.04.2003, -quando exercia a função de gerente operacional do reclamado-, foi vítima de sequestro por assaltantes, na saída do trabalho. Consta que, na ocasião, o empregado foi -levado à sua residência, onde permaneceu refém por toda a noite, junto com os seus familiares- e que -foi forçado, no dia seguinte, a acompanhar os assaltantes até agência bancária e abrir os cofres desativando o alarme-. Por sua vez, a família do reclamante -só foi liberada às 14:00 horas do dia seguinte e (...) , embora tenha o assalto sido frustrado pela ação policial, o evento lhe acarretou sequelas graves de ordem emocional, ocasionando sua incapacidade para o trabalho-. 2. Importante registrar que, nos termos do acórdão regional, após o incidente, o reclamante acionou a Previdência Social e, passado um mês do ocorrido (03.04.2003), já estava recebendo benefício de auxílio doença, -posteriormente convertido em auxílio doença acidentário-. No curso da demanda, no entanto, sobreveio a notícia de que a incapacidade permanente do autor estava evidenciada nos autos, -seja através da concessão

da aposentadoria por invalidez decorrente de transação judicial realizada nos autos do processo movido contra o INSS, seja pela prova pericial produzida, em que é informada, sem previsão para a recuperação e retorno ao trabalho, conforme se infere da resposta do expert ao quesito complementar da reclamada-. Assim, restou demonstrado o fato ensejador de dano moral, bem como o comprometimento da capacidade laborativa do empregado, que lhe resultou prejuízos financeiros. 3. Diante do contexto apurado, todavia, o e. TRT reformou a decisão de primeiro grau, que havia deferido ao empregado indenização por danos materiais, nas modalidades dano emergente e lucros cessantes, fixados em R$ 765.943,92, e danos morais arbitrados em R$200.000,00. Para tanto, aquela Corte respaldou-se na tese de que não restou provada a culpa do reclamado no infortúnio. 4. Em situação como tal, considerado o risco inerente à atividade executada pelo reclamante, o entendimento desta e. Corte é assente no sentido de ser objetiva a responsabilidade do empregador. 5. Dessarte, a decisão regional que afasta a responsabilidade da empresa pelos danos morais e materiais do empregado fere o comando do artigo 927, parágrafo único, do Código Civil. Precedentes." (RR - 82100-79.2005.5.05.0193, data de julgamento: 11/12/2013, Relator Ministro: Hugo Carlos Scheuermann, 1ª Turma, data de publicação: DEJT 7/1/2014)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO BANCO RECLAMADO. ABALO PSICOLÓGICO ADQUIRIDO APÓS A OCORRÊNCIA DE ASSALTO A AGÊNCIA BANCÁRIA. TEORIA DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ATIVIDADE DE RISCO DO EMPREGADOR. A controvérsia se refere à indenização por dano moral decorrente de assalto à agência do banco. O direito à indenização por danos moral e material encontra amparo no art. 186 do Código Civil, c/c o art. 5º, X, da CF, bem como nos princípios basilares da ordem constitucional, mormente naqueles que dizem respeito à proteção da dignidade humana e da valorização do trabalho humano (art. 1º da CF/88). Em que pese a não haver norma expressa a disciplinar a responsabilidade objetiva do empregador, entende esta Corte Superior que a regra prevista no artigo 7º, XXVIII, da Constituição Federal deve ser interpretada de forma sistêmica aos demais direitos fundamentais, e a partir dessa compreensão, admite a adoção da teoria do risco (artigo 927, parágrafo único, do Código Civil), sendo, portanto, aplicável à espécie a responsabilização objetiva do empregador no âmbito das relações de trabalho para as chamadas atividades de risco da empresa. Assim, prevalece no Direito do Trabalho a Teoria do Risco Negocial, que enseja a atribuição da responsabilidade objetiva ao empregador, impondo a este a obrigação de indenizar os danos sofridos pelo empregado, independentemente de culpa, quando a atividade normal da empresa propicie, por si só, riscos à integridade física do empregado. Precedentes. No caso em exame, o e. TRT expressamente consignou que a reclamante foi vítima de assalto durante a jornada de trabalho, e que esse episódio resultou em patologia de ordem psicológica - estresse pós-traumático e sintomas de pânico -, constatada em laudo pericial. O Tribunal local também registrou que o banco não comprovou a adoção de providências imediatas ao evento relacionadas à saúde dos funcionários, conforme previsão em normas coletivas, e tampouco dispunha de medidas efetivas de segurança, como porta giratória e sistema de câmeras de vigilância, pelo que concluiu que a empresa incorreu em culpa. Desse modo, a atividade normal da reclamada oferece risco acentuado à integridade física de seus empregados, uma vez que estão sempre em contato com dinheiro, atividade que pode ser considerada de risco, diante da exposição da integridade física e psíquica de seus empregados a ações criminosas que comumente são direcionadas aos bancos, de maneira que, ainda que não fosse registrada a conduta culposa da empresa, a responsabilidade pelo prejuízo moral remanesceria. Logo, não há como afastar a condenação em face do dano moral sofrido pela empregada. Incólumes os dispositivos indicados como ofendidos. A divergência jurisprudencial esbarra no óbice do art. 896, §7º, da CLT e na Súmula 333 do TST." (AIRR - 1259-60.2012.5.02.0444, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 28/6/2017, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 3/7/2017);

"INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ABALO PSICOLÓGICO DECORRENTE DE ASSALTO A AGÊNCIA BANCÁRIA. TEORIA DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ATIVIDADE DE RISCO DO EMPREGADOR. Em que pese a não haver norma expressa a disciplinar a responsabilidade objetiva do empregador, entende esta Corte Superior que a regra prevista no artigo 7º, XXVIII, da Constituição Federal deve ser interpretada de forma sistêmica aos demais direitos fundamentais, e a partir desta compreensão, admite a adoção da teoria do risco prevista no artigo 927, parágrafo único, do Código Civil, que autoriza a responsabilização objetiva do empregador no âmbito das relações de trabalho para as chamadas atividades de risco da empresa. Assim, prevalece no Direito do Trabalho a Teoria do Risco Negocial, que enseja a atribuição da responsabilidade objetiva ao empregador, impondo-lhe a obrigação de indenizar os danos sofridos pelo empregado, independentemente de culpa, quando a atividade normal da empresa propicie, por si só, riscos à integridade física do empregado. No caso dos autos, restou comprovado que a autora trabalhava na agência bancária na qual ocorreram assaltos durante a jornada de trabalho. Por essa razão, independentemente de a empresa ter culpa ou não no assalto, não cabe à trabalhadora assumir o risco do negócio, ainda mais se considerando que o referido infortúnio ocorreu quando a empregada prestava serviços para o empregador. Conclui-se, portanto, pela responsabilidade do HSBC BANK BRASIL S.A. BANCO MÚLTIPLO pelo dano psicológico sofrido pela trabalhadora e, via de consequência, pelo dever de indenizar o dano moral sofrido. Desse modo, o Regional, ao afastar o direito da trabalhadora de ver reconhecido o dano moral e de receber a indenização daí decorrente, deixou de dar efetividade ao comando inserto no parágrafo único do artigo 927 do Código Civil Brasileiro, em face da atividade de risco exercida. Recurso de revista conhecido por violação do artigo 927 do Código Civil e provido." (TST-RR-153-67.2011.5.09.0003, 3ª Turma, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 18/12/2015);

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. LEI 13.015/2014. preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ASSALTO. AGÊNCIA BANCÁRIA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. TEORIA DO RISCO. VALOR ARBITRADO. Nega-se provimento a agravo de instrumento quando suas razões, mediante as quais se pretende demonstrar que o recurso de revista atende aos pressupostos de admissibilidade inscritos no art. 896 da CLT, não conseguem infirmar os fundamentos do despacho agravado. Agravo de Instrumento a que se nega provimento." (AIRR - 1254-53.2013.5.14.0061, Relator Ministro: João Batista Brito Pereira, Data de Julgamento: 9/11/2016, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 11/11/2016);

" DANO MORAL E MATERIAL. ASSALTO À AGÊNCIA BANCÁRIA.

EMPREGADO ALVEJADO POR DISPARO DE ARMA DE FOGO QUE ATINGIU SUA COLUNA VERTEBRAL. SEQUELAS FÍSICAS E PSICOLÓGICAS PERMANENTES. ATIVIDADE DE RISCO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO EMPREGADOR. CARACTERIZAÇÃO. Perante o Direito do Trabalho, a responsabilidade do empregador, pela reparação de dano, no seu sentido mais abrangente, derivante do acidente do trabalho ou de doença profissional a ele equiparada, sofrido pelo empregado, é subjetiva, conforme prescreve o artigo 7º, XVIII, da Constituição Federal de 1988. No entanto, podem ser consideradas algumas situações em que é recomendável a aplicação da responsabilidade objetiva, especialmente quando a atividade desenvolvida pelo empregador causar ao trabalhador um risco muito mais acentuado do que aquele imposto aos demais cidadãos, conforme previsto no parágrafo único do artigo 927 do Código Civil Brasileiro. No caso, o quadro fático registrado pelo Tribunal Regional revela ser incontroversa a ocorrência de quatro assaltos na agência bancária da ré, em que trabalhava o autor, os quais lhe causaram traumas e problemas psicológicos, além de lesões físicas, uma vez que, "em um deles, na data de 24/09/1985, foi atingido por arma de fogo com um tiro nas costas/coluna", a configurar sequelas permanentes que, inclusive, ensejaram sua aposentadoria por invalidez. Por se tratar de atividade econômica de risco acentuado, tem-se por justificada a responsabilidade objetiva da ré em relação ao dano sofrido pelo autor, a qual dispensa a caracterização de culpa. Precedentes. Não se verifica, entretanto, prejuízo diante da análise procedida pela Corte a quo , sob a ótica da responsabilidade subjetiva, porquanto evidenciada a conduta culposa da ré que, contrariando orientação do Serviço Médico da própria empresa, negligenciou a saúde do autor ao autorizar o seu precoce retorno ao trabalho, o que culminou no agravamento da patologia que o acometeu em consequência dos traumas sofridos nos assaltos da agência. Evidenciados os pressupostos justificadores da condenação da ré à reparação por danos morais e materiais, deve ser mantido o acórdão regional quanto à determinação da reclamada ao pagamento das respectivas indenizações. Agravo de instrumento a que se nega provimento" (AIRR - 114500-79.2005.5.15.0093, Data de Julgamento: 3/4/2018, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/4/2018. 3/4/2018, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/4/2018)

"II - RECURSO DE REVISTA DA RECLAMANTE (...) INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ASSALTO. BANCÁRIO. Esta Corte vem firmando o entendimento no sentido de se adotar a teoria da responsabilidade objetiva às hipóteses em que o empregado sofre assalto na agência bancária na qual trabalha. Recurso de revista conhecido e provido. (...)" (ARR - 33500-71.2007.5.04.0003, Relator Ministro: Márcio Eurico Vitral Amaro, Data de Julgamento: 22/02/2017, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 03/03/2017);

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 E DO NCPC - ECT - BANCO POSTAL - DANO MORAL - ASSALTOS A AGÊNCIA. A jurisprudência considera que a instituição bancária responde de forma objetiva pelos danos causados aos empregados em situações que envolvam assaltos em suas agências. Julgados. DANOS MORAIS - QUANTUM INDENIZATÓRIO O Recurso de Revista não reúne condições de processamento por inadequação do dispositivo legal indicado e por inespecificidade dos arestos acostados, na forma da Súmula nº 296, I, do TST. Agravo de Instrumento a que se nega provimento" (Processo: AIRR - 11137-40.2015.5.01.0053 Data de Julgamento: 11/04/2018, Relatora Ministra: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/04/2018, grifou-se)

Assim, devida a indenização por danos morais, na forma deferida pelo Tribunal Regional.
Registra-se que, quanto à ocorrência do ato ensejador da indenização, para que esta Corte superior possa concluir de forma diversa, necessário seria o reexame da valoração de fatos e de provas dos autos feita pelas esferas ordinárias, o que é absolutamente vedado a esta instância recursal de natureza extraordinária, nos termos da Súmula nº 126 do TST.
Cumpre salientar que somente é importante perquirir a quem cabe o ônus da prova quando não há prova dos fatos controvertido nos autos, arguido por qualquer das partes. Assim, uma vez que este ficou efetivamente provado, conforme asseverou o Tribunal Regional, é irrelevante o questionamento sobre a quem caberia fazer a prova. Portanto, nessa hipótese, não há reconhecer ofensa ao artigo 818 da CLT, inciso I, do CPC/2015. Não há falar, nos termos expostos, em violação dos artigos 5° incisos V e X, 37 e 144 da Constituição Federal, 186, 884, 927 e 944 do Código Civil.
Nesse contexto, por estar a decisão do Regional em consonância com a jurisprudência pacificada do Tribunal Superior do Trabalho, esgotada se encontra a função uniformizadora desta Corte, bem como de demonstração de conflito pretoriano, na forma em que estabelecem a Súmula nº 333 deste Tribunal e o § 7º do artigo 896 da CLT.
Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento com fundamento nos artigos 896, § 14 do CPC e 255, inciso III, alínea "b" do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho..
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000165-33.2017.5.02.0073

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Advogada	Dra. Tattiany Martins Oliveira(OAB: 300178-A/SP)
Agravado	BELTESSAZAR BARBOSA VIEIRA
Advogada	Dra. Thais Aparecida Infante(OAB: 208035-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BELTESSAZAR BARBOSA VIEIRA
- ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:

FÉRIAS VENCIDAS. DEPÓSITOS DO FGTS SOBRE VERBAS RESCISÓRIAS

Postula a agravante a reforma do acórdão regional quanto aos temas acima epigrafados, com base em divergência jurisprudencial, bem como violação direta e literal dos arts. 818 da CLT e 373 do CPC, no tocante à distribuição do ônus da prova.

Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896

[...]

§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.

Destaque-se, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, não basta a mera indicação da ementa, páginas do acórdão, paráfrase, resumo, trecho insuficiente, parte dispositiva ou mesmo do inteiro teor do acórdão ou de capítulo de acórdão não sucinto, sem destaques próprios. Tampouco a transcrição dos trechos, no início da petição, dissociada dos fundamentos, sem o devido cotejo analítico de teses, serve ao fim colimado.

No caso, a parte limitou-se a transcrever, em suas razões de recurso de revista, trecho do acórdão recorrido incapaz de evidenciar as premissas fáticas adotadas pelo Eg. Regional como fundamento da condenação, de modo que impossibilitada a aferição de eventual violação dos dispositivos legais invocados, ou mesmo da especificidade do acórdão paradigma indicado para demonstrar a divergência jurisprudencial.

Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).

Incabível o exame de transcendência da causa.

Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0012026-58.2015.5.15.0132

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	TRANSIT DO BRASIL S.A.
Advogada	Dra. Maria Aparecida Caputo(OAB: 105973-A/SP)
Agravado	EUNICE LIGIA MONTEIRO
Advogado	Dr. Luisa Camargo de Castilho Azzalin(OAB: 58245-D/SP)
Agravado	JOSEPH CLAUDE DAOU
Agravado	LUIZ ROBERTO MARTHOS
Agravado	MAURICIO MARTIN SEGNORELLI

Intimado(s)/Citado(s):

- EUNICE LIGIA MONTEIRO
- JOSEPH CLAUDE DAOU
- LUIZ ROBERTO MARTHOS
- MAURICIO MARTIN SEGNORELLI
- TRANSIT DO BRASIL S.A.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. TEMAS INDICADOS NA ÍNTEGRA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela executada, TRANSIT DO BRASIL S.A, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: VÍCIO DE CITAÇÃO, DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, SUBSIDIÁRIA, ACIONISTA e RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO SÓCIO.

Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

Verifica-se, de plano, que a parte, em vez de indicar os respectivos trechos da decisão recorrida em que se encontram prequestionadas as matérias objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º -A, inciso I, da CLT, transcreveu a íntegra dos temas analisados no acórdão, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.

Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:

"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)

Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso. Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/06/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/08/2018; AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.

De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei

nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.

Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.

Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.

Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.

Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001407-13.2013.5.02.0511

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	ESTRE AMBIENTAL S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Gilson Garcia Junior(OAB: 111699-A/SP)
Agravado	RAFAEL DE JESUS
Advogado	Dr. Roberto Hiromi Sonoda(OAB: 115094/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTRE AMBIENTAL S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- RAFAEL DE JESUS

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.

Contraminutado.

Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:

Nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, "os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recurso da decisão definitiva".

Nesse sentido, enuncia a Súmula 214/TST:

"Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão:

a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho;

b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal;

c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT."

A impugnação diferida de decisão que não represente a última manifestação jurisdicional em grau ordinário tem por escopo privilegiar os princípios da celeridade e efetividade, ínsitos ao processo do trabalho.

No caso dos autos, o Regional, em sede de agravo de petição, reconheceu "a competência desta Justiça Especializada para decidir sobre o redirecionamento da execução aos sócios ou acionistas controladores/administradores da empresa reclamada, em recuperação judicial, determinando o retorno dos autos à primeira instância para processamento do incidente de desconsideração da personalidade jurídica" (fl. 1.817).

Logo, irrecorrível de imediato a decisão impugnada, pois evidenciada sua natureza interlocutória, não inserida dentre as exceções aludidas no verbete sumular, tendo em vista a possibilidade de manejo de novos recursos no âmbito do Tribunal Regional.

Oportuno registrar a inexistência de constrangimento ao direito de acesso ao Judiciário. O devido processo legal está sendo observado e tem-se possibilitado à parte a utilização de todas as medidas pertinentes, estando garantidos, portanto, o contraditório e a ampla defesa.

Ante o exposto, não se vislumbra ofensa aos preceitos constitucionais indicados no presente agravo de instrumento. Com esteio no art. 932 do CPC, nego provimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100218-62.2017.5.01.0042

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	CRISTIANE JAIME LUZ
Advogado	Dr. Luiz Carlos Pelodan Corrêa(OAB: 128243-A/RJ)
Agravado	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E OUTROS
Advogado	Dr. Lilian Beserra de Oliveira(OAB: 189668-A/RJ)
Advogado	Dr. Ana Carolina da Silva Martins(OAB: 149239-A/RJ)
Advogado	Dr. Victor Tainah Fernandes Dietzold(OAB: 160047-A/RJ)
Advogado	Dr. Igor Duque(OAB: 182802-A/RJ)

Advogado	Dr. Janaina Medeiros Couto(OAB: 228642-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTIANE JAIME LUZ
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E OUTROS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: CARGO DE CONFIANÇA, INDENIZAÇÕES POR DANO MORAL e HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
Foram apresentadas contrarrazões às págs. 1.119-1.125 e contraminuta às págs. 1.113-1.118.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte não indicou, na petição do recurso de revista, os trechos da decisão recorrida em que se encontram prequestionadas as matérias objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Registra-se que a mera menção somente à conclusão da Corte regional acerca do tema ou à parte dispositiva do respectivo acórdão não satisfaz o requisito exigido por meio do mencionado dispositivo de lei.
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso.
Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto e, levando-se em conta que a interposição de recurso não é considerada ato urgente, é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000768-04.2017.5.02.0010

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	MARCOS HENRIQUE LISBOA
Advogada	Dra. Aline Lúcia Ferreira Barroso(OAB: 310548-A/SP)
Agravado	ALPHAVILLE URBANISMO S.A.
Advogado	Dr. Roberto Trigueiro Fontes(OAB: 244463-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALPHAVILLE URBANISMO S.A.
- MARCOS HENRIQUE LISBOA

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Registre-se, de início, que o exame do processamento do recurso de revista fica restrito aos temas devolvidos nas razões do agravo de instrumento.

PROGRAMA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL
Postula o agravante a reforma do acórdão regional quanto aos temas acima epigrafados.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.
Destaque-se, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, não basta a transcrição dos trechos, no início da petição, dissociada dos fundamentos, sem o devido cotejo analítico de teses, serve ao fim colimado.
No caso, a parte limitou-se a transcrever trechos de capítulos distintos do acórdão, no início das razões do recurso de revista, sob o título "do disposto no artigo 896, § 1°-A da CLT" (fls. 743/745), de forma dissociada da argumentação (fls. 745/750).
Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0011413-74.2020.5.15.0128

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Procurador	Dr. Mônica Luiza Viegas Rodrigues
Agravado	VERONICA TEIXEIRA DA SILVA
Advogada	Dra. Michelli Azanha Campanholli(OAB: 244980-A/SP)
Agravado	STRATEGIC SECURITY - CONSULTORIA E SERVICOS LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	Dra. Aline Cristina Panza Mainieri(OAB: 153176-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- STRATEGIC SECURITY - CONSULTORIA E SERVICOS LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
- VERONICA TEIXEIRA DA SILVA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela segunda reclamada, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, às págs. 684-699, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 675-677, quanto ao tema RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - ENTE PÚBLICO.
Foram apresentadas contraminuta às págs. 706-711 e contrarrazões às págs. 712-719.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela segunda reclamada:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso.
Nos termos da Portaria GP-CR nº 005/2020, não houve expediente no TRT da 15ª Região no dia 09/07/2021. Assim, o vencimento do prazo ocorreu em 20/07/2021.
Regular a representação processual (nos termos daSúmula 436, item I/TST).
Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Solidária / Subsidiária / Tomador de Serviços / Terceirização / Ente Público.
O v. acórdão entendeu que incumbe ao ente público, tomador de serviços, o ônus de comprovar que fiscalizou adequadamente o cumprimento das obrigações legais e contratuais assumidas pela empresa contratada, em face do princípio da aptidão para a prova.
Quanto ao tema, esta Vice-Presidência Judicial determinava o processamento do recurso de revista com fundamento em reiterados julgados do C. TST, no sentido de que a imputação da responsabilidade subsidiária só poderia ocorrer se o reclamante comprovasse que o ente público deixou de cumprir seu dever de fiscalização, assim estabelecendo que era do autor o ônus da prova da conduta culposa.
Porém, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho ao julgar os embargos de declaração no processo nº 925-07.2016.5.05.0281, em 12/12/2019, considerou que no Tema nº 246 de Repercussão Geral (RE 760.931 -DF), o E. STF não fixou tese específica sobre a distribuição do ônus da prova pertinente à fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, ficando a definição a cargo do C. TST.
Nesta esteira, para não ser responsabilizado subsidiariamente, cabe ao ente público comprovar que fiscalizou de forma adequada o cumprimento das obrigações trabalhistaspela empresa terceirizada, com fundamento no princípio da aptidão para a prova, que vincula o ônus a quem possui mais e melhores condições de produzi-la.
Nesse sentido, dentre outros, são os seguintes precedentes: Ag-RR -11380-35.2015.5.03.0018, 1ª Turma, DEJT 08/01/2020, ARR-10671-44.2015.5.01.0571, 5ª Turma, DEJT 09/02/2018, RR-715-80.2013.5.05.0015, 6ª Turma, DEJT 19/12/2019, RR-984-40.2013.5.15.0113, 8ª Turma, DEJT 13/09/2019. Portanto, a interpretação conferida pela v. decisão recorrida está em consonância com iterativa, notória e atual jurisprudência do C. TST.
Inviável, por decorrência, o apelo, ante o disposto no art. 896, § 7º, da CLT e na Súmula 333 do C. TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista." (págs. 675-677).
Na minuta de agravo de instrumento, a segunda reclamada insiste na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos todos os requisitos para admissibilidade de seu recurso de revista.
Aduz que "se tratando de uma autarquia estadual, com personalidade jurídica de direito público, a responsabilidade subsidiária da UNIVERSIDADE não decorre do mero inadimplemento da fornecedora de serviços, mas de COMPROVAÇÃO DE CULPA, inexistente in casu" (pág. 695).
Sustenta que "a Universidade sempre condicionou o pagamento das faturas da empresa contratada ao envio mensal de comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias, como GFIP, GPS, FGTS etc., conforme documentação que acompanhou a contestação, inclusive os Editais de Licitação e os contratos administrativos firmados entre as reclamadas e demais documentos pertinentes" (pág. 696).
Assevera "as relações jurídicas da prestadora de serviços contratada com seus trabalhadores, oriundas dos contratos

individuais de trabalho, são pessoalmente dirigidas pela própria empresa terceirizada, ao passo que a Administração Pública não tem o poder de intervir diretamente neste âmbito, já que não é a empregadora de fato nem de direito" (pág. 696).

Alega contrariedade à Súmula n° 331, item V, do TST.

Sem razão.

O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto à responsabilidade subsidiária, nos seguintes termos:

"(...)

Insurge-se a segunda reclamada, ora recorrente, contra a sua condenação subsidiária pelos créditos trabalhistas deferidos na origem. Argumenta que o reconhecimento da responsabilidade subsidiária depende da demonstração inequívoca da conduta culposa na fiscalização das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços, ônus que cabia ao recorrido e do qual não se desvencilhou. Afirma que não agiu com culpa in eligendo, pois trilhou processo licitatório, e tampouco culpa in vigilando, porque teria fiscalizado a execução do contrato.

Examina-se.

Restou incontroverso nos autos que a reclamante trabalhou em benefício da segunda reclamada na função de porteira, por intermédio da primeira reclamada.

A questão acerca responsabilidade do ente público, ainda que subsidiária, causou por muito tempo uma razoável controvérsia entre os doutrinadores, bem como nos tribunais do País, culminando com a manifestação da mais Alta Corte de Justiça pátria acerca do tema.

O ponto nodal consistia na definição da possibilidade ou não do ente da administração pública responder de forma subsidiária pelas obrigações decorrentes do contrato da prestação de serviços que pactuar com terceiros.

Em uma primeira oportunidade em que se debruçou sobre o tema. o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 16 na Sessão Plenária de 24.11.2010, declarou por maioria a constitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 71 da Lei 8.666/93.

Na oportunidade, deixou claro a Suprema Corte que a par da constitucionalidade do § 1º do art. 71 da Lei nº 8.666/93, esse fato apenas afastaria a imputação da responsabilidade pela mera inadimplência do contratado. Porém, nos casos de omissão do Órgão Público na fiscalização das obrigações do contratado haveria a possibilidade do ente público arcar de forma supletiva com as obrigações. (Informativo STF nº 610, de 22 a 26/11/2010).

Estaríamos, aqui, no campo da responsabilidade subjetiva e contratual da administração pública, modalidade que está circunscrita à ausência de vigilância, ou seja, culpa in vigilando. Desde então, solidificou-se que o caso concreto em análise deveria demonstrar a configuração de relevante omissão do Órgão Público, ou seja, é imprescindível que o Estado tenha agido com culpa, bem como que é necessário que haja uma imposição legal para a atuação do Poder Público naquela situação. Deve haver a obrigação jurídica de agir de tal ou qual forma para evitar o dano. No caso, a imposição desse dever de fiscalização da administração é extraída na própria lei 8.666/93, senão vejamos:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

III - fiscalizar-lhes a execução;

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1o O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Além da regular execução das cláusulas do contrato administrativo, a fiscalização a que aludem os dispositivos mencionado também incluem as obrigações trabalhistas da prestadora de serviços, como expresso pelo Ministro LUIZ FUX, no julgamento do AgRg na Rcl: 23114 DF - DISTRITO FEDERAL 0011457-81.2016.1.00.0000, em 05/04/2016.

1. A Administração tem o dever de fiscalizar o fiel cumprimento do contrato pelas empresas prestadoras de serviço, também no que diz respeito às obrigações trabalhistas referentes aos empregados vinculados ao contrato celebrado, ...(STF - AgRg na Rcl: 23114 DF - DISTRITO FEDERAL 0011457-81.2016.1.00.0000, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 05/04/2016, Data de Publicação: DJE 02/05/2016 - ATA Nº 60/2016. DJE nº 85, divulgado em 29/04/2016)

A matéria voltou a debate e o Supremo Tribunal Federal, quando da apreciação do Tema de Repercussão Geral 246 - "Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço" - no "leading case" RE 760931, fixou a seguinte tese de repercussão geral:

"O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93".

Ainda, em sede de medida cautelar na Reclamação nº 26.702 (julgada em 25/05/2017), o Ministro Luis Roberto Barroso enfatizou que:

"[...] a responsabilização do ente público depende da demonstração de que ele possuía conhecimento da situação de ilegalidade e que, apesar disso, deixou de adotar as medidas necessárias para combatê-la. É dizer: somente está autorizada a mitigação da regra do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, caso demonstrado que a Administração teve ciência do reiterado descumprimento de deveres trabalhistas relativamente ao mesmo contrato de terceirização e que, a despeito disso, permaneceu inerte".

A constatação da culpa do agente é um dos requisitos essenciais à atribuição de responsabilidade civil subjetiva, sendo a culpa in vigilando aquela que ocorre quando o agente se omite quanto ao dever de vigiar e fiscalizar a ação de terceiros.

A respeito desse elemento central, qual seja, a configuração da culpa, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho decidiu (E-RR 925-07.2016.5.05.0281), em sessão realizada em 12/12/2019, que, nos casos em que o prestador de serviços não cumpre suas obrigações trabalhistas, cabe ao órgão público tomador dos serviços demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato, para que não seja responsabilizado.

O fundamento da decisão é o princípio da aptidão para a prova, que vincula o ônus a quem possui mais e melhores condições de produzi-la.

Com efeito, com a decisão da SDI-1 do TST, que uniformiza a jurisprudência trabalhista no âmbito da própria Corte e que serve de paradigma para todos os demais Tribunais Regionais do Trabalho, compete à Administração Pública a prova da fiscalização do correto adimplemento dos créditos trabalhistas devidos ao trabalhador em circunstâncias como a aqui debatida.

Verifica-se que o reclamado apresentou documentos, dentre eles,

contrato celebrado entre as partes, folhas analíticas de trabalhadores, comprovantes de pagamento e guias de recolhimento do FGTS e da previdência social, relativos ao período final do contrato da reclamante. Assim, certo é que a segunda ré não tomou nenhuma atitude concreta para garantir o adimplemento dos haveres do prestador de serviço em relação à autora, pois não houve quitação, como reconhecido na r. sentença, das verbas rescisórias e FGTS de parte do período contratual.

Na condição de tomador de serviços e real beneficiário cabia-lhe exigir, acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas pela empregadora, ilação que se extrai da leitura dos artigos 58, III e 67, alhures mencionados. Não basta a mera alegação de que contratou empresa idônea, por meio de regular processo de licitação ou que tenha fiscalizado o contrato em relação ao serviço contratado, mas não comprovar sua fiscalização com relação ao inadimplemento das obrigações trabalhistas.

Ademais, ressalto que a conclusão acima não implica desrespeito à Súmula Vinculante do E. STF, tampouco desrespeito à decisão do E. STF, na ADC nº 16, uma vez que a declaração de constitucionalidade do §1º do art. 71 da Lei 8.666/93, não impede a sua interpretação sistemática, em conjunto com as normas infraconstitucionais retrocitadas.

Nesse passo, entendo existir elementos nos autos a demonstrar a ausência de fiscalização do contrato de trabalho a ensejar a responsabilidade subsidiária da segunda ré.

Dessa forma, deve ser mantida a responsabilidade subsidiária da segunda reclamada por todo o crédito devido à reclamante deferido nesta ação trabalhista, em razão da omissão na fiscalização do cumprimento do contrato que pactuou com a primeira reclamada. Nego provimento ao recurso.

(...)" (destacou-se, págs. 580-583).

Discute-se a possibilidade de atribuição de responsabilidade subsidiária a entes públicos por dívidas trabalhistas surgidas em contratos de terceirização de serviços.

Prevalecia nesta Corte o entendimento de que, apesar da previsão contida no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, a responsabilidade subsidiária da Administração Pública subsistiria em caso de inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador, desde que o ente público participasse da relação processual e estivesse incluído no título executivo judicial (item IV da Súmula nº 331 do TST).

No entanto, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16-DF, em sessão de 24/11/2010, houve, por bem, por maioria (vencido em parte o Ministro Carlos Ayres Britto), considerar constitucional o citado artigo 71 da Lei nº 8.666/93, de modo a vedar, expressamente, a automática responsabilização do ente público contratante pelos débitos trabalhistas devidos pela empresa fornecedora de mão de obra, nos casos de mero inadimplemento dessas obrigações pelo vencedor da licitação.

Porém, esse julgamento não impediu que, em determinados casos e sob certas circunstâncias, a Administração Pública contratante continuasse a responder subsidiariamente pelo pagamento das obrigações trabalhistas do empregador por ela contratado, mesmo após regular licitação e nas terceirizações lícitas.

Isso porque o Supremo Tribunal Federal, ao se referir aos casos de terceirização lícita da Administração Pública, também deixou expresso seu entendimento de que o § 1º do artigo 71 da Lei nº 8.666/93 não afastaria a possibilidade de a Justiça do Trabalho, no julgamento de cada caso concreto e com base nos fatos da causa, responsabilizar subsidiariamente o ente público contratante pelo pagamento de obrigações trabalhistas, caso ficasse comprovado que agiu com culpain vigilando, ao não fiscalizar o adimplemento daqueles direitos pelo devedor principal - o empregador contratado.

Em outras palavras, o puro e simples inadimplemento das obrigações trabalhistas pelo empregador contratado no processo licitatório não ensejaria a responsabilidade da Administração Pública contratante, mesmo que de forma subsidiária, sem que fosse verificada a existência, em cada caso concreto, de quaisquer outros elementos fáticos e jurídicos capazes de caracterizar a existência de culpa específica e comprovada da Administração Pública.

O que, então, decidiu o Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade n° 16 foi que o § 1º do artigo 71 da Lei nº 8.666/93 afastaria a responsabilidade contratual da Administração Pública pela simples condição de celebrante daquele contrato administrativo. Ou seja, o ente público jamais poderia ser condenado automaticamente.

Adequando-se ao posicionamento do Supremo Tribunal Federal proferido no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho revisou sua Súmula nº 331 (sessão extraordinária de 24/5/2011, publicação DEJT 27/5/2011), atribuindo nova redação ao seu item IV e inserindo-lhe o item V, nos seguintes e expressivos termos:

"SÚMULA Nº 331. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE.

(...)

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente nas mesmas condições do item IV,caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada." (grifou-se)

Esta Corte interpretou que, por força da incidência simultânea e sistemática de outras normas infraconstitucionais, igualmente aplicáveis às relações jurídicas decorrentes daquela contratação, seria possível apurar-se, por meio dos elementos fático-probatórios constantes em cada processo, a existência de conduta dolosa ou culposa da Administração Pública, mesmo que apenas omissiva, o que justificaria a imputação de sua responsabilidade subjetiva pelos danos causados.

Assim, a atribuição de responsabilidade subsidiária da Administração Pública não teria o condão de vulnerar o teor do artigo 71 da Lei nº 8.666/93 nas hipóteses em que fosse demonstrada a culpain vigilando, isso porque o exame de outros artigos da mesma Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) permite verificar se o dever de fiscalização foi ou não descumprido pela Administração Pública.

A princípio, os artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, e 66 da Lei nº 8.666/93 estabelecem, claramente, que o fornecedor de mão de obra contratado está estritamente vinculado ao cumprimento cabal das obrigações e responsabilidades a que se vinculou quando participou da licitação e apresentou proposta (na qual obrigatoriamente fez constar o preço correspondente aos direitos trabalhistas de seus empregados):

"Art. 54. (...)

§ 1º Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as

condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos,obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos e da proposta a que se vinculam. (...)".

"Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

(...)

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato,em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

"Art.66.O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial". (grifou-se)

A seguir, os artigos 58, inciso III, e 67,capute seu § 1º, da mesma Lei de Licitações clara e expressamente impõem à Administração Pública contratante o poder-dever de fiscalizar o cabal e oportuno cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado que foi o selecionado no procedimento licitatório, entre elas, evidentemente, as que decorrem da observância das normas trabalhistas, em relação aos empregados que prestam serviços, como terceirizados, ao ente público:

"Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles,a prerrogativa de:

(...)

III -fiscalizar-lhes a execução;

(...)".

"Art. 67.A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotará em registro própriotodas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados"

Por sua vez, o artigo 77 desta Lei nº 8.666/93 prevê que "a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento". O artigo 78 da citada lei, de sua parte, prevê como motivo para a rescisão contratual "o não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, assim como o cometimento reiterado de faltas na sua execução e o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução" - o que, evidentemente, é aplicável à hipótese do inadimplemento de obrigações trabalhistas para com os trabalhadores terceirizados pelo empregador contratado pelo ente público.

Como se não bastassem esses claros preceitos da própria Lei nº 8.666/93, que devem ser interpretados e aplicados de forma conjunta e sistemática com o multicitado artigo 71, § 1º, da mesma norma, a matéria foi expressamente regulamentada no âmbito da Administração Pública Federal pela Instrução Normativa (IN) nº 2, de 30/4/2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), alterada pela Instrução Normativa (IN) nº 3/2009 do mesmo Ministério.

Em linhas gerais, a citada IN nº 2/2008 do MPOG impõe à Administração Pública Federal contratante, por meio de procedimentos específicos e adequados ali descritos, o dever de fiscalizar o adimplemento das obrigações trabalhistas pelas empresas contratadas em relação a seus trabalhadores terceirizados, desde as fases de abertura e desenvolvimento do procedimento licitatório, incluindo a celebração do contrato administrativo.

Do conjunto de normas legais e regulamentares ora exposto e em face do que decidiu o Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC nº 16, esta Corte firmou posicionamento de que, uma vez tenha sido constatado e comprovado, em determinada ação, o inadimplemento das obrigações trabalhistas decorrentes do contrato administrativo pelo empregador contratado, à Administração Pública contratante caberá, com exclusividade, para evitar que sua conduta seja considerada omissa e ilícita, nos termos e para os efeitos dos artigos 186 e 927,caput, do Código Civil, alegar e comprovar, cabalmente, no curso da instrução processual, que praticou todos os atos administrativos detalhadamente estabelecidos nos apontados preceitos da Lei nº 8.666/93 e na Instrução Normativa nº 2/2008, alterada pela Instrução Normativa nº 3/2009, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), no sentido de fiscalizar, no curso e no encerramento daquele contrato administrativo, a plena observância dos direitos trabalhistas do correspondente reclamante; e de que, uma vez constatado o seu inadimplemento, tomou todas as medidas e as providências legalmente previstas para prevenir ou ressarcir o trabalhador terceirizado vítima daqueles atos ilícitos.

À falta da demonstração de que os atos de fiscalização foram mesmo praticados, como era dever legal do ente público contratante, só se poderá concluir que este, por omissão voluntária, violou os direitos daqueles empregados terceirizados pelo contratado e lhes causou dano, pelo qual deve responder civilmente (ainda que de forma subsidiária), nesta Justiça do Trabalho, por sua manifesta culpain vigilando.

Assim, o Tribunal Superior do Trabalho pacificou entendimento de que o ônus da prova acerca da efetiva fiscalização permaneceria a cargo da Administração Pública, por representar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do trabalhador, já que seria prova de natureza verdadeiramente "diabólica", de produção praticamente impossível pela parte hipossuficiente.

A evolução jurisprudencial no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho acerca da distribuição doonus probandida efetiva fiscalização nos contratos terceirizados continuou a render questionamentos, já que, para o Poder Público, a declaração de constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93 pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade n° 16, por si só, obstaria qualquer atribuição de responsabilidade subsidiária à Administração Pública, mesmo nos casos de culpain vigilando.

O Recurso Extraordinário (RE) nº 760.931-DF, eleito como processo representativo da controvérsia no Tema nº 246 de Repercussão Geral no Supremo Tribunal Federal, externou a inconformidade do Poder Público contra acórdão da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho, de lavra deste Relator, no Processo nº TST-AIRR-100700-72.2008.5.02.0373, em que se manteve a responsabilidade subsidiária da Administração Pública, tomadora de serviços terceirizados, pelo inadimplemento das verbas trabalhistas em razão de sua culpain vigilando, caracterizada pela omissão em fiscalizar adequadamente o contrato de prestação de serviços.

Assim, em 2/2/2017, o Supremo Tribunal Federal deu início ao julgamento do RE nº 760.931-DF, com repercussão geral reconhecida, revisitando a temática da responsabilidade subsidiária da Administração Pública na terceirização de serviços, cuja jurisprudência já havia se pacificado no âmbito desta Corte superior trabalhista por meio da nova redação da Súmula nº 331 do TST, em decorrência do julgamento da Ação Declaratória de

Constitucionalidade nº 16-DF.

Na ocasião, por maioria de votos (vencidos os Ministros Rosa Weber, Relatora originária, Celso de Mello, Ricardo Lewandowski, Roberto Barroso e Edson Fachin) e nos termos do voto do Ministro Luiz Fux, Redator do acórdão, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93".

A Ministra Rosa Weber, Relatora, voto vencido, posicionou-se no sentido do desprovimento do recurso interposto, mediante os fundamentos ora sintetizados: a) reiterou os fundamentos do acórdão do Tribunal Superior do Trabalho, de minha relatoria, no entendimento de que deve a Administração Pública comprovar, no curso da instrução processual, que praticou todos os atos administrativos detalhadamente prescritos na Lei nº 8.666/93; b) considerou que essa prova cabe, com exclusividade, à Administração Pública, diante do princípio da aptidão da prova, por tratar-se de fato impeditivo da pretensão do autor; c) na falta da demonstração de que os atos de fiscalização foram praticados, deve-se concluir por omissão voluntária da Administração Pública, que responderá civilmente pelos danos causados (ainda que de forma subsidiária), por culpain vigilando.

Consignou, ainda, que a nova redação da Súmula nº 331, item V, do TST não mais autoriza a mera responsabilização do ente público de forma automática e entendeu que a decisão proferida pela Segunda Turma do TST, ao manter a responsabilidade subsidiária da Administração Pública pela culpain vigilando, não feriu a Constituição Federal de 1988.

À luz do critério da aptidão para a produção da prova, diante da inversão dinâmica desse ônus e em face da necessidade de cooperação processual, ressaltou que a parte que detivesse melhores condições de produzir a prova e que possuísse maior facilidade em sua demonstração deveria assumir esse encargo. Assim, concluiu a Relatora que o ônus probatório acerca das medidas fiscalizatórias empreendidas deveria ser da Administração Pública, que tem a guarda dos documentos referentes ao contrato administrativo firmado. Remeteu à impossibilidade de se admitir o pesado encargo probatório ao trabalhador terceirizado.

Nesses termos, seja pelo princípio da aptidão da prova, seja pela impossibilidade de se imputar prova "diabólica" ao empregado, defendeu a Ministra Rosa Weber, em voto vencido, que o encargo probatório da efetiva fiscalização devia ser da Administração Pública.

Em voto convergente, o Ministro Luís Roberto Barroso insistiu na necessidade de se explicitar, ainda que emobiter dictum, o tipo de comportamento a ser exigido da Administração Pública. Considerou que a fiscalização por amostragem seria suficiente no cumprimento do dever legal, ao passo que a inércia diante de inequívoca violação de deveres trabalhistas geraria a responsabilidade do ente público. Defendeu a necessidade de sinalizar à Justiça do Trabalho o que seria "comportamento adequado" da Administração Pública. Ressaltou, ainda, que o posicionamento extremado de se exigir a fiscalização de "todos" os contratos administrativos inviabilizaria o instituto da terceirização.

Os Ministros Edson Fachin e Luís Roberto Barroso ressaltaram que a obrigação da Administração Pública de fiscalizar as empresas contratadas é uma obrigação de meio, e não de resultado. Por sua vez, esse controle poderia ser realizado em fiscalização por amostragem, estruturada pelo próprio ente público, com o apoio técnico de órgão de controle externo, caso em que gozaria de presunçãojuris tantumde razoabilidade.

O Ministro Marco Aurélio ponderou que o Supremo Tribunal Federal devia proclamar a ausência de responsabilidade como regra, pois, se na tese a ser fixada fosse estabelecida a exceção, qual seja a existência de responsabilidade uma vez demonstrada a culpa, estar-se-ia encampando, justamente, o que motivou a chegada de inúmeras reclamações ao Supremo Tribunal Federal. Ao se imprimir a tese de que, em regra, não há a responsabilidade da Administração Pública, os casos excepcionais seriam demonstrados.

O Ministro Luiz Fux enfatizou que a decisão proferida na Ação Declaratória de Constitucionalidade n° 16 foi clara em assentar a constitucionalidade do artigo 71 da Lei nº 8.666/93 e essa decisão fez coisa julgada. Portanto, se o Supremo Tribunal Federal passasse a firmar posicionamento pela responsabilidade da Administração Pública, haveria, na verdade, umacontradictio in terminis, uma modalidade de declaração de inconstitucionalidade parcial, subsistindo contradição com aratio decidendida ADC 16, o que nulificaria a coisa julgada já formada.

Ainda que isso não bastasse, registrou que o artigo 71 da Lei nº 8.666/93 sofreu alteração pela Lei nº 9.032/95, com o acréscimo do § 2º. Enquanto o § 1º estabelece que a Administração Pública não tem responsabilidade subsidiária, o § 2º, com a nova redação, reconhece a responsabilidade solidária pelos encargos previdenciários. Isso significa que foi intenção do legislador excluir a responsabilidade subsidiária do ente público, pois, ao imprimir nova redação à lei, criou a responsabilidade solidária, restrita aos débitos previdenciários, mas não criou a responsabilidade subsidiária com relação aos encargos trabalhistas. Se assim o quisesse, teria feito. Houve um silêncio eloquente.

Além de ressaltar o princípio geral de deferência ao legislativo e a limitação da jurisdição constitucional, demonstrou preocupação com os valores estratosféricos anunciados pela União decorrentes das condenações subsidiárias, em potencial elevação dos gastos públicos, com significativo impacto orçamentário e financeiro. Com esses fundamentos, o Ministro Luiz Fux abriu a divergência, inclinando-se pelaratio decidendida Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16 c/c aratio legisda Lei nº 9.032/95, que criou a responsabilidade solidária apenas para encargos previdenciários, não o fazendo em relação aos trabalhistas.

A Ministra Cármen Lúcia, em seu voto, reiterou seu posicionamento, já externado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16 e no julgamento da Reclamação nº 15342-PR, em que foi Relatora, no sentido de que a imputação de responsabilidade subsidiária à Administração Pública deve estar acompanhada de demonstração efetiva e suficiente da irregularidade de seu comportamento, comissivo ou omissivo, no que diz respeito à fiscalização do contrato de prestação de serviços. Assim, para se afirmar a responsabilidade subsidiária da Administração Pública, considerou a Ministra Cármen Lúcia ser imprescindível a prova taxativa do nexo da causalidade entre a conduta da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador, além da necessidade de se ter comprovada essa circunstância no processo, por ser atributo do ato administrativo a presunção de validade dos comportamentos da Administração Pública.

Além da necessidade de prova taxativa do nexo de causalidade entre a conduta da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador, enfatizou o posicionamento do Ministro Luiz Fux sobre a previsão da Lei nº 9.032/1995, que restringiu a solidariedade tão somente aos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.

O Ministro Dias Toffoli, a despeito de se aliar à corrente divergente,

capitaneada pelo Ministro Luiz Fux, ressaltou sua preocupação em se definir sobre o ônus da prova. Atentou para a dificuldade do trabalhador em provar que a fiscalização do contrato administrativo não se operou, cabendo essa prova à Administração Pública, já que, na maioria das vezes, o reclamante não tem acesso aos registros contratuais. Assim, sobre a distribuição do ônus da prova, invocou o disposto no artigo 373, incisos I e II, do CPC/2015: o trabalhador deve provar o fato constitutivo do alegado direito (o não pagamento das verbas trabalhistas), cabendo à defesa comprovar fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito alegado (a efetiva fiscalização). A Administração Pública, ao ser acionada, deve juntar aos autos elementos que comprovem que diligenciou no acompanhamento do contrato.

Em transcrição fidedigna, assim se pronunciou o Ministro Dias Toffoli, que aderiu à corrente divergente e vencedora, sobre a aplicação da regra processual relativa ao ônus da prova e a necessidade de se enfrentar essa questão relacionada à demonstração, pela Administração Pública, de cumprimento do poder-dever fiscalizatório insculpido na Lei de Licitações nas hipóteses de terceirização:

"Senhora Presidente, eu acompanho a tese formulada e a preocupação do Ministro Luís Roberto Barroso quanto à necessidade de obiter dictum. Eu penso que nós temos os obiter dicta, porque vários de nós, sejam os vencidos, sejam os vencedores, quanto à parte dispositiva, em muito da fundamentação, colocaram-se de acordo. E uma das questões relevantes é: a quem cabe o ônus da prova? Cabe ao reclamante provar que a Administração falhou, ou à Administração provar que ela diligenciou na fiscalização do contrato?

(...)

Eu mesmo acompanhei o Ministro Redator para o acórdão - agora Relator para o acórdão -, o Ministro Luiz Fux, divergindo da Ministra Relatora original, Ministra Rosa Weber, mas entendendo que é muito difícil ao reclamante fazer a prova de que a fiscalização do agente público não se operou, e que essa prova é uma prova da qual cabe à Administração Pública se desincumbir caso ela seja colocada no polo passivo da reclamação trabalhista, porque, muitas vezes, esse dado, o reclamante não tem.

(...)

A Administração Pública, ao ser acionada, tem que trazer aos autos elementos de que diligenciou no acompanhamento do contrato.

(...)

Eu não estou aqui a divergir da tese. Eu estou aqui a deixar registrado, ratificando os julgamentos que fiz em meu voto.

(...)

Eu estou registrando esse posicionamento no sentido de que a Administração Pública, uma vez acionada, tem que apresentar defesa, porque, muitas vezes, ela simplesmente diz: "Eu não tenho nada a ver com isso" - e tem, ela contratou uma empresa." (STF, inteiro teor do acórdão, págs. 349 e 350 de 355)

Além disso, propôs fosse esclarecido, na tese a ser fixada, que, para o cabimento da reclamação constitucional, necessário o esgotamento das instâncias na Justiça do Trabalho:

"É por isso que eu proponho que, na tese a ser fixada, fique claro que só caberá reclamação constitucional com base nesses paradigmas após o esgotamento das instâncias na Justiça do Trabalho, em consonância com a regra do art. 988, §5º, II, do CPC." (STF, inteiro teor do acórdão, págs. 254 e 255 de 355)

O Ministro Luiz Fux reiterou a preocupação do Ministro Dias Toffoli de que as provas devem ser examinadas na instrução processual, não nas instâncias extraordinárias. Alertou sobre a necessidade de se exaurir a matéria fática nas instâncias ordinárias, em face do que preconiza o artigo 988, § 5º, do CPC/2015:

"§ 5º É inadmissível a reclamação:

(...)

II - proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias."

E corroborou a proposta do Ministro Marco Aurélio sobre a necessidade de elaboração de uma tese "minimalista", isso porque a comprovação ou não da culpa da Administração Pública na fiscalização do fiel cumprimento do contrato administrativo é matéria não cognoscível em recurso extraordinário:

"Então, o Ministro Marco Aurélio tem razão quando diz: o minimalismo nessa hora resolve. Por quê? Porque nós também não vamos poder conhecer matéria de fato, se comprovou culpa ou se não comprovou culpa. Isso é matéria não cognoscível em sede de recurso extraordinário." (STF, inteiro teor do acórdão, pág. 339 de 355)

Formou-se, no curso dos debates, um consenso mínimo de que a tese a ser fixada para o julgamento de casos semelhantes deve exprimir, como regra, a não responsabilização do Poder Público, sem encerrar exceções, sob pena de se abrir espaço a inúmeras reclamações constitucionais. Por sua vez, no exame de cada caso concreto e nas instâncias adequadas, o Poder Judiciário apreciará a culpa.

Optou-se por uma redação "minimalista" da tese. As interpretações, por sua vez, estariam registradas nos fundamentos dos votos de cada Ministro.

Assim, conforme já consignado anteriormente, vencidos os Ministros Rosa Weber, Relatora originária, Celso de Mello, Ricardo Lewandowski, Roberto Barroso e Edson Fachin, o Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária do dia 26/4/2017, por maioria e nos termos do voto do Ministro Luiz Fux, redator do acórdão, fixou a seguinte tese de repercussão geral no tema nº 246: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93".

Embora da redação da tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal não se pudesse extrair o entendimento acerca da crucial questão controvertida sobre a quem cabe o ônus de comprovar se houve, em cada caso concreto, a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, a Corte Suprema ressaltou a necessidade de manifestação expressa das instâncias ordinárias sobre a existência, ou não, de conduta culposa da Administração Pública à luz das circunstâncias fáticas da causa, a possibilitar a pretendida condenação subsidiária. Por sua vez, reafirmou a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, já reconhecida na Ação Declaratória de Constitucionalidade n° 16-DF, obstaculizando, de uma vez por todas, a possibilidade de responsabilização automática da Administração Pública, tomadora dos serviços terceirizados.

Firmada a tese pelo Supremo Tribunal Federal e diante das alegadas omissões sobre a variante interpretativa do vocábulo "automaticamente" constante na tese de repercussão geral, sobre o sentido do termo "solidário", também expresso na redação da tese, e sobre a qual das partes cabe o ônus da prova da existência, ou não, de comportamento culposo da Administração Pública, foram interpostos embargos de declaração pela União, pelo Estado de São Paulo (amicus curiae) e pela ABRASF (amicus curiae).

Por maioria de votos, vencidos os Ministros Luiz Fux (Relator nos

EDs), Roberto Barroso, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes, o Supremo Tribunal Federal rejeitou os três embargos de declaração, nos termos do voto do Ministro Edson Fachin, redator designado para o acórdão, oportunidade em que se consignou expressamente não ter havido nenhuma omissão, contradição ou obscuridade no julgamento principal.

Em voto vencido, o Ministro Luiz Fux defendeu posicionamento no sentido de dar provimento parcial aos embargos de declaração para esclarecer a tese de repercussão geral nos seguintes termos: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, salvo, em caráter subsidiário e excepcional, quando cabalmente comprovada conduta culposa da Administração causadora de dano ao empregado, vedada em qualquer hipótese a sua responsabilização solidária e a presunção de culpa, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93".

Não obstante, prevaleceu o entendimento oposto de que não se poderia então enfrentar, em embargos de declaração, questões não definidas no julgamento do recurso principal, já que o Supremo Tribunal Federal, ao fixar a tese de repercussão geral, optou por uma redação "minimalista", sem enfrentar particularidades, a exemplo de a quem caberia o ônus da prova sobre a omissão fiscalizatória do ente público.

O Ministro Edson Fachin, redator então designado, ao rejeitar os embargos de declaração, limitou-se a reafirmar o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações,mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços" (RE 760931-DF ED Relator: Min. Luiz Fux. Relator p/acórdão: Min. Edson Fachin. Tribunal Pleno. DJe-194, DIVULG 5/9/2019, PUBLIC 6/9/2019, destacou-se).

Conclui-se, portanto, que a tese aprovada no contexto da sistemática de repercussão geral não enfrentou a questão do ônus da prova, restando vencidos o Ministro Luiz Fux e os três outros ministros que o acompanharam no julgamento dos embargos de declaração, e cujo posicionamento era, cumpre repetir, no sentido de prestar esclarecimentos para expressamente definir a quem caberia tal encargo.

Ao silenciar-se de forma eloquente, a Suprema Corte admite que se trata de matéria de índole processual, infraconstitucional, e abre caminho para a manutenção do entendimento que já vinha sendo perfilhado no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, de que o ônus da prova acerca da efetiva fiscalização permaneceria a cargo da Administração Pública, por representar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do trabalhador, já que seria prova de natureza verdadeiramente "diabólica", de produção praticamente impossível pela parte hipossuficiente.

Vale lembrar que, no julgamento do recurso extraordinário em questão, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, já declarada no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade n° 16-DF, bem como afastaram, de uma vez por todas, a possibilidade de responsabilização automática da Administração Pública, posicionamento que se harmoniza com a atual redação da Súmula nº 331, item V, do Tribunal Superior do Trabalho, que reconhece a responsabilidade subsidiária da Administração Pública direta e indireta apenas nos casos em que evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666/93 (Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31/5/2011).

Após a decisão final acerca doTema nº 246de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudênciainterna corporis, cuidou de pacificar a matéria no âmbito trabalhista, de forma a definir a quem cabe demonstrar a omissão fiscalizatória.

Por oportuno, a SbDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho, em 12/12/2019, no julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços (onze votos na defesa desse entendimento e três contra).

Transcreve-se a elucidativa ementa do citado precedente:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA. No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel. Min. Ilmar Galvão, 1ª T. , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, 2ª T. , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, 2ª T. , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T. , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg. em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração, o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando. Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços. No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece

reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido." (E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 12/12/2019, publicação DEJT 22/05/2020).

Acompanhei a corrente vencedora, registrando que o processo objeto de julgamento no RE nº 760.931-DF foi acórdão de minha lavra e, desde aquela oportunidade, já procurei demonstrar a respeito do dever legal do Poder Público em documentar o ato fiscalizatório na contratação terceirizada.

Sempre defendi o cumprimento das normas legais, e não apenas do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93 de forma isolada. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67,capute § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao ente público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. No vácuo, qual seja na ausência de provas relacionadas à efetiva fiscalização, a culpa omissiva se configura.

Com esse entendimento, sempre sustentei ser fato impeditivo, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT (redação atual que incorporou o mesmo preceito do CPC/2015).Mutatis mutandis, se entender que é fato constitutivo - e há respeitabilíssimos entendimentos nesse sentido, a começar pelo posicionamento do eminente Ministro Luiz Fux -, basta aplicar o princípio da aptidão para a prova, que tem base legal expressa no atual Código de Processo Civil e, mesmo antes, já havia previsão no Código de Defesa do Consumidor (artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90).

Assim, é possível aplicar o princípio da aptidão probatória para exigir que aquele que deveria praticar os atos de fiscalização por dever legal demonstre que os praticou. Na falta de demonstração, só se pode necessariamente concluir, automaticamente, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução automática e inevitável. Na falta da prova, aquele que deveria fiscalizar não fiscalizou e, portanto, é culpado, nos termos dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Por um caminho ou por outro, o resultado é o mesmo.

Do contrário, nos milhares de casos em que não for juntado nenhum documento, haverá o perigo da alegação de que a condenação decorreria de responsabilização automática. Com todas as vênias, não se pode admitir esse entendimento. Seria muito fácil à Administração Pública simplesmente não juntar documento algum. Haverá, se vingar este equivocado entendimento, não a tão criticada "responsabilização automática" dos entes públicos, mas sim a sua "absolvição automática" por sua indevida inércia processual, ao cruzar comodamente os braços, diante da perspectiva de sua inevitável e indevida absolvição automática.

Em experiência anterior ao meu ingresso na Magistratura, como Procurador do Estado de Minas Gerais, observei que, na maioria dos casos, principalmente em se tratando de pequenos municípios, não há documentos porque não há fiscalização. O Procurador pede os documentos ao setor competente para fazer a defesa e eles simplesmente não existem.

O preocupante são os milhares de processos que chegam ao Tribunal Superior do Trabalho sem nenhuma prova, sem documentos. E a razão é simples: não houve fiscalização. Trata-se de uma presunçãohominispela observação do que ordinariamente acontece na Justiça do Trabalho.

De acordo com o princípio da legalidade administrativa, o ato administrativo deve ser documentado. Ao dever de documentar o ato fiscalizatório, somam-se as condutas previstas na Lei nº 8.666/93 e, no âmbito da Administração Pública federal, acrescenta-se a regulamentação da Instrução Normativa nº 2/2008 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), alterada por sua Instrução Normativa nº 3/2009.

É, assim, imperiosa a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça.

Em resposta ao pronunciamento do eminente Ministro Alexandre Ramos, que, ao se manifestar no julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ocorrido na SbDI-1 do TST, expressamente citou meu nome como o Relator do acórdão que foi reformado, por maioria, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal ao julgar, em repercussão geral, o multicitado RE nº 760.931/DF, é preciso advertir que a afirmação feita por S. Exa. - de que é do empregado o ônus da prova correspondente e que o Supremo Tribunal Federal assumiu esta posição -, com todas as vênias, mostra-se equivocada. Admitir tal exegese seria o mesmo que reformar a própria decisão do Supremo Tribunal Federal, de eficácia contra todos e efeito vinculante, no acórdão que julgou os embargos de declaração interpostos contra o acórdão originário. Em outras palavras, significaria, portanto, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor, da lavra do Ministro Edson Fachin, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião, do Ministro Luiz Fux e dos três outros ministros que o acompanharam no julgamento daqueles embargos de declaração.

Acrescente-se que, após a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do acórdão principal, cujo redator designado foi o Ministro Luiz Fux, a Segunda Turma desta Corte entendeu, prudentemente, em um primeiro momento, que seria do reclamante o ônus da prova acerca da efetiva fiscalização, mas a decisão do Ministro Edson Fachin, em embargos de declaração, demonstrou claramente que não. A partir de então, a Segunda Turma refluiu ao posicionamento original, de que não houve, na fixação do tema de repercussão geral, o enfrentamento do ônus da prova pelo Supremo Tribunal Federal, podendo e devendo este Tribunal Superior decidir esta questão, de natureza infraconstitucional. Mesmo que no julgamento principal a questão tenha sido mencionada comoobiter dictum,não houve maioria suficiente para fixar nenhum critério.

Vale a observação de que, na maioria das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho, também houve a mesma oscilação jurisprudencial. A Terceira e a Sétima Turmas voltaram ao entendimento ora sustentado após o referido julgamento dos embargos de declaração no STF, em conformidade com a decisão de seu Redator, o Ministro Edson Fachin.

De igual forma, os demais Ministros que acompanharam a corrente vencedora no histórico julgamento ocorrido na SbDI-1 desta Corte entenderam que o Supremo Tribunal Federal não enfrentou a questão do ônus da prova ou, pelo menos, não fixou esta tese no Tema nº 246, tanto assim que o Ministro Luiz Fux, no julgamento dos embargos de declaração, pretendia prestar esclarecimentos para definir que o ônus pertence ao empregado, intenção essa expressamente rejeitada pela douta maioria dos Ministros no Supremo Tribunal Federal.

E mais, o Ministro Renato de Lacerda Paiva também ressaltou,

acertadamente, em seu voto que a questão da distribuição do ônus da prova entre o trabalhador terceirizado e o ente público a quem este prestou serviços tem natureza infraconstitucional, sendo a solução, em casos como este, de competência desta Corte Superior trabalhista.

Em consequência, este Tribunal Superior do Trabalho, ao firmar jurisprudência no sentido de que cabe ao Poder Público demonstrar as medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, não afrontou as decisões proferidas pelo STF no julgamento da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-DF.

Exatamente no mesmo sentido já se manifestou o Supremo Tribunal Federal, mesmo depois do acórdão originário proferido no Proc. RE nº 760.931-DF, como representativo do Tema nº 246 de Repercussão Geral:

"EMENTA AGRAVO INTERNO EM RECLAMAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ENTE PÚBLICO. DEVERES DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE AFRONTA À DECISÃO PROFERIDA NA ADC 16. PRECEDENTES. 1. O registro da omissão da Administração Pública quanto ao poder-dever de fiscalizar o adimplemento, pela contratada, das obrigações legais que lhe incumbiam - a caracterizar a culpa in vigilando -, ou da falta de prova acerca do cumprimento dos deveres de fiscalização - de observância obrigatória -, não caracteriza afronta à ADC 16. 2. Inviável o uso da reclamação para reexame de conjunto probatório. Precedentes. 3. Agravo interno conhecido e não provido." (Rcl 26252 AgR/BA, Relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe 6/2/2019, grifou-se).

A fim de consolidar o que já exposto, oportuna a transcrição de julgados da SbDI-1 e de Turmas desta Corte que perfilham igual posicionamento:

"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELA LEI 13.015/2014.RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CONDUTA CULPOSA. ÔNUS DA PROVA. Cinge-se a controvérsia ao ônus da prova, relacionado à culpa in vigilando, exigível para se atribuir responsabilidade subsidiária à administração pública, quando terceiriza serviços. Atribuir ao trabalhador terceirizado o ônus de provar que a autoridade gestora de seu contrato teria sido diligente na fiscalização do cumprimento de obrigações trabalhistas pela empresa terceira corresponde a fazer tábula rasa do princípio consagrado - em favor do consumidor e, por desdobramento, de outras pessoas ou grupos vulneráveis - pelo art. 6º, VIII, da Lei n. 8.078/1990, qual seja, o direito "a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências". O princípio da aptidão para a prova resultou inclusive absorvido e ritualizado pelo art. 818, §1º da CLT. A prova que recai sobre o trabalhador terceirizado, no tocante a nuances do negócio jurídico que se desenvolve entre as empresas que se beneficiam de seu trabalho (pois é disso que estamos a tratar quando aludimos à fiscalização de uma empresa sobre a conduta de outra empresa), é "prova diabólica", insusceptível de atendimento por diligência do empregado. Noutro ângulo, vê-se que o encargo de fiscalizar o cumprimento do contrato administrativo - que não tem o empregado terceirizado entre os seus sujeitos - não deriva de construção doutrinária ou jurisprudencial, sendo, antes, imposição da Lei n. 8.666/1993 (a mesma lei que imuniza o poder público que age sem culpa). São essas as razões pelas quais entende-se que o Supremo Tribunal Federal reservou à Justiça do Trabalho decidir acerca do ônus da prova, no tocante à fiscalização do cumprimento de obrigações trabalhistas pela empresa que a administração pública contrata para a intermediação de serviços, cabendo ao poder público tal encargo. Recurso de embargos conhecido e provido." (E-RR-439-84.2015.5.17.0002, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 27/03/2020)

"RECURSO DE EMBARGOS - INTERPOSIÇÃO SOB A REGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - CULPA IN VIGILANDO - ÔNUS DA PROVA DA FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS - SÚMULA Nº 331, V E VI, DO TST 1. Nos termos dos itens V e VI da Súmula nº 331 do TST, há responsabilização subsidiária do ente público com o reconhecimento de conduta culposa na fiscalização do cumprimento do contrato. 2. Compete à Administração Pública o ônus da prova quanto à fiscalização, considerando que, (i) a existência de fiscalização do contrato é fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do Reclamante; (ii) a obrigação de fiscalizar a execução do contrato decorre da lei (artigos 58, III, e 67 da Lei nº 8.666/1993); e (iii) não se pode exigir do trabalhador a prova de fato negativo ou que apresente documentos aos quais não tenha acesso, em atenção ao princípio da aptidão para a prova. 3. O E. STF, ao julgar o Tema nº 246 de Repercussão Geral - responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço, RE 760931 -, não fixou tese específica sobre a distribuição do ônus da prova quanto à fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Embargos conhecidos e providos." (E-RR-903-90.2017.5.11.0007, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 06/03/2020)

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONDUTA CULPOSA NA FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS DA EMPRESA PRESTADORA DOS SERVIÇOS. INCIDÊNCIA DO ITEM V DA SÚMULA N° 331 DO TST. Trata-se de hipótese na qual o Tribunal Regional, mediante a valoração de fatos e provas, reconheceu a responsabilidade subsidiária da Administração Pública, na condição de tomadora dos serviços, por conduta omissiva na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais previstas na Lei nº 8.666/93, e não, apenas, pelo mero inadimplemento das obrigações trabalhistas a cargo da empresa prestadora dos serviços, nos moldes da Súmula nº 331, V, do TST e nos limites da decisão proferida pelo STF na ADC 16/DF. Recurso de revista de que não se conhece." (RR-139-25.2013.5.01.0007, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 7/6/2019)

"RETORNO DOS AUTOS À TURMA PARA EVENTUAL EXERCÍCIO DO JUÍZO DE RETRATAÇÃO PREVISTO NO ARTIGO 1.030, INCISO II, DO CPC/2015. JUÍZO DE RETRATAÇÃO NÃO EXERCIDO. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ENTE PÚBLICO. POSSIBILIDADE. QUESTÃO DECIDIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 760.931-DF. TEMA Nº 246 DO EMENTÁRIO TEMÁTICO DE REPERCUSSÃO GERAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Discute-se se a questão sub judice está, ou não, vinculada à ratio decidendi da controvérsia constitucional objeto do Processo nº RE nº 760.931-DF e ao disposto no Tema nº 246 do Ementário Temático de Repercussão

Geral da Suprema Corte, bem como se cabe a esta Turma exercer o juízo de retratação. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, fixou a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, a Suprema Corte limitou-se a reafirmar o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Optou-se por uma redação "minimalista", sem enfrentar particularidades, a exemplo de a quem caberia o ônus da prova sobre a omissão fiscalizatória do ente público. Ao silenciar-se de forma eloquente, a Suprema Corte abre caminho para a manutenção do entendimento que já vinha sendo perfilhado no âmbito deste Tribunal Superior do Trabalho, de que o ônus da prova acerca da efetiva fiscalização permaneceria a cargo da Administração Pública, por representar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do alegado direito do trabalhador, já que seria prova de natureza verdadeiramente "diabólica", de produção praticamente impossível pela parte hipossuficiente. Vale lembrar que no julgamento do recurso extraordinário em questão, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, já declarada no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade n° 16-DF, bem como afastaram, de uma vez por todas, a possibilidade de responsabilização automática da Administração Pública, posicionamento que se harmoniza, inclusive, com a atual redação da Súmula nº 331, item V, do Tribunal Superior do Trabalho, que reconhece a responsabilidade subsidiária da Administração Pública direta e indireta apenas nos casos em que evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666/93 (Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011). Não há dúvidas, portanto, de que a mera inadimplência da empresa prestadora dos serviços terceirizados não caracteriza, por si só, culpa da Administração Pública. A questão controvertida, ensejadora de questionamentos diversos no âmbito do Supremo Tribunal Federal e que poderia justificar eventual juízo de retratação, foi apenas aquela relacionada às regras de distribuição do ônus da prova quanto à efetiva inobservância no dever de fiscalização do ente público licitante, caso dos autos. Não obstante, o Supremo Tribunal Federal, ao propositadamente não deliberar sobre esse aspecto específico, bem como ao optar por não definir os critérios a serem observados nessa fiscalização, deixou ao alvedrio do julgador de origem estabelecer as balizas na apreciação da prova. Por consequência, o Tribunal Superior do Trabalho, ao manter a decisão regional que entendeu ser do ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, não descumpriu as referidas decisões do STF. Portanto, como na hipótese sub judice se observou a tese firmada no STF, proferida no RE nº 760.931-DF , em repercussão geral, esta Turma não exerce o juízo de retratação previsto no artigo 1.030, inciso II, do CPC/2015, mantendo seu acórdão, e determina o retorno dos autos à Vice-Presidência desta Corte para prosseguimento do feito, como entender de direito." (AIRR-253-40.2013.5.23.0107, 2ª Turma, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 6/12/2019)

"JUÍZO DE RETRATAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. JULGAMENTO ANTERIOR PELA SEGUNDA TURMA DESTA CORTE. DEVOLUÇÃO PARA EVENTUAL EMISSÃO DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO (ART. 1.030, II, do CPC/2015 E ART. 543-B, § 3º, DO CPC/1973).RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. TOMADOR DE SERVIÇOS. CULPA IN VIGILANDO COMPROVADA. Esta Segunda Turma negou provimento ao agravo de instrumento do ente público tomador de serviços, por entender que estava caracterizada a sua culpa in vigilando no caso concreto. Neste sentido, a decisão está em conformidade com a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no sentido de que "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93", sobretudo após o julgamento dos embargos de declaração, momento em que se esclareceu que é possível responsabilizar o ente público quando constatada a sua culpa in vigilando na fiscalização, bem como se observou não ter sido fixada tese processual acerca da distribuição do ônus da prova. Assim, tendo em vista que a decisão anterior desta Turma foi proferida em consonância com a orientação firmada pelo STF, deixa-se de exercer o juízo de retratação nos termos do art. 1.030, II, do CPC/2015 (art. 543-B, § 3º, do CPC/1973). Juízo de retratação não exercido." (ED-AIRR-589-41.2011.5.03.0149, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 13/12/2019)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA. ESTADO DA BAHIA. ENTE PÚBLICO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA 1 - Há transcendência jurídica quando se constata a oscilação na jurisprudência quanto à distribuição do ônus da prova relativamente ao tema da responsabilidade subsidiária. 2 - Conforme o Pleno do STF (ADC nº 16 e Agravo Regimental em Reclamação 16.094) e o Pleno do TST (item V da Súmula nº 331), relativamente às obrigações trabalhistas, é vedada a transferência automática, para o ente público tomador de serviços, da responsabilidade da empresa prestadora de serviços; a responsabilidade subsidiária não decorre do mero inadimplemento da empregadora, mas da culpa do ente público no descumprimento das obrigações previstas na Lei nº 8.666/1993. No voto do Ministro Relator da ADC nº 16, Cezar Peluso, constou a ressalva de que a vedação de transferência consequente e automática de encargos trabalhistas, "não impedirá que a Justiça do Trabalho recorra a outros princípios constitucionais e, invocando fatos da causa, reconheça a responsabilidade da Administração, não pela mera inadimplência, mas por outros fatos" . 3 - O Pleno do STF, em repercussão geral, com efeito vinculante, no RE 760931, Redator Designado Ministro Luiz Fux, fixou a seguinte tese: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Nos debates do julgamento do RE 760931, o Pleno do STF deixou claro que o art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 veda a transferência automática, objetiva, sistemática, e não a transferência fundada na culpa do ente público. 4 - Por disciplina judiciária, a Sexta Turma do TST vinha atribuindo o ônus da prova à parte reclamante. Inicialmente, a partir da Sessão de Julgamento de 25/3/2015, em observância a conclusões de reclamações constitucionais nas quais o STF afastava a atribuição do ônus da prova contra o ente público. Depois, levando em conta que nos debates do RE 760931, em princípio, haveria a sinalização de que o

STF teria se inclinando pela não aceitação da distribuição do ônus da prova contra o ente público. Porém, no julgamento de ED no RE 760931, a maioria julgadora no STF concluiu pela não inclusão da questão da distribuição do ônus da prova na tese vinculante, ficando consignado que em âmbito de Repercussão Geral foi adotado posicionamento minimalista focado na questão específica da responsabilidade subsidiária do ente público na terceirização de serviços nos termos da Lei nº 8.666/1993. 5 - Não havendo tese vinculante do STF sobre a distribuição do ônus da prova, matéria de natureza infraconstitucional, a Sexta Turma do TST retoma a partir da Sessão de 06/11/2019 seu posicionamento originário de que é do ente público o ônus de provar o cumprimento das normas da Lei nº 8.666/1993, ante a sua melhor aptidão para se desincumbir do encargo processual, pois é seu o dever legal de guardar as provas pertinentes, as quais podem ser exigidas tanto na esfera judicial quanto pelos órgãos de fiscalização (a exemplo de tribunais de contas). 6 - No caso concreto, os fundamentos pelos quais foi reconhecida a responsabilidade subsidiária demonstram que o TRT concluiu pela culpa in vigilando em razão da falta de comprovação de fiscalização do contrato de prestação de serviços, imputando ao ente público o ônus da prova. 7 - Agravo de instrumento a que se nega provimento." (AIRR-1632-48.2016.5.05.0192, 6ª Turma, Relatora Ministra Kátia Magalhães Arruda, DEJT 13/12/2019)
"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA - ÔNUS DA PROVA- SÚMULA Nº 331, V E VI, DO TST. 1. O acórdão regional está em harmonia com o entendimento firmado na Súmula nº 331, itens V e VI, do TST, uma vez que a responsabilização subsidiária do ente público decorreu do reconhecimento de conduta culposa na fiscalização da empresa prestadora. 2. Compete à Administração Pública o ônus da prova quanto à fiscalização, considerando que: (i) a existência de fiscalização do contrato é fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do Reclamante; (ii) a obrigação de fiscalizar a execução do contrato decorre da lei (artigos 58, III, e 67 da Lei nº 8.666/93); e (iii) não se pode exigir do trabalhador a prova de fato negativo ou que apresente documentos aos quais não tenha acesso, em atenção ao princípio da aptidão para a prova. Julgados. 3. O E. STF, ao julgar o Tema nº 246 de Repercussão Geral - responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço, RE 760931 -, não fixou tese específica sobre a distribuição do ônus da prova pertinente à fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Recurso de Revista não conhecido." (RR-984-40.2013.5.15.0113, 8ª Turma, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 13/9/2019)
Assim, mesmo após o julgamento dos embargos de declaração no Supremo Tribunal Federal, não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do fiel cumprimento das obrigações descritas nos artigos 58, inciso III, e 67,capute § 1º, da Lei nº 8.666/93, dispositivos que clara e expressamente impõem à Administração Pública o poder-dever de fiscalizar o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado selecionado no procedimento licitatório, entre elas, evidentemente, as que decorrem da observância das normas trabalhistas pelas empresas terceirizadas.
Não obstante, o Supremo Tribunal Federal, ao propositadamente não deliberar sobre essa questão específica, bem como ao optar por não definir os critérios a serem observados nessa fiscalização, deixou ao alvedrio dos julgadores das instâncias ordinárias e desta Corte Superior decidir esta relevantíssima questão infraconstitucional, cabendo-lhes as balizas para a apreciação da prova e para definir a solução aplicável aos casos em que a parte a quem couber o ônus da prova da existência de fiscalização adequada e efetiva, dele não se desincumbir a contento.
Acrescente-se que a SbDI-1 desta Corte, reunida em sua composição completa, em 4/6/2020, no julgamento do recurso de embargos interposto nos autos do Processo nº E-RR-992-25.5.2014.5.04.0101, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, publicação em 07/08/2020, decidiu, pela maioria de 8x6, que a fiscalização a que se refere o Supremo Tribunal Federal deve ser eficiente, sob pena de se configurar a culpa omissiva do ente público tomador de serviços pela sua negligência, já que o ônus de provar a fiscalização precisa existir a ponto de convencer o Tribunal Regional, última instância da prova, de que essa fiscalização foi eficiente.
Por oportuno, a Subseção I de Dissídios Individuais, na sua composição completa, voltou a debater a questão na sessão do dia 10/9/2020, no julgamento do Processo nº E-ED-RR-62-40.2017.5.20.0009, Relator Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro (acórdão publicado em 29/10/2020), após a vista regimental do Ministro Aloysio Correa da Veiga, ocasião em que se decidiu, novamente, agora pela maioria igualmente expressiva de 10x4, que o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o Tema nº 246 da Repercussão Geral, não emitiu tese jurídica de efeito vinculante em relação à distribuição do ônus da prova de existência ou não da fiscalização prevista na Lei nº 8.666/93. Reafirmou-se, na mesma assentada, o entendimento de que incumbe à Administração Pública o ônus da prova dessa fiscalização, seja por se tratar de fato impeditivo de sua responsabilização subsidiária (por ser seu dever legal, expressamente decorrente dos artigos 58, inciso III; 67,capute seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, inciso XIII; 58, inciso III; 66; 67, § 1º; 77 e 78 da mesma Lei nº 8.666/93 por ela insistentemente invocada), seja porque indispensável, em casos como o presente, utilizar a técnica da inversão doonus probandi, diante da impossibilidade ou da excessiva dificuldade de o trabalhador reclamante cumprir o encargo.
Diga-se com todas as letras, à guisa de conclusão: a ementa do voto vencedor para o acórdão e a tese de repercussão geral aprovada pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal no verbete que foi redigido ao seu final não enfrentaram, de forma expressa, a questão do ônus da prova.
Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional expressamente consignou, no acórdão recorrido, que o ente público não comprovou a efetiva fiscalização.
Por consequência, o TRT de origem, ao entender que é da Administração Pública o ônus da prova acerca das medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, não está descumprindo as referidas decisões do Supremo Tribunal Federal.
Não prosperam as alegações de contrariedade à Súmula n° 331, item V, do TST, pois a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema nº 246 de Repercussão Geral permite concluir que o comportamento culposo do Poder Público autoriza a sua responsabilização subsidiária, caso dos autos, em que a inércia e a cômoda passividade da Administração Pública, ao não se preocupar em colacionar aos autos documentos comprobatórios da alegada fiscalização, mesmo ciente das obrigações a que estava sujeita pela Lei nº 8.666/93, significou sua omissão culposa, diante das regras processuais estabelecidas nos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT.
Nesse sentido, a decisão do Regional encontra-se em consonância

com a jurisprudência pacificada do Tribunal Superior do Trabalho (Súmula nº 331, item V), esgotada se encontra a função uniformizadora desta Corte.
Dessa forma,nego provimentoao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0161000-85.2005.5.01.0032

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogada	Dra. Sílvia Pellegrini Ribeiro(OAB: 99112-A/RJ)
Advogado	Dr. José Luiz Meira Fernandes Cardoso(OAB: 129014/RJ)
Advogado	Dr. Felipe Ognibene Pisco(OAB: 163741/RJ)
Agravado	MARCOS ANTÔNIO DE CARVALHO
Advogado	Dr. Jorge Aurélio Pinho da Silva(OAB: 83266-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):
- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- MARCOS ANTÔNIO DE CARVALHO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
EXECUÇÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo banco executado contra o despacho da Vice-Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: "ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DE JUSTIÇA. MULTA DE 10%".
Contraminuta e contrarrazões apresentadas, respectivamente, às págs. 2.577-2.578 e 2.593-2.598.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo executado:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação/Cumprimento/Execução / Ato Atentatório à Dignidade da Justiça.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação/Cumprimento/Execução / Multa de 10%.
Alegação(ões):
- violação do(s) artigo 5º, inciso XXXIV; artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.
Trata-se de recurso contra decisão proferida no julgamento de agravo de petição. Esta peculiaridade exige o enquadramento do recurso nos estritos limites traçados pelo artigo 896, § 2º, da CLT. No caso dos autos, não se verifica a referida adequação, isso porque inexiste ofensa direta e literal à Constituição da República, restando inviável o pretendido processamento.
CONCLUSÃO
NEGO seguimento ao recurso de revista. " (págs. 2.552-2.553)

Na minuta de agravo de instrumento, o executado insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, ao argumento de que preenchidos os pressupostos necessários para o seu conhecimento. Nas razões do recurso de revista, afirma ser indevida a imposição de multa de 10% sobre o valor atualizado da execução, por inexistir intuito protelatório quando da oposição de agravo de petição. Aponta violação dos arts. 5º, XXXIV, "a" e LV, da Constituição Federal.
Ao exame.
Na hipótese, verifica-se que a parte não indicou, adequadamente, na petição do recurso de revista, os trechos da decisão recorrida em que se encontram prequestionadas as matérias objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
O recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:

"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (grifou-se)

Na hipótese, a parte não observou a exigência quanto à indicação do trecho da decisão recorrida em que se prequestionou a matéria impugnada, pois destacou trechos da decisão recorrida que não contêm a totalidade da tese jurídica em que se encontram prequestionadas as matérias objeto de sua irresignação, como determina o artigo 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que essas condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso. Citam-se, nesse sentido, precedentes desta Corte:

"[...] TRABALHO EXTERNO. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. Na hipótese dos autos, verifica-se que a reclamada não satisfez a exigência quanto à indicação do trecho da decisão recorrida em que se prequestionou a matéria impugnada, pois, o trecho citado, pela parte, não aborda todos os aspectos fáticos relevantes ao deslinde da demanda. Encontra-se no recurso de revista da reclamada apenas a transcrição de trechos em que não estão abordados todos os fundamentos em que Corte a quo se alicerçou para considerar que o trabalho externo do reclamante poderia, de fato, ser compatível com o controle de jornada e, portanto, os motivos pelo qual o autor faz jus ao pagamento das horas extras, o que impossibilita a análise dos fundamentos

adotados pela egrégia Turma. Faz-se necessária a indicação do trecho da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional com vistas a revelar de forma clara e inequívoca os aspectos fáticos e jurídicos norteadores da decisão regional que sejam objeto da insurgência recursal, providência não efetuada na hipótese pela empresa ré. Portanto, recurso de revista que não merece admissibilidade, porque não foi demonstrada a existência de nenhum requisito apto a viabilizar o processamento do recurso de revista, diante do que dispõe o artigo 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita. Agravo de instrumento desprovido." (AIRR-10125-80.2014.5.18.0011, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, data de julgamento: 4/5/2016, 2ª Turma, data de publicação: DEJT 6/5/2016, grifou-se)

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. COMPETÊNCIA MATERIAL. JUSTIÇA DO TRABALHO (AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO CONSTITUCIONAL). APLICABILIDADE DA LEI 11.738/08. HORAS EXTRAS. PROFESSOR. AUSÊNCIA DE TRANSCRIÇÃO DO TRECHO ESPECÍFICO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DAS MATÉRIAS OBJETO DE RECURSO DE REVISTA (ART. 896, § 1.º-A, I, DA CLT). Recurso que não logra demonstrar o desacerto da decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento. Agravo não provido." (Ag-AIRR - 11964-96.2014.5.15.0085, Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, data de julgamento: 15/3/2017, 2ª Turma, data de publicação: DEJT 24/3/2017, grifou-se)

"2. PROFESSORES. JORNADA DE TRABALHO. APLICAÇÃO DA LEI Nº 11.738/2008. Nos termos do inciso III do § 1º-A do art. 896 da CLT, não se conhece do recurso de revista quando a parte não impugnar todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida. No caso, o trecho transcrito do acórdão não revela a determinação precisa da tese regional combatida no apelo, nem o cotejo analítico de teses. [...]" (AIRR- 10182-20.2015.5.15.0085, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, data de julgamento: 15/3/2017, 3ª Turma, data de publicação: DEJT 17/3/2017, grifou-se)

"3. DIVISOR. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. EXIGÊNCIA DE TRANSCRIÇÃO DOS FUNDAMENTOS EM QUE SE IDENTIFICA O PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA OBJETO DE RECURSO DE REVISTA. ÓBICE ESTRITAMENTE PROCESSUAL. Nos termos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei n. 13.015/14, a transcrição dos fundamentos em que se identifica o prequestionamento da matéria impugnada constitui exigência formal à admissibilidade do recurso de revista. Havendo expressa exigência legal de indicação do trecho do julgado que demonstre o enfrentamento da matéria pelo Tribunal Regional, evidenciando o prequestionamento, a ausência desse pressuposto intrínseco torna insuscetível de veiculação o recurso de revista. Julgados desta Corte. Agravo de instrumento desprovido." (AIRR-10336-38.2015.5.15.0085, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, data de julgamento: 15/3/2017, 3ª Turma, data de publicação: DEJT 17/3/2017, grifou-se)

"CATEGORIA PROFISSIONAL ESPECIAL. PROFESSOR. CARGA HORÁRIA. HORAS EXTRAS. APLICAÇÃO DA LEI Nº 11.738/08. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO EFETIVO PREQUESTIONAMENTO. REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. Entre as alterações promovidas à sistemática recursal pela Lei nº 13.015/2014 encontra-se a criação de pressuposto intrínseco do recurso de revista, consistente na indicação (transcrição) do fragmento da decisão recorrida que revele a resposta do tribunal de origem sobre a matéria objeto do apelo. O requisito encontra-se previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, cujo teor dispõe que: 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. Logo, inviável o processamento do recurso de revista em que a parte não indica, de modo específico, o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia pontuada em seu apelo, ante o óbice contido no referido dispositivo legal, que lhe atribui tal ônus. Agravo de instrumento a que se nega provimento." (AIRR-11647-98.2014.5.15.0085, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, data de julgamento: 14/12/2016, 7ª Turma, data de publicação: 3/2/2017)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRANSCRIÇÃO DE TRECHO INCOMPLETO DO ACÓRDÃO REGIONAL. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. Embargos declaratórios providos apenas para prestar esclarecimentos, sem efeito modificativo." (ED-AIRR-20086-12.2013.5.04.0030, Relator Ministro: Augusto César Leite de Carvalho, data de julgamento: 16/11/2016, 6ª Turma, data de publicação: DEJT 18/11/2016, grifou-se)

"[...] RESPONSABILIDADE CIVIL. DOENÇA OCUPACIONAL EQUIPARADA A ACIDENTE DE TRABALHO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. RECURSO DE REVISTA EM QUE SE INDICA A EMENTA DO ACÓRDÃO, QUE NÃO CONTÉM TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. TRANSCRIÇÃO INSUFICIENTE PARA DEMONSTRAR O PREQUESTIONAMENTO DAS VIOLAÇÕES ALEGADAS. A transcrição de trecho insuficiente para demonstrar o prequestionamento de todas as questões trazidas em recurso não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, da CLT. Agravo de instrumento de que se conhece e a que se nega provimento." (Ag-AIRR- 2120-77.2013.5.12.0009, Relatora Desembargadora Convocada: Cilene Ferreira Amaro Santos, data de julgamento: 1502/2017, 4ª Turma, data de publicação: DEJT 17/2/2017, grifou-se)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ENTE PÚBLICO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. Recurso de revista na vigência da Lei nº 13.015/2014. O trecho do acórdão recorrido, indicado no recurso de revista, não contém todos os fundamentos adotados pelo TRT para concluir pela culpa in vigilando e reconhecer a responsabilidade subsidiária do MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em especial aquele no qual afirma que não houve prova de fiscalização pelo ente público. Esse fundamento de natureza processual, autônomo, deveria ter sido indicado e impugnado mediante a confrontação analítica com a fundamentação jurídica exigida pelo art. 896 da CLT. Não atendida, portanto, a exigência do art. 896, § 1º-A, I e III, da CLT. Agravo de instrumento a que se nega provimento." (AIRR-2602-60.2013.5.02.0055, Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, data de julgamento: 15/2/2017, 6ª Turma, data de publicação: DEJT 17/2/2017, grifou-se)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI nº 13.015/2014. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. O artigo 896, § 1º-A, da

CLT, introduzido pela Lei nº 13.015/2014, exige, como ônus da parte e sob pena de não conhecimento do recurso de revista, a indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo. No caso, verifica-se que o trecho da decisão recorrida transcrito não contém todos os fundamentos de fato e de direito assentados no acórdão regional, mormente quanto aos aspectos relacionados aos requisitos da responsabilização da empregadora (culpa), o que, inclusive, foi refutado nas razões do recurso de revista. Logo, não foi atendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. [...]" (AIRR-10264-60.2015.5.12.0012, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, data de julgamento: 15/2/2017, 3ª Turma, data de publicação: DEJT 17/2/2017, grifou-se)

"1. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA RECLAMADA. (...) TRANSCRIÇÃO DO DISPOSITIVO QUE NÃO TRADUZ OS FUNDAMENTOS JURÍDICOS ADOTADOS NO ACÓRDÃO REGIONAL. ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. ÓBICE ESTRITAMENTE PROCESSUAL. I - Com o advento da Lei nº 13.015/14, foi acrescentado ao artigo 896 da CLT o § 1º-A, cabendo destacar, dentre seus incisos, o primeiro, que dispõe ser ônus da parte, sob pena de não conhecimento, "indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista". II - Reportando-se às razões do recurso de revista, depara-se com a inobservância desse requisito, dada a constatação de não ter sido indicado trecho do acórdão recorrido em que se consubstancia o prequestionamento da controvérsia relativa aos temas "julgamento extra petita", "indenização por dano moral/doença ocupacional" e "valor da indenização". III - Consigne-se que a mera transcrição do dispositivo do acórdão recorrido que não retrata os motivos ou fundamentos que consubstanciaram o decisum não supre o requisito exigido pelo mencionado dispositivo legal, uma vez que não demonstra de forma precisa a tese adotada pelo Tribunal Regional em relação aos temas veiculados no recurso de revista. IV - Por tratar-se de pressuposto de admissibilidade do recurso de revista, sua ausência inviabiliza o processamento do apelo, na esteira dos precedentes desta Corte. Precedentes. [...]" (ARR - 1069-14.2012.5.03.0107, Relator Ministro: Antonio José de Barros Levenhagen, data de julgamento: 23/11/2016, 5ª Turma, data de publicação: DEJT 25/11/2016, grifou-se)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA 1. A Orientação Jurisprudencial nº 191 da SbDI-1 do TST, que trata de contrato de empreitada, não guarda pertinência com caso de terceirização lícita. 2. Agravo de instrumento da Reclamada Petrobras de que se conhece e a que se nega provimento. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ADMISSIBILIDADE. LEI Nº 13.015/2014. PREQUESTIONAMENTO. TRANSCRIÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT 1. A Lei nº 13.015/2014 exacerbou os pressupostos intrínsecos de admissibilidade do recurso de revista, como se extrai do novel art. 896, § 1º-A, da CLT. 2. O novo pressuposto e ônus do recorrente consistente em "indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento" não se atende meramente por meio de menção ou referência à folha do acórdão em que se situa, tampouco mediante sinopse do acórdão, no particular, ou transcrição parcial que não abranja todas as razões de decidir quanto ao tema sob análise. A exigência em apreço traduz-se em apontar a presença do prequestionamento (salvo vício nascido no próprio julgamento) e comprová-lo mediante transcrição textual do tópico nas razões recursais. Somente assim se atinge a patente finalidade da lei: propiciar ao relator do recurso de revista no TST maior presteza na preparação do voto ao ensejar que, desde logo, confronte o trecho transcrito com o aresto acaso apontado como divergente, ou com a súmula cuja contrariedade acaso é alegada, ou a violação sustentada de forma analítica pelo recorrente. 3. Inadmissível recurso de revista interposto sob a égide da Lei nº 13.015/2014 (decisões publicadas a partir de 22/9/2014) em que a parte transcreve trecho parcial e insuficiente do acórdão regional, sem abranger todas as razões de decidir do Tribunal Regional quanto aos temas trazidos no recurso de revista. 4. Agravo de instrumento da Reclamada Integra Offshore Ltda. de que se conhece e a que se nega provimento." (AIRR-2034-96.2015.5.12.0022, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, data de julgamento: 14/12/2016, 4ª Turma, data de publicação: DEJT 19/12/2016)

"[...] PROCESSO SOB A VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014 - PROFESSOR - HORAS EXTRAORDINÁRIAS E DEPÓSITOS DO FGTS - PRESSUPOSTOS RECURSAIS - ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO TRECHO DA DECISÃO RECORRIDA QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. Após a vigência da Lei nº 13.015/2014, de acordo com o posicionamento definido pela 7ª Turma do TST, para se atender ao disposto no inciso I do § 1º-A do art. 896 da CLT, no recurso de revista, deve estar transcrito expressamente o trecho da decisão recorrida que refletiria a afronta aos dispositivos, súmulas e orientações jurisprudenciais indicados pela parte ou que comprovaria a divergência jurisprudencial, requisito que não foi cumprido pelo ora agravante. Agravo de instrumento desprovido." (AIRR-10862-39.2014.5.15.0085, Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, data de julgamento: 26/10/2016, 7ª Turma, data de publicação: DEJT 28/10/2016)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. DANO MORAL E "QUANTUM" INDENIZATÓRIO DO DANO MATERIAL. REQUISITO PREVISTO NO §1º-A DO ARTIGO 896 DA CLT INDEVIDAMENTE CUMPRIDO. TRANSCRIÇÃO PARCIAL. NÃO PROVIDO. Trata-se de recurso de revista interposto na vigência da Lei 13.015/2014. E a referida lei, nos termos do art. 1º do Ato nº 491/SEGJUD.GP deste Tribunal, de 23/09/2014, somente se aplica aos recursos interpostos das decisões publicadas a partir da data de sua vigência (22/09/2014), como ocorreu nos presentes autos, considerando que o acórdão foi publicado em 16/06/2015 (certidão de publicação - sequencial nº 506 dos autos eletrônicos). Entretanto, constata-se que a parte agravante não cumpriu devidamente o requisito processual indispensável ao conhecimento do seu apelo, qual seja, aquele disposto no § 1º-A, inciso I, do artigo 896 da CLT - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. A agravante limitou-se a transcrever, no recurso de revista, em relação ao tema relativo à configuração do dano moral, apenas parte do acórdão que trata dos fundamentos em que se identifica o prequestionamento das matérias impugnadas e constitui requisito formal de admissibilidade do apelo. Em relação ao item "quantum indenizatório do dano material", o trecho transcrito não se refere ao acórdão recorrido. Assim, tem-se que, em relação aos temas mencionados, não restaram preenchidos os requisitos de admissibilidade do recurso de revista. Portanto, nego provimento ao agravo. [...]." (AIRR-190-22.2014.5.04.0232, Relator

Desembargador Convocado: José Rêgo Júnior, data de julgamento: 14/12/2015, 5ª Turma, data de publicação: DEJT 18/12/2015, grifou-se)

"[...]. HORAS EXTRAORDINÁRIAS. TEMPO À DISPOSIÇÃO. TROCA DE UNIFORME. TRANSCRIÇÃO PARCIAL DA TESE A SER PREQUESTIONADA. O recurso de revista, interposto sob a égide da Lei nº 13.015/2014, submete-se à observância dos requisitos estabelecidos no art. 896, § 1º-A, da CLT. No caso concreto, a recorrente limita-se a indicar apenas parte do trecho relacionado à matéria. Assim, não procedeu ao cotejo de todos os fundamentos que alicerçaram o v. acórdão regional, desatendendo ao critério estabelecido no art. 896, §1º-A, inc. III, da CLT. Recurso de revista não conhecido. [...]." (RR - 3592-94.2011.5.12.0038, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga, 6ª Turma, DEJT 26/6/2015, grifou-se)

Assim, no tocante à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, cabe à parte recorrente, de fato, transcrever ou indicar, de maneira clara e objetiva, o trecho em questão com os fundamentos da ratio decidendi, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional.
Ressalta-se que a exigência processual em questão é direcionada às partes litigantes, de forma que o ônus acerca do cumprimento desse requisito recai sobre o recorrente, não cabendo ao julgador proceder ao exercício de averiguação subjetiva ou interpretativa acerca da satisfação desse pressuposto recursal.
Por fim, destaca-se, desde logo, que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que a interposição de recurso não é considerada ato urgente e que a parte tem prévio conhecimento acerca dos requisitos recursais exigidos em lei e, ademais, o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.
Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000813-41.2019.5.02.0720

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	JOSEVALDO NASCIMENTO DE SOUZA DA SILVA
Advogado	Dr. Renata Sanches Guilherme(OAB: 232686-A/SP)
Advogado	Dr. Ricardo Sanches Guilherme(OAB: 180694-A/SP)
Agravado	TEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Advogada	Dra. Sílvia Helena Grassi de Freitas(OAB: 116362-A/SP)
Advogado	Dr. Peter Varela Martins(OAB: 328276-A/SP)
Agravado	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	Dr. Fabio Rivelli(OAB: 297608-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSEVALDO NASCIMENTO DE SOUZA DA SILVA
- TEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO III, DA CLT. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ANALÍTICA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: HORAS EXTRAS PELO DESCUMPRIMENTO DO INTERVALO INTRAJORNADA.
Foram apresentadas contrarrazões às págs. 846-850 e contraminuta às págs. 851-859.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos por ela indicados, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso III, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
(...)
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte." (destacou-se)
Na hipótese, a exigência processual contida no referido dispositivo não foi satisfeita.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001130-32.2018.5.02.0087

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	BENICIO ADVOGADOS ASSOCIADOS E OUTRA
Advogado	Dr. Sergio Gonini Benicio(OAB: 195470-A/SP)
Agravado	EDERSON ALVES PEREIRA

Advogado Dr. Roberto Neiva Ferreira(OAB: 321534-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BENICIO ADVOGADOS ASSOCIADOS E OUTRA
- EDERSON ALVES PEREIRA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelos reclamados, às págs. 710-730, contra o despacho denegatório do recurso de revista, de págs. 706 e 707, quanto ao tema VÍNCULO DE EMPREGO.
Foi apresentada contraminuta às págs. 735-742.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelos reclamados:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.
Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 12/08/2021 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 23/08/2021 - id. 9cdbad6).
Regular a representação processual,id. 7e0113e - Pág. 1 e f5820cf.
Satisfeito o preparo (id(s). af40283, 85d06f0 e ca4b61c).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.
Alegação(ões):
Sustenta quedeve ser afastado o reconhecimento de vínculo de emprego, visto que o recorrido atuou como prestador autônomo de serviços.
O Regional, ao analisar a matéria, baseou-se nas provas dos autos. Assim, não há que se falar em processamento do apelo pela ocorrência de uma das exceções autorizadoras do reexame previstas no § 9º do artigo 896 da CLT, pois, para chegar-se à conclusão diversa daquela exposta no v. acórdão, seria necessária a revisão do conjunto fático-probatório, conduta incompatível na atual fase do processo, a teor da Súmula nº 126 do C. TST.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista." (págs. 706 e 707).
Na minuta de agravo de instrumento, os reclamados insistem na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos todos os requisitos para admissibilidade do recurso de revista.
Aduzem que "o Agravado trabalhou na condição de prestador autônomo de serviços, de tal modo que não se verifica como preenchidos na hipótese dos autos os requisitos do artigo 3º do Diploma Consolidado" (págs. 722).
Sustentam que "em que pese a circunstância de haver prestado serviços à Agravante, não há como se admitir o reconhecimento de liame empregatício em razão da AUTONOMIA demonstrada nos autos" (págs. 722).
Alegam violação dos artigos 5°, inciso II, da Constituição Federal, 2º, 3º e 818 da CLT e 373, inciso I, e 374 do CPC/2015 e apresenta aresto para o confronto de teses.
Sem razão.
O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto à formação de vínculo de emprego, nos seguintes termos:
"(...)
A insurgência dos reclamados se refere ao reconhecimento do vínculo de emprego com o primeiro réu no lapso de 01.01.2013 a 21.07.2017, na função de assistente jurídico, sendo oportuno registrar que a r. sentença de origem afastou a pretensão de nulidade do contrato de estágio formalizado com o primeiro reclamado no lapso compreendido entre abril de 2010 e dezembro de 2012, bem como o vínculo de emprego do período correspondente.
Nesse contexto, a despeito das formalidades dos procedimentos adotados, inclusive com emissão de RPA, ao admitirem a prestação de serviços, mas negarem o vínculo de emprego ao argumento de que o autor, após o contrato de estágio, passou a trabalhar como prestador de serviços autônomos, em home officecom liberdade de horário e sem subordinação, os reclamados atraíram para si o ônus da prova acerca dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos da pretensão, do qual, assim como o douto juízo de origem, entendo que não se desincumbiram, na medida em que as provas produzidas não autorizam convicção quanto ao trabalho autônomo, demonstrando, na verdade, a prestação de serviços nos moldes dos artigos 2º e 3º de Consolidação das Leis do Trabalho.
Com efeito, de plano, exame dos documentos acostados pelas próprias reclamadas, revela pagamentos de verbas de natureza tipicamente trabalhista, a exemplo de férias e 13º salário, conforme documentos às fls. 384 e 386/385, e o fato do reclamante trabalhar remotamente, por si só, não afasta o vínculo nos moldes consolidados.
Ao lado desse panorama, o reclamante anexou várias mensagens emitidas pelo escritório de advocacia reclamado, que indicam o vínculo direto com o primeiro réu e a subordinação, a exemplo de fls. 115/116 e 120/122, cumprindo destacar que os reclamados não esclareceram e não juntaram eventual contrato justificando a razão para a intermediação do segundo réu na relação havida entre as partes, já que a prestação de serviços, conforme documentos dos autos, beneficiava o escritório de advocacia reclamado.
A primeira testemunha dos réus, declarou à fl. 571 que "que o reclamante trabalhava em regime de home office, mas não tem muito conhecimento a respeito das atribuições do reclamante, mas o que consta ao depoente era alimentação de sistemas; que não sabe informar se todos assistentes jurídicos trabalhavam em home office; que acredita que os assistentes trabalhavam em regime de prestação de serviços;... que acredita que o reclamante trabalhava das 09h ás 18h, mas não tem horário fixo, por ser prestador de serviço; que geralmente existe uma demanda diária a cada um e deve-se cumrpi-la dentro do horário que achar mais confortável;...que o reclamante tinha senha e logava no Spark, sendo um sistema de comunicação do escritório, onde poderiam compartilhar documentos, só possuindo acesso aqueles que eram autorizados; que não tem ciência se o reclamante poderia se fazer substituir;...que os serviços eram passados aos funcionários remotos, por planilha, telefone, email, etc; que o depoente controlava seu próprio horário e fazia seu intervalo com base em seu interesse; que não sabe informar, mas nunca ouviu nada em relação a imposição de horário de intervalo, mas acredita que não; que em 2013 o depoente já era advogado junior; que o depoente estava na equipe da área civil, mesma área do autor, porém clients diferentes; que o depoente estava subordinado na época a Tania;" (sic-grifei),enquanto que a segunda testemunha pouco esclareceu sobre a natureza da relação havida, declarando às fls. 571/572 que "o reclamante não chegou a trabalhar como advogado, devido a não possuir o exame da Ordem, apenas auxiliando o advogado, mas não podendo assinar peça ou representar em audiência; que não sabe dizer em relação a contratação do reclamante pela segunda

reclamada;"(grifei). Tais declarações não corroboram a tese da defesa sobre trabalho autônomo, tampouco afastam a subordinação, demonstrando, porém, que o reclamante desempenhava atividades corriqueiras afetas ao escritório de advocacia.

A primeira testemunha do autor, às fls. 569/570, declarou que "o depoente estava subordinado a Daniele Ferraioli, assim como o reclamante, pois era parte da mesma equipe;... que o depoente não poderia ser substituído por outro, assim como o reclamante; que eventuais faltas deveriam ser justificadas, tanto de depoente quanto o reclamante; que se precisassem sair durante o expediente também deveriam se justificar; ...que os salários eram pagos na forma de um valor fixo mensal, podendo conter alguns bônus, depositados na conta; que os funcionários todos se comunicavam através do Spark; que acredita que apenas uma ou outra vez o funcionário em home office deveria comparecer no escritório, apenas para reuniões, e outras vezes comparecerem audiência como preposto;...que o serviço era passado via sistema, a depender do cliente, além de emails; que se a pessoa em home office ficasse ausente, não tinha punição, mas deveria justificar o motivo da ausência e em caso de reiteração, já viu funcionários sempe advertidos verbalmente; (sic- Grifei),enquanto que a segunda afirmou quw "o reclamante era assistente jurídico;...que todo setor trabalhava em home office, inclusive o reclamante; que apenas duas meninas do administrativo eram regustradas, sendo que advogados e assistentes jurídicos não eram; que a depoente recebia um valor fixo de salário mensalmente, isso para todos, pago em conta bancária; que a depoente não emitia notas de serviço; que o trabalho da depoente era coordenado por Daniela Ferraioli, assim como o do reclamante; que Daniela trabalhava das 09h às 18h, assim como o reclamante e demais do setor;... que faziam uso de um sistema messenger interno de nome Spark para comunicação; que o messenger dizia se a pessoa estava online e se ficasse inativo por alguns minutos, mudava para ausente; que se a coordenadora percebesse que não estavam logados, ainda que o serviço estivesse sendo feito, entrava em contato; que senão estivesse logados por muito tempo, recebiam emails coletivos; que na época também recebiam por whatsapp; que no sistema online aparecia online, ausente e offline para o próprio funcionário também; que se precisasse se ausentar por alguma razão precisava avisar a coordenadora antes, sendo isso o mesmo para o reclamante e demais no setor; que eram orientados assim que fossem iniciar a jornada logassem no Spark e lá permanecessem; que da mesma forma, desconectavam-se do sistema Spark ao final da jornada; que o reclamante não poderia se fazer substituir; que trabalhavam de segunda a sexta; que recebia décimo terceiro, terço de férias, vale alimentação em cartão e vale transporte, assim como o reclamante e demais da equipe;...que a comuncação em Home Office era pelo Spark, pelo email e por telefone; que o trabalho remoto poderia ser realizado de qualquer lugar, desde que com acesso a internet e cumprindo a jornada;". (sic - grifei). Assim, as testemunhas do autor confirmaram a subordinação direta do reclamante ao primeiro reclamado, que o trabalho remoto era modalidade usual entre todos do setor e que o reclamante não podia se fazer substituir, patenteando, portanto, a presença dos requisitos do contrato de trabalho nos moldes consolidados, sendo oportuno ressaltar que a onerosidade é incontroversa.

Nesse contexto, por não comprovada a condição de autônomo do autor e por demonstrada a presença dos requisitos do artigo 3º, da CLT, na relação havida entre as partes, agiu bem o magistrado de origem ao reconhecer o liame empregatício, inclusive anotações correspondentes na CTPS.

Mantenho.

(...)" (destacou-se, págs. 672-675).

No caso, consoante se infere da decisão do Regional "as testemunhas do autor confirmaram a subordinação direta do reclamante ao primeiro reclamado, que o trabalho remoto era modalidade usual entre todos do setor e que o reclamante não podia se fazer substituir, patenteando, portanto, a presença dos requisitos do contrato de trabalho nos moldes consolidados, sendo oportuno ressaltar que a onerosidade é incontroversa" (pág. 675).

Segundo a Corte a quo, "por não comprovada a condição de autônomo do autor e por demonstrada a presença dos requisitos do artigo 3º, da CLT, na relação havida entre as partes, agiu bem o magistrado de origem ao reconhecer o liame empregatício, inclusive anotações correspondentes na CTPS" (pág. 675).

Verifica-se que, no caso, o recurso de revista efetivamente não reúne condições para ensejar seu conhecimento, visto que as alegações das partes divergem do quadro fático descrito no acórdão regional.

O quadro fático descrito pelo Tribunal Regional é no sentido de evidenciar a caracterização do vínculo de emprego.

Com efeito, na hipótese dos autos, o Regional, instância soberana na apreciação do conjunto fático-probatório, foi contundente ao afirmar que ficaram caracterizados na relação jurídica existente entre as partes, os requisitos dispostos no artigo 3º da CLT, a saber, a pessoalidade, a não eventualidade, a subordinação e a onerosidade, de modo a se confirmar a existência da formação de vínculo de emprego, na forma prevista nesse dispositivo da lei trabalhista.

Acresça-se que a reforma da decisão regional exigiria a revisão do contexto fático-probatório da demanda, procedimento vedado nesta instância recursal extraordinário, nos termos da Súmula nº 126 do TST.

Assim, não há falar em violação dos artigos 2º e 3º da CLT e 374 do CPC/2015, vez que o processamento do recurso de revista encontra óbice na Súmula nº 126 do TST, que assim dispõe:

"Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, "b", da CLT) para reexame de fatos e provas.".

Cumpre salientar que somente é importante perquirir a quem cabe o ônus da prova quando não há prova dos fatos controvertido nos autos, arguido por qualquer das partes. Assim, uma vez que este ficou efetivamente provado, conforme asseverou o Tribunal Regional, é irrelevante o questionamento sobre a quem caberia fazer a prova. Portanto, nessa hipótese, não há reconhecer ofensa aos artigos 818 da CLT e 373, inciso I, do CPC/2015.

A invocação genérica de ofensa ao artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, não é suficiente para autorizar o processamento de recurso de revista com base na previsão da alínea "c" do artigo 896 da CLT, na medida em que, para sua constatação, seria necessário concluir, previamente, ter havido violação de preceito infraconstitucional, como ocorre neste caso.

Também não há falar em divergência jurisprudencial válida ao processamento do recurso de revista, nos termos da Súmula nº 296, item I, do TST.

Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 896, § 14, da CLT.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010730-09.2017.5.03.0150

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S.A.
Advogada	Dra. Elizabeth de Oliveira Silva(OAB: 1754-A/SP)
Agravado	MARCELO JOSE PEREIRA
Advogado	Dr. Mário Cézar Zucolim Belasque(OAB: 46706/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCELO JOSE PEREIRA
- SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S.A.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Dispõe o art. 896, § 2º, da CLT, peremptoriamente, que, "das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal". Reiterada a determinação na Súmula 266 do TST.
No caso dos autos, entretanto, deixa a parte de indicar, no recurso de revista, ofensa a qualquer preceito constitucional, o que torna o apelo desfundamentado.
Destaque-se que a indicação de ofensa a dispositivos da Constituição Federal apenas em sede de agravo de instrumento não supre a ausência de pressuposto de admissibilidade do recurso de revista, pois aferido o atendimento aos requisitos legais no momento da interposição do apelo.
Assim, com esteio no art. 932 do CPC, nego provimento ao agravo de instrumento.
Diante do óbice formal, incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0241600-81.2007.5.02.0069

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	FERNANDA DE SOUZA LEAL
Advogada	Dra. Patrícia Tavares da Cruz(OAB: 235331-A/SP)
Agravado	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Procuradora	Dra. Silvana Márcia Montechi Valladares de Oliveira

Intimado(s)/Citado(s):

- FERNANDA DE SOUZA LEAL
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO
RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO III, DA CLT. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ANALÍTICA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela executada FERNANDA DE SOUZA LEAL, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: NULIDADE DA SENTENÇA POR VÍCIO DE CITAÇÃO e DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.
Foram apresentadas contrarrazões às págs. 2.355-2.362 e contraminuta às págs. 2.363-2.370.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos da Constituição Federal por ela indicados, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso III, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
(...)
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte." (destacou-se)
Frisa-se que, na hipótese em que a demanda encontra-se na fase de execução de sentença, o recurso de revista somente é cabível, nos termos do artigo 896, § 2º, da CLT e da Súmula nº 266 do TST, mediante a indicação de ofensa a dispositivo da Constituição Federal, de forma que, no caso, cabia à parte fazer a alegação, de maneira precisamente analítica, desses dispositivos e, não, eventualmente, daqueles oriundos da legislação infraconstitucional.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000752-34.2019.5.08.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	BANCO DA AMAZÔNIA S.A.
Advogado	Dr. Fabrício dos Reis Brandão(OAB: 11471-A/PA)
Advogada	Dra. Aline Penedo de Oliveira(OAB: 7086-A/PA)
Agravado	ORIVALDO PINTO RODRIGUES

Advogado Dr. Daniel Konstadinidis(OAB: 9167-A/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DA AMAZÔNIA S.A.
- ORIVALDO PINTO RODRIGUES

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO EXERCIDA POR MAIS DE DEZ ANOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 372 DO TST

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista, quanto ao seguinte tema, ora impugnado: INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO EXERCIDA POR MAIS DE DEZ ANOS.
Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamado, em despacho assim fundamentado:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
O recurso é tempestivo (ente público intimado em / decisão publicada em 28/07/2021 - fl./ID B420D53; recurso apresentado em 09/08/2021 - fl./ID 4093e1f).
A representação processual está regular, ID/fl. f98c6b5.
Satisfeito o preparo (ID/fls. 31bb864, f8998fb e 853f295)
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário / Diferença Salarial.
Alegação(ões):
- violação do(s) inciso II do artigo 1º; inciso IV do artigo 1º; inciso II do artigo 5º; artigo 37; inciso V do artigo 37; inciso XIV do artigo 37; inciso II do §1º do artigo 173 da Constituição Federal.
- violação do(s) artigo 450 da Consolidação das Leis do Trabalho; artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho; artigo 499 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.
Recorre o reclamado irresignado com o Acórdão que manteve a sentença que deferiu o pedido de diferenças salariais decorrentes da gratificação de função.
Alega que o Acórdão viola o artigo 468 da CLT porque o referido dispositivo não considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.
Aduz que houve contrariedade à súmula 372 do TST, eis que restou comprovado o justo motivo para a destituição da função de confiança.
Transcreve os seguintes trechos do Acórdão:
Inexiste, nos autos, prova idônea do alegado "justo motivo" para a supressão da gratificação de função, tal como exige a jurisprudência uniformizada (Súmula nº 372, do C. TST), que bem interpreta a legislação, haja vista que as r. decisões proferidas na Ação Civil Pública nº 0000011-94.2010.5.08.0013, em que se determinou o enquadramento dos engenheiros, empregados do Banco demandado, em categoria diferenciada e não pertencente à categoria dos bancários, em nada conflitam com a eventual incorporação da gratificação de função exercida por mais de 10 anos, à luz do princípio da estabilidade financeira do trabalhador, assegurado pela jurisprudência sumulada, antes indicada.
Ademais, como bem salientado pela r. sentença recorrida, a reestruturação administrativa efetuada pelo Banco demandado não serve de amparo jurídico como "justo motivo" ao descomissionamento do reclamante.
(...)
Assim, tem-se que a supressão da gratificação de função do 25/01/2006 a 16/01/2018, viola o princípio da estabilidade financeira, à luz da Súmula 372, do C. TST, daí porque é devida a incorporação da gratificação da função exercida por mais de dez anos pelo demandante, conforme pleiteado na exordial.
Examino.
As hipóteses de cabimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial estão previstas nas alíneas "a" e "b" do art. 896 da CLT, pelo que deve o recurso apontar norma legal, convencional ou regulamentar, a qual tenha sido dada interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, o que não foi observado no recurso, pelo que resta inviabilizada a admissibilidade recursal nesse tópico.
Com relação aos artigos 450, 468, 499 da CLT,1°, incisos II e IV, 2° , 5°, inciso II e 37, caput e incisos V e XIV, 173, §1°, inciso II da CF/88, o recurso não atende ao requisito do inc. I do §1º-A do art. 896 da CLT, pois os trechos indicados não contêm o prequestionamento das controvérsias.
Quanto à súmula 372 do TST, o cotejo dos trechos transcritos com as argumentações recursais evidencia que o recurso pretende o reexame de fatos e provas, assim, não observa o art. 896 da CLT e a Súmula nº 126 do TST.
Por essas razões, nego seguimento à revista.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Ação Rescisória / Antecipação de Tutela / Recebimento como Cautelar
Alegação(ões):
- divergência jurisprudencial.
Recorre a reclamada irresignada com o Acórdão que manteve a sentença que deferiu o pedido de antecipação de tutela. Aponta divergência jurisprudencial.
Examino.
As hipóteses de cabimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial estão previstas nas alíneas "a" e "b" do art. 896 da CLT, pelo que deve o recurso apontar norma legal, convencional ou regulamentar, a qual tenha sido dada interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, o que não foi observado no recurso.
Logo, não atendidos os pressupostos acima, ànego seguimento revista.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista." (págs. 485-488)
Na minuta de agravo de instrumento, o reclamado insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 896 da CLT.
Aduz que "não existe norma jurídica que determine o pagamento da "gratificação" de função quando ocorre a reversão ao cargo anterior, ao revés, o artigo 468, parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho" (pág. 499).
Afirma que "Não faz o menor sentido que alguém que deixe de

prestar serviços em um cargo ou em uma função de confiança, continue a receber a remuneração dele decorrente. Tal permissividade violaria o mais elementar bom senso, posto que, a impossibilidade de continuar a receber a remuneração que se originou em razão do exercício de cargo de confiança é uma decorrência natural do não exercício do cargo, pouco importando o lapso de tempo, maior ou menor, que seu ocupante o tenha exercido" (págs. 474).

Sustenta que "sendo o Banco da Amazônia S/A uma Sociedade de Economia Mista, sujeita ao princípio da estrita legalidade" (pág. 474).

Aponta violação dos artigos 5º, inciso II, da Constituição Federal e 468 da CLT.

O acórdão regional, quanto ao tema, assim se manifestou:

"(...)

Da gratificação de função

O Banco demandado insurge-se contra o deferimento das diferenças salariais decorrentes da gratificação de função. Alega que "salientamos que os termos da Súmula n.º 372 do TST indica que, caso se verifique a existência de justo motivo, não existem empecilhos para a supressão da gratificação de função [...]. Foi o que ocorreu no presente caso, muito embora a decisão de piso tenha entendido de forma diversa. O reclamante deixou de receber a gratificação de analista, por justo motivo, qual seja, por força de ACP promovida pelo sindicato dos engenheiros que resultou na criação de uma categoria diferenciada para esses profissionais, o Reclamado teve que alterar sua estrutura criando uma Gerência exclusiva para essa atividade, o que resultou na lotação do Reclamante nesta nova unidade por força de sua qualificação profissional (Arquiteto), onde na nova unidade não comporta, ainda, funções de analistas, que são pertinentes, porque assim foram criadas e aprovadas, para a Categoria Preponderante do Reclamado (bancários). Vale ressaltar, ainda, a decisão que criou a categoria diferenciada, na qual se inclui os engenheiros e arquitetos (atividade do reclamante) permitiu a exclusão de vantagens previstas na categoria dos bancários." (Id. dbb252d - Pág. 4/5).

Argumenta que "a decisão que criou a categoria diferenciada, na qual se inclui os engenheiros e arquitetos (atividade do reclamante) permitiu a exclusão de vantagens previstas na categoria dos bancários. Não havia, pois, como deixar um empregado exercendo uma função inexistente. Seria o mesmo que deixar um empregado sentado em uma empresa extinta sem romper o vínculo de trabalho vigente. Portanto, jamais se pode dizer que o reclamante foi injustamente retirada do exercício da função, eis que apenas deixou de exercê-la porque não mais existia a função. Diante da situação ora apresentada, pergunta-se: O QUE DEVE SER ENTENDIDO POR JUSTO MOTIVO, NOS TERMOS DA SÚMULA 372 DO C. TST? Tendo em vista que a Súmula nº 372 do C. TST não discrimina quais seriam os motivos justificadores para a supressão da gratificação, mesmo que percebida por 10 ou mais anos, é possível encontrar tal resposta na própria Consolidação das Leis do Trabalho, mais precisamente no art. 165, do referido diploma legal." (Id. dbb252d - Pág. 5).

Acrescenta que "mesmo na ausência de falta grave ou da configuração de justa causa, possa existir um 'justo motivo', qual seja, uma justificação plausível para a reversão do empregado ao seu 'cargo efetivo' sem que para isso, haja a incorporação salarial pelo decurso de tempo de exercício em função comissionada. Ademais, é oportuno destacar que a reversão do obreiro ao cargo efetivo faz parte do jus variandi do empregador, possibilidade prevista no art. 468 § único da Consolidação das Leis do Trabalho, razão pela qual não é justo que o legislador tenha expressamente excepcionado tal situação e a jurisprudência crie artifícios para escusar obediência ao dispositivo legal. Pelo PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE, não é possível analisar o presente caso apenas pela ótica da irredutibilidade salarial, deixando de lado a regra do § único do artigo 468 da CLT, que permite a reversão ao cargo efetivo, seja em razão da quebra da fidúcia, seja em razão de motivos técnicos, financeiros ou econômicos, ou ainda, simplesmente, pela utilização dojusvariandi.Assim, verifica-se do parágrafo único, do art. 468, da CLT, que não constitui alteração unilateral do contrato de trabalho, a determinação do empregador para que o empregado retorne ao cargo efetivo. Entretanto, a construção jurisprudencial passou a discutir se tal reversão enseja também a perda da respectiva 'gratificação'." (Id. dbb252d - Pág. 7).

Acentua que "não existe qualquer respaldo legal para o pleito do Autor, pois o mesmo deixou de receber a 'gratificação' de analista por justo motivo, pelo que não resta consubstanciada qualquer ofensa à Súmula 372, do C. TST, estando fundamentada a decisão do Reclamado no parágrafo único do art. 468, c/c art. 450 e art. 499 da CLT" (Id. dbb252d - Pág. 8).

Destaca que "conforme amplamente explanado na instrução processual, a percepção de vantagem pecuniária, em razão do exercício de cargo de confiança, está intimamente relacionada com o exercício desta investidura, não constituindo, portanto, garantia pessoal, inalterável, muito menos contratual. Aliás, a própria lei se encarrega de dar essa orientação na medida do artigo 449 da CLT. Ademais, a remuneração, o salário, como regra geral é uma contraprestação pelo serviço realizado, considerando-se os vários aspectos de qualidade e quantidade. Não faz o menor sentido que alguém que deixe de prestar serviços em um cargo ou em uma função de confiança, continue a receber a remuneração dele decorrente. Tal permissividade violaria o mais elementar bom senso, posto que, a impossibilidade de continuar a receber a remuneração que se originou em razão do exercício de cargo de confiança é uma decorrência natural do não exercício do cargo, pouco importando o lapso de tempo, maior ou menor, que seu ocupante o tenha exercido." (Id. dbb252d - Pág. 9).

Examinemos a matéria.

Já é do conhecimento deste E. Tribunal Regional, que a r. sentença de conhecimento, proferida nos autos do Processo de Ação Civil Pública, autuada sob o nº 000011-94.2010.5.08.0013, decidiu:

(...)

3 - DISPOSITIVO

ANTE O EXPOSTO, O JUÍZO DA MM. 13ª VARA DO TRABALHO DE BELÉM, NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PORSINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO PARÁ - SENGEEM FACE DEBANCO DA AMAZÔNIA S/A, DECIDE JULGAR PROCEDENTE PARA CONDENAR O RECLAMADO A PROCEDER O PAGAMENTO DO PISO SALARIAL DO ENGENHEIRO DE CONFORMIDADE COM A LEI Nº 4.950-A/66, EM SEIS SALÁRIO MÍNIMOS, COM REPERCUSSÃO EM TODAS AS PARCELAS SALARIAIS, QUE UTILIZAM O SALÁRIO BASE PARA APURAÇÃO, TAIS COMO FÉRIAS + 1/3 INTEGRAL E PROPORCIONAL, ABONO DE FÉRIAS, 13º SALÁRIO INTEGRAL E PROPORCIONAL, FGTS + 40%, GRATIFICAÇÕES ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, ADICIONAIS DE FUNÇÃO, PROMOÇÕES SALARIAIS POR MERECIMENTO E ANTIGUIDADE, TUDO EM PARCELAS VENCIDAS E VINCENDAS; ASSIM DA DIFERENÇA DOS PAGAMENTOS FEITOS A TÍTULO DE SALÁRIO BÁSICO, COM REFLEXOS NAS FÉRIAS + 1/3 INTEGRAL E PROPORCIONAL, ABONO DE FÉRIAS, 13º SALÁRIO INTEGRAL E PROPORCIONAL, FGTS + 40%,

GRATIFICAÇÕES ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, ADICIONAIS DE FUNÇÃO, PROMOÇÕES SALARIAIS POR MERECIMENTO E ANTIGUIDADE, TUDO EM PARCELAS VENCIDAS E VINCENDAS; NO TOCANTE AOS DEPÓSITOS DE FGTS, DEVERÃO SER EFETUADOS NAS CONTAS VINCULADA DOS TUTELADOS, TENDO EM VISTA QUE O PACTO LABORAL DOS MESMOS AINDA SE ENCONTRAM EM PLENA VIGÊNCIA. ACRESCIDOS DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. DEFIRO OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM 15%. DEFIRO A COMPENSAÇÃO REQUERIDA PELO RECLAMADO. TUDO NOS TERMOS E LIMITES DA FUNDAMENTAÇÃO.CUSTAS PROCESSUAIS, PELO RECLAMADO, NO VALOR DE R$-1.000,00, CALCULADAS SOBRE O VALOR DADO À CAUSA. CIENTES AS PARTES. NADA MAIS.

O Banco da Amazônia S/A - BASA, ora recorrido nestes autos, interpôs recurso ordinário nos autos da Ação Civil Pública nº 0000011-94.2010.5.08.0013, cujo v. Acórdão da E. 3ª Turma deste Tribunal Regional, da lavra do Exmo. Desembargador Luís José de Jesus Ribeiro, decidiu:

(...)

3. CONCLUSÃO

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA TERCEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, UNANIMEMENTE, EM CONHECER DO RECURSO, DANDO-LHE PARCIAL PROVIMENTO PARAPRONUNCIAR A PRESCRIÇÃO DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS NO PERÍODO ANTERIOR A 18/12/2004, EXTINGUINDO TAIS PEDIDOS COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.MANTIDA A SENTENÇA EM SEUS DEMAIS TERMOS. TUDO CONFORME FUNDAMENTOS.CUSTAS REDUZIDAS PARA R$800,00, CALCULADAS SOBRE O VALOR ARBITRADO DA CONDENAÇÃO DE R$ 40.000,00.

SALA DE SESSÕES DA TERCEIRA TURMA DO Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região. Belém, 2 de março de 2011.

Des. LUIS J. J. RIBEIRO - Relator

Após o trânsito em julgado, o MM. Juízo da 13ª Vara do Trabalho de Belém, proferiu sentença de liquidação, cujos fundamentos da r. decisão transcrevo a seguir,in verbis:

(...)

ASúmula 372, do C. TST, dispõe:

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. SUPRESSÃO OU REDUÇÃO. LIMITES (conversão das Orientações Jurisprudenciais nos 45 e 303 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005

I - Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira. (ex-OJ nº 45 da SBDI-1 - inserida em 25.11.1996)

II - Mantido o empregado no exercício da função comissionada, não pode o empregador reduzir o valor da gratificação. (ex-OJ nº 303 da SBDI-1 - DJ 11.08.2003)

A tese consolidada pela Súmula nº 372, do C. TST, é no sentido de que a supressão, sem justo motivo, da gratificação de função, percebida há mais de dez anos, afronta o princípio da estabilidade financeira.

Destaco, ainda, o entendimento consagrado pelaTese Prevalecente nº 03, deste E. Tribunal Regional:

Tese Jurídica Prevalecente nº 3 - GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. PERCEBIDA POR MAIS DE 10 ANOS. SUPRESSÃO. JUSTO MOTIVO. NÃO CARACTERIZAÇÃO.

O enquadramento dos engenheiros do Banco da Amazônia como categoria diferenciada, por força de sentença transitada em julgado, não constitui justo motivo para o descomissionamento, daí o direito à incorporação da gratificação ao salário, nos termos previstos na Súmula nº 372, I, do C. TST.

Inexiste, nos autos, prova idônea do alegado "justo motivo" para a supressão da gratificação de função, tal como exige a jurisprudência uniformizada (Súmula nº 372, do C. TST), que bem interpreta a legislação, haja vista que as r. decisões proferidas na Ação Civil Pública nº 0000011-94.2010.5.08.0013, em que se determinou o enquadramento dos engenheiros, empregados do Banco demandado, em categoria diferenciada e não pertencente à categoria dos bancários, em nada conflitam com a eventual incorporação da gratificação de função exercida por mais de 10 anos, à luz do princípio da estabilidade financeira do trabalhador, assegurado pela jurisprudência sumulada, antes indicada.

Ademais, como bem salientado pela r. sentença recorrida, a reestruturação administrativa efetuada pelo Banco demandado não serve de amparo jurídico como "justo motivo" ao descomissionamento do reclamante.

Verifica-se no documento denominado "espelho de funções" (Id. 46f0f2e) que o exercício de cargo/função gratificada ocorreu desde 06/05/2003 em caráter de interinidade e com alguns períodos descontínuos (o que é irrelevante), e, em caráter de titularidade e permanente, deu-se no período de 25/01/2006 a 16/01/2018, isto é, por mais de 10 anos ininterruptos.

Assim, tem-se que a supressão da gratificação de função do reclamante, sem justo motivo comprovado, percebida no período de25/01/2006 a 16/01/2018, viola o princípio da estabilidade financeira, à luz da Súmula 372, do C. TST, daí porque é devida a incorporação da gratificação da função exercida por mais de dez anos pelo demandante, conforme pleiteado na exordial.

Ressalte-se que o recebimento da gratificação de função pelo reclamante completou 10 (dez) anos em 25.01.2016,antesdo advento da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, apesar do descomissionamento ter ocorrido somente em 16.01.2018.

Esta E. Turma, tem entendido, em casos idênticos, pela incorporação da gratificação de função com base na média dos últimos dez (10) anos, com respaldo também na jurisprudência do C. TST, assegurada a atualização pelo IPCA-E, sem prejuízo da tese firmada pelo E. STF nas ADCs 58 e 59 e nas ADIs 5867 e 6021, segundo a qual devem ser aplicados o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), na fase pré-judicial, e, a partir da citação, a taxa Selic, índices de correção monetária vigentes para as condenações cíveis em geral.

Por conseguinte, mantenho a r. sentença recorrida, quanto às diferenças salariais referentes à gratificação de função, a cujos fundamentos me reporto e adoto, em termos, como razões de decidir,in verbis:

2.1.1 - INCORPORAÇÃO. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO.

Com amparo na Súmula nº. 372 do C.TST e outros fundamentos, o autor pretende obter incorporação da gratificação da função de Analista Pleno recebida por mais de 10 anos e que fora suprimida pelo réu a partir de 16.01.2018, em parcelas vencidas e vincendas, observados os reajustes salariais, até a efetiva incorporação, com reflexos sobre 13º salário, férias mais 1/3, depósitos de FGTS.

Ressalta que desde 2003 exerceu função comissionada, tendo completado os 10 anos de exercício antes do advento da reforma trabalhista.

A reclamada, por seu turno, alega que o descomissionamento ocorreu em virtude de reestruturação administrativa procedida pelo banco, sendo este o justo motivo levado a efeito.

Informa que a Gerência de Estratégia e Organização - GEREO

identificou pontos que careciam de mudanças, pelo que houve a necessidade de implantação de um novo modelo de gestão, com vistas a manter a sobrevida da instituição financeira.
Diante desse novo modelo de gestão, houve a necessidade do descomissionamento do reclamante.
Ademais, aduz não ser o caso de aplicação da Súmula nº 372 do TST, diante do justo motivo e da ausência de prejuízo, considerando ainda que se manteve a estabilidade salarial do reclamante, eis que não teria havido perda significativa no salário. Assim, não houve ofensa ao princípio da irredutibilidade salarial.
Requer, em caso de condenação, a compensação com os valores que porventura sejam pagos ao autor em decorrência do exercício de outra função comissionada, como interino ou titular.
Analiso.
Importa ressaltar, inicialmente, que o pedido deve ser analisado à luz do direito material vigente à época dos fatos, isto é, a época em que o reclamante alega ter adquirido o direito.
Segundo a antiga dicção do parágrafo único do art. 468 da CLT (anterior à Lei nº 13.467/2017) a determinação para que o respectivo empregado revertesse ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança, não traduzia alteração unilateral ilícita, inserindo-se nojus variandido empregador.
O artigo 499, da CLT, por sua vez, estabelece que não haverá estabilidade no exercício dos cargos de diretoria, gerência ou outros de confiança imediata do empregador.
Como se vê, a reversão ao cargo anteriormente ocupado não é vedada pelo Diploma Celetista, todavia, não há regra expressa na lei que imponha a incorporação ao salário dos valores recebidos a título de gratificação de função durante certo lapso temporal.
Para minorar os efeitos patrimoniais da reversão e assim materializar a garantia constitucional de irredutibilidade salarial (art. 7º, VI da CF/88), o C. TST editou a Súmula nº. 372, a qual dispõe em seu item I -"Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira".
A jurisprudência majoritária consolidou entendimento de que a percepção de gratificação de função no interstício de 10 anos ou mais, tempo fixado para efeitos de segurança jurídica, induz à ilação de que ao atingir patamar remuneratório especial e elevado o trabalhador adquire certo equilíbrio financeiro, passando a contar com esses valores na organização do orçamento familiar mensal, portanto, a supressão abrupta, e sem justo motivo, decerto lhe traria grandes prejuízos.
Nessa linha, afigura-se legítima (com base na legislação anterior), nas condições delineadas pelo C. TST, a incorporação ao salário do obreiro dos valores percebidos quando do exercício da função de confiança.
Na demanda posta à apreciação, muito embora admita o preenchimento do requisito temporal de 10 anos de percepção de função gratificada, o reclamado defende que o descomissionamento decorreu de ajuste organizacional interno, com base em estudos que concluíram pela necessidade de mudanças administrativas.
Permanece, portanto, com o réu o ônus da prova, nos termos do que dispõe o inc. II do art. 373 do CPC, considerando tratar-se de questão obstativa da pretensão autoral.
In casu, verifico que os fatos suscitados pela ré não constituem fundamento válido para o descomissionamento. Isso porque, eventuais mudanças estruturais não podem servir de fundamento a alterações contratuais lesivas ao empregado, tendo em vista que os riscos do empreendimentos devem ser suportados pelo empregador.
Nesta senda, entende-se que o justo motivo deve ser fato relacionado ao empregado, isto é, a uma conduta por ele praticada (comissiva ou omissiva) que justifique a insustentabilidade da manutenção na função, como ocorre nas hipóteses de avaliação de desempenho insuficiente ou mesmo a prática de ato ímprobo, não podendo consistir em questões externas que fujam ao seu controle. Se assim não fosse, a simples iniciativa empresarial em proceder a mudanças em sua estrutura organizacional poderia se tornar prática obstativa comum do direito à incorporação da gratificação, como se apresenta no caso ora analisado.
As gratificações foram pagas por um período de mais de 10 anos, incorporando-se ao patrimônio do empregado e lhe conferindo patamar salarial razoável, período no qual houve a construção da confiança de que os valores permaneceriam sendo pagos.
Portanto, alterações de ordem estrutural não constituem justo motivo para o descomissionamento.
Tal entendimento se encontra consolidado no âmbito da jurisprudência trabalhista.
SUPRESSÃO DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO RECEBIDA POR MAIS DE 10 ANOS - REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA - JUSTO MOTIVO NÃO CONFIGURADO.
O TRT manteve a incorporação da gratificação de função exercida pelo autor há mais de dez anos, suprimida por ocasião de reestruturação administrativa da DICRE/PE pelo empregador. A decisão de origem se coaduna com a jurisprudência nesta Corte, nos termos do item I da Súmula 372, segundo o qual "Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação, tendo em vista o princípio da estabilidade financeira",sendo certo que o justo motivo a que se refere o citado verbete diz com o ato do empregado que represente a quebra da fidúcia existente entre as partes, o que afasta a possibilidade de supressão da parcela em razão da reestruturação administrativa(negritei e sublinhei).Óbices do art. 896, §7º, da CLT, da Súmula 333/TST. Recurso de revista não conhecido. 9TST - RR: 1019810201350600015, Relator: Hugo Carlos Scheurmann, Data de Julgamento: 04/10/2017, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT: 06/10/2017).
GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO PERCEBIDA POR MAIS DE 10 ANOS. SÚMULA 372 DO C. TST. SUPRESSÃO EM RAZÃO DE REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL. JUSTO MOTIVO NÃO CONFIGURADO.
A reestruturação organizacional não configura "justo motivo" para afastar a incorporação da gratificação percebida, porquantoo "justo motivo" mencionado na Súmula 372 do C. TST relaciona-se com o comportamento do empregado capaz de romper a confiança depositada nele pelo empregador. Isto porque a reestruturação organizacional atende exclusivamente aos interesses do empregador, não cabendo ao empregado suportar, sob a forma de redução salarial, os ricos do empreendimento. (TRT-1- RO: 01012584220175010022 RJ, Relator: ANA MARIA SOARES DE MOARES, Data de Julgamento: 22/01/2019).
Neste caso, infere-se que a conduta da ré excedeu os limites dojus variandi, pois praticada sem fundamento jurídico válido.
Desse modo, considerando o momento processual mais adequado para tanto, onde configurada a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano, nos termos do art. 300 do NCPC, defiro o pedido de tutela de urgência para determinar que a reclamada proceda à incorporação da gratificação de função, a partir do mês subsequente à ciência desta decisão, de acordo com os padrões aqui estabelecidos, a qual tem força de mandado de cumprimento,

cabendo multa de R$-1.000,00 por dia, até o limite de 30 dias, tudo a ser revertida em favor dos autores.

Em decorrência do reconhecimento do direito postulado, julgo procedente o pedido de pagamento das diferenças salariais vencidas no período de 03/2018 até a data da efetiva incorporação da gratificação, observados os cálculos do reclamante, tendo como parâmetro a gratificação antes percebida, considerando os reajustes salariais normativos e os decorrentes de norma interna da demandada, bem como os reflexos sobre 13º salários, férias mais 1/3 e depósitos de FGTS.

Indefiro o reflexo da gratificação de função em participação nos lucros e resultados, inexistindo nos autos prova de disposição em instrumento normativo assim dispondo. A PLR tem como fundamento o resultado financeiro da empresa e não integra o salário do empregado, conforme expressa disposição constitucional. As gratificações que porventura o reclamante venha a fazer jus não deverão ser compensadas com a incorporação ora deferida.

Nego provimento.

(...)" (destacou-se, págs. 420-434)

Com efeito, o Tribunal Regional, instância soberana na análise do conjunto fático-probatório dos autos, deixou consignado e concluiu que "Inexiste, nos autos, prova idônea do alegado "justo motivo" para a supressão da gratificação de função, tal como exige a jurisprudência uniformizada (Súmula nº 372, do C. TST), que bem interpreta a legislação, haja vista que as r. decisões proferidas na Ação Civil Pública nº 0000011-94.2010.5.08.0013, em que se determinou o enquadramento dos engenheiros, empregados do Banco demandado, em categoria diferenciada e não pertencente à categoria dos bancários, em nada conflitam com a eventual incorporação da gratificação de função exercida por mais de 10 anos, à luz do princípio da estabilidade financeira do trabalhador, assegurado pela jurisprudência sumulada, antes indicada" (pág. 431).

A jurisprudência dominante desta Corte, consubstanciada na Súmula nº 372, firma-se no sentido de que a percepção de gratificação de função por período superior a dez anos acarreta a incorporação da gratificação, tendo em vista o princípio da estabilidade financeira, ainda que o exercício das diferentes funções de confiança tenha ocorrido em períodos descontínuos.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 11.496/2007. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. PERCEPÇÃO POR MAIS DE DEZ ANOS. PERÍODOS DESCONTÍNUOS. INCORPORAÇÃO. SÚMULA 372 DO TST. Decisão embargada em harmonia com a jurisprudência desta Corte, firme no sentido de que a percepção de gratificação de função em períodos descontínuos que totalizam mais de dez anos não afasta a incorporação prevista na Súmula 372, I, do TST ("Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira"). Precedentes desta Subseção. Recurso de embargos conhecido e desprovido, no tema. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. PERCEPÇÃO POR MAIS DE DEZ ANOS. INCORPORAÇÃO. SÚMULA 372 DO TST. APLICAÇÃO AOS EMPREGADOS DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL ESPECÍFICA NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA 296/TST. Distintos os contextos em que fundados o paradigma trazido a cotejo e a decisão embargada, inviável a configuração de dissenso interna corporis, a teor da Súmula 296/TST. Recurso de embargos não conhecido, no tema". (E-RR-1114-64.2010.5.09.0028, Rel. Min. Hugo Carlos Scheuermann, SBDI-1, DEJT de 18/11/2016)

"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELA LEI 13.015/2014. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. INCORPORAÇÃO. PERÍODOS DESCONTÍNUOS. SÚMULA 372, I, DO TST. Controvérsia sobre o direito à incorporação da gratificação de função percebida por mais de dez anos pelo empregado, em períodos descontínuos. Com a edição da Súmula 372, I, deu-se evolução histórica construtiva da jurisprudência no sentido de tutelar o empregado da lesão causada pela destituição da função de confiança quando exercida por considerável período de tempo, daí a razão de desprezar-se a exigência de período contínuo. Assim, a interrupção no exercício da função gratificada, por si só, não tem o condão de impedir que períodos descontínuos sejam somados para que haja a sua incorporação quando verificado o exercício da gratificação de função por pelo menos dez anos. In casu, ainda que se argumente ter havido dois significativos intervalos de tempo sem recebimento de gratificação de função, sendo o primeiro de 6 anos e o segundo de 2 anos e 8 meses, nesse período contratual de 24 anos, o reclamante esteve inicialmente no exercício de função de confiança por 7 anos ininterruptos e, na sequência, foram mais dois períodos: um, de 1 ano e 6 meses, e depois outro, de mais 6 anos e 11 meses, totalizando mais de 15 anos de exercício de função de confiança. Em situação como a dos autos, na qual o trabalhador exerceu a função de confiança por longo período de tempo, ainda que descontínuo, o pagamento da gratificação de forma duradoura traduziu ajuste tácito de salário que acabou propiciando períodos de estabilidade econômica ao empregado, a partir da percepção mês a mês de um patamar remuneratório diferenciado ao que perceberia no exercício do cargo efetivo, razão pela qual deve ser mantida a procedência do pedido de incorporação da gratificação de função confiança. Recurso de embargos conhecido e desprovido". (E-ED-Ag-RR-1228-43.2013.5.10.0004, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, SBDI-1, DEJT de 21/10/2016)

"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELA LEI 11.496/2007. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. PERCEPÇÃO POR MAIS DE 10 ANOS INTERCALADOS. SÚMULA 372, I, DO TST. 1 - Imprópria a alegação de afronta a dispositivo da Constituição Federal, em decorrência da redação do art. 894, II, da CLT conferida pela Lei 11.496/2007. 2 - Não se verifica contrariedade à Súmula 372, I, do TST, por ser indiferente o fato de a gratificação de função ter sido exercida ou não de forma ininterrupta. Esta circunstância não se constitui elemento determinante à descaracterização da existência do equilíbrio financeiro alcançado pelo trabalhador no curso do contrato de trabalho. Precedente desta SBDI-1. 3 - Divergência jurisprudencial ora inespecífica, na forma da Súmula 296, I, do TST, ora inservível, ante o óbice da Súmula 337, III e IV, do TST. Recurso de embargos não conhecido". (E-ED-RR-35440-58.2003.5.24.0002, SBDI-1, Rel. Min. Delaíde Miranda Arantes, DJ de 24/2/2012)

"RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI N.º 11.496/2007. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. PERCEPÇÃO POR MAIS DE DEZ ANOS. INCORPORAÇÃO. 1. A colenda SBDI-I do TST firmou jurisprudência no sentido de que, "percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira" (Súmula n.º 372, I, do TST). 2. Do referido verbete se extrai, inequivocamente, a impossibilidade de suprimir as gratificações percebidas por longo período, com habitualidade, em homenagem ao princípio da estabilidade econômica. 3. Não estabelecida como condição obrigatória para a incorporação da gratificação a percepção contínua da referida parcela por dez anos,

afigura-se legítimo que o julgador, diante do quadro fático-probatório revelado nos autos, decida sobre a licitude da exclusão do benefício, à luz do princípio da estabilidade financeira. 4. Verifica-se, no presente caso, que o reclamante, entre os anos de 1989 e 2003, percebeu gratificação de função por período equivalente a quase 12 anos, visto que, nos períodos de março a julho de 1991 e janeiro de 1997 a novembro de 1998, não recebeu a referida parcela. 5. Conclui-se, do exposto, consoante o entendimento consagrado no item I da Súmula n.º 372 do TST, que o reclamante tem jus à incorporação da gratificação de função, afigurando-se irrelevante, para tal fim, o fato de o obreiro ter exercido, ao longo do período informado, cargos de confiança diversos. Precedente da SBDI-I. 6. Recurso de embargos conhecido e provido. (...)" (E-RR-124740-57.2003.5.01.0071, Rel. Min. Lelio Bentes Corrêa, SBDI-1, DJ de 18/5/2012)

"RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 11.496/2007. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA POR PERÍODO SUPERIOR A 10 ANOS. ALCANCE DA SÚMULA N.º 372, I, DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO EM FACE DA EXISTÊNCIA DE PERÍODOS DESCONTÍNUOS. O fato de haver interrupção do exercício do cargo de confiança ou função gratificada, por si só, não enseja contrariedade à Súmula n.º 372 deste Tribunal Superior. Tal ilação decorre tanto da perspectiva histórica da diretriz jurisprudencial em apreço, que culminou na supressão do termo -ininterruptos-; quanto pelo fato de tal circunstância não se constituir, necessariamente, em elemento determinante à descaracterização da existência do equilíbrio financeiro do obreiro, aspecto que envolve o princípio norteador do referido verbete sumular. Embargos conhecidos e providos". (E-ED-RR-74400-66.2007.5.03.0022, SBDI-1, Rel. Min. Maria de Assis Calsing, DJ de 19/11/2010)

"GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. PERCEPÇÃO POR MAIS DE DEZ ANOS EM PERÍODOS DESCONTÍNUOS. ESTABILIDADE FINANCEIRA. DIREITO À INCORPORAÇÃO. EXERCÍCIO DE CARGOS DE GERÊNCIA DIVERSOS, COM GRATIFICAÇÕES DISTINTAS. INCORPORAÇÃO PELA MÉDIA DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS. (PRECEDENTE DA SbDI-1). No caso, é incontroverso que a reclamante exerceu diversos cargos de gerência, remunerados com gratificações distintas, por mais de dez anos ininterruptos. A Súmula nº 372, item I, do TST é expressa ao consignar que a gratificação de função percebida por mais de dez anos não poderá ser retirada do trabalhador, em face do princípio da estabilidade financeira. O direito à continuidade do recebimento da gratificação de função, mesmo tendo o empregado sido revertido ao cargo efetivo, não encontra nenhuma limitação nem está condicionado ao preenchimento de algum outro requisito, a não ser o exercício da função por dez ou mais anos. Cumpre esclarecer que o exercício de diferentes cargos de confiança não constitui óbice à incorporação da gratificação de função, conforme já decidiu esta Corte. Além disso, destaca-se que, nas hipóteses como a dos autos, em que a reclamante exerceu diversos cargos de confiança, a incorporação dar-se-á pela média dos valores recebidos nos últimos dez anos. Precedentes. Agravo de instrumento desprovido" (AIRR - 11832-91.2013.5.11.0018, Data de Julgamento: 9/12/2015, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 18/12/2015).

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA DIVERSAS POR MAIS DE DEZ ANOS - PERÍODOS DESCONTÍNUOS - INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 372, I, DO TST. Conforme entendimento reiteradamente expresso nos julgados atuais desta Corte, a gratificação de função incorpora-se ao salário do empregado se for paga por tempo igual ou superior a dez anos, não podendo ser suprimida sem justo motivo. A Súmula nº 372, I, do TST não exige que o empregado perceba a mesma gratificação de função e que seja de forma ininterrupta, bastando, portanto, que a efetiva percepção totalize dez anos ou mais. Dessa forma, no caso dos autos, o exercício de diversas funções de confiança por mais de dez anos, ainda que em períodos descontínuos, confere ao empregado o direito à manutenção do pagamento da gratificação de função suprimida. Precedentes. Agravo desprovido". (Ag-AIRR-189000-24.2012.5.16.0003, 7ª Turma, Rel. Min. Vieira de Mello Filho, DEJT de 9/10/2015)

"RECURSO DE REVISTA - INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA DIVERSAS POR MAIS DE DEZ ANOS - PERÍODOS DESCONTÍNUOS - INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 372 DO TST. A Corte regional afastou a aplicação da orientação contida na Súmula nº 372 do TST, por entender que o empregado somente tem direito à incorporação da gratificação de função de confiança se tiver recebido por dez anos ou mais a mesma gratificação e de forma ininterrupta, o que não ocorreu no caso dos autos. Sucede que, conforme entendimento reiteradamente expresso nos julgados atuais desta Corte, a gratificação de função incorpora-se ao salário do empregado se for paga por tempo igual ou superior a dez anos, não podendo ser suprimida sem justo motivo. A Súmula nº 372, I, do TST não exige que o empregado perceba a mesma gratificação de função e que seja de forma ininterrupta, bastando, portanto, que a efetiva percepção totalize dez anos ou mais. Dessa forma, no caso dos autos, o exercício de diversas funções de confiança por mais de dez anos, ainda que em períodos descontínuos, mas sem grandes interrupções, confere ao empregado o direito à manutenção do pagamento da gratificação de função suprimida, todavia, pela média atualizada das gratificações percebidas durante o contrato de trabalho. Recurso de revista conhecido e provido". (RR-111-45.2012.5.10.0006, 7ª Turma, Rel. Min. Vieira de Mello Filho, DJ de 13/9/2013)

"RECURSO DE REVISTA EM FACE DE DECISÃO PUBLICADA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. EMPREGADO PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO PERCEBIDA POR MAIS DE DEZ ANOS. EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DIVERSAS. INCORPORAÇÃO PELA MÉDIA. O princípio da estabilidade econômica, oriundo do Direito Administrativo, representa a possibilidade de manutenção dos ganhos do empregado, quando convive, durante longo período, fixado pela jurisprudência em dez anos, com determinado padrão remuneratório e representa exceção à regra geral de retorno ao cargo efetivo, consubstanciada no art. 468, parágrafo único, da CLT. Busca-se adequar a regra legal à realidade dos fatos, que gera situação de gastos compatíveis com os seus ganhos e passa a conviver num nível mais elevado de necessidades, não sendo razoável que dele ficasse privado, sem nenhuma compensação, por um ato de gestão empresarial. Tal entendimento se aplica, inclusive, quando o empregador é integrante da Administração Pública (direta ou indireta), pois também deve seguir integralmente a legislação trabalhista, quanto à proteção dos servidores celetistas. Cumpre salientar, ainda, que para a incorporação da gratificação de função, não se exige o percebimento da mesma função durante todo o período ou que os dez anos sejam exercidos de forma ininterrupta. Contudo, o exercício de diversas funções de confiança por mais de dez anos confere à autora o direito à manutenção do pagamento da gratificação de função suprimida, pela média atualizada das gratificações percebidas, o que não foi observado pela decisão

regional. Recurso de revista de que conhece e a que se dá parcial provimento." (RR-1355-02.2011.5.05.0194, 7ª Turma, Rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT de 22/4/2016)
Citam-se, ainda, no mesmo sentido, os seguintes precedentes desta Corte: Ag-AIRR - 1001062-06.2019.5.02.0004, Relator Ministro: Breno Medeiros, Data de Julgamento: 16/06/2021, 5° Turma, Data de Publicação: DEJT 18/06/2021; Ag-AIRR - 2462-81.2019.5.10.0802, Relator Ministro: Douglas Alencar, Data de Julgamento: 16/06/2021, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 18/06/2021; AIRR - 100013-34.2017.5.01.0074, Relator Ministro: João Pedro Silvestrin, Data de Julgamento: 09/06/2021, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 11/06/2021.
Nesse contexto, diante da afirmação do Tribunal Regional, de que o reclamante exerceu por mais de dez anos funções gratificadas na reclamada, faz jus à incorporação proporcional da gratificação de função na sua remuneração, em observância ao princípio da estabilidade financeira, nos termos do entendimento contido no item I da Súmula nº 372 desta Corte c/c o disposto no artigo 468 da CLT.
Assim, estando a decisão recorrida em harmonia com a jurisprudência desta Corte, não há falar em violação dos artigos 5º, inciso II, da Constituição Federal e 468 da CLT.
Por fim, acresça-se que a invocação genérica de violação do artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, em regra e como ocorre neste caso, não é suficiente para autorizar o conhecimento deste recurso com base na previsão da alínea "c" do artigo 896 da CLT, visto que, para sua constatação, seria necessário concluir, previamente, ter ocorrido ofensa a preceito infraconstitucional.
Diante do exposto, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, "b", do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000627-72.2019.5.02.0023

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	AURORA IVANI DA SILVA
Advogado	Dr. Samuel Solomca Júnior(OAB: 70756-A/SP)
Agravado	VOLTAGGIO DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA EIRELI - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- AURORA IVANI DA SILVA
- VOLTAGGIO DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA EIRELI - ME

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO III, DA CLT. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ANALÍTICA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamante contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: VÍNCULO DE EMPREGO e RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA - SUCESSÃO DE EMPREGADORES.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos por ela indicados, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso III, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
(...)
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte." (destacou-se)
Na hipótese, a exigência processual contida no referido dispositivo não foi satisfeita.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000546-15.2020.5.02.0080

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	POWER - SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI
Advogada	Dra. Paula Marcilio Tonani de Carvalho(OAB: 130295/SP)
Agravado	LAERCIO DE OLIVEIRA SOARES FILHO
Advogado	Dr. Walter José Spirek Júnior(OAB: 180635-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LAERCIO DE OLIVEIRA SOARES FILHO
- POWER - SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. TEMAS INDICADOS NA ÍNTEGRA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: HORAS EXTRAS, INTERVALO INTRAJORNADA, ADICIONAL NOTURNO, AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO, VALE TRANSPORTE, CORREÇÃO MONETÁRIA e ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte, em vez de indicar os respectivos trechos da decisão recorrida em que se encontram prequestionadas as matérias objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º -A, inciso I, da CLT, transcreveu a íntegra dos temas analisados no acórdão, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso. Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/06/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/08/2018; AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.
Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000461-40.2017.5.02.0466

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	ANTONIO BORGES GONCALVES
Advogado	Dr. Fábio Barros dos Santos(OAB: 296151-D/SP)
Agravado	ICL BRASIL LTDA
Advogada	Dra. Fernanda de Miranda Santos Cézar de Abreu(OAB: 275468-A/SP)
Advogado	Dr. Tamara dos Santos Chagas(OAB: 362572-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- ANTONIO BORGES GONCALVES
- ICL BRASIL LTDA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. TEMAS INDICADOS NA ÍNTEGRA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS e INDENIZAÇÃO POR DANOS ESTÉTICOS.
Foram apresentadas contraminuta às págs. 1.357-1.361 e contrarrazões às págs. 1.354-1.356.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte, em vez de indicar os respectivos trechos da decisão recorrida em que se encontram prequestionadas as matérias objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º -A, inciso I, da CLT, transcreveu a íntegra dos temas analisados no acórdão, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT,

acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:

"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)

Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso. Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/06/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/08/2018; AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.

De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.

Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.

Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.

Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.

Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011770-28.2019.5.15.0051

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICÍPIO DE PIRACICABA
Procuradora	Dra. Daniele Geleilete Camolesi
Agravado	CLAUDIA PIZZINATTO
Advogado	Dr. Roberto da Silva Ferreira(OAB: 286335-A/SP)
Advogado	Dr. Mauricio Boscariol Guardia(OAB: 160753-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIA PIZZINATTO
- MUNICÍPIO DE PIRACICABA

FÉRIAS - FRUIÇÃO NA ÉPOCA PRÓPRIA - PAGAMENTO RESPECTIVO EM ATRASO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado, às págs. 190-206, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 181-183, quanto ao tema FÉRIAS - FRUIÇÃO NA ÉPOCA PRÓPRIA - PAGAMENTO RESPECTIVO EM ATRASO.

Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.

O Ministério Público do Trabalho opinou pelo prosseguimento do feito.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamado:

"(...)

Férias / Indenização / Dobra / Terço Constitucional.

ATRASO DA QUITAÇÃO

Quanto ao acolhimento da determinação de pagamento da dobra das férias não remuneradas em época própria, o v. acórdão, além de ter se fundamentado nas provas, decidiu em conformidade com a Súmula 450 do C. TST.

Some-se a isso o teor da Súmula 52 do TRT da 15ª Região, a respeito da matéria tratada no recurso interposto:

"FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. REMUNERAÇÃO FORA DO PRAZO PREVISTO NO ART. 145 DA CLT. DOBRA DEVIDA. ART. 137 DA CLT E SÚMULA 450 DO C. TST. É devido o pagamento da dobra da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT e Súmula 450 do C. TST, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 003/2016, de 17 de março de 2016)

Assim, inviável o recurso pelo teor do art. 896, § 7º, da CLT e das Súmulas 126 e 333 do C. TST.

Insta ressaltar que o ente público ao contratar pelo regime celetista despe-se do "jus imperii" equiparando-se ao empregador privado (Orientação Jurisprudencial 238 da SBDI-1 do C.TST - parte final). Além disso, oportuno destacar que por força do artigo 8º, "caput", da CLT, na falta de disposições contratuais ou legais, conforme o caso, a Justiça do Trabalho poderá decidir pela jurisprudência (no caso, a Súmula 450 do C. TST), restando, portanto, insubsistente a alegada

violação ao dispositivo legal (art. 8º, §2º, da CLT) apontado.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Correção Monetária.
FÉRIAS - BASE DE CÁLCULO
APLICAÇÃO DA SÚMULA 7
No que se refere aos temas em destaque, inviável o recurso, pois a parte recorrente não indica trechos do acórdão recorrido que prequestionam a controvérsia objeto do recurso, assim deixando de atender aos requisitos exigidos pelo art. 896, § 1º, I, da CLT.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.
(...)" (págs. 181-183).
Na minuta de agravo de instrumento, o reclamado insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, contestando a condenação que lhe foi imposta, relativa ao pagamento da dobra de férias.
Sustenta que, "considerando que o pedido inicial e recentes decisões proferidas por este Juízo se amparam no entendimento da Súmula 450 do TST e, considerando ainda, que o STF detém agora, a análise da legalidade de sua aplicação, o Município entende que o processo deve ser suspendo, até O final julgamento daquela ação" (pág. 193).
Alega que "o C. Tribunal Superior do Trabalho firmou entendimento, no sentido de que as reclamatórias movidas por funcionários contratados pela administração municipal, ainda que pelo regime celetista, são de competência da Justiça Estadual" (pág. 194); e que, "em atenção ao decidido pelos Tribunais Superiores, requer seja declarada a incompetência da Justiça do Trabalho, remetendo-se os autos à Justiça Comum" (pág. 205).
Afirma que, "em atenção ao decidido pelos Tribunais Superiores, requer seja declarada a incompetência da Justiça do Trabalho, remetendo-se os autos à Justiça Comum"; e que, "mesmo nos meses de férias, o Município permanecia com a prática, antecipando o pagamento do terço constitucional. sempre no mês anterior ao do gozo do benefício. o que foi confirmado pela Reclamante em sua inicial" (pág. 205).
Aduz que, "tratando se de funcionário público, não há como se afastar dos Princípios Constitucionais que regem a Administração, em especial, o Princípio da legalidade" (pág. 206).
Defende que "o direito pleiteado (pagamento em dobro) não tem previsão legal, não servindo com fundamento a Súmula 450 do TST, eis que desprovida de forca de lei" (pág. 206).
Argumenta que, "considerando a divergência jurisprudencial e, ainda verificando que não houve nenhum prejuízo à Reclamante, que o terço de férias foi pago no mês anterior a fruição do benefício e que o aviso e gozo de férias ocorreu dentro do prazo legal, improcede integralmente o pedido" (pág. 215).
Conclui que, "caso este E. Tribunal entenda por não excluir todas as dobras de férias, o que se admite apenas para argumentar, requer seja a condenação limitada as férias gozadas e recebidas até Novembro/2017, quando então passou a vigorar o novo % 2º do Artigo 89 da CLT" (pág. 216).
Aponta violação dos artigos 8º , § 2º, e 145 da CLT e 37, inciso X, da Constituição Federal, desrespeito à ADPF nº 501 do STF e contrariedade à Súmula nº 450 do TST e apresenta arestos para o confronto de teses.
Sem razão.
O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto às férias:
"(...)
3. DO PRAZO PARA PAGAMENTO DAS FÉRIAS - ARTIGO 145 DA CLT
Insurge-se a reclamante contra a r. sentença que deixou de condenar o município reclamado ao pagamento da dobra das férias, por considerar os atrasos como mera infração administrativa.
Sustenta, em síntese, que restou comprovado nos autos que o recorrido não paga as férias no prazo estabelecido pela CLT, uma vez que somente antecipa o terço constitucional.
Requer a reforma da r. decisão de origem para que o Município seja condenado ao pagamento da dobra das férias, na forma preceituada na Súmula 450, do C. TST, dos períodos aquisitivos pleiteados na petição inicial.
Pois bem.
Com efeito, o artigo 145 da Consolidação das Leis do Trabalho assim dispõe:
Art. 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.
Parágrafo único - O empregado dará quitação do pagamento, com indicação do início e do termo das férias.

Por sua vez, assim preceitua a Súmula 450 do C. TST:

"SUM-450 - FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO. DOBRA DEVIDA. ARTS. 137 E 145 DA CLT. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 386 da SBDI-1) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014. É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal. " (Grifei)

E, ainda, a abalizada jurisprudência uniformizada deste E. Tribunal Regional do Trabalho, consubstanciada em sua Súmula 52, em perfeita consonância com o atual e iterativo entendimento pacificado pelo C. TST, preceitua que:

"52 - "FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. REMUNERAÇÃO FORA DO PRAZO PREVISTO NO ART. 145 DA CLT. DOBRA DEVIDA. ART. 137 DA CLT E SÚMULA 450 DO C. TST. É devido o pagamento da dobra da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT e Súmula 450 do C. TST, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 003/2016, de 17 de março de 2016)" (Grifei)

Destarte, não se olvida que a Administração Pública está autorizada a admitir servidores pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Todavia, esta deve se submeter integralmente, em igualdade de condições com o empregador comum.
Assim, ao admitir servidores pelo regime celetista, a Administração Pública, direta ou indireta, despe-se de seus poderes de império, ficando sujeita à legislação trabalhista e a todas as normas asseguradas aos empregados urbanos, inclusive aquelas previstas na CF.
Ressalta-se, por relevante, que as Súmulas persuasivas traduzem as reiteradas, atuais e iterativas jurisprudências dos Tribunais Superiores, pacificando o entendimento a respeito de determinadas matérias.
Também, nem se alegue afronta à separação dos poderes e invasão de competência, pois, conforme exposto anteriormente, a aplicação da penalidade do artigo 137 ao caso vertente decorre de

interpretação jurídica da norma celetista, sob o prisma principiológico concernente ao direito do trabalho, em especial. E, como se sabe, a atividade do magistrado baseia-se na hermenêutica jurídica, visando à pacificação dos conflitos.
No caso dos autos, restou incontroverso que o pagamento da remuneração foi realizado em desacordo com o art. 145 da CLT, pois, como a própria reclamada aduziu em contestação, apenas o valor referente ao terço constitucional era quitado antecipadamente, ao passo que o pagamento das férias era realizado dentro do mês das férias no dia 15 ou no último dia do mês.
Nesse contexto, vale destacar que a concessão correta das férias pelo empregador não se satisfaz com a mera liberação do empregado do trabalho, pois a previsão de adiantamento da remuneração das férias prevista no art. 145 da CLT, bem como o pagamento do terço constitucional, destinam-se a viabilizar ao trabalhador condições financeiras para usufruir e custear atividades de lazer e descanso. O não pagamento das férias no prazo legal tolhe o trabalhador da condição financeira necessária para a completa fruição das férias.
Além disso, a multa administrativa prevista no art. 153 da CLT não se confunde com o pagamento em dobro previsto no art. 137 da CLT, que é revertido em favor do empregado.
Mesmo que se entenda de forma distinta, o certo é que não há justificativa para o descumprimento do prazo previsto no artigo 145 da CLT, porque se trata de preceito de ordem pública, cujo objetivo é garantir a fruição efetiva de descanso legal pelo trabalhador.
Assim, é devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal.
Destarte, dou provimento ao apelo da reclamante, pois entendo ser devido o pagamento da dobra das férias de forma simples, dos períodos aquisitivos de 2014/2015, 2015/2016, 2016/2017 e 2017/2018, conforme prescrição já declarada na origem, observados os parâmetros da Súmula nº 7 do C. TST.
Reforma-se, nos termos supra.
(...)" (destacou-se com sublinhado, negrito e itálico, págs. 113-116).
O artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal confere ao trabalhador o direito ao gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de um terço a mais que o valor do salário.
Também é direito do empregado perceber o pagamento da remuneração das férias até dois dias antes do início do respectivo período, nos termos do artigo 145 da CLT, in verbis:
"Art. 145. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período."
O artigo 137 da CLT, por sua vez, preconiza que o gozo do período das férias, após o término do período concessivo, acarreta a obrigação do pagamento em dobro da remuneração devida.
Disso resulta a conclusão de que, tanto no caso da concessão do próprio período de férias em atraso, quanto na hipótese do gozo de esse benefício ter se dado no prazo, mas com o pagamento em atraso do valor correspondente (até mesmo após o usufruto das férias), é devido o pagamento em dobro da parcela, com o respectivo adicional de 1/3, que deve ser calculado sobre o valor total das férias, inclusive sobre a dobra.
Desse modo, cabe ao empregador, ao conceder o gozo das férias ao seu empregado, observar o disposto no artigo 145 da CLT, que preconiza que o pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, do abono citado no artigo 143, seja efetuado até dois dias antes do início do respectivo período, sob pena de pagá-las em dobro, conforme previsto no artigo 137 do mesmo diploma da CLT.
A justificativa da previsão legal do pagamento da remuneração do período de férias em prazo anterior ao gozo destas é propiciar ao empregado condições financeiras de desfrutar as férias, que possuem caráter de higiene e segurança do trabalho.
E, pelo fato de ser tão importante que o empregado usufrua as férias, fica o empregador submetido às obrigações de permitir o período de descanso e de pagar a importância relativa às férias no prazo prescrito em lei, sob pena de, assim não o fazendo, desobedecer ao artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal e, ainda aos artigos 137 e 145 da CLT, este, que prevê como consequência grave, o pagamento em dobro da parcela.
Assim, férias desfrutadas na época própria, porém pagas fora do prazo previsto no artigo 145 da CLT, também ensejam a condenação do empregador ao pagamento do período em dobro, por aplicação analógica do artigo 137 da CLT, pois significa, por via transversa, que o empregador inviabilizou o gozo das férias, infringindo o mesmo valor que o legislador pretendeu preservar.
Nesse sentido, a Súmula nº 450 desta Corte, que resultou da conversão da Orientação Jurisprudencial nº 386 da SbDI-1 do TST:
"FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO. DOBRA DEVIDA. ARTS. 137 E 145 DA CLT. (DEJT divulgado em 09, 10 e 11.06.2010)
É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal."
Observa-se, pois, que a decisão regional foi proferida em consonância com o teor dessa Súmula.
Assim, estando o acórdão recorrido em consonância com a atual, iterativa e notória jurisprudência desta Corte superior, consubstanciada na Súmula nº 450 do TST, o processamento do recurso de revista encontra óbice na Súmula nº 333 do TST, não havendo falar em afronta aos artigos 8º , § 2º, e 145 da CLT e 37, inciso X, da Constituição Federal.
Cabe registrar que a edição da Súmula nº 450 desta Corte não implicou em criação de obrigação não prevista em lei nem, consequentemente, em ofensa ao disposto no artigo 8º, § 2º, da CLT, mas, tão somente, em explicitação de entendimento consolidado acerca de exigência legal oriunda dos dispositivos pertinentes à matéria, construído a partir da interpretação desses dispositivos.
Não há falar em possibilidade de processamento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, nos termos do artigo 896, § 7º, da CLT.
Registra-se que as súmulas desta Corte são fruto de iterativa jurisprudência daquelas Cortes, materializada por meio do exame de situações pretéritas e semelhantes emanadas da legislação infraconstitucional federal, segundo a missão constitucional de que este Tribunal está investido, de interpretá-la sistematicamente.
Nesse contexto, oportuno assentar a aplicabilidade e juridicidade da Súmula nº 450 do TST ao caso concreto.
A alegação de desrespeito à ADPF nº 501 do STF não enseja o processamento do recurso de revista, nos termos do art. 896 da CLT.
Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento nos artigos 932, inciso IV, alínea "a", do CPC/2015 e 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000458-73.2020.5.08.0129

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante e Agravado	POLIPEÇAS DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA LTDA.
Advogado	Dr. Patricio Dutra Dantas Ferreira(OAB: 23931-A/GO)
Agravante e Agravado	MOTO FOR COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE AUTOMOTORES LTDA.
Advogada	Dra. Denise Alves de Miranda Bento(OAB: 21789-A/GO)
Advogada	Dra. Patrícia Miranda Centeno Amaral(OAB: 24190-A/GO)
Agravado	NIVALDO ROSA DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Raimundo Nonato Gonçalves(OAB: 13505-A/PA)
Advogado	Dr. Romoaldo Jose Oliveira da Silva(OAB: 224044-A/SP)
Agravado	MOTO NOVA LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- MOTO FOR COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE AUTOMOTORES LTDA.
- MOTO NOVA LTDA
- NIVALDO ROSA DE OLIVEIRA
- POLIPEÇAS DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA LTDA.

Trata-se de agravos de instrumento interpostos contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretendem as partes recorrentes o destrancamento e regular processamento de seus apelos. Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Interpostos recursos de revista contra acórdão regional proferido no julgamento de agravo de instrumento em agravo de petição.
Contudo, manifestamente incabível o apelo, à míngua de previsão legal, conforme dispõe o art. 896 da CLT. Nesse sentido, o entendimento cristalizado na Súmula 218 desta Corte:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento."

O devido processo legal e a ampla defesa devem ser exercidos segundo o ordenamento jurídico vigente, observadas as estritas hipóteses de cabimento de cada modalidade recursal.
Assim, ausente pressuposto de admissibilidade, nego provimento aos agravos de instrumento (art. 932 do CPC).
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000454-09.2020.5.12.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	GOCIL SERVIÇOS GERAIS LTDA.
Advogado	Dr. Thiago Koltun Ajuz(OAB: 50817-A/PR)
Advogado	Dr. Lucyanna Joppert Lima Lopes(OAB: 82387-A/RS)
Agravado	JADER ROBERTO QUADROS
Advogado	Dr. Francisco José Dias(OAB: 5338-A/SC)
Advogado	Dr. Luiz Alberto Stumpf(OAB: 25072-A/SC)
Advogado	Dr. Francine Bastos Dias(OAB: 44998-A/SC)
Advogado	Dr. Rafael Dias Inacio(OAB: 45014-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- GOCIL SERVIÇOS GERAIS LTDA.
- JADER ROBERTO QUADROS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - RITO SUMARÍSSIMO

RECURSO DE REVISTA DESFUNDAMENTADO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DAS HIPÓTESES DISPOSTAS NO ARTIGO 896, § 9º, DA CLT E NA SÚMULA Nº 442 DO TST

DESERÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, às págs. 295-305, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 290 e 291, quanto ao tema DESERÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada:
"(...)
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Preparo / Deserção.
A análise do recurso quanto ao tema mostra-se, de plano, prejudicada, tendo em vista que a parte transcreveu o inteiro teor do capítulo do acórdão recorrido sem destacar o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, não atendendo, portanto, ao comando previsto no item I do § 1º-A do art. 896 da CLT.
Destaco, ainda, que a fundamentaçãotranscrita e destacadapela parte recorrente às fls.260/261 dos autos não guarda consonância com o teor do acórdão recorrido.
CONCLUSÃO
DENEGOseguimento aorecurso de revista.
(...)" (págs. 290 e 291).
Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foi demonstrado o preenchimento dos requisitos dispostos no artigo 896 da CLT.
Destaca-se, de plano, no entanto, que se trata de demanda sujeita ao rito sumaríssimo, cuja admissibilidade do recurso de revista está restrita à hipótese de violação literal e direta da Constituição da República ou contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, nos termos

do artigo 896, § 9º, da CLT.
Na hipótese dos autos, verifica-se que o recurso de revista não está fundamentado nas hipóteses dispostas no dispositivo mencionado, de forma que a medida processual revela-se desfundamentada, por falta de enquadramento no permissivo legal.
Dispõe, ainda, a Súmula nº 442 do TST, in verbis:
"Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação diretaa dispositivoda Constituição Federal ou contrariedade a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, não se admitindo o recurso por contrariedade a Orientação Jurisprudencial deste Tribunal (Livro II, Título II, Capítulo III, do RITST), ante a ausência de previsão no art. 896, § 6º, da CLT"
Estando o apelo desfundamentado, à luz da Súmula nº 442 do TST e do artigo 896, § 9º, da CLT, não alcança conhecimento.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010646-84.2020.5.15.0015

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICÍPIO DE FRANCA
Procuradora	Dra. Geisla Fábia Pinto
Agravado	MARCIA ALVES PIMENTEL
Advogado	Dr. Guilherme Gustavo Alves Soares(OAB: 322936-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCIA ALVES PIMENTEL
- MUNICÍPIO DE FRANCA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado, às págs. 216-223, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 210 e 211, quanto ao tema HORAS EXTRAS DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DO INTERVALO INTRAJORNADA.
Foram apresentadas contraminuta às págs. 230 e 231 e contrarrazões às págs. 232-234.
O Ministério Público do Trabalho manifestou-se no sentido de não entrever o interesse público inserto no inciso II do artigo 83 da Lei Complementar n° 75, de 20 de maio de 1993.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamado:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso.
Nos termos da Portaria GP-CR nº 005/2020, não houve expediente no TRT da 15ª Região no dia 09/07/2021. Assim, o vencimento do prazo ocorreu em 14/07/2021.
Regular a representação processual (nos termos daSúmula 436, item I/TST).
Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Horas Extras.
Quanto ao acolhimento das extras, o v. acórdão, além de ter se fundamentado nas provas, decidiu em conformidade com a Súmula118 do C. TST. Assim, inviável o recurso pelo teor do art. 896, § 7º, da CLT e das Súmulas 126 e 333 do C. TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista." (págs. 210 e 211).
Na minuta de agravo de instrumento, o reclamado insiste na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos todos os requisitos para admissibilidade de seu recurso de revista.
Aduz que "Segundo o posicionamento do TST, não se pode computar como horas extras o intervalo previsto no art. 71 da CLT se o empregado não supera a 8ª diária e possui a intrajornada elastecida, ainda que sem acordo coletivo ou individual" (págs. 219 e 220).
Nesse sentido, sustenta que a reclamante não prestava labor extraordinário.
Indica violação do artigo 71 da CLT e apresenta aresto para o confronto de teses.
Sem razão.
O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto às horas extras decorrentes do descumprimento do intervalo intrajornada, nos seguintes termos:
"(...)
Diz o recorrente que a r. sentença comporta reforma, uma vez que a fruição superior a duas horas do intervalo intrajornada era excepcional, não havendo que se falar em habitualidade.
Razão não assiste ao recorrente, uma vez que, conforme o fundamentado na r. sentença de origem; o demonstrado, por amostragem, pela recorrida na réplica e nas contrarrazões e as anotações constantes dos cartões de ponto juntados aos autos, a fruição do intervalo intrajornada em tempo superior a duas horas não era esporádica e sim habitual, pelo que, não há que se falar na reforma do julgado, que de forma acertada, obedecendo aos comandos legais vigente (art. 71 da CLT e Súmula 118 do C. TST), deferiu à recorrida o pagamento do intervalo intrajornada superior a duas horas como extra e seus reflexos.
Apelo desprovido.
(...)" (destacou-se, pág. 182).
O Tribunal Regional consignou, expressamente, que "o demonstrado, por amostragem, pela recorrida na réplica e nas contrarrazões e as anotações constantes dos cartões de ponto juntados aos autos, a fruição do intervalo intrajornada em tempo superior a duas horas não era esporádica e sim habitual, pelo que, não há que se falar na reforma do julgado, que de forma acertada, obedecendo aos comandos legais vigente (art. 71 da CLT e Súmula 118 do C. TST), deferiu à recorrida o pagamento do intervalo intrajornada superior a duas horas como extra e seus reflexos" (pág. 182).
Estabelece o caput do art. 71 da CLT:
"Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas."
O referido dispositivo da CLT, ao tratar do intervalo mínimo e máximo para descanso, admitiu a possibilidade do seu elastecimento em acordo escrito ou convenção coletiva. Dessa maneira, é possível a dilação do horário de intervalo pactuado em convenção coletiva.

Na hipótese dos autos, é incontroversa a inexistência de convenção coletiva estabelecendo intervalo intrajornada com duração superior a duas horas.

Ademais, verifica-se que, no caso, o recurso de revista efetivamente não reúne condições para ensejar seu conhecimento, visto que as alegações da parte divergem do quadro fático descrito no acórdão regional.

Com efeito, na hipótese dos autos, o Regional, instância soberana na apreciação do conjunto fático-probatório, foi contundente ao afirmar que a fruição do intervalo intrajornada era superior a 2 (duas) horas e de forma habitual, de modo que é devido o pagamento de horas extras.

Acresça-se que a reforma da decisão regional exigiria a revisão do contexto fático-probatório da demanda, procedimento vedado nesta instância recursal extraordinário, nos termos da Súmula nº 126 do TST.

Assim, não há falar em violação do artigo 71 da CLT, vez que o processamento do recurso de revista encontra óbice na Súmula nº 126 do TST, que assim dispõe:

"Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, "b", da CLT) para reexame de fatos e provas.".

A alegada divergência jurisprudencial, por outro lado, também não ficou demonstrada, na medida em que o único aresto trazido para cotejo é inservível ao confronto de teses, porquanto oriundo de Turma desta Corte, órgão jurisdicional não contemplado no artigo 896, alínea "a", da CLT.

Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 896, § 14, da CLT.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0002103-22.2017.5.08.0103

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	SINTHOSP - SIND. DOS PROF. DE ENF., TEC. DUCHISTA, MASSAG, EMPREGADOS HOSP E CASA DE SAÚDE DO ESTADO DO PARÁ
Advogado	Dr. Davi Costa Lima(OAB: 12374-A/PA)
Agravado	HOSPITAL DAS CLINICAS DE ALTAMIRA LTDA - EPP
Advogada	Dra. Renata Oliveira Pires(OAB: 13568-B/PA)
Agravado	MAURO AUGUSTO RIOS BRITO ADVOCACIA E CONSULTORIA S/S - EPP
Advogado	Dr. Mauro Augusto Rios Brito(OAB: 8286-A/PA)
Agravado	CLAUDIO DO VALE ALVES
Agravado	SOCORRO DE FATIMA CHAVES POMPEU

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIO DO VALE ALVES
- HOSPITAL DAS CLINICAS DE ALTAMIRA LTDA - EPP
- MAURO AUGUSTO RIOS BRITO ADVOCACIA E CONSULTORIA S/S - EPP
- SINTHOSP - SIND. DOS PROF. DE ENF., TEC. DUCHISTA, MASSAG, EMPREGADOS HOSP E CASA DE SAÚDE DO ESTADO DO PARÁ
- SOCORRO DE FATIMA CHAVES POMPEU

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

1. EXECUÇÃO. RETENÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. TRANSCRIÇÃO INCOMPLETA DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE PREQUESTIONAMENTO DO DISPOSITIVO INDICADO. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT; e 2. EXECUÇÃO. RETENÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo executado contra o despacho do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: "EXECUÇÃO. RETENÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. TRANSCRIÇÃO INCOMPLETA DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE PREQUESTIONAMENTO DO DISPOSITIVO INDICADO. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT"; e "EXECUÇÃO. RETENÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL."

Na minuta de agravo de instrumento, às págs. 695-705, o sindicato reclamante sustenta, em síntese, que o despacho denegatório merece reforma, pois o apelo revisional preenche as condições de admissibilidade.

Contraminuta e contrarrazões pelo reclamado às págs. 711-713.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamante:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / PARTES E PROCURADORES / SUCUMBÊNCIA / HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso I do artigo 114; inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação do(s) artigo 653 do Código Civil; artigos 22 e 23 da Lei nº 8906/1994.
- Súmula 363 do STJ.

Recorre o sindicato reclamado irresignado com o Acórdão que rejeitou a preliminar de incompetência desta Justiça e determinou a retenção dos honorários advocatícios contratuais.

Aduz que pretende discutir a questão à luz dos diplomas legais que balizam o tema, conforme o art. 5º, LV, da Constituição Federal.

Afirma que não busca o revolvimento de fatos e provas, mas que se insurge contra a retenção de honorários.

Ressalta que suscitou, em contrarrazões, a incompetência material do juízo para processar e julgar o pedido, uma vez que em contrariedade aos artigos 653 do Código Civil e 114, I, da Constituição Federal, bem como à Súmula 363 do C. STJ. Alega, ainda, que a decisão recorrida afronta os artigos 22 e 23 da Lei 8.906/94, uma vez, ao contrário do entendimento do MM. Juízo, os honorários estão absolutamente suscetíveis de rateio.

Transcreve precedente do C. TST como reforço de tese.

Transcreve, com destaque, trecho da decisão recorrida.

"(...) Por conta disso, inclusive, não há que se falar na redução do percentual do valor a ser retido, como pretende o sindicato agravado, em contraminuta, mas de se fazer a retenção nos exames limites da pactuação provada nos autos, mormente quando não se afigura abusiva ou leonina.

Quanto ao pedido de integralidade dos honorários advocatícios sucumbenciais, entendo que a proporção estabelecida pelo juízo de origem foi correta, tendo sido observado os termos do art. 22, §3º, do Estatuto da OAB.

Por todo o exposto, dou parcial provimento ao presente agravo de petição para determinar que, por ocasião do pagamento do crédito, seja retido e pago ao agravante, a título de honorários advocatícios contratuais, o correspondente a 20% (vinte por cento) do valor da condenação a ser paga ao exequente, abatidas as custas.

Conclusão do recurso.

Ante o exposto, conheço do agravo de petição e da contraminuta, rejeitando a preliminar de incompetência material da Justiça do Trabalho para apreciar o mérito da causa arguida pelo sindicato agravado; no mérito, dou parcial provimento ao apelo para determinar que, por ocasião do pagamento do crédito, seja retido e pago ao agravante, a título de honorários advocatícios contratuais, o correspondente a 20% (vinte por cento) do valor a ser pago ao sindicato agravado, abatidas as custas....(grifo nosso)".

Examino.

Como se trata de recurso de revista em agravo de petição, cujo cabimento está restrito à hipótese de ofensa direta e literal à Constituição Federal, conforme estabelece o § 2º do artigo 896 da CLT e a Súmula nº 266 do TST, nego seguimento ao recurso quanto às alegações de afronta aos artigo 653 do Código Civil, artigos 22 e 23 da Lei 8.906/94, bem como à Súmula 363 do C. STJ.

Com relação à alegação de afronta aos dispositivos constitucionais epigrafados (art. 5, LV e 114, I), o recurso não atende ao requisito do inc. I do §1º-A do art. 896 da CLT, pois o trecho indicado não contém o prequestionamento da controvérsia.

Por essas razões, nego seguimento à revista.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista." (págs. 687-689)

Na minuta de agravo de instrumento, a reclamante insiste na admissibilidade do seu recurso de revista.

No que diz respeito ao tema da competência da justiça do trabalho, verifica-se de plano, no entanto, que, na hipótese, a parte transcreveu apenas parte incompleta dos fundamentos adotados pela Corte regional (págs. 669 e 670), de modo que não se demonstrou o prequestionamento do disposto no artigo 114, inciso I, da Constituição Federal, não preenchendo assim, o disposto nos incisos I e III do § 1º-A do artigo 896 da CLT, visto que impossibilita a indicação analítica de violação do dispositivo constitucional indicado.

Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou o texto do artigo 896 da CLT, acrescendo ao dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seus inciso I, determina novas exigências de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:

"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)

Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o trecho em questão, com vistas a revelar de forma clara e inequívoca a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional.

Isto porque a exigência processual em questão é direcionada às partes litigantes, de forma que o ônus acerca do cumprimento desse requisito recai sobre o recorrente, não cabendo ao julgador proceder ao exercício de averiguação subjetiva ou interpretativa acerca da satisfação desse pressuposto recursal.

Evidente, portanto o descumprimento do disposto no inciso III do § 1º-A do artigo 896 da CLT.

Neste mesmo sentido, destaco os seguintes precedentes desta Corte superior:

"(...). II - AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. DECISÃO RECORRIDA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. HORAS EXTRAS. COMPENSAÇÃO DE JORNADA. TRANSCRIÇÃO INCOMPLETA DA DECISÃO RECORRIDA. Com o advento da Lei 13.015/2014, o novel § lº-A do artigo 896 da CLT exige, em seu inciso I, como ônus da parte e sob pena de não conhecimento, a indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. No caso concreto, verifica-se que não foram apresentados todos os fundamentos fáticos e jurídicos relacionados à matéria, mormente em relação às normas coletivas aplicadas ao caso, limitando-se a agravante a transcrever tão-somente o trecho conclusivo da decisão, o que implica o não conhecimento do recurso, ante a falta de prequestionamento da controvérsia. Agravo conhecido e desprovido" (ED-Ag-AIRR-1141-29.2014.5.01.0481, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 07/05/2021).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. DIFERENÇA SALARIAL. REQUISITO DO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT - TRANSCRIÇÃO INCOMPLETA - INVIABILIDADE - TRANSCENDÊNCIA NÃO EXAMINADA . Em relação à matéria "diferença salarial", muito embora a parte tenha transcrito um pequeno trecho do acórdão regional, não transcreveu todos os trechos do acórdão regional que consubstanciam o prequestionamento da controvérsia. A transcrição realizada pela parte não representa todos os fundamentos trazidos pela decisão. Com efeito, a transcrição realizada pela parte não abrange aspectos essenciais à exata compreensão do quanto decidido pela Corte Regional, não tendo sido transcritos, especialmente, trecho no qual o acórdão regional discorre acerca do alcance da coisa julgada no que se refere às diferenças a serem apuradas entre verbas fixas. Nesse passo, ao não indicar os trechos da decisão recorrida em que se encontram analisadas as matérias objeto do recurso de revista, transcrevendo apenas uma fração do julgado, a parte agravante não logrou preencher o requisito previsto no inciso I do § 1º-A do artigo 896. Precedentes. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (...)" (AIRR-1001-83.2013.5.03.0057, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 26/03/2021).

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA Lei nº 13.015/2014. (...). AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO INCOMPLETA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO RELEVANTE AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. Deve ser confirmada a decisão monocrática, pois a transcrição do trecho do acórdão do TRT está incompleta, pois não consta a fundamentação relevante ao deslinde da controvérsia sobre disposição de norma coletiva. A parte que recorre deve reproduzir o trecho da decisão que lhe foi desfavorável, em que constem todos os motivos e

fundamentos/desdobramentos adotados pelo TRT, o que não foi observado, inviabilizando o cotejo analítico (item II da nova redação do art. 896 da CLT) e o exame da impugnação de todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida (item III da nova redação do art. 896 da CLT). Portanto, não atendido o requisito previsto no art. 896, § 1º-A, I, II e III, da CLT. Precedentes. Agravo interno a que se nega provimento. (...)" (Ag-AIRR-11522-58.2015.5.15.0130, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado João Pedro Silvestrin, DEJT 13/12/2019, grifou-se).

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMADA. ACÓRDÃO PUBLICADO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. (...). INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DOENÇA OCUPACIONAL. DOENÇA DEGENERATIVA. ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT . A transcrição do trecho do acórdão do TRT está incompleta, pois não consta a fundamentação acerca da concausa e o nexo causal entre a doença e as atividades do reclamante. A parte que recorre deve reproduzir o trecho da decisão que lhe foi desfavorável, em que constem todos os motivos e fundamentos/desdobramentos adotados pelo TRT, o que não foi observado, inviabilizando o cotejo analítico (item II da nova redação do art. 896 da CLT) e o exame da impugnação de todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida (item III da nova redação do art. 896 da CLT). Portanto, não atendido o requisito previsto no art. 896, § 1º-A, I, II e III, da CLT. Precedente da 5ª Turma. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (...)" (ARR-1930-17.2011.5.02.0445, 5ª Turma, Relator Ministro Emmanoel Pereira, DEJT 14/12/2018).

Destaca-se, desde logo, que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, tendo em vista que a interposição de recurso não é considerada ato urgente e que a parte tem prévio conhecimento acerca dos requisitos recursais exigidos em lei e, ademais, o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.

Quanto ao tema da retenção de honorários advocatícios contratuais, o sindicato reclamante sustenta que "o processo ainda não findou, e ainda serão praticados vários atos por parte do escritório de advocacia que assumiu o sindicato e seus processos" (pág. 703). Argumenta que "uma vez que o contrato celebrado entre o ex escritório e o sindicato não especifica qualquer proporcionalidade no caso de revogação dos poderes outorgados, ante a ausência de previsão contratual, requer seja aplicado o disposto no art. 22, §3º, da Lei nº 8.906/94, segundo o qual, um terço dos honorários é devido no início do serviço, outro terço até a decisão de primeira instância e o restante no final" (pág. 704).

Aponta violação do artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região assim se pronunciou acerca do tema:

"Mérito

Retenção de honorários advocatícios.

Conforme já se viu alhures, o sindicato agravado conferiu poderes de mandato (ID 95003ba) aos advogados integrantes do escritório de advocacia agravante, entre os quais figurava o próprio representante do referido escritório, Dr. Mauro Augusto Rios Brito, além de outros advogados.

Verifico, outrossim, que tais advogados atuaram efetivamente em favor do reclamante, assinando petições ou comparecendo a audiências em seu favor.

Entretanto, ao que parece, houve uma cisão do referido escritório e o Dr. Davi Costa Lima passou a integrar outro Escritório de advocacia de nome Pires, Lima e Pereira Advogados Associados.

Desta feita, o sindicato, em janeiro/2020, houve por bem revogar os poderes de mandato conferidos aos advogados integrantes do escritório agravante e os conferiu aos advogados do escritório Pires, Lima e Pereira Advogados Associados.

O fato é que o Dr. Mauro Augusto Rios Brito, anteriormente, assinou petições em favor do sindicato agravado, provando ter prestado serviços advocatícios em favor do exequente até a data da revogação dos poderes, revogação esta feita sem qualquer ressalva de honorários (ID 779f241).

Provada, então, a prestação de serviços advocatícios e o ajuste de pagamento dos honorários advocatícios respectivos, vale o que foi dito alhures sobre o artigo 22 , §4º, da Lei nº 8.906/1994 impor ao magistrado a retenção dos honorários contratados, a não ser que haja prova nos autos de que foram pagos, sendo que o exequente, ao se manifestar sobre a pretensão de retenção acima mencionada, não cogitou de já tê-los pago.

Não se descura que a parte pode revogar poderes de mandato e trocar o escritório de advocacia que a patrocina, mas tal decisão não pode passar pelo desrespeito ao pactuado com o advogado desconstituído que faz jus a receber pela remuneração dos serviços que já tiver prestado, nos exatos termos avençados.

Por conta disso, inclusive, não há que se falar na redução do percentual do valor a ser retido, como pretende o sindicato agravado, em contraminuta, mas de se fazer a retenção nos exames limites da pactuação provada nos autos, mormente quando não se afigura abusiva ou leonina.

Quanto ao pedido de integralidade dos honorários advocatícios sucumbenciais, entendo que a proporção estabelecida pelo juízo de origem foi correta, tendo sido observado os termos do art. 22, §3º, do Estatuto da OAB.

Por todo o exposto, dou parcial provimento ao presente agravo de petição para determinar que, por ocasião do pagamento do crédito, seja retido e pago ao agravante, a título de honorários advocatícios contratuais, o correspondente a 20% (vinte por cento) do valor da condenação a ser paga ao exequente, abatidas as custas." (págs. 617 e 618, grifou-se)

Em resposta aos embargos de declaração interpostos pelo sindicato reclamante, a Corte regional assim se pronunciou:

"Mérito

Contradição.

Conforme já se viu retro, o sindicato embargante alega ter ocorrido contradição quanto ao decidido a respeito dos honorários sucumbenciais.

As razões de decidir turmárias evidenciam, entretanto, que, ao revés do alegado pelo embargante, a E. Turma Julgadora dirimiu a controvérsia de forma suficiente e congruente, sem qualquer contradição ou omissão sobre ponto relevante para o deslinde da controvérsia.

Com efeito, acerca dos honorários sucumbenciais, o julgado embargado entendeu que a proporção estabelecida pelo juízo de origem foi correta, tendo sido observado os termos do art. 22, §3º, do Estatuto da OAB, o que foi mantido por esta Egrégia Turma.

Situação diferente diz respeito aos honorários contratuais, devidos em razão de representação processual em ação trabalhista, tendo o julgado embargado concluído que, por ocasião do pagamento do crédito, seja retido e pago ao agravante, a título de honorários advocatícios contratuais, o correspondente a 20% (vinte por cento) do valor da condenação a ser paga ao exequente, abatidas as custas.

Como se vê, as razões invocadas pelo julgado são claras, congruentes entre si e esgotam a matéria referente à matéria em

apreço nos embargos.
Além disso, ao decidir a este respeito, a E. Turma julgadora fez uma adequada análise dos fatos demonstrados nos autos e das normas aplicáveis à espécie, de modo que, se chegou a conclusão diversa daquela pretendida pela embargante, não o fez impropriamente, mas a partir do legítimo exercício da prerrogativa legal do órgão jurisdicional de se persuadir racionalmente por tese jurídica diversa da pugnada pelas partes.
Resta evidente, então, que o embargante pretende, tão-somente, a reanálise das teses que esposou nos autos, quando o correto teria sido a interposição da via recursal própria, se assim fosse o caso.
Cumpre destacar, ainda, que a contradição que justifica a oposição de embargos é a intrínseca à decisão judicial e caracterizada pelo descompasso lógico entre as premissas que adotou e as conclusões a que chegou, situação que em nada diz respeito à situação aventada pela embargante que, quando muito, em tese, poderia configurar alguma impropriedade jurídica do julgado, hipótese que não autoriza o manejo de embargos de declaração, a teor do disposto nos artigos 897-A da CLT e 1.022 do CPC.
Rejeito os embargos, portanto, já que não caracterizada a contradição nele alegada." (págs. 645 e 646)
Impende destacar, de início, que o presente feito se trata de processo tramitando em fase de execução. Assim, de acordo com o disposto no § 2º do artigo 896 da CLT e na Súmula nº 266 desta Corte, a admissibilidade do recurso de revista se sujeita apenas à hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal. Assim, desde logo se deixa de analisar as alegações de violação de preceito de lei.
O apelo não merece seguimento, tendo em vista não ser possível observar violação direta e literal do artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, na forma exigida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, na medida em que, com base nos fundamentos adotados pela Corte regional, bem como nas próprias alegações dos agravantes, a constatação de violação do dispositivo constitucional apontado demandaria a prévia análise de legislação infraconstitucional (artigo 22, §§ 3º e 4º da Lei nº 8.906/1994), assim, caso existente, a pretensa violação seria apenas reflexa e indireta, impedindo o seguimento do apelo.
Diante do exposto, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento nos artigos 896, § 1º-A, incisos I e III, e § 2º, da CLT e 255, inciso III, alienas "a" e "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000159-31.2021.5.02.0608

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	NELSON MOREIRA DA SILVA
Advogado	Dr. Mauro Wilson Alves da Cunha(OAB: 73528-A/SP)
Agravado	RAIA DROGASIL S.A.
Advogado	Dr. Ana Maria Domingues Silva Ribeiro(OAB: 220244-A/SP)
Advogado	Dr. Helyton Joaquim dos Santos(OAB: 256719-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- NELSON MOREIRA DA SILVA
- RAIA DROGASIL S.A.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - RITO SUMARÍSSIMO

RECURSO DE REVISTA DESFUNDAMENTADO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DAS HIPÓTESES DISPOSTAS NO ARTIGO 896, § 9º, DA CLT E NA SÚMULA Nº 442 DO TST

REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS - SALÁRIO - DIFERENÇA SALARIAL - DIFERENÇAS POR DESVIO DE FUNÇÃO, ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA e SUCUMBÊNCIA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, às págs. 465-471, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 460 e 461, quanto aos temas REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS - SALÁRIO - DIFERENÇA SALARIAL - DIFERENÇAS POR DESVIO DE FUNÇÃO, ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA e SUCUMBÊNCIA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
Foram apresentadas contraminuta às págs. 482-485 e contrarrazões às págs. 474-481.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante:
"(...)
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário / Diferença Salarial / Diferenças por Desvio de Função.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Assistência Judiciária Gratuita.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Nos termos do § 9º, do art. 896, da CLT, o recurso de revista interposto contra decisão proferida em processo submetido ao rito sumaríssimo somente se viabiliza com a alegação e demonstração de ofensa direta à Constituição Federal e contrariedade a súmula de jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
Assim, fundamentado apenas nas alegações de existência de dissenso pretoriano e violação de norma infraconstitucional, o apelo revela-se nitidamente desfundamentado, por falta de enquadramento no permissivo legal.
DENEGA-SE seguimento quanto aos temas.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista.
(...)" (págs. 460 e 461).
Na minuta de agravo de instrumento, o reclamante insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foi demonstrado o preenchimento dos requisitos dispostos no artigo 896 da CLT.
Destaca-se, de plano, no entanto, que se trata de demanda sujeita ao rito sumaríssimo, cuja admissibilidade do recurso de revista está restrita à hipótese de violação literal e direta da Constituição da República ou contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT.
Na hipótese dos autos, verifica-se que o recurso de revista não está fundamentado nas hipóteses dispostas no dispositivo mencionado,

de forma que a medida processual revela-se desfundamentada, por falta de enquadramento no permissivo legal.
Dispõe, ainda, a Súmula nº 442 do TST, in verbis:
"Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação diretaa dispositivoda Constituição Federal ou contrariedade a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, não se admitindo o recurso por contrariedade a Orientação Jurisprudencial deste Tribunal (Livro II, Título II, Capítulo III, do RITST), ante a ausência de previsão no art. 896, § 6º, da CLT"
Estando o apelo desfundamentado, à luz da Súmula nº 442 do TST e do artigo 896, § 9º, da CLT, não alcança conhecimento.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000581-80.2019.5.19.0006

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MC3 ADMINISTRACAO E HIGIENIZACAO TEXTIL LTDA - EPP
Advogado	Dr. Orídio Mendes Domingos Júnior(OAB: 10504-A/SC)
Advogada	Dra. Thaís Pastorino Vinholes(OAB: 54024-B/SC)
Agravado	ERINALDO CORREIA DE LIMA
Advogado	Dr. Ezequias de Almeida Campos(OAB: 9035-A/AL)
Advogado	Dr. Luana Agustinho dos Santos Barbosa(OAB: 13512-A/AL)
Agravado	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Procurador	Dr. Patrícia Freire de Alencar Carvalho

Intimado(s)/Citado(s):
- ERINALDO CORREIA DE LIMA
- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
- MC3 ADMINISTRACAO E HIGIENIZACAO TEXTIL LTDA - EPP

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - RITO SUMARÍSSIMO

RECURSO DE REVISTA DESFUNDAMENTADO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DAS HIPÓTESES DISPOSTAS NO ARTIGO 896, § 9º, DA CLT E NA SÚMULA Nº 442 DO TST

LIMBO PREVIDENCIÁRIO
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela autora, MC3 Administração e Higienização Textil Ltda. - EPP, às págs. 338-351, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 305-308, quanto ao tema LIMBO PREVIDENCIÁRIO.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho se manifestou por não haver interesse público.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela autora, MC3 Administração e Higienização Textil Ltda. - EPP:
"(...)
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Nos termos do art. 896, § 9º, da CLT, somente será admitido recurso de revista, nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, por contrariedade à Súmula de jurisprudência uniforme do TST ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e violação direta da Constituição Federal.

BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO/LIMBO PREVIDENCIÁRIO
Alegação:
VIOLAÇÃO DA alínea "a" do §1º do art. 43 da Lei 8.213/91 E ARTIGO 76 DA CLT
DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL

Insurge-se contra a decisão e afirma que o Tribunal assentou que "a alta médica concedida pelo INSS é o marco legal da retomada de todos os efeitos do contrato de trabalho, devendo o empregador, ainda que no caso concreto a perícia judicial tenha concluído pela incapacidade do obreiro para o exercício das tarefas anteriormente exercidas, manter o pagamento do salário, em atenção ao estabelecido no art. 2º da CLT e o princípio da dignidade da pessoa humana, insculpido no art. 1º, III, da CF".
Afirma que condenando a empregadora autora mesmo havendo prova da incapacidade laborativa do réu empregado, mais do que as apontadas divergências interpretativas, viola explicitamente a literalidade do art. 76 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Eis o decisum, ipsis litteris:
"(...) E diversamente do que alegou a recorrente, no caso concreto revela-se presente a situação denominada pela jurisprudência de "limbo jurídico previdenciário", tendo em vista que o empregado ficou sem receber benefício previdenciário e salários. A alta médica concedida pela autarquia previdenciária é o momento da retomada de todos os efeitos do contrato de trabalho, devendo o empregador, ainda que no caso concreto a perícia judicial tenha concluído pela incapacidade do obreiro para o exercício das tarefas anteriormente exercidas, manter o pagamento do salário.
A discordância do empregador quanto à aptidão ao trabalho de empregado que se apresenta após a alta previdenciária não tem o condão de afastar o direito ao pagamento dos salários correspondentes, considerando-se o referido período como à disposição do empregador, até que o trabalhador seja reinserido nas atividades laborais ou tenha o benefício previdenciário restabelecido.
Isto porque os riscos do empreendimento, art. 2º da CLT, devem ser assumidos pelo empregador. Ademais, o princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no art. 1º, III, da CF, conduz à ideia de que o obreiro não pode ser prejudicado em situação de limbo previdenciário.
Em casos semelhantes o TST assim tem decidido:
"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA LEI Nº 13.015/2014. RECURSO DE REVISTA DA RECLAMADA. [...] LIMBO PREVIDENCIÁRIO. 1. Hipótese em que o empregado recebeu alta previdenciária junto ao INSS, e mesmo com a comprovação do órgão previdenciário de que o autor encontrava-se apto ao trabalho, a empresa não autorizou seu retorno. 2. A decisão proferida pelo TRT está em consonância com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho em casos análogos. Com efeito, o entendimento adotado por esta Corte Superior é o de que, em situações de "limbo previdenciário" - como a retratada nos autos - deve ser garantido o pagamento da remuneração integral do

empregado. Isso porque, conforme se infere do artigo 476 da CLT, o contrato de trabalho volta a gerar seus efeitos após o encerramento do benefício previdenciário, sendo irrelevante o fato de a moléstia do empregado não possuir origem ocupacional, ou se havia outros laudos médicos informando a incapacidade do empregado. 3. Importante ressaltar que consta da decisão Regional a informação de que " restou improcedente (...) a ação proposta pelo autor perante a Justiça Federal, na qual pretendia a concessão do benefício previdenciário por incapacidade laborativa. Este fato corrobora a conclusão de que o empregado estava efetivamente apto ao trabalho, razão pela qual são devidos os salários. Incólumes os dispositivos indicados como violados. Recurso de revista não conhecido. [..]" (RR-76-70.2013.5.03.0095, 2ª Turma, Relatora Ministra maria helena mallmann, DEJT 10/05/2019). (sem grifos no original)

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/14. EMPREGADO CONSIDERADO APTO PELO INSS E INAPTO PELO EMPREGADOR. PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A ALTA PREVIDENCIÁRIA E O RETORNO AO TRABALHO. "LIMBO PREVIDENCIÁRIO". PAGAMENTO DE SALÁRIOS. Conforme a jurisprudência iterativa desta Corte Superior, a discordância do empregador quanto à aptidão ao trabalho do empregado que se apresenta após a alta previdenciária não tem o condão de afastar o direito ao pagamento dos salários correspondentes, considerando-se o referido período como à disposição do empregador, até que o trabalhador seja reinserido nas atividades laborais ou tenha o benefício previdenciário restabelecido. Recurso de revista conhecido e provido" (RR-18500-40.2013.5.17.0009, 1ª Turma, Relator Ministro walmir oliveira da costa, DEJT 14/06/2019).

Assim, não se pode ignorar que a alta da percepção do benefício previdenciário põe fim à suspensão do contrato de trabalho, culminando, por consequência, na responsabilidade do empregador pelo pagamento dos salários até o retorno às atividades laborais ou ao restabelecimento do benefício. A controvérsia a respeito das conclusões dos laudos da recorrente e do INSS não tem o condão de prejudicar o trabalhador.

Nessas condições, não há modificação a ser feita na neste capítulo da sentença.

E em relação aos pedidos sucessivos de reconhecimento da natureza indenizatória das parcelas, bem como da limitação da condenação ao período que antecede à aposentadoria do recorrido, também não prosperam.

A natureza salarial se revela diante do fato de que o contrato de emprego continuou surtindo todos os efeitos, já que o empregado esteve à disposição do empregador; daí, exsurge-se a responsabilidade desse último em arcar com a contraprestação pecuniária. Quanto à limitação temporal de pagamentos dos salários até o início da vigência da aposentadoria do trabalhador, como já esclarecido acima, a jurisprudência é pacífica no sentido de que o pagamento dos salários pelo empregador findar-se-á apenas com o retorno das atividades ou com o restabelecimento do benefício. Logo, a aposentadoria voluntária do recorrido por tempo de contribuição não é causa de extinção da responsabilidade do empregador. No caso concreto, e em face do non reformatio in pejus, mantém-se a sentença que considerou como marco final do pagamento de salários a data da concessão da aposentadoria, ocorrida em agosto de 2019.

Nada a alterar."

Conforme já mencionado alhures, por se tratar de procedimento sumaríssimo, somente é cabível o recurso de revista por contrariedade à Súmula de jurisprudência uniforme do TST ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e violação direta da Constituição Federal (art. 896, § 9º, da CLT).

Desse modo, diante do exposto, inviável o seguimento do apelo.

DENEGO seguimento ao recurso de revista interposto por MC3 ADMINISTRACAO E HIGIENIZACAO TEXTIL LTDA - EPP (...)" (págs. 305-307).

Na minuta de agravo de instrumento, a autora, MC3 Administração e Higienização Textil Ltda. - EPP, insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foi demonstrado o preenchimento dos requisitos dispostos no artigo 896 da CLT.

Destaca-se, de plano, no entanto, que se trata de demanda sujeita ao rito sumaríssimo, cuja admissibilidade do recurso de revista está restrita à hipótese de violação literal e direta da Constituição da República ou contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT.

Na hipótese dos autos, verifica-se que o recurso de revista não está fundamentado nas hipóteses dispostas no dispositivo mencionado, de forma que a medida processual revela-se desfundamentada, por falta de enquadramento no permissivo legal.

Dispõe, ainda, a Súmula nº 442 do TST, in verbis:

"Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação diretaa dispositivoda Constituição Federal ou contrariedade a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, não se admitindo o recurso por contrariedade a Orientação Jurisprudencial deste Tribunal (Livro II, Título II, Capítulo III, do RITST), ante a ausência de previsão no art. 896, § 6º, da CLT"

Estando o apelo desfundamentado, à luz da Súmula nº 442 do TST e do artigo 896, § 9º, da CLT, não alcança conhecimento.

Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000743-76.2014.5.09.0411

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	BANCO FIBRA S.A.
Advogado	Dr. Alexandre de Almeida Cardoso(OAB: 79456-A/PR)
Agravado	ADAILZA DA SILVA
Advogado	Dr. Lourivaldo da Silva Júnior(OAB: 30959-A/PR)
Agravado	V. A. TAUSENDFREUND & C. B. FERREIRA LTDA - ME
Advogado	Dr. Edmilson Petroski dos Santos(OAB: 22230-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADAILZA DA SILVA
- BANCO FIBRA S.A.
- V. A. TAUSENDFREUND & C. B. FERREIRA LTDA - ME

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
EXECUÇÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo executado contra o despacho da Vice-Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: "MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL. VALOR FIXADO".
Não foram apresentadas contrarrazões.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo executado:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
De acordo com o parágrafo 2º do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, o recurso de revista interposto na fase de execução somente tem cabimento na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Multa Cominatória / Astreintes.
Alegação(ões):
- violação do(s) incisos II e LV do artigo 5º da Constituição Federal.
Com o objetivo de satisfazer pressuposto intrínseco de admissibilidade de recurso de revista, a parte recorrente destaca os seguintes trechos do acórdão recorrido:
"(...)
o terceiro interessado não cumpriu com presteza a determinação judicial, nem mesmo depois do juiz determinar a aplicação de multa pelo atraso no envio das informações necessárias para o prosseguimento da execução trabalhista. Eventuais falhas administrativas do terceiro interessado não servem como justificativa para o afastamento da multa.
(...)
Em relação ao seu valor, a multa diária pelo descumprimento de determinação judicial no importe de R$500,00 por dia não é desproporcional. O seu montante se mostra elevado diante do crédito exequendo porque houve demora no cumprimento da ordem judicial pelo terceiro interessado.".
Fundamentos do acórdão recorrido :
"(...)
Em 29/11/2016 o juiz da execução determinou fosse expedido ofício ao Banco Credifibra SA para que informasse se persistia a alienação fiduciária sobre o veículo descrito à fl. 265 e, em caso positivo, qual o montante já pago pelo executado, qual o saldo a ser pago, a data prevista para o término do contrato, bem como indique a localização dos bens questionados (ID. 7f207d3 - fl. 271).
O ofício foi entregue em 9/12/2016 (ID. aa17fee , fl. 273).
Em 6/4/2017, a secretaria da Vara do Trabalho certificou que não houve resposta ao ofício. O Juiz proferiu a seguinte decisão: "1 - Reitere-se o Ofício de fl. 270, solicitando resposta no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 500,00 em caso de descumprimento, reversíveis em favor da execução. 2 - Fixa-se, desde logo, que em caso de valores excedentes ao montante devido nos autos, estes serão revertidos para entidade beneficente oportunamente designada pelo Juízo." ((ID. 96d983c, fl. 274).
O ofício foi entregue em 17/5/2017 (ID. 0d5f5f5, fl. 276).
Em 22/5/2017, a secretaria da Vara do Trabalho certificou que, em 22/5/2017, decorreu o prazo de cinco dias para a financeira Credifibra S.A. responder ao ofício. Então, o Juiz da execução, em 12/6/2017, aplicou multa pelo descumprimento da ordem judicial no importe de R$10.000,00, resultando do atraso de 20 dias além do prazo assinalado no ofício de fl. 273 (ID. 4222b73, fl. 277).
Como constou da sentença agravada: "O embargante somente prestou as informações solicitadas após ter recebido o mandado de citação para pagamento, o que demandou expedição de Carta Precatória, cujo endereço para cumprimento foi o mesmo para onde foram expedidos os ofícios não respondidos. Logo, o cumprimento da determinação judicial pelo embargante se deu um ano após o recebimento da solicitação, em virtude de sua citação para pagamento da multa que lhe foi imposta.".
Dos fatos relatados fica claro que o terceiro interessado não cumpriu com presteza a determinação judicial, nem mesmo depois do juiz determinar a aplicação de multa pelo atraso no envio das informações necessárias para o prosseguimento da execução trabalhista. Eventuais falhas administrativas do terceiro interessado não servem como justificativa para o afastamento da multa.
O Banco Credifibra foi incorporado pelo terceiro interessado em 2012 e os ofícios foram enviados em 2017, ou seja, no período já havia sido consolidada a incorporação, não se justificando o atrapalho na resposta aos ofícios enviados pela Justiça Trabalhista. Devida a multa, portanto.
Em relação ao seu valor, a multa diária pelo descumprimento de determinação judicial no importe de R$500,00 por dia não é desproporcional. O seu montante se mostra elevado diante do crédito exequendo porque houve demora no cumprimento da ordem judicial pelo terceiro interessado.
Assim, considerando que a execução ficou parada por mais de um ano devido a inércia do terceiro interessado em responder ao ofício judicial e que o juiz da execução limitou a multa por 20 dias, não há como entender que foi desproporcional ou fugiu da razoabilidade o seu montante.
Observo que não há que se falar em enriquecimento ilícito da exequente porque o devido a ela ficou limitado ao valor do principal, sendo que o juiz designou que o excedente será revertido a entidades beneficentes oportunamente designadas pelo juízo. Isto posto, nego provimento ao9 agravo de petição do terceiro interessado.
Mantenho.
Considerando as premissas fático-jurídicas delineadas no acórdão, especialmente as de que "(...) Dos fatos relatados fica claro que o terceiro interessado não cumpriu com presteza a determinação judicial, nem mesmo depois do juiz determinar a aplicação de multa pelo atraso no envio das informações necessárias para o prosseguimento da execução trabalhista. Eventuais falhas administrativas do terceiro interessado não servem como justificativa para o afastamento da multa. O Banco Credifibra foi incorporado pelo terceiro interessado em 2012 e os ofícios foram enviados em 2017, ou seja, no período já havia sido consolidada a incorporação, não se justificando o atrapalho na resposta aos ofícios enviados pela Justiça Trabalhista. Devida a multa, portanto. Em relação ao seu valor, a multa diária pelo descumprimento de determinação judicial no importe de R$500,00 por dia não é desproporcional. O seu montante se mostra elevado diante do crédito exequendo porque houve demora no cumprimento da ordem judicial pelo terceiro interessado. Assim, considerando que a execução ficou parada por mais de um ano devido a inércia do

terceiro interessado em responder ao ofício judicial e que o juiz da execução limitou a multa por 20 dias, não há como entender que foi desproporcional ou fugiu da razoabilidade o seu montante (...)", não se vislumbra possível violação literal e direta aos dispositivos da Constituição Federal invocados.
Violação, se houvesse, seria meramente reflexa, o que é insuficiente para autorizar o seguimento do recurso de revista, de acordo com as reiteradas decisões da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho (AIRR - 1000615-14.2015.5.02.0471 , Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 25/10/2017, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 27/10/2017, AIRR - 55641-78.2004.5.09.0091, julgado em 24.2.2010, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, 4ª Turma, DEJT de 5.3.2010; RR - 17800-25.2006.5.02.0301, julgado em 14.10.2009, Relatora Ministra Rosa Maria Weber, 3ª Turma, DEJT de 13.11.2009).
Denego.
CONCLUSÃO
Denego seguimento." (págs. 536-539)

Na minuta de agravo de instrumento, o executado insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, ao argumento de que preenchidos os pressupostos necessários para o seu conhecimento. Nas razões do recurso de revista, insurge-se em face da imposição de multa pelo descumprimento de determinação judicial e o valor arbitrado. Assevera que "não houve a devida observância do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade que sempre deverão ser norteadores da atuação Jurisdicional" (pág. 502). Aponta violação dos arts. 412, 413 e 884 do Código Civil, 5º, II, da Constituição Federal, 8º e 537, § 1º, I, do CPC. Colaciona arestos ao confronto de teses.
Ao exame.
Eis o teor do acórdão regional, na fração de interesse:

multa. descumprimento de determinação judicial
Assim decidiu a sentença agravada (fls. 376/378):
Embargos do Banco Fibra Terceiro InteressadoO Banco Fibra embarga a execução da multa que lhe foi imposta em razão do não atendimento da intimação que lhe foi dirigida solicitando informações sobre a alienação fiduciária que pendia sobre veículo do executado. Assevera o embargante que jamais teve a intenção de descumprir a ordem judicial, mas que "em razão dos entraves internos diante da incorporação da Credifibra pelo Banco Fibra S/A e de transferência de funcionários, o ofício não foi recepcionado de maneira devida, eis que expedido em nome da Credifibra (não mais existente),..." Afirma também que respondeu em 21/12/2017 ao ofício que lhe foi dirigido, requerendo a não aplicação da multa ou, sucessivamente, a sua redução para 10% do valor da execução. Decide-se. Analisando os autos, tem-se que o embargante recebeu o primeiro ofício expedido por este Juízo, em 09/12/2016 (fls. 270271). Como não houve resposta no prazo assinalado, em 06/04/2017 determinou-se a expedição de novo ofício com a cominação de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) em caso de descumprimento. Referido ofício foi recebido em 17/05/2017 (fl. 274), porém nenhuma resposta foi dirigida a estes autos. Diante da inércia do embargante, à fl. 275 foi lhe aplicada a multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais), resultando do atraso de 20 dias além do prazo assinalado no ofício de fl. 273. O embargante somente prestou as informações solicitadas após ter recebido o mandado de citação para pagamento, o que demandou expedição de Carta Precatória, cujo endereço para cumprimento foi o mesmo para onde foram expedidos os ofícios não respondidos. Logo, o cumprimento da determinação judicial pelo embargante se deu um ano após o recebimento da solicitação, em virtude de sua citação para pagamento da multa que lhe foi imposta. O fato de o embargante ter incorporado o Banco Fibra, que não mais existe segundo informa, em nada lhe impede de prestar as informações solicitadas, ao revés, o obriga, sendo certo que sua organização interna não pode ser escusa ao descumprimento da ordem judicial. Note-se que a tramitação processual ficou estagnada por doze meses em razão da inércia do Banco embargante, vez que o prosseguimento da execução dependia exclusivamente da informação solicitada, que, tão logo prestada, impulsionou novamente a marcha processual, estando o juízo garantido com a penhora do veículo alhures alienado ao Embargante. Ao contrário da afirmação do Banco embargante, a multa aplicada teve teto, qual seja, R$ 500,00 por dia de atraso, e respeitou os princípios da proporcionalidade (pois proporcional aos dias de atraso), da razoabilidade (o valor da multa diária foi estabelecido levando-se em consideração a capacidade econômica do embargante e a importância/necessidade da obtenção da informação solicitada) e da boa-fé processual, vez que comprovados os recebimentos dos ofícios pelo destinatário, porém sem qualquer manifestação oportuna. Por todo o exposto, mantenho a multa aplicada ao Embargante. Rejeita-se.
O Banco Fibra requer, com fundamento nos princípios da razoabilidade e do devido processo legal, a desoneração ao pagamento da multa por atraso no cumprimento da determinação judicial de prestar informações sobre a alienação fiduciária do veículo objeto de penhora na execução (fls. 385/396). Alega que: não houve qualquer vontade livre e consciente de não cumprir a determinação; diante da incorporação da Credifibra pelo Banco Fibra S/A e de transferência de funcionários, o ofício não foi recepcionado de maneira devida, eis que expedido em nome da Credifibra (não mais existente), conforme comprova a documentação de incorporação já anexa nos autos; tão logo teve ciência do ocorrido, o agravante respondeu ao ofício.
De forma sucessiva, requer seja reduzida a multa para o importe de 10% do valor da execução. Alega que:a astreinte não possui teto de limites de dias, o que fere frontalmente o princípio da razoabilidade e proporcionalidade; o crédito exequendo é inferior ao valor da multa aplicada ao agravante (art. 412 do CC); assim, não houve a devida observância do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade que sempre deverão ser norteadores da atuação Jurisdicional (art. 413 do CC); a multa traz manifesto enriquecimento sem causa, o que é vedado pelo art. 884 do CC; o art. 537, § 1º, I, do CPC, permite que, a qualquer momento, a multa arbitrada seja revista e até excluída.
Analiso.
Em 29/11/2016 o juiz da execução determinou fosse expedido ofício ao Banco Credifibra SA para que informasse se persistia a alienação fiduciária sobre o veículo descrito à fl. 265 e, em caso positivo, qual o montante já pago pelo executado, qual o saldo a ser pago, a data prevista para o término do contrato, bem como indique a localização dos bens questionados (ID. 7f207d3 - fl. 271).
O ofício foi entregue em 9/12/2016 (ID. aa17fee , fl. 273).
Em 6/4/2017, a secretaria da Vara do Trabalho certificou que não houve resposta ao ofício. O Juiz proferiu a seguinte decisão: "1 - Reitere-se o Ofício de fl. 270, solicitando resposta no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 500,00 em caso de descumprimento, reversíveis em favor da execução. 2 - Fixa-se, desde logo, que em caso de valores excedentes ao montante devido nos autos, estes serão revertidos para entidade beneficente oportunamente designada pelo Juízo." ((ID. 96d983c, fl. 274).

O ofício foi entregue em 17/5/2017 (ID. 0d5f5f5, fl. 276).
Em 22/5/2017, a secretaria da Vara do Trabalho certificou que, em 22/5/2017, decorreu o prazo de cinco dias para a financeira Credifibra S.A. responder ao ofício. Então, o Juiz da execução, em 12/6/2017, aplicou multa pelo descumprimento da ordem judicial no importe de R$10.000,00,resultando do atraso de 20 dias além do prazo assinalado no ofício de fl. 273 (ID. 4222b73, fl. 277).
Como constou da sentença agravada: "O embargante somente prestou as informações solicitadas após ter recebido o mandado de citação para pagamento, o que demandou expedição de Carta Precatória, cujo endereço para cumprimento foi o mesmo para onde foram expedidos os ofícios não respondidos. Logo, o cumprimento da determinação judicial pelo embargante se deu um ano após o recebimento da solicitação, em virtude de sua citação para pagamento da multa que lhe foi imposta.".
Dos fatos relatados fica claro que o terceiro interessado não cumpriu com presteza a determinação judicial, nem mesmo depois do juiz determinar a aplicação de multa pelo atraso no envio das informações necessárias para o prosseguimento da execução trabalhista. Eventuais falhas administrativas do terceiro interessado não servem como justificativa para o afastamento da multa.
O Banco Credifibra foi incorporado pelo terceiro interessado em 2012 e os ofícios foram enviados em 2017, ou seja, no período já havia sido consolidada a incorporação, não se justificando o atrapalho na resposta aos ofícios enviados pela Justiça Trabalhista. Devida a multa, portanto.
Em relação ao seu valor, a multa diária pelo descumprimento de determinação judicial no importe de R$500,00 por dia não é desproporcional. O seu montante se mostra elevado diante do crédito exequendo porque houve demora no cumprimento da ordem judicial pelo terceiro interessado.
Assim, considerando que a execução ficou parada por mais de um ano devido a inércia do terceiro interessado em responder ao ofício judicial e que o juiz da execução limitou a multa por 20 dias, não há como entender que foi desproporcional ou fugiu da razoabilidade o seu montante.
Observo que não há que se falar em enriquecimento ilícito da exequente porque o devido a ela ficou limitado ao valor do principal, sendo que o juiz designou que o excedente será revertido a entidades beneficentes oportunamente designadas pelo juízo.
Isto posto, nego provimento ao9 agravo de petição do terceiro interessado.
Mantenho.

Considerando tratar-se de processo em fase de execução, o exame do recurso de revista é limitado às alegações de violação direta e literal a dispositivos da Constituição Federal. Nesse particular, inviável a análise de violação dos arts. 412, 413 e 884 do Código Civil, 8º e 537, § 1º, I, do CPC, bem como de conflito pretoriano, nos termos do artigo 896, § 2º, da CLT e da Súmula n° 266 do TST.
Por outro lado, no tocante à alegada ofensa aos arts. 5º, II, da CF/88, constata-se que, nas razões do recurso de revista, a parte não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa ao dispositivo constitucional por ela indicado, de forma que a exigência processual contida no inciso III, não foi satisfeita.
Quanto à ausência de demonstração analítica, essa Corte tem entendimento consolidado, consoante se verifica nos seguintes precedentes:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. gratificação semestral. honorários advocatícios. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO III, DA CLT. VIOLAÇÃO DE LEI E/OU DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ANALÍTICA. O recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que determina novas exigências de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo que é ônus da parte, entre outros, "expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte". No caso, a parte não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos por ela indicados, de forma que a exigência processual contida no referido dispositivo não foi satisfeita. Agravo de instrumento desprovido." (AIRR-20186-49.2015.5.04.0271, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 28/6/2017, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 30/6/2017)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA EM FACE DE DECISÃO PUBLICADA A PARTIR DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. INDENIZAÇÃO POR USO DE UNIFORME. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 896, § 1º-A, II E III, DA CLT. Inviável o conhecimento do recurso de revista em que a parte não indica, de forma explícita e fundamentada, a violação a dispositivo de lei ou contrariedade a verbete do TST, inclusive, mediante a demonstração analítica de cada um deles em cotejo com a decisão regional devidamente transcrita. Desatende, assim, a disciplina do artigo 896, § 1º-A, II e III, da CLT, que lhe atribui tal ônus. Se a lei exige a indicação precisa, acompanhada, como visto, da demonstração analítica, significa dizer que cada violação apontada deve ser acompanhada da argumentação, específica e clara, diante da circunstância de possuir, cada dispositivo, conteúdo próprio, o qual deve ser analisado naquilo em que é atingido pela decisão. Não basta discorrer em longa narrativa as inúmeras violações e, ao final, relacionar os dispositivos, como se todos eles fossem iguais, ainda que tratem do mesmo tema. Os argumentos mencionados pelo recorrente também servirão de balizamento e limite para o exercício do contraditório e da atuação desta Corte que, mais ainda, atribui ao recurso de revista a condição de recurso de fundamentação vinculada. Agravo de instrumento a que se nega provimento." (AIRR- 20529-92.2014.5.04.0008, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Data de Julgamento: 21/6/2017, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 30/6/2017 - grifou-se)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI N° 13.015/2014. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. JUROS DE MORA. ARTIGO 896, § 1º- A, INCISOS I E III, DA CLT. ÓBICES PROCESSUAIS INTRANSPONÍVEIS. I - Com o advento da Lei nº 13.015/14, foi acrescentado ao artigo 896 da CLT o § 1º-A, destacando-se, dentre seus incisos, o primeiro, que dispõe ser ônus da parte, sob pena de não conhecimento, "indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista". II - Reportando-se às razões do recurso de revista, todavia, é fácil notar a inobservância desse requisito, dada a constatação de não ter sido indicada a fração do acórdão recorrido que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, na medida em que a parte apenas reproduziu a integralidade dos fundamentos adotados pelo

Tribunal Regional quanto a cada um dos temas combatidos, a saber, "impossibilidade jurídica do pedido", "responsabilidade subsidiária" e "juros de mora", sem fazer qualquer destaque ou indicação precisa das teses adotadas pela decisão recorrida contra as quais se contrapõe no recurso aviado. III - Tal prática, além de inviabilizar o confronto entre os argumentos defendidos pelo agravante e a fundamentação exposta na decisão recorrida, exorta o julgador a incursionar nos autos com vistas à elucidação da argumentação exposta, atividade incompatível com a ideia de inércia da jurisdição. Precedentes. IV- Verifica-se, também, o desatendimento do requisito previsto no inciso III do § 1º-A do artigo 896 da CLT, que dispõe ser ônus da parte, sob pena de não conhecimento, "expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte". VI - Isso porque o exame das razões de revista revela que a parte limitara-se a indicar afronta aos artigos 485, IV, do CPC, 455 da CLT, 1°-F da Lei n° 9494/97, e contrariedade à Súmula 331 e à OJ 191 da SBDI-1 do TST, sem expor as razões do pedido de reforma mediante demonstração analítica de como a tese utilizada pelo Tribunal Regional viola cada dispositivo elencado ou contraria o precedente trazido à colação. VII - Por tratar-se de pressuposto de admissibilidade do recurso de revista, sua ausência inviabiliza o processamento do apelo, ante a falta de demonstração analítica das violações alegadas. Precedentes. VIII - Agravo de instrumento a que se nega provimento." (AIRR-61-43.2015.5.09.0652, Relator Ministro: Antonio José de Barros Levenhagen, Data de Julgamento: 28/6/2017, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 30/6/2017)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. ADICIONAL DE RISCO DE MORTE. BASE DE CÁLCULO DE HORAS EXTRAS. I. O art. 896, § 1º-A, I, II e III da CLT, aplicável a todos os acórdãos regionais publicados a partir de 22/09/2014, prevê os pressupostos intrínsecos ao recurso de revista, os quais devem ser cumpridos "sob pena de não conhecimento" do recurso. II. O prequestionamento é exigível em todas as hipóteses do recurso de revista (art. 896, a, b e c, da CLT). Logo, para atender ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, é necessário que a parte indique, de forma clara e precisa, o trecho que consubstancia o prequestionamento das teses que pretende debater, não se admitindo transcrição genérica, fora do contexto ou que não contemple a delimitação fática que determinou a conclusão. III. O art. 896, § 1º-A, II, da CLT exige que a parte indique, de forma explícita e fundamentada, o artigo, o parágrafo, o inciso ou a alínea específica da regra de lei ou da Constituição da República que entende violada. O mesmo procedimento deve ser adotado quando há indicação de contrariedade a súmula ou orientação jurisprudencial (Súmula 221 do TST). A alegação genérica de violação ou contrariedade não atende a esse requisito. IV. O cumprimento do art. 896, § 1º-A, III, da CLT se faz com a demonstração analítica de cada violação ou contrariedade apontada de forma pertinente e vinculada a todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida. A impugnação genérica e a subsistência de fundamento independente e suficiente sem impugnação não cumprem a referida exigência. V. Na hipótese de alegação de divergência jurisprudencial, deve ser atendida, ainda, a exigência do art. 896, § 8º, da CLT. VI. No caso, não foi atendido o art. 896, §§ 1º -A, I e III, da CLT. VII. Agravo de instrumento de que se conhece e a que se nega provimento." (AIRR-11608-48.2014.5.15.0038, Relatora Desembargadora Convocada: Cilene Ferreira Amaro Santos, Data de Julgamento: 31/5/2017, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 2/6/2017)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI Nº 13.015/14. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO REGIONAL E DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA. DEFICIÊNCIA. EFEITOS. INOBSERVÂNCIA DE PRESSUPOSTO FORMAL DE ADMISSIBILIDADE PREVISTO NO ART. 896, § 1º-A, III, DA CLT. Nos termos do art. 896, § lº-A, III, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.015/2014, cabe à parte agravante "expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte". Na hipótese, o recurso de revista não observou o referido pressuposto formal, restando, assim, deficiente de fundamentação. Agravo de instrumento a que se nega provimento." (AIRR-1279-85.2014.5.03.0110, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 3/2/2016, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 12/2/2016)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, III, DA CLT. DIFERENÇAS SALARIAIS. DANO MORAL. Na sistemática do processo do trabalho introduzido pela Lei 13.015/2014, não basta a indicação do trecho da decisão regional que consubstancia o prequestionamento da matéria objeto do recurso (§1º-A, I), é encargo da recorrente, sob pena de não conhecimento de seu recurso de revista, expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Precedentes. Agravo de instrumento a que se nega provimento." (AIRR-47-36.2013.5.01.0431, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 23/11/2016, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 2/12/2016)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. DENEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO DE REVISTA COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, II E III, DA CLT. O reclamante não atendeu os ditames do art. 896, § 1°-A, II e III, da CLT, segundo os quais é ônus da parte, sob pena de não conhecimento do recurso, indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como impugnar de todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica das violações legais e constitucionais e da contrariedade a súmula ou orientação jurisprudencial invocadas. O reclamante, nas razões do recurso de revista, insurge-se contra a decisão regional que concluiu pela inexistência de doença ocupacional, e, por conseguinte, reputou indevida a condenação da reclamada ao pagamento de indenização por danos moral e material, limitando-se, ao final das razões recursais, a mencionar os arts. 86, § 1º e seguintes, da Lei nº 8.213/91, 104, III, § 1º, do Decreto nº 3.048/99, 950, parágrafo único, do Código Civil e 602 do CPC/73, deixando, contudo, de estabelecer de forma explícita a contrariedade da decisão recorrida em relação aos artigos apontados no recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido

e não provido." (AIRR-513-17.2012.5.09.0019, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, Data de Julgamento: 30/3/2016, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 1º/4/2016)

Assim, tendo em vista não ter havido o confronto dos fundamentos da decisão exarada pelo Tribunala quocom os dispositivos citados, porquanto cada violação indicada deve trazer argumentação única e específica naquilo que lhe é peculiar ao exposto na decisão recorrida, ausente se encontra o requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, inciso III, da CLT, razão pela qual o recurso de revista não ultrapassa a barreira do conhecimento quanto ao tópico.
Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000133-35.2019.5.10.0111

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	ELTON LIMA DE JESUS
Advogado	Dr. Marcondes Bráulio de Paiva(OAB: 9021-A/DF)
Agravado	ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior(OAB: 16275-A/DF)
Advogado	Dr. Roberto Caldas Alvim de Oliveira(OAB: 12200/DF)
Advogado	Dr. Rodrigo Martins da Cunha Konai(OAB: 195275-A/SP)
Advogado	Dr. Eduardo Falcete(OAB: 23750-A/GO)
Advogado	Dr. Daniel Santa Barbara Esteves(OAB: 276376-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S.A.
- ELTON LIMA DE JESUS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.
Foram apresentadas contrarrazões às págs. 743-752 e contraminuta às págs. 753-758.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.

Verifica-se, de plano, que a parte não indicou, na petição do recurso de revista, o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Registra-se que a mera menção somente à conclusão da Corte regional acerca do tema ou à parte dispositiva do respectivo acórdão não satisfaz o requisito exigido por meio do mencionado dispositivo de lei.
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso.
Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto e, levando-se em conta que a interposição de recurso não é considerada ato urgente, é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001508-92.2019.5.02.0041

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	RENATO LOPES MOURA
Advogado	Dr. Gilberto Caetano de França(OAB: 115718-A/SP)
Advogado	Dr. Osmar Novaes Luz Júnior(OAB: 125548-A/SP)
Advogado	Dr. Juliana de Lima Fernandes Husne(OAB: 255171-A/SP)
Agravante	LUCIANO DAS NEVES SOLA
Advogado	Dr. Cassio Ranzini Olmos(OAB: 224137-A/SP)
Advogado	Dr. Manoel Feitosa da Silva Junior(OAB: 289835-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCIANO DAS NEVES SOLA
- RENATO LOPES MOURA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO III, DA CLT. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ANALÍTICA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo exequente, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.

Foram apresentadas contrarrazões às págs. 350-356 e contraminuta às págs. 345-349.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

Verifica-se, de plano, que a parte não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos da Constituição Federal por ela indicados, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT.

Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso III, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:

"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

(...)

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte." (destacou-se)

Frisa-se que, na hipótese em que a demanda encontra-se na fase de execução de sentença, o recurso de revista somente é cabível, nos termos do artigo 896, § 2º, da CLT e da Súmula nº 266 do TST, mediante a indicação de ofensa a dispositivo da Constituição Federal, de forma que, no caso, cabia à parte fazer a alegação, de maneira precisamente analítica, desses dispositivos e, não, eventualmente, daqueles oriundos da legislação infraconstitucional.

Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001381-39.2020.5.02.0068

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Advogada	Dra. Paula Cristina Felizarda Silva Alves(OAB: 248772-A/SP)
Agravado	LUIS CARLOS CARVALHO
Advogado	Dr. Hilário Bocchi Júnior(OAB: 90916/SP)
Advogado	Dr. Mateus Gustavo Aguilar(OAB: 175056-A/SP)
Advogado	Dr. Hilario Bocchi Junior(OAB: 90916-A/SP)
Advogada	Dra. Maria Beatriz Bocchi Massena(OAB: 297333-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- LUIS CARLOS CARVALHO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI No 13.467/2017

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, às págs. 205-216, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 196-198, quanto ao tema: SEXTA-PARTE E QUINQUÊNIOS - EXTENSÃO AO SERVIDOR CELETISTA.

Foram apresentadas contraminuta às págs. 222-225 e contrarrazões às págs. 226-231.

O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.

Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 12/07/2021 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 20/07/2021 - id. 34f1f0c).

Regular a representação processual (Súmula 436/TST).

Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Sexta Parte.

A r. decisão recorrida está em consonância com a Orientação Jurisprudencial Transitória nº 75, da SBDI-1, da C. Corte Superior, o que inviabiliza otrânsito do recurso de revista, ante oóbice do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333, do C. TST, inclusive com base em divergência jurisprudencial.

Quanto à base de cálculo,a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais - SBDI-1, a qual uniformiza a jurisprudência das Turmas do C. TST, já pacificou o entendimento de o artigo 129 da Constituição do Estado de São Paulo é claro ao determinar que o cálculo da parcela sexta parte deve ser realizado com base nos vencimentos integrais.

Eis os precedentes: E-ED-RR-62200-69.2008.5.02.0038, Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT 21/02/2014; E-ARR-186400-76.2008.5.15.0042, Relator Ministro: Lelio Bentes Corrêa, DEJT 26/04/2013; E-RR-165900-23.2007.5.15.0042, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 02/03/2012; E-ED-RR - 795910-22.2001.5.02.5555, Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 26/06/2009.

Destarte, estando a decisão recorrida em consonância com a atual e iterativa jurisprudência da Corte Superior, o trânsito do recurso de revista encontra óbice no artigo 896, § 7º, da CLT e na Súmula 333 do C. TST, inclusive com referência ao dissídio jurisprudencial aventado.

DENEGA-SE seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista." (págs. 196-198).

Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, contestando a condenação que lhe foi imposta, relativa ao pagamento das parcelas referente ao adicional por tempo de serviço e sexta-parte, ao argumento de que tais parcelas não são extensíveis aos servidores regidos pela CLT.

Aduz, literalmente, que "O Estatuto dos Servidores Públicos do estado é aplicável somente aos servidores públicos estaduais não se estendendo aos chamados funcionários públicos, como o recorrido que foi contratado pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho" (págs. 210 e 211).

Alega violação dos artigos 5°, inciso II, da Constituição Federal, 129 da Constituição Estadual Paulista e contrariedade à Súmula n° 339 do STF.

Ao exame.

O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto ao pagamento dos adicionais por tempo de serviço e sexta-parte aos servidores celetistas, nos seguintes termos:

"(...)

Busca a Reclamada reformar a decisão de origem que concedeu o adicional por tempo de serviço ao Reclamante. Sustenta, em síntese, que a parcela não é devida aos servidores contratados sob o regime celetista, mas apenas aos servidores estatutários.

Vejamos.

"Ab initio" pondero que não há que se falar em confissão do reclamante pela ausência na audiência, uma vez que a lide discute apenas matéria de direito, bem como pelo fato de o juízo de origem ter consignado na ata de audiência que "o reclamante ingressou em sala diversa da presente audiência, uma vez que anteriormente as partes haviam recebido despacho constando que o acesso à audiência seria pela plataforma Cisco Webex, conforme id: d317806, contudo, posteriormente, em 18.01.2021 houve intimação conforme id: f2b0792 alterando as informações anteriores para constar que a audiência seria realizada pela plataforma Zoom, razão pela qual o reclamante não conseguiu ingressar na presente sala, muito embora tenha sido aguardado a sua presença por aproximadamente 10 minutos."(id. 802866f - Pág. 2).

Prosseguindo, alega o Reclamante ter completado 20 anos de serviço, haja vista ter sido admitido em 10/07/2000 (vide id. 4cff52a - Pág. 2), fazendo jus à incorporação da sexta-parte dos vencimentos porque a Constituição do Estado de São Paulo não faz distinção entre servidores estatutários e servidores celetistas.

As pretensões relativas à sexta-parte e quinquênios possuem fundamento no artigo 129 da Constituição do Estado de São Paulo: "Art. 129. Ao servidor público estadual é assegurado o percebimento do adicional por tempo de serviço, concedido no mínimo por quinquênio, e vedada a sua limitação, bem como a sexta parte dos vencimentos integrais, concedida aos vinte anos de efetivo exercício, que se incorporarão aos vencimentos para todos os efeitos, observado o disposto no artigo 115, inciso XVI, desta Constituição".

Considerando a inexistência de restrição, na norma constitucional, para conceder as vantagens apenas aos servidores estatutários, impõe-se o entendimento de também beneficiar os servidores celetistas da Administração Pública direta, das fundações e das autarquias, conforme disposição contida no art. 124 da Constituição Estadual. Não há imposição de limite na norma quanto à extensão dos beneficiados, sendo incabível ao intérprete restringir um direito quando o ordenamento jurídico assim não o faz.

Neste sentido a Súmula nº 04 deste Regional:

"Sum. 04 - TRT-SP. Servidor público estadual - Sexta-parte dos vencimentos - Benefício que abrange todos os servidores e não apenas os estatutários. O art. 129 da constituição do estado de São Paulo, ao fazer referência a servidor público estadual, não distingue o regime jurídico para efeito de aquisição de direito".

Nada a modificar, portanto.

(...)" (destacou-se, págs. 169 e 170).

O Tribunal a quo adotou o entendimento de que o artigo 129 da Constituição do Estado de São Paulo não distingue servidores celetistas de servidores estatutários para o efeito do direito ao pagamento dos adicionais por tempo de serviço e sexta-parte, não dando ao intérprete da lei fazer tal distinção.

Não se pode viabilizar o processamento do recurso de revista, tendo em vista que a decisão do Regional foi proferida em consonância com a Orientação Jurisprudencial Transitória nº 75 da SbDI-1 desta Corte, em que também se prevê de que o artigo 129 da Constituição do Estado de São Paulo se aplica aos servidores públicos regidos pela CLT, sem distinção do regime de admissão, se estatutário ou celetista.

Dispõe o referido verbete jurisprudencial,inverbis:

"PARCELA 'SEXTA PARTE'. ART. 129 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. EXTENSÃO AOS EMPREGADOS DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E EMPRESA PÚBLICA. INDEVIDA. A parcela denominada - sexta parte -, instituída pelo art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo, é devida apenas aos servidores estaduais,celetistas e estatutáriosda Administração Pública direta, das fundações e das autarquias, conforme disposição contida no art. 124 da Constituição Estadual,não se estendendo aos empregados de sociedade de economia mista e de empresa pública, integrantes da Administração Pública indireta, submetidas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, nos termos do art. 173, § 1º, II, da Constituição Federal".

Nesse contexto, a decisão do Regional encontra-se em consonância com a jurisprudência iterativa, notória e atual do Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que o servidor público celetista também faz jus à parcela sexta-parte, de modo que esgotada se encontra a função uniformizadora desta Corte.

A indicação de violação de artigo de Constituição Estadual, no caso, do artigo 129 da Constituição do Estado de São Paulo, não possui aptidão para provocar o processamento do recurso de revista, nos termos do artigo 896, alínea "c", da CLT.

A invocação genérica de ofensa ao artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, não é suficiente para autorizar o processamento de recurso de revista com base na previsão da alínea "c" do artigo 896 da CLT, na medida em que, para sua constatação, seria necessário concluir, previamente, ter havido violação de preceito infraconstitucional, como ocorre neste caso.

Afasta-se, ainda, a indicação de contrariedade à Súmula n° 339 do

STF, nos termos da alínea "a" do artigo 896 da CLT.
Verifica-se, no que se refere aos reflexos, que a parte não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos por ela indicados, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT, tampouco a semelhança entre a decisão recorrida e as decisões paradigmas trazidas a confronto de teses, em descompasso com o disposto do § 8° do artigo citado.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015 de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, os §§ 1º-A, inciso III, e § 8°, que determinam novas exigências de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
(...)
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte." (destacou-se)
"§ 8º Quando o recurso fundar-se em dissenso de julgados, incumbe ao recorrente o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados." (destacou-se)
Na hipótese, as exigências processuais contidas no referido dispositivo não foram satisfeitas.
Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alíneas "a" e "b" do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000829-62.2019.5.09.0026

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	NERCI TEREZINHA MOREIRA DE LIMA DOS SANTOS
Advogado	Dr. José Orlando dos Santos(OAB: 60244-A/PR)
Advogado	Dr. Alysson dos Santos(OAB: 47272-A/PR)
Advogado	Dr. Luis Gustavo Spautz(OAB: 83090-A/PR)
Agravado	DISSENHA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Advogada	Dra. Juliana Hochstein Posenatto(OAB: 22364-A/SC)
Advogada	Dra. Amanda Tonial Schroeder(OAB: 76989-A/PR)
Agravado	MACASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPENSADOS EIRELI - EPP E OUTRA
Advogado	Dr. Marcelo Dalton Dalmolin(OAB: 59646-A/PR)
Agravado	TEC PINE MADEIRAS EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- DISSENHA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
- MACASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPENSADOS EIRELI - EPP E OUTRA
- NERCI TEREZINHA MOREIRA DE LIMA DOS SANTOS
- TEC PINE MADEIRAS EIRELI - EPP

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - RITO SUMARÍSSIMO

RECURSO DE REVISTA DESFUNDAMENTADO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DAS HIPÓTESES DISPOSTAS NO ARTIGO 896, § 9º, DA CLT E NA SÚMULA Nº 442 DO TST

GRUPO ECONÔMICO - NÃO CONFIGURAÇÃO
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamante, às págs. 966-977, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 873-876, quanto ao tema GRUPO ECONÔMICO - NÃO CONFIGURAÇÃO.
Foram apresentadas contraminuta às págs. 1.024-1.027 e contrarrazões às págs. 1.028-1.032.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamante:
"(...)
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
A presente demanda está tramitando sob o rito sumaríssimo. O recurso de revista, em tal hipótese, somente tem cabimento por contrariedade a Súmula da jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal ou, ainda, por violação direta à Constituição da República, a teor do artigo 896, § 9º, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Súmula n.º 442 do Tribunal Superior do Trabalho.

Responsabilidade Solidária / Subsidiária.
Alegação(ões):
- violação da(o) artigo 942 do Código Civil; artigo 9º da Consolidação das Leis do Trabalho; artigo 448-A da Consolidação das Leis do Trabalho; inciso IV do artigo 792 do Código de Processo Civil de 2015.
- divergência jurisprudencial.
A parte recorrente, em observância ao requisito previsto no inciso I, do §1º-A, do art. 896, da CLT, indica os seguintes trechos da decisão recorrida, alegando consubstanciar o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista:
"Ao contrário do que sustenta o recorrente, o simples Contrato de Arrendamento firmado entre a primeira ré MACASIL e a quarta ré FORMACOMP, cujo objeto foi o arrendamento de maquinário que compõe o complexo industrial da primeira ré, não comprova o alegado sistema de cooperação entre todas as rés.
Também não socorre a tese obreira o fato de a terceira ré DISSENHA, nos autos RTOrd-0000858-30.2010.5.09.0026, ter garantido a execução indicando à penhora os valores recebidos do contrato de arrendamento firmado entre as empresas Formacomp e

Macasil, porquanto as rés Formacomp e Dissenha integravam o mesmo grupo econômico.
...
Veja-se, portanto, que a parte autora não logrou comprovar entrelaçamento de interesses econômicos entre a primeira e segunda ré, com a terceira e quarta rés, não sendo possível concluir pela existência de grupo econômico entre elas, devendo ser mantida a r. sentença que declarou a responsabilidade solidária apenas das primeira e segunda reclamadas, afastando a responsabilidade das demais (terceira e quarta), ainda que subsidiária, na medida em que ausente qualquer liame destas com o reclamante ou demonstração de benefício advindo de sua força de trabalho."

De acordo com o artigo 896, § 9°, da CLT e da Súmula n.º 442 do Tribunal Superior do Trabalho, "nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.".
Na hipótese, a parte recorrente não observou o disposto acima, o que torna inviável o processamento do recurso de revista.
Denego.
(...)" (págs. 874 e 875).
Na minuta de agravo de instrumento, a reclamante insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foi demonstrado o preenchimento dos requisitos dispostos no artigo 896 da CLT.
Destaca-se, de plano, no entanto, que se trata de demanda sujeita ao rito sumaríssimo, cuja admissibilidade do recurso de revista está restrita à hipótese de violação literal e direta da Constituição da República ou contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT.
Na hipótese dos autos, verifica-se que o recurso de revista não está fundamentado nas hipóteses dispostas no dispositivo mencionado, de forma que a medida processual revela-se desfundamentada, por falta de enquadramento no permissivo legal.
Dispõe, ainda, a Súmula nº 442 do TST, in verbis:
"Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação diretaa dispositivoda Constituição Federal ou contrariedade a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, não se admitindo o recurso por contrariedade a Orientação Jurisprudencial deste Tribunal (Livro II, Título II, Capítulo III, do RITST), ante a ausência de previsão no art. 896, § 6º, da CLT"
Estando o apelo desfundamentado, à luz da Súmula nº 442 do TST e do artigo 896, § 9º, da CLT, não alcança conhecimento.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000864-22.2019.5.09.0026

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	ANTONIA ALEXANDRINO PEREIRA
Advogado	Dr. José Orlando dos Santos(OAB: 60244-A/PR)
Advogado	Dr. Alysson dos Santos(OAB: 47272-A/PR)
Agravado	MACASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPENSADOS EIRELI - EPP
Advogado	Dr. Marcelo Dalton Dalmolin(OAB: 59646-A/PR)
Agravado	DISSENHA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Advogada	Dra. Juliana Hochstein Posenatto(OAB: 22364-A/SC)
Advogada	Dra. Amanda Tonial Schroeder(OAB: 76989-A/PR)
Agravado	FORMACOMP LTDA
Advogado	Dr. Marcelo Garcia Lauriano Leme(OAB: 30528-A/PR)
Agravado	TEC PINE MADEIRAS EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIA ALEXANDRINO PEREIRA
- DISSENHA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
- FORMACOMP LTDA
- MACASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPENSADOS EIRELI - EPP
- TEC PINE MADEIRAS EIRELI - EPP

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - RITO SUMARÍSSIMO

RECURSO DE REVISTA DESFUNDAMENTADO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DAS HIPÓTESES DISPOSTAS NO ARTIGO 896, § 9º, DA CLT E NA SÚMULA Nº 442 DO TST

GRUPO ECONÔMICO - NÃO CARACTERIZAÇÃO
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamante, às págs. 752-757, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 735-742, quanto ao tema GRUPO ECONÔMICO - NÃO CARACTERIZAÇÃO.
Foram apresentadas contraminutas às págs. 903-906 e 915-919 e contrarrazões às págs. 898-902 e 911-914.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamante:
"(...)
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

A presente demanda está tramitando sob o rito sumaríssimo . O recurso de revista, em tal hipótese, somente tem cabimento por contrariedade a Súmula da jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal ou, ainda, por violação direta à Constituição da República, a teor do artigo 896, § 9º, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Súmula n.º 442 do Tribunal Superior do Trabalho.

Responsabilidade Solidária / Subsidiária.
Alegação(ões):
- violação da(o) caput do artigo 448-A da Consolidação das Leis do Trabalho; parágrafo único do artigo 448-A da Consolidação das Leis do Trabalho; §1º do artigo 167 do Código Civil.
- divergência jurisprudencial.
A parte recorrente, em observância ao requisito previsto no inciso I, do §1º-A, do art. 896, da CLT, indica os seguintes trechos da decisão recorrida, alegando consubstanciar o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista:

Fundamentos do acórdão recorrido:
"No âmbito do Direito do Trabalho, há previsão legal para a responsabilidade solidária das partes demandadas na hipótese de grupo econômico. Trata-se de importante instrumento legal para que os verdadeiros titulares e exercentes do poder empresarial e econômico, especialmente nos grupos empresariais, assumam as responsabilidades correspondentes, especialmente aquelas decorrentes das relações de trabalho deflagradas pelo agrupamento econômico e que geram verbas de caráter alimentar privilegiado.
Nesta matéria, delimitando os parâmetros para aferição do grupo econômico, dispõe o art. 2º, em seus parágrafos 2º e 3º, da CLT, conforme redação conferida pela Lei 13.467/2017:
§ 2º Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.
§ 3º Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.
Para fins de declaração de existência do grupo econômico, os preceitos legais em exame impõem que se revelem presentes, no caso concreto, os elementos de integração de que tratam, quais sejam, a direção, o controle ou a administração praticada por uma empresa como gerenciadora única e direta de outras, com vistas a um objetivo econômico ou financeiro comum. E, ainda que as sociedades mantenham suas respectivas autonomias patrimoniais e de gestão, o grupo econômico poderá advir da demonstração concomitante dos requisitos do interesse integrado, da efetiva comunhão de interesses e da atuação conjunta das empresas dele integrantes.
Portanto, a configuração de grupo econômico, para os fins previstos na legislação trabalhista, não se restringe à hipótese de haver uma empresa controladora e outras controladas. A realidade demonstra que a concentração econômica pode assumir os mais variados aspectos, cumprindo ao juiz, atendendo ao fim social a que a lei se destina, aplicar o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 2º da CLT sempre que se depare com o fenômeno da interdependência entre as empresas.
A existência de grupo econômico, da qual advém, com base na lei, a solidariedade, pode ser demonstrada por um conjunto de provas e indícios que levem à segura conclusão pela existência de relação de controle, administração, direção ou de suficiente interdependência entre as empresas, revelando a comunhão prática de interesses econômicos e a íntima coordenação entre empresas demandadas.
Conforme se nota, os dispositivos legais acima referidos englobam na solidariedade as empresas que constituam grupo que gere atividade econômica e lucrativa, não havendo grupo econômico, em princípio, entre entidades sem fins lucrativos.
Destaco que as novas regras inseridas pela Lei 13.467/2017 impedem que se presuma a existência de grupo econômico pela simples identidade de sócios entre as empresas, embora esta constatação seja indício importante da ocorrência do grupo econômico. Assim, cabe ao magistrado obrigatoriamente avaliar se o caso concreto efetivamente demonstra, cumulativamente, os aspectos de que trata o § 3º acima referido.
Tecidas tais considerações, passo para a análise do mérito.
Em exordial (fl. 6), o reclamante alegou que foi admitido pela ré Macasil em 21/06/2018, na função de auxiliar de produção. Relatou que o seu último dia de trabalho foi 03/07/2019, data em que a sua empregadora encerrou as suas atividades, dispensando todos os seus colaboradores. Disse que tais trabalhadores foram demitidos sem a perspectiva de receberam suas verbas rescisórias e o salário do mês de junho de 2019.
Esta ação foi ajuizada em face das rés Macasil Indústria e Comércio de Compensados Eireli-EPP, Tec Pine Madeiras Eireli, Dissenha S/A Indústria e Comércio e Formacomp Ltda., tendo o autor postulado a responsabilidade solidária de todas elas.
Improcedem as alegações recursais do reclamante.
No passado, a ré Tec Pine era integrante do mesmo grupo econômico das reclamadas Dissenha e Formacomp, tendo tal fato sido declarado pelo Diretor da empresa Dissenha em entrevista por ele concedida. (Jornal de fl. 24, de 2007)
Contudo, tal fato aconteceu alguns anos antes da constituição da reclamada Macasil, ocorrida somente em 30 de junho de 2010, consoante comprovante de inscrição e de situação cadastral de fl. 216.
Esclareceu a r. sentença que a ré Tec Pine integrava o grupo econômico da ré Dissenha quando as suas quotas sociais eram de titularidade do Sr. Bruno Maurício Dissenha, porém, em novembro de 2014, elas foram vendidas para o Sr. Antonio Manoel da Rocha, passando tal reclamada a ser gerida pelo Sr. Dinomar Narzetti (sócio único da reclamada Macasil). O contrato de cessão de cotas de fl. 32 e seguintes comprova tal fato.
O registro do imóvel de matrícula 19.427 (documento de fl. 27 e seguintes) demonstra que a ré Dissenha alienou o citado imóvel para a reclamada Tec Pine em 29/05/2014 (fl. 28), sendo que, naquela ocasião, os sócios da citada empresa eram os Srs. Bruno Maurício Dissenha e José Nelson Dissenha Junior.
Posteriormente, em 05/09/2014 (consoante registro de fl. 27), quando o Sr. Bruno passou a ser o único sócio e administrador da reclamada Tec Pine, ocorreu a venda de tal imóvel para os Srs. Luiz Fernando Pereira Schlemm e Nilce Ines Schlemm, sendo que estes o revenderam para a reclamada Tec Pine, em 03/12/2014 (consoante registro de fl. 29), momento em que o único sócio formal era o Sr. Antonio Manoel da Rocha.
Já a ré Formacomp foi constituída no ano de 2006, sendo, naquela ocasião, empresa integrante do mesmo grupo da ré Dissenha, já que os titulares de suas quotas sociais eram os Srs. José Luiz Dissenha e Lilian Rocha Dissenha, consoante atestou a r. sentença, não tendo tal informação sido elidida pela reclamante.
Desta feita, foi constituído um grupo econômico familiar pelas empresas Dissenha, Tec Pine, Formacomp e outras, sendo que a empresa Dissenha era a empresa principal, diante da coincidência de vários sobrenomes entre o diretor da Dissenha e dos sócios das citadas rés.
Não obstante tal fato, com a venda das quotas da Tec Pine para o Sr. Antonio Manoel da Rocha, tal empresa deixou de integrar o citado grupo econômico.
Frise-se que, não obstante tenha o juízo a quo reconhecido que a ré

Macasil foi a sucessora da ré Formacomp em 2010, pois foi transferida para a ré Macasil a unidade técnica de produção, passando ela a exercer a suas atividades no mesmo imóvel em que atuava a reclamada Formacomp, com os mesmos maquinários e equipamentos antes utilizados por ela, para que fosse reconhecido que a ré Macasil integrou o mesmo grupo econômico da ré Dissenha, necessário que houvesse relação de coordenação entre ela e a Dissenha, o que não ocorreu.

Compulsando os autos, constata-se que o contrato de arrendamento de máquinas e equipamentos de fls.110 e seguintes demonstra que a reclamada Macasil foi arrendatária de máquinas e equipamentos da reclamada Formacomp.

Observa-se, ainda, que o primeiro aditivo do citado contrato (fls. 124 e seguintes) demonstra que os valores devidos pela Macasil deveriam ser pagos não mais à Formacomp, mas sim à ré Dissenha.

No ano de 2017 a reclamada Dissenha S/A ajuizou uma ação em face da ré Formacomp, que tramitou na 1ª Vara Cível da Comarca de União da Vitória, tendo tal ré requerido a penhora dos bens (máquinas e equipamentos) de propriedade da Formacomp, que foram arrendadas para a reclamada Macasil.

Tal penhora foi deferida, tendo a ré Dissenha adjudicado as máquinas e equipamentos, consoante auto de adjudicação de fl. 268.

Diante de tal fato, a empresa Narzetti passou a ser a promitente compradora do imóvel de propriedade da Dissenha, no qual a ré Macasil exercia a sua atividade industrial e que era antes ocupado pela sucedida Formacomp.

Diante dos fatos expostos, entendo que a ré Macasil sucedeu a reclamada Formacomp no imóvel antes usado por esta, tendo inclusive utilizado os maquinários /equipamentos que antes eram usados pela Formacomp. Também se coaduna com as conclusões que o imóvel era e é de propriedade da ré Dissenha, assim como parte dos seus maquinários.

Diante de todo o exposto, a responsabilidade da ré Macasil seria exclusiva, somente havendo falar em responsabilidade solidária entre a rés sucedida e sucessora na hipótese de fraude, o que não ficou demonstrado nos autos.

Observe-se também que, consoante já exposto, o reclamante apenas foi admitido pela ré Macasil em 2018, ou seja, depois que a Macasil arrendou o maquinário e o imóvel em que a ré Formacomp exercia sua atividade, não havendo falar na sucessão de empregadores.

Diante do exposto não há falar na responsabilidade solidária das rés Dissenha e Formacomp já que elas não integraram o mesmo grupo econômico das rés Macasil e Tec Pine.

Improcede também o pedido sucessivo de responsabilização subsidiária da ré Dissenha e da reclamada Formacomp, uma vez que o caso presente não enseja a aplicação da Súmula 331 do C. TST. Observe-se que, tendo o reclamante sido admitido após ter sido firmado o contrato de arrendamento, não prestou seus serviços em favor da arrendante ou da ré Dissenha.

Improcede também o pedido de exclusão do pagamento de honorários, visto que condicionado à eventual procedência do pedido recursal.

Mantenho."

De acordo com o artigo 896, § 9°, da CLT e da Súmula n.º 442 do Tribunal Superior do Trabalho, "nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.".

Na hipótese, a parte recorrente não observou o disposto acima, o que torna inviável o processamento do recurso de revista.

Denego.

(...)" (págs. 760-765).

Na minuta de agravo de instrumento, a reclamante insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foi demonstrado o preenchimento dos requisitos dispostos no artigo 896 da CLT.

Destaca-se, de plano, no entanto, que se trata de demanda sujeita ao rito sumaríssimo, cuja admissibilidade do recurso de revista está restrita à hipótese de violação literal e direta da Constituição da República ou contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT.

Na hipótese dos autos, verifica-se que o recurso de revista não está fundamentado nas hipóteses dispostas no dispositivo mencionado, de forma que a medida processual revela-se desfundamentada, por falta de enquadramento no permissivo legal.

Dispõe, ainda, a Súmula nº 442 do TST, in verbis:

"Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação diretaa dispositivoda Constituição Federal ou contrariedade a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, não se admitindo o recurso por contrariedade a Orientação Jurisprudencial deste Tribunal (Livro II, Título II, Capítulo III, do RITST), ante a ausência de previsão no art. 896, § 6º, da CLT"

Estando o apelo desfundamentado, à luz da Súmula nº 442 do TST e do artigo 896, § 9º, da CLT, não alcança conhecimento.

Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000684-48.2019.5.02.0231

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
Advogado	Dr. Raquel Nassif Machado Paneque(OAB: 173491-A/SP)
Agravado	RICARDO RODRIGUES PONTANO
Advogado	Dr. Marino Lima Silva Filho(OAB: 260788-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
- RICARDO RODRIGUES PONTANO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. MATÉRIA FÁTICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 126 DO TST
HONORÁRIOS PERICIAIS. ARESTO INSERVÍVEL. INCIDÊNCIA DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 111 DO TST
MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 337, I, "A", DO TST

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista, quanto aos seguintes temas ora impugnados: ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, HONORÁRIOS PERICIAIS e MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.

Foi apresentada contraminuta. Não foram apresentadas contrarrazões.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada em despacho assim redigido:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.

Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 14/07/2021 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 26/07/2021 - id. 03e4ae1).

Regular a representação processual,id. 0b8f088 e 7f242a4 - Pág. 4.

Satisfeito o preparo (id(s). db3c839 - Pág. 38 e 39, db3c839 - Pág. 28 e b0c6f85).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / ADICIONAL / ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.

Do que se observa, com supedâneo no exame dos elementos de prova colhidos, em especial o laudo pericial, o Acórdão regional entendeu que o autor trabalhava habitualmente em atividadeinsalubre, e que não houve comprovação de entrega deEPI's suficientes e hábeis à neutralização dos agentes nocivos,sendo devido o respectivo adicional.

Ao advogar contexto fático diverso daquele registrado no Acórdão, o recorrente impôs necessário reexame do acervo probatório, providência que não se compatibiliza com a natureza extraordinária do Recurso de Revista, cuja admissão encontra obstáculo na Súmula nº 126 do TST

Ficam afastadas, portanto, as violações apontadas, bem como o dissenso pretoriano.

Ressalte-se que, se o juízo entendeu que determinado item restou provado nos autos, revela-se imprópria a pretensão de reexame do ônus da prova desse título, que somente se justificaria caso o julgado tivesse como supedâneo a não satisfação do encargo probatório, restando inviável, assim, reconhecer violação literal dos artigos 818, da CLT, e 373, do CPC, bem como divergência jurisprudencial.

DENEGA-SE seguimento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / PARTES E PROCURADORES / SUCUMBÊNCIA / HONORÁRIOS PERICIAIS.

O aresto reproduzidono recurso de revista foi proferido por este Regional e, nos termos da Orientação Jurisprudencial 111, da SBDI-1, da Corte Superior, não se presta a demonstrar o conflito de teses.

DENEGA-SE seguimento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / PENALIDADES PROCESSUAIS.

Os arestos transcritos não se prestam a demonstrar o dissídio jurisprudencial, porque não indicam a fonte oficial ou o repositório autorizado em que foram publicados, como preconiza a Súmula 337, I, "a", do C. TST.

A indicação apenas da data de publicação do paradigma, sem especificar que a publicação se deu no DEJT, não atende ao disposto naSúmula 337, IV, "c", do C. TST (precedentes da SBDI-1: AgR-E-RR-118400-29.2008.5.04.0301, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 05/06/2020; AgR-E-RR-354-07.2010.5.04.0303, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 30/04/2020; Ag-E-ARR-134000-17.2009.5.04.0411, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 22/03/2019; E-ARR-188500-82.2008.5.15.0113, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 16/11/2018).

DENEGA-SE seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista." (págs. 570-572)

Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 896 da CLT.

Quanto ao adicional de insalubridade, aduz que "caso fosse necessário a entrada do recorrido em câmara fria, esta se deu de forma esporádica, somente para fiscalizar os alimentos, jamais trabalhando em condições insalubres quando prestou serviços à recorrente" (pág. 460), e que "a entrada do recorrido na câmara fria se dava de forma EVENTUAL, sendo que o tempo máximo de permanência por entrada gira em torno no máximo de 1 a 2 minutos, ou seja, o tempo suficiente para a retirada de produtos" (pág. 461).

Afirma que "a empresa recorrente sempre forneceu, por cautela, aos seus funcionários os equipamentos de proteção individual (EPI´s) necessários ao desempenho de suas funções, com demonstrações e fiscalização de uso correto" (pág. 462).

Aponta violação dos artigos 818 da CLT e 373, inciso, I, do CPC. Traz arestos para o confronto de teses.

No tocante aos honorários periciais, apresenta um aresto para o confronto de teses e argumenta apenas que "Entender de forma diversa, o que se admite por extremo afeto ao debate, equivaleria a atribuir à perícia onerosidade superior àquela decorrente se suas conclusões, o que consiste em verdadeiro absurdo" (pág. 468).

Por fim, quanto ao tema multa por litigância de má-fé, a reclamada assevera que "não agiu com má-fé, pois em nenhum momento restou demonstrado que desejava prejudicar o resultado útil do processo ou a parte recorrida, mas tão somente relatou a sua versão dos fatos, sendo claramente legal o comportamento da preposta" (pág. 469).

Apresenta arestos para o confronto de teses.

Ao exame.

Quanto ao tema adicional de insalubridade, o Tribunal Regional assim se manifestou:

"(...)

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Pugna a empresa recorrente pela reforma da r. sentença, sob a alegação de que restou caracterizada no laudo pericial a existência de condições insalubres nas condições de trabalho do empregado, sem considerar e conhecer o clico diário de trabalho e o tempo gasto em cada atividade pelo recorrido, sobretudo ao se inferir que o recorrido se mantinha na maior parte do tempo em atividades relativas ao atendimento de clientes e cortes de carnes, em área submetido à temperatura ambiente. Não bastasse, informa que fornece aos seus empregados japona térmica com capuz e botas, o que neutraliza eventual agente nocivo e insalubre. Logo, requer que seja excluído da condenação o pagamento de adicional de insalubridade e respectivos reflexos.

A irresignação não merece prosperar. Vejamos.

Emerge do presente processado, ao revés do que a empesa recorrente pretende fazer crer, que o empregado esteve sim submetido à condições insalubres no desempenho de suas funções, a partir do descrito no ID. 856e337 - Pág. 4, no estudo de função

realizado pelo Sr. Vistor, assim como a par de suas ilações, no seguinte sentido: "Reclamante adentrou de forma habitual e intermitente às câmaras de resfriamento e de congelamento para o recebimento após conferência, retirada para abastecimento da Seção de Açougue e da Sala de Produção, organização (PEPS - Primeiro a Entrar e Primeiro a Sair) das caixas de carne bovina, suína e de aves e para a limpeza, lavagem e higienização no turno de trabalho. A medição de temperatura de bulbo seco das câmaras de refrigeração e de congelamento com pirômetro digital foi de tbs=+12,6°C e -8,2°C respectivamente. Não existe comprovante de entrega de EPI - blusão térmico e de treinamento do Reclamante no PJe comprovando a neutralização da insalubridade conforme previsto na alínea b do item 15.4.1 da NR-15. Nota: Há Insalubridade de Grau Médio conforme NR-15 Anexo 9 da Portaria 3214/78 do MTb." (ID. 856e337 - Pág. 7), ilação que não restou infirmada por qualquer outro elemento de prova em contrário, prevalecendo, portanto, para fins do deslinde do caso em apreço. Denota-se que nem mesmo há como se sustentar que o propalada agente insalubre foi neutralizado com a utilização regular de EPIs, haja vista que restou assentado no indigitado laudo pericial(ID. 856e337 - Pág. 5) que: " Não existe comprovante de entrega de EPI ou de treinamento (Diálogos de Segurança) do Reclamante protocolado no PJe. O acesso às câmaras de resfriamento e congelamento exige uso do EPI - blusão térmico para a proteção do agente insalubre frio. O Reclamante adentrava de forma habitual e intermitente às câmaras de resfriamento e de congelamento. A perícia constatou durante a lavagem da câmara de resfriamento o uso do uniforme (calça e camisa), boné, blusão térmico, capa e bota impermeável pelo Auxiliar de Açougue."

Impende salientar que não há subsídios nos autos que autorizem a limitação da condenação apenas a partir da data de 01.06.2018, vez que extrai-se dos autos que o reclamante sempre se ativou na função de açougueiro, na seção de açougueiro, me benefício da reclamada, inexistindo quaisquer subsídios nos autos de que os moldes da prestação de serviços tenha se dado de modo diferente em período anterior desta data, o que implica na condenação abarcar todo o período relativo ao pacto laboral entre 04.09.2017 a 02.09.2019.

Desta feita, tem-se que a decisão monocrática foi proferida de modo acertado, em consonância com os elementos descritos na prova técnica coligida aos autos, não merecendo, por conseguinte, quaisquer reparos.

Nada a prover, portanto.

(...)" (destacou-se, págs. 438-439)

O Tribunal a quo, instância soberana no conjunto fático-probatório, com fundamento no laudo técnico produzido nos autos, manteve a sentença em que se condenou a reclamada ao pagamento de adicional de insalubridade em razão de o reclamante, no exercício de suas atividades laborais, encontrar-se exposto aos efeitos nocivos provenientes do frio.

Consignou que "O Reclamante adentrava de forma habitual e intermitente às câmaras de resfriamento e de congelamento", bem como "Não existe comprovante de entrega de EPI - blusão térmico e de treinamento do Reclamante no PJe comprovando a neutralização da insalubridade" (pág. 439).

Com efeito, o Anexo 9 da NR 15 da Portaria nº 3.214/1978 do MTE determina que se considera insalubre o trabalho consistente em "atividades ou operações executadas no interior de câmaras frigoríficas, ou em locais que apresentem condições similares, que exponham os trabalhadores ao frio", o que ocorreu no presente caso.

Assim, rever a conclusão do Tribunal Regional acerca do exercício de atividade insalubre sem a proteção adequada demandaria o revolvimento da valoração de fatos e provas feita pelas esferas ordinárias, procedimento não permitido a esta instância recursal de natureza extraordinária, ante o óbice previsto na Súmula nº 126 do TST. Portanto, ilesos os artigos 818 da CLT e 373, inciso, I, do CPC, bem como estão superados os arestos colacionados a título de divergência jurisprudencial.

No que diz com os honorários periciais, o acórdão regional foi proferido sob os seguintes fundamentos:

"(...)

HONORÁRIOS PERICIAIS

Pretende a empresa recorrente a reforma da r. sentença, a fim de que os honorários arbitrados no valor de R$ 2.800,00 sejam reduzidos e fixados em patamares razoáveis.

Deixo de conhecer da presente impugnação, eis que não há referida condenação nestes termos nos autos, mas sim a decisão judicial no ID. d95dee5 no sentido de que "Os honorários periciais serão arbitrados quando da Decisão de Homologação dos cálculos de liquidação."

Logo, a parte não detém interesse recursal, o que obsta o conhecimento da impugnação em epígrafe por esta C. Turma. Não se conhece, portanto.

(...)" (destacou-se, págs. 439-440)

De plano, destaca-se que o aresto trazido aos autos pela reclamada não está apto a ensejar a análise da divergência jurisprudencial, porquanto proveniente do mesmo Tribunal Regional. Neste caso, incide a Súmula nº 111, que possui a seguinte redação:

"111. RECURSO DE REVISTA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ARESTO ORIUNDO DO MESMO TRIBUNAL REGIONAL. LEI Nº 9.756/98. INSERVÍVEL AO CONHECIMENTO (nova redação) -Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005

Não é servível ao conhecimento de recurso de revista aresto oriundo de mesmo Tribunal Regional do Trabalho, salvo se o recurso houver sido interposto anteriormente à vigência da Lei nº 9.756/98."

Desse modo, tem-se por inservível o precedente colacionado nos autos pela agravante.

Quanto ao tema multa por litigância de má-fé, transcreve-se o trecho pertinente do acórdão proferido pelo Tribunal Regional:

"(...)

MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Pugna a empresa recorrente pela reforma da r. sentença, sob a alegação de que a multa por litigância de má-fé deve ser excluída da condenação, vez que não houve abuso do direito de defesa, ressaltando-se que esta recorrente não visava atrasar o processo. Sem razão. Depreende-se dos autos que o Juízo de origem procedeu de modo acertado ao penalizar a empresa reclamada, nos moldes do art. 793-B, II e V, da CLT, ao inferir -se dos autos que o empregador faltou com o seu dever de apresentar os fatos verídicos e não alterar, intencionalmente os fatos apresentados - ao converter a dispensa em pedido de demissão, agindo de má-fé para que o Reclamante não recebesse as verbas decorrentes da rescisão indireta do contrato de trabalho", cuja penalidade é inequivocadamente aplicável nas hipóteses de atuação francamente maliciosa, consoante se depreende do caso em apreço.

Mantém-se, portanto, irretocável a presente decisão.

(...)" (destacou-se, pág. 441)

Na hipótese, a reclamada apresenta arestos para o confronto de teses; todavia, como bem mencionado no despacho que denegou seguimento ao recurso de revista, "Os arestos transcritos não se prestam a demonstrar o dissídio jurisprudencial, porque não indicam a fonte oficial ou o repositório autorizado em que foram publicados,

como preconiza a Súmula 337, I, "a", do C. TST" (pág. 571). Portanto, inservíveis.
Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000584-30.2011.5.03.0016

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	KARINE FERREIRA PAIXÃO
Advogado	Dr. Guilherme Alkmim de Carvalho Pereira(OAB: 101123/MG)
Advogada	Dra. Flávia Ferreira de Abreu(OAB: 130342-A/MG)
Agravado	ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.
Advogada	Dra. Ludmila Ribeiro Zadorosny(OAB: 124271/MG)
Advogada	Dra. Nayara Alves Batista de Assunção(OAB: 119894/MG)
Agravado	TIM CELULAR S.A.
Advogado	Dr. Rodrigo Antônio Freitas Farias de Souza(OAB: 232121/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.
- KARINE FERREIRA PAIXÃO
- TIM CELULAR S.A.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/ SUBSIDIÁRIA/ TOMADOR DE SERVIÇOS/ TERCEIRIZAÇÃO.
Postula a agravante a reforma do acórdão regional quanto aos temas acima epigrafados.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.

Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000039-60.2020.5.23.0121

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	ELENILSON SANTOS DE SENA
Advogado	Dr. Celso Alves Pinho(OAB: 12709-A/MT)
Agravado	COOPERATIVA MUTUENSE DE TRABALHO - COOMUSERV
Advogado	Dr. Thiago Pertile Borda(OAB: 21017-O/MT)
Agravado	MUNICIPIO DE NOVA MUTUM
Procurador	Dr. Alex Brescovit Maciel

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA MUTUENSE DE TRABALHO - COOMUSERV
- ELENILSON SANTOS DE SENA
- MUNICIPIO DE NOVA MUTUM

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, às págs. 1.344-1.353, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 1.302-1.309, quanto ao tema VÍNCULO DE EMPREGO NÃO CONFIGURADA - FRAUDE NA FORMAÇÃO DE COOPERATIVA NÃO CARACTERIZADA.
Foram apresentadas contraminuta às págs. 1.367-1.371 e contrarrazões às págs. 1.372-1.377.
O Ministério Público do Trabalho manifestou-se no sentido de não entrever o interesse público inserto nos artigos 127 e seguintes da Constituição Federal, 6°, inciso XV, e 83, incisos II, VII e XIII, da Lei Complementar n° 75, de 20 de maio de 1993.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante:
"TRANSCENDÊNCIA
Em observância às dicções contidas no art. 896-A, "caput", e no 8 6º, da CLT, não cabe a esta Corte, mas ao colendo Tribunal Superior do Trabalho, analisar previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza política, econômica, social ou jurídica.
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso.
Regular a representação processual.
Dispensado o preparo (justiça gratuita).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO/ RECONHECIMENTO DE RELAÇÃO DE EMPREGO
Alegações:
- violação ao art. 5º, LV, da CF.
- violação aos arts. 2º, 3º, 818, da CLT; 373, II, 389, do CPC.
- divergência jurisprudencial.
- violação ao princípio da primazia da realidade.

A Turma Revisora firmou convicção no sentido de que a relação jurídica examinada nestes autos não se amolda ao epíteto "vínculo empregatício", tendo, por corolário, reconhecido a improcedência das pretensões deduzidas na peça de ingresso.

O vindicante insurge-se contra esse comando judicial, aduzindo que "(...) resta plenamente visível a subordinação in casu, o que motiva a necessária reforma do acórdão recorrido, para que seja reconhecido a existência de vínculo de emprego entre o Recorrente e as Recorridas, nos termos dos artigos 2º e 3º da CLT." (p. 11).

Alega que, a par da subordinação jurídica, emergem do caso concreto os demais requisitos que autorizam a caracterização da "relação de emprego", quais sejam, labor prestado por pessoa física, onerosidade, pessoalidade e não eventualidade na execução do serviço.

Obtempera que a "Afronta ao artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, ocorre diante da intepretação equivocada no v. acórdão ao fundamentar que houve aquiescência do Recorrente por meio de Termo de Adesão e Subscrição de Quota-Parte, uma vez que durante produção provas, não existiu qualquer comprovação que o Recorrente tenha integralizado o valor de R$ 600,00 no momento do seu ingresso." (sic, p. 7).

Consigna que o órgão turmário "(...) ainda viola o artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, quando equivoca-se em não apreciar prova emprestada, reprodução do depoimento ofertado pelo preposto 1º Recorrida "Antônio Marcos Bernardo", prova emprestada, processo 0000527- 49.2019.5.23.0121" (sic, p. 8).

Afirma que "As Recorridas não produziram qualquer prova impeditiva da formação de vínculo empregatício nos termos do artigo 373, inciso II do CPC especialmente da autonomia inerente aos cooperados e a 'affectio societatis", entre seus membros, requisitos essenciais em uma verdadeira cooperativa, não aferida para o caso em destaque." (p. 9/10).

Pondera que "Nos termos do artigo 389 do CPC, as Recorridas admitiram a prestação de serviços do Recorrente, atraindo para si no termos dos artigos 818 da CLT e artigo 373, inciso II do CPC, o ônus da prova de que a relação havida entre as partes transcorreu sob a forma da Lei 5764/71 e Lei 12.690/12, já que o vínculo de emprego no presente caso é presumido." (p. 10).

Consta da ementa do acórdão:

(...)

A partir das premissas fáticas e jurídicas consignadas no acórdão objurgado, não vislumbro violação às normas invocadas pela parte recorrente, nos moldes previstos pela alínea "c" do art. 896 da CLT.

Destaco que as regras que regulamentam o instituto da "distribuição do ônus da prova" foram corretamente observadas no caso concreto, logo, inviável torna-se o processamento do apelo sob o enfoque de violação aos comandos contidos nos arts. 818 da CLT e 373, II, do CPC.

Afasto, ainda, a possibilidade de dar seguimento ao recurso pela vertente de dissenso interpretativo, visto que o julgado colacionado nas razões recursais (p. 12), com o fim de demonstrar o confronto de teses, não atende às balizas delineadas pela alínea "a" do art. 896 da CLT

Assinalo, por fim, que a alegação de ofensa a princípio não autoriza a admissibilidade de recurso de revista, à luz da dicção contida no art. 896 da CLT.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista." (págs. 1.302-1.309).

Na minuta de agravo de instrumento, o reclamante insiste na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos todos os requisitos para admissibilidade de seu recurso de revista.

Aduz que "ficou claramente demonstrado que as normas em questão foram totalmente afrontadas com a violação a texto expresso de dispositivos de lei federal, ante a nítida fraude trabalhista, em que pese a Cooperativa estar regularmente constituída nos aspectos formais, não significa que a legislação foi seguida corretamente nos contratos de prestação de serviços ou na sua administração" (pág. 1.350).

Alega violação dos artigos 5°, inciso LV, da Constituição Federal, 3° da CLT e apresenta arestos para o confronto de teses.

Sem razão.

O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto ao vínculo de emprego, nos seguintes termos:

"(...)

A 1ª ré (Cooperativa Mutuense de Trabalho - COOMUSERV) se insurge contra a sentença que reconheceu a existência de vínculo de emprego com o autor (Elenilson Santos de Sena), aduzindo, em síntese, que a relação havida entre as partes era meramente entre cooperativa e cooperado, não havendo falar em vínculo empregatício, bem como não houve qualquer prova da alegada fraude.

Pois bem.

Na petição inicial, o autor alegou a existência de fraude na sua contratação como cooperado, aduzindo que na relação havida com a 1ª ré estão presentes os requisitos ensejadores da relação de emprego, tendo desempenhado a função de serviços gerais de 1º/12/2018 a 20/1/2020, motivo pelo qual requer reconhecimento do vínculo de emprego.

Em defesa, a 1ª ré (COOMUSERV) nega a fraude noticiada, bem como a presença dos requisitos configuradores da relação de emprego, aduzindo que quando o autor ingressou como cooperado participou de treinamento de cooperativismo, tomou ciência de seu Estatuto Social e Regimento Interno e usufruiu constantemente dos convênios disponibilizados aos seus cooperados ficando demonstrado que a cooperativa exerce seu fim social.

As sociedades cooperativistas, consoante interpretação da Lei n. 5.764/71, visam a prestação de serviços em proveito dos próprios associados, ou seja, os associados prestam serviços de forma autônoma, com distribuição igualitária de tarefas, mesmas oportunidades e são, simultaneamente, os beneficiários dos serviços prestados.

Em regra, inexiste vínculo empregatício entre a cooperativa e seus associados, desde que ausente qualquer espécie de fraude ou desvirtuamento com vistas à utilização da aludida relação para ocultar autêntico contrato de trabalho.

Colho do art. 442 da CLT:

Art. 442 - Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.

Parágrafo único - Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela.

E também dos arts. 2° e 3° da Lei n. 12.690/2012, os quais consignam os principais requisitos para licitude da instituição cooperativa:

Art. 2º Considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.

Art. 3º A Cooperativa de Trabalho rege-se pelos seguintes princípios e valores:

I - adesão voluntária e livre;

II - gestão democrática;
III - participação econômica dos membros;
IV - autonomia e independência;
V - educação, formação e informação;
VI - intercooperação;
VII - interesse pela comunidade;
VIII - preservação dos direitos sociais, do valor social do trabalho e da livre iniciativa;
IX - não precarização do trabalho;
X - respeito às decisões de asssembleia, observado o disposto nesta Lei;
XI - participação na gestão em todos os níveis de decisão de acordo com o previsto em lei e no Estatuto Social.
Observo, nesse passo, que além da ata da assembleia geral de constituição da ré, seu estatuto social e comprovante de inscrição no cadastro de pessoas jurídicas, também veio a proposta de admissão como cooperado (Id b42fa31), a respectiva Ficha de Matrícula do Associado (Id 7cb1a57), a Declaração de Sujeição ao Quadro Associativo, Estatuto e Regimento Interno da Cooperativa Mutuense de Trabalho - COOMUSERV (Id 68ba4da), o Termo de Ajuste de Conduta de Cooperados (Ids 3d4aaec 95e57a2) em que evidencia direitos obrigações de associados, bem como o certificado do Curso de Introdução ao Cooperativismo (Id d89ce5d) o Termo de Compromisso de Execução de Serviços em que aceita encargo de serviços futuros, todos devidamente subscritos pelo autor, o que faz prova tanto da regular constituição da ré como associação cooperativa como da associação do autor na condição de cooperado.
Certo é que cabia ao autor desconstituir a validade dos documentos juntados pela ré, ônus do qual não se desvencilhou, uma vez que se limitou a impugnar genericamente tais provas, não alçando acervo probatório suficiente a caracterizar fraude na cooperativa, competindo realçar que nem sequer produziu prova testemunhal quanto à matéria.
Outrossim, só o fato de a ré determinar o local, a jornada, o horário e o cliente a ser atendido não demonstra a existência de subordinação jurídica, mas apenas a organização do labor e forma a cumprir com a exigência de distribuição igualitária de serviços aos cooperados, cabendo realçar que a própria Lei n. 12.690, de 19 de julho de 2012, que trata das cooperativas de trabalho, autoriza a organização do labor através de plantões.
Assim também em relação ao recebimento de valores fixos, porquanto se combinado um horário fixo de trabalho e o cooperado for assíduo, a conclusão lógica é que sua produção foi a mesma, pois trabalhou o mesmo número de horas, não sendo isso suficiente para caracterizar fraude na cooperativa.
Nesse sentido vem decidindo este Tribunal, senão vejamos:
(...)
Desse modo, não comprovada a existência de fraude na instituição da cooperativa ré ou fraude no ingresso do autor como cooperado, resta atraída a incidência do parágrafo único do art. 442 da CLT, acima transcrito, porquanto não estão presentes os pressupostos inerentes à relação de emprego.
Pelo exposto, reformo a sentença para declarar a inexistência de vínculo de emprego entre as partes, absolvendo os réus da condenação imposta.
Dou provimento.
(...)" (destacou-se, págs. 1.234- 1.237).
Acerca do reconhecimento devínculo empregatícioentre o reclamante e a reclamada, salienta-se que o artigo 442, parágrafo único, da CLT somente afastava ovínculo de empregoentre o associado e acooperativase essa for uma autênticacooperativa.
No caso, consoante se infere da decisão do Regional "além da ata da assembleia geral de constituição da ré, seu estatuto social e comprovante de inscrição no cadastro de pessoas jurídicas, também veio a proposta de admissão como cooperado (Id b42fa31), a respectiva Ficha de Matrícula do Associado (Id 7cb1a57), a Declaração de Sujeição ao Quadro Associativo, Estatuto e Regimento Interno da Cooperativa Mutuense de Trabalho - COOMUSERV (Id 68ba4da), o Termo de Ajuste de Conduta de Cooperados (Ids 3d4aaec 95e57a2) em que evidencia direitos obrigações de associados, bem como o certificado do Curso de Introdução ao Cooperativismo (Id d89ce5d) o Termo de Compromisso de Execução de Serviços em que aceita encargo de serviços futuros, todos devidamente subscritos pelo autor, o que faz prova tanto da regular constituição da ré como associação cooperativa como da associação do autor na condição de cooperado" (pág. 1.236).
Segundo a Corte a quo, "cabia ao autor desconstituir a validade dos documentos juntados pela ré, ônus do qual não se desvencilhou, uma vez que se limitou a impugnar genericamente tais provas, não alçando acervo probatório suficiente a caracterizar fraude na cooperativa, competindo realçar que nem sequer produziu prova testemunhal quanto à matéria" (pág. 1.236).
Além disso, o Tribunala quoconsignou, expressamente, que incumbia ao reclamante o ônus de desconstituir a validade dos documentos juntados, ônus esse que não se desincumbiu, não havendo provas suficientes para configurar a fraude na cooperativa.
Nesse contexto, não evidenciada, pelo Regional, afraudena contratação do autor por meio do sistema cooperativo, bem como a presença dos requisitos necessários para a configuração da relação de emprego, nos termos dos artigos 2º e 3º da CLT.
Assim, não há falar em violação dos artigos 5°, inciso LV, da Constituição Federal, 3° da CLT, vez que o processamento do recurso de revista encontra óbice na Súmula nº 126 do TST, que assim dispõe:
"Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, "b", da CLT) para reexame de fatos e provas.".
Também não há falar em divergência jurisprudencial válida ao processamento do recurso de revista, nos termos da Súmula nº 296, item I, do TST.
Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 896, § 14, da CLT.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000332-94.2020.5.12.0037

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	SDB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
Advogado	Dr. Marcelo Marcal Sarda(OAB: 15190-A/SC)
Agravado	LEONARDO RODRIGUES
Advogado	Dr. Tiago Kremer Pizzetti(OAB: 23594-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEONARDO RODRIGUES
- SDB COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, às págs. 428-444, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 422 e 423, quanto ao tema ESTABILIDADE ACIDENTÁRIA.

Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso (acórdão publicado em 23/09/2021; recurso apresentado em 04/10/2021).

Regular a representação processual.

Desnecessário o preparo.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Consigno, inicialmente, que, consoante o disposto no § 9º do art. 896 da CLT, o cabimento de recurso de revista em demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo se restringe às hipóteses de violação direta de norma da Constituição Federal ou de contrariedade a súmulas do TST, ou ainda, a Súmulas vinculantes do STF.

Por essa razão, serão desconsideradas, na análise dos pressupostos intrínsecos, eventuais alegações de contrariedade a verbetes jurisprudenciais distintos dos previstos, de violação à legislação infraconstitucional ou de divergência jurisprudencial.

Rescisão do Contrato de Trabalho / Reintegração / Readmissão ou Indenização / Estabilidade Acidentária.

Alegação(ões):

- contrariedade à Súmula 378, II,do Tribunal Superior do Trabalho.

A demandada rechaça o posicionamento do Colegiado que considerou ser o autor detentor da estabilidade provisóriadecorrente de acidente de percurso. Para tanto, insiste na tese de que a estabilidadenesse casosó é cabível quando o empregado receber auxílio-doença acidentário, o que não foi o caso dos autos

Consta do acórdão:

"O acidente em questão ocorreu no dia 18-10-2019 e a medida provisória nº 905-2019, que excluiu a equiparação do acidente de trajeto como acidente do trabalho, vigeu de 11-11-2019 a 20-04-2020.

Portanto, na data da ocorrência do acidente de trajeto, este era equiparável a acidente do trabalho, sendo devida a respectiva indenização substitutiva do período estabilitário.

O fato de o benefício recebido pelo autor não ter sido o auxílio acidente não exclui a presente conclusão, pois este Colegiado não está vinculado às conclusões da aludida autarquia federal."

Inviável a análise do recurso, uma vez que o Colegiadonão adotou tese sobre a matéria à luz da súmula invocada pela parterecorrente. Assim, ausente o prequestionamento, incide o óbice indicado na Súmula nº297 do Tribunal Superior do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGOseguimento aorecurso de revista." (págs. 422 e 423).

Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos todos os requisitos para admissibilidade de seu recurso de revista.

Aduz que "toda a matéria controvertida e relativa ao pedido de exclusão do pagamento de indenização substitutiva dos salários do período estabilitário deferida ao agravado encontra-se devidamente prequestionada, nos termos do que exige a Súmula nº 297, item II do c. TST" (pág. 438).

Sustenta que "Em sede de embargos de declaração, a agravante prequestionou a matéria, nos termos que determina a Súmula nº 297 do TST, bem como o v. acórdão adotou tese no sentido que não está vinculado às conclusões da autarquia previdenciária, ou seja, que não se aplica o art. 118 da nº 8.213/981" (pág. 441).

Alega violação do artigo 118 da Lei n° 8.213/1991 e contrariedade à Súmula nº 378, item II, do TST.

Sem razão.

O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto ao acidente de trajeto, nos seguintes termos:

"(...)

Repito que não há controvérsia sobre o acidente ter ocorrido em trajeto, pois a ré não negou tal fato, limitando-se em contestação a afirmar que "na data em que o autor foi dispensado, 06/02/2020, o acidente de trajeto não era equiparado a acidente de trabalho, e, por consequência, inexistia a estabilidade acidentária" (fl. 55).

O acidente em questão ocorreu no dia 18-10-2019 e a medida provisória nº 905-2019, que excluiu a equiparação do acidente de trajeto como acidente do trabalho, vigeu de 11-11-2019 a 20-04-2020.

Portanto, na data da ocorrência do acidente de trajeto, este era equiparável a acidente do trabalho, sendo devida a respectiva indenização substitutiva do período estabilitário.

O fato de o benefício recebido pelo autor não ter sido o auxílio acidente não exclui a presente conclusão, pois este Colegiado não está vinculado às conclusões da aludida autarquia federal.

Nego provimento.

(...)" (destacou-se, pág. 366).

Eis a manifestação do Tribunal Regional ao apreciar os embargos de declaração interpostos pela reclamada:

"(...)

A ré afirma que o acórdão "é omisso ao deixar de manifestar- se quanto à não aplicação do artigo 118 da lei 8.213/91 em razão do afastamento previdenciário ser em espécie 31 e não 91 que trata da estabilidade acidentária, restando por descaracterizado o acidente de trajeto" (fl. 394).

Não existe a alegada omissão.

Constou inequivocamente no acórdão que "O fato de o benefício recebido pelo autor não ter sido o auxílio acidente não exclui a presente conclusão, pois este Colegiado não está vinculado às conclusões da aludida autarquia federal" (fl. 367).

Rejeito.

(...)" (destacou-se, pág. 397)

No caso, a despeito da alegação acerca da estabilidade acidentária, o Regional não analisou a matéria à luz da Súmula n° 378, item II, do TST e, nos embargos de declaração apresentados, não foi requerido à Corte Regional o pronunciamento acerca do aspecto disposto no referido verbete. Nessas condições, este Tribunal extraordinário não pode analisar a alegada contrariedade ao verbete sumular, porausência de prequestionamento, conforme dispõe a Súmula nº 297, itens I e II, do TST.

Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 896, § 14, da CLT.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001290-47.2019.5.02.0079

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE SÃO PAULO
Advogada	Dra. Roberta de Giussio Oliveira(OAB: 187160-A/SP)
Advogada	Dra. Juliana Costa Pera Vitalino(OAB: 261351-A/SP)
Advogada	Dra. Verônica Andrade Canesso(OAB: 255570-A/SP)
Advogada	Dra. Mariana Garcia da Silva(OAB: 263663-A/SP)
Advogado	Dr. Ethel Marchiori Remorini(OAB: 149404-D/SP)
Advogada	Dra. Cristiane de Oliveira Gambetta(OAB: 261889-A/SP)
Advogada	Dra. Danuta de Assis Silva(OAB: 336239-A/SP)
Advogada	Dra. Valdete dos Santos Camilo(OAB: 367039-A/SP)
Advogada	Dra. Ana Paula Astolfi(OAB: 244571-A/SP)
Advogada	Dra. Yasmin Ferreira El Kadri(OAB: 377551-A/SP)
Advogado	Dr. Fernando de Jesus Nunes(OAB: 378087-A/SP)
Agravado	DANIELA LOBATO MACHADO - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIELA LOBATO MACHADO - ME
- SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE SÃO PAULO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, às págs. 253-261, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 246 e 247, quanto ao tema EXTINÇÃO DA AÇÃO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.
Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 10/11/2020 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 18/11/2020 - id. d29fe8e).
Regular a representação processual,id. 8fe6ec4.
Satisfeito o preparo (id(s). 35d55c5).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Negativa de Prestação Jurisdicional.
Nos termos do art. 896, §1º-A, IV, da CLT, ao suscitar nulidade por falta de prestação jurisdicional, a parte deve transcrever o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, o que não foi observado pelo recorrente.
DENEGO seguimento quanto ao tema.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Formação, Suspensão e Extinção do Processo / Extinção do Processo sem Resolução de Mérito.
Consignado no v. acórdão que o feito foi extinto sem resolução do mérito por falta de interesse de agir, não se vislumbra ofensa aos dispositivos legais e constitucionais apontados.
Inservível o aresto transcrito com vistas a corroborar o dissídio jurisprudencial, porquanto proveniente do STF, o que não se afina à literalidade do disposto na alínea "a" do artigo 896 da CLT.
DENEGO seguimento.
Direito Coletivo / Norma Coletiva - Aplicabilidade / Cumprimento.
Como se depreende das razões recursais, a parte não se insurge efetivamente contra a fundamentação exposta no v. acórdão, no sentido da ausência das condições de ação,o que atrai a incidência da Súmula 422, item I, do Tribunal Superior do Trabalho como óbice ao processamento do recurso de revista.
DENEGO seguimento.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Assistência Judiciária Gratuita.
O recorrente não apontou violação legal ou constitucional, ou contrariedade à súmula ou à orientação jurisprudencial do TSTou a Súmula Vinculante do STF, tampouco indicou divergência jurisprudencial, o que inviabiliza o prosseguimento do recurso de revista, a teor do art. 896, da CLT.
DENEGO seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista." (págs. 246 e 247).
Na minuta de agravo de instrumento, o reclamante insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foi demonstrado o preenchimento dos requisitos dispostos no artigo 896 da CLT.
Verifica-se, de plano, no entanto, que, no caso, o recurso de revista não enseja ser processado, tendo em vista que a parte não apresenta suas razões mediante indicação de qualquer das hipóteses prevista nas alíneas do artigo 896 da CLT, que dispõem acerca das hipóteses de cabimento do recurso de revista.
Nesse contexto, a medida processual revela-se desfundamentada, por falta de enquadramento no permissivo legal mencionado.
Registra-se que, em relação a todos os demais temas impugnados, o agravo de instrumento encontra-se desfundamentado.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000779-80.2020.5.02.0704

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Procuradora	Dra. Cámila Venturi
Agravado	ANSELMO PIRES SANTOS

Advogada Dra. Joselane Pedrosa dos Santos(OAB: 267471-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANSELMO PIRES SANTOS
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI No 13.467/2017

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, às págs. 258-264, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 249-251, quanto ao tema: QUINQUÊNIO - EXTENSÃO AO SERVIDOR CELETISTA.

Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.

O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.

Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJT em 10/06/2021 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 28/06/2021 - id. ba9c1b3).

Regular a representação processual (Súmula 436/TST).

Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / GRATIFICAÇÃO / GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO.

A Corte Superior Trabalhista já pacificou o entendimento de que o direito ao pagamento do adicional por tempo de serviço denominado quinquênio, previsto no art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo, alcança indistintamente os servidores estaduais celetistas e estatutários da Administração Pública direta, das fundações e das autarquias.

Nesse sentido: E-ED-RR - 1001413-08.2013.5.02.0321, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 13/10/2017; AgR-AIRR - 1123-84.2015.5.02.0015, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, DEJT 30/06/2017; AIRR - 1037-34.2013.5.02.0064, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, 2ª Turma, DEJT 25/08/2017; AIRR - 2718-24.2013.5.02.0069, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, 3ª Turma, DEJT 01/09/2017; AIRR - 1001249-62.2015.5.02.0292, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, 4ª Turma, DEJT 19/05/2017; Ag-AIRR - 105-17.2014.5.02.0030, Relator Ministro: João Batista Brito Pereira, 5ª Turma, DEJT 30/06/2017; AIRR - 1000952-11.2014.5.02.0318, Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, 6ª Turma, DEJT 15/09/2017; AIRR - 11987-73.2015.5.15.0031, Relator Desembargador Convocado: Roberto Nobrega de Almeida Filho, 7ª Turma, DEJT 15/09/2017; AIRR - 1000571-75.2018.5.02.0087, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, 8ª Turma, DDEJT 19/06/2020.

Destarte, estando a decisão recorrida em consonância com a atual e iterativa jurisprudência da Corte Superior, o trânsito do recurso de revista encontra óbice no artigo 896, § 7º, da CLT e na Súmula 333 desta Corte, inclusive com referência ao dissídio jurisprudencial aventado.

DENEGA-SE seguimento.

CONCLUSÃO DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista". (págs. 249-251).

Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, contestando a condenação que lhe foi imposta, relativa ao pagamento da parcela referente ao adicional por tempo de serviço, ao argumento de que tal parcela não é extensível aos servidores regidos pela CLT.

Aduz, literalmente, que "a recorrida foi contratado pelo regime celetista, sendo certo que apenas os funcionários públicos preenchem os pressupostos do art. 129 da Constituição Paulista, ou seja, aqueles investidos em cargos públicos" (pág. 260).

Sustenta que "ao direcionar interpretação teleológica ao 129 da Constituição do Estado de São Paulo, conclui-se, por óbvio, que os empregados públicos não têm direito à percepção do quinquênio" (pág. 261).

Alega violação dos artigos 5°, inciso II e 37, inciso XIV da Constituição Federal.

Ao exame.

O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto ao pagamento do adicional por tempo de serviço aos servidores celetistas, nos seguintes termos:

"Qüinqüênios.

Requer a recorrente a reforma da sentença que julgou procedente o pedido de pagamento de adicional por tempo de serviço (quinquênio) nos vencimentos e respectivos reflexos, conforme previsão do art. 129 da Constituição Estadual.

Analiso.

É inconteste que o reclamante mantém relação de trabalho com a reclamada e que possui tempo de efetivo serviço suficiente para postular o pagamento de quinquênio. Não há discussão nos autos sobre o preenchimento do requisito temporal, o que torna incontroversa essa matéria.

Versa a discussão destes autos sobre a inclusão da autora, empregada de fundação pública, na definição de "servidor público" constante da norma constitucional estadual.

O conceito de servidor público estabelecido no artigo 129 da Constituição do Estado de São Paulo de 1.989 inclui a autora. O servidor público é gênero do qual é espécie o empregado contratado pela administração direta, autarquias e fundações públicas.

Neste sentido dispõe o artigo 129 da Constituição do Estado de São Paulo, in verbis: "Art. 129 - Ao servidor público estadual é assegurado o percebimento do adicional por tempo de serviço, concedido no mínimo por qüinqüênio, e vedada a sua limitação, bem como a sexta-parte dos vencimentos integrais, concedida aos vinte anos de efetivo exercício, que incorporarão aos vencimentos para todos os efeitos, observado o disposto no art. 115, XVI, desta Constituição." Também a Lei 10.261/68 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, já estipulava o pagamento dessa parcela aos servidores do Estado, in verbis: "Artigo 127- O funcionário terá direito, após cada período de 5 (cinco) anos, contínuos, ou não, à percepção de adicional por tempo de serviço, calculado à razão de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento ou remuneração, a que se incorpora para todos os efeitos." A confluência do significado do termo servidor público, para abranger também o empregado público, passou a ter relevância a partir de outubro de 1.989, quando a promulgação do artigo 28 da Constituição do Estado de São Paulo, passou a garantir os benefícios especificados a todos os servidores estaduais. A partir de então, deixou de existir a distinção entre os estatutários e celetistas, para fins de aquisição do quinquênio e sexta-parte.

Nesse sentido, tem-se posicionado o C. Tribunal Superior do Trabalho: "AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI 13.015/2014. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. ARTIGO 129 DA CONSTITUIÇÃO DO

ESTADO DE SÃO PAULO. EXTENSÃO AOS EMPREGADOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA FUNDACIONAL. DEVIDA.O artigo 129 da Constituição Paulista, ao afirmar que é assegurado ao servidor público estadual o percebimento de adicional por tempo de serviço e de benefício da sexta-parte, não faz distinção quanto ao regime jurídico do trabalhador, se estatutário ou celetista. Assim, as parcelas ali previstas são devidas, igualmente, aos servidores públicos celetistas e aos estatutários, integrantes da Administração Pública direta, autárquica ou fundacional. Sendo a Reclamante empregada pública da Fundação CASA, integrante da Administração Indireta Fundacional, a ela se aplica o artigo 129 da Constituição do Estado de São Paulo. Acórdão em consonância com a Orientação Jurisprudencial Transitória 75/SBDI-1. Agravo de instrumento não provido." (Processo: AIRR - 2325-82.2015.5.02.0052 Data de Julgamento: 07/03/2018, Relator Ministro: Douglas Alencar Rodrigues, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 16/03/2018.

No mesmo sentido, é a posição deste E. Tribunal Regional, exposta na Súmula nº 04: "SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL SEXTA PARTE DOS VENCIMENTOS BENEFÍCIO QUE ABRANGE TODOS OS SERVIDORES E NÃO APENAS OS ESTATUTÁRIOS. (RA nº 02/05 DJE 25/10/05) O art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo, ao fazer referência a Servidor Público Estadual, não distingue o regime jurídico para efeito de aquisição de direito." Por sua vez, a Orientação Jurisprudencial nº 75, da SDI-1 Transitória do C. TST, também dispõe: "75. Parcela "sexta parte". Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo. Extensão aos empregados de sociedade de economia mista e empresa pública. Indevida. (DeJT 02/08/2010) Portanto, a pertinência do pedido inicial está analogicamente reconhecida na jurisprudência colacionada, eis que a recorrente é fundação estadual. Não há como se sustentar que a norma constitucional depende de regulamentação.

Trata-se de norma de eficácia imediata, que independe de legislação infraconstitucional.

Ademais, o termo "vencimentos integrais", inscrito na norma constitucional, visa definir a base do cálculo do benefício e não restringir sua incidência. O que determina a incidência do referido benefício é o regime jurídico a que se sujeita a recorrida. E, como servidora de fundação pública mantida pelo erário público, a reclamante é beneficiária da norma em comento.

Consigno que não afasta o direito, a disposição do artigo 22, inciso I, da Constituição Federal. A reclamante, como empregada celetista de fundação estadual, possui também, na Constituição do Estado de São Paulo, regulamentação de sua relação contratual, não havendo usurpação de competência legislativa. Pelo contrário, está atrelada ao cumprimento do artigo 129 da Constituição Estadual, que estendeu a empregados públicos o benefício do quinquênio, restrito, antes de 1989, a funcionários públicos, nos termos da Lei 10.261/68.

Por fim, a base de cálculo do referido benefício é o salário base da reclamante, nos termos da Orientação Jurisprudencial Transitória nº 60 do C. TST, com reflexos nas demais verbas contratuais, como deferido na r. sentença atacada, como corolário da inegável natureza salarial do quinquênio.

Desprovejo o apelo". (destacou-se, págs. 213-216).

Com efeito, a jurisprudência desta Corte adota o entendimento de que o artigo 129 da Constituição do Estado de São Paulo também se aplica aos servidores públicos estaduais e não faz nenhuma distinção entre os regimes de admissão, se estatutário ou celetista, para efeito de seu alcance, sendo devida, portanto, a parcela referente ao adicional por tempo de serviço, inclusive aos servidores celetistas.

Nesse sentido, os seguintes precedentes: IRR-1112-91.2015.5.02.0003, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, DEJT 6/10/2017; RR-11124-03.2015.5.15.0069, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, 3ª Turma, DEJT 16/3/2018 e AIRR-11490-42.2015.5.15.0069, Relator Ministro: Douglas Alencar Rodrigues, 7ª Turma, DEJT 14/8/2017.

Nesse contexto, a decisão do Regional encontra-se em consonância com a jurisprudência iterativa, notória e atual do Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que o servidor público celetista também faz jus ao adicional por tempo de serviço (quinquênio), de modo que esgotada se encontra a função uniformizadora desta Corte, o que afasta a possibilidade de afronta aos artigos 37, inciso XIV, da Constituição Federal, nos termos da Súmula nº 333 do TST.

A invocação genérica de ofensa ao artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, não é suficiente para autorizar o processamento de recurso de revista com base na previsão da alínea "c" do artigo 896 da CLT, na medida em que, para sua constatação, seria necessário concluir, previamente, ter havido violação de preceito infraconstitucional, como ocorre neste caso.

Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "b" do Regimento Interno do TST.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011730-95.2020.5.15.0088

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA
Procurador	Dr. Wellington Falção de Moura Vasconcellos Neto
Agravado	IVA LUCIA GOMES DA SILVA
Advogado	Dr. Caio Francisco Ramos dos Santos(OAB: 359808-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- IVA LUCIA GOMES DA SILVA
- MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA

FÉRIAS - FRUIÇÃO NA ÉPOCA PRÓPRIA - PAGAMENTO RESPECTIVO EM ATRASO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado, às págs. 112-137, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 103-105, quanto ao tema FÉRIAS - FRUIÇÃO NA ÉPOCA PRÓPRIA - PAGAMENTO RESPECTIVO EM ATRASO.

Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.

O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não provimento do agravo de instrumento.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamado:

"(...)

Férias / Indenização / Dobra / Terço Constitucional.

ATRASO DA QUITAÇÃO

DA INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 450 DOC. TST

Quanto ao acolhimento da determinação de pagamento da dobra das férias não remuneradas em época própria, o v. acórdão, além de ter se fundamentado nas provas, decidiu em conformidade com a Súmula 450 do C. TST.

Some-se a isso o teor da Súmula 52 do TRT da 15ª Região, a respeito da matéria tratada no recurso interposto:

"FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. REMUNERAÇÃO FORA DO PRAZO PREVISTO NO ART. 145 DA CLT. DOBRA DEVIDA. ART. 137 DA CLT E SÚMULA 450 DO C. TST. É devido o pagamento da dobra da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT e Súmula 450 do C. TST, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 003/2016, de 17 de março de 2016)

Assim, inviável o recurso pelo teor do art. 896, § 7º, da CLT e das Súmulas 126 e 333 do C. TST.

Insta ressaltar que o ente público ao contratar pelo regime celetista despe-se do "jus imperii" equiparando-se ao empregador privado (Orientação Jurisprudencial 238 da SBDI-1 do C.TST - parte final). Ademais, Súmula não é norma positivada, mas sim, cristalização de diversos entendimentos ao longo do tempo formados com base em normas positivadas preexistentes. Trata-se da expressão de uma interpretação de um direito positivo já existente, por tal motivo aplicável de imediato e não sujeito às restrições de retroatividade das normas positivadas. Neste sentido já se posicionaram as decisões do C. TST nos processos RR-435610.80.1998.5.09.5555, DJ 14.11.2002, Min. Carlos Alberto Reis de Paula; AIRR 38040-05.2004.5.10.0003 DEJT 08.05.2009, Min. Pedro Paulo Teixeira Manus; AIRR 173.340-18.2002,5,01..0048, DJ 19.10.2007, Min. Ives Gandra Martins Filho; AIRR 293.941-59.2005.03.0091, DJ 11.10.2007, Min. Renato de Lacerda Paiva; ED-ED-AIRR 14.740-45.2009.5.24.0004, DEJT 19.04.2011, Min. Kátia Magalhães Arruda; AIRR 5735800-32.2002.5.02.90, DJ 13.08.2004, Min. Milton de Moura França.

Por fim, oportuno destacar que por força do artigo 8º, "caput", da CLT, na falta de disposições contratuais ou legais, conforme o caso, a Justiça do Trabalho poderá decidir pela jurisprudência (no caso, a Súmula 450 do C. TST), restando, portanto, insubsistente a alegada violação aos dispositivoslegais e constitucionalapontados.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Assistência Judiciária Gratuita.

No que se refere ao tema em destaque, inviável o recurso, pois a parte recorrente não indica trecho do acórdão recorrido que prequestiona a controvérsia objeto do recurso, assim deixando de atender aos requisitos exigidos pelo art. 896, § 1º, I, da CLT.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

(...)" (págs. 103-105).

Na minuta de agravo de instrumento, o reclamado insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, contestando a condenação que lhe foi imposta, relativa ao pagamento da dobra de férias.

Aponta contrariedade à Súmula nº 450 do TST e apresenta arestos para o confronto de teses.

Sem razão.

O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto às férias:

"(...)

DOBRA DAS FÉRIAS

Incontroverso que o reclamado pagou a destempo as férias de 2014/2015, diante da alegação que pagou as férias após dois dias do inicio.

Como é cediço, as férias atendem, inquestionavelmente, a todos os objetivos que justificam os demais intervalos da jornada de trabalho do empregado, sendo, por isso, inconteste sua importância como medida de saúde e segurança laborativas e de reinserção social e familiar. Trata-se, pois, de norma de caráter imperativo, absolutamente indisponível.

Uma de suas características mais proeminentes diz respeito a sua composição obrigacional múltipla, o que significa, em apertada síntese, que esse instituto é composto por obrigações de natureza diversa. Citem-se, por exemplo, a obrigação de fazer do empregador, que consiste em determinar o período de férias do obreiro, a obrigação de pagar quantia certa, consubstanciada no pagamento antecipado do salário do período de férias, acrescido do terço constitucional, e a obrigação de não fazer, que impede o empregador de requisitar os serviços do empregado durante seu descanso.

No Direito Brasileiro, a matéria é regida pelos arts. 129 e seguintes da CLT, que estatuem:

Art. 134 - As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.

(....)

Art. 137 - Sempre que as férias forem concedidas após o prazo de que trata o art. 134, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração.

(...)

Art. 143 - É facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.

(...)

Art. 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

A exegese dos dispositivos acima transcritos, à luz do art. 7º, XVII, da CF/88, permite concluir que a remuneração intempestiva das férias equivale a sua não-concessão no momento oportuno (art. 137 da CLT), já que o trabalhador não tem a disponibilidade financeira necessária para desfrutar do período de descanso.

Nesse sentido, inclusive, tem-se as Súmulas 450 do C. TST e 52 deste E. TRT da 15ª Região, in verbis:

TST. Súm. 450. FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO. DOBRA DEVIDA. ARTS.137 E 145 DA CLT. É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art.137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art.145 do mesmo diploma legal.

TRT15. Súm. 52 - FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. REMUNERAÇÃO FORA DO PRAZO PREVISTO NO ART. 145 DA CLT. DOBRA DEVIDA. ART. 137 DA CLT E SÚMULA 450 DO C. TST. É devido o pagamento da dobra da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT e Súmula 450 do C. TST, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal. (Resolução Administrativa nº 003/2016, de 17 de março de 2016 - Divulgada no D.E.J.T de 18/3/2016, págs. 02 e 03; D.E.J.T de 21/3/2016, pág. 02; D.E.J.T de 22/3/2016, pág. 02)

Insta destacar que, quando o Município contrata empregados pelo regime celetista, ele se equipara ao empregador comum e deve observar os preceitos legais que regulam a matéria.

Importante consignar, neste ponto, que não compete ao Ente

Público municipal avaliar se os valores quitados antecipadamente foram suficientes para a reclamante desfrutar das férias com condições financeiras bastante, nem mesmo justificar o pagamento intempestivo das férias em virtude de opção da obreira.
Com efeito, cabe ao empregador apenas cumprir a determinação legal, presumindo-se o prejuízo na hipótese de desrespeito ao comando contido no art. 145 da CLT.
No caso em comento, tanto pela documentação colacionada aos autos a qual não especifica a data do pagamento quanto pela confissão da reclamada, resta comprado o pagamento a destempo.
Assim, faz jus a reclamante à dobra das férias do período aquisitivo de 2014/2015, com o terço constitucional, pagando de forma simples, para a complementação do dobro.
Reformo.
(...)" (sublinhou-se, págs. 54-56).
O artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal confere ao trabalhador o direito ao gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de um terço a mais que o valor do salário.
Também é direito do empregado perceber o pagamento da remuneração das férias até dois dias antes do início do respectivo período, nos termos do artigo 145 da CLT, in verbis:
"Art. 145. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período."
O artigo 137 da CLT, por sua vez, preconiza que o gozo do período das férias, após o término do período concessivo, acarreta a obrigação do pagamento em dobro da remuneração devida.
Disso resulta a conclusão de que, tanto no caso da concessão do próprio período de férias em atraso, quanto na hipótese do gozo de esse benefício ter se dado no prazo, mas com o pagamento em atraso do valor correspondente (até mesmo após o usufruto das férias), é devido o pagamento em dobro da parcela, com o respectivo adicional de 1/3, que deve ser calculado sobre o valor total das férias, inclusive sobre a dobra.
Desse modo, cabe ao empregador, ao conceder o gozo das férias ao seu empregado, observar o disposto no artigo 145 da CLT, que preconiza que o pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, do abono citado no artigo 143, seja efetuado até dois dias antes do início do respectivo período, sob pena de pagá-las em dobro, conforme previsto no artigo 137 do mesmo diploma da CLT.
A justificativa da previsão legal do pagamento da remuneração do período de férias em prazo anterior ao gozo destas é propiciar ao empregado condições financeiras de desfrutar as férias, que possuem caráter de higiene e segurança do trabalho.
E, pelo fato de ser tão importante que o empregado usufrua as férias, fica o empregador submetido às obrigações de permitir o período de descanso e de pagar a importância relativa às férias no prazo prescrito em lei, sob pena de, assim não o fazendo, desobedecer ao artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal e, ainda aos artigos 137 e 145 da CLT, este, que prevê como consequência grave, o pagamento em dobro da parcela.
Assim, férias desfrutadas na época própria, porém pagas fora do prazo previsto no artigo 145 da CLT, também ensejam a condenação do empregador ao pagamento do período em dobro, por aplicação analógica do artigo 137 da CLT, pois significa, por via transversa, que o empregador inviabilizou o gozo das férias, infringindo o mesmo valor que o legislador pretendeu preservar.
Nesse sentido, a Súmula nº 450 desta Corte, que resultou da conversão da Orientação Jurisprudencial nº 386 da SbDI-1 do TST:
"FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO. DOBRA DEVIDA. ARTS. 137 E 145 DA CLT. (DEJT divulgado em 09, 10 e 11.06.2010)
É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal."
Observa-se, pois, que a decisão regional foi proferida em consonância com o teor dessa Súmula.
Assim, estando o acórdão recorrido em consonância com a atual, iterativa e notória jurisprudência desta Corte superior, consubstanciada na Súmula nº 450 do TST, o processamento do recurso de revista encontra óbice na Súmula nº 333 do TST.
Cabe registrar que a edição da Súmula nº 450 desta Corte não implicou em criação de obrigação não prevista em lei nem, consequentemente, em ofensa ao disposto no artigo 8º, § 2º, da CLT, mas, tão somente, em explicitação de entendimento consolidado acerca de exigência legal oriunda dos dispositivos pertinentes à matéria, construído a partir da interpretação desses dispositivos.
Não há falar em possibilidade de processamento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, nos termos do artigo 896, § 7º, da CLT.
Registra-se que as súmulas desta Corte são fruto de iterativa jurisprudência daquelas Cortes, materializada por meio do exame de situações pretéritas e semelhantes emanadas da legislação infraconstitucional federal, segundo a missão constitucional de que este Tribunal está investido, de interpretá-la sistematicamente.
Nesse contexto, oportuno assentar a aplicabilidade e juridicidade da Súmula nº 450 do TST ao caso concreto.
Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento nos artigos 932, inciso IV, alínea "a", do CPC/2015 e 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001403-61.2020.5.02.0080

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	LIVRARIA CULTURA S.A.
Advogado	Dr. Cristiano Naman Vaz Toste(OAB: 169005-A/SP)
Agravado	BEATRIZ LIMA MELO
Advogada	Dra. Hellen Cristina Braz de Souza dos Santos(OAB: 345987-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BEATRIZ LIMA MELO
- LIVRARIA CULTURA S.A.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - RITO SUMARÍSSIMO
RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO III, DA CLT. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ANALÍTICA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: VERBAS

RESCISÓRIAS e MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos da Constituição Federal por ela indicados, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT, nem das súmulas eventualmente indicadas como contrariadas.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso III, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
(...)
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte." (destacou-se)
Frisa-se que, na hipótese em que a demanda encontra-se regida pelo rito sumaríssimo, o recurso de revista somente é cabível, nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT e da Súmula nº 442 do TST, mediante a indicação de ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ou de contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001546-75.2019.5.02.0083

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	ALBERTO FRANCA LOPES
Advogado	Dr. José Marcelo Ferreira Cabral(OAB: 191980-A/SP)
Agravado	COLGATE-PALMOLIVE INDUSTRIAL LTDA.
Advogado	Dr. Gustavo Granadeiro Guimaraes(OAB: 149207-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALBERTO FRANCA LOPES
- COLGATE-PALMOLIVE INDUSTRIAL LTDA.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. TEMA INDICADO NA ÍNTEGRA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: INTERVALO INTRAJORNADA.
Foram apresentadas contrarrazões e contraminuta às págs. 3.102-3.116.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte, em vez de indicar o respectivo trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, transcreveu a íntegra do tema analisado no acórdão, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso. Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/06/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/08/2018; AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão

recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.

Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.

Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.

Registra-se que, em relação ao tema da nulidade do laudo pericial, o agravo de instrumento encontra-se desfundamentado, porquanto não ataca o fundamento específico do despacho denegatório do recurso de revista.

Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0020948-48.2015.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	LUFT-LOGISTICA ARMAZENAGEM E TRANSPORTES LTDA
Advogado	Dr. Anita Silveira(OAB: 36854-A/RS)
Agravado	UNIÃO (PGFN)
Procurador	Dr. Thiago Luís Eiras da Silveira
Procurador	Dr. Luís Carlos Figueiredo

Intimado(s)/Citado(s):

- LUFT-LOGISTICA ARMAZENAGEM E TRANSPORTES LTDA
- UNIÃO (PGFN)

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO RECURSO DE REVISTA DESFUNDAMENTADO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DAS HIPÓTESES DISPOSTAS NO ARTIGO 896, § 2º, DA CLT E NA SÚMULA Nº 266 DO TST

NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO - AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DA COTA DE APRENDIZES

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela executada, às págs. 413-434, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 404-406, quanto ao tema NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO - AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DA COTA DE APRENDIZES.

Foram apresentadas contrarrazões às págs. 439-444. Sem contraminuta.

O Ministério Público do Trabalho se manifestou não haver interesse público no feito.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela executada:

"(...)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Execução Fiscal.

Consta do acórdão:

"Acrescento não ser possível atribuir à atividade econômica, vinculada ao ramo de transporte, a dificuldade para contratação de profissionais reabilitados ou com deficiência, na medida em que não são apenas motoristas, para o que se exige habilitação específica, os cargos e funções mantidos no quadro de empregados da executada. Exemplo disso é a lista contida no ID. bcb9470 - Págs. 20-7, chamando-se a atenção que nas áreas administrativa, de manutenção e de carga e descarga, por exemplo, não há necessidade da mesma aptidão técnica dos motoristas profissionais.

Por fim, ressalto que o auto de infração foi lavrado em razão de fatos constatados em 2012. Logo, exigível a multa mesmo que a empresa tenha encerrado atividades em Sapucaia do Sul, por meio da Operação Ambev, em março de 2014, com dispensa de todos os empregados que prestavam serviços de entrega de bebidas naquela localidade. De todo o modo, não foi demonstrado que, por ocasião da fiscalização, a empresa como um todo, somando-se os diversos estabelecimentos, preenchia a quota legal com empregados reabilitados ou portadores de deficiências, nos termos do art. 39 da Lei nº 8.213/91".

Não admito o recurso de revista noitem.

Não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte (art. 896, § 1º-A, CLT).

Nas alegações recursais, não verificoviolação direta e literal aodispositivo constitucional mencionado. Ainda, com relação aos arestos hábeis ao confronto, trazidos no recurso, não constato a divergência jurisprudencial apontada.

Assim, nego seguimento ao recurso no item "1 - BASE DE CÁLCULO - EXCLUSÃO DE AJUDANTES E MOTORISTAS DE ENTREGA - MANOBRISTAS - OPERADORES DEE EMPILHADEIRA".

CONCLUSÃO

Nego seguimento.

(...)" (págs. 404 e 405).

Na minuta de agravo de instrumento, a executada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foi demonstrado o preenchimento dos requisitos dispostos no artigo 896 da CLT.

Destaca-se, de plano, no entanto, que se trata de demanda que tramita em fase de execução de sentença, cuja admissibilidade do recurso de revista está restrita à hipótese de violação literal e direta da Constituição da República, nos termos do artigo 896, § 2º, da CLT e da Súmula nº 266 do TST.

Na hipótese dos autos, verifica-se que o recurso de revista não está fundamentado em alegação de violação de norma proveniente da Constituição Federal, de forma que o apelo revela-se desfundamentado, por falta de enquadramento no permissivo legal

mencionado.
Estando o apelo desfundamentado, à luz do disposto na Súmula nº 266 do TST e no artigo 896, § 2º, da CLT, não alcança conhecimento.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000360-67.2012.5.02.0313

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	CAMILLA BRITO SILVA
Advogado	Dr. Cláudio José Sanches de Godoi(OAB: 91533-A/SP)
Advogado	Dr. Douglas Sanches Ceola(OAB: 336072-A/SP)
Agravado	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.
Advogado	Dr. Osmar Mendes Paixão Côrtes(OAB: 15553/DF)

Intimado(s)/Citado(s):
- CAMILLA BRITO SILVA
- GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Dispõe o art. 896, § 2º, da CLT, peremptoriamente, que, "das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal". Reiterada a determinação na Súmula 266 do TST.
No caso dos autos, entretanto, deixa a parte de indicar, no recurso de revista, ofensa a qualquer preceito constitucional, o que torna o apelo desfundamentado.
Assim, com esteio no art. 932 do CPC, nego provimento ao agravo de instrumento.
Diante do óbice formal, incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1001258-21.2016.5.02.0702

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. Osmar de Oliveira Sampaio Júnior(OAB: 204651/SP)
Advogado	Dr. Dênis Sarak(OAB: 252006-A/SP)
Advogado	Dr. Alexandre Lauria Dutra(OAB: 157840-A/SP)
Agravado	ADELSON RODRIGUES DUTRA
Advogado	Dr. Everson Oliveira Cavalcante(OAB: 220533-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- ADELSON RODRIGUES DUTRA
- VIA VAREJO S.A.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. TEMAS INDICADOS NA ÍNTEGRA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela executada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: HORAS EXTRAS - BASE DE CÁLCULO, MULTA DE 40% DO FGTS e CORREÇÃO MONETÁRIA - ÍNDICE APLICÁVEL.
Foram apresentadas contrarrazões às págs. 1.134-1.143 e contraminuta às págs. 1.144-1.152.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte, em vez de indicar os respectivos trechos da decisão recorrida em que se encontram prequestionadas as matérias objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, transcreveu a íntegra dos temas analisados no acórdão, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso. Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/06/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/08/2018; AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-

AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.

De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.

Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.

Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.

Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.

Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010280-28.2019.5.03.0043

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	BRF S.A.
Advogado	Dr. Marcus Vinicius de Carvalho Rezende Reis(OAB: 130124-A/SP)
Advogado	Dr. Rafael Lara Martins(OAB: 22331-A/GO)
Agravado	CELIDONIO MARTINS DA NEVES
Advogada	Dra. Valquíria Ramos do Brasil(OAB: 110438-A/MG)
Advogada	Dra. Carolina Beatriz Batista Andrade(OAB: 145512-A/MG)
Advogada	Dra. Tatiana Diwo da Silva Medeiros(OAB: 136498-A/MG)
Agravado	TRANSPORTADORA FONSECA E FILHOS LTDA - EPP
Advogado	Dr. Brênio Gonçalves(OAB: 76374-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- CELIDONIO MARTINS DA NEVES
- TRANSPORTADORA FONSECA E FILHOS LTDA - EPP

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela segunda reclamada, BRF S.A., às págs. 898-909, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 893 e 894, quanto ao tema RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA.

Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela segunda reclamada:

"(...)

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

TRANSCENDÊNCIA

Nos termos do artigo 896-A, § 6ºda CLT, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Negativa de Prestação Jurisdicional.

Constato que a recorrente não opôs embargos de declaração instando a Turma a se manifestar sobre os supostos vícios, o que faz incidir a preclusão a que aludem a Súmula 184 e o item II da Súmula 297 do TST.

Responsabilidade Solidária / Subsidiária / Tomador de Serviços / Terceirização.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.

Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, nem contrariedade com Súmula de jurisprudência uniforme do TST ou Súmula Vinculante do STF, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exigem as alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT.

Acerca da responsabilidade subsidiária atribuída à recorrente, aTurma julgadora decidiu não de forma contrária, mas em sintonia com a Súmula 331, IV, do TST, de forma a incidir o óbice do § 7º do art. 896 da CLT e daSúmula 333 do TST.

Apenas por cautela, registro ser inespecífico o único aresto válido colacionado a respeito da matéria, proveniente do TRT da 9ª Região, pois na hipótese presente a real empregadora do reclamante é empresa de transporte(Súmula 296 do TST).

O acórdão recorrido está lastreado em provas. Incabível, portanto, o recurso de revista para reexame de fatos e provas, nos termos da Súmula 126 do TST.

Arestos trazidos à colação, provenientes de Turmas do TST, deste Tribunal ou deórgãos não mencionados na alínea "a" do art. 896 da CLT, não se prestam ao confronto de teses.

Também desservem ao confronto de tesesarestoscarentes de indicação de fonte oficial ou repositório autorizado em que foram publicados (Súmula 337, I, do TST e § 8º do art. 896 da CLT).

Em relação aos honorários advocatícios, o recurso de revista não pode ser admitido, uma vez que não atende ao disposto no inciso I do § 1º-A da alínea "a" do art. 896 da CLT (incluído pela Lei n.º 13.015 de 2014), no sentido de ser ônus da parte, sob pena de não conhecimento do recurso, a indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

(...)" (págs. 893 e 894).

Na minuta de agravo de instrumento, a segunda reclamada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, contestando a condenação que lhe foi imposta, relativa à responsabilidade subsidiária pelo pagamento das verbas deferidas ao trabalhador, argumentando que "não houve terceirização de mão de obra, e sim contratação de empresa ESPECIALIZADA em TRANSPORTE DE CARGAS" (pág. 903).

Aduz que "a aplicabilidade da Súmula 331 do TST perdeu sua eficácia, posto que cria obrigações a empresas contratantes de serviços especializados"; e que, "considerando que a responsabilidade subsidiária da tomadora de serviço somente advém da força da lei ou do contrato, nota-se, in casu, a impossibilidade de ser aplicada, pois a previsão legal não poderá mais ser aplicada, e o contrato é claro ao definir que a 1º Reclamada será responsável integral por todos seus funcionários" (pág. 904).

Afirma ser "Inconteste que a real empregadora do agravado era a 1º Reclamada, conforme se depreende da exordial e documentação acostada. A agravante jamais contratou, dispensou, remunerou, fiscalizou ou comandou a prestação de serviços do obreiro, pelo que mais uma vez torna impossível a condenação subsidiária desta" (pág. 904).

Sustenta que "a relação entre a empresas é meramente contratual, aplicando-se para todos os efeitos a natureza comercial, regida pelo Código Civil de 2002. Assim, não há o que se falar em responsabilidade subsidiária" (pág. 905).

Alega que, "mesmo que se esta Agravante tivesse se beneficiado dos serviços prestados pelo Agravado, ela não pode ser responsabilizada subsidiariamente pelo pagamento das verbas deferidas nesta demanda, haja vista não existirem fundamentos legais capazes de permitir a sua condenação ao pagamento de qualquer um dos supostos créditos que o mesmo possa ter com seu real empregador" (pág. 905).

Alega violação dos artigos 489, § 1º, inciso IV, e 1.016 do CPC, 1º, 2º, § 4º, 5º, 8º, § 2º, e 769 da CLT e 5º, inciso LV, e 93, inciso IX, da Constituição Federal e contrariedade à Súmula nº 331, item IV, do TST e apresenta arestos para o confronto de teses.

Sem razão.

O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto à responsabilidade subsidiária, nos seguintes termos:

"(...)

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

No caso, restou incontroverso que as 1ª e 2ª Reclamadas, Transportadora Fonseca e Filhos Ltda. e BRF S.A., celebraram, entre si, contrato de prestação de serviços de transporte, sendo certo que a função exercida pelo Autor (motorista) encontra-se inserida no objeto do instrumento contratual de Id. f913c9d.

Outrossim, não paira dúvida quanto ao fato de o Reclamante ter trabalhado em prol da 2ª Reclamada, BRF.

Ainda que a verdadeira empregadora do Reclamante tenha sido a 1ª Demandada, Transportadora Fonseca e Filhos, tem-se que o labor do obreiro reverteu-se em proveito da Recorrente.

Diante de tal quadro, é indubitável que ocorreu verdadeira terceirização de mão-de-obra, pelo que a tomadora deverá ser responsabilizada subsidiariamente pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte da prestadora, nos termos do inciso IV da Súmula 331 do TST.

Isso porque, a tomadora concorreu com culpa in vigilando e in elegendo para os danos causados ao Reclamante, seja porque não escolheu bem aquela a quem delegou a execução de determinado serviço, seja porque não fiscalizou, como deveria, se a empregadora vinha adimplindo regularmente com suas obrigações contratuais.

Ressalto que a responsabilidade subsidiária tem como objetivo reforçar a garantia da contraprestação do trabalho, visando resguardar os direitos do empregado que, em face da inadimplência do empregador de fato, vê-se privado do recebimento das verbas trabalhistas, decorrentes de sua força de trabalho.

Comprovado que a 2ª Ré se beneficiou da força de trabalho do Reclamante, impõe-se a sua responsabilização subsidiária.

Enfatizo que esta Turma, analisando situação fática similar, entendeu que "No que diz respeito ao contrato de transporte de carga e à alegada natureza comercial, tese que remete à Lei 11.442/2007, não tem o condão de afastar a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços..." (Processo 0011569-25.2018.5.03.0077, Relatora Paula Oliveira Cantelli, Disponibilização: 17.05.2019).

Portanto, consoante entendimento turmário, o contrato de transporte não exclui a responsabilidade subsidiária da tomadora, eis que se beneficiou das atividades prestadas pelo laborista.

Nessa linha, ainda, a seguinte decisão do c. TST:

"... Não há dúvida de que a interpretação contida na Súmula 331, IV, bem como do próprio STF sobre o tema da responsabilização do tomador dos serviços, abrange todas as hipóteses de terceirização veiculadas na ordem sociojurídica brasileira. Nesse quadro, desponta claro que a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços compreende também a Empresa que figure como contratante num contrato de transporte de mercadoria ou similar, desde que envolva a utilização da força de trabalho humano. No caso concreto, o Tribunal Regional de origem reformou a sentença, que tinha reconhecido a responsabilidade subsidiária da 2ª Reclamada (SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S.A.), ao fundamento de que o contrato de transporte de mercadorias firmado com a 1ª Reclamada, empregadora do Reclamante, não se confunde com a terceirização de serviços, eis que se trata de relação meramente comercial, não sendo aplicável à hipótese o disposto na Súmula 331 do TST. Contudo, ficou incontroverso nos autos que a 2ª Reclamada se beneficiou da atividade da 1ª Ré e da força de trabalho despendida pelo Autor. Assim, considera-se que a 2ª Reclamada é tomadora dos serviços prestados pela 1ª Ré e deve ser responsabilizada, de forma subsidiária, pelas verbas laborais devidas ao Reclamante, conforme Súmula 331, IV/TST. Repita-se: não se questiona a licitude do contrato de prestação de serviço; porém, inadimplindo a contratada as obrigações trabalhistas, deve responder a Reclamada pelos créditos pendentes dos trabalhadores que lhe serviram. Registre-se, mais uma vez, que a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços pelas verbas laborais inadimplidas pelo empregador formal abrange todas as hipóteses de terceirização veiculadas na ordem jurídica brasileira, o que inclui, evidentemente, o contrato de transporte de mercadorias e afins - quando envolver a utilização da força de trabalho humano. Julgados desta Corte. Recurso de revista conhecido e provido." (processo RR-1002087-80.2016.5.02.0385, Relator Ministro Maurício Godinho Delgado, 3ª Turma, Publicação: 19.06.2020).

O entendimento consagrado na mencionada Súmula 331 do TST não foi superado após a entrada em vigor da Lei 13.467/2017, porquanto tal Súmula não cria obrigação não prevista em lei, mas apenas faz a devida interpretação das regras e princípios jurídicos pertinentes.
Nada a prover.
(...)" (págs. 809-811, sublinhou-se e negritou-se).
Verifica-se que a segunda reclamada, BRF S.A., terceirizou serviços mediante a contratação da primeira reclamada.
Assim, embora o reclamante tenha sido contratado pela primeira reclamada, Transportadora Fonseca e Filhos Ltda., prestou serviços, de fato, em favor a segunda reclamada, BRF S.A., ora recorrente, conforme consta no quadro fático descrito no acórdão regional.
O Tribunal Regional consignou, expressamente, que "não paira dúvida quanto ao fato de o Reclamante ter trabalhado em prol da 2ª Reclamada, BRF" (pág. 810).
A decisão regional, portanto, foi proferida em perfeita consonância com o item IV da Súmula nº 331 do TST, com a redação que lhe foi dada por meio da Res. nº 174/2011, divulgada no DEJT em 27, 30 e 31/5/2011:
"IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial."
Por se tratar de empresa privada tomadora de serviços, a exigência que se faz para a sua responsabilização subsidiária é a sua condição de tomadora de serviços do trabalhador, bem como a sua participação na relação processual.
A terceirização trabalhista de atividade-meio, como é o caso dos autos, é atividade lícita.
Isso, contudo, não implica afastamento da responsabilidade da reclamada ora agravante, visto que se beneficiou da prestação dos serviços do trabalhador e, assim, com apoio nos artigos 8º da CLT e 186 e 927 do Código Civil, deve responder pela eventual inobservância dos direitos trabalhistas que assistem ao reclamante.
Cabe ressaltar que, para afastar as conclusões da Corte regional, seria necessário o reexame de fatos e provas, o que é defeso a esta instância recursal de natureza extraordinária, ante a vedação contida na Súmula nº 126 do TST.
A decisão regional foi proferida, portanto, em conformidade com o entendimento da Súmula n° 331, item IV, do TST, de modo que afastada está a possibilidade de configuração de divergência jurisprudencial nos termos do § 7º do artigo 896 da CLT.
Não se configura a alegada violação dos artigos 489, § 1º, inciso IV, e 1.016 do CPC, 1º, 2º, § 4º, 5º, 8º, § 2º, e 769 da CLT e 5º, inciso LV, e 93, inciso IX, da Constituição Federal.
Registra-se que os demais temas alegados no recurso de revista não foram renovados no agravo de instrumento, portanto incide a preclusão, ante a fundamentação vinculada inerente ao recurso e em atenção ao princípio da delimitação recursal.
Diante disso, nego provimento ao agravo de instrumento com fundamento nos artigos 932, inciso IV, alínea "a", do CPC/2015 e 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0001148-55.2015.5.05.0196

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	SODEXO DO BRASIL COMERCIAL S.A.
Advogado	Dr. Fabiano Zavanella(OAB: 163012-A/SP)
Agravado	MARIA ZELIA RODRIGUES DOS SANTOS
Advogado	Dr. Bruno Ribeiro Filadelfo(OAB: 23105-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA ZELIA RODRIGUES DOS SANTOS
- SODEXO DO BRASIL COMERCIAL S.A.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

HORAS EXTRAS E INTERVALO INTRAJORNADA e PAGAMENTO DE FÉRIAS EM DOBRO. MATÉRIAS FÁTICAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 126 DO TST

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: HORAS EXTRAS E INTERVALO INTRAJORNADA e PAGAMENTO DE FÉRIAS EM DOBRO.
Não foram apresentadas contraminuta e contrarrazões, conforme certidão de pág. 875.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o Recurso (Decisão publicadaem 24/05/2019 - fl./Seq./Id.;protocolado em 03/06/2019 - fl./Seq./Id.22f5f84).
Regular a representação processual,fl./Seq./Id. ec5eefd/dfe1afd.
Satisfeito o preparo - fls./Seqs./Ids. 1f23041/9b1dfc7 e 283f3b3/d3f4cdd/bcc1c86/0029768.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS.
DURAÇÃO DO TRABALHO / INTERVALO INTRAJORNADA.
FÉRIAS.
Com relação a todas as alegações contidas neste tópico, registre-se que o julgamento proferido pelo Colegiado Regional está lastreado na dilação probatória dos autos. Assim, somente com o revolvimento do substrato fático-probatório seria possível sua reforma, aspecto que torna inviável a admissibilidade do Apelo, conforme previsão contida na Súmula nº 126 da Superior Corte Trabalhista.
Uma vez dirimida a controvérsia mediante aplicação da solução que melhor se ajusta ao caso concreto, não se observa possível violação aos dispositivos constitucionais e legais invocados, assim como possível contrariedade à jurisprudência uniformizada do TST, inviabilizando a admissibilidade do Recurso de Revista.
Cabe enfatizar que os fundamentos lançados no Acórdão Regional guardam perfeita sintonia com as diretrizes atinentes à distribuição do ônus da prova - arts. 818 da CLT e 373 do CPC.

Desatendidos, nessas circunstâncias, os requisitos de admissibilidade, encontra-se desaparelhada a Revista, nos termos do art. 896 da CLT.

CONCLUSÃO

DENEGOseguimento aoRecurso de Revista." (págs. 837-838)

A reclamada insiste na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos os requisitos do artigo 896 da CLT, e requer o conhecimento e provimento do seu recurso de revista.

No tocante às horas extras e intervalo intrajornada, assevera que "comprovou por meio de prova testemunhal, ser indevido o pagamento de horas extraordinárias, restando claro que, nas ocasiões em que o recorrido permaneceu em sobrjornada, sempre recebeu o pagamento de hora extra ou utilizou-se do banco de horas. Destaca-se que o ônus de provar o labor extraordinário é do reclamante, que não fez qualquer contraprova em sentido contrário" (pág. 756).

Aponta violação dos artigos 818 da CLT e 373 do CPC, e contrariedade à Súmula nº 338 do TST.

Quanto às férias em dobro, aduz que "a recorrente colacionou aos autos as fichas financeiras da recorrida, que comprovam o pagamento tempestivo das férias do referido período, portanto, configurada a prova dividida" (pág. 753).

Argumenta que "em se tratando da chamada "prova dividida", a causa deve ser decidida em prejuízo de quem detinha o ônus de provar, que neste caso, era da recorrida" (pág. 754).

Aponta violação dos artigos 145 e 818 da CLT, e 373 do CPC, e contrariedade à Súmula nº 450 do TST.

Quanto aos temas, o Tribunal Regional assim se pronunciou:

"(...)

HORAS EXTRAS. INTERVALO INTRAJORNADA (MATÉRIA COMUM AOS APELOS)

A recorrente/reclamada alega que a recorrida não se desincumbiu do ônus da prova no que tange à jornada de trabalho praticada. Ademais, a recorrente alega que a recorrida usufruiu de uma hora de intervalo intrajornada, defendendo a natureza indenizatória da parcela.

Já a reclamante, também recorrente, afirma que não existe na convenção coletiva de trabalho da categoria da Obreira a previsão de jornada de 12 (doze) horas trabalhadas e 36 (trinta e seis) horas de descanso, caracterizando, portanto a sua invalidade.

Pleiteia o pagamento das horas extras"... com o adicional de 50% (cinquenta por cento) em dias normais, e de 100% (cem por cento) nos domingos e feriados, nos termos da CLT,prestadas da data da admissão até março de 2011,e integração ao salário da Reclamante, da media das horas extras prestadas em cada mês, durante o período laborado e integração ao salário para pagamento dos reflexos legais nas verbas salariais e rescisórias, em especial RSR, férias + 1/3, gratificações natalinas, FGTS+ 40%, avisoprévio, adicional noturno e de periculosidade, seguro desemprego, multa 477 da CLT, etc...". (grifo)

Examino.

Segundo a narrativa da petição inicial "... no período compreendido entremarço de 2009 à março de 2011a jornada de trabalho da Autora se dava das 19:00h às 07:00h, doze horas trabalhadas e trinta e seis horas de folga, também aos domingos e feriados, com intervalo intrajornada de 20 minutos, seguidamente,entre abril de 2011 até setembro de 2013, laborava das 17:00h às 06:00h, em um regime de 13x36, treze horas trabalhadas e trinta e seis horas de folga, inclusive aos domingos e feriados, com intervalo para refeição e descanso de 20 minutos, por fim,de outubro de 2013 à março de 2015passou a trabalhar das 06:00h às 14:00h ou das 11:00h às 19:00h, de segunda a sábado, sempre com vinte minutos de intervalo intrajornada...".

A defesa afirmou genericamente que impugnava a jornada declinada na petição inicial, defendendo a validade do regime de 12X36. Ademais, defendeu que a autora gozava corretamente do intervalo.

A teor do enunciado nº 338, da Súmula, do TST, é ônus do empregador que conta com mais de 10 empregados o registro da jornada de trabalho, na forma do art. 74, §2º, da CLT. A não apresentação injustificada da totalidade dos controles de frequência gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho apontada na inicial, a qual pode ser elidida por prova em contrário. In casu, o preposto da reclamada admitiu que "... a reclamada possui mais de cem empregados no município de Feira de Santana-Ba...". Portanto, o ônus da prova era da empregadora. Ocorre que não foram carreados aos autos os controles de jornada, nem produzida prova testemunhal.

No entanto, a autora afirmou em depoimento pessoal que "...a (sic) reclamante trabalhava das 17h às 06h, sem intervalo intrajonada, em dias alternados; que às vezes conseguia tirar dez minutos para se alimentar; que tal horário se refere ao período em que laborou na Vipal; que trabalhou na Belgo, onde prestava serviços das 11h às 19h,com uma hora de intervalo intrajornada,em dias alternados;que prestou serviços também no Maxi Atacado, onde laborava das 06h às 14h, com quarenta minutos de intervalo intrajornada, de segunda a sábado; que, eventualmente, a reclamante trocava de turnos com colegas; que assinava corretamente o ponto; que na Vipal tinha mais de dez empregados da reclamada prestando serviços; que nos demais, esse número era inferior"

O magistrado reconheceu a jornada, de março de 2009 a março de 2011, das 19h às 7h, em dias alternados, com 20 minutos de pausa; de abril de 2011 a setembro de 2013, das 17h às 06h, em dias alternados, com 20 minutos de parada; de outubro de 2013 a março de 2015, das 6h às 14h, com quarenta minutos de parada, e das 11h às 19h, com uma hora de interregno para repouso e alimentação, ambos em dias alternados, de segunda a sábado. Quanto ao período de março de 2009 a março de 2011, ao contrário que alega a reclamante, observo que todo o período imprescrito está acobertado por norma coletiva que autoriza o regime 12X36, razão pela qual, nesse período, não houve extrapolação do quanto convencionado normativamente.

A decisão que deferiu as horas extras no período de abril de 2011 a setembro de 2013, está em sintonia com o enunciado nº 338, da Súmula do TST, aplicando corretamente as regras de distribuição do ônus da prova.

Ademais, a empresa não comprovou que a recorrida usufruía regularmente de uma hora de intervalo, salvo em três dias semanais entre 01/10/2013 e 31/03/2015, como confessado pela autora.

Quanto à natureza do intervalo, invoco o entendimento sedimentado à época da relação de emprego, consubstanciado no enunciado nº 437, item III, da Súmula, que assim dispõe:

"III - Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei nº 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais..."

Logo nego provimento aos apelos.

(...)

FÉRIAS

A recorrente postula o pagamento em dobro das férias relativas ao período aquisitivo de 2010/2011.

Argumenta que "... a prova do pagamento de férias deve ser feita por intermédio de recibo devidamente assinado pelo empregado, ou mediante comprovante do respectivo depósito em conta bancária do trabalhador. Ausentes tais documentos, cuja juntada competia à Reclamada, prevalece a falta de pagamento alegada na exordial, bem como o gozo das férias fora do período legal...".
Examino.
Segundo a narrativa da petição inicial, "...a Autora gozou as férias correspondentes ao período de 2010/2011 no ano mês de abril de 2013...", daí porque pediu o pagamento em dobro das férias, em face do gozo do descanso fora do prazo legal.
Já a defesa alegou que a ficha de registro de empregado e ficha financeira demonstram que a reclamante gozou as férias no período de 19/12/2011 a 17/01/2012, portanto, dentro do período concessivo.
O magistrado, com base nestes documentos apontados na defesa, reconheceu que as férias foram usufruídas no prazo legal.
A ficha de registro de empregados demonstra que a concessão das férias do período aquisitivo de 13/03/2010 a 12/03/2011 ocorreu no período de 19/12/2011 à 17/01/2012, ou seja, dentro do período concessivo.
No entanto, o referido documento foi impugnado, sob o fundamento de que "... a ficha de empregado não serve como meio de prova de quitação de férias,bem como prova do período de gozo de férias, tendo em vista que não consta a assinatura do empregado, ficando totalmente impugnado...". (grifo)
Como a empresa não juntou controles de jornada ou produziu outras provas para demonstrar que a reclamante efetivamente gozou de férias nesse período constante da ficha de registro de empregado, detrai-se que não ficou comprovado o gozo dessas férias no período correto, e sim em abril de 2013.
Desse modo, reformo a sentença para, acolhendo o pedido de alínea "f", determinar o pagamento da parcela em dobro, acrescidas do terço constitucional, deduzidos os valores pagos nas fichas financeiras referentes a essas férias, em 2013.
Isso porque, apesar de serem as fichas unilateralmente produzidas, não foi afirmado que não foram recebidas as férias relativas ao período aquisitivo 2010/2011, e sim que não foram gozadas no momento oportuno.
O que foi afirmado, na petição inicial, foi que houve um desconto indevido, nos meses de abril e maio de 2013, totalizando uma importância de R$1097,63 (mil e noventa e sete reais e sessenta e três centavos), sob a rubrica líquido férias débito, mas o pleito de devolução formulado na alínea "g" não foi renovado nesta seara recursal.
(...)" (págs. 721-730, destacou-se).
Quanto às horas extras e intervalo intrajornada, o Tribunal Regional, instância soberana na análise do conjunto fático-probatório dos autos, deixou consignado e concluiu que "o preposto da reclamada admitiu que "... a reclamada possui mais de cem empregados no município de Feira de Santana-Ba...". Portanto, o ônus da prova era da empregadora. Ocorre que não foram carreados aos autos os controles de jornada, nem produzida prova testemunhal" (pág. 722).
Ademais, quanto às férias, consignou que "Como a empresa não juntou controles de jornada ou produziu outras provas para demonstrar que a reclamante efetivamente gozou de férias nesse período constante da ficha de registro de empregado, detrai-se que não ficou comprovado o gozo dessas férias no período correto, e sim em abril de 2013" (pág. 729).
Ou seja, o Tribunal Regional analisou as provas orais e documentais, e constatou que a reclamada não juntou aos presentes autos o controle de jornada da reclamante, ônus que lhe competia e que não se desincumbiu.
Com efeito, vez que nesta instância superior não mais se discutem fatos e provas, conforme dispõe a súmula nº 126 do TST, não há falar em violação dos artigos 145 e 818 da CLT e 373 do CPC/2015.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010824-71.2017.5.03.0112

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado	Dr. Rogério Netto Andrade(OAB: 80107-A/MG)
Advogado	Dr. Tiago Neder Barroca(OAB: 107415 -A/MG)
Advogado	Dr. Aurélio Caciquinho Ferreira Neto(OAB: 81245-A/MG)
Advogado	Dr. Luciana Mano Oliveira(OAB: 103231-A/MG)
Agravado	MINTZ VOLOCH ROZENBERG
Advogada	Dra. Patrícia Afonso Pedras(OAB: 109939-A/MG)
Advogada	Dra. Jéssica Moreira de Souza(OAB: 157920-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- MINTZ VOLOCH ROZENBERG

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Interposto recurso de revista contra acórdão regional proferido no julgamento de agravo de instrumento em recurso ordinário.
Contudo, manifestamente incabível o apelo, à míngua de previsão legal, conforme dispõe o art. 896 da CLT. Nesse sentido, o entendimento cristalizado na Súmula 218 desta Corte:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento."

O devido processo legal e a ampla defesa devem ser exercidos segundo o ordenamento jurídico vigente, observadas as estritas hipóteses de cabimento de cada modalidade recursal.
Assim, ausente pressuposto de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0020702-83.2019.5.04.0124

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DE RIO GRANDE
Advogado	Dr. Thais da Silva Tugne(OAB: 95638-A/RS)
Agravado	CAROLINA MACIEL
Advogado	Dr. Diogo Alves Zago Mascarenhas(OAB: 51803-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DE RIO GRANDE
- CAROLINA MACIEL

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, às págs. 1.399-1.406, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 1.395 e 1.396, quanto aos temas INTERVALO INTRAJORNADA.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso.
Representação processual regular.
Dispensável o preparo.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada.
Não admito o recurso de revista.
A parte apenas discorre acerca das razões de sua insurgência e propugna a reforma da decisão. Não traz aresto para confronto, não indica dispositivo legal ou constitucional que entenda violado, tampouco aponta contrariedade a Orientação Jurisprudencial de Seção de Dissídios Individuais ou a Súmula do TST e, ainda, contrariedade a Súmula Vinculante do STF. A ausência de situação prevista no art. 896 da CLT obsta o prosseguimento do recurso de revista.
Diga-se, ainda, que a parte recorrente alega, expressamente, que a decisão da C. Turma "está ferindo o disposto na Proposta nº 1, aprovada, por maioria, na I Jornada sobre a Reforma Trabalhista realizada neste Tribunal, em 10 de novembro de 2017", hipótese não prevista no art. 896 da CLT.
CONCLUSÃO
Nego seguimento." (págs. 1.395 e 1.396).
Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foi demonstrado o preenchimento dos requisitos dispostos no artigo 896 da CLT.
Verifica-se, de plano, no entanto, que, no caso, o recurso de revista não enseja ser processado, tendo em vista que a parte não apresenta suas razões mediante indicação de qualquer das hipóteses prevista nas alíneas do artigo 896 da CLT, que dispõem acerca das hipóteses de cabimento do recurso de revista.
Nesse contexto, a medida processual revela-se desfundamentada, por falta de enquadramento no permissivo legal mencionado.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.
Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011655-37.2019.5.03.0052

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	C.A.N.O.
Advogado	Dr. Agostinho José Freitas Dias(OAB: 115176-A/MG)
Agravado	I.F.S.
Advogado	Dr. Leonardo Henringues de Mendonça(OAB: 76569-A/MG)
Advogado	Dr. Patricia Soares de Mendonca(OAB: 57473-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- C.A.N.O.
- I.F.S.

Ficam as partes intimadas do despacho/acórdão, o qual está à disposição na Unidade Publicadora.

Processo Nº AIRR-1000655-76.2018.5.02.0087

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	TECNOGEO ENGENHARIA E FUNDAÇÕES LTDA.
Advogado	Dr. Ricardo de Almeida(OAB: 184200-A/SP)
Agravado	RICARDO SANTOS SILVA MEDEIROS
Advogada	Dra. Gioconda Maria Glória Caballero da Rocha(OAB: 72076-D/SP)
Advogado	Dr. Mirta Mabel Caballero Riccardi(OAB: 125929-A/SP)
Advogada	Dra. Amanda Caballero da Rocha(OAB: 307613-A/SP)
Advogado	Dr. Felipe Caballero da Rocha(OAB: 346162-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- RICARDO SANTOS SILVA MEDEIROS
- TECNOGEO ENGENHARIA E FUNDAÇÕES LTDA.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

NULIDADE DA SENTENÇA POR JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO CONFIGURAÇÃO
HORAS EXTRAS. MATÉRIA FÁTICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 126 DO TST
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: NULIDADE DA SENTENÇA POR JULGAMENTO EXTRA PETITA e HORAS EXTRAS.

Não foram apresentadas contraminuta e contrarrazões.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Tribunal Regional denegou seguimento ao recurso de revista da reclamada, mediante o despacho que se segue:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.
Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 15/07/2021 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 27/07/2021 - id. 17eb2e8).
Regular a representação processual,id. 69235a5.
Satisfeito o preparo (id(s). e8838de, 560f1ab, b648501 e 18ba0a4, 53b76de).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS.
O Regional, com base nos elementos dos autos, em especial o depoimento testemunhal, manteve a condenação em horas extras. As razões recursais revelam a nítida intenção de revolver o conjunto fático-probatório apresentado, o que não se concebe em sede extraordinária de recurso de revista, a teor do disposto na Súmula 126, da Corte Superior.
Ficam afastadas, portanto, as violações apontadas.
DENEGA-SE seguimento.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / ATOS PROCESSUAIS / NULIDADE / JULGAMENTO EXTRA / ULTRA / CITRA PETITA.
Do que se observa, o Regional manteve a jornada de trabalho fixada pelo juízo de origem, com as delimitações do depoimento da testemunha que laborou com o reclamante.
Em sede de embargos de declaração, a Turma esclareceu que não há que se falar em julgamentoextra petitaporquanto firmou seu convencimento exposto no julgado.
Assim, considerando as premissas fático-jurídicas delineadas no acórdão,não se vislumbra ofensa aos dispositivoslegais invocados.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista." (págs. 1.420-1.421)
Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 896 da CLT.
Quanto ao tema nulidade da sentença por julgamento extra petita, afirma que "a sentença é extra petita em desobediência aos arts. 129 e 460 do Código de Processo Civil conforme se denota da comparação do horário descrito no Acórdão e os trechos da petição inicial destacados e a desobediência ao art. 389 do Código de Processo Civil e art. 818 da CLT na medida em que deixa de aplicar a confissão mesmo reconhecendo que o Reclamante declinou horário de trabalho completamente diverso do descrito na inicial e ao mencionar expressamente a existência de anotação britância de cartões não britânicos" (pág. 1.438).
Aduz, também, que "Se fosse verdade a tese indicada no Acórdão DA EXISTÊNCIA DE DOIS CARTÕES DE PONTO (que não está descrita na petição inicial), teríamos a juntada de cartões sem pagamento de horas extras pois referidas horas teriam sido anotadas em outro cartão, conforme sugerido pela testemunha" (pág. 1.409).
Aponta violação dos artigos 128 e 460 do CPC/1973, atuais 141 e 492 do CPC/2015.
No que diz com as horas extras, a reclamada argumenta que em depoimento pessoal houve confusão pelo reclamante quanto às horas prestadas, tendo o magistrado se manifestado no sentido de que é "normal o trabalhador confundir o seu horário de trabalho" (pág. 1.408).
Indica violação dos artigos 818 da CLT e 389 do CPC/1973 (373 do CPC/2015).
Ao exame.
Quanto aos temas, segue a manifestação da Corte de origem a respeito:
"(...)
1. Jornada de trabalho. Horas extras:Pretendeu a reclamada a reforma da r. sentença que, desconsiderou os espelhos de ponto juntados, deferindo o pedido relativo ao pagamento de horas extras, considerando válida a jornada de trabalho apontada na inicial. Sustentou que em depoimento pessoal o reclamante informou o labor das 19:00 às 07:00 horas, sendo que na inicial narrou turno distinto, sendo que a r. sentença fixou o horário apontado na prefacial, sem observar a divergência quanto ao depoimento prestado pelo obreiro. Apontou que o D. Juízo fundamentou a r. decisão no depoimento de uma única testemunha que laborou com o autor em 2014.
Pois bem.
Noticiou o autor na causa de pedir ter sido admitido em 29.10.2012, para a função de "1/2 oficial de bomba", cumprindo a seguinte jornada: "...desde a admissão até final do mês de abril/maio de 2015 cumpriu a jornada de trabalho das 7:00 as 17:00 de segunda a sábado, que numa média de quatro vezes por semana era prorrogada até as 19:00 horas e uma vez por semana até as 19:30/20:00 horas, com folga só aos domingos tendo trabalhado em todos os feriados;(neste período trabalhou prestando serviços na obra da linha 5 do metro obra da 2ª reclamada); a partir de junho de 2015 até o final de dezembro de 2015, ao que se recorda cumpriu a jornada de trabalho das 7:00 as 17:00 horas de segunda a sexta-feira que era prorrogada numa média de três dias por semana até as 18:00 horas e duas vezes por semana até as 19:00 horas, tendo trabalhado todos os sábados das 7:00 as 16:00 horas; com folga todos os domingos e feriado;(em obra em Santo Amaro). De fevereiro de 2016 até julho de 2016 ao que se recorda na jornada das 7:00 as 17:00 de segunda a sexta que era prorrogada todos os dias até as 18:00/18:30 horas, tendo trabalhado em todos os sábados das 7:00 as 18:00 horas e em todos os domingos das 7:00 as 14:00 horas, sem folga compensatória, tendo trabalhado inclusive os feriados do período, e nos últimos dois meses no horário das 19:00 as 6:00 horas todos os dias inclusive aos sábados e domingos; (em obra em Mairipora à margem da rodovia para a Anteres Rodovias); de agosto de 2016 até meados de setembro de 2016 trabalhou das 7:00 as 17:00 horas que numa média de quatro vezes por semana era prorrogada até as 19:00/19:30 horas e trabalhou três sábados nesse período das 7:00 as 16:00 horas, com folga aos domingos; trabalhou em Guarulhos - Piracaia e Atibaia obra da Construtora Andrade Gutierrez); de meados de setembro de 2016 até aproximadamente dezembro de 2016 trabalhou no horário das 7:00 as 17:00 horas de segunda a sexta que era prorrogada todos os dias até 18:30 tendo trabalhado em todos os sábados desse período no horário das 7:00 as 16:00 horas com folga aos domingos, tendo trabalhado em um feriado nesse período;(trabalhou em Guarulhos na obra da Construtora Andrade Gutierrez); de janeiro de 2017 até fevereiro de 2017 trabalhou na jornada das 7:00 as 17:00 horas que era prorrogada todos os dias até as 18:00 horas e trabalhou uma média de dois sábados por mês no horário das 7:00 as 16:00 horas, com folgas aos domingos tendo

trabalhado um feriado nesse período; (trabalhou na obra da linha 5 na Av. Guido Caloi - C.R. Almeida Construtora); de março de 2017 até final do contrato trabalhou cumprindo a jornada das 7:00 as 17:00 horas, que era prorrogada numa média de três vezes por semana até as 18:00horas e duas vezes por semana até as 19:00 horas, trabalhando uma média; de um sábado por mês das 7:00 as 16:00 horas com folga aos domingos, tendo trabalhado dois feriados nesse período;(trabalhou na fundação e estrutura de oficina do metro na Vila Sonia - TIISA)...", no entanto, sem receber corretamente pelo labor realizado, pleiteando a condenação da ré ao pagamento das horas extras laboradas (id. d571e2d)

Defendendo-se, a reclamada impugnou a jornada indicada, afirmando que os horários laborados pelo autor estão todos consignados nos cartões de ponto carreados aos autos e eventuais horas extras foram devidamente remuneradas.

Em audiência o reclamante informou que "...não anotava cartões de ponto, sendo este anotado pelo apontador; quenão via os horários que o apontador marcava e não assinava as anotações; que não reconhece assinatura dos cartões de ponto;que inclusive eram dois cartões de ponto; que trabalhava das 19h às 07h; que durante todo período trabalhou nesta jornada por todo período; que trabalhava todos feriados, sem folga compensatória; que trabalhava todos os dias com duas folgas apenas domingos por mês; que nunca fez marcação por biometria..." (id. cbbd6d0 - grifei).

O preposto da primeira reclamada disse que "...o cartão de ponto era anotado pelo apontador, até abr/2016, de forma manual na presença do reclamante e com assinatura deste; a a partir de abr/2016 o ponto passou a ser eletrônico; que os horários anotados eram os de fato trabalhados; que o reclamante tinha apenas um cartão de ponto; que o reclamante trabalhava eventualmente em feriados, porém isso era anotado nos cartões de ponto e pago em folha..." (id. cbbd6d0).

A única testemunha ouvida nos autos, a convite do reclamante, informou que "...trabalhou paraa 1ª reclamada de 2003 até 2014 fazendo rebaixamento e secagem de solo; que trabalhou com o reclamante no período; que trabalhou com o reclamante na linha Lilás - Camargo Correa, na estação Hospital São Paulo; que isso se deu de 2013 até a saída do depoente em 2014; que depoente e reclamante por um ano trabalhavam em mesmo horário; queo depoente anotava dois cartões de ponto, uma com a jornada regular e outro com as horas extras ; que não conferia os horários que o anotador preenchia; que no período em que trabalhavam em mesmo horário, isso ocorreu das 07h às 19h; que o reclamante trabalhava das 07h às 19h durante 3 dias na semana e nos outros dias trabalhava das 07h às 17h; queo reclamante trabalhava de segunda a sábado e um ou dois domingos por mês; que estes domingos eram as únicas folgas do reclamante; que o reclamante trabalhava em todos feriados sem folgas compensatórias..." (id. cbbd6d0 - grifei).

A par desses elementos, o D. Juízo julgou procedente o pedido relativo ao recebimento das horas extras, afastando a validade dos controles de jornada, consignando: "...O reclamante requer a condenação da reclamada ao pagamento de horas extras. A 1ª reclamada procedeu à juntada dos cartões de ponto (fls. 1516/1568). Os cartões registram horários britânicos, com pequenas variações. Assim, reputo inválidos os cartões de ponto juntados pela 1ª reclamada, em relação aos horários de entrada e saída, presumindo de forma relativa a jornada de trabalho indicada na petição inicial, consoante art. 74, §2º, da CLT, e a Súmula n. 338 do Tribunal Superior do Trabalho, sendo ônus das reclamadas provarem jornada diversa daquela exposta na petição inicial, na forma do art. 818, inc. II, da CLT. As reclamadas não produziram prova a respeito. Por outro lado, a testemunha ouvida por indicação da autoria contrariou a tese inicial ao declarar que: "no período em que trabalhavam em mesmo horário, isso ocorreu das 07h às 19h; que o reclamante trabalhava das 07h às 19h durante 3 dias na semana e nos outros dias trabalhava das 07h às 17h; que o reclamante trabalhava de segunda sábado e um ou dois domingos por mês; que estes domingos eram as únicas folgas do reclamante; que o reclamante trabalhava em todos feriados sem folgas compensatórias". Dessa forma, acolho a seguinte jornada de trabalho: segunda a quarta-feira, das 7h às 19h; quintas-feiras a sábados, bem como um domingo por mês, das 7h às 17h, com 1 hora de intervalo para refeição e descanso; todos os feriados indicados na petição inicial. Ressalto que, nos termos da Súmula n. 85, IV, do Tribunal Superior do Trabalho, a prestação de horas extras habituais, caso dos autos, consoante atestam os cartões de ponto juntados, descaracteriza o acordo de compensação de jornada. Nesta hipótese, as horas que ultrapassam a jornada semanal normal devem ser pagas como horas extraordinárias. Desse modo, julgo procedente o pagamento de diferenças das horas extras prestadas além da 8ª diária ou 44ª semanal..." (id. c1ab8d0).

Não merece prosperar o inconformismo.

A reclamada juntou aos autos os controles de frequência do período trabalhado (id. 89473cb a 0050c5f).

Com efeito, da análise dos controles de frequência é possível notar que os horários de entrada encontram-se anotados manualmente e, em geral, expressam jornadas invariáveis ou com inexpressivas variações, sempre, ou na grande maioria dos dias, de forma a completar o total de horas de trabalho diário. Essa uniformidade leva a crer que foram lançados de forma fictícia, porquanto, da forma como apresentados, estão a evidenciar a adoção de um sistema ilegítimo em que é aparente a artificialidade com que a jornada é anotada, sem alcançar, justamente em razão de tal aspecto, a finalidade probatória perseguida.

Ademais, a única testemunha ouvida nos autos confirmou a alegação obreira de que existiam dois controles de jornada, um para anotação das horas efetivamente trabalhadas e outro para anotação do horário regular, assim como que a anotação era realizada pelo apontador sem que o empregado tivesse acesso para conferência, o que atesta a invalidade dos cartões carreados aos autos: "...que o depoente anotava dois cartões de ponto, uma com a jornada regular e outro com as horas extras ; que não conferia os horários que o anotador preenchia..." (id. cbbd6d0).

Assim, não merece crédito a prova documental produzida pela ré, consistente nas fichas diárias de horário de trabalho, contendo horários invariáveis, ou com poucas e inexpressivas alterações, que não demonstram as efetivas jornadas cumpridas, porque se apresentaram tão uniformes, quanto às entradas e saídas, que se revelam distantes da realidade fática.

Não bastasse a fragilidade constatada com a simples análise do conteúdo anotado nos espelhos, a prova oral produzida tampouco socorreu a recorrente, ao revés, deixou claro que as informações lá constantes não refletem a real jornada praticada.

Desse modo, forçoso concluir que o reclamante logrou desconstituir a veracidade das anotações constantes dos controles de frequência juntados pela reclamada.

Portanto, tem-se que a reclamada ao juntar documentos que não disseram respeito às efetivas jornadas enfrentadas por seus empregados, abriu mão do único meio hábil que possuíam para a demonstração do alegado horário.

A par disso, torna-se impositivo o reconhecimento de que a prova documental produzida pela reclamada não alcançou a finalidade

perseguida, restando medida de rigor a aplicação do entendimento sedimentado na Súmula 338 do C. TST e que contempla, em tal hipótese, a presunção de veracidade dos horários alegados na peça inicial, nos limites das demais provas produzidas.

No tocante à divergência de turnos entre o depoimento obreiro e o alegado na inicial e pela testemunha, observo que se mostra admissível que a parte autora em depoimento tenha se confundido entre o horário de 07:00 às 19:00 horas e o horário das 19:00 às 07:00 horas, tendo em vista que o depoimento é oral, não se podendo afastar de pronto a validade do depoimento obreiro e as horas extras apenas por tal razão, já que ambas as jornadas são passíveis de equívoco na indicação. O autor na inicial afirmou o labor das 7:00 as 17:00 de segunda a sábado, sendo que numa média de quatro vezes por semana era prorrogada até as 19:00 horas, o mesmo tendo sido indicado pela testemunha, apenas havendo esta afirmado que cerca de 03 vezes na semana o autor laborava até 19:00 horas: "...no período em que trabalhavam em mesmo horário, isso ocorreu das 07h às 19h; que o reclamante trabalhava das 07h às 19h durante 3 dias na semana e nos outros dias trabalhava das 07h às 17h; que o reclamante trabalhava de segunda a sábado e um ou dois domingos por mês; que estes domingos eram as únicas folgas do reclamante..." (id. cbbd6d0).

Ainda em atenção aos argumentos recursais, destaco que o fato de a testemunha não ter laborado com o autor a integralidade do contrato de trabalho não prejudica a validade do depoimento, já que, como dito anteriormente, a reclamada abriu mão do único meio hábil que possuíam para a demonstração do alegado horário ao juntar cartões britânicos, anotados pelo apontador e que não retratam a real jornada obreira.

Assim, tendo em vista que o D. Juízo delimitou a jornada obreira tendo como base o depoimento da testemunha que com ele laborou, merece ser mantida a r. sentença.

Confirmo.

(...)" (pág. 1.360-1.364, destacou-se)

A reclamada opôs embargos de declaração, que foram assim decididos:

"2.Quanto ao mérito, a rejeição.

Isto porque não se enxergam no acórdão embargado omissões, contradições ou obscuridade, estando, em verdade, a parte Embargante, tentando reformar o julgado através de meio que se afigura absolutamente inadequado.

Nas razões ora trazidas à apreciação externa a Embargante seu inconformismo diante do conteúdo do voto condutor do acórdão, enaltecendo as observações constantes do voto divergente lançado pelo I. Desembargador Terceiro Votante, as quais foram objeto de discussão perante a Turma em sessão de julgamento, mantendo-se pela votação da maioria o posicionamento contido no acórdão.

Não há se falar em omissões ou mesmo em contradições, decisão que tenha extrapolado os limites da lide, eis que a par do quanto alegado e produzido nos autos, firmou-se o convencimento exposto no julgado, não se enxergando os vícios apontados pela ora Embargante, a qual, insatisfeita com o resultado obtido na demanda, deve seguir manejando o recurso adequado à reforma, caso assim entenda.

Nesta instância, por esgotada a prestação jurisdicional, nada há para ser deferido." (destacou-se, pág.1.393)

Quanto à nulidade da sentença por julgamento extra petita, o Tribunal Regional, instância soberana na análise do conjunto fático-probatório, consignou e concluiu que "No tocante à divergência de turnos entre o depoimento obreiro e o alegado na inicial e pela testemunha, observo que se mostra admissível que a parte autora em depoimento tenha se confundido entre o horário de 07:00 às 19:00 horas e o horário das 19:00 às 07:00 horas, tendo em vista que o depoimento é oral, não se podendo afastar de pronto a validade do depoimento obreiro e as horas extras apenas por tal razão, já que ambas as jornadas são passíveis de equívoco na indicação. O autor na inicial afirmou o labor das 7:00 as 17:00 de segunda a sábado, sendo que numa média de quatro vezes por semana era prorrogada até as 19:00 horas, o mesmo tendo sido indicado pela testemunha, apenas havendo esta afirmado que cerca de 03 vezes na semana o autor laborava até 19:00 horas: "...no período em que trabalhavam em mesmo horário, isso ocorreu das 07h às 19h; que o reclamante trabalhava das 07h às 19h durante 3 dias na semana e nos outros dias trabalhava das 07h às 17h; que o reclamante trabalhava de segunda a sábado e um ou dois domingos por mês; que estes domingos eram as únicas folgas do reclamante..." (pág. 1.362).

Ademais, ficou consignado que "Em audiência o reclamante informou que "...não anotava cartões de ponto, sendo este anotado pelo apontador; quenão via os horários que o apontador marcava e não assinava as anotações; que não reconhece assinatura dos cartões de ponto;que inclusive eram dois cartões de ponto" (grifou-se, pág. 1.361).

Consignou, também, que "A única testemunha ouvida nos autos, a convite do reclamante, informou que "(...) depoente e reclamante por um ano trabalhavam em mesmo horário; queo depoente anotava dois cartões de ponto, uma com a jornada regular e outro com as horas extras ; que não conferia os horários que o anotador preenchia; que no período em que trabalhavam em mesmo horário, isso ocorreu das 07h às 19h" (pág. 1.361, grifou-se).

Ademais, no acórdão dos embargos declaratórios, o Tribunal Regional concluiu que "Não há se falar em omissões ou mesmo em contradições, decisão que tenha extrapolado os limites da lide, eis que a par do quanto alegado e produzido nos autos, firmou-se o convencimento exposto no julgado, não se enxergando os vícios apontados pela ora Embargante, a qual, insatisfeita com o resultado obtido na demanda, deve seguir manejando o recurso adequado à reforma, caso assim entenda" (grifou-se, pág. 1.393).

Ou seja, da transcrição acima, verifica-se que a Corte a quo não julgou fora dos limites traçados na lide, porquanto o autor narrou, sim, que a reclamada possuía dois cartões de ponto, situação ratificada pela testemunha.

Ressalta-se que o princípio da adstrição ou congruência se refere à necessidade de o Juízo decidir a lide dentro dos limites pretendido pelas partes, não podendo proferir decisão extra, ultra ou infra/citra petita, nos moldes do que preconiza o artigo 492 do CPC:

Art. 492. É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

Por outro lado, o artigo 141 do CPC dispõe que "O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte".

Dos dispositivos transcritos, extrai-se que o ordenamento jurídico vigente exige que a decisão prolatada esteja dentro dos limites do pedido, podendo o Juízo conhecer de questões não suscitadas pelos sujeitos do processo, mas necessárias ao deslinde da demanda, em face da vedação ao princípio non liquet, exceto na hipótese em que a própria lei exige a iniciativa das partes.

Com efeito, considerando que, no caso, houve alegação expressa do reclamante sobre a existência de dois cartões de ponto gerados pela reclamada, não há falar em nulidade processual por julgamento extra petita, na medida em que o magistrado decidiu a controvérsia em consonância com os limites propostos na lide.

Assim, a decisão que manteve a sentença, em que se condenou a reclamada ao pagamento das horas extras pleiteadas na inicial, porquanto inválidos os cartões de ponto apresentados pela reclamada, não incorreu em julgamento extra petita.
Incólumes, portanto, os artigos 128 e 460 do CPC/2015.
No tocante às horas extras, o Tribunal Regional, instância soberana na análise do conjunto fático-probatório dos autos, deixou consignado e concluiu que "não merece crédito a prova documental produzida pela ré, consistente nas fichas diárias de horário de trabalho, contendo horários invariáveis, ou com poucas e inexpressivas alterações, que não demonstram as efetivas jornadas cumpridas, porque se apresentaram tão uniformes, quanto às entradas e saídas, que se revelam distantes da realidade fática" (pág. 1.363).
Ademais, consignou que "Desse modo, forçoso concluir que o reclamante logrou desconstituir a veracidade das anotações constantes dos controles de frequência juntados pela reclamada" (pág. 1.363).
Ou seja, o Tribunal Regional analisou as provas testemunhais e documentais, e constatou que a reclamada juntou cartões de ponto com horários britânicos, rechaçando-os por não refletirem a verdade dos fatos. Assim, tem-se que a reclamada não se desincumbiu do ônus probatório que atraiu para si.
Com efeito, vez que, nesta instância superior não mais se discutem fatos e provas, conforme dispõe a súmula nº 126 do TST, tem-se por não violados os artigos 818 da CLT e 373 do CPC/2015.
Por fim, cumpre salientar que somente é importante perquirir a quem cabe o ônus da prova quando não há prova dos fatos controvertido nos autos, arguido por qualquer das partes. Assim, uma vez que este ficou efetivamente provado, conforme asseverou o Tribunal Regional, é irrelevante o questionamento sobre a quem caberia fazer a prova.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0001552-27.2016.5.17.0006

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	LUCINEIA APARECIDA TREVIZANI BARBOSA
Advogado	Dr. Caio Vinicius Kuster Cunha(OAB: 11259-A/ES)
Agravado	CHOCOLATES GAROTO S.A.
Advogado	Dr. Beresford Martins Moreira Neto(OAB: 8737-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- CHOCOLATES GAROTO S.A.
- LUCINEIA APARECIDA TREVIZANI BARBOSA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - VALOR ARBITRADO À INDENIZAÇÃO FIXADO EM R$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS). MAJORAÇÃO INDEVIDA
DIFERENÇAS SALARIAIS. QUINQUÊNIO. SÚMULA APONTADA INESPECÍFICA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamante, às págs. 3.836-3.847, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - VALOR ARBITRADO e DIFERENÇAS SALARIAIS.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Tribunal Regional denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamante, mediante os seguintes fundamentos: "PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (ciência da decisão em 23/08/2021 - ; petição recursal apresentada em 02/09/2021 - Id fa108d6).
Regular a representação processual - Id 80097ff.
Inexigível o recolhimento de custas, uma vez que a parte recorrente não foi condenada a efetuar o preparo - Ids 54c0bd4 e cb9bcda.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral / Valor Arbitrado
Alegação(ões):
- arts. 186 e 944, ambos do Código Civil, artigo 233-G da CLT, art. 5º, V e X, da CF
Requer seja reformada a decisão para que se condene a reclamada ao pagamento de indenização por danos morais, em razão da doença ocupacional confirmada nos autos, em valor não inferior a R$ 30.000,00.
O valor deferido a título de indenização por dano moral é questão atinente ao livre convencimento motivado do julgador que, levando em conta parâmetros já sedimentados na doutrina e jurisprudência pátrias atinentes à matéria, analisa circunstanciadamente cada caso concreto, como ocorreu na hipótese dos autos, nos termos acima assentados. Assim, não se verifica, em tese, a alegada violação, conforme exige a alínea "c" do artigo 896 Consolidado.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário / Diferença Salarial
Alegação(ões):
- Súmula 451 do TST
Requer a reforma do julgado para que haja o pagamento proporcional.
A Súmula invocada mostra-se inespecífica à configuração da pretendida divergência interpretativa, porquanto não aborda situação como a tratada no caso dos autos, em que a norma coletiva prevê o pagamento do prêmio quinquenal após o cumprimento do requisito de cinco anos de trabalho na reclamada, não havendo previsão de pagamento proporcional, tal como requerido pela reclamante (S. 296/TST).
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista." (págs. 3.829-3.830)
Nas razões do agravo de instrumento, a reclamante insurge-se contra a negativa de seguimento do seu recurso de revista sob o argumento de ter preenchido os pressupostos de admissibilidade.
A reclamante contesta o valor atribuído à indenização por danos morais deferido no acórdão regional, afirmando que "o laudo pericial em sua conclusão foi claro em identificar a existência de nexo de concausalidade entre a patologia Síndrome do Túnel do Carpo, apresentada pela reclamante em ambos os lados (direito e esquerdo), e o trabalho realizado pela reclamante por mais de 20

anos nos quadros da empresa reclamada, o que foi devidamente reconhecido pelo Regional" (pág. 3.842).

Aduz que "a patologia da reclamante não há cura e isso representa reflexos e limitações (ainda que não incapacitantes hoje para o trabalho) em decorrência da falta de mobilidade, de força, e das dores constantes. mesmo as atividades comuns da vida cotidiana, que antes lhe eram permitidas, hoje lhe causam terrível desconforto e dor" (pág. 3.842).

Aponta violação dos artigos 233-G da CLT e 186 e 944 do Código Civil.

No que diz com as diferenças salariais, assevera que embora o Tribunal de origem tenha negado seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamante, em que pleiteia o pagamento proporcional do quinquênio, "por entender que a Súmula invocada mostra-se inespecífica", É certo que a PLR também não se trata de parcela que tem sua forma de pagamento regulamentada por Lei, sendo tal regulamentação feita através dos acordos Coletivos de Trabalho, e Convenções Coletivas de Trabalho - tal qual a parcela ora discutida - de modo que plenamente aplicável às disposições da Sumula 451" (pág. 3.846).

Indica contrariedade à Súmula nº 451 do TST.

Ao exame.

Quanto ao tema indenização por danos morais - valor arbitrado, o Tribunal Regional fundamentou o acórdão proferido sob os seguintes argumentos:

"(...)

2.2.1.4. DOENÇA OCUPACIONAL. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO (ANÁLISE CONJUNTA COM O RECURSO DA RECLAMANTE)

A sentença, verificado que as atividades desempenhadas pela autora na reclamada contribuíram para a enfermidade, arbitrou indenização por danos morais de R$ 20.000,00.

Insurge-se a reclamada, sob a alegação de que inexiste doença ocupacional, tratando-se de doença de origem estritamente degenerativa, o que é suficiente para afastar a indenização. Defende que o "INSS é órgão competente, para o reconhecimento do nexo de causa e efeito entre a doença e o trabalho independente da emissão ou não de CAT pelo empregador" (Id 77a0a46 - Pág. 26).

Alega que a reclamada possui PPRA estruturado, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores.

Diz que não houve qualquer dolo ou culpa por parte da recorrente capaz de gerar danos à personalidade da recorrida, porque não há concausa da doença alegada com as atividades exercidas na empresa.

Requer, portanto, o afastamento do reconhecimento de nexo causal para que seja afastada a indenização por dano moral. E, caso mantida a condenação, requer seja minorado o valor.

A reclamante, por sua vez, pede que o valor da indenização por danos morais seja majorado, na medida em que não condiz com os danos efetivamente sofridos pela autora.

Com parcial razão a reclamada e sem razão a reclamante.

Sobre o acidente de trabalho e a doença ocupacional, os arts. 19 e 20 da Lei n. 8.213/91 estabelecem que:

Art. 19. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Art. 20. Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.

Constata-se, portanto, que para que esteja caracterizado o acidente de trabalho e a doença profissional a ele equiparada é necessário o nexo de causalidade entre o trabalho exercido pelo empregado e o motivo ensejador da incapacidade, de maneira que o infortúnio tenha relação direta com o exercício do trabalho.

Além disso, o art. 21 da mencionada legislação previdenciária admite outras hipóteses que, embora não tenham relação direta entre o acidente e o trabalho executado, concorrem de alguma forma para a produção do resultado:

Art. 21. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta lei:

I - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação.

Assim, ainda que o labor desempenhado pelo trabalhador não tenha servido de causa principal para o acidente ou o surgimento da patologia por ele experimentada, pode ser caracterizado como concausa, ou seja, causa paralela ou concomitante.

Sobre a estabilidade do acidentado, prevê o art. 118 da Lei n. 8.213/91:

Art. 118. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

Por sua vez, dispõe a Súmula 378 do TST:

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ACIDENTE DO TRABALHO. ART. 118 DA LEI Nº 8.213/1991. (inserido item III) - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012

I - É constitucional o artigo 118 da Lei nº 8.213/1991 que assegura o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado.

II - São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a conseqüente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego.

III - O empregado submetido a contrato de trabalho por tempo determinado goza da garantia provisória de emprego decorrente de acidente de trabalho prevista no n no art. 118 da Lei nº 8.213/91.

Como se percebe, nos termos da Súmula 378 do TST, ainda que não haja afastamento superior a 15 (quinze) dias e/ou não haja percepção do auxílio-doença acidentário, o empregado terá direito à estabilidade provisória se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego.

Ressalte-se, ainda, que a responsabilidade civil encontra-se disciplinada no art. 186 c/c art. 927, caput, ambos do Código Civil:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Dos comandos legais supra, extraem-se três requisitos: a existência do dano, a verificação da conduta antijurídica dolosa ou culposa e o nexo de causalidade entre eles.
Resta analisar, então, a caracterização da doença ocupacional suscitada pela reclamante.
Insta salientar que o ônus da prova,in casu, é da reclamante, por se tratar de fato constitutivo do seu direito (art. 818, I, da CLT, de acordo com a nova redação dada pela Lei n. 13.467/2017).
Na petição inicial, a reclamante disse estar acometida de doenças que afetam seus ombros, punhos, cotovelos e coluna, além de perda auditiva, que foram desencadeadas ou ao menos agravadas pelo trabalho realizado na reclamada (Id 47491b0 - Pág. 24).
No laudo médico de Id ab76353, o perito destacou que, após realização do exame físico e análise da documentação constante dos autos, é possível constatar que "a reclamante é portadora de síndrome do túnel do carpo, epicondilite lateral, bursite subacromial subdeltoidea".
E asseverou que "existe concasualidade da síndrome do túnel do carpo associado também a sua atividade ocupacional desenvolvida na época dos fatos". (Id ab76353 - Pág. 9).
Em resposta aos quesitos formulados pelas partes, no entanto, o expert esclareceu que, no entanto, a doença que acomete a reclamante não a torna incapaz para o trabalho ou para suas atividades habituais (itens 16, 18, 22 - Id ab76353 - Págs. 11-12).
Disse o perito do Juízo que à época da dispensa a reclamante estava trabalhando e foi declarada apta em seu exame demissional (item 32 - Id ab76353 - Pág. 13). Acrescentou que a reclamante estava apta a realizar as atividades laborativas que exercia quando foi demitida (Item 41 - Id ab76353 - Pág. 16).
Ao prestar os esclarecimentos solicitados pelas partes, o perito frisou que a reclamante estava apta no momento da dispensa, estava trabalhando, seu exame demissional a considerou apta e a autora estava em tratamento médico, que estabilizou a lesão (Id ea14662 - Pág. 1).
Nesse cenário, as conclusões do laudo técnico foram no sentido de que:
[...]existe concausa entre a síndrome do túnel do carpo mencionada na peça inaugural (síndrome do túnel do carpo), e suas atividades desenvolvidas na empresa ré, na época dos fatos. Por razões descritas no bojo do laudo pericial. Atualmente não existe incapacidade para sua atividade habitual. Tendo em vista que o exame físico foi normal. (grifei).
O perito esclareceu que, conquanto não tenha sido identificada incapacidade da reclamante para o trabalho ou para suas atividades habituais, suas atividades laborativas contribuíram para o agravamento de sua doença - síndrome do túnel do carpo. Vale destacar que a perícia baseou-se tanto na avaliação direta da reclamante, quanto nos documentos juntados aos autos, especialmente nos exames de imagem e laudos médicos realizados (Id ab76353 - Pág. 2).
Desse modo, tendo em vista que a prova técnica reconheceu o nexo de concausalidade entre a patologia da reclamante e as atividades desenvolvidas na empresa, faz jus a autora à reparação moral, em decorrência dos danos causados por sua empregadora.
Ressalto que a perícia foi realizada por profissional qualificado e dotado de conhecimentos técnicos que o tornam apto a responder aos quesitos apresentados pelas partes e a apresentar esclarecimentos.
Pelo exposto, ainda que não detectada a incapacidade da reclamante para o labor e para as atividades habituais, tendo vista o agravamento de sua moléstia pelas atividades na reclamada, faz jus à reparação moral, nos moldes do art. 186 c/c art. 927 do CC.
O dano moral pode ser definido como a lesão que atinge a dignidade da pessoa humana, bem como os direitos e bens inerentes a sua essência.
Extrai-se do art. 186 c/c art. 927 do Código Civil que a indenização por danos morais sofridos pelo empregado no âmbito do contrato de trabalho pressupõe a prática de um ato ilícito, consubstanciado num erro de conduta ou exercício abusivo do direito, ato este praticado pelo empregador ou por preposto seu, que acarrete um prejuízo ao trabalhador, com a subversão dos seus valores subjetivos da honra, dignidade, intimidade ou imagem, devendo coexistir, ainda, o nexo de causalidade entre a conduta injurídica do primeiro e o dano experimentado pelo último.
No que tange ao valor da indenização, pela natureza não patrimonial do bem violado, a doutrina tem indicado diversos parâmetros que devem ser seguidos pelo julgador quando da fixação doquantumarbitrado a título de danos morais.
O professor José Cairo Jr, por exemplo, aponta os seguintes critérios: "a razoabilidade, a proporcionalidade, a extensão do dano, o grau da culpa, e a capacidade financeira do ofensor e do ofendido, de forma que não seja irrisório nem importe enriquecimento da vítima."
Desses critérios extrai-se que na fixação da indenização por dano moral deve-se ter em conta não somente as condições das partes envolvidas no litígio, como também a extensão do dano e as consequências do descumprimento das normas celetistas.
Nesse cenário, mormente ponderando que não foi identificada a incapacidade laborativa da reclamante, ainda que portadora da síndrome do túnel do carpo, que guarda relação de concausalidade com o labor na reclamada, entendo que é razoável a redução do valor da indenização para R$ 7.000,00 (sete mil reais).
Pelo exposto, dou provimento parcial ao recurso para reduzir o valor da indenização para R$ 7.000,00 (sete mil reais).
(...)" (destacou-se, págs.).
Pretende a reclamante ver majorado o quantum de R$ 7.000,00 (sete mil reais) arbitrado pelo Tribunal Regional, relativo à condenação da reclamada a título de danos morais, pelo agravamento da doença que porta (síndrome do túnel do carpo, epicondilite lateral, bursite subacromial subdeltoidea), em razão de suas atividades desenvolvidas na empresa. Requer a majoração para o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Na hipótese, o Tribunal Regional, instância soberana na análise do conjunto fático-probatório, entendeu que "Nesse cenário, mormente ponderando que não foi identificada a incapacidade laborativa da reclamante, ainda que portadora da síndrome do túnel do carpo, que guarda relação de concausalidade com o labor na reclamada, entendo que é razoável a redução do valor da indenização para R$ 7.000,00 (sete mil reais)" (pág. 3.779).
A Corte de origem considerou o dano suportado pelo reclamante, bem como o fato de que "a doença que acomete a reclamante não a torna incapaz para o trabalho ou para suas atividades habituais (itens 16, 18, 22 - Id ab76353 - Págs. 11-12)" (pág. 3.777).

Embora não existam no ordenamento jurídico critérios objetivos para a fixação da quantia devida a título de danos morais, cabe ao julgador arbitrar o montante indenizatório com base na própria moldura fática e probatória constante dos autos.
Há de se terem em conta, sempre, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, de modo a se adequar a indenização à gravidade do dano experimentado pela parte e as consequências daí advindas, nos termos do que estabelece o artigo 944 do Código Civil, atentando-se para a finalidade reparadora e pedagógica da indenização.

A par disso, a jurisprudência desta Corte é no sentido de que não se admite a majoração ou diminuição do valor da indenização por danos morais, nesta instância extraordinária, em virtude da necessidade de revolvimento do contexto fático-probatório para tanto. Entretanto, tem-se admitido essa possibilidade apenas nos casos em que a indenização for fixada em valores excessivamente módicos ou estratosféricos.

Desse modo, em atenção ao princípio da proporcionalidade e à extensão do dano, verifica-se que o arbitramento do quantum indenizatório, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), não é desproporcional à extensão do dano, estando adequado à situação fática delineada nos autos e apto a amenizar a dor e as dificuldades cotidianas sofridas pelo empregado.

Intactos, assim, os artigos 233-G da CLT e 186 e 944 do Código Civil.

Quanto ao tema diferenças salariais, eis o teor do acórdão proferido pelo Tribunal Regional:

"(...)

2.2.2.4. QUINQUÊNIO. PAGAMENTO PROPORCIONAL

A sentença julgou improcedente o pedido de letra "J" da petição inicial, em que a reclamante requer o pagamento da verba quinquênio proporcional aos meses por ela trabalhados desde o recebimento de seu último quinquênio.

Recorre a reclamante ao argumento de que a norma coletiva é omissa quanto à possibilidade de pagamento proporcional do quinquênio, em razão do que deve ser aplicada a interpretação mais benéfica à trabalhadora, sob pena de enriquecimento sem causa da empregadora.

Sem razão.

Os acordos coletivos da categoria (ACT 2013-2015 - Id 06c0205, ACT 2011-2013 - Id 2e10c21 e ACT 2007-2009 - Id dd97240) estabelecem na cláusula sétima o pagamento de prêmio quinquenal aos empregados, para cada período de cinco anos de trabalho na empresa,in verbis:

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRÊMIO QUINQUENAL: Todo empregado terá direito ao prêmio quinquenal de 1 (um) salário nominal para cada período de 5 (cinco) anos de trabalho na Empresa.

Como se observa a norma coletiva prevê o pagamento do prêmio quinquenal após o cumprimento do requisito de cinco anos de trabalho na reclamada. Não há previsão de pagamento proporcional, tal como requerido pela reclamante.

Conforme destacado na sentença, em se tratando de benefício previsto na norma coletiva da categoria, impõe-se a sua interpretação restritiva. Assim, se à época da despedida a reclamante não havia implementado o requisito objetivo temporal para receber a parcela quinquênio, descabe o seu pagamento.

Nego provimento.

(...)" (destacou-se, págs. 3.789-3.790)

Na hipótese, o Tribunal Regional, instância soberana na análise do conjunto fático-probatório dos autos, deixou consignado e concluiu que "a norma coletiva prevê o pagamento do prêmio quinquenal após o cumprimento do requisito de cinco anos de trabalho na reclamada. Não há previsão de pagamento proporcional, tal como requerido pela reclamante" (pág. 3.790).

Ademais, consignou que "em se tratando de benefício previsto na norma coletiva da categoria, impõe-se a sua interpretação restritiva. Assim, se à época da despedida a reclamante não havia implementado o requisito objetivo temporal para receber a parcela quinquênio, descabe o seu pagamento" (pág. 3.790).

Ou seja, o Tribunal Regional analisou as provas documentais e constatou que a reclamante não completou o requisito imposto no acordo coletivo, qual seja, cumprimento do prazo para fazer jus ao pagamento do quinquênio. Ademais, o Tribunal de origem também constatou que o acordo coletivo não prevê o pagamento proporcional do benefício, devendo ser interpretado de forma restritiva.

Com efeito, vez que, nesta instância superior não mais se discutem fatos e provas, conforme dispõe a Súmula nº 126 do TST.

Registra-se que a autora, nas razões de recurso de revista, somente indicou contrariedade à Súmula nº 451 desta Corte. Todavia, constata-se que alegação de contrariedade à Súmula nº 451 do TST, na hipótese não está apta a impulsiona o processamento do recurso de revista, porquanto tal verbete sumular não guarda pertinência direta com a controvérsia dos autos, uma vez que não trata especificamente da questão controvertida.

Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000213-09.2020.5.17.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Advogada	Dra. Renata Guimarães Zuba(OAB: 122308-A/MG)
Advogado	Dr. Emílio Antônio Guimarães Souza(OAB: 112494-A/MG)
Agravado	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Advogado	Dr. André Luiz Moreira(OAB: 7851-B/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

1. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. RECURSO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DO FUNDAMENTO DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 896, § 1º-A, DA CLT. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 422 DO TST
2. LITISPENDÊNCIA. INOCORRÊNCIA
3. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado contra a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista.

Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em decisão assim fundamentada, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamado:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso (ciência da decisão em 20/08/2021 - ; petição recursal apresentada em 31/08/2021 - Id c33bf6).

Regular a representação processual - Id 0139f2d e 6c407a1.

Satisfeito o preparo - Id f8965b0, c106ae7, dfafdf7, 75a2e03, 9803635, a7d9e4f e aa15135.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Negativa de Prestação Jurisdicional.

Alegação(ões):

- violação do(s) incisos XXXV, LIV e LV do artigo 5º; inciso IX do artigo 93 da Constituição Federal.
- violação da (o) artigos 3º e 11 do Código de Processo Civil de 2015; inciso II do artigo 489 do Código de Processo Civil de 2015; inciso IV do §1º do artigo 489 do Código de Processo Civil de 2015; artigo 832 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Sustenta que o v. acórdão incorreu em negativa de prestação jurisdicional, sob a alegação de omissão quanto às matérias suscitadas em seus embargos declaratórios, em especial no que diz respeito ao alcance e aos efeitos da sentença coletiva.

A transcrição do tópico inteiro do v. acórdão de embargos, como realizado pela parte recorrente, não atende à exigência do artigo 896, §1º-A, IV, da CLT. É preciso que a parte transcreva o trecho da decisão em que a C. Turma rejeitou os embargos quanto ao pedido, ou, ao menos, que destaque de forma clara o posicionamento adotado pelo Regional, a fim de tornar possível o cotejo e a verificação, de plano, da ocorrência da omissão.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Formação, Suspensão e Extinção do Processo / Pressupostos Processuais / Litispendência.

Alegação(ões):

- violação do(s) incisos XXXV, XXXVI e LIV do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da (o) parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 337 do Código de Processo Civil de 2015; inciso V do artigo 485 do Código de Processo Civil de 2015; artigos 81 e 82 do Código de Defesa do Consumidor; artigo 5º da Lei nº 7347/1985.

A recorrente insurge-se em face do v. acórdão que afastou a arguição de litispendência. Alega que a Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste ajuizou junto a 13ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte Ação Civil Pública postulando os mesmos pedidos ora pretendidos pelo sindicato autor em prol de todos os empregados filiados à referida Associação, em âmbito nacional.

No intuito de demonstrar o prequestionamento da matéria em epígrafe, a parte recorrente transcreveu o seguinte trecho do v. acórdão:

"(...)

Ainda que assim não fosse, a questão ora aventada possui peculiaridade que afasta a possibilidade de comprovação da litispendência, qual seja: as ações citadas pela reclamada alcançam apenas os substituídos efetivamente associados à Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste e, no presente caso, tratando-se de ação genérica, não é possível, a priori, a identificação dos substituídos possivelmente vinculados a esse órgão de classe."

Tendo a C. Turma manifestado entendimento no sentido de que não resta identificado, no caso, a tríplice identidade apta ao reconhecimento da litispendência, eis que a presente ação coletiva foi proposta pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Espírito Santo, ao passo que as demais ações invocadas pela recorrente foram ajuizadas pela Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste, não se verifica, em tese, a alegada violação, conforme exige a alínea "c" do artigo 896 Consolidado.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Participação nos Lucros ou Resultados - PLR.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso XXXVI do artigo 5º; inciso XXVI do artigo 7º da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 6º da Lei de Introdução ás Normas do Direito Brasileiro (antiga LICC); artigo 620 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

A recorrente insurge-se em face do v. acórdão no que diz respeito à condenação de diferenças de PLR de 2012 e 2015.

Quanto à matéria em epígrafe, nego seguimento ao recurso, porquanto a recorrente não cuidou de indicar o trecho da decisão recorrida objeto da insurgência, conforme exige o artigo 896, §1º-A, I, da CLT (acrescentado pela Lei nº 13.015/2014 publicada no DOU de 22.07.2014).

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista." (grifou-se, págs. 1.852 -1.854)

Na minuta de agravo de instrumento, o reclamado repisa os termos do seu recurso de revista, garantindo que foram preenchidos todos os pressupostos legais para o seu conhecimento.

Renova a preliminar de nulidade da decisão regional por negativa de prestação jurisdicional, afirmando, em seu recurso de revista, que "o Banco do Nordeste teve o cuidado de pedir, no item V de sua contestação (ver defesa de Id. 63a596f - Páginas 11 e 12), que, na hipótese de eventual acolhimento dos pedidos autorais, que pelo menos fossem excluídos dos efeitos da condenação os empregados de fora da base geográfica do sindicato; dos que não receberam a PLR de 2012 na época própria; e dos que não fizeram jus ao recebimento da PLR de 2015." (pág. 1.810).

Aduz que requereu "que fosse expressamente ordenada a ulterior apuração (em liquidação), para cada substituído, se por acaso houve, nos anos de 2012, 2014 e 2015, transferência para outra unidade do Banco do Nordeste, fora da base territorial do sindicato; e averiguando-se ainda se o substituído encontra-se ou não no rol de substituídos de qualquer outro processo que tenha o mesmo objeto, de maneira a se evitar a ocorrência de bis in idem e enriquecimento indevido" (pág. 1.810).

Em sede de agravo de instrumento, assevera que "transcreveu os argumentos dos embargos declaratórios e, diferentemente do registrado pelo desembargador na decisão denegatória de recurso de revista, transcreveu o posicionamento do órgão julgador, por meio dos destaques adicionados ao sucinto acórdão embargado / integrativo de ID c1ccO7e, o que permite, de forma clara, o cotejo e verificação da omissão" (págs. 1.870-1.871).

Aponta violação dos artigos 5º, incisos XXXV, LIV e LV, e 93, inciso IX, da Constituição Federal, 832 da CLT e 3º, 11º e 489 do CPC.

Quanto à litispendência, argumenta que "o Banco sustentou, em recurso de revista, que existe litispendência parcial entre esta demanda, que alcança a generalidade de empregados bancários do Estado do Espirito Santo e demandas ajuizadas pela Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste (01973-542014.5.03.00130001587-04.2015.5.21.0008), porque todas têm o mesmo pedido (diferenças de PLR), causa de pedir (majoração de lucro líquido) e parte dos beneficiários são os mesmos, ou seja, são

idênticos os substituídos, quando lotados na base de atuação do sindicato reclamante e filiados a Associação que tem âmbito nacional" (pág. 1.875).

Indica violação dos artigos 5º, incisos XXXV, XXXVI e LIV, da Constituição Federal, 337, §§ 1º, 2º e 3º, e 485, inciso V, do CPC.

No tocante à PLR, garante que "a obrigação de pagar a PLR de 2012, pactuada entre o Banco e a entidade representativa dos sindicatos, foi totalmente satisfeita em abril de 2013, em estrita e fiel conformidade com a Cláusula Terceira do 'ACT de PLR de 2012', que, como visto acima, aponta como base de cálculo da PLR o lucro líquido publicado no balanço enviado à Comissão de Valores Mobiliários, após a pertinente auditoria." (pág. 1.832).

Aduz que "se observou a indigitada diferença de R$312.129 milhões, relativamente à apuração do Lucro Líquido de 2012 (devido à modificação da política contábil de apuração dos benefícios pós-emprego)" (pág. 1.833); contudo, "a referida diferença não foi objeto de análise pela Auditoria Externa Independente, não servindo, portanto, de base de cálculo para apuração e/ou pagamento de supostas diferenças de PLR, haja vista a necessidade de estrita observância do disposto na Cláusula Terceira do ACT de PLR" (pág. 1.834).

Quanto à PLR de 2015, reclamado relata que "não pode prevalecer a pretensão do sindicato, no sentido de que houve pagamento a menor de PLR de 2015, na medida em que o Banco do Nordeste S/A teria pago PLR Social de 3% e mais 3,25% de PLR, quando deveria ter sido feito o pagamento mínimo de 8% (PLR Social de 3% e mais 5% de PLR)", pois alega que "o acórdão recorrido, ao acolher o pedido do sindicato, acaba contrariando a Teoria do Conglobamento, uma vez que permite a aplicação simultânea de cláusulas convencionais da CCT da FENABAN e de cláusulas convencionais do ACT da PLR" (pág. 1.44).

Aponta violação dos artigos 5º, inciso XXXVI, e 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal, 620 da CLT e 6º da LINDB. Traz arestos para o confronto de teses.

Ao exame.

Inicialmente, no que se refere à preliminar de nulidade da decisão regional por negativa de prestação jurisdicional, verifica-se, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação aos requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

No caso, o juízo de admissibilidade Regional denegou seguimento ao recurso de revista do reclamado, ressaltando que "A transcrição do tópico inteiro do v. acórdão de embargos, como realizado pela parte recorrente, não atende à exigência do artigo 896, §1º-A, IV, da CLT. É preciso que a parte transcreva o trecho da decisão em que a C. Turma rejeitou os embargos quanto ao pedido, ou, ao menos, que destaque de forma clara o posicionamento adotado pelo Regional, a fim de tornar possível o cotejo e a verificação, de plano, da ocorrência da omissão" (pág. 1.852).

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Deixou o agravante, portanto, de impugnar, de forma específica, os fundamentos da decisão agravada, nos termos preconizados pela Súmula nº 422 do TST, visto que não aduziu argumentação que explicitasse os motivos pelo quais entenderia que seu apelo preencheu os requisitos do artigo 896, §1º-A, da CLT.

Como sabido, a fundamentação constitui pressuposto objetivo de admissibilidade de qualquer recurso, cujo atendimento supõe, necessariamente, a existência de argumentação visando a evidenciar o equívoco da decisão impugnada. Não basta, pois, que a parte repita a petição referente ao recurso anterior, imperativo que haja impugnação específica aos fundamentos da decisão recorrida.

Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Esse, inclusive, é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado no item I da Súmula nº 422, in verbis:

"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO.

I - Não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida".

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

No tocante à litispendência, o Tribunal Regional pronunciou-se sob os seguintes argumentos:

"(...)

2.2.1.1. LITISPENDÊNCIA PARCIAL - PLR DE 2012 E 2015 - EXISTÊNCIA DE DUAS AÇÕES COLETIVAS AJUIZADAS POR DUAS ENTIDADES DE CLASSE DA MESMA CATEGORIA PROFISSIONAL - SINDICATO X ASSOCIAÇÃO - IDENTIDADE DE PEDIDOS E DE CAUSAS DE PEDIR

Argui a reclamada a ocorrência de litispendência quanto ao pedido de diferenças da PLR do ano de 2012. Afirma que a Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste ajuizou, perante a 13ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte-MG, a Ação Civil Pública nº 01973-54.2014.5.03.0013, em face do Banco do Nordeste, postulando pagamento das diferenças relativas à PLR de 2012, em prol de todos os empregados filiados à referida Associação, em âmbito nacional.

Ressalta que, na referida ação coletiva, foi prolatado acórdão, pela 4ª Turma do TRT da 3ª Região, confirmando a sentença que havia declarado a litispendência em relação a outras 12 ações coletivas, com idênticos pedidos e causas de pedir, ajuizadas anteriormente (por sindicatos) em face do Banco do Nordeste.

Ainda a respeito do processo 01973-54.2014.5.03.0013, acrescenta que o TST, em sede de Recurso de Revista, deu provimento ao apelo da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste, condenando o Banco do Nordeste do Brasil, em âmbito nacional,"ao pagamento de diferenças concernentes à parcela de participação nos lucros e resultados (PLR) do ano de 2012, decorrentes da majoração do lucro líquido em face da alteração nos critérios contábeis de sua apuração".

Sustenta, ainda, a ocorrência de litispendência parcial também em

relação à PLR de 2015, ao fundamento de que a Associação dos Funcionários do Banco ajuizou, na 8ª Vara do Trabalho de Natal-RN, a Ação Civil Pública nº 0001587-04.2015.5.21.0008, em face do Banco do Nordeste, postulando o pagamento da diferença relativa à PLR de 2015, em benefício de todos os filiados à Associação, também, em âmbito nacional. Ressalta que tal processo encontra-se aguardando julgamento do Agravo de Instrumento em Recurso de Revista interposto pela Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste.

Pois bem.

O Juízo de primeiro grau rejeitou a preliminar de litispendência, conforme os seguintes fundamentos:

"2. LITISPENDÊNCIA

Requer a reclamada o reconhecimento de litispendência parcial entre a presente ação coletiva e as demandas movidas pela Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil, Ação Civil Pública 001973-54.2014.5.03.0013 e Ação Civil Pública 1587-04.2015.5.21.0008, postulando o pagamento da suposta diferença relativa à PLR de 2012 e de 2015, respectivamente, em benefício de todos os filiados da referida Associação em âmbito nacional.

Conforme se observa, as ações supracitadas referem-se apenas aos associados, enquanto a legitimidade conferida ao sindicato, na defesa dos direitos coletivos pertinentes à categoria, abrange a todos os integrantes da categoria filiados ou não ao sindicato, atendendo ao princípio da liberdade de associação (arts. 5º, inciso XX, e 8º, incisos III e V, da CF).

Rejeito."

Outrossim, em integração da referida sentença, acrescentou o Juízo (na Decisão de Embargos Declaratórios) que:

"Alega a reclamada contradição entre os fundamentos da sentença em relação a preliminar de litispendência, porque, se é certo que a legitimidade extraordinária conferida à Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil abrange apenas os empregados associados, também é certo que referidos empregados também estão abarcados pela legitimidade extraordinária ampla e irrestrita conferida ao sindicato. Verifica-se que os empregados filiados à Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste figuram como substituídos,cumulativamente, tanto nas ações coletivas movidas pela referida Associação quanto nesta atual ação coletiva movida pelo Sindicato dos Bancários do Estado do Espírito Santo. Pretende, assim, o reconhecimento da litispendência parcial entre a presente ação coletiva e as ações coletivas movidas pela Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste (CPC, artigo 337,§§1º, 2º e 3º2), notadamente no que diz respeito aos trabalhadores lotados na base de atuação do sindicato que sejam filiados à referida Associação, com consequente extinção do feito sem análise de mérito, relativamente a esses referidos substituídos (e apenas e tão somente em relação a esses específicos substituídos).

Conforme ressalta o sindicato autor na sua manifestação, não há nestes autos, lista de substituídos.

Assim, por ora, não é possível identificar as partes para verificar a litispendência, de forma que deverá ser averiguado na fase de execução.

Ante o exposto, rejeito.".

Em seu recurso ordinário, enfatiza a recorrente que, não obstante a flagrante configuração da litispendência, preferiu o Juízo de primeiro grau"...ignorar essa referida situação, em franca contrariedade ao regramento previsto no artigo 337, §§ 1º, 2º e 3º, do Código de Processo Civil.".

Ainda sobre o tema, insiste que"trata-se, porém, data maxima venia, de uma fundamentação que não faz nenhum sentido, eis que, pelo menos até onde se sabe,questões processuais como a litispendência ou coisa julgada devem, sim, ser analisadas e pronunciadas ainda na fase de conhecimento, preliminarmente ao julgamento do mérito (inteligência do artigo 485, inciso V, do Código de Processo Civil)."(grifo nosso).

Também pondera que, em se tratando de ações coletivas, o que realmente importa não é a parte autora (que, para todos os efeitos, estará atuando como um mero "substituto processual", e não como titular do direito material subjacente), mas sim o pedido e a causa de pedir, ou melhor, o direito material discutido e seus verdadeiros titulares.

Por fim, reforça que sua única pretensão, ao final, é que seja declarada "por sentença" a litispendência no que concerne, notadamente,aos trabalhadores lotados na base de atuação do sindicato autor que sejam filiados à referida Associação, com a consequente extinção do feito sem análise de mérito, relativamente a esses referidos substituídos (apenas e tão somente em relação a esses substituídos específicos).

Examina-se.

A processualística civil clássica estabelece como elementos essenciais do processo as partes, o objeto (pedido) e a causa de pedir. A partir dessa premissa, consolidou-se o reconhecimento do fenômeno jurídico da litispendência nas hipóteses em que tramitam simultaneamente duas ou mais ações com idênticas partes, pedidos e causas de pedir.

Contudo, as disposições legais acerca da matéria, contidas no CPC, foram pensadas e estabelecidas com vistas à tutela dos interesses individuais e particulares, não se mostrando suficientes à solução das peculiaridades das ações coletivas, mormente por envolver direitos e interesses transindividuais.

Outrossim, o denominado microssistema do processo coletivo, que integra regras contidas na Constituição Federal, na Lei da Ação Civil Pública e no Código de Defesa do Consumidor, somente traz disposições relativas à litispendência entre ações coletivas e individuais (notadamente o art. 104 do CDC). Todavia, nada dispõe acerca da possibilidade de existência simultânea de duas ou mais ações coletivas, ajuizadas por órgãos ou entidades de classe diversos, representativos da categoria ou coletividade, com idênticos pedidos e causas de pedir.

Nesse contexto, entendo que a questão deve ser analisada sob uma nova perspectiva, a partir de dois pontos centrais: a finalidade social do processo coletivo (bem como nos princípios que o rege), de forma a priorizar e tornar mais eficiente esse importantíssimo mecanismo de solução das controvérsias metaindividuais, que se revela mais racional e efetivo na pacificação social, ultrapassando o posicionamento tradicional civilista fulcrado na solução de demandas individuais; os regramentos alusivos aos processos coletivos, que prescrevem que a legitimação para a propositura das ações coletivas é concorrente e disjuntiva, ou seja, são vários os órgãos e entidades legalmente legitimados para a propositura das ações e podem atuam em juízo independentemente do concurso de vontade dos demais.

Dessa forma, diversamente do entendimento invocado pela reclamada (de que ocorre a repetição de causas mesmo quando as ações são propostas por autores - entidades representativas - diversos, pois os titulares do direito material seriam os mesmos), posiciono-me no sentido de que, em se tratando de ações coletivas,o que define o polo ativo da demanda não são os destinatários da decisão, mas os próprios entes de classe. Tal posicionamento visa garantir maior alcance e efetividade às demandas coletivas, evitando prejuízos à coletividade, e se coaduna com a legitimação concorrente e disjuntiva a elas inerente,

além da garantia do direito de acesso ao judiciário pelos órgãos de classe.

In casu, tendo em vista que a ação coletiva foi proposta pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Espírito Santo, ao passo que as demais ações coletivas invocadas pela empresa foram ajuizadas pela Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste, não resta configurada a tríplice identidade, ou seja, as mesmas partes, as mesmas causas de pedir e o mesmo pedido.

Ainda que assim não fosse, a questão ora aventada possui peculiaridade que afasta a possibilidade de comprovação da litispendência, qual seja: as ações citadas pela reclamada alcançam apenas os substituídos efetivamente associados à Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste e, no presente caso, tratando-se de ação genérica, não é possível,a priori, a identificação dos substituídos possivelmente vinculados a esse órgão de classe.

Em se tratando de sentença coletiva genérica, somente na fase de execução será possível a identificação dos substituídos que sejam representados pelo Sindicato autor e (também) vinculados à Associação dos Servidores.

Correta, portanto, a Juíza de primeiro grau ao deslocar para a fase executória a identificação dos possíveis substituídos eventualmente albergados tanto nas ACPs propostas pela Associação quanto aos abrangidos no presente feito.

Ressalte-se que o objetivo do reconhecimento da litispendência, ao final, é de evitar a tramitação simultânea de ações idênticas e o pagamento de valores em duplicidade. No presente caso, não haverá a possibilidade de pagamento repetido, pois certamente o banco reclamado possui meios de identificar os pagamentos realizados a seus empregados nas posteriores execuções, impedindo a ocorrência debis in idem.

Por todo o exposto,nego provimento.

(...)" (destacou-se, págs. 1.777-1.781)

Discute-se se a ação ajuizada pelo sindicato da categoria profissional, na qualidade de substituto processual, acarreta litispendência com demanda proposta por associação em favor de seus associados.

O art. 337, § 2º, do CPC prescreve que:

"Uma ação é idêntica a outra quando possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido."

Assim, para a configuração de litispendência se faz necessária a presença de tríplice identidade, ou seja, identidade de partes, de causa de pedir e de pedido.

No caso, a Corte Regional consignou no acórdão proferido que "tendo em vista que a ação coletiva foi proposta pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Espírito Santo, ao passo que as demais ações coletivas invocadas pela empresa foram ajuizadas pela Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste, não resta configurada a tríplice identidade, ou seja, as mesmas partes, as mesmas causas de pedir e o mesmo pedido" (pág. 1.781).

Note-se que ao propor uma demanda, o sindicato exerce a legitimidade extraordinária para atuar como substituto processual na defesa em Juízo dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria que representa, defendendo direito de outrem, em nome próprio.

Em se tratando de ação proposta por associação, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 612.043, cujo relator foi o Ministro Marco Aurélio, decidiu sobre os limites subjetivos da coisa julgada formada e aprovou a seguinte tese (Tema 499 da Repercussão Geral):

A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva, de rito ordinário, ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados, somente alcança os filiados, residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes de relação juntada à inicial do processo de conhecimento.

Assim, na hipótese de ações coletivas, para se caracterizar a identidade de partes, com o objetivo de configurar litispendência, é necessário perquirir acerca dos beneficiários que serão atingidos pela decisão proferida.

Com efeito, o Tribunal Regional consignou que "Em se tratando de sentença coletiva genérica, somente na fase de execução será possível a identificação dos substituídos que sejam representados pelo Sindicato autor e (também) vinculados à Associação dos Servidores" (pág. 1.781).

E acrescentou, de forma irretocável, que "No presente caso, não haverá a possibilidade de pagamento repetido, pois certamente o banco reclamado possui meios de identificar os pagamentos realizados a seus empregados nas posteriores execuções, impedindo a ocorrência debis in idem" (pág. 1.781).

Desse modo, ausente a necessária identidade subjetiva, não se pode ter como configurada a tríplice identidade que caracteriza a coisa julgada e a litispendência.

Quanto ao tema PLR, verifica-se, de plano, que a parte não indicou, na petição do recurso de revista, o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.

Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:

"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)

Registra-se que a mera menção somente à conclusão da Corte regional acerca do tema ou à parte dispositiva do respectivo acórdão não satisfaz o requisito exigido por meio do mencionado dispositivo de lei.

Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso.

Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.

Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o

entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto e, levando-se em conta que a interposição de recurso não é considerada ato urgente, é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000558-42.2018.5.13.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	ESTADO DA PARAÍBA
Procurador	Dr. Ricardo Ruiz Arias Nunes
Agravado	SINDICATO DOS MÉDICOS DO ESTADO DA PARAIBA
Advogado	Dr. Adilson de Queiroz Coutinho Filho(OAB: 12897-A/PB)
Agravado	CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Advogado	Dr. Nilton Flavio Borges Furtado Junior(OAB: 111678-A/RS)
Advogado	Dr. Pedro Guilherme Ramos Guarnieri(OAB: 121012-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- ESTADO DA PARAÍBA
- SINDICATO DOS MÉDICOS DO ESTADO DA PARAIBA

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
O Ministério Público do Trabalho manifestou-se pelo desprovimento do apelo.
DECIDO:
RESPONSABILIADDE SUBSIDIÁRIA
Postula o agravante a reforma do acórdão regional quanto ao tema acima epigrafado.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.
Destaque-se, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, não basta a mera indicação da ementa, páginas do acórdão, paráfrase, resumo, trecho insuficiente, parte dispositiva ou mesmo do inteiro teor do acórdão ou de capítulo de acórdão não sucinto, sem destaques próprios. Tampouco a transcrição dos trechos, no início da petição, dissociada dos fundamentos, sem o devido cotejo analítico de teses, serve ao fim colimado.
No caso, a parte limitou-se a transcrever trecho do acórdão que não contém todos os elementos fáticos e jurídicos necessários ao deslinde da controvérsia, obstando a análise do apelo.
Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0011677-89.2020.5.15.0064

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Procuradora	Dra. Girlene Rodrigues Farias
Agravado	GILMAR DA CONCEICAO MONTEIRO
Advogado	Dr. Vera Lucia Barrio Dominguez(OAB: 126171-A/SP)
Advogado	Dr. Jeferson Alison Silva de Jesus(OAB: 426371-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- GILMAR DA CONCEICAO MONTEIRO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP. INTEGRAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE REGIME ESPECIAL DE TRABALHO (GRET) NA BASE DE CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS. MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA Nº 126 DO TST.
A reclamada interpõe agravo de instrumento contra o despacho pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema, ora impugnado: "INTEGRAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE REGIME ESPECIAL DE TRABALHO (GRET) NA BASE DE CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS".
Contraminuta e contrarrazões ausentes.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo regular prosseguimento do feito.

É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em decisão assim fundamentada, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso.
Regular a representação processual (nos termos da Súmula 436, item I/TST).
Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Gratificação.
INTEGRAÇÃO DA GRET NO CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS
No que se refere ao tema em destaque, o v. acórdão, além de ter se fundamentado no conjunto fático-probatório, observou os ditames contidos nos dispositivos constitucional e legal invocados.
Assim, inadmissível o recurso, haja vista o teor da Súmula 126 do C. TST e a ausência dos requisitos exigidos pela alínea "c" do art. 896 da CLT.
(...)
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista." (págs. 1.334-1.335)
Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade do recurso de revista, argumentando que foram preenchidos os requisitos previstos no artigo 896 da CLT.
Afirma que a GRET (Gratificação de Regime de Trabalho) "foi devidamente observada pela Agravante para o cálculo de reflexos nas horas extras" (pág. 190) e que o reclamante "não se desimcumbiu do ônus de apontar corretamente eventuais diferenças em seu favor" (pág. 190).
Aponta violação do artigo 818 da CLT.
Ao exame.
A questão foi assim dirimida pelo Tribunal de origem:
"DA INTEGRAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE REGIME ESPECIAL DE TRABALHO (GRET) NA BASE DE CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS
Segundo apontado na peça de ingresso, a remuneração do autor é composto de diversos títulos que ostentam natureza remuneratória, como a gratificação de regime especial de trabalho (GRET), e devem compor a base de cálculo das horas extras. Especificamente em relação à referida rubrica, aduz que compõe a contraprestação obrigacional pela prestação de serviços e é paga com habitualidade, sendo integrativa da remuneração, consoante preceitua o art. 457, parágrafo 1º, da CLT.
Como reconhecido na origem, em consonância com o entendimento que tem prevalecido nesta Câmara nos processos analisados em que a reclamada figura no polo passivo, é incontroversa a natureza salarial da GRET, e os holerites destes autos não revelam que a parcela serviu de base para o cálculo das horas extras.
Dito isso, de ser mantida a condenação ao pagamento das diferenças de horas extras, pela ausência de cômputo da gratificação de regime especial de trabalho (GRET)." (pág. 149, grifou-se e destacou-se)
No caso, os únicos fundamentos apresentados nas razões recursais da reclamante são os de que a GRET (Gratificação de Regime de Trabalho) "foi devidamente observada pela Agravante para o cálculo de reflexos nas horas extras" (pág. 190) e de que o reclamante "não se desincumbiu do ônus de apontar corretamente eventuais diferenças em seu favor" (pág. 190).
Todavia, no caso, a Corte regional foi expressa ao consignar que "os holerites destes autos não revelam que a parcela serviu de base para o cálculo das horas extras" (pág. 149).
Nesse contexto, para se chegar à conclusão de que a reclamada observou corretamente a base de cálculo das horas extras, incluindo a GRET (Gratificação de Regime de Trabalho) na base de cálculo dessa parcela, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado nesta instância recursal de natureza extraordinária, nos termos da Súmula nº 126 do TST.
Destaca-se que é incontroversa a natureza salarial da GRET, na medida em que a agravante afirma que "a referida gratificação integra o salário-base do Agravado, servindo de base de cálculo para todos os direitos pagos ao servidor, como por exemplo, férias, FGTS, 13.º salários, horas extras, entre outros" (pág. 190).
Cumpre registrar que somente é importante perquirir a quem cabe o ônus da prova quando não há prova do fato controvertido nos autos, arguido por qualquer das partes. Assim, uma vez que o fato ficou efetivamente provado, conforme asseverou o Tribunal Regional, é irrelevante o questionamento sobre a quem caberia fazer a prova. Portanto, nesta hipótese, não há reconhecer ofensa ao artigo 818 da CLT, salientando-se que o ônus da prova do fato obstativo do direito do autor, qual seja a inclusão da GRET na base de cálculo das horas extras, é da reclamada, nos termos da Súmula nº 126 do TST.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0001675-32.2017.5.09.0129

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante e Agravado	VALDELEI GONCALVES
Advogado	Dr. Wagner Pirolo(OAB: 40440-A/PR)
Agravante e Agravado	SEARA-IND. E COMERCIO DE PRODUTOS AGRO-PECUARIOS LTDA
Advogada	Dra. Ana Lúcia Cabel Lima(OAB: 17978-A/PR)
Agravado	SANTO ZANIN NETO E OUTROS
Advogada	Dra. Ana Lúcia Cabel Lima(OAB: 17978-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- SANTO ZANIN NETO E OUTROS
- SEARA-IND. E COMERCIO DE PRODUTOS AGRO-PECUARIOS LTDA
- VALDELEI GONCALVES

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO RECLAMANTE
1) PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO IV, DA CLT. 2) DANOS MORAIS. INADIMPLEMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. NÃO CONFIGURAÇÃO.

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA

INTERPOSTO PELA RECLAMADA SEARA-IND. E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS LTDA.
1) MULTA DO ARTIGO 477, § 8º, DA CLT. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 388 DO TST. 2) INTERVALO INTRAJORNADA. CONCESSÃO PARCIAL. NATUREZA JURÍDICA. SÚMULA Nº 437, ITENS I E III, DO TST.

Trata-se de agravos de instrumento interpostos pelo reclamante e pela primeira reclamada (Seara-Ind. e Comércio de Produtos Agro-Pecuários Ltda.) contra o despacho da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, pelo qual se denegou seguimento ao recurso de revista do autor no tocante aos temas "PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL" e "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS"; bem como ao recurso de revista da primeira reclamada quantos aos temas "MULTA DO ARTIGO 477, § 8º, DA CLT" e "INTERVALO INTRAJORNADA".
Contraminuta e contrarrazões apresentadas pela primeira reclamada às págs. 2.297-2.307 e 2.287-2.296, respectivamente.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO RECLAMANTE
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante:
"Recurso de: VALDELEI GONCALVES
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Recurso tempestivo (decisão publicada em 18/11/2020; recurso apresentado em 23/11/2020).
Representação processual regular (Id 37ef502).
Preparo inexigível.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) / Atos Processuais (8893) / Nulidade (8919) / Negativa de Prestação Jurisdicional
De acordo com o artigo 896, inciso IV, da CLT, incluído pela Lei 13.467/2017, a parte que recorre deve transcrever o "trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido (...)":
IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão.
No caso em exame não foram transcritos os trechos da petição dos embargos de declaração por meio da qual foi provocada a manifestação do Regional.
Desse modo, inviável o processamento do recurso de revista, tendo em vista a não observância do requisito legal (art. 896, § 1º-A, I a IV, da CLT).
Denego.
Responsabilidade Civil do Empregador (2567) / Indenização por Dano Moral
Alegação(ões):
- violação ao artigo 5º, incisos V e X, 6º, 7º, incisos XIII e XXII, da CF; 186 e 927 do CC; 157 da CLT.
O autor sustenta que, verificada a submissão habitual à jornada excessiva e não pagamento das verbas rescisórias, o dano moral se configura na modalidade in re ipsa, sendo presumíveis as limitações na vida pessoal do trabalhador decorrentes da submissão à referida jornada.
Os argumentos expendidos pela parte recorrente no tópico d) Danos morais: não atendem o propósito de impugnar os fundamentos em que está assentado o acórdão, que indeferiu o pedido de danos morais nos seguintes moldes:
[...]
Diante disso, verifica-se que não foi atendida a exigência contida no inciso II, do artigo 1.010 do CPC/2015, situação que atrai a incidência da Súmula 422, item I, do Tribunal Superior do Trabalho como óbice ao processamento do recurso de revista.
Denego.
CONCLUSÃO
Denego seguimento." (págs. 2.222-2.225)
Na minuta de agravo de instrumento, o reclamante insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, ao argumento de que foi demonstrado o preenchimento dos requisitos do artigo 896 da CLT.
Quanto à preliminar de nulidade do acórdão regional por negativa de prestação jurisdicional, aduz que a Corte a quo deixou de entregar a devida prestação jurisdicional quando não tratou de matérias relativas à indenização por danos morais em decorrência da submissão do trabalhador à jornada extenuante.
Sustenta que o Tribunal de origem não se manifestou "acerca da prova documental que comprova o labor em jornada extenuante apta a ensejar reparação por danos existenciais (inclusive em sábados e domingos e por mais de 14h00)" (pág. 2.243).
Aponta violação dos artigos 5º, incisos LIV e LV, e 93, inciso IX, da Constituição Federal, 11, 489, inciso II e § 1º, incisos I a VI, e 1.022 do CPC/2015 e 897-A da CLT.
O agravante, ademais, reitera a alegação de que faz jus ao pagamento de indenização por danos morais, em razão do inadimplemento das verbas rescisórias e da jornada de trabalho exaustiva imposta ao trabalhador.
Assevera que "a ré não honrou sua contrapartida contratual no que há de mais sagrado ao trabalhador. Fácil ver que o trabalhador tolhido em seus haveres rescisórios vivencia angústia e incerteza, quadro que viola sua esfera jurídica extrapatrimonial, atraindo o dever de reparação garantido pelas disposições dos incisos V e X do art. 5º da Constituição Federal e arts. 186 e 927 do Código Civil, mormente frente ao descaso do empregador" (pág. 2.243).
Afirma que "o excesso de jornada extraordinária, para muito além das duas horas previstas na CF e na CLT, cumprido de forma habitual e por longo período, tipifica, o dano moral, na modalidade de dano existencial, por configurar manifesto comprometimento do tempo útil de disponibilidade que todo indivíduo livre, inclusive o empregado, ostenta para usufruir de suas atividades pessoais, familiares e sociais" (pág. 2.245).
Aponta violação dos artigos 5º, incisos V e X, 6º, caput, e 7º, incisos XIII e XXII, da Constituição Federal, 157 da CLT e 186, 187, 421, 422 e 927 do Código Civil. Colaciona aresto para o confronto de teses.
Ao exame.
No que tange à preliminar de nulidade do acórdão regional por negativa de prestação jurisdicional, observa-se, de plano, que o

recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que determina, em seu inciso I, que a parte indique o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista.

A SbDI-1 desta Corte, no acórdão prolatado no julgamento dos embargos nº E-RR-1522-62.2013.5.15.0067, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, decisão em 16/3/2017, firmou entendimento no tocante à necessidade da transcrição do trecho dos embargos de declaração em que a parte, de forma inequívoca, provoca o Tribunal Regional a se manifestar sobre determinada matéria e, em consequência, do acórdão prolatado no julgamento dos aludidos embargos, para que seja satisfeita a exigência do requisito inscrito no inciso I do § 1º-A do artigo 896 da CLT, quando se tratar de preliminar de arguição de nulidade de acórdão regional por negativa de prestação jurisdicional, para que se possa analisar sobre quais pontos o Tribunal Regional, supostamente, teria deixado de se manifestar.

Eis o teor da ementa da decisão em comento proferida pela SbDI-1 do TST:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI Nº 13.015/2014. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DEMONSTRAÇÃO DE EFETIVA E OPORTUNA ARGUIÇÃO DA MATÉRIA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA. NÃO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. Da natureza especial do recurso de revista decorre a necessidade de observância de requisitos próprios de admissibilidade, entre os quais cabe destacar o disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, introduzido pela Lei nº 13.015/2014, que disciplina ser ônus da parte a indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo. A previsão contida no novel dispositivo, juntamente com os incisos que lhe sucedem, representa a materialização dos princípios da impugnação específica e dialeticidade recursal, pois objetiva evitar que seja do órgão julgador a tarefa de interpretar a decisão impugnada, para deduzir a tese nela veiculada e a fundamentação que ampara a pretensão, naquilo que corresponde ao atendimento dos pressupostos singulares do recurso interposto. Transpondo tal exigência para os casos em que a parte busca o reconhecimento da negativa de prestação jurisdicional, constata-se que será necessária a demonstração, inequívoca, de provocação da Corte de origem, mediante a oposição de embargos de declaração, no que se refere à matéria desprovida de fundamentação, com fulcro no entendimento da Súmula nº 459 do TST, bem como do trecho do respectivo acórdão, a fim de comprovar a recusa da Corte de origem em apreciar as questões suscitadas nos embargos. A inobservância desse procedimento que comprove a oportuna invocação e delimitação, em sede de embargos de declaração, dos pontos sobre os quais o Tribunal Regional, supostamente, teria deixado de se manifestar, torna inviável a análise da nulidade. Assim, a parte recorrente, ao arguir a nulidade por negativa de prestação jurisdicional, deve indicar no recurso de revista: a) os excertos da petição de embargos de declaração em que se buscou o pronunciamento do Tribunal Regional sobre os vícios apontados; e b) os trechos que demonstrem a recusa do TRT à complementação da prestação jurisdicional, seja porque rejeitou, seja porque ignorou o argumento contido nos embargos de declaração. Recurso de embargos de que se conhece e a que se nega provimento." (E-RR-1522-62.2013.5.15.0067, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Data de Julgamento: 16/3/2017, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 20/10/2017)

A inobservância desse procedimento que comprove a oportuna invocação e delimitação dos pontos sobre os quais o Tribunal Regional, supostamente, teria deixado de se manifestar torna inviável a análise da arguição de nulidade.

Esse requisito processual passou a ser explicitamente exigido por meio da edição da Lei nº 13.467/2017, que incluiu o item IV ao § 1º-A do artigo 896 da CLT, estabelecendo que é ônus da parte, sob pena de não conhecimento do recurso, "transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão".

Na hipótese dos autos, a exigência processual em questão não foi satisfeita, pois a parte não transcreveu o trecho dos embargos de declaração em que provocou o Regional a se manifestar sobre os pontos por ela considerados omissos, tampouco o trecho do acórdão prolatado no julgamento dos aludidos embargos, de modo que, no particular, o recurso de revista não logra ser processado.

No que concerne à indenização por danos morais, assim se posicionou o Tribunal Regional:

"f) DANOS MORAIS

O Juízo 'a quo' entendeu que "não há prova de intolerância contínua, exagero minudente de ordens, ausências de proteção, exposição do autor a situações perigosas e insuficiência de diárias"; que não foi comprovada a periculosidade no exercício das atividades do reclamante; que "há prova de que o autor tenha sido obrigado a assinar notas promissórias em branco quando de sua admissão junto à ré". No entanto, condenou a ré no pagamento de R$ 3.000,00 a título de danos morais decorrentes da mora no pagamento das verbas rescisórias (fls. 1907/1910).

A reclamada recorre. Assevera que o autor recebeu parte das verbas rescisórias, na forma do comprovante de transferência bancária anexado aos autos e que liberou as guias para que o autor pudesse fazer o saque dos depósitos do seu FGTS e se habilitasse perante o no Seguro Desemprego. Requer a exclusão da condenação imposta, com base na Súmula nº 33, II deste Regional (fls. 1992/1993).

Assiste razão à recorrente.

Ressalvado meu posicionamento pessoal, por disciplina judiciária, cedo ao entendimento desta Turma e adoto os termos da Súmula Regional nº 33, II, segundo a qual, não há presunção de danos morais in re ipsa no inadimplemento das verbas rescisórias, de modo que, quanto a este evento, o trabalhador deverá comprovar efetivo prejuízo pelo inadimplemento.

Prosseguindo nessa linha de raciocínio da Súmula Regional nº 33, I, tem-se que, se não há presunção de danos morais na situação mais grave (a de inadimplemento), tampouco há espaço para referida presunção nas hipóteses menores, como a de diferenças de verbas rescisórias ou a de atraso na quitação dos haveres rescisórios descritos no TRCT.

De todo modo, o reclamante não comprovou os danos que teria sofrido em decorrência da mora no pagamento das verbas rescisórias.

DOU PROVIMENTO AO RECURSO para afastar a condenação no pagamento de indenização por danos morais." (págs. 2.114 e 2.115, destacou-se)

Discute-se, nos autos, se o inadimplemento das verbas rescisórias enseja o direito à indenização por danos morais.

No caso, o Tribunal Regional consignou que, "ressalvado meu

posicionamento pessoal, por disciplina judiciária, cedo ao entendimento desta Turma e adoto os termos da Súmula Regional nº 33, II, segundo a qual, não há presunção de danos morais in re ipsa no inadimplemento das verbas rescisórias, de modo que, quanto a este evento, o trabalhador deverá comprovar efetivo prejuízo pelo inadimplemento" (pág. 2.115).

Asseverou, ademais, que "o reclamante não comprovou os danos que teria sofrido em decorrência da mora no pagamento das verbas rescisórias" (pág. 2.115).

A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o atraso ou a não quitação das verbas rescisórias, por si só, sem a prova de outros prejuízos sofridos pelo empregado, de forma concreta e efetiva, não enseja a condenação ao pagamento de indenização por danos morais, pois há previsão de penalidade específica para essa conduta ilícita do empregador no ordenamento jurídico, qual seja a multa prevista no § 8º do artigo 477 da CLT.

Nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte superior:

"DANO MORAL. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. NÃO CONFIGURAÇÃO. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o atraso, ou a não, na quitação das verbas rescisórias, por si só, sem a prova de outros prejuízos sofridos pelo empregado, de forma concreta e efetiva, não enseja a condenação ao pagamento da indenização por danos morais, pois há previsão de penalidade específica para essa conduta ilícita do empregador no ordenamento jurídico, qual seja, a multa prevista no § 8º do artigo 477 da CLT. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido." (RR-11354-25.2014.5.01.0019, 2ª Turma, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 17/05/2019)

"ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. DANOS MORAIS. O atraso no pagamento das verbas rescisórias é duplamente apenado no Direito do Trabalho, consoante arts. 467 e 477, §8°, da Consolidação das Leis do Trabalho. Assim, tendo em vista que existe tutela específica para os casos de atraso na quitação das verbas rescisórias, não é devida, a priori, a condenação ao pagamento de danos morais, exceto nas hipóteses em que exista circunstância objetiva que comprove agressão aos direitos de personalidade do empregado. Não existindo, na hipótese, comprovação objetiva de abalo moral suportado pelos reclamantes, não se justifica a condenação da reclamada ao pagamento de indenização por dano moral. Recurso de revista não conhecido." (ARR-1450-28.2013.5.15.0018, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 06/03/2020)

"2 - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. A jurisprudência desta Corte já sedimentou entendimento no sentido de que o atraso no pagamento das verbas rescisórias, por si só, não configura dano moral. Tal entendimento se justifica por já existir penalidade própria na lei trabalhista contra essa conduta (art. 477, § 8.º, da CLT). Assim, quanto ao inadimplemento das verbas rescisórias, deve ser demonstrada lesão que abale o psicológico do ex-empregado, apto a afetar sua honra objetiva ou subjetiva, o que não se verifica na hipótese. De outra parte, a jurisprudência desta Corte também é firme no sentido de que o atraso reiterado no pagamento de salários evidencia dano moral. Contudo, no caso em tela, é incontroverso que o atraso salarial ocorreu apenas no mês de dezembro, mês da rescisão contratual. Assim, tem-se que não houve atraso reiterado de salários a justificar a reparação por dano moral pretendida na inicial. Recurso de revista conhecido e provido." (RR-1319-36.2016.5.17.0004, 2ª Turma, Relatora Ministra Delaíde Miranda Arantes, DEJT 27/03/2020)

"INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS ADVINDOS DA FALTA DE PAGAMENTO DE PARCELAS RESCISÓRIAS. A jurisprudência desta Corte entende ser indevida a reparação civil quando inexiste uma circunstância objetiva que demonstre a existência de qualquer constrangimento ao trabalhador, capaz de atingir sua honra, imagem ou intimidade, causando-lhe lesão de natureza moral. Nesse contexto, a jurisprudência tem feito a distinção quanto a atrasos salariais e atraso rescisório. Assim, tem considerado pertinente o pagamento de indenização por dano moral nos casos de atrasos reiterados nos pagamentos salariais mensais. Porém, não tem aplicado a mesma conduta quanto ao atraso na quitação de verbas rescisórias, por existir, na hipótese, apenação específica na CLT (multa do art. 477, § 8º, CLT), além da possibilidade da incidência de uma segunda sanção legal, fixada no art. 467 da Consolidação. Desse modo, no caso de atraso rescisório, para viabilizar a terceira apenação (indenização por dano moral), seria necessária a evidenciação de constrangimentos específicos surgidos, aptos a afetar a honra, a imagem ou outro aspecto do patrimônio moral do trabalhador. No caso concreto, a Corte de origem não registrou nenhum fato concreto de dano ao patrimônio subjetivo da Reclamante. Não há falar, portanto, em dano moral a ser reparado. Recurso de revista conhecido e provido no tema." (RR-305-91.2016.5.17.0141, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 13/03/2020)

"II - RECURSO DE REVISTA. RECLAMADA. LEI Nº 13.467/2017. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NÃO PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS. 1 - Conforme jurisprudência desta Corte, em relação às verbas rescisórias, o deferimento de indenização por danos morais com base em mera presunção da ocorrência de fatos danosos não é cabível. É necessária a comprovação de ao menos algum fato objetivo do qual se pudesse inferir que houve abalo moral. Caso contrário, impossível o deferimento de indenização, pois o que gera o dano não é a mora em si, mas as circunstâncias nas quais se configurou, e/ou as consequências eventualmente advindas desse atraso, como, por exemplo, a inscrição do devedor em cadastros de inadimplência, entre outros casos. Julgados. 2 - No caso concreto, a condenação da reclamada decorreu meramente da constatação de que "o inadimplemento das verbas rescisórias implica ofensa à honra e à dignidade do trabalhador, caracterizando-se como ato ilícito passível de danos morais", posicionamento que não se coaduna com a jurisprudência desta Corte Superior e viola o artigo 5º, inciso X, da Constituição da República. 3 - Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento." (ARR-21048-80.2017.5.04.0002, 6ª Turma, Relatora Ministra Kátia Magalhães Arruda, DEJT 14/02/2020)

"INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ATRASO NO PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS. Esta Corte Superior tem o entendimento consolidado, no sentido de que o mero inadimplemento ou atraso nas obrigações decorrentes da rescisão do contrato de trabalho - tais como entrega das guias de seguro desemprego, pagamento das verbas rescisórias ou baixa da CTPS - não configura dano moral, sem que haja prova do efetivo prejuízo sofrido pelo empregado. Desse modo, não tendo o TRT registrado a premissa fática concernente aos efetivos prejuízos sofridos pela Reclamante, indevida a condenação ao pagamento de indenização por danos morais. Recurso de revista conhecido e provido." (ARR-20422-42.2014.5.04.0301, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 26/04/2019)

Verifica-se que, no caso em exame, não há fundamentos, na decisão regional, no sentido de que o reclamante demonstrou ter sofrido prejuízos ou dano a sua pessoa, a fim de justificar o recebimento de indenização por danos morais.

Dessa forma, observa-se que o Tribunal a quo, ao concluir que o inadimplemento das verbas rescisórias não enseja, por si só, o

deferimento da indenização por danos morais, decidiu em consonância com a jurisprudência desta Corte superior, motivo pelo qual não se verifica ofensa aos artigos 5º, incisos V e X, 6º, caput, e 7º, incisos XIII e XXII, da Constituição Federal, 157 da CLT e 186, 187, 421, 422 e 927 do Código Civil.

Quanto à suscitada divergência jurisprudencial, constata-se que o aresto colacionado no recurso de revista não serve para o cotejo de teses, pois oriundo de Turma do Tribunal Superior do Trabalho, em desatendimento às hipóteses de cabimento previstas no artigo 896, alínea "a", da CLT.

Em relação à indenização por danos morais decorrentes da jornada de trabalho exaustiva, observa-se que o Regional não emitiu pronunciamento explícito de tese sobre a referida matéria.

Registra-se que, ao contrário do alegado pelo reclamante, o Regional não foi instado a se manifestar sob esse aspecto da questão por meio de embargos de declaração, tendo em vista que, nas razões dos embargos de declaração interpostos pelo autor, somente houve a alegação de omissão quanto ao tema "Intervalo Intrajornada".

Cumpre ressaltar, ademais, que, conforme já analisado nesta decisão, o reclamante não observou o requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, inciso IV, da CLT ao arguir nulidade do acórdão regional por negativa de prestação jurisdicional.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento do reclamante, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMADA SEARA-IND. E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS LTDA.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela primeira reclamada:

"Recurso de: SEARA-IND. E COMERCIO DE PRODUTOS AGRO-PECUARIOS LTDA

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Recurso tempestivo (decisão publicada em 18/11/2020; recurso apresentado em 30/11/2020).

Representação processual regular (Id ecd0c27).

Ré isenta do depósito recursal (artigo 899, § 10, da Consolidação das Leis do Trabalho).

Custas processuais recolhidas (id 51a1a1a).

Rescisão do Contrato de Trabalho (2620) / Verbas Rescisórias (2546) / Multa do Artigo 477 da CLT

Duração do Trabalho (1658) / Intervalo Intrajornada

A Lei 13.015/2014 acrescentou o § 1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

A recorrente deixou de atender o disposto no inciso I, do §1º-A, do art. 896 supracitado.

Com efeito, a forma como procedeu a parte não supre a exigência legal. Segue ser assente o entendimento que a parte que recorre deve reproduzir o trecho da decisão que lhe foi desfavorável de forma razoavelmente destacada, em que constem todos os motivos e fundamentos adotados pela Turma, o que não foi observado.

A exigência consiste em apontar o prequestionamento - salvo vício nascido na própria decisão - e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no TST tem definido que o pressuposto legal não se atende com a mera indicação de folha do trecho do acórdão, com a sinopse da decisão ou, ainda, com a transcrição parcial dos fundamentos adotados, da ementa, da parte dispositiva ou do inteiro teor do acórdão recorrido, devendo a parte destacar (negritar, sublinhar ou grifar) exatamente o ponto central da tese objeto do recurso. Isso porque, segundo o entendimento prevalecente naquele tribunal, a transcrição genérica, sem o destaque nos moldes acima da exata tese jurídica impugnada, não permite identificar e confirmar onde reside o exigido requisito legal (prévio questionamento). Não basta, portanto, transcrever apenas trechos que não abranjam toda a fundamentação utilizada, pois se deixa de demonstrar a confrontação inclusive analítica com cada ponto questionado (item III, do §1º-A acima transcrito), bem como não é suficiente a transcrição do tópico inteiro do recurso, sem destacar a tese objeto do confronto.

Cito a título de exemplo a decisão da SDI-1 do TST:

"AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA. REGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DA ÍNTEGRA DA DECISÃO REGIONAL EM RELAÇÃO AO TEMA. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE. O cabimento de recurso de embargos contra acórdão de Turma se restringe às hipóteses previstas no art. 894, II, e § 2º, da CLT, não se considerando atual a divergência superada por iterativa e notória jurisprudência desta Corte, no sentido de que não preenche o requisito previsto no art. 896, § 1º- A, I, da CLT, a transcrição integral do acórdão regional em relação ao tema objeto do recurso de revista, sem o devido destaque quanto "ao ponto em discussão. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgR-E-ED-ED-ARR - 556-25.2013.5.12.0054, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, data de julgamento: 14/12/2017, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, data de publicação: DEJT 19 /12/2017).

No sentido do acima exposto são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: AIRR-1360-51.2011.5.15.0095, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 10/02/2020; AIRR-1653-42.2010.5.02.0087, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/02/2020; ARR-12177-43.2014.5.15.0137, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 07/01 /2020; RR-1000868-96.2017.5.02.0320, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 13/12/2019; Ag-AIRR-10787- 09.2016.5.15.0124, 7ª Turma, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 07/02/2020; Ag-AIRR-1423-36.2014.5.09.0678, 7ª Turma, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 07 /02/2020; Ag-ARR-1640-15.2011.5.09.0022, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 19/12/2019; Ag-RR-285-51.2013.5.04.0761, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 29/11/2019; AgR-E-ED-ED-ARR - 556 -25.2013.5.12.0054, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, data de julgamento: 14 /12/2017, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, data de publicação: DEJT 19/12/2017; E-ED-RR - 172500-89.2013.5.17.0011, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, data de julgamento: 16/11/2017, Subseção I Especializada

em Dissídios Individuais, data de publicação: DEJT 24/11/2017
Pelo exposto, é inviável o conhecimento do recurso de revista, no tocante aos dois tópicos, porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Denego.
CONCLUSÃO
Denego seguimento." (págs. 2.225-2.229)
Na minuta de agravo de instrumento, a primeira reclamada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, ao argumento de que foi demonstrado o preenchimento dos requisitos do artigo 896 da CLT.
No que tange à multa do artigo 477, § 8º, da CLT, aduz que a empresa em recuperação judicial não está sujeita à incidência da referida penalidade.
Indica contrariedade à Súmula nº 388 do TST e colaciona arestos para o confronto de teses.
No que se refere ao intervalo intrajornada, sustenta que a concessão parcial do intervalo para descanso e refeição implica apenas o pagamento do período faltante para completar uma hora, bem como que não seriam devidos os reflexos, em face da natureza indenizatória da verba.
Aponta violação do artigo 71, § 4º, da CLT.
Ao exame.
Verifica-se, inicialmente, que, a despeito do consignado no despacho em que se denegou seguimento ao recurso de revista, a parte transcreveu de forma adequada, na petição do recurso de revista, os trechos da decisão recorrida em que se encontram prequestionadas as matérias objeto de sua irresignação, como ordena o artigo 896, § 1º-A, inciso I, da CLT.
Desse modo, tem-se que as condições incluídas pela Lei nº 13.015/2014 foram observadas no caso em análise, razão pela qual se passa ao exame do mérito do recurso de revista denegado, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 282 da SbDI-1deste Tribunal.
Quanto à multa do artigo 477, § 8º, da CLT, assim se manifestou a Corte regional:
"d) VERBAS RESCISÓRIAS - MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT
O Julgador de origem deferiu o pagamento das seguintes verbas rescisórias: aviso prévio indenizado; férias vencidas e proporcionais com 1/3; 13º salário proporcional e sobre as verbas rescisórias pagas deferidas a incidência do FGTS no percentual de 11,2%, exceto sobre férias indenizadas com 1/3. Condenou, também, a 1ª ré no pagamento da multa do art. 477 da CLT porque "quando da ruptura contratual a ré SEARA ainda não se encontrava no período de suspensão das ações e execuções em decorrência do deferimento de sua recuperação judicial". (fl. 1895)
A reclamada requer: a) seja reconhecida a habilitação das verbas rescisórias nos autos de Recuperação Judicial, em trâmite perante o Juízo da Vara Cível da Comarca de Sertanópolis (nº 0000745-65.2017.8.16.0162); b) seja determinado o abatimento do valor habilitado de eventual condenação remanescente; c) que, eventual valor devido ao Reclamante e apurado na fase de liquidação, seja habilitado nos autos de Recuperação Judicial mencionado.Com relação à multa do artigo 477, da CLT, alega indevido por estar em recuperação judicial, invocando o disposto na Súmula 388, do TST. (fl. 1984)
Analiso.
No TRCT de fls. 1435/1438, há ressalva de que a homologação da rescisão estava sendo realizada para efeito de levantamento do FGTS e seguro desemprego, e que os pagamentos pendentes seriam realizados dentro do prazo legal da ação de recuperação judicial em trâmite no Juízo de Sertanópolis. (fl. 1438)
Como alegado pela ré, o comprovante de pagamento bancário indica que foi realizado depósito bancário ao autor, em 22.05.2017, na quantia de R$1.730,90 (fl.1439), quitando apenas uma parte dos valores rescisórios devidos ao reclamante, no total líquido do TRCT, no valor de R$ 6.359,49. (fl. 1437)
É incontroverso que a empregadora do reclamante se encontra em processo de Recuperação Judicial, conforme decisão proferida pelo Juízo Cível de Sertanópolis. (fls. 1587 e seguintes). A r. sentença que deferiu o pedido de recuperação judicial foi proferida em 05.05.2017. (fl. 1611)
A reclamada não comprovou nos autos que tenha efetuado a habilitação dos créditos remanescentes devidos ao reclamante, a título de verbas rescisórias, no quadro geral de credores trabalhistas.
Assim, não há como se determinar o abatimento dos valores habilitados, a que se refere a reclamada, sem prejuízo da análise do pedido no Juízo Universal onde deverão ser direcionados os créditos trabalhistas.
De acordo com a Orientação Jurisprudencial da Seção Especializada deste Regional, nº 28, que trata da matéria relativa à Falência e Recuperação Judicial, tem-se que:
I - Falência e Recuperação Judicial. Competência. A execução contra a massa falida ou empresa em processo de recuperação judicial é de competência da Justiça do Trabalho até a fixação dos valores como incontroversos e a expedição da certidão de habilitação do crédito (Lei 11.101/05, art. 6º, §§ 1º e 2º).
Destarte, nada há a deferir no particular.
A multa do artigo 477, da CLT, é devida pois a Súmula 388, do TST apenas isenta do pagamento da multa a massa falida, não estendendo a isenção às empresas em recuperação judicial. Isso posto, nada a deferir." (págs. 2.111-2.113, destacou-se)
No caso, o Tribunal Regional concluiu que "a multa do artigo 477, da CLT, é devida pois a Súmula 388, do TST apenas isenta do pagamento da multa a massa falida, não estendendo a isenção às empresas em recuperação judicial" (pág. 2.113).
Com efeito, o Tribunal Superior do Trabalho tem firmado jurisprudência no sentido de que não se aplica, por analogia, o teor da Súmula nº 388 desta Corte às empresas em recuperação judicial, sendo devida, nessa hipótese, a condenação ao pagamento das multas previstas nos artigos 467 e 477, § 8º, da CLT.
Nesse sentido, os seguintes precedentes:
"AGRAVO DA UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL). AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI Nº 13.015/2014. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 388 DO TST ÀS EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Não merece provimento o agravo que não desconstitui os fundamentos da decisão monocrática, pela qual se ratificou a condenação da reclamada ao pagamento da multa preconizada no artigo 467 da CLT e, no que concerne à atualização monetária, aplicou a restrição de que trata o artigo 896, § 9º, da CLT. Agravo desprovido". (Ag-AIRR-100610-69.2019.5.01.0482, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 07/04/2021, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 09/04/2021)
"II - RECURSO DE REVISTA DOS RECLAMANTES. INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. VERBAS RESCISÓRIAS. ATRASO. MULTA DOS ARTS. 467 E 477, §8°, DA CLT. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Esta egrégia Corte adota entendimento de que são devidas as multas previstas nos arts. 467 e 477, §8°, da CLT ainda que a empresa esteja em

recuperação judicial, uma vez que o preceito da Súmula 388 do TST apenas isenta as empresas cuja falência foi decretada. No caso, os reclamantes foram dispensados antes mesmo do deferimento da recuperação judicial, estando evidente a inexistência de estado falimentar da empresa à época, o que torna devida a condenação nas penalidades dos arts. 467 e 477, §8°, da Consolidação das Leis do Trabalho. Precedentes. Nesse sentido, merece reforma o acórdão regional que aplica, analogamente, a Súmula 388 do TST à empresa em recuperação judicial. Recurso de revista conhecido e provido". (ARR-1450-28.2013.5.15.0018, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 04/03/2020, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 06/03/2020)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. MULTAS DOS ARTS. 467 E 477 DA CLT. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SÚMULA nº 388 DO TST. INAPLICABILIDADE. Esta Corte tem se posicionado no sentido de que a previsão constante na Súmula n° 388 do TST exclui apenas a massa falida das penalidades previstas nos arts. 467 e 477, § 8º, da CLT, não abrangendo, portanto, o caso de empresa que se encontra em recuperação judicial. Incidência do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula nº 333 do TST. Agravo de instrumento conhecido e não provido". (AIRR-1001445-83.2018.5.02.0241, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, Data de Julgamento: 11/03/2020, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/03/2020)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. 1. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MULTAS DOS ARTS. 467 E 477 DA CLT. Esta Corte tem se posicionado reiteradamente no sentido de que a Súmula 388 do TST não se aplica, por analogia, às empresas em recuperação judicial, mas apenas à massa falida". (AIRR - 1241-98.2017.5.12.0019, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 04/03/2020, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 06/03/2020)

"MULTAS PREVISTAS NOS ARTS. 467 E 477 DA CLT. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1 - A decisão do Regional está em consonância com o entendimento desta Corte, de que a previsão constante na Súmula nº 388 do TST apenas exclui a massa falida das penalidades previstas nos arts . 467 e 477 da CLT, não abrangendo, portanto, o caso da empresa reclamada encontrar-se em recuperação judicial. Precedentes. 2 - Agravo de instrumento a que se nega provimento". (ARR-89700-67.2008.5.01.0029, 6ª Turma, Relatora Ministra Kátia Magalhães Arruda, DEJT 21/06/2018)

"II - RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. MULTA PREVISTA NO ART. 467 DA CLT. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. I. Hipótese em que o Tribunal Regional afastou a condenação da Reclamada ao pagamento da multa prevista no art. 467 da CLT, pelo fato de a empresa encontrar-se em recuperação judicial. II. A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que a previsão constante da Súmula nº 388 do TST apenas exclui a massa falida da penalidade prevista nos arts. 467 e 477 da CLT, não abrangendo, portanto, o caso da empresa reclamada encontrar-se em recuperação judicial. III. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento". (RR-10807-65.2014.5.15.0125, 4ª Turma, Relator Desembargador Convocado Ubirajara Carlos Mendes, DEJT 19/04/2018)

Assim, verifica-se que o Tribunal de origem, ao concluir que a disposição contida na Súmula nº 388 do TST não se aplica às empresas em recuperação judicial, proferiu decisão em consonância com o entendimento consolidado desta Corte, razão pela qual não há falar em contrariedade à Súmula nº 388 do TST. Por estar a decisão recorrida em harmonia com a jurisprudência pacificada do Tribunal Superior do Trabalho, esgotada se encontra a função uniformizadora desta Corte, o que afasta a possibilidade de eventual configuração de divergência jurisprudencial, por inteligência do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula nº 333 do TST.

No que concerne ao intervalo intrajornada, assim se manifestou a Corte de origem:

"b) INTERVALOS INTRA e INTERJORNADA

O Magistrado delimitou a análise do pedido de horas extras ao período de 22/03 a 19/04/2017 e reputou verdadeiras as anotações de ponto. Condenou a ré ao pagamento: I) das horas extras excedentes de 7h20 diárias e 44h semanais, sem acumulação; II) do intervalo intrajornada de 1 hora nas ocasiões em que as anotações apontem infração ao período mínimo legal, sem reflexos (natureza indenizatória da verba); III) do tempo suprimido do intervalo do art. 67 e 235-C §3º da CLT (OJ nº 355 do TST), declarando a natureza indenizatória da verba. (fls. 1.900/1.904)

O reclamante se insurge. Requer a reforma para que, nos dias em que constatada violação aos intervalos dos artigos 71, 66 e 67 da CLT, seja: a) deferida a totalidade das horas destinadas aos intervalos, acrescidas dos percentuais legais, com os reflexos devidos. b) subsidiariamente, que "seja considerada a última hora deste intervalo, como hora cheia, com os reflexos devidos"; c) o reconhecimento da natureza salarial das parcelas com o deferimento de reflexos em descansos semanais remunerados, feriados, aviso prévio, férias acrescidas do terço constitucional, décimos terceiros salários e FGTS acrescido da respectiva multa. Pede, também, pela incidência de adicional de 100%. (fls. 1952/1954).

A 1ª ré,SEARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA., pugna pela exclusão da condenação. Aduz que eventuais reduções ínfimas não invalidam o cumprimento do intervalo intrajornada (fl. 1991). Acrescenta que o reclamante usufruía corretamente dos intervalos de 35 horas semanais; não laborava em horário noturno e que não apontou diferenças devidas. (fl. 1992)

Examino.

Delimitada a análise da jornada ao período de 22/03 a 19/04/2017 (fls. 1341/1342).

INTERVALO INTRAJORNADA

Não assiste razão à 1ª reclamada.

O Magistrado reputou válidas as anotações de ponto carreadas com a defesa (fls. 1308/1342), por concluir que o autor não logrou ilidi-las por meio da prova testemunhal.

E, de tais registros (fls. 1341/1342) se observa a ausência de anotação do intervalo intrajornada, a exemplo dos dias 11/04 e de 13/04 a 16/04/2017.

Assim sendo, não há que se falar na exclusão da condenação imposta.

Por outro lado, assiste razão ao reclamante.

O contrato de trabalho se encerrou antes do início da vigência da Lei nº 13.467/17, razão pela qual se lhe aplica o disposto no art. 71, §4º da CLT antes da reforma:

Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.

(...)

§ 4º - Quando o intervalo para repouso e alimentação, previsto neste artigo, não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de no mínimo 50% (cinqüenta por cento) sobre o valor da

remuneração da hora normal de trabalho
Reconhecida a violação ao intervalo intrajornada a reclamante faz jus ao pagamento integral do período, ou seja, uma hora, consoante entendimento pacificado pela Súmula nº 437 do C. TST e Súmula nº 19 do TRTPR:
"PAGAMENTO DO INTERVALO INTRAJORNADA NÃO CONCEDIDO OU CONCEDIDO PARCIALMENTE. Observa-se a Súmula 437, I, do TST, para o pagamento do tempo relativo ao intervalo mínimo intrajornada não concedido ou concedido parcialmente."
A parcela tem natureza jurídica remuneratória, pois é subespécie de hora extra, conforme se extrai do §4º do art. 71 da CLT e consoante consolidado no item III da Súmula nº 437 do TST ("Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei nº 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais.").
Reformo para deferir reflexos das horas extras resultantes da infração ao intervalo intrajornada em descansos semanais remunerados, aviso-prévio, férias acrescidas do terço constitucional, décimos terceiros salários e FGTS acrescido da respectiva multa de 40% (Súmula Regional nº 20)." (págs. 2.098 e 2.099, destacou-se)
Registra-se, inicialmente, que as novas disposições legais introduzidas pela Lei nº 13.467/2017 no ordenamento jurídico trabalhista nacional não se aplicam aos fatos ocorridos e consumados antes da sua vigência, respeitando, portanto, o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, nos termos dos artigos 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal e 6º da LINDB.
Assim, no sistema jurídico, a lei infraconstitucional não tem eficácia retroativa, não podendo reger situações já consumadas sob a égide da lei anterior, de modo que as prestações contratuais já consolidadas não podem ser afetadas pelo novo diploma legislativo.
Dessa forma, o disposto no artigo 71, § 4º, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.467/2017, não se aplica à hipótese dos autos, tendo em vista que a relação de emprego foi encerrada em data anterior à vigência da referida lei.
No caso, extrai-se do acórdão regional que resultou demonstrado que o reclamante não usufruía integralmente do intervalo intrajornada mínimo de uma hora diária.
Nos termos da Súmula nº 437, item I, do TST, a não concessão total ou parcial do intervalo para repouso e alimentação implica o pagamento total do período correspondente, com acréscimo de, no mínimo, 50% do valor da remuneração da hora normal de trabalho (artigo 71 da CLT).
Dessa forma, suprimido parte do intervalo destinado ao repouso e à alimentação do empregado, deve ser pago a ele, como extra, todo o período mínimo assegurado por lei, com adicional de horas extraordinárias, e não apenas o período remanescente, como pretende a agravante.
Além disso, não mais se discute acerca da natureza jurídica do intervalo intrajornada e sua repercussão nas demais parcelas de natureza salarial, visto que se encontra pacificado, no âmbito desta Corte, o entendimento de que a referida parcela possui natureza salarial, repercutindo no cálculo das demais verbas salariais.
É o que dispõe a Súmula nº 437, item III, do TST:
"Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei nº 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais."
Diante das considerações expostas, observa-se que o posicionamento adotado pelo Regional está em consonância com o entendimento jurisprudencial sedimentado nesta Corte, consubstanciado na Súmula nº 437, itens I e III, razão pela qual não há falar em afronta ao artigo 71, § 4º, da CLT.
Diante dos fundamentos expostos, nego provimento aos agravos de instrumento do reclamante e da primeira reclamada, com base no artigo 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010083-05.2015.5.01.0032

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	CANTO DO PAO CONFEITARIA LTDA - ME
Advogado	Dr. Fausto Allegretto Júnior(OAB: 52039/RJ)
Agravado	ELOA DE SOUZA LEITE
Advogado	Dr. Edwaldo Nogueira Trindade(OAB: 105526-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):
- CANTO DO PAO CONFEITARIA LTDA - ME
- ELOA DE SOUZA LEITE

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo em fase de execução.
Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:
EXECUÇÃO. GARANTIA DO JUÍZO. MULTA POR EMBARGOS PROTELATÓRIOS
Postula a agravante a reforma do acórdão regional quanto aos temas acima epigrafados.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.
Destaque-se, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, não basta a mera indicação da ementa, páginas do acórdão, paráfrase, resumo, trecho insuficiente, parte dispositiva ou mesmo do inteiro teor do acórdão ou de capítulo de acórdão não sucinto, sem destaques próprios. Tampouco a transcrição dos trechos, no início

da petição, dissociada dos fundamentos, sem o devido cotejo analítico de teses, serve ao fim colimado.
No caso, a parte limitou-se a transcrever o inteiro teor dos acórdãos regionais (fls. 382/386 e 390/391), de modo que não atende ao disposto no art. 896, § 1°-A, da CLT.
Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010046-34.2020.5.03.0165

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	CLEDIANE NASCIMENTO PIRES
Advogado	Dr. Sammer José Brant Potiguara(OAB: 56969-A/MG)
Agravado	CMOS DRAKE DO NORDESTE S.A
Advogado	Dr. Elcio Fonseca Reis(OAB: 63292-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEDIANE NASCIMENTO PIRES
- CMOS DRAKE DO NORDESTE S.A

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - RITO SUMARÍSSIMO
RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO III, DA CLT. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ANALÍTICA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: JUSTA CAUSA - FALTA GRAVE.
Foram apresentadas contrarrazões às págs. 234-241 e contraminuta às págs. 229-233.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos da Constituição Federal por ela indicados, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT, nem das súmulas eventualmente indicadas como contrariadas.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso III, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
(...)
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte." (destacou-se)
Frisa-se que, na hipótese em que a demanda encontra-se regida pelo rito sumaríssimo, o recurso de revista somente é cabível, nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT e da Súmula nº 442 do TST, mediante a indicação de ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ou de contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.
Registra-se que, em relação aos temas da INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS e dos HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, a parte não indicou o trecho de prequestionamento dos temas na decisão regional.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000750-84.2020.5.02.0492

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	ROSELI MARIA ARAUJO NOGUEIRA
Advogado	Dr. Celso Ricardo Bersot de Oliveira(OAB: 381952-A/SP)
Agravado	FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA
Advogado	Dr. Jairo Henrique de Moura(OAB: 303004-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA
- ROSELI MARIA ARAUJO NOGUEIRA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. RITO SUMARÍSSIMO.
DIFERENÇAS DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. RECURSO DE REVISTA DESFUNDAMENTADO À LUZ DO ARTIGO 896, § 9º, DA CLT.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamante contra o despacho da Vice-Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema: "DIFERENÇAS DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE".
Contraminuta e contrarrazões não apresentadas.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamante:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.
Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 10/11/2020 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 17/11/2020 - id. 548642b).
Regular a representação processual,id. b2c4a9d.
Dispensado o preparo (id. f41e389).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Insalubridade.
Nos termos do § 9º, do art. 896, da CLT, o recurso de revista interposto contra decisão proferida em processo submetido ao rito sumaríssimo somente se viabiliza com a alegação e demonstração de ofensa direta à Constituição Federal e contrariedade a súmula de jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
Assim, fundamentado apenas na alegação deexistência de dissenso pretoriano e violação de norma infraconstitucional (artigo 192, da CLT), o apelo revela-se nitidamente desfundamentado, por falta de enquadramento no permissivo legal.
DENEGO seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista." (pág. 564, destacou-se)
Na minuta de agravo de instrumento, a reclamante insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, ao argumento de que foi demonstrado o preenchimento dos requisitos do artigo 896 da CLT.
No tocante às diferenças de adicional de insalubridade, aduz que o artigo 192 da CLT não prevê o pagamento proporcional do adicional de insalubridade, de modo que este deve ser pago integralmente, independente do número de horas trabalhadas.
Sustenta que, "em que pese o entendimento do v. acórdão, este não pode prevalecer, haja vista, que trata-se de contratos de trabalho autônomos entre si. Note-se que a recorrida anotou contrato de trabalho na CTPS da recorrente de forma autônoma ao contrato de trabalho para o Hospital das Clínicas e independentemente do mesmo. Tanto é que um sobrevive sem o outro, ou seja, é possível a recorrente ser contratada somente por um ou por outro" (pág. 571).
Afirma que "é patente e reconhecido pelo E.TST a violação do art.192 da CLT nos casos análogos a presente demanda, entendendo que o referido dispositivo legal não admite nenhuma forma de proporcionalidade ao pagamento do adicional de insalubridade, independentemente da quantidade de horas trabalhadas" (pág. 575).
Aponta violação do artigo 192 da CLT e colaciona arestos para o confronto de teses.
Ao exame.
Nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT, somente se admite recurso de revista em procedimento sumaríssimo por violação direta de preceito da Constituição Federal e/ou contrariedade a súmulas deste Tribunal ou súmulas vinculantes do STF, razão pela qual o recurso não pode ser apreciado por indicação de ofensa ao artigo 192 da CLT, tampouco por alegação de divergência jurisprudencial.
Ressalta-se, ademais, que a reclamante, na petição do recurso de revista, deixou de demonstrar de forma analítica a violação dos artigos 5º, caput e incisos I e II, e 173, § 1º, da Constituição Federal, os quais foram apenas elencados genericamente no início das razões recursais.
Cumpre salientar que a alegação de violação de dispositivos da Constituição Federal, em bloco e no início do recurso, não autoriza o conhecimento do apelo, pois a parte não cuidou de demonstrar os motivos pelos quais entende que tais dispositivos foram violados, tampouco procedeu ao cotejo analítico entre os mencionados preceitos e a decisão regional ora agravada.
Assim, tendo em vista não ter havido o confronto dos fundamentos da decisão exarada pelo Tribunal a quo com os dispositivos constitucionais citados, porquanto cada violação indicada deve trazer argumentação única e específica naquilo que lhe é peculiar ao exposto na decisão recorrida, ausente se encontra o requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, inciso III, da CLT no particular.
Dessa feita, o recurso de revista apresenta-se desfundamentado, porquanto não preenche os requisitos previstos no artigo 896, § 1º-A, inciso III, e § 9º, da CLT.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0001181-42.2010.5.02.0313

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	JULIANA GOMES ROBUSTI
Advogado	Dr. Cláudio José Sanches de Godoi(OAB: 91533-A/SP)
Advogado	Dr. Douglas Sanches Ceola(OAB: 336072-A/SP)
Agravado	JOSE CARLOS DOS SANTOS DORIA
Advogado	Dr. Enzo Figueira Vallejo Parada(OAB: 366036-A/SP)
Agravado	R.SOLUTION COMERCIO LTDA
Advogado	Dr. Ednéa de Abreu Pereira e Silva(OAB: 263383-A/SP)
Advogado	Dr. Daniela Correia Tonolli(OAB: 238607-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- JOSE CARLOS DOS SANTOS DORIA
- JULIANA GOMES ROBUSTI
- R.SOLUTION COMERCIO LTDA

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:
COMPETÊNCIA. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS.
Postula a agravante a reforma do acórdão regional quanto aos temas acima epigrafados.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.

Destaque-se, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, não basta a mera indicação da ementa, páginas do acórdão, paráfrase, resumo, trecho insuficiente, parte dispositiva ou mesmo do inteiro teor do acórdão ou de capítulo de acórdão não sucinto, sem destaques próprios. Tampouco a transcrição dos trechos, no início da petição, dissociada dos fundamentos, sem o devido cotejo analítico de teses, serve ao fim colimado.
No caso, a parte transcreveu integralmente o teor dos capítulos impugnados.
Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1001636-16.2018.5.02.0052

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	KARINA MIRANDA FISCHER
Advogada	Dra. Maria Lucia Delfina Duarte Sacilotto(OAB: 99566-A/SP)
Advogado	Dr. Vinicius Augusto Duarte Sacilotto(OAB: 288066-A/SP)
Agravado	ANDREA WEISS MARGINI
Advogado	Dr. Paulo Bicudo(OAB: 78789-A/SP)
Advogada	Dra. Cristiane Cortez Bicudo(OAB: 117299-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- ANDREA WEISS MARGINI
- KARINA MIRANDA FISCHER

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Interposto recurso de revista contra acórdão regional proferido no julgamento de agravo de instrumento em recurso ordinário.
Contudo, manifestamente incabível o apelo, à míngua de previsão legal, conforme dispõe o art. 896 da CLT. Nesse sentido, o entendimento cristalizado na Súmula 218 desta Corte:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento."

O devido processo legal e a ampla defesa devem ser exercidos segundo o ordenamento jurídico vigente, observadas as estritas hipóteses de cabimento de cada modalidade recursal.
Assim, ausente pressuposto de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000706-73.2019.5.10.0111

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante e Agravado	LUIZ FELIPE SOUZA
Advogado	Dr. Jefter Alves Matias(OAB: 57032-A/DF)
Agravante e Agravado	VIKINGS SISTEMAS DE LIMPEZA LTDA.
Advogada	Dra. Thalita Silvério Marques Tominaga(OAB: 272540-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- LUIZ FELIPE SOUZA
- VIKINGS SISTEMAS DE LIMPEZA LTDA.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014. RITO SUMARÍSSIMO.

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO RECLAMANTE
LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AO VALOR INDICADO NA INICIAL. RECURSO DE REVISTA DESFUNDAMENTADO À LUZ DO ARTIGO 896, § 9º, DA CLT.

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMADA
1) ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE SANITÁRIOS DE USO COLETIVO DE GRANDE CIRCULAÇÃO. INCIDÊNCIA DO ITEM II DA SÚMULA Nº 448 DO TST. 2) HONORÁRIOS PERICIAIS. VALOR ARBITRADO.

Trata-se de agravos de instrumento interpostos pelo reclamante e pela reclamada contra o despacho da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, pelo qual se denegou seguimento ao recurso de revista do autor no tocante ao tema "LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AO VALOR INDICADO NA INICIAL"; bem como ao recurso de revista da reclamada quanto aos temas "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE" e "HONORÁRIOS PERICIAIS".
Contraminuta apresentada pelo reclamante às págs. 819-825.
A reclamada apresentou contraminuta e contrarrazões às págs. 813-815 e 816-818, respectivamente.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO RECLAMANTE
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante:
"Recurso de:LUIZ FELIPE SOUZA
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (publicação em 13/05/2021 - fls. VIA SISTEMA; recurso apresentado em 18/05/2021 - fls. 655).
Regular a representação processual (fls. 14).
Dispensado o preparo (fls. 554).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso.
O reclamanteinterpõe recurso de revista,defendendo ser incabívela limitação do valor da causa com base na peça inaugural.
A Lei nº 13.015/2014 alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que determina novas exigências de cunho formal para a interposição do recurso de revista, "verbis":
"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;
II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.
IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão."
Na hipótese, observa-se que a parte não indicou, na petição do recurso de revista, os trechos da decisão recorrida.
A omissão quanto aos trechos do acórdão impugnado ou a mera transcrição, de forma integral no início do recurso, sem a indicação precisa do trecho objeto da insurgência, bem como a evidente lacuna quanto à demonstração analítica dos motivos pelos quais cada disposição legal ou jurisprudência reiterada e ementada ou acórdão paradigma teria sido motivo de afronta pela decisão recorrida, revelam desconsideração às disposições legais acima declinadas.
Assim, obstado o processamento do recurso de revista no particular, face o não cumprimento dos termos do inciso I do § 1º-A do art. 896 da CLT.
CONCLUSÃO
Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista." (págs. 779-781)
Na minuta de agravo de instrumento, o reclamante insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, ao argumento de que foi demonstrado o preenchimento dos requisitos do artigo 896 da CLT.
O agravante reitera a alegação de que a condenação não deve ser limitada ao valor indicado na petição inicial.
Dessa forma, requer a reforma da decisão "que deu parcial provimento ao Recurso Ordinário para considerar o valor da causa como mero arbitramento e não como valor definitivo que será apurado em fase de liquidação de sentença" (pág. 660).
Aponta violação do artigo 840, § 1º, da CLT e colaciona aresto para o confronto de teses.
Ao exame.
Nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT, somente se admite recurso de revista em procedimento sumaríssimo por violação direta de preceito da Constituição Federal e/ou contrariedade a Súmulas deste Tribunal ou Súmulas Vinculantes do STF, razão pela qual o recurso não pode ser apreciado por indicação de ofensa ao artigo 840, § 1º, da CLT, tampouco por alegação de divergência jurisprudencial.
Dessa feita, o recurso de revista apresenta-se desfundamentado, porquanto não preenche o requisito previsto no artigo 896, § 9º, da CLT.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento do reclamante, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
II - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMADA
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada:
"Recurso de:VIKINGS SISTEMAS DE LIMPEZA LTDA
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (publicação em 13/05/2021 - fls. VIA SISTEMA; recurso apresentado em 25/05/2021 - fls. 660).
Regular a representação processual (fls. 51).
Satisfeito o preparo (fl(s). 589 e 588).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Insalubridade.
Alegação(ões):
- contrariedade à(ao) : Súmula nº 448 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso II do artigo 5º; inciso XXVI do artigo 7º da Constituição Federal.
- divergência jurisprudencial.
Aegr. Turma manteve a decisão que concluiu que o autorlaborou sob condições insalubres, sendo devido o adicional em grau máximo.
A reclamada interpõe recurso de revista, destacando que o recorrido não realizava durante toda a sua jornada a limpeza de banheiros, tampouco essa era a sua única função,por isso não há comoequiparar o local de prestação de serviços do recorrido ao teor da Súmula 448 do C. TST quando este se ativou em prédio privado, com acesso restrito A funcionários.
Conforme preceitua o artigo 896, § 9º, da CLT, a admissibilidade do recurso de revista nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo está condicionada à demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal ou contrariedade à súmula de jurisprudência do colendo Tribunal Superior do Trabalho ou à súmula vinculante do excelso Supremo Tribunal Federal. Dessa forma, incabívela análise sob a ótica de dissenso pretoriano.
Extrai-se do acórdão recorrido que os laudos periciais têm a mesma conclusão quanto a exposição a agentes biológicos na higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação. Nesse contexto, arevisão do julgado, nos moldes propostos pela recorrente, demandaria inevitável revolvimento de fatos e provas, notadamente da reavaliação da prova pericial, o que é vedado no presente momento processual, a teor da Súmula n.º 126 da Corte Superior Trabalhista.
Em relação aos dispositivos constitucionais invocados, não se cogita do reconhecimento de afronta literal e direta, já que os princípios insculpidos nos preceitos mostram-se como normas gerais do ordenamento jurídico pátrio, sendo necessária, como já dito, a análise da ocorrência de violação de norma infraconstitucional para que se reconheça, somente de maneira indireta ou reflexa, ofensa ao seu texto.
Portanto, o apelo não se processa.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Periciais.
Alegação(ões):
- violação do(s) inciso II do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da (o) §1º do artigo 790-B da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

O Colegiado manteve o valor dos honorários periciaisfixados pelo Juízo de primeiro graupor considerá-lo compatível com o zeloprofissional, a complexidade da perícia e o tempo despendido para realizá-la.

Renova a reclamada o pedido de redução dos honorários periciais arbitrados.

Oartigo 896, § 9º, da CLT, preceitua que a admissibilidade do recurso de revista nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo está condicionada à demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal ou contrariedade à súmula de jurisprudência do colendo Tribunal Superior do Trabalho ou à súmula vinculante do excelso Supremo Tribunal Federal.

Além disso, discussão acerca da temática em foco, na forma como articulada, desafia o revolvimento de fatos e provas, o que é defeso em face da estreita via do recurso de revista, o que resulta em óbice ao processamento do recurso em face dos termos da Súmula n.º 126 do C. TST.

Destaque-se que não há, no ordenamento jurídico, norma específica destinada a estipular os critérios do arbitramento dos honorários periciais, cabendo aos julgadores concluírem, com base no laudo desenvolvido pelo perito, os níveis de complexidade, tecnicidade, zelo e dificuldade do trabalho realizado.

A tal modo, obstado o processamento do recurso de revista.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista." (págs. 781-784)

Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, ao argumento de que foi demonstrado o preenchimento dos requisitos do artigo 896 da CLT. Em relação ao adicional de insalubridade, sustenta que não havia contato permanente do reclamante com agentes insalubres.

Afirma que a atividade realizada pelo empregado não se confunde com a limpeza de banheiros coletivos de grande circulação de pessoas.

Alega que "o v. acórdão entendeu por bem em aplicar a Súmula 448 do C. TST a local privado com redução limitada de indivíduos, aos funcionários do local de prestação de serviços, e, ainda, fundado em prova a qual aduz que não era incumbência única a realização de atividades inerentes ao recolhimento de lixo e limpeza de sanitários" (pág. 806).

Aponta ofensa aos artigos 5º, inciso II, e 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal. Indica contrariedade à Súmula nº 448 do TST e colaciona arestos para o confronto de teses.

Quanto aos honorários periciais, aduz que o valor arbitrado a título de honorários periciais é excessivo.

Aponta ofensa aos artigos 5º, inciso II, da Constituição Federal e 790-B, § 1º, da CLT. Colaciona arestos para o confronto de teses.

Ao exame.

Registra-se, inicialmente, que, nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT, somente se admite recurso de revista em procedimento sumaríssimo por violação direta de preceito da Constituição Federal e/ou contrariedade a Súmulas deste Tribunal ou Súmulas Vinculantes do STF, razão pela qual o recurso não pode ser apreciado por indicação de ofensa ao artigo 790-B, § 1º, da CLT, tampouco por alegação de divergência jurisprudencial.

No que tange ao adicional de insalubridade, assim se manifestou o Tribunal Regional:

"ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O reclamante narrou, na inicial, que foi admitido pela reclamada em 01/11/2016, na função faxineiro, sem nunca ter recebido adicional de insalubridade. Alegou que realizava limpeza de banheiros de alta circulação, situados dentro de um condomínio onde funciona o Banco do Brasil (tomador). Foi demitido sem justa causa em 16/09/2017, após ter sido pré-aviso da dispensa em 17/08/2017. Noticia que o condomínio no qual prestava serviço tinha um complexo de três torres compostas por dezesseis andares e cinco subsolos, sendo que realizava a limpeza e manutenção de cinco a oito banheiros todos os dias de segunda a sábado, descia com o lixo dos andares que incluía dejetos de todos os tipos incluindo aqueles banheiros de alta circulação.Outrossim, informa o uso frequente de produtos fortes de limpeza, como clorato, clean by, hipoclorito, engraxante, desinfetantes, entre outros. Requereu o pagamento de insalubridade em grau máximo, nos termos do art.192 da CLT, da cláusula 10ª da CCT/2018 e da Súmula 448 do TST.

Em defesa, a reclamada aduziu que o autor "sempre laborou como auxiliar de serviços gerais, cumprindo atividades tais como a de uma doméstica, tais como, varrição, limpeza e conservação de ambientes, lavagem de banheiros em caráter de rodízio." Ressaltou que no referido posto de trabalho "são 3 torres, com 16 andares, sem agências abertas ao público, somente prédio administrativo, onde não há a livre e grande circulação de pessoas, somente funcionários da tomadora, tendo somente 1 banheiro masculino e um feminino por andar, somando um total de 96 banheiros, para serem divididos entre uma equipe média de 54 funcionários, sendo 23 homens e 31 mulheres, lembrando que somente homens limpavam o banheiro masculino à média de 2 por dia, cada um deles (48 banheiros masculinos / 23 homens), e que somente mulheres limpavam o banheiro feminino à média de 1,54 banheiros por dia cada uma (48 banheiros femininos / 31 mulheres), além de limpeza de outros locais, tais como limpeza de corredores, escadas, entre outros." Informou ainda que fornecia equipamentos de proteção individuais, tais como, protetor auricular, óculos de segurança, sapato de segurança com biqueira de aço, luvas de látex, máscaras respiradora, touca capilar, creme protetor para as mãos, protetor auricular, entre outros, todos utilizados à medida que o reclamante exercia suas atividades sob fiscalização da reclamada. Por fim, em relação aos produtos utilizados, declarou que estes eram entregues já diluídos na proporção 10/1, seja, 10 partes de água para cada parte de produto, e que tal diluição não era feita pelo próprio autor, mas sim, por encarregados e supervisores, que o faziam através do equipamento de diluição, sem nenhum contato dérmico com os referidos produtos.

O Juízo sentenciante deferiu o pedido obreiro, sustentado a decisão nos laudos periciais, prova testemunhal e jurisprudência do Tribunal Superior. Entendeu que o autor realizava a limpeza de banheiros de grande circulação atraindo a incidência da Súmula 448 do C. TST.

Contra a sentença, insurge-se a reclamada, alegando que o perito e a juíza ignoraram a informação de que o reclamante limpava somente 2 banheiros por dia, em média, sendo que em cada andar não trabalham cerca de 100 pessoas por andar, e tal fato sequer é mencionado na inicial.

O laudo pericial (ID. 059e000) afastou a exposição danosa a agentes químicos, mas entendeu que o reclamante estava em contato permanente e habitual com lixo urbano, manipulando dejetos humanos, razão pela qual estaria exposto a condições de insalubridade que ensejam adicional em grau máximo:

Considerando as atividades desempenhadas pelo RECLAMANTE, as evidências mensuradas na diligência e de acordo com as Portarias, Decretos e a NR-15, da Portaria 3.214 de 08 de julho de 1978, Lei 6.514/77, o RECLAMANTE, LUIZ FELIPE SOUZA, laborou em condições insalubres de grau máximo, por contato permanente e habitual com agentes biológicos durante todo o pacto laboral. (ID. 059e000 - Pág. 31)

Em resposta aos quesitos formulados pela reclamada, a perita esclareceu que "Os EPI's neutralizavam o contato com os produtos químicos, entretanto o contato com agentes biológicos não era neutralizado com a utilização dos EPI's entregues." (ID. 059e000 - Pág. 33)

Os laudos periciais das Reclamações Trabalhistas nºs 0001910-89.2018.5.10.0111 e 0000499-74.2019.5.10.0111 chegam à conclusão semelhante, atribuindo adicional de insalubridade em grau máximo pela exposição a agentes biológicos na higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação (ID. 5b02486 - Pág. 17 e ID. 1af365a - Pág. 28). Nos laudos constam também a informação de que cada auxiliar de serviços gerais fica responsável, em média, por 5 banheiros, tendo o supervisor da reclamada informado que o complexo recebe por dia cerca de 5.000 pessoas, criando uma média de 100 a 200 funcionários por andar (ID. 1af365a - Pág. 16).

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão do laudo pericial, podendo apreciar livremente a prova, nos termos do art. 371 do CPC, atentando aos fatos e circunstâncias dos autos, podendo, inclusive, desconsiderar o resultado do mencionado laudo, consoante art. 479 do CPC.

Entretanto, acerca das atividades do autor, a testemunha declarou:

Primeira testemunha do reclamante: Marcelo de Carvalho Rocha. Advertida Primeira testemunha do reclamante e compromissada. Depoimento: "que trabalhou para a reclamada durante um ano e dois meses, como auxiliar de serviços gerais; que trabalhou para o cliente Banco do Brasil no edifício Green Tower; que o reclamante fazia parte da equipe de trabalho do depoente e trabalhava na mesma função; que lá tinha vários auxiliares de serviços gerais da reclamada trabalhando; que cada auxiliar de serviços gerais tinha um local de trabalho diferente; que a divisão era feita da seguinte maneira, um funcionário para cada quatro ou cinco andares do prédio; que todos os funcionários que trabalhavam nos andares primeiro ao 16º desenvolviam as mesmas funções; isso ocorria porque esses andares eram iguais uns aos outros; que de tarde esses funcionários faziam atividades de manutenção da limpeza do local e a noite havia limpeza pesada; que as atividades deles incluía lavagem de banheiro, lavagem de Hall, lavagem de lixeiras; recolhimento do lixo; que ficava no térreo e no subsolo tinha um local de trabalho diferente dos que trabalhavam nos andares mas as atividades exercidas eram as mesmas; que todos os auxiliares de serviços gerais da reclamada, independentemente do local de trabalho, utilizado na limpeza que fazia os mesmos produtos; entre eles, Clean bye, detergente Clorado, desengraxante, hipoclorito; que as botas eram de couro e não de borracha; que nem sempre a empresa providenciava a troca de EPI's estragados; que João Lucas e Henrique faziam limpeza de banheiros no início e depois foram mudados de função, que eles pararam então de fazer limpeza de banheiro mas não se recorda a partir de quando; que esses dois ficavam limpando elevador e vidros; que entretanto todos faziam limpeza de elevador e vidros; que o próprio depoente foi colocado durante três meses como espécie de especialista em elevador e vidros, não entende porque a necessidade já que todos também limpavam elevadores e vidros; que já aconteceu do depoente trabalhar várias vezes com luvas furadas, pois eles não queriam que ficasse trocando toda hora e pediam que tomasse mais cuidado; que o que acabou de dizer se aplica a todos os auxiliares de serviços gerais da reclamada; que João Lucas e Henrique usavam os mesmos produtos que os outros; que a reclamada costumava sempre mudar os auxiliares de serviços gerais de setor, o que ocorria como uma forma de rodízio; que lá eram três torres cada uma com 16 andares; que a reclamada constantemente mudava os auxiliares para outras torres ou outros andares; que trabalhavam em duplas de um homem e uma mulher; que os EPI's que recebiam eram apenas luvas, bucha amarela e branca e botina de couro; que sempre que recebiam equipamentos de segurança assinavam o recibo; que nem sempre recebiam os produtos já diluídos; que trabalhou com os 11 reclamantes que ajuizaram ação recentemente na vara do Gama e que tem audiência designada para hoje." Nada mais. (Grifei- ID. ba302d0 - Pág. 2)

Assim, considerando que os três laudos têm a mesma conclusão, e não havendo prova nos autos que os invalidem, já que a prova oral corrobora as condições de trabalho apontadas na inicial, forçoso concluir que o autor laborou sob condições insalubres, sendo devido o adicional em grau máximo, com reflexos no FGTS.

Nego provimento." (págs. 610-613, destacou-se)

No caso, o Regional, com base nos elementos de prova coligidos aos autos, concluiu que o reclamante faz jus ao pagamento de adicional de insalubridade, uma vez que realizava a limpeza de banheiros de uso coletivo de grande circulação.

O Tribunal de origem consignou que "os laudos periciais das Reclamações Trabalhistas nºs 0001910-89.2018.5.10.0111 e 0000499-74.2019.5.10.0111 chegam à conclusão semelhante, atribuindo adicional de insalubridade em grau máximo pela exposição a agentes biológicos na higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação (ID. 5b02486 - Pág. 17 e ID. 1af365a - Pág. 28). Nos laudos constam também a informação de que cada auxiliar de serviços gerais fica responsável, em média, por 5 banheiros, tendo o supervisor da reclamada informado que o complexo recebe por dia cerca de 5.000 pessoas, criando uma média de 100 a 200 funcionários por andar (ID. 1af365a - Pág. 16)" (pág. 612).

Com efeito, a situação dos autos, em que o reclamante efetuava a limpeza de banheiros utilizados por grande fluxo de pessoas, enquadra-se na hipótese do Anexo nº 14 da NR-15 da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego e, portanto, enseja o pagamento do adicional de insalubridade.

Registra-se que, antes mesmo da conversão da Orientação Jurisprudencial nº 4 da SbDI-1 do TST no item II da Súmula nº 448, pela Resolução nº 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23/5/2014, o entendimento deste Tribunal já era de que a limpeza de banheiro público ou com grande fluxo de pessoas ensejava a percepção do adicional de insalubridade, entendimento que foi consagrado na denominada Semana do TST de 2011, quando se incluiu o referido item II no citado verbete sumular, in verbis:

"A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, incidindo o disposto no Anexo 14 da NR-15 da Portaria do MTE nº 3.214/78 quanto à coleta e industrialização de lixo urbano."

Nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte superior:

"AGRAVO. RECURSO DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DAS LEIS 13.015/2014 E 13.467/2017. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. A jurisprudência deste Tribunal pacificou o entendimento de que "a higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo, incidindo o disposto no Anexo 14 da NR 15 da Portaria do MTE nº 3.214/78 quanto à coleta e industrialização de lixo urbano" (Súmula 448/TST - conversão da OJ nº 4 da SBDI-I/TST, com nova redação do item II). Na hipótese, conforme consignado pelo Tribunal Regional, a Reclamante trabalhou na limpeza e coleta do lixo dos

banheiros existentes no estabelecimento do Reclamado. A propósito, registrou o TRT que: "Constatou o expert que na Diretoria da Administração da CEASA (Centrais de Abastecimento de Minas Gerais), um dos locais onde trabalhou a autora, laboram 90 funcionários e adentram nas salas de recursos humanos, informática, administração e diretoria cerca de 100 pessoas. No Banco de Alimentos, também onde a reclamante prestou serviços, trabalham 15 funcionários e 70 pessoas em média frequentam o setor (fls. 190/191)". Com efeito, em se tratando de estabelecimento empresarial ou de banheiro de locais congêneres, incide a regra do Anexo 14 da NR-15 da Portaria do Ministério do Trabalho 3.214/78, prevalecendo o direito ao pagamento do adicional de insalubridade. Não cabe ampliar a estrita tipicidade do enunciado jurisprudencial a ponto de estender o critério para além de residências e escritórios, enfraquecendo a proteção normativa da NR-15 da Portaria nº 3.214/78. Enfatize-se que, no Direito do Trabalho, a interpretação restritiva de direitos fundamentais é incabível. Tratando-se de matéria concernente à saúde do trabalhador, o próprio texto constitucional acentua o óbice à interpretação mitigadora da tutela à saúde obreira (art. 7º, XXII, da CF). Não se pode, portanto, ampliar a interpretação supressiva de parcelas trabalhistas, principalmente quando referente à regra de saúde e segurança do trabalho. Nesse contexto, verifica-se a que a atividade da Reclamante está acobertada pelos termos da Súmula 448, II, do TST, sendo-lhe devido o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo. Assim, a decisão agravada foi proferida em estrita observância às normas processuais (art. 557, caput , do CPC/1973; arts. 14 e 932, IV, "a", do CPC/2015), razão pela qual é insuscetível de reforma ou reconsideração. Agravo desprovido" (Ag-RR-11023-74.2019.5.03.0031, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 07/06/2021).

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO RECLAMANTE. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DAS LEIS Nº 13.015/2014 E 13.467/2017. RITO SUMARÍSSIMO. 1. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. GRAU MÁXIMO. HIGIENIZAÇÃO E COLETA DE LIXO DE BANHEIROS DE USO COLETIVO DE GRANDE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS. CABIMENTO. CONTRARIEDADE AO ITEM II DA SÚMULA Nº 448 DO TST. CONFIGURAÇÃO. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO. I. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que a higienização de banheiros de uso coletivo de grande circulação de pessoas autoriza o pagamento de adicional de insalubridade, nos termos do item II da Súmula 448 desta Corte. II. Evidenciado que o Reclamante prestou serviços de higienização de instalações sanitárias de uso coletivo de grande circulação de funcionários e clientes, e a respectiva coleta de lixo, tem-se que essa circunstância não se equipara à limpeza em residências e escritórios, sendo devido o pagamento do adicional de insalubridade. III. A Corte Regional manteve a sentença de origem, seguindo a conclusão do laudo pericial, sob o entendimento de que as atividades realizadas pelo Reclamante, dentre elas limpeza e coleta de lixo de banheiros em que circulam 40 a 50 pessoas por dia, não se enquadram na higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação. A decisão contraria o disposto na Súmula 448, II, do TST. Demonstrada a transcendência política da causa. IV. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento" (RR-10434-36.2018.5.15.0079, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 07/05/2021).

"II - RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. HIGIENIZAÇÃO E COLETA DE LIXO DE BANHEIRO DE USO COLETIVO. Esta Corte Superior possui entendimento consolidado no item II da Súmula 448 no sentido de que: "a higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo, incidindo o disposto no Anexo 14 da NR-15 da Portaria do MTE 3.214/78 quanto à coleta e industrialização de lixo urbano". Assim, verifica-se que a conclusão do Tribunal Regional - no sentido de que não havia "como qualificar esse banheiro como de uso coletivo, pois foram 40 pessoas em todo o local de trabalho" e por isso o labor da reclamante não estaria dentre o rol das atividades insalubres previstas na NR-15, Anexo 14, da Portaria 3.214/78 do TEM-, está em descompasso com a jurisprudência desta Corte Superior. Precedentes. Inteligência da Súmula 448, II, do TST. Recurso de revista conhecido e provido" (RR-10083-27.2016.5.03.0060, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 30/04/2021).

"ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LIXO URBANO. LIMPEZA DE BANHEIRO PÚBLICO. SÚMULA Nº 448, II. PROVIMENTO. Esta Corte Superior tem firme entendimento de que a limpeza de banheiros públicos ou coletivos, de grande circulação, e a coleta de lixo não se equiparam à limpeza em residências e escritórios, o que enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo (Súmula nº 448, II). Na hipótese, segundo o quadro fático delineado pelo Tribunal Regional, é incontroverso que a reclamante procedia à limpeza de quatro banheiros, os quais eram utilizados em média por cerca de cinquenta pessoas. Nesse contexto, a Corte Regional contraria a Súmula nº 448, II, ao reformar a sentença que reconheceu o direito ao adicional de insalubridade em grau máximo. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento" (RR-11736-23.2017.5.03.0030, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 30/04/2021).

"ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LIMPEZA DE BANHEIRO DE USO COLETIVO. SÚMULA 448, II, DO TST. Observa-se que do acórdão regional, transcrito na decisão turmária, que a reclamante fazia a limpeza de três banheiros, com um vaso sanitário, em cada um dos andares, os quais eram utilizados por cerca de 80 a 150 pessoas. Ou seja, havia higienização de instalações sanitária coletivas de grande circulação. Tal como proferida a decisão da egrégia 7ª Turma, ao concluir pela manutenção do pagamento do adicional de insalubridade, em grau máximo, encontra-se em consonância com a Súmula 448, item II, desta Colenda Corte, segundo a qual "A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, incidindo o disposto no Anexo 14 da NR-15 da Portaria do MTE nº 3.214/78 quanto à coleta e industrialização de lixo urbano". Agravo regimental conhecido e não provido" (AgR-E-ED-RR-114600-47.2009.5.04.0013, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 26/03/2021).

"ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LIMPEZA DE BANHEIRO DE USO COLETIVO. GRANDE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS. INTERREGNO DE 02/2013 A 11/2013. O Tribunal Regional manteve a concessão do adicional de insalubridade, porque a reclamante fazia a limpeza de banheiro do refeitório de uso de 55 a 70 funcionários. A jurisprudência desta Corte Superior está pacificada no sentido de que a limpeza de banheiros e a coleta de lixo de uso público ou coletivo de grande circulação ensejam o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, nos moldes requeridos pelo Anexo nº 14 da Norma Regulamentadora nº 15 da Portaria nº 3.214/78 do MTE. Tal entendimento está

consagrado no item II da Súmula nº 448. Óbice da Súmula 333 do TST. Agravo de instrumento a que se nega provimento" (RRAg-20169-05.2015.5.04.0791, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 26/02/2021).

"ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LIXO URBANO. LIMPEZA DE BANHEIRO PÚBLICO. SÚMULA Nº 448, II. PROVIMENTO. Esta Corte Superior tem firme entendimento de que a limpeza de banheiros públicos ou coletivos de grande circulação e a coleta de lixo não se equiparam à limpeza em residências e escritórios, o que enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo (Súmula nº 448, II). Na hipótese, segundo o quadro fático delineado pelo Tribunal Regional, é incontroverso que a reclamante procedia à limpeza de banheiros em dois andares de uma agência bancária, os quais, em média, eram utilizados por até sessenta pessoas. Nesse contexto, a Corte Regional contraria a Súmula nº 448, II, ao reformar a decisão do Juízo de primeira instância, que reconheceu o direito ao adicional de insalubridade em grau máximo. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento" (RR-1194-63.2018.5.12.0028, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 11/12/2020).

Dessa forma, por não se tratar de limpeza e recolhimento de lixo em residências e escritórios, mas sim de higienização de instalações sanitárias disponibilizadas a público numeroso e diversificado, é devido o adicional de insalubridade.

Nesse contexto, a Corte regional, ao concluir que o reclamante faz jus ao pagamento de adicional de insalubridade, decidiu em harmonia com a Súmula nº 448, item II, do TST, o que afasta a alegação de contrariedade ao referido verbete sumular.

A invocação genérica de ofensa ao artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal, em regra e como ocorre neste caso, não é suficiente para autorizar o processamento do recurso de revista com base na previsão da alínea "c" do artigo 896 da CLT, na medida em que, para sua constatação, seria necessário concluir, previamente, ter havido afronta a preceito infraconstitucional.

Ademais, diante da conclusão firmada na decisão recorrida, para se chegar a entendimento diverso, seria necessário o revolvimento da valoração da matéria fático-probatória feita pelas esferas ordinárias, procedimento vedado nesta instância recursal de natureza extraordinária, nos termos da Súmula nº 126 do TST.

Registra-se, ainda, que o Tribunal Regional não examinou o tema em questão sob a ótica do artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal, nem foi instado a fazê-lo por meio dos competentes embargos de declaração, razão pela qual não se observa o necessário prequestionamento da matéria na forma da Súmula nº 297, itens I e II, do TST.

Em relação aos honorários periciais, segue o posicionamento adotado pelo Tribunal Regional:

"DOS HONORÁRIOS PERICIAIS

A reclamada foi condenada ao pagamento dos honorários periciais no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Requer a redução do valor para R$1.000,00, vez que não foi utilizado qualquer equipamento diferenciado para realização da perícia. Considero o valor fixado na sentença compatível com o zelo profissional, a complexidade da perícia e o tempo despendido para realizá-la.

Nego provimento." (pág. 613)

O Regional entendeu que a reclamada deve suportar o pagamento dos honorários periciais, nos termos do artigo 790-B da CLT, tendo em vista a sucumbência no objeto da perícia, mantendo a sentença em que se arbitrou o valor dos honorários periciais em R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Os honorários periciais são cabíveis, diante da sucumbência da reclamada no objeto da perícia realizada nos autos, como bem decidido pelo Tribunal de origem, sendo inviável a discussão acerca do valor arbitrado a esse título, já que não cabe a esta Corte rever a assertiva regional de que o montante fixado é razoável e compatível com a complexidade da perícia e o labor prestado pelo perito.

Esclareça-se que o limite de R$ 1.000,00 (mil reais) previsto no artigo 3º da Resolução nº 66/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho diz respeito à hipótese em que há antecipação de honorários do perito, do tradutor e do intérprete, no caso de concessão à parte do benefício da Justiça gratuita, hipótese distinta dos autos, uma vez que a reclamada não possui o mencionado benefício.

Outrossim, o parágrafo único do artigo 3º dessa Resolução prevê a possibilidade de fixação de honorários periciais em valor superior ao referido limite, uma vez que dispõe que "a fixação dos honorários periciais, em valor maior do que o limite estabelecido neste artigo, deverá ser devidamente fundamentada".

Ademais, a invocação genérica de ofensa ao artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal, em regra e como ocorre neste caso, não é suficiente para autorizar o processamento do recurso de revista com base na previsão da alínea "c" do artigo 896 da CLT, na medida em que, para sua constatação, seria necessário concluir, previamente, ter havido afronta a preceito infraconstitucional.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento da reclamada, com base no artigo 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Diante dos fundamentos expostos, nego provimento aos agravos de instrumento do reclamante e da reclamada, com base no artigo 255, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0001007-17.2019.5.09.0024

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	BUNGE ALIMENTOS S.A.
Advogado	Dr. Otavio Pinto e Silva(OAB: 93542-A/SP)
Agravado	VITORIO DA CRUZ
Advogado	Dr. Giovanna Paola Primor Ribas(OAB: 42275-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BUNGE ALIMENTOS S.A.
- VITORIO DA CRUZ

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, às págs. 1.223-1.237, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 1.204-1.212, quanto aos temas HORAS IN ITINERE - SATISFEITOS OS REQUISITOS DA SÚMULA Nº 90 DO TST e INTERVALO INTRAJORNADA.

Foram apresentadas contrarrazões às págs. 1.241-1.258 e contraminuta às págs. 1.259-1.276.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do

Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Recurso tempestivo (decisão publicadaem 09/06/2021 - fl./Id. 963b75a; recurso apresentado em 18/06/2021 - fl./Id. 4df38c).
Representação processual regular (fl./Id.edfbeb9).
Preparo satisfeito(fls./Ids. 01bc0f9, baae0eb, baae0eb e e65b8e6).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
Duração do Trabalho / Horas in Itinere.
Alegação(ões):
- contrariedade à(ao): item III da Súmula nº 90 do Tribunal Superior do Trabalho.
A parte recorrente alega que "sempre pagou corretamente as horas extras realizadas pelo Reclamante, porém, no que diz respeito as horas decorrentes do trajeto, as horas in itinere, nada é devido ao Reclamante. O pagamento das horas in itinere, em trecho servido por transporte público, fere a súmula 90 deste Colendo Tribunal." Pondera que "restou incontroverso nos autos a existência de transporte público coberto por todo o trajeto nas redondezas da Reclamada. O fato de ser insuficiente o transporte para o horário de saída do Reclamante - 22:40, não pode ser motivo ensejador ao pagamento das horas in itinere." Pondera ainda que "A NOVA CLT, Lei 13.467/17, deixa claro no parágrafo 2º, do artigo 58 que independente do meio de transporte ou forma de locomoção do empregado, o tempo despendido no trajeto não é considerado tempo a disposição do empregador."
Fundamentos do acórdão recorrido :
(...)
Observa-se que o entendimento manifestado pela Turma (Incontroverso o fornecimento de transporte pela reclamada, sendo que a prova oral produzida nos autos teve como pontos controvertidos a insalubridade e intervalo. (fl.1072). Portanto, a análise dos fatos se prenderá prova documental. Observo que, a importância da localização - não ser de difícil acesso e possuir transporte público compatível - diz respeito ao local de trabalho, e não quanto à residência do empregado. A parte a ré trouxe aos autos o tempo estimado entre a casa do autor e a sede da ré era de 01h18min, obtido pelo Google Maps (fl. 181). Oficiada a empresa VCG informou os horários e disponibilidade de transporte público (fl. 623). Verifica-se do documento em questão que o último horário de retorno saindo do bairro era das 22h chegando ao terminal às 22h30. Desta forma, está evidenciado que no horário diurno a sede da parte ré era servida por transporte público regular. Porém, no noturno especificamente quando o autor terminava seu expediente de labor às 22h40, já não havia mais a prestação deste serviço público. Assim, compartilho do mesmo entendimento do MM. Juízo singular "uma vez que apenas parte do trajeto possuía transporte público regular (Terminal de Oficinas à empresa), entendo preenchidos os requisitos autorizadores da concessão das horas "in itinere", devendo o tempo de percurso de retorno (30 minutos) ser computado na duração do trabalho".) está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de decisão contrária à Súmula citada em recurso.
Denega-se.
Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada.
A Lei 13.015/2014 acrescentou o § 1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:
§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;
II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.
A parte recorrente deixou de atender o disposto no inciso I, do § 1º-A, do artigo supracitado, pois a forma como procedeu não supre a exigência legal.
Segue ser assente o entendimento que a parte que recorre deve reproduzir o trecho da decisão que lhe foi desfavorável de forma razoavelmente destacada, em que constem todos os motivos e fundamentos adotados pela Turma, o que não foi observado.
A exigência consiste em apontar o prequestionamento - salvo vício nascido na própria decisão - e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a mera indicação de folha do trecho do acórdão, com a sinopse da decisão ou, ainda, com a transcrição parcial dos fundamentos adotados, da ementa, da parte dispositiva ou do inteiro teor do acórdão recorrido, devendo a parte destacar (negritar, sublinhar ou grifar) exatamente o ponto central da tese objeto do recurso. Isso porque, segundo o entendimento prevalecente naquele tribunal, a transcrição genérica, sem o destaque nos moldes acima da exata tese jurídica impugnada, não permite identificar e confirmar onde reside o exigido requisito legal (prévio questionamento). Não basta, portanto, transcrever apenas trechos que não abranjam toda a fundamentação utilizada, pois se deixa de demonstrar a confrontação inclusive analítica com cada ponto questionado (item III, do §1º-A acima transcrito), bem assim não é suficiente a transcrição do tópico inteiro do recurso, sem destacar a tese objeto do confronto.
Cito a título de exemplo, a seguinte decisão da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho:
(...)
No mesmo sentidosão os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST-AIRR-1160-68.2014.5.02.0073, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 14/12/2016, 7ª Turma, acórdão publicado no DEJT de 03/02/2017; TST-RR-18177-29.2013.5.16.0020 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-104-15.2014.5.08.0014, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, acórdão publicado no DEJT de 06/05/2016; TST-AIRR-10033-37.2014.5.14.0101, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-10982-58.2014.5.14.0005, 4ª Turma, Relator Ministro João Oreste Dalazen, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-163-91.2013.5.11.0551, 5ª Turma, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, acórdão publicado no DEJT de

22/04/2016; TST-AIRR-1410-22.2013.5.07.0001, 6ª Turma, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, acórdão publicado no DEJT de 06/05/2016; TST-AIRR-11680-81.2014.5.03.0163, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Brandão, acórdão publicado no DEJT de 04/03/2016.

Pelo exposto, inviável o conhecimento do recurso de revista, porque não atendido pela parte recorrente o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Denego.

CONCLUSÃO

Denego seguimento." (págs. 1.204-1.212).

Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos todos os requisitos para admissibilidade de seu recurso de revista.

No tocante às horas in itinere, aduz que "não há que se falar em revolvimento fático probatório que impeça o conhecimento do presente recurso com base na Súmula nº 126 deste C. Tribunal, haja vista que se trata de discussão jurídica" (pág. 1.236). Traz, portanto, argumentos, no sentido de que, conforme indicado nas razões do recurso de revista, foi contrariada a Súmula n° 90, item III, do TST.

No que concerne ao intervalo intrajornada, sustenta que "deve a parte transcrever a parte que pretende recorrer, e de fato a agravante cumpriu com os requisitos legais, transcrevendo a parte que pretende reforma" (pág. 1.231). Traz, portanto, argumentos, no sentido de que, conforme indicado nas razões do recurso de revista, foram violados os artigos 818 da CLT e 373, inciso I, do CPC/2015.

Sem razão.

O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto às horas in itinere, nos seguintes termos:

"(...)

Assevera a parte de ré que "trecho entre casa do Reclamante e as dependências da Reclamada era coberto por transporte público.", (fl. 1142).

Argumenta que "no período anterior a 30 de novembro de 2017, tem-se que a Reclamada por sua liberalidade, forneceu aos seus funcionários, por comodidade transporte fretado, não pela ausência de transporte público." (fl. 1142).

Explica que "o Reclamante residente no Bairro Ronda, servido pelo terminal urbano de ônibus tinha à sua disposição transporte público para deslocamento do trajeto de sua casa ao trabalho bem como no trajeto inverso." Prossegue afirmando que do Bairro Ronda ao Terminal urbano, o percurso caminhando, conforme mapa é de em média 02 minutos, bem como, era servido por três linhas de transporte público até as dependências da reclamada que, ao ponto de desembarque caminhava apenas cerca de 07 minutos".

Pugna pela reforma da r. sentença, para que seja excluída a sua condenação ao pagamento de horas extras.

Colhe-se da r. sentença (fls.1104-1105):

(...)

Analiso.

Destaco que o pacto laboral teve duração pelo período de 15/03/2010 a 06/02/2019 (TRCT - fls. 34-35).

Consta da inicial "O horário de trabalho foi prestado de segunda a sábado, das 14h20min às 22h40min, porém, no início de seu contrato de trabalho, o reclamante trabalhava em jornada noturna sem recebimento da devida remuneração de forma correta (fl. 04).

As chamadas horas in itinere são os períodos computados na jornada de trabalho (remunerados, portanto) de que dispõe o empregado no trajeto da sua residência ao local de trabalho e vice-versa, quando o estabelecimento é de difícil acesso ou não servido por transporte público regular.

O § 2º do artigo 58 da CLT prevê que "O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução".

Já a Súmula nº 90 do C. TST assim dispõe:

"HORAS "IN ITINERE". TEMPO DE SERVIÇO

I - O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno é computável na jornada de trabalho.

II - A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que também gera o direito às horas "in itinere".

III - A mera insuficiência de transporte público não enseja o pagamento de horas "in itinere".

IV - Se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas "in itinere" remuneradas limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público.

V - Considerando que as horas "in itinere" são computáveis na jornada de trabalho, o tempo que extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo."

Extrai-se, portanto, que são requisitos das horas in itinere: (a) condução fornecida pelo empregador; (b) local de difícil acesso ou não servido por transporte público regular; (c) havendo transporte público regular, os horários deste devem ser incompatíveis com os horários de início e fim da jornada do empregado.

O ônus probatório é distribuído às partes litigantes, incumbindo a parte autora comprovar a existência do fato constitutivo de seu direito, qual seja, que para o deslocamento até o local específico da prestação dos serviços utilizava-se de transporte fornecido pelo empregador e que tal período não era anotado no cartão de ponto, enquanto à parte incumbe a prova da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo, no caso, de que o local específico da prestação dos serviços não era de difícil acesso ou era servido por transporte público regular com horários compatíveis com o início e fim da jornada da autora (artigo 818 da CLT).

Pois bem.

Incontroverso o fornecimento de transporte pela reclamada, sendo que a prova oral produzida nos autos teve como pontos controvertidos a insalubridade e intervalo. (fl.1072). Portanto, a análise dos fatos se prenderá prova documental.

Observo que, a importância da localização - não ser de difícil acesso e possuir transporte público compatível - diz respeito ao local de trabalho, e não quanto à residência do empregado.

A parte a ré trouxe aos autos o tempo estimado entre a casa do autor e a sede da ré era de 01h18min, obtido pelo Google Maps (fl. 181).

Oficiada a empresa VCG informou os horários e disponibilidade de transporte público (fl. 623). Verifica-se do documento em questão que o último horário de retorno saindo do bairro era das 22h chegando ao terminal às 22h30.

Desta forma, está evidenciado que no horário diurno a sede da parte ré era servida por transporte público regular. Porém, no noturno especificamente quando o autor terminava seu expediente de labor às 22h40, já não havia mais a prestação deste serviço público.

Assim, compartilho do mesmo entendimento do MM. Juízo singular "uma vez que apenas parte do trajeto possuía transporte público

regular (Terminal de Oficinas à empresa), entendo preenchidos os requisitos autorizadores da concessão das horas "in itinere", devendo o tempo de percurso de retorno (30 minutos) ser computado na duração do trabalho".
Mantenho a r. sentença.
(...)" (destacou-se, págs. 1.171-1.174).
Discute-se se são devidas diferenças dehorasin itinereem favor da reclamante.
No caso, faz-se necessária a demonstração de que a empresa estava situada em local de difícil acesso OU da inexistência detransporte públicoregular naquele percurso, conforme dispõe o item I daSúmula n° 90desta Corte:
"I - O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno é computável na jornada de trabalho. (ex-Súmula nº 90 - RA 80/1978, DJ 10.11.1978)"
O Tribunal Regional consignou, expressamente, que "está evidenciado que no horário diurno a sede da parte ré era servida por transporte público regular. Porém, no noturno especificamente quando o autor terminava seu expediente de labor às 22h40, já não havia mais a prestação deste serviço público" (pág. 1.174).
Assim, diante do fato incontroverso de que existiatransporte públicono início da jornada, contudo, não disponível após o encerramento da jornada, há configurado o direito ao percebimento das horasin itinere, pois bastava que um dos requisitos fosse preenchido para que o autor tivesse direito ao recebimento das horas de percurso.
Logo, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por entender que parte do percurso percorrido pelo reclamante por ausência de transporte público garante pagamento das horasin itinere, decidiu em consonância com a Súmula nº 90, item I, do TST, de modo que não há falar em contrariedade do dispositivo sumular supracitado.
Acresça-se que a reforma da decisão regional exigiria a revisão do contexto fático-probatório da demanda, procedimento vedado nesta instância recursal extraordinário, nos termos da Súmula nº 126 do TST, que assim dispõe:
"Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, "b", da CLT) para reexame de fatos e provas.".
Verifica-se, no que se refere ao intervalo intrajornada, que a parte, em vez de indicar o respectivo trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, transcreveu a íntegra do tema analisado no acórdão, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso.
Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/06/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/08/2018; AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.
Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010554-43.2019.5.15.0112

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE VITERBO
Advogada	Dra. Fernanda Lisi Jorge(OAB: 352582 -A/SP)

Agravado	SINDICATO DOS FUNCIONARIOS PUB, SERV. E EMPR MUNICIPAIS, ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DE STA ROSA DE VITERBO SP
Advogado	Dr. Márcio Antônio Vernaschi Júnior(OAB: 247322-A/SP)
Advogado	Dr. Ivan Barbin(OAB: 75583-A/SP)
Advogado	Dr. Caio Henrique Vernaschi(OAB: 273482-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE VITERBO
- SINDICATO DOS FUNCIONARIOS PUB, SERV. E EMPR MUNICIPAIS, ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DE STA ROSA DE VITERBO SP

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE VITERBO, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.
Foram apresentadas contraminuta às págs. 253-257 e contrarrazões às págs. 246-252.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte não indicou, na petição do recurso de revista, o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Registra-se que a mera menção somente à conclusão da Corte regional acerca do tema ou à parte dispositiva do respectivo acórdão não satisfaz o requisito exigido por meio do mencionado dispositivo de lei.
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso.
Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto e, levando-se em conta que a interposição de recurso não é considerada ato urgente, é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010201-79.2019.5.15.0119

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICIPIO DE JAMBEIRO
Advogada	Dra. Débora Rios de Souza Massi(OAB: 128142-A/SP)
Agravado	DANIELA APARECIDA DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Alan Rodrigo Quinsan Lamão(OAB: 331195-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIELA APARECIDA DE OLIVEIRA
- MUNICIPIO DE JAMBEIRO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. TEMA INDICADO NA ÍNTEGRA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: FÉRIAS - FRUIÇÃO NO PRAZO - PAGAMENTO RESPECTIVO EM ATRASO.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.

O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.

É o relatório.

Verifica-se, de plano, que a parte, em vez de indicar o respectivo trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, transcreveu a íntegra do tema analisado no acórdão, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.

Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:

"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)

Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso. Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/06/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/08/2018; AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.

De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.

Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.

Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.

Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.

Registra-se que, quanto ao tema relativo à prescrição, a parte não indicou o trecho de prequestionamento.

Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0100784-35.2016.5.01.0013

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	CARVALHO HOSKEN S.A. - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES
Advogado	Dr. Patrícia Sylvan Neves(OAB: 1671-B/RJ)
Advogada	Dra. Ana Gabriela Burlamaqui de Carvalho Vianna(OAB: 81690-A/RJ)
Advogado	Dr. Hugo Luiz Schiavo(OAB: 103712-A/RJ)
Agravado	GILBERTO LIMA SOBRAL
Advogado	Dr. Michelle Barradas Pereira(OAB: 133018-A/RJ)
Advogado	Dr. Renata de Mello Meirelles(OAB: 126902-A/RJ)
Agravado	METRO QUADRADO PROJETOS E INSTALACOES LTDA
Advogado	Dr. Adriana Lourenco Domingues(OAB: 135732-A/RJ)
Agravado	ILHA PURA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
Advogado	Dr. Juliana Bracks Duarte(OAB: 102466-A/RJ)
Agravado	ODEBRECHT REALIZAÇÕES IMOBILIARIÁS S.A.
Advogado	Dr. Sérgio Carneiro Rosi(OAB: 71639-A/MG)
Advogado	Dr. Valton Dória Pessoa(OAB: 190275-S/RJ)
Advogado	Dr. Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-A/SP)
Agravado	CONSTRUTORA SANTA ISABEL S/A
Advogado	Dr. Jaime de Jesus Santos(OAB: 62923-A/RJ)
Agravado	CALCADA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A
Advogado	Dr. Priscila Maffei Medina Maia(OAB: 173115-A/RJ)
Advogado	Dr. Fabio Rivelli(OAB: 297608-A/SP)
Advogado	Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(OAB: 128341-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CALCADA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A
- CARVALHO HOSKEN S.A. - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES
- CONSTRUTORA SANTA ISABEL S/A

- GILBERTO LIMA SOBRAL
- ILHA PURA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
- METRO QUADRADO PROJETOS E INSTALACOES LTDA
- ODEBRECHT REALIZAÇÕES IMOBILIARIÁS S.A.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - HIPÓTESE DE DONO DA OBRA NÃO CONFIGURADA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela sétima reclamada, Carvalho Hosken S.A. - Engenharia e Construções, às págs. 1.571-1.585, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, às págs. 1.564-1.567, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - HIPÓTESE DE DONO DA OBRA NÃO CONFIGURADA.
Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões às págs. 1.593-1.596, em peça única.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela sétima reclamada, Carvalho Hosken S.A. - Engenharia e Construções:
"(...)
Responsabilidade Solidária/Subsidiária.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 331 doTribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade à Orientação Jurisprudencial SBDI-I/TST, nº 191.
- violação do(s) artigo 1º; artigo 5º, inciso II; artigo 5º, inciso LIV; artigo 5º, inciso LV; artigo 170, da Constituição Federal.
- violação d(a,o)(s) Código de Processo Civil, artigo 373; Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 8º; artigo 455; artigo 818; Código Civil, artigo 265.
- divergência jurisprudencial .
O v. acórdãorevela que, em relação ao tema recorrido, o entendimento adotado pela Turma, de acordo com a prova produzida (Súmula 126 do TST), encontra-seem consonância coma notória jurisprudência doTribunal Superior do Trabalho e consubstanciada na Súmula 331, IV. Não seria razoável supor queo Regional, aoentender dessa forma, estaria violando os dispositivos apontados. Em razão dessa adequação (acórdão-jurisprudência iterativa do TST), o recurso não merece processamento, sequer no tocante ao dissenso jurisprudencial, a teor do artigo 896, alínea "c" e § 7º, da CLT c/c a Súmula 333 do TST.
Nego seguimento ao recurso, no particular.
Duração do Trabalho / Horas Extras.
Contrato Individual de Trabalho / FGTS.
Rescisão do Contrato de Trabalho / Pedido de Demissão.
A Lei nº 13.015/2014, aplicável aos recursos interpostos das decisões publicadas a partir de 22/09/2014 (consoante interpretação do TST estampada no artigo 1º do Ato 491/SEGJUD.GP), inseriu o §1º-A no artigo 896 da CLT, com a seguinte redação:

"Art. 896. (...)
§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;
II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.
IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)".

Diante deste contexto, não podem ser admitidos recursos cujas razões não indiquem o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, que não apontem de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do TST que conflite com a decisão regional, que não contenham impugnação de todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, com demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte, bem como que deixem de transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017).
No caso em apreço, não cuidou o recorrente de "indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista".
Em razão do exposto, não há como se admitir o apelo face a patente deficiência de fundamentação.
Nego seguimento ao recurso, no particular.
CONCLUSÃO
NEGO seguimento aorecurso de revista.
(...)" (págs. 1.564-1.566, destaque no original).
Na minuta de agravo de instrumento, a sétima reclamada, Carvalho Hosken S.A. - Engenharia e Construções, insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, contestando o deferimento da sua responsabilidade subsidiária, relativa ao pagamento das verbas deferidas ao trabalhador, argumentando que "Não poderia a Agravante ser condenada no pagamento das verbas deferidas no v. acórdão regional no período declinado na exordial pelo simples fato de não ter sido comprovado pelo Autor ter laborado em favor da mesma" (pág. 1.575).
Aduz que, "tendo a Ré negado a prestação de serviços pelo acionante, cabia ao mesmo o ônus de comprovar ter prestados serviços em seu favor no período declinado na inicial" (pág. 1.576).
"ainda que se apure qualquer eventual vinculação da sétima acionada neste feito, deve-se considerar, para efeito de relação trabalhista, apenas e tão somente, na qualidade de dona da obra, não se lhe podendo imputar, do mesmo modo, a responsabilidade subsidiária pretendida pelo Autor"; e que "o máximo a que se poderia impor a sétima Ré seria a condição de dona da obra realizada nas suas dependências para realização do objeto contrato"(pág. 1.579).
Sustenta que "O que se tem, nesse caso específico, é, apenas, a

relação jurídica (de natureza civil) que se forma entre o dono da obra e o contratado - este último, por sua vez, o único responsável pelas obrigações decorrentes do por ele pactuado com seus empregados" (pág. 1.580).
Afira que "não haveria que se falar em condenação da sétima acionada no pagamento das verbas deferidas no período de maio de 2014 a março de 2015" (pág. 1.584).
Aponta violação dos artigos 1º, inciso IV, 5º, caput, incisos II, LIV e LV, e 170 da Constituição Federal, 373, inciso I, e 805 do CPC, 8º, § 2º, 455 e 818, inciso I, da CLT e 265 CC e contrariedade à Súmula nº 331, item IV, e à Orientação Jurisprudencial nº 191 do TST e apresenta arestos para o confronto de teses.
Sem razão.
O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto à "responsabilidade subsidiária", nos seguintes termos:
"(...)
II.5 - Responsabilidade subsidiária

Pede, o autor, a condenação subsidiária da terceira; quarta; quinta; sexta e sétima reclamadas, diante do labor em favor das tomadoras dos serviços.
Na inicial, foi dito:
"3) Da responsabilidade subsidiária
A 1ª Rda. contratou o Rte. para prestar seus serviços em favor da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Rdas. Sendo assim, estas devem ser condenadas subsidiariamente a responderem pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da 1ª Rda., de acordo com o Enunciado 331-IV do TST e art. 455 da CLT.
Esclarece o Autor que, no período imprescrito, laborou em favor da:
- 2ª Rda. (Pdg Realty S/A Empreendimentos e Participações), em obra em Niterói; do início de julho de 2010 ao final de novembro de 2010, em obra em São Cristóvão; do início de dezembro de 2010 ao final de outubro de 2011, em obra em Botafogo; do início de novembro de 2011 ao final de março de 2012, em obra próxima ao Norte Shopping;
- 3ª Rda. (Consórcio Ilha Pura) - do início de abril de 2012 ao final de julho de 2012, em obra no complexo Ilha Pura;
- 4ª Rda. (Construtora Odebrecht) - do início de agosto de 2012 ao final de dezembro de 2012, em obra próxima à Rodoviária Novo Rio;
- 5ª Rda. (Construtora Santa Isabel) - do início de janeiro de 2013 até o final de abril de 2013, em obra na Av. Salvador Allende; e, após, do início de setembro de 2013 ao final de abril de 2014, em obra na mesma avenida;
- 6ª Rda, (Calçada Empreendimentos Imobiliários S.A.) - do início de maio de 2013 ao final de agosto de 2013, em obra no bairro da Tijuca;
- 7ª Rda (Carvalho Hoskem) - do início de maio de 2014 até a demissão, em obra próxima ao Condomínio Rio II e Shopping Metropolitano."

A ata de audiência registra a homologação da desistência em relação à segunda ré (ID 2f0c58a).
A terceira ré (ILHA PURA), em contestação, negou que o autor tenha lhe prestado serviços. (ID 3614b78).
A quarta ré (CONSTRUTORA ODEBRECHT) alegou não ter contratado a primeira ré. (ID 037e5ad)
A quinta reclamada (CONSTRUTORA SANTA ISABEL) alegou, na defesa, ser dona da obra, nos termos da OJ 191 do C. TST. Trouxe o contrato de "reforma do stand de vendas e apartamento decorado de dois quartos." (ID 138b542)
A sexta ré (CALÇADA) se defendeu aduzindo que não celebrou qualquer contrato com a primeira reclamada, não trabalhando o autor em seu favor. (ID 316fb83)
A sétima ré (CARVALHO HOSKEN) afirmou que, na qualidade de dona da obra, firmou contrato de empreitada com a primeira ré. (ID f8be4b7)
Na audiência de instrução, foram tomados os depoimentos do autor e da primeira ré, a seguir transcritos:
"Depoimento pessoal do autor: "que trabalhou de janeiro de 2010 a março de 2015 para a 1ª ré sem se lembrar dos dias de contratação e dispensa; que trabalhou na 3ª ré por cerca de três a quatro meses não se lembrando de quando a quando; que não tem a menor ideia; que sempre trabalhou pintando paredes; que trabalhava de segunda a sábado de 7h as 19h; que diz que trabalhou todos os feriados, mas quando instado sobre 25/dezembro disse que não trabalhou e sobre primeiro de janeiro não se recorda; que sempre teve a carteira assinada; que só teve a CTPS anotada em 2011; que ficou um ano sem CTPS anotada na 1ª ré; que nesse período prestava serviços na PDG; que nada mudou após ter a carteira assinada; que ao que se lembra tirou um período de férias; que sempre teve meia hora de almoço; que essas eram as normas; que a obra da 4ª ré foi na Rodoviária Novo Rio; que trabalhou de 5 a 6 meses para a 4ª ré, mas não se lembra o ano; que a folha de ponto vinha pré preenchida, não podendo anotar o horário real; que para a 7a ré trabalhou no Rio II; que foi uma montagem de um stand de vendas; que trabalhou por cerca de três meses sem se lembrar o ano; que depois ainda foi para outra obra que não era da 7a ré; que para 6ª ré trabalhou cerca de 3 a 4 meses na Rua do Bispo, na Tijuca, sem se lembrar o ano; que trabalhou para a 5ª ré na rua Benvindo Novais, de três a quatro meses, sem se recordar o ano; que não havia refeitório nessa obra".
Depoimento pessoal do preposto do 1º réu: "que o autor começou a trabalhar conforme consta em ficha de registro de empregado; que o autor cumpria o horário padrão da construção civil, conforme a folha de ponto; que as folhas eram anotadas pelos empregados nos conteineres; que nunca foi solicitado trabalho ao autor em feriados, por desnecessário, tampouco sábados; que o autor não foi dispensado; que o autor pediu demissão quando percebeu a ausência de fluxo de trabalho na ré; que o autor simplesmente parou de trabalhar".
Que Ilha Pura e Odebrecht não tiveram contrato com a 1ª ré." (grifei)

Na nova audiência designada, foram colhidos os depoimentos das demais reclamadas, com equívoco à menção de sua posição no rol da inicial, na medida que a segunda reclamada não foi ouvida, além de uma testemunha indicada pelo reclamante, abaixo transcritos:
"Requereu o autor a confissão da 1ª ré.
Depoimento pessoal do preposto do 2º reclamado: "que não tiveram contrato com a 1ª ré, logo o autor nunca prestou serviços nas obras da ré; que contrataram várias empresas nas suas obras, não podendo especificar todas, mas garante que com a 1ª ré não teve contrato".
Depoimento pessoal do preposto do 3º reclamado: "que não tiveram contrato com a 1ª ré, logo o autor nunca prestou serviços nas obras da ré; que contrataram várias empresas nas uas [sic] obras, não podendo especificar todas, mas garante que com a 1ª ré não teve contrato"
Depoimento pessoal do preposto do 4º reclamado: "que a empresa teve contrato com a 1ª ré, mas o autor não prestou serviços na obra; que controlavam o acesso dos terceirizados; que isso era feito pelo apontador; que o apontador declarou que o autor não trabalhou na obra; que não tem como lembrar de cabeça o período de

contrato com a 1ª ré; que todas as obras constam do contrato".
Depoimento pessoal do preposto do 5º reclamado: "que não tiveram contrato com a 1ª ré, logo o autor nunca prestou serviços nas obras da ré; que contrataram várias empresas nas suas obras, não podendo especificar todas, mas garante que com a 1ª ré não teve contrato".
Depoimento pessoal do preposto do 6º reclamado: "que tiveram contrato com a 1ª ré; que o autor nunca prestou serviços na obra e não tinham controle de acesso dos terceirizados".
Primeira testemunha do reclamante: Cristiano Bernardo da Silva , identidade nº 11.728.706-0 DETRAN RJ, solteiro, nascido em 05/10/1973, pintor, residente e domiciliado na Rua Sebastião Moreira da Silva, lote 140 Vila Santa Teresa Belford Roxo RJ . Advertida e compromissada. Depoimento: "que trabalhou com o autor na Ilha Pura na Salvador Allende, na ODEBRECHT próximo a Rodoviária Novo Rio, no Atlantics, na Santa Isabel na Salvador Allende, na Calçada trabalhou na Av. das Américas e na Rua do Bispo na Tijuca e na Carvalho Hosken próximo ao shopping Metropolitano; que acha que em 2012 trabalhou para a PDG, em 2013/2014 para a ODEBRECHT, em 2014/2015 trabalhou para a Calçada; que não se recorda de datas e nem do resto".

Em relação à matéria, o Juízo de primeiro grau assim decidiu:
"O autor tem grave confissão em seu depoimento; não lembra de anos e nem dias, só, convenientemente, de períodos. Portanto, declaro a improcedência de todos os pedidos formulados em face de ILHA PURA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES S.A., ODEBRECHT REALIZACOES IMOBILIARIAS S.A, CONSTRUTORA SANTA ISABEL S/A, CALCADA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A e CARVALHO HOSKEN S A ENGENHARIA E CONSTRUCOES em razão da tipicidade da terceirização e do que consta da reforma trabalhista."

A terceira, quarta e sexta reclamadas negaram que tenham celebrado contrato com a primeira ré, contudo a prova testemunhal confirma o labor do recorrente em seu favor.
Assim, comprovada a prestação de serviços do reclamante para as terceira, quarta, quinta, sexta e sétima reclamadas em decorrência do liame jurídico estabelecido com a primeira ré.
A quinta reclamada trouxe o contrato com a primeira ré, cujo objeto é "reforma do stand de vendas e apartamento decorado de dois quartos." (ID 138b542)
Por sua vez, a sétima ré juntou "contrato de prestação de serviços de empreitada global [...] para fins de execução de construção do stand de vendas do empreendimento Ecoluxury", sendo contratada a primeira reclamada (ID 1de3584).
Como se vê do teor dos autos, incontroverso que o contrato celebrado entre as reclamadas teve por objeto obra a ser elaborada pela primeira ré.
Sendo todas as reclamadas construturas [sic], não se enquadram no exato conceito de donas da obra, mas de incorporadoras.
Não obstante, a Subseção Especializada em Dissídios Individuais do C. Tribunal Superior do Trabalho, em julgamento de incidente de recurso de revista repetitivo, fixou as seguintes teses jurídicas:
"1ª) a exclusão de responsabilidade solidária ou subsidiária por obrigação trabalhista, a que se refere a Orientação Jurisprudencial nº 191 da SbDI-1 do TST, não se restringe a pessoa física ou micro e pequenas empresas. Compreende igualmente empresas de médio e grande porte e entes públicos;
2ª) a excepcional responsabilidade por obrigações trabalhistas, prevista na parte final da Orientação Jurisprudencial nº 191 da SbDI -1 do TST, por aplicação analógica do artigo 455 da CLT, alcança os casos em que o dono da obra de construção civil é construtor ou incorporador e, portanto, desenvolve a mesma atividade econômica do empreiteiro;
3ª) não é compatível com a diretriz sufragada na Orientação Jurisprudencial nº 191 da SbDI-1 do TST jurisprudência de Tribunal Regional do Trabalho que amplia a responsabilidade trabalhista do dono da obra, excepcionando apenas "a pessoa física ou micro e pequenas empresas, na forma da lei, que não exerçam atividade econômica vinculada ao objeto contratado";
4ª) exceto ente público da Administração direta e indireta, se houver inadimplemento das obrigações trabalhistas contraídas por empreiteiro que contratar, sem idoneidade econômico-financeira, o dono da obra responderá subsidiariamente por tais obrigações, em face de aplicação analógica do art. 455 da CLT e de culpa in eligendo. " - grifo acrescido.

As reclamadas não trouxeram prova da fiscalização do contrato celebrado com a primeira ré.
Assim, comprovada a prestação de serviços do reclamante em favor das reclamadas, deve ser declarada a responsabilidade subsidiária pelo pagamento das parcelas deferidas ao autor.
O fato de o autor não saber as datas em que laborou para as tomadoras de serviços, não afasta o recolhimento da responsabilidade subsidiária, já que trabalhou em sete empresas diferentes o que justifica não individualizar precisamente os períodos de labor em cada ré.
A responsabilização subsidiária é total, ou seja, a subsidiariedade abrange todas as parcelas contratuais devidas pela empresa prestadora de serviços, pois a mencionada Súmula 331/TST não discriminou ou limitou verbas, referindo-se ao gênero obrigações. Portanto, a empresa prestadora de serviços deverá responder, em primeiro lugar, pelas parcelas da condenação, incidindo sobre estas a responsabilidade subsidiária da tomadora de serviço. Esta situação, aliás, decorre da própria natureza da responsabilidade subsidiária.
As tomadoras de serviço estão juridicamente obrigadas a bem escolher e fiscalizar as empresas que lhe vão ceder a mão de obra. É só se observar o conteúdo dos artigos 455 da CLT, aplicado por analogia - a posição da tomadora de mão de obra, em relação à cedente, é idêntica à do empreiteiro, em relação ao subempreiteiro, e 932, III, e 942, parágrafo único, ambos do CCB. Estes artigos todos podem ser aplicados à relação aqui discutida por força do art. 8º e seu parágrafo único, da CLT.
Ademais, cabe dizer que não é exclusivamente com base na culpa in eligendo e in vigilando que a Súmula nº 331 do C. TST determina a responsabilidade da tomadora pelos créditos trabalhistas dos empregados da prestadora, mas por uma outra questão muito simples, verificável pela análise dos fundamentos básicos do direito do trabalho, qual seja, a impossibilidade de se restituir o status quo ante ao empregado que despendeu sua força de trabalho e jamais poderá tê-la de volta.
À luz da legislação vigente, a jurisprudência trabalhista expressou entendimento, por meio da Súmula nº 331 do C. TST, in verbis:
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011
I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).
II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da

Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).
III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.
IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.
V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral."

Assim, aquele que se utilizou da força de trabalho do empregado deve indenizá-lo por isso. Esta é a regra, advinda de um princípio que deve se sobrepor a todas as outras estipulações, inclusive as constantes de contrato entre os reclamados. Eventuais cláusulas de que a responsabilidade pelos créditos trabalhistas não pode ser repassada apenas têm validade entre as partes contratantes, ficando garantido o direito de regresso da segunda ré em face da primeira reclamada.
Não há delimitação da responsabilidade do tomador de serviços apenas às verbas retributivas.
Vale remarcar que mesmo quando for legítima a contratação de mão de obra, subsiste a responsabilidade subsidiária do tomador quanto às obrigações trabalhistas não adimplidas pelo prestador de serviços. Resultado da obrigação de reparar os danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros. Destarte, provada a prestação de serviços, deve ser declarada a responsabilidade subsidiária da terceira, quarta, quinta, sexta e sétima reclamadas. Como houve negativa geral da prestação e a prova oral demonstrou ter havido, presumo que esta se deu nos prazos indicados na inicial.
Por essas razões, o julgado atacado deve ser modificado, aplicando-se a responsabilidade subsidiária das tomadoras dos serviços pelo pagamento das parcelas deferidas ao reclamante, segundo o item IV da súmula n.º 331 do C. TST. Com fulcro neste entendimento, indubitável, portanto, que a responsabilidade subsidiária alcança as verbas devidas ao reclamante, conforme período a seguir:
- terceira ré (ILHA PURA) de abril/2012 a julho/2012;
- quarta ré (ODEBRECHT) de agosto/2012 a dezembro/2012;
- quinta ré (SANTA ISABEL) de janeiro a abril de 2013 e, posteriormente, de setembro/2013 a abril/2014;
- sexta ré (CALÇADA) de maio a agosto de 2013;
- sétima ré (CAVALHO [sic] HOSKEN) de maio de 2014 até rescisão contratual.
Dou provimento.
(...)" (págs. 1.411-1.417, sublinhou-se e negritou-se).
Ao julgar os embargos de declaração interpostos pela sétima reclamada, Carvalho Hosken S.A. - Engenharia e Construções, assim decidiu:
"(...)

EMBARGOS CARVALHO HOSKEN S A ENGENHARIA E CONSTRUCÕES (sétima reclamada)

Alega a embargante (Carvalho Hosken) omissão no julgado quanto ao período deferido no acórdão , no tocante ao pagamento das verbas deferidas. Requer a limitação da sua responsabilidade subsidiária ao período que o autor efetivamente laborava. Sustenta que não deve se falar em condenação de multas dos arts 467 e 477, ambas da CLT, verbas rescisórias, incluindo a obrigação de fazer de entrega de guias.
Sem razão a embargante
O depoimento do autor é impreciso de modo que o período laborado em benefício de cada reclamada foi fixado em consonância com os demais elementos da prova constante dos autos . Razão pela qual, fica mantida a responsabilidade subsidiária da ora embargante no período estipulado no acórdão, qual seja, de maio de 2014 até a rescisão contratual, no que se incluem FGTS e multas dos arts 467 e 477 da CLT.
Rejeito, pois, os embargos.
(...)" (sublinhou-se e negritou-se, págs. 1.500).
O Tribunal Regional consignou, expressamente, que, "comprovada a prestação de serviços do reclamante para as terceira, quarta, quinta, sexta e sétima reclamadas em decorrência do liame jurídico estabelecido com a primeira ré" (pág. 1.413).
Afirmou que "a sétima ré juntou "contrato de prestação de serviços de empreitada global [...] para fins de execução de construção do stand de vendas do empreendimento Ecoluxury", sendo contratada a primeira reclamada" (pág. 1.414).
Registrou estar "incontroverso que o contrato celebrado entre as reclamadas teve por objeto obra a ser elaborada pela primeira ré" (pág. 1.414).
Asseverou que, "Sendo todas as reclamadas construturas, não se enquadram no exato conceito de donas da obra, mas de incorporadoras" (pág. 1.414).
Verifica-se que a sétima reclamada terceirizou serviços mediante a contratação da primeira reclamada.
Assim, embora o reclamante tenha sido contratado pela primeira reclamada, prestou serviços, de fato, em favor da sétima reclamada, ora recorrente, conforme consta no quadro fático descrito no acórdão regional.
A decisão regional, portanto, foi proferida em perfeita consonância com o item IV da Súmula nº 331 do TST, com a redação que lhe foi dada por meio da Res. nº 174/2011, divulgada no DEJT em 27, 30 e 31/5/2011:
"IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial."
Por se tratar de empresa privada tomadora de serviços, a exigência que se faz para a sua responsabilização subsidiária é a sua condição de tomadora de serviços do trabalhador, bem como a sua participação na relação processual.
A terceirização trabalhista de atividade-meio, como é o caso dos autos, é atividade lícita.
Isso, contudo, não implica afastamento da responsabilidade da reclamada ora agravante, visto que se beneficiou da prestação dos serviços do trabalhador e, assim, com apoio nos artigos 8º da CLT e 186 e 927 do Código Civil, deve responder pela eventual inobservância dos direitos trabalhistas que assistem ao reclamante.
Cabe destacar que, diante do contexto fático traçado no acórdão recorrido, a pretensão da parte em obter a reforma da decisão, mediante a qual se indeferiu o pleito de condenação subsidiária,

com amparo nos elementos de prova coligidos aos autos, demandaria, de forma inequívoca, o revolvimento da valoração do conjunto fático-probatório feito pelas esferas ordinárias, o que é vedado a esta instância recursal de natureza extraordinária, nos termos da Súmula nº 126 do TST.
A Corte regional deixou expressamente consignado que a hipótese não trata de contrato de construção civil entre o dono da obra e o empreiteiro, não se configurando a alegada contrariedade à Orientação Jurisprudencial nº 191 da SbDI-1 do TST.
Os arestos apresentados para o confronto de teses não se adequam à hipótese dos autos, de forma a atrai o disposto na Súmula nº 296, item I, do TST.
Não se configura a alegada violação dos artigos 1º, inciso IV, 5º, caput, incisos II, LIV e LV, e 170 da Constituição Federal, 373, inciso I, e 805 do CPC, 8º, § 2º, 455 e 818, inciso I, da CLT e 265 CC.
Em obediência ao princípio da delimitação recursal, esclarece-se que não será objeto de exame o tema concernentes às horas extras, tendo em vista que o tema não foi renovado nas razões do agravo de instrumento.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento nos artigos 932, inciso IV, alínea "a", do CPC/2015 e 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0001348-54.2020.5.17.0131

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICÍPIO DE MUQUI
Advogado	Dr. Cláudio José Cândido Roppe(OAB: 7129-A/ES)
Advogado	Dr. José Rocha Júnior(OAB: 9494-A/ES)
Agravado	LEA ZAMPIRIS SUMAN DE AZEVEDO
Advogado	Dr. Heleno Saluci Brazil(OAB: 9636-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEA ZAMPIRIS SUMAN DE AZEVEDO
- MUNICÍPIO DE MUQUI

FÉRIAS - FRUIÇÃO NA ÉPOCA PRÓPRIA - PAGAMENTO RESPECTIVO EM ATRASO
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado, às págs. 108-120, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 103 e 104, quanto ao tema FÉRIAS - FRUIÇÃO NA ÉPOCA PRÓPRIA - PAGAMENTO RESPECTIVO EM ATRASO.
Foram apresentadas contraminuta às págs. 123-128 e contrarrazões às págs. 129-133.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamado:
"(...)
Férias / Indenização / Dobra / Terço Constitucional
Alegação(ões):
- divergência jurisprudencial.
- art. 5º, II, da CR
- arts. 137, 145, da CLT
- Súmula 450 do TST
Insurge-se contra a condenação ao pagamento de férias em dobro e terço constitucional.
Tendo a C. Turma decidido que o próprio município confirmou, em sua peça de defesa e em razões recursais, o atraso no pagamento das férias, verifica-se que a decisão se encontra consonante com a Súmula 450 do Eg. TST, o que inviabiliza o recurso, nos termos do disposto no artigo 896, § 7º, da CLT e Súmula nº 333, do Eg. TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.
(...)" (pág. 104).
Na minuta de agravo de instrumento, o reclamado insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, contestando a condenação que lhe foi imposta, relativa ao pagamento da dobra de férias.
Sustenta que "o único mês em que as férias não eram antecipadas é o mês de janeiro, por questões administrativas"; e que "o primeiro dia útil de janeiro, e consequentemente o primeiro dia de gozo das férias, se inicia por volta do dia 04, por conta do feriado da virada de ano" (pág. 114).
Alega que "o salário do mês dezembro, que poderia ser quitado até o 5º dia útil de janeiro, foram quitados antecipadamente em 20 de dezembro, ou seja, não houve qualquer prejuízo a recorrida ao iniciar o gozo das férias" (pág. 114).
Afirma que "o pagamento das férias foi efetuado dentro do mês de gozo, devendo ser declarada indevida a sua dobra" (pág. 114).
Aponta violação dos artigos 145 da CLT e 5º, inciso II, da Constituição Federal, desrespeito à decisão da ADPF nº 501 do STF e contrariedade à Súmula nº 450 do TST e apresenta arestos para o confronto de teses.
Sem razão.
O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto às férias:
"(...)
2.2.1. FÉRIAS. PAGAMENTO FORA DO PRAZO.

Narrou a reclamante, na inicial, que "é funcionária pública municipal em caráter efetivo, exercendo a função de auxiliar de serviços gerais. Seu regime de trabalho sempre foi celetista que, inclusive, é o regime único adotado pela Município de Muqui (reclamado) conforme Lei Municipal nº 018/1990 (anexa)."
Aduziu que o reclamado efetua o pagamento das férias "de 15 (quinze) a 20 (vinte) dias após o início das férias, contrário à lei. O mesmo ocorre com o terço constitucional."
Informou que esse atraso ocorreu nos períodos de 2015/2016, 2016/2017, 2017/2018 e 2018/2019, destacando que "muito embora a parte reclamante tenha tentado obter junto ao reclamado os comprovantes com as respectivas datas de pagamento, ele não os forneceu sob a alegação de que no relatório é sigiloso, vez que constam nomes, datas e valores de outros empregados, razão pela qual não poderiam disponibilizá-lo."
Outrossim, pontuou que "uma vez que o reclamado (Município de Muqui) optou pela contratação dos seus servidores pelo regime celetista, impõe-se o seu dever de cumprir todas as normas contidas no texto consolidado. Logo, o reclamado não poderá ser escusar de suas obrigações legais."
Por fim, concluiu que "é devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no

art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal. (...) Todavia, considerando que o reclamado já efetuou o pagamento das férias e do terço constitucional, ainda que intempestivamente, é devida a condenação ao pagamento tão somente da dobra das férias simples, acrescidas de mais 1/3 (um terço) constitucional, conforme liquidação apresentada ao final."

Requereu assim, a condenação do reclamado ao pagamento da dobra das férias simples, acrescida do terço constitucional, relativo aos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019, totalizando a quantia de R$ 5.594,40 (cinco mil, quinhentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos), acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei.

Em contestação, relatou o ente público reclamado que "todos os servidores sempre gozaram de férias e receberam sua remuneração e estavam todos cientes que a remuneração seria no próximo mês, tendo em vista a questão orçamentaria deste Município. Porém em momento algum os servidores ficam sem gozar das férias."

Aduziu que "sendo as férias gozadas no período concessivo, não há de se falar em pagamento em dobro."

E salientou que, quanto ao pagamento em dobro pelo atraso, a CLT é omissa, destacando que os trabalhadores, receberam o valor referente as férias, porém, com atraso ínfimo, não implicando em pagamento em dobro de férias.

Ressaltou que o Sindicato da categoria obreira "já entrou com reclamação trabalhista em face desta Municipalidade, requerendo o pagamento em dobro por atraso, sendo julgado improcedente, pois, os trabalhadores, em audiência, confessaram que receberam as férias e sabem que ocorre o atraso para pagamento, diante da situação orçamentaria (RT nº 0000077-78.2018.5.17.0131)."

Nesse contexto, pugnou pela improcedência do pleito autoral. Sucessivamente, requereu que a condenação recaia apenas sobre o valor da dobra das férias, uma vez que já receberam o valor das férias, acrescidas do terço constitucional.

Decidiu o juízo a quo, in verbis:

"O prazo para o pagamento da remuneração e do abono das férias está regulamentado no art. 145 da CLT:

Art. 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

Parágrafo único - O empregado dará quitação do pagamento, com indicação do início e do termo das férias.

Por outro lado, o art. 137 da CLT dispõe que "Sempre que as férias forem concedidas após o prazo de que trata o art. 134, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração".

Uma melhor reflexão sobre o capítulo das férias previsto na CLT leva a conclusão de que o artigo 137 prevê o pagamento em dobro das férias apenas no caso de fruição fora do período concessivo.

Destarte, não há disposição legal sobre o pagamento a destempo de férias usufruídas em momento oportuno.

Nesse sentido, a irregularidade constatada pode acarretar sanção de natureza administrativa a cargo do órgão competente do Ministério da Economia - Secretaria do Trabalho, conforme prevê a regra do art. 153 da CLT, contudo, jamais a obtenção em juízo da dobra do período de férias, por falta de amparo legal.

Todavia, a doutrina e a jurisprudência majoritárias firmaram entendimento de que não é apenas o gozo das férias fora do prazo legal que enseja o pagamento em dobro.

Destarte, de acordo com tal entendimento, o pagamento da remuneração referente às férias também enseja a aplicação da dobra, quando o empregador quitar o respectivo valor fora do prazo legal.

Nesse sentido, por disciplina judiciária, curvo-me ao entendimento pacificado do TST, ressalvado o meu posicionamento particular.

Nesses termos, a Súmula nº 450 do TST:

"FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO. DOBRA DEVIDA. ARTS. 137 E 145 DA CLT. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 386 da SBDI-1) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014. É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal."

O fato de o empregador, no presente caso, ser pessoa jurídica de direito público não o autoriza o descumprimento das normas previstas na CLT, a respeito do pagamento e concessão das férias.

Na hipótese vertente, a parte autora alega que, nos últimos cinco anos, os pagamentos das férias foram realizados quando já iniciadas as férias, ou seja, fora do prazo legal.

Ora, não há controvérsia acerca da ocorrência do pagamento das férias fora do prazo, conforme noticiado pelo próprio Município na contestação, de modo que é devido o pagamento da dobra + 1/3, como disposto na Súmula 450 do TST.

Cabe esclarecer que as férias foram usufruídas no tempo certo (de acordo com o pedido), porém, foram quitadas a destempo, de modo, é apenas devida a "dobra", ou seja, apenas mais uma remuneração, acrescida de 1/3, referente a cada período citado.

Sendo assim, defiro os pedidos "b" e "c" da inicial." (grifos nossos)

Irresignado, insurge-se o reclamado, sustentando que "não há que se falar em pagamento em dobro das férias, já que a legislação em vigor não prevê tal ônus para o empregador no caso de descumprimento do Art.145 da CLT."

Primeiramente, registra que "só não acontece o pagamento antecipado das férias quando há mudança na gestão municipal.", ressaltando que "a recorrida sequer junta extrato bancário para comprovar sua alegação de que as férias foram quitadas fora do prazo do Art.145 da CLT".

Outrossim, esclarece que "por diversos anos, a Recorrente efetuava o pagamento no mês de janeiro juntamente com o salário de dezembro e, a partir de 2012, passou a efetuar o pagamento do salário dezembro no penúltimo dia útil do mês de dezembro. Ou seja, nos últimos 10 (dez) anos, os servidores da Secretaria de Educação que saem em férias no mês de janeiro recebem seu salário de dezembro no penúltimo dia de dezembro justamente para evitar que o trabalhador inicie suas férias sem dinheiro."

Além disso, alega que "em momento algum trouxe prejuízos a Recorrida ou a qualquer outro servidor, pois diante da dificuldade em sua prestação de contas antecipa o salário para o mês corrente evitando assim o início das férias sem dinheiro."

Ademais, evidencia que "jamais deixou de adimplir com o pagamento das férias. Atento, a propósito, a intenção do legislador, que é a de evitar que o trabalhador saia de férias sem dinheiro, sobretudo tendo em vista a limitação estrutural, o pagamento da remuneração, embora previsto para se realizar até o quinto dia útil de cada mês, para os servidores que entram de férias no mês de janeiro, é efetivado por volta do dia 28 (vinte e oito), justamente para evitar qualquer prejuízo."

Nesse aspecto, afirma que "para anular e/ou atenuar qualquer prejuízo e/ou risco, o pagamento da remuneração previsto se efetivar até o quinto dia útil é antecipado e pago, logo em seguida, as rubricas concernentes às férias. Não se fala em inadimplemento, apenas num singelo atraso".

Explica "embora as férias tenham sido pagas a destempo, fora paga

ainda durante o período de gozo e, justamente ante a impossibilidade de fazê-lo dentro do prazo por razões unicamente orçamentárias, como forma de não permitir que nos primeiros dias de fruição o empregado ficasse desprovido de recursos financeiros, o Município antecipou à todos os empregados públicos o pagamento do salário do mês anterior, que deveria ser feito até o quinto dia útil do mês seguinte, mas sempre foi feito ainda no mês de referência."

Dessa forma, entende que "há que se observar a necessidade de interpretar a súmula sob a qual a r. sentença se pautou não apenas literalmente, mas em primeiro lugar forçoso é interpretá-la teleologicamente, a fim de que, possa ser observada a intenção do legislador ou, como no vertente caso, da Superior Instância. (...) Por certo o objetivo da Superior Instancia ao editar a súmula em questão consubstanciou-se na prevenção de que, a fim de esquivar-se da penalidade imposta elo artigo 145 da CLT os empregadores viessem a realizar o pagamento das férias em momento diverso, embora tivessem concedido a sua fruição dentro do prazo legal. No entanto Excelências facilmente se verifica nos autos que não foi esse o intuito do Município Requerido que, embora não tenha efetivado o pagamento dentro do prazo previsto no artigo 145, o fez com ínfimo atraso, atraso esse que, como já dito, não se deu por vontade e sim por empecilhos administrativos e orçamentários."

E, ainda, sublinha que "embora seja celetista o regime jurídico do Município Requerido, não podemos olvidar que em se tratando de Ente Público, faz-se necessária a sobreposição dos princípios, mormente os constitucionais, que regem a Administração Pública, dentre os quais merece destaque o da Supremacia do Interesse Público."

Nesse passo, pontua que "a condenação do Município ao pagamento de indenização da dobra de férias em decorrência de ínfimo atraso, deixa de observar a prevalência do interesse público, visto que onera o Município, principalmente se considerando o quantitativo de ações individuais de igual objeto que vem acarretando até o presente momento um prejuízo que gira em torno de R$1.000.000,00 (um milhão de reais), o que sem qualquer dúvida sobrecarrega o orçamento, colocando em risco a continuidade, a qualidade e a eficiência de serviços públicos essenciais."

Assim, requer seja reformada a sentença de piso, para excluir da condenação de pagamento da dobra de férias, acrescida do terço constitucional.

A reclamante, em contrarrazões, pugna pela manutenção da sentença de origem, por seus próprios fundamentos.

Vejamos.

Dispõe o artigo 137 da CLT que "sempre que as férias forem concedidas após o prazo de que trata o art. 134, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração".

Prossegue o §1º do mesmo dispositivo que "vencido o mencionado prazo sem que o empregador tenha concedido as férias, o empregado poderá ajuizar reclamação pedindo a fixação, por sentença, da época de gozo das mesmas."

Com efeito, por mera dicção do texto legal, observa-se que o pagamento em dobro das férias somente ocorrerá quando estiver vencido o prazo de concessão, sem que o dispositivo legal fizesse qualquer menção ao prazo de pagamento.

Ocorre que, nos termos do entendimento consolidado no C. TST, por meio da Súmula 450, é devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal, in verbis:

"SUM-450 FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO. DOBRA DEVIDA. ARTS. 137 E 145 DA CLT. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 386 da SBDI-1) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014 É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal."

Assim, verifica-se que, por construção jurisprudencial, o C. TST passou a considerar como fato gerador para aplicação da penalidade do artigo 137 da CLT, não somente a concessão a destempo, mas também o pagamento extemporâneo.

Bom.

No caso dos autos, é incontroverso que a reclamante sempre gozou as férias dentro do período concessivo, de acordo com o art. 137, da CLT.

Além disso, como confirmado pelo próprio município, em sua peça de defesa e em razões recursais, houve o atraso no pagamento das férias, nos termos previstos no art. 145, supracitado.

E, ao contrário do que sustenta o recorrente, em nenhum momento o art. 145, da CLT, ou a Súmula 450, do C. TST, permite concluir que a remuneração das férias poderia ser paga durante ou após o gozo das férias.

Acerca do assunto, é pacífico o entendimento do C. TST, no sentido de que o prazo de até 2 (dois) dias antes do início do gozo do período se aplica à remuneração completa, abrangendo a remuneração do mês mais o terço constitucional devido.

Vejamos julgado sobre a matéria:

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014. FÉRIAS. TERÇO CONSTITUCIONAL PAGO NO PRAZO LEGAL E REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS PAGA A DESTEMPO. PAGAMENTO EM DOBRO. O TRT consignou que o reclamante recebeu apenas o terço constitucional de férias no prazo previsto no art. 145 da CLT, sendo que a remuneração ordinária do mês de fruição das férias foi paga dentro do próprio mês de gozo. Veja-se que o art. 145 da CLT dispõe que o pagamento da remuneração das férias deve ser efetuado até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. Trata-se da remuneração completa, abrangendo a remuneração do mês mais o terço constitucional devido. Incidência da Súmula 450 do TST. Precedente da SBDI-1. Recurso de revista conhecido e provido. (TST. RR 537007620135210016. 5ª Turma. Publicação DEJT 18/12/2015. Relatora Maria Helena Mallmann).

Logo, havendo o descumprimento do referido prazo, é devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, nos termos do art. 137, da CLT.

E, como bem destacado pelo juízo de origem, "o fato de o empregador, no presente caso, ser pessoa jurídica de direito público não o autoriza o descumprimento das normas previstas na CLT, a respeito do pagamento e concessão das férias."

Ademais, mesmo assim não fosse, o Município não apresentou fez prova acerca das alegadas dificuldade financeiras e administrativas enfrentadas, que ensejariam o atraso no pagamento das férias.

Correta, portanto, a sentença ao reconhecer o direito autoral às férias em dobro. E, é claro que, como a reclamante já recebeu o pagamento simples das férias, somente é devido novo pagamento simples, para atingir a dobra legal, conforme bem salientado pelo Juízo a quo.

Ante o exposto, nego provimento.

(...)" (sublinhou-se e negritou-se, págs. 79-85).

O artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal confere ao trabalhador o direito ao gozo de férias anuais remuneradas,

acrescidas de um terço a mais que o valor do salário.
Também é direito do empregado perceber o pagamento da remuneração das férias até dois dias antes do início do respectivo período, nos termos do artigo 145 da CLT, in verbis:
"Art. 145. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período."
O artigo 137 da CLT, por sua vez, preconiza que o gozo do período das férias, após o término do período concessivo, acarreta a obrigação do pagamento em dobro da remuneração devida.
Disso resulta a conclusão de que, tanto no caso da concessão do próprio período de férias em atraso, quanto na hipótese do gozo de esse benefício ter se dado no prazo, mas com o pagamento em atraso do valor correspondente (até mesmo após o usufruto das férias), é devido o pagamento em dobro da parcela, com o respectivo adicional de 1/3, que deve ser calculado sobre o valor total das férias, inclusive sobre a dobra.
Desse modo, cabe ao empregador, ao conceder o gozo das férias ao seu empregado, observar o disposto no artigo 145 da CLT, que preconiza que o pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, do abono citado no artigo 143, seja efetuado até dois dias antes do início do respectivo período, sob pena de pagá-las em dobro, conforme previsto no artigo 137 do mesmo diploma da CLT.
A justificativa da previsão legal do pagamento da remuneração do período de férias em prazo anterior ao gozo destas é propiciar ao empregado condições financeiras de desfrutar as férias, que possuem caráter de higiene e segurança do trabalho.
E, pelo fato de ser tão importante que o empregado usufrua as férias, fica o empregador submetido às obrigações de permitir o período de descanso e de pagar a importância relativa às férias no prazo prescrito em lei, sob pena de, assim não o fazendo, desobedecer ao artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal e, ainda aos artigos 137 e 145 da CLT, este, que prevê como consequência grave, o pagamento em dobro da parcela.
Assim, férias desfrutadas na época própria, porém pagas fora do prazo previsto no artigo 145 da CLT, também ensejam a condenação do empregador ao pagamento do período em dobro, por aplicação analógica do artigo 137 da CLT, pois significa, por via transversa, que o empregador inviabilizou o gozo das férias, infringindo o mesmo valor que o legislador pretendeu preservar.
Nesse sentido, a Súmula nº 450 desta Corte, que resultou da conversão da Orientação Jurisprudencial nº 386 da SbDI-1 do TST:
"FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO. DOBRA DEVIDA. ARTS. 137 E 145 DA CLT. (DEJT divulgado em 09, 10 e 11.06.2010)
É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal."
Observa-se, pois, que a decisão regional foi proferida em consonância com o teor dessa Súmula.
Assim, estando o acórdão recorrido em consonância com a atual, iterativa e notória jurisprudência desta Corte superior, consubstanciada na Súmula nº 450 do TST, o processamento do recurso de revista encontra óbice na Súmula nº 333 do TST, não havendo falar em afronta aos artigos 145 da CLT e 5º, inciso II, da Constituição Federal.
Cabe registrar que a edição da Súmula nº 450 desta Corte não implicou em criação de obrigação não prevista em lei nem, consequentemente, em ofensa ao disposto no artigo 8º, § 2º, da CLT, mas, tão somente, em explicitação de entendimento consolidado acerca de exigência legal oriunda dos dispositivos pertinentes à matéria, construído a partir da interpretação desses dispositivos.
Não há falar em possibilidade de processamento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, nos termos do artigo 896, § 7º, da CLT.
Registra-se que as súmulas desta Corte são fruto de iterativa jurisprudência daquelas Cortes, materializada por meio do exame de situações pretéritas e semelhantes emanadas da legislação infraconstitucional federal, segundo a missão constitucional de que este Tribunal está investido, de interpretá-la sistematicamente.
Nesse contexto, oportuno assentar a aplicabilidade e juridicidade da Súmula nº 450 do TST ao caso concreto.
A alegação de desrespeito à ADPF nº 501 do STF não enseja o processamento do recurso de revista, nos termos do art. 896 da CLT.
Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento nos artigos 932, inciso IV, alínea "a", do CPC/2015 e 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010560-59.2019.5.15.0109

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	LUCELIA DE LOURDES FERREIRA BRAZ
Advogado	Dr. Marcelo Alexandre Mendes Oliveira(OAB: 147129-A/SP)
Agravado	KOLLY S INDUSTRIA E COMERCIO DE PAES LTDA - ME
Advogado	Dr. Carlos Violino Junior(OAB: 194173-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- KOLLY S INDUSTRIA E COMERCIO DE PAES LTDA - ME
- LUCELIA DE LOURDES FERREIRA BRAZ

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:
REGISTRO NA CTPS. DOENÇA OCUPACIONAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS
Postula a agravante a reforma do acórdão regional quanto aos temas acima epigrafados.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.
Destaque-se, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, não basta a mera indicação da ementa, páginas do acórdão, paráfrase, resumo, trecho insuficiente, parte dispositiva ou mesmo do inteiro teor do acórdão ou de capítulo de acórdão não sucinto, sem destaques próprios. Tampouco a transcrição dos trechos, no início da petição, dissociada dos fundamentos, sem o devido cotejo analítico de teses, serve ao fim colimado.
No caso, a parte limitou-se a transcrever trechos dos capítulos recorridos do acórdão, no início das razões recursais.
Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0011474-48.2014.5.03.0040

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Advogado	Dr. Sérgio Carneiro Rosi(OAB: 71639-A/MG)
Agravado	ADEJASME RODRIGUES FILHO
Advogado	Dr. José Vendelino Santos(OAB: 81308-A/MG)
Agravado	TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Welington Monte Carlo Carvalhaes Filho(OAB: 59383/MG)
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-A/DF)
Agravado	GARRA TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE LTDA.
Advogado	Dr. João Bráulio Faria de Vilhena(OAB: 55446-A/MG)
Agravado	UNIÃO (PGF)
Procurador	Dr. Manoel Francisco Tavares

Intimado(s)/Citado(s):

- ADEJASME RODRIGUES FILHO
- GARRA TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE LTDA.
- TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
- UNIÃO (PGF)

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
EXECUÇÃO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. JUROS MORATÓRIOS AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela executada contra o despacho da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: "EXECUÇÃO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. JUROS MORATÓRIOS AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL"
Na minuta de agravo de instrumento, às págs. 2.158-2.164, a reclamada sustenta, em síntese, que o despacho denegatório merece reforma, pois o apelo revisional preenche as condições de admissibilidade.
Contraminuta e contrarrazões pela União às págs. 2.207-2.220.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamante:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO/CUMPRIMENTO/EXECUÇÃO / EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
Trata-se de recurso de revista interposto contra decisão proferida em execução, a exigir o exame da sua admissibilidade, exclusivamente, sob o ângulo de possível ofensa à Constituição da República, conforme previsão expressa no §2º do art. 896 da CLT.
Analisados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seu tema e desdobramentos, não demonstra violação literal e direta de qualquer dispositivo da CR, como exige o preceito supra.
A Turma julgadora decidiu em sintonia com a Súmula 368, IV e V, do TST (fato gerador das contribuições previdenciárias), de forma a afastar as violações apontadas.
Não ensejam recurso de revista decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (§ 7º do art. 896 da CLT e Súmula 333 do TST).
A tese adotada pela Turma traduz, no seu entender, a melhor aplicação que se pode dar aos dispositivos legais pertinentes, o que torna inviável o processamento da revista.
O comando decisório não foi objeto de inovação ou modificação, mas tão somente de exercício interpretativo do exato alcance de seus termos, com a fixação de parâmetros para a execução. Não constato ofensa direta e literal ao inciso XXXVI do art. 5º da CR, inexistindo afronta à coisa julgada.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista." (págs. 2.152 e 2.153)
Na minuta de agravo de instrumento, a reclamante insiste na admissibilidade do seu recurso de revista.
Quanto ao tema da incidência de juros moratórios sobre contribuições previdenciárias, a reclamada afirma que "se mantida a decisão ofende o princípio constitucional de vedação ao enriquecimento ilícito, o que é vedado pelo artigo 884 do CC/15" (pág. 2.161).
Argumenta que somente "serão devidos juros após a liquidação de sentença, ou seja, apenas após a reclamada ser intimada a pagar o valor devido, uma vez que a ora Recorrente ainda não constituiu-se em mora" (pág. 2.161).
Aponta violação dos artigos 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, 884 do Código Civil, 504 do CPC de 2015, 43 da Lei nº. 8.212/91 e 83 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho de 2006.
Transcreve arestos para demonstrar o conflito de teses.
O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região assim se pronunciou acerca do tema:
"Juros sobre as contribuições previdenciárias.
A agravante insurge-se contra a r. decisão que julgou a impugnação aos cálculos oposta pela União. Alega que a contribuição

previdenciária tem por fato gerador o pagamento ao credor trabalhista e que o acordo celebrado entre as partes não trouxe estipulação quanto à incidência de juros e multa dos recolhimentos previdenciários. Argumenta, outrossim, que não haveria apuração de juros e multa sobre a contribuição previdenciária, devendo os cálculos do INSS serem considerados corretos reconhecendo o pagamento realizado pela agravante.

Examino.

Primeiramente, no tocante ao argumento trazido pela agravante de que o acordo celebrado entre as partes não trouxe estipulação quanto à incidência de juros e multa dos recolhimentos previdenciários, cumpre observar que o referido acordo traz expressa previsão de que "O primeiro executado deverá comprovar os recolhimentos previdenciários e fiscais, conforme os cálculos de id b81d6c8, até o dia 18/04/2019" (fl. 1917 - ID d1340bf).

Dessa forma, cabe ser averiguado se as contribuições previdenciárias foram corretamente apuradas nos aludidos cálculos, sendo certo que, constatadas incorreções, deve ser elas retificadas. Isso porque o Poder Judiciário tem o poder-dever de zelar pelo cumprimento da coisa julgada, não podendo permitir a perpetuação da falha na liquidação do título judicial, haja vista que a persistência da incorreção compromete a efetividade da própria prestação jurisdicional.

É devido salientar que, nos termos do disposto no §6º do artigo 832 da CLT, "o acordo celebrado após o trânsito em julgado da sentença ou após a elaboração dos cálculos de liquidação de sentença não prejudicará os créditos da União".

Assim, de modo a averiguar se houve incorreção nos cálculos das contribuições previdenciárias, cumpre analisar o ponto central da controvérsia, qual seja, o fato gerador das contribuições previdenciárias.

A Constituição da República, em seu art. 195, inciso I, alínea "a", estabelece que as contribuições previdenciárias do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei incidem sobre a "folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício", restando claro que o fato gerador da contribuição previdenciária é o efetivo pagamento da remuneração pelo trabalho, e não a prestação do serviço.

Demais disso, na forma do disposto nos arts. 43, caput, da Lei 8.212/91 e 276, caput, do Decreto nº 3.048/99, as contribuições previdenciárias somente seriam exigíveis a partir do pagamento do crédito trabalhista ao trabalhador, sendo que a mora somente se efetivaria se o devedor previdenciário deixasse de recolher as contribuições devidas no prazo previsto na norma previdenciária, qual seja, no dia dois do mês seguinte ao da liquidação da sentença.

No entanto, com a edição da Medida Provisória 449, de 03/12/2008, posteriormente convertida na Lei 11.941/2009, e observado o disposto no art. 195, §6º, da CR, a apuração do fato gerador ocorrido a partir de 04 de março de 2009 passou a ser a efetiva prestação laboral ao longo do contrato de trabalho, observando-se o regime de competência e a redação vigente do art. 43 da Lei 8.212/91.

Dessa forma, com o advento da Medida Provisória nº 449/2008 (convertida na Lei 11.941/2009), houve alteração da redação do artigo 43 da Lei nº 8.212/1991, que passou a prescrever que:

"Nas ações trabalhistas de que resultar o pagamento de direitos sujeitos à incidência de contribuição previdenciária, o juiz, sob pena de responsabilidade, determinará o imediato recolhimento das importâncias devidas à Seguridade Social:

§1º (...)

§2º considera-se ocorrido o fato gerador das contribuições previdenciárias na data da prestação de serviços.

§3º As contribuições sociais serão apuradas mês a mês, com referência ao período da prestação de serviços, mediante a aplicação de alíquotas, limites máximos do salário-de-contribuição e acréscimos legais moratórios vigentes relativamente a cada uma das competências abrangidas, devendo o recolhimento ser efetuado no mesmo prazo em que devam ser pagos os créditos encontrados em liquidação de sentença ou em acordo homologado, sendo que nesse último caso o recolhimento será feito em tantas parcelas quantas as previstas no acordo, nas mesmas datas em que sejam exigíveis e proporcionalmente a cada uma delas".

Como se vê, a Medida Provisória 449/2008 não instituiu nova contribuição, mas produziu profundas modificações na Lei Orgânica da Seguridade Social, inclusive quanto ao fato gerador da contribuição previdenciária, daí lhe ser aplicável, quanto à sua vigência, a norma disposta no art. 195, §6º, da Constituição da República, de que as contribuições sociais só poderão ser exigidas depois de decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado.

A cobrança da contribuição previdenciária, por ter natureza de tributo, deve observar os princípios básicos do Direito. A norma não poderá atingir situações pretéritas e já consolidadas sob a ótica do ordenamento jurídico anterior, tendo em vista o disposto nos artigos 150, III, "b" e "c", e 195, §6º, da Constituição da República de 1988.

Dessa forma, os acréscimos relativos aos §§2º e 3º ao art. 43 da Lei n. 8.212/91, por meio da Lei nº 11.941, de 27/05/2009, só modificaram a demarcação temporal do fato gerador após o transcurso dos aludidos noventa dias da publicação da Medida Provisória nº 449/2008 de 03/12/2008, o que ocorreu em 05/03/2009.

Pela regra do artigo 105 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172 de 25.10.1966) não haverá incidência de juros e multa a fatos geradores ocorridos antes de vigência da Lei nº 11.941/2009, pelo princípio da irretroatividade, porém, para os casos em que a prestação de serviço foi efetivada posteriormente à vigência da respectiva lei, observada a anterioridade nonagesimal - ou seja, a partir de 03/03/2009, em observação ao princípio da irretroatividade prescrito pela alínea a, inc. III, do art. 153 da Constituição e artigo 105 do CTN - o cálculo das contribuições previdenciárias terá como fato gerador a prestação de serviço.

Dito de outra forma, deve-se perquirir o momento em que se deu a prestação de serviços. Se ela ocorreu após a vigência da Lei nº 11.941/2009, por certo que esse diploma legal se aplica à espécie. Mas se ela se deu em interregno anterior à referida legislação, o fato gerador será o da lei antiga (art. 43 da Lei 8.212/91, com a anterior redação), observando-se o disposto no Decreto 3.048/99, cujo art. 276 determina o recolhimento da contribuição previdenciária no dia dois do mês seguinte ao da liquidação da sentença, sendo o fato gerador da contribuição previdenciária correspondente ao do pagamento ao empregado dos valores que serão apurados em liquidação.

Destarte, somente a partir de 90 dias da entrada em vigor da Medida Provisória 449/08, convertida na Lei 11.941/2009, é que o fato gerador da contribuição previdenciária passou a ser mesmo a prestação de serviço e não mais a decisão judicial que as determinar, mas, repita-se, não atingindo situações pretéritas e já consolidadas sob o império da lei antiga.

A mencionada Lei n. 11.941/2009 não se enquadra na hipótese prevista no art. 106, I, do CTN, uma vez que não se trata de mera norma interpretativa, tendo alterado, literalmente, a Lei de Custeio da Seguridade Social quanto ao momento de incidência do fato

gerador das contribuições previdenciárias, conferindo nova redação ao art. 43 da Lei 8.212/91.

Enfatizo que o entendimento acima exposto não passa pela declaração de inconstitucionalidade e, tampouco, da negativa de vigência a qualquer dispositivo legal ou constitucional.

Ao revés, trata-se de interpretação sistemática, levando-se em consideração a matéria tratada em harmonia com os artigos 195, I, a e §6º, 150, III, a, b, e c, 146, III e 114, todos da Constituição da República, estando, pois, em estrita observância com a limitação do poder do estado de tributar, que compreende, inclusive, a vedação da cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado (art. 150, III, a, da CR), em consonância com o princípio da irretroatividade tributária.

A celeuma, inclusive, atualmente está superada, conforme entendimento jurisprudencial consubstanciado na Súmula 45 deste Regional, editada nos seguintes termos:

"Súmula 45 do TRT/3ª Região: "CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FATO GERADOR. JUROS DE MORA. MEDIDA PROVISÓRIA 449/2008. REGIMES DE CAIXA E DE COMPETÊNCIA. O fato gerador da contribuição previdenciária relativamente ao período trabalhado até 04/03/2009 é o pagamento do crédito trabalhista (regime de caixa), pois quanto ao período posterior a essa data o fato gerador é a prestação dos serviços (regime de competência), em razão da alteração promovida pela Medida Provisória n. 449/2008, convertida na Lei n. 11.941/2009, incidindo juros conforme cada período".

In casu, os cálculos apresentados pela 2ª executada, conforme os parâmetros estabelecidos à fl. 1866 - ID b81d6c8, os quais foram considerados para formalização do acordo, abrangem o período imprescrito de outubro de 2009 a janeiro de 2012, ou seja, as parcelas reconhecidas como devidas pelo executado abrangem o período posterior à vigência da Lei n. 11.941/2009. Desse modo, o fato gerador da contribuição previdenciária é a prestação de serviços.

Considerando que os cálculos apresentados pela agravante não consideraram a prestação de serviços como fato gerador, bem como deixou de observar a taxa SELIC, eles devem ser retificados, conforme determinou o Douto Juízo a quo.

Ante o exposto, nego provimento ao presente agravo." (págs. 2.131-2.134, grifou-se)

Impende destacar, de início, que o presente feito se trata de processo tramitando em fase de execução. Assim, de acordo com o disposto no § 2º do artigo 896 da CLT e na Súmula nº 266 desta Corte, a admissibilidade do recurso de revista se sujeita apenas à hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal. Assim, desde logo se deixa de analisar as alegações de violação de preceito de lei, de contrariedade a súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho e de divergência jurisprudencial.

Conforme se observa na transcrição acima, a Corte regional decidiu a matéria em consonância com o entendimento firmado por esta Corte superior, por meio da Súmula nº 368, itens IV e V, do TST. Verifica-se, portanto, a total inexistência de adoção de tese explícita, na decisão recorrida, acerca do disposto no artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, ora indicado como violados. Ademais, a executada não interpôs os competentes embargos de declaração, motivo pelo qual não se constata o necessário prequestionamento da matéria na forma da Súmula nº 297, itens I e II, do TST e do artigo 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 13.015/2014.

Por oportuno, invoca-se o teor da Orientação Jurisprudencial nº 62 da SbDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho com a seguinte redação:

"OJ-SDI1-62 PREQUESTIONAMENTO. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE EM APELO DE NATUREZA EXTRAORDINÁRIA. NECESSIDADE, AINDA QUE SE TRATE DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA

É necessário o prequestionamento como pressuposto de admissibilidade em recurso de natureza extraordinária, ainda que se trate de incompetência absoluta."

Saliente-se que o acórdão Regional apenas manteve a decisão anteriormente proferida pelo Juízo da execução, quanto ao tema, motivo pelo qual é inaplicável à hipótese o entendimento da Orientação Jurisprudencial nº 119 da SbDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento nos artigos 896, § 14, da CLT e 251, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0012332-53.2016.5.15.0015

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	Dr. Carlos Augusto Tortoro Júnior(OAB: 247319/SP)
Advogado	Dr. Daniel Sircilli Motta(OAB: 235506/SP)
Agravado	ANA PAULA VELUCCI LIBONI MENDONCA
Advogado	Dr. Gerson Luiz Graboski de Lima(OAB: 266541-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA PAULA VELUCCI LIBONI MENDONCA
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.

Sem contraminuta.

Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:

EXECUÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. TAXA SELIC.

Postula o agravante a reforma do acórdão regional quanto aos temas acima epigrafados.

Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896

[...]

§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.
No caso, a parte não transcreveu o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento, obstando a análise do apelo.
Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000723-59.2020.5.19.0003

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	VELEIRO TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
Advogado	Dr. André Barbosa da Rocha(OAB: 7956-A/AL)
Agravado	ALAN DE AMORIM BENEDITO
Advogado	Dr. Fabio Alves Silva(OAB: 7414-A/AL)
Advogado	Dr. Victor Alexandre Peixoto Leal(OAB: 5463-A/AL)
Advogado	Dr. Rogerio Brandao da Silva Almeida(OAB: 7464-A/AL)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALAN DE AMORIM BENEDITO
- VELEIRO TRANSPORTES E TURISMO LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Interposto recurso de revista contra acórdão regional proferido no julgamento de agravo de instrumento em recurso ordinário.
Contudo, manifestamente incabível o apelo, à míngua de previsão legal, conforme dispõe o art. 896 da CLT. Nesse sentido, o entendimento cristalizado na Súmula 218 desta Corte:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento."

O devido processo legal e a ampla defesa devem ser exercidos segundo o ordenamento jurídico vigente, observadas as estritas hipóteses de cabimento de cada modalidade recursal.
Assim, ausente pressuposto de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0003166-78.2012.5.02.0021

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	THIAGO FERNANDES GALLUCI
Advogado	Dr. Mauricio Rehder Cesar(OAB: 220833-A/SP)
Agravado	DANIEL FARIA MONTEIRO
Advogado	Dr. Vagner do Prado Barbero(OAB: 295469-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIEL FARIA MONTEIRO
- THIAGO FERNANDES GALLUCI

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Interposto recurso de revista contra acórdão regional proferido no julgamento de agravo de instrumento em recurso ordinário.
Contudo, manifestamente incabível o apelo, à míngua de previsão legal, conforme dispõe o art. 896 da CLT. Nesse sentido, o entendimento cristalizado na Súmula 218 desta Corte:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento."

O devido processo legal e a ampla defesa devem ser exercidos segundo o ordenamento jurídico vigente, observadas as estritas hipóteses de cabimento de cada modalidade recursal.
Assim, ausente pressuposto de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1001071-25.2014.5.02.0462

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	GRUPO SEB DO BRASIL PRODUTOS DOMÉSTICOS LTDA.
Advogado	Dr. Renato de Mello Almada(OAB: 134340-A/SP)
Advogado	Dr. Andre Smith de Vasconcellos Suplicy(OAB: 136601-A/SP)
Agravado	PAULO ROGERIO DE MELO
Advogado	Dr. Agenor dos Santos de Almeida(OAB: 245167-A/SP)
Agravado	UNIÃO (PGF)
Procurador	Dr. João Carlos Valala

Intimado(s)/Citado(s):

- GRUPO SEB DO BRASIL PRODUTOS DOMÉSTICOS LTDA.
- PAULO ROGERIO DE MELO
- UNIÃO (PGF)

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017
EXECUÇÃO

DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS. INOBSERVÂNCIA DOS PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE PREVISTOS NO ART. 896, § 1º-A, I E III, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante contra o despacho da Vice-Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: "DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS".
Contrarrazões e Contraminuta apresentadas, respectivamente, às págs. 815-819 e 820-823.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela executada:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Descontos Previdenciários.
Verifica-se que a decisão atacada está em perfeita consonância com o direcionamento dado pela atual súmula n° 368, V, do C. Tribunal Superior do Trabalho. Destarte, tem-se que a função uniformizadora daquela C. Corte já foi cumprida na pacificação da controvérsia, inclusive no que se refere a eventual contrariedade passível de reexame nos termos do § 2º, do art. 896, da CLT.
DENEGO seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.
Intimem-se." (págs. 792-793)
Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade do recurso de revista.
Ao exame.
Cumpre esclarecer, de início, que não se vislumbra nenhuma possibilidade de vício no despacho ora agravado, pois o ordenamento jurídico vigente confere ao Presidente do Tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de exercer o primeiro Juízo de admissibilidade do recurso de revista interposto, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao recurso (artigo 896, § 1º, da CLT), examinando-se, inclusive, os requisitos intrínsecos de processamento do apelo revisional, em que se compreende, por óbvio, a análise de eventual configuração de divergência jurisprudencial bem como de afronta a texto de lei ou da Constituição Federal.
Saliente-se que o agravo de instrumento tem por finalidade exatamente viabilizar o reexame dos fundamentos do despacho denegatório de seguimento ao recurso, de modo que se afaste eventual equívoco nele perpetrado, com vistas a possibilitar, se for o caso, o processamento do apelo trancado.
Com efeito, o Juízo de admissibilidade a quo não vincula o Juízo de admissibilidade ad quem, o qual tem ampla liberdade para, se for o caso, ultrapassar o óbice apontado pelo Regional ao processamento do recurso de revista.
Dessa forma, verifica-se que a denegação de seguimento do recurso de revista não caracteriza usurpação de competência nem obstáculo ao acesso à jurisdição, tampouco violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa.
Por outro lado, verifica-se que a parte transcreveu a íntegra do tema analisado no acórdão, em vez de indicar o respectivo trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita. Além disso, não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos por ela indicados, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu incisos I e III, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:

"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;
[...]
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte."

Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso.
Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR-852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, data de julgamento: 28/6/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, data de publicação: DEJT 3/8/2018; AIRR-1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, data de julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, data de publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR-1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, data de julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, data de publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR-1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, data de julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, data de publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR-1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, data de julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte

recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.

Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.

Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.

Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011171-65.2019.5.18.0129

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	USINA BOA VISTA S/A (USINA BOA VISTA S/A)
Advogado	Dr. Guilherme José Theodoro de Carvalho(OAB: 216553-A/SP)
Advogado	Dr. Wilson Carlos Guimaraes(OAB: 88310-A/SP)
Agravado	VANDO SILVEIRA DE SOUZA
Advogada	Dra. Joice Elizabeth da Mota Barroso(OAB: 20986-A/GO)
Advogado	Dr. Carlos Magnum Inácio Pontes(OAB: 49617-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- USINA BOA VISTA S/A (USINA BOA VISTA S/A)
- VANDO SILVEIRA DE SOUZA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

1. PRELIMINAR DE NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO DO RECURSO ORDINÁRIO. NÃO COMPROVADO O PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA; e 2. EXECUÇÃO. DESERÇÃO DO AGRAVO DE PETIÇÃO. SEGURO-GARANTIA JUDICIAL. INOBSERVÂNCIA DO ATO CONJUNTO TST.CSJT.CGJT Nº 1/2019. AUSÊNCIA DE GARANTIA DO JUÍZO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela executada contra o despacho do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: "PRELIMINAR DE NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO DO RECURSO ORDINÁRIO. NÃO COMPROVADO O PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA"; e "EXECUÇÃO. DESERÇÃO DO AGRAVO DE PETIÇÃO. SEGURO-GARANTIA JUDICIAL. INOBSERVÂNCIA DO ATO CONJUNTO TST.CSJT.CGJT Nº 1/2019. AUSÊNCIA DE GARANTIA DO JUÍZO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL."

Na minuta de agravo de instrumento, às págs. 472-481, a executada sustenta, em síntese, que o despacho denegatório merece reforma, pois o apelo revisional preenche as condições de admissibilidade.

Contraminuta e contrarrazões ausentes.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamante:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / ATOS PROCESSUAIS / NULIDADE.

Alegação(ões):

- violação do artigo 5º, II e LV, da CF.

A Turma regional entendeu que (fl. 429):

"Com efeito, cabe à parte, no momento da interposição do recurso, demonstrar cabalmente que todos os pressupostos extrínsecos estão preenchidos.

No caso, é certo que há depósitos recursais à disposição do juízo. Contudo, a executada não juntou aos autos extratos atualizados das contas judiciais que os acolheram, sendo que a tabela juntada à fl. 266 é unilateral e não se presta ao fim pretendido (Id. C1fb4ab). Desse modo, a decisão embargada concluiu que não havia elementos suficientes a indicar que a execução estivesse garantida, o que acarreta o não conhecimento do recurso interposto.

Quanto ao mais, o acórdão embargado foi claro ao ressaltar que 'a ausência de garantia do juízo no prazo legal não pode ser sanada, porquanto compete à parte, no momento da interposição do recurso, velar pelo integral preenchimento de todos os requisitos processuais de admissibilidade inerentes ao recurso interposto, sendo inaplicável, nesse caso, o disposto na OJ 140 da SDI-1 do C. TST.' (fl. 411)."

Como se observa, o posicionamento adotado no acórdão recorrido está amparado nas circunstâncias específicas do caso e reflete a interpretação dada pelo Colegiado aos preceitos legais e à Orientação Jurisprudencial do TST a respeito da matéria, não se vislumbrando ofensa direta ao artigo 5º, LV, da CF.

A alegada ofensa ao artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal, que consagra o princípio da legalidade, não se caracteriza diretamente, como exige o artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho. Eventual afronta ao dispositivo constitucional seria apenas reflexa, o que não enseja a admissibilidade do recurso de revista.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista." (págs. 459 e 460)

Em resposta aos embargos de declaração interpostos pela recorrente, a Corte regional assim esclareceu:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso (publicação em 15/04/2021 - fl. aba "Expedientes" do PJE; recurso apresentado em 22/04/2021 - fl. 462).

Regular a representação processual (fls. 309).

Conheço.

MÉRITO

A embargante alega que o despacho de admissibilidade do recurso de revista omitiu-se na apreciação da preliminar de negativa de prestação jurisdicional, para a qual foi arguida a existência de violação direta e literal ao artigo 93, IX, da Constituição Federal. Com razão. Passa-se à análise.

A recorrente entende que ficou configurada negativa de prestação jurisdicional, alegando que, não obstante a oposição de embargos declaratórios, permaneceram os vícios apontados no julgado.

Constou do acórdão que apreciou os embargos de declaração (fls. 428/429):

"Com efeito, cabe à parte, no momento da interposição do recurso, demonstrar cabalmente que todos os pressupostos extrínsecos estão preenchidos.

No caso, é certo que há depósitos recursais à disposição do juízo. Contudo, a executada não juntou aos autos extratos atualizados das contas judiciais que os acolheram, sendo que a tabela juntada à fl. 266 é unilateral e não se presta ao fim pretendido (Id. C1fb4ab). Desse modo, a decisão embargada concluiu que não havia elementos suficientes a indicar que a execução estivesse garantida, o que acarreta o não conhecimento do recurso interposto.

Quanto ao mais, o acórdão embargado foi claro ao ressaltar que 'a ausência de garantia do juízo no prazo legal não pode ser sanada, porquanto compete à parte, no momento da interposição do recurso, velar pelo integral preenchimento de todos os requisitos processuais de admissibilidade inerentes ao recurso interposto, sendo inaplicável, nesse caso, o disposto na OJ 140 da SDI-1 do C. TST.' (fl. 411).

Por fim, sob o prisma do prequestionamento, a insurgência não se justifica, haja vista o norteamento jurisprudencial consagrado nas Orientações Jurisprudenciais 118 e 119 da SBDI-1 do C. TST."

O que se denota do acórdão regional, todavia, é que ele se reveste de fundamentação suficiente para sua validade e eficácia, estando revelados os motivos do convencimento do Órgão Julgador, tendo sido, inclusive, acolhidos parcialmente os embargos declaratórios da reclamada para prestar esclarecimentos, não se cogitando de negativa de prestação jurisdicional. Intacto, portanto, o artigo 93, IX, da CF.

CONCLUSÃO

Conheço dos embargos de declaração e os acolho, sem imprimir efeito modificativo ao julgado." (págs. 466 e 467)

Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista.

O apelo não merece seguimento no que diz respeito ao tema da preliminar de nulidade da decisão regional, por negativa de prestação jurisdicional.

Isso porque, em suas razões de recuso de revista quanto ao tema (págs. 390-397), constata-se que a parte, em desatenção à exigência contida no art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, não indicou, na petição do recurso de revista, o trecho específico da decisão referente ao julgamento do recurso ordinário, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão, não foi satisfeita.

No caso, a reclamada alega no recurso de revista negativa de prestação jurisdicional na decisão regional. Contudo, no capítulo da petição recursal que trata da alegação em questão, em que pesa tenha transcrito o trecho do acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração apresentados à Corte regional, não o fez em relação ao acórdão referente ao recurso ordinário.

Esclarece-se que a transcrição, a fim de que se possa proceder ao exercício da averiguação da ausência de tutela perpetrada no acórdão do respectivo recurso ordinário, se faz imprescindivelmente necessária para a compreensão e a constatação da omissão alegada.

Com efeito, concluiu-se, da forma como foi editada a norma pertinente, que os requisitos processuais cuja satisfação é imposta no artigo 896, § 1º-A, da CLT, são cumulativos e devem ser, sob pena de não conhecimento do recurso, individualmente observados na construção da petição do recurso de revista.

A parte, ao interpor recurso de revista, mediante eventual alegação de negativa de prestação jurisdicional perpetrada no acórdão proferido pelo Tribunal de 2º grau, deve cumprir, além do disposto no inciso IV do mencionado dispositivo - que determina a transcrição do trecho da petição e do acórdão dos embargos declaratórios - a determinação contida no inciso I do mesmo artigo, a respeito da transcrição do trecho da decisão que configura o efetivo prequestionamento da matéria impugnada.

Note-se que a condição imposta no inciso I visa a determinar que a parte comprove o prequestionamento do tema por parte do Tribunal Regional, enquanto que a exigência imposta no inciso IV busca a propiciar a efetiva demonstração da omissão alegada pela parte.

Registra-se que, de fato, o requisito estabelecido no inciso IV, que foi instituído por meio da edição da Lei nº 13.467/2017, veio, tão somente, suprir lacuna a respeito do critério formal a ser observado na específica alegação de negativa de tutela jurisdicional, de forma que a inclusão desse inciso no § 1º-A do artigo 896 não elidiu a condição processual imposta no inciso I, que já vigia a partir da edição da Lei nº 13.015/2014, tratando-se, portanto, de requisitos processuais que possuem a mesma relevância e, que, consequentemente, não se excluem.

Cabe citar precedentes desta Corte em que esse entendimento foi adotado, a saber:

"AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL . RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO DO RECURSO ORDINÁRIO. NÃO COMPROVADO O PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA. Não merece provimento o agravo que não desconstitui os fundamentos da decisão monocrática, pela qual foi denegado seguimento ao agravo de instrumento em face da ausência de preenchimento dos requisitos previstos no artigo 896, § 1º-A, da CLT. Verifica-se, na hipótese, que a parte, de fato, em desatenção à exigência contida no mencionado dispositivo, não indicou, na petição do recurso de revista, o trecho específico da decisão referente ao julgamento do recurso ordinário . No caso, a reclamada alega no recurso de revista , negativa de prestação jurisdicional na decisão regional . Contudo, no capítulo da petição recursal que trata da alegação em questão, em que pesa tenha transcrito o trecho do acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração apresentados à Corte regional, não o fez em relação ao acórdão referente ao recurso ordinário . Esclarece-se que a transcrição, a fim de que se possa proceder ao exercício da averiguação da ausência de tutela perpetrada no acórdão do respectivo recurso ordinário , se faz imprescindivelmente necessária para a compreensão e a constatação da omissão alegada. Com efeito, conclui-se, da forma como foi editada a norma pertinente, que os requisitos processuais cuja satisfação é imposta no artigo 896, § 1º-A, da CLT, são cumulativos e devem ser, sob pena de não conhecimento do recurso, individualmente observados na construção da petição do recurso de revista. A parte, ao interpor recurso de revista, mediante eventual alegação de negativa de prestação jurisdicional perpetrada

no acórdão proferido pelo Tribunal de 2º grau, deve cumprir, além do disposto no inciso IV do mencionado dispositivo - que determina a transcrição do trecho da petição e do acórdão dos embargos declaratórios - a determinação contida no inciso I do mesmo artigo, a respeito da transcrição do trecho da decisão que configura o efetivo prequestionamento da matéria impugnada. Note-se que a condição imposta no inciso I visa a determinar que a parte comprove o prequestionamento do tema por parte do Tribunal Regional, enquanto que a exigência imposta no inciso IV busca a propiciar a efetiva demonstração da omissão alegada pela parte. Registra-se que, de fato, o requisito estabelecido no inciso IV, que foi instituído por meio da edição da Lei nº 13.467/2017, veio , tão somente , suprir lacuna a respeito do critério formal a ser observado na específica alegação de negativa de tutela jurisdicional, de forma que a inclusão desse inciso no § 1º-A do artigo 896 não elidiu a condição processual imposta no inciso I, que já vigia a partir da edição da Lei nº 13.015/2014, tratando-se, portanto, de requisitos processuais que possuem a mesma relevância e, que, consequentemente, não se excluem. Releva-se que a indicação de um trecho específico é exigida por absoluta lógica, na hipótese em que a matéria impugnada pela parte tenha sido apreciada no acórdão regional e, no qual não conste, por óbvio, a análise acerca da questão específica denunciada na alegação de negativa de prestação jurisdicional. Por outro lado, a ausência de análise acerca da própria matéria implica, para a perfeita satisfação do requisito disposto no inciso I do § 1º-A do artigo 896 da CLT, obviamente, a necessidade da indicação da íntegra do respectivo acórdão, de forma a demonstrar a inequívoca e total ausência de exame do tema. Agravo desprovido" (Ag-RR-1021-72.2017.5.09.0411, 2ª Turma, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 23/08/2019).

"II - RECURSO DE REVISTA DA RECLAMADA. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. A recorrente não indica os trechos da decisão de recurso ordinário e das razões de embargos de declaração que consubstanciariam o prequestionamento da controvérsia objeto de seu apelo. O recurso de revista não ultrapassa as barreiras do artigo 896, §1º-A, I e IV, da CLT." (destacou-se, ARR - 130909-14.2015.5.13.0004, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 20/2/2019, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 22/2/2019)

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nos 13.015/2014 E 13.105/2015 E ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI No 13.467/2017. (...). 1. NULIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. A SBDI-1 desta Corte firmou a compreensão de que, na preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, para fins de atendimento do art. 896, § 1º-A, da CLT, a parte deverá indicar, nas razões de revista, os trechos pertinentes da decisão recorrida (inciso I deste artigo) e da petição dos embargos de declaração (incisos II e III) para o necessário cotejo de teses. Recurso de revista não conhecido." (RR - 1299-88.2011.5.03.0043, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 20/2/2019, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 22/2/2019)

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI Nº 13.015/2014. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DEMONSTRAÇÃO DE EFETIVA E OPORTUNA ARGUIÇÃO DA MATÉRIA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA. NÃO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. Da natureza especial do recurso de revista decorre a necessidade de observância de requisitos próprios de admissibilidade, entre os quais cabe destacar o disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, introduzido pela Lei nº 13.015/2014, que disciplina ser ônus da parte a indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo. A previsão contida no novel dispositivo, juntamente com os incisos que lhe sucedem, representa a materialização dos princípios da impugnação específica e dialeticidade recursal, pois objetiva evitar que seja do órgão julgador a tarefa de interpretar a decisão impugnada, para deduzir a tese nela veiculada e a fundamentação que ampara a pretensão, naquilo que corresponde ao atendimento dos pressupostos singulares do recurso interposto. Transpondo tal exigência para os casos em que a parte busca o reconhecimento da negativa de prestação jurisdicional, constata-se que será necessária a demonstração, inequívoca, de provocação da Corte de origem, mediante a oposição de embargos de declaração, no que se refere à matéria desprovida de fundamentação, com fulcro no entendimento da Súmula nº 459 do TST, bem como do trecho do respectivo acórdão, a fim de comprovar a recusa da Corte de origem em apreciar as questões suscitadas nos embargos. A inobservância desse procedimento que comprove a oportuna invocação e delimitação, em sede de embargos de declaração, dos pontos sobre os quais o Tribunal Regional, supostamente, teria deixado de se manifestar, torna inviável a análise da nulidade. Assim, a parte recorrente, ao arguir a nulidade por negativa de prestação jurisdicional, deve indicar no recurso de revista: a) os excertos da petição de embargos de declaração em que se buscou o pronunciamento do Tribunal Regional sobre os vícios apontados; e b) os trechos que demonstrem a recusa do TRT à complementação da prestação jurisdicional, seja porque rejeitou, seja porque ignorou o argumento contido nos embargos de declaração. Recurso de embargos de que se conhece e a que se nega provimento" (E-RR-1522-62.2013.5.15.0067, Ac. Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, in DEJT 20/10/2017).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - PROCESSO REGIDO PELA LEI Nº 13.015/2014 - RECURSO DE REVISTA DO EXEQUENTE - EXECUÇÃO - NULIDADE - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - PRESSUPOSTOS RECURSAIS - ART. 896, §1º-A, I, DA CLT - DEFICIÊNCIA DE TRANSCRIÇÃO- TRECHO DA DECISÃO RECORRIDA QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. Após a vigência da Lei nº 13.015/2014, de acordo com o posicionamento definido pelo Tribunal Superior do Trabalho, para atender ao disposto no inciso I do § 1º-A do art. 896da CLT, deverá a parte, no seu recurso de revista, transcrever o trecho da decisão recorrida que demonstraria a afronta a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial, ou a divergência interpretativa indicada pela parte. Na espécie, não há nas razões do recurso de revista a transcrição do acórdão regional onde existiriam as omissões apontadas, assim como a negativa de prestação jurisdicional que ensejasse a mácula aos dispositivos legais reputados violados. Da mesma forma, não foram transcritas as razões de embargos de declaração para a análise da arguição da referida nulidade. Agravo de instrumento desprovido." (destacou-se, AIRR-2423-36.2013.5.10.0013, Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, 7ª Turma, DEJT 9/12/2016)

"II - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3a REGIÃO. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Com o advento da

Lei 13.015/2014 o novel § lº-A do artigo 896 da CLT exige em seu inciso I, como ônus da parte e sob pena de não conhecimento, a indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. Outrossim, a SBDI-1 decidiu que o artigo 896, § 1º-A, I, da CLT também deve ser observado na hipótese de preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, cabendo ao recorrente a transcrição do trecho pertinente dos embargos de declaração e do trecho correspondente da decisão nestes proferida. No caso dos autos, verifica-se que a Procuradoria Regional do Trabalho não atendeu as exigências contidas no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, no particular, inviabilizando, dessa forma, o reconhecimento da alegada nulidade. A propósito, vale lembrar que a Lei nº 13.015/2014 de fato não exige a citada transcrição para o conhecimento do recurso de revista; entretanto, tal construção é eminentemente jurisprudencial e, consequentemente, aplicável à hipótese dos autos. Ademais, embora o posicionamento firmado pela Eg. SBDI-1/TST seja posterior à interposição do recurso de revista, vale dizer que, embora tal entendimento tenha sido proferido em 2017, ele reflete a interpretação da legislação de regência da matéria (Lei nº 13.015/2014), desde a sua vigência em 2014, razão pela qual é aplicável a todos os processos em curso, cujo recurso esteja submetido aos ditames da referida lei. Registre-se que, por se tratar de entendimento jurisprudencial, não há que se falar em irretroatividade e, tampouco, em aplicação somente para os processos/recursos posteriores. As alterações legislativas no aspecto constituem pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista. A ausência desse requisito formal torna inexequível o apelo." (destacou-se, AIRR - 1530-50.2013.5.03.0139, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 20/2/2019, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 22/2/2019)

Releva-se que a indicação de um trecho específico é exigida por absoluta lógica, na hipótese em que a matéria impugnada pela parte tenha sido apreciada no acórdão regional e no qual não conste, por óbvio, a análise acerca da questão específica denunciada na alegação de negativa de prestação jurisdicional.

Por outro lado, a ausência de análise acerca da própria matéria implica, para a perfeita satisfação do requisito disposto no inciso I do § 1º-A do artigo 896 da CLT, obviamente, a necessidade da indicação da íntegra do respectivo acórdão, de forma a demonstrar a inequívoca e total ausência de exame do tema.

Por fim, o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto e, levando-se em conta que a interposição de recurso não é considerada ato urgente, é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.

A executada sustenta a nulidade diante do não conhecimento do agravo de petição, por deserção, por ela interposto.

Argumenta que "demonstrou que o valor da apólice contemplou o acréscimo de 30%, bem como a atualização dos depósitos recursais juntados nos autos, de modo que o valor depositado está correto e respeita às exigências do ato conjunto nº1 TST.CSJT.CGJT" (pág. 478).

Assevera "que a diferença no valor indicado pelo juízo se deve ao fato o E. Regional não ter considerado em seu cálculo, de forma equivocada, a atualização dos depósitos recursais, o que fez a agravante" (pág. 478).

Afirma que a "aptidão do agravo para conhecimento é patente no caso em razão do equívoco do acórdão ao ignorar que os depósitos recursais também devem ser atualizados, o que foi feito corretamente pela agravante, em atenção ao que dispõe o art. 899, § 4º, CLT" (pág. 479).

Sustenta que "a Agravante demonstrou que, ao negar a possibilidade de saneamento antes de decidir pelo não conhecimento, o acórdão também viola, de forma direta e literal o artigo 5º, LV da CF, pois vai de encontro com a previsão dos artigos 932 e 1.007 do CPC/2015 (e a OJ n.º 140 da SBDI-1 do C. TST)" (pág. 479).

Aponta violação dos artigos 5º, incisos II e LV, da Constituição Federal, 899, § 4º da CLT, 932 e 1.007 do CPC de 2015, além de contrariedade à Orientação Jurisprudencial nº 140 da SbDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho.

O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região assim se pronunciou acerca do tema:

"ADMISSIBILIDADE

O agravo de petição da executa é adequado, tempestivo e tem regular representação processual. Contudo, não enseja conhecimento porque deserto, uma vez que a execução não se encontra integralmente garantida.

Com efeito, segundo a inteligência do art. 884 da CLT, a interposição de qualquer recurso na fase de execução depende da garantia da execução ou da penhora de bens suficientes à quitação do débito trabalhista. Na ausência desse requisito, o recurso não deve ser conhecido.

No caso dos autos, o MM Juiz de origem homologou a conta de liquidação e fixou o valor da execução provisória em R$44.630,56, atualizado até 31/08/2020, sem prejuízo de futuras atualizações.

Estando a devedora ciente do valor da dívida e considerando a existência de depósitos recursais nos autos principais referentes aos recursos ordinário e de revista, no importe de R$9.189,00 e R$15.811,00, respectivamente (fls. 267/269), a executada optou por complementar o valor da execução mediante a juntada de apólice de seguro-garantia no valor de R$22.331,60 (fl. 270).

Entretanto, ao efetuar a complementação da garantia da execução por meio de seguro-garantia, a executada não observou o acréscimo de 30% sobre o valor ainda devido, conforme estabelece o art. 3º, inciso I, do ATO CONJUNTO Nº 1/TST.CSJT.CGJT.

Desse modo, verifica-se a execução não está integralmente garantida e a ausência desse requisito legal acarreta a deserção e, consequentemente, o não conhecimento do recurso.

Ressalto que a ausência de garantia do juízo no prazo legal não pode ser sanada, porquanto compete à parte, no momento da interposição do recurso, velar pelo integral preenchimento de todos os requisitos processuais de admissibilidade inerentes ao recurso interposto, sendo inaplicável, nesse caso, o disposto na OJ 140 da SDI-1 do C. TST.

Nesse sentido são os seguintes precedentes desta Eg. Corte: ED-AP-0000818-76.2013.5.18.0128, de relatoria da Ex.ma Desembargadora Iara Teixeira Rios; AIAP-0000567-73.2012.5.18.0102, relatado pelo Ex.mo Desembargador Eugênio José Cesário Rosa; e AP - 0010932-30.2014.5.18.0002, da lavra da Ex.ma Desembargadora Kathia Maria Bomtempo de Albuquerque.

Portanto, apenas com a integral garantia da execução é que a executada poderia discutir as matérias trazidas no bojo do agravo de petição.

Não o fazendo, é deserto o agravo de petição interposto e dele não

conheço." (págs. 413 e 414, grifou-se)

Em resposta aos embargos de declaração interpostos pela executada, a Corte regional assim se pronunciou:

"MÉRITO

A embargante alega que houve equívoco no exame dos pressupostos de admissibilidade do agravo de petição por ela interposto, especialmente quanto à garantia do juízo. Requer seja dado efeito modificativo aos embargos para conhecer do agravo de petição interposto.

Acrescenta que ao afastar a possibilidade de intimação da parte para suprir o vício, o v. acórdão regional incorreu em violação aos artigos 932, parágrafo único e 1007, §2º do CPC, além contrariar o entendimento cristalizado na OJ 140 da SDI-1. Assim, sucessivamente, requer o prequestionamento de tais dispositivos. Pois bem.

Quanto à garantia do juízo, razão não assiste à embargante.

Com efeito, cabe à parte, no momento da interposição do recurso, demonstrar cabalmente que todos os pressupostos extrínsecos estão preenchidos.

No caso, é certo que há depósitos recursais à disposição do juízo. Contudo, a executada não juntou aos autos extratos atualizados das contas judiciais que os acolheram, sendo que a tabela juntada à fl. 266 é unilateral e não se presta ao fim pretendido (Id. C1fb4ab). Desse modo, a decisão embargada concluiu que não havia elementos suficientes a indicar que a execução estivesse garantida, o que acarreta o não conhecimento do recurso interposto.

Quanto ao mais, o acórdão embargado foi claro ao ressaltar que "a ausência de garantia do juízo no prazo legal não pode ser sanada, porquanto compete à parte, no momento da interposição do recurso, velar pelo integral preenchimento de todos os requisitos processuais de admissibilidade inerentes ao recurso interposto, sendo inaplicável, nesse caso, o disposto na OJ 140 da SDI-1 do C. TST." (fl. 411).

Por fim, sob o prisma do prequestionamento, a insurgência não se justifica, haja vista o norteamento jurisprudencial consagrado nas Orientações Jurisprudenciais 118 e 119 da SBDI-1 do C. TST.

Assim, acolho parcialmente os embargos declaratórios da reclamada apenas para prestar esclarecimentos." (págs. 431 e 432, grifou-se)

Impende destacar, de início, que o presente feito se trata de processo tramitando em fase de execução. Assim, de acordo com o disposto no § 2º do artigo 896 da CLT e na Súmula nº 266 desta Corte, a admissibilidade do recurso de revista se sujeita apenas à hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal. Assim, desde logo se deixa de analisar as alegações de violação de preceito de lei e de contrariedade à Orientação Jurisprudencial da SbDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho

No caso dos autos, o Regional não do agravo de petição interposto pela executada, ora agravante, por entender que "ao efetuar a complementação da garantia da execução por meio de seguro-garantia, a executada não observou o acréscimo de 30% sobre o valor ainda devido, conforme estabelece o art. 3º, inciso I, do ATO CONJUNTO Nº 1/TST.CSJT.CGJT" (pág. 414).

De fato, há como afastar a deserção dos embargos à execução da agravante, uma vez que restou evidenciada a ausência de garantia integral do Juízo, nos termos do artigo 884 da CLT.

Diante desta situação, resta impossibilitado o seguimento, tendo em vista não ser possível observar violação direta e literal do artigo 5º, incisos II e LV, da Constituição Federal, na forma exigida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, na medida em que, com base nos fundamentos adotados pela Corte regional, bem como nas próprias alegações dos agravantes, a constatação de violação do dispositivo constitucional apontado demandaria a prévia análise de legislação infraconstitucional (artigos 884 e 899, § 4º da CLT, 932 e 1.007 do CPC), assim, caso existente, a pretensa violação seria apenas reflexa e indireta, impedindo o seguimento do apelo.

Em situação semelhante, destaco os seguintes precedentes desta Corte superior:

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AUSÊNCIA DE GARANTIA DO JUÍZO. DESERÇÃO. O entendimento que prevalece nesta Corte Superior é no sentido de que apenas na fase de conhecimento é aplicável o disposto no art. 899, §1º, da CLT, uma vez que ainda se discute o mérito da controvérsia, não se aplicando os termos do referido dispositivo aos processos em fase de execução, na qual já houve condenação. No caso de execução, exige-se a garantia do juízo por meio de depósito do valor ou penhora de bens, bem como seguro garantia judicial com acréscimo de 30% do valor da execução (arts. 884, § 6º, da CLT e 835, § 2º, do CPC e OJ 59 da SBDI-2). Não estando garantido o juízo pelas modalidades indicadas, incumbe ao executado proceder ao recolhimento do depósito recursal no valor da execução e, não o fazendo, ocorre a deserção do recurso. As garantias constitucionais devem ser exercitadas com o cumprimento das regras legais que regem os recursos. Não constitui violação dos princípios da inafastabilidade da jurisdição, do contraditório e da ampla defesa o não processamento de recurso deserto. Precedentes. Não merece reparos a decisão. Agravo não provido " (Ag-AIRR-298-49.2015.5.03.0004, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 12/11/2021).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - DESCABIMENTO. EXECUÇÃO. SEGURO GARANTIA JUDICIAL. EXIGÊNCIA DO ACRÉSCIMO DE 30% DO VALOR. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OFENSA DIRETA E LITERAL DE NORMA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. O art. 896, § 2º, da CLT é expresso e definitivo, quando pontua que "das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal". Esta é a ordem que a Súmula 266 do TST reitera. Ao aludir a ofensa "direta e literal", o preceito, por óbvio, exclui a possibilidade de recurso de revista que se escude em violação de preceitos de "status" infraconstitucional, que somente por reflexo atingiriam normas constitucionais: ou há ofensa à previsão expressa de preceito inscrito na Carta Magna, ou não prosperará o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e desprovido" (AIRR-870-25.2011.5.01.0481, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 26/06/2020).

Ademais, na forma da Súmula nº 636 do STF: "Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida."

Diante do exposto, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento nos artigos 896, § 2º, da CLT e 255, inciso III, alienas "a" e "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000595-03.2020.5.20.0006

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A
Advogada	Dra. Nayara Alves Batista de Assunção(OAB: 119894-A/MG)
Advogada	Dra. Aline de Fátima Rios Melo(OAB: 105466-A/MG)
Agravado	NATALIE MISLAYNE GOES SANTOS
Advogado	Dr. Jhons Carlos Souza Neto(OAB: 1803-A/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A
- NATALIE MISLAYNE GOES SANTOS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017
RITO SUMARÍSSIMO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada contra o despacho da Vice-Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: "JUSTA CAUSA", "MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT", "HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS" e "DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO".
Não foram apresentadas contrarrazões.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
NULIDADE DA DECISÃO - MANUTENÇÃO DA JUSTA CAUSA
Não resignada com a Decisão Regional, alega a Recorrente que "Ao contrário do entendimento adotado a Recorrente comprovou à saciedade que aplicou corretamente a penalidade de justa causa a recorrida Assinado eletronicamente por: FABIO TULIO CORREIA RIBEIRO - Juntado em: 17/05/2021 09:24:23 - b0b6012
Aponta violação ao artigo 5º, incisos XXXV, LIV e LV, da CF.
Analiso.
Extrai-se do Acórdão combatido que a Turma Regional decidiu manter a Sentença por entender, com base nas provas produzidas nos autos, que:
No caso sub judice, da análise detida dos autos, constata-se que, conforme bem decidido pelo juízo de piso, restou demonstrado que a reclamante apresentou atestados médicos referentes aos dias de falta, anexados aos Id's. 50328a6, d02f197, 93c2616, 9380d1d, bc2bfb9, bem como as solicitações para enviá-los para a reclamada aos Id's. 3c30dd1, a82f42b, 79b5c54, 9019aa6, 4afaaf7, e4a4933 e 372b79a.
Logo, a empregadora não se desincumbiu do seu ônus à luz do disposto nos arts. 818 da CLT e 373, II, do CPC, visto que não trouxe nenhuma prova razoável capaz de apurar o fato desidioso atribuído ao obreiro. O acervo probatório oral não lhe foi favorável. Através de ato produzido unilateralmente a ora recorrente apenas juntou um documento de Id. 54e16a1 para justificar a dispensa da empregada, documento que não se presta para fins de comprovação do evento considerado faltoso, pois não observa o princípio do contraditório, uma vez que não foi instaurado procedimento administrativo regular.
Assinado eletronicamente por: FABIO TULIO CORREIA RIBEIRO - Juntado em: 17/05/2021 09:24:23 - b0b6012
Nesse sentido, entendimento diverso, importaria, necessariamente, no reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula nº 126, do TST e inviabiliza o seguimento do Recurso sob a ótica da violação aos dispositivos constitucionais invocados.
NULIDADE DA DECISÃO - ERROR IN JUDICANDO - MULTA DO ART. 477, DA CLT
Irresigna-se a Recorrente contra o Acórdão que a manteve a Sentença no tocante à multa celetária preconizada no art. 477, da CLT, aduzindo que "(...) a não análise de todas as provas
.colacionadas aos autos aponta para error in judicando"
Aponta violação aos artigos 5º, incisos II, da CF.
Examino.
In casu, não verifico violação direta e literal ao artigo 5º, inciso II, vez que a Turma Julgadora entendeu que:
In casu, houve questionamento dos motivos da rescisão e a reclamada não logrou provar a justa causa, até o afastamento desta, e a empresa somente procederia ao pagamento das verbas que eram devidas na rescisão quase 01 (um) mês após a dispensa da reclamante, conforme se depreende do TRCT de Id 3a47d1f .
Logo, extrapolando o tempo limite preconizado no art. 477 §6° da CLT.
Nesse toar, estando tal decisão lastreada no conjunto fático-probatório, a pretensão da parte Recorrente, assim como exposta, importaria, necessariamente, no reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126, do TST e inviabiliza o seguimento do recurso.
Assinado eletronicamente por: FABIO TULIO CORREIA RIBEIRO - Juntado em: 17/05/2021 09:24:23 - b0b6012
HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS
Insurge-se o Apelante com a Decisão Turmária, alega que "(...) dos termos esposados pelo artigo 791-A da CLT, ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de
", ressaltando que mesmo na hipótese desucumbência (...) procedência parcial da ação, "(?) o juízo arbitrará honorários de ".sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários Aprecio.
No Procedimento Sumaríssimo, somente cabe Recurso de Revista sob a alegação de contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e de violação direta à Constituição da República, conforme artigo 896, §9º, da CLT.
Sob a ótica de tal dispositivo e da Súmula nº 442, do TST, o Apelo em análise se encontra desfundamentado, porquanto o Recorrente não expõe, de maneira específica, analítica e fundamentada, qual dispositivo constitucional ou preceito sumular a Decisão hostilizada teria contrariado, nos termos dos incisos II e III, do §1º-A, do artigo 896, da CLT.
APURAÇÃO DO INSS COTA EMPRESA - DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO
Inconforma-se a Apelante com o Acórdão Regional que indeferiu o pedido de enquadramento da ré como beneficiária do regime de desoneração da folha de pagamento.
Apregoa que "(...) quando a atividade da empresa é abrangida pelos setores beneficiados pela medida de desoneração da folha de pagamento, caso da embargante, não há o que se falar na

apuração dos 20% sobre as parcelas salariais"
Assinado eletronicamente por: FABIO TULIO CORREIA RIBEIRO - Juntado em: 17/05/2021 09:24:23 - b0b6012
Alega, ainda, que como "(?) se enquadra na categoria que tem o Amparo da Lei da Desoneração da folha de pagamento e, portanto, já contribui para o INSS, conforme Lei nº 12.546 de 2011,
.não há que se falar em recolhimentos previdenciários"
Aponta violação ao artigo 5º, inciso II, da CF.
Transcreve Decisões com o intuito de subsidiar dissenso Pretoriano.
Examino.
Em conformidade com a norma insculpida no artigo 896, § 9º, da CLT e, consoante o teor da Súmula nº 442, do TST, nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo somente será admitido Recurso de Revista por contrariedade à Súmula do TST, à Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal ou, ainda, por violação direta à Constituição da República, não sendo cabível, portanto, eventual alegação de divergência jurisprudencial, como é o caso dos autos.
Não vislumbro violação ao art. 5º, inciso II, da CF, vez que a Decisão Turmária concluiu que:
(?) as regras sobre a desoneração da folha de pagamento são aplicáveis apenas aos contratos em curso, incidindo sobre contribuições devidas mês a mês, enquanto o caso em análise retrata o inadimplemento de obrigações decorrentes de condenação imposta em juízo após o fim do pacto laboral.
Dessa forma, vez que a Decisão Turmária está lastreada no acervo probatório, a pretensão da parte, assim como exposta, importaria, necessariamente, no reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula nº 126, do TST e inviabiliza o seguimento do Apelo.
Assinado eletronicamente por: FABIO TULIO CORREIA RIBEIRO - Juntado em: 17/05/2021 09:24:23 - b0b6012
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao Recurso de Revista interposto por ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S/A. " (págs. 438-443)

Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, ao argumento de que preenchidos os pressupostos necessários para o seu conhecimento. Ao exame.
A demanda tramita sob a égide do rito sumaríssimo, o que, nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT e da Súmula nº 442 do TST, implica a admissão do recurso de revista somente por contrariedade a súmula de jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal ou por violação do dispositivo da Constituição Federal, o que afasta a possibilidade de processamento do recurso de revista por violação de dispositivo proveniente da legislação infraconstitucional, por divergência jurisprudencial e por contrariedade a orientação jurisprudencial.
Quanto aos temas justa causa, multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT e desoneração da folha de pagamento, constata-se que, nas razões do recurso de revista, a parte não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos constitucionais por ela indicadas, de forma que a exigência processual contida no inciso III, não foi satisfeita.
Quanto à ausência de demonstração analítica, essa Corte tem entendimento consolidado, consoante se verifica nos seguintes precedentes:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. gratificação semestral. honorários advocatícios. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO III, DA CLT. VIOLAÇÃO DE LEI E/OU DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ANALÍTICA. O recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que determina novas exigências de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo que é ônus da parte, entre outros, "expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte". No caso, a parte não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos por ela indicados, de forma que a exigência processual contida no referido dispositivo não foi satisfeita. Agravo de instrumento desprovido." (AIRR-20186-49.2015.5.04.0271, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 28/6/2017, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 30/6/2017)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA EM FACE DE DECISÃO PUBLICADA A PARTIR DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. INDENIZAÇÃO POR USO DE UNIFORME. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 896, § 1º-A, II E III, DA CLT. Inviável o conhecimento do recurso de revista em que a parte não indica, de forma explícita e fundamentada, a violação a dispositivo de lei ou contrariedade a verbete do TST, inclusive, mediante a demonstração analítica de cada um deles em cotejo com a decisão regional devidamente transcrita. Desatende, assim, a disciplina do artigo 896, § 1º-A, II e III, da CLT, que lhe atribui tal ônus. Se a lei exige a indicação precisa, acompanhada, como visto, da demonstração analítica, significa dizer que cada violação apontada deve ser acompanhada da argumentação, específica e clara, diante da circunstância de possuir, cada dispositivo, conteúdo próprio, o qual deve ser analisado naquilo em que é atingido pela decisão. Não basta discorrer em longa narrativa as inúmeras violações e, ao final, relacionar os dispositivos, como se todos eles fossem iguais, ainda que tratem do mesmo tema. Os argumentos mencionados pelo recorrente também servirão de balizamento e limite para o exercício do contraditório e da atuação desta Corte que, mais ainda, atribui ao recurso de revista a condição de recurso de fundamentação vinculada. Agravo de instrumento a que se nega provimento." (AIRR- 20529-92.2014.5.04.0008, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Data de Julgamento: 21/6/2017, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 30/6/2017 - grifou-se)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI N° 13.015/2014. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. JUROS DE MORA. ARTIGO 896, § 1º- A, INCISOS I E III, DA CLT. ÓBICES PROCESSUAIS INTRANSPONÍVEIS. I - Com o advento da Lei nº 13.015/14, foi acrescentado ao artigo 896 da CLT o § 1º-A, destacando-se, dentre seus incisos, o primeiro, que dispõe ser ônus da parte, sob pena de não conhecimento, "indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista". II - Reportando-se às razões do recurso de revista, todavia, é fácil notar a inobservância desse requisito, dada a constatação de não ter sido indicada a fração do acórdão recorrido que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, na medida em que a parte

apenas reproduziu a integralidade dos fundamentos adotados pelo Tribunal Regional quanto a cada um dos temas combatidos, a saber, "impossibilidade jurídica do pedido", "responsabilidade subsidiária" e "juros de mora", sem fazer qualquer destaque ou indicação precisa das teses adotadas pela decisão recorrida contra as quais se contrapõe no recurso aviado. III - Tal prática, além de inviabilizar o confronto entre os argumentos defendidos pelo agravante e a fundamentação exposta na decisão recorrida, exorta o julgador a incursionar nos autos com vistas à elucidação da argumentação exposta, atividade incompatível com a ideia de inércia da jurisdição. Precedentes. IV- Verifica-se, também, o desatendimento do requisito previsto no inciso III do § 1º-A do artigo 896 da CLT, que dispõe ser ônus da parte, sob pena de não conhecimento, "expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte". VI - Isso porque o exame das razões de revista revela que a parte limitara-se a indicar afronta aos artigos 485, IV, do CPC, 455 da CLT, 1°-F da Lei n° 9494/97, e contrariedade à Súmula 331 e à OJ 191 da SBDI-1 do TST, sem expor as razões do pedido de reforma mediante demonstração analítica de como a tese utilizada pelo Tribunal Regional viola cada dispositivo elencado ou contraria o precedente trazido à colação. VII - Por tratar-se de pressuposto de admissibilidade do recurso de revista, sua ausência inviabiliza o processamento do apelo, ante a falta de demonstração analítica das violações alegadas. Precedentes. VIII - Agravo de instrumento a que se nega provimento." (AIRR-61-43.2015.5.09.0652, Relator Ministro: Antonio José de Barros Levenhagen, Data de Julgamento: 28/6/2017, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 30/6/2017)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. ADICIONAL DE RISCO DE MORTE. BASE DE CÁLCULO DE HORAS EXTRAS. I. O art. 896, § 1º-A, I, II e III da CLT, aplicável a todos os acórdãos regionais publicados a partir de 22/09/2014, prevê os pressupostos intrínsecos ao recurso de revista, os quais devem ser cumpridos "sob pena de não conhecimento" do recurso. II. O prequestionamento é exigível em todas as hipóteses do recurso de revista (art. 896, a, b e c, da CLT). Logo, para atender ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, é necessário que a parte indique, de forma clara e precisa, o trecho que consubstancia o prequestionamento das teses que pretende debater, não se admitindo transcrição genérica, fora do contexto ou que não contemple a delimitação fática que determinou a conclusão. III. O art. 896, § 1º-A, II, da CLT exige que a parte indique, de forma explícita e fundamentada, o artigo, o parágrafo, o inciso ou a alínea específica da regra de lei ou da Constituição da República que entende violada. O mesmo procedimento deve ser adotado quando há indicação de contrariedade a súmula ou orientação jurisprudencial (Súmula 221 do TST). A alegação genérica de violação ou contrariedade não atende a esse requisito. IV. O cumprimento do art. 896, § 1º-A, III, da CLT se faz com a demonstração analítica de cada violação ou contrariedade apontada de forma pertinente e vinculada a todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida. A impugnação genérica e a subsistência de fundamento independente e suficiente sem impugnação não cumprem a referida exigência. V. Na hipótese de alegação de divergência jurisprudencial, deve ser atendida, ainda, a exigência do art. 896, § 8º, da CLT. VI. No caso, não foi atendido o art. 896, §§ 1º -A, I e III, da CLT. VII. Agravo de instrumento de que se conhece e a que se nega provimento." (AIRR-11608-48.2014.5.15.0038, Relatora Desembargadora Convocada: Cilene Ferreira Amaro Santos, Data de Julgamento: 31/5/2017, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 2/6/2017)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI Nº 13.015/14. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO REGIONAL E DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA. DEFICIÊNCIA. EFEITOS. INOBSERVÂNCIA DE PRESSUPOSTO FORMAL DE ADMISSIBILIDADE PREVISTO NO ART. 896, § 1º-A, III, DA CLT. Nos termos do art. 896, § lº-A, III, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.015/2014, cabe à parte agravante "expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte". Na hipótese, o recurso de revista não observou o referido pressuposto formal, restando, assim, deficiente de fundamentação. Agravo de instrumento a que se nega provimento." (AIRR-1279-85.2014.5.03.0110, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 3/2/2016, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 12/2/2016)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, III, DA CLT. DIFERENÇAS SALARIAIS. DANO MORAL. Na sistemática do processo do trabalho introduzido pela Lei 13.015/2014, não basta a indicação do trecho da decisão regional que consubstancia o prequestionamento da matéria objeto do recurso (§1º-A, I), é encargo da recorrente, sob pena de não conhecimento de seu recurso de revista, expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Precedentes. Agravo de instrumento a que se nega provimento." (AIRR-47-36.2013.5.01.0431, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 23/11/2016, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 2/12/2016)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. DENEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO DE REVISTA COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, II E III, DA CLT. O reclamante não atendeu os ditames do art. 896, § 1°-A, II e III, da CLT, segundo os quais é ônus da parte, sob pena de não conhecimento do recurso, indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como impugnar de todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica das violações legais e constitucionais e da contrariedade a súmula ou orientação jurisprudencial invocadas. O reclamante, nas razões do recurso de revista, insurge-se contra a decisão regional que concluiu pela inexistência de doença ocupacional, e, por conseguinte, reputou indevida a condenação da reclamada ao pagamento de indenização por danos moral e material, limitando-se, ao final das razões recursais, a mencionar os arts. 86, § 1º e seguintes, da Lei nº 8.213/91, 104, III, § 1º, do Decreto nº 3.048/99, 950, parágrafo único, do Código Civil e 602 do CPC/73, deixando, contudo, de estabelecer de forma explícita a contrariedade da decisão recorrida em relação aos artigos

apontados no recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (AIRR-513-17.2012.5.09.0019, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, Data de Julgamento: 30/3/2016, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 1º/4/2016)

Assim, tendo em vista não ter havido o confronto dos fundamentos da decisão exarada pelo Tribunala quocom os dispositivos citados, porquanto cada violação indicada deve trazer argumentação única e específica naquilo que lhe é peculiar ao exposto na decisão recorrida, ausente se encontra o requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, inciso III, da CLT, razão pela qual o recurso de revista não ultrapassa a barreira do conhecimento quanto aos tópicos.
No que diz respeito aos honorários sucumbenciais, verifica-se, das razões do agravo de instrumento, que a reclamante não impugna os óbices impostos no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de fundamentação do apelo, conforme exigência prevista no art. artigo 896, §9º, da CLT.
Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:

"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida."

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000090-24.2020.5.20.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	ITHALO DOS SANTOS SUKERMAN
Advogado	Dr. Gilberto Vieira Leite Neto(OAB: 2454-A/SE)
Advogado	Dr. Michel Wandir Rocha Lobao(OAB: 6365-A/SE)
Agravado	WALISSON ROSA DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Walmir Varela Neto(OAB: 9179-A/SE)
Advogado	Dr. Jeilson Rodrigues da Silva(OAB: 8815-A/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ITHALO DOS SANTOS SUKERMAN
- WALISSON ROSA DE OLIVEIRA

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Interposto recurso de revista contra acórdão regional proferido no julgamento de agravo de instrumento em recurso ordinário.
Contudo, manifestamente incabível o apelo, à míngua de previsão legal, conforme dispõe o art. 896 da CLT. Nesse sentido, o entendimento cristalizado na Súmula 218 desta Corte:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento."

O devido processo legal e a ampla defesa devem ser exercidos segundo o ordenamento jurídico vigente, observadas as estritas hipóteses de cabimento de cada modalidade recursal.
Assim, ausente pressuposto de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000113-28.2020.5.10.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.
Advogado	Dr. Gustavo Rezende Mitne(OAB: 52997-A/PR)
Agravado	BRUNO RODRIGUES DOS SANTOS
Advogado	Dr. Rafael de Andrade Silva(OAB: 25566-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.
- BRUNO RODRIGUES DOS SANTOS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, às págs. 385-391, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 379-381, quanto aos temas HORAS EXTRAS -

INTERVALO INTRAJORNADA, ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE e TÍQUETE ALIMENTAÇÃO.
Foi apresentada contraminuta às págs. 394-399.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (publicação em 25/08/2021 - fls. VIA SISTEMA; recurso apresentado em 03/09/2021 - fls. via sistema).
Regular a representação processual (fls. id. 9353813).
Satisfeito o preparo (id. ab705de).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Horas Extras.
Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada.
Alegação(ões):
- violação da (o) artigo 71, §4º da CLT, art.58 da CLT e Súmula 437 do c. TST.
Aegr.Turma mantevea condenaçãoda reclamada ao pagamento de horas extras, reflexos e intervalo intrajornada, adotandoos fundamentos:
(...)
Em sedede recurso de revista, a reclamadainsistena exclusão da condenação.
Todavia, oacolhimento datese patronal,nos moldes em quepropostos,exige o reexame de fatos e provas,o que encontra óbice ante o disposto na Súmula 126/TST.
Denego seguimento.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Ajuda / Tíquete Alimentação.
Alegação(ões):
- violação doartigo 818 da CLT e artigo 333, I do CPC.
A Turma manteve a decisão que deferiu o pagamento doadicional de produtividade.
Contra essa decisão recorre a reclamada. Asseveraque"demostrou documentalmente que o pagamento à época deixou de ser feito tendo em vista a falta injustificada da Reclamante".
Entretanto, a discussão revolvida em recurso possuicunho fático-probatório, deforma que para se decidir diversamente do egr.Tribunal Regional, seria necessário o reexame dos fatos e das provas dos autos, o que é vedado nesta instância processual, a teor da Súmula 126 do TST.
Nego, pois, seguimento ao recurso.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Produtividade.
A reclamada requer a reforma do acórdão quanto ao tema em destaque. Entretanto, a recorrente não aponta o dispositivo legal tido por violado (Súmula nº 221/TST) e nem tampouco divergência jurisprudencial apta a respaldar a pretensão recursal, conforme a disciplina do art. 896, da CLT.
Inviável o processamento.
CONCLUSÃO
Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista." (págs. 379-381).
Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos todos os requisitos para admissibilidade, renovando os argumentos apresentados nas razões do recurso de revista.
No que se refere às horas extras - intervalo intrajornada, aduz que "ainda que procedente o pedido do intervalo intrajornada, este tem natureza indenizatória de modo que não deve refletir nas demais verbas, pelo que merece reforma decisão Impugnada" (pág. 370).
Alega violação dos artigos 58 e 71, § 4°, da CLT, contrariedade à Súmula nº 437 do TST e apresenta aresto para o confronto de teses.
Quanto ao adicional de produtividade, sustenta que "nos termos da cláusula 20ª, §4º, o empregador está desobrigado ao pagamento do prêmio quando injustificadamente o empregado faltar ao trabalho" (pág. 366).
Argumenta, ainda, que "conforme documentos presentes no processo, ao contrário do que afirma a r. sentença, em razão de diversas faltas obreiras, houve o devido desconto em sua folha e pagamento" (pág. 366).
Indica violação dos artigos 818 da CLT e 333, inciso I, do CPC/1973 (atualmente disposto no artigo 373, inciso I, do CPC/2015).
No que concerne ao tíquete alimentação, assevera que "a Reclamada fornecia refeição ao Reclamante, de modo que não faz jus ao benefício, conforme previsto nas normas coletivas" (pág. 367).
Ademais, aduz que "não fazia restrição ao tipo de alimento que poderia ser consumido, sendo que era opção da Reclamante optar por qualquer opção disponível no cardápio, que possui opções saudáveis que não fast food" (pág. 367).
Alega violação de Convenção Coletiva de Trabalho e divergência jurisprudencial.
Sem razão.
O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto às horas extras - intervalo intrajornada, nos seguintes termos:
"(...)
O reclamante, na inicial, alega o labor em sobrejornada durante todo pacto laboral, trabalhando de setembro/13 a novembro/17 em média das 16h às 1h30, com 15min. de intervalo e uma folga semanal; de dezembro/2017 a dezembro/2019, em média das 14h às 23h, com uma hora de intervalo e uma folga semanal laborou das 8h às 19h30/20h, com o intervalo intrajornada de 15 minutos e uma folga semanal. Postula pagamento de horas extras, com adicional noturno, e indenização do intervalo intrajornada, com adicional previsto na CCT e reflexos.
Resistindo à pretensão obreira, a reclamada, em suas razões de defesa, repele a tese da sobrejornada ao argumento de que o demandante se ativava segundo os horários anotados nos cartões de ponto, tendo a eventual extrapolação à 44ª hora trabalhada restado quitada mediante compensação com folgas ou na forma de horas extras, conforme os holerites, inexistindo diferenças, inclusive em relação ao intervalo intrajornada, que teria sido regularmente gozado por toda a contratação.
O juízo de origem, verificando a ausência dos cartões de ponto e a juntada dos holerites apenas do ano de 2019, bem assim a parcial confirmação da jornada da inicial em audiência, aplicou a inteligência da Súmula 338/TST, para deferir ao obreiro "- o pedido de pagamento do adicional noturno de 20%, no período em que houve labor no horário noturno de acordo com as jornadas assentadas na exordial, devendo haver a exclusão do período em que há prova do pagamento do adicional, ou seja, nos meses de 1/2019 a 11/2019. - o pedido de pagamento de horas extras noturnas, com adicional de 50%, divisor 220, nos termos do pedido. - o pagamento de intervalo intrajornada de uma hora, 3 vezes por semana, com adicional de 50% e divisor 220, durante o período de fevereiro de 2015 a novembro de 2017. Ainda orientou que "haverá repercussão das verbas acima em : DSR, 13º salários, férias mais

um terço, FGTS com a multa de 40% e verbas rescisórias, nos termos requeridos na exordial. Deverá ser observada a prescrição declarada, a evolução salarial do reclamante (Súmula 347 do TST), assim como compensadas as verbas já pagas sob a mesma rubrica, desde que haja o devido comprovante de pagamento nos autos". Foi autorizada a compensação dos valores recebidos sob o mesmo título.

Recorre a reclamada, voltando a defender que a jornada efetivamente realizada está registrada nos cartões de ponto e as eventuais horas extras foram pagas, conforme os holerites juntados aos autos, não tendo o reclamante logrado comprovar as jornadas apontadas na inicial ou as diferenças de sobrejornada entendidas devidas.

No caso, efetivamente não foram juntadas aos autos as folhas de ponto que a reclamada afirma ter o reclamante registrado, empregando-se presunção de veracidade às jornadas declinadas na inicial, que não restaram elididas por outros meios de prova, na forma da inteligência da Súmula 338/TST.

Portanto, não comprovados os horários de trabalho do reclamante, nem a aventada compensação, ônus que cumpria à reclamada, as jornadas da inicial, com o ajuste relativo à limitação declinada pelo autor em audiência, são erigidas a verdade processual, sendo consideradas como realmente cumpridas, inclusive no pertinente ao intervalo intrajornada.

Inclusive, em réplica, o reclamante confirmou o recebimento das horas extras constantes dos contracheques trazidos aos autos, mas esclareceu que ali não constavam em sua integralidade as sobrejornadas realizadas, cabendo as respectivas diferenças, segundo os horários de trabalho especificados na exordial.

Por conseguinte, não há reforma cabível na sentença.

Nego provimento ao recurso.

(...)" (destacou-se, págs. 335-337).

No caso, consoante se infere da decisão do Regional "não foram juntadas aos autos as folhas de ponto que a reclamada afirma ter o reclamante registrado, empregando-se presunção de veracidade às jornadas declinadas na inicial, que não restaram elididas por outros meios de prova, na forma da inteligência da Súmula 338/TST" (pág. 336).

Segundo a Corte a quo, "não comprovados os horários de trabalho do reclamante, nem a aventada compensação, ônus que cumpria à reclamada, as jornadas da inicial, com o ajuste relativo à limitação declinada pelo autor em audiência, são erigidas a verdade processual, sendo consideradas como realmente cumpridas, inclusive no pertinente ao intervalo intrajornada" (pág. 336).

Verifica-se que, no caso, o recurso de revista efetivamente não reúne condições para ensejar seu conhecimento, visto que as alegações da parte divergem do quadro fático quadro fático descrito no acórdão regional.

O quadro fático descrito pelo Tribunal Regional é no sentido de evidenciar a ausência de fruição integral do intervalo intrajornada. Com efeito, na hipótese dos autos, o Regional, instância soberana na apreciação do conjunto fático-probatório, foi contundente ao afirmar que o autor, de fato, não usufruía, integralmente, do intervalo intrajornada previsto no artigo 71 da CLT, de forma que é devido o pagamento das horas extras, assim como entendeu a Corte Regional.

Acresça-se que a reforma da decisão regional exigiria a revisão do contexto fático-probatório da demanda, procedimento vedado nesta instância recursal extraordinário, nos termos da Súmula nº 126 do TST.

Assim, não há falar em violação dos artigos 58 e 71, § 4°, da CLT, uma vez que o processamento do recurso de revista encontra óbice na Súmula nº 126 do TST, que assim dispõe:

"Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, "b", da CLT) para reexame de fatos e provas.".

O Tribunal Regional não emitiu tese acerca da natureza jurídica do intervalo intrajornada deferido na demanda, de forma a atrair, contra a análise da alegada contrariedade à Súmula nº 437 do TST, a aplicação do disposto na Súmula nº 297, itens I e II, do TST.

Também não há falar em divergência jurisprudencial válida ao processamento do recurso de revista, nos termos da Súmula nº 296, item I, do TST.

No tocante ao adicional de produtividade, o Tribunal Regional assim manifestou-se:

"(...)

O autor pleiteia o adicional de produtividade de 5% desde que a reclamada sucedeu a antiga empregadora em agosto de 2015 até o fim do contrato, com reflexos, direito previsto na cláusula 20ª, parágrafo 4º, da CCT 2014/2016 e cláusula 1ª, parágrafo 3º da CCT 2016/2018.

A reclamada sustenta o pagamento correto da parcela, que apenas não teria sido paga nos meses em que o empregado faltou injustificadamente ao serviço, na forma prevista na norma coletiva.

O Juízo de origem entendeu que a verba continuou prevista em norma coletiva, porém sem pagamento e sem comprovação da reclamada quanto ao fato impeditivo do direito obreiro. Assim, deferiu ao reclamante o recebimento do adicional de produtividade, nos termos da norma coletiva, a partir de agosto de 2015 (inclusive), até o término do contrato, com reflexos em aviso prévio de 48 dias, saldo de salário de 20 dias, férias + 1/3, 13º salários e FGTS + 40%. (fl. 310)

Recorre a reclamada, voltando a alegar o pagamento correto, conforme a CCT, os cartões de ponto e os holerites.

Vejamos a norma coletiva correspondente ao pedido, consubstanciada no parágrafo 4º da cláusula 20ª da CCT de 2014/2016, igualmente na norma coletiva de 2016/2018, nos seguintes termos:

PARÁGRAFO QUARTO - Além da correção salarial de que trata essa cláusula, os empregados receberão mensalmente um prêmio de produtividade, igual a 5% (cinco por cento) do salário reajustado, que somente não será pago quando o empregado faltar sem qualquer justificativa.

(fl. 80).

No caso, a defesa da reclamada, assim como seu recurso não apontam sequer por amostragem em que meses teria o autor perdido direito ao adicional em tela, em razão de faltas injustificadas.

Conforme a instrução dos autos, malgrado constar a previsão do pagamento de adicional de produtividade em norma coletiva de agosto/2015 em diante, os poucos holerites trazidos não contemplam a parcela e também não foram juntados os aventados cartões de ponto que comprovariam as faltas injustificadas.

Portanto, correta a sentença, a qual mantenho.

Nego provimento.

(...)" (destacou-se, págs. 333 e 334).

O Tribunal Regional consignou, expressamente, que "a defesa da reclamada, assim como seu recurso não apontam sequer por amostragem em que meses teria o autor perdido direito ao adicional em tela, em razão de faltas injustificadas" (pág. 333).

Segundo a Corte a quo, "malgrado constar a previsão do pagamento de adicional de produtividade em norma coletiva de agosto/2015 em diante, os poucos holerites trazidos não contemplam a parcela e também não foram juntados os aventados

cartões de ponto que comprovariam as faltas injustificadas" (pág. 333).

Conforme demonstram os excertos extraídos da decisão regional, os elementos fáticos dos autos conduziram à conclusão de que a reclamada não produziu provas suficientes a corroborar com as alegações de que foi realizado o pagamento do adicional de produtividade ao reclamante, conforme previsão do parágrafo quarto da norma coletiva.

Incólumes os artigos 818 da CLT e 333, inciso I, do CPC/1973 (atual artigo 373, inciso I, do CPC/2015), pois não houve a indevida inversão do ônus da prova, competindo à reclamada comprovar o pagamento do adicional de produtividade previsto em norma coletiva ou o motivo de justo impedimento de que essa parcela fosse adimplida, ônus do qual não se desincumbiu, conforme constatado pelo Regional.

Quanto ao tíquete alimentação, verifica-se que, no caso, o recurso de revista não enseja ser processado, tendo em vista que a parte não apresenta suas razões mediante indicação de qualquer das hipóteses prevista nas alíneas do artigo 896 da CLT, que dispõem acerca das hipóteses de cabimento do recurso de revista.

Nesse contexto, a medida processual revela-se desfundamentada, por falta de enquadramento no permissivo legal mencionado.

Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento nos artigos 896, § 14, da CLT e 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000799-25.2013.5.04.0851

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA
Advogada	Dra. Alessandra Vieira de Almeida(OAB: 11688-A/SC)
Advogado	Dr. Vinícius Coutinho da Luz(OAB: 38196-A/SC)
Agravado	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Liége Varallo Dalpiaz
Agravado	TOP WORK GESTÃO EM RECURSOS HUMANOS LTDA. - EPP
Agravado	PAULO ROBERTO BALDASSARI
Advogado	Dr. Antônio Formento Ramos Filho(OAB: 67412-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- PAULO ROBERTO BALDASSARI
- PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA
- TOP WORK GESTÃO EM RECURSOS HUMANOS LTDA. - EPP
- UNIÃO (PGU)

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela terceira reclamada, PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA, às págs. 1.100-1.105, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 1.086-1.090, quanto ao tema INTERVALO INTRAJORNADA - FRUIÇÃO PARCIAL - PAGAMENTO TOTAL DO PERÍODO.

Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.

O Ministério Público do Trabalho manifestou-se no sentido de não entrever o interesse público inserto no inciso II do artigo 83 da Lei Complementar n° 75, de 20 de maio de 1993.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela terceira reclamada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Superada a apreciação dos pressupostos extrínsecos, passo à análise do recurso.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada.

Não admito o recurso de revista noitem.

O acórdão recorrido, conforme trecho transcrito nas razões recursais quanto ao tema, assim estabeleceu:

(...) Assim, entendo correta a decisão de origem que entendeu que o autor não usufruía o intervalo intrajornada (sequer parcialmente), condenando a ré ao pagamento da respectiva remuneração. Registro que, na mesma linha da sentença, entendo que a remuneração pela não concessão do intervalo intrajornada gera reflexos em outras, conforme entendimento do item III da Súmula n. 437 do TST: III - Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redaçãointroduzida pela Lei nº 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzidopelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação,repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais. Assim, mantida a condenação ao pagamento da remuneração pela não concessão do intervalo intrajornada, deve ser mantida a condenação ao pagamento dos reflexos.

A decisão recorrida está em conformidade com a Súmula 437, I, do TST, o que inviabiliza o seguimento do recurso de revista, inclusive por dissenso jurisprudencial (§ 7º do art. 896 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.015/2014,e Súmula 333 da aludida Corte Superior), tampouco permitindo verificar afronta aos dispositivos invocados.

CONCLUSÃO

Nego seguimento." (págs. 1.086-1.090).

Na minuta de agravo de instrumento, a terceira reclamada insiste na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos todos os requisitos para admissibilidade de seu recurso de revista.

Aduz que "Não há como prevalecer tal entendimento, sob pena de restar caracterizado enriquecimento sem causa da obreira" (pág. 1.103).

Sustenta que a condenação ao pagamento de horas extras "deve ser limitada à diferença de intervalo não usufruído" (pág. 1.103).

Apresenta arestos para o confronto de teses.

Sem razão.

O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto ao intervalo intrajornada, nos seguintes termos:

"(...)

A terceira ré não se conforma com a condenação ao pagamento dos intervalos intrajornada. Alega que as folhas pontos juntadas aos autos são válidas e comprovam o horário efetivamente realizado, bem como demonstram o efetivo gozo do intervalo intrajornada, de 15 minutos. Ressalta que o autor confirmou que anotava pessoalmente o seu horário de trabalho. Diz que os registros dos intervalos podem ser invariáveis, diante da previsão do art. 74, §2°, da CLT. Diante do exposto, requer seja afastada a condenação ao pagamento dos intervalos. Caso mantida a condenação, requer seja reconhecido que o autor gozava parcialmente o intervalo, sendo que

eventual condenação deve se restringir ao período remanescente, sob pena de enriquecimento ilícito. Menciona que, afastada a condenação ao pagamento do principal, deve ser afastada a condenação dos reflexos, visto que acessórios. Ainda, sustenta que a parcela possui natureza indenizatória, não gerando reflexos. Por sim, requer sejam ao menos deduzidos os intervalos apontados pelo autor como concedidos, sob pena de enriquecimento ilícito, em razão do bis in idem.

Analiso.

Em que pese os cartões-ponto juntados aos autos (fls. 368/394) evidenciem a concessão do intervalo intrajornada de 15 minutos, o reclamante logrou provar a invalidade de tais documentos, no aspecto.

Com efeito, a testemunha indicada ao Juízo pelo autor afirmou em seu depoimento (fl. 506v):

(...)

Em atenção às razões recursais da terceira ré, destaco que o reclamante apenas confirmou em seu depoimento a validade dos registros de entrada e saída, e não a dos intervalos, tendo assim referido:

(...)

Assim, entendo correta a decisão de origem que entendeu que o autor não usufruía o intervalo intrajornada (sequer parcialmente), condenando a ré ao pagamento da respectiva remuneração.

Registro que, na mesma linha da sentença, entendo que a remuneração pela não concessão do intervalo intrajornada gera reflexos em outras, conforme entendimento do item III da Súmula n. 437 do TST:

III - Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei nº 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais.

Assim, mantida a condenação ao pagamento da remuneração pela não concessão do intervalo intrajornada, deve ser mantida a condenação ao pagamento dos reflexos.

Em atenção às razões recursais, destaco que no caso o reclamante não aponta o gozo de qualquer intervalo intrajornada.

Destarte, nego provimento ao recurso ordinário da terceira ré.

(...)" (destacou-se, págs. 1.048 e 1.049).

No caso, consoante se infere da decisão do Regional "Em que pese os cartões-ponto juntados aos autos (fls. 368/394) evidenciem a concessão do intervalo intrajornada de 15 minutos, o reclamante logrou provar a invalidade de tais documentos, no aspecto" (pág. 1.049).

Segundo a Corte a quo, "entendo que a remuneração pela não concessão do intervalo intrajornada gera reflexos em outras, conforme entendimento do item III da Súmula n. 437 do TST" (pág. 1.049).

Com efeito, dispõe o artigo 71 da CLT ser obrigatória a concessão de intervalo mínimo de uma hora para refeição e descanso quando a jornada de trabalho exceder de seis horas.

O parágrafo 4º do referido artigo 71, por sua vez, estabelece o pagamento do período concernente ao intervalo não concedido, com o acréscimo de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal de trabalho.

Vale salientar que esse dispositivo da CLT constitui regra de caráter imperativo e cogente, cuja observância não pode ser transigida, nem mesmo por intermédio de convenções ou acordos coletivos do trabalho, que são a expressão máxima de autonomia da vontade das partes, constituindo, ainda, fonte formal do Direito do Trabalho.

Assim, o intervalo mínimo estabelecido em lei para refeição e descanso é direito indisponível, concernente à saúde física e mental do trabalhador, do qual não podem dispor as partes a nenhum pretexto.

Está sedimentado, nesta Corte, o entendimento de que, desde o advento da Lei nº 8.923/1994, a não concessão de intervalo para repouso e alimentação impõe a obrigação de pagamento do período integral referente ao intervalo não concedido, acrescido do adicional de hora extra, não havendo inferir-se que o direito se limitaria apenas ao tempo remanescente para integralizar o mínimo fixado em lei.

Nesse sentido, também já se firmou a jurisprudência desta Corte, conforme pode constatar-se da redação da Súmula nº 437, item I, do TST,in verbis:

"Após a edição da Lei nº 8.923/94, a não-concessão ou a concessão parcial dointervalo intrajornadamínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71 da CLT), sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração."

Outrossim, não mais se discute acerca da natureza jurídica da verba prevista no artigo 71, § 4º, da CLT e sua repercussão nas demais parcelas de natureza salarial, visto que se encontra pacificado, no âmbito desta Corte, o entendimento de que a referida parcela possui natureza salarial, repercutindo no cálculo das demais verbas salariais.

É o que dispõe a Súmula nº 437, item III, do TST:

"Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei nº 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais".

Nesse contexto, a decisão do Regional encontra-se em consonância com a jurisprudência iterativa, notória e atual do Tribunal Superior do Trabalho, de modo que esgotada se encontra a função uniformizadora desta Corte, de modo que não viabiliza a alegação de divergência jurisprudencial, nos termos do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula nº 333 do TST.

Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011101-51.2019.5.03.0069

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	SAMARCO MINERAÇÃO S.A.
Advogado	Dr. Carine Murta Nagem Cabral(OAB: 79742-A/MG)
Agravado	SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE FERRO E METAIS BÁSICOS DE MARIANA, CATAS ALTAS, SANTA BÁRBARA, BARÃO DE COCAIS, CAETÉ, SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO, RIO PIRACICABA, JOÃO MONLEVADE, BELA VISTA DE MINAS, RIO PIRACICAPA E MATIPÓ

Advogado	Dr. Pedro Henrique Chaves Fernandes(OAB: 143031-A/MG)
Advogado	Dr. Michael Ismaile Soares Oliveira(OAB: 175869-A/MG)
Advogado	Dr. Liz do Carmos Magesti(OAB: 187171-A/MG)
Advogado	Dr. Maria Alice de Figueiredo Julio(OAB: 188936-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- SAMARCO MINERAÇÃO S.A.

- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE FERRO E METAIS BÁSICOS DE MARIANA, CATAS ALTAS, SANTA BÁRBARA, BARÃO DE COCAIS, CAETÉ, SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO, RIO PIRACICABA, JOÃO MONLEVADE, BELA VISTA DE MINAS, RIO PIRACICAPA E MATIPÓ

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014. RITO SUMARÍSSIMO

LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO SINDICATO PROFISSIONAL PARA ATUAR COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL DA CATEGORIA PROFISSIONAL. DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. PEDIDO DE EQUIPARAÇÃO SALARIAL

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada contra o despacho do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO SINDICATO PROFISSIONAL PARA ATUAR COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL DA CATEGORIA PROFISSIONAL. DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.
Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
O recurso é próprio, tempestivo (acórdão publicado em06/08/2020 ; recurso de revista interposto em10/08/2020), devidamente preparado (depósito recursal -ID. 213974e - Pág. 2, ID. fd72fc1 - Pág. 2 ; custas -ID. 18899c6 - Pág. 2), sendo regular a representação processual.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / RECURSO / TRANSCENDÊNCIA.
Nos termos do art. 896-A, § 6º da CLT, não compete aos Tribunais Regionais, mas exclusivamente ao TST, examinar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / ATOS PROCESSUAIS / NULIDADE / CERCEAMENTO DE DEFESA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO / CONDIÇÕES DA AÇÃO / LEGITIMIDADE ATIVA.
Trata-se de recurso em processo submetido ao RITO SUMARÍSSIMO, com cabimento restrito às hipóteses em que tenha havido contrariedade a Súmula de jurisprudência uniforme do TST e/ou violação direta de dispositivo da Constituição da República, Súmula Vinculante do STF, a teor do § 9º do art. 896 da CLT (redação dada pela Lei 13.015/14).
Registro que em casos tais é igualmente incabível o Recurso de Revista ao fundamento de alegado desacordo com OJ do TST, em consonância com a sua Súmula 442.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra violação literal e direta de qualquer dispositivo da Constituição da República ou contrariedade com Súmula do TST ou Súmula Vinculante do STF, como exige o citado preceito legal.
Inviável o seguimento da revista no tocante ao alegado cerceamento de defesa/inadequação do meio processual escolhido pela parte Autora, tendo em vista a conclusão colegiada no sentido de que a reclamada não ficou prejudicada na produção de prova e contraprova, consignando o seguinte(...) a presente reclamação trabalhista foi ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Ferros e Metais Básicos de Mariana - Metabase, como substituto de José Sérgio de Souza, em face de Samarco Mineração S/A, com intuito de perceber diferenças salariais decorrentes de enquadramento ou equiparação salarial com os paradigmas indicados. No aspecto, entende-se que a vista da ampla legitimidade atribuída aos sindicatos pelo inciso III, do art. 8º, da CR não há óbice a que ele proponha ação como substituto processual de um único empregado.
No presente caso, as garantias ao contraditório e à ampla defesa, inerentes ao devido processo legal, foram devidamente resguardadas à recorrente, que vem se utilizando de todos os meios hábeis para discutir as questões controvertidas, apenas não logrando êxito em sua pretensão, o que afasta a alegada violação dos incisos LIV e LV do art. 5º da CR.
É de se esclarecer que a parte não está sendo privada de seus bens sem o devido processo legal. Tanto não está que, sucessivamente, vem interpondo recursos, quer perante este Tribunal Regional quer no Tribunal Superior do Trabalho.
Já oentendimento adotado pelaTurma no sentido do reconhecimento da ampla legitimidade do sindicato para representar os substituídos, tal como prevista noinciso III do art. 8ºdaCR,encontra-se em sintonia com a jurisprudência doTST, a exemplo do seguinte precedente da suaSBDI-I:
(...)
Fica afastada, por conseguinte, a alegação de afronta ao art. 8°, III, da CR.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista." (págs. 2.170-2.171)
Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 896 da CLT.
Sobre o tema, aduz que a demanda envolve direitos individuais heterogêneos, por se tratar de pagamento de diferenças salariais decorrentes de equiparação salarial com um só empregado.
Entende que não caberia ao Sindicato a propositura da presente reclamatória na condição de substituto processual.
Aponta violação dos artigos 5º, incisos LIV e LV, e 8º, inciso III, da Constituição Federal, 18 e 485, inciso VI, do CPC, e 81, § único, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor.
Ao exame.
Primeiramente, cumpre ressaltar, de plano, que os dispositivos provenientes do CPC e do CDC não propiciam o conhecimento do recurso de revista, tendo em vista que a causa tramita sob a regência do rito sumaríssimo. Desse modo, deixo de apreciar a violação aos dispositivos da legislação infraconstitucional indicados, por ausência de previsão em lei.

O Tribunal Regional proferiu acórdão com os seguintes fundamentos:
"(...)
2.2. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DO SINDICATO:Rejeita-se, ainda, a preliminar de ilegitimidade ativa, já que, como realçado supra, a legitimação conferida ao Sindicato autor para representar os interesses dos integrantes da categoria é ampla. Veja-se que os fundamentos da argumentação de que não há origem comum no direito postulado são totalmente descabidos, não havendo que se comparar, para esse fim, as funções, jornadas e locais de trabalho do autor e dos paradigmas. A comparação das funções deverá ser feita unicamente quando da apreciação do mérito do pleito de equiparação salarial.
(...)" (pág. 2.094)
O Supremo Tribunal Federal, no julgamento dos Recursos Extraordinários nºs 193.579, 208.983, 210.029, 211.874, 213.111, 214.668, sessão plenária de 12/6/2006, cuja relatoria foi do eminente Ministro Joaquim Barbosa, decidiu que o artigo 8º, inciso III, da Constituição Federal confere aos sindicatos legitimação ampla para defender os interesses coletivos e individuais da categoria por ele representada (Informativo nº 431 do STF).
Assinala-se que, com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), os indivíduos passaram a ter mais um instrumento de proteção de seus direitos: as ações coletivas. E, para que seja possível sua propositura, deve-se estar diante de interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos.
Assim dispõe o artigo 81, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), in verbis:
"Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.
Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:
I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato; Citado por 463
II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;
III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum."
Neste caso, o titular é perfeitamente identificável e o objeto é divisível e cindível, caracterizando-se, porém, pela sua origem comum (decorrência de um mesmo fato).
Busca-se, portanto, a reparação de direitos de diversos empregados em razão de uma conduta da mineradora Samarco, ora reclamada, que não cumpriu com suas obrigações trabalhistas, situação, portanto, uniforme para todos os empregados da empresa.
É verdade que a liquidação do direito eventualmente declarado nesta ação para cada trabalhador substituído dependerá do exame das particularidades afetas a cada um deles, de forma a verificar, em relação a cada um deles, se e em que medida se encontra abrangido pela decisão judicial a ser proferida.
Tem-se, no aspecto, que a necessidade de quantificação dos valores devidos não desnatura a homogeneidade dos direitos e, portanto, não afasta a legitimidade ativa do substituto processual. Ressalta-se que a homogeneidade que caracteriza o direito não está nas consequências individuais no patrimônio de cada trabalhador. Se a liquidação será mais ou menos penosa para a apuração da quantidade de valores correspondentes a esse direito de origem comum ou não, essa é uma questão que não afasta a possibilidade de atuação do sindicato como substituto processual. Frise-se que, na hipótese, a controvérsia diz respeito às diferenças salariais em que se pretende a equiparação salarial.
Assim, caracterizada a origem comum do direito, de modo que legitime a atuação do sindicato, não a descaracteriza o fato de ser necessária a individualização para apuração do valor devido a cada empregado, uma vez que a homogeneidade diz respeito ao direito, e não à sua quantificação, até porque os direitos individuais homogêneos não são direitos individuais idênticos, necessitando apenas que decorram de um fato lesivo comum.
Nesse sentido, ainda, se pronunciou a SBDI-1 desta Corte, conforme se infere dos precedentes a seguir:
"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 11.496/2007. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO SINDICATO PROFISSIONAL PARA ATUAR COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL DA CATEGORIA PROFISSIONAL. DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. ILICITUDE DA CONTRATAÇÃO E RECONHECIMENTO DE VÍNCULO DE EMPREGO DIRETAMENTE COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS. Nos termos do ordenamento jurídico brasileiro e na esteira da jurisprudência iterativa desta Corte e do Supremo Tribunal Federal, a substituição processual pelo sindicato ocorre em razão de defesa de direitos ou interesses individuais homogêneos da categoria profissional representada, de forma ampla (art. 8º, inciso III, da CF/88). Dessa forma, o que legitima a substituição processual pelo sindicato é a defesa coletiva de direitos individuais homogêneos, assim entendidos aqueles que decorrem de uma origem comum relativamente a um grupo determinado de empregados. Esse requisito foi devida e integralmente cumprido na hipótese em julgamento, na medida em que a origem do pedido ora deduzido em Juízo é a mesma para todos os empregados da empresa reclamada que se enquadram na situação descrita nos autos. Ressalta-se que a homogeneidade que caracteriza o direito não está nas consequências individuais no patrimônio de cada trabalhador advindas do reconhecimento desse direito, mas sim no ato praticado pelo empregador de descumprimento de normas regulamentares e de leis e no prejuízo ocasionado à categoria dos empregados como um todo, independentemente de quem venha a ser beneficiado em virtude do reconhecimento da ilicitude da conduta do empregador. Fica caracterizada a origem comum do direito, de modo que legitime a atuação do sindicato, não a descaracterizando o fato de ser necessária a individualização para apuração do valor devido a cada empregado, uma vez que a homogeneidade diz respeito ao direito, e não à sua quantificação, até porque os direitos individuais homogêneos não são direitos individuais idênticos, necessitando-se apenas que decorram de um fato lesivo comum. A liquidação do direito eventualmente declarado nesta ação para cada trabalhador substituído dependerá do exame das particularidades afetas a cada um deles, de forma a verificar, em relação a eles, se e em que medida se encontra abrangido pela decisão judicial a ser proferida; contudo, a necessidade de quantificação dos valores devidos, reforce-se, não desnatura a homogeneidade dos direitos e, portanto, não afasta a legitimidade ativa do substituto processual. Embargos conhecidos e desprovidos." (E-ED-RR-35640-92.2008.5.24.0001, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, data de julgamento: 11/6/2015, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, data de publicação: DEJT 19/6/2015)
"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELA LEI 11.496/2007. SINDICATO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. LEGITIMIDADE. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. HORAS EXTRAS. A

jurisprudência desta Corte, seguindo a diretriz preconizada pelo Supremo Tribunal Federal, pacificou o entendimento de que o artigo 8º, III, da Constituição Federal permite que os sindicatos atuem como substitutos processuais de forma ampla, na defesa dos direitos individuais homogêneos de todos os integrantes da categoria, ainda que não associados. Tratando-se de pleito que envolve uma coletividade, no caso o conjunto dos empregados do reclamado que postulam o pagamento de horas extras além da sexta diária para os gerentes de conta pessoa jurídica, configura-se a origem comum do direito, de modo a legitimar a atuação do sindicato. O fato de ser necessária a individualização para apuração do valor devido a cada empregado a título de horas extras não desautoriza a substituição processual. De acordo com entendimento desta Subseção, a homogeneidade diz respeito ao direito, e não à sua quantificação, nos termos do artigo 81, III, da Lei 8.078/90. Recurso de embargos conhecido e não provido." (E-Ag-RR-25800-86.2009.5.09.0665, data de julgamento: 26/2/2015, Relator Ministro: Augusto César Leite de Carvalho, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, data de publicação: DEJT 6/3/2015)

"(...) RECURSO DE EMBARGOS. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL - LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO SINDICATO AUTOR - DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS - HORAS IN ITINERE. Esta Corte, por meio de sua SBDI1, tem afirmado que o sindicato possui ampla legitimidade para pleitear, em juízo, todos e quaisquer direitos dos integrantes da categoria que representa. Com ressalva de entendimento pessoal. Recurso de embargos conhecido e desprovido." (E-ED-RR-622-13.2011.5.08.0013, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, data de julgamento: 4/12/2014, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, data de publicação: DEJT 12/12/2014)

"RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A REGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007 - SINDICATO PROFISSIONAL - SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL - LEGITIMIDADE ATIVA - PEDIDO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS E DE REPOUSO SEMANAL REMUNERADO - DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. Segundo a moderna exegese do art. 8°, III, da Constituição da República, deve ser reconhecida a possibilidade de substituição processual ampla dos sindicatos na defesa de interesses coletivos e individuais homogêneos dos integrantes da categoria que representa. Na hipótese, o sindicato profissional pretende o recebimento de horas extraordinárias e de repouso semanal remunerado e a fonte das lesões é comum a todos os empregados interessados, conforme assentado na decisão embargada. Portanto, os direitos reivindicados têm origem comum e afetam vários indivíduos da categoria, devendo ser considerados direitos individuais homogêneos, possibilitando a autuação do sindicato profissional como substituto processual. Ressalte-se que a homogeneidade do direito se relaciona com a sua origem e com a titularidade em potencial da pretensão, mas não com a sua quantificação e expressão monetária. Precedentes. Recurso de embargos conhecido e provido." (E-ED-RR-473000-94.2008.5.09.0071, Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, data de julgamento: 4/9/2014, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, data de publicação: DEJT 12/9/2014)

"EMBARGOS. LEGITIMIDADE ATIVA DO SINDICATO. DIREITO INDIVIDUAL HOMOGÊNEO. RECURSO DE REVISTA CONHECIDO E PROVIDO. ORIGEM COMUM DO PEDIDO. HORAS IN ITINERE. A homogeneidade dos direitos buscados em juízo está vinculada à lesão comum e à natureza da conduta, de caráter geral, ainda que alcance a titularidade de diversos indivíduos envolvidos na relação jurídica. A norma constitucional, ao assegurar ao sindicato a defesa judicial dos direitos individuais da categoria, autoriza a defesa coletiva de direitos individuais homogêneos da categoria, cuja titularidade diz respeito a uma coletividade de empregados representados pelo sindicato, abrangendo ou não toda a categoria. Este é o conceito que se extrai do art. 81, inciso III, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), segundo o qual constituem interesses individuais homogêneos "os decorrentes de origem comum". Deste modo, tratando-se de ação que visa o pagamento das horas in itinere, que embora materialmente individualizável, é de origem comum, resta consagrada a homogeneidade que viabiliza a defesa de interesses individuais homogêneos pelo Sindicato da categoria. Embargos conhecidos e desprovidos." (E-ARR-515-05.2011.5.24.0051, Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, data de julgamento: 21/11/2013, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, data de publicação: DEJT 29/11/2013)

"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELA LEI 11.496/2007. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. SINDICATO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. DISPENSA IMOTIVADA COLETIVA. PRETENSÃO DE PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS. 1 - Controvérsia em torno da legitimidade ou não do sindicato para ajuizar ação como substituto processual quando o interesse tutelado refere-se a pedido de pagamento de verbas rescisórias decorrente de dispensa imotivada coletiva. 2 - A discussão gravita em torno de direitos individuais homogêneos, pois a fonte da lesão decorre de conduta uniforme da reclamada, e nesta hipótese esta SBDI-1 tem entendido pela legitimidade ad causam do sindicato em sua atuação como substituto processual. Precedentes. Recurso de embargos conhecido e não provido." (E-RR-2800-47.2005.5.05.0006, Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, data de julgamento: 4/10/2012, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, data de publicação: DEJT 15/10/2012)

"EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. DECISÃO EMBARGADA PUBLICADA NA VIGÊNCIA DA LEI 11.496/2007. HORAS EXTRAS E PROMOÇÕES. SINDICATO. LEGITIMIDADE AD CAUSAM.O Sindicato tem legitimidade para a defesa coletiva de direitos individuais homogêneos da categoria, cuja titularidade diz respeito a uma coletividade de empregados representados pelo sindicato, abrangendo ou não toda a categoria. Este é o conceito que se extrai do artigo 81, inciso III, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), segundo o qual constituem interesses individuais homogêneos -os decorrentes de origem comum-. E, in casu, tratando-se de pleito que envolve os empregados da Corsan, resta caracterizada a origem comum do direito, de modo a legitimar a atuação do Sindicato, não a descaracterizando o fato de ser necessária a individualização para apuração do valor devido a cada empregado, uma vez que a homogeneidade diz respeito ao direto e não à sua quantificação. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-ED-RR- 36900-06.2004.5.04.0551, Relator Ministro: Horácio Raymundo de Senna Pires, data de julgamento: 29/6/2010, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, data de publicação: 6/8/2010)

A situação de homogeneidade retratada nos autos, nos termos do que preconiza o artigo 8º, inciso III, da Constituição Federal, é suficiente para assegurar a defesa em Juízo dos substituídos, pelo sindicato, motivo pelo qual o sindicato autor tem legitimidade ativa ad causam para atuar na defesa dos direitos ora postulados.

Decisão regional que não merece reforma, pois está em sintonia com a jurisprudência desta Corte, o que afasta alegação de violação dos artigos 5º, incisos LIV e LV, e 8º, inciso III, da Constituição Federal.

Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com

fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000799-78.2015.5.09.0022

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA
Advogada	Dra. Adrielli Cristina Geraldo Cordeiro(OAB: 51233-A/PR)
Advogado	Dr. Lucas Eduardo Pontes Piratelo(OAB: 78213-A/PR)
Agravado	ESPÓLIO de DANT DANILO LOBO
Advogada	Dra. Marineide Spaluto(OAB: 10937-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA
- ESPÓLIO de DANT DANILO LOBO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
O Ministério Público do Trabalho manifestou-se pelo desprovimento do apelo.
DECIDO:
EXECUÇÃO. COISA JULGADA. INTERVALO INTRAJORNADA
A Corte de origem negou provimento ao agravo de petição da executada, na esteira dos fundamentos, parcialmente transcritos e destacados nas razões de recurso de revista, nos termos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT (fl. 1.268):

"[...]
No que concerne ao intervalo intrajornada de 15 minutos em razão da jornada praticada pelo Exequente, observo que o comando exequendo determinou expressamente a aplicação da Súmula 437 do C. TST. Logo, ocorrendo violação ao intervalo intrajornada previsto no artigo 71 da CLT, o intervalo suprimido deverá ser integralmente pago como hora extra, inclusive, nos termos do parágrafo primeiro: "Não excedendo de 6 (seis) horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de 15 (quinze) minutos quando a duração ultrapassar 4 (quatro) horas." Assim, inviável a pretensão da Executada, pois implica modificação do título executivo em fase de liquidação, o que não se permite, nos termos do artigo 879, § 1º, da CLT ("Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda, nem discutir matéria pertinente à causa principal"). Nego provimento."

A parte reproduziu, ainda, o seguinte trecho do acórdão em resposta aos embargos de declaração (fls. 1.268/1.269):

"[...]
Não se olvide que a causa de pedir contempla o pagamento de todo o intervalo intrajornada suprimido: "Ocorria de laborar o "de cujus" sem usufruir o intervalo mínimo para refeição. Em consonância com a Orientação Jurisprudencial nº 307 do TST, a não concessão do intervalo intrajornada, ou a sua concessão por tempo inferior ao mínimo estabelecido pelo artigo 71 da CLT, a partir da vigência da Lei nº 8.923/1994, que acrescentou o parágrafo 4º ao artigo 71 da CLT, implica pagamento total do período correspondente, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho."(ID. 3d4060b2 - Pág. 4). Logo, o pedido de pagamento de uma hora extra em razão do intervalo suprimido não exime a Executada da condenação referente aos 15 minutos suprimidos quando a jornada ultrapassou quatro horas diárias e não excedeu seis horas diárias, nos termos do art. 71 da CLT.
A pretensão da Executada implica, portanto, modificação do título executivo em fase de liquidação, o que não se permite, nos termos do artigo 879, § 1º, da CLT. Por conseguinte, uma vez afastados os argumentos invocados pelo ora Embargante, bem como por não restar demonstrada nenhuma das hipóteses legais dos artigos 1.022 do CPC e 897-A da CLT, rejeito os embargos de declaração.

Insurge-se a parte exequente, alegando que o cálculo pericial deve ser corrigido, para excluir o pagamento do intervalo de 15 minutos previsto no art. 71 da CLT, quando a jornada ultrapassou quatro horas sem exceder seis horas, uma vez que tal parcela não foi deferida na sentença, sob pena de ofensa à coisa julgada. Aponta violação do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal.
Dispõe o art. 896, § 2º, da CLT, peremptoriamente, que, "das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal". Reiterada a determinação na Súmula 266 do TST.
No caso dos autos, o Regional constatou que "o pedido de pagamento de uma hora extra em razão do intervalo suprimido não exime a Executada da condenação referente aos 15 minutos suprimidos quando a jornada ultrapassou quatro horas diárias e não excedeu seis horas diárias, nos termos do art. 71 da CLT". Assim, concluiu pela inviabilidade da "pretensão da Executada, pois implica modificação do título executivo em fase de liquidação, o que não se permite, nos termos do artigo 879, § 1º, da CLT".
Nesse contexto, cumpre ressaltar que o TRT fixou moldura fática que não pode ser dilatada com o reexame das provas, por meio do recurso de revista (Súmula 126/TST).
Não se divisa lesão ao preceito da Constituição Federal indicado, inexistindo ofensa à coisa julgada, pois o Regional, ao analisar o agravo de petição, decidiu a questão nos termos da legislação infraconstitucional em vigor.
Por conseguinte, não há como processar o recurso, tendo em vista a disciplina do § 2º do art. 896 da CLT e da Súmula 266 desta Corte.

EXECUÇÃO. CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS INTERVALARES. MINUTOS RESIDUAIS. SÚMULA 366 DO TST
No aspecto, o Tribunal Regional negou provimento ao agravo de petição da executada, na esteira dos fundamentos, parcialmente transcritos e destacados pela parte no recurso de revista, nos termos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT (fls. 1.271/1.273):

"O comando exequendo não determinou expressamente a aplicação da Súmula 366 do C. TST quanto ao intervalo intrajornada (ID. e5608ce): "Com base no exposto, defiro ao reclamante as horas extras, a apurar, assim consideradas as excedentes da 8º diária ou

44º semanais, vedado o bis in idem, com reflexos em RSR e, com estes, em férias +1/3, 13º salários e FGTS (destacando-se expressamente que este Juízo não aplica o atual entendimento da OJ 394, SDI-I, TST). Ressalto quer não há nos autos qualquer elemento que demonstre que o autor foi admitido para jornada inferior a 44h00min semanais. A base de cálculo das horas extras deferidas é o conjunto de parcelas salariais (Súmula 264 do TST). O adicional por tempo de serviço e o adicional de risco são computados pela ré na base de cálculo das horas extras, condição benéfica que está incorporada ao contrato de trabalho do autor por força do art. 468 da CLT. Neste caso vieram aos autos Acordos Coletivos de Trabalho, nos quais a ré é signatária, onde se estabeleceu que a base de cálculo das horas extraordinárias será composta do valor do salário básico, nele considerado o adicional por tempo de serviço, aplicando-se sobre este valor o adicional de risco (Cláusula 10º - folha 90). Com efeito, ante o princípio da autonomia privada coletiva (art. 7º, XXVI, CF/88), que prestigia acordos e convenções coletivas como instrumentos aptos a dirimir dúvidas e conflitos sobre condições de trabalho pelos próprios interessados, por intermédio de suas legítimas representações sindicais, deve prevalecer a composição espontânea das partes. O labor em domingos e feriados deve ser pago em dobro, sempre que não concedida a folga compensatória dentro da mesma semana.
Não há falar em aplicação da Súmula 85 do Tribunal Superior do Trabalho, pois não ficou comprovado nenhum acordo de compensação ou banco de horas válido. Não serão descontadas e nem computadas como extras as variações de horário do registro de ponto não excedentes de 05 minutos, observado o limite máximo de 10 minutos por dia, nos termos da Súmula nº 366 do TST. Todavia, se ultrapassado tal limite, será considerada como extra a totalidade do tempo que exceder a jornada, conforme dispõe a parte final da referida súmula. Ressalto, ainda, que a hora noturna do portuário tem duração de 60 minutos e está compreendida entre 19h de um dia e 7h do dia seguinte (art. 4º, 81º, da Lei nº 4.860/1965 e OJ nº 60, I, da SDI-I do TST). (...) Quanto aos intervalos intrajornada, o reclamante aponta oportunidades em que não foi corretamente usufruído, a exemplo da data de 15/10/2010 (apontamento à folha 675 e cartão ponto à folha 291). Defiro, então ao reclamante o pagamento de 1 hora extra por dia decorrente da violação ao intervalo intrajornada (nos dias em que constatada a violação, pelos controles de jornada), nos moldes da Súmula 437 do TST, observados os mesmos parâmetros acima. (...)".
Acrescente-se que este Regional firmou entendimento quanto ao tema na Tese Jurídica Prevalecente 4, publicada no DEJT em 27.5.2015: "INTERVALOS INTRAJORNADA. NÃO APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 58, § 1º DA CLT E DA SÚMULA 366 DO IST. O art. 58, §1º, da CLT e a Súmula 366 do TST não são aplicáveis analogicamente aos intervalos intrajornada (art. 71 da CLT)". Essa é a exegese legal consentânea com a nova ordem constitucional, que consolida como direito do trabalhador "a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança" (artigo 7º, XXI), bem como com outros dispositivos, também de égide constitucional, organicamente harmônicos a esse mister, que elevam a saúde como direito de todos e dever do Estado (artigos 196 e 197). Portanto, o autor faz jus a uma hora extra (hora mais adicional) por dia trabalhado em que ocorreu violação ao intervalo intrajornada, com idênticos reflexos estabelecidos para as horas extras. Reformo para condenar as rés ao pagamento de uma hora extra (hora mais adicional) por dia trabalhado em que ocorreu violação ao intervalo intrajornada, com reflexos."

Por ocasião do julgamento dos declaratórios, o TRT assim se pronunciou (fl. 1273):

"[...]
A questão já foi dirimida (ID. 52695f6 - Pág. 10) quando da interposição de recurso ordinário (ID. 85c5504 - Pág. 2), e, novamente, o comando exequendo não determinou expressamente a aplicação da Súmula 366 do C. TST quanto ao intervalo intrajornada (ID. e5608ce), não cabendo sua incidência, até porque a Tese Jurídica Prevalecente 04 deste Regional dispõe que o art. 58, § 1º da CLT e a Súmula 366 do TST não são aplicáveis analogicamente aos intervalos intrajornada (art. 71 da CLT)."

A executada defende que a sentença de primeiro grau determinou expressamente a aplicação da súmula 366 do TST como parâmetro para o intervalo intrajornada deferido. Entende violado o art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal.
Ao contrário do que afirma a agravante, o eg. TRT foi claro ao registrar que "o comando exequendo não determinou expressamente a aplicação da Súmula 366 do C. TST quanto ao intervalo intrajornada (ID. e5608ce), não cabendo sua incidência, até porque a Tese Jurídica Prevalecente 04 deste Regional dispõe que o art. 58, § 1º da CLT e a Súmula 366 do TST não são aplicáveis analogicamente aos intervalos intrajornada (art. 71 da CLT)".
Com alicerce no quadro delineado no acórdão regional, insuscetível de reexame (Súmula 126/TST), verifica-se que a questão foi decidida nos termos da legislação infraconstitucional em vigor. Dessa forma, não se cogita de ofensa ao preceito constitucional evocado, sendo impossível processar o recurso, nos termos do § 2º do art. 896 da CLT e da Súmula 266 desta Corte.
Com esteio no art. 932 do CPC, nego provimento ao agravo de instrumento.
Deixo de examinar a transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010113-59.2019.5.15.0113

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Procuradora	Dra. Hélia Rúbia Giglioli
Procuradora	Dra. Renata Danella Polli
Agravado	FABIANE RUSCH
Advogada	Dra. Marlene Fernandes Batista(OAB: 118336-A/SP)
Advogada	Dra. Daiane Masson(OAB: 323690-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIANE RUSCH
- HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FÉRIAS - FRUIÇÃO NA ÉPOCA PRÓPRIA - PAGAMENTO RESPECTIVO EM ATRASO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado, às págs. 398-405, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 389-391, quanto ao tema FÉRIAS - FRUIÇÃO NA ÉPOCA PRÓPRIA - PAGAMENTO RESPECTIVO EM ATRASO.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamado:
"(...)
Férias / Indenização / Dobra / Terço Constitucional.
Quanto ao acolhimento da determinação de pagamento da dobra das férias não remuneradas em época própria, o v. acórdão, além de ter se fundamentado nas provas, decidiu em conformidade com a Súmula 450 do C. TST.
Some-se a isso o teor da Súmula 52 do TRT da 15ª Região, a respeito da matéria tratada no recurso interposto:
"FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. REMUNERAÇÃO FORA DO PRAZO PREVISTO NO ART. 145 DA CLT. DOBRA DEVIDA. ART. 137 DA CLT E SÚMULA 450 DO C. TST. É devido o pagamento da dobra da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT e Súmula 450 do C. TST, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 003/2016, de 17 de março de 2016)
Assim, inviável o recurso pelo teor do art. 896, § 7º, da CLT e das Súmulas 126 e 333 do C. TST.
Insta ressaltar que o ente público ao contratar pelo regime celetista despe-se do "jus imperii" equiparando-se ao empregador privado (Orientação Jurisprudencial 238 da SBDI-1 do C.TST - parte final).
Além disso, oportuno destacar que por força do artigo 8º, "caput", da CLT, na falta de disposições contratuais ou legais, conforme o caso, a Justiça do Trabalho poderá decidir pela jurisprudência (no caso, a Súmula 450 do C. TST), restando, portanto, insubsistente a alegada violação aos dispositivos constitucionais e legais apontados.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.
(...)" (págs. 389 e 390).
Na minuta de agravo de instrumento, o reclamado insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, contestando a condenação que lhe foi imposta, relativa ao pagamento da dobra de férias.
Sustenta que "não se aplica a Súmula 333 do C. TST, em razão de haver decisões recentes divergindo da Súmula 450 que data de 2010, o que demonstra a evolução do entendimento quanto ao tema, indicando a necessidade de rediscussão da questão, diante da falta de embasamento legal dessa Súmula, sendo aplicável o disposto no artigo 103-A, § 2º da CF" (pág. 400).
Alega que "a questão ainda não foi objeto de pacificação jurisprudencial no sistema jurídico brasileiro" (pág. 404).
Aponta violação dos artigos 137, 145 e 153 da CLT, 2º, 5º, inciso II, 5º, II e XXXIV, 60, § 4º, inciso III, e 103-A, § 2º, da Constituição Federal e 2º da Lei nº 9.784/1999 e 413 do Código Civil e contrariedade às Súmulas nºs 81 e 450 do TST e renova a alegação de divergência jurisprudencial.
Sem razão.
O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto às férias:
"(...)
2.1. Férias em dobro
A reclamante postulou o pagamento das férias em dobro, sob o argumento de que foram concedidas de maneira fracionada e quitadas fora do prazo legal. Invocou a Súmula n. 450 do Tribunal Superior do Trabalho e o disposto nos artigos 134, 137 e 145 da CLT.
Em sua defesa, o reclamado alegou que a autora optou por não receber a remuneração das férias de forma antecipada, que algumas férias foram pagas no prazo legal e que a penalidade prevista no artigo 137 da CLT aplica-se apenas quando as férias não são concedidas dentro do período legal e não quando há desrespeito ao prazo previsto no artigo 145 da CLT. Disse, ainda, que está adstrito ao princípio da legalidade, não cabendo observar referida súmula.
O MM Juízo de origem deferiu o pagamento da dobra das férias, acrescidas do terço constitucional, em relação aos períodos aquisitivos de 2013/2014, 2014/2015. 2015/2015 e 2016/2017, aplicando referida Súmula n. 450 do Tribunal Superior do Trabalho. Tal decisão não merece nenhum reparo.
O art. 145 da CLT determina que o pagamento da remuneração das férias e, se o caso, do abono, deverá ser efetuado até dois dias antes da sua fruição. Saliento que tal previsão é de ordem pública e tem por escopo garantir que trabalhador possua recursos financeiros para melhor usufruir suas férias.
Assim, o descumprimento do prazo acima frustra a finalidade do instituto, atraindo a incidência da dobra prevista no art. 137 da CLT. Nesse sentido dispõe é a Súmula n. 450 do Tribunal Superior do Trabalho:
SUM-450 FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO. DOBRA DEVIDA. ARTS. 137 E 145 DA CLT. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 386 da SBDI-1) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014
É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal.
No mesmo sentido é a Súmula n. 52 deste Tribunal Regional:
SUM-52 "FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. REMUNERAÇÃO FORA DO PRAZO PREVISTO NO ART. 145 DA CLT. DOBRA DEVIDA. ART. 137 DA CLT E SÚMULA 450 DO C. TST.
É devido o pagamento da dobra da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT e Súmula 450 do C. TST, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 003/2016, de 17 de março de 2016).No caso, os documentos apresentados pelo réu evidenciam que essas férias foram pagas no primeiro dia do período em que foram concedidas (ID 1dd92a3, bdb7135 e 4e3a5d8).
No caso, competia ao reclamado comprovar que as férias foram pagas dentro do prazo disposto no artigo 145 da CLT, por se tratar de fato modificativo, extintivo ou impeditivo do direito da autora, ônus do qual não se desvencilhou a contento, já que não trouxe ao processo os competentes recibos de férias. E ainda que nos demonstrativos conste o pagamento de férias, não é possível saber a que períodos concessivos se referem. Ademais, o MM. Juízo de origem esclareceu a prática adotada pelo reclamado para o pagamento das férias, conforme este trecho da r. sentença (f. 228):
No entanto, os documentos de ID ff76530, em comparação com aqueles de ID 75d6f8c, demonstram as violações cometidas quanto ao pagamento a destempo da integral remuneração das férias mais 1/3, sendo realizado de forma parcelada, com pagamentos após o

início da fruição das respectivas férias. Observa-se, apenas a título exemplificativo, que as férias do período aquisitivo 2015/2016 foram usufruídas em dois momentos, o primeiro entre os dias 20/01/2017 e 29/01/2017 (ID ff76530 - Pág. 5), mas os valores correspondentes foram quitados parte em 06/01/2017, parte em 24/01/2017 e o restante em 06/02/2017 (ID 75d6f8c - Págs. 82, 88 e 90).

Na verdade, a análise dos dados referentes às férias aponta que a reclamada, independentemente do período de fruição das férias de cada empregado, faz o pagamento das férias em três parcelas, nas datas de pagamento habituais da folha de pagamento (normalmente nos dias 05/06/07 e 23/24/25 de cada mês), sem observar, portanto, que o artigo 145 da CLT determina que o pagamento seja realizado até dois dias antes do respectivo período de férias, não havendo qualquer previsão de parcelamento. Tal sistemática, inclusive, é adotada pela reclamada ordinariamente com seus empregados, o que foi constatado por este juízo em outros processos, por exemplo, autos n. 11034-52.2018 e 11092-55.2018 desta Vara

Portanto, o atraso no pagamento das férias atrai a aplicação da penalidade prevista no artigo 137 da CLT. Observo, ainda, que os comunicados de férias acostados à defesa não servem para comprovar que a reclamante optou por não receber a remuneração das férias de forma antecipada, mas apenas que não quis receber o adiantamento do salário do período subsequente (f. 33/41).

Cumpre frisar, também, que a condenação do réu decorre da interpretação conjunta dos artigos 137 e 145 da CLT, daí porque não se pode cogitar na ofensa ao princípio da legalidade. Além disso, reputo despicienda a alegação de que não houve prejuízo ao empregado, porquanto a matéria aqui tratada é de ordem pública, de observância obrigatória.

Por tais razões, mantenho a condenação do réu à paga da dobra das férias, com acréscimo do terço constitucional, bem como a determinação de que a gratificação executiva e o adicional de insalubridade integrem a base de cálculo da dobra das férias concedidas em juízo

Esclareço, por fim, que é devida apenas a dobra das férias, tal como fixado na r. sentença, uma vez que a reclamante já recebeu a remuneração delas de forma simples, ainda que a destempo. Do contrário, se fosse deferido o pagamento em dobro, a autora receberia férias em triplo, o que não encontra respaldo legal. Por tais razões, nego provimento aos apelos nesse particular.

(...)" (sublinhou-se e negritou-se, págs. 312-314).

Ao julgar os embargos de declaração interpostos pelo reclamado, assim decidiu:

"(...)

2. Tese prevalecente n. 5 deste TRT - pagamento do terço constitucional de férias - omissão - não verificada

O reclamado apontou omissão na decisão embargada quanto à aplicação da tese prevalecente n. 5 deste TRT e alegou que o terço constitucional de férias foi tempestivamente pago. Porém, a referida tese prevalecente n. 5 deste TRT não foi objeto da defesa do reclamado e nem do seu recurso ordinário, tratando-se de inovação recursal que não pode ser conhecida em decorrência da preclusão e da ausência de submissão ao contraditório e à ampla defesa. Portanto, não existe omissão que deva ser sanada quanto a esse ponto.

Por sua vez, não se verifica na decisão embargada nenhum vício (artigos 897-A da CLT e 1022 do CPC) apto a ensejar o acolhimento dos presentes embargos, pois o acórdão encontra-se devidamente fundamentado quanto à questão da dobra das férias acrescidas de um terço, conforme segue (f. 310/312):

[...]

Saliento que o julgador deve fundamentar os motivos que o levaram ao deferimento ou não do pedido (artigo 489, II, do CPC), satisfazendo, assim, a orientação do inciso IX do artigo 93 da Constituição Federal, o que foi observado no presente caso.

Friso, ainda, que a omissão de que trata o artigo 897-A da CLT e o inciso II do artigo 1.022 do CPC não se refere ao exame dos fatos e provas, porque os embargos declaratórios não constituem recurso destinado a devolver ao mesmo juízo as questões já decididas, mas apenas para promover o exame das matérias e questões ainda não abordadas, o que não é a hipótese do presente caso.

Por fim, resta prequestionada a matéria, uma vez que foi adotada tese explícita a respeito, consoante a Súmula n.º 297, do Tribunal Superior do Trabalho. Observo, ainda, que é desnecessária a citação dos dispositivos legais, bastando que a questão posta tenha sido decidida, conforme a Orientação Jurisprudencial n.º 118, da SBDI-1, da citada Corte.

Por isso, rejeito os embargos de declaração.

(...)" (sublinhou-se e negritou-se, págs. 338 e 340).

O artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal confere ao trabalhador o direito ao gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de um terço a mais que o valor do salário.

Também é direito do empregado perceber o pagamento da remuneração das férias até dois dias antes do início do respectivo período, nos termos do artigo 145 da CLT, in verbis:

"Art. 145. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período."

O artigo 137 da CLT, por sua vez, preconiza que o gozo do período das férias, após o término do período concessivo, acarreta a obrigação do pagamento em dobro da remuneração devida.

Disso resulta a conclusão de que, tanto no caso da concessão do próprio período de férias em atraso, quanto na hipótese do gozo de esse benefício ter se dado no prazo, mas com o pagamento em atraso do valor correspondente (até mesmo após o usufruto das férias), é devido o pagamento em dobro da parcela, com o respectivo adicional de 1/3, que deve ser calculado sobre o valor total das férias, inclusive sobre a dobra.

Desse modo, cabe ao empregador, ao conceder o gozo das férias ao seu empregado, observar o disposto no artigo 145 da CLT, que preconiza que o pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, do abono citado no artigo 143, seja efetuado até dois dias antes do início do respectivo período, sob pena de pagá-las em dobro, conforme previsto no artigo 137 do mesmo diploma da CLT.

A justificativa da previsão legal do pagamento da remuneração do período de férias em prazo anterior ao gozo destas é propiciar ao empregado condições financeiras de desfrutar as férias, que possuem caráter de higiene e segurança do trabalho.

E, pelo fato de ser tão importante que o empregado usufrua as férias, fica o empregador submetido às obrigações de permitir o período de descanso e de pagar a importância relativa às férias no prazo prescrito em lei, sob pena de, assim não o fazendo, desobedecer ao artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal e, ainda aos artigos 137 e 145 da CLT, este, que prevê como consequência grave, o pagamento em dobro da parcela.

Assim, férias desfrutadas na época própria, porém pagas fora do prazo previsto no artigo 145 da CLT, também ensejam a condenação do empregador ao pagamento do período em dobro, por aplicação analógica do artigo 137 da CLT, pois significa, por via transversa, que o empregador inviabilizou o gozo das férias, infringindo o mesmo valor que o legislador pretendeu preservar.

Nesse sentido, a Súmula nº 450 desta Corte, que resultou da conversão da Orientação Jurisprudencial nº 386 da SbDI-1 do TST:

"FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO

PRAZO. DOBRA DEVIDA. ARTS. 137 E 145 DA CLT. (DEJT divulgado em 09, 10 e 11.06.2010)

É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal."

Observa-se, pois, que a decisão regional foi proferida em consonância com o teor dessa Súmula.

Assim, estando o acórdão recorrido em consonância com a atual, iterativa e notória jurisprudência desta Corte superior, consubstanciada na Súmula nº 450 do TST, o processamento do recurso de revista encontra óbice na Súmula nº 333 do TST, não havendo falar em afronta aos artigos 137, 145 e 153 da CLT, 2º, 5º, inciso II, 5º, II e XXXIV, 60, § 4º, inciso III, e 103-A, § 2º, da Constituição Federal e 2º da Lei nº 9.784/1999 e 413 do Código Civil.

Cabe registrar que a edição da Súmula nº 450 desta Corte não implicou em criação de obrigação não prevista em lei nem, consequentemente, em ofensa ao disposto no artigo 8º, § 2º, da CLT, mas, tão somente, em explicitação de entendimento consolidado acerca de exigência legal oriunda dos dispositivos pertinentes à matéria, construído a partir da interpretação desses dispositivos.

Quanto à alegação de contrariedade à Súmula nº 81 do TST, invocada pelo reclamado, registra-se que referida súmula diz respeito ao pagamento dos dias de férias não usufruídos no período regular, e que a Súmula 450 do TST, aplicável ao caso em exame, trata do pagamento intempestivo das férias, o que enseja o pagamento integral do valor não adimplido a tempo e modo. Não há falar em possibilidade de processamento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, nos termos do artigo 896, § 7º, da CLT.

Registra-se que as súmulas desta Corte são fruto de iterativa jurisprudência daquelas Cortes, materializada por meio do exame de situações pretéritas e semelhantes emanadas da legislação infraconstitucional federal, segundo a missão constitucional de que este Tribunal está investido, de interpretá-la sistematicamente.

Nesse contexto, oportuno assentar a aplicabilidade e juridicidade da Súmula nº 450 do TST ao caso concreto.

Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento nos artigos 932, inciso IV, alínea "a", do CPC/2015 e 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000769-95.2020.5.12.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	CAROLINA PERAO DOS SANTOS GUTJAHR
Advogado	Dr. Felipe Oswaldo Guerreiro Moreira(OAB: 38908-A/SC)
Agravado	MUNICÍPIO DE GASPAR
Advogado	Dr. Fabiano André da Silva(OAB: 12938/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAROLINA PERAO DOS SANTOS GUTJAHR
- MUNICÍPIO DE GASPAR

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamante, às págs. 390-396, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 378-382, quanto ao tema ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

Foi apresentada contraminuta às págs. 400-408.

O Ministério Público do Trabalho manifestou-se no sentido de não entrever o interesse público inserto no inciso VII do artigo 83 da Lei Complementar n° 75, de 20 de maio de 1993.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamante:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso.

Regular a representação processual.

Dispensado o preparo.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Insalubridade.

Alegação(ões):

- violação do art. 189 da CLT.
- divergência jurisprudencial.

A parterecorrente requer a condenação do recorrido ao pagamento de adicional de insalubridade, em grau médio, nos termos da inicial.

Consta do acórdão:

(...)

Inviável o seguimento do recurso de revista, uma vez que a decisão recorrida se mostra em sintonia com a atual jurisprudência do TST, segundo a qual a atividade desempenhada, em residências, pelos agentes comunitários de saúde não está enquadrada no Anexo 14 da NR 15 da Portaria n° 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, sendo insuficiente a existência de laudo pericial atestando a insalubridade das atividades, conforme o disposto no item I da Súmula nº 448 do TST.

Transcrevo, por oportuno, os seguintes precedentes, inclusive da Seção Especializada em Dissídios Individuais:

(...)

Portanto, a admissibilidade do recurso de revista encontra óbice nos termos do art. 896, § 7º, da CLT e da Súmula nº 333 do TST.

CONCLUSÃO

DENEGOseguimento aorecurso de revista." (págs. 378-382).

Na minuta de agravo de instrumento, a reclamante insiste na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos todos os requisitos para admissibilidade de seu recurso de revista.

Aduz que "os acórdãos colacionados aos autos demonstram inequivocamente que há Tribunais Regionais - como os dois exemplificativamente trazidos - que entendem pela possibilidade de obtenção do direito ao adicional de insalubridade por parte de Agentes Comunitários de Saúde, ao passo que o TRT12 (na decisão atacada) caminhou por linha diversa" (pág. 394).

Sustenta que "não há se falar, ademais, em óbice advindo do art. 896, §7º, da CLT ou mesmo da Súmula 333, do TST, porquanto não há "iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho" a respeito da matéria. Aliás, tanto não há, que o caso ora discutido veio a partir do que ocorreu justamente em uma Ação Coletiva (autos nº 0005626-68.2013.5.12.0039) em que o TST entendeu pela possibilidade do adicional de insalubridade para os

Agentes Comunitários do agravado MUNICÍPIO DE GASPAR, em julgamento realizado em 2016" (pág. 394).
Colaciona aresto para o confronto de teses.
Sem razão.
O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto ao adicional de insalubridade, nos seguintes termos:
"(...)
Pede o Município a reforma de decisão que concedeu o adicional de insalubridade. Alega que, nos termos da Súmula nº 448, I, do c. TST, "Não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho".
Defende que "o trabalho realizado por esses profissionais em visitas domiciliares não se equipara ao desempenhado em contato permanente com pacientes ou com material infectocontagioso em estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana".
Aponta a impossibilidade de utilização de prova emprestada para a concessão do adicional em destaque.
Invoca julgados que reputa amparar sua tese.
Vejamos.
Consta da sentença, verbis:
(...)
Com razão o Ente público.
A autora, agente comunitária de saúde, postulou o pagamento do adicional de insalubridade.
Independentemente de quaisquer outras considerações, verifico que os agentes comunitários de saúde não satisfazem às exigências previstas no Anexo 14 da NR 15 para a percepção do adicional de insalubridade, uma vez que não cuidam de pacientes ou pessoas enfermas, nem trabalham em hospitais, clínicas, serviços de emergência, ambulatórios, laboratórios, postos de vacinação ou outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana.
De fato, os agentes comunitários de saúde realizam visitas em domicílios particulares e, na forma do art. 3º da Lei n. 11.350/06 (com a redação original), "O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal".
Do mesmo modo, prescreve a nova redação do art. 3º da Lei n. 11.350/06, com a redação dada pela Lei n. 13.595/2018: "O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde, com objetivo de ampliar o acesso da comunidade assistida às ações e aos serviços de informação, de saúde, de promoção social e de proteção da cidadania, sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal."
Não há entre tais atribuições, como se observa, nenhuma que possa se enquadrar como atividade insalubre.
Entendo que o novo §3º do art. 9º-A da Lei nº. 11.350/06 (acrescido pela Lei nº 13.342/2016) remete a normatização do adicional de insalubridade dos agentes comunitários ao órgão competente do Poder Executivo, inexistindo até o momento regulamentação da matéria. Consequentemente, não há falar em pagamento do aludido adicional.
Também considero que eventual pagamento da verba a alguns agentes comunitários, oriundo de decisão judicial transitada em julgado que não contemplou a autora, não altera o entendimento deste julgamento.
Portanto, dou provimento ao apelo para excluir a condenação ao pagamento do adicional de insalubridade.
Nesse passo, julgo improcedentes os pedidos iniciais (adicional de insalubridade foi a única verba deferida como principal).
(...)" (destacou-se, págs. 317-321).
Discute-se, no caso, se as atividades desempenhadas pela reclamante, que exercia função de agente comunitária de saúde - ACS, autorizam o seu enquadramento no Anexo 14 da NR 15 da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego a fim de legitimar a percepção do adicional de insalubridade quando constatado o contato com agentes insalubres.
O Tribunal Regional consignou, expressamente, que "verifico que os agentes comunitários de saúde não satisfazem às exigências previstas no Anexo 14 da NR 15 para a percepção do adicional de insalubridade, uma vez que não cuidam de pacientes ou pessoas enfermas, nem trabalham em hospitais, clínicas, serviços de emergência, ambulatórios, laboratórios, postos de vacinação ou outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana" (pág. 320).
O Ministério do Trabalho e Emprego, valendo-se da delegação conferida pelo artigo 190 da CLT, editou a Portaria nº 3.214/78, que relaciona, no Anexo 14 da sua Norma Regulamentadora nº 15, as atividades insalubres em decorrência do contato com agentes biológicos e as caracteriza pela avaliação qualitativa, estabelecendo o grau médio de insalubridade para "trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto -contagiante, em: hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados)".
Por sua vez, as atividades doagente comunitário de saúdesão regidas pela Lei nº 11.350/2006, que estabelece:
"Art. 1º. As atividades deAgente Comunitário de Saúdee de Agente de Combate às Endemias, passam a reger-se pelo disposto nesta Lei.
Art. 2º. O exercício das atividades deAgente Comunitário de Saúdee de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Lei, dar-se-á exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, na execução das atividades de responsabilidade dos entes federados, mediante vínculo direto entre os referidos Agentes e órgão ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional.
Art. 3º. OAgente Comunitário de Saúdetem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal.
Parágrafo único. São consideradas atividades doAgente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação:
I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio -cultural da comunidade;
II - a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;
III - o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

IV - o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;
V -a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família;e
VI - a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.
Art. 4º. O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado.
Art. 5º.O Ministério da Saúde disciplinará as atividades de prevenção de doenças, de promoção da saúde, de controle e de vigilância a que se referem os arts. 3º e 4ºe estabelecerá os parâmetros dos cursos previstos nos incisos II do art. 6o e I do art. 7o, observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação."
A Portaria nº 1.886, de 18 de dezembro de 1997, do Ministério da Saúde, a qual aprovou as Normas e Diretrizes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e do Programa de Saúde da Família, em seu Anexo 1, item 1.1, preconiza caber ao Ministério da Saúde, no âmbito do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, "contribuir para a reorientação do modelo assistencial através do estímulo à adoção da estratégia de agentes comunitários de saúde pelos serviços municipais de saúde".
A atuação dos agentes comunitários de saúde - ACS está diretamente relacionada à implementação de políticas públicas na estratégia de contribuir para o aprimoramento e consolidação do Sistema Único de Saúde - SUS, com base na reorientação do modelo assistencial, a fim de suprir necessidades e vazios assistenciais da saúde da população com a regionalização do atendimento, em um esforço para a integração dos serviços de saúde com a comunidade, em que a participação dos agentes comunitários de saúde adquire fundamental importância.
Sabe-se que as principais portas de entrada do SUS são as Unidades Básicas de Saúde e as Equipes de Saúde da Família, que integram a chamada Atenção Básica em Saúde ou Atenção Primária à Saúde, caracterizada por um "conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem apromoção, a proteção e a recuperação da saúde, com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades" (Manual Instrutivo - Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ).Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica. Em:, destacou-se).
A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SbDI-1) desta Corte, por ocasião do julgamento do processo E-RR-207000-08.2009.5.04.0231, da Relatoria do Ministro Augusto César Leite de Carvalho, em que ficou como Redator Designado o Ministro Aloysio Corrêa da Veiga e no qual fiquei vencido, divulgado no DEJT de 29/4/2016, firmou o entendimento de que é indevido o pagamento doadicional de insalubridadeaoagente comunitário de saúde, pois a atividade por ele desempenhada não está enquadrada no Anexo 14 da NR 15 da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, sendo até mesmo insuficiente a existência de laudo pericial atestando a insalubridade das atividades, conforme o disposto no item I da Súmula nº 448 do TST, antiga Orientação Jurisprudencial nº 4 da SbDI-1, que assim dispõe:
"ATIVIDADE INSALUBRE. CARACTERIZAÇÃO. PREVISÃO NA NORMA REGULAMENTADORA Nº 15 DA PORTARIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 3.214/78. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 4 da SBDI-1com nova redação do item II)- Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014.
I - Não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho."
Ademais, no aludido julgado, ficou consignado que o labor do agente comunitário é de natureza predominantemente preventiva e que ele não tem contato físico com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas, não havendo se falar que a simples visão, proximidade, com pessoas eventualmente portadoras de tais doenças tenham o condão de determinar o pagamento doadicional de insalubridade, ao contrário do médico ou do enfermeiro, cuja atividade demanda o contato permanente ou intermitente com o paciente.
Eis a ementa do precedente citado:
"EMBARGOS.ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. ANEXO 14 DA NORMA REGULAMENTAR 15 DA PORTARIA 3.214/78 DO MTE. Nos termos do inciso I da Súmula 448 do c. TST, não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respetivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho. O fato de o agente comunitário de saúde ter a incumbência de visitar mensalmente famílias cadastradas, com promoção e orientação de saúde, ou mesmo o acompanhamento do desenvolvimento de pessoas com doenças infecto-contagiosas, em domicílios, não é suficiente para enquadramento no quadro Anexo 14 da NR da Portaria 3124/78, eis que não se pode estender o conceito de residência ao do ambiente hospitalar, nem há como definir o contato social como agente de exposição ao agente insalubre. Recurso de embargos conhecido e desprovido." (E-RR-207000-08.2009.5.04.0231, Redator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, Data de Julgamento: 18/2/2016, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 29/4/2016)
Verifica-se que, no caso, o Tribunal Regional declarou não ser devido o pagamento do adicional de insalubridade à reclamante, visto que o exercício de suas atribuições não se enquadra no Anexo nº 14 da NR-15 da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego.
Nesse sentido, não há falar em divergência jurisprudencial válida a propiciar o processamento do recurso de revista, nos termos da Súmula nº 333 do TST.
Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000590-36.2019.5.09.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Fabrício Sodré Gonçalves(OAB: 53911/PR)

Advogada	Dra. Débora Ramos Larsen(OAB: 63231/PR)
Agravado	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO
Advogado	Dr. José Eymard Loguércio(OAB: 1441 -A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
Redistribuído por sucessão, vieram os autos conclusos.

DECIDO:
EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA
Postula o agravante a reforma do acórdão regional quanto ao tema acima epigrafado.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.
Destaque-se, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, não basta a mera indicação da ementa, páginas do acórdão, paráfrase, resumo, trecho insuficiente, parte dispositiva ou mesmo do inteiro teor do acórdão ou de capítulo de acórdão não sucinto, sem destaques próprios. Tampouco a transcrição dos trechos, no início da petição, dissociada dos fundamentos, sem o devido cotejo analítico de teses, serve ao fim colimado.
No caso, a parte transcreveu o inteiro teor do acórdão, sem qualquer destaque.
Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001520-43.2012.5.01.0059

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	CLARO S.A.
Advogado	Dr. André Ricardo Smith da Costa(OAB: 67077-A/RJ)
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Agravado	MARCIO BATISTA ARAUJO
Advogado	Dr. Ricardo Jose Costa Lima(OAB: 150379-A/RJ)
Agravado	LÍDER TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Advogado	Dr. José Henrique Cançado Gonçalves(OAB: 57680/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO S.A.
- LÍDER TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
- MARCIO BATISTA ARAUJO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO
RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO III, DA CLT. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ANALÍTICA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela segunda executada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO DE EXECUÇÃO.
Foram apresentadas contraminuta às págs. 150-152 e contrarrazões às págs. 153-155.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos da Constituição Federal por ela indicados, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso III, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
(...)
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte." (destacou-se)
Frisa-se que, na hipótese em que a demanda encontra-se na fase de execução de sentença, o recurso de revista somente é cabível, nos termos do artigo 896, § 2º, da CLT e da Súmula nº 266 do TST, mediante a indicação de ofensa a dispositivo da Constituição Federal, de forma que, no caso, cabia à parte fazer a alegação, de maneira precisamente analítica, desses dispositivos e, não, eventualmente, daqueles oriundos da legislação infraconstitucional.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000307-69.2017.5.09.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	METAPAR USINAGEM LTDA E OUTRO
Advogado	Dr. Alexandre Euclides Rocha(OAB: 24495-A/PR)
Agravado	RONALDO CORREIA CORDEIRO
Advogado	Dr. Fabrício Gonçalves Zipperer(OAB: 45426-A/PR)
Advogado	Dr. Ângelo Rodrigo Paz Adiers(OAB: 71678-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- METAPAR USINAGEM LTDA E OUTRO
- RONALDO CORREIA CORDEIRO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. TEMAS INDICADOS NA ÍNTEGRA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: RECONHECIMENTO DE RELAÇÃO DE EMPREGO, TERCEIRIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS - PLR, ABONO, TEMPO À DISPOSIÇÃO, HORAS EXTRAS e CORREÇÃO MONETÁRIA. Foram apresentadas contrarrazões às págs. 1.809-1.818 e contraminuta às págs. 1.819-1.827.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte, em vez de indicar os respectivos trechos da decisão recorrida em que se encontram prequestionadas as matérias objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º -A, inciso I, da CLT, transcreveu a íntegra dos temas analisados no acórdão, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso.
Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/06/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/08/2018; AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.
Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000683-56.2019.5.02.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta

Agravante	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SÃO PAULO E MOGI DAS CRUZES
Advogado	Dr. Carlos Gonçalves Júnior(OAB: 183311/SP)
Advogado	Dr. Liliam Regina Pascini(OAB: 246206 -A/SP)
Agravado	ANTONIO CLAUDIO DA ROSA
Advogado	Dr. Denise Robles(OAB: 272426-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO CLAUDIO DA ROSA
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SÃO PAULO E MOGI DAS CRUZES

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
VÍNCULO DE EMPREGO
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado, às págs. 517-533, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 513 e 514, quanto ao tema VÍNCULO DE EMPREGO.
Foi apresentada contraminuta às págs. 552-556. Sem contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamado:
"(...)
Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.

Considerados preenchidos os requisitos caracterizadores da relação de emprego pelo v. acórdão, as razões recursais revelam a nítida intenção de revolver o conjunto fático-probatório apresentado, o que não se concebe em sede extraordinária de recurso de revista, a teor do disposto na Súmula 126, da Corte Superior.
Ficam afastadas, portanto, as violações apontadas, bem como o dissenso pretoriano.
DENEGO seguimento.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Assistência Judiciária Gratuita.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, é ônus da parte, sob pena de não conhecimento, indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, o que não foi observado pelo recorrente.
DENEGO seguimento.
(...)" (págs. 513 e 514).
Na minuta de agravo de instrumento, quanto ao vínculo de emprego, o reclamado insiste na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos todos os requisitos para admissibilidade de seu recurso de revista.
Aduz que "O que se pretende, na verdade, é que o caso seja analisado sob o ponto de vista da lei da terceirização da prestação de serviços, fato este que em nenhum momento foi apreciado pelo Tribunal Regional" (pág. 522).
Afirma que que "A existência de pessoalidade, principal fundamentação da Sentença e do Acórdão para fundamentar a existência de vínculo empregatício, não é suficiente para afastar a existência de contrato de prestação de serviços terceirizados (Id. 364e6ef), desde que constatada, motivadamente, a terceirização ilícita" (pág. 524).
Alega que, "Nas hipóteses em que (i) há contratação de serviços terceirizados; (ii) em que o reclamante é sócio administrador da pessoa jurídica contratada; e (iii) que os pagamentos eram efetuados em nome da pessoa jurídica, o C. TST estabelece que não há de se falar em reconhecimento de vínculo" (pág. 524).
Sustenta que "A subordinação também não restou demonstrada, já que o Agravado em nenhum momento comprovou que era subordinado da Tesoureira Geral e do Presidente do Agravante" (pág. 525).
Defende que "Restou incontroverso, portanto, que o Agravado, como sócio administrador da empresa terceirizada, dirigia o seu próprio trabalho, até porque era o único trabalhador especializado na função de manutenção de equipamento eletrônicos, que obviamente não se caracteriza como atividade fim de um sindicato" (pág. 525).
Conclui que "o v. Acórdão deve ser reformado, pois reconhece o vínculo com base na necessidade de comparecimento diário do Agravado, mas não se ateve ao fato incontroverso de que tal obrigação decorre de disposição contratual firmada entre a tomadora de serviços e a prestadora" (pág. 525).
Aponta violação dos artigos 4-A e 5-A da Lei nº 6.019/1974, 5º, incisos II, XIV, XXXVII, LIII e LV, da Constituição Federal e 8º e 371 do CPC/2015 e apresenta arestos para o confronto de teses.
Sem razão.
O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto à formação de vínculo de emprego, nos seguintes termos:
"(...)
Vínculo empregatício. Prejudicialidade das verbas contratuais/rescisórias e do FGTS mais 40%/seguro-desemprego.
O reclamado manifesta seu inconformismo quanto ao reconhecimento de vínculo de emprego com o reclamante. Argumenta que a relação de trabalho foi de caráter comercial, em razão do contrato de prestação de serviços firmado com pessoa jurídica.
Ao admitir a prestação de serviços em caráter diverso da relação de emprego (fato impeditivo do direito do autor), a reclamada atraiu para si o ônus da prova de sua alegação, nos termos do art. 818, inciso II, da CLT, não tendo, contudo, se desvencilhado satisfatoriamente deste encargo.
Ao revés, a prova oral colhida revela a presença dos elementos da relação de emprego, notadamente pessoalidade, onerosidade e subordinação, nos serviços realizados pelo reclamante para o réu.
Nesse sentido, transcrevo o depoimento da única testemunha, que trabalhou para o réu por mais de vinte anos, com registro em CTPS:
"(...) que o reclamante trabalhava na reclamada, dando suporte na rede de computadores; que reclamante e depoente trabalhavam das 07:0 às 17:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, sendo que o depoente presenciava a entrada e a saída do reclamante; afirma que o reclamante efetivamente sempre cumpriu os horários antes mencionados".
O próprio preposto reconheceu que o reclamante tinha obrigação de comparecimento diário, não podia enviar outra pessoa para executar os serviços, recebia valor fixo por mês. Especificou, ainda, a jornada de trabalho do autor: 07:00 às 16:30 horas ou 17:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira.
Como bem salientado pelo Juízo a quo, a exclusividade não é requisito essencial do contrato de trabalho. Desse modo, ainda que houvesse sido comprovada a alegação de que o reclamante prestou serviços concomitantemente a outras empresas (o que não ocorreu no presente caso), o vínculo empregatício com o reclamado não deixaria de ser reconhecido. Anote-se que o preposto sequer soube

informar se o reclamante laborou para outras empresas além do reclamado. Ademais, as notas fiscais não comprovam a prestação de serviços do reclamante para as entidades mencionadas pelo recorrente.
Pelo exposto, mantenho o r. julgado de origem no tocante ao vínculo reconhecido e, consequentemente, quanto às parcelas dele decorrentes (verbas contratuais e rescisórias, FGTS mais 40% e seguro desemprego).
(...)" (sublinhou-se e negritou-se, págs. 405 e 406).
Ao julgar os embargos de declaração interpostos pelo reclamado, assim decidiu o Regional:
"(...)
Conheço dos embargos, por regulares e tempestivos.
Requer o Sindicato-réu a "reconsideração do v. acórdão" que indeferiu seu pleito de justiça gratuita e confirmou a r. sentença de origem no tocante ao vínculo empregatício.
As indicações feitas pelo embargante não se enquadram nas hipóteses previstas no art. 897-A da CLT e no art. 1.022 do CPC. Em verdade, o réu se vale dos embargos de declaração para manifestar seu inconformismo com o resultado da prestação jurisdicional no tocante ao indeferimento do pedido de justiça gratuita e, consequentemente, na condenação ao pagamento das custas processuais, bem como em relação ao reconhecimento da relação de emprego, indicando suposto error in judicando e, não, tecnicamente, omissão, obscuridade ou contradição.
Registre-se que os documentos juntados pelo Sindicato-autor com a presente medida, muitos deles intempestivos, pois já existentes no momento da interposição do recurso ordinário, não são aptos a comprovar a impossibilidade de o Sindicato-réu arcar com as despesas processuais.
No tocante ao vínculo empregatício, o v. acórdão confirmou o período reconhecido na decisão de origem, com base nos elementos de prova constantes dos autos (depoimentos da testemunha e do preposto, documentos).
A matéria encontra-se prequestionada, por força do entendimento consubstanciado na Súmula 297, item I, do C. TST. Para tanto, basta que tenha havido, na fundamentação do v. acórdão, enfoque específico sobre as teses debatidas na ação, o que ocorreu no caso dos autos.
(...)" (págs. 488 e 489)
Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
No caso, consoante se infere da decisão do Regional, "a prova oral colhida revela a presença dos elementos da relação de emprego, notadamente pessoalidade, onerosidade e subordinação, nos serviços realizados pelo reclamante para o réu" (pág. 405).
Verifica-se que, no caso, o recurso de revista efetivamente não reúne condições para ensejar seu conhecimento, visto que as alegações da parte divergem do quadro fático quadro fático descrito no acórdão regional.
O quadro fático descrito pelo Tribunal Regional é no sentido de evidenciar a caracterização do vínculo de emprego.
Com efeito, na hipótese dos autos, o Regional, instância soberana na apreciação do conjunto fático-probatório, foi contundente ao afirmar que ficaram caracterizados na relação jurídica existente entre as partes, os requisitos dispostos no artigo 3º da CLT, a saber, a pessoalidade, a não eventualidade, a subordinação e a onerosidade, de modo a se confirmar a existência da formação de vínculo de emprego, na forma prevista nesse dispositivo da lei trabalhista.
Acresça-se que a reforma da decisão regional exigiria a revisão do contexto fático-probatório da demanda, procedimento vedado nesta instância recursal extraordinário, nos termos da Súmula nº 126 do TST.
Assim, não há de se falar em violação aos artigos 4-A e 5-A da Lei nº 6.019/1974, 5º, incisos II, XIV, XXXVII, LIII e LV, da Constituição Federal e 8º e 371 do CPC/2015, uma vez que o processamento do recurso de revista encontra óbice na Súmula nº 126 do TST, que assim dispõe:
"Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, "b", da CLT) para reexame de fatos e provas.".
Cumpre salientar que somente é importante perquirir a quem cabe o ônus da prova quando não há prova dos fatos controvertido nos autos, arguido por qualquer das partes. Assim, uma vez que este ficou efetivamente provado, conforme asseverou o Tribunal Regional, é irrelevante o questionamento sobre a quem caberia fazer a prova.
Também não há falar em divergência jurisprudencial válida ao processamento do recurso de revista, nos termos da Súmula nº 296, item I, do TST.
Registra-se que, em relação ao tema da assistência judiciária gratuita, o agravo de instrumento encontra-se desfundamentado.
Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 896, § 14, da CLT.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000973-03.2017.5.09.0092

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	AVERAMA ALIMENTOS S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Carlos Araúz Filho(OAB: 27171/PR)
Agravado	LUIZ HENRIQUE GIACOMINI DOS SANTOS
Advogado	Dr. Johnny Marlon Capichten(OAB: 27653-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- AVERAMA ALIMENTOS S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- LUIZ HENRIQUE GIACOMINI DOS SANTOS

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo em fase de execução.
Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:
O eg. TRT, em juízo prévio de admissibilidade, denegou seguimento ao recurso de revista da executada, pelos seguintes fundamentos:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Recurso tempestivo (decisão publicada em 16/12 /2020 - fl./Id. 722; recurso apresentado em 28/01/2021 - fl./Id. 726).
Representação processual regular (fl./Id. 675).
Entretanto, não é possível dar seguimento ao recurso porque não se verifica nos autos comprovação da garantia da execução, como orienta o item II da Súmula 128 do Tribunal Superior do Trabalho, nos seguintes termos:
"SUM-128 DEPÓSITO RECURSAL (incorporadas as Orientações Jurisprudenciais nos 139, 189 e 190 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005
II - Garantido o juízo, na fase executória, a exigência de depósito para recorrer de qualquer decisão viola os incisos II e LV do art. 5º da CF/1988. Havendo, porém, elevação do valor do débito, exige-se a complementação da garantia do juízo. (ex-OJ nº 189 da SBDI-1 - inserida em 08.11.2000)
III - (...)"
Veja-se que a empresa em recuperação judicial não está dispensada da garantia do juízo na fase de execução.
A isenção prevista no artigo 884, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) tem aplicação restrita às entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições.
A Súmula nº 86 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), por sua vez, somente exclui a massa falida da obrigatoriedade de proceder à garantia do juízo. Indevida a interpretação extensiva às empresas em recuperação judicial.
Registre-se que eventual concessão do benefício da justiça gratuita não afastaria a obrigação da parte executada de garantir o juízo da execução para recorrer, o que se faz mediante penhora ou depósito do valor correspondente à condenação.
Desatendido o requisito extrínseco de admissibilidade relativo à completa garantia do juízo, o recurso de revista encontra-se deserto.
Sobreleva notar, por oportuno, que, mesmo se desconsiderada tai exigência, o recurso encontraria óbice no inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como na inexistência de possível violação literal e direta do dispositivo constitucional invocado (art. 5º, LV).
CONCLUSÃO
Denego seguimento."

Nas razões de agravo de instrumento, a executada defende que está isenta do depósito recursal e, por consequência, da garantia do juízo, por ser empresa em recuperação judicial, nos termos dos arts. 884 e 899, § 10, da CLT e 72 da Lei nº 11.101/2005.
Razão lhe assiste.
Efetivamente, sendo a executada empresa em recuperação judicial, incide a disciplina do art. 899, § 10, da CLT, não havendo que se falar em deserção.
Assim, afastado o óbice apontado pelo TRT para o processamento do recurso de revista, constato a regularidade do preparo, ante a isenção da garantia do juízo, e prossigo no exame dos demais pressupostos recursais de admissibilidade, conforme a dicção da OJ 282 da SBDI-1/TST.

EXECUÇÃO. AGRAVO DE PETIÇÃO. DELIMITAÇÃO DAS MATÉRIAS E VALORES
No intuito de atender ao pressuposto do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, a parte reproduz a seguinte fração do acórdão prolatado (fl. 737):

"[...]
A apresentação dos cálculos não se presta apenas para possibilitar a liberação do incontroverso, mas também "para possibilitar análise dos critérios adotados e pronunciamento quanto à regularidade dos cálculos do contador ou daquele apresentado pela parte, bem como para a apreciação de sua insurgência" (excerto extraído do julgamento do AP 00023-2006-027-09-00-8, acórdão publicado em 15/7/2008, relatado pela Ex.ma Desembargadora MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU - precedente utilizado para redação da Orientação Jurisprudencial acima transcrita).
[...]
Ante o exposto, NÃO CONHEÇO DO AGRAVO DE PETIÇÃO interposto pela executada AVERAMA ALIMENTOS S/A por ausência de delimitação justificada de valores."

Em razões de recurso de revista, a parte pretende a reforma do acórdão regional, para "que não haja incidência de juros e correção monetária desde o ingresso da recuperação judicial". Aponta violação do art. 5º, LV, da Constituição Federal.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.
No caso, a parte limitou-se a transcrever trecho insuficiente do acórdão, que não revela todos os fundamentos do Regional para negar conhecimento ao agravo de petição.
Nesse sentido, cito os seguintes precedentes desta Corte:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. RECURSO DE REVISTA. NÃO CONHECIMENTO. INOBSERVÂNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. ART. 896, § 1º-A, I e III, DA CLT. A c. Turma desproveu o agravo para manter a decisão mediante a qual não se conheceu do recurso de revista do reclamante ao fundamento de que transcreveu o trecho do acórdão regional que não abarca todos os fundamentos da Corte Regional para julgar improcedente o pedido, não se desincumbindo de demonstrar o atendimento do pressuposto do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT. Os arestos superados pela jurisprudência consolidada da SBDI-1 sobre a exigência processual prevista no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, não empolgam o apelo, nos limites do artigo 894, § 2º, da CLT. Com efeito, a SBDI-1, interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmado o entendimento no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, "a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva" (E-ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018). Precedentes. Agravo conhecido e desprovido." (Ag-E-

ED-Ag-ED-RR-1004-31.2011.5.05.0161, Ac. Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Breno Medeiros, in DEJT 14.5.2021).

"[...] MULTA CONVENCIONAL. REQUISITOS DO ART. 896, § 1.º-A, DA CLT. TRANSCRIÇÃO INSUFICIENTE. No caso, foi verificado que o Recurso de Revista não preencheu os requisitos do art. 896, § 1.º-A, III, da CLT, pois a transcrição providenciada corresponde a um pequeno trecho da decisão regional, que retrata apenas a conclusão alcançada pela Turma, não havendo transcrição dos fundamentos adotados na decisão recorrida, o que impossibilita o confronto das teses debatidas. Agravo de Instrumento conhecido e não provido, no tema." (AIRR-11088-25.2016.5.03.0112, Ac. 1ª Turma, Relator Ministro Luiz José Dezena da Silva, in DEJT 6.12.2021).

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA PARTE RECLAMADA. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.467/2017. ÓBICE DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO INSUFICIENTE DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. A indicação de trecho da decisão regional que consubstancia o prequestionamento da matéria objeto do recurso é encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Neste caso, a parte limitou-se a transcrever no seu recurso de revista trecho do acórdão que não contém todos os fundamentos utilizados pelo Tribunal Regional para dar parcial provimento ao recurso ordinário da reclamante, no que tange à indenização por dano moral, em especial os trechos que consignaram que a atividade da autora implicava risco, que a autora laborou sozinha em período de treinamento e que houve omissão da superiora da demandante em prestar ajuda à sua subordinada, o que não atende o disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Precedentes. Agravo de instrumento a que se nega provimento. [...]." (ARR-1000500-44.2018.5.02.0614, Ac. 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, in DEJT 17.12.2021).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CULPA IN VIGILANDO. PRESSUPOSTOS DO ART. 896, § 1º-A, DA CLT. INOBSERVÂNCIA. TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS INSUFICIENTES. Ao transcrever trechos insuficientes da decisão do TRT, que não satisfazem a exigência inserta no art. 896, §1º-A, I, da CLT, porque não contêm todos os fundamentos a serem combatidos, a parte agravante não procede ao adequado e necessário confronto analítico de que trata o inciso III do mesmo dispositivo, tornando inviável a apreciação da alegação de violação de dispositivo de lei. Precedentes. Agravo de instrumento conhecido e desprovido." (AIRR-18235-35.2017.5.16.0006, Ac. 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, in DEJT 17.12.2021).

Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000389-51.2019.5.09.0128

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MAZUTTI CONSTRUCOES LTDA
Advogado	Dr. Sandro Luiz Werlang(OAB: 29760-B/PR)
Advogado	Dr. Laercion Antonio Wrubel(OAB: 18923-A/PR)
Agravado	ROSELI PAZ CARVALHO RODRIGUES E OUTROS
Advogado	Dr. Lucas Daniel Velasco da Silva(OAB: 52533-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- MAZUTTI CONSTRUCOES LTDA
- ROSELI PAZ CARVALHO RODRIGUES E OUTROS

Agravante:MAZUTTI CONSTRUCOES LTDA
Advogado: Dr. Sandro Luiz Werlang
Advogado: Dr. Laercion Antonio Wrubel
Agravado: ROSELI PAZ CARVALHO RODRIGUES E OUTROS
Advogado: Dr. Lucas Daniel Velasco da Silva
GMJRP/rag/nj

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CONFIGURADA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, às págs. 937-950, contra o acórdão proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista, às págs. 927-930, quanto ao tema: PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

Os reclamantes interpuseram recurso de revista adesivo às págs. 968-981.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Recurso tempestivo (decisão publicada em 07/06/2021 - fl./Id. 10f09d7; recurso apresentado em 17/06/2021 - fl./Id. 084964c).
Representação processual regular (fl./Id.6f62b07).
Preparo satisfeito (fls./Ids. 61854d6, 41089bb, 3d14675 e 0fe8072).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Negativa de Prestação Jurisdicional.
Alegação(ões):
- violação do(s) alínea "a" do inciso XXIV do artigo 5º; inciso XXXV do artigo 5º; inciso IX do artigo 93 da Constituição Federal.
- violação da(o) artigo 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho; inciso IV do §1º do artigo 489 do Código de Processo Civil de 2015; inciso I do artigo 6º do Código Penal; inciso V do §2º do artigo 77 da

Lei nº 8213/1991; artigos 1707 e 1708 do Código Civil; incisos II e III do §1º do artigo 223-G da Consolidação das Leis do Trabalho; artigo 1013 do Código de Processo Civil de 2015.

A Recorrente alega que "O motorista e operador de máquinas prestou serviços na construtora de 26 de fevereiro de 2018 a 18 de janeiro de 2019 (fls. 120 e 121), quando, pela própria imprudência, foi vítima fatal de acidente de trabalho (fl. 122).Nada obstante, a respeitável sentença mitigou a culpa exclusiva da vítima sob o fundamento de que "não recebeu nenhuma instrução, não realizou qualquer curso para operar a máquina bobcat"(fls. 808, 810 e 811) [...] O caso passou a ser de nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional (CF, art. 5º, XXIV, "a" e XXXV) e carência de fundamentação (CF, art. 93, IX), salvo se o mérito for decidido em favor do reclamado (NCPC, art. 282, § 2º)."

Ainda, "respeitável sentença fixou a pensão até quando a vítima "completaria 75 anos"de idade (fls. 811), "revertendo em favor dos demais a parte daquele cujo direito a pensão cessar" (fl. 812)"

Fundamentos da decisão de embargos de declaração:

"Omissão - Contradição

Observo que as matérias ora embargadas tratam-se de matérias recursais, que exigem reanálise de provas.

O recurso de embargos de declaração objetiva suprir omissão, sanar contradição ou esclarecer obscuridade (art. 897-A da CLT e art. 1022 do CPC/15), não servindo para buscar a reforma do julgado, manifestar inconformismo, ou mesmo para provocar a reanálise de fatos, provas e dispositivos aplicáveis.

Nessa esteira, no particular não restaram configurados nenhum dos casos previstos nos arts. 897-A da CLT e 1.022 do CPC, pelo que não merecem acolhimento os embargos.

Cabe salientar que a contradição autorizadora da oposição de embargos de declaração diz respeito à desconformidade havida no âmago da própria decisão, como por exemplo a encontrada no cotejo da fundamentação com o dispositivo.

A eventual dissonância entre as provas dos autos e a decisão tomada pelo colegiado não autoriza a interposição de embargos declaratórios, pois tratar-se-ia de error in judicando, somente sanável através do remédio processual adequado. Isto porque é vedado ao mesmo órgão julgador a reanálise das provas e da matéria após a prolação de sua decisão, ante a consumação da preclusão pro judicato.

No caso sob análise, verifica-se que a parte pretende rediscutir a matéria trazida a juízo, sem apontar verdadeira contradição no julgado embargado, o que é incabível em sede de embargos de declaração.

Rejeito."

Constata-se que a matéria devolvida à apreciação foi enfrentada no julgamento. Houve pronunciamento expresso e específico do Colegiado a respeito, e foram indicados os fundamentos de fato e de direito que ampararam seu convencimento jurídico. Não se vislumbra possível negativa de entrega da prestação jurisdicional.

Convém ressaltar que o TST não admite o recurso de revista por negativa de prestação jurisdicional com base em divergência jurisprudencial (art.896, alínea "a", da CLT), por entender que não há identidade das premissas fáticas entre a decisão recorrida e eventuais decisões paradigma ante a especificidade e a particularidade de cada caso.

Denego.

CONCLUSÃO

Denego seguimento." (pág. 928-930)

Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 896 da CLT.

Afirma que "o venerando acórdão também não enfrentou os argumentos que retrataram a capacitação ou qualificação profissional da vítima para laborar como operador de maquinas" (pág. 941).

Aduz que "No recurso ordinário foi argumentado que como a Viúva contava com 40 anos de idade (fl. 17) a pensão lhe é devida por 15 anos", todavia "Os argumentos não foram enfrentados" (pág. 944).

Assevera que não houve enfrentamento, também, no tocante à premissa de que os "danos morais devem ficam compreendidos entre 5 a 20 vezes o último salario contratual (CLT, art. 223-G, & 1º, II e III) de R$ 1.864,78 (fl. 120), que, no caso, devera ser partilhado entre os dependentes" (pág. 946).

Aponta violação dos artigos 5º, incisos XXIV, alínea "a", e XXXV, e 93, inciso IX, da Constituição federal, 897-A da CLT e 489, § 1º, inciso IV, do CPC.

O Tribunal a quo, quanto ao tema, assim decidiu:

"(...)

Danos Morais

Inconformadas, as partes recorrem contra a sentença.

Os reclamantes não se conformam com o valor arbitrado ao dano moral, requerendo sua majoração.

Por sua vez, a reclamada insiste na tese de culpa exclusiva da vítima que burlou o sistema de segurança da minicarregadeira, afivelando o cinto de segurança sem utilizá-lo enquanto fazia o serviço de escavação, vindo a sofrer o acidente fatal. Argumenta que todas as testemunhas, ainda que não presenciais, confirmaram a experiência dode cujusna função. Requer a reforma.

Analiso.

Acidente de Trabalho Típico

Restou incontroverso nos autos que o trabalhador Ademilson Gomes Rodrigues sofreu acidente de trabalho no dia 18/1/2019, vindo a óbito em decorrência das sequelas advindas do acidente (Traumatismo Cranioencefálico - Certidão de Óbito de fl. 16 e Laudo do Exame de Necropsia - fls. 132/133).

As circunstâncias do Acidente de Trabalho narradas na petição inicial foram confirmadas pelo Boletim de Ocorrências de fls. 123/128 e depoimentos colhidos na oportunidade.

Diante do exposto, concluo estar incontroverso nos autos o acidente de trabalho sofrido porAdemilson Gomes Rodrigues no dia 18/1/2019, o nexo de causalidade entre o acidente e a lesão, e os danos sofridos pela família do trabalhador com a sua morte.

Resta averiguar a respeito da culpa pelo ocorrido.

Culpa

Quando alegado pela empresa culpa exclusiva da vítima, é seu o ônus de comprovar estes fatos, o que não ocorreu.

O ônus probatório da alegada culpa exclusiva da vítima cabe à reclamada, conforme entendimento já consolidado em nossa jurisprudência pátria:

"RECURSO DE REVISTA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECLAMADO QUE ALEGA A CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. 1 - Não há utilidade em se discutir a respeito da necessidade de prova, pelo reclamante, da responsabilidade subjetiva da reclamada no acidente de trabalho, quando há a inversão do ônus da prova, a qual passa a ser da empregadora que alega em juízo a culpa exclusiva da vítima (fato modificativo do direito). 2 - A conclusão do TRT, de que o demandado não se desincumbiu do ônus da prova, não pode ser reformada no TST, no qual é vedado o reexame do conjunto probatório (Súmula nº 126 do TST). 3 - Recurso de revista de que não se conhece. PENSÃO MENSAL. MONTANTE. O recurso, no particular, está sem fundamentação, nos termos do artigo 896 da

CLT. O recorrente não mencionou nenhum dispositivo de lei ou da Constituição Federal como violado, tampouco transcreveu arestos para confronto de teses. Recurso de revista de que não se conhece." (TST RR - 149800-48.2007.5.15.0056 - 6ª Turma - Relatora: Ministra Kátia Magalhães Arruda - publicado em 01/06/2012).

A culpa exclusiva da vítima ocorre quando, em que pese o cumprimento das normas legais, convencionais, contratuais, regulamentares técnicas por parte do empregador e em homenagem ao dever geral de cautela, o empregado sofre acidente, única exclusivamente em vista de sua conduta.

Pois bem.

Ao contrário das alegações recursais, observo que a vítima faleceu em decorrência do acionamento acidental de alavanca, sendo a cabeça da vítima esmagada pelos bancos da máquina (fl. 127). As fotografias de fls. 128/132 não deixam dúvidas a este respeito.

Conforme constou do relato da Polícia Militar que esteve no local do acidente (fl. 127), o corpo do"de cujus"foi removido pelos seus colegas de trabalho, porque intencionaram socorrer vítima, quando perceberam que este já tinha falecido, fato este que me faz crer que não há como concluir que o trabalhador tenha burlado o sistema de segurança, afivelando o cinto de segurança sem vesti-lo.

Ademais, conforme bem salientado pelo Juízo primeiro, constata-se a violação da Norma Regulamentadora nº 12 do Ministério do Trabalho, que trata da segurança do trabalho em máquinas e equipamentos, uma vez que não acostados documentos comprovando que o empregado recebeu instrução, ou realizou qualquer curso para operar a máquina bobcat.

Assim concluo que a culpa pelo infortúnio não é da vítima, e sim da ré.

Ressalto que o contrato de trabalho é um contrato realidade, sendo sopesada a situação vivenciada pelo trabalhador, e não somente o constante nos documentos firmados pelas partes.

Pelo exposto, no contexto dos autos, entendo que a ré não proporcionou a devida adequação das condições de trabalho para a execução das atividades de maneira que não causasse agravo aode cujus.

Vale destacar que o sistema legal de proteção à vida e à saúde do trabalhador impõe ao empregador atuação no sentido de afastar acidentes de trabalho ou doenças profissionais do trabalho. Assim, não há que se falar em culpa exclusiva da vítima, tampouco em culpa concorrente.

A culpa ocorre quando o empregador adota uma conduta, por ação ou omissão, que revela imprudência, negligência ou imperícia (art. 186 do CC). Na questão de segurança e saúde ocupacional, o empregador tem obrigação de adotar diligências necessárias para evitar/prevenir acidentes e doenças relacionadas com o trabalho, devendo considerar todas as hipóteses razoavelmente previsíveis de danos ou ofensas à saúde do trabalhador.

O reclamado tem o dever legal de adotar as medidas preventivas cabíveis para afastar todos os riscos inerentes ao trabalho, mas assim não procedeu, deixando de comprovar que atendeu as exigências legais que tratam da matéria. Evidenciada, portanto, a culpa contra a legalidade, assim explicada por Sebastião Geraldo de Oliveira:

"Na investigação da possível culpa do reclamado, relacionada com o acidente do trabalho ou doença ocupacional, o primeiro passo é verificar se houve descumprimento das normas legais ou regulamentares que estabelecem os deveres do empregado quanto à segurança, higiene e saúde ocupacional. A simples violação de alguma dessas normas, havendo dano e nexo causal, cria a presunção de culpa do empregador pelo acidente do trabalho ocorrido, uma vez que o descumprimento da conduta normativa prescrita já é a confirmação da sua negligência, a ilicitude objetiva ou culpa contra a legalidade. (Indenização por acidente de trabalho ou doença ocupacional. LTr, São Paulo: 2005, p. 161)"

Portanto, não há que se falar em ausência de nexo causal por culpa exclusiva da vítima.

Pensão

No tocante ao período de pensão, segundo a tábua de mortalidade referente ao ano em que o empregado morreu, a expectativa de vida correspondia a 75 anos de idade (ftp://ftp.ibge.gov.br/Tabuas_Completas_de_Mortalidade/Tabuas_Completas_de_Mortalidade_2019/notastecnicas.pdf).

Entendo que não há que se falar em compensação entre o benefício previdenciário e a pensão decorrente de ato ilícito, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, eis que se trata de institutos de natureza diversa (Súmula 229 do STF: A indenização acidentária não exclui a do direito comum, em caso de dolo ou culpa grave do empregador).

No mesmo sentido da sentença,"No tocante aos destinatários do pensionamento, os filhos ou enteados, desde que matriculados em curso superior ou escola técnica de segundo grau, têm direito ao recebimento de pensão mensal até o dia em que completarem 24 anos de idade, hipótese em que não se pode falar no limite de 21 anos previsto no mencionado artigo 77, §2º, II, da Lei 8.213 /1991. Nesse sentido o contido no artigo 35 da Lei 9250/1995. Caberá a cada um dos autores 1/4 do valor total devido a título de pensão (1/3 da remuneração do falecido), revertendo em favor dos demais a parte daquele cujo direito à pensão cessar.".

Mantenho.

Dano Moral

No contexto dos autos, certo é que deve haver condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais, pois desnecessária a sua comprovação já que se dessume das circunstâncias do caso. Por isso,"não se cogita, em verdade, pela melhor técnica, em prova de dor, ou de aflição, ou de constrangimento, porque são fenômenos ínsitos na alma humana como reações naturais a agressões do meio social. Dispensam, pois, comprovação, bastando, no caso concreto, a demonstração do resultado lesivo e a conexão com o fato causador, para responsabilização do agente"(BITTAR, Carlos Alberto. "Reparação civil por danos morais". 3ª ed., rev., atual. e ampl., São Paulo: RT, 1999, p. 136).

O dano moral derivado da doença ocupacional macula a intimidade do trabalhador, que se submete a procedimentos e exames médicos e, tratamentos que por certo acarretam transtornos em sua vida pessoal, elementos totalmente estranhos ao contrato de trabalho já que este presume um pagamento em troca da força de trabalho, mas jamais pressupõe abrir mão da saúde física e mental. Os efeitos de tais transtornos são sentidos dia a dia através das dores, desconforto e incapacidade para atividades antes rotineiras.

O art. 944 do CC estabelece que a indenização deve ser medida pela extensão do dano. Assim, é preciso avaliar os prejuízos morais da parte lesada, além de refletir o caráter pedagógico que desestimule a prática do ato lesivo, nos termos dos arts. 944, parágrafo único, e art. 945, do CC, no sentido de que a culpa do agente e a concorrência da culpa da vítima são levados em conta para fixação da indenização.

De forma muito semelhante o Enunciado n. 51 da I Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho,in verbis: "51. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. CRITÉRIOS PARA ARBITRAMENTO. O valor da condenação por danos morais decorrentes da relação de trabalho será arbitrado pelo juiz de

maneira eqüitativa, a fim de atender ao seu caráter compensatório, pedagógico e preventivo".

Oquantumindenizatório deve ser calculado de forma que os danos sofridos pela parte autora sejam pelo menos amenizados, e que sirva como repreensão pela conduta da ré, de forma pedagógica, a fim de evitar sua repetição.

É por isso que no arbitramento do valor da indenização por danos morais deve-se considerar as diversas especificidades do caso, considerando não apenas a extensão do dano e do sofrimento da vítima, mas, também, a capacidade econômica do agente e o seu grau de culpa. O valor arbitrado deve confortar a vítima (sem acarretar-lhe o enriquecimento ilícito) e, ao mesmo tempo, punir o agressor (sem levá-lo à insolvência).

Por todos os fatores específicos do caso concreto (acidente de trabalho típico, morte do trabalhador, capacidade econômica da reclamada), levando-se em conta precedentes desta E. 2ª Turma em casos semelhantes, tem-se por razoável o valor arbitrado para indenização por danos morais em R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Mantenho.

(...)" (destacou-se, págs. 874-878)

A reclamada opôs Embargos Declaratórios, os quais foram assim decididos:

"(...)

MÉRITO

Omissão - Contradição

Observo que as matérias ora embargadas tratam-se de matérias recursais, que exigem reanálise de provas.

O recurso de embargos de declaração objetiva suprir omissão, sanar contradição ou esclarecer obscuridade (art. 897-A da CLT e art. 1022 do CPC/15), não servindo para buscar a reforma do julgado, manifestar inconformismo, ou mesmo para provocar a reanálise de fatos, provas e dispositivos aplicáveis.

Nessa esteira, no particular não restaram configurados nenhum dos casos previstos nos arts. 897-A da CLT e 1.022 do CPC, pelo que não merecem acolhimento os embargos.

Cabe salientar que a contradição autorizadora da oposição de embargos de declaração diz respeito à desconformidade havida no âmago da própria decisão, como por exemplo a encontrada no cotejo da fundamentação com o dispositivo.

A eventual dissonância entre as provas dos autos e a decisão tomada pelo colegiado não autoriza a interposição de embargos declaratórios, pois tratar-se-ia deerror in judicando, somente sanável através do remédio processual adequado. Isto porque é vedado ao mesmo órgão julgador a reanálise das provas e da matéria após a prolação de sua decisão, ante a consumação da preclusãopro judicato.

No caso sob análise, verifica-se que a parte pretende rediscutir a matéria trazida a juízo, sem apontar verdadeira contradição no julgado embargado, o que é incabível em sede de embargos de declaração.

Rejeito.

(...)" (destacou-se, págs. 898-899)

Primeiramente, cumpre ressaltar, de plano, que os artigos 5º, incisos XXIV, alínea "a", e XXXV, da Constituição federal e 897-A da CLT não propiciam o conhecimento do presente recurso, nos termos dispostos na Súmula nº 459 do TST. Desse modo, deixo de apreciá-los.

Na hipótese, é de se esclarecer que a efetiva prestação jurisdicional tem como premissa basilar a fundamentação das decisões judiciais, consoante se extrai da dicção do artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Havendo, no acórdão, a descrição das razões de decidir do órgão julgador, tem-se por atendida essa exigência, ainda que o resultado do julgamento seja contrário ao interesse da parte, notadamente quando o Regional explicitou, de forma clara, coerente e completa, as razões pelas quais decidiu.

Para que se tenha por atendido o dever constitucional de fundamentação de todas as decisões judiciais, basta que nessas se enfrentem, de forma completa e suficiente, todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia.

Na hipótese, ao que se extrai da decisão regional, a questão da culpa ser exclusivamente da vítima foi analisada sob a ótica de que não houve comprovação desta alegação por parte da reclamada, ônus que lhe competia, bem como "que a ré não proporcionou a devida adequação das condições de trabalho para a execução das atividades de maneira que não causasse agravo aode cujus". O acórdão trouxe, ainda, o fato de que "não acostados documentos comprovando que o empregado recebeu instrução, ou realizou qualquer curso para operar a máquina bobcat" (pág. 876).

Ademais, o Tribunal Regional consignou que "Por todos os fatores específicos do caso concreto (acidente de trabalho típico, morte do trabalhador, capacidade econômica da reclamada), levando-se em conta precedentes desta E. 2ª Turma em casos semelhantes, tem-se por razoável o valor arbitrado para indenização por danos morais em R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)" (pág. 878). Ou seja, expôs seu entendimento quanto ao valor arbitrado a título de danos morais.

Nesse contexto, diante do conjunto probatório, a Corte Regional entendeu como resolvida a questão somente nessa premissa, sendo desnecessário adentrar à discussão dos aspectos alegados pela parte, pois tem-se por configurado o exercício de cargo de confiança pela reclamante.

Não restam dúvidas, portanto, de que foi prestada a devida jurisdição à parte, mantendo-se ilesos os comandos insertos nos artigos 93, inciso IX, da Constituição Federal e 489, § 1º, inciso IV, do CPC.

Por fim, cumpre ressaltar que o recurso de revista interposto pelos reclamantes fica prejudicado, nos termos dispostos no artigo 997, § 2º, inciso III, do CPC/2015, ante a negativa de provimento ao presente recurso principal.

Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com base no disposto no artigo 255, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001970-90.2016.5.02.0611

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Fábio Rivelli(OAB: 297608/SP)
Agravado	FABIANO FIDELE DA SILVA
Advogado	Dr. Doglas Batista de Abreu(OAB: 235001/SP)
Agravado	MASSA FALIDA de DOMINION INSTALAÇÕES E MONTAGENS DO BRASIL LTDA.
Advogado	Dr. Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918/SP)

Agravado	RDN SAT TELECOM LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIANO FIDELE DA SILVA
- MASSA FALIDA de DOMINION INSTALAÇÕES E MONTAGENS DO BRASIL LTDA.
- RDN SAT TELECOM LTDA
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminuta a fls. 1.272/1.273-PE.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
EXECUÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. BENEFÍCIO DE ORDEM. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA
Postula a agravante a reforma do acórdão regional quanto ao tema acima epigrafado.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a transcrição integral do acórdão, quanto ao tema recorrido, sem delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.
Destaque-se, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, não basta a mera indicação da ementa, páginas do acórdão, paráfrase, resumo, trecho insuficiente, parte dispositiva ou mesmo do inteiro teor do acórdão ou de capítulo de acórdão não sucinto, sem destaques próprios. Tampouco a transcrição dos trechos, no início da petição, dissociada dos fundamentos, sem o devido cotejo analítico de teses, serve ao fim colimado.
Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0002152-45.2018.5.22.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICÍPIO DE JOSÉ DE FREITAS
Advogado	Dr. Naiza Pereira Aguiar(OAB: 12411-A/PI)
Agravado	FABIANA PEREIRA DAS NEVES
Advogado	Dr. Laércio Cardoso Vasconcelos(OAB: 10200-A/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIANA PEREIRA DAS NEVES
- MUNICÍPIO DE JOSÉ DE FREITAS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. TEMA INDICADO NA ÍNTEGRA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo executado, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte, em vez de indicar o respectivo trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, transcreveu a íntegra do tema analisado no acórdão, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso.
Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/06/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/08/2018; AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se

considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.

Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.

Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.

Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.

Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000304-57.2020.5.09.0863

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	BRUNO PICANCO MONTENEGRO
Advogado	Dr. Flavio Bento(OAB: 64233-A/PR)
Agravado	UNIÃO NORTE DO PARANÁ DE ENSINO LTDA. E OUTRAS
Advogado	Dr. Daniel José dos Santos(OAB: 52555-A/PR)
Advogado	Dr. Durval Antonio Sgarioni Junior(OAB: 14954-A/PR)
Advogado	Dr. Gabriel Rufini Galvão(OAB: 77215-A/PR)
Agravado	UNIÃO (PGF)
Procurador	Dr. Nelson Hirotomi Nakatani

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNO PICANCO MONTENEGRO
- UNIÃO (PGF)
- UNIÃO NORTE DO PARANÁ DE ENSINO LTDA. E OUTRAS

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.

Contraminutado.

Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:

EXECUÇÃO. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. DÉBITOS TRABALHISTAS

Dispõe o art. 896, § 2º, da CLT, peremptoriamente, que, "das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal". Reiterada a determinação na Súmula 266 do TST.

No caso dos autos, entretanto, deixa a parte de indicar, no recurso de revista, ofensa a qualquer preceito constitucional, o que torna o apelo desfundamentado.

Assim, com esteio no art. 932 do CPC, nego provimento ao agravo de instrumento.

Diante do óbice formal, incabível o exame de transcendência da causa.

Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010691-07.2020.5.15.0042

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RPUSP
Procurador	Dr. Nuno Roberto Coelho Pio
Agravado	LUIS HENRIQUE DA SILVA
Advogado	Dr. Hilario Bocchi Junior(OAB: 90916-A/SP)
Advogado	Dr. Saad Jaafar Barakat(OAB: 284315-A/SP)
Advogada	Dra. Maria Beatriz Bocchi Massena(OAB: 297333-A/SP)
Advogada	Dra. Luciana Bauer de Oliveira(OAB: 284452-A/SP)
Advogada	Dra. Karina Piccolo Rodrigues da Silva(OAB: 240623-A/SP)
Advogado	Dr. Marcos Jose Capelari Ramos(OAB: 95564-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RPUSP
- LUIS HENRIQUE DA SILVA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 378/384) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 366/603).

Contraminuta e contrarrazões ao recurso de revista não foram apresentadas.

O Ministério Público do Trabalho opina pelo não provimento do agravo de instrumento, fls. 397.

É o relatório.

O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 07/06/2021 e apelo protocolado em 11/06/2021), sendo inexigível o preparo.

A discussão travada nos autos prende-se ao tema renovado

"FÉRIAS. QUITAÇÃO INTEMPESTIVA. PAGAMENTO EM DOBRO".

A parte agravante reitera as razões no sentido de que o acórdão regional, ao impor ao Hospital recorrente condenação aopagamento em dobroda remuneração dasfériasconcedidas tempestivamente, mas quitadas com atrasoínfimode apenas alguns dias, ofende os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Argumenta que não existe qualquer norma vigente que determine o pagamento defériasem dobro na hipótese de ocorrer quitação em atraso, motivo pelo qual é inaplicável a Súmula450do TST. Assevera que a ADPF 501 que apresenta ao STF exatamente a questão da inconstitucionalidade da Súmula 450 do TST, já sofreu manifestação da Procuradoria Geral da República em reconhecimento da inconstitucionalidade da mencionada súmula.

O Regional, em sua decisão, registrou que:

"(...)

O descumprimento do prazo previsto no artigo 145 da CLT implica aplicação da penalidade prevista no artigo 137, do mesmo diploma legal. Na verdade, o desrespeito ao prazo legal para pagamento do período de férias prejudica a própria fruição do descanso pelo trabalhador.

A regra legal visa possibilitar que as férias sejam efetivamente usufruídas, pois, como a subsistência da autora depende de seu trabalho, se não receber a remuneração respectiva antes do período de descanso, a trabalhadora não disporá de meios para gozá-lo, frustrando a finalidade precípua do instituto.

O descumprimento desta determinação não pode ser considerado como mera infração administrativa haja vista que o pagamento a destempo prejudica o próprio direito de gozo das férias, atraindo a interpretação teleológica e sistemática do art. 137 da CLT, a fim de impedir que seja frustrado o objetivo do instituto.

Nesse sentido, as Súmulas nº 450 do TST e nº 52 deste E. Tribunal, in verbis:

SÚMULA Nº 450. FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO. DOBRA DEVIDA. ARTS. 137 E 145 DA CLT (conversão da Orientação da Jurisprudencial nº 386d a SBDI-1)

É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal.

52 - FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. REMUNERAÇÃO FORA DO PRAZO PREVISTO NO ART. 145 DA CLT. DOBRA DEVIDA. ART. 137 DA CLT E SÚMULA 450 DO C. TST. É devido o pagamento da dobra da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT e Súmula 450 do C. TST, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal. (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 003/2016, de 17 de março de 2016 - Divulgada no D.E.J.T de 18/3/2016, págs. 02 e 03; D.E.J.T de 21/3/2016, pág. 02; D.E.J.T de 22/3/2016, pág. 02)

O intuito da regra em comento é que o pagamento seja antecipado, a fim de possibilitar que as férias sejam efetivamente usufruídas, não importando para restar caracterizada a mora a análise subjetiva e unilateral de ausência de prejuízo ao empregado. A lei impõe o pagamento em conformidade com o contido no art. 145 da CLT, sendo um direito do empregado a percepção naquele prazo, não facultando ao empregador a escolha de melhor data ou forma de pagamento das férias.

O escopo das férias é a recuperação física e mental do empregado, tratando-se, pois, de direito indisponível, razão pela qual o legislador previu a sanção do pagamento em dobro para os casos de sua concessão ou mesmo pagamento irregular, vez que, por óbvio, em nossa atual conjuntura sócio-econômica o efetivo gozo depende da disponibilidade financeira respectiva.

A propósito, ressalto que o ente público ao contratar servidores pelo regime celetista despe-se de seus poderes de império e se equipara ao empregador comum, ficando sujeito à legislação trabalhista vigente.

Apenas para esclarecer, entendo admissível a não antecipação do pagamento das férias quando este fato decorre de solicitação expressa do próprio empregado, manifestada por escrito, livre de qualquer pressão patronal.

Em relação, a aplicação da Súmula 450 do C. TST combinada com a Súmula 81 do C. TST, não assiste razão a reclamada, pois entendo que não foi um simples atraso, restando patente prejuízo ao reclamante no gozo de suas férias de modo integral. Portanto, no que concerne ao argumento da Reclamada, pleiteando a aplicação do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, nada a considerar. Isso porque a jurisprudência dominante específica para o caso retrata que o pagamento deve ser integral. Nesse sentido o entendimento do C. TST, consubstanciado na Súmula 450 acima transcrita.

(...)

Entendo que os comunicados de férias carreados aos autos (fls. 173/178) não são suficientes para afastar a obrigação de pagamento no prazo legal, pois a maioria dos documentos só foi assinado às vésperas do período de gozo, ou mesmo após esse período, como é o caso do comunicado de fl. 177, desrespeitando o prazo do art. 135 da CLT, evidenciando que o reclamante não tinha efetivo conhecimento do período que desfrutaria, tampouco de como se daria o pagamento.

Entretanto, esta E. Câmara tem reiteradamente afastado as pretensões dos empregados quando há assinatura do comunicado, optado por não receber as férias nos prazos legais.

Nesse sentido este relator foi vencido na sessão de julgamento dos processos de n° 10215-24.2020.5.15.0153 e 10110-47.2020.5.15.0153. Citam-se outros exemplos julgados por esta E. Câmara, no sentido de que a opção é válida e que, neste caso, são afastados os efeitos da Súmula 450 do C. TST: 11575-92.2019.5.15.0067 (Rel. Erodite Ribeiro dos Santos); 11821-47.2019.5.15.0113 (Rel. Luiz Roberto Nunes); 10563-38.2019.5.15.0004 (Rel. José Antonio Dosualdo); 11115-08.2019.5.15.0067 (Thomas Malm).

Nesse sentido, também, vem se posicionando o C. TST:

(...)

Por outro lado, não é possível admitir a validade da opção assinada após o início do período de gozo, pois nessa hipótese opção não há, e sim submissão a uma situação em que não se comprova ter sido construída a partir da vontade do empregado.

Assim, no caso do período de 11.06.2018 a 25.06.2018, mantenho a sentença de origem, uma vez que a opção foi assinada somente em 15.06.2018 e os valores foram pagos de forma parcelada, sendo parte em 06.06.2018 (fl. 109) e parte em 25.06.2018 (fl. 112). Reformo com relação ao terço constitucional, pago tempestivamente.

Portanto, dou provimento ao recurso da reclamada para a afastar a condenação ao pagamento da dobra de férias e do terço constitucional, inclusive com relação ao terço constitucional pago intempestivamente, por considerar válidas as opções pelo não recebimento, salvo com relação ao período de 11.06.2018 a 25.06.2018, uma vez que a opção foi assinada somente após o

início do gozo das férias e os valores foram pagos de forma parcelada." (fls. 285/288 - g.n.)

A matéria ora debatida já se encontra pacificada na Súmula 450 do TST, sem nenhuma peculiaridade que pudesse justificar a sua não aplicação.
Registro que o disposto na referida súmula está em vigor, em sintonia com os princípios constitucionais, não havendo razão para que sua constitucionalidade seja questionada.
Ademais, não merece prosperar a alegação do reclamado de que a dobra dasfériasnão seria devida quando o pagamento da remuneraçãoocorre com atrasoínfimode alguns dias, na medida em que o art. 145 da CLT não comporta interpretações que mitiguem o direito fundamental do trabalhado nele contemplado, ao arrepio do primado da proteção.
É o que se verifica nos julgados abaixo citados:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RITO SUMARÍSSIMO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. IMBEL.FÉRIASUSUFRUÍDAS NO PRAZO LEGAL. ATRASO DE DOIS DIAS NO PAGAMENTO DA PARCELA. NÃO OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 145 DA CLT. PAGAMENTO EM DOBRO DO PERÍODO RESPECTIVO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO DISPOSTO NO ARTIGO 137 DA CLT. Na hipótese, o Regional reformou a sentença para condenar a reclamada ao pagamento integral dasfériasquitadas fora do prazo, visto que "incontroverso nos autos que, conquanto houvesse concessão tempestiva dasférias, o respectivo pagamento não foi realizado até dois dias antes de seu início, como estabelece o art. 145 da CLT". O artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal confere ao trabalhador o direito ao recebimento do adicional de um terço do salário por ocasião da concessão dasférias. O artigo 137 da CLT, por sua vez, preconiza que o pagamento dasférias, após o término do período concessivo, será efetuado em dobro. Disso resulta a conclusão de que tanto o caso da concessão do próprio período deféria sem atraso, quanto a hipótese do gozo desse benefício ter se dado no prazo, mas com o pagamento do valor correspondente em atraso (até mesmo após o usufruto dasférias), acarretam a obrigação do pagamento dessa parcela em dobro, com o respectivo adicional de 1/3, que deve ser calculado sobre o valor total dasférias, inclusive sobre a dobra. Esse é o posicionamento adotado no âmbito da SbDI-1 desta Corte, consoante diretriz perfilhada na Súmula nº450(conversão da Orientação Jurisprudencial nº 386 da SbDI-1), de seguinte teor: "FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO. DOBRA DEVIDA. ARTS. 137 E 145 DA CLT. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 386 da SBDI-1) É devido o pagamento em dobro da remuneração deférias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal". Assim, o empregador que deixa de pagar asféria sno período previsto no artigo 145 da CLT deve ser condenado a remunerar o período respectivo em dobro, aplicando-se ao caso, analogicamente, o teor do artigo 137 da CLT, como forma de preservar o caráter protetivo da norma atinente àsférias. Portanto,nãomerece prosperar a tese da reclamada de que oatrasoínfimode dois diasno pagamento da parcela não ensejaria a condenação à dobra, pois igualmente desrespeitado, nesse caso, o prazo previsto no artigo 145 da CLT, o qualnão comportainterpretações que tenham por objetivo mitigar o direito ali contemplado (precedentes envolvendo a mesma reclamada e idêntica matéria). Agravo de instrumento desprovido." (AIRR-11246-56.2015.5.15.0088, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, 2.ª Turma, DEJT 30/6/2017). (Grifos nossos - g.n)

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO MUNICÍPIO DE PEDERNEIRAS. RECURSO REGIDO PELA LEI 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA ECONÔMICA RECONHECIDA.FÉRIASUSUFRUÍDAS EM ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO REALIZADO FORA DO PERÍODO PREVISTO NO ART. 145 DA CLT. IMPOSIÇÃO DO PAGAMENTO EM DOBRO DA REFERIDA PARCELA. IRRELEVÂNCIA DA ALEGAÇÃO DE ATRASOÍNFIMO(DECISÃO EM CONSONÂNCIA COM A SÚMULA450DO TST). Recurso que não logra demonstrar o desacerto da decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento. Agravo conhecido e não provido " (Ag-AIRR-10020-03.2019.5.15.0144, 2ª Turma, Relatora Ministra Delaide Alves Miranda Arantes, DEJT 16/04/2021)

Portanto, o apelo não se viabiliza ante os óbices da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Nesse contexto, nego provimento ao agravo de instrumento com fulcro no art. 118, X, do RITST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1001164-95.2020.5.02.0035

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	VIRTUS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
Advogado	Dr. José Coelho Pamplona Neto(OAB: 134643-A/SP)
Agravado	THAYNA JACINTO DOMINGOS
Advogada	Dra. Cármen Cristina Braga(OAB: 129428-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- THAYNA JACINTO DOMINGOS
- VIRTUS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - RITO SUMARÍSSIMO

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: VALE TRANSPORTE e TÍQUETE ALIMENTAÇÃO.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte não indicou, na petição do recurso de revista, os trechos da decisão recorrida em que se encontram

prequestionadas as matérias objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Registra-se que a mera menção somente à conclusão da Corte regional acerca do tema ou à parte dispositiva do respectivo acórdão não satisfaz o requisito exigido por meio do mencionado dispositivo de lei.
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso.
Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto e, levando-se em conta que a interposição de recurso não é considerada ato urgente, é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001439-28.2014.5.02.0464

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.
Advogado	Dr. João Paulo Fogaça de Almeida Fagundes(OAB: 154384-A/SP)
Agravado	SUCESSÃO de ADALBERTO DE ALMEIDA E OUTROS
Advogado	Dr. Jorge Luiz de Souza Carvalho(OAB: 177555-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.
- SUCESSÃO de ADALBERTO DE ALMEIDA E OUTROS

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
O Ministério Público do Trabalho manifestou-se pelo desprovimento do apelo.

DECIDO:
PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO. DOENÇA PROFISSIONAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. PENSÃO MENSAL. DANOS MORAIS.
Postula a agravante a reforma do acórdão regional quanto aos temas acima epigrafados.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência da delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.
Destaque-se, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, não basta a transcrição do inteiro teor do acórdão, sem destaques próprios. Tampouco a transcrição dos trechos, no início da petição, dissociada dos fundamentos, sem o devido cotejo analítico de teses, serve ao fim colimado.
No caso, a parte limitou-se a transcrever o inteiro teor dos capítulos impugnados do acórdão regional, sem destaques próprios. Por conseguinte, desatendeu ao comando legal de demonstrar claramente o cotejo analítico entre a decisão recorrida e os dispositivos violados.
Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100413-16.2016.5.01.0581

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	RIO ITA LTDA.
Advogada	Dra. Viviane França de Souza(OAB: 174706/RJ)
Advogado	Dr. José Juarez Gusmão Bonelli(OAB: 41820-A/RJ)
Agravado	ANDERSON DA SILVA PEDREIRA
Advogado	Dr. Edivaldo da Silva Daumas(OAB: 64532-D/RJ)
Advogado	Dr. Anacleto Costa da Cunha(OAB: 84963-D/RJ)
Advogado	Dr. Alexandre Christiano Bastos Wenceslao(OAB: 64413-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON DA SILVA PEDREIRA
- RIO ITA LTDA.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. TEMA INDICADO NA ÍNTEGRA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: DIFERENÇAS SALARIAIS PELO ACÚMULO DE FUNÇÕES.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte, em vez de indicar o respectivo trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, transcreveu a íntegra do tema analisado no acórdão, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso.
Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/06/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/08/2018; AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.
Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000908-32.2019.5.02.0442

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS
Advogado	Dr. Marcelo Kanitz(OAB: 14116-A/DF)
Advogada	Dra. Andressa Pimentel de Almeida Batista(OAB: 286454-A/SP)
Agravado	CELIO DE SOUZA BRASIL

Advogada	Dra. Maria Carolina de Oliveira Soares(OAB: 139401-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELIO DE SOUZA BRASIL
- ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
REMUNERAÇÃO. VALE TRANSPORTE. DANOS MORAIS.
Postula o agravante a reforma do acórdão regional quanto aos temas acima epigrafados.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.
No caso, a parte não transcreveu o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, logo obstando a análise do apelo.
Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001173-13.2017.5.05.0030

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	JOSENILTON FRANCA DE SOUZA
Advogado	Dr. João Alves do Amaral(OAB: 5869-A/BA)
Agravado	ATENTO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)
Agravado	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogada	Dra. Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira(OAB: 18855-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO ITAUCARD S.A.
- JOSENILTON FRANCA DE SOUZA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO III, DA CLT. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ANALÍTICA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO.
Foram apresentadas contrarrazões às págs. 1.809-1.823 e contraminuta às págs. 1.786-1.794.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos por ela indicados, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso III, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
(...)
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte." (destacou-se)
Na hipótese, a exigência processual contida no referido dispositivo não foi satisfeita.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0001248-76.2020.5.14.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	CENTRAL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Advogada	Dra. Viviane Barros Alexandre(OAB: 353-B/RO)
Agravado	DENISE BARROS DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Flavio Henrique Teixeira Orlando(OAB: 2003-A/RO)
Advogada	Dra. Ivi Pereira Almeida(OAB: 8448-A/RO)
Agravado	CONSÓRCIO DO SISTEMA INTEGRADO MUNICIPAL DE TRANSPORTE DE PASSAGEIRO - SIM E OUTRO
Advogado	Dr. Márcia de S. Nepomuceno(OAB: 4181-S/RO)
Agravado	AMAZONAS TRANSPORTES FRETAMENTO E TURISMO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS TRANSPORTES FRETAMENTO E TURISMO LTDA
- CENTRAL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.
- CONSÓRCIO DO SISTEMA INTEGRADO MUNICIPAL DE TRANSPORTE DE PASSAGEIRO - SIM E OUTRO
- DENISE BARROS DE OLIVEIRA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - RITO SUMARÍSSIMO

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. TEMA INDICADO NA ÍNTEGRA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela quarta reclamada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: GRUPO ECONÔMICO - CARACTERIZAÇÃO.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte, em vez de indicar o respectivo trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, transcreveu a íntegra do tema analisado no acórdão, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso.
Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/06/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/08/2018; AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.
Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001582-94.2019.5.02.0511

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	JOHNNY MARQUES DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Marcelo Alexandre Mendes Oliveira(OAB: 147129/SP)
Agravante	INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS E CHOCOLATES LTDA.
Advogado	Dr. Frederico Guimarães Aguirre Zurcher(OAB: 119135-D/SP)
Agravado	LUANDRE TEMPORÁRIOS LTDA.
Advogada	Dra. Daniela Pires Laurentino(OAB: 309184-S/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS E CHOCOLATES LTDA.
- JOHNNY MARQUES DE OLIVEIRA
- LUANDRE TEMPORÁRIOS LTDA.

1- Reautue-se o feito para que conste como agravante apenas Johnny Marques de Oliveira.

2- Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutas pelas reclamadas a fls. 436/438-PE e 453/461-PE.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
DOENÇA OCUPACIONAL. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAL E MATERIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS
Postula o agravante a reforma do acórdão regional quanto aos temas acima epigrafados.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.
Destaque-se, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, não basta a mera indicação da ementa, páginas do acórdão, paráfrase, resumo, trecho insuficiente, parte dispositiva ou mesmo do inteiro teor do acórdão ou de capítulo de acórdão não sucinto, sem destaques próprios. Tampouco a transcrição dos trechos, no início da petição, dissociada dos fundamentos, sem o devido cotejo analítico de teses, serve ao fim colimado.
No caso, a parte limitou-se a transcrever, no início das razões recursais e em conjunto, trechos insuficientes do acórdão que não contêm todos os fundamentos pelos quais o Regional entendeu improcedentes as indenizações por danos material e moral, decorrentes de suposta doença ocupacional, e procedentes os honorários advocatícios.
Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100204-35.2018.5.01.0045

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	ELDO LAGE FLORES
Advogado	Dr. Sebastião Miguel Vieira(OAB: 88817-A/RJ)
Advogado	Dr. Robson Silva de Araujo(OAB: 106169-A/RJ)
Advogado	Dr. Armando Severino de Barros Filho(OAB: 47917-A/RJ)
Advogado	Dr. Robson de Souza Barros(OAB: 196823-A/RJ)
Advogado	Dr. Roberto Dantas de Araujo(OAB: 81093-A/RJ)
Agravado	COMPANHIA ESTADUAL DE HABITACAO DO RJ CEHAB RJ
Advogado	Dr. Luciana Ribeiro Maciello Gomes(OAB: 151625-A/RJ)
Advogado	Dr. Leonardo dos Anjos da SIlva(OAB: 189992-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):
- COMPANHIA ESTADUAL DE HABITACAO DO RJ CEHAB RJ
- ELDO LAGE FLORES

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO
RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO III, DA CLT. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ANALÍTICA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo exequente, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: PRESCRIÇÃO - DIFERENÇAS SALARIAIS.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos da Constituição Federal por ela indicados, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso III, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
(...)
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte." (destacou-se)
Frisa-se que, na hipótese em que a demanda encontra-se na fase de execução de sentença, o recurso de revista somente é cabível, nos termos do artigo 896, § 2º, da CLT e da Súmula nº 266 do TST, mediante a indicação de ofensa a dispositivo da Constituição Federal, de forma que, no caso, cabia à parte fazer a alegação, de maneira precisamente analítica, desses dispositivos e, não, eventualmente, daqueles oriundos da legislação infraconstitucional.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0001517-44.2014.5.06.0103

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	VLADIMIR DE OLIVEIRA BAADE

Advogada	Dra. Isadora Coelho de Amorim Oliveira(OAB: 16455/PE)
Agravado	ADA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL E LIMPEZA EIRELI E OUTRA
Advogado	Dr. José Marcelo de Lima(OAB: 12367/PE)
Agravado	JOSÉ ANDRÉ DA NÓBREGA

Intimado(s)/Citado(s):

- ADA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL E LIMPEZA EIRELI E OUTRA
- JOSÉ ANDRÉ DA NÓBREGA
- VLADIMIR DE OLIVEIRA BAADE

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, "os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recurso da decisão definitiva".
Nesse sentido, enuncia a Súmula 214/TST:

"Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão:
a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho;
b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal;
c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT."

A impugnação diferida de decisão que não represente a última manifestação jurisdicional em grau ordinário tem por escopo privilegiar os princípios da celeridade e efetividade, ínsitos ao processo do trabalho.
No caso dos autos, o Regional acolheu "as preliminares suscitadas pelos agravados, em contraminuta, de não conhecimento do agravo ante o seu não cabimento", estando assim ementado o acórdão do agravo de petição (fl. 1.032):

"DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. EXECUÇÃO. AGRAVO DE PETIÇÃO. ART. 897 DA CLT. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. NÃO CONHECIMENTO. O Agravo de Petição interposto não encontra amparo legal, sendo, portanto, incabível nesta oportunidade. É que o presente remédio tem a sua pertinência limitada às decisões proferidas na fase de execução com prévia oposição de embargos, ou, ainda, quando o ato judicial é terminativo do feito, inteligência do artigo 897, alínea "a", da CLT. Entendimento contrário, no caso, admissão do apelo contra todo e qualquer tipo de decisão interlocutória ou despacho de mero expediente, simplesmente pelo fato de ser proferida na fase de execução, implicaria em afronta ao disposto nos artigos 893, § 1º, e 897, alínea "a", da CLT, cuja finalidade foi garantir maior celeridade processual, evitando-se a interposição de recursos protelatórios. Agravo de petição que não se conhece por incabível."

Logo, irrecorrível de imediato a decisão impugnada, pois evidenciada sua natureza interlocutória, não inserida dentre as exceções aludidas no verbete sumular, tendo em vista a possibilidade de manejo de novos recursos no âmbito do Tribunal Regional.
Oportuno registrar a inexistência de constrangimento ao direito de acesso ao Judiciário. O devido processo legal está sendo observado e tem-se possibilitado à parte a utilização de todas as medidas pertinentes, estando garantidos, portanto, o contraditório e a ampla defesa.
Assim, com esteio no art. 932 do CPC, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000986-51.2019.5.21.0042

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	JOAQUIM APOLINARIO VITAL
Advogada	Dra. Andréia Araújo Munemassa(OAB: 491-A/RN)
Agravado	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	Dra. Débora de Almeida Bulhões Negreiros(OAB: 7429-A/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- JOAQUIM APOLINARIO VITAL

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

SUPRESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO - DIREITO À INCORPORAÇÃO NÃO CONFIGURADO - AUSÊNCIA DE EXERCÍCIO NA FUNÇÃO POR MAIS DE DEZ ANOS. MATÉRIA FÁTICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 126 DO TST

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema, ora impugnado: SUPRESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO - AUSÊNCIA DE EXERCÍCIO NA FUNÇÃO POR MAIS DE DEZ ANOS.
Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo prosseguimento do feito, sem emitir parecer (pág. 265).
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante, em despacho assim fundamentado:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso. Decisão publicada em 30/04/2021 (sexta-feira), conforme certidão de Id 27d9c47; e recurso de revista interposto em 12/05/2021 (quarta-feira) - Id. 1eb031a.
Regular a representação processual - Id. be89914.
Preparo inexigível, por ser a parte reclamante, ora recorrente,

beneficiária da justiça gratuita - Id. 32d6229.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios (2581) / Gratificação
Alegação(ões):
- violação do(s) inciso VI do artigo 7º da Constituição Federal.
- violação da(o) artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.
O reclamante, recorrente, aduz que, em atenção o princípio da estabilidade financeira, faz jus à incorporação de gratificação de função ao seu patrimônio contratual, pois exerceu por mais de 10 (dez) anos diversas funções gratificadas até reversão ao cargo de origem, estando configurados os requisitos constantes na Súmula 372 do Tribunal Superior do Trabalho - TST. Ressalta que a supressão das gratificações, alegadamente integradas ao seu patrimônio, ensejou afronta a dispositivo constitucional, com o desrespeito do preceito da irredutibilidade salarial, e alteração lesiva do contrato de trabalho.
No que se refere à temática recursal, eis o teor da transcrição do acórdão (Id a46365c):
(...)
Os fundamentos do acórdão recorrido consistem em que havia mera expectativa de direito, pois não estavam preenchidos os requisitos correspondentes a contar com 10 anos ou mais de exercício em função gratificada e ter sido revertido a seu cargo efetivo, sem justo motivo e ainda que não há adesão das normas ao contrato de trabalho.
A questão foi resolvida em consonância com iterativa, notória e atual jurisprudência do TST, aspecto que obsta o seguimento do recurso sob quaisquer alegações, consoante regra insculpida no art. 896, § 7º, da CLT e entendimento cristalizado na Súmula 333 do TST. Com efeito, podem ser observadas as seguintes decisões:
"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMANTE. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI N . º13.015/2014. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. RECEBIMENTO INFERIOR A DEZ ANOS. IMPOSSIBILIDADE DE INCORPORAÇÃO. ANTES DA LEI 13.467/2017. O Tribunal Regional, amparado no acervo probatório delineado nos autos, consignou que os comprovantes de pagamento demonstram o recebimento da gratificação de função pela autora por menos de dois anos, no período de dezembro de 2011 a maio de 2013. A jurisprudência desta Corte entende que o desempenho de função de confiança por período inferior a dez anos não enseja o direito à incorporação da gratificação pelo empregado, nos termos da Súmula 372. Precedentes. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (...) " (AIRR-878-23.2013.5.04.0004, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 30/04/2021).
"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO EM RECURSO DE REVISTA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. EXERCÍCIO DE CARGO DE CONFIANÇA POR MENOS DE DEZ ANOS. INCORPORAÇÃO INDEVIDA. SÚMULA Nº 372, ITEM I, DO TST. No caso, trata-se de pedido de incorporação de gratificação de função pelo exercício de cargo de confiança por mais de 10 anos, com fundamento na Súmula nº 372, item I, do TST. O reclamante asseverou que a gratificação de função do cargo de confiança de Assistente Executivo II se deu em substituição da gratificação de função do cargo de Supervisor de Grupo, que já havia sido incorporada ao salário anteriormente. Todavia, o Regional limitou-se a consignar que o autor apenas exerceu o cargo de assistente executivo II no período de dois anos e três meses, não emitindo tese a respeito da substituição das gratificações invocadas pela parte. A pretensão autoral foi indeferida a partir do contexto fático delineado no acórdão regional, no sentido de que o período de exercício de cargo de confiança de Assistente Executivo II não totaliza os 10 (dez) anos exigidos para incorporação da gratificação de função, premissa insuscetível de ser revista nesta instância recursal de natureza extraordinária, porquanto esbarra no óbice da Súmula nº 126 do TST. Assim, não merece provimento o agravo que não infirma os fundamentos da decisão agravada quanto à improcedência do pedido de incorporação de gratificação de função, tendo em vista que constou expressamente do acórdão regional que o reclamante não exerceu cargo de confiança por 10 (dez) anos, de modo que não se enquadra na hipótese do item I da Súmula nº 372 do TST. Agravo desprovido" (Ag-AIRR-1663- 80.2017.5.06.0006, 2ª Turma, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 27/08/2021).
"RECURSO DE EMBARGOS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. SUPRESSÃO. FUNÇÃO DE CONFIANÇA EXERCIDA POR PERÍODO INFERIOR A DEZ ANOS. Esta Corte tem entendido que a reversão do empregado que percebe gratificação de função por quase dez anos ao cargo de origem, com o notório propósito de lhe afastar o direito à incorporação dessa importância ao salário, como no caso dos autos, também ofende o princípio da estabilidade financeira de que trata a Súmula 372, I, do TST. Precedentes. Nesse contexto, tendo a parte autora exercido função de confiança por 9 anos, 11 meses e 21 dias faz jus a incorporação da gratificação de função. Logo, alcançada a finalidade precípua deste Colegiado quanto à matéria, o apelo esbarra no óbice do art. 894, § 2.º, da CLT, segundo o qual a divergência apta a ensejar os embargos deve ser atual, não se considerando tal a ultrapassada por súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, ou superada por iterativa e notória jurisprudência. Recurso de embargos não conhecido" (E-ED-RR-851-13.2012.5.15.0087, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 09/04/2021).
Ressalta-se que as alegações em contrário, no sentido de a vantagem ter alcançado período superior a dez anos somente poderiam ser aferidas mediante nova análise do quadro fático diverso do retratado no acórdão vergastado. Assim, a análise da matéria debatida implica o reexame do conjunto fático-probatório, o que encontra óbice no entendimento do TST, consubstanciado na Súmula 126, segundo a qual não se admite o processamento do recurso de revista quando a apreciação da matéria nele veiculada exigir o revolvimento de fatos e provas, sobre os quais as decisões das instâncias ordinárias detêm soberania, inviabilizando o seguimento do recurso por quaisquer alegações.
Pelo exposto, denego seguimento ao recurso.
CONCLUSÃO
Ante o exposto, denego seguimento ao recurso de revista." (págs. 207-213).
Na minuta de agravo de instrumento, o reclamante insiste na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos os requisitos do artigo 896 da CLT.
Aduz que "A habitualidade no pagamento da parcela - que tem caráter nitidamente salarial - acarreta a sua incorporação na remuneração, pois o empregado passa a contar com tal valor em seu orçamento" (pág. 236).
Afirma que "uma vez percebida a gratificação de função por período superior a 10 anos, o reclamante faz jus ao percebimento da gratificação de função suprimida, a fim de ser mantida a sua estabilidade financeira" (pág. 237).

Aponta violação do artigo 7º, inciso VI, da Constituição Federal e artigo 468 da CLT, e contrariedade à Súmula nº 372 do TST. Além disso, repisa a divergência jurisprudencial apresentada no recurso de revista.

Quanto ao tema, o Tribunal Regional, assim se pronunciou:

"O reclamante recorrente, em suas razões recursais (fls. 153 e seguintes), argumenta que não devem ser aplicadas as inovações trazidas pela Lei nº 13.467/2017, uma vez que as normas trabalhistas vigentes à época da sua contratação estão vinculadas ao seu contrato de trabalho, não podendo ser modificadas de forma prejudicial ao mesmo, ainda que por legislação superveniente, salvo se mais benéfica. Aduz que contava com mais de 10 anos de exercício de função gratificada na empresa reclamada recorrida em 10/11/2017, tendo adquirido o direito a sua incorporação com base na Súmula nº 372, I do colendo TST. Alega que a supressão da"Gratificação de Função Conv. (051003)"afetou demasiadamente a sua estabilidade econômica, em afronta a dispositivos constitucionais. Afirma que, a despeito da jurisprudência majoritária, o valor a ser incorporado ao seu salário, deve ser o último auferido, e não a média aritmética relativa ao período em que recebido gratificação. Requer, ao final, a condenação da empresa reclamada recorrida no pagamento de honorários de sucumbência no importe de 20%.

Sem razão.

Da leitura de sua peça recursal, percebe-se que o reclamante recorrente busca,claramente, induzir este juízo a erro. Isto é, embora afirme que, na data da vigência da Lei 13.467/17, possuía mais de 10 anos no exercício de função gratificada,as provas constantes dos autos demonstram que somente em 2019 o reclamante recorrente teria completado o requisito temporal para a incorporação que a Súmula 372 anterior lhe garantiria. Aliás,é o que se depreende da própria inicial, onde constam as seguintes afirmações:"Como se pode observar nas fichas financeiras em anexo,desde o ano de 2009o reclamante percebe a gratificação quebra de caixa. (...) No entanto, em ato manifestamente ilegal,em julho de 2019 a Reclamada suprimiu a gratificaçãodo Reclamante mesmo este exercendo funções gratificadas por mais de 10 (dez) anos."Grifos acrescidos.

Na realidade antes da vigência da"reforma trabalhista", o reclamante recorrente possuía mera expectativa de direito à incorporação da gratificação, haja vista não preencher, até a inovação legal, nenhum dos requisitos previstos na Súmula nº 372 do colendo TST, quais sejam, contar com 10 anos ou mais de exercício em função gratificada e ter sido revertido a seu cargo efetivo, sem justo motivo. Por essa razão,também não tem lugar a alegação de que as normas trabalhistas aderem ao contrato, posto que, em momento algum, o reclamante recorrente fez jus ao benefício invocado.

Não obstante a motivação explicitada ser suficiente para denegar a pretensão autoral, o entendimento ora adotado está em plena consonância com o Ofício CMJPN nº 11/2017, através do qual a Comissão de Jurisprudência e Precedentes Normativos do colendo TST encaminhou a proposta de revisão da Súmula nº 372 do c. TST, ante a nova redação do parágrafo 2º, do art. 468, da CLT . Neste ofício, a comissão entende que a incorporação conferida pela Súmula 372 somente pode ser conferida ao empregado que, até a vigência da Lei 13.467, já implementou 10 anos de exercício de função de confiança e já incorporou a gratificação de função quando da reversão ao cargo efetivo, não sendo o caso dos autos. Nos termos do Ofício CMJPN nº 11/2017, haveria três situações distintas,donde se entende que:

1)O novo § 2º do art. 468 da CLT, introduzido pela Lei nº 13.467/2017,aplica-se ao contrato de trabalhoem curso em 11.11.2017, data de início da vigência da nova lei,no caso do empregado que, então, ainda não implementou 10 anos de exercício de função de confiança.Nas palavras da Comissão: "Para esse empregado, mesmo sob a ótica da Súmula nº 372 do TST, havia mera expectativa de direito à eventual incorporação futura da gratificação de função.A lei nova, portanto, apanha essa situação para afastar totalmente o direito à incorporação".

2)O novo § 2º do art. 468 da CLT aplica-se tambémao contrato de trabalho em curso em 11.11.2017, no caso do empregado que, nessa data,já implementou 10 anos de exercício de função de confiança, mas ainda não incorporou a gratificação de função,porque não houve reversão ao cargo efetivo.

3) O novo § 2º do art. 468 da CLTnão se aplicaao contrato de trabalho vigente em 11.11.2017, no caso do empregado que, então,já implementou 10 anos de exercício de função de confiança e já incorporou a gratificação de função quando da reversão ao cargo efetivo.

Grifos acrescidos.

Em relação à hipótese nº 2, os Ministros integrantes da Comissão (João Oreste Dalazen, Walmir Oliveira da Costa e Maurício Godinho Delgado)ponderam:

"É certo que, à luz da Súmula nº 372 do TST, em tese assistir-lhe-ia o direito à incorporação, no futuro, da gratificação, se destituído da função.

Sucede que, excetuada a Súmula Vinculante,a súmula persuasiva em si não é fonte de direitos e obrigações. Tecnicamente, não é fonte formal do Direito do Trabalho.Meramente é uma síntese da interpretação da lei pelos tribunais, em reiteradas decisões.

Daí quenão se reveste de força coercitiva suficiente para, no caso, criar uma obrigação para o empregador e que se sobreponha à Lei nº 13.467/2017. Aplica-se, salvo melhor juízo, a lei nova.(g.n.)."

Eacrescentamque, nas duas primeiras situações jurídicas acima citadas,"não se divisa óbice à aplicação imediata da Lei nº 13.467/2017 aos contratos em curso, naturalmente a partir de sua vigência."

Não se há de cogitar, por isso, que a Súmula nº 372 do colendo TST prevaleça sobre texto expresso de lei, até porque o § 2º, do art. 8º, da CLT, introduzido pela Lei nº 13.467/2017, estatui que"súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei", proibição que repele,logicamente, criar obrigações em oposição ao texto da lei.

Nestes termos,deve permanecer incólume odecisumde origem.

Recurso ordinárioa que se nega provimento." (págs. 177-179, destacou-se)

Na hipótese, o Tribunal Regional, instância soberana na análise do conjunto fático-probatório dos autos, deixou consignado e concluiu que "embora afirme que, na data da vigência da Lei 13.467/17, possuía mais de 10 anos no exercício de função gratificada,as provas constantes dos autos demonstram que somente em 2019 o reclamante recorrente teria completado o requisito temporal para a incorporação que a Súmula 372 anterior lhe garantiria" (pág. 178).

Consignou, ainda, que "se depreende da própria inicial, onde constam as seguintes afirmações:"Como se pode observar nas fichas financeiras em anexo,desde o ano de 2009o reclamante percebe a gratificação quebra de caixa. (...) No entanto, em ato manifestamente ilegal,em julho de 2019 a Reclamada suprimiu a gratificaçãodo Reclamante mesmo este exercendo funções gratificadas por mais de 10 (dez) anos"" (pág. 178).

A jurisprudência dominante desta Corte, consubstanciada na

Súmula nº 372, firma-se no sentido de que a condição para a percepção de gratificação de função é que haja a prestação de serviço pelo empregado na função de confiança no período mínimo dez anos, para que, somente assim, acarrete então a incorporação da gratificação, tendo em vista o princípio da estabilidade financeira. Esse é o teor da Súmula nº 372:

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. SUPRESSÃO OU REDUÇÃO. LIMITES (conversão das Orientações Jurisprudenciais nos 45 e 303 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005

I - Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira. (ex-OJ nº 45 da SBDI-1 - inserida em 25.11.1996)

II - Mantido o empregado no exercício da função comissionada, não pode o empregador reduzir o valor da gratificação. (ex-OJ nº 303 da SBDI-1 - DJ 11.08.2003)

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 11.496/2007. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. PERCEPÇÃO POR MAIS DE DEZ ANOS. PERÍODOS DESCONTÍNUOS. INCORPORAÇÃO. SÚMULA 372 DO TST. Decisão embargada em harmonia com a jurisprudência desta Corte, firme no sentido de que a percepção de gratificação de função em períodos descontínuos que totalizam mais de dez anos não afasta a incorporação prevista na Súmula 372, I, do TST ("Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira"). Precedentes desta Subseção. Recurso de embargos conhecido e desprovido, no tema. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. PERCEPÇÃO POR MAIS DE DEZ ANOS. INCORPORAÇÃO. SÚMULA 372 DO TST. APLICAÇÃO AOS EMPREGADOS DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL ESPECÍFICA NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA 296/TST. Distintos os contextos em que fundados o paradigma trazido a cotejo e a decisão embargada, inviável a configuração de dissenso interna corporis, a teor da Súmula 296/TST. Recurso de embargos não conhecido, no tema". (E-RR-1114-64.2010.5.09.0028, Rel. Min. Hugo Carlos Scheuermann, SBDI-1, DEJT de 18/11/2016)

"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELA LEI 13.015/2014. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. INCORPORAÇÃO. PERÍODOS DESCONTÍNUOS. SÚMULA 372, I, DO TST. Controvérsia sobre o direito à incorporação da gratificação de função percebida por mais de dez anos pelo empregado, em períodos descontínuos. Com a edição da Súmula 372, I, deu-se evolução histórica construtiva da jurisprudência no sentido de tutelar o empregado da lesão causada pela destituição da função de confiança quando exercida por considerável período de tempo, daí a razão de desprezar-se a exigência de período contínuo. Assim, a interrupção no exercício da função gratificada, por si só, não tem o condão de impedir que períodos descontínuos sejam somados para que haja a sua incorporação quando verificado o exercício da gratificação de função por pelo menos dez anos. In casu, ainda que se argumente ter havido dois significativos intervalos de tempo sem recebimento de gratificação de função, sendo o primeiro de 6 anos e o segundo de 2 anos e 8 meses, nesse período contratual de 24 anos, o reclamante esteve inicialmente no exercício de função de confiança por 7 anos ininterruptos e, na sequência, foram mais dois períodos: um, de 1 ano e 6 meses, e depois outro, de mais 6 anos e 11 meses, totalizando mais de 15 anos de exercício de função de confiança. Em situação como a dos autos, na qual o trabalhador exerceu a função de confiança por longo período de tempo, ainda que descontínuo, o pagamento da gratificação de forma duradoura traduziu ajuste tácito de salário que acabou propiciando períodos de estabilidade econômica ao empregado, a partir da percepção mês a mês de um patamar remuneratório diferenciado ao que perceberia no exercício do cargo efetivo, razão pela qual deve ser mantida a procedência do pedido de incorporação da gratificação de função confiança. Recurso de embargos conhecido e desprovido". (E-ED-Ag-RR-1228-43.2013.5.10.0004, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, SBDI-1, DEJT de 21/10/2016)

"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELA LEI 11.496/2007. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. PERCEPÇÃO POR MAIS DE 10 ANOS INTERCALADOS. SÚMULA 372, I, DO TST. 1 - Imprópria a alegação de afronta a dispositivo da Constituição Federal, em decorrência da redação do art. 894, II, da CLT conferida pela Lei 11.496/2007. 2 - Não se verifica contrariedade à Súmula 372, I, do TST, por ser indiferente o fato de a gratificação de função ter sido exercida ou não de forma ininterrupta. Esta circunstância não se constitui elemento determinante à descaracterização da existência do equilíbrio financeiro alcançado pelo trabalhador no curso do contrato de trabalho. Precedente desta SBDI-1. 3 - Divergência jurisprudencial ora inespecífica, na forma da Súmula 296, I, do TST, ora inservível, ante o óbice da Súmula 337, III e IV, do TST. Recurso de embargos não conhecido". (E-ED-RR-35440-58.2003.5.24.0002, SBDI-1, Rel. Min. Delaíde Miranda Arantes, DJ de 24/2/2012)

"RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI N.º 11.496/2007. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. PERCEPÇÃO POR MAIS DE DEZ ANOS. INCORPORAÇÃO. 1. A colenda SBDI-I do TST firmou jurisprudência no sentido de que, "percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira" (Súmula n.º 372, I, do TST). 2. Do referido verbete se extrai, inequivocamente, a impossibilidade de suprimir as gratificações percebidas por longo período, com habitualidade, em homenagem ao princípio da estabilidade econômica. 3. Não estabelecida como condição obrigatória para a incorporação da gratificação a percepção contínua da referida parcela por dez anos, afigura-se legítimo que o julgador, diante do quadro fático-probatório revelado nos autos, decida sobre a licitude da exclusão do benefício, à luz do princípio da estabilidade financeira. 4. Verifica-se, no presente caso, que o reclamante, entre os anos de 1989 e 2003, percebeu gratificação de função por período equivalente a quase 12 anos, visto que, nos períodos de março a julho de 1991 e janeiro de 1997 a novembro de 1998, não recebeu a referida parcela. 5. Conclui-se, do exposto, consoante o entendimento consagrado no item I da Súmula n.º 372 do TST, que o reclamante tem jus à incorporação da gratificação de função, afigurando-se irrelevante, para tal fim, o fato de o obreiro ter exercido, ao longo do período informado, cargos de confiança diversos. Precedente da SBDI-I. 6. Recurso de embargos conhecido e provido. (...)" (E-RR-124740-57.2003.5.01.0071, Rel. Min. Lelio Bentes Corrêa, SBDI-1, DJ de 18/5/2012)

"RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 11.496/2007. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA POR PERÍODO SUPERIOR A 10 ANOS. ALCANCE DA SÚMULA N.º 372, I, DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO EM FACE DA EXISTÊNCIA DE PERÍODOS DESCONTÍNUOS. O fato de haver interrupção do exercício do cargo de confiança ou função gratificada, por si só, não enseja

contrariedade à Súmula n.º 372 deste Tribunal Superior. Tal ilação decorre tanto da perspectiva histórica da diretriz jurisprudencial em apreço, que culminou na supressão do termo -ininterruptos-; quanto pelo fato de tal circunstância não se constituir, necessariamente, em elemento determinante à descaracterização da existência do equilíbrio financeiro do obreiro, aspecto que envolve o princípio norteador do referido verbete sumular. Embargos conhecidos e providos". (E-ED-RR-74400-66.2007.5.03.0022, SBDI-1, Rel. Min. Maria de Assis Calsing, DJ de 19/11/2010)

"GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. PERCEPÇÃO POR MAIS DE DEZ ANOS EM PERÍODOS DESCONTÍNUOS. ESTABILIDADE FINANCEIRA. DIREITO À INCORPORAÇÃO. EXERCÍCIO DE CARGOS DE GERÊNCIA DIVERSOS, COM GRATIFICAÇÕES DISTINTAS. INCORPORAÇÃO PELA MÉDIA DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS. (PRECEDENTE DA SbDI-1). No caso, é incontroverso que a reclamante exerceu diversos cargos de gerência, remunerados com gratificações distintas, por mais de dez anos ininterruptos. A Súmula nº 372, item I, do TST é expressa ao consignar que a gratificação de função percebida por mais de dez anos não poderá ser retirada do trabalhador, em face do princípio da estabilidade financeira. O direito à continuidade do recebimento da gratificação de função, mesmo tendo o empregado sido revertido ao cargo efetivo, não encontra nenhuma limitação nem está condicionado ao preenchimento de algum outro requisito, a não ser o exercício da função por dez ou mais anos. Cumpre esclarecer que o exercício de diferentes cargos de confiança não constitui óbice à incorporação da gratificação de função, conforme já decidiu esta Corte. Além disso, destaca-se que, nas hipóteses como a dos autos, em que a reclamante exerceu diversos cargos de confiança, a incorporação dar-se-á pela média dos valores recebidos nos últimos dez anos. Precedentes. Agravo de instrumento desprovido" (AIRR - 11832-91.2013.5.11.0018, Data de Julgamento: 9/12/2015, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 18/12/2015).

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA DIVERSAS POR MAIS DE DEZ ANOS - PERÍODOS DESCONTÍNUOS - INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 372, I, DO TST. Conforme entendimento reiteradamente expresso nos julgados atuais desta Corte, a gratificação de função incorpora-se ao salário do empregado se for paga por tempo igual ou superior a dez anos, não podendo ser suprimida sem justo motivo. A Súmula nº 372, I, do TST não exige que o empregado perceba a mesma gratificação de função e que seja de forma ininterrupta, bastando, portanto, que a efetiva percepção totalize dez anos ou mais. Dessa forma, no caso dos autos, o exercício de diversas funções de confiança por mais de dez anos, ainda que em períodos descontínuos, confere ao empregado o direito à manutenção do pagamento da gratificação de função suprimida. Precedentes. Agravo desprovido". (Ag-AIRR-189000-24.2012.5.16.0003, 7ª Turma, Rel. Min. Vieira de Mello Filho, DEJT de 9/10/2015)

"RECURSO DE REVISTA - INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA DIVERSAS POR MAIS DE DEZ ANOS - PERÍODOS DESCONTÍNUOS - INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 372 DO TST. A Corte regional afastou a aplicação da orientação contida na Súmula nº 372 do TST, por entender que o empregado somente tem direito à incorporação da gratificação de função de confiança se tiver recebido por dez anos ou mais a mesma gratificação e de forma ininterrupta, o que não ocorreu no caso dos autos. Sucede que, conforme entendimento reiteradamente expresso nos julgados atuais desta Corte, a gratificação de função incorpora-se ao salário do empregado se for paga por tempo igual ou superior a dez anos, não podendo ser suprimida sem justo motivo. A Súmula nº 372, I, do TST não exige que o empregado perceba a mesma gratificação de função e que seja de forma ininterrupta, bastando, portanto, que a efetiva percepção totalize dez anos ou mais. Dessa forma, no caso dos autos, o exercício de diversas funções de confiança por mais de dez anos, ainda que em períodos descontínuos, mas sem grandes interrupções, confere ao empregado o direito à manutenção do pagamento da gratificação de função suprimida, todavia, pela média atualizada das gratificações percebidas durante o contrato de trabalho. Recurso de revista conhecido e provido". (RR-111-45.2012.5.10.0006, 7ª Turma, Rel. Min. Vieira de Mello Filho, DJ de 13/9/2013)

"RECURSO DE REVISTA EM FACE DE DECISÃO PUBLICADA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. EMPREGADO PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO PERCEBIDA POR MAIS DE DEZ ANOS. EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DIVERSAS. INCORPORAÇÃO PELA MÉDIA. O princípio da estabilidade econômica, oriundo do Direito Administrativo, representa a possibilidade de manutenção dos ganhos do empregado, quando convive, durante longo período, fixado pela jurisprudência em dez anos, com determinado padrão remuneratório e representa exceção à regra geral de retorno ao cargo efetivo, consubstanciada no art. 468, parágrafo único, da CLT. Busca-se adequar a regra legal à realidade dos fatos, que gera situação de gastos compatíveis com os seus ganhos e passa a conviver num nível mais elevado de necessidades, não sendo razoável que dele ficasse privado, sem nenhuma compensação, por um ato de gestão empresarial. Tal entendimento se aplica, inclusive, quando o empregador é integrante da Administração Pública (direta ou indireta), pois também deve seguir integralmente a legislação trabalhista, quanto à proteção dos servidores celetistas. Cumpre salientar, ainda, que para a incorporação da gratificação de função, não se exige o percebimento da mesma função durante todo o período ou que os dez anos sejam exercidos de forma ininterrupta. Contudo, o exercício de diversas funções de confiança por mais de dez anos confere à autora o direito à manutenção do pagamento da gratificação de função suprimida, pela média atualizada das gratificações percebidas, o que não foi observado pela decisão regional. Recurso de revista de que conhece e a que se dá parcial provimento." (RR-1355-02.2011.5.05.0194, 7ª Turma, Rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT de 22/4/2016)

No presente caso, diante da afirmação do Tribunal Regional, com base nas provas contidas nos autos, de que o reclamante NÃO exerceu por mais de dez anos a função gratificada antes de entrar em vigor a Lei nº 13.467/17 - vindo a completar o período de dez anos somente em 2019 -, NÃO faz jus à incorporação da gratificação de função na sua remuneração.

Cumpre ressaltar que nessa instância superior não mais se discutem fatos e provas, conforme dispõe a súmula nº 126 do TST.

Assim, estando a decisão recorrida em harmonia com a jurisprudência desta Corte, não há falar em violação dos artigos 7º, inciso VI, da Constituição Federal e artigo 468 da CLT, bem como estão superados os arestos colacionado a título de divergência jurisprudencial.

Diante do exposto, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, "b", do Regimento Interno do TST.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0020589-70.2019.5.04.0661

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	JAQUELINE NEGRINI
Advogada	Dra. Sandra Maria Bressan(OAB: 70525-A/RS)
Agravado	COMERCIO DE OTICA ELEDOIS LTDA
Advogado	Dr. Romeu Carlos Alziro Gehlen(OAB: 8251-A/RS)
Advogado	Dr. Carolina Nunes Soares(OAB: 104453-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMERCIO DE OTICA ELEDOIS LTDA
- JAQUELINE NEGRINI

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. TEMA INDICADO NA ÍNTEGRA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - VALOR ARBITRADO.
Foi apresentada contraminuta às págs. 307-311.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte, em vez de indicar o respectivo trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, transcreveu a íntegra do tema analisado no acórdão, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso.
Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/06/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/08/2018; AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.
Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0001044-55.2017.5.12.0016

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante e Agravado	SUPRICEL LOGÍSTICA LTDA.
Advogado	Dr. Gelson José Franceschi(OAB: 21172/SC)
Advogada	Dra. Joice Naia Siqueira(OAB: 375087/SP)
Agravante e Agravado	SCHNOR PARTICIPACOES LTDA

Agravado	FATIMA APARECIDA KWITSCHAL
Advogado	Dr. Edson Luiz de Oliveira(OAB: 5133-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- FATIMA APARECIDA KWITSCHAL
- SCHNOR PARTICIPACOES LTDA
- SUPRICEL LOGÍSTICA LTDA.

Trata-se de agravos de instrumento interpostos contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento aos recursos de revista. Pretendem as partes recorrentes o destrancamento e regular processamento de seus apelos. Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
AGRAVOS DE INSTRUMENTOS DAS RECLAMADAS. ANÁLISE CONJUNTA.
Interpostos recursos de revista contra acórdão regional proferido no julgamento de agravos de instrumento em recursos ordinários.
Contudo, manifestamente incabíveis os apelos, à míngua de previsão legal, conforme dispõe o art. 896 da CLT. Nesse sentido, o entendimento cristalizado na Súmula 218 desta Corte:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento."

O devido processo legal e a ampla defesa devem ser exercidos segundo o ordenamento jurídico vigente, observadas as estritas hipóteses de cabimento de cada modalidade recursal.
Assim, ausente pressuposto de admissibilidade, nego provimento aos agravos de instrumento (art. 932 do CPC).
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010477-75.2018.5.15.0045

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada	Dra. Fabiana Maria de Magalhães Souza Azevedo(OAB: 201153-A/SP)
Advogada	Dra. Débora Ramos Larsen(OAB: 424205-S/SP)
Agravado	SEBASTIAO MIGUEL RAMOS
Advogada	Dra. Célia Mara da Costa Machado(OAB: 108456-A/SP)
Advogado	Dr. André Vinícius de Moraes Sampaio(OAB: 200966-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- SEBASTIAO MIGUEL RAMOS

PROCESSO REGIDO PELA LEI Nº 13.467/2017. RITO SUMARÍSSIMO.

CAIXA EXECUTIVO. INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. GRATIFICAÇÃO DE CAIXA RECEBIDA POR MAIS DE DEZ ANOS. SUPRESSÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE JUSTO MOTIVO. SÚMULA Nº 372, ITEM I, DO TST.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo banco reclamado contra o despacho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: "Caixa executivo. Incorporação da gratificação de função".
Contraminuta e contrarrazões foram apresentadas.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo banco reclamado:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (decisão publicada em 08/03/2019; recurso apresentado em 19/03/2019).
Regular a representação processual.
Satisfeito o preparo.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Cumpre esclarecer que o eventual apontamento de ofensa a dispositivos legais e de divergência de arestos não serão apreciados, tendo em vista que a presente ação está sujeita ao procedimento sumaríssimo, nos termos do art. 896, § 9º, da CLT.
Oportuno ressaltar que não é válida, para efeito de conhecimento do recurso de revista, a invocação de Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, em conformidade com o disposto na Súmula 442 do C. TST.
REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / GRATIFICAÇÃO / GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO.
REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / GRATIFICAÇÃO / INCORPORAÇÃO.
DA SUPRESSÃO DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO - SALÁRIO CONDIÇÃO
SUPRESSÃO DA GRATIFICAÇÃO / JUSTO MOTIVO
Quanto a não constatação do justo motivo capaz de afastar o direito à incorporação da gratificação recebida por mais de 10 anos e, por consequência, o acolhimento do pedido de incorporação da referida gratificação, o v. acórdão, além de ter se fundamentado nas provas, decidiu em conformidade com a Súmula 372, I, do C. TST. Assim, inviável o recurso pelo teor do art. 896, § 7º, da CLT e das Súmulas 126 e 333 do C. TST.
Cumpre registrar que a decisão recorrida foi proferida em conformidade com a legislação vigente à época dos fatos, não havendo que se falar em aplicação retroativa do disposto na Lei nº 13.467/2017 para os fatos ocorridos anteriormente à sua vigência. Portanto, somente para os fatos ocorridos após a sua vigência que se devem aplicar as disposições da Lei nº 13.467/2017. Nesse sentido os seguintes julgados do C. TST: Ag-AIRR-897-12.2013.5.07.0015, 1ª Turma, DEJT-23/03/2018, ED-RR-10099-49.2015.5.03.0081, 2ª Turma, DEJT-23/2/2018, Ag-RR-29500-33.2009.5.15.0009, 5ª Turma, DEJT-31/10/18, Ag-AIRR-373-10.2016.5.08.0006, 6ª Turma, DEJT-16/03/2018, Ag-AIRR-10313-02.2016.5.15.0039, 7ª Turma, DEJT 22/06/2018, ED-AIRR-929-77.2015.5.10.0010, 8ª Turma, DEJT-19/12/2017.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista." (Págs. 572 e 573)

Inicialmente, registra-se que somente serão examinadas as questões e fundamentos jurídicos trazidos no recurso de revista denegado e reiterados nas razões deste agravo de instrumento. Assim, inviável a análise do tema "Gratificação de caixa. Natureza jurídica. Salário-condição", visto que o reclamada não renova, neste apelo, seu descontentamento com a decisão regional, no que se refere ao mencionado tópico.
Na minuta do agravo de instrumento, o banco reclamado rebela-se contra a decisão regional em que se considerou devida a incorporação da gratificação de função (gratificação de caixa) ao salário do autor, em virtude da percepção por período superior a 10 anos.
Sustenta que o obreiro exerceu a função de caixa executivo, o qual não pode ser considerado cargo de confiança, nos moldes da Súmula nº 102 do TST.
De outra mão, defende que "a partir do momento que o Reclamante deixou de exercer as funções de Caixa Executivo não faz mais jus ao recebimento da verba que só existe para remunerar o escriturário que atua como caixa" (pág. 579).
Afirma que o descomissionamento do autor, com ou sem justo motivo, não assegura ao empregado o direito à manutenção do pagamento da gratificação correspondente.
Aponta contrariedade às Súmulas nº 51, item II, 102 e 372 do TST, bem como violação dos artigos 468, parágrafo único da CLT e 5º, inciso II da Constituição Federal.
Traz arestos para o cotejo de teses.
Analiso.
Primeiramente, oportuno esclarecer que a denegação de seguimento ao recurso de revista pelo juízo de admissibilidade a quo com eventual manifestação quanto aos temas tratados no apelo não caracteriza usurpação de competência deste Tribunal Superior, exatamente por não se tratar de exame exauriente, mas sim regular exercício de função do Tribunal Regional, prevista no § 1º do artigo 896 da CLT. Saliente-se que a decisão da Corte de origem não vincula o juízo de admissibilidade definitivo a ser realizado nesta instância revisora.
Quanto à incorporação da gratificação de função (gratificação de caixa) ao salário do autor, o Tribunal Regional assim se manifestou:

"Fundamentação
Atendidos os pressupostos legais de admissibilidade, DECIDO: CONHECER do recurso de BANCO DO BRASIL S.A. e NÃO O PROVER, mantendo-se a r. sentença objurgada por seus próprios e jurídicos fundamentos, nos termos do art. 895, § 1º, IV, da CLT, no tocante à incorporação da gratificação de função desde março/2018, tendo em vista que o reclamante percebia gratificação de caixa desde dezembro de 1998 e que foi descomissionado em março de 2018, sendo irrelevante o fato de que o autor não exercia função de confiança. Com efeito, quanto ao argumento do recorrente de que o reclamante exercia função de caixa bancário, o entendimento predominante no C. TST é o de que, ainda que não se trate de cargo de confiança típico, há incidência da Súmula 372, I, do TST. Aplicável, assim, o princípio da estabilidade financeira também aos empregados que recebem gratificação de caixa, conforme precedentes do TST (Ag-AIRR - 373-10.2016.5.08.0006, Data de Julgamento: 14/03/2018, Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 16/03/2018; RR - 972-17.2012.5.01.0512, Data de Julgamento: 16/08/2017, Relator Ministro: Márcio Eurico Vitral Amaro, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 18/08/2017; ARR - 8-98.2011.5.15.0114, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Data de Julgamento: 09/08/2017, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 18/08/2017; RR - 384800-06.2009.5.12.0003, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 02/08/2017, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 04/08/2017). Ressalte-se que cabia ao reclamado demonstrar fato impeditivo ao direito do autor, qual seja, tempo na referida função inferior a 10 anos, até porque o réu detém as informações relativas aos assentamentos funcionais de seus empregados, ônus do qual não se desvencilhou, ao contrário, os holerites juntados pelo próprio reclamado comprovam o pagamento da gratificação de caixa no período imprescrito (ID bae5aa3).Além disso, no caso vertente, o reclamante adquiriu o direito à manutenção da gratificação de função em 2008, quando completou 10 anos na função de caixa, portanto, antes do início da vigência da Lei 13.467/2017. Assim, as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017, em especial o § 2º do art. 468 da CLT, não se aplicam ao presente caso, ante o princípio da irretroatividade. Por fim, o entendimento jurisprudencial iterativo, notório e atual do C. TST é no sentido de que o justo motivo, capaz de afastar o direito à incorporação da gratificação recebida por mais de 10 anos, pressupõe a quebra de confiança entre as partes, inviabilizando a permanência do empregado em determinada função, o que não ocorreu na hipótese. A presente ação foi ajuizada em 2/5/2018, isto é, após o início da vigência da Lei 13.467/2017, motivo pelo qual são devidos os honorários advocatícios previstos no art. 791-A da CLT, conforme art. 6º da Instrução Normativa 41/2018 do C. TST. Também não prospera a impugnação à concessão de justiça gratuita ao reclamante, pois a declaração de pobreza juntada aos autos faz presumir a situação de miserabilidade (Súmula nº 33 deste E. Tribunal). Outrossim, nego provimento ao pedido formulado pelo reclamante, em contrarrazões, de aplicação de multa por litigância de má-fé ao banco reclamado, por não vislumbrar, ao menos por ora, atitude deliberadamente temerária ou ímproba por parte do reclamado, tampouco o intuito protelatório. Ressalte-se, por fim, a inexistência de contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou violação direta da Constituição da República."(Págs. 500-502, destacou-se)

O Regional, instância soberana na análise do acervo fático-probatório dos autos, consignou que o reclamante percebia gratificação de função (gratificação de caixa) desde dezembro de 1998 e que foi descomissionado em março de 2018.
Assentou a Corte de origem que, competia ao banco reclamado demonstrar fato impeditivo ao direito do autor, qual seja, tempo na referida função inferior a 10 anos, ônus do qual não se desvencilhou a contento, visto que os holerites apresentados em juízo evidenciam o pagamento da gratificação de caixa por período superior a 10 anos.
Ainda, o Tribunal "a quo" assinalou que o justo motivo, capaz de rechaçar o direito à incorporação da gratificação de função recebida por mais de 10 anos, qual seja, a quebra de confiança entre as partes, não restou demonstrada.
A Súmula nº 372, item I, do TST consolidou o entendimento de que a gratificação de função percebida por dez ou mais anos pelo empregado não poderá ser suprimida pelo empregador em caso de reversão, sem justo motivo, ao cardo de origem, tendo em vista o princípio da estabilidade financeira.
Nessa linha, a jurisprudência desta Corte tem firme a posição de que, embora o caixa executivo (caixa bancário) não exerça cargo de confiança nos moldes descritos na Súmula nº 102 do TST, o princípio da estabilidade financeira, insculpido no verbete sumular nº 372 deste Tribunal Superior, aplica-se também aos empregados

que recebem gratificação de caixa, desde que auferida por período igual ou superior a dez anos.

Citem-se, no aspecto, os seguintes precedentes desta Corte:

EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 11.496/2007. CAIXA BANCÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. PERCEPÇÃO POR MENOS DE DEZ ANOS. SUPRESSÃO. POSSIBILIDADE. 1. A Turma, concluindo ser inviável a incorporação da gratificação percebida pela reclamante em decorrência do exercício da função de caixa executivo, deu provimento ao recurso de revista da reclamada para, 'considerando lícita a supressão da gratificação de caixa bancário paga de forma habitual por menos de dez anos, determinar seja excluído da condenação o pagamento da incorporação determinada pelo eg. Tribunal Regional, bem como os reflexos legais daí advindos'. Consignou que, 'apesar de o caixa bancário não exercer cargo de confiança (Súmula 102/IV do TST), o entendimento predominante nesta Corte é no sentido de que o princípio da estabilidade financeira, consagrado no item I da Súmula 372, aplica-se também aos empregados que recebem gratificação de caixa, desde que observado o limite temporal estabelecido na referida Súmula (percepção da gratificação por 10 ou mais anos), o que não ocorreu com o Reclamante'. 2. Decisão recorrida em harmonia com a jurisprudência deste Tribunal, firme no sentido de que o fato de o caixa bancário não exercer cargo de confiança não afasta a aplicação da Súmula 372, I, do TST, de modo que, exercida a função de caixa bancário por menos de dez anos, e deixando o empregado de exercê-la, o empregador poderá suprimir o pagamento da gratificação respectiva, não havendo falar em incorporação. Precedentes desta SDI-I. Recurso de embargos conhecido e não provido. (E-ED-RR - 67600-04.2004.5.02.0071 , Relator Ministro: Hugo Carlos Scheuermann, Data de Julgamento: 06/08/2015, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 14/08/2015 - destaques acrescidos). [...] GRATIFICAÇÃO DE CAIXA RECEBIDA POR MAIS DE DEZ ANOS. SUPRESSÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 372, I, TST. Apesar de o caixa bancário não exercer cargo de confiança (Súmula 102, VI, do TST), o entendimento predominante nesta Corte é no sentido de que o princípio da estabilidade financeira, consagrado na Súmula 372, I, do TST aplica-se também aos empregados que recebem gratificação de caixa, observado o limite temporal estabelecido no referido verbete. Recurso de revista não conhecido. COMPENSAÇÃO. O Regional não emitiu juízo de valor sobre as questões jurídicas levantadas em torno dos arts. 37, § 2º e 4º, da Constituição Federal e 462, § 1º, da CLT. Ausente, portanto, o indispensável requisito do prequestionamento de que trata a Súmula 297, I e II, do TST. Recurso de revista não conhecido. (RR - 310900-05.2009.5.09.0025 , Relator Ministro: Márcio Eurico Vitral Amaro, Data de Julgamento: 24/10/2018, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 26/10/2018).

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO BANCO DO BRASIL EM FACE DE DECISÃO PUBLICADA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. BANCÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE CAIXA PERCEBIDA POR MAIS DE DEZ ANOS. SUPRESSÃO. SÚMULA Nº 372, I, DESTA CORTE SUPERIOR. A jurisprudência desta Corte Superior tem se manifestado reiteradamente no sentido de que o princípio da estabilidade financeira, consagrado na Súmula nº 371, aplica-se também aos empregados que recebem gratificação pelo exercício da função de caixa bancário, desde que observado o limite temporal estabelecido no referido verbete sumular, quanto ao percebimento da gratificação por mais de 10 anos. Precedentes da SBDI-1. Agravo de instrumento a que se nega provimento. [...](ARR - 8-98.2011.5.15.0114 , Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Data de Julgamento: 09/08/2017, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 18/08/2017).

"RECURSO DE REVISTA. (...) GRATIFICAÇÃO DE CAIXA. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 372 DO TST. INCORPORAÇÃO AO SALÁRIO. Uma vez que o e. TRT não se pronunciou a respeito da prescrição do direito à incorporação da gratificação de caixa percebida pela reclamante, de forma a inviabilizar a análise dos aspectos relevantes para solução da controvérsia, incide, na hipótese, o óbice da Súmula 297/TST, não se havendo falar, em consequência, em violação do artigo 7º, XXIX, da CF/1988. Quanto à discussão acerca da incidência do item I da Súmula 372 do TST, verifica-se, com base no acórdão regional, que a reclamante preencheu o requisito temporal para incorporação da gratificação percebida ao salário, tendo em vista ser incontroverso que a reclamante de fato exerceu a função de caixa bancário por mais de 10 (dez) anos, recebendo a gratificação respectiva. Em sequência, quanto ao argumento de que a gratificação de função, a que se refere o verbete em debate, decorre necessariamente do exercício do cargo de confiança, com base no item VII da Súmula 102, o entendimento desta Corte Superior é de que, nas circunstâncias em que o caixa bancário perceba gratificação de função por mais de dez anos, não incide óbice à aplicação do item I da Súmula 372 do TST. Precedentes. Recurso não conhecido. (...)" (TST-RR - 384800 -06.2009.5.12.0003 , Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 02/08/2017, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 04/08/2017)"

"RECURSO DE REVISTA. SUPRESSÃO DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. CAIXA EXECUTIVO. PERCEPÇÃO POR MENOS DE DEZ ANOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 372, I, DO TST. I. Este Tribunal firmou entendimento de que o adicional compensatório por perda de função de confiança, previsto no regulamento da Caixa Econômica Federal não afasta a incidência da Súmula 372, I, do TST bem como que o princípio da estabilidade financeira consagrado na mencionada Súmula aplica-se também aos empregados que percebam a gratificação de caixa bancário . II. A gratificação de caixa é salário condicionado ao exercício da função referida, logo, a sua incorporação só pode ocorrer nas hipóteses da Súmula 372, I, do TST. III. No caso concreto, extrai-se do acórdão que o Reclamante exerceu a função de caixa e percebeu a gratificação correspondente por apenas 18 meses, logo, não há óbice à supressão da gratificação. Incólumes os arts. 7º, VI, da CR e 468, da CLT. IV. Recurso de revista de que não se conhece." (TSTS-RR - 96-42.2011.5.12.0043 , Relatora Desembargadora Convocada: Cilene Ferreira Amaro Santos, Data de Julgamento: 04/11/2015, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 06/11/2015)"

[...] GRATIFICAÇÃO "QUEBRA DE CAIXA" PERCEBIDA POR NOVE ANOS E ONZE MESES. SUPRESSÃO DA PARCELA. OBSTATIVA DE DIREITO. DEVIDA A INCORPORAÇÃO. Este Tribunal Superior tem decidido que apesar de a gratificação "quebra de caixa" não resultar do exercício de cargo de confiança (Súmula 102, IV, do TST), predomina neste Tribunal Superior o entendimento de que o princípio da estabilidade financeira, legitimado no na Súmula 372, I, do TST, aplica-se também aos empregados que recebem gratificação de "quebra de caixa", desde que percebido por dez anos ou mais. No caso, a autora percebeu gratificação de caixa bancário por 9 anos e 11 meses, no entanto, evidencia-se que a supressão fundou-se tão-somente no intuito de obstar a incorporação da gratificação. Estando a decisão regional em conformidade com entendimento desta Corte, incidem, portanto, a Súmula nº 333 desta Corte e o art. 896, § 7º, da CLT como óbices ao prosseguimento da revista, a pretexto da alegada ofensa aos

dispositivos apontados, bem como da divergência jurisprudencial transcrita. Agravo de instrumento não provido. (AIRR - 12247-98.2014.5.15.0092 , Relator Ministro: Breno Medeiros, Data de Julgamento: 23/05/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 01/06/2018).

No caso vertente, consta no acórdão recorrido que a parte autora, no desempenho da função de caixa executivo, auferiu a gratificação de caixa por período superior a dez anos, não restando comprovado o justo motivo para o réu destituí-la do cargo diferenciado, razão pela qual é indevida a incorporação ao seu salário. Intacta a Súmula nº 372 do TST.
Visto que o processo que segue rito sumaríssimo deve atender aos requisitos exigidos pelo § 9º do artigo 896 da CLT, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 13.015/2014. Dessa forma, a alegada violação infraconstitucional e a divergência jurisprudencial apontada não autorizam a admissibilidade do recurso de revista, pois sua admissibilidade somente é possível por indicação de contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme desta Corte ou à súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, ou ofensa direta a dispositivo da Constituição Federal.
Ademais, a invocação genérica de violação do artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal, em regra e como ocorre neste caso, não é suficiente para autorizar o processamento do recurso de revista, na medida em que, para sua constatação, seria necessário concluir, previamente, ter havido ofensa a preceito infraconstitucional.
A indicação de contrariedade à Súmula no 51 do TST não será analisada nesta decisão ante a ausência do necessário prequestionamento da matéria. O Regional não julgou com base neste dispositivo, não elaborou tese acerca de seus fundamentos, tampouco, foi instado a se manifestar a seu respeito nos embargos de declaração. Incide no caso o artigo 896, § 1º-A, inciso I, da CLT e Súmula nº 297, itens I e II, do TST.
Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011668-36.2017.5.03.0010

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	RENATO JOSE DE MAGALHAES
Advogado	Dr. Jeferson de Jesus Farnezi(OAB: 132941-A/MG)
Agravado	STOLA DO BRASIL LTDA.
Advogado	Dr. José Eduardo Duarte Saad(OAB: 36634-A/SP)
Advogado	Dr. Francisco José Ferreira de Souza Rocha da Silva(OAB: 182432-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- RENATO JOSE DE MAGALHAES
- STOLA DO BRASIL LTDA.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. TEMAS INDICADOS NA ÍNTEGRA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: HORAS EXTRAS, HORAS DE SOBREAVISO e FÉRIAS.
Foram apresentadas contrarrazões às págs. 495-503 e contraminuta às págs. 504-509.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte, em vez de indicar os respectivos trechos da decisão recorrida em que se encontram prequestionadas as matérias objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º -A, inciso I, da CLT, transcreveu a íntegra dos temas analisados no acórdão, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso. Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/06/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/08/2018; AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de

prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.

Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.

Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.

Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011609-66.2017.5.03.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	GABRIELA MARIA HENRIQUE DE FREITAS
Advogado	Dr. Clériston Marconi Pinheiro Lima(OAB: 107001-A/MG)
Advogado	Dr. Luiz Rennó Netto(OAB: 108908-A/MG)
Advogado	Dr. Wagner Santos Capanema(OAB: 61737-A/MG)
Agravado	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	Dr. Herbert Moreira Couto(OAB: 47034 -B/MG)
Advogado	Dr. Laura Pereira Brito Machado(OAB: 167276-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- GABRIELA MARIA HENRIQUE DE FREITAS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO III, DA CLT. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ANALÍTICA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: INTERVALO INTRAJORNADA.

Foram apresentadas contrarrazões e contraminuta às págs. 2.488-2.490.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

Verifica-se, de plano, que a parte não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos por ela indicados, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT.

Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso III, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:

"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

(...)

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte." (destacou-se)

Na hipótese, a exigência processual contida no referido dispositivo não foi satisfeita.

Registra-se que, quanto à gratificação especial, a parte indicou a íntegra do trecho de prequestionamento e que, quanto aos demais temas, o agravo de instrumento encontra-se desfundamentado.

Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000366-84.2011.5.05.0003

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	Dr. Carlos Roberto de Siqueira Castro(OAB: 17769-S/BA)
Agravado	MANUEL MARTINEZ GONZALEZ
Advogado	Dr. Antony de Teive e Argolo(OAB: 14988-A/BA)
Agravado	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada	Dra. Renata Protásio de Souza(OAB: 21808-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- MANUEL MARTINEZ GONZALEZ
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI No 13.015/2014 - EXECUÇÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela segunda executada, FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS, contra o despacho do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: "MULTA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS".

Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões, conforme certidão de pág. 2.537.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela segunda executada:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o Recurso (Decisão publicadaem 13/03/2020 - fl./Seq./Id.;protocolado em 25/03/2020 - fl./Seq./Id.32d41d0).
Informaçõesaferidas pelocontrole de prazo (Aba Expedientes) do Sistema PJe.
Regular a representação processual,fl./Seq./Id. c812588.
O Juízo está garantido, fl./Seq./Id. 4a41c8f.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Trata-se de Recurso de Revista interposto contra julgamento proferido em execução de sentença. Nesse caso, a matéria discutida restringe-se à hipótese de violação direta e literal a preceito da Constituição Federal, na forma do art. 896, §2º, da CLT e Súmula nº 266 do TST.
Considerando o disposto no art. 896-A, § 6º, da CLT (inserido pela Lei 13.467/17), o juízo de admissibilidade deste Recurso de Revista se limita à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Efeitos.

O Recurso de Revista não preenche o requisito formal de admissibilidade previsto no §1º-A, I, do artigo 896 da CLT, incluído pela Lei nº 13.015, de 2014:
"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista ; (...)"
A transcrição do trecho do Acórdão ultrapassando os limites da tese devolvida no Recurso de Revista e sem o devido destaque, não atende ao requisito em tela. Observe-se que o destaque aposto sobro a conclusão do Decisum também não cumpre o requisito legal. Deve-se transcrever o trecho que prequestiona a controvérsia, a fim de possibilitar o confronto analítico entre a tese central assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica apresentada no Recurso de Revista, o que propicia a identificação precisa da contrariedade, da violação, da afronta ou da divergência jurisprudencial indicada.
Registre-se o entendimento da SDI1 do TST:
"(...) AGRAVO EM EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. A egrégia Sexta Turma não conheceu do recurso de revista da embargante em razão do descumprimento do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, na medida em que a parte efetuou a transcrição integral do tópico da decisão recorrida, sem proceder ao destaque do trecho que consubstancia o prequestionamento da matéria. A SBDI-1 desta Corte, interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmou jurisprudência no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, a transcrição integral do tópico referente ao tema recorrido,quando a fundamentação do acórdão regional não é sucinta o bastante que permita o confronto analítico entre a fundamentação do acórdão regional e a tese jurídica suscitada pela parte no recurso. Assim, é inviável o conhecimento de recurso de embargos por divergência que não atende os critérios do artigo 894, § 2º, da CLT, segundo o qual a divergência apta a ensejar os embargos deve ser atual, não se considerando tal a ultrapassada por súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho. Agravo conhecido e desprovido. (Ag-E-ARR - 820-20.2015.5.09.0001 , Relator Ministro: Breno Medeiros, Data de Julgamento: 09/08/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 17/08/2018)"
"EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. DECISÃO EMBARGADA PUBLICADA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO APRESENTA A TRANSCRIÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE IDENTIFICA O PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA OBJETO DO APELO. REQUISITO LEGAL INSCRITO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI 13.015/2014. 1 - A e. 7ª Turma não conheceu do recurso de revista patronal, que versava sobre os temas "horas extras", "intervalo intrajornada", "horas in itinere" e "multa por embargos de declaração protelatórios", ressaltando o não preenchimento do requisito inscrito no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, uma vez que "interpôs recurso de revista sem transcrever o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia" (fl. 601); 2 - Efetivamente, não se sustenta a tese recursal de que, "ainda que não transcritos literalmente, foram devidamente indicados e prequestionados no recurso de revista todos trechos da decisão recorrida objeto da controvérsia, os quais mereciam o devido enfrentamento na forma do art. 896, § 1º-A, I, da CLT" (fl. 617); 3 - Embora o dispositivo em comento utilize o verbo "indicar", referindo-se ao requisito formal ali inscrito, esta Corte Superior tem exigido a transcrição do trecho da decisão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, firme no entendimento de que a alteração legislativa empreendida pela Lei 13.015/2014, nesse aspecto, constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar a identificação precisa da contrariedade a dispositivo de Lei e a Súmula e do dissenso de teses, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo. Assim, a necessidade da transcrição do trecho que consubstancia a violação e as contrariedades indicadas, e da demonstração analítica da divergência jurisprudencial, visa a permitir a identificação precisa e objetiva da tese supostamente ofensiva a lei, à segurança das relações jurídicas e à isonomia das decisões judiciais, de modo que contribua para a celeridade da prestação jurisdicional, possibilite a formação de precedentes como elementos de estabilidade e a decisão do TST contribua para a formação da jurisprudência nacionalmente unificada. Precedentes. 4 - Recurso de embargos conhecido e desprovido. (E-ED-RR - 552-07.2013.5.06.0231 , Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 09/06/2016, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 17/06/2016)"
Registre-se o entendimento da SDI1 do TST:
"AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014. RECURSO DE REVISTA NÃO CONHECIDO. REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. INDICAÇÃO DO TRECHO DA DECISÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO

DEMONSTRADA. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Subseção, acerca dos pressupostos intrínsecos do recurso de revista, insertos no artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria trazida ao debate, cabendo à parte a demonstração, clara e objetiva, dos fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido, não se admitindo, para tanto, a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva, pois, para fins de cumprimento da exigência legal, é imprescindível a transcrição textual do trecho da decisão recorrida. Portanto, a discussão sobre o cumprimento dos pressupostos intrínsecos do artigo 896, § 1º-A, da CLT está superada pela jurisprudência desta Subseção, o que impõe a incidência do artigo 894, § 2º, da CLT. Precedentes. Agravo regimental desprovido. Processo: AgR-E-ED-RR - 492-52.2014.5.21.0014 Data de Julgamento: 17/05/2018, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 25/05/2018."

Aposentadoria e Pensão / Complementação de Aposentadoria / Pensão / Fonte de Custeio.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Juros.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Correção Monetária.

Mostra-se inviável a análise do Recurso de Revista, uma vez que a Turma não adotou tese sobre essa matéria. Ausente o prequestionamento, incidem a Súmula 297, I, do TST e o disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Penalidades Processuais / Multa por ED Protelatórios.

Alegação(ões):

- violação do inciso LV do artigo 5º, da Constituição Federal.

Insurge-se contra a multa por Embargos protelatórios. Sustenta que os Embargos de Declaração opostos tinham o objetivo de sanar omissão existente na Decisão Colegiada.

A Parte Recorrente transcreveu o seguinte trecho do Acórdão para demonstrar o prequestionamento:

Com efeito, diante do que foi analisado, afigura-se o intuito meramente protelatório dos embargos de declaração, o que ora se declara, interpostos com o único fito de procrastinar o andamento do feito.

Assim, condeno a embargante ao pagamento de multa no importe de 1% (um por cento) sobre o valor da causa (art. 1.026, parágrafo segundo, do CPC, com a faculdade concedida pelo art. 769 da CLT)."

Não se constata possível ofensa aos dispositivos constitucionais apontados pela Parte Recorrente. Violação, se houvesse, seria meramente reflexa, o que é insuficiente para autorizar o seguimento do Recurso de Revista, de acordo com as reiteradas Decisões das Turmas doTribunal Superior do Trabalho:

"(AIRR - 1000615-14.2015.5.02.0471 , Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 25/10/2017, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 27/10/2017, AIRR - 55641-78.2004.5.09.0091, julgado em 24.2.2010, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, 4ª Turma, DEJT de 5.3.2010; RR - 17800-25.2006.5.02.0301, julgado em 14.10.2009, Relatora Ministra Rosa Maria Weber, 3ª Turma, DEJT de 13.11.2009)."

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento aoRecurso de Revista."(destacou-se págs. 2.447-2.450).

Na minuta de agravo de instrumento, quanto à multa por interposição de embargos de declaração protelatórios, a segunda executada contesta a aplicação da referida multa, alegando, em síntese, que utilizou o meio recursal conferido na lei para insurgência contra a decisão regional.

Indica violação dos artigos 5º, inciso LV, da Constituição Federal e 80 do código civil.

Analiso.

No que concerne à multa por interposição de embargos de declaração protelatórios, o Tribunal Regional do Trabalho da 5a Região, em sede de embargos de declaração, assim se manifestou: "De início, cumpre-nos aduzir que nos termos do art. 1.022 do CPC/15, os embargos de declaração têm por objetivo sanar omissão, contradição e/ou obscuridade no julgado, além de corrigir erro material, não se prestando a submeter o que foi decidido a um novo exame, como se fora um recurso capaz de mudar a prestação jurisdicional.

Por outro lado, o cabimento de embargos de declaração, ainda que ajuizados sob alegação de prequestionamento de matéria, não dispensa a indicação e a efetiva existência de quaisquer dos vícios expressamente definidos na legislação.

In casu, a embargante impugna ponto do Acordão por discordar da decisão que lhe foi desfavorável, o que não viabiliza a modificação da decisão por esta estreita via recursal.

A parte não pode, a pretexto de obter uma declaração do exato sentido do julgado, valer-se dos embargos para novo pronunciamento jurisdicional, reformando o anterior. A via declaratória é imprópria para impugnar a justiça ou não da decisão, conforme, a rigor, pretende o embargante. Noutras palavras, considerando injusta ou incorreta a decisão, deve, a parte interessada se valer do remédio jurídico apropriado, uma vez que os embargos declaratórios não se prestam a tal fim.

MULTA. PROCRASTINAÇÃO

Com efeito, diante do que foi analisado, afigura-se o intuito meramente protelatório dos embargos de declaração, o que ora se declara, interpostos com o único fito de procrastinar o andamento do feito.

Assim, condeno a embargante ao pagamento da multa no importe de 1% (um por cento) sobre o valor da causa (art. 1.026, parágrafo segundo, do CPC, com a faculdade concedida pelo art. 769 da CLT." (págs. 336 337, destacou-se).

A Corte Regional, por entender que os embargos de declaração opostos foram protelatórios, condenou a segunda reclamada ao pagamento da multa de 2% sobre o valor da causa, ao fundamento de que "diante do que foi analisado, afigura-se o intuito meramente protelatório dos embargos de declaração, o que ora se declara, interpostos com o único fito de procrastinar o andamento do feito." (pág. 2.370).

Com efeito, verifica-se que é nítido o inconformismo da parte com o resultado do julgamento e a sua pretensão de buscar o reexame da matéria objeto da decisão embargada, o que revela a utilização dos embargos de declaração para fim diverso do previsto em lei.

Dessa maneira, inexistindo omissão a ser sanada na decisão embargada, em que se analisaram todas as matérias arguidas por inteiro e de forma fundamentada, são absolutamente descabidos e meramente procrastinatórios os embargos de declaração interpostos pela reclamante, sendo, em consequência, devida a multa, conforme aplicada pelo Tribunal Regional.

Por fim, a invocação genérica de violação do artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988 e do art. 80 do código civil, não são

suficientes para autorizar o processamento do recurso de revista com base na previsão da alínea "c" do artigo 896 da CLT, na medida em que, para sua constatação, seria necessário concluir, previamente, ter havido ofensa a preceito infraconstitucional.
Quanto aos demais temas impugnados, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014.
A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.
Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.
Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:
"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Com efeito, quanto a todos os outros temas o AIRR está desfundamentado, porque a parte não ataca o fundamento específico do despacho.
Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento com fundamento nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015, 896, § 14, da CLT e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010562-15.2018.5.18.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	VILA NOVA FUTEBOL CLUBE
Advogado	Dr. Paulo Henrique Silva Pinheiro(OAB: 22135/GO)
Agravado	ELISON APARECIDO ROSA
Advogado	Dr. Filipe Souza Rino(OAB: 329068/SP)
Advogado	Dr. Thiago de Souza Rino(OAB: 230129-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- ELISON APARECIDO ROSA
- VILA NOVA FUTEBOL CLUBE

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Interposto recurso de revista contra acórdão regional proferido no julgamento de agravo de instrumento em recurso ordinário.
Contudo, manifestamente incabível o apelo, à míngua de previsão legal, conforme dispõe o art. 896 da CLT. Nesse sentido, o entendimento cristalizado na Súmula 218 desta Corte:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento."

O devido processo legal e a ampla defesa devem ser exercidos segundo o ordenamento jurídico vigente, observadas as estritas hipóteses de cabimento de cada modalidade recursal.
Assim, ausente pressuposto de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1000878-68.2016.5.02.0711

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	TRANSKUBA TRANSPORTES GERAIS LTDA.
Advogado	Dr. Luiz Aparecido Ferreira(OAB: 96654/SP)
Advogada	Dra. Fabiana Teculo de Paula(OAB: 274961/SP)
Advogado	Dr. Bruna Silva Ferreira(OAB: 371632-A/SP)
Agravado	LUIZ ANTONIO DOS SANTOS
Advogado	Dr. Constantino Ribeiro Costa Filho(OAB: 88088/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- LUIZ ANTONIO DOS SANTOS
- TRANSKUBA TRANSPORTES GERAIS LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:
Interposto recurso de revista contra acórdão regional proferido no julgamento de agravo de instrumento em recurso ordinário.
Contudo, manifestamente incabível o apelo, à míngua de previsão legal, conforme dispõe o art. 896 da CLT. Nesse sentido, o entendimento cristalizado na Súmula 218 desta Corte:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento."

O devido processo legal e a ampla defesa devem ser exercidos segundo o ordenamento jurídico vigente, observadas as estritas hipóteses de cabimento de cada modalidade recursal.
Assim, ausente pressuposto de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000137-25.2020.5.08.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	DYONATHAM DA SILVA SALES
Advogada	Dra. Anne Vitoria Santiago Morais do Nascimento(OAB: 9036-A/PA)
Advogado	Dr. Raimundo Tadeu do Nascimento(OAB: 22411-A/PA)
Agravado	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH
Advogado	Dr. Wacim Torres Ballout(OAB: 7916-A/PA)
Advogado	Dr. Glaython Barreto de Menezes(OAB: 18327-B/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- DYONATHAM DA SILVA SALES
- EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Interposto recurso de revista contra acórdão regional proferido no julgamento de agravo de instrumento em recurso ordinário.
Contudo, manifestamente incabível o apelo, à míngua de previsão legal, conforme dispõe o art. 896 da CLT. Nesse sentido, o entendimento cristalizado na Súmula 218 desta Corte:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento."

O devido processo legal e a ampla defesa devem ser exercidos segundo o ordenamento jurídico vigente, observadas as estritas hipóteses de cabimento de cada modalidade recursal.
Assim, ausente pressuposto de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001057-32.2019.5.14.0403

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	L & G ALIMENTOS DO BRASIL LTDA
Advogado	Dr. Alberto Bardawil Neto(OAB: 3222-A/AC)
Agravado	JOAO FEITOSA DA SILVA DO NASCIMENTO
Advogado	Dr. Andre Fabiano Santos Aguiar(OAB: 3393-S/AC)
Advogada	Dra. Krysna Marcela Ramirez Ferreira(OAB: 4773-A/AC)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO FEITOSA DA SILVA DO NASCIMENTO
- L & G ALIMENTOS DO BRASIL LTDA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
HORAS EXTRAS. CARGO DE CONFIANÇA NÃO CARACTERIZADO
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, às págs. 364-370, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 327-344, quanto ao tema HORAS EXTRAS. CARGO DE CONFIANÇA NÃO CARACTERIZADO.
Foram apresentadas contraminuta às págs. 476-478 e contrarrazões às págs. 472-475.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada:
"(...)
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / RECURSO / TRANSCENDÊNCIA
Quanto à alegação de transcendência, resta prejudicada a sua análise nesta oportunidade, diante do que dispõe o §6º do artigo 896-A da Consolidação das Leis do Trabalho, "in verbis": "O juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela Presidência dos Tribunais Regionais do Trabalho limita-se à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos do apelo, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas".
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade.
Alegação(ões):
Afirma que "... o Acórdão somente possui aparência de decisão fundamentada, mas sequer aprofundou-se na tese apresentada e por ele reconhecida: a presença dos requisitos inerentes à caracterização do cargo de confiança.", e que "Mesmo que indiretamente, limitou-se a mera transcrição de julgados, artigos de lei e da prova testemunhal em seu corpo, ou seja, um conjunto de

citações que se prestariam a fundamentar qualquer outra decisão sobre o mesmo tema, deixando, por fim, de seguir entendimento do TST sobre o conceito de "amplos poderes de mando e gestão", sem demonstrar a existência de distinção no caso em comento, ou ainda, eventual a superação do entendimento firmado na jurisprudência uniforme."

Em que pesem as arguições formuladas pela recorrente, constato que a análise das supracitadas matérias resta prejudicada, em virtude do que passo a explicitar.

A disciplina inserta na Consolidação das Leis do Trabalho afeta ao recurso de revista sofreu significativa modificação com a edição da Lei n. 13.015/2014, dentre as quais a exigência de uma nova formalidade intrínseca para a admissibilidade dessa modalidade recursal, que o legislador fez contar no 1º-A, inserido pelo referido diploma normativo no art. 896 da CLT, que atualmente está assim redigido:

"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte."

De acordo com o artigo 896, § 1º-A, inciso II, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, a parte que recorre deve "indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do egrégio Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional".

Na hipótese, a parte recorrente não observou o inciso, o que torna inviável o processamento do recurso de revista.

Duração do Trabalho / Horas Extras / Cargo de Confiança.

Alegação(ões):

- violação do(s) artigo(s) 62, II da CLT.
- divergência jurisprudencial: para fundamentar sua(s) tese(s), colaciona aresto(s) do(s) do TRT da 3ª Região e do e. TST;

Afirma que "que o Acórdão vai frontalmente contra a redação expressa da legislação, que prevê no art. 62, II, da CLT o enquadramento do Recorrente como chefe, gerente e equiparados, interpretado pela vasta e uniforme jurisprudência dos TRT's e do TST, quanto ao conceito cargo de confiança e os limites do que venha a ser "amplos poderes de mando e gestão", e faz isso de forma sutil, pois transcreve jurisprudências genéricas no mesmo sentido, mas profere decisão contrária a elas."

Apresenta, ainda, que "como os precedentes passaram a ter força normativa no ordenamento jurídico, o que aliado à abstração, à generalidade e à imperatividade, possuem verdadeiro valor de normas jurídicas, deve o Acórdão ser reformado para atender a jurisprudência uniforme dos demais Tribunais Regionais, em conformidade com precedente do TST."

Inicialmente, transcrevo o(s) trecho(s) doacórdão recorrido quanto à(s) matéria(s) em questão (Id2886994):

[...]

Em que pesem as alegações da recorrente, a presente revista não deve ser processada, visto que em se confrontando as razões de recorrer e o decidido pela Turma desta Especializada, constato que a(s) tese(s) erigida(s) nos remete(m) ao exame casuístico dos elementos instrutórios da demanda, implicando o revolvimento dos fatos e provas discutidos no processo, proposição inviável em sede de recurso de revista.

A reapreciação de fatos e provas não se compadece com a natureza extraordinária do recurso de revista, consoante a redação da Súmula nº 126 do egrégioTribunal Superior do Trabalho, que assim dispõe: "Recurso. Cabimento. Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, letra b, da CLT) para reexame de fatos e provas".

A respeito desse caráter conferido ao recurso de revista, assim a doutrina se posiciona:

"(...) a finalidade para a qual se instituiu o recurso de revista não foi a tutela do direito subjetivo dos litigantes, mas a preservação da integridade do direito objetivo, tanto com a garantia de observância da lei posta como com a busca de uniformidade jurisprudencial, verdadeira decorrência do princípio constitucional da igualdade. Decorre daí ser despicienda a reapreciação, em recurso de revista, do aspecto fático da controvérsia, uma vez que o julgamento em que se apreciou mal a prova, podendo causar lesão ao direito das partes, em nada abala o ordenamento jurídico. Trata-se de "sententia lata contra ius litigatoris" injusta com toda a certeza, mas cuja correção não se mostra viável por meio de recurso de revista, e que não se confunde com a sententia contra "ius in thesi", essa sim passível de reforma por meio de impugnação extraordinária, dado incorrer o Juiz em erro na interpretação ou na aplicação do direito objetivo. (MALLET, Estevão. Do recurso de revista no processo do trabalho. São Paulo: LTr, 1995, p. 99/100)."

"Se a finalidade do recurso de revista repousa na supremacia do direito objetivo e na uniformização acerca da interpretação dos Tribunais Regionais do Trabalho, salta aos olhos que esta modalidade de recurso extraordinário não se presta a reexame de fatos e provas. É o que se infere das Súmulas n. 297 do STF e n. 7 do STJ, bem como da Súmula n. 126 do TST.

Ora, é sabido que o exame ou reexame de provas significa, na verdade, apreciar ou reapreciar questões de fato, o que se mostra incabível em sede de instância extraordinária. Daí a afirmação corrente de que os recursos de natureza extraordinária são eminentemente técnicos e não se prestam a corrigir justiça ou injustiça da decisão recorrida. (Leite, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do Trabalho. 9ª ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 834)."

Com efeito, diante do óbice consagrado na Súmula nº 126 da egrégia Corte Superior Trabalhista, não há como se determinar o processamento deste apelo de natureza extraordinária, no particular.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, nego seguimento ao presente recurso de revista, em virtude da ausência dos requisitos de sua admissibilidade elencados no inciso II do §1º-A e nas alíneas "a" e "c"do art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)" (págs. 327-329, 343 e 344).

Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, contestando a condenação que lhe foi imposta, relativa ao pagamento das horas extras, ao argumento de que "o referido trecho do r. Acórdão [Acórdão do TRT-14], confronta o inciso II, art. 62, da CLT" (pág. 369).

Aduz que "operou-se perante o TRT-14, quando do julgamento do recurso ordinário proposto pela Agravante, a criação de um precedente sobre "poderes de mando e gestão", entendimento

restrito em excesso e completamente contrário ao entendimento jurisprudencial de Tribunal Superior do Trabalho e demais Tribunais Regionais" (pág. 369).

Sustenta que "resta evidente ser a discussão proposta em Recurso de Revista de imensa repercussão, pois se empregado o entendimento adotado pelo TRT-14, no caso em apreço, acerca do cargo de supervisor de supermercado não estar equiparado a cargo de confiança, mesmo observado todos os requisitos legais para equiparação, como pagamento de no mínimo 40% do salário e poderes de mando e gestão, (dada a existência de amplos poderes), todos os grandes supermercados da região estarão vulneráveis a uma enxurrada de reclamações trabalhistas propostas por gerentes de setores (ou supervisores) cobrando hora extra, mesmo tendo percebido, durante todo o vínculo de trabalho, gratificação por função de confiança" (pág. 369).

Alega violação do artigo 62, inciso II, da CLT e apresenta arestos para o confronto de teses.

Sem razão.

O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto à horas extras e à não configuração do cargo de gestão, nos seguintes termos:

"(...)

2.2.1 Do cargo de confiança

Argui a reclamada que é incontroverso que recorrido era Supervisor de Açougue e Peixaria, tendo sob seu comando imediato cerca de 18 (dezoito) a 20 (vinte) pessoas no setor.

Afirma a recorrente que o entendimento do magistrado "a quo" sobre cargo de confiança é extremamente restritivo e presume tratar-se de pequena empresa, na qual um gerente tem total direção daquela, contudo, se a empresa possui um setor de compras independente, é óbvio que não será o supervisor do açougue que irá tratar com os fornecedores diretamente, mas sim competirá a ele identificar as necessidades de estoque e passar para o setor competente. Isso vale, também, para a tratativa com os 20 (vinte) funcionários a ele subordinados.

Alega a empresa que o recorrido era responsável por fazer escala de funcionários mensais, determinando quem trabalhava em qual período, por controlar estoque do setor e realizar as informações para os pedidos, acompanhar inventários do setor do açougue, sendo, ainda, responsável por fazer reuniões de nivelamento de informações, e acompanhar a produtividade e desempenho dos colaboradores, sendo-lhe delegada a responsabilidade de aplicação de penalidades, bem como encaminhar colaboradores para dispensa ou remanejamento.

Aponta a reclamada que ficou comprovado que o recorrido exercia a gestão das atividades e escalas dos funcionários, mas passava à diretoria de recursos humanos as demandas para as providências administrativas, como advertências, suspensões e demissões.

Sustenta a recorrente que entender que o recorrido não tinha amplos poderes de mando e gestão para descaracterizar a contratação legal do cargo de confiança e condenar a recorrente ao pagamento de horas extras e seus consectários legais têm, como única consequência, garantir vantagem indevida, e atribuir quantia vultosa de direitos que não o recorrido não possui, ensejando enriquecimento sem causa às suas custas.

Por fim, requer a reforma da sentença para reconhecer o cargo de confiança desempenhado pelo obreiro. Subsidiariamente, pugna pelo abatimento do valor pago a título de gratificação de função da condenação ao pagamento de horas extraordinárias.

O juiz "a quo" assim fundamentou sua decisão:

DA JORNADA DE TRABALHO. DO CARGO DE CONFIANÇA

Diz o reclamante que laborava de segunda a sexta-feira das 6h às 12h e das 14h às 20h, com folga sempre na quinta-feira. Afirma que nas terças-feiras, em razão da necessidade de realização do "balanço" de estoque das mercadorias, sua jornada era das 6h às 19h, com duas horas de intervalo, e continuava das 21h até 1h/2h do outro dia. Alega que um vez ao mês, próximo ao seu final, normalmente no dia 27 ou 28, realizava "balanço" mais apurado das mercadorias, oportunidade em que trabalhava das 6h às 15h e retomava das 21h às 5h do dia seguinte. Argumenta que nunca recebeu qualquer valor a título de horas extras e que não exercia efetivo cargo de confiança, razão porque requer o pagamento das horas extras trabalhadas.

A reclamada resiste à pretensão, alegando que o reclamante ocupava cargo supervisor de açougue e peixaria, comandando vinte funcionários, recebendo gratificação pelo exercício da função e que, por isso, estava ele submetido ao art. 62 d CLT, requisito legal para que não haja controle de jornada e por via de consequência não incida o pagamento de horas extras previsto na CLT.

Segundo disposto no art. 7o, inciso XIII, da CF/88, bem como no art. 58 da CLT, a duração normal do trabalho não excederá de oito horas diárias, salvo estipulação diversa firmada em conformidade com os requisitos legais.

Ainda, dispõe o art. 74 da CLT rege que o horário de trabalho será anotado em registro de empregados, sendo que o seu parágrafo segundo reza que para os estabelecimentos com mais de 20 (vinte) trabalhadores será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída.

No caso, é incontroversa a ausência de controle da jornada do reclamante, por confessado pela reclamada.

Além disso, a empregadora também não impugna a jornada alegada na petição inicial, restringindo sua defesa no fato de não estar o reclamante submetido ao regime de controle de horário.

Contudo, embora o art. 62 da CLT disponha que os gerentes, assim considerados os exercentes de cargos de gestão, aos quais se equiparam, para efeito do disposto neste artigo, os diretores e chefes de departamento ou filial não se sujeitam ao regime da jornada de trabalho ali disposto

O art. 62 da CLT trata-se de previsão legal que exclui de forma expressa determinadas categorias de trabalhadores do regime de jornada previsto na norma consolidada, especialmente quanto à sua limitação.

Ocorre que as situações previstas em lei nada mais são do que uma presunção relativa de impossibilidade de controle da jornada daqueles trabalhadores, e que podem/devem ser afastadas quando verificado que, mesmo no exercício de cargo com tal nomenclatura, não possuía os poderes inerentes ao de gestor, nem quando se mostra possível o controle da jornada pelo empregador, com lastro no princípio da primazia da realidade.

Vale ressaltar o que os cargos de gestão previstos no inciso II do art. 62 da CLT constituem aqueles em que o trabalhador se ativa como verdadeiro longa manus de seu empregador, ou seja, quando é impossível, dado ser ele a autoridade máxima, de realizar-se o controle de sua jornada, já que é ele quem a estabelece, com poderes para tanto.

Conforme ensina a doutrina "(...) aqui, apenas estabelece uma presunção - ela não autoriza discriminação (que seria inconstitucional, a propósito - ver art. 7o, XIII e XVI, CF /88). Comprovado, inequivocamente, que o obreiro, ainda que exercente de cargo ou função de confiança ou gestão, vê-se submetido a rigoroso controle de horários ao longo de seu cotidiano de trabalho, não há que se falar em exclusão de tal empregado do regime de jornada delimitada e, por consequência, da possibilidade de aferição de sobre a jornada. A atenuação dos rigores do artigo 62, "b" da

CLT, pela lei n. 8.966/94, torna ainda mais correta e pertinente essa compreensão interpretativa acerca do problema (DELGADO, Maurício Godinho. In Curso de Direito do Trabalho. 16a ed. Editora Ltr. São Paulo).

Nesse sentido, não tem o mencionado dispositivo legal a mera finalidade de eximir o empregador do dever de observar o limite constitucional de jornada do seu empregado, nem de afastar o pagamento das horas extras realizadas, vez que não se pode admitir a existência de dispositivo legal que permita se sobrepor a mera vontade do empregador à saúde do empregado, uma vez que, como se sabe, a limitação da jornada é conquista histórica da civilização e que tem como objetivo a preservação da saúde dos trabalhadores.

Assim que, para que se possa afastar o regime de jornada previsto em lei, faz-se necessário a efetiva comprovação do desempenho das prerrogativas inerentes ao cargo de gestão, ônus da prova que incumbia à parte reclamada, visto que fato impeditivo do direito do autor, nos termos do artigo 818, inciso II, da CLT.

Da análise dos elementos fático-probatórios contidos nos autos, entendo não restar comprovado o exercício de funções capazes de imbuir ao empregado a condição de gestor, e, portanto, de inviabilizar o controle da jornada por parte do empregador.

A prova oral também não socorre as alegações da reclamada, já que, em depoimento pessoal, o seu preposto afirmou que pelo que sabe, o reclamante não realizava negociação com fornecedores ou terceiros e que a contratação de empregados é realizada mediante procedimento conjunto entre o encarregado, que avalia a capacidade técnica do candidato, e o setor de recursos humanos, que avalia as demais condições; que a contratação dos empregados, se com a concordância do encarregado, é realizada pelo setor de recursos humanos. Disse, ainda, que as demissões são realizadas mediante determinação do gerente da loja e que as contratações são realizadas pelo setor de recursos humanos, além de que o reclamante não possuía procuração da empresa para qualquer fim .

No mesmo sentido, a testemunha Helder Jorge Silva dos Santos, devidamente advertido e compromissado, declarou que o reclamante não aplicava punição ou advertência aos empregados, apenas as comunicava à gerência e, na maioria das vezes, nada acontecia. Afirmou também que o reclamante não tinha poder de alterar o valor das mercadorias a serem vendidas, as quais já eram determinadas pela direção da empresa e que era o reclamante o responsável por dar ordens e realizar cobranças dentro do açougue, mas que as punições exigiam o aval da gerência.

Por sua vez, a testemunha Vanderli Verones da Vitória, advertido e compromissado, declarou que o reclamante aplicava algumas advertências diretamente os empregados e outras eram aplicadas diretamente pela gerência; que se reportava diretamente ao reclamante, pois era seu superior direto, mas algumas decisões exigiam a concordância da gerência.

Nesse sentido, resta nítido do conjunto fático probatório contido nos autos que o reclamante não atuava com plenos poderes na direção sequer do setor que supervisionava, uma vez que não detinha os poderes que são considerados mínimos para que seja enquadrado como cargo de gestão, uma vez que confessado pela reclamada e comprovado pelas testemunhas que não possuía o poder de falar em nome da empresa, nem sequer poderes para contratar, demitir ou punir, em casos mais graves, os demais empregados, estando sempre adstrito à vontade da gerência geral do estabelecimento.

Por fim, também não resta qualquer dúvida de que era possível o controle da jornada do reclamante, uma vez que este prestava serviços no mesmo ambiente em que os demais empregados supostamente a ele subordinados, e considerando que estes realizavam o registro de início e término da prestação dos serviços, sendo claro que o mesmo mecanismo de controle poderia ser utilizado para o controle da jornada do reclamante, que não era realizado de forma deliberada pela empregadora.

Com efeito, entendo restar comprovado que o reclamante não desempenhava efetivo cargo de gestão e, portanto, a ele não se aplica a exceção prevista no art. 62, inciso II, da CLT, devendo serem apuradas e pagas todas as horas extraordinárias realizadas.

Em relação à jornada de trabalho, a reclamada, quando da apresentação da defesa, não lança impugnação específica aos horários contidos na petição inicial, os quais, por isso, tenho por verdadeiros.

Assim, declaro que o reclamante trabalhava de segunda a sexta-feira, das 6h às 20h, com duas horas de intervalo, e nas terças-feiras das 6h às 19h, com duas horas de intervalo, retomando o serviço das 21h à 1h30 do dia seguinte, e aos domingos das 6h às 18h, com intervalo de duas horas, sendo que uma vez ao mês prestava serviços das 6h às 15h e das 21h às 3h30 do dia seguinte.

Declaro, ainda, que em duas oportunidades durante o contrato de trabalho, ao realizar o "balanço" de final de mês, o reclamante trabalhou das 06h às 15h e das 21h às 5h.

Como é sabido, a princípio, é do empregado o ônus de provar a extrapolação da jornada ordinária de trabalho, justamente por se tratar de fato extraordinário e constitutivo do direito perseguido (arts. 818, I, da CLT e 373, I, do CPC).

Contudo, tendo em vista que o empregador contava com mais de 20 (vinte) empregados, sobre si recai o encargo de provar a jornada de trabalho do empregado, especialmente com a apresentação dos cartões de ponto.

Nesse sentido, dispõe o § 2º do art. 74 da CLT, "verbis":

Art. 74. O horário de trabalho será anotado em registro de empregados. (Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)

§ 2º Para os estabelecimentos com mais de 20 (vinte) trabalhadores será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções expedidas pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, permitida a pré-assinalação do período de repouso. (Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)

Na mesma direção, orienta a Súmula 338, em seu item I:

SUM-338 JORNADA DE TRABALHO. REGISTRO. ÔNUS DA PROVA

I - É ônus do empregador que conta com mais de 10 (dez) empregados o registro da jornada de trabalho na forma do art. 74, § 2º, da CLT. A não-apresentação injustificada dos controles de frequência gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, a qual pode ser elidida por prova em contrário. (ex-Súmula nº 338 - alterada pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003)

Não obstante isso, a reclamada, ao alegar que o reclamante ocupava função de confiança, atraiu para si o ônus de provar tal fato, por se tratar de exceção à regra da obrigatoriedade do registro da jornada (art. 74, § 2º, da CLT), constituindo fato impeditivo do direito às horas extras (art. 818, II, da CLT, c/c art. 373, II, do CPC).

A única alegação que, em tese, socorre a recorrente é a de que o reclamante exercia função de confiança e por isto não se sujeitava ao controle de jornada, na forma do art. 62, II, da CLT.

Entretanto, por tratar-se de norma restritiva de direitos, sua interpretação não pode ser ampliativa, de modo a se considerar outras funções para fins de aplicação da exceção legal quanto ao controle de jornada.

Cediço que, para que se configure a exceção prevista no art. 62, II, da CLT, é necessária a presença simultânea do recebimento de

gratificação e do desempenho efetivo do cargo de gestão (requisitos objetivo e subjetivo, respectivamente).

Ademais, a prova oral produzida indica que o reclamante não possuía autonomia e poder de mando, além de comprovar que, de fato, laborava em sobrejornada.

Da ata de audiência extraio os seguintes trechos dos depoimentos das partes e testemunha:

O preposto da empresa, em seu depoimento, afirmou:

(...) que é empregado da empresa reclamada, ocupando a função de gerente de recursos humanos; que já trabalhava na reclamada durante o período de contrato do reclamante, já na função de gerente de recursos humanos; que no estabelecimento da reclamada trabalham no total cerca de 200 empregados; que no setor em que trabalhava o reclamante trabalhavam cerca de 20 empregados; que o reclamante não realizava o registro da jornada, em razão do cargo que ocupava; que os demais empregados no mesmo setor realizavam o registro de horário; que pelo que sabe, o reclamante não realizava negociação com fornecedores ou terceiros; que a empresa possui setor comercial e que nele há os empregados denominados "compradores", que são os responsáveis pela negociação e compra da mercadoria a ser revendida; que a contratação de empregados é realizada mediante procedimento conjunto entre o encarregado, que avalia a capacidade técnica do candidato, e o setor de recursos humanos, que avalia as demais condições; que a contratação dos empregados, se com a concordância do encarregado, é realizada pelo setor de recursos humanos; que não se recorda se o reclamante sofreu algum tipo de punição ou advertência durante o contrato. Às perguntas da patrona do reclamante, respondeu: que as demissões são realizadas mediante determinação do gerente da loja; que as contratações são realizadas pelo setor de recursos humanos; que o reclamante ocupava o cargo de supervisor de açougue e reportava-se ao gerente da loja; que o reclamante não possuía procuração da empresa para qualquer fim; que o reclamante cumpria jornada equivalente aos demais empregados; que, pelo que se recorda, a jornada de trabalho do reclamante era em torno de 7/8 horas por dia ; que não sabe se o reclamante tinha poderes para modificar o preço dos produtos colocados à venda; que o balanço consiste no controle de estoque da loja; que pelo que se recorda o balanço é realizado em média uma vez ao mês; que existem empregados específicos para realização dos balanços, mas que é possível que o reclamante tenha deles participado; que quando os empregados participam do balanço são dispensados da jornada normal, em compensação, trabalhando somente no horário do balanço; que não sabe informar em que horário o balanço é realizado, apenas que ocorre em média uma vez ao mês; que o reclamante tinha como atribuição aplicar punição ou advertência aos demais empregados, apenas comunicando a decisão à gerência." Sem mais perguntas. Encerrado o depoimento.

A primeira testemunha arrolada pela parte reclamante, Sr. Elder Jorge Silva dos Santos afirmou:

(...) Que trabalhou junto com o reclamante no estabelecimento da empresa reclamada, na função de açougueiro; que o reclamante ocupava a função de encarregado; que a função de um encarregado corresponde a função de gerente do setor; que o balanço era realizado de 1 a 3 vezes por semana; que o balanço era realizado pelo reclamante e mais um ou dois açougueiros por ele escolhidos; que o balanço era realizado entre as 21 horas e as 4 horas ou 5 horas da manhã; que o depoente cumpria jornada normal das 14h20 às 22h20; que quando era recrutado para realização do balanço recebia folga no dia seguinte, mas que o reclamante trabalhava normalmente; que o depoente sofreu uma única punição durante o contrato com a reclamada, que foi aplicada pelo gerente da loja; que o reclamante não aplicava punição ou advertência aos empregados, apenas as comunicava à gerência e, na maioria das vezes, nada acontecia; que o reclamante não tinha poder de alterar o valor das mercadorias a serem vendidas, as quais já eram determinadas pela direção da empresa; que não havia metas de vendas, mas cobranças para que estas fossem mantidas sempre no mesmo patamar; que as cobranças das vendas eram realizadas pela gerência e não pelo reclamante; que as cobranças eram direcionadas a toda equipe; que o depoente realizava o registro da jornada, mas o reclamante não, tendo em vista que nenhum encarregado o fazia, em razão do cargo. Às perguntas do patrono da empresa, respondeu: que o depoente tinha como chefe o reclamante; que era o reclamante o responsável pela distribuição das tarefas a serem desempenhadas pelos açougueiros durante a jornada; que as atribuições de tarefas no açougue eram determinadas pelo reclamante, conforme o seu entendimento, não recebendo ou desempenhando ordens superiores; que era o reclamante o responsável por dar ordens e realizar cobranças dentro do açougue, mas que as punições exigiam o aval da gerência; que o reclamante era quem comunicava aos açougueiros as advertências sofridas; que as advertências eram aplicadas por escrito e por meio do reclamante; o depoente reafirma que durante o seu contrato com a reclamada sofreu somente uma punição, mas aplicada pelo gerente de nome Mário, e não pelo reclamante; que não se recorda quando ocorreu a referida punição. " Sem mais perguntas. Encerrado o depoimento.

Pela ordem, manifesta-se o procurador da reclamada, nos seguintes termos: nesse momento em que foi (o depoente), mais uma vez, questionado, sobre o fato de ter recebido advertência ou mais de uma advertência, informou que recebeu apenas uma, quando de fato a empresa tem quatro advertências assinadas pelo depoente, sendo que duas fora do período em que o gerente Mário compunha o quadro da empresa. Nesse ponto, é importante ressaltar que o MM. Juiz, que preside a presente audiência, advertiu de forma clara e ostensiva que a testemunha tem compromisso com a verdade e que, mesmo reinquirido, preferiu não se ater à verdade. Manifesta, por fim, que fará, em momento oportuno, a comprovação do alegado.

A segunda testemunha arrolada pela parte reclamante, Sr. Vanderli Verones da Vitória, declarou:

(...) que trabalhou para a reclamada no mesmo setor do reclamante, no cargo de sushiman; que o reclamante ocupava o cargo de encarregado; que o reclamante aplicava algumas advertências diretamente aos empregados e outras eram aplicadas diretamente pela gerência; que se reportava diretamente ao reclamante, pois era seu superior direto, mas algumas decisões exigiam a concordância da gerência; que quando julgava necessário reposição de produtos, requerida ao reclamante e este os providenciava; que o depoente nunca participou dos balanças, que somente sabe do procedimento por ouvir falar." Sem mais perguntas.

Infiro da prova oral que o autor, embora respondesse pelos assuntos inerentes ao seu departamento, limitava-se às diretivas traçadas por superiores hierárquicos, sem que estivesse investido de poderes de mando e gestão que lhe descem autonomia para tomar decisões que interferissem no destino do empreendimento. Aliás, as testemunhas afirmaram que até mesmo as penalidades eram aplicadas em conjunto com o gerente, sendo por este último autorizada.

Por outro lado, a simples designação de cargos intitulados de "chefes, supervisores ou encarregados", sem que o exercente desempenhe suas atividades com autonomia e poder decisório,

ainda que tenha subordinados ou perceba remuneração superior (o que é até lógico), não é suficiente para suprimir o direito ao recebimento do valor correspondente ao trabalho extraordinário, cuja jornada será fixada com base na prova oral colhida no feito. No mesmo sentido, lanço mão de recentes decisões deste Regional, envolvendo cargos de confiança:

CARGO DE CONFIANÇA. ARTIGO 62, II, DA CLT. NÃO CONFIGURAÇÃO. HORAS EXTRAS DEVIDAS. Constata-se da prova oral que o autor, embora respondesse pelos assuntos inerentes ao seu departamento, limitava-se às diretivas traçadas por superiores hierárquicos, sem que estivesse investido de poderes de mando e gestão que lhe descem autonomia para tomar decisões que interferissem no destino do empreendimento. Somente quando as funções do empregado são formadas por atribuições típicas daqueles que exercem o cargo de gestão ou de confiança, podendo contratar, demitir e aplicar punições, com recebimento de patamar salarial superior a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) sobre o salário do cargo efetivo, configurará a exceptiva prevista no artigo 62, II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A simples designação de cargos intitulados de "chefes, supervisores ou encarregados", sem que o exercente desempenhe suas atividades com autonomia e poder decisório, não é suficiente para suprimir o direito ao recebimento do valor correspondente ao trabalho extraordinário.(RO - 0000070-86.2018.5.14.0061, acórdão publicado no DJE em 5-10-2018, 2ª Turma, Relator Des. Carlos Augusto Gomes Lôbo);

CARGO DE CONFIANÇA. MFB MARFRIG FRIGORÍFICOS BRASIL S.A. ARTIGO 62, II, DA CLT. NÃO CONFIGURAÇÃO. HORAS EXTRAS DEVIDAS. Constata-se da prova oral que o autor, embora respondesse pelos assuntos inerentes ao seu departamento, limitava-se às diretivas traçadas por superiores hierárquicos, sem que estivesse investido de poderes de mando e gestão que lhe descem autonomia para tomar decisões que interferissem no destino do empreendimento. Somente quando as funções do empregado são formadas por atribuições típicas daqueles que exercem o cargo de gestão ou de confiança, podendo contratar, demitir e aplicar punições, com recebimento de patamar salarial superior a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) sobre o salário do cargo efetivo, configurará a exceptiva prevista no artigo 62, II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A simples designação de cargos intitulados de "chefes, supervisores ou encarregados", sem que o exercente desempenhe suas atividades com autonomia e poder decisório, não é suficiente para suprimir o direito ao recebimento do valor correspondente ao trabalho extraordinário. (RO - 0000126-74.2016.5.14.0131, acórdão publicado no DJE em 9-3-2017, 2ª Turma, Relator Des. Carlos Augusto Gomes Lôbo);

CARGO DE CONFIANÇA. ARTIGO 62, II DA CLT. NÃO CONFIGURAÇÃO. HORAS EXTRAS DEVIDAS. Somente quando as funções do empregado são formadas por atribuições típicas daqueles que exercem o cargo de gestão ou de confiança, podendo contratar, demitir e aplicar punições, com recebimento de patamar salarial superior a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) sobre o salário do cargo efetivo, configurará a exceptiva prevista no artigo 62, II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A simples designação de cargos intitulados de "chefes, supervisores ou encarregados", sem que o exercente desempenhe suas atividades com autonomia e poder decisório, não é suficiente para suprimir o direito ao recebimento do valor correspondente ao trabalho extraordinário. (RO0001091-86.2015.5.14.0131, acórdão publicado no DJE em 3-5-2016, 2ª Turma, Relatora Des. Socorro Guimarães);

CARGO DE CONFIANÇA. MFB MARFRIG FRIGORÍFICOS BRASIL S.A. ARTIGO 62, II DA CLT. NÃO CONFIGURAÇÃO. HORAS EXTRAS DEVIDAS. Conquanto verificado o expressivo número de empregados subordinados ao reclamante, constata-se da prova oral que o autor, embora respondesse pelos assuntos inerentes ao seu departamento, limitava-se às diretivas traçadas por um superior hierárquico, sem que estivesse investido de poderes de mando e gestão que lhe descem autonomia para tomar decisões que interferissem no destino do empreendimento. Somente quando as funções do empregado são formadas por atribuições típicas daqueles que exercem o cargo de gestão ou de confiança, podendo contratar, demitir e aplicar punições, com recebimento de patamar salarial superior a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) sobre o salário do cargo efetivo, configurará a exceptiva prevista no artigo 62, II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A simples designação de cargos intitulados de "chefes, supervisores ou encarregados", sem que o exercente desempenhe suas atividades com autonomia e poder decisório, não é suficiente para suprimir o direito ao recebimento do valor correspondente ao trabalho extraordinário. (RO 0001045-97.2015.5.14.0131, acórdão publicado no DJE em 7-7-2016, 2ª Turma, Relator Des. Carlos Augusto Gomes Lobo);

HORAS EXTRAS. SUPERVISOR. ARTIGO 62, II, CLT. EXCEPCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE PODERES DE GESTÃO. DEFERIMENTO DA SOBREJORNADA. Para se enquadrar na excepcionalidade do artigo 62, II, da CLT, exige-se que o obreiro, além de perceber o acréscimo salarial previsto no parágrafo único do referido artigo, esteja também investido em poderes de gestão, na forma legal, caso contrário, são devidas as horas extras trabalhadas. (RO 0010477-77.2014.5.14.0131, 1ª Turma, acórdão publicado no DJE em 26-11-2014, Relator: Desembargador Shikou Sadahiro).

Nesse panorama, e alinhado à jurisprudência deste Regional, coaduno com o entendimento da origem de que o obreiro exercia mera distribuição de serviço em sua equipe, não tomando decisões importantes dentro da reclamada, o que exclui a incidência do art. 62, II, da CLT.

Quanto à jornada apontada pelo obreiro em sua inicial, observo que a reclamada, em sua contestação (ID. 8Fd404d), não a controverte, apenas rechaça o direito à percepção das horas extraordinárias em razão do alegado cargo de confiança, que não ficou comprovado.

Registro, por fim, que não há falar em compensação da quantia recebida a título de adicional de gratificação com as horas extras deferidas, eis que esta remunerou apenas o aumento de tarefas que foram atribuídas ao reclamante, exigindo-lhes maiores responsabilidades funcionais, não servindo, por si só, para qualificá-la como exercente de cargo de confiança. Desse modo, a gratificação de função recebida pelo empregado visa a quitar tão somente as atividades desempenhadas, não abrangendo as duas horas extras laboradas, por aplicação analógica da Súmula n. 109, do TST.

Forte nos argumentos supra, nego provimento ao recurso patronal, no particular.

(...)" (sublinhou-se e negritou-se, págs. 261-269 obs: tente negritar a parte em que se demonstra que o trabalhador não exercia cargo de confiança).

Consoante se infere da decisão do Regional "a prova oral produzida indica que o reclamante não possuía autonomia e poder de mando, além de comprovar que, de fato, laborava em sobrejornada" (pág. 264).

Segundo a Corte a quo, "o autor, embora respondesse pelos assuntos inerentes ao seu departamento, limitava-se às diretivas traçadas por superiores hierárquicos, sem que estivesse investido de poderes de mando e gestão que lhe descem autonomia para

tomar decisões que interferissem no destino do empreendimento" (pág. 267).
Consignou que "o obreiro exercia mera distribuição de serviço em sua equipe, não tomando decisões importantes dentro da reclamada, o que exclui a incidência do art. 62, II, da CLT" (pág. 268).
Conforme demonstram os excertos extraídos da decisão regional, os elementos fáticos dos autos conduziram à conclusão de que o/a reclamante efetivamente não possuía ingerência no desenvolvimento da sua atividade laboral a ponto de enquadrá-la na hipótese disposta no artigo 62, inciso II, da CLT, de forma que são devidas as horas extras deferidas na demanda.
Para que esta Corte superior pudesse concluir de forma diversa, seria necessário o reexame da valoração de fatos e de provas dos autos feita pelas esferas ordinárias, o que é absolutamente vedado a esta instância recursal de natureza extraordinária, nos termos da Súmula nº 126 do TST, não havendo falar, portanto, em violação do artigo 62, inciso II, da CLT.
Cumpre salientar que somente é importante perquirir a quem cabe o ônus da prova quando não há prova dos fatos controvertido nos autos, arguido por qualquer das partes. Assim, uma vez que este ficou efetivamente provado, conforme asseverou o Tribunal Regional, é irrelevante o questionamento sobre a quem caberia fazer a prova.
Também não há falar em divergência jurisprudencial válida ao processamento do recurso de revista, nos termos da Súmula nº 296, item I, do TST.
Registra-se que o tema alegado no recurso de revista ausência de fundamentação - nulidade não foi renovado nas razões do agravo de instrumento, de modo que essa questão, ante a renúncia tácita do direito de recorrer, não será analisada nesta decisão (princípio da delimitação recursal).
Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 896, § 14, da CLT.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001159-12.2020.5.02.0314

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	FUNDAÇÃO PARA REMÉDIO POPULAR - FURP
Advogado	Dr. Alexandre Cesar Faria(OAB: 144895-A/SP)
Agravado	MARIA DA CONCEICAO GALVAO SOARES
Advogada	Dra. Maria José Aguiar de Freitas(OAB: 196513-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PARA REMÉDIO POPULAR - FURP
- MARIA DA CONCEICAO GALVAO SOARES

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. TEMA INDICADO NA ÍNTEGRA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: SEXTA-PARTE - EXTENSÃO AO CELETISTA.
Foram apresentadas contrarrazões às págs. 691-697 e contraminuta às págs. 687-690.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo prosseguimento normal do feito.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte, em vez de indicar o respectivo trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, transcreveu a íntegra do tema analisado no acórdão, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso.
Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/06/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/08/2018; AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com

vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.
Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0141000-12.2007.5.01.0059

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. José Guilherme Gomes Vieira(OAB: 171581/RJ)
Agravado	MARCOS DOS SANTOS MESQUITA
Advogado	Dr. Fernando da Silva Andrade(OAB: 48342/RJ)
Agravado	TELSUL SERVIÇOS S.A.
Advogada	Dra. Anna Beatriz França Pinto Batista(OAB: 107155/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS DOS SANTOS MESQUITA
- TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- TELSUL SERVIÇOS S.A.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, "os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recurso da decisão definitiva".
Nesse sentido, enuncia a Súmula 214/TST:

"Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão:
a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho;
b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal;
c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT."

A impugnação diferida de decisão que não represente a última manifestação jurisdicional em grau ordinário tem por escopo privilegiar os princípios da celeridade e efetividade, ínsitos ao processo do trabalho.
No caso dos autos, o Regional assim se pronunciou (fl. 1.005):

"Pretende a acionada o cancelamento da certidão de crédito expedida para habilitação do crédito exequendo no juízo da recuperação, aduzindo que o plano de recuperação judicial prevê a sua satisfação na Justiça do Trabalho.
Se a própria devedora esclarece que ficou acertado/homologado no juízo da recuperação que a execução trabalhista poderá prosseguir aqui mesmo, sem necessidade de expedição de certidão de crédito, esse é o caminho preferencial, pois a própria Justiça do Trabalho poderá conduzir o processo até a final satisfação da dívida por ela reconhecida.
E não houve resposta/contraminuta pelo agravado, de sorte que dou provimento ao recurso para determinar o prosseguimento da execução nesta Justiça Especializada."

Logo, irrecorrível de imediato a decisão impugnada, pois evidenciada sua natureza interlocutória, não inserida dentre as exceções aludidas no verbete sumular, tendo em vista a possibilidade de manejo de novos recursos no âmbito do Tribunal Regional.
Oportuno registrar a inexistência de constrangimento ao direito de acesso ao Judiciário. O devido processo legal está sendo observado e tem-se conferido à parte a utilização de todas as medidas pertinentes, estando garantidos, portanto, o contraditório e a ampla defesa.
Assim, com esteio no art. 932 do CPC, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010825-50.2016.5.15.0082

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	Dra. Rosana Montemurro(OAB: 249393/SP)
Agravado	JOSELIA CRISTINA DE SOUZA OLIVEIRA
Advogado	Dr. Giovanni Spirandelli da Costa(OAB: 121641-D/SP)
Advogado	Dr. Vlamir Jose Mazaro(OAB: 191570-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- JOSELIA CRISTINA DE SOUZA OLIVEIRA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017.

1) INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ASSALTO AO BANCO POSTAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA ECT; 2) DENUNCIAÇÃO À LIDE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. INOVAÇÃO RECURSAL. MATÉRIA NÃO ARGUIDA NO RECURSO DE REVISTA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada contra o despacho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista.
Neste apelo, a reclamada requer a reapreciação dos seguintes temas ora impugnados: "Indenização por danos morais", "Denunciação à lide", "Honorários advocatícios" e "Índice de correção monetária".
Contraminuta e contrarrazões foram apresentadas.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso.
Regular a representação processual.
Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Civil do Empregador.
INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS
VALORES ARBITRADOS
No que se refere aos temas em destaque, inviável o recurso, pois não atendidas as exigências previstas no art. 896, § 1º-A, I a III, da CLT. Com efeito, a simples transcrição de trechos do acórdão recorrido na parte introdutória das razões recursais, sem a individualização do prequestionamento das teses jurídicas a eles relacionadas, e sem a demonstração de como a v. decisão impugnada conflita com cada um dos dissensos e das contrariedades apontadas, estabelecendo a sua conexão com os trechos da decisão transcritos, não satisfaz o requisito dos aludidos dispositivos legais.
Nesse sentido são os seguintes julgados do C. TST: AIRR-11598-24.2015.5.15.0117, 2ª Turma, DEJT-27/04/2018; AIRR-1001290-97.2014.5.02.0313, 2ª Turma, DEJT-28/10/2016; AIRR-11238-65.2016.5.15.0146, 3ª Turma, DEJT-27/04/2018; AIRR-11406-38.2013.5.18.0001, 6ª Turma, DEJT-19/08/2016; AIRR-11283-40.2014.5.15.0146, 8ª Turma, DEJT-20/04/2018; AgR-E-ED-RR-83500-79.2007.5.04.0131, SBDI-1, DEJT-15/12/2017.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista." (Págs. 728 e 729)

Na hipótese, quanto ao tema "Indenização por danos morais", ao contrário do que consta do despacho denegatório da revista, a ré satisfez a exigência quanto à indicação do trecho da decisão recorrida em que se prequestionou a matéria impugnada, pois, nas razões do recurso de revista, consta o trecho da decisão em que se consubstanciaram os aspectos fáticos relevantes ao deslinde da demanda, de forma que há que se considerar que a exigência processual disposta no artigo 896, § 1º-A, incisos I e III, da CLT ficou satisfeita.
Nesses termos, o recurso de revista ultrapassa a barreira do conhecimento. Afastado o óbice do não preenchimento de pressupostos específicos do recurso de revista imposto no despacho denegatório do apelo, procede-se ao exame dos temas nele trazidos, nos termos do disposto na Orientação Jurisprudencial n° 282 da SBDI-1 do TST.
Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, ao argumento de que foi demonstrado o preenchimento dos requisitos do artigo 896 da CLT.
A agravante se insurge contra a condenação ao pagamento de indenização por danos morais, ao fundamento de que não houve comprovação da conduta culposa ou dolosa da empregadora.
Sustenta que "não houve qualquer omissão por parte da ECT, no tocante à adoção das normas de segurança da unidade onde funciona o banco postal" (pág. 741).
Afirma que o assalto sofrido pela autora se amolda a hipótese de excludente da reponsabilidade, consubstanciada em caso fortuito e força maior, razão pela qual não há de se falar em condenação da demandada à indenização por danos morais nos moldes perseguidos na exordial.
Defende que a segurança pública, indispensável para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, é dever do Estado, não cabendo à reclamada a execução de atividades de defesa civil, nos termos do artigo 144 da Constituição Federal.
Aponta afronta aos artigos 144 da Constituição Federal e 186 e 393 do Código Civil. Traz arestos para o cotejo de teses.
Requer a denunciação à lide do governo do Estado de São Paulo, argumentando que "se alguma reparação civil por danos é devida por conta da ocorrência dos aludidos assaltos (o que se admite apenas para argumentar) -entendemos que esta deverá recair sobre o Governo do Estado de São Paulo; eis que a segurança pública é função de sua exclusiva competência" (pág. 739)
Aponta ofensa ao artigo 144 da Constituição Federal e traz arestos para o cotejo de teses.
Rebela-se contra a decisão regional em que se aplicou o índice de correção monetária (IPCA-E) para atualização do débito trabalhista, pleiteando que seja utiliza-se a TR (taxa referencial) como fator indexador dos débitos trabalhistas.
Indica violação do art. 39, §1º, da Lei nº 8.177/91.
Por derradeiro, quanto aos honorários advocatícios, sustenta que "o agravado percebe remuneração superior a dois salários mínimos, e não fez qualquer prova de que sua situação econômica não lhe permite demandar sempre juízo do sustento próprio ou da família" (pág. 735).
Aponta ofensa aos artigos 791 da CLT e 14, §1º da Lei nº 5.584/70, bem como contrariedade às Súmulas nº 219 e 329 do TST.
Analiso.
Inicialmente, registra-se que somente serão examinadas as questões e fundamentos jurídicos trazidos no recurso de revista denegado e reiterados nas razões deste agravo de instrumento. Assim, inviável a análise dos temas "Indenização por danos materiais" e "Indenização danos morais e materiais. Quantum indenizatório", visto que a reclamada não renova, neste apelo, seu descontentamento com a decisão regional, no que se referem aos mencionados tópicos.
Quanto à indenização por dano moral, assim se pronunciou a Corte

de origem na fração de interesse:

"DOS DANOS MORAIS E MATERIAIS
Como é cediço, a Constituição Federal assegurou a todos o direito fundamental a "um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (art. 225, CF). Ademais, ao dispor sobre o Sistema Único de Saúde - SUS, enfatizou ser de sua competência a colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho (art. 200, VIII). Com efeito, a inserção do local de trabalho no conceito de meio ambiente confirma que o meio ambiente do trabalho, seguro e adequado integra a categoria de direito fundamental do trabalhador. O acidente que ocorre no ambiente de trabalho é definido pelo art. 19, da Lei nº 8.213/91, como aquele que "ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho", sendo equiparadas ao acidente do trabalho típico as doenças profissionais e as do trabalho (art. 20, da Lei nº 8.213/91), bem como os acidentes ocorridos no trajeto da residência para o local de trabalho ou deste para aquela (art. 21, da referida lei).
Paralelamente, os arts. 186 e 927 do Código Civil consagram a regra de que todo aquele que, por ato ilícito, causa dano a outrem é obrigado a repará-lo, estabelecendo-se, como pressupostos da responsabilidade civil subjetiva, a ação ou omissão, culpa ou dolo, relação de causalidade e o dano experimentado pela vítima, ressaltando-se que, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desempenhada pelo autor do dano implicar, por sua natureza, riscos para os direitos de outrem, a obrigação para reparar o dano independe de culpa, bastando-se a prova do nexo de causalidade, sendo a responsabilidade civil objetiva (art. 927, parágrafo único, CC), consagrada, nessa Justiça Especializada, nos casos em que a atividade desempenhada importa em risco acentuado para a integridade física do empregado, acima do risco médio a que se encontra exposta a coletividade em geral.
Pois bem.
No caso dos autos, restou incontroversa a ocorrência do assalto a agência da reclamada, em 27.03.2015, em Riolândia, tendo a reclamante ficado em poder dos meliantes e sob ameaça de arma de fogo, tendo percebido benefício previdenciário até setembro/2016 e, em 09.11.2016, foi considerada inapta para retornar ao labor.
Houve emissão de CAT pela reclamada (ID e449261).
Na hipótese dos autos, com todo respeito ao posicionamento de Origem, não há falar em responsabilidade objetiva, mas, sim, subjetiva.
No que se refere ao dano (e extensão) e nexo causal, o laudo pericial (não infirmado por outros elementos probatórios) elaborado pelo expert Angelo Antonio Bimbato (ID ac8f0cb) não deixa dúvida quanto à presença de tais requisitos, uma vez que restou demonstrado que a autora é portadora de depressão, estando inapta para o labor, com nexo concausal com o evento (assalto), sendo passível de reversão parcial, mas sem precisar o respectivo tempo necessário para tanto, in verbis:

Durante a perícia médica, a Periciada apresentou-se um pouco confusa, porém orientada no tempo e no espaço, o pensamento tem forma, curso e conteúdo normal, a memória está presente e com razoável preservação, o humor pouco presente e não adequado às situações propostas. Não notamos a presença de delírios ou alucinações, apresenta alterações da afetividade, caracterizado como Transtorno de Ansiedade/Depressão.

III.1-Eixo de Avaliação Descritivo
Observa-se, anatomicamente:
1.Ausência de cicatrizes.
2.Apresenta uma fáceis com desânimo.
3.Apresenta humor pouco presente.
III.2-Eixo de Avaliação Funcional
Funcionalmente, foram observamos:
1.Exame Neurológico Normal, com força, motricidade e reflexos preservados.
2.Exame psíquico Anormal, com humor pouco presente e não adequado às situações propostas; apresenta alterações da afetividade caracterizado como Transtorno de Ansiedade/ Depressão.
III.3-Eixo de Avaliação Vivencial
Periciada deu entrada caminhando por seus próprios meios e sem auxílio de aparelhos. Apresenta idade física compatível com a idade cronológica.
1.Apresenta Incapacidade Absoluta Profissional para a profissão de registro -Agente de Correios, assim também reconheceu o Médico do Trabalhoda Reclamada -Dr: Luiz Fernando Haikel, cremesp 30.664.
2.Apresenta Severa diminuição de sua produtividade multiprofissional.
3.Apresenta diminuição da Autoestima, com seus consectários afetivos.4.Apresenta-se com Transtorno Depressivo pós-traumático, em decorrência do assalto/ agressões sofridas em 27/03/2015.
III. 4-Eixo de Prejuízo Estético
O decorrente da Fáceis Depressiva, com desânimo e pouco humor.
(...)
VI-DISCUSSÃO
Preliminarmente, devemos definir qual a patologia alegada pela Periciada, qual seja:
Depressão: É uma doença que se caracteriza por afetar o estado de humor da pessoa, deixando-a com um predomínio anormal de tristeza. Todas as pessoas, homens e mulheres de qualquer faixa etária, podem ser atingidas, porém mulheres são Três vezes mais afetadas.
As causas de depressão são múltiplas, de maneira que somadas podem iniciara doença. Deve-se a questões genética, ambientais, sociais e psicológicas como: Estresse, estilo de vida, acontecimentos vitais, tais como crises e separações conjugais, morte na família, perda de emprego e acidente de transito e vítimas de sequestro e/ou assalto -violência doméstica e urbana, etc..
Resulta evidente do exame da Periciada que, no momento atual, a mesma exibe manifestações psíquicas que se apresentam como sequela das agressões sofridas em decorrência do assalto ,ocorrido nas dependências da Reclamada em 27/03/2015.
VII -CONCLUSÕES:
Embasado no exame médico pericial, nas agressões sofridas, analisados à luz da literatura médica e de acordo com a legislação vigente, constatamos que:

1.Ficou caracterizada sequela com Incapacidade para o trabalho, ao exame médico pericial.
2.Ficou caracterizado o nexo causal entre o quadro Psíquico/Depressivo hoje apresentado e o assalto ocorrido na

Reclamada em 27/03/2015.
(...)
VIII. RESPOSTAS AOS QUESITOS DO(A)EXCELENTÍSSIMO(A)SENHOR(A)DOUTOR(A)JUIZ(A) DO TRABALHO:
1)-o enquadramento da eventual ocorrência como acidente do trabalho (artigo 19 da Lei nº 8.213/91) ou a este equiparado, ou seja, doença profissional ou doença do trabalho (incisos I e II do artigo 20 da Lei nº 8.213/91, respectivamente);
RESPONDENDO: Ficou caracterizado como Acidente do trabalho ou a este equiparado.
2)-se o referido infortúnio demandava ao trabalhador, ao tempo em que vigia o contrato, afastamento de suas funções e, em caso positivo, qual o tempo necessário; se a parte reclamante encontrava -se apta ou inapta para o trabalho quando da demissão e, nesta última hipótese (inapta), qual o lapso necessário para a recuperação;
RESPONDENDO: Permanece afastada até a presente data. Encontra-se Inapta, não sendo possível determinar prazo para recuperação.
3)-a extensão do dano sofrido pela parte reclamante em razão do infortúnio, com mensuração, em termos percentuais, da redução da capacidade laborativa para a prestação de serviços(com a utilização da tabela da SUSEP), levando-se em consideração tanto funções compatíveis, com a formação profissional do trabalhador;
RESPONDENDO: Apresenta severa diminuição de sua produtividade multiprofissional, segundo a Tabela Susep é de 30 % (trinta por cento).
4)-se a eventual redução da capacidade laborativa é permanente ou passível de reversão, hipótese em que deverá ser esclarecido o tempo necessário à reversão, bem como se tal reversão será parcial ou total;
RESPONDENDO: A redução da capacidade laborativa se caracteriza como passível de reversão parcial, não sendo possível determinar prazo para reversão.
5)-se há nexo de causalidade entre as condições da prestação de serviços e a incapacidade adquirida; bem como em que grau, em termos percentuais, os prejuízos ao patrimônio físico e psíquico da parte reclamante podem ser atribuídos à reclamada. Se a reclamada cumpria asa normas de segurança e prevenção aplicáveis à situação em comento.
RESPONDENDO: Ficou caracterizado o Nexo Causal, em grau de certeza.
6)-a necessidade de tratamentos de saúde em razão do infortúnio e, em caso positivo, qual a estimativa das despesas, bem como a duração.
RESPONDENDO: No momento fica caracterizada a necessidade de tratamento de saúde, que poderá ser realizada pelo SUS, não sendo possível determinar prazo.
7)-Caso reconhecido o nexo de causalidade mencionando no quesito 5, o Perito deverá informar minuciosamente as atividades executadas que teriam ocasionado a lesão, esclarecendo, ainda, se houve o exame do local de trabalho e avaliação dos métodos e condições de trabalho, justificando e fundamentando eventual dispensa dessa avaliação.
RESPONDENDO: Em decorrência das agressões sofridas durante o assalto ocorrido na Reclamada a Periciada apresentou uma Reação Aguda ao Stress com evolução para Depressão Grave. Embasado nas informações prestadas pela Periciada, no exame médico pericial documentos anexos ao Autos, analisados a luz da literatura médica, não se fez necessário a visita do local de trabalho.

Nos esclarecimentos de ID fde6928, o expert ratificou as conclusões periciais.
A despeito de o Magistrado não estar adstrito às conclusões periciais (art. 479 do CPC/15), de aplicação subsidiária ao processo do trabalho, o desacolhimento das conclusões do Expert é medida excepcional, que deve ser adotada com o máximo de cuidado possível e quando possuir o Julgador elementos contundentes, já que seria leviano infirmar as conclusões de médicos ou engenheiros, sem respaldo técnico, em área do conhecimento que não é do seu domínio. E no caso, não foi produzida qualquer prova que invalidasse a conclusão pericial.
No que tange à culpa da reclamada pelo acidente sofrido, é certo que a empregadora é responsável pelos riscos criados nas atividades do empregado, e por ter exigido labor em condições perigosas, afigurando-se sua culpa, ainda que por falta de observância do dever geral de cautela (art. 7º, XXI, CF), e diante da previsibilidade de riscos específicos no ambiente laboral e que deveria ser dotado de programa de prevenção de riscos ambientais, uma vez que compete ao empregador cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho (art. 157, inciso I, CLT), o que não restou comprovado. Ademais, compartilho da fundamentação exposta pelo parquet quanto à culpa, por meio do Parecer do Procurador Nei Messias Vieira, pelo que a transcrevo utilizando como reforço de fundamentação:
A culpa da reclamada, por sua vez, é evidente ao não ter proporcionado à reclamante todas medidas de segurança necessárias ao exercício das atividades laborais, em consonância com o art. 7º, XXII, da CR e os arts. 157, I, e166 da CLT.
Com efeito, ao se dispor ao exercício de atividades de maior risco, como as pertinentes ao manuseio de valores, sem adotar medidas adequadas a essas atribuições e considerando as notórias condições atuais de insegurança, torna-se evidente a negligência da empresa pública com a preservação da vida de seus trabalhadores.
A jurisprudência do c. TST é vasta nesse sentido, com expresso reconhecimento da negligência da empresa pública federal em casos semelhantes ao ora examinado, conforme exemplifica a ementa a seguir transcrita:

"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014.CPC/2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST.VALOR DA REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO EFETIVO PREQUESTIONAMENTO.REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DACLT. Em sede de recurso de revista, a parte deve, obrigatoriamente, transcrever, ou destacar(sublinhar/negritar), o fragmento da decisão recorrida que revele a resposta do tribunal de origem sobre a matéria objeto do apelo; ou seja,o ponto específico da discussão, contendo as principais premissas fáticas e jurídicas contidas no acórdão regional acerca do tema invocado no apelo. Referido procedimento não foi atendido, conforme imposto pelo artigo 896, §1º-A, I, da CLT. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVADO EMPREGADOR . DANOS MORAIS CAUSADOS AO EMPREGADO . CARACTERIZAÇÃO . VÍTIMA DE ASSALTO EM BANCO POSTAL . ECT. A ECT, mediante convênios firmados, atua como Banco Postal, o que traz para as respectivas agências o manuseio de maior quantidade de numerário e atrai, por consequência, meliantes dispostos a praticar assaltos. Tal peculiaridade criou nova realidade aos Correios, cuja atividade considera-se de risco, ao operar dessa forma. Dada sua atribuição de Banco Postal e, também por essa razão, possui o dever de proteger não apenas o seu patrimônio e dos clientes, mas

principalmente a vida das pessoas que lhe prestam serviços. No caso, o Tribunal Regional registrou ser fato incontroverso que "reclamante sofreu dois assaltos no local de trabalho". Consignou que "restou incontroverso que as agências dos correios funcionam como banco postal e manuseiam valores, ou seja, realiza operações tipicamente bancárias. Entretanto, a agência assaltada não possui aparados de segurança condizentes com suas atividades". Ressaltou que, "mesmo diante dos inúmeros assaltados em várias agências, inclusive com vítimas fatais, a direção da ECT em nada modifica o ' sistema de segurança' de suas agências, deixando os empregados totalmente expostos aos perigos de um assalto". Concluiu que "houve omissão e negligência da empresa reclamada para com a segurança dos seus clientes e dos seus empregados, emergindo deste fato não um simples aborrecimento com os assaltos ocorridos, mas sim uma situação de constante perigo, vez que o reclamante continua a exerceras suas atividades em ambiente sujeito a outros assaltos e sem aparatos de segurança,justificando, portanto, temor e abalo psicológico permanente no reclamante". Evidenciado o dano, assim como a conduta culposa da empregadora e o nexo causal entre ambos, deve ser mantido o acórdão regional que condenou a reclamada a indenizá-lo. Ademais, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que as agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, atuando na qualidade de Banco Postal, devem utilizar sistemas de segurança similares aos de uma agência bancária.Agravo conhecido e não provido" (Ag-AIRR-82152-77.2014.5.22.0002, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 29/11/2019).
Aliás, a Corte Superior Trabalhista, em caso análogo, decidiu que a instalação de tecnologia de segurança como a existente no local onde laborava a reclamante, não temo condão, por si só, de caracterizar diligência da reclamada no zelo pela segurança dos empregados vitimados por ações criminosas à mão armada:

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. DANOS MORAIS. VÍTIMA DE ASSALTO EM AGÊNCIA POSTAL. ECT. Esta Corte tem entendido que, ao atuar como banco postal, exige-se da ECT a utilização de sistemas de segurança adequados.No caso, conforme registrado pelo Tribunal Regional "a simples instalação de câmeras de segurança, nos dias atuais, não possui o condão de inibir a conduta dos meliantes, devendo a reclamada adotar, em analogia, as providências discriminadas no artigo 2º da Lei 7102/83 ". Assim, não houve a adoção de adequadas medidas de segurança por parte da empresa, ficando configurada a sua conduta culposa. Não há como se afastar a condenação por danos morais decorrentes do assalto sofrido pelo empregado durante o desempenho de suas atividades profissionais na empresa. Ora, ainda que não haja norma expressa a disciplinar a responsabilidade objetiva do empregador,entende-se que a regra prevista no artigo 7º,XXVIII, da Constituição da República deve ser interpretada de forma sistêmica aos demais direitos fundamentais e, a partir dessa compreensão, admite-se a adoção da teoria do risco, sendo, portanto, aplicável a responsabilização objetiva do empregador no âmbito das relações de trabalho para as chamadas atividades de risco. Aliás, nessa linha é o entendimento desta Corte, segundo a qual sobre o empregador recai a responsabilidade objetiva pelos danos sofridos por seus empregados naquelas situações em que o dano é potencialmente esperado, tal como no presente caso, em que a Corte Regional expressamente admite a dor íntima do empregado frente à ocorrência de assalto em agência de banco postal. Precedentes. Agravo conhecido e desprovido" (Ag-AIRR-11098-12.2015.5.01.0031, 3ªTurma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 08/11/2019).

Assim, preenchidos os requisitos legais e diante do aborrecimento e dissabor decorrentes do acidente sofrido, tendo a obreira permanecido afastada de suas funções desde o evento, da dor física sofrida, enfim, da violação à integridade corporal, deve ser mantida a reparação moral.
Sobre o arbitramento do valor dos danos morais, que não configuram um montante tarifado legalmente, importa enfatizar que deve ter um conteúdo didático, com vistas à compensação da vítima pelos danos, sem, contudo, enriquecê-la, como também à punição do infrator, sem levá-lo à insolvência, considerando-se, dessa feita, as condições econômicas e sociais das partes, a gravidade da lesão e sua repercussão (tanto em relação à honra subjetiva como objetiva), como também as circunstâncias fáticas, como o tempo de serviço prestado ao reclamado e o valor do salário percebido. Atualmente, não se pode perder de vista, ainda, o caráter sancionatório da medida, de modo a prevenir novas práticas dessa natureza.
Considerando-se, no presente caso, que o infortúnio causou dor e sofrimento, assim como o porte econômico da reclamada, reputo que o valor de R$30.000,00 arbitrado atende plenamente aos fins expostos, assim como encontram-se compatíveis os danos suportados pela trabalhadora.
Quanto aos danos materiais, cediço que a reparação material decorrente do acidente de trabalho (ou doença equiparada) atende ao princípio da restitutio in integrum, impondo a reparação integral dos danos sofridos para possibilitar uma existência digna.
No caso, irretocável o deferimento dos danos materiais pela Origem, nos seguintes termos:

No que diz respeito à capacidade laborativa, conforme fl. 536 do laudo, a reclamante "Apresenta severa diminuição de sua produtividade multiprofissional, segundo a Tabela Susep é de 30 % (trinta por cento)." (quesito 03) e "A redução da capacidade laborativa se caracteriza como passível de reversão parcial, não sendo possível determinar prazo para reversão." (quesito 04), motivo pelo qual condeno a reclamada, enquanto permanecer a incapacidade para o trabalho, ao pagamento de indenização por danos materiais no valor mensal equivalente a 30% da remuneração recebida na ré, à época dos fatos, observados os reajustes posteriores, em parcelas vencidas e vincendas.
Por outro lado, considerando que a reclamada é uma empresa pública e se submete ao regime de execução por precatório, rejeito o requerimento de constituição de capital. Ainda, em razão da natureza continuativa da prestação, deverá a reclamada comprovar nos autos a inclusão do pensionamento na sua folha de pagamento no prazo de 60 dias da intimação específica para o cumprimento da obrigação, cominada multa de R$ 10.000,00 por mês de atraso no cumprimento da obrigação de fazer após o prazo acima, em proveito da parte autora, sem prejuízo da responsabilidade decorrente de descumprimento de ordem judicial.
Comprovada a implementação, deverão ser realizados os cálculos das parcelas vencidas e vincendas até a inclusão, de forma a englobar o valor total da dívida nos cálculos de liquidação de sentença.

Em razão do exposto, mantenho a condenação da reclamada ao pagamento de indenização por danos morais e materiais, com fundamento diverso no que tange à responsabilidade subsidiária." (Págs. 647-653, destacou-se)

No caso em exame, o Tribunal Regional, com amparo nos elementos de prova dos autos, manteve a sentença em que se condenou a reclamada ao pagamento de indenização por danos morais, em razão do assalto sofrido pela autora na agência dos Correios que atuava como Banco Postal.

A Corte de origem consignou que "restou incontroversa a ocorrência do assalto a agência da reclamada, em 27.03.2015, em Riolândia, tendo a reclamante ficado em poder dos meliantes e sob ameaça de arma de fogo, tendo percebido benefício previdenciário até setembro/2016 e, em 09.11.2016, foi considerada inapta para retornar ao labor"(pág. 648).

Neste viés, a Corte de origem assentou que a hipótese dos autos versa sobre responsabilidade civil subjetiva, devendo a reclamada responder pelos danos extrapatrimoniais causados à reclamante, em razão de o acervo probatório ter evidenciado o preenchimento dos requisitos exigidos pelo artigo 186 do Código Civil (dano, nexo de causalidade e culpa).

Em que pese o entendimento adotado pelo regional quanto à responsabilidade civil subjetiva da empregadora, esclareça-se, de início, que a questão da ausência de segurança pública resultar, atualmente, em risco no exercício de qualquer atividade laboral, tratando-se de empregados que desenvolvem atividades em bancos propriamente ditos ou entidades aos bancos equiparadas, como no caso dos autos, não se pode olvidar que estão mais sujeitos a riscos de assaltos, assim como o ocorrido, conforme demonstram as estatísticas, que registram, muitas vezes, até mesmo sequestros de empregados e de suas famílias.

A partir do momento em que a agravante passou a atuar como correspondente bancária, ela tem o dever de propiciar condições de segurança adequadas aos seus empregados, diferenciadas daquelas comumente empregadas por outros estabelecimentos comerciais.

Se, por um lado, a atividade que passou a ser exercida pela primeira reclamada (correspondente bancária) agregou movimentação financeira às agências dos Correios, por outro, cabe a ré adotar medidas de segurança eficazes que sejam aptas a impedir ou ao menos minorar a ação dos meliantes.

Nesse contexto, indubitavelmente, a atividade de correspondente bancário trata-se de atividade de risco acentuado, devendo incidir a excepcionalidade prevista no parágrafo único do artigo 927 do Código Civil.

Portanto, deve a reclamada responder de forma objetiva pelos danos causados à reclamante, conforme perfilha a jurisprudência desta Corte.

A seguir precedentes no mesmo sentido:

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ASSALTO AO BANCO POSTAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA ECT. Não merece provimento o agravo interposto, pois não desconstitui o fundamento da decisão monocrática, que, amparada na jurisprudência desta Corte, conforme diversos precedentes citados, entendeu cabível a responsabilidade objetiva da ECT, em casos como o dos autos, e manteve, em consequência, a decisão do regional pela qual se condenou a reclamada ao pagamento da indenização por danos morais, em face do assalto, à mão armada, sofrido pelo reclamante , nas dependências do Banco Postal. Agravo desprovido." (Ag-AIRR-1012-88.2017.5.23.0066, 2ª Turma, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 11/06/2021)

"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ASSALTO. BANCO POSTAL. Esta Corte Superior adota entendimento no sentido de que há responsabilidade civil objetiva do empregador pelos danos sofridos pelos empregados em decorrência de assalto em agência bancária, inclusive em Banco Postal (agências dos Correios que funcionam também como Banco), em razão do exercício de atividade de risco. Precedentes. Agravo conhecido e não provido." (Ag-AIRR-228-52.2016.5.14.0081, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz Jose Dezena da Silva, DEJT 14/08/2020)

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. ECT. BANCO POSTAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ASSALTO À AGÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. Em que pese a não haver norma expressa a disciplinar a responsabilidade objetiva do empregador, o entendimento que prevalece nesta Corte Superior é de que a regra prevista no artigo 7º, XXVIII, da Constituição da República deve ser interpretada de forma sistêmica aos demais direitos fundamentais, e a partir dessa compreensão, admite-se a adoção da teoria do risco (artigo 927, parágrafo único, do Código Civil), sendo, portanto, aplicável à espécie a responsabilização objetiva do empregador no âmbito das relações de trabalho para as chamadas atividades de risco da empresa. Assim, prevalece no Direito do Trabalho a Teoria do Risco Negocial, que enseja a atribuição da responsabilidade objetiva ao empregador, impondo a este a obrigação de indenizar os danos sofridos pelo empregado, independentemente de culpa, quando a atividade normal da empresa propicie, por si só, riscos à integridade física do empregado. No caso, o Tribunal Regional registra que a ECT, banco postal, deve responder pelos danos causados ao autor ante a incidência da responsabilidade objetiva, pois ficou comprovado que ele foi vítima de assalto, quando trabalhava na agência e, por essa razão, independentemente de a ré ter culpa ou não nos infortúnios, não cabe ao trabalhador assumir o risco do negócio, ainda mais se considerando que o referido infortúnio ocorrera quando ele estava na consecução de suas atividades profissionais. Em face do risco objetivo em potencial inerente à atividade desenvolvida pela ECT, não há que se perquirir culpa do agente causador do dano. Nessa esteira, a Corte Regional, com base na responsabilidade objetiva, manteve o direito do autor à indenização por danos morais. Agravo conhecido e desprovido." (Ag-AIRR-1317-97.2017.5.21.0011, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 27/03/2020)

"RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. ASSALTO EM AGÊNCIA DOS CORREIOS (BANCO POSTAL). INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO. I. Hipótese em que o Tribunal Regional manteve a sentença que condenou a empresa Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais ao Reclamante, em decorrência dos assaltos sofridos no trabalho em agência dos Correios que funciona como banco postal. II. Tratando-se de dano ocasionado no exercício de atividade de risco, há norma específica para ser aplicada a responsabilidade objetiva, conforme se extrai do parágrafo único do art. 927 do Código Civil. III. Ao interpretar o parágrafo único do art. 927 do Código Civil, este Tribunal Superior tem reiteradamente decidido que é objetiva a responsabilidade civil do empregador quanto a danos morais ocasionados a empregados vítimas de assalto em ambientes de trabalho cujas atividades sejam de alto risco potencial à integridade física e psíquica do trabalhador, tal como na hipótese dos autos (empregado que trabalha em agência da ECT, que funciona como banco postal). IV. A condenação da Reclamada ao pagamento de indenização por danos morais ao Reclamante, em decorrência de assalto a banco postal, está em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal Superior, razão pela qual não se processa o recurso de revista quanto ao tema, à luz dos arts. 896, §

7º, da CLT c/c art. 932, III, do CPC/2015 e da Súmula nº 333 do TST. V. Agravo de instrumento de que se conhece e a que se nega provimento." (RR-16966-75.2015.5.16.0023, 4ª Turma, Relator Ministro: Alexandre Luiz Ramos, DEJT 16/4/2021)
"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI 13.015/14. 1. ASSALTO. BANCO POSTAL. ACIDENTE DO TRABALHO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. 1. A insuficiência da teoria da culpabilidade para dar solução aos inúmeros casos de vítimas de acidentes levou à criação da teoria do risco, a qual sustenta que o dono do negócio é o responsável por riscos ou perigos que sua atividade promova, ainda que empregue toda diligência para evitar o dano. Trata-se da denominada teoria do risco criado, segundo a qual, em sendo o empregador responsável pela organização da atividade produtiva, beneficiando-se do lucro do empreendimento, nada mais razoável e justo do que lhe imputar a responsabilidade pelo ressarcimento ao obreiro pelos danos decorrentes de sua exposição ao foco de risco, independentemente de cogitação acerca da imprudência, negligência ou imperícia. 2. Na situação versada, é incontroverso que o Reclamante foi vítima de assalto no exercício de suas atividades em agência que funcionava como correspondente bancário (banco postal). Nesse cenário, presentes o dano e o nexo causal, a situação em exame autoriza a responsabilização objetiva do empregador, nos termos da regra inserta no parágrafo único do artigo 927 do Código Civil, tendo em vista que a atividade de correspondente bancário, que exerce suas atribuições contratuais em estabelecimentos abastecidos com moeda em espécie, caracteriza-se como de risco." (Ag-AIRR-11253-58.2016.5.03.0052, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 25/10/2019)
"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.467/2017. RECLAMADA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL EM RAZÃO DE ASSALTO. BANCO POSTAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. 1 - Conforme sistemática adotada à época, na decisão monocrática foi reconhecida a transcendência da matéria, mas negou-se provimento ao agravo de instrumento. 2 - Quanto à responsabilização da ECT nos casos de assalto a banco postal, firmou-se a jurisprudência do TST no sentido de que a exposição do trabalhador a risco acentuado de assalto, em agências de banco postal, configura danos morais, os quais se aferem in re ipsa e atraem a responsabilidade objetiva. Julgados. 3 - O plenário do STF, por meio da RE 828.040, decidiu que é constitucional a imputação da responsabilidade civil objetiva do empregador em contrato de trabalho. 4 - Agravo a que se nega provimento." (Ag-AIRR-1292-48.2017.5.23.0005, 6ª Turma, Relatora Ministra Katia Magalhaes Arruda, DEJT 22/05/2020)
"RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO EMPREGADOR. DANOS MORAIS CAUSADOS AO EMPREGADO. CARACTERIZAÇÃO. VÍTIMA DE ASSALTO EM BANCO POSTAL. ECT. A ECT, mediante convênios firmados, atua como Banco Postal, o que gera para as respectivas agências o manuseio de maior quantidade de numerário e atrai, por consequência, meliantes dispostos a praticar assaltos. Tal peculiaridade, criou nova realidade aos Correios, cuja atividade considera-se de risco, ao operar desta forma. Dada sua atribuição de Banco Postal, e, também por essa razão, possui o dever de proteger não apenas o seu patrimônio e dos clientes, mas principalmente a vida das pessoas que lhes prestam serviços. Destarte, independentemente de a ré ter culpa ou não nos assaltos, não cabe ao empregado assumir o risco do negócio, se considerando que o infortúnio ocorreu quando ele prestava serviços para a empresa. Ademais, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que as agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, atuando na qualidade de Banco Postal, devem utilizar sistemas de segurança similares aos de uma agência bancária. Precedentes. Agravo conhecido e não provido." (Ag-RR-574-58.2016.5.23.0111, 7ª Turma, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 16/4/2021)
"RECURSO DE REVISTA. LEI 13.015/2014. ECT. ATUAÇÃO COMO BANCO POSTAL. ASSALTO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CABIMENTO. A jurisprudência desta Corte orienta que a ECT, ao atuar como banco postal, deve adotar medidas de segurança inerentes àquelas exigidas das instituições financeiras típicas, objetivando resguardar os seus empregados nas hipóteses de assalto. Por outro lado, a jurisprudência é firme no sentido de que a atividade de correspondente bancário caracteriza-se atividade de risco a atrair a aplicação da teoria da responsabilidade objetiva. Precedentes. Recurso de Revista de que não se conhece." (RR-943-32.2018.5.09.0124, 8ª Turma, Relator Ministro: João Batista Brito Pereira, DEJT 30/3/2021)

Dessa forma, estando a decisão recorrida em consonância com a jurisprudência consolidada nesta Corte, segundo a qual, em casos como o dos autos, incide a responsabilidade objetiva da reclamada ECT, não há falar em violação dos artigos 144 da Constituição Federal e 186 e 393 do Código Civil, tampouco, em conflito pretoriano, nos termos da Súmula nº 333 do TST e 896, §7º, da CLT.
Em relação à denunciação à lide, aos honorários advocatícios e ao índice de correção monetária, verifica-se, de plano, que os mencionados temas aventados neste apelo não constaram do recurso de revista, sendo, portanto, matérias inovatórias, razão pela qual não serão analisadas por esta instância recursal de natureza extraordinária nesta decisão.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000386-60.2020.5.02.0089

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	VICENTE BONIFACIO DE MELO
Advogado	Dr. Fabio de Souza Figueiredo(OAB: 172894-A/SP)
Advogada	Dra. Mônica Elisa Moro Sgarbi(OAB: 298437/SP)
Agravado	MAN LATIN AMÉRICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
Advogada	Dra. Káthia Carvalho Cunha Campbell(OAB: 125686-A/SP)
Advogado	Dr. Tulio Marcus Carvalho Cunha(OAB: 115726-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MAN LATIN AMÉRICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
- VICENTE BONIFACIO DE MELO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, às

págs. 592-598, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 586-588, quanto ao tema INTERVALO INTRAJORNADA.
Foram apresentadas contraminuta às págs. 601-612 e contrarrazões às págs. 613-620.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.
Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 05/08/2021 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 17/08/2021 - id. 8d6e4f7).
Regular a representação processual,id. 153de31.
Dispensado o preparo (id. 1a25834).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Horas Extras.
O art. 896, § 1º-A, da CLT exige a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria objeto do recurso de revista, cabendo à parte indicar, de forma clara e objetiva, os fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido.
A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudência interna corporis do C. TST, já pacificou o entendimento de que não cumpre a exigência legal a simples reprodução do acórdão sem nenhum destaque ou indicação precisa das teses adotadas pela decisão recorrida (AgR-E-ED-RR - 1458-45.2012.5.04.0018, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 16.3.2018; E-ED-RR- 1720-69.2012.5.15.0153, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 22/9/2017; E-RR-1144-40.2013.5.15.0089, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 08/09/2017).
Logo, a transcrição quase integral do capítulo do acórdão, sem a delimitação do ponto de insurgência objeto das razões do recurso de revista - mediante o destaque do trecho em que foram adotados os argumentos do acórdão regional para o deslinde da controvérsia -, não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.
Nesse sentido, são os seguintes precedentes: Ag-AIRR - 17-53.2017.5.23.0041, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 16/03/2018; AIRR - 20299-27.2013.5.04.0124, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 7/12/2018; AgR-AIRR - 315-36.2013.5.06.0016, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 7/01/2019; AIRR - 10369-39.2017.5.03.0102, 4ª Turma, Relator Ministro Ives Gandra Martins Filho, DEJT 9/11/2018; AIRR - 10384-19.2015.5.03.0024, 5ª Turma, Relator Ministro Emmanoel Pereira, DEJT 14/12/2018; AIRR - 1103-71.2015.5.21.0013, 6ª Turma, Relatora Desembargadora Convocada Cilene Ferreira Amaro Santos, DEJT 7/12/2018; Ag-RR - 20222-38.2014.5.04.0203, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 14/12/2018.
Destarte, inviável o seguimento do apelo, porquanto olvidado o disposto no artigo 896, §1.º-A, I, da CLT.
DENEGA-SE seguimento.
Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada.
De início, cumpre salientar que restaram satisfeitas as exigências do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, pois, não obstante a ausência de destaques pela parte recorrente, o capítulo da decisão combatida é sucinto a ponto de a matéria prequestionada nele se exaurir (E-ED-RR - 1583-45.2014.5.09.0651, SBDI-1, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 27.10.2017).
O Regional consignou, com base nos elementos dos autos, que inexistiam impedimentos para o autorusufruir do intervalo integral.
As razões recursais revelam a nítida intenção de revolver o conjunto fático-probatório apresentado, o que não se concebe em sede extraordinária de recurso de revista, a teor do disposto na Súmula 126, da Corte Superior.
Ficam afastadas, portanto, as violações apontadas.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista." (págs. 586-588).
Na minuta de agravo de instrumento, o reclamante insiste na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos todos os requisitos para admissibilidade de seu recurso de revista.
Aduz que "A Agravada, por sua vez, não trouxe aos autos qualquer controle de jornada e a única testemunha ouvida no processo disse que faziam a refeição em cerca de 30 minutos" (pág. 597).
Sustenta que "o Agravante afirmou não ter gozado o intervalo intrajornada de 01h00 regularmente, a Agravada não fez contraprova, a testemunha do Recorrente confirmou que almoçavam em 30 minutos e depois retornavam para a sala dos motoristas onde ficam à disposição do empregador" (págs. 597 e 598).
Alega contrariedade à Súmula nº 338 do TST.
Sem razão.
O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto ao intervalo intrajornada, nos seguintes termos:
"(...)
Quanto ao intervalo, cumpre verificar que o Reclamante exerceu as funções de motorista de diretoria, tendo como atividades levar e buscar seus executivos e, "eventualmente, outras atividades típicas do cargo" (inicial - fls. 03 id. 0bad6e6).
O depoimento da Testemunha do Autor informou permanecerem na sala dos motoristas aguardando eventual determinação, demonstrando, assim, inexistir impedimentos para usufruir do intervalo integral ("que cerca de 3 vezes por semana o depoente trabalhava além das 17 horas para algum compromisso extra do diretor ou aguarda-lo no escritório" e " que como relação ao horário de almoço, quando estavam o escritório havia um refeitório que os mesmo podiam utilizar mas se dirigiam ao local, faziam uma refeição cerca de 30 minutos e depois retornavam para sala dos motoristas aguardando eventual determinação" - fls. 469 id. 78dd841).
Mantenho a sentença que concluiu pela existência do intervalo de 01h00min.
(...)" (destacou-se, pág. 571).
Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
O Tribunal Regional, consubstanciado em prova testemunhal, consignou, expressamente, que "O depoimento da Testemunha do Autor informou permanecerem na sala dos motoristas aguardando eventual determinação, demonstrando, assim, inexistir impedimentos para usufruir do intervalo integral ("que cerca de 3 vezes por semana o depoente trabalhava além das 17 horas para algum compromisso extra do diretor ou aguarda-lo no escritório" e " que como relação ao horário de almoço, quando estavam o

escritório havia um refeitório que os mesmo podiam utilizar mas se dirigiam ao local, faziam uma refeição cerca de 30 minutos e depois retornavam para sala dos motoristas aguardando eventual determinação" - fls. 469 id. 78dd841)" (pág. 571).

Verifica-se que, no caso, o recurso de revista efetivamente não reúne condições para ensejar seu conhecimento, visto que as alegações da parte divergem do quadro fático descrito no acórdão regional.

O quadro fático descrito pelo Tribunal Regional é no sentido de evidenciar a existência de fruição integral do intervalo intrajornada. Com efeito, na hipótese dos autos, o Regional, instância soberana na apreciação do conjunto fático-probatório, foi contundente ao afirmar que o autor, de fato, usufruía, integralmente, do intervalo intrajornada previsto no artigo 71 da CLT, de forma que não é devido o pagamento das horas extras, assim como entendeu a Corte Regional.

Acresça-se que a reforma da decisão regional exigiria a revisão do contexto fático-probatório da demanda, procedimento vedado nesta instância recursal extraordinário, nos termos da Súmula nº 126 do TST.

Assim, não há falar em contrariedade à Súmula n° 338 do TST, vez que o processamento do recurso de revista encontra óbice na Súmula nº 126 do TST, que assim dispõe:

"Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, "b", da CLT) para reexame de fatos e provas.".

Registra-se que, em relação ao temas do agravo de instrumento, o recurso de revista encontra-se desfundamentado.

Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 896, § 14, da CLT.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0104500-30.2009.5.01.0041

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	Dr. Jorge Henrique Monteiro de Almeida Filho(OAB: 104348-A/RJ)
Agravado	ESPÓLIO de ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA
Advogado	Dr. Maurício de Figueiredo Corrêa da Veiga(OAB: 21934/DF)
Advogada	Dra. Gilda Elena Brandão de Andrade D'Oliveira(OAB: 35271/RJ)
Agravado	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(OAB: 136118-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESPÓLIO de ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA
- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO III, DA CLT. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ANALÍTICA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela segunda executada, FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: CORREÇÃO MONETÁRIA - ÍNDICE APLICÁVEL.

Não foram apresentadas contrarrazões nem contraminuta.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

Verifica-se, de plano, que a parte não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos da Constituição Federal por ela indicados, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT.

Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso III, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:

"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

(...)

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte." (destacou-se)

Frisa-se que, na hipótese em que a demanda encontra-se na fase de execução de sentença, o recurso de revista somente é cabível, nos termos do artigo 896, § 2º, da CLT e da Súmula nº 266 do TST, mediante a indicação de ofensa a dispositivo da Constituição Federal, de forma que, no caso, cabia à parte fazer a alegação, de maneira precisamente analítica, desses dispositivos e, não, eventualmente, daqueles oriundos da legislação infraconstitucional.

Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001400-51.2018.5.02.0315

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A
Advogado	Dr. Christiano Drumond Patrus Ananias(OAB: 78403-A/MG)
Agravado	ANA CLAUDIA BRAZ SOBRINHO
Advogado	Dr. Sandra Lourenco Pinheiro(OAB: 366194-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A

- ANA CLAUDIA BRAZ SOBRINHO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo em fase de execução.
Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:
EXECUÇÃO. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA COTA PATRONAL DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
Postula a agravante a reforma do acórdão regional quanto ao tema acima epigrafado.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.
Destaque-se, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, não basta a mera indicação da ementa, páginas do acórdão, paráfrase, resumo, trecho insuficiente, parte dispositiva ou mesmo do inteiro teor do acórdão ou de capítulo de acórdão não sucinto, sem destaques próprios. Tampouco a transcrição dos trechos, no início da petição, dissociada dos fundamentos, sem o devido cotejo analítico de teses, serve ao fim colimado.
No caso, a parte limitou-se a transcrever o inteiro teor do capítulo do acórdão (fls. 387/388), sem destaques, de modo que não atende ao disposto no art. 896, § 1°-A, da CLT.
Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000833-24.2020.5.09.0654

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	IBEMA COMPANHIA BRASILEIRA DE PAPEL
Advogado	Dr. Fabiano Murilo Costa Garcia(OAB: 41358-A/PR)
Agravado	LEANDRO DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Oswaldo Antonio Vismar(OAB: 253407-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- IBEMA COMPANHIA BRASILEIRA DE PAPEL
- LEANDRO DE OLIVEIRA

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:
HORAS EXTRAS. JULGAMENTO ULTRA PETITA
Postula a agravante a reforma do acórdão regional quanto aos temas acima epigrafados.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.
Destaque-se, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, não basta a mera indicação da ementa, páginas do acórdão, paráfrase, resumo, trecho insuficiente, parte dispositiva ou mesmo do inteiro teor do acórdão ou de capítulo de acórdão não sucinto, sem destaques próprios. Tampouco a transcrição dos trechos, no início da petição, dissociada dos fundamentos, sem o devido cotejo analítico de teses, serve ao fim colimado.
Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1000400-21.2020.5.02.0614

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador	Dr. Flávio César Damasco
Agravado	ASSOCIACAO BENEFICENTE RENASCER DE UM NOVO MUNDO
Advogado	Dr. Sérgio Benatti de Arruda(OAB: 346798-A/SP)
Agravado	JOYCE GALVAO DA SILVA
Advogado	Dr. Wagner Pereira Ribeiro(OAB: 337008-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIACAO BENEFICENTE RENASCER DE UM NOVO MUNDO
- JOYCE GALVAO DA SILVA
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo segundo reclamado, MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - ENTE PÚBLICO.
Foram apresentadas contraminuta às págs. 764-778 e contrarrazões às págs. 743-763.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte não indicou, na petição do recurso de revista, o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita. Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Registra-se que a mera menção somente à conclusão da Corte regional acerca do tema ou à parte dispositiva do respectivo acórdão não satisfaz o requisito exigido por meio do mencionado dispositivo de lei.
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso. Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto e, levando-se em conta que a interposição de recurso não é considerada ato urgente, é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000228-29.2021.5.12.0050

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	ALEXANDRE GUSTAVO DE VIDAL
Advogado	Dr. Jean Michel Postai de Souza(OAB: 29984-A/SC)
Advogado	Dr. George Willian Postai de Souza(OAB: 23789-A/SC)
Advogado	Dr. Salustiano Luiz de Souza(OAB: 10952-A/SC)
Agravado	TUPY S.A.
Advogado	Dr. Luís Felipe do Nascimento Moraes(OAB: 19278-B/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE GUSTAVO DE VIDAL
- TUPY S.A.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:
JUSTA CAUSA
Postula o agravante a reforma do acórdão regional quanto ao tema acima epigrafado.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.

Destaque-se, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, não basta a mera indicação da ementa, páginas do acórdão, paráfrase, resumo, trecho insuficiente, parte dispositiva ou mesmo do inteiro teor do acórdão ou de capítulo de acórdão não sucinto, sem destaques próprios. Tampouco a transcrição dos trechos, no início da petição, dissociada dos fundamentos, sem o devido cotejo analítico de teses, serve ao fim colimado.
Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0011462-62.2016.5.03.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	JOANNA TAMEIRAO GOMES DOS SANTOS
Advogado	Dr. Roberto Agostinho Simões Filho(OAB: 78029-A/MG)
Agravado	CSC COMPUTER SCIENCES BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Daniel Domingues Chiode(OAB: 173117-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CSC COMPUTER SCIENCES BRASIL S.A.
- JOANNA TAMEIRAO GOMES DOS SANTOS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: NULIDADE, CARGO DE CONFIANÇA, TEMPO À DISPOSIÇÃO, INTERVALO INTERJORNADA e ASSÉDIO MORAL.
Foram apresentadas contrarrazões às págs. 561-577 e contraminuta às págs. 552-560.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte não indicou, na petição do recurso de revista, os trechos da decisão recorrida em que se encontram prequestionadas as matérias objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Registra-se que a mera menção somente à conclusão da Corte regional acerca do tema ou à parte dispositiva do respectivo acórdão não satisfaz o requisito exigido por meio do mencionado dispositivo de lei.
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso.
Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto e, levando-se em conta que a interposição de recurso não é considerada ato urgente, é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Registra-se que, quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional, que a parte não indicou o trecho dos embargos de declaração apresentados à Corte Regional.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000390-84.2019.5.02.0040

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	ADRIANA ALVES DOS SANTOS

Advogado	Dr. Rafael Perales de Aguiar(OAB: 297858-A/SP)
Agravado	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	Dr. Eduardo Fornazari Alencar(OAB: 138644-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA ALVES DOS SANTOS
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
HORAS EXTRAS INDEVIDAS - CARGO DE CONFIANÇA CARACTERIZADO
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamante, às págs. 2.198-2.277, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 2.192-2.194, quanto ao tema HORAS EXTRAS. CARGO DE CONFIANÇA CARACTERIZADO.
Foram apresentadas contraminuta às págs. 2.338-2.356 e contrarrazões às págs. 2.357-2.375.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamante:
"(...)
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Processo e Procedimento / Provas / Depoimento Pessoal / Testemunha.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade.
Duração do Trabalho / Horas Extras / Divisor.
Com relaçãoao crime de falso testemunho,aos limites objetivos da lide e ao divisor de horas extras, nos termos do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, é ônus da parte, sob pena de não conhecimento, indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, o que não foi observado pela recorrente.
DENEGA-SE seguimento.

Duração do Trabalho / Horas Extras / Cargo de Confiança.
Quanto a esse tópico, à vista do decidido, constata-se que deve ser obstado o processamento do apelo nos termos do direcionamento dado pela Súmula nº 102, I, do C. Tribunal Superior do Trabalho, com a redação data pela Resolução nº 174/2011, no sentido de que a configuração, ou não, do exercício da função de confiança a que se refere o art. 224, § 2º, da CLT, dependente da prova das reais atribuições do empregado, é insuscetível de exame mediante Recurso de Revista.
DENEGA-SE seguimento.
(...)" (págs. 2.192 e 2.193).
Na minuta de agravo de instrumento, a reclamante insiste na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos todos os requisitos para admissibilidade de seu recurso de revista.
Aduz que "a reclamante trabalhava no setor de controle de impostos, realizando atualizações de tabelas de débitos judiciais, isto é, não exercia quaisquer atos externos como declarações de tributos ou recolhimentos, mas tão somente as atualizações operando as planilhas de Excel, sem qualquer confiança especial da empresa" (pág. 2.212).
Sustenta que "A reclamante apenas atualizava a tabela de controle de débitos judiciais a partir das informações prestadas pelo Departamento Jurídico, e encaminhava para a contabilidade para que realizasse a provisão efetiva" (pág. 2.213).
Afirma que "a requerente era uma simples analista em seu setor que tem chefes responsáveis, ao qual estava subordinada, inclusive, a própria testemunha da reclamada confirmou que o trabalho da recorrente era submetido à revisão da superior. Tais características de trabalho, com todo o respeito, não permite inferir qualquer fidúcia especial das atividades desenvolvidas pela reclamante" (pág. 2.213).
Defende que "As características e atividades desenvolvidas pela reclamante, não configuram por si só, cargo de confiança e nem demandam especial fidúcia, eis que nenhuma das atividades relacionadas é realizada na condição de chefia, gerência, fiscalização ou direção e as atividades desenvolvidas pela reclamante eram submetidas a controle de chefes de área, gerentes e diretores, isso só no seu setor, além de ser conferida pelo setor contábil e pelo setor jurídico" (pág. 2.213).
Argumenta que "todas as atividades descritas são meramente operacionais e burocráticas, não se configurando como cargo de confiança, menos ainda para fins do artigo 224, §2°, da CLT, para excluir a reclamante do controle de ponto e retirar seu direito às horas extas superior à 6ª hora diária" (pág. 2.213).
Alega que "a reclamante nunca exerceu cargo de confiança, inclusive, a reclamada sempre lhe pagou ou compensou no banco de horas a jornada de trabalho excedente à 8ª hora, reconhecendo tacitamente, que a reclamante nunca exerceu cargo de confiança" (pág. 2.217).
Aponta violação dos artigos 224, § 2º, e 818 da CLT e 141 e 373, inciso II, do CPC e contrariedade às Súmulas nºs 102 e 124 do TST e apresenta arestos para o confronto de teses.
Sem razão.
O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto à horas extras e à configuração do cargo de gestão, nos seguintes termos:
"(...)
2.2. Horas Extras - Cargo de Confiança
Pretende a reclamante a reforma da r. sentença de origem, que reconheceu o exercício de cargo de confiança, indeferindo o pagamento de horas extras e reflexos, a partir da 6ª diária.
Improsperável o apelo.
Assim admitiu a reclamante em seu depoimento (fls. 1591/1592):
"que um analista de controle de impostos era responsável por atualizar a base de processos tributários, no que diz respeito à provisão mensal relacionada aos processos que constavam em tal base, que era uma planilha Excel; [...]que incluía os valores obtidos nas tabelas de provisão nos reportes que eram encaminhados ao pessoal da Espanha, para ciência da provisão dos processos; que quando solicitada, apresentava a tese discutida do processo e o valor atualizado da provisão, a partir de um padrão de informações; que tais informações eram solicitadas pelo jurídico da reclamada; que ao final do mês, fazia resumo das provisões e encaminhava para a contabilidade; que não era necessário ter conhecimentos contábeis para atuar nas tarefas descritas, mas ter conhecimento sobre questões das teses dos processos, como instruções normativas para saber informar; [...] que o valor provisionado, por mês, era entre 10 a 13 milhões, quanto aos processos atualizados na área da depoente; que os processos eram de toda a região geográfica nacional; que o valor envolvido na tabela como um todo era de cerca de 40 bilhões de base de discussão, não de provisão específica; que a tabela do jurídico com as informações sobre os processos também continha os níveis de risco das teses discutidas nos processos, o que influenciava no cálculo da provisão; que tal risco se refletia em índice informado pelo jurídico, que era aplicado

na tabela; que se não houvesse clareza nas informações do jurídico, a depoente contactava o setor para suprir a dúvida; ..."
Extrai-se do depoimento acima que as tarefas da autora requeriam fidúcia diferenciada em relação aos demais empregados da ré, posto que laborava no setor de controle de impostos, era responsável por incluir valores nas tabelas de provisão, apresentava tese discutida nos processos aos demais, lidava com valores entre 10 a 13 milhões, referentes aos processos, e cerca de 40 bilhões envolvidos na tabela de provisão.
Logo, a reclamante possuía fidúcia especial, de modo que o cargo exercido era de confiança, nos termos do § 2º, do artigo 224, da CLT.
Acrescenta-se o recebimento de gratificação igual ou superior a 1/3 do salário pela obreira.
E nem se diga que eventual discrepância entre o depoimento da testemunha da ré na audiência (fls. 1592/1593) e as informações prestadas por ela ao Sr. Perito (fls. 1546/1547) favoreceria a autora neste aspecto.
Isso porque se extrai do depoimento da própria obreira a responsabilidade diferenciada das tarefas exercidas, restando, portanto, comprovada a tese da defesa nesse sentido.
Assim, considerando que a questão restou resolvida sem eventual acolhimento do depoimento da testemunha da ré, bem como da testemunha da obreira, de se afastar as arguições de invalidade dos respectivos depoimentos e cerceamento de defesa.
Destarte, nada há que ser reformada na r. sentença neste particular. (...)" (sublinhou-se e destacou-se, págs. 1.946 e 1.947).
Consoante se infere da decisão do Regional "a reclamante possuía fidúcia especial, de modo que o cargo exercido era de confiança, nos termos do § 2º, do artigo 224, da CLT" (pág. 1.947).
Segundo a Corte a quo, "as tarefas da autora requeriam fidúcia diferenciada em relação aos demais empregados da ré, posto que laborava no setor de controle de impostos, era responsável por incluir valores nas tabelas de provisão, apresentava tese discutida nos processos aos demais, lidava com valores entre 10 a 13 milhões, referentes aos processos, e cerca de 40 bilhões envolvidos na tabela de provisão" (pág. 1.947).
Na hipótese dos autos, o Regional, instância soberana na apreciação do conjunto fático-probatório, foi contundente ao afirmar que o autor se enquadra na exceção prevista no artigo 224, § 2°, da CLT, pois possuía uma fidúcia diferenciada daquela dispensada aos demais empregados, além de receber gratificação de função diferenciada.
Assim, por se encontrar a matéria alicerçada na apreciação do conjunto fático-probatório dos autos e por estar a decisão recorrida em estrita observância ao comando inserto no § 2° do artigo 224 da Consolidação das leis do Trabalho, não há falar em ofensa ao mencionado dispositivo de lei invocado.
Acresça-se que a reforma da decisão regional exigiria a revisão do contexto fático-probatório da demanda, procedimento vedado nesta instância recursal extraordinário, nos termos da Súmula nº 126 do TST.
Cumpre salientar que somente é importante perquirir a quem cabe o ônus da prova quando não há prova dos fatos controvertido nos autos, arguido por qualquer das partes. Assim, uma vez que este ficou efetivamente provado, conforme asseverou o Tribunal Regional, é irrelevante o questionamento sobre a quem caberia fazer a prova. Portanto, nessa hipótese, não há reconhecer ofensa aos artigos 818 da CLT e 373 do CPC/2015.
Também não há falar em divergência jurisprudencial válida ao processamento do recurso de revista, nos termos da Súmula nº 296, item I, do TST.
Como o Regional concluiu que a reclamante possuía fidúcia especial, de modo que o cargo exercido era de confiança, nos termos do § 2º, do artigo 224, da CLT, não há falar em violação a esse dispositivo nem em contrariedade à Súmula nº 102 do TST.
Registra-se, em relação aos temas do falso testemunho e divisor de horas extras, que a parte não atacou os fundamentos do despacho denegatório, de forma que o apelo se revela desfundamentado. Por consequência, não há falar em violação do artigo 141 do CPC nem em contrariedade à Súmula nº 124 do TST.
Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 896, § 14, da CLT.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000845-90.2018.5.12.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	BENEX BENEFICIAMENTO TÊXTIL LTDA.
Advogada	Dra. Fabíola Bremer Nones dos Santos(OAB: 7190-A/SC)
Agravado	ALEXANDRE SOUZA DA SILVA
Advogado	Dr. Ernesto Zulmir Morestoni(OAB: 11666-A/SC)
Advogado	Dr. Ernani Ernesto Morestoni(OAB: 21401-A/SC)
Agravado	MASSA FALIDA de NOBRE INDÚSTRIA TÊXTIL EIRELI
Advogada	Dra. Kátia Regina Evaristo(OAB: 30780-A/SC)
Agravado	MQ ADMINISTRADORA DE BENS LTDA
Advogado	Dr. César Narciso Deschamps(OAB: 6112-A/SC)
Agravado	BELA VISTA INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA - ME
Advogado	Dr. Mauro Kirsten(OAB: 7281-A/SC)
Agravado	QUATRO K TEXTIL LTDA
Advogado	Dr. Marcos de Oliveira Messias(OAB: 167636-A/SP)
Advogado	Dr. Flavia de Lima Resende Nazareth(OAB: 131440-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE SOUZA DA SILVA
- BELA VISTA INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA - ME
- BENEX BENEFICIAMENTO TÊXTIL LTDA.
- MASSA FALIDA de NOBRE INDÚSTRIA TÊXTIL EIRELI
- MQ ADMINISTRADORA DE BENS LTDA
- QUATRO K TEXTIL LTDA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela segunda reclamada, BENEX BENEFICIAMENTO TÊXTIL LTDA., às págs. 2.842-2.852, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 2.832-2.835, quanto ao tema GRUPO ECONÔMICO - CARACTERIZAÇÃO.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela segunda reclamada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso (acórdão publicado em 31/08/2021; recurso apresentado em 13/09/2021).

Regular a representação processual.

Custas pagas. Dispensado o depósito recursal (art. 899, § 10, da CLT).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária / Grupo Econômico.

Alegação(ões):

- violação do art.5º, II, da Constituição Federal;
- violação do art. 2º, §§2º e 3º, da CLT;
- divergência jurisprudencial.

A recorrente não se conforma com a decisão que reconheceu a existência de grupo econômico e a condenou de forma solidária ao pagamento do débito trabalhista. Alega que não foram observados os requisitos do art. 2º da CLT, tais como direção, controle e administração.

Consta do acórdão:

"Com relação ao grupo econômico, registra-se, por primeiro, que o juízo de primeiro grau autorizou, na conformidade do art. 372 do CPC, a utilização como prova emprestada da ata de audiência da RTOrd n. 0000850-15.2018.5.12.0018, da RTOrd n. 0000853-18.2018.5.12.0002, da RTOrd n. 0000886-08.2018.5.12.0002, e da RTOrd n. 735-08.2019.5.12.0002.Feito esse esclarecimento, verifica-se que o teor da prova oral confirma a conclusão da sentença, uma vez que, acerca da segunda ré Benex Beneficiamento Têxtil Ltda - Em recuperação judicial, o exame da ata da RTOrd n. 0000850-15.2018.5.12.0018, juntada às fls. 1736-1740, revela que a testemunha obreira declarou que "havia na Nobre produtos químicos dentro da empresa Nobre com etiqueta da Benex; havia malhas da Benex dentro da Nobre e era bem comum, assim como da Quatro K".[...]Observa-se, ainda, que a prova documental ao mesmo tempo confirma e complementa a narrativa extraída das testemunhas, porque o e-mail de 04-01-2016, comprova que Dilnei Heinzen, sócio-administrador da segunda ré Benex Beneficiamento Têxtil Ltda - Em recuperação judicial, encaminha mensagem para prepostos da primeira ré Nobre Indústria Têxtil Eireli - Massa falida, sobressai o seguinte texto:

[…]conforme sua solicitação no mês de janeiro o valor dos tingimentos reajustamos na metade deixei a outra metade do reajuste para 01/02, mas conversaremos pessoalmente durante o mês de janeiro, pois estaremos em reunião. Seguem os preços praticados a partir de hoje, esses preços são tantos Nobre como Benex ....[...](grifei)

Essa prova documental demonstra que Dilnei Heinzen, sócio-administrador da segunda ré, definiu o preço do serviço de tingimento para as duas empresas e, assim e consoante foi transcrito das atas de audiências, o contexto retratado evidencia a existência de comando único na dinâmica e nos fins econômicos e, bem como, o interesse integrado, uma vez que compartilhavam insumos e atuavam em conjunto sob a direção da empresa líder, a segunda ré Benex Beneficiamento Têxtil Ltda - Em recuperação judicial, na conformidade dos §§2º e 3º do art. 2º da CLT.Possui relevância citar que na RTOrd n. 0000850-15.2018.5.12.0018 o preposto da segunda ré Benex Beneficiamento Têxtil Ltda - Em recuperação judicial, Senhor Dilnei Heinzen, declarou que (fl. 1737):

[...]a ré Benex prestavam serviços para várias empresas, dentre elas a Nobre, em relação a ela mais precisamente na área de Rama; essas prestações de serviços eram todas documentadas com notas, e etc", mas não apresentou nos autos nenhum documento a fim de comprovar que havia mera relação comercial [...]

Embora seja a versão do preposto da quarta ré Bela Vista Investimentos e Participações Ltda - ME, Senhor Pedro Guilherme Girardi Waldrich, sobre fato referente à terceira pessoa, de maneira que não se enquadra como confissão judicial, na conformidade do art. 389 do CPC, e tendo em vista que não foi carreado para os autos documento que confirme o relato, convém transcrever a seguinte informação da ata de audiência da RTOrd n. 0000853-18.2018.5.12.0002:

[...]2) a empresa Nobre era inquilina do imóvel da empresa Bela Vista; 3) que a empresa Bela vista despejou a empresa Nobre por falta de pagamento; 4) o contrato de aluguel na época foi feito com o Sr. Dilnei Heinzen [...]. (grifei)

Soma-se a esse cenário o documento da fl. 108 denominado Termo de Transferência de Linhas entre Clientes/Assinantes, o qual informa que a empresa UZ3 Indústria Têxtil Ltda fez a doação de diversos números de linhas de celular para a primeira ré Nobre Indústria Têxtil Eireli - Massa falida.O contrato social da empresa UZ3 Indústria Têxtil Ltda revela que é administrada pelos sócios Dilnei Heinzen (sócio-administrador da segunda ré Benex Beneficiamento Têxtil Ltda - Em recuperação judicial) e João Luiz Sensi Hornburg Filho, cuja pessoa assinou o Termo de Transferência de Linhas entre Clientes/Assinantes antes mencionado.Tendo em vista o teor dos §2º e 3º do art. 2º da CLT, ao reverso do alegado pela segunda ré nas contrarrazões, para que seja reconhecido o grupo econômico não é necessário comprovar desvio de finalidade ou confusão patrimonial, na conformidade do §4º do art. 50 do Código Civil, pois o caso em apreço não se trata de desconsideração da personalidade jurídica."

Descarto, de plano, o processamento da revista por lesão ao contido no art. 5º, II, da CF/88, pois, a par do comando eminentemente genérico do princípio constitucional da legalidade, o STF já firmou o entendimento de que sua verificação pressupõe "rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida", hipótese que refoge ao escopo dos recursos de natureza extraordinária (ex vi da Súmula nº 636/STF).

Conforme registrado pelo acórdão, o reexame pretendido pela parte recorrente é inadmissível em recurso de natureza extraordinária, em face da Súmula nº 126 do TST que veda o reexame de fatos e provas nesta fase recursal.

Dessa forma, a admissibilidade do recurso não se viabiliza por violação ao dispositivo legal invocado e nem por divergência jurisprudencial, ante a inespecificidade do quadro fático.

CONCLUSÃO

DENEGOseguimento aorecurso de revista." (págs. 2.832-2.835).

Na minuta de agravo de instrumento, a segunda reclamada insiste na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos todos os requisitos para admissibilidade de seu recurso de revista.

Aduz que "é empresa completa e totalmente estranha e alheia às relações trabalhistas mantidas com a NOBRE e seus empregados. à dirige à assalaria /assalariou, não participa/ participou, não interfere/interferiu, não comanda/comandou, não se submete/submeteu, não conhece/conheceu, não sabe/soube, ou seja, não tem ou teve nada a ver com tal assunto" (pág. 2.851).

Alega violação dos artigos 5°, inciso II, da Constituição Federal e 2°, §§ 2° e 3°, da CLT e apresenta arestos para o confronto de teses.

Sem razão.

O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se

quanto à configuração de grupo econômico, nos seguintes termos:
"(...)
A segunda ré (BENEX) sustenta que, para o reconhecimento do grupo econômico, não basta alegação de identidade de sócios, sendo obrigatoriamente necessário demonstrar o interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses, bem como a atuação conjunta das empresas integrantes, fatos não comprovados nos autos. Por isso, busca a reforma da decisão que reconheceu o grupo econômico, e condenou de forma solidária todas as empresas integrantes.
Com relação ao grupo econômico, registra-se, por primeiro, que o juízo de primeiro grau autorizou, na conformidade do art. 372 do CPC, a utilização como prova emprestada da ata de audiência da RTOrd n. 0000850-15.2018.5.12.0018, da RTOrd n. 0000853-18.2018.5.12.0002, da RTOrd n. 0000886-08.2018.5.12.0002, e da RTOrd n. 735-08.2019.5.12.0002.
Feito esse esclarecimento, verifica-se que o teor da prova oral confirma a conclusão da sentença, uma vez que, acerca da segunda ré Benex Beneficiamento Têxtil Ltda - Em recuperação judicial, o exame da ata da RTOrd n. 0000850-15.2018.5.12.0018, juntada às fls. 1736-1740, revela que a testemunha obreira declarou que "havia na Nobre produtos químicos dentro da empresa Nobre com etiqueta da Benex; havia malhas da Benex dentro da Nobre e era bem comum, assim como da Quatro K".
Da ata de audiência da RTOrd n. 0000853-18.2018.5.12.0002, das fls. 1732-1734, sobressai do depoimento da primeira testemunha ouvida no interesse do autor o relato que:
(...)
Possui relevância extrair da oitiva da segunda testemunha da RTOrd n. 0000853-18.2018.5.12.0002 a informação de que:
(...)
É oportuno mencionar que na RTOrd n. 0000850-15.2018.5.12.0018 o preposto da segunda ré Benex Beneficiamento Têxtil Ltda - Em recuperação judicial, Senhor Dilnei Heinzen, declarou que "a Nobre utilizava um caminhão da Benex que era velho (pequeno de 30 anos de uso) e foi repassado a esta". (grifei)
Na ata de audiência da RTOrd n. 0000886-08.2018.5.12.0002, juntada às fis. 1728-1730, o depoente foi ouvido na qualidade de informante, pois confirmou que foi sócio da empresa Texfor Têxtil Fornace Eireli - EPP, a qual faz parte do grupo econômico da empresa Bela Vista Investimentos e Participações LTDA - ME, a quarta ré dos presentes autos. Sobressai do seu depoimento, não obstante, a narrativa:
(...)
Observa-se, ainda, que a prova documental ao mesmo tempo confirma e complementa a narrativa extraída das testemunhas, porque o e-mail de 04-01-2016, comprova que Dilnei Heinzen, sócio -administrador da segunda ré Benex Beneficiamento Têxtil Ltda - Em recuperação judicial, encaminha mensagem para prepostos da primeira ré Nobre Indústria Têxtil Fireli - Massa falida, sobressai o seguinte texto:
(...)
Essa prova documental demonstra que Dilnei Heinzen, sócio-administrador da segunda ré, definiu o preço do serviço de tingimento para as duas empresas e, assim e consoante foi transcrito das atas de audiências, o contexto retratado evidencia a existência de comando único na dinâmica e nos fins econômicos e, bem como, o interesse integrado, uma vez que compartilhavam insumos e atuavam em conjunto sob a direção da empresa líder, a segunda ré Benex Beneficiamento Têxtil Ltda - Em recuperação judicial, na conformidade dos §§2º e 3º do art. 2º da CLT.
Possui relevância citar que na RTOrd n. 0000850-15.2018.5.12.0018 o preposto da segunda ré Benex Beneficiamento Têxtil Ltda - Em recuperação judicial, Senhor Dilnei Heinzen, declarou que (fl. 1737):
(...)
Embora seja a versão do preposto da quarta ré Bela Vista Investimentos e Participações Ltda - ME, Senhor Pedro Guilherme Girardi Waldrich, sobre fato referente à terceira pessoa, de maneira que não se enquadra como confissão judicial, na conformidade do art. 389 do CPC, e tendo em vista que não foi carreado para os autos documento que confirme o relato, convém transcrever a seguinte informação da ata de audiência da RTOrd n. 0000853-18.2018.5.12.0002:
(...)
Soma-se a esse cenário o documento da fl. 108 denominado Termo de Transferência de Linhas entre Clientes/Assinantes, o qual informa que a empresa UZ3 Indústria Têxtil Ltda fez a doação de diversos números de linhas de celular para a primeira ré Nobre Indústria Têxtil Eireli - Massa falida.
O contrato social da empresa UZ3 Indústria Têxtil Ltda revela que é administrada pelos sócios Dilnei Heinzen (sócio-administrador da segunda ré Benex Beneficiamento Têxtil Ltda - Em recuperação judicial) e João Luiz Sensi Hornburg Filho, cuja pessoa assinou o Termo de Transferência de Linhas entre Clientes/Assinantes antes mencionado.
Tendo em vista o teor dos §2º e 3º do art. 2º da CLT, ao reverso do alegado pela segunda ré nas contrarrazões, para que seja reconhecido o grupo econômico não é necessário comprovar desvio de finalidade ou confusão patrimonial, na conformidade do §4º do art. 50 do Código Civil, pois o caso em apreço não se trata de desconsideração da personalidade jurídica.
Cumpre salientar que, à exceção da quinta ré (QUATRO K), com análise em tópico próprio, as demais integrantes do grupo econômico não interpuseram recurso. No caso concreto, a segunda ré pediu somente sua exclusão da formação do grupo econômico (f1.1310), transitando em julgando para as demais condenadas, caso haja exclusão desta em Instância superior (MQ E BELA VISTA fl. 2254)
Ante todo o exposto, nego provimento ao recurso da segunda ré (BENEX) no item
(...)" (destacou-se, págs. 2.638-2.640).
Discute-se, na hipótese dos autos, a configuração de grupo econômico entre as reclamadas, de modo a ensejar condenação solidária ao pagamento dos créditos trabalhistas devidos ao reclamante.
O artigo 2º, § 2º, da CLT exige, para a configuração degrupo econômico, subordinação à mesma direção, controle ou administração, embora cada uma das empresas possua personalidade jurídica própria, in verbis:
"§ 2º Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas."
Verifica-se que, nos termos do referido dispositivo celetista, que a mera identidade de sócios e a exploração da mesma atividade empresarial não importam o reconhecimento degrupo econômico.
Com efeito, a jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de que, para a configuração degrupo econômico, não basta a mera situação de coordenação entre as empresas, sendo necessária a presença de relação hierárquica entre elas, de efetivo controle de uma empresa sobre as outras e que o simples fato de haver sócios

em comum não implica por si só o reconhecimento dogrupo econômico, com esse entendimento os seguintes julgados:
"AGRAVO EM EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.GRUPO ECONÔMICO. PRESUNÇÃO. PAGAMENTO DOS SALÁRIOS POR MEIO DE EMPRESA DE COBRANÇA E PAGAMENTOS. AUSÊNCIA DE PROVA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE POR EMPRESA LÍDER. SÚMULA Nº 296, I, DESTE TRIBUNAL. O Tribunal Regional, sob o fundamento de que a responsabilidade solidária das empresas não se limita à formação degrupo econômico, mas ao fato de a INDUFAL ter transferido a obrigação de pagar seus empregados com os créditos cedidos para a empresa FAN, condenou as empresas solidariamente. A egrégia Turma deste Tribunal concluiu que tal decisão violou o artigo 2º, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, sob o fundamento de que apenas a cessão de crédito não é suficiente para a responsabilização solidária, mas seria necessária a figura dogrupo econômico, que somente se configuraria se demonstrada a existência de controle e fiscalização de uma empresa líder, circunstância não noticiada no acórdão recorrido. Salientou, ainda, que a jurisprudência desta Corte, ao interpretar o teor do citado dispositivo da CLT,pacificou o entendimento de que a mera existência de sócios em comum e de relação de coordenação entre as empresas não constitui elemento suficiente para a caracterização dogrupo econômico. Os arestos não enfrentam a matéria por esses ângulos, mas pelo prisma da Súmula nº 126 desta Corte, óbice não reconhecido na hipótese vertente. Correta a decisão denegatória, mantém-se o decidido. Agravo de que se conhece e a que se nega provimento" (Ag-E-ARR - 8300-19.2011.5.21.0013, Data de Julgamento: 10/8/2017, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 18/8/2017).
"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. CONFIGURAÇÃO DEGRUPO ECONÔMICO. ART. 2º, § 2º, DA CLT. EXISTÊNCIA DE SÓCIOS EM COMUM. A interpretação do art. 2º, § 2º, da CLT conduz à conclusão de que, para a configuração degrupo econômico, não basta a mera situação de coordenação entre as empresas. É necessária a presença de relação hierárquica entre elas, de efetivo controle de uma empresa sobre as outras. O simples fato de haver sócios em comum não implica por si só o reconhecimento dogrupo econômico. No caso, não há elementos fáticos que comprovem a existência de hierarquia ou de laços de direção entre as reclamadas que autorize a responsabilidade solidária. Recurso de Embargos conhecido por divergência jurisprudencial e desprovido" (E-ED-RR - 214940-39.2006.5.02.0472, Relator Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 15/8/2014).
"RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO.GRUPO ECONÔMICO. NÃO CONFIGURAÇÃO. O Regional, apesar de não registrar a relação de subordinação hierárquica entre as empresas, tampouco os laços de direção entre a Recorrente e a devedora principal, concluiu pela configuração dogrupo econômico. O entendimento externado pautou-se essencialmente na existência de sócio em comum e relação de coordenação entre as empresas. Por disciplina judiciária, ressalvado o posicionamento desta Relatora, adota-se o entendimento perfilhado pela SBDI-1 desta Corte, que decidiu ser necessária para a configuração dogrupo econômicoa efetiva constatação da relação de subordinação hierárquica entre as empresas. Precedentes. Recurso de Revista conhecido e provido" (RR - 10489-81.2016.5.03.0146, Relatora Ministra: Maria de Assis Calsing, Data de Julgamento: 2/8/2018, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/8/2018)
"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. LEI Nº13.015/2014. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.GRUPO ECONÔMICO. O posicionamento que prevalece na colenda SBDI-1/TST é no sentido de que a mera existência de sócios em comum e de relação de coordenação entre as empresas não constitui elemento suficiente para a caracterização dogrupo econômico, sendo necessária a presença de relação hierárquica entre elas. Na análise do caso, por se tratar de empresas distintas, com personalidade jurídica própria, imprescindível haver outros elementos fáticos que demonstrem a existência de direção, controle e administração de uma empresa sobre a outra, em sistema de hierarquia. Isso porque o reconhecimento degrupo econômicoentre empresas sustentado na mera alegação de sócio em comum entre ambas violaria literalmente o texto do art. 2º, §2º, da CLT, conforme posicionamento jurisprudencial supracitado desta Corte. No vertente caso, não há como caracterizar a formação degrupo econômicoapenas sob o elemento fático de existência de sócio em comum entre as reclamadas. Sob esse prisma, para se concluir de forma diversa, como pretende o reclamante, esbarra no óbice previsto na Súmula 126 do TST. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (AIRR - 414-12.2015.5.03.0180, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 12/6/2018, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/6/2018).
Contudo, na hipótese dos autos, o Regional, consubstanciado em prova documental, deixou expresso que "Dilnei Heinzen, sócio-administrador da segunda ré, definiu o preço do serviço de tingimento para as duas empresas e, assim e consoante foi transcrito das atas de audiências, o contexto retratado evidencia a existência de comando único na dinâmica e nos fins econômicos e, bem como, o interesse integrado, uma vez que compartilhavam insumos e atuavam em conjunto sob a direção da empresa líder, a segunda ré Benex Beneficiamento Têxtil Ltda - Em recuperação judicial, na conformidade dos §§2º e 3º do art. 2º da CLT" (pág. 2.639).
Segundo a Corte a quo, "o contrato social da empresa UZ3 Indústria Têxtil Ltda revela que é administrada pelos sócios Dilnei Heinzen (sócio-administrador da segunda ré Benex Beneficiamento Têxtil Ltda - Em recuperação judicial) e João Luiz Sensi Hornburg Filho, cuja pessoa assinou o Termo de Transferência de Linhas entre Clientes/Assinantes antes mencionado" (pág. 2.640).
Nesse sentido, demonstrada a sujeição ao mesmo centro decisório, a submissão aos interesses econômico-empresariais do mesmo grupo econômico e viabiliza o reconhecimento da responsabilidade solidária entre as reclamadas, conforme jurisprudência desta Corte. Citam-se, ainda, os seguintes precedentes desta Corte:
"GRUPO ECONÔMICO. CARACTERIZAÇÃO. O Regional de origem consignou que "as empresas do grupo estavam sob um comando único, exercido pela Odilon Santos Administração Compartilhada Ltda. (antiga Odilon Santos Administração e Participações Ltda.), a qual atuava no controle, administração e direção das empresas" . Ressaltou ser "indubitável a coordenação entre as empresas, já que, nas diversas reclamações ajuizadas contra as empresas do grupo, há prova de que uma empresa (Odilon Santos Administração e Participações) assumiu o contrato de trabalho de empregado de outra empresa (Transbrasiliana), conforme registro feito na CTPS do empregado no ROPS-0011207-87.2016.5.18.0008; uma empresa (Transbrasiliana) funciona dentro da sede de outra empresa (Rápido Araguaia), conforme certidão da Oficial de Justiça Avaliadora na RTOrd-0011440-06.2015.5.18.0013; e há empregado que trabalha em prol do grupo, conforme certidão

do Oficial de Justiça Avaliador na RTOrd-0010391-75.2016.5.18.0018 (Sr. José Roberto de Sousa Silveira, Coordenador Jurídico do Grupo das Reclamadas)" . O artigo 2º, § 2º, da CLT exige, para a configuração degrupo econômico, subordinação à mesma direção, controle ou administração, embora cada uma das empresas possua personalidade jurídica própria, in verbis : "§ 2º Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas" . Verifica-se que, nos termos do referido dispositivo celetista, que a mera identidade de sócios e a exploração da mesma atividade empresarial não importam o reconhecimento degrupo econômico. Com efeito, a jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de que, para a configuração degrupo econômico, não basta a mera situação de coordenação entre as empresas, sendo necessária a presença de relação hierárquica entre elas, de efetivo controle de uma empresa sobre as outras e que o simples fato de haver sócios em comum não implica por si só o reconhecimento dogrupo econômico. Contudo, na hipótese dos autos, não se trata de mera identidade de sócios, pois o Regional foi enfático ao afirmar que as empresas reclamadas estão sob a administração do Sr. Odilon Walter Santos, o que viabiliza o reconhecimento da responsabilidade solidária entre as reclamadas, conforme jurisprudência desta Corte. Agravo de instrumento desprovido.[...]" (AIRR-11513-81.2015.5.18.0011, 2ª Turma, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 29/11/2019).

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014 E DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST. ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017.GRUPO ECONÔMICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. 1 - No caso dos autos, conforme registrado na decisão agravada, o Tribunal Regional, soberano na análise do conjunto fático-probatório, consignou que "além da coordenação entre as empresas, verifica-se que o controle central era exercido por uma empresa líder ou holding, qual seja, a Odilon Santos Administração e Participações Ltda., conforme está expresso em seu contrato social, cujo Diretor-Presidente era o Sr. Odilon Walter dos Santos: "3. constituirgrupo econômicoformado pela consolidação de empresas investidas, controladas e/ou coligadas, e funcionar como holding administradora "do grupo;" (ID 9afc22b - Pág. 2, fl. 66)". 2 - Ademais, conforme registrado na decisão monocrática ora impugnada: "os contratos sociais juntados aos autos (ID f3995ef e ss, fls. 197/224), a Transbrasiliana e a Rápido Marajó situam-se no mesmo endereço, além de exercerem o mesmo ramo de atividade econômica, qual seja, o transporte rodoviário de passageiros. Por fim, essas duas empresas possuem o mesmo quadro societário, sendo que Odilon Walter dos Santos figura como sócio majoritário de ambas". 3 - Como se vê, o Tribunal Regional expressamente concluiu pela existência degrupo econômicoentre as empresas reclamadas, em razão não apenas da identidade de sócios e coordenação de empresas, mas também pelo fato de que "as empresas do grupo estavam sob um comando único, exercido pela Odilon Santos Administração Compartilhada Ltda. (antiga Odilon Santos Administração e Participações Ltda.), a qual atuava no controle, administração e direção das empresas", elementos suficientes à configuração degrupo econômicoa atrair a condenação solidária. (Ag-AIRR - 10182-39.2016.5.18.0008, Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, 6ª Turma, DEJT 15/3/2019).

"GRUPO ECONÔMICO- CARACTERIZAÇÃO- RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA . Têm razão as recorrentes quando afirmam que a configuração dogrupo econômico, nos termos do artigo 2º, §2º, da CLT, depende da inequívoca existência de relação hierárquica entre as empresas, não bastando, portanto, a mera coordenação entre as pessoas jurídicas. Essa conclusão, aliás, encontra-se em sintonia com a jurisprudência majoritária da SBDI-1 e dos demais órgãos fracionários desta Corte. Todavia, ao contrário das investidas recursais, essa é exatamente a hipótese dos autos. Nota-se que, ao descrever as circunstâncias fáticas que cercaram a relação existente entre as reclamadas, o Colegiado Regional destacou que " as empresas possuem centro de decisões comum nas pessoas de Odilon Walter dos Santos e Odilon Santos Neto, pai e filho " e que " o Grupo Odilon Santos abrange as reclamadas recorridas e recorrentes, bem como várias outras empresas, do ramo dos transportes ou não, estando todas submetidas ao controle decisório do Sr. Odilon Walter dos Santos ". Partindo de tais premissas, a Turma concluiu que " seja pela existência de sócios em comum, seja por estarem sujeitas ao mesmo centro decisório e submetidas ao interesses econômico-empresariais do mesmo grupo familiar ", restou " caracterizado o instituto previsto no artigo 2º, §2º, da CLT ". Os fatos descritos na decisão indicam que havia vínculo de subordinação entre as reclamadas e o grupo que as controlava, circunstância apta a ensejar a responsabilidade solidária, nos termos do dispositivo celetário invocado pelo Regional e da jurisprudência da SBDI-1. Precedente elucidativo desta Corte, envolvendo as mesmas empresas e as mesmas premissas fáticas examinadas na decisão recorrida. Agravo de instrumento conhecido e desprovido. CONCLUSÃO: Agravo de instrumento integralmente conhecido e desprovido" (AIRR-767-05.2016.5.08.0107, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 24/5/2019).

Nesse contexto, a decisão do Regional encontra-se em consonância com a jurisprudência iterativa, notória e atual do Tribunal Superior do Trabalho, o que afasta a possibilidade de violação dos artigos5°, inciso II, da Constituição Federal e 2°, §§ 2° e 3°, da CLT.

Também não há falar em divergência jurisprudencial válida ao processamento do recurso de revista, nos termos da Súmula nº 296, item I, do TST.

Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000003-73.2017.5.01.0076

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	RODOBENS COMERCIO E LOCACAO DE VEICULOS LTDA.
Advogado	Dr. José Eduardo Duarte Saad(OAB: 36634-A/SP)
Agravado	ROBERTO LUIZ COSTA DOS SANTOS
Advogado	Dr. Wagner Campos Gomes(OAB: 135417-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ROBERTO LUIZ COSTA DOS SANTOS
- RODOBENS COMERCIO E LOCACAO DE VEICULOS LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Interposto recurso de revista contra acórdão regional proferido no julgamento de agravo de instrumento em recurso ordinário.
Contudo, manifestamente incabível o apelo, à míngua de previsão legal, conforme dispõe o art. 896 da CLT. Nesse sentido, o entendimento cristalizado na Súmula 218 desta Corte:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento."

O devido processo legal e a ampla defesa devem ser exercidos segundo o ordenamento jurídico vigente, observadas as estritas hipóteses de cabimento de cada modalidade recursal.
Assim, ausente pressuposto de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000351-76.2020.5.09.0654

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.
Advogado	Dr. Victor Benghi Del Claro(OAB: 15703-A/PR)
Advogado	Dr. Conceicao Angelica Ramalho Conte(OAB: 21834-A/PR)
Agravado	LEANDRO HENRIQUE MOREIRA
Advogado	Dr. Adelino Venturi Júnior(OAB: 27058-A/PR)
Advogado	Dr. Erich Hüttner(OAB: 56868-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.
- LEANDRO HENRIQUE MOREIRA

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Interposto recurso de revista contra acórdão regional proferido no julgamento de agravo de instrumento em recurso ordinário.
Contudo, manifestamente incabível o apelo, à míngua de previsão legal, conforme dispõe o art. 896 da CLT. Nesse sentido, o entendimento cristalizado na Súmula 218 desta Corte:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento."

O devido processo legal e a ampla defesa devem ser exercidos segundo o ordenamento jurídico vigente, observadas as estritas hipóteses de cabimento de cada modalidade recursal.
Assim, ausente pressuposto de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100355-15.2020.5.01.0050

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MARIA VILMA SILVEIRA MOURA
Advogada	Dra. Emanuelle Silveira dos Santos(OAB: 32845-A/PR)
Agravado	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	Dr. Renato Lobo Guimarães(OAB: 14517-A/DF)
Agravado	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Fábio Gomes de Freitas Bastos(OAB: 168037-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- MARIA VILMA SILVEIRA MOURA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. TEMA INDICADO NA ÍNTEGRA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela exequente, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: LEGITIMIDADE ATIVA DO SINDICATO.
Foram apresentadas contrarrazões às págs. 1.023-1.032 e contraminuta às págs. 1.033-1.036.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte, em vez de indicar o respectivo trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, transcreveu a íntegra do tema analisado no acórdão, de forma que a exigência processual contida no dispositivo

em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso. Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/06/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/08/2018; AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.
Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010544-92.2017.5.15.0136

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	ANTONIO RAIMUNDO DO NASCIMENTO NOGUEIRA
Advogada	Dra. Fernanda Cristina Thome(OAB: 289729-A/SP)
Agravado	ABENGOA BIOENERGIA AGROINDÚSTRIA LTDA.
Advogado	Dr. Wilson Carlos Guimaraes(OAB: 88310-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- ABENGOA BIOENERGIA AGROINDÚSTRIA LTDA.
- ANTONIO RAIMUNDO DO NASCIMENTO NOGUEIRA

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:
CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. CONTRADITA TESTEMUNHAL. DANO MORAL. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA E PROIBIÇÃO DO USO DE BANHEIRO. DOENÇA OCUPACIONAL. HORAS IN ITINERE. HORAS EXTRAS.
Postula o agravante a reforma do acórdão regional quanto aos temas acima epigrafados.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.
Destaque-se, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, não basta a mera indicação da ementa, páginas do acórdão, paráfrase, resumo, trecho insuficiente, parte dispositiva ou mesmo do inteiro teor do acórdão ou de capítulo de acórdão não sucinto, sem destaques próprios. Tampouco a transcrição dos trechos, no início da petição, dissociada dos fundamentos, sem o devido cotejo analítico de teses, serve ao fim colimado.
No caso, a parte limitou-se a transcrever os trechos do acórdão no início do recurso, dissociados de seus fundamentos.

Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001157-09.2020.5.17.0131

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICÍPIO DE MUQUI
Advogado	Dr. Cláudio José Cândido Roppe(OAB: 7129-A/ES)
Advogado	Dr. José Rocha Júnior(OAB: 9494-A/ES)
Agravado	MARIA JOSE CAMPOS FERREIRA
Advogado	Dr. Heleno Saluci Brazil(OAB: 9636-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA JOSE CAMPOS FERREIRA
- MUNICÍPIO DE MUQUI

FÉRIAS - FRUIÇÃO NA ÉPOCA PRÓPRIA - PAGAMENTO RESPECTIVO EM ATRASO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado, às págs. 107-119, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 102 e 103, quanto ao tema FÉRIAS - FRUIÇÃO NA ÉPOCA PRÓPRIA - PAGAMENTO RESPECTIVO EM ATRASO.
Foram apresentadas contraminuta às págs. 122-127 e contrarrazões às págs. 128-132.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo prosseguimento normal do feito.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamado:
"(...)
Férias / Indenização / Dobra / Terço Constitucional
Alegação(ões):
- divergência jurisprudencial.
- art. 5º, II, da CR
- arts. 137, 145, da CLT
- Súmula 450 do TST
Insurge-se contra a condenação ao pagamento de férias em dobro e terço constitucional.
A C. Turma assentou que o reclamado não impugnou a alegação de que as férias eram quitadas fora do prazo previsto no artigo 145 da CLT, bem como registrou que, em relação a todos os períodos aquisitivos, a reclamada não respeitou a antecedência mínima prevista em lei para pagamento das férias, sendo devido o pagamento em dobro. Assim, por tais fundamentos, verifica-se que a decisão se encontra consonante com a Súmula 450 do Eg. TST, o que inviabiliza o recurso, nos termos do disposto no artigo 896, § 7º, da CLT e Súmula nº 333, do Eg. TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.
(...)" (pág. 103).
Na minuta de agravo de instrumento, o reclamado insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, contestando a condenação que lhe foi imposta, relativa ao pagamento da dobra de férias.
Sustenta que "o único mês em que as férias não eram antecipadas é o mês de janeiro, por questões administrativas"; e que "o primeiro dia útil de janeiro, e consequentemente o primeiro dia de gozo das férias, se inicia por volta do dia 04, por conta do feriado da virada de ano" (pág. 113).
Alega que "o salário do mês dezembro, que poderia ser quitado até o 5º dia útil de janeiro, foram quitados antecipadamente em 20 de dezembro, ou seja, não houve qualquer prejuízo a recorrida ao iniciar o gozo das férias" (pág. 113).
Afirma que "o pagamento das férias foi efetuado dentro do mês de gozo, devendo ser declarada indevida a sua dobra" (pág. 113).
Aponta violação dos artigos 145 da CLT e 5º, inciso II, da Constituição Federal, desrespeito à decisão da ADPF nº 501 do STF e contrariedade à Súmula nº 450 do TST e apresenta arestos para o confronto de teses.
Sem razão.
O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto às férias:
"(...)
2.2.1. REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS QUITADA FORA DO PRAZO. PAGAMENTO EM DOBRO.
Em sua peça de ingresso, relatou a reclamante que ocupa o cargo de professora, regida pelo regime celetista, sempre gozando férias no mês de janeiro de cada ano, de forma a acompanhar o período de recesso escolar.
Alegou, contudo, que o Município réu efetuou o pagamento da remuneração de férias fora do prazo legal, eis que somente quitava a remuneração correspondente no decorrer dos respectivos períodos de descanso anual, em descumprimento ao prazo previsto na norma celetista.
Por estas razões, pugnou pelo pagamento das férias de forma dobrada, na forma dos artigos 134, 137 e 145 da CLT e Súmula 450 do TST.
Em sua defesa, o contestante não negou que as férias foram quitadas fora do prazo legal, mas defendeu que o art. 137 da CLT determina o pagamento em dobro das férias apenas na hipótese das férias terem sido concedidas fora do prazo previsto no art. 134 da CLT, e não nos casos em que apenas o pagamento ocorre fora do prazo legal. Apontou, ainda, a existência de entendimento de que o atraso irrisório na remuneração das férias não implica o pagamento em dobro do período, ante a inexistência de prejuízo.
O MM. Juízo de origem julgou procedente o pedido de pagamento das férias em dobro.
Insurge-se o município réu, renovando a tese de não ter ficado evidenciado qualquer prejuízo para os trabalhadores em razão da sistemática adotada de pagamento das férias, eis que o atraso, se ocorreu, foi de poucos dias. Ademais, aduz que a interpretação das regras trabalhistas em face de ente público deve ser vista com atenção, devendo-se ponderar o princípio da indisponibilidade e da supremacia do interesse público, a fim de evitar o colapso das contas públicas, com reflexos negativos para toda a comunidade local, notadamente quando se leva em consideração o reduzido porte econômico do Município demandado que o torna incapaz de fazer frente às diversas demandas trabalhistas envolvendo o pagamento das férias. Por todos esses motivos, requer a reforma da sentença, para o fim de ser afastada a condenação ao pagamento em dobro da remuneração de férias.
Vejamos.
Dispõe o artigo 145 da CLT que o pagamento da remuneração das

férias deve ser efetuado até 02 (dois) dias antes do início do respectivo período de gozo do descanso anual.
Já a Súmula 450 do TST estabelece que:
SUM-450 FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO. DOBRA DEVIDA. ARTS. 137 E 145 DA CLT. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 386 da SBDI-1) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014
É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal.
O pagamento antecipado da remuneração das férias tem por escopo propiciar ao trabalhador o efetivo gozo do período de descanso e lazer. Se a remuneração é paga sem a antecedência necessária ou durante ou mesmo após o gozo do período de férias, resta frustrado o direito à desconexão do trabalhador, por não dispor o empregado dos recursos financeiros necessários para poder usufruir integralmente do descanso, razão pela qual, nestes casos, é devida a condenação do empregador ao pagamento em dobro pelas férias não gozadas no tempo e modo devidos, por interpretação analógica ao disposto no artigo 137 da CLT.
No caso dos autos, o reclamado não impugnou a alegação de que as férias eram quitadas fora do prazo previsto no artigo 145 da CLT, tornando incontroverso que as férias da parte autora foram pagas nas seguintes datas apontadas na inicial:
- Férias gozadas em janeiro de 2016 - pagamento em 12/01/2016
- Férias gozadas em janeiro de 2017 - pagamento em 31/01/2017
- Férias gozadas em janeiro de 2018 - pagamento em 19/01/2018
- Férias gozadas em janeiro de 2019 - pagamento em 18/01/2019
Pelos dados apresentados acima, é possível perceber que, em relação a todos os períodos aquisitivos, a reclamada não respeitou a antecedência mínima prevista em lei.
O não pagamento da remuneração de férias em prazo anterior ao início de fruição do período de descanso, efetuando o pagamento com mais de 10 (dez) dias após o seu começo, certamente prejudicou a parte autora, que não teve à sua disposição os meios financeiros para desfrutar por inteiro do período de descanso, devendo ser mantida a condenação, na forma da Súmula 450 do TST.
Não se nega a existência de entendimento do c. TST no sentido de que se o empregador deixa de respeitar o prazo do artigo 145 da CLT, mas efetua o pagamento ainda a tempo de que o empregado possa se afastar devidamente provido dos recursos financeiros necessários à fruição das férias, com atraso ínfimo de poucos dias, não é cabida a obrigação de pagar as férias em dobro.
Ocorre que, no caso dos autos, a parte autora teve efetivamente frustrado o direito ao gozo das férias, pois não recebeu a remuneração a tempo de desfrutar integramente do período de descanso, haja vista o pagamento ter sido realizado no meio ou no final de gozo do período aquisitivo.
Assim, por compartilhar das mesmas nuances fático-jurídicas que deram ensejo à edição da Súmula 450 do TST, não há falar em distinção do caso dos autos a afastar a aplicação do referido verbete sumular.
Não merece prosperar, ainda, a tese levantada pelo município de que as regras do Direito do Trabalho devem ser aplicadas com temperança em relação ao ente público, com observância ao princípio da indisponibilidade e da supremacia do interesse público
Ao assumir o Município de Muqui a condição de empregador, o ente público se insere na relação privada estabelecida entre o capital e trabalho, devendo respeitar, assim como qualquer empresa, as normas trabalhistas de natureza cogente, no que se inclui o direito ao pagamento da remuneração das férias de forma antecipada. Na relação individual de emprego, é o trabalhador, na condição de hipossuficiente, e não o ente público que merece a proteção do ordenamento jurídico. Não por outra razão é que a Constituição Federal consagrou como fundamento da ordem econômica a valorização do trabalho humano (art. 170, caput, CF) e como base da ordem social o primado do trabalho, o bem estar e a justiça social (art. 193, CF). É neste sentido que o interesse público deve ser compreendido e concretizado.
Acrescenta-se que a crise econômica pela qual alegadamente atravessa o Município de Muqui não pode ser utilizada como subterfúgio à sonegação de direitos trabalhistas.
Pelos fundamentos consignados acima, é devida a imposição da obrigação de pagá-las em dobro, não merecendo acolhida a pretensão recursal.
Registra-se, por fim, que a condenação imposta pela sentença obriga o ente apenas ao pagamento da dobra das férias, ou seja, deve proceder ao pagamento, mais uma vez, de forma simples.
Pelo exposto, nego provimento ao apelo do réu.
(...)" (sublinhou-se e negritou-se, págs. 82-85).
O artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal confere ao trabalhador o direito ao gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de um terço a mais que o valor do salário.
Também é direito do empregado perceber o pagamento da remuneração das férias até dois dias antes do início do respectivo período, nos termos do artigo 145 da CLT, in verbis:
"Art. 145. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período."
O artigo 137 da CLT, por sua vez, preconiza que o gozo do período das férias, após o término do período concessivo, acarreta a obrigação do pagamento em dobro da remuneração devida.
Disso resulta a conclusão de que, tanto no caso da concessão do próprio período de férias em atraso, quanto na hipótese do gozo de esse benefício ter se dado no prazo, mas com o pagamento em atraso do valor correspondente (até mesmo após o usufruto das férias), é devido o pagamento em dobro da parcela, com o respectivo adicional de 1/3, que deve ser calculado sobre o valor total das férias, inclusive sobre a dobra.
Desse modo, cabe ao empregador, ao conceder o gozo das férias ao seu empregado, observar o disposto no artigo 145 da CLT, que preconiza que o pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, do abono citado no artigo 143, seja efetuado até dois dias antes do início do respectivo período, sob pena de pagá-las em dobro, conforme previsto no artigo 137 do mesmo diploma da CLT.
A justificativa da previsão legal do pagamento da remuneração do período de férias em prazo anterior ao gozo destas é propiciar ao empregado condições financeiras de desfrutar as férias, que possuem caráter de higiene e segurança do trabalho.
E, pelo fato de ser tão importante que o empregado usufrua as férias, fica o empregador submetido às obrigações de permitir o período de descanso e de pagar a importância relativa às férias no prazo prescrito em lei, sob pena de, assim não o fazendo, desobedecer ao artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal e, ainda aos artigos 137 e 145 da CLT, este, que prevê como consequência grave, o pagamento em dobro da parcela.
Assim, férias desfrutadas na época própria, porém pagas fora do prazo previsto no artigo 145 da CLT, também ensejam a condenação do empregador ao pagamento do período em dobro, por aplicação analógica do artigo 137 da CLT, pois significa, por via transversa, que o empregador inviabilizou o gozo das férias, infringindo o mesmo valor que o legislador pretendeu preservar.

Nesse sentido, a Súmula nº 450 desta Corte, que resultou da conversão da Orientação Jurisprudencial nº 386 da SbDI-1 do TST: "FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO. DOBRA DEVIDA. ARTS. 137 E 145 DA CLT. (DEJT divulgado em 09, 10 e 11.06.2010)
É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal."
Observa-se, pois, que a decisão regional foi proferida em consonância com o teor dessa Súmula.
Assim, estando o acórdão recorrido em consonância com a atual, iterativa e notória jurisprudência desta Corte superior, consubstanciada na Súmula nº 450 do TST, o processamento do recurso de revista encontra óbice na Súmula nº 333 do TST, não havendo falar em afronta aos artigos 145 da CLT e 5º, inciso II, da Constituição Federal.
Cabe registrar que a edição da Súmula nº 450 desta Corte não implicou em criação de obrigação não prevista em lei nem, consequentemente, em ofensa ao disposto no artigo 8º, § 2º, da CLT, mas, tão somente, em explicitação de entendimento consolidado acerca de exigência legal oriunda dos dispositivos pertinentes à matéria, construído a partir da interpretação desses dispositivos.
Não há falar em possibilidade de processamento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, nos termos do artigo 896, § 7º, da CLT.
Registra-se que as súmulas desta Corte são fruto de iterativa jurisprudência daquelas Cortes, materializada por meio do exame de situações pretéritas e semelhantes emanadas da legislação infraconstitucional federal, segundo a missão constitucional de que este Tribunal está investido, de interpretá-la sistematicamente.
Nesse contexto, oportuno assentar a aplicabilidade e juridicidade da Súmula nº 450 do TST ao caso concreto.
A alegação de desrespeito à ADPF nº 501 do STF não enseja o processamento do recurso de revista, nos termos do art. 896 da CLT.
Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento nos artigos 932, inciso IV, alínea "a", do CPC/2015 e 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000108-34.2020.5.12.0013

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	JK TRANSPORTES EIRELI - EPP
Advogado	Dr. Cassio Vieceli(OAB: 13561/SC)
Advogada	Dra. Raquel Canal(OAB: 29980/SC)
Agravado	VALDECIR DE SOUZA
Advogado	Dr. Rubens Luis Freiberger(OAB: 31447-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- JK TRANSPORTES EIRELI - EPP
- VALDECIR DE SOUZA

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:
ADICIONAL DE PERICULOSIDADE
Postula a agravante a reforma do acórdão regional quanto ao tema acima epigrafado.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.
Destaque-se, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, não basta a mera indicação da ementa, páginas do acórdão, paráfrase, resumo, trecho insuficiente, parte dispositiva ou mesmo do inteiro teor do acórdão ou de capítulo de acórdão não sucinto, sem destaques próprios. Tampouco a transcrição dos trechos, no início da petição, dissociada dos fundamentos, sem o devido cotejo analítico de teses, serve ao fim colimado.
No caso, a parte transcreveu, sem destaques, o inteiro capítulo do acórdão, quanto ao tema impugnado.
Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1000384-27.2020.5.02.0013

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	SERGIO PEREIRA DA SILVA
Advogado	Dr. Ricardo Aurelio de Moraes Salgado Junior(OAB: 138058-A/SP)
Agravado	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Procuradora	Dra. Giulia Dandara Pinheiro Martins

Intimado(s)/Citado(s):

- HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
- SERGIO PEREIRA DA SILVA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. TEMA INDICADO NA ÍNTEGRA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: HORAS EXTRAS.
Foi apresentada contraminuta às págs. 393-396.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo prosseguimento normal do feito.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte, em vez de indicar o respectivo trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, transcreveu a íntegra do tema analisado no acórdão, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso.
Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/06/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/08/2018; AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.
Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000201-38.2020.5.07.0012

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	CONSORCIO COSAMPA/ JUREMA/SOUZA REIS/ GEOSISTEMAS - ANEL VIARIO
Advogado	Dr. Enoque Salvador de Araujo Sobrinho(OAB: 27621-A/CE)
Agravado	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLANAGEM EM GERAL NO ESTADO DO CEARÁ SINTEPAV-CE.
Advogada	Dra. Ana Hadassa da Silva Oliveira(OAB: 29508-A/CE)
Advogado	Dr. Harley Ximenes dos Santos(OAB: 12397-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSORCIO COSAMPA/ JUREMA/SOUZA REIS/ GEOSISTEMAS - ANEL VIARIO
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLANAGEM EM GERAL NO ESTADO DO CEARÁ SINTEPAV-CE.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Interposto recurso de revista contra acórdão regional proferido no julgamento de agravo de instrumento em recurso ordinário.

Contudo, manifestamente incabível o apelo, à míngua de previsão legal, conforme dispõe o art. 896 da CLT. Nesse sentido, o entendimento cristalizado na Súmula 218 desta Corte:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento."

O devido processo legal e a ampla defesa devem ser exercidos segundo o ordenamento jurídico vigente, observadas as estritas hipóteses de cabimento de cada modalidade recursal.
Assim, ausente pressuposto de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000815-13.2019.5.07.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	JACKSON MATEUS QUEIROZ DA SILVA
Advogado	Dr. Hugo Leonardo Bezerra Gondim(OAB: 19810-A/CE)
Agravado	FORTALEZA ESPORTE CLUBE
Advogado	Dr. Germano Monte Palácio(OAB: 11569/CE)
Advogado	Dr. Francisco David Pires Rebouças(OAB: 16910-A/CE)
Advogado	Dr. Fabiola Alves Castelo Guedes(OAB: 36224-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- FORTALEZA ESPORTE CLUBE
- JACKSON MATEUS QUEIROZ DA SILVA

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Interposto recurso de revista contra acórdão regional proferido no julgamento de agravo de instrumento em recurso ordinário.
Contudo, manifestamente incabível o apelo, à míngua de previsão legal, conforme dispõe o art. 896 da CLT. Nesse sentido, o entendimento cristalizado na Súmula 218 desta Corte:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento."

O devido processo legal e a ampla defesa devem ser exercidos segundo o ordenamento jurídico vigente, observadas as estritas hipóteses de cabimento de cada modalidade recursal.
Assim, ausente pressuposto de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010187-47.2020.5.03.0167

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	DANIEL AROEIRA PEREIRA E OUTROS
Advogado	Dr. Pedro Geraldes(OAB: 120041-A/MG)
Agravado	TATIANE MARIA DE OLIVEIRA BELI
Advogado	Dr. Elimar Medeiros Abelin(OAB: 50208-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIEL AROEIRA PEREIRA E OUTROS
- TATIANE MARIA DE OLIVEIRA BELI

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Interposto recurso de revista contra acórdão regional proferido no julgamento de agravo de instrumento em recurso ordinário.
Contudo, manifestamente incabível o apelo, à míngua de previsão legal, conforme dispõe o art. 896 da CLT. Nesse sentido, o entendimento cristalizado na Súmula 218 desta Corte:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento."

O devido processo legal e a ampla defesa devem ser exercidos segundo o ordenamento jurídico vigente, observadas as estritas hipóteses de cabimento de cada modalidade recursal.
Assim, ausente pressuposto de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0020063-68.2019.5.04.0802

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	Q BOX TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS EIRELI
Advogado	Dr. Eduardo Velo Pereira(OAB: 21988-A/RS)
Agravado	JOSE FRANCISCO DA SILVA COSTA

Advogado	Dr. Renan Osório Ribeiro(OAB: 79581-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE FRANCISCO DA SILVA COSTA
- Q BOX TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS EIRELI

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Interposto recurso de revista contra acórdão regional proferido no julgamento de agravo de instrumento em recurso ordinário.
Contudo, manifestamente incabível o apelo, à míngua de previsão legal, conforme dispõe o art. 896 da CLT. Nesse sentido, o entendimento cristalizado na Súmula 218 desta Corte:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento."

O devido processo legal e a ampla defesa devem ser exercidos segundo o ordenamento jurídico vigente, observadas as estritas hipóteses de cabimento de cada modalidade recursal.
Assim, ausente pressuposto de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0020071-22.2016.5.04.0003

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	CODEMP MARKETING E EMPREENDIMENTOS LTDA. E OUTRO
Advogado	Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(OAB: 128341/SP)
Agravado	THYMOTEO LEONARDO FERREIRA
Advogado	Dr. Antônio Escosteguy Castro(OAB: 14433/RS)
Advogado	Dr. Pedro Luiz Correa Osorio(OAB: 15540-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CODEMP MARKETING E EMPREENDIMENTOS LTDA. E OUTRO
- THYMOTEO LEONARDO FERREIRA

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, "os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recurso da decisão definitiva".
Nesse sentido, enuncia a Súmula 214/TST:

"Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão:
a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho;
b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal;
c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT."

A impugnação diferida de decisão que não represente a última manifestação jurisdicional em grau ordinário tem por escopo privilegiar os princípios da celeridade e efetividade, ínsitos ao processo do trabalho.
No caso dos autos, o Regional reconheceu a nulidade por cerceamento de defesa, determinando o retorno dos autos à origem para a reabertura da instrução.
Logo, irrecorrível de imediato a decisão impugnada, pois evidenciada sua natureza interlocutória, não inserida dentre as exceções aludidas no verbete sumular, tendo em vista a possibilidade de manejo de novos recursos no âmbito do Tribunal Regional.
Assim, com esteio no art. 932 do CPC, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0321200-64.1995.5.02.0040

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	GARESSIO 2000 TURISMO LTDA E OUTRA
Advogado	Dr. José Coelho Pamplona Neto(OAB: 134643-A/SP)
Agravado	GISLEYNE BATISTA BEZERRA
Advogado	Dr. Otávio Cristiano Tadeu Mocarzel(OAB: 74073-A/SP)
Advogada	Dra. Tânia Garisio Sartori Mocarzel(OAB: 73073/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GARESSIO 2000 TURISMO LTDA E OUTRA
- GISLEYNE BATISTA BEZERRA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO
RECURSO DE REVISTA DESFUNDAMENTADO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DAS HIPÓTESES DISPOSTAS NO ARTIGO 896, § 2º, DA CLT E NA SÚMULA Nº 266 DO TST
PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - INAPLICABILIDADE NO

PROCESSO DO TRABALHO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelas executadas, Garessio 2000 Turismo Ltda e Maria Lucia Fróes de Carrara Sambuy, às págs. 1.174-1.187, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 1.169 e 1.170, quanto ao tema PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - INAPLICABILIDADE NO PROCESSO DO TRABALHO.

Foram apresentadas contraminuta às págs. 1.199-1.205 e contrarrazões às págs. 1.190-1.198.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelas executadas:

"(...)

DIREITO CIVIL / Fatos Jurídicos / Prescrição e Decadência.

Nos exatos termos do § 2º do art. 896 da CLT, somente por ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal pode ser admitido o conhecimento de recurso de revista das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro.

Nesse contexto, o apelo que se restringe a postular o reexame sem nenhuma indicação de que o julgado teria contrariado dispositivo da Carta da República, como ocorre na hipótese, não pode ser admitido, por falta de enquadramento no permissivo legal.

DENEGA-SE seguimento.

(...)" (pág. 1.170).

Na minuta de agravo de instrumento, as executadas insistem na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foi demonstrado o preenchimento dos requisitos dispostos no artigo 896 da CLT.

Destaca-se, de plano, no entanto, que se trata de demanda que tramita em fase de execução de sentença, cuja admissibilidade do recurso de revista está restrita à hipótese de violação literal e direta da Constituição da República, nos termos do artigo 896, § 2º, da CLT e da Súmula nº 266 do TST.

Na hipótese dos autos, verifica-se que o recurso de revista não está fundamentado em alegação de violação de norma proveniente da Constituição Federal, de forma que o apelo se revela desfundamentado, por falta de enquadramento no permissivo legal mencionado.

Estando o apelo desfundamentado, à luz do disposto na Súmula nº 266 do TST e no artigo 896, § 2º, da CLT, não alcança conhecimento.

Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001006-68.2018.5.02.0501

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	ANOVIS INDUSTRIAL FARMACÊUTICA LTDA.
Advogado	Dr. Carlos Jose Elias Junior(OAB: 10424-A/DF)
Agravado	JOSÉ CLAUDIO PEREIRA DE MELO
Advogado	Dr. Elaine D Avila Coelho(OAB: 97759-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANOVIS INDUSTRIAL FARMACÊUTICA LTDA.
- JOSÉ CLAUDIO PEREIRA DE MELO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - RITO SUMARÍSSIMO

RECURSO DE REVISTA DESFUNDAMENTADO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DAS HIPÓTESES DISPOSTAS NO ARTIGO 896, § 9º, DA CLT E NA SÚMULA Nº 442 DO TST

ENTREGA DO PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO e HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, às págs. 380-387, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 375 e 376, quanto aos temas ENTREGA DO PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO e HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões .

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada:

"(...)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Obrigação de Entregar.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.

Cuida-se de Recurso de Revista interposto contra decisão proferida em processo submetido ao rito sumaríssimo e, como tal, somente se viabiliza com a alegação e demonstração de contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.

Nesse contexto, a respeito da retificação do perfil profissiográfico previdenciário e dos honorários advocatícios, fundamentados apenas na alegação de violação de norma infraconstitucional, o apelo revela-se nitidamente desfundamentado, por falta de enquadramento no permissivo legal.

DENEGO seguimento.

(...)" (pág. 375).

Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foi demonstrado o preenchimento dos requisitos dispostos no artigo 896 da CLT.

Destaca-se, de plano, no entanto, que se trata de demanda sujeita ao rito sumaríssimo, cuja admissibilidade do recurso de revista está restrita à hipótese de violação literal e direta da Constituição da República ou contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT.

Na hipótese dos autos, verifica-se que o recurso de revista não está fundamentado nas hipóteses dispostas no dispositivo mencionado, de forma que a medida processual revela-se desfundamentada, por falta de enquadramento no permissivo legal.

Dispõe, ainda, a Súmula nº 442 do TST, in verbis:
"Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação diretaa dispositivoda Constituição Federal ou contrariedade a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, não se admitindo o recurso por contrariedade a Orientação Jurisprudencial deste Tribunal (Livro II, Título II, Capítulo III, do RITST), ante a ausência de previsão no art. 896, § 6º, da CLT"
Estando o apelo desfundamentado, à luz da Súmula nº 442 do TST e do artigo 896, § 9º, da CLT, não alcança conhecimento.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0018102-84.2017.5.16.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	ESTADO DO MARANHÃO
Procurador	Dr. Givanildo Félix de Araújo Júnior
Agravado	ANTONIA SOUSA DA SILVA
Advogado	Dr. Pedro Duailibe Mascarenhas(OAB: 4632-A/MA)
Advogada	Dra. Alícia Santana Duarte(OAB: 11902-A/MA)
Advogado	Dr. Roberto dos Santos Bulcão(OAB: 12219-A/MA)
Advogada	Dra. Rayssa Ferreira Cantanhede(OAB: 16451-A/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIA SOUSA DA SILVA
- ESTADO DO MARANHÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminuta a fls. 336/338-PE.
O Ministério Público do Trabalho manifestou-se pelo prosseguimento do processo, ressalvada posterior intervenção, conforme parecer a fls. 353/355-PE.

DECIDO:
TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Postula o agravante a reforma do acórdão regional quanto ao tema acima epigrafado.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.
Destaque-se, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, não basta a mera indicação da ementa, páginas do acórdão, paráfrase, resumo, trecho insuficiente, parte dispositiva ou mesmo do inteiro teor do acórdão ou de capítulo de acórdão não sucinto, sem destaques próprios. Tampouco a transcrição dos trechos, no início da petição, dissociada dos fundamentos, sem o devido cotejo analítico de teses, serve ao fim colimado.
No caso, a parte limitou-se a transcrever trechos insuficientes do acórdão, que não contêm todos os fundamentos pelos quais o Regional entendeu cabível a responsabilização subsidiária do ente público.
Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010129-08.2021.5.03.0006

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	KENIA CAROLINE DE OLIVEIRA SILVA
Advogada	Dra. Marcela de Macedo Diniz Moraes Salgado(OAB: 122199-A/MG)
Agravado	TELEMAR NORTE LESTE S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Roberto Caldas Alvim de Oliveira(OAB: 12200/DF)
Advogado	Dr. Welington Monte Carlo Carvalhaes Filho(OAB: 59383-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- KENIA CAROLINE DE OLIVEIRA SILVA
- TELEMAR NORTE LESTE S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - RITO SUMARÍSSIMO

RECURSO DE REVISTA DESFUNDAMENTADO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DAS HIPÓTESES DISPOSTAS NO ARTIGO 896, § 9º, DA CLT E NA SÚMULA Nº 442 DO TST

INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA GESTACIONAL. MULTA DE 40%, VERBAS RESCISÓRIAS. CORREÇÃO MONETÁRIA - ÍNDICE APLICÁVEL
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamante, às págs. 391-399, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 387-389, quanto aos temas INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA GESTACIONAL, MULTA DE 40%, VERBAS RESCISÓRIAS e CORREÇÃO MONETÁRIA - ÍNDICE APLICÁVEL.
Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões às págs. 403-

419, em peça única.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamante:
"(...)
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A, § 6ºda CLT, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
Rescisão do Contrato de Trabalho / Reintegração / Readmissão ou Indenização / Gestante.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Correção Monetária.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Juros.
Trata-se de recurso em processo submetido ao RITO SUMARÍSSIMO, com cabimento restrito às hipóteses em que tenha havido contrariedade a Súmula de jurisprudência uniforme do TST e/ou violação direta de dispositivo da Constituição da República, Súmula Vinculante do STF, a teor do § 9º do art. 896 da CLT (redação dada pela Lei 13.015/14).
Registro que em casos tais é igualmente incabível o Recurso de Revista ao fundamento de alegado desacordo com OJ do TST, em consonância com a sua Súmula 442.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em relação à reintegração no emprego/devolução de valores (seguro-desemprego, multa de 40% do FGTS e verbas rescisórias do TRCT indicadas na sentença), não demonstra violação literal e direta de qualquer dispositivo da Constituição da República ou contrariedade com Súmula do TST ou Súmula Vinculante do STF, como exige o citado preceito legal.
Não existe a alegada afronta ao art. 1°, III, da CR, pois a análise da matéria não se exaure na Constituição, exigindo que se interprete o conteúdo da legislação infraconstitucional. Por isso, ainda que se considerasse a possibilidade de ter havido violação ao texto constitucional, esta seria meramente reflexa, o que não justifica o manejo do recurso de revista, conforme reiteradas decisões da SBDI-I do TST. (AIRR - 1000615-14.2015.5.02.0471 , Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 25/10/2017, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 27/10/2017, AIRR - 55641-78.2004.5.09.0091, julgado em 24.2.2010, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, 4ª Turma, DEJT de 5.3.2010; RR - 17800-25.2006.5.02.0301, julgado em 14.10.2009, Relatora Ministra Rosa Maria Weber, 3ª Turma, DEJT de 13.11.2009).
Quanto à correção monetária/juros, a tese adotada no acórdão recorrido está de acordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Constitucionalidade nº 58, no sentido de que o índice a ser considerado para a atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial na Justiça do Trabalho deverá ser o IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a taxa SELIC (art. 406 do Código Civil), o que atrai o óbice constante do art. 896 da CLT e da Súmula 333 do TST, restando inviabilizado o seguimento da revista por dissenso específico com a Súmula 200 do TST, até porque conforme registrado pelos julgadores (...) Considerando que a questão ainda suscita controvérsias que poderão ser sanadas por meio de embargos de declaração à Suprema Corte, esclarece-se a parte que a matéria deverá ser postergada para fase de liquidação a questão relativa aos juros, oportunidade na qual a autora poderá renovar o seu pedido de indenização suplementar por perdas e danos, com fundamento no disposto no parágrafo único do art. 404 do Código Civil, se for o caso. (...).
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.
(...)" (págs. 387 e 388).
Na minuta de agravo de instrumento, a reclamante insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foi demonstrado o preenchimento dos requisitos dispostos no artigo 896 da CLT.
Destaca-se, de plano, no entanto, que se trata de demanda sujeita ao rito sumaríssimo, cuja admissibilidade do recurso de revista está restrita à hipótese de violação literal e direta da Constituição da República ou contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT.
Na hipótese dos autos, verifica-se que o recurso de revista não está fundamentado nas hipóteses dispostas no dispositivo mencionado, de forma que a medida processual revela-se desfundamentada, por falta de enquadramento no permissivo legal.
Dispõe, ainda, a Súmula nº 442 do TST, in verbis:
"Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação diretaa dispositivoda Constituição Federal ou contrariedade a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, não se admitindo o recurso por contrariedade a Orientação Jurisprudencial deste Tribunal (Livro II, Título II, Capítulo III, do RITST), ante a ausência de previsão no art. 896, § 6º, da CLT"
Estando o apelo desfundamentado, à luz da Súmula nº 442 do TST e do artigo 896, § 9º, da CLT, não alcança conhecimento.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000589-33.2020.5.05.0161

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE
Advogado	Dr. Allan Habib Teixeira(OAB: 19452-A/BA)
Advogado	Dr. Priscila Lima Almeida(OAB: 43590-A/BA)
Agravado	CLEUZETE CHAGAS DE FREITAS
Advogado	Dr. Jeronimo Luiz Placido de Mesquita(OAB: 20541-A/BA)
Advogado	Dr. Yuri Oliveira Arleo(OAB: 43522-A/BA)
Advogado	Dr. Lucas Santos de Castro(OAB: 51261-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEUZETE CHAGAS DE FREITAS

- MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado, às págs. 191-211, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 187 e 188, quanto ao tema VALE-TRANSPORTE - ÔNUS DA PROVA.
Foram apresentadas contraminuta às págs. 215-226 e contrarrazões às págs. 227-236.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamado:
"Por delegação da Presidência deste Regional, contida no Ato TRT5 nº 001/2020, procedo à análise da admissibilidade recursal.
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o Recurso (Decisão publicadaem 25/06/2021 - fl./Seq./Id.;protocolado em 15/07/2021 - fl./Seq./Id.7b3460f).
Regular a representação processual,fl./Seq./Id. 761b3de.
Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Considerando o disposto no art. 896-A, § 6º, da CLT (inserido pela Lei 13.467/17), o juízo de admissibilidade deste Recurso de Revista se limita à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Vale Transporte.
Com relação a todas as alegações contidas neste tópico, registre-se que oAcórdão Regional encontra-se em sintonia com a jurisprudência atual do Tribunal Superior do Trabalho, cristalizada na Súmula nº 460, aspecto que obsta o seguimento do Recurso de Revista sob quaisquer alegações , consoante regra do art. 896, §7º, da CLT e o teor da Súmula nº 333 do TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento aoRecurso de Revista." (págs. 187 e 188).
Na minuta de agravo de instrumento, o reclamado insiste na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos todos os requisitos para admissibilidade de seu recurso de revista.
Aduz que "quando a Recorrida não recebeu a supracitada verba indenizatória, tal fato se deu porque ela não fazia jus ao vale transporte. Isso porque utilizada transporte público ou se deslocava a pé" (pág. 198).
Assevera que "A Recorrida não comprovou os fatos constitutivos do seu direito, uma vez que não demonstrou possuir os requisitos para a concessão do benefício" (198).
Sustenta que "a Recorrida não comprovou que fazia jus ao benefício, em que pese ser o seu ônus probatório a demonstração do seu direito. Bastaria a juntada do requerimento de vale transporte quando da sua admissão ou mesmo noutro momento qualquer" (pág. 199).
Alega violação do artigo 818, inciso I, da CLT e apresenta arestos para o confronto de teses.
Sem razão.
O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto ao vale-transporte, nos seguintes termos:
"(...)
Irresigna-se o reclamado com o deferimento do pedido de vale-transporte formulado pela demandante.
Assevera que "a Recorrida recebeu corretamente os vales transporte a que fez jus durante todo o vínculo com a municipalidade, tanto que os documentos por ela mesma juntados, encadernados em arrimo à inicial, provam tal fornecimento, como se vê da rubrica "Auxílio transporte"." (ID. 65c697b).
Acrescenta que "a obreira confessa que recebeu tal benefício a partir de março de 2019 " (ID. 65c697b).
Por fim, defende que era ônus da reclamante demonstrar o fato constitutivo de seu direito, aduzindo que "a demandante não cumpriu, em parte do vínculo, os requisitos para a concessão do benefício, inclusive porque não fez o requerimento quando da sua admissão ou mesmo noutro momento qualquer." (ID. 65c697b).
Sua irresignação procede, mas em parte.
O n. Juízo de primeira instância condenou o acionado ao pagamento de "indenização correspondente ao vale-transporte inadimplido, nos termos da lei, respeitada as parcelas devi das nos últimos cinco anos anteriores ao ajuizamento da presente ação, conforme pleiteado, uma vez que não consta dos autos comprovação do fato extintivo do direito obreiro." (Id cd68a93, grifos acrescidos).
Registro, inicialmente, que em diversos julgados manifestei meu entendimento de que cabia ao empregado comprovar a solicitação por escrito do vale-transporte, bem como o atendimento dos requisitos previstos no artigo 7º do Decreto 95.247/87 que regulamenta a Lei 7.619/87.
Todavia, revi o meu posicionamento anteriormente adotado, por medida de segurança jurídica, e curvei-me ao posicionamento do c. TST, no sentido de que, "É do empregador o ônus de comprovar que o empregado não satisfaz os requisitos indispensáveis para a concessão do vale-transporte ou não pretenda fazer uso do benefício" (Súmula N. 460 do TST).
In casu, o reclamado não se desvencilhou de seu encargo probatório, uma vez que não apresentou nenhuma prova neste sentido. Ademais, e em sentido diametralmente oposto ao que defende o recorrente, os documentos reunidos aos autos com a peça matriz não demonstram o pagamento do vale transporte.
Entrementes, considerando que a autora aduziu na inicial que "não recebeu auxílio-transporte do Réu desde a sua admissão até março de 2019", impõe-se a limitação da condenação até a referida data.
Retifica-se a sentença para restringir a condenação referente ao pagamento da indenização do vale transporte até março de 2019. (...)" (destacou-se, págs. 166 e 167).
No caso, consoante se infere da decisão do Regional "revi o meu posicionamento anteriormente adotado, por medida de segurança jurídica, e curvei-me ao posicionamento do c. TST, no sentido de que, "É do empregador o ônus de comprovar que o empregado não satisfaz os requisitos indispensáveis para a concessão do vale-transporte ou não pretenda fazer uso do benefício" (Súmula N. 460 do TST)" (pág. 167).
Segundo a Corte a quo, "o reclamado não se desvencilhou de seu encargo probatório, uma vez que não apresentou nenhuma prova neste sentido. Ademais, e em sentido diametralmente oposto ao que defende o recorrente, os documentos reunidos aos autos com a peça matriz não demonstram o pagamento do vale transporte" (pág. 167).
Esta Corte adotava o entendimento de que incumbia ao empregado a prova do preenchimento dos requisitos legais para fazer jus ao vale-transporte, consoante o disposto na Orientação Jurisprudencial n° 215 da SBDI-1.
Entretanto, o Tribunal Superior do Trabalho, na sessão do Tribunal Pleno realizada em 24/05/2011, cancelou a citada orientação jurisprudencial, por passar a entender que o ônus da prova de que o

reclamante não preencheu os requisitos para a obtenção do vale-transporte é do empregador.

Na verdade, a modificação do entendimento desta Corte configura avanço na jurisprudência, ao atribuir o ônus da prova à parte que, efetivamente, se encontra mais apta para produzi-la, como o reclamado.

Com efeito, o vale-transporte foi instituído pela Lei nº 7.418/87, conforme a previsão estabelecida no seu artigo 1º, que assim dispõe:

"Art. 1º Fica instituído o vale-transporte, que o empregador, pessoa física ou jurídica, antecipará ao empregado para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, através do sistema de transporte coletivo público, urbano ou intermunicipal e/ou interestadual com características semelhantes aos urbanos, geridos diretamente ou mediante concessão ou permissão de linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente, excluídos os serviços seletivos e os especiais".

O Decreto nº 95.247/87, que regulamenta a Lei nº 7.418/85, estabelece, no seu artigo 7º, que o empregado, para exercer o direito de receber o vale-transporte, informará ao empregador por escrito:

"I - seu endereço residencial;

II - os serviços e meios de transporte mais adequados ao seu deslocamento residência-trabalho e vice-versa".

Ressalta-se que, muito embora o transcrito artigo 7º, incisos I e II, do Decreto nº 95.247/87 estabeleça como condição de exercício do vale-transporte que o empregado informe por escrito a seu empregador seu endereço residencial e a linha de transporte utilizada em seu trajeto de ida e volta do trabalho (o que a Lei nº 7.418/87, aliás, não fez), isto não autoriza o empregador a alegar em Juízo que seus empregados não se interessaram pelo recebimento daquela vantagem, sem nada precisar provar. Não há dúvida de que o empregador é a parte que tem melhores condições de produzir prova documental, em qualquer relação de emprego.

Por outro lado, não se pode atribuir à parte hipossuficiente o onus probandi do cumprimento de requisito meramente formal para a fruição de direito cogente, de incidência genérica e imperativa a toda relação empregatícia, sendo razoável presumir que seu exercício é, em princípio, do interesse de todo e qualquer trabalhador.

Desse modo, cabe ao empregador comprovar que a reclamante não tinha interesse no recebimento do vale-transporte ou que este não preenchia os requisitos legais para a sua percepção.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes desta Corte:

"[...] INDENIZAÇÃO PELO NÃO FORNECIMENTO DO VALE-TRANSPORTE. ÔNUS DA PROVA. DECISÃO REGIONAL EM CONSONÂNCIA COM A SÚMULA Nº 460 DO TST. Esta Corte, nos termos da Súmula nº 460, firmou o entendimento de que é do empregador o ônus de comprovar que o empregado não satisfaz os requisitos indispensáveis para a concessão do vale-transporte ou não pretenda fazer uso do benefício. Desse modo, era do Município reclamado o encargo de demonstrar que a reclamante não satisfazia os requisitos para o benefício, contudo desse ônus não se desincumbiu, conforme asseverou o Regional, premissa insuscetível de ser revista nesta instância recursal de natureza extraordinária, nos moldes da Súmula nº 126 do TST. O entendimento adotado no acórdão regional, portanto, está em consonância com a Súmula nº 460 do TST, o que afasta a alegação de ofensa ao 1º da Lei nº 7.418/85. Agravo de instrumento desprovido." (AIRR - 546-97.2017.5.05.0421, Ministro Relator: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, Data do Julgamento: 28/08/2019, Data da Publicação: 30/08/2019).

"[...] 2 - VALE-TRANSPORTE. ÔNUS DA PROVA (CONTRARIEDADE À SÚMULA 460 DO TST NÃO VERIFICADA). Inicialmente, inviável o exame da alegada afronta ao 4 . º da Lei 7.418/85, porquanto constitui inovação recursal, incabível em sede de agravo de instrumento. Assim, a única alegação de violação ou contrariedade apontada pela parte no seu recurso de revista e renovada nas razões do agravo de instrumento refere-se à Súmula 460 do TST. Todavia, in casu, a Corte de origem atribuiu à reclamada o ônus de comprovar que "o autor não preencheu os requisitos para a obtenção do vale-transporte" , em consonância com o disposto na Súmula 460 do TST, encargo do qual se desincumbiu. Assim, não se verifica a alegada contrariedade à referida súmula . Agravo de instrumento não provido." (AIRR - 1000625-39.2017.5.02.0002, Relatora Ministra: Delaide Alves Miranda Arantes, 2ª Turma, Data de Julgamento: 03/03/2021, Data de Publicação: 05/03/2021).

"[...] VALE TRANSPORTE - ÔNUS DA PROVA. O Tribunal Regional ressaltou que "reconhecido o vínculo de emprego e não tendo a ré se desvencilhado do ônus que lhe competia, devido o vale-transporte em favor da reclamante, conforme decidido na origem" . A tese de que caberia à autora a comprovação da utilização e dos gastos com transporte público naufraga diante da Súmula/TST nº 460. Agravo de instrumento conhecido e desprovido. [...]" (ARR - 1001323-25.2017.5.02.0041, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, Data de Julgamento: 23/11/2021, Data de Publicação: DEJT 26/11/2021).

"[...] VALE TRANSPORTE. ÔNUS DA PROVA 1 - Atualmente a matéria é regida pela Súmula n.º 460 do TST, que dispõe "É do empregador o ônus de comprovar que o empregado não satisfaz os requisitos indispensáveis para a concessão do vale-transporte ou não pretenda fazer uso do benefício". 2 - Pacificada a matéria por meio da Súmula n.º 460 do TST, a partir da interpretação dos dispositivos e princípios jurídicos pertinentes, fica afastada a viabilidade do conhecimento do recurso de revista com base na fundamentação jurídica invoca pela parte. 3 - Agravo de instrumento a que se nega provimento. [...]" (RRAg - 11042-19.2015.5.01.0050, Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, 6ª Turma, Data de Julgamento: 08/09/2021, Data de Publicação: 10/09/2021).

Portanto, se o reclamado não fez a prova de que a reclamante não teria preenchido os requisitos legais para a percepção do vale-transporte, deve pagar pelo benefício pleiteado na ação em curso.

Nesse contexto, a decisão do Regional encontra-se em consonância com a jurisprudência iterativa, notória e atual do Tribunal Superior do Trabalho, de modo que esgotada se encontra a função uniformizadora desta Corte, o que afasta a possibilidade de afronta ao artigo 818, inciso I, da CLT, nos termos da Súmula nº 333 do TST.

Os arestos apresentados para o confronto de teses não viabilizam o processamento do recurso de revista, nos termos do artigo 896, § 7º, da CLT.

Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001133-98.2016.5.02.0202

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	LIV DRINKS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS S.A.
Advogado	Dr. Andre Almeida Blanco(OAB: 147925-A/SP)
Agravado	ALDINEI FERREIRA DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Roberto Hiromi Sonoda(OAB: 115094-D/SP)
Agravado	ALUCIMAR TRANSPORTES EIRELI
Advogado	Dr. Rafael Dias Rosa(OAB: 274388-A/SP)
Advogado	Dr. Alexsandro Otávio de Queiroz(OAB: 321798-A/SP)
Agravado	TECNOJUICE COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E BEBIDAS EM GERAL EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ALDINEI FERREIRA DE OLIVEIRA
- ALUCIMAR TRANSPORTES EIRELI
- LIV DRINKS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS S.A.
- TECNOJUICE COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS E BEBIDAS EM GERAL EIRELI

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
SÚMULA Nº 218 DO TST

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela terceira reclamada LIV Drinks Distribuidora de Bebidas S.A., às págs. 700-706, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista de págs. 694 e 695, proferido com fundamento na Súmula nº 218 do TST.

Foram apresentadas contrarrazões às págs. 748-799 e contraminuta apresentadas às págs. 711-747.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade a quo denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela terceira reclamada LIV Drinks Distribuidora de Bebidas S.A., em despacho assim fundamentado:

"(...)

A reclamada busca a reforma do v. acórdão regional que negou provimento aoagravo de instrumento interposto (id 46502f2).

Contudo, o apelo de id be7f55c não merece seguimento, pois, consoante o entendimento exposto na Súmula 218, do TST - ratificado pelo "caput", do art. 896, da CLT - é incabível a interposição de recurso de revista contra acórdão proferido em agravo de instrumento.

CONCLUSÃO

DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista.

(...)" (págs. 694 e 695)

Na minuta de agravo de instrumento, a terceira reclamada LIV Drinks Distribuidora de Bebidas S.A., insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, ao argumento de que "não merece prosperar tal posicionamento [do acórdão regional], uma vez que, conforme demonstrado quando da interposição do recurso ordinário, a agravante se encontra em situação financeira delicada, tanto que a utilização do referido instrumento processual partiu da necessidade de retomar as condições para operar normalmente, honrando suas obrigações com empregados e clientes, bem como com ex-empregados" (pág. 705).

Alega que, "Por conta disso, naquele mesmo ato, requereu a concessão do benefício da gratuidade de justiça, com a sua consequente isenção do recolhimento do depósito recursal e das custas processuais. Assim o fez pela consciência de que, em casos especialíssimos, a pessoa jurídica tem direito à concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, desde que apresente incapacidade financeira (arts. 4º da Lei nº 1.060/50 e 98 do CPC), justamente o caso da recorrente, por evidente" (pág. 705).

Aponta violação dos artigos 5º, incisos II, LIV e LV, 92, 93, inciso IX, e 114 da Constituição Federal, 8º, § 2º, e 832 da CLT, 98 e 489, § 1º, inciso IV, do CPC e 4º da Lei nº 1.060/1950 e contrariedade à Súmula nº 481 do STJ.

Sem razão.

Cabe destacar, de início, que o ordenamento jurídico vigente confere ao Presidente do Tribunal prolator da decisão agravada a incumbência de exercer o primeiro Juízo de admissibilidade do recurso de revista interposto, também quanto aos pressupostos intrínsecos, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir o apelo ou a denegar-lhe seguimento (artigo 896, § 1º, da CLT).

Dessa forma, verifica-se que não houve usurpação da competência desta Corte pela Presidência do Tribunal a quo, que é competente para examinar, em um primeiro momento, o preenchimento dos pressupostos legais do recurso de revista, motivo pelo qual a denegação de seguimento do apelo não caracteriza violação dos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Esclarece-se, por oportuno, que o agravo de instrumento tem por finalidade, exatamente, viabilizar o reexame dos fundamentos do despacho denegatório de seguimento ao recurso, de modo que afaste eventual equívoco nele perpetrado, com vistas a possibilitar, se for o caso, o processamento do recurso denegado.

Verifica-se que, de fato, o apelo não merece prosperar, pois se trata de recurso de revista interposto contra a decisão regional em que se negou provimento ao seu agravo de instrumento, por meio do que se pretendia a reforma do despacho pelo qual foi denegado seguimento ao seu recurso ordinário, em razão da deserção decorrente do não recolhimento das custas processuais e do depósito recursal.

Nesse contexto, o recurso de revista efetivamente não reúne condições para ensejar seu conhecimento, uma vez que foi interposto contra decisão proferida no julgamento de agravo de instrumento.

A matéria encontra-se regulada no âmbito desta Corte, nos termos da Súmula nº 218, que assim dispõe:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003

É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento".

Por fim, impende ressaltar, por oportuno, que as garantias constitucionais previstas nos incisos II, XXXV e LV do artigo 5º da Constituição Federal não eximem as partes da necessidade de observarem os pressupostos extrínsecos de cabimento exigidos para cada recurso, os quais devem ser respeitados sem que isso importe em excesso de formalismo, obstáculo ao acesso à jurisdição ou implique cerceamento de defesa, por se tratar de exigência decorrente da legislação infraconstitucional vigente, constituindo, assim, a sua observância, verdadeira imposição do devido processo legal.

Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000034-79.2020.5.02.0323

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	WELLINGTON DE OLIVEIRA VEIGA RIBEIRO
Advogada	Dra. Jackeliny Maria Duarte(OAB: 321931-A/SP)
Agravado	GC ESTACIONAMENTOS LTDA - ME
Advogado	Dr. Fernanda Fiorela Santini(OAB: 162602-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GC ESTACIONAMENTOS LTDA - ME
- WELLINGTON DE OLIVEIRA VEIGA RIBEIRO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - RITO SUMARÍSSIMO

RECURSO DE REVISTA DESFUNDAMENTADO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DAS HIPÓTESES DISPOSTAS NO ARTIGO 896, § 9º, DA CLT E NA SÚMULA Nº 442 DO TST

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS - RECLAMANTE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, às págs. 198-205, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 192-194, quanto ao tema HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS - RECLAMANTE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante:
"(...)
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Como a presente reclamatória está sujeita ao rito sumaríssimo, a admissibilidade do recurso de revista ficará restrita às hipóteses do § 9º, do art. 896, da CLT.
O Pleno do TST, diante das alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017, editou a Instrução Normativa nº 41/2018, cujo art. 6º assim dispõe:

"Art. 6º Na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017). Nas ações propostas anteriormente, subsistem as diretrizes do art. 14 da Lei nº 5.584/1970 e das Súmulas nos 219 e 329 do TST."

Considerando que a presente reclamação trabalhista foi ajuizada na vigência da referida lei, a condenação da parte autora ao pagamento de honorários advocatícios, apesar de beneficiária da justiça gratuita, encontra respaldo no art. 791-A, § 4º, da CLT, o qual não atenta contra as garantias constitucionais da isonomia, do acesso à justiça e da assistência judiciária gratuita e integral prestada pelo Estado.
Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes: ARR - 1000749-07.2018.5.02.0319, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, DEJT 14/02/2020; RR - 1000163-78.2018.5.02.0089, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 27/09/2019; RR - 1001953-92.2018.5.02.0511, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos. 4ª Turma DEJT 26/06/2020; AIRR - 1621-23.2018.5.10.0802, Relator Ministro Breno Medeiros, 5ª Turma, DEJT 6/12/2020; RR - 1002620-30.2017.5.02.0603, Relator Ministro Ricardo de Lacerda Paiva, 7ª Turma, DEJT 21/08/2020;AIRR - 10184-51.2018.5.03.0074, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, 8ª Turma, DEJT 22/03/2019.
Não se vislumbra, portanto, ofensa aos dispositivos constitucionais indicados.
DENEGA-SE seguimento.
(...)" (págs. 192 e 193).
Na minuta de agravo de instrumento, o reclamante insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foi demonstrado o preenchimento dos requisitos dispostos no artigo 896 da CLT.
Destaca-se, de plano, no entanto, que se trata de demanda sujeita ao rito sumaríssimo, cuja admissibilidade do recurso de revista está restrita à hipótese de violação literal e direta da Constituição da República ou contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT.
Na hipótese dos autos, verifica-se que o recurso de revista não está fundamentado nas hipóteses dispostas no dispositivo mencionado, de forma que a medida processual revela-se desfundamentada, por falta de enquadramento no permissivo legal.
Dispõe, ainda, a Súmula nº 442 do TST, in verbis:
"Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação diretaa dispositivoda Constituição Federal ou contrariedade a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, não se admitindo o recurso por contrariedade a Orientação Jurisprudencial deste Tribunal (Livro II, Título II, Capítulo III, do RITST), ante a ausência de previsão no art. 896, § 6º, da CLT"
Estando o apelo desfundamentado, à luz da Súmula nº 442 do TST e do artigo 896, § 9º, da CLT, não alcança conhecimento.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010792-10.2017.5.15.0152

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	JOBELPA USA, LLC E OUTROS
Advogado	Dr. Estêvão Mallet(OAB: 109014-A/SP)
Advogado	Dr. Renato Noriyuki Dote(OAB: 162696 -A/SP)
Agravado	CLARISMUNDO ALVES SILVA
Advogado	Dr. Marcos Ferreira da Silva(OAB: 120976-A/SP)

Advogado	Dr. Marcelo Martins(OAB: 165031-D/SP)
Advogado	Dr. Alexandre de Assis Corrêa(OAB: 133989-A/SP)
Advogado	Dr. Leonardo Borges D'Abreu(OAB: 234887-A/SP)
Advogado	Dr. Jorge Pinheiro Castelo(OAB: 78398 -A/SP)
Advogada	Dra. Vanessa Geraldi Lopes(OAB: 340321-A/SP)
Agravado	MABE BRASIL ELETRODOMÉSTICOS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Andre Luiz Paes de Almeida(OAB: 169564-A/SP)
Agravado	EXINMEX SOCIEDAD ANONIMA DE CAPITAL VARIABLE
Agravado	MABE MERCOSUR PARTICIPACOES LTDA
Agravado	COCINAS MABE SA DE CV

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARISMUNDO ALVES SILVA
- COCINAS MABE SA DE CV
- EXINMEX SOCIEDAD ANONIMA DE CAPITAL VARIABLE
- JOBELPA USA, LLC E OUTROS
- MABE BRASIL ELETRODOMÉSTICOS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- MABE MERCOSUR PARTICIPACOES LTDA

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, "os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recurso da decisão definitiva".
Nesse sentido, enuncia a Súmula 214/TST:

"Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão:
a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho;
b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal;
c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT."

A impugnação diferida de decisão que não represente a última manifestação jurisdicional em grau ordinário tem por escopo privilegiar os princípios da celeridade e efetividade, ínsitos ao processo do trabalho.
No caso dos autos, o Regional declarou a nulidade da decisão de embargos declaratórios e determinou o retorno dos autos ao Juízo de origem.
Logo, irrecorrível de imediato a decisão impugnada, pois evidenciada sua natureza interlocutória, não inserida dentre as exceções aludidas no verbete sumular, tendo em vista a possibilidade de manejo de novos recursos no âmbito do Tribunal Regional.
Assim, com esteio no art. 932 do CPC, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0285300-84.2005.5.02.0067

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	EDMILSON GOUVEIA DE PAULA
Advogado	Dr. Sandro Simões Meloni(OAB: 125821-A/SP)
Advogado	Dr. Leandro Meloni(OAB: 30746-D/SP)
Agravado	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A.
Advogada	Dra. Tattiany Martins Oliveira(OAB: 300178-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDMILSON GOUVEIA DE PAULA
- ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
1. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL; e 2. EXECUÇÃO. CORREÇÃO DE ERROS DE CÁLCULO. PRECLUSÃO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo exequente contra o despacho da Vice-Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: "PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL;" e "EXECUÇÃO. CORREÇÃO DE ERROS DE CÁLCULO. PRECLUSÃO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL"
Na minuta de agravo de instrumento, às págs. 1.610-1.620, o exequente sustenta, em síntese, que o despacho denegatório merece reforma, pois o apelo revisional preenche as condições de admissibilidade.
Contraminuta e contrarrazões pelo reclamada às págs. 1.623-1.642.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamante:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / ATOS PROCESSUAIS / NULIDADE / NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.
Não há que se cogitar de processamento do apelo pela arguição de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, tendo em vista que a decisão recorrida examinou toda a matéria posta no recurso.
Com efeito, conforme se vê no julgado, a fundamentação apresentada é suficiente para a comprovação da devida apreciação de todas as questões levantadas, tendo sido esgotados todos os aspectos basilares da controvérsia apontada no apelo.

A completa prestação jurisdicional caracteriza-se pelo oferecimento de decisão devidamente motivada com base nos elementos fáticos e jurídicos pertinentes e relevantes para a solução da lide.

No caso dos autos, a prestação jurisdicional revela-se completamente outorgada, mediante motivação clara e suficiente, permitindo, inclusive, o prosseguimento da discussão de mérito na via recursal extraordinária. Incólumes as disposições legais e constitucionais pertinentes à alegação (Súmula 459, do TST). DENEGO seguimento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO / CUMPRIMENTO / EXECUÇÃO.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / RECURSO.

Nos exatos termos do § 2º, do art. 896, da CLT, somente por ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal pode ser admitido o conhecimento de recurso de revista das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro (Súmula nº 266, do C. TST).

No caso dos autos, verifica-se que a circunstância em que se deu o deslinde da controvérsia tem contornos exclusivamente infraconstitucionais, fator que impossibilita a constatação de ofensa direta e literal de disposição da Constituição Federal, apta a dar ensejo ao processamento do recurso de revista. Eventuais violações constitucionais somente se verificariam, quando muito, de forma reflexa, ou seja, se demonstrada previamente a ofensa das normas ordinárias processuais utilizadas na solução da lide, o que não ocorreu.

DENEGO seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista." (págs. 1.606 e 1.607)

Na minuta de agravo de instrumento, o reclamante insiste na admissibilidade do seu recurso de revista.

Alega a ocorrência de nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, tendo em vista que a Corte regional, embora tenha sido instada a fazê-lo, por meio da interposição de embargos de declaração com esta finalidade, "restou inobservado pelo Regional que erros de cálculo não precluem, a teor do disposto no artigo 833 da CLT c.c. artigo 494, I, do CPC" (pág. 1.615).

Indica violação dos artigos 5º, inciso XXXVI, e 93, inciso IX, da Constituição Federal, e artigos 832 da CLT e 489, inciso II, §1º e 1.022, inciso II, do CPC de 2015.

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, assim se manifestou acerca do tema:

"PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE

Não conheço do presente apelo, por ausência de interesse recursal de um dos tópicos recursais e preclusão do outro.

A dedução da multa aplicada ao reclamante sequer pode ser objeto de agravo de petição do exequente, visto que não lhe gera qualquer interesse recursal nesse aspecto, sendo, na verdade, um fator de diminuição de seus créditos, daí que a apreciação do tema por este Colegiado implicaria uma reformatio in pejus, o que é proibido na nossa sistemática processual.

De qualquer forma, a consideração do autor já foi acatada pelo juízo de origem às fls. 1471.

Quanto à atualização dos créditos devidos, a impugnação aos cálculos de fls. 1419 deveria ter sido realizada no primeiro momento em que o autor teve acesso aos seus critérios matemáticos, o que não ocorreu nos presentes autos, conforme manifestação de fls. 1421/1422.

Por óbvio, a impugnação retroativa desses cálculos após mais de 7 meses de sua apresentação e conhecimento pelo autor está preclusa." (págs. 1.553 e 1.554, grifou-se)

Em resposta aos embargos de declaração interpostos pelo reclamante, a Corte regional assim esclareceu:

"Erros de cálculo. Ausência de preclusão

Não tem razão o reclamante quando invoca o artigo 833 da CLT e artigo 494, I, do CPC para afastar a preclusão dos temas invocados em seu agravo de petição, trazidos à baila mais de sete meses após ele ter conhecimento dos critérios dos cálculos de liquidação e atualização dos créditos a ele pertencentes.

O artigo 494, I, do CPC não tem serventia ao caso, já que a CLT já trata do tema em seu artigo 833.

Este último, por sua vez, assim dispõe:

"Art. 833 - Existindo na decisão evidentes erros ou enganos de escrita, de datilografia ou de cálculo, poderão os mesmos, antes da execução, ser corrigidos, ex officio, ou a requerimento dos interessados ou da Procuradoria da Justiça do Trabalho."(grifei)

Dessa forma, eventual erro de cálculo só poderia ser corrigido "antes da execução", e não após o próprio pagamento da totalidade dos créditos (fator de esgotamento e extinção da fase executória), tanto que o juízo de origem chegou a declarar quase extinta a execução (fls. 1428), pelo exaurimento da razão de sua continuidade - o efetivo pagamento pela reclamada do valor executado.

Nesse contexto, inegável a pertinência no reconhecimento de que a matéria invocada pelo autor (diferenças de juros) estar preclusa após meses de finalização dos cálculos contábeis para a apuração dos créditos devidos, visto que a execução em si dos valores quase sempre se dá em momento imediato à finalização da liquidação da sentença condenatória.

Por tais argumentos, rejeito os presentes embargos de declaração." (págs. 1.560 e 1.561, grifou-se)

De início, prejudicada a análise da violação indicada ao artigo 5º, inciso, XXXVI, da Constituição Federal, bem como dos artigos 832 da CLT e 489, inciso II, §1º e 1.022, inciso II, do CPC de 2015, por aplicação dos entendimentos das Súmula nº 266 e 459 do Tribunal Superior do Trabalho e do disposto no § 2º do artigo 896 da CLT.

O artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal dispõe que as decisões judiciais serão fundamentadas, sob pena de nulidade, cabendo ao Magistrado enfocar os pontos relevantes e pertinentes para a resolução da controvérsia.

Ao decidir, o juiz deve, além de fundamentar sua decisão, analisar as matérias fáticas necessárias à defesa da parte, bem como enfrentar a tese jurídica aventada pelo recorrente para que seja suprido o requisito do prequestionamento, essencial ao aviamento do recurso de revista, tendo em vista sua natureza extraordinária.

Conforme se verifica das transcrições do excerto recorrido, não há falar em omissão e tampouco em contradição ou obscuridade do julgado, pois, ao contrário do alegado pelo reclamante, o Regional manifestou-se expressamente sobre todos os pontos indicados, tendo afastado suas alegações e indicado os motivos de fato e de direito que fundamentaram sua decisão.

Na hipótese em análise, houve expressa manifestação da Corte regional quanto a suposta impossibilidade de preclusão de saneamento de erro material, tendo a Corte regional fundamentado sua decisão exatamente na previsão contida no artigo 833 da CLT, no sentido de que "eventual erro de cálculo só poderia ser corrigido "antes da execução", e não após o próprio pagamento da totalidade dos créditos (fator de esgotamento e extinção da fase executória), tanto que o juízo de origem chegou a declarar quase extinta a execução (fls. 1428), pelo exaurimento da razão de sua continuidade - o efetivo pagamento pela reclamada do valor executado" (pág. 1.561).

Destaque-se que eventual julgamento contrário aos interesses da

parte não importa em negativa de prestação jurisdicional. É o que se observa no caso em tela, tendo em vista que a reclamante apenas apresenta seu inconformismo com a decisão que lhe foi desfavorável.

Por fim, eventual omissão da Corte regional quanto aos dispositivos legais, constitucionais e ao entendimento consolidado desta Corte superior ou do Supremo Tribunal Federal, bem como acerca de tese jurídica, não implica nulidade, por ausência de prejuízo à parte (art. 794 da CLT), visto que dizem respeito à matéria de direito, considerando-se, assim, prequestionadas as matérias implicitamente na forma do item III da Súmula nº 297 do Tribunal Superior do Trabalho.

Dessa forma, não se evidencia violação do artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal.

O reclamante insiste em sua insurgência quanto a necessidade de conhecimento do agravo de petição por ele interposto, ao argumento de qua a correção de erros materiais não está sujeita à preclusão.

Sustenta que "Erro de cálculo passível de correção é o que resulta de equívocos aritméticos, tal como ocorreu no presente caso, eis que, considerando a dedução do valor liberado a partir dos 02 (dois) depósitos judiciais realizados pela executada, assim como deduzindo o valor da multa aplicada em desfavor do autor, encontra-se ao final um SALDO REMANESCENTE no importe de R$ 2.104,65, corrigido até 19/10/2016, conforme planilhas anexas ao apelo" (pág. 1.618).

Argumenta que nos "termos do artigo 494, I, do CPC, é possível a correção de erros de cálculo a qualquer tempo pelo juiz, de ofício ou a requerimento, quando constatadas inconsistências de ordem material na elaboração dos cálculos, providência esta que não viola a coisa julgada e não está sujeita ao regime da preclusão" (pág. 1.618).

Aponta violação do artigo 5º, incisos II, XXXVI e LV, da Constituição Federal e dos artigos 833 da CLT e 494, inciso I, do CPC.

Transcreve aresto para demonstrar o conflito de teses.

Eis os fundamentos da decisão recorrida:

"PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE

Não conheço do presente apelo, por ausência de interesse recursal de um dos tópicos recursais e preclusão do outro.

A dedução da multa aplicada ao reclamante sequer pode ser objeto de agravo de petição do exequente, visto que não lhe gera qualquer interesse recursal nesse aspecto, sendo, na verdade, um fator de diminuição de seus créditos, daí que a apreciação do tema por este Colegiado implicaria uma reformatio in pejus, o que é proibido na nossa sistemática processual.

De qualquer forma, a consideração do autor já foi acatada pelo juízo de origem às fls. 1471.

Quanto à atualização dos créditos devidos, a impugnação aos cálculos de fls. 1419 deveria ter sido realizada no primeiro momento em que o autor teve acesso aos seus critérios matemáticos, o que não ocorreu nos presentes autos, conforme manifestação de fls. 1421/1422.

Por óbvio, a impugnação retroativa desses cálculos após mais de 7 meses de sua apresentação e conhecimento pelo autor está preclusa." (págs. 1.553 e 1.554, grifou-se)

Em resposta aos embargos de declaração interpostos pelo reclamante, a Corte regional assim esclareceu:

"Erros de cálculo. Ausência de preclusão

Não tem razão o reclamante quando invoca o artigo 833 da CLT e artigo 494, I, do CPC para afastar a preclusão dos temas invocados em seu agravo de petição, trazidos à baila mais de sete meses após ele ter conhecimento dos critérios dos cálculos de liquidação e atualização dos créditos a ele pertencentes.

O artigo 494, I, do CPC não tem serventia ao caso, já que a CLT já trata do tema em seu artigo 833.

Este último, por sua vez, assim dispõe:

"Art. 833 - Existindo na decisão evidentes erros ou enganos de escrita, de datilografia ou de cálculo, poderão os mesmos, antes da execução, ser corrigidos, ex officio, ou a requerimento dos interessados ou da Procuradoria da Justiça do Trabalho."(grifei)

Dessa forma, eventual erro de cálculo só poderia ser corrigido "antes da execução", e não após o próprio pagamento da totalidade dos créditos (fator de esgotamento e extinção da fase executória), tanto que o juízo de origem chegou a declarar quase extinta a execução (fls. 1428), pelo exaurimento da razão de sua continuidade - o efetivo pagamento pela reclamada do valor executado.

Nesse contexto, inegável a pertinência no reconhecimento de que a matéria invocada pelo autor (diferenças de juros) estar preclusa após meses de finalização dos cálculos contábeis para a apuração dos créditos devidos, visto que a execução em si dos valores quase sempre se dá em momento imediato à finalização da liquidação da sentença condenatória.

Por tais argumentos, rejeito os presentes embargos de declaração." (págs. 1.560 e 1.561, grifou-se)

Impende destacar, de início, que o presente feito se trata de processo tramitando em fase de execução. Assim, de acordo com o disposto no § 2º do artigo 896 da CLT e na Súmula nº 266 desta Corte, a admissibilidade do recurso de revista se sujeita apenas à hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal. Assim, desde logo se deixa de analisar as alegações de violação de preceito de lei, de contrariedade a súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho e de divergência jurisprudencial.

O apelo não merece seguimento, tendo em vista não ser possível observar violação direta e literal do artigo 5º, incisos II, XXXVI e LV, da Constituição Federal, na forma exigida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, na medida em que, com base nos fundamentos adotados pela Corte regional, bem como nas próprias alegações dos agravantes, a constatação de violação do dispositivo constitucional apontado demandaria a prévia análise de legislação infraconstitucional (artigo 833 da CLT), assim, caso existente, a pretensa violação seria apenas reflexa e indireta, impedindo o seguimento do apelo.

Diante do exposto, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento nos artigos 896, § 2º, da CLT e 255, inciso III, alienas "a" e "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010323-12.2020.5.03.0016

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	RAPPI BRASIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA
Advogado	Dr. Sidney Ruiz Bernardo Junior(OAB: 255832-A/SP)
Agravado	WALLACE VINICIUS RODRIGUES DA CUNHA

Advogado	Dr. Pedro Paulo Pollastri de Castro e Almeida(OAB: 124974-A/MG)
Advogado	Dr. Pedro Zattar Eugênio(OAB: 128404 -A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAPPI BRASIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA
- WALLACE VINICIUS RODRIGUES DA CUNHA

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, "os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recurso da decisão definitiva".
Nesse sentido, enuncia a Súmula 214/TST:

"Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão:
a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho;
b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal;
c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT."

A impugnação diferida de decisão que não represente a última manifestação jurisdicional em grau ordinário tem por escopo privilegiar os princípios da celeridade e efetividade, ínsitos ao processo do trabalho.
No caso, o Regional reconheceu o vínculo de emprego e determinou o retorno dos autos ao julgador de origem para a análise das parcelas postuladas pelo autor em conformidade com a disciplina legal da modalidade contratual reconhecida.
Logo, irrecorrível de imediato a decisão impugnada, pois evidenciada sua natureza interlocutória, não inserida dentre as exceções aludidas no verbete sumular, tendo em vista a possibilidade de manejo de novos recursos no âmbito do Tribunal Regional.
Assim, com esteio no art. 932 do CPC, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001999-83.2016.5.09.0023

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	ANTONIO DOMINGOS POCAS
Advogado	Dr. Celso Ferrareze(OAB: 37514-A/PR)
Advogado	Dr. Lidiomar Rodrigues de Freitas(OAB: 11044-B/SC)
Advogado	Dr. Gilberto Rodrigues de Freitas(OAB: 37515-A/PR)
Advogado	Dr. Paulo Fernando Souza(OAB: 20938-A/PR)
Advogado	Dr. Ricardo Vanderlei Beuter(OAB: 42748-A/PR)
Advogado	Dr. Francielle Stefanello Nicoletti(OAB: 43622-A/PR)
Advogado	Dr. Ana Carolina Maingué Meyer Clemente(OAB: 34650-A/PR)
Advogada	Dra. Raffaela Marina Beuter Delazeri(OAB: 75685-A/PR)
Advogado	Dr. Dhiancarlo Felipe Soares Vidal(OAB: 34976-A/PR)
Advogado	Dr. Helimara Aparecida Kalb Brustolin(OAB: 55157-A/PR)
Advogada	Dra. Carolina Mello Zella(OAB: 92555-A/PR)
Agravado	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Joaquim Pereira do Nascimento Filho(OAB: 120219-A/SP)
Advogado	Dr. Lúdio Hiroyuki Takagui(OAB: 161679-A/SP)
Advogado	Dr. Valmor Rissato Gracia(OAB: 31709 -A/PR)
Advogada	Dra. Jucélia Martins Lima(OAB: 139067-A/MG)
Advogada	Dra. Maria Angelica Meurer Perin Gauze(OAB: 86544-A/PR)
Advogado	Dr. Marcus Vinícius Rodrigues da Silva(OAB: 59547-A/PR)
Advogado	Dr. Jefferson Santos Lopes(OAB: 96541-S/PR)
Advogado	Dr. Fabiano de Figueiredo Carvalho(OAB: 96993-A/PR)
Advogado	Dr. Patriciane Kely Donizetti Lopes(OAB: 95556-A/PR)
Advogado	Dr. Izabel Cristina Casasanta Firmino Odppes(OAB: 100652-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO DOMINGOS POCAS
- BANCO DO BRASIL S.A.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
SÚMULA Nº 218 DO TST
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, às págs. 2.411-2.443, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista de págs. 2.399-2.401, proferido com fundamento na Súmula nº 218 do TST.
Foram apresentadas contrarrazões às págs. 2.458-2.479 e contraminuta apresentadas às págs. 2.447-2.457.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade a quo denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante, em despacho assim fundamentado:
"(...)
Tratando-se de acórdão da3ª Turma, proferido em agravode instrumento, é incabível impugnação por meio de recurso de revista, conforme diretriz firmada na Súmula218 do Tribunal Superior do Trabalho, assim redigida:
SÚMULA Nº 218. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003. É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.

Denego.
(...)" (pág. 2.400)
Na minuta de agravo de instrumento, o reclamante insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, ao argumento de que "os conflitos que ensejaram a edição da Sumula 218, TST, são diferentes do tratado aqui, assim como os fatos históricos que levaram ao teor da referida sumula são sucedidos por uma doutrina jurídica e técnica legislativa que prezam pela prevalência de decisões de mérito e entrega da tutela jurisdicional, a fim de resolver com definitividade os conflitos apresentados ao poder judiciário" (págs. 2.417 e 2.418).
Alega que "a aplicação do teor da Sumula 218, TST, se mostra completamente desarrazoada, porque impede o acesso da parte a instancia Superior Trabalhista que poderia analisar a divergência jurisprudencial existente entre os Regionais acerca da aplicação do parágrafo 4º, do artigo 1.007, do Código de Processo Civil" (pág. 2.421).
Sustenta que "A Sumula 218, TST, impede que a parte tenha a chance de alcançar uma decisão de mérito, porque inviabiliza a discussão, em sede de revista, do destrancamento do recurso que objetiva justamente a obtenção de decisão de mérito e integral prestação jurisdicional a reclamante" (pág. 2.421).
Aponta violação dos artigos 4º, 6º, 139, inciso IX, 188, 277, 458, inciso II, 463, inciso II, 469, inciso I, 471, 473, 489, incisos I e II, 932, parágrafo único, 938, § 1º, 1.007, §§ 2º, 4º e 7º, 1.013, § 3º, 1.022 e 1.029, § 3º, do CPC, 769, § 1º, 789, § 1º, 832 e 899 § 4º, da CLT, 5º, incisos LIV, LV, XXXV e LXXVIII, e 93, inciso IX, da Constituição Federal e 10 da Instrução Normativa nº 39 do TST e contrariedade às Súmulas nºs 278 e 393 do TST e à Orientação Jurisprudencial nº140 da SbDI-1 do TST e apresenta arestos para o confronto de teses.
Sem razão.
Cabe destacar, de início, que o ordenamento jurídico vigente confere ao Presidente do Tribunal prolator da decisão agravada a incumbência de exercer o primeiro Juízo de admissibilidade do recurso de revista interposto, também quanto aos pressupostos intrínsecos, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir o apelo ou a denegar-lhe seguimento (artigo 896, § 1º, da CLT).
Dessa forma, verifica-se que não houve usurpação da competência desta Corte pela Presidência do Tribunal a quo, que é competente para examinar, em um primeiro momento, o preenchimento dos pressupostos legais do recurso de revista, motivo pelo qual a denegação de seguimento do apelo não caracteriza violação dos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.
Esclarece-se, por oportuno, que o agravo de instrumento tem por finalidade, exatamente, viabilizar o reexame dos fundamentos do despacho denegatório de seguimento ao recurso, de modo que afaste eventual equívoco nele perpetrado, com vistas a possibilitar, se for o caso, o processamento do recurso denegado.
Verifica-se que, de fato, o apelo não merece prosperar, pois se trata de recurso de revista interposto contra a decisão regional em que se negou provimento ao seu agravo de instrumento, por meio do que se pretendia a reforma do despacho pelo qual foi denegado seguimento ao seu recurso ordinário, em razão da não realização do devido preparo.
Nesse contexto, o recurso de revista efetivamente não reúne condições para ensejar seu conhecimento, uma vez que foi interposto contra decisão proferida no julgamento de agravo de instrumento.
A matéria encontra-se regulada no âmbito desta Corte, nos termos da Súmula nº 218, que assim dispõe:
"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003
É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento".
Por fim, impende ressaltar, por oportuno, que as garantias constitucionais previstas nos incisos II, XXXV e LV do artigo 5º da Constituição Federal não eximem as partes da necessidade de observarem os pressupostos extrínsecos de cabimento exigidos para cada recurso, os quais devem ser respeitados sem que isso importe em excesso de formalismo, obstáculo ao acesso à jurisdição ou implique cerceamento de defesa, por se tratar de exigência decorrente da legislação infraconstitucional vigente, constituindo, assim, a sua observância, verdadeira imposição do devido processo legal.
Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011465-13.2014.5.15.0021

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	AGNALDO ALVES DE CARVALHO
Advogado	Dr. Erazê Sutti(OAB: 146298-A/SP)
Agravado	VESPER TRANSPORTES LTDA
Advogado	Dr. Isidoro Augusto Rossetti(OAB: 47153-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGNALDO ALVES DE CARVALHO
- VESPER TRANSPORTES LTDA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017

1)NULIDADE PROCESSUAL. INDEFERIMENTO DENOVAPROVAPERICIAL. CERCEAMENTO DO DIREITO À PROVA. NÃO CONFIGURAÇÃO; 2) DOENÇA PROFISSIONAL. AUSÊNCIA DE PROVA CABAL DO NEXO CAUSAL OU CONCAUSAL ENTRE A PATOLOGIA E AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO RECLAMANTE EM PROL DA RECLAMADA. 3) INTERVALO INTRAJORNADA. REVISÃO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N.º 126 DO TST. O RECLAMANTE NÃO SE DESINCUMBIU DO SEU ÔNUS DE PRODUZIR PROVAS QUE JUSTIFICASSEM O PEDIDO DE PAGAMENTO, COMO HORAS EXTRAS, DO REFERIDO INTERVALO.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante contra o despacho da Vice-Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas, respectivamente, às págs. 946/950 e 951/956.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior

do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Cerceamento de Defesa.
Extrai-se do v. julgado que as provas produzidas no feito foram suficientes para a solução das questões controvertidas. Nesse contexto, e considerando ainda a ausência de qualquer registro de defeito formal ou de conteúdo lógico no laudo pericial, conclui-se que a instrução processual foi realizada em conformidade com os poderes conferidos ao magistrado pelos arts. 370 do CPC/2015 e 765 da CLT e que o v. acórdão está fundamentado na livre apreciação da prova produzida nos autos, não havendo como reconhecer o alegado cerceamento de defesa (incidência da Súmula 126 do C. TST).
Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada.
Responsabilidade Civil do Empregador.
DOENÇA OCUPACIONAL / CONFIGURAÇÃO
As questões relativas aos temas em destaque foram solucionadas com base na análise dos fatos e provas. Incidência da Súmula 126 do C. TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista" (pág. 932, grifou-se)

Na minuta de agravo de instrumento, o reclamante insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, ao argumento de que não pretende o reexame de fatos e provas com seu apelo trancado.
Com relação ao tema cerceamento do direito à prova, afirma o reclamante que foi impedido pelo juízo singular da produção de nova prova pericial e que "a realização de nova perícia técnica concretizaria o princípio da busca da verdade real, cuja aplicação é enfatizada no processo do trabalho, e demonstraria o emprego de toda a diligência do perito no cumprimento do seu ofício (art. 157 do CPC)" (pág. 939). Aponta ofensa aos artigos 5º, LV, da Constituição da República, 818 da CLT, e 157 e 373 do CPC de 2015.
Sobre o tema doença profissional, aduz que "incontroverso que o reclamante foi lesado pela empresa com a ilegal demissão e que faz jus à reintegração ao trabalho, nos termos do art. 118 da Lei 8213/91, e ainda, que as lesões causadas à sua saúde pela empresa, merecem reparação material e moral" (pág. 939). Aponta ofensa ao artigo 118 da Lei 8.213/1991.
Quanto ao tema intervalo intrajornada, assevera que "o v. Acórdão considerou cartões de ponto pré-assinalados pela empresa como única prova dos autos, penalizando de forma agressiva o reclamante, que sofreu com os efeitos da redução do seu intervalo intrajornada. Diante dos cartões pré-assinalados, sequer foi observado a inversão do ônus da prova no tocante à comprovação da jornada" (pág. 940). Aponta violação do artigo 71, §4º, da CLT e contrariedade à Súmula n.º 437.
Ao exame.
Com relação aos temas doença profissional e intervalo intrajornada, assim decidiu a Corte Regional:

"2. RECURSO DA RECLAMADA

2.1. Intervalo intrajornada
Insurge-se a ré contra a condenação que lhe foi imposta quanto ao pagamento do intervalo intrajornada, alegando que restou satisfatoriamente comprovado nos autos que o recorrido fruiu integralmente a pausa para refeição e descanso.
Vejamos.
Alegou o autor, na inicial, que, desde 2009, sua jornada, como motorista plantonista, era das 22h00 às 07h30min, sem a fruição do intervalo intrajornada, posto que permanecia à disposição da reclamada para possíveis ocorrências durante o turno da noite. Requereu o pagamento de 1 hora extra com reflexos em razão da violação da pausa intervalar.
Em defesa, a ré alegou que, quando trabalhou de plantão na garagem, nos últimos cinco anos do contrato, o autor se ativou das 22h00 às 06h00, com 1hora de intervalo para refeição e descanso, conforme pré-assinalado nos cartões de ponto, os quais foram juntados aos autos sob ID d8ab596.
É certo que, em havendo pré-assinalação do intervalo intrajornada, recai sobre o reclamante o ônus de provar a sua violação, encargo esse do qual o autor não se desincumbiu a contento, vez que, diante das provas colhidas, a violação do intervalo não restou evidenciada.
Com efeito, verifica-se que o próprio autor, em depoimento ao Juízo (termo de audiência de ID 1f6fe10), afirmou que "em 2009 trabalhava durante do dia e tinha vários intervalos de 40 minutos a uma hora; que de 2012 para frente, o depoente passou a trabalhar durante o dia e a noite, com vários intervalos, das 11:00 às 15/17:00, voltando as 19:00 até as 22:00, voltando as 0:00, trabalhando até as 03:00", contrariando, assim, as assertivas da prefacial.
Assim, não merece credibilidade a afirmação da testemunha obreira no sentido de que, como plantonista, o reclamante realizava longas viagens e realizava as refeições dentro do ônibus, sendo comum a interrupção para o atendimento de chamados urgentes.
Ademais, tal declaração foi infirmada pela contraprova produzida pela ré, na medida em que a sua testemunha afirmou que "o reclamante trabalhava das 21:00 as 1:00, intervalo até as 2:00, das 2:00 às 7:00 horas, que esse horário foi em 2015 a 2017" e que "quando o reclamante ficou de plantão junto com Ana e Benedito no turno da noite, fazia refeições no refeitório e poderia descansar na sala de espera".
Não é demais ressaltar que a prova oral deixou a denotar que o reclamante não era o único plantonista do turno, mas sim, que havia três motoristas nesta condição.
Como se não bastasse, observa-se que, ao prestar informações ao perito durante a diligência médica, o autor relatou sua jornada diária de trabalho afirmando que se ativou em diversos horários, de acordo com as necessidades da reclamada, mas sempre com 01 hora de intervalo para refeição e descanso (ID 19918ce - pág. 03).
Por todo o exposto, e com a devida vênia do entendimento adotado na origem, concluo que não demonstrada a ausência de regular fruição do intervalo intrajornada, pelo que acolho o apelo da ré para excluir essa verba da condenação.
Reforma acolhida.
[...]
3. RECURSO DO RECLAMANTE
3.1. Doença ocupacional - garantia de emprego, indenizações por danos morais e materiais
Nos termos da petição inicial, o reclamante alegou que foi admitido pela ré em 23/04/2007, como motorista de ônibus, exercendo suas funções em ambiente laboral insalubre e com posições antiergonômicas, que contribuíram para a eclosão e o agravamento da doença adquirida, ou seja, lombalgia/protusão discal/abaulamento discal. Sustentou que a ré não promoveu a abertura da CAT e que se afastou do trabalho em duas

oportunidades, recebendo auxilio doença comum (código 31). Afirmou ter sido dispensado imotivadamente, quando apresentava incapacidade laborativa total. Enfim, sustentou fazer jus ao recebimento de indenizações pelos danos morais e materiais sofridos, bem como ao reconhecimento da estabilidade provisória acidentária.
A reclamada se defendeu aduzindo que a patologia que acomete o reclamante é de natureza degenerativa e não guarda relação com as funções que desempenhou na empresa, bem como que as atividades por ele exercidas não ofereceriam risco ergonômico. Assim, impugnou toda a pretensão.
Os pedidos foram indeferidos na r. sentença, o que rendeu ensejo ao inconformismo do obreiro.
Porém, sem razão. Senão, vejamos.
O autor foi submetido à perícia por médico da confiança do Juízo, Dr. José Bráulio Rosa Arruda, e a conclusão contida no laudo apresentado pelo expert (ID 19918ce) foi no sentido de que o reclamante desenvolveu um quadro de lombalgia crônica, decorrente de processo degenerativo discal, sem nexo de causalidade com a atividade laboral. Segundo o perito, o autor apresentou exame físico dentro dos padrões da normalidade e não há incapacidade para as funções desenvolvidas na reclamada.
Segundo observou o perito, o trabalho desenvolvido pelo autor era de leve a moderado, com longos períodos de pausa intervalar, sem o uso de força ou manuseio de pesos, de modo que não representava sobrecarga para o segmento lombar.
As conclusões da perícia técnica, mantidas nos esclarecimentos de ID fd847b5, não foram infirmadas por qualquer elemento probatório em sentido contrário.
Enfim, inexiste prova cabal do nexo causal ou concausal entre a patologia e as atividades desenvolvidas pelo reclamante em prol da reclamada. Ausentes os pressupostos hábeis a caracterizar a responsabilidade civil por ato ilícito da empregadora, consubstanciados na efetiva existência do dano, no nexo causal e na culpa, não encontra amparo a pretensão de responsabilizá-la pela reparação dos alegados danos de ordem moral e material, tampouco para reconhecer eventual garantia provisória de emprego. Decisão que se mantém" (págs. 866-869; grifou-se).

Quanto aos temas em apreço, observa-se que foram decididos à luz dos elementos de prova trazidos aos autos.
De acordo com o Regional, a prova oral produzida, inclusive o depoimento pessoal do reclamante, não demonstraram o alegado desrespeito aos intervalos intrajornada, não tendo o obreiro se desincumbiu do seu ônus de produzir provas que justificassem o pedido de pagamento como horas extras dos referidos intervalos. Igualmente, a doença ocupacional alegada não foi comprovada, pois "inexiste prova cabal do nexo causal ou concausal entre a patologia e as atividades desenvolvidas pelo reclamante em prol da reclamada" (pág. 869).
Além disso, as conclusões do perito, desfavoráveis ao reclamante, não foram infirmadas por nenhuma das demais provas produzidas. Constata-se, portanto, que a decisão regional reveste-se de caráter eminentemente fático-probatório, que não está sujeito a revisão nesta instância extraordinária, como estabelece a Súmula nº 126 do TST.
Em relação ao tema cerceamento do direito à prova, consta do acórdão regional o seguinte:

"1.2. Nulidade do julgado - reabertura da instrução processual - nova prova pericial (recurso do reclamante)
Pugna o reclamante pela nulidade do julgado com o retomo dos autos a origem para a produção de nova prova pericial médica, com a vistoria in loco do ambiente de trabalho.
Entretanto, não se vislumbra qualquer nulidade processual que possa ensejar a reabertura da instrução processual.
Com efeito, observa-se que a perícia médica foi realizada por profissional competente e da confiança do Juízo e o laudo se encontra fundamentado e conclusivo, baseado no exame clínico minucioso do reclamante e na análise do seu histórico pessoal e profissional, bem como da documentação trazida aos autos, fornecendo elementos suficientes a formação do convencimento do juízo para dirimir a controvérsia acerca da origem da doença.
Destaque-se que o "expert" atentou para os quesitos que lhe foram apresentados e também apresentou os esclarecimentos adicionais requeridos pelo autor, de sorte que inexiste motivo plausível a justificar a desconsideração do seu trabalho.
Quanto ao fato de o perito não ter vistoriado o local de trabalho, trata-se de uma orientação procedimental, de modo que se possa melhor apurar a relação existente entre a doença e as atividades exercidas.
No caso dos autos, porém, o obreiro descreveu, durante a entrevista ao perito médico, sua rotina de trabalho como motorista de micro ônibus, ônibus e "van", o que foi levado em conta para a elaboração do laudo pericial.
Como se nota, não há necessidade de realização de nova perícia ou mesmo complementação do laudo mediante vistoria no local de trabalho, notadamente porque no trabalho realizado pelo perito oficial não foram desconsideradas as atividades laborais.
Assim, correto o posicionamento adotado pelo MM. Juízo de origem ao indeferir a produção da prova pretendida pelo reclamante, sendo oportuno salientar que, nos termos dos artigos 370 e 464, §1º, inciso II, do novo CPC, e 765 da CLT, cabe ao julgador ampla liberdade na condução do processo, incumbindo-lhe, dentre outras atribuições, zelar pela celeridade processual, bem como determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito, indeferir diligências inúteis ou meramente protelatórias, assim como rejeitar a perícia quando for desnecessária em vista de outras provas produzidas, sem que isso configure violação ao artigo 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal.
Enfim, não se verifica qualquer razão fática ou jurídica, ou mesmo algum vício que possa subtrair a credibilidade do laudo firmado por perito do Juízo e justificar a reabertura da instrução processual, razão pela qual se mostra despropositada a pretendida nulidade.
Diante de todo o exposto, por não restar configurada nulidade por cerceamento de defesa, rejeita-se a preliminar arguida. (págs. 865/866, grifou-se).

Acórdão que julgou os embargos de declaração no seguinte sentido:

"VOTO
Conheço dos embargos de declaração opostos pelo reclamante, eis que regularmente processados.
Não se vislumbra no acórdão hostilizado quaisquer das hipóteses do artigo 897-A da CLT ou do artigo 1.022 do CPC, ensejadoras da interposição de embargos de declaração.
Importante ressaltar que a contradição hábil a autorizar a oposição da presente medida ocorre quando há incoerência entre as afirmações ou comandos emergentes da decisão ou entre esta e a conclusão, situação não verificada na hipótese dos autos.
Frise-se, por oportuno, que a interposição de embargos de declaração a título de prequestionamento somente é possível nas hipóteses em que o julgado e omisso ou contraditório.

De qualquer maneira, para que não se alegue ausência de prestação jurisdicional, cumpre ponderar que estão claramente expostos no acórdão embargado os fundamentos pelos quais este órgão julgador rejeitou a preliminar arguida pelo reclamante e, no mérito, manteve a r. sentença recorrida que indeferiu os pedidos atinentes à suposta doença ocupacional.
Neste aspecto, foram acolhidas as conclusões da perícia técnica realizada por médico da confiança do Juízo, sendo destacado que não ha obrigatoriedade na realização de vistoria in loco para fins de apuração da doença ocupacional e, ainda, que o perito considerou as informações prestadas pelo próprio obreiro a respeito das condições de trabalho.
Como salientado no corpo do julgado, a partir da análise detida do histórico do trabalhador, dos exames apresentados e do exame clinico realizado, o médico concluiu que a moléstia que acometeu o autor (lombalgia crônica) foi de origem degenerativa, sem nexo causal com as atividades realizadas na reclamada, ou seja, como enfatizou o perito, de natureza leve a moderada e que não exigia uso de força, posições antiergonômicas ou manuseio de pesos.
Ademais, como também exposto, o expert concluiu pela inexistência de incapacidade laborativa.
Enfim, foi salientada a ausência de prova hábil a infirmar as conclusões da perícia, sendo certo que, a despeito do aventado pelo embargante, a prova oral não se revelou hábil a tal finalidade.
Assim, ausentes os requisitos necessários ao reconhecimento da responsabilidade civil do empregador, foi mantida a r. sentença que rejeitou os pedidos de indenização por danos morais e materiais, bem como a reintegração pretendida pelo autor.
No que pertine ao intervalo intrajornada, o julgado e claro no sentido de que os elementos probatórios emergentes dos autos, ou seja, cartões de ponto, depoimentos do autor e das testemunhas e declarações do reclamante ao perito, não permitem concluir pela fruição irregular da pausa prevista no artigo 71 da CLT.
Desse modo, concluiu-se que o reclamante não logrou se desincumbir do ônus probatório que lhe competia, pelo que foi reformada a r. sentença recorrida para afastar a condenação pertinente ao intervalo intrajornada.
Como visto, não há qualquer contradição a ser sanada, sendo certo que as matérias foram devidamente debatidas, nos termos da Súmula nº 297 do C. TST, dando-se por entregue a prestação jurisdicional, mesmo que assim não entenda o embargante.
Na verdade, a pretexto de sanar vícios, o que pretende o embargante é a revisão das provas e a reapreciação das matérias, o que não pode ser alcançado pela via dos embargos de declaração, medida essa que não se presta para apresentação de tese interpretativa dos fatos ou do ordenamento jurídico, para cujo fim deve se valer da via recursal própria.
Rejeita-se, portanto, a medida oposta pelo reclamante" (págs. 899/901).

Em relação ao tópico em análise, a tese recursal refere-se ao indeferimento do pedido de realização de nova perícia.
O Regional rechaçou o pedido de nova perícia, ao fundamento de que não há "necessidade de realização de nova perícia ou mesmo complementação do laudo mediante vistoria no local de trabalho, notadamente porque no trabalho realizado pelo perito oficial não foram desconsideradas as atividades laborais" (pág. 865).
Ao analisar o pedido de declaração de nulidade processual, o Regional consignou que "o "expert" atentou para os quesitos que lhe foram apresentados e também apresentou os esclarecimentos adicionais requeridos pelo autor, de sorte que inexiste motivo plausível a justificar a desconsideração do seu trabalho" (pág. 865).
O Regional acrescentou ainda, em resposta às arguições da parte recorrente, que "quanto ao fato de o perito não ter vistoriado o local de trabalho, trata-se de uma orientação procedimental, de modo que se possa melhor apurar a relação existente entre a doença e as atividades exercidas. No caso dos autos, porém, o obreiro descreveu, durante a entrevista ao perito médico, sua rotina de trabalho como motorista de micro ônibus, ônibus e "van", o que foi levado em conta para a elaboração do laudo pericial" (pág. 865, grifou-se).
Importante salientar que a insatisfação da parte com o resultado do laudo pericial que lhe foi desfavorável não é motivo bastante para afastá-lo, a fim de que seja reaberta a instrução processual, com a realização de nova perícia e nova coleta de provas.
O indeferimento de nova perícia não configura cerceamento do direito de prova, uma vez que encontra respaldo no artigo 370 do CPC/2015, o qual faculta ao Juiz indeferir as diligências que considerar desnecessárias para o deslinde do caso, quando já obtiver elementos suficientes para formar seu convencimento, o que ocorreu in casu, ante as provas pericial e oral coligidas aos autos.
Nesse sentido, os seguintes precedentes de Turmas do Tribunal Superior do Trabalho:

"NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE REALIZAÇÃO DE NOVA PROVA PERICIAL. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. A caracterização do cerceamento do direito de defesa está jungida às hipóteses em que determinada prova, cuja produção foi indeferida pelo juiz, revela-se indispensável ao desfecho da controvérsia. No caso em exame, o Regional rechaçou a pretensão da reclamada de nulidade da sentença por cerceamento de defesa em face do indeferimento da realização de nova perícia. Destacou que "foi produzida prova suficiente nos autos, pois, além dos atestados médicos anexados pela autora da ação, o laudo técnico que conclui que a autora é detentora de epicondilite de cotovelo". Assentou que "os laudos apresentados comprovam de forma suficiente que, quando da extinção contratual não poderia a autora ser despedida injustamente, posto que manifesto estar ela naquele período necessitando de repouso para recuperação". Importante salientar que a insatisfação da parte com o resultado do laudo pericial que lhe foi desfavorável não é motivo bastante para afastá-lo, a fim de que seja reaberta a instrução processual com a realização de nova perícia e nova coleta de provas (precedentes). Nesse contexto, incólume o artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal. Recurso de revista não conhecido. [...]." (RR - 20067-51.2013.5.04.0791, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 26/06/2018, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/06/2018)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE NOVA PERÍCIA 1. O indeferimento de nova prova pericial não caracteriza cerceamento de defesa quando não comprovados quaisquer vícios no laudo apresentado. 2. Agravo de instrumento da Reclamante de que se conhece e a que se nega provimento." (AIRR -1400-97.2006.5.02.0312, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 08/11/2017, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 17/11/2017)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - CERCEAMENTO DE DEFESA - REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA - NÃO OCORRÊNCIA. As instâncias ordinárias concluíram que a realização de nova perícia não teria o condão de modificar o que a reclamante pretendia provar, sendo as demais provas produzidas

suficientes para formar o convencimento do juízo. Das razões recursais não é possível sequer extrair exatamente o que se pretendia provar com a nova perícia, tampouco o desacerto daquelas já realizadas nos autos. Ante o exposto, não se há de falar em caracterização de cerceamento de defesa, tendo em vista o princípio do livre convencimento do magistrado na direção do processo inserto nos arts. 765 da CLT e 130 do CPC, o qual faculta ao juiz da causa determinar as provas necessárias à instrução do processo, e, bem assim, indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias. Agravo de instrumento desprovido." (AIRR -113300-17.2008.5.15.0001, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, 7ª Turma, Data de Publicação: 13/12/2013)

"RECURSO DE REVISTA. PRELIMINAR DE NULIDADE. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA. INDEFERIMENTO. O eg. Tribunal Regional rejeitou a arguição de nulidade do laudo pericial, esclarecendo que o reclamante não apontou nenhum vício capaz de macular o laudo, tendo sido oportunizada às partes a apresentação de quesitos complementares que foram esclarecidos pelo profissional, perito de confiança do juízo. Nesse contexto, não verificada omissão ou inexatidão no resultado da perícia realizada, não há como se concluir pela nulidade do laudo, a justificar a produção de nova perícia. Incólume o art. 5º, LV, da Constituição Federal. Recurso de revista não conhecido. [...]" (RR-77700-30.2009.5.15.0152, Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, 6ª Turma, DeJT 13/12/2013)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. CERCEAMENTO DE DEFESA. NOVA PERÍCIA. Consignou o Regional que o perito expôs de forma suficiente as razões que levaram à conclusão de que a assinatura exarada no documento denominado -pedido de demissão- não é da reclamante, assim como, que os recibos de pagamento foram assinados em branco, preenchidos posteriormente. Asseverou, ainda, que os reclamados sequer indicaram assistente técnico no prazo devido, apresentando documentos que não são suficientes a infirmar o laudo pericial. Nesse contexto, não se verifica a violação dos dispositivos constitucionais apontados, porquanto, conforme asseverado pela Corte a quo, cabe ao juiz determinar as provas necessárias à instrução do processo e indeferir as diligências que considerar inúteis ou meramente protelatórias, nos termos do art. 130 do CPC. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (AIRR-22-83.2010.5.02.0242, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, 8ª Turma, DeJT 6/12/2013)

"RECURSO DE REVISTA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE NOVA PERÍCIA. Recurso de revista calcado em violação dos arts. 5º, LV, da Constituição Federal e 429, 437 e 438 do CPC e em divergência jurisprudencial. Uma vez convencido o Órgão Julgador de que o laudo pericial, legal e regularmente produzido nos autos, foi hábil o bastante para demonstrar que o autor estava exposto a agentes insalubres e que a entrega, por si só, dos EPIs não acabou com o risco para excluir a insalubridade, não há de se falar em cerceio de defesa. Importante notar, ademais, que o artigo 130 do CPC permite que o juiz indefira as diligências inúteis ou meramente protelatórias, uma vez que, conforme foi declinado no v. acórdão recorrido, o Perito respondeu de forma minuciosa os pontos objeto de esclarecimentos levantados pela parte com extensa fundamentação legal. No mesmo sentido é o artigo 765 da CLT, segundo o qual o julgador atuará com ampla liberdade na direção do processo, podendo deferir ou não a produção de provas. Recurso de revista não conhecido.[...]" (RR-2493900-02.2007.5.09.0006, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DeJT 22/11/2013)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. 1. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA. O Tribunal Regional, soberano no reexame do conjunto fático probatórios dos autos, foi categórico ao consignar que não houve o alegado cerceamento de defesa do reclamante quanto ao indeferimento de nova perícia e oitiva de testemunha. Ressaltou, para tanto, que a simples contrariedade ao resultado da prova técnica, cujo resultado foi desfavorável, não era suficiente para ensejar nova perícia ou nulidade da decisão proferida, bem como, por estar a matéria suficientemente esclarecida, tornando desnecessária a oitiva de uma segunda testemunha do reclamante. Com efeito, a determinação ou o indeferimento da produção de prova constituem prerrogativas do Juízo, nos termos dos arts. 130 e 131 do Código de Processo Civil e 765 da Consolidação das Leis do Trabalho. Diante desse contexto, em que a decisão recorrida deixa explícito, que não houve nenhum vício na instrução processual, não há que se falar em nulidade da sentença por cerceamento do direito de defesa. [...] Agravo de instrumento não provido." (AIRR-391300-54.2007.5.15.0010, Relator Desembargador Convocado Valdir Florindo, 2ª Turma, DeJT 22/11/2013)

Intactos, portanto, os artigos aos artigos 5º, LV, da Constituição da República, 818 da CLT, e 157 e 373 do CPC de 2015.
Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000882-54.2014.5.06.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	AUTARQUIA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA - EMLURB
Advogado	Dr. Arlindo José de Melo Filho(OAB: 28192/PE)
Advogado	Dr. Frederico da Costa Pinto Correa(OAB: 8375-A/PE)
Agravado	FERNANDO LUIZ DE MELO
Advogado	Dr. Jose Ulisses de Lima Junior(OAB: 29475-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- AUTARQUIA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA - EMLURB
- FERNANDO LUIZ DE MELO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO
AGRAVO DE PETIÇÃO NÃO CONHECIDO - AUSÊNCIA DE DELIMITAÇÃO DE VALORES
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela executada, às págs. 511-516, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 500-504, quanto ao tema AGRAVO DE PETIÇÃO NÃO CONHECIDO - AUSÊNCIA DE DELIMITAÇÃO DE VALORES.

Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões, conforme certidão de pág. 521.
O Ministério Público do Trabalho manifestou-se no sentido de não entrever o interesse público inserto no inciso II do artigo 83 da Lei Complementar n° 75, de 20 de maio de 1993.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela executada ora agravante:
"(...)
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
De acordo com o parágrafo 2º do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, o recurso de revista interposto na fase de execução somente tem cabimento na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) / Recurso (9045) / Recurso de Revista (55538) / Fase de Execução

Alegação(ões):
- violação do(s) inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal.
- divergência jurisprudencial.
A parte recorrente insurge-se contra o acórdão que não conheceu do agravo de petição por ausência de delimitação dos valores impugnados. Argumenta que o fato de os valores assentados na planilha não se encontrarem atualizados não tem o condão de descredenciar o requisito da delimitação da matéria objeto da controvérsia.
Fundamentos do acórdão recorrido:
"(...)
A executada se limitou a demonstrar seus insurgimentos quanto aos parâmetros numérico-contábeis dos cálculos das dobras de feriados e do adicional de insalubridade sobre as férias com 1/3, sem fazer referência à juntada de planilha, apenas registrou que: Planilha protocolada sob. id. 907e73e. Todavia a planilha a que se reporta foi apresentada em sede de Embargos à Execução.
Ressalte-se que a delimitação das matérias e valores impugnados, quando da interposição, é exigência legal e inafastável, quede Agravo de Petição se justifica até mesmo em virtude da possibilidade de processamento daquela medida em autos apartados.
In casu, até entendo que a matéria se encontra delimitada, porém, no tocante aos valores, ausente a planilha, demonstrativa da importância que entende correta e de , forma atualizada o que inviabiliza o conhecimento do Recurso.
A agravante sequer menciona em seu apelo o valor incontroverso, referente aos títulos deferidos na sentença de cognição, e que é coisa julgada.
Indispensável, pois a apresentação da planilha de cálculos que deveria substituir aquela contra a qual se insurge, a fim de permitir a análise dos parâmetros utilizados pelo expert, em confronto com aqueles ora defendidos, bem como a execução definitiva das importâncias incontroversas.
Nesse sentido, os seguintes arestos deste E. Regional, in verbis:

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. EXECUÇÃO. AGRAVO DE PETIÇÃO DA RÉ. AUSÊNCIA DE DELIMITAÇÃO DOS VALORES IMPUGNADOS. NÃO CONHECIMENTO. Pela dicção do além dos pressupostos objetivos e art. 897, § 1º, da CLT, subjetivos gerais de admissibilidade a que estão condicionados os recursos para que possam ser conhecidos, exige-se, em relação ao Agravo de Petição, requisito específico a ser observado. Neste passo, para que este recurso ultrapasse a fase de conhecimento, é necessário que, além de observar os pressupostos recursais gerais, tais como: legitimidade, capacidade, interesse, recorribilidade do ato, adequação, tempestividade e garantia patrimonial da execução, o Agravante delimite, justificadamente, as matérias e os valores objetos de impugnação, de modo a permitir o prosseguimento da execução quanto ao valor incontroverso. Assim, desatendido tal requisito de admissibilidade, impõe-se o não conhecimento do agravo. (Processo: AP - 0000575-38.2012.5.06.0020, Redator: Sergio Torres Teixeira, Data de julgamento: 16 /09/2020, Primeira Turma, Data da assinatura: 17/09 /2020).
EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. DELIMITAÇÃO DOS VALORES IMPUGNADOS. PRESSUPOSTO OBJETIVO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. DESCUMPRIMENTO. A norma legal institui como obrigação para a executada que faça acompanhar seu agravo de petição de uma planilha de cálculo indicando, discriminadamente, os valores referentes aos títulos impugnados, nos montantes que entende corretos, permitindo assim uma análise segura em relação às contas, possibilitando a imediata execução do que resta incontroverso. Trata-se, portanto, de regramento a ser observado no momento da interposição do agravo de petição, constituindo-se, pois, em pressuposto recursal específico. A omissão verificada, destarte, caracteriza irregularidade formal do apelo. Agravo de Petição que não se conhece. (Processo: Ag - 0000755-28.2014.5.06.0103, Redator: Ivan de Souza Valenca Alves, Data de julgamento: 29/01/2020, Primeira Turma, Data da assinatura: 31/01/2020).
AGRAVO DE PETIÇÃO. HORAS EXTRAS. DELIMITAÇÃO DOS VALORES IMPUGNADOS. AUSÊNCIA. I. De acordo com o art. 897, § 1º, da CLT, o Agravo de Petição só será recebido quando a agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitindo, assim, a execução imediata da parte remanescente até o final. A inobservância de tal dispositivo legal constitui óbice ao conhecimento do apelo. II. A menção a cálculos apresentados em fase processual pretérita não supre o requisito de admissibilidade recursal e a atualização do crédito até a data da interposição do agravo. De igual forma, não se afigura suficiente a simples indicação global do montante pretensamente incontroverso, sem o demonstrativo de como se chegou nesse valor, por impossibilitar a verificação exata da correção da quantia apresentada. Precedentes. Agravo de Petição não conhecido. (Processo: AP - 0001169-95.2016.5.06.0122, Redator: Solange Moura de Andrade, Data de julgamento: 04/02/2020, Segunda Turma, Data da assinatura: 04/02/2020).
A intenção do legislador, ao estabelecer, no tocante ao Agravo de Petição, ao lado dos demais pressupostos recursais, a necessidade de delimitação das matérias e dos valores, como pressuposto objetivo para conhecimento do apelo, foi a de assegurar a execução imediata de parte incontroversa remanescente, até o final, de modo a atender aos interesses do credor, em nome do qual a execução é processada.
Portanto, entendo que a executada, no presente caso, ao não justificar /apresentar o valor da condenação que entende devido, deixou de atender a um dos pressupostos objetivos do Agravo de Petição, qual seja, a delimitação justificada dos valores impugnados, conforme determina o § 1º do artigo 897 da CLT, verbis:
(...)."
Confrontando os argumentos recursais com os fundamentos do acórdão vergastado, não vislumbro a alegada violação direta e literal do supracitado dispositivo constitucional, única condição que possibilitaria, à luz do § 2º do artigo 896 da CLT, a admissibilidade

do Recurso de Revista, porquanto este Regional decidiu a espécie conforme as regras jurídicas infraconstitucionais pertinentes. Assim, se infração houvesse às normas da Constituição, esta teria ocorrido apenas de forma reflexa, o que não basta à caracterização da de que trata a "demonstração inequívoca" Súmula n.º 266 do TST.

CONCLUSÃO
Denego seguimento.
(...)" (págs. 500-504).
Na minuta de agravo de instrumento, a executada ora agravante insiste na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos todos os requisitos para admissibilidade de seu recurso de revista.
Aduz que "A planilha já se encontrava nos autos e o fato de os valores assentados na planilha não se encontrarem atualizados não tem o condão de descredenciar o requisito da delimitação da matéria objeto da controvérsia. Os cálculos ínsitos na planilha juntada aos autos revelam, nitidamente, a incongruência do julgado! A ausência de atualização do quantum debeatur não tem o condão de elidir a tipificação do requisito legal conforme artigo 897, parárafo [sic] 1º, da CLT" (pág. 514).
Aduz que "a parte incontroversa do crédito exequendo em foco é o valor principal, sem a incidência da correção monetária aplicada pela contadoria do juízo monocrático" (pág. 514).
Aduz que "o fim almejado na precitada norma legal, qual seja a imediata execução da parte incontroversa não foi obstaculizada pela ausência de demonstrativos de valores atualizados" (pág. 515).
Aduz que "Não há plausibilidade na assertiva daquele Egrégio Regional, alhures transcrita, de que a simples ausência de uma atualização da planilha viria a traduzir manifesta ausência de cálculos" (pág. 515).
Alega violação do artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal e colaciona arestos para cotejo de teses.
Sem razão.
O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se nos seguintes termos:
"(...)
DA ADMISSIBILIDADE:
Suscito, de ofício, preliminar de não conhecimento do Agravo de Petição, por ausência de delimitação de valores.
A Agravante aponta equívocos nos cálculos de liquidação com argumentos de que, foi apurado o título principal nos períodos de férias quando devido apenas o terço constitucional.
Pois bem.
Sabido que o Agravo de Petição somente será recebido se a parte delimitar justificadamente matérias e valores impugnados, de modo a possibilitar que o Juízo dê seguimento a execução com relação à parte remanescente (Artigo 897, § 1º da CLT).
A executada se limitou a demonstrar seus insurgimentos quanto aos parâmetros numérico-contábeis dos cálculos das dobras de feriados e do adicional de insalubridade sobre as férias com 1/3, sem fazer referência à juntada de planilha, apenas registrou que: Planilha protocolada sob. id. 907e73e. Todavia a planilha a que se reporta foi apresentada em sede de Embargos à Execução. .
Ressalte-se que a delimitação das matérias e valores impugnados, quando da interposição de Agravo de Petição, é exigência legal e inafastável, que se justifica até mesmo em virtude da possibilidade de processamento daquela medida em autos apartados.
In casu, até entendo que a matéria se encontra delimitada, porém, no tocante aos valores, ausente a planilha, demonstrativa da importância que entende correta e de forma atualizada, o que inviabiliza o conhecimento do Recurso.
A agravante sequer menciona em seu apelo o valor incontroverso, referente aos títulos deferidos na sentença de cognição, e que é coisa julgada.
Indispensável, pois a apresentação da planilha de cálculos que deveria substituir aquela contra a qual se insurge, a fim de permitir a análise dos parâmetros utilizados pelo expert, em confronto com aqueles ora defendidos, bem como a execução definitiva das importâncias incontroversas.
Nesse sentido, os seguintes arestos deste E. Regional, in verbis:

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. EXECUÇÃO. AGRAVO DE PETIÇÃO DA RÉ. AUSÊNCIA DE DELIMITAÇÃO DOS VALORES IMPUGNADOS. NÃO CONHECIMENTO. Pela dicção do art. 897, § 1º, da CLT, além dos pressupostos objetivos e subjetivos gerais de admissibilidade a que estão condicionados os recursos para que possam ser conhecidos, exige-se, em relação ao Agravo de Petição, requisito específico a ser observado. Neste passo, para que este recurso ultrapasse a fase de conhecimento, é necessário que, além de observar os pressupostos recursais gerais, tais como: legitimidade, capacidade, interesse, recorribilidade do ato, adequação, tempestividade e garantia patrimonial da execução, o Agravante delimite, justificadamente, as matérias e os valores objetos de impugnação, de modo a permitir o prosseguimento da execução quanto ao valor incontroverso. Assim, desatendido tal requisito de admissibilidade, impõe-se o não conhecimento do agravo. (Processo: AP - 0000575-38.2012.5.06.0020, Redator: Sergio Torres Teixeira, Data de julgamento: 16/09/2020, Primeira Turma, Data da assinatura: 17/09/2020).
EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. DELIMITAÇÃO DOS VALORES IMPUGNADOS. PRESSUPOSTO OBJETIVO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. DESCUMPRIMENTO. A norma legal institui como obrigação para a executada que faça acompanhar seu agravo de petição de uma planilha de cálculo indicando, discriminadamente, os valores referentes aos títulos impugnados, nos montantes que entende corretos, permitindo assim uma análise segura em relação às contas, possibilitando a imediata execução do que resta incontroverso. Trata-se, portanto, de regramento a ser observado no momento da interposição do agravo de petição, constituindo-se, pois, em pressuposto recursal específico. A omissão verificada, destarte, caracteriza irregularidade formal do apelo. Agravo de Petição que não se conhece. (Processo: Ag - 0000755-28.2014.5.06.0103, Redator: Ivan de Souza Valenca Alves, Data de julgamento: 29/01/2020, Primeira Turma, Data da assinatura: 31/01/2020).
AGRAVO DE PETIÇÃO. HORAS EXTRAS. DELIMITAÇÃO DOS VALORES IMPUGNADOS. AUSÊNCIA. I. De acordo com o art. 897, § 1º, da CLT, o Agravo de Petição só será recebido quando a agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitindo, assim, a execução imediata da parte remanescente até o final. A inobservância de tal dispositivo legal constitui óbice ao conhecimento do apelo. II. A menção a cálculos apresentados em fase processual pretérita não supre o requisito de admissibilidade recursal e a atualização do crédito até a data da interposição do agravo. De igual forma, não se afigura suficiente a simples indicação global do montante pretensamente incontroverso, sem o demonstrativo de como se chegou nesse valor, por impossibilitar a verificação exata da correção da quantia apresentada. Precedentes. Agravo de Petição não conhecido. (Processo: AP - 0001169-95.2016.5.06.0122, Redator: Solange Moura de Andrade, Data de julgamento: 04/02/2020, Segunda Turma, Data da assinatura: 04/02/2020).
A intenção do legislador, ao estabelecer, no tocante ao Agravo de

Petição, ao lado dos demais pressupostos recursais, a necessidade de delimitação das matérias e dos valores, como pressuposto objetivo para conhecimento do apelo, foi a de assegurar a execução imediata de parte incontroversa remanescente, até o final, de modo a atender aos interesses do credor, em nome do qual a execução é processada.

Portanto, entendo que a executada, no presente caso, ao não justificar/apresentar o valor da condenação que entende devido, deixou de atender a um dos pressupostos objetivos do Agravo de Petição, qual seja, a delimitação justificada dos valores impugnados, conforme determina o § 1º do artigo 897 da CLT, verbis:

"§ 1º - O agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença." (grifei)

Preliminarmente em atuação de ofício, não conheço do Agravo de Petição, por ausência de delimitação de valores.

DA CONCLUSÃO:

Diante do exposto, Preliminarmente, em atuação de ofício, Não Conheço do Agravo de petição interposto, por ausência de delimitação de valores.

ACORDAM os Desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, por unanimidade, NÃO CONHECER do Agravo de Petição interposto, por ausência de delimitação de valores.

(...)" (negritou-se e sublinhou-se , págs. 441-443).

Em embargos de declaração, o Regional assim decidiu:

"(...)

DO MÉRITO:

Os artigos 1.022 do NCPC e 879-A da CLT permitem a correção do julgado que no tocante ao valor arbitrado relativo a indenização pelos danos morais que aduz ser exorbitante. padecer de obscuridade, contradição, omissão ou manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. E ainda possível imprimir-lhe efeito modificativo, o que nos termos da Súmula 278, do TST.

Ainda registro que o Juízo não está obrigado a responder todos os tópicos ventilados pelas partes. Mas necessário sejam abordados todos os pontos imprescindíveis ao deslinde da controvérsia, devendo ser expostas as razões a embasarem o convencimento do Juízo. Pois bem.

Pois bem.

Da análise dos Aclaratórios , não se constata a existência de qualquer contradição a ser sanada, isso porque esta Turma expôs claramente as razões pelas quais entendeu pelo não conhecimento do Agravo de Petição interposto por ausência de delimitação específica. Deixou a parte de obedecer a literalidade do art. 897, § 1º, da CLT.

A circunstância de ter a embargante mencionado em seu apelo que se reportou à planilha apresentada em sede de Embargos à Execução, restando delimitados os valores e as matérias, é inservível aos fins a que se presta. Aqui repiso que, inafastável a lei que impõe a delimitação dos valores impugnados, quando da interposição de Agravo de Petição, que se justifica até mesmo em virtude da possibilidade de processamento daquela medida em autos apartado,

E Consoante constou do v. acórdão:

A executada se limitou a demonstrar seus insurgimentos quanto aos parâmetros numérico-contábeis dos cálculos das dobras de feriados e do adicional de insalubridade sobre as férias com 1/3, sem fazer referência à juntada de planilha, apenas registrou que: Planilha protocolada sob. id. 907e73e. Todavia a planilha a que se reporta foi apresentada em sede de Embargos à Execução. .

(...)

In casu, até entendo que a matéria se encontra delimitada, porém, no tocante aos valores, ausente a planilha, demonstrativa da importância que entende correta e de forma atualizada, o que inviabiliza o conhecimento do recurso.

A agravante sequer menciona em seu apelo o valor incontroverso, referentes aos títulos deferidos na coisa julgada.

Indispensável, pois a apresentação da planilha de cálculos que deveria substituir aquela contra a qual se insurge, a fim de permitir a análise dos parâmetros utilizados pelo expert, em confronto com aqueles ora defendidos, bem como a execução definitiva das importâncias incontroversas.

Portanto, o acórdão foi bastante esclarecedor quando constatou que a embargante apontou equívocos nos cálculos, no Agravo de Petição que interpôs, sem apresentar planilha com as retificações que entende devidas.

A omissão que enseja a reforma do julgado ocorre quando o Juízo deixa de apreciar pontos sobre os quais, necessariamente, deveria ter se pronunciado, deixando de analisar pedidos formulados pelas partes.

E a contradição que autoriza a correção do julgado pela via dos Embargos Declaratórios é aquela observada entre proposições existentes no bojo da decisão, e não eventual divergência entre o que restou decidido e a lei ou jurisprudência.

O pedido declaratório não se presta a inverter visão do julgado atacado por vontade da parte, que não se conforma com o decidido pelo Juízo. Assim, querendo a parte a reforma do julgado, deve intentá-la pela via própria, que, in casu, é o Recurso de Revista.

Frise-se que já pacificado na jurisprudência que eventual erro de julgamento não pode ser corrigido por embargos de declaração, conforme ementas:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO DE JULGAMENTO. Se há suposto erro de julgamento resultante de alegação de má apreciação da prova, o embargante deve ingressar com o recurso próprio para obter a reforma do julgado, pretensão que não pode ser atendida por meio dos embargos de declaração." (TRT-5 - ED: 00000217220135050222 BA 0000021-72.2013.5.05.0222, Relator: PAULINO COUTO, 5ª. TURMA, Data de Publicação: DJ 15/09/2014.)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO DE JULGAMENTO. As razões trazidas em sede de embargos atacam, diretamente, os fundamentos do acórdão embargado, se afastando da natureza restrita dos embargos de declaração, para traduzir-se, mais especificamente, em insurgência contra a decisão, já que prolonga a discussão de teses, questão já encerrada quando do julgamento do recurso ordinário. É de se salientar que caso a decisão não tenha sido satisfatória, ao ver do embargante, não se está diante de omissão de julgado, mas, sim, de decisão equivocada, o que seria perfeitamente combatido mediante recurso próprio, que não os embargos declaratórios." (TRT-1 - RO: 00102592220145010063 RJ, Relator: JOSE NASCIMENTO ARAUJO NETO, Data de Julgamento: 01/09/2015, Primeira Turma, Data de Publicação: 17/09/2015)

Assim, adotada tese explicita acerca das questões relevantes, tendo sido indicado, inclusive, o motivo de convencimento, não há qualquer vício a ser sanado.

Outrossim, registro que a interposição de embargos, ainda que sob a pretensão de prequestionamento, pressupõe a observância aos requisitos previstos nos dispositivos legais acima destacados, o que não é o caso.

A propósito, lúcidos os argumentos trazidos no aresto abaixo transcrito, emanado do C. TST. Verbis:

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. A oposição de embargos declaratórios com a finalidade de prequestionamento não constitui nova hipótese de cabimento do recurso a ser adicionada àquelas previstas nos arts. 535 do CPC e 897-A da CLT. A questão que se pretende prequestionar deve, precipuamente, enquadrar-se nas hipóteses legalmente previstas, o que não ocorreu no caso em tela" (TST-E-A-AIRR-22340-41.2006.5.16.0006, 6ª T., Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 24/09/2010).

Os Embargos de Declaração se encontram dissociados de seu real fundamento jurídico, previsto nos artigos 897-A da CLT e 1.022 do CPC/2015, de modo que os rejeito.

DA CONCLUSÃO:

Diante do exposto, Conheço dos Embargos de Declaração interpostos e, no mérito, Rejeito-os.

(...)" (págs. 470-472).

Na hipótese, o Regional entendeu que a executada não delimitou, de forma específica e adequada, os valores impugnados, razão pela qual não ficou demonstrado o preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de seu agravo de petição, conforme estabelece o § 1º do artigo 897 da CLT.

Destacou-se, na decisão recorrida, que "a executada, no presente caso, ao não justificar/apresentar o valor da condenação que entende devido, deixou de atender a um dos pressupostos objetivos do Agravo de Petição, qual seja, a delimitação justificada dos valores impugnados, conforme determina o § 1º do artigo 897 da CLT" (pág. 443), esclarecendo ainda que a "A agravante sequer menciona em seu apelo o valor incontroverso, referente aos títulos deferidos na sentença de cognição, e que é coisa julgada" (pág. 441).

Nesse contexto, observa-se que a matéria controvertida nos autos, relacionada à delimitação das matérias e dos valores impugnados na fase de execução, reveste-se de contornos nitidamente processuais (interpretação e aplicação dos artigos 897, § 1º, da CLT), sendo, portanto, de natureza infraconstitucional.

Dessa forma, a invocação genérica de violação do artigo 5º, incisos XXXV, LV e LIV, da Constituição Federal de 1988 não é suficiente para autorizar o processamento de recurso de revista com base na previsão do § 2º do artigo 896 da CLT, na medida em que, para sua constatação, seria necessário concluir, previamente, ter havido afronta de preceito infraconstitucional, como ocorre neste caso. Nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte:

"PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.467/2017 . AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. AGRAVO DE PETIÇÃO. AUSÊNCIA DE DELIMITAÇÃO DE VALORES. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. Nos termos do art. 896, §2º, da CLT e da Súmula 266 do TST, a admissibilidade do recurso de revista interposto contra decisão proferida em execução de sentença se restringe à hipótese de demonstração de ofensa direta e literal à CF. No caso dos autos, o TRT entendeu que a mera indicação de valores incontroversos, desacompanhada de planilha de cálculos, não atende ao comando do art. 897, § 1º, da CLT o qual dispõe que o agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados. Nesse contexto, não se verifica a alegada violação do art. 5º, II, XXXVI, LIV e LV, da CF, uma vez que a questão foi decidida à luz de norma nitidamente infraconstitucional - art. 897, § 1º, da CLT. Assim, eventual ofensa ao texto da Constituição seria apenas reflexa, o que não se coaduna com o caráter extraordinário do recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e desprovido " (AIRR-1550-38.2010.5.09.0023, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 22/02/2019).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. EXECUÇÃO. ART. 896, § 2º, DA CLT. AGRAVO DE PETIÇÃO. DELIMITAÇÃO DOS VALORES IMPUGNADOS. O Regional não conheceu do agravo de petição interposto pela reclamada quanto aos itens "incorreta apuração dos valores a título de comissões", "apuração das férias", "salário hora das comissões", "devolução de descontos" e "PLR sindical", ao fundamento de que não foi atendido o pressuposto relativo à delimitação dos valores impugnados a fim de propiciar o prosseguimento da execução em face da quantia incontroversa. Na hipótese, verifica-se do acórdão recorrido que houve o acolhimento parcial dos embargos à execução apresentados pelos executados, bem como a concordância parcial nos itens em que restaram vencidos, razão pela qual o Regional concluiu que cabia aos agravantes informar no agravo de petição os valores impugnados a partir dessa nova situação, na forma do art. 897, § 1º, da CLT. Decidida a questão à luz de norma infraconstitucional (art. 897, § 1º, da CLT), não se vislumbra ofensa direta e literal do art. 5º, II, LIV e LV, da Constituição Federal, nos termos do art. 896, § 2º, da CLT e da Súmula nº 266 desta Corte . Agravo de instrumento não provido" (AIRR-188-63.2016.5.09.0872, 5ª Turma, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 13/04/2018).

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PREVI. EXECUÇÃO. AGRAVO DE PETIÇÃO NÃO CONHECIDO. AUSÊNCIA DE DELIMITAÇÃO JUSTIFICADA DOS VALORES IMPUGNADOS. APLICAÇÃO DO ART. 897, § 1º, DA CLT. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. ART. 896, § 2º, DA CLT E SÚMULA 266 DO TST. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS NÃO CARACTERIZADA. DECISÃO MONOCRÁTICA DENEGATÓRIA DE SEGUIMENTO. MANUTENÇÃO. 1. Trata-se de circunstância em que o TRT "que a delimitação de valores apresentada pela PREVI também não atende ao disposto no art. 897, § 1º, da CLT, notadamente considerando que não foram apresentados cálculos que demonstrem como foi obtida a importância tida como incontroversa" . 2. Constata-se que a controvérsia gira em torno de interpretação de dispositivo infraconstitucional, especificamente o § 1º do art. 897 da CLT, razão porque inviável o recurso alicerçado em ofensa ao art. 5º, II, XXXVI, LIV e LV , da Constituição da Federal, na forma como preceitua o art. 896, § 2º da CLT. Óbice da Súmula 266 do TST. Precedentes. Agravo conhecido e não provido. (...)" (Ag-AIRR-50200-88.2005.5.09.0089, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 15/12/2017).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014 . AGRAVO DE PETIÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE DELIMITAÇÃO DE VALORES. DISCUSSÃO CIRCUNSCRITA AO EXAME PRÉVIO DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL QUE NORTEIA A MATÉRIA. INCIDÊNCIA DO § 2º DO ARTIGO 896 DA CLT E DA SÚMULA Nº 266 DO TST. Na hipótese, o Regional entendeu que o Banco executado não delimitou, de forma específica e adequada, os valores impugnados, razão pela qual não ficou demonstrado o preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de seu agravo de petição, conforme estabelece o § 1º do artigo 897 da CLT. Destacou que " não é possível o aproveitamento dos cálculos oferecidos por ocasião dos embargos à execução, vez que não mais retratam o valor incontroversamente devido a exequente ". Nesse contexto, observa-se que a matéria controvertida nos autos, relacionada à delimitação das matérias e dos valores impugnados

na fase de execução, reveste-se de contornos nitidamente processuais (interpretação e aplicação do artigo 897, § 1º, da CLT), sendo, portanto, de natureza infraconstitucional. Dessa forma, a invocação genérica de violação do artigo 5º, incisos II, LV e LIV, da Constituição Federal de 1988 não é suficiente para autorizar o processamento de recurso de revista com base na previsão do § 2º do artigo 896 da CLT, na medida em que, para sua constatação, seria necessário concluir, previamente, ter havido afronta de preceito infraconstitucional, como ocorre neste caso. Agravo de instrumento desprovido" (AIRR-64800-46.2006.5.09.0068, 2ª Turma, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 19/05/2017).

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI N° 13.015/2014 - EXECUÇÃO - AUSÊNCIA DE DELIMITAÇÃO DOS VALORES IMPUGNADOS - ART. 897, § 1º, DA CLT - CERCEAMENTO DE DEFESA Tratando-se de processo em fase de execução, somente a demonstração inequívoca de ofensa literal e direta a preceito constitucional viabilizaria o processamento do Recurso de Revista, nos termos do § 2º do artigo 896 da CLT e da Súmula nº 266 do TST, o que não ocorreu na espécie. Recurso de Revista não conhecido." (RR - 207700-19.2008.5.15.0067, 8ª Turma, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 15/08/2016).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. EXECUÇÃO. EXAME DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. AGRAVO DE PETIÇÃO NÃO CONHECIDO. AUSÊNCIA DE DELIMITAÇÃO DE VALORES. ÓBICE DO ARTIGO 896, § 2º, DA CLT C/C SÚMULA 266 DO TST. Nos termos do § 2º do art. 896 da CLT e da Súmula 266 do TST, a admissibilidade do recurso de revista interposto contra decisão proferida em execução de sentença se restringe à hipótese de demonstração de ofensa direta e literal à CF. A decisão regional foi proferida com base no art. 897, § 1º, da CLT, o qual dispõe que o agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, providência não satisfeita neste caso. Nesse contexto, não se verifica a alegada violação dos arts. 5º, II, XXXV, LIV, LV, e 93, IX, da CF, uma vez que a questão foi decidida à luz de norma infraconstitucional. Julgados desta Corte Superior. Assim, eventual ofensa ao texto da Constituição da República seria apenas reflexa, o que não se coaduna com o caráter extraordinário do recurso de revista. Agravo de instrumento desprovido." (AIRR - 227285-52.2008.5.12.0031, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 01/07/2016).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE DELIMITAÇÃO DE VALORES IMPUGNADOS. MATÉRIA QUE SE REVESTE DE CONTORNOS INFRACONSTITUCIONAIS. Não demonstrada a alegada violação direta e literal de dispositivo da Constituição da República, única hipótese autorizada pelo legislador ordinário para o processamento do Recurso de Revista nos feitos em execução, forçoso concluir pela inadmissibilidade do Agravo de Instrumento. A discussão acerca da necessidade de delimitação dos valores impugnados reveste-se de contornos nitidamente infraconstitucionais, não autorizando concluir pela violação de nenhum dispositivo da Constituição da República. Agravo de Instrumento a que se nega provimento." (AIRR - 157400-71.2004.5.09.0322, 1ª Turma, Relator Desembargador Convocado Marcelo Lamego Pertence, DEJT 17/06/2016).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO DA EXECUTADA. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - DESCABIMENTO. EXECUÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL COMPENSAÇÃO COM OS VALORES RECEBIDOS PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA. AUSÊNCIA DE DELIMITAÇÃO DE VALORES. ACÓRDÃO PROFERIDO SOB O ENFOQUE DO ART. 897, § 1º, DA CLT. O art. 896, § 2º, da CLT é expresso e definitivo, quando pontua que "das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal". Esta é a ordem que a Súmula 266 do TST reitera. Ao aludir a ofensa "direta e literal", o preceito, por óbvio, exclui a possibilidade de recurso de revista que se escude em violação de preceitos de "status" infraconstitucional, que somente por reflexo atingiriam normas constitucionais: ou há ofensa à previsão expressa de preceito inscrito na Carta Magna, ou não prosperará o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e desprovido." (AIRR - 2451-38.2012.5.10.0013, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 03/06/2016).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - RECURSO DE REVISTA SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/14 - EXECUÇÃO - AGRAVO DE PETIÇÃO NÃO CONHECIDO. AUSÊNCIA DE DELIMITAÇÃO DOS VALORES INCONTROVERSOS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. A admissibilidade do recurso de revista em processo de execução depende de demonstração inequívoca de ofensa direta e literal à Constituição Federal, nos termos do art. 896, § 2º, da CLT e da Súmula 266 do TST. Agravo de instrumento a que se nega provimento." (AIRR - 214300-11.2006.5.04.0333, 8ª Turma, Relator Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 30/05/2016).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. AGRAVO DE PETIÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE DELIMITAÇÃO DE VALORES. SÚMULA Nº 266 DO TST. O agravante não apresenta argumentos capazes de desconstituir a juridicidade da decisão que negou seguimento ao recurso de revista na fase de execução, à míngua de pressuposto intrínseco capitulado no art. 896, § 2º, da CLT. Na hipótese, o Tribunal Regional não conheceu do agravo de petição, por ausência de delimitação justificada dos valores, controvérsia afeta a pressuposto extrínseco de admissibilidade (art. 897, § 1º, da CLT) e, sendo assim, à míngua de natureza constitucional, tanto assim que o STF rejeitou a repercussão geral do tema. Agravo de instrumento a que se nega provimento." (AIRR - 207400-85.1996.5.01.0061, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 20/05/2016).

Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010458-93.2018.5.03.0048

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO - CBMM
Advogada	Dra. Tatiana de Mello Fonseca(OAB: 77583-A/MG)

Advogada	Dra. Leila Azevedo Sette(OAB: 22864-A/MG)
Advogado	Dr. Rafael Tadeu Santos de Souza(OAB: 101781-A/MG)
Agravado	GENILSON FERREIRA LOPES
Advogada	Dra. Irone Marcos Leonel(OAB: 142810-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO - CBMM
- GENILSON FERREIRA LOPES

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, às págs. 1.195-1.201, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 1.190 e 1.191, quanto aos temas ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - EXPOSIÇAO AO AGENTE "VIBRAÇÃO" e INTERVALO INTRAJORNADA.

Foram apresentadas contrarrazões às págs. 1.205-1.208 e contraminuta às págs. 1.209-1.212.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

O recurso é próprio, tempestivo (acórdão publicado em24/06/2021; recurso de revista interposto em 06/07/2021), devidamente preparado (depósito recursal - Ids 5fbcbc1e d23ddf8; custas - Idddfa33d), sendo regular a representação processual.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

TRANSCENDÊNCIA

Nos termos do artigo 896-A, § 6ºda CLT, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Insalubridade.

Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada.

Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, nem contrariedade com Súmula de jurisprudência uniforme do TST ou Súmula Vinculante do STF, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exigem as alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT.

O deslinde da controvérsia sobre o adicional de insalubridade transpõe os limites da literalidade dos preceitos legais invocados, uma vez que a matéria em discussão é eminentemente interpretativa, não se podendo afirmar que a própria letra dos dispositivos tenha sofrido ofensa pelo acórdão.

Quanto ao intervalo intrajornada, diante do quadro fático retratado no julgado, não suscetível de ser reexaminado nesta fase processual, infere-se que o entendimento está em sintonia com a Súmula 437, I do TST, de forma a sobrepujar os arestos válidos que adotam tese diversa e afastar as violações apontadas.

Não ensejam recurso de revista decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (§ 7º do art. 896 da CLT e Súmula 333 do TST).

São inespecíficos os arestos válidos colacionados, porque não abordam as mesmas premissas salientadas pela Turma julgadora, notadamente no que tange à constatação no sentido de que, no presente caso ... Analisando-se os cartões de ponto do autor, anexados pela ré no ID 3fe153d, observa-se não há qualquer registro da pausa para repouso e alimentação. Portanto, cabia à reclamada produzir prova do efetivo cumprimento desse intervalo. (Súmula 296 do TST)

Não há ofensas ao art. 818 da CLT e ao art. 373 do CPC. A Turma adentrou o cerne da prova, valorando-a contrária aos interesses da recorrente.

Sobre ambos os temas em destaque, o acórdão recorrido está lastreado em provas. Incabível, portanto, o recurso de revista para reexame de fatos e provas, nos termos da Súmula 126 do TST.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista." (págs. 1.190 e 1.191).

Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos todos os requisitos para admissibilidade de seu recurso de revista.

No que se refere ao adicional de insalubridade, aduz que "não há violação à súmula 126 do c. TST, vez que não se pede nova análise da prova oral ou pericial, o que se requer, em verdade, é verificar se a liberdade conferida ao Julgador pelo artigo 436 da CLT é irrestrita, a ponto deste presumir exposição ao agente vibração se deu fora dos limites de tolerância, embora tal condição não tenha sido devidamente comprovada nos autos" (pág. 1.200). Traz, portanto, argumentos, no sentido de que, conforme indicado nas razões do recurso de revista, foi violado o artigo 189 da CLT.

Quanto ao intervalo intrajornada, sustenta que "o Agravado não se desincumbiu de seu ônus de comprovar a alegada supressão do intervalo intrajornada" (pág. 1.199).

Aponta violação dos artigos 71, § 4º, e 818 da CLT e 373 do CPC/2015.

Ao exame.

O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto ao adicional de insalubridade, nos seguintes termos:

"(...)

A reclamada não se conforma com a condenação a pagar adicional de insalubridade.

Examino.

Determinada a realização de perícia para apuração das condições de trabalho do autor, veio aos autos o laudo de ID 8a7a638, no qual o perito Fernando Ferreira Botelho atestou o seguinte:

(...)

O perito prestou esclarecimentos ao laudo no ID 3413f28, posicionando-se quanto aos quesitods suplementares formulados pela reclamada (quanto ao tempo de exposição ao agente vibração) da seguinte maneira:

(...)

Como se vê, o perito, considerando os dados sobre o tempo de utilização da empilhadeira por jornada de trabalho, obtidos dos informantes presentes à diligência (6 horas e meia a 7 horas), da reclamada (40% da jornada, correspondendo a 3 horas e 10 minutos) e do reclamante (60% da jornada, correspondendo a 4 horas e 50 minutos), concluiu que o trabalhador operava a empilhadeira por um total de 4h50min por jornada. Isso posto, realizada a medição in loco, para verificação da exposição ao agente insalubre vibração, chegou aos seguintes resultados:

Segundo critérios da norma ISO 2631-1:1997 alterada em 2010: A(8)=0,89 m/s2 (acima da zona de precaução C)

Segundo a NR-15 Anexo nº 8 com redação dada pela portaria MTE n.º 1297 de 13/08/2014: aren = 1,15 m/s2 (acima do limite de tolerância de 1,lm/s2) e VDVR = 29,41 m/s1,75 (também acima do

limite de tolerância de 21,0 m/s2).

O labor nessas condições, seguindo o especialista, ocorreu até 02/03/2015, quando o reclamante deixou de operar a empilhadeira por problemas de saúde. E foi com base no trabalho pericial que o Juízo de origem reconheceu que o autor trabalhou em condições insalubres, por exposição a vibração em níveis superiores ao limite de tolerância, no período de 01/01/2011 a 02/03/2015, condenando a reclamada ao pagamento de adicional correspondente, em grau médio.

Pois bem.

Antes de 13/08/2014, o Anexo nº 8 da NR 15 do Ministério do Trabalho e Emprego (que dispõe sobre a caracterização e classificação da insalubridade em relação ao agente vibração) previa que "a perícia, visando à comprovação ou não da exposição, deve tomar por base os limites de tolerância definidos pela Organização Internacional para a Normalização - ISO, em suas normas ISO 2631 e ISO/DIS 5349 ou suas substitutas"- sendo que tais ISO's não fixavam um limite definido e preciso de tolerância para exposição à vibração de corpo inteiro, havendo apenas a indicação do método de avaliação para determinação do nível de exposição a este agente.

Frise-se que embora a ISO 2631-1 não tivesse definido limites de tolerância para a exposição ao agente vibração, trouxe, em seu Anexo B, um guia com as zonas de precaução dos efeitos da vibração sobre a saúde em função da aceleração ponderada em três frequências (ou três eixos) e a duração da exposição, segundo a qual o enquadramento do índice de exposição global A(8) abaixo da zona de precaução, ou seja, em patamar inferior a 0,43m/s2, indicaria que os efeitos à saúde ainda não foram claramente documentados. Dentro da zona de precaução (entre 0,43m/s2 e 0,86m/s2), dever-se-ia ter cautela em relação aos riscos potenciais à saúde. Apenas acima dessa zona de precaução, ou seja, além de 0,86m/s2, é que os riscos à saúde seriam prováveis e, portanto, poderiam gerar direito à insalubridade em grau médio (item 1 do Anexo 8 da NR-15 da Portaria 3.214/78).

A questão só passou a ser dirimida com parâmetros objetivos a partir do advento da Portaria 1.297/2014 do MTE, aplicável em parte do contrato de trabalho do autor, cujo artigo 2º e Anexo II preceituam:

(...)

Dessarte, de acordo com a regulamentação da matéria, só há de se cogitar de caracterização de insalubridade caso o índice de vibração de corpo inteiro (VCI) seja superior a 1,1 m/s2 com base no "aren" ou a 21,0m/s1,75 (VDVR).

In casu, de acordo com os resultados obtidos nas medições, conforme acima exposto, tem-se que a vibração a que o autor esteve sujeito ao exercer suas funções na reclamada, no período de 01/01/2011 a 02/03/2015, era sim nociva a sua saúde, seja de acordo com os parâmetros da Norma ISO 2631-1 (valor obtido de 0,89 m/s2 - zona C), seja segundo os critérios da Portaria 1.297/2014 do MTE (AREN=1,15 m/s2 e VDVR=29,41 m/s1,75). Obviamente, o Julgador detém ampla liberdade na apreciação da prova pericial, devendo indicar no decisum "os motivos que o levaram a considerar ou a deixar de considerar as conclusões do laudo, levando em conta o método utilizado pelo perito" (artigos 371 e 479 do CPC/2015).

No entanto, não demonstrada no recurso qualquer impropriedade técnica ou erro de avaliação no laudo pericial, não passa a insurgência do reclamado de mero inconformismo quanto à prova que não lhe foi favorável, cabendo frisar que as arguições recursais restaram inócuas diante da conclusão acima descrita.

Portanto, deve ser mantida, nesses termos, a sentença que reconheceu o direito do autor ao recebimento de adicional de insalubridade, não se havendo falar, por esse motivo, em inversão dos ônus da sucumbência quanto ao pagamento dos honorários periciais.

Nego provimento.

(...)" (destacou-se, págs. 1.161-1.169).

No caso, consoante se infere da decisão do Regional, consubstanciado em prova pericial, "tem-se que a vibração a que o autor esteve sujeito ao exercer suas funções na reclamada, no período de 01/01/2011 a 02/03/2015, era sim nociva a sua saúde, seja de acordo com os parâmetros da Norma ISO 2631-1 (valor obtido de 0,89 m/s2 - zona C), seja segundo os critérios da Portaria 1.297/2014 do MTE (AREN=1,15 m/s2 e VDVR=29,41 m/s1,75)" (pág. 1.169).

De acordo com o Anexo 8 da NR nº 15 da Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego, avibraçãosuportada pelo obreiro (0,68 m/s²), situada interface "B" da ISO 2.631-1:1997, é considerada de potencial risco à saúde pela Organização Internacional para a Normalização - ISO, porquanto está acima do limite de tolerância e é capaz de comprometer a saúde do trabalhador, razão pela qual é devido o pagamento doadicional de insalubridadeno grau médio, na forma dos artigos 189 e 190 da CLT e do item 3 do Anexo nº 8 da NR n° 15.

Nesse mesmo sentido, os seguintes precedentes:

"[...] II - RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE . MOTORISTA DE ÔNIBUS. AGENTE "VIBRAÇÃO". CATEGORIA "B" DA ISO 2631-1. RISCO À SAÚDE. PAGAMENTO DEVIDO. Hipótese em que o Tribunal Regional manteve o indeferimento do pedido de pagamento de adicional de insalubridade sob o fundamento de que o valor apurado no laudo pericial de 0,57 m/s², situado na região "B" da ISO 2631-1, descaracterizou a insalubridade por exposição à vibração. Contudo, esta Corte consolidou o entendimento de que deve ser reconhecida a incidência do adicional de insalubridade, em grau médio, no caso de exposição do trabalhador ao agente "vibração" situado na região "B" do gráfico da ISO 2631, considerada de potencial risco à saúde, nos termos do Anexo 8 da NR-15 da Portaria 3.214/1978 do MTE, hipótese dos autos. Precedentes . Recurso de revista conhecido e provido." (ARR-1065-52.2013.5.03.0006, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, 2ª Turma, Data de Julgamento: 22/09/2021, Data de Publicação: DEJT 24/09/2021)

"[…] ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. MOTORISTA E COBRADOR DE ÔNIBUS. AGENTE "VIBRAÇÃO". CATEGORIA "B" DA ISO 2631-1. RISCO À SAÚDE. SÚMULA 333 DO TST. O Tribunal Regional, com base no laudo pericial, deu provimento parcial ao recurso ordinário da reclamada , mantendo o pagamento do adicional de insalubridade, por exposição ao agente vibração, no período anterior a 13/08/2014 (entrada em vigência da Portaria MTE 1.297). Registrou a conclusão pericial de que, tanto na função de motorista como cobrador de ônibus, os níveis de medição foram considerados potencialmente nocivos, conforme categoria B da ISO 2631-1/97, caracterizando condição insalubre. Decisão proferida em conformidade com a jurisprudência desta Corte, para quem o agente vibração , situado na categoria "B" da ISO 2631/1997, está acima dos limites de tolerância, gerando direito ao pagamento do adicional de insalubridade, nos moldes do Anexo 8 da NR 15 do MTE, observado o advento da Portaria 1.297/2014. Incidência do art. 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333 do TST. Precedentes . Agravo de instrumento a que se nega provimento. [...]" (ARR-1058-11.2012.5.09.0303, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, 2ª Turma, Data de Julgamento: 24/03/2021, Data de Publicação: DEJT 26/03/2021)

"[...] 2 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. AGENTE INSALUBRE "VIBRAÇÃO". "REGIÃO OU ZONA B" DA ISO 2631-1. POTENCIAL RISCO À SAÚDE. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DEVIDO. Partindo da premissa fática lançada no acórdão do Tribunal Regional, de que a perícia técnica constatou que o reclamante exercera suas atividades exposto à vibração situada na "região ou zona B", como definido pela Organização Internacional para a Normalização - ISO 2631-1, devido é oadicional de insalubridade, em grau médio, na forma do Anexo 8 da NR 15 do MTE, até o advento da Portaria 1.297/2014, que alterou os limites de tolerância. Recurso de revista conhecido e provido." (RR-11439-14.2016.5.03.0042, Relatora Ministra: Delaide Miranda Arantes, 2ª Turma, Data de Julgamento: 24/06/2020, Data de Publicação: DEJT 26/06/2020)

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014 ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. COBRADOR DE ÔNIBUS. AGENTE VIBRAÇÃO. ANEXO 8 DA NR 15 DA PORTARIA 3.214/1978 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. ÁREA "B" DO GRÁFICO DA ISO 2.631-1. RISCOS POTENCIAIS À SAÚDE . O Regional entendeu que a reclamante, cobradora de ônibus, não fazia jus ao pagamento do adicional de insalubridade, porquanto o nível de vibração a que estava submetida (interface B da ISO 2631-1) estava abaixo dos limites de tolerância. De acordo com o Anexo 8 da NR nº 15 da Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego, a vibração suportada pelo obreiro (0,44 m/s²), situada interface "B" da ISO 2631-1:1997, é considerada de potencial risco à saúde pela Organização Internacional para a Normalização - ISO, porquanto está acima do limite de tolerância e é capaz de comprometer a saúde do trabalhador, razão pela qual é devido o pagamento do adicional de insalubridade no grau médio, na forma dos artigos 189 e 190 da CLT e do item 3 da do Anexo nº 8 da NR nº 15. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido " (RR-10472-75.2015.5.03.0018, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, Data de Julgamento: 12/09/2018, Data de Publicação: DEJT 14/09/2018).

Nesse contexto, a decisão do Regional encontra-se em consonância com a jurisprudência iterativa, notória e atual do Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que é devido o adicional de insalubridade ao reclamante por exposição ao agente "vibração", de modo que esgotada se encontra a função uniformizadora desta Corte, o que afasta a possibilidade de afronta ao artigo 189 da CLT, nos termos da Súmula nº 333 do TST.

Quanto ao intervalo intrajornada, o Tribunal Regional assim manifestou-se:

"(...)

O reclamante insiste em postular a condenação da ré ao pagamento de horas extras a título de intervalo intrajornada.

Aduz, em suma, que a prova oral comprovou que ao menos três vezes por semana o obreiro era impedido de usufruir integralmente do intervalo destinado à refeição e ao descanso.

Examino.

Na exordial, o autor alegou que dispunha de apenas 30 minutos diários de intervalo intrajornada.

Analisando-se os cartões de ponto do autor, anexados pela ré no ID 3fe153d, observa-se não há qualquer registro da pausa para repouso e alimentação. Portanto, cabia à reclamada produzir prova do efetivo cumprimento desse intervalo.

Na audiência de instrução foi ouvido o reclamante, além de uma testemunha, Nilson de Souza, a pedido do autor, que nada declarou sobre o tema (ID 4f2eb29).

O reclamante, por sua vez, disse em seu depoimento que ao menos 03 vezes por semana usufruía da pausa de 01 hora (a partir de 47' de gravação, link registrado no ID 42eb29 - Pág. 1), considerando-se o labor em 06 dias na semana.

Isso posto, devido ao autor as horas extras intervalares na proporção de 50% dos dias laborados em uma semana.

Cumpre registrar que, quanto ao tempo devido, considerando-se que o pacto laboral vigeu de 01/01/2003 a 01/12/2016, a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo implica o pagamento total do período correspondente e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração.

A condenação referente a uma hora extra pelo descumprimento da pausa não se confunde com o tempo efetivamente laborado, a teor do art. 71, §4º, da CLT (com a redação dada pela Lei 8.923/94, ainda aplicável ao caso dos autos) c/c o item I da Súmula 437 do TST, este no seguinte sentido:

"INTERVALO | INTRAJORNADA PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 71 DA CLT

I- Após a edição da Lei nº 8.923/94, a não-concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71 da CLT), sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração".

No mesmo sentido a Súmula 27 deste Regional, in verbis:

"INTERVALO - INTRAJORNADA PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO - CONCESSÃO PARCIAL - PAGAMENTO DO PERIODO INTEGRAL.

A concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo gera para o empregado o direito ao pagamento, como extraordinário, da integralidade do período destinado ao repouso e alimentação, nos termos do parágrafo 4º do artigo 71 da CLT e do item I da Súmula n. 437 do TST."

Isso posto, dou parcial provimento ao recurso do reclamante para condenar a reclamada a pagar ao autor 01 hora extra a título de intervalo intrajornada, valor que deverá ser apurado por meio dos cartões de ponto, considerando-se descumprida a pausa na proporção de 50% dos dias laborados em cada semana de trabalho. São devidos ainda reflexos em aviso prévio, férias mais 1/3, 13º salários, depósito de FGTS mais 40% e RSR. Deverão ser observados a OJ 394 da SBDI-1 do TST (considerando-se que o término do contrato do autor em 01/12/2016 e os termos da modulação dos efeitos no julgamento do IRR nº 10169-57.2013.5.5.0013, que delimitou a sua incidência até 13/12/2017), o divisor 220, a evolução salarial do autor e a base de cálculo na forma da Súmula 264 do TST.

(...)" (destacou-se, págs. 1.156-1.158).

O Tribunal Regional consignou, expressamente, que "analisando-se os cartões de ponto do autor, anexados pela ré no ID 3fe153d, observa-se não há qualquer registro da pausa para repouso e alimentação. Portanto, cabia à reclamada produzir prova do efetivo cumprimento desse intervalo" (pág. 1.157).

Verifica-se que, no caso, o recurso de revista efetivamente não reúne condições para ensejar seu conhecimento, visto que as alegações da parte divergem do quadro fático descrito no acórdão regional.

O quadro fático descrito pelo Tribunal Regional é no sentido de evidenciar a ausência de fruição integral do intervalo intrajornada. Com efeito, na hipótese dos autos, o Regional, instância soberana na apreciação do conjunto fático-probatório, foi contundente ao

afirmar que o autor, de fato, não usufruía, integralmente, do intervalo intrajornada previsto no artigo 71 da CLT, de forma que é devido o pagamento das horas extras, assim como entendeu a Corte Regional.
Acresça-se que a reforma da decisão regional exigiria a revisão do contexto fático-probatório da demanda, procedimento vedado nesta instância recursal extraordinário, nos termos da Súmula nº 126 do TST.
Assim, não há falar em violação do artigo 71, § 4º, da CLT, vez que o processamento do recurso de revista encontra óbice na Súmula nº 126 do TST, que assim dispõe:
"Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, "b", da CLT) para reexame de fatos e provas.".

Cumpre salientar que somente é importante perquirir a quem cabe o ônus da prova quando não há prova dos fatos controvertido nos autos, arguido por qualquer das partes. Assim, uma vez que este ficou efetivamente provado, conforme asseverou o Tribunal Regional, é irrelevante o questionamento sobre a quem caberia fazer a prova. Portanto, nessa hipótese, não há reconhecer ofensa aos artigos 818 da CLT e 373 do CPC/2015.
Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento nos artigos 896, § 14, da CLT e 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0081800-48.2009.5.15.0113

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA/SP
Procurador	Dr. José Eduardo Cardoso Pereira
Agravado	SUCESSÃO de ELOÍSA DE OLIVEIRA MARTINS
Advogado	Dr. Miguel David Isaac Neto(OAB: 135864/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA/SP
- SUCESSÃO de ELOÍSA DE OLIVEIRA MARTINS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO RECURSO DE REVISTA DESFUNDAMENTADO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DAS HIPÓTESES DISPOSTAS NO ARTIGO 896, § 2º, DA CLT E NA SÚMULA Nº 266 DO TST

HORAS EXTRAS e HONORÁRIOS PERICIAIS
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela executada, às págs. 2.772-2.776, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 2.766 e 2.767, quanto aos temas HORAS EXTRAS e HONORÁRIOS PERICIAIS.
Foram apresentadas contraminuta às págs. 2.788-2.793 e contrarrazões às págs. 2.783-2.787.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo prosseguimento normal do feito.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela executada:
"(...)
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Nos termos do art. 896, § 2º, da CLT, somente caberá recurso de revista, das decisões proferidas emexecução, por ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução.
Duração do Trabalho / Horas Extras.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Periciais.
A recorrente deixou de fundamentar seu apelo, uma vez que não apontou ofensa direta à Constituição Federal, como exigem o art. 896, § 2º, da CLT e a Súmula 266 do C. TST.

CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.
(...)" (págs. 2.766 e 2.767).
Na minuta de agravo de instrumento, a executada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foi demonstrado o preenchimento dos requisitos dispostos no artigo 896 da CLT.
Destaca-se, de plano, no entanto, que se trata de demanda que tramita em fase de execução de sentença, cuja admissibilidade do recurso de revista está restrita à hipótese de violação literal e direta da Constituição da República, nos termos do artigo 896, § 2º, da CLT e da Súmula nº 266 do TST.
Na hipótese dos autos, verifica-se que o recurso de revista não está fundamentado em alegação de violação de norma proveniente da Constituição Federal, de forma que o apelo revela-se desfundamentado, por falta de enquadramento no permissivo legal mencionado.
Estando o apelo desfundamentado, à luz do disposto na Súmula nº 266 do TST e no artigo 896, § 2º, da CLT, não alcança conhecimento.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0101029-15.2018.5.01.0421

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
Advogado	Dr. Lycurgo Leite Neto(OAB: 1530-A/DF)
Advogado	Dr. Carlos Roberto de Siqueira Castro(OAB: 20283-A/RJ)
Agravado	PAULO EDUARDO PEREIRA MOUFFRON
Advogado	Dr. Stênio Soutelo Nóbrega(OAB: 133727-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
- PAULO EDUARDO PEREIRA MOUFFRON

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO - RITO SUMARÍSSIMO
RR DESFUNDAMENTADO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DAS HIPÓTESES DISPOSTAS NO ARTIGO 896, § 2º, DA CLT E NA SÚMULA Nº 266 DO TST
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela executada, às págs. 130-138, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 125-127, quanto ao tema CORREÇÃO MONETÁRIA - ÍNDICE APLICÁVEL.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões, conforme certidão de pág. 173.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela executada:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (decisão publicada em 01/12/2020 - Id. 561138c; recurso interposto em 15/12 /2020 - Id. e23dd91).
Regular a representação processual (Id. 0243e98).
O juízo está garantido (Id.668dd4b).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO/CUMPRIMENTO /EXECUÇÃO / PRECLUSÃO / COISA JULGADA.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO/CUMPRIMENTO /EXECUÇÃO / VALOR DA EXECUÇÃO/CÁLCULO/ATUALIZAÇÃO / CORREÇÃO MONETÁRIA.
Alegação (ões)
- violação do(s) artigo 5º, inciso II; artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal.
- violação d(a,o) (s) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 879, §7º.
Registra o acórdão:
"A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 5º inciso XXXVI, elevou a coisa julgada ao status de garantia fundamental, motivo pelo qual não é possível alterar, em sede de liquidação de sentença. Assim, os parâmetros e os limites da condenação, inclusive quanto à fixação do TPCA-E, faz coisa julgada após o trânsito em julgado da decisão, como na hipótese."
Trata-se de recurso contra decisão proferida no julgamento de agravo de petição. Esta peculiaridade exige o enquadramento do recurso nos estritos limites traçados pelo artigo 896, § 2º, da CLT.
No caso em apreço, não se verifica a referida adequação, isso porque inexiste ofensa direta e literal à Constituição da República, restando inviável o pretendido processamento.
Registra-se que a decisão regional se harmoniza com a modulação estabelecida pelo STF no julgamento da ADC 58.
CONCLUSÃO
NEGO seguimento ao recurso de revista." (págs. 125-127).
Na minuta de agravo de instrumento, a executada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foi demonstrado o preenchimento dos requisitos dispostos no artigo 896 da CLT.
Destaca-se, de plano, no entanto, que se trata de demanda que tramita em fase de execução de sentença, cuja admissibilidade do recurso de revista está restrita à hipótese de violação literal e direta da Constituição da República, nos termos do artigo 896, § 2º, da CLT e da Súmula nº 266 do TST.
Na hipótese dos autos, verifica-se que o recurso de revista não está fundamentado em alegação de violação de norma proveniente da Constituição Federal, de forma que o apelo revela-se desfundamentado, por falta de enquadramento no permissivo legal mencionado.
Estando o apelo desfundamentado, à luz do disposto na Súmula nº 266 do TST e no artigo 896, § 2º, da CLT, não alcança conhecimento.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001494-05.2018.5.02.0313

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Advogada	Dra. Adriana Felipe Capitani Caboclo(OAB: 157931-D/SP)
Agravado	JOVINO MOREIRA LOPES
Advogado	Dr. Michael de Andrade Silva(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOVINO MOREIRA LOPES
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

FÉRIAS - FRUIÇÃO NA ÉPOCA PRÓPRIA - PAGAMENTO RESPECTIVO EM ATRASO
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado, às págs. 246-257, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 237-239, quanto ao tema FÉRIAS - FRUIÇÃO NA ÉPOCA PRÓPRIA - PAGAMENTO RESPECTIVO EM ATRASO.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo/a reclamado/a:
"(...)
Férias / Indenização / Dobra / Terço Constitucional.
Consoante o quadro fático delineado na decisão recorrida, insuscetível de reexame em sede extraordinária (Súmula 126/TST), verifica-se quea Turma decidiu em perfeita consonância com a Súmula450 da Corte Superior, o que torna inviável o seguimento do apelo, nos termos do artigo 896, §7º, da CLT, e da Súmula 333, do C. TST, inclusive com base em dissenso pretoriano.
DENEGA-SE seguimento.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Correção Monetária.
DEDUÇÃO DOS VALORES REFERENTES AO TERÇO EÀ

DOBRA DE FÉRIAS PAGOS TEMPESTIVAMENTE

Nos termos do artigo 896, §1º-A, I, da CLT, é ônus da parte, sob pena de não conhecimento, indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, o que não foi observado pelo recorrente.

DENEGA-SE seguimento.

(...)" (pág. 238).

Na minuta de agravo de instrumento, o reclamado insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, contestando a condenação que lhe foi imposta, relativa ao pagamento da dobra de férias, ao argumento de que, "embora a decisão vergastada, de fato, esteja em consonância com súmula nº 450 do E. TST, AFIGURA-SE IMPRESCINDÍVEL QUE A MESMA SEJA URGENTEMENTE CANCELADA OU REVISADA à medida que a tese nela fixada contraria frontalmente o disposto no 8 2º, acrescentado pela Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), ao artigo 8º da CLT, POIS CRIA OBRIGAÇÃO NÃO PREVISTA NA LEI DE REGÊNCIA, VIOLANDO O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE (ART. 58,CF)" (pág. 250).

Sustenta que "O citado dispositivo sumular [Súmula nº 450 do TST] prevê pagamento em dobro de remuneração de férias, incluindo o terço constitucional, quando o empregador efetuar o pagamento no prazo estabelecido no artigo 145 da CLT, que é até dois dias antes do gozo de férias. Ocorre que a CLT não prevê pagamento em dobro para tal hipótese, mas somente para a situação descrita no artigo 137" (pág. 251).

Alega que "o pagamento foi feito ainda no mês do gozo de férias do servidor, e que o mesmo havia retificado o período de gozo de férias, circunstância que contribuiu para o pagamento na data que foi efetivado" (pág. 251).

Afirma que, "no caso de assim não entenderem Vossas Excelências, e considerando-se que a validade da referida Súmula é objeto de discussão na ADPF nº 501, conforme ora comprovado, requer seja o julgamento do presente seja sobrestado até decisão definitiva a ser emitida pelo E. STF na citada ação constitucional em curso" (pág. 255).

Aponta violação dos artigos 8º, § 2º, 137 e 145 da CLT e 5º da Constituição Federal, contrariedade à Súmula nº 450 do TST e desrespeito à ADPF nº 501 do STF.

Sem razão.

O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto às férias:

"(...)

A E. Turma recepcionou a divergência desta revisora, quanto aos seguintes pontos:

Férias (PONTO COMUM)

Pelos documentos nos autos, verifica-se que houve o gozo de férias fora do período concessivo nos seguintes períodos: (a) 2012/2013 - 02/01/15 a 11/01/15; (b) 2013/2014 - 06/10/15 a 15/10/15; (c) 2015/2016 - 16/10/2017 a 25/10/17.

Em relação ao pagamento das férias, verifica-se que como regra era realizado a destempo, com quitação tão somente no último dia útil do respectivo mês. Outrossim, constata-se que houve a tempestiva quitação do terço constitucional relativamente aos períodos (a) 2012/2013 - 11/10/13 a 20/10/13, (b) 2013/2014 - 06/10/15 a 15/10/15, (c) 2013/2014 - 01/10/14 a 10/10/14, (d) 205/2016 - 12/09/16 a 01/10/16, (e) 2015/2016 - 16/10/2017 a 25/10/17, sendo que, em relação ao abono pecuniário, este foi regulamente quitado nos exercícios em que devido.

Dou provimento parcial ao recurso da reclamada, para restringir sua condenação em relação às férias, nos seguintes termos:

- férias usufruídas de 11/10/13 a 20/10/13 (10 dias de 2012/2013): dobra do principal das férias, em virtude de seu pagamento intempestivo.
- férias usufruídas de 02/01/15 a 11/01/15 (10 dias de 2012/2013): dobra do principal das férias e terço constitucional, em virtude do gozo e pagamento fora do prazo.
- férias usufruídas de 01/10/14 a 10/10/14 (10 dias de 2013/2014): dobra do principal, em virtude de seu pagamento intempestivo.
- férias usufruídas de 06/10/15 a 15/10/15 (10 dias de 2013/2014): dobra do principal das férias e terço constitucional, em virtude de seu gozo e pagamento fora do prazo.
- férias usufruídas de 18/11/15 a 07/12/15 (20 dias de 2014/2015): dobra do principal das férias e terço constitucional, em virtude de seu pagamento intempestivo.
- férias usufruídas de 22/01/16 a 31/01/16 (10 dias de 2014/2015): dobra do principal das férias e terço constitucional, em virtude de seu pagamento intempestivo.
- férias usufruídas de 12/09/16 a 01/10/16 (20 dias de 2015/2016): dobra do principal das férias, em virtude de seu pagamento intempestivo.
- férias usufruídas de 16/10/2017 a 25/10/17 (10 dias de 2015/2006): dobra do principal das férias e terço constitucional, em razão de seu gozo e pagamento fora do prazo.
- férias usufruídas de 26/10/2017 a 04/11/17 (10 dias de 2016/2017): dobra do principal das férias e terço constitucional, em virtude de seu pagamento intempestivo.
- férias usufruídas de 07/06/18 a 16/06/18 (10 dias de 2016/2017): dobra do principal das férias e terço constitucional, em virtude de seu pagamento intempestivo.

Outrossim, dou provimento ao recurso adesivo do reclamante, para acrescer à condenação:

- em relação às férias usufruídas de 25/10/18 a 08/11/18 (15 dias de 2017/2018): dobra do principal das férias e do terço constitucional, em virtude de seu pagamento intempestivo.

(...)" (sublinhou-se e negritou-se, págs. 197 e 198).

Ao julgar os embargos de declaração interpostos pelo reclamado, assim decidiu:

"(...)

Considero pertinentes os esclarecimentos solicitados nos embargos.

De acordo com o art.145 da CLT: "O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período" - negritei.

Dessa forma, conforme restou constatado no v. acórdão, em se considerando o dispositivo legal transcrito, "Em relação ao pagamento das férias, verifica-se que como regra era realizado a destempo, com quitação tão somente no último dia útil do respectivo mês".

Assim, constata-se que a reclamada ignorava o comando insculpido no art.145 da CLT, o que atrai a incidência da Súmula nº 450 do C. TST, que dispõe, in verbis:

Súmula nº 450 do TST. FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO. DOBRA DEVIDA. ARTS. 137 E 145 DA CLT. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 386 da SBDI-1) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014

É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal.

Em que pese ter sido ajuizada a ADPF nº501 pelo Governo de Santa Catarina em face da Súmula supra transcrita, de ver-se que

referida ação foi extinta sem resolução de mérito pelo Ministro Alexandre de Moraes (relator). Apesar de ter sido interposto agravo regimental desta decisão, fato é que ainda nem sequer foi concluído seu julgamento. Ademais, a Súmula em comento expressa a jurisprudência dominante antes de sua edição, visando a uniformizar o entendimento em prol da segurança jurídica. Assim, de se acolher o entendimento estampado na Súmula nº450 do C TST.

No mais, o prequestionamento invocado não se aplica na situação narrada pela embargante. Aplicável, in casu, a Orientação Jurisprudencial 119 da SBDI-1 do E. TST:

119. PREQUESTIONAMENTO INEXIGÍVEL. VIOLAÇÃO NASCIDA NA PRÓPRIA DECISÃO RECORRIDA. ENUNCIADO Nº 297. INAPLICÁVEL. É inexigível o prequestionamento quando a violação indicada houver nascido na própria decisão recorrida. Inaplicável a Súmula nº 297 do TST.

Isto posto, acolho em parte os embargos declaratórios, para o fim de acrescentar aos fundamentos do acórdão os esclarecimentos acima, mantendo íntegro o seu dispositivo.

(...)" (sublinhou-se e negritou-se, págs. 210 e 211).

O artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal confere ao trabalhador o direito ao gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de um terço a mais que o valor do salário.

Também é direito do empregado perceber o pagamento da remuneração das férias até dois dias antes do início do respectivo período, nos termos do artigo 145 da CLT, in verbis:

"Art. 145. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período."

O artigo 137 da CLT, por sua vez, preconiza que o gozo do período das férias, após o término do período concessivo, acarreta a obrigação do pagamento em dobro da remuneração devida.

Disso resulta a conclusão de que, tanto no caso da concessão do próprio período de férias em atraso, quanto na hipótese do gozo de esse benefício ter se dado no prazo, mas com o pagamento em atraso do valor correspondente (até mesmo após o usufruto das férias), é devido o pagamento em dobro da parcela, com o respectivo adicional de 1/3, que deve ser calculado sobre o valor total das férias, inclusive sobre a dobra.

Desse modo, cabe ao empregador, ao conceder o gozo das férias ao seu empregado, observar o disposto no artigo 145 da CLT, que preconiza que o pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, do abono citado no artigo 143, seja efetuado até dois dias antes do início do respectivo período, sob pena de pagá-las em dobro, conforme previsto no artigo 137 do mesmo diploma da CLT.

A justificativa da previsão legal do pagamento da remuneração do período de férias em prazo anterior ao gozo destas é propiciar ao empregado condições financeiras de desfrutar as férias, que possuem caráter de higiene e segurança do trabalho.

E, pelo fato de ser tão importante que o empregado usufrua as férias, fica o empregador submetido às obrigações de permitir o período de descanso e de pagar a importância relativa às férias no prazo prescrito em lei, sob pena de, assim não o fazendo, desobedecer ao artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal e, ainda aos artigos 137 e 145 da CLT, este, que prevê como consequência grave, o pagamento em dobro da parcela.

Assim, férias desfrutadas na época própria, porém pagas fora do prazo previsto no artigo 145 da CLT, também ensejam a condenação do empregador ao pagamento do período em dobro, por aplicação analógica do artigo 137 da CLT, pois significa, por via transversa, que o empregador inviabilizou o gozo das férias, infringindo o mesmo valor que o legislador pretendeu preservar.

Nesse sentido, a Súmula nº 450 desta Corte, que resultou da conversão da Orientação Jurisprudencial nº 386 da SbDI-1 do TST:

"FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO. DOBRA DEVIDA. ARTS. 137 E 145 DA CLT. (DEJT divulgado em 09, 10 e 11.06.2010)

É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal."

Observa-se, pois, que a decisão regional foi proferida em consonância com o teor dessa Súmula.

Assim, estando o acórdão recorrido em consonância com a atual, iterativa e notória jurisprudência desta Corte superior, consubstanciada na Súmula nº 450 do TST, o processamento do recurso de revista encontra óbice na Súmula nº 333 do TST, não havendo falar em afronta aos artigos 8º, § 2º, 137 e 145 da CLT e 5º da Constituição Federal.

Cabe registrar que a edição da Súmula nº 450 desta Corte não implicou em criação de obrigação não prevista em lei nem, consequentemente, em ofensa ao disposto no artigo 8º, § 2º, da CLT, mas, tão somente, em explicitação de entendimento consolidado acerca de exigência legal oriunda dos dispositivos pertinentes à matéria, construído a partir da interpretação desses dispositivos.

Registra-se que as súmulas desta Corte são fruto de iterativa jurisprudência daquelas Cortes, materializada por meio do exame de situações pretéritas e semelhantes emanadas da legislação infraconstitucional federal, segundo a missão constitucional de que este Tribunal está investido, de interpretá-la sistematicamente.

Nesse contexto, oportuno assentar a aplicabilidade e juridicidade da Súmula nº 450 do TST ao caso concreto.

A alegação de desrespeito à ADPF nº 501 do STF não enseja o processamento do recurso de revista, nos termos do art. 896 da CLT.

Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento nos artigos 932, inciso IV, alínea "a", do CPC/2015 e 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001306-63.2018.5.02.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Pedro Ernesto Arruda Proto(OAB: 78430-A/SP)
Agravado	PAULO JOSE ELOI
Advogado	Dr. Jefferson da Silva Queiroz(OAB: 316188-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.
- PAULO JOSE ELOI

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI N LEI Nº 13.015/2014

PRESCRIÇÃO PARCIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 294 DO TST
PRÉ-CONTRATAÇÃODEHORAS EXTRAS. MATÉRIA FÁTICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 126 DO TST
REFLEXO DAS HORAS EXTRAS NO DESCANSO SEMANAL REMUNERADO. BIS IN IDEM. NÃO CONFIGURAÇÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: PRESCRIÇÃO, PRÉ-CONTRATAÇÃODEHORAS EXTRAS e REFLEXOS DAS HORAS EXTRAS.
Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade do recurso de revista denegou seguimento ao apelo do reclamado sob os seguintes fundamentos:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.
Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 02/08/2021 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 12/08/2021 - id. 521c91a).
Regular a representação processual,id. 08b7215 , e537374 .
Satisfeito o preparo (id(s). 521c91a).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO CIVIL / FATOS JURÍDICOS / PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.
Consignado no acórdão que em se tratando da pré-contratação de horas extras o entendimento predominante no âmbito da E. SBDI-1, do C. TST é de que a prescrição é parcial, na forma preconizada na parte final da Súmula 294, daquela E. Corte. Nestes termos,a Turma decidiu em perfeita consonância com a Súmula 294, parte final, da Corte Superior, o que torna inviável o seguimento do apelo, nos termos do artigo 896, § 7º, da CLT, e da Súmula 333, do C. TST, inclusive com base em dissenso pretoriano.
DENEGA-SE seguimento.
DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS / PRÉ-CONTRATAÇÃO.
Consignado no acórdão que não logrou o recorrente se desincumbir do encargo probatório que recaia sobre si, razão pela qual devem prevalecer os relatos da inicial de que houve a pré-contratação de duas horas extras diárias por ocasião da admissão do reclamante. Assim, para se adotar entendimento diverso, seria necessária a revisão do conjunto fático-probatório, conduta incompatível na atual fase do processo (Súmula nº 126 do C. TST), o que afasta a admissibilidade do recurso por divergência jurisprudencial ou por violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.
DENEGA-SE seguimento.
DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS / REFLEXOS.
A Turma decidiu em perfeita consonância com a Súmula 172, da Corte Superior, o que torna inviável o seguimento do apelo, nos termos do artigo 896, § 7º, da CLT, e da Súmula 333, do C. TST, inclusive com base em dissenso pretoriano.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista." (págs. 910-911)

Na minuta de agravo de instrumento, o reclamado insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 896 da CLT.
Afirma, quanto à prescrição, que "tal PRE-CONTRATAÇÃO, se é que algum dia ocorreu, mesmo se admitindo que tenha ocorrido no momento da admissão do Reclamante, teve como data o dia 18/04/2006, ao passo que esta ação foi distribuída 12 (DOZE) ANOS DEPOIS, em 08/10/2018" (pág. 923).
Assevera que "A pretensão, portanto, estava acobertada pelo manto da PRESCRIÇÃO, conforme previsão contida no § 2º do artigo 11 da CLT, e, no inciso XXIX do artigo 7º da Constituição Federal" (pág. 923).
Fundamenta seu inconformismo em violação dos artigos 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal, e 11, § 2º, da CLT, e contrariedade às Súmulas nº 199, item II, e 294 do TST. Além disso, traz arestos para o confronto de teses.
No tocante à pré-contrataçãodehoras extras, aduz que "aludida PRE-CONTRATAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS jamais existiu, pois é INCONTROVERSO nos autos que o Reclamante foi contratado para cumprir uma jornada ordinária de 6 (seis) horas. tendo apenas a possibilidade de cumprir horas extraordinárias.
Não houve, de forma alguma, "PRE-CONTRATAÇÃO HORAS EXTRAORDINÁRIAS, DE MANEIRA FIXA, como se reconheceu, de maneira equivocada" (pág. 930).
Afirma que "o Agravante se desincumbiu do ônus de demonstrar que tal pré-contratação jamais existiu pela PROVA TESTEMUNHAL" (pág. 930).
Aponta violação dos artigos 5º, 59, caput, § 1º e § 2º, e 818 da CLT e traz arestos para o confronto de teses.
Quanto ao tema reflexos, argumenta que "não se deve considerar como legal a conhecida aplicação de "REFLEXO SOBRE REFLEXO"", pois "a fim de evitar "bis in idem", as repercussões reflexas, oriundas das horas extraordinárias, não dever ser inseridas em dois momentos distintos e acumuláveis, mas somente em uma oportunidade" (pág. 937).
Indica contrariedade à Orientação Jurisprudencial nº 394 do TST e apresenta arestos para o confronto de teses.
À análise.
No tocante à prescrição, o Tribunal Regional proferiu acordão sob os seguintes argumentos:
"(...)
2.1- DA PRESCRIÇÃO TOTAL.
A r. sentença assim decidiu sobre a matéria em epígrafe:
"PRESCRIÇÃO
TOTAL
A reclamada invoca o instituto da prescrição total em relação ao pedido declaratório de nulidade das horas extras pré-contratadas e, portanto, do pagamento da 7ª e 8ª horas trabalhadas como extraordinárias, a teor do disposto na Súmula 294 do TST.
Por primeiro, cumpre referir que as pretensões declaratórias são imprescritíveis, razão pela qual não há falar em prescrição do pedido declaratório de nulidade das horas extras pré-contratadas.
Não há falar em prescrição total no que tange ao pedido de pagamento de horas extras decorrentes da declaração da natureza salarial dos valores pagos a título de horas extras pré-contratadas, pois a pretensão não está fundada em alteração contratual, mas no reconhecimento da natureza salarial da parcela desde o início do contrato de trabalho até a rescisão contratual, incidindo, portanto, a prescrição parcial.
Frise-se ainda, que o pagamento de horas extras é assegurado por lei, razão pela qual a prescrição é parcial, a teor da Súmula 294 do

TST, logo, não há prescrição total a ser pronunciada."

Insurge-se o reclamado, ora recorrente, contra o r. julgado, pugnando pela sua reforma. Insiste que deve reconhecida a prescrição total das pretensões relacionadas com as horas extras, com a consequente extinção dos pedidos com resolução do mérito, na forma dos artigos 487, inciso II, do CPC e 11, § 2º, da CLT, argumentando, em síntese, que: 1) a suposta pré-contratação de horas extras ocorreu em 18.04.2006, mais de doze anos antes do ajuizamento da reclamação; 2) "não há como se discutir em 2018 a nulidade ou não de um ato supostamente praticado em 2006"; 3) o fato gerador da condenação "(...) não ocorreu de forma contínua e renovada, mas de forma única, há mais de doze anos da data do ajuizamento da presente ação"; 4) o que se debate nos autos "é a validade ou não de um ato ocorrido há mais de 12 (doze) anos e as consequências dele"; 5) deve ser aplicada ao caso a diretriz assentada na parte inicial da Súmula 294, do C. TST; 6) em casos análogos assim tem decidido outros Tribunais Regionais do Trabalho do país.

O inconformismo não prospera.

Em se tratando da pré-contratação de horas extras o entendimento predominante no âmbito da E. SBDI-1, do C. TST é de que a prescrição é parcial, na forma preconizada na parte final da Súmula 294, daquela E. Corte, uma vez que o pagamento de horas extras decorre de preceito legal.

Nesse sentido são os seguintes precedentes daquela E. Subseção:

(...)

Irreparável, portanto, a r. sentença que, em consonância com a jurisprudência atual, iterativa e notória do E. TST,afastoua pretensão.

Nada a modificar.

(...)" (destacou-se, págs. 817-819)

Quanto ao tema, discute-se se a prescrição que incide é a total ou a parcial.

O Tribunal Regional manteve a sentença que decretou a prescrição parcial em relação à pré-contratação de horas extras, sob o fundamento de que o pagamento de horas extras decorre de preceito de lei, não havendo que se falar em prescrição total. Segundo se extrai do acórdão regional, "Em se tratando da pré-contratação de horas extras o entendimento predominante no âmbito da E. SBDI-1, do C. TST é de que a prescrição é parcial, na forma preconizada na parte final da Súmula 294, daquela E. Corte, uma vez que o pagamento de horas extras decorre de preceito legal" (pág. 818).

A par disso e diante do que consta do acórdão regional, a questão deve ser resolvida à luz do disposto na Súmula nº 199, item I, do TST, in verbis:

"BANCÁRIO.PRÉ-CONTRATAÇÃO DE HORAS EXTRAS

I - A contratação do serviço suplementar, quando da admissão do trabalhador bancário, é nula. Os valores assim ajustados apenas remuneram a jornada normal, sendo devidas as horas extras com o adicional de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), as quais não configurampré-contratação, se pactuadas após a admissão do bancário".

Assim, considerando-se que a tese consagrada pela jurisprudência é a de ser nula a pré-contratação em horas extras, por ocasião da admissão do trabalhador, a prescrição aplicável à pretensão autoral é parcial, nos termos da parte final da Súmula nº 294 do Tribunal Superior do Trabalho, por se tratar de direito previsto em lei, cuja lesão se renova mês a mês.

PRESCRIÇÃO. ALTERAÇÃO CONTRATUAL. TRABALHADOR URBANO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003 Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.

Nesse sentido, transcreve-se a seguinte jurisprudência desta Corte, in verbis:

"RECURSO DE REVISTA DO RECLAMADO. PRESCRIÇÃO PRÉ-CONTRATAÇÃO DE HORAS EXTRAS. O Regional reformou a sentença em que se decretara a prescrição total da pré-contratação de horas extras, ao fundamento de que se trata de prestações continuadas, de trato sucessivo, cujo prazo prescricional renova-se mês a mês, não havendo falar em prescrição total, mas parcial. Segundo se extrai das razões de recurso de revista, não se trata de supressão de horas extras pré-contratadas, de modo que não há falar em incidência da Súmula nº 199, item II, do Tribunal Superior do Trabalho, que trata da prescrição total. A par disso e diante do que consta do acórdão regional, a questão deve ser resolvida à luz do disposto na Súmula nº 199, item I, do TST, in verbis : " BANCÁRIO.PRÉ-CONTRATAÇÃO DE HORAS EXTRAS I - A contratação do serviço suplementar, quando da admissão do trabalhador bancário, é nula. Os valores assim ajustados apenas remuneram a jornada normal, sendo devidas as horas extras com o adicional de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), as quais não configuram pré-contratação, se pactuadas após a admissão do bancário". Assim, considerando-se que a tese consagrada pela jurisprudência é a de ser nula a pré-contratação em horas extras, por ocasião da admissão do trabalhador, a prescrição aplicável à pretensão autoral é parcial, nos termos da parte final da Súmula nº 294 do Tribunal Superior do Trabalho, por se tratar de direito previsto em lei, cuja lesão se renova mês a mês (precedentes) . Recurso de revista não conhecido . PRESCRIÇÃO. DIFERENÇAS SALARIAIS. PROGRESSÕES HORIZONTAIS POR MERECIMENTO. NORMA REGULAMENTAR. DESCUMPRIMENTO. PRESCRIÇÃO PARCIAL. SÚMULA Nº 452 DO TST. CONVERSÃO DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 404 DA SBDI-1. (...) Recurso de revista não conhecido" (RR-2075-05.2010.5.12.0001, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 08/06/2018).

"PRÉ-CONTRATAÇÃO DE HORAS EXTRAS. Na hipótese, o Regional declarou a prescrição parcial da pretensão do reclamante por entender que a lesão se renova com o vencimento de cada uma das parcelas eventualmente inadimplidas. No caso dos autos, segundo se extrai das razões de recurso de revista, não se trata de supressão de horas extras pré-contratadas, de modo que não há falar em incidência da Súmula nº 199, item II, do Tribunal Superior do Trabalho, que trata da prescrição total. A par disso, diante do que consta do acórdão regional, a questão deve ser resolvida à luz do disposto na Súmula nº 199, item I, do TST, in verbis: "BANCÁRIO.PRÉ-CONTRATAÇÃO DE HORAS EXTRAS. I - A contratação do serviço suplementar, quando da admissão do trabalhador bancário, é nula. Os valores assim ajustados apenas remuneram a jornada normal, sendo devidas as horas extras com o adicional de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), as quais não configuram pré-contratação, se pactuadas após a admissão do bancário". Assim, considerando-se que a tese consagrada pela jurisprudência é a de ser nula a pré-contratação de horas extras, por ocasião da admissão do trabalhador, a prescrição aplicável à pretensão autoral é parcial, nos termos da parte final da Súmula nº 294 do Tribunal Superior do Trabalho, por se tratar de direito previsto em lei, cuja lesão se renova mês a mês. Recurso de revista não conhecido". (RR - 512600-46.2008.5.12.0037 , Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 14/12/2016, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 19/12/2016)

"RECURSO DE REVISTA 1 - HORAS EXTRAS PRÉ-CONTRATADAS. NULIDADE. PRESCRIÇÃO PARCIAL. Nos termos do item II da Súmula 199 do TST, a prescrição total ocorre quando configurado ato único do empregador consistente na supressão das horas extras pré-contratadas, ante a ausência de previsão legal acerca da possibilidade de contratação, no ato da admissão do empregado, de horas suplementares habituais. De modo contrário, se a pretensão é a nulidade da pré-contratação das horas extras, na forma do item I da referida súmula, sem que se tenha notícia da supressão das mesmas, a prescrição incidente é a parcial, na medida em que o pagamento das horas extras está assegurado em preceito de lei, renovando-se a lesão, sucessivamente, a cada mês. Recurso de revista conhecido e provido." (RR - 1700-05.2009.5.12.0012, Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, Data de Julgamento: 18/3/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 31/3/2015)

"RECURSO DE REVISTA. 1. PRELIMINAR DE NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E CERCEAMENTO DE DEFESA. Considerando a possibilidade de decidir o mérito em favor da Reclamante (art. 249, § 2.º do CPC), desnecessário o exame das preliminares de nulidade suscitadas. 2. PRÉ-CONTRATAÇÃO DE HORAS EXTRAS. PRESCRIÇÃO. Tratando-se de pretensão relativa à nulidade da pré-contratação de horas extras, sem que o Regional noticie a ocorrência de supressão da parcela (Súmula 199, II, do TST), aplica-se a exceção prevista na parte final da Súmula 294/TST, não havendo falar na incidência da prescrição total. Precedentes desta Corte. Prejudicado o exame dos demais temas do recurso Recurso de revista conhecido e provido." (RR - 443800-03.2007.5.12.0036, Relator Ministro: Douglas Alencar Rodrigues, Data de Julgamento: 19/11/2014, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 28/11/2014)

Por estar a decisão do Tribunal Regional em consonância com a jurisprudência pacificada do Tribunal Superior do Trabalho, não há que se falar em violação dos artigos 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal, e 11, § 2º, da CLT, bem como conflito com a Súmula nº 294 do TST. Também esgotada se encontra a função uniformizadora desta Corte, o que afasta a possibilidade de eventual configuração de conflito pretoriano, na forma em que estabelecem a Súmula nº 333 deste Tribunal e o § 7º do artigo 896 da CLT.

Quanto à pré-contratação de horas extras, assim se pronunciou o Tribunal Regional:

"(...)

2.2- DA PRÉ-CONTRATAÇÃO DE HORAS EXTRAS.

O d. Juízo sentenciante acolheu o pedido em epígrafe, assim fundamentando:

"PRÉ-CONTRATAÇÃO DE HORAS EXTRAS. NULIDADE

O reclamante afirma que sua remuneração era composta de salário base acrescida de horas extras fixas pré-contratadas. Com base nisso, requer a declaração de nulidade das horas extras pré-contratadas, com o reconhecimento da natureza salarial stricto sensu dos pagamentos.

A reclamada nega a pré-contratação de horas extras fixas, afirmando que as partes ajustaram acordo de prorrogação de horas que permitiu a suplementação da jornada de trabalho quando necessário, fossem 15 minutos, duas horas ou mais, recebendo a contraprestação devida.

O item I da Súmula 199 do TST dispõe que "a contratação do serviço suplementar, quando da admissão do trabalhador bancário, é nula. Os valores assim ajustados apenas remuneram a jornada normal, sendo devidas as horas extras com o adicional de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), as quais não configuram pré-contratação, se pactuadas após a admissão do bancário".

Embora em manifestação aos documentos acostados à defesa o reclamante impugne os cartões de ponto, em juízo o reclamante confirma a correta marcação dos cartões de ponto, validando os documentos juntados aos autos pela reclamada.

Ocorre que, em análise aos cartões de ponto juntados aos autos, verifico a existência de registro de trabalho extraordinário diário de duas horas ou mais, tanto nos registros manuais, face a existência de dois espelhos diários, um no qual anotada a jornada contratual e outro no qual anotado o trabalho extraordinário, como nos registros eletrônicos, o que corrobora a alegação da petição inicial de que a reclamada pré-contratou a prestação de duas horas diárias.

Ressalto, assim como argüido pelo reclamante em manifestação aos documentos acostados à defesa, que os registros dos cartões de ponto indicam que a reclamada considerava a duração da jornada diária de 8 horas, embora a jornada contratual do reclamante fosse das 8h30 às 14h30, com 1 hora de intervalo intrajornada, revelando a existência de ajuste para a prorrogação diária e fixa da jornada de trabalho.

Ademais, ao negar a formalização do ajuste competia à reclamada trazer aos autos o mencionado acordo de prorrogação de horas, ou ainda, que eventual pré-contratação não ocorreu no momento da admissão, comprovando que o reclamante não realizava horas extras ou as realizava de maneira aleatória no início do contrato de trabalho, a fim de afastar a nulidade do ajuste, ônus do qual não se desincumbiu, razão pela qual prevalece a alegação da petição inicial de que houve pré-contratação da prestação de duas horas extras diárias na admissão do reclamante, ensejando a nulidade do acordo, com o reconhecimento da natureza salarial dos valores pagos em remuneração ao trabalho extraordinário referente à 7ª e 8ª hora trabalhada.

Assim, nos termos da Súmula 199, I, do Tribunal Superior do Trabalho, considero nula as horas extras mensais pré-contratadas (duas por dia), pagas sob o código 56, e reconheço que a verba remunera as horas de trabalho englobadas na jornada de trabalho contratada entre as partes, de 6 horas diárias.

Ante o exposto, declaro nulas as horas extras pré-contratadas e considero que as horas extras pagas sob o código 56 possuem natureza de salário 'stricto sensu'

(...)

HORAS EXTRAS

A petição inicial requer o pagamento do trabalho extraordinário, assim apontadas as horas trabalhadas após a 6ª hora diária.

A reclamada afirma que a jornada de trabalho do reclamante é aquela constante dos cartões de ponto, sendo que as horas extras trabalhadas foram neles consignadas e devidamente pagas, conforme holerites juntados aos autos.

Conquanto em manifestação aos documentos acostados à defesa o reclamante impugne os cartões de ponto, em juízo corrobora a validade dos documentos para aferição da jornada de trabalho por ele realizada, razão pela qual, os considero válidos, inclusive, para a verificação do intervalo intrajornada realizado, de uma hora.

Nesse passo, ainda que os holerites demonstrem pagamento a título de horas extras, o reconhecimento da natureza de salário das horas extras pré-contratadas, pagas sob o código 56, torna nulo o stricto sensu pagamento do trabalho extraordinário, sendo devido o pagamento de tal quantidade de horas como extraordinárias.

Ademais, o reconhecimento da natureza salarial das horas extras pré-contratadas, pagas sob o código 56, altera a base de cálculo das horas extras pagas sob o código 655 e 656, referentes ao trabalho prestado após a 8ª diária trabalhada ou ao trabalho prestado em feriados.

Observo que, ausente qualquer indicação de diferenças em relação à jornada de trabalho consignada nos cartões de ponto e a quantidade de horas extras pagas, entendo que a reclamada computou corretamente a quantidade de horas extras trabalhadas pelo reclamante, razão pela qual será considerada para a aferição dos valores devidos.

Oportuno, ainda, mencionar que, embora a Súmula 124 do Tribunal Superior do Trabalho estipule a utilização do divisor 150 para o cálculo das horas extras do bancário submetido à jornada de oito horas, quando houver ajuste individual expresso ou coletivo no sentido de considerar o sábado como dia de descanso remunerado, recente julgado de recurso repetitivo no Tribunal Superior do Trabalho, decidiu que o divisor aplicável aos bancários que trabalham 6 horas diárias é 180 e 220 para os que trabalham 8 horas, independentemente do sábado ser considerado repouso semanal remunerado ou não, por aplicação da regra geral do artigo 64 da CLT.

O cálculo das horas extras deve, portanto, considerar os seguintes parâmetros:

- a quantidade de horas extras pagas sob os códigos 56 (horas extras pré-contratadas), 655 (hora extra feriado) e 656 (hora extra após a 8ª diária).
- os critérios consubstanciados na súmula 264 do TST;
- a evolução salarial do reclamante;
- o período imprescrito, observados os períodos de férias constantes da ficha registro de empregado (ID. 69597a6);
- o divisor 180;
- o adicional de 50% e 100% para as horas extras sob código 655.

Autorizo a dedução dos valores pagos sob o código 655 e 656.

Face a habitualidade e a natureza salarial da parcela, são devidos reflexos em repouso semanal remunerado (assim considerados os sábados, domingos e feriados) e, com estes, em décimo terceiro salários, férias com 1/3 e aviso prévio, conforme entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do recurso repetitivo 10169-57.2013.5.05.0024.

Ante o exposto, defiro o pedido de pagamento de horas extras e reflexos em repouso semanal remunerado (assim considerado o sábado, domingo e feriado) e, com estes, em décimo terceiro salários, férias com 1/3 e aviso prévio.".

Insurge-se o recorrente contra a r. sentença, pugnando pela sua reforma. Insiste que o pedido deve ser julgado improcedente argumentando, em síntese, que: 1) em momento algum houve a alegada pré-contratação de horas extras; 2) o reclamante teve sua jornada de trabalho prorrogada mediante acordo de prorrogação de horas, na forma do artigo 59, da CLT, sendo referido fato incontroverso nos autos; 3) o acordo de prorrogação "é válido mesmo que para bancários, já que não há exceção prevista nesse sentido"; 4) o reclamante sabia que poderia cumprir horas extras, mas as mesmas dependeriam da necessidade de trabalho; 5) a testemunha que arrolou foi enfática ao afirmar que o reclamante, quando foi contratado, laborava em jornada diária de 6 (seis) horas; 6) em que pese a diretriz sedimentada na Súmula 199, do C. TST o entendimento prevalecente nos Tribunais é no sentido de que se não for prejudicial ao trabalhador a pré-contratação de horas extras não pode ser declarada nula; 7) a manutenção da condenação acarretará pagamento em duplicidade das horas extras, caracterizando enriquecimento ilícito do reclamante; 8) em caso análogo este E. TRT já decidiu pela validade do acordo de prorrogação de jornada, anotando não haver razão para que somente os bancos sejam excluídos desta possibilidade de negociação em relação à jornada; 9) o reclamante é maior, capaz e alfabetizado e concordou "com tudo que lhe foi proposto, assinando o acordo de prorrogação (...) de livre e espontânea vontade"; 10) não houve vício de consentimento do reclamante, devendo o acordo de prorrogação de jornada firmado entre as partes ser considerado como ato jurídico perfeito; 11) a alegada pré-contratação de horas extras somente seria nula e "se caracterizaria em fraude se o elastecimento da jornada fosse desacompanhado do respectivo pagamento", o que sequer chegou a ser alegado; 12) não é justo que o reclamante "pactue a possibilidade de cumprir horas extraordinárias, que cumpra tais horas, as receba e, agora, venha pleiteá-las novamente". Sucessivamente, acaso mantido o entendimento da Origem, deve a r. sentença ser reformada para: I) excluir da condenação a determinação para que os reflexos das horas extras acrescidos dos descansos semanais remunerados repercutam em outros títulos, sob pena de pagamento em duplicidade, na forma da OJ 394, da E. SBDI-1, do C. TST; II) determinar a aplicação, na apuração do salário-hora a ser considerado no cálculo das horas extras, do divisor 220; III) afastar da condenação o pagamento de reflexos das horas extras sobre sábados; e, IV) autorizar a compensação e/ou dedução de todas as horas extras já quitadas, conforme fichas financeiras que instruem a defesa.

O inconformismo prospera, em parte.

No que concerne à pré-contratação de horas extras, não há como acolher a irresignação, pois ao negar a formalização do ajuste à época da contratação o recorrente argüiu fato obstativo do direito, atraindo para si o encargo probatório, na forma do artigo 818, inciso II, da CLT.

Desse encargo, contudo, não se desonerou a contento, já que deixou de trazer aos autos o acordo de prorrogação de horas firmado com o reclamante, bem como os cartões de ponto do início do contrato a fim de demonstrar que, à época da contratação, o reclamante não realizava horas extras ou, então, as realizava de maneira meramente aleatória.

Tais documentos eram imprescindíveis para comprovar os relatos da defesa, até porque a análise dos únicos cartões de ponto que instruem a defesa, acostados às fls. 291/389, corroboram a narrativa da inicial, demonstrando a existência de labor diário em sobrejornada de duas horas.

Tal situação é observada tanto no período em que os registros de ponto eram anotados de forma manual (até janeiro de 2016), cujos horários constam de dois documentos distintos - um no qual era anotada apenas a jornada contratual e outro no qual era anotado apenas o labor em sobrejornada -, quanto no período em que os registros eram eletrônicos (compreendido de março de 2016 até o encerramento do contrato).

Registre-se, conforme bem pontuado pela r. sentença, que os registros dos cartões de ponto ainda indicam que o recorrente considerava a duração da jornada diária de 8 horas, embora a jornada contratual do reclamante fosse de 6 horas, das 8h30 às 14h30, com 1 hora de intervalo, conforme, inclusive, anotado na parte superior dos cartões.

Esclareça-se, outrossim, que em nenhum momento o recorrente alegou o exercício de cargo de confiança bancário pelo reclamante, na forma do art. 224, § 2º, da CLT, o que reforça a conclusão acerca da existência de pré-ajuste para a prorrogação diária e fixa da jornada.

Não é demais salientar que o entendimento cristalizado na Súmula 199, do C. TST tem por propósito evitar a burla da jornada especial do bancário, que ocorre quando, pelo ajuste acerca da jornada suplementar há o desdobramento do salário ajustado, parte servindo para remunerar as seis horas da jornada legal, e outra parte para pagar as horas extras.

Esse ajuste, quando firmado na admissão, é nulo, pois além de descaracterizar a natureza excepcional da prorrogação do trabalho do bancário (art. 225, da CLT), sabidamente mais desgastante, atenta contra a saúde do trabalhador, que se vê obrigado a prestar horas suplementares de forma permanente, vulnerando normas de proteção do trabalho.

A consequência do procedimento é o acréscimo do salário contratual do empregado, pois essas horas pré-contratadas são somadas às horas normais do contrato e as horas extras são, então, pagas separadamente.

No caso, conforme anteriormente esposado, não logrou o recorrente se desincumbir do encargo probatório que recaia sobre si, razão pela qual devem prevalecer os relatos da inicial de que houve a pré-contratação de duas horas extras diárias por ocasião da admissão do reclamante.

Tal circunstância enseja a declaração de nulidade do ajuste, da qual decorre o reconhecimento de que o valor correspondente às duas horas diárias de labor em sobrejornada (7ª e 8ª hora de trabalho) remunera apenas as horas normais de trabalho, na forma escorreitamente decidida pela r. sentença.

Melhor sorte não socorre o apelo quanto ao divisor aplicável na apuração do salário-hora a ser considerado para o cálculo das horas extras.

No aspecto, conforme pontuado pela r. sentença, a questão já não comporta digressão diante do posicionamento adotado pela E. SBDI -1, do C. TST, que apreciou o tema em sede de Incidente de Julgamento de Recursos de Revistas Repetitivos, conforme ilustra a ementa abaixo:

"INCIDENTE DE JULGAMENTO DE RECURSOS DE REVISTA REPETITIVOS. RECURSOS DE REVISTA REPRESENTATIVOS DA CONTROVÉRSIA. TEMA REPETITIVO Nº 0002 - BANCÁRIO. SALÁRIO-HORA. DIVISOR. FORMA DE CÁLCULO. EMPREGADO MENSALISTA. FIXAÇÃO DAS TESES JURÍDICAS, DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA - ARTIGOS 896-C da CLT e 926, § 2o, e 927 do CPC. 1. O número de dias de repouso semanal remunerado pode ser ampliado por convenção ou acordo coletivo de trabalho, como decorrência do exercício da autonomia sindical. 2. O divisor corresponde ao número de horas remuneradas pelo salário mensal, independentemente de serem trabalhadas ou não. 3. O divisor aplicável para cálculo das horas extras do bancário, inclusive para os submetidos à jornada de oito horas, é definido com base na regra geral prevista no artigo 64 da CLT (resultado da multiplicação por 30 da jornada normal de trabalho), sendo 180 e 220, para as jornadas normais de seis e oito horas, respectivamente. 4. A inclusão do sábado como dia de repouso semanal remunerado, no caso do bancário, não altera o divisor, em virtude de não haver redução do número de horas semanais, trabalhadas e de repouso. 5. O número de semanas do mês é 4,2857, resultante da divisão de 30 (dias do mês) por 7 (dias da semana), não sendo válida, para efeito de definição do divisor, a multiplicação da duração semanal por 5. PROCESSO Nº TST-IRR-849-83.2013.5.03.0138 C/J PROC. Nº TST-RR-82111-07.2014.5.22.0004 C/J PROC. Nº TST-RR-144700-24.2013.5.13.0003 C/J PROC. Nº TST-RR-24216-77.2013.5.24.0001 Firmado por assinatura digital em 01/12/2016 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200 -2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. 6. Em caso de redução da duração semanal do trabalho, o divisor é obtido na forma prevista na Súmula n. 431 (multiplicação por 30 do resultado da divisão do número de horas trabalhadas por semana pelos dias úteis); 7. As normas coletivas dos bancários não atribuíram aos sábados a natureza jurídica de repouso semanal remunerado. MODULAÇÃO DE EFEITOS. Para fins de observância obrigatória das teses afirmadas neste incidente (artigos 927, IV, e 489, § 1o, VI, do CPC, 896-C, § 11, da CLT e 15, I, "a", da Instrução Normativa n. 39 deste Tribunal), a nova orientação será aplicada: a) a todos os processos em curso na Justiça do Trabalho, à exceção apenas daqueles nos quais tenha sido proferida decisão de mérito sobre o tema, emanada de Turma do TST ou da SBDI-1, no período de 27/09/2012 (DEJT em que se publicou a nova redação da Súmula 124, I, do TST) até 21/11/2016 (data de julgamento do presente IRR); b) às sentenças condenatórias de pagamento de hora extra de bancário, transitadas em julgado, ainda em fase de liquidação, desde que silentes quanto ao divisor para o cálculo. Definidos esses parâmetros, para o mesmo efeito e com amparo na orientação traçada pela Súmula n. 83 deste Tribunal, as novas teses não servirão de fundamento para a procedência de pedidos formulados em ações rescisórias." (IRR - 849-83.2013.5.03.0138, Relator: Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, Publicado em 19.12.2016).

O julgamento em enfoque pacificou a questão atinente ao divisor aplicável para a apuração do salário-hora do bancário, tendo o novo posicionamento do C. TST, inclusive, dado azo à reformulação da diretriz assentada da Súmula 124, que passou a contar com a seguinte redação:

"BANCÁRIO. SALÁRIO-HORA. DIVISOR (alteração em razão do julgamento do processo TST-IRR 849-83.2013.5.03.0138) - Res. 219/2017, DEJT divulgado em 28, 29 e 30.06.2017

I - o divisor aplicável para o cálculo das horas extras do bancário será:

a) 180, para os empregados submetidos à jornada de seis horas prevista no caput do art. 224 da CLT;

b) 220, para os empregados submetidos à jornada de oito horas, nos termos do § 2º do art. 224 da CLT.

II - Ressalvam-se da aplicação do item anterior as decisões de mérito sobre o tema, qualquer que seja o seu teor, emanadas de Turma do TST ou da SBDI-I, no período de 27/09/2012 até 21/11/2016, conforme a modulação aprovada no precedente obrigatório firmado no Incidente de Recursos de Revista Repetitivos nº TST-IRR-849-83.2013.5.03.0138, DEJT 19.12.2016."

O atual posicionamento do C. TST sobre a matéria reflete o entendimento que este Relator, anteriormente a referido julgado, já adotava, em detrimento da diretriz então sedimentada na redação da Súmula 124, C. TST no período compreendido entre 27.09.2012 e 30.06.2017.

Tal entendimento escora-se na dicção do art. 64 da CLT, impondo a adoção do divisor 180 para o cálculo do salário-hora, o qual resulta da multiplicação da jornada diária do bancário enquadrado no "caput" do art. 224, da CLT, de 6 (seis) horas,a exemplo do reclamante, pelo número de dias do mês (trinta), independentemente do número de descansos semanais remunerados, na forma determinada pela r. sentença. (...)" (destacou-se, págs. 819-824)

Na hipótese, o Tribunal Regional, instância soberana na análise do conjunto fático-probatório dos autos, deixou consignado e concluiu que "ao negar a formalização do ajuste à época da contratação o recorrente argüiu fato obstativo do direito, atraindo para si o encargo probatório, na forma do artigo 818, inciso II, da CLT. Desse encargo, contudo, não se desonerou a contento, já que deixou de trazer aos autos o acordo de prorrogação de horas firmado com o reclamante, bem como os cartões de ponto do início do contrato a fim de demonstrar que, à época da contratação, o reclamante não realizava horas extras ou, então, as realizava de maneira meramente aleatória" (pág. 822).

Com efeito, vez que, nesta instância superior não mais se discutem fatos e provas, conforme dispõe a súmula nº 126 do TST, não há falar em violação dos 5º, e 59, caput, § 1º e § 2º, da CLT, bem como estão superados os arestos colacionados a título de divergência jurisprudencial.

Cumpre salientar que somente é importante perquirir a quem cabe o ônus da prova quando não há prova dos fatos controvertido nos autos, arguido por qualquer das partes. Assim, uma vez que este ficou efetivamente provado, conforme asseverou o Tribunal Regional, é irrelevante o questionamento sobre a quem caberia fazer a prova. Portanto, nessa hipótese, não há reconhecer ofensa aos artigos 818 da CLT.

Quanto ao reflexo das horas extras no descanso semanal remunerado, o Tribunal Regional proferiu o seguinte acórdão: "(...)

No que diz respeito aos reflexos das horas extras sobre os sábados observa-se que a cláusula 8ª, parágrafo primeiro, das CCTs dos bancários que instruem a inicial, anexadas às fls. 40/204, dispõe o seguinte:

"Quando prestadas durante toda a semana anterior, os Bancos pagarão, também, o valor correspondente no repouso semanal remunerado, inclusive sábados e feriados."

Logo, embora efetivamente não haja previsão legal considerando sábados como dia de descanso semanal remunerado, há expressa previsão normativa quanto aos reflexos de horas extras prestadas durante a semana anterior em "sábados", sendo referido dia considerado DSR apenas para este fim, nos exatos termos do pactuado coletivamente.

Observa-se, por outro lado, que a r. sentença já autorizou a dedução, na apuração das horas extras, dos valores pagos sob os códigos 655 (hora extra feriado) e 656 (hora extra após a 8ª diária), sendo que os demais valores quitados a título de horas extras nas fichas financeiras de fls. 390/395 são aqueles sob o código 56 (hora extra pré-contratada), cuja dedução é incabível, já que, consoante esposado na Origem, trata-se na realidade de salário "stricto sensu", que deverão, por isso, ser integrados ao salário para compor a base de cálculo das horas extras devidas.

Por fim, diante da expressa concordância do autor, manifestada às fls. 796/797, acolho a irresignação recursal para excluir da condenação a determinação de que os reflexos das horas extras acrescidos dos DSRs repercutam em outros títulos contratuais e rescisórios.

Os reflexos das horas extras incidirão sobre os DSRs, 13º salários, férias acrescidas de 1/3 e aviso prévio de forma simples, e não como determinado pela r. sentença (incidência dos reflexos das horas extras em DSRs, e, de ambos, em 13º salários, férias acrescidas de 1/3 e aviso prévio).

Provejo em parte, portanto, o recurso para excluir da condenação a determinação para que os reflexos das horas extras acrescidos dos DSRs (majoração do valor dos descansos semanais remunerados em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas) repercutam em 13º salários, férias acrescidas de 1/3 e aviso prévio. (...)" (destacou-se, págs. 824-825)

Quanto ao tema, o pleito da reclamada - que alega haver "reflexo sobre reflexo" - não prospera. Isso porque o acórdão regional reformou a sentença e excluiu "da condenação a determinação de que os reflexos das horas extras acrescidos dos DSRs repercutam em outros títulos contratuais e rescisórios" (pág. 824).

Logo, "Os reflexos das horas extras incidirão sobre os DSRs, 13º salários, férias acrescidas de 1/3 e aviso prévio de forma simples, e não como determinado pela r. sentença (incidência dos reflexos das horas extras em DSRs, e, de ambos, em 13º salários, férias acrescidas de 1/3 e aviso prévio)" (pág. 824).

Não configura, portanto, "bis in idem" as repercussões reflexas, como quer fazer crer o reclamado. Incólume Orientação Jurisprudencial nº 394 do TST. Arestos superados a título de divergência jurisprudencial.

Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001447-38.2019.5.02.0073

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MIGUEL GOMES SANTOS
Advogado	Dr. Ricardo Araújo Alves(OAB: 386036-A/SP)
Agravado	KONECTA BRAZIL OUTSOURCING LTDA.
Advogada	Dra. Nayara Alves Batista de Assunção(OAB: 119894-A/MG)
Advogada	Dra. Aline de Fátima Rios Melo(OAB: 105466-A/MG)
Agravado	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	Dr. Veronica Sartori Caetano(OAB: 177903-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- KONECTA BRAZIL OUTSOURCING LTDA.
- MIGUEL GOMES SANTOS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: ADICIONAL DE PERICULOSIDADE e INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

Foram apresentadas contrarrazões às págs. 1.305-1.314 e contraminuta às págs. 1.300-1.304.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

Verifica-se, de plano, que a parte não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos por ela indicados, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT, tampouco a semelhança entre a decisão recorrida e as decisões paradigmas trazidas a confronto de teses, em descompasso com o disposto do § 8° do artigo citado.

Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015 de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, os §§ 1º-A, inciso III, e § 8°, que determinam novas exigências de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:

"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

(...)

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os

fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte." (destacou-se)

"§ 8º Quando o recurso fundar-se em dissenso de julgados, incumbe ao recorrente o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados." (destacou-se)

Na hipótese, as exigências processuais contidas no referido dispositivo não foram satisfeitas.

Registra-se que o tema das horas extras não foi analisado no despacho denegatório do recurso de revista e que, a despeito disso, a parte não apresentou embargos de declaração ao juízo de admissibilidade e que o tema dos honorários advocatícios não foi renovado nas razões do agravo de instrumento.

Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011355-95.2019.5.15.0099

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICÍPIO DE AMERICANA
Procuradora	Dra. Angélica Lorencetti Ramos Ciccone
Agravado	MARLENE DA SILVA FRANCISCO
Advogado	Dr. João Fernando Ferreira Marques(OAB: 239097-A/SP)
Advogado	Dr. Antonio Duarte Junior(OAB: 170657-A/SP)
Advogado	Dr. Vitor Alexandre Duarte(OAB: 269057-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARLENE DA SILVA FRANCISCO
- MUNICÍPIO DE AMERICANA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. TEMA INDICADO NA ÍNTEGRA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: JUSTA CAUSA - REVERSÃO EM JUÍZO.

Foram apresentadas contrarrazões às págs. 507-515 e contraminuta às págs. 502-506.

O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.

É o relatório.

Verifica-se, de plano, que a parte, em vez de indicar o respectivo trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, transcreveu a íntegra do tema analisado no acórdão, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.

Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:

"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)

Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso. Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/06/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/08/2018; AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.

De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.

Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.

Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de

defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.
Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Registra-se que, quanto aos outros dois temas indicados, a parte não indicou trecho nenhum de prequestionamento.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011042-20.2019.5.15.0040

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICÍPIO DE QUELUZ
Advogado	Dr. Fabiano Torres Costa(OAB: 333706-S/SP)
Agravado	JOSE MONTEIRO DOS SANTOS
Advogado	Dr. Thiago Bernardes França(OAB: 195265-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE MONTEIRO DOS SANTOS
- MUNICÍPIO DE QUELUZ

FÉRIAS - FRUIÇÃO NA ÉPOCA PRÓPRIA - PAGAMENTO RESPECTIVO EM ATRASO
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado, às págs. 157-164, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 148-150, quanto ao tema FÉRIAS - FRUIÇÃO NA ÉPOCA PRÓPRIA - PAGAMENTO RESPECTIVO EM ATRASO.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamado:
"(...)
Férias.
ATRASO DA QUITAÇÃO
Quanto ao acolhimento da determinação de pagamento da dobra das férias não remuneradas em época própria, o v. acórdão, além de ter se fundamentado nas provas, decidiu em conformidade com a Súmula 450 do C. TST.
Some-se a isso o teor da Súmula 52 do TRT da 15ª Região, a respeito da matéria tratada no recurso interposto:
"FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. REMUNERAÇÃO FORA DO PRAZO PREVISTO NO ART. 145 DA CLT. DOBRA DEVIDA. ART. 137 DA CLT E SÚMULA 450 DO C. TST. É devido o pagamento da dobra da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT e Súmula 450 do C. TST, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 003/2016, de 17 de março de 2016)
Assim, inviável o recurso pelo teor do art. 896, § 7º, da CLT e das Súmulas 126 e 333 do C. TST.
Insta ressaltar que o ente público ao contratar pelo regime celetista despe-se do "jus imperii" equiparando-se ao empregador privado (Orientação Jurisprudencial 238 da SBDI-1 do C.TST - parte final).
Além disso, oportuno destacar que por força do artigo 8º, "caput", da CLT, na falta de disposições contratuais ou legais, conforme o caso, a Justiça do Trabalho poderá decidir pela jurisprudência (no caso, a Súmula 450 do C. TST), restando, portanto, insubsistente a alegada violação aos dispositivos constitucionais (art. 5º, II, XXXIX e LIV) e legal (art. 8º, §2º, da CLT) apontados.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.
(...)" (págs. 148 e 149).
Na minuta de agravo de instrumento, o reclamado insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, contestando a condenação que lhe foi imposta, relativa ao pagamento da dobra de férias, ao argumento de que "vários Regionais, já começam a reconhecer a ineficácia da referida súmula perante a entrada em vigor do art. 8º, §2º da CLT, visto que a própria CLT, que já estabelece a penalização para situações como a do objeto do presente feito" (pág. 161); que "a súmula 450 deste C. TST deixou de ter seu conteúdo exigível, uma vez que estabeleceu por analogia, sem que houvesse qualquer lacuna legal a ser colmatada, a obrigação de pagar uma indenização não prevista em lei, decorrente do descumprimento do prazo estabelecido no art. 145 da CLT"; e que "a súmula nº 450 deste C. TST perdeu eficácia frente ao quanto disposto no art. 8º, § 2º, da CLT, com a redação atribuída pela Lei 13.467/2017, conforme narrado acima, uma vez que, a partir da vigência da referida lei, as súmulas deste C. TST e dos demais Tribunais Regionais do Trabalho que criaram obrigações não previstas em lei passaram a ser ilegais, porquanto em descompasso com a redação do art. 8º, § 2º, da CLT" (pág. 162)
Alega violação dos artigos 8º, § 2º, 137, 145 e 153 da CLT e 2º e 5º da Constituição Federal e contrariedade à Súmula nº 450 do TST e à Súmula nº 52 do TRT-5ª Região.
Sem razão.
O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto às férias:
"(...)
I - RECURSO DO RECLAMADO

Presentes os pressupostos recursais, conheço.

a) Dobra das férias
O reclamante alega na inicial que as férias do período aquisitivo de 2017/2018 foram pagas fora do prazo legal, fazendo jus ao pagamento dobrado.
O documento de fl. 56 demonstra que as férias do período aquisitivo de 2017/2018 (01/12/2017 a 30/11/2018) foram usufruídas no período de 26/03/2019 a 24/04/2019.
Já a ficha financeira de fl. 53, relativa ao exercício de 2019, demonstra que as férias relativas ao período aquisitivo de 2017/2018 foram pagas em março (R$224,78) e abril (R$2.237,19) de 2019, ou seja, fora do prazo legal.
As regras que regulamentam a concessão de férias são normas de medicina e segurança do trabalho, de ordem pública, portanto, servindo como forma de proteção à saúde física e psíquica do empregado, possibilitando que ele se recomponha da fadiga oriunda

do labor não absorvida pelos descansos semanais, intervalos interjornadas e intrajornadas.
Segundo a doutrinadora Vólia Bomfim[1], "o afastamento do trabalho propicia momentos de relaxamento, diversão, viagens ou descanso. Este necessário repouso ajuda no equilíbrio mental do trabalhador".
E para que o merecido descanso seja usufruído integralmente, a remuneração decorrente deste período deve ser garantida antecipadamente, conforme estipula o artigo 145 da CLT.
Assim, da forma como ocorre com o gozo das férias em período ulterior ao concessivo, o pagamento integral da remuneração das férias após o prazo de dois dias antes do início do afastamento do trabalhador (como ocorreu na hipótese dos autos) também enseja o pagamento dobrado, acrescido do terço constitucional.
Nesse sentido, a Súmula nº 450, do E. TST:

FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO. DOBRA DEVIDA. ARTS. 137 E 145 DA CLT. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 386 da SBDI-1) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014. É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal.

Registre-se que este E. TRT da 15ª Região já consolidou o mesmo entendimento por meio da edição da Súmula nº 52:

FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. REMUNERAÇÃO FORA DO PRAZO PREVISTO NO ART. 145 DA CLT. DOBRA DEVIDA. ART. 137 DA CLT E SÚMULA 450 DO C. TST. É devido o pagamento da dobra da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT e Súmula 450 do C. TST, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 003/2016, de 17 de março de 2016 - Divulgada no D.E.J.T de 18/3/2016, págs. 02 e 03; D.E.J.T de 21/3/2016, pág. 02; D.E.J.T de 22/3/2016, pág. 02)

Por tais fundamentos, nego provimento ao recurso do reclamado.
(...)" (sublinhou-se e negritou-se, págs. 125-127).
O artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal confere ao trabalhador o direito ao gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de um terço a mais que o valor do salário.
Também é direito do empregado perceber o pagamento da remuneração das férias até dois dias antes do início do respectivo período, nos termos do artigo 145 da CLT, in verbis:
"Art. 145. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período."
O artigo 137 da CLT, por sua vez, preconiza que o gozo do período das férias, após o término do período concessivo, acarreta a obrigação do pagamento em dobro da remuneração devida.
Disso resulta a conclusão de que, tanto no caso da concessão do próprio período de férias em atraso, quanto na hipótese do gozo de esse benefício ter se dado no prazo, mas com o pagamento em atraso do valor correspondente (até mesmo após o usufruto das férias), é devido o pagamento em dobro da parcela, com o respectivo adicional de 1/3, que deve ser calculado sobre o valor total das férias, inclusive sobre a dobra.
Desse modo, cabe ao empregador, ao conceder o gozo das férias ao seu empregado, observar o disposto no artigo 145 da CLT, que preconiza que o pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, do abono citado no artigo 143, seja efetuado até dois dias antes do início do respectivo período, sob pena de pagá-las em dobro, conforme previsto no artigo 137 do mesmo diploma da CLT.
A justificativa da previsão legal do pagamento da remuneração do período de férias em prazo anterior ao gozo destas é propiciar ao empregado condições financeiras de desfrutar as férias, que possuem caráter de higiene e segurança do trabalho.
E, pelo fato de ser tão importante que o empregado usufrua as férias, fica o empregador submetido às obrigações de permitir o período de descanso e de pagar a importância relativa às férias no prazo prescrito em lei, sob pena de, assim não o fazendo, desobedecer ao artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal e, ainda aos artigos 137 e 145 da CLT, este, que prevê como consequência grave, o pagamento em dobro da parcela.
Assim, férias desfrutadas na época própria, porém pagas fora do prazo previsto no artigo 145 da CLT, também ensejam a condenação do empregador ao pagamento do período em dobro, por aplicação analógica do artigo 137 da CLT, pois significa, por via transversa, que o empregador inviabilizou o gozo das férias, infringindo o mesmo valor que o legislador pretendeu preservar.
Nesse sentido, a Súmula nº 450 desta Corte, que resultou da conversão da Orientação Jurisprudencial nº 386 da SbDI-1 do TST:
"FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. PAGAMENTO FORA DO PRAZO. DOBRA DEVIDA. ARTS. 137 E 145 DA CLT. (DEJT divulgado em 09, 10 e 11.06.2010)
É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal."
Observa-se, pois, que a decisão regional foi proferida em consonância com o teor dessa Súmula.
Assim, estando o acórdão recorrido em consonância com a atual, iterativa e notória jurisprudência desta Corte superior, consubstanciada na Súmula nº 450 do TST, o processamento do recurso de revista encontra óbice na Súmula nº 333 do TST, não havendo falar em afronta aos artigos 8º, § 2º, 137, 145 e 153 da CLT e 2º e 5º da Constituição Federal.
Cabe registrar que a edição da Súmula nº 450 desta Corte não implicou em criação de obrigação não prevista em lei nem, consequentemente, em ofensa ao disposto no artigo 8º, § 2º, da CLT, mas, tão somente, em explicitação de entendimento consolidado acerca de exigência legal oriunda dos dispositivos pertinentes à matéria, construído a partir da interpretação desses dispositivos.
Registra-se que as súmulas desta Corte são fruto de iterativa jurisprudência daquelas Cortes, materializada por meio do exame de situações pretéritas e semelhantes emanadas da legislação infraconstitucional federal, segundo a missão constitucional de que este Tribunal está investido, de interpretá-la sistematicamente.
Nesse contexto, oportuno assentar a aplicabilidade e juridicidade da Súmula nº 450 do TST ao caso concreto.
Por fim, a alegação de contrariedade a súmula de Regional não configura hipótese de admissibilidade de recurso de revista, conforme o teor do artigo 896, alínea "a", da CLT
Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento nos artigos 932, inciso IV, alínea "a", do CPC/2015 e 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0002338-45.2016.5.11.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	INDUSTRIAL ORIENTE DE POLÍMEROS LTDA. E OUTRO
Advogado	Dr. Solon Angelim de A. Ferreira(OAB: 3338/AM)
Advogado	Dr. Fábio César Silva de Souza(OAB: 6518-A/AM)
Advogado	Dr. Edgar Angelim de Alencar Ferreira(OAB: 3995-A/AM)
Agravado	CARLOS FERREIRA MENDONCA
Advogado	Dr. Lúcio Ricardo Queiroz Paes(OAB: 3586/AM)
Advogado	Dr. Elon Ataliba de Almeida(OAB: 6746 -A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS FERREIRA MENDONCA
- INDUSTRIAL ORIENTE DE POLÍMEROS LTDA. E OUTRO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:
EXECUÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA
Postulam os agravantes a reforma do acórdão regional quanto ao tema acima epigrafado.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.
Destaque-se, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, não basta a mera indicação da ementa, páginas do acórdão, paráfrase, resumo, trecho insuficiente, parte dispositiva ou mesmo do inteiro teor do acórdão ou de capítulo de acórdão não sucinto, sem destaques próprios. Tampouco a transcrição dos trechos, no início da petição, dissociada dos fundamentos, sem o devido cotejo analítico de teses, serve ao fim colimado.
No caso, a parte limitou-se a transcrever inteiro teor do capítulo recorrido.
Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0011151-44.2020.5.03.0101

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	AGRO PECUARIA VALE DO RIO GRANDE S A E OUTRAS
Advogado	Dr. Richele Luiza de Souza(OAB: 104460-A/MG)
Advogado	Dr. Bibiana Goncalves(OAB: 111669-A/MG)
Advogado	Dr. Lucas Neves de Faria(OAB: 133346-A/MG)
Agravado	ADILSON JACINTO DE MORAIS
Advogado	Dr. Tácito Vilela Zaparoli(OAB: 111332 -A/MG)
Advogado	Dr. Denner Caetano da Silva(OAB: 73903-A/MG)
Advogado	Dr. Larissa Negrao Pinto(OAB: 91674-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADILSON JACINTO DE MORAIS
- AGRO PECUARIA VALE DO RIO GRANDE S A E OUTRAS

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, "os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recurso da decisão definitiva".
Nesse sentido, enuncia a Súmula 214/TST:

"Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão:
a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho;
b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal;
c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT."

A impugnação diferida de decisão que não represente a última manifestação jurisdicional em grau ordinário tem por escopo privilegiar os princípios da celeridade e efetividade, ínsitos ao processo do trabalho.
No caso dos autos, o Regional não conheceu do agravo de petição das executadas (fls. 156/158), ao fundamento de que a decisão que rejeitou a exceção de pré-executividade tem natureza interlocutória.
Logo, irrecorrível de imediato a decisão impugnada, pois evidenciada sua natureza interlocutória, não inserida dentre as

exceções aludidas no verbete sumular, tendo em vista a possibilidade de manejo de novos recursos no âmbito do Tribunal Regional.
Assim, com esteio no art. 932 do CPC, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000051-84.2021.5.09.0006

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	LIVRARIA CULTURA S.A.
Advogado	Dr. Cristiano Naman Vaz Toste(OAB: 169005-A/SP)
Agravado	MAYCON DOUGLAS FERREIRA GONCALVES
Advogado	Dr. Leonardo Torres Caroli(OAB: 81477-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIVRARIA CULTURA S.A.
- MAYCON DOUGLAS FERREIRA GONCALVES

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - RITO SUMARÍSSIMO

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. TEMAS INDICADOS NA ÍNTEGRA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: DEPÓSITOS DE FGTS e HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
Foram apresentadas contraminuta às págs. 425-431 e contrarrazões às págs. 432-437.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte, em vez de indicar os respectivos trechos da decisão recorrida em que se encontram prequestionadas as matérias objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, transcreveu a íntegra dos temas analisados no acórdão, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso.
Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/06/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/08/2018; AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.
Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000006-31.2012.5.01.0067

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	SANDRO LUIS FREIRE DE CASTRO SILVA
Advogado	Dr. Celso Ferrareze(OAB: 138778-A/RJ)
Advogada	Dra. Luciana Sanches Cossão(OAB: 147421/RJ)
Advogado	Dr. Alexandre Marazita da Silva(OAB: 152001-A/RJ)
Agravado	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	Dr. Roberto Paulo Oliveira Azevedo(OAB: 104218/RJ)
Advogado	Dr. Paulo Caetano Rodrigues Horta Júnior(OAB: 110280/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- SANDRO LUIS FREIRE DE CASTRO SILVA

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
EXECUÇÃO. BASE DE CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS. COISA JULGADA
Em atenção ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, a parte transcreve, no recurso de revista, o seguinte trecho do acórdão regional:

"Em relação às verbas salariais que devem compor a base de cálculo das horas extras, não especifica o Exequente quais verbas teriam sido desconsideradas dos cálculos homologados, sendo certo que o Juízo a quo determinou a aplicação da Súmula 264, do E. TST, demonstrando que a sentença exequenda indicou as parcelas que integram o complexo salarial do Exequente, o que está correto."

O exequente postula a readequação da base de cálculo das horas extras calculadas pelo perito do Juízo, em razão de desrespeito à coisa julgada. Aponta violação dos arts. 5º, XXXVI, da CF e 879, § 1º, da CLT.
Dispõe o art. 896, § 2º, da CLT, peremptoriamente, que, "das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal". Reiterada a determinação na Súmula 266 do TST.
Ao aludir a ofensa "direta e literal", o preceito, por óbvio, exclui a possibilidade de recurso de revista lastreado em violação de preceitos de status infraconstitucional, que somente por reflexo atingiriam normas constitucionais. Da mesma forma, inviável o apelo fundado em contrariedade a súmulas do TST ou em divergência jurisprudencial.
No caso, consta das razões de recurso de revista o seguinte excerto do título executivo, no qual se delimitaram as parcelas integrantes da base de cálculo das horas extras. Eis o seu teor:

"Na apuração das horas extras deverá ser considerado o divisor de 180, salvo nos períodos de substituição do Gerente de Relacionamento/Atendimento, quando deve ser utilizado o divisor de 220, consoante já pacificado pela Súmula n. 124 do TST, como também deverá ser considerada como base de cálculo a remuneração paga à empregada (salário padrão, adicional por tempo de serviço, função de confiança), com Súmula nº 264 do mesmo egrégio TST."

É de se destacar que a vulneração dos limites fixados pela coisa julgada há de ser inequívoca e evidente, de forma a se afigurar desnecessária a consulta a peças outras que não o acórdão regional, ou mesmo a interpretação do título executivo transcrito, como pressuposto de aferição da correção dos critérios utilizados para a composição das parcelas dele decorrentes.
Nesse sentido, pontua a OJ 123 da SBDI-2 desta Corte, que a referida violação "supõe dissonância patente entre as decisões", "o que não se verifica quando se faz necessária a interpretação do título executivo judicial para se concluir pela lesão à coisa julgada".
Esse é o caso dos autos, uma vez que seria necessária a interpretação do título exequendo e o reexame das provas (Súmula 126/TST) para que se pudesse chegar à conclusão pretendida pelo ora agravante.
Destarte, impossível se vislumbrar afronta ao preceito da Carta Magna evocado. Incidência do óbice do art. 896, § 2º, da CLT e da Súmula 266 do TST.
Com esteio no art. 932 do CPC, nego provimento ao agravo de instrumento.
Deixo de examinar a transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001332-86.2012.5.15.0115

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	PRUDENCO - COMPANHIA PRUDENTINA DE DESENVOLVIMENTO
Advogado	Dr. Fernando Fávaro do Carmo Pinto(OAB: 102617/SP)
Advogada	Dra. Érika Maria Cardoso Fernandes(OAB: 184338-A/SP)
Agravado	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO - SINTRACOM
Advogado	Dr. Élcio Aparecido Vicente(OAB: 23339-A/SP)
Advogado	Dr. Elizeu Antonio da Silveira Rosa(OAB: 278479/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- PRUDENCO - COMPANHIA PRUDENTINA DE DESENVOLVIMENTO
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO - SINTRACOM

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.

Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Dispõe o art. 896, § 2º, da CLT, peremptoriamente, que, "das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal". Reiterada a determinação na Súmula 266 do TST.
No caso dos autos, entretanto, deixa a parte de indicar, no recurso de revista, ofensa a qualquer preceito constitucional, o que torna o apelo desfundamentado.
Destaque-se que a alegação da agravante de descabimento de aplicação da dicção do art. 896, § 2º, da CLT improcede.
Com efeito, o processo não se encontra, como suscitado, em fase de liquidação e, sim, em fase de execução. Tal é o caso que o recurso de revista foi interposto contra acórdão proferido em sede de agravo de petição.
Assim, com esteio no art. 932 do CPC, nego provimento ao agravo de instrumento.
Diante do óbice formal, incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000075-64.2020.5.09.0195

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	I.F.V.
Advogado	Dr. Monalisa Michel(OAB: 33687-A/PR)
Agravado	B.B.S.
Advogado	Dr. Marina Carvalho D Amico Pedriali(OAB: 17744-A/PR)
Advogado	Dr. Angelica Cristina Hossaka(OAB: 49721-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):
- B.B.S.
- I.F.V.

Ficam as partes intimadas do despacho/acórdão, o qual está à disposição na Unidade Publicadora.

Processo Nº AIRR-0000335-09.2020.5.13.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	ROCE CONSTRUCAO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Advogado	Dr. Esaú Tavares de Mendonça Farias e Araújo(OAB: 17815-A/PB)
Agravado	JOSE RAFAEL SOARES SOUZA
Advogado	Dr. Jailton Soares de Queiroz(OAB: 28483-A/PB)

Intimado(s)/Citado(s):
- JOSE RAFAEL SOARES SOUZA
- ROCE CONSTRUCAO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: DIFERENÇAS SALARIAIS.
Foram apresentadas contrarrazões e contraminuta às págs. 356-366.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte não cuidou em demonstrar a semelhança entre a decisão recorrida e as decisões paradigmas trazidas a confronto de teses.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 8º, que determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 8º Quando o recurso fundar-se em dissenso de julgados, incumbe ao recorrente o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados." (destacou-se)
Na hipótese, a exigência processual contida no referido dispositivo não foi satisfeita.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001481-67.2019.5.02.0055

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	INSTITUTO SANTANENSE DE ENSINO SUPERIOR
Advogada	Dra. Luciana Rocha Gonçalves(OAB: 154963-A/MG)
Advogado	Dr. Amanda de Souza da Silva(OAB: 396026-A/SP)
Agravado	VANESSA ABRANCHES ODA
Advogado	Dr. Carlos Edward Schmidt(OAB: 260935-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- INSTITUTO SANTANENSE DE ENSINO SUPERIOR
- VANESSA ABRANCHES ODA

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho

proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Interposto recurso de revista contra acórdão regional proferido no julgamento de agravo de instrumento em recurso ordinário.
Contudo, manifestamente incabível o apelo, à míngua de previsão legal, conforme dispõe o art. 896 da CLT. Nesse sentido, o entendimento cristalizado na Súmula 218 desta Corte:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento."

O devido processo legal e a ampla defesa devem ser exercidos segundo o ordenamento jurídico vigente, observadas as estritas hipóteses de cabimento de cada modalidade recursal.
Assim, ausente pressuposto de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000461-43.2019.5.19.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A
Advogado	Dr. Filipe Barbosa Valeriano Lyra(OAB: 10884-A/AL)
Advogada	Dra. Priscila Marcely Alvarenga(OAB: 11708/AL)
Advogado	Dr. Christiano Drumond Patrus Ananias(OAB: 78403-A/MG)
Agravado	JACKEILANE EDVANIA FERNANDES DOS SANTOS
Advogado	Dr. Angelica Cristine Calado Bomfim(OAB: 16676-A/AL)
Advogado	Dr. Renato Vasques de Amorim(OAB: 12684-A/AL)
Agravado	S S DA SILVA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI
Agravado	LUIZ FELIPE FERREIRA CAVALCANTI EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A
- JACKEILANE EDVANIA FERNANDES DOS SANTOS
- LUIZ FELIPE FERREIRA CAVALCANTI EIRELI
- S S DA SILVA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Interposto recurso de revista contra acórdão regional proferido no julgamento de agravo de instrumento em recurso ordinário.
Contudo, manifestamente incabível o apelo, à míngua de previsão legal, conforme dispõe o art. 896 da CLT. Nesse sentido, o entendimento cristalizado na Súmula 218 desta Corte:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento."

O devido processo legal e a ampla defesa devem ser exercidos segundo o ordenamento jurídico vigente, observadas as estritas hipóteses de cabimento de cada modalidade recursal.
Assim, ausente pressuposto de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000305-46.2016.5.10.0801

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	MARCOS ZAGLUL DAHER
Advogado	Dr. Raulino Soares de Souza Júnior(OAB: 27439/GO)
Agravado	WELLYNGTON CARVALHO DA ROCHA
Advogado	Dr. Luiz Carlos Fontella Souza(OAB: 7066-A/TO)
Agravado	INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S.A. E OUTRO

Intimado(s)/Citado(s):

- INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S.A. E OUTRO
- MARCOS ZAGLUL DAHER
- WELLYNGTON CARVALHO DA ROCHA

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, "os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recurso da decisão definitiva".
Nesse sentido, enuncia a Súmula 214/TST:

"Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão:
a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho;

b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal;
c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT."

A impugnação diferida de decisão que não represente a última manifestação jurisdicional em grau ordinário tem por escopo privilegiar os princípios da celeridade e efetividade, ínsitos ao processo do trabalho.
No caso dos autos, o Regional não conheceu do agravo de petição do executado interposto contra decisão em que se examinou questão incidental no processo de execução (rejeição da exceção de pré-executividade, mantendo a desconsideração da personalidade jurídica).
Logo, irrecorrível de imediato a decisão impugnada, pois evidenciada sua natureza interlocutória, não inserida dentre as exceções aludidas no verbete sumular, tendo em vista a possibilidade de manejo de novos recursos no âmbito do Tribunal Regional.
Assim, com esteio no art. 932 do CPC, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1000798-36.2019.5.02.0053

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	DORALICE DA LUZ LOURENCO
Advogado	Dr. Fernanda Medeiros do Nascimento Reis(OAB: 222290-D/SP)
Agravado	AMICO SAÚDE LTDA.
Advogado	Dr. Mauricio Greca Consentino(OAB: 180608-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMICO SAÚDE LTDA.
- DORALICE DA LUZ LOURENCO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA.
Foram apresentadas contrarrazões às págs. 1.799-1.805 e contraminuta às págs. 1.794-1.798.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos por ela indicados, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT, tampouco a semelhança entre a decisão recorrida e as decisões paradigmas trazidas a confronto de teses, em descompasso com o disposto do § 8° do artigo citado.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015 de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, os §§ 1º-A, inciso III, e § 8°, que determinam novas exigências de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
(...)
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte." (destacou-se)
"§ 8º Quando o recurso fundar-se em dissenso de julgados, incumbe ao recorrente o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados." (destacou-se)
Na hipótese, as exigências processuais contidas no referido dispositivo não foram satisfeitas.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000608-88.2020.5.13.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	TAYSE TAMARA TRAVASSOS LOPES DE PAULA
Advogado	Dr. Hugo Guimaraes Gomes Silva(OAB: 18955-A/PB)
Agravado	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	Dr. Marco Aurélio Braga da Silva(OAB: 791-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- TAYSE TAMARA TRAVASSOS LOPES DE PAULA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.
Foram apresentadas contrarrazões às págs. 562-570 e

contraminuta às págs. 571-575.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte não indicou, na petição do recurso de revista, o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita. Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Registra-se que a mera menção somente à conclusão da Corte regional acerca do tema ou à parte dispositiva do respectivo acórdão não satisfaz o requisito exigido por meio do mencionado dispositivo de lei.
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso.
Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto e, levando-se em conta que a interposição de recurso não é considerada ato urgente, é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Registra-se que, quanto ao tema referente à multa por litigância de má-fé, o recurso de revista encontra-se desfundamentado.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0002087-02.2012.5.02.0074

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	CSC - TRANSPORTES DE CARGAS ESPECIAIS E ENGENHARIA LTDA
Advogado	Dr. João Adelino Moraes de Almeida Prado(OAB: 220564-A/SP)
Agravado	ANDERSON BARBOZA DE ARAUJO
Advogada	Dra. Virginia Maria de Lima(OAB: 237193-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON BARBOZA DE ARAUJO
- CSC - TRANSPORTES DE CARGAS ESPECIAIS E ENGENHARIA LTDA

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, "os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recurso da decisão definitiva".
Nesse sentido, enuncia a Súmula 214/TST:

"Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão:
a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho;
b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal;
c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT."

A impugnação diferida de decisão que não represente a última manifestação jurisdicional em grau ordinário tem por escopo privilegiar os princípios da celeridade e efetividade, ínsitos ao processo do trabalho.
No caso dos autos, o Regional deu provimento ao agravo de petição do reclamante para afastar a prescrição intercorrente pronunciada em primeiro grau e determinar o retorno dos autos à origem para regular prosseguimento da execução.
Logo, irrecorrível de imediato a decisão impugnada, pois evidenciada sua natureza interlocutória, não inserida dentre as exceções aludidas no verbete sumular, tendo em vista a possibilidade de manejo de novos recursos no âmbito do Tribunal

Regional.
Assim, com esteio no art. 932 do CPC, nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0011415-04.2014.5.18.0053

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	JEVERSON DIVINO DOS ANJOS
Advogado	Dr. Ana Paula Gonçalves Rodrigues(OAB: 24904-A/GO)
Agravado	FRAZAO SERVICOS ELETRICOS LTDA
Agravado	ELIANE SANTOS FRAZAO
Agravado	KENNYA DE ARAUJO SANTOS FRAZAO

Intimado(s)/Citado(s):
- ELIANE SANTOS FRAZAO
- FRAZAO SERVICOS ELETRICOS LTDA
- JEVERSON DIVINO DOS ANJOS
- KENNYA DE ARAUJO SANTOS FRAZAO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:
PRESCRIÇÃO
Postula o agravante a reforma do acórdão regional quanto ao tema acima epigrafado.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.
Destaque-se, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, não basta a mera indicação da ementa, páginas do acórdão, paráfrase, resumo, trecho insuficiente, parte dispositiva ou mesmo do inteiro teor do acórdão ou de capítulo de acórdão não sucinto, sem destaques próprios. Tampouco a transcrição dos trechos, no início da petição, dissociada dos fundamentos, sem o devido cotejo analítico de teses, serve ao fim colimado.
No caso, a parte transcreve o inteiro teor do capítulo impugnado (fls. 301/304).
Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1000692-53.2019.5.02.0254

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Agravado	WILLIAN BATISTA
Advogado	Dr. Luís Fernando Morales Fernandes(OAB: 258205-A/SP)
Agravado	ALPITEC DO BRASIL ALPINISMO INDUSTRIAL LTDA
Advogado	Dr. Felipe Nicolau Ramos Zulo(OAB: 119779-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):
- ALPITEC DO BRASIL ALPINISMO INDUSTRIAL LTDA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- WILLIAN BATISTA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017 - RITO SUMARÍSSIMO

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - ENTE PÚBLICO.
Foram apresentadas contrarrazões às págs. 498-508 e contraminuta às págs. 509-514.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte não indicou, na petição do recurso de revista, o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, porquanto o excerto indicado pela parte não pertence ao acórdão regional, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)

Registra-se que a mera menção somente à conclusão da Corte regional acerca do tema ou à parte dispositiva do respectivo acórdão não satisfaz o requisito exigido por meio do mencionado dispositivo de lei.

Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso. Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.

Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional.

Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto e, levando-se em conta que a interposição de recurso não é considerada ato urgente, é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.

Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0001061-95.2017.5.05.0013

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	ABRIL COMUNICAÇÕES S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Fernando Teixeira Abdala(OAB: 24797-A/DF)
Advogado	Dr. Osmar de Oliveira Sampaio Júnior(OAB: 204651/SP)
Advogado	Dr. Cristiano de Lima Barreto Dias(OAB: 92784-A/RJ)
Advogado	Dr. Pedro Villela Bandeira de Mello Rodrigues(OAB: 179846-A/RJ)
Agravado	LOURIVAL DA SILVA SANTANA
Advogado	Dr. Humberto de Almeida Torreão Neto(OAB: 31286-A/BA)
Agravado	LIBRA EWP COMERCIO LTDA - ME E OUTRA
Advogado	Dr. Luis Alberto Carneiro da Silva Pinho(OAB: 47643-A/BA)
Advogado	Dr. Mateus Moura Santana(OAB: 45021-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ABRIL COMUNICAÇÕES S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- LIBRA EWP COMERCIO LTDA - ME E OUTRA
- LOURIVAL DA SILVA SANTANA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

VÍNCULO DE EMPREGO e HORAS EXTRAS - JORNADA EXTERNA COM EFETIVO CONTROLE DOS HORÁRIOS

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela primeira reclamada, Abril Comunicações S.A. (Em Recuperação Judicial), às págs. 834-848, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 827-831, quanto aos temas VÍNCULO DE EMPREGO e HORAS EXTRAS - JORNADA EXTERNA COM EFETIVO CONTROLE DOS HORÁRIOS.

Foram apresentadas contraminuta às págs. 864-869 e contrarrazões às págs. 856-863.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela primeira reclamada, Abril Comunicações S.A. (Em Recuperação Judicial):

"(...)

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Considerando o disposto no art. 896-A, § 6º, da CLT (inserido pela Lei 13.467/17), o juízo de admissibilidade deste Recurso de Revista se limita à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.

Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.

Com relação a todas as alegações contidas neste tópico, registre-se que o julgamento proferido pelo Colegiado Regional está lastreado na dilação probatória dos autos. Assim, somente com o revolvimento do substrato fático-probatório seria possível sua reforma, aspecto que torna inviável a admissibilidade do Apelo, inclusive por divergência jurisprudencial , conforme previsão contida na Súmula nº 126 da Superior Corte Trabalhista.

Uma vez dirimida a controvérsia mediante aplicação da solução que melhor se ajusta ao caso concreto, não se observa possível violação aos dispositivos constitucionais e legais invocados, assim como possível contrariedade à jurisprudência uniformizada do TST, inviabilizando a admissibilidade do Recurso de Revista.

Duração do Trabalho / Horas Extras.

Alegação(ões):

Foram cumpridos os ditames inseridos pela Lei nº 13.015/2014 (§§3º, 4º e 5º, art. 896 da CLT), no que se refere à uniformização de jurisprudência no âmbito deste Tribunal Regional do Trabalho,

conforme se infere da Súmula TRT5 17:
TRABALHO EXTERNO. ÔNUS DA PROVA. I - Compete ao empregador o ônus de provar o exercício de trabalho externo incompatível com a fixação de horário de trabalho; II - Uma vez comprovado que o empregado desenvolve atividade externa incompatível com a fixação de horário, compete a ele o ônus de provar que o empregador, mesmo diante desta condição de trabalho, ainda assim, mantinha o controle da jornada trabalhada.

Com relação a todas as alegações contidas neste tópico, registre-se que o julgamento proferido pelo Colegiado Regional está lastreado na dilação probatória dos autos. Assim, somente com o revolvimento do substrato fático-probatório seria possível sua reforma, aspecto que torna inviável a admissibilidade do Apelo, conforme previsão contida na Súmula nº 126 da Superior Corte Trabalhista.
De acordo com os fundamentos expostos no Acórdão, não se vislumbra possível ofensa aos dispositivos da Legislação Federal mencionados no Recurso de Revista.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento aoRecurso de Revista.
(...)" (págs. 829-831).
VÍNCULO DE EMPREGO
Na minuta de agravo de instrumento, a primeira reclamada, Abril Comunicações S.A. (Em Recuperação Judicial), insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, contestando a condenação que lhe foi imposta, relativa ao vínculo de emprego, ao argumento de que "foi reconhecida a existência de vínculo de emprego entre as partes, mesmo diante das cristalinas evidências de que o a relação mantida era de natureza comercial de autônomo, prevista no artigo 1º da Lei 4.886/65" (pág. 838).
Aduz, quanto ao vínculo de emprego, que "referida decisão fere o art. 3ºda CLT, uma vez que não enquadrados os pressupostos que caracterizam a relação de emprego, e, ainda, deixa de observar os termos do art. 1º da Lei 4.886/65 que trata da representação comercial" (pág. 840).
Sustenta que "Não se pode ainda olvidar que mesma lei [art. 1º da Lei 4.886/65] prevê expressamente a possibilidade de delimitação de zonas de trabalho e contratação de exclusividade (art. 31), a prestação de informações através de relatórios (art. 28), bem como outras atribuições, inclusive a de cobrança (art. 38), elementos não observados, data venia, pela r. sentença de 1º grau e pelo v. acórdão regional" (pág. 840).
Argumenta que "não há qualquer restrição quanto ao fato da recorrente ter apenas representantes comerciais na cidade em que atuou o reclamante e nenhum empregado, vez que cabe à empresa definir as estratégias comerciais para venda de seus produtos" (pág. 841).
Alega que o "fato de a reclamada repassar os valores dos produtos e fornecer os materiais que deveriam ser comercializados não demonstram ingerência, posto que o próprio representante determinaria a forma como isso se daria ao consumidor final, inclusive os melhores locais para abordar clientes, os horários, etc., com total autonomia" (pág. 841).
Afirma que, "diferente do que entendeu o Regional, a hipótese em análise deve ser devidamente enquadrada sob a ótica da Lei nº 4.886/65, e neste contexto é que devem ser analisadas as demais questões afetas ao suposto vínculo de emprego"; e que, "para se enfrentar a pretensão relativa ao vínculo de emprego do reclamante, jamais poderão ser desprezadas as características, particularidades e especificidades da atividade do reclamante de representante comercial autônomo" (pág. 842).
Alega violação dos artigos 3º, 62, inciso I, e 818 da CLT, 373 do CPC/2015 e 1º da Lei nº 4.866/1965 e apresenta arestos para o confronto de teses.
O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto ao vínculo de emprego, nos seguintes termos:
"(...)
MATÉRIAS COMUNS AOS APELOS INTERPOSTOS PELA PRIMEIRA E SEGUNDA RECLAMADAS

ILEGITIMIDADE PASSIVA - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA/SOLIDÁRIA - GRUPO ECONÔMICO - INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO
A primeira reclamada afirma que possui contrato de representação comercial com a segunda e terceira reclamadas, sendo da segunda ré a responsabilidade integral pelos serviços contratados, pois sequer conhece o reclamante. Ainda, alega que existe relação lícita de representação comercial através da qual a segunda e a terceira reclamadas foram contratadas para representá-la, sendo parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda. Por fim, defende a não aplicação do enunciado nº 331 da Súmula do TST no caso concreto.
A segunda reclamada, por sua vez, afirma que as rés não integram grupo econômico, tendo em vista que sempre desempenharam suas atividades de forma independente e sem comunicação. Nessa linha, aduz que:
"...em razão da paralisação das atividades da Empresa Libra no dia 04/05/2015, a Editora Abril (1ª reclamada) firmou um novo contrato de Representação comercial no dia 20/07/2015 com a Empresa "Abrily Assinaturas e Comércio" (3ª Reclamada), conforme documento de ID 5ec2930.
Neste diapasão, destaca-se que a 3ª Reclamada nunca se comunicou com a Recorrente, tendo em vista que aquela empresa fora formalizada por um sócio distinto da empresa Recorrente, a saber, Sr. Marcos dos Santos Almeida, o que atesta que a 3ª Reclamada trata-se de empresa totalmente diversa da Recorrente, não caracterizando a formação de grupo econômico entre essas duas empresas...".
Ademais, sustenta que foi constituída por empregados da primeira ré, ABRIL, no intuito de camuflar o vínculo empregatício existente entre os seus funcionários e a referida demandada, assim como ocorreu com a empresa ABRILY, terceira acionada. Nessa linha, sustenta que a fraude trabalhista foi reconhecida em ação ajuizada pelo sócio da recorrente contra a primeira ré, na qual foi declarada a existência de vínculo de emprego.
Examino.
Na petição inicial, o reclamante justificou a inclusão das acionadas ABRIL, LIBRA e ABRILY no polo passivo em razão da formação de grupo econômico, prestação de serviços indistintamente a todas e fraude na relação de emprego, pugnando pelo reconhecimento de vínculo empregatício com a primeira ré e condenação solidária das reclamadas.
Argumentou que exerceu atividades de comercialização de assinaturas de revistas da primeira ré, na função de Vendedor, sendo admitido em agosto de 2009 pela segunda, passando a laborar para a terceira em janeiro de 2016, mas sempre em favor da primeira ré e, por fim, sendo dispensado em 01/05/2016.
Ademais, asseverou que os contratos de representação comercial celebrados entre a primeira reclamada e a segunda e terceira rés foram fraudulentos, objetivando mascarar a relação de emprego existente entre a referida empresa e o demandante, tendo em vista que permaneceu trabalhando ininterruptamente subordinado à primeira acionada.

De início, é cediço que as condições da ação são analisadas em abstrato, tendo em vista a adoção da Teoria da Asserção pelo ordenamento jurídico pátrio. Portanto, afirmando o autor que prestou serviços em favor das três reclamadas, mediante contrato de representação comercial celebrado para fraudar direitos trabalhistas, vislumbra-se a legitimidade passiva das acionadas, incluindo a primeira ré.

A sentença reconheceu o vínculo empregatício do autor e a primeira reclamada e, ainda, a responsabilidade solidária das acionadas, tendo em vista a ilicitude da relação entabulada entre as partes. Vejamos:

"...Com efeito, tendo a ABRILY e LIBRA reconhecido a prestação de serviços, cabia às mesmas, a teor dos artigos 818 da CLT e 373 do CPC, comprovar a existência de fato impeditivo/modificativo do direito do obreiro, ou seja, que o autor laborava de forma autônoma, sem subordinação, ônus do qual não se desincumbiram satisfatoriamente.

Isto porque a única testemunha ouvida declarou que "trabalhou para a Abrily de 2009/2010 a 2016; que era vendedora de revistas da Editora Abril; que um rapaz da Editora Abril deixava os kits de produtos e materiais para o trabalho durante toda a semana numa casa situada nos Barris; que nesta se situava o escritório da Libra; que recebia ordens do pessoal da Abril, quando este vinha fazer treinamentos; que os treinamentos ocorriam a cada 02 ou 03 meses, quando havia mudança de preço nas tabelas das revistas; que recebia ordens durante a semana quando havia visitas; que não podia faltar; que faziam as visitas Marcelo e Pascoal; que Marcelo e Pascoal eram empregados da Editora Abril, portando crachá da referida empresa; que eles vinham toda semana; que assinava ponto, onde constava horário de entrada e saída; que eram fornecidas camisas, a título de fardamento; que nas camisas constavam a marca da Editora Abril e das revistas; que o reclamante já trabalhou com a depoente, no mesmo ponto; que havia meta; que era por isso que ficava até mais tarde; que as metas eram estabelecidas pela Editora Abril; que foi contratada por meio de anúncio da Editora Abril; que foi Pascoal quem fez a seleção".

Tais fatos, em conjunto, tornam clara a existência de labor subordinado, pessoal e não eventual, traços que caracterizam a relação de emprego, bem como que as empresas LIBRA e ABRILY eram utilizadas apenas e tão somente para escamotear uma relação jurídica existente entre o autor e a empresa para a qual, efetivamente, prestava serviços, qual seja a ABRIL.

Aliás, nem se poderia seriamente falar em representação comercial autônoma, tanto que a atividade desempenhada pela LIBRA e ABRILY era absolutamente essencial à atividade econômica fim desenvolvida pela ABRIL, que se beneficiava da força de trabalho subordinado do obreiro.

O caso em tela se amolda à situação tratada no item I da Súmula 331 do TST, que estabelece que "A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974)".

No que concerne à remuneração do trabalhador, tendo as empresas LIBRA e ABRILY asseverado, na defesa única por elas apresentada, que "as comissões eram creditadas na sua conta corrente semanalmente em valores variáveis bem inferiores àqueles descritos na inicial", a elas competia a comprovação de tal fato, na forma dos artigos 464 e 818 da CLT c/c art. 373 do CPC, posto que modificativo do direito do autor, mas deste mister também não se desvencilharam por qualquer meio, uma vez que, assim como a ABRIL, não trouxeram aos autos um só documento relativo aos pagamentos realizados ao trabalhador.

Assim, diante da distribuição do ônus da prova, dos elementos trazidos aos autos e da inexistência de impugnação, de maneira específica, do tempo de serviço, função e causa de afastamento descritos na exordial, não resta alternativa a este Juízo senão reconhecer que o autor foi admitido pela ABRIL, por intermédio de empresas interpostas (LIBRA e ABRILY), em 01/08/2009, para exercer a função de vendedor, percebendo o salário de R$ 3.500,00, por mês, tendo sido despedido sem justa causa em 01/05/2016.

(...)

Quanto à responsabilidade das demandadas, muito embora, como já assentado, se trate de típico caso de contratação por intermédio de empresa interposta, impera notar que as acionadas LIBRA e ABRILY atuaram no sentido de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na legislação trabalhista pátria, de forma que deverão responder, por todos os pedidos deferidos, de forma solidária, na forma do art. 9o da CLT, até mesmo porque também se beneficiaram do labor prestado pelo autor...".

Pois bem.

Afigura-se relevante destacar que a configuração da relação de emprego pressupõe o suprimento de cinco requisitos, dentre eles: o trabalho humano, a subordinação jurídica, a pessoalidade, a onerosidade e a não eventualidade. Neste sentido, valorosas as lições do ilustre Ministro Maurício Godinho Delgado, em sua obra Curso de Direito do Trabalho:

"Os elementos fáticos-jurídicos componentes da relação de emprego são cinco: a) prestação de trabalho por pessoa física a um tomador qualquer; b) prestação efetuada com pessoalidade pelo trabalhador; c) também efetuada com não-eventualidade; d) efetuada sob subordinação ao tomador de serviços; e) prestação de trabalho efetuada com onerosidade."1

No caso concreto, a primeira ré confirmou a celebração de contrato de representação comercial com a segunda e terceira acionadas, negando conhecer ou manter relação jurídica ou contratual com o obreiro.

Em seu depoimento pessoal, o reclamante confirmou a narrativa da exordial, destacando que foi contratado pela ABRIL e que prepostos da empresa acompanhavam a execução das vendas e cumprimento das metas. Observe-se:

"...que foi contratado pela Editora Abril, por meio de Maurício Gonzaga e Marcelo Tegê; que participou de uma seleção para trabalhar na Editora Abril; que Maurício e Marcelo eram representantes legais da Abril; que a seleção foi no bairro dos Barris; que entregava a produção e pegava material para poder trabalhar nos pontos de venda de Cristiano e Waldélio, acima identificados; que pegava o material nos Barris e os pontos de venda se localizavam no Atakarejo, Americanas, Extra, Mercantil Rodrigues e em inúmeras faculdades, situadas tanto em Salvador quanto no restante do estado; que nos Barris havia uma casa onde tinha um depósito; que o suporte era dado na referida casa; que não sabe se na referida casa eram situadas a segunda e terceira reclamadas; que se reportava a Tânia e Andréa; que as referidas pessoas trabalhavam na casa; que recebia pagamento semanalmente; que o depósito era realizado pela Editora Abril; que não sabe informar se o depósito era identificado; que trabalhava exclusivamente com produtos da Abril; que Marcelo, esporadicamente, 02 vezes por semana, ia nos pontos saber se as pessoas estavam indo no horário e se a produção estava compatível com o investimento realizado; que o controle de jornada era realizado da forma acima referida; que de 02 em 02 meses ou de 03 em 03 meses havia convenções onde eram realizados os

lançamentos dos produtos da Abril; que conheceu Maurício na seleção; que Maurício vinha esporadicamente para as convenções; que a segunda e terceira reclamadas davam suporte ao depoente, já que forneciam o material para o trabalho; que as referidas empresas também registravam as vendas efetuadas pelo depoente; que foi dispensado nos Barris, onde ficava o suporte; que foi informado da dispensa por Waldélio e Cristiano; que tinha acesso ao sistema GVP, que era da Abril; que nesse sistema registrava as vendas; que no referido sistema era possível verificar as vendas aprovadas e quanto tinha a receber semanalmente; que o assinante preenchi um contrato; que o contrato tinha a logomarca da Editora Abril; que usava farda onde constava o nome de alguma revista e o da Editora Abril; que havia meta estabelecida por ponto de venda; que as metas vinham direcionadas pela Edita Abril mas eram repassadas ao depoente por Tânia e Andréa; que já recebeu premiação...". (Destaques acrescidos).

Na mesma linha, a prova oral evidenciou que, em verdade, os contratos de representação comercial celebrados pelas acionadas tinham o escopo de mascarar relação de emprego de vendedores que laboravam com subordinação para a primeira ré, ABRIL, através das empresas LIBRA e ABRILY. Vejamos, de início, o depoimento pessoal da preposta da primeira reclamada:

"...a Abril não tem vendedores na Bahia; que tem apenas representantes contratados; que a Abril contrata o representante de vendas e este contrata os representantes autônomos; que não sabe informar quantos representantes há no Brasil; que não tem representante com carteira assinada; que nunca houve...". (Destaques acrescidos).

Como se observa, a preposta informou que a primeira ré não possui vendedores na Bahia, desempenhando a atividade comercial através de representantes contratados e autônomos.

A única testemunha ouvida, arrolada pelo autor, declarou:

"...que trabalhou para a Abrily de 2009/2010 a 2016; que era vendedora de revistas da Editora Abril; que um rapaz da Editora Abril deixava os kits de produtos e materias para o trabalho durante toda a semana numa casa situada nos Barris; que nesta se situava o escritório da Libra; que ia no escritório apenas para pegar o material; que, todavia, ficava apenas nos pontos de venda e stands; que recebia ordens do pessoal da Abril, quando este vinha fazer treinamentos; que os treinamentos ocorriam a cada 02 ou 03 meses, quando havia mudança de preço nas tabelas das revistas; que recebia ordens durante a semana quando havia visitas; que não podia faltar; que faziam as visitas Marcelo e Pascoal; que Marcelo e Pascoal eram empregados da Editora Abril, portando crachá da referida empresa; que eles vinham toda semana; que assinava ponto, onde constava horário de entrada e saída; que recebia pagamentos da Editora Abril, por meio de depósito em conta; que o depósito era identificado; que os treinamentos eram ministrados por Marcelo e Pascoal, quando havia mudança nas tabelas; que eram fornecidas camisas, a título de fardamento; que nas camisas constavam a marca da Editora Abril e das revistas; que também viajava, para atender a determinados pontos; que a Editora Abril pagava hospedagem e combustível; que trabalhava, em média, das 08h às 20h, com 30 minutos de intervalo, de segunda a sexta, e aos sábados, até as 19h, com o mesmo intervalo; que tinha semanas que trabalhava das 14h às 21h, de segunda a sexta, e aos sábados, até as 20h, com 30 minutos de intervalo; que intercalava os referidos horários a cada semana; que o reclamante já trabalhou com a depoente, no mesmo ponto; que havia meta; que era por isso que ficava até mais tarde; que as metas eram estabelecidas pela Editora Abril; que já vinha no kit o número de assinaturas que deveriam ser vendidas na semana; que usava o sistema GVP, que era da Abril; que podia acompanhar as vendas por tal sistema; que a senha era pessoal; que Pascoal fazia a separação dos pontos e das pessoas que deveriam trabalhar nos mesmos; que pegava os kits nos Barris; que via Cristiano e Waldélio quando ia pegar material; que não mantinha qualquer relação com tais pessoas; que pegava o material com um porteiro que ficava nos Barris; que não tinha contato com Cristiano e Waldélio; que foi contratada por meio de anúncio da Editora Abril;que foi Pascoal quem fez a seleção; que não sabe informar a função de Cristiano e Waldélio; que não tem a menor idéia; que as despesas de viagem eram pagas por meio de reembolso; que eram pagos os valores gastos; que a depoente se utilizava de gasolina e hospedagem; que quando havia viagens se reportava a Pascoal; que comunicava antes os valores de hotel; que encaminhava as notas e contratos para São Paulo; que mandava por Sedex; que não se recorda do endereço; que recebia de[R$900,00 a R$1.200,00 de comissão por semana; que por mês recebia de R$2.500,00 a R$3.000,00; que recebia 15% sobre as vendas; que vendia R$10.000,00, R$12.000,00, R$15.000,00 ou R$20.000,00 por semana...". (Destaques acrescidos).

Desse modo, resultou provada a existência de ingerência da primeira reclamada, ABRIL, na prestação de serviços dos representantes comerciais vinculados às empresas contratadas LIBRA e ABRILY. Tal ingerência ocorria, por exemplo, pelo recebimento de ordens, execução de treinamentos, realização de seleção de representante comercial autônomo para a empresa contratada e, ainda, pagamentos direitos aos referidos representantes supostamente autônomos.

Assim, vislumbra-se a prestação habitual e subordinada dos serviços do reclamante em favor da primeira ré, através das reclamadas LIBRA e ABRILY, não prosperando a roupagem de contrato de representação comercial face o princípio da primazia da realidade e o art. 9º da CLT.

Por conseguinte, correta a sentença ao reconhecer o vínculo empregatício entre o autor e a primeira reclamada e declarar a responsabilidade solidária das acionadas, considerando a fraude aos direitos trabalhistas.

Quanto às verbas rescisórias, depósitos do FGTS acrescido de 40%, indenização substitutiva do seguro-desemprego e multa do art. 477 da CLT, igualmente não há o que reparar, tendo em vista a confirmação da responsabilidade solidária pelo objeto da condenação. Com efeito, tais verbas decorrem do contrato de emprego do obreiro e não constituem obrigação personalíssima, cabendo às responsáveis solidárias o seu adimplemento.

Por outro lado, no que concerne à multa do art. 467 da CLT, divirjo da posição externada na sentença, considerando que a defesa das acionadas sustentou a inexistência de relação de emprego e a configuração de contrato civil entre as reclamadas. Portanto, inexistem parcelas rescisórias incontroversas, sendo indevida a multa do art. 467 da CLT.

Ante o exposto, reformo a sentença apenas para excluir da condenação o pagamento da multa do art. 467 da CLT, nos termos da fundamentação.

Reformo.

(...)" (sublinhou-se e negritou-se, págs. 639-645).

Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

No caso, consoante se infere da decisão do Regional, "a defesa das

acionadas sustentou a inexistência de relação de emprego e a configuração de contrato civil entre as reclamadas. Portanto, inexistem parcelas rescisórias incontroversas, sendo indevida a multa do art. 467 da CLT" (pág. 645).
Segundo a Corte a quo, "correta a sentença ao reconhecer o vínculo empregatício entre o autor e a primeira reclamada e declarar a responsabilidade solidária das acionadas" (pág. 645).
Assevera que "a prestação habitual e subordinada dos serviços do reclamante em favor da primeira ré, através das reclamadas LIBRA e ABRILY, não prosperando a roupagem de contrato de representação comercial face o princípio da primazia da realidade e o art. 9º da CLT" (pág. 645).
Verifica-se que, no caso, o recurso de revista efetivamente não reúne condições para ensejar seu conhecimento, visto que as alegações da parte divergem do quadro fático quadro fático descrito no acórdão regional.
O quadro fático descrito pelo Tribunal Regional é no sentido de evidenciar a caracterização do vínculo de emprego.
Com efeito, na hipótese dos autos, o Regional, instância soberana na apreciação do conjunto fático-probatório, foi contundente ao afirmar que ficaram caracterizados na relação jurídica existente entre as partes, os requisitos dispostos no artigo 3º da CLT, a saber, a pessoalidade, a não eventualidade, a subordinação e a onerosidade, de modo a se confirmar a existência da formação de vínculo de emprego, na forma prevista nesse dispositivo da lei trabalhista.
Acresce-se que a reforma da decisão regional exigiria a revisão do contexto fático-probatório da demanda, procedimento vedado nesta instância recursal extraordinário, nos termos da Súmula nº 126 do TST.
Assim, não há de se falar em violação dos artigos 3º, 62, inciso I, da CLT e 1º da Lei nº 4.866/1965, uma vez que o processamento do recurso de revista encontra óbice na Súmula nº 126 do TST, que assim dispõe:
"Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, "b", da CLT) para reexame de fatos e provas.".
Cumpre salientar que somente é importante perquirir a quem cabe o ônus da prova quando não há prova dos fatos controvertido nos autos, arguido por qualquer das partes. Assim, uma vez que este ficou efetivamente provado, conforme asseverou o Tribunal Regional, é irrelevante o questionamento sobre a quem caberia fazer a prova. Portanto, nessa hipótese, não há reconhecer ofensa aos artigos 818 da CLT e 373, inciso I, do CPC/2015.
Também não há falar em divergência jurisprudencial válida ao processamento do recurso de revista, nos termos da Súmula nº 296, item I, do TST.
HORAS EXTRAS - JORNADA EXTERNA COM EFETIVO CONTROLE DOS HORÁRIOS
A primeira reclamada contesta, também, a condenação que lhe foi imposta, relativa ao pagamento das horas extras, ao argumento de que, "ao reconhecer o direito do reclamante em receber horas extras, o v. acórdão, além de violar o disposto no inciso I, do artigo 62, da CLT, falhou na atribuição do ônus da prova" (pág. 846).
Alega violação dos artigos 3º, 62, inciso I, e 818 da CLT, 373 do CPC/2015 e 1º da Lei nº 4.866/1965 e apresenta arestos para o confronto de teses.
Sem razão.
O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto à horas extras e à existência do controle de jornada por parte do empregador, nos seguintes termos:
"(...)
RECURSO INTERPOSTO PELO RECLAMANTE

HORAS EXTRAS E INTERVALO - TRABALHADOR EXTERNO

O reclamante não se conforma com o capítulo da sentença por meio da qual foram julgados improcedentes os pedidos relacionados à jornada de trabalho.
Alega que o ônus de provar a impossibilidade de controle da jornada pertencia à reclamada, do qual não se desincumbiu, não se aplicando ao caso o art. 62, I, da CLT.
Pugna pela reforma da sentença e condenação das reclamadas ao pagamento de horas extras e intervalo intrajornada, nos moldes da inicial.
Examino.
Conforme analisado em tópico anterior, foi reconhecido o vínculo empregatício entre o autor e a primeira reclamada, bem como a responsabilidade solidária das litisconsortes passivas.
Na inicial, o reclamante afirmou que exercia a atividade externa de vendedor, trabalhando de segunda a sexta-feira em diversos locais, a exemplo de supermercados, shoppings e faculdades. Acrescentou que sua jornada média ocorria das 08h às 20h, com 30 a 40 minutos de intervalo.
A tese das reclamadas foi pautada na negativa de vínculo de emprego e, sucessivamente, aplicação do art. 62, I, da CLT, tendo em vista que o labor era desempenhado externamente e sem controle de jornada.
O Juízo a quo julgou improcedente o pedido, entendendo que o autor trabalhava externamente e inexistia controle dos horários. Vejamos:
"...Razão assiste aos acionados.
Com efeito, o próprio autor frustra a sua pretensão ao confessar, em depoimento, que os pontos de venda se localizavam no Atakarejo, Americanas, Extra, Mercantil Rodrigues e em inúmeras faculdades, situadas tanto em Salvador quanto no restante do Estado", o que demonstra o exercício de atividade eminentemente externa.
Não fosse isso, do depoimento do reclamante e da única testemunha ouvida, depreende-se, ainda, que inexistia controle ou fiscalização efetiva da jornada.
Isto porque a referida testemunha assentou que "um rapaz da Editora Abril deixava os kits de produtos e materiais para o trabalho durante toda a semana numa casa situada nos Barris; que nesta se situava o escritório da Libra; que ia no escritório apenas para pegar o material".
Já o autor asseverou que Marcelo, representante da Abril, "esporadicamente, 02 vezes por semana, ia nos pontos saber se as pessoas estavam indo no horário e se a produção estava compatível com o investimento realizado; que o controle de jornada era realizado da forma acima referida".
Ora, se o autor comparecia à reclamada apenas 1 vez por semana, para pegar o material de labor, e se o representante da empregadora somente ia no local de trabalho externo "esporadicamente", sendo esta a forma de suposta fiscalização de jornada, é porque inexistia efetivo controle do horário de labor.
Assim, diante do depoimento do autor e da única testemunha ouvida, depreende-se, de maneira clara, a ausência de fiscalização da jornada pela empregadora, ficando, desta forma, demonstrada a existência de labor externo, incompatível com a fixação de horário de trabalho, o que atrai a aplicação da exceção disposta no art. 62, I, da CLT, motivo por que descabe o pedido de pagamento de horas extras, intervalo intrajornada e de todos os seus consectários...".
Pois bem.
A tese defensiva é a de que as atividades desempenhadas pelo reclamante eram externas, aplicando-se o art. 62, I, da CLT.

Assim, competia ao empregador comprovar a incompatibilidade do controle de jornada com a atividade desempenhada pelo obreiro, nos termos do enunciado nº 17 da Súmula deste Regional, in verbis: "TRABALHO EXTERNO. ÔNUS DA PROVA. I - Compete ao empregador o ônus de provar o exercício de trabalho externo incompatível com a fixação de horário de trabalho; II - Uma vez comprovado que o empregado desenvolve atividade externa incompatível com a fixação de horário, compete a ele o ônus de provar que o empregador, mesmo diante desta condição de trabalho, ainda assim, mantinha o controle da jornada trabalhada".
Como visto do teor do enunciado da Súmula, que só reafirma os entendimentos reiterados dessa C. Turma, caso a defesa alegue a inserção do recorrente no regime de exceção do artigo 62, I da Consolidação das Leis do Trabalho, será seu o ônus de provar a incompatibilidade do trabalho exercido com a fixação de horário de trabalho.
Em seu depoimento pessoal, o obreiro declarou:
"...que pegava o material nos Barris e os pontos de venda se localizavam no Atakarejo, Americanas, Extra, Mercantil Rodrigues e em inúmeras faculdades, situadas tanto em Salvador quanto no restante do estado; que nos Barris havia uma casa onde tinha um depósito; que o suporte era dado na referida casa; que não sabe se na referida casa eram situadas a segunda e terceira reclamadas; que se reportava a Tânia e Andréa; que as referidas pessoas trabalhavam na casa; (...); que trabalhava exclusivamente com produtos da Abril; que Marcelo, esporadicamente, 02 vezes por semana, ia nos pontos saber se as pessoas estavam indo no horário e se a produção estava compatível com o investimento realizado; que o controle de jornada era realizado da forma acima referida; (...); que a segunda e terceira reclamadas davam suporte ao depoente, já que forneciam o material para o trabalho; que as referidas empresas também registravam as vendas efetuadas pelo depoente; que foi dispensado nos Barris, onde ficava o suporte; que foi informado da dispensa por Waldélio e Cristiano; que tinha acesso ao sistema GVP, que era da Abril; que nesse sistema registrava as vendas; que no referido sistema era possível verificar as vendas aprovadas e quanto tinha a receber semanalmente...(Destaques acrescidos).
Não há dúvidas, portanto, quanto ao caráter externo da atividade desempenhada pelo reclamante.
A única testemunha ouvida, arrolada pelo autor, declarou:
"...que trabalhou para a Abrily de 2009/2010 a 2016; que era vendedora de revistas da Editora Abril; que um rapaz da Editora Abril deixava os kits de produtos e materias para o trabalho durante toda a semana numa casa situada nos Barris; que nesta se situava o escritório da Libra; que ia no escritório apenas para pegar o material; que, todavia, ficava apenas nos pontos de venda e stands; que recebia ordens do pessoal da Abril, quando este vinha fazer treinamentos; que os treinamentos ocorriam a cada 02 ou 03 meses, quando havia mudança de preço nas tabelas das revistas; que recebia ordens durante a semana quando havia visitas; que não podia faltar; que faziam as visitas Marcelo e Pascoal; que Marcelo e Pascoal eram empregados da Editora Abril, portando crachá da referida empresa; que eles vinham toda semana; que assinava ponto, onde constava horário de entrada e saída; que recebia pagamentos da Editora Abril, por meio de depósito em conta; que o depósito era identificado; que os treinamentos eram ministrados por Marcelo e Pascoal, quando havia mudança nas tabelas; que eram fornecidas camisas, a título de fardamento; que nas camisas constavam a marca da Editora Abril e das revistas; que também viajava, para atender a determinados pontos; que a Editora Abril pagava hospedagem e combustível; que trabalhava, em média, das 08h às 20h, com 30 minutos de intervalo, de segunda a sexta, e aos sábados, até as 19h, com o mesmo intervalo; que tinha semanas que trabalhava das 14h às 21h, de segunda a sexta, e aos sábados, até as 20h, com 30 minutos de intervalo; que intercalava os referidos horários a cada semana; que o reclamante já trabalhou com a depoente, no mesmo ponto; que havia meta; que era por isso que ficava até mais tarde; que as metas eram estabelecidas pela Editora Abril; que já vinha no kit o número de assinaturas que deveriam ser vendidas na semana; que usava o sistema GVP, que era da Abril; que podia acompanhar as vendas por tal sistema; que a senha era pessoal; que Pascoal fazia a separação dos pontos e das pessoas que deveriam trabalhar nos mesmos; que pegava os kits nos Barris; que via Cristiano e Waldélio quando ia pegar material; que não mantinha qualquer relação com tais pessoas; que pegava o material com um porteiro que ficava nos Barris; que não tinha contato com Cristiano e Waldélio; que foi contratada por meio de anúncio da Editora Abril;que foi Pascoal quem fez a seleção...". (Destaques acrescidos).
Nota-se que a testemunha exerceu a mesma função do autor, qual seja, vendedor de revistas da primeira reclamada, havendo afirmado expressamente que "...assinava ponto, onde constava horário de entrada e saída...". Ainda, descreveu jornada semelhante à informada pelo autor e confirmou já haver com ele laborado no mesmo ponto.
Portanto, a reclamada deixou de produzir prova que evidenciasse a impossibilidade de controle da jornada do autor, ainda que suas atividades hajam sido executadas externamente. Por outro lado, a única testemunha ouvida informou desempenhar a mesma função e haver assinado controle de frequência.
Assim, era ônus da reclamada controlar a jornada de trabalho do autor, nos termos do artigo 74 da CLT, aplicando-se ao caso o item I do enunciado nº 338 da Súmula do TST, in verbis: "É ônus do empregador que conta com mais de 10 (dez) empregados o registro da jornada de trabalho na forma do art. 74, § 2º, da CLT. A não-apresentação injustificada dos controles de freqüência gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, a qual pode ser elidida por prova em contrário".
Ausentes os controles de ponto, presume-se verdadeira a jornada declinada na petição inicial, não elididos pela prova oral. Assim, fixo que o autor laborava de segunda a sexta-feira das 08h às 20h, com 40 minutos de intervalo intrajornada. Por conseguinte, são devidas as horas extras postuladas, assim consideradas as excedentes à 8ª diária e 44ª semanal, com base na jornada da inicial, devendo-se observar o divisor 220.
Em razão da jornada acima reconhecida, percebe-se a supressão do intervalo intrajornada, pelo que o autor faz jus ao pagamento do período integral correspondente ao intervalo intrajornada, acrescido do adicional de 50%.
Não se pode confundir o intervalo intrajornada com o direito ao pagamento das horas extras. Isto, porque o intervalo é devido haja, ou não, excesso ao limite legal de 8 horas diárias. O que o legislador criou foi uma contraprestação diferenciada para o empregado por se encontrar laborando no momento em que deveria ser destinado ao descanso mínimo necessário a sua recomposição física e à manutenção de sua saúde. O parâmetro adotado para pagamento da parcela (hora e adicional de no mínimo 50%) é que se assemelha ao utilizado para pagamento de horas extras.
A não concessão do intervalo intrajornada enseja o pagamento da hora normal acrescida do adicional de mínimo de 50%, consoante previsto no art. 71, § 4º, da CLT, e também em conformidade com o entendimento revelado no item I, do enunciado n. 437 da Súmula do Tribunal Superior do Trabalho. Observe-se que o pagamento do

período relativo ao intervalo intrajornada não concedido não se confunde com horas extras. Estas decorrem do labor além da jornada legal e constituem contraprestação deste labor. Já o pagamento do intervalo não concedido constitui uma contraprestação ao empregado, que não usufruiu o tempo mínimo de descanso necessário ao refazimento de suas energias.

Destarte, ainda que o empregado não exceda a jornada legal ou aquela prevista em norma coletiva, a não concessão do intervalo lhe assegura o pagamento na forma prevista no art. 71, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Quanto à integração ao salário é importante salientar que em sendo contraprestação pelo trabalho a sua natureza é de salário e, como tal, compõe a remuneração.

No mesmo sentido é o item III do enunciado nº 437 da Súmula do TST que assim dispõe:

"III - Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei nº 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais."

Considerando a habitualidade das horas extra e das horas decorrentes da supressão do intervalo intrajornada, é devida a integração destas no salário com reflexos sobre férias acrescidas do terço, 13º salário, FGTS com 40%, aviso-prévio, repouso semanal remunerado e parcelas rescisórias.

Destarte, condeno as reclamadas ao pagamento de horas extras, pelo excesso da 8ª diária e 44ª semanal, acrescidas de 50%, conforme jornada da inicial, com integração ao salário para efeito de reflexos sobre férias acrescidas do terço, 13º salário, FGTS com 40%, aviso-prévio, repouso semanal remunerado e parcelas rescisórias.

Condeno as reclamadas, ainda, ao pagamento do intervalo intrajornada de 1 hora, acrescido de 50%, bem como reflexos legais.

Não há valores a serem deduzidos sob o mesmo título.

Reformo.

(...)" (sublinhou-se e negritou-se, págs. 650-655).

Consoante se infere da decisão do Regional, "Ausentes os controles de ponto, presume-se verdadeira a jornada declinada na petição inicial, não elididos pela prova oral" (pág. 654).

Segundo a Corte a quo, "a reclamada deixou de produzir prova que evidenciasse a impossibilidade de controle da jornada do autor" (pág. 653).

Conforme demonstram os excertos extraídos da decisão regional, os elementos fáticos dos autos conduziram à conclusão de que o reclamante não se enquadrava no disposto no artigo 62, inciso I, da CLT, pois, não obstante exercesse trabalho externo, tinha a sua jornada de trabalho controlada pelo empregador, motivo pelo qual faz jus ao pagamento das horas extras deferidas na demanda.

Cumpre salientar que somente é importante perquirir a quem cabe o ônus da prova quando não há prova dos fatos controvertido nos autos, arguido por qualquer das partes. Assim, uma vez que este ficou efetivamente provado, conforme asseverou o Tribunal Regional, é irrelevante o questionamento sobre a quem caberia fazer a prova. Portanto, nessa hipótese, não há reconhecer ofensa aos artigos 818 da CLT e 373 do CPC/2015.

Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 896, § 14, da CLT.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000350-76.2011.5.09.0664

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	Dra. Marina Rodrigues da Cunha Barreto Vianna(OAB: 27722/DF)
Advogado	Dr. Wagner Dilay(OAB: 37089-A/PR)
Agravado	GENI FRANCISCO DOS SANTOS
Advogado	Dr. Wilson Leite de Morais(OAB: 14946/PR)
Agravado	PRELYMPE PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. - ME
Agravado	ROSELINA FRANCISCA BORGES
Advogado	Dr. Wilson Leite de Morais(OAB: 14946/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- GENI FRANCISCO DOS SANTOS
- PRELYMPE PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. - ME
- ROSELINA FRANCISCA BORGES

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. TEMA INDICADO NA ÍNTEGRA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela segunda reclamada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - ENTE PÚBLICO.

Foram apresentadas contrarrazões às págs. 674-681 e contraminuta às págs. 667-673.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

Verifica-se, de plano, que a parte, em vez de indicar o respectivo trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, transcreveu a íntegra do tema analisado no acórdão, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.

Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:

"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)

Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que

consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso. Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/06/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/08/2018; AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.

De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.

Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.

Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.

Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.

Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0021229-86.2019.5.04.0204

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogada	Dra. Renata Pereira Zanardi(OAB: 33819-A/RS)
Agravado	VINICIUS MACHADO
Advogado	Dr. Millaray Atalia Cortez Zambon(OAB: 59876-A/RS)
Advogada	Dra. Nelci Vannuzi Kleinert Hammerle(OAB: 81914-A/RS)
Advogada	Dra. Karla Felicina Bueno Martins(OAB: 64326-A/RS)
Agravado	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Luiza Zacouteguy Bueno

Intimado(s)/Citado(s):

- UNIÃO (PGU)
- VINICIUS MACHADO
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - RITO SUMARÍSSIMO

RECURSO DE REVISTA DESFUNDAMENTADO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DAS HIPÓTESES DISPOSTAS NO ARTIGO 896, § 9º, DA CLT E NA SÚMULA Nº 442 DO TST

JUSTA CAUSA - FALTA GRAVE

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela primeira reclamada, WMS Supermercados do Brasil Ltda., às págs. 354-358, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 343-345, quanto ao tema JUSTA CAUSA - FALTA GRAVE.

Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.

O Ministério Público do Trabalho se manifestou não haver interesse público no feito

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela primeira reclamada, WMS Supermercados do Brasil Ltda:

"(...)

Rescisão do Contrato de Trabalho / Justa Causa / Falta Grave.

Não admito o recurso de revista noitem.

A parte apenas discorre acerca das razões de sua insurgência e propugna a reforma da decisão. Não indica dispositivo constitucional que entenda violado, tampouco aponta possível contrariedade a Súmula do TST ou a Súmula Vinculante do STF. A ausência de situação prevista no art. 896, parágrafo 9º, da CLT, conforme redação dada pela Lei nº 13.015/2014, obsta o prosseguimento do recurso de revista.

CONCLUSÃO

Nego seguimento.

(...)" (pág. 344).

Na minuta de agravo de instrumento, a primeira reclamada, WMS Supermercados do Brasil Ltda., insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foi demonstrado o preenchimento dos requisitos dispostos no artigo 896 da CLT.

Destaca-se, de plano, no entanto, que se trata de demanda sujeita ao rito sumaríssimo, cuja admissibilidade do recurso de revista está restrita à hipótese de violação literal e direta da Constituição da República ou contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT.

Na hipótese dos autos, verifica-se que o recurso de revista não está

fundamentado nas hipóteses dispostas no dispositivo mencionado, de forma que a medida processual revela-se desfundamentada, por falta de enquadramento no permissivo legal.
Dispõe, ainda, a Súmula nº 442 do TST, in verbis:
"Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação diretaa dispositivoda Constituição Federal ou contrariedade a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, não se admitindo o recurso por contrariedade a Orientação Jurisprudencial deste Tribunal (Livro II, Título II, Capítulo III, do RITST), ante a ausência de previsão no art. 896, § 6º, da CLT"
Estando o apelo desfundamentado, à luz da Súmula nº 442 do TST e do artigo 896, § 9º, da CLT, não alcança conhecimento.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000404-29.2019.5.10.0019

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	DROGARIA ROSÁRIO S.A.
Advogado	Dr. Carlos Augusto Alcoforado Florencio(OAB: 21679-A/PE)
Agravado	ROMARIO FRANCA DO NASCIMENTO
Advogado	Dr. André Silva da Mata(OAB: 29054-A/DF)
Agravado	JMK TRANSPORTADORA E LOGISTICA LTDA - EPP
Agravado	JMK SERVICOS DE ENTREGAS EXPRESS EIRELI - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- DROGARIA ROSÁRIO S.A.
- JMK SERVICOS DE ENTREGAS EXPRESS EIRELI - ME
- JMK TRANSPORTADORA E LOGISTICA LTDA - EPP
- ROMARIO FRANCA DO NASCIMENTO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela terceira reclamada, Drogaria Rosário S.A., às págs. 469-483, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 458 e 459, quanto ao tema RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA.
Foi apresentada contraminuta às págs. 486-490. Sem contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela terceira:
"(...)
Responsabilidade Solidária / Subsidiária.
Alegação(ões):
- contrariedade à(ao) : item IV da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho.
A egr.Turma manteve a sentença em que foi reconhecida aresponsabilidade subsidiária da recorrente ao pagamento das parcelas deferidas ao reclamante, na forma da Súmula n.º 331 doTST. Eisos fundamentosdo julgado sintetizados na ementa:
"RECURSO DA TERCEIRA RECLAMADA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. Demonstrado que a terceira reclamada se beneficiou do trabalho prestado pelo reclamante, correta sua responsabilização subsidiária com fundamento na Súmula 331 do TST."
No recurso, a reclamada se insurge contra o julgado ao argumento de que entabulou contrato de prestação de serviços somente com a primeira reclamada, real empregadora do autor. Sustenta que não havia vínculo empregatício com o reclamante e que inexiste culpa in vigilando, porquanto sempre teria fiscalizado o cumprimento das obrigações trabalhistas. Aponta para ainconstitucionalidade da Súmula 331,do col. TST.
Entretanto, depreende-se do acórdão recorrido que a recorrente foi diretamente beneficiada pelas atividades laborais desempenhadas pelo reclamante,ena qualidade de tomadora e beneficiária do trabalho levado a efeito por força do contrato de prestação dos serviços, exsurge a sua corresponsabilidade peloinadimplemento dos créditos trabalhistas devidos à parte hipossuficiente.
Em tal cenário, o acórdão está em perfeita harmonia com a jurisprudência cristalizada na Súmula nº 331, IV e V, do TST. Nego, pois, seguimento.
(...)" (págs. 458 e 459).
Na minuta de agravo de instrumento, a terceira reclamada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, contestando a condenação que lhe foi imposta, relativa à responsabilidade subsidiária pelo pagamento das verbas deferidas ao trabalhador, argumentando que "a DROGARIA ROSÁRIO S/A manteve contrato de prestação de serviços com a primeira Reclamada, JMK SERVIÇOS DE ENTREGAS EXPRESS EIRELI-ME, assim, esta Recorrente nunca deteve a qualidade de empregadora da parte autora" (pág. 480).
Aduz que "no valor pago pelo contrato de prestação de serviços já estão contidas as despesas com pessoal, sendo certo que eventual condenação tornaria o instituto da terceirização inócuo, posto que seria mais vantajoso empregar pessoas em atividades meio do que pagar duas vezes pelo mesmo empregado" (pág. 480).
Sustenta que "a 3ª Ré, ora Agravante, deveria ter sido excluída da presente demanda, dada a sua patente ilegitimidade para integrar o polo passivo, extinguindo-se o processo sem resolução do mérito em relação à segunda Reclamada" (pág. 480).
Alega que "Nunca existiu relação de emprego entre o Agravado e esta Agravante Destaca-se que o Agravado foi, única e exclusivamente, empregado das 1ª e 2ª Reclamada" (pág. 480).
Afirma que "O fato de o Agravado ter prestado serviços à empresa ré não implica na sua responsabilização de forma alguma quanto a qualquer crédito porventura deferido pelo juízo" (pág. 481).
Informa que "o contrato de prestação de serviços firmado entre a real empregadora do Agravado e esta Agravante tem natureza eminentemente civil e deve ser respeitado, inclusive porque nele resta claro que a responsabilidade quanto aos passivos trabalhistas porventura existentes hão de ser arcados pela empresa contratada, a qual é a efetiva empregadora do reclamante" (pág. 481, destaque no original).
Defende que "a empresa Agravante, por força do contrato, sempre fiscalizou o cumprimento das normas trabalhistas, seja com relação aos seus empregados, seja com relação aos seus prestadores de serviços terceirizados, condicionando o pagamento da fatura do contrato de prestação de serviços à apresentação dos

comprovantes de quitação com as obrigações trabalhistas e previdenciárias pertinentes" (pág. 481, destaque no original). Alega que "não há o que o Agravado reclamar contra a esta Agravante, uma vez que não se pode falar no presente caso em culpa in eligendo ou in vigilando já que disso a recorrente cuidou" (pág. 481, destaque no original).

Aponta violação do artigo 485, inciso VI, do CPC e contrariedade à Súmula nº 331, item IV, do TST e renova a alegação de divergência jurisprudencial.

Sem razão.

O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto à responsabilidade subsidiária, nos seguintes termos:

"(...)

RECURSO DA TERCEIRA RECLAMADA (DROGARIA ROSÁRIO) [destaque no original]

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA) [destaque no original]

Pretende a terceira ré a exclusão de sua responsabilização subsidiária. Destaca que o fato do autor ter lhe prestado serviços não implica sua responsabilidade por qualquer crédito a ele deferido. Aduz ainda que sempre fiscalizou o cumprimento das normas trabalhistas, tanto de seus empregados quanto dos terceirizados.

Sem razão.

A terceira demandada não nega que o autor laborou em seu benefício, restando incontroversa sua condição de tomadora dos serviços, situação que atrai a aplicação da Súmula 331, IV, do TST. Tal ocorre com vistas a inibir contratações terceirizadas irregulares e garantir os direitos dos empregados contratados pela empresa prestadora de serviços, de sorte que o tomador não pode se esquivar da responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, caso inadimplente a ex-empregadora.

A responsabilidade subsidiária decorre da culpa in eligendo e in vigilando. A recorrente não trouxe nos autos nenhum documento apto a demonstrar sua efetiva fiscalização sobre o contrato celebrado com a empresa contratada, ônus que lhe incumbia, por tratar-se de fato impeditivo à pretensão obreira de responsabilização da tomadora dos serviços.

Logo, nego provimento.) [destaque no original]

(...)" (págs. 401 e 402, destacou-se).

Verifica-se que a terceira reclamada, Drogaria Rosário S.A., terceirizou serviços mediante a contratação da primeira reclamada. Assim, embora o reclamante tenha sido contratado pela primeira reclamada, prestou serviços, de fato, em favor a terceira reclamada, ora recorrente, conforme consta no quadro fático descrito no acórdão regional.

O Tribunal Regional consignou, expressamente, que "A terceira demandada não nega que o autor laborou em seu benefício, restando incontroversa sua condição de tomadora dos serviços" (pág. 401).

A decisão regional, portanto, foi proferida em perfeita consonância com o item IV da Súmula nº 331 do TST, com a redação que lhe foi dada por meio da Res. nº 174/2011, divulgada no DEJT em 27, 30 e 31/5/2011:

"IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial."

Por se tratar de empresa privada tomadora de serviços, a exigência que se faz para a sua responsabilização subsidiária é a sua condição de tomadora de serviços do trabalhador, bem como a sua participação na relação processual.

A terceirização trabalhista de atividade-meio, como é o caso dos autos, é atividade lícita.

Isso, contudo, não implica afastamento da responsabilidade da reclamada ora agravante, visto que se beneficiou da prestação dos serviços do trabalhador e, assim, com apoio nos artigos 8º da CLT e 186 e 927 do Código Civil, deve responder pela eventual inobservância dos direitos trabalhistas que assistem ao reclamante.

Cabe ressaltar que, para afastar as conclusões da Corte regional, seria necessário o reexame de fatos e provas, o que é defeso a esta instância recursal de natureza extraordinária, ante a vedação contida na Súmula nº 126 do TST.

A decisão regional foi proferida, portanto, em conformidade com o entendimento da Súmula n° 331, item IV, do TST, de modo que afastada está a possibilidade de configuração de divergência jurisprudencial nos termos do § 7º do artigo 896 da CLT.

Não se configura a alegada violação do artigo 485, inciso VI, do CPC.

Diante disso, nego provimento ao agravo de instrumento com fundamento nos artigos 932, inciso IV, alínea "a", do CPC/2015 e 255, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do TST.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011024-55.2018.5.03.0173

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	VINICIUS MORAIS GALVAO
Advogado	Dr. Karine de Souza Fraga(OAB: 143306-A/MG)
Agravado	WELITON CHARLES NUNES DA SILVA
Advogado	Dr. Raphael Divino Silva(OAB: 178266-A/MG)
Agravado	ALUMILANDIA COMERCIO DE CHAPAS E ALUMINIOS LTDA - EPP
Advogado	Dr. Allan Carvalho Agreli(OAB: 94667-A/MG)
Agravado	LOPES & GALVAO COMERCIO DE VIDROS LTDA.
Agravado	ANA MARIA SILVA LOPES
Agravado	EURIPEDES BARSANULFO LOPES
Agravado	BRUNO SILVA LOPES
Agravado	PAULA SILVA LOPES
Advogado	Dr. Sérgio Luiz Goncalves Sandin(OAB: 126398-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALUMILANDIA COMERCIO DE CHAPAS E ALUMINIOS LTDA - EPP
- ANA MARIA SILVA LOPES
- BRUNO SILVA LOPES
- EURIPEDES BARSANULFO LOPES
- LOPES & GALVAO COMERCIO DE VIDROS LTDA.
- PAULA SILVA LOPES
- VINICIUS MORAIS GALVAO
- WELITON CHARLES NUNES DA SILVA

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e

regular processamento de seu apelo.
Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Interposto recurso de revista contra acórdão regional proferido no julgamento de agravo de instrumento em recurso ordinário.
Contudo, manifestamente incabível o apelo, à míngua de previsão legal, conforme dispõe o art. 896 da CLT. Nesse sentido, o entendimento cristalizado na Súmula 218 desta Corte:

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento."

O devido processo legal e a ampla defesa devem ser exercidos segundo o ordenamento jurídico vigente, observadas as estritas hipóteses de cabimento de cada modalidade recursal.
Assim, ausente pressuposto de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010823-20.2020.5.15.0089

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	LUIZ FERNANDO BATISTA DA ROSA
Advogado	Dr. Renata Sanches Guilherme(OAB: 232686-A/SP)
Advogado	Dr. Ricardo Sanches Guilherme(OAB: 180694-A/SP)
Agravado	TEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Advogada	Dra. Maria Aparecida Cruz dos Santos(OAB: 90070-A/SP)
Agravado	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	Dr. Fabio Rivelli(OAB: 297608-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIZ FERNANDO BATISTA DA ROSA
- TEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - RITO SUMARÍSSIMO

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. TEMAS INDICADOS NA ÍNTEGRA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: INTERVALO INTRAJORNADA e HORAS EXTRAS.
Foram apresentadas contrarrazões às págs. 474-478 e contraminuta às págs. 479-482.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte, em vez de indicar os respectivos trechos da decisão recorrida em que se encontram prequestionadas as matérias objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º -A, inciso I, da CLT, transcreveu a íntegra dos temas analisados no acórdão, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso.
Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/06/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/08/2018; AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual

da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.
Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000640-57.2017.5.05.0611

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DE CRÉDITO, DE VITÓRIA DA CONQUISTA E REGIÃO
Advogado	Dr. José Eymard Loguércio(OAB: 1441/DF)
Advogado	Dr. Bruno Duarte Amazonas Pedroso(OAB: 21663-A/BA)
Advogado	Dr. Sylvio Garcez Júnior(OAB: 7510-A/BA)
Agravado	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Tárcio Franklin Lustosa Novais(OAB: 20956-A/BA)
Advogada	Dra. Larissa Tavares Perez Duran(OAB: 10557/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DE CRÉDITO, DE VITÓRIA DA CONQUISTA E REGIÃO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.
Foram apresentadas contrarrazões às págs. 1.072-1.086 e contraminuta às págs. 1.062-1.071.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.

Verifica-se, de plano, que a parte não indicou, na petição do recurso de revista, o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Registra-se que a mera menção somente à conclusão da Corte regional acerca do tema ou à parte dispositiva do respectivo acórdão não satisfaz o requisito exigido por meio do mencionado dispositivo de lei.
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso.
Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto e, levando-se em conta que a interposição de recurso não é considerada ato urgente, é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Registra-se que a alegação de negativa de prestação jurisdicional não foi renovada nas razões do agravo de instrumento.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0100988-83.2018.5.01.0571

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICÍPIO DE PARACAMBI
Procurador	Dr. Eric Teixeira Araújo
Agravado	ALEXANDRA RAYSSA MONTEIRO RIBEIRO
Advogada	Dra. Andréia de Oliveira Cabral de Britto(OAB: 94325-A/RJ)
Agravado	RENACOOP - RENASCER COOPERATIVA DE TRABALHO
Advogado	Dr. Adriana Lourenco Domingues(OAB: 135732-A/RJ)
Advogado	Dr. Sergio Gustavo Rodrigues Porto(OAB: 97960-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRA RAYSSA MONTEIRO RIBEIRO
- MUNICÍPIO DE PARACAMBI
- RENACOOP - RENASCER COOPERATIVA DE TRABALHO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo segundo reclamado, MUNICÍPIO DE PARACAMBI, às págs. 323-325, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 319 e 320, quanto ao tema RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - ENTE PÚBLICO.

Foram apresentadas contrarrazões às págs. 330-343 e contraminuta às págs. 344-346 pela primeira reclamada, RENACOOP - RENASCER COOPERATIVA DE TRABALHO.

O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo segundo reclamado:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso (decisão publicada em 08/10/2020 - Id. 7bde3b9; recurso interposto em 09/11/2020 - Id. 86daaf1).

Regular a representação processual (nos termos daSúmula 436, I e II do TST).

Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária/Subsidiária / Tomador de Serviços/Terceirização / Ente Público.

Alegação(ões):

- contrariedade à tese fixada pelo STF no julgamento da ADC 16 e do RCL 21.483/RJ.

O v. acórdão revela que, em relação ao tema recorrido, o entendimento adotado pela Turma, de acordo com a prova produzida (Súmula 126 do TST), encontra-se em consonância com a notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e consubstanciada na Súmula 331, V, sob a ótica emprestada pelo STF no julgamento da ADC n° 16.

Em razão dessa adequação (acórdão-jurisprudência iterativa do TST), o recurso não merece processamento (Súmula 333 do TST).

CONCLUSÃO

NEGO seguimento aorecurso de revista." (págs. 319 e 320).

Na minuta de agravo de instrumento, o segundo reclamado insiste na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos todos os requisitos para admissibilidade de seu recurso de revista.

Aduz que "tal decisão contraria o decidido pelo STF na RCL 21.483/RJ (ID 6e57baf) por transferir, automaticamente, a responsabilidade para o Município de Paracambi sem considerar que a fiscalização que cabia ao ente contratante foi realizada" (pág. 325).

Sustenta que "a transcendência recursal é clara haja vista a existência do tema 1118 tramitando no STF em que se discute à luz dos artigos 5º, II, 37, XXI e § 6º, e 97 da Constituição Federal a legitimidade da transferência ao ente público tomador de serviço do ônus de comprovar a ausência de culpa na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas devidas aos trabalhadores terceirizados pela empresa contratada, para fins de definição da responsabilidade subsidiária do Poder Público" (pág. 325).

Alega violação dos artigos 5º, inciso II, 97, 102, inciso II, alínea "a", e 102, § 2º, da Constituição Federal e renova a indicação de divergência jurisprudencial oriunda da RCL n° 21.483/RJ do STF.

Sem razão.

Primeiramente, insta salientar que somente as questões e os fundamentos jurídicos trazidos no recurso de revista e adequadamente reiterados nas razões do agravo de instrumento serão apreciados nesta oportunidade, em observância ao instituto processual da preclusão.

Nessa senda, não serão objeto de cognição as alegações formuladas na minuta de agravo de instrumento, referentes à violação dos artigos 5º, inciso II, 97, 102, inciso II, alínea "a", e 102, § 2º, da Constituição Federal, porquanto inovatórias, tendo em vista que não foram apresentadas nas razões do recurso de revista.

Verifica-se que, no caso, a divergência jurisprudencial não está demonstrada, uma vez que o aresto apresentado no recurso de revista não serve para o cotejo de teses, pois oriundo do Supremo Tribunal Federal, em desatendimento às hipóteses de cabimento previstas no artigo 896, alínea "a", da CLT.

Dessa forma, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010043-31.2021.5.03.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	MARCIO FRANCISCO DA SILVA PEREIRA
Advogado	Dr. Pedro Paulo Pollastri de Castro e Almeida(OAB: 124974-A/MG)
Advogado	Dr. Pedro Zattar Eugênio(OAB: 128404 -A/MG)
Agravado	99 TECNOLOGIA LTDA
Advogada	Dra. Tatiana Guimarães Ferraz Andrade(OAB: 164486-S/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- 99 TECNOLOGIA LTDA
- MARCIO FRANCISCO DA SILVA PEREIRA

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:
RECONHECIMENTO DA RELAÇÃO DE EMPREGO
Postula o agravante a reforma do acórdão regional quanto ao tema acima epigrafado.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.
Destaque-se, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, não basta a mera indicação da ementa, páginas do acórdão, paráfrase, resumo, trecho insuficiente, parte dispositiva ou mesmo do inteiro teor do acórdão ou de capítulo de acórdão não sucinto, sem destaques próprios. Tampouco a transcrição dos trechos, no início da petição, dissociada dos fundamentos, sem o devido cotejo analítico de teses, serve ao fim colimado.
No caso, a parte transcreveu integralmente o acórdão regional.
Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010727-79.2020.5.03.0140

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	SAIDERA BRASIL COMERCIO LTDA - ME
Advogado	Dr. Breno Fraga Miranda e Silva(OAB: 343673-A/SP)
Agravado	CARLOS ROBERTO DE PAULA
Advogado	Dr. Hélio Ricardo Batista dos Santos(OAB: 93601-A/MG)
Advogado	Dr. Gilberto Pinto Vilaça Júnior(OAB: 112975-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):
- CARLOS ROBERTO DE PAULA
- SAIDERA BRASIL COMERCIO LTDA - ME

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - RITO SUMARÍSSIMO

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: HORAS EXTRAS, INTERVALO INTERJORNADA, ADICIONAL DE HORAS EXTRAS, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, INTEGRAÇÃO AO SALÁRIO e TIQUETE ALIMENTAÇÃO.
Foram apresentadas contrarrazões às págs. 418-427 e contraminuta às págs.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte não indicou, na petição do recurso de revista, os trechos da decisão recorrida em que se encontram prequestionadas as matérias objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Registra-se que a mera menção somente à conclusão da Corte regional acerca do tema ou à parte dispositiva do respectivo acórdão não satisfaz o requisito exigido por meio do mencionado dispositivo de lei.
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso.
Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual

da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto e, levando-se em conta que a interposição de recurso não é considerada ato urgente, é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Assim, nego provimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 255, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001043-67.2019.5.02.0402

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	Dr. Fabio Rivelli(OAB: 297608-A/SP)
Agravado	NELSON VIEIRA
Advogado	Dr. Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 163741-A/SP)
Agravado	MASSA FALIDA de DOMINION INSTALAÇÕES E MONTAGENS DO BRASIL LTDA.
Advogado	Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro(OAB: 98628-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MASSA FALIDA de DOMINION INSTALAÇÕES E MONTAGENS DO BRASIL LTDA.
- NELSON VIEIRA
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:
TERCEIRIZAÇÃO. FALÊNCIA. DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA. HORAS EXTRAS. JUROS
Postula a agravante a reforma do acórdão regional quanto aos temas acima epigrafados.
Não obstante, nas razões de recurso de revista, desatendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.015/2014:

"Art. 896
[...]
§ 1º-A - Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista."

Com efeito, a ausência de transcrição e delimitação dos fundamentos fáticos e jurídicos relevantes para a compreensão da controvérsia implica defeito formal grave, insanável.
Destaque-se, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, não basta a mera indicação da ementa, páginas do acórdão, paráfrase, resumo, trecho insuficiente, parte dispositiva ou mesmo do inteiro teor do acórdão ou de capítulo de acórdão não sucinto, sem destaques próprios. Tampouco a transcrição dos trechos, no início da petição, dissociada dos fundamentos, sem o devido cotejo analítico de teses, serve ao fim colimado.
No caso, quanto aos temas horas extras e juros de mora, a parte não traz qualquer transcrição na fundamentação correspondente. No que tange ao tema remanescente, por outro lado, traz a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido.
Assim, comprometido pressuposto intrínseco de admissibilidade, nego provimento ao agravo de instrumento (art. 932 do CPC).
Incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000939-36.2014.5.01.0551

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ITALO CARDOSO NEMETALA
Advogado	Dr. Hércules Anton de Almeida(OAB: 59505/RJ)
Agravado	LEVTOP TECNOLOGIA EM LEVANTAMENTOS TOPOGRAFICOS LTDA.
Advogado	Dr. Rodrigo Alves Machado de Paula(OAB: 90095-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ITALO CARDOSO NEMETALA
- LEVTOP TECNOLOGIA EM LEVANTAMENTOS TOPOGRAFICOS LTDA.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Horas Extras.
Alegação(ões):
- violação do(s) artigo 7º, inciso XIII; artigo 7º, inciso XVI, da Constituição Federal.
- violação d(a,o)(s) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 818; Código de Processo Civil, artigo 373, inciso II.
O exame detalhado doprocesso revela que o v. acórdão regional está fundamentado no conjunto fático-probatório até então produzido. Nesse aspecto, a análise das violaçõesapontadas importaria o reexame de todo o referido conjunto, o que, na atual fase processual, encontra óbice inarredável na Súmula 126 doTST.
CONCLUSÃO
NEGO seguimento aorecurso de revista".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto emerge como obstáculo à sua admissibilidade a diretriz consubstanciada na Súmula 126 do TST.
O Regional decidiu a questão, embasado no conjunto da prova dos autos, conforme se denota dos seguintes trechos:

"(...)
Nos documentos acostados aos autos (fls. 33 e seguintes) Constam os demonstrativos de quitação das horas extras referentes à jornada realizada pelo reclamante.
A testemunha convidada pelo reclamante, na audiência (ata de fl.504 - verso), ao prestar depoimento, não foi convincente ao narrar os fatos, pois suas declarações não foram ao encontro das afirmações contidas na peça de ingresso.
(...)
O princípio da imediatidade, a prova oral produzida perante o julgador que teve contato direto com as testemunhas traduz o seu convencimento sobre o tema e deve ser mantido, pois não existe nos autos elementos suficientes para alterar a conclusão do julgado.
No mais, por não terem elementos robustos e contundentes que há débitos referentes às horas extras, mantém-se a sentença".

Assim, para que se pudesse entender de modo diverso, seria necessária a reapreciação do conjunto probatório dos autos, o que vai de encontro à Súmula 126 do TST.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000704-07.2010.5.01.0035

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	DANIELA ALVES SANTANA SILVA
Advogada	Dra. Ana Cristina Campelo de Lemos Santos(OAB: 48681-A/RJ)
Agravado	LIQ CORP S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Cristiano de Lima Barreto Dias(OAB: 92784/RJ)
Agravado	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	Dr. Ilan Goldberg(OAB: 100643-A/RJ)
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):
- BANCO ITAUCARD S.A.
- DANIELA ALVES SANTANA SILVA
- LIQ CORP S.A.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos do acórdão recorrido:

DO VÍNCULO DE EMPREGO
Afirmou a autora, na inicial, ter sido admitida pela Credicard, em 05/07/2002, para exercer a função de atendente pleno II, sendo seu contrato de trabalho assumido pela empresa Orbitall, em 01/04/2004, e, posteriormente, pela ia ré - Contax, em 01/08/2004,

sendo dispensada em 01/02/201 0. que, durante todo o período de labor, prestou serviços para o segundo réu, Banco Citicard, que controla o grupo econômico integrado pela Credicard e pela Orbitall. Requereu, assim, que fosse reconhecido o vínculo com o bancoreclamado, e, por conseguinte, a nulidade do contrato de trabalho firmado com a 1ª ré.

A decisão recorrida indeferiu o pedido.

O cerne da questão sob análise consiste na verificação da existência ou n de vínculo de emprego entre a reclamante e o 2º réu - Banco Citicard (Credicard), na função) de atendente de telemarketing.

Na peça de bloqueio da ia ré (fls. 486/506), a ré confirma a existência de prestação de serviços para a 2ª ré, sendo o banco-reclamado contratante e a Contax contratada.

A 1ª reclamada não trouxe aos autos o contrato de prestação de serviços que celebrou com o 2º reclamado.

Afirma a 1ª ré que o Banco Citicard é apenas um cliente da Contax, que é empresa de tele-atendimento, sendo válido o contrato de trabalho celebrado entre a autora e a 1ª ré.

O 2º réu não compareceu à audiência, sendo-lhe aplicado a revelia.

Assim, delineados os contornos da questão sub judice, verifica-se que a situação retratada nos presentes autos insere-se na hipótese de terceirização, que consiste, em tese, na possibilidade da contratação de serviços por meio de empresa prestadora de serviços, para a consecução das atividades-meio da empresa tomadora, ou seja, atividades não essenciais desta última. Segundo Maurício Godinho Delgado, in Curso de Direito do Trabalho, 2a edição, LTR, 2003, páginas 436/437: atividades-meio são aquelas funções tarefas empresariais e laborais que não se ajustam ao núcleo da dinâmica empresarial do tomador dos serviços, nem compõem a essência dessa dinâmica ou contribuem para a definição de seu posicionamento no contexto empresarial e econômico mais amplo. Sã, portanto, atividades periféricas à essência da dinâmica empresarial do tomador dos serviços. Sã, ilustrativamente, as atividades referidas pela Lei n° 5.645, de 1970: 'transporte, conservação, custódia, operação de elevadores, limpeza e outras assemelhadas'. São também outras atividades meramente instrumentais, de estrito apoio logístico ao empreendimento (serviço de alimentação aos empregados do estabelecimento, etc.)."

No caso presente, desenvolvia a reclamante, no curso do contrato de trabalho relatado na inicial, as atividades de atendente de telemarketing.

A prova produzida foi a oral.

No depoimento pessoal (fl. 678) afirmou a autora que:

"(...) que no período da CONTAX o controle era feito de "login" e "logout", mas muitas vezes eram manipulados por supervisor (...); e cada supervisor tinha sua linha de funcionários e qualquer supervisor poderia modificar o horário da depoente; que a ré limitava o trabalho em horas extras a duas por dia, assim, o que ultrapassava esse cômputo, era distribuído por outros dias; (...) exercia suas atividades dentro do atendimento, fazendo negociação de fatura, sendo que a depoente tinha um teto mínimo e máximo de negociação, dentro desses parâmetros, a depoente podia negociar com o cliente; que também fazia revenda e venda de cartões, seguros, fazia empréstimo pessoal, atendia o SAC especializado, sendo que dentro do SAC desenvolvia todas as funções, abria sistemas, entrava em contato com o cliente para informar o resultado da reclamação; que a depoente tinha como reduzir valores de tarifas bancárias de acordo com solicitação de cliente de cartão de crédito; que tinha possibilidade, ainda, de desvincular o pagamento da fatura da conta corrente do cliente; que as funções da depoente eram preestabelecidas pelo sistema, mas o poder de autonomia de decisão, negociação, era do depoente, dentro do teto mínimo e máximo permitido pela empresa; que a depoente não tinha acesso à conta corrente do cliente; que as informações do cliente que a depoente tinha estavam vinculadas aos cartões de crédito;(...)."

A testemunha da autora, Sra. Emanuelle Alcântara, assim informou (fls. 679/680).

"(...) que era operadora de atendimento e trabalhava na revenda de cartão de crédito, mesmo setor em que a autora trabalhava; que a depoente tinha as seguintes atribuições: os serviços do cartão de crédito quando o cliente manifestava intenção de desistir do serviço; que também oferecia o serviço de crédito pessoal, parcelamento do débito da fatura quando o cliente estava em atraso; que a autora tinha exatamente as mesmas funções, mas também trabalhou no setor de seguros, na venda e revenda; que, como os setores eram no mesmo andar e a depoente e a autora eram, em alguns momentos, da mesma equipe, a depoente tem condições de prestar informações sobre o atendimento do seguro feito pela autora o que, aliá, acontecia muitas vezes no próprio setor da depoente, no chamado transbordo de serviço. (...); que havia rotatividade das equipes do mesmo setor, cada momento sendo subordinada a um supervisor (...); que a autora também trabalhou com esses produtos; que, até onde sabe, a autora já iniciou trabalhando com Credicard e, depois, passou pelo ltaucard e retorno para a Credicard; (...)

Conforme documento de fl. 40, o vínculo de emprego reconhecido foi entre a autora e a primeira ré, logo, tendo em vista que aquela pretende anular tal vínculo e obter o vínculo com a segunda ré, sob o fundamento de alegada fraude, cabe a autora o ônus de prova em tal aspecto, nos termos dos artigos 818 da CLT e 333 do CPC. Todavia, deste ônus a autora não se desincumbiu, uma vez que seu depoimento e o depoimento da testemunha por ela indicada confirmam o labor habitual, mediante onerosidade e subordinação do primeiro réu, não se verificando nenhum dos requisitos do art. 3 0, da CLT, em relação a segunda ré.

Limitado o campo de atuação do tomador dos serviços, mostra-se evidente que as atividades desenvolvidas pela autora não inserem-se entre aquelas necessárias à Consecução de seu objeto social.

As atividades exercidas pela autora não tem o condão de estabelecer vínculo empregatício com a segunda ré, posto que não são atividades tipicamente financiárias ou bancarias e estão assim dispostos na Resoluções n°s 3 110/2003 e 3 954/20, do Banco Central, as qualificaram a contratação, por parte de bancos, de empresas prestadoras de serviços para consecução das atividades-meio. Deste modo, não merece reparo a sentença.

NEGO PROVIMENTO.

DA EQUIPARAÇÃO AOS BANCÁRIOS

Da mesma forma, diante dos motivos que ensejaram ao indeferimento do reconhecimento de vínculo com a segunda ré, não se vislumbra a presença dos requisitos necessários para enquadramento como bancária, uma vez que ausentes os elementos elencados no art. 30, da CLT, em relação ao banco-réu.

NEGO PROVIMENTO.

Em agravo de instrumento, a reclamante reitera os fundamentos de existência do vínculo direto com o tomador dos serviços e requer os direitos trabalhistas decorrentes da categorial correlata.

Examino.

Na hipótese dos autos, o TRT entendeu pela licitude da terceirização de serviços, afastando o vínculo de emprego com o tomador de serviços.

Faz-se necessário o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF, reconhecendo a licitude da terceirização de serviços pelas

empresas de telecomunicações.

A possibilidade de terceirização de forma ampla, nas atividades-meio e atividades-fim das empresas, foi tema objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e do Recurso Extraordinário (RE) 958252, julgados pelo Supremo Tribunal Federal em 30/08/2018 e publicados no DJE em 06/09/2019 e 13/09/2019, respectivamente.

A Suprema Corte, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", afastando, assim, a configuração da relação de emprego com o tomador dos serviços. Além disso, em 11/10/2018, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, reafirmou o seu entendimento de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada".

Fixou, então, a tese jurídica de que "é nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC".

Registre-se que a responsabilidade do tomador de serviços nestes casos se mantém de forma subsidiária, porém, no caso concreto, o pedido é específico quanto ao vínculo de emprego direto com o segundo contratante.

Nesse contexto, o Tribunal Regional decidiu em conformidade com a jurisprudência firmada sobre o tema no âmbito do Supremo Tribunal Federal, com efeito vinculante.

Ressalta-se que, a partir de 30/8/2018, é de observância obrigatória aos processos judiciais em curso ou pendentes de julgamento a tese jurídica firmada pelo e. STF no RE n.º 958.252 e na ADPF n.º 324.

Nesse contexto, não há mais espaço para o reconhecimento do vínculo empregatício com o tomador de serviços sob o fundamento de que houve terceirização ilícita (ou seja, terceirização de atividade essencial ou finalística), ou, ainda, para a aplicação dos direitos previstos em legislação específica ou em normas coletivas da categoria profissional dos empregados da empresa contratante. Nesse sentido, cito jurisprudência desta Corte:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. Ante as razões apresentadas pelo agravante, afasta-se o óbice oposto no despacho agravado. Agravo conhecido e provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. Decisão regional em que adotado o entendimento de que é ilícita a terceirização empreendida na atividade-fim do tomador dos serviços. Aparente violação do art. 5º, II, da CF, a ensejar o provimento do agravo de instrumento. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. 1. O Tribunal Regional manteve a sentença quanto à ilicitude da terceirização, ao fundamento de que os serviços prestados estão inseridos na atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. 2. Não obstante o entendimento cristalizado na Súmula 331, I, do TST, no sentido de que " a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário ", o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de repercussão geral, decidiu que " é lícita à terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Ressalto que, no caso, não há no acórdão regional qualquer registro concernente à existência de pessoalidade e/ou subordinação direta à tomadora dos serviços. Assim, torna-se inviável o reconhecimento da ilicitude da terceirização, não sendo tampouco possível o reconhecimento de isonomia com os empregados da empresa tomadora dos serviços. 4. Configurada a violação do art. 5º, II, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10943-72.2016.5.03.0013, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 12/11/2021)

RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO DE EMPREGO. BANCO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. 1. A partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços, independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 2. Na espécie, o Tribunal Regional reconheceu o vínculo de emprego entre a reclamante e um dos Bancos reclamados, somente em razão da prestação de serviços reputados eminentemente bancários. Nesse sentido, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego da reclamante com a instituição financeira tomadora de serviços e a condição de bancário do trabalhador. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10823-70.2015.5.03.0043, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 02/02/2021)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO AUTOR NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/17. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. Compulsando-se os autos, verifica-se que o acórdão embargado, de fato, se pronunciou no sentido da não observância de pressuposto da regularidade formal inerente aos recursos de fundamentação vinculada (princípio da dialeticidade recursal). Todavia, em melhor análise, constata-se que a parte, nas razões do agravo, impugnou de forma específica e fundamentada o óbice erigido na decisão agravada, comportando, assim, a decisão embargada complementação. TERCEIRIZAÇÃO. TOMADORA DE SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO STF. TEMA 725. REPERCUSSÃO GERAL. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de Repercussão Geral, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas,

mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Nesse contexto, porquanto superada a questão da ilicitude da terceirização - em conformidade com as decisões do STF -, resulta inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do autor diretamente com o tomador de serviços. Embargos de declaração a que se dá provimento, para sanar os vícios apontados, sem, contudo, imprimir-lhes efeito modificativo. (ED-Ag-AIRR-11359-77.2015.5.01.0030, 1ª Turma, Relator Ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 16/11/2021).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Deixa-se de analisar a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, nos termos do artigo 249, § 2º, do CPC/73 (artigo 282, § 2º, do atual CPC), por cogitar-se, no mérito , de possível decisão favorável ao reclamante. TERCEIRIZAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS DE ENERGIA. PREVISÃO NO ARTIGO 25, § 1º, DA LEI Nº 8.987/95. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA ADPF 324, DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EM REPERCUSSÃO GERAL ARE-791.932-DF (TEMA 739) E RE-958.252-MG (TEMA 725) E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE Nos 26 E 57, EM QUE SE DISCUTIA A CONSTITUCIONALIDADE DO CITADO DISPOSITIVO LEGAL. 1. Esta Corte firmou o entendimento de que a terceirização do serviço de eletricista, por se tratar de atividade-fim das empresas concessionárias de serviço de energia elétrica, era ilícita, com fundamento na Súmula nº 331, itens I e III, do TST. 2. Por outro lado, a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre "o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", como norma de Direito Administrativo, não foi promulgada para regular matéria trabalhista, devendo ser interpretada à luz dos princípios e das regras que norteiam o Direito do Trabalho, de modo a não esvaziar de sentido prático ou a negar vigência e eficácia às normas trabalhistas que, no País, disciplinam a prestação do trabalho subordinado e as próprias figuras do empregado e do empregador. Dessa forma, quando os órgãos fracionários dos Tribunais trabalhistas entendem que as relações laborais não são regidas pelo artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, não estão deixando de aplicar o dispositivo legal por considerá-lo inconstitucional. Assim, foi observado o disposto no artigo 97 da Constituição Federal e na Súmula Vinculante nº 10 e do STF. 3. Não obstante seja esse o entendimento deste Relator, curvo-me, com ressalva, à tese firmada na decisão proferida nos autos do ARE-791.932-DF (Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral), relatada pelo Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, in verbiS: "É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC" (DJe de 6/3/2019). 4. A Suprema Corte, em sessão realizada em 30/8/2018, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252 (Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral), a respeito da terceirização prevista na Súmula nº 331 do TST, firmou a seguinte tese: "É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". Nos acórdãos proferidos nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade nºs 26 e 57, em que se discutia a constitucionalidade do artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, relatados pelo Exmo. Ministro Edson Fachin, foi destacado: "no julgamento do Tema 739, ARE 791.932- RG, esta Corte, então instada a se manifestar sobre a inobservância da cláusula de reserva de Plenário e o disposto no art. 94, II, da Lei 9.472/1997, declarou a nulidade da decisão do órgão fracionário do TST"; "a norma do diploma regulatório dos serviços de telecomunicações tem conteúdo idêntico ao objeto da presente ação direta de constitucionalidade". 6. A Suprema Corte, fazendo referência às teses fixadas no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252- RG (Tema 725), registrou que, tendo sido afastada a aplicação da Súmula nº 331 do TST "naquelas hipóteses, deve também aqui se estender o mesmo entendimento", concluindo que "o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, ao autorizar as concessionárias de serviço público a contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, alinha-se ao entendimento jurisprudencial atual e, reveste-se de constitucionalidade, devendo ter sua eficácia garantida e preservada". 7. Entretanto, a adoção da tese vinculante firmada pelo Supremo Tribunal Federal não impede o reconhecimento de vínculo de emprego entre o trabalhador terceirizado e a tomadora de serviços, quando comprovada a incidência dos artigos 2º, 3º e 9º da CLT ao caso em apreço, conforme decidiu a SbDI-1, nos autos do E-ED-RR-32900-51.2005.5.03.0002, em acórdão relatado pelo Exmo. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, firmando o entendimento de que há que reconhecer o "vínculo empregatício com a tomadora dos serviços, quando estiver nitidamente comprovada nos autos a presença dos requisitos do art. 3º da CLT, configurando desvirtuamento da terceirização de forma a disfarçar a existência de inequívoca relação de emprego com a tomadora". 8. Na hipótese dos autos, o Ministério Público do trabalho ajuizou ação civil pública contra a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (concessionária de serviços de energia elétrica) e a Santa Maria Participações S.A., a fim de impedir a terceirização de atividade-fim daquela. O Tribunal a quo, por entender pela ilicitude da terceirização dos serviços de leitura de medidores de energia elétrica ativa, reativa e de demanda, envio de faturas e documentos, suspensão do fornecimento de energia elétrica e religação procedida pela Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., confirmou a sentença pela qual essa última ré foi condenada a abster-se de terceirizar os citados serviços e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo . 9. Como o Supremo Tribunal Federal firmou tese, de natureza vinculante, considerando lícita a terceirização, não subsiste a condenação da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. "a abster-se de repassar a terceiros atividades-fins" e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo (responsabilidade solidária da segunda ré). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-215900-88.2012.5.17.0141, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 12/11/2021).

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - PROVIMENTO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. Diante de potencial violação do art. 37, XIII, da Constituição Federal, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252/MG, com repercussão geral (tema 725), em sessão plenária do dia 30.8.2018,

fixou teses, respectivamente, no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada" e que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 2. A licitude de terceirização de atividade-fim foi reafirmada, pelo Excelso Pretório, nos julgamentos subsequentes do ARE nº 791.932/DF, com repercussão geral (tema 739), em 11.10.2018, e da ADC nº 26, em 22.8.2019. 3. O caso dos autos é o decidido pelo STF, razão pela qual não é possível a aplicação analógica do art. 12, "a", da Lei nº 6.019/74 (OJ 383/SBDI-1/TST), com esteio na alegada ilicitude da terceirização. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10166-80.2018.5.03.0025, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 12/11/2021).

[...] RECURSOS DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STF (TEMA 739 DE REPERCUSSÃO GERAL NO STF - ARE 791.932). TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. O STF, no julgamento da ADC 26/DF, transitado em julgado em 18.09.2019, seguindo a tese firmada no ARE 791.932, em repercussão geral (Tema 739), declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, que autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público, e, reiterando o entendimento exarado pelo Plenário do STF em 30.08.2018, no julgamento da ADPF-324 e do RE-958252, com repercussão geral (Tema 725), reconheceu a constitucionalidade do instituto da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, afastando a incidência da Súmula 331 do TST. É necessário, pois, o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF, relativamente à possibilidade de terceirização de serviços afetos às atividades precípuas das concessionárias de energia elétrica, sendo irrelevante perquirir sobre a natureza das atividades exercidas pela empresa contratada. No caso vertente, o TRT entendeu que havia relação direta da atividade desempenhada pelo Reclamante com a atividade-fim da tomadora e concluiu pela ilicitude da terceirização. Entretanto, há de ser afastada a ilicitude da terceirização, à luz do entendimento do E. STF e do art. art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995. Consequentemente, não se viabiliza o reconhecimento da isonomia salarial em relação aos empregados da empresa tomadora de serviços e a condenação ao pagamento de direitos e benefícios legais, normativos e/ou contratuais daí decorrentes. Remanesce, contudo, a responsabilidade subsidiária em caso de eventual condenação, nos termos da decisão do STF (Tema 725) e da Súmula 331, IV/TST. Ressalva de entendimento pessoal deste Relator. Recurso de revista conhecido e provido. (RR -20455-49.2017.5.04.0811, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 19/03/2021).

[...] RECURSO DE REVISTA. DECISÃO REGIONAL PROFERIDA ANTES DA LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO. SERVIÇOS DE TELEMARKETING. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O BANCO TOMADOR DE SERVIÇOS. Nos termos do posicionamento adotado pela Suprema Corte Federal, no julgamento do ARE 791932, Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral, nos autos da ADPF 324 e do RE 958252, e, ainda, na ocasião do julgamento da ADC 26, é lícita a terceirização de serviços de atividade fim . Assim, deve ser reformada a decisão regional para adequar ao entendimento da Suprema Corte. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-170-89.2013.5.06.0012, 6ª Turma, Relator Ministro Aloysio Correa da Veiga, DEJT 20/03/2020).

III - RECURSO DE REVISTA ANTERIOR À LEI Nº 13.015/2014. RETORNO DOS AUTOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA TOMADORA DOS SERVIÇOS NÃO CONFIGURADA. MANUTENÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO CONSAGRADO PELO C. STF - TEMA 725 DE REPERCUSSÃO GERAL NO C. STF - ADPF 324 E RE 958.252. 1. Há muito prevaleceu no âmbito desta Corte Superior o entendimento de que é ilícita a terceirização de serviços especializados, ligados à atividade-fim do tomador dos serviços, identificada no objeto social do contrato social das empresas envolvidas. Nessa linha de argumentação, entendia-se que a contratação de trabalhadores por empresa interposta seria ilegal, formando-se o vínculo empregatício diretamente entre o empregado contratado e a empresa tomadora dos serviços. Inteligência da Súmula nº 331 do c. TST. 2. Revisitando posicionamento consagrado pelo c. TST, em 30.8.2018, a Suprema Corte, nos autos da ADPF 324/DF e do RE 958.252, submetido à sistemática da repercussão geral - Tema nº 725 - , tendo em conta os princípios constitucionais da livre iniciativa (art. 170) e da livre concorrência (art. 170, IV), a dignidade da pessoa humana (art. 1º), os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal (art. 7º), o direito de acesso do trabalhador à previdência social, à proteção à saúde e à segurança no trabalho, declarou a inconstitucionalidade da Súmula nº 331, I, do c. TST, reconhecendo a licitude da terceirização em todas as etapas do processo produtivo, seja meio ou fim. Ao examinar o Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral, no RE nº 958.252 , fixou a seguinte tese jurídica: " É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante " . Na mesma oportunidade, ao julgar a ADPF nº 324, firmou a seguinte tese, com efeito vinculante para todo o Poder Judiciário: " 1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". 3. Em suma, o c. STF reconheceu a legalidade irrestrita da terceirização de serviços, podendo a contratação de trabalhadores se dar de forma direta ou por empresa interposta e para exercer indiscriminadamente atividades ligadas à área fim ou meio das empresas, não se configurando em tais circunstâncias relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada, remanescendo, contudo, a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa contratada, bem como pelas obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993, além de firmar que é plenamente possível a terceirização de atividades precípuas das concessionárias de serviços públicos. 4. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional ratificou o entendimento do juízo de primeiro grau, de que o autor desempenhava tarefa intimamente ligada à atividade-fim da

tomadora dos serviços, declarando, por essa razão, a sua responsabilidade solidária pelas verbas devidas ao trabalhador, em desconformidade com a atual jurisprudência do c. STF e do c. TST. Recurso de revista conhecido por contrariedade (má aplicação) à Súmula/TST nº 331 e provido. (RR-722-18.2012.5.06.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 07/01/2020).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. ADPF Nº 324 E RE Nº 958.252. TESE FIRMADA PELO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 331 DO TST À LUZ DOS PRECEDENTES DO STF. (...) I. No que diz respeito ao reconhecimento da licitude da terceirização, a decisão regional foi proferida em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 958.252, de que resultou a fixação da seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", bem como no julgamento da ADPF nº 324, em que foram fixadas as seguintes teses: "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". II. Assim sendo, o conhecimento do presente recurso de revista no que diz respeito ao pedido de reconhecimento da ilicitude da terceirização havida entre as Reclamadas encontra óbice no entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, fixada no julgamento da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252. (...). (Ag-AIRR-10681-27.2018.5.18.0081, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 05/11/2021).

(...) II. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE. SISTEMA DE TELEATENDIMENTO. MATÉRIA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADPF 324, RE 958.252 E ARE 791.932). REPERCUSSÃO GERAL. ISONOMIA SALARIAL. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 383 DO TST. IMPOSSIBILIDADE. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA. 1. O Tribunal Regional, reconhecendo que a Reclamante prestou serviços relacionados à atividade-fim da tomadora de serviços, declarou a ilicitude da terceirização havida entre as partes. Muito embora tenha fundamentado não ser possível o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o Ente integrante da Administração Pública Indireta, reconheceu o direito obreiro às verbas trabalhistas - legais e normativas - asseguradas aos empregados da tomadora de serviços, com fundamento no princípio da isonomia. 2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 30/8/2018, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958.252, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se estabelecendo relação de emprego entre a tomadora de serviços e o empregado da empresa prestadora. 3. Dispõe a Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST que: "A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções ". 4. O fato autorizador da isonomia de direitos entre os empregados terceirizados e os regularmente contratados pelo tomador de serviços integrante da Administração Pública é a ilicitude da terceirização. Nessa esteira de raciocínio, reconhecendo o STF a licitude da terceirização tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim das empresas tomadoras, inviável a aplicação da Súmula 331/TST e Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST, que traz como premissa básica a irregularidade da contratação do trabalhador terceirizado. Julgados do TST. 5. Recurso de revista conhecido por má-aplicação da Súmula 331/TST e da OJ 383 da SBDI-1/TST. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-2185-47.2016.5.06.0102, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/12/2020)

[...] II - RECURSO DE REVISTA DA 2ª RECLAMADA (LIQ CORP S/A). ADMISSIBILIDADE. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA. LICITUDE. VÍNCULO DIRETO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE DIREITOS DA CATEGORIA DO TOMADOR. INVIABILIDADE. A partir do julgamento do RE nº 958.252 e da ADPF nº 324 pelo Supremo Tribunal Federal, a matéria em discussão nestes autos (ilicitude da terceirização de atividade-fim) pacificou-se e encontra o seu norte nos termos da decisão vinculante daquela Corte Suprema, que, ao julgar o mérito da controvérsia atinente ao Tema 725 da repercussão geral, definiu a tese jurídica segundo a qual " é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Assim, a decisão do Regional, naquilo em que aplicou a Súmula nº 331, I, do TST à hipótese encontra-se superada pela jurisprudência vinculante do Pretório Excelso, merecendo reforma o acórdão recorrido, a fim de decretar a licitude da terceirização e, por conseguinte, a ausência de vínculo direto com o tomador e os demais consectários daí decorrentes, a exemplo de direitos previstos em normas coletivas da categoria do tomador ou no regulamento interno da empresa, equiparação salarial, ou quaisquer outros que tenham como base jurídica de sustentação a irregularidade do contrato de terceirização de atividade-fim. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-456-10.2014.5.02.0088, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 19/03/2021) .

(...) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. TOMADORA DOS SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE N.º 958.252 COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA (TEMA 725) E ADPF 324. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 324, em 30/8/2018, erigiu tese no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 2. Na mesma ocasião, a Corte Suprema, examinando o Tema 725 de Repercussão Geral, no julgamento do RE 958.252, estabeleceu a seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto

social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Inquestionável a aplicação imediata dos aludidos precedentes firmados em Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida, bem como em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, cuja decisão tem efeito vinculante. 4. Na linha dos precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal, remanesce a possibilidade de reconhecimento de vínculo com a empresa contratante somente nas hipóteses em que há explícita referência, no acórdão prolatado pelo Tribunal Regional, acerca da configuração da pessoalidade e da subordinação hierárquica direta, presencial ou por via telemática, do obreiro aos prepostos da tomadora de serviços, sendo insuficiente a mera subordinação estrutural ou indireta, inerente à própria terceirização. 5. No caso sob exame, afirmou o Tribunal Regional a ilicitude da terceirização tão somente em razão do labor em atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. Tal entendimento destoa claramente daquele fixado pelo Supremo Tribunal Federal. Reconhece-se, portanto, a transcendência política da controvérsia. 6. Nesse contexto, impõe-se afastar o reconhecimento do vínculo de emprego da parte reclamante diretamente com o banco tomador dos serviços, bem como excluir da condenação as parcelas decorrentes da aplicação dos acordos coletivos dos bancários. 7. Recurso de Revista conhecido e provido" (RR-491-61.2017.5.06.0311, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 05/02/2021) .

(...) RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DAS LEIS NºS 13.015/14 E 13.105/15, MAS ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/2017. TELEMARKETING - ILICITUDE DE TERCEIRIZAÇÃO - RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS - ENQUADRAMENTO DO RECLAMANTE NA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS BANCÁRIOS. O STF, em 30/8/2018, no julgamento conjunto da ADPF 324/DF e do RE 958.252/MG (tema de Repercussão Geral nº 725), firmou a tese jurídica de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, seja ela meio ou fim, o que não configura relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. O Plenário da Suprema Corte concluiu, então, que não há óbice constitucional à terceirização das atividades de uma empresa, ainda que se configurem como as denominadas "atividades-fim" das tomadoras de serviços. No caso concreto, o Tribunal Regional concluiu que a contratação dos serviços especializados de telemarketing é ilícita, pois estão ligados à atividade-fim da tomadora de serviços. Assim, o v. acórdão recorrido, ao reconhecer a ilicitude da terceirização na hipótese, contrariou a tese firmada pela Suprema Corte, na ADPF 324 e no RE 958.252 (tema 725 da tabela de repercussão geral). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-11150-12.2015.5.03.0044, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 04/12/2020).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. BANCO BRADESCO S.A. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTENTE. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADPF 324/DF, o RE-958.252/MG (tema 725 da tabela de repercussão geral), fixou a tese, com efeito vinculante e eficácia erga omnes , segundo a qual é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas e de o objeto da terceirização consistir em atividade-meio ou atividade-fim da tomadora de serviços, desde que não seja comprovada a fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, sendo mantida, entretanto, a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. Portanto, definido pelo Supremo Tribunal Federal que é licita a terceirização de serviços, tanto ligados à atividade-meio quanto à atividade-fim da contratante, e não tendo sido constatada fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, deve ser julgado improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo de emprego com O tomador de serviços e, em consequência, os pedidos decorrentes unicamente do vínculo. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. (RR-10958-62.2016.5.03.0103, 8ª Turma, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 23/03/2021).

(...) III - RECURSO DE REVISTA - REGÊNCIA PELA LEI Nº 13.015/2014 - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. CALL CENTER. LICITUDE. A matéria já não comporta debates, ante as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sessão extraordinária realizada no dia 30/08/2018, quando se julgou procedente a arguição formulada na ADPF-324/DF (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018), com eficácia erga omnes e efeito vinculante, e se fixou tese jurídica de repercussão geral, correspondente ao Tema nº 725, no sentido de que "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante." (leading case: RE-958252/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018). Recurso de revista conhecido e provido. (RRAg-10055-74.2017.5.03.0173, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 05/02/2021).

Ressalta-se que o precedente firmado pela Corte Suprema não impede que a Justiça do Trabalho, analisando o caso concreto, identifique as premissas fático-jurídicas requeridas para a configuração do vínculo de emprego, nos termos dos arts. 2º e 3º da CLT, e reconheça a relação em exame não decorra da simples constatação de que os serviços terceirizados se inserem na atividade final do empreendimento (fraude) - o que não é o caso dos autos.

Dessa forma, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas destacados, emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126 e 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

Preclusas as matérias não renovadas.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000945-25.2012.5.03.0109

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	OI MÓVEL S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Welington Monte Carlo Carvalhaes Filho(OAB: 59383/MG)
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-A/DF)
Agravado	PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Andrea Santos Silva(OAB: 85697-A/MG)
Advogado	Dr. Henrique de Ávila Carvalho Ferreira(OAB: 185469-A/MG)
Agravado	LÍDER TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Advogada	Dra. Anna Beatriz França Pinto Batista(OAB: 107155/RJ)
Advogado	Dr. José Henrique Cançado Gonçalves(OAB: 57680-A/MG)
Agravado	PEDRO ANTÔNIO SERRANO

Intimado(s)/Citado(s):

- LÍDER TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
- OI MÓVEL S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA
- PEDRO ANTÔNIO SERRANO

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2º, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis o teor da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Negativa de Prestação Jurisdicional.
Constato que a recorrente não opôs embargos de declaração instando a Turma a se manifestar sobre os supostos vícios, o que faz incidir a preclusão a que aludem a Súmula 184 e o item II da Súmula 297 do TST.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Preparo / Deserção.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Formação, Suspensão e Extinção do Processo / Suspensão do Processo / Recuperação Judicial.
Trata-se de recurso de revista interposto contra decisão proferida em execução, a exigir o exame da sua admissibilidade, exclusivamente, sob o ângulo de possível ofensa à Constituição da República, conforme previsão expressa no §2º do art. 896 da CLT.
Analisados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, no particular,não demonstra violação literal e direta de qualquer dispositivo da CR, como exige o preceito supra.
Inviável o seguimento do recursoquanto ao não conhecimento do agravo de petição,diante da conclusão da Turma, assim resumida na ementa do acórdão:
"EMENTA. AGRAVO DE PETIÇÃO. AUSÊNCIA DE GARANTIA DO JUÍZO. Tratando-se de decisão meramente interlocutória, somente passível de revisão depois de proferida a decisão de futuros embargos à execução ou de impugnação à conta de liquidação (art. 884 da CLT), estando, ainda, ausente a garantia do juízo, conclui-se que é prematura a interposição do presente agravo de petição, circunstância que obsta o seu conhecimento, por não ter cunho definitivo".
Inexistem ofensas aos incisos LIV e LV do art. 5º da CR, porquanto os princípios do contraditório e da ampla defesa, inerentes ao devido processo legal, foram assegurados à recorrente, que, até então, vem utilizando os meios hábeis para discutir as questões controvertidas.
Da mesma forma, não constato a alegada afronta direta e literal aos comandos inscritos no inciso XXXV do art. 5º da CR. É certo que o princípio da inafastabilidade da jurisdição assegura a todos o direito de petição e o direito de ação; porém, essas garantias independem do resultado, uma vez que o Estado-Juiz não se obriga a decidir em favor do autor ou do réu, cumprindo-lhe apenas aplicar o direito ao caso concreto.
De toda sorte,éimprópria a alegada afronta ao princípio da legalidade (inciso II do art. 5º da CR) e não existem as demais ofensas constitucionais apontadas (art. 5º, XXXIV, alínea "a", LIII, e 114), pois a análise da matéria suscitada no recurso não se exaure na Constituição, exigindo que se interprete o conteúdo da legislação infraconstitucional, em especial a CLT e a Lei 11.101, de2005(Súmula 636 do STF). Por isso, ainda que se considerasse a possibilidade de ter havido violação ao texto constitucional, esta seria meramente reflexa, o que não justifica o manejo do recurso de revista, conforme reiteradas decisões da SBDI-I do TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista".

Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, há de se afastar as alegações tecidas a respeito do despacho denegatório. É que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
O artigo 899, § 10, da CLT, instituído pela Reforma trabalhista, ao dispor que "são isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial", só se aplica aos processos em fase de conhecimento.
Na fase de execução, incide o disposto no artigo 884, § 6º, da CLT, o qual prevê que "a exigência da garantia ou penhora não se aplica às entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições".
Verifica-se que tal dispositivo isentou da garantia do juízo apenas as entidades filantrópicas, motivo pelo qual é indevida a interpretação

extensiva às empresas em recuperação judicial.
Nesse sentido:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nos 13.015/2014, 13.105/2015 E 13.467/2017 - DESCABIMENTO. EXECUÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO DE PETIÇÃO. AUSÊNCIA DE GARANTIA DO JUÍZO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. O art. 899, § 10, da CLT só se aplica aos processos em fase de conhecimento. Em execução, incide o disposto no art. 884, § 6º, da CLT, também instituído pela Lei nº 13.467/2017, em que se limitou a isenção de garantia do juízo às entidades filantrópicas. 2. A não repetição das empresas em recuperação judicial na Seção referente aos embargos à execução implica silêncio eloquente do legislador, não cabendo interpretação extensiva para limitar garantia de crédito trabalhista. Assim, não garantida a execução por empresa em recuperação judicial, é deserto o apelo. Agravo de instrumento conhecido e desprovido". (AIRR - 10070-11.2017.5.03.0022, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 11/09/2019, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/09/2019)

Desse modo, nos termos do artigo 884, caput, da CLT, é imprescindível que o juízo esteja integralmente garantido pelo devedor, ou seja, que já tenha havido a indisponibilidade efetiva de bens do executado em valor que abarque a dívida. Nesse contexto, como a executada não comprovou a garantia total do juízo, torna-se inviável o processamento do recurso de revista, porquanto deserto.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Incólumes os dispositivos constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000329-28.2011.5.07.0027

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO DO CARIRI-SINTRAF-CARIRI
Advogado	Dr. José Eymard Loguércio(OAB: 1441-A/DF)
Advogada	Dra. Francisca Marta Otoni Marinheiro Rodrigues(OAB: 9254/CE)
Agravado	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada	Dra. Aline Santos da Silva(OAB: 39921-B/CE)
Advogado	Dr. Ricardo Fassina(OAB: 45418-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO DO CARIRI-SINTRAF-CARIRI

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2º, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis o teor da decisão agravada:

"(...).Ao exame.
De acordo com o parágrafo 2º do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, o recurso de revista interposto na fase de execução somente tem cabimento na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
A afronta a dispositivo da Constituição Federal, autorizadora do conhecimento do recurso de revista, é a que se verifica de forma direta e literal, nos termos do artigo 896, parágrafo 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho. É indispensável, portanto, que trate especificamente da matéria discutida. Não procede a invocação de violação a norma diversa dos preceitos constitucionais sobre o qual a parte recorrente manifesta seu inconformismo ou divergência jurisprudencial.
CONCLUSÃO
Denego Seguimento".

Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, há de se afastar as alegações tecidas a respeito do despacho denegatório. É que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade

do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
Neste contexto, a própria parte concorre para o não provimento do seu apelo, uma vez que, em suas razões de revista, não denunciou violação de preceito da Constituição Federal.
Assim, o recurso de revista se encontra desfundamentado, nos termos da Súmula 266 do TST e do art. 896, §2º, da CLT.
Cumpre registrar que a indicação de violação ao art. 5º, II, da Constituição Federal, não integrou as razões do recurso de revista da arte, implicando clara inovação recursal em sede de agravo de instrumento.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000193-19.2015.5.02.0063

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.
Advogado	Dr. Domingos Antônio Fortunato Netto(OAB: 191867/SP)
Agravado	PAULO SENHORINHO PEREIRA
Advogado	Dr. José Severo de Oliveira(OAB: 75971-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):
- EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.
- PAULO SENHORINHO PEREIRA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2º, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis o teor da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Negativa de Prestação Jurisdicional.
Alegação(ões):
De início, o recorrente argui a nulidade do v. Acórdão recorrido por negativa da prestação jurisdicional, argumentando que, mesmo instada por embargos de declaração, a E. Turma não teria se pronunciado sobre pontos fundamentais ao deslinde da demanda, quais sejam, o fato do reclamante estar apto ao trabalho pelo menos desde 31/08/2015, bem como queos documentos juntados pelo recorrido em execução não trazem nenhum informação que autorize concluir que se encontre incapacitado para o trabalho.
A configuração da nulidade em tela pressupõe a falta de explicitação dos motivos do ato que indefere a pretensão da parte litigante, sendo que a leitura do julgado autoriza a conclusão de que a matéria debatida encontra-se devidamente fundamentada, ainda que em tese contrária à sustentada pelo recorrente.
Assim, não se vislumbra ofensa ao artigo 93, IX, da CF.
DENEGA-SE seguimento.
Rescisão do Contrato de Trabalho / Reintegração / Readmissão ou Indenização.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Preclusão / Coisa Julgada.
A análise da admissibilidade do recurso de revista, neste tópico, fica prejudicada, porque a 2ª Turma do C. TST determinou no acórdão de id. f95f846 que os autos devem retornaràquela Cortepara que sejam apreciadas as demais matérias constantes do agravo de instrumento interposto pela reclamada, com ou sem a interposição de novos recursos pelas partes.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista".

Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, há de se afastar as alegações tecidas a respeito do despacho denegatório. É que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a

incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Em relação à preliminar de nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, constato, pois, dos argumentos lançados pelo TRT, que a decisão Regional, ainda que contrária aos interesses da recorrente, foi devidamente fundamentada, o que não gera a nulidade da decisão. Incólume, pois, o artigo 93, IX, da CF/88.
Não há, no caso, error in procedendo a justificar a pretensão de nulidade deduzida na instância extraordinária. Nesse contexto, não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional.
Saliente-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que o mero inconformismo da parte com a decisão que lhe é desfavorável não enseja a nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional. Precedentes:

"(...)5. Decisão fundamentada, embora contrária aos interesses da parte, não configura negativa de prestação jurisdicional. Precedentes. (...)" (AI 813765 AgR/RJ, Relatora Min. Ellen Gracie, Publicação 15/3/2011)"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPETIÇÃO DA ALEGAÇÃO ANTERIOR. VERBA HONORÁRIA. 1. Os presentes embargos são mera reiteração do agravo regimental anterior. Não há contradição, obscuridade ou omissão a sanar. 2. Decisão fundamentada, embora contrária aos interesses da parte, não configura negativa de prestação jurisdicional. 3. Embargos de declaração rejeitados." (RE 535315 AgR-ED/SP, Relatora Min. Ellen Gracie, Publicação 22/5/2009)"EMENTA: CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRESCRIÇÃO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL NÃO CONFIGURADA. I - O acórdão recorrido decidiu a questão referente ao prazo prescricional de ação de repetição de indébito tributário com base na legislação ordinária que rege a matéria. Inviável, portanto, o recurso extraordinário. II - Suficientemente fundamentada a decisão, embora contrária aos interesses da parte, não há falar em negativa de prestação jurisdicional. III - Agravo regimental improvido." (AI 557074 AgR/SC, Relator Min. Ricardo Lewandowski, publicação 22/6/2007)

E, no que tange às diferenças salariais, registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
Na situação dos autos, não procede a alegação de ofensa aos dispositivos da Constituição Federal apontados, quando a lide está adstrita ao exame de legislação infraconstitucional, visto que essa circunstância impossibilita a configuração de sua violação literal e direta. A discussão, deste modo, não se exaure na Constituição Federal.
Nesse sentido:
"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. CONVERSÃO DO TEMPO COMUM EM TEMPO ESPECIAL. VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 279 DO STF. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA - ARE 748.371. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É inviável o processamento do apelo extremo quando a ofensa a dispositivo constitucional se dá de maneira reflexa e indireta, pois requer o exame prévio da orientação firmada sobre tese infraconstitucional pela instância ordinária. 2. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o Tribunal de origem, quanto ao preenchimento dos requisitos necessários à concessão de aposentadoria, seria imprescindível o reexame dos fatos e provas. Incidência da Súmula 279 do STF. 3. O Supremo Tribunal Federal já assentou, sob a sistemática da repercussão geral, que suposta ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e dos limites da coisa julgada, quando a violação é debatida sob a ótica infraconstitucional, não apresenta repercussão geral, o que torna inadmissível o recurso extraordinário. (RE 748.371-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 1º.08.2013 tema 660). 4. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, CPC." (RE 1004169 AgR / RS, Relator Ministro Edson Fachin. Publicado em 29.3.2017).
DIREITO CIVIL. POSSE. PROPRIEDADE. COISA JULGADA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, da Lei Maior, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária prevista no art. 102 da Magna Carta. 2. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. 3. Agravo regimental conhecido e não provido." (ARE 944003 AgR/GO, Relatora Ministra Rosa Weber. Publicado em 12.4.2016) - (grifei).
Por oportuno, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que violação reflexa ou indireta de dispositivo da Constituição não viabiliza recurso de natureza extraordinária. Eis o teor da Súmula 636 do STF:
"NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE, QUANDO A SUA VERIFICAÇÃO PRESSUPONHA REVER A INTERPRETAÇÃO DADA A NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS PELA DECISÃO RECORRIDA."
Por fim, a diretriz que se extrai da Orientação Jurisprudencial 123 da SBDI-2 do TST (analogicamente) é de que a ofensa à coisa julgada supõe dissonância patente entre as decisões exequenda e rescindenda, o que não se verifica quando se faz necessária a interpretação do título executivo judicial para se concluir pela lesão à coisa julgada, tal como na hipótese dos autos.
Assim, constato a impossibilidade do conhecimento do recurso de revista interposto nesta fase de execução em virtude do que preveem o art. 896, § 2.º, da CLT e as Súmulas 266 do TST e 636 do STF.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela

qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Incólumes os dispositivos constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000038-45.2011.5.03.0025

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Welington Monte Carlo Carvalhaes Filho(OAB: 59383/MG)
Agravado	LUCINARIA HELENA HORÁCIO
Advogada	Dra. Daniela Caldas Vieira Silva(OAB: 139896/MG)
Agravado	LIQ CORP S.A.
Advogado	Dr. Benedicto Celso Benício Júnior(OAB: 99830/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIQ CORP S.A.
- LUCINARIA HELENA HORÁCIO
- TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2º, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis o teor da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Transcendência.
Nos termos do art. 896-A, § 6º da CLT, não compete aos Tribunais Regionais, mas exclusivamente ao TST, examinar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
A arguição de inconstitucionalidade do tema em destaque não é afeta ao recurso de revista, que, em seus estreitos limites, destina-se às hipóteses previstas no art. 896 da CLT.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens.
Trata-se de recurso de revista interposto contra decisão proferida em execução, a exigir o exame da sua admissibilidade, exclusivamente, sob o ângulo de possível ofensa à Constituição da República, conforme previsão expressa no §2º do art. 896 da CLT.
Analisados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seu tema e desdobramentos, não demonstra violação literal e direta de qualquer dispositivo da CR, como exige o preceito supra.
Considerando as premissas fático-jurídicas delineadas no acórdão, especialmente as de que "a transferência do valor impugnado pela agravante já foi efetivada para os autos de n. 0000024-56.2014.503.0025 e tem natureza de penhora, para fins de satisfação do crédito executado. É certo que, estando os valores dos depósitos recursais, disponíveis nos presentes autos, não se afigura ilegal a ordem de sua constrição, de ofício, pelo d. Juízo a quo, a fim de garantir a execução em curso em outra demanda movida contra a Executada", não se vislumbra possível violação literal e direta aos dispositivos da Constituição Federal invocados.
Os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa foram assegurados à recorrente (incisos LIV e LV do art. 5º da CR), que vem se utilizando dos meios e recursos hábeis para discutir a questão.
Ausente contrariedade ao princípio da inafastabilidade da jurisdição (inciso XXXV do art. 5º da CR), pois este assegura a todos o direito de ação; porém, essa garantia independe do resultado, uma vez que o Estado-Juiz não se obriga a decidir em favor do autor ou do réu, cumprindo-lhe apenas aplicar o direito ao caso concreto, o que se constata na espécie.
Aanálise da matéria suscitada no recurso não se exaure na Constituição, exigindo que se interprete o conteúdo da legislação infraconstitucional. Por isso, ainda que se considerasse a possibilidade de ter havido violação ao texto constitucional, esta seria meramente reflexa, o que não justifica o manejo do recurso de revista, conforme reiteradas decisões da SBDI-I do TST.
É também imprópria a alegada afronta ao princípio da legalidade (inciso II do art. 5º da CR) quando a sua verificaçãoimplica rever a interpretação dada pela decisão recorridaa normas infraconstitucionais (Súmula 636 do STF).
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista".

Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, há de se afastar as alegações tecidas a respeito do

despacho denegatório. É que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
O juízo de admissibilidade regional não analisou o recurso à luz dos novos requisitos do art. 896, §1º-A, introduzidos pela Lei n.º 13.015/2014. Esclareço, por oportuno, que o juízo a quo não vincula o juízo ad quem, que tem ampla liberdade para analisar todos os pressupostos extrínsecos e intrínsecos do apelo.
Verifico que, em recurso de revista, a parte recorrente não indicou o trecho da decisão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo.
Com efeito, esclareço, desde já, que a transcrição do inteiro teor da fundamentação da decisão recorrida, sem a indicação expressa, destacada, da tese prequestionada, não atende a exigência do art. 896, §1º-A, I, da CLT (incluído pela Lei n.º 13.015/2014).
Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista.
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do TST: AIRR -10028-85.2013.5.04.0664, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, DEJT 08/06/2015; AIRR-1521-73.2012.5.04.0017, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, DJ 12/06/2015; AIRR-2951-67.2013.5.22.0003, Relator Ministro: Maurício Godinho, 3ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-306-71.2013.5.04.0811, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, 4ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-1163-51.2011.5.04.0015, Relator Ministro: Emmanoel Pereira, 5ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-307 -78.2012.5.04.0233, Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, 6ª Turma, DEJT 12/06/2015; AIRR-42700-94.2014.5.13.0007, Relator Ministro: Cláudio Brandão, 7ª Turma, DEJT 12/06/2015; AIRR-309-73.2011.5.04.0721, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 8ª Turma, DEJT 29/05/2015.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000520-64.2020.5.07.0025

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA MICRORREGIAO DE TAUA - CPSMT
Advogado	Dr. Arthur Gomes Bonfim Mendonca(OAB: 27881-A/CE)
Advogado	Dr. Adalgisa Maria Veloso Soares(OAB: 9394-A/CE)
Agravado	ANTONIA IMARIA CARACAS DOS SANTOS
Advogado	Dr. Augusto César Araújo Braga(OAB: 35293-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIA IMARIA CARACAS DOS SANTOS
- CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA MICRORREGIAO DE TAUA - CPSMT

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 355/371) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 338/345).
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 23/09/2021 e apelo protocolado em 18/10/2021), sendo desnecessário o preparo.
O reclamado, ora agravante, renova o inconformismo acerca da matéria "INDENIZAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 479 DA CLT. PREVISÃO CONTRATUAL".
Contudo, não obstante as alegações recursais, verifica-se que, às fls. 292/295, a parte agravante transcreveu integralmente o tópico recorrido, sem efetuar nenhum destaque.
A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º -A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA . Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição

do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"[...] III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido [...]" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/05/2021 - destaque acrescido).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000701-93.2020.5.10.0021

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	CIDADE SERVIÇOS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA.
Advogada	Dra. Luana Lima Freitas Ferreira(OAB: 28708/DF)
Agravado	ANGELICA ALVES COUTINHO
Advogado	Dr. Guilherme Henrique Oliviera da Silva(OAB: 57877-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGELICA ALVES COUTINHO
- CIDADE SERVIÇOS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (ciência via sistemaem 19/08/2021 - fls. 238; recurso apresentado em 30/08/2021 - fls. 257).
Regular a representação processual (fls. 47,277).
Satisfeito o preparo (fl(s). 164, 221 e 212/220).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Alegação(ões):
- violação do(s) art. 5º, inc. II e LXXIV da Constituição Federal.
- violação da (o) §4º do artigo 791-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.
A egr. 1ª Turma manteve a sentença quecondenoua reclamante ao pagamento de honorários advocatícios à reclamada no importe 10% sobre a soma de cada pedido julgado improcedente,determinando, porém, a suspensão de exigibilidade da verba. Eis os termos da ementa:
"VERBETE 75/2019. "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. GRATUIDADE JUDICIÁRIA. ART. 791-A, § 4º, DA CLT. INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL. É inconstitucional a expressão "...desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes e suportar a despesa...", do art. 791-A da CLT, devendo ser suspensa a exigibilidade dos honorários advocatícios, assim como afastada a sua compensação com outros créditos trabalhistas, quando se tratar de parte hipossuficiente (art. 5º, incisos II e LXXIV da CF)"."
A reclamada interpõe recurso de revista requerendo seja afastado o impedimento de abatimento dos honorários advocatícios sobre as verbas trabalhistas deferidas.
Preliminarmente, conforme preceitua o artigo 896, § 9º, da CLT, a admissibilidade do recurso de revista nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo está condicionada à demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal ou contrariedade à súmula de jurisprudência do colendo Tribunal Superior do Trabalho ou à súmula vinculante do excelso Supremo Tribunal Federal. Dessa forma, incabível a análise do recurso sob a ótica de dissenso jurisprudencial ou de violação da legislação infraconstitucional.
No mais, oegr. Tribunal Pleno desta Corte, no legítimo exercício de sua competência para o controle difuso de constitucionalidade (arts. 97 da CF e 948 a 950 do NCPC), nos autos do processo de Arguição de Inconstitucionalidade nº 0000163-15.2019.5.10.0000, proferiu decisão que culminou na edição do Verbete nº 75/2019, que assim dispõe:
"HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. GRATUIDADE JUDICIÁRIA. ART. 791-A, § 4º, DA CLT. INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL É inconstitucional a expressão '...desde que não tenha obtido em

juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes e suportar a despesa...", do art. 791-A da CLT, devendo ser suspensa a exigibilidade dos honorários advocatícios, assim como afastada a sua compensação com outros créditos trabalhistas, quando se tratar de parte hipossuficiente (art. 5º, incisos II e LXXIV da CF). Decisão adotada por maioria absoluta do Tribunal Pleno na ArgInc-0000163.15.2019.5.10.0000 para os fins do art. 97 da Constituição Federal.'"

Nesse contexto, embora devidos os honorários advocatícios de sucumbência, fica suspensa sua exigibilidade enquanto perdurar a condição de hipossuficiente da beneficiária, segundo os termos do artigo 791-A, § 4º, da CLT, consoante a atual jurisprudência do col. TST. Veja-se:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DAS LEIS Nºs 13.015/2014 E 13.467/2017. (...). HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. AÇÃO AJUIZADA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. MATÉRIA NOVA NO ÂMBITO DESTA CORTE. O recurso de revista versa sobre o tema "Honorários sucumbenciais. Aplicação da Lei nº 13.467/2017", sendo matéria nova no âmbito desta Corte. Nesse contexto, verifica-se a existência de transcendência jurídica apta à autorizar o exame dos pressupostos intrínsecos do recurso de revista. A condenação da parte reclamante ao pagamento de honorários de sucumbência decorreu da aplicação do art. 791-A, introduzido pela Lei nº 13.467 de 2017, o qual já estava em vigor quando do ajuizamento da presente ação, em agosto de 2018. Sendo a parte reclamante beneficiária da justiça gratuita, na hipótese de não haver créditos suficientes para a quitação dos honorários advocatícios da parte contrária, a obrigação ficará sob condição suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, tal como determinado pelo Tribunal de origem. Nesse passo, uma vez que a decisão recorrida está em consonância com a nova realidade normativa decorrente da vigência da Lei nº 13.467/17, incólumes os dispositivos indicados. Recurso de revista não conhecido" (ARR-425-88.2018.5.12.0017, 5ª Turma, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 28/02/2020).

[[...] ACORDAM os Ministros da Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade: I - conhecer do agravo de instrumento e, no mérito, dar-lhe provimento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação dos autos e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento da revista dar-se-á na primeira Sessão ordinária subsequente ao prazo de cinco dias úteis contados da data publicação da certidão de julgamento, tudo nos termos dos artigos 122, 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte, combinados com o art. 1º, IX, do Ato SEGJUD.GP nº 202/2019; II - conhecer do recurso de revista, por má-aplicação do art. 791-A da CLT, para, no mérito, dar-lhe provimento, a fim de, reformando o acórdão do Regional, condenar o reclamante ao pagamento de honorários de sucumbência. Sendo a parte reclamante beneficiária da justiça gratuita, na hipótese de não haver créditos suficientes, ainda que em outro processo, para a quitação dos honorários advocatícios da parte contrária, a obrigação ficará sob condição suspensiva de exigibilidade, nos termos do artigo 791-A, § 4º, da CLT." (RR-345-68.2018.5.19.0005, Relator Ministro João Pedro Silvestrin, Ac. 5ª Turma, DEJT 12/06/2020)

Portanto, uma vez deferida à autora a assistência judiciária gratuita (fl. 162/163), aplica-se a condição suspensiva de exigibilidade dos honorários advocatícios aela atribuídos.

Assim, não se vislumbra violação aos dispositivos constitucionaisindicados.

Nego seguimento.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Inicialmente, ressalto o entendimento contido na Súmula 442 do TST e no art. 896, § 9º, da CLT, no sentido de que, nas causas sujeitas ao Procedimento Sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por violação direta da Constituição Federal ou contrariedade à súmula do TST ou à súmula vinculante do STF.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "honorários sucumbenciais advocatícios" emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas na Súmula 442 do TST e no art. 896, § 9º, da CLT.

Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.

Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.

Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-0000114-11.2014.5.10.0012

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Recorrente	B2BR - BUSINESS TO BUSINESS INFORMÁTICA DO BRASIL S.A. E OUTRA
Advogado	Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(OAB: 25136-A/DF)
Advogada	Dra. Fabiana da Silva Lelis Faria(OAB: 28342-A/DF)
Agravado e Recorrido	MICHEL POPOLIN DE FREITAS

Advogada	Dra. Sônia Maria Freitas(OAB: 4008/DF)
Advogada	Dra. Renata Teixeira Sipriano Freitas Castello Branco(OAB: 36312/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- B2BR - BUSINESS TO BUSINESS INFORMÁTICA DO BRASIL S.A. E OUTRA
- MICHEL POPOLIN DE FREITAS

Insurgem-se as reclamadas em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista conjunto. Sustentam, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Esta Turma, por meio do acórdão de fls. 640-652, deu provimento ao recurso de revista das reclamadas para determinar o retorno dos autos ao Tribunal Regional de origem a fim de que se manifestasse acerca da alegada existência e conteúdo da cláusula de não concorrência prevista no Código de Ética da reclamada e procedesse ao julgamento como entendesse de direito. Ato contínuo, sobrestou a análise da matéria remanescente (horas extras), que foi renovada no novo agravo de instrumento interposto pelas rés, razão pela qual será analisada de forma conjunta.
Novo acórdão regional às fls. 824-829, que integralizou o acórdão de fls. 376/392 e 424/430 para incluir manifestação e análise específica sobre "a existência e conteúdo da cláusula de não concorrência prevista no Código de Ética da reclamada", sem imprimir efeito modificativo ao julgado.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Rescisão do Contrato de Trabalho / Justa Causa / Falta Grave.
Alegação(ões):
- violação do(s) inciso II do artigo 5º; inciso LIV do artigo 5º; inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da (o) inciso V do artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho; artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho; inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015; inciso II do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.
A 3ª Turma, à luz do conjunto fático-probatório, ratificou a decisão que afastou a justa causa aplicada ao autor.
Irresignadas, insurgem-se as demandadas contra essa decisão, mediante as alegações alhures destacadas, insistindo no justo motivo para o desligamento obreiro.
Contudo, infirmar o entendimento manifestado pelo egrégio Colegiado, nos termos em que proposta a pretensão, implicaria o revolvimento de fatos e provas, vedado na instância extraordinária, a teor da Súmula nº 126/TST.
Inviável, pois, o processamento do apelo.
CONCLUSÃO
Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista."

No presente caso, o recurso de revista das reclamadas mostra-se manifestamente inviável.
Em relação ao tema "JUSTA CAUSA - FALTA GRAVE - TRANSCRIÇÃO INSUFICIENTE DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO", as rés limitaram-se a transcrever no seu recurso de revista trecho do acórdão que não contém todos os fundamentos utilizados pelo Tribunal Regional, mormente os fundamentos acrescidos acerca da cláusula de não concorrência prevista no Código de Ética da reclamada, o que não atende o disposto no art. 896, §1º-A, I, da CLT.
Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista.
Nesse sentido cito precedente da SBDI-1 do TST:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014. RECURSO DE REVISTA NÃO CONHECIDO. REQUISITO ESTABELECIDO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. INDICAÇÃO DO TRECHO DA DECISÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Subseção, acerca dos pressupostos intrínsecos do recurso de revista, insertos no artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria trazida ao debate, cabendo à parte a demonstração, clara e objetiva, dos fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido, não se admitindo, para tanto, a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva, pois, para fins de cumprimento da exigência legal, é imprescindível a transcrição textual do trecho da decisão recorrida . Portanto, a discussão sobre o cumprimento dos pressupostos intrínsecos do artigo 896, § 1º-A, da CLT está superada pela jurisprudência desta Subseção, o que impõe a incidência do artigo 894, § 2º, da CLT. Precedentes. Embargos não conhecidos. (E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021 , Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 17/05/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 25/05/2018)"

Por fim, acrescento os seguintes julgados da 2ª Turma desta Corte Superior:

AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMANTE. RECURSO DE REVISTA. LEI N.º 13.015/2014. INSTRUÇÃO NORMATIVA 40 DO TST. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO INSUFICIENTE DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. DOENÇA DO TRABALHO. ASSÉDIO MORAL. Verifica-se que, em relação à alegada doença do trabalho, a parte recorrente não indicou o trecho da decisão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, nos termos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT (incluído pela Lei n.º 13.015/2014). Com efeito, a parte recorrente limitou-se a transcrever no seu recurso trecho que não abrange todos os fundamentos utilizados pelo Tribunal Regional para concluir pela ausência de responsabilidade civil da reclamada em face da ausência de nexo de causalidade entre a doença e o trabalho, o que não atende o disposto no art. 896, §1º-A, I, da CLT. Quanto ao alegado assédio moral, a parte também não observa o mencionado dispositivo celetista, uma vez que nada transcreveu do acórdão regional no que se refere à matéria. Conforme entende

esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (AIRR - 12617-15.2014.5.15.0145, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 10/04/2019, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 16/04/2019)

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. TRANSCRIÇÃO INCOMPLETA. AUSÊNCIA DE REPRODUÇÃO DO TRECHO QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. Na hipótese dos autos, verifica-se que o reclamante não satisfez a exigência quanto à indicação do trecho da decisão recorrida em que se prequestionou a matéria impugnada, pois a parte transcrita é insuficiente, já que não se refere ao principal aspecto fático utilizado pelo Regional para o indeferimento do pleito obreiro, qual seja, a definitividade das transferências. Faz-se necessária a indicação do trecho da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, os aspectos fáticos e jurídicos norteadores da decisão regional que sejam objeto da insurgência recursal, providência não efetuada na hipótese pela reclamante. Portanto, o recurso de revista não merece conhecimento, pois não foi demonstrada a existência de nenhum requisito apto a viabilizar o seu processamento, diante do que dispõe o artigo 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita. Agravo de instrumento desprovido. [...] (ARR-1414-38.2014.5.18.0221, 2ª Turma, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 13/12/2018)

Em relação ao tema "horas extras", ao advogar contexto fático diverso daquele registrado no acórdão regional, a parte recorrente impõe necessário reexame do acervo probatório, providência que não se compatibiliza com a natureza extraordinária do Recurso de Revista, cuja admissão encontra obstáculo na Súmula 126 do TST. Sendo o recurso de revista um apelo de caráter extraordinário, em que se examinam potenciais nulidades, a interpretação da ordem jurídica e as dissensões decisórias, em face da jurisprudência do TST, somente deve a Corte Superior Trabalhista se imiscuir no assunto fático se houver manifestos desajustes ou contradições entre os dados fáticos expostos e a decisão tomada, o que não é o caso dos autos.
Registra-se, por pertinente, que somente tem relevância a alegação de violação do disposto nos arts. 818 da CLT e 373, I, do CPC/15 em um contexto de ausência de provas ou provas insuficientes, quando então se aplicam as regras de distribuição do ônus da prova. Esse não é o caso dos autos, no qual a questão foi dirimida com base na valoração da prova produzida.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000029-72.2019.5.06.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	JOSE LUIZ DE SOUZA FILHO E OUTRO
Advogada	Dra. Maria Carolina de Andrade Lima Corrêa(OAB: 38267-A/PE)
Agravante e Agravado	LUCIAN FRAGOSO DE ANDRADE
Advogada	Dra. Ellen Christina Lima Soares Leão(OAB: 21054-A/PE)
Advogado	Dr. Jullyana Araujo Mendes(OAB: 53659-A/PE)
Agravado	OZIEL SOARES SANTOS
Advogada	Dra. Sylvia Evany de Sena Vieira(OAB: 9885-A/SE)
Agravado	CONSTRUTORA CONIC SOUZA FILHO LTDA.
Advogado	Dr. Frederico da Costa Pinto Correa(OAB: 8375-A/PE)
Agravado	ALBERTO MAGNO DE VASCONCELOS CAVALCANTI
Advogado	Dr. Thiago Bruno Lapenda(OAB: 23178-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALBERTO MAGNO DE VASCONCELOS CAVALCANTI
- CONSTRUTORA CONIC SOUZA FILHO LTDA.
- JOSE LUIZ DE SOUZA FILHO E OUTRO
- LUCIAN FRAGOSO DE ANDRADE
- OZIEL SOARES SANTOS

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DAS PARTES MANUEL VICENTE DE ARAÚJO FILHO E JOSÉ LUIZ DE SOUZA FILHO
Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Recurso tempestivo (decisão publicada em 03/08/2021-Id5adf03a; recurso apresentado em 16/08/2021 - Id2298ccc), considerando o feriado regimental de 11/08/2021, nos termos da OS TRT6 GP 50/20.
Representação processual regular (Id0e0c8d7 e 5d4ba6b).
Desnecessária a garantia do Juízo, tendo em vista o processamento do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (art. 855-A, §1º, II, da CLT.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
De acordo com o parágrafo 2º do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, o recurso de revista interposto na somente tem fase de execução cabimento na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO/ CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA

Alegação(ões):
- violação do artigo5º, da Constituição Federal.
Fundamentos do acórdão recorrido:
No tocante ao agravo de petição interposto por José Luiz de Souza Filho, não houve demonstração de outorga válida de poderes à advogada MARIA CAROLINA DE ANDRADE LIMA CORREA (OAB/PE 38267), subscritora do agravo, razão pela qual, por meio do despacho de Id 37e7a84, com fulcro no art. 76, § 2.º, I, do Código de Processo Civil, determinei sua intimação, para, no prazo de 5 (cinco) dias, regularizar a representação processual, sob pena de não conhecimento do seu apelo.
Todavia, mesmo após regularmente intimado, o referido agravante quedou-se inerte.
Confrontando as razões recursais com o teor do acórdão impugnado, não vislumbro a violação direta e literal às supracitadas normas constitucionais, única condição que possibilitaria, à luz do § 2º do artigo 896 da CLT, a admissibilidade do Recurso de Revista em sede de Agravo de Petição, porquanto este Regional decidiu a espécie conforme os elementos constantes nos autos e as regras jurídicas infraconstitucionais pertinentes, sendo inócua a alegação de divergência jurisprudencial. Nesse contexto, se infração houvesse às normas da Constituição, esta teria ocorrido apenas de forma reflexa, o que não basta à caracterização da "demonstração inequívoca" de que trata a Súmula nº 266 do TST.
CONCLUSÃO
Denego seguimento.

Examino.
Não há que se falar em ofensa aos princípios constitucionais quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, quanto ao Juízo Regional de Admissibilidade, ressalte-se que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
Na situação dos autos, não procede a alegação de ofensa aos dispositivos da Constituição Federal apontados, quando a lide está adstrita ao exame de legislação infraconstitucional, visto que essa circunstância impossibilita a configuração de sua violação literal e direta. A discussão, deste modo, não se exaure na Constituição Federal.
Nesse sentido:
"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. CONVERSÃO DO TEMPO COMUM EM TEMPO ESPECIAL. VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 279 DO STF. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA - ARE 748.371. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É inviável o processamento do apelo extremo quando a ofensa a dispositivo constitucional se dá de maneira reflexa e indireta, pois requer o exame prévio da orientação firmada sobre tese infraconstitucional pela instância ordinária. 2. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o Tribunal de origem, quanto ao preenchimento dos requisitos necessários à concessão de aposentadoria, seria imprescindível o reexame dos fatos e provas. Incidência da Súmula 279 do STF. 3. O Supremo Tribunal Federal já assentou, sob a sistemática da repercussão geral, que suposta ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e dos limites da coisa julgada, quando a violação é debatida sob a ótica infraconstitucional, não apresenta repercussão geral, o que torna inadmissível o recurso extraordinário. (RE 748.371-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 1º.08.2013 tema 660). 4. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, CPC." (RE 1004169 AgR / RS, Relator Ministro Edson Fachin. Publicado em 29.3.2017).
DIREITO CIVIL. POSSE. PROPRIEDADE. COISA JULGADA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, da Lei Maior, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária prevista no art. 102 da Magna Carta. 2. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. 3. Agravo regimental conhecido e não provido." (ARE 944003 AgR/GO, Relatora Ministra Rosa Weber. Publicado em 12.4.2016) - (grifei).

Por oportuno, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que violação reflexa ou indireta de dispositivo da Constituição não viabiliza recurso de natureza extraordinária. Eis o teor da Súmula 636 do STF:

"NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE, QUANDO A SUA VERIFICAÇÃO PRESSUPONHA REVER A INTERPRETAÇÃO DADA A NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS PELA DECISÃO RECORRIDA."

Por fim, a diretriz que se extrai da Orientação Jurisprudencial 123 da SBDI-2 do TST (analogicamente) é de que a ofensa à coisa julgada supõe dissonância patente entre as decisões exequenda e rescindenda, o que não se verifica quando se faz necessária a interpretação do título executivo judicial para se concluir pela lesão

à coisa julgada, tal como na hipótese dos autos.
Assim, constato a impossibilidade do conhecimento do recurso de revista interposto nesta fase de execução em virtude do que preveem o art. 896, § 2.º, da CLT e as Súmulas 266 do TST e 636 do STF.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Incólumes os dispositivos invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA PARTE LUCIAN FRAGOSO DE ANDRADE
Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis os termos da decisão agravada:

Recurso de:LUCIAN FRAGOSO DE ANDRADE
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Recurso tempestivo (decisão publicada em 03/08/2021-Id5adf03a; recurso apresentado em 16/08/2021 - Id7cb5ad6). Feriado Regimental 11/08/2021, nos termos da OS TRT6 GP 50/20. Representação processual regular (Id a38876c).
Desnecessária a garantia do Juízo, tendo em vista o processamento do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (art. 855-A, §1º, II, da CLT.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Como dito, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, o recurso de revista interposto na fase de execução somente tem cabimento na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA
Alegação(ões):
- violação do artigo 5º, LIV, da Constituição Federal.
- violação dos artigos10-Ae 855-A da Consolidação das Leis do Trabalho; 17 e 134, §§ 1º e 4º do Código deProcesso Civil; e 50 do Código de Civil.
Fundamentos do acórdão recorrido:
Compulsando os autos, verifica-se que, iniciada a execução, foram realizadas pesquisas junto ao sistema RENAJUD, tentativa de penhora de bens livres da reclamada, as quais, no entanto, restaram infrutíferas (Ids 3f9ed95 e 1d7d202). Diante desse quadro, o juízo de origem, à vista do despacho de Id aecd43b, determinou que o exequente indicasse, no prazo de vinte dias, meios para prosseguimento da execução.
Em cumprimento a esse despacho, o exequente requereu inicialmente, na petição de Id 36cee92: 1) inclusão da executada no BNDT, na SERESA/JUD e no cadastro nacional de indisponibilidade de bens; 2) renovação diária das tentativas de bloqueio via CCS e Bacen-Jud; 3) intimação da empresa executada para apresentar os seus bens penhoráveis; 4) que a executada se abstenha de promover qualquer manobra contábil com o de burlar a execução, tal como aumentar salários ou proventos de seus dirigentes; e 4) desconsideração da personalidade jurídica.
Em decisão de Id 58b580c, indeferiu-se a pesquisa patrimonial pelo sistema SIMBA, porquanto a quebra de sigilo bancário em tal situação apenas se justifica quando há indícios de "ocultação de patrimônio do gestor ou ainda apontando a existência de sócio oculto ou procurador, quefato não ocorrido no caso". Em seguida, considerando foram infrutíferas todas as tentativas realizadas no intuito de excutir bens do devedor principal, o juízo acolheu o pleito do exequente, e instaurou o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
Consoante se extrai dos fatos acima descritos, restaram inexitosas as tentativas de alcançar bens livres e desembaraçados da executada, suficientes a satisfazer o crédito exequendo. Nesse contexto, evidencia-se a insolvência da empresa demandada, num indício quanto à existência de má gestão de seus sócios e do abuso da personalidade, tornando possível a expropriação de bens dos sócios da empresa, de forma a permitir a satisfação do caput.
Corroborando tal entendimento, o teor crédito exequendo do art. 28, e § 5.º, do CDC, subsidiariamente aplicado:
(?)
Ressalte-se que não houve indicação de qualquer meio hábil e efetivo de constrição de bens da empresa executada, de modo a resguardar o benefício de ordem quanto aos sócios.
Assim, o incidente de desconsideração deve nortear-se, não só pelo disposto no art. 50 do CC, mas também pelo contido no § 5.º do art. 28 do CDC, aplicando-se a denominada "teoria menor da desconsideração da pessoa jurídica", como forma de imprimir a máxima eficácia ao provimento jurisdicional, garantindo ao exequente a satisfação de seu crédito, de natureza alimentar e privilegiada.
Nessa mesma linha, os precedentes a seguir transcritos, também envolvendo a Construtora Conic Souza Filho Ltda., oriundos deste Regional:
(?)
Por outro lado, não procedem os argumentos do agravante, no tocante à ausência de indicação específica de quais sócios seriam admitidos na lide, com o intuito de saldar a execução, porquanto não há previsão legal nesse sentido. A desconsideração da personalidade jurídica rege-se pelo disposto nos arts. 133 a 137 do

CPC, aplicáveis ao processo do trabalho por força do art. 855-A da CLT. Dos mencionados dispositivos, não se vislumbra qualquer requisito de obrigatoriedade de indicação dos sócios pelo suscitante, mas apenas que a parte ou o Ministério Público (se lhe couber intervir no processo) formule o requerimento perante o Juízo, o que foi feito, como se percebe da narrativa supra.
Verifico ainda que o juízo de origem determinou a consulta ao quadro societário da executada, contudo, a própria empresa havia acostado ao feito seu contrato social, datado de 29/4/2015, onde constavam, como sócios: José Luiz de Souza Filho, Manuel Vicente de Araújo Filho, Alberto Magno de Vasconcelos Cavalcanti e Lucian Fragoso de Andrade, ora agravante (Id 5ee6b09). O contrato de trabalho do exequente perdurou de 10/7/2017 a 10/10/2018, sendo certo que o agravante beneficiou-se de sua força de trabalho, durante quase todo o contrato, cujo término implicou a obrigação de pagamento das verbas rescisórias, considerando haver ele se retirado da sociedade em 19/6/2018, data do registro da nona alteração contratual de Id 1791fde na JUCEPE, apenas quatro meses antes da ruptura do liame empregatício. E, havendo a presente ação sido ajuizada em 17/1/2019, portanto, dentro do biênio previsto no art. 1.032 do CC, não há que se falar em sua exclusão da lide ou ilegitimidade de parte, ainda que as parcelas deferidas sejam relacionadas exclusivamente às verbas rescisórias, devidas após sua retirada do quadro societário, porém constituídas ao longo do vínculo de emprego. Confira-se o teor do referido dispositivo:
(?)
No entanto, considerando as datas de averbação de sua retirada do quadro societário (19/6/2018), e do ajuizamento da presente ação, aplica-se o disposto no art. 10-A da CLT: " O sócio retirante responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, observada a seguinte ordem de preferência: I - a empresa devedora; II - os sócios atuais; e III- os sócios (grifei). Assim, inexistindo indícios de alteração"retirantes societária fraudulenta, provejo em parte o apelo, a fim de reconhecer o direito do agravante ao benefício de ordem, somente sendo possível a execução contra seu patrimônio após restarem infrutíferas as tentativas de excutir bens dos demais sócios, bem assim limitar sua responsabilidade à proporcionalidade do período em que se beneficiou da força de trabalho da exequente.
Registro ainda, a fim de evitar futuros questionamentos, que não acolho a tese de sua exclusão total da lide, face a retirada ter ocorrido antes da rescisão contratual, e as parcelas reconhecidas nesta ação serem somente verbas rescisórias. Isso porque, como já destacado em linhas translatas, o agravante beneficiou-se da força de trabalho da exequente durante a maior parte do contrato de trabalho, cujo término resultou na obrigação de pagamento das verbas rescisórias, razão pela qual deve também responder por tais parcelas, ainda que de forma proporcional.
Nesse sentido, reporto-me aos seguintes arestos:
(?)
Provejo parcialmente o agravo, para determinar que seja observada a ordem de constrição estabelecida no artigo 10-A da CLT, quanto ao sócio Lucian Fragoso de Andrade, bem assim limitar sua responsabilidade à proporcionalidade do período em que se beneficiou da força de trabalho da exequente. (Grifos Acrescidos)
Confrontando os argumentos recursais com os fundamentos do acórdão vergastado, não vislumbro a alegada violação direta e literal do supracitado dispositivo constitucional, único fato que possibilitaria, à luz do § 2º do artigo 896 da CLT, a admissibilidade do recurso de revista, porquanto este Regional decidiu a espécie conforme os elementos constantes nos autos e as regras jurídicas infraconstitucionais pertinentes, sendo inócua a alegação de violação a dispositivos de legislação infraconstitucional específica. Assim, se infração houvesse à norma da Constituição, esta teria ocorrido apenas de forma reflexa, o que não basta à caracterização da "demonstração inequívoca" de que trata a Súmula n.º 266 do TST.

CONCLUSÃO
Denego seguimento.

Examino.
Não há que se falar em ofensa aos princípios constitucionais quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, quanto ao Juízo Regional de Admissibilidade, ressalte-se que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
Na situação dos autos, não procede a alegação de ofensa aos dispositivos da Constituição Federal apontados, quando a lide está adstrita ao exame de legislação infraconstitucional, visto que essa circunstância impossibilita a configuração de sua violação literal e direta. A discussão, deste modo, não se exaure na Constituição Federal.
Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. CONVERSÃO DO TEMPO COMUM EM TEMPO ESPECIAL. VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 279 DO STF. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA - ARE 748.371. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É inviável o processamento do apelo extremo quando a ofensa a dispositivo constitucional se dá de maneira reflexa e indireta, pois requer o exame prévio da orientação firmada sobre tese infraconstitucional pela instância ordinária. 2. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o Tribunal de origem, quanto ao preenchimento dos requisitos necessários à concessão de aposentadoria, seria imprescindível o reexame dos

fatos e provas. Incidência da Súmula 279 do STF. 3. O Supremo Tribunal Federal já assentou, sob a sistemática da repercussão geral, que suposta ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e dos limites da coisa julgada, quando a violação é debatida sob a ótica infraconstitucional, não apresenta repercussão geral, o que torna inadmissível o recurso extraordinário. (RE 748.371-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 1º.08.2013 tema 660). 4. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, CPC." (RE 1004169 AgR / RS, Relator Ministro Edson Fachin. Publicado em 29.3.2017).

DIREITO CIVIL. POSSE. PROPRIEDADE. COISA JULGADA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, da Lei Maior, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária prevista no art. 102 da Magna Carta. 2. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. 3. Agravo regimental conhecido e não provido." (ARE 944003 AgR/GO, Relatora Ministra Rosa Weber. Publicado em 12.4.2016) - (grifei).

Por oportuno, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que violação reflexa ou indireta de dispositivo da Constituição não viabiliza recurso de natureza extraordinária. Eis o teor da Súmula 636 do STF:

"NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE, QUANDO A SUA VERIFICAÇÃO PRESSUPONHA REVER A INTERPRETAÇÃO DADA A NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS PELA DECISÃO RECORRIDA."

Por fim, a diretriz que se extrai da Orientação Jurisprudencial 123 da SBDI-2 do TST (analogicamente) é de que a ofensa à coisa julgada supõe dissonância patente entre as decisões exequenda e rescindenda, o que não se verifica quando se faz necessária a interpretação do título executivo judicial para se concluir pela lesão à coisa julgada, tal como na hipótese dos autos.

Assim, constato a impossibilidade do conhecimento do recurso de revista interposto nesta fase de execução em virtude do que preveem o art. 896, § 2.º, da CLT e as Súmulas 266 do TST e 636 do STF.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Incólumes os dispositivos invocados.

Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000950-89.2013.5.02.0028

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	THIAGO FERNANDES GALLUCI
Advogado	Dr. Mauricio Rehder Cesar(OAB: 220833-A/SP)
Advogado	Dr. Kelysta Ferreira(OAB: 241100-A/SP)
Agravado	JAIR DE SOUZA ROCHA
Advogado	Dr. Claudemir Luís Flávio(OAB: 154498-A/SP)
Advogado	Dr. Marcelo Pereira do Vale(OAB: 160549/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JAIR DE SOUZA ROCHA
- THIAGO FERNANDES GALLUCI

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 470/490) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 466).

Contraminuta às fls. 498/502 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 503/507.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 359) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 13/09/2021 e apelo protocolado em 23/09/2021).

O Regional denegou seguimento ao recurso de revista com fulcro na Súmula 218 do TST. O executado, por sua vez, insurge-se contra tal decisão, defendendo o cabimento do referido apelo. Todavia, como corretamente registrado na decisão denegatória, o processamento do recurso de revista esbarra no óbice previsto na

Súmula 218 do TST, segundo a qual "É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento".
Ante o descabimento do apelo, resta inviabilizado o exame da controvérsia, não sendo possível o destrancamento do recurso de revista interposto pelo executado.
NEGO SEGUIMENTO, pois, ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do RITST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000154-07.2018.5.05.0492

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	TELMA RITA SANTOS DA SILVA
Advogado	Dr. Iruman Ramos Contreiras(OAB: 10889-A/BA)
Advogada	Dra. Mariana Lopes Vila Flor(OAB: 43194-A/BA)
Agravado	MUNICÍPIO DE ILHÉUS
Procuradora	Dra. Júlia Gomes de Azevedo

Intimado(s)/Citado(s):
- MUNICÍPIO DE ILHÉUS
- TELMA RITA SANTOS DA SILVA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
O MPT opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Considerando o disposto no art. 896-A, § 6º, da CLT (inserido pela Lei 13.467/17), o juízo de admissibilidade deste Recurso de Revista se limita à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO / ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA / CONVERSÃO DE REGIME JURÍDICO.
PRESCRIÇÃO / FGTS.
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO / FGTS / DEPÓSITO / DIFERENÇA DE RECOLHIMENTO.
Alegação(ões):
- contrariedade:Súmula nº 382 do Tribunal Superior do Trabalho.
- Contrariedade: Súmula Vinculante nº 43 do Supremo Tribunal Federal.
- violação: incisos XXXV e XXXVI do artigo 5º; inciso III do artigo 7º; caput do artigo 37; inciso II do artigo 37; artigo 39 da Constituição Federal.
- violação: Lei Municipal nº 3760/2016, artigo 1º, § 1º.
- divergência jurisprudencial.
A Parte Recorrenteaduz que, "em flagrante afronta direta e literal ao art. 37, II da CF, o próprio aresto recorrido conclui que é incontroversa a contratação do empregado após concurso público, sendo o seu contrato regido pela CLT; assim como que, de fato, não é possível a transmudação do regime celetista para o estatutário com o simples advento de lei, sendo necessário, imprescindível mesmo, que o empregado tenha se submetido a prévio concurso público específico para tanto; e apesar disso, também em tese contrária à SV 43 do STF, que não admite o provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, como in casu.".
Alega também que, "tendo em vista que a parte autora não optou pela mudança de regime, patente o direito pleiteado, conforme se depreende dos autos; de modo que a relação jurídica mantém-se sob a regência da Consolidação das Leis do Trabalho, e ainda que fosse admitida a mudança de regime, esta não extingue o vínculo jurídico; ao passo que ativo o contrato de trabalho, tal circunstância afasta a prescrição bienal prevista na Súmula nº 382 do TST."
A Parte Recorrente transcreveu o seguinte trecho do Acórdão para demonstrar o prequestionamento:
É incontroverso que a reclamante ingressou nos quadros funcionais do réu para exercer a função de professora em 21.07.2008. Por outro lado, pelas provas dos autos, tem-se que a Lei Municipal nº 3.760/2015 alterou o regime dos servidores públicos do Município de Ilhéus e instituiu o regime jurídico único estatutário em 22.12.2015. Embora o reclamante indique que a Lei nº 3.760/2016 tenha substituído a Lei nº 3.760/2015, em razão da derrubada dos vetos do Poder Executivo, salienta-se que a norma aplicada "in casu" é a de 2015. Isso porque, o veto de determinado(s) artigo(s) não obstaculiza(m) que a Lei possa ser sancionada e promulgada imediatamente."
(...)
De mais a mais, salienta-se que o §1º, do artigo 1º, da Lei nº. 3.760/2016, foi julgado inconstitucional pelo Órgão Especial deste Tribunal (processo de nº 0000894-20.2017.5.05.0000):
ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE ILHÉUS. TRANSMUTAÇÃO DO REGIME JURÍDICO DE EMPREGO PÚBLICO PARA CARGO PÚBLICO. VIOLAÇÃO AO PRECEITO CONSTITUCIONAL QUE, DE FORMA EXPRESSA, PROÍBE A TRANSPOSIÇÃO AUTOMÁTICA. É inconstitucional o §1º do artigo 1º da Lei n° 3.760/2016, do Município de Ilhéus, porque vedada, expressamente, a transformação de emprego em cargo público para cuja investidura a Constituição de 1988 exige a submissão a concurso específico aludido nos art. 37, II, da CF/88 e no §1º do artigo 19 do ADCT. (...)
Sendo assim, diante da transmudação automática de regime decorrente da Lei nº 3.760/2015, resta evidenciada a natureza jurídicoadministrativa que reveste o vínculo laboral mantido entre a demandante e o ente público acionado, em decorrência da vigência do Regime Jurídico Único instituído pelo Município de Ilhéus. Neste caso, ainda que haja evidência de que tal ato em face do servidor público padece de alguma irregularidade, não cabe à Justiça do Trabalho reconhecer tal vício. Somente a Justiça Comum pode fazê

-lo. Até que a justiça pertinente julgue em sentido diverso, não pode o ato de investidura da reclamante no regime jurídico-administrativo ser desconstituída nesta seara, razão pela qual tal ato segue produzindo efeitos. Na hipótese em apreço, como os elementos dos autos deixam evidenciada a natureza jurídico-administrativa que reveste o vínculo laboral mantido entre a demandante e o ente público acionado, em decorrência da vigência do Regime Jurídico Único, nos moldes da Lei nº 3.760/2015, conclui-se pela inexistência de relação de emprego entre as partes fundada na CLT a partir de então. Até que a validade do regime seja desconstituída na seara pertinente, não pode o ato do ente público de mudança de regime ser desconstituído pela Justiça do Trabalho, razão pela qual tal ato segue produzindo efeitos, inclusive o de extinguir as relações de emprego outrora existentes no dia 22.12.2015, data da promulgação da Lei nº 3.760/2015. Destarte, como se deve ter por lícita a mudança do regime jurídico operada até que decisão na seara pertinente afirme o contrário, tem-se que a obreira reclamante teve dois vínculos: o primeiro de natureza celetista até e, a partir de então, o segundo 22.12.2015 regime de natureza estatutária. Portanto, a conversão do vínculo de natureza celetista para estatutário, em decorrência da vigência do Regime Jurídico Único da Lei nº 3.760/2015, enseja a extinção do contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho e deflagra a contagem do prazo prescricional bienal estabelecido no artigo 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal, consoante disposto na súmula nº 382 do Tribunal Superior do Trabalho.

De acordo com os fundamentos expostos no Acórdão, não se vislumbra possível ofensa aos dispositivos da Constituição Federal e da Legislação Federal mencionados no Recurso de Revista.
O Acórdão Regional encontra-se em sintonia com a jurisprudência atual do Tribunal Superior do Trabalho, cristalizada na Súmula nº 382, aspecto que obsta o seguimento do Recurso de Revista sob quaisquer alegações, consoante regra do art. 896, §7º, da CLT e Súmula nº 333, também daquela Corte.
Arestos provenientes de Turma do TST, deste Tribunal ou de Órgão não especificado no art. 896, "a", da CLT, são inservíveis ao confronto de teses - Orientação Jurisprudencial nº 111 da SDI-I do TST.
Quanto aos demais julgados apresentados para confronto de teses, ressalto que os mesmos carecem de especificidade, porquanto não abordam todos os fundamentos do Acórdão impugnado e não partem das mesmas premissas de fato do caso concreto, conforme entendimento cristalizado nas Súmulas 23 e 296, ambas do TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento aoRecurso de Revista."

Não procede a alegada ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da legalidade (art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal) quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT. No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO / ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA / CONVERSÃO DE REGIME JURÍDICO", "PRESCRIÇÃO / FGTS" e "CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO / FGTS / DEPÓSITO / DIFERENÇA DE RECOLHIMENTO", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 333, 382, do TST e no art. 896, § 7º, CLT.

O acórdão regional registrou, a fls. 391, que a reclamante foi admitida pelo Município reclamado em 21/7/2008, para exercer a função de professora.
É fato incontroverso nos autos que a reclamante foi contratada pelo Município, após prévia aprovação em concurso público, com contrato regido pela CLT - petição inicial a fls. 6.
TRT registrou no acórdão regional, a fls. 391, que "(...) pelas provas dos autos, tem-se que a Lei Municipal nº 3.760/2015 alterou o regime dos servidores públicos do Município de Ilhéus e instituiu o regime jurídico único estatutário em 22.12.2015. Embora o reclamante indique que a Lei nº 3.760/2016 tenha substituído a Lei nº 3.760/2015, em razão da derrubada dos vetos do Poder Executivo, salienta-se que a norma aplicada "in casu" é a de 2015". Conforme o TRT, em 22/12/2015, foi instituído o regime jurídico estatutário no âmbito do Município de Ilhéus, através da Lei Municipal nº 3.760/2015.
Com efeito, esta Corte tem adotado o entendimento de que é válida a transmudação do regime celetista para estatutário, prevista em lei do Município, quando o trabalhador é contratado mediante submissão e aprovação em concurso público, após a vigência da Constituição Federal de 1988.
Desse modo, tendo em vista a admissão da reclamante mediante aprovação em concurso público, em 21/07/2008, com submissão ao regime celetista, e que a Lei Municipal nº 3.760/2015 instituiu o regime jurídico estatutário no âmbito do Município de Ilhéus, em 22/12/2015, operou-se a transposição do regime jurídico do autor de celetista para estatutário nesta data, o que levou a extinção do contrato de trabalho e a fluência do prazo da prescrição bienal, conforme diretriz da Súmula nº 382 do TST:
"MUDANÇA DE REGIME CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO. EXTINÇÃO DO CONTRATO. PRESCRIÇÃO BIENAL (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 128 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005
A transferência do regime jurídico de celetista para estatutário implica extinção do contrato de trabalho, fluindo o prazo da prescrição bienal a partir da mudança de regime. (ex-OJ nº 128 da SBDI-1 - inserida em 20.04.1998)"

Nesse sentido, cito as seguintes decisões monocráticas: AIRR - 303-97.2018.5.05.0493, Relator: Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT: 15/04/2021; AIRR - 343-85.2018.5.05.0491, Relator: Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT: 17/12/2020; AIRR-28-23.2019.5.05.0491, Relatora: Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT:23/09/2021; onde foram julgados casos semelhantes a destes autos, envolvendo o mesmo Município reclamado.
Nesse contexto, a pretensão do reclamante está prescrita, pois transcorreram mais de dois anos entre a data da transposição de regime, ocorrida em 22/12/2015, e o ajuizamento da presente reclamação trabalhista em 2/4/2018.
Assim, a decisão regional está em sintonia com a Súmula 382 do TST, o que inviabiliza o processamento do recurso de revista. Incidência na espécie dos óbices da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT, razão pela qual restam afastadas as alegações e fundamentação jurídica da parte recorrente.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000394-36.2021.5.23.0121

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	BRF S.A.
Advogado	Dr. Daniel Marzari(OAB: 15507-A/MT)
Advogada	Dra. Danusa Serena Oneda(OAB: 13124-B/MT)
Agravado	JOSENILTON COSTA PEREIRA
Advogado	Dr. Edson Machado Barreto(OAB: 12420-A/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- JOSENILTON COSTA PEREIRA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1259/1272) interposto pela reclamada contra a decisão de fls. 1240/1246 mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
Conheço do apelo, pois atendidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade.
As discussões travadas no feito, o qual se submete ao rito sumaríssimo, prendem-se aos temas "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE", "INTEGRAÇÃO DO ADICIONAL NOTURNO DE INSALUBRIDADE NO CÁLCULO DE HORAS EXTRAS", "INTERVALO TÉRMICO" e "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS".
No tocante ao tema "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE", a reclamada afirma que havia o fornecimento de EPI"s que amenizavam a temperatura e os ruídos, bem como reduzia a sensação térmica. Indica violação do art. 191, II, da CLT.
No que concerne ao tema "INTERVALO TÉRMICO", a reclamada afirma que o reclamante não faz jus ao intervalo especial, ao argumento de que prestava serviços em salas climatizadas, com temperatura artificialmente mantida em torno de 12ºC, nãos e enquadrando nas hipóteses do art. 253 da CLT. Aduz q eu os efeitos foram neutralizados com o uso de EPI. Suscita divergência jurisprudencial e indica violação ao art. 253 da CLT.
Entretanto, tratando-se de recurso de revista sob o procedimento sumaríssimo, a recorrente deve indicar violação direta e literal a dispositivo da Constituição Federal ou contrariedade a enunciado de jurisprudência do TST ou a Súmula Vinculante do STF, nos termos do art. 896, § 9º, da CLT e da Súmula 442 do TST.
De plano, verifico que na situação dos autos a recorrente não atendeu o referido pressuposto, uma vez que não renovou no referido apelo, o dispositivo constitucional indicado como ofendido e o verbete sumular como contrariado no recurso de revista.
Quanto aos temas "INTEGRAÇÃO DO ADICIONAL NOTURNO DE INSALUBRIDADE NO CÁLCULO DE HORAS EXTRAS" e "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS", impende ressaltar que o recurso de revista está desfundamentado, à luz do artigo 896, § 9º, da CLT, uma vez que a reclamada, em suas razões recursais, não alegou violação de dispositivo constitucional ou contrariedade a súmula desta Corte.
Ademais, a indicação de violação do art. 133 da CF é inovatória, porquanto veiculada somente nas razões do agravo de instrumento.
Ante o destacado óbice processual, resta inviabilizado o exame da controvérsia.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000616-91.2017.5.05.0461

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DA BAHIA
Procurador	Dr. Adriano Oliveira Pessoa
Agravado	GILVAN SANTOS OLIVEIRA
Advogado	Dr. Cláudio Luiz Góes de Almeida(OAB: 42345-A/BA)
Agravado	META TERCEIRIZAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
Advogado	Dr. Alexandre Cardoso Feitosa(OAB: 27870-A/BA)
Advogada	Dra. Carolina Varjão Liberato(OAB: 51783-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- GILVAN SANTOS OLIVEIRA
- META TERCEIRIZAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 297/315) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 291/295).
Contraminuta às fls. 321/333 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 334/353.
O Ministério Público do Trabalho oficia pelo prosseguimento do feito, ressalvando eventual pedido de intervenção por ocasião do julgamento da causa, fls. 360/362.
É o relatório.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 27/05/2021 e apelo protocolado em 30/05/2021), sendo inexigível o preparo.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à

fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Não houve presunção de culpa da administração pública pelo Juiz de primeiro grau, mas sim conclusão a partir do conjunto probatório de que se mostrou inexistente, no particular, efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações da prestadora de serviços e de que o recorrente também não cuidou de assegurar o efetivo pagamento das verbas rescisórias do empregado da terceirizada lotado em sua depedência. Portanto, não há se falar em violação aos dispositivos legais elencados pelo recorrente."(fls. 266)

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações,

mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.

Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000131-02.2018.5.05.0641

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DA BAHIA
Procurador	Dr. Iuri Ribeiro Gonçalves
Agravado	LC EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI
Agravado	FABIANA DE SOUZA LEAL
Advogado	Dr. Edvard de Castro Costa Júnior(OAB: 14508-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- FABIANA DE SOUZA LEAL
- LC EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 382/389) interposto em face da decisão (fls. 376/380) do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista.
Não houve apresentação de contrarrazões ao recurso de revista, nem de contraminuta ao agravo de instrumento (certidão às fls. 397).
Os autos foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho, que opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento (fls. 403/405).
É o relatório.
Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade do agravo de instrumento, dele conheço.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
O Regional registrou, no que interessa (fls. 346/350):

"Em que pese a declaração da constitucionalidade do dispositivo em questão, no julgamento da ADC 16, o Supremo Tribunal Federal, nesta mesma decisão, entendeu ser plenamente aplicável os termos da Súmula 331 do TST, desde que fique caracterizada a falta ou falha na fiscalização por parte do ente público contratante, hipótese em que este responderá por sua própria incúria.
A Reclamante foi contratada pela primeira Reclamada para prestar serviços ao Estado da Bahia no cargo de servente a partir de 01/11/2012. Na inicial, a autora alega que não houve quitação das verbas rescisórias devidas, bem como salário retido e ainda depósitos de FGTS.
A prestação de serviço da Recorrida em favor do Estado restou incontroversa. O Estado, ao terceirizar os seus serviços, é obrigado a fiscalizar a empresa contratada e cuidar para que esta pague e cumpra, a tempo e modo, as obrigações ou os encargos, inclusive trabalhistas, defluentes da execução do contrato. Se não o faz, incorre na conhecida "culpa in vigilando" e deve, pois, responder subsidiariamente, pelos créditos do obreiro reconhecidos na sentença.
O ponto de vista ora declinado não atenta contra o princípio da legalidade, contra o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal nem o § 1º do artigo 71 da Lei nº 8.666/93, que é perfeitamente válido e eficaz. O que a lei impede é que se transfira a obrigação para o ente da administração. Ora, transferir é tirar a obrigação da esfera da contratada e colocá-la na esfera do contratante. Tal, contudo, não se verifica na hipótese. A titularidade passiva de todas as obrigações que decorrem da relação de trabalho continua a ser da prestadora de serviços, no caso, a primeira reclamada.
A tomadora, ao pagá-la, poderá mediante ação regressiva obter o ressarcimento do devedor principal. Na execução a contratante poderá, inclusive, tal qual o fiador, apontar bens do devedor principal que respondam pelos créditos deferidos na decisão recorrida.
O fragmento de lei referido não impede o reconhecimento da responsabilidade subsidiária, impede a transferência, repita-se. Todo o nosso sistema normativo aponta para a responsabilidade subsidiária do preponente ou comitente pelos atos dos prepostos, consoante o artigo 932, III, e o artigo 934 do Código Civil de 2002, o artigo 455 da Consolidação das Leis do Trabalho e o §6º do artigo 37 da Constituição Federal. Assim, em nada interfere no posicionamento aqui adotado a decisão do Supremo tribunal Federal na ADC 16, no sentido de declarar a constitucionalidade da norma cuja legitimidade não estava ameaçada.
Pertinente a ressalva feita pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal quando da declaração da constitucionalidade do artigo 71, §1º, da Lei 8666/93 no julgamento da ADC 16, julgamento mais recente do que aquele que cita a recorrente (RE 603397), no sentido de que tal "não impedirá o TST de reconhecer a responsabilidade, com base nos fatos de cada causa", porquanto o "STF não pode impedir o TST de, à base de outras normas, dependendo das causas, reconhecer a responsabilidade do poder público". Logo, a decisão do STF exclui de forma definitiva apenas a figura da responsabilidade presumida ou automática do Ente Público e veda ao TST que julgue de forma genérica, ao tempo em que estabelece pressuposto da análise caso a caso, no qual será verificada a existência ou não de ação ou omissão que denote culpa in vigilando do Estado.
Verifica-se que o posicionamento do STF não exime o Poder Público de aplicar as normas de responsabilidade civil. Nem tampouco lhe concede total isenção sobre a conduta das empresas que contratar, apenas estabelece critérios de aferição da culpa em decorrência de ato comissivo ou omissivo da Administração Pública.
O Ministro Gilmar Mendes do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a Reclamação Constitucional de nº 27554 Bahia, intentada contra decisão da lavra deste Relator que tratou de responsabilidade subsidiária da administração pública, assim se pronunciou: Na espécie, a autoridade reclamada consignou a responsabilidade subsidiária do ente público por constatar, a partir da prova dos autos, inclusive análise do contrato de prestação de serviços, a falha na fiscalização do cumprimento, por parte da empresa contratada, de suas obrigações para com os empregados vinculados à execução do contrato.
Nesse sentido, extrai-se o seguinte trecho do ato reclamado:
"A Valec não demonstrou ter efetuado a fiscalização da execução do contrato, como exige a norma prevista no inciso III, do artigo 58 da Lei nº 8.666/93 e cláusula décima do Contrato de prestação de Serviços, no Id. Num. 8696c07 - Pág. 3, o que evidencia a sua responsabilidade nos prejuízos causados ao reclamante.
(...) A segunda acionada (ora reclamante) não juntou um comprovante sequer de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias que lhe deveriam ser apresentadas pelo primeiro réu (interessada Concremat) ou notificação de exigibilidade do atendimento das prestações fixadas do contrato de prestação de serviços". (eDOC 12, p. 12) Assim, não há desacordo entre o ato reclamado e o decidido no julgamento da ADC 16, de modo que não

há como se verificar violação a sua autoridade.
Tampouco há, na espécie, contrariedade à Súmula Vinculante 10, pois a autoridade reclamada não declarou inconstitucional ou afastou, por julgar inconstitucional, o art. 71, § 1º, da Lei 8.666/1993.
Ante o exposto, revogo a liminar concedida e nego seguimento à reclamação (art. 21, § 1º, do RISTF).
Assim, deve-se perquirir se a inadimplência dos haveres trabalhistas tem como causa a falha e/ou a falta de fiscalização pelo Ente Público contratante, o que permite concluir pela responsabilização indireta da recorrente pelas demais normas legais e pela própria Constituição.
Outrossim, o ônus de provar que não houve omissão quanto ao dever de fiscalizar é do recorrente, uma vez que se trata de fato impeditivo do direito do autor e deste encargo o segundo acionado não se desincumbiu. Ademais, como se trata de fato negativo, incumbir ao acionante do encargo probatório lhe acarretaria ônus excessivamente difícil ou mesmo até impossível de ser provado, uma vez que a parte acionada possui maior aptidão em produzir a prova necessária do cumprimento da obrigação contratual ou legal que lhe é atribuída. Veja-se, nesse sentido, jurisprudência do TST:
(...)
O recorrente não demonstrou ter efetuado a fiscalização da execução do contrato, como exige a norma prevista no inciso III, do artigo 58 da Lei nº 8.666/1993, o que evidencia a sua responsabilidade nos prejuízos causados ao autor.
Destarte, ante a falta de comprovação de fiscalização da tomadora pelo cumprimento das obrigações pela prestadora decorrentes do vínculo empregatício existente não há como ser afastada a responsabilidade do Município reclamado que emerge desse inadimplemento contratual e também encontra suporte no item V da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, que expressa:
IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.
V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.
(destaque acrescentado)
A arguição de inconstitucionalidade da referida súmula não pode ser acolhida por ausência de respaldo legal, uma vez que o enunciado não é lei ou ato normativo e, assim, não pode ser reputado de inconstitucional.
Ficou patenteado nos autos que o recorrente era o tomador de serviços e que os créditos perseguidos tiveram origem durante todo o período em que o autor, como empregado da primeira demandada, prestou seu labor e realizou as atividades na área do Estado da Bahia, conforme ratificam os documentos apresentados.
Desse modo e porque não há prova de que fiscalizou o efetivo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas contraídas pela empresa prestadora de serviços para com seu empregado, a responsabilidade subsidiária da segunda acionada e ora recorrente pelos créditos contemplados no julgamento não pode ser afastada.
Tal responsabilização, por sua vez, tem fundamento no princípio da proteção do trabalhador contra os atos que tentam, de qualquer forma, fraudar, impedir ou desvirtuar a aplicação da lei trabalhista, na forma do artigo 9º da Consolidação das Leis do Trabalho, considerando que, na realidade, quem mais se beneficiou da prestação laboral foi o tomador dos serviços.
A responsabilidade subsidiária imposta ao Estado abarca todas as obrigações pecuniárias deferidas na sentença, inclusive verbas rescisórias, e não adimplidas pela devedora principal, ainda que multas normativas ou previstas na CLT. Tal entendimento não encontra óbice no art. 5º, XXXVI da CF. Ademais a sentença observou os pedidos preventivos do segundo reclamado. O recorrente foi condenado de forma subsidiária no título exequendo e deve arcar com o débito do devedor principal, conforme originado, diante da sua inadimplência, inclusive quantos aos juros a serem observados. Os juros da lei 9.494/97 não se aplicam em caso de responsabilidade subsidiária.
O entendimento expressado acima não encontra óbice nos art. 5º, II, LV e XXXVI e no art. 100, §12º da CF/88.
Ante a ausência de qualquer prova de quitação pela reclamada, deve ser mantida a condenação ao pagamento das parcelas rescisórias, multa do artigo 467, bem como a parcela de vale-alimentação.".

Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal

Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, ante o registro no acórdão de que o tomador de serviços não produziu nenhuma prova de que tivesse cumprido sua obrigação de fiscalizar, de forma eficaz, o cumprimento das obrigações trabalhistas devidas por seu contratado, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"O recorrente não demonstrou ter efetuado a fiscalização da execução do contrato, como exige a norma prevista no inciso III, do artigo 58 da Lei nº 8.666/1993, o que evidencia a sua responsabilidade nos prejuízos causados ao autor.". (fls. 349)

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na ausência de prova da eficácia ou efetividade da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante

representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000305-87.2018.5.17.0152

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	GUARAPARI PERFUMARIA E COSMÉTICOS LTDA.
Advogado	Dr. Samir Furtado Nemer(OAB: 11371-P/ES)
Advogado	Dr. Leonardo Bittencourt Ronconi(OAB: 12717-A/ES)
Agravado	PAULA MAHIARA DA SILVA WAICHERT
Advogado	Dr. Marcos Antônio Bitencourt de Oliveira(OAB: 19259/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- GUARAPARI PERFUMARIA E COSMÉTICOS LTDA.
- PAULA MAHIARA DA SILVA WAICHERT

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem

jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (ciência da decisão em 22/07/2020 - fl(s)./Id ; petição recursal apresentada em 31/07/2020 - fl(s)./Id 68dc312).
Regular a representação processual - fl(s.)/Id 7e00167, 90326ee .
Satisfeito o preparo - fl(s)./Id 2118680, 06fcc66, c0228e8, 3246ae0 e b7a7e6f, fd7567a.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral / Desconfiguração de Justa Causa.
Alegação(ões):
- violação aos artigos 482, 'a', 818 da CLT.
Insurge-se a reclamada contra o acórdão, no que tange à reversão da justa causa pela prática de ato de improbidade aplicada à reclamante.
Tendo a C. Turma mantido a sentença, quanto à reversão da justa causa aplicada, uma vez que não houve prova da apropriação indébita de numerário da qual foi acusada a autora, não se verifica, em tese, a alegada violação, como requer o artigo 896, 'c', da CLT.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "reversão da dispensa por justa causa", emerge como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista a diretriz consubstanciada na Súmula 126 do TST.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000629-24.2015.5.02.0080

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador	Dr. César Cals de Oliveira
Agravado	SPE SOMA - SOLUÇÕES EM MEIO AMBIENTE LTDA.
Advogado	Dr. Gabriel Turiano Moraes Nunes(OAB: 20897-A/BA)
Agravado	REGIVALDO SANTANA DE FARIAS
Advogado	Dr. Mauro Ferrim Filho(OAB: 77006-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- REGIVALDO SANTANA DE FARIAS
- SPE SOMA - SOLUÇÕES EM MEIO AMBIENTE LTDA.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo prosseguimento do feito, ressalvando eventual pedido de intervenção por ocasião do julgamento da causa.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos §§ 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
O recurso de revista teve seguimento denegado nos seguintes termos:

"(...)
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA / SUBSIDIÁRIA / TOMADOR DE SERVIÇOS / TERCEIRIZAÇÃO / ENTE PÚBLICO.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, é ônus da parte, sob pena de não conhecimento, indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, o que não foi observado pelo recorrente.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista.
(...)"

A parte agravante alega que cumpriu os requisitos previstos no art. 896, § 1º-A, da CLT.
Analiso.
Conforme bem registrado na decisão agravada, em recurso de revista, a parte recorrente não indicou o trecho da decisão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, nos termos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT (incluído pela Lei 13.015/2014).
No caso, não há qualquer transcrição da fundamentação do Acórdão que a parte recorrente entende consubstanciar o prequestionamento da controvérsia relacionado aos temas debatidos no recurso de revista.
Registre-se, por oportuno, que os trechos transcritos às fls. 657-658, no tópico denominado de "1) do prequestionamento", não foram retirados do acórdão recorrido.
Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da parte recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista.
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do TST: E-ED-RR - 552-07.2013.5.06.0231 , Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 09/06/2016, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 17/06/2016; AIRR - 1109-53.2015.5.08.0009 , Relator Ministro: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 11/04/2018, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/04/2018; AIRR - 10839-74.2015.5.15.0080 , Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, Data de Julgamento: 15/08/2018, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 17/08/2018; AIRR - 24937-53.2016.5.24.0056 , Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 15/08/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 17/08/2018; AIRR - 16-61.2016.5.21.0008 , Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 08/08/2018, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/08/2018; Ag-AIRR - 1899-63.2015.5.02.0022 , Relator Ministro: Breno Medeiros, Data de Julgamento: 08/08/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/08/2018; AIRR - 1000951-15.2015.5.02.0472 , Relatora Desembargadora Convocada: Cilene Ferreira Amaro Santos, Data de Julgamento: 15/08/2018, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 17/08/2018; (Ag-AIRR - 4696-31.2015.5.12.0055 , Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Data de Julgamento: 08/08/2018, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/08/2018; Ag-AIRR - 10704-53.2016.5.03.0018 , Relator Ministro: Márcio Eurico Vitral Amaro, Data de Julgamento: 02/05/2018, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 04/05/2018).
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000604-36.2012.5.04.0023

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	SILVANA FRAGA DA SILVA
Advogada	Dra. Graciela Justo Evaldt(OAB: 65359/RS)
Agravado	ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.
Advogado	Dr. Fernando Rogério Peluso(OAB: 104748-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.
- SILVANA FRAGA DA SILVA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2º, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis o teor da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Juros.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Julgamento Extra / Ultra / Citra Petita.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Correção Monetária.
Não admito o recurso de revista noitem.
A parte apenas discorre acerca das razões de sua insurgência e propugna a reforma da decisão, não indicando dispositivo constitucional que entenda estar violado. A ausência de situação prevista no art. 896, parágrafo 2º, da CLT obsta o prosseguimento do recurso de revista.
Registro, detoda forma, que a decisão recorrida aderiu ao precedente fixado pelo E. STF no julgamento da ADC n. 58. Considerando que essa decisão representa a interpretação dada pelo Órgão responsável pela palavra final em termos de interpretação constitucional, com caráter vinculante e erga omnes, não cabe falar em violação direta e literal da Constituição da República, razão pela qual o recurso de revista é inadmissível, nos termos do art. 896, § 2º, da CLT, c/c art. 926 e 927, I, do CPC.
Nego seguimento ao recurso, tópicos "1. Do índice de correção monetária e juros defendido como incontroverso pela reclamada", "2. Da insegurança jurídica e lesão ao princípio da confiança ao aplicar indiscriminadamente índice de correção distinto daquele discutido nos autos", "3. Da decisão extra petita e do princípio do non reformatio in pejus" e "4. Da coisa julgada referente aos juros de mora de 1% ao mês. Da reformatio in pejus operada".
CONCLUSÃO
Nego seguimento".

Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e

9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

Inicialmente, há de se afastar as alegações tecidas a respeito do despacho denegatório. É que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais. Pois bem.

O juízo de admissibilidade regional não analisou o recurso à luz dos novos requisitos do art. 896, §1º-A, introduzidos pela Lei n.º 13.015/2014. Esclareço, por oportuno, que o juízo a quo não vincula o juízo ad quem, que tem ampla liberdade para analisar todos os pressupostos extrínsecos e intrínsecos do apelo.

Verifico que, em recurso de revista, a parte recorrente não indicou o trecho da decisão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo.

Com efeito, esclareço, desde já, que a transcrição do inteiro teor da decisão recorrida, sem a indicação expressa, destacada, da tese prequestionada, não atende a exigência do art. 896, §1º-A, I, da CLT (incluído pela Lei n.º 13.015/2014).

Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista.

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do TST: AIRR -10028-85.2013.5.04.0664, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, DEJT 08/06/2015; AIRR-1521-73.2012.5.04.0017, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, DJ 12/06/2015; AIRR-2951-67.2013.5.22.0003, Relator Ministro: Maurício Godinho, 3ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-306-71.2013.5.04.0811, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, 4ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-1163-51.2011.5.04.0015, Relator Ministro: Emmanoel Pereira, 5ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-307 -78.2012.5.04.0233, Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, 6ª Turma, DEJT 12/06/2015; AIRR-42700-94.2014.5.13.0007, Relator Ministro: Cláudio Brandão, 7ª Turma, DEJT 12/06/2015; AIRR-309-73.2011.5.04.0721, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 8ª Turma, DEJT 29/05/2015.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000837-17.2011.5.04.0751

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogada	Dra. Juliana Veiga Biedrzycki(OAB: 65284-A/RS)
Advogada	Dra. Denise Trein(OAB: 71426/RS)
Advogada	Dra. Leda Saraiva Soares(OAB: 61888 -A/RS)
Agravado	ELOI JOSE REICHERT
Advogada	Dra. Mônica Andrea Bertéli Slomp(OAB: 44851-A/RS)
Advogado	Dr. Rafael Pitrez Fontana(OAB: 75649-A/RS)
Advogado	Dr. Régis Eleno Fontana(OAB: 27389-A/RS)
Agravado	FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
Advogado	Dr. Dino Araújo de Andrade(OAB: 20182-A/DF)
Advogado	Dr. Diego Torres Silveira(OAB: 55184/RS)
Advogado	Dr. Leandro Pitrez Casado(OAB: 53911-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- ELOI JOSE REICHERT
- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2º, do RITST).

Tramitação preferencial - execução.

Eis o teor da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Negativa de Prestação Jurisdicional. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Preclusão / Coisa Julgada.

Não admito o recurso de revista noitem.

Não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte (art. 896, § 1-A, CLT).

O cabimento do recurso de revista oferecido contra decisão proferida em execução de sentença está restrito às hipóteses em que evidenciada ofensa direta e literal a norma inserta na Constituição da República, a teor do disposto no artigo 896, § 2º, da CLT e Súmula 266 do TST.

Com relação à alegação de nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, tenho que as questões suscitadas foram enfrentadas pelo Tribunal, não havendo afronta ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal.

No restante, nas alegações recursais em que devidamente transcritos os trechos do acórdão e feito corretamente o cotejo analítico com as respectivas alegações, não verifico afronta direta e literal aos dispositivos constitucionais apontados.

Tocante à parcela CTVA, os fundamentos do acórdão são no sentido da observância dos limites do título executivo, não permitindo concluir pela afronta direta e literal a preceito

constitucional (coisa julgada).
Inviável a análise das demais alegações recursais, face à restrição legal anteriormente mencionada.
Registro que, em sede de recurso de revista em execução de sentença, eventual ofensa a texto constitucional por via reflexa ou indireta não se enquadra na previsão do art. 896, § 2º, da CLT.
Nego seguimento ao recurso no que se refere à negativa de prestação jurisdicional e quanto ao tópico "Do mérito", inclusive subitens.
CONCLUSÃO
Nego seguimento".

Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, há de se afastar as alegações tecidas a respeito do despacho denegatório. É que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Em relação à preliminar de nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, constato, pois, dos argumentos lançados pelo TRT, que a decisão Regional, ainda que contrária aos interesses da recorrente, foi devidamente fundamentada, o que não gera a nulidade da decisão. Incólume, pois, o artigo 93, IX, da CF/88.
Não há, no caso, error in procedendo a justificar a pretensão de nulidade deduzida na instância extraordinária. Nesse contexto, não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional.
Saliente-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que o mero inconformismo da parte com a decisão que lhe é desfavorável não enseja a nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional. Precedentes:

"(...)5. Decisão fundamentada, embora contrária aos interesses da parte, não configura negativa de prestação jurisdicional. Precedentes. (...)" (AI 813765 AgR/RJ, Relatora Min. Ellen Gracie, Publicação 15/3/2011)"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPETIÇÃO DA ALEGAÇÃO ANTERIOR. VERBA HONORÁRIA. 1. Os presentes embargos são mera reiteração do agravo regimental anterior. Não há contradição, obscuridade ou omissão a sanar. 2. Decisão fundamentada, embora contrária aos interesses da parte, não configura negativa de prestação jurisdicional. 3. Embargos de declaração rejeitados." (RE 535315 AgR-ED/SP, Relatora Min. Ellen Gracie, Publicação 22/5/2009)"EMENTA: CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRESCRIÇÃO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL NÃO CONFIGURADA. I - O acórdão recorrido decidiu a questão referente ao prazo prescricional de ação de repetição de indébito tributário com base na legislação ordinária que rege a matéria. Inviável, portanto, o recurso extraordinário. II - Suficientemente fundamentada a decisão, embora contrária aos interesses da parte, não há falar em negativa de prestação jurisdicional. III - Agravo regimental improvido." (AI 557074 AgR/SC, Relator Min. Ricardo Lewandowski, publicação 22/6/2007)

E, no que tange às demais matérias veiculadas no apelo, registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
Na situação dos autos, não procede a alegação de ofensa aos dispositivos da Constituição Federal apontados, quando a lide está adstrita ao exame de legislação infraconstitucional, visto que essa circunstância impossibilita a configuração de sua violação literal e direta. A discussão, deste modo, não se exaure na Constituição Federal.
Nesse sentido:
"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. CONVERSÃO DO TEMPO COMUM EM TEMPO ESPECIAL. VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 279 DO STF. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA - ARE 748.371. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É inviável o processamento do apelo extremo quando a ofensa a dispositivo constitucional se dá de maneira reflexa e indireta, pois requer o exame prévio da orientação firmada sobre tese infraconstitucional pela instância ordinária. 2. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o Tribunal de origem, quanto ao preenchimento dos requisitos necessários à concessão de aposentadoria, seria imprescindível o reexame dos fatos e provas. Incidência da Súmula 279 do STF. 3. O Supremo Tribunal Federal já assentou, sob a sistemática da repercussão geral, que suposta ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e dos limites da coisa julgada, quando a violação é debatida sob a ótica infraconstitucional, não apresenta repercussão geral, o que torna inadmissível o recurso extraordinário. (RE 748.371-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 1º.08.2013 tema 660). 4. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, CPC." (RE 1004169 AgR / RS, Relator Ministro Edson Fachin. Publicado em 29.3.2017).
DIREITO CIVIL. POSSE. PROPRIEDADE. COISA JULGADA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, da Lei Maior, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária prevista no art. 102 da Magna Carta. 2. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. 3. Agravo regimental

conhecido e não provido." (ARE 944003 AgR/GO, Relatora Ministra Rosa Weber. Publicado em 12.4.2016) - (grifei).

Por oportuno, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que violação reflexa ou indireta de dispositivo da Constituição não viabiliza recurso de natureza extraordinária. Eis o teor da Súmula 636 do STF:

"NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE, QUANDO A SUA VERIFICAÇÃO PRESSUPONHA REVER A INTERPRETAÇÃO DADA A NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS PELA DECISÃO RECORRIDA."

Por fim, a diretriz que se extrai da Orientação Jurisprudencial 123 da SBDI-2 do TST (analogicamente) é de que a ofensa à coisa julgada supõe dissonância patente entre as decisões exequenda e rescindenda, o que não se verifica quando se faz necessária a interpretação do título executivo judicial para se concluir pela lesão à coisa julgada, tal como na hipótese dos autos.

Assim, constato a impossibilidade do conhecimento do recurso de revista interposto nesta fase de execução em virtude do que preveem o art. 896, § 2.º, da CLT e as Súmulas 266 do TST e 636 do STF.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Incólumes os dispositivos constitucionais invocados.

Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000246-49.2013.5.05.0010

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO
Advogada	Dra. Priscila Ferreira Lago Kalil(OAB: 26329/BA)
Advogado	Dr. Loana Medeiros Silva Mendonça(OAB: 21326-A/BA)
Agravado	MARIA NOELIA RIBEIRO SARAIVA
Advogada	Dra. Daniela Correia Torres(OAB: 12722-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA NOELIA RIBEIRO SARAIVA
- SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2º, do RITST).

Tramitação preferencial - execução.

Eis o teor da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Trata-se de Recurso de Revista interposto contra julgamento proferido em execução de sentença. Nesse caso, a matéria discutida restringe-se à hipótese de violação direta e literal a preceito da Constituição Federal, na forma do art. 896, §2º, da CLT e Súmula nº 266 do TST.

Considerando o disposto no art. 896-A, § 6º, da CLT (inserido pela Lei 13.467/17), o juízo de admissibilidade deste Recurso de Revista se limita à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Execução Previdenciária.

Com relação a todas as alegações contidas neste tópico, registre-se que os fundamentos revelados no Provimento Jurisdicional impugnado estão em sintonia com a atual jurisprudência da mais Alta Corte Trabalhista, principalmente quando traduz o entendimento da SDI-I, como se vê nos seguintes precedentes: EMBARGOS. RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. EXECUÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FATO GERADOR. JUROS DE MORA E MULTA. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS NA VIGÊNCIA DA NOVA REDAÇÃO DO ARTIGO 43, § 2º, DA LEI Nº 8.212/91. MODIFICAÇÃO PROMOVIDA PELA MEDIDA PROVISÓRIA N° 449/2008, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.941/09. PROVIMENTO PARCIAL. 1. O Pleno deste Tribunal Superior, no julgamento do Processo nº TST-E- RR-1125-36.2010.5.06.0171, pacificou e uniformizou a jurisprudência desta Corte sobre o fato gerador das contribuições previdenciárias incidentes sobre os créditos trabalhistas reconhecidos em juízo. Concluiu que a legislação aplicável à resolução das lides envolvendo a matéria é o artigo 43 da Lei nº 8.212/1991. Não obstante, adotou posição de que a incidência da nova redação dada ao referido dispositivo pela Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009, dependerá do momento no qual ocorreu a prestação de serviços: se antes ou depois da alteração legislativa. 2. Para os casos em que a prestação de serviços se deu antes da edição da Medida Provisória

nº 449/2008, entendeu que deve infligir a legislação anterior (redação do artigo 43, caput e parágrafo único, da Lei 8.212/91, c/c o artigo 276, caput, do Decreto nº 3.048/1999), permanecendo, como fato gerador das contribuições previdenciárias sobre os créditos trabalhistas reconhecidos em juízo, o efetivo pagamento das verbas ao trabalhador. Concluiu, também, que a mora do devedor dá-se somente depois do dia 2 (dois) do mês seguinte ao da liquidação da sentença. Tal entendimento derivou da aplicação do princípio da irretroatividade, insculpido no artigo 150, III, "a", da Constituição Federal, o qual veda a cobrança de tributo relativo a fato gerador ocorrido antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado. 3. Para as hipóteses nas quais a prestação de serviços aconteceu depois da alteração legislativa, firmou posição de que deve ser observado o princípio da anterioridade nonagesimal, previsto nos artigos 150, III, "c", e 195, § 6º, da Constituição Federal, o qual veda a exigência de contribuição social antes de noventa dias da data da publicação da lei que a tiver instituído ou modificado. Assim, levando-se em consideração o interstício de 90 (noventa) dias que a Medida Provisória nº 449, convertida na Lei nº 11.941/2009, foi publicada (04/12/2008), as alterações trazidas pela referida legislação devem incidir somente a partir de 5/3/2009. 4. Nesse aspecto, pode-se resumir que, em face dos princípios da irretroatividade e da anterioridade nonagesimal que regem o Direito Tributário, a nova redação do artigo 43 da Lei nº 8.212/1991, a qual passou a estabelecer que o fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de ação trabalhista é a efetiva prestação de serviços, somente pode ser exigida na hipótese em que o labor ocorreu a partir 5/3/2009. 5. A partir dessa data, os acréscimos legais decorrentes da correção monetária e dos juros de mora devem incidir desde a prestação dos serviços, retroagindo ao momento em que as contribuições previdenciárias deveriam ter sido recolhidas. Para o Pleno, a retroação dos referidos acréscimos se justifica, em razão da necessidade de recomposição do valor da moeda (correção monetária) e como forma de remunerar o tempo em que o empregador se utilizou do capital alheio em proveito próprio. 6. Já em relação à multa, adotou posição distinta, entendendo que ela, ao contrário dos juros e da correção monetária, não pode retroagir à data da prestação dos serviços. Isso porque se trata de uma penalidade que visa a compelir o devedor a satisfazer a obrigação a partir do reconhecimento da dívida, com a apuração dos créditos previdenciários, devendo, pois, ser aplicada somente depois de exaurido o prazo da intimação para o seu pagamento, na forma do artigo 61, § 1º, da Lei nº 9.430/96, não podendo, também, exceder ao percentual de 20% (vinte por cento), nos termos do § 2º do mesmo dispositivo. 7. Na hipótese vertente, a União insurge-se, nos embargos à SBDI-1, contra o entendimento adotado pela egrégia Terceira Turma desta Corte, que, mesmo em relação ao período abarcado pela nova redação do artigo 43 da Lei nº 8.212/91, concluiu que o fato gerador das contribuições previdenciárias consiste na data da liquidação da sentença, de modo que os juros de mora e a multa apenas se tornam devidos se inobservado o prazo previsto no artigo 276 do Decreto nº 3.048/99. 8. Merece, pois, reforma o acórdão ora embargado para, nos limites da insurgência recursal, ou seja, relativamente à prestação de serviços ocorrida a partir de 5.3.2009, determinar: (i) no tocante aos juros de mora devidos nas contribuições previdenciárias decorrentes do crédito trabalhista reconhecido judicialmente, que a sua incidência se dê a partir da data da efetiva prestação dos serviços, nos moldes do que dispõe a nova redação do artigo 43, § 2º, da Lei nº 8.212/91; e (ii) quanto à multa, que ela incida somente depois de exaurido o prazo da intimação para o seu pagamento, ou seja, a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo de 48 (quarenta e oito) horas para pagamento, após a citação, limitada a 20% (vinte por cento). 9. Embargos de que se conhece, por divergência jurisprudencial, e a que se dá parcial provimento. (E-ARR - 4001138-73.2010.5.03.0001 , Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 23/02/2017, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/03/2017)

EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FATO GERADOR. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA E MULTA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ANTERIOR E POSTERIOR À ENTRADA EM VIGOR DOS §§ 2º E 3º DO ARTIGO 43 DA LEI Nº 8.212/91, ACRESCIDOS PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449/2008, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.941/2009. 1. Discute-se, no caso, qual o fato gerador das contribuições previdenciárias relativas às parcelas trabalhistas objeto de condenação ou de acordo homologado pela Justiça do Trabalho e, consequentemente, o marco inicial para a incidência dos acréscimos legais concernentes aos juros e às multas, em virtude da nova redação do artigo 43 da Lei nº 8.212/91, dada pela Medida Provisória nº 449/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/2009. 2. Percebe-se do artigo 146, inciso III, da Constituição Federal, que o constituinte remeteu à legislação infraconstitucional a definição e a delimitação dos tributos, inclusive a especificação dos seus fatos geradores. Por sua vez, o artigo 195 da Constituição Federal não define o fato gerador das contribuições previdenciárias, mas apenas sinaliza suas fontes de custeio, a fim de evitar que o legislador infraconstitucional institua outro tributo de natureza semelhante amparando-se nos mesmos indicadores ou fontes, prática coibida pela Lei Maior, conforme se infere do seu artigo 154, inciso I, ao cuidar da instituição de impostos não previstos no Texto Constitucional. 3. No caso, o § 2º do artigo 43 da Lei nº 8.212/1991, acrescido pela Lei nº 11.941/2009, prevê expressamente que o fato gerador das contribuições sociais se considera ocorrido na data da prestação do serviço, a partir da qual, portanto, conforme dicção dos artigos 113, § 1º, e 114 do CTN, surge a obrigação tributária principal, ou obrigação trabalhista acessória. Nesse passo, a liquidação da sentença e o acordo homologado judicialmente equivalem à mera exequibilidade do crédito por meio de um título executivo judicial, ao passo que a exigibilidade e a mora podem ser identificadas desde a ocorrência do fato gerador e do inadimplemento da obrigação tributária, que aconteceu desde a prestação dos serviços pelo trabalhador sem a respectiva contraprestação pelo empregador e cumprimento da obrigação trabalhista acessória, ou obrigação tributária principal, de recolhimento da respectiva contribuição previdenciária. A prestação de serviços é o fato gerador da contribuição previdenciária, mesmo na hipótese de existência de controvérsia acerca dos direitos trabalhistas devidos em decorrência do contrato de trabalho, visto que as sentenças e os acordos homologados judicialmente possuem natureza meramente declaratória ou condenatória (que tem ínsita também uma declaração), com efeitos ex tunc, e não constitutiva, vindo apenas a reconhecer uma situação jurídica que já existia. A própria Constituição Federal, em seu artigo 195, ao se referir aos salários e demais rendimentos do trabalho "pagos ou creditados", a qualquer título, já sinaliza para a viabilidade dessa interpretação de o fato gerador ser a prestação de serviços, pois não se pode ter como sinônimos os vocábulos pagos e creditados. 4. A interpretação no sentido de o fato gerador das contribuições previdenciárias ser a liquidação dos créditos ou o pagamento implica negar vigência ao que foi estabelecido pelo legislador, que elegeu expressamente a prestação de serviços como fato gerador do aludido tributo, não

havendo falar em inconstitucionalidade do artigo 43 da Lei nº 8.212/91, diante das alterações introduzidas pela Lei nº 11.941/2009. Por outro lado, não cabe, com o escopo de defender a tese de o fato gerador ser o pagamento ou a liquidação do crédito do trabalhador, invocar a interpretação conforme a Constituição Federal, pois esse tipo de exegese só é cabível quando a lei dá margem a duas ou mais interpretações diferentes. De fato, é imprescindível, no caso da interpretação conforme a Constituição Federal, a existência de um espaço de proposta interpretativa, sendo inadmissível que ela tenha como resultado uma decisão contra o texto e o sentido da lei, de forma a produzir uma regulação nova e distinta da vontade do Poder Legiferante, pois implicaria verdadeira invasão da esfera de competência do legislador, em nítida ofensa ao princípio fundamental da separação dos Poderes, insculpido no artigo 2º da Constituição Federal, e protegido como cláusula pétrea pelo artigo 60, § 4º, da Lei Maior, e à própria ratio que levou à edição da Súmula Vinculante nº 10 do STF. 5. De mais a mais, essa interpretação de o fato gerador das contribuições previdenciárias e de o termo inicial para a incidência dos juros de mora a elas relativos serem o pagamento ou a liquidação dos créditos despreza, data venia, os princípios da efetividade do direito material trabalhista e da duração razoável do processo, pois incentiva o descumprimento e a protelação das obrigações trabalhistas, tanto quanto a sua discussão em Juízo, porquanto a lide trabalhista passa a conferir vantagem tributária diante da supressão de alto quantitativo de juros e multas acumulados ao longo do tempo. Ou seja, implicaria premiar as empresas que não cumpriram a legislação trabalhista e tributária no momento oportuno, isentando-as dos encargos decorrentes do não recolhimento da contribuição previdenciária no seu vencimento, em detrimento daqueles empregadores que, não obstante em mora, espontaneamente dirigem-se ao Ente Previdenciário para o cumprimento dessas obrigações, com a obrigação de arcar com tais encargos. Isso acarreta, aliás, nítida ofensa ao princípio da isonomia, consagrado no artigo 5º, caput, da Constituição Federal, e ao princípio da isonomia tributária, previsto no artigo 150, inciso II, também do Texto Constitucional, pois institui tratamento desigual entre contribuintes que se encontram em situação equivalente, ao aplicar, de forma distinta, os critérios da legislação previdenciária relativamente aos valores a serem pagos, para contribuintes que possuem débitos de mesma natureza, devidos à Previdência Social e referentes a períodos idênticos ou semelhantes. 6. Por outro lado, conforme disposto no artigo 195, § 6º, da Constituição Federal, as contribuições sociais só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado. Como a MP nº 449/2008 foi publicada em 4/12/2008, o marco para incidência dos acréscimos dos §§ 2º e 3º ao artigo 43 da Lei nº 8.212/91, por meio da Lei nº 11.941/2009, é 5/3/2009, pelo que somente as prestações de serviços ocorridas a partir dessa data é que deverão ser consideradas como fato gerador da contribuição previdenciária para o cômputo dos juros moratórios então incidentes. 7. Quanto ao período anterior ao advento da Medida Provisória nº 449/2008, o entendimento majoritário desta Corte é de que o termo inicial para os juros moratórios da contribuição previdenciária, no caso das parcelas deferidas judicialmente, é o dia 2 do mês seguinte ao da liquidação da sentença, nos termos do artigo 276, caput, do Decreto nº 3.048/99. 8. Diferentemente da atualização monetária das contribuições previdenciárias, que visa recompor o seu valor monetário e pela qual respondem tanto o empregador como o trabalhador, cada qual com sua cota parte - sem prejuízo para este último, visto que receberá seu crédito trabalhista igualmente atualizado -, os juros moratórios visam compensar o retardamento ou inadimplemento de uma obrigação, propiciando, no caso, o devido restabelecimento do equilíbrio atuarial mediante aporte financeiro para o pagamento dos benefícios previdenciários, pelo que a responsabilidade pelo seu pagamento deve ser imputada apenas ao empregador, que deu causa à mora. 9. Com relação à multa, igualmente imputável apenas ao empregador, tratando-se de uma sanção jurídica que visa a compelir o devedor ao cumprimento de uma obrigação a partir do seu reconhecimento, não incide desde a data da prestação dos serviços, mas sim a partir do exaurimento do prazo decorrente da citação para o pagamento dos créditos previdenciários apurados em Juízo, observado o limite de 20%, conforme se extrai da dicção dos artigos 61, § 1º e § 2º, da Lei nº 9.430/96 e 43, § 3º, da Lei nº 8.212/91. 10. Essa matéria foi à deliberação do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, que, julgando a matéria afetada, com esteio no § 13 do artigo 896 da CLT, decidiu, no julgamento do Processo n° E-RR-1125-36.2010.5.06.0171, em sessão realizada em 20/10/2015, no mesmo sentido ao entendimento ora sufragado. Embargos conhecidos e parcialmente providos. (E-RR - 293-78.2010.5.15.0065 , Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 16/06/2016, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 24/06/2016).

A revisão do Julgado em sede de Recurso de Revista mostra-se inviável, sob quaisquer alegações, inclusive por dissenso pretoriano, consoante regra do art. 896, §7º, da CLT e o teor da Súmula nº 333 do TST.

Verifica-se que o entendimento da Turma Regional não traduz possível violação do dispositivo da Constituição Federalinvocado, inviabilizando a admissibilidade do Recurso de Revista.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento aoRecurso de Revista".

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.

Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

Inicialmente, há de se afastar as alegações tecidas a respeito do despacho denegatório. É que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.

Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.

No caso, a matéria sobre o fato gerador da contribuição previdenciária, assim como sobre a incidência de juros e aplicação de multa, foi recentemente pacificada neste Tribunal Superior pelos itens IV e V da Súmula 368, nos seguintes termos, in verbis:

"IV - Considera-se fato gerador das contribuições previdenciárias

decorrentes de créditos trabalhistas reconhecidos ou homologados em juízo, para os serviços prestados até 4.3.2009, inclusive, o efetivo pagamento das verbas, configurando-se a mora a partir do dia dois do mês seguinte ao da liquidação (art. 276, "caput", do Decreto nº 3.048/1999). Eficácia não retroativa da alteração legislativa promovida pela Medida Provisória nº 449/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/2009, que deu nova redação ao art. 43 da Lei nº 8.212/91.
V - Para o labor realizado a partir de 5.3.2009, considera-se fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de créditos trabalhistas reconhecidos ou homologados em juízo a data da efetiva prestação dos serviços. Sobre as contribuições previdenciárias não recolhidas a partir da prestação dos serviços incidem juros de mora e, uma vez apurados os créditos previdenciários, aplica-se multa a partir do exaurimento do prazo de citação para pagamento, se descumprida a obrigação, observado o limite legal de 20% (art. 61, § 2º, da Lei nº 9.430/96)."

Assim, decidiu o Tribunal Regional em consonância com iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, consubstanciada nos itens IV e V da Súmula 368 do TST, incidindo o óbice da Súmula 333 do TST a obstaculizar o conhecimento do recurso de revista e, consequentemente, o seguimento do agravo de instrumento.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Incólumes os dispositivos constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000315-36.2010.5.09.0411

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada	Dra. Daniela Tollemache(OAB: 37529-A/PR)
Advogada	Dra. Maria Tereza Torres Ferreira Costa Passarella(OAB: 128565-A/RJ)
Agravado	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE REFINAÇÃO, DESTILAÇÃO, EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA - SINDIPETRO PR/SC
Advogado	Dr. Christian Marcello Mañas(OAB: 29190/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE REFINAÇÃO, DESTILAÇÃO, EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA - SINDIPETRO PR/SC

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2º, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis o teor da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
FASE EXECUÇÃO
De acordo com o parágrafo 2º do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, o recurso de revista interposto na fase de execução somente tem cabimento na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
TRANSCENDÊNCIA Nos termos do artigo 896-A, 86º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
Duração do Trabalho (1658) / Horas Extras (2086) / Reflexos Duração do Trabalho (1658) / Repouso Semanal Remunerado e Feriado (2426) / Cálculo / Repercussão Alegação(ões): - violação do(s) caput do artigo 5º; incisos XXII e XXXVI do artigo 5º da Constituição Federal.
À executada insurge-se contra os cálculos apresentados para a apuração de diferenças a título de repercussão de horas extras em RSR. Alega que a alteração do THM/divisor para apuração do salário-hora no cálculo das horas extras pagas nada mais é do que a decorrência imposta pelo título executivo. Pede retificação.
Trecho do acórdão recorrido (artigo 896, 81º-A, |, da CLT): (...) Constou no título executivo (...): "Diante disso, declaro o direito dos substituídos representados pelo reclamante, à exceção dos substituídos beneficiados pela ação RT 0889-2004-022-00-09, a terem o repouso semana remunerado pago em decorrência da repercussão das horas extras pagas, calculado levando em consideração, mês a mês, a proporcionalidade entre os dias trabalhados e os dias de descanso (inclusive feriados), sendo estes aferidas consoante inciso V do art. 3º da Lei nº 5.811/72, ou seja, devam as horas extras mensais serem divididas pelo número de dias úteis e seu resultado multiplicado pelo número de dias de feriado e repousos semanas remunerados, estes considerados os

previstos no V, do art. 3º da Lei nº 5.811/72, ou seja, devam as horas extras mensais serem divididas pelo número de dias úteis do mês e seu resultado multiplicado pel número de dias de feriado e repousos semanais remunerados, estes considerados os previstos no V do art. 3º da Leinº 5.811/72.º (...) A matéria foi parcialmente reformada em recurso de revista (...) pelo Tribunal Superior do Trabalho apenas "para excluir da condenação os reflexos do repouso semanal remunerado majorado com horas extraordinárias nas demais parcelas salariais" (...) Ao prestar esclarecimentos, o calculista disse que "nos cálculos de ID. 02699ab, apurou-se o RSR, tomandose por base a quantidade de dias laborados e os dias de folga, sobre o total de horas extras pagas, inexistindo determinação para recalculo do valor das horas extras e aplicação de RSR à razão de 66,67%. Salvo melhor entendimento deste Juízo, o cálculo está em conformidade com o comando sentencial, no particular." (...) A decisão transitada em julgada, portanto, não determinou a mudança do divisor para apuração do salériohora no cálculo da hora-extra. Não há se falar em recálculo do salário-hora pago ao longo do contrato de trabalho quando ausente expressa determinação nesse sentido no título executivo.

A discussão dessa matéria, em fase de liquidação, é vedada nos termos do art. 879, 8 1º, da CLT.

Mantenho. (...) Trecho da decisão de embargos de declaração (artigo 896, 81º-A, |, da CLT): (...) No caso em exame, todavia, as insurgências deduzidas pelo embargante não se enquadram em nenhuma das referidas hipóteses legais, a denotar que a parte objetiva nova apreciação da matéria. O embargante busca rever a decisão, contudo, o rejulgamento da matéria é incabível pela via estreita eleita, diante do caráter meramente integrativo dos embargos de declaração.

O v. acórdão expressa de forma clara e fundamentada as conclusões deste Colegiado sobre o assunto, em observância ao disposto no artigo 93, IX, da CF.

Eventual desacerto na decisão ou descontentamento da parte com o seu conteúdo não autorizam a oposição de embargos declaratórios. A irresignação da parte com a conclusão do Colegiado deve ser manifestada por meio de recurso cabível. Ressalto que não cabe ao juiz rebater todos os dispositivos legais questionados pela parte, mas sim adotar tese explícita em relação à matéria questionada, o que ocorreu no presente caso. Por fim, esclareço que a motivação do julgado é suficiente para fins de prequestionamento (Súmula nº 297 do TST) e, nos termos da O] 118 do TST, havendo menção explícita sobre questão de direito, não é necessária referência expressa a dispositivo de lei para se entender a matéria como prequestionada.

Rejeito. (...) Não é possível vislumbrar afronta direta e literal aos preceitos constitucionais invocados. A SE apurou que a decisão transitada em julgada não determinou a mudança do divisor para apuração do salário-hora no cálculo da horaextra.

E, para concluir que não há se falar em recálculo do salário-hora pago ao longo do contrato de trabalho, partiu da premissa de que, para tanto, é necessária expressa determinação nesse sentido no título executivo.

A hipótese dos autos não é descumprimento de condição imposta pelo título executivo na elaboração de cálculos, mas de discussão de matéria, em fase de liquidação, que é vedada nos termos do art. 879, 819 da CLT.

CONCLUSÃO

Denego seguimento".

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.

Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

Inicialmente, há de se afastar as alegações tecidas a respeito do despacho denegatório. É que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais. Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.

Na situação dos autos, não procede a alegação de ofensa aos dispositivos da Constituição Federal apontados, quando a lide está adstrita ao exame de legislação infraconstitucional, visto que essa circunstância impossibilita a configuração de sua violação literal e direta. A discussão, deste modo, não se exaure na Constituição Federal.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. CONVERSÃO DO TEMPO COMUM EM TEMPO ESPECIAL. VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 279 DO STF. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA - ARE 748.371. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É inviável o processamento do apelo extremo quando a ofensa a dispositivo constitucional se dá de maneira reflexa e indireta, pois requer o exame prévio da orientação firmada sobre tese infraconstitucional pela instância ordinária. 2. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o Tribunal de origem, quanto ao preenchimento dos requisitos necessários à concessão de aposentadoria, seria imprescindível o reexame dos fatos e provas. Incidência da Súmula 279 do STF. 3. O Supremo Tribunal Federal já assentou, sob a sistemática da repercussão geral, que suposta ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e dos limites da coisa julgada, quando a violação é debatida sob a ótica infraconstitucional, não apresenta repercussão geral, o que torna inadmissível o recurso extraordinário. (RE 748.371-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 1º.08.2013 tema 660). 4. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, CPC." (RE 1004169 AgR / RS, Relator Ministro Edson Fachin. Publicado em 29.3.2017).

DIREITO CIVIL. POSSE. PROPRIEDADE. COISA JULGADA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. O exame da

alegada ofensa ao art. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, da Lei Maior, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária prevista no art. 102 da Magna Carta. 2. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. 3. Agravo regimental conhecido e não provido." (ARE 944003 AgR/GO, Relatora Ministra Rosa Weber. Publicado em 12.4.2016) - (grifei).

Por oportuno, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que violação reflexa ou indireta de dispositivo da Constituição não viabiliza recurso de natureza extraordinária. Eis o teor da Súmula 636 do STF:

"NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE, QUANDO A SUA VERIFICAÇÃO PRESSUPONHA REVER A INTERPRETAÇÃO DADA A NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS PELA DECISÃO RECORRIDA."

Por fim, a diretriz que se extrai da Orientação Jurisprudencial 123 da SBDI-2 do TST (analogicamente) é de que a ofensa à coisa julgada supõe dissonância patente entre as decisões exequenda e rescindenda, o que não se verifica quando se faz necessária a interpretação do título executivo judicial para se concluir pela lesão à coisa julgada, tal como na hipótese dos autos.

Assim, constato a impossibilidade do conhecimento do recurso de revista interposto nesta fase de execução em virtude do que preveem o art. 896, § 2.º, da CLT e as Súmulas 266 do TST e 636 do STF.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000085-04.2017.5.20.0003

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. Rosalia Maria Lima Soares(OAB: 147987-A/MG)
Agravado	ADRIANO DOS SANTOS SOUZA
Advogado	Dr. Luis Gustavo Nicoli(OAB: 22300-A/GO)
Advogado	Dr. Marcelo José Borges(OAB: 26031-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANO DOS SANTOS SOUZA
- VIA VAREJO S.A.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 885/902) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 870/876).

Contraminuta ao agravo de instrumento e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 913/917.

Os autos não foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho.

O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 422/425 e fls. 430/434) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 09/09/2021 e apelo protocolado em 20/09/2021), estando regular o preparo (fls. 546/550, 568/571, 844/849 e 904/910).

A reclamada renova o inconformismo acerca da matéria "COMISSÕES".

hipótese (fls. 834/837 e 839/841),

Contudo, não obstante as alegações recursais, verifica-se que a reclamada, às fls. 834/837 e 839/841, transcreveu toda a fundamentação do tópico impugnado, sem efetuar nenhum destaque.

A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido." (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, SbDI-1, Rel. Min. Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT de 28/05/2021)

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido." (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, SbDI-1, Rel. Min. Alexandre Luiz Ramos, DEJT de 06/12/2019)

"(...) III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido. (...)" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Rel.ª Min.ª Maria Helena Mallmann, DEJT de 07/05/2021).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000224-81.2014.5.01.0522

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	SIMONE DE FATIMA DA SILVA
Advogado	Dr. Hércules Anton de Almeida(OAB: 59505/RJ)
Agravado	UNIAO SERVICOS CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA EPP
Advogado	Dr. Hindemburgo Pizzarino(OAB: 82218-A/RJ)
Agravado	PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Advogado	Dr. Antônio Lopes Muniz(OAB: 39006-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
- SIMONE DE FATIMA DA SILVA
- UNIAO SERVICOS CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA EPP

Denegado seguimento ao recurso de revista pelo Tribunal Regional de origem, a reclamante interpõe agravo de instrumento.
Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões, fls. 470/474 e 477/487, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
A insurgência recursal diz respeito ao tema "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS".
Constata-se, de plano, a inviabilidade de processamento do recurso de revista.
Interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
Ressalto que a transcrição integral dos tópicos do acórdão regional, bem como delongostrechossem destaque da parte específica que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, como se evidenciou na hipótese (fls. 441/443), não bastam ao cumprimento da exigência legal.
Julgados no mesmo sentido:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. EXECUÇÃO. RECURSO DE REVISTA PATRONAL CONHECIDO PARA DETERMINAR A EXTINÇÃO DO FEITO. DESCUMPRIMENTO DO REQUISITO ESTABELECIDO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOTRECHODA DECISÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL DEMONSTRADA. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Subseção, acerca dos pressupostos intrínsecos do recurso de revista, insertos no artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição dotrechoexato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria trazida ao debate, cabendo à parte a demonstração, clara e objetiva, dos fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido, não se admitindo, para tanto, a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva, pois, para fins de cumprimento da exigência legal, é imprescindível a transcrição textual dotrechoda decisão recorrida. No caso dos autos, a executada transcreveu o inteiro teor do

acórdão regional em relação a todos os temas objeto do recurso de revista, o que não atende ao artigo 896, § 1º-A, da CLT. Embargos conhecidos e providos " (E-ED-ARR-152500-71.2013.5.17.0010, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 14/09/2018).

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. APELO SUBMETIDO À LEI Nº 13.467/2017. (?) II - RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO.LEI Nº 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, DA CLT. ADMISSIBILIDADE. Deve ser negado conhecimento ao recurso de revista quando verificada a ausência de preenchimento dos requisitos insculpidos na Lei nº 13.015/2014, notadamente a adequada transcrição dotrechoque consubstancia o prequestionamento da matéria abordada no arrazoado recursal. Não cumpre o ditame legal a parte que transcrevetrechosexcessivamentelongose sem destaques individualizadores do prequestionamento pretendido, como ocorreu na hipótese. Recurso de revista inapto ao conhecimento, a teor do que dispõe o art. 896, § 1º-A, I e III, da CLT. Recurso de revista não conhecido" (RR-21794-67.2016.5.04.0006, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 18/12/2020).

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CONDUTA CULPOSA DA ADMINISTRAÇÃO. DANO SOFRIDO PELO EMPREGADO. NEXO CAUSAL. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE. TEMA Nº 246 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL DO STF.TRECHOQUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO. TRANSCRIÇÃO. ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. NÃO OBSERVÂNCIA. I. Faz-se presente o pressuposto intrínseco formal de admissibilidade previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT com a transcrição do excerto do acórdão regional em que repousa o prequestionamento da matéria impugnada, identificando-se claramente a tese que se quer combater no recurso, de forma a possibilitar o imediato confronto dotrechotranscrito com as violações, contrariedades e arestos articulados de forma analítica nas razões do recurso de revista. II. No caso dos autos, irretocável a decisão unipessoal agravada quanto ao não atendimento do pressuposto intrínseco de admissibilidade previsto no inciso I do § 1º-A do art. 896 da CLT, pois a parte recorrente procedeu à transcrição delongostrechosdos fundamentos adotados pelo Tribunal Regional quanto ao tema combatido, inteiramente destacados, o que impossibilita a indicação precisa das matérias que tratam dos dispositivos de lei tidos por violados ou que autorizem o cotejo com os arestos indicados. Não se trata, portanto, de decisão extremamente concisa e sucinta, distinção capaz de afastar a aplicação do óbice processual em apreço. III. Agravo interno de que se conhece e a que se nega provimento" (Ag-AIRR-1409-02.2016.5.05.0029, 7ª Turma, Relator Ministro Evandro Pereira Valadão Lopes, DEJT 15/05/2020).

"I - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMADA - LEI Nº 13.015/14 - PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA DE TRANSCRIÇÃO DOSTRECHOSDA PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Em se tratando de arguição de nulidade do acórdão regional por negativa de prestação jurisdicional, cabe à parte transcrever ostrechosdo acórdão do Tribunal Regional proferido no julgamento dos embargos de declaração e o teor das alegações deduzidas nos embargos de declaração opostos. Recurso de revista não conhecido. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOTRECHODA DECISÃO RECORRIDA QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA - TUTELA INIBITÓRIA - DANO MORAL COLETIVO. A transcrição delongostrechosdo acórdão do Tribunal Regional, sem destaque da parte específica que consubstancia o prequestionamento da controvérsia não se presta ao cumprimento do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, na medida em que não delimita o objeto da insurgência inserida no apelo. Recurso de revista não conhecido. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. O direito vindicado na presente ação tem uma origem comum, caracterizada pela alegada conduta uniforme da reclamada em relação aos seus empregados no sentido de não cumprir disposições legais, o que revela a sua natureza de direito individual homogêneo, conferindo ao Ministério Público do Trabalho legitimidade para pleiteá-lo por meio de ação civil pública . Recurso de revista não conhecido. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIMITAÇÃO TERRITORIAL DOS EFEITOS DA DECISÃO. Esta Corte Superior entende que restrição imposta pelo art. 16 da Lei 7.347/85 não se harmoniza com os preceitos que regem as ações coletivas, porquanto limita a eficácia da sentença à competência territorial do juízo prolator da decisão. Em hipóteses como a delineada nos autos, este Tribunal tem decidido que a questão deve ser interpretada à luz do art. 103 do CDC, que estabelece o alcance da coisa julgada, independente da competência territorial da autoridade prolatora do julgado. Precedentes. Recurso de revista não conhecido. II - RECURSO DE REVISTA ADESIVO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - REGÊNCIA PELA LEI 13.015/2014. Prejudicado o exame do recurso de revista adesivo, em razão do não conhecimento do recurso principal. Incidência do art. 997, § 2º, III, do CPC" (RR-67-19.2013.5.15.0146, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 28/06/2019).

Do exposto, não tendo a agravante se eximido de tal ônus, o recurso de revista é manifestamente inadmissível.
Diante do exposto,com suporte no art. 118, X, do RITST,denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000430-68.2019.5.06.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	CARDAN RECIFE LIMITADA
Advogado	Dr. Carlos Henrique da Rocha Cruz(OAB: 5496-A/CE)
Agravado	LUIZ CARLOS TRAJANO DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Carlos Richelle Nóbrega de Lima(OAB: 34483-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARDAN RECIFE LIMITADA
- LUIZ CARLOS TRAJANO DE OLIVEIRA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho (1658) / Horas Extras
Duração do Trabalho (1658) / Intervalo Intrajornada

Alegação(ões):
- violação da(o) artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho; inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.
- divergência jurisprudencial.
Observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.
As assertivas recursais não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação invocada.
O recurso de revista também não se viabiliza por divergência jurisprudencial, ora porque oriunda deste Regional, ora porque não indicada a fonte de sua publicação (artigo 896, a, da CLT e Súmula 337 do TST).
CONCLUSÃO
Denego seguimento.

O TRT declarou inválidos os cartões de ponto ao aduzir que "a prova oral colhida nos autos foi favorável à tese obreira".
O recorrente alega que o Regional violou os arts. 818 da CLT e 373, I, do CPC ao "validar a prova oral em detrimento da prova documental".
Argumenta que "as declarações testemunhais não endossaram as informações obreiras com robustez satisfatória".
Revela-se evidente, portanto, a pretensão de modificar a conclusão do TRT acerca da matéria fática, o que é vedado em sede de recurso de revista, incidindo como óbice ao recurso de revista o disposto na Súmula 126 do TST.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000277-26.2018.5.05.0194

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	Dra. Fernanda Edite Martins da Hora(OAB: 23563-A/BA)
Agravado	HILBERTO FERREIRA DA SILVA
Advogado	Dr. José Lemos dos Santos Neto(OAB: 11719-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- HILBERTO FERREIRA DA SILVA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.201/1.206) interposto pela reclamada contra a decisão de fls. 1.197/1.199, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas pelo reclamante às fls. 1.211/1.213 e 1.214/1.219.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente, sendo inexigível o preparo.
Inicialmente, cumpre ressaltar que a decisão mediante a qual se nega ou autoriza seguimento ao recurso de revista, proferida no exercício do primeiro juízo de admissibilidade, não vincula este Juízo ad quem, de modo que, inexistindo prejuízo à parte, passa-se à análise da viabilidade do destrancamento do referido apelo.
A discussão prende-se ao tema "RESSARCIMENTO DE PREJUÍZO".
A reclamada sustenta que incumbia ao reclamante manter o dinheiro em espécie sempre dentro do cofre de retaguarda, porém, assim não agiu, gerando prejuízo aos cofres públicos, de modo que devido o ressarcimento do prejuízo. Argumenta que o empregado descumpriu normas da empresa, as quais dispunham acerca da guarda do numerário. Alega violação dos artigos 5º, II, da Constituição Federal e 186 do Código Civil.
Sem razão.
O Regional consignou, no que interessa:

"Impende registrar que o empregador somente pode cobrar valores de seus empregados decorrentes de eventuais prejuízos por eles causados caso comprove a culpa do Obreiro pelo referido dano, o que não se verifica in casu.
Convém ressalta que o risco do empreendimento cabe ao empregador, não podendo ser transferido para o empregado, conforme disposto no artigo 2º, caput, da CLT.
Como bem registrou o Juiz de piso, "...não obstante tenha o obreiro agido de modo contrário ao que dele se esperava, no tocante à guarda de numerários do empregador, não vislumbro, nos autos, provas contundentes de que tal conduta tenha efetivamente causado à Reclamada o prejuízo de R$ 88.157,86, pelo qual foi responsabilizado. Com efeito, restou positivado no relatório de apuração (fls. 532 a 538 do pdf) que os criminosos arrombaram o cofre, de modo que, ainda que o Reclamante tivesse guardado ali todo o dinheiro existente na agência, tal medida de segurança não teria evitado o prejuízo causado pelo assalto. O que se observa, in casu, é uma tentativa da Ré de transferir o risco do

empreendimento - e as consequências da ineficácia dos equipamentos de segurança por ela adotados - para o empregado, o que não se pode admitir no nosso ordenamento jurídico. Note-se que seria completamente diferente se os assaltantes só tivessem obtido sucesso em sua empreitada graças aos descuidos do empregado - nessa hipótese, a inobservância de normas de segurança teria sido uma causa necessária ao evento danoso, o que não ocorreu, efetivamente. Ressalto aqui a conclusão do referido relatório de apuração, no sentido de que "conclui-se que não fora observada imperícia, nem evidencia da participação de empregados da ECT nesta investida criminosa, e que a mesma, independeu também de facilitações por parte dos empregados". Assim, reputo ilegal e injustificada a condenação administrativa do Reclamante ao ressarcimento de R$ 88.157,86 à Reclamada, por absoluta falta de provas de sua responsabilidade pelos eventos causadores do prejuízo, e acolho o pedido de desconsideração da cobrança respectiva" (ID. 6e7afl7, pág. 10).
Mantenho o julgado." (fls. 1.127/1.128 - grifei).

Os embargos de declaração opostos pela reclamada foram rejeitados, sem qualquer acréscimo significativo.
Como se verifica, o Regional concluiu pela inexistência de provas de que a conduta do empregado tenha causado o alegado prejuízo sofrido pela empresa, de modo que indevida a condenação do reclamante ao ressarcimento de R$ 88.157,86.
Nesse contexto, considerando que a pretensão recursal implica, necessariamente, o reexame dos fatos e provas, procedimento vedado pela Súmula 126 do TST, tem-se por inviável o processamento do recurso de revista.

Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000679-59.2015.5.21.0003

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE
Advogado	Dr. Haroldo Wilson Martinez de Souza Júnior(OAB: 473-A/RN)
Advogada	Dra. Maritzza Fabiane Lima Martinez de Souza(OAB: 474/RN)
Agravado	EDVAN EVANGELISTA DA COSTA
Advogado	Dr. Jean Carlos Varela Aquino(OAB: 4676-A/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE
- EDVAN EVANGELISTA DA COSTA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
O TRT, em Juízo Regional de Admissibilidade, denegou seguimento ao recurso de revista, por deserção.
Examino.
Não há que se falar em ofensa aos princípios constitucionais quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, quanto ao Juízo Regional de Admissibilidade, ressalte-se que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
Esta Corte tem entendido que, embora o STF tenha estendido o regime de precatórios para a parte executada, ora agravante, não houve a extensão de outros privilégios da Fazenda Pública, a exemplo do prazo em dobro, da isenção de custas processuais ou mesmo da dispensa de depósito recursal. Nesse sentido: Ag-AIRR-96-08.2019.5.21.0012, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 17/12/2021; AIRR-85-27.2020.5.21.0017, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 17/12/2021; Ag-AIRR-914-81.2019.5.21.0004, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 17/09/202.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que

sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
O recurso de revista, portanto, não merece conhecimento, por deserção.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000088-97.2020.5.11.0101

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ADEMAR CORREA DOS SANTOS
Advogado	Dr. Gilpetron Dourado de Moraes(OAB: 15204-A/BA)
Advogado	Dr. Felipe Gilpetron Carvalho de Moraes(OAB: 46298-A/BA)
Agravado	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
Procuradora	Dra. Talita de Castro Tobaruela

Intimado(s)/Citado(s):

- ADEMAR CORREA DOS SANTOS
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
O MPT opinou pelo não provimento do agravo de instrumento.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO / ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA / CONVERSÃO DE REGIME JURÍDICO.
PRESCRIÇÃO / REGIME JURÍDICO - MUDANÇA.
Alegação(ões):
- contrariedade à(ao): Súmula Vinculante nº 43 do Supremo Tribunal Federal.
- violação do(s) inciso III do artigo 7º; inciso II do §2º do artigo 37; artigo 39; inciso I do artigo 114 da Constituição Federal.
- divergência jurisprudencial.
Sustenta o recorrente que o v. acórdão afronta a atual orientação jurisprudencial do C. TST (Tribunal Pleno), firmada no julgamento da Arginc 10510093.1996.5.04.0018, no sentido de não ser válida a transmudação automática, razão pela qual se mantém a competência da Justiça do Trabalho para apreciar o feito. Demonstrada a competência da Justiça do Trabalho para a presente reclamatória, requer o recorrente que esta Corte Superior se digne a apreciar a não extinção do contrato de trabalho, razão pela qual faz jus o trabalhador aos depósitos de FGTS (dos últimos trinta anos - Súmula TST 362) como postulado.
Consta no v. acórdão (id. d517a37):
"(...) Competência residual da Justiça do Trabalho. Prescrição.
Insurge-se o recorrente contra a decisão que pronunciou a prescrição bienal dos pedidos da inicial, nos termos do art. 7º, XXIX, CR/88, extinguindo o processo com resolução do mérito.
Breve histórico é pertinente, à vista do longo período de trabalho e das nuances que envolvem o tema em debate.
O reclamante foi admitido pela Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM, como celetista, em 31.7.1973 (id 4668538). Consoante registro em sua CTPS, em 12.12.1990 seu contrato foi extinto com a transmudação do regime celetista para o regime jurídico instituído pela Lei nº 8.112/90 (id 4668538).
O autor não foi submetido a concurso público após a promulgação da CR/88, estando as partes discutindo nestes autos a validade da transmudação do regime celetista para o estatutário.
Contudo, pertinente dizer, a instituição do Regime Jurídico Único e a consequente transmudação do regime celetista para o estatutário não corresponde a imediata investidura em cargo público efetivo, daí porque válida a alteração.
Esse o entendimento ratificado nos autos da Arguição de Inconstitucionalidade (Arginc 00036.16.2020.5.11.0000), julgado pelo Egrégio Tribunal Pleno do TRT da 11ª Região, conforme certidão (id 8b4b4a1).
Há de se considerar, ainda, que admitido o empregado em 1973, encontra-se devidamente estabilizado, na forma do disposto no art. 19 do ADCT:
"Art. 19. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público."
Em consequência, a controvérsia acerca da legalidade da transmudação de regime de trabalhador celetista - cujo ingresso ocorreu sem aprovação em concurso público antes da CR/88 -, e o direito aos depósitos do FGTS, atraem a competência desta Justiça Especializada tão-somente na sua forma residual, sobre o período anterior à lei instituidora do regime estatutário.
No caso, considerando que parte do pedido de depósito de FGTS repousa justamente sobre o período em que o reclamante permanecia sob o regime estatutário, é impositivo reconhecer, de fato, a incompetência desta Justiça Especializada para apreciação e julgamento do feito no que tange ao período ora referido.
Quanto ao período em que o autor permaneceu sob o regime celetista, incide a prescrição bienal, o que passo a explicar a seguir.
Por se tratar de empregado celetista estabilizado na forma do art. 19 do ADCT, como antes mencionado, materializa-se o rompimento do contrato de trabalho com a instituição da lei alteradora do regime - no caso, a Lei nº 8.112/90 de 12.12.1990 -, estabelecendo-se a referida data como marco temporal do prazo

bienal a ser observado, nos termos da forma da Súmula nº 382 do TST:

"MUDANÇA DE REGIME CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO. EXTINÇÃO DO CONTRATO. PRESCRIÇÃO BIENAL (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 128 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. A transferência do regime jurídico de celetista para estatutário implica extinção do contrato de trabalho, fluindo o prazo da prescrição bienal a partir da mudança de regime. (ex-OJ nº 128 da SBDI-1 - inserida em 20.04.1998)".

Assim, verificando-se que o contrato de trabalho do autor foi extinto em 12.12.1990 e que a presente ação foi ajuizada somente em 17.10.2017, o pedido de depósito do FGTS relativo ao período anterior encontra-se fulminado pela prescrição, motivo pelo qual o processo deve ser extinto com resolução do mérito (art. 487, II, do CPC).

É esse o entendimento jurisprudencial recente da Corte Superior Trabalhista, conforme aresto a seguir:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. INSTITUIÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO. MUDANÇA DE REGIME. CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO. FGTS. COMPETÊNCIA RESIDUAL. PRESCRIÇÃO. Comprovada a hipótese do art. 896, a e c, da CLT, merece ser apreciado o seu Recurso de Revista. Agravo de Instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. INSTITUIÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO. MUDANÇA DE REGIME. CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO. FGTS. COMPETÊNCIA RESIDUAL. PRESCRIÇÃO. Cinge-se a controvérsia a definir se a instituição, por parte do ente público, de regime jurídico único enseja a mudança do regime celetista para o estatutário, no caso de empregados admitidos, sem concurso público, antes da Constituição Federal de 1988. Define-se, por consequência, a competência desta Especializada para processar e julgar o presente feito. O Regional, reconhecendo a competência desta Especializada, entendeu que não há de se falar em mudança automática de regime jurídico de celetista para estatutário e deferiu o recebimento do FGTS pleiteado. Com efeito, esta Corte Trabalhista, em sessão ordinária do Tribunal Pleno realizada no dia 21/8/2017, apreciando a ArgInc n.º 105100-93.1996.5.04.0018, rejeitou a declaração de inconstitucionalidade do caput do artigo 276 da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94 do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como paradigma os fundamentos da ADI n.º 1.150/RS e a Constituição Federal de 1988. Da decisão proferida pelo Pleno desta Corte, aplicável aos casos análogos, extrai-se a ratio decidendi segundo a qual o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI n.º 1.150/RS, apenas vedou o provimento automático de cargos efetivos preenchidos pelos ex-empregados (celetistas) transformados em servidores estatutários sem, no entanto, obstar a mudança de regime de celetista para estatutário. É dizer: permite-se, de forma totalmente válida, a mudança de regime celetista para o regime estatutário oriunda de lei específica. No entanto, isso não enseja o provimento automático de cargos públicos efetivos a servidores estabilizados nos termos do art. 19 do ADCT e que não prestaram os concursos mencionados nos arts. 37, II, da Constituição e 19, I, do ADCT. Estabelecidas tais premissas, apresentam-se duas questões para serem decididas: a) competência desta Especializada para processar e julgar a presente lide, compreendendo toda a contratualidade; e b) prescrição do FGTS no período em que a Justiça do Trabalho tem competência residual. Quanto à primeira, está incontroverso que a Reclamante foi admitida em 2/5/1988, sem concurso público, pelo regime celetista, o qual foi convertido para estatutário pela Lei Municipal n.º 861/1997. Esta Corte Superior, na esteira de precedentes do STF, entende que a Justiça do Trabalho é competente para apreciar a demanda referente ao período em que a Reclamante permaneceu sob a égide do regime celetista até a data da publicação da lei que instituiu o regime estatutário. Nessa senda, a decisão recorrida, ao reconhecer a competência desta Especializada para apreciar e julgar a demanda sobre o FGTS durante todo o período da contratualidade, acabou por violar o art. 114, I da CF. A segunda questão diz respeito à prescrição do FGTS, remanescendo a competência desta Justiça do Trabalho somente até a edição do regime jurídico único da municipalidade (1997). A partir dessa data, o contrato de trabalho foi extinto, iniciando-se, portanto, o prazo prescricional das pretensões da Reclamante quanto ao regime anterior. Essa é a jurisprudência uniforme desta Corte, consubstanciada na Súmula n.º 382. Assim, considerando que a presente ação somente foi ajuizada em 6/8/2015, após o transcurso do prazo bienal previsto na citada súmula, a pretensão em relação ao recebimento do FGTS está prescrita. Reconhecida a incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar o pleito de recebimento do FGTS após a edição da Lei Municipal n.º 861 de 1997, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 485, IV do CPC/2015, quanto a esta parte do pedido. Recurso de Revista conhecido e provido. (TST - RR: 8488920155220109, Relator: Maria de Assis Calsing, Data de Julgamento: 14/03/2018, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/03/2018)".

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. 1. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. EMPREGADO CELETISTA CONTRATADO SEM CONCURSO PÚBLICO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA CF/1988. SERVIDOR ESTABILIZADO. MUDANÇA DE REGIME JURÍDICO. Ante a demonstração de possível ofensa ao art. 114, I, da CF, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento provido. 2. PRESCRIÇÃO BIENAL. MUDANÇA DO REGIME CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO. EXTINÇÃO DO CONTRATO. Ante a demonstração de possível contrariedade à Súmula nº 382 do TST, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento provido. B) RECURSO DE REVISTA. 1. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. EMPREGADO CELETISTA CONTRATADO SEM CONCURSO PÚBLICO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA CF/1988. SERVIDOR ESTABILIZADO. MUDANÇA DE REGIME JURÍDICO. 1.1. Cinge-se a controvérsia à competência desta Justiça especializada para o exame da presente reclamação trabalhista, ajuizada por empregado celetista admitido sem concurso anteriormente à vigência da Constituição Federal de 1988 e estabilizado nos moldes do art. 19 do ADCT, tendo em vista a alteração do regime jurídico de celetista para estatutário mediante lei municipal. 1.2. O Tribunal Pleno desta Corte, examinando idêntica controvérsia nos autos do processo nº TST-ArgInc - 105100-93.1996.5.04.0018, envolvendo a lei estadual que foi objeto de apreciação pelo STF na ADI 1.150/RS, firmou a compreensão de que neste precedente foi vedada tão somente a transposição e investidura automática dos servidores celetistas admitidos sem concurso público em cargo de provimento efetivo, sem afastar a validade da mudança do regime celetista para estatutário. 1.3. Dessa forma, considera-se válida a

mudança do regime jurídico de celetista para estatutário do servidor admitido antes da Constituição Federal de 1988 sem concurso público e estabilizado na forma do art. 19 do ADCT, desde que não haja a sua transposição automática e investidura em cargo de provimento efetivo. 1.4. Por conseguinte, a Justiça do Trabalho é incompetente para processar e julgar a pretensão alusiva ao período posterior à vigência da lei que promoveu a alteração do regime jurídico de celetista para estatutário, remanescendo apenas a competência residual desta Justiça especializada para apreciar os pedidos anteriores à instituição do regime estatutário. Recurso de revista conhecido e parcialmente provido.2. PRESCRIÇÃO BIENAL. MUDANÇA DO REGIME CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO. EXTINÇÃO DO CONTRATO. 2.1. Segundo a diretriz perfilhada pela Súmula nº 382 desta Corte, a alteração do regime jurídico de celetista para estatutário resulta em extinção do contrato de trabalho, de modo que a fluência do prazo da prescrição bienal tem início a partir da vigência da lei que alterou o regime. 2.2. No caso concreto, o prazo da prescrição bienal começou a fluir a partir da vigência da Lei Municipal nº 002/94, a qual alterou o regime jurídico de celetista para estatutário, enquanto a presente reclamação trabalhista foi ajuizada apenas em 2017, após o transcurso do biênio posterior à extinção do contrato de trabalho. Logo, impõe-se pronunciar a prescrição bienal da pretensão anterior à vigência da referida norma. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-609-66.2017.5.13.0012, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 10/9/2018)

Por efeito, quanto ao período posterior à instituição da lei que alterou o regime celetista para estatutário declaro a extinção do processo, sem resolução do mérito, com base no art. 485, IV, do CPC, bem como declaro prescritos os pleitos do período anterior a 12.12.1990, extinguindo-se o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, II, do CPC.

(...)".

Inviável o seguimento do recurso neste tópico, diante da conclusão da Turma, no sentido de ser válida a mudança de regime celetista para o regime estatutário, ainda que não enseje o provimento automático de cargos públicos efetivos a servidores estabilizados nos termos do art. 19 do ADCT, razão pela qual quanto ao período posterior à instituição da lei que alterou o regime celetista para estatutário declarou-se a extinção do processo, sem resolução do mérito, com base no art. 485, IV, do CPC.

Referidadecisão está em consonância com a manifestação reiterada do TST, vejamos:

"A) AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO RECLAMADO. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017 . 1. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. PERÍODO POSTERIOR À LEI INSTITUIDORA DO REGIME JURÍDICO ÚNICO. MUDANÇA DE REGIME CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO. TRANSMUDAÇÃO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO. I. A Corte Regional entendeu pela invalidade da transmudação de regime celetista para estatutário e, como consequência, afastou a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, por entender que a natureza jurídica celetista do vínculo da Reclamante com o Estado Reclamado perdurou até sua aposentadoria. II . Assim, a decisão regional violou o art. 114, I, da Constituição Federal e contrariou o entendimento firmado pelo TST no julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade nº 105100-93.1996.5.04.0018. III. Agravo de instrumento de que se conhece e a que se dá provimento. (...)" (RR-904-34.2015.5.22.0106, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/11/2020).

"(…) III - RECURSO DE REVISTA. RECLAMADO. LEI Nº 13.467/2017. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. TRABALHADORES CONTRATADOS SEM CONCURSO PÚBLICO ANTES DA VIGÊNCIA DA CF/88, COM A ESTABILIDADE DO ARTIGO 19 DO ADCT. TRANSMUDAÇÃO DE REGIME JURÍDICO CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO 1 - A decisão do TRT é contrária ao entendimento do Tribunal Pleno do TST ArgInc-105100-93.1996.5.04.0018, cuja tese é de que não há óbice para que o trabalhador contratado sem concurso público antes da vigência da CF/88, com estabilidade do art. 19 do ADCT, entre no regime estatutário, não havendo nesse caso somente a investidura em cargo público para o qual se exige concurso público. 2 - No caso concreto, é incompetente a Justiça do Trabalho para processar e julgar a ação no período estatutário (a partir de 1994), quando houve a mudança do regime jurídico e a extinção do contrato sob o regime celetista. Por outro lado, incide a prescrição bienal quanto à pretensão oriunda do regime celetista, o qual foi extinto em 1994, tendo sido a ação ajuizada em 2016. 3 - Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento" (RR-220-52.2016.5.05.0493, 6ª Turma, Relatora Ministra Katia Magalhaes Arruda, DEJT 18/09/2020).

Não é razoável admitir que a manifestação reiterada do Tribunal Superior do Trabalho seja contra legem ou em afronta à Constituição Federal. Assim, por haver convergência entre a tese adotada no acórdão recorrido e a iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, não se vislumbra possível violação aos dispositivos invocados, sendo inviável o seguimento do apelo, inclusive por divergência jurisprudencial (Súmula 333 do TST).

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista."

O agravante impugna o despacho que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Renova os argumentos em torno dos temas "Competência / Justiça do Trabalho", "Transmudação de Regime Celetista Para e Estatutário", "FGTS" e "Prescrição / Súmula 382 do TST".

Recurso de revista sob a égide da Lei n. 13.015/2014.

A parte recorrente demonstrou no recurso de revista o prequestionamento da tese do Regional, em atendimento ao art. 896, § 1º-A, I, da CLT.

São incontroversos os fatos de que "O reclamante foi admitido pela Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM, como celetista, em 31.7.1973 (id 4668538). Consoante registro em sua CTPS, em 12.12.1990 seu contrato foi extinto com a transmudação do regime celetista para o regime jurídico instituído pela Lei nº 8.112/90", e que o autor "não foi submetido a concurso público após a promulgação da CR/88, estando as partes discutindo nestes autos a validade da transmudação do regime celetista para o estatutário". (acórdão regional a fls. 784/785).

No caso, o Tribunal Regional reconheceu incontroversa a transmudação automática do regime jurídico do reclamante de celetista para estatutário, com a consequente extinção do contrato de trabalho do autor regido pela Consolidação das Leis do Trabalho. Nesse diapasão, o Tribunal Regional consignou na decisão regional, a fls. 786, que "verificando-se que o contrato de trabalho do autor foi extinto em 12.12.1990 e que a presente ação foi ajuizada somente em 17.10.2017, o pedido de depósito do FGTS relativo ao período anterior encontra-se fulminado pela prescrição, motivo pelo qual o processo deve ser extinto com resolução do

mérito (art. 487, II, do CPC)."

Com efeito, o Tribunal Pleno desta Corte, no julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade - ArgInc nº 105100-93.1996.5.04.0018 - acórdão foi publicado no DEJT de 18/09/2017 -, admitiu a possibilidade de transmudação de regime de empregados públicos contratados sem concurso público antes da Constituição Federal de 1988 que, em razão do artigo 19, caput, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, passaram a ser considerados estáveis no serviço público.

No caso dos autos, no qual o reclamante foi contratado pelo ente público em 31/7/1973, ou seja, há mais de cinco anos antes da promulgação da Constituição Federal, sem submissão e aprovação em concurso público, considera-se válida a transmudação do regime celetista para estatutário, pois o autor é servidor celetista estabilizado, nos termos do art. 19 do ADCT.

Nesse sentido, cito precedentes desta Corte, o primeiro da SBDI-1 do TST:

"PRESCRIÇÃO BIENAL. DIFERENÇAS DE FGTS. SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL. EMPREGADOS ADMITIDOS SEM CONCURSO PÚBLICO APÓS 05.10.1983. IMPOSSIBILIDADE DE TRANSPOSIÇÃO AUTOMÁTICA DO REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. SÚMULA 382 DO TST. INAPLICABILIDADE. 1. A Eg. Turma manteve a prescrição total bienal pronunciada em relação a todos os substituídos, considerando que a presente reclamação trabalhista foi ajuizada mais de dois anos após a mudança do regime jurídico no âmbito do Município reclamado. Aplicou à hipótese o teor da Súmula 382/TST ("A transferência do regime jurídico de celetista para estatutário implica extinção do contrato de trabalho, fluindo o prazo da prescrição bienal a partir da mudança de regime"), destacando que "a discussão acerca da necessidade de concurso público é impertinente à questão". 2. No caso, o sindicato-reclamante apresentou relação dos 424 substituídos, empregados e ex-empregados do reclamado, com expressa indicação da data de admissão, muitos com ingresso anterior a 5/10/1988. 3. Quanto aos substituídos concursados e àqueles admitidos sem concurso público até 05.10.1983, a Súmula 382 do TST foi bem aplicada pela Eg. Turma. A mudança de regime jurídico em 1997 importou em extinção dos contratos de trabalho, fluindo o prazo da prescrição bienal a partir de tal alteração. Assim, e ajuizada a presente reclamação trabalhista em 2005, há prescrição bienal a ser pronunciada. 4. Em relação aos substituídos admitidos sem a prévia submissão a concurso público após 05.10.1983, contudo, é inaplicável a Súmula 382/TST. Com efeito, a conversão automática do regime celetista para o estatutário não alcança o empregado público contratado sem concurso e não abarcado pela regra contida no art. 19, caput, do ADCT, ante o óbice do art. 37, II, da CF. Recurso de embargos parcialmente conhecido e provido, no tema. (E-RR - 94600-17.2005.5.05.0311, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, SBDI-1, DEJT 22/09/2017)"

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nos 13.015/2014, 13.105/2015 E 13.467/2017 - DESCABIMENTO. SUPERVENIÊNCIA DE REGIME ESTATUTÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO AO CELETISTA. VÍNCULO EMPREGATÍCIO FIRMADO EM PERÍODO ANTERIOR À PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. ESTABILIDADE. ART. 19, "CAPUT", DO ADCT. APLICAÇÃO DO REGIME ESTATUTÁRIO. 1. No caso dos autos, a contratação se deu em 1.6.1983, antes do advento da Constituição Federal de 1988, sem prévia submissão a concurso público. Assim, tem-se que a servidora era estável, nos termos do art. 19, "caput", do ADCT, pois estava em exercício, na data da promulgação da Constituição, há mais de cinco anos continuados. Esta circunstância é relevante para o deslinde da controvérsia. 2. Quanto ao tema, o Pleno deste Tribunal decidiu, com remissões ao julgamento do STF na ADI 1.150/RS, no ArgInc-105100-93.1996.5.04.0018, de relatoria da Ministra Maria Helena Mallmann, em julgamento ocorrido em 21/08/2017, que os servidores estáveis regidos pela CLT, contratados sem concurso público, ficam, com a superveniência de Lei instituindo regime jurídico único, vinculados ao regime estatutário. 3. Nesse contexto, estando a reclamante submetida, após a instituição do regime jurídico único, a relação jurídico-administrativa, sobressai, tal como consta do acórdão recorrido, a ausência de substrato jurídico para deferir o FGTS. Ressalva de ponto de vista do Relator. Agravo de instrumento conhecido e desprovido". (AIRR - 823-57.2017.5.13.0012 , Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, 3ª Turma, DEJT 12/04/2019)

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. TRANSMUDAÇÃO DE REGIME. SERVIDOR PÚBLICO ESTÁVEL. ART. 19 DO ADCT. Agravo a que se dá provimento para examinar o agravo de instrumento em recurso de revista. Agravo provido. PRESCRIÇÃO. FGTS. Agravo a que se dá provimento para examinar o agravo de instrumento em recurso de revista. Agravo provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. TRANSMUDAÇÃO DE REGIME. SERVIDOR PÚBLICO ESTÁVEL. ART. 19 DO ADCT. Em razão de provável caracterização de ofensa ao art. 19, caput, do ADCT, dá-se provimento ao agravo de instrumento para determinar o prosseguimento do recurso de revista. Agravo de instrumento provido. PRESCRIÇÃO. FGTS. Em razão de provável contrariedade à Súmula nº 382 desta Corte, dá-se provimento ao agravo de instrumento para determinar o prosseguimento do recurso de revista. Agravo de instrumento provido. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. TRANSMUDAÇÃO DE REGIME. SERVIDOR PÚBLICO ESTÁVEL. ART. 19 DO ADCT. O Tribunal Pleno desta Corte, examinando controvérsia nos autos do processo nº TST-ArgInc - 105100-93.1996.5.04.0018, envolvendo a lei estadual que foi objeto de apreciação pelo STF na ADI 1.150/RS, firmou a compreensão de que nesse precedente do STF foi vedada tão somente a transposição automática dos servidores celetistas admitidos sem concurso público em cargo de provimento efetivo, sem afastar a validade da mudança do regime celetista para o estatutário. Na hipótese, a parte reclamante foi contratada pelo regime celetista em 1981, ou seja, trata-se de servidora estabilizada, na forma do precedente mencionado. Nesse contexto, em que válida a transmudação do regime do servidor celetista estabilizado, nos termos do art. 19 do ADCT, e não concursado, sobressai a competência desta Corte para a apreciação da demanda tão somente em relação ao período em que a parte reclamante fora submetida ao regime celetista, tratando-se, portanto, de competência residual da Justiça do Trabalho. Recurso de revista conhecido e provido. PRESCRIÇÃO. FGTS. Na presente

hipótese, a transmudação do regime jurídico implicou a extinção do contrato de trabalho, incidindo a prescrição bienal a partir da mudança de regime, ou seja, do advento da Lei Municipal nº 15.335/90. Nessa diretriz é o entendimento contido na Súmula nº 382 do TST, segundo a qual "A transferência do regime jurídico de celetista para estatutário implica extinção do contrato de trabalho, fluindo o prazo da prescrição bienal a partir da mudança de regime". Assim, ajuizada a ação somente em 13/06/2014, deve ser declarada a prescrição total das pretensões referentes aos depósitos de FGTS. Recurso de revista conhecido e provido". (RR - 860-69.2014.5.06.0017, Relator Ministro: Breno Medeiros, 5ª Turma, DEJT 29/03/2019)

Pelo exposto, conclui-se inviável o processamento do recurso de revista, visto que a decisão recorrida está em sintonia com entendimento adotado por esta Corte sobre a matéria.
Incidem na espécie os óbices das Súmulas 382, 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT, razão pela qual restam afastadas as alegações e os fundamentos jurídicos da parte recorrente.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000117-62.2015.5.08.0019

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	JAIRO SERRA
Advogado	Dr. José Alfredo da Silva Santana(OAB: 2721-A/PA)
Advogado	Dr. Alfredo de Nazareth Melo Santana(OAB: 11341-A/PA)
Agravado	CARLOS ANDRE DA SILVA SANTOS
Advogado	Dr. Raimundo Rubens Fagundes Lopes(OAB: 4305-A/PA)
Advogado	Dr. Breno Rubens Santos Lopes(OAB: 20197-A/PA)
Agravado	ENTRE-RIOS RODOFLUVIAL E SERVICOS LTDA - ME E OUTRA
Advogada	Dra. Gabriela Figueira de Mello(OAB: 23243-A/PA)
Agravado	A J K MARTINS TRANSPORTE EIRELI - ME
Advogado	Dr. Julianne Maia de Sousa(OAB: 16142-A/PA)
Agravado	SILVIANE SERRA DE SOUZA
Agravado	CLEA DE FATIMA SOUZA DA LUZ
Agravado	RAIMUNDO GASPARINO LIMA DAS NEVES
Agravado	ANDERSON JAIR KROLOW MARTINS
Agravado	JOSE DE MENESES SOUSA
Agravado	MAD-CAMP COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - ME
Agravado	C. S. S. INDUSTRIA, COMERCIO E EXPORTACAO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- A J K MARTINS TRANSPORTE EIRELI - ME
- ANDERSON JAIR KROLOW MARTINS
- C. S. S. INDUSTRIA, COMERCIO E EXPORTACAO LTDA
- CARLOS ANDRE DA SILVA SANTOS
- CLEA DE FATIMA SOUZA DA LUZ
- ENTRE-RIOS RODOFLUVIAL E SERVICOS LTDA - ME E OUTRA
- JAIRO SERRA
- JOSE DE MENESES SOUSA
- MAD-CAMP COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - ME
- RAIMUNDO GASPARINO LIMA DAS NEVES
- SILVIANE SERRA DE SOUZA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
O recurso é tempestivo (decisão publicada em 24/08/2020 - ID 11DB2FF; recurso apresentado em 03/09/2020 - ID 5463561).
Nos termos do art. 855-A, II, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, em se tratando de incidente de desconsideração da personalidade jurídica na fase de execução, inexigível a garantia do juízo.
Contudo, com relação à representação processual,o ilustre advogado subscritor do recurso de revista (ID. 5463561)não possui instrumento de mandato anexado aos autos relativo ao agravante.
Portanto, denego seguimento ao recurso por ausência de regular representação processual, nos termos do artigo 104 do CPC e do item I da Súmula 383 do C. TST:
SUM-383 RECURSO. MANDATO. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. CPC DE 2015, ARTS. 104 E 76, § 2º (nova redação em decorrência do CPC de 2015) - Res. 210/2016, DEJT divulga-do em 30.06, 1º e 04.07.2016
I - É inadmissível recurso firmado por advogado sem procuração juntada aos autos até o momento da sua interposição, salvo mandato tácito. Em caráter excepcional (art. 104 do CPC de 2015), admite-se que o advogado, independentemente de intimação, exiba a procuração no prazo de 5 (cinco) dias após a interposição do recurso, prorrogável por igual período mediante despacho do juiz. Caso não a exiba, considera-se ineficaz o ato praticado e não se conhece do recurso.
Nego seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Examino.
Não há que se falar em ofensa aos princípios constitucionais quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição.

Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, quanto ao Juízo Regional de Admissibilidade, ressalte-se que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, por ausência de procuração nos autos.
O TRT, ao denegar seguimento ao recurso de revista, por entender que a ausência de procuração nos autos não representa irregularidade de representação processual que enseje a concessão de prazo para a parte recorrente, decidiu em conformidade com a jurisprudência do TST, no sentido de que a ausência de instrumento válido, capaz de comprovar a representação processual no momento da interposição do recurso, torna-o inexistente, na forma da nova redação da Súmula 383, I, do TST.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Por fim, registre-se que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000297-85.2020.5.13.0012

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ALBERTO MAGNO BRUNET GOMES
Advogado	Dr. Francisco de Assis Batista(OAB: 6382-A/PB)
Agravado	ANA KAROLINA ELIAS DOMINGOS
Advogado	Dr. Romario Estrela Pereira(OAB: 24307-A/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALBERTO MAGNO BRUNET GOMES
- ANA KAROLINA ELIAS DOMINGOS

Denegado seguimento ao recurso de revista pelo Tribunal Regional de origem, o reclamado interpõe agravo de instrumento.
Não foram apresentadas contraminuta e contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
A insurgência recursal diz respeito ao tema "OMISSÃO NO JULGADO. VIOLAÇÃO AO EFEITO DEVOLUTIVO EM PROFUNDIDADE".
Interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
No caso, a parte recorrente, em seu recurso de revista, não transcreveu o trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, não bastando ao cumprimento da exigência legal o meroresumodo tópico recorrido, conforme julgados da SbDI-1 desta Corte:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017 . RECURSO DE REVISTA. NÃO CONHECIMENTO. INOBSERVÂNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. ART. 896, § 1º-A, I e III, DA CLT. A c. Turma desproveu o agravo para manter a decisão mediante a qual não se conheceu do recurso de revista do reclamante ao fundamento de que transcreveu o trecho do acórdão regional que não abarca todos os fundamentos da Corte Regional para julgar improcedente o pedido, não se desincumbindo de demonstrar o atendimento do pressuposto do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT. Os arestos superados pela jurisprudência consolidada da SBDI-1 sobre a exigência processual prevista no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, não empolgam o apelo, nos limites do artigo 894, § 2º, da CLT. Com efeito, a SBDI-1, interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmado o entendimento no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, "a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva" (E-ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018). Precedentes. Agravo conhecido e desprovido" (Ag-E-ED-Ag-ED-RR-1004-31.2011.5.05.0161, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 14/05/2021).

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. INOBSERVÂNCIA DO REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. A Terceira Turma deste Tribunal não conheceu do recurso de revista interposto pela reclamada, ao entendimento de que tal insurgência não atende, a regra do artigo 896, § 1º-A, da CLT, porque não houve transcrição do acórdão do TRT a permitir a constatação do trecho da decisão

que consubstanciaria o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. A referência à tese adotada pelo Tribunal Regional ouresumodos fundamentos, desacompanhada da transcrição do trecho pertinente objeto da controvérsia nas razões do recurso de revista, e, posteriormente, as alegações quanto aos temas recorridos não satisfazem o requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, porquanto não viabilizam o confronto analítico entre a tese central assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica apresentada no recurso de revista em mais de um tema. Nesse mesmo sentido é a atual e iterativa jurisprudência da SBDI-1, com a qual revela consonância o acórdão turmário, a inviabilizar o conhecimento do recurso de embargos, na forma do § 2º do artigo 894 da CLT. Correta, pois, a decisão agravada. Agravo não provido" (Ag-E-RR-10181-12.2015.5.03.0039, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 08/03/2019).

Diante do exposto,com suporte no art. 118, X, do RITST,denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000513-11.2019.5.06.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ANA MARIA DE SANTANA
Advogado	Dr. José Lucas Oliveira de Medeiros Duque(OAB: 25794/PE)
Advogado	Dr. Hugo Leonardo Queiroz Ferreira(OAB: 28820-D/PE)
Agravado	CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
Advogada	Dra. Tatiane de Cicco Nascimbem Chadid(OAB: 46014-S/PE)
Agravado	PRÓ-ATIVA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO ESPECIALIZADOS LTDA.
Advogado	Dr. Flávio Alves Lopes(OAB: 313296-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA MARIA DE SANTANA
- CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
- PRÓ-ATIVA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO ESPECIALIZADOS LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 923/935) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 918/919).
Contraminuta às fls. 941/948 e 986/989 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 981/985 e 990/997.
Os autos não foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (procuração - fls. 50) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 15/09/2020 e apelo protocolado em 17/09/2020), sendo desnecessário o preparo.
A reclamante, ora agravante, renova o inconformismo acerca da matéria "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. JUSTIÇA GRATUITA".
Contudo, não obstante as alegações recursais, verifica-se que, às fls. 905/908, a parte agravante transcreveu integralmente o tópico recorrido, sem efetuar nenhum destaque.
A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º -A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA . Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"[...] III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de

revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido [...]" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/05/2021 - destaque acrescido).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000163-87.2019.5.17.0010

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	Dr. Carlos Fernando Siqueira Castro(OAB: 12288-S/ES)
Agravado	JORGE LUIZ PEREIRA SOARES
Advogada	Dra. Larissa Portugal Guimarães Amaral Vasconcelos(OAB: 9542-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- JORGE LUIZ PEREIRA SOARES

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (ciência da decisão em 24/03/2021 - fl(s)./Id ; petição recursal apresentada em 05/04/2021 - fl(s)./Id 77a3bf6).
Regular a representação processual - Id 68b950a.
O juízo está garantido - fl/Id. 94f85d3, f8b4cd7 e 48d6496.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO CIVIL / Fatos Jurídicos / Prescrição e Decadência.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios
Inviável o recurso quanto à matéria em epígrafe, porque não observado o disposto no artigo 896, §1º-A, I, da CLT.
Com efeito, a transcrição do tópico inteiro do v. acórdão ou da integralidade da análise realizada pela C. Turma, quanto à matéria objeto do recurso, não atende à exigência do artigo 896, §1º-A, I, da CLT. É preciso que a parte transcreva o trecho do v. acórdão em que consta precisamente a tese regional impugnada no recurso de revista, ou, ao menos, que destaque de forma clara a tese adotada e contra a qual se insurge, sendo que não atende tal requisito negritar a totalidade da fundamentação. Nesse sentido:
(...)
No mesmo sentido: ED-AIRR-41600-81.2009.5.01.0050, Rel. Min. Delaíde Miranda Arantes, 2ª Turma, DEJT 29/04/2016; AIRR - 10356-41.2013.5.15.0039 Data de Julgamento:25/05/2016, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ªTurma, Data de Publicação: DEJT 03/06/2016; AIRR-65-63.2014.5.05.0026, Rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 12/02/2016; AIRR-369-66.2014.5.10.0012, Rel. Min. Kátia Magalhães Arruda, 6ª Turma, DEJT 27/11/2015.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Jurisdição e Competência / Conflito de Competência DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Formação, Suspensão e Extinção do Processo / Condições da Ação / Falta de Pressuposto Processual e/ou Condição da Ação
Em relação à alegação de ilegitimidade do autor, inviável o recurso quanto à matéria em epígrafe, porque não observado o disposto no artigo 896, §1º-A, I, da CLT. Com efeito, a transcrição do tópico inteiro do v. acórdão ou da integralidade da análise realizada pela C. Turma, quanto à matéria objeto do recurso, não atende à exigência do artigo 896, §1º-A, I, da CLT. É preciso que a parte transcreva o trecho do v. acórdão em que consta precisamente a tese regional impugnada no recurso de revista, ou, ao menos, que destaque de forma clara a tese adotada e contra a qual se insurge. Nesse sentido:
No mesmo sentido: ED-AIRR-41600-81.2009.5.01.0050, Rel. Min. Delaíde Miranda Arantes, 2ª Turma,DEJT 29/04/2016; AIRR - 10356 -41.2013.5.15.0039 Data de Julgamento:25/05/2016, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ªTurma, Data de Publicação: DEJT 03/06/2016; AIRR-65-63.2014.5.05.0026, Rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 12/02/2016; AIRR-369-66.2014.5.10.0012, Rel. Min. Kátia Magalhães Arruda, 6ª Turma, DEJT 27/11/2015.
Quanto à alegação de incompetência da Justiça do Trabalho, nego seguimento ao recurso, porquanto a recorrente não cuidou de indicar o trecho da decisão recorrida objeto da insurgência, limitando-se a transcrever parte do julgado que não retrata a tese adotada pela Colenda Turma julgadora, conforme exige o artigo 896, §1º-A, I, da CLT (acrescentado pela Lei nº 13.015/2014 publicada no DOU de 22.07.2014).
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução Alegação(ões):
- violação do Regulamento do Plano, artigo 15, §1º, inciso I; artigo 15, §1º, inciso II; artigo 16; artigo 17, §1º; artigo 18, inciso I; artigo 18, inciso II; artigo 18, inciso III; artigo 18, inciso IV; artigo 18, §1º.
- violação da Resolução 45; Resolução 32-B.
A recorrente insurge-se contra a motodologia adotada nos cálculos de homologação.
No intuito de demonstrar o prequestionamento da matéria em epígrafe, a parte recorrente transcreveu o seguinte trecho do v. acórdão:
"(...) Diferentemente do que afirma a Recorrente, a parcela PL/DL-1971 não deverá ser incluída nos salários de participação como se fosse uma parcela não estável, já que houve a sua incorporação permanente.
A decisão transitada em julgado é clara quanto a natureza salarial da parcela, por isso deve servir de base para o custeio da

suplementação de aposentadoria do Autor.
Além disso, considerando que sobre a parcela não houve recolhimento de contribuições para o plano de benefício junto à Recorrente, houve a redução no valor inicial da suplementação de aposentadoria, razão pela qual a forma de cálculo apresentada pela Executada não está de acordo com a decisão transitada em julgado.
A parcela PL/DL-1971 era paga em caráter permanente, por isso deve ser incluída na média relativa aos dozes meses imediatamente anteriores ao do início da Suplementação para cálculo do salário real de benefícios, conforme previsão contida nos artigos 16 e 17 do Regulamento PETROS, verbis:
(...) Ademais, a Recorrente também não tem razão quanto à limitação ao teto estipulado pelo § 2° do art. 15 do Regulamento do Plano, pois o valor do benefício será obtido tomando-se por base o salário real de benefício, conforme artigos 16 e 17 acima transcritos. De acordo com o referido Regulamento, a única correlação entre o teto do salário de participação e o cálculo do valor do benefício se dá em relação às parcelas 'não-estáveis', o que não é o caso da parcela PL/DL-1971.
Por consequência, o Autor tem direito às diferenças de suplementação de aposentadoria, decorrentes da inclusão da PL/DL -1971 na base de cálculo, não havendo motivos para reforma da r. sentença que condenou as Rés ao pagamento dessas diferenças, nos termos da planilha de cálculos homologada.
Nego provimento."
O recurso de revista não se viabiliza por violação de ato administrativo de caráter normativo porque não contemplada na alínea "c" do artigo 896 da CLT.
Ademais, ante a restrição do artigo 896, § 2º, da CLT, descabe análise de violação à legislação infraconstitucional.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Examino.
Não há que se falar em ofensa aos princípios constitucionais quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, quanto ao Juízo Regional de Admissibilidade, ressalte-se que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
Na situação dos autos, não procede a alegação de ofensa aos dispositivos da Constituição Federal apontados, quando a lide está adstrita ao exame de legislação infraconstitucional, visto que essa circunstância impossibilita a configuração de sua violação literal e direta. A discussão, deste modo, não se exaure na Constituição Federal.
Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. CONVERSÃO DO TEMPO COMUM EM TEMPO ESPECIAL. VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 279 DO STF. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA - ARE 748.371. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É inviável o processamento do apelo extremo quando a ofensa a dispositivo constitucional se dá de maneira reflexa e indireta, pois requer o exame prévio da orientação firmada sobre tese infraconstitucional pela instância ordinária. 2. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o Tribunal de origem, quanto ao preenchimento dos requisitos necessários à concessão de aposentadoria, seria imprescindível o reexame dos fatos e provas. Incidência da Súmula 279 do STF. 3. O Supremo Tribunal Federal já assentou, sob a sistemática da repercussão geral, que suposta ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e dos limites da coisa julgada, quando a violação é debatida sob a ótica infraconstitucional, não apresenta repercussão geral, o que torna inadmissível o recurso extraordinário. (RE 748.371-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 1º.08.2013 tema 660). 4. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, CPC." (RE 1004169 AgR / RS, Relator Ministro Edson Fachin. Publicado em 29.3.2017).
DIREITO CIVIL. POSSE. PROPRIEDADE. COISA JULGADA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, da Lei Maior, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária prevista no art. 102 da Magna Carta. 2. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. 3. Agravo regimental conhecido e não provido." (ARE 944003 AgR/GO, Relatora Ministra Rosa Weber. Publicado em 12.4.2016) - (grifei).

Por oportuno, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que violação reflexa ou indireta de dispositivo da Constituição não viabiliza recurso de natureza extraordinária. Eis o teor da Súmula 636 do STF:

"NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE, QUANDO A SUA VERIFICAÇÃO PRESSUPONHA REVER A INTERPRETAÇÃO DADA A NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS PELA DECISÃO RECORRIDA."

Por fim, a diretriz que se extrai da Orientação Jurisprudencial 123 da SBDI-2 do TST (analogicamente) é de que a ofensa à coisa julgada supõe dissonância patente entre as decisões exequenda e rescindenda, o que não se verifica quando se faz necessária a interpretação do título executivo judicial para se concluir pela lesão à coisa julgada, tal como na hipótese dos autos.
Assim, constato a impossibilidade do conhecimento do recurso de revista interposto nesta fase de execução em virtude do que preveem o art. 896, § 2.º, da CLT e as Súmulas 266 do TST e 636 do STF.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Incólumes os dispositivos invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000234-71.2018.5.06.0191

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	LAMOR COMERCIO, SERVICOS DE LIMPEZA E DESCONTAMINACAO DE SUPERFICIES MARITIMAS LTDA
Advogado	Dr. João Marcelo Pinto(OAB: 149784-D/SP)
Agravado	ESPÓLIO de ELIAS JOSE DA SILVA
Advogada	Dra. Ingrid Miranda Barros Lima(OAB: 37211/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESPÓLIO de ELIAS JOSE DA SILVA
- LAMOR COMERCIO, SERVICOS DE LIMPEZA E DESCONTAMINACAO DE SUPERFICIES MARITIMAS LTDA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 393/401) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista.
As discussões travadas nos autos, os quais se submetem ao procedimento sumaríssimo, prendem-se aos temas "NULIDADE DO ACÓRDÃO POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL" e "DISPENSA POR JUSTA CAUSA. REVERSÃO".
Quanto ao primeiro tópico, "NULIDADE DO ACÓRDÃO POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL", a reclamada sustenta que, mesma instada por embargos de declaração, a Corte Regional não sanou examinou os seguintes argumentos: a) no sentido de que não há indícios de que a reclamada tenha planejado promover dispensas por justa causa e, assim, deixar de pagar as verbas correspondentes à dispensa imotivada; b) quanto ao fato de que a jornada de trabalho exercida pelo empregado não era compatível com a obtenção de novo emprego e, por isso, era seu dever, ainda que não tivesse sido convocado para o retorno ao trabalho, encontra-se à disposição da empresa; c) quanto ao fato de que a 3ª Turma do TRT da 6ª Região em situação idêntica a dos autos, reconheceu o abandono de emprego (documento novo, colacionado aos autos quando opostos os embargos declaratórios). Assevera também que não foi sanada a obscuridade apontada pela reclamada no sentido de que a dispensa por justa causa ter sido formalizada imediatamente após a ciência, e não trinta e um dia depois. Indica ofensa ao artigo 93, IX, da Constituição Federal.
Consta do acórdão regional:

"Primeiramente é incontroverso nos autos o fato de inexistir qualquer pedido de demissão, pelo que se depreende da reclamatória e do teor da defesa. Ultrapassada essa questão e atendo-se às justificativas ensejadoras da justa causa temos o seguinte: houve o encerramento das atividades do contrato a que era ligado o reclamante, sendo o mesmo orientado a aguardar em casa por novas designações. De igual modo teria ocorrido com os demais prestadores de serviços. Entretanto, diferentemente do sustentado pela empresa não há provas de contraprestação durante tal interregno que pudesse justificar a permanência "à disposição". Apenas se infere pagamento até o mês de julho de 2017, além dos R$ 550,00 repassados em setembro do mesmo ano, conforme confessado, sem qualquer discriminação pormenorizada das parcelas por ele abrangidas. Ou seja: na verdade, o que de fato ocorreu fora a dispensa dos serviços do obreiro, já que não resta verificada a contrapartida financeira peculiar e necessária à manutenção do vínculo, em razão do cenário em que se encontrava a reclamada, com o fim de contrato com a TRANSPETRO. Aliás, a ré não juntou qualquer documento que comprovasse comunicação enviada ao reclamante para comparecimento à empresa a fim de justificar as "ausências" ocorridas no trabalho, com ressalva de que sua inércia acarretaria aplicação do artigo 482, alínea "i" (CLT), o que enfraquece, por si só, a alegação da defesa de ocorrência de abandono de emprego pelo obreiro. Valeu-se, igualmente, do vínculo que sucedeu ao contrato de trabalho aqui discutido (com a empresa SPRINK) para reduzir suas obrigações patronais com a dispensa que antes se daria de forma imotivada. Ainda, reforçando o erro provocado pela ex-empregadora, temos os depoimentos firmados pelos reclamantes de outras ações, sob os mesmos fundamentos, como fato público e notório, onde fica clara uma

primeira proposta de que a rescisão contratual se desse na modalidade "a pedido do empregado" para que os mesmos tivessem acesso aos haveres rescisórios. Tal ato já demonstra a verdadeira intenção de rompimento do contrato; e, não, de realocação em qualquer outro posto de serviços, ainda que de localidade diversa, o que justificaria o aceite do empregado em outra proposta de trabalho. (...) A testemunha falou sobre uma JUSTA CAUSA pelo que "ficou sabendo". O fato é que "concorrência" JAMAIS existiu, ao contrário da interpretação atribuída pela empresa aos fatos. O contrato com a TRANSPETRO foi encerrado, assumindo as atividades a nova contratada (SPRINK), certamente, através do devido processo de licitação. Os empregados foram liberados para casa e lá permaneceram em estado de inteira ociosidade. Ao contrário do que buscou afirmar a testemunha de defesa, prejuízo financeiro existiu. Algumas parcelas - outrora percebidas - ligavam-se diretamente à permanência dos empregados nos navios (a bordo), tais como: o adicional de periculosidade, a "etapa", "sobreaviso", dentre outras. Sobre isso nos fala o recibo de salário de Julho de 2017. Assim, considero que a ré não produziu prova apta a fim de comprovar as alegações apresentadas em sua defesa, sendo improvados os fatos que teriam ensejado a aplicação da penalidade de justa causa ao obreiro, como realidade de ordem excepcional. Declaro que o término do vínculo do reclamante se deu por dispensa sem justa causa, ao tempo em que julgo pela procedência do item 02 da petição inicial e condeno a ré ao pagamento dos seguintes títulos: indenização substitutiva ao aviso prévio (30 dias), com integração ao tempo de serviço para todos os fins, nos termos do artigo 7°, inciso XXI, da Constituição Federal e Lei nº 12.506, de 11/10/2011; décimo terceiro salário proporcional de2017; férias proporcionais, acrescidas de 1/3; e, por fim, indenização substitutiva à multa rescisória de 40% sobre todo o FGTS, excetuando-se o período do aviso prévio, nos termos da Orientação Jurisprudencial n.º 42, II, da SDI-I do C. TST. No recurso em apreço, a reclamada insurge-se contra a reversão da justa causa e diferenças rescisórias deferidas, levantando os mesmos argumentos de defesa e ressaltando que restou suficientemente demonstrada a falta grave cometida pelo autor, pois ele tinha ciência de que "deveria se apresentar imediatamente ao seu posto, sob pena de ser dispensado por justa causa, conforme estabelece a Cláusula 10ª do Contrato de Trabalho", o que descumpriu, além de se empregar na empresa concorrente, revelando sua intenção em não mais retornar ao trabalho. Sucessivamente, impugna o saldo salarial arbitrado como devido desde 10.08.2017, aduzindo que o autor já estava trabalhando na empresa concorrente. À análise. A despedida por justa causa, constituindo penalidade máxima e de dramática repercussão pessoal e social, há de ser reservada a situações extremas, quando o ato faltoso do empregado se revestir de suficiente gravidade. Desse modo, ao se falar em rescisão do contrato de trabalho, com fulcro na ocorrência dos permissivos da justa causa, imprescindível que todos os elementos se mostrem cristalinos, não se admitindo dúvida a respeito. Os requisitos objetivos são a tipicidade da falta (a previsão legal da conduta como hábil à caracterização da justa causa), a sua gravidade e a natureza da matéria envolvida, na medida em que o empregador somente poderá exigir o cumprimento de deveres inerentes ao contrato de trabalho. Os requisitos subjetivos são a autoria do empregado e o correspondente dolo ou culpa. E, por fim, para a caracterização dos requisitos circunstanciais, deverão ser observadas a adequação da penalidade à falta, a proporcionalidade entre elas, a imediatidade da punição (para não caracterizar o perdão tácito), a singularidade da pena e a respectiva gradação (efeito pedagógico da penalidade). Dentre as hipóteses legais caracterizadoras da justa causa, o abandono do emprego (artigo 482, "i", CLT) é a espécie que demanda a ausência injustificada ao serviço durante algum tempo (requisito objetivo), não necessariamente 30 dias (artigo 474 da CLT c/c Súm. 32, TST), e o ânimo de não retornar ao trabalho (requisito subjetivo). Tal falta é considerada grave, uma vez que a prestação contínua dos serviços é elemento básico do contrato, então a postura do obreiro em abandonar o posto de trabalho é fator determinante de descumprimento da obrigação contratual. Já os atos de indisciplina ou insubordinação (art. 482, alínea 'h'), são caracterizados quando há descumprimento de ordem geral, como desobediência a regras previstas em leis ou convenções, ou de ordem direta do empregador. Demais disso, o ônus da prova dos fatos ensejadores, por contrariar o princípio da continuidade da relação de emprego, é de quem alega a sua existência. Logo, por se caracterizar como fato impeditivo à percepção de verbas rescisórias devidas no término do contrato, a prova do fato cabe à empregadora, em conformidade com os arts. 818, II, CLT, e 373, II, do CPC. E, no caso dos autos, a reclamada não produziu provas robustas em relação às faltas imputadas ao reclamante, seja quanto ao suposto abandono de emprego, seja quanto à tese de indisciplina/insubordinação. A testemunha trazida pelo reclamante prestou depoimento bastante elucidativo sobre os fatos que permeiam a controvérsia (ID fb91082): "MILTON LUIS DE FRANÇA: (...) que a empresa orientou os funcionários que ficassem em casa aguardando um novo chamado; que a empresa não deu baixa nos contratos de trabalho; que a nova empresa que assumiu o contrato com a TRANSPETRO, SPRINK, chamou "a gente para trabalhar"; (...) que "a gente não avisou à reclamada sobre o convite da SPRINK porque a gente estava aguardando em casa"; que os funcionários aguardaram em casa o salário da empresa reclamada, mas ninguém recebeu; que os funcionários passaram a trabalhar para a SPRINK por necessidade; que os funcionários passaram um mês em casa inteiro sem receber; que um dia depois a SPRINK procurou os empregados; (...) que os funcionários já tinham trabalhado para a TRANSPETRO através de outras empresas e com a quebra dos respectivos contratos, todos "recebiam direitinho"; que com relação à empresa reclamada o sentimento foi de surpresa; que a empresa, antes de mandar os empregados para casa, pediu para que os mesmos assinassem um pedido de demissão, o que foi por eles recusado; (....) que dois funcionários que foram liberados para casa e permaneceram aguardando nunca chegaram a ser relocados pela reclamada; que Almir e Renê ficaram aguardando a reclamada em suas residências; que essas pessoas nunca chegaram a voltar a trabalhar pela reclamada; que os dois foram demitidos pela empresa e até hoje não estão trabalhando;". Já a testemunha da reclamada foi ouvida por carta precatória: "RAFAEL RODRIGUES: que a rescisão contratual da reclamada com a TRANSPETRO se deu no início de agosto/2017; (...) disseram aos funcionários da reclamada que aguardassem em casa, em horário administrativo, aguardando orientações; (...) não presenciou ninguém sendo coagido a pedir demissão; os afastamentos foram remunerados, mediante depósito em conta todo dia 5; o autor foi dispensado por justa causa pois ficaram sabendo que estava trabalhando na concorrente ao mesmo tempo em que havia sido solicitado que ficasse em casa" (ID a23a724). Do exame dos autos, verifica-se que, em 09.08.2017, houve a comunicação da rescisão do contrato mantido entre a empregadora e a TRANSPETRO aos empregados, havendo-lhes sido oferecida a assinatura de pedido de demissão para recebimento imediato das verbas rescisórias, o que não foi aceito por vários empregados, de modo que eles foram orientados a permanecerem em suas

residências à disposição da reclamada, aguardando novo chamado. Ocorre que, no dia seguinte (10.08.2017), o autor e outros colegas foram prontamente admitidos pela empresa SPRINK SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO LTDA., que assumiu o contrato com a TRANSPETRO, conforme registro constante em sua CTPS, na mesma função anteriormente exercida em favor da demandada. Quando completou um mês de prestação de serviços pelo autor à SPRINK, a reclamada lhe enviou, no dia seguinte (11.09.2017), um telegrama comunicando a dispensa por justa causa, mesmo dia em que rescindiu o seu contrato de trabalho. Eis o teor do referido telegrama (ID 2e244c5): Tendo em vista que: a) em função do término do contrato de prestação de serviços com a TRANSPETRO, em 09 de agosto de 2017, a LAMOR COMÉRCIO, SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES MARÍTIMAS LTDA. determinou que Vossa Senhoria permanecesse à disposição em sua casa até designação de seu novo posto de trabalho; b) desde 10 de agosto de 2017, no horário em que deveria estar à disposição da LAMOR, Vossa Senhoria está prestando serviços pessoais e subordinados a empresa concorrente SPRINK SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO LTDA; c) a atitude referida configura indisciplina, insubordinação e abandono de emprego, fica Vossa Senhoria informada da imediata rescisão por justa causa de seu contrato de trabalho. (...) No tocante à configuração do abandono de emprego, depreende-se que não foi demonstrado o interesse/ânimo do autor em rescindir seu contrato de trabalho com a LAMOR, tampouco que ele tivesse faltado ao serviço por 30 dias, pois a reclamada, sequer, alegou que o obreiro se recusou a comparecer ao local de trabalho enquanto estava à disposição. Demais disso, a recorrente, também, não comprovou o envio de correspondência convocando o reclamante a retornar ao labor para justificar as supostas ausências, praxe já consolidada como requisito à demonstração do ânimo de abandonar o emprego. Nesse mesmo sentido, já julgou esta 1ª Turma, inclusive em processo de minha relatoria, conforme seguintes arestos:
[...]
Em relação à tese de insubordinação/indisciplina, também não prospera a alegação patronal. Primeiramente, já se viu que não houve qualquer chamamento da empresa para que o autor se apresentasse durante o período em que foi colocado à disposição. Assim, não há que se falar em descumprimento de ordem ou violação à cláusula 10ª do contrato de trabalho. Ademais, também não se pode aplicar punição ao autor pelo fato de ter firmado contrato de trabalho com a empresa SPRINK durante o período em que foi colocado à disposição, visto que inexiste, no ordenamento jurídico, qualquer vedação quanto à existência de dois vínculos empregatícios simultâneos pelo empregado. Por outro lado, tampouco se caracteriza a hipótese de empresas concorrentes de fato, pois o contrato mantido pela reclamada com a TRANSPETRO foi encerrado, não havendo qualquer outro serviço prestado pela LAMOR em andamento nesta região. Tanto que nenhum empregado colocado "à disposição" foi alocado em outro posto de trabalho, nem aqueles não admitidos pela SPRINK. Assim, não havia concorrência efetiva na região. Em reforço à tese ora defendida, acosto os seguintes precedentes desta 1ª Turma, inclusive de minha relatoria:
[...]
Bem, de tudo quanto foi visto, o que se conclui é que a LAMOR se utilizou de uma manobra para tentar se esquivar de pagar as rescisões contratuais, na modalidade imotivada, aos empregados que atuavam em favor da TRANSPETRO, após o término da vigência do contrato mantido entre ambas. Ciente de que a prestação de serviços à TRANSPETRO chegava ao fim e sem ter outro contrato em vista na região, a LAMOR, ao invés de preparar as dispensas imotivadas dos empregados, ofereceu-lhes duas opções: assinar pedido de demissão para recebimento imediato das verbas rescisórias ou permanecer à disposição da empresa, em suas residências, aguardando orientações. Isso porque ela já previa que a maior parte dessa mão de obra seria reaproveitada pela empresa (SPRINK), que a sucederia na prestação de serviços à TRANSPETRO, tal como aconteceu com ela própria ao assumir o contrato da TRANSPETRO, conforme revelou a prova testemunhal. Assim, contando com a admissão desses empregados pela SPRINK, a reclamada aguardou um mês e um dia para simular as hipóteses de abandono de emprego e insubordinação/indisciplina, efetuando as rescisões por justa causa e deixando de pagar os direitos devidos na modalidade imotivada, a qual, de fato, seria a correta. Feitas essas considerações, mantenho a sentença que reverteu a justa causa aplicada e deferiu as diferenças rescisórias. Quanto ao pedido sucessivo, de impugnação ao saldo salarial arbitrado em 10.08.2017, não tem razão a recorrente, visto que a sentença se limitou a deferir o saldo de 9 dias de trabalho do mês de agosto.
Nada a reformar, portanto"

Todavia, verifico que o Regional manifestou-se a respeito de todas as questões relevantes postas em discussão, consignando, no acórdão de embargos de declaração:
"A embargante diz que o acórdão mostra-se obscuro no ponto em que reverteu a dispensa por justa causa do autor, alegando que foram produzidas provas consistentes quanto ao abandono de emprego um dia após o empregado ter sido orientado a aguardar realocação em casa, e prossegue rebatendo a fundamentação exposta no acórdão impugnado.
Não tem razão.
Os embargos de declaração representam o instrumento processual erigido pelo ordenamento jurídico pátrio para afastar eventuais omissões, obscuridades, contradições ou erro material nos julgados que possam eclodir de decisão judicial, na forma do que dispõe o art. 1.022 do CPC. Seu manejo é autorizado, ainda, quando constatado evidente equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso, conforme previsão do art. 897-A da CLT.
No caso, o acórdão embargado manteve a sentença que reverteu a justa causa aplicada ao autor, por abandono de emprego, nos seguintes termos:
"(...)
E, no caso dos autos, a reclamada não produziu provas robustas em relação às faltas imputadas ao reclamante, seja quanto ao suposto abandono de emprego, seja quanto à tese de indisciplina/insubordinação.
(...)
Do exame dos autos, verifica-se que, em 09.08.2017, houve a comunicação da rescisão do contrato mantido entre a empregadora e a TRANSPETRO aos empregados, havendo-lhes sido oferecida a assinatura de pedido de demissão para recebimento imediato das verbas rescisórias, o que não foi aceito por vários empregados, de modo que eles foram orientados a permanecerem em suas residências à disposição da reclamada, aguardando novo chamado.
Ocorre que, no dia seguinte (10.08.2017), o autor e outros colegas foram prontamente admitidos pela empresa SPRINK SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO LTDA., que assumiu o contrato com a TRANSPETRO, conforme registro constante em sua CTPS, na mesma função anteriormente exercida em favor da demandada.
Quando completou 1 mês de prestação de serviços pelo autor à SPRINK, a reclamada lhe enviou, no dia seguinte (11.09.2017), um

telegrama comunicando a dispensa por justa causa, mesmo dia em que rescindiu o seu contrato de trabalho.

Eis o teor do referido telegrama (ID 2e244c5): (...)

No tocante à configuração do abandono de emprego, depreende-se que não foi demonstrado o interesse/ânimo do autor em rescindir seu contrato de trabalho com a LAMOR, tampouco que ele tivesse faltado ao serviço por 30 dias, pois a reclamada, sequer, alegou que o obreiro se recusou a comparecer ao local de trabalho enquanto estava à disposição.

Demais disso, a recorrente, também, não comprovou o envio de correspondência convocando o reclamante a retornar ao labor para justificar as supostas ausências, praxe já consolidada como requisito à demonstração do ânimo de abandonar o emprego.

(...)

Em relação à tese de insubordinação/indisciplina, também não prospera a alegação patronal.

Primeiramente, já se viu que não houve qualquer chamamento da empresa para que o autor se apresentasse durante o período em que foi colocado à disposição. Assim, não há que se falar em descumprimento de ordem ou violação à cláusula 10ª do contrato de trabalho.

Ademais, também não se pode aplicar punição ao autor pelo fato de ter firmado contrato de trabalho com a empresa SPRINK durante o período em que foi colocado à disposição, visto que inexiste, no ordenamento jurídico, qualquer vedação quanto à existência de dois vínculos empregatícios simultâneos pelo empregado.

Por outro lado, tampouco se caracteriza a hipótese de empresas concorrentes de fato, pois o contrato mantido pela reclamada com a TRANSPETRO foi encerrado, não havendo qualquer outro serviço prestado pela LAMOR em andamento nesta região.

Tanto que nenhum empregado colocado "à disposição" foi alocado em outro posto de trabalho, nem aqueles não admitidos pela SPRINK. Assim, não havia concorrência efetiva na região.

(...)

Bem, de tudo quanto foi visto, o que se conclui é que a LAMOR se utilizou de uma manobra para tentar se esquivar de pagar as rescisões contratuais, na modalidade imotivada, aos empregados que atuavam em favor da TRANSPETRO, após o término da vigência do contrato mantido entre ambas.

Ciente de que a prestação de serviços à TRANSPETRO chegava ao fim e sem ter outro contrato em vista na região, a LAMOR, ao invés de preparar as dispensas imotivadas dos empregados, ofereceu-lhes duas opções: assinar pedido de demissão para recebimento imediato das verbas rescisórias ou permanecer à disposição da empresa, em suas residências, aguardando orientações.

Isso porque ela já previa que a maior parte dessa mão de obra seria reaproveitada pela empresa (SPRINK), que a sucederia na prestação de serviços à TRANSPETRO, tal como aconteceu com ela própria ao assumir o contrato da TRANSPETRO, conforme revelou a prova testemunhal.

Assim, contando com a admissão desses empregados pela SPRINK, a reclamada aguardou um mês e 1 dia para simular as hipóteses de abandono de emprego e insubordinação/indisciplina, efetuando as rescisões por justa causa e deixando de pagar os direitos devidos na modalidade imotivada, a qual, de fato, seria a correta.

Feitas essas considerações, mantenho a sentença que reverteu a justa causa aplicada e deferiu as diferenças rescisórias".

Como se pode ver dessa fundamentação, esta Turma analisou detidamente as provas produzidas nos autos, tendo concluído pela invalidade da dispensa por justa causa.

Assim, não vislumbro qualquer obscuridade no ponto em questão, cuja redação e concatenação de ideias revelam-se plenamente inteligíveis.

Portanto, verificado que o acórdão analisou detidamente o ponto embargado, firmando o convencimento do Magistrado mediante exame da prova documental e testemunhal, não há que se falar em obscuridade decorrente de suposta má apreciação de prova - na ótica da embargante -, situação que caracterizaria, no máximo, "Error in judicando", passível de reforma pelo órgão jurisdicional "Ad quem", lançando mão da via recursal adequada, o que não ocorreu no caso.

Nesta hipótese, a embargante deve expor a sua irresignação à instância competente, porque esta já findou a prestação jurisdicional que lhe competia.

Mesmo a título de prequestionamento, apenas são cabíveis os Embargos de Declaração para afastar eventuais omissões, obscuridades, contradições ou erros materiais da decisão judicial, na forma como dispõe o art. 1.022 do CPC/15, ou, ainda, quando constatado evidente equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso (art. 897-A, da CLT), o que não se verifica no caso a trato.

Destarte, não havendo sido identificada nenhuma das hipóteses de embargabilidade a que aludem os normativos que disciplinam esse tipo de medida (arts. 897-A da CLT e 1.022 do CPC/2015), impõe-se a rejeição dos presentes aclaratórios." (fls. 311/314).

Dessa forma, verifica-se que a prestação jurisdicional foi entregue de forma completa, ainda que em descompasso com a pretensão recursal, não havendo falar em violação do invocado preceito constitucional.

Quanto ao segundo tema, "DISPENSA POR JUSTA CAUSA. REVERSÃO", a reclamada sustenta que se desvencilhou do ônus de comprovar as faltas graves atribuídas ao reclamante. Afirma estar comprovado que o reclamante não tinha intenção de retornar ao emprego, visto que optou por laborar em outra empresa, enquanto vigente comunicado da recorrente, cujo teor pregava a permanência do trabalhador em seu domicílio. Alega violação do artigo 482, "b" e "i", da CLT.

Todavia, o processamento do recurso de revista em causa sujeita ao procedimento sumaríssimo somente se viabiliza por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição da República, nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT e da Súmula 442 do TST. Logo, a alegação de ofensa a preceito infraconstitucional não propicia a devolução da controvérsia ao exame deste Tribunal.

Ante o mau aparelhamento do apelo, resta inviabilizada a devolução da controvérsia ao exame deste Tribunal.

Assim, nos termos do art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000884-87.2016.5.23.0071

Complemento Processo Eletrônico

Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ÍCARO SIQUEIRA DOS SANTOS
Advogado	Dr. Áureo Gustavo Maia(OAB: 259039-A/SP)
Agravado	MARTELLI TRANSPORTES LTDA.
Advogado	Dr. Jairo João Pasqualotto(OAB: 3569/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARTELLI TRANSPORTES LTDA.
- ÍCARO SIQUEIRA DOS SANTOS

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.

Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / ATOS PROCESSUAIS / NULIDADE / CERCEAMENTO DE DEFESA

Alegações:

- violação ao art. 5º, LV, da CF.
- violação aos arts. 370, 398, 400, parágrafo único, e 401 do NCPC.
- divergência jurisprudencial.

O autor, ora recorrente, devolve no presente apelo a reapreciação da matéria afeta ao pedido de declaração de nulidade do processado por cerceamento de defesa, decorrente do indeferimento do pedido de juntada de documentos aos autos pertinentes à jornada de trabalho, que alega estarem em poder da empresa.

Afirma que "(...) no caso vertente, não obstante a determinação para apresentação dos documentos, houve simples recusa, inclusive, ao fundamento de que estariam em poder de terceiro, não sendo, todavia, permitido ao requerente provar por qualquer meio que a declaração não corresponde à verdade, inclusive, adotando as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias para que os documentos sejam exibidos, muitos menos foi ordenada a citação dos terceiros para responder no prazo de 15 (quinze) dias, violando o disposto no parágrafo único dos artigos 398 e 400 do CPC, bem como o artigo 401 do referido diploma." (Id 989a01a - Pág. 9).

Aduz que "(...) não se trata de diligências desnecessárias, inúteis ou meramente protelatórias, na esteira dos artigos 765 da CLT e parágrafo único do artigo 370 do CPC, aplicado subsidiariamente. Pelo contrário, a complementação da prova documental é imprescindível para a garantia do direito de ampla defesa, de que o reclamante é titular, à luz do art. 5º, LV, da CF/88." (Id 989a01a - Pág. 10).

Pondera, ainda, que "Não obstante, o devido processo legal conferir poderes jurisdicionais ao juiz para indeferir, de ofício ou a requerimento, as diligências inúteis ou meramente protelatórias, NÃO PODE PERDER DE VISTA QUE, HAVENDO CONTROVERSA ACERCA DE MATÉRIAS FÁTICAS, CONSTITUI-SE CERCEAMENTO AO AMPLO DIREITO DE DEFESA CONSAGRADO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL IMPEDIR A PRODUÇÃO DE PROVAS QUE POSSIBILITARIAM EVIDENCIAR A CONTROVÉRSIA EM DEBATE, O QUE IMPLICA NULIDADE PROCESSUAL." (Id 989a01a - Pág. 13, destaques no original).

Posto isso, postula que o apelo seja recebido para declarar "(...) a nulidade do processo a partir do momento em que houve o indeferimento da produção da referida prova, determinando a reabertura da instrução, permitindo-se a produção da prova acima mencionada." (Id 989a01a - Pág. 13).

Consta do acórdão:

"Pugna o Autor pela nulidade da sentença por cerceamento de defesa, em razão da Reclamada não ter juntado aos autos documentos que atestam a entrada, saída e pesagem dos carregamentos e descarregamentos das mercadorias transportadas pela testemunha Rodolfo Emerson Santos, apesar do Juízo de origem ter proferido ordem nesse sentido, conforme disposto na Ata de audiência realizada em 24.02.2017 (fls. 374/375).

Aduz que tais documentos comprovariam que os registros de jornada apresentados pela Ré não retratavam seu real horário de trabalho, invalidando assim a utilização desses documentos como meio de prova.

Alega que esses documentos estão arquivados na sede da Reclamada e que mesmo na hipótese de estarem na posse de terceiros, caberia à Magistrada tomar providencias para ordenar a juntada desses impressos nos autos, conforme preconizado nos artigos 400 e 401 do CPC.

Por fim, assevera que não lhe foi ofertada a oportunidade de se manifestar acerca da recusa da Reclamada na apresentação dos documentos.

Consubstanciado nesses argumentos, requer seja decretada a nulidade da sentença, retornando os autos à origem para possibilitar sua manifestação, bem como seja realizada as diligências necessárias para a juntada dos documentos retromencionados nos autos.

Analiso.

De proêmio, vale registrar que o cerceamento de defesa ocorre quando o Juízo deixa de observar as prescrições legais referentes ao devido processo legal, não oportunizando à parte o exercício do seu direito constitucional de ampla defesa e do contraditório.

A prova destina-se a construir a certeza ou convicção do julgador a respeito dos fatos litigiosos, de tal sorte que o magistrado pode afastar a produção de provas impertinentes ou que, a seu ver, mostrem-se desnecessárias, fundamentando já estar convencido o suficiente para prolatar a decisão.

Tal premissa encontra substrato no princípio da persuasão racional, que impõe ao magistrado o dever de formar sua convicção apreciando o valor das provas dos autos, indicando, na sentença, os motivos que formaram o seu convencimento.

Não por outra razão, a CLT, em seu art. 765, assevera que os juízes 'terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas.'

Infere-se, assim, que o magistrado é o regente da instrução processual e destinatário direto das provas, sendo elas produzidas com a finalidade de formar o convencimento do julgador sobre os fatos controvertidos.

Conforme já explicado no tópico antecedente, a jornada de trabalho do Obreiro restou provada nos autos por meio dos documentos denominados 'diários de bordo' e 'Totalização do Horário de

Trabalho', estando todos devidamente assinados pelo Autor, sem qualquer indício de fraude ou coação.
In casu, eventuais documentos que provem os horários de pesagem ou entrada e saída dos locais de carregamento e descarregamento de mercadorias transportadas pela testemunha Rodolfo Emerson Santos, não teriam o condão de invalidar os controles de jornada anexados aos autos e, muito menos, das assinaturas do Obreiro nesses documentos.
Destaco, por ser relevante, que nem mesmo os documentos de carregamento e descarregamento das mercadorias transportadas pelo Autor poderiam invalidar as assinaturas apostas por ele nos diários de bordo, não servindo ao propósito de desconstitui-los.
Diante dessas circunstâncias, não se constata qualquer violação ao exercício do contraditório e da ampla defesa, razão pela qual entendo improcedente a arguição de nulidade da sentença.
Nego provimento." (Id 8aa4dbf, destaques no original).
Trago, também, da fundamentação da decisão integrativa:
"INOBSERVÂNCIA DOS PRECEITOS CONTIDOS NOS ARTIGOS 398, PARÁGRAFO ÚNICO E 400 E 401 DO CPC. OMISSÃO.
Insurge-se o embargante em face do acórdão proferido por esta Turma ao argumento de que o decisumestá eivado de vício de omissão, porquanto não lhe foi oportunizado a manifestação acerca da recusa da Ré em apresentar os documentos solicitados em audiência, ofendendo assim seu direito ao contraditório e ampla defesa.
Aduz, ainda, que na hipótese dos documentos encontrarem-se em poder de terceiro, cabe ao Juízo tomar as providências necessárias para a exibição documental, conforme disposto nos artigos 400 e 401 do CPC.
Consubstanciada nesses argumentos, requer o saneamento das omissões apontadas, especialmente para fins de prequestionamento, nos termos da Súmula 297 do c. TST.
Sem razão.
Conforme inteligência dos artigos 897-A da CLT e 1.022 do CPC/2015, os Embargos de Declaração configuram-se como o remédio processual apto a sanar omissão, contradição, obscuridade, além de servir para prequestionar matérias, quando preenchidos os requisitos para tanto.
Nesse passo, a omissão a que se prestam sanar os embargos de declaração é aquela relacionada à ausência de apreciação de pedidos formulados pelas partes.
No caso, a questão vinculada à nulidade decorrente da ausência de juntada de documentos nos autos, restou expressamente debatida e apreciada no acórdão impugnado, nos seguintes termos:
(...)
Depreende-se desse excerto que os documentos não apresentados não poderiam interferir no deslinde da demanda, tornando inócua a arguição de violação aos direitos de contraditório e ampla defesa.
Como se vê, inexiste qualquer omissão a ser sanada no decisum questionado por meio dos aclaratórios, uma vez que a questão devolvida foi enfrentada e solucionada.
Fica evidenciado, portanto, que a entrega da prestação jurisdicional, ainda que de forma contrária aos interesses da parte, efetivou-se de maneira integral e devidamente fundamentada.
Nesse sentido, o que se observa é que o entendimento exposto pela Embargante espelha tão-somente sua irresignação com o julgado, pretendendo rediscutir tema já decidido nos autos, o que não se admite pela estreita via dos embargos.
Oportuno destacar que eventuais erros de procedimento e/ou de julgamento são impugnáveis por meio de recurso adequado e não pela via estreita dos embargos declaratórios, pois estes não se prestam à reapreciação da matéria.
Por derradeiro, ressalto que, nos termos da OJ nº 118 da SDI 1, do C. TST, o prequestionamento previsto na Súmula 297 do C. TST diz respeito à tese jurídica questionada e não aos dispositivos normativos infraconstitucionais que serviram de base para fundamentar a decisão atacada.
Portanto, ante as considerações expendidas, rejeito os aclaratórios." (Id 8662cb7, destaques no original).
A partir das premissas fáticas e jurídicas delineadas na decisão impugnada, não vislumbro violação às normas invocadas pela parte recorrente, nos moldes preconizados pela alínea "c" do artigo 896 da CLT.
Afasto, ainda, a alegação de dissenso pretoriano, porquanto o aresto apresentado às págs. 10/11 do apelo não atende às exigências contidas na Súmula n. 337 do c. TST, mostrando-se, assim, inservível ao confronto de teses.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "CERCEAMENTO DE DEFESA", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 296, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000326-52.2020.5.08.0117

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	PRIME PLUS LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E TRANSPORTES TURÍSTICOS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Fernando Augusto Correia Cardoso Filho(OAB: 14503-A/CE)
Agravado	EDSON LUNA DA SILVA
Advogada	Dra. Mary Rejane de Moura Sousa(OAB: 16564-A/PA)
Advogado	Dr. Aveilton Silva de Souza(OAB: 19366-A/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDSON LUNA DA SILVA
- PRIME PLUS LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E TRANSPORTES TURÍSTICOS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Denegado seguimento ao recurso de revista pelo Tribunal Regional de origem, a reclamada interpõe agravo de instrumento (fls. 429/435).
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
A insurgência recursal diz respeito aos temas "HORAS EXTRAS. ADICIONAL NOTURNO. ÔNUS DA PROVA", "VERBAS RESCISÓRIAS. MULTAS DOS ARTS. 467 E 477 DA CLT" e "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS".
Constata-se, de plano, a inviabilidade de processamento do recurso de revista.
Interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
Ressalto que a transcrição integral dos tópicos do acórdão regional, bem como de longos trechos sem destaque da parte específica que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, como se evidenciou na hipótese (fls. 400/401, 404/405 e 409/411), não bastam ao cumprimento da exigência legal.
Julgados no mesmo sentido:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. EXECUÇÃO. RECURSO DE REVISTA PATRONAL CONHECIDO PARA DETERMINAR A EXTINÇÃO DO FEITO. DESCUMPRIMENTO DO REQUISITO ESTABELECIDO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO TRECHO DA DECISÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL DEMONSTRADA. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Subseção, acerca dos pressupostos intrínsecos do recurso de revista, insertos no artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria trazida ao debate, cabendo à parte a demonstração, clara e objetiva, dos fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido, não se admitindo, para tanto, a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva, pois, para fins de cumprimento da exigência legal, é imprescindível a transcrição textual do trecho da decisão recorrida. No caso dos autos, a executada transcreveu o inteiro teor do acórdão regional em relação a todos os temas objeto do recurso de revista, o que não atende ao artigo 896, § 1º-A, da CLT. Embargos conhecidos e providos " (E-ED-ARR-152500-71.2013.5.17.0010, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 14/09/2018).

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. APELO SUBMETIDO À LEI Nº 13.467/2017. (?) II - RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. LEI Nº 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, DA CLT. ADMISSIBILIDADE. Deve ser negado conhecimento ao recurso de revista quando verificada a ausência de preenchimento dos requisitos insculpidos na Lei nº 13.015/2014, notadamente a adequada transcrição do trecho que consubstancia o prequestionamento da matéria abordada no arrazoado recursal. Não cumpre o ditame legal a parte que transcreve trechos excessivamente longos e sem destaques individualizadores do prequestionamento pretendido, como ocorreu na hipótese. Recurso de revista inapto ao conhecimento, a teor do que dispõe o art. 896, § 1º-A, I e III, da CLT. Recurso de revista não conhecido" (RR-21794-67.2016.5.04.0006, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 18/12/2020).

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CONDUTA CULPOSA DA ADMINISTRAÇÃO. DANO SOFRIDO PELO EMPREGADO. NEXO CAUSAL. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE. TEMA Nº 246 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL DO STF. TRECHO QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO. TRANSCRIÇÃO. ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. NÃO OBSERVÂNCIA. I. Faz-se presente o pressuposto intrínseco formal de admissibilidade previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT com a transcrição do excerto do acórdão regional em que repousa o prequestionamento da matéria impugnada, identificando-se claramente a tese que se quer combater no recurso, de forma a possibilitar o imediato confronto do trecho transcrito com as violações, contrariedades e arestos articulados de forma analítica nas razões do recurso de revista. II. No caso dos autos, irretocável a decisão unipessoal agravada quanto ao não atendimento do pressuposto intrínseco de admissibilidade previsto no inciso I do § 1º-A do art. 896 da CLT, pois a parte recorrente procedeu à transcrição de longos trechos dos fundamentos adotados pelo Tribunal Regional quanto ao tema combatido, inteiramente destacados, o que impossibilita a indicação precisa das matérias que tratam dos dispositivos de lei tidos por violados ou que autorizem o cotejo com os arestos indicados. Não se trata, portanto, de decisão extremamente concisa e sucinta, distinção capaz de afastar a aplicação do óbice processual em apreço. III. Agravo interno de que se conhece e a que se nega provimento" (Ag-AIRR-1409-02.2016.5.05.0029, 7ª Turma, Relator Ministro Evandro Pereira Valadão Lopes, DEJT 15/05/2020).

"I - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMADA -

LEI Nº 13.015/14 - PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA DE TRANSCRIÇÃO DOSTRECHOSDA PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Em se tratando de arguição de nulidade do acórdão regional por negativa de prestação jurisdicional, cabe à parte transcrever os trechos do acórdão do Tribunal Regional proferido no julgamento dos embargos de declaração e o teor das alegações deduzidas nos embargos de declaração opostos. Recurso de revista não conhecido. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO TRECHO DA DECISÃO RECORRIDA QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA - TUTELA INIBITÓRIA - DANO MORAL COLETIVO. A transcrição de longos trechos do acórdão do Tribunal Regional, sem destaque da parte específica que consubstancia o prequestionamento da controvérsia não se presta ao cumprimento do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, na medida em que não delimita o objeto da insurgência inserida no apelo. Recurso de revista não conhecido. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. O direito vindicado na presente ação tem uma origem comum, caracterizada pela alegada conduta uniforme da reclamada em relação aos seus empregados no sentido de não cumprir disposições legais, o que revela a sua natureza de direito individual homogêneo, conferindo ao Ministério Público do Trabalho legitimidade para pleiteá-lo por meio de ação civil pública . Recurso de revista não conhecido. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIMITAÇÃO TERRITORIAL DOS EFEITOS DA DECISÃO. Esta Corte Superior entende que restrição imposta pelo art. 16 da Lei 7.347/85 não se harmoniza com os preceitos que regem as ações coletivas, porquanto limita a eficácia da sentença à competência territorial do juízo prolator da decisão. Em hipóteses como a delineada nos autos, este Tribunal tem decidido que a questão deve ser interpretada à luz do art. 103 do CDC, que estabelece o alcance da coisa julgada, independente da competência territorial da autoridade prolatora do julgado. Precedentes. Recurso de revista não conhecido. II - RECURSO DE REVISTA ADESIVO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - REGÊNCIA PELA LEI 13.015/2014. Prejudicado o exame do recurso de revista adesivo, em razão do não conhecimento do recurso principal. Incidência do art. 997, § 2º, III, do CPC" (RR-67-19.2013.5.15.0146, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 28/06/2019).

Do exposto, não tendo a agravante se eximido de tal ônus, o recurso de revista é manifestamente inadmissível.
Diante do exposto, com suporte no art. 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000677-08.2020.5.14.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
Advogado	Dr. Romilton Marinho Vieira(OAB: 633-A/RO)
Advogado	Dr. Pitágoras Custódio Marinho(OAB: 4700-A/RO)
Agravado	JOSEFA RODRIGUES DOS SANTOS
Advogado	Dr. Gustavo Bernardo Hadamés Bernardi Monteiro(OAB: 5275-A/RO)
Advogada	Dra. Maria Heloísa Bisca(OAB: 5758-S/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD
- JOSEFA RODRIGUES DOS SANTOS

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso, considerando que o(a) recorrente foi intimado(a) da decisão recorrida em 22/06/2021 (Id c6f12d2), ocorrendo a manifestação recursal no dia 02/07/2021 (Id a959de9).Portanto, no prazo estabelecido em lei.
Regular a representação processual (Id 1f46245).
O acórdão de Id5347915reformou a sentença, inverteu o ônus da sucumbência,arbitrou o valor provisório da condenação em R$ 72.362,69 (setenta e dois mil trezentos e sessenta e dois reais e sessenta e nove centavos) e condenou a reclamada ao pagamento das custas processuais no importe de R$ 1.447,25 (mil quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos), nos termos do art. 789, IV, da CLT.
Em que pese tenha havido a inversão da sucumbência, a recorrente deixou de realizar o recolhimento do depósito recursal e das custas judiciais.
Observa-se que na peça recursal "pleiteia a dispensa ao pagamento das custas e do depósito recursal, dada as prerrogativas da fazenda pública, nos termos do art. 790-A da CLT", cita decisão do STF e deste regional em caso análogo.
No entanto, não há como deferir a pleiteada isenção, pois sendo sociedade de economia mista, integrante da administração pública indireta, está sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, nos termos do artigo 173, §1º, inciso II, da Constituição Federal, não fazendo jus, portanto, à isenção nestes autos, o que implica na deserção do apelo.
Por fim, registro que não se trata de caso de intimação da parte para regularização do preparo recursal, consoante art. 1.007,§ 2ºdo CPC/2015 e OJ n. 140 da SBDI-I do c. TST, tendo em vista que não houve recolhimento insuficiente, mas ausência completa do recolhimento das custas processuais e depósito recursal.
CONCLUSÃO

Ante o exposto, nego seguimento ao presente recurso de revista, em virtude de deserção.
Quanto ao pedido de que "(...) com base no artigo 106 do CPC/2015, de aplicação subsidiária ao processo do trabalho nos termos do artigo 769 da CLT, e súmula nº 427 do TST, que todas as intimações e/ou comunicações processuais sejam expedidas e/ou publicadas exclusivamente em nome de seu procurador Pitágoras Custódio Marinho, OAB/RO 4700, e Romilton Marinho Vieira, OAB/RO 633, subscritores da presente peça.", nada a deliberar quanto ao advogado Pitágoras Custódia Marinho, porquanto já consta na autuação dos presentes autos. Contudo, para que não venha a ser arguida futura nulidade, determino a habilitação nos presentes autos do advogado Romilton Marinho Vieira, considerando os termos da procuração de Id 1f46245. Dê-se ciência, na forma da lei.
À Secretaria Judiciária de 2º Grau, para providências."

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "deserção", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 128, I, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Por ocasião do recurso de revista, cumpria à reclamada (COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA - CAERD), comprovar a realização do preparo recursal devido. Contudo, conforme explicitado no r. despacho de admissibilidade, o recorrente não recolheu as custas processuais, tampouco realizou o depósito recursal, afirmando fazer jus a concessão dos benefícios da justiça gratuita.
Segundo dispõe o art. 789 § 1º e súmulas 245 e 128, I do TST, cabe ao recorrente, no prazo alusivo ao recurso, comprovar o pagamento do depósito recursal e das custas, sob pena de deserção. Todavia, no caso concreto, a reclamada se esquivou da responsabilidade de realizar o preparo, sob a alegação de fazer jus ao benefício da justiça gratuita. Não houve comprovação quanto à total insuficiência financeira, requisito necessário para a concessão da isenção pleiteada.
O art. 899, § 10, da CLT (incluído pela Lei nº 13.467/2017) dispõe serem "isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial". Cuida, portanto, exclusivamente da questão atinente à isenção de depósito recursal. No que diz respeito particularmente às custas processuais, o art. 790, § 4º, da CLT, também incluído pela Lei nº 13.467/2017, passou a admitir a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita "à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo". Tal benefício inequivocamente estende-se à pessoa jurídica, tenha ela ou não fins lucrativos. Não obstante, conforme mencionado supra, pressupõe comprovação cabal da insuficiência econômica - de conformidade com o entendimento sufragado na Súmula nº 463, II, do TST. O que não ocorreu.
Ademais, apesar das argumentações da parte recorrente, motivo não há para se deferir a pleiteada isenção, pois sendo ela uma sociedade de economia mista, integrante da administração pública indireta, estar-se-á sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas - nos termos do artigo 173, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, não fazendo jus, portanto, à isenção requerida nestes autos.
Destaco que os dispositivos da legislação processual civil, aplicáveis ao processo do trabalho, nos termos da IN nº 39/2016 do TST, os quais autorizam a concessão de prazo para saneamento do vício concernente ao valor do preparo, referem-se à hipótese de recolhimento insuficiente, situação não identificada no presente caso, que diz respeito à ausência total do preparo.
Nessa linha é a diretriz perfilhada pela OJ 140 da SDI-1 desta Corte:

"OJ 140. DEPÓSITO RECURSAL E CUSTAS PROCESSUAIS. RECOLHIMENTO INSUFICIENTE. DESERÇÃO. (nova redação em decorrência do CPC de 2015) - Res. 217/2017 - DEJT divulgado em 20, 24 e 25.04.2017

Em caso de recolhimento insuficiente das custas processuais ou do depósito recursal, somente haverá deserção do recurso se, concedido o prazo de 5 (cinco) dias previsto no § 2º do art. 1.007 do CPC de 2015, o recorrente não complementar e comprovar o valor devido."

O referido verbete é expresso em assentar que haverá concessão de prazo para a complementação do valor devido em caso de recolhimento insuficiente, o que não é a hipótese dos autos.
Assim, não merece reparos a decisão de admissibilidade que denegou seguimento ao recurso de revista pela ausência do recolhimento do preparo, com esteio nos arts. 789, § 1º, 790, § 4º, 790-A, § 1º e 899, § 7º da CLT e nas Súmulas 128, I e 245, 333 e 463, II do TST.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000536-88.2017.5.06.0271

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	PR. DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA.
Advogado	Dr. André Baptista Coutinho(OAB: 17907-A/PE)
Advogado	Dr. Fábio da Costa e Silva de Matos Paiva(OAB: 32176-A/PE)
Advogado	Dr. Guilherme Ribeiro Albuquerque Adriao(OAB: 39731-A/PE)
Advogado	Dr. Henrique Nóbrega Góes(OAB: 48804-A/PE)
Agravado	TIAGO SALVINO DE SOUZA
Advogado	Dr. Daniel Costa Cavalcante(OAB: 37136-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- PR. DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA.
- TIAGO SALVINO DE SOUZA

Denegado seguimento ao recurso de revista, a reclamada interpõe agravo de instrumento (fls. 377/380).

Não houve apresentação de contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente, sendo regular o preparo.
A discussão prende-se ao tema "ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. INCABÍVEL RECURSO DE REVISTA. SÚMULA 218 DO TST".
De plano, verifica-se a inadequação da pretensão do recorrente, no sentido de ver processado recurso de revista interposto contra decisão proferida pelo Tribunal Regional em julgamento de agravo de instrumento.
Interpretando o art. 896, caput, da CLT, o TST consolidou entendimento consubstanciado na Súmula 218 desta Corte, no sentido de ser incabível a interposição de recurso de revista contra acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.
Desse modo, tratando-se de recurso manifestamente incabível, nos termos da Súmula 218 do TST, tem-se que o apelo não logra ultrapassar o seu próprio conhecimento, haja vista a existência de vício formal intransponível, uma vez que sequer possibilita o exame do mérito da controvérsia.
Neste contexto, nos termos do art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000757-76.2018.5.23.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	DANIEL AZEVEDO DE QUEIROZ
Advogado	Dr. Gustavo Steferson da Cruz Gomes(OAB: 15721-B/MT)
Advogado	Dr. Marco Túlio Dias Ferreira(OAB: 17768-B/MT)
Advogado	Dr. Lindolfo Macedo de Castro(OAB: 7174-O/MT)
Agravado	TECNOGUARDA VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.
Advogado	Dr. Fábio Alves de Oliveira(OAB: 8083-A/MT)
Advogada	Dra. Patrícia Miranda Centeno Amaral(OAB: 24190/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIEL AZEVEDO DE QUEIROZ
- TECNOGUARDA VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (decisão publicada em 29.08.2019 - Id 92a40f6; recurso apresentado em 10.09.2019 - Id 7b78bde).
Regular a representação processual (Id fbc8aa6).
Dispensado o preparo (Id b9b053c).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO / JUSTA CAUSA/FALTA GRAVE
Alegação:
- divergência jurisprudencial.
O autor busca a reforma do acórdão prolatado pelo órgão turmário, no que tange ao posicionamento de que a hipótese delineada nos autos autoriza a extinção do contrato de trabalho sob a modalidade de "dispensa por justa causa".
Sustenta a tese de que houve "perdão tácito" da falta grave invocada na peça de defesa, ao argumento de que "(...) não restou comprovada a imediatidade da punição." (Id 7b78bde - pág. 3).
Consta do acórdão:
"No caso em apreço, compulsando os autos vê-se inequívoca a prova quanto aos fatos alegados pela reclamada, conforme fotos (ID. 3325f35) justificativa da dispensa alegada pela reclamada, nos termos da conduta descrita nas alíneas 'b' e 'h', do art. 482 da CLT, vale dizer, mau procedimento e indisciplina.
Outrossim, compulsando os autos, este juízo corrobora com o magistrado e origem, no que se refere a imediatidade na aplicação da pena, tendo em vista que da publicação das fotos em 29/08/2018 e a demissão do autor em 03/10/2018, sendo o tempo de pouco mais de um mês, o qual tenho como razoável para conhecimento da reclamada, apuração da veracidade dos fatos e tomada da decisão.
No que se refere a proporcionalidade, também não assiste razão ao reclamante, a uma porque já havia fragilizado a relação de confiança com a reclamada, tendo em vista já ter sido advertido quanto ao mau uso do aparelho celular, durante a jornada de trabalho, conforme advertência juntada (ID. 9ec204f - Pág. 1), a duas porque tenho que a conduta praticada pelo autor de sua imagem portando arma de fogo com uniforme da empresa durante a jornada de trabalho, tendo em vista a função por ele exercida, constitui falta grave a ponto de, por si só, ensejar a justa causa a ele aplicada.
Isto porque tal ato do autor reverbera o descumprimento as normas da empresa quanto ao uso de sua imagem, bem como enseja entendimento à terceiro da imagem negativa quanto à prestação de serviços de vigilância entregue pela empresa que atua na área de segurança, pois demonstra que em seu quadro empregado, estes estão em condições de desatenção, já que a função do autor é manter-se vigilante não tendo oportunidade de se distrair com esses fatos no local de trabalho.
Assim, comprovado, ademais, a atenção à proporcionalidade, gradação e imediatidade inerentes à aplicação da justa causa. Com isso, entendo que a conduta assumida pelo empregado correspondeu à irregularidade suficiente para caracterizar falta grave apta a fragilizar a fidúcia necessária para manutenção da relação de trabalho, porquanto praticou conduta desatenta e irregular fazendo uso da imagem da empresa, o que configura o

mau procedimento e indisciplina preconizado na alínea 'b' e 'h' do artigo 482 da CLT.
Dessarte, por todos os lados que se analise a questão, não há falar em procedência na tese recursal apresentada pelo obreira, sendo devida a manutenção da justa causa aplicada nos exatos termos da decisão de origem,
Nego provimento." (Id 2437651, destaques no original).
Afasto a possibilidade de dar processamento ao recurso de revista pela vertente da divergência jurisprudencial invocada pelo recorrente, porquanto, confrontando as premissas consignadas no acórdão objurgado com os fundamentos fáticos e jurídicos delineados no julgado apresentado para o confronto de teses (págs. 4/5 - Id eae1f86), verifico que, na espécie, não restou atendido o pressuposto da especificidade previsto na Súmula n. 296 do col. TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista."

Não procede a alegada ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da legalidade (art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal) quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT. No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "dispensa por justa causa", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
O acórdão recorrido está lastreado em provas. Incabível, portanto, o recurso de revista para reexame de fatos e provas, nos termos da Súmula 126 do C. TST.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000318-30.2021.5.13.0011

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ESTADO DA PARAÍBA
Procurador	Dr. Ricardo Ruiz Arias Nunes
Agravado	TEREZINHA LUCIO NOBREGA DE SOUSA
Advogado	Dr. Estevam Martins da Costa Netto(OAB: 13461-A/PB)
Agravado	INSTITUTO GERIR
Advogado	Dr. Rodrigo Queiroz Fernandes(OAB: 36968-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):
- ESTADO DA PARAÍBA
- INSTITUTO GERIR
- TEREZINHA LUCIO NOBREGA DE SOUSA

Insurge-se a parte agravante contra decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo prosseguimento do feito, ressalvando eventual pedido de intervenção por ocasião do julgamento da causa.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no país.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos §§ 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, no que concerne ao tema em destaque, consignou:

Diante desse contexto, a interpretação conferida pelo STF ao artigo 71 da Lei n. 8.666/1993 é, sim, de obstar a responsabilização subsidiária do ente público tomador de serviços com base no mero inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador.
Entretanto, haverá responsabilização quando houver conduta culposa da Administração Pública, mormente no que se refere ao seu dever de fiscalização (culpa in vigilando).
Essa fiscalização não pode ser meramente formal. É preciso que seja exercida assídua e efetivamente, no cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa contratada.
Ao celebrar contrato de terceirização o ente público tem o dever de fiscalizar e, considerando as verbas trabalhistas reconhecidas como devidas à demandante, em especial férias vencidas, FGTS e horas extras, flagrante está a ausência de regular fiscalização.
Os deveres trabalhistas, reconhecidos na sentença, são de fiscalização obrigatória do gestor do contrato e de fácil constatação se houve cumprimento ou não de tais deveres.
O dever fiscalizatório é permanente e enquanto durar o contrato,

assim como a apresentação das certidões de regularidade fiscal, que, no caso, deve ser mensal, tal como de todos os demais documentos necessários para liberação do pagamento das faturas, razão pela qual, ausente a comprovação da regularidade da prestadora de serviços, a quitação das faturas deve ser sustada.
A irregularidade da conduta da administração pública estadual, durante determinado período, no caso de terceirização de mão-de-obra e de terceirização da administração dos hospitais públicos no Estado da Paraíba é bem conhecida, pois foi denunciada na imprensa e transformou-se em escândalo de enormes proporções, ganhado as manchetes dos principais meios de comunicação locais e nacionais e havendo, inclusive, prisões de dirigentes públicos.
O Instituto Gerir era uma das entidades que serviram aos administradores públicos para fraudar a lei e desviar vultosos recursos públicos em benefício de interesses pessoais, ilegítimos e ilegais, de alguns, em detrimento dos direitos da maioria da população, sobretudo dos mais frágeis social e economicamente.
Assim, não é de causar espanto o fato de terem os governantes agido como agiram, fazendo vista grossa às irregularidades cometidas pelos entes terceirizados e sequer fingido que fiscalizavam adequadamente tais entes. A falta de fiscalização é fato notório, aplicando-se ao caso tratado nos autos o disposto no inciso I do art. 374, litteris:

Art. 374. Não dependem de prova os fatos:
I - notórios;

Assim, entendo, pelos elementos de prova contidos nos autos, atestada a conduta culposa da administração pública.
Acrescente-se, ainda, limitar-se o Estado da Paraíba, tanto na defesa quanto nas razões de recurso, a discorrer sobre a impossibilidade de transferência, para si, da responsabilidade trabalhista. Nada aduz sobre a fiscalização, que supostamente deveria ter sido por ele levada a efeito, sobre o cumprimento da legislação trabalhista por parte da empresa contratada.
A transferência imediata da responsabilidade é vedada. No entanto, este não é o caso dos autos. Aqui encontra-se fartamente comprovada a conduta culposa da administração que agiu, não apenas com descaso mais, seguramente, com dolo pois assim melhor poderia ocultar os seus malfeitos.
Impõe-se, portanto, a responsabilização do ente público.
Dessarte, deve o ESTADO DA PARAÍBA arcar, em caráter subsidiário, com o adimplemento das obrigações trabalhistas, após esgotadas todas as tentativas de encontrar patrimônio da empresa, pois o ente público beneficiou-se do trabalho do demandante, nos termos da sentença.
Isso posto, NEGO PROVIMENTO ao recurso. (grifei)

O ente público alega que não pode subsistir a sua responsabilização subsidiária, em razão do disposto no art. 71, § 1º, da Lei 8.666/1993. Argumenta que não ficou demonstrada a culpa in vigilando.
Aponta violação do art. 71, § 1º, da Lei 8.666/1993, bem como contrariedade à Súmula 331, item IV. Transcreve arestos.
Analiso.
Na hipótese, o Tribunal Regional, instância soberana na análise do conjunto fático-probatório dos autos, declarou a culpa in vigilando do ente público. Logo, o acolhimento das alegações do agravante, no sentido de que não teria agido com culpa e, por consequência, não poderia ser responsabilizado, demandaria nova análise do conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 126 desta Corte Superior.
Destaque-se que o reconhecimento da culpa in vigilando não decorreu exclusivamente das regras de distribuição do ônus da prova, mas a partir da valoração do escopo probatório dos autos.
A condenação subsidiária da reclamada tomadora de serviços, ora agravante, resultou da relação mantida com a primeira reclamada prestadora de serviços e do proveito direto e continuado do labor da parte reclamante em suas dependências.
Embora não seja o tomador dos serviços o principal obrigado, deve ser responsabilizado subsidiariamente, por aplicação analógica do artigo 455 da CLT, pois se beneficiou do trabalho da parte reclamante.
Tal entendimento está fundamentado, ainda, no Princípio da Proteção, informador do Direito do Trabalho, bem como na culpa in vigilando.
Com efeito, adoto o entendimento vertido no item V da Súmula 331 do TST, em sua redação atual, litteris:

"(...)
V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada. Não se pode conceber que ao delegar suas atividades-meio a um terceiro contratado, o tomador de serviços, quer empresa privada quer ente da administração pública, se exima das obrigações trabalhistas.
(...)"

A Administração Pública deve ficar alerta quanto ao cumprimento do contrato originalmente mantido com o empregado, sob pena de incorrer em culpa in vigilando e vir a responder por eventuais omissões do empregador.
Não se pode olvidar, ainda, de que o tomador de serviços, in casu o ente público, beneficiou-se diretamente da força de trabalho do empregado da prestadora de serviços. A força de trabalho do empregado, por evidente, não pode ser devolvida, devendo, isto sim, ser contraprestada a contento.
Dado o caráter eminentemente tutelar do Direito do Trabalho, não se pode admitir que o empregado, hipossuficiente, fique à mercê de um contrato entre seu empregador e um terceiro que disponha sobre sua força de trabalho.
Tenho, assim, que a garantia subsidiária dos direitos trabalhistas pelo tomador do serviço é legítima, em virtude da responsabilidade mínima por ato de terceiro, harmonizado esse princípio à prevalência hierárquica do valor-trabalho e direitos laborais na ordem jurídica.
Dessa feita, nada mais razoável do que se responsabilizar subsidiariamente a tomadora de serviços no caso de inadimplemento por parte do empregador.
O fato de a contratação havida entre as partes reclamadas ter se dado por meio de licitação, sob a égide da Lei 8.666/93, não afasta a responsabilidade subsidiária do ente público.
Nesse sentido, a jurisprudência consolidada nesta Corte e no Supremo Tribunal Federal: Rcl 14729 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 09/12/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-025 DIVULG 05-02-2015 PUBLIC 06-02-2015; E-RR - 99700-88.2007.5.15.0121, Relator Ministro: Horácio

Raymundo de Senna Pires, Data de Julgamento: 02/02/2012, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 30/11/2012; AIRR - 403-81.2013.5.10.0010, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 05/11/2014, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/11/2014; AIRR - 421-36.2013.5.18.0251, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 17/12/2014, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 19/12/2014; AIRR - 1297-15.2010.5.02.0033, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 05/11/2014, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/11/2014.

Quanto ao decidido pelo STF na ADC n° 16, vale repisar o entendimento adotado no TST, no sentido de que tal decisão não afasta, por completo, a responsabilidade do ente público tomador de serviços terceirizados. Nesse sentido, as seguintes ementas:

RECLAMAÇÃO - ALEGAÇÃO DE DESRESPEITO À AUTORIDADE DA DECISÃO PROFERIDA, COM EFEITO VINCULANTE, NO EXAME DA ADC 16/DF - INOCORRÊNCIA - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR DÉBITOS TRABALHISTAS (LEI Nº 8.666/93, ART. 71, § 1º) - ATO JUDICIAL DE QUE SE RECLAMA PLENAMENTE JUSTIFICADO PELO RECONHECIMENTO, NO CASO, POR PARTE DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, DE SITUAÇÃO CONFIGURADORA DE RESPONSABILIDADE SUBJETIVA (QUE PODE DECORRER TANTO DE CULPA "IN VIGILANDO" QUANTO DE CULPA "IN ELIGENDO" OU "IN OMITTENDO") - DEVER JURÍDICO DAS ENTIDADES PÚBLICAS CONTRATANTES DE BEM SELECIONAR E DE FISCALIZAR O CUMPRIMENTO, POR PARTE DAS EMPRESAS CONTRATADAS, DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS REFERENTES AOS EMPREGADOS VINCULADOS AO CONTRATO CELEBRADO (LEI Nº 8.666/93, ART. 67), SOB PENA DE ENRIQUECIMENTO INDEVIDO DO PODER PÚBLICO E DE INJUSTO EMPOBRECIMENTO DO TRABALHADOR - SITUAÇÃO QUE NÃO PODE SER COONESTADA PELO PODER JUDICIÁRIO - ARGUIÇÃO DE OFENSA AO POSTULADO DA RESERVA DE PLENÁRIO (CF, ART. 97) - SÚMULA VINCULANTE Nº 10/STF - INAPLICABILIDADE - INEXISTÊNCIA, NA ESPÉCIE, DE JUÍZO OSTENSIVO, DISFARÇADO OU DISSIMULADO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE QUALQUER ATO ESTATAL - CARÁTER SOBERANO DO PRONUNCIAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS SOBRE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA - CONSEQUENTE INADEQUAÇÃO DA VIA PROCESSUAL DA RECLAMAÇÃO PARA EXAME DA OCORRÊNCIA, OU NÃO, DO ELEMENTO SUBJETIVO PERTINENTE À RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA OU DA ENTIDADE PÚBLICA TOMADORA DO SERVIÇO TERCEIRIZADO - PRECEDENTES - NATUREZA JURÍDICA DA RECLAMAÇÃO - DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL DO INSTRUMENTO RECLAMATÓRIO - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO." (Rcl 16094 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 19/11/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-021 DIVULG 30-01-2015 PUBLIC 02-02-2015)

A decisão proferida pela Suprema Corte no julgamento do RE 760.931/DF, com repercussão geral, também não impede o reconhecimento de responsabilidade subsidiária em casos como o presente, em que a condenação do ente público não decorre automaticamente do inadimplemento dos encargos trabalhistas, mas sim da conduta culposa da Administração, efetivamente comprovada à luz do quadro fático delineado nos autos, consoante registrou a Corte Regional.

Nesses termos, o reconhecimento da responsabilidade subsidiária da recorrente não implica afronta a qualquer artigo constitucional e legal, na medida em que estes devem ser interpretados de forma a não conflitar com as disposições legais e princípios que regem a prestação de trabalho, de sorte a não permitir que os trabalhadores fiquem desamparados. Importante salientar que a relação de emprego é tutelada por normas de índole social, que, mesmo em nível constitucional, são hierarquicamente superiores àquelas administrativas ou organizacionais.

O TRT decidiu em harmonia com a jurisprudência consolidada deste Tribunal Superior do Trabalho representada pela Súmula 331, V.

Por fim, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000185-46.2021.5.13.0024

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	AMA SERVICOS LTDA
Advogado	Dr. Kleber Del Rio(OAB: 203799-A/SP)
Agravado	JANIO DA SILVA SOARES
Advogado	Dr. Ítalo Freire Cantalice(OAB: 15392-A/PB)
Agravado	ALPARGATAS S.A.
Advogado	Dr. Severino do Ramo Pinheiro Brasil(OAB: 2482-A/PB)
Advogada	Dra. Mychellyne Stefanya Bento Brasil e Santa Cruz(OAB: 10867-A/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALPARGATAS S.A.
- AMA SERVICOS LTDA
- JANIO DA SILVA SOARES

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 574/579) interposto pela reclamada (AMA SERVIÇOS LTDA) em face de decisão do Tribunal Regional do Trabalho mediante a qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista.

Não foram apresentadas contrarrazões e nem contraminuta.

Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho por força do RITST.

É o relatório.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do apelo.

Inicialmente, saliento que a decisão prolatada no exercício do primeiro juízo de admissibilidade não vincula este juízo, de modo que não há qualquer prejuízo à parte.

A discussão travada nos autos, o qual se submete ao ritosumaríssimo, prende-se ao tema "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE".

A reclamada renova a insurgência de que o reclamante não faz jus ao adicional de insalubridade em grau máximo e seus reflexos. Sustenta que, no exercício de suas atividades laborais o reclamante

não ficou exposto a agentes nocivos à saúde, quer pela natureza, condição ou método de trabalho, acima dos limites de tolerância, pelo suposto contato com lixo urbano. Afirma, ainda, que a utilização de equipamentos de proteção individual neutraliza ou elimina a insalubridade eventualmente existente. Indica violação dos artigos 5º, II, LV, da CF, 60, 189, 191, 818 e 832, da CLT, 373, I e 479, do CPC e contrariedade às Súmulas 80, 85 e 366 do TST.
Sem razão, contudo.
O Regional consignou:

"Do laudo pericial, conta que o reclamante executava as seguintes tarefas:

2.4.DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS TAREFAS EXECUTADAS PELO RECLAMANTE:O reclamante desenvolvia atividades de pintor e serviços gerais onde realizava as seguintes atividades: pintura de corrimão , salas , meio fio , bancos de madeira e pisos. Também realizava serviços de desobstrução de vasos sanitários com a retirada dos mesmos e usava ar comprimido nas tubulações de esgoto , desentupia as linhas de esgotos e realizava serviços também de desentupimento de mictórios retirando os mesmos. Realizava os serviços de manutenção de pintura em todas as áreas da fábrica, bem como fazia o trabalho em vasos sanitários e mictórios em todos os banheiros da fábrica.
Produtos químicos usados pelo reclamante -ácido muriático, cloro líquido , thinner, esmalte sintético e tinta epóxi."

Nos esclarecimentos prestados ao laudo pericial (Id bfe04db), o expert assim asseverou:

"1- Primeiramente temos que o reclamante trabalhou em esgotos (galerias) , basta verificar as fotografias e também o que mostrou a parte reclamada na sua impugnação "esgotos(galerias e tanques);".
2- Com relação aos EPIs não foram dados botas de borracha cano longo, luvas de borracha cano longo e o macacão tyvek só foi dados uma única vez.
3- Desta forma não houve neutralização ou eliminação dos riscos biológicos presentes nas atividades do reclamante.
4- O trabalho com risco biológico era realizado de forma habitual e intermitente.
(Grifa-se)"

Com efeito, dos recibos de entrega de equipamentos de proteção individual (Id 5cba16e), não constam os EPIs citados pelo perito.
De acordo com o art. 472 do CPC, o julgador não está adstrito ao resultado da perícia, desde que as partes apresentem elementos elucidativos à questão controvertida, o que não é o caso dos autos.
A recorrente não trouxe elementos a infirmar a conclusão pericial.
Não restam dúvidas de que os EPIS fornecidos pela recorrente não foram suficientes à neutralização dos agentes nocivos à saúde do trabalhador e não há que se falar em ausência da exposição a agentes insalubres.
Decisão mantida por seus próprios fundamentos, quanto ao tema." (fls. 512/513 - g.n)
De início, cumpre registrar que o presente feito tramita sob o ritosumaríssimo, razão pela qual o processamento do recurso de revista só se viabiliza por indicação de violação direta e literal à Constituição Federal, de contrariedade a súmula do TST e a súmula vinculante do STF, nos termos do art. 896, § 9º, da CLT. Logo, não será objeto de exame a alegação de afronta aos dispositivos infraconstitucionais.
O Regional, soberano na análise do conjunto fático-probatório, concluiu que o reclamante estava exposto a condições insalubres e que os EPIS fornecidos pela recorrente não foram suficientes à neutralização dos agentes nocivos à saúde, razão pela qual manteve o deferimento do pagamento aoadicional de insalubridadeem grau máximo. Incólume a Súmula 80 do TST.
Para se chegar à conclusão pretendida pela recorrente, no sentido de que a parte autora não faz jus ao referido adicional, é imprescindível o reexame de fatos e provas, procedimento esse vedado nesta instância extraordinária, nos termos da Súmula 126 do TST.
Inviável o exame quanto à alegação de contrariedade às Súmulas 85 e 366 do TST, por versarem sobre matérias não discutidas nos autos.
Não se cogita de afronta ao art. 5º, II e LV, da Constituição da República, que tratam de princípios gerais do ordenamento jurídico, pelo que a sua violação, em regra, não será direta e literal, como exigido pelo art. 896, § 9º, da CLT, pois pressupõe a revisão de interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida. Inteligência da Súmula 636 do STF.
Diante do exposto, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento, nos termos do art. 118, X, do RITST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000856-75.2016.5.06.0271

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ALICE ANA BARBOSA ROSENDO E OUTROS
Advogado	Dr. Fábio da Costa e Silva de Matos Paiva(OAB: 32176-A/PE)
Agravado	MORGANIA PATRICIA SILVA APOLINARIO
Advogado	Dr. Fernando Cláudio de Aguiar Cavalcanti(OAB: 11750-D/PE)
Advogado	Dr. Luiz Antônio de Albuquerque Rabello(OAB: 30759-A/PE)
Advogado	Dr. Nilvan Xavier(OAB: 34720-A/PE)
Agravado	MR SUPERMERCADOS LTDA. E OUTRAS
Advogado	Dr. Lucyana Cristina Costa de Vasconcelos Avelino de Melo(OAB: 18991-A/PE)
Advogado	Dr. Henrique Nóbrega Góes(OAB: 48804-A/PE)
Agravado	GIVANILDO MONTEIRO DIAS
Agravado	EDUARDO JOSÉ LINS BELÉM
Agravado	EPITÁCIO DE VASCONCELOS ALBUQUERQUE
Agravado	RONALDO JOSÉ RODRIGUES
Agravado	HNK BR INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA.
Advogado	Dr. Felipe Schmidt Zalaf(OAB: 177270/SP)
Advogada	Dra. Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira(OAB: 18855/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALICE ANA BARBOSA ROSENDO E OUTROS
- EDUARDO JOSÉ LINS BELÉM

- EPITÁCIO DE VASCONCELOS ALBUQUERQUE
- GIVANILDO MONTEIRO DIAS
- HNK BR INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA.
- MORGANIA PATRICIA SILVA APOLINARIO
- MR SUPERMERCADOS LTDA. E OUTRAS
- RONALDO JOSÉ RODRIGUES

Denegado seguimento ao recurso de revista, pelo despacho de fls. 1490/1495, os recorrentes interpõem agravo de instrumento (fls. 355/366).
Não houve apresentação de contrarrazões ao recurso de revista e nem de contraminuta ao agravo de instrumento (fls. 1528).
Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do apelo.
A insurgência recursal diz respeito ao tema"EXECUÇÃO. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO AOS SÓCIOS. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA". O Regional, no julgamento do agravo de petição, adotou os seguintes fundamentos sobre a matéria:

"A decisão não comporta reforma.
Infrutíferas as diligências efetuadas com o objetivo de encontrar bens livres e desembaraçados das executadas, o Juízo a quo, como dito, apenas após requerimento da autora (vide petição de ID 5715286), instaurou o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, determinando a citação dos sócios, ora agravantes, em respeito ao contraditório e ampla defesa (ID b6ed638).
Atendendo à determinação, os agravantes se defenderam (ID c513336), argumentando que somente poderia haver a desconsideração da personalidade jurídica quando houvesse comprovação de insuficiência patrimonial do devedor e o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial, o que não restou provado no caso em analise. Ressaltaram, ainda, que deveria ser respeitada a ordem constante no art. 10-A da CLT, de modo que a execução apenas poderia ser direcionada aos sócios retirantes (que tiveram permanência na empresa de 24.03.2016 a 12.07.2017) após o exaurimento das tentativas em face dos sócios atuais. Reiteraram tal raciocínio em suas razões recursais.
Ocorre que, a desconsideração da personalidade jurídica não está amparada apenas no artigo 50 do CC, como querem fazer crer os agravantes, visto que a incidência desta prática possui ampla previsão legal (vide artigo 790, II, do NCPC; artigo 50 do CC; artigos 134 e 135 do CTN; artigo 28 do CDC; artigo 34 da Lei 12.529/11; e artigo 855-A da CLT).
Justifica, ainda, a desconsideração da personalidade jurídica, a natureza alimentar do crédito trabalhista (artigo 100, da CF); a impossibilidade de transferência do risco dos negócios aos empregados (artigo 2º, da CLT); e os princípios da celeridade e economia processuais (artigo 5º, LXXXVIII da CF; art. 765, da CLT).
Como se não bastasse, a responsabilidade dos sócios pelo adimplemento do crédito da ex-empregada se explica em face da onerosidade do contrato de trabalho e da presunção de que se beneficiaram da força de trabalho despendida pela trabalhadora, não podendo o Direito do Trabalho admitir que os bens pessoais daqueles sejam livrados, à mercê do pagamento das verbas trabalhistas.
Assim, entendo escorreito o direcionamento da execução contra os sócios das executadas, valendo destacar que os agravantes sequer indicaram bens livres e desembaraçados das empresas executadas.

Na mesma direção, cito recente precedente desta Terceira Turma, de minha relatoria, em processo envolvendo matéria idêntica e a mesma parte recorrente:

(...)

Por fim, não assiste razão aos agravantes quanto à aplicação do benefício de ordem e responsabilidade dos sócios retirantes, dispostos no art. 10-A da CLT.
Nos contratos sociais anexados aos autos, vislumbro que consta o Sr. Marinaldo Rosendo de Albuquerque como sócio da PR Distribuidora e Ana Karolyne Barbosa Rosendo; Hayane Karolli Barbosa Rosendo; Alice Ana Barbosa Rosendo; Luciano de Melo Junior e Rayssa Adrielle Barbosa Rosendo de Melo, como sócios da MR Supermercados Ltda.(v. IDs 87d0ea4 e 0593aad).
Entretanto, em que pese os recorrentes noticiarem no agravo de petição que "os sócios retirantes tiveram permanência na empresa durante a data de 24.03.2016 até 12.07.2017", compulsando detalhadamente o caderno processual, verifico que os agravantes não acastelaram a averbação da alteração do quadro societário junto à JUCEPE.
Assim, diante da ausência de prova da alegada retirada, não há que se falar em aplicação do benefício de ordem previsto no art. 10-A da CLT.
A vista disso, nego provimento ao apelo." (fls. 1301/1302)

Os recorrentes renovam a insurgência contra a decisão que confirmou a sentença de origem, que diante do incidente dedesconsideração da personalidade jurídica, determinou a inclusão dos sócios no polo passivo da execução que se processa.
Sem razão.
Nos termos do art. 896, § 2º, da CLT e da Súmula 266 desta Corte, a admissibilidade do recurso de revista interposto na fase de execução está limitada à demonstração de violação direta e literal de dispositivo da Constituição Federal.
Na hipótese dos autos, o TRT manteve a decisão original que apreciou a impugnação à desconsideração da personalidade jurídica das empresas devedoras, incluindo os sócios recorrentes no polo passivo da lide.
Verifica-se, assim, que eventual violação dos dispositivos da Constituição Federal ora invocados, somente ocorreria de maneira reflexa ou indireta, pois primeiro seria necessário demonstrar-se ofensa à legislação infraconstitucional que rege a matéria.
Julgados no mencionado sentido:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELOS RECLAMADOS EXECUTADOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. EXECUÇÃO.DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA OS SÓCIOS (AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DIRETA E LITERAL DE DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 896, § 2.º, DA CLT). A conclusão do Tribunal Regional de que é devida adesconsideração da personalidade jurídicacom redirecionamento da execução em face dos sócios decorreu do exame e intepretação dos artigos 28 do CDC, 790, e 795, do CPC, não se divisando da referida decisão violação direta aos dispositivos constitucionais indicados - 5.º, XXII e LV, da Constituição Federal -, nos termos exigidos no art. 896, § 2.º, da CLT, dada a necessidade de exame prévio da legislação infraconstitucional que rege a matéria. Agravo de instrumento não provido" (AIRR-124-78.2019.5.12.0059, 8ª Turma, Relatora Ministra Delaide Alves Miranda Arantes, DEJT

10/09/2021).

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. PROCESSO EM FASE DE EXECUÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INCIDENTE DEDESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. BENEFÍCIO DE ORDEM. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE TRANSCENDÊNCIA. Nos termos do art. 896, § 2º, da CLT e da Súmula nº 266 desta Corte, a admissibilidade do recurso de revista interposto na fase de execução está limitada à demonstração de violação direta e literal de dispositivo da Constituição Federal. Na hipótese dos autos, o e. TRT manteve a sentença que, através de incidente dedesconsideração da personalidade jurídica, incluiu a agravante no polo passivo da lide, limitando a responsabilização até 2 anos da averbação da sua retirada da empresa. Registrou que "na Justiça do Trabalho, a aplicação da Teoria Menor segue majoritária, com fulcro nos artigos 769 e 889 da CLT, que permite a aplicação supletiva do CDC, reforçando sua compatibilidade com a seara trabalhista por se tratar de tutela ao hipossuficiente". Destacando ainda que, "no que tange ao pedido subsidiário do benefício de ordem (...) a recorrente poderia comprovar que a empresa possui outros bens livres e desonerados para penhora, com liquidez capaz de quitar o débito em execução, exercendo, assim, o benefício de ordem, ônus do qual não se desincumbiu". Verifica-se, assim, que eventual violação do dispositivo da Constituição Federal invocado (5º, II), somente ocorreria de maneira reflexa ou indireta, pois primeiro seria necessário demonstrar-se ofensa à legislação infraconstitucional que rege a matéria. Precedentes. A existência de obstáculo processual apto a inviabilizar o exame da matéria de fundo veiculada, como no caso, acaba por evidenciar, em última análise, a própria ausência de transcendência do recurso de revista, em qualquer das suas modalidades. Precedentes. Agravo não provido, com determinação de baixa dos autos à origem" (Ag-AIRR-10555-60.2016.5.03.0114, 5ª Turma, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 20/08/2021).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO SINDICATO AUTOR. RECURSO REGIDO PELA LEI 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA SOCIAL RECONHECIDA. EXECUÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL.DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DIRETA E LITERAL DE DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 896, § 2 . º, DA CLT E SÚMULA 266 DO TST). Em se tratando de processo em fase de execução, a admissibilidade do recurso de revista depende de demonstração inequívoca de ofensa direta e literal à Constituição Federal, nos termos do art. 896, § 2º, da CLT e da Súmula 266 do TST. Contudo, pela delimitação imposta, percebe-se que a discussão intentada pelo sindicato autor somente atinge o nível constitucional por via reflexa, na medida em que a matéria discutida -desconsideração da personalidade jurídica- requer a interpretação de legislação infraconstitucional. Assim, a alegada ofensa ao art. 5.º, incisos XXXV, LIV, LV e LXXVIII, da Constituição Federal, quando muito, dar-se-ia de forma reflexa. Precedentes. Agravo de instrumento não provido" (AIRR-1000919-90.2016.5.02.0046, 2ª Turma, Relatora Ministra Delaide Alves Miranda Arantes, DEJT 05/03/2021).

"(...)DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS RETIRANTES. Adesconsideração da personalidade jurídicada empresa devedora e consequente responsabilização dos sócios tem amparo na legislação infraconstitucional e não viola diretamente o art. 5º, LV, da CF. Nos termos da Súmula 114 desta Corte, é inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente. Trata-se de ação ajuizada no ano de 2003. Incólumes os artigos apontados. Por fim, em relação à responsabilidade dos sócios retirantes, tratando-se de interpretação da legislação infraconstitucional, não há como se vislumbrar violação direta dos dispositivos constitucionais apontados. Agravo de instrumento não provido" (AIRR-42900-39.2003.5.15.0102, 6ª Turma, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 04/10/2019).

"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. BENEFÍCIO DE ORDEM. INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO JUDICIAL. A decisão monocrática não deve ser reformada, visto que, de fato, a discussão dos autos, direcionada ao benefício de ordem e pedido dedesconsideração da personalidade jurídica, envolve interpretação de norma infraconstitucional. Sendo assim, não há como reconhecer afronta, direta e literal, aos dispositivos constitucionais indicados como violados. Exegese do art . 896, § 2.º, da CLT e da Súmula n.º 296 do TST. Precedentes. Quanto à alegada inexigibilidade do título executivo, o que se vê é que a questão padece do prequestionamento. Óbice da Súmula n.º 297 do TST. Agravo conhecido e não provido". (Ag-AIRR-324-84.2013.5.21.0014, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz Jose Dezena da Silva, DEJT 24/06/2019).

Diante do exposto, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do RITST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000486-23.2018.5.09.0084

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	TIM S.A.
Advogado	Dr. Antônio Rodrigo Sant'Ana(OAB: 234190/SP)
Agravado	CAMILA ROQUE DE SOUZA
Advogado	Dr. Marcela Jareski Darella(OAB: 59478-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAMILA ROQUE DE SOUZA
- TIM S.A.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1205/1219) interposto pela executada contra a decisão de fls. 1188/1194, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contrarrazões às fls. 1223/1227 e contraminuta às fls. 1228/1230.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do apelo.
Passo a análise do mérito
A controvérsia dos autos diz respeito aos temas

"RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. BENEFÍCIO DE ORDEM", "HORAS EXTRAS. APURAÇÃO" e "CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. FATO GERADOR. JUROS DE MORA. TAXA SELIC".

No tocante ao primeiro tema, contudo, interposto o recurso de revista também sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.

A agravante não atendeu o pressuposto do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, na medida em que não transcreveu, nas razões do recurso de revista, o trecho exato da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia.

Registro que a transcrição da íntegra ou de longos trechos do acórdão regional ou do tópico em face do qual manifestado o inconformismo, sem destaque da parte específica que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista não basta ao cumprimento da exigência legal. Destaco que o trecho transcrito às fls. 1176/1177 não diz respeito ao acórdão proferido nestes autos.

No que se refere ao segundo tema, a executada insurge-se contra a decisão do Regional quanto ao cálculo das horas extras pelo período sem a existência de controle de jornada, sob pena de enriquecimento sem causa do exequente.

Todavia, verifico que o recurso de revista está desfundamentado, à luz do artigo 896, § 2º, da CLT, uma vez que o exequente não indicou como diretamente violado nenhum dispositivo constitucional. Ademais, a indicação de violação dos arts. 5º, II, LIV e LV, da CF é inovatória, porquanto não veiculados nas razões do recurso de revista.

Quanto ao terceiro tema, a executada requer a exclusão dos juros SELIC e correção monetária sobre as contribuições previdenciárias. Afirma que o fato gerador das contribuições previdenciárias é o pagamento das verbas e não a prestação de serviços, como decidido pelo Regional. Indica violação dos arts. 5º, caput, II, 50, II, 195, I, "A", e 201 da CF, 879,§4º, da CLT e 43 da Lei nº 8.212/91. Suscita divergência jurisprudencial.

Sem razão.

O Regional entendeu:

"O Juízo "a quo" determinou o refazimento dos cálculos com a utilização da taxa SELIC para correção dos valores devidos à Previdência, além de considerar a prestação de serviços como fato gerador (fl. 989).

Recorre a executada, sustentando que não cabe acrescer os juros SELIC e multa sobre os valores de INSS, vez que o fato gerador é o recebimento das parcelas salariais. Alega que não houve mora e não deve ser aplicada a Taxa Selic, conforme art. 879, ê4º, da CLT c/c .art.43 da Lei nº 8.212/91 .

Sem razão a executada.

Trata-se de contrato de trabalho vigente a partir de 8.10.2014. A ação foi ajuizada em 19.6.2018. Ou seja, as verbas calculadas são referentes à prestação de serviços no período posterior a 4.3.2009. Assim, a decisão de primeiro grau esta em consonância com o entendimento desta Seção Especializada, expresso na OJ EX nº 24, itens IX, b) e XVI, b) e c):

IX - Base de cálculo. Juros de mora. (NOVA REDAÇÃO RA/SE/001/2017, DEJT divulgado em 30/06/2017)

a) Para prestações de serviço ocorridas até 04/03/2009 as contribuições previdenciárias devem ser calculadas apenas sobre o capital corrigido monetariamente, excluídos os juros e as multas fixados em acordo ou sentença, em virtude da natureza punitiva, e não salarial destes. Os juros de mora incidem, após a dedução dos valores devidos a Previdência Social, sobre o importe líquido do credor (atualizado apenas), para após incidir o Imposto de Renda;

b) Para a prestação de serviços a partir de 05.03.2009 as contribuições previdenciárias incidem sobre o valor devido ao tempo da prestação de serviço, observada a natureza salarial das parcelas, aplicando-se, a partir da exigibilidade de seu pagamento, a taxa SELIC.

[...]

XVI - Exigibilidade. Juros de mora e multa previdenciária. Vencimento. (NOVA REDAÇÃO RA/SE/001/2017, DEJT divulgado em 30/06/2017)

a) Para prestações de serviço ocorridas até 04/03/2009 as contribuições previdenciárias incidentes sobre verbas asseguradas em sentenças são exigíveis a partir da citação;

b) Para a prestação de serviços a partir de 05.03.2009: b.1) considera-se ocorrido o fato gerador das contribuições sociais na data da prestação de serviços (Lei 8.212/91, art. 43, ê2º); b.2) ao crédito previdenciário serão acrescidos juros equivalentes à taxa SELIC, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao vencimento do prazo (Lei 9.430/96, art. 5º, % 3º); b.3) não incidirá outro índice de juros ou correção monetária além da taxa SELIC; b.4) a multa moratória prevista no art. 35 da Lei nº 8.212/91 incidirá a partir da configuração da mora até o efetivo pagamento ou o depósito em dinheiro (Lei 6.830/80, art. 9º, % 4º); b.5) para fins de incidência da multa, considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento em 48 horas a contar da citação, na fase de execução (CLT, art. 880); b.6) a multa será calculada a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo previsto para a quitação da dívida (CLT, art. 880) até o dia em que ocorrer o seu pagamento, à taxa de trinta e três centésimos por cento, por dia de atraso, observado o percentual máximo de vinte por cento (Lei 9.430/96, art. 61).

c) Ainda para a prestação de serviços a partir de 05.03.2009: c.1) as contribuições previdenciárias devidas pelo empregador e pelo empregado serão apuradas, mês a mês, sobre o crédito trabalhista não corrigido (valor histórico). Uma vez apuradas, ocorrerá a incidência da taxa SELIC acumulada mensalmente, a contar do primeiro dia subsequente ao vencimento (Lei 9.430/96, art. 5º, ê 3º); c.2) o empregado, quanto à sua cota, responderá apenas pelo valor das contribuições corrigidas monetariamente pelos mesmos critérios do seu credito trabalhista; c.3) pela diferença entre o valor da contribuição previdenciária mensal do empregado, atualizada pelos mesmos critérios do crédito trabalhista, e o valor da mesma contribuição previdenciária acrescida da taxa SELIC responderá apenas o empregador; c.4) pela multa moratória por dia de atraso responderá apenas o empregador.

Mantenho."(fls. 1140/1141)

Inicialmente, esclareça-se, que a admissibilidade do recurso de revista em processo de execução depende de demonstração inequívoca de ofensa direta e literal à Constituição Federal, conforme disposição do artigo 896, § 2º, da CLT e da Súmula 266 do TST. Inviável a análise de violação dos arts. 879,§4º, da CLT e 43 da Lei nº 8.212/91 e divergência jurisprudencial.

O Regional concluiu ser devida a correção monetária e os juros decorrentes da taxa SELIC sobre as contribuições previdenciárias a partir de 04/03/2009, e que o fato gerador dessas contribuições é a prestação de serviço, uma vez que o contrato de trabalho iniciou-se em 08/10/2014.

Verifica-se que a tese adotada pelo Regional está em consonância

com o item V da Súmula 368 do TST, segundo o qual:

"V - Para o labor realizado a partir de 5.3.2009, considera-se fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de créditos trabalhistas reconhecidos ou homologados em juízo a data da efetiva prestação dos serviços. Sobre as contribuições previdenciárias não recolhidas a partir da prestação dos serviços incidem juros de mora e, uma vez apurados os créditos previdenciários, aplica-se multa a partir do exaurimento do prazo de citação para pagamento, se descumprida a obrigação, observado o limite legal de 20% (art. 61, § 2º, da Lei nº 9.430/96)."

Nesse contexto, tem-se por inviável o processamento do recurso de revista, nos termos da Súmula 333 do TST.
Nesse contexto, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000469-86.2018.5.23.0022

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ELISANGELA PASSOS
Advogado	Dr. João Ricardo Filipack(OAB: 11551-O/MT)
Agravado	AMELIA FRANCISCA DE MENDONCA
Advogada	Dra. Rosangela Rodrigues da Silva(OAB: 17445/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMELIA FRANCISCA DE MENDONCA
- ELISANGELA PASSOS

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS
DURAÇÃO DO TRABALHO / INTERVALO INTRAJORNADA
Alegações:
- violação aos arts. 7º, XIII e XVI, da CF.
- violação aos arts. 2º e 12 da LC n. 150/15; 373, II, do CPC; 59 e 818 da CLT.
- dissenso jurisprudencial.
- violação a princípios.
A autora, ora recorrente, insurge-se contra o acórdão prolatado pela Turma Revisora, que manteve incólume a sentença que julgou improcedentes os pedidos de pagamento de horas extras e intervalo intrajornada, e respectivos reflexos.
Aduz que, "Em que pese a testemunha patronal aduzir que a obreira tenha trabalhado de segunda à sábado das 07h30/8hs às 11:30/12h de, a memória processual demonstra que a Recorrida não logrou êxito em provar que esta jornada seria por todo período do pacto laboral (exemplo não mencionou se seria de outubro a dezembro de 2017) e ainda não apresentou aos autos o controle de jornada, ônus este que incumbe ao empregador conforme determina o artigo 12 da Lei Complementar de nº 150/2015, de modo que a prova testemunhal não supre o que determina a lei. Ora a prova testemunhal não pode ser valorada em desconformidade com o que determina a lei. Em cognição sumária a testemunha da Ré não deveria nem ser ouvida ante a confissão patronal devido a não apresentação do controle de jornada obreira." (Id 5af408a - pág. 7, destaques no original).
Nesse contexto, conclui que "não houve observância dos preceitos legais acerca do ônus da prova previsto no artigo 373, II do NCPC c/c artigo 59 e 818 da CLT." (Id 5af408a - pág. 7).
Enfatiza que, "havendo a obrigatoriedade de realizar o controle de ponto, é do empregador o ônus da prova em relação à jornada de trabalho numa eventual reclamação trabalhista, ônus este que não pode ser suprido por prova testemunhal pois a não apresentação do controle de ponto gera presunção de veracidade da jornada indicada na exordial."
Consta da certidão de julgamento:
"(...) a Egrégia 1ª Turma de Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, por unanimidade, conhecer do recurso da Autora e, considerando o requerimento formulado mediante ID. 34cb961 e documento de ID. 1656337, que autoriza a suspensão do processo pelo prazo de 30 (dias), nos termos do art. 313, IX, § 6º, do CPC, conhecer, ainda, das contrarrazões ofertadas pela Reclamada e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a sentença pelos seus próprios fundamentos, que passam a integrar este acórdão, consoante disposição contida no art. 895, inciso IV, da CLT, pois a prova testemunhal produzida ratifica a tese trazida na defesa, demonstrando que a jornada de trabalho desempenhada pela Autora não rende ensejo ao pagamento das horas extras pleiteadas e tampouco ao intervalo mínimo intrajornada. Ponta-se que o fato da testemunha ouvida não ter vivenciado o dia a dia da relação laboral, notadamente porque trabalhava na casa ao lado onde se deu a relação empregatícia discutida neste feito, não descredencia o testemunho, mormente porque o mesmo se mostrou seguro e coerente com a realidade fática discutida no feito. Ademais, diante do princípio da imediatidade deve prevalecer o sopesamento realizado pelo magistrado em relação às declarações do testigo, porquanto presidiu a instrução processual e conta com a possibilidade de contato direto com a testemunha, podendo melhor avaliar e valorar a prova. Noutras palavras, o magistrado que estabelece o contato com a testemunha possui melhor condição de avaliá-la, não só com base nas informações prestadas, mas também de acordo com gestos, comportamentos, olhares e forma com que se expressam durante os depoimentos. Por fim, denota-se que, no tocante sendo o pagamento realizado compatível com a jornada cumprida." (Id f6abadf).
Como se observa, a matéria, na forma como tratada no acórdão,

reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, logo, torna-se inviável o seguimento do apelo, em observância à diretriz jurídica consubstanciada na Súmula n. 126 do colendo TST.
Assinalo, por oportuno, que, de acordo com as balizas traçadas pelo § 9º do art. 896 da CLT, a interposição de recurso de revista, nos processos submetidos ao rito sumaríssimo, somente é admitida nas hipóteses de violação direta à Constituição da República e de contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do colendo TST e/ou à súmula vinculante do excelso STF. Nessa perspectiva, afasto a possibilidade de o apelo ser admitido pela vertente de violação a normas de caráter infraconstitucional, bem assim sob o enfoque de dissenso jurisprudencial.
Por fim, assinalo que a alegação de afronta a princípios não enseja o seguimento do apelo, na melhor dicção do art. 896 da CLT.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista."

Não procede a alegada ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da legalidade (art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal) quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT. No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "intervalo intrajornada" e "horas extras", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
O acórdão recorrido está lastreado em provas. Incabível, portanto, o recurso de revista para reexame de fatos e provas, nos termos da Súmula 126 do C. TST.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000081-35.2020.5.10.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	MUNDIAL CENTER ATACADISTA LTDA
Advogado	Dr. Ricardo Hampel Vicente Filho(OAB: 35368-A/DF)
Advogado	Dr. Guilherme Pereira Dolabella Bicalho(OAB: 29145-A/DF)
Agravado	HYAGO FERREIRA SOUSA
Advogada	Dra. Lilian Lourenço Santana(OAB: 27972-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- HYAGO FERREIRA SOUSA
- MUNDIAL CENTER ATACADISTA LTDA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego
Outras Relações de Trabalho / Representante Comercial Autônomo
Alegação(ões):
- violação do(s) incisos II, XXXVI, LIV e LV do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da (o) artigos 4-A, 4-B, 5-A, 5-B, 19-A, 19-B e 19-C da Lei nº 6019/1974.
A eg. Turma decidiu nos termos da ementa a seguir transcrita: Ocorre que, se por um lado o recurso de revista se afigura despiciendo por não impugnar os fundamentos decisórios (súmula 422/TST), por outro, emerge patente que a decisão encontra-se lastreada no acervo probatória, circunstância pela qual a reforma pretendida exigiria reexame do cenário fático, circunstância obstada em sede extraordinária (súmula 126/TST).
Denego seguimento.
CONCLUSÃO
Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista.

O TRT reconheceu existir subordinação jurídica entre o Reclamante e a Reclamada após constatar que "a atuação dos representantes comerciais, a exemplo do autor, se dava mediante uma notória ingerência da reclamada na rotina laboral, seja por meio do estabelecimento de metas, seja pela apresentação de uma carteira de clientes e até mesmo pelo direcionamento e fiscalização quanto à sua dinâmica de atuação dentro de uma equipe de trabalho".

Assim, tendo em vista que o reconhecimento do vínculo empregatício se deu mediante análise dos fatos, que indicaram a existência dos elementos contidos nos arts. 2° e 3° da CLT, não se pode acolher a tese recursal no sentido de que "o preço, a forma de execução do serviço, o prazo, os locais, as ordens de serviço, enfim os direitos, as obrigações e a forma de execução do contrato foram livremente pactuados", sob pena de contrariedade à Súmula 126 do TST.

Além disso, uma vez que o acórdão regional não apontou a invalidade do contrato por constituir terceirização da atividade-fim, o recurso se mostra desfundamentado quanto a essa matéria (Súmula 422, I, do TST).

Incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000522-18.2017.5.20.0012

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	MUNICIPIO DE TOMAR DO GERU
Procurador	Dr. Fabiano Freire Feitosa
Agravado	POLLYANNA NOGUEIRA TIBURTINO DOS SANTOS E OUTRA
Advogado	Dr. Raimundo Cezar Britto Aragão(OAB: 32147/DF)
Advogado	Dr. Roberta Gois de Andrade Mendonça(OAB: 4138-A/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICIPIO DE TOMAR DO GERU
- POLLYANNA NOGUEIRA TIBURTINO DOS SANTOS E OUTRA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

O MPT opinou pelo não provimento do agravo de instrumento.

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.

Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIFERENÇAS SALARIAIS E SALÁRIO-BASE

Insurge-se o Apelante em face da Decisão Regional que manteve incólume o julgado originário, no sentido de reestabelecer o salário-base para o importe de R$ 3.500,00, a partir de 03/2015, independente da existência de gratificação de função, além de deferir os reflexos sobre as férias acrescidas de 1/3, 13º salário, RSR, FGTS e adicional de insalubridade.

Para tanto, obtempera que as Reclamantes não juntaram ao processo o edital do concurso, a fim de comprovar o direito ao vencimento correspondente a R$ 3.500,00, alegando, ainda, o quanto se segue:

[...] a não apreciação do edital nos autos do processo supramencionado, desencadeou a prolação de uma sentença extra petita, uma vez que a sentença foi fundada em argumentos não apresentados pelas partes, e nem sobre as quais as mesmas puderam se manifestar.

Conforme se constata do edital n. 001/2005, a remuneração inicial para o cargo de enfermeira era de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com jornada de trabalho de 40 hrs semanais. No decorrer do contrato, o vencimento passou a ser de R$ 2.800,00, sendo ainda a remuneração composta pela gratificação por incentivos/metas e adicional de insalubridade em grau médio. Tal gratificação por incentivos foi criada para o cumprimento de metas do Ministério da Saúde, sendo devida aos enfermeiros estatutários e celetistas, no percentual de até 16,14% sobre o salário base, perfazendo o valor de R$ 452,00.

Assim, não há que se falar em redução salarial, ao contrário, segundo o Edital e os contracheques adunados aos autos, o que se vê é uma progressão salarial.

Indica violação aos artigos 5º, "caput", incisos II e LIV, e 7º, da CR, e 97, "caput" e §12º do ADCT.

Eis o teor do v. Acórdão, ID 33c479f:

DAS DIFERENÇAS SALARIAIS E SALÁRIO BASE

[...]

Nos autos, resta incontroversa a submissão das Obreiras ao referido concurso público, assim como a sua aprovação e nomeação, para o cargo de enfermeira, percebendo o valor inicial de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Contudo, verifica-se que, conforme esclarecido na sentença do processo de nº 0000554.62.2013.5.20.0012 (ID 4536611), as Recorridas passaram a receber o valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) de salário mensal, tendo, posteriormente, seu vencimento reduzido para R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) com uma gratificação de função no percentual de R$ 1.000,00 (um mil reais).

Deste modo, urge esclarecer, inicialmente, que, considerando os termos da decisão supra e o seu trânsito em julgado, não é mais possível discutir, na presente demanda, aspectos relacionados ao Edital do Certame Público 001/2015 (ID acd4229), assim como aqueles concernentes à observância, pelo Recorrente, como integrante da Administração Pública, dos princípios da moralidade e

da legalidade. Todavia, faz-se necessário reiterar que a gratificação de função não se confunde com o vencimento básico. Este não pode ser reduzido unilateralmente em virtude do preceito constitucional que torna defesa a sua irredutibilidade.
A redução salarial ocorrida não só fere o que dispõe a Carta Magna como também o que dispõe o artigo 468 da CLT:
Art. 468 - Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.
O princípio da inalterabilidade contratual previsto no art. 468 da CLT garante ao Empregado a irredutibilidade salarial por ato unilateral do Empregador, seja no que diz respeito à forma, seja quanto ao valor do salário.
Por isso, mesmo não havendo diminuição da remuneração total, é incontroverso que o salário foi reduzido, uma vez que seu valor inicial passou a responder tanto pelo salário-base como pela gratificação que, demonstrado, são parcelas distintas.
Ademais, mesmo sendo mantido o valor total da remuneração, uma vez reconhecida a diminuição unilateral do salário-base pelo empregador resta caracterizada a sua redução ilícita, sendo devida as diferenças salariais.
Sentença mantida, Apelo improvido.
Analiso.
Resta inviabilizado o seguimento do Apelo, diante da conclusão da Turma Regional, no sentido de que:
[...] mesmo não havendo diminuição da remuneração total, é incontroverso que o salário foi reduzido, uma vez que seu valor inicial passou a responder tanto pelo salário-base como pela gratificação que, demonstrado, são parcelas distintas.
Ademais, mesmo sendo mantido o valor total da remuneração, uma vez reconhecida a diminuição unilateral do salário-base pelo empregador resta caracterizada a sua redução ilícita, sendo devida as diferenças salariais.
Registra, ainda, que "[...] a gratificação de função não se confunde com o vencimento básico. Este não pode ser reduzido unilateralmente em virtude do preceito constitucional que torna defesa a sua irredutibilidade."
Nesse toar, não vislumbro ofensa aos dispositivos supramencionados.

CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao Recurso de Revista interposto pelo MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU.

Não procede a alegada ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da legalidade (art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal) quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "DIFERENÇAS SALARIAIS E SALÁRIO-BASE", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas no art. 896, § 1º-A, I, II, III, da CLT.
Eis o trecho do acórdão regional transcrito pela parte a fls. 245, para fins de atendimento do art. 896, § 1º-A, I, da CLT:
"O princípio da inalterabilidade contratual previsto no art. 468 da CLT garante ao Empregado a irredutibilidade salarial por ato unilateral do Empregador, seja no que diz respeito à forma, seja quanto ao valor do salário.
Por isso, mesmo não havendo diminuição da remuneração total, é incontroverso que o salário foi reduzido, uma vez que seu valor inicial passou a responder tanto pelo salário-base como pela gratificação que, demonstrado, são parcelas distintas.
Ademais, mesmo sendo mantido o valor total da remuneração, uma vez reconhecida a diminuição unilateral do salário-base pelo empregador resta caracterizada a sua redução ilícita, sendo devida as diferenças salariais.
Sentença mantida, Apelo improvido."

O trecho da decisão regional, transcrita pela parte recorrente, não demonstra o prequestionamento da controvérsia sob a perspectiva alegada pela parte de que as instâncias ordinárias não apreciaram o edital de concurso para decidir sobre a controvérsia dos autos. Nesse particular, o recurso de revista não cumpriu o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT.
A parte também não impugna o fundamento do acordão regional no que concerne a aplicação dos termos do art. 468 da CLT na hipótese dos autos. Sob tal aspecto, o recurso de revista não cumpriu o requisito do art. 896, § 1º-A, III, da CLT.
O recorrente também não fez a demonstração analítica dos arts. 5º,"caput", II, LIV, 7º, da Constituição Federal, 97, "caput", e § 12, do ADCT, como exige o item III do §1º-A do art. 896 da CLT.
Entende-se como demonstração analítica correlacionar, de forma expressa, ente o que diz a lei, as súmulas ou orientações jurisprudenciais e os aspectos da decisão regional que se quer ver modificados. No caso, não há qualquer demonstração analítica, pois a parte apenas indica, de forma genérica, que os artigos referidos acima foram violados.
Conforme entende esta Corte Superior, tais demonstrações analíticas constituem encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista.
Desse modo, o recurso de revista não atendeu os requisitos do art. 896, § 1º-A, I, II, III, da CLT.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000509-10.2020.5.06.0010

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.
Advogado	Dr. Emmanuel Bezerra Correia(OAB: 12177-A/PE)
Agravado	GENIVAL GERMANO FILHO
Advogado	Dr. Eduardo José Almeida de Medeiros(OAB: 15033-A/PE)

Advogado	Dr. Milton Batista do Nascimento(OAB: 39782-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENIVAL GERMANO FILHO
- PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.

Denegado seguimento ao recurso de revista pelo Tribunal Regional de origem, a reclamada interpõe agravo de instrumento.
Foi apresentada contraminuta, fls. 883/885.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
A insurgência recursal diz respeito ao tema "DURAÇÃO DO TRABALHO. HORAS EXTRAS".
Interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
No caso, a parte recorrente, em seu recurso de revista, não transcreveu o trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, não bastando ao cumprimento da exigência legal o meroresumodo tópico recorrido, conforme julgados da SbDI-1 desta Corte:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017 . RECURSO DE REVISTA. NÃO CONHECIMENTO. INOBSERVÂNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. ART. 896, § 1º-A, I e III, DA CLT. A c. Turma desproveu o agravo para manter a decisão mediante a qual não se conheceu do recurso de revista do reclamante ao fundamento de que transcreveu o trecho do acórdão regional que não abarca todos os fundamentos da Corte Regional para julgar improcedente o pedido, não se desincumbindo de demonstrar o atendimento do pressuposto do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT. Os arestos superados pela jurisprudência consolidada da SBDI-1 sobre a exigência processual prevista no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, não empolgam o apelo, nos limites do artigo 894, § 2º, da CLT. Com efeito, a SBDI-1, interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmado o entendimento no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, "a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva" (E-ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018). Precedentes. Agravo conhecido e desprovido" (Ag-E-ED-Ag-ED-RR-1004-31.2011.5.05.0161, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 14/05/2021).

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. INOBSERVÂNCIA DO REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. A Terceira Turma deste Tribunal não conheceu do recurso de revista interposto pela reclamada, ao entendimento de que tal insurgência não atende, a regra do artigo 896, § 1º-A, da CLT, porque não houve transcrição do acórdão do TRT a permitir a constatação do trecho da decisão que consubstanciaria o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. A referência à tese adotada pelo Tribunal Regional ouresumodos fundamentos, desacompanhada da transcrição do trecho pertinente objeto da controvérsia nas razões do recurso de revista, e, posteriormente, as alegações quanto aos temas recorridos não satisfazem o requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, porquanto não viabilizam o confronto analítico entre a tese central assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica apresentada no recurso de revista em mais de um tema. Nesse mesmo sentido é a atual e iterativa jurisprudência da SBDI-1, com a qual revela consonância o acórdão turmário, a inviabilizar o conhecimento do recurso de embargos, na forma do § 2º do artigo 894 da CLT. Correta, pois, a decisão agravada. Agravo não provido" (Ag-E-RR-10181-12.2015.5.03.0039, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 08/03/2019).

Diante do exposto,com suporte no art. 118, X, do RITST,denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000369-94.2020.5.17.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	DMA DISTRIBUIDORA S.A.
Advogado	Dr. Fabrício Pimentel de Siqueira(OAB: 8962-A/ES)
Agravado	JOSIELE MARIA DOS ANJOS
Advogado	Dr. Cristyanne Armindo Alves(OAB: 31282-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- DMA DISTRIBUIDORA S.A.
- JOSIELE MARIA DOS ANJOS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 431/545) interposto pela reclamada contra a decisão de fls. 422/425 mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta apresentada às fls. 458/464 e contrarrazões às fls. 465/477.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
Conheço do apelo, pois atendidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade.
As discussões travadas no feito, o qual se submete ao rito sumaríssimo, prendem-se ao tema "ESTABILIDADE. GESTANTE. CONTRATO DE EXPERIÊNCIA".
A reclamada sustenta que não há falar em estabilidade provisória à reclamante gestante, ante o encerramento de seu contrato de experiência e sem haver renovação do mesmo. Aduz que não houve dispensa sem justa causa, que "houve oferta do posto de

trabalho em ato contínuo à notícia da gravidez" e que a reclamante a recusou. Indica violação dos arts. 5º, II, da CF, 10, II, "b", do ADCT e contrariedade à Súmula 244, III, do TST. Suscita divergência jurisprudencial.
Sem razão.
O Regional decidiu:

"A estabilidade da empregada gestante é direito fundamental social proclamado pela Constituição Federal e ancorado nos princípios da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF) e da solidariedade (art. 3º, I, CF), tendo por destinatários não só a mulher trabalhadora, mas também o nascituro.
Para fins de salvaguardar os bens jurídicos homenageados pelo instituto da estabilidade provisória da gestante, à luz do disposto no art. 10, II, b, do ADCT, tem-se que o termo inicial do direito à estabilidade ocorre com o preenchimento de um pressuposto objetivo, qual seja: a concepção.
A gravidez substancia fato objetivo e responsabilidade objetiva do empregador, o que torna, inclusive, dispensável o conhecimento das partes para surtir os efeitos previstos em lei, como aquele que assegura a estabilidade no emprego à trabalhadora grávida.
Assim, independentemente da forma como se operou a extinção do contrato de trabalho, a partir da concepção, a reclamante passou a ser detentora do direito à estabilidade.
Na hipótese, a reclamante se desincumbiu do seu ônus probatório ao comprovar que estava grávida na época da dispensa, conforme demonstra a ultrassonografia de ID a5d9556.
In casu, da análise dos documentos apresentados pela reclamante, não há dúvidas que a concepção do nascituro ocorreu antes de sua dispensa.
A alínea "b" do inciso II do artigo 10 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) prevê expressamente que:
(...)
Vê-se, portanto, que o direito à estabilidade à empregada gestante está assegurado desde a confirmação da gravidez (do que se denota que o fato de a gestante - assim como o seu empregador - saber ou não do estado gravídico não impede o direito à estabilidade), tendo como único condicionante o parto.
Nos termos da Súmula 244 do TST:
(...)
Nesse sentido já se pronunciou ou E. TST, conforme ementa de julgado colacionada abaixo:
(...)
Segundo o princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas, a regra é no sentido de que o trabalhador não pode renunciar os direitos a ele assegurados pela legislação obreira e, apenas de modo excepcional e em restritas hipóteses, a renúncia é permitida.
O fato é que a reclamante, quando convocada para retornar ao trabalho, recusou o retorno em razão de já ter se mudado para a Bahia, não tendo condições de voltar ao estado sem a companhia de seu marido.
Ademais, não se pode negar que, como é de conhecimento público e notório, estamos vivendo um tempo de exceção em que todos visam o combate de uma Pandemia (assim declarada pela Organização Mundial da Saúde - OMS) causada pelo vírus COVID-19 (Corononavirus). E é nesse contexto atual que se justifica a recusa da reclamante, por serem as grávidas integrantes do grupo de risco da doença.
Nesse sentido, entendo legítima a sua recusa para se apresentar ao trabalho, não podendo ser este motivo para afastar o dever do empregador de pagar a indenização correspondente ao período estabilitário.
Mas ainda que assim não fosse, tem-se que o E. TST tem posicionamento firme no sentido que a recusa, ainda que injustificada, para o retorno ao trabalho não impede a condenação da parte ao pagamento da indenização correspondente ao período estabilitário.
Peço vênia, outrossim, para colacionar ementas de julgados recentes daquele Sodalício que coadunam com esse entendimento:
(...)
No que concerne à alegação de que o contrato entre as partes seria de experiência, com prazo determinado, é importante lembrar que o item III da Súmula 244 do TST estende a estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à empregada gestante que figure como sujeito de um contrato por tempo determinado, como por exemplo, o contrato de experiência. Logo, também é assegurada à empregada gestante em contrato de experiência o direito à garantia no emprego.
Entender em sentido diverso seria negar tutela à dignidade da gestante e à vida do nascituro, o que, por certo, não se pode conceber ante a relevância dos bens jurídicos envolvidos.
Destarte, deve ser mantida a r. sentença de origem que condenou a reclamada ao pagamento da indenização correspondente ao período estabilitário.
Considerando que o período de estabilidade da reclamante integra o contrato de trabalho para todos os efeitos, o contrato passa a não ser mais de experiência, mas por prazo indeterminado. Portanto, a autora faz jus ao aviso prévio indenizado e à multa de 40% do FGTS, conforme reconhecido pela magistrado a quo.
Registro, por oportuno, que a r. decisão de embargos já autorizou a dedução dos valores pagos a título de verbas rescisórias, conforme TRCT de ID. 8d8b1f2.
Ante o exposto, nego provimento." (fls. 369/373-g.n.)

De início, registra-se que o presente feito tramita sob o rito sumaríssimo, razão pela qual o processamento dos recursos de revista só se viabiliza por indicação de violação direta e literal à Constituição Federal, de contrariedade a súmula do TST e a súmula vinculante do STF, nos termos do art. 896, § 9º, da CLT.
O Regional manteve a condenação ao pagamento da indenização substitutiva, porquanto entendeu que, nos termos da Súmula 244, III, do TST e do art. 10, inciso II, alínea "b", do ADCT, que é assegurada a estabilidade provisória à empregada gestante, também nos casos de contrato de experiência e ainda que haja recusa do retorno ao trabalho, tendo em vista a mudança de domicílio e a decretação da pandemia causada pelo COVID-19.
Nesse sentido, a decisão do Regional está em consonância com a Súmula 244, III, do TST, uma vez que esta Corte entende que a estabilidade provisória da gestante abrange as hipóteses de contratos por prazo determinado, como o caso do contrato de experiência, sendo aplicável a esses casos o entendimento consolidado no item III da Súmula 244 do TST. Julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS . GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA . CONTRATO DE EXPERIÊNCIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no artigo 10, inciso II, alínea b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado. Inteligência da Súmula 244, III, do TST, em sua nova redação. Assim, inviável é o conhecimento do recurso de

embargos a partir de tese superada pela jurisprudência iterativa e atual desta Corte, nos termos do artigo 894, § 2º, da CLT, sendo certo que a função uniformizadora deste Colegiado já foi cumprida. Agravo regimental não provido " (AgR-E-RR-10341-96.2013.5.12.0058, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 02/06/2017).

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA GESTANTE. CONTRATO DE EXPERIÊNCIA. SÚMULA Nº 244, ITEM III, DO TST . Não merece provimento o agravo interposto, pois não desconstitui o fundamento da decisão monocrática, que, amparada na jurisprudência desta Corte, conforme precedentes citados, manteve a decisão do regional em que se deferiu à reclamante o direito à estabilidade provisória da gestante . Agravo desprovido " (Ag-AIRR-1218-51.2019.5.12.0030, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 12/02/2021).

"RECURSO DE REVISTA. LEI 13.467/2017. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. GESTANTE. CONTRATO DE EXPERIÊNCIA . DESCONHECIMENTO DA GRAVIDEZ PELA PRÓPRIA EMPREGADA. TRANSCENDÊNCIA. A causa referente ao afastamento da estabilidade gestante em razão de a reclamante ter sido admitida mediante contrato de experiência e de ter tido ciência da gravidez apenas após à dispensa apresenta transcendência política, nos termos do art. 896-A, § 1º, II, da CLT, por contrariar a Súmula 244, I e III, desta Corte. O Supremo Tribunal Federal, na ocasião do julgamento do RE nº 629.053/SP (Tema 497 da Tabela de Repercussão Geral), fixou tese jurídica no sentido de que " A incidência da estabilidade prevista no art. 10, inc. II, do ADCT, somente exige a anterioridade da gravidez à dispensa sem justa causa". A gravidez confirmada no curso do contrato de trabalho, portanto, é o que basta para o reconhecimento da garantia de emprego, ainda que o contrato de trabalho tenha sido celebrado por prazo determinado ou que a ciência da gravidez pela própria empregada tenha ocorrido após a dispensa, na medida em que a proteção é endereçada a um bem maior que não se limita à gestante, mas ao nascituro, por força do disposto no artigo 10, II, "b", do ADCT . Transcendência política reconhecida, recurso de revista conhecido e provido" (RR-1001634-92.2016.5.02.0221, 6ª Turma, Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT 14/02/2020)

"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. GESTANTE. CONTRATO DE EXPERIÊNCIA. 1. Está pacificado nesta Corte o entendimento de que a empregada gestante tem direito à estabilidade provisória no emprego, mesmo na hipótese de contrato por tempo determinado. Nesse sentido é o item III da Súmula 244 desta Corte: "A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado." Esse entendimento aplica-se às hipóteses de contrato de experiência. Precedentes. 2. Saliente-se que não se aplica in casu a tese jurídica firmada pelo Tribunal Pleno desta Corte no julgamento do IAC-5639-31.2013.5.12.0051 (DEJT 29/7/2020), porque a decisão nele proferida refere-se aos casos de contrato temporário regido pela Lei 6.019/1974, hipótese diversa da enfrentada nestes autos. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento " (RR-1001723-68.2016.5.02.0075, 8ª Turma, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 16/10/2020).

"RECURSO DE REVISTA. ESTABILIDADE DA GESTANTE. CONTRATO DE EXPERIÊNCIA. 1. O Tribunal Regional entendeu que não é devida a garantia de emprego da gestante nos contratos de experiência, firmado sob condição resolutiva, uma vez que este não se coaduna com a estabilidade provisória . 2. A interpretação que deu origem à atual redação da Súmula 244, III, do TST decorre do estabelecido no art. 10, II, "b", do ADCT/88, o qual dispõe ser vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, não impondo nenhuma restrição quanto à modalidade de contrato de trabalho. 3. Desse modo, o único pressuposto à obtenção do direito à estabilidade (e à sua conversão em indenização, caso ultrapassado o período de garantia de emprego) é encontrar-se a empregada grávida no momento da dispensa, fato incontroverso nos autos. 4. Nesse cenário, a estabilidade provisória da gestante já existia mesmo à época da dispensa, uma vez que a garantia decorre de disposição constitucional, sendo irrelevante se o contrato de trabalho foi ou não celebrado sob a modalidade de experiência. 5. Portanto, tendo em vista o exaurimento do período da garantia de emprego, é devida a indenização substitutiva por todo o período entre a data da dispensa imotivada e 5 (cinco) meses após o parto, nos termos do art. 10, II, b, ADCT, CF/88. Recurso de revista conhecido, por contrariedade à Súmula nº 244, III, do TST, e provido" (RR-446-13.2015.5.02.0061, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 23/10/2020).

Ademais, a jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que a recusa de retorno ao emprego não acarreta renúncia do direito à estabilidade, tampouco prejudica o recebimento da indenização compensatória. Julgados:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. (?) 2 . ESTABILIDADE PROVISÓRIA. GESTANTE. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que o fato gerador do direito da gestante à garantia de emprego, sem prejuízo dos salários, é a concepção, independentemente da ciência do estado gravídico pelo empregador e de a confirmação da gravidez ter ocorrido após a dispensa. Nos termos em que proferida, a decisão se encontra em conformidade à Súmula 244 do TST. Por sua vez, a recusa da reclamante em retornar ao trabalho não prejudica o recebimento da indenização compensatória relativa à estabilidade infligida, porquanto se trata de direito que visa à proteção do nascituro, irrenunciável pela mãe. Precedentes. (?)" (AIRR-1622-38.2016.5.07.0001, 2ª Turma, Relatora Ministra Delaide Miranda Arantes, DEJT 18/12/2020).

"AGRAVO INTERNO. RECURSO DE EMBARGOS. RITO SUMARÍSSIMO. GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA. RECUSA DE RETORNO AO EMPREGO. 1. A Eg. 6ª Turma deu provimento ao recurso de revista da reclamante. Considerou que 'a recusa à reintegração no emprego não afasta o direito à estabilidade tampouco a indenização relativa ao período estabilitário, ao fundamento de que o art. 10, II, b, do ADCT não condiciona a estabilidade ao retorno ao emprego, bastando para tanto a gravidez e a dispensa imotivada'. 2. A compreensão firmada está de acordo com o entendimento desta Corte no sentido de que a negativa da trabalhadora em retornar ao emprego não impede o seu direito à indenização compensatória decorrente da estabilidade prevista no artigo 10, II, 'b', do ADCT. 3.

Acrescente-se que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 629.053, tema 497 da repercussão geral, fixou tese no sentido de que 'A incidência da estabilidade prevista no art. 10, inc. II, do ADCT somente exige a anterioridade da gravidez à dispensa sem justa causa'. Precedentes desta Subseção. Incidência do art. 894, § 2º, da CLT. Agravo interno conhecido e desprovido" (Ag-E-RR-21228-52.2016.5.04.0028, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 26/03/2021).

"EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA GESTANTE. RECUSA DA OFERTA DE RETORNO AO EMPREGO. A questão referente à proteção objetiva da estabilidade de empregada gestante em virtude de rescisão imotivada do contrato de trabalho foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal (RE nº 629.053/SP) com a fixação de tese em regime de Repercussão Geral no Tema 497: 'A incidência da estabilidade prevista no art. 10, inc. II, do ADCT, somente exige a anterioridade da gravidez à dispensa sem justa causa'. Na hipótese dos autos, portanto, o acórdão embargado está em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal, firme no sentido de que o fato de a Reclamante não postular a reintegração ou de recusar oferta de retorno ao emprego não pode ser admitido como renúncia ao direito à estabilidade provisória, pois o único pressuposto previsto no art. 10, II, 'b' , do ADCT para que a Reclamante tenha reconhecido o seu direito à estabilidade é a comprovação do estado de gravidez. Incidência do óbice previsto no artigo 894, § 2º, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Recurso de embargos não conhecido" (E-RR-582-79.2016.5.06.0023, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 08/05/2020).

Incidência do óbice da Súmula 333 do TST.
Diante do exposto, com suporte no art. 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000378-24.2020.5.11.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DO AMAZONAS
Procurador	Dr. Janilson da Costa Barros
Agravado	KATIA DOS SANTOS
Advogado	Dr. Shirley Xavier da Silva(OAB: 15032 -A/AM)
Advogado	Dr. Davi de Souza Lacerda(OAB: 14318-A/AM)
Agravado	SOUZA SERVICOS DE SAUDE LTDA
Advogado	Dr. Ewerton Almeida Ferreira(OAB: 6839-A/AM)
Advogada	Dra. Sarah Lima Toledano(OAB: 10106 -A/AM)
Advogada	Dra. Fabiana Nogueira Neris(OAB: 12366-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAZONAS
- KATIA DOS SANTOS
- SOUZA SERVICOS DE SAUDE LTDA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 433/460) interposto pelo segundo reclamado, contra a decisão de fls. 411/421, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões, fls. 467/473.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo desprovimento do agravo de instrumento, fls. 479/480.
Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço do apelo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema renovado nas razões de agravo de instrumento, "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO".
Todavia, a pretensão recursal encontra-se superada no âmbito desta Corte, uma vez que o Supremo Tribunal Federal fixou a tese jurídica de repercussão geral correspondente ao Tema nº 246 ("O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93").
A Subseção de Dissídios Individuais 1 do TST, em sessão em composição plena, decidiu que o Supremo Tribunal Federal ao apreciar o Tema nº 246 da Repercussão Geral não emitiu tese jurídica de efeito vinculante em relação ao ônus da prova e, diante dessa constatação, concluiu que incumbe à Administração Pública o ônus da prova da fiscalização dos contratos de prestação de serviços por se tratar de fato impeditivo do direito à condenação por responsabilidade subsidiária, com fundamento no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78. (TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, SbDI-1, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 12/12/2019, DEJT 22/05/2020).
Na espécie, o Regional assentou comprovada a culpa "in vigilando" do ente público, ao consignar que, in verbis:

"No caso em análise, o litisconsorte não logrou êxito em provar a realização de efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa prestadora de serviços por ele contratada, ônus esse que lhe cabia, como dito anteriormente, por ser fato impeditivo do direito do recorrido.
Não há qualquer documento acostado nos autos que demonstre a fiscalização do contrato, documentação essa que seria de fácil acesso do ente público, uma vez que foi o contratante da empresa. Deste modo, resta clara a omissão por parte do litisconsorte com relação aos seus misteres fiscalizatórios. Por conseguinte, caminho diverso não há senão o reconhecimento da responsabilidade subsidiária." (fls. 367)

Dessa forma, à luz do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333 do TST, resta inviável o destrancamento do recurso de revista.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000177-78.2020.5.11.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DO AMAZONAS
Procuradora	Dra. Altiza Pereira de Souza
Procurador	Dr. Aldenor de Souza Rabelo
Agravado	LUCINEIDE DA SILVA CAMPOS
Advogado	Dr. Diego Ramon de Menezes Lucas(OAB: 11863-A/AM)
Agravado	RCA CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAZONAS
- LUCINEIDE DA SILVA CAMPOS
- RCA CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 209/230) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 194/200).
Contraminuta e contrarrazões ao recurso de revista não foram apresentadas.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo não provimento do agravo de instrumento, fls. 243/244.
É o relatório.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 02/08/2021 e apelo protocolado em 17/08/2021), sendo inexigível o preparo.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia

da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"In casu, inexistiu a inversão do ônus da prova, porquanto os elementos dos autos evidenciam a completa inação do Estado no cumprimento do dever fiscalizatório atribuído pela Lei nº 8.666/93. A ausência de pagamento de salários e de verbas trabalhistas legítimas são provas concretas dessa negligência. Assim, não há que se falar em culpa in vigilando presumida. Patente, pois, a responsabilidade subsidiária do recorrente, conforme entendimento firmado na Repercussão Geral em RE nº 760.931/DF" (fls. 163).

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS

DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000645-90.2020.5.07.0038

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	STUART CASTRO FARIAS LIMA EIRELI
Advogado	Dr. Túlio Vila Nova Torres Martins(OAB: 18354-A/CE)
Agravado	FRANCISCO GLEISON DIAS OLIVEIRA
Advogado	Dr. Paulo Gilson Farias Rosendo(OAB: 35181-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):
- FRANCISCO GLEISON DIAS OLIVEIRA
- STUART CASTRO FARIAS LIMA EIRELI

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 167/170) interposto pelo reclamado contra a decisão de fls. 161/163, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente. Preparo sub judice.
A discussão travada no feito, o qual se submete ao rito sumaríssimo, prende-se ao tema "DESERÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA".
O reclamado insurge-se contra a deserção de seu recurso ordinário, sob o argumento de que nenhuma lesão ou ameaça a direito será excluída da apreciação do Poder Judiciário, inexistindo distinção entre pessoa física e jurídica. Alega violação do artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal.
Sem razão.
O Regional consignou:

"ADMISSIBILIDADE
Por meio da decisão de ID. 9db25a4, o pedido de gratuidade judiciária foi indeferido e concedido à recorrente prazo de 5 (cinco) dias para comprovar o pagamento das custas processuais e a realização do depósito recursal. A reclamada não o fez, razão pela qual não se conhece do recurso ordinário por deserto.
CONCLUSÃO DO RECURSO
Não conhecer do recurso ordinário por deserto." (fls. 150 - grifei).

Esta Corte entende que, para a concessão do benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica, é necessária a comprovação cabal da insuficiência financeira, sendo insuficiente a mera declaração de nesse sentido, nos termos da Súmula 463, II, do TST. Nesse sentido, os seguintes julgados.

"AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. DESERÇÃO DO RECURSO DE EMBARGOS. EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. DEPÓSITO RECURSAL ALCANÇADO PELA GRATUIDADE. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM AS DESPESAS DO PROCESSO. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que o benefício da gratuidade da Justiça pode ser concedido ao empregador, pessoa jurídica, apenas quando comprovada nos autos, de forma inequívoca, sua incapacidade econômica para arcar com as despesas processuais. Essa é a atual diretriz da Súmula nº 463, II, do Tribunal Superior do Trabalho com a qual não colide o novel artigo 790, § 4º, da CLT, com a redação conferida pela Lei nº 13.467/2017. Por sua vez, o artigo 899, § 10, da CLT, incluído pela supracitada Lei, dispõe que são isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial. Assim, em se tratando de recursos interpostos contra as decisões proferidas após a vigência da Lei nº 13.467/2017 (Art. 20 da IN nº 41/2018), caso dos autos, eventual concessão dos benefícios da gratuidade de justiça abrangeria o depósito recursal. Nada obstante, os documentos juntados pela parte não são hábeis a demonstrar, de

modo cabal, a impossibilidade de arcar com as despesas do processo, tendo em vista que nenhum deles corresponde ao momento atinente à apresentação do recurso de embargos, o que poderia indicar que a situação de saldo bancário negativo demonstrada nos meses anteriores à apresentação do apelo se manteve por ocasião da sua interposição. Decisão que inadmitiu o recurso de embargos que se mantém, ainda que por fundamento diverso. Agravo interno conhecido e não provido." (TST-Ag-E-RR-1001747-67.2016.5.02.0311, SbDI-1, Rel. Min. Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT de 21/05/2021).

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014 E DO CPC/2015. DESERÇÃO DO RECURSO DE REVISTA DETECTADA NO EXAME PRÉVIO DE ADMISSIBILIDADE. PESSOA JURÍDICA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DO DEPÓSITO RECURSAL. Conforme consignado na decisão agravada, o recurso de revista encontra-se deserto, em face da ausência de comprovação da inequívoca insuficiência econômica das reclamadas e, portanto, da sua condição de beneficiárias da Justiça gratuita, bem como da ausência de efetivação do depósito recursal no ato de interposição do apelo. A simples afirmação acerca da situação econômica não se aplica à hipótese, sendo necessária a comprovação da fragilidade econômica das reclamadas, o que não se verifica. Agravo desprovido." (TST-Ag-AIRR-10201-85.2016.5.03.0065, 2ª Turma, Rel. Min. Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT de 04/10/2019).

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. EXTENSÃO À PESSOA JURÍDICA. A reclamada alega em agravo que formulou pedido de concessão do benefício da justiça gratuita no recurso de revista, oportunidade em que juntou os documentos que comprovam a situação de faturamento insuficiente da empresa para arcar com os custos judiciais do referido Recurso. Nos termos da OJ nº 269 da SBDI-1/TST, o benefício da justiça gratuita pode ser requerido em qualquer tempo ou grau de jurisdição. A jurisprudência desta c. Corte Superior é no sentido de que a excepcional concessão do benefício da justiça gratuita à pessoa jurídica requer prova robusta da sua insuficiência de recursos. No mesmo sentido é a dicção da Súmula nº 463, II, do TST. No caso sob exame, por ocasião da interposição do recurso de revista, a reclamada juntou documentos que comprovam, apenas, a inatividade fiscal da empresa no mês de janeiro de 2017. No entanto, tais documentos não são suficientes para demonstrar de forma inequívoca que a reclamada não possui condições de arcar com as despesas do processo. Não foram juntados extratos bancários, balancetes e outros demonstrativos contábeis capazes de levar à conclusão cabal da insuficiência de recursos. Assim, correta a decisão do Regional que indeferiu o pedido de concessão do benefício da justiça gratuita. Agravo conhecido e desprovido ." (TST-Ag-AIRR-1036-08.2015.5.14.0141, 3ª Turma, Rel. Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT de 23/11/2018

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. DESERÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA INCAPACIDADE FINANCEIRA. SÚMULA 463, II, DO TST. A jurisprudência consubstanciada na Súmula nº 463, II, desta Corte Superior estabelece que para ser concedido o benefício da justiça gratuita, no caso de pessoa jurídica, não basta a mera declaração de insuficiência financeira , sendo necessária a demonstração cabal de impossibilidade de a parte arcar com as despesas do processo, ônus do qual a parte não se desincumbiu. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (TST-AIRR-336-50.2019.5.09.0749, 8ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT de 02/07/2021).

Desse modo, uma vez que o reclamado não se desincumbiu de ônus de provar sua insuficiência financeira, a decisão está em consonância com a jurisprudência desta Corte. Inviável, portanto, o processamento do recurso de revista, nos termos do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333 do TST.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000807-04.2017.5.17.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	CARLOS ALBERTO OLMOS
Advogado	Dr. Ciro Lopes Dias(OAB: 158707-A/SP)
Agravante e Agravado	LUIS GUILHERME SCHNOR
Advogado	Dr. Thales Antiqueira Dini(OAB: 324998-A/SP)
Agravante e Agravado	DORIVAL CHIQUITO FILHO
Advogado	Dr. Rafael do Carmo Aragão Silva(OAB: 370670-A/SP)
Agravado	ANDREA CARINA BORGES FINK
Advogado	Dr. Jonathan Carvalho da Silva(OAB: 21832-A/ES)
Agravado	RÁPIDO TRANSPAULO LTDA. E OUTROS
Advogado	Dr. Rogério Alves Benjamin(OAB: 12538-A/ES)
Advogado	Dr. Joice Naia Siqueira(OAB: 375087-A/SP)
Agravado	AUGUSTO GRANDO

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDREA CARINA BORGES FINK
- AUGUSTO GRANDO
- CARLOS ALBERTO OLMOS
- DORIVAL CHIQUITO FILHO
- LUIS GUILHERME SCHNOR
- RÁPIDO TRANSPAULO LTDA. E OUTROS

I - AGRAVOS DE INSTRUMENTO DAS PARTES EXECUTADAS
Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento aos seus recursos de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.

Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (ciência da decisão em 05/11/2020 - fl(s)./Id ; petição recursal apresentada em 13/11/2020 - fl(s)./Id c882777).
Regular a representação processual - fl(s.)/Id af979df, dd58a46, 9aa5ff8.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Desconsideração da Personalidade Jurídica.
Alegação(ões):
- violação ao artigo 50 do CC; 835 do CPC.
- divergência jurisprudencial.
Os recorrentes postulam a reforma do julgado, quanto à desconsideração da personalidade jurídica. Sustentam que não possuem relação alguma com quaisquer das partes desta ação, e que apesar de a Rápido Transpaulo Ltda.(devedora principal) se encontrar em recuperação judicial, possui extenso patrimônio para saldar suas dívidas trabalhistas.
O recurso não merece seguimento, pois ante a restrição do artigo 896, § 2º, da CLT, descabe, in casu , a análise de violação à legislação infraconstitucional e de divergência jurisprudencial com ementas.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Recurso de: DORIVAL CHIQUITO FILHO
CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES
O presente recurso foi apresentado na vigência da Lei 13.467/2017.
Vale registrar que, nos termos do art. 896-A, §1º e incisos da CLT, incumbe ao Tribunal Superior do Trabalho o exame da transcendência do recurso de revista.
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (ciência da decisão em 05/11/2020 - fl(s)./Id ; petição recursal apresentada em 13/11/2020 - fl(s)./Id c60b12c).
Regular a representação processual - fl(s.)/Id e3817f7, addc2ec.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Desconsideração da Personalidade Jurídica.
Alegação(ões):
- violação ao artigo 50 do CC; 835 do CPC.
- divergência jurisprudencial.
O recorrente requer a reforma do julgado, quanto à desconsideração da personalidade jurídica. Sustenta que não possui relação alguma com quaisquer das partes desta ação, que não é sócio das empresas executadas, já que atuou apenas na qualidade de diretor administrativo e financeiro, e que apesar de a Rápido Transpaulo Ltda.(devedora principal) se encontrar em recuperação judicial, possui extenso patrimônio para saldar suas dívidas trabalhistas.
O recurso não merece seguimento. Ante a restrição do artigo 896, § 2º, da CLT, descabe a análise de violação à legislação infraconstitucional e de divergência jurisprudencial com ementas.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Recurso de: LUIS GUILHERME SCHNOR
CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES
O presente recurso foi apresentado na vigência da Lei 13.467/2017.
Vale registrar que, nos termos do art. 896-A, §1º e incisos da CLT, incumbe ao Tribunal Superior do Trabalho o exame da transcendência do recurso de revista.
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (ciência da decisão em 05/11/2020 - fl(s)./Id ; petição recursal apresentada em 16/11/2020 - fl(s)./Id fb220c0).
Regular a representação processual - fl(s.)/Id fa8b71b.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Desconsideração da Personalidade Jurídica.
Alegação(ões):
- violação ao artigo 50 do CC; 835 do CPC.
- divergência jurisprudencial.
O recorrente requer a reforma do julgado, quanto à desconsideração da personalidade jurídica. Sustenta que não possui relação alguma com quaisquer das partes desta ação e que apesar de a Rápido Transpaulo Ltda.(devedora principal) se encontrar em recuperação judicial, possui extenso patrimônio para saldar suas dívidas trabalhistas.
O recurso não merece seguimento. Ante a restrição do artigo 896, § 2º, da CLT, descabe a análise de violação à legislação infraconstitucional e de divergência jurisprudencial com ementas.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Examino.
Não há que se falar em ofensa aos princípios constitucionais quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, quanto ao Juízo Regional de Admissibilidade, ressalte-se que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
Na situação dos autos, não procede a alegação de ofensa aos dispositivos da Constituição Federal apontados, quando a lide está adstrita ao exame de legislação infraconstitucional, visto que essa circunstância impossibilita a configuração de sua violação literal e direta. A discussão, deste modo, não se exaure na Constituição Federal.
Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. CONVERSÃO DO TEMPO COMUM EM TEMPO ESPECIAL. VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 279 DO STF. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA - ARE 748.371. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É inviável o processamento do apelo extremo quando a ofensa a dispositivo constitucional se dá de maneira reflexa e indireta, pois requer o exame prévio da orientação firmada sobre tese infraconstitucional pela instância ordinária. 2. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o Tribunal de origem, quanto ao preenchimento dos requisitos necessários à concessão de aposentadoria, seria imprescindível o reexame dos fatos e provas. Incidência da Súmula 279 do STF. 3. O Supremo Tribunal Federal já assentou, sob a sistemática da repercussão geral, que suposta ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e dos limites da coisa julgada, quando a violação é debatida sob a ótica infraconstitucional, não apresenta repercussão geral, o que torna inadmissível o recurso extraordinário. (RE 748.371-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 1º.08.2013 tema 660). 4. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, CPC." (RE 1004169 AgR / RS, Relator Ministro Edson Fachin. Publicado em 29.3.2017).

DIREITO CIVIL. POSSE. PROPRIEDADE. COISA JULGADA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, da Lei Maior, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária prevista no art. 102 da Magna Carta. 2. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. 3. Agravo regimental conhecido e não provido." (ARE 944003 AgR/GO, Relatora Ministra Rosa Weber. Publicado em 12.4.2016) - (grifei).

Por oportuno, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que violação reflexa ou indireta de dispositivo da Constituição não viabiliza recurso de natureza extraordinária. Eis o teor da Súmula 636 do STF:

"NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE, QUANDO A SUA VERIFICAÇÃO PRESSUPONHA REVER A INTERPRETAÇÃO DADA A NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS PELA DECISÃO RECORRIDA."

Por fim, a diretriz que se extrai da Orientação Jurisprudencial 123 da SBDI-2 do TST (analogicamente) é de que a ofensa à coisa julgada supõe dissonância patente entre as decisões exequenda e rescindenda, o que não se verifica quando se faz necessária a interpretação do título executivo judicial para se concluir pela lesão à coisa julgada, tal como na hipótese dos autos.

Assim, constato a impossibilidade do conhecimento dos recursos de revista interpostos nesta fase de execução em virtude do que preveem o art. 896, § 2.º, da CLT e as Súmulas 266 do TST e 636 do STF.

Destarte, observa-se que as partes agravantes não obtiveram êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Incólumes os dispositivos invocados.

Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento aos agravos de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000365-58.2019.5.09.0084

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	PROFORTE S.A. - TRANSPORTE DE VALORES
Advogado	Dr. Bruno Babora do Carvalhal(OAB: 48988-A/PR)
Agravado	ALEXANDRE GOMES DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Rubert Antonio Reccanello Lisboa(OAB: 21170-A/PR)
Advogado	Dr. Rubiano Augusto Reccanello Lisboa(OAB: 19579-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE GOMES DE OLIVEIRA
- PROFORTE S.A. - TRANSPORTE DE VALORES

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 854/856) interposto pela reclamada contra a decisão de fls. 844/847, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.

Contraminuta e contrarrazões apresentadas pelo reclamante às fls. 862/864 e 865/867.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente, sendo regular o preparo.
A discussão prende-se ao tema "HORAS EXTRAS. TEMPO À DISPOSIÇÃO. AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE".
A reclamada afirma que o tempo de deslocamento entre a portaria da empresa e local de trabalho não excede a 10 minutos, de modo que o referido período não pode ser considerado tempo à disposição do empregador. Alega divergência jurisprudencial e contrariedade à Súmula 429 do TST.
Sem razão.
O Regional consignou:

"a) Do tempo à disposição.
Quanto a insurgência recursal da ré, entendo que não merece prosperar, à medida que não enfrenta especificamente os fundamentos utilizados na sentença para deferir o pedido, quais sejam: a) que na chegada os empregados primeiro trocaram de roupa e que somente após registravam o ponto, cujo procedimento era o mesmo na saída; b) o tempo médio gasto para passagem na portaria principal é mínimo, de 30 segundos, gasta-se ainda uma média de 5 minutos na fila para passar pelo detector, e a passagem demora dois minutos em média; c) gastava cerca de 5 minutos para troca de uniforme.
Veja que a ré, em suas razões recursais, limita-se a mencionar eu para acessar a base da ré, o autor não demandava mais do que 10 minutos, sequer impugnando o tempo despendido para troca de uniforme. Dessa forma, a ré esquece-se do princípio da dialeticidade.
O CPC/2015, cujo tópico possui aplicação analógica ao Processo do Trabalho, promoveu alteração art. 514 do CPC/1973, a fim de constar de maneira mais clara a necessidade de a parte dialogar com a decisão que pretende a reforma. Enquanto o art. 514 do diploma anterior previa, em seu inciso II, que a apelação deveria conter "os fundamentos de fato e de direito", o art. 1.010 do NCPC, em seu inciso III, assim dispõe:
"Art. 1.010. A apelação, interposta por petição dirigida ao juízo de primeiro grau, conterá:
I- os nomes e a qualificação das partes;
II - a exposição do fato e do direito;
III - as razões do pedido de reforma ou de decretação de nulidade;
IV - o pedido de nova decisão"
Ainda, dispõe o artigo 932, III, do CPC/2015 que incumbe ao relator "não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".
Vale destacar que, embora nos recursos em geral seja aplicável o efeito devolutivo, dando liberdade para que o órgão recursal analise a matéria de forma ampla, necessário se faz que a parte demonstre as incorreções na decisão atacada e os argumentos pelos quais merece ser reformada, o que não ocorreu nos autos.
Não cabe ao órgão julgador ser mero revisor da sentença, sendo que sua provocação deve ser fundamentada em argumentos fático-probatórios e jurídicos aptos a possibilitar a análise da insurgência, o que não se vislumbra no caso em tela.
Rejeito a insurgência da reclamada." (fls. 814/815 - grifei).

Os embargos de declaração opostos pelo reclamante foram rejeitados, sem qualquer acréscimo significativo.

Todavia, verifica-se que a reclamada, nas razões do recurso de revista, não impugnou o fundamento pelo qual acórdão regional negou provimento ao recurso ordinário, qual seja, de que a reclamada não enfrentou especificamente os fundamentos utilizados na sentença para deferir o pedido.
Desse modo, constata-se que o recurso está desfundamentado, nos termos da Súmula 422, I, do TST, segundo a qual "Não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida".
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000753-25.2020.5.06.0143

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	BANCO CREFISA S.A.
Advogado	Dr. Pedro Henrique Chianca Wanderley(OAB: 23139-A/PE)
Advogado	Dr. Tiago Macedo Varejão(OAB: 28511/PE)
Advogado	Dr. Matheus de Souza Leao Lucena(OAB: 46690-A/PE)
Advogado	Dr. Germano Coutinho Dias Neto(OAB: 46584-A/PE)
Agravado	ROBERTO HERCULANO JOSE
Advogado	Dr. Carlos Roberto Alexandre dos Santos(OAB: 26141-D/PE)
Agravado	HOTELSYS GESTAO HOTELEIRA LTDA
Advogado	Dr. José Manuel Zeferino Galvão de Melo(OAB: 25286-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO CREFISA S.A.
- HOTELSYS GESTAO HOTELEIRA LTDA
- ROBERTO HERCULANO JOSE

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
O TRT, em Juízo Regional de Admissibilidade, denegou seguimento ao recurso de revista quanto ao tema PENHORA DE BEM IMÓVEL HIPOTECADO. POSSIBILIDADE.
Examino.
Não há que se falar em ofensa aos princípios constitucionais quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da

jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, quanto ao Juízo Regional de Admissibilidade, ressalte-se que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
Na situação dos autos, não procede a alegação de ofensa aos dispositivos da Constituição Federal apontados, quando a lide está adstrita ao exame de legislação infraconstitucional, visto que essa circunstância impossibilita a configuração de sua violação literal e direta. A discussão, deste modo, não se exaure na Constituição Federal.
Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. CONVERSÃO DO TEMPO COMUM EM TEMPO ESPECIAL. VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 279 DO STF. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA - ARE 748.371. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É inviável o processamento do apelo extremo quando a ofensa a dispositivo constitucional se dá de maneira reflexa e indireta, pois requer o exame prévio da orientação firmada sobre tese infraconstitucional pela instância ordinária. 2. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o Tribunal de origem, quanto ao preenchimento dos requisitos necessários à concessão de aposentadoria, seria imprescindível o reexame dos fatos e provas. Incidência da Súmula 279 do STF. 3. O Supremo Tribunal Federal já assentou, sob a sistemática da repercussão geral, que suposta ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e dos limites da coisa julgada, quando a violação é debatida sob a ótica infraconstitucional, não apresenta repercussão geral, o que torna inadmissível o recurso extraordinário. (RE 748.371-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 1º.08.2013 tema 660). 4. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, CPC." (RE 1004169 AgR / RS, Relator Ministro Edson Fachin. Publicado em 29.3.2017).
DIREITO CIVIL. POSSE. PROPRIEDADE. COISA JULGADA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, da Lei Maior, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária prevista no art. 102 da Magna Carta. 2. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. 3. Agravo regimental conhecido e não provido." (ARE 944003 AgR/GO, Relatora Ministra Rosa Weber. Publicado em 12.4.2016) - (grifei).

Por oportuno, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que violação reflexa ou indireta de dispositivo da Constituição não viabiliza recurso de natureza extraordinária. Eis o teor da Súmula 636 do STF:

"NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE, QUANDO A SUA VERIFICAÇÃO PRESSUPONHA REVER A INTERPRETAÇÃO DADA A NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS PELA DECISÃO RECORRIDA."

Por fim, a diretriz que se extrai da Orientação Jurisprudencial 123 da SBDI-2 do TST (analogicamente) é de que a ofensa à coisa julgada supõe dissonância patente entre as decisões exequenda e rescindenda, o que não se verifica quando se faz necessária a interpretação do título executivo judicial para se concluir pela lesão à coisa julgada, tal como na hipótese dos autos.
Assim, constato a impossibilidade do conhecimento do recurso de revista interposto nesta fase de execução em virtude do que preveem o art. 896, § 2.º, da CLT e as Súmulas 266 do TST e 636 do STF.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Incólumes os dispositivos invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000629-74.2016.5.07.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
Procuradora	Dra. Kerubina Maria Dantas Moreira
Agravado	NORANEY MATOS BARROSO PEREIRA
Advogado	Dr. Joao Vianey Nogueira Martins(OAB: 15721-A/CE)
Agravado	INSTITUTO COMPARTILHA
Advogada	Dra. Sammya Karla de Abreu Souza(OAB: 23765-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO COMPARTILHA
- NORANEY MATOS BARROSO PEREIRA
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

O Ministério Público do Trabalho opina pelo conhecimento e não provimento dos Agravos de Instrumento.

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.

Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos §§ 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

O Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no que concerne ao tema em destaque, consignou:

DO RECURSO ORDINÁRIO DA UFC.

[...]

É indubitável a existência de contrato de prestação de serviços entre o recorrente e a empresa INSTITUTO COMPARTILHA, e, nessa condição, nasceu a responsabilidade subsidiária do ente estatal, que se tornou exequível quando do inadimplemento das obrigações contratuais entre a prestadora de serviços e seus empregados. Frise-se que a responsabilidade subsidiária não nasceu automaticamente com inadimplemento das obrigações por parte da prestadora, mas pelo fato de faltar fiscalização do ente estatal no cumprimento das obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais pela citada prestadora, aliás, por imposição do art.67, da Lei nº 8.666/93, que impõe inspeção rotineira.

Assim, mesmo que a contratação da empresa prestadora de serviços tenha ocorrido mediante licitação pública - o que poderia afastar a configuração da culpa in eligendo - a responsabilidade secundária da contratante poderá remanescer em face ao substrato da teoria da culpa in vigilando, que está associada à concepção de inobservância pelas tomadoras do dever de zelar pela incolumidade dos direitos trabalhistas dos empregados das empresas interpostas que lhes prestam serviço.

Conforme a decisão do STF, que reconheceu ser constitucional o dispositivo do art. 71, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93, há de se entender que não se pode transferir para a Administração Pública a responsabilidade "contratual" pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, mesmo quando não adimplidos pelo contratado.

Todavia, a responsabilidade decorrente de atos ilícitos não foi excluída nesse julgamento. Ao contrário, os votos dos Ministros do STF são claros em não excluir a responsabilidade da Administração Pública, quando seus agentes agirem com dolo ou culpa.

Em outras palavras, o Pleno do STF, ao declarar a constitucionalidade do art. 71 da Lei nº 8.666/93, somente vedou a transferência automática, fundada no mero inadimplemento, da responsabilidade da empresa prestadora de serviços para o ente público tomador de serviços, ressalvando que "isso não impedirá que a Justiça do Trabalho recorra a outros princípios constitucionais e, invocando fatos da causa, reconheça a responsabilidade da Administração, não pela mera inadimplência, mas por outros fatos".

Exatamente sob este matiz é que foi firmado o entendimento consolidado no item V da Súmula nº 331 do TST (reeditado após o julgamento da mencionada ADC 16), cujo teor estabelece,verbis:

[...]

Evidenciada, portanto, a conduta culposa da administração pública no cumprimento das obrigações dispostas na Lei nº 8.666/1993, inclusive quanto às circunstâncias da contratação - por ausência de prova de sua regularidade, e mormente daquelas insertas no art. 67 e parágrafos, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço, enquanto empregadora, incide sobre a contratante a responsabilidade subsidiária pelo pagamento dos títulos trabalhistas inadimplidos pela empresa contratada.

Isso, portanto, se encontra em perfeita sintonia com a exegese do art. 71 da Lei Geral de Licitações, segundo interpretação conferida pelo Excelso Pretório.

Ora, cediço que foi adotada pelo novel Código Civil a teoria da responsabilidade civil subjetiva para reparação do dano, segundo a qual o dever de indenizar nasce quando presentes os seguintes elementos: conduta ilícita qualificada pela existência de culpa, dano a outrem e nexo de causalidade entre o dano e o fato antijurídico imputável ao agente. Tal responsabilização nasce, outrossim, da combinação das normas insculpidas no caput do art. 927 e no art. 186.

A obrigação de fiscalização da execução de convênio, ou de qualquer outro instrumento que acarrete obrigação financeira para a Fazenda, tem respaldo nos artigos 58, III, e 67 da Lei 8.666/93 e cinge-se não apenas ao cumprimento do objeto pactuado, mas se estende à verificação de estar ou não a tomadora de serviços honrando seus encargos trabalhistas. Isso porque a mesma Lei Geral de Licitações impõe em seu art. 55, inciso XIII, a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, estando dentre as condições de habilitação, expressamente, a regularidade fiscal e trabalhista (art. 27, IV).

Assim é que o Poder Público, dotado de mecanismos de fiscalização, deve acompanhar a fiel execução dos termos do contrato/convênio, inclusive no que se refere ao cumprimento dos direitos trabalhistas daqueles que laboram em seu benefício e que,

via de regra, constituem a parte hipossuficiente da relação triangular. Isso porque detém a pessoa jurídica de direito público melhores condições para tanto, além de estar incumbida de tal mister, como se pode inferir da Lei Geral de Licitações que a obriga a nomear gestor para acompanhar os contratos (art. 67).

Em que pesem tais disposições legais, o fato é que do acervo probatório que dos autos consta não há provas do acompanhamento pelo fiscal do contrato do efetivo cumprimento daquelas obrigações impostas à contratada, tampouco da idoneidade da prestadora, como a exibição de certidões negativas do INSS e FGTS, e o condicionamento dos repasses da fatura mensal à apresentação da quitação dos encargos adimplidos no mês anterior.

Em verdade, é da Administração Pública a melhor aptidão para comprovar as medidas que teriam sido adotadas na fiscalização do contrato, daí porque o seu ônus probatório também se justifica pelo princípio da aptidão da prova.

Aliás, cabe ao recorrente estatal acionar a citada empresa, de forma regressiva, para ser ressarcido dos valores que pagar e pagou, a fim de que não se eternize sua omissão no trato da coisa pública.

Ainda no tocante à responsabilidade do recorrente, o entendimento jurisprudencial mais recente do c. TST, em face da decisão do excelso Supremo Tribunal Federal que declarou constitucional o art. 71 da Lei 8.666/93 (ADC 16/DF), é o de que remanesce a responsabilidade subsidiária dos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista pelos direitos trabalhistas do empregado locado não adimplidos pelo empregador, sempre que os referidos entes públicos, tomadores dos serviços, sejam omissos na escolha da empresa prestadora e na fiscalização das obrigações do respectivo contrato (Súmula 331, inciso IV, do Tribunal Superior do Trabalho).

Nesse sentido, veja-se o seguinte julgado,in verbis:

[...]

O próprio Supremo Tribunal Federal esclareceu que, a despeito de ter considerado constitucional o §1° do art. 71 da Lei n.° 8.666/93, a responsabilização do poder público deveria ser examinada diante de cada caso concreto, nos seguintes termos:

[...]

No caso, reforce-se, a responsabilidade do recorrente, decorre, das culpas "in eligendo" e "in vigilando" encontra guarida, ainda, no chamado risco administrativo, cuja doutrina tem assento constitucional (art. 37, § 6º), segundo o qual "as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

Destarte, não há admitir-se que o recorrente contrate mão de obra terceirizada para atividade permanente diretamente vinculada a sua própria esfera de atuação, e, desta feita, intente eximir-se de qualquer responsabilidade, máxime ao restar demonstrado que, com efeito, se beneficiara do labor da parte empregada.

De se consignar que não merece ser acolhido o argumento de que descabe a condenação subsidiária de verbas trabalhistas e rescisórias ante o que prevê o art. 71, § 1º, da Lei 8.666/93. É devida ao devedor principal e apenas será obrigação do recorrente na hipótese de inadimplemento dessa parcela e é devido conforme está previsto no Item VI, da Súmula 331, do TST,verbis:

[...]

Observe-se que, mencionado entendimento do TST visa evitar a supressão de direitos dos trabalhadores, que não teriam garantido o pagamento das verbas trabalhistas inadimplidas pela prestadora por incúria do tomador de serviços com relação ao dever de fiscalização dos contratos por ele celebrados.

Desse modo, a condenação subsidiária alcança todas as parcelas decorrentes da condenação, devendo o responsável subsidiário, em caso de inadimplemento, arcar com o pagamento integral dos encargos que seriam inicialmente de responsabilidade do devedor principal.

O ente público alega que não pode subsistir a sua responsabilização subsidiária, em razão do disposto no art. 71, §1º, da Lei 8.666/1993. Argumenta que não ficou demonstrada a culpa in vigilando. Aduz, ainda, ser da parte reclamante o ônus da prova relacionada à culpa in vigilando.

Aponta violação dos arts. 5.º, XXXV e LIV, e 37, caput e §6º, 97 e 102, §2º da Constituição Federal; 71, §1º, da Lei 8.666/1993; 373, I, do CPC e 818, I, da CLT, bem como contrariedade à Súmula 331, item V, do TST, à Súmula Vinculante 10 do STF e à decisão no ADC 16 e no Recurso Extraordinário 760.931 do STF. Transcreve arestos.

Analiso.

Inicialmente, há de se afastar a alegação de violação ao art. 5º, inciso II, da Constituição Federal, uma vez que a análise das matérias suscitadas no agravo não se exaure na Constituição Federal, demandando que se interprete o conteúdo da legislação infraconstitucional própria, motivo pelo qual ainda que se considere a possibilidade de ter havido violação do texto constitucional, esta seria meramente indireta e reflexa, o que não justifica o manejo do presente recurso, nos termos da Súmula 636 do STF.

Não há que se falar, igualmente, em violação ao art. 5º, LV, porquanto assegurados o acesso ao Judiciário, o devido processo legal, o contraditório e aampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, a disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte, por si só, não caracteriza cerceamento de defesa, nem negativa de prestação jurisdicional.

No julgamento dos embargos de declaração nos autos do RE-760931/DF, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua jurisprudência acerca da responsabilidade da Administração Pública quanto ao pagamento de verbas trabalhistas devidas a empregados que a esta prestam serviços de maneira terceirizada.

Em um primeiro momento, a Corte Constitucional ratificou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei 8.666/93, na linha do que já havia decidido na ADC 16.

Em um segundo instante, fixou-se a tese no sentido de que "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93". Aqui, deixou-se evidente que o inadimplemento da empresa terceirizada não autoriza, por si só, o redirecionamento da responsabilidade à Administração Pública. Com efeito, embora seja possível a responsabilização do ente púbico, não é o inadimplemento o seu pressuposto único. Aliás, a equilibrada decisão do Supremo Tribunal Federal deixou claro que a expressão "automaticamente", contida na tese, teve como objetivo possibilitar ao trabalhador a responsabilização do ente público "dependendo de comprovação de culpa in eligendo ou culpa in vigilando, o que decorre da inarredável obrigação da administração pública de fiscalizar os contratos administrativos firmados sob os efeitos da estrita legalidade" (voto do Min. Edson Fachin, redator do acórdão do ED-RE760931/DF).

Portanto, ficou decidido no julgamento do recurso extraordinário (e reafirmado no julgamento dos embargos de declaração) que é

possível responsabilizar a Administração Pública pelo pagamento das verbas trabalhistas devidas a empregados das empresas terceirizadas, de maneira subsidiária, quando constatada a omissão na sua atuação, que é obrigatória, sendo vedada a presunção de culpa.
Sendo assim, diferentemente da posição que esta 2ª Turma vinha adotando (com ressalva de entendimento pessoal de seus integrantes) - por entender que o Supremo Tribunal Federal havia também firmado entendimento no sentido de que seria do trabalhador o ônus da prova da omissão na fiscalização pelo ente da Administração Pública -, o Supremo Tribunal não firmou tese processual acerca da distribuição do onus probandi.
Dessa forma, as regras de distribuição do ônus da prova continuam a observar os dispositivos infraconstitucionais que as regulam, a exemplo dos arts. 373 do CPC/2015 e 818 da CLT.
Dito isso, é a Administração Pública que tem a aptidão para a prova da fiscalização do contrato administrativo de prestação de serviços (aspecto subjetivo do ônus da prova), obrigação que decorre da própria Lei de Licitações (arts. 58, III, e 67 da Lei 8.666/93), na linha do que definiu o Supremo Tribunal Federal.
Sendo assim, nos casos em que não há prova de fiscalização, deve o julgador decidir contrariamente à parte que tinha o ônus probatório e dele não se desincumbiu: é a própria adoção da distribuição do ônus da prova como regra de julgamento (aspecto objetivo do ônus da prova).
No caso, especificamente no que diz respeito à caracterização da culpa do ente público, o Tribunal Regional consignou o seguinte:

Em que pesem tais disposições legais, o fato é que do acervo probatório que dos autos consta não há provas do acompanhamento pelo fiscal do contrato do efetivo cumprimento daquelas obrigações impostas à contratada, tampouco da idoneidade da prestadora, como a exibição de certidões negativas do INSS e FGTS, e o condicionamento dos repasses da fatura mensal à apresentação da quitação dos encargos adimplidos no mês anterior.
Em verdade, é da Administração Pública a melhor aptidão para comprovar as medidas que teriam sido adotadas na fiscalização do contrato, daí porque o seu ônus probatório também se justifica pelo princípio da aptidão da prova.

Conforme se observa, o Tribunal Regional considerou que não foi comprovada a fiscalização pelo ente público, julgando procedente o pedido de responsabilização subsidiária da Administração Pública. Neste sentido, não merece reparos a decisão regional.
Cito precedentes deste Tribunal Superior do Trabalho, inclusive da SBDI-1/TST, nos quais é atribuído ao ente público o ônus da prova da fiscalização:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido " (E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020).

"AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA SEM O RECONHECIMENTO DA TRANSCENDÊNCIA EM RAZÃO DE NÃO TER HAVIDO TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA DE RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DE ÓRGÃO PÚBLICO POR CULPA IN VIGILANDO. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL DO STF. ÔNUS DA PROVA. I - O não reconhecimento do pressuposto recursal da transcendência da matéria veiculada no recurso de revista radica na premissa de que, no caso concreto, a Corte Regional firmou a sua convicção nas provas produzidas ao reputar evidenciada a conduta omissiva do órgão público na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas contraídas pela empresa prestadora dos serviços, caracterizando a culpa in vigilando da administração pública, nos moldes da Súmula nº 331, V e VI, do TST e nos limites da decisão proferida pelo STF na ADC 16/DF. Portanto, não houve desrespeito ao julgamento do STF no RE 760.931 (Tema 246 do ementário de repercussão geral). II - Consoante decisão do STF, "quando do julgamento do RE 760.931, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 11.09.2017, não se fixou regra sobre a distribuição do ônus probatório nas ações que debatem a responsabilidade subsidiária da Administração Pública em decorrência da culpa in vigilando nos contratos de terceirização.

Não destoa desse entendimento acórdão que, ante as peculiaridades do caso concreto, impõe à Administração a prova de diligência. Agravo regimental a que se nega provimento. (Rcl 35907 AgR, Relator: Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma - DJe-19-12-2019)". III - Em vista do posicionamento do STF sobre o tema, a SbDI-1 do TST, órgão que uniformiza a jurisprudência interna corporis , firmou entendimento no sentido de que é do poder público o ônus da demonstrar que fiscalizou adequadamente os contratos de prestação de serviços por ele firmados, por constituir dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e outras obrigações impostas à administração pública por diversas normas legais (TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, sessão de 12.12.2019). Agravo a que se nega provimento" (Ag-RR-100330-27.2017.5.01.0205, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 17/08/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. TOMADOR DE SERVIÇOS. FISCALIZAÇÃO NÃO DEMONSTRADA. ÔNUS DA PROVA. Em recente decisão, no julgamento dos embargos de declaração nos autos do RE-760931/DF, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua jurisprudência acerca da responsabilidade da Administração Pública quanto ao pagamento de verbas trabalhistas devidas a empregados que a ela prestam serviços de maneira terceirizada. Em um primeiro momento, a Corte Constitucional ratificou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei 8.666/93, na linha do que já havia decidido na ADC 16. Em um segundo instante, fixou-se a tese no sentido de que "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Aqui, deixou-se evidente que o inadimplemento da empresa terceirizada não autoriza, por si só, o redirecionamento da responsabilidade à Administração Pública. Com efeito, embora seja possível a responsabilização do ente púbico, não é o inadimplemento o seu pressuposto único . Aliás, a equilibrada decisão do Supremo Tribunal Federal deixou claro que a expressão "automaticamente" contida na tese teve como objetivo possibilitar ao trabalhador a responsabilização do ente público, "dependendo de comprovação de culpa in eligendo ou culpa in vigilando , o que decorre da inarredável obrigação da administração pública de fiscalizar os contratos administrativos firmados sob os efeitos da estrita legalidade" (voto do Min. Edson Fachin, redator do acórdão do ED-RE760931/DF). Portanto, ficou decidido no julgamento do recurso extraordinário (e reafirmado no julgamento dos embargos de declaração) que é possível responsabilizar a Administração Pública pelo pagamento das verbas trabalhistas devidas a empregados das empresas terceirizadas, de maneira subsidiária, quando constatada a omissão na sua atuação , que é obrigatória, sendo vedada a presunção de culpa . Sendo assim, diferentemente da posição que esta 2ª Turma vinha adotando (com ressalva de entendimento pessoal de seus integrantes) - por entender que o Supremo Tribunal Federal havia também firmado entendimento no sentido de que seria do trabalhador o ônus da prova da omissão na fiscalização pelo ente da Administração Pública -, o Supremo Tribunal não firmou tese processual acerca da distribuição do onus probandi. Nesse sentido, as regras de distribuição do ônus da prova continuam a observar os dispositivos infraconstitucionais que as regulam, a exemplo dos arts. 373 do CPC/2015 e 818 da CLT. Dito isso, é a Administração Pública quem tem a aptidão para a prova da fiscalização do contrato administrativo de prestação de serviços (aspecto subjetivo do ônus da prova), obrigação que decorre da própria Lei de Licitações (arts. 58, III, e 67 da Lei 8.666/93), na linha do que definiu o Supremo Tribunal Federal. Assim, nos casos em que não há prova de fiscalização, deve o julgador decidir contrariamente à parte que tinha o ônus probatório e dele não se desincumbiu: é a própria adoção da distribuição do ônus da prova como regra de julgamento (aspecto objetivo do ônus da prova). No caso, o Tribunal Regional considerou que não foi comprovada a fiscalização pelo ente público, julgando procedente o pedido de responsabilização subsidiária. Decisão em harmonia com o entendimento consolidado na Súmula 331, V, do TST. Precedentes. Agravo de instrumento de que se conhece e a que se nega provimento" (AIRR-2013-42.2016.5.07.0017, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 18/09/2020).

"RECURSO DE REVISTA. JULGAMENTO ANTERIOR POR ESTA 3ª TURMA. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS PARA EVENTUAL EMISSÃO DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ARTIGO 1.030, INCISO II, DO CPC. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. ENTIDADES ESTATAIS. ENTENDIMENTO FIXADO PELO STF NA ADC Nº 16-DF. SÚMULA 331, V, DO TST. ART. 71, § 1º, DA LEI 8.666/93. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. JURISPRUDÊNCIA VINCULANTE DO STF. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE CONDUTA CULPOSA NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DA LEI 8.666/93. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NO TOCANTE À AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. ENCARGO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEGUNDO INTERPRETAÇÃO DA SBDI-1/TST À JURISPRUDÊNCIA DO STF, A PARTIR DA DECISÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROFERIDA NOS AUTOS DO RE-760.931/DF. Em observância ao entendimento fixado pelo STF na ADC nº 16-DF, passou a prevalecer a tese de que a responsabilidade subsidiária dos entes integrantes da Administração Pública direta e indireta não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada, mas apenas quando explicitada no acórdão regional a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei 8.666, de 21.6.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. E o STF, ao julgar, com repercussão geral reconhecida, o RE-760.931/DF, confirmou a tese já explicitada na anterior ADC nº 16-DF, no sentido de que a responsabilidade da Administração Pública não pode ser automática, cabendo a sua condenação apenas se houver prova inequívoca de sua conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos. Provocado o STF, em sede de embargos de declaração, sobre o alcance da decisão proferida nos autos do RE-760.931/DF, sobretudo quanto ao ônus de prova da fiscalização do adimplemento das obrigações contratuais trabalhistas no curso do pacto celebrado entre o ente privado e a Administração Pública, o recurso foi desprovido. Em face dessa decisão, em que o Supremo Tribunal Federal não delimitou - como foi questionado nos embargos de declaração - a matéria atinente ao ônus da prova da fiscalização do contrato, compreendeu a SBDI-1 do TST, em julgamento realizado em 12.12.2019, nos autos dos Embargos E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, que a deliberação acerca da matéria, dado o seu caráter eminentemente infraconstitucional, compete à Justiça do Trabalho. E, manifestando-se expressamente sobre o encargo probatório, fixou a tese de que é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços, suplantando, assim, o

entendimento de que seria do empregado tal encargo processual. Ressalte-se que, ainda que não haja transferência automática da responsabilidade (não incide, nesses casos, a culpa presumida, segundo o STF), tem o tomador de serviços estatal o ônus processual de comprovar seus plenos zelo e exação quanto ao adimplemento de seu dever fiscalizatório (art. 818, II e § 1º, CLT; art. 373, II, CPC/2015). Por essas razões, se a entidade pública não demonstra a realização do efetivo controle sobre o contrato, deve ser responsabilizada subsidiariamente pela satisfação das obrigações trabalhistas inadimplidas pela empregadora. É preciso - reitere-se - deixar claro que, se a entidade estatal fizer prova razoável e consistente, nos autos, de que exerceu, adequadamente, o seu dever fiscalizatório, não pode ocorrer a sua responsabilização, pois isso configuraria desrespeito à jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal. Consequentemente, no caso concreto, em face de a decisão do TRT estar em consonância com o atual posicionamento desta Corte sobre a matéria e mantida a decisão que não conheceu do recurso de revista, sem proceder ao juízo de retratação, nos termos do art. 543-B, § 3º, do CPC, devolvam-se os autos à Vice-Presidência desta Corte Superior" (RR-21306-14.2014.5.04.0029, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 18/09/2020).

"I. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA 13.467/2017. 1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ÔNUS DA PROVA. SÚMULA 331, V, DO TST. DECISÃO PROFERIDA PELA SUBSEÇÃO 1 ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS (SBDI-1), NO JULGAMENTO DO E-RR-925-07.2016.5.05.0281, EM 12/12/2019. ATRIBUIÇÃO AO ENTE PÚBLICO DO ÔNUS PROBATÓRIO ACERCA DA REGULAR FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA. 1. De acordo com o artigo 896-A da CLT, o Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, deve examinar previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica. No presente caso, o Tribunal Regional decidiu a questão com amparo no ônus probatório acerca da conduta culposa do tomador de serviços. A SBDI-1 desta Corte, no recente julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em 12/12/2019, com sua composição plena, entendeu que o Supremo Tribunal Federal não firmou tese acerca do ônus da prova da culpa in vigilando ou da culpa in eligendo da Administração Pública tomadora dos serviços, concluindo caber ao Ente Público o ônus de provar a efetiva fiscalização do contrato de terceirização. Trata-se, portanto, de " questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista ", nos termos do art. 896-A, IV, da CLT, o que configura a transcendência jurídica da matéria em debate . 2. A Suprema Corte, ao julgar a ADC 16/DF e proclamar a constitucionalidade do § 1º do artigo 71 da Lei 8.666/93, não afastou a possibilidade de imputação da responsabilidade subsidiária aos entes da Administração Pública, por dívidas trabalhistas mantidas por empresas de terceirização por eles contratadas, desde que configurada conduta culposa, por omissão ou negligência, no acompanhamento da execução dos contratos de terceirização celebrados, nos moldes da Súmula 331, V, do TST. Ainda, no julgamento do RE 760931, o Supremo Tribunal Federal, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93 ". A partir da análise dos fundamentos lançados no debate travado no âmbito do Supremo Tribunal Federal para se concluir acerca da responsabilização do Ente da Administração Pública, em caráter excepcional, deve estar robustamente comprovada sua conduta culposa, não se cogitando de responsabilidade objetiva ou de transferência automática da responsabilidade pela quitação dos haveres em razão do simples inadimplemento das obrigações trabalhistas pela prestadora de serviços. 3. A SBDI-1 desta Corte, após análise dos debates e dos votos proferidos no julgamento do RE 760931, entendeu que o Supremo Tribunal Federal não firmou tese acerca do ônus da prova da culpa in vigilando ou in eligendo da Administração Pública tomadora de serviços. Ponderou que o STF rejeitou o voto lançado pelo redator designado, Ministro Luiz Fux, no julgamento dos embargos declaratórios opostos em face da referida decisão, no qual ressaltou a impossibilidade da inversão do ônus da prova ou da culpa presumida da Administração Pública. Asseverou que, após o aludido julgamento, o entendimento de que não teria havido posicionamento acerca do ônus probatório - se do empregado ou da Administração Pública - passou a prevalecer, inclusive na resolução de Reclamações Constitucionais apresentadas perante aquela Corte. Destacou que a definição quanto ao ônus da prova acerca da regular fiscalização do contrato de terceirização fica a cargo desta Corte. Concluiu, assim, que o Ente Público, ao anotar a correta fiscalização da execução do contrato de terceirização, acena com fato impeditivo do direito do empregado, atraindo para si o ônus probatório, nos termos dos artigos 333, II, do CPC/73, 373, II, do CPC/2015 e 818 da CLT, acrescentando que atribuir ao empregado o ônus de provar a fiscalização deficiente por parte do Poder Público significa conferir-lhe o encargo de produzir provas de difícil obtenção (E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Julgado em: 12/12/2019). 4. Nesse cenário, a Corte Regional, ao destacar que competia ao Ente Público provar que fiscalizou a execução do contrato de prestação de serviços, proferiu acórdão em conformidade com o atual entendimento da SBDI-1 desta Corte, incidindo a Súmula 333/TST e o artigo 896, § 7º, da CLT como óbices ao processamento da revista. Agravo de instrumento não provido. II. RECURSO DE REVISTA ADESIVO DA RECLAMANTE. ARTIGO 997, III, DO CPC/2015. Prejudicada a análise do recurso de revista adesivo ante o não processamento do recurso principal. Recurso de revista prejudicado" (AIRR-1000288-79.2017.5.02.0445, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SÚMULA N.º 331, V, DO TST. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. 1. Considerando o recente pronunciamento, pelo Supremo Tribunal Federal, acerca da constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação que lhe emprestou a Lei n.º 9.032/1995, e a repercussão da tese sufragada sobre a interpretação da legislação que rege o tema da responsabilidade subsidiária da Administração Pública pelos créditos trabalhistas dos terceirizados, bem como a existência de decisões conflitantes sobre a matéria, reconhece-se a transcendência jurídica da causa (artigo 896-A, § 1º, IV, da CLT). 2 . O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF, mediante acórdão publicado no DJe de 09/09/2011, reconheceu a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação que lhe emprestou a Lei n.º

9.032/1995. Na ocasião, a excelsa Corte sufragou tese no sentido de que a mera inadimplência da empresa contratada não justifica a transferência, para a Administração Pública, da responsabilidade pelo pagamento dos encargos resultantes da relação de emprego havida entre particulares. Ressalvou, todavia, o Supremo Tribunal Federal, que a conduta omissiva da Administração Pública, quanto ao seu poder-dever de fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações atribuídas à empresa contratada, rende ensejo ao reconhecimento da responsabilidade subsidiária do ente público. Nesse sentido, o voto condutor lavrado pelo Exmo. Ministro Cezar Peluso , segundo o qual o reconhecimento da constitucionalidade do dispositivo legal em comento " não impedirá que a Justiça do Trabalho continue reconhecendo a responsabilidade da Administração com base nos fatos de cada causa " (fl. 38), sendo certo que " o mero inadimplemento deveras não transfere, mas a inadimplência da obrigação da Administração é que lhe traz como consequência uma responsabilidade que a Justiça do Trabalho eventualmente pode reconhecer a despeito da constitucionalidade da lei " (fl. 46 - os grifos foram acrescidos). 3 . Nesse exato sentido passou a orientar-se a jurisprudência desta Corte superior, a partir da edição, pelo Tribunal Pleno, da Resolução n.º 174, de 24/05/2011, de que resultou a inserção do item V na Súmula n.º 331, cujo teor é o seguinte: " os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora . A aludida responsabilidade não decorre do mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada" (destaques acrescidos) . 4 . Atente-se, ainda, para o fato de que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema nº 246 de Repercussão Geral, nos autos do RE 760.931 (julgamento concluído no dia 30/3/2017 e acórdão publicado em 12/9/2017), fixou a seguinte tese: "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . 5 . Exsurge clara, daí, a conclusão de que, na mesma linha da tese sufragada na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF, entende o Supremo Tribunal Federal que não há falar em transferência automática à Administração Pública da responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas decorrentes do contrato mantido entre a empresa prestadora de serviços e seus empregados. 6 . O Supremo Tribunal Federal deliberadamente não definiu , na tese de Repercussão Geral fixada no RE n.º 760.931, a distribuição do ônus da prova , limitando-se a sufragar o entendimento de que " o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 ". 7 . Nesse contexto, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte superior, nos autos do processo n.º TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, em sessão de julgamento realizada em 12/12/2019, acórdão publicado em 22/5/2020, firmou entendimento no sentido de que incumbe ao ente público o ônus de comprovar a efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos de trabalho firmados entre a empresa prestadora dos serviços e seus empregados. 8 . Assim, resulta incensurável a decisão proferida pelo egrégio Tribunal Regional, que, examinando a situação concreta dos autos, constatou que a Administração Pública não cumpriu com sua obrigação de fiscalizar o adimplemento, pela empresa prestadora dos serviços, das obrigações a que submetida, por força de lei ou do contrato. Nesse sentido, registrou-se no acórdão prolatado pela Corte de origem que "no caso sob análise, o ente público agiu com culpa, uma vez que não efetuou os repasses financeiros à primeira ré, e tinha ciência do inadimplemento das verbas trabalhistas, aliás fato público e notório, de forma que não há falar em demonstração de culpa pelo empregado. Repiso que a recorrente não tomou qualquer providência efetiva para resguardar os créditos devidos aos trabalhadores da empresa contratada que lhe prestaram serviços . Portanto , ante a conduta culposa do ente público, resta configurada a sua responsabilidade subsidiária , nos termos da Súmula 331, V, do TST, e do entendimento adotado pelo STF na ADC 16" . 9. Tal premissa fática, insuscetível de revisão em sede extraordinária, revela-se suficiente a justificar a conclusão a que chegou a Corte de origem, no sentido de impor ao ente público a obrigação de arcar, de forma subsidiária, com o pagamento dos créditos trabalhistas reconhecidos à parte obreira. 10. Agravo de Instrumento a que se nega provimento." (AIRR-101269-05.2017.5.01.0432, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.015/2014. CPC/2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DE REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331 DO TST. DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL PACIFICADA NO ÂMBITO DESTA CORTE SUPERIOR. No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou no Tema 246, de repercussão geral, que: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em sede de embargos de declaração, ao rejeitar a solução proposta pelo Relator, deixou claro que não fixou tese quanto à definição do ônus da prova referente à efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de trabalho, por se tratar de matéria infraconstitucional, na linha de sua pacífica jurisprudência, de que são exemplos os seguintes precedentes: AI 405738 AgR, Rel. Min. Ilmar Galvão, 1ª T., julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, 2ª T., julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, 2ª T., julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T., julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator: Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg. em 11/11/2019. Nesse contexto, a SDI-1 desta Corte Superior, em sessão com sua composição completa, realizada no dia 12/12/2019, ao julgar o E-RR-925-07.2016.5.05.0281, assentou que caberia a esta Justiça Especializada resolver a aludida questão jurídica e definiu ser do tomador o encargo de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços, por ser obrigação que decorre de forma ordinária da aplicação sistemática de vários dispositivos da Lei nº 8.666/93, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público. No caso, o Tribunal Regional consignou que o ente público não se desincumbiu do ônus de provar haver sido diligente no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações

trabalhistas da empresa terceirizada. Assim, sua condenação subsidiária não contraria o fixado pelo Supremo Tribunal Federal e se alinha à jurisprudência pacificada no âmbito desta Corte Superior. Agravo de instrumento conhecido e não provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE AUTORA. JORNADA 12X36 HORAS. VALIDADE. NORMA COLETIVA. SÚMULA Nº 444 DO TST . AUSÊNCIA DE REGISTRO FÁTICO E TESE ACERCA DA DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME POR SUPOSTA PRESTAÇÃO HABITUAL DE HORAS EXTAS. SÚMULAS NºS 126 E 297 DO TST. Conforme entendimento consubstanciado na Súmula nº 444 desta Corte: " é válida, em caráter excepcional, a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. O empregado não tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas ". No caso, o Tribunal Regional, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, registrou a existência de acordo coletivo válido autorizando o regime de compensação da jornada de trabalho de 12x36h. Conclusão em sentido contrário demandaria o revolvimento de fatos e provas, o que não é admissível nesta instância extraordinária, consoante o teor da Súmula nº 126 do TST. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (AIRR-11354-26.2014.5.01.0051, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ÔNUS DA PROVA. 1. Cinge-se a presente controvérsia ao ônus da prova da fiscalização e da conduta culposa do ente público, por se tratar de elemento necessário à configuração da responsabilidade subsidiária da Administração Pública, segundo a diretriz perfilhada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC nº 16 e a tese fixada no RE nº 760.931, em sede de repercussão geral (Tema nº 246). 2 . A SDI-1 desta Corte, órgão de uniformização jurisprudencial interna corporis , firmou a compreensão de que a discussão atinente ao onus probandi não foi apreciada no referido precedente de repercussão geral, notadamente em razão do seu caráter infraconstitucional, incumbindo a este Tribunal Superior do Trabalho o enfrentamento da questão. E, assim, com base no princípio da aptidão para a prova e no fato de que a fiscalização constitui um dever legal, concluiu ser do ente público o encargo probatório de demonstrar a regular observância das exigências legais no tocante à fiscalização da prestadora dos serviços quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas. 3. Nesse contexto, a conclusão adotada pelo Tribunal de origem revela-se irrepreensível, pois a condenação subsidiária atribuída ao ente público não foi automática, mas decorreu da configuração da sua conduta culposa, porquanto não produziu nenhuma prova de que tenha fiscalizado a empresa contratada, ônus que lhe incumbia. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (AIRR-100442-15.2017.5.01.0037, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 18/09/2020).

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000650-41.2017.5.21.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	HERON HILGEMBERG
Advogado	Dr. Manoel Batista Dantas Neto(OAB: 1996/RN)
Advogado	Dr. João Hélder Dantas Cavalcanti(OAB: 1361/RN)
Advogado	Dr. Marcos Vinício Santiago de Oliveira(OAB: 1420-A/RN)
Agravado	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Walter Hipérides Santos de Lima(OAB: 3484/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- HERON HILGEMBERG

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (decisão publicada em 06/06/2019 e recurso de revista interposto em 18/06/2019).
Regular a representação processual.
Preparo inexigível por ser a parte beneficiária da gratuidade judiciária.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
1) PROTESTO INTERRUPTIVO DE PRESCRIÇÃO;
2) NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO;
3) INEXISTÊNCIA DE CARGO DE CONFIANÇA;
FUNDAMENTAÇÃO
Impõe-se destacar que cabe ao colendo TST, e não aos egrégios TRTs, examinar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica, ex vi do artigo 896-A da CLT.
Sobre a alegação de nulidade do acórdão por negativa de prestação jurisdicional e ausência de fundamentação, não há como receber o recurso, haja vista que o mérito das questões suscitadas foi enfrentado pelo Tribunal, que adotou tese explícita a respeito, não

se vislumbrando afronta ao art. 93, inciso IX, da Constituição Federal e art. 832 da CLT. Não é demais salientar, por outro lado, que eventual erro de julgamento não se confunde com negativa de prestação jurisdicional.
No tocante ao protesto interruptivo da prescrição, à configuração ou não de cargo de confiança e pedidos decorrentes, a análise das matérias debatidas implicaria o reexame do conjunto fático-probatório, o que encontra óbice na jurisprudência uniforme do TST, consubstanciada na Súmula 126, segundo a qual não se admite o processamento do recurso de revista quando a apreciação da matéria nele veiculada exigir o revolvimento de fatos e provas, sobre os quais as decisões das instâncias ordinárias detêm soberania, inviabilizando o seguimento do recurso por quaisquer alegações, inclusive por divergência jurisprudencial e contrariedade à legislação e à Súmula ou Orientação Jurisprudencial.
Ora, não se pode olvidar que o recurso de revista é eminentemente técnico e tem pressupostos rígidos de admissibilidade, não se destinando, pois, à análise da justiça do acórdão, tampouco a apreciar fatos e provas, mas sim a assegurar a vigência e aplicação da legislação trabalhista e uniformizar a jurisprudência da Justiça do Trabalho.
Sendo assim, impõe-se negar seguimento ao recurso de revista.
CONCLUSÃO
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso de revista à míngua de pressupostos legais de admissibilidade."

Não procede a alegada ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da legalidade (art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal) quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "nulidade por negativa de prestação jurisdicional", "protesto interruptivo da prescrição" e "cargo de confiança", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
A decisão reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula nº 126 desta Corte.
Não há de se falar em ausência da completa prestação jurisdicional, mas, tão somente, em decisão contrária aos anseios da parte recorrente. Atente-se que a configuração de negativa de prestação jurisidicional ocorre quando não há fundamentação. Logo, analisar o acerto ou não da decisão regional é matéria de mérito, não sendo legítima a tentativa de modificação por meio da preliminar arguida.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000590-68.2020.5.17.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	LOJAS SIPOLATTI COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
Advogado	Dr. Pedro Henrique Passoni Tonini(OAB: 17627-A/ES)
Agravado	WELINGTON LEONTINO SILVA
Advogado	Dr. Wisley Oliveira da Silva(OAB: 18249-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- LOJAS SIPOLATTI COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
- WELINGTON LEONTINO SILVA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis os termos da decisão agravada:

Insurge-se o recorrente contra o acórdão de Id 72b4057, em que a C. Turma decidiu afastar a prescrição declarada e determinar a baixa dos autos, para prosseguimento, conforme se entender de direito.
Todavia, inviável o apelo, nos termos do artigo 893, § 1.º, da CLT, porquanto a decisão regional, in casu, caracteriza-se como meramente interlocutória, não ensejando, por ora, a interposição de recurso de revista, uma vez que não se enquadra nas exceções previstas na Súmula n.º 214, do E. TST.
Publique-se e intimem-se.

Examino.
Não há que se falar em ofensa aos princípios constitucionais quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de

admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, quanto ao Juízo Regional de Admissibilidade, ressalte-se que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmula 214 e 266 do TST e no art. 896, §§ 1º e 2º, CLT.
O TRT deu provimento ao agravo de petição da parte exequente para afastar a prejudicial de prescrição acolhida e determinar a baixa dos autos ao Juízo de primeiro grau.
Trata-se, portanto, de decisão irrecorrível de imediato, dada a sua natureza de decisão interlocutória, em conformidade com a jurisprudência do TST, a teor da Súmula 214 do TST e do art. 896, § 1º, da CLT.
O recurso de revista, portanto, não merece conhecimento.
Por fim, registre-se que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000633-91.2019.5.07.0012

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ESTADO DO CEARÁ
Procurador	Dr. Othávio Cardoso de Melo
Agravado	CARLOS EDUARDO QUEIROZ DE SOUSA
Advogada	Dra. Maria do Socorro Andrade Leite(OAB: 10622-A/CE)
Agravado	C S N - CORPO DE SEGURANCA DO NORDESTE LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- C S N - CORPO DE SEGURANCA DO NORDESTE LTDA.
- CARLOS EDUARDO QUEIROZ DE SOUSA
- ESTADO DO CEARÁ

Insurge-se a parte agravante contra decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
OMinistério Público do Trabalhoopina pelo conhecimento e não provimento do Agravo de Instrumento.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos §§ 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
O Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no que concerne ao tema em destaque, consignou:

DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO TOMADOR.
[...]
A doutrina e a jurisprudência trabalhista sempre se manifestaram no sentido de que, em se tratando de contrato de prestação de serviços, para fornecimento de mão-de-obra, a inidoneidade financeira do locador importaria em responsabilidade subsidiária do tomador do serviço pelos direitos do empregado.
A jurisprudência foi consolidada, através do C. TST, que editou a súmula n° 331, nas suas várias versões, uma delas, inclusive, já após a decisão do SFT, na ADC nº 16, que declarou constitucional o art. 71 §1º, da Lei nº 8.666/93.
A responsabilização subsidiária do tomador de serviços, no entanto, ao contrário do que pensam muitos, não é baseada na súmula do TST, mas na legislação vigente.
Com efeito, duas são as principais teorias que o direito conhece, tendentes a fundamentar a responsabilidade civil de reparar os danos causados a outrem: a Teoria da Responsabilidade Objetiva e a Teoria da Responsabilidade Subjetiva.
A primeira - Teoria da Responsabilidade Objetiva - tem vários defensores, que entendem que a culpa tem conceito por demais impreciso e que, além do mais, em numerosos casos, a lei já prevê a responsabilidade sem culpa.
Por tal teoria, basta que haja a vulneração de um direito alheio e que haja relação de causalidade entre o dano e a fato imputável ao agente, para que surja a responsabilidade de indenizar, independentemente da conduta culposa do agente causador.
A segunda - Teoria da Responsabilidade Subjetiva - defende que a obrigação de indenizar surge com a concorrência de três elementos: a) a vulneração de um direito alheio; b) a relação de causalidade entre o dano e a fato imputável ao agente; e c) a ilicitude do ato pela existência de culpa, esta considerada "lato sensu".
Assim, tendo o agente praticado o ato dolosamente (plena vontade e prática direta do ato), ou por culpastricto sensu(por negligência, imprudência ou imperícia), restaria caracterizada a ilicitude do ato.
O Novo Código Civil, Lei Nº 10.406/2002, adota, tal como o Código Civil anterior, a responsabilidade subjetiva como regra geral da obrigação de reparar o dano. É o que se extrai de seu artigo 927, "caput".
É, portanto, por combinação determinada pelo próprio Código, que

os atos ilícitos que justificam a responsabilidade subjetiva são os referidos pelos artigos 186 e 187, do NCC.

Apenas para se fazer rápida citação, rememorando Washington de Barros Monteiro, tal teoria envereda, ainda, por várias distinções acerca do grau da culpa (grave, leve, ou levíssima) e sua natureza (contratual, extracontratual, "in eligendo", "in vigilando", "in committendo", "in omittendo", "in custodiendo", "in concreto", "in abstrato"), mas ressalta que, em qualquer de suas espécies, a culpa gera o dever de reparar o dano causado.

O Código Civil, no parágrafo único do art. 927, passou, entretanto, a aceitar, também, a Teoria da Responsabilidade Objetiva.

Restou, portanto, abrigada na legislação ordinária atual, ainda que com controvérsias, não só a reparação por responsabilidade decorrente de dolo ou culpa, mas, também, a hipótese de reparação do dano por responsabilidade objetiva, quando a lei assim o determinar, ou quando o dano decorrer do exercício de uma atividade que, conquanto normal do agente, possa ser considerada atividade que põe outrem em risco acentuado.

A responsabilidade, nas demandas em que se discutem direitos de trabalhadores contratados por empresas prestadoras de serviços, para fornecimento de mão de obra a determinados contratantes, chamado tomadores, pode ser decorrente de uma das várias modalidades de culpa, mas, geralmente, decorre da culpa em eleger uma empresa prestadora de serviços inidônea, inidoneidade que se configura no momento em que se omite em adimplir os direitos de seus empregados.

A responsabilidade da tomadora também pode decorrer do fato de não vigiar a conduta da prestadora em relação aos empregados, os quais, terceiros em relação ao tomador, prestariam serviços dentro do estabelecimento do tomador e em seu benefício, para desenvolvimento de sua atividade.

Os tribunais pátrios adotam, em regra, a teoria da responsabilidade subjetiva, em relação aos contratos de prestação de serviços.

Quanto à responsabilização da administração pública, por longo tempo se discutiu a possibilidade de a mesma vir a ser responsabilizada, tal qual empresa particular, mormente em face do disposto no artigo, 71, § 1º, da Lei 8.666/83, que, ao disciplinar as licitações públicas, assim dispõe:

[...]

A referida decisão do STF, na ADC nº 16, considerou que tal dispositivo é constitucional, o que tem levado a algumas especulações de que a Administração está livre para contratar mão-de-obra sob a forma de terceirização e não ser responsabilizada. Esta é, inclusive, a pretensão recursal.

Contudo, a resolução da questão não é tão simples assim.

O que o STF reconheceu foi que, por ser constitucional o dispositivo do art. 71, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93, não se pode transferir para a Administração Pública a responsabilidade "contratual" pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, mesmo quando não adimplidos pelo contratado.

Entretanto, resta bem claro no julgamento que essa decisão se refere à responsabilidade contratual e não à responsabilidade decorrente de danos causados por atos ilícitos.

A Ministra Carmem Lúcia é enfática neste aspecto:

[...]

Portanto, os votos dos Ministros do STF são claros em não excluir a responsabilidade da administração pública, quando seus agentes agirem com dolo ou culpa.

Partindo dessa premissa, a aplicação da norma do art. 71 § 1º, da Lei federal nº 8.666/93 pressupõe que a Administração Pública e o contratado tenham agido de acordo com as regras ajustadas, mediante o processo licitatório, tal como previsto do art. 66, da mesma lei, que assim prevê:

[...]

Em assim procedendo as partes contratantes, não há, realmente, como transferir a responsabilidade para a contratante.

Só que, para tanto, a própria Lei 8.666/83 é clara em impor responsabilidades ao ente público, em relação à execução do contrato, quando estabelece que o ente estatal, ao contratar tais serviços, tem a obrigação de acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, a teor, por exemplo, dos artigos 58, III, e 67:

[...]

Assim, a administração tem que fiscalizar a execução do contrato, seja para evitar prejuízos para si, seja para impedir prejuízos para terceiros, inclusive, e em especial, para o trabalhador que lhe presta serviços por interposta pessoa.

Saliente-se que, em havendo prejuízos para terceiro, é a própria Constituição Federal, que, no art. 37, § 6º da Constituição Federal, assim determina:

[...]

Logo, na hipótese de haver culpa de seu agente, ainda que por omissão na fiscalização, resta configurada a responsabilidade da administração, em relação ao terceiro, sem nenhum prejuízo para a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei 8.666/93.

Em assim sendo, o artigo, 71, § 1º, da Lei 8.666/93, que disciplinou as licitações públicas, ainda que constitucional, no entender do Pretório Excelso, não exclui a incidência das outras Normas Constitucionais acima referidas, quando restar evidente o dolo, ou a culpa, que causem prejuízos para terceiro.

Em se tratando de ente público, cuja escolha do contratado decorre de licitação, não há como reconhecer dolo ou a culpa "in eligendo", já que refoge de sua competência material a declaração judicial em relação ao contrato.

Entretanto, é possível reconhecer a culpa do agente da administração em vigiar o exato cumprimento do contrato, em relação aos trabalhadores.

Cabe, aqui, citar posicionamento do Juiz do Trabalho, Jonatas Rodrigues de Freitas, de Minas Gerais, que assevera:

[...]

Saliente-se, por fim, que a Súmula 331, do C. TST, foi alterada em face da decisão do STF e passou a ter a seguinte redação:

[...]

Portanto, a Súmula 331 continua podendo, sim, ser aplicada, em tese, à Administração Pública, nessas hipóteses já referidas, sempre lembrando que não é a súmula que determina essa responsabilidade, mas o Diploma Substantivo Civil, nos artigos 186 e 927, e a Constituição Federal, no art. 37, §6º.

No caso dos autos, é incontroverso, por ausência de impugnação especificada (art. 341,caput, do CPC), que a parte reclamante prestou serviços em prol do ESTADO DO CEARÁ durante o período reconhecido em sentença.

Além disso, analisando-se as provas acostadas ao feito pelo ente público (fls. 76/80), constata-se que o procedimento fiscalizatório adotado era incompleto e falho. Por oportuno, registra-se que a documentação acostada se refere a período posterior ao encerramento do vínculo empregatício entre as partes litigantes e, inclusive, à data de interposição da presente reclamação trabalhista.

Como se não bastasse, o documento de fl. 78 revela que a SETUR - Secretaria do Turismo do Estado do Ceará sequer localizou os registros do reclamante, o que denota fragilidade e que a recorrente somente passou a adotar cautela de fiscalização após o período em que o reclamante prestou serviços em seu âmbito.

Além da fragilidade da prova documental apresentada, ao aprofundar a análise do tema, percebe-se que algumas falhas bem

evidentes foram empreendidas, as quais contribuíram para, no mínimo, consolidar e agravar o dano gerado aos trabalhadores. O ESTADO DO CEARA não comprovou ter exigido ou extraído mensalmente ou por alguma periodicidade razoável a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Tal comprovação, exigida na fase de habilitação do procedimento licitatório (art. 29, V, Lei 8.666/1993), deve ser renovada ao longo da execução do contrato administrativo, a fim de atender ao comando inserto no art. 55, XIII, da Lei 8.666/1993 ["Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: (...) XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"]. Essa medida é salutar para garantir que a empresa prestadora mantém sua saúde financeira e, principalmente, respeita os direitos trabalhistas de seus empregados.

Demais disso, exigir que o reclamante procedesse a comprovação da falta de fiscalização do ente público equivaleria a atribuir-lhe a prova de um fato negativo, o que não pode ser tolerado. Inegavelmente, a Administração Pública é quem tem as reais condições de comprovar as medidas que teriam sido adotadas na fiscalização do contrato, daí porque o seu ônus probatório também se justifica pelo Princípio da Aptidão da Prova.

A respeito, leia-se os termos da iterativa, atual e notória jurisprudência do Colendo Tribunal Superior do Trabalho:

[...]

Registre-se que a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, em 26/04/2017, no julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 760931, é exatamente aquela que já havia sido consolidada na ADC 16: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". O tema "ônus probatório" não foi objeto de deliberação expressa, razão pela qual o aresto em nada muda a forma de pensar deste Relator, no particular.

Inclusive, em sessão realizada em 10/12/2019, a SBDI-I do Tribunal Superior do Trabalho, levando em conta esse precedente do STF, pacificou qualquer controvérsia sobre o tema ao assentar queo ônus de comprovar a regular fiscalização dos haveres trabalhistas da empresa contratada é do ente público tomador de serviços:

[...]

Aludido entendimento foi confirmado no recente julgado de 10/09/2020, divulgado no Informativo n. 224 do TST:

[...]

Assim, o descumprimento de tais deveres de cautela, no caso, atrai a configuração da culpain vigilandoe, consequentemente, implica na responsabilização subsidiária do ente público.

Vale ressaltar que a responsabilidade subsidiária abrange, inclusive, as penalidades aplicadas contra a primeira reclamada, nos termos do entendimento já consolidado pelo Tribunal Superior do Trabalho no item VI da Súmula 331 ("A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação, referentes ao período da prestação laboral").

Nega-se provimento.

O ente público alega que não pode subsistir a sua responsabilização subsidiária, em razão do disposto no art. 71, §1º, da Lei 8.666/1993. Argumenta que não ficou demonstrada a culpa in vigilando. Aduz, ainda, ser da parte reclamante o ônus da prova relacionada à culpa in vigilando.

Aponta violação dos arts. 5.º, LIV, LV, e 37, §6º, da Constituição Federal; 71, §1º, da Lei 8.666/1993; 373, I, do CPC e 818, I, da CLT, bem como contrariedade à Súmula 331, item V, do TST e à decisão no ADC 16 e no Recurso Extraordinário 760.931. Transcreve arestos.

Analiso.

Inicialmente, registro que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao Tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não se cogitando emusurpaçãode competência do TST.

Ademais, não há que se falar em violação ao art. 5º, XXXV, LIV e LV,da Constituição da República, porquanto assegurados o acesso ao Judiciário, o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, a disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte, por si só, não caracteriza cerceamento de defesa, nem negativa de prestação jurisdicional.

Na hipótese, o Tribunal Regional, instância soberana na análise do conjunto fático-probatório dos autos, declarou a culpa in vigilando do ente público. Logo, o acolhimento das alegações do agravante, no sentido de que não teria agido com culpa e, por consequência, não poderia ser responsabilizado, demandaria nova análise do conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 126 desta Corte Superior.

Destaque-se que o reconhecimento da culpa in vigilando não decorreu exclusivamente das regras de distribuição do ônus da prova, mas a partir da valoração do escopo probatório dos autos.

A condenação subsidiária do segundo reclamado tomador de serviços, ora agravante, resultou da relação mantida com a primeira reclamada prestadora de serviços e do proveito direto e continuado do labor da parte reclamante em suas dependências.

Embora não seja o tomador dos serviços o principal obrigado, deve ser responsabilizado subsidiariamente, por aplicação analógica do artigo 455 da CLT, pois se beneficiou do trabalho da parte reclamante.

Tal entendimento está fundamentado, ainda, no Princípio da Proteção, informador do Direito do Trabalho, bem como na culpa in vigilando.

Com efeito, adoto o entendimento vertido no item V da Súmula 331 do TST, em sua redação atual, litteris:

"(...)

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada. Não se pode conceber que ao delegar suas atividades-meio a um terceiro contratado, o tomador de serviços, quer empresa privada quer ente da administração pública, se exima das obrigações trabalhistas.

(...)"

A Administração Pública deve ficar alerta quanto ao cumprimento do contrato originalmente mantido com o empregado, sob pena de incorrer em culpa in vigilando e vir a responder por eventuais

omissões do empregador.
Não se pode olvidar, ainda, de que o tomador de serviços, in casu o ente público, beneficiou-se diretamente da força de trabalho do empregado da prestadora de serviços. A força de trabalho do empregado, por evidente, não pode ser devolvida, devendo, isto sim, ser contraprestada a contento.
Dado o caráter eminentemente tutelar do Direito do Trabalho, não se pode admitir que o empregado, hipossuficiente, fique à mercê de um contrato entre seu empregador e um terceiro que disponha sobre sua força de trabalho.
Tenho, assim, que a garantia subsidiária dos direitos trabalhistas pelo tomador do serviço é legítima, em virtude da responsabilidade mínima por ato de terceiro, harmonizado esse princípio à prevalência hierárquica do valor-trabalho e direitos laborais na ordem jurídica.
Dessa feita, nada mais razoável do que se responsabilizar subsidiariamente a tomadora de serviços no caso de inadimplemento por parte do empregador.
O fato de a contratação havida entre as partes reclamadas ter se dado por meio de licitação, sob a égide da Lei 8.666/93, não afasta a responsabilidade subsidiária do ente público.
Nesse sentido, a jurisprudência consolidada nesta Corte e no Supremo Tribunal Federal: Rcl 14729 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 09/12/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-025 DIVULG 05-02-2015 PUBLIC 06-02-2015; E-RR - 99700-88.2007.5.15.0121, Relator Ministro: Horácio Raymundo de Senna Pires, Data de Julgamento: 02/02/2012, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 30/11/2012; AIRR - 403-81.2013.5.10.0010, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 05/11/2014, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/11/2014; AIRR - 421-36.2013.5.18.0251, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 17/12/2014, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 19/12/2014; AIRR - 1297-15.2010.5.02.0033, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 05/11/2014, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/11/2014.
Quanto ao decidido pelo STF na ADC n° 16, vale repisar o entendimento adotado no TST, no sentido de que tal decisão não afasta, por completo, a responsabilidade do ente público tomador de serviços terceirizados. Nesse sentido, as seguintes ementas:

RECLAMAÇÃO - ALEGAÇÃO DE DESRESPEITO À AUTORIDADE DA DECISÃO PROFERIDA, COM EFEITO VINCULANTE, NO EXAME DA ADC 16/DF - INOCORRÊNCIA - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR DÉBITOS TRABALHISTAS (LEI Nº 8.666/93, ART. 71, § 1º) - ATO JUDICIAL DE QUE SE RECLAMA PLENAMENTE JUSTIFICADO PELO RECONHECIMENTO, NO CASO, POR PARTE DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, DE SITUAÇÃO CONFIGURADORA DE RESPONSABILIDADE SUBJETIVA (QUE PODE DECORRER TANTO DE CULPA "IN VIGILANDO" QUANTO DE CULPA "IN ELIGENDO" OU "IN OMITTENDO") - DEVER JURÍDICO DAS ENTIDADES PÚBLICAS CONTRATANTES DE BEM SELECIONAR E DE FISCALIZAR O CUMPRIMENTO, POR PARTE DAS EMPRESAS CONTRATADAS, DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS REFERENTES AOS EMPREGADOS VINCULADOS AO CONTRATO CELEBRADO (LEI Nº 8.666/93, ART. 67), SOB PENA DE ENRIQUECIMENTO INDEVIDO DO PODER PÚBLICO E DE INJUSTO EMPOBRECIMENTO DO TRABALHADOR - SITUAÇÃO QUE NÃO PODE SER COONESTADA PELO PODER JUDICIÁRIO - ARGUIÇÃO DE OFENSA AO POSTULADO DA RESERVA DE PLENÁRIO (CF, ART. 97) - SÚMULA VINCULANTE Nº 10/STF - INAPLICABILIDADE - INEXISTÊNCIA, NA ESPÉCIE, DE JUÍZO OSTENSIVO, DISFARÇADO OU DISSIMULADO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE QUALQUER ATO ESTATAL - CARÁTER SOBERANO DO PRONUNCIAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS SOBRE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA - CONSEQUENTE INADEQUAÇÃO DA VIA PROCESSUAL DA RECLAMAÇÃO PARA EXAME DA OCORRÊNCIA, OU NÃO, DO ELEMENTO SUBJETIVO PERTINENTE À RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA OU DA ENTIDADE PÚBLICA TOMADORA DO SERVIÇO TERCEIRIZADO - PRECEDENTES - NATUREZA JURÍDICA DA RECLAMAÇÃO - DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL DO INSTRUMENTO RECLAMATÓRIO - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO." (Rcl 16094 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 19/11/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-021 DIVULG 30-01-2015 PUBLIC 02-02-2015)

A decisão proferida pela Suprema Corte no julgamento do RE 760.931/DF, com repercussão geral, também não impede o reconhecimento de responsabilidade subsidiária em casos como o presente, em que a condenação do ente público não decorre automaticamente do inadimplemento dos encargos trabalhistas, mas sim da conduta culposa da Administração, efetivamente comprovada à luz do quadro fático delineado nos autos, consoante registrou a Corte Regional.
Nesses termos, o reconhecimento da responsabilidade subsidiária da recorrente não implica afronta a qualquer artigo constitucional e legal, na medida em que estes devem ser interpretados de forma a não conflitar com as disposições legais e princípios que regem a prestação de trabalho, de sorte a não permitir que os trabalhadores fiquem desamparados. Importante salientar que a relação de emprego é tutelada por normas de índole social, que, mesmo em nível constitucional, são hierarquicamente superiores àquelas administrativas ou organizacionais.
O TRT decidiu em harmonia com a jurisprudência consolidada deste Tribunal Superior do Trabalho representada pela Súmula 331, V.
Por fim, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000074-96.2019.5.05.0463

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A.
Advogado	Dr. Fabiana Rodrigues Rocha(OAB: 16784/BA)
Advogado	Dr. Thiago Santos Vasconcelos Cruz(OAB: 26762-A/BA)
Agravado	EMERSON RAMOS ALMEIDA

Advogado	Dr. José Fábio Rodrigues(OAB: 44143-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMERSON RAMOS ALMEIDA
- EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 321/332) interposto em face da decisão (fls. 313/315) do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região que denegou seguimento ao recurso de revista.
Houve apresentação de contraminuta (fls. 524/531) e de contrarrazões (fls. 532/537) ao recurso interposto.
Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado, interposto tempestivamente (intimação da decisão denegatória em 1º/06/2021 e apelo protocolado em 14/06/2021), preparo regular.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "EXECUÇÃO PELO REGIME DE PRECATÓRIOS", "EQUIPARAÇÃO SALARIAL", "EXCLUSÃO DE PERÍODOS NÃO LABORADOS" e "ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA".
Analiso.
Quanto ao primeiro tópico, verifico que o recurso de revista encontra-se desfundamentado à luz do art. 896 da CLT, em razão da ausência de indicação de ofensa a dispositivo de lei federal ou da Constituição Federal, de contrariedade a enunciado de jurisprudência ou de transcrição de arestos divergentes. Ressalte-se que os arestos oriundos do STJ e STF são inservíveis para o cotejo de teses, já que não se amoldam às exigências do art. 896, "a", da CLT.
Quanto aos demais tópicos, verifico que a reclamada não cumpriu a exigência prevista no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.
Com efeito, nas razões do recurso de revista, a reclamada não transcreveu ou indicou os trechos do acórdão regional que consubstanciam o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, não bastando ao cumprimento da exigência legal o mero resumo da decisão recorrida.
Logo, inviável o processamento do recurso de revista, tendo em vista a não observância do requisito legal.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000679-98.2016.5.09.0022

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	GENEI ALVES CARDOSO
Advogada	Dra. Elisângela Soares(OAB: 38437/PR)
Agravado	OGMO/A - ÓRGÃO GESTOR DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DE ANTONINA E OUTRO
Advogado	Dr. Adriano Dutra Emerick(OAB: 45133-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENEI ALVES CARDOSO
- OGMO/A - ÓRGÃO GESTOR DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DE ANTONINA E OUTRO

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Outras Relações de Trabalho / Trabalhador Avulso / Portuário.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Formação, Suspensão e Extinção do Processo / Condições da Ação / Legitimidade Ativa.
Alegação(ões):
- violação do(s) artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.
- violação da (o) inciso III do artigo 81 do Código de Defesa do Consumidor.
- divergência jurisprudencial.
O autor pretende a declaração da legitimidade para figurar no polo ativo da demanda, por versar a demanda sobre direitos individuais homogêneos.
Fundamentos do acórdão recorrido:
"A ilegitimidade do reclamante para a realização dos referidos pleitos mostra-se ainda mais evidente ao se analisar a matéria sob a perspectiva da coisa julgada eventualmente produzida.
Uma vez que a presente demanda corresponde à ação meramente individual, há apenas a existência de coisa julgada inter partes (ou pro et contra), nos termos do art. 506 do NCPC ("A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros").
Ocorre, no entanto, que os pleitos da parte autora buscam uma tutela ampla, que não restringiria sua eficácia à relação entre o reclamante e os reclamados, afetando um número indeterminado de pessoas, o que inclui não somente os atuais trabalhadores portuários, mas também futuros obreiros, destinatários em potencial da norma.
Logo, por meio de pedidos como, por exemplo, o de "determinar que a 2ª ré se abstenha de trabalhar com colaboradores fora do sistema", busca-se um provimento jurisdicional com eficácia erga omnes, o que é indevido em ações individuais.
Note-se que, ante as grandes repercussões decorrentes da eficácia erga omnes das decisões judiciais, o ordenamento jurídico delineou as hipóteses restritas (numerus clausus) em que ela é possível. É o que ocorre, v.g., nas hipóteses de demandas coletivas, nos termos do art. 103 do CDC.
Dessa forma, o reclamante é parte ilegítima para pleitear direitos coletivos, uma vez que não se enquadra no rol de legitimados

previstos nos diplomas do microssistema coletivo, a exemplo daqueles indicados nos arts. 5º da Lei 7347/85 c/c 82 da lei 8.078/1990.

Frise-se: questões como a "declaração da ilegalidade das contratações", v.g., não são trazidas pelo reclamante como meras questões prejudiciais, mas sim como pedidos principais da demanda.

Por fim, apenas a título de reforço, como fundamento obiter dictum (ou acessório), deve-se destacar recente sentença proveniente deste Egrégio Tribunal, em sede de ação coletiva manejada pelo Parquet Trabalhista (nº 04066-2015-411-09-00-00, julgamento em 21/08/2017), na qual os réus Ogmo do Trab. Portuário Avulso do Porto Organ. de Antonina e Terminais Portuários da Ponta do Felix S.A foram condenados na seguintes obrigações:

"a) (OGMO) se abster de permitir que a empresa Terminais Portuários Ponta do Félix S/A contrate com vínculo por prazo indeterminado, para o exercício de atividades de capatazia, trabalhadores que não estejam antes registrados nos assentamentos do OGMO;

b) (TPPF) se abster de contratar com vínculo por prazo indeterminado, para o exercício de atividades de capatazia, trabalhadores que não estejam antes registrados nos assentamentos do OGMO;

c) (Ambos) providenciarem, no prazo de 6 meses, a dispensa dos trabalhadores sem registro no OGMO que foram contratados em maio e junho de 2015 para os as funções de "Auxiliar de Serviços Gerais" e "Operador de máquinas", bem como o pagamento de todas as verbas e cumprimento de todos os direitos trabalhistas garantidos à modalidade de "dispensa sem justa causa", para cada um, sob pena de multa diária de R$ 50.000,00 por trabalhador que permanecer irregular, os quais serão revertidos ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador);

d) (Ambos) oportunizar aos trabalhadores registrados no OGMO que à época foram aprovados pelos editais de 30/03/2015 e 09/04/2015, e ainda permanecem trabalhando, a manutenção no emprego, se assim desejarem".

Uma análise perfunctória das referidas obrigações estipuladas - as quais, note-se, muito se assemelham com os pleitos trazidos pelo reclamante em sua exordial - demonstra o nítido caráter metaindividual da demanda, com repercussões coletivas e difusas, que ultrapassam a esfera individual do reclamante afetando inclusive contratos de trabalho de outros indivíduos

É o que dessume, em particular, das obrigações impostas de: I) "providenciarem, no prazo de 6 meses, a dispensa dos trabalhadores sem registro no OGMO que foram contratados em maio e junho de 2015(...)"; e II) "oportunizar aos trabalhadores registrados no OGMO que à época foram aprovados pelos editais de 30/03/2015 e 09/04/2015, e ainda permanecem trabalhando, a manutenção no emprego".

Nesse diapasão, reputa-se correto o entendimento do magistrado de 1ª grau de que "a tutela pretendida pelo autor diz respeito a direito coletivo que abrange diversas categorias dos trabalhadores portuários avulsos, não podendo ser postulado individualmente, mas sim por meio da entidade sindical respectiva à categoria do autor, aliás, como já vem ocorrendo".

Ocorre, no entanto, que há ilegitimidade ativa do reclamante para os citados pleitos, não sendo caso de se adentrar ao mérito da demanda.

Logo, com a devida venia, considera-se que os referidos pedidos deveriam ser extintos sem julgamento de mérito ante a ilegitimidade da parte autora para o pleito.

Termos em que, declara-se, ex officio, a ilegitimidade ativa do reclamante em relação aos seguintes pleitos: I) "a declaração da ilegalidade das contratações feitas pelo 2º réu de trabalhadores não registrados junto ao 1º reclamado, conforme acima descrito desde a vigência da Lei 12.815/2013 (05/06/2013) e, por consequência, a nulidade das contratações realizadas fora do sistema desde a vigência da Lei, bem como, determinar que no caso de novo edital de contratação seja respeitada as exigência determinadas pelo PREPOM, bem como, o valor médio da hora trabalhada na forma avulsa"; e II) "determinar que a 2ª ré se abstenha de trabalhar com colaboradores fora do sistema, na função de capatazia (movimentação de mercadoria) dentro das instalações compreendidas na área do Porto Organizado, inclusive armazéns, sob pena de multa dia, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), ou outro valor a ser arbitrado por Vossa Excelência, sendo ela revertida aos trabalhadores registrados junto ao OGMO/Antonina na função de capatazia"."

Considerando os fundamentos expostos no acórdão "Ao analisar os pedidos do reclamante (...), verifica-se que seus pleitos extrapolam sua esfera individual atingindo direitos de outros membros da coletividade, o que impossibilita sua atuação ante o caráter coletivo da demanda. Isso porque não há autorização no ordenamento jurídico para o ajuizamento de ação pelo reclamante em prol dos citados direitos, sendo inolvidável ressaltar a adoção, pelo Brasil, do sistema ope legis, no qual os legitimados para as ações coletivas são determinados previamente pela lei. (...) Dessa forma, o reclamante é parte ilegítima para pleitear direitos coletivos, uma vez que não se enquadra no rol de legitimados previstos nos diplomas do microssistema coletivo (...) ", não se vislumbra possível ofensa direta e literal aos dispositivos invocados.

O recurso de revista também não se viabiliza por divergência jurisprudencial. Os precedentes extraídos dos autos CNJ 0000578-35.2012.5.04.0121, CNJ 0000046-76-2014.5.04.0352 e CNJ 1000543-19.2014.5.02.0000, tratam de matéria diversa da examinada no acórdão recorrido (ações ajuizadas por entidade sindical), o que impossibilita a confrontação de teses jurídicas. Quantos aos demais, porque oriundos de Turma deste Tribunal e de Turma do Tribunal Superior do Trabalho, não credenciam o recurso de revista por divergência entre julgados, nos termos do artigo 896, a, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Denego.

Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Material.

Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral.

Alegação(ões):

- violação do(s) artigo 5º, inciso V; artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal.
- violação da (o) §2º do artigo 40 da Lei nº 12815/2013; artigo 186 do Código Civil; artigo 927 do Código Civil.
- divergência jurisprudencial.

O autor pretende o deferimento do pagamento de indenização por dano moral e material em decorrência da contratação com vínculo empregatício, a prazo indeterminado, de trabalhadores avulsos não registrados junto ao OGMO. Alega que a diminuição na requisição causou "prejuízos à categoria organizada, que sofre não apenas com a redução das oportunidades de trabalho, mas também com o aviltamento da remuneração ".

Fundamentos do acórdão recorrido:

"É incontroverso que, desde 09/04/2012, o segundo réu contrata trabalhadores portuários avulsos da capatazia/arrumadores com supedâneo no acordo firmado com o Ministério Público do Trabalho, acostado às fls. 457/461.

Conforme esclarecido na defesa do 1º réu (OGMO), "em 09/04/12, a primeira ré firmou acordo na Ação Civil Pública nº. 00878-2008-322-09-00-3 com o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no qual restou consignado que o TPPF se compromete a requisitar junto ao OGMO/A, TPA's ou dar preferência na contratação mediante vínculo empregatício por prazo indeterminado, sendo que, na insuficiência de interessados, o mesmo oferecia a oportunidade às demais categorias profissionais vinculadas ao OGMO para a movimentação de carga. Caso ainda assim não houvesse interessados, poderia realizar a contratação, com vínculo empregatício por prazo indeterminado, trabalhadores não inscritos no OGMO/A"(fl. 255).
Também inconteste que, mesmo após a publicação da Lei nº 12.815/2013, em 05/06/2013, o segundo réu continuou contratando ditos colaboradores com base no acordo ajustado com o Ministério Público do Trabalho.
Segundo o 1º réu, "em que pese o artigo 40, da Nova Lei dos Portos tenha incluído a capatazia às contratações obrigatórias perante os TPAs, ainda é possível haver a contratação com vínculo de emprego por tempo indeterminado", com fundamento no art. 3º da Convenção 137 da OIT (fl. 256).
Tais alegações foram repetidas na defesa do segundo réu (Terminais Portuários da Ponta do Félix - TPPF) - fl. 417.
Data venia à referida tese defensiva, entendo assistir ao recorrente quanto à ilegalidade apontada.
O art. 26, parágrafo único, da Lei nº 8.630/1993, em vigor à época da celebração do acordo em referência, estabelecia:
"A contratação de trabalhadores portuários de estiva, conferência de carga, conserto de carga e vigilância de embarcações com vínculo empregatício a prazo indeterminado será feito, exclusivamente, dentre os trabalhadores portuários avulsos registrados".
Tal regramento não mencionava a função de capatazia.
Em razão dessa omissão, prevalecia o entendimento de que a contratação com vínculo empregatício para o desempenho da referida atividade deveria ocorrer prioritariamente dentre aqueles trabalhadores registrados junto ao OGMO, facultada a admissão de colaboradores de fora do sistema, na hipótese de vagas remanescentes.
Contudo, a nova Lei dos Portos (Lei nº 12.815/2013), publicada em 05/06/2013, trouxe um novo regramento para a questão.
É o que se extrai do seu art. 40, caput e § 2º:
"Art. 40. O trabalho portuário de capatazia, estiva, conferência de carga, conserto de carga, bloco e vigilância de embarcações, nos portos organizados, será realizado por trabalhadores portuários com vínculo empregatício por prazo indeterminado e por trabalhadores portuários avulsos.
(...) § 2º. A contratação de trabalhadores portuários de capatazia, bloco, estiva, conferência de carga, conserto de carga e vigilância de embarcações com vínculo empregatício por prazo indeterminado será feita exclusivamente dentre trabalhadores portuários avulsos registrados".
A redação do novo dispositivo evidencia que a Lei nº 12.815/2013 alterou a forma de contratação dos empregados de capatazia, determinando, expressamente, que a admissão desses trabalhadores seja efetuada exclusivamente dentre os colaboradores registrados junto ao OGMO.
Nesse sentido, as seguintes ementas proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho:
(...)
inafastável a conclusão de que o acordo firmado com o Ministério Público do Trabalho, na vigência da Lei nº 8.630/93, tornou-se inaplicável aos trabalhadores da capatazia após a entrada em vigor da nova Lei dos Portos.
Havendo, atualmente, expressa determinação legal em sentido contrário, não há como admitir a contratação de colaboradores de fora do sistema para as atividades desenvolvidas nos armazéns.
Considerando que é incontroverso que o segundo réu admitiu colaboradores não registrados junto ao OGMO, para trabalhar com vínculo empregatício por prazo indeterminado, na função de capatazia, em período posterior a 05/06/2013, premente reconhecer, incidentalmente, a ilegalidade de tais contratações.
Todavia, no caso dos autos, o autor não demonstrou na fase instrutória que as irregularidades tenham de alguma forma lhe trazido algum tipo de prejuízo, seja de ordem material ou moral.
Neste aspecto, conforme bem observado pelo magistrado de origem, nota-se que o autor afirmou em depoimento pessoal que não concorreu às vagas disponibilizada. Transcrevo, pois, o excerto do depoimento em questão:
"DEPOIMENTO DO(A) RECLAMANTE: inquirido(a) respondeu: "01) - o autor não é pescador e não tem outra atividade ; 02)- o autor trabalha como TPA na 2ª reclamada em média 5 ou dias na semana e ganha por mês em média R$ 1.000,00; 03)- em 2015 teve edital para trabalhar na 2ª reclamada e o depoente não se inscreveu porque estava fazendo serviço em casa e ai não foi lá porque neste tempo tinha feito cirurgia e estava encostado; 04)- não soube que teve outro edital em setembro de 2016; 05)- o autor disse que não precisa trabalhar registrado na 2ª reclamada pois está com 53 anos; Nada mais" (grifou-se).
Sendo assim, não tendo demonstrado o autor a existência de qualquer dano em seu patrimônio material ou imaterial, improcede o pleito ora formulado.
Termos em que, mantém-se a decisão de piso."
Na esteira do entendimento firmado por esta 4ª Turma acerca da matéria, acima transcrito, impõe-se a manutenção da Decisão vergastada.
Nego provimento ao recurso."
Observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.
As assertivas recursais não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal indicados.
Os arestos paradigmas mencionados no recurso de revista não atendem o propósito da parte recorrente porque tratam de situação diversa da examinada no acórdão recorrido, o que impossibilita a confrontação de teses jurídicas.
Aresto oriundo de Varas do Trabalho não atende o disposto no artigo 896, alínea "a", da Consolidação das Leis do Trabalho.
Denego.
CONCLUSÃO
Denego seguimento.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "ilegitimidade ativa - dano moral/material", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 296, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes,

a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000711-53.2016.5.06.0292

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	MANOEL BERTO DA SILVA FILHO
Advogado	Dr. Aurélio de Medeiros Lages Filho(OAB: 558-S/PE)
Agravado	NOELIA OLIVEIRA DA SILVA
Advogado	Dr. Joacy Fernandes Passos Teixeira(OAB: 18632-A/PE)
Agravado	JOSE CONSTANCIO NUNES DA SILVA
Advogado	Dr. Joacy Fernandes Passos Teixeira(OAB: 18632-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE CONSTANCIO NUNES DA SILVA
- MANOEL BERTO DA SILVA FILHO
- NOELIA OLIVEIRA DA SILVA

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA PARTE EXEQUENTE
Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2º, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis o teor da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Recurso tempestivo (decisão relativa aos embargos de declaração opostos por último publicada em 21/05/2021 - conforme aba expedientes do PJe; recurso apresentado em 02/06/2021 - Id 7d0298c).
Representação processual regular (Id 120c038).
Preparo inexigível.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
De acordo com o parágrafo 2º do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, o recurso de revista interposto na fase de execução somente tem cabimento na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) / Liquidação / Cumprimento / Execução (9148) / Desconsideração da Personalidade Jurídica DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) / Jurisdição e Competência (8828) / Competência (8829) / Competência da Justiça do Trabalho

Alegação(ões):
- violação do(s) incisos II e LV do artigo 5º; inciso IX do artigo 114; artigo 125 da Constituição Federal.
- contrariedade à Súmula 480 do STJ Fundamentos do acórdão recorrido (Id 1ec6e9f):
O inconformismo dos agravantes prospera.
Pois, deferido o processamento da recuperação judicial, e definido o crédito laboral, exaure-se a competência da Justiça do Trabalho para promover qualquer ato executório em desfavor do devedor recuperando, inclusive, em relação a sócios, controladores, ou administradores, os quais poderão vir a ser responsabilizados, pessoalmente, pelo débito exequendo, no Juízo Universal, a teor do disposto nos artigos 6º e 82, da Lei nº 11.101/2005, in verbis:
"A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário."
"A responsabilidade pessoal dos sócios de responsabilidade limitada, dos controladores e dos administradores da sociedade falida, estabelecida nas respectivas leis, será apurada no próprio juízo da falência, independentemente da realização do ativo e da prova da sua insuficiência para cobrir o passivo, observado o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil."
Nessa linha, os seguintes arestos desta Terceira Turma:

"EMENTA: EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO AOS SÓCIOS APÓS HABILITAÇÃO DO CRÉDITO NO JUÍZO UNIVERSAL. IMPOSSIBILIDADE. Deferido o processamento da recuperação judicial, e definido o crédito laboral, exauri-se a competência da Justiça do Trabalho para promover qualquer ato executório em desfavor do devedor recuperando, inclusive, em relação a sócios, controladores, ou administradores, os quais poderão vir a ser responsabilizados, pessoalmente, pelo débito exequendo, no Juízo Universal, a teor do disposto nos artigos 6º e 82, da Lei nº 11.101/2005. Isso, precipuamente, em situações como a hipótese dos autos, onde a certidão, para fins de habilitação do crédito exequendo, junto ao Juízo Falimentar, foi expedida desde 12/11/2018, não informando a insurgente, sequer, o atual andamento da ação recuperacional. Agravo de Petição improvido". (Processo: Ag - 0001523-04.2017.5.06.0020, Redator: Ana Maria Soares Ribeiro de Barros, Data de julgamento: 15/09/2020, Terceira Turma, Data da assinatura: 15/09/2020)

"EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO DO RECLAMANTE. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITO JÁ HABILITADO NO JUÍZO FALIMENTAR. INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. PEDIDO IMPERTINENTE. Não se pode iniciar uma execução, ainda que, desta feita, em face dos sócios, se o crédito apurado já se encontra no juízo comum desde o dia 29 de agosto de 2012, quanto foi solicitado ao juízo falimentar a habilitação do crédito do autor nos autos do processo 0146261-68.2009.8.17.0001. Efetivamente, não se pode iniciar uma execução sobre o mesmo objeto, quando já há uma outra execução em curso na Terceira Vara Cível da Capital. Apelo improvido." (Proc. TRT6 - 0002235-91.2010.5.06.0261(Ag), AC. 3ª Turma, Desembargadora Relatora: Virgínia Malta Canavarro. Data do julgamento: 07/07/2020)

"EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DOS SÓCIOS DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. Não há como determinar a despersonalização de sócios componentes de empresa em recuperação judicial. Esta, ao ser deferida, segue um trâmite específico para pagamento dos credores, visando justamente o retorno da empresa em dificuldades ao mercado. Assim, o prosseguimento da execução contra os sócios inviabilizará o atingimento desta finalidade. Agravo a que se nega provimento." (Proc. - 0001106-30.2016.5.06.0103 (AP), AC. 3ª Turma, Desembargador Relator: Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura. Data de julgamento: 20/08/2019)

No caso concreto, mostra-se incompatível com a norma legal, citada em linhas anteriores, a prática de qualquer procedimento, por esta Justiça Especializada, neste momento processual, quando todas as execuções desfavoráveis à executada devem se cumprir segundo o plano de recuperação ao qual se encontra submetida, como se verifica da decisão coadunada aos autos (ID d86ea58).
Destarte, reforma-se a decisão agravada para indeferir o pleito de instauração do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica da empresa executada, determinando-se a suspensão do andamento do presente feito trabalhista, nos termos da fundamentação supra.
Nesse panorama, a par dos fundamentos desenvolvidos, dá-se provimento ao agravo.

Não se constata possível ofensa aos dispositivos constitucionais apontados pela parte recorrente. Violação, se houvesse, seria meramente reflexa, o que é insuficiente para autorizar o seguimento do recurso de revista.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Ante possível violação do art. 5º, II e LV, da CRFB/88, dou provimento ao agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista.

II - RECURSO DE REVISTA DA PARTE EXEQUENTE
Preenchidos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os pressupostos específicos do recurso de revista.

1 - EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA O SÓCIO.

1.1 - Conhecimento
O TRT assim se manifestou acerca da presente matéria:

Do redirecionamento da execução contra os sócios
Insurgem-se, os recorrentes, à decisão originária que deferiu o pleito de instauração do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica da empresa executada. Aduzem, em suma, que não restaram configurados os requisitos necessários para a instauração do incidente. Ressaltam que a empresa executada se encontra em recuperação judicial e defendem a incompetência da Justiça do Trabalho para realizar qualquer tipo de constrição de patrimônio da empresa recuperanda e, por via de consequência, dos seus sócios.
Pois bem.
Consta dos autos que, estabilizada a sentença de mérito, procedeu-se a liquidação do julgado, vindo a conta a ser homologada, em 19/09/2017 (ID 3a5feed).
Citada para pagar, em 48 horas, ou garantir a execução, a executada se manteve inerte, sendo procedida solicitação de bloqueio de créditos, via BACEN JUD, bem como diligências junto aos programas RENAJUD e INFOJUD, restando todas infrutíferas, conforme ID's 42cebad/bfdcb00.
O MM. Juízo condutor da execução determinou a notificação do exequente para indicar no prazo de 15(quinze) dias, meios para dar prosseguimento à execução, tendo requerido a desconsideração da personalidade jurídica da reclamada e o direcionamento da execução ao patrimônio pessoal dos sócios da empresa executada.
A demandada noticiou a existência de ação (proc. 0006686-52.2018.8.17.3130) em trâmite na 3ª Vara Cível da Comarca de Petrolina, na qual foi deferido o pedido de recuperação judicial, conforme decisão anexada ao ID d86ea58. Nesse contexto, intimado para requerer o que entender de direito, o exequente requereu a expedição da competente Certidão de Habilitação de Crédito (CHC) para habilitação do crédito trabalhista nos autos da recuperação judicial, no que foi atendido, conforme se verifica no ID e333791.
Apreciando a postulação da parte exequente, quanto à desconsideração da personalidade jurídica da ré, o I. Juízo monocrático expôs os seguintes fundamentos:
"Vistos, etc.
1. Torno sem efeito a sentença de Id. 57b4845.
2. Diante do requerimento já contido nos autos e com fundamento no art. 28, parágrafo 5º, do Código de Defesa do Consumidor, desconsidero a personalidade jurídica da empresa para determinar que a execução se proceda em face dos sócios da executada nos termos do contrato social da empresa executada anexado aos autos ou arquivado em pasta própria na Secretaria da Vara. Citem-se, pois, os referidos sócios da executada observando-se os termos insertos no art.258 do Provimento nº 02/2013 da Corregedoria do Eg. TRT da 6ª Região e na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de 2012, em seu art. 68, adotando-se as devidas providências no tocante às recomendações ali expostas". (Despacho ID b96edc0).
"Vistos, etc.
Conforme se observa dos autos, foi determinada a citação dos sócios da empresa executada, para os fins do artigo 135, caput, do CPC/2015.
Diligenciando junto ao Serpro, a secretaria obteve a composição societária da executada CONSTANTINI CONSTRUÇÕES LTDA - ME, tendo os atuais sócios dela sido notificados para apresentar defesa ao Incidente.
Os Requeridos, devidamente notificados, apresentaram

manifestação, alegando a impossibilidade de deferimento do presente incidente, por está a reclamada principal em Recuperação Judicial.

Pois bem.

Considerando o respeito aos requisitos determinados pelo Legislador Ordinário e constantes dos artigos 133 e 134 do CPC, resta admitido o incidente em comento.

Quanto ao mérito do pedido, resta deferido, senão vejamos.

É sabido que o patrimônio da pessoa jurídica é o que responde pelas obrigações contraídas pela mesma. Porém, conforme se observa por meio da análise dos presentes autos, a execução trabalhista restou sustada face a decretação da Recuperação Judicial da executada.

Ocorre que a decretação da Recuperação Judicial não obsta o redirecionamento da execução em desfavor do sócios, seja pela inexistência de vedação legal, seja pelo fato de que o benefício de ordem, com previsão no artigo 795, do CPC somente se aplica nas execuções contra devedor solvente, não se estendendo às execuções coletivas (ou contra devedor insolvente), como é o caso da recuperação judicial da executada.

É este, inclusive, o entendimento prevalente no E.TRT/6ª Região:

AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO DE SÓCIOS. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. POSSIBILIDADE. Relativamente à competência do juízo falimentar, o C. TST firmou entendimento de que, na hipótese de decretação de falência/recuperação judicial, a Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar o pedido de desconsideração da personalidade jurídica, com o redirecionamento da execução para os bens dos sócios da empresa, na medida em que tais bens não se confundem com os bens da massa falida. Agravo de petição que se dá provimento. (Processo: AP - 0011308-86.2013.5.06.0292, Redator: Paulo Alcantara, Data de julgamento: 07/11/2019, Quarta Turma, Data da assinatura: 07/11/2019)

Em assim sendo, impõe-se a desconsideração da personalidade jurídica, em havendo formulação de pedido nesse sentido, tudo nos termos dos artigos 133 a 137 do CPC e do artigo 855-A da CLT.

E é nesse sentido que versa a jurisprudência majoritária (a qual, inclusive, é linear no sentido de que não é necessário para tanto que haja abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito, violação dos estatutos ou contrato social, falência, estado de insolvência ou encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração), senão vejamos:

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. EXECUÇÃO CONTRA SÓCIOS. POSSIBILIDADE. A desconsideração da personalidade jurídica do empregador encontra amparo não apenas no art. 50 do CC, incidente nas hipóteses de utilização abusiva e fraudulenta do ente jurídico, mas também no art. 28 do CDC,aplicável sempre que a personalidade jurídica se traduzir em obstáculo à satisfação dos créditos do hipossuficiente, como na hipótese em análise. Nesse diapasão, basta que o patrimônio da empresa seja incapaz de garantir a satisfação dos créditos dos empregados, para que os patrimônios particulares dos sócios sejam chamados a responder pelas dívidas da sociedade. Logo, restando infrutíferas as tentativas de executar a devedora principal, cabível a desconsideração da personalidade jurídica, para direcionamento da execução contra os respectivos sócios. Além disso, é notório que a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica atendeu aos requisitos legais estabelecidos nos artigos 133 a 137 e 795, do Código de Processo Civil, aplicado ao processo do trabalho, no particular, por força do artigo 855-A, da CLT, não vingando, portanto, a tese das agravantes. Agravo de petição improvido. (Processo: AP - 0000645-16.2016.5.06.0020, Redator: Jose Luciano Alexo da Silva, Data de julgamento: 22/11/2018, Quarta Turma, Data da assinatura: 22 /11/2018).

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. EXECUÇÃO. AGRAVO DE PETIÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. DIRECIONAMENTO DOS ATOS EXECUTÓRIOS CONTRA OS SÓCIOS. LEGALIDADE. Os arts 855-A da CLT e 28, §5º, do CDC c/c artigo 50 do CC, subsidiariamente aplicáveis ao processo trabalhista por força dos artigos 8º e 769 da CLT, não excepcionam o fenômeno da desconsideração da personalidade jurídica em relação a qualquer tipo de sociedade. Assim, se a personalidade da pessoa jurídica constituir obstáculo ao cumprimento das obrigações devidas por ela, a desconsideração será possível, à luz dos precitados dispositivos legais. Não se constatando bens livres e desembaraçados desta que possam garantir a execução, por força da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, é possível a expropriação de bens particulares do sócio, pelo descumprimento dos Agravo a que se nega provimento. (Processo: AP - 0000552-direitos trabalhistas reconhecidos. 84.2018.5.06.0181, Redator: Sergio Torres Teixeira, Data de julgamento: 07/11/2018, Primeira Turma, Data da assinatura: 09/11/2018).

Sem qualquer substância a alegação dos sócios executados quanto a impossibilidade de redirecionamento face o deferimento da Recuperação Judicial.

Pelos fatos e fundamentos acima mencionados, resta deferido o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da empresa Executada.

Notifiquem-se as partes da presente decisão. Prazo: 8 (oito) dias".(Sentença ID 5e3f7ad).

O inconformismo dos agravantes prospera.

Pois, deferido o processamento da recuperação judicial, e definido o crédito laboral, exaure-se a competência da Justiça do Trabalho para promover qualquer ato executório em desfavor do devedor recuperando, inclusive, em relação a sócios, controladores, ou administradores, os quais poderão vir a ser responsabilizados, pessoalmente, pelo débito exequendo, no Juízo Universal, a teor do disposto nos artigos 6º e 82, da Lei nº 11.101/2005, in verbis:

"A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário."

"A responsabilidade pessoal dos sócios de responsabilidade limitada, dos controladores e dos administradores da sociedade falida, estabelecida nas respectivas leis, será apurada no próprio juízo da falência, independentemente da realização do ativo e da prova da sua insuficiência para cobrir o passivo, observado o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil."

Nessa linha, os seguintes arestos desta Terceira Turma:

"EMENTA: EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO AOS SÓCIOS APÓS HABILITAÇÃO DO CRÉDITO NO JUÍZO UNIVERSAL. IMPOSSIBILIDADE. Deferido o processamento da recuperação judicial, e definido o crédito laboral, exauri-se a competência da Justiça do Trabalho para promover qualquer ato executório em desfavor do devedor recuperando, inclusive, em relação a sócios, controladores, ou administradores, os quais poderão vir a ser responsabilizados, pessoalmente, pelo débito exequendo, no Juízo Universal, a teor do disposto nos artigos 6º e 82, da Lei nº 11.101/2005. Isso, precipuamente, em situações como a hipótese dos autos, onde a certidão, para fins de habilitação do crédito exequendo, junto ao Juízo Falimentar, foi expedida desde

12/11/2018, não informando a insurgente, sequer, o atual andamento da ação recuperacional. Agravo de Petição improvido". (Processo: Ag - 0001523-04.2017.5.06.0020, Redator: Ana Maria Soares Ribeiro de Barros, Data de julgamento: 15/09/2020, Terceira Turma, Data da assinatura: 15/09/2020)

"EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO DO RECLAMANTE. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITO JÁ HABILITADO NO JUÍZO FALIMENTAR. INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. PEDIDO IMPERTINENTE.Não se pode iniciar uma execução, ainda que, desta feita, em face dos sócios, se o crédito apurado já se encontra no juízo comum desde o dia 29 de agosto de 2012, quanto foi solicitado ao juízo falimentar a habilitação do crédito do autor nos autos do processo 0146261-68.2009.8.17.0001. Efetivamente, não se pode iniciar uma execução sobre o mesmo objeto, quando já há uma outra execução em curso na Terceira Vara Cível da Capital. Apelo improvido."(Proc. TRT6 - 0002235-91.2010.5.06.0261(Ag), AC. 3ª Turma, Desembargadora Relatora: Virgínia Malta Canavarro. Data do julgamento: 07/07/2020)

"EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DOS SÓCIOS DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. Não há como determinar a despersonalização de sócios componentes de empresa em recuperação judicial. Esta, ao ser deferida, segue um trâmite específico para pagamento dos credores, visando justamente o retorno da empresa em dificuldades ao mercado. Assim, o prosseguimento da execução contra os sócios inviabilizará o atingimento desta finalidade. Agravo a que se nega provimento." (Proc. - 0001106-30.2016.5.06.0103 (AP), AC. 3ª Turma, Desembargador Relator: Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura. Data de julgamento: 20/08/2019)

No caso concreto, mostra-se incompatível com a norma legal, citada em linhas anteriores, a prática de qualquer procedimento, por esta Justiça Especializada, neste momento processual, quando todas as execuções desfavoráveis à executada devem se cumprir segundo o plano de recuperação ao qual se encontra submetida, como se verifica da decisão coadunada aos autos (ID d86ea58).

Destarte, reforma-se a decisão agravada para indeferir o pleito de instauração do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica da empresa executada, determinando-se a suspensão do andamento do presente feito trabalhista, nos termos da fundamentação supra.

Nesse panorama, a par dos fundamentos desenvolvidos, dá-se provimento ao agravo.

Opostos embargos de declaração, o TRT assim se manifestou:

DOS EMBARGOS DO EXEQUENTE (tema remanescente)

Da omissão

Aponta omissão, aduzindo que, nas contrarrazões suscitou preclusão, visto que "odespacho ID b96edc0(que desconsiderou a personalidade jurídica)transitou em julgadologo, em respeito ao art. 5º, XXXVI, CF[1][1], não cabe nestes autos a discussão travada pelos sócios eis que já dirimida em momento anterior.E acerca deste fato, com todo o respeito, o embargante entende que esta r. Turmanãose manifestou especificamente(ensejando a omissão)".

Não procede a assertiva do embargante.

Isso porque, sobre a preliminar de preclusão a Turma se pronunciou expressamente, textual:

"Da preliminar de preclusão/coisa julgada, suscitada em contrarrazões

O agravado suscita a preliminar supra, aduzindo que a sócia Noelia Oliveira da Silva, foi intimada para os fins do artigo 135, caput, do CPC/2015, conforme certidão de ID 6c98596 entretanto, permaneceu inerte. Da mesma forma, o sócio José Constâncio Nunes da Silva, foi intimado para os fins do artigo 135, caput, do CPC/2015, entretanto, permaneceu inerte. Conclui que "houve apreclusãodos sócios/executados em insurgirem contra a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica". Assegura, ademais, que "conforme se denota dodespacho ID b96edc0,o incidente foi julgadoprocedentee não houve interposição de agravo de petição de modo que,transitou em julgado". Afirma que as discussões trazidas pelos executados já foram desconstituídas nestes autos conforme se observa do despacho ID b96edc0, do qual transitou em julgado, pairando sobre o tema o manto da coisa julgada.

Sem razão, no entanto.

Veja-se que, embora o MM. Juízo já houvesse analisado e deferido o pleito Desconsideração da Personalidade Jurídica da reclamada (despacho ID 394a83e), dando ciência às partes, sobreveio situação jurídica diversa, qual seja, o processamento da Recuperação Judicial da empresa executada. Assim, partindo dessa nova realidade, determinou-se a intimação do exequente para requerer o que entendesse de direito, o qual, então, requereu o julgamento do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica da executada. O MM. Magistrado desconsiderou a personalidade jurídica da empresa para determinar que a execução se proceda em face dos sócios da executada (despacho ID b96edc0), do que foram cientificadas as partes. Inconformados, os sócios JOSE CONSTANCIO NUNES DA SILVA e NOELIA OLIVEIRA DA SILVA apresentaram sua impugnação (petição ID ea6c9ff). Colhida a manifestação do exequente, o MM. Juízo deferiu a instauração do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, conforme sentença de ID 5e3f7ad, que motivou a interposição do presente agravo pelos sócios/executados.

Assim, não há preclusão ou ofensa à coisa julgada, razão pela qual se rejeita a preliminar em epígrafe".

Neste aspecto, não se faz necessário qualquer esclarecimento ou acréscimo na decisão impugnada.

Sendo assim, forçosa a conclusão de que a pretensão do embargante, no aspecto, é a de reanálise de tese, visando um novo pronunciamento que lhe seja mais favorável, de modo que inócuo o emprego da presente medida, ao arrepio das disposições dos arts. 1.022, do CPC, e 897-A, da CLT.

Em suma, nada resta a ser esclarecido ou acrescido na decisão impugnada, inexistindo, aliás, ante a adoção de tese explícita pela turma, qualquer obstáculo à interposição de recurso próprio, na ótica do prequestionamento de que cuida a Súmula nº 297 do C. TST.

Opostos embargos de declaração, o TRT assim se manifestou:

Como é de amplo saber, os embargos de declaração representam o instrumento processual erigido pelo ordenamento jurídico pátrio para afastar omissões, obscuridades ou contradições, que possam eclodir de decisão judicial, na forma do que dispõe o art. 1.022 do CPC. Seu manejo é autorizado, ainda, quando constatado evidente equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso (art. 897-A, da CLT).

Assim, a menos que se verifiquem defeitos capazes de ensejar efeito modificativo no julgamento, não se prestam à busca de reforma de decisão judicial impugnada.

Da Omissão (Entendimento do TST, STJ e Demais Turmas do TRT/6ª região)

Conforme relatado, o embargante alega omissão, aduzindo que "quando da apresentação dos primeiros aclaratórios, requereu a manifestação desta turmaacerca dos julgados das instâncias superiores citados nas contrarrazões de ID b136425dos quais, em tese,são capazes de infirmar a conclusão adotadano acórdão de ID 1ec6e9f". Pede seja sanada a omissão apontada, manifestando-se precisamente acerca dos julgados dos tribunais superiores informados nas contrarrazões de ID b136425 dos quais, em tese, são capazes de infirmar a conclusão adotada no acórdão ID 1ec6e9f.

Efetivamente nos primeiros embargos o exequente aduziu ser incontroverso que os sócios não participam do processo recuperacional e destacou que não houve manifestação da Turma acerca dos julgados das instâncias superiores citados nas contrarrazões a esse respeito, pelo que entendeu haver omissão no julgado.

Todavia, no caso sob exame, não há como se entender omisso o acórdão no tema, já que o entendimento expresso no acórdão julgado está bastante claro acerca do indeferimento da instauração do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica da empresa executada, conforme excerto a seguir transcrito:

"O inconformismo dos agravantes prospera.

Pois, deferido o processamento da recuperação judicial, e definido o crédito laboral, exaure-se a competência da Justiça do Trabalho para promover qualquer ato executório em desfavor do devedor recuperando, inclusive, em relação a sócios, controladores, ou administradores, os quais poderão vir a ser responsabilizados, pessoalmente, pelo débito exequendo, no Juízo Universal, a teor do disposto nos artigos 6º e 82, da Lei nº 11.101/2005, in verbis:

"A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário."

"A responsabilidade pessoal dos sócios de responsabilidade limitada, dos controladores e dos administradores da sociedade falida, estabelecida nas respectivas leis, será apurada no próprio juízo da falência, independentemente da realização do ativo e da prova da sua insuficiência para cobrir o passivo, observado o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil."

Nessa linha, os seguintes arestos desta Terceira Turma:

"EMENTA: EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO AOS SÓCIOS APÓS HABILITAÇÃO DO CRÉDITO NO JUÍZO UNIVERSAL. IMPOSSIBILIDADE. Deferido o processamento da recuperação judicial, e definido o crédito laboral, exauri-se a competência da Justiça do Trabalho para promover qualquer ato executório em desfavor do devedor recuperando, inclusive, em relação a sócios, controladores, ou administradores, os quais poderão vir a ser responsabilizados, pessoalmente, pelo débito exequendo, no Juízo Universal, a teor do disposto nos artigos 6º e 82, da Lei nº 11.101/2005. Isso, precipuamente, em situações como a hipótese dos autos, onde a certidão, para fins de habilitação do crédito exequendo, junto ao Juízo Falimentar, foi expedida desde 12/11/2018, não informando a insurgente, sequer, o atual andamento da ação recuperacional. Agravo de Petição improvido". (Processo: Ag - 0001523-04.2017.5.06.0020, Redator: Ana Maria Soares Ribeiro de Barros, Data de julgamento: 15/09/2020, Terceira Turma, Data da assinatura: 15/09/2020)

"EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO DO RECLAMANTE. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITO JÁ HABILITADO NO JUÍZO FALIMENTAR. INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. PEDIDO IMPERTINENTE.Não se pode iniciar uma execução, ainda que, desta feita, em face dos sócios, se o crédito apurado já se encontra no juízo comum desde o dia 29 de agosto de 2012, quanto foi solicitado ao juízo falimentar a habilitação do crédito do autor nos autos do processo 0146261-68.2009.8.17.0001. Efetivamente, não se pode iniciar uma execução sobre o mesmo objeto, quando já há uma outra execução em curso na Terceira Vara Cível da Capital. Apelo improvido."(Proc. TRT6 - 0002235-91.2010.5.06.0261(Ag), AC. 3ª Turma, Desembargadora Relatora: Virgínia Malta Canavarro. Data do julgamento: 07/07/2020)

"EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DOS SÓCIOS DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. Não há como determinar a despersonalização de sócios componentes de empresa em recuperação judicial. Esta, ao ser deferida, segue um trâmite específico para pagamento dos credores, visando justamente o retorno da empresa em dificuldades ao mercado. Assim, o prosseguimento da execução contra os sócios inviabilizará o atingimento desta finalidade. Agravo a que se nega provimento." (Proc. - 0001106-30.2016.5.06.0103 (AP), AC. 3ª Turma, Desembargador Relator: Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura. Data de julgamento: 20/08/2019)

No caso concreto, mostra-se incompatível com a norma legal, citada em linhas anteriores, a prática de qualquer procedimento, por esta Justiça Especializada, neste momento processual, quando todas as execuções desfavoráveis à executada devem se cumprir segundo o plano de recuperação ao qual se encontra submetida, como se verifica da decisão coadunada aos autos (ID d86ea58).

Destarte, reforma-se a decisão agravada para indeferir o pleito de instauração do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica da empresa executada, determinando-se a suspensão do andamento do presente feito trabalhista, nos termos da fundamentação supra."

Na verdade, a pretensão única do embargante, nesses aspectos, é a modificação da decisão com revolvimento de fatos, provas e teses jurídicas, ao arrepio das disposições dos arts. 1022, do CPC, e 897-A, da CLT.

É de ser acentuado, por ser oportuno, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Aliás, a própria narrativa do embargante deixa clara a tentativa de reanálise do julgado, visando um novo pronunciamento que lhe seja mais favorável, o que é defeso em sede de embargos declaratórios.

Se a parte não concorda com o entendimento adotado, que faça uso do remédio processual adequado à obtenção de eventual reforma, considerando que embargos declaratórios não se prestam a sanar pretensoerror in judicando.

De bom alvitre salientar que o Julgador não está obrigado a responder a todas as questões ou argumentos formulados pela parte, mas tão-somente a fundamentar a decisão adotada, consoante dispõem os artigos 93, inciso IX, da Constituição da República e 832 da Consolidação das Leis Trabalhistas, o que ocorreuin casu.

Em sendo assim, inconfiguradas quaisquer das hipóteses previstas nos arts. 897-A, da CLT, e 1.022, do CPC, impõe-se a rejeição dos Embargos Declaratórios.

A parte exequente alega, em síntese, que, encontrando-se a parte executada em recuperação judicial, compete à Justiça do Trabalho o redirecionamento da execução em face dos seus sócios, em decorrência da desconsideração da personalidade jurídica.

Indica afronta aos arts. 5º, II e LV, 114, IX, e 125 da CRFB/88.

Colaciona divergência jurisprudencial e indica contrariedade à Súmula 480 do STJ.
Examino.
Inicialmente, registre-se que, tratando-se de execução, a admissibilidade do recurso de revista se dá sob a égide do art. 896, § 2º, da CLT e da Súmula 266 do TST.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se viável no tocante ao tema EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA O SÓCIO. O TRT decidiu em desconformidade com a jurisprudência do TST, que entende no sentido de que a falência ou a recuperação judicial da parte executada não afasta a competência da Justiça do Trabalho para o redirecionamento da execução contra os sócios ou integrantes do mesmo grupo econômico da empresa falida ou em recuperação judicial, tampouco para o prosseguimento dos atos executórios.
Nesse sentido: RR-184200-50.2002.5.15.0093, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 27/08/2021; AIRR-27700-48.2009.5.11.0019, 2ª Turma, Relatora Ministra Delaide Alves Miranda Arantes, DEJT 25/06/2021; RR-10688-20.2018.5.18.0016, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 14/05/2021; RR-854-79.2011.5.15.0029, Rel. Min. Mauricio Godinho Delgado,3ª Turma, DEJT 16/08/2019; Ag-AIRR-159-14.2010.5.02.0065, Rel. Min. Douglas Alencar Rodrigues, 5ª Turma , DEJT 20/09/2019.
Assim, pelos fundamentos expostos, conheço do recurso de revista, por violação do art. 5º, II e LV, da CRFB/88.

1.2 - Mérito
Conhecido o recurso de revista por violação do art. 5º, II e LV, da CRFB/88, no mérito, dou-lhe provimento para determinar oretornodos autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que prossiga na execução da demanda, conforme entender de direito.

CONCLUSÃO:
À vista do exposto, atendidos os requisitos do art. 489, § 1º, do CPC e com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST e 932, III, IV e V, do CPC, I - dou provimento ao agravo de instrumento quanto ao tema EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA O SÓCIO., por possível violação do art. 5º, II e LV, da CRFB/88, para determinar o processamento do recurso de revista, no aspecto; e II - conheço do recurso de revista quanto ao tema EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA O SÓCIO., por violação do art. 5º, II e LV, da CRFB/88, e, no mérito, dou-lhe provimento para determinar oretornodos autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que prossiga na execução da demanda, conforme entender de direito.
Registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000785-18.2020.5.22.0003

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	Dr. Leonardo Ramos Gonçalves(OAB: 28428/DF)
Agravado	JURACY DE SOUSA FILHO
Advogado	Dr. Eduardo Fontenele Mota(OAB: 19970-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- JURACY DE SOUSA FILHO

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Prescrição.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 294 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- divergência jurisprudencial: .
[...]
Observa-se da leitura do julgado que o 22º Regional afastou a aplicação da Súmula 294 do TST, por entender que o contrato de trabalho do autor não foi alterado quando da sucessão, versando o caso sobre inobservância dos critérios de promoção incorporados ao contrato de trabalho, cujas lesões se renovam mês a mês, atraindo a incidência da prescrição parcial.
Assim, não se viabiliza a revista por contrariedade à Súmula 194, posto que referido verbete, ao revés do que alega o recorrente, resta inaplicável ao caso.
Constata-se que a decisão impugnada está de acordo com a Súmula nº 452 do TST, que dispõe: "DIFERENÇAS SALARIAIS. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO NÃO OBSERVADOS. PRESCRIÇÃO PARCIAL. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 404 da SBDI-1) - Res. 194/2014, DEJT divulgado em 21, 22 e 23.05.2014
Tratando-se de pedido de pagamento de diferenças salariais decorrentes da inobservância dos critérios de promoção estabelecidos em Plano de Cargos e Salários criado pela empresa, a prescrição aplicável é a parcial, pois a lesão é sucessiva e se renova mês a mês." Inviabilizado, pois, o seguimento do recurso de revista neste aspecto, uma vez que a decisão recorrida está em

consonância com a jurisprudência atual do TST. Inteligência do art. 896, § 7º, da CLT, e da Súmula 333 do C. TST.
Quanto à divergência jurisprudencial indicada (TRT-3ª Região e TRT-21ª-Processo nº 0000286-32.2019.5.21.0024), registre-se que não foi citada a fonte oficial ou o repositório autorizado em que foram publicados os acórdãos paradigmas, requisitos previstos na Súmula 337, I, "a", TST. É inespecífico o aresto colacionado do TRT 21ª Região (Processo nº 000473-66.2020.5.21.0004), porque não aborda todos os fundamentos da decisão recorrida, qual seja: "não restou demonstrada o aceite do reclamante pela nova política do banco sucessor", incidindo no óbice da Súmula 23 do TST.
Pelo exposto, não admito a Revista, quanto ao tema.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário / Diferença Salarial / Promoção.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário / Diferença Salarial / Plano de Cargos e Salários.
Alegação(ões): - violação do(s) inciso II do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 129 do Código Civil; artigo 400 do Código de Processo Civil de 2015.
Insurge-se o recorrente contra a condenação no pagamento de diferenças salariais a título de promoções, alegando que inexiste plano de cargos e Assinado eletronicamente por: LIANA FERRAZ DE CARVALHO - Juntado em: 10/09/2021 14:00:25 - 6205fc2 salários, tampouco quadro de pessoal organizado em carreira no âmbito do banco reclamado, ônus que cabia ao recorrido comprovar, na forma do art. 818 da CLT e art. 373 do CPC. Diz que, privilegiando o princípio constitucional da isonomia (art. 5º, caput da Constituição Federal), o reclamado passou a realizar internamente ajustes nas políticas salariais e da estrutura dos cargos dos empregados egressos do extinto Banco Real, com o fito de padronizar todos os cargos existentes, dentro do poder diretivo do empregador, (art. 5º, II e 170 da CF), não havendo imposição, mas apenas orientação aos gestores nas concessões de acréscimo salarial, promoções, contratações e na gestão de orçamento de pessoal.
Sustenta que a condição para o implemento da promoção é de natureza puramente potestativa, dependendo exclusivamente de critérios subjetivos e decisões inerentes somente ao empregador, sendo indevida no caso a condenação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de promoções, sobretudo quando não restou demonstrada a existência de deliberação da diretoria executiva.
Aponta violação aos artigos art. 5º, II, da Constituição Federal, art. 129 do Código Civil e art. 400 do CPC, e divergência jurisprudencial.
Consta do acórdão:

"Assim, verifica-se com exatidão toda a política de cargos e salários implementada pelo Banco Real, organizada através da estruturação de cargos em grades, sendo que essas grades possuíam faixas salariais com valor mínimo e máximo de salário.
No caso em questão, o referido plano é perfeitamente aplicável ao recorrido, uma vez que o contrato de trabalho somente pode ser alterado por acordo de ambas as partes, o que não foi provado pelo recorrente. Não há que se admitir que novo plano implementado pelo banco Santander seja efetivado no caso do reclamante sem que tenha havido concordância deste, ou seja, não é admissível a concordância tácita para implementação do novo plano.
O banco recorrente não trouxe aos autos prova de que o recorrido tivesse aderido ao novo plano e, sem essa manifestação expressa, não há como determinar a aplicação do novo plano em detrimento do anterior. Nesse sentido, inclusive, é a redação da súmula 51 do TST". (...) O normativo do banco sucedido aderiu ao contrato de trabalho do reclamante, devendo a empresa sucessora responder por todos os direitos já adquiridos pelos empregados que passaram a ser seus.
Ademais, a parte reclamada não se desincumbiu do ônus de juntar as avaliações de desempenho porventura realizadas do reclamante. Em razão disso, reputa-se verdadeira a alegação do autor de que obteve nota máxima para as promoções e movimentações por mérito.
Dessa forma, mantenho a condenação sentencial, que considerando a ausência, nos autos, de prova das avaliações de desempenho,entendeu por estarem implementadas as condições para movimentação do reclamante com nota máxima, condenando o banco recorrente a enquadrar o recorrido no Nível/Grade 14 e na Zona 05 do referido nível, conforme a política de cargos e salários do banco real." (Relator desembargador Francisco Meton Marques de Lima)

Das premissas fixadas na decisão colegiada, verifica-se que a eventual reforma da decisão demandaria o revolvimento de fatos e provas, ante a necessidade de consultar o contexto probatório, o que é inviável na atual fase processual, ante o óbice da Súmula 126 do C. TST, o que inviabiliza o seguimento do recurso.
Ademais, como se depreende da leitura do trecho supra, a decisão foi proferida conforme jurisprudência do TST (Súmula 51), concedendo os pleitos relacionados com as promoções e enquadramento do reclamante, o que também inviabiliza a revista quanto ao tema, nos termos da Súmula 333 do TST.
Quanto à violação ao art. 5º, II, da CF, ressalte-se que o STF já se pronunciou no sentido de que, "...em causas de natureza trabalhista, as alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório e ampla defesa, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição, circunstância que impede a utilização do recurso extraordinário.
Precedente: AgR.AI nº 813557 /SP, Relatora Ministra Ellen Gracie, 2ª Turma, em 01/02/2011, DJe - 034 de 18/02/2011." Verifica-se que os arestos dos TRT's 10 e 11, trazidos pelo recorrente, com intuito de demonstração de dissenso jurisprudencial quanto ao tema, não atendem ao disposto na Súmula 337, I, a, do TST, já que não contém a fonte oficial ou o repositório autorizado em que foram publicados, razão pela qual não admito o recurso de revista por dissenso pretoriano.
Pelo exposto, não admito o recurso de revista quanto ao tema.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Quanto ao tema "prescrição", o TRT consignou que "a supressão, no caso específico, não decorreu de ato único do empregador, nem de alteração do pactuado, mas sim da ausência de aplicação do normativo adequado ao trabalhador por parte do Banco empregador". Em face disso, aplicou ao caso Súmula 452 do TST. Ao decidir dessa forma o TRT observou a jurisprudência predominante desta Corte Superior.
Abaixo, precedentes que também envolvem o Banco Santander:

"AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA . INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRESCRIÇÃO. PROMOÇÕES. PLANO DE

CARGOS E SALÁRIOS. SÚMULA Nº 452 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO . A Egrégia Turma decidiu consoante jurisprudência pacificada desta Corte, consubstanciada na Súmula nº 452 desta Corte, segundo a qual , "tratando-se de pedido de pagamento de diferenças salariais decorrentes da inobservância dos critérios de promoção estabelecidos em Plano de Cargos e Salários criado pela empresa, a prescrição aplicável é a parcial, pois a lesão é sucessiva e se renova mês a mês" . Incide, portanto, o disposto no artigo 894, § 2º, da CLT. Correta a aplicação do referido óbice, mantém-se o decidido. Verificada, por conseguinte, a manifesta improcedência do presente agravo, aplica-se a multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do atual Código de Processo Civil. Agravo interno conhecido e não provido" (Ag-E-Ag-RR-2141-39.2012.5.03.0106, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 29/03/2019).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO RECLAMANTE . CPC/2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST. LEI Nº 13.467/2017. PRESCRIÇÃO PARCIAL. DIFERENÇAS SALARIAIS. DESUMPRIMENTO DA POLÍTICA SALARIAL DE "GRADES". INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 452 DO TST. DECISÃO REGIONAL EM DISSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO TST. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA DA CAUSA CONSTATADA . Agravo de instrumento provido para determinar o processamento do recurso de revista, em face de haver sido demonstrada possível contrariedade à Súmula nº 452 do TST . RECURSO DE REVISTA . CPC/2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST. LEI Nº 13.467/2017. PRESCRIÇÃO PARCIAL. DIFERENÇAS SALARIAIS. DESCUMPRIMENTO DA POLÍTICA SALARIAL DE "GRADES". INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 452 DO TST. DECISÃO REGIONAL EM DISSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO TST. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA DA CAUSA CONSTATADA . Em casos idênticos ao dos autos, esta Corte Superior já se manifestou no sentido de que é parcial a prescrição referente ao pedido de pagamento de diferenças salariais, decorrentes do alegado descumprimento da denominada Política Salarial de "Grades", estabelecida em norma interna da empresa. Incide, na hipótese, o entendimento disposto na Súmula nº 452 do TST . Recurso de revista conhecido e provido " (RR-2372-74.2014.5.02.0025, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 17/09/2021).

"I - RECURSO DE REVISTA DA RECLAMANTE PRESCRIÇÃO. DIFERENÇAS SALARIAIS. POLÍTICA SALARIAL DE GRADES. INOBSERVÂNCIA DOS CRITÉRIOS. PROVIMENTO. Esta Corte firmou entendimento de que incide a prescrição parcial nos casos em que se pleiteia pagamento de diferenças salariais, decorrentes da inobservância dos critérios de promoção, estabelecidos em Plano de Cargos e Salários criado pela empresa, pois a lesão é sucessiva e se renova mês a mês. Inteligência da Súmula nº 452. No caso , o egrégio Tribunal Regional consignou hipótese em que a reclamante, a partir de 2006, foi erroneamente enquadrada dentro da sequência de grades, entendendo ser ato único do empregador, a atrair a prescrição total, divergindo do entendimento desta Corte Superior. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento" (ARR-2151-53.2012.5.15.0008, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 27/09/2019).

RECURSO DE REVISTA DO RÉU. ANTERIOR À LEI N° 13.015/2014.PRESCRIÇÃO. POLÍTICA SALARIAL. PROGRESSÕES REMUNERATÓRIAS. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL.Como registrado no acórdão regional, inexiste ato único do empregador que tenha suprimido ou alterado benefício estabelecido contratualmente, mas sim descumprimento do pactuado. Nesses casos, o entendimento aplicável é o contido na Súmula n°452/TST, tal como decidido pelo TRT, e não o estabelecido na Súmula n° 294/TST, que trata de alteração do pactuado. Irrepreensível a decisão regional em que se definiu aprescriçãoparcial apenas. É inviável o seguimento do recurso ante o óbice da Súmula n° 333/TST.Recurso de revista não conhecido. (RR-516-55.2012.5.15.0002, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 06/09/2018).

Incide ao caso, portanto, o óbice da Súmula 333 do TST.
Com relação ao tema "plano de grades", o TRT aduziu que "o referido plano é perfeitamente aplicável ao recorrido, uma vez que o contrato de trabalho somente pode ser alterado por acordo de ambas as partes, o que não foi provado pelo recorrente" e que "a ausência, nos autos, de prova das avaliações de desempenho, faz com que se considerem implementadas as condições para movimentação do reclamante com nota máxima".
Logo, também com relação a este capítulo, incide o óbice da Súmula 333 do TST, uma vez que a jurisprudência predominante do TST é no sentido de que o sistema de grades é aplicável aos empregados do Santander que não anuíram com o novo Plano de Cargos e Salários e que a ausência de documentos que comprovem o correto cumprimento desse regramento faz surgir o direito à promoção.
Precedentes nesse sentido:

"RECURSO DE EMBARGOS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. DIFERENÇAS SALARIAIS. POLÍTICA DE GRADES. Cinge-se a controvérsia em se definir se a autora faz jus às diferenças salariais decorrentes de promoções por merecimento, instituída pelo banco por meio da adoção da intitulada "política de grades". A matéria relativa às promoções por merecimento encontra-se pacificada pela jurisprudência da SBDI-1 desta Corte, no sentido de que, dado o caráter eminentemente subjetivo da apuração da progressão por mérito, eventual omissão do empregador quanto à implementação desse procedimento não garante a promoção do empregado, por não se poder afirmar que ele teria obtido êxito, caso tivesse sido avaliado. Contudo, as premissas fáticas extraídas do acórdão embargado diferem daquelas que embasaram o leading case em questão. Com efeito, a hipótese dos autos não se refere à omissão da empresa em realizar a avaliação de desempenho do empregado para fins de concessão de promoções de merecimento. Conforme se verifica, a Corte de Origem deferiu as diferenças postuladas em decorrência de o autor não haver apresentado nos autos, como forma de obstar a pretensão formulada, todas as avaliações de desempenho do período considerado e os documentos que comprovariam a ausência de disponibilidade orçamentária para implementar a promoção. A jurisprudência desta Corte Superior vem se manifestando no sentido de que os empregados fazem jus ao pagamento de diferenças salariais nos casos em que o réu Banco Santander não apresenta os documentos que poderiam comprovar o correto cumprimento do sistema de grades previsto no regulamento empresarial. Precedentes desta Corte. Recurso de embargos conhecido e provido. (E-ED-ARR-532-29.2014.5.03.0016, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Redator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 10/09/2021 - grifei).

"AGRAVO. RECURSO DE REVISTA. RECURSO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. BANCOSANTANDER. POLÍTICA DE "GRADES". PROGRESSÕES POR MERECIMENTO. DECISÃO DO TRT QUE DEFERE ASDIFERENÇASSALARIAIS PLEITEADAS AO FUNDAMENTO DE QUE O RECLAMADO, SEM JUSTIFICATIVA, DEIXOU DE APRESENTAR OS DOCUMENTOS REFERENTES ÀS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO COMPROVADAMENTE REALIZADAS PELO BANCO. DISPOSITVOS NÃO VIOLADOS E ARESTOS INESPECÍFICOS. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 23 E 296/TST. Impõe-se confirmar a decisão agravada uma vez que as razões expendidas pelo agravante não se revelam suficientes a demonstrar o apontado equívoco em relação a tal conclusão. Agravo conhecido e não provido" (Ag-ED-RR-1416-40.2013.5.03.0098, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 27/09/2019 - grifei);

"DIFERENÇASSALARIAIS DECORRENTES DA POLÍTICA DEGRADES. PROMOÇÃO POR MERECIMENTO. JUNTADA DE DOCUMENTOS. INÉRCIA DO RECLAMADO. ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSIDEROU O RECLAMADO CONFESSO EM RAZÃO DA RECUSA NA JUNTADA DAS AVALIAÇÕES FEITAS. 1. Cinge-se a controvérsia em se definir se o autor faz jus àsdiferençassalariais decorrentes de promoções por merecimento, instituída pelo Banco por meio da adoção da intitulada "política degrades". 2. A matéria relativa a promoções por merecimento, encontra-se pacificada pela Subseção de Dissídios Individuais (SBDI-1), no sentido de que as promoções por merecimento, pelo seu caráter subjetivo e comparativo, ligado à avaliação profissional dos empregados aptos a concorrer à progressão, estão condicionadas aos critérios estabelecidos no regulamento empresarial, cuja análise está exclusivamente a cargo da empregadora, o que torna a avaliação de desempenho requisito indispensável à sua concessão. 3. Ocorre que as premissas fáticas extraídas do acórdão recorrido diferem daquelas que embasaram oleading caseem questão. Com efeito, a hipótese retratada nos autos não se refere à omissão da empresa em realizar a avaliação de desempenho do empregado para fins de concessão de promoções de merecimento. Ao revés,in casu, há a particularidade fática de que o reclamado efetivamente realizou as avaliações do autor, mas quedou-se inerte quanto à juntada da totalidade dos documentos que eventualmente comprovariam que o empregado não era merecedor das promoções em exame, mesmo após ser intimado a realizar a prova . É o que se extrai da fundamentação do acórdão Regional,in verbis: "solicitadas as informações sobregradesdo reclamante, as tabelas de referência salarial e as avaliações de desempenho do obreiro (...) o banco juntou apenas avaliações funções referentes a alguns poucos períodos do contrato de trabalho (...) e não forneceu os demais documentos ao perito oficial, nem justificou o motivo de não apresentá-los, conquanto expressamente advertido da aplicação das penas do art. 359 do Código de Processo Civil (...). E Arremata a Corte de origem: "Diante da não apresentação desses documentos (...) a o juízo de origem, corretamente, adotou a presunção de que o autor auferiu sempre as melhores notas nas avaliações de desempenho, no período não abrangido pelos documentos juntados pelo reclamado e deferiu asdiferençassalariais decorrentes da progressão por mérito (...)". 4.Verificado odistinguishing, reputam-se preenchidos os requisitos necessários à concessão dediferençassalariais decorrentes de promoções por merecimento. Precedentes, inclusive da segunda Turma: ARR - 10505-64.2015.5.03.0180, Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, Data de Julgamento: 27/02/2019, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 01/03/2019. Recurso de revista não conhecido." (RR-752-38.2013.5.03.0153, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 30/08/2019 - grifei);

"DIFERENÇASSALARIAIS -PROMOÇÕES POR MERECIMENTO - POLÍTICA DEGRADES- O recorrente afirma que a promoção do empregado para o nível salarial seguinte no sistema degradespressupunha, além do desempenho satisfatório na avaliação semestral, a existência de vaga, a disponibilidade orçamentária e a análise de mercado pela diretoria executiva, razões pelas quais restaria inviabilizada a sua condenação pela mera ausência das avaliações de desempenho. É certo que a não realização das avaliações de desempenho do trabalhador constitui óbice às progressões por merecimento. Isso porque a ascensão meritória não é automática; o mérito em questão pressupõe análise subjetiva, construída a partir da conduta do empregado, que, ao demonstrar responsabilidade e compromisso com o trabalho, atinge padrão de excelência profissional. Caso não sejam realizados os referidos juízos de meritocracia, não há como aferir se o trabalhador cumpre os requisitos regulamentares para fazer jus à pretendida promoção, não cabendo ao Poder Judiciário decidir pela sua ascensão, cuja benemerência somente o empregador possui condições de avaliar. Esse entendimento foi pacificado pela SBDI-1, por ocasião do julgamento do E-RR-51.16.2011.5.24.0007, da relatoria do ministro Renato de Lacerda Paiva. Todavia, a hipótese dos autos é diversa. Note-se que, de acordo com o TRT, o reclamante faz jus àsdiferençaspostuladas, nos termos do artigo 359 do CPC de 1973, porque o réu não apresentou a documentação solicitada pelo perito, nomeadamente as avaliações de desempenho, imprescindíveis à aferição da correta movimentação do trabalhador no sistema degradesadotado pelo banco. Assim, não se está discutindo o direito de o reclamante ascender por mérito sem que fossem realizadas as suas avaliações de desempenho, mas a sua prerrogativa de ser movimentado no sistema degradesa partir da obtenção das notas máximas em tais avaliações.A questão não é nova nesta Corte, que vem reconhecendo o direito dos trabalhadores à ascensão funcional, quando o BancoSantandernão apresenta os documentos que poderiam comprovar o correto cumprimento do sistema degradesprevisto no regulamento empresarial. Precedentes, notadamente desta 3ª Turma. Preservada a literalidade dos artigos 5º, II, da CF, 114 e 129 do CCB e 400 do CPC de 2015. As ementas apresentadas ao confronto de teses carecem da especificidade fática exigida pela Súmula/TST nº 296. Recurso de revista não conhecido". (ARR-10353-68.2014.5.03.0077, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 18/10/2019 - grifei);

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000139-48.2019.5.11.0003

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ESTADO DO AMAZONAS
Procurador	Dr. Luis Carlos de Paula e Sousa
Agravado	VALBER ROCHA DA SILVA
Advogada	Dra. Zaira Manoela Freitas de Siqueira Lustosa(OAB: 7274-A/AM)
Agravado	TRISEVEN SERVICOS DE CONSTRUCAO DE EDIFICIOS E FORNCECIMENTO DE ALIMENTOS EIRELI
Advogado	Dr. Célio Fernandes de Souza(OAB: 12442-A/AM)
Agravado	ALICON - ALIMENTAÇÕES, COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS LTDA. - EPP
Advogado	Dr. Afonso Ribeiro da Silva Júnior(OAB: 8455-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALICON - ALIMENTAÇÕES, COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS LTDA. - EPP
- ESTADO DO AMAZONAS
- TRISEVEN SERVICOS DE CONSTRUCAO DE EDIFICIOS E FORNCECIMENTO DE ALIMENTOS EIRELI
- VALBER ROCHA DA SILVA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo prosseguimento do feito, ressalvando eventual pedido de intervenção por ocasião do julgamento da causa.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos §§ 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, no que concerne ao tema em destaque, consignou:

DA CULPA PRESUMIDA. VIOLAÇÃO AO ART. 71, §1º, DA LEI 8.666/93; ART. 5º, II, ART. 37, CAPUT, E 102, §2º, DA CF.
[...]
A declaração de constitucionalidade do art. 71, §1º da Lei 8.666/93 (ADC nº 16) impede a transferência automática de responsabilidade à Administração, mas nos casos de existência de culpain vigilandodeverá haver a responsabilização subsidiária, conforme Súmula 331, V, do TST:
[...]
À Administração Pública cabe concretizar as políticas públicas, procedendo à escorreita prestação dos serviços públicos. Impõe-se, ainda, dar plena validade à força normativa da Constituição, que tem por fundamento a dignidade da pessoa humana, a valorização do trabalho, dentre outros postulados normativos. Trata-se de interesse público primário.
E desse interesse, de primordial importância, emana o dever de utilizar-se de suas prerrogativas no intento de preservar os direitos dos trabalhadores. De regular uso pela Administração são as chamadas cláusulas exorbitantes, inscritas na Lei Geral de Licitações, dentre as quais vale trazer a baila a seguinte:
[...]
Evidente que essa prerrogativa não se atribui à Administração tão somente para resguardar seus interesses secundários e egoísticos. A concreção do interesse não se limita a prestar o serviço público, mas a prestá-lo cumprindo e fazendo cumprir os ditames legais e constitucionais.
Uniformizando a matéria, no âmbito deste Regional, foi editada a súmula regional nº 16, que não deixa dúvidas quanto à responsabilidade estatal de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas, como se nota:
[...]
Impor à parte reclamante o ônus de comprovar a ausência de fiscalização constituiria grave violação do sistema, por ser prova diabólica e de fato negativo, flagrantemente impossível para o trabalhador terceirizado.Isso porque a fiscalização se comprova documentalmente e é fato impeditivo da subsidiariedade, cabendo ao ente público, que detém as plenas condições burocráticas de demonstrar o efetivo acompanhamento do contrato.
Quanto ao julgamento do Recurso Extraordinário 760.931, necessário pontuar que o STF ratificou a impossibilidade de transferência automática das obrigações, mas nada foi decidido quanto ao ônus da prova do cumprimento das obrigações de fiscalizar os contratos administrativos de terceirização.
Colaciono ementa da decisão do último Embargos de declaração no REX 760.931, já transitado em julgado, na qual resta claro o exposto no parágrafo anterior. Vejamos:
[...]
Considerando que são detidos pela Administração os meios de demonstrar a idoneidade da empresa contratada e a regularidade trabalhista desta,o ônus da prova deve ser atribuído ao Ente Público, conforme recentemente decido pela SDI-I do TST:
[...]
No presente caso, o ente público não juntou nenhum documento que comprove o exercício regular de seu poder-dever fiscalizatório do contrato de terceirização, conforme determinado pela Lei 8.666/93, artigos 58 e 67. Não foi feita prova nem mesmo de acompanhamento do pagamento de salários e dos recolhimentos fiscais e do FGTS, ou seja, nem as obrigações corriqueiras foram fiscalizadas, quiçá peculiaridades dos serviços prestados e vínculo. Resta evidenciada a culpain vigilandodo Estado do Amazonas, estando correta a responsabilização subsidiária realizada na sentença.
Nego provimento ao recurso neste particular.

O ente público alega que não pode subsistir a sua responsabilização subsidiária, em razão do disposto no art. 71, §1º, da Lei 8.666/1993. Argumenta que não ficou demonstrada a culpa in vigilando. Aduz, ainda, ser da parte reclamante o ônus da prova relacionada à culpa in vigilando.
Aponta violação dos arts. 5.º, II, 37, § 6.º, da Constituição Federal; 71, §1º, da Lei 8.666/1993; 373, I, do CPC e 818, I, da CLT; bem como contrariedade à Súmula 331, itens IV e V, do TST, à decisão no ADC 16 e no Recurso Extraordinário 760.931. Transcreve arestos.
Analiso.

Inicialmente, registro que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao Tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não se cogitando emusurpaçãode competência do TST.

Há de se afastar a alegação de violação ao art. 5º, inciso II, da Constituição Federal, uma vez que a análise das matérias suscitadas no agravo não se exaure na Constituição Federal, demandando que se interprete o conteúdo da legislação infraconstitucional própria, motivo pelo qual ainda que se considere a possibilidade de ter havido violação do texto constitucional, esta seria meramente indireta e reflexa, o que não justifica o manejo do presente recurso, nos termos da Súmula 636 do STF.

Ademais, não há que se falar em violação ao art. 5º, XXXV, LIV e LV,da Constituição da República, porquanto assegurados o acesso ao Judiciário, o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, a disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte, por si só, não caracteriza cerceamento de defesa, nem negativa de prestação jurisdicional.

No julgamento dos embargos de declaração nos autos do RE-760931/DF, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua jurisprudência acerca da responsabilidade da Administração Pública quanto ao pagamento de verbas trabalhistas devidas a empregados que a esta prestam serviços de maneira terceirizada.

Em um primeiro momento, a Corte Constitucional ratificou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei 8.666/93, na linha do que já havia decidido na ADC 16.

Em um segundo instante, fixou-se a tese no sentido de que "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93". Aqui, deixou-se evidente que o inadimplemento da empresa terceirizada não autoriza, por si só, o redirecionamento da responsabilidade à Administração Pública. Com efeito, embora seja possível a responsabilização do ente púbico, não é o inadimplemento o seu pressuposto único. Aliás, a equilibrada decisão do Supremo Tribunal Federal deixou claro que a expressão "automaticamente", contida na tese, teve como objetivo possibilitar ao trabalhador a responsabilização do ente público "dependendo de comprovação de culpa in eligendo ou culpa in vigilando, o que decorre da inarredável obrigação da administração pública de fiscalizar os contratos administrativos firmados sob os efeitos da estrita legalidade" (voto do Min. Edson Fachin, redator do acórdão do ED-RE760931/DF).

Portanto, ficou decidido no julgamento do recurso extraordinário (e reafirmado no julgamento dos embargos de declaração) que é possível responsabilizar a Administração Pública pelo pagamento das verbas trabalhistas devidas a empregados das empresas terceirizadas, de maneira subsidiária, quando constatada a omissão na sua atuação, que é obrigatória, sendo vedada a presunção de culpa.

Sendo assim, diferentemente da posição que esta 2ª Turma vinha adotando (com ressalva de entendimento pessoal de seus integrantes) - por entender que o Supremo Tribunal Federal havia também firmado entendimento no sentido de que seria do trabalhador o ônus da prova da omissão na fiscalização pelo ente da Administração Pública -, o Supremo Tribunal não firmou tese processual acerca da distribuição do onus probandi.

Dessa forma, as regras de distribuição do ônus da prova continuam a observar os dispositivos infraconstitucionais que as regulam, a exemplo dos arts. 373 do CPC/2015 e 818 da CLT.

Dito isso, é a Administração Pública que tem a aptidão para a prova da fiscalização do contrato administrativo de prestação de serviços (aspecto subjetivo do ônus da prova), obrigação que decorre da própria Lei de Licitações (arts. 58, III, e 67 da Lei 8.666/93), na linha do que definiu o Supremo Tribunal Federal.

Sendo assim, nos casos em que não há prova de fiscalização, deve o julgador decidir contrariamente à parte que tinha o ônus probatório e dele não se desincumbiu: é a própria adoção da distribuição do ônus da prova como regra de julgamento (aspecto objetivo do ônus da prova).

No caso, especificamente no que diz respeito à caracterização da culpa do ente público, o Tribunal Regional consignou o seguinte:

Considerando que são detidos pela Administração os meios de demonstrar a idoneidade da empresa contratada e a regularidade trabalhista desta,o ônus da prova deve ser atribuído ao Ente Público, conforme recentemente decido pela SDI-I do TST:
[...]
No presente caso, o ente público não juntou nenhum documento que comprove o exercício regular de seu poder-dever fiscalizatório do contrato de terceirização, conforme determinado pela Lei 8.666/93, artigos 58 e 67. Não foi feita prova nem mesmo de acompanhamento do pagamento de salários e dos recolhimentos fiscais e do FGTS, ou seja, nem as obrigações corriqueiras foram fiscalizadas, quiçá peculiaridades dos serviços prestados e vínculo.

Conforme se observa, o Tribunal Regional considerou que não foi comprovada a fiscalização pelo ente público, julgando procedente o pedido de responsabilização subsidiária da Administração Pública. Neste sentido, não merece reparos a decisão regional.

Cito precedentes deste Tribunal Superior do Trabalho, inclusive da SBDI-1/TST, nos quais é atribuído ao ente público o ônus da prova da fiscalização:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em

11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido " (E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020).

"AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA SEM O RECONHECIMENTO DA TRANSCENDÊNCIA EM RAZÃO DE NÃO TER HAVIDO TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA DE RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DE ÓRGÃO PÚBLICO POR CULPA IN VIGILANDO. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL DO STF. ÔNUS DA PROVA. I - O não reconhecimento do pressuposto recursal da transcendência da matéria veiculada no recurso de revista radica na premissa de que, no caso concreto, a Corte Regional firmou a sua convicção nas provas produzidas ao reputar evidenciada a conduta omissiva do órgão público na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas contraídas pela empresa prestadora dos serviços, caracterizando a culpa in vigilando da administração pública, nos moldes da Súmula nº 331, V e VI, do TST e nos limites da decisão proferida pelo STF na ADC 16/DF. Portanto, não houve desrespeito ao julgamento do STF no RE 760.931 (Tema 246 do ementário de repercussão geral). II - Consoante decisão do STF, "quando do julgamento do RE 760.931, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 11.09.2017, não se fixou regra sobre a distribuição do ônus probatório nas ações que debatem a responsabilidade subsidiária da Administração Pública em decorrência da culpa in vigilando nos contratos de terceirização. Não destoa desse entendimento acórdão que, ante as peculiaridades do caso concreto, impõe à Administração a prova de diligência. Agravo regimental a que se nega provimento. (Rcl 35907 AgR, Relator: Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma - DJe-19-12-2019)". III - Em vista do posicionamento do STF sobre o tema, a SbDI-1 do TST, órgão que uniformiza a jurisprudência interna corporis , firmou entendimento no sentido de que é do poder público o ônus da demonstrar que fiscalizou adequadamente os contratos de prestação de serviços por ele firmados, por constituir dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e outras obrigações impostas à administração pública por diversas normas legais (TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, sessão de 12.12.2019). Agravo a que se nega provimento" (Ag-RR-100330-27.2017.5.01.0205, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 17/08/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. TOMADOR DE SERVIÇOS. FISCALIZAÇÃO NÃO DEMONSTRADA. ÔNUS DA PROVA. Em recente decisão, no julgamento dos embargos de declaração nos autos do RE-760931/DF, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua jurisprudência acerca da responsabilidade da Administração Pública quanto ao pagamento de verbas trabalhistas devidas a empregados que a ela prestam serviços de maneira terceirizada. Em um primeiro momento, a Corte Constitucional ratificou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei 8.666/93, na linha do que já havia decidido na ADC 16. Em um segundo instante, fixou-se a tese no sentido de que "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Aqui, deixou-se evidente que o inadimplemento da empresa terceirizada não autoriza, por si só, o redirecionamento da responsabilidade à Administração Pública. Com efeito, embora seja possível a responsabilização do ente púbico, não é o inadimplemento o seu pressuposto único . Aliás, a equilibrada decisão do Supremo Tribunal Federal deixou claro que a expressão "automaticamente" contida na tese teve como objetivo possibilitar ao trabalhador a responsabilização do ente público, "dependendo de comprovação de culpa in eligendo ou culpa in vigilando , o que decorre da inarredável obrigação da administração pública de fiscalizar os contratos administrativos firmados sob os efeitos da estrita legalidade" (voto do Min. Edson Fachin, redator do acórdão do ED-RE760931/DF). Portanto, ficou decidido no julgamento do recurso extraordinário (e reafirmado no julgamento dos embargos de declaração) que é possível responsabilizar a Administração Pública pelo pagamento das verbas trabalhistas devidas a empregados das empresas terceirizadas, de maneira subsidiária, quando constatada a omissão na sua atuação , que é obrigatória, sendo vedada a presunção de culpa . Sendo assim, diferentemente da posição que esta 2ª Turma vinha adotando (com ressalva de entendimento pessoal de seus integrantes) - por entender que o Supremo Tribunal Federal havia também firmado entendimento no sentido de que seria do trabalhador o ônus da prova da omissão na fiscalização pelo ente da Administração Pública -, o Supremo Tribunal não firmou tese processual acerca da distribuição do onus probandi. Nesse sentido, as regras de distribuição do ônus da prova continuam a observar os dispositivos infraconstitucionais que as regulam, a exemplo dos arts. 373 do CPC/2015 e 818 da CLT. Dito isso, é a Administração Pública quem tem a aptidão para a prova da fiscalização do contrato administrativo de prestação de serviços (aspecto subjetivo do ônus da prova), obrigação que decorre da própria Lei de Licitações (arts. 58, III, e 67 da Lei 8.666/93), na linha do que definiu o Supremo Tribunal Federal. Assim, nos casos em que não há prova de fiscalização, deve o julgador decidir contrariamente à parte que tinha o ônus probatório e dele não se desincumbiu: é a própria adoção da distribuição do ônus da prova como regra de julgamento (aspecto objetivo do ônus da prova). No caso, o Tribunal Regional considerou que não foi comprovada a fiscalização pelo ente público, julgando procedente o pedido de responsabilização subsidiária. Decisão em harmonia com o entendimento consolidado na Súmula 331, V, do TST. Precedentes. Agravo de instrumento de que se

conhece e a que se nega provimento" (AIRR-2013-42.2016.5.07.0017, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 18/09/2020).

"RECURSO DE REVISTA. JULGAMENTO ANTERIOR POR ESTA 3ª TURMA. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS PARA EVENTUAL EMISSÃO DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ARTIGO 1.030, INCISO II, DO CPC. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. ENTIDADES ESTATAIS. ENTENDIMENTO FIXADO PELO STF NA ADC Nº 16-DF. SÚMULA 331, V, DO TST. ART. 71, § 1º, DA LEI 8.666/93. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. JURISPRUDÊNCIA VINCULANTE DO STF. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE CONDUTA CULPOSA NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DA LEI 8.666/93. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NO TOCANTE À AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. ENCARGO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEGUNDO INTERPRETAÇÃO DA SBDI-1/TST À JURISPRUDÊNCIA DO STF, A PARTIR DA DECISÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROFERIDA NOS AUTOS DO RE-760.931/DF. Em observância ao entendimento fixado pelo STF na ADC nº 16-DF, passou a prevalecer a tese de que a responsabilidade subsidiária dos entes integrantes da Administração Pública direta e indireta não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada, mas apenas quando explicitada no acórdão regional a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei 8.666, de 21.6.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. E o STF, ao julgar, com repercussão geral reconhecida, o RE-760.931/DF, confirmou a tese já explicitada na anterior ADC nº 16-DF, no sentido de que a responsabilidade da Administração Pública não pode ser automática, cabendo a sua condenação apenas se houver prova inequívoca de sua conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos. Provocado o STF, em sede de embargos de declaração, sobre o alcance da decisão proferida nos autos do RE-760.931/DF, sobretudo quanto ao ônus de prova da fiscalização do adimplemento das obrigações contratuais trabalhistas no curso do pacto celebrado entre o ente privado e a Administração Pública, o recurso foi desprovido. Em face dessa decisão, em que o Supremo Tribunal Federal não delimitou - como foi questionado nos embargos de declaração - a matéria atinente ao ônus da prova da fiscalização do contrato, compreendeu a SBDI-1 do TST, em julgamento realizado em 12.12.2019, nos autos dos Embargos E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, que a deliberação acerca da matéria, dado o seu caráter eminentemente infraconstitucional, compete à Justiça do Trabalho. E, manifestando-se expressamente sobre o encargo probatório, fixou a tese de que é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços, suplantando, assim, o entendimento de que seria do empregado tal encargo processual. Ressalte-se que, ainda que não haja transferência automática da responsabilidade (não incide, nesses casos, a culpa presumida, segundo o STF), tem o tomador de serviços estatal o ônus processual de comprovar seus plenos zelo e exação quanto ao adimplemento de seu dever fiscalizatório (art. 818, II e § 1º, CLT; art. 373, II, CPC/2015). Por essas razões, se a entidade pública não demonstra a realização do efetivo controle sobre o contrato, deve ser responsabilizada subsidiariamente pela satisfação das obrigações trabalhistas inadimplidas pela empregadora. É preciso - reitere-se - deixar claro que, se a entidade estatal fizer prova razoável e consistente, nos autos, de que exerceu, adequadamente, o seu dever fiscalizatório, não pode ocorrer a sua responsabilização, pois isso configuraria desrespeito à jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal. Consequentemente, no caso concreto, em face de a decisão do TRT estar em consonância com o atual posicionamento desta Corte sobre a matéria e mantida a decisão que não conheceu do recurso de revista, sem proceder ao juízo de retratação, nos termos do art. 543-B, § 3º, do CPC, devolvam-se os autos à Vice-Presidência desta Corte Superior" (RR-21306-14.2014.5.04.0029, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 18/09/2020).

"I. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA 13.467/2017. 1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ÔNUS DA PROVA. SÚMULA 331, V, DO TST. DECISÃO PROFERIDA PELA SUBSEÇÃO 1 ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS (SBDI-1), NO JULGAMENTO DO E-RR-925-07.2016.5.05.0281, EM 12/12/2019. ATRIBUIÇÃO AO ENTE PÚBLICO DO ÔNUS PROBATÓRIO ACERCA DA REGULAR FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA. 1. De acordo com o artigo 896-A da CLT, o Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, deve examinar previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica. No presente caso, o Tribunal Regional decidiu a questão com amparo no ônus probatório acerca da conduta culposa do tomador de serviços. A SBDI-1 desta Corte, no recente julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em 12/12/2019, com sua composição plena, entendeu que o Supremo Tribunal Federal não firmou tese acerca do ônus da prova da culpa in vigilando ou da culpa in eligendo da Administração Pública tomadora dos serviços, concluindo caber ao Ente Público o ônus de provar a efetiva fiscalização do contrato de terceirização. Trata-se, portanto, de " questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista ", nos termos do art. 896-A, IV, da CLT, o que configura a transcendência jurídica da matéria em debate . 2. A Suprema Corte, ao julgar a ADC 16/DF e proclamar a constitucionalidade do § 1º do artigo 71 da Lei 8.666/93, não afastou a possibilidade de imputação da responsabilidade subsidiária aos entes da Administração Pública, por dívidas trabalhistas mantidas por empresas de terceirização por eles contratadas, desde que configurada conduta culposa, por omissão ou negligência, no acompanhamento da execução dos contratos de terceirização celebrados, nos moldes da Súmula 331, V, do TST. Ainda, no julgamento do RE 760931, o Supremo Tribunal Federal, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93 ". A partir da análise dos fundamentos lançados no debate travado no âmbito do Supremo Tribunal Federal para se concluir acerca da responsabilização do Ente da Administração Pública, em caráter excepcional, deve estar robustamente comprovada sua conduta culposa, não se cogitando de responsabilidade objetiva ou de transferência automática da responsabilidade pela quitação dos haveres em razão do simples inadimplemento das obrigações trabalhistas pela prestadora de serviços. 3. A SBDI-1 desta Corte, após análise dos debates e dos votos proferidos no julgamento do RE 760931, entendeu que o Supremo Tribunal Federal não firmou tese acerca do ônus da prova da culpa in vigilando ou in eligendo da Administração Pública

tomadora de serviços. Ponderou que o STF rejeitou o voto lançado pelo redator designado, Ministro Luiz Fux, no julgamento dos embargos declaratórios opostos em face da referida decisão, no qual ressaltou a impossibilidade da inversão do ônus da prova ou da culpa presumida da Administração Pública. Asseverou que, após o aludido julgamento, o entendimento de que não teria havido posicionamento acerca do ônus probatório - se do empregado ou da Administração Pública - passou a prevalecer, inclusive na resolução de Reclamações Constitucionais apresentadas perante aquela Corte. Destacou que a definição quanto ao ônus da prova acerca da regular fiscalização do contrato de terceirização fica a cargo desta Corte. Concluiu, assim, que o Ente Público, ao anotar a correta fiscalização da execução do contrato de terceirização, acena com fato impeditivo do direito do empregado, atraindo para si o ônus probatório, nos termos dos artigos 333, II, do CPC/73, 373, II, do CPC/2015 e 818 da CLT, acrescentando que atribuir ao empregado o ônus de provar a fiscalização deficiente por parte do Poder Público significa conferir-lhe o encargo de produzir provas de difícil obtenção (E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Julgado em: 12/12/2019). 4. Nesse cenário, a Corte Regional, ao destacar que competia ao Ente Público provar que fiscalizou a execução do contrato de prestação de serviços, proferiu acórdão em conformidade com o atual entendimento da SBDI-1 desta Corte, incidindo a Súmula 333/TST e o artigo 896, § 7º, da CLT como óbices ao processamento da revista. Agravo de instrumento não provido. II. RECURSO DE REVISTA ADESIVO DA RECLAMANTE. ARTIGO 997, III, DO CPC/2015. Prejudicada a análise do recurso de revista adesivo ante o não processamento do recurso principal. Recurso de revista prejudicado" (AIRR-1000288-79.2017.5.02.0445, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SÚMULA N.º 331, V, DO TST. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. 1. Considerando o recente pronunciamento, pelo Supremo Tribunal Federal, acerca da constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação que lhe emprestou a Lei n.º 9.032/1995, e a repercussão da tese sufragada sobre a interpretação da legislação que rege o tema da responsabilidade subsidiária da Administração Pública pelos créditos trabalhistas dos terceirizados, bem como a existência de decisões conflitantes sobre a matéria, reconhece-se a transcendência jurídica da causa (artigo 896-A, § 1º, IV, da CLT). 2 . O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF, mediante acórdão publicado no DJe de 09/09/2011, reconheceu a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação que lhe emprestou a Lei n.º 9.032/1995. Na ocasião, a excelsa Corte sufragou tese no sentido de que a mera inadimplência da empresa contratada não justifica a transferência, para a Administração Pública, da responsabilidade pelo pagamento dos encargos resultantes da relação de emprego havida entre particulares. Ressalvou, todavia, o Supremo Tribunal Federal, que a conduta omissiva da Administração Pública, quanto ao seu poder-dever de fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações atribuídas à empresa contratada, rende ensejo ao reconhecimento da responsabilidade subsidiária do ente público. Nesse sentido, o voto condutor lavrado pelo Exmo. Ministro Cezar Peluso , segundo o qual o reconhecimento da constitucionalidade do dispositivo legal em comento " não impedirá que a Justiça do Trabalho continue reconhecendo a responsabilidade da Administração com base nos fatos de cada causa " (fl. 38), sendo certo que " o mero inadimplemento deveras não transfere, mas a inadimplência da obrigação da Administração é que lhe traz como consequência uma responsabilidade que a Justiça do Trabalho eventualmente pode reconhecer a despeito da constitucionalidade da lei " (fl. 46 - os grifos foram acrescidos). 3 . Nesse exato sentido passou a orientar-se a jurisprudência desta Corte superior, a partir da edição, pelo Tribunal Pleno, da Resolução n.º 174, de 24/05/2011, de que resultou a inserção do item V na Súmula n.º 331, cujo teor é o seguinte: " os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora . A aludida responsabilidade não decorre do mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada" (destaques acrescidos) . 4 . Atente-se, ainda, para o fato de que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema nº 246 de Repercussão Geral, nos autos do RE 760.931 (julgamento concluído no dia 30/3/2017 e acórdão publicado em 12/9/2017), fixou a seguinte tese: "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . 5 . Exsurge clara, daí, a conclusão de que, na mesma linha da tese sufragada na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF, entende o Supremo Tribunal Federal que não há falar em transferência automática à Administração Pública da responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas decorrentes do contrato mantido entre a empresa prestadora de serviços e seus empregados. 6 . O Supremo Tribunal Federal deliberadamente não definiu , na tese de Repercussão Geral fixada no RE n.º 760.931, a distribuição do ônus da prova , limitando-se a sufragar o entendimento de que " o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 ". 7 . Nesse contexto, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte superior, nos autos do processo n.º TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, em sessão de julgamento realizada em 12/12/2019, acórdão publicado em 22/5/2020, firmou entendimento no sentido de que incumbe ao ente público o ônus de comprovar a efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos de trabalho firmados entre a empresa prestadora dos serviços e seus empregados. 8 . Assim, resulta incensurável a decisão proferida pelo egrégio Tribunal Regional, que, examinando a situação concreta dos autos, constatou que a Administração Pública não cumpriu com sua obrigação de fiscalizar o adimplemento, pela empresa prestadora dos serviços, das obrigações a que submetida, por força de lei ou do contrato. Nesse sentido, registrou-se no acórdão prolatado pela Corte de origem que "no caso sob análise, o ente público agiu com culpa, uma vez que não efetuou os repasses financeiros à primeira ré, e tinha ciência do inadimplemento das verbas trabalhistas, aliás fato público e notório, de forma que não há falar em demonstração de culpa pelo empregado. Repiso que a recorrente não tomou qualquer providência efetiva para resguardar os créditos devidos aos trabalhadores da empresa contratada que lhe prestaram serviços . Portanto , ante a conduta culposa do ente público, resta configurada

a sua responsabilidade subsidiária , nos termos da Súmula 331, V, do TST, e do entendimento adotado pelo STF na ADC 16" . 9. Tal premissa fática, insuscetível de revisão em sede extraordinária, revela-se suficiente a justificar a conclusão a que chegou a Corte de origem, no sentido de impor ao ente público a obrigação de arcar, de forma subsidiária, com o pagamento dos créditos trabalhistas reconhecidos à parte obreira. 10. Agravo de Instrumento a que se nega provimento." (AIRR-101269-05.2017.5.01.0432, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.015/2014. CPC/2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DE REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331 DO TST. DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL PACIFICADA NO ÂMBITO DESTA CORTE SUPERIOR. No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou no Tema 246, de repercussão geral, que: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em sede de embargos de declaração, ao rejeitar a solução proposta pelo Relator, deixou claro que não fixou tese quanto à definição do ônus da prova referente à efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de trabalho, por se tratar de matéria infraconstitucional, na linha de sua pacífica jurisprudência, de que são exemplos os seguintes precedentes: AI 405738 AgR, Rel. Min. Ilmar Galvão, 1ª T., julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, 2ª T., julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, 2ª T., julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T., julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator: Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg. em 11/11/2019. Nesse contexto, a SDI-1 desta Corte Superior, em sessão com sua composição completa, realizada no dia 12/12/2019, ao julgar o E-RR-925-07.2016.5.05.0281, assentou que caberia a esta Justiça Especializada resolver a aludida questão jurídica e definiu ser do tomador o encargo de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços, por ser obrigação que decorre de forma ordinária da aplicação sistemática de vários dispositivos da Lei nº 8.666/93, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público. No caso, o Tribunal Regional consignou que o ente público não se desincumbiu do ônus de provar haver sido diligente no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Assim, sua condenação subsidiária não contraria o fixado pelo Supremo Tribunal Federal e se alinha à jurisprudência pacificada no âmbito desta Corte Superior. Agravo de instrumento conhecido e não provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE AUTORA. JORNADA 12X36 HORAS. VALIDADE. NORMA COLETIVA. SÚMULA Nº 444 DO TST . AUSÊNCIA DE REGISTRO FÁTICO E TESE ACERCA DA DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME POR SUPOSTA PRESTAÇÃO HABITUAL DE HORAS EXTAS. SÚMULAS NºS 126 E 297 DO TST. Conforme entendimento consubstanciado na Súmula nº 444 desta Corte: " é válida, em caráter excepcional, a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. O empregado não tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas ". No caso, o Tribunal Regional, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, registrou a existência de acordo coletivo válido autorizando o regime de compensação da jornada de trabalho de 12x36h. Conclusão em sentido contrário demandaria o revolvimento de fatos e provas, o que não é admissível nesta instância extraordinária, consoante o teor da Súmula nº 126 do TST. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (AIRR-11354-26.2014.5.01.0051, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ÔNUS DA PROVA. 1. Cinge-se a presente controvérsia ao ônus da prova da fiscalização e da conduta culposa do ente público, por se tratar de elemento necessário à configuração da responsabilidade subsidiária da Administração Pública, segundo a diretriz perfilhada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC nº 16 e a tese fixada no RE nº 760.931, em sede de repercussão geral (Tema nº 246). 2 . A SDI-1 desta Corte, órgão de uniformização jurisprudencial interna corporis , firmou a compreensão de que a discussão atinente ao onus probandi não foi apreciada no referido precedente de repercussão geral, notadamente em razão do seu caráter infraconstitucional, incumbindo a este Tribunal Superior do Trabalho o enfrentamento da questão. E, assim, com base no princípio da aptidão para a prova e no fato de que a fiscalização constitui um dever legal, concluiu ser do ente público o encargo probatório de demonstrar a regular observância das exigências legais no tocante à fiscalização da prestadora dos serviços quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas. 3. Nesse contexto, a conclusão adotada pelo Tribunal de origem revela-se irrepreensível, pois a condenação subsidiária atribuída ao ente público não foi automática, mas decorreu da configuração da sua conduta culposa, porquanto não produziu nenhuma prova de que tenha fiscalizado a empresa contratada, ônus que lhe incumbia. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (AIRR-100442-15.2017.5.01.0037, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 18/09/2020).

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000733-37.2017.5.19.0059

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	B.B.S.

Advogado	Dr. Frederico da Silveira Lima(OAB: 7920-A/AL)
Advogado	Dr. Denise Gonçalves Queiroz Lorenço(OAB: 11619-B/AL)
Agravado	A.G.M.
Advogado	Dr. Geovani Vaciski Barbosa(OAB: 48932-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- A.G.M.
- B.B.S.

Ficam as partes intimadas do despacho/acórdão, o qual está à disposição na Unidade Publicadora.

Processo Nº AIRR-0000447-40.2020.5.14.0141

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Advogado	Dr. Renato Chagas Correa da Silva(OAB: 8768-A/RO)
Agravado	EDISONEI GOMES DA SILVA
Advogado	Dr. Maria Gonçalves de Souza Colombo(OAB: 3371-A/RO)
Advogado	Dr. José Luiz Paulúcio(OAB: 3457-A/RO)
Advogado	Dr. Cristiano Alves de Oliveira Valim(OAB: 5813-A/RO)
Agravado	CENTRALNORTE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.
Advogado	Dr. Robson Magno Clodoaldo Casula(OAB: 1404-A/RO)
Advogada	Dra. Jacqueline Glenn Milhomem(OAB: 9455-A/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRALNORTE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.
- EDISONEI GOMES DA SILVA
- ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 742/751) interposto pela segunda reclamada contra a decisão de fls. 729/734, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta e de contrarrazões.
Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado, interposto tempestivamente (publicação da decisão denegatória em 18/08/2021 - certidão de fls. 741 - e apelo protocolado em 30/08/2021), dispensado o preparo.
É o relatório.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade do recurso de revista.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS" e "MULTA POR OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS".
No tocante ao primeiro tema, a segunda reclamada insurge-se contra a responsabilidade que lhe foi imputada. Complementa suas alegações ressalvando que houve a fiscalização efetiva no caso concreto até a finalização do contrato firmado e inexistiu qualquer vínculo empregatício a ser reconhecido, pois a real empregadora do recorrido foi a primeira reclamada. Indica violação aos arts. 5º, XXXVI e 102, §2º da CF.
Sem razão.
O Regional entendeu:

" Pois bem.
O Reclamante, na petição inicial, disse ter sido contratado pela 1ª Reclamada em 1-11-2009, na função de eletricista de rede, e demitido sem justa causa em 6-5-2020.
Nessa senda, observa-se que o Reclamante se ativou parte do contrato para Ceron e em outra parte para a Energisa, sem descontinuidade. Esse fato fica evidente pelos documentos apresentados com a contestação da 2ª Reclamada, que comprovam que a Ceron contratou a Centralnorte mediante processo licitatório, o que deu origem aos contratos administrativos 044/2014 e 045/2014.
A manutenção do teor do primitivo contrato administrativo é verificada especialmente por termos aditivos, demonstrando que a Energisa assumiu a posição de contratante, promovendo aditamento e novos prazos de vigência para aquele contrato inicial. Corrobore-se a isso, ser é fato público e notório que a Ceron foi sucedida pela Energisa, em decorrência de leilão.
Embora a Recorrente alegue que não há prova de que o Autor prestou serviço em seu benefício, verifico que na audiência registrada na ata de ID. 2100535 o Reclamante afirmou que "sempre trabalhou em favor da Eletrobras, a qual posteriormente foi assumida pela 2ª reclamada". A Reclamada, por sua vez, não trouxe nenhuma prova em sentido contrário, sequer trouxe a relação dos funcionários lhe prestavam serviços.
Por sua vez, os contratos e aditivos demonstram que a 1ª Reclamada prestava serviços a ora Recorrente.
Esclareça-se que como pessoa jurídica de direito privado, a 2ª Reclamada não tem a obrigação de observar a Lei de Licitações, podendo a escolha do contratante ser livre. No entanto, vê-se que a Energisa Rondônia apenas deu continuidade ao contrato feito pela Ceron, que contratou a 1ª Reclamada mediante procedimento licitatório previsto na Lei n. 8.666/93.
Porém, a liberdade para terceirizar não retira do contratante o dever de fiscalizar o contrato, exatamente porque a ausência de fiscalização pode acarretar em responsabilidade subsidiária. Assim, ao optar por dar continuidade ao contrato celebrado entre a Ceron e a Centralnorte, a 2ª Reclamada (Energisa) tinha o dever de assumir o ônus fiscalizatório.
Nesse aspecto, observa-se que aos autos veio somente os aditamentos contratuais. Não há nenhum documento fiscalizatório, quer da época em que a Centralnorte prestava serviços à Ceron, quer da época em que prestou serviços à ora Recorrente (Energisa).
[...]
Gizo que a terceirização é permitida, inclusive em atividade-fim. Porém, é obrigatório que o tomador fiscalize o contrato, o que inclui os encargos trabalhistas, sob pena de eventualmente ser penalizado subsidiariamente.
Pelo exposto, demonstrada a culpa da 2ª Reclamada no tocante à fiscalização do contrato celebrado, aplicável ao caso o item IV da Súmula 331 do TST, sendo correta a aplicação da responsabilidade subsidiária do tomador, no caso, da Energisa. (fls. 662/664) (sem grifo no original).

A decisão está em consonância com o entendimento desta Corte Superior e do STF, no sentido de que, mesmo se tratando de

terceirização lícita, deve ser reconhecida a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços (Súmula 331, IV, do TST). Incidência do óbice da Súmula 333 do TST.
Quanto ao segundo tema, a segunda reclamada sustenta que "a multa por embargos procrastinatórios só deve ser aplicada nas situações em que a atuação abusiva da parte emerge inequívoca, isto é, detectável de pronto diante do objeto do litígio, inconsistente à toda vista, despontando, pois, inquestionável a manifestação distorcida da parte, ou seja, quando as regras processuais são desprezadas aviltando o princípio da boa-fé em que a parte sucumbe ao dever processual e oferece pretensão destituída de fundamento, o que, de plano, não é o caso dos autos". Traz arestos para o cotejo de teses.
Sem razão.
O Regional, quanto ao tema, consignou:

"(...) A Sentença(ID. 3e747c5) condenou a Reclamada ao pagamento importe de 1% sobre o valor atualizado da causa devido a interposição de embargos protelatórios Verifico que a Reclamada interpôs os embargos declaratórios apontando omissão com relação ao benefício de ordem, bem como a impossibilidade de ser condenada ao pagamento das multas processuais.
Contudo, no caso em tela, observo que não houve omissão da sentença no particular, tendo em vista que as matérias foram abordadas de forma clara e expressa, o que demonstra a intenção da Reclamada de rever a decisão de mérito que lhe foi desfavorável, sem contudo, observar o remédio processual adequado, revelando o intuído manifestamente protelatório do recurso.
Com efeito, o inconformismo com a decisão de mérito comporta recurso adequado, que não os embargos declaratórios.
Nego provimento."

O Regional registrou que a segunda reclamada opôs embargos de declaração à sentença com nítida intenção de rever a decisão de mérito que lhe foi desfavorável, o que revela o intuído manifestamente protelatório do recurso.
Nesse contexto, a divergência jurisprudencial denunciada não viabiliza o processamento do recurso, à medida que os arestos trazidos a são inespecíficos, pois não tratam de hipótese em evidenciado o intuído manifestamente protelatório dos embargos de declaração. Inteligência da Súmula 296, I, do TST.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000286-42.2016.5.05.0037

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	ATENTO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Agravante e Agravado	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Advogada	Dra. Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira(OAB: 18855-A/PE)
Agravado	SIDNALDO LOPES DOS SANTOS
Advogada	Dra. Gabrielle Santos de Andrade(OAB: 34903-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):
- ATENTO BRASIL S.A.
- SIDNALDO LOPES DOS SANTOS
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento aos seus recursos de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Considerando o disposto no art. 896-A, § 6º, da CLT (inserido pela Lei 13.467/17), o juízo de admissibilidade deste Recurso de Revista se limita à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / ATOS PROCESSUAIS / NULIDADE / NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

Com relação a todas as alegações contidas nesta preliminar de nulidade, observa-se que, ao contrário do alegado, a prestação jurisdicional foi plenamente entregue pela Turma Regional.
As questões essenciais ao julgamento da controvérsia foram devidamente enfrentadas pelo Colegiado, que sobre eles adotou tese explícita, embora com resultado diverso do pretendido pela Parte Recorrente. O pronunciamento do Juízo encontra-se, pois, íntegro, sob o ponto de vista formal, não sendo possível identificar qualquer vício que afronte os dispositivos invocados.
Sob a ótica da restrição imposta pela Súmula nº 459 do TST, não se constatam as violações apontadas.
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA / SUBSIDIÁRIA / TOMADOR DE SERVIÇOS / TERCEIRIZAÇÃO / LICITUDE / ILICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO / TELEMARKETING.
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO / RECONHECIMENTO DE RELAÇÃO DE EMPREGO.
Verifica-se que a Turma Regional reconheceu o vínculo com lastro nos elementos da relação de emprego (arts. 2º e 3º da CLT), e não somente em razão da ilicitude da terceirização (atividade-fim).

Rever essa decisão importaria no reexame de fatos e provas, encontrando óbice na Súmula 126 do TST, o que inviabiliza o seguimento do Recurso de Revista, inclusive por divergência jurisprudencial.
Nesse contexto, ao caso não se aplica a decisão vinculativa proferida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (referente à possibilidade de terceirização em atividade-fim e atividade-meio), ao julgar no dia 30/08/2018 a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 324 e o Recurso Extraordinário (RE) n.º 958.252, com repercussão geral reconhecida, que entendeu, por maioria, ser lícita a terceirização "...ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Com efeito, inviável o trânsito do Recurso de Revista.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento aoRecurso de Revista".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL", "TERCEIRIZAÇÃO - TELEMARKETING" e "RECONHECIMENTO DE RELAÇÃO DE EMPREGO", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Não prospera a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que o egrégio Tribunal Regional atendeu ao comando dos artigos 832 da CLT, 489 do NCPC (458 do CPC) e 93, IX, da Constituição Federal e entregou a entrega jurisdicional que entendeu pertinente e se manifestou sobre todos os aspectos que inferiu relevantes para o deslinde da causa, inclusive complementando sua decisão no julgamento dos aclaratórios. A decisão reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula nº 126 desta Corte.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Registre-se, ainda, que a parte recorrente apresentou divergência jurisprudencial para calcar o recurso de revista, contudo no que diz respeito ao conhecimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, também não é bastante a reprodução de arestos com que se pretende demonstrar divergência jurisprudencial. Com efeito, além dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT, a parte deve cumprir o art. 896, § 8º, da CLT, no sentido de "produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (Súmula 337 do TST). Ou seja, incumbe à parte efetuar o cotejo analítico da decisão recorrida com a decisão paradigma, de forma a demonstrar que há dissenso interpretativo nas normas que regem uma mesma situação.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA ATENTO BRASIL S/A.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Considerando o disposto no art. 896-A, § 6º, da CLT (inserido pela Lei 13.467/17), o juízo de admissibilidade deste Recurso de Revista se limita à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA / SUBSIDIÁRIA / TOMADOR DE SERVIÇOS / TERCEIRIZAÇÃO / LICITUDE / ILICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO / TELEMARKETING.
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO / RECONHECIMENTO DE RELAÇÃO DE EMPREGO.
Como visto no Acórdão, a Turma Regional reconheceu o vínculo com lastro nos elementos da relação de emprego (arts. 2º e 3º da CLT), e não somente em razão da ilicitude da terceirização (atividade-fim).
Rever essa decisão importaria no reexame de fatos e provas, encontrando óbice na Súmula 126 do TST, o que inviabiliza o seguimento do Recurso de Revista, inclusive por divergência jurisprudencial.
Nesse contexto, ao caso não se aplica a decisão vinculativa proferida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (referente à possibilidade de terceirização em atividade-fim e atividade-meio), ao julgar no dia 30/08/2018 a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 324 e o Recurso Extraordinário (RE) n.º 958.252, com repercussão geral reconhecida, que entendeu, por maioria, ser lícita a terceirização "...ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". COM EFEITO, INVIÁVEL O TRÂNSITO DO RECURSO DE REVISTA.
DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS.
Com relação a todas as alegações contidas neste tópico, registre-se que o julgamento proferido pelo Colegiado Regional está lastreado na dilação probatória dos autos. Assim, somente com o revolvimento do substrato fático-probatório seria possível sua reforma, aspecto que torna inviável a admissibilidade do Apelo, inclusive por divergência jurisprudencial , conforme previsão contida na Súmula nº 126 da Superior Corte Trabalhista.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / PENALIDADES PROCESSUAIS / MULTA POR ED PROTELATÓRIOS.
Com relação a todas as alegações contidas neste tópico, registre-se que os fundamentos revelados no Provimento Jurisdicional impugnado estão em sintonia com a atual jurisprudência da mais

Alta Corte Trabalhista, principalmente quando traduz o entendimento da SDI-I, como se vê no seguinte precedente: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. MULTA PELA INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS. Não existindo omissão a ser sanada na decisão embargada, em que se analisaram todas as matérias arguidas por inteiro e de forma fundamentada, são absolutamente descabidos e meramente procrastinatórios os embargos de declaração nos quais a parte visa apenas polemizar com o julgador naquilo que por ele já foi apreciado e decidido de forma clara, coerente e completa. Flagrante, pois, a natureza manifestamente protelatória dos embargos de declaração interpostos pela reclamada, deve ser-lhe aplicada a multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, nos termos dispostos no artigo 1.026, § 2º, do novo CPC. Embargos de declaração desprovidos, aplicando-se a multa de 2% sobre o valor atualizado da causa em favor do reclamante. (ED-E-ED-RR - 160000-97.2010.5.21.0006, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 30/03/2017, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 11/04/2017)

A revisão do Julgado em sede de Recurso de Revista mostra-se inviável, sob quaisquer alegações, inclusive por dissenso pretoriano, consoante regra do art. 896, §7º, da CLT e o teor da Súmula nº 333 do TST.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento aoRecurso de Revista".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "TERCEIRIZAÇÃO - TELEMARKETING", "RECONHECIMENTO DE RELAÇÃO DE EMPREGO", "HORAS EXTRAS" e "MULTA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.

A decisão reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula nº 126 desta Corte.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

Registre-se, ainda, que a parte recorrente apresentou divergência jurisprudencial para calcar o recurso de revista, contudo no que diz respeito ao conhecimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, também não é bastante a reprodução de arestos com que se pretende demonstrar divergência jurisprudencial. Com efeito, além dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT, a parte deve cumprir o art. 896, § 8º, da CLT, no sentido de "produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (Súmula 337 do TST). Ou seja, incumbe à parte efetuar o cotejo analítico da decisão recorrida com a decisão paradigma, de forma a demonstrar que há dissenso interpretativo nas normas que regem uma mesma situação.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento aos agravos de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000697-03.2019.5.14.0402

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DO ACRE
Procuradora	Dra. Rosana Fernandes Magalhães Biancardi
Procurador	Dr. Fábio Marcon Leonetti
Agravado	GLEIDSON DA SILVA CAVALCANTE CAMPOS
Advogado	Dr. Wladimir Rigo Martins Junior(OAB: 3983-A/AC)
Agravado	MONTEIRO & SOARES CONSTRUÇÕES LTDA.
Advogado	Dr. Rivaldo Soares da Silva Júnior(OAB: 4567-A/AC)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO ACRE
- GLEIDSON DA SILVA CAVALCANTE CAMPOS
- MONTEIRO & SOARES CONSTRUÇÕES LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 541/563) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 531/535).

Contraminuta às fls. 1.292/1.294 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 1.287/1.291.

O Ministério Público do Trabalho opina pelo não provimento do agravo de instrumento, fls. 577/579.

É o relatório.

O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão

denegatória publicada em 27/09/2021 e apelo protocolado em 27/09/2021), sendo inexigível o preparo.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Como se pode ver a partir da fundamentação, a decisão explicitou os motivos pelos quais o Estado do Acre deveria ser responsabilizado subsidiariamente neste feito, qual seja, a ausência de fiscalização do contrato administrativo, que permitiu que a Contratada cometesse irregularidades com relação ao contrato de trabalho do Reclamante.
A mais evidente dessas falhas foi a ausência de regularidade dos depósitos de FGTS, mas que foi insuficiente para uma atuação mais efetiva do Estado do Acre.
(...)
Não há falar que o item V da Súmula n. 331 do TST contraria o disposto no art. 71 da Lei n. 8.666/93. É certo que no julgamento da ADC 16/DF, o Excelso STF manifestou entendimento no sentido de que a mera inadimplência dos encargos trabalhistas por parte da empresa prestadora de serviços, contratada por meio de regular processo licitatório, não tem o condão de transferir à Administração Pública a responsabilidade subsidiária pelos encargos trabalhistas, por força do citado art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/93. Tal entendimento, porém, não implica na irrestrita isenção de responsabilidade do ente público, mas apenas que este não pode ser responsabilizado automaticamente, havendo necessidade de comprovação, no caso concreto, de sua conduta culposa, exatamente como ocorreu nos presentes autos." (fls. 430/432)

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO

CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes

integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000333-80.2019.5.17.0003

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	VITORIAGATTI SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - ME
Advogado	Dr. Rodrigo Silva Mello(OAB: 9714-A/ES)
Agravante e Agravado	IGREJA CRISTÃ MARANATA
Advogado	Dr. Isaías Diniz Nunes(OAB: 27902-A/DF)
Agravado	MARCIO RODRIGUES DE SOUZA
Advogada	Dra. Paula Wanessa Lopes Bastos Carmo(OAB: 10024/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- IGREJA CRISTÃ MARANATA
- MARCIO RODRIGUES DE SOUZA
- VITORIAGATTI SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - ME

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento aos seus recursos de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA IGREJA CRISTÃ MARANATA
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO / CONDIÇÕES DA AÇÃO.
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA / SUBSIDIÁRIA.
Inviável o recurso quanto à matéria em epígrafe, porque não observado o disposto no artigo 896, §1º-A, I, da CLT. Com efeito, a transcrição do tópico inteiro do v. acórdão ou da integralidade da análise realizada pela C. Turma, quanto à matéria objeto do recurso, não atende à exigência do artigo 896, §1º-A, I, da CLT. É preciso que a parte transcreva o trecho do v. acórdão em que consta precisamente a tese regional impugnada no recurso de revista, ou, ao menos, que destaque de forma clara a tese adotada e contra a qual se insurge. Nesse sentido:
"EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. DECISÃO EMBARGADA PUBLICADA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015 /2014. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO APRESENTA A TRANSCRIÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE IDENTIFICA O PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA OBJETO DO APELO. REQUISITO LEGAL INSCRITO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI 13.015/2014. (...) 3 - Embora o dispositivo em comento utilize o verbo "indicar", referindo-se ao requisito formal ali inscrito, esta Corte Superior tem exigido a transcrição do trecho da decisão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, firme no entendimento de que a alteração legislativa empreendida pela Lei 13.015/2014, nesse aspecto, constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar a identificação precisa da contrariedade a dispositivo de Lei e a Súmula e do dissenso de teses, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo. Assim, a necessidade da transcrição do trecho que consubstancia a violação e as contrariedades indicadas, e da demonstração analítica da divergência jurisprudencial, visa a permitir a identificação precisa e objetiva da tese supostamente ofensiva a lei, à segurança das relações jurídicas e à isonomia das decisões judiciais, de modo que contribua para a celeridade da prestação jurisdicional, possibilite a formação de precedentes como elementos de estabilidade e a decisão do TST contribua para a formação da jurisprudência nacionalmente unificada. (...) (E-ED- RR - 552-07.2013.5.06.0231, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 09/06/2016, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 17 /06/2016)."
No mesmo sentido: ED-AIRR-41600-81.2009.5.01.0050, Rel. Min. Delaíde Miranda Arantes, 2ª Turma, DEJT 29/04/2016; AIRR - 10356-41.2013.5.15.0039 Data de Julgamento: 25/05/2016, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 03/06/2016; AIRR-65-63.2014.5.05.0026, Rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 12/02/2016; AIRR-369- 66.2014.5.10.0012, Rel. Min. Kátia Magalhães Arruda, 6ª

Turma, DEJT 27/11/2015.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Registre-se, ainda, que a parte recorrente apresentou divergência jurisprudencial para calcar o recurso de revista, contudo no que diz respeito ao conhecimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, também não é bastante a reprodução de arestos com que se pretende demonstrar divergência jurisprudencial. Com efeito, além dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT, a parte deve cumprir o art. 896, § 8º, da CLT, no sentido de "produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (Súmula 337 do TST). Ou seja, incumbe à parte efetuar o cotejo analítico da decisão recorrida com a decisão paradigma, de forma a demonstrar que há dissenso interpretativo nas normas que regem uma mesma situação.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA VITORIAGATTI SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - ME
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / ATOS PROCESSUAIS / NULIDADE / NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.
Alegação(ões):
- arts. 93, IX, da CF
- art. 832 da CLT
- arts. 130, 131, 458, III, 515, § 2º, 535, II, do CPC
- Súmulas 282 e 363, do STF
- Súmulas 126, 296, 297 do C. TST
Sustenta que a decisão se encontra omissa quanto a questões arguídas em sede de embargos declaratórios.
Inviável o recurso, contudo, porquanto se verifica que as questões oportunamente suscitadas e essenciais à resolução da controvérsia foram analisadas pelo Eg. Regional, de forma motivada, razão por que não se vislumbra, em tese, a apontada afronta aos artigos 832 da CLT, 93, IX, da CF/88.
Quanto à alegada violação aos demais preceitos, inviável o recurso, ante o entendimento consubstanciado na Súmula 459 do TST.
Convém ressaltar que o TST não admite o recurso de revista por negativa de prestação jurisdicional com base em divergência jurisprudencial (art.896, alínea "a", da CLT), por entender que não há identidade das premissas fáticas entre a decisão recorrida e eventuais decisões paradigmas, ante a especificidade e a particularidade de cada caso.
DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS.
Alegação(ões):
- arts. 5º, II, XXVI e 7º XIII da CR/88
- arts.74 e 818 CLT
- art. 373, I CPC
- art.59-B, § único CLT
- Súmulas 85 e 444 C. TST
Insurge-se contra a condenação ao pagamento de horas extras em razão da descaracterização da escala 12x36.
Sucessivamente, caso mantido o v. acórdão, pretende seja observado apenas o pagamento do adicional de horas extras, bem como a limitação da reforma trabalhista conforme art. 59-B, § único da CLT.
Tendo a C. Turma manifestado entendimento no sentido de que em que pese a negociação autorizando a realização de escala 12x36 para os vigilantes, certo é que o regime de compensação de jornada fica descaracterizado quando demonstrada a prestação habitual de horas extraordinárias, não se verifica, em tese, a alegada violação, conforme exige a alínea "c" do artigo 896 Consolidado.
Ademais, é entendimento iterativo do TST que a descaracterização da escala 12x36 enseja o pagamento da hora extra cheia, e não apenas do adicional relativamente às horas destinadas à compensação. Inaplicável, portanto, os itens III e IV da súmula 85 do TST no particular. :In verbis
"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. REGIME 12X36. PRESTAÇÃO HABITUAL DE HORAS EXTRAS. INVALIDADE. SÚMULA 85, III E IV, DO TST. INAPLICABILIDADE. LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DO ADICIONAL DE HORAS EXTRAS INDEVIDA. MATÉRIA PACIFICADA. ART. 894, § 2º, DA CLT. À luz da jurisprudência desta Corte, em hipóteses como a dos autos, em que, a teor do acórdão turmário, o regime 12x36 foi descaracterizado pela prestação habitual de horas extras, é inaplicável o entendimento consubstanciado nos itens III e IV da Súmula 85 do TST, por não se tratar, o mencionado regime, propriamente de um sistema de compensação de jornada. Precedentes desta Subseção. Recurso de embargos não conhecido" (E-RR-1494-80.2011.5.09.0892, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 17/06/2016).
No mesmo sentido: E-RR-11409-19.2014.5.15.0008, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 29/01/2021; E-RR-11630-41.2014.5.15.0092, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 23/08/2019; E-ED-RR- 42000-15.2011.5.17.0007, Subseção I

Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 24/02/2017; E-RR-254-77.2011.5.09.0303, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Aloysio Correa da Veiga, DEJT 12/05/2017; E-RR-348-88.2012.5.09.0303, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 17/06/2016.

DURAÇÃO DO TRABALHO / INTERVALO INTRAJORNADA

Alegação(ões):

- artigo 818 CLT
- artigo 373, I CPC

Insurge-se contra a condenação ao pagamento do intervalo intrajornada.

Tendo a C. Turma manifestado entendimento no sentido de que além de extremamente contraditório, o depoimento da testemunha de defesa perde credibilidade por seu próprio conteúdo, pois se havia apenas 4 supervisores/inspetores na empresa (como revelou o próprio preposto), laborando em turnos diversos em escala de 12x36, e se a testemunha fazia de fato rendição em 5 postos por turno, não teria rendição para os cerca de 30 (ou 50) postos da ré, conferindo-se assim, maior valor ao depoimento da testemunha do autor do que ao da reclamada, razão pela qual provada a supressão do intervalo intrajornada no período especificado pela sentença, não se verifica, em tese, a alegada violação, conforme exige a alínea "c" do artigo 896 Consolidado.

DURAÇÃO DO TRABALHO / INTERVALO INTERJORNADAS

Alegação(ões):

- divergência jurisprudencial.
- art. 66 da CLT Insurge-se contra a condenação ao pagamento do intervalo interjornadas.

Quanto à matéria em epígrafe, o recurso de revista não merece seguimento, por ausência de interesse. É premissa do nosso sistema recursal que tenha sofrido a parte recorrente algum gravame, vale dizer, tem interesse em recorrer o que restou vencido, aquele a quem a decisão causou prejuízo, o que não ocorreu, in casu, tendo em vista que a C. Turma negou provimento ao recurso do reclamante requerendo a condenação das rés ao pagamento do intervalo interjornadas.

Salienta-se, ainda, que apesar de constar no dispositivo o deferimento de tal parcela, trata-se apenas de erro meramente material.

FÉRIAS

Alegação(ões):

- divergência jurisprudencial.
- art. 7º, XXIX CR/88 - arts. 145 e 818 CLT
- art. 373, I CPC

Insurge-se contra a condenação ao pagamento em dobro das férias, referentes a alguns períodos aquisitivos.

A C. Turma manifestou entendimento de que prova oral colhida indica o pagamento das férias fora do prazo legal, não sendo razoável impor ao reclamante o ônus de trazer ao processo testemunha direta do pagamento, sob pena de se inviabilizar a prova. Assentou, ainda, que, fosse interesse da 1ª reclamada efetivamente demonstrar a tempestividade do pagamento de férias, poderia ter colacionado ao processo, ainda que por amostragem, comprovante bancário de compensação de cheque entregue ao reclamante como remuneração de férias em momento anterior ao gozo, o que não fez. Assim, por tais fundamentos, não se verifica, em tese, a alegada violação, conforme exige a alínea "c" do artigo 896 Consolidado.

Impossível aferir a divergência com as ementas transcritas pois não trazem o mesmo caso dos autos, em que a prova testemunhal infirmou os documentos juntos aos autos.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento aorecurso de revista".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL", "HORAS EXTRAS", "INTERVALO INTRAJORNADA", "INTERVALO INTERJORNADAS" e "FÉRIAS", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.

Não prospera a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que o egrégio Tribunal Regional atendeu ao comando dos artigos 832 da CLT, 489 do NCPC (458 do CPC) e 93, IX, da Constituição Federal e entregou a entrega jurisdicional que entendeu pertinente e se manifestou sobre todos os aspectos que inferiu relevantes para o deslinde da causa, inclusive complementando sua decisão no julgamento dos aclaratórios. A decisão reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula nº 126 desta Corte.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

Registre-se, ainda, que a parte recorrente apresentou divergência jurisprudencial para calcar o recurso de revista, contudo no que diz respeito ao conhecimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, também não é bastante a reprodução de arestos com que se pretende demonstrar divergência jurisprudencial. Com efeito, além dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT, a parte deve cumprir o art. 896, § 8º, da CLT, no sentido de "produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (Súmula 337 do TST). Ou seja, incumbe à parte efetuar o cotejo analítico da decisão recorrida com a decisão paradigma, de forma a demonstrar que há dissenso interpretativo nas normas que regem uma mesma situação.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de

penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento aos agravos de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000623-98.2020.5.07.0016

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	JESSICA BARROZO PINHEIRO
Advogado	Dr. Wagner Félix de Freitas Barbosa(OAB: 30625-A/CE)
Agravante e Agravado	WMB SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogado	Dr. André Luís Torres Pessoa(OAB: 19503-A/BA)
Advogada	Dra. Viviane Castro Neves Pascoal Maldonado Dal Mas(OAB: 136069-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JESSICA BARROZO PINHEIRO
- WMB SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento aos seus recursos de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMANTE
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR (2567) / INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL
REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS (2581) / SALÁRIO / DIFERENÇA SALARIAL (2458) / SALÁRIO POR ACÚMULO DE CARGO / FUNÇÃO
Alegação(ões):
- divergência jurisprudencial.
A Recorrente alega:
DO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTE DA DESPEDIDA DA RECORRENTE EM PLENO ESTADO GESTACIONAL E MANUTENÇÃO INARREDÁVEL DA DESPEDIDA, NÃO OBSTANTE O ESCANCARADO CONHECIMENTO DO ESTADO GRAVÍDICO POR PARTE DA RECORRIDA.
O decisum em destaque causou espécie à Recorrente, a qual, considerando o posicionamento desse Colendo TST no sentido de que o que gera a estabilidade e a garantia no emprego é a confirmação de que a concepção se deu durante a relação de emprego, o que restou incontroverso nos autos, interpôs Recurso Ordinário visando a reforma do julgado de primeiro grau para ver a Recorrida condenada ao pagamento de indenização por danos morais in re ipsa decorrente da sua despedida em pleno estado gestacional e da manutenção inarredável da despedida, não obstante o escancarado conhecimento do estado gravídico por parte da Recorrida.
No julgamento do Recurso Ordinário da ora Recorrente, entretanto, a Excelsa Terceira Turma do TRT da 7ª Região negou provimento ao dito apelo. O entendimento da Emérita Terceira Turma do TRT da 7ª Região, entretanto, diverge frontalmente de julgados de outro Tribunal Regional Trabalhista pátrio que entende que, em casos como o da Recorrente, o dano in re ipsa está plenamente caracterizado.
Ora, D. Ministros. A estabilidade da gestante no período gestacional previsto em lei visa proteger não só a obreira gestante contra a dispensa arbitrária, mas, sobretudo, o nascituro, sendo inquestionável no presente caso concreto o dano moral in re ipsa, situação em que imperiosamente se presume que o processo de desligamento de uma empregada em estado gestacional acaba por ensejar, por si só, a ocorrência de dano moral à honra e dignidade, o que ocorreu com a Recorrente.
Considerando os aspetos pontuados nestas razões e a manifesta divergência jurisprudencial acerca do tema - se comparado o acórdão objurgado, da lavra da Emérita Terceira Turma do TRT da 7ª Região, com os arestos suso transcritos, da lavra do Colendo TRT da 1ª Região - pugna a Recorrente para que seja recebido, processado e julgado o presente Recurso de Revista para, ao final, ser reconhecido o direito da Recorrente ao pagamento de indenização por danos morais em valor a ser arbitrado por essa Justiça Especializada, considerando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, desde que não inferior a R$40.000,00 (quarenta mil reais).
A Recorrente ainda alegou:
DO PLUS SALARIAL DECORRENTE DO ACÚMULO DE FUNÇÕES.
O decisum em destaque causou espécie à Recorrente, a qual interpôs Recurso Ordinário visando a reforma do julgado de primeiro grau para ver a Recorrida condenada ao pagamento do postulado plus salarial, ou seja, remuneração adicional de 30% (trinta por cento) sobre sua remuneração, durante toda a relação de emprego, além dos pleitos acessórios também vindicados.
No julgamento do Recurso Ordinário da ora Recorrente, entretanto, a Excelsa Terceira Turma do TRT da 7ª Região negou provimento ao dito apelo. O entendimento da Emérita Terceira Turma do TRT da 7ª Região, entretanto, diverge frontalmente de julgados de outros Tribunais Regionais Trabalhistas pátrios, o quais entendem plenamente viável e, sobretudo, justo, o pagamento de acréscimo salarial em função de acúmulo de funções, sobretudo nos casos em que - como o da presente demanda - restou incontroversa a acumulação das tarefas do Recorrente com outras para as quais não foi contratado.
Ora, D. Ministros. Nesse sentido transcreve a Recorrente acórdãos da lavra dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 6ª e 11ª

Regiões, os quais embasam o processamento e julgamento do presente Apelo de Revista na forma do art. 896, alínea "a", Consolidado.

Considerando os aspectos pontuados nestas razões e a manifesta divergência jurisprudencial acerca do tema - se comparado o acórdão objurgado, da lavra da Emérita Terceira Turma do TRT da 7ª Região, com os arestos suso transcritos, da lavra dos Colendos TRTs da 1ª, 6ª e 11ª Regiões - pugna a Recorrente para que seja recebido, processado e julgado o presente Recurso de Revista para, ao final, ser reconhecido o direito da Recorrente ao pagamento do plus salarial postulado no item "I" da inicial. Fundamentos do acórdão recorrido:

RECURSO DA RECLAMANTE.

MÉRITO

A reclamante, por sua vez, insiste, em seu apelo, na condenação da demandada no pagamento de danos morais decorrentes de seu afastamento irregular do trabalho durante o período de estabilidade, o que teria lhe ocasionado diversos transtornos. Defende se tratar de dano "in re ipsa".

Em avanço, pugna pelo pagamento de plus salarial, em decorrência do acúmulo de funções. Aduz que exercia a função de caixa, durante sua jornada laboral.

Vejamos.

Observa-se, quanto à despedida da obreira durante seu estado gravídico, que a referida irregularidade, por si só, não enseja o pagamento de indenização. A análise do caderno processual revela que a dispensa da autora não fora discriminatória, e, mesmo reconhecendo este juízo o indiscutível abalo que tal situação pode gerar, não é suficiente para ocasionar dano passível de reparação. Neste sentido, transcrevam-se os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC DE 2015 E ANTERIOR À LEI Nº 13.467/2017. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 /2016. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DISPENSA NO PERÍODO DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA DE EMPREGADA GESTANTE. CONTRATO DE APRENDIZAGEM. INOCORRÊNCIA. ART. 896, § 7º, DA CLT. SÚMULA Nº. 333 DO TST. INCIDÊNCIA. I. A jurisprudência desta Corte Superior entende que a simples rescisão contratual, em caso de dispensa de empregada gestante no curso do período da estabilidade provisória de que trata o art. 10, II, b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não caracteriza dano moral. II . No caso dos autos, não há o registro de circunstância fática que denote o caráter abusivo ou discriminatório da dispensa da empregada. Assim, não há como se presumir que a despedida ensejou danos extrapatrimoniais à parte reclamante, mormente diante da constatação de que a rescisão da contratualidade se deu pela superveniência do prazo final do contrato firmado a termo. III. Incidem, na espécie, os óbices consubstanciados no art. 896, § 7º, da CLT e na Súmula n.º 333 do TST. IV. Fundamentos da decisão agravada não desconstituídos. Agravo interno de que se conhece e a que se nega provimento. (TST - Ag-RR: 201996120165040029, Relator: Evandro Pereira Valadão Lopes, Data de Julgamento: 13/05 /2020, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/05/2020)"

"(...) RECURSO DE REVISTA DA RECLAMANTE. LEI Nº 13.015/2014. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. GESTANTE. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. PRESUNÇÃO DE DANO. NÃO CABIMENTO. A jurisprudência do TST é pacífica no sentido de que a despedida da empregada gestante, no curso da estabilidade provisória, por si só, não caracteriza dano moral passível de indenização, salvo se algum fato adicional lesivo ao patrimônio moral da trabalhadora ficar evidenciado - o que não consta do acórdão recorrido. Assim, a mera dispensa da empregada gestante não configura dano à esfera extrapatrimonial da trabalhadora. In casu , o Tribunal Regional consignou que não ficou provada a dispensa discriminatória em razão da gravidez e que não ficou evidenciado que a reclamada tinha conhecimento do estado gravídico da autora. Desse modo, diante do contexto fático delineado no acórdão regional e considerando que a Corte de origem não registrou nenhum fato concreto de dano ao patrimônio subjetivo da reclamante além da despedida, não cabe o deferimento de indenização por dano moral. Precedentes. Recurso de revista não conhecido. (TST - ARR: 797920165120059, Relator: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 11/11/2020, 2ª Turma, Data de Publicação: 13/11/2020)"

"(...)DISPENSA DA EMPREGADA GESTANTE DURANTE O PERÍODO DE ESTABILIDADE. DANOS MORAIS. NÃO CABIMENTO . O entendimento desta Corte firmou-se no sentido de que a despedida da empregada gestante, no curso da estabilidade provisória, por si só, não caracteriza dano moral passível de indenização. No caso dos autos, o Tribunal Regional concluiu que a reclamante fazia jus à indenização por danos morais por entender estarem presentes seus requisitos ensejadores, quais sejam a conduta ilícita, o dano e o nexo causal. Entretanto, não ficou demonstrada a ocorrência de qualquer fato concreto, além da despedida, que causou dano ao patrimônio subjetivo da reclamante, razão pela qual se entende indevido o deferimento da indenização . Precedentes. Agravo de instrumento desprovido . (TST - AIRR: 1006145620165010080, Relator: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 15/10/2019, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 18/10/2019)"

Indefere-se, portanto.

No que concerne ao pleito de acúmulo de funções de farmacêutico com a função de caixa, é preciso destacar que, segundo se compreende, o ordenamento jurídico pátrio encampa um modelo de certa flexibilidade na prestação de serviços (art. 456, parágrafo único, parte final, da CLT):

"A falta de prova ou inexistindo cláusula expressa e tal respeito, entender-se-á que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal"

Tal conclusão, diante do contemporâneo dinamismo no desenvolvimento das relações empregatícias, é ainda decorrente do Princípio da Razoabilidade.

Ou seja, apesar de o empregado ser contratado para exercer as atribuições de determinado cargo, eventual exercício cumulado, no decorrer da jornada, de atribuições inerentes a outro cargo, em regra, não gera o direito a um "plus salarial".

O aumento da remuneração somente se justificaria em situações mais extremas, em que o acúmulo funcional gerasse um desgaste físico ou psicológico significativamente superior àquele experimentado pelo trabalhador caso se mantivesse exercendo apenas as atribuições inerentes ao seu cargo, o que, claramente, não se verifica, no presente caso.

Ademais, é certo que para a caracterização de acúmulo/desvio funcional, o empregador deve modificar efetivamente as funções originais do empregado, destinando-lhe novas atribuições, totalmente incompatíveis com o feixe de tarefas atinentes ao cargo primário, que exigem o exercício de atividade qualitativamente superior à do cargo de origem, atraindo, desta feita, o direito à maior remuneração, a qual, todavia, não é observada pelo empregador.

Ora, em regra, o exercício de atividades diversas daquelas contratadas, mas compatíveis e realizadas na jornada de trabalho contratada, por si só, não enseja o pagamento de um "plus" salarial

(remuneração por unidade de tempo e não por tarefa desenvolvida - art. 456, § único da CLT), consoante, inclusive, entendimento jurisprudencial dominante:
"ACÚMULO DE ATRIBUIÇÕES DENTRO DA JORNADA. COMPATIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE ACÚMULO DE FUNÇÕES. DIFERENÇAS SALARIAIS INDEVIDAS. Não caracteriza acúmulo de funções o desempenho pelo obreiro, dentro da mesma jornada de trabalho, de atribuições que guardam nítida compatibilidade funcional, mormente se não houver substancial aumento de trabalho, visto que a designação das referidas atividades está dentro do poder diretivo do empregador, inexistindo ilegalidade, ou o direito ao recebimento de dois ou mais salários. Ademais, consoante a melhor doutrina e jurisprudência, na hipótese de acúmulo de funções dentro da mesma jornada de trabalho, o empregado faz jus ao maior salário e não à remuneração correspondente a ambas as funções. Tal entendimento mostra-se benéfico ao obreiro, visto que ele receberá todo o período trabalhado sempre com base no maior salário, mesmo que em parte do tempo desempenhe a função de menor complexidade e remuneração." (TRT 18, Processo no 1458200919118004 GO 01458-2009-191-18-00-4, Relator: Elvécio Moura dos Santos, DJ Eletrônico Ano III, no 224 de 10.12.2009, pág. 10)
Para arrematar, conforme frisado pelo primeiro grau, "a reclamada contava com duas pessoas que integravam o setor de caixa, as quais recebiam remuneração que, por vezes, não alcançava 1/4 da contraprestação mensal auferida pela reclamante.".
Como se não bastasse, restou consignado, outrossim, que "os funcionários de outras lojas também atuavam como caixa, demonstrando que esta função não é estranha aos demais trabalhadores da empresa, mas que, ao contrário, integra suas atividades habituais."
Sendo assim, verifica-se que não havia um acréscimo qualitativo, nas funções do reclamante, suficiente para ensejar um "plus" salarial por acúmulo de função, uma vez que as atribuições de caixa realizadas pelo autor não apresentavam um grau de complexidade elevado se comparado ao cargo para o qual fora a autora contratada.
Ademais, e considerando que tais funções eram realizadas dentro da mesma jornada de trabalho, tampouco se verifica acréscimo quantitativo.
Mantida a sentença.
À ANÁLISE.
Observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.
As assertivas recursais acima referenciadas não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.
CONCLUSÃO
Denego seguimento".

O Tribunal Regional não admitiu o recurso de revista em razão do óbice da Súmula 126 do TST, na medida em que "o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual".
No agravo de instrumento a parte não ataca os fundamentos da decisão que não admitiu o recurso de revista, apenas renova os fundamentos do recurso de revista. Incide, pois, a Súmula 422 desta Corte "não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida".

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA WAL MART BRASIL LTDA.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO (2620) / REINTEGRAÇÃO / READMISSÃO OU INDENIZAÇÃO (2656) / GESTANTE
RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO (2620) / VERBAS RESCISÓRIAS (2546) / MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT
Alegação(ões):
- violação da(o) §8º do artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.
A Recorrente alega:
Da Estabilidade Gestante.
Pois bem, a recorrida assinou o documento "aviso prévio", no qual constava a observação de que não teria efeito a dispensa nos casos que a funcionário estivesse grávida. A recorrida assinou o documento e sequer comunicou a empresa. A empresa teve ciência apenas e tão somente com o presente processo.
Nota-se ainda que a recorrida esperou, quase beirando o prazo bienal, para requerer o pedido do pagamento a estabilidade. Ora, reza o art. 10, inciso II, letra "b" da Constituição Federal que é "vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa, da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto" (os grifos são da reclamada).
Assim sendo, o marco inicial da estabilidade é a confirmação da gravidez, e como no caso em tela, esta confirmação se deu após vários meses da extinção do pacto laboral, é óbvio ululante que a reclamante não faz jus à pretensa estabilidade e, via de consequência, à reintegração ou conversão desta em indenização pelo período da estabilidade.
A Recorrente sustenta:
Vale dizer, a Carta Magna, como se viu, é clara em determinar que a vedação da dispensa (portanto, a estabilidade), tem início com a confirmação da gravidez, e uma vez que a própria reclamante comprova, pelos documentos anexados à exordial, que esta confirmação ocorreu após a extinção do pacto laboral, está patente a inexistência de estabilidade.
Frise-se que o intuito da norma é a vedação da dispensa, dado ao caráter protetivo da lei com relação à maternidade e ao nascituro. Porém, conforme exaustivamente salientado anteriormente, não se verifica in casu que a dispensa da autora ocorreu de forma irregular, muito pelo contrário, nem a autora tão pouca a reclamada sabiam do seu estado gravídico. Desta forma, não houve afronta ao art. 10, inciso II, alínea "b" do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Aliás, a jurisprudência emanada de nossos Pretórios corrobora a tese ora esposada.
A Recorrente concluiu:
Ainda, todos os salários e demais verbas devidas à reclamante foram pagas mês a mês, tudo de acordo com a legislação, em total

prejuízo do pedido inicial quanto à estabilidade gestante. Ademais, a recorrente informa que quando da dispensa da reclamante, não tinha ciência do seu estado gravídico, senão pela notificação da presente ação. Desta feita, merece reparo o v. acordão.

A Recorrente ainda alegou:

Da Multa do Artigo 477 da CLT.

Ao manter o reconhecimento da estabilidade gestacional, o v. acordão manteve também a r. sentença quanto à condenação da recorrente ao pagamento da multa estampada no artigo 477, §8º da CLT. O trecho do v. acórdão abaixo transcrito demonstra a controvérsia objeto da presente medida, em observância ao artigo 896, § 1º- A, inciso I, do Diploma Consolidado.

Entretanto, ousa a recorrente divergir do acórdão guerreado neste particular, visto que o decisório violou o disposto no artigo 477 da CLT. Conforme resta incontroverso nos autos, a empresa realizou o pagamento das verbas rescisórias devidas ao reclamante com base na modalidade de dispensa que entendeu correta, sendo devidamente observado o prazo de 10 dias.

O fato da dispensa ter sido revertida e as verbas rescisórias terem sido modificadas, não autoriza a aplicação da penalidade, haja vista que a empresa quitou corretamente e dentro do prazo legal os títulos de acordo com a modalidade da rescisão que aplicou na época. O v. acordão fere o disposto o artigo no §8º do artigo 477 da CLT, inclusive diverge da jurisprudência dos outros tribunais.

Desta sorte, resta demonstrada a afronta ao dispositivo mencionado, assim como a divergência jurisprudencial apresentada, devendo o presente recurso ser recebido e provido, a fim de julgar improcedente a multa aplicada.

Fundamentos do acórdão recorrido:

RECURSO DA RECLAMADA.

ESTABILIDADE GESTANTE.

Para julgar parcialmente procedentes os pedidos relacionados à garantia de emprego da autora, o juízo de origem assim se pronunciou (fls. 451/455):

[...]

A parte recorrente discorda do fundamento adotado pela sentença de que o conhecimento prévio da gestação pelo empregador é irrelevante por ocasião da ruptura contratual.

Argumenta que "o aviso para a empresa e a comprovação do estado gravídico são exigências vitais para o reconhecimento da estabilidade provisória, sendo que a inexistência dos mesmos afasta qualquer garantia ao emprego em decorrência da gravidez". Para amparar sua tese, transcreve jurisprudências, pugnando, ao final, pela reforma da sentença.

O cerne da controvérsia gira em torno da necessidade, ou não, do conhecimento do estado gravídico da empregada, pelo empregador, no momento do encerramento do vínculo.

À análise.

A estabilidade da gestante é disciplinada pelo artigo 10, do ADCT, in verbis:

"Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição:

I - omissis.

II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa:

a) omissis;

b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto."

O posicionamento doutrinário dominante, bem como a jurisprudência dos Tribunais Pátrios laboram em sentido totalmente contrário ao posicionamento daqueles que exigem a prova da comunicação, porquanto, como assevera Valentin Carrion, in Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho - 32ª Edição: "A necessidade de provar que o empregador tinha conhecimento do estado gravídico e por isso praticara ato para impedir a consumação do direito da mulher já havia sido superada pela jurisprudência; a) ou porque se considerou a gravidez simples fato do que decorrem os direitos correspondentes, presumindo-se o conhecimento do empregador; b) ou, evidenciando-se a boa-fé empresarial se a gestante fosse reintegrada logo após a citação para a reclamação trabalhista em que se pleiteava os respectivos salários".

Acrescenta, o autor e/ou os atualizadores de sua obra, quanto ao texto constitucional que prevê a proibição do despedimento "desde a confirmação da gravidez", que tal confirmação se trata de um assentimento médico e que:

"inexistindo prova da entrega do atestado à empresa, a propositura da reclamação trabalhista com o resultado dos exames satisfaz o requisito constitucional, tanto para fins de reintegração não repelida pela empresa como das indenizações cabíveis. A sentença deverá deferir os salários a partir do ajuizamento da ação; perde os salários anteriores quem os pleiteia tardiamente; a lei quer a manutenção do emprego com trabalho e salários, mas não pode proteger a malícia".

Razão parcial assiste ao mestre acima referido, pois se verificava, na prática, a impossibilidade da empregada comprovar a comunicação da gravidez à empresa, através da entrega do exame médico que a atestasse, pois tal comunicação, normalmente, ocorreria nos escritórios das empresas, perante somente o encarregado do setor de pessoal, que nunca confirma, na Justiça do Trabalho, ter recebido tal documento, o que, no entendimento dos que exigiam tal prova, importava em normal improcedência da ação. Não fosse só isso, como exigir da empregada que faça e prove ter feito, antes da dispensa, o exame para comprovação da gravidez, quando a experiência demonstra que as empregadas, a não ser quando em avançado estado de gravidez, não realizam exames, somente descobrindo a gravidez após um atraso significativo na menstruação, ou, ainda, quando o abdômen começa a crescer? Muitas delas, mesmo sabendo, procuram até esconder tal condição, receosas de perder o emprego, tão difícil nos dias atuais.

O Legislador Constitucional passou, então, a ser claro e específico sobre o assunto, não fazendo qualquer exigência de prova da gravidez perante o empregador, mas, tão somente, a confirmação da gravidez, provada por atestado médico, acatando a Teoria da Responsabilidade Objetiva do empregador.

Tanto é assim que o C. TST já sumulou a matéria:

"SUM-244 GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA (redação do item III alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14.09.2012) - Res. 185/2012 - DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012

I - O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade (art. 10, II, "b" do ADCT).

II - A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salá-rios e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.

III - A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado."

O posicionamento do C. TST continua, de acordo com a súmula, e admite, até, que essa garantia ocorra mesmo quando a concepção se dê já no curso do aviso prévio. Além disso, mesmo o desconhecimento da gravidez, pela reclamante, não é relevante, ante o que a lei visa proteger, no caso o bem estar do nascituro, nos primeiros meses de nascimento: "RECURSO DE REVISTA.

RECLAMANTE. ESTABILIDADE DA GESTANTE. CONCEPÇÃO NO PERÍODO DO AVISO- PRÉVIO INDENIZADO. DESCONHECIMENTO DA GRAVIDEZ PELA EMPREGADA E PELO EMPREGADOR. INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA. 1 - O art. 10, II, b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias veda a dispensa arbitrária da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. A Súmula nº 244, I, do TST, ao interpretar o artigo, atribui a responsabilidade objetiva ao empregador, levando em conta a premissa de que o importante é a concepção no curso do contrato de trabalho, independentemente de que reclamada e reclamante tenham ciência do 2 - No caso, conforme consignado no acórdão fato no tempo da demissão. recorrido, a concepção se deu provavelmente entre os dias 5.6.2012 e 12.6.2012. Contada a projeção do aviso-prévio, o término do contrato de trabalho se deu em 13.6.2012. 3 - A concepção durante o curso do aviso-prévio dá direito à estabilidade provisória da gestante. Precedentes. 4 - Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento." (TST - RR: 102913220135090130, Relator: Kátia Magalhães Arruda, Data de Julgamento: 15/04/2015, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 17/04/2015)

"RECURSO DE REVISTA. ESTABILIDADE GESTANTE . CONCEPÇÃO NO CURSO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO. A condição essencial para que seja assegurada a estabilidade à gestante é que a gravidez tenha ocorrido no curso do contrato de trabalho (Súmula 244, I, do TST). Nos termos da Orientação Jurisprudencial 82 da SBDI-1 desta Corte, e do art. 487, § 1 . º, da CLT, o aviso-prévio, ainda que indenizado, integra o contrato de trabalho para todos os efeitos. Portanto, a gravidez ocorrida nesse período não afasta o direito da reclamante à estabilidade provisória prevista no artigo 10, inciso II, alínea b, do ADCT. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido." (TST - RR: 14495020115020511, Relator: Delaíde Miranda Arantes, Data de Julgamento: 02/09/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 18 /09/2015)

"ESTABILIDADE GESTANTE. DESCONHECIMENTO DO ESTADO GRAVÍDICO NO MOMENTO DA DISPENSA. A estabilidade provisória da gestante é garantia constitucional a direitos fundamentais da mãe e do nascituro, especialmente no que diz respeito à proteção da gestante contra a dispensa arbitrária, com vistas a proteger a vida que nela se forma com dignidade desde a concepção. A efetividade dessa garantia tem respaldo no artigo 7º, XVIII, da Constituição Federal. O art. 10, II, b, do ADCT confere estabilidade provisória à obreira e exige apenas a confirmação de sua condição de gestante. Portanto, não há que se falar em outros requisitos para o exercício desse direito, como a prévia ou imediata comunicação da gravidez ao empregador ou o conhecimento da própria empregada a respeito do seu estado gravídico quando da Incidência da Súmula nº 244, I, desta Corte. Recurso extinção do vínculo. de revista de que se conhece e a que se dá provimento." (TST - RR: 760001020095020078, Relator: Cláudio Mascarenhas Brandão, Data de Julgamento: 10/08/2016, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 19/08/2016)

Mesmo para aqueles que insistem na Teoria da Responsabilidade subjetiva, não poderia a empresa alegar desconhecimento e exigir da empregada exame comprobatório, e disso beneficiar-se, quando a ela própria, enquanto empregadora, incumbe o ônus de realizar o exame demissional, por força do art. 168, II, da CLT, com as complementações previstas na Portaria MTb Nº 3214/78, NR - 7: "Art. 168. Será obrigatório exame médico, por conta do empregador, nas condições estabelecidas neste artigo e nas instruções complementares a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho:

I - omissis;

II - na demissão;"

Assim, não se pode exigir como condição para o reconhecimento da estabilidade, que a empregada comprove ter entregue, ou comunicado ao empregador sua condição de gestante, pois cabe ao empregador o exame médico confirmando a gravidez, ou afastando-a.

A atitude do empregador, providenciado um exame médico completo - o que não foi o caso dos autos -, obviamente detectaria a gravidez e sua omissão importaria até mesmo em sua responsabilização subjetiva, por omissão, embora, repita-se, a responsabilidade seja, no entender do C. TST, objetiva.

Daí decorre que, mesmo que o exame seja feito posteriormente, a estabilidade persiste:

RECURSO DE REVISTA. GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. CONFIRMAÇÃO DA GRAVIDEZ. A gravidez confirmada - assim entendida a existente -, enquanto íntegra a relação de emprego, é a causa eficiente da garantia constitucional, consabida a dificuldade de obtenção de novo emprego pela gestante, a que sensível o legislador constituinte, tendo como norte a proteção da vida e da maternidade. A melhor exegese do art. 10, II, b, do ADCT, é a de que a -confirmação- da gravidez, erigida como termo a quo da garantia constitucional, diz com a ocorrência do fato gravidez, definido pela concepção, ainda na vida do contrato de trabalho, e não com o momento em que atestada formalmente por médico ou constatada por exame clínico ou teste, pena inclusive de afronta ao princípio isonômico, também com assento constitucional, em detrimento das trabalhadoras menos esclarecidas, com parcos recursos econômicos e dificuldade de acesso à rede pública de saúde. Precedentes da Casa. Recurso de revista conhecido e provido. (TST - RR: 2105001120065020242 210500-11.2006.5.02.0242, Relator: Rosa Maria Weber, Data de Julgamento: 21/09/2011, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 30/09/2011)

103000087240 - ESTABILIDADE PROVISÓRIA - GESTANTE - CONFIRMAÇÃO DA GRAVIDEZ - A confirmação da gravidez dá-se com a concepção em si mesma, e . Se a empregada já estava grávida não com o atestado médico no momento da despedida, já havia confirmação da gravidez. O atestado médico apenas registra a ocasião em que houve a confirmação da gravidez. Na oportunidade do exame médico, a gravidez já havia sido confirmada. E o exame médico apenas atesta isso. Na espécie, encontram-se preenchidas as condições para que a reclamante faça jus à indenização decorrente da estabilidade, quais sejam o estado gravídico no curso do contrato de trabalho e a despedida imotivada. Recurso de revista conhecido e provido. (TST - RR 2966 /1999-029-02-00.6 - Rel. Min. Roberto Pessoa - DJe 30.04.2010 - p. 680) A ementa retro foi extraída da obra Júris Síntese, em DVD, Nº 86, Nov -Dez/2010. A ementa retro foi extraída da obra Júris Síntese, em DVD, Nº 86, Nov-Dez/2010.

Portanto, pelo posicionamento do C. TST, o que gera a estabilidade e a garantia no emprego é a confirmação de que a concepção se deu durante a relação de emprego (caso dos autos, conforme detalhadamente analisado mais acima), sendo objetiva a responsabilidade do empregador.

Pontua-se, ainda, que o direito à estabilidade é incondicionado, razão pela qual não são requisitos para manutenção do direito a postulação reintegratória do obreiro, em juízo ou fora dele, ou mesmo a aceitação de eventual oferta de retorno ao emprego (o que não foi oferecido, no caso dos autos), nos termos da iterativa, atual e notória jurisprudência do TST:

"RECURSO DE EMBARGOS DA LEI Nº 11.496 /2007. (...)

ESTABILIDADE PROVISÓRIA - GESTANTE - RENÚNCIA À REINTEGRAÇÃO. O art. 10, inciso II, alínea "b", do ADCT/CF veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. Este Tribunal, examinando o dispositivo constitucional supracitado, editou a Súmula nº 244 prevendo a indenização como forma de efetivação do direito assegurado constitucionalmente. E, na esteira da jurisprudência desta Corte, a negativa da trabalhadora em retornar ao emprego não compromete o seu direito à indenização compensatória decorrente da estabilidade prevista no referido artigo 10, II, "b", do ADCT/CF. Precedentes da SBDI-1/TST. Recurso de embargos conhecido e desprovido." (E-ED-RR - 1550-35.2012.5.05.0102 , Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 08/10/2015, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 16/10/2015)

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 11.496 /2007. GRAVIDEZ. GARANTIA DE EMPREGO. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA. RECUSA EM VOLTAR AO EMPREGO. DIREITO INCONDICIONADO. O artigo 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, ao vedar a dispensa arbitrária da empregada gestante, o fez de forma objetiva. Tem reiteradamente entendido esta Corte que o legislador constituinte não condicionou o gozo dessa garantia constitucional a que a empregada gestante postule primeiro sua reintegração ou aceite voltar ao emprego caso o retorno lhe seja oferecido por seu empregador, ao defender-se em Juízo, sob pena de considerar essa recusa como renúncia ao próprio direito, pois não se pode extrair dessa norma constitucional que seu descumprimento implique necessariamente a reintegração da trabalhadora. Neste feito, conforme delineado na decisão embargada, foram preenchidas as únicas condições previstas pela jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho para que a reclamante fizesse jus à indenização decorrente da estabilidade, que são seu estado gravídico no curso do contrato de trabalho e sua despedida imotivada. Ademais, a redação dada ao artigo 461 do Código de Processo Civil pela Lei nº 8.952/94, subsidiariamente aplicável à esfera trabalhista por força do artigo 769 da Consolidação das Leis do Trabalho, ao mesmo tempo em que explicitou a clara prioridade dada pelo ordenamento jurídico nacional à tutela específica das obrigações de fazer e não fazer em detrimento de sua tutela meramente ressarcitória - a ser prestada, neste caso, por meio do pagamento da indenização dos valores correspondentes ao período desde a dispensa até a data do término do período estabilitário -, também previu, em seu § 1º, em caráter de exceção e expressamente, que o titular do direito terá a faculdade de requerer conversão da tutela específica em perdas e danos, sem que se possa considerar que o exercício dessa opção pela empregada implicou abuso de direito ou renúncia a esse. Foi essa, aliás, a mesma razão que levou à edição da Orientação Jurisprudencial nº 399 desta Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, in verbis: "ESTABILIDADE PROVISÓRIA. AÇÃO TRABALHISTA AJUIZADA APÓS O TÉRMINO DO PERÍODO DE GARANTIA NO EMPREGO. ABUSO DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE AÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. O ajuizamento de ação trabalhista após decorrido o período de garantia de emprego não configura abuso do exercício do direito de ação, pois este está submetido apenas ao prazo prescricional inscrito no art. 7º, XXIX, da CF/1988, sendo devida a indenização desde a dispensa até a data do término do período estabilitário".

Nesse contexto, embora deva ser conhecido o recurso de embargos da reclamada, interposto com base no inciso II do artigo 894 da CLT (acrescentado pela Lei nº 11.496/2007), por divergência jurisprudencial, pela invocação de decisão em sentido contrário de outra Turma do TST, deve ser mantida a decisão da sua Oitava Turma que, dando provimento ao recurso de revista da empregada, restabeleceu a sentença em que se condenou a reclamada a pagar à empregada gestante a indenização correspondente ao período de sua garantia de emprego, ao fundamento de que a recusa da empregada de retornar ao trabalho não torna improcedente seu pedido inicial de pagamento do valor equivalente a direito assegurado pela Constituição Federal em prol não apenas da empregada, mas também do nascituro. Recurso de embargos conhecido e desprovido. (E-RR - 89100- 42.2006.5.02.0044 , Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 19/03/2015, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 31/03/2015)

RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA - GESTANTE - ESTABILIDADE PROVISÓRIA - RENÚNCIA - OFERTA DE RETORNO AO EMPREGO - RECUSA. O art. 10, II, -b -, do ADCT veda, em termos expressos e inequívocos, a dispensa arbitrária ou imotivada da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. O citado preceito constitucional estabelece a responsabilidade objetiva do empregador pelos salários e garantias inerentes ao contrato de trabalho, durante todo o período ao longo do qual é assegurada a estabilidade. O único pressuposto para que a empregada tenha reconhecido seu direito é a gravidez em si. As circunstâncias apontadas pelo Colegiado de origem como razões para indeferir a indenização à gestante - os fatos de a reclamante não ter pleiteado a reintegração e ter recusado a oferta da reclamada de retorno ao emprego - não podem ser admitidas como renúncia ao direito à estabilidade provisória. Isso porque há norma de ordem pública a assegurá- lo e a autora não poderia dele dispor, pois tal direito visa Recurso de embargos conhecido e à proteção do nascituro. desprovido. (E-RR - 1145-44.2012.5.09.0245, Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Data de Julgamento: 13/11/2014, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 28/11/2014)

Reitere-se, por fim, que a estabilidade da gestante tem uma natureza protetiva multifacetária e encontra amparo na própria Carta da República, não sendo acatada pela jurisprudência do TST ou do STF "flexibilizações" tendentes a subtrair aludido direito.

Pelo exposto, constata-se que a sentença deve ser mantida.

Improcede o pleito concernente à compensação de valores, uma vez que não houve pagamentos de parcelas sob idêntico título.

MULTA DO ART. 477 DA CLT.

Melhor sorte não lhe assiste quanto ao pedido de reforma atinente à condenação na multa do art. 477, da CLT.

O entendimento já consolidado neste Regional de que "a referida penalidade é devida, mesmo quando o vínculo empregatício for reconhecido judicialmente, bem como quando revertida a justa causa em juízo" (vide julgado do TRT/CE no IUJ nº 0080374-90.2017.5.07.0000, Relator: Desembargador Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior, julgamento em 11/12 /2018, publicação no DEJT em 18/12/2018); referendando, portanto, o disposto na súmula 462 do TST ("A circunstância de a relação de emprego ter sido reconhecida apenas em juízo não tem o condão de afastar a incidência da multa prevista no art. 477, §8º, da CLT. A referida multa não será devida apenas quando, comprovadamente, o empregado der causa à mora no pagamento das verbas rescisórias.")

Por pertinente, registre-se que não está a se justificar a imposição de tal penalidade em face da indenização substitutiva aqui reconhecida, decorrente da estabilidade provisória, mas sim em

virtude do contido no supra transcrito referido verbete sumular.
À ANÁLISE.
Observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.
As assertivas recursais acima referenciadas não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.
CONCLUSÃO
Denego seguimento".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "ESTABILIDADE DA GESTANTE" e "MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
A decisão reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula nº 126 desta Corte.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Registre-se, ainda, que a parte recorrente apresentou divergência jurisprudencial para calcar o recurso de revista, contudo no que diz respeito ao conhecimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, também não é bastante a reprodução de arestos com que se pretende demonstrar divergência jurisprudencial. Com efeito, além dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT, a parte deve cumprir o art. 896, § 8º, da CLT, no sentido de "produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (Súmula 337 do TST). Ou seja, incumbe à parte efetuar o cotejo analítico da decisão recorrida com a decisão paradigma, de forma a demonstrar que há dissenso interpretativo nas normas que regem uma mesma situação.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento aos agravos de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000332-31.2015.5.02.0043

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ATTÍLIO GROSSI JÚNIOR
Advogada	Dra. Eliana São Leandro Nóbrega(OAB: 278019-A/SP)
Agravado	PORTO SEGURO ATENDIMENTO LTDA.
Advogado	Dr. Eduardo Fornazari Alencar(OAB: 138644-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- ATTÍLIO GROSSI JÚNIOR
- PORTO SEGURO ATENDIMENTO LTDA.

I - PRELIMINARMENTE
A parte reclamada, mediante a petição 510649/2021-1, manifestou o seu interesse na realização de audiência de conciliação.
A parte reclamante, contudo, instada a manifestar o seu interesse na realização da mencionada audiência, permaneceu inerte.
Logo, passa-se ao exame do agravo de instrumento interposto pela parte reclamante.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA PARTE RECLAMANTE
Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (decisão publicada em 10/02/2017 - fl. 353; recurso apresentado em 12/12/2016 - fl. 324).
Regular a representação processual, fl(s). 34.
Dispensado o preparo, na hipótese.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.
Responsabilidade Solidária/Subsidiária / Tomador de Serviços/Terceirização / Licitude / Ilicitude da Terceirização.
Categoria Profissional Especial / Bancário / Enquadramento / Financeiras / Equiparação Bancário.
Responsabilidade Solidária/Subsidiária.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 331, item I e III do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(a) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 3º; artigo

9º.
- divergência jurisprudencial indicada a partir da folha 327 (2 arestos).

Sustenta o recorrenteque as funções desempenhadas estavam ligadas à atividade fim da 2ª ré, caracterizando, portanto,fraude na terceirização de serviços. Postula, ademais, o reconhecimento do vínculo empregatício com a 2ª reclamada e seu enquadramento na categoria dosbancários/financiários. Por fim, diante da fraude perpetrada, postula o reconhecimento da responsabilidade solidária das rés.

Consta do v. Acórdão:
Pois bem, segundo a prefacial "...reclamante foi contratado pela 01ª reclamada... na função de operador de teleatendimento..." (fls. 4). Também, e conforme expressa admissão "…depoente atendia segurados da Porto Seguro e solicitava serviços nas residências dos segurados… depoente não fazia análise de seguros ou sinistro..." (fls. 224), culmina discutível a eficácia do expressado "...Apesar das atividades do reclamante estar diretamente ligada a atividade fim das tomadoras...".
Destarte, considerando o demais do autuado, ainda o exclusivo ônus correspondente, também à míngua de evidência robusta propícia assim sobre alegada fraude e exercício da atividade de securitário, entendo que prevalece a r. Decisão de origem
"...a instrução processual demonstrou não ter havido qualquer tipo de fraude na suposta "terceirização" das atividades prestadas pelo reclamante, já que o serviço de atendimento telefônico a clientes é atividade meio em relação àquelas efetivamente prestadas pela Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.
(...) em que pese o nítido grupo econômico havido entre as partes, esse fato, por si só, não gera o reconhecimento da relação empregatícia direta do reclamante com a segunda reclamada, uma vez que cada uma das empresas rés exercem atividades completamente distintas entre si, havendo que se apurar, no caso concreto, se havia o efetivo exercício das atividades tipicamente securitárias pelo empregado a fim de perquirir acerca de seu enquadramento sindical.
Em audiência, o próprio autor confessou, em seu depoimento pessoal, que apenas fazia atendimentos aos segurados da Porto Seguro durante o período contratual, não fazendo a análise de sinistros propriamente dita, atividade típica da segunda reclamada.
(…) tendo em vista que o enquadramento sindical se dá pela atividade predominante do empregador direto, que, no caso, é a primeira reclamada, não faz jus o autor ao enquadramento sindical na categoria dos securitários, tal como pleiteado em inicial.
(...) não reconheço qualquer tipo de fraude na contratação do autor e julgo improcedentes os pedidos de nulidade do contrato de trabalho firmado com a primeira reclamada, reconhecimento de vínculo empregatício direto com a segunda reclamada, enquadramento sindical na categoria dos securitários e todos os decorrentes, tais como retificação da CTPS, diferenças salariais (pisos e reajustes), benefícios normativos, PLR, jornada diferenciada, auxílios refeição e cesta alimentação, assistência médica, indenização por requalificação profissional, dia do securitário, multas normativas e o pedido subsidiário de reparação material..." (fls. 231-vº).
Diante do exposto, ainda porque insuficientes os demais comentários devolvidos, especialmente sobre mencionados ordenamentos (CLT, 2º, 3º, 9º, 511; Súmulas 55 e 338 do C. TST), opino que desassiste razão ao recorrente.

Não obstante as afrontas legais aduzidas, bem como o dissenso interpretativo suscitado, inviável o seguimento do apelo, uma vez que a matéria, tal como tratada no v. Acórdão e posta nas razões recursais, reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula n.º 126 do C. Tribunal Superior do Trabalho.
DENEGO seguimento quanto ao tema.
Direito Sindical e Questões Análogas / Enquadramento sindical.
Alegação(ões):
- divergência jurisprudencial indicada a partir da folha 334-verso (3 arestos).

Requer, subsidiariamente, que seja reconhecido seu enquadramento no SINTRATEL, uma vez que desenvolvia atividade de operadorde telemarketing.

Consta do v. Acórdão:
Pois bem, afora a genérica devolução, a recorrida PORTO SEGURO ATENDIMENTO LTDA. contestou a pretensão vestibular confirmando o enquadramento sindical com o Sindicato dos Trabalhadores de Telemarketing de São Paulo e Grande São Paulo - Sintratel e noticiando o correto pagamento de horas extras, reajustes salariais e participação nos lucros e resultados (fls. 79/81), consoante previstos no ajustes coletivos aplicáveis in casu. Assim, colacionou documentos, dentre outros, cartões de ponto e fichas financeiras do recorrente (fls. 114/142). Contudo, olvidou o recorrente, de necessária forma robusta, e no momento processual oportuno, o exclusivo ônus de demonstrativo de diferenças favoráveis.
Nada a reparar.
A partir da vigência da Lei n.º 13.015/2014, o Recurso de Revista, sob pena de não conhecimento, deve indicar, para cada tema trazido ao reexame, o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do Recurso de Revista (CLT, 896, §1.º-A, I).
Apesar de transcrever o trecho da decisão recorrida que entende consubstanciar o prequestionamento da controvérsia acerca do enquadramento sindical, na tentativa de atender ao art. 896, §1º-A, I, da CLT, a parte deixou de proceder ao cotejo analítico entre esse trecho do v. Acórdão e os paradigmas trazidos, o que não impulsiona o recurso de revista, nos termos do art. 896, §1º-A, III, da CLT.
Ademais, da leitura do acórdão impugnado constata-se a manutenção do enquadramento sindical no Sintratel, não havendo, portanto,a necessária sucumbência quanto ao objeto da insurgência.
DENEGO seguimento quanto ao tema.
Duração do Trabalho / Horas Extras.
Duração do Trabalho / Controle de jornada / Cartão de ponto.
Duração do Trabalho / Adicional Noturno.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 338 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(a) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 74.
- divergência jurisprudencial indicada a partir da folha 338 (6 arestos).

Sustenta que foi comprovadaa imprestabilidade dos cartões de ponto, devendo ser considerados os horários indicados na petição inicial. Aduz, também, que apresentou diferenças de horas extras, bem como impugnou todos os cartões de ponto. Requer o deferimento de horas extras, adicional noturnoe que seja

considerada a hora ficta noturna.

Consta do v. Acórdão:
Pois bem e inicialmente, culmina discutível a argumentação "...cartões de ponto ora juntados não servem como prova, pois não estão assinados pelo reclamante...", porquanto e ao inverso do asseverado, a ausência de assinatura nos controles de jornada, por si só, culmina insuficiente para respaldar alegada invalidade, porquanto sequer corroborada pelos demais elementos do sistema probatório. Neste sentido, a adotada Jurisprudência deste E. Regional
RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. CARTÕES DE PONTO ELETRÔNICOS. AUSÊNCIA DE ASSINATURA DO EMPREGADO. VALIDADE. A ausência de assinatura dos cartões de ponto eletrônicos pelo empregado, por si só, não implica na invalidação da referida documentação, tampouco na transferência do ônus de prova ao empregador, conforme entendimento sedimentado pelo C. TST. Portanto, não há como se afastar a validade da prova documental encartada pela reclamada e, neste contexto, deixando o reclamante de apontar eventuais diferenças de horas extras que entendia devidas em seu favor, nem mesmo em sede de réplica, não há que se falar no pagamento de eventual labor extraordinário. Recurso ordinário da ré ao qual se dá provimento.
(Processo 00013804620145020015 A28, ano 2015, Acórdão 20150623032, 12ª Turma, j. 16.7.2015, publicado em 24.7.2015, Relator Desembargador Benedito Valentini).
Também, questionável a prova apresentada pelo recorrente, porquanto patente o desencontro prejudicial de informações. Assim e por exemplo "...depoente não tinha acesso aos espelhos de ponto pelo sistema..." (PRIMEIRA TESTEMUNHA DO RECORRENTE, fls. 225), e "...tinham acesso aos espelhos de ponto pelo site da 1ª reclamada..."(SEGUNDA TESTEMUNHA DO RECORRENTE, fls. 226).
Ademais, referidas testemunhas expressaram "...havia incorreções no espelho de ponto... supervisora falava que negociaria com o RH e essas horas eram pagas como extras ou adicionadas ao banco de horas..." (PRIMEIRA, fls. 225), também "...quando reclamou com a supervisora, algumas horas extras foram lançadas em banco de horas e outras foram pagas..."(SEGUNDA, fls. 226).
Destarte, considerando o demais do autuado, ainda o definido no item 2-3 da atual fundamentação de voto, constato que, a despeito de obrigação própria, o recorrente não trouxe evidência eficaz favorável (fática/legal), assim sobre pretensas diferenças, sequer para alteração do r. direcionamento de origem
"...cartões de ponto e fichas financeiras juntados aos autos pela primeira reclamada abrangem todo o período contratual e demonstram a realização eventual de horas extras, que foram corretamente pagas ou compensadas nos termos de regular acordo para compensação de jornada (Banco de Horas), além do correto gozo dos intervalos previstos para a categoria.
Houve a juntada dos extratos de compensação de jornada com a contestação (banco de horas), os quais também não foram especificamente impugnados pela parte autora.
(...) não houve a comprovação de fraude nas marcações em instrução processual, bem como não foram apontadas diferenças pela parte autora em réplica às defesas apresentadas pelas reclamadas.
Em audiência, as testemunhas do próprio reclamante confirmaram a possibilidade de acessar mensalmente os espelhos de ponto anotados por meio de login/logout, sendo que afirmaram ter havido a inclusão de horas extras quando reclamaram de irregularidades com seus superiores hierárquicos. Não apenas isso, mas também confirmaram que receberam as horas extras ou foram elas incluídas no banco de horas.
(...) autor, por sua vez, afirmou, em depoimento pessoal, que possuía controle escrito e pessoal das horas supostamente realizadas em desconformidade com as anotações de ponto. No entanto não trouxe aos autos referido documento, o que possibilitaria a aferição de eventual fraude nas marcações. Assim, por todo o exposto, e nos termos do art. 818, CLT, julgo válido o acordo para compensação de jornada firmado a título de Banco de Horas, fixando como verdadeira a jornada descrita nos cartões de ponto juntados pela empregadora, inclusive no tocante às pausas e intervalos para refeição e descanso.
Julgo improcedentes, por esse motivo, os pedidos iniciais de horas extras, inclusive as decorrentes da supressão dos intervalos para repouso, adicional noturno, hora ficta, e seus respectivos reflexos..." (fls. 232-vº/233).
Diante do exposto, a despeito dos demais comentários devolvidos, mormente sobre cartões de ponto e citados regramentos (CLT, 71, §4º, 74, 830; Súmulas 85, 338 do C. TST), concluo que prevalece a improcedência decretada a quo, inclusive acerca de adicional noturno e intervalo (refeição e descanso).
Conforme supra apontado,não obstante as afrontas legais aduzidas, bem como o dissenso interpretativo suscitado, inviável o seguimento do apelo, uma vez que a matéria, tal como tratada no v. Acórdão e posta nas razões recursais, reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula n.º 126 do C. Tribunal Superior do Trabalho.
DENEGO seguimento quanto ao tema.
Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada.
Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada / Jornada Contratual de 6 Horas - Prorrogação.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 437 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(a) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 71, §4º.
- divergência jurisprudencial indicada a partir da folha 342 (6 arestos).

Alega o recorrente que embora sua jornada contratual fosse de 6 horas diárias, havia prorrogação habitual da jornada, o que impõe a concessão de intervalo intrajornada mínimo de 1 hora. Sustenta que usufruíaparcialmente dointervalo intrajornada, pleiteando, assim,a condenação da ré ao pagamento de horas extras.

Consta do v. Acórdão:
Pois bem e inicialmente, culmina discutível a argumentação "...cartões de ponto ora juntados não servem como prova, pois não estão assinados pelo reclamante...", porquanto e ao inverso do asseverado, a ausência de assinatura nos controles de jornada, por si só, culmina insuficiente para respaldar alegada invalidade, porquanto sequer corroborada pelos demais elementos do sistema probatório. Neste sentido, a adotada Jurisprudência deste E. Regional
RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA. CARTÕES DE PONTO ELETRÔNICOS. AUSÊNCIA DE ASSINATURA DO EMPREGADO. VALIDADE. A ausência de assinatura dos cartões de ponto eletrônicos pelo empregado, por si só, não implica na invalidação da referida documentação, tampouco na transferência do ônus de prova ao empregador, conforme entendimento sedimentado pelo C. TST. Portanto, não há como se afastar a validade da prova documental encartada pela reclamada e, neste contexto, deixando o

reclamante de apontar eventuais diferenças de horas extras que entendia devidas em seu favor, nem mesmo em sede de réplica, não há que se falar no pagamento de eventual labor extraordinário. Recurso ordinário da ré ao qual se dá provimento.
(Processo 00013804620145020015 A28, ano 2015, Acórdão 20150623032, 12ª Turma, j. 16.7.2015, publicado em 24.7.2015, Relator Desembargador Benedito Valentini).
Também, questionável a prova apresentada pelo recorrente, porquanto patente o desencontro prejudicial de informações. Assim e por exemplo "...depoente não tinha acesso aos espelhos de ponto pelo sistema..." (PRIMEIRA TESTEMUNHA DO RECORRENTE, fls. 225), e "...tinham acesso aos espelhos de ponto pelo site da 1ª reclamada..." (SEGUNDA TESTEMUNHA DO RECORRENTE, fls. 226).
Ademais, referidas testemunhas expressaram "...havia incorreções no espelho de ponto... supervisora falava que negociaria com o RH e essas horas eram pagas como extras ou adicionadas ao banco de horas..." (PRIMEIRA, fls. 225), também "...quando reclamou com a supervisora, algumas horas extras foram lançadas em banco de horas e outras foram pagas..."(SEGUNDA, fls. 226).
Destarte, considerando o demais do autuado, ainda o definido no item 2-3 da atual fundamentação de voto, constato que, a despeito de obrigação própria, o recorrente não trouxe evidência eficaz favorável (fática/legal), assim sobre pretensas diferenças, sequer para alteração do r. direcionamento de origem
"...cartões de ponto e fichas financeiras juntados aos autos pela primeira reclamada abrangem todo o período contratual e demonstram a realização eventual de horas extras, que foram corretamente pagas ou compensadas nos termos de regular acordo para compensação de jornada (Banco de Horas), além do correto gozo dos intervalos previstos para a categoria.
Houve a juntada dos extratos de compensação de jornada com a contestação (banco de horas), os quais também não foram especificamente impugnados pela parte autora.
(...) não houve a comprovação de fraude nas marcações em instrução processual, bem como não foram apontadas diferenças pela parte autora em réplica às defesas apresentadas pelas reclamadas.
Em audiência, as testemunhas do próprio reclamante confirmaram a possibilidade de acessar mensalmente os espelhos de ponto anotados por meio de login/logout, sendo que afirmaram ter havido a inclusão de horas extras quando reclamaram de irregularidades com seus superiores hierárquicos. Não apenas isso, mas também confirmaram que receberam as horas extras ou foram elas incluídas no banco de horas.
(...) autor, por sua vez, afirmou, em depoimento pessoal, que possuía controle escrito e pessoal das horas supostamente realizadas em desconformidade com as anotações de ponto. No entanto não trouxe aos autos referido documento, o que possibilitaria a aferição de eventual fraude nas marcações. Assim, por todo o exposto, e nos termos do art. 818, CLT, julgo válido o acordo para compensação de jornada firmado a título de Banco de Horas, fixando como verdadeira a jornada descrita nos cartões de ponto juntados pela empregadora, inclusive no tocante às pausas e intervalos para refeição e descanso.
Julgo improcedentes, por esse motivo, os pedidos iniciais de horas extras, inclusive as decorrentes da supressão dos intervalos para repouso, adicional noturno, hora ficta, e seus respectivos reflexos..." (fls. 232-vº/233).
Diante do exposto, a despeito dos demais comentários devolvidos, mormente sobre cartões de ponto e citados regramentos (CLT, 71, §4º, 74, 830; Súmulas 85, 338 do C. TST), concluo que prevalece a improcedência decretada a quo, inclusive acerca de adicional noturno e intervalo (refeição e descanso).
A partir da vigência da Lei n.º 13.015/2014, o Recurso de Revista, sob pena de não conhecimento, deve indicar, para cada tema trazido ao reexame, o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do Recurso de Revista (CLT, 896, §1.º-A, I).
O exame das razões recursais revela que o recorrente não se desincumbiu do encargo que lhe competia, deixando de indicar o trecho do v. Acórdão impugnado que demonstra o prequestionamento das questões revolvidas no apelo, o que impede a análise dos demais aspectos, pois torna impossível verificar se foram preenchidos os demais requisitos de admissibilidade recursal, como a indicação explícita e fundamentada de violação legal, contrariedade a Súmula de jurisprudência da C. Corte Revisora, a Súmula vinculante do E. STF ou dissenso pretoriano, por falta de tese a ser confrontada.
Em realidade, a questão acerca da prorrogação habitual da jornada de 6 horas e a consequente concessão do intervalo intrajornada não foi ventilada no acórdão impugnado, não havendo a parte se insurgido contraa omissão.
Nesse contexto, impõe-se negar seguimento ao recurso, por descumprimento do disposto no artigo 896, §1.º-A, I, da CLT. DENEGO seguimento quanto ao tema.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Periculosidade.
Alegação(ões):
- contrariedade a Orientação Jurisprudencial: SBDI-I/TST, nº 385.
- violação do(a) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 193.
- divergência jurisprudencial indicada a partir da folha 344 (1 aresto).
-contrariedadea Portaria 3214/78 do MTE

Sustenta que deve ser reconhecido edeferido o adicional de periculosidade por todo contrato de trabalho. Aduz, ademais, que o adicional de periculosidade decorre da existência de tanques de combustível no interior da edificação.

Consta do v. Acórdão:
Contudo, considerando o constatado pelo Perito do Juiz, por exemplo
"…Conclusão e Avaliação da Periculosidade pela Exposição Inflamável Líquido no Endereço da Alameda Cleveland, 415, Campos Elíseos - SP.
Durante a vistoria, observou-se que o reclamante, dentre as atividades exercidas, não permanecia de forma habitual em área de risco. No prédio da reclamada existem 2 grupos geradores externos sendo um de 180 kVA alimentado por 1 tanque de 150 litros e outro de 150 kVA alimentado por um tanque de 150 litros.
Não foram levantadas ainda quaisquer outras atividades, permanentes ou intermitentes, desenvolvidas pelo reclamante nas áreas de risco elencadas pela NR 16 ou pelo Decreto 93.412/86. Desta forma, a analise qualitativa do tempo de exposição ao risco realizada conforme o previsto na instrução constante na portaria nº 3311 de 29 de Novembro de 1.989, não denota a exposição do reclamante as condições previstas nos Anexos 1 e 2 da NR 16, aprovada pela Portaria 3214/78, bem como no Decreto 93.412/86 não estando por conseguinte tipificado o contato permanente, ou mesmo intermitente, com explosivos, inflamáveis, ou energia elétrica, notadamente em condições de risco acentuado, condições necessárias para caracterização da periculosidade, conforme preconizado no Artigo 193 da CLT em virtude do exposto, não são

consideradas perigosas as atividades desenvolvidas pela reclamante durante o pacto laboral..." (fls. 184-vº/185), também à míngua de evidencia robusta propícia (ao recorrente), opino que improspera o apelo.

Novamente, não obstante as afrontas legais aduzidas, bem como o dissenso interpretativo suscitado, inviável o seguimento do apelo, uma vez que a matéria, tal como tratada no v. Acórdão e posta nas razões recursais, reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula n.º 126 do C. Tribunal Superior do Trabalho.
DENEGO seguimento quanto ao tema.
Responsabilidade Civil do Empregador/Empregado / Indenização por Dano Moral / Valor Arbitrado.
Alegação(ões):
- divergência jurisprudencial indicada a partir da folha 344-verso (12 arestos).

Sustenta queo valor da indenização por danos morais deve ser majorado, tendo em vistaa situação econômica das partes, o grau do dano e o caráter pedagógico da medida.

Consta do v. Acórdão:
Pois bem, sobre a pretendida redução (item 1-2 do recurso das recorridas-reclamadas) ou majoração (recurso) de valor, a despeito de obrigações próprias, culminam insuficientes as alegações acerca de proporcionalidade, razoabilidade, enriquecimento sem causa, direitos da personalidade, porquanto analisados o respectivo conjunto probatório e as circunstâncias decorrentes.
Neste sentido, entendo que in casu prevalece o decreto de origem ("...R$ 2.000,00 ..." - fls. 234).
É insuscetível de reexame, nesta instância extraordinária, nos termos em que estabelece a Súmula nº 126 do Tribunal Superior do Trabalho, o valor fixado, uma vez que amparado nos elementos de prova produzidos e nos princípios do livre convencimento motivado e da proporcionalidade e razoabilidade, bem como à luz da gravidade da lesão, do porte financeiro do agente ofensor, da capacidade econômica e social da vítima, além do caráter pedagógico da sanção aplicada, mormente considerando, ainda, que o montante indenizatório arbitrado se revela adequado à situação descrita nos autos. Obstada, por consequência, a análise de eventual divergência jurisprudencial.
DENEGO seguimento quanto ao tema.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Alegação(ões):
- violação do(s) artigo 133, da Constituição Federal.
- violação do(a) Código de Processo Civil, artigo 20, §3º; Lei nº 8906/1994.
- divergência jurisprudencial indicada a partir da folha 347-verso (3 arestos).

Postula a condenação da reclamada em honorários advocatícios.

Consta do v. Acórdão:
Na Justiça do Trabalho predomina ainda o disposto na Lei 5.584/70, cujos requisitos não estão presentes in casu.
Destarte, também porque insuficientes os comentários apresentados, especialmente sobre citados regramentos (CF, 133; CLT, 8º, 769; CC, 398; CPC, 20), concluo que nada a reparar.
Na Justiça do Trabalho, quando se cuida de ação envolvendo relação de emprego, a condenação em honorários advocatícios exige a satisfação concomitante de dois pressupostos, quais sejam, a assistência da parte pelo sindicato da respectiva categoria profissional associada à comprovação da percepção de salário inferior ao dobro do mínimo legal, ou, não sendo o caso, quando não puder ela demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da sua família. Decidindo o Tribunal Regional nestes termos, sua decisão estampa entendimento em absoluta sintonia com a intelecção extraída da Súmula nº 219, c/c a Súmula nº 329, ambas do C. Tribunal Superior do Trabalho. Destarte, o apelo encontra óbice para seu processamento no particular.
O recebimento do recurso encontra óbice no artigo 896, § 7º, da CLT, e Súmula nº 333 do C.TST, restando afastada a alegada violação dos dispositivos legaisapontados e prejudicada a análise dos arestos paradigmas transcritos para o confronto de teses.
DENEGO seguimento quanto ao tema.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Examino.
Não há que se falar em ofensa aos princípios constitucionais quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, quanto ao Juízo Regional de Admissibilidade, ressalte-se que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
O recurso de revista mostra-se inviável, no caso.
Quanto ao tema TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE. ISONOMIA., esta Corte adotou entendimento firmado pelo STF, que, ao examinar o Tema 725 da Tabela de Repercussão Geral, no RE 958252, fixou a seguinte tese jurídica: "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante".
Ao julgar a ADPF 324, firmou a seguinte tese, com efeito vinculante para todo o Poder Judiciário: "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993".
Em decisões na mesma linha, para segmentos empresariais com

legislação específica - concessionárias de serviços públicos de energia elétrica e de telecomunicações (artigos 25, § 1º, da Lei 8.987/95, e 94, II, da Lei 9.472/97) -, no julgamento do ARE 791932/DF, representativos das controvérsias e com repercussão geral (Temas 725 e 739), o Supremo Tribunal Federal, por maioria, firmou tese jurídica vinculante, no sentido de ser nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar os artigos de lei que autorizam a terceirização, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97).

No mesmo sentido, decisão na ADC 26-DF, confirmando a licitude da terceirização.

Em todos esses julgados, o STF concluiu pela inconstitucionalidade do item I da Súmula 331 do TST e reconheceu a licitude da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, das empresas.

Destaco, inclusive, alguns precedentes desta Corte já com a adoção do posicionamento firmado pelo STF: RR-246-73.2012.5.01.0017, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 23/08/2019; RR-191700-97.2009.5.09.0673, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 23/08/2019; RR-2131-24.2012.5.05.0531, 7ª Turma, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 08/11/2019; AIRR-361-06.2018.5.14.0411, 6ª Turma, Relatora Desembargadora Convocada Cilene Ferreira Amaro Santos, DEJT 20/09/2019.

No que se refere às alegações de isonomia salarial, sob o enfoque da OJ 383 da SBDI-1 do TST, registre-se que o STF, em recente julgamento do RE 635.546/MG, DJE 19/05/2021, fixou a tese de repercussão geral (tema 383): "A equiparação de remuneração entre empregados da empresa tomadora de serviços e empregados da empresa contratada (terceirizada) fere o princípio da livre iniciativa, por se tratarem de agentes econômicos distintos, que não podem estar sujeitos a decisões empresariais que não são suas".

Nesse mesmo sentido, inclusive, o TST, mediante SBDI-1, tem decidido: E-ARR-10654-19.2015.5.03.0129, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 28/10/2021; Ag-E-Ag-RR-1257-02.2011.5.04.0305, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 27/08/2021; Ag-E-ED-ARR-1081-67.2016.5.10.0018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 30/06/2021; Ag-E-ED-RR-832-80.2015.5.10.0009, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 25/06/2021; E-RR-127800-98.2009.5.18.0121, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 18/06/2021.

Ressalto, uma vez mais com amparo no artigo 4º-A, § 1º, da Lei 6.019/74, remanescer a possibilidade de reconhecimento de vínculo com a empresa contratante, apenas nos casos em que há referência expressa no acórdão regional acerca da existência de pessoalidade e subordinação jurídica direta com a tomadora de serviços, o que não é a hipótese dos autos.

Quanto a esse último aspecto, não se leva em conta a mera subordinação estrutural ou indireta, que, aliás, é inerente à terceirização da atividade fim - tal implicaria esvaziar de sentido os já mencionados precedentes do STF -, sendo necessário estar comprovada nos autos a subordinação hierárquica direta, presencial ou por via telemática, do trabalhador aos prepostos da tomadora.

Destaque-se que esta Corte Superior apenas pode valorar os dados fáticos delineados de forma expressa no acórdão regional. Assim, se a pretensão recursal está frontalmente contrária às afirmações do Tribunal Regional acerca das questões probatórias, o recurso apenas se viabilizaria mediante o revolvimento de fatos e provas, circunstância que atrai o óbice da Súmula 126 do TST.

A incidência da Súmula 126 do TST torna inviável, inclusive, a análise das teses recursais de violação legal e de divergência jurisprudencial.

Quanto ao tema ENQUADRAMENTO SINDICAL., o TRT delimitou que a parte reclamada procedeu ao enquadramento sindical da parte reclamante do SINTRATEL, conforme inclusive pretensão autoral, e que procedeu aos pagamentos das parcelas trabalhistas em conformidade com as normas coletivas respectivas, não tendo a parte reclamante se desincumbido do ônus de provar a existência de diferenças não pagas. Incidência da Súmula 126 do TST.

No que se refere ao tema DURAÇÃO DO TRABALHO. HORAS EXTRAORDINÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA. ADICIONAL NOTURNO., o TRT, após exame do conjunto probatório, em especial cartões de ponto e fichas financeiras, delimitou que eventuais horas extraordinárias ou foram pagas ou foram compensadas e que houve a correta fruição do intervalo intrajornada. A parte reclamante, por sua vez, não demonstrou a existência de fraude ou de diferenças devidas a qualquer título. Incidência da Súmula 126 do TST.

Quanto ao tema ADICIONAL DE PERICULOSIDADE., o TRT, após exame do conjunto probatório, em especial laudo pericial, concluiu que a parte reclamante, quando exercia as atividades desenvolvidas na Alameda Cleveland, 415, Campos Eliseos, não se encontrava exposto a condições periculosas de trabalho que ensejassem o direito ao adicional respectivo. Incidência da Súmula 126 do TST.

No que se refere ao tema INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO., a parte recorrente procedeu à transcrição de trecho insuficiente para o prequestionamento da tese que pretende debater, pois o trecho transcrito não informa todos os fundamentos de fato e de direito adotados no acórdão regional pelos quais o TRT entendeu por manter a indenização por dano moral no importe de R$ 2.000,00. Não foi transcrito, por exemplo, o trecho do acórdão regional que informa quais eram as situações constrangedoras pelas quais a parte reclamante passou. A parte agravante, portanto, incorreu no descumprimento do art. 896, § 1º-A, I, da CLT.

Em relação ao tema HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS., o TRT, ao entender indevidos os honorários advocatícios pelo fato de a parte reclamante não se encontrar assistida por entidade sindical, decidiu em conformidade com a Súmula 219 e 329 do TST.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de

cada uma das alegações da parte.
Incólumes os dispositivos invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000936-78.2018.5.06.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	DANILO CANDIDO LOURENCO
Advogado	Dr. Benjamim Trajano Veloso Junior(OAB: 28198-A/PE)
Advogado	Dr. Jose Livonilson de Siqueira(OAB: 22443-A/PE)
Agravado	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	Dr. Cassiano Ricardo Dias de Moraes Cavalcanti(OAB: 17550-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANILO CANDIDO LOURENCO
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 623/638) interposto em face da decisão (fls. 610/613) do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista.
Não houve apresentação de contrarrazões ao recurso de revista, nem de contraminuta ao agravo de instrumento.
Os autos não foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho.
É o relatório.
Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade do agravo de instrumento, dele conheço.
Em relação ao tema "NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL", a SbDI-1 desta Corte, ao apreciar, em 16/03/2017, o recurso de embargos nº TST-E-RR-1522-62.2013.5.15.0067, decidiu ser necessária, para fins de cumprimento do pressuposto inscrito no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, nos casos em que se pretende o reconhecimento da nulidade do acórdão regional por negativa de prestação jurisdicional, a indicação não só dos trechos do acórdão prolatado no julgamento dos embargos de declaração, mas também dos trechos da petição de embargos de declaração em que a parte provoca o Regional a se manifestar sobre a matéria supostamente não examinada.
No caso em exame não foram indicados os trechos da petição de embargos de declaração. Desse modo, inviável o processamento do recurso de revista, tendo em vista a não observância do requisito legal (art. 896, § 1º-A, I, da CLT).
Já, em relação ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS", verifica-se que, às fls. 588/591, o reclamante transcreveu integralmente o tópico da decisão recorrida, sem efetuar nenhum destaque.
A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA . Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"[...] III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência

recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido [...]" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/05/2021 - destaque acrescido).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000333-58.2020.5.09.0459

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	LUIZ FELIPE PALMA
Advogado	Dr. Clayton Alexsander Marques(OAB: 84806-A/PR)
Advogado	Dr. Thiago Fernando Pereira(OAB: 94288-A/PR)
Agravado	ROSSATO ENCOMENDAS LTDA - ME
Advogado	Dr. Alberto de Paula Machado(OAB: 11553-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIZ FELIPE PALMA
- ROSSATO ENCOMENDAS LTDA - ME

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
Duração do Trabalho / Controle de Jornada.
Duração do Trabalho.
Duração do Trabalho / Intervalo Interjornadas.
A Lei 13.015/2014 acrescentou o § 1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:
§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;
II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.
Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho. No tópico que transcreveu, o fez de maneira incompleta sem utilizar todos os argumentos do colegiado.
A exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a mera indicação da folha do trecho do acórdão, da sinopse da decisão, da transcrição da ementa, da parte dispositiva ou do inteiro teor do acórdão recorrido.
No sentido do acima exposto são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST-AIRR-1160-68.2014.5.02.0073, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 14/12/2016, 7ª Turma, acórdão publicado no DEJT de 03/02/2017; TST-RR-18177-29.2013.5.16.0020 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-104-15.2014.5.08.0014, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, acórdão publicado no DEJT de 06/05/2016; TST-AIRR-10033-37.2014.5.14.0101, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-10982-58.2014.5.14.0005, 4ª Turma, Relator Ministro João Oreste Dalazen, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-163-91.2013.5.11.0551, 5ª Turma, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, acórdão publicado no DEJT de 22/04/2016; TST-AIRR-1410-22.2013.5.07.0001, 6ª Turma, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, acórdão publicado no DEJT de 06/05/2016; TST-AIRR-11680-81.2014.5.03.0163, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Brandão, acórdão publicado no DEJT de 04/03/2016.
É inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Denego.
CONCLUSÃO
Denego seguimento.

Primeiramente, nota-se que o recorrente não transcreveu os trechos principais nos quais o TRT expôs sua ratio decidendi.
Com efeito, o Regional afastou a aplicação da Súmula 338, I, do TST ao aduzir que "resta comprovado que a ré não possuía mais de 10 empregados, estando dispensada da manutenção do controle de

jornada".
Nesse cenário, além de não ter sido observada a contento a regra contida no art. 896, §1°-A, I, da CLT, o acolhimento do recurso do recorrente encontra óbice na Súmula 126 do TST pois, não havendo se falar em presunção relativa de veracidade das jornada alegada na inicial, a conclusão do Regional não admite revisão em instância extraordinária uma vez que baseada na análise de fatos e provas.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000116-17.2019.5.06.0141

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	GILLIARD JOSE DE SANTANA
Advogado	Dr. Daniela Siqueira Valadares(OAB: 21290-A/PE)
Agravado	CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S.A. - CEPASA
Advogado	Dr. Ricardo Rabello Varjal Carneiro Leão(OAB: 44835-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):
- CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S.A. - CEPASA
- GILLIARD JOSE DE SANTANA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
JORNADA DE TRABALHO
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS/ SUCUMBÊNCIA
Não obstante o inconformismo apresentado, o presente Recurso de Revista não ultrapassa o crivo da admissibilidade recursal, vez que não foram observados os requisitos contidos no inciso I, § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, cuja exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma.
A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a mera indicação da folha do trecho do acórdão, da sinopse da decisão, da transcrição da ementa, da parte dispositiva ou do inteiro teor do acórdão recorrido.
Quanto aos temas relacionados à jornada de trabalho, observo que a parte recorrente deixou de indicar (destacar) os fragmentos da decisão recorrida em que se encontram prequestionadas as matérias objeto de sua irresignação, transcrevendo todo o capítulo da matéria impugnada.
Também em relação aos não se honorários de sucumbência, viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho.
[...]
É inviável, pois, o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.
CONCLUSÃO
Denego seguimento.

Consoante aduzido na decisão regional de admissibilidade, o recorrente limitou-se a transcrever a integralidade do capítulo do acórdão que diz respeito ao "intervalo intrajornada".
Nos termos da jurisprudência majoritária desta Corte, a transcrição integral, sem destaques, não atende ao requisito do art. 896, §1°-A, I, da CLT:

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA QUE APRESENTA A TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DO ACÓRDÃO REGIONAL SEM DESTAQUE DO TRECHO QUE IDENTIFICA O PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA OBJETO DO APELO. Analisando o trecho do acórdão regional indicado pela parte, é possível notar que se trata de inteiro teor do acórdão regional. Não aproveita à parte a transcrição integral do acórdão do TRT, sem destaque da controvérsia objeto do recurso bem como da demonstração analítica das violações, remanescendo desatendido o art. 896, § 1º-A, I e III, da CLT . Agravo conhecido e desprovido" (Ag-AIRR-11653-54.2016.5.09.0004, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 19/11/2021).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. ACÚMULO DE FUNÇÃO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DO TÓPICO DA DECISÃO RECORRIDA. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DO TÓPICO DA DECISÃO RECORRIDA SEM DESTAQUE DO TRECHO QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO. A transcrição integral do tópico da decisão recorrida, sem o destaque dos trechos que contêm as teses que a parte pretende debater, não atende ao art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Inviável o processamento do recurso de revista quando não cumprido o disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Agravo de instrumento de que se conhece e a que se nega provimento" (AIRR-1300-25.2016.5.08.0119, 6ª Turma, Relatora Desembargadora Convocada Cilene Ferreira Amaro Santos, DEJT 25/05/2018).

Mesmo que assim não fosse, a decisão do TRT no sentido de que

"a empresa,no específico caso da pausa intervalar,conseguiu elidir a presunção relativa que se instalou pela ausência dos controles de horário" não configura contrariedade à Súmula 338, I, do TST, uma vez que o próprio dispositivo sumular orienta acerca da relatividade da presunção fixada.

A pretensão do recorrente é, na verdade, a de suscitar o reexame dos fatos e das provas, o que não se admite em sede de recurso de revista (Súmula 126 do TST).

Quanto ao tema "honorários advocatícios", não há qualquer transcrição de trecho que poderia comprovar o prequestionamento da matéria, sendo total a inobservância do disposto no art. 896, §1°-A, I, da CLT, requisito intransponível para o conhecimento do recurso.

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000372-70.2018.5.22.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S.A. - AGESPISA
Advogado	Dr. Jackson Phillipe Silva Pereira(OAB: 12062/PI)
Agravado	FRANCISCO CARLOS PROBO
Advogado	Dr. Miguel Sales de Lima(OAB: 9189/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO CARLOS PROBO
- ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S.A. - AGESPISA

Denegado seguimento ao recurso de revista pelo Tribunal Regional de origem, a reclamada interpõe agravo de instrumento.

Não foram apresentadas contraminuta e contrarrazões.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.

As insurgências recursais dizem respeito aos temas "INDISPONIBILIDADE DE BENS. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA" e "PRECATÓRIO".

Interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.

No caso, a parte recorrente, em seu recurso de revista, não transcreveu o trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, não bastando ao cumprimento da exigência legal o meroresumodos tópicos recorridos, conforme julgados da SbDI-1 desta Corte:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017 . RECURSO DE REVISTA. NÃO CONHECIMENTO. INOBSERVÂNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. ART. 896, § 1º-A, I e III, DA CLT. A c. Turma desproveu o agravo para manter a decisão mediante a qual não se conheceu do recurso de revista do reclamante ao fundamento de que transcreveu o trecho do acórdão regional que não abarca todos os fundamentos da Corte Regional para julgar improcedente o pedido, não se desincumbindo de demonstrar o atendimento do pressuposto do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT. Os arestos superados pela jurisprudência consolidada da SBDI-1 sobre a exigência processual prevista no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, não empolgam o apelo, nos limites do artigo 894, § 2º, da CLT. Com efeito, a SBDI-1, interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmado o entendimento no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, "a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva" (E-ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018). Precedentes. Agravo conhecido e desprovido" (Ag-E-ED-Ag-ED-RR-1004-31.2011.5.05.0161, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 14/05/2021).

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. INOBSERVÂNCIA DO REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. A Terceira Turma deste Tribunal não conheceu do recurso de revista interposto pela reclamada, ao entendimento de que tal insurgência não atende, a regra do artigo 896, § 1º-A, da CLT, porque não houve transcrição do acórdão do TRT a permitir a constatação do trecho da decisão que consubstanciaria o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. A referência à tese adotada pelo Tribunal Regional ouresumodos fundamentos, desacompanhada da transcrição do trecho pertinente objeto da controvérsia nas razões do recurso de revista, e, posteriormente, as alegações quanto aos temas recorridos não satisfazem o requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, porquanto não viabilizam o confronto analítico entre a tese central assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica apresentada no recurso de revista em mais de um tema. Nesse mesmo sentido é a atual e iterativa jurisprudência da SBDI-1, com a qual revela consonância o acórdão turmário, a inviabilizar o conhecimento do recurso de embargos, na forma do § 2º do artigo 894 da CLT. Correta, pois, a decisão agravada. Agravo não provido" (Ag-E-RR-10181-12.2015.5.03.0039, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 08/03/2019).

Diante do exposto,com suporte no art. 118, X, do RITST,denego

seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000636-23.2018.5.10.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA
Procurador	Dr. Camila Bindilatti Carli de Mesquita
Agravado	DANIELE PESSOA DE MELO
Advogado	Dr. Alexandre Henrique Leite Gomes(OAB: 13440-A/DF)
Agravado	MISTRAL SERVIÇOS LTDA.
Advogado	Dr. Leandro Cezar Vicentim(OAB: 39952-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIELE PESSOA DE MELO
- FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA
- MISTRAL SERVIÇOS LTDA.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 331, item V do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade à(s) Súmula(s) vinculante(s) nº 10 do excelso Supremo Tribunal Federal.
- violação do(s) artigo 97, da Constituição Federal.
- violação do(s) artigo 71 da Lei nº 8666/1993; artigo 104 do Código de Defesa do Consumidor.
A Fundação Jardim Zoológico deBrasília insurge-se contra a aplicação da Súmula 331, IV, do Col. TST, sob a alegação de que não foi observada a cláusula da reserva de plenário, prevista no art. 97 da Constituição da República, bem como na Súmula Vinculante nº 10 do Exc. Supremo Tribunal Federal. Aponta, ainda, violação ao art. 104 do CDC, ao argumento de que seria necessária a intimação específica da parte autora para se manifestar acerca das ações coletivas em curso.
No entanto, o reconhecimento da responsabilidade subsidiária do tomador de serviços não implica a declaração de inconstitucionalidade do art. 71 da Lei nº 8.666/93, mas apenas a definição do real alcance da norma inscrita no citado dispositivo com base na interpretação sistemática.
De toda sorte, cumpre registrar que o Col. TST, em sua composição plena, decide pela edição de suas Súmulas e Orientações Jurisprudenciais, motivo pelo qual encontra-se atendida a exigência relacionada à reserva de plenário.
Dessa forma, afastam-se as alegações.
Responsabilidade Solidária / Subsidiária.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Processo e Procedimento / Provas / Ônus da Prova.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) Súmula nº 331; Súmula nº 363 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso II do artigo 5º; inciso XXXV do artigo 5º; inciso LIV do artigo 5º; inciso LV do artigo 5º; artigo 37; inciso XXI do artigo 37; §6º do artigo 37; §2º do artigo 102, da Constituição Federal.
- violação do(s) §1º do artigo 71 da Lei nº 8666/1993; inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015; §1º do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015; inciso II do artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho; §2º do artigo 8º da Lei nº 13467/2017.
- divergência jurisprudencial: .
Aegr. Turma manteve a decisão emque sereconheceu aresponsabilidade subsidiária da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, nos termos da Súmula nº 331, V, do TST.
Inconformado, insurge-se o ente público contra essa decisão, mediante as alegações alhures destacadas, objetivando afastar a condenação subsidiária. Alega, inicialmente, que não pode ser responsabilizada subsidiariamente pelo pagamento das verbas deferidasà partereclamante, pois estanão se desincumbiu do ônus de comprovar a ausência de fiscalização do contrato de terceirização, encargo que lhe pertencia. Sustenta, outrossim, não evidenciada sua conduta culposa na fiscalização das obrigações da prestadora de serviços.
O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 760.931/DF, com repercussão geral, decidiu que o ônus de provar a ausência de fiscalização da execução do contrato com a empresa prestadora é do empregado. Todavia, tal entendimento não modifica a conclusão alcançada pela Turma, pois a condenação imposta está fundamentada na prova de que o ente público incorreu em culpa "in vigilando", legitimando a imputação da responsabilidade subsidiária. Em tal cenário, o acórdão está em perfeita harmonia com a jurisprudência cristalizada na Súmula nº 331, V, do TST.
De outra parte, decidida a matéria com arrimo no contexto fático-probatório produzido nos autos, o processamento do recurso de revista fica obstado, na medida em que seria necessário o revolvimento de fatos e provas, o que é defeso (Súmula nº126/TST).
A propósito, nesse sentido, trago à baila os seguintes precedentes do TST:
"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ENTE PÚBLICO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CARACTERIZAÇÃO DE CULPA IN VIGILANDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 331, V, DO TST. Do quadro fático registrado no acórdão recorrido extrai-se que a condenação decorre da culpa do tomador dos serviços. Com efeito, o TRT destacou que: "Na seqüência, o que deve ser aferido é se houve culpa ' in vigilando' do Estado do RN, ora recorrente, quanto à fiscalização da reclamada SALUTE, no

que se refere ao adimplemento das obrigações trabalhistas geradas durante o período de vigência do contrato mantido entre os litisconsortes passivos. Neste ponto, o recorrente afirma que ' o ente público, no decorrer da execução do contrato administrativo, não tem a obrigação legal de fiscalizar se a empresa contratada honra os demais contratos, firmados com outras pessoas, físicas ou jurídicas, ainda mais quando detêm natureza privada' e que o único objeto de fiscalização era a prestação de serviços (ID. 2be5609 - pág. 10). Noutras palavras, o litisconsorte admite que não fiscalizava as empresas contratadas no que diz respeito ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e tenta justificar-se, daí porque assume a sua culpa in vigilando". Registre-se, por oportuno, que a recente decisão do STF no RE nº 760.931, com repercussão geral, que atribuiu o ônus da prova da ausência de fiscalização ao trabalhador, em nada altera a conclusão destes autos, uma vez que a condenação subsidiária da entidade pública está amparada na prova de que incorreu em culpa in vigilando, ante a ausência de fiscalização dos direitos trabalhistas dos empregados da empresa prestadora de serviços. Nesse contexto, é inviável a admissibilidade do recurso de revista, pois a decisão recorrida encontra-se em consonância com o item V da Súmula 331 do TST. Assim, tendo em vista que a parte não trouxe, nas razões de agravo, nenhum argumento capaz de infirmar a decisão denegatória do agravo de instrumento, há que ser mantida a decisão. Agravo conhecido e desprovido." (Ag-AIRR - 672-08.2013.5.21.0013, Data de Julgamento: 13/09/2017, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/09/2017)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA EM FACE DE DECISÃO PUBLICADA A PARTIR DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ÔNUS DA PROVA. A contratação de empresa prestadora de serviços, por meio de regular licitação, não basta para excluir a responsabilidade do ente público. Nos termos do item V da Súmula nº 331 do TST, editado à luz da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADC nº 16/DF, em se tratando de terceirização de serviços, os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta responderão subsidiariamente pelas dívidas trabalhistas das empresas prestadoras, quando forem negligentes em relação ao dever de fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais e legais da contratada. Na presente demanda, o Tribunal Regional, soberano na análise do conjunto probatório, registrou que o ente público não se desincumbiu do ônus de comprovar a correta fiscalização do cumprimento do contrato com a empresa prestadora. Assim, ao atribuir-lhe a responsabilidade subsidiária, decidiu em plena sintonia com o verbete acima mencionado. Acrescente-se que não se verifica desrespeito à tese de repercussão geral, firmada no julgamento do RE-760931, pelo Supremo Tribunal Federal, tendo em vista que não houve, no caso, a transferência automática da responsabilidade decorrente do inadimplemento da obrigação pelo empregador. Ficou evidenciada a culpa in vigilando do ente público. Tal conclusão se baseia apenas nas informações disponibilizadas no sítio daquela Corte na internet, pois a decisão ainda aguarda a redação do acórdão e a respectiva publicação no órgão oficial. Agravo de instrumento a que se nega provimento." (AIRR - 10054-69.2013.5.01.0049, Data de Julgamento: 30/08/2017, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 08/09/2017)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. 1. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. ENTIDADES ESTATAIS. ENTENDIMENTO FIXADO PELO STF NA ADC Nº 16-DF. SÚMULA 331, V/TST. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE CONDUTA CULPOSA NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DA LEI 8.666/93 EXPLICITADA NO ACÓRDÃO REGIONAL. Registre-se que o Supremo Tribunal Federal, ao decidir a ADC nº 16-DF, reverteu a interpretação sedimentada há duas décadas na jurisprudência trabalhista no sentido de que as entidades estatais - a exemplo das demais pessoas físicas e jurídicas - eram firmemente responsáveis por verbas contratuais e legais trabalhistas dos trabalhadores terceirizados na área estatal, caso houvesse o inadimplemento por parte do empregador terceirizante (Súmula 331, antigo item IV, TST). Para o STF, é necessária a efetiva presença de culpa in vigilando da entidade estatal ao longo da prestação de serviços (STF, ADC nº 16-DF). Observados tais parâmetros, é preciso perceber, no caso concreto, se o ente público agiu com culpa para a ocorrência do inadimplemento dos débitos trabalhistas. Se não resultar claramente evidenciada a ação ou omissão, direta ou indireta, na modalidade culposa, do agente público em detrimento do contrato administrativo para a prestação de serviços terceirizados, não há como identificar a responsabilidade da Administração Pública em relação às obrigações trabalhistas da prestadora de serviços, à luz do art. 71, § 1º, da Lei 8.666/1993. Insista-se que essa é a linha do entendimento atual do Supremo Tribunal Federal na ADC nº 16-DF. Em observância a esse entendimento da Corte Máxima, o TST alinhou-se à tese de que a responsabilidade subsidiária dos entes integrantes da Administração Pública direta e indireta não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada, mas apenas quando comprovada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei 8.666, de 21.6.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora (artigos 58 e 67, Lei 8.666/93) - novo texto da Súmula 331, V, do TST. Nesse quadro, a mera culpa in eligendo não autoriza, por si só, deduzir a responsabilidade do Poder Público pelos débitos inadimplidos pela empregadora, segundo o STF. A propósito, para a Corte Máxima, tendo sido a terceirização resultado de processo licitatório, não há que se falar em culpa in eligendo. Também não há que se falar, em tais casos de terceirização, em responsabilidade objetiva, a teor da jurisprudência advinda da Corte Máxima. Porém, naturalmente, se houver clara, inquestionável culpa da entidade estatal tomadora de serviços quanto à fiscalização da conduta da empresa terceirizada relativamente ao cumprimento de suas obrigações trabalhistas, incidirá a responsabilidade subsidiária, por força de outros preceitos legais, além do art. 71, caput e § 1º, da Lei de Licitações. Havendo manifesta ou demonstrada culpa in vigilando, incidem preceitos responsabilizatórios concorrentes, tais como os artigos 58, III, 67, caput e §1º, da Lei 8.666/93 e os artigos 186 e 927, do Código Civil. Nesse contexto, o STF, ao julgar com repercussão geral o RE nº 760.931, confirmou a tese já explicitada na anterior ADC nº 16-DF, no sentido de que a responsabilidade da Administração Pública não pode ser automática, cabendo a sua condenação apenas se houver prova inequívoca de sua conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos, bem como atribuiu o ônus de provar o descumprimento desse dever legal ao trabalhador. Assim, em que pese a decisão do RE nº 760.931 atribua ao trabalhador o ônus processual, no caso dos autos, enfatize-se que houve a conduta omissiva do Estado Recorrente no tocante ao pagamento das faturas do contrato de prestação de serviços, sendo condição mais grave que a simples ausência do dever de fiscalização pelo ente

público, o que autoriza sua responsabilização subsidiária. Agravo de instrumento desprovido." (AIRR - 1443-14.2015.5.06.0019, Data de Julgamento: 09/08/2017, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 18/08/2017)
"RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. I - Para equacionar a controvérsia em torno da existência ou inexistência de responsabilidade subsidiária da Administração Pública pelas obrigações trabalhistas não honradas pela empresa prestadora de serviço é imprescindível trazer a lume a decisão proferida pelo STF na ADC 16/2007. II - Nela, apesar de ter sido reconhecida a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei 8.666/93, os eminentes Ministros daquela Corte permitiram-se alertar os tribunais do trabalho para não generalizar as hipóteses de responsabilização subsidiária da Administração Pública. III - Na ocasião, traçaram inclusive regra de conduta a ser observada pelos tribunais do trabalho, de se proceder, com mais rigor, à investigação se a inadimplência da empresa contratada por meio de licitação pública teve como causa principal a falha ou a falta de fiscalização pelo órgão público contratante. IV - A partir dessa quase admoestação da Suprema Corte, o Tribunal Superior do Trabalho houve por bem transferir a redação do item IV da Súmula 331 para o item V desse precedente, dando-lhe redação que refletisse o posicionamento dos Ministros do STF. V - Compulsando o verbete, percebe-se, sem desusada perspicácia, que a responsabilização subsidiária da Administração Pública tem por pressuposto a comprovação da sua conduta culposa ao se demitir do dever de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas da empresa prestadora de serviços. VI - Em outras palavras, impõe-se extrair da decisão do Regional elementos de prova de que a Administração Pública observou ou não o dever de fiscalização dos direitos trabalhistas devidos aos empregados da empresa prestadora de serviços, uma vez que o seu chamamento à responsabilização subsidiária repousa na sua responsabilidade subjetiva e não objetiva. VII - Mediante exame do acórdão recorrido, verifica-se que o Colegiado de origem fora incisivo e minudente ao extrair do contexto factual a responsabilidade subsidiária do agravante. VIII - O acórdão recorrido, com riqueza de detalhes probatórios em torno da culpa in vigilando do agravante, por ter se demitido do dever de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas da empresa prestadora de serviços, premissa, aliás, insuscetível de modificação no TST, a teor da Súmula 126, guarda absoluta sintonia com entendimento contido na Reclamação nº 23151/DF - Distrito Federal, em que fora Relator o Ministro Luiz Fux, cuja decisão foi publicada no DJe de 3/3/2016. IX - Sobrevém, assim, a certeza de o Regional ter-se valido do princípio da persuasão racional do artigo 131 do CPC de 73, no qual se acha subentendido o princípio da despersonalização da prova oral, consagrado, a propósito, no artigo 371 do CPC de 2015, para extrair a culpa in vigilando do agravante, nos termos da ADC 16/2010. X - Desse modo, cai por terra a arguição de infringência aos artigos 818 da CLT e 333, I, do CPC de 73, pois o Regional não dirimira a controvérsia pelo critério do ônus subjetivo da prova. XI - Por outro lado, não se vislumbra ofensa literal e direta ao artigo 71, § 1º, da Lei 8.666/93, pois a decisão impugnada encontra-se, ao fim e ao cabo, em consonância com a Súmula 331, item V, do TST, erigida em requisito negativo de admissibilidade do recurso revista. XII - A divergência jurisprudencial, a seu turno, não se credencia à cognição do TST, não só por se reportar a arestos que não guardam similitude factual com a decisão recorrida, mas, sobretudo, por estarem superados no caso concreto. XIII - Com isso, avulta a convicção de que o recurso de revista efetivamente não lograva processamento, quer à guisa de violação legal ou constitucional, quer por dissenso pretoriano, na esteira do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula nº 333/TST. XIV - Agravo de instrumento a que se nega provimento." (AIRR - 10235-65.2014.5.03.0086, Data de Julgamento: 19/04/2017, Relator Ministro: Antonio José de Barros Levenhagen, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 28/04/2017)
A tal modo, inviável a prossecução do feito, a teor das Súmulas nºs 126 e 333 do TST e do artigo 896, § 7º, da CLT.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Alegação(ões):
- violação do(s) §4º do artigo 791-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.
A egr. Turma condenou o autor aopagamento de honorários sucumbenciais, todavia,por se tratar de trabalhador beneficiário da justiça gratuita, suspendeu a exigibilidade desse pagamento, nos termos do Verbete n. 75/2019desta egr. Corte.
A Fundação Jardim Zoológico de Brasíliarecorrecontra essa decisão. Requer oconhecimento e provimento do presente Recurso de Revista para que seja determinada a utilização de eventuais valores a serem recebidos na presente ação para fins de quitação da verba honorária devida pelo Reclamante, sob pena de violação ao §4º do art. 791-A da CLT.
Registre-se que, com efeito,a presente demanda foi ajuizada já sob a égide da Lei 13.467/2017, portanto aplica-se ao caso a redação do art. 791-A da CLT, incluída pela nova legislação:
"Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa
§1º Os honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)
§2º Ao fixar os honorários,o juízo observará: (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)
I - o grau de zelo do profissional; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)
II - o lugar de prestação do serviço; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)
III - a natureza e a importância da causa; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)
IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)
§3º Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)
§4º Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)
§5º São devidos honorários de sucumbência na reconvenção".
Contudo, nos autos do processo de Arguição de Inconstitucionalidade nº 0000163-15.2019.5.10.0000, foi

proferidadecisão pelo egr. Tribunal Pleno desta Corte, no legítimo exercício de sua competência para o controle difuso de constitucionalidade (arts. 97 da CF e 948 a 950 do NCPC), que culminou na edição do Verbete nº 75/2019, que dispõe:
"HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. GRATUIDADE JUDICIÁRIA. ART. 791-A, § 4º, DA CLT. INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL
É inconstitucional a expressão "...desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes e suportar a despesa…", do art. 791-A da CLT, devendo ser suspensa a exigibilidade dos honorários advocatícios, assim como afastada a sua compensação com outros créditos trabalhistas, quando se tratar de parte hipossuficiente (art. 5º, incisos II e LXXIV da CF).
Decisão adotada por maioria absoluta do Tribunal Pleno na ArgInc-0000163.15.2019.5.10.0000 para os fins do art. 97 da Constituição Federal."
Portanto, uma vezdeferidaao autor a assistência judiciária gratuita,aplica-se a condição suspensivade exigibilidade dos honorários advocatícios por ele devidos.
Inviável o processamento do recurso de revista.
CONCLUSÃO
Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista."

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "responsabilidade subsidiária" e "honorários sucumbenciais", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 333 do TST e no art. 896, § 9º, c, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Registre-se, por oportuno, que, em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos artigos 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e que já foi deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais. Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional, no particular.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000412-83.2020.5.09.0088

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	CARLOS HENRIQUE RICHTER
Advogado	Dr. Raphael Deichmann Monreal(OAB: 76893-A/PR)
Advogado	Dr. Roberval Borges Correa(OAB: 22380-A/DF)
Agravado	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	Dra. Bárbara Eberle(OAB: 58249-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS HENRIQUE RICHTER
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1737/1857) interposto pelo reclamante contra a decisão de fls. 1682/1699, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta apresentada às 1862/1875.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do apelo.
Passo a análise do mérito.
A discussão dos autos, o qual se submete ao tio sumaríssimo, gira em torno do tema "ECT. ALTERAÇÃO DA CLÁSULA 28 DO ACT DE 2017/2018 POR DECISÃO NORMATIVA PROFERIDA EM DCG. COBRANÇA DE MENSALIDADE E COPARTICIPAÇÃO DO EMPREGADO. DIREITO ADQUIRIDO À NORMA ANTERIOR. INOCORRÊNCIA".
O reclamante argumenta que a alteração dos termos previstos nos regulamentos internos da recorrida, instituindo indevida e ilegal cobrança de mensalidade para ter acesso ao plano de saúde, infringe o direito adquirido. Afirma que tantos os regulamentos internos da agravada, quanto o Plano de Desligamento Incentivado - PDI, ao qual aderiu, continham previsão expressa de que o benefício médico em questão não teria cobrança mensal para acesso, mas tão somente a co-participação decorrente de uso. Indica violação dos arts. 5º, XXXVI, 6º, caput, da CF, 468 da CLT, 6º, §2º, da Lei de Introdução ao Código Civil, 6º da lei 4.657/42, contrariedade à Súmula 51, I, do TST e suscita divergência jurisprudencial.

Sem razão.
O Regional decidiu:

"Em análise do mérito do recurso do autor, fica claro que este não infringiu os arts. 1010, II e HI, do CPC/2015 e Súmula nº 422 do TST, pois as razões recursais prestam-se, suficientemente, ao objetivo de impugnar os fundamentos de fato e de direito em que está assentada a sentença recorrida, por serem contrastantes com as teses adotadas pelo Juízo de primeiro grau nos pontos objeto de insurgência.
Rejeito, portanto, a alegação da ré em contrarrazões quanto à violação ao princípio da dialeticidade.
Prosseguindo, o autor foi admitido em 25.02.1980.
À época, estavam vigentes os regulamentos OSD-09-001-75 (28.07.1975) e a OSD-09-004/75 (19.09.1975), que disciplinavam a assistência médico-hospitalar aos empregados da ré e seus dependentes. Não se constata, de tais documentos, previsão de cobrança de mensalidade.
Em 10.11.2003, a ré emitiu uma carta, nos seguintes termos:
"O que você está recebendo em sua casa não é apenas um material informativo de mais uma das realizações deste projeto. É antes de tudo, o anúncio de uma profunda melhoria na relação de trabalho mantida com a ECT. Trata-se do seu futuro e do futuro de sua família. Trata-se da vida. É o anúncio da garantia de que, a partir de agora, você poderá se aposentar mantendo aquele que você mesmo elegeu como seu maior benefício; a assistência médica. (...)
Você não precisará mais se preocupar com os elevados custos de um plano de saúde familiar ou com condições de atendimento na Rede Pública de Saúde, pois, a exemplo do que já ocorria com o benefício da assistência médica para todos os ativos, também passou a fazer parte do Acordo Coletivo de Trabalho de sua empresa o direito de permanecer como beneficiário mesmo depois de aposentar-se"" (fl. 234).
O Manual de Pessoal, vigente a partir de 01.01.2007, em seu módulo 16, trata da assistência médico-hospitalar e odontológico, denominado CorreiosSaúde, com previsão do sistema de coparticipação nas despesas decorrentes da utilização dos serviços da Rede Credenciada (item 18, fl. 198).
Em 06.09.2013, a ré comunicou que em 30.04.2013 foi criada a Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde aos Empregados dos Correios, associação sem fins lucrativos, criada com o objetivo de administrar o plano CorreiosSaúdet, tendo afirmado o compromisso de garantir a todos os atuais direitos e condições do plano de saúde (...). E, o melhor, não haverá nenhum custo adicional, repasse ou mensalidade aos beneficiários" (fl. 236).
A partir de 1º.01.2014, a carteira de beneficiários vinculada à operação de planos de assistência à saúde foi transferida para a Postal Saúde, sendo os beneficiários informados que não haveria alteração no benefício, apenas da entidade que o administra (fl. 235).
Conforme documento datado de 05.01.2015, "A entrada em operação da POSTAL SAÚDE a partir de janeiro deste ano resultou em mais controle, acompanhamento e fiscalização dos procedimentos médicos e odontológicos (...). Trata-se de um benefício sobre o qual não existe cobrança de mensalidade ou de qualquer taxa pela filiação. Os Beneficiários continuam recebendo assistência medica, hospitalar e odontológico, pagando apenas o percentual de compartilhamento das despesas, proporcionalmente à faixa salarial." (fl. 237).
Pelo telegrama de fl. 249 (sem data de envio), a ré informa a criação do "plano CorreiosSaúde II, conforme decisão do TST, no dia 12 de março, que alterou a forma de custeio, após esgotadas as negociações com as representações dos trabalhadores" e que haveria a cobrança de mensalidade a partir de então.
Incontroverso que o autor aderiu ao Plano de Desligamento Incentivado (PDD), tendo a rescisão contratual se operado em 20.03.2017 (TRCT de fls. 62/63), com a modalidade rescisão a pedido do empregado.
O autor juntou o regulamento do plano, mas que teve vigência somente até 19.05.2015 e que foi dirigido exclusivamente aos empregados aposentados em atividade (fl. 240), sendo que o período de adesão ocorreu de 09.05.2014 a 11.07.2014 (fl. 239), ou seja, foi anterior à rescisão contratual, de modo que concluo que tal documento não é aquele que regeu a rescisão contratual do autor.
Assim, de plano, rejeito todas as alegações que se fundam em tal regulamento, vigente no ano de 2015 (inclusive o pedido sucessivo de reintegração ao emprego), e sem prova, a cargo do autor, que as condições ali previstas também a ele se aplicaram, ônus que a ele competia, por se tratar de fato constitutivo de seu direito (art. 818, 1, da CLT).
Da narrativa retro, observa-se que a questão afeta ao plano de saúde sofreu alterações ao longo do contrato de trabalho. Também verifico que o autor não se insurge contra o modelo de coparticipação; apenas requer que seja obstada a cobrança de mensalidade do plano de saúde.
A controvérsia surgiu em virtude do acórdão proferido pelo C. TST no Dissídio Coletivo nº 1000295-05.2017.5.00.0000, julgado em 15.03.2018, que alterou a redação da cláusula convencional que tratado plano de saúde e determinou a cobrança de mensalidade:
"Cláusula 28 - Plano de Saúde dos Empregados dos Correios A Empresa oferecerá plano de saúde, com custeio da assistência médica/hospitalar e odontológica, COM a cobrança de mensalidades e coparticipação, aos empregados(as) ativos(as), aos(as) aposentados(as) nos Correios que permanecem na ativa, aos(às) aposentados (as) desligados (as) sem justa causa ou a pedido e aos(as) aposentados(as) nos Correios por invalidez, bem como a seus dependentes cônjuges/companheiros e filhos beneficiários/menor sob guarda do Plano Correios Saúde ou no plano que o suceder.
$ 1º Para os dependentes pai e/ou mãe dos empregados e dos aposentados, de que trata o caput, do Plano "CorreiosSaúde" ou no plano que o suceder, a Empresa, manterá o plano de saúde nos moldes atuais por um ano, a contar de agosto/2018, com exceção daqueles que se encontram em tratamento médico/hospitalar, cuja manutenção ocorrerá até a alta médica.
$2º A proporcionalidade da responsabilidade do pagamento das despesas, será fixada em, no máximo, 30% (trinta por cento) a cargo do total de beneficiários assistidos pela Postal Saúde (valores pagos a título de coparticipação) e 70% (setenta por cento) de responsabilidade da mantenedora.
$ 3º O teto máximo para efeito de compartilhamento será de:
I - Para os(as) empregados(as) ativos 2 (duas) vezes o valor da remuneração do(da) empregado(a).
II - Para os(as) aposentados(as) desligados(as) até 3 (três) vezes o valor da soma do benefício recebido do INSS e suplementação concedida pelo POSTALIS, limitando o desconto mensal até 5% da remuneração líquida do titular, fora a margem consignável (Lei nº 10.820/2003, regulamentada pelo Decreto nº 4.840/2003), em sucessivas parcelas até a sua liquidação.
$ 4º Isenção de coparticipação para os casos de internação.
$ 5º Tabela de cobrança mensal, a título de mensalidade, de forma per capita, nos valores percentuais conforme faixa remuneratória/rendimento, abaixo demonstrados:

[.l
$ 6º Tabela de cobrança mensal, a título de mensalidade, cobrada de forma per capita, nos valores percentuais conforme a mensalidade do titular para cada dependente, abaixo demonstrados:
[...]
$ 7º Tabela de limites de cobrança mensal, sobre o valor da mensalidade do titular, utilizando para tal a idade do beneficiário titular e tendo como base legal a RN nº 63/2003 da ANS que estabelece os limites de variação de preço por faixa etária, abaixo apresentada:
[..]
$ 8º Após apurados os resultados e aprovadas as contas pelo Conselho de Administração da Empresa, havendo lucro líquido no exercício anterior, a Empresa reverterá 15% para o custeio das mensalidades dos beneficiários de que trata o caput, no exercício de aprovação das contas.
§9º Os dependentes relacionados no $1º, após o período de um ano previsto no referido $1º, serão incluídos em plano família a ser negociado entre as partes interessadas.
(destaquei)
A decisão foi fundamentada na teoria da imprevisão e da onerosidade excessiva, que limitam o princípio do "pacta sunt servanda", sendo analisados todos os aspectos relativos à existência de normas regulamentares e direito adquirido, como se verifica dos excertos da sentença normativa:
(...)
Tem-se assim, que as alterações promovidas por norma coletiva aplicam-se ao contrato de trabalho do autor, não havendo ilegalidade na cobrança de mensalidade pelo benefício de saúde, posto que determinada por sentença normativa. Desta forma, não há se falar em violação ao art. 468 da CLT e à Súmula nº 51 do TST, inaplicáveis à hipótese em apreço.
Acresço que a sentença normativa, de forma expressa, fixou que a nova regra atinente ao custeio do plano de saúde se aplicaria "aos empregados(as) ativos(as), aos(as) aposentados(as) nos Correios que permanecem na ativa, aos(às) aposentados (as) desligados (as) sem justa causa ou a pedido ce aos(às) aposentados(as) nos Correios por invalidez, bem como a seus dependentes cônjuges/companheiros e filhos beneficiários/menor sob guarda do Plano Correios Saúde ou no plano que o suceder." (destaquei).
A alegação de que tal cláusula convencional não seria aplicável aos empregados que aderiram ao PDI não se sustenta, na medida em que a rescisão contratual foi formalizada a pedido do empregado (fl. 62), circunstância que se amolda àquela norma.
Saliento que a questão relativa à existência de ofensa a direito adquirido foi devidamente apreciada na sentença normativa, conforme se infere do acórdão proferido em sede de embargos de declaração:
(...)
Reitero que as alterações das condições de trabalho não foram definidas unilateralmente pelo empregador, mas sim em Dissídio Coletivo, em razão das condições financeiras atuais da empresa ("rebus sic stantibus"), devidamente analisadas naquela ação, sem nenhuma exceção aos contratos de trabalho antigos ou novos, nem se o empregado estava na ativa ou aposentado.
Além disso, lembramos que se não houver o devido custeio do plano de saúde por todos os envolvidos e interessados, em breve ele não será sustentável e quebrará, como já aconteceu com tantos outros planos de saúde e/ou de complementação de aposentadoria, como aconteceu com o pessoal da extinta Varig, por exemplo. E bem sabemos que a situação financeira atual dos Correios não é das melhores, inclusive a empresa está incluída nos planos de privatização do Governo Federal, em razão de sua situação deficitária.
A fim de embasar a presente decisão, cito precedentes do TST:
(...)
E, também, deste E. TRT da 9º Região: processos n o 0000214-80.2020.5.09.0012, julgado em 13.10.2020, Rel. Exma. Desembargadora Ana Carolina Zaina, 2º Turma; nº 0000686-04.2017.5.09.0007, julgado em 18.09.2020, Rel. Exmo. Desembargador Marcus Aurelio Lopes, 7º Turma; nº 0000735-08.2017.5.09.0084, julgado em 30.06.2020, Rel. Exmo. Desembargador Cassio Colombo Filho, 2º Turma; nº 0000578-98.2018.5.09.0084, julgado em 24.10.2019, Rel. Exmo. Desembargador Ney Fernando Olivé Malhadas, 5º Turma; nº 0000561-17.2018.5.09.0002, julgado em 11.07.2019, Rel. Exma. Desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, 7º Turma; e nº 0000357-58.2018.5.09.0006, julgado em 09.04.2019, de minha Relatoria, entre outros processos.
Por fim, apenas acresço que ainda que eventualmente o PDI ao qual o autor aderiu previsse que "Os empregados em atividade e que venham a se aposentar pelos Correios permanecerão como beneficiários do Plano de Saúde oferecido pelos Correios, bem como seus dependentes, conforme disposições do Manual de Pessoal e do Acordo Coletivo ou sentença normativa vigentes." (cláusula 5.1 do PDIA de 2014/2015), tal condição não subsistiria à sentença normativa, pelos mesmos fundamentos já explicitados.
E nem mesmo prosperaria o pedido de reintegração ao emprego, pois não há prova, a seu cargo, de vício de vontade, até porque as vantagens concedidas pelo PDI certamente não se ativeram unicamente ao plano de saúde.
Por todo o exposto, rejeito o recurso do autor, salientando inexistir violação aos princípios e normas constitucionais e legais por ele invocados, os quais se tem por devidamente prequestionados." (fls. 1434/1443-g.n.)

De início, registra-se que o presente feito tramita sob o rito sumaríssimo, razão pela qual o processamento dos recursos de revista só se viabiliza por indicação de violação direta e literal à Constituição Federal, de contrariedade a súmula do TST e a súmula vinculante do STF, nos termos do art. 896, § 9º, da CLT.
A decisão do Regional, quanto ao alcance da alteração introduzida na cláusula 28 do ACT 2017/2018 em decorrência do julgamento do DCG-1000295-05.2017.5.00.0000, no sentido de estabelecer a cobrança de mensalidade e coparticipação dos empregados ativos, aposentados e desligados da empresa, está em consonância com a jurisprudência desta Corte, a qual orienta que essa cobrança não resulta em afronta ao direito adquirido. Precedentes:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT. PLANO DE SAÚDE. MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS EM REGULAMENTO INTERNO OU NORMA COLETIVA. ALTERAÇÕES PROMOVIDAS E IMPOSTAS POR SENTENÇA NORMATIVA. COBRANÇA DE MENSALIDADE E COPARTICIPAÇÃO. EMPREGADO APOSENTADO. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA DA CAUSA RECONHECIDA. 1. Cinge-se a controvérsia em definir se a Sentença Normativa proferida pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos deste Tribunal Superior nos autos do processo n.º TST-DC-1000295-05.2017.5.00.0000, por meio da qual se alterou a cláusula 28 do Acordo Coletivo do Trabalho 2017/2018, no sentido de estabelecer a cobrança de mensalidade para o custeio

do plano de saúde mantido pela ECT, alcança o contrato de trabalho do reclamante, rescindido em 2018 por adesão ao Plano de Demissão Incentivada à Aposentadoria (PDIA). 2. Diante da complexidade e da atualidade da questão controvertida, resulta prudente o reconhecimento da transcendência jurídica da causa, a fim de possibilitar o exame de mérito da controvérsia. 3 . Consoante Sentença Normativa proferida pela SDC desta Corte superior por ocasião do julgamento do Dissídio Coletivo Revisional n.º TST-DC-1000295-05.2017.5.00.0000, a cláusula 28 do Acordo Coletivo do Trabalho 2017/2018, celebrado entre a ECT e o Sindicato da categoria profissional, passou a permitir de forma expressa a cobrança de mensalidades e coparticipação dos empregados ativos e aposentados para o custeio do plano de saúde, a fim de se buscar o equilíbrio atuarial da empresa e resguardar a manutenção dos benefícios assistenciais. 4 . Reputa-se válida a aludida cobrança, na medida em que a alteração da cláusula convencional ocorreu por decisão judicial, proferida em sede de dissídio coletivo, após a realização de negociações legítimas e de exame aprofundado das peculiaridades do caso. Não há falar, assim, em alteração contratual unilateral lesiva, em violação ao direito adquirido ou em ofensa ao negócio jurídico perfeito. 5. Precedentes desta Corte superior. 6. Agravo de Instrumento a que se nega provimento" (AIRR-1000331-64.2020.5.02.0492, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 27/08/2021)."AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. ECT. PLANO DE SAÚDE. ALTERAÇÃO DO MODELO DE CUSTEIO COM RESPALDO EM DECISÃO DO TST EM DISSÍDIO COLETIVO. TEORIA DA ONEROSIDADE EXCESSIVA. ATO JURÍDICO PERFEITO NÃO OFENDIDO. TRANSCENDÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. Impõe-se confirmar a decisão monocrática proferida pelo Ministro Relator, no aspecto, tendo em vista não restar demonstrada a existência de equívoco na decisão. Agravo conhecido e não provido" (Ag-RR-971-49.2019.5.12.0037, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 16/08/2021)."RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT. COPARTICIPAÇÃO DO EMPREGADO NO CUSTEIO DO PLANO DE SAÚDE. SENTENÇA NORMATIVA PROFERIDA PELO TST NOS AUTOS DO DISSÍDIO COLETIVO Nº 1000295-05.2017.5.00.0000. DISCUSSÃO QUANTO À SUA APLICAÇÃO AO RECLAMANTE. Discute-se nos autos sobre a aplicabilidade, ao reclamante, da revisão da cláusula de acordo coletivo de trabalho determinada por sentença normativa da SDC do TST em que se passou a prever a cobrança de mensalidade e a coparticipação em plano de saúde. Nos autos do DC-1000295-05.2017.5.00.0000, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, o Ministério Público do Trabalho, a Associação dos Profissionais dos Correios - ADCAP e diversos sindicatos e federações representantes da categoria profissional buscaram, sem sucesso, transacionar a respeito da revisão de cláusula de acordo coletivo de trabalho que dispôs a respeito do plano de saúde fornecido aos empregados da ECT - Cláusula 28ª do ACT 2017 (com vigência entre 1º/8/2017 e 31/7/2018). Após o insucesso da negociação entre as partes, a Seção Especializada em Dissídios Coletivos desta Corte superior julgou parcialmente procedente o pedido da empregadora para fixar o pagamento de mensalidade, exceto para pais e mães, e a coparticipação para todos os que utilizarem o plano. Em síntese, foi estabelecido que o custeio dos beneficiários seria equivalente a 30%, enquanto a mantenedora do plano de saúde (ECT) ficou responsável pela quitação dos 70% restantes, e que a mensalidade iria variar de 2,50% a 4,40%, de acordo com a remuneração recebida pelo empregado, de modo que quem ganhasse mais contribuiria com um percentual maior. De acordo com a decisão resultante do dissídio coletivo, em julgado de 15/3/2018, relatado pelo Excelentíssimo Ministro Aloysio Silva Correa da Veiga, foi constatado que a distribuição do custeio feita nos moldes anteriores impunha à empregadora o dever de formação de toda a receita do plano de saúde, de modo que não havia na metodologia inicial a formação de receita por meio da instituição de mensalidade, o que, ao longo dos anos, inviabilizaria a manutenção do benefício. Assim, a SDC concluiu que era necessária a revisão da fonte de custeio do plano, com o objetivo de evitar a extinção do benefício de assistência médica, hospitalar e odontológica. Nesse contexto, constata-se que há decisão deste Tribunal prevendo a revisão da Cláusula 28ª do ACT 2017 (com vigência entre 1º/8/2017 e 31/7/2018). Com efeito, não se está diante de uma ordinária alteração unilateral lesiva de contrato individual de trabalho, vedada pelo artigo 468, caput, da CLT. O que se debate nos autos é, na verdade, uma necessária adequação de regras inicialmente pactuadas em negociação coletiva que se demonstraram impraticáveis ao longo do tempo - em razão da falta de observação de regras atuariais básicas -, sob pena de extinção do benefício não só em relação aos empregados inativos, mas a todos os empregados da ECT e respectivos dependentes. Salienta-se que essa modificação teve chancela judicial em sentença normativa prolatada por órgão colegiado de bastante expressividade nesta Corte e que se dedica a solucionar conflitos de dissídios coletivos, em que naturalmente há uma enormidade de interesses envolvidos. Indene de dúvidas que essa modificação visa atender, entre outros, o princípio da solidariedade, previsto como objetivo da República no artigo 3º, inciso I, da Constituição Federal e presente em ramos como o do Direito Previdenciário, no qual se busca alcançar os fins da justiça social adotando-se medidas que reconheçam o vínculo recíproco de pessoas ou grupos, as quais devem ser pautadas por condutas responsáveis não apenas juridicamente, mas também economicamente. Não por acaso houve participação de equipe técnica de servidores da Justiça do Trabalho, constituída para auxiliar a Vice-Presidência na solução do conflito. Ressalta-se que esta Corte, em outras hipóteses, tem admitido exceções à regra do direito adquirido, como no caso da possibilidade de supressão do pagamento do adicional de periculosidade aos vigias, uma vez que o aludido adicional não foi pago por mera liberalidade do empregador, mas em decorrência de interpretação inicialmente dada - e posteriormente tida como equivocada - ao Anexo 3 da Portaria nº 1.885/2013 do Ministério do Trabalho. Tem-se, portanto, que a regra do direito adquirido às melhores condições de trabalho não é absoluta, mormente quando se trata de mudança chancelada pelo Poder Judiciário e que se justifica pela própria manutenção do benefício a toda uma categoria de empregados. Nesse contexto, considerando-se que o princípio da inalterabilidade contratual unilateral lesiva previsto no artigo 468 da CLT diz respeito aos contratos individuais, que nos autos do DC-1000295-05.2017.5.00.0000 houve participação da categoria sindical representante dos empregados e determinação judicial, mediante sentença normativa, da revisão de cláusula de acordo coletivo de trabalho que se mostrou inaplicável ao longo do tempo, sob pena de possibilidade real de extinção do benefício, bem como por aplicação do princípio da solidariedade que deve reger as relações entre os indivíduos e da teoria da imprevisão e da onerosidade excessiva a uma das partes, conclui-se que o acórdão recorrido deve ser mantido, por entender-se válidos, na hipótese, a modificação das regras de coparticipação e o pagamento de mensalidade do plano de saúde. Recurso de revista conhecido e desprovido" (RR-1031-40.2019.5.12.0031, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT

25/06/2021)."RECURSO DE REVISTA . ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. PLANO DE SAÚDE. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT. DISSÍDIO COLETIVO REVISIONAL Nº 1000295-05.2017.5.00.0000. ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA 28ª DO ACT DE 2017/2018. PARTICIPAÇÃO OBREIRA NA FONTE DE CUSTEIO, MENSALIDADES E COBRANÇA DE COPARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS DA ATIVA E APOSENTADOS. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA . A questão relativa à cobrança de custeio e coparticipação obreira no plano de saúde da ECT, em virtude de alegada alteração lesiva do contrato de trabalho é matéria nova no âmbito das Turmas do TST, o que caracteriza hipótese de transcendência jurídica do recurso. Contudo, em razão da decisão proferida pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos nos autos do DC-1000295-05.2017.5.00.0000, de Relatoria do Exmo. Ministro Aloysio Silva Correa da Veiga, conferiu-se nova redação à Cláusula 28ª do ACT 2017/2018, para determinar que o custeio da assistência médica/hospitalar e odontológica, contemplasse a cobrança de mensalidades e coparticipação dos empregados da ativa e aposentados. O contexto de ruína econômico-financeira do plano levou esta Corte a considerar adequada a revisão da referida cláusula, de modo a garantir a manutenção do próprio plano de saúde , o que não fere, a rigor, os artigos 5º, XXXVI, da Constituição Federal e 468 da CLT, por não se estar diante de alteração lesiva de contrato de trabalho, ou mesmo de violação a direito adquirido, tampouco ofensa a coisa julgada, sendo certo, ainda, que esse debate não está inserido na previsão contida na Súmula nº 51 do TST, que é impertinente, já que não se trata, rigorosamente, de criação de um novo regulamento empresarial, com aplicação retroativa, por iniciativa do empregador, mas de simples revisão judicial de cláusula de norma coletiva. Nesse contexto, em que pese a transcendência jurídica da matéria, não há como conhecer do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido" (RR-1017-53.2019.5.12.0032, 5ª Turma, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 14/05/2021).

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RITO SUMARÍSSIMO. SENTENÇA NORMATIVA. DIREITO ADQUIRIDO E PDI (ASSISTÊNCIA MÉDICA). O Regional assentou que não existe, na hipótese, ato jurídico perfeito ou direito adquirido do reclamante à utilização do benefício médico sem necessidade de pagamento de mensalidade e que a cláusula normativa que tratou sobre a questão do benefício médico foi validamente alterada, conforme decisão proferida no DC nº 1000295-05.2017.5.00.0000. Dessarte, não é possível divisar violação dos arts. 5º, XXXVI, e 7º, XXVI, da CF, tampouco contrariedade à Súmula nº 51 do TST, incidindo ao caso o óbice da Súmula nº 126 desta Corte. Agravo de instrumento conhecido e não provido. (AIRR - 578-98.2018.5.09.0084, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, Data de Julgamento: 03/02/2021, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 05/02/2021)

Impertinente o art. 6º, caput, da Constituição Federal, porquanto não trata da controvérsia dos autos.
Dessa forma, constata-se a decisão do Regional não resultou em afronta ao direito adquirido da reclamante, restando incólumes os artigos 5º, XXXVI, da CF, e a Súmula 51, I, do TST.
Do exposto, denego seguimento ao agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do RITST.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000667-07.2018.5.10.0016

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procuradora	Dra. Laura Maria Costa Silva Souza
Agravado	JOAO QUIRINO RODRIGUES
Advogada	Dra. Ana Cristina de Oliveira Januário(OAB: 46262-A/DF)
Agravado	JDC ENGENHARIA LTDA. E OUTRO
Advogado	Dr. Wilson Campos de Miranda Filho(OAB: 18124/DF)
Agravado	BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS S.A.
Advogado	Dr. Fábio José Possamai(OAB: 21631-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS S.A.
- JDC ENGENHARIA LTDA. E OUTRO
- JOAO QUIRINO RODRIGUES
- UNIÃO (PGU)

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
O douto MPT opina pelo prosseguimento do feito.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Alegação(ões):
- violação do(s) Código de Processo Civil de 2015, artigo 85, §2º.
- divergência jurisprudencial.
Aegr. Turma manteve a decisão que condenou o empregado ao pagamento de honorários advocatícios em importe equivalente a 10%, nos termos do art. 791-A da CLT.
Irresignada, insurge-se a União, alegando violação ao §4º do art. 791-A da CLT.
Nesse particular, o col. TST editou a Instrução Normativa nº 41, de 21/6/2018, que trata da aplicação das normas processuais da Consolidação das Leis do Trabalho alteradas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a qual dispõe no art. 6º :
"Na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, será

aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017). Nas ações propostas anteriormente, subsistem as diretrizes do art. 14 da Lei nº 5.584/1970 e das Súmulas nºs 219 e 329 do TST."

Como observado pela egr. Turma, a presente ação foi ajuizada em data posterior à entrada em vigor da Lei 13.467/2017, que instituiu o regime de sucumbência no âmbito do Processo do Trabalho (art. 791-A, da CLT).

Desse modo, o julgado encontra-se em consonância com o artigo 791-A, §3º da CLT.

No que tange à suspensão da exigibilidade do crédito apenas se os honorários ultrapassarem o montante do crédito devidoà empregada, a decisão Colegiada se coaduna com o artigo 791-A, §4º da CLT.

Nego, pois, seguimento ao recurso.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista."

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "honorários sucumbenciais", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas no art. 896, c, CLT.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

Registre-se, por oportuno, que, em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos artigos 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.

Nesse sentido, uma vez reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e que já foi deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais. Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional, no particular.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000255-04.2012.5.06.0144

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	USINA BOM JESUS S.A. E OUTROS
Advogado	Dr. Henrique Jose da Silva(OAB: 12608-A/PE)
Advogado	Dr. Jairo Victor da Silva(OAB: 2470-A/PE)
Advogado	Dr. Irany Maria da Silva Costa(OAB: 7475-A/PE)
Agravado	JOAO RUFINO DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Delmiro Evangelista Bezerra Filho(OAB: 9902-A/PE)
Advogado	Dr. Jacileide Bernardo Nunes Bezerra(OAB: 12616-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO RUFINO DE OLIVEIRA
- USINA BOM JESUS S.A. E OUTROS

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).

Tramitação preferencial - execução.

Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Recurso tempestivo (ciência da decisão, via sistema, em 13/03/2021, conforme aba de expedientes do sistema Pje); recurso apresentado em 19/03/2021 - Id 7494fd7).

Representação processual regular (Ids fbe9bca, 2478ace, 66cc7aa, cec430e).

Preparo inexigível, nos termos do artigo 855-A, § 1º, II, da CLT.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) / Liquidação / Cumprimento / Execução (9148) / Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução

Alegação(ões):

- violação do(s) incisos LIV e LV do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da(o) artigo 50 do Código Civil.
- violação ao art. 158 da Lei nº 6.404/76; art. 4º, e § caput 4º da Lei nº 11.101/2005; art. 3º, da Lei n. 13.874;

A Lei 13.015/2014 acrescentou o § 1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.
Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho pertinente do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho.
A exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a mera indicação da folha do trecho do acórdão, da sinopse da decisão, da transcrição da ementa, da parte dispositiva ou do inteiro teor do acórdão recorrido.
Na hipótese dos autos, constato que a parte recorrente transcreveu trecho do acórdão que vai além da sua insurgência recursal, o que não supre a necessidade de delimitar, de forma clara e objetiva os pontos controvertidos em relação aos quais entende que houve violação legal ou divergência jurisprudencial, requisito indispensável para o recebimento do recurso.
Deste modo, considerando que a recorrente não cuidou de transcrever o trecho exato da decisão impugnada que configura o prequestionamento da controvérsia, inviabilizado está o recebimento de seu apelo, nos termos da norma consolidada acima mencionada.
CONCLUSÃO
Denego seguimento.

Examino.
Não há que se falar em ofensa aos princípios constitucionais quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, quanto ao Juízo Regional de Admissibilidade, ressalte-se que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
Na situação dos autos, não procede a alegação de ofensa aos dispositivos da Constituição Federal apontados, quando a lide está adstrita ao exame de legislação infraconstitucional, visto que essa circunstância impossibilita a configuração de sua violação literal e direta. A discussão, deste modo, não se exaure na Constituição Federal.
Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. CONVERSÃO DO TEMPO COMUM EM TEMPO ESPECIAL. VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 279 DO STF. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA - ARE 748.371. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É inviável o processamento do apelo extremo quando a ofensa a dispositivo constitucional se dá de maneira reflexa e indireta, pois requer o exame prévio da orientação firmada sobre tese infraconstitucional pela instância ordinária. 2. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o Tribunal de origem, quanto ao preenchimento dos requisitos necessários à concessão de aposentadoria, seria imprescindível o reexame dos fatos e provas. Incidência da Súmula 279 do STF. 3. O Supremo Tribunal Federal já assentou, sob a sistemática da repercussão geral, que suposta ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e dos limites da coisa julgada, quando a violação é debatida sob a ótica infraconstitucional, não apresenta repercussão geral, o que torna inadmissível o recurso extraordinário. (RE 748.371-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 1º.08.2013 tema 660). 4. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, CPC." (RE 1004169 AgR / RS, Relator Ministro Edson Fachin. Publicado em 29.3.2017).
DIREITO CIVIL. POSSE. PROPRIEDADE. COISA JULGADA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, da Lei Maior, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária prevista no art. 102 da Magna Carta. 2. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. 3. Agravo regimental conhecido e não provido." (ARE 944003 AgR/GO, Relatora Ministra Rosa Weber. Publicado em 12.4.2016) - (grifei).

Por oportuno, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que violação reflexa ou indireta de dispositivo da Constituição não viabiliza recurso de natureza extraordinária. Eis o teor da Súmula 636 do STF:

"NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE, QUANDO A SUA VERIFICAÇÃO PRESSUPONHA REVER A INTERPRETAÇÃO DADA A NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS PELA DECISÃO RECORRIDA."

Por fim, a diretriz que se extrai da Orientação Jurisprudencial 123 da SBDI-2 do TST (analogicamente) é de que a ofensa à coisa julgada supõe dissonância patente entre as decisões exequenda e rescindenda, o que não se verifica quando se faz necessária a interpretação do título executivo judicial para se concluir pela lesão à coisa julgada, tal como na hipótese dos autos.
Assim, constato a impossibilidade do conhecimento do recurso de revista interposto nesta fase de execução em virtude do que preveem o art. 896, § 2.º, da CLT e as Súmulas 266 do TST e 636 do STF.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Incólumes os dispositivos invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000176-10.2020.5.09.0678

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Procurador	Dr. João Antônio Pimentel
Agravado	MARCIA MARIA DE ANDRADE
Advogado	Dr. Renato Michelon(OAB: 43219-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCIA MARIA DE ANDRADE
- MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 545/551) interposto pelo Município reclamado em face da decisão (fls. 535/537) do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contrarrazões e nem contraminuta ao agravo de instrumento.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento do apelo (doc. seq. 06).
Preenchidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
A insurgência renovada na presente minuta diz respeito ao tema "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE".
De plano, constato que deve ser denegado seguimento ao apelo por não atender a pressuposto intrínseco de admissibilidade.
Interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve transcrever precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
No caso, verifico que o trecho transcrito às fls. 522/524 não tem o condão de suprir a exigência do referido dispositivo legal, porquanto não se verificam, no excerto,todos os fundamentosde fato e de direito necessários para compreensão da matéria impugnada, em especial as premissas fáticas e jurídicas que levaram à conclusão pela condenação do reclamado ao pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo à reclamante.
Nesse sentido, cito os seguintes julgados, que registram fundamentos determinantes plenamente aplicáveis ao caso em exame:

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA.TRANSCRIÇÃOINSUFICIENTE. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que atranscrição insuficiente do acórdão regional nas razões do recurso de revista, sem indicação do trecho que contém a tese da controvérsia a ser alçada ao crivo desta Corte, sem demonstrar analiticamente as violações e divergências jurisprudenciais invocadas e/ou sem impugnartodos os fundamentosda decisão recorrida, não atende o requisito estabelecido no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (incluído pela Lei 13.015/2014). No caso, o trecho transcrito pela parte reclamada, ora recorrente, não atende o disposto no art. 896, §1º-A, I, da CLT, pois não contémtodos os fundamentosde fato e de direito adotados pelo TRT quanto à prescrição, inviabilizando a apreciação do tema objeto de insurgência recursal. Agravo não provido" (Ag-AIRR-150-67.2019.5.09.0671, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 10/09/2021 - g.n.)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. LEI 13.015/2014. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRECHO INSUFICIENTE. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. TOMADOR DE SERVIÇOS. A indicação do trecho da decisão regional que consubstancia o prequestionamento da matéria objeto do recurso é encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. O trecho transcrito pelas partes recorrentes não atende o disposto no art. 896, §1º-A, I, da CLT, pois não contémtodos os fundamentosde fato e de direito, assentados na decisão recorrida, que levaram à manutenção da responsabilidade subsidiária da parte agravante. Precedentes. Agravo de instrumento

de que se conhece e a que se nega provimento. [...] (TST-AIRR-10476-27.2016.5.03.0035, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 13/12/2019 - g.n.)

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO § 1º-A DO ART. 896 DA CLT.TRANSCRIÇÃOINSUFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO. É inviável o conhecimento do recurso de revista quando o trecho do acórdão recorrido transcrito nas razões recursais não abrange todos os aspectos essenciais à exata compreensão da controvérsia enfrentada pelo Tribunal Regional. Precedentes. Incidência, na espécie, do art. 896, § 1º-A, inc. I, da CLT. Recurso de Revista de que não se conhece". (TST-RR - 1326-71.2017.5.21.0007, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, 8ª Turma, DEJT 07/12/2020 - g.n.)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017 . 1. CONTRATO DE APRENDIZAGEM. BASE DE CÁLCULO. 2. DANO MORAL COLETIVO. 3. VALOR DA INDENIZAÇÃO. ART.896, § 1º-A, I, DA CLT. EXIGÊNCIA DETRANSCRIÇÃODOS FUNDAMENTOS EM QUE SE IDENTIFICA O PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA OBJETO DE RECURSO DE REVISTA.TRANSCRIÇÃOINSUFICIENTE. ÓBICE ESTRITAMENTE PROCESSUAL. Nos termos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei n. 13.015/2014, atranscriçãodos fundamentos em que se identifica o prequestionamento da matéria impugnada constitui exigência formal à admissibilidade do recurso de revista. Havendo expressa exigência legal de indicação do trecho do julgado que demonstre o enfrentamento da matéria pelo Tribunal Regional, evidenciando o prequestionamento, a ausência desse pressuposto intrínseco torna insuscetível de veiculação o recurso de revista. Nesse sentido, saliente-se que o pequeno trecho transcrito no apelo não tem o condão de suprir a exigência preconizada no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, porquanto não se verificam, no referido excerto,todos os fundamentosde fato e de direito utilizados pelo TRT no enfrentamento das matérias impugnadas. Agravo de instrumento desprovido." (TST-AIRR-1413-78.2013.5.09.0014, Relator Ministro Maurício Godinho Delgado, 3ª Turma, DEJT 29/11/2019). (g.n.)

Desse modo, inviável o processamento do recurso de revista, no particular, tendo em vista a não observância do requisito legal inserto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT.
Nesse contexto,DENEGO SEGUIMENTOao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000717-75.2017.5.09.0863

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	M. D. ALMEIDA SILVA - CONFECÇÕES - ME
Advogado	Dr. Eduardo Lalli Ayres(OAB: 51179-A/PR)
Agravado	JOCIMARA APARECIDA NUNES
Advogada	Dra. Magna de Melo Rabaneda(OAB: 83717/PR)
Advogado	Dr. Rodrigo Diniz Chizolini(OAB: 83719/PR)
Agravado	M5 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
Advogado	Dr. Raphael Garofalo Silveira(OAB: 174784-A/SP)
Agravado	C&A MODAS S.A.
Advogado	Dr. Roberto Trigueiro Fontes(OAB: 30476-A/PR)
Agravado	INFINITY INVEST PARTICIPAÇÕES EM NOVOS NEGÓCIOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- C&A MODAS S.A.
- INFINITY INVEST PARTICIPAÇÕES EM NOVOS NEGÓCIOS LTDA.
- JOCIMARA APARECIDA NUNES
- M. D. ALMEIDA SILVA - CONFECÇÕES - ME
- M5 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 595/599) interposto em face da decisão (fls. 590/591) do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta (certidão às fls. 605).
Os autos não foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho.
A decisão denegatória está assim fundamentada:

"Não é possível dar seguimento ao recurso porque não se verifica nos autos comprovação da garantia da execução, como orienta o item II da Súmula 128 do Tribunal Superior do Trabalho, nos seguintes termos:
"SUM-128 DEPÓSITO RECURSAL (incorporadas as Orientações Jurisprudenciais nºs139, 189 e 190 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005
I - (...)
II - Garantido o juízo, na fase executória, a exigência de depósito para recorrer de qualquer decisão viola os incisos II e LV do art. 5º da CF/1988.
Havendo, porém, elevação do valor do débito, exige-se a complementação da garantia dojuízo. (ex-OJ nº 189 da SBDI-i - inserida em 08.11.2000) III - (...)"
Registre-se que a isenção prevista no artigo 884, & 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT só se aplica as entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições e a Súmula nº 86 do Tribunal Superior do Trabalho somente exclui a massa falida da obrigatoriedade de proceder a garantia do juízo. Indevida a interpretação extensiva as empresas em recuperação judicial.
Por sua vez, o artigo 899, é 10, do mesmo diploma legal, estabelece apenas a isenção do depósito recursal as empresas em recuperação judicial e não da garantia integral do juízo na fase de execução.
Desatendido o requisito extrínseco de admissibilidade relativo a garantia do juízo, o recurso de revista encontra-se deserto." (fls. 590/591 - g.n.)

A parte agravante insiste no processamento do recurso de revista. Em síntese, alega que não há como imputar à Massa Falida a obrigatoriedade quanto ao pagamento de custas ou garantia em

juízo.
Contudo, o que se observa é que a decisão denegatória está correta. Ademais, a parte agravante não apresentou nenhum argumento capaz de desconstituir os fundamentos da decisão agravada.
A título de reforço, transcrevem-se os seguintes julgados, no mesmo sentido da decisão regional, segundo a qual "E correto o entendimento de que deve ser garantido o juízo da execução nos casos de interposição de agravo de petição e de embargos à execução por empresa em recuperação judicial":

"AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE DEPÓSITO RECURSAL. DESERÇÃO DOS EMBARGOS . Afiguram -se irremediavelmente desertos os embargos se, não comprovado o recolhimento do depósito judicial, a reclamada não faz prova da condição especial de encontrar-se em recuperação judicial para fazer jus à isenção prevista no art. 899, § 10, da CLT, na data da interposição do recurso. Nada a reparar na decisão agravada. Agravo interno a que se nega provimento". (Ag-E-RR - 131300-85.2002.5.01.0059, Relator Ministro: Márcio Eurico Vitral Amaro, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 28/02/2020)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA REGIDO PELO CPC/2015, PELA LEI Nº 13.467/17 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/2016 DO TST. EXECUÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO DE PETIÇÃO. AUSÊNCIA DE GARANTIA DO JUÍZO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL . Na hipótese, o Regional manteve a sentença pela qual não se conheceu dos embargos à execução da executada, por entender que "o fato de a empresa encontrar-se em recuperação judicial não leva à dispensa da garantia do juízo na fase de execução". De fato, o artigo 899, § 10, da CLT, instituído pela Reforma Trabalhista, ao dispor que "são isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial", só se aplica aos processos em fase de conhecimento. Na fase de execução, incide o disposto no artigo 884, § 6º, da CLT, o qual prevê que "a exigência da garantia ou penhora não se aplica às entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições". Verifica-se que tal dispositivo isentou da garantia do juízo apenas as entidades filantrópicas, motivo pelo qual é indevida a interpretação extensiva às empresas em recuperação judicial. Desse modo, nos termos do artigo 884, caput, da CLT, é imprescindível que o juízo esteja integralmente garantido pelo devedor, ou seja, que já tenha havido a indisponibilidade efetiva de bens do executado em valor que abarque a dívida. Nesse contexto, como a executada não comprovou a garantia total do juízo à época da interposição dos embargos à execução, torna-se inviável o processamento do apelo, porquanto deserto. Agravo de instrumento desprovido". (AIRR - 702-57.2012.5.03.0020, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, DEJT 21/02/2020)

"AGRAVO DA EXECUTADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.467/2017. EMBARGOS À EXECUÇÃO NÃO CONHECIDOS. DESERÇÃO. AUSÊNCIA DE GARANTIA DO JUÍZO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL . 1 - Conforme sistemática adotada na Sexta Turma à época da prolação da decisão monocrática, não foi conhecido o agravo de instrumento da executada, ficando prejudicada a análise da transcendência da causa quanto à matéria objeto do recurso de revista. 2 - O TRT entendeu que a isenção da exigência de garantia do juízo para fins de conhecimento dos embargos à execução não alcança a empresa em recuperação judicial. 3 - Com efeito, em se tratando de embargos à execução, a garantia da execução ou penhora está disciplinada no art. 884, § 6º, da CLT, introduzido pela Lei n° 13.467/2017, o qual excetua tão somente as entidades filantrópicas e/ou aqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições. Julgados. 4 - Registre-se, ainda, que o art. 899, § 10, da CLT, também incluído pela Lei n° 13.467/2017, dispõe sobre a isenção de depósito recursal em processos que tramitam na fase de conhecimento, não sendo, portanto, aplicável à hipótese destes autos. 5 - Agravo a que se nega provimento". (Ag-AIRR - 2016-04.2013.5.03.0020, Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, 6ª Turma, DEJT 22/05/2020)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nos 13.015/2014, 13.105/2015 E 13.467/2017 - DESCABIMENTO. EXECUÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO DE PETIÇÃO. AUSÊNCIA DE GARANTIA DO JUÍZO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL . 1. O art. 899, § 10, da CLT só se aplica aos processos em fase de conhecimento. Em execução, incide o disposto no art. 884, § 6º, da CLT, também instituído pela Lei nº 13.467/2017, em que se limitou a isenção de garantia do juízo às entidades filantrópicas. 2. A não repetição das empresas em recuperação judicial na Seção referente aos embargos à execução implica silêncio eloquente do legislador, não cabendo interpretação extensiva para limitar garantia de crédito trabalhista. Assim, não garantida a execução por empresa em recuperação judicial, é deserto o apelo. Agravo de instrumento conhecido e desprovido". (AIRR - 10070-11.2017.5.03.0022, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, 3ª Turma, DEJT 13/09/2019)

Assim, adota-se, como razões de decidir, os fundamentos constantes da decisão denegatória.
Destaque-se que a técnica da fundamentação per relationem cumpre a exigência constitucional da motivação das decisões proferidas pelo Poder Judiciário (art. 93, IX, da Constituição Federal) e não resulta em vício de fundamentação. É o que se extrai dos seguintes julgados do Supremo Tribunal Federal:

"AGRAVO REGIMENTAL NOS SEGUNDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO CRIMINAL COM AGRAVO. OFENSA AOS ARTS. 5°, XII; E 93, IX, DA CF. ALEGAÇÃO DE FALTA DE PREQUESTIONAMENTO E DE EXISTÊNCIA DE OFENSA REFLEXA. INOCORRÊNCIA. INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS, ESCUTAS AMBIENTAIS E RASTREAMENTO VEICULAR DEFERIDOS EM DECISÃO FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 279/STF. MEDIDAS EXCEPCIONAIS DEFERIDAS PELO PERÍODO DE 30 DIAS. POSSIBILIDADE. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DO PREJUÍZO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.I - No caso dos autos, ficam afastadas as alegações de falta de prequestionamento e de existência de ofensa reflexa, uma vez que os arts. 5°, XII; e 93, IX, da Constituição Federal constaram da ementa do acórdão recorrido e foram utilizados como razão de decidir pelo Tribunal de origem. II - O

Supremo Tribunal Federal admite como motivaçãoperrelationemou por remissão a simples referência aos fundamentos de fato ou de direito constantes de manifestação ou ato decisório anteriores. Precedentes. [...] VIII - Agravo regimental a que se nega provimento" (STF-ARE1260103 ED-segundos-AgR, Relator Ministro Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe, 02/10/2020).

"EMENTA AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EMHABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. HIPÓTESES RESTRITAS. EXCEPCIONALIDADE NÃO CONFIGURADA. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA.FUNDAMENTAÇÃOPER RELATIONEM. VALIDADE. VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO JUIZ E DO PROMOTOR NATURAL. INOCORRÊNCIA. AGRAVO QUE SE LIMITA A REPISAR OS MESMOS ARGUMENTOS. NÃO PROVIMENTO. [...] O uso da fundamentaçãoper relationemnão se confunde com ausência ou deficiência de fundamentação da decisão judicial, sendo admitida pela jurisprudência majoritária desta Suprema Corte [...]" (RHC 151402 AgR, Primeira Turma, Relator(a):Min. ROSA WEBER, DJE 03/04/2019).

Na mesma linha, destaco o seguinte precedente da 2ª Turma deste Tribunal:

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DESPACHO. Não se configura negativa de prestação jurisdicional a adoção, como razões de decidir, dos próprios fundamentos constantes da decisão da instância recorrida, em acolhimento à técnica da motivaçãoper relationem, uma vez que atendida a exigência constitucional e legal da motivação das decisões emanadas do Poder Judiciário (artigos 93, inciso IX, da Constituição Federal, 489 do CPC, e 832 da CLT). Agravo não provido. (...)" (Ag-AIRR-3040-51.2013.5.02.0002, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 24/05/2019).

Outros julgados desta Corte, em idêntico sentido: TST-Ag-AIRR-1000535-62.2016.5.02.0391, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, DEJT 02/02/2021; Ag-AIRR-1436-05.2013.5.03.0139, 2ª Turma, Relatora Ministra Delaíde Miranda Arantes, DEJT 27/04/2018; TST-Ag-AIRR-147-13.2012.5.06.0002, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 18/06/2021; TST-RRAg-10993-64.2013.5.04.0211, 5ª Turma, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 13/11/2020; TST-AIRR-109600-67.2013.5.17.0012, 6ª Turma, Relatora Ministra Katia Magalhaes Arruda, DEJT 08/04/2016; TST-Ag-AIRR-685-19.2013.5.02.0083, 7ª Turma, Relator Ministro Evandro Pereira Valadão Lopes, DEJT 06/08/2021; TST-Ag-AIRR-10906-69.2018.5.18.0009, 8ª Turma, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 14/02/2020.
Assim, estando correta a decisão em que se denegou seguimento ao recurso de revista, nego seguimento ao agravo de instrumento, com fundamento no art. 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000776-17.2018.5.05.0612

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DA BAHIA
Procurador	Dr. Adriano Oliveira Pessoa
Agravado	GLAUCIA DA SILVA MOURA SANTOS DE ECA
Advogado	Dr. Wendel Santos Silveira(OAB: 37059-A/BA)
Agravado	MONKAL EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- GLAUCIA DA SILVA MOURA SANTOS DE ECA
- MONKAL EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 189/205) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 180/187).
Contraminuta às fls. 217/221 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 211/216.
O Ministério Público do Trabalho oficiou pelo prosseguimento do feito (fls. 228/230).
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 12/05/2021 e apelo protocolado em 26/05/2021), sendo inexigível o preparo.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA.

INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, ante o registro no acórdão de que o tomador de serviços não produziu nenhuma prova de que tivesse cumprido sua obrigação de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas devidas por seu contratado, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Mesmo que empresa prestadora de serviços tivesse sido contratada de forma regular, não se comprovou nenhum tipo de fiscalização do contrato quanto ao cumprimento dos deveres trabalhistas com seus empregados, restando autorizada, assim, a responsabilização subsidiária do tomador, que se beneficiou diretamente da força de trabalho do reclamante." (fls. 151).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000113-12.2019.5.05.0102

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ANTONIO SERGIO DOS SANTOS
Advogada	Dra. Manuela de Menezes Mascarenhas(OAB: 27448-A/BA)
Agravado	PEDREIRAS OMACIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
Advogado	Dr. Bruno Carlos Alves Pereira(OAB: 125577-A/MG)
Advogada	Dra. Laura Andrade Botelho(OAB: 167924-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO SERGIO DOS SANTOS
- PEDREIRAS OMACIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 762/775) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 759/760).
Contraminuta às fls. 788/802 contrarrazões ao recurso de revista às fls. 780/787.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 22) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 27/07/2021 e apelo protocolado em 06/08/2021), sendo desnecessário o preparo.
O reclamante, ora agravante, renova o inconformismo acerca das matérias "ACORDO DE COMPENSAÇÃO DE JORNADA E BANCO DE HORAS" e "HORA NOTURNA. PRORROGAÇÃO".
Contudo, não obstante as alegações recursais, verifica-se que, às fls. 750/751 e 754/755, a parte agravante transcreveu integralmente os tópicos recorridos, não destacando as teses jurídicas controvertidas.
A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º -A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA . Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"[...] III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido [...]" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/05/2021 - destaque acrescido).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000337-06.2017.5.06.0291

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO
Advogado	Dr. Bruno Moury Fernandes(OAB: 18373/PE)
Agravante e Agravado	ABF ENGENHARIA, SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.
Advogado	Dr. José Lopes da Silva Neto(OAB: 5979/RN)
Agravado	JACKCE BRUNO VICENTE DA SILVA
Advogado	Dr. Valdir Andrade da Silva(OAB: 20138/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ABF ENGENHARIA, SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO
- JACKCE BRUNO VICENTE DA SILVA

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento aos seus recursos de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
Gabinete da Presidência
RO 0000337-06.2017.5.06.0291
Fundamentação
RECURSO DE REVISTA
Trata-se de Recursos de Revista interpostos por ABF

ENGENHARIA SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA. e COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO,em face de acórdão proferido em sede de Recurso Ordinário, nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0000337-06.2017.5.06.0291, figurando, como recorridas, AS MESMAS e JACKCE BRUNO VICENTE DA SILVA.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Em que pese tenha sido determinado o sobrestamento do feito, por observar que a questão discutida no Recurso de Revista era tema de Repercussão Geral, com decisão expressa da Corte Suprema no sentido de sobrestar os processos com idêntica matéria, sobre aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/1997 (Tema 739), verifico, após uma melhor análise dos autos, que a hipótese não se insere na referida controvérsia jurídica, pois o caso em comento não trata da licitude ou não do contrato de terceirização levado a efeito na atividade de "call center" pelas concessionárias de telecomunicações, objeto do processo em que foi exarado o despacho de suspensão no STF.

Com relação à terceirização, esclareço que, em sessão realizada em 30/8/2018, apreciando o tema 725 da repercussão geral - Terceirização de serviços para consecução da atividade-fim da empresa - o Supremo Tribunal Federal fixou tese jurídica, no sentido de que "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante".

Registre-se o caráter obrigatório de observância, pelas instâncias inferiores do Poder Judiciário, das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em recurso extraordinário, com repercussão geral, contextualizando que, na doutrina nacional, é prevalente o entendimento em torno do efeito vinculante. A exemplo, o magistério de César Zucatti Pritsch, na obra "Manual de prática dos precedentes no processo civil e do trabalho: atualizado conforme CPC 2015 e reforma trabalhista" (São Paulo: LTr, 2018, pág. 83):

"Em que pese o lapso técnico de não terem sido expressamente incluídos no rol dos arts. 927 e 988, caput, do CPC, agora o acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida é expressamente tido como precedente vinculante, inclusive sendo protegido por reclamação, conforme se depreende do inciso II do § 5º do art. 988 do CPC, incluído pela Lei n.º 13.256/2016.

Trata-se de inovação salutar. O silêncio dos arts. 927 e 988 do CPC quanto aos recursos extraordinários com repercussão geral era incompreensível. Ora, se a Corte Suprema do país afeta um ou mais casos-piloto para julgar de forma centralizada centenas ou milhares de recursos com idêntica matéria, é natural que tenha isto de ser vinculante, sob pena de ser o instituto fadado à inutilidade. O art. 988, § 5º, II, do CPC, veio para fazer justiça ao RE com repercussão geral, ainda que de forma atécnica - deveria ter constado do rol do art. 927 e dos incisos do art. 988 do CPC."

Conclui-se, portanto, que não está ao alvedrio do magistrado dissentir de posição externada pelo Supremo Tribunal Federal nos recursos extraordinários paradigmas, nas hipóteses em que se declare a existência de repercussão geral, reafirmando-se, assim, sua força vinculante.

Acrescento que, ao julgar o Incidente de Uniformização de Jurisprudência n.º 0000217-31.2015.5.06.0000, na sessão do dia 11/12/2015, o Pleno deste Regional entendeu pela ilicitude da terceirização de mão de obra, nas empresas de energia elétrica, por estar ela dirigida à atividade-fim do empreendimento. Tal decisão está, portanto, superada, já que em descompasso com o julgamento de repercussão geral proferido pelo STF.

Em atendimento à sistemática de uniformização de jurisprudência, observo que o acórdão recorrido encontra-se divergente com a mencionada tese jurídica de repercussão geral (Tema 725). Deixo, porém, de encaminhar os autos ao relator, para possível adequação do decisumà tese jurídica prevalecente, firmada pelo STF, tendo em vista que ainda não houve a publicação do acórdão de julgamento do referido tema de repercussão geral, marco processual estabelecido pelo legislador para o exercício do juízo de retratação, nos termos do art. 1040, caput e incisos II e III, do CPC.

Ademais, ainda que seja possível a modulação dos efeitos do julgamento acima referido, não houve determinação do STF de sobrestar os processos envolvendo a apreciação de tal matéria. Dessa forma, incabível a paralisação da marcha processual, neste momento.

Tudo isto considerado, passo à análise dos apelos.

RECURSO DE REVISTA DA ABF ENGENHARIA SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

O apelo é tempestivo, tendo em vista que a publicação da decisão impugnada se deu em 15/06/2018 e as razões recursais em 26/06/2018, conforme se pode ver dos documentos Ids 5c11eb0 e 3cfd9e1.

Representação processual regularmente demonstrada (Id c630f09).

Preparo isento, nos termos do art. 899, §10, da CLT. Custas quitadas (Ids 4381a08 e 12b7ef5).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

LICITUDE DO CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO

Alegações:

- contrariedade à Súmula nº 331, do TST;
- violação aos artigos 6º e 25 da Lei nº 8.987/95, Lei nº 13.429/17; e
- divergência jurisprudencial.

Insurge-se a parte recorrente contra o acórdão regional que declarou a ilicitude da terceirização de serviços, reconhecendo o vínculo de emprego diretamente com o tomador de serviços. Aduz que as Leis nºs 13.429/17 e 13.467/17, vieram permitir expressamente a terceirização em todas as atividades das empresas, ratificando, por conseguinte, a licitude da terceirização já declarada na Lei nº 8.987/95. Assevera que o acórdão impugnado negou a aplicação do artigo 25, §1º, da Lei nº 8.987/95, que permite a terceirização de atividade-fim no âmbito das concessionárias de serviços públicos de energia, em suma.

Não obstante o inconformismo apresentado, o apelo não ultrapassa o crivo da admissibilidade recursal.

É que a Lei nº 13.015/2014, acrescentou o §1º-A ao art. 896 da CLT, introduzindo novos requisitos formais ao processamento dos recursos de revista, que impuseram à parte, sob pena de não conhecimento do seu apelo, o dever de: 1) indicar, para cada tema trazido ao reexame, o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; 2) apresentar tese explícita e fundamentada de violação legal, de contrariedade à Súmula de jurisprudência da C. Corte Revisora e à Súmula vinculante do E. STF ou de dissenso pretoriano que entenda existir; 3) impugnar todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida; e 4) transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 13.7.2017).

Tais requisitos formais de admissibilidade do recurso de revista objetivam favorecer a identificação de contrariedade a dispositivo de

lei e a súmula, bem como dissensão das teses apresentadas, impedindo impugnações genéricas da decisão regional e, ainda, juízo de admissibilidade subjetivo no tocante a requisitos objetivos. Vale citar os seguintes precedentes da Corte Superior Trabalhista:

EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. DECISÃO EMBARGADA PUBLICADA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO APRESENTA A TRANSCRIÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE IDENTIFICA O PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA OBJETO DO APELO. REQUISITO LEGAL INSCRITO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI 13.015/2014. 1 - A e. 7ª Turma não conheceu do recurso de revista patronal, que versava sobre os temas horas extras, intervalo intrajornada, hora in itinere e multa por embargos de declaração protelatórios, ressaltando o não preenchimento do requisito inscrito no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, uma vez que interpôs recurso de revista sem transcrever o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia (fl. 601); 2 - Efetivamente, não se sustenta a tese recursal de que, ainda que não transcritos literalmente, foram devidamente indicados e prequestionados no recurso de revista todos trechos da decisão recorrida objeto da controvérsia, os quais mereciam o devido enfrentamento na forma do art. 896, § 1º-A, I, da CLT (fl. 617); 3 - Embora o dispositivo em comento utilize o verbo indicar, referindo-se ao requisito formal ali inscrito, esta Corte Superior tem exigido a transcrição do trecho da decisão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, firme no entendimento de que a alteração legislativa empreendida pela Lei 13.015/2014, nesse aspecto, constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar a identificação precisa da contrariedade a dispositivo de Lei e a Súmula e do dissenso de teses, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo. Assim, a necessidade da transcrição do trecho que consubstancia a violação e as contrariedades indicadas, e da demonstração analítica da divergência jurisprudencial, visa a permitir a identificação precisa e objetiva da tese supostamente ofensiva a lei, à segurança das relações jurídicas e à isonomia das decisões judiciais, de modo que contribua para a celeridade da prestação jurisdicional, possibilite a formação de precedentes como elementos de estabilidade e a decisão do TST contribua para a formação da jurisprudência nacionalmente unificada. Precedentes. 4 - Recurso de embargos conhecido e desprovido. (Processo Nº E-ED- RR-0000552-07.2013.5.06.0231; Relator Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte; Subseção I Especializada em Dissídios Individuais; DEJT de 16/06/2016).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ADMISSIBILIDADE. LEI 13.015/2014. PREQUESTIONAMENTO. TRANSCRIÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. 1. A Lei nº 13.015/2014 exacerbou os pressupostos intrínsecos de admissibilidade do recurso de revista, como se extrai do novel art. 896, § 1º-A, da CLT. 2. O novo pressuposto e ônus do recorrente consistente em 'indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento' não se atende meramente por meio de menção ou referência à folha do acórdão em que se situa, tampouco mediante sinopse do acórdão, no particular. A exigência em apreço traduz-se em apontar a presença do prequestionamento (salvo vício nascido no próprio julgamento) e comprová-lo mediante transcrição textual do tópico nas razões recursais. Somente assim se atinge a patente finalidade da lei: propiciar ao relator do recurso de revista no TST maior presteza na preparação do voto ao ensejar que, desde logo, confronte o trecho transcrito com o aresto acaso apontado como divergente, ou com a súmula cuja contrariedade acaso é alegada, ou a violação sustentada de forma analítica pelo recorrente. 3. Inadmissível recurso de revista interposto sob a égide da Lei nº 13.015/2014 (decisões publicadas a partir de 22/9/2014) em que a parte não cuida de transcrever o trecho do acórdão regional em que repousa o prequestionamento da controvérsia transferida à cognição do TST. 4. Agravo de instrumento da Reclamada de que se conhece e a que se nega provimento. (TST-AIRR-767-73.2014.5.08.0107, 4ª Turma, Rel. Min. João Oreste Dalazen, DEJT 18/12/2015).

In casu, a parte recorrente transcreveu trechos do acórdão que vão além da sua insurgência recursal, o que não supre a necessidade de delimitar, de forma clara e objetiva, os pontos controvertidos em relação aos quais entende que houve violação legal ou divergência jurisprudencial, requisito indispensável para o recebimento do recurso.

Desse modo, considerando que o recorrente não cuidou de transcrever o trecho exato da decisão recorrida que configura o prequestionamento da controvérsia, inviabilizado está o conhecimento de seu apelo, nos termos da norma consolidada acima mencionada.

Diante do exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista da reclamada.

RECURSO DE REVISTA DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

O apelo é tempestivo, tendo em vista que a publicação da decisão impugnada se deu em 15/06/2018 e as razões recursais em 28/06/2018, conforme se pode ver dos documentos Ids 5c11eb0 e b7986c3.

Representação processual regularmente demonstrada (Ids 075a88b e 9eb6ac9). Defiro o pedido de notificação exclusiva em nome do advogado BRUNO MOURY FERNANDES - OAB/PE - 18.373.

Preparo satisfeito (Ids 7674e1c, 18ec3b8, 30d761c e 12b7ef5).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

- DA NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
- DO CERCEAMENTO DE DEFESA
- DA ILEGITIMIDADE PASSIVA
- DA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS/RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

Alegações:

- contrariedade à Súmula 331 do TST e à Súmula Vinculante nº 10 do STF;
- violação aos artigos 5º, XXXV, LIV e LV, 97 e 175 da CF; 2º, 3º e 818 da CLT;373 e 1.036 do CPC; 25, §1º da Lei nº 8.987/95; 4º-A, §2º, da Lei 6.019/74 (introduzido pelo artigo 2º, §2º, da Lei nº 13.429/17), 265 do CCB; e
- divergência jurisprudencial

A parte recorrente, inicialmente, pleiteia o sobrestamento do feito, em razão das decisões exaradas pelo TST e STF, ante a repercussão geral do tema referente à licitude da terceirização de serviços. Suscita nulidade processual, por negativa de prestação jurisdicional, sob o argumento de que o órgão turmário negou provimento ao seu recurso ordinário, mesmo reconhecendo o erro apontado. Vislumbra desrespeito aos princípios constitucionais da celeridade e economia dos atos processuais, da razoabilidade e da ampla defesa. Alega que o formalismo anacrônico encontrado na decisão carece de plausibilidade, além de contrariar a informalidade que rege o processo laboral. Entende que houve cerceamento do seu direito de defesa e, ao fim, requer que a reclamação seja extinta

sem resolução de mérito. No mérito, insurge-se contra a declaração de ilicitude da terceirização e o reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com a empresa tomadora do serviço. Aduz que o artigo 2º, §2º, da Lei nº 13.429/17 autoriza a contratação nesses moldes, inclusive, em atividades inerentes ao objeto social do tomador de serviços, sem que enseje a vinculação direta entre este e o trabalhador terceirizado, remanescendo, tão-somente, a responsabilidade subsidiária, quanto a eventual inadimplência do real empregador. Diz ser parte ilegítima para figurar no polo passivo da lide e aponta a carência de ação do autor, posto que as reclamadas firmaram contrato de prestação de serviços, de modo que o recorrido nunca foi seu empregado, nos termos dos artigos 2º e 3º da CLT. Assevera não haver falar em reconhecimento de vínculo diretamente com a recorrente, ante a falta de correspondência entre o objeto social desta e da prestadora de serviços contratada. Além disso, afirma que, consoante o artigo 25, § 1º, da Lei n.º 8.987/95, as concessionárias de serviço público podem contratar terceiros para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares à execução do serviço objeto da concessão, o que inclui o conceito de atividade-fim. Invoca, ainda, em seu favor, a autorização contida na Lei n.º 9.427/97, que cuida dos serviços de telecomunicações. Conclui, então, que a limitação contida na Súmula n.º 331 do TST, é inaplicável à hipótese dos autos. Acrescenta, por outro lado, que, nos termos do artigo 265 do CC, a responsabilidade solidária não se presume, devendo resultar da lei ou da vontade das partes, o que não se coaduna com a presente demanda. Sustenta que o ônus da prova recai sobre quem alega tal aspecto, nos moldes do art. 818 da CLT c/c 373, I, do CPC, do qual o recorrido não se desincumbiu. Entende que, em sendo afastada a aplicação do artigo 25, § 1º, da Lei n.º 8.987/95, implica no reconhecimento implícito da inconstitucionalidade do referido preceito legal, exigindo-se, para tanto, a observância da regra da reserva de plenário.

Não obstante o inconformismo apresentado, o apelo não ultrapassa o crivo da admissibilidade recursal.

Como dito alhures, a Lei nº 13.015/2014, acrescentou o §1º-A ao art. 896 da CLT, introduzindo novos requisitos formais ao processamento dos recursos de revista, que impuseram à parte, sob pena de não conhecimento do seu apelo, o dever de: 1) indicar, para cada tema trazido ao reexame, o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; 2) apresentar tese explícita e fundamentada de violação legal, de contrariedade à Súmula de jurisprudência da C. Corte Revisora e à Súmula vinculante do E. STF ou de dissenso pretoriano que entenda existir; 3) impugnar todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida; e 4) transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 13.7.2017)

Tais requisitos formais de admissibilidade do recurso de revista objetivam favorecer a identificação de contrariedade a dispositivo de lei e a súmula, bem como dissensão das teses apresentadas, impedindo impugnações genéricas da decisão regional e, ainda, juízo de admissibilidade subjetivo no tocante a requisitos objetivos.

Na hipótese dos autos, constato que a recorrente, com relação à nulidade por negativa de prestação jurisdicional, sequer opôs embargos declaratórios, nem atendeu o teor da Súmula n.º 459 do TST. Além disso, deixou de transcrever os trechos da decisão recorrida que configuram o prequestionamento da controvérsia, notadamente quanto ao denunciado cerceio do direito de defesa. Dessa feita, inviabilizado está o conhecimento do apelo, em relação às matérias apontadas, nos termos da norma consolidada acima mencionada.

Em relação às demais matérias, a parte recorrente transcreveu trecho do acórdão que vai além da sua insurgência recursal, o que não supre a necessidade de delimitar, de forma clara e objetiva os pontos controvertidos em relação aos quais entende que houve violação legal ou divergência jurisprudencial, requisito indispensável para o recebimento do recurso.

Desse modo, considerando que o recorrente não cuidou de transcrever o trecho exato da decisão recorrida que configura o prequestionamento da controvérsia, inviabilizado está o conhecimento de seu apelo, nos termos da norma consolidada já citada.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, DENEGO seguimento aos recursos de revista."

Em relação ao recurso de ABF ENGENHARIA SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.

O recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "licitude do contrato de terceirização", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas no art. 896, §1º-A, I, da CLT.

No caso, a parte recorrente, no debate dos temas objeto de insurgência no recurso de revista, limitou-se a transcrever todo o tópico referente às matérias objeto do recurso, sem indicar a fundamentação que pretendia prequestionar nos moldes do supracitado artigo celetista.

Com efeito, esclareço, desde já, que a transcrição do inteiro teor do tema da decisão recorrida, sem a indicação expressa, destacada, da tese prequestionada, não atende ao disposto no novo dispositivo celetista introduzido pela Lei n.º 13.015/2014.

Não cabe, pois, transcrever o inteiro teor do acórdão regional, protestando que a decisão merece reforma, mas apontar em qual passagem dos fundamentos adotados pelo Tribunal Regional se encontra exposta a argumentação que ampara a pretensão recursal.

Não cabe ao órgão julgador interpretar a decisão impugnada para deduzir a tese nela veiculada e a fundamentação que ampara a pretensão recursal naquilo que representa o atendimento dos pressupostos que viabilizam o conhecimento do recurso interposto. Esse requisito formal constitui pressuposto intrínseco do recurso de revista e, por isso mesmo, deve ser observado pela parte recorrente em face do novo regramento.

No caso em debate, a transcrição do acórdão inteiro, sem a delimitação do ponto de insurgência objeto das razões do recurso de revista - mediante o destaque do trecho em que foram adotados os argumentos do acórdão regional para o deslinde da controvérsia -, não atende ao requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, pois há a ausência de demonstração do prequestionamento, o que impede, consequentemente, a observância dos demais pressupostos contidos nos incisos II e III do artigo 896, § 1º-A, da CLT, em especial no que se refere à demonstração analítica entre os dispositivos apontados como violados e o trecho da decisão destacada no apelo.

Nesse mesmo sentido, transcrevo precedentes desta Corte Superior:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014. RECURSO DE REVISTA NÃO CONHECIDO. REQUISITO ESTABELECIDO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. INDICAÇÃO DO TRECHO DA DECISÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O

PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Subseção, acerca dos pressupostos intrínsecos do recurso de revista, insertos no artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria trazida ao debate, cabendo à parte a demonstração, clara e objetiva, dos fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido, não se admitindo, para tanto, a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva, pois, para fins de cumprimento da exigência legal, é imprescindível a transcrição textual do trecho da decisão recorrida. Portanto, a discussão sobre o cumprimento dos pressupostos intrínsecos do artigo 896, § 1º-A, da CLT está superada pela jurisprudência desta Subseção, o que impõe a incidência do artigo 894, § 2º, da CLT. Precedentes. Embargos não conhecidos. (E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021 , Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 17/05/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 25/05/2018)"

"AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELO RECLAMANTE. HORAS DE SOBREAVISO. LEI N° 13.015/14. INOBSERVÂNCIA DE PRESSUPOSTO FORMAL DE ADMISSIBILIDADE PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1°- A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DO INTEIRO TEOR DO CAPÍTULO DA DECISÃO RECORRIDA. Nos termos do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei n.º 13.015/2014, "sob pena de não conhecimento, é ônus da parte: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do Recurso de Revista". Constatada, no presente caso, que houve apenas a transcrição integral do acórdão recorrido em relação ao tema impugnado, não se considera suprido o requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da Consolidação das Leis do Trabalho, revelando-se insuscetível de conhecimento o Recurso de Revista. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (...) (TST -ARR-20052-05.2015.5.04.0018, Relator Ministro Lelio Bentes Corrêa, 1ª Turma, DEJT 14/08/2017 - originais sem destaques).

Portanto, inviável o recurso de revista em que a parte recorrente não cumpre com o disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, o qual lhe atribui tal ônus.

Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista.

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do TST: AIRR -10028-85.2013.5.04.0664, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, DEJT 08/06/2015; AIRR-1521-73.2012.5.04.0017, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, DJ 12/06/2015; AIRR-2951-67.2013.5.22.0003, Relator Ministro: Maurício Godinho, 3ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-306-71.2013.5.04.0811, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, 4ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-1163-51.2011.5.04.0015, Relator Ministro: Emmanoel Pereira, 5ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-307 -78.2012.5.04.0233, Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, 6ª Turma, DEJT 12/06/2015; AIRR-42700-94.2014.5.13.0007, Relator Ministro: Cláudio Brandão, 7ª Turma, DEJT 12/06/2015; AIRR-309-73.2011.5.04.0721, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 8ª Turma, DEJT 29/05/2015.

Já em relação ao recurso de COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE, no presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "negativa de prestação jurisdicional", "cerceamento de defesa", "ilegitimidade passiva", e "terceirização - responsabilidade", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas no art. 896, §1º-A, I, da CLT.

No caso, a parte recorrente, no debate dos temas objeto de insurgência no recurso de revista, limitou-se a transcrever todo o tópico referente às matérias objeto do recurso, sem indicar a fundamentação que pretendia prequestionar nos moldes do supracitado artigo celetista.

Com efeito, esclareço, desde já, que a transcrição do inteiro teor do tema da decisão recorrida, sem a indicação expressa, destacada, da tese prequestionada, não atende ao disposto no novo dispositivo celetista introduzido pela Lei n.º 13.015/2014.

Não cabe, pois, transcrever o inteiro teor do acórdão regional, protestando que a decisão merece reforma, mas apontar em qual passagem dos fundamentos adotados pelo Tribunal Regional se encontra exposta a argumentação que ampara a pretensão recursal.

Não cabe ao órgão julgador interpretar a decisão impugnada para deduzir a tese nela veiculada e a fundamentação que ampara a pretensão recursal naquilo que representa o atendimento dos pressupostos que viabilizam o conhecimento do recurso interposto. Esse requisito formal constitui pressuposto intrínseco do recurso de revista e, por isso mesmo, deve ser observado pela parte recorrente em face do novo regramento.

No caso em debate, a transcrição do acórdão inteiro, sem a delimitação do ponto de insurgência objeto das razões do recurso de revista - mediante o destaque do trecho em que foram adotados os argumentos do acórdão regional para o deslinde da controvérsia -, não atende ao requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, pois há a ausência de demonstração do prequestionamento, o que impede, consequentemente, a observância dos demais pressupostos contidos nos incisos II e III do artigo 896, § 1º-A, da CLT, em especial no que se refere à demonstração analítica entre os dispositivos apontados como violados e o trecho da decisão destacada no apelo.

Nesse mesmo sentido, transcrevo precedentes desta Corte Superior:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014. RECURSO DE REVISTA NÃO CONHECIDO. REQUISITO ESTABELECIDO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. INDICAÇÃO DO TRECHO DA DECISÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Subseção, acerca dos pressupostos intrínsecos do recurso de revista, insertos no artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria trazida ao debate, cabendo à parte a demonstração, clara e objetiva, dos fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido, não se admitindo, para tanto, a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva, pois, para fins de cumprimento da exigência legal, é imprescindível a transcrição textual do trecho da decisão recorrida. Portanto, a discussão sobre o cumprimento dos pressupostos intrínsecos do artigo 896, § 1º-A, da CLT está superada pela jurisprudência desta Subseção, o que impõe a incidência do artigo 894, § 2º, da CLT. Precedentes. Embargos não conhecidos. (E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021 , Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 17/05/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais,

Data de Publicação: DEJT 25/05/2018)"
"AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELO RECLAMANTE. HORAS DE SOBREAVISO. LEI N° 13.015/14. INOBSERVÂNCIA DE PRESSUPOSTO FORMAL DE ADMISSIBILIDADE PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1°- A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DO INTEIRO TEOR DO CAPÍTULO DA DECISÃO RECORRIDA. Nos termos do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei n.º 13.015/2014, "sob pena de não conhecimento, é ônus da parte: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do Recurso de Revista". Constatada, no presente caso, que houve apenas a transcrição integral do acórdão recorrido em relação ao tema impugnado, não se considera suprido o requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da Consolidação das Leis do Trabalho, revelando-se insuscetível de conhecimento o Recurso de Revista. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (...) (TST -ARR-20052-05.2015.5.04.0018, Relator Ministro Lelio Bentes Corrêa, 1ª Turma, DEJT 14/08/2017 - originais sem destaques).

Portanto, inviável o recurso de revista em que a parte recorrente não cumpre com o disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, o qual lhe atribui tal ônus.
Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista.
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do TST: AIRR -10028-85.2013.5.04.0664, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, DEJT 08/06/2015; AIRR-1521-73.2012.5.04.0017, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, DJ 12/06/2015; AIRR-2951-67.2013.5.22.0003, Relator Ministro: Maurício Godinho, 3ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-306-71.2013.5.04.0811, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, 4ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-1163-51.2011.5.04.0015, Relator Ministro: Emmanoel Pereira, 5ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-307 -78.2012.5.04.0233, Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, 6ª Turma, DEJT 12/06/2015; AIRR-42700-94.2014.5.13.0007, Relator Ministro: Cláudio Brandão, 7ª Turma, DEJT 12/06/2015; AIRR-309-73.2011.5.04.0721, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 8ª Turma, DEJT 29/05/2015.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento aos agravos de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000401-02.2020.5.09.0655

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	MARIA APARECIDA DOS SANTOS MACHADO
Advogado	Dr. Fernanda Xeo da Silva(OAB: 99176-A/PR)
Advogado	Dr. Rodrigo Santos Lopes(OAB: 96422 -A/PR)
Agravado	C.VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
Advogado	Dr. Carlos Arauz Filho(OAB: 27171-A/PR)
Advogado	Dr. Carlos Eduardo Chemim(OAB: 44165-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):
- C.VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
- MARIA APARECIDA DOS SANTOS MACHADO

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Assistência Judiciária Gratuita.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência.
ALei 13.015/2014 acrescentou o § 1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:
§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;
II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.
Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho.
A exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a mera indicação da folha do trecho do acórdão, da sinopse da decisão, da transcrição da ementa, da parte dispositiva ou do inteiro teor do acórdão recorrido.
No sentido do acima exposto são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST-AIRR-1160-68.2014.5.02.0073, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 14/12/2016, 7ª Turma, acórdão publicado no DEJT de 03/02/2017; TST-RR-18177-29.2013.5.16.0020 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-104-15.2014.5.08.0014, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, acórdão publicado no DEJT de

06/05/2016; TST-AIRR-10033-37.2014.5.14.0101, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-10982-58.2014.5.14.0005, 4ª Turma, Relator Ministro João Oreste Dalazen, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-163-91.2013.5.11.0551, 5ª Turma, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, acórdão publicado no DEJT de 22/04/2016; TST-AIRR-1410-22.2013.5.07.0001, 6ª Turma, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, acórdão publicado no DEJT de 06/05/2016; TST-AIRR-11680-81.2014.5.03.0163, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Brandão, acórdão publicado no DEJT de 04/03/2016.

É inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Denego.

CONCLUSÃO

Denego seguimento.

Verifica-se que, no recurso de revista, a parte recorrente não indicou otrechoda decisão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, nos termos do art.896, §1º-A, I, da CLT (incluído pela Lei n.º 13.015/2014).

Por se tratar de exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista, não merece reparos a decisão regional de admissibilidade.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000856-19.2020.5.06.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado	Dr. Elmo Cabral dos Santos(OAB: 19878-A/PE)
Advogado	Dr. Justiniano Dias da Silva Júnior(OAB: 16477/PE)
Agravado	MARIA BELARMINA DE ARAUJO
Advogada	Dra. Esther Lancry(OAB: 134-B/PE)
Advogado	Dr. Alessandra de Melo Arruda(OAB: 25107-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- MARIA BELARMINA DE ARAUJO

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1481/1485) interposto em face da decisão (fls. 1474/1476) do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista.

Contraminuta às fls. 1492/1496 e contrarrazões às fls. 1497/1511.

Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

Em relação ao tema "PRESCRIÇÃO BIENAL", interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, a recorrente devetranscreverprecisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.

No caso, a agravante, em seu recurso de revista, nãotranscreveuo trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, não bastando ao cumprimento da exigência legal o meroresumodo tópico recorrido. Ressalta-se que o trecho transcrito às fls. 1468 trata de trecho do recurso ordinário da parte.

Desse modo, inviável o processamento do recurso de revista, tendo em vista a não observância do requisito legal.

Já, quanto ao tema "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS", interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, a recorrente devetranscreverprecisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.

No caso, a agravante, em seu recurso de revista, nãotranscreveuo trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, não bastando ao cumprimento da exigência legal o meroresumodo tópico recorrido.

Desse modo, inviável o processamento do recurso de revista, tendo em vista a não observância do requisito legal.

Neste contexto, nos termos do art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho,NEGO SEGUIMENTOao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000343-11.2015.5.03.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	DIRECT EXPRESS LOGÍSTICA INTEGRADA S.A.
Advogado	Dr. Heraldo Jubilut Júnior(OAB: 23812/SP)
Agravado	CATIA VERISSIMO DUARTE MATOS
Advogado	Dr. Antônio Márcio de Morais(OAB: 61997/MG)
Advogado	Dr. Alcides de Oliveira Matias(OAB: 61529-A/MG)
Agravado	TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.
Advogado	Dr. Leonardo Collesi Lyra Jubilut(OAB: 162862/SP)
Advogado	Dr. Heraldo Jubilut Júnior(OAB: 23812/SP)
Agravado	JOBTRANS - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Intimado(s)/Citado(s):

- CATIA VERISSIMO DUARTE MATOS

- DIRECT EXPRESS LOGÍSTICA INTEGRADA S.A.
- JOBTRANS - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
- TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 431/436) interposto pela primeira reclamada contra a decisão de fls. 427/428, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas pelo reclamante às fls. 454/457 e 460/463.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente. Preparo sub judice.
A discussão prende-se ao tema "DESERÇÃO DO RECURSO DE REVISTA. COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO APÓS O PRAZO LEGAL".
O recurso de revista teve denegado seu processamento pela Presidência do TRT de origem ao seguinte fundamento:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (decisão publicada em 19/06/2019 - fl. 404; recurso apresentado em 01/07/2019 - fl. 406).
Regular a representação processual, fl(s). 174-177.
Deserção.
A sentença fixou o valor da condenação em R$ 80.000,00, com custas no importe de R$ 1.600,00, pelas reclamadas (fl. 275).
Quando da interposição do recurso ordinário, a reclamada Direct Express Logística Integrada S.A., ora recorrente, comprovou o recolhimento das custas (fls. 316-317) e o depósito recursal (fls. 314 -315).
A Turma reduziu o valor da condenação para R$ 40.000,00 (fl. 380).
Com o presente recurso de revista, deveria a reclamada ter observado o limite legal de R$19.026,32 (ATO SEGJUD.GP/TST N° 329/2018, DE 17/07/2018), contudo NADA depositou.
A Súmula 128 do TST é expressa ao exigir o preparo integral a cada novo recurso, no limite legal ou até que se atinja o valor da condenação. A comprovação do recolhimento do depósito recursal é ônus do recorrente, nos termos das Súmulas 128, I, e 245, ambas do TST.
Cumpre ainda ressaltar que a concessão de prazo de 5 (cinco) dias para que a parte comprove o correto preparo do recurso, concerne somente à INSUFICIÊNCIA do depósito recursal, nos termos do art. 1.007, § 2º, do CPC e da OJ 140 da SBDI-I do TST, o que não ocorreu.
Desse modo, o recurso interposto encontra-se deserto, nos termos da Súmula 128, I, do TST, razão pela qual dele não conheço.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista." (fls. 427/428 - grifei).

A primeira reclamada alega que seu recurso de revista merece ser processado, porquanto regular o preparo, uma vez anexado aos autos o comprovante de recolhimento do depósito recursal.
Sem razão.
Compulsando os autos, verifica-se que, ao contrário do alegado, a reclamada não colacionou aos autos o comprovante de recolhimento do depósito recursal no momento da interposição do recurso de revista, fazendo-o somente na minuta de agravo de instrumento.
A esse respeito, vale repisar o entendimento sufragado na Súmula 128, I, do TST no sentido de ser ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, assim como o da Súmula 245 do TST no sentido de que o depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso, sob pena de deserção. Desse modo, a decisão está em consonância com o disposto nas Súmulas 128, I, e 245 do TST, segundo as quais:

"É ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção. Atingido o valor da condenação, nenhum depósito mais é exigido para qualquer recurso"
"O depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso. A interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal."
Nesse sentido, os seguintes julgados:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. LEI N.º13.015/2014. DEPÓSITO RECURSAL. RECOLHIMENTO NO PRAZO. COMPROVAÇÃO NA INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESERÇÃO DO RECURSO DE REVISTA. A Vice -Presidência do TRT da 4ª Região reputou o recurso de revista deserto, em razão da juntada de cópia da mesma guia do depósito recursal apresentada no recurso ordinário. Somente por ocasião da interposição do agravo de instrumento, a reclamada, à fl. 587, juntou o comprovante de recolhimento do depósito recursal. Assim, não comprovado o depósito recursal no prazo alusivo ao apelo, subsiste a deserção do recurso de revista, na forma da Súmula 245 do TST, não havendo falar na incidência da OJ 140 da SBDI-1 do TST, visto que a controvérsia não diz respeito a insuficiência de depósito recursal. Agravo de instrumento a que se nega provimento." (TST-AIRR-20588-32.2014.5.04.0121, 2ª Turma, Rel.ª Min.ª Maria Helena Mallmann, , DEJT de 04/05/2018)

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nos 13.015/2014, 13.105/2015 E 13.467/2017. DESERÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DEPÓSITO RECURSAL. Não se conhece, por deserto, do recurso ordinário interposto sem a necessária e tempestiva comprovação do preparo recursal. Os pressupostos processuais devem ser atendidos nos prazos em que a Lei fixa, não havendo oportunidade para reiteração de providência que a parte deixa de promover a tempo e modo devidos. Inteligência da Súmula 245/TST. Recurso de revista não conhecido." (TST- RR-1275-66.2016.5.09.0965, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT de 07/01/2019)

Assim, deixando a recorrente de comprovar a efetivação do depósito recursal, relativo ao recurso de revista, no momento oportuno, revela-se deserto o apelo.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000277-09.2020.5.10.0811
Complemento Processo Eletrônico

Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH
Advogado	Dr. Ana Kercia Veras Bogea(OAB: 3549-A/PI)
Advogado	Dr. Josean Pereira de Sousa(OAB: 4914-A/TO)
Advogada	Dra. Mayara Guirelle Lima(OAB: 5124-A/TO)
Agravado	ROBSON CESAR MATIAS DE SOUSA
Advogada	Dra. Cristiane Delfino Rodrigues Lins(OAB: 2119-A/TO)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH
- ROBSON CESAR MATIAS DE SOUSA

Denegado seguimento ao recurso de revista pelo Tribunal Regional de origem, a reclamada interpõe agravo de instrumento.
Foi apresentada contraminuta, fls. 1.861/1.914.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
Ao exame dos pressupostos intrínsecos.
As discussões travadas, na presente minuta, referem-se aos temas "PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA", "CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA" e "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. SALÁRIO MÍNIMO. EMPREGADOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA".
De plano, constato que deve ser denegado seguimento ao apelo por não atender a pressuposto intrínseco de admissibilidade.
Interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, a parte recorrente, sob pena de não conhecimento do apelo, deve transcrever precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, bem como expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive, mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte, conforme determina o art.896, § 1º-A, I e III, da CLT.
No presente caso, contudo, a segunda reclamada não atendeu regularmente às disposições em comento, pois transcreveu, noiníciodas razões recursais, o inteiro teor dos tópicos recorridos, fls. 1.766/1.769, sem destacar as teses jurídicas controvertidas e sem reproduzir, nos tópicos próprios, os trechos correspondentes a cada qual, não realizando, ademais, o necessário cotejo analítico.
Além disso, havendo pluralidade de matérias debatidas no recurso de revista, não cabe ao julgador pinçar das razões recursais os trechos extraídos do acórdão regional e cotejá-los com os diversos argumentos trazidos no apelo. Tal ônus incumbe à parte, como expressamente previsto nas supracitadas disposições consolidadas.
Nesse sentido os seguintes julgados, inclusive deste Relator, in verbis:

"AGRAVO.AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/17. TERCEIRIZAÇÃO. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ENQUADRAMENTO SINDICAL. HORAS EXTRAS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. TRANSCRIÇÃO DOS TRECHOS REPRESENTATIVOS DO ACÓRDÃO REGIONAL NO INÍCIO DAS RAZÕES RECURSAIS. INOBSERVÂNCIA DO PRESSUPOSTO RECURSAL CAPITULADO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. NÃO DEMONSTRADA A TRANSCENDÊNCIA DO RECURSO. Impõe-se confirmar a decisão agravada, porquanto, não demonstra transcendência o recurso de revista que não observa pressuposto intrínseco de admissibilidade recursal (art. 896, § 1º-A, I, da CLT)." (Ag-AIRR-439-15.2019.5.17.0012, 1ª Turma, Relator Desembargador Convocado: Marcelo Lamego Pertence, Data de Publicação: DEJT 28/05/2021).

"AGRAVO. DESERÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO. GRUPO ECONÔMICO. NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA POR FUNDAMENTO DIVERSO. NÃO PROVIMENTO. O artigo 896, § 1º-A, I, da CLT exige que a parte recorrente transcreva otrechodo acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, sob pena de não conhecimento do seu apelo. Na hipótese , examinando as razões do recurso de revista, constata-se que a agravante procedeu àtranscriçãode parte dos fundamentos objeto do apelo, o fazendo noiníciodas razões do recurso de revista, deslocado dos tópicos impugnados, o que não atende ao requisito previsto no dispositivo. Agravo a que se nega provimento." (Ag-AIRR-1195-65.2016.5.12.0045, 4ª Turma, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos,Data de Publicação: DEJT 31/01/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. LEI 13.015/2014. NULIDADE DA EXECUÇÃO POR AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. EXCESSO DE PENHORA. Atranscriçãodetrechodo acórdão recorrido noiníciodas razões do recurso de revista, sem correlação com todos os temas objeto do recurso de revista, não atende ao requisito de admissibilidade previsto no art. 896, § 1º-A, I e III, da CLT. Agravo de instrumento desprovido." (AIRR-254600-69.2005.5.01.0321, 6ª Turma, Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga,Data de Publicação: DEJT 14/02/2020).

Ante a inobservância dos requisitos formais, resta inviabilizada a devolução das controvérsias ao exame deste Tribunal.
Diante do exposto,nego seguimentoao agravo de instrumento, com amparo no art. 118, X, do RITST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000376-48.2020.5.11.0003

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	DEUZA MARIA CASTRO DOS SANTOS
Advogado	Dr. Cris Rodrigues Florêncio Pereira(OAB: 5316-A/AM)
Agravado	UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A
Advogado	Dr. Caroline Pereira da Costa(OAB: 5249-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEUZA MARIA CASTRO DOS SANTOS
- UNIMED DE MANAUS EMPREENDIMENTOS S.A

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 407/412) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 394/399).
Contraminuta às fls. 417/423 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 424/428.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 14) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 26/08/2021 e apelo protocolado em 02/09/2021), sendo desnecessário o preparo.
As insurgências recursais dizem respeito aos temas "LABOR EM FERIADO. PAGAMENTO EM DOBRO" e "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS".
Todavia, interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, a parte recorrente deve transcrever precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o art. 896, § 1º-A, I, da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
No caso dos autos, porém, a reclamante, em suas razões recursais, não atendeu regularmente ao preceito em comento, pois o excerto transcrito às fls. 387/388 corresponde à ementa do julgado, o que, no entender da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal, não atende à exigência legal:

"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELAS LEIS Nos 13.015/2014 E 13.105/2015. HORAS "IN ITINERE". RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE À EXIGÊNCIA CONTIDA NO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DA EMENTA. 1. A Eg. 5ª Turma deu provimento ao recurso de revista do reclamante. No julgamento dos embargos de declaração, concluiu que "o reclamante, nas razões do seu recurso de revista, transcreveu a ementa, na qual contém o resumo da tese esposada pelo egrégio Colegiado Regional acerca das horas ' in itinere' , sendo, portanto, observado o disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT". 2. Diante da sistemática inaugurada pela Lei nº 13.015/2014, que instituiu o inciso I do § 1º-A do art. 896 da CLT, não se conhece do recurso de revista quando a parte não indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo. 3. Conforme precedentes desta Subseção e de Turmas desta Corte, a transcrição da ementa do acórdão regional não atende ao escopo da norma. Recurso de embargos conhecido e provido." (TST-E-ED-RR-685-97.2014.5.03.0069. SbDI-1, Rel. Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT de 14/09/2018).

Ante a inobservância do requisito formal, resta inviabilizada a devolução das controvérsias ao exame deste Tribunal.
DENEGO SEGUIMENTO, portanto, ao agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do RITST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000747-71.2017.5.05.0621

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DA BAHIA
Procurador	Dr. Osman Bagdêde
Agravado	IVANETE DE JESUS PEREIRA
Advogada	Dra. Letícia Andrade Cardoso(OAB: 36012-A/BA)
Agravado	SANDES CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- IVANETE DE JESUS PEREIRA
- SANDES CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 246/270) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 242/244).
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo não provimento do agravo de instrumento, fls. 282/287.
É o relatório.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 23/04/2021 e apelo protocolado em 28/04/2021), sendo inexigível o preparo.
Inicialmente, registro que os temas "NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL" e "MULTA POR OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS" não serão analisados, porquanto apenas abordados na minuta do agravo de instrumento, tratando-se, assim, de inovações recursais.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de

serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, ante o registro no acórdão de que o tomador de serviços não produziu nenhuma prova de que tivesse cumprido sua obrigação de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas devidas por seu contratado, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"No caso em análise, o ente público não produziu nenhum prova da efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregador, razão pela qual deve responder, de forma subsidiária, pelos créditos devidos à parte Autora pela primeira parte Ré." (fls. 187).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000921-51.2020.5.07.0029

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	MUNICIPIO DE TIANGUA
Procurador	Dr. Renato Cardoso de Meneses
Agravado	MARCIA MARIA DA SILVA
Advogado	Dr. Lucas de Paulo Sales(OAB: 29330-A/CE)
Advogada	Dra. Suyara de Paulo Sales(OAB: 29331-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCIA MARIA DA SILVA
- MUNICIPIO DE TIANGUA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
O MPT oficiou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de

natureza econômica, política, social ou jurídica.

REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS (2581) / ADICIONAL (2594) / ADICIONAL DE INSALUBRIDADE (1666) / OUTROS AGENTES INSALUBRES

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da (o) artigos 192 e 195 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.

O Recorrente alega que:

O princípio do contraditório e da ampla defesa decorre5º, LV, da Constituição Federal, que determina que aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Os Juízos a quo e ad quem consideraram que a parte reclamante tem direito a implementação do respectivo adicional em seu grau máximo (40%) e ao pagamento do retroativo dos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da reclamatória, fundamentado suas decisões em suposto Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT fornecido pelo reclamado, ora recorrente.

Entretanto, o LTCAT juntado na inicial jamais foi elaborado pela municipalidade. De fácil constatação, uma vez que tal laudo não possui nada que o vincule ao Município de Tianguá, como referência ao mesmo ou qualquer espécie de timbre que o identifique. Pelo contrário, as informações ali exposta deixam claro que não se refere ao Ente Municipal, haja vista que até a carga horária de trabalho está divergente da realmente exercida pela reclamante, conforme ficha financeira juntada na inicial.

O Recorrente sustenta: De início, de se registrar que o referido laudo técnico não foi juntado em sua integralidade (consta-se nos autos, apenas, da página 14 a 17 do laudo), sendo certo que em momento algum aborda de forma direta e específica as condições de trabalho vivenciadas pela reclamante, tendo vista, por exemplo, que se descreveu o ambiente do trabalho como Diversos setores da prefeitura (escolas, PSF, Centro Administrativo, Ação social).

Todos com grande circulação de pessoas", bem como delimitou o cargo analisado como auxiliar de serviços gerais, o que inclui diferentes funções e atividades.

Logo, não se pode presumir a constatação de existência de insalubridade no ambiente de trabalho da reclamante baseandose, apenas, no referido LCAT, que foi realizado sem determinação judicial, que não tratou de forma especifica o objeto da presente lide.

Não obstante, tal prova não substitui a obrigação legal prevista no art. 195, § 2º, da CLT, o qual, diante da pretensão de adicional de insalubridade, impõe que o julgador determine a realização de perícia [...] Portanto, o magistrado a quo não poderia ter abdicado da sua obrigação legal de designar perícia, fundamentando-se, apenas, em laudo técnico apresentado pela reclamante, e que não foi produzido pelo reclamado.

O Recorrente afirma:

Desta feita, é imprescindível a anulação/reforma da decisão do juízo ad quem para que seja possível a realização de prova pericial para confirmar a inexistência da insalubridade arguida pela reclamante, visto que ao reclamado não foi dada a oportunidade de participar efetivamente de um devido processo legal que lhe garantisse a ampla defesa e o contraditório.

O Recorrente salienta que:

No presente caso, há falta de provas quanto ao contato com agentes nocivos à saúde. Os fatos relatados pelo trabalhador foram supostamente comprovados por laudo pericial anexado aos autos, o qual não foi elaborado pelo Município de Tianguá, conforme leva a crer a petição inicial do reclamante e a ratio decidendi da R. Sentença.

O Recorrente assevera que:

A decisão retro causa estranheza. Primeiro porque o ente recorrente NUNCA reconheceu a procedência do pedido, haja vista que o LTCAT apresentado na inicial não foi elaborado pelo Município reclamado, como o reclamante faz parecer e como é disposto na fundamentação da Sentença. Segundo porque não basta que a atividade efetivamente desempenhada esteja enquadrada no Anexo 3 da NR n° 16 do TEM sendo essencial também que uma perícia técnica conclua que a atividade desempenhada é insalubre.

[...]

A par de tudo o que consta dos autos, entende-se pela ausência dos requisitos necessários ao pagamento do adicional postulado. Por fim, e não menos importante, ainda que haja exercício de atividade insalubre pelo auxiliar de serviços gerais, deduz-se que tal ocorre de forma apenas eventual, fortuito e por tempo extremamente reduzido, de modo que, utilizando o mesmo raciocínio da Súmula de n° 364 do TST, o adicional não seria devido.

O Recorrente ainda discorreu sobre:

III.III. Da impossibilidade de se valer do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) para recebimento de adicional de insalubridade.

[...]

Portanto, para que seja concedido adicional de insalubridade, se faz necessário a elaboração de um laudo específico para que se ateste a nocividade da atividade desempenhada, não podendo o LTCAT ser utilizado para tal.

Ainda, resta claro que, se a insalubridade for arguida em juízo, o juiz designará perito habilitado, ou requisitará perícia ao órgão competente do Ministério do Trabalho, não bastando apenas alegar o direito.

Em suma, não é possível vislumbrar a concessão o adicional de insalubridade valendo-se do LTCAT, que é voltado à concessão de aposentadoria especial; muito menos quando o LTCAT não é elaborado pelo reclamado.

Assim, impugna-se o pedido do recorrido eis que manifestamente improcedente, não merecendo guarida, conforme demonstrado e fundamentado.

Fundamentos do acórdão recorrido:

"[...] 2. MÉRITO

2.1. DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

O município recorrente alega que o LTCAT apresentado pelo autor foi elaborado unilateralmente pelo Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Tianguá - SISMUT. Aduz que o LTCAT produzido pelo Município concluiu pela inexistência de insalubridade nas funções exercidas pelo reclamante. Defende a necessidade de enquadramento da atividade como insalubre pelo Ministério do Trabalho. Como pedido subsidiário, requer que a condenação produza efeitos somente a partir de 2018, ano da assinatura do LTCAT acostado à petição inicial.

Razão não lhe assiste.

De efeito, o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT apresentado pelo reclamante, ao contrário do que defende o recorrente, foi elaborado de forma conjunta pelo Município e pelo Sindicato da categoria, com aquiescência na escolha do médico e do assistente técnico responsáveis pelo exame das condições de trabalho dos servidores da municipalidade, conforme ID. 8d25d41. Registre-se referido documento foi confeccionado em agosto de

2018, sem menção a prazo de validade.
Superada essa questão, tal documento informa que os auxiliares de serviços gerais, função ocupada pela autora, laboravam expostos a riscos biológicos, sendo-lhes devido adicional de insalubridade em grau máximo.
Ora, considerando que a citada prova documental foi produzida pelo próprio reclamado em sentido favorável ao pedido autoral, aplica-se ao caso, analogicamente, o disposto no art. 487, III, 'a' do CPC/2015, que dispõe que o mérito da ação se resolve em benefício do autor quando o réu reconhece a procedência do pedido.
Assim, reconhecida a procedência do pedido pelo reclamado, é dispensável no caso concreto a realização de perícia técnica.
Enfatize-se, ainda, que improcede o argumento recursal de que a atividade desempenhada pela reclamante não foi enquadrada como insalubre pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Isso porque o LTCAT foi elaborado levando em consideração exatamente as diretrizes da NR nº 15 - MTE, sendo esta a norma técnica responsável pela regulamentação das atividades e operações insalubres.
Dessa forma, irretocável a sentença de 1º Grau, assim redigida (ID 34e4d97): "DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.
Inexiste nos autos controvérsia quanto ao fato do Reclamante exercer o cargo de auxiliar de serviços gerais.
O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT (elaborado pelo próprio Reclamado e anexado juntamente com a petição inicial), por seu turno, comprova que o auxiliar de serviços gerais tem direito ao adicional de insalubridade no percentual de 40%.
Diga-se que o LCAT apresentado pelo reclamado em sua contestação é mais antigo do que o apresentado na exordial. Ademais, a vigência do aludido documento, apresentado em contestação, exauriu-se em 06.02.2015, enquanto que o LCAT apresentado pelo reclamante foi elaborado em agosto de 2018. O artigo 3 70 do Novo Código de Processo Civil autoriza o indeferimento das diligências inúteisou meramente protelatórias: Art. 370. (omissis) Parágrafo único. O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias. Desnecessária, portanto, a realização de prova pericial para averiguar situação já confirmada por meio de documento elaborado por profissional competente (médico do trabalho).
Diga-se que este é inclusive o atual do C. TST, bem como o atual entendimento do E. TRT-7Região, senão vejamos:
(...)
Portanto, considero desnecessária a realização de exame pericial para a constatação da existência e o grau de insalubridade no ambiente de trabalho da reclamante, uma vez que tais fatos já foram analisados quando da elaboração do LTCAT.
Assim, julgo PROCEDENTE o pedido de pagamento do adicional de insalubridade em percentual de 40%.
Recurso improvido.
Sentença mantida por seus próprios fundamentos. [...]"

À ANÁLISE.
Não merece trânsito o apelo por contrariedade de norma constitucional, haja vista que a afronta a dispositivo da Constituição Federal, autorizadora do conhecimento do recurso de revista, é aquela que se verifica de forma direta e literal, nos termos do artigo 896, alínea "c", da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo indispensável, portanto, que trate especificamente da matéria discutida. Nesse passo, não socorre a recorrente a invocação de preceitos genéricos, que nada dispõe o sobre tema em discussão.
Além disso, observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.
As assertivas recursais acima referenciadas não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.
CONCLUSÃO
Denego seguimento."

O agravante impugna os fundamentos da decisão agravada. Renova os argumentos em torno do tema "Adicional de Insalubridade".
Recurso de revista sob a égide da Lei n.º 13.015/2014.
A parte indicou no recurso de revisa, a fls. 398, ementa de decisão regional que, apesar de tratar do mesmo tema do apelo, não corresponde ao acordão recorrido.
Contudo, ao desenvolver suas razões de recurso de revista, a parte transcreve, a fls. 404, trecho do acórdão ora recorrido, em atendimento ao art. 896, § 1º-A, I, da CLT:

"O município recorrente alega que o LTCAT apresentado pelo autor foi elaborado unilateralmente pelo Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Tianguá - SISMUT.
Aduz que o LTCAT produzido pelo Município concluiu pela inexistência de insalubridade nas funções exercidas pelo reclamante. Defende a necessidade de enquadramento da atividade como insalubre pelo Ministério do Trabalho. Como pedido subsidiário, requer que a condenação produza efeitos somente a partir de 2018, ano da assinatura do LTCAT acostado à petição inicial.
Razão não lhe assiste.
De efeito, o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT apresentado pelo reclamante, ao contrário do que defende o recorrente, foi elaborado de forma conjunta pelo Município e pelo Sindicato da categoria, com aquiescência na escolha do médico e do assistente técnico responsáveis pelo exame das condições de trabalho dos servidores da municipalidade, conforme ID.
8d25d41. Registre-se referido documento foi confeccionado em agosto de 2018, sem menção a prazo de validade.
Superada essa questão, tal documento informa que os auxiliares de serviços gerais, função ocupada pela autora, laboravam expostos a riscos biológicos, sendo-lhes devido adicional de insalubridade em grau máximo.
Ora, considerando que a citada prova documental foi produzida pelo próprio reclamado em sentido favorável ao pedido autoral, aplica-se ao caso, analogicamente, o disposto no art. 487, III, 'a' do CPC/2015, que dispõe que o mérito da ação se resolve em benefício do autor quando o réu reconhece a procedência do pedido.
Assim, reconhecida a procedência do pedido pelo reclamado, é dispensável no caso concreto a realização de perícia técnica. Enfatize-se, ainda, que improcede o argumento recursal de que a atividade desempenhada pela reclamante não foi enquadrada como insalubre pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Isso porque o LTCAT foi elaborado levando em consideração exatamente as diretrizes da NR nº 15 - MTE, sendo esta a norma técnica responsável pela regulamentação das atividades e operações insalubres.

Dessa forma, irretocável a sentença de 1º Grau, assim redigida (ID 34e4d97):"

Nesse contexto, atendido o requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT.
Nas razões de recurso de revista, o recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão regional merece reforma, por desrespeitar as disposições dos arts. 5º, LV, da Constituição Federal, 192, 193, "caput", II, 195, "caput", § 2º, da CLT, e divergir dos arestos colacionados no apelo.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 333, 296, I, do TST e no art. 896, "a", "c", § 7º, da CLT.
A controvérsia trata da possibilidade de deferimento do adicional de insalubridade sem a realização de perícia.
No caso, o Tribunal Regional reconheceu a validade do Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT, apresentado pela reclamante, e impugnado pelo ente público, sob o fundamento de que o mencionado laudo foi elaborado de forma conjunta pelo Município e pelo Sindicato da categoria, "com aquiescência na escolha do médico e do assistente técnico responsáveis pelo exame das condições de trabalho dos servidores da municipalidade". O TRT registrou que o "referido documento foi confeccionado em agosto de 2018, sem menção a prazo de validade." (acórdão regional a fls. 371).
As premissas registradas na decisão recorrida são insuscetíveis de revisão nesta instância extraordinária, ante o óbice da Súmula 126 do TST.
Com efeito, esta Corte vem adotando o entendimento de que é possível a dispensa da realização da perícia técnica se constarem nos autos outras provas que comprovem as condições insalubres.
Nesse sentido, cito os seguintes precedentes, o primeiro da Segunda Turma:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELA RECLAMADA. RECURSO DE REVISTA. VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.015/2014. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. PERÍCIA TÉCNICA. DISPENSA. POSSIBILIDADE. A jurisprudência desta Corte vem admitindo a dispensa da realização da perícia quando nos autos constarem documentos que atestem as condições insalubres . No caso em questão, o Tribunal Regional concluiu pela possibilidade de solução da questão sem a realização da prova pericial para comprovação de existência de insalubridade no ambiente laboral do autor, porquanto nos autos constam outros elementos probatórios suficientes para o convencimento do julgador. Agravo de instrumento a que se nega provimento" (AIRR-1653-49.2013.5.08.0126, 2.ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 09/10/2020.)

"ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. PERÍCIA NÃO REALIZADA. PAGAMENTO DO ADICIONAL. ADMISSÃO DE OUTROS MEIOS DE PROVA. NÃO PROVIMENTO. A norma contida no artigo 195, § 2.º, da CLT é clara e imperativa, no sentido de que o Juiz instrutor do feito é obrigado a determinar a realização de prova pericial quando estiver diante do pleito de adicional de insalubridade ou periculosidade, muito embora o laudo pericial não seja vinculante. No mesmo sentido, a Orientação Jurisprudencial n.º 278 da SBDI-1. Existem, contudo, determinadas situações em que há outros elementos mediante os quais se observa a existência de insalubridade, como na presente hipótese, na qual a necessidade de perícia pode ser dispensada. Este é o caso dos autos, no qual se consignou que os próprios documentos juntados pela reclamada - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - e Programa de Prevenção de Riscos Ambientas - PPRA - enumeravam e reconheciam os riscos inerentes à função de eletricista, os quais foram elaborados exatamente em período anterior a janeiro de 2010, o que permitia concluir que tais fatores estiveram presentes por todo o período contratual do empregado. Sendo assim, diante da incontroversa realidade, em que a reclamada juntou documento no qual informa a existência de contato do empregado com agente periculoso, evidente a desnecessidade da realização de perícia para a configuração da periculosidade. Precedentes . Impende registrar, ainda, que esta 4.ª Turma vem se posicionando pela imposição da multa prevista no artigo 1.021, § 4.º, do CPC aos agravos julgados manifestamente inadmissíveis ou improcedentes. Agravo a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no artigo 1.021, § 4.º, do CPC.)" (Ag-AIRR-236-24.2011.5.01.0030, 4.ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 25/09/2020.)

Incidem na espécie os temos da Súmula 333 desta Corte do § 7.º do artigo 896 da CLT, o que inviabiliza o processamento do recurso de revista. Incólumes os dispositivos indicados.
Os arestos colacionados à divergência no recurso de revista, a fls. 402/403, são inservíveis para o pretendido dissenso, pois oriundos de Turmas desta Corte, órgão não elencado no art. 896, "a", da CLT.
Já o aresto apresentado a fls. 407 do apelo, proveniente da SBDI-1 do TST, carece da necessária especificidade, pois não aborda as premissas do caso destes autos. Incidência da diretriz consubstanciada na Súmula 296, I, do TST.
Consigne-se que não há que se falar em violação do art. 5º, LV, da Constituição Federal, porquanto assegurados a parte recorrente o acesso ao Judiciário, o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. A disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte, por si só não caracteriza cerceamento de defesa.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000065-38.2020.5.07.0013

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	FRANCISCO DE ASSIS RIBEIRO DOS SANTOS
Advogado	Dr. Marcos Martins dos Santos Neto(OAB: 20087/CE)
Advogado	Dr. Ticiano Cordeiro Aguiar(OAB: 19255-A/CE)

Advogada	Dra. Sâmia Maria Oliveira Ribeiro(OAB: 7585-A/CE)
Advogado	Dr. Marcos Martins dos Santos Neto(OAB: 20087-A/CE)
Agravado	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	Dra. Sabriny Maria dos Santos Serra Castelo(OAB: 14907/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- FRANCISCO DE ASSIS RIBEIRO DOS SANTOS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.523/1.548) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 1.487/1.498).
Contraminuta às fls. 1.595/1.598 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 1.556/1.590.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno deste Tribunal.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 27) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 21/09/2021 e apelo protocolado em 24/09/2021), sendo desnecessário o preparo.
O reclamante, ora agravante, renova o inconformismo acerca da matéria "AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. NATUREZA JURÍDICA".
Contudo, não obstante as alegações recursais, verifica-se que, às fls. 1.461/1.464, a parte agravante transcreveu integralmente o tópico recorrido, sem efetuar nenhum destaque.
A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º -A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA . Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"[...] III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido [...]" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/05/2021 - destaque acrescido).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000936-37.2017.5.09.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE CURITIBA
Advogado	Dr. Maureen Daisy Machado Virmond(OAB: 17608-A/PR)
Agravado	FREDDIE ALEXANDRE PORTILHO LEONARDI
Advogado	Dr. Guilherme de Souza Charello(OAB: 61746-A/PR)

Advogado	Dr. Gabriel Yared Forte(OAB: 42410-A/PR)
Agravado	CLIVATTI & WENGERKIEWICZ ADVOCACIA EMPRESARIAL S/C - EPP
Advogado	Dr. Marcos Wengerkiewicz(OAB: 24555-A/PR)
Agravado	COTRANS LOCACAO DE VEICULOS LTDA
Advogado	Dr. Marcos Wengerkiewicz(OAB: 24555-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLIVATTI & WENGERKIEWICZ ADVOCACIA EMPRESARIAL S/C - EPP
- COTRANS LOCACAO DE VEICULOS LTDA
- FREDDIE ALEXANDRE PORTILHO LEONARDI
- MUNICÍPIO DE CURITIBA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 915/940) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 901/905).
Contraminuta às fls. 946/948 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 949/953.
O Ministério Público do Trabalho preconiza o prosseguimento do feito, ressalvando eventual pedido de intervenção por ocasião do julgamento da causa, fls. 964/965.
É o relatório.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 09/09/2021 e apelo protocolado em 01/10/2021), sendo inexigível o preparo.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"As verbas deferidas e o período a que se referem demonstram que não houve a devida fiscalização pela Administração Pública, quando

isso poderia e deveria ser feito, notadamente porque o trabalho era presenciado pelo tomador."(fls. 738)

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO

EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº RR-0000847-50.2016.5.06.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Recorrente	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E OUTRA
Advogada	Dra. Maura Virgínia Borba Silvestre(OAB: 17864/PE)
Recorrido	ANDREA CRISTINA DA SILVA CAVALCANTI
Advogado	Dr. William James Tenório Taveira Fernandes(OAB: 20147/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDREA CRISTINA DA SILVA CAVALCANTI
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E OUTRA

O recurso de revista foi recebido apenas no que diz respeito à multa por descumprimento de obrigação de fazer/anotação da CTPS, por divergência jurisprudencial.
Contrarrazões ao recurso de revista apresentadas às fls. 890/892.
Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho.
É o relatório.
Satisfeitos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade do apelo.
Não prospera o inconformismo, entretanto.
O Regional registrou, no que interessa:

"No tocante à vinculação empregatícia resta superada tal discussão. Quanto à possibilidade de a Secretaria do juízo vir a cumprir a obrigação pela parte, não a desobriga de fazê-lo (exegese do art. 186 do CC). Outrossim, tal prática deve ser encarada como técnica supletiva a ser empregada apenas na impossibilidade de a própria parte a realizar, jamais quando simplesmente não lhe aprouve cumprir a determinação judicial que lhe foi dirigida, sob pena de chancelar esse seu comportamento rebelde, que despreza a autoridade das decisões do Poder Judiciário.
Não se olvide que, o cumprimento das determinações judiciais não deve ficar ao arbítrio das partes, em especial das condenações em obrigação de fazer ou não fazer, sob pena de se precipitar a decisão no vazio, daí o ordenamento jurídico prever a cominação de multa diária com o objetivo de compelir o devedor, que foi condenado a praticar um ato ou abster-se da referida prática, a realizar o comando imposto pela decisão judicial, nos termos do art. 536 do CPC.
Ademais, a imposição de tal penalidade independe de pedido da autora, a fim de assegurar a efetividade do provimento jurisdicional. Nego provimento." (fls. 699).

A decisão regional foi proferida em consonância com o entendimento firmado no âmbito desta Corte, no sentido de que a previsão legal de anotação da CTPS pela Secretaria da Vara do Trabalho (art. 39, § 1º, da CLT) não impede a aplicação da multa diária prevista no art. 537 do CPC/15 (art. 461 do CPC/73), uma vez que a adoção daquela providência enseja potenciais embaraços à reinserção do trabalhador no mercado de trabalho, devendo ser efetivada, assim, apenas em caráter supletivo. Julgados:

"RECURSO DE EMBARGOS DO RECLAMANTE. LEI 11.496/2007. (…) RECURSO DE EMBARGOS DA RECLAMADA BRASIL TELECOM. (...) ANOTAÇÃO EM CTPS. DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER PELO EMPREGADOR. APLICAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. POSSIBILIDADE. Decisão embargada em harmonia com a jurisprudência prevalente no âmbito deste Tribunal, no sentido de que as disposições contidas no art. 39, § 1º, da CLT, relativas à possibilidade de anotação na CTPS pela Secretaria da Vara do Trabalho, não afastam a aplicação de multa diária na hipótese de descumprimento de tal obrigação de fazer pelo empregador. Recurso de embargos conhecido e desprovido, no tema" (E-ED-RR-193100-30.2007.5.09.0411, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 24/02/2017).

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AFASTADA A DESERÇÃO DECLARADA ANTERIORMENTE. NECESSIDADE DE EXAME DAS RAZÕES DO AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO. Dá-se provimento aos embargos de declaração, conferindo efeito modificativo ao julgado para afastar a deserção anteriormente declarada, impondo a necessidade de exame das razões do agravo de instrumento interposto pela reclamada . AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014 . (?) ANOTAÇÃO EM CTPS. DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER PELO EMPREGADOR. APLICAÇÃO DE MULTA

DIÁRIA. POSSIBILIDADE. A decisão recorrida está em harmonia com a jurisprudência predominante no âmbito deste Tribunal, no sentido de que as disposições contidas no artigo 39, § 1º, da CLT, relativas à possibilidade de anotação na CTPS pela Secretaria da Vara do Trabalho, não afastam a aplicação de multa diária na hipótese de descumprimento de tal obrigação de fazer pelo empregador. Agravo de instrumento desprovido (?)" (ED-AIRR-12397-64.2015.5.15.0021, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 03/12/2021).

Nesse contexto, resta superada qualquer possibilidade de processamento do apelo, ante a incidência dos óbices previstos na Súmula 333 do TST e no art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, NEGO SEGUIMENTO ao presente recurso de revista, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal e no artigo 896, § 14, da CLT.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000331-82.2020.5.14.0416

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DO ACRE
Procuradora	Dra. Rosana Fernandes Magalhães Biancardi
Agravado	FRANCISCA ROSA ALMEIDA DOS SANTOS
Advogada	Dra. Jessica Catiusi Almeida da Silva(OAB: 5047-A/AC)
Advogada	Dra. Karina Lima de Almeida(OAB: 5246-A/AC)
Agravado	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE
- ESTADO DO ACRE
- FRANCISCA ROSA ALMEIDA DOS SANTOS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 439/457) interposto em face da decisão (fls. 428/432) do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região que denegou seguimento ao recurso de revista.
Não houve apresentação de contrarrazões ao recurso de revista, nem de contraminuta ao agravo de instrumento.
Os autos foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho, que oficiou pelo regular processamento do feito (fls. 473/474).
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado, interposto tempestivamente (decisão denegatória em 28/07/2021 e apelo protocolado em 03/08/2021), dispensado o preparo
É o relatório.
Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade do agravo de instrumento, dele conheço.
O segundo reclamado insurge-se contra a responsabilidade subsidiária que lhe foi atribuída. Interpôs o recurso de revista com base no art. 896, "c" da CLT. Afirma que houve a inversão do ônus da prova quando da prolação da sentença, contrariando os ditames legais, devendo a comprovação dos fatos ocorrer na fase instrutória e não na fase de julgamento. Sustenta que esse posicionamento violou o precedente fixado no julgamento do RE 760.93, quando foi fixada a tese de ser do reclamante o ônus de provar a existência da culpa in vigilando ou mesmo in elegendo da Administração. Destaca violação aos arts. 71, §1º da Lei n.º 8.666/93, 37, §6º da CF, 373, I do CPC, 818 da CLT, além de divergência jurisprudencial e contrariedade ao julgamento da ADC nº 16.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002;

ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional: (fls. 305/306)

"De acordo com a fundamentação e observações registradas pelo magistrado sentenciante, as quais se apresentam em perfeita consonância com a documentação acostada a este feito, não há como chegar a outra conclusão, senão a de culpa por falta de fiscalização do recorrente em relação à contratada. Da prova dos autos, não se extrai diligência da recorrente quanto ao acompanhamento contínuo da satisfação dos direitos da trabalhadora.
Observa-se que o único documento trazido aos autos pelo ente público foi o Contrato de Prestação de Serviços efetuado entre a Secretaria de Estado da Educação e a COOPSERGE (Id. 9a1f69c e seguintes).
Em contestação, o estado não nega que usufruiu da força de trabalho da reclamante e se limita a argumentar que a relação "entre o Estado do Acre (tomador de serviço) e a reclamante, uma cooperativa, não gera vínculo empregatícios entre ela e seus associados e nem entre estes e os tomadores de serviços daquela.
[...]
Assim, conclui-se que, independentemente da discussão sobre o ônus da prova, é patente pelas provas existentes, bem como pela notoriedade dos fatos, que houve demonstração suficiente da culpa "in vigilando" do ente público.
Ademais, sendo ineficaz a fiscalização por parte da recorrente, restou configurada a culpa in vigilando a justificar a atribuição de responsabilidade subsidiária, motivo pelo qual deve ser mantida a sentença que a responsabiliza subsidiariamente pela quitação dos haveres trabalhistas reconhecidas em juízo. Não havendo que se falar em responsabilidade solidária como pretende a reclamante recorrente.". (sem grifo no original)

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a

apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000221-69.2020.5.21.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Procurador	Dr. Ricardo George Furtado de Mendonça e Menezes Filho
Agravado	LARISSA KAROLINY MACIEL DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Thiago de Souza Barreto(OAB: 14851-A/RN)
Agravado	CONSTRUTORA SOLARES LTDA - EPP
Advogada	Dra. Ana Carolina Amaral César(OAB: 539-A/RN)
Advogado	Dr. Sheila Etur de Moraes Knabben(OAB: 12926-A/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSTRUTORA SOLARES LTDA - EPP
- ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
- LARISSA KAROLINY MACIEL DE OLIVEIRA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
OMinistério Público do Trabalhoopina pelo conhecimento e não provimento do Agravo de Instrumento.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos §§ 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
O Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, no que concerne ao tema em destaque, consignou:

Recursos do litisconsorte (Estado do RN)
Responsabilidade Subsidiária
Evidenciada a prestação de serviços em benefício do ente público, que figurou como tomador de serviços do reclamante em contrato de terceirização, incumbia ao recorrente a demonstração de que este não perdurou por todo o contrato, uma vez que se consubstancia em fato modificativo do direito do autor e atrai o ônus da prova ao réu, a teor do art. 373, II, do CPC/15. Destarte, à mingua de prova em contrário, prevalece a prestação dos serviços em benefício da litisconsorte durante todo pacto laboral.
Isto posto, sabe-se que após o julgamento da ADC nº 16 pelo Excelso STF, firmou-se o entendimento de que a Administração pública poderá ser responsável subsidiária pelas verbas inadimplidas pela prestadora de serviços quando evidenciada sua culpa "in vigilando", ante a omissão no acompanhamento da execução do contrato de terceirização, consoante Súmula nº 331, incisos IV e V, do TST:
[...]
Com efeito, nos moldes dos artigos 27, IV, 55, XIII, e 67 da Lei 8.666/93, tem a Administração Pública a obrigação legal de fiscalizar o contrato de prestação de serviços, diligenciando se a empresa contratada cumpre com as suas obrigações legais e contratuais. Assim, não se desincumbindo a contento do dever legal, poderá o ente público responder, de forma subsidiária, pelas verbas trabalhistas inadimplidas pela empresa contratada, por caracterizada sua culpa "in vigilando".
In casu, não existe qualquer elemento nos autos a denotar o acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas relativas aos empregados que prestavam serviços em benefício do ente público. O ente público não traz qualquer prova da fiscalização e não há indício a evidenciar a sua observância.
Com isso, não merece reparos a sentença que reconheceu a responsabilidade subsidiária do ente público, nos moldes da Súmula 331, IV e V, do TST.
Isto posto, reconhecida a responsabilidade subsidiária da recorrente, a quitação do débito há de ser integral, abrangendo todas as verbas decorrentes da condenação, consoante entendimento cristalizado na Súmula nº 331, VI, do TST, não havendo que se falar em limitação ao pagamento. Eis o trecho do item VI, da Súmula 331 do TST aplicável ao caso:
[...]
Neste ponto, importa esclarecer que evidenciado o vínculo empregatício e a extinção do contrato de trabalho, a quitação das verbas rescisórias constitui fato extintivo do direito do autor, na forma do art. 818 da CLT c/c 373, II, do CPC/15.
Vale ressaltar que a responsabilidade subsidiária imposta não caracteriza dupla penalização, pois enquanto o pagamento do contrato administrativo firmado com a prestadora dos serviços tem por escopo garantir a contraprestação pelo que foi ajustado com a empresa comercial, esta condenação tem por fundamento a norma contida no art. 927 do Código Civil, que estabelece a obrigação de reparar ato ilícito (arts. 186 e 187) àquele que causar dano a outrem, e tem por objetivo ressarcir o trabalhador pelos prejuízos sofridos.
Por fim, cumpre registrar que não se declarou nestes autos vínculo empregatício com a Administração Pública, tampouco se pronunciou a inconstitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei nº 8666/93 ou foi afastada a sua incidência, apenas se reconheceu a responsabilidade subsidiária da recorrente observando-se os parâmetros estabelecidos pelo STF na ADC nº 16 e no RE nº 760931. Assim, não há que falar em ofensa aos artigos 102, §2º, da CF; 71, §1º, da Lei 8.666/93; 818 da CLT e 373, I e II do CPC.
Por todo o exposto, sobressai a inviabilidade do recurso ordinário interposto, razão pela qual se mantém indene a sentença, no particular.
Nego provimento.

O ente público alega que não pode subsistir a sua responsabilização subsidiária, em razão do disposto no art. 71, §1º, da Lei 8.666/1993. Argumenta que não ficou demonstrada a culpa in vigilando. Aduz, ainda, ser da parte reclamante o ônus da prova relacionada à culpa in vigilando.
Aponta violação dos arts. 71, §1º, da Lei 8.666/1993; bem como contrariedade à decisão no ADC 16 e no Recurso Extraordinário 760.931. Transcreve arestos.
Analiso.
No julgamento dos embargos de declaração nos autos do RE-760931/DF, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua jurisprudência acerca da responsabilidade da Administração Pública quanto ao pagamento de verbas trabalhistas devidas a empregados que a esta prestam serviços de maneira terceirizada.
Em um primeiro momento, a Corte Constitucional ratificou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei 8.666/93, na linha do que já havia decidido na ADC 16.
Em um segundo instante, fixou-se a tese no sentido de que "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93". Aqui, deixou-se evidente que o inadimplemento da empresa terceirizada não autoriza, por si só, o redirecionamento da responsabilidade à Administração Pública. Com efeito, embora seja possível a responsabilização do ente púbico, não é o inadimplemento o seu pressuposto único. Aliás, a equilibrada decisão do Supremo Tribunal Federal deixou claro que a expressão "automaticamente", contida na tese, teve como objetivo possibilitar ao trabalhador a responsabilização do ente público "dependendo de comprovação de culpa in eligendo ou culpa in vigilando, o que decorre da inarredável obrigação da administração pública de fiscalizar os contratos administrativos firmados sob os efeitos da estrita legalidade" (voto do Min. Edson Fachin, redator do acórdão do ED-RE760931/DF).
Portanto, ficou decidido no julgamento do recurso extraordinário (e reafirmado no julgamento dos embargos de declaração) que é

possível responsabilizar a Administração Pública pelo pagamento das verbas trabalhistas devidas a empregados das empresas terceirizadas, de maneira subsidiária, quando constatada a omissão na sua atuação, que é obrigatória, sendo vedada a presunção de culpa.
Sendo assim, diferentemente da posição que esta 2ª Turma vinha adotando (com ressalva de entendimento pessoal de seus integrantes) - por entender que o Supremo Tribunal Federal havia também firmado entendimento no sentido de que seria do trabalhador o ônus da prova da omissão na fiscalização pelo ente da Administração Pública -, o Supremo Tribunal não firmou tese processual acerca da distribuição do onus probandi.
Dessa forma, as regras de distribuição do ônus da prova continuam a observar os dispositivos infraconstitucionais que as regulam, a exemplo dos arts. 373 do CPC/2015 e 818 da CLT.
Dito isso, é a Administração Pública que tem a aptidão para a prova da fiscalização do contrato administrativo de prestação de serviços (aspecto subjetivo do ônus da prova), obrigação que decorre da própria Lei de Licitações (arts. 58, III, e 67 da Lei 8.666/93), na linha do que definiu o Supremo Tribunal Federal.
Sendo assim, nos casos em que não há prova de fiscalização, deve o julgador decidir contrariamente à parte que tinha o ônus probatório e dele não se desincumbiu: é a própria adoção da distribuição do ônus da prova como regra de julgamento (aspecto objetivo do ônus da prova).
No caso, especificamente no que diz respeito à caracterização da culpa do ente público, o Tribunal Regional consignou o seguinte:

In casu, não existe qualquer elemento nos autos a denotar o acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas relativas aos empregados que prestavam serviços em benefício do ente público. O ente público não traz qualquer prova da fiscalização e não há indício a evidenciar a sua observância.

Conforme se observa, o Tribunal Regional considerou que não foi comprovada a fiscalização pelo ente público, julgando procedente o pedido de responsabilização subsidiária da Administração Pública. Neste sentido, não merece reparos a decisão regional.
Cito precedentes deste Tribunal Superior do Trabalho, inclusive da SBDI-1/TST, nos quais é atribuído ao ente público o ônus da prova da fiscalização:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido " (E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020).

"AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA SEM O RECONHECIMENTO DA TRANSCENDÊNCIA EM RAZÃO DE NÃO TER HAVIDO TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA DE RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DE ÓRGÃO PÚBLICO POR CULPA IN VIGILANDO. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL DO STF. ÔNUS DA PROVA. I - O não reconhecimento do pressuposto recursal da transcendência da matéria veiculada no recurso de revista radica na premissa de que, no caso concreto, a Corte Regional firmou a sua convicção nas provas produzidas ao reputar evidenciada a conduta omissiva do órgão público na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas contraídas pela empresa prestadora dos serviços, caracterizando a culpa in vigilando da administração pública, nos moldes da Súmula nº 331, V e VI, do TST e nos limites da decisão proferida pelo STF na ADC 16/DF. Portanto, não houve desrespeito ao julgamento do STF no RE 760.931 (Tema 246 do ementário de repercussão geral). II - Consoante decisão do STF, "quando do julgamento do RE 760.931, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 11.09.2017, não se fixou regra sobre a distribuição do ônus probatório nas ações que debatem a responsabilidade subsidiária da Administração Pública em decorrência da culpa in vigilando nos contratos de terceirização. Não destoa desse entendimento acórdão que, ante as peculiaridades do caso concreto, impõe à Administração a prova de diligência. Agravo regimental a que se nega provimento. (Rcl 35907 AgR, Relator: Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma - DJe-19-12-2019)". III - Em vista do posicionamento do STF sobre o tema, a SbDI-1 do TST, órgão que uniformiza a jurisprudência interna corporis , firmou entendimento no sentido de que é do poder público

o ônus da demonstrar que fiscalizou adequadamente os contratos de prestação de serviços por ele firmados, por constituir dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e outras obrigações impostas à administração pública por diversas normas legais (TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, sessão de 12.12.2019). Agravo a que se nega provimento" (Ag-RR-100330-27.2017.5.01.0205, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 17/08/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. TOMADOR DE SERVIÇOS. FISCALIZAÇÃO NÃO DEMONSTRADA. ÔNUS DA PROVA. Em recente decisão, no julgamento dos embargos de declaração nos autos do RE-760931/DF, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua jurisprudência acerca da responsabilidade da Administração Pública quanto ao pagamento de verbas trabalhistas devidas a empregados que a ela prestam serviços de maneira terceirizada. Em um primeiro momento, a Corte Constitucional ratificou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei 8.666/93, na linha do que já havia decidido na ADC 16. Em um segundo instante, fixou-se a tese no sentido de que "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Aqui, deixou-se evidente que o inadimplemento da empresa terceirizada não autoriza, por si só, o redirecionamento da responsabilidade à Administração Pública. Com efeito, embora seja possível a responsabilização do ente púbico, não é o inadimplemento o seu pressuposto único . Aliás, a equilibrada decisão do Supremo Tribunal Federal deixou claro que a expressão "automaticamente" contida na tese teve como objetivo possibilitar ao trabalhador a responsabilização do ente público, "dependendo de comprovação de culpa in eligendo ou culpa in vigilando , o que decorre da inarredável obrigação da administração pública de fiscalizar os contratos administrativos firmados sob os efeitos da estrita legalidade" (voto do Min. Edson Fachin, redator do acórdão do ED-RE760931/DF). Portanto, ficou decidido no julgamento do recurso extraordinário (e reafirmado no julgamento dos embargos de declaração) que é possível responsabilizar a Administração Pública pelo pagamento das verbas trabalhistas devidas a empregados das empresas terceirizadas, de maneira subsidiária, quando constatada a omissão na sua atuação , que é obrigatória, sendo vedada a presunção de culpa . Sendo assim, diferentemente da posição que esta 2ª Turma vinha adotando (com ressalva de entendimento pessoal de seus integrantes) - por entender que o Supremo Tribunal Federal havia também firmado entendimento no sentido de que seria do trabalhador o ônus da prova da omissão na fiscalização pelo ente da Administração Pública -, o Supremo Tribunal não firmou tese processual acerca da distribuição do onus probandi. Nesse sentido, as regras de distribuição do ônus da prova continuam a observar os dispositivos infraconstitucionais que as regulam, a exemplo dos arts. 373 do CPC/2015 e 818 da CLT. Dito isso, é a Administração Pública quem tem a aptidão para a prova da fiscalização do contrato administrativo de prestação de serviços (aspecto subjetivo do ônus da prova), obrigação que decorre da própria Lei de Licitações (arts. 58, III, e 67 da Lei 8.666/93), na linha do que definiu o Supremo Tribunal Federal. Assim, nos casos em que não há prova de fiscalização, deve o julgador decidir contrariamente à parte que tinha o ônus probatório e dele não se desincumbiu: é a própria adoção da distribuição do ônus da prova como regra de julgamento (aspecto objetivo do ônus da prova). No caso, o Tribunal Regional considerou que não foi comprovada a fiscalização pelo ente público, julgando procedente o pedido de responsabilização subsidiária. Decisão em harmonia com o entendimento consolidado na Súmula 331, V, do TST. Precedentes. Agravo de instrumento de que se conhece e a que se nega provimento" (AIRR-2013-42.2016.5.07.0017, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 18/09/2020).

"RECURSO DE REVISTA. JULGAMENTO ANTERIOR POR ESTA 3ª TURMA. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS PARA EVENTUAL EMISSÃO DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ARTIGO 1.030, INCISO II, DO CPC. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. ENTIDADES ESTATAIS. ENTENDIMENTO FIXADO PELO STF NA ADC Nº 16-DF. SÚMULA 331, V, DO TST. ART. 71, § 1º, DA LEI 8.666/93. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. JURISPRUDÊNCIA VINCULANTE DO STF. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE CONDUTA CULPOSA NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DA LEI 8.666/93. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NO TOCANTE À AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. ENCARGO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEGUNDO INTERPRETAÇÃO DA SBDI-1/TST À JURISPRUDÊNCIA DO STF, A PARTIR DA DECISÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROFERIDA NOS AUTOS DO RE-760.931/DF. Em observância ao entendimento fixado pelo STF na ADC nº 16-DF, passou a prevalecer a tese de que a responsabilidade subsidiária dos entes integrantes da Administração Pública direta e indireta não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada, mas apenas quando explicitada no acórdão regional a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei 8.666, de 21.6.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. E o STF, ao julgar, com repercussão geral reconhecida, o RE-760.931/DF, confirmou a tese já explicitada na anterior ADC nº 16-DF, no sentido de que a responsabilidade da Administração Pública não pode ser automática, cabendo a sua condenação apenas se houver prova inequívoca de sua conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos. Provocado o STF, em sede de embargos de declaração, sobre o alcance da decisão proferida nos autos do RE-760.931/DF, sobretudo quanto ao ônus de prova da fiscalização do adimplemento das obrigações contratuais trabalhistas no curso do pacto celebrado entre o ente privado e a Administração Pública, o recurso foi desprovido. Em face dessa decisão, em que o Supremo Tribunal Federal não delimitou - como foi questionado nos embargos de declaração - a matéria atinente ao ônus da prova da fiscalização do contrato, compreendeu a SBDI-1 do TST, em julgamento realizado em 12.12.2019, nos autos dos Embargos E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, que a deliberação acerca da matéria, dado o seu caráter eminentemente infraconstitucional, compete à Justiça do Trabalho. E, manifestando-se expressamente sobre o encargo probatório, fixou a tese de que é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços, suplantando, assim, o entendimento de que seria do empregado tal encargo processual. Ressalte-se que, ainda que não haja transferência automática da responsabilidade (não incide, nesses casos, a culpa presumida, segundo o STF), tem o tomador de serviços estatal o ônus processual de comprovar seus plenos zelo e exação quanto ao adimplemento de seu dever fiscalizatório (art. 818, II e § 1º, CLT; art. 373, II, CPC/2015). Por essas razões, se a entidade pública não

demonstra a realização do efetivo controle sobre o contrato, deve ser responsabilizada subsidiariamente pela satisfação das obrigações trabalhistas inadimplidas pela empregadora. É preciso - reitere-se - deixar claro que, se a entidade estatal fizer prova razoável e consistente, nos autos, de que exerceu, adequadamente, o seu dever fiscalizatório, não pode ocorrer a sua responsabilização, pois isso configuraria desrespeito à jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal. Consequentemente, no caso concreto, em face de a decisão do TRT estar em consonância com o atual posicionamento desta Corte sobre a matéria e mantida a decisão que não conheceu do recurso de revista, sem proceder ao juízo de retratação, nos termos do art. 543-B, § 3º, do CPC, devolvam-se os autos à Vice-Presidência desta Corte Superior" (RR-21306-14.2014.5.04.0029, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 18/09/2020).

"I. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA 13.467/2017. 1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ÔNUS DA PROVA. SÚMULA 331, V, DO TST. DECISÃO PROFERIDA PELA SUBSEÇÃO 1 ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS (SBDI-1), NO JULGAMENTO DO E-RR-925-07.2016.5.05.0281, EM 12/12/2019. ATRIBUIÇÃO AO ENTE PÚBLICO DO ÔNUS PROBATÓRIO ACERCA DA REGULAR FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA. 1. De acordo com o artigo 896-A da CLT, o Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, deve examinar previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica. No presente caso, o Tribunal Regional decidiu a questão com amparo no ônus probatório acerca da conduta culposa do tomador de serviços. A SBDI-1 desta Corte, no recente julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em 12/12/2019, com sua composição plena, entendeu que o Supremo Tribunal Federal não firmou tese acerca do ônus da prova da culpa in vigilando ou da culpa in eligendo da Administração Pública tomadora dos serviços, concluindo caber ao Ente Público o ônus de provar a efetiva fiscalização do contrato de terceirização. Trata-se, portanto, de " questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista ", nos termos do art. 896-A, IV, da CLT, o que configura a transcendência jurídica da matéria em debate . 2. A Suprema Corte, ao julgar a ADC 16/DF e proclamar a constitucionalidade do § 1º do artigo 71 da Lei 8.666/93, não afastou a possibilidade de imputação da responsabilidade subsidiária aos entes da Administração Pública, por dívidas trabalhistas mantidas por empresas de terceirização por eles contratadas, desde que configurada conduta culposa, por omissão ou negligência, no acompanhamento da execução dos contratos de terceirização celebrados, nos moldes da Súmula 331, V, do TST. Ainda, no julgamento do RE 760931, o Supremo Tribunal Federal, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93 ". A partir da análise dos fundamentos lançados no debate travado no âmbito do Supremo Tribunal Federal para se concluir acerca da responsabilização do Ente da Administração Pública, em caráter excepcional, deve estar robustamente comprovada sua conduta culposa, não se cogitando de responsabilidade objetiva ou de transferência automática da responsabilidade pela quitação dos haveres em razão do simples inadimplemento das obrigações trabalhistas pela prestadora de serviços. 3. A SBDI-1 desta Corte, após análise dos debates e dos votos proferidos no julgamento do RE 760931, entendeu que o Supremo Tribunal Federal não firmou tese acerca do ônus da prova da culpa in vigilando ou in eligendo da Administração Pública tomadora de serviços. Ponderou que o STF rejeitou o voto lançado pelo redator designado, Ministro Luiz Fux, no julgamento dos embargos declaratórios opostos em face da referida decisão, no qual ressaltou a impossibilidade da inversão do ônus da prova ou da culpa presumida da Administração Pública. Asseverou que, após o aludido julgamento, o entendimento de que não teria havido posicionamento acerca do ônus probatório - se do empregado ou da Administração Pública - passou a prevalecer, inclusive na resolução de Reclamações Constitucionais apresentadas perante aquela Corte. Destacou que a definição quanto ao ônus da prova acerca da regular fiscalização do contrato de terceirização fica a cargo desta Corte. Concluiu, assim, que o Ente Público, ao anotar a correta fiscalização da execução do contrato de terceirização, acena com fato impeditivo do direito do empregado, atraindo para si o ônus probatório, nos termos dos artigos 333, II, do CPC/73, 373, II, do CPC/2015 e 818 da CLT, acrescentando que atribuir ao empregado o ônus de provar a fiscalização deficiente por parte do Poder Público significa conferir-lhe o encargo de produzir provas de difícil obtenção (E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Julgado em: 12/12/2019). 4. Nesse cenário, a Corte Regional, ao destacar que competia ao Ente Público provar que fiscalizou a execução do contrato de prestação de serviços, proferiu acórdão em conformidade com o atual entendimento da SBDI-1 desta Corte, incidindo a Súmula 333/TST e o artigo 896, § 7º, da CLT como óbices ao processamento da revista. Agravo de instrumento não provido. II. RECURSO DE REVISTA ADESIVO DA RECLAMANTE. ARTIGO 997, III, DO CPC/2015. Prejudicada a análise do recurso de revista adesivo ante o não processamento do recurso principal. Recurso de revista prejudicado" (AIRR-1000288-79.2017.5.02.0445, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SÚMULA N.º 331, V, DO TST. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. 1. Considerando o recente pronunciamento, pelo Supremo Tribunal Federal, acerca da constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação que lhe emprestou a Lei n.º 9.032/1995, e a repercussão da tese sufragada sobre a interpretação da legislação que rege o tema da responsabilidade subsidiária da Administração Pública pelos créditos trabalhistas dos terceirizados, bem como a existência de decisões conflitantes sobre a matéria, reconhece-se a transcendência jurídica da causa (artigo 896-A, § 1º, IV, da CLT). 2 . O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF, mediante acórdão publicado no DJe de 09/09/2011, reconheceu a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação que lhe emprestou a Lei n.º 9.032/1995. Na ocasião, a excelsa Corte sufragou tese no sentido de que a mera inadimplência da empresa contratada não justifica a transferência, para a Administração Pública, da responsabilidade pelo pagamento dos encargos resultantes da relação de emprego havida entre particulares. Ressalvou, todavia, o Supremo Tribunal Federal, que a conduta omissiva da Administração Pública, quanto ao seu poder-dever de fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações

atribuídas à empresa contratada, rende ensejo ao reconhecimento da responsabilidade subsidiária do ente público. Nesse sentido, o voto condutor lavrado pelo Exmo. Ministro Cezar Peluso , segundo o qual o reconhecimento da constitucionalidade do dispositivo legal em comento " não impedirá que a Justiça do Trabalho continue reconhecendo a responsabilidade da Administração com base nos fatos de cada causa " (fl. 38), sendo certo que " o mero inadimplemento deveras não transfere, mas a inadimplência da obrigação da Administração é que lhe traz como consequência uma responsabilidade que a Justiça do Trabalho eventualmente pode reconhecer a despeito da constitucionalidade da lei " (fl. 46 - os grifos foram acrescidos). 3 . Nesse exato sentido passou a orientar-se a jurisprudência desta Corte superior, a partir da edição, pelo Tribunal Pleno, da Resolução n.º 174, de 24/05/2011, de que resultou a inserção do item V na Súmula n.º 331, cujo teor é o seguinte: " os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora . A aludida responsabilidade não decorre do mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada" (destaques acrescidos) . 4 . Atente-se, ainda, para o fato de que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema nº 246 de Repercussão Geral, nos autos do RE 760.931 (julgamento concluído no dia 30/3/2017 e acórdão publicado em 12/9/2017), fixou a seguinte tese: "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . 5 . Exsurge clara, daí, a conclusão de que, na mesma linha da tese sufragada na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF, entende o Supremo Tribunal Federal que não há falar em transferência automática à Administração Pública da responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas decorrentes do contrato mantido entre a empresa prestadora de serviços e seus empregados. 6 . O Supremo Tribunal Federal deliberadamente não definiu , na tese de Repercussão Geral fixada no RE n.º 760.931, a distribuição do ônus da prova , limitando-se a sufragar o entendimento de que " o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 ". 7 . Nesse contexto, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte superior, nos autos do processo n.º TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, em sessão de julgamento realizada em 12/12/2019, acórdão publicado em 22/5/2020, firmou entendimento no sentido de que incumbe ao ente público o ônus de comprovar a efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos de trabalho firmados entre a empresa prestadora dos serviços e seus empregados. 8 . Assim, resulta incensurável a decisão proferida pelo egrégio Tribunal Regional, que, examinando a situação concreta dos autos, constatou que a Administração Pública não cumpriu com sua obrigação de fiscalizar o adimplemento, pela empresa prestadora dos serviços, das obrigações a que submetida, por força de lei ou do contrato. Nesse sentido, registrou-se no acórdão prolatado pela Corte de origem que "no caso sob análise, o ente público agiu com culpa, uma vez que não efetuou os repasses financeiros à primeira ré, e tinha ciência do inadimplemento das verbas trabalhistas, aliás fato público e notório, de forma que não há falar em demonstração de culpa pelo empregado. Repiso que a recorrente não tomou qualquer providência efetiva para resguardar os créditos devidos aos trabalhadores da empresa contratada que lhe prestaram serviços . Portanto , ante a conduta culposa do ente público, resta configurada a sua responsabilidade subsidiária , nos termos da Súmula 331, V, do TST, e do entendimento adotado pelo STF na ADC 16" . 9. Tal premissa fática, insuscetível de revisão em sede extraordinária, revela-se suficiente a justificar a conclusão a que chegou a Corte de origem, no sentido de impor ao ente público a obrigação de arcar, de forma subsidiária, com o pagamento dos créditos trabalhistas reconhecidos à parte obreira. 10. Agravo de Instrumento a que se nega provimento." (AIRR-101269-05.2017.5.01.0432, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.015/2014. CPC/2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DE REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331 DO TST. DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL PACIFICADA NO ÂMBITO DESTA CORTE SUPERIOR. No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou no Tema 246, de repercussão geral, que: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em sede de embargos de declaração, ao rejeitar a solução proposta pelo Relator, deixou claro que não fixou tese quanto à definição do ônus da prova referente à efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de trabalho, por se tratar de matéria infraconstitucional, na linha de sua pacífica jurisprudência, de que são exemplos os seguintes precedentes: AI 405738 AgR, Rel. Min. Ilmar Galvão, 1ª T., julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, 2ª T., julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, 2ª T., julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T., julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator: Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg. em 11/11/2019. Nesse contexto, a SDI-1 desta Corte Superior, em sessão com sua composição completa, realizada no dia 12/12/2019, ao julgar o E-RR-925-07.2016.5.05.0281, assentou que caberia a esta Justiça Especializada resolver a aludida questão jurídica e definiu ser do tomador o encargo de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços, por ser obrigação que decorre de forma ordinária da aplicação sistemática de vários dispositivos da Lei nº 8.666/93, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público. No caso, o Tribunal Regional consignou que o ente público não se desincumbiu do ônus de provar haver sido diligente no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Assim, sua condenação subsidiária não contraria o fixado pelo Supremo Tribunal Federal e se alinha à jurisprudência pacificada no âmbito desta Corte Superior. Agravo de instrumento conhecido e não provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE AUTORA. JORNADA 12X36 HORAS. VALIDADE. NORMA COLETIVA. SÚMULA Nº 444 DO TST . AUSÊNCIA DE REGISTRO

FÁTICO E TESE ACERCA DA DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME POR SUPOSTA PRESTAÇÃO HABITUAL DE HORAS EXTAS. SÚMULAS NºS 126 E 297 DO TST. Conforme entendimento consubstanciado na Súmula nº 444 desta Corte: " é válida, em caráter excepcional, a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. O empregado não tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas ". No caso, o Tribunal Regional, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, registrou a existência de acordo coletivo válido autorizando o regime de compensação da jornada de trabalho de 12x36h. Conclusão em sentido contrário demandaria o revolvimento de fatos e provas, o que não é admissível nesta instância extraordinária, consoante o teor da Súmula nº 126 do TST. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (AIRR-11354-26.2014.5.01.0051, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ÔNUS DA PROVA. 1. Cinge-se a presente controvérsia ao ônus da prova da fiscalização e da conduta culposa do ente público, por se tratar de elemento necessário à configuração da responsabilidade subsidiária da Administração Pública, segundo a diretriz perfilhada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC nº 16 e a tese fixada no RE nº 760.931, em sede de repercussão geral (Tema nº 246). 2 . A SDI-1 desta Corte, órgão de uniformização jurisprudencial interna corporis , firmou a compreensão de que a discussão atinente ao onus probandi não foi apreciada no referido precedente de repercussão geral, notadamente em razão do seu caráter infraconstitucional, incumbindo a este Tribunal Superior do Trabalho o enfrentamento da questão. E, assim, com base no princípio da aptidão para a prova e no fato de que a fiscalização constitui um dever legal, concluiu ser do ente público o encargo probatório de demonstrar a regular observância das exigências legais no tocante à fiscalização da prestadora dos serviços quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas. 3. Nesse contexto, a conclusão adotada pelo Tribunal de origem revela-se irrepreensível, pois a condenação subsidiária atribuída ao ente público não foi automática, mas decorreu da configuração da sua conduta culposa, porquanto não produziu nenhuma prova de que tenha fiscalizado a empresa contratada, ônus que lhe incumbia. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (AIRR-100442-15.2017.5.01.0037, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 18/09/2020).

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000376-04.2020.5.13.0032

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	JULIANA TEREZA SANTANA NUNES DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Gustavo Rabay Guerra(OAB: 16080-A/PB)
Advogada	Dra. Marina Lacerda Cunha Lima(OAB: 15769-A/PB)
Agravado	BIT COWORKING SERVICOS LTDA - ME E OUTRAS
Advogado	Dr. Daniel Azevedo de Oliveira Maia(OAB: 20382-A/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- BIT COWORKING SERVICOS LTDA - ME E OUTRAS
- JULIANA TEREZA SANTANA NUNES DE OLIVEIRA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
VÍNCULO EMPREGATÍCIO.
Alegações:
a) violação do art. 7º da CF;
b) violação dos arts. 2º e 9º da CLT;
c) divergência jurisprudencial.
A recorrente se insurge em face do acórdão que não reconheceu o vínculo empregatício entre os litigantes. Alega que foram configurados os elementos configuradores da relação empregatícia.
A Turma julgadora assinalou:

"EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. NÃO CARACTERIZADO. Para a caracterização do vínculo empregatício, necessário se faz a prova robusta e eficaz dos requisitos que por lei definem o contrato de trabalho, quais sejam: subordinação, onerosidade, pessoalidade, não eventualidade e alteridade. No caso em análise, ausentes os requisitos configuradores da relação empregatícia, e patente o trabalho na qualidade de sócia. Recurso ordinário a que se nega provimento.
(?) No caso dos autos, a reclamada negou o vínculo empregatício, mas admitiu a prestação de serviços por meio de sociedade. Logo, atraiu para si o ônus de provar o fato impeditivo do reconhecimento da relação empregatícia, encargo do qual se desvencilhou a contento.
É que ao examinar as provas dos autos, tenho que não há como se

concluir pela existência do liame empregatício entre as partes.
Da análise da prova documental, verifica-se que a autora colacionou tão somente notas fiscais, pedidos de produtos junto aos fornecedores, conversas travadas com empregados do estabelecimento e também fornecedores, publicações nas mídias sociais, cardápio elaborado, etc (Ids. B2313de e seguintes). Tais provas foram juntadas com o fito de demonstrar a tese auroral de que era "obrigada a montar cardápio, criar produtos originais para a cafeteria, a exemplo do próprio café COHAUS, fazer pedido de hortifrútis, contatar fornecedores, gerir a equipe da cozinha, Assinado eletronicamente por: THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE - Juntado em: 30/09/2021 15:36:14 - 243f422 etc., tudo em conformidade com as orientações recebidas da empregadora, o que corrobora com a ausência de autonomia e efetiva subordinação da reclamante às ordens da reclamada".
Todavia, estes documentos, ao contrário do que alega a parte autora, não são, por si só, capazes de provar a presença dos requisitos de subordinação ou dos demais elementos caracterizadores da relação de emprego. Por exemplo, uma sócia pode, sim, ser a encarregada de fazer o cardápio e os pedidos junto aos fornecedores.
Por outro lado, o polo passivo juntou memorando de Entendimento revelando que a autora estava sendo contratada e que iria integrar a sociedade (Id. C68c4b0), bem como, a documentação referente à formatação da sociedade entre os envolvidos com ingresso da autora como sócia do estabelecimento demandado (Id. A884c8a) e conversas via whatsapp tencionando mostrar que não havia subordinação, e que a autora era detentora de poderes decisórios (Id. 4D7e71d).
No caso das provas aduanadas pela parte ré, além de acordos de vontade assinados pela autora - revelando seu animo de ser sócia -, ainda, extraem-se das referidas conversas de whatsapp, que a demandante participava das decisões junto com os demais sócios e tinha autonomia na elaboração de seu horário.
(?) Quanto à prova oral, a mesma vem balizar a tese da ré já dominante nos autos. Não foram ouvidas testemunhas, mas a partir do depoimento pessoal prestado pela própria autora é possível concluir que a relação estabelecida entre as partes foi de natureza civil, com o propósito de associação para a consecução de uma finalidade comum a todos os pactuantes, sem o traço de subordinação jurídica.
(?) Verifica-se, portanto, que a própria recorrente reconhece que houve a comunhão de vontades para a inserção dela ao empreendimento. Aduziu que já entrou na empresa mediante proposta de sociedade de 10%, mas, em conversa, disse achar mais justo que fosse 25% tendo combinado que a "inserção de seu nome na Sociedade ocorresse na abertura do Café, em março de 2018".
(?) Ante o exposto, não havendo prova de que a autora tenha preenchido os requisitos para a configuração do vínculo de emprego, na forma do artigo 3º da CLT, nada a modificar." O Órgão julgador destacou que, "ao examinar as provas dos autos, tenho que não há como se concluir pela existência do liame empregatício entre ". Assinalou que "as partes provas aduanadas pela parte ré, além de acordos de vontade assinados pela autora - revelando seu animo de ser sócia -, ainda, extraem-se das referidas conversas de whatsapp, que a demandante participava das decisões junto ".com os demais sócios e tinha autonomia na elaboração de seu horário Pôs em relevo que "a partir do depoimento pessoal prestado pela própria autora é possível concluir que a relação estabelecida entre as partes foi de natureza civil, com o propósito de associação para a consecução de uma finalidade ".comum a todos os pactuantes, sem o traço de subordinação jurídica
Pelos fundamentos expostos no acórdão hostilizado, não vislumbro ofensa aos textos legais e constitucionais suscitados.
Ademais, na hipótese, entendimento diverso demandaria necessariamente a reanálise dos fatos e provas, o que é defeso por meio de recurso de revista, consoante inteligência da Súmula 126 do TST, inclusive em relação ao dissenso pretoriano.
Sem embargo do exposto, quanto à suscitada divergência jurisprudencial, os arestos acostados desservem ao confronto de teses, tendo em vista que não revelam a mesma situação fática dos autos, à luz do que dispõe a Súmula 296 do TST.
Inviável, pois, o seguimento do presente apelo.

CONCLUSÃO
a) DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Da análise do material fático-probatório, o TRT concluiu que "a demandante participava das decisões junto com os demais sócios e tinha autonomia na elaboração de seu horário" e que "a autora era detentora de poderes decisórios".
Nesse cenário, revela-se inespecífico o aresto colacionado à fl. 1414/1416, uma vez que referido julgado não reúne as mesmas premissas fáticas existentes no caso em análise, notadamente porque os elementos da relação de emprego devem ser aferidos casuisticamente. Além disso, importante fazer menção que o aresto à fl. 1412 não está apto a comprovar divergência jurisprudencial por ser proveniente de Turma deste TST, órgão jurisdicional que não está abrangido pelas alíneas do caput do art. 896 da CLT. Aplica-se o disposto na Súmula 296, I, do TST.
Além disso, a adoção da tese da recorrente, de que houve violação aos arts. 2° e 3° da CLT, exigiria a modificação da conclusão do TRT acerca da realidade fática, o que não se admite em sede de recurso de revista, que se restringe à insurgência quanto a matéria de direito. Incide, portanto, o óbice da Súmula 126 do TST.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000053-04.2017.5.05.0492

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada	Dra. Janete Meira Gomes(OAB: 18544 -A/BA)
Advogado	Dr. Lorena Conceicao Costa Bezerra(OAB: 28986-A/BA)
Agravado	SERGIO LIMA GUIMARAES LOPES
Advogado	Dr. Ivan Isaac Ferreira Filho(OAB: 14534-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- SERGIO LIMA GUIMARAES LOPES

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Considerando o disposto no art. 896-A, § 6º, da CLT (inserido pela Lei 13.467/17), o juízo de admissibilidade deste Recurso de Revista se limita à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Gratificação / Gratificação de Função.
Com relação a todas as alegações contidas neste tópico, registre-se que oAcórdão Regional encontra-se em sintonia com a jurisprudência atual do Tribunal Superior do Trabalho, cristalizada na Súmula nº 372, aspecto que obsta o seguimento do Recurso de Revista sob quaisquer alegações, inclusive por dissenso pretoriano , consoante regra do art. 896, §7º, da CLT e o teor da Súmula nº 333 do TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento aoRecurso de Revista".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante à questão incorporação da gratificação de função, emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas na Súmula 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 27 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000365-05.2015.5.03.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	BANCO RURAL S A (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL)
Advogado	Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(OAB: 107878-A/MG)
Agravado	MARCOS ANTONIO FERREIRA
Advogada	Dra. Andréa Ferreira da Silva(OAB: 100487-A/MG)
Advogado	Dr. Mateus Rosselis Pereira Suriani(OAB: 108213-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO RURAL S A (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL)
- MARCOS ANTONIO FERREIRA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Transcendência.
Nos termos do art. 896-A, § 6º da CLT, não compete aos Tribunais Regionais, mas exclusivamente ao TST, examinar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza

econômica, política, social ou jurídica.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário / Diferença Salarial / Salário por Equiparação / Isonomia.
Direito Coletivo / Acordo e Convenção Coletivos de Trabalho / Multa Convencional.
Duração do Trabalho / Horas Extras.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Formação, Suspensão e Extinção do Processo.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, nem contrariedade com Súmula de jurisprudência uniforme do TST ou Súmula Vinculante do STF, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exigem as alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT.
Em relação à equiparação salarial e horas extras, observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual, à luz da Súmula nº 126 do TST.
Não há ofensas ao art. 818 da CLT. A Turma adentrou o cerne da prova, valorando-a contrária aos interesses do recorrente.
Também não há falar em afronta ao art. 7°, XXVI, da CR ou dissenso específico com a Súmula 384 do TST, pois conforme ressaltado pelos Julgadores ...Tendo em vista o acima decidido acerca das horas extras, ficou devidamente evidenciado o descumprimento das normas coletivas, razão pela qual a incidência da penalidade instituída nas normas coletivas é medida que se impõe.
No que diz respeito à suspensão do processo, a Turma julgadora decidiu em sintonia com a OJ 143 da SBDI-I do TST, de forma a afastar as violações apontadas.
Não ensejam recurso de revista decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (§ 7º do art. 896 da CLT e Súmula 333 do TST).
Não são aptos ao confronto de teses os arestos colacionados carentes de indicação de fonte oficial ou repositório autorizado em que foram publicados (Súmula 337, I, do TST e § 8º do art. 896 da CLT).
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "Diferença Salarial / Salário por Equiparação / Isonomia - Direito Coletivo - Multa Convencional - Duração do Trabalho / Horas Extras - Formação, Suspensão e Extinção do Processo", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 296, 333 e 337 e OJ 143, todas do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000035-63.2014.5.03.0097

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ELSON GONCALVES PEREIRA
Advogado	Dr. Rommel Eustásio Machado Oliveira(OAB: 78788-A/MG)
Advogado	Dr. Alexandre Werneck Santos(OAB: 79028-A/MG)
Advogado	Dr. Rodrigo Pontes Quintão(OAB: 121626-A/MG)
Agravado	ENGELE SPE LTDA E OUTRA
Advogado	Dr. Bernardo Menicucci Grossi(OAB: 97774-A/MG)
Agravado	ENGEPOL-ENGENHARIA PONTENOVENSE LTDA
Advogada	Dra. Thatiany Soares Oliveira(OAB: 136612/MG)
Advogado	Dr. Silvio Alves Pereira(OAB: 57670-A/MG)
Agravado	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogado	Dr. Paulo Dimas de Araújo(OAB: 55420-A/MG)
Advogado	Dr. Rafael Ramos Abrahao(OAB: 151701-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- ELSON GONCALVES PEREIRA
- ENGELE SPE LTDA E OUTRA
- ENGEPOL-ENGENHARIA PONTENOVENSE LTDA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 829/861), contra a decisão de fls. 824/825, mediante a qual foi denegado seguimento ao recurso de revista.
Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões aos recursos

interpostos (fls. 865/872, 873/881).
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interpostos tempestivamente (decisão de admissibilidade publicada em 05/07/2021 e apelo interposto em 15/07/2021), sendo inexigível o preparo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ISONOMIA".
Insurge-se a reclamante contra a decisão que reconheceu a licitude terceirização existente na relação entre as partes e, consequentemente, afastou a condenação sobre as verbas trabalhistas. Afirma que a CEMIG foi diretamente beneficiada pela força de trabalho do reclamante, devendo ser condenada solidariamente ao pagamento de todas as obrigações decorrentes do contrato de trabalho. Quanto ao pedido sucessivo de condenação subsidiária, argumenta que deve ser aplicada a Súmula 331, IV, V e VI, do TST.
Sem razão.
O Regional, quanto ao tema, consignou:

"(...) A r. sentença de origem indeferiu o pedido de isonomia formulado pelo reclamante com os empregados da 4ª reclamada ao fundamento de que o STF decidiu, com repercussão geral reconhecida, ser lícita a terceirização em todas as etapas do processo produtivo, seja meio ou fim (ADPF 324 e RE 958252).
É incontroverso nos autos que o reclamante foi contratado pela primeira reclamada, Engele SPE Ltda, em 24/03/2010, na função de eletricista, prestando serviços em benefício da 4ª reclamada, Cemig Distribuição S/A. Foi dispensado, sem justa causa, em 14/01/2012.
Antes do advento das Leis 13.429/2017, de 31/3/2017, e 13.467/2017, de 11/11/2017, a licitude da terceirização, de um modo geral, era analisada à luz da Súmula 331 do C. TST. Até então, a terceirização era admitida no Direito do Trabalho nas hipóteses dos itens I e III da súmula citada, ou seja, nos casos de trabalho temporário, atividades de vigilância, atividades de conservação e limpeza e serviços especializados ligados à atividade -meio do tomador.
O Excelso STF julgou, em 30/08/2018, o mérito da questão constitucional suscitada no Leading Case RE nº 958.252, referente ao Tema 725, de repercussão geral, no qual se discutia,"à luz dos arts. 2º, 5º, II, XXXVI, LIV e LV e 97 da Constituição Federal, a licitude da contratação de mão-de-obra terceirizada, para prestação de serviços relacionados com a atividade-fim da empresa tomadora de serviços, haja vista o que dispõe a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho e o alcance da liberdade de contratar na esfera trabalhista".Declarou a Suprema Corte a constitucionalidade da terceirização de serviços em qualquer atividade, seja ela meio ou fim, do tomador. Na mesma sessão, o Plenário do STF julgou procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 324, ajuizada pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), visando ao reconhecimento da inconstitucionalidade da interpretação adotada "em reiteradas decisões da Justiça do Trabalho", relativas à terceirização. Prevaleceu o entendimento de que é lícita a terceirização em todas as etapas do processo produtivo, sem distinção entre atividade-meio ou atividade-fim.
As teses fixadas nos referidos julgamentos pelo STF (ADPF 324 e RE 958.252), ocorridos em 30/08/2018, com efeito vinculante, devem ser adotadas inclusive nos processos em curso. Referidas decisões somente não afetam os feitos em relação aos quais tenha havido coisa julgada, o que não é o caso dos autos.
Assim, quanto ao objeto da terceirização - atividade fim ou meio do contratante, não há como deferir a isonomia salarial com os empregados da 4ª ré. Acertada a r.sentença.
Entretanto, situação diversa ocorre quando existe efetiva subordinação do trabalhador aos prepostos do tomador dos serviços. Nesse caso, a ilicitude da terceirização não está ligada à prestação de serviços na atividade-fim, mas à existência dos elementos caracterizadores do vínculo de emprego diretamente com o tomador.
Nesse contexto, há que se analisar se o reclamante estava diretamente subordinado à 4ª reclamada e desempenhava atividades idênticas aos empregados desta.
O autor, em depoimento pessoal afirmou:
(...)
O preposto da 4ª reclamada, em depoimento, relatou:
(...)
No mesmo sentido, a testemunha Vilmar da Mata Carreiro afirmou que:
(...)
A testemunha Matheus Henrique Carvalho Almeida, ouvida por Carta Precatória, de sua vez, declarou:
(...)
Em detida análise dos depoimentos acima transcritos, observa-se que não há provas de que havia empregados da 4ª ré exercendo as mesmas atividades do autor. E a fiscalização da tomadora era apenas quanto à segurança no trabalho, ou seja, fiscalização técnica do labor, com comparecimento por curto lapso de tempo, em poucos dias da semana, o que não é suficiente para configurar o exercício de poder de mando empregatício.
Por todo o exposto, lícita a terceirização dos serviços prestados pelo reclamante, inexistentes os elementos que demonstrem a existência de subordinação do autor à 4ª reclamada e de identidade de atividades exercida, nada a reformar. Assim, o reclamante não faz jus aos direitos e vantagens assegurados aos empregados da 4ª.
Nego provimento."

Em sessão realizada em 30/8/2018, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 324, fixou as seguintes teses:

1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada.
2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993.

Na mesma assentada, a Suprema Corte concluiu o julgamento do RE 958.252, submetido à sistemática da repercussão geral, e firmou o entendimento de que "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante".
No julgamento da ADC 26/DF, com repercussão geral, o STF declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, o qual autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público.
Eis a ementa do mencionado julgado:

"AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE.

LEGITIMIDADE DA AUTORA. ART. 25, § 1º, DA LEI 8.987/1995. CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO. TERCEIRIZAÇÃO. SÚMULA 331 DO TST. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL FIRMADA NO JULGAMENTO DA ADPF 324 E DO RE 958.252 TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL. PROCEDÊNCIA. 1. Reconhecida a legitimidade da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, uma vez que não há entidade que abarque toda a coletividade atingida pela norma questionada. 2. Declaração de constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, o qual autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público. 3. Jurisprudência do STF consolidada nos julgamentos da ADPF 324, Rel. Ministro Roberto Barroso e, sob a sistemática da repercussão geral, do RE 958.252, Rel. Ministro Luiz Fux (tema 725), no sentido de reconhecer a constitucionalidade do instituto da terceirização em qualquer área da atividade econômica, afastando a incidência do enunciado sumular trabalhista. 4. Pedido julgado procedente para declarar a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995." (ADC 26, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 23/08/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-195 DIVULG 06-09-2019 PUBLIC 09-09-2019)

Além disso, quando do julgamento do feito STF-ARE-791932/DF, indicado como leading case do tema de repercussão geral 739, o STF fixou a tese de que "é nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o art. 949 do Código de Processo Civil" (Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe nº 44, divulgado em 01/03/2019). Ato contínuo, a excelsa Corte, em atenção ao princípio da razoável duração dos processos e com fulcro nos artigos 1º e 949, parágrafo único, do CPC, deixou de determinar o retorno dos autos a este Tribunal para observância da cláusula de reserva de plenário, concluindo pela imediata aplicação da tese de repercussão geral relativa ao tema 725, segundo a qual "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante" (leading case: RE-958252/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018).
Impende notar que a Corte Suprema já assentou o entendimento de que "a existência de decisão de mérito julgada sob a sistemática da repercussão geral autoriza o julgamento imediato de causas que versarem sobre o mesmo tema, independente do trânsito em julgado do paradigma" (RE 1112500 AgR, Relator: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 29/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018).
A teor da Súmula 331, I, e da Orientação Jurisprudencial 383 da SbDI-1, ambas do TST, o elemento ensejador do reconhecimento do vínculo empregatício (empresa privada) e da isonomia (Administração Pública) é a ilicitude da terceirização de serviços. Todavia, a partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal, reputando lícita a terceirização de serviços independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta forçoso reconhecer a superação do entendimento historicamente firmado neste Tribunal Superior do Trabalho, cristalizado nos Verbetes referidos supra.
Cito julgados:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO. VÍNCULO DE EMPREGO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. Na hipótese , a Quinta Turma conheceu do recurso de revista interposto pela Segunda Reclamada por má-aplicação da OJ 383 da SBDI-1/TST e, no mérito, deu-lhe provimento para afastar a aplicação das normas legais e convencionais referentes aos empregados da tomadora de serviços e, por conseguinte, o pagamento das parcelas daí decorrentes, julgando improcedentes os pedidos iniciais, com amparo na decisão proferida no RE nº 958.252 e da ADPF nº 324 pelo Supremo Tribunal Federal, em 30.08.2018. A decisão agravada, por sua vez, assentou que o paradigma colacionado pela Parte para cotejo de teses carece de especificidade, termos da Súmula nº 296, I, do TST, visto que antecede a decisão vinculante do STF. Com efeito, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral em relação ao tema da terceirização, cujo deslinde se deu em 30/08/2018, com o julgamento do RE nº 958.252 e da ADPF nº 324, de que resultou a fixação da seguinte tese jurídica de caráter vinculante: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". A partir de então, esse entendimento passou a ser de aplicação obrigatória aos processos judiciais em curso em que se discute a terceirização, impondo-se, inclusive, a leitura e a aplicação da Súmula nº 331 do TST à luz desses precedentes. Assim, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que o entendimento Turmário converge com a jurisprudência atual, notória e de caráter vinculante do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria. Incidência do óbice previsto no artigo 894, § 2º, da CLT. A gravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-ARR-3125-44.2013.5.18.0082, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT de 11/12/2020)

"I - JUÍZO DE RETRATAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO DA SEGUNDA RECLAMADA. RECURSO DE REVISTA. JULGAMENTO ANTERIOR PELA SEGUNDA TURMA DESTA CORTE. DEVOLUÇÃO PARA EVENTUAL EMISSÃO DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO (ART. 1.030, II, DO CPC/2015 E ART. 543-B, § 3º, DO CPC/1973). EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. Hipótese em que esta Segunda Turma entendeu pela ilicitude da terceirização de serviços firmada entre as reclamadas e pela condenação ao pagamento das parcelas trabalhistas decorrentes da isonomia salarial. Ocorre que, no julgamento do RE 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, entendeu que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada" . Na ocasião, a Suprema Corte reafirmou a tese aprovada no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, com repercussão geral reconhecida, no sentido de que " é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante ". Além disso, no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade 26/DF, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 9/9/2019 e transitado em julgado em 18/9/2019, declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, o qual autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público. Assim, tendo em vista que a decisão anterior

desta Turma foi proferida em dissonância com a orientação firmada pelo STF, submete-se, em juízo de retratação, o recurso interposto pela parte a novo exame, nos termos do art. 1.030, II, do CPC/2015 (art. 543-B, § 3º, do CPC/1973). Juízo de retratação exercido. II - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. Ante a possível violação do artigo 25, § 1º, da Lei 8.985/97, deve ser provido o agravo de instrumento. Agravo de instrumento conhecido e provido. III - RECURSO DE REVISTA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE . 1. No julgamento do RE 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, entendeu que " é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada" . 2. Na ocasião, a Suprema Corte reafirmou a tese aprovada no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, com repercussão geral reconhecida, no sentido de que " é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante ". 3. Além disso, no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade 26/DF, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 9/9/2019 e transitado em julgado em 18/9/2019, declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, o qual autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público. 4. Assim, uma vez declarada pelo STF a licitude da terceirização tanto nas atividades-meio como nas atividades-fim, não há como reconhecer isonomia entre os empregados terceirizados e aqueles contratados diretamente pelo tomador dos serviços, ainda que exerçam as mesmas funções. Com efeito, o pressuposto para aplicação analógica do artigo 12 da Lei nº 6.019/1974 prevista na OJ nº 383 da SBDI-1 do TST e consequente deferimento de tratamento isonômico é a contratação irregular, assim entendida a contratação de trabalhadores por empresa interposta para desempenhar funções ligadas à atividade-fim da tomadora, entendimento superado pelo STF. Nesse sentido, a SBDI-1 desta Corte, na sessão do dia 12/11/2020, no julgamento do Ag-E-ED-ARR-3125-44.2013.5.18.0082, em voto de relatoria do Ministro Alexandre Luiz Ramos, confirmou acórdão turmário segundo o qual " reconhecendo o STF a licitude da terceirização tanto na atividade-meio quanto na atividade fim das empresas tomadoras, inviável a aplicação da OJ 383 da SBDI-1/TST, que traz como premissa básica a irregularidade da contratação do trabalhador terceirizado". 5. Na hipótese dos autos, o TRT entendeu pela ilicitude da terceirização de serviços e pela condenação ao pagamento das parcelas trabalhistas decorrentes da isonomia salarial. Assim, o Tribunal Regional decidiu em dissonância com a jurisprudência firmada sobre o tema no âmbito do Supremo Tribunal Federal, com efeito vinculante. Recurso de revista conhecido e provido" (TST-RR-1628-86.2013.5.18.0181, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT de 08/10/2021)

Com efeito, diante do cenário de licitude da terceirização de serviços, afigura-se inviável o reconhecimento da isonomia salarial com empregados da tomadora de serviços.
Dessa forma, verifica-se que a decisão do regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide, portanto, o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Em razão da ausência de condenação, resta prejudicada a análise da responsabilização subsidiária das reclamadas, consoante o exposto na decisão do regional.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000379-83.2020.5.17.0181

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	PEDRA NOVA GRANITOS EIRELI E OUTROS
Advogado	Dr. Candida de Nadai Ton(OAB: 19318-A/ES)
Advogado	Dr. Vanessa Ribeiro da Silva(OAB: 135156-A/RJ)
Agravado	MIQUEIAS RODRIGUES MARIO
Advogado	Dr. José Irineu de Oliveira(OAB: 4142-A/ES)
Advogada	Dra. Amanda Macêdo Torres Moulin Olmo(OAB: 16088-A/ES)
Advogada	Dra. Regina Célia Novaes Armini(OAB: 25816-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- MIQUEIAS RODRIGUES MARIO
- PEDRA NOVA GRANITOS EIRELI E OUTROS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 344/367) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 340/341).
De plano, verifica-se a inadequação da pretensão da recorrente, no sentido de ver processado recurso de revista interposto contra decisão proferida pelo Tribunal Regional em julgamento de agravo de instrumento.
Interpretando o art. 896,caput, da CLT, o TST consolidou entendimento consubstanciado naSúmula218desta Corte, no sentido de ser incabível a interposição de recurso de revista contra acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.
Desse modo, tratando-se de recurso manifestamente incabível, nos termos daSúmula218do TST, tem-se que o apelo não logra ultrapassar o seu próprio conhecimento, haja vista a existência de vício formal intransponível, uma vez que sequer possibilita o exame do mérito da controvérsia.
Assim, nos termos do art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, nego seguimentoao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000291-88.2018.5.23.0006

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	CLEYTON OLIVEIRA GONCALVES
Advogado	Dr. José Rodolfo Novaes Costa(OAB: 7436-O/MT)
Agravado	IDAZA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
Advogado	Dr. Rodrigo Sêmpio Faria(OAB: 8078/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEYTON OLIVEIRA GONCALVES
- IDAZA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (decisão publicada em 05.06.2019 - Id 4977c48; recurso apresentado em 17.06.2019 - Id 22c0ac8).
Regular a representação processual (Id 5dd4fb7).
Desnecessário o preparo (Ids 5dd6946 e 7044b4a).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO SINDICAL E QUESTÕES ANÁLOGAS/ ENQUADRAMENTO SINDICAL/ CATEGORIA PROFISSIONAL DIFERENCIADA
Alegações:
- contrariedade à Súmula n. 374 do col. TST.
- violação ao art. 8º, II, da CF.
- violação aos arts. 511, §§ 1º, 2º, 3º, 577, 581, § 2º, e 611, da CLT.
- divergência jurisprudencial.
O autor, ora recorrente, devolve no presente recurso de revista a reapreciação do acórdão prolatado pela Turma Revisora no que concerne ao tema "definição do enquadramento sindical/norma coletiva aplicável ao contrato de trabalho".
Aduz que, diversamente do que restou definido na decisão objurgada, há que se observar, na espécie, o critério alusivo à "atividade preponderante da empresa", em observância ao que dispõe o art. 511 da CLT.
Argumenta que "A unicidade sindical visa organizar a formação sindical no Brasil, proibindo a criação de mais de uma organização sindical da mesma categoria profissional ou econômica na mesma base territorial (art. 8, II da CF), vedando ainda à Empregadora quanto à livre escolha do sindicato para o qual recolher e destinar as contribuições compulsórias, bem como quanto à entidade com o qual celebrar acordos e/ou convenções." (Id 22c0ac8 - pág. 7, destaques no original).
Assevera que, no caso em tela, é "Indiscutível nos autos que a Recorrida exerce a atividade econômica representada pelo código nº. 46.81-8-01 - Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (T.R.R.), (CNPJ - ID. 6110313 - Pág. 1 e 3f15be7 - Pág. 1), bem como pela redação do seu objeto contratual (ID.9d26ef8 - Pág. 9) (...)." (Id 22c0ac8 - pág. 7, destaques no original).
Alega que "Segundo a regra inserida no § 2º do art. 581 consolidado, atividade preponderante é a atividade principal, para a qual as demais atividades convirjam para a consecução do objetivo final da empresa (...)." (sic, Id 22c0ac8 - pág. 8).
Sustenta que, "(...) em conformidade com a redação do caput do art. 511 consolidado, legitimado está o sindicato que represente a atividade preponderante da empresa, não sendo lícito a filiação a sindicato diverso e representante de atividade secundária, como entendeu o Regional." (sic, Id 22c0ac8 - pág. 9, destaques no original).
Enfatiza que, "(...) enquanto sobrevier o modelo Unicidade Sindical, a categoria profissional será definida por atividade idêntica ou pela similitude de condição de vida da profissão ou do trabalho, como se traduz no presente caso (Distribuidora de combustível), posto que a Empregadora não pode simplesmente se filiar à Sindicato diverso da sua atividade preponderante, não se tratando de faculdade do empregado ou do empregador, mas sim de imposição legal." (sic, Id 22c0ac8 - pág. 9).
Pontua que "(...) é evidente a existência de similitude, conexão e especialidade entre a atividade preponderante desenvolvida pela Recorrida e a atividade Patronal representada pelo Sindicato Nacional das Empresas distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes, o SINDCON, ante o enquadramento sindical compulsório, sendo irrelevante, que seja a Recorrida filiada ou não ao Sindicato Patronal de sua atividade econômica preponderante para ser abrangida pelos instrumentos normativos por ele firmados." (Id 22c0ac8 - pág. 9, destaques no original).
Assere que é "Importante destacar o entendimento disposto no art. 611 da CLT, a Convenção Coletiva de Trabalho firmada pelo Sindicato representativo da categoria econômica (Patronal) e pelo sindicato dos trabalhadores DEVE, ser respeitada e cumprida pela Recorrida, eis que obrigam TODA à categoria econômica, e não somente às empresas filiadas (...)." (sic, Id 22c0ac8 - pág. 11, destaques no original).
Assinala que a interpretação realizada pelo órgão turmário "(...) vai frontalmente de encontro com o que dispõe a Súmula nº 374 desta Corte, que determina, para a aplicação da norma relativa à categoria diferenciada, que a empresa, no caso a Recorrida, tenda sido representada por Sindicato representativo de sua categoria, o que no caso, é o SINDCON, que representa as empresas cuja atividade preponderante, seja a de distribuição de petróleo e derivados (...)."(sic, Id 22c0ac8 - pág. 14, destaques no original).
Respaldado nesses argumentos, o recorrente postula que seja dado provimento ao "(...) presente Recurso de Revista, declarando-se como correto o enquadramento sindical em virtude da atividade preponderante da empresa e, portanto, aplicáveis as normas coletivas relativas a dita categoria, condenando-se a Recorrida ao pagamento das diferenças salariais e demais vantagens previstas nos correlatos instrumentos coletivos, conforme requerido desde a peça exordial (...)." (sic, Id 22c0ac8 - pág. 17, destaques no original).
Consta do acórdão:
"O ordenamento jurídico brasileiro prevê o enquadramento sindical por categorias econômicas e profissionais (CLT, art. 570). A categoria econômica é definida em razão da atividade

preponderante da empresa (CLT, art. 511, §1º). A categoria profissional, por sua vez, é definida em decorrência do trabalho do empregado em favor de empresa de determinada categoria econômica (CLT, art. 511, §2º). A exceção é a hipótese da categoria diferenciada, que ostentam essa condição por exercerem profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares (art. 511, §3º, da CLT).

No caso em tela, é inconteste que o Autor exercia a função de motorista, integrando categoria profissional diferenciada, bem como que a Ré não participou da elaboração das normas coletivas utilizadas como fundamento dos pedidos realizados na exordial. Neste contexto, o c. TST possui entendimento consolidado no sentido de que os instrumentos coletivos relativos às categorias profissionais diferenciadas somente são aplicáveis à relação de trabalho quando o empregador houver sido representado em sua entabulação, conforme súmula 374 do c. TST, in verbis:

'NORMA COLETIVA. CATEGORIA DIFERENCIADA. ABRANGÊNCIA. (conversão da Orientação jurisprudencial nº 55 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005 Empregado integrante de categoria profissional diferencial não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria'.

Acrescento, por oportuno, que ainda que se admitisse correta a tese do Autor de que o sindicato que representa a empresa Demandada é o constante das normas coletivas trazidas na exordial - Sindicato Nacional das Distribuidores de Combustível e Lubrificantes, (embora o documento de ID. 930835e aponte de forma diversa) verifico que ainda assim tal instrumento coletivo não poderia ser utilizado.

Isso porque se extrai dos documentos de ID. 0203f6f que o sindicato profissional celebrante - Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de Mato Grosso - não representa o Autor, uma vez que, consoante já alinhavado, este exerce a função de motorista, integrando categoria profissional diferenciada.

(...)

Nego provimento." (Id 7044b4a, destaques no original).

O posicionamento adotado pela Turma Julgadora encontra-se alinhado com as diretrizes jurídicas consubstanciadas na Súmula n. 374 do col. TST, logo, inviável torna-se o processamento do recurso de revista por contrariedade aos seus termos, bem como sob os enfoques de dissenso interpretativo e de violação às normas invocadas pela parte recorrente. (Incidência da Súmula n. 333/TST e do §7º do art. 896 da CLT).

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista."

Não procede a alegada ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da legalidade (art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal) quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT. No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "enquadramento sindical - categoria diferenciada", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 333, 374, do TST e no art. 896, § 7º, CLT.

O acórdão recorrido está lastreado em provas. Incabível, portanto, o recurso de revista para reexame de fatos e provas, nos termos da Súmula 126 do C. TST.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000145-22.2020.5.23.0121

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	BRF S.A.
Advogada	Dra. Joyce Pellanda Chemin(OAB: 58967-A/PR)
Advogada	Dra. Danusa Serena Oneda(OAB: 13124-B/MT)
Agravado	VANUZIA DA SILVA
Advogado	Dr. Josiberto Costa Neves(OAB: 13225 -A/MT)
Advogado	Dr. Giselle Belas de Oliveira Vieira(OAB: 26925-A/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- VANUZIA DA SILVA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR/EMPREGADO/ INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL
RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR/EMPREGADO / INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL
A ré, ora recorrente, busca a reforma do acórdão prolatado pela Turma Revisora no que tange aos temas "reparação por dano moral" e "indenização por danos materiais/parâmetros estabelecidos para a condenação." Constato, no particular, a falta de atendimento da exigência estabelecida no inciso I do §1º-A do art. 896 da CLT, na medida em que não houve a indicação correta dos trechos da decisão recorrida que consubstanciam o prequestionamento das insurgências recursais.
Esclareço que a transcrição realizada no bojo da peça recursal (p. 3/6) mostra-se inservível a tal mister, visto que a recorrente reproduziu, praticamente na íntegra, o tópico do acórdão que trata das matérias impugnadas, sem delimitar, de forma adequada, as "razões de decidir" adotadas pelo órgão revisor no julgamento dos conflitos de interesses.
Essa técnica de elaboração da peça recursal não atende às diretrizes contidas na Lei n. 13.015/2014, conforme elucida o col. Tribunal Superior do Trabalho no julgado abaixo reproduzido: "AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - DECISÃO AGRAVADA - PREQUESTIONAMENTO. No caso, assentou-se que a parte ora agravante transcreveu, nas razões do recurso de revista, o inteiro , sem, todavia, destacar oteor do capítulo do acórdão regional trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia.
Apesar do entendimento deste relator, a SBDI-1 desta Corte, interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmou jurisprudência no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, a transcrição integral do tópico referente ao tema recorrido, quando a fundamentação do acórdão regional não é sucinta o bastante que permita o confronto analítico entre a fundamentação do acórdão regional e a tese jurídica suscitada pela parte no recurso. Nesses termos, o recurso de revista não preencheu o requisito do prequestionamento da questão discutida nos autos. Assim, não é possível identificar e confirmar exatamente onde no acórdão regional reside o prévio questionamento das matérias trazidas no recurso de revista, nos termos da jurisprudência consolidada na SBDI-1 do TST. Agravo desprovido." (Ag-AIRR-10066- 18.2015.5.01.0048, 7ª Turma, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 25/06/2021). (grifei).
Nessa perspectiva, nego trânsito ao recurso à instância superior.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / PARTES E PROCURADORES / SUCUMBÊNCIA / HONORÁRIOS PERICIAIS
A acionada devolve no presente apelo a reapreciação do acórdão objurgado quanto ao tema "honorários advocatícios periciais".
Cumpre, de plano, negar trânsito ao apelo à instância superior, visto que a parte recorrente busca promover o reexame da decisão colegiada tão somente pelo enfoque de divergência jurisprudencial (p. 13/15) e não há dados suficientes na peça recursal que permitam aferir o atendimento dos pressupostos estabelecidos pela alínea "a" do art. 896 da CLT.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / PARTES E PROCURADORES / HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS
Alegações: - violação aos arts. 769 e 791-A da CLT; 15 e 85, § 11, do CPC.
- divergência jurisprudencial.
- violação ao art. 1º da Instrução Normativa n. 39/2016 do col.
TST A ré, ora recorrente, invocando a incidência da regra contida no art. 791-A da CLT, pugna pela condenação do autor ao pagamento de "honorários advocatícios sucumbenciais", no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor dado à causa.
Consta do acórdão: "De plano, indefiro os honorários recursais pretendidos (art. 85, § 11, do CPC), pois incompatíveis com o ordenamento jurídico trabalhista. Na seara laboral, os honorários advocatícios são devidos em razão da sucumbência, conforme a previsão do art. 791-A, § 3º da CLT. Considerando que a sucumbência da Ré foi mantida, no caso concreto, restam devidos os honorários apenas de sua parte." (Id 9e47f26) A partir das premissas delineadas na decisão impugnada, não vislumbro violação às normas invocadas pela parte recorrente, nos moldes preconizados pela alínea "c" do art. 896 da CLT.
Com relação ao dissenso interpretativo, constato que o aresto apresentado para o confronto de teses mostra-se inservível a tal mister, na medida em que não se amolda às exigências previstas na alínea "a" do art. 896 da CLT.
Assinalo que a alegação de possível afronta às diretrizes contidas em Instrução Normativa não enseja o processamento do apelo à instância superior, segundo a dicção do art. 896 da CLT.
CONCLUSÃO DENEGO seguimento ao recurso de revista.

O recorrente transcreveu a integralidade do tópico do acórdão regional referente ao tema "danos materiais e morais", sem qualquerdestaqueou elemento identificador dotrechoque consubstancia o prequestionamento da matéria em exame. Em face disso, não se pode considerar cumprida com exatidão o requisito contido no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, nos termos da jurisprudência desta Corte:

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014. RECURSO DE REVISTA QUE APRESENTA A TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DO ACÓRDÃO REGIONAL SEM DESTAQUE DO TRECHO QUE IDENTIFICA O PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA OBJETO DO APELO. Com o advento da Lei 13.015/2014, o novel § lº-A do art. 896 da CLT exige, em seu inciso I, como ônus da parte e sob pena de não conhecimento, a indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. No caso concreto, ao interpor recurso de revista, o Banco transcreve integralmente o acórdão regional, sem qualquer grifo ou destaque (págs. 596-599). Nos termos da jurisprudência predominante nesta Corte, a transcrição integral do acórdão recorrido, sem qualquer

grifo ou destaque, não atende à exigência contida na Lei nº 13.015/2014, porque não delimita o trecho específico em que reside o ponto nodal da controvérsia, bem como perpetua a prática da impugnação genérica e dissociada das razões recursais. Agravo conhecido e desprovido" (Ag-AIRR-544-28.2014.5.03.0021, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 14/05/2021).

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. DIFERENÇAS DECORRENTES DE EQUIPARAÇÃO SALARIAL - VIOLAÇÃO À COISA JULGADA - REQUISITO DO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT - NÃO OBSERVÂNCIA - TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DO CAPÍTULO ACÓRDÃO OBJETO DO RECURSO. Quanto ao tema, verifica-se que o recorrente tão somente procedeu a simples transcrição integral do capítulo do acórdão objeto do recurso, sem apresentar quaisquer destaques (negritos ou sublinhados) nos trechos transcritos, devendo-se salientar que referido julgado não pode ser considerado conciso, pois composto de diversos parágrafos. A mera transcrição integral do acórdão recorrido, sem o devido destaque do trecho que traz a tese jurídica a qual a parte considera violadora do ordenamento jurídico, consubstancia a prática de impugnação genérica e dissociada, não atendendo aos ditames contidos na Lei nº 13.015/2014. Precedentes. Agravo de instrumento conhecido e não provido" (AIRR-92600-64.2003.5.02.0063, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 06/08/2021).

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. REQUISITOS DO ARTIGO 896, § 1º-A, DA CLT NÃO ATENDIDOS. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DO ACÓRDÃO SEM DESTAQUE. Se o recurso de revista obstaculizado, interposto sob a égide da Lei 13.015/2014, não atende aos requisitos estabelecidos na nova redação do artigo 896, § 1º-A, da CLT, em especial no que se refere à indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido. (RR-20187-27.2014.5.04.0123, 6ª Turma, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 12/03/2021).

Quanto aos demais temas, tendo em vista que os trechos em que prequestionados no acórdão regional são concisos, concluo pelo atendimento da regra do art. 896, § 1º-A, I, da CLT.
Quanto ao tema "honorários periciais", contudo, verifico que a divergência jurisprudencial não é apta a viabilizar o recurso, uma vez que, além de a parte não ter informado o órgão judiciário que a prolatou (Súmula 337, IV, do TST), é possível extrair que se trata de julgado proveniente do TST, que não está abrangido pelas alíneas do caput do art. 896 da CLT.
Além disso, esta Corte tem o entendimento de que as instâncias ordinárias são as mais aptas a estipular, com base nos elementos fáticos, o quantum alusivo aos honorários periciais, só cabendo a revisão em caso de manifesta desproporcionalidade, o que não é o caso dos autos, tendo em vista que o valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos) mostra-se usual em perícias como a que realizada neste processo:

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMADO. DANOS MATERIAIS. PENSÃO MENSAL. [...] HONORÁRIOS PERICIAIS. VALOR ARBITRADO. Hipótese em que o Tribunal Regional manteve os honorários periciais no montante de R$ 3.000,00, sob o fundamento de que o valor é condizente com o trabalho desenvolvido pelo perito médico, pela complexidade envolvida e pelo tempo despendido na elaboração do laudo. Assim, o valor da verba pericial arbitrada se mostra razoável e proporcional, não havendo fundamento para que seja reduzido, como requer o reclamado. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (AIRR -21531-94.2015.5.04.0030, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 17/09/2021 - grifei).

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. HONORÁRIOS PERICIAIS. VALOR. RAZOABILIDADE EM RELAÇÃO À COMPLEXIDADE DA PERÍCIA. 1 - No caso, por meio de decisão monocrática, conforme sistemática vigente à época, negou-se provimento ao agravo de instrumento da reclamada, ficando prejudicada a análise da transcendência, ante a incidência da Súmula nº 126 do TST. 2 - No agravo, a reclamada alega que o exame da admissibilidade do recurso de revista não depende do exame de fatos e provas e sustenta que o valor dos honorários advocatícios é excessivo, uma vez que a perícia não foi complexa. 3 - Os argumentos da parte não conseguem desconstituir os fundamentos da decisão monocrática 4 - A decisão monocrática consignou que o TRT, soberano na análise do conjunto fático-probatório, concluiu que o valor de RS 3.200,00 arbitrado aos honorários periciais "apresenta-se razoável e condizente com o trabalho técnico apresentado pelo perito, tendo em vista a complexidade da perícia, não havendo, destarte, motivo substancial à redução pretendida". 5 - Nesse aspecto, para se chegar à conclusão diversa da exposta pelo Tribunal Regional, seria necessário reexame de fatos e provas a fim de aferir a complexidade do laudo pericial, por exemplo, o que é vedado nesta instância extraordinária, nos termos da Súmula n° 126 desta Corte, cuja incidência afasta a viabilidade do conhecimento do recurso de revista com base na fundamentação jurídica invocada pela parte. 6 - A Sexta Turma evoluiu para o entendimento de que fica prejudicada a análise da transcendência quando não preenchidos pressupostos de admissibilidade. 7 - Agravo a que se nega provimento" (Ag-AIRR -11504-11.2017.5.15.0116, 6ª Turma, Relatora Ministra Katia Magalhaes Arruda, DEJT 27/08/2021 - grifei).

Por fim, quanto ao tema "honorários sucumbenciais recíprocos", em que pese o recorrente alegue ter havido sucumbência recíproca, nota-se que os pedidos autorais foram julgados integralmente procedentes. O fato de ter havido provimento do recurso ordinário com relação ao quantum dos honorários periciais e ao percentual adotado pelo calculista não configura sucumbência da parte Reclamante.
Assim, por total desinteresse de agir da Reclamada, carece o recurso de revista, no particular, de pressuposto intrínseco de admissibilidade.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001044-78.2014.5.04.0373

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	EXPRESSO CONVENTOS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRA
Advogado	Dr. Henrique Cusinato Hermann(OAB: 46523/RS)
Agravado	SILVESTRE ZIMMER
Advogado	Dr. Clécio Meyer(OAB: 25801/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EXPRESSO CONVENTOS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRA
- SILVESTRE ZIMMER

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2º, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis o teor da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Regularidade Formal.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Cerceamento de Defesa.
Não admito o recurso de revista noitem.
Não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte (art. 896, § 1º-A, CLT).
O cabimento do recurso de revista oferecido contra decisão proferida em execução de sentença está restrito às hipóteses em que evidenciada ofensa direta e literal a norma inserta na Constituição da República, a teor do disposto no artigo 896, § 2º, da CLT e Súmula 266 do TST.
Ainda que se considere corretamente transcrito o trecho do acórdão recorrido e feito o confronto analítico com as respectivas alegações, não constato afronta ao dispositivo constitucional invocado.
Registro a fundamentação do acórdão no sentido de que as partes foram "(...)notificadas para digitalizar as peças necessárias ao regular andamento do feito (id. 25e201d)", ou seja, foi expressamente referido o despacho em quepropiciadaa digitalização e juntada de peças pelas partes, restando não conhecido o agravo de petição por inexistência de peças essenciais nosautos eletrônicos.Assim, não constato afronta direta a preceito constitucional.
Inviável a análise das demais alegações recursais, face à restrição legal anteriormente mencionada.
Em sede de recurso de revista em execução de sentença, eventual ofensa a texto constitucional por via reflexa ou indireta não se enquadra na previsão do art. 896, § 2º, da CLT.
Nego seguimento ao recurso quanto ao tópico "DA INTIMAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DA PARTE - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 6° DO CPC - OFENSA AOS ARTIGOS 76, 932, PAR. ÚNICO, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 5º, II E LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988".
CONCLUSÃO
Nego seguimento".

Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, há de se afastar as alegações tecidas a respeito do despacho denegatório. É que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
Com efeito, assim como na presente hipótese dos autos, a ausência de instrumento válido de mandato para o advogado subscritor do agravo de petição caracteriza irregularidade de representação processual, na forma da nova redação da Súmula 383, I, do TST. Nesse sentido:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º13.015/2014. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO OU SUBSTABELECIMENTO. RECURSO DE REVISTA INEXISTENTE. Compulsando os autos, verifica-se, de fato, que inexiste documento de procuração ou substabelecimento nos autos ao advogado por ocasião da interposição do recurso de revista, dando poderes para atuar em juízo na qualidade de representante da parte recorrente. Com efeito, assim como na presente hipótese dos autos, a ausência de instrumento válido de mandato para o advogado subscritor dos apelos caracteriza irregularidade de representação processual, na forma da nova redação da Súmula 383, I, do TST. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (AIRR - 10212-94.2014.5.03.0062 , Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 24/03/2020, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 27/03/2020)".

Acrescam-se, ainda, os termos do já citado verbete sumular desta Corte, segundo os quais não se admite recurso interposto por advogado sem procuração nos autos, in verbis:

"RECURSO. MANDATO. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. CPC DE 2015, ARTS. 104 E 76, § 2º (nova redação em decorrência do CPC de 2015) - Res. 210/2016, DEJT divulgado em 30.06.2016 e 01 e 04.07.2016

I - É inadmissível recurso firmado por advogado sem procuração juntada aos autos até o momento da sua interposição, salvo mandato tácito. Em caráter excepcional (art. 104 do CPC de 2015), admite-se que o advogado, independentemente de intimação, exiba a procuração no prazo de 5 (cinco) dias após a interposição do recurso, prorrogável por igual período mediante despacho do juiz. Caso não a exiba, considera-se ineficaz o ato praticado e não se conhece do recurso.

Saliente-se que não se trata de irregularidade em procuração já existente nos autos, mas sim de sua ausência, sendo, portanto inviável a concessão de prazo para sanar o vício em questão, na forma do art. 76 do CPC/15 e do item II da Súmula 383.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Incólumes os dispositivos constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001201-35.2012.5.04.0013

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
Advogado	Dr. Benôni Canellas Rossi(OAB: 43026/RS)
Agravado	ÁUREA REGINA BRUM MOURA E OUTROS
Advogado	Dr. Renato Kliemann Paese(OAB: 29134/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
- ÁUREA REGINA BRUM MOURA E OUTROS

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2º, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis o teor da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Preclusão / Coisa Julgada.
Não admito o recurso de revista noitem.
Não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte (art. 896, § 1-A, CLT).
O cabimento do recurso de revista oferecido contra decisão proferida em execução de sentença está restrito às hipóteses em que evidenciada ofensa direta e literal a norma inserta na Constituição da República, a teor do disposto no artigo 896, § 2º, da CLT e Súmula 266 do TST.
Na alegação recursal em que devidamente transcrito o trecho do acórdão e feito corretamente o cotejo analítico com a respectiva alegação, não verifico afronta direta e literal ao dispositivo constitucional apontado (art. 5º, XXXVI, da CF).
Registro que,em sede derecurso de revista emexecução de sentença, eventual ofensa a texto constitucional por via reflexa ou indireta não se enquadra na previsão doart. 896, § 2º, da CLT.
Assim, nego seguimento ao recurso no item referente à coisa julgada eà base de cálculo das diferenças salariais.
CONCLUSÃO
Nego seguimento".

Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, há de se afastar as alegações tecidas a respeito do despacho denegatório. É que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a

incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais. Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.

Na situação dos autos, não procede a alegação de violação da Constituição Federal, quando a lide está adstrita ao exame de legislação infraconstitucional, visto que essa circunstância impossibilita a configuração de sua ofensa literal e direta. A discussão, deste modo, não se exaure na Constituição Federal. Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. CONVERSÃO DO TEMPO COMUM EM TEMPO ESPECIAL. VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 279 DO STF. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA - ARE 748.371. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É inviável o processamento do apelo extremo quando a ofensa a dispositivo constitucional se dá de maneira reflexa e indireta, pois requer o exame prévio da orientação firmada sobre tese infraconstitucional pela instância ordinária. 2. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o Tribunal de origem, quanto ao preenchimento dos requisitos necessários à concessão de aposentadoria, seria imprescindível o reexame dos fatos e provas. Incidência da Súmula 279 do STF. 3. O Supremo Tribunal Federal já assentou, sob a sistemática da repercussão geral, que suposta ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e dos limites da coisa julgada, quando a violação é debatida sob a ótica infraconstitucional, não apresenta repercussão geral, o que torna inadmissível o recurso extraordinário. (RE 748.371-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 1º.08.2013 tema 660). 4. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, CPC." (RE 1004169 AgR / RS, Relator Ministro Edson Fachin. Publicado em 29.3.2017).

DIREITO CIVIL. POSSE. PROPRIEDADE. COISA JULGADA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, da Lei Maior, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária prevista no art. 102 da Magna Carta. 2. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. 3. Agravo regimental conhecido e não provido." (ARE 944003 AgR/GO, Relatora Ministra Rosa Weber. Publicado em 12.4.2016) - (grifei).

Por oportuno, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que violação reflexa ou indireta de dispositivo da Constituição não viabiliza recurso de natureza extraordinária. Eis o teor da Súmula 636 do STF:

"NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE, QUANDO A SUA VERIFICAÇÃO PRESSUPONHA REVER A INTERPRETAÇÃO DADA A NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS PELA DECISÃO RECORRIDA."

Por fim, a diretriz que se extrai da Orientação Jurisprudencial 123 da SBDI-2 do TST (analogicamente) é de que a ofensa à coisa julgada supõe dissonância patente entre as decisões exequenda e rescindenda, o que não se verifica quando se faz necessária a interpretação do título executivo judicial para se concluir pela lesão à coisa julgada, tal como na hipótese dos autos.

Assim, constato a impossibilidade do conhecimento do recurso de revista interposto nesta fase de execução em virtude do que preveem o art. 896, § 2.º, da CLT e as Súmulas 266 do TST e 636 do STF.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Incólume o dispositivo constitucional invocado.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010437-77.2013.5.12.0037

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	SÉRGIO MURILO ALVES
Advogado	Dr. José Eymard Loguércio(OAB: 1441 -A/DF)
Advogado	Dr. Gustavo Garbellini Wischneski(OAB: 30206/SC)

Agravado	BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE
Advogado	Dr. Marco Fridolin Sommer dos Santos(OAB: 27299-A/DF)
Advogada	Dra. Vitória Monego Sommer Santos(OAB: 113017/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE
- SÉRGIO MURILO ALVES

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2º, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis o teor da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Formação, Suspensão e Extinção do Processo / Pressupostos Processuais / Coisa Julgada.
Rescisão do Contrato de Trabalho / Plano de Demissão Voluntária / Incentivada.
Alegação(ões):
- violação do art. 5°, XXXVI, da Constituição Federal.
- divergência jurisprudencial.
A parterecorrente insurge-se contraa decisão colegiada que extinguiu a presente execução, em decorrência da sua adesão ao plano de demissão incentivada (PEDV) do recorrido. Entende violada a garantia constitucional da coisa julgada.
Consta do acórdão:
''O documento juntado fls. 1207 e seguintes (ID. 14ec44d) demonstra que o autor aderiu ao PEDV promovido pelo agravante, recebendo, como contraprestação, o pagamento da indenização de R$254.082,60 pela adesão ao PEDV, além de outras parcelas rescisórias, o que importou no montante líquido de R$332.990,86 (fl. 1211), sem ressalvar os direitos postulados na presente ação.
Não há nenhum indício, ou mesmo alegação, de coação para que o exequente aderisse ao PEDV previsto no Acordo Coletivo das fls. 1194-1206.
No caso presente, os empregados do BRDE, por meio de Comissão Representante, ajustaram o PEDV, ressaltando que "as cláusulas e condições estabelecidas [...] são frutos da livre negociação e de consenso entre os signatários".
Ficou consignado, também, que alguns Sindicatos profissionais se recusaram a participar da negociação. Porém, claro está que toda a negociação foi conduzida pelas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, que convocaram trabalhadores e entidades sindicais, além do empregador, para reuniões e debates.
E, após "cumpridas as formalidades exigidas no art. 617 da CLT quanto à participação das entidades sindicais na negociação coletiva", foi firmado Acordo Coletivo com Propósito Específico, relativo ao Programa de Estímulo ao Desligamento Voluntário", que incluiu, entre as cláusulas, a relativa à quitação, redigida nos seguintes termos:
(...)
Diante do seu teor, a cláusula de quitação, em meu entendimento, abrange todas as parcelas elencadas especificamente no PEDV, sejam elas, ou não, objeto de ações judiciais, e estejam elas em fase de cognição ou de execução. Isso porque a única parcela expressamente ressalvada da quitação foi o Imposto de Renda incidente sobre valores correspondente a acordo anteriormente firmado pelo BRDE e empregados de Santa Catarina. E, quando já em execução, ou seja, quando já houver trânsito em julgado, como no caso presente, a quitação passada no PEDV pode ser invocada.
No presente caso, o objeto da ação diz respeito tão somente a diferenças salariais decorrentes da não inclusão da gratificação semestral na base de cálculo da PLR, de modo que não se enquadra na exceção prevista no § 2º da cláusula antes transcrita." (grifei)
Nos termos do art. 896, § 2º, da CLT e da Súmula nº 266 do Tribunal Superior do Trabalho somente caberá recurso de revista em processo de execução, por ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal. Descabe, assim, alegação de divergência jurisprudencial.
Quanto ao preceito constitucional invocado, não há cogitar violação direta e literal, conforme as razões de decidir adotadas pelo Colegiado mencionadas acima. Com efeito, dada a natureza da controvérsia em debate, contexto que enseja provimentos jurisdicionais de cunho interpretativo, resulta vedado o seguimento do recurso por violação de lei, em se considerando os limites de admissibilidade previstosno §2°do art. 896 da CLT.
CONCLUSÃO
DENEGOseguimento aorecurso de revista".

Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, há de se afastar as alegações tecidas a respeito do despacho denegatório. É que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
Pois bem.
O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 590.415/SC, em 30/04/2015, com repercussão geral reconhecida, firmou a tese de que "A transação extrajudicial que importa rescisão do contrato de trabalho, em razão de adesão voluntária do empregado a plano de dispensa incentivada, enseja quitação ampla e irrestrita de todas as parcelas objeto do contrato de emprego, caso essa condição tenha constado expressamente do acordo coletivo que aprovou o plano, bem como dos demais instrumentos celebrados com o empregado".
Considerando o quadro fático delineado nos autos, no sentido de que o programa de desligamento foi operado via negociação

coletiva, bem como de que a norma coletiva estabelecia expressamente que a adesão do empregado ao plano implicaria em quitação ampla e geral de todas as parcelas decorrentes do contrato de trabalho, verifica-se que a hipótese dos autos se amolda àquela apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 590.415.

Com efeito, verifica-se que o trânsito em julgado da sentença exequenda do presente caso se deu em Junho de 2020, ou seja, após a decisão da Suprema Corte no RE 590.415, atraindo, nesse aspecto, o entendimento constante do Tema 360 da Repercussão Geral do Excelso STF.

Assim, o trânsito em julgado da decisão exequenda ocorreu após a data do julgamento do RE 590.415 pelo Supremo. Desse modo, considerando que o presente processo não estava acobertado pelo manto da coisa julgada quando da publicação da decisão do STF, inexiste violação direta e literal do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal no Acórdão Regional por manter a sentença de embargos à execução que reconheceu a inexigibilidade do título executivo.

A coisa julgada é garantia constitucional apta a efetivar o princípio da segurança jurídica e promover estabilidade nas relações sociais.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001385-37.2015.5.06.0172

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ADEILSON JOSE SOUSA E SILVA
Advogada	Dra. Milena Mattos de Melo Cavalcanti(OAB: 23328-A/PE)
Agravado	GESTAMP WIND STEEL PERNAMBUCO S.A.
Advogado	Dr. Carlos Roberto de Siqueira Castro(OAB: 808-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADEILSON JOSE SOUSA E SILVA
- GESTAMP WIND STEEL PERNAMBUCO S.A.

Preliminarmente, determino que todas as intimações e comunicações processuais sejam publicadas em nome do Dr. Carlos Fernando de Siqueira Castro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 106.094, OAB/SP sob nº 185.570, OAB/RS sob nº 56.890-A, OAB/BA sob nº 17.766, OAB/PE sob nº 807-A, OAB/CE sob nº 14.326-A, OAB/DF sob nº 20.014, OAB/TO sob nº 5426-A, OAB/PB sob nº 106.094-A, OAB/MA sob nº 8883-A, OAB/ES sob nº 12.288, OAB/AL sob nº 7.567-A, OAB/SE sob nº 384-A, OAB/RN sob nº 520 -A, OAB/PI sob nº 5.726-A, OAB/MT sob nº 15.104-A, OAB/MS sob nº 15.239-A, OAB/AC sob nº 3802, OAB/AP sob nº 2.191-A, OAB/AM sob nº 672-A, OAB/GO sob nº 30475, OAB/MG sob nº 93274, OAB/PA sob nº 15.408-A, OAB/PR sob nº 55598, OAB/RO sob nº 5014, OAB/RR sob nº 414-A, OAB/SC sob nº 30028,

À Secretaria da 2ª Turma para que realize a alteração acima requerida.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.

Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

O apelo é tempestivo, tendo em vista a publicação da decisão em 26.07.2019 e a apresentação das razões deste apelo em 05.08.2019 (Ids c7b310f e 8e72ee1).

Representação processual regularmente demonstrada (Id 4a313ac).

Preparo desnecessário.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DOENÇA OCUPACIONAL

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Alegações:

- contrariedade à Súmula 228 do TST; e
- violação aos artigos 189 a 197 da CLT.

A recorrente espera o reconhecimento da estabilidade provisória, com o pagamento de indenização substitutiva em razão da impossibilidade de reintegração, bem como em razão dos atos ilícitos perpetrados pela ré, a título de indenização por dano moral. Registra que desenvolveu hérnia umbilical devido às atividades exercidas em prol da reclamada e acrescenta que eram realizadas sem qualquer observação, por parte da ré, das normas de segurança, ergonômicas e de medicina do trabalho. Diz que o laudo pericial é contraditório não servindo como meio de prova. Requer a procedência do pagamento de adicional de insalubridade e suas repercussões legais, pois, no desempenho de suas funções, estava exposto a agentes nocivos, sem utilização correta de EPI's. Esclarece que "apesar da reclamada fornecer os protetores

auriculares, os mesmo apresentam apenas validade de 3 a 6 meses, o que demonstra que os EPI,s fornecidos pela reclamada eram insuficientes e ainda não elidiam a insalubridade pleiteada". Defende que "o entendimento do juízo não deve ficar vinculado ao laudo acostado ao processo, tendo em vista que o mesmo não supre todas as necessidades cabíveis para a interpretação definitiva que a parte autora mereça prosperar no seu pedido de adicional de insalubridade".

Do acórdão impugnado extraio os seguintes fundamentos (Id bb65efd):

A caracterização e classificação das atividades insalubres devem ser feitas através de perícia realizada no local de trabalho do empregado (CLT, art. 195), o que foi devidamente observado no caso em análise, pois o MM. Juízo a quo determinou a elaboração da prova técnica.

No laudo técnico produzido nos autos (v. ID. 8fd59b3), o perito concluiu que o reclamante, no exercício de suas atividades laborais para a reclamada, apesar de ter sido exposto ao agente físico ruído (90 Db (A) acima do limite de tolerância previsto nos Anexos 1 e 2 da NR 15 (82 Db (A), recebeu regularmente os protetores auriculares plug e concha, que neutralizam a sua exposição aos ruídos produzidos no ambiente de trabalho, não fazendo jus, portanto, ao adicional pleiteado, sob qualquer grau.

Por oportuno, impende-se destacar que a indústria de EPIs, especificamente de protetores auditivos, não declinam a sua vida útil, mas tão somente se referem à data de validade.

Neste mesmo sentido, o Ministério do Trabalho e Emprego, ao emitir o Certificado de Aprovação (CA), não especifica a vida útil ou a durabilidade dos EPIs, fazendo constar apenas informações a respeito da existência ou não e o exato tipo de EPI para determinado agente insalubre, bem como o nível de redução provável da insalubridade pela sua a utilização correta, inexistindo qualquer menção acerca da durabilidade dos EPIs.

Ainda, as pesquisas que se tem acesso via sites especializados não são conclusivas sobre o tema em análise, vez que a vida útil de um EPI depende de fatores externos, tais como forma de uso, higienização e outros.

No entanto, tem-se entendido ser razoável o tempo aproximado de 06 (seis) meses e 12 (doze) meses para os protetores auriculares plug e concha, respectivamente, como bem pontuado pelo expert nomeado nos autos.

Como demonstrado nos fólios não terem transcorridos os prazos de vida útil entre uma entrega e outra pela reclamada, entendo que os EPIs fornecidos para o reclamante foram suficientes para neutralizarem o agente ruído durante o contrato de trabalho. Assim sendo, entendo que inexistem nos autos provas hábeis a ensejar um posicionamento judicial diverso do adotado no laudo pericial que, frise-se, foi elaborado por profissional para tanto capacitado, deve prevalecer a dita prova técnica que concluiu pela ausência de insalubridade.

Ressalte-se que, ao buscar provimento jurisdicional diverso daquele apontado na conclusão da prova técnica, caberia ao reclamante trazer aos autos elementos sólidos e consistentes a fim de infirmar a conclusão do perito.

É que, conforme o disposto no artigo 479, do CPC e tal como ocorrido, o Juiz apreciará a prova pericial indicando na sentença os motivos que o levaram a considerar ou deixar de considerar as conclusões do laudo, levando em conta o método utilizado pelo perito.

(...)

No caso dos autos, como nenhuma das considerações esgrimidas no recurso do reclamante altera a situação fática descrita no parecer técnico, impõe-se a confirmação do indeferimento do pedido de pagamento do adicional de insalubridade e repercussões. Portanto, nada a reformar, no ponto.

(...)

Com relação à doença ocupacional, não obstante o inconformismo apresentado, o apelo não ultrapassa o crivo da admissibilidade recursal.

É que a Lei nº 13.015/2014 acrescentou o §1º-A ao art. 896 da CLT, introduzindo novos requisitos formais ao processamento dos recursos de revista, que impuseram à parte, sob pena de não conhecimento do seu apelo, o dever de: 1) indicar, para cada tema trazido ao reexame, o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia; 2) apresentar tese explícita e fundamentada de violação legal, de contrariedade à Súmula de jurisprudência da C. Corte Revisora e à Súmula vinculante do E. STF ou de dissenso pretoriano que entenda existir; 3) impugnar todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida; e 4) transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão.

Tais requisitos formais de admissibilidade do recurso de revista objetivam favorecer a identificação de contrariedade a dispositivo de lei e a súmula, bem como dissensão das teses apresentadas, impedindo impugnações genéricas da decisão regional e, ainda, juízo de admissibilidade subjetivo no tocante a requisitos objetivos.

Na hipótese dos autos, considerando que o recorrente não cuidou de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, inviabilizado está o conhecimento de seu apelo, nos termos do inciso II do § 1º- A do art. 896 da CLT, acrescentado pela Lei nº 13.015 de 22/09/2014.

Quanto ao adicional de insalubridade, sopesando as alegações da parte recorrente com o posicionamento do acórdão regional, tenho que a revista não comporta processamento, pois o Regional decidiu as questões veiculadas no presente apelo com base no conjunto probatório contido nos autos e de acordo com a legislação pertinente à espécie. Com isso, os argumentos lançados pela parte no recurso, em sentido contrário, somente seriam aferíveis por meio de reexame fático, o que não é possível nessa via recursal (Súmula nº 126 do TST). Por consequência, fica inviabilizado o exame pertinente à divergência jurisprudencial específica (Súmula nº 296 desse mesmo órgão superior).

CONCLUSÃO

Diante do exposto, DENEGO seguimento ao Recurso de Revista."

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "adicional de insalubridade", emerge como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista a diretriz consubstanciada na Súmula 126 do TST.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001078-82.2019.5.08.0206

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DO AMAPÁ
Procurador	Dr. Jimmy Negrão Maciel
Agravado	JOSE ELDINEI LIMA DE SOUZA
Advogado	Dr. José Elivaldo Coutinho(OAB: 763-A/AP)
Agravado	REDE DAS ASSOCIACOES DAS ESCOLAS FAMILIAS DO AMAPA
Agravado	ASSOCIACAO DA ESCOLA FAMILIA AGROECOLOGICA DO MACACOARI

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIACAO DA ESCOLA FAMILIA AGROECOLOGICA DO MACACOARI
- ESTADO DO AMAPÁ
- JOSE ELDINEI LIMA DE SOUZA
- REDE DAS ASSOCIACOES DAS ESCOLAS FAMILIAS DO AMAPA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 230/238) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 205/212).

Contraminuta às fls. 244/251.

O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não provimento do agravo de instrumento (fls. 267/271).

O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 28/06/2021 e apelo protocolado em 14/07/2021), sendo inexigível o preparo.

O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.

Não tem razão.

Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.

No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida,

ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ausência de provas da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Com razão. Restou incontroverso nos autos a prestação de serviços da 1ª e 2ª reclamada ao Ente Público. Porém, não consta nenhum elemento que demonstre a fiscalização, por parte do Estado, do convênio mantido com as reclamadas.
Restou evidente que o ente público sequer cumpriu com sua principal obrigação de repassar o valor acordado pelo contrato, tampouco fiscalizou o repasse dos valores devidos aos trabalhadores, o que gerou a retenção salarial nos últimos meses da prestação de serviço." (fls. 176).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010211-36.2021.5.03.0104

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	PIRLIMPIMPIM BABY LTDA
Advogada	Dra. Dênia Márcia Duarte(OAB: 82977-A/MG)
Agravado	MARIA CRISTINA MATTIOLI
Advogado	Dr. Viviane Espíndula Vieira(OAB: 84473-A/MG)
Advogado	Dr. Rosângela Torrent e Silva(OAB: 115250-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA CRISTINA MATTIOLI
- PIRLIMPIMPIM BABY LTDA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Transcendência.
Nos termos do art. 896-A, § 6º da CLT, não compete aos Tribunais Regionais, mas exclusivamente ao TST, examinar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
Rescisão do Contrato de Trabalho / Força Maior / Factum Principis.
Rescisão do Contrato de Trabalho.
Rescisão do Contrato de Trabalho / Reintegração / Readmissão ou Indenização / Outras Hipóteses de Estabilidade.
Trata-se de recurso em processo submetido ao RITO SUMARÍSSIMO, com cabimento restrito às hipóteses em que tenha havido contrariedade a Súmula de jurisprudência uniforme do TST e/ou violação direta de dispositivo da Constituição da República, Súmula Vinculante do STF, a teor do § 9º do art. 896 da CLT (redação dada pela Lei 13.015/14).
Registro que em casos tais é igualmente incabível o Recurso de Revista ao fundamento de alegado desacordo com OJ do TST, em consonância com a sua Súmula 442.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra violação literal e direta de qualquer dispositivo da Constituição da República ou contrariedade com Súmula do TST ou Súmula Vinculante do STF, como exige o citado preceito legal.
Inviável o seguimento do recurso quanto à rescisão do contrato por motivo de força maior, diante da conclusão da Turma no sentido de que:
No presente caso concreto, o contrato da reclamante foi rescindido em 04/01/2021, quando a empresa ainda estava em funcionamento, pois a baixa da empresa somente foi registrada em 08/03/2021 (ID b754312).
Não se olvida que a modificação da situação cadastral na Receita Federal se efetiva após finalizados os trâmites de encerramento das atividades. Entretanto, o documento de ID 11f22ac, págs. 1/3, revela que o requerimento da extinção ou do distrato da empresa

somente ocorreu em 01/03/2021.
Diante desse cenário, não resta dúvida de que a rescisão do contrato de trabalho da autora, além de ser medida contrária àquelas identificadas nas Medidas Provisórias supracitadas, não se subsume à previsão contida no capítulo da CLT que trata da força maior.
Também não prospera o seguimento do recurso quanto à supensão do contrato/garantia de emprego, tendo em vista os fundamentos adotados pela Turma, verbis:
A Súmula 173 do TST, invocada pela ré, disciplina a quitação dos salários decorrentes do rompimento do contrato de trabalho em razão da cessação das atividades da empresa, sem prejuízo da estabilidade a que faz jus a reclamante, já que, como bem demonstrado na r. sentença recorrida, a Lei 14.020/2020 deixa claro que não incide no enfrentamento da calamidade pública advinda do coronavírus nem mesmo o "fato do príncipe" (art. 486 da CLT), o que permite a conclusão de que também não se aplica ao caso a excludente do caso fortuito ou da força maior, decorrente de medidas adotadas em relação à Covid-19, em que pese o inconformismo recursal manifestado pela reclamada nesse aspecto. Desse modo, não constato contrariedade à Súmula 173 do TST.
O deslinde da controvérsia transpõe os limites da literalidade dos preceitos legais invocados, uma vez que a matéria em discussão é eminentemente interpretativa, não se podendo afirmar que a própria letra dos dispositivos tenha sofrido ofensa pelo acórdão.
O acórdão recorrido está lastreado em provas. Incabível, portanto, o recurso de revista para reexame de fatos e provas, nos termos da Súmula 126 do TST.
A alegada ofensa ao artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal, que consagra o princípio da legalidade, não se caracteriza diretamente, como exige o artigo 896 da CLT. Eventual afronta ao dispositivo constitucional seria apenas reflexa, o que não enseja a admissibilidade do recurso de revista.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "Rescisão do Contrato de Trabalho / Força Maior / Factum Principis - Rescisão do Contrato de Trabalho - Rescisão do Contrato de Trabalho / Reintegração / Readmissão ou Indenização / Outras Hipóteses de Estabilidade", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 296, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010188-77.2020.5.15.0044

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Tânia Takezawa Makiyama Kawahara
Agravado	MARCOS ANTONIO HENRIQUES ALVES
Advogada	Dra. Luciana Lílian Calçavara(OAB: 155351-A/SP)
Advogado	Dr. Cláudio Lélio Ribeiro dos Anjos(OAB: 145207-A/SP)
Advogada	Dra. Jéssica Ellen Ronda(OAB: 382105-A/SP)
Agravado	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
Advogada	Dra. Francisca de Assis Carvalho(OAB: 179144-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
- MARCOS ANTONIO HENRIQUES ALVES
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 738/776) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 705/707).
Contrarrazões ao recurso de revista apresentada às fls. 833/845.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo sobrestamento dos autos até que o Supremo Tribunal Federal firme a tese para responsabilização subsidiária da Administração Pública, fls. 852/853.
É o relatório.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 05/07/2021 e apelo protocolado em 13/07/2021), sendo inexigível o preparo.
A segunda reclamada renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão

geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Outrossim, também comprovada a omissão do ente público na fiscalização do contrato firmado com a prestadora de serviços.
Embora a segunda reclamada tenha juntado aos autos cópias de documentos que demonstram que os últimos salários do trabalhador foram pagos diretamente por ela, não se verifica na documentação apontada sequer uma intimação, advertência, multa, rescisão contratual ou retenção de repasses mensais com a prestadora de serviços ou ainda qualquer outro ato para pôr fim às irregularidades trabalhistas.
Foi preciso o próprio autor, movido pelo desespero de tentar garantir o recebimento de seus créditos, ter pedido nestes autos medida cautelar de bloqueio de faturas da primeira reclamada (id. 4779692), o que foi deferido pelo juízo de origem em sentença.
Assim, mostra-se que a fiscalização exercida pela segunda reclamada não foi eficaz."(fls. 644/645)

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico,

com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada

em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000984-25.2019.5.09.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	COMPANHIA DE CELULOSE E PAPEL DO PARANÁ - COCELPA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Emerson Luis Dal Pozzo(OAB: 47102-A/PR)
Agravado	JOSIMAR NUNES RODRIGUES
Advogado	Dr. Gustavo Coraiola(OAB: 57032-A/PR)
Advogado	Dr. Kassio Luis Skibinski(OAB: 69078-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE CELULOSE E PAPEL DO PARANÁ - COCELPA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- JOSIMAR NUNES RODRIGUES

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Recurso tempestivo (decisão publicadaem 01/06/2021 - fl./Id. expediente; recurso apresentado em 10/06/2021 - fl./Id. b1b939e).
Representação processual regular (fl./Id.72bd5e3, 1424f7c e b1b939e).
Preparo satisfeito(fls./Ids. 71aaf70 e 42d261b).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
RITO SUMARÍSSIMO
A presente demanda está tramitando sob o rito sumaríssimo. O recurso de revista, em tal hipótese, somente tem cabimento por contrariedade a Súmula da jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal ou, ainda, por violação direta à Constituição da República, a teor do artigo 896, § 9º, da Consolidação das Leis do Trabalho e da Súmula n.º 442 do Tribunal Superior do Trabalho.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Assistência Judiciária Gratuita.
Rescisão do Contrato de Trabalho / Verbas Rescisórias / Multa do Artigo 477 da CLT.
A Lei 13.015/2014 acrescentou o § 1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:
§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;
II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.
A parte recorrente deixou de atender o disposto no inciso I, do § 1º-A, do artigo supracitado, pois a forma como procedeu não supre a exigência legal.
Segue ser assente o entendimento que a parte que recorre deve reproduzir o trecho da decisão que lhe foi desfavorável de forma razoavelmente destacada, em que constem todos os motivos e fundamentos adotados pela Turma, o que não foi observado.
A exigência consiste em apontar o prequestionamento - salvo vício nascido na própria decisão - e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a mera indicação de folha do trecho do acórdão, com a sinopse da decisão ou, ainda, com a transcrição parcial dos fundamentos adotados, da ementa, da parte dispositiva ou do inteiro teor do acórdão recorrido, devendo a parte destacar (negritar, sublinhar ou grifar) exatamente o ponto central da tese objeto do recurso. Isso porque, segundo o entendimento prevalecente naquele tribunal, a transcrição genérica, sem o destaque nos moldes acima da exata tese jurídica impugnada, não permite identificar e confirmar onde reside o exigido requisito legal (prévio questionamento). Não basta, portanto, transcrever apenas trechos que não abranjam toda a fundamentação utilizada, pois se deixa de demonstrar a confrontação inclusive analítica com cada ponto questionado (item III, do §1º-A acima transcrito), bem assim não é suficiente a transcrição do tópico inteiro do recurso, sem destacar a tese objeto do confronto.
Cito a título de exemplo, a seguinte decisão da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho:
"AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA. REGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. ART. 896, § 1º-A,

I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DA ÍNTEGRA DA DECISÃO REGIONAL EM RELAÇÃO AO TEMA. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE. O cabimento de recurso de embargos contra acórdão de Turma se restringe às hipóteses previstas no art. 894, II, e § 2º, da CLT, não se considerando atual a divergência superada por iterativa e notória jurisprudência desta Corte, no sentido de que não preenche o requisito previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, a transcrição integral do acórdão regional em relação ao tema objeto do recurso de revista, sem o devido destaque quanto ao ponto em discussão. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgR-E-ED-ED-ARR - 556-25.2013.5.12.0054, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, data de julgamento: 14/12/2017, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, data de publicação: DEJT 19/12/2017).

No mesmo sentidosão os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST-AIRR-1160-68.2014.5.02.0073, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 14/12/2016, 7ª Turma, acórdão publicado no DEJT de 03/02/2017; TST-RR-18177-29.2013.5.16.0020 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-104-15.2014.5.08.0014, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, acórdão publicado no DEJT de 06/05/2016; TST-AIRR-10033-37.2014.5.14.0101, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-10982-58.2014.5.14.0005, 4ª Turma, Relator Ministro João Oreste Dalazen, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-163-91.2013.5.11.0551, 5ª Turma, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, acórdão publicado no DEJT de 22/04/2016; TST-AIRR-1410-22.2013.5.07.0001, 6ª Turma, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, acórdão publicado no DEJT de 06/05/2016; TST-AIRR-11680-81.2014.5.03.0163, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Brandão, acórdão publicado no DEJT de 04/03/2016.

Pelo exposto, inviável o conhecimento do recurso de revista, porque não atendido pela parte recorrente o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Denego.

CONCLUSÃO

Denego seguimento.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "gratuidade de justiça - pessoa jurídica" e "multa do art. 477, da CLT", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas na Súmula 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.

Quanto ao tema "gratuidade de justiça - pessoa jurídica", consta do acórdão regional:

"[...] Analisa-se.

Dentre as inovações do CPC de 2015 está a previsão que consta de seu artigo 98 no que refere à concessão de gratuidade da justiça à pessoa jurídica. Ainda assim, tal concessão exige prova robusta da condição financeira precária da pessoa jurídica. Isso se infere da disposição contida no artigo 5º, inciso LXXIV, da CF ("o estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos", destacou-se), e também em razão do que dispõe o artigo 99, § 3º, do CPC, de que se presume "verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural" (destacou-se).

Esta 7ª Turma, igualmente, entende que a simples declaração de insuficiência financeira não basta para a concessão do benefício da justiça gratuita à pessoa jurídica, a quem incumbe comprovar suas alegações. Sobre o tema, o C. TST consolidou o seu entendimento por meio da edição da Súmula 463, "in verbis" (destacou-se):

"ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPROVAÇÃO.

I - A partir de 26.06.2017, para a concessão da assistência judiciária gratuita à pessoa natural, basta a declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte ou por seu advogado, desde que munido de procuração com poderes específicos para esse fim (art. 105 do CPC de 2015); II - No caso de pessoa jurídica, não basta a mera declaração: é necessária a demonstração cabal de impossibilidade de a parte arcar com as despesas do processo."

No caso dos autos, a reclamada não comprovou a falta de condições para arcar com as despesas processuais, eis que não há demonstração inequívoca da impossibilidade de suportá-las. Muito embora a ré seja alvo de diversas ações judiciais (fls. 189-194 e 312), e encontre-se em processo de recuperação judicial desde 2017 (fls. 195-203), a documentação não retrata a atual situação financeira da Demandada. Além da condição de empresa em recuperação judicial ser insuficiente para a automática concessão dos benefícios da justiça gratuita, a existência de diversas ações trabalhistas não demonstra as dificuldades financeiras da ré, porquanto não demonstrada a inexistência de contas em bancos ou de eventuais ativos financeiros.

Destarte, não houve comprovação da atual situação financeira da ré por meio de balanço contábil e declaração de imposto de renda dos últimos três anos. Ainda que se admita o fato de que a ré recorrente passa por momento de "crise econômica", não se pode concluir que não possua capacidade de sequer arcar com as custas do processo.

Citam-se, ainda, os seguintes precedentes do C. TST: RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nºs 13.015/2014 E 13.105/2015. DESERÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO. REQUERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE DEPÓSITO RECURSAL.

EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA. 1. A prestação de assistência judiciária gratuita, no âmbito da Justiça do Trabalho (Lei nº 5.584/70), beneficia apenas o trabalhador hipossuficiente, liberando-o do pagamento das custas processuais, traslados, instrumentos e honorários periciais (arts. 789, 790, § 3º e 790-B da CLT). 2. No entanto, esta Corte vem admitindo o deferimento dos benefícios da justiça gratuita às pessoas jurídicas, bem como às pessoas físicas, enquanto empregadoras, desde que comprovada a incapacidade financeira, situação avessa aos autos. 3. Por outro lado, prevalece o posicionamento no sentido de que a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita ao empregador não alcança o depósito recursal, que não tem a natureza jurídica de despesa processual a que alude o art. 3º da Lei nº 1.060/50, mas de garantia do juízo da execução. Precedentes. Recurso de revista não conhecido. (RR - 1715-78.2015.5.09.0001 , Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 30/05/2017, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 02/06/2017) RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI 13.015/2014. JUSTIÇA GRATUITA.

PESSOA JURÍDICA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO CABAL DA INSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. ISENÇÃO APENAS DAS CUSTAS PROCESSUAIS. AUSÊNCIA DE DEPÓSITO RECURSAL. DESERÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO. 1.A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que, em se tratando de pessoa jurídica, é admissível a concessão dos benefícios da justiça gratuita, mas desde que demonstrada de forma cabal a impossibilidade de arcar com as despesas do processo, não bastando para tanto a mera declaração. Precedentes. 2. In casu, a reclamada não logrou demonstrar a situação de insuficiência econômica que alega se submeter. Com efeito, ao apresentar o recurso de revista, a

recorrente não trouxe nenhum documento capaz de comprovar suas alegações. Por outro lado, conforme esclareceu a Corte de origem no julgamento do recurso ordinário, os extratos bancários juntados aos autos não revelaram incapacidade financeira capaz de impossibilitar o preparo recursal. Ademais, ainda que no caso concreto se entendesse comprovada a insuficiência econômica e se deferisse a justiça gratuita, não seria possível afastar a deserção reconhecida pelo Tribunal Regional de origem, uma vez que tal benefício não abrange o depósito recursal, nem mesmo após a edição da LC 132/2009, que acrescentou o inciso VII ao art. 3.º da Lei 1.060/50, na medida em que, consoante jurisprudência predominante desta Corte, o depósito recursal de que trata o art. 899, § 1.º, da CLT possui natureza jurídica de garantia de juízo, e não de despesa processual ou de mero pressuposto recursal. Precedentes. Recurso de revista não conhecido. (RR - 1956-49.2015.5.09.0002 , Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, Data de Julgamento: 19/04/2017, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 28/04/2017)
Pelo exposto, REJEITA-SE o requerimento de concessão dos benefícios
da justiça gratuita à Reclamada."

Embora a Lei nº 13.467/2017 tenha inserido o artigo 896, § 10, da CLT para conceder isenção do depósito recursal às entidades filantrópicas e às empresas em recuperação judicial, o deferimento dos benefícios da justiça gratuita e a consequente dispensa do pagamento das despesas forenses depende de que a pessoa jurídica interessada demonstre a sua hipossuficiência econômica na forma exigida pelo artigo 790, §4º, da CLT e pelo item II da Súmula/TST nº 463:

SÚMULA 463
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPROVAÇÃO.
II - No caso de pessoa jurídica, não basta a mera declaração: é necessária a demonstração cabal de impossibilidade de a parte arcar com as despesas do processo.

Ante a ausência de comprovação, pelo agravante, da impossibilidade de arcar com as custas processuais, irreparável o acórdão que rejeitou o requerimento de concessão dos benefícios da justiça gratuita.
Precedentes:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. RITO SUMARÍSSIMO. DESERÇÃO. REQUERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. AUSÊNCIA DO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS E DO DEPÓSITO RECURSAL. EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA. Com o advento da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a CLT passou a disciplinar que "são isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial" (art. 899, § 10, da CLT). Por sua vez, o § 4º do art. 790 da CLT somente autoriza a concessão dos benefícios da justiça gratuita "à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo". No mesmo sentido, o atual item II da Súmula 463 do TST, ao abordar a concessão da assistência judiciária gratuita às pessoas jurídicas. Na hipótese, não comprovada a incapacidade atual para arcar com as despesas processuais, desmerecido o benefício. Agravo de instrumento conhecido e desprovido. (AIRR-965-59.2018.5.08.0014, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 18/9/2020)

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. DESERÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. NÃO COMPROVAÇÃO. INSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. DESPESAS PROCESSUAIS. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 463, II, DO TST. AUSÊNCIA DE TRANSCENDÊNCIA. O art. 899, § 10, da CLT, incluído pela Lei n.º 13.467/2017, isenta do recolhimento do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial. Trata, portanto, unicamente, da isenção de depósito recursal. Do mesmo modo, o § 4.º do art. 790 da CLT autoriza a concessão do benefício da justiça gratuita somente para a parte que comprovar a insuficiência econômica para o pagamento das custas processuais. Esse benefício, inequivocamente, aplica-se à pessoa jurídica em recuperação judicial, mas pressupõe a comprovação cabal da insuficiência econômica, nos termos estabelecidos pelo item II da Súmula 463 do TST. No caso dos autos, contudo, não houve comprovação da incapacidade econômica da reclamada para suportar as despesas processuais, motivo pelo qual o benefício não lhe foi concedido, ocasionando a deserção do Recurso Ordinário. Agravo de Instrumento conhecido e não provido. (AIRR-1347-96.2015.5.06.0019, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz Jose Dezena da Silva, DEJT 7/8/2020)

AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMADO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA. DESERÇÃO DO RECURSO DE REVISTA. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. NÃO COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. NÃO PROVIMENTO. Cinge-se a controvérsia em saber se há possibilidade ou não de conceder o benefício de assistência judiciária gratuita ao reclamado, pessoa jurídica, para fins de isenção do depósito recursal. Acerca da matéria, de acordo com alterações trazidas pela Lei nº 13.467/2017, o § 10 do artigo 899 da CLT dispõe que serão isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial. Já o § 4º do artigo 790 da CLT diz que, para a concessão do benefício da justiça gratuita, é necessário que a parte comprove a insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo. O acréscimo legal contido no referido § 4º corroborou a jurisprudência desta Corte Superior que, no caso de pessoa jurídica, já tinha firmado entendimento de que a concessão do benefício da justiça gratuita está condicionada à demonstração de impossibilidade de a parte arcar com as despesas do processo, conforme consubstanciado no item II da Súmula nº 463. No caso, na decisão em que foi indeferida a concessão do benefício da justiça gratuita ao reclamado, ficou consignado que a parte não comprovou a insuficiência financeira, capaz de impedir o pagamento das despesas do processo. Assim, foi concedido à parte o prazo de cinco dias para regularizar o preparo, o que não foi atendido. Portanto, não merece reparo a decisão que, com fundamento em deserção, denegou seguimento ao recurso de revista. A incidência da deserção é suficiente para afastar a transcendência da causa, uma vez que inviabilizará a análise da questão controvertida no recurso de revista e, por conseguinte, não serão produzidos os reflexos gerais, nos termos previstos no § 1º do artigo 896-A da CLT. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (ARR-604-40.2016.5.09.0093, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto

Caputo Bastos, DEJT 19/06/2020).

Incidem o artigo 896, §7º, da CLT e Súmula nº 333 do TST como óbices ao trânsito do recurso de revista.

Quanto ao tema "multa do art. 477, da CLT", a Corte Regional se manifestou da seguinte forma:

"[...] Analisa-se.
Incontroverso que a ruptura do contrato de trabalho ocorreu em 24/10/2017 e que não houve o pagamento das verbas rescisórias discriminadas no TRCT (fl. 180-181) no prazo do § 6º do art. 477 da CLT, eis que foram parceladas, conforme evidenciam os comprovantes de pagamento às fls. 183-186 (parcelas de R$ 1.000,00; R$ 2.000,00; R$ 1.482,58; e R$ 4.000,00).
Desse modo, resta inarredável, no caso concreto, o desrespeito ao prazo estipulado no §6º do artigo 477 da CLT, o que enseja a aplicação da penalidade prevista no § 8º do mesmo artigo.
Nesse sentido, os seguintes excertos da jurisprudência do C. TST:
"RECURSO DE REVISTA. MULTA PREVISTA NO ART. 477, § 8º, DA CLT. PARCELAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS. É firme a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que é direito indisponível do trabalhador a percepção da totalidade das verbas rescisórias nos prazos estipulados no § 6º do art. 477 da CLT. O pagamento em parcelas implica atraso, atraindo a incidência da multa prevista no § 8º do mesmo dispositivo legal. Incidência do disposto no art. 896, § 7º, da CLT. Recurso de revista de que não se conhece" (RR-22800-23.2009.5.15.0015, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 04/10/2019).
"(...) MULTA DO ART. 477 DA CLT. PARCELAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. As verbas rescisórias constituem direito indisponível do empregado, razão pela qual seu pagamento não admite transação, ainda que com anuência do reclamante, devendo ser realizado dentro do prazo estipulado no § 6º do art. 477 da CLT. O pagamento em parcelas implica descumprimento do referido prazo, o que atrai a incidência da multa prevista no § 8º do mesmo dispositivo. Precedentes. Agravo não provido. (...)" (Ag-AIRR-1000083-54.2014.5.02.0704, 5ª Turma, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 24/05/2019).
"(...) VERBAS RESCISÓRIAS. PARCELAMENTO. MULTA DO ARTIGO 477, § 8º, DA CLT. INCIDÊNCIA . Extrai-se do artigo 477, §§ 4º e 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho que, sendo devidas as verbas rescisórias, o seu pagamento deve ser feito à vista, de forma integral, no prazo previsto no parágrafo 6º do referido diploma de lei, e não em parcelas, pois se estaria a permitir o atraso no seu pagamento. Trata-se de direito indisponível do empregado, que não pode ser validado por acordo firmado pelas partes, pelo que é devida, nesta hipótese de pagamento parcial das verbas rescisórias, a incidência da multa prevista no § 8º do artigo 477 da CLT. Agravo de instrumento desprovido. (...)" (AIRR-724-20.2015.5.02.0447, 2ª Turma, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 01/03/2019).
Ante o exposto, mantém-se."

Houve, na prática, o parcelamento do valor devido a título de verbas rescisórias, o que não encontra respaldo no art. 447 da CLT, que determina o pagamento respectivo no prazo fixado no § 6º, não contemplando a hipótese de fracionamento na quitação do valor total devido.
Nesse sentido, os seguintes julgados desta Corte:

[...] MULTA PREVISTA NO ARTIGO 477 DA CLT. PARCELAMENTO ACORDADO ENTRE AS PARTES. INDISPONIBILIDADE DO DIREITO À MULTA. O pagamento parcelado das verbas rescisórias, mesmo com previsão em acordo coletivo, acarreta o pagamento da multa prevista no § 8º do art. 477 da CLT. Não há como se validar acordo firmado entre as partes prevendo o parcelamento das verbas, uma vez que se trata de direito indisponível do empregado. Considerar o previsto no acordo coletivo é possibilitar o pagamento de forma parcial das verbas rescisórias, o que não é possível, diante da determinação do art. 477, §§ 4º e 6º, consolidado, o que determina a inafastabilidade da multa pelo atraso do pagamento das parcelas, de natureza alimentar. Embargos conhecidos e desprovidos. Processo: E-ED-ED-RR - 1285700-40.2008.5.09.0016 Data de Julgamento: 09/10/2014, Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 17/10/2014.

[...] VERBAS RESCISÓRIAS. PARCELAMENTO. MULTA DO ARTIGO 477, § 8º, DA CLT. INCIDÊNCIA. A multa prevista no art. 477 da CLT é uma sanção imposta ao empregador que não paga as parcelas rescisórias no prazo, conforme o disposto no § 6º do mesmo dispositivo legal. O art. 477 da CLT, também, não dispõe sobre qualquer exceção, inclusive para o caso de parcelamento do pagamento das verbas rescisórias por acordo individual. Ademais, o art. 477 da CLT possui conteúdo imperativo, ou seja, se sobrepõe às vontades das partes, tratando-se de direito indisponível do empregado e que não pode ser transacionado. No caso de as partes, ao serem impedidas de transacionar acerca de normas de conteúdo imperativo e não havendo pagamento no prazo exigido pelo § 6º do art. 477, aplica-se a multa prevista no § 8º do mesmo dispositivo legal. Precedentes. Recurso de revista conhecido por violação do art. 477, § 8º, da CLT e provido. CONCLUSÃO: Recurso de revista parcialmente conhecido e provido. Processo: RR - 1645-30.2010.5.15.0014 Data de Julgamento: 22/08/2017, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 25/08/2017.

[...] VERBAS RESCISÓRIAS. PARCELAMENTO. MULTA DO ARTIGO 477, § 8º, DA CLT. INCIDÊNCIA. Nos termos do artigo 477, §§ 4º e 6º, da CLT, o pagamento das verbas rescisórias deve ser realizado em dinheiro ou cheque visado, portanto conclui-se que o seu pagamento deve ser feito à vista, de forma integral, no prazo previsto no parágrafo 6º do referido diploma de lei, e não em parcelas, pois se estaria a permitir o atraso no seu pagamento. Trata-se de direito indisponível do empregado pelo que é devida, nesta hipótese de pagamento parcial das verbas rescisórias, a incidência da multa prevista no § 8º do artigo 477 da CLT (precedentes). Recurso de revista não conhecido. [...] Processo: RR - 234500-40.2009.5.09.0965 Data de Julgamento: 13/12/2017, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/12/2017.

[...] RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO RECLAMANTE. MULTA PREVISTA NO ART. 477, § 8º, DA CLT. PARCELAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS. É firme a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que é direito indisponível do trabalhador a percepção da totalidade das verbas rescisórias nos prazos estipulados no § 6º do art. 477 da CLT. O pagamento em parcelas implica atraso, atraindo a incidência da multa prevista no § 8º do mesmo dispositivo legal. Recurso de revista parcialmente conhecido e provido. Processo: ARR - 26200-52.2008.5.15.0121 Data de Julgamento: 16/11/2016, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa,

1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 18/11/2016.

[...] 3. MULTA DO ARTIGO 477, § 8º, DA CLT. VERBAS RESCISÓRIAS. PARCELAMENTO. ACORDO. A sanção prevista no § 8º do art. 477 da CLT objetiva punir o empregador que, sem justo motivo, deixa de efetuar o pagamento das parcelas rescisórias - gravadas de inequívoco caráter alimentar - no prazo fixado no § 6º do mesmo dispositivo. No caso, segundo o TRT, os comprovantes de depósito revelaram que as verbas rescisórias foram pagas de modo parcelado, a partir de 9/6/2006, fora do prazo previsto em lei. Em casos como a dos autos, em que a Reclamada figura como parte, esta Corte tem se posicionado no sentido de ser inválido acordo que objetive o pagamento parcelado das verbas rescisórias, tendo em vista o caráter cogente dos §§ 6º e 8º do art. 477 da CLT. Recurso de revista não conhecido. [...] Processo: RR - 3626900-93.2007.5.09.0002 Data de Julgamento: 08/06/2016, Relator Ministro: Douglas Alencar Rodrigues, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/06/2016.

Estando a decisão regional em consonância com a jurisprudência desta Corte, o processamento do recurso de revista se inviabiliza, nos termos do art. 896, § 7º, da CLT, e Súmula 333/TST.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010075-44.2021.5.18.0129

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL
Advogado	Dr. José Eduardo Firmino Mauro(OAB: 19386-A/GO)
Agravado	ANTONIO CARLOS RIBEIRO
Advogado	Dr. Renato Barroso Ribeiro(OAB: 28529-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO CARLOS RIBEIRO
- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (publicação em 23/08/2021 - fl.259; recurso apresentado em 02/09/2021 - fl. 260).
Regular a representação processual (fl. 15).
Satisfeito o preparo (fls. 224 e 231/232).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Direito Coletivo / Enquadramento Sindical.
Direito Coletivo / Contribuição Sindical Rural.
Alegação(ões):
- violação do artigo 149 daCF.

Constou da sentença, a qual foi mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos (fls. 222/223):
"No caso em tela, como a autora juntou aos autos o aviso de recebimento de ID 689368e - Pág. 1, constata-se que o réu foi devidamente notificado acerca do débito tributário.
Da análise da guia de recolhimento de ID 63241af - Pág. 1, depreende-se que o réu foi enquadrado no art. 1º, II, c), do Decreto-Lei nº 1166/71, o qual reza ser devida a contribuição sindical por "proprietários de mais de um imóvel rural, desde que a soma de suas áreas seja superior a dois módulos rurais da respectiva região".
Conforme se vê, a redação do referido dispositivo é cristalina quanto à obrigatoriedade de pagamento do tributo apenas aos proprietários de dois ou mais imóveis rurais cujas áreas superem 2 módulos rurais.
É ônus da autora comprovar que a condição do réu enquadra-se em

uma das hipóteses legais, em especial naquela descrita na petição inicial, a ensejar o seu dever de pagar a contribuição requerida, haja vista que se trata de fato constitutivo do direito da autora, ônus do qual não se desincumbiu (art. 818 da CLT).
Em que pese o réu não tenha contestado que possuía 38,65 módulos rurais, da leitura da sua defesa, constata-se que há menção a apenas uma empresa ativa, vale dizer, não se coloca como proprietário de mais de um imóvel rural.
Assim, tendo em vista que a autora não apresentou impugnação à contestação, tampouco juntou documentos que indicassem a existência de duas ou mais propriedades rurais em nome do requerido, tem-se que ele possui apenas um imóvel rural.
Ressalta-se que o fato de a autora ter convênio com a Secretaria da Receita Federal, órgão que lhe fornece dados acerca dos exploradores rurais, não a exime de juntar toda a documentação recebida, a fim de justificar o enquadramento do réu.
Desta feita, como não há comprovação de que o réu é proprietário de dois imóveis rurais, não há como enquadrá-lo na hipótese prevista no art. 1º, II, c), do Decreto-Lei nº 1166/71.
Desta feita, não é o réu devedor da dívida espelhada na guia de ID 63241af.
Por decorrência lógica, indefiro o pleito da autora para condenação do réu ao pagamento da contribuição sindical rural de 2017."
Como se observa, o posicionamento regional sobre a matéria está em consonância com a realidade fática extraída dos autos e com a legislação pertinente ao caso, não se vislumbrando, assim, ofensa direta e literal ao artigo 149, caput, da Constituição Federal, a ensejar o prosseguimento da revista.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento aorecurso de revista.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "contribuição sindical rural" emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas na Súmula 126 do TST.
Quanto ao tema "contribuição sindical rural", consta do acórdão regional:
"[...]CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
Não obstante o inconformismo da parte quanto à matéria devolvida a
exame, a r. sentença de primeiro grau não carece de qualquer reforma, uma vez que proferida de acordo
com os aspectos fáticos e jurídicos pertinentes ao caso concreto. Incide, portanto, ao presente caso, o
disposto no artigo 895, § 1º, inciso IV da CLT, razão pela qual confirmo a r. sentença, no particular, por
seus próprios fundamentos.
Nego provimento."

A sentença foi no seguinte sentido:

"[...] Contribuição Sindical
A autora pleiteia a condenação do réu ao pagamento de contribuição sindical rural quanto ao exercício de 2017.
Pois bem.
No tocante à ciência do devedor tributário, tendo em vista a dificuldade de acesso a jornais de grande circulação no meio rural, a jurisprudência pacificada do C. TST entende que a contribuição sindical rural torna-se exigível somente após a sua notificação pessoal:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. SUMARÍSSIMO. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI N º 13.467/2017. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL - CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO PESSOAL DO SUJEITO PASSIVO - AUSÊNCIA DE TRANSCENDÊNCIA. O processamento do recurso de revista na vigência da Lei nº 13.467/2017 exige que a causa apresente transcendência com relação aos aspectos de natureza econômica, política, social ou jurídica (artigo 896-A da CLT). Sucede que, pelo prisma da transcendência, o recurso de revista não atende a nenhum dos requisitos referidos. Ressalte-se que a jurisprudência desta Corte, considerando a natureza tributária da contribuição sindical rural, bem como a dificuldade do contribuinte que reside no campo de ter acesso a jornais, considera imprescindível para a constituição do respectivo crédito a existência de regular lançamento, inclusive no que tange à notificação pessoal do sujeito passivo, sendo insuficiente a mera publicação genérica de editais em jornais de grande circulação. Agravo de instrumento a que se nega provimento" (AIRR-10542-15. 2020. 5. 03. 0084, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 16/04/2021).
"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DAS LEIS 13. 015/2014 E 13.467/2017 . TRAMITAÇÃO PREFERENCIAL - RITO SUMARÍSSIMO. CNA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. NOTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO. NECESSIDADE. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. PROPRIETÁRIO RURAL. ENQUADRAMENTO. Embora a tese consagrada nesta egrégia Corte seja a de que a CNA detém legitimidade ativa ad causam para a cobrança judicial da contribuição sindical, o recurso não reúne as condições de admissibilidade, tendo em vista a ausência de pressuposto válido para o regular processamento da ação. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a contribuição sindical rural, por ser espécie de tributo, pressupõe o regular lançamento para a constituição em crédito. Com efeito, em observância ao comando normativo disposto no art. 145 do CTN, entende-se que é imprescindível a notificação pessoal do devedor da cobrança da contribuição sindical rural. Portanto, não se afigura suficiente para a constituição do crédito tributário a mera publicação de editais em jornais de grande circulação visando à ciência do devedor. Assim sendo, a decisão agravada foi proferida em estrita observância às normas processuais (art. 557, caput , do CPC/1973; arts. 14 e 932, IV, "a ", do CPC/2015), razão pela qual é insuscetível de reforma ou reconsideração . Agravo desprovido" (Ag-AIRR-676-07.2018.5. 09. 0659, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 26/03/2021).
"RECURSO DE REVISTA. INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467 /2017. CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PESSOAL DO CONTRIBUINTE. TRANSCENDÊNCIA. NÃO RECONHECIDA. NÃO CONHECIMENTO. Esta Corte Superior tem firmado entendimento de que, por se tratar de tributo, a contribuição sindical rural submete -se aos ditames do artigo 145 do CTN, o qual estabelece que a regular constituição do crédito tributário depende da notificação pessoal do devedor sobre o lançamento, não suprindo a referida exigência a mera publicação de editais . Com relação à competência para o lançamento do crédito tributário, esta Corte, com base na análise das Leis nos 8.847/94, e 17, II, e 9.393/96, firmou entendimento de que a CNA tem legitimidade para lançamento, arrecadação e cobrança da contribuição sindical rural, uma vez que a Secretaria da Receita Federal não mais detém competência para administrar tal contribuição e a legislação prevê a possibilidade de celebração de convênio entre a CNA e a referida Secretaria para que lhe sejam fornecidos os dados cadastrais para

fins de cobrança de contribuição. Precedentes. Na hipótese, o Tribunal Regional entendeu que a notificação pessoal do contribuinte é imprescindível ao lançamento da contribuição sindical rural, não sendo suficiente a publicação de editais genéricos em jornais de grande circulação. Registrou, nesse aspecto, que a autora não se desincumbiu adequadamente de referida exigência, porquanto os editais colacionados ao processo foram publicados de forma genérica e impessoal, sem apontar a pessoa do devedor ou os valores devidos em cada ano. Diante disso, determinou a extinção do feito sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, IV, do CPC. A decisão regional, portanto, está em conformidade com a jurisprudência desta colenda Corte Superior acerca do tema, razão pela qual se aplicam à espécie os óbices previstos na Súmula nº 333 e no artigo 896, § 7º, da CLT. Dessa forma, a incidência do referido óbice processual (Súmula n º 333), a meu juízo, é suficiente para afastar a transcendência da causa, uma vez que inviabilizará a análise da questão controvertida no recurso de revista e, por conseguinte, não serão produzidos os reflexos gerais, nos termos previstos no § 1º do artigo 896-A da CLT. Recurso de revista de que não se conhece" (Processo: RR - 1000128-93.2017.5.02.0044 Data de Julgamento: 02/09/2020, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 04/09/2020).
No caso em tela, como a autora juntou aos autos o aviso de recebimento de ID 689368e - Pág. 1, constata-se que o réu foi devidamente notificado acerca do débito tributário.
Da análise da guia de recolhimento de ID 63241af - Pág. 1, depreende-se que o réu foi enquadrado no art. 1º, II, c) , do Decreto-Lei nº 1166/71, o qual reza ser devida a contribuição sindical por "proprietários de mais de um imóvel rural, desde que a soma de suas áreas seja superior a dois módulos rurais da respectiva região".
Conforme se vê, a redação do referido dispositivo é cristalina quanto à obrigatoriedade de pagamento do tributo apenas aos proprietários de dois ou mais imóveis rurais cujas áreas superem 2 módulos rurais.
É ônus da autora comprovar que a condição do réu enquadra-se em uma das hipóteses legais, em especial naquela descrita na petição inicial, a ensejar o seu dever de pagar a contribuição requerida, haja vista que se trata de fato constitutivo do direito da autora, ônus do qual não se desincumbiu (art. 818 da CLT).
Em que pese o réu não tenha contestado que possuía 38,65 módulos rurais, da leitura da sua defesa, constata-se que há menção a apenas uma empresa ativa, vale dizer, não se coloca como proprietário de mais de um imóvel rural.
Assim, tendo em vista que a autora não apresentou impugnação à contestação, tampouco juntou documentos que indicassem a existência de duas ou mais propriedades rurais em nome do requerido, tem-se que ele possui apenas um imóvel rural.
Ressalta-se que o fato de a autora ter convênio com a Secretaria da Receita Federal, órgão que lhe fornece dados acerca dos exploradores rurais, não a exime de juntar toda a documentação recebida, a fim de justificar o enquadramento do réu.
Desta feita, como não há comprovação de que o réu é proprietário de dois imóveis rurais, não há como enquadrá-lo na hipótese prevista no art. 1º, II, c), do Decreto-Lei nº 1166/71.
Desta feita, não é o réu devedor da dívida espelhada na guia de ID 63241af.
Por decorrência lógica, indefiro o pleito da autora para condenação do réu ao pagamento da contribuição sindical rural de 2017.
A título de ilustração, salienta-se que o fato de o autor possuir ou não empregados não seria determinante para a solução do presente, uma vez que a autora não enquadrou o réu na hipótese da alínea a) do art. 1º, II, do Decreto-Lei nº 1166/71."

O Tribunal Regional, após a análise fático probatória, manteve a sentença que concluiu "não há comprovação de que o réu é proprietário de dois imóveis rurais, não há como enquadrá-lo na hipótese prevista no art. 1º, II, c), do Decreto-Lei nº 1166/71".
Assim, não restou comprovado o enquadramento do réu como contribuinte da contribuição sindical rural, nos termos do Decreto-lei n.º 1.166/1971, com a redação dada pela Lei n.º 9.701/1998, haja vista a não demonstração da sua condição de proprietário de imóveis rurais cuja soma das áreas supera dois módulos rurais da respectiva região, bem como que está integrado na exploração de atividade econômica.
Entendimento diferente encontra óbice na Súmula n.º 126 do TST.
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes desta Corte:

"(...) LEGALIDADE DA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL DA VALE S.A. ENQUADRAMENTO DA RÉ NA CONDIÇÃO DE EMPREGADOR RURAL. MATÉRIA FÁTICA. VEDADO O REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 126 DO TST. No caso, do contexto probatório delineado no acórdão regional, verifica-se que a reclamada, além de proprietária de imóvel rural superior a dois módulos rurais, não comprovou que as referidas propriedades eram utilizadas para a sua finalidade primordial, a exploração de minérios. Assim, considerando ser a reclamada proprietária de imóvel rural passível da contribuição sindical rural e a ausência de prova a respeito do exercício de atividade distinta da atividade rural, concluiu o Regional pelo seu enquadramento como empregador ou empresário rural, nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea c, do Decreto-Lei nº 1.166/1971. Desse modo, tendo em vista que a controvérsia acerca da legalidade da cobrança da contribuição sindical rural foi dirimida com base em matéria fática, torna-se inviável a reforma do julgado neste aspecto, pois, para tanto, seria necessário o revolvimento do conjunto probatório, não permitido nesta instância recursal extraordinária, ante o óbice previsto na Súmula nº 126 do TST. Divergência jurisprudencial não caracterizada, nos termos da Súmula nº 296, item I, do TST. Recurso de revista não conhecido. (...)" (RR-2-79.2013.5.08.0126, 2ª Turma, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 06/11/2014).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL - ENQUADRAMENTO - MATÉRIA FÁTICA. A discussão quanto à condição de empregador rural do demandado, gira em torno do âmbito fático-probatório, cujo reexame esgota-se na instância ordinária, a teor da Súmula 126 do TST. Agravo de instrumento não provido" (AIRR-901-17.2011.5.15.0041, 2ª Turma, Relator Desembargador Convocado Valdir Florindo, DEJT 03/04/2014).

A decisão do Tribunal Regional reveste-se de contornos fático-probatórios cuja reapreciação não é permitida nesta instância extraordinária. Óbice da súmula 126 do TST.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010109-03.2021.5.18.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL
Advogado	Dr. José Eduardo Firmino Mauro(OAB: 19386-A/GO)
Agravado	MARIA ELISABETH RUBIM

Intimado(s)/Citado(s):

- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL
- MARIA ELISABETH RUBIM

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.

Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso (publicação em 09/08/2021 -aba "Expedientes" do PJe; recurso apresentado em 20/08/2021 - fl. 230).

Regular a representação processual (fls. 15/17).

Satisfeito o preparo (fls. 236/237).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Direito Coletivo / Contribuição Sindical Rural.

Alegação(ões):

- violação do artigo 5º, II,daCF.

O posicionamento adotado no acórdão está amparado nos elementos fáticos dos autos e reflete a interpretação dada pelo Colegiado aos preceitos legais que regem a matéria. A alegada ofensa ao artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal, que consagra o princípio da legalidade, não se caracteriza diretamente, como exige o artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho. Eventual afronta ao referido preceito seria apenas reflexa, o que não enseja a admissibilidade do recurso de revista.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento aorecurso de revista.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "contribuição sindical rural - ausência de pressuposto processual" emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas na Súmula 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.

Quanto ao tema, consta do acórdão regional:

"[...] AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

Não obstante o inconformismo da parte reclamante quanto às matérias devolvidas, quais sejam, AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL e, de consequência, EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, verifico que o d. Juízo singular decidiu em consonância com o conjunto fático probatório dos autos e a legislação pertinente, não merecendo qualquer reforma a r. sentença.

Nesse contexto, tratando-se de reclamação trabalhista submetida ao procedimento sumaríssimo, confirmo a r. sentença pelos próprios fundamentos, com base no artigo 895, § 1º, inciso IV, da CLT."

A sentença foi no seguinte sentido:

"[...] A confederação requer a condenação da reclamada no pagamento da contribuição sindical relativa aos exercícios de 2015, 2016 e 2017.

Pois bem.

Emerge como verdade processual em face revelia ora declarada a afirmação da confederação-autora no sentido de que a reclamada não recolheu as contribuições sindicais rurais dos anos de 2015, 2016 e 2017.

Em que pese este Regional tenha firmado o entendimento (IRDR-0010446-75.2019.5.18.0000) de que é desnecessária a notificação pessoal do devedor de contribuição sindical urbana, sendo suficiente a publicação dos editais em jornais de grande circulação, no caso em que se discute contribuição sindical rural, o entendimento que prevalece neste E. Regional é o de que a notificação deve ser pessoal, devido à dificuldade de acesso do contribuinte rural a jornais de grande circulação urbana, caso em que não se pode presumir sua ciência, revelando-se imprescindível a notificação pessoal do devedor.

Isso porque, considerando que a contribuição sindical rural constitui

uma espécie de tributo, a sua cobrança depende da regular constituição do crédito tributário por meio do ato administrativo denominado lançamento, sendo imprescindível, pois, a notificação pessoal do devedor, ante o difícil acesso aos meios de comunicação na zona rural.

Nesse sentido é a jurisprudência do TST, consoante se vê dos recentes julgados cujas ementas ora transcrevo:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. SUMARÍSSIMO. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI N º 13.467/2017. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL - CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO PESSOAL DO SUJEITO PASSIVO - AUSÊNCIA DE TRANSCENDÊNCIA. O processamento do recurso de revista na vigência da Lei nº 13.467/2017 exige que a causa apresente transcendência com relação aos aspectos de natureza econômica, política, social ou jurídica (artigo 896-A da CLT) . Sucede que, pelo prisma da transcendência, o recurso de revista não atende a nenhum dos requisitos referidos. Ressalte-se que a jurisprudência desta Corte, considerando a natureza tributária da contribuição sindical rural, bem como a dificuldade do contribuinte que reside no campo de ter acesso a jornais, considera imprescindível para a constituição do respectivo crédito a existência de regular lançamento, inclusive no que tange à notificação pessoal do sujeito passivo, sendo insuficiente a mera publicação genérica de editais em jornais de grande circulação. Agravo de instrumento a que se nega provimento" (AIRR-10975-29.2018.5.03 . 0168 , 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 16/04 /2021). (destaquei) "

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA.PROCESSO SOB A ÉGIDE DAS LEIS 13.015/2014 E 13.467/2017 TRAMITAÇÃO PREFERENCIAL - RITO SUMARÍSSIMO. CNA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. NOTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO. NECESSIDADE. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. PROPRIETÁRIO RURAL. ENQUADRAMENTO. Embora a tese consagrada nesta egrégia Corte seja a de que a CNA detém legitimidade ativa ad causam para a cobrança judicial da contribuição sindical, o recurso não reúne as condições de admissibilidade, tendo em vista a ausência de pressuposto válido para o regular processamento da ação. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a contribuição sindical rural, por ser espécie de tributo, pressupõe o regular lançamento para a constituição em crédito. Com efeito, em observância ao comando normativo disposto no art. 145 do CTN, entende-se que é imprescindível a notificação pessoal do devedor da cobrança da contribuição sindical rural. Portanto, não se afigura suficiente para a constituição do crédito tributário a mera publicação de editais em jornais de grande circulação visando à ciência do devedor. Assim sendo, a decisão agravada foi proferida em estrita observância às normas processuais (art. 557, caput , do CPC/1973; arts. 14 e 932, IV, "a ", do CPC/2015) , razão pela qual é insuscetível de reforma ou reconsideração . Agravo desprovido" (Ag -AIRR-676-07.2018.5.09.0659, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 26/03 /2021).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA CNA REGIDO PELA LEI 13.467/2017. RITO SUMARÍSSIMO. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. AÇÃO DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. PUBLICAÇÃO DE EDITAL GENÉRICO. IMPOSSIBILIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DO DEVEDOR E DO VALOR DEVIDO. NOTIFICAÇÃO PESSOAL DO SUJEITO PASSIVO NÃO DEMONSTRADA (SÚMULAS 126 E 333 DO TST). O entendimento desta Corte Superior, à luz do artigo 145 do CTN, é no sentido de ser indispensável a notificação pessoal prévia do sujeito passivo da contribuição sindical rural, não se mostrando suficiente a publicação de editais genéricos. Na hipótese, o Tribunal Regional do Trabalho manteve a sentença que extinguiu, sem resolução do mérito, a presente ação de cobrança de contribuição sindical rural, sob o fundamento de que "não ocorreu a notificação prévia e pessoal do devedor", requisito essencial para a constituição do crédito tributário. Agravo de instrumento conhecido e não provido" (AIRR-10777- 91.2019.5.03.0156, 2ª Turma, Relatora Ministra Delaide Alves Miranda Arantes, DEJT 16/04/2021).

No presente caso, contudo, constato que a demandante não logrou êxito em comprovar que adotou os procedimentos necessários ao regular lançamento destinado à constituição do crédito tributário atinente às contribuições requeridas porque não demonstrou que a notificação exigida pelo art. 145 do CTN foi satisfeita.

Isso porque a suposta notificação extrajudicial não veio aos autos, mas somente avisos de recebimento - AR (fl. 20 - ID. 0da633e - Pág. 1) , o qual sequer permite saber o conteúdo enviado ao suposto destinatário.

Outrossim, também não há prova da publicação regular dos editais para a cobrança da contribuição sindical na forma prevista no art. 605 da CLT.

Segundo o disposto no art. 605, da CLT, as entidades sindicais são obrigadas a promover a publicação de editais concernentes ao recolhimento da contribuição sindical, durante 03 (três) dias, nos jornais de maior circulação local e até 10 (dez) dias da data fixada para depósito bancário.

In casu, o sindicato colacionou ao processo os editais de fls. 31/56 (ID. d943868 - Pág. 11 a ID. de093f1 - Pág. 6) . Em uma análise mais acurada de tais documentos, verifica-se que os mesmos não atendem os requisitos legais para fins de cientificar o contribuinte da obrigação, notificá-lo e constituí-lo em mora.

A maioria das cópias dos editais colacionadas aos autos são ilegíveis, mesmo quando analisadas com zoom; aqueles que permitem verificar o seu conteúdo são genéricos e inespecíficos, eis que não indicam o nome do devedor e nem os valores por ele devidos, não alcançando, assim, as finalidades visadas pelo art. 605 da CLT, quais sejam, atender o princípio da publicidade comandada pela legislação aplicável à espécie.

O C. TST já se manifestou no sentido de que editais genéricos são inservíveis para o cumprimento do art. 605 da CLT, consoante ementas supratranscritas.

Do mesmo modo, recentemente, o Egrégio Regional analisou a questão ao julgar a reclamatória (TRT18, RORSum-0010176-47.2020.5.18.0281, Rel. Des. MÁRIO SÉRGIO BOTTAZZO, 2ª TURMA, 30/04 /2021), concluindo pela ausência de pressuposto de constituição válido e regular do processo. Por compartilhar desse entendimento, cito o julgado a fim de integrar minhas razões de decidir:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. CNA. AÇÃO DE COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. PUBLICAÇÃO DE EDITAIS GENÉRICOS. No caso, a Corte a quo manteve a sentença de extinção da ação de cobrança da contribuição sindical rural sem resolução de mérito, em razão da publicação de editais genéricos. Desse modo, considerando que a contribuição sindical rural constitui uma espécie de tributo, a sua cobrança depende da regular constituição do crédito tributário por meio do ato administrativo denominado lançamento, sendo imprescindível a notificação pessoal do devedor, ante o difícil acesso aos meios de comunicação na zona rural. Assim, a mera publicação de editais, por si só, não é suficiente para atender ao comando previsto no artigo 605 da CLT, ante a impossibilidade de constituir o sujeito passivo em mora, notadamente quando

genéricos e inespecíficos, além da ausência de notificação pessoal do suposto devedor (precedentes). As alegações de ofensa aos artigos 5º, inciso XXXV, e 8º, incisos I e IV, da Constituição da República, 142 e 150 do Código Tributário Nacional e 24, inciso I, da Lei nº 8.847/94 não impulsionam o processamento do recurso de revista, pois inespecíficos em relação à controvérsia em exame. Agravo de instrumento desprovido." (AIRR: 121840720165150059, Relator Min. José Roberto Freire Pimenta, j . 04/09/2018, 2ª Turma)   (TRT18, RORSum - 0010176-47.2020.5.18.0281, Rel. MARIO SERGIO BOTTAZZO, 2ª TURMA, 30/04/2021)
Em vários outros recentes julgados, a tese ora apresentada vem sendo adotada. A respeito do assunto, confira-se o julgamento do RORSum - 0010243-12.2020.5.18.0281, Rel. MARIO SERGIO BOTTAZZO, 3ª TURMA, 03/02/2021.
Ante os fatos expostos, diante da existência de editais ilegíveis e outros genéricos e inespecíficos, o que não atende o disposto no art. 605 da CLT neste particular e inviabiliza a cobrança judicial por falta de pressuposto processual específico de constituição, bem como diante da falta de comprovação do cumprimento da exigência do art. 145 do CTN (notificação pessoal do contribuinte quanto ao lançamento das contribuições sindicais), extingue-se o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV do CPC, em relação à cobrança das contribuições sindicais de todos os exercícios pleiteados na exordial."

A autora (CNA) insurge-se quanto à extinção do processo, por falta de pressuposto válido de constituição e desenvolvimento, especificamente, por não ter observado o procedimento de lançamento tributário.
Indica ofensa aos artigos 5°, XXXV, 8°, I, III e IV, 146, III, "b", 149, caput, da CF; 7°, XXVI, 142, caput e parágrafo único, 150, 217, I, do CTN; 24, inciso I, da Lei nº 8.847/94.
Analiso.
A partir da edição da Lei nº 8.847/94, que dispõe sobre o Imposto Territorial Rural e dá outras providencias, previu-se que o Estado, mediante a Secretaria da Receita Federal, deixaria de arrecadar a contribuição sindical rural, cuja fiscalização e arrecadação passaram à responsabilidade da CNA e CONTAG. O artigo 24, I, da referida lei dispõe:
"Art. 24. A competência de administração das seguintes receitas, atualmente arrecadadas pela Secretaria da Receita Federal por força do art. 1º da Lei nº 8.022, de 12 de abril de 1990, cessará em 31 de dezembro de 1996:
I - Contribuição Sindical Rural, devida à Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), de acordo com o art. 4º do Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, e art. 580 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); (...)."

Já com a edição da Lei nº 9.393/96, em momento posterior, foi possibilitado que se promovessem convênios entre a CNA e a Secretaria da Receita Federal para o fornecimento de dados cadastrais e de imóveis rurais, viabilizando à CNA a cobrança de contribuição sindical rural, confirmando-se, pois, sua legitimidade para a cobrança. Vejamos:
"Art. 17. A Secretaria da Receita Federal poderá, também, celebrar convênios com:
(...)
II - a Confederação Nacional da Agricultura - CNA e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, com a finalidade de fornecer dados cadastrais de imóveis rurais que possibilitem a cobrança das contribuições sindicais devidas àquelas entidades."

A atual e notória jurisprudência desta Corte Superior, interpretando os dispositivos acima citados, sedimentou entendimento de que a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA ostenta legitimidade para o lançamento, arrecadação e cobrança da contribuição sindical rural.
Entretanto, apesar disso, o entendimento dessa Corte é no sentido de que, nos termos do artigo 605 da CLT, a notificação pessoal do sujeito passivo, em se considerando a particularidade do ambiente rural em que vive o contribuinte, é requisito imprescindível para a constituição do crédito das ações de cobrança das contribuições sindicais, não sendo suficiente a mera publicação de editais em jornais.
Eis os precedentes envolvendo a mesma parte (CNA):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. 1. CNA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. NOTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO. NECESSIDADE. 2. ENQUADRAMENTO DO RÉU COMO EMPREGADOR RURAL. ÔNUS DA PROVA. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a contribuição sindical rural, por ser espécie de tributo, pressupõe o regular lançamento para a constituição em crédito. Com efeito, em observância ao comando normativo disposto no art. 145 do CTN, entende-se que é imprescindível a notificação pessoal do devedor da cobrança da contribuição sindical rural. Portanto, não se afigura suficiente para a constituição do crédito tributário a mera publicação de editais em jornais de grande circulação visando à ciência do devedor. Precedentes. Agravo de instrumento desprovido." (AIRR - 1000458-83.2014.5.02.0242 Data de Julgamento: 18/05/2016, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 20/05/2016)
"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. APELO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.015/2014. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DO RÉU. NECESSIDADE. A jurisprudência desta Corte caminha pacífica no sentido de que é indispensável a comprovação da notificação pessoal do sujeito passivo, para que se possa legitimar o ajuizamento da ação de cobrança da contribuição sindical rural. Estando a decisão regional em conformidade com tal entendimento, deve ser mantido o despacho denegatório de seguimento à Revista, com acréscimos. Agravo de Instrumento conhecido e não provido." (Processo: AIRR - 771-61.2014.5.02.0048 Data de Julgamento: 04/05/2016, Relatora Ministra: Maria de Assis Calsing, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/05/2016)
"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. AÇÃO DE COBRANÇA. NECESSIDADE DE PUBLICAÇÃO DE EDITAIS COM NOTIFICAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR. ART. 605 DA CLT. O e. Tribunal Regional ratificou a r. sentença, quanto à extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, IV, do CPC, ao consignar a invalidade dos editais para a cobrança das contribuições sindicais rurais, porque foram publicados de maneira genérica, sem a indicação expressa do devedor. O entendimento desta Corte é no sentido que o art. 605 da CLT (obrigatoriedade da publicação de editais concernentes ao recolhimento da contribuição sindical com notificação pessoal) é requisito essencial para constituição do crédito da ação de cobrança da contribuição sindical rural. Precedentes. Agravo de instrumento conhecido e desprovido." (Processo: AIRR - 2203-46.2013.5.15.0030 Data de Julgamento: 11/05/2016, Relator

Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/05/2016)
"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL - AÇÃO DE COBRANÇA - NOTIFICAÇÃO PESSOAL DO SUJEITO PASSIVO - ART. 145 DO CTN. Na hipótese, o julgado de origem está amparado na ausência de pressuposto válido e regular de constituição e desenvolvimento do processo, pela ausência de notificação pessoal do sujeito passivo da obrigação tributária. Esta Corte pacificou o entendimento de que, em observância ao comando normativo disposto no art. 145 do Código Tributário Nacional, para o regular lançamento da constituição do crédito tributário (contribuição sindical rural), há a necessidade de que o devedor seja notificado de forma pessoal e de que exista publicação do edital em jornal local de grande circulação. In casu, inexiste a notificação pessoal ao sujeito passivo que é condição essencial do ato. Precedentes. Agravo desprovido." (Processo: Ag-AIRR - 1034-44.2012.5.15.0067 Data de Julgamento: 04/05/2016, Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 06/05/2016)."
"RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI N.º 11.496/2007. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SUJEITO PASSIVO. NOTIFICAÇÃO PESSOAL. EXIGÊNCIA. 1. A jurisprudência desta Corte superior, em atenção ao disposto no artigo 145 do Código Tributário Nacional, vem-se firmando no sentido de que é imperativa a notificação pessoal do sujeito passivo para legitimar a cobrança da contribuição sindical rural. Assim, a falta do pressuposto necessário ao ajuizamento da ação eleita acarreta a extinção do feito, sem resolução do mérito. 2. Nesse sentido, destacam-se precedentes de todas as Turmas do Tribunal Superior do Trabalho. 3. Recurso de embargos a que se nega provimento." (TST-E-ED-RR-2263-42.2012.5.03.0077, Relator Ministro: Lelio Bentes Corrêa, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 8/5/2015)

No caso, a decisão registra a ausência da publicação válida dos editais para a cobrança das contribuições sindicais rurais que a autora entende devidas (artigo 605 da CLT), bem como a ausência de notificação pessoal, pelo que está correta a extinção do processo.
O acórdão regional está em consonância com a atual, iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior. Inviável o conhecimento do recurso de revista. Óbice da súmula 333 do TST e do art. 896, §7º, da CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010239-66.2021.5.03.0051

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	LÍDER MINAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.
Advogado	Dr. Joel Soares da Silva(OAB: 66520-A/MG)
Agravado	MARIA DE LOURDES DE SOUSA ROSA
Advogado	Dr. Igor Bernhard Ferreira Ernesto(OAB: 137943-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- LÍDER MINAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.
- MARIA DE LOURDES DE SOUSA ROSA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
O recurso é próprio, tempestivo (acórdão publicado em26/08/2021; recurso de revista interposto em03/09/2021), devidamente preparado (depósito recursal - Id8f51ec9/72edd98; custas - Id3314b3e/d893984), sendo regular a representação processual.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A, § 6ºda CLT, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Ajuda / Tíquete Alimentação.
Trata-se de recurso em processo submetido ao RITO SUMARÍSSIMO, com cabimento restrito às hipóteses em que tenha havido contrariedade a Súmula de jurisprudência uniforme do TST e/ou violação direta de dispositivo da Constituição da República, Súmula Vinculante do STF, a teor do § 9º do art. 896 da CLT (redação dada pela Lei 13.015/14).
Registro que em casos tais é igualmente incabível o Recurso de Revista ao fundamento de alegado desacordo com OJ do TST, em consonância com a sua Súmula 442.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra violação literal e direta de qualquer dispositivo da Constituição da República ou contrariedade com Súmula do TST ou Súmula Vinculante do STF, como exige o citado preceito legal.
Não existem as ofensas constitucionais apontadas, pois a análise da matéria suscitada no recurso não se exaure na Constituição, exigindo que se interprete o conteúdo da legislação infraconstitucional. Por isso, ainda que se considerasse a possibilidade de ter havido violação ao texto constitucional, esta seria meramente reflexa, o que não justifica o manejo do recurso de revista, conforme reiteradas decisões da SBDI-I do TST.
Considerando as premissas fático-jurídicas delineadas no acórdão,não se vislumbra possível violação literal e direta aos dispositivos da Constituição Federal.
Ainda no tocante ao auxílio-alimentação, o acórdão recorrido está lastreado em provas. Incabível, portanto, o recurso de revista para reexame de fatos e provas, nos termos da Súmula 126 do TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "honorários advocatícios" e "auxílio-alimentação", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Quanto ao tema "auxílio-alimentação", consta do acórdão regional:
"[...] AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO -
É incontroverso no caso o pagamento do auxílio-alimentação em valores diferenciados para os empregados da demandada. Segundo a ré, justifica-se o pagamento de beneficio em valores distintos, dentro da mesma empresa, "em razão das condições diversas e mais exigentes de trabalho" dos trabalhadores lotados no serviço de manutenção, o que, entretanto, não foi comprovado. Sem comprovação das condições objetivas que justificassem o tratamento desigual, deve prevalecer a r. sentença que condenou a reclamada ao pagamento das diferenças de auxílio alimentação, em observância ao princípio constitucional da isonomia. Incabível, ainda, o pedido de desconto do percentual de 20%, ante a inexistência de prova de que tal desconto era praticado em relação aos demais trabalhadores.
Nego provimento."

A decisão do Tribunal Regional reveste-se de contornos fático-probatórios cuja reapreciação não é permitida nesta instância extraordinária. Óbice da súmula 126 do TST.
Com relação ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais", ainda que a ação tenha sido ajuizada após a vigência da Lei 13.467/2017, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em sessão virtual realizada em 20/10/2021, ao julgar a ADI 5766/DF, declarou a inconstitucionalidade do art. 791-A, § 4º, da CLT, concluindo ser indevido o pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais por beneficiário da justiça gratuita, ainda que, em outro processo, obtenha créditos suficientes para suportar as obrigações decorrentes de sua sucumbência.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010213-47.2020.5.03.0134

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL
Advogado	Dr. Rodrigo Macedo Oliveira(OAB: 84095-A/MG)
Advogada	Dra. Helena de Cássia Rodrigues Carneiro(OAB: 136350/MG)
Advogado	Dr. Márcio Maria de Macedo França(OAB: 43794-A/MG)

Agravado MARCOS JOSE CAIXETA

Intimado(s)/Citado(s):

- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL
- MARCOS JOSE CAIXETA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
O recurso é próprio, tempestivo (acórdão publicado em 07/04/2021; recurso de revista interposto em 16/04/2021), devidamente preparado (custas - Id. ed2ab33), sendo regular a representação processual.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Transcendência.
Nos termos do art. 896-A, § 6º da CLT, não compete aos Tribunais Regionais, mas exclusivamente ao TST, examinar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
Direito Coletivo / Contribuição Sindical Rural.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Intimação / Notificação.
Trata-se de recurso em processo submetido ao RITO SUMARÍSSIMO, com cabimento restrito às hipóteses em que tenha havido contrariedade a Súmula de jurisprudência uniforme do TST e/ou violação direta de dispositivo da Constituição da República, Súmula Vinculante do STF, a teor do § 9º do art. 896 da CLT (redação dada pela Lei 13.015/14).
Registro que em casos tais é igualmente incabível o Recurso de Revista ao fundamento de alegado desacordo com OJ do TST, em consonância com a sua Súmula 442.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra violação literal e direta de qualquer dispositivo da Constituição da República ou contrariedade com Súmula do TST ou Súmula Vinculante do STF, como exige o citado preceito legal.
A tese adotada no acórdão recorrido está de acordo com iterativa jurisprudência do TST, no sentido da necessidade da notificação pessoal do contribuinte para a cobrança da contribuição sindical rural a exemplo dos seguintes julgados, dentre vários: E-RR - 913-57.2010.5.05.0651, Data de Julgamento: 03/10/2013, Relator Ministro: João Batista Brito Pereira, SBDI-I, Data de Publicação: DEJT 11/10/2013; E-RR - 1046-02.2010.5.05.0651, Data de Julgamento: 03/10/2013, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 11/10/2013; E-RR - 990-66.2010.5.05.0651, Data de Julgamento: 03/10/2013, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, SBDI-I, Data de Publicação: DEJT 11/10/2013.
Não existem as ofensas constitucionais apontada, pois a análise da matéria suscitada no recurso não se exaure na Constituição, exigindo que se interprete o conteúdo da legislação infraconstitucional. Por isso, ainda que se considerasse a possibilidade de ter havido violação ao texto constitucional, esta seria meramente reflexa, o que não justifica o manejo do recurso de revista, conforme reiteradas decisões da SBDI-I do TST.
É também imprópria a alegada afronta ao princípio da legalidade (inciso II do art. 5º da CR) quando a sua verificação implica rever a interpretação dada pela decisão recorrida às normas infraconstitucionais (Súmula 636 do STF).
Salienta-se, por fim, oacórdão recorrido está lastreado em provas. Incabível, portanto, o recurso de revista para reexame de fatos e provas, nos termos da Súmula 126 do TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "contribuição sindical rural - intimação pessoal - obrigatoriedade" emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Quanto ao tema, consta do acórdão regional:

"[...] Ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular regular do processo - Contribuições sindicais:
Trata-se de ação de cobrança de contribuição sindical ajuizada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, em face de Marcos José Caixeta, visando ao recebimento do tributo relativo aos exercícios de 2015 a 2017. O Juízo de origem, por meio da sentença de f. 132/136, julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do CPC. Inconformada, a Autora interpõe o presente Apelo, sustenta a validade da notificação, via postal, e das publicações de editais em relação à contribuição sindical devida pelo Réu, correspondentes aos exercícios de 2015, 2016 e 2017. Examino. De início, registro que, em que pese a presente demanda tenha sido ajuizada em 09.03.2020 (Id. a883acb), quando já se encontrava em vigor a Lei n. 13.467/2017, as alterações legislativas trazidas pela norma em questão não incidem no caso, pois a contribuição sindical objeto de cobrança é relativa a exercícios anteriores à vigência normativa, quais sejam, 2015 a 2017. Com efeito, a contribuição sindical é espécie de contribuição social (art. 149 da CR/88), instituída pelo art. 578 da CLT (com redação anterior à Lei n. 13.467/2017, aplicável à hipótese), com explícita natureza jurídica de tributo. Por assim ser, figura-se indispensável, àquele que pretende a sua cobrança, comprovar o regular lançamento do crédito, consoante previsto no art. 145 do CTN. No aspecto, a diretriz da Súmula 61, do TRT da 3ª Região, a saber, "É válida a notificação pessoal do sujeito passivo de ação de cobrança de contribuição sindical efetuada após o vencimento da data prevista para a quitação da obrigação tributária, desde que observado o prazo decadencial de cinco anos previsto no art. 173, I, do CTN".
Todavia, no caso, a Autora não se desincumbiu de apresentar prova, concreta e inconcussa, da notificação pessoal do Réu, requisito indispensável à constituição do crédito em pauta.
O aviso de recebimento (AR) coligido à f.36 não se presta ao fim colimado, porquanto, não tendo sido nele aposta assinatura pelo

Réu, o referido documento apenas comprova a remessa da correspondência e não o seu efetivo recebimento, mesmo porque exigida para a cobrança de natureza tributária a pessoalidade da citação do devedor.

Em suma, nada nos autos comprova que o Réu tenha tomado ciência do teor da guia de recolhimento e do demonstrativo de débito acostado aos presentes autos eletrônicos.

Desse modo, resta desatendido o art. 145 do CTN, situação que, via de consequência, não enseja a aplicação da citada Súmula 61, do TRT da 3ª Região. Registre-se que o fato de a notificação ter sido encaminhada para o endereço informado pelo Réu à Receita Federal, o chamado domicílio tributário, inclusive em relação a exercícios anteriores aos pleiteados na presente a ação de cobrança, não é suficiente para a validação da cobrança, pois não supre a obrigatoriedade da notificação pessoal do devedor, nos termos do art. 145 do CTN. O art. 17 da Lei n. 9.393/96 apenas autoriza o fornecimento de dados cadastrais dos imóveis rurais à CNA, por meio de convênio celebrado junto à Receita Federal, em razão do qual a Autora passou a deter legitimidade ativa para ajuizamento de ação de cobrança de contribuição sindical rural, o que, por si só, não supre a exigência legal, reitero, de notificação pessoal do Requerido. Outrossim, as cópias de publicações de editais juntadas aos autos (f. 43/51), também não se prestam a comprovar o regular atendimento à exigência do art. 605 da CLT, de seguinte teor: "as entidades sindicais são obrigadas a promover a publicação de editais concernentes ao recolhimento do imposto sindical, durante 3 (três) dias, nos jornais de maior circulação local e até 10 (dez) dias da data fixada para depósito bancário." Os referidos editais apresentados à aferição, foram firmados de forma genérica, sem nenhuma identificação do devedor, da competência dos tributos supostamente devidos e do valor da prestação, em flagrante violação ao princípio da publicidade e o imperativo de individualização do crédito tributário (art. 142 do CTN). Destarte, não preenchidos os requisitos legais para constituição válida e regular do crédito exigido pelo art. 145 do CTN, a situação enseja a extinção do processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC, consoante decidido na origem, situação que, sem dúvida, por se tratar de aplicação do direito ao caso concreto, não se altera em face do julgamento à revelia e do efeito da confissão ficta aplicados ao Requerido. Nesse sentido, os seguintes arestos do TST:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. AÇÃO DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. PUBLICAÇÃO DE EDITAL GENÉRICO. IMPOSSIBILIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DO DEVEDOR. NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO PESSOAL DO SUJEITO PASSIVO. AVISO DE RECEBIMENTO ASSINADO POR PESSOA ESTRANHA À LIDE NÃO AUTORIZA A CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (SÚMULAS 126 E 333 DO TST). Não merece ser provido agravo de instrumento que visa a liberar recurso de revista que não preenche os pressupostos contidos no art. 896 da CLT. Agravo de instrumento não provido "(AIRR-24893-63.2018.5.24.0056, 2ª Turma, Relatora Ministra Delaide Miranda Arantes, DEJT 18/12/2020).

"RECURSO DE REVISTA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. PUBLICAÇÃO DE EDITAIS NOS TERMOS DO ART. 605 DA CLT. NECESSIDADE. A jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que para o regular lançamento da constituição do crédito tributário é necessário que haja a publicação do edital em jornal de grande circulação, conforme art. 605 da CLT. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento". (RR-1000735-89.2017.5.02.0373, 8ª Turma, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 14/12/2020).

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR. TRANSCENDÊNCIA. NÃO RECONHECIMENTO. (...) II. No caso dos autos, trata-se de controvérsia acerca da exigência de notificação pessoal do devedor para constituição do crédito relativo à contribuição sindical rural. (...) Na verdade, a decisão regional está em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de que, em razão da sua natureza tributária, a cobrança da contribuição sindical rural pressupõe o regular lançamento para a constituição do crédito, sendo, pois, imprescindível a notificação pessoal do devedor, em atenção ao disposto no art. 145 do CTN. A questão controvertida, portanto, não oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica. III. Agravo interno de que se conhece e a que se nega provimento" (Ag-AIRR-12596-98.2016.5.15.0038, 7ª Turma, Relator Ministro Evandro Pereira Valadão Lopes, DEJT 11/12/2020).

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI 13.015/2014. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. LANÇAMENTO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PESSOAL DO CONTRIBUINTE. PUBLICAÇÃO DE EDITAIS. SÚMULA 333/TST. Hipótese em que o Tribunal Regional, soberano na análise do conjunto fático-probatório (Súmula 126/TST), concluiu que o ente confederado não comprovou a notificação pessoal do Reclamado. Destacou, ainda, que a publicação de editais é inválida por não constar a indicação expressa do nome da Recorrida. Assim, considerando a ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, manteve a sentença de origem em que julgados improcedentes os pedidos da petição inicial. Nesse cenário, tem-se que a decisão regional foi proferida em consonância com o entendimento pacífico deste Tribunal Superior, segundo o qual é indispensável a notificação pessoal do sujeito passivo da cobrança e que o cumprimento do artigo 605 da CLT é requisito essencial para constituição do crédito da ação de cobrança da contribuição sindical rural. Julgados. Nesse contexto, não afastados os fundamentos da decisão agravada, nenhum reparo merece a decisão. Ademais, constatado o caráter manifestamente inadmissível do agravo, impõe-se a aplicação da multa prevista no artigo 1.021, §4º, do CPC/2015, no percentual de 5% sobre o valor dado à causa (R$ 1.943,59), o que perfaz o montante de R$ 97,17, a ser revertido em favor do Agravado, devidamente atualizado, nos termos do referido dispositivo de lei. Agravo não provido, com aplicação de multa a ser revertida em favor do Agravado."(Processo: Ag-AIRR - 2560-59.2013.5.02.0039. Data de Julgamento: 06/11/2019, Relator Ministro: Douglas Alencar Rodrigues, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 08/11/2019).

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. PUBLICAÇÃO DE EDITAIS. NOTIFICAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA. As razões dos embargos de declaração não se enquadram em nenhum dos permissivos dos arts. 897-A da CLT e 1.022 do CPC, pois, no acórdão embargado, a matéria foi devidamente analisada e fundamentada, em consonância com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual, para a cobrança da contribuição sindical rural, é necessário o cumprimento do disposto nos artigos 605 da CLT e 145 do CTN.

Embargos de declaração rejeitados." (ED-AIRR-13177-93.2015.5.15.0056, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, Data de Julgamento: 26/06/2018, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/06/2018).
Nesses termos, mantenho a decisão de origem que julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, com base no art. 485, IV, do CPC.
Nego provimento."

A autora (CNA) insurge-se quanto à extinção do processo, por falta de pressuposto válido de constituição e desenvolvimento, especificamente, por não ter observado o procedimento de lançamento tributário.
Analiso.
A partir da edição da Lei nº 8.847/94, que dispõe sobre o Imposto Territorial Rural e dá outras providencias, previu-se que o Estado, mediante a Secretaria da Receita Federal, deixaria de arrecadar a contribuição sindical rural, cuja fiscalização e arrecadação passaram à responsabilidade da CNA e CONTAG. O artigo 24, I, da referida lei dispõe:
"Art. 24. A competência de administração das seguintes receitas, atualmente arrecadadas pela Secretaria da Receita Federal por força do art. 1º da Lei nº 8.022, de 12 de abril de 1990, cessará em 31 de dezembro de 1996:
I - Contribuição Sindical Rural, devida à Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), de acordo com o art. 4º do Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, e art. 580 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); (...)."

Já com a edição da Lei nº 9.393/96, em momento posterior, foi possibilitado que se promovessem convênios entre a CNA e a Secretaria da Receita Federal para o fornecimento de dados cadastrais e de imóveis rurais, viabilizando à CNA a cobrança de contribuição sindical rural, confirmando-se, pois, sua legitimidade para a cobrança. Vejamos:

"Art. 17. A Secretaria da Receita Federal poderá, também, celebrar convênios com:
(...)
II - a Confederação Nacional da Agricultura - CNA e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, com a finalidade de fornecer dados cadastrais de imóveis rurais que possibilitem a cobrança das contribuições sindicais devidas àquelas entidades."

A atual e notória jurisprudência desta Corte Superior, interpretando os dispositivos acima citados, sedimentou entendimento de que a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA ostenta legitimidade para o lançamento, arrecadação e cobrança da contribuição sindical rural.
Entretanto, apesar disso, o entendimento dessa Corte é no sentido de que, nos termos do artigo 605 da CLT, a notificação pessoal do sujeito passivo, em se considerando a particularidade do ambiente rural em que vive o contribuinte, é requisito imprescindível para a constituição do crédito das ações de cobrança das contribuições sindicais, não sendo suficiente a mera publicação de editais em jornais.
Eis os precedentes envolvendo a mesma parte (CNA):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. 1. CNA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. NOTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO. NECESSIDADE. 2. ENQUADRAMENTO DO RÉU COMO EMPREGADOR RURAL. ÔNUS DA PROVA. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a contribuição sindical rural, por ser espécie de tributo, pressupõe o regular lançamento para a constituição em crédito. Com efeito, em observância ao comando normativo disposto no art. 145 do CTN, entende-se que é imprescindível a notificação pessoal do devedor da cobrança da contribuição sindical rural. Portanto, não se afigura suficiente para a constituição do crédito tributário a mera publicação de editais em jornais de grande circulação visando à ciência do devedor. Precedentes. Agravo de instrumento desprovido." (AIRR - 1000458-83.2014.5.02.0242 Data de Julgamento: 18/05/2016, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 20/05/2016)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. APELO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.015/2014. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DO RÉU. NECESSIDADE. A jurisprudência desta Corte caminha pacífica no sentido de que é indispensável a comprovação da notificação pessoal do sujeito passivo, para que se possa legitimar o ajuizamento da ação de cobrança da contribuição sindical rural. Estando a decisão regional em conformidade com tal entendimento, deve ser mantido o despacho denegatório de seguimento à Revista, com acréscimos. Agravo de Instrumento conhecido e não provido." (Processo: AIRR - 771-61.2014.5.02.0048 Data de Julgamento: 04/05/2016, Relatora Ministra: Maria de Assis Calsing, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/05/2016)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. AÇÃO DE COBRANÇA. NECESSIDADE DE PUBLICAÇÃO DE EDITAIS COM NOTIFICAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR. ART. 605 DA CLT. O e. Tribunal Regional ratificou a r. sentença, quanto à extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, IV, do CPC, ao consignar a invalidade dos editais para a cobrança das contribuições sindicais rurais, porque foram publicados de maneira genérica, sem a indicação expressa do devedor. O entendimento desta Corte é no sentido que o art. 605 da CLT (obrigatoriedade da publicação de editais concernentes ao recolhimento da contribuição sindical com notificação pessoal) é requisito essencial para constituição do crédito da ação de cobrança da contribuição sindical rural. Precedentes. Agravo de instrumento conhecido e desprovido." (Processo: AIRR - 2203-46.2013.5.15.0030 Data de Julgamento: 11/05/2016, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/05/2016)

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL - AÇÃO DE COBRANÇA - NOTIFICAÇÃO PESSOAL DO SUJEITO PASSIVO - ART. 145 DO CTN. Na hipótese, o julgado de origem está amparado na ausência de pressuposto válido e regular de constituição e desenvolvimento do processo, pela ausência de notificação pessoal do sujeito passivo da obrigação tributária. Esta Corte pacificou o entendimento de que, em observância ao comando normativo disposto no art. 145 do Código Tributário Nacional, para o regular lançamento da constituição do crédito tributário (contribuição sindical rural), há a necessidade de que o devedor seja notificado de forma pessoal e

de que exista publicação do edital em jornal local de grande circulação. In casu, inexiste a notificação pessoal ao sujeito passivo que é condição essencial do ato. Precedentes. Agravo desprovido." (Processo: Ag-AIRR - 1034-44.2012.5.15.0067 Data de Julgamento: 04/05/2016, Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 06/05/2016)."

"RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI N.º 11.496/2007. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SUJEITO PASSIVO. NOTIFICAÇÃO PESSOAL. EXIGÊNCIA. 1. A jurisprudência desta Corte superior, em atenção ao disposto no artigo 145 do Código Tributário Nacional, vem-se firmando no sentido de que é imperativa a notificação pessoal do sujeito passivo para legitimar a cobrança da contribuição sindical rural. Assim, a falta do pressuposto necessário ao ajuizamento da ação eleita acarreta a extinção do feito, sem resolução do mérito. 2. Nesse sentido, destacam-se precedentes de todas as Turmas do Tribunal Superior do Trabalho. 3. Recurso de embargos a que se nega provimento." (TST-E-ED-RR-2263-42.2012.5.03.0077, Relator Ministro: Lelio Bentes Corrêa, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 8/5/2015)

No caso, a decisão regional registra que "o fato de a notificação ter sido encaminhada para o endereço informado pelo Réu à Receita Federal, o chamado domicílio tributário, inclusive em relação a exercícios anteriores aos pleiteados na presente a ação de cobrança, não é suficiente para a validação da cobrança, pois não supre a obrigatoriedade da notificação pessoal do devedor, nos termos do art. 145 do CTN".
O acórdão regional está em consonância com a atual, iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior. Inviável o conhecimento do recurso de revista. Óbice da súmula 333 do TST e do art. 896, §7º, da CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010410-12.2020.5.03.0066

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	NAVELLI NACIONAL VEICULOS LTDA E OUTRAS
Advogado	Dr. Vitor Ricardo Bhering Braga Júnior(OAB: 100337-A/MG)
Advogada	Dra. Olívia Caetano Salgado de Paiva(OAB: 143435-A/MG)
Agravado	VICTOR EMANUEL DE MIRANDA
Advogado	Dr. Wallace Miranda(OAB: 75558-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- NAVELLI NACIONAL VEICULOS LTDA E OUTRAS
- VICTOR EMANUEL DE MIRANDA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
O recurso é próprio, tempestivo (acórdão publicado em31/08/2021; recurso de revista interposto em13/09/2021), devidamente preparado (depósito recursal - Id 704ab36/42f05db; custas - Id9dcd425/777e8d4), sendo regular a representação processual.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A, § 6ºda CLT, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
Duração do Trabalho / Horas Extras.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Trata-se de recurso em processo submetido ao RITO SUMARÍSSIMO, com cabimento restrito às hipóteses em que tenha havido contrariedade a Súmula de jurisprudência uniforme do TST

e/ou violação direta de dispositivo da Constituição da República, Súmula Vinculante do STF, a teor do § 9º do art. 896 da CLT (redação dada pela Lei 13.015/14).
Registro que em casos tais é igualmente incabível o Recurso de Revista ao fundamento de alegado desacordo com OJ do TST, em consonância com a sua Súmula 442.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra violação literal e direta de qualquer dispositivo da Constituição da República ou contrariedade com Súmula do TST ou Súmula Vinculante do STF, como exige o citado preceito legal.
Não existem as ofensas constitucionais apontadas, pois a análise da matéria suscitada no recurso não se exaure na Constituição, exigindo que se interprete o conteúdo da legislação infraconstitucional. Por isso, ainda que se considerasse a possibilidade de ter havido violação ao texto constitucional, esta seria meramente reflexa, o que não justifica o manejo do recurso de revista, conforme reiteradas decisões da SBDI-I do TST.
Considerando as premissas fático-jurídicas delineadas no acórdão,não se vislumbra possível violação literal e direta aos dispositivos da Constituição Federal e da legislação federal invocados.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "honorários advocatícios sucumbenciais" e "horas extras", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Quanto ao tema "horas extras", consta do acórdão regional:
"[...]HORAS EXTRAS
Os reclamados não se conformam com a condenação imposta na origem a título de horas extras.
Passo à análise.
Conforme CTPS e TRCT (ID. 93f53bd), o reclamante foi admitido em 11/10/2017 e dispensado, sem justa causa, em 04/12/2019.
A norma coletiva trazida aos autos prevê a adoção do banco de horas (Cláusula 31ª - ID. d707463):
"Fica convencionado que, conforme nova redação do parágrafo 2º do artigo 59 da CLT, não haverá acréscimo de salário, desde que o excesso de horas trabalhadas em um dia seja compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 06 (seis) meses, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de 10 (dez) horas diárias."
Conforme apontado na r. sentença de ID. 1f002f7, a jornada contratual, até 30/09/18, das 8h às 18 horas, com 01h30min de intervalo para refeição, de segunda a sexta-feira, e das 8:00 às 12:00 horas em sábados alternados, acarretava excesso semanal quando havia labor aos sábados (46 horas e 30 minutos). Entretanto, a jornada contratual da semana seguinte (42 horas e 30 minutos) compensava somente 01h30min da semana anterior, de forma que se verifica que, quinzenalmente, havia labor além do limite legal por no mínimo 01 hora, sem compensação no aspecto.
No apelo de ID. 2b5040f, os réus apenas aduzem, de forma genérica, que havia a possibilidade de compensação e que, "da análise quinzenal da jornada tem-se que o excesso da jornada em uma semana (46h30) era compensada na semana seguinte (42h30)" (ID. 2b5040f - Pág. 4), o que não afasta a condenação imposta.
Logo, mantenho a r. sentença, na qual foi deferida 01 hora extra nas semanas integralmente trabalhadas e com labor aos sábados, com adicional de 50%, conforme frequência dos cartões de ponto, com os reflexos deferidos, por acessórios e diante da habitualidade.
A origem (ID. 1f002f7) já determinou que, "quanto ao período posterior a 30.09.2018, não são devidas horas extras, já que a jornada excedente da 8ª diária era compensada pela ausência de labor aos sábados, de modo que a jornada contratual do autor não mais excedia as 44 horas semanais, conforme acordado entre as partes no termo aditivo juntado aos autos e registros de ponto".
Sentença confirmada por seus próprios fundamentos, conforme artigo 895, § 1º, IV, CLT (ID. 1f002f7).
Nego provimento ao apelo."

A decisão do Tribunal Regional reveste-se de contornos fático-probatórios cuja reapreciação não é permitida nesta instância extraordinária. Óbice da súmula 126 do TST.
Com relação ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais", a Corte Regional se manifestou da seguinte forma:
"[...] HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS
Recorrem os réus quanto à verba honorária.
Passo à análise.
A origem (ID. 1f002f7) assim decidiu:
"(...) 2.9 - DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS
Em face do artigo 791-A da CLT, que prevê sobre os honorários advocatícios sucumbenciais, condena-se a primeira reclamada, com responsabilidade subsidiária da segunda, a pagar ao advogado do autor honorários no percentual de 10% sobre o valor bruto do crédito trabalhista que vier a ser apurado em liquidação de sentença, atualizado, mas após dedução dos honorários que cabem ao empregado.
Isso porque, como houve sucumbência recíproca, já que a procedência dos pedidos foi parcial, nos termos do § 3º do mesmo dispositivo legal, o autor também fica condenado a pagar às advogadas das rés honorários sucumbenciais atualizados e no mesmo percentual, a incidir sobre a diferença entre o valor da causa e o crédito principal sem atualização, conforme atual procedimento adotado por este Juízo a respeito.
Todavia, tendo em vista que o crédito trabalhista é de pequena monta, inferior ao que ao autor deve às advogadas das rés a título de honorários, entende-se que, neste caso, considerando-se a natureza alimentar do referido crédito, qualquer compensação importaria em ofensa à dignidade da pessoa humana e ao valor social do trabalho, princípios fundamentais de nossa Constituição (artigo 1o., III e IV).
Assim, excepcionalmente, fixa-se em 30% do crédito líquido do autor o máximo a ser deduzido a título dos honorários sucumbenciais que lhe cabem, ficando o restante do crédito das advogadas das rés em condição suspensiva de exigibilidade, nos termos do artigo 791-A, § 4º, da CLT".
Na decisão de embargos declaratórios (ID.18fcc33), foi julgado procedente em parte o apelo apresentado pelos reclamados, "para sanar os erros materiais havidos e fazer constar da fundamentação, da mesma forma que já constou corretamente na conclusão do julgado, que a condenação abrange todas as reclamadas e é solidária, inclusive quanto ao pagamento dos honorários sucumbenciais devidos ao advogado do autor".
A presente ação foi ajuizada em 20/07/2020, tendo plena incidência, neste processo, a Lei n. 13.467/17 no que concerne honorários advocatícios sucumbenciais.
A inconstitucionalidade do art. 791-A, "caput" e §4º, da CLT, dentre outros dispositivos incluídos pela Reforma Trabalhista, referentes ao pagamento de custas e de honorários, já foi arguida na Ação Direta

de Inconstitucionalidade - ADI 5766, proposta pelo Procurador-Geral da República, que se encontra em trâmite perante o STF (distribuída ao Min. Roberto Barroso). Assim, o STF já foi suscitado a se manifestar sobre a questão, porém, ainda não houve o julgamento.

Com base no posicionamento majoritário dos Tribunais Superiores sobre o tema e observados os termos do art. 791-A, § 3º, da CLT, aplicável ao caso dos autos, entendo que ambas as partes, diante do resultado da demanda, devem ser condenadas em honorários sucumbenciais recíprocos, o que já foi determinado pela origem.

Quanto ao percentual arbitrado, o artigo 85, §2º, do CPC, estabelece, como parâmetros, o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para os serviços. O percentual fixado (10%) mostra-se condizente com referidos parâmetros, não sendo caso de alteração, estando de acordo com o valor estabelecido em situações semelhantes.

Registro, ademais, que o Pleno deste Regional considerou constitucional o art. 791-A, § 4º, da CLT (ArgIncCiv-0011811-21.2018.5.03.0000).

Esclareço, ainda, que o artigo 791-A, §4º da CLT dispõe que na ausência de créditos decorrentes de outros processos, as despesas ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade.

Contudo, a meu ver, esse não seria sequer o caso dos autos, já que na presente ação o recorrente obteve sucesso, de modo que pode arcar com os custos da demanda, sem que isso signifique ofensa ou prejuízo da subsistência própria ou de sua família ou afaste o direito ao acesso à justiça.

Quanto ao percentual arbitrado, o artigo 85, §2º, do CPC, estabelece, como parâmetros, o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para os serviços. O percentual fixado (10%) mostra-se condizente com referidos parâmetros, não sendo caso de alteração, estando de acordo com o valor estabelecido em situações semelhantes.

Registro, ademais, que o Pleno deste Regional considerou constitucional o art. 791-A, § 4º, da CLT (ArgIncCiv-0011811-21.2018.5.03.0000).

Esclareço, ainda, que o artigo 791-A, §4º da CLT dispõe que na ausência de créditos decorrentes de outros processos, as despesas ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade.

Contudo, a meu ver, esse não seria sequer o caso dos autos, já que na presente ação o recorrente obteve sucesso, de modo que pode arcar com os custos da demanda, sem que isso signifique ofensa ou prejuízo da subsistência própria ou de sua família ou afaste o direito ao acesso à justiça.

Os honorários advocatícios equiparam-se à verba alimentar trabalhista (art. 85, §14, CPC), pelo que não se verifica ofensa a qualquer direito dos trabalhadores quando há a cobrança desses valores sobre os créditos deferidos em juízo, já que ambos possuem idêntica natureza jurídica, tendentes a garantir a subsistência da parte sucumbente. Nesse sentido, a Súmula Vinculante n. 47 (STF).

Ressalto que não vigora no Processo do Trabalho a regra de suspensão por 5 anos da exigibilidade dos honorários advocatícios pelo beneficiário da justiça gratuita do Processo Civil (artigo 98, § 3º, do CPC), pois há regra própria na CLT, incompatível com a norma do CPC.

Pelo exposto, daria parcial provimento ao apelo, no aspecto, para autorizar a dedução do valor dos honorários advocatícios de créditos recebidos pelo empregado em Juízo, afastando-se a limitação fixada na r. sentença relativa a 30% do crédito líquido do autor.

No entanto, outro é o entendimento da d. Maioria, conforme fundamentos que se seguem.

A obrigação de o beneficiário da justiça gratuita pagar honorários de sucumbência está regulada tanto na CLT quanto no CPC.

O texto celetista, na redação dada pela Lei 13.467/17, permitindo a compensação dos honorários advocatícios com créditos do obreiro, capazes de suportar a despesa, obtidos em juízo, ainda que em outro processo, passou a ser menos protetivo que a norma processual civil, criando obstáculos justamente àqueles que demandam verbas de natureza alimentar.

Confira-se o dispositivo da CLT:

"§ 4º Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário."

Com efeito, o §3º do artigo 98 do CPC, ao cuidar da verba honorária devida pelo beneficiário da justiça gratuita, adota tratamento distinto do conferido pelo § 4º do art. 791-A, da CLT, na medida em que não traz a exigência de que os créditos obtidos em juízo, mesmo que em outra demanda, possam ser utilizados para pagamento dos honorários sucumbenciais, confira-se:

"Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário."

Desta forma, o §4º do art. 791-A, incluído pela Lei 13.467/2017, conforme posicionamento majoritário desta 11ª Turma, já nasceu parcialmente fadado a não produzir efeitos, por materializar lacuna axiológica, na medida em que constitui norma injusta que impõe maiores ônus ao trabalhador quando comparado ao demandante cível.

Em face da lacuna, aplica-se subsidiariamente o §3º do art. 98 do CPC que não prevê a compensação de honorários com créditos do trabalhador. Cumpre esclarecer que o fato de o autor auferir no presente processo créditos de natureza alimentar, não retira a condição do empregado de miserabilidade jurídica.

Logo, reputa-se indevida a compensação da verba sucumbencial com eventuais créditos do obreiro, não sendo cabível a reforma da r. sentença nos moldes pretendidos pela defesa.

Em face do exposto, vencido este Relator, nega-se provimento ao apelo dos reclamados."

Ainda que a ação tenha sido ajuizada após a vigência da Lei 13.467/2017, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em sessão virtual realizada em 20/10/2021, ao julgar a ADI 5766/DF, declarou a inconstitucionalidade do art. 791-A, § 4º, da CLT, concluindo ser indevido o pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais por beneficiário da justiça gratuita, ainda que, em outro processo, obtenha créditos suficientes para suportar as obrigações decorrentes de sua sucumbência.

Contudo, em observância ao princípio danonreformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no tema.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em

desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0002740-34.2014.5.02.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	JOAO ANTONIO TURANO E OUTRO
Advogada	Dra. Silvana de Carvalho Amatruda Marum(OAB: 76285-A/SP)
Agravado	GILSON SANTANA ROCHA
Advogado	Dr. Décio Moreira da Silva Lima(OAB: 222845-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GILSON SANTANA ROCHA
- JOAO ANTONIO TURANO E OUTRO

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 386/396) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 374/376).
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 370) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 23/09/2021 e apelo protocolado em 04/10/2021), sendo desnecessário o preparo.
A insurgência recursal diz respeito ao tema "NULIDADE DA PENHORA".
Todavia, não obstante as alegações recursais, verifica-se que os reclamados, em seu recurso de revista, não transcreveram os trechos do acórdão regional que consubstanciam o prequestionamento da controvérsia, não bastando ao cumprimento do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT o meroresumodo tópico recorrido, conforme julgados da Subseção uniformizadora interna:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. RECURSO DE REVISTA. NÃO CONHECIMENTO. INOBSERVÂNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. ART. 896, § 1º-A, I e III, DA CLT. (...) Os arestos superados pela jurisprudência consolidada da SBDI-1 sobre a exigência processual prevista no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, não empolgam o apelo, nos limites do artigo 894, § 2º, da CLT. Com efeito, a SBDI-1, interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmado o entendimento no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, "a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva" (E-ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018). Precedentes. Agravo conhecido e desprovido." (TST-Ag-E-ED-Ag-ED-RR-1004-31.2011.5.05.0161, SbDI-1, Rel. Min. Breno Medeiros, DEJT de 14/05/2021)

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. INOBSERVÂNCIA DO REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. A Terceira Turma deste Tribunal não conheceu do recurso de revista interposto pela reclamada, ao entendimento de que tal insurgência não atende, a regra do artigo 896, § 1º-A, da CLT, porque não houve transcrição do acórdão do TRT a permitir a constatação do trecho da decisão que consubstanciaria o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. A referência à tese adotada pelo Tribunal Regional ouresumodos fundamentos, desacompanhada da transcrição do trecho pertinente objeto da controvérsia nas razões do recurso de revista, e, posteriormente, as alegações quanto aos temas recorridos não satisfazem o requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, porquanto não viabilizam o confronto analítico entre a tese central assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica apresentada no recurso de revista em mais de um tema. Nesse mesmo sentido é a atual e iterativa jurisprudência da SBDI-1, com a qual revela consonância o acórdão turmário, a inviabilizar o conhecimento do recurso de embargos, na forma do § 2º do artigo 894 da CLT. Correta, pois, a decisão agravada. Agravo não provido." (TST-Ag-E-RR-10181-12.2015.5.03.0039, SbDI-1, Rel. Min. Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT de 08/03/2019).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO

ao presente agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010340-60.2018.5.15.0056

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	Dra. Lucelaine da Silva Ribeiro(OAB: 227335-A/SP)
Agravado	PAULO EDUARDO MARTINS E OUTRA
Advogado	Dr. Rogério Furtado da Silva(OAB: 226618-A/SP)
Agravado	CARLOS ALVES DA SILVA O MINEIRO - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS ALVES DA SILVA O MINEIRO - ME
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- PAULO EDUARDO MARTINS E OUTRA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 375/396) interposto em face da decisão (fls. 361/362) do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região que denegou seguimento ao recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta ao agravo de instrumento.
Os autos não foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do RITST.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado, interposto tempestivamente (ciência eletrônica da decisão denegatória em 30/08/2021 - certidão de fls. 397 - e apelo protocolado em 06/09/2021), dispensado o preparo.
É o relatório.
Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade do agravo de instrumento, dele conheço.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA", "ABRANGÊNCIA DA CONDENAÇÃO" e "JUROS DE MORA".
No tocante ao primeiro tema, a segunda reclamada insurge-se contra a responsabilidade que lhe foi imputada. Afirma que a condenação foi justificada pela mera presunção de culpa, baseando-se na configuração de responsabilização automática da Administração Pública, contrária, portanto, ao julgamento exposto na ADC 16. Complementa suas alegações ressalvando que somente pode haver a condenação subsidiária do ente público ante a existência de prova cabal da ausência da fiscalização, fato não expresso no caso concreto, sendo certo que o mero descumprimento das obrigações trabalhistas não pode ensejar a imposição da responsabilidade. Destaca violação dos arts. 5º, II, 37, §2º, 97, 102, § 2º, 149 e 150, I da CF, 71,§1º da Lei nº 8.666/1993, e contrariedade à Súmula 331, V, do TST e à Súmula Vinculante nº 10. Suscita divergência jurisprudencial.
Sem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever

ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, ante o registro no acórdão de que o tomador de serviços não produziu nenhuma prova de que tivesse cumprido sua obrigação de fiscalizar de forma eficaz o cumprimento das obrigações trabalhistas devidas por seu contratado, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"(...) No presente caso, além da pena de confissão aplicada à empregadora pelo não comparecimento em audiência, a defesa dos Correios não veio acompanhada de nenhum documento, de modo que não há elementos que pudessem demonstrar fiscalização eficaz, apta a impedir o descumprimento de obrigações trabalhistas pela empregadora.
Oportuno registrar que o vínculo empregatício foi reconhecido apenas em juízo, em razão da confissão ficta da empregadora e ausência de impugnação específica por parte da ora recorrente.
Sequer anotado o contrato de trabalho, é evidente que a ECT não fiscalizou o correto pagamento das verbas rescisórias e os recolhimentos fundiários, parcelas objeto da condenação.
Acrescento que não ficou comprovada nos autos a identificação de pessoa responsável para acompanhamento, conforme determina o art. 67 da Lei 8.666/93, pois sequer juntado o contrato de prestação de serviços firmado entre as reclamadas.
Desta forma, caracterizada a conduta culposa da tomadora por falta de fiscalização efetiva do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora, merece ser mantida a responsabilidade subsidiária decretada no primeiro grau." (fls. 275 - g.n.)

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não

comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Quanto ao segundo tema, a recorrente afirma ser indevida a responsabilidade subsidiária à totalidade da condenação.
Sem razão.
O Regional decidiu (fls. 187):

"Consigno, por fim, que a responsabilidade subsidiária engloba todas as verbas deferidas à trabalhadora, inclusive eventuais indenizações, multas e danos morais, conforme entendimento reunido no item VI da Súmula nº 331 do C. TST " (fls. 276)

Verifica-se que a decisão do Regional está em conformidade com a Súmula 331. VI, do TST, de modo que a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral, inviabiliza-se o processamento do apelo, nos termos da Súmula 333 do TST.
No tocante ao terceiro tema, a segunda reclamada sustenta a aplicação dos juros de mora, nos termos definidos no art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997. Indica violação dos arts. 5º, II, da CF e 1º-F da Lei nº 9.494/1997. Suscita divergência jurisprudencial.
Sem razão.
O Regional entendeu (fls. 278):

"Juros de mora
A reclamada busca a incidência de juros aplicados à caderneta de poupança, com esteio no artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97.
Nada obstante, a jurisprudência consolidou-se no sentido de que a condenação subsidiária do ente público não enseja a aplicação dos juros na forma prevista pela Lei nº 9.494/97. Neste sentido, a redação da OJ nº 382 da SDI-I do C. TST.".

No caso, com respeitosa ressalva de entendimento do Relator, verifico que a decisão regional está em sintonia com a OJ 382 da SBDI-1 do TST.
Logo, o processamento do recurso de revista encontra óbice na Súmula 333 do TST e no artigo 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0001761-51.2011.5.06.0014

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	LIQ CORP S.A.
Advogado	Dr. Bruno de Oliveira Veloso Mafra(OAB: 18850-D/PE)
Advogada	Dra. Mariana Machado(OAB: 33780-A/PE)
Agravante	HIPERCARD BANCO MÚLTIPLO S.A. E OUTRO
Advogado	Dr. Hugo Ferreira da Silva Neto(OAB: 29162/PE)
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)
Agravado	NAYARA REGINA DE MOURA
Advogado	Dr. Erwin Herbert Friedheim Neto(OAB: 14975-A/PE)
Agravado	UNIÃO (PGF)
Procurador	Dr. Eduardo Cunha Lins

Intimado(s)/Citado(s):

- HIPERCARD BANCO MÚLTIPLO S.A. E OUTRO
- LIQ CORP S.A.
- NAYARA REGINA DE MOURA
- UNIÃO (PGF)

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento aos recursos de revista. Sustentam, em síntese, que os apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2°, do RITST).
Examino.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO POR HIPERCARD BANCO MÚLTIPLO S.A E ITAÚ UNIBANCO S.A.
TERCEIRIZAÇÃO. OPERADOR DE TELEMARKETING.
O TRT, quanto ao tema, consignou:

Da terceirização ilícita.
Na peça inicial (fls. 03/35), narrou a demandante que foi contratada para exercer a função de "operador de Sac Hipercard", tendo realizado as seguintes tarefas:
"(...) vendas de cartão, vendas de seguros do cartão, alteração de limites, solicitação de segunda via de cartão, análise de reativação de clientes, entrega e desbloqueio de cartão, inclusão de dependentes, suporte das áreas de cobrança, controles, processamento, alteração, cálculos dos encargos do cartão e gestão de compras, pagamentos de contas, capitalização (HIPERPLIN), estornos de compras não reconhecidas, ajustes de pagamentos não creditados, dentre outros serviços correlatos (...)".

Por sua vez, a parte ré sustentou, como tese de defesa - conforme as peças de contestação atravessadas pelos demandados às fls. 241/288 e 468/508 -, que a empresa Contax | | forneceu à primeira demandada, através de seus empregados, serviços de "telemarketing", não sendo tais atividades atinentes à categoria dos bancários na solução da controvérsia, o juízo de primeiro grau declarou a ilicitude da terceirização e, via de conseqüência, reconheceu a formação do vínculo de emprego diretamente com o HIPERCARD BANCO MÚLTIPLO S.A, com fundamento no item I da I Súmula 331 do TST, enquadrando a ex-empregada como bancária e concedendo à mesma as parcelas previstas nas convenções coletivas dessa categoria, condenando os reclamados, de forma solidária, ao pagamento dos títulos deferidos.
Não acolho a pretensão dos recorrentes em obter a reforma do decisum de 1º grau.
Com efeito, restou demonstrado que o trabalho executado pela autora não guarda correlação com a atividade-meio dos demandados, mas sim com a sua atividade-fim, fazendo emergir, por conseguinte, a essencialidade dos serviços prestados pela ex-empregada à dinâmica da empresa tomadora e beneficiária do trabalho realizado. Observa-se que a hipótese em tela não consistiu em contratação de serviços, mas em arregimentação de mão de obra por meio de empresa interposta.
Saliente-se, de plano, que nem o Hipercard e tampouco o Itaú Unibanco apresentaram contestação específica no que diz respeito às atribuições indicadas pela demandante, na peça exordial, limitando-se, tão somente, a aduzir que as atividades relacionadas na preambular eram atinentes ao trabalho de "telemarketing", e, portanto, estranhas à função de bancário. Tal fato, por si só, já ensejaria o enquadramento do demandante na categoria prevista nas CCTs adunadas - mercê do que disciplina o artigo 302, caput, do CPC -, levando-se em conta, inclusive, que o principal produto do Hipercard é o cartão de crédito. Aliás, o contrato entre o Hipercard e a Contax - fls. 299/338 -, prevê como "Descrição dos Serviços" de "atendente", o seguinte rol de atribuições: "Atendimento a Clientes: Atendimento aos clientes dos cartões Hipercard pessoa física. Empresarial e Associados para fornecimento de informações gerais, esclarecimentos de dúvidas, aberturas de solicitações, vendas de produtos, serviços e outros; Internet - Fale conosco: Atendimento via Internet às solicitações, reclamações, sugestões e outros aos clientes dos cartões Hipercard pessoa física, empresarial e Associados, bem como atendimento receptivo de clientes para confirmações cadastrais com a finalidade de prevenção a fraudes nas autorizações de compras. Pagamento de contas: Atendimento a clientes que desejem efetuar pagamento de contas com cartão Hipercard pessoa física.
"(...) que trabalhou na Contax de novembro de 2008 a julho de 2011, na função de atendente de telemarketing, atendendo clientes do Hipercard apenas: que seus supervisores foram Juliana, Rodrigo, William, Cláudia, que eram funcionários do Hiper (...); que recebia diretamente ordens dos supervisores do Hiper e apenas quando estes não podiam repassavam para os supervisores da Contax (...); que fazia log in e log out quando entrava e quando largava, exceto nos intervalos (...); que oferecia produtos do Hiper, como crédito pessoal, empréstimo, título de capitalização, pagamento de contas, seguro para casa, Hiper Alerta pelo telefone, 72 horas para proteção de cartão e seguro de acidente pessoal: que fazia as mesmas atividades que a recte (...); que havia vários valores de títulos de capitalização, o qual poderia ser alterado pela depoente (...); que não dependia de nenhum outro setor para finalizar as operações de crédito, vindo tudo no sistema (...); que se precisasse faltar ou tirar férias se dirigia ao pessoal do Hiper, falando da própria central (...)
E, ainda, ficou provada a subordinação jurídica dos supostos empregados da Contax ao Banco, ao afirmar a testemunha da reclamante no processo n. 0001203- 76.2011.5.06.0015, o seguinte: "(...) que trabalhava no tele atendimento exclusivo dos clientes HIPERCARD; que no tele atendimento prestava todo tipo de informação ao cliente, fazia alteração de endereço, alteração de limite, lançava pagamento de boletos no cartão de crédito do cliente, a partir do código de barra fornecido por este, vendia seguro de proteção ao cartão e seguir o residencial para débito no cartão de crédito (...); que cada equipe de 21 funcionários tinha um supervisor do HIPERCARD (...); que as questões do contrato de

trabalho eram tratadas diretamente com o supervisor do Banco Itaú e não com a CONTAX (...); que no serviço de tele atendimento havia uma espécie de monitoramento conhecido como carrapatagem no qual os funcionários do Banco fazia (sic) um monitoramento das ligações pra verificar a qualidade do serviço de tele atendimento a seus clientes (...); que o HIPERCARD definia metas de venda de seguros (...); que o treinamento dado para o tele atendimento era feito pelo pessoal do Banco no HIPERCARD (...); que o sistema utilizado no tele atendimento era do HIPERCARD, e as senhas de acesso eram fornecidas pelo Banco Itaú (...)".

Diante de tais digressões, não há como afastar a ligação intrínseca da atividade da reclamante com o escopo ao qual está voltada a empresa. É essencial à sobrevivência do próprio negócio empreendido pelo Hipercard Banco Múltiplo S/A a atividade de atendimento a clientes e venda de cartão de crédito.

Impende frisar, ainda, que, apesar de na hipótese vertente haver sido constatada a subordinação da vindicante ao HIPERCARD, como visto nos depoimentos acima, pouco importa de quem a obreira recebia ordens diretas, já que comprovada a subordinação reticular - consubstanciada na subsunção da força' de trabalho em proveito do empreendimento econômico, conforme exegese da Súmula n° 331, I, do C. TST. E assim o é porque a avaliação da subordinação sob a ótica reticular ou integrativa (novo desdobramento da subordinação jurídica) pressupõe que os serviços prestados pelo trabalhador atinjam o objetivo empresarial. Melhor dizendo, que as tarefas desenvolvidas pela trabalhadora encontra-se inseridas dentro do contexto das atividades essenciais do empreendimento para quem desenvolve os seus serviços.

Nessa esteira, os seguintes arestos: (....)

Portanto, uma vez comprovado que a trabalhadora exerce funções ligadas à atividade essencial da empresa, indiscutível a configuração da subordinação reticular ou integrativa na relação jurídica dos contratantes. Dessa forma, seria, inclusive, despiciendo aferir-se o resultado da realidade constatada na inspeção judicial colacionada às fls. 626/645 - se verificada ou não mediante tal diligência a subordinação da reclamante à empresa Contax -, eis que, como já exaustivamente dito, relevante, em verdade, é a configuração de que a autora exercia suas atividades em prol do estabelecimento bancário, ou seja, realizava funções essencialmente bancárias. Dessa forma, há que se reconhecer o vínculo de emprego direto da autora com o primeiro demandado, pois configurada a incidência do art. 9° da CLT. No que diz respeito, especificamente, ao enquadramento sindical da demandante, ressalto que a formação do vínculo de emprego com o Hipercard Banco Múltiplo | S.A. acarreta, por via de consequência, o enquadramento da obreira na categoria dos bancários, mercê da atividade preponderante desenvolvida pelo seu real empregador. Por força do que já foi mencionado, devem ser utilizadas, na hipótese, as normas coletivas dos bancários para todos os efeitos legais, observando-se o que estabelece cada norma coletiva, bem como os seus respectivos prazos de vigência.

Mantenho, portanto, a sentença que deferiu as postulações com esteio nas normas coletivas trazidas a lume (diferença salarial para o piso da categoria profissional dos bancários. auxilio refeição, auxílio cesta-alimentação, participação nos lucros e resultados e multa convencional Intocável, ainda, o decisum no que diz respeito à anotação na CTPS da reclamante, bem como à aplicabilidade de multa em caso de descumprimento da obrigação de fazer. Friso que a cominação em tela decorre da aplicação do art. 461, § 4°, do Código de Processo Civil, de aplicação subsidiária à Consolidação Trabalhista (art. 769 da CLT), que dispõe:

Em agravo de instrumento, a parte agravante sustenta, em síntese, ser indevido o vínculo de emprego direto declarado pelo TRT, com fundamento de que a contratação de serviços terceirizados é permitida, inclusive para as atividades-fim da empresa.

Assevera que, sendo lícita a contratação estabelecida, também deve ser afastada a sua responsabilidade subsidiária, uma vez que não tem culpa no inadimplemento das verbas trabalhistas da devedora principal.

Aponta violação dos art. 3º, da CLT, bem como contrariedade à Súmula 331/TST. Colaciona arestos.

Analiso.

Na hipótese, o Tribunal Regional reconheceu a ilicitude da terceirização, por entender que as atividades desenvolvidas pela reclamante inserem-se na atividade-fim da empresa tomadora de serviços.

Faz-se necessário o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF (ADPF 324 e RE 958252), que reconheceu a licitude da terceirização dos serviços, inclusive de atividade-fim.

Assim, por observar uma possível violação do art. 3º, da CLT, do TST, dou provimento ao agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista.

II - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO POR HIPERCARD BANCO MÚLTIPLO S.A E ITAÚ UNIBANCO S.A

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

1 - TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DO ARE-791.932-DF. TEMA 739 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. TESE FIRMADA NOS AUTOS DA ADPF 324 E DO RE-958.252-MG, TEMA 725 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. IMPOSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DIRETO

1.1-Conhecimento

O Tribunal Regional, no que concerne ao tema em destaque, registrou que:

Da terceirização ilícita.

Na peça inicial (fls. 03/35), narrou a demandante que foi contratada para exercer a função de "operador de Sac Hipercard", tendo realizado as seguintes tarefas:

"(...) vendas de cartão, vendas de seguros do cartão, alteração de limites, solicitação de segunda via de cartão, análise de reativação de clientes, entrega e desbloqueio de cartão, inclusão de dependentes, suporte das áreas de cobrança, controles, processamento, alteração, cálculos dos encargos do cartão e gestão de compras, pagamentos de contas, capitalização (HIPERPLIN), estornos de compras não reconhecidas, ajustes de pagamentos não creditados, dentre outros serviços correlatos (...)".

Por sua vez, a parte ré sustentou, como tese de defesa - conforme as peças de contestação atravessadas pelos demandados às fls. 241/288 e 468/508 -, que a empresa Contax | | forneceu à primeira demandada, através de seus empregados, serviços de "telemarketing", não sendo tais atividades atinentes à categoria dos bancários na solução da controvérsia, o juízo de primeiro grau declarou a ilicitude da terceirização e, via de conseqüência, reconheceu a formação do vínculo de emprego diretamente com o HIPERCARD BANCO MÚLTIPLO S.A, com fundamento no item I da

I Súmula 331 do TST, enquadrando a ex-empregada como bancária e concedendo à mesma as parcelas previstas nas convenções coletivas dessa categoria, condenando os reclamados, de forma solidária, ao pagamento dos títulos deferidos.

Não acolho a pretensão dos recorrentes em obter a reforma do decisum de 1º grau.

Com efeito, restou demonstrado que o trabalho executado pela autora não guarda correlação com a atividade-meio dos demandados, mas sim com a sua atividade-fim, fazendo emergir, por conseguinte, a essencialidade dos serviços prestados pela ex-empregada à dinâmica da empresa tomadora e beneficiária do trabalho realizado. Observa-se que a hipótese em tela não consistiu em contratação de serviços, mas em arregimentação de mão de obra por meio de empresa interposta.

Saliente-se, de plano, que nem o Hipercard e tampouco o Itaú Unibanco apresentaram contestação específica no que diz respeito às atribuições indicadas pela demandante, na peça exordial, limitando-se, tão somente, a aduzir que as atividades relacionadas na preambular eram atinentes ao trabalho de "telemarketing", e, portanto, estranhas à função de bancário. Tal fato, por si só, já ensejaria o enquadramento do demandante na categoria prevista nas CCTs adunadas - mercê do que disciplina o artigo 302, caput, do CPC -, levando-se em conta, inclusive, que o principal produto do Hipercard é o cartão de crédito. Aliás, o contrato entre o Hipercard e a Contax - fls. 299/338 -, prevê como "Descrição dos Serviços" de "atendente", o seguinte rol de atribuições: "Atendimento a Clientes: Atendimento aos clientes dos cartões Hipercard pessoa física. Empresarial e Associados para fornecimento de informações gerais, esclarecimentos de dúvidas, aberturas de solicitações, vendas de produtos, serviços e outros; Internet - Fale conosco: Atendimento via Internet às solicitações, reclamações, sugestões e outros aos clientes dos cartões Hipercard pessoa física, empresarial e Associados, bem como atendimento receptivo de clientes para confirmações cadastrais com a finalidade de prevenção a fraudes nas autorizações de compras. Pagamento de contas: Atendimento a clientes que desejem efetuar pagamento de contas com cartão Hipercard pessoa física.

"(...) que trabalhou na Contax de novembro de 2008 a julho de 2011, na função de atendente de telemarketing, atendendo clientes do Hipercard apenas: que seus supervisores foram Juliana, Rodrigo, William, Cláudia, que eram funcionários do Hiper (...); que recebia diretamente ordens dos supervisores do Hiper e apenas quando estes não podiam repassavam para os supervisores da Contax (...); que fazia log in e log out quando entrava e quando largava, exceto nos intervalos (...); que oferecia produtos do Hiper, como crédito pessoal, empréstimo, título de capitalização, pagamento de contas, seguro para casa, Hiper Alerta pelo telefone, 72 horas para proteção de cartão e seguro de acidente pessoal: que fazia as mesmas atividades que a recte (...); que havia vários valores de títulos de capitalização, o qual poderia ser alterado pela depoente (...); que não dependia de nenhum outro setor para finalizar as operações de crédito, vindo tudo no sistema (...); que se precisasse faltar ou tirar férias se dirigia ao pessoal do Hiper, falando da própria central (...)

E, ainda, ficou provada a subordinação jurídica dos supostos empregados da Contax ao Banco, ao afirmar a testemunha da reclamante no processo n. 0001203- 76.2011.5.06.0015, o seguinte: "(...) que trabalhava no tele atendimento exclusivo dos clientes HIPERCARD; que no tele atendimento prestava todo tipo de informação ao cliente, fazia alteração de endereço, alteração de limite, lançava pagamento de boletos no cartão de crédito do cliente, a partir do código de barra fornecido por este, vendia seguro de proteção ao cartão e seguir o residencial para débito no cartão de crédito (...); que cada equipe de 21 funcionários tinha um supervisor do HIPERCARD (...); que as questões do contrato de trabalho eram tratadas diretamente com o supervisor do Banco Itaú e não com a CONTAX (...); que no serviço de tele atendimento havia uma espécie de monitoramento conhecido como carrapatagem no qual os funcionários do Banco fazia (sic) um monitoramento das ligações pra verificar a qualidade do serviço de tele atendimento a seus clientes (...); que o HIPERCARD definia metas de venda de seguros (...); que o treinamento dado para o tele atendimento era feito pelo pessoal do Banco no HIPERCARD (...); que o sistema utilizado no tele atendimento era do HIPERCARD, e as senhas de acesso eram fornecidas pelo Banco Itaú (...)".

Diante de tais digressões, não há como afastar a ligação intrínseca da atividade da reclamante com o escopo ao qual está voltada a empresa. É essencial à sobrevivência do próprio negócio empreendido pelo Hipercard Banco Múltiplo S/A a atividade de atendimento a clientes e venda de cartão de crédito.

Impende frisar, ainda, que, apesar de na hipótese vertente haver sido constatada a subordinação da vindicante ao HIPERCARD, como visto nos depoimentos acima, pouco importa de quem a obreira recebia ordens diretas, já que comprovada a subordinação reticular - consubstanciada na subsunção da força' de trabalho em proveito do empreendimento econômico, conforme exegese da Súmula n° 331, I, do C. TST. E assim o é porque a avaliação da subordinação sob a ótica reticular ou integrativa (novo desdobramento da subordinação jurídica) pressupõe que os serviços prestados pelo trabalhador atinjam o objetivo empresarial. Melhor dizendo, que as tarefas desenvolvidas pela trabalhadora encontra-se inseridas dentro do contexto das atividades essenciais do empreendimento para quem desenvolve os seus serviços.

Nessa esteira, os seguintes arestos: (....)

Portanto, uma vez comprovado que a trabalhadora exerce funções ligadas à atividade essencial da empresa, indiscutível a configuração da subordinação reticular ou integrativa na relação jurídica dos contratantes. Dessa forma, seria, inclusive, despiciendo aferir-se o resultado da realidade constatada na inspeção judicial colacionada às fls. 626/645 - se verificada ou não mediante tal diligência a subordinação da reclamante à empresa Contax -, eis que, como já exaustivamente dito, relevante, em verdade, é a configuração de que a autora exercia suas atividades em prol do estabelecimento bancário, ou seja, realizava funções essencialmente bancárias. Dessa forma, há que se reconhecer o vínculo de emprego direto da autora com o primeiro demandado, pois configurada a incidência do art. 9° da CLT. No que diz respeito, especificamente, ao enquadramento sindical da demandante, ressalto que a formação do vínculo de emprego com o Hipercard Banco Múltiplo | S.A. acarreta, por via de consequência, o enquadramento da obreira na categoria dos bancários, mercê da atividade preponderante desenvolvida pelo seu real empregador. Por força do que já foi mencionado, devem ser utilizadas, na hipótese, as normas coletivas dos bancários para todos os efeitos legais, observando-se o que estabelece cada norma coletiva, bem como os seus respectivos prazos de vigência.

Mantenho, portanto, a sentença que deferiu as postulações com esteio nas normas coletivas trazidas a lume (diferença salarial para o piso da categoria profissional dos bancários. auxilio refeição, auxílio cesta-alimentação, participação nos lucros e resultados e multa convencional Intocável, ainda, o decisum no que diz respeito à anotação na CTPS da reclamante, bem como à aplicabilidade de multa em caso de descumprimento da obrigação de fazer. Friso que a cominação em tela decorre da aplicação do art. 461, § 4°, do

Código de Processo Civil, de aplicação subsidiária à Consolidação Trabalhista (art. 769 da CLT), que dispõe:

Nas razões de recurso de revista, a parte reclamada sustenta, em síntese, ser indevido o reconhecimento do vínculo de emprego direto, com fundamento de que a contratação de serviços terceirizados é permitida, inclusive para as atividades-fim da empresa.
Assevera que, sendo lícita a contratação estabelecida, também deve ser afastada a sua responsabilidade subsidiária, uma vez que não tem culpa do inadimplemento das verbas trabalhistas pela devedora principal.

Aponta violação do art. 3º, da CLT, bem como contrariedade à Súmula 331/TST. Colaciona arestos.
Ao exame.
No caso dos autos, o Tribunal Regional entendeu pela ilicitude da terceirização de serviços firmada entre as reclamadas, pelo reconhecimento do vínculo de emprego diretamente para com o tomador dos serviços e pela condenação ao pagamento das parcelas trabalhistas daí decorrentes.
Esta Corte Superior, inclusive esta Turma, com fundamento nos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, adotava o entendimento de que o ordenamento jurídico pátrio não autorizava a terceirização de forma ampla e irrestrita da atividade-fim empresarial. Assim, nos termos do item I da Súmula 331/TST, decidia pela ilicitude da terceirização e, consequentemente, pelo reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços.
Contudo, a Suprema Corte, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", afastando, assim, a configuração da relação de emprego com o tomador dos serviços. Além disso, em 11/10/2018, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, reafirmou o seu entendimento de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada".
Fixou, então, a tese jurídica de que "é nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC".
Ressalta-se que, a partir de 30/8/2018, é de observância obrigatória aos processos judiciais em curso ou pendentes de julgamento a tese jurídica firmada pelo e. STF no RE n.º 958.252 e na ADPF n.º 324.
Nesse sentido, cito precedentes da SBDI-1 desta Corte seguindo o entendimento vinculante do STF:

AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SOBRESTAMENTO. "TERCEIRIZAÇÃO". OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO. NÃO APLICAÇÃO DO ART. 94, II, DA LEI 9.472/97. REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. 1. Trata-se de agravo interno interposto em face da decisão da Vice-Presidência do TST por meio da qual foi determinado o sobrestamento do recurso extraordinário com base em precedente de repercussão geral em julgamento, na forma do art. 1.030, III do CPC. 2. O Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Recurso Extraordinário com Agravo nº 791.932/DF, concluiu que há repercussão geral na questão relativa à ofensa ao princípio da reserva de plenário, previsto no art. 97 da Constituição e na Súmula Vinculante 10, em face da recusa da aplicação, pelas instâncias de origem, do art. 94, II, da Lei 9.472/97 (Tema 739). 3. A abrangência do precedente, não limitada à atividade de call-center, restou assentada em diversos precedentes do Supremo Tribunal Federal, considerando-se, ainda, que os motivos determinantes da decisão tem como razão preponderante a invocação da Súmula 331 do TST como embasamento à recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/97, e possível violação constitucional daí decorrente. 4. Nesse sentir, ficam mantidos os fundamentos adotados pela decisão agravada, restando verificada, ainda, a manifesta inadmissibilidade do presente agravo, aplicando-se a multa prevista no § 4º do artigo 1.021 do atual CPC. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. (Ag-ED-RR-20109-09.2013.5.04.0401, Órgão Especial, Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 16/12/2018).

RECURSO DE EMBARGOS. REGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES TOMADORA DOS SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. 1. A eg. Sexta Turma não conheceu do recurso de revista, sob o fundamento de que se afigura ilícita a terceirização dos serviços de reparação e manutenção de linhas telefônicas, razão pela qual configurado o vínculo de empregado com a empresa tomadora de serviços. 2. Entretanto, a partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 3. Na espécie foi reconhecido o vínculo de emprego diretamente com a tomadora dos serviços (Telemar Norte Leste S.A.), em razão, exclusivamente, de as funções do reclamante serem inerentes à atividade-fim da concessionária do serviço de telecomunicações. 4. Assim, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do reclamante com a tomadora de serviços, revelando-se indevidas as obrigações inerentes aos empregados do contratante. Recurso de embargos conhecido e provido. (E-RR - 65400-93.2007.5.03.0005 Data de Julgamento: 24/10/2019, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 08/11/2019).

Nesse contexto, não há mais espaço para o reconhecimento do vínculo empregatício com o tomador de serviços sob o fundamento de que houve terceirização ilícita (ou seja, terceirização de atividade essencial ou finalística), ou, ainda, para a aplicação dos direitos previstos em legislação específica ou em normas coletivas da categoria profissional dos empregados da empresa contratante. Nesse sentido, cito jurisprudência desta Corte:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

958.252. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. Ante as razões apresentadas pelo agravante, afasta-se o óbice oposto no despacho agravado. Agravo conhecido e provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. Decisão regional em que adotado o entendimento de que é ilícita a terceirização empreendida na atividade-fim do tomador dos serviços. Aparente violação do art. 5º, II, da CF, a ensejar o provimento do agravo de instrumento. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. 1. O Tribunal Regional manteve a sentença quanto à ilicitude da terceirização, ao fundamento de que os serviços prestados estão inseridos na atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. 2. Não obstante o entendimento cristalizado na Súmula 331, I, do TST, no sentido de que "a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário ", o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de repercussão geral, decidiu que " é lícita à terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Ressalto que, no caso, não há no acórdão regional qualquer registro concernente à existência de pessoalidade e/ou subordinação direta à tomadora dos serviços. Assim, torna-se inviável o reconhecimento da ilicitude da terceirização, não sendo tampouco possível o reconhecimento de isonomia com os empregados da empresa tomadora dos serviços. 4. Configurada a violação do art. 5º, II, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10943-72.2016.5.03.0013, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 12/11/2021)

RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO DE EMPREGO. BANCO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. 1. A partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços, independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 2. Na espécie, o Tribunal Regional reconheceu o vínculo de emprego entre a reclamante e um dos Bancos reclamados, somente em razão da prestação de serviços reputados eminentemente bancários. Nesse sentido, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego da reclamante com a instituição financeira tomadora de serviços e a condição de bancário do trabalhador. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10823-70.2015.5.03.0043, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 02/02/2021)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO AUTOR NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/17. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. Compulsando-se os autos, verifica-se que o acórdão embargado, de fato, se pronunciou no sentido da não observância de pressuposto da regularidade formal inerente aos recursos de fundamentação vinculada (princípio da dialeticidade recursal). Todavia, em melhor análise, constata-se que a parte, nas razões do agravo, impugnou de forma específica e fundamentada o óbice erigido na decisão agravada, comportando, assim, a decisão embargada complementação. TERCEIRIZAÇÃO. TOMADORA DE SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO STF. TEMA 725. REPERCUSSÃO GERAL. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de Repercussão Geral, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Nesse contexto, porquanto superada a questão da ilicitude da terceirização - em conformidade com as decisões do STF -, resulta inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do autor diretamente com o tomador de serviços. Embargos de declaração a que se dá provimento, para sanar os vícios apontados, sem, contudo, imprimir-lhes efeito modificativo. (ED-Ag-AIRR-11359-77.2015.5.01.0030, 1ª Turma, Relator Ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 16/11/2021).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Deixa-se de analisar a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, nos termos do artigo 249, § 2º, do CPC/73 (artigo 282, § 2º, do atual CPC), por cogitar-se, no mérito , de possível decisão favorável ao reclamante. TERCEIRIZAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS DE ENERGIA. PREVISÃO NO ARTIGO 25, § 1º, DA LEI Nº 8.987/95. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA ADPF 324, DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EM REPERCUSSÃO GERAL ARE-791.932-DF (TEMA 739) E RE-958.252-MG (TEMA 725) E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE Nos 26 E 57, EM QUE SE DISCUTIA A CONSTITUCIONALIDADE DO CITADO DISPOSITIVO LEGAL. 1. Esta Corte firmou o entendimento de que a terceirização do serviço de eletricista, por se tratar de atividade-fim das empresas concessionárias de serviço de energia elétrica, era ilícita, com fundamento na Súmula nº 331, itens I e III, do TST. 2. Por outro lado, a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre "o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", como norma de Direito Administrativo, não foi promulgada para regular matéria trabalhista, devendo ser interpretada à luz dos princípios e das regras que norteiam o Direito do Trabalho, de modo a não esvaziar de sentido prático ou a negar vigência e eficácia às normas trabalhistas que, no País, disciplinam a prestação do trabalho subordinado e as próprias figuras do empregado e do empregador. Dessa forma, quando os órgãos fracionários dos Tribunais trabalhistas entendem que as relações laborais não são regidas pelo artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, não estão deixando de aplicar o dispositivo legal por considerá-lo inconstitucional. Assim, foi observado o disposto no artigo 97 da Constituição Federal e na Súmula Vinculante nº 10 e do STF. 3. Não obstante seja esse o entendimento deste Relator, curvo-me, com ressalva, à tese firmada na decisão proferida nos autos do

ARE-791.932-DF (Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral), relatada pelo Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, in verbis: "É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC" (DJe de 6/3/2019). 4. A Suprema Corte, em sessão realizada em 30/8/2018, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252 (Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral), a respeito da terceirização prevista na Súmula nº 331 do TST, firmou a seguinte tese: "É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 5. Nos acórdãos proferidos nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade nºs 26 e 57, em que se discutia a constitucionalidade do artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, relatados pelo Exmo. Ministro Edson Fachin, foi destacado: "no julgamento do Tema 739, ARE 791.932- RG, esta Corte, então instada a se manifestar sobre a inobservância da cláusula de reserva de Plenário e o disposto no art. 94, II, da Lei 9.472/1997, declarou a nulidade da decisão do órgão fracionário do TST"; "a norma do diploma regulatório dos serviços de telecomunicações tem conteúdo idêntico ao objeto da presente ação direta de constitucionalidade". 6. A Suprema Corte, fazendo referência às teses fixadas no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252- RG (Tema 725), registrou que, tendo sido afastada a aplicação da Súmula nº 331 do TST "naquelas hipóteses, deve também aqui se estender o mesmo entendimento", concluindo que "o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, ao autorizar as concessionárias de serviço público a contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, alinha-se ao entendimento jurisprudencial atual e, reveste-se de constitucionalidade, devendo ter sua eficácia garantida e preservada". 7. Entretanto, a adoção da tese vinculante firmada pelo Supremo Tribunal Federal não impede o reconhecimento de vínculo de emprego entre o trabalhador terceirizado e a tomadora de serviços, quando comprovada a incidência dos artigos 2º, 3º e 9º da CLT ao caso em apreço, conforme decidiu a SbDI-1, nos autos do E-ED-RR-32900-51.2005.5.03.0002, em acórdão relatado pelo Exmo. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, firmando o entendimento de que há que reconhecer o "vínculo empregatício com a tomadora dos serviços, quando estiver nitidamente comprovada nos autos a presença dos requisitos do art. 3º da CLT, configurando desvirtuamento da terceirização de forma a disfarçar a existência de inequívoca relação de emprego com a tomadora". 8. Na hipótese dos autos, o Ministério Público do trabalho ajuizou ação civil pública contra a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (concessionária de serviços de energia elétrica) e a Santa Maria Participações S.A., a fim de impedir a terceirização de atividade-fim daquela. O Tribunal a quo, por entender pela ilicitude da terceirização dos serviços de leitura de medidores de energia elétrica ativa, reativa e de demanda, envio de faturas e documentos, suspensão do fornecimento de energia elétrica e religação procedida pela Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., confirmou a sentença pela qual essa última ré foi condenada a abster-se de terceirizar os citados serviços e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo . 9. Como o Supremo Tribunal Federal firmou tese, de natureza vinculante, considerando lícita a terceirização, não subsiste a condenação da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. "a abster-se de repassar a terceiros atividades-fins" e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo (responsabilidade solidária da segunda ré). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-215900-88.2012.5.17.0141, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 12/11/2021).

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - PROVIMENTO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. Diante de potencial violação do art. 37, XIII, da Constituição Federal, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252/MG, com repercussão geral (tema 725), em sessão plenária do dia 30.8.2018, fixou teses, respectivamente, no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada" e que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 2. A licitude de terceirização de atividade-fim foi reafirmada, pelo Excelso Pretório, nos julgamentos subsequentes do ARE nº 791.932/DF, com repercussão geral (tema 739), em 11.10.2018, e da ADC nº 26, em 22.8.2019. 3. O caso dos autos é o decidido pelo STF, razão pela qual não é possível a aplicação analógica do art. 12, "a", da Lei nº 6.019/74 (OJ 383/SBDI-1/TST), com esteio na alegada ilicitude da terceirização. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10166-80.2018.5.03.0025, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 12/11/2021).

[...] RECURSOS DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STF (TEMA 739 DE REPERCUSSÃO GERAL NO STF - ARE 791.932). TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. O STF, no julgamento da ADC 26/DF, transitado em julgado em 18.09.2019, seguindo a tese firmada no ARE 791.932, em repercussão geral (Tema 739), declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, que autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público, e, reiterando o entendimento exarado pelo Plenário do STF em 30.08.2018, no julgamento da ADPF-324 e do RE-958252, com repercussão geral (Tema 725), reconheceu a constitucionalidade do instituto da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, afastando a incidência da Súmula 331 do TST. É necessário, pois, o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF, relativamente à possibilidade de terceirização de serviços afetos às atividades precípuas das concessionárias de energia elétrica, sendo irrelevante perquirir sobre a natureza das atividades exercidas pela empresa contratada. No caso vertente, o TRT entendeu que havia relação direta da atividade desempenhada pelo Reclamante com a atividade-fim da tomadora e concluiu pela ilicitude da terceirização. Entretanto, há de ser afastada a ilicitude da terceirização, à luz do entendimento do E. STF e do art. art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995. Consequentemente, não se viabiliza o reconhecimento da isonomia salarial em relação aos empregados da empresa tomadora de serviços e a condenação ao pagamento de direitos e benefícios legais, normativos e/ou contratuais daí decorrentes. Remanesce, contudo, a responsabilidade subsidiária

em caso de eventual condenação, nos termos da decisão do STF (Tema 725) e da Súmula 331, IV/TST. Ressalva de entendimento pessoal deste Relator. Recurso de revista conhecido e provido. (RR -20455-49.2017.5.04.0811, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 19/03/2021).

[...] RECURSO DE REVISTA. DECISÃO REGIONAL PROFERIDA ANTES DA LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO. SERVIÇOS DE TELEMARKETING. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O BANCO TOMADOR DE SERVIÇOS. Nos termos do posicionamento adotado pela Suprema Corte Federal, no julgamento do ARE 791932, Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral, nos autos da ADPF 324 e do RE 958252, e, ainda, na ocasião do julgamento da ADC 26, é lícita a terceirização de serviços de atividade fim . Assim, deve ser reformada a decisão regional para adequar ao entendimento da Suprema Corte. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-170-89.2013.5.06.0012, 6ª Turma, Relator Ministro Aloysio Correa da Veiga, DEJT 20/03/2020).

III - RECURSO DE REVISTA ANTERIOR À LEI Nº 13.015/2014. RETORNO DOS AUTOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA TOMADORA DOS SERVIÇOS NÃO CONFIGURADA. MANUTENÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO CONSAGRADO PELO C. STF - TEMA 725 DE REPERCUSSÃO GERAL NO C. STF - ADPF 324 E RE 958.252. 1. Há muito prevaleceu no âmbito desta Corte Superior o entendimento de que é ilícita a terceirização de serviços especializados, ligados à atividade-fim do tomador dos serviços, identificada no objeto social do contrato social das empresas envolvidas. Nessa linha de argumentação, entendia-se que a contratação de trabalhadores por empresa interposta seria ilegal, formando-se o vínculo empregatício diretamente entre o empregado contratado e a empresa tomadora dos serviços. Inteligência da Súmula nº 331 do c. TST. 2. Revisitando posicionamento consagrado pelo c. TST, em 30.8.2018, a Suprema Corte, nos autos da ADPF 324/DF e do RE 958.252, submetido à sistemática da repercussão geral - Tema nº 725 - , tendo em conta os princípios constitucionais da livre iniciativa (art. 170) e da livre concorrência (art. 170, IV), a dignidade da pessoa humana (art. 1º), os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal (art. 7º), o direito de acesso do trabalhador à previdência social, à proteção à saúde e à segurança no trabalho, declarou a inconstitucionalidade da Súmula nº 331, I, do c. TST, reconhecendo a licitude da terceirização em todas as etapas do processo produtivo, seja meio ou fim. Ao examinar o Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral, no RE nº 958.252 , fixou a seguinte tese jurídica: " É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante " . Na mesma oportunidade, ao julgar a ADPF nº 324, firmou a seguinte tese, com efeito vinculante para todo o Poder Judiciário: " 1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". 3. Em suma, o c. STF reconheceu a legalidade irrestrita da terceirização de serviços, podendo a contratação de trabalhadores se dar de forma direta ou por empresa interposta e para exercer indiscriminadamente atividades ligadas à área fim ou meio das empresas, não se configurando em tais circunstâncias relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada, remanescendo, contudo, a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa contratada, bem como pelas obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993, além de firmar que é plenamente possível a terceirização de atividades precípuas das concessionárias de serviços públicos. 4. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional ratificou o entendimento do juízo de primeiro grau, de que o autor desempenhava tarefa intimamente ligada à atividade-fim da tomadora dos serviços, declarando, por essa razão, a sua responsabilidade solidária pelas verbas devidas ao trabalhador, em desconformidade com a atual jurisprudência do c. STF e do c. TST. Recurso de revista conhecido por contrariedade (má aplicação) à Súmula/TST nº 331 e provido. (RR-722-18.2012.5.06.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 07/01/2020).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. ADPF Nº 324 E RE Nº 958.252. TESE FIRMADA PELO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 331 DO TST À LUZ DOS PRECEDENTES DO STF. (...) I. No que diz respeito ao reconhecimento da licitude da terceirização, a decisão regional foi proferida em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 958.252, de que resultou a fixação da seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", bem como no julgamento da ADPF nº 324, em que foram fixadas as seguintes teses: "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". II. Assim sendo, o conhecimento do presente recurso de revista no que diz respeito ao pedido de reconhecimento da ilicitude da terceirização havida entre as Reclamadas encontra óbice no entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, fixada no julgamento da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252. (...). (Ag-AIRR-10681-27.2018.5.18.0081, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 05/11/2021).

(...) II. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE. SISTEMA DE TELEATENDIMENTO. MATÉRIA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADPF 324, RE 958.252 E ARE 791.932). REPERCUSSÃO GERAL. ISONOMIA SALARIAL. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 383 DO TST. IMPOSSIBILIDADE. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA. 1. O Tribunal Regional, reconhecendo que a Reclamante prestou serviços relacionados à atividade-fim da tomadora de serviços, declarou a

ilicitude da terceirização havida entre as partes. Muito embora tenha fundamentado não ser possível o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o Ente integrante da Administração Pública Indireta, reconheceu o direito obreiro às verbas trabalhistas - legais e normativas - asseguradas aos empregados da tomadora de serviços, com fundamento no princípio da isonomia. 2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 30/8/2018, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958.252, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se estabelecendo relação de emprego entre a tomadora de serviços e o empregado da empresa prestadora. 3. Dispõe a Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST que: "A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções ". 4. O fato autorizador da isonomia de direitos entre os empregados terceirizados e os regularmente contratados pelo tomador de serviços integrante da Administração Pública é a ilicitude da terceirização. Nessa esteira de raciocínio, reconhecendo o STF a licitude da terceirização tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim das empresas tomadoras, inviável a aplicação da Súmula 331/TST e Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST, que traz como premissa básica a irregularidade da contratação do trabalhador terceirizado. Julgados do TST. 5. Recurso de revista conhecido por má-aplicação da Súmula 331/TST e da OJ 383 da SBDI-1/TST. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-2185-47.2016.5.06.0102, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/12/2020)

[...] II - RECURSO DE REVISTA DA 2ª RECLAMADA (LIQ CORP S/A). ADMISSIBILIDADE. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA. LICITUDE. VÍNCULO DIRETO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE DIREITOS DA CATEGORIA DO TOMADOR. INVIABILIDADE. A partir do julgamento do RE nº 958.252 e da ADPF nº 324 pelo Supremo Tribunal Federal, a matéria em discussão nestes autos (ilicitude da terceirização de atividade-fim) pacificou-se e encontra o seu norte nos termos da decisão vinculante daquela Corte Suprema, que, ao julgar o mérito da controvérsia atinente ao Tema 725 da repercussão geral, definiu a tese jurídica segundo a qual "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Assim, a decisão do Regional, naquilo em que aplicou a Súmula nº 331, I, do TST à hipótese encontra-se superada pela jurisprudência vinculante do Pretório Excelso, merecendo reforma o acórdão recorrido, a fim de decretar a licitude da terceirização e, por conseguinte, a ausência de vínculo direto com o tomador e os demais consectários daí decorrentes, a exemplo de direitos previstos em normas coletivas da categoria do tomador ou no regulamento interno da empresa, equiparação salarial, ou quaisquer outros que tenham como base jurídica de sustentação a irregularidade do contrato de terceirização de atividade-fim. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-456-10.2014.5.02.0088, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 19/03/2021).

(…) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. TOMADORA DOS SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE N.º 958.252 COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA (TEMA 725) E ADPF 324. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 324, em 30/8/2018, erigiu tese no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 2. Na mesma ocasião, a Corte Suprema, examinando o Tema 725 de Repercussão Geral, no julgamento do RE 958.252, estabeleceu a seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Inquestionável a aplicação imediata dos aludidos precedentes firmados em Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida, bem como em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, cuja decisão tem efeito vinculante. 4. Na linha dos precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal, remanesce a possibilidade de reconhecimento de vínculo com a empresa contratante somente nas hipóteses em que há explícita referência, no acórdão prolatado pelo Tribunal Regional, acerca da configuração da pessoalidade e da subordinação hierárquica direta, presencial ou por via telemática, do obreiro aos prepostos da tomadora de serviços, sendo insuficiente a mera subordinação estrutural ou indireta, inerente à própria terceirização. 5. No caso sob exame, afirmou o Tribunal Regional a ilicitude da terceirização tão somente em razão do labor em atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. Tal entendimento destoa claramente daquele fixado pelo Supremo Tribunal Federal. Reconhece-se, portanto, a transcendência política da controvérsia. 6. Nesse contexto, impõe-se afastar o reconhecimento do vínculo de emprego da parte reclamante diretamente com o banco tomador dos serviços, bem como excluir da condenação as parcelas decorrentes da aplicação dos acordos coletivos dos bancários. 7. Recurso de Revista conhecido e provido. (RR-491-61.2017.5.06.0311, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 05/02/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DAS LEIS NºS 13.015/14 E 13.105/15, MAS ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/2017. TELEMARKETING - ILICITUDE DE TERCEIRIZAÇÃO - RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS - ENQUADRAMENTO DO RECLAMANTE NA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS BANCÁRIOS. O STF, em 30/8/2018, no julgamento conjunto da ADPF 324/DF e do RE 958.252/MG (tema de Repercussão Geral nº 725), firmou a tese jurídica de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, seja ela meio ou fim, o que não configura relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. O Plenário da Suprema Corte concluiu, então, que não há óbice constitucional à terceirização das atividades de uma empresa, ainda que se configurem como as denominadas "atividades-fim" das tomadoras de serviços. No caso concreto, o Tribunal Regional concluiu que a contratação dos serviços especializados de telemarketing é ilícita, pois estão ligados à atividade-fim da tomadora de serviços. Assim, o v. acórdão recorrido, ao reconhecer a ilicitude da terceirização na hipótese, contrariou a tese firmada pela Suprema Corte, na ADPF 324 e no

RE 958.252 (tema 725 da tabela de repercussão geral). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-11150-12.2015.5.03.0044, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 04/12/2020).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. BANCO BRADESCO S.A. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTENTE. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADPF 324/DF, o RE-958.252/MG (tema 725 da tabela de repercussão geral), fixou a tese, com efeito vinculante e eficácia erga omnes , segundo a qual é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas e de o objeto da terceirização consistir em atividade-meio ou atividade-fim da tomadora de serviços, desde que não seja comprovada a fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, sendo mantida, entretanto, a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. Portanto, definido pelo Supremo Tribunal Federal que é licita a terceirização de serviços, tanto ligados à atividade-meio quanto à atividade-fim da contratante, e não tendo sido constatada fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, deve ser julgado improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo de emprego com O tomador de serviços e, em consequência, os pedidos decorrentes unicamente do vínculo. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. (RR-10958-62.2016.5.03.0103, 8ª Turma, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 23/03/2021)

(...) III - RECURSO DE REVISTA - REGÊNCIA PELA LEI Nº 13.015/2014 - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. CALL CENTER. LICITUDE. A matéria já não comporta debates, ante as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sessão extraordinária realizada no dia 30/08/2018, quando se julgou procedente a arguição formulada na ADPF-324/DF (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018), com eficácia erga omnes e efeito vinculante, e se fixou tese jurídica de repercussão geral, correspondente ao Tema nº 725, no sentido de que "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. (leading case: RE-958252/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018). Recurso de revista conhecido e provido" (RRAg-10055-74.2017.5.03.0173, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 05/02/2021)

Dessa forma, não se pode reconhecer isonomia entre os empregados terceirizados e aqueles contratados diretamente pelo tomador dos serviços.
Entretanto, registre-se que a responsabilidade da tomadora de serviços nestes casos se mantém de forma subsidiária, consoante a tese já firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Contudo, na hipótese dos autos, o pedido da parte reclamante é específico quanto ao vínculo de emprego direto com o segundo contratante.
Ante o exposto, em face da decisão vinculante do STF, conheço do recurso de revista por violação do art. 3º, da CLT.

1.2 - MÉRITO

Tendo em vista os fundamentos apresentados, atendidos os requisitos do art. 489, § 1º, do CPC e com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST, 932, III, IV e V, do CPC, dou provimento ao recurso de revista para, reconhecendo a licitude da terceirização dos serviços, afastar o vínculo de emprego direto reconhecido com o tomador. Prejudicadoo exame dos demais temas constantes do recurso de revista.

III- AGRAVO DE INSTRUMENTO DA LIQ CORP S.A (ATUAL DENOMINAÇÃO DA CONTAX S.A).
Ficaprejudicadoo exame agravo interposto pela reclamada LIQ CORP S.A diante da ausência de interesse recursal já que foi dado provimento ao recurso de revista dos reclamados HIPERCARD BANCO MÚLTIPLO S.A e ITAÚ UNIBANCO sendo reconhecida a licitude da terceirização dos serviços e afastado o vínculo de emprego direto reconhecido com o tomador de serviços.

CONCLUSÃO:

À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, § 5º (atual § 14), da CLT e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento ao agravo de instrumento interposto por HIPERCARD BANCO MÚLTIPLO S.A e ITAÚ UNIBANCO S.A, por possível violação ao art. 3º, da CLT; II - conhecer do recurso de revista interposto por HIPERCARD BANCO MÚLTIPLO S.A e ITAÚ UNIBANCO S.A, quanto ao tema "TERCEIRIZAÇÃO. ILICITUDE. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO", por violação ao art. 3º, da CLT; e, no mérito, dar -lhe provimento para afastar o reconhecimento de vínculo de emprego com os reclamados, ora recorrentes; III- julgar prejudicadoo exame agravo interposto pela reclamada LIQ CORP S.A. Custas, em reversão, pela reclamante, das quais ficaisenta, em razão da gratuidade da justiça deferida a fls. 1329.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010940-83.2019.5.18.0017

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	WESLEY FREITAS DE OLIVEIRA
Advogada	Dra. Larissa Moura de Azambuja(OAB: 25813-A/GO)
Agravado	LIFE SPORTS REPRESENTACOES LTDA
Advogado	Dr. Eduardo Valderramas Filho(OAB: 19653-A/GO)
Agravado	VULCABRÁS/ AZALÉIA S.A.
Advogado	Dr. João Renato de Favre(OAB: 232225/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIFE SPORTS REPRESENTACOES LTDA
- VULCABRÁS/ AZALÉIA S.A.
- WESLEY FREITAS DE OLIVEIRA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 2.230/2.234) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "RECONHECIMENTO DA RELAÇÃO DE EMPREGO". O reclamante sustenta ser incontroversa a presença dos requisitos caracterizadores da relação de emprego, mormente a habitualidade na prestação de serviço. Assevera que da prova oral extrai-se nitidamente a subordinação como elemento caracterizador da relação de emprego, a ingerência das reclamadas nas atividades do autor, bem como a notória relação de exclusividade de vendas dos produtos da segunda reclamada, pela primeira ré. Afirma que ônus da prova cabia exclusivamente à reclamada, já que esta admitiu a prestação de serviços, porém não carreou aos autos contrato de representação comercial. Alega ofensa aos artigos 2º, 3º
, 9º e 457, § 2º, da CLT.
Consta do acórdão regional:

"(...) Voltando à análise dos autos, tenho que o grau de subordinação verificado na relação de trabalho empreendida entre as partes não extrapola à típica de um representante comercial, como se passa a demonstrar.
Com efeito, ao contrário do alegado pelo recorrente, o preposto não confessou a relação subordinada do reclamante. Em sentido diverso, suas declarações apontam no sentido de uma relação de representação comercial, nos moldes previstos pela Lei 4.886/65, como se vê do depoimento que segue transcrito: (...)
No mesmo sentido foram as declarações prestadas pelas testemunhas conduzidas pela reclamada, cujos depoimentos seguem transcritos, sendo oportuno esclarecer que o reclamante não produziu prova testemunhal: (...)
Releva notar que o depoimento do próprio reclamante não pode ser usado como prova em seu benefício, uma vez que não é compromissado. Assim, o depoimento da parte só pode ser usado pela parte contrária como confissão dos fatos por esta alegados.
Como se vê dos depoimentos supratranscritos, tem-se que o reclamante não estava submetido a jornada de trabalho, sendo-lhe facultado observar a jornada que lhe conviesse, podendo inclusive viajar durante a semana. Ademais, inexistia qualquer penalidade, caso as metas estipuladas não fossem atingidas, do que infiro que as aludidas metas funcionavam como parâmetros e estímulos, não havendo que se falar em obrigatoriedade de cumprimento.
Assim, inexiste a alegada subordinação caracterizadora do vínculo empregatício.
Impõe-se observar que o c. TST estabeleceu que a ausência de inscrição do representante comercial no respectivo Conselho Regional é irregularidade formal, que, por si só, não enseja o reconhecimento do vínculo laboral do representante comercial com a empresa representada, como se vê do aresto que segue: (...)
Assim, provada a inexistência da subordinação jurídica prevista pelo art. 3º da CLT, não vislumbro, na presente situação, a existência de um contrato de trabalho mascarado por um contrato de representação comercial, como bem decidido pela juíza singular." (fls. 2.103/2.107).

Não obstante o que alega o reclamante, o recurso não comporta processamento, porque a questão é fática e a revisão do decidido depende do reexame da prova, procedimento vedado em grau recursal de revista, conforme jurisprudência consolidada na Súmula 126 desta Corte.
Diante do exposto, NEGO SEGUIMENTO, pois, ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do RITST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0001367-32.2012.5.15.0152

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MANOEL JUSTINO DA SILVA
Advogado	Dr. Ariovaldo Paulo de Faria(OAB: 148323/SP)
Agravado	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. João Rogério Romaldini de Faria(OAB: 115445/SP)
Advogada	Dra. Patrícia Maria Mendonça de Almeida Faria(OAB: 233059/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MANOEL JUSTINO DA SILVA
- VIA VAREJO S.A.

Denegado seguimento ao recurso de revista pelo Tribunal Regional de origem, o reclamante interpõe agravo de instrumento.
Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões, fls. 2.572/2.575 e 2.576/2.582.
Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
A insurgência recursal diz respeito ao tema "MULTA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DA MULTA DE FORMA EXORBITANTE".
Constata-se, de plano, a inviabilidade de processamento do recurso de revista.
Interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
No caso, a parte recorrente, em seu recurso de revista, não atendeu ao comando legal porque procedeu à transcrição integral do tópico recorrido (fls. 2.465/2.467), sem destaque.
Nesse sentido, os seguintes julgados, in verbis:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DO INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO RECORRIDO. ARESTO PARADIGMA SUPERADO PELA JURISPRUDÊNCIA DO TST. A egrégia Primeira Turma negou provimento ao agravo para manter a decisão que não conheceu do recurso de revista em razão do descumprimento do requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, na medida em que a parte efetuou a transcrição o acórdão regional em seu inteiro teor, sem qualquer destaque em relação ao ponto específico que consubstancia o prequestionamento da matéria. A tese contida no único paradigma válido, nos termos da Súmula 337 do TST, resta superado pela jurisprudência desta Corte, haja vista ter a SBDI-1,

interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmado o entendimento no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, " a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse , transcrição integral do acórdão recorrido , do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva" (E-ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018). Mais precedentes . Incidência do óbice do artigo 894, § 2º, da CLT. Agravo conhecido e desprovido." (Ag-E-ED-Ag-RR-41-09.2014.5.09.0322, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 09/10/2020).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO . INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PROMOÇÕES POR ANTIGUIDADE E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS TRECHOS QUE CONSUBSTANCIAM O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO DO INTEIRO TEOR DOS CAPÍTULOS IMPUGNADOS. DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISOS I E III, DA CLT . DECISÃO DO MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA QUE DENEGOU SEGUIMENTO AOS EMBARGOS DO AUTOR POR INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA Nº 353 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO . DECISÃO DENEGATÓRIA MANTIDA POR FUNDAMENTO DIVERSO . Não obstante a presente hipótese esteja contemplada na exceção estabelecida na letra "f" da Súmula nº 353 desta Corte, ao contrário do que concluiu o despacho denegatório, os embargos não reúnem condições de prosseguir por outro fundamento. Com efeito, a Egrégia Turma, ao negar seguimento ao recurso de revista interposto pelo autor, decidiu consoante jurisprudência pacificada desta Corte, no sentido de que a transcrição do capítulo do acórdão, integralmente, sem a delimitação do ponto de insurgência objeto das razões do recurso de revista - mediante o destaque do trecho em que foram adotados os argumentos do acórdão regional para o deslinde da controvérsia -, não atende ao previsto no artigo 896, § 1º-A, inciso I, da CLT. Precedentes. Incide, na espécie, o óbice contido no artigo 894, § 2º, da CLT. Mantém-se o não seguimento dos embargos, por fundamento diverso. Agravo interno conhecido e não provido" (Ag-E-Ag-ARR-62-80.2014.5.12.0037, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 19/12/2018).

Logo, não tendo a parte agravante se eximido de tal ônus, o recurso de revista é manifestamente inadmissível.
Diante do exposto,com suporte no art. 118, X, do RITST,denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010121-82.2019.5.15.0033

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A
Advogado	Dr. Christiano Drumond Patrus Ananias(OAB: 78403-A/MG)
Agravado	CLARO S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	Dr. Jorge Donizeti Sanchez(OAB: 73055-A/SP)
Agravado	KATHELYN DO ROZARIO SILVA
Advogado	Dr. Matheus Palma de Oliveira(OAB: 413305-A/SP)
Advogado	Dr. Rafael Macano Pardo(OAB: 306938-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A
- CLARO S.A.
- KATHELYN DO ROZARIO SILVA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e

"c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

O recurso não merece seguimento, por estar deserto, em face da intempestividade na comprovação do recolhimento do depósito recursal.
Tendo em vista que a parte decisória do v. acórdão foi divulgada no DEJT em 04/08/2021, sendo o dia 05/08/2021, considerado como data da publicação para efeito de contagem do prazo processual, verifica-se que o prazo recursal venceu em 18/08/2021, pelo teor do art. 6º da Lei nº 5.584/70 (Nos termos da Portaria GP-CR nº 005/2020, não houve expediente no TRT da 15ª Região no dia 11/08/2021, assim, o vencimento do prazo ocorreu em 18/08/2021). Assim, o prazo para comprovação do recolhimento do depósito recursal expirou-se também na data de 18/08/2021, de acordo com o art. 7º da Lei nº 5.584/70 e a Súmula 245 do C. TST. Entretanto, é certo que a apólice de seguro garantia veio aos autos com a petição protocolada em 19/08/2021.
Cumpre destacar que a previsão de intimação da parte recorrente para complementação do depósito recursal, conforme disposto na Orientação Jurisprudencial 140 da SBDI-1 do C. TST, só se aplica à hipótese de recolhimento insuficiente, situação distinta dos autos, na qual se configura a ausência total de recolhimento do preparo no prazo alusivo ao recurso de revista.
Nesse sentido são os seguintes julgados do C. TST: Ag-AIRR-11185-98.2015.5.03.0002, 1ª Turma, DEJT-19/06/17, AIRR-2666-03.2013.5.15.0025, 3ª Turma, DEJT-03/07/17, AIRR-20786-26.2015.5.04.0027, 5ª Turma, DEJT-23/06/17, Ag-AIRR-130257-37.2015.5.13.0023, 6ª Turma, DEJT-19/05/17, AIRR-20713-18.2014.5.04.0406, 8ª Turma, DEJT-30/06/17.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.
Publique-se e intime-se.

Trata-se de hipótese em que o recorrente não comprovou o recolhimento das custas processuais no prazo de lei, em contrariedade à Súmula 245 do TST.
Não se trata, portanto, de insuficiência no valor do preparo ou de equívoco no preenchimento da guia de custas processuais, circunstâncias que atraem a aplicação dos §§ 2º e 7º do art.1.007do CPC/2015, e da OJ n. 140 da SBDI-1 do TST, mas sim de falta de apresentação de documento obrigatório.
Não há previsão de aplicação da regra do § 4º do artigo1.007do CPC ao processo do trabalho, conforme artigo 10 da IN 39/2016 do TST.
Nesse cenário, não merece reparo a decisão regional negativa de admissibilidade.
Transcrevo precedentes desta Corte Superior:

"AGRAVO. EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. DEPÓSITO RECURSAL DOS EMBARGOS. NÃO REALIZAÇÃO. DESERÇÃO. INAPLICABILIDADE DO ART. 1.007, §§ 2º E 4º, DO CPC. Impõe-se confirmar a decisão agravada, mediante a qual constatada a deserção do recurso de embargos, uma vez que as razões expendidas pela reclamada não se mostram suficientes a demonstrar o apontado equívoco em relação a tal conclusão. Agravo conhecido e desprovido" (Ag-E-RR-1001306-21.2016.5.02.0462, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 27/08/2021).

"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO RÉU BANCO BRADESCO S.A. LEI Nº 13.467/2017. DESERÇÃO DO RECURSO DE REVISTA. DEPÓSITO RECURSAL. AUSÊNCIA DE AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA OU COMPROVANTE DE PAGAMENTO AVULSO . INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 1.007, §4º, DO CPC AO PROCESSO DO TRABALHO . Nos termos da Súmula nº 245 desta Corte, o depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso, sob pena de deserção. No caso, a ré, ao interpor o recurso de revista, não apresentou o comprovante de recolhimento do depósito recursal, razão pela qual é forçoso o reconhecimento da deserção. Inaplicável ao processo do trabalho a diretriz do artigo 1.007, § 4º, do CPC. Ademais, verifica-se não se tratar de situação descrita na Orientação Jurisprudencial nº 140 da SBDI-1 desta Corte, considerando que nenhum pagamento ocorreu, quando da apresentação do apelo. Agravo conhecido e não provido " (Ag-AIRR-21154-73.2017.5.04.0121, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 03/12/2021).

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001068-62.2017.5.06.0271

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE E OUTROS
Advogado	Dr. Fábio da Costa e Silva de Matos Paiva(OAB: 32176-A/PE)
Agravado	JOAO VITOR LIMA DA SILVA
Advogado	Dr. João Roberto Martins Cardoso(OAB: 37228-A/PE)
Agravado	NOVA NEGÓCIOS, VEÍCULOS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. E OUTRA
Advogado	Dr. Fábio da Costa e Silva de Matos Paiva(OAB: 32176-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO VITOR LIMA DA SILVA
- MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE E OUTROS
- NOVA NEGÓCIOS, VEÍCULOS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. E OUTRA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.

Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Recurso tempestivo (decisão publicada em 16/03/2021, conforme abade expedientes do PJe; recurso apresentado em 24/03/2021 - Id3c506a1).
Representação processual regular (Ids 2cddc21,176dfcf,c616f87,5040161,71e1968,a1c35db).
Preparo inexigível (artigo 855-A, §1º da CLT).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
De acordo com o parágrafo 2º do artigo 896 da Consolidação das Leisdo Trabalho, o recurso de revista interposto na fase de execuçãosomente tem cabimento na hipótese de ofensa direta e literal denorma da Constituição Federal.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) / Liquidação / Cumprimento / Execução (9148) / Desconsideração da Personalidade Jurídica
Alegação(ões):
- violação do(s) incisos LIV, LV e LXXVIII do artigo 5º; inciso IXdo artigo 93 da Constituição Federal.
A afronta a dispositivo da Constituição Federal, autorizadora do conhecimento do recurso de revista, é a que se verifica de forma direta e literal, nos termos do artigo 896, parágrafo 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho. É indispensável, portanto, que trate especificamente da matéria discutida.
No caso dos autos, verifica-se que a forma como se deu a solução da controvérsia em debate ocorreu com a aplicação de preceitos infraconstitucionais, de forma que não se vislumbra a ofensa direta e literal de dispositivo da Constituição Federal, apta a dar ensejo ao processamento do Recurso de Revista. Eventuais violações constitucionais somente se verificariam, na hipótese, quando muito, de forma reflexa, ou seja, se demonstrada previamente a ofensa das normas ordinárias utilizadas na solução da lide, o que não ocorreu.
A propósito, eis os fundamentos do acórdão recorrido:
(...)
Anoto, de plano, que, embora consigne a peça recursal que "não houve o esgotamento das tentativas de cumprimento de sentença , não junto às pessoas jurídicas integrantes da presente lide" foram localizados bens passíveis de constrição e restaram infrutíferas a tentativa de bloqueio eletrônico de ativos financeiros, via BACEN JUD, e a pesquisa efetuada no RENAJUD, que é o sistema de restrição judicial de veículos, de online maneira que cabia aos agravantes, para fazer valer o denominado benefício de ordem, indicar bens livres e desembaraçados das empresas executadas, integrantes do grupo econômico notoriamente titularizado por MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE, situados na comarca da vara de origem, que possam garantir a execução contra elas, do artigo 4º, §3º, daex vi Lei 6.830/80, de aplicação supletiva, por força do art. 889, da CLT, do que não cuidaram.
Dito isso, observo que a personalidade jurídica deve ser desconsiderada quando, de alguma forma, for obstáculo à satisfação do crédito trabalhista, como na hipótese, dos ex vi artigos 28, §5º, da Lei 8.078/90, e 4º, da Lei 9.605/98, aplicáveis ante a natureza alimentar e privilegiada daquele crédito e o que dispõe o artigo 8º, da CLT. Noutras palavras, "no âmbito do processo do trabalho, a desconsideração da personalidade se dá pelo mero inadimplemento da pessoa jurídica (teoria menor), sendo, portanto, desnecessária a verificação de abuso da personalidade, pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial (teoria maior)" (TRT 2ª Região; 17ª Turma; AP 0000852-93.2012.5.02.0043; Rel. Sidnei Alves Teixeira; Publicado em 14.02.2020) Destarte, não se sustenta, no presente caso, o argumento de que "... não é pela simples tentativa de sistemas Infojud e Renajud da empresa executada que pode ser deferido o pedido de .desconsideração da personalidade jurídica"
Por outro lado, conforme ressaltado na decisão agravada, "... já robustamente comprovado que os réus se encontram em processo de dilapidação de seu patrimônio e em grave crise financeira. Na realidade, são centenas de ações judiciais neste Juízo, sem falar em outras Varas do Trabalho deste Regional, como a exemplo em Garanhuns, Serra Talhada, Petrolina, além de várias outras em Estados da Federação distintos".
Conforme leciona Costa Machado, ao comentar o artigo 334, I, do CPC de 1973, que corresponde ao artigo 374, I, do atual, fato notório é aquele de "conhecimento dos habitantes de um país, de uma região, de um Estado, de uma cidade ou mesmo de uma localidade" (In Código de Processo Civil Interpretado, Manole, 10ª edição, pág. 385), sendo este o caso. Este fato, a par do expressivo patrimônio declarado pelo agravante MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE à Justiça Eleitoral, conforme é do conhecimento desta Corte, em razão da análise de outras demandas em face dele (a exemplo do processo de nº 0000237-09.2020.5.06.0271), faz concluir que, igualmente, resta aplicável à hipótese a diretriz do art. 50, do CC; verbis: "Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso".
(...) Por fim, e em que pese a argumentação recursal acerca da subsidiariedade de responsabilidade dos sócios retirantes, pontuo que os agravantes não comprovaram nestes autos as datas, as condições em que se retiraram da sociedade, tampouco o capital social da empresa, na ocasião.
E, ainda que tivessem demonstrado, de acordo com o suposto período de permanência dos cotistas retirantes informado no agravo de petição (24.03.2016 a 12.07.2017), eles integravam a sociedade empresária ao tempo da relação de emprego (encerrada em 27.01.2017 - ID. 0679cb3), tendo usufruído, portanto, da força de trabalho do empregado, ora exequente.
Não procede a invocação de preceito genérico que não se relacione especificamente com o tema sobre o qual a parte recorrente manifesta seu inconformismo.
CONCLUSÃO
Diante do exposto, DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Examino.
Não há que se falar em ofensa aos princípios constitucionais quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

Inicialmente, quanto ao Juízo Regional de Admissibilidade, ressalte-se que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
Na situação dos autos, não procede a alegação de ofensa aos dispositivos da Constituição Federal apontados, quando a lide está adstrita ao exame de legislação infraconstitucional, visto que essa circunstância impossibilita a configuração de sua violação literal e direta. A discussão, deste modo, não se exaure na Constituição Federal.
Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. CONVERSÃO DO TEMPO COMUM EM TEMPO ESPECIAL. VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 279 DO STF. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA - ARE 748.371. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É inviável o processamento do apelo extremo quando a ofensa a dispositivo constitucional se dá de maneira reflexa e indireta, pois requer o exame prévio da orientação firmada sobre tese infraconstitucional pela instância ordinária. 2. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o Tribunal de origem, quanto ao preenchimento dos requisitos necessários à concessão de aposentadoria, seria imprescindível o reexame dos fatos e provas. Incidência da Súmula 279 do STF. 3. O Supremo Tribunal Federal já assentou, sob a sistemática da repercussão geral, que suposta ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e dos limites da coisa julgada, quando a violação é debatida sob a ótica infraconstitucional, não apresenta repercussão geral, o que torna inadmissível o recurso extraordinário. (RE 748.371-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 1º.08.2013 tema 660). 4. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, CPC." (RE 1004169 AgR / RS, Relator Ministro Edson Fachin. Publicado em 29.3.2017).
DIREITO CIVIL. POSSE. PROPRIEDADE. COISA JULGADA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, da Lei Maior, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária prevista no art. 102 da Magna Carta. 2. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. 3. Agravo regimental conhecido e não provido." (ARE 944003 AgR/GO, Relatora Ministra Rosa Weber. Publicado em 12.4.2016) - (grifei).

Por oportuno, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que violação reflexa ou indireta de dispositivo da Constituição não viabiliza recurso de natureza extraordinária. Eis o teor da Súmula 636 do STF:

"NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE, QUANDO A SUA VERIFICAÇÃO PRESSUPONHA REVER A INTERPRETAÇÃO DADA A NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS PELA DECISÃO RECORRIDA."

Por fim, a diretriz que se extrai da Orientação Jurisprudencial 123 da SBDI-2 do TST (analogicamente) é de que a ofensa à coisa julgada supõe dissonância patente entre as decisões exequenda e rescindenda, o que não se verifica quando se faz necessária a interpretação do título executivo judicial para se concluir pela lesão à coisa julgada, tal como na hipótese dos autos.
Assim, constato a impossibilidade do conhecimento do recurso de revista interposto nesta fase de execução em virtude do que preveem o art. 896, § 2.º, da CLT e as Súmulas 266 do TST e 636 do STF.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Incólumes os dispositivos invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0002124-70.2014.5.09.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	BRF S.A.
Advogado	Dr. Fabiano Silveira Abagge(OAB: 27094-A/PR)
Agravado	MARISA DE PAULA BANOV
Advogada	Dra. Denise Cristina Brzezinski(OAB: 17643/PR)
Advogado	Dr. Annelise Motta Joakinson(OAB: 22396-A/PR)
Advogado	Dr. Josiel Vaciski Barbosa(OAB: 22898 -A/PR)
Advogado	Dr. Márcio Jones Suttile(OAB: 25665/PR)
Advogado	Dr. Joziana Aita Ottobelli(OAB: 43441-A/PR)
Advogado	Dr. Gilson Vaciski Barbosa(OAB: 44206-A/PR)
Advogada	Dra. Elisa Lima Alonso(OAB: 18483-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- MARISA DE PAULA BANOV

O TRT deu parcial provimento ao recurso do reclamante.
O reclamado interpôs recurso de revista.
Despacho de admissibilidade pelo não conhecimento dos recursos de revista.
O reclamante interpõe agravo de instrumento.
Sem parecer do Ministério Público do Trabalho.
É o relatório.

À análise.

Agravo de instrumento do reclamado
Diante de possível ofensa ao art. 469, §3º, da CLT (adicional de transferência), dou provimento ao agravo de instrumento.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, no tocante aos demais temas "Cerceamento de Defesa - Salário por Equiparação/Isonomia - Horas Extras - Gratificações", emerge como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 296 e 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Agravo provido em parte.

Recurso de revista
O recurso de revista é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado e regular o preparo.

2.1 ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA

O reclamado informa que o adicional de transferência não é devido. Traz arestos e aponta ofensa ao art. 469 da CLT. Contrariedade à OJ 113 da SBDI-1-TST.
Eis os termos do acórdão recorrido:
"...Incontroverso nos autos que a reclamante foi admitido em 05/02/1996 em São Paulo, onde trabalhou até janeiro de 2006, quando foi transferida para Curitiba-PR, onde trabalhou até sua demissão em 20/09/2013 (fl. 170). Registre-se que não há provas de que a transferência ocorreu a pedido da reclamante, tampouco de que a transferência seria a única que ocorreria, de maneira que é considerada provisória.
No caso, tratou-se de única transferência, sem que se possa, assim, concluir pela definitividade, eis que única transferência, sendo o tempo de permanência no último local inferior àquele verificado antes da transfrência, não havendo qualquer compromisso do empregador no sentido de ser definitiva.
Assim, reforma-se a r. sentença para condenar a ré ao pagamento de adicional de transferência de 25% sobre a remuneração a partir de 15/12/2009, observada a implementação de difernças salariais decorrentes da equiparação salarial, até a data da rescisão do contrato, com reflexos em horas extras, férias + 1/3, 13º salários, aviso prévio indenizado e FGTS (11,2 %).
Improcede o pedido de reflexos em DSR, pois se trata de parcela com base mensal (art. 7º, § 2º da Lei n. 605/49).
Dispondo a Lei (parágrafo 3º art. 469 CLT) que o adicional deve ser calculado em 25% "dos salários" (plural) evidente que abrange as diversas parcelas que integram esse (art. 457, § 1º, CLT)..."

Conforme trechos acima, o TRT fez constar que na hipótese, tratou-se de única transferência. Informa que restou incontroverso nos autos que a reclamante foi admitida em 05/02/1996 em São Paulo, onde trabalhou até janeiro de 2006, quando foi transferida para Curitiba-PR, onde trabalhou até sua demissão em 20/09/2013. Entendeu que houve provisoriedade.
No entanto, esta Corte vem entendendo por provisoriedade nos casos de transferência, a caracterizada quando ela se dá por um período inferior a 3 (três) anos. Assim, e uma vez que o período de permanência da reclamante na cidade de Curitiba/PR, objeto do presente apelo, teve duração de mais de 7 anos, fica afastada a provisoriedade da transferência e, por consequência, a obrigação do empregador de pagamento do adicional.
Citam-se, por oportuno, os seguintes julgados:

"RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO. I - RECURSO DE REVISTA DA RECLAMANTE . MATÉRIA RECEBIDA PELO DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE . ACÓRDÃO DO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ... II - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA RECLAMANTE . MATÉRIAS NÃO RECEBIDAS PELO DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE . ACÓRDÃO DO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. TRANSCENDÊNCIA AUSENTE. Nos termos do § 3º do art. 469 da CLT, é devido o pagamento de adicional de transferência "enquanto durar essa situação". A finalidade pretendida pelo legislador foi assegurar o pagamento de adicional como "salário-condição" na transferência provisória, conforme a interpretação dada pelo TST na parte final da OJ nº 113: " O pressuposto legal apto a legitimar a percepção do mencionado adicional é a transferência provisória ". De fato, a lei não estabelece critérios objetivos para definir a transferência provisória, justamente porque a provisoriedade deve ser avaliada pelo julgador considerando o contexto da situação do trabalhador no caso concreto. A reiterada jurisprudência desta c. Corte é a de que o ânimo provisório ou definitivo da transferência é aferido à luz da conjugação não exaustiva de alguns fatores, notadamente o tempo de permanência no local de destino, o motivo da alteração de domicílio do trabalhador, a duração do contrato de trabalho e a existência, ou não, de movimentações sucessivas. No caso dos autos , é fato incontroverso que houve apenas duas transferências

da Reclamante durante os 12 anos de sua relação contratual com o reclamado: de Uberlândia/MG, onde deu início ao seu contrato em 2001, foi transferida para Curitiba/PR em 1º/01/2008 e desta para Ipatinga/MG em 23/11/2012. Assim, não prospera a alegação de que houve sucessivas movimentações, pois ocorreram apenas duas transferências em um extenso período do contrato de trabalho. Por outro lado, a jurisprudência desta Corte, atenta ao princípio da razoabilidade, a fim de mensurar o que representa a provisoriedade nos casos de transferência, entende-a caracterizada quando ela se dá por um período inferior a 3 (três) anos. Assim, e uma vez que o período de permanência da reclamante na cidade de Curitiba/PR, objeto do presente apelo, teve duração de quase 4 anos, fica afastada a provisoriedade da transferência e, por consequência, a obrigação do empregador de pagamento do adicional. Precedentes. Nesse contexto, incidem os óbices do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333/TST, a inviabilizarem a pretensão recursal. Ante o exposto, entende-se que o recurso de revista não oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica, previstos no artigo 896-A, §1º, I, II, III e IV, da CLT. Agravo de instrumento conhecido e desprovido. ..." (ARR-944-37.2014.5.09.0001, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 26/11/2021).

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMANTE. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI N º13.015/2014. (...)ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. PROVISORIEDADE NÃO CONFIGURADA. O entendimento predominante nesta Corte Superior quanto à caracterização da provisoriedade deve-se à constatação de transferências sucessivas e de curta duração, levando-se simultaneamente em consideração o tempo de contratação. No caso dos autos, consta do acórdão recorrido que houve uma única transferência do reclamante para a Bahia em 01/05/2005, permanecendo lá por mais de 5 anos, até a resilição contratual em 15/07/2010, o que configura a transferência definitiva. Precedentes . Óbice da Súmula 333/TST. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (...)(AIRR-16-50.2011.5.04.0383, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 19/06/2020).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMANTE. 1.ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. DEFINITIVIDADE. PERÍODO SUPERIOR A DOIS ANOS. NÃO CONHECIMENTO. Afasta o animus de provisoriedade a transferência que ocorre uma única vez e perdura por mais de 2 anos até o momento da rescisão do contrato de trabalho. Precedentes. No presente caso, a reclamante foi contratada em 22/10/2003, para trabalhar em Parobé - RS, e em março de 2008, foi transferida para a cidade de Itapetinga - BA, onde permaneceu até a rescisão contratual, em 11/02/2011. Portanto,uma única transferência que perdurou por mais de 2 anos. Caracterizada a transferência definitiva, é indevido o adicional.Recurso de revista a que não se conhece(...)(RR-1291-37.2011.5.04.0382, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 28/09/2018).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014 . (...) EMPREGADO CONTRATADO NO RIO GRANDE DO SUL E TRANSFERIDO UMA ÚNICA VEZ PARA A BAHIA. RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO APROXIMADAMENTE QUATRO ANOS DEPOIS DA TRANSFERÊNCIA.ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 113 DA SBDI-1 DO TST. EMPREGADO TRANSFERIDO UMA ÚNICA VEZ. TRANSFERÊNCIA DEFINITIVA. PAGAMENTO INDEVIDO. O entendimento predominante neste Tribunal é o de que a provisoriedade constitui o pressuposto inafastável para o reconhecimento do direito aoadicional de transferência, o qual é definido pelo tempo de contratação, tempo de transferência e pelo número de mudanças de domicílio a que o empregado foi submetido. Assim, para a concessão doadicional de transferência, é imperioso o pressuposto de que a transferência efetivada tenha sido realizada em caráter provisório.Na hipótese, conforme registrado no acórdão regional, é incontroversa a natureza definitiva da transferência. Ademais, o reclamante foi contratado para trabalhar no Rio Grande do Sul e, em junho de 2008, foi transferido para Bahia, onde permaneceu até a ruptura do seu contrato de trabalho, ocorrida em abril de 2012, quase quatro anos após a mencionada transferência.Assim, de acordo com o teor dos precedentes transcritos, evidenciada a natureza definitiva do deslocamento, em razão de ter ocorrido uma única transferência no curso do contrato de trabalho. Assim, verificando-se que houve uma única transferência da empregada durante a contratualidade, é indevido o referido adicional, pois, nesta hipótese, entende-se que a transferência teve caráter definitivo, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 113 da SbDI-1 do TST (precedentes). Recurso de revista não conhecido. (RR-994-93.2012.5.04.0382, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 06/09/2018).

RECURSO DE REVISTA REGIDO PELO ARTIGO 896 DA CLT, COM REDAÇÃO ANTERIOR À CONFERIDA PELA LEI Nº 13.015/2014. (...)ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. 1. A jurisprudência desta Corte superior é iterativa no sentido de que, em regra,o transcurso de lapso temporal superior a dois anos autoriza presumir o caráter definitivo da transferência. 2. No caso sob exame, o reclamante foi transferido de Novo Itacolomi para Borrozópolis em 1º/4/2008, permanecendo nesta cidade até a data da rescisão contratual, o que se deu em setembro de 2012. 3. Restando evidente, na presente hipótese, o caráter definitivo da segunda transferência do reclamante, porque perdurou por período superior a 4 (quatro) anos, não há como manter a condenação da reclamada ao pagamento do adicional em comento. 4. Recurso de Revista conhecido e provido.(...) (Processo: RR - 155-50.2013.5.09.0073 Data de Julgamento: 09/03/2016, Relator Desembargador Convocado: Marcelo Lamego Pertence, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 11/03/2016).

Conheço por ofensa ao art. 469 da CLT.

Mérito:
Conheço do recurso de revista quanto ao tema "adicional de transferência", por ofensa ao art. 469 da CLT, e no mérito, dou-lhe provimento para julgar improcedente a condenação ao pagamento do adicional respectivo.

Dispositivo
À vista do exposto, atendidos os requisitos do art. 489, § 1º, do CPC e com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST, 932, III, IV e V, do CPC: I) dou provimento em parte ao agravo de instrumento; II) conheço do recurso de revista somente quanto ao tema "adicional de transferência", por ofensa ao art. 469 da CLT, e no mérito, dou-lhe provimento para julgar improcedente o pedido de pagamento do adicional de transferência. Para a atualização dos créditos decorrentes da condenação judicial, devem ser aplicados o IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a taxa Selic (juros

e correção monetária), observando-se, na liquidação da sentença, que são válidos e não ensejarão nova discussão todos os pagamentos eventualmente já realizados com índice diverso. Custas inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0010701-62.2020.5.15.0103

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Recorrente	MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO
Advogado	Dr. Rondon Akio Yamada(OAB: 157508/SP)
Recorrido	BRUNA DE LIMA LOPES SANTOS
Advogado	Dr. Valdir Garcia dos Santos Júnior(OAB: 167444-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNA DE LIMA LOPES SANTOS
- MUNICÍPIO DE VALPARAÍSO

Trata-se de recurso de revista interposto pelo Município reclamado, sob a égide da Lei nº 13.467/17, contra o acórdão regional de fls. 285/291, que deu provimento ao recurso ordinário da reclamante. Não houve apresentação de contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo prosseguimento do feito (doc. seq. 06).
Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade. À aferição do conhecimento à luz dos pressupostos intrínsecos. A insurgência recursal diz respeito ao tema "HORAS EXTRAS. ADICIONAL. PROFESSOR. ATIVIDADE EXTRACLASSE".
O Município reclamado afirma que são indevidas ashoras extrasdecorrentes da mera inobservância da proporcionalidade estabelecida no art. 2º, § 4º, da Lei nº 11.738/08, assim como o respectivo adicional. Alega que as horas destinadas às atividades-extraclasse já estão incluídas na carga horária doprofessor e em sua remuneração, sendo que, no caso, não houve extrapolação da jornada semanal. Indica violação dos artigos 5º, II, 7º, XIII e XVI, 59 e 320 da CLT. Transcreve arestos.
Sem razão, contudo.
O Tribunal Regional, a respeito do tema, consignou:

"Pontuou a sentença:

(...)

"Dessa forma, não obstante a inobservância da proporcionalidade acima referida, é inconteste nos autos que a jornada semanal da parte autora não se demonstrou extrapolada consoante dispõe a OJ Nº 206 da SDI: "206 - PROFESSOR. HORAS EXTRAS. ADICIONAL DE 50% (inserida em 08.11.2000) Excedida a jornada máxima (art. 318 da CLT),as horas excedentes devem ser remuneradas com o adicional de no mínimo, 50% (art. 7º, XVI, CF/1988)

Ressalvando entendimento anterior, acompanho a maioria da Câmara que entende que em face de recentes decisões do o. TST a Súmula 93 deste Regional está superada, sendo devido apenas o adicional de 50% quando não observada a divisão proporcional da carga horária dos professores do ensino público de educação básica, em 2/3 de atividades desempenhadas em classe, e 1/3 de atividades extraclasse.
Desta forma, acolho o apelo para, observados os limites do pedido, condenar o Reclamado ao pagamento do adicional de 50%, nas ocasiões em que houve excesso ao limite de 2/3 da jornada em interação com os educandos.
Provejo." (fls. 287/288 - g.n)

O Regional deu provimento ao apelo ordinário da reclamante para condenar o Município reclamado ao pagamento tão somente do adicional de horas extras pelo descumprimento da proporcionalidade entre o tempo em sala de aula e atividades extraclasse, conforme o disposto no § 4º do art. 2º da Lei nº 11.738/2008.
A questão relativa à inobservância da proporcionalidade prevista no citado dispositivo, sem a extrapolação da jornada semanal doprofessor, caso dos autos, foi objeto de análise desta Corte, consoante os seguintes precedentes e julgados:

"RECURSOS DE EMBARGOS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ANÁLISE CONJUNTA DOS EMBARGOS DA AUTORA E DO RÉU. PROFESSOR. ART. 2º, § 4º, DA LEI Nº 11.738/2008. NÃO OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE ENTRE O TEMPO EM SALA DE AULA E EM ATIVIDADES EXTRACLASSE. CARGA HORÁRIA SEMANAL NÃO EXTRAPOLADA. DIREITO AO ADICIONAL DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA. A Egrégia Turma decidiu em harmonia com o entendimento pacificado nesta Corte Superior, segundo o qual a consequência jurídica do descumprimento de regra que disciplina a composição interna da jornada de trabalho, quando não extrapolado o limite semanal de duração da jornada, é o pagamento do adicional de 50% para as aulas trabalhadas em sala de aula além do limite de 2/3. Nesse sentido é o precedente do Pleno deste Tribunal, consagrado no E-RR-10314-74.2015.5.15.0086, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 16/10/2019. Recursos de embargos não conhecidos " (E-ED-RR-2211-09.2016.5.09.0669, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 21/05/2021).

"RECURSO DE EMBARGOS - INTERPOSIÇÃO SOB A REGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014 - PROFESSOR - JORNADA DE TRABALHO - ATIVIDADES EXTRACLASSE - PROPORCIONALIDADE - HORAS EXTRAS 1. No julgamento do processo nº E-RR-10314-74.2015.5.15.0086 pelo Tribunal Pleno desta Eg. Corte (acórdão publicado no DEJT 16/10/2019), prevaleceu a tese de que o desrespeito da distribuição de 1/3 (um terço) para atividades extraclasse e 2/3 (dois terços) para atuação em sala de aula - conforme determina o art. 2º, § 4º, da Lei nº 11.738/2008 - constitui situação atípica de inobservância dos limites da jornada de trabalho. Concluiu-se que "a consequência jurídica aplicável é o pagamento do adicional de horas extraordinárias com relação ao período que extrapolou o máximo de 2/3" destinado a atividades de interação com os educandos. 2. A tese fundamentou-se julgamento da ADI 4.167/DF, em que foi declarada a constitucionalidade do referido dispositivo, devendo ser observada a modulação dos efeitos da decisão imposta pelo E. STF (referente à data de 27/4/2011). Embargos conhecidos e providos" (E-ED-RR-

2403-12.2013.5.12.0006, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 19/03/2021).

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014 E REGIDO PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/2016 DO TST. PROFESSOR. CARGA HORÁRIA SEMANAL. PROPORCIONALIDADE ENTRE O TEMPO EM SALA DE AULA E AS ATIVIDADES EXTRACLASSE. NÃO OBSERVÂNCIA. DIREITO APENAS AO ADICIONAL. No caso dos autos, a reclamante pleiteou o recebimento de diferenças de horas-atividade pelo desrespeito ao limite máximo de 2/3 da jornada de trabalho em atividades dentro de sala de aula. Com efeito, o Tribunal a quo destacou que houve inobservância da proporcionalidade prevista no § 4º do artigo 2º da Lei nº 11.738/2008, razão pela qual entendeu serem devidas as diferenças pleiteadas, ainda que respeitada a jornada semanal para a qual a autora fora contratada. O artigo 2º, § 4º, da Lei nº 11.738/2008 trata da jornada do professor, prevendo a proporcionalidade entre as atividades em classe de aula (2/3) com os alunos e o tempo destinado às atividades extraclasse (1/3). Dessa forma, se a reclamante não teve assegurado o período de 1/3 da jornada em atividades fora da sala de aula, tendo sua jornada interna desrespeitada, faz jus ao recebimento do adicional de horas extraordinárias com relação ao período que extrapolou o período máximo de 2/3. Por outro lado, se não foi extrapolada a jornada semanal da reclamante, ela não tem direito ao recebimento da hora acrescida do adicional. Portanto, in casu , como a jornada semanal da reclamante não foi extrapolada, ela não tem direito às horas extras (hora e adicional), sendo-lhe devido apenas o adicional. Recurso de revista conhecido e parcialmente provido" (RR-10175-81.2020.5.15.0140, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 01/10/2021)

"RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014. PROFESSOR DO ENSINO PÚBLICO. DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA. LEI Nº 11.738/2008. PROPORÇÃO DE ATIVIDADES EXERCIDAS EM CLASSE E EXTRACLASSE. INOBSERVÂNCIA. ADICIONAL DE HORAS EXTRAS. O Tribunal Pleno do TST, no julgamento do E-RR -10314-74.2015.5.15.0086, interpretando o art. 2º, § 4º, da Lei nº 11.738/2008, firmou o entendimento de que a consequência jurídica do descumprimento da regra que disciplina a composição interna da jornada de trabalho, quando não extrapolado o limite semanal de duração da jornada, é o pagamento do adicional de 50% para as horas trabalhadas em sala de aula além do limite de 2/3 da jornada. Recurso de revista conhecido e parcialmente provido" (RRAg-1001650-04.2016.5.02.0332, 1ª Turma, Relator Desembargador Convocado Marcelo Lamego Pertence, DEJT 23/08/2021).

"RECURSO DE REVISTA. PROFESSOR. JORNADA DE TRABALHO. HORAS EXTRAS. ATIVIDADE EXTRACLASSE. DESPROPORCIONALIDADE. EFEITOS. APLICAÇÃO DA LEI Nº 11.738/2008. 1. O STF, no julgamento da ADI 4.167-DF, declarou a constitucionalidade do art. 2º, § 4º, da Lei nº 11.738/2008. Tratando-se de norma especial para os professores do ensino público da educação básica, prevalece sobre a norma geral inscrita no art. 320 da CLT. 2. Atento ao decidido pelo STF, o Pleno desta Corte, no julgamento do E-RR-10314-74.2015.5.15.0086, em 10.10.2019, fixou tese no sentido de que "a consequência jurídica do descumprimento de regra que disciplina a composição interna da jornada de trabalho, quando não extrapolado o limite semanal de duração da jornada, é o pagamento do adicional de 50% para as horas trabalhadas em sala de aula além do limite de 2/3 da jornada". 3. Tendo em vista a modulação dos efeitos da decisão do STF, este entendimento é aplicável ao trabalho prestado após 27.4.2011, situação dos autos, uma vez que reconhecida a prescrição dos créditos anteriores a 12.12.2011. Recurso de revista conhecido e parcialmente provido" (RR-12628-85.2016.5.15.0044, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 05/11/2021).

"RECURSO DE REVISTA. INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA. A discussão dos autos centra-se em definir se é devido, ou não, o pagamento de horas extraordinárias relativas às atividades extraclasse, pelo fato de o reclamante não ter destinado parte da jornada de trabalho para a realização de tais atividades, conforme previsto no § 4º do artigo 2º da Lei nº 11.738/2008. Assim, considerando a possibilidade de a decisão recorrida contrariar a atual jurisprudência desta colenda Corte Superior, que foi, recentemente, firmada pelo Tribunal Pleno, na sessão do 16/09/2019, quando do julgamento do Processo nº TST-E-RR-10314-74.2015.5.15.0086, verifica-se a transcendência política, nos termos do artigo 896-A, § 1º, II, da CLT. PROFESSOR. TRABALHO EM SALA DE AULA. LIMITE MÁXIMO DE 2/3. EXTRAPOLAÇÃO DESSE LIMITE SEM ULTRAPASSAR A JORNADA DE TRABALHO SEMANAL. DIREITO AO ADICIONAL DE 50%. ARTIGO 2º, § 4º, DA LEI Nº 11.738/2008. PROVIMENTO PARCIAL. Na composição da jornada de trabalho do professor, as atividades de classe não devem extrapolar o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária, nos termos do artigo 2º, § 4º, da Lei nº 11.738/2008. Por sua vez, no que se refere ao referido artigo, o Tribunal Pleno desta Corte Superior, no julgamento do E-RR-10314-74.2015.5.15.0086, decidiu que, mesmo não extrapolada a jornada total de trabalho semanal, ao professor é devido o adicional de 50% em relação às horas trabalhadas em sala de aula além do limite de 2/3 da sua carga horária. Na hipótese vertente , o egrégio Tribunal Regional condenou o ente público reclamado ao pagamento de horas extraordinárias, apenas pelo fato de não ter sido observado o limite de 2/3 relativo às atividades em sala de aula, conforme previsto no § 4º do artigo 2º da Lei nº 11.738/2008. Tal decisão não pode prosperar, tendo em vista que a desproporcionalidade no cumprimento dos limites previstos no artigo 2º, § 4º, da Lei nº 11.738/2008 somente gera o direito à percepção do adicional de 50% em relação às horas que extrapolaram o limite máximo de 2/3 da carga horária de trabalho em sala de aula. Recurso de revista de que se conhece e ao qual se dá parcial provimento" (RR-10815-55.2018.5.15.0140, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 10/09/2021).

"AGRAVO. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. PROFESSOR. HORAS EXTRAS. ATIVIDADES EXTRACLASSE. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 2º, § 4º, DA LEI 11.738/2008. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. O Tribunal Pleno do TST, no julgamento do E-RR-10314-74.2015.5.15.0086, por maioria, decidiu que a consequência jurídica da inobservância da proporcionalidade da composição interna da jornada de trabalho do professor estabelecida no § 4º do art. 2º da Lei nº 11.738/2008, quando não extrapolado o limite semanal de duração da jornada, é o pagamento do adicional de 50% para as horas trabalhadas em sala de aula além do limite de 2/3 da jornada. Com efeito, patenteado no acórdão regional que o reclamado não observava o limite previsto na Lei nº 11.738/08, deve ser mantida a condenação atinente às horas extras. Nesse passo, diante do óbice da Súmula 333/TST,

haja vista o acórdão regional ter dirimido a controvérsia em consonância com a atual jurisprudência desta Corte, reforma-se a decisão agravada para não conhecer do recurso de revista do reclamado . Agravo conhecido e provido" (Ag-RR-10903-77.2016.5.15.0071, 5ª Turma, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 11/12/2020).

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. PROFESSOR. CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES EXTRACLASSE. PROPORCIONALIDADE PREVISTA NO § 4º DO ARTIGO 2º DA LEI Nº 11.738/2008. DESCUMPRIMENTO. HORAS EXTRAS. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA DA CAUSA RECONHECIDA . 1 . Cinge-se a controvérsia a definir se o desrespeito ao limite máximo de 2/3 da jornada destinado à realização de atividades voltadas para a interação com os educandos em sala de aula, conforme proporção definida na Lei n.º 11.738/2008 para profissionais de magistério público da educação básica , rende ensejo ao pagamento de horas extras, ainda que não haja desrespeito à jornada semanal contratada. 2 . A tese esposada pela Corte de origem, na hipótese dos autos, afigura-se dissonante da atual, notória e iterativa jurisprudência desta Corte uniformizadora, resultando configurada a transcendência política da causa. 3 . Este Tribunal Superior, em recente acórdão, firmado pelo Tribunal Pleno, em 16/9/2019, quando do julgamento do Processo n.º TST- E-RR-10314-74.2015.5.15.0086, fixou entendimento no sentido de que o desrespeito à proporcionalidade na distribuição da carga horária dos professores da educação básica do magistério público, prevista no artigo 2º, § 4º, da Lei n.º 11.738/2008, enseja o pagamento apenas do adicional de horas extraordinárias quanto ao período que ultrapassar o limite de 2/3 da carga horária reservado às atividades de interação com os educandos em sala de aula. 4 . Recurso de Revista conhecido e parcialmente provido" (RR-10714-18.2018.5.15.0140, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 10/09/2021).

"RECURSO DE REVISTA DO MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES . CPC/2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST. LEI Nº 13.467/2017. PROFESSOR. NÃO OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE ENTRE O TEMPO EM SALA DE AULA E AS ATIVIDADES EXTRACLASSE. CARGA HORÁRIA SEMANAL NÃO EXTRAPOLADA. DIREITO AO ADICIONAL DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA NO ÂMBITO DESTA CORTE SUPERIOR. PRECEDENTES. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CONSTATADA . O artigo 2º, § 4º, da Lei nº 11.738/2008 estabelece que "na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos". Nesse contexto, o entendimento deste Tribunal Superior é de que a consequência jurídica do descumprimento de regra que disciplina a forma de distribuição das horas de trabalho, quando não extrapolado o limite semanal de horas contratadas, é o pagamento do adicional de 50% para as aulas trabalhadas em sala de aula além do limite de 2/3. Recurso de revista conhecido e parcialmente provido " (RR-10299-37.2018.5.15.0010, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 24/09/2021).

"RECURSO DE REVISTA. PROFESSOR. HORAS EXTRACLASSE. ART. 2°, § 4°, DA LEI N° 11.738/2008. O Tribunal Pleno desta Corte Superior, em 16/9/2019, nos autos do processo n° TST - E - RR - 10314-74.2015.5.15.0086, concluiu que é devido o pagamento do adicional de horas extras aos professores da educação básica na rede pública nos casos de descumprimento do limite de 2/3 da carga horária para o desempenho de atividades com os alunos, à luz do art. 2°, § 4°, da Lei n° 11.738/2008, que preconiza o limite de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos e destina o 1/3 restante às atividades extraclasse. Dentro desse contexto, a tese fixada pelo Tribunal Pleno é a de que a consequência jurídica do descumprimento da regra prevista no § 4º do art. 2º da Lei n° 11.738/2008 é o pagamento do adicional de 50% para as horas de trabalho em sala de aula além do limite de 2/3 da jornada, sendo que esse entendimento se aplica ao trabalho prestado após 27/4/2011, tendo em vista a modulação dos efeitos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Declaratória de Inconstitucionalidade n° 4.167-DF. A decisão regional que deferiu horas extras e não apenas o adicional merece ser ajustada à decisão desta Corte. Recurso de revista conhecido e parcialmente provido" (RR-11074-47.2018.5.15.0141, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 26/03/2021)

Verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a jurisprudência desta Corte, razão pela qual é inviável o processamento do recurso de revista. Incidência dos óbices da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Logo, denego seguimentoao presente recurso de revista, nos termos dos artigos 118, X, do RITST c/c 896, § 14, da CLT.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0003071-13.2013.5.22.0003

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado	Dr. Eduardo Lycurgo Leite(OAB: 12307/DF)
Advogado	Dr. Rafael Lycurgo Leite(OAB: 16372/DF)
Agravado	LUIZ GOMES DE SOUSA NETO
Advogada	Dra. Joana D'Arc Gonçalves Lima Ezequiel(OAB: 1606/PI)
Advogado	Dr. Adonias Feitosa de Sousa(OAB: 2840/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
- LUIZ GOMES DE SOUSA NETO

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2º, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis o teor da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Nos termos do §2º, do art. 896, da CLT, quando não configurada nenhuma das exceções previstas no §10 do mesmo dispositivo,

somente por ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal pode ser admitido o Recurso de Revista das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, ordem essa reiterada pela Súmula nº 266, do TST. Tratando-se de execuções fiscais e Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT a revista caberá por violação à lei federal, por divergência jurisprudencial e por ofensa a Constituição Federal (§10).

Cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica (art. 896-A da CLT), dispondo o § 6º do referido artigo que "O juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela Presidência dos Tribunais Regionais do Trabalho limita-se à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos do apelo, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas." DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Formação, Suspensão e Extinção do Processo / Pressupostos Processuais / Coisa Julgada Alegação(ões): - violação do(s) inciso XXXVI do artigo 5º da Constituição Federal. A parte recorrente alega que o acórdão turmário violou a coisa julgada (art. 5º, XXXVI, da CF/88), uma vez que este processo e o processo de nº 0000859-54.2015.5.22.0001 guardam relação de continência entre si.

Sustenta que ambos os processos acabam por determinar o respeito ao implemento de promoções do PCS, relativo ao mesmo lapso temporal, todavia, o processo 0000859-54.2015.5.22.0001 não trata apenas de concessão de níveis salariais, mas em verdade, de MUDANÇA/ALTERAÇÃO DE CARREIRA, com a mudança do reclamante da carreira administrativa para a carreira técnica, observando as regras quanto a maturidade e demais critérios para definição de cargo, nível e referência, para o implemento do promoção.

Consta do acórdão: "Neste contexto, não vislumbro continência entre o objeto da presente reclamação trabalhista como o da ação ajuizada posteriormente (RT 000859-54.2015.5.22.0001), posto que esta se refere ao enquadramento efetivado quando da implantação do Plano de Cargos e Salários e aquela diz respeito a promoções não efetivadas a que faria jus o empregado na vigência do PCS/2005. Não obstante ambas as ações se referirem ao pagamento de diferenças retroativas a dezembro/2005, as mesmas dizem respeito a objetos distintos, uma na reclassificação na Carreira Técnica e a outra na implantação das promoções no cargo de Assistente Administrativo. Assim, considerando que a RT nº 000859- 54.2015.5.22.0001 determinou a reclassificação da parte autora na Carreira Técnica do PCS/2005, na qual, com o cumprimento da obrigação de fazer foi alocada na referência R-33; e que na presente reclamação trabalhista foram deferidas três promoções à parte autora (dez/2008, ago/2009 e ago/2010), assiste razão à parte agravante quando pleiteia que essas promoções aqui deferidas devam ser efetivadas na nova carreira.

Ante o exposto, merece provimento o agravo de petição para, afastando a continência entre a presente ação e a RT nº 000859-54.2015.5.22.0001 reconhecida pela decisão ". (agravada, assegurar a continuidade da execução no vertente processo) Desembargadora Relatora Liana Chaib Nesse contexto, mostra-se inviável o processamento do recurso de revista por suposta violação à coisa julgada, consubstanciada no art. 5º, XXXVI, da CF.

Conforme assinalado, o recurso de revista, em execução de sentença ou em incidente de embargos de terceiro, pressupõe ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal (art. 896, § 2º, da CLT e Súmula nº 266 do TST).

Ocorre que não resta configurado nos autos qualquer vício procedimental a revelar desrespeito ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito, à coisa julgada ou aos princípios da legalidade, do contraditório e do devido processo legal, não se vislumbrando na decisão da Turma violação direta ao dispositivo constitucional invocado (art. 5º, XXXVI). A violação desse preceito, caso existente, seria reflexa ou indireta, o que inviabiliza o recebimento da revista sob esse viés, segundo disciplina a alínea "c" do art. 896 da CLT.

Destarte, não se admite o apelo quanto ao tema porque não demonstrada violação constitucional.

CONCLUSÃO DENEGO seguimento ao recurso de revista".

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.

Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

Inicialmente, há de se afastar as alegações tecidas a respeito do despacho denegatório. É que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.

Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.

Na situação dos autos, não procede a alegação de ofensa aos dispositivos da Constituição Federal apontados, quando a lide está adstrita ao exame de legislação infraconstitucional, visto que essa circunstância impossibilita a configuração de sua violação literal e direta. A discussão, deste modo, não se exaure na Constituição Federal.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. CONVERSÃO DO TEMPO COMUM EM TEMPO ESPECIAL. VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 279 DO STF. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA - ARE 748.371. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É inviável o processamento do apelo extremo quando a ofensa a dispositivo constitucional se dá de maneira reflexa e indireta, pois requer o exame prévio da orientação firmada sobre tese infraconstitucional pela instância ordinária. 2. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o Tribunal de origem, quanto ao preenchimento dos requisitos necessários à concessão de aposentadoria, seria imprescindível o reexame dos fatos e provas. Incidência da Súmula 279 do STF. 3. O Supremo Tribunal Federal já assentou, sob a sistemática da repercussão geral, que suposta ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e dos limites da coisa julgada, quando a violação é debatida sob a ótica infraconstitucional, não

apresenta repercussão geral, o que torna inadmissível o recurso extraordinário. (RE 748.371-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 1º.08.2013 tema 660). 4. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, CPC." (RE 1004169 AgR / RS, Relator Ministro Edson Fachin. Publicado em 29.3.2017).

DIREITO CIVIL. POSSE. PROPRIEDADE. COISA JULGADA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, da Lei Maior, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária prevista no art. 102 da Magna Carta. 2. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. 3. Agravo regimental conhecido e não provido." (ARE 944003 AgR/GO, Relatora Ministra Rosa Weber. Publicado em 12.4.2016) - (grifei).

Por oportuno, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que violação reflexa ou indireta de dispositivo da Constituição não viabiliza recurso de natureza extraordinária. Eis o teor da Súmula 636 do STF:

"NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE, QUANDO A SUA VERIFICAÇÃO PRESSUPONHA REVER A INTERPRETAÇÃO DADA A NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS PELA DECISÃO RECORRIDA."

Por fim, a diretriz que se extrai da Orientação Jurisprudencial 123 da SBDI-2 do TST (analogicamente) é de que a ofensa à coisa julgada supõe dissonância patente entre as decisões exequenda e rescindenda, o que não se verifica quando se faz necessária a interpretação do título executivo judicial para se concluir pela lesão à coisa julgada, tal como na hipótese dos autos.

Assim, constato a impossibilidade do conhecimento do recurso de revista interposto nesta fase de execução em virtude do que preveem o art. 896, § 2.º, da CLT e as Súmulas 266 do TST e 636 do STF.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Incólumes os dispositivos constitucionais invocados.

Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001258-65.2017.5.05.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ATEMDO ATENDIMENTO MEDICO DOMICILIAR LTDA
Advogado	Dr. Ricardo de Almeida Dantas(OAB: 10298/BA)
Advogado	Dr. Jose Roberto Burgos Freire(OAB: 13538-A/BA)
Agravado	GLAUCIA REGINA DA SILVA FRANCA
Advogado	Dr. Leiser Sadigursky(OAB: 14923-A/BA)
Advogada	Dra. Cristiane Moreira Mota(OAB: 33030-A/BA)
Agravado	INOVAR SAUDE COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE
Advogado	Dr. Marcelo Gomes Daltro(OAB: 24429 -A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATEMDO ATENDIMENTO MEDICO DOMICILIAR LTDA
- GLAUCIA REGINA DA SILVA FRANCA
- INOVAR SAUDE COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 596/601) interposto pela segunda reclamada contra a decisão de fls. 593/594, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.

Contraminuta e contrarrazões apresentadas pelo reclamante às fls. 614/620 e 621/632.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente, sendo regular o preparo.

A discussão prende-se ao tema "DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. ÓBICE DA SÚMULA 214 DO TST".

De plano, verifico que o Regional reconheceu o vínculo empregatício e determinou o retorno dos autos à Vara de origem para julgamento dos demais temas da petição inicial, assim decidindo:

"Com efeito, o trabalho prestado por meio de cooperativas tem regulamentação própria, inclusive através dos art. 5º, XVIII e art.174, § 2º; da Constituição Federal, art. 442, parágrafo único, da CLT, e da Lei 8.949/94, todos com previsão de inexistência de relação de emprego, desde que a cooperativa seja regularmente formada e não tenha a sua finalidade desvirtuada. Há de se ter em mente que as cooperativas surgem com o fim de reunir trabalhadores autônomos, para dar oportunidade de concessão de trabalho em condições assemelhadas àquelas dos trabalhadores que estão no mercado, sendo um avanço social, uma forma legal e legítima de abrandar o desemprego.

No presente caso, houve negativa da existência de vínculo empregatício aliado a um reconhecimento da prestação dos serviços por parte da Autora. Observa-se, por oportuno, que o trabalho não era eventual, ademais era oneroso, pois havia pagamento de salário, ainda que sob o título de "produtividade". Registre-se que a produção da prova do fato impeditivo alegado para afastar a fraude alegada, na forma de que trata o art. 818, CLT, combinado com o art. 373, II, CPC subsidiário, cabia à reclamada. Todavia, não se desincumbiu, a contento, porquanto restou claro que não se está diante de uma verdadeira cooperativa, e sim, de mera intermediação de mão de obra, o que é vedado pelo ordenamento jurídico pátrio, como reconhecido na sentença de origem.

Ora, a assertiva supra depõe contra a própria demandada e confirma que, sendo empresa de prestação serviços médicos domiciliares, possuía apenas "uma média de 10 técnicos de enfermagem registrados em seu quadro", restando claro que os demais profissionais, necessários para a realização de sua atividade principal, eram "arregimentados" em cooperativa, evidenciando a existência de fraude, nos termos do art. 9º da CLT. Saliente-se ainda que, a despeito de a demandada ter colacionado documentação referente à associação da reclamante em Cooperativa, não se verifica qualquer prova atinente à participação da autora em assembleias ou outras deliberações de cunho decisório, inexistindo ainda qualquer comprovação acerca da divisão de lucratividade, principal característica de uma cooperativa. Ademais, a própria testemunha arrolada pela parte reclamada esclarece "que os cooperativados não recebem balancete ou demonstrativo financeiro, mas estes ficam acessíveis e disponíveis na cooperativa; que não há documento formal convocando os cooperativados para eleições, apenas contato telefônico".

É cediço que na relação jurídica de direito material do trabalho tem incidência o princípio da primazia da realidade, que consiste em dar-se preferência à realidade fática, verificada na prática da prestação de serviços, do que ao que possa emergir formalmente da prova documental, mormente quando houver discordância entre ambos, como no caso em apreço.

Nestes termos, entendo que a finalidade da contratação por meio de cooperativa foi desvirtuada, pois do conjunto probatório se depreende que a tomadora de serviços se utiliza de cooperativa de trabalho para atender à necessidade permanente e diretamente vinculada a sua atividade-fim. A norma contida no art. 442, § único, da CLT, somente pode ser aplicada quando se tratar de legítimas cooperativas e não se constituir em artifícios para a burla da legislação obreira, que encontra obstáculo intransponível no disposto no art. 9º da mesma CLT.

Este Tribunal já se manifestou sobre a matéria, em diversas oportunidades, valendo destacar os seguintes arestos: (...)

Assim, reformo a sentença para reconhecer a existência de vínculo empregatício. Para evitar a supressão de instância, determino o retorno dos autos à Vara de Origem, para ser proferida nova decisão, enfrentando o mérito dos demais pedidos requeridos pela autora na petição inicial como entender de direito.

Por todo o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso para, reconhecendo a existência de vínculo empregatício, determinar o retorno dos autos à Vara de origem para enfrentar o mérito dos demais pedidos da petição inicial como entender de direito.

Acordam os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, na 35ª Sessão Ordinária, realizada em 29.10.2019, com pauta divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, edição do dia 16.10.2019, sob a Presidência, em exercício, da Excelentíssima Desembargadora do Trabalho VÂNIA JACIRA TANAJURA CHAVES, e com a presença dos Excelentíssimos Desembargadores TADEU VIEIRA e HUMBERTO MACHADO, e do Excelentíssimo representante do Ministério Público do Trabalho, por unanimidade, DAR PROVIMENTO ao recurso para, reconhecendo a existência de vínculo empregatício, determinar o retorno dos autos à Vara de origem para enfrentar o mérito dos demais pedidos da petição inicial como entender de direito." (fls. 525/527 - grifei).

A declaração de reconhecimento do vínculo de emprego e a consequente determinação de retorno dos autos à Vara de origem para julgamento dos demais pedidos formulados na exordial constitui efetivamente decisão interlocutória, e, portanto, irrecorrível de imediato, nos termos da Súmula 214 do TST. Nesse sentido, os seguintes julgados:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI 13.015/2014. DECISÃO REGIONAL QUE RECONHECEU VÍNCULO DE EMPREGO. RETORNO DOS AUTOS À VARA DO TRABALHO DE ORIGEM PARA JULGAMENTO DOS DEMAIS PEDIDOS FORMULADOS NA PETIÇÃO INICIAL. CARÁTER INTERLOCUTÓRIO. IRRECORRIBILIDADE IMEDIATA (ÓBICE DA SÚMULA 214 DO TST). Não merece ser provido agravo de instrumento que visa a liberar recurso de revista que não preenche os pressupostos contidos no art. 896 da CLT. Agravo de instrumento não provido" (TST-AIRR-20859-10.2014.5.04.0002, 2ª Turma, Relatora Ministra Delaide Miranda Arantes, DEJT de 22/03/2019).

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017. 1. PRELIMINAR DE NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. 2. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. SÚMULA 214/TST. Atendendo ao princípio informativo da celeridade, as decisões interlocutórias, no processo do trabalho, regra geral, não são recorríveis de imediato, uma vez que podem ser impugnadas quando da utilização de recurso da decisão definitiva. Nesse sentido, há preceito expresso de lei (CLT, art. 893, § 1º) e a Súmula 214 do TST, sem que daí advenha qualquer prejuízo para a parte, uma vez que não ocorre preclusão, facultando-se, assim, seja impugnada a decisão interlocutória no recurso que couber da decisão final. A par disso, não paira dúvida de que ostenta natureza interlocutória a decisão do Tribunal Regional que, reconhecendo o vínculo de emprego entre as partes, determina o retorno dos autos ao Juízo da Vara do Trabalho de origem para prosseguir no julgamento do feito como entender de direito. Assim sendo, a decisão agravada foi proferida em estrita observância às normas processuais (art. 557, caput, do CPC/1973; arts. 14 e 932, IV, "a", do CPC/2015), razão pela qual é insuscetível de reforma ou reconsideração. Agravo desprovido. (TST-Ag-AIRR-7-

66.2012.5.02.0203, 3ª Turma, Rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, DEJT de 26/10/2018)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO DE EMPREGO. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. A decisão regional que reconheceu vínculo de emprego entre as partes, e determinou o retorno dos autos à Vara de origem - para que prossiga no exame dos pleitos reflexos à declaração do vínculo -, tem, neste momento, feição interlocutória. Somente após exame dos pleitos derivados da relação de emprego, tanto pela Vara do Trabalho de origem quanto pelo Tribunal Regional é que será oportunizado à reclamada atacar os dois acórdãos regionais - o que declarou a existência da relação de emprego e o que analisou seus consectários. Incidência da súmula 214/TST. Agravo de instrumento não provido." (TST-AIRR-1922-92.2013.5.03.0008, 6ª Turma, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, DEJT de 22/2/2019)

Dessa forma, ante o destacado óbice processual, resta inviabilizado, por ora, o exame da controvérsia, o que obsta o destrancamento do recurso de revista.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0011048-86.2020.5.15.0106

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	KAREN FRANCIELE DO AMARAL FERNANDES
Advogado	Dr. Leomar Gonçalves Pinheiro(OAB: 144349-A/SP)
Agravado	COMERCIAL DELTA PONTO CERTO LTDA
Advogado	Dr. Carlos Henrique Pella Junior(OAB: 196417-A/SP)
Agravado	GRIZNA BRASIL PARTICIPACOES LTDA
Advogado	Dr. Miquéias Rodrigues da Silva(OAB: 202216-A/SP)
Agravado	DELTA ADMINISTRADORA E PARTICIPACOES LTDA E OUTROS
Advogado	Dr. Noedy de Castro Mello(OAB: 27500-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMERCIAL DELTA PONTO CERTO LTDA
- DELTA ADMINISTRADORA E PARTICIPACOES LTDA E OUTROS
- GRIZNA BRASIL PARTICIPACOES LTDA
- KAREN FRANCIELE DO AMARAL FERNANDES

Denegado seguimento ao recurso de revista pelo Tribunal Regional de origem, a reclamante interpõe agravo de instrumento.
Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões, fls. 635/643.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
A insurgência recursal diz respeito ao tema "RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA. GRUPO ECONÔMICO".
Constata-se, de plano, a inviabilidade de processamento do recurso de revista.
Interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
No caso, a parte recorrente, em seu recurso de revista, não atendeu ao comando legal porque procedeu à transcrição integral do tópico recorrido (fls. 571/575), sem destaque.
Nesse sentido, os seguintes julgados, in verbis:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DO INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO RECORRIDO. ARESTO PARADIGMA SUPERADO PELA JURISPRUDÊNCIA DO TST. A egrégia Primeira Turma negou provimento ao agravo para manter a decisão que não conheceu do recurso de revista em razão do descumprimento do requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, na medida em que a parte efetuou a transcrição o acórdão regional em seu inteiro teor, sem qualquer destaque em relação ao ponto específico que consubstancia o prequestionamento da matéria. A tese contida no único paradigma válido, nos termos da Súmula 337 do TST, resta superado pela jurisprudência desta Corte, haja vista ter a SBDI-1, interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmado o entendimento no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, " a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse , transcrição integral do acórdão recorrido , do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva" (E-ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018). Mais precedentes . Incidência do óbice do artigo 894, § 2º, da CLT. Agravo conhecido e desprovido." (Ag-E-ED-Ag-RR-41-09.2014.5.09.0322, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 09/10/2020).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a

decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PROMOÇÕES POR ANTIGUIDADE E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS TRECHOS QUE CONSUBSTANCIAM O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO DO INTEIRO TEOR DOS CAPÍTULOS IMPUGNADOS. DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISOS I E III, DA CLT . DECISÃO DO MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA QUE DENEGOU SEGUIMENTO AOS EMBARGOS DO AUTOR POR INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA Nº 353 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO . DECISÃO DENEGATÓRIA MANTIDA POR FUNDAMENTO DIVERSO . Não obstante a presente hipótese esteja contemplada na exceção estabelecida na letra "f" da Súmula nº 353 desta Corte, ao contrário do que concluiu o despacho denegatório, os embargos não reúnem condições de prosseguir por outro fundamento. Com efeito, a Egrégia Turma, ao negar seguimento ao recurso de revista interposto pelo autor, decidiu consoante jurisprudência pacificada desta Corte, no sentido de que a transcrição do capítulo do acórdão, integralmente, sem a delimitação do ponto de insurgência objeto das razões do recurso de revista - mediante o destaque do trecho em que foram adotados os argumentos do acórdão regional para o deslinde da controvérsia -, não atende ao previsto no artigo 896, § 1º-A, inciso I, da CLT. Precedentes. Incide, na espécie, o óbice contido no artigo 894, § 2º, da CLT. Mantém-se o não seguimento dos embargos, por fundamento diverso. Agravo interno conhecido e não provido" (Ag-E-Ag-ARR-62-80.2014.5.12.0037, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 19/12/2018).

Logo, não tendo a parte agravante se eximido de tal ônus, o recurso de revista é manifestamente inadmissível.
Diante do exposto,com suporte no art. 118, X, do RITST,denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0001346-27.2018.5.07.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA.
Advogado	Dr. Gustavo Granadeiro Guimaraes(OAB: 149207-A/SP)
Agravado	GUSTAVO ARRUDA DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Jorge Henrique Carvalho Parente(OAB: 10046-A/CE)
Advogado	Dr. Joyce Lima Marconi Gurgel(OAB: 10591-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA.
- GUSTAVO ARRUDA DE OLIVEIRA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa
oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
Rescisão do Contrato de Trabalho (2620) / Reintegração / Readmissão
ou Indenização (2656) / Outras Hipóteses de Estabilidade
Alegação(ões):
- violação da(o) §3º do artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho; artigo 55 da Lei nº 5764/1971.
- divergência jurisprudencial.
A Recorrente alega que
(15) Sim, I. Ministros, porque não prevalece o entendimento estampado no v. acórdão regional, de que o recorrido tem as mesmas prerrogativas de um dirigente sindical em razão de ter sido eleito como diretor de Cooperativa Habitacional dos Empregados Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Ceará - COOHAPROVECE, na data de 24/03/2018 (documento ID. 9a1267c).
(16) Isso porque, a cooperativa para a qual o recorrido foi eleito ´diretor´ não foi formada por empregados da recorrente e sequer conflita com o objeto social da recorrente, o que resta estampado no v. acórdão:
[...]
(17) Contudo, o entendimento da E. Turma não prevalece, pois trata-se de uma cooperativa habitacional, e não uma

cooperativa de trabalho, que carece de legitimidade para representar judicial ou extrajudicialmente os associados e os empregados da recorrente, bem como não tinha qualquer outro empregado da empresa na condição de ´cooperado´, mas apenas e tão somente o recorrido.
[...]
(22) Ademais, a Cooperativa mencionada (COOHAPROVECE) não detém representatividade suficiente para a garantia de emprego vindicada, posto que constituída de 20 (vinte) trabalhadores, sendo que apenas o recorrido era empregado da recorrente, de modo que a aplicação do disposto no art. 55 da Lei 5.764/71 não prevalece, pois a finalidade do referido dispositivo legal, foi o de garantir ao empregado eleito diretor de cooperativa o fiel cumprimento de suas tarefas institucionais, junto a essa associação, sem o temor de represálias por parte do empregador.
Fundamentos do acórdão recorrido:
"ADMISSIBILIDADE
Tendo em vista o preenchimento dos pressupostos legais de admissibilidade, conheço dos recursos ordinários interpostos pelos litigantes, os quais serão analisados conjuntamente.
MÉRITO
DO PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ORDINÁRIO E DA
DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA
As pretensões já foram analisadas por esta relatorasub oculis na decisão constante do ID. 2429d06.
DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA DEFERIDOS AO RECLAMANTE
No juízo trabalhista, verificada a necessidade econômica da parte, pode o juiz lhe conceder o benefício, independentemente de requerimento, se dos autos saltarem elementos que revelem a hipossuficiência. Vejamos o que dispõe o art. 790, §§ 3º e 4º da CLT, com a redação dada pela Lei 13.467/17:
"§ 3º. É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
§ 4º O benefício da justiça gratuita será concedido à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo".
No caso vertente, consta nos autos a declaração de hipossuficiência de ID. 7208203, através da qual afirma o reclamante que sua atual condição econômica não lhe permite demandar em juízo sem prejuízo de seu sustento e de sua família, requerendo assim, os benefícios da justiça gratuita.
Entendemos que, para a concessão da assistência judiciária, é suficiente a simples afirmação do declarante, na petição inicial, para se considerar configurada a sua situação econômica, ante à presunção relativa de veracidade, o que, no caso, não foi sequer elidida por prova em contrário.
E, mesmo se o reclamante recebesse mais que 40% do limite máximo dos benefícios da Previdência Social, a apresentação de declaração de impossibilidade de arcar com despesas processuais sem prejuízo dos meios necessários à própria subsistência é suficiente para o deferimento da gratuidade da justiça.
Nesse sentido, colacionam-se as seguintes jurisprudências do C. TST:
"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB
A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE
POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE NÃO ELIDIDA POR
PROVA EM SENTIDO CONTRÁRIO. 1.O deferimento da gratuidade da
justiça depende de simples declaração de pobreza, a teor do art. 790, § 3º, da CLT e nos moldes da OJ 304/SDI-I/TST ("Atendidos os requisitos da Lei nº 5.584/70 (art. 14, § 2º), para a concessão da assistência judiciária, basta a simples afirmação do declarante ou de seu advogado, na petição inicial, para se considerar configurada a sua situação econômica (art. 4º, § 1º, da Lei nº 7.510/86, que deu nova redação à Lei nº 1.060/50").2. E a referida declaração, apresentada pelo reclamante, goza de presunção relativa de veracidade, não restando elidida, no caso, por prova em sentido contrário.3. Com efeito, a percepção de remuneração superior a R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) não é suficiente a demonstrar que o reclamante está em situação econômica que lhe permite demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família. Recurso de embargos conhecido e provido." (Processo:E-ARR - 464-35.2015.5.03.0181 Data de Julgamento:08 /02/2018,Relator Ministro: Hugo Carlos Scheuermann, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT16/02/2018.)
"RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº
13.015/2014. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE
HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. A Corte local indeferiu o pleito de assistência judiciária gratuita, fundamentando sua decisão no valor da remuneração mensal percebida pelo autor, próxima a R$ 5.319,77, bem como o fato de estar em vigor o contrato de trabalho. Ocorre que esta Corte Superior já pacificou a matéria, concluindo que o valor remuneratório percebido pelo empregado não pode ser utilizado como aspecto isolado à aferição da situação econômica por ele vivenciada. Precedentes . Ressalva de entendimento do relator. Recurso de revista conhecido e provido. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. O TRT indeferiu
o pagamento de honorários advocatícios em razão da revogação do pedido do benefício da justiça gratuita. Ocorre que, em face da possível contrariedade à OJ 304 da SDI-I, do TST, convertida na Súmula 463, restará preenchido os requisitos previstos na Súmula nº 219 desta Corte. Recurso de revista conhecido e provido." (TST - RR: 5016820155090028, Relator: Breno Medeiros, Data de Julgamento: 14/03/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/03/2018) Nada a reformar neste tocante, portanto.
DA REINTEGRAÇÃO DO AUTOR
O autor, na inicial, pleiteia sua reintegração ao emprego, afirmando estar ao abrigo da estabilidade provisória assegurada no art. 55 da Lei 5.764/71, por ocupar cargo de diretor da COOHAPROVECE, a despeito da despedida sem justa causa, em 04/12/2018.
A ré em sua defesa ressalta a legalidade do seu ato de dispensar o reclamante sem justa causa. Destacou que este não era detentor de estabilidade provisória, supostamente oriunda do cargo de Dirigente de Cooperativa, uma vez que o objeto social da COOHAPROVECE difere totalmente daquele da

reclamada, trata-se de comércio varejista de materiais de construção em
geral. Defende tratar-se de uma cooperativa habitacional e não uma cooperativa de trabalho.
A r. sentença de primeiro grau indeferiu o pleito de reconhecimento da estabilidade provisória ao autor, sob o fundamento de que "a referida cooperativa não foi criada pelos trabalhadores da reclamada, requisito indispensável para conferir aos diretores eleitos as mesmas garantias asseguradas aos dirigentes sindicais, conforme dispõe o artigo 55 da Lei nº 5.764/71:"os empregados de empresas que sejam eleitos diretores de sociedades cooperativas pelos mesmos criadas, gozarão das garantias asseguradas aos dirigentes sindicais pelo artigo 543 da CLT".
Analisa-se.
Conforme se extrai dos autos, o autor trabalhava para a promovida, BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA, na função de "gerente distrital demanda" e foi eleito para exercer cargo diretivo na Cooperativa Habitacional dos Empregados Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do
Ceará- COOHAPROVECE, na data de 24/03/2018 (documento ID. 9a1267c).
Pois bem.
Cediço que o art. 55 da Lei 5.764/71 estendeu as garantias previstas para o dirigente sindical aos empregados de empresas eleitos para o cargo de diretores de cooperativas.
O art. 5º do diploma legal retro mencionado permite às sociedades cooperativas adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, e o art. 55 da mesma lei, ao conferir a estabilidade, não fez qualquer distinção, conforme se depreende do seu texto abaixo colacionado:
"Art. 5º As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se-lhes o direito exclusivo e exigindo-se-lhes a obrigação do uso da expressão" cooperativa "em sua denominação."
"Art. 55. Os empregados de empresas que sejam eleitos diretores de sociedades cooperativas pelos mesmos criadas, gozarão das garantias asseguradas aos dirigentes sindicais pelo artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho."
Por sua vez, o artigo 543 da CLT assim dispõe sobre o tema:
"Art. 543 - O empregado eleito para o cargo de administração sindical ou representação profissional, inclusive junto a órgão de deliberação coletiva, não poderá ser impedido do exercício de suas funções, nem transferido para lugar ou mister que lhe dificulte ou torne impossível o desempenho das suas atribuições sindicais. (...)
§ 3º - Fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado ou associado a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical ou de associação profissional, até 1 (um) ano após o final do seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave devidamente apurada nos termos desta Consolidação."
Da análise do dispositivo acima, entendo que somente o fato de o autor ter sido eleito como diretor da Cooperativa autoriza o reconhecimento do direito à estabilidade.
É que, no Direito do Trabalho a regra é a da manutenção do emprego. Assim é que as normas trabalhistas garantem várias normas protetivas do empregado e várias limitações ao poder empregatício do empresário.
Decerto, não há confundir a atividade econômica da cooperativa com a atividade da empregadora, fato é que a cooperativa é dirigida à categoria dos trabalhadores da empresa, a qual atua no ramo farmacêutico e seus empregados são contratados, dentre outras atribuições, para atuarem na propaganda e venda de seus produtos. Não há nenhuma dúvida, pois, da pertinência entre a cooperativa e a categoria dos trabalhadores da ré, razão pela qual se aplica a estabilidade.
De mais a mais, a estabilidade do dirigente de cooperativa é uma similaridade legal com a do dirigente sindical, não havendo que se fazer, na essência, diferenciações entre ambos. Nesse diapasão, se o dirigente sindical tem estabilidade, independentemente da empresa a que pertença, o mesmo vale-se para o dirigente de cooperativa.
Nesse sentido a jurisprudência do C. TST, conforme se segue:
"RECURSO DE REVISTA. COOPERATIVA. LEI Nº 5.764/71. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ADMISSÃO DE TERCEIROS COMO ASSOCIADOS
DA COOPERATIVA. O artigo 55 da Lei nº 5.764/71 tem aplicação restrita aos empregados eleitos diretores, e só a eles é direcionada. Confere a estabilidade prevista no artigo 543 da CLT ao empregado que tenha sido eleito diretor de cooperativa, nada mais. Ao que parece, o referido artigo 55, ao se utilizar da expressão - empregados de empresas-, vislumbrou a possibilidade de a cooperativa ser formada por associados de outra empresa. A interpretação não poderia ser outra, visto que o artigo 5º da mesma Lei nº 5.764/71 permite às sociedades cooperativas - adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade-; sendo que os artigos 86, 87 e 111 estabelecem a possibilidade de fornecimento de - bens e serviços a não associados-. Enfim, da leitura do artigo 55 da Lei nº 5.764/71, não se tem como afastar o direito à estabilidade aos empregados que tenham sido eleitos diretores de cooperativas formadas com a participação de terceiros - e não, exclusivamente, por empregados da mesma empresa, como pre-
tende a Recorrente -, visto que o referido dispositivo legal não estabelece nenhuma vedação ou restrição nesse sentido. Re-
curso de Revista conhecido, todavia, não provido". (TST - RR 123900-40.2002.5.03.0002, Relator: Maria de Assis Calsing, 4T. DJ 08/02/2008).
Os Tribunais pátrios também comungam do entendimento aqui perfilhado:
"EMENTA: DIRETOR DE COOPERATIVA. ESTABILIDADE PRÓVISÓRIA.
ARTIGO 55 DA LEI 5.756/71. O art. 55 da Lei nº 5.764/71 confere aos empregados que sejam eleitos diretores de cooperativa a estabilidade provisória prevista no art. 543, § 3º, da CLT, não havendo qualquer exigência para que a cooperativa seja criada apenas no âmbito da empresa. Recurso conhecido e não provido. PROCESSO nº 0016031-69.2013.5.16.0002
RELATOR: JAMES MAGNO ARAUJO FARIAS.TRT 16ª Região.
EMENTA: ESTABILIDADE PROVISÓRIA. DIRIGENTE DE COOPERATIVA - A
estabilidade provisória do diretor de cooperativa, prevista no art. 55 da Lei nº 5764/71, submete-se ao mesmo tratamento dispensado aos dirigentes sindicais pelo art. 543 da CLT, ensejando a nulidade da demissão sem justa causa levada a efeito no curso do período da estabilidade. Recurso conhecido e não provido". PROCESSO nº 0017082-41.2015.5.16.0004 (RO).
RELATORA: ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO. RT 16ª Região.

Em assim, faz jus o obreiro à estabilidade no emprego e, tendo em vista o princípio da continuidade da relação de trabalho, o perigo da demora na sua reintegração é latente, já que privado do contrato de trabalho que dá lastro ao seu próprio sustento.
Portanto, de se deferir a tutela antecipada requerida, pois presentes os requisitos de sua concessão, nos termos do artigo 461, § 3° do CPC, , a ilegalidade do ato rescisório doin casu empregado portador de estabilidade e a natureza inquestionavelmente alimentar da demanda reintegratória, a qual se justifica o receio de dano de difícil reparação.
Diante do exposto, julga-se procedente em parte a vertente reclamatória a fim de declarar a nulidade da demissão do reclamante, devendo a reclamada reintegrá-lo no emprego, inclusive em sede de antecipação de tutela, bem como a pagar-lhe as verbas salariais e indenizatórias vencidas e vincendas, desde a data da dispensa até a da efetiva reintegração.
Por fim, a despeito de constar no aditamento da exordial o pedido de indenização por danos morais, a parte obreira não renhovou o pedido em suas razões recursais.
DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS
A vertente ação foi ajuizada após a entrada em vigor da Lei nº 13.467 /2017.
Efetivamente, foi decidido por esta Corte, em sessão de 08.11.2019, no julgamento ArgInc 0080026-04.2019.5.07.0000, de relatoria do Exmo. Desembargador José Parente da Silva, pela inconstitucionalidade da expressão "desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa" (§ 4º do artigo 791-A da CLT), por afronta aos artigos 1º, III (dignidade da pessoa humana), 5º, caput (igualdade), XXXV (acesso à Justiça) LXXIV (assistência jurídica integral e gratuita), da nossa Carta Magna, por cujos termos se destaca a sua ementa:
"HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA
GRATUITA. OBTENÇÃO DE CRÉDITO CAPAZ DE SUPORTAR A DESPESA. §4º
DO ART. 791-A DA CLT. REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI 13.467/2017.
ACESSO À JUSTIÇA. MALFERIMENTO. INCONSTITUCIONALIDADE
RECONHECIDA. A novel regra inserta no § 4º do art. 791-A, da CLT, com redação dada pela Lei n. 13.467/2017, permissiva de utilização dos créditos obtidos judicialmente pelo trabalhador para pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, mesmo que beneficiário da justiça gratuita, ofende garantias fundamentais consagradas nos arts. 1º, III (dignidade da pessoa humana), 5º, (igualdade), XXXV (acesso à Justiça)caput LXXIV (assistência jurídica integral e gratuita), todos da Constituição Federal de 1988. Inconstitucionalidade da expressão "desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa", que ora se reconhece".
Conforme se depreende da r. decisão, houve a declaração de inconstitucionalidade somente da expressão "desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos , razão pela qual torna-secapazes de suportar a despesa" devida a condenação da parte autora em honorários sucumbenciais.
Portanto, considerando a procedência parcial da ação, condeno a parte reclamante ao pagamento de honorários advocatícios, no percentual de 10% sobre o valor dos pedidos indeferidos, conforme previsto no artigo 791-A, da CLT.
Determino, face à condição de miserabilidade da parte reclamante, a imediata suspensão da exigibilidade dos honorários devidos aos patronos da reclamada nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da presente decisão, cumprindo ao credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, caso mantenha-se a situação de hipossuficiência, tais obrigações da parte reclamante após o transcurso do prazo supra.
Defiro, outrossim, honorários advocatícios no percentual de 10% sobre as parcelas deferidas, ao patrono da parte reclamante.
Dá-se à causa o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
Custas invertidas, a cargo da reclamada, no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais).
CONCLUSÃO DO VOTO
VOTO pelo conhecimento dos recursos e, no mérito, dou-lhes parcial provimento. Ao do reclamante, para julgar parcialmente procedente a vertente reclamação a fim de declarar a nulidade da demissão do autor, devendo a reclamada reintegrá-lo no emprego, inclusive em sede de antecipação de tutela e a pagar-lhe as verbas salariais e indenizatórias vencidas e vincendas, desde a data da dispensa até a da efetiva reintegração, bem como os honorários advocatícios no percentual de 10% sobre as parcelas deferidas, ao patrono da parte reclamante. Quanto ao recurso ordinário da promovida, para condenar a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios, no percentual de 10% sobre o valor dos pedidos indeferidos, determinando-se a suspensão da exigibilidade da referida verba devida aos patronos da reclamada nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da presente decisão, cumprindo ao credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade."
De acordo com os fundamentos expostos no acórdão, especialmente os
de que foi eleito para exercer cargo diretivo na Cooperativa Habitacional dos Empregados Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do
Ceará- COOHAPROVECE, não se vislumbra possível ofensa aos dispositivos da legislação federal mencionados no recurso de revista, de forma direta e literal.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) / Partes e Procuradores (8842) / Assistência Judiciária Gratuita
Alegação(ões):
- violação da(o) parágrafos 3º e 4º do artigo 790 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.
A Recorrente alega que
(45) Isso porque, a decisão viola o disposto no art. 790, §3º da CLT, uma vez que a recorrente procede com a juntada do holerite do recorrido, para fins de comprovar que seu contrato de trabalho permanece ATIVO, e dele se extrai que o recorrido não comprovou o preenchimento dos requisitos necessários para a concessão do benefício postulado, a saber: i) insuficiência de recursos; e ii) o recebimento de salário igual ou inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência social, tal como dispõe o art. 790, §§ 3º e 4º da CLT.
Por brevidade, reporto-me à transcrição do acórdão realizada no item anterior deste despacho.

O entendimento adotado pela Turma encontra respaldo na Súmula nº
463 do Tribunal Superior do Trabalho.
Por haver convergência entre a tese adotada no acórdão recorrido e a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, não se vislumbra possível violação de disposições de lei federal e divergência jurisprudencial (Súmula 333 do TST).
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) / Partes e Procuradores (8842) / Sucumbência (8874) / Honorários Advocatícios
Alegação(ões):
- violação da(o) parágrafos caput, 3º e 4º do artigo 791-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
A Recorrente alega que
(57) Ora, E. Turma, o recorrido apesar de beneficiário da justiça gratuita obteve crédito nos autos, com a procedência em parte de seus pedidos, de modo que não prosperam os fundamentos do v. acórdão para afastar a sua exigibilidade, pelo que necessária sua reforma.
(58) Ademais disso, o art. 133 da CF prevê que o ´advogado é indispensável à administração da justiça´.
(59) E o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei 8.906 /94), em seus artigos 22, 23 e 24, garante aos advogados o recebimento de honorários como forma de contraprestação aos seus serviços prestados na defesa de seus clientes, dentre eles os honorários de sucumbência.
(60) Dessa forma, a previsão dos referidos honorários na Justiça do Trabalho tem o condão, em verdade, de efetivar o estrito cumprimento ao tão caro princípio constitucional da isonomia, em caso, entre advogados, de modo a inadmitir a desvalorização dos causídicos que atuam na Justiça do Trabalho, os quais possuem os mesmo direitos legais, desde o advento do Estatuto da Ordem dos Advogados, de receberem honorários de sucumbência.
(61) Ademais, os honorários advocatícios também têm natureza alimentar, de forma que a disposição legal do art. 791-A, da CLT, não afronta a Constituição Federal.
(62) Portanto, a hipossuficiência do trabalhador para arcar com as despesas e custos do processo, bem como a manutenção do
jus postulandi na Justiça do Trabalho, nos limites do alcance estabelecidos na Súmula 425 do TST, não podem ter proteção irrestrita e nem tampouco ser tratadas de forma diferente em relação às outras áreas do direito em que há hipossuficiência entre uma das partes da relação jurídica, mas também a previsão de honorários de sucumbência (caput do art. 5º, da CF).
Por brevidade, reporto-me à transcrição do acórdão realizada no primeiro item deste despacho.
Conforme se observa do acórdão transcrito supra, a decisão colegiada foi proferida com base no entendimento uniformizado no âmbito deste Eg. Regional, em sede de Arguição de Inconstitucionalidade (Processo nº 0080026-04.2019.5.07.0000):
ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS
SUCUMBENCIAIS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. §3º DO ART. 791-A DA
CLT. CONSTITUCIONALIDADE. A previsão de sucumbência recíproca,
no bojo do §3º do art. 791-A da CLT, introduzido pela Lei nº 13.467/2017, não ofende a Constituição Federal de 1988, adequando-se, inclusive, ao Código de Processo Civil, quando veda a compensação de honorários, consoante seu art. 85, §14.
A Súmula nº 306 do STJ, que compreendia pela compensação de honorários sucumbenciais, encontra sua aplicabilidade restrita à vigência do CPC de 1973. Inconstitucionalidade rejeitada.
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA
GRATUITA. OBTENÇÃO DE CRÉDITO CAPAZ DE SUPORTAR A DESPESA. §4º
DO ART. 791-A DA CLT. REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI 13.467/2017.
ACESSO À JUSTIÇA. MALFERIMENTO. INCONSTITUCIONALIDADE
RECONHECIDA. A novel regra inserta no § 4º do art. 791-A, da CLT, com redação dada pela Lei n. 13.467/2017, permissiva de utilização dos créditos obtidos judicialmente pelo trabalhador para pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, mesmo que beneficiário da justiça gratuita, ofende garantias fundamentais consagradas nos arts. 1º, III (dignidade da pessoa humana), 5º, caput (igualdade), XXXV (acesso à Justiça) LXXIV (assistência jurídica integral e gratuita), todos da Constituição Federal de 1988. Inconstitucionalidade da expressão ´desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa´, que ora se reconhece. Incidente parcialmente acolhido. (PROCESSO nº 0080026-04.2019.5.07.0000 (ArgInc), Relator: JOSE ANTONIO PARENTE DA SILVA).
Descabe, por isso, o seguimento à revista pretendida.
CONCLUSÃO
Denego seguimento."

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "reintegração-estabilidade provisória", "assistência judiciária gratuita" e "honorários sucumbenciais", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas na Súmula 333 do TST e no art. 896, c, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Registre-se, por oportuno, que, em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial

inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos artigos 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e que já foi deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais. Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional, no particular.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001048-59.2019.5.09.0872

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Indalécio Gomes Neto(OAB: 23465 -A/PR)
Agravado	CAIO APARECIDO NOBRES LIMA
Advogado	Dr. Rafaela Cataneo Magro Deodoro(OAB: 38852-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIO APARECIDO NOBRES LIMA
- USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 701/701) interposto pela executada contra a decisão de fls. 694/695, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do apelo.
Passo a análise do mérito
A controvérsia dos autos diz respeito ao tema "DESERÇÃO. GARANTIA DO JUÍZO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL".
No caso, o recurso de revista teve denegado seu processamento pelo Tribunal Regional, aos seguintes fundamentos:

"Recurso tempestivo (decisão publicada em 25/05/2021 - fl./Id. 653; recurso apresentado em 02/06/2021 - fl./Id. 660).
Representação processual regular (fl./Id. 688).
Entretanto, não é possível dar seguimento ao recurso porque não se verifica nos autos comprovação da garantia da execução, como orienta o item II da Súmula 128 do Tribunal Superior do Trabalho, nos seguintes termos:
"SUM-128 DEPÓSITO RECURSAL (incorporadas as Orientações Jurisprudenciais nºs 139, 189 e 190 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005
I - (...)
II - Garantido o juízo, na fase executória, a exigência de depósito para recorrer de qualquer decisão viola os incisos II e LV do art. 5º da CF/1988.
Havendo, porém, elevação do valor do débito, exige-se a complementação da garantia do juízo. (ex-OJ nº 189 da SBDI-1 - inserida em 08.11.2000) III - (...)"
Veja-se que a empresa em recuperação judicial não está dispensada da garantia do juízo na fase de execução.
A isenção prevista no artigo 884, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) tem aplicação restrita às entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições.
A Súmula nº 86 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), por sua vez, somente exclui a massa falida da obrigatoriedade de proceder à garantia do juízo.
Indevida a interpretação extensiva às empresas em recuperação judicial.
Registre-se que eventual concessão do benefício da justiça gratuita não afastaria a obrigação da parte executada de garantir o juízo da execução para recorrer, o que se faz mediante penhora ou depósito do valor correspondente à condenação.
Desatendido o requisito extrínseco de admissibilidade relativo à completa garantia do juízo, o recurso de revista encontra-se deserto.
CONCLUSÃO Denego seguimento."(fls. 694/695)

A executada pugna pela aplicação do art. 899, § 10, da CLT, ao caso, a fim de afastar a deserção do seu recurso de revista, por se tratar de empresa em recuperação judicial. Argumenta que o art. 884, caput, da CLT não pode ser objeto de interpretação literal, devendo ser analisada em conjunto ao disposto na Lei nº 11.101/2005. Aduz que a imposição à prévia garantia do juízo, a penhora de bens ou valores para apresentação de embargos à execução comprometem negativamente no caixa da empresa recuperanda. Indica violação dos arts. 5º, II, LIII e XXXV, 114 da CF, 49 da Lei nº 11.101/2005, 899,§10, da CLT e suscita divergência jurisprudencial.
Sem razão.
Inicialmente, destaque-se, que a admissibilidade do recurso de revista em processo de execução depende de demonstração inequívoca de ofensa direta e literal à Constituição, nos termos do artigo 896, § 2º, da CLT e da Súmula 266 do TST.
A isenção prevista no artigo 899, § 10, da CLT limita-se ao depósito recursal exigido na fase de conhecimento, o que não ocorreria na presente situação em que se exige da empresa em recuperação judicial a garantia do juízo na execução, a atrair a incidência do art. 884, § 6º, da CLT.
Nesse sentido, os seguintes julgados:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA PARTE RÉ. CPC/2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST. LEI Nº 13.467/2017. EXECUÇÃO. DESERÇÃO DO RECURSO DE REVISTA. AUSÊNCIA DA GARANTIA INTEGRAL DO JUÍZO OU DEPÓSITO RECURSAL. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. INAPLICABILIDADE

DO DISPOSTO NO ARTIGO 899, §10, DA CLT. O Tribunal Regional, na decisão de admissibilidade do recurso de revista, registrou que a execução não se encontra integralmente garantida e a parte não apresentou qualquer depósito do valor da condenação. Em se tratando apelo na fase de execução, é preciso registrar o que determina a alínea "c" do item IV da Instrução Normativa nº 3 do TST preconiza: " IV - A exigência de depósito no processo de execução observará o seguinte: c) garantida integralmente a execução nos embargos, só haverá exigência de depósito em qualquer recurso subsequente do devedor se tiver havido elevação do valor do débito, hipótese em que o depósito recursal corresponderá ao valor do acréscimo, sem qualquer limite ." (grifo nosso). No mesmo sentido, é a Súmula nº 128, II, do TST. Com isso, tem-se que a garantia integral do Juízo é pressuposto necessário para o conhecimento do recurso interposto pela parte, procedimento do qual não se encontra isenta a empresa em recuperação judicial (artigo 884, §6º, da CLT). Esclareça-se, ainda, que, conforme tem sem manifestado esta Corte Superior, a exceção prevista no artigo 899, §10, da CLT, introduzido pela Lei nº 13.467/2017, por lógica, é aplicável, apenas, à fase de conhecimento. Precedentes. Nesse contexto, deve ser mantida a decisão que denegou seguimento do recurso de revista, porquanto deserto. Agravo de instrumento conhecido e não provido" (AIRR-670-70.2010.5.09.0015, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 26/03/2021)

"AGRAVO DA EXECUTADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.467/2017. EMBARGOS À EXECUÇÃO NÃO CONHECIDOS. DESERÇÃO. AUSÊNCIA DE GARANTIA DO JUÍZO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1 - Conforme sistemática adotada na Sexta Turma à época da prolação da decisão monocrática, não foi conhecido o agravo de instrumento da executada, ficando prejudicada a análise da transcendência da causa quanto à matéria objeto do recurso de revista. 2 - O TRT entendeu que a isenção da exigência de garantia do juízo para fins de conhecimento dos embargos à execução não alcança a empresa em recuperação judicial. 3 - Com efeito, em se tratando de embargos à execução, a garantia da execução ou penhora está disciplinada no art. 884, § 6º, da CLT, introduzido pela Lei n° 13.467/2017, o qual excetua tão somente as entidades filantrópicas e/ou aqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições. Julgados. 4 - Registre-se, ainda, que o art. 899, § 10, da CLT, também incluído pela Lei n° 13.467/2017 , dispõe sobre a isenção de depósito recursal em processos que tramitam na fase de conhecimento , não sendo, portanto, aplicável à hipótese destes autos. 5 - Agravo a que se nega provimento" (Ag-AIRR-2016 -04.2013.5.03.0020, 6ª Turma, Relatora Ministra Katia Magalhaes Arruda, DEJT 22/05/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. LEI N . º 13.015/2014. EMBARGOS À EXECUÇÃO. DESERÇÃO. AUSÊNCIA DE GARANTIA DO JUÍZO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. O TRT da 3ª Região entendeu que a isenção da exigência de garantia do juízo para fins de conhecimento dos embargos à execução não alcança a empresa em recuperação judicial. O art. 899, § 10, da CLT versa sobre a isenção de depósito recursal em processos de conhecimento , o qual não se aplica à hipótese destes autos. Com efeito, em se tratando de embargos à execução, a garantia da execução ou penhora está disciplinada no art. 884, § 6º, da CLT, o qual excetua tão somente as entidades filantrópicas e/ou aqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições . Precedentes. Agravo de instrumento a que se nega provimento" (AIRR-11176-17.2017.5.03.0019, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 03/04/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - DESCABIMENTO. EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE GARANTIA DO JUÍZO. O art. 899, § 10, da CLT, que preceitua que "são isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial", só se aplica aos processos em fase de conhecimento. Em execução, incide o disposto no art. 884, § 6º, da CLT, também instituído pela Lei nº 13.467/2017, em que se limitou a isenção de garantia do juízo às entidades filantrópicas. Não garantida a execução, é deserto o apelo. Agravo de instrumento não conhecido " (AIRR-280600-54.1997.5.02.0032, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 08/05/2020).

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO NÃO CONHECIDOS. AUSÊNCIA DE GARANTIA DO JUÍZO. JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE NESTA CORTE, NO SENTIDO DA INAPLICABILIDADE DO ART. 899, § 10, DA CLT EM FASE DE EXECUÇÃO. ACÓRDÃO REGIONAL AMPARADO EM EXEGESE DOS ARTS. 884, § 6º, E 899, § 10, DA CLT. VIOLAÇÃO DIRETA DE NORMA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE NÃO SE VERIFICA. Impõe-se confirmar a decisão agravada, mediante a qual denegado seguimento ao recurso da parte, uma vez que as razões expendidas pela agravante não logram demonstrar o apontado equívoco em relação a tal conclusão. Agravo conhecido e não provido" (Ag-AIRR-10508-64.2017.5.03.0013, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 26/03/2021)

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. REGIDO PELA LEI 13.467/2017. EXECUÇÃO. AGRAVO DE PETIÇÃO. GARANTIA DO JUÍZO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL . ARTIGOS 884, § 6º, E 899, § 10, DA CLT. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA CARACTERIZADA. Caso em que o Tribunal Regional assentou que não houve a garantia do juízo pela Agravante. O § 10 do art. 899 da CLT, incluído pela Lei 13.467/2017, isenta do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial, contudo, apenas se aplica à fase de conhecimento do processo. Nos processos em fase de cumprimento de sentença, se aplica o disposto no art. 884, § 6º, da CLT, incluído pela Lei 13.467/2017, que exime de garantia do juízo apenas as " entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições ". Conforme artigo 16 da Instrução Normativa 41/2018 elaborada por esta Corte Superior, a alteração promovida pela Lei 13.467/2017, referente à isenção da garantia do juízo na fase de execução para as entidades filantrópicas, só se aplica às ações propostas após 11 de novembro de 2017. Na hipótese, a ação foi proposta em 25/07/2014, portanto, antes da vigência da Lei 13.467/2017 e, desse modo, o regramento relativo à garantia do juízo não segue a diretriz da referida legislação. Ademais, constatado o caráter manifestamente inadmissível do agravo, impõe -se a aplicação da multa prevista no artigo 1.021, §4º, do CPC/2015, no percentual de 5% sobre o valor da causa (R$ 30.000,00), o que perfaz o montante de R$ 1.500,00, a ser revertido em favor da Agravada, devidamente atualizado, nos termos do referido dispositivo de lei. Agravo não provido, com aplicação de multa " (Ag-AIRR-1614-19.2014.5.03.0009, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 27/11/2020).

Do exposto, denego seguimento ao agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do RITST.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0001784-63.2017.5.05.0612

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DA BAHIA
Procurador	Dr. Adriano Ferrari Santana
Procurador	Dr. Iuri Ribeiro Gonçalves
Agravado	TEREZINHA MENDES
Advogado	Dr. Fábio Carvalho Brito(OAB: 22393-A/BA)
Agravado	CONTRATE GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- CONTRATE GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI
- ESTADO DA BAHIA
- TEREZINHA MENDES

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 294/303) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 290/292).
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo não provimento do agravo de instrumento, fls. 315/320.
É o relatório.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 12/04/2021 e apelo protocolado em 13/04/2021), sendo inexigível o preparo.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Assim, concluo que agiu o Estado da Bahia, na hipótese, com culpa in vigilando, pois não demonstrou ter atuado diligentemente, exercendo todos os mecanismos de fiscalização adequados e necessários ao adimplemento das obrigações trabalhistas pela prestadora."(fls. 252)

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS

DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010691-57.2020.5.15.0090

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	VANDERLEI RAIMUNDO
Advogado	Dr. Dercy Vara Neto(OAB: 263848-A/SP)
Agravado	SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE ENDEMIAS - SUCEN
Procuradora	Dra. Renata Danella Polli

Intimado(s)/Citado(s):

- SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE ENDEMIAS - SUCEN
- VANDERLEI RAIMUNDO

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 361/366) interposto pelo reclamante contra a decisão de fls. 355/356, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas pela reclamada às fls. 373/379 e 380/383.
O Ministério Público do Trabalho, em parecer exarado às fls. 389/390, opinou pelo prosseguimento do feito.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente, sendo dispensado o preparo.
A discussão prende-se ao tema "DIFERENÇAS SALARIAIS. GRATIFICAÇÃO EXECUTIVA".
O reclamante sustenta fazer jus ao recebimento de diferenças de salarias a título de gratificação executiva, pois paga em valor menor ao devido. Afirma ser falsa a declaração da reclamada de que a referida diferença é paga na verba "designação em cargo vago". Argumenta que o fato da nomenclatura do cargo ser de "desinsetizador" quando de sua contratação, não significa dizer ser esta a função desempenhada até a presente data, ou que deva haver a descaracterização da gratificação. Acrescenta que a gratificação é a mesma de demais servidores com mesma denominação e cargo, e que exercem a função de "Encarregado I". Alega divergência jurisprudencial e violação dos artigos 37, caput e XV da Constituição Federal, Lei Complementar nº 797/1995, Lei Complementar nº 1.080/2008 e Lei Complementar nº 1.158/2011.
Sem razão.
O Regional consignou:

"Na inicial o reclamante alegou ter sido admitido em 19/01/1987 para exercer a função de Desinsetizador.
Postulou o pagamento de diferenças a título de Gratificação Executiva, aduzindo que a verba teria sido quitada em valor inferior ao efetivamente devido.
Afirmou que a gratificação tem como base de cálculo a UBV - Unidade Básica de Valor, indexador criado pela Lei Complementar 1.080/2008 e sobre o qual deveria incidir o coeficiente de 7,5435, estabelecido no Anexo V da Lei Complementar 1.158/2011, resultando no valor mensal de R$754,35. Entretanto, a reclamada teria quitado apenas R$642,32 (ID 9537b63).
Em contestação a reclamada impugnou o pedido aduzindo que o coeficiente de 7,5435, é previsto para a função de Encarregado I (anexo V da lei Complementar 1.158/2011). Entretanto, durante o seu contrato de trabalho o reclamante jamais exerceu tal função. A gratificação executiva foi corretamente paga observada sua função de desinsetizador (ID 8cb98f3).
A sentença julgou improcedente o pedido (ID 76e517c), contra o que se insurge.
Pois bem.
Os autos demonstram que o reclamante exerce na reclamada o cargo de desinsetizador (ID 92d8e31).
Da leitura da inicial infere-se que o pedido de diferenças tem por fundamento a aplicação do coeficiente 7,5435, previsto para o cargo comissionado de encarregado I, nos termos do Anexo V da Lei Complementar 1.158/2011 (ID 9537b63 e ID 5931368 - Pág. 9). Entretanto, não há nenhum elemento nos autos que demonstre que o reclamante atuou como encarregado I.
Como bem ressaltou o Juízo de Origem "o art. 34 da Lei Complementar 1.080/2008 estabelece que o valor da gratificação executiva será apurado mediante aplicação de coeficientes

específicos sobre a Unidade Básica de Valor (UBV). Entretanto, considerando que o autor não apresentou nenhuma prova de que tenha exercido a função de Encarregado I, tenho por verdadeira a afirmação de que sempre se ativou como desinsetizador, razão pela qual o coeficiente a ser aplicado, no seu caso, é 6,2060, desde 01/07/2012, nos termos do Anexo VIII da Lei Complementar 1.157/2011. Por conseguinte, afasto a aplicação do coeficiente indicado pelo reclamante em sua inicial (7,5435 - Anexo V, Sub anexo 2, da LC 1.158/2011), assim como considero que a reclamada pagou corretamente a gratificação executiva" (ID 76e517c).

Assim, deve ser mantida a sentença que indeferiu o pleito, pelo que decido negar provimento, nesses termos consignado as razões de decidir para fins de prequestionamento.

Ressalta-se que os benefícios da justiça gratuita já foram deferidos ao reclamante, conforme decisão do Acórdão sob o ID 255e90f." (fls. 330/331 - grifei).

Frise-se que a indicação de violação de Lei Complementar Estadual não se enquadra nas hipóteses de cabimento do recurso de revista, nos termos do artigo 896 da CLT.

O Regional, soberano quanto à análise do acervo fático-probatório, consignou que não há provas de que o reclamante tenha exercido as funções de "encarregado I".

Nesse contexto, considerando que a pretensão recursal implica, necessariamente, o reexame dos fatos e provas, procedimento vedado pela Súmula 126 do TST, tem-se por inviável o processamento do recurso de revista.

Por fim, os julgados de fls. 365 revelam-se formalmente inválidos, pois não indicada a fonte oficial em que publicados ou o repositório de onde colhidos (artigo 896, § 8º, da CLT e Súmula 337, I, "a", do TST).

Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010226-06.2020.5.15.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE AMERICANA
Procurador	Dr. Caroline Martins Reis
Agravado	ETELVINA MAXIMIANO DE MATOS LONGUINHO DE SOUZA
Advogado	Dr. João Fernando Ferreira Marques(OAB: 239097-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ETELVINA MAXIMIANO DE MATOS LONGUINHO DE SOUZA
- MUNICÍPIO DE AMERICANA

Denegado seguimento ao recurso de revista pelo Tribunal Regional de origem, o Município reclamado interpõe agravo de instrumento (fls. 473/475).

Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.

O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não provimento do apelo (fls. 488/490).

É o relatório.

Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.

Inicialmente, verifica-se que o agravante não renovou o tema "DOBRA DE FÉRIAS".

A insurgência recursal diz respeito aos temas "PRESCRIÇÃO DO FGTS" e "PARCELAMENTO DO FGTS".

Constata-se, de plano, a inviabilidade de processamento do recurso de revista.

Interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.

Contudo, não obstante as alegações recursais, verifica-se que, às fls. 457/458 e 461/462, a parte agravante transcreveu integralmente os tópicos recorridos, sem efetuar nenhum destaque.

A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º -A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA . Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma,

inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"[...] III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido [...]" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/05/2021 - destaque acrescido).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010986-98.2020.5.15.0024

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
Procuradora	Dra. Flávia Maria Silveira Souza Ferro
Agravado	JOSE DOS ANJOS MACHADO
Advogado	Dr. Rafael Rossignolli de Lamano(OAB: 254390-A/SP)
Agravado	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
Advogado	Dr. Odair Eduardo Ivasco(OAB: 312072-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
- JOSE DOS ANJOS MACHADO

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 311/317) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 299/302).
Contraminuta às fls. 329/331 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 324/328.
O Ministério Público do Trabalho oficia pelo prosseguimento do feito, ressalvando eventual pedido de intervenção por ocasião do julgamento da causa, fls. 337/338.
É o relatório.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 04/07/2021 e apelo protocolado em 05/07/2021), sendo inexigível o preparo.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer

que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"No caso em exame, não há elementos que demonstrem o efetivo cumprimento das formalidades exigidas pelo art. 67 da Lei 8.666/93, caracterizando, portanto, a culpa in vigilando, uma vez que as verbas rescisórias deixaram de ser pagas.
Dessa forma, tendo em vista que se beneficiou dos serviços do autor e que não houve a efetiva fiscalização do contrato de trabalho, a tomadora deve responder de forma subsidiária pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas da real empregadora, referentes ao período da prestação laboral, em razão da culpa in vigilando."(fls. 233)

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o

cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010530-95.2019.5.15.0053

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	SERV-CAMP TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA E COMERCIO LTDA - EPP
Advogado	Dr. Davi Fernando Dezotti(OAB: 236334-A/SP)
Agravado	RAFAEL TADEU GOMES RIBEIRO FILHO
Advogado	Dr. Lais Ellen de Moraes(OAB: 393761 -A/SP)
Advogado	Dr. Felipe Kawano Geremias(OAB: 408277-A/SP)
Agravado	CONDOMINIO RESIDENCIAL ILHAS GREGAS
Advogado	Dr. Davi Fernando Dezotti(OAB: 236334-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONDOMINIO RESIDENCIAL ILHAS GREGAS
- RAFAEL TADEU GOMES RIBEIRO FILHO
- SERV-CAMP TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA E COMERCIO LTDA - EPP

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só

tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral / Valor Arbitrado.
O v. acórdão decidiu com amparo nos elementos fático-probatórios contidos nos autos. Conclusão diversa da adotada remeteria ao reexame de fatos e provas, procedimento vedado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do C. TST. Assim, na presente hipótese, a menção de violação a dispositivos do ordenamento jurídico e de divergência jurisprudencial não viabiliza o processamento do recurso.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
No que se refere ao tema em destaque, inviável o recurso, pois a parte recorrente não indica trecho do acórdão recorrido que prequestiona a controvérsia objeto do recurso, assim deixando de atender aos requisitos exigidos pelo art. 896, § 1º, I, da CLT.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "valor arbitrado" e "honorários advocatícios", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 333 do TST e no art. 896, § 1º, I, da CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-0010109-88.2018.5.15.0070

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante e Recorrido	PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogada	Dra. Laís Marchetti Zaparolli(OAB: 367715-A/SP)
Advogada	Dra. Ana Eucária Barbosa da Silva(OAB: 433732-A/SP)
Agravado e Recorrente	MUNICÍPIO DE CATANDUVA
Advogado	Dr. Rafael Augusto de Moraes Neves(OAB: 200713-A/SP)
Advogado	Dr. Guilherme Steffen de Azevedo Figueiredo(OAB: 150592-A/SP)
Agravado e Recorrido	SHIRLEY REGINA ROQUE
Advogado	Dr. Carlos Leandro Stabile(OAB: 360902-A/SP)
Advogado	Dr. Eliete da Silva Lima(OAB: 243441-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE CATANDUVA
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
- SHIRLEY REGINA ROQUE

Trata-se de recurso de revista interposto pelo MUNICÍPIO DE CATANDUVA e de agravo de instrumento interposto pela reclamada PRÓ-SAÚDE, sob a égide da Lei nº 13. 467/17, em face do acórdão regional (fls. 622/624) e da decisão de admissibilidade de fls. 779/783.
O Regional denegou seguimento ao recurso de revista da reclamada PRÓ-SAÚDE quanto ao tema "RESPONSABILIDADE TRABALHISTA. SUCESSÃO DE EMPREGADORES", tendo sido admitido o apelo do MUNICÍPIO DE CATANDUVA em relação ao tema "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CONDUTA CULPOSA. ÔNUS DA PROVA".
Contrarrazões ao recurso de revista apresentada pela reclamante (fls. 822/826).
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo prosseguimento do feito (doc. seq. 06).

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA RECLAMADA PRÓ-SAÚDE

Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço do apelo.
Inicialmente, saliento que a decisão prolatada no exercício do primeiro juízo de admissibilidade não vincula este juízo, de modo que não há qualquer prejuízo à parte.
A discussão dos autos diz respeito ao tema "RESPONSABILIDADE TRABALHISTA. SUCESSÃO DE EMRPEGADORES".
Sustenta a primeira reclamada que esteve presente no Município, na qualidade de organização social, por meio de contrato de gestão, com o intuito de gerir as unidades de saúde do Município até

15/12/2017, quando a Associação Mahatma Gandhi assumiu a administração das unidades de saúde, passando a ter responsabilidade por todos os créditos trabalhistas decorrentes do gerenciamento. Assevera que ocorreu sucessão trabalhista, nos termos dos artigos 10 e 448 da CLT, sendo que a sucessora e atual administradora das unidades de saúde do Município é quem deve responder pelas verbas trabalhistas. Aponta violação dos arts. 10 e 448 da CLT e traz arestos para confronto de teses.
O Regional adotou os seguintes fundamentos quanto ao tema:

"Outrossim, não há que se falar em sucessão, haja vista que não há negociação formal entre as reclamadas, tratando-se, tão somente, de relação contratual entre as partes. Por fim, ressalto que eventual intervenção pelo Município não possui o condão de afastar a responsabilidade pelas verbas trabalhistas, tendo em vista ser a recorrente a real empregadora." (fls. 697)

Extrai-se do excerto acima transcrito, que o Tribunal Regional considerou que são devidas as verbas rescisórias com fundamento na premissa fática de que não se configurou nos autos a hipótese de sucessão trabalhista, motivo pelo qual manteve a responsabilidade da recorrente por ser a real empregadora. Logo, a conclusão daquela Corte quanto à inexistência de sucessão trabalhista, fundamentou-se no exame do conjunto fático e probatório produzido nos autos, insuscetível de reexame nesta instância extraordinária, não implicando, assim, violação dos artigos 10 e 448 da CLT. Incidência da Súmula 126 do TST.
Por fim, a divergência jurisprudencial suscitada não socorre a recorrente, uma vez que os arestos renovados, ora são provenientes de Turmas do TST (fls. 802/805), ora oriundos do mesmo Tribunal Regional prolator da decisão recorrida (fls. 809/811), desatendendo, portanto, ao permissivo da alínea "a" do artigo 896 da CLT.
Ademais, os julgados de outros Regionais colacionados são inespecíficos, pois, não há elementos nos autos suficientes para concluir que tenham partido das mesmas premissas fáticas do caso.Incidência da Súmula 296 do TST.
Ante o exposto,nego seguimento ao agravo de instrumento.

II - RECURSO DE REVISTA DO MUNICÍPIO DE CATANDUVA

Presentes os pressupostos extrínsecos do apelo.
À aferição de conhecimento à luz dos pressupostos intrínsecos de admissibilidade.
A discussão dos autos diz respeito ao tema admitido "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CONDUTA CULPOSA. ÔNUS DA PROVA".
De plano, constato que deve ser denegado seguimento ao apelo por não atender a pressuposto intrínseco de admissibilidade.
Não obstante as alegações recursais, verifica-se que, o Município reclamado, às fls. 714/718, transcreveu integralmente o tópico da decisão recorrida, sem efetuar, contudo, nenhum destaque.
A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso dos autos. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"[...] III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido [...]" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/05/2021 - destaque acrescido).

Assim, não tendo a parte recorrente se eximido do ônus que lhe incumbia, resta inviável o processamento do recurso de revista, tendo em vista a não observância do requisito legal.
Nego seguimento ao recurso de revista.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto; I - DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento com fulcro no art. 118, X, do RITST e; II - DENEGO SEGUIMENTO ao recurso de revista com amparo nos arts. 896, § 14, da CLT e 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010410-56.2016.5.15.0021

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	IVANEIDE GONCALVES DOS SANTOS
Advogado	Dr. Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 163741-A/SP)
Agravado	EBF-VAZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Advogada	Dra. Joice Santos de Andrade Oliveira Campos(OAB: 301862-A/SP)
Advogado	Dr. Ricardo Quartim Barbosa de Oliveira(OAB: 67158-A/SP)
Advogado	Dr. Rogerio Balderi(OAB: 218346-A/SP)
Advogada	Dra. Gabriela Pillekamp Pedroso(OAB: 359879-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EBF-VAZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
- IVANEIDE GONCALVES DOS SANTOS

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Controle de Jornada / Cartão de Ponto.
Duração do Trabalho / Horas Extras.
No que se refere ao tema em destaque,o v. acórdão, além de ter se fundamentado nas provas, decidiu em conformidade com a Orientação Jurisprudencial 233 da SDI-1 do C. TST. Assim, inviável o recurso pelo teor do art. 896, § 7º, da CLT e das Súmulas 126 e 333 do C. TST.
Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral.
O v. acórdão decidiu com amparo nos elementos fático-probatórios contidos nos autos. Conclusão diversa da adotada remeteria ao reexame de fatos e provas, procedimento vedado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do C. TST. Assim, na presente hipótese, a menção de violação a dispositivos do ordenamento jurídico e de divergência jurisprudencial não viabiliza o processamento do recurso.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Quanto ao tema "danos morais", o recurso de revista encontra óbice na Súmula 333 do TST, uma vez que a jurisprudência predominante desta Corte é no sentido de que o atraso no pagamento das verbas rescisórias não gera dano moral in re ipsa:

"RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL. FALTA DE PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. A jurisprudência desta Corte distingue os atrasos salariais e o atraso no pagamento das verbas rescisórias, considerando que o dano moral in re ipsa somente se revela nos casos de atrasos reiterados nos pagamentos salariais mensais, mas não no caso de atraso ou não quitação de verbas rescisórias. Há precedentes. Recurso de revista conhecido e provido" (RR-586-96.2011.5.01.0002, 6ª Turma, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 16/03/2018).

"INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ATRASO NA QUITAÇÃO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. 1. Consoante jurisprudência desta Corte superior, o atraso no pagamento das verbas rescisórias não configura, por si só, dano moral, gerando apenas a incidência da multa prevista no artigo 477, § 8º, da Consolidação das Leis do Trabalho. 2. O dano moral fica caracterizado apenas quando evidenciada a violação dos direitos da personalidade do reclamante, mediante a demonstração de consequências concretas, danosas à imagem e à honra do empregado, decorrentes do atraso. Precedentes. 3. Recurso de revista não conhecido" (RR-594-86.2013.5.15.0043, 1ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 20/03/2015).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. APELO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. DANO MORAL. ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho consolidou-se no sentido de que o atraso no pagamento das verbas rescisórias, por si só, não implica na ofensa ao patrimônio moral do trabalhador, devendo ser comprovado, por meio de elementos objetivos, os constrangimentos alegados ou a ofensa aos direitos da personalidade. Tampouco justifica o pagamento de indenização por dano moral o atraso pontual do salário, hipótese diversa da inobservância habitual e contumaz, em que o dano se caracteriza in re ipsa . No caso, não restou delimitado o atraso contumaz do salário, inexistindo elementos que corroborem as afirmações de constrangimento e ofensa ao patrimônio moral da agravante pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias. Agravo de instrumento desprovido" (AIRR-11452-19.2014.5.01.0016, 5ª Turma, Relator Ministro Emmanoel Pereira, DEJT 14/12/2018).

RECURSO DE REVISTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIO E DE VERBAS RESCISÓRIAS. INDEVIDA. Esta Corte firmou o entendimento de que o simples atraso no pagamento dos salários ou das verbas rescisórias, não enseja o pagamento de indenização por dano moral. Precedentes. Recurso de Revista parcialmente conhecido e provido" (RR-1307-39.2013.5.09.0072, 4ª Turma, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, DEJT 31/03/2015).

Contudo, com relação ao tema "jornada de trabalho" contudo, tendo em vista que o TRT afastou a aplicação da Súmula 338, I, do TST sob o argumento de que "a reclamada juntou aos autos os cartões de ponto da autora (ID e38c89e), deixando de fazê-lo apenas em relação a poucos períodos", dou provimento ao agravo de instrumento por possível contrariedade à Súmula 338, I, do TST, para determinar o processamento do recurso de revista

RECURSO DE REVISTA
Esta Corte tem entendimento predominante no sentido de que a Orientação Jurisprudencial n. 233 da SBDI-1 do TST somente é aplicável ao empregado, devido à sua menor aptidão para a prova:

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA RECLAMANTE INTERPOSTO SOB A VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA SOCIAL RECONHECIDA. HORAS EXTRAS. JUNTADA PARCIAL DOS CARTÕES DE PONTO. ÔNUS DA PROVA . Demonstrada possível contrariedade à Súmula 338, I, do TST, impõe-se o provimento do agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista. Agravo de instrumento provido. II - RECURSO DE REVISTA DA RECLAMANTE INTERPOSTO SOB A VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA SOCIAL RECONHECIDA. HORAS EXTRAS. JUNTADA PARCIAL DOS CARTÕES DE PONTO. ÔNUS DA PROVA. 1. Segundo a jurisprudência desta Corte, em relação ao período em que não foram juntados os cartões de ponto, presume-se a veracidade da jornada afirmada na petição inicial, nos termos da diretriz traçada na Súmula 338, I, do TST, uma vez que é obrigação legal do empregador manter o controle da jornada de seus empregados, para os estabelecimentos com mais de dez trabalhadores. O referido entendimento se aplica, inclusive, em situações em que há apresentação dos registros de frequência de forma parcial. 2. A Corte Regional presumiu que a jornada de trabalho relativa aos períodos em que não houve controles de ponto, era a mesma dos demais períodos, uma vez que não foi produzida prova em contrário, devendo ser aplicável, " a contrario sensu ", o entendimento da Orientação Jurisprudencial 233 da SBDI -1 do TST. A decisão recorrida, ao excluir a remuneração das horas extraordinárias relativas aos períodos em que não foram apresentados os cartões de ponto, baseou-se em presunção, em favor da reclamada. Tendo assim decidido, a Corte de origem contrariou o entendimento da Súmula 338, I, do TST. Recurso de revista conhecido e provido" (RR-100279-22.2017.5.01.0009, 2ª Turma, Relatora Ministra Delaide Alves Miranda Arantes, DEJT 09/04/2021 - grifei).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - DESCABIMENTO. 1. CONTROLE DE JORNADA - JUNTADA PARCIAL DOS CARTÕES DE PONTO - ÔNUS DA PROVA. Nos termos da Súmula 338, I, desta Corte, "é ônus do empregador que conta com mais de 10 (dez) empregados o registro da jornada de trabalho na forma do art. 74, § 2º, da CLT. A não apresentação injustificada dos controles de frequência gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, a qual pode ser elidida por prova em contrário." Assim, no que tange ao período em que não foram juntados os cartões de ponto, gerou-se presunção de veracidade da jornada apontada na exordial, que não foi elidida pela reclamada. Precedentes. 2. HORAS EXTRAS. JUNTADA PARCIAL DOS CARTÕES DE PONTO. APURAÇÃO PELA MÉDIA - INAPLICABILIDADE DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 233 DA SBDI-1 DO TST. A Orientação Jurisprudencial nº 233 da SBDI-1/TST se aplica apenas ao reclamante, pela sua dificuldade em provar a jornada de trabalho. Ao empregador, por sua vez, aplica-se o disposto na Súmula 338, I, do TST, em relação ao período integral do contrato de trabalho. Precedentes. Agravo de instrumento conhecido e desprovido" (AIRR-1383-04.2016.5.05.0029, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 06/11/2020 - grifei).

"I - AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. RECLAMANTE. APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014 E ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/17. HORAS EXTRAS . 1 - Os argumentos da parte conseguem desconstituir os fundamentos da decisão monocrática. Não se aplica ao caso concreto a OJ 233 da SBDI-1 do TST, pois não se discute a presunção de veracidade dos cartões de ponto em favor do reclamante quando o magistrado esteja convencido de que a prova se aplica a todo período contratual. Diferentemente, o caso é de não juntada de cartão de ponto pela reclamada quanto a um mês de trabalho do reclamante, hipótese em que se aplica a Súmula 338 do TST. 2 - Agravo a que se dá provimento para seguir no exame do agravo de instrumento. (Ag-RR-1514-08.2012.5.01.0521, 6ª Turma, Relatora Ministra Katia Magalhaes Arruda, DEJT 23/10/2020).

"AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014. HORAS EXTRAS ALÉM DA 6ª DIARIA E 36ª SEMANAL. ÔNUS DA PROVA. CARTÕES DE PONTO DE PARTE DO PERÍODO. Nos termos do artigo 74, § 2º, da CLT é ônus da empresa que possua mais de dez trabalhadores a manutenção de registro com os horários de entrada e saída dos empregados, inclusive, com a pré-assinalação do intervalo intrajornada. Com base no referido dispositivo, esta Corte Superior editou a Súmula nº 338 do TST, que dispõe sobre as consequências do descumprimento daquele dever no âmbito processual e trata de requisito essencial que confere validade aos documentos apresentados como meio de prova, a saber, a anotação de horários variáveis nos cartões de ponto. Não se há de falar em aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 233 da SBDI-1 do TST, pois tal verbete se destina a situações em que o ônus da prova do labor extraordinário incumbe ao empregado quando esse se desvencilha somente quanto à parte do período - situação diversa dos autos, em que era da ré o encargo de demonstrar a inexistência das horas extras no período em que não cumpriu com sua obrigação de apresentar os cartões de ponto, na forma do artigo 74, § 2º, da CLT. Agravo conhecido e não provido" (Ag-RR-576-28.2013.5.05.0016, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 12/02/2021 - grifei).

Tendo em vista os fundamentos apresentados, conheçodo recurso de revista por contrariedade à Súmula 338, I, do TST.
No mérito,dou-lheprovimentopara condenar a reclamada a pagar horas extras e reflexos conforme jornada de trabalho declinada na exordial apenas com relação ao período no qual não houve apresentação do cartão de ponto.

Custas mantidas.

CONCLUSÃO
À vista do exposto, atendidos os requisitos do art. 489, § 1º, do CPC, e com fundamento nos arts. 118, X, do Regimento Interno do TST e 932, III, IV e V, do CPC,dou provimentoao agravo de instrumento apenas quanto ao tema "jornada de trabalho" para processar o recurso de revista;conheçodo recurso de revista, por contrariedade à Súmula 338, I, do TST, e, no mérito,dou-lhe provimentopara condenar a reclamada a pagar horas extras e reflexos conforme jornada de trabalho declinada na exordial apenas com relação ao período no qual não houve apresentação do cartão de ponto. Custas mantidas
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0011171-32.2019.5.03.0178

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	GENERAL MILLS BRASIL ALIMENTOS LTDA.
Advogado	Dr. Roberto Trigueiro Fontes(OAB: 116632-A/MG)
Agravado	LUCIANO ROBERTO DE PAULA
Advogado	Dr. Luiz Otávio de Oliveira Rezende(OAB: 71551-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):
- GENERAL MILLS BRASIL ALIMENTOS LTDA.
- LUCIANO ROBERTO DE PAULA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (decisão publicada em 30/06/2021 - fl. ; recurso apresentado em 12/07/2021 - fl.), sendo regular a representação processual.
Satisfeito o preparo (fls. custas, ID. fc5a2a7, depósitos, ID. ff6374f e ID. 8d175e1).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A, § 6ºda CLT, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
Duração do Trabalho / Horas in Itinere.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seu tema e desdobramentos, não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, nem contrariedade com Súmula de jurisprudência uniforme do TST ou Súmula Vinculante do STF, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exigem as alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT.
Segundo a Turma, respeitada a legislação trabalhista vigente à época da contratação, o tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular é computável na jornada de trabalho (art. 58, §2º, da CLT e item I da Súmula 90 do TST). Conforme Súmula 90, II, do TST, "A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que também gera o direito às horas "in itinere"".
Com relação às horas in itinere, ao reverso do alegado pela recorrente, a Turma julgadora decidiu em sintonia com as Súmulas90, I e IIdo TST, de forma a sobrepujar o aresto válido que adota tese diversa e afastar as violações apontadas.
Não ensejam recurso de revista decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do C. Tribunal Superior do Trabalho (§ 7º do art. 896 da CLT e Súmula 333 do TST).
Não bastasse, o acórdão recorrido está lastreado em provas. Incabível, portanto, o recurso de revista para reexame de fatos e provas, nos termos da Súmula 126 do TST, novamente ao contrário do que aduz a recorrente.
A alegada ofensa ao artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal, que consagra o princípio da legalidade, não se caracteriza diretamente, como exige o artigo 896 da CLT. Eventual afronta ao dispositivo constitucional seria apenas reflexa, o que não enseja a admissibilidade do recurso de revista.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "horas in itinere" emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas na Súmula 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Quanto ao tema "horas in itinere", consta do acórdão regional:
"[...] Horas "In Itinere"
Sustenta o reclamante fazer jus ao pagamento de horas "in itinere" (55 minutos por dia efetivo de trabalho) também a partir de 11/11/2017, dizendo que o início da vigência da Lei n. 13.467/2017 ocorreu no curso do pacto laboral, citando ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social e da condição mais benéfica, às Súmulas 191 do TST e 66 deste TRT (aplicadas analogicamente), e aos artigos 6º da LINDB, 5º, XXXVI, da CF e 468 da CLT. Aduz ainda que "Apesar de a tabela de horário de ônibus demonstrar a existência de ônibus que partia do Centro com destino à reclamada às 13h00, este não era compatível com o início da jornada às 14h00, já que sai do Centro às 13h00 e não passa pelo bairro em que o autor reside em tempo hábil para este chegar ao trabalho sem atraso.". Invoca o depoimento da testemunha Ronaldo.
A ré, por sua vez, insurge-se contra a condenação ao pagamento de horas " in itinere" do período imprescrito até 10/11/2017:
"a) a empresa situa-se em local de fácil acesso e sempre houve oferta de transporte público durante todo o período de vínculo entre

as partes; e b) porque o transporte é fornecido por mera liberalidade, e condená-la em hora in itinere nada mais é do que desencorajá-la a continuar oferecendo um benefício por mera comodidade dos seus empregados.
Ainda, por cautela, caso seja mantida a condenação, o que não se espera, resta imprescindível a Recorrente esclarecer que o tempo despendido de transporte (55m diários) não resta razoável com o real tempo despendido pela Recorrida, sendo certo que o Recorrido despendida, no máximo, tendo em vista a distância entre sua residência e o trabalho, 16 (dezesseis) minutos diários, devendo o tempo despendido ser reformado".
Ao exame.
Não tem lugar aplicação do artigo 58, p. segundo, da CLT, na redação dada pela Lei n° 13.467/2017, pois o contrato iniciou-se antes da referida Lei, devendo ser respeitado o direito adquirido (arts. 5º, inciso XXXVI, da CF, 6º, § 1º, da LICC e 912 da CLT).
Quanto à existência de transporte público no início da jornada (labor de 14h às 23h), irreparável a sentença, que se referiu ao ônibus de 13h, conforme quadro de horários da empresa de transporte público, para concluir pela existência desse transporte quanto ao horário de entrada:
"Analisando o documento de f. 406, no qual constam os horários de ônibus praticados pela empresa Viação Princesa do Sul, concluo que era possível ao autor ir para o trabalho utilizando o transporte público disponível, já que no horário de 13h existe uma linha de ônibus que sai do Centro em Sentido ao Distrito Industrial e passa pela ré.
Ora, se o autor afirmou que gastava 55 minutos no trajeto de ida ao trabalho no ônibus fretado, por certo, o tempo de percurso no transporte público não é diferente, já que em ambos os casos o ônibus coleta passageiros ao longo do caminho.
Assim, não obstante a testemunha ouvida por carta precatória tenha afirmado que não havia transporte público em horário compatível, concluo que havia transporte público que atendia o local da prestação de serviços em horário compatível com o início da jornada do autor.".
A testemunha do reclamante, ouvida por carta precatória (id 44f6573 - Pág. 3, p. 565), afirmou, referindo-se ao autor, que "ambos pegavam o transporte da empresa por volta das 13h00, chegando ao local de trabalho às 13h55", pelo que irreparável o tempo de percurso fixado.
Considerando que o ônibus da empresa também recolhia os trabalhadores, há que se considerar que o transporte coletivo que saía do Centro às 13h era compatível com a entrada às 14h.
Por sua vez, quanto ao horário de saída, o preposto afirmou que que a linha de ônibus comum parava de circular às 22h/22h30min, do que se extrai a incompatibilidade do transporte público com o horário de saída do autor.
Conforme Súmula 90, II, do TST, "A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que também gera o direito às horas "in itinere".".
O julgamento funda-se nas provas produzidas no presente processo, e na valoração a elas atribuída por esta eg. Turma, pelo que não se há invocar outro respeitável julgamento a respeito de horas "in itinere".
Nego provimento ao apelo da ré no item.
Dou parcial provimento ao apelo do reclamante para estender a condenação ao pagamento de horas "in itinere" a todo o período laboral imprescrito."

A hipótese dos autos é de empregado contratado antes da Lei 13.467/2017 e com contrato de trabalho ainda em vigor.
Com efeito, vigora no ordenamento jurídico brasileiro o princípio da irretroatividade da lei, segundo o qual uma lei nova não pode retroceder, não considerando situações já consolidadas na vigência da lei anterior, conforme dispõe os artigos 5º, XXXVI, da CF/1988 e 6º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
Portanto, somente para os fatos ocorridos após a sua vigência que se devem aplicar as disposições da Lei 13.467/2017.
Nesse contexto, tratando-se de parcela de natureza salarial, a alteração legislativa que suprimiu o direito à parcela não alcança os contratos dos trabalhadores que já possuíam o direito a seu pagamento.
Cito os precedentes em casos análogos:

RECURSO DE REVISTA. LEI 13.467/2017. HORAS IN ITINERE. LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO. EMPREGADO ADMITIDO ANTES DA REFORMA TRABALHISTA. CONTRATO DE TRABALHO VIGENTE. Debate-se acerca dos contratos de trabalho firmados antes de 11/11/2017 e que se encontram em vigor para efeito de aplicação da Lei 13.467/2017. O Tribunal Regional rejeitou a pretensão da reclamada que visava limitar o direito à entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017 por entender que a supressão de horas in itinere não alcança os contratos de trabalho em curso. Decidiu, portanto, que, enquanto houver fornecimento de transporte pelo empregador, o empregado admitido antes da vigência da referida lei tem direito às horas in itinere, não havendo que se limitar a condenação até 11/11/2017. São duas as razões pelas quais deve prevalecer a compreensão - adotada pelo Regional - de ser inadmissível restringir o direito a horas in itinere ao período anterior à Lei n. 13.467/2017: a) a lei não pode incidir sobre relações contratuais em curso, sob pena de violar ato jurídico perfeito, e salvo quando sobrevém norma mais favorável (ao titular de direito fundamental) que comporte, por isso, aplicação imediata (art. 5º, §1º, da Constituição); b) a parcela salarial, porque integra o núcleo de irredutibilidade na contraprestação pecuniária devida em razão do trabalho, não pode ter a sua natureza retributiva modificada por lei, sob pena de violar-se direito adquirido. É de se manter a decisão do Tribunal Regional que consignou a tese de que a supressão de horas in itinere não alcança os contratos de trabalho em curso. Agravo de instrumento não provido" (AIRR-1102-52.2016.5.22.0101, 6ª Turma, Redator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 05/06/2020).
"AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO RECLAMADO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. 1 . GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO PERCEBIDA POR MAIS DE 10 ANOS. INCORPORAÇÃO. AÇÃO PROPOSTA ANTERIORMENTE À LEI 13.467/2017. A reclamante mantém contrato de emprego formalizado com o Banco do Brasil, o qual teve início em 17 de julho de 2000 (dois mil) e permanece vigente até a presente data. Na vigência da Lei nº13.467/2017, suas normas de direito material têm efeito imediato e geral, aplicando-se a todas as relações de trabalho iniciadas a partir de 11/11/2017. No caso, quanto à aplicação da Lei nº13.467/2017 em relação à pretensão de continuar percebendo incorporação de gratificação de função exercida por período superior a 10 anos, a hipótese envolve direito adquirido do empregado. Isso porque, uma vez configurado fato aquisitivo completo, a nova lei não atinge a situação jurídica já consolidada. Destarte, a revogação implementada pela Lei nº13.467/17 não repercute sobre a pretensão autoral de reivindicar a manutenção de incorporação da gratificação funcional em período anterior à nova lei, pena de atentar contra a garantia constitucional do respeito ao

direito adquirido. (Ag-RR-941-12.2017.5.12.0028, 8ª Turma, Relatora Ministra Delaide Alves Miranda Arantes, DEJT 25/06/2021).
II - RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.467/2017. RECLAMANTE. SUPRESSÃO DO INTERVALO INTRAJORNADA. DIREITO MATERIAL. REFORMA TRABALHISTA. PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM. DISCUSSÃO ACERCA DA APLICAÇÃO DA NOVA REDAÇÃO DO § 4º DO ART. 71 AOS CONTRATOS DE TRABALHO VIGENTES À EPOCA DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/2017 1 - A controvérsia dos autos limita-se em saber se a concessão parcial do intervalo intrajornada implica o pagamento do período total correspondente, nos termos da Súmula 437, I, do TST, no período posterior à Reforma Trabalhista , uma vez que o contrato de trabalho fora firmado antes da vigência da Lei nº 13.467/2017, perdurando até 31/08/2019. 2 - A questão já foi apreciada por essa Turma, no julgamento do RR-1556-35.2017.5.12.0017, de minha relatoria, com acórdão publicado no DEJT em 21/02/2020: " Tratando-se de parcela salarial, devida se configuradas determinadas circunstâncias, a alteração legislativa que suprimiu o direito à parcela não alcança os contratos daqueles trabalhadores que já possuíam o direito a seu pagamento, enquanto aquelas circunstâncias não forem alteradas. Do contrário, estaríamos albergando a redução da remuneração do trabalhador, embora não alterada a situação de fato que a amparava, o que é vedado pelo art. 7º, VI, da Constituição Federal ". 3 - Sob a ótica do direito intertemporal, aplicam-se as normas de Direito Material do Trabalho do tempo dos fatos, em respeito ao princípio da irretroatividade da lei " tempus regit actum " (art. 5º, XXXVI, da CF/88). 4 - E, quando contrato já se encontra em curso quando da inovação legislativa, tratando-se de parcela salarial, a alteração legislativa que suprimiu ou alterou o direito à parcela não alcança os contratos daqueles trabalhadores que já possuíam o direito a seu pagamento, enquanto aquelas circunstâncias não forem alteradas, sob pena de se chancelar a redução da remuneração do trabalhador e ferir direito adquirido. 3 - Recurso de revista a que se dá provimento" (RR-728-10.2019.5.10.0022, 6ª Turma, Relatora Ministra Katia Magalhaes Arruda, DEJT 23/10/2020).

O acórdão regional está em consonância com a atual, iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior. Inviável o conhecimento do recurso de revista. Óbice da súmula 333 do TST e do art. 896, §7º, da CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0011156-12.2019.5.03.0098

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente e Recorrido	CLAUDETE INES JOHANN DE RESENDE GUIMARAES
Advogado	Dr. Nasser Ahmad Allan(OAB: 28820-A/PR)
Advogado	Dr. Cauê Corona(OAB: 102132/PR)
Recorrente e Recorrido	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado	Dr. Emanuella Correa(OAB: 89700-A/MG)
Advogada	Dra. Thamiris Katharine de Medeiro Felizardo(OAB: 136606-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- CLAUDETE INES JOHANN DE RESENDE GUIMARAES

Trata-se de recurso de revista da CEF interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que negou provimento ao seu recurso ordinário, mantendo a sentença que a condenou "ao pagamento de diferenças de adicional por tempo de serviço (1%), durante o período imprescrito, decorrentes da integração da gratificação de função (rubricas 275) em sua base de cálculo, conforme se apurar em liquidação de sentença, com reflexos nas horas extras pagas, férias + 1/3, assim como no abono pecuniário de férias, 13º salário, APIP*s, licenças prêmio convertidas em espécie e FGTS (a ser recolhido na conta vinculada)."
Irresignada, a reclamada - CEF -, interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivo de lei e diverge dos arestos que colaciona.
O TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema das diferenças salariais pela inclusão da parcela CTVA no adicional de tempo de serviço, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (artigo 95 do Regimento Interno do TST/2017).
A reclamante interpõe recurso de revista adesivo.
À análise.
O recurso de revista é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado e regular o preparo.
Inicialmente, cumpre salientar que a decisão de admissibilidade do presente recurso de revista é posterior a 15/4/2016, portanto, segue a nova sistemática processual estabelecida por esta Corte Superior

a partir do cancelamento da Súmula 285/TST e da edição da Instrução Normativa 40/TST.

Assim, tem-se que é ônus da parte impugnar, mediante a interposição de agravo de instrumento, os temas constantes do recurso de revista que não foram admitidos, sob pena de preclusão.

No caso, verifica-se que a parte deixou de interpor agravo de instrumento em face da decisão do Tribunal Regional que não admitiu o seu recurso de revista em relação ao tema da prescrição, razão por que fica inviabilizada a análise do apelo em relação a tais matérias, ante a preclusão.

Eis os termos do acórdão recorrido:

"RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELA RECLAMADA
ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - ATS

Expôs a Reclamante, na inicial, que foi admitida, pela Reclamada, em 31.07.1989, na função de escriturária, com contrato de trabalho em curso, tendo exercido a função de caixa durante o período imprescrito. Aduziu que sempre recebeu a parcela denominada ATS, cujos requisitos e bases de cálculo estão previstos no RH 115 e "mencionada norma interna assegura a todos os empregados da reclamada admitidos até 02.07.1998, o pagamento do 'ATS', que corresponde ao percentual de 1% (um por cento) por ano trabalhado até o limite de 35% (trinta e cinco por cento)" (fl. 11). Afirmou que a base de cálculo do ATS desconsiderou outras verbas de natureza salarial. Requereu, assim, a condenação da Reclamada ao pagamento das diferenças salariais decorrentes da equivocada base de cálculo do ATS, "com reflexos nas horas extras, férias + 1/3, 13º . salário, abono pecuniário de férias + 1/3, APIP's, licença prêmio quando convertida em pecúnia e FGTS, em parcelas vencidas e vincendas até a efetiva implementação da referida base de cálculo correta, nos contracheques da parte autora ou até a data de seu desligamento, tendo em vista a desconsideração da reclamada de todas as parcelas de cunho salarial, como a função gratificada na parcela ATS, com os devidos e necessários reajustes da categoria, convencional, normativo e legal" (fls. 17/18).

Os pedidos foram julgados parcialmente procedentes, nos seguintes termos (fls. 1.421/1.424):

"Em defesa, a reclamada insurge-se contra as assertivas obreiras, alegando que o adicional por tempo de serviço corresponde ao acréscimo de 1% sobre o salário padrão e complemento do salário padrão, sendo devido a cada período completo de 365 dias de labor, em conformidade ao MN RH 115, todavia no caso dos autos a reclamante sempre atuou como caixa, de modo que nunca auferiu gratificação do cargo em comissão (rubrica 037), a qual, nos termos do item 3.3.11 do citado regulamento interno, constitui o complemento do salário padrão.

Inicialmente destaco que os holerites (f. 33 e seguintes dos autos), observado o termo inicial da prescrição aqui pronunciada (22/08/2014), não contemplam o pagamento da CTVA e do Porte, de modo que acaso tais parcelas tenham sido quitadas à autora o adimplemento se verificou em período abarcado pela prescrição, o que obsta a análise no particular.

Estabelecidas tais premissas, verifico que diante dos termos da defesa, restou incontroverso que a reclamada não incluiu na base de cálculo do ATS (ou anuênio) a função gratificada.

O RH 115, versão 2003 (Id. d619d1a), assim dispõe. (...)

Como noto, o normativo da CEF aponta como base de cálculo do ATS o "salário-padrão", bem como o "complemento do salário-padrão".

Cumpre salientar que há tese prevalecente deste Regional (TJP 14) dispondo que as parcelas CTVA e porte de unidade integram a remuneração do empregado e geram reflexos no adicional por tempo de serviço e na vantagem pessoal.

Quanto à função gratificada efetiva, observado o termo inicial da prescrição, esta foi quitada de agosto/2014 até agosto/2019 (mês do ajuizamento da presente ação - Id. 4657d10), sendo certo que, em conformidade com o documento Id. 2dd452f (f. 1262 e seguintes dos autos), a reclamante foi designada para o cargo de "caixa", em 01/07/2010 (f. 1264 dos autos).

No tocante à função gratificada efetiva não consubstanciar gratificação de cargo em comissão, tal como apontado pela defesa é do conhecimento deste juízo, face às inúmeras demandas que tramitam nesta Especializada em face da ré (Princípio da Conectividade) que ficou estabelecido no PCS/98 que a função de confiança de caixa executivo passaria para a condição de "função em extinção", sendo certo que, a partir de sua vacância, não haveria mais provimento até sua extinção total, bem como que a partir da edição do PFG/2010 houve uma readequação, sendo os empregados ocupantes de cargo em comissão do PCC/98 automaticamente inseridos nas funções gratificadas previstas no PFG/2010.

Também vale destacar que o RH 115 previu que a função gratificada (rubrica 275), é devida pelo exercício de FG constante do Plano de funções gratificadas com pagamento estabelecido nas tabelas dos anexos XIV e seguintes (item 3.3.7 do RH 115 - fs. 452) e que o cargo em comissão (rubrica 055) consubstancia gratificação devida pelo exercício de CC constante no Plano de Cargos em Comissão, conforme tabelas consignadas nos Anexos X, XI e XII (item 3.3.8 - f. 452).

Ainda, a tabela consignada no anexo XIV do RH 115/052 - f. 494 e seguintes dos autos - estipula o valor do piso salarial de mercado para o grupo técnico e de assessoramento, faixas I e II, no tocante ao PCC em extinção, com inclusão da função de caixa na coluna do cargo em comissão (f. 495), tudo de forma a confirmar que na verdade o que ocorreu foi mudança de nomenclatura de "função de confiança", para "cargo em comissão" e, sendo a função de caixa destinada à extinção, ela passou a ser remunerada pela rubrica "Função Gratificada Efetiva" (código 0275).

Logo, a conclusão inarredável a que chego é que a parcela "Função Gratificada Efetiva" (código 0275) é paga em contraprestação ao exercício de cargo em comissão ou função de confiança, sendo certo ainda que o próprio regulamento interno da ré (RH 115), tal como ocorreu com a verba "Cargo em Comissão Efetivo, relaciona a parcela "função gratificada" como sendo componente da remuneração básica do empregado (item 3.2.1.3 - f. 451). De acordo com o que dispõe o art. 457, §1º, da CLT e observado o entendimento jurisprudencial contido na Tese Jurídica Prevalecente 14 deste Regional, as parcelas CTVA e Porte integram a remuneração do empregado e geram reflexos no adicional por tempo de serviço, ao passo que a rubrica "Função Gratificada", que é a parcela essencial daquele conjunto, também integra a remuneração base do empregado e deve gerar reflexos no adicional por tempo de serviço, notadamente porque o entendimento cristalizado na TJP referida, estender-se-á a todas as parcelas de natureza salarial, inclusive a função gratificada efetiva, percebida mensalmente em razão do desempenho de função comissionada.

Assim, acolho o pedido inicial para, com fundamento na TJP 14 deste Regional, condenar a reclamada ao pagamento de diferenças de adicional por tempo de serviço (1%), durante o período imprescrito, decorrentes da integração da gratificação de função (rubricas 275) em sua base de cálculo, conforme se apurar em liquidação de sentença, com reflexos nas horas extras pagas, férias + 1/3, assim como no abono pecuniário de férias, 13º salário, APIP´s, licenças prêmio convertidas em espécie e FGTS (a ser

recolhido na conta vinculada)."
Opostos Embargos de Declaração pela Reclamante, foram julgados procedentes para retificar erro material (fl. 1.448):
"A reclamante, CLAUDETE INES JOHANN DE RESENDE GUIMARAES , opôs embargos de declaração, dizendo que há contradição entre a fundamentação e o dispositivo da sentença no que diz respeito às diferenças da parcela ATS - Adicional por Tempo de Serviço .
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do recurso.
Noto que há, na verdade, erro material na sentença que será corrigido nesta oportunidade.
Dessa forma, considerando o teor do tópico Diferenças de adicional por tempo de serviço e no Dispositivo, item 1, "diferenças de adicional incidências reflexas , onde se lê por tempo de serviço (1%), durante o período imprescrito, decorrentes da integração do cargo em comissão (rubrica 055) em sua base de cálculo, observados os parâmetros e reflexos constantes da fundamentação ", leia-se " diferenças de adicional por tempo de serviço (1%), durante o período imprescrito, decorrentes da integração da gratificação de função (rubricas 275) em sua base de cálculo, observados os parâmetros e reflexos constantes da fundamentação".
Por tais fundamentos, conheço dos embargos de declaração opostos pela reclamante, CLAUDETE INES JOHANN DE RESENDE GUIMARAES. No mérito, ACOLHO-OS, para corrigir erro material no item 1 do Dispositivo da sentença, conforme fundamentos supra."
Insatisfeita, a Reclamada pretende a reforma da sentença às fls. 1.459/1.460, aduzindo que: "o ATS, também denominado "anuênio", é um direito trabalhista criado pela CAIXA para empregados admitidos até 02/07/1998 e corresponde ao acréscimo de 1% sobre o salário padrão, a cada período completo de 365 dias de labor conforme MN RH 115" (fl. 1.459); a Reclamante não foi dirigente, não tendo percebido gratificação do Cargo em Comissão de maior nível hierárquico (rubrica 037); a base de cálculo do ATS é composta da rubrica 002 (salário padrão) ou salário padrão acrescido da rubrica 037, não havendo que se falar em inclusão de outras parcelas (função gratificada efetiva, CTVA e Porte Unidade); o complemento do salário padrão (rubrica 037) não se confunde com a gratificação de função, tampouco com quaisquer parcelas salariais; o ATS não é parcela prevista em lei. Requer, assim, a absolvição da condenação ao pagamento das diferenças salariais oriundas da alteração da base de cálculo do ATS.
Aprecio.
Conforme se extrai do normativo interno "RH 115", de fato, o ATS (adicional por tempo de serviço), também conhecido como anuênio, corresponde a 1% do somatório do salário-padrão e do complemento do salário-padrão (item 3.3.6.2) (fl. 452):
"3.3.6 ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (rubrica 007) valor referente ao anuênio, devido ao empregado admitido até 02.07.1998.
3.3.6.1 O empregado admitido a partir de 03.07.1998 não faz jus ao recebimento de ATS.
3.3.6.2 O ATS corresponde a 1% do somatório do salário-padrão e do complemento do salário-padrão, a cada período de 365 dias de efetivo exercício na CAIXA, e está limitado a 35%."
Quanto à incidência de parcelas salariais sobre a base de cálculo do Adicional por Tempo de Serviço, este Eg. Tribunal sedimentou o entendimento, por meio da Tese Jurídica Prevalecente n. 14, de que as vantagens pessoais de natureza salarial, a exemplo do "CTVA" e "porte", devem incidir na base de cálculo do adicional de tempo de serviço, in verbis:
"Tese Jurídica Prevalecente n. 14. Caixa Econômica Federal. CTVA (Complemento Temporário Variável de Ajuste ao piso de mercado) e porte. Reflexos no adicional por tempo de serviço e na vantagem pessoal.
As parcelas CTVA e Porte, pagas pela CEF, integram a remuneração do empregado e geram reflexos no adicional por tempo de serviço e na vantagem pessoal. (RA 106/2017, disponibilização: DEJT/TRT-MG/Cad. Jud. 22, 23 e 24/05/2017)."
Do mesmo modo que o Julgador de origem, compreendo que a parcela "função gratificada efetiva" (rubrica 275), a exemplo das verbas indicadas na Tese Jurídica Prevalecente acima transcritas, deve integrar a base de cálculo do Adicional por Tempo de Serviço.
Vale destacar que a parcela "função gratificada" foi prevista no RH 115 (fl. 452), com seguinte definição:
"3.3.7 FUNÇÃO GRATIFICADA (rubrica 275,) gratificação devida pelo exercício de FG constante no Plano de Funções Gratificadas, conforme tabela constante nos Anexos XVI e XVII.
3.3.8 CARGO EM COMISSÃO (rubrica 055) gratificação devida pelo exercício de CC constante no Plano de Cargos em Comissão, conforme tabela constante nos Anexos X, XI e XII.
3.3.9 FUNÇÃO DE CONFIANÇA (rubrica 009) gratificação devida pelo exercício de FC constante no Plano de Cargos e Salários".
Ou seja, a "Função Gratificada Efetiva" (rubrica 275) consiste na contraprestação pelo exercício de cargo em comissão ou função gratificada, sendo certo, ainda, que o próprio regulamento interno da Reclamada relaciona a parcela como sendo componente da remuneração básica ("RB") dos empregados, conforme tabela constante do item "3.2.1.3" do normativo RH 115 (fl. 451).
No caso, é incontroverso que a Reclamada não incluiu a parcela "Função Gratificada Efetiva" na base de cálculo do ATS pago à Reclamante, pelo que também não se mostra razoável excluir a referida parcela da base de cálculo.
Destaco, a propósito, que esta Egrégia 8ª Turma, em julgado envolvendo a mesma Reclamada (CEF) e no qual se discutia questão análoga, firmou o entendimento de que a base de cálculo do Adicional por Tempo de Serviço deve ser integrada pela função gratificada, na esteira do entendimento já consolidado por este Regional por meio da Tese Jurídica Prevalecente n. 14. Nesse aspecto, peço venia para transcrever o seguinte excerto do acórdão proferido nos autos do processo nº 0010774-89.2018.5.03.0086 - RO (Disponibilização: 16/05/2019), de relatoria do Exmo. Desembargador José Marlon de Freitas:
(...)
Assim, de acordo com o que dispõe o art. 457, § 1º, da CLT e observado o entendimento jurisprudencial contido na Tese Jurídica Prevalecente nº 14 deste Regional, bem como a jurisprudência vigente no âmbito desta Turma Julgadora, a parcela "função gratificação efetiva" compõe a remuneração da empregada e deve integrar a base de cálculo do Adicional por Tempo de Serviço, tal como decidido na origem.
Nego provimento ao Recurso da Reclamada." - destaquei.

É entendimento desta Corte que as parcelas de natureza salarial - CTVA, porte, gratificação de função -, percebidas pelos empregados da CEF, devem integrar sua remuneração para todos os efeitos, inclusive para cálculo das vantagens pessoais, como o adicional por tempo de serviço.
Neste sentido, cito os seguintes julgados:

"COMPLEMENTO TEMPORÁRIO VARIÁVEL DE AJUSTE DE PISO DE MERCADO - CTVA. NATUREZA SALARIAL.

INCORPORAÇÃO. REFLEXOS NAS SEGUINTES VERBAS: VANTAGEM PESSOAL - GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À PRODUTIVIDADE/GRATIFICAÇÃO SEMESTRAL - SALÁRIO-PADRÃO + FUNÇÃO E ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO-ATS. O Regional reconheceu a natureza salarial do Complemento Temporário Variável de Ajuste de Piso de Mercado - CTVA e determinou sua integração apenas no salário-padrão, entendendo que aquela parcela não deveria integrar o cálculo das Vantagens Pessoais e do Adicional por Tempo de Serviço - ATS, fundamentando-se na norma interna da Caixa Econômica Federal. A parcela CTVA foi instituída pela Caixa, com a finalidade de complementar a remuneração de empregado ocupante de cargo de confiança, quando essa remuneração fosse inferior ao valor do Piso de Referência de Mercado. Assim, não há dúvida de que a citada parcela que era paga pelo exercício da função de confiança. Com efeito, estabelece o § 1º do artigo 457 da CLT, in verbis : Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador (grifou-se). Segundo o dispositivo, as gratificações percebidas pelos empregados integram o salário pago pelo empregador, como era o caso do CTVA. Assim, deveria integrar a remuneração dos reclamantes para todos os efeitos, ou seja, para repercutir nas Vantagens Pessoais e no Adicional por Tempo de Serviço - ATS, sem restringir sua incorporação, como decidiu o Tribunal a quo . Recurso de revista conhecido e provido " (RR-120500-56.2007.5.20.0006, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 28/03/2014). "CTVA. INTEGRAÇÃO NA BASE DE CÁLCULO DAS VANTAGENS PESSOAIS. A parcela CTVA foi instituída pela CEF com a finalidade de complementar a remuneração do empregado que exerce cargo de confiança, buscando harmonizar o valor da remuneração ao valor do Piso de Referência de Mercado. Em se tratando de parcela de natureza salarial deve repercutir no cálculo da - Vantagem Pessoal do Tempo de Serviço Resultante da Incorporação das Gratificações de Incentivo à Produtividade- (062) e da -Vantagem Pessoal - Gratificação de Incentivo à Produtividade/Gratificação Semestral - Salário-Padrão + Função- (092) . Aplicação do art. 457, § 1º, da CLT. Precedentes da Corte. Recurso de revista conhecido e provido." (ARR - 217000-68.2008.5.20.0001, Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, 6ª Turma, DEJT 31/8/2012)

A decisão recorrida está em consonância com o entendimento jurisprudencial desta Corte, atraindo o óbice da Súmula 333 do TST e art. 896, § 7º, da CLT, incólume o dispositivo legal invocado.
Não constatada a viabilidade do conhecimento do recurso de revista principal, fica prejudicado o conhecimento do recurso de revista adesivo da parte reclamante (artigo 997, § 2º, III, do Código de Processo Civil - Lei nº 13.105/2015).
CONCLUSÃO
À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, §5º (atual §14), da CLT e 118, X, do RITST, denego seguimento ao recurso de revista da reclamada - CEF, e julgo prejudicada a análise do recurso de revista adesivo da parte reclamante, nos termos do art. 997, § 2º, III, do CPC/2015.
Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010827-66.2019.5.15.0065

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	Dra. Deise Carolina Muniz Rebello
Agravado	FABIANA BENEDETE MARIOTTI
Advogado	Dr. Alex Aparecido Ramos Fernandez(OAB: 154881-A/SP)
Agravado	BEE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA ME

Intimado(s)/Citado(s):
- BEE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA ME
- ESTADO DE SÃO PAULO
- FABIANA BENEDETE MARIOTTI

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo ESTADO DE SÃO PAULO em face da decisão (fls. 252/254) do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao seu recurso de revista.
Não foram apresentadas contrarrazões e nem contraminuta.
Os autos foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho que oficiou pelo prosseguimento do feito (doc. seq. 06).
É o relatório.
Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade do agravo de instrumento, dele conheço.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
O Regional registrou, no que interessa:

"A responsabilização do contratante de prestação de serviços é possível quando ocorrer a inobservância do dever de cuidado no que toca ao cumprimento das obrigações contidas no mesmo diploma legal, a teor do item V da Súmula nº 331 do C. TST, com a redação dada pela Resolução nº 174/2011 daquela Corte, divulgada em 27, 30 e 31.05.2011, e que dispõe:

V- Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

E, data venia do entendimento originário, o segundo reclamado não foi capaz de comprovar que efetivamente promoveu a necessária fiscalização quanto às verbas objeto da condenação.
Não vieram aos autos documentos capazes de revelar que houve efetivo controle sobre o cumprimento das obrigações trabalhistas da primeira reclamada - durante o vínculo empregatício da reclamante e por ocasião da ruptura do contrato de emprego - e nem houve produção de prova oral pelo segundo recorrido quanto a circunstâncias que revelassem a adoção de efetivas medidas de tal fiscalização.
Desse modo, sendo constatado o descumprimento da legislação trabalhista pela primeira reclamada, na forma de débito de direitos trabalhistas comezinhos (aviso prévio, salário de setembro/2019, saldo salarial, férias simples e proporcionais, acrescidas de 1/3; 13º

salário proporcional, depósitos do FGTS incidentes sobre as verbas em referência, indenização compensatória de 40% sobre todos os depósitos do FGTS, cesta básica e auxílio-alimentação de setembro/2019), constata-se que houve negligência na fiscalização no que diz respeito à condenação imposta pela r. sentença.
Assim, dou provimento ao apelo para reconhecer a reponsabilidade subsidiária do segundo reclamado por todas as obrigações contratuais da devedora principal, inclusive quanto à multa do art. 477, 88º e do art. 467, ambos da CLT, além das multas normativas. Inteligência da Súmula nº 331, VI, do C. TST." (fls. 205)

Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA. No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, ante o registro no acórdão de que o tomador de serviços não produziu prova de que tivesse cumprido sua obrigação de fiscalizar, de forma eficaz, o cumprimento das obrigações trabalhistas devidas por seu contratado, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Não vieram aos autos documentos capazes de revelar que houve efetivo controle sobre o cumprimento das obrigações trabalhistas da primeira reclamada - durante o vínculo empregatício da reclamante e por ocasião da ruptura do contrato de emprego - e nem houve produção de prova oral pelo segundo recorrido quanto a circunstâncias que revelassem a adoção de efetivas medidas de tal fiscalização."

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na ausência de prova da eficácia ou efetividade da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO. DEFINIÇÃO DO ÔNUS

DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas

pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incidem os óbices da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0011031-35.2019.5.03.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. MILTON LAGE
Advogado	Dr. Rodrigo Leandro de Oliveira Rodrigues(OAB: 138394-A/MG)
Advogada	Dra. Aline Saldanha Botelho(OAB: 153559-A/MG)
Advogada	Dra. Simone Torres da Rocha(OAB: 156275-A/MG)
Agravado	MARA RUBIA DA COSTA MORAIS
Advogado	Dr. Leonardo Gouveia dos Santos(OAB: 128408-A/MG)
Advogado	Dr. Tarcisio Duarte Moreira Junior(OAB: 108350-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. MILTON LAGE
- MARA RUBIA DA COSTA MORAIS

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
O recurso é próprio, tempestivo (acórdão publicado em 05/05/2021; recurso de revista interposto em 11/05/2021), sendo regular a representação processual.
Deserção.
A sentença fixou as custas em R$600,00, calculadas sobre R$30.000,00, valor da condenação, pela reclamada (ID. df18e56). Não tendo a ré demonstrado preparo quando da apresentação do recurso ordinário, mas apenas requerido justiça gratuita, a decisão de Id. ea27a8e indeferiu referido pleito e concedeu prazo para regularização das custas e depósito recursal, determinação não cumprida.
A Turma não conheceu do recurso ordinário interposto pela ré, por deserção (ID. c991734).
Ao interpor o presente recurso de revista a ora recorrente deixou, mais uma vez, de efetuar o preparo, requerendo os benefícios da justiça gratuita.
Com efeito, o art. 98 do CPC possibilita o deferimento da justiça gratuita às pessoas jurídicas.
Porém, a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça a empresas exige prova cabal das dificuldades financeiras, não bastando, para tanto, meras alegações, consoante exegese do art. 99, § 3º do CPC: "Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural". No mesmo sentido, a Súmula 463, II, do TST enuncia: "No caso de pessoa jurídica, não basta a mera declaração: é necessária a demonstração cabal de impossibilidade de a parte arcar com as despesas do processo".
Cabe registrar ainda que embora a Lei nº 13.467/2017 (que incluiu o §4º ao art. 790 da CLT) tenha aberto a possibilidade de se conceder os benefícios da justiça gratuita às pessoas jurídicas, continua prevalecendo o entendimento contido no verbete sumular supracitado, sendo imprescindível a demonstração cabal de impossibilidade de se arcar com as despesas processuais, ônus do qual a recorrente não se desvencilhou a contento. Registro que os documentos carreados desservem à comprovação de hipossuficiência de meios para arcar com as despesas do processo.
A Súmula 128 do TST é expressa ao exigir o preparo integral a cada novo recurso, no limite legal ou até que se atinja o valor da condenação. A comprovação do recolhimento do depósito recursal e das custas é ônus do recorrente, nos termos das Súmulas 128, I, e 245, ambas do TST.
Saliento, ademais, que uma vez que o art. 899, §9º, da CLT dispõe que "(...) O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos (...)", não há falar em isenção de depósito recursal.
Cumpre ressaltar, por fim, que a concessão de prazo de 5 (cinco) dias para que a parte comprove o correto preparo do recurso concerne somente à insuficiência do depósito recursal e das custas, nos termos do art. 1.007, § 2º, do CPC e da OJ 140 da SBDI-I do TST, o que não é a hipótese dos autos, em que nada foi recolhido no momento da interposição do recurso de revista.
Ante o exposto, o recurso não pode ser admitido, porque deserto.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Não procede a alegada ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da legalidade (art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal) quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos

pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "deserção", emerge como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 128, I, 245, e 333 do TST. Com efeito, a Súmula nº 128, item I, desta Corte dispõe que "é ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção. Atingido o valor da condenação, nenhum depósito mais é exigido para qualquer recurso".
Ressalte-se que não há como aplicar o disposto no art. 1.007, § 2º, do CPC/2015, tampouco a diretriz inserta na OJ 140/SBDI-1, com a redação atualizada, pois não é caso de insuficiência no recolhimento do depósito, mas sim de sua ausência.
Importante salientar que é incabível a comprovação dos pressupostos de admissibilidade posteriormente à interposição do recurso, uma vez que o depósito recursal, assim como a sua devida comprovação, deve ser efetivado no prazo alusivo ao recurso. Óbice da súmula 245 do TST.
Nesse sentido cito os seguintes precedentes:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE COMPROVANTE DO DEPÓSITO RECURSAL RELATIVO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESERÇÃO. Prevê a Súmula nº 128, item I, desta Corte que "é ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção. Atingido o valor da condenação, nenhum depósito mais é exigido para qualquer recurso". Segundo a condição imposta por meio da Lei nº 12.275/2010, a qual modificou o artigo 899 da CLT, incluindo o § 7º nesse dispositivo, "no ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar". Na hipótese, a parte não comprovou em Juízo ter efetivado o depósito legal referente ao agravo de instrumento, de forma que, não tendo sido atingido o valor estipulado para a condenação, o recurso encontra-se irremediavelmente deserto. Cumpre esclarecer, por oportuno, que a nova redação da Orientação Jurisprudencial n° 140 da SbDI-1 do TST, segundo a qual, "em caso de recolhimento insuficiente das custas processuais ou do depósito recursal, somente haverá deserção do recurso se, concedido o prazo de 5 (cinco) dias previsto no § 2º do art. 1.007 do CPC de 2015, o recorrente não complementar e comprovar o valor devido", aplica-se às hipóteses em que há o recolhimento do depósito recursal, mas em valor inferior ao devido, o que não ocorre nestes autos (precedentes desta Corte). Agravo de instrumento não conhecido. (TST-AIRR-1000243-45.2013.5.02.0468, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 08/09/2017)

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. PREPARO INEXISTENTE. DESERÇÃO. Na Justiça do Trabalho, a partir de 9/8/2010, a interposição de agravo de instrumento sem o depósito previsto no artigo 899, § 7º, da CLT, quando não configuradas as exceções previstas nos itens I e II da Súmula 128 do TST, gera a deserção do recurso. No caso concreto, o depósito em referência não foi efetuado e a soma dos depósitos anteriores não atinge o valor da condenação, o que implica a deserção do agravo de instrumento. Destaque-se que não se trata de caso de aplicação do artigo 1007, § 2º, do CPC/15 e da OJ nº 140 da SBDI-1, com redação recentemente alterada, pois não é caso de insuficiência de custas ou depósito recursal, mas de total ausência de recolhimento do depósito pertinente ao recurso interposto. Agravo de instrumento não conhecido. (TST-AIRR-392-27.2014.5.21.0005, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 15/09/2017)

AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PELA QUAL O PRESIDENTE DO TST DENEGOU SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DESERÇÃO DO RECURSO DE REVISTA. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DO DEPÓSITO RECURSAL. I - Acha-se consolidado nesta Corte o entendimento de que para a concessão do benefício da justiça gratuita à pessoa jurídica necessária a comprovação da fragilidade econômica, sendo inaplicável nesse caso a inteligência da OJ nº 304. II - A agravante, contudo, limitou-se a sustentar que se encontra em recuperação judicial, não logrando comprovar, concludentemente, insuficiência financeira que a impedisse de arcar com o recolhimento das custas e, sobretudo, do depósito recursal de que trata o artigo 899, e seus sete parágrafos, da CLT. III - Aliás, encontra-se pacificado nesta Corte, por meio da Súmula 86, o entendimento de que a isenção do pagamento das custas e do depósito recursal não se aplica à empresa em recuperação judicial, mas somente à massa falida. IV - Dessa forma, não se vislumbra violação literal e direta ao inciso XXXV do artigo 5º da Constituição, na medida em o Regional, ao decretar a deserção do recurso ordinário da agravante, respaldado na legislação processual pertinente, não fez tábula rasa do princípio da inafastabilidade da jurisdição. V - Também não se visualiza ofensa ao inciso LV, tendo em vista as oportunidades que foram dadas à agravante de impugnar as decisões que lhe foram desfavoráveis. VI - Já em relação à divergência jurisprudencial, saliente-se que, além de a agravante não ter atendido o ônus processual do conflito analítico de teses, todos eles convergem e não dissentem da tese de origem, pois exigem que a concessão da gratuidade da justiça à pessoa jurídica depende de prova inequívoca da sua incapacidade financeira de proceder ao recolhimento das custas e do depósito recursal. VII- Acrescente-se, por fim, que a deserção detectada pelo não recolhimento do depósito recursal não abre ensejo à concessão do prazo de cinco dias para sua regularização, uma vez que a OJ 140 da SBDI-1/TST só cuida dessa hipótese no caso de recolhimento insuficiente. VIII- Agravo Regimental a que se nega provimento. (TST-AgR-AIRR-1194-84.2011.5.05.0131, Relator Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, 5ª Turma, DEJT 9/6/2017)

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA DESERTO. INSUFICIÊNCIA DO DEPÓSITO RECURSAL. Esta Corte, por meio da Instrução Normativa 39, aprovada pela Resolução 203 de 15/03/2016, em seu artigo 10, parágrafo único, normatizou que "a insuficiência no valor do preparo do recurso, no Processo do Trabalho, para os efeitos do § 2º do art. 1.007 do CPC, concerne unicamente às custas processuais, não ao depósito". Cumpre esclarecer que a nova redação da OJ 140 da SBDI-1 do TST destina-se apenas à hipótese na qual houve recolhimento do depósito do recurso, mas em valor inferior ao correto. Ou seja, a OJ contrasta com o art. 10, parágrafo único da IN 39 do TST, apenas no que tange à possibilidade de complemento. Tal circunstância, contudo, não se aplica aos casos

de inexistência do recolhimento, seja de custas, seja de depósito recursal (principal ou complementar, quando se trate de atingir o valor da condenação). In casu , não houve demonstração do recolhimento do depósito do recurso de revista, assim, não há de se falar em intimação da reclamada para complementar o valor devido, porquanto não se trata de recolhimento insuficiente de depósito, porém, de ausência total de recolhimento do depósito recursal relativo ao recurso de revista. Não restou demonstrado o desacerto da decisão monocrática da Presidência desta Corte, a qual manteve o fundamento do Regional ao denegar seguimento ao recurso de revista com fulcro na aplicação da Súmula 128, I, do TST. Agravo não provido. (TST-Ag-AIRR-130257-37.2015.5.13.0023, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, 6ª Turma, DEJT 19/5/2017)

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001426-45.2016.5.10.0111

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	VIA VAREJO S.A.
Advogada	Dra. Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira(OAB: 18855/PE)
Agravado	DARIO OLIVEIRA LIMA
Advogado	Dr. Pedro Ramos Pires Neto(OAB: 34218-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- DARIO OLIVEIRA LIMA
- VIA VAREJO S.A.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.348/1.358) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 1.342/1.343).
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 984/989 e 983) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 14/09/2021 e apelo protocolado em 23/09/2021), sendo inexigível o preparo.
A reclamada renova o inconformismo acerca das matérias "HORAS EXTRAS. DIVISOR APLICÁVEL", "COMPENSAÇÃO DE HORAS", "INCLUSÃO DOS REFLEXOS DAS VERBAS DEFERIDAS NA BASE DE CÁLCULO DO FGTS", "MULTA PREVISTA NO ART. 477, § 8º, DA CLT" e "MULTAS CONVENCIONAIS".
Contudo, não obstante as alegações recursais, verifica-se que, às fls. 1.326/1.337, a reclamada transcreveu integralmente os tópicos recorridos, sem efetuar nenhum destaque.
A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º -A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA . Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"[...] III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR

DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido [...]" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/05/2021 - destaque acrescido).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0001431-57.2017.5.05.0342

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ESTADO DA BAHIA
Procurador	Dr. Bruno Fagundes
Agravado	TAIS OLIVEIRA DA SILVA
Advogada	Dra. Sandra Cristina Filgueira Xavier(OAB: 40679-A/BA)
Agravado	CONGER EMPREENDIMENTOS EIRELI - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- CONGER EMPREENDIMENTOS EIRELI - ME
- ESTADO DA BAHIA
- TAIS OLIVEIRA DA SILVA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o Recurso (Decisão publicadaem 09/11/2020 - fl./Seq./Id.;protocolado em 16/11/2020 - fl./Seq./Id.da669c0).
Regular a representação processual (nos termos daSúmula 436 do TST).
Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Considerando o disposto no art. 896-A, § 6º, da CLT (inserido pela Lei 13.467/17), o juízo de admissibilidade deste Recurso de Revista se limita à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.
Responsabilidade Solidária / Subsidiária / Tomador de Serviços / Terceirização.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Processo e Procedimento / Provas / Ônus da Prova.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Repercussão Geral.

O Recurso de Revista não preenche o requisito formal de admissibilidade previsto no §1º-A, I, do artigo 896 da CLT, incluído pela Lei no 13.015, de 2014:
"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da
controvérsia objeto do recurso de revista ; (...)"
Registre-se que, conforme entendimento pacificado no TST, a ausência de transcrição, a transcrição de trechos que não contenham a tese jurídica que consubstancia o prequestionamento, a transcrição da ementa e da conclusão do acórdão, a transcrição do trecho do acórdão ultrapassando os limites da tese devolvida no Recurso de Revista e sem o devido destaque, não atendem ao requisito em tela.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento aoRecurso de Revista.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "responsabilidade subsidiária", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas na Súmula, 333 do TST e no art. 896, § 1º-A, I, da CLT.
Verifico que, em recurso de revista, a parte recorrente não indicou o trecho da decisão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, nos termos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT (incluído pela Lei n.º 13.015/2014). No caso, não há qualquer transcrição/indicação da fundamentação que pretende prequestionar quanto a todos os temas debatidos no recurso de revista.
Com efeito, esclareço, desde já, que a transcrição do inteiro teor dos tópicos recorridos, sem a indicação expressa, destacada, da tese prequestionada, não atende ao disposto no novo dispositivo celetista introduzido pela Lei n.º 13.015/2014.

Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista.
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do TST: AIRR -10028-85.2013.5.04.0664, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, DEJT 08/06/2015; AIRR-1521-73.2012.5.04.0017, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, DJ 12/06/2015; AIRR-2951-67.2013.5.22.0003, Relator Ministro:

Maurício Godinho, 3ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-306-71.2013.5.04.0811, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, 4ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-1163-51.2011.5.04.0015, Relator Ministro: Emmanoel Pereira, 5ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-307-78.2012.5.04.0233, Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, 6ª Turma, DEJT 12/06/2015; AIRR-42700-94.2014.5.13.0007, Relator Ministro: Cláudio Brandão, 7ª Turma, DEJT 12/06/2015; AIRR-309-73.2011.5.04.0721, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 8ª Turma, DEJT 29/05/2015.

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0002356-60.2016.5.22.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DO PIAUÍ
Procuradora	Dra. Mirna Grace Castelo Branco de Lima
Agravado	MARIA ODETE DA SILVA
Advogado	Dr. Kauer Silva Castro(OAB: 12029-A/PI)
Advogada	Dra. Cláudia Marta Miranda de Castro(OAB: 9531-A/PI)
Agravado	LOPES & TEIXEIRA LTDA. - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO PIAUÍ
- LOPES & TEIXEIRA LTDA. - EPP
- MARIA ODETE DA SILVA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 375/390) interposto pelo segundo executado contra a decisão de fls. 362/365, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.

Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões (fls. 398).

O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não provimento do apelo (fls. 404/405).

Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.

Inicialmente, ressalto que a decisão do Tribunal Regional que denegou seguimento ao recurso de revista não acarreta qualquer prejuízo à parte, em razão de este juízo ad quem, ao analisar o presente agravo de instrumento, proceder a um novo juízo de admissibilidade da Revista.

A discussão travada prende-se ao tema "PROCESSO DE EXECUÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. BENEFÍCIO DE ORDEM".

O segundo executado afirma que, por ser devedor subsidiário, a execução deve ser esgotada no patrimônio da devedora principal, sob pena de violação da coisa julgada e do devido processo legal. Tece argumentos acerca da desconsideração da personalidade jurídica. Indica violação dos arts. 5º, XXXVI, LIV, da CF, 835 do CPC e 855-A, da CLT. Suscita divergência jurisprudencial.

Sem razão.

O Regional decidiu:

"No caso, o título executivo judicial condena a empresa LOPES & TEIXEIRA LTDA - EPP a pagar as obrigações trabalhistas inadimplidas, fixando a responsabilidade subsidiária do ESTADO DO PIAUÍ.

Iniciada a execução, sendo o devedor principal revel e encontrando-se em lugar incerto e não sabido (ID. b8dee6c e ID. 1dc8567), realizou-se sua citação por meio de edital.

O Estado do Piauí, responsável subsidiário, diante da situação jurídica da primeira reclamada, preventivamente, impugna a execução antes de ser determinada, pelo juízo da execução, o redirecionamento da execução contra o ente público.

O redirecionamento da execução, diante da impossibilidade de se excutirem os bens do devedor principal, resulta da aplicação da Súmula nº 331, IV, do TST. Consta do verbete que "o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial".

Nesse sentido os seguintes precedentes do TST:

(...)

A execução dos bens dos sócios ou do responsável subsidiário, tomador dos serviços, está no mesmo nível de responsabilidade, inexistindo direito a que sejam penhorados primeiramente os bens dos sócios da prestadora dos serviços.

Por outro lado, cumpre ressaltar que o agravante não se preocupou em indicar bens da empresa executada ou de seus sócios, nos moldes do art. 795, 89 1º e 2º, do CPC, aplicados por analogia. Portanto, caso resulte infrutífera a execução em face do devedor principal, a execução deve voltar-se contra o responsável subsidiário, como estabelecido pelo juízo a quo, em observância ao princípio da efetividade.

Nesse contexto, constando do título exequendo a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, desnecessário o esgotamento da execução contra o devedor principal ou contra os sócios deste, podendo a execução incidir, de modo direto e imediato, sobre o responsável subsidiário.

Agravo de petição desprovido."(fls. 341/342-g.n.)

O Tribunal Superior do Trabalho firmou entendimento de que o redirecionamento da execução ao devedor subsidiário dispensa o prévio esgotamento da execução contra a executada principal e os seus sócios. Julgados no mencionado sentido:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA ECONÔMICA RECONHECIDA.RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. MULTA DOS ARTS 467 E 477 DA CLT. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (SÚMULA 422 DO TST).BENEFÍCIO DE ORDEM(SÚMULA 333 DO TST).Na condenação subsidiária, o devedor sucessivo pode ser executado tão logo se esgotem os meios razoáveis deexecuçãodo devedor principal.Esta Corte não compreende ser exigível do credor hipossuficiente a penosa persecução dos bens dos sócios da

principal devedora como condição para se executar a devedora subsidiária. Agravo de instrumento não provido" (AIRR-1000207-45.2018.5.02.0074, 2ª Turma, Relatora Ministra Delaide Miranda Arantes, DEJT 27/11/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - DESCABIMENTO.EXECUÇÃO.RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA.BENEFÍCIO DE ORDEM. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OFENSA DIRETA E LITERAL DE NORMA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.Conforme jurisprudência consolidada nesta Corte Superior, não há necessidade de exaurimento dos bens da empresa responsável principal ou de seus sócios para que aexecuçãorecaia sobre os bens da responsável subsidiária.Precedentes. Agravo de instrumento conhecido e desprovido". (AIRR-3017-78.2013.5.12.0018, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 26/02/2021).

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. LEI Nº 13.467/2017. CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A.RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA.BENEFÍCIO DE ORDEM.REDIRECIONAMENTOAOS SÓCIOS DO RESPONSÁVEL PRINCIPAL. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGA A TRANSCENDÊNCIA DA MATÉRIA. AGRAVO DESPROVIDO1 - De plano, consigne-se que o Tribunal Pleno do TST, nos autos do processo ArgInc-1000485-52.2016.5.02.0461, decidiu pela inconstitucionalidade do artigo 896-A, § 5º, da CLT, o qual preconiza que "É irrecorrível a decisão monocrática do relator que, em agravo de instrumento em recurso de revista, considerar ausente a transcendência da matéria", razão pela qual é impositivo considerar cabível a interposição do presente agravo. 2 - Após esse registro, observa-se que a reclamada CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A. interpõe agravo contra a decisão monocrática pela qual não foi reconhecida a transcendência da matéria ("RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA.BENEFÍCIO DE ORDEM.REDIRECIONAMENTOAOS SÓCIOS DO RESPONSÁVEL PRINCIPAL") e, como consequência, foi negado provimento ao agravo de instrumento da ora agravante. 3 - A agravante defende a transcendência da matéria, em especial porque "o direcionamento daexecuçãocontra a ora Agravante somente pode ocorrer após o exaurimento de todas as medidas executórias contra a 1º Ré e seus sócios", o que se extrairia dos arts. 5º, II, da Constituição Federal e 855-A da CLT. 4 - Inexistem reparos a fazer na decisão monocrática que, mediante apreciação de todos os indicadores estabelecidos no artigo 896-A, § 1º, incisos I a IV, da CLT, concluiu pela ausência de transcendência da matéria objeto do recurso de revista denegado. 5 - Com efeito, do acórdão do TRT extraiu-se a delimitação de que "Não é cabível a responsabilização patrimonial dos sócios da devedora principal como condição para implementar aexecuçãodo responsável subsidiário. Isso porque aexecuçãodos sócios da responsável principal é medida excepcional, vez que as partes indicadas como devedoras no título judicial, e que participaram efetivamente da relação processual, é que devem ser responsabilizadas preferencialmente, até mesmo em respeito aos limites subjetivos da coisa julgada. (...) O devedor subsidiário tem em seu favor obenefício de ordem, mas não em relação aos sócios da devedora principal, os quais respondem somente no caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa, sempre depois daexecuçãoem face dos responsáveis indicados no título executivo judicial." 6 - Nesse passo, consoante bem assinalado na decisão monocrática: não há transcendência política, pois não constatado o desrespeito à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; não há transcendência social , pois não se trata de postulação, em recurso de reclamante, de direito social constitucionalmente assegurado; não há transcendência jurídica , pois não se discute questão nova em torno de interpretação da legislação trabalhista; e não se reconhece a transcendência econômica em rito sumaríssimo, hipótese em que tramitam causas de pequeno valor. 7 - Para corroborar a constatação de que a tese do TRT é no mesmo sentido do entendimento desta Corte, há os julgados do TST citados. 8 - Desse modo, afigura-se irrepreensível a conclusão exposta na decisão monocrática, segundo a qual o agravo de instrumento da reclamada não reunia condições de provimento, diante da ausência de transcendência da matéria objeto do recurso de revista, inexistindo a apontada ofensa aos arts. 5º, II, e 93, IX, da Constituição da República. 9 - Agravo a que se nega provimento.RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ALEGAÇÃO DE DONO DA OBRA 1 - Na decisão monocrática foi reconhecida a transcendência, mas negado seguimento ao recurso de revista do reclamado para manter o acórdão que declarou aresponsabilidade subsidiáriada concessionária em relação aos créditos da parte reclamante em face da empresa prestadora de serviços. 2 - Constata-se da análise dos argumentos expostos no agravo que a agravante não consegue desconstituir os fundamentos da decisão monocrática. 3 - Examinado o conjunto fático-probatório, o Regional consignou que "competia à recorrente investigar a situação econômica da empreiteira contratada e comprovar a efetiva fiscalização, o que não ocorreu" . Registrou, ainda, que "o objeto social do contrato firmado entre as reclamadas é essencial àexecuçãodo objeto social da recorrente, motivo pela qual afasta-se a aplicação da OJ 191, versando o caso sobre terceirização lícita". 4 - O caso concreto exigiria delimitação fática mais precisa e abrangente, a qual não consta no trecho do acórdão recorrido, transcrito pela parte, a fim de que o TST pudesse seguir no debate do tema, entre eles: O TRT não esclarece quais as atividades do reclamante (na petição inicial a alegação foi de contratação como técnico de segurança do trabalho), qual foi o efetivo objeto da contratação (na sentença diz que seria contrato de prestação de serviços), nem qual é o objeto social específico da tomadora de serviços (se abrange ou não construção de obras). 5 - Em face dos fatos descritos pelo Regional, não se identifica violação direta dos princípios da legalidade, do contraditório, ampla defesa ou devido processo legal (art. 5º, II e LIV, da Constituição Federal). 6 - Agravo a que se nega provimento" (Ag-AIRR-11765-92.2019.5.03.0098, 6ª Turma, Relatora Ministra Katia Magalhaes Arruda, DEJT 26/03/2021).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA.EXECUÇÃO.RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA.BENEFÍCIO DE ORDEM.A jurisprudência desta Corte Superior é firme quanto à possibilidade deredirecionamentodaexecuçãoao devedor subsidiário que participou da relação processual na fase de conhecimento quando infrutífera aexecuçãocontra o devedor principal, hipótese dos autos, inexistindobenefício de ordementre o responsável subsidiário e os sócios do devedor principal.Incólume, portanto, o dispositivo invocado. Agravo de instrumento conhecido e não provido" (AIRR-10739-82.2016.5.15.0081, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 11/12/2020).

Considerando que a função precípua desta Corte Superior é a

uniformização da jurisprudência trabalhista em âmbito nacional e que a jurisprudência deste Tribunal sobre a matéria ora debatida já se encontra pacificada, no mesmo sentido do acórdão regional, tem-se que o recurso de revista não se viabiliza, nos termos da Súmula 333 do TST.
Do exposto, denego seguimento ao agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do RITST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010454-20.2018.5.03.0060

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	RONALDO LUIZ DE MELO
Advogado	Dr. Elder Guerra Magalhães(OAB: 50326/MG)
Agravado	VALE S.A.
Advogado	Dr. Nilton Correia(OAB: 1291/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- RONALDO LUIZ DE MELO
- VALE S.A.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Rito sumaríssimo.
Examino.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.

Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / PARTES E PROCURADORES / SUCUMBÊNCIA / HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / PARTES E PROCURADORES / ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.
Trata-se de recurso em processo submetido ao RITO SUMARÍSSIMO, com cabimento restrito às hipóteses em que tenha havido contrariedade a Súmula de jurisprudência uniforme do C. TST e/ou violação direta de dispositivo da Constituição da República, Súmula Vinculante do E. STF, a teor do § 9º do art. 896 da CLT (redação dada pela Lei 13.015/14).
Registro que em casos tais é igualmente incabível o Recurso de Revista ao fundamento de alegado desacordo com OJ do C.TST, em consonância com a sua Súmula 442.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra violação literal e direta de qualquer dispositivo da Constituição da República ou contrariedade com Súmula do C. TST ou Súmula Vinculante do E. STF, como exige o citado preceito legal.
Inviável o seguimento do recurso, diante da conclusão da d. Turma no sentido de que a norma celetista reformada prevê a responsabilidade pelo pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais, ainda que a parte seja beneficiária da justiça gratuita (vide art. 791-A, § 4º, da CLT), restando, pois, inviabilizado o pedido de exclusão da verba em comento.
O acórdão recorrido está lastreado em provas. Incabível, portanto, o recurso de revista para reexame de fatos e provas, nos termos da Súmula 126 do C. TST.
Não existem as ofensas constitucionais apontadas (art. 5º, XXXV e LXXIV), pois a análise da matéria suscitada no recurso não se exaure na Constituição, exigindo que se interprete o conteúdo da legislação infraconstitucional. Por isso, ainda que se considerasse a possibilidade de ter havido violação ao texto constitucional, esta seria meramente reflexa, o que não justifica o manejo do recurso de revista, conforme reiteradas decisões da SBDI-I do C. TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista".

Em agravo de instrumento, a parte reclamante não se conforma com sua condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais, sob a alegação de que "a concessão dos benefícios da justiça gratuita implica considerar que o destinatário da benesse não possui recursos para arcar com as despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento e de sua família" (fls. 458).
Aponta violação dos arts. 5º, II, XXXV, e 93, IX da Constituição Federal.
Ao exame.
Com relação ao tema em análise, tendo em vista a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita, dou provimento ao agravo de instrumento, por observar possível violação ao art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, para determinar o processamento do recurso de revista no particular.

II - RECURSO DE REVISTA
2 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.
1.1) Conhecimento
Sobre o tema em epígrafe, eis o decisum:

"Não há dúvidas de que se revela-se cabível ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. a condenação ao pagamento da parcela em testilha, tendo em vista o novo regramento introduzido pela Lei nº 13.467/11, o qual, repisa-se, aplica-se à hipótese vertente, considerando a data de propositura da demanda (30/11/2018). Pontua-se que referido entendimento está alinhado ao art. 6º da Instrução Normativa nº 41/2018 do TST, verbis: "Art. 6° Na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017). Nas ações propostas anteriormente, subsistem as diretrizes do art. 14 da Lei nº 5.584/1970 e das Súmulas nos 219 e 329 do TST". Registra-se que a norma celetista reformada prevê a responsabilidade pelo pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais, ainda que a parte seja beneficiária da justiça gratuita (vide art. 791-A, § 4º, da CLT), restando, pois, inviabilizado o pedido de exclusão da verba em comento. Não obstante, em socorro à parte, considerando as balizas consignadas

no § 2º, do art. 791-A da CLT, em especial a baixa complexidade da causa, reduzo o valor dos honorários advocatícios, ao mínimo legal de 5% sobre o valor atualizado da causa (art. 791-A da CLT). Provimento parcial, portanto.".

A parte reclamante alega que "a concessão dos benefícios da justiça gratuita implica considerar que o destinatário da benesse não possui recursos para arcar com as despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento e de sua família" (fls. 458).
Aponta violação dos arts. 5º, II, XXXV, e 93, IX da Constituição Federal.
Ao exame.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça a parte reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, nos termos da jurisprudência vinculante do STF.
1.2) Mérito
Conhecido o recurso de revista, por violação do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, dou-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

CONCLUSÃO :

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento ao agravo de instrumento quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por possível violação aos arts. 5º, XXXV, da CF, para determinar o processamento do recurso de revista, no aspecto; e II - conhecer do recurso de revista quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0011151-04.2016.5.15.0084

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.
Advogada	Dra. Raquel Nassif Machado Paneque(OAB: 173491/SP)
Advogada	Dra. Tatiane de Cicco Nascimbem Chadid(OAB: 201296/SP)
Advogado	Dr. Ana Paula Fernandes Lopes(OAB: 203606-A/SP)
Agravado	LUIS FERNANDO DOS SANTOS
Advogado	Dr. Eduardo Moreira(OAB: 152149-A/SP)
Advogado	Dr. Rosangela dos Santos Vasconcellos(OAB: 264621-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.
- LUIS FERNANDO DOS SANTOS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.279/1.291) interposto pela reclamada contra a decisão de fls. 1.275/1.276, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta ou de contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 1.051/1.058) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 03/03/2021 e apelo protocolado em 10/03/2021), estando satisfeito o preparo.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "ADICIONAL DE PERICULOSIDADE" e "OBRIGAÇÃO DE FAZER. MULTA DIÁRIA. RETIFICAÇÃO DO PPP".
No que tange ao primeiro tópico, a reclamada insurge-se contra sua condenação ao pagamento do referido adicional e seus reflexos, sob o argumento de que o reclamante ficava exposto apenas eventualmente e por tempo ínfimo ao agente perigoso. Alega divergência jurisprudencial, má aplicação da Súmula 364, I, do TST e violação dos artigos 5º, II, da Constituição Federal, 193, caput, e 818 da CLT, 373, I, do CPC e 92 do CCB.
Contudo, como o conjunto fático probatório apontou que o contato com o agente perigoso era rotineira (Súmula 126 do TST), a tese exarada no acórdão encontra-se em conformidade com o entendimento desta Corte, consubstanciado na Súmula 364, I do TST e no sentido de que "(...) a exposição do trabalhador à situação de risco por alguns minutos, desde que habitual, não caracteriza tempo extremamente reduzido de que trata a Súmula nº 364 do TST." (TST-Ag-E-ED-RR-85500-50.2009.5.15.0010, SbDI-1, Rel. Min. Alexandre Luiz Ramos, DEJT de 29/11/2019).
Já quanto ao segundo tema ("Obrigação de fazer. Multa diária. Retificação do PPP"), a reclamada sustenta, em síntese, que a referida multa não é cabível. Alega ofensa ao artigo 5º, II, da Constituição Federal.
Contudo, afasta-se a alegação de ofensa ao artigo 5º, II, da Constituição da República, uma vez que o referido dispositivo trata de princípio geral do ordenamento jurídico, razão por que sua eventual violação, em regra e no caso dos autos, não seria direta e literal, como exigido pela alínea "c" do artigo 896 da CLT, pois pressuporia a revisão da interpretação dada a normas infraconstitucionais pelo Colegiado Regional. Inteligência da Súmula 636 do STF.
Dessa forma, tem-se por inviável o processamento do recurso de revista interposto pela reclamada.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0001435-10.2019.5.17.0013

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	Dr. Carlos Fernando de Siqueira Castro(OAB: 12288/ES)
Agravado	CARLOS ALBERTO GONCALVES
Advogada	Dra. Larissa Portugal Guimarães Amaral Vasconcelos(OAB: 9542-A/ES)
Agravado	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Luís Felipe Cunha(OAB: 52308-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS ALBERTO GONCALVES
- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (ciência da decisão em 16/03/2021 - fl(s)./Id ; petição recursal apresentada em 24/03/2021 - fl(s)./Id 0fccbba).
Regular a representação processual - Id 12195a7.
O juízo está garantido - fl/Id. 8dd8ccd.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Jurisdição e Competência / Competência.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Formação, Suspensão e Extinção do Processo / Condições da Ação / Legitimidade Ativa.
Alegação(ões):
- violação aos artigos 5º, caput, XXXV, XXXVI, LIV e LV, 93, IX, 202, §2º, da CR/88.
A recorrente insurge-se contra contra o acórdão que reconheceu a competência desta Justiça Especializada para julgar a presente lide, bem como declarou a legitimidade do autor para atuar no polo ativo.
A parte não realizou o confronto analítico entre a tese adotada no acórdão recorrido e cada preceito constitucional dito violado, deixando de atender ao exigido pelo artigo 896, §1º-A, III, da CLT, inviabilizando o seguimento do apelo, nesse aspecto.
Com efeito, segundo a sistemática imposta pela Lei 13.015/2014, cabe à parte indicar especificamente o motivo pelo qual o acórdão, ao adotar determinada fundamentação, incidiu em afronta a cada um dos preceitos ditos violados, sendo inviável a alegação genérica de violações em bloco.
Quanto à necessidade do confronto analítico, vale mencionar os seguintes julgados do TST: E-ED-RR - 552-07.2013.5.06.0231, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, SBDI-I, DEJT 17/06/2016; AIRR - 1124-32.2015.5.11.0011,Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, DEJT 30/06/2017; AIRR - 10077-02.2014.5.15.0110 , Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, 2ª Turma, DEJT 03/07/2017; AIRR - 220-86.2015.5.11.0051 , Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 03/07/2017; AIRR - 20027-78.2013.5.04.0012 , Relatora Desembargadora Convocada: Cilene Ferreira Amaro Santos, 4ª Turma, DEJT 30/06/2017; AIRR - 909-49.2015.5.08.0008, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, 5ª Turma, DEJT 30/06/2017; AIRR - 47700-21.2005.5.01.0041 , Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, Data de Julgamento: 30/03/2016, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 01/04/2016; AIRR - 10565-26.2013.5.03.0077 , Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Data de Julgamento: 09/03/2016, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT18/03/2016; AIRR - 1452-29.2015.5.14.0091 , Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, Data de Julgamento: 10/05/2017, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 12/05/2017.
DIREITO CIVIL / Fatos Jurídicos / Prescrição e Decadência.
Alegação(ões):
- violação do(s) inciso II do artigo 5º; inciso XXIX do artigo 7º da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 11-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.
A recorrente sustenta que ocorreu no presente caso a prescrição intercorrente, eis que proferido despacho na Ação Coletiva aos 06/06/2016 determinando que as execuções fossem realizadas de forma individualizada, sendo que a presente execução foi distribuída aos 09/12/2019.
No intuito de demonstrar o prequestionamento da matéria em epígrafe, a parte recorrente transcreveu o seguinte trecho do v. acórdão:
"(...)
É certo que a execução prescreve no mesmo prazo de prescrição da ação, nos termos da Súmula 150 do C. STF, e que o trânsito em julgado da ação coletiva nº 0059100-37.2012.5.17.0010, que fundamenta a pretensão ventilada nos presentes autos, ocorreu em maio de 2016, conforme documento de Id ec309ad e seguintes. Todavia, não obstante o trânsito em julgado e a determinação de liquidação individual pelo juízo a quo, depreende-se dos autos da referida ação coletiva, que, a presente ação de execução foi ajuizada em 09 de dezembro de 2019, após ser publicado o edital para ciência dos interessados (em 03.04.2019).
Em resumo, o edital foi publicado na data de 03.04.2019, conforme consta nos atos processuais disponibilizados no PJe dos autos da AC nº 0059100-37.2012.5.17.0010, sendo que, somente a partir da publicação do edital é que se pode considerar que, de fato, poderiam os interessados propor a execução de forma individual e ter início o prazo prescricional.
Qualquer que seja o prazo prescricional a ser aplicado, há de ser contado da ciência inequívoca, pelo jurisdicionado, do direito deferido. Aqui não se leva em conta a data da extinção do contrato de trabalho ou do trânsito em julgado da ação cognitiva.
A actio nata inicia-se somente quando o trabalhador toma ciência, de forma inequívoca, do seu direito, a partir de quando pode efetivamente, executá-lo.
(...) Neste sentido, considerando que a publicação do edital na ação coletiva 0059100-37.2012.5.17.0010 ocorreu em 03.04.2019 e apresente ação proposta em 09.12.2019, não há qualquer prescrição a ser declarada.
Desta forma, nego provimento."
Tendo a C. Turma manifestado entendimento no sentido de que o

marco inicial do prazo prescricional para o substituído ingressar com sua ação individual é a decisão que rejeitou a execução coletiva e determinou que se procedesse com a execução individual, e desde que tenha havido a respectiva publicação de Edital (art. 94 e 95 do CDC), não se verifica, em tese, a alegada violação, como requer o artigo 896, § 2.º, da CLT.

Por outro lado, ante a restrição do artigo 896, §2º, da CLT, descabe análise de violação à legislação infraconstitucional e divergência jurisprudencial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO /Liquidação / Cumprimento / Execução.

Alegação(ões):

- violação do(s) incisos XXXVI, LIV e LV do artigo 5º; §2º do artigo 202 da Constituição Federal.

A recorrente insurge-se em face dos cálculos homologados no que tange ao acréscimo da parcela de "PL/DL - 1971/82", ao argumento de que foi aplicada em duplicidade, eis que acrescida nos doze últimos salários de cálculo e de participação e também nos sessenta últimos salários de cálculo e participação.

No intuito de demonstrar o prequestionamento da matéria em epígrafe, a parte recorrente transcreveu o seguinte trecho do v. acórdão:

"(...) Conforme já visto, tratam-se os presentes autos de execução de sentença coletiva, tendo a decisão exequenda determinado o pagamento das diferenças de suplementação de aposentadoria incidentes sobre a parcela PL/DL 1971 (acórdão de Id 7602c75), decisão que foi mantida pelo C. TST (acórdão de Id 340833e), citando, inclusive, diversos precedentes daquela Corte no sentido de determinar a incorporação da parcela à complementação de aposentadoria.

(...) Desta forma, como se vê, o título exequendo consignou a inclusão da parcela DL/PL-1971 na base de cálculo da suplementação de aposentadoria, com o pagamento das diferenças, portanto, englobando as parcelas vincendas evencidas.

Os cálculos homologados estão de acordo com o comando exequendo. A parcela PL/DL/1971, conforme contracheques acostados aos autos, foi paga mensalmente, sendo estável, na forma do §1º, do artigo 18, do Regulamento do Plano. Logo, aplicável a forma de cálculo prevista no caput do artigo 17, ou seja, considerando-se os valores dos12 (doze) meses anteriores ao início da suplementação."

A parte não realizou o confronto analítico entre a tese adotada no acórdão recorrido e cada preceito constitucional dito violado, deixando de atender ao exigido pelo artigo 896, §1º-A, III, da CLT, inviabilizando o seguimento do apelo, nesse aspecto.

Com efeito, segundo a sistemática imposta pela Lei 13.015/2014, cabe à parte indicar especificamente o motivo pelo qual o acórdão, ao adotar determinada fundamentação, incidiu em afronta a cada um dos preceitos ditos violados, sendo inviável a alegação genérica de violações em bloco.

Quanto à necessidade do confronto analítico, vale mencionar os seguintes julgados do TST: E-ED-RR - 552-07.2013.5.06.0231, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, SBDI-I, DEJT 17/06/2016; AIRR - 1124-32.2015.5.11.0011,Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, DEJT 30/06/2017; AIRR - 10077-02.2014.5.15.0110 , Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, 2ª Turma, DEJT 03/07/2017; AIRR - 220-86.2015.5.11.0051 , Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 03/07/2017; AIRR - 20027-78.2013.5.04.0012 , Relatora Desembargadora Convocada: Cilene Ferreira Amaro Santos, 4ª Turma, DEJT 30/06/2017; AIRR - 909-49.2015.5.08.0008, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, 5ª Turma, DEJT 30/06/2017; AIRR - 47700-21.2005.5.01.0041 ,Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, Data de Julgamento: 30/03/2016, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 01/04/2016; AIRR - 10565-26.2013.5.03.0077 , Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Data de Julgamento: 09/03/2016, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT18/03/2016; AIRR - 1452-29.2015.5.14.0091 , Relatora Ministra: DoraMaria da Costa, Data de Julgamento: 10/05/2017, 8ª Turma, Data dePublicação: DEJT 12/05/2017.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Custas.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso II do artigo 5º da Constituição Federal.
- Violação art. 789-A CLT A recorrente isnurge-se em face do arbitramento de custas processuais, argumentando, para tanto, que, por tratar de processo em fase de execução, devem ser arbitradas em valores fixo se inalterados.

Ante a restrição do artigo 896, § 2º, da CLT, descabe análise de violação à legislação infraconstitucional.

A parte não realizou o confronto analítico entre a tese adotada no acórdão recorrido e o preceito constitucional dito violado, deixando de atender ao exigido pelo artigo 896, §1º-A, III, da CLT, inviabilizando o seguimento do apelo, nesse aspecto.

Com efeito, segundo a sistemática imposta pela Lei 13.015/2014, cabe à parte indicar especificamente o motivo pelo qual o acórdão, ao adotar determinada fundamentação, incidiu em afronta a cada um dos preceitos ditos violados, sendo inviável a alegação genérica de violações em bloco.

Quanto à necessidade do confronto analítico, vale mencionar os seguintes julgados do TST: E-ED-RR - 552-07.2013.5.06.0231, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, SBDI-I, DEJT 17/06/2016; AIRR - 1124-32.2015.5.11.0011,Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, DEJT 30/06/2017; AIRR - 10077-02.2014.5.15.0110 , Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, 2ª Turma, DEJT 03/07/2017; AIRR - 220-86.2015.5.11.0051 , Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 03/07/2017; AIRR - 20027-78.2013.5.04.0012 , Relatora Desembargadora Convocada: Cilene Ferreira Amaro Santos, 4ª Turma, DEJT 30/06/2017; AIRR - 909-49.2015.5.08.0008, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, 5ª Turma, DEJT 30/06/2017; AIRR - 47700-21.2005.5.01.0041 ,Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, Data de Julgamento: 30/03/2016, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 01/04/2016; AIRR - 10565-26.2013.5.03.0077 , Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Data de Julgamento: 09/03/2016, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT18/03/2016; AIRR - 1452-29.2015.5.14.0091 , Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, Data de Julgamento: 10/05/2017, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 12/05/2017.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.

Alegação(ões):

- violação do(s) incisos LIV e LV do artigo 5º da Constituição Federal.

A recorrente assevera que é inaplicável o deferimento de honorários advocatícios em processo de execução de título executivo em que já houve o deferimento da rubrica.

A parte não realizou o confronto analítico entre a tese adotada no acórdão recorrido e os preceitos constitucionais ditos violados, deixando de atender ao exigido pelo artigo 896, §1º-A, III, da CLT, inviabilizando o seguimento do apelo, nesse aspecto.

Com efeito, segundo a sistemática imposta pela Lei 13.015/2014,

cabe à parte indicar especificamente o motivo pelo qual o acórdão, ao adotar determinada fundamentação, incidiu em afronta a cada um dos preceitos ditos violados, sendo inviável a alegação genérica de violações em bloco.
Quanto à necessidade do confronto analítico, vale mencionar os seguintes julgados do TST: E-ED-RR - 552-07.2013.5.06.0231, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, SBDI-I, DEJT 17/06/2016; AIRR - 1124-32.2015.5.11.0011,Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, DEJT 30/06/2017; AIRR - 10077-02.2014.5.15.0110 , Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, 2ª Turma, DEJT 03/07/2017; AIRR - 220- Assinado eletronicamente por: MARCELLO MACIEL MANCILHA - Juntado em: 22/04/2021 14:45:08 - 53247f786.2015.5.11.0051 , Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 03/07/2017; AIRR -20027-78.2013.5.04.0012 , Relatora Desembargadora Convocada: Cilene Ferreira Amaro Santos, 4ª Turma, DEJT 30/06/2017; AIRR - 909-49.2015.5.08.0008, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, 5ª Turma, DEJT 30/06/2017; AIRR - 47700-21.2005.5.01.0041 ,Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, Data de Julgamento: 30/03/2016, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 01/04/2016; AIRR - 10565-26.2013.5.03.0077 , Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Data de Julgamento: 09/03/2016, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT18/03/2016; AIRR - 1452-29.2015.5.14.0091 , Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, Data de Julgamento: 10/05/2017, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 12/05/2017.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Examino.
Não há que se falar em ofensa aos princípios constitucionais quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, quanto ao Juízo Regional de Admissibilidade, ressalte-se que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
Na situação dos autos, não procede a alegação de ofensa aos dispositivos da Constituição Federal apontados, quando a lide está adstrita ao exame de legislação infraconstitucional, visto que essa circunstância impossibilita a configuração de sua violação literal e direta. A discussão, deste modo, não se exaure na Constituição Federal.
Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. CONVERSÃO DO TEMPO COMUM EM TEMPO ESPECIAL. VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 279 DO STF. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA - ARE 748.371. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É inviável o processamento do apelo extremo quando a ofensa a dispositivo constitucional se dá de maneira reflexa e indireta, pois requer o exame prévio da orientação firmada sobre tese infraconstitucional pela instância ordinária. 2. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o Tribunal de origem, quanto ao preenchimento dos requisitos necessários à concessão de aposentadoria, seria imprescindível o reexame dos fatos e provas. Incidência da Súmula 279 do STF. 3. O Supremo Tribunal Federal já assentou, sob a sistemática da repercussão geral, que suposta ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e dos limites da coisa julgada, quando a violação é debatida sob a ótica infraconstitucional, não apresenta repercussão geral, o que torna inadmissível o recurso extraordinário. (RE 748.371-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 1º.08.2013 tema 660). 4. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, CPC." (RE 1004169 AgR / RS, Relator Ministro Edson Fachin. Publicado em 29.3.2017).
DIREITO CIVIL. POSSE. PROPRIEDADE. COISA JULGADA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, da Lei Maior, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária prevista no art. 102 da Magna Carta. 2. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. 3. Agravo regimental conhecido e não provido." (ARE 944003 AgR/GO, Relatora Ministra Rosa Weber. Publicado em 12.4.2016) - (grifei).

Por oportuno, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que violação reflexa ou indireta de dispositivo da Constituição não viabiliza recurso de natureza extraordinária. Eis o teor da Súmula 636 do STF:

"NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE, QUANDO A SUA VERIFICAÇÃO PRESSUPONHA REVER A INTERPRETAÇÃO DADA A NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS PELA DECISÃO RECORRIDA."

Por fim, a diretriz que se extrai da Orientação Jurisprudencial 123 da SBDI-2 do TST (analogicamente) é de que a ofensa à coisa

julgada supõe dissonância patente entre as decisões exequenda e rescindenda, o que não se verifica quando se faz necessária a interpretação do título executivo judicial para se concluir pela lesão à coisa julgada, tal como na hipótese dos autos.
Assim, constato a impossibilidade do conhecimento do recurso de revista interposto nesta fase de execução em virtude do que preveem o art. 896, § 2.º, da CLT e as Súmulas 266 do TST e 636 do STF.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Incólumes os dispositivos invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010267-03.2017.5.03.0139

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	EDESIO CALIXTO DE SOUZA
Advogado	Dr. Marcos Roberto Dias(OAB: 87946/MG)
Agravado	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. Décio Freire(OAB: 56543-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDESIO CALIXTO DE SOUZA
- VIA VAREJO S.A.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS.
DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS.
DURAÇÃO DO TRABALHO / TRABALHO EXTERNO.
DURAÇÃO DO TRABALHO / INTERVALO INTRAJORNADA.
DURAÇÃO DO TRABALHO / INTERVALO INTERJORNADAS.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, nem contrariedade com Súmula de jurisprudência uniforme do TST ou Súmula Vinculante do STF, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exigem as alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT.
As tesesadotadas pela Turma em relação aos temas em destaque traduzem, no seu entender, a melhor aplicação que se pode dar aosdispositivoslegais pertinentes, o que torna inviável o processamento da revista, além de impedir o seuseguimento por supostas lesões à legislação ordinária.
Não constato dissenso jurisprudencial específico com a Súmula 451 do TST ou com o aresto válido colacionado, porque não abordam as mesmas premissas salientadas pelaTurma julgadora, notadamente no que tange à verificação de que o autor não juntou a norma coletiva que prevê o pagamento da PLR do ano de 2016 (Súmula 296 do TST).
Quanto ao intervalo intrajornada,a Turma julgadora decidiu em sintonia com a Súmula437 do TST, de forma a sobrepujar os arestos válidos que adotam tese diversa e afastar as violações apontadas.
Não ensejam recurso de revista decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (§ 7º do art. 896 da CLT e Súmula 333 do TST).
São inespecíficos os arestos colacionados, porqueabordamfundamentos não trazidos nadecisão recorrida, notadamente quanto à existência/possibilidade de controle da jornada externa(Súmula 23 do TST).
Não são aptos ao confronto de teses os arestos colacionados carentes de indicaçãode fonte oficial ou repositório autorizado em que foram publicados (Súmula 337, I, do TST e § 8º do art. 896 da CLT).
Os arestos trazidos à colação, provenientes de Turma doTST, deste Tribunal ou de qualquer órgão não mencionado na alínea "a" do art. 896 da CLT não se prestam ao confronto de teses.
Pelos trechos da decisão recorrida transcritos pela parte em suas razões recursais, não há como aferir a alegada ofensa legal (art. 74, § 2º fs CLT), bem como o dissenso jurisprudencial específico com as Súmulas338,I e 110, e OJ 307 da SBDI-I, todas do TST,não

sendo observado o disposto no inciso I do §1º-A do art. 896 da CLT, no sentido de ser ônus da parte, sob pena de não conhecimento do recurso, a indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo.
Não existem as ofensas constitucionais apontadas, pois a análise das matérias suscitadas no recurso não se exaure na Constituição, exigindo que se interprete o conteúdo da legislação infraconstitucional. Por isso, ainda que se considerasse a possibilidade de ter havido violação ao texto constitucional, esta seria meramente reflexa, o que não justifica o manejo do recurso de revista, conforme reiteradas decisões da SBDI-I do TST.
Sobre todos os temas em destaque, inclusive em relação ao intervalo interjornadas, o acórdão recorrido está lastreado em provas. Incabível, portanto, o recurso de revista para reexame de fatos e provas, nos termos da Súmula 126 do TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "Participação nos Lucros e Resultados - PLR. Previsão em norma coletiva. Não comprovação" e "Horas extras e intervalos intrajornada e interjornada. Ausência de anotação do trabalho externo na CTPS", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126 e 333 do TST e no art. 896, § 7º, da CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010123-67.2020.5.03.0060

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	LEONARDO DIONISIO DE SENA
Advogada	Dra. Cibele Lopes da Silva(OAB: 137622/MG)
Agravado	VIA VAREJO S.A.
Advogada	Dra. Maria Inês Caldeira Pereira da Silva Murgel(OAB: 64029/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEONARDO DIONISIO DE SENA
- VIA VAREJO S.A.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS.
DURAÇÃO DO TRABALHO / TRABALHO EXTERNO.
DURAÇÃO DO TRABALHO / INTERVALO INTRAJORNADA.
REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / COMISSÕES.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, nem contrariedade com Súmula de jurisprudência uniforme do TST ou Súmula Vinculante do STF, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exigem as alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT.
O acórdão recorrido - no que se refere às horas extras e aointervalo intrajornada em labor externo e às diferenças de comissões -está lastreado em provas. Incabível, portanto, o recurso de revista para reexame de fatos e provas, nos termos da Súmula 126 do TST.
Não há ofensas ao art. 818 da CLT e aoart. 373 do CPC, em relação a todos os temas suscitados. A Turma adentrou o cerne da prova, valorando-a contrária aos interesses do recorrente.
Além disso, ao contrário do que alega o recorrente, aTurma julgadora decidiu em sintonia com a Súmula 338 do TST, de forma a sobrepujar os arestos válidos que adotam tese diversa e afastar as violações apontadas.
Não ensejam recurso de revista decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (§ 7º do art. 896 da CLT e Súmula 333 do TST).

A teseadotada pela Turma traduz, no seu entender, a melhor aplicação que se pode dar aosdispositivoslegais pertinentes, o que torna inviável o processamento da revista, além de impedir o seuseguimento por supostas lesões à legislação ordinária.
Não existem as ofensas constitucionais apontadas, pois a análise da matéria suscitada no recurso não se exaure na Constituição, exigindo que se interprete o conteúdo da legislação infraconstitucional. Por isso, ainda que se considerasse a possibilidade de ter havido violação ao texto constitucional, esta seria meramente reflexa, o que não justifica o manejo do recurso de revista, conforme reiteradas decisões da SBDI-I do TST.
São inespecíficos os arestos válidos colacionados, referentes ao labor extraordinário, porque não abordam as mesmas premissas salientadas pelaTurma julgadora, notadamente no que tange à jornada reconhecida (Súmula 296 do TST).
Revelam-se também inespecíficos os arestos relacionados ao intervalo intrajornada, tendo em vista os aspectosfático-probatóriosdos autos(Súmula 296 do TST).
Os arestos trazidos à colação, provenientes de Turma doTST, deste Tribunal ou de qualquer órgão não mencionado na alínea "a" do art. 896 da CLT não se prestam ao confronto de teses.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "Horas extras. Parâmetros", "Intervalo intrajornada". e "Diferenças de comissões. Adicional de deslocamento", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, da CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010441-53.2018.5.15.0103

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE GUARARAPES
Procuradora	Dra. Carla de Nadai Sanches
Agravado	MARCOS ROBERTO FERREIRA
Advogado	Dr. Reinaldo Caetano da Silveira(OAB: 68651-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- MARCOS ROBERTO FERREIRA
- MUNICÍPIO DE GUARARAPES

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 345/349) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 329/330).
Contraminuta às fls. 354/357 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 358/361.
O Ministério Público do Trabalho oficiou pelo prosseguimento do feito (fls. 367).
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 01/03/2021 e apelo protocolado em 08/03/2021), sendo inexigível o preparo.
O reclamado, ora agravante, renova o inconformismo acerca da matéria "HORAS EXTRAS. ACORDO DE COMPENSAÇÃO".
Constata-se, porém, a inviabilidade do processamento do recurso de revista.
Com efeito, interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do artigo 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
Ressalte-se que, conforme entendimento firmado por este Tribunal, a transcrição de trecho demasiadamente extenso,sem destaque específico do ponto controvertido, como se evidenciou na hipótese (fls. 324/326), não atende à exigência legal. A título de ilustração, transcrevem-se os seguintes julgados:

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CONDUTA CULPOSA DA ADMINISTRAÇÃO. DANO SOFRIDO PELO EMPREGADO. NEXO CAUSAL. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE. TEMA Nº 246 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL DO STF.TRECHOQUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO. TRANSCRIÇÃO. ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. NÃO OBSERVÂNCIA. I. Faz-se presente o pressuposto intrínseco formal de admissibilidade previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT com a transcrição do excerto do acórdão regional em que repousa o prequestionamento da matéria impugnada, identificando-se claramente a tese que se quer combater no recurso, de forma a possibilitar o imediato confronto dotrechotranscrito com as violações, contrariedades e arestos articulados de forma analítica nas razões do recurso de revista. II.

No caso dos autos, irretocável a decisão unipessoal agravada quanto ao não atendimento do pressuposto intrínseco de admissibilidade previsto no inciso I do § 1º-A do art. 896 da CLT, pois a parte recorrente procedeu à transcrição delongostrechosdos fundamentos adotados pelo Tribunal Regional quanto ao tema combatido, inteiramente destacados, o que impossibilita a indicação precisa das matérias que tratam dos dispositivos de lei tidos por violados ou que autorizem o cotejo com os arestos indicados. Não se trata, portanto, de decisão extremamente concisa e sucinta, distinção capaz de afastar a aplicação do óbice processual em apreço. III. Agravo interno de que se conhece e a que se nega provimento." (TST-Ag-AIRR-1409-02.2016.5.05.0029, 7ª Turma, Rel. Min. Evandro Pereira Valadão Lopes, DEJT de 15/05/2020)

"I - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMADA - LEI Nº 13.015/14 (...) AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOTRECHODA DECISÃO RECORRIDA QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA - TUTELA INIBITÓRIA - DANO MORAL COLETIVO. A transcrição delongostrechosdo acórdão do Tribunal Regional, sem destaque da parte específica que consubstancia o prequestionamento da controvérsia não se presta ao cumprimento do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, na medida em que não delimita o objeto da insurgência inserida no apelo. Recurso de revista não conhecido. (...)." (RR-67-19.2013.5.15.0146, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 28/06/2019).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010605-74.2017.5.15.0128

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Carlos Roberto Deneszczuk Antonio(OAB: 146360-A/SP)
Advogado	Dr. Rogerio Sacramento dos Santos(OAB: 261457-A/SP)
Agravado	MAIKELEN MONIQUE VIANA FERREIRA E OUTROS
Advogado	Dr. Walter Bergström(OAB: 105185-A/SP)
Advogado	Dr. Matheus Ferraz de Campos(OAB: 341072-A/SP)
Advogado	Dr. Maria Regina Goncalves(OAB: 131031-A/SP)
Agravado	JESSICA FERREIRA RAMOS E OUTRA
Advogado	Dr. Walter Bergström(OAB: 105185-A/SP)
Agravado	ALVARO JABUR MALUF JUNIOR

Intimado(s)/Citado(s):

- ALVARO JABUR MALUF JUNIOR
- JESSICA FERREIRA RAMOS E OUTRA
- MAIKELEN MONIQUE VIANA FERREIRA E OUTROS
- Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1497/1519) interposto pela executada contra a decisão de fls. 1459/1460, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta apresentada às fls. 1528/1532.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do apelo.
Passo a análise do mérito.
A discussão dos autos gira em torno do tema "PROCESSO DE EXECUÇÃO. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL".
A executada pugna pela suspensão da execução, ante a existência do processo de recuperação judicial e habilitação dos créditos no juízo recuperacional. Afirma que "o D .Juízo Recuperacional DETERMINOU A SUSPENSÃO DE AS EXECUÇÕES PROMOVIDAS CONTRA AS RECUPERANDAS PELO PRAZO DE 180 (cento e oitenta) DIAS". Aduz que "é do Juízo de Falência e Recuperação Judicial a competência para a prática de quaisquer atos de execução referentes aos créditos trabalhistas contra empresas recuperandas". Indica violação dos arts. 5º, II, XXXV, XXXVI, LIII e LV e 150, III, da CF, , 6º, 82 e 83 da Lei nº11.101/2005, 855-A, da CLT, 50 do Código Civil, 133 do CPC. Suscita divergência jurisprudencial.
Sem razão.
O Regional decidiu:

"Inicialmente registro que sequer o processamento da recuperação judicial está demonstrado nos autos, haja vista que o juízo cível determinou a realização de constatação prévia, e, posteriormente declarou sua incompetência para apreciar a questão, estando o processo aguardando o Julgamento do recurso contra esta decisão. Não bastasse, revela-se correta a r. decisão de origem ao considerar que a suspensão abrange apenas os casos em que o sócio é devedor solidário, e não subsidiário como é o caso dos autos.
Isto porque não há ofensa aos artigos 6º, 8 2º, e 83 da Lei 11.101/2005. A norma estabelece que, definido o valor devido, cabe a habilitação do crédito trabalhista perante o juízo falimentar. Não veda o prosseguimento da execução, no juízo trabalhista, em face dos sócios e ex-sócios da empresa falida ou da empresa em recuperação judicial.
Afinal, não se atingem os bens submetidos ao juízo universal. Logo, não há violação à regra de competência estabelecida pela Lei 11.101/2005.
Nesse sentido, destaco as seguintes ementas do C. TST:
(...)
Concluindo pelo não enquadramento da situação narrada aos termos do julgamento do Recurso Extraordinário RE 583.955/RJ pelo E. STF, cito ainda o seguinte julgado:
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. JULGAMENTO ANTERIOR PELA TERCEIRA TURMA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. DEVOLUÇÃO PARA EVENTUAL EMISSÃO DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO. (ART. 1.030, INCISO II, do CPC; ART. 543-B, 8 3º, DO CPC/1973). COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO

TRABALHO. FALÊNCIA. REDIRECIONAMENTO DE EXECUÇÃO CONTRA EMPRESA INTEGRANTE DO GRUPO ECONÔMICO, NÃO SUBMETIDA A PROCESSO FALIMENTAR OU DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL . 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário RE 583.955/RJ, com repercussão geral (Tema nº 90), em sessão plenária do dia 28.5.2009, fixou tese no sentido de que, 'compete ao juízo comum falimentar processar e julgar a execução dos créditos trabalhistas no caso de empresa em fase de recuperação judicial... 2. Na hipótese dos autos, entretanto, cuida-se da competência da Justiça do Trabalho para prosseguir na execução contra empresa integrante do mesmo grupo econômico da massa falida, cuja falência ou recuperação judicial não foi decretada. 3. Assim, o caso não se molda ao decidido em repercussão geral. 4. Mantida, portanto, a decisão pela qual se negou provimento ao agravo de instrumento da executada, sem se proceder ao juízo de retratação, nos termos do art. 1.030, inciso II, do CPC (art. 543-B, 8 3º, do CPC/73). Retornam os autos à Vice-Presidência da Corte." (ED-AIRR-954-32.2006.5.10.0002, 3º Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 23/03/2018, grifos acrescidos).

Relevante ainda considerar que a desconsideração da personalidade jurídica foi determinada em 2018, ou seja, cerca de 2 anos antes do pedido de recuperação judicial.

Demais disso, a execução prossegue unicamente em face do sócio, com penhora de imóvel de sua titularidade.

Reforço que, no presente caso, ainda não houve expedição de carta para habilitação de crédito, e o feito se enquadra no art. 84 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, referente aos procedimentos a serem adotados pelos Magistrados do Trabalho relativamente a credores trabalhistas de empresa em recuperação judicial, "in verbis":

"Art. 80. Deferida a recuperação judicial, caberá ao juiz do trabalho, que entender pela cessação da competência para prosseguimento da execução trabalhista, determinar a expedição de Certidão de Habilitação de Crédito para ser submetida à apreciação do administrador judicial.

(...)

Art. 84. As disposições desta Subseção não se aplicam no caso de o juiz do trabalho determinar o direcionamento da execução contra sócio ou sócios da empresa, na esteira da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, ou determinar o seu direcionamento à empresa que integre grupo econômico do qual faça parte a empresa recuperanda" (grifos acrescidos).

Portanto, patente a competência desta Especializada para apreciar a matéria.

Acrescento que assim também já decidiu esta C. Câmara no processo nº 0007900-72.2008.5.15.0014, relatora Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza, publicado em 21/05/2020 e processo nº 0012383-34.2016.5.15.0122, relatora Eleonora Bordini Coca, publicado em 17/04/2020.

Com base nesses fundamentos, concluo que, não obstante o pedido de recuperação judicial da executada, nada impede a responsabilização de seus sócios, de modo que nego provimento ao recurso."(fls.617/ 619-g,n.)

Nos termos do art. 896, § 2º, da CLT e da Súmula 266 desta Corte, a admissibilidade do recurso de revista interposto na fase de execução está limitada à demonstração de violação direta e literal de dispositivo da Constituição Federal.

Esta Corte entende que permanece a competência da Justiça do Trabalho para examinar pedido de incidente de desconsideração de personalidade jurídica de empresa em falência ou recuperação judicial, com o redirecionamento da execução para os bens dos sócios da empresa, porquanto não se trata de ato expropriatório de bens alcançados pelo juízo universal. Nesse sentido, são os seguintes julgados:

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. EXECUÇÃO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. RESPONSABILIZAÇÃO DOS SÓCIOS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Demonstrada violação do art. 114, I, da Constituição Federal, impõe-se o provimento do agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista . Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. PROCESSO REGIDO PELA LEI 13.467/2017. EXECUÇÃO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. RESPONSABILIZAÇÃO DOS SÓCIOS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. 1. No caso, o Tribunal Regional concluiu que a Justiça do Trabalho não tem competência para apreciar o pleito de desconsideração da personalidade jurídica da reclamada, empresa em recuperação judicial, dada a competência da Justiça Estadual para o prosseguimento da execução, inclusive para apurar eventual responsabilização pessoal dos sócios da empresa em estado de falência. 2. A jurisprudência desta Corte Superior possui entendimento no sentido de que a Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar o pedido de desconsideração da personalidade jurídica de empresa em processo de falência ou recuperação judicial, com o redirecionamento da execução para os bens dos sócios da empresa. Segundo entendimento que se firmou no âmbito desta Corte Superior, uma vez decretada a falência ou deferido o processamento da recuperação judicial não há óbice para o redirecionamento da execução a empresas componentes do grupo econômico, devedores subsidiários ou mesmo sócios da empresa falida ou em recuperação judicial, pois se considera que os bens destes não foram arrecadados no juízo universal da falência ou da recuperação judicial. Recurso de revista conhecido e provido" (RR-11518-74.2018.5.15.0046, 8ª Turma, Relatora Ministra Delaide Alves Miranda Arantes, DEJT 17/09/2021 - g.n).

"COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. EMPRESA EXECUTADA EM FASE DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PEDIDO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA OS SÓCIOS. PROVIMENTO. A jurisprudência deste Tribunal Superior vem se posicionando no sentido de que, o redirecionamento da execução contra os sócios ou integrantes do mesmo grupo econômico da empresa falida ou em recuperação judicial não afasta a competência da Justiça do Trabalho e o prosseguimento dos atos executórios, na medida em que eventual constrição não recairá sobre bens da empresa, a atrair a competência do juízo universal, hipótese dos presentes autos. Precedentes. Na hipótese, o Tribunal Regional manteve a sentença que reconheceu a incompetência material da Justiça do Trabalho para processar e julgar pedido de desconsideração da personalidade jurídica da reclamada. Entendeu que esta Justiça Especializada é incompetente para a prática de atos executórios, ainda que direcionados aos sócios da empresa em recuperação

judicial. Dessa forma, a decisão da egrégia Corte Regional, que declara a incompetência da Justiça do Trabalho para prosseguir na execução do crédito trabalhista, mediante o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, de modo a viabilizar a busca do patrimônio dos sócios da empresa em recuperação judicial, viola o artigo 114, I, da Constituição Federal. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento" (RR-10570-74.2018.5.18.0006, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 10/09/2021).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO. SÓCIO DA MASSA FALIDA. A decisão agravada está em consonância com a jurisprudência do TST, que pacificou o entendimento de que na hipótese de decretação de falência, independentemente do encerramento da falência no Juízo Falimentar, a Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar o pedido de desconsideração da personalidade jurídica, com o redirecionamento da execução para os bens dos sócios da empresa, na medida em que tais bens não se confundem com os bens da massa falida. Precedentes. Agravo de instrumento conhecido e desprovido" (AIRR -11253-33.2016.5.03.0028, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 03/09/2021).

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA O EX-SÓCIO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Impõe-se confirmar a decisão agravada, na qual constatada a ausência de violação direta e literal de preceito da Constituição da República, nos moldes do art. 896, § 2º, da CLT e da Súmula 266 do TST. Agravo conhecido e não provido" (Ag-AIRR-1641-33.2015.5.03.0052, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 15/12/2017).

"AGRAVO. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. EXECUÇÃO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA SÓCIO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA NA DECISÃO AGRAVADA. Ao contrário do alegado pelo agravante, o e. TRT não indeferiu o pleito de desconsideração da personalidade jurídica em decorrência da ausência de comprovação de abuso de direito, a Corte a quo, em realidade, consignou a incompetência desta Justiça Especializada para analisar possível fraude, determinar a desconsideração da personalidade jurídica, e, ainda, executar sócio de empresa em recuperação judicial. Ocorre que, ao assim decidir, o Tribunal Regional do Trabalho decidiu de forma contrária ao entendimento pacificado no âmbito das Turmas desta Corte no sentido de que a Justiça do Trabalho é competente para executar sócio de empresa em recuperação judicial, uma vez que a execução está voltada contra o patrimônio dos próprios responsáveis solidários reconhecidos pelo Juízo da execução. Precedentes desta Casa. Convém ressaltar, ainda, que o STJ vem decidindo no mesmo sentido. Precedentes STJ. Nesse contexto, não tendo sido apresentados argumentos suficientes à reforma da r. decisão impugnada, deve ser desprovido o agravo. Considerando a improcedência do recurso, aplica-se à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC . Agravo não provido, com aplicação de multa" (Ag-RR-11360-34.2013.5.18.0103, 5ª Turma, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 20/03/2020 - g.n).

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. RECLAMANTE. LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA EXECUÇÃO. DECRETAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA DEVEDORA PRINCIPAL. REDIRECIONAMENTO PARA OS SÓCIOS. INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO 1. Há transcendência política quando se constata em exame preliminar o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência majoritária, predominante ou prevalecente no TST. 2. Está demonstrada a viabilidade do conhecimento do recurso de revista, porque possivelmente foi violado o art. 114, I, da Constituição Federal. 3. Agravo de instrumento a que se dá provimento. II - RECURSO DE REVISTA. RECLAMANTE. EXECUÇÃO. DECRETAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA DEVEDORA PRINCIPAL. REDIRECIONAMENTO PARA OS SÓCIOS. INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO 1. A jurisprudência desta Corte tem firmado o entendimento de que, na hipótese de decretação de falência ou de recuperação judicial de empresa executada, a Justiça do Trabalho tem competência para julgar pedido de desconsideração da personalidade jurídica, para fins de redirecionar a execução contra os bens dos sócios da empresa executada, haja vista que os bens dos sócios não se confundem com os bens da devedora principal. Julgados. 2. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento" (RR-1002481-78.2013.5.02.0422, 6ª Turma, Relatora Ministra Katia Magalhaes Arruda, DEJT 25/06/2021).

"RECURSO DE REVISTA REGIDO PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/2016 DO TST. EXECUÇÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA DA EMPRESA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA OS SÓCIOS. Na hipótese, a Corte regional entendeu pela sua incompetência para dar prosseguimento à execução, diante da decretação de falência da reclamada noticiada nos autos. Embora, de fato , a Justiça do Trabalho não possua competência para julgar processo executório contra empresa sob processo falimentar, esta Corte superior vem firmando entendimento de que remanesce competência para fins de análise da desconsideração da personalidade jurídica e eventual prosseguimento da execução em face de seus sócios, na medida em que o patrimônio destes não se confunde com o da massa falida. Recurso de revista conhecido e provido" (RR-10880-52.2014.5.15.0120, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/06/2021).

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. EXECUÇÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO - DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA - REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA EX-SÓCIO DA MASSA FALIDA - AUSÊNCIA DE TRANSCENDÊNCIA. Conforme preconiza o artigo 896-A da CLT, com redação atribuída pela Lei nº 13.467/2017, antes de se examinar os pressupostos intrínsecos do recurso de revista, faz-se necessário verificar se a causa oferece transcendência. No caso, não há transcendência política, porque o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte que tem se consolidado no sentido de que o redirecionamento da execução contra os sócios da empresa falida não tem o condão de afastar a competência da

Justiça do Trabalho para dar prosseguimento aos atos executórios. Ademais, não se verifica o preenchimento dos requisitos de natureza econômica, social ou jurídica a justificar o conhecimento do apelo. Recurso de revista não conhecido" (RR-1000340-18.2018.5.02.0291, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 28/08/2020).

Ademais, restou consignado pelo Regional que se trata de devedor subsidiária. Nesse sentido, o Tribunal Superior do Trabalho firmou entendimento de que o redirecionamento da execução ao devedor subsidiário dispensa o prévio esgotamento da execução contra a executada principal e os seus sócios. Julgados no mencionado sentido:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI 13.467/2017. (...) . RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. MULTA DOS ARTS 467 E 477 DA CLT. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (SÚMULA 422 DO TST). BENEFÍCIO DE ORDEM (SÚMULA 333 DO TST). Na condenação subsidiária, o devedor sucessivo pode ser executado tão logo se esgotem os meios razoáveis de execução do devedor principal. Esta Corte não compreende ser exigível do credor hipossuficiente a penosa persecução dos bens dos sócios da principal devedora como condição para se executar a devedora subsidiária . Agravo de instrumento não provido" (AIRR-1000207-45.2018.5.02.0074, 2ª Turma, Relatora Ministra Delaide Miranda Arantes, DEJT 27/11/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - DESCABIMENTO. EXECUÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. BENEFÍCIO DE ORDEM. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OFENSA DIRETA E LITERAL DE NORMA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Conforme jurisprudência consolidada nesta Corte Superior, não há necessidade de exaurimento dos bens da empresa responsável principal ou de seus sócios para que a execução recaia sobre os bens da responsável subsidiária. Precedentes. Agravo de instrumento conhecido e desprovido". (AIRR-3017-78.2013.5.12.0018, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 26/02/2021).

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. LEI Nº 13.467/2017. CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. BENEFÍCIO DE ORDEM. REDIRECIONAMENTO AOS SÓCIOS DO RESPONSÁVEL PRINCIPAL. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGA A TRANSCENDÊNCIA DA MATÉRIA. AGRAVO DESPROVIDO 1 - De plano, consigne-se que o Tribunal Pleno do TST, nos autos do processo ArgInc-1000485-52.2016.5.02.0461, decidiu pela inconstitucionalidade do artigo 896-A, § 5º, da CLT, o qual preconiza que "É irrecorrível a decisão monocrática do relator que, em agravo de instrumento em recurso de revista, considerar ausente a transcendência da matéria", razão pela qual é impositivo considerar cabível a interposição do presente agravo. 2 - Após esse registro, observa-se que a reclamada CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A. interpõe agravo contra a decisão monocrática pela qual não foi reconhecida a transcendência da matéria ("RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. BENEFÍCIO DE ORDEM. REDIRECIONAMENTO AOS SÓCIOS DO RESPONSÁVEL PRINCIPAL") e, como consequência, foi negado provimento ao agravo de instrumento da ora agravante. 3 - A agravante defende a transcendência da matéria, em especial porque "o direcionamento da execução contra a ora Agravante somente pode ocorrer após o exaurimento de todas as medidas executórias contra a 1º Ré e seus sócios", o que se extrairia dos arts. 5º, II, da Constituição Federal e 855-A da CLT. 4 - Inexistem reparos a fazer na decisão monocrática que, mediante apreciação de todos os indicadores estabelecidos no artigo 896-A, § 1º, incisos I a IV, da CLT, concluiu pela ausência de transcendência da matéria objeto do recurso de revista denegado. 5 - Com efeito, do acórdão do TRT extraiu-se a delimitação de que "Não é cabível a responsabilização patrimonial dos sócios da devedora principal como condição para implementar a execução do responsável subsidiário. Isso porque a execução dos sócios da responsável principal é medida excepcional, vez que as partes indicadas como devedoras no título judicial, e que participaram efetivamente da relação processual, é que devem ser responsabilizadas preferencialmente, até mesmo em respeito aos limites subjetivos da coisa julgada. (...) O devedor subsidiário tem em seu favor o benefício de ordem, mas não em relação aos sócios da devedora principal, os quais respondem somente no caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa, sempre depois da execução em face dos responsáveis indicados no título executivo judicial." 6 - Nesse passo, consoante bem assinalado na decisão monocrática: não há transcendência política, pois não constatado o desrespeito à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal; não há transcendência social , pois não se trata de postulação, em recurso de reclamante, de direito social constitucionalmente assegurado; não há transcendência jurídica , pois não se discute questão nova em torno de interpretação da legislação trabalhista; e não se reconhece a transcendência econômica em rito sumaríssimo, hipótese em que tramitam causas de pequeno valor. 7 - Para corroborar a constatação de que a tese do TRT é no mesmo sentido do entendimento desta Corte, há os julgados do TST citados. 8 - Desse modo, afigura-se irrepreensível a conclusão exposta na decisão monocrática, segundo a qual o agravo de instrumento da reclamada não reunia condições de provimento, diante da ausência de transcendência da matéria objeto do recurso de revista, inexistindo a apontada ofensa aos arts. 5º, II, e 93, IX, da Constituição da República. 9 - Agravo a que se nega provimento. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ALEGAÇÃO DE DONO DA OBRA 1 - Na decisão monocrática foi reconhecida a transcendência, mas negado seguimento ao recurso de revista do reclamado para manter o acórdão que declarou a responsabilidade subsidiária da concessionária em relação aos créditos da parte reclamante em face da empresa prestadora de serviços. 2 - Constata-se da análise dos argumentos expostos no agravo que a agravante não consegue desconstituir os fundamentos da decisão monocrática. 3 - Examinado o conjunto fático-probatório, o Regional consignou que "competia à recorrente investigar a situação econômica da empreiteira contratada e comprovar a efetiva fiscalização, o que não ocorreu" . Registrou, ainda, que "o objeto social do contrato firmado entre as reclamadas é essencial à execução do objeto social da recorrente, motivo pela qual afasta-se a aplicação da OJ 191, versando o caso sobre terceirização lícita". 4 - O caso concreto exigiria delimitação fática mais precisa e abrangente, a qual não consta no trecho do acórdão recorrido, transcrito pela parte, a fim de que o TST pudesse seguir no debate do tema, entre eles: O TRT não esclarece quais as atividades do reclamante (na petição inicial a alegação foi de contratação como técnico de segurança do trabalho), qual foi o efetivo objeto da contratação (na sentença diz que seria contrato de prestação de serviços), nem qual é o objeto social específico da tomadora de

serviços (se abrange ou não construção de obras). 5 - Em face dos fatos descritos pelo Regional, não se identifica violação direta dos princípios da legalidade, do contraditório, ampla defesa ou devido processo legal (art. 5º, II e LIV, da Constituição Federal). 6 - Agravo a que se nega provimento" (Ag-AIRR-11765-92.2019.5.03.0098, 6ª Turma, Relatora Ministra Katia Magalhaes Arruda, DEJT 26/03/2021).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. BENEFÍCIO DE ORDEM. A jurisprudência desta Corte Superior é firme quanto à possibilidade de redirecionamento da execução ao devedor subsidiário que participou da relação processual na fase de conhecimento quando infrutífera a execução contra o devedor principal, hipótese dos autos, inexistindo benefício de ordem entre o responsável subsidiário e os sócios do devedor principal. Incólume, portanto, o dispositivo invocado. Agravo de instrumento conhecido e não provido" (AIRR-10739-82.2016.5.15.0081, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 11/12/2020).

Considerando que a função precípua desta Corte Superior é a uniformização da jurisprudência trabalhista em âmbito nacional e que o posicionamento deste Tribunal sobre a matéria ora debatida já se encontra pacificado, no mesmo sentido do acórdão regional, tem-se que o recurso de revista não se viabiliza, nos termos da Súmula 333 do TST.
Diante do exposto, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento, com amparo no art. 118, X, do RITST.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010077-67.2017.5.15.0119

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	JOSE AIRTON MACIEL
Advogado	Dr. Samantha da Cunha Marques(OAB: 253747-A/SP)
Advogado	Dr. Stefannie dos Santos Ramos(OAB: 323420-A/SP)
Agravado	MWL BRASIL RODAS & EIXOS LTDA.
Advogada	Dra. Paula Marcilio Tonani de Carvalho(OAB: 130295/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE AIRTON MACIEL
- MWL BRASIL RODAS & EIXOS LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.337/1.350) interposto pelo reclamante contra a decisão de fls. 1.333/1.334, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às fls. 1.353/1.361 e 1.362/1.380, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 42) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 16/07/2020 e apelo protocolado em m25/07/2020).
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "DOENÇA OCUPACIONAL", "CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA" e "MULTA POR OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS".
No que se refere ao primeiro tópico, o recurso de revista teve seu processamento denegado, sob o fundamento de que não restou observado o pressuposto de admissibilidade recursal previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.
Verifico, porém, que o reclamante, na minuta do seu agravo de instrumento, passou ao largo dessa fundamentação, limitando-se a reiterar as alegações formuladas em seu recurso de revista e a tecer argumentos dissociados do referido óbice.
Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida, nos termos em que proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST.
Não tendo o reclamante se eximido de tal ônus, resta inviabilizada a admissão do presente apelo.
Nesse contexto, NÃO CONHEÇO, neste particular, do presente agravo de instrumento, com fulcro nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.
No tocante ao segundo tema ("Cerceamento do direito de defesa"), o reclamante sustenta, em síntese, que deveria ter sido realizada nova perícia, porquanto foi comprovado que houve alteração do layout do local de trabalho no dia da visita do perito. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema e violação dos artigos 5º, LIV e LV, da Constituição Federal e 480 do CPC.
De plano, afasta-se a alegação de ofensa ao artigo 480 do CPC, porquanto não indicado o dispositivo tido por violado (caput ou parágrafos), em desatendimento à Súmula 221 do TST.
No mais, o que autoriza a decretação de nulidade por cerceamento do direito de defesa é a restrição injustificada na produção de provas ou a imposição de obstáculo que impeça a parte de se defender, o que não se verifica na hipótese em análise.
Extrai-se do acórdão regional que a prova pericial foi realizada permitindo-se o debate das partes e dos seus peritos, de forma que a realização de outra prova da mesma espécie era desnecessário ao deslinde da questão ("Não reconheço cerceamento de defesa que justifique a anulação da sentença, a perícia médica foi realizada normalmente, com amplo debate das partes e os expertos que as assistem, não havendo razão, motivo ou circunstância a impor repetição da prova." - fls. 1.034).
Ao indeferir a produção de provas consideradas inúteis, o julgador exerceu a prerrogativa que lhe concede a lei no art. 370 do CPC. Além disso, o não acolhimento de suas alegações não significa que tenha tido seu direito de defesa cerceado.
Dessa forma, rejeitam-se as alegações de divergência jurisprudencial (Súmula 296, I, do TST) e de violação do artigo 5º, LIV e LV, da Constituição Federal.
Quando ao terceiro tópico ("Multa por oposição de embargos de declaração protelatórios"), o reclamante sustenta que não houve intuito protelatório em seus embargos de declaração. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema e violação dos artigos 5º, LV, da Constituição Federal, 893, I, e 897-A da CLT e 1.022 do CPC.
O Regional entendeu que "Claramente se verifica que a parte embargante tenta protelar o desfecho do processo, ao levantar defeitos inexistentes e renovar temas elucidados no Acórdão, motivo pelo qual, aplico-lhe punição por interposição de recurso com intuito meramente protelatório, enquadrando-a na capitulação do Artigo 1026, § 2º, Código de Processo Civil, ainda que parte autora, como já assentou a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1), o órgão revisor das decisões das Turmas e

unificador da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho: (...)" (fls. 1.060)
A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que aplicação da multa por embargos de declaração protelatórios, também em desfavor da parte reclamante, decorre do intuito procrastinatório da medida, se detectado, como nos presentes autos. Nesse sentido, citem-se os seguintes julgados:

MULTA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS OPOSTOS PELO RECLAMANTE. A dt. SBDI-1 já firmou entendimento no sentido de que remanesce o intuito protelatório mesmo quando a parte autora opõe os embargos de declaração, nas hipóteses em que inexiste omissão, contradição ou obscuridade na medida. Precedentes. Cumprida a função exclusivamente uniformizadora por esta Subseção Especializada, nada a modificar o quanto decidido na Turma, ante o óbice do artigo 894, § 2º, da CLT. Superados os arestos colacionados sob tal perspectiva. Quanto aos demais arestos apresentados não se revelam específicos para configura o confronto jurisprudencial, porquanto não abordam mesma situação fática dos autos, em que a decisão combatida destacou a inexistência de omissão a ser sanada, assim como, assinalou que a controvérsia trazida pela parte reclamante já havia sido examinada. Asseverou, expressamente, que a medida oposta detinha mera intenção de protelar o feito, o que ensejou a aplicação de multa. Incide o óbice da Súmula nº 296, I, do TST. Recurso de embargos não conhecido" (TST-Ag-E-ED-ED-ED-RR-66300-66.2005.5.17.0002, SbDI-1, Rel. Min. Breno Medeiros, DEJT de 26/02/2021);

(...) MULTA PELA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PELO AUTOR. Esta Subseção, no julgamento do Processo nº E-ED-ARR-414800-90.2007.5.09.0892, em 18/5/2017, acórdão publicado no DEJT de 28/7/2017, Redator Designado Ministro João Oreste Dalazen, decidiu que também o autor da reclamação trabalhista pode figurar como destinatário da multa por embargos de declaração protelatórios, nos termos do artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015, tendo em vista a necessidade de prestigiar as garantias processuais das partes no tocante à obtenção da solução integral do mérito em prazo razoável, mediante cooperação entre todos os sujeitos do processo, e também à paridade de tratamento em relação a sanções processuais. Agravo desprovido. (TST-AgR-E-ED-RR-125300-17.2009.5.09.0022, SbDI-1, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT de 11/10/2019);

"(...) RECURSO DE EMBARGOS DA RECLAMANTE - INTERPOSIÇÃO SOB A REGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014 - MULTA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS - IMPOSIÇÃO À RECLAMANTE - CABIMENTO A C. SDI-1 consolidou entendimento pela aplicação de multa ao Reclamante que opõe Embargos de Declaração, quando se verifica o intuito manifestamente protelatório do recurso. Os arestos colacionados não viabilizam o processamento dos Embargos (art. 894, II, e § 2º, da CLT). Embargos não conhecidos. (TST-E-ED-RR-251100-05.2004.5.12.0036, SbDI-1, Rel.ª Min.ª Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT de 05/10/2018).

Dessa forma, incide a Súmula 333 do TST e art. 896, § 7º, da CLT, a inviabilizar o destrancamento do recurso de revista.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010389-24.2018.5.15.0017

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO - CODASP
Procuradora	Dra. Camilla Rocha Lessa Bomfim Marques
Agravado	ADMIR ALVES MARTIM
Advogado	Dr. Alexandre de Souza Matta(OAB: 143171-A/SP)
Advogado	Dr. Danilo da Silva Paranhos(OAB: 299594-A/SP)
Agravado	LIMPAC SISTEMA DE SERVIÇOS DE PORTARIA E LIMPEZA LTDA. - EPP
Advogado	Dr. Aguinaldo Terra Santana(OAB: 327470-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADMIR ALVES MARTIM
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO - CODASP
- LIMPAC SISTEMA DE SERVIÇOS DE PORTARIA E LIMPEZA LTDA. - EPP

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.190/1.203) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 1.182/1.185).
Contraminuta às fls. 1.620/1.625 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 1.626/1.635.
O Ministério Público do Trabalho preconizo prosseguimento do feito, ressalvando eventual pedido de intervenção por ocasião do julgamento da causa, fls. 1.231/1232.
É o relatório.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 14/05/2021 e apelo protocolado em 18/05/2021), sendo inexigível o preparo.
Primeiramente, importa destacar que quanto ao requerimento parasuspensãoprocessual (fls. 1.602) por aderência com objeto de repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária do dia 11/12/2020, nos autos do RE nº 1.298.647,indefiro o pedido dada a inexistência de ordem expressa do STF nesse sentido.
A segunda reclamada renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta

culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"E dos autos se extrai que a fiscalização realizada pela segunda ré foi, no mínimo, ineficiente, uma vez que foram deferidas horas extras, intervalo intrajornada, férias em dobro, entre outras . Cumpre ressaltar que, ao tomador de serviços cumpre efetivar a fiscalização, com base na inspeção dos locais de trabalho, folhas de ponto e correspondência com a folha de pagamento, entre outros, a fim de analisar se ha descumprimento as condições de trabalho pactuadas e se todas as verbas estão sendo pagas de maneira correta, o que não restou cabalmente comprovado nos autos, ônus que pertencia a segunda ré, ao contrario do que alega em sede de recurso, conforme recentemente julgou a SDI-1 do C. TST nos autos do processo E-RR nº 92507.2016.5.05.0281."(fls. 1.142/1.143)

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o

legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010164-66.2020.5.15.0103

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Procurador	Dr. Nazário Cleodon de Medeiros
Agravado	JOAO ROBERTO SABINO
Advogada	Dra. Andréa Aparecida Crespi(OAB: 394704-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- JOAO ROBERTO SABINO

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 638/641), interposto pela FUNDAÇÃO CASA, sob a égide da Lei nº 13.467/17, em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao seu recurso de revista (fls. 632/633).
Contraminuta apresentada às fls. 648/654.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não provimento do apelo (fls. 661/664).
É o relatório.
Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade do agravo de instrumento, dele conheço.
De plano, verifica-se que a parte não renovou o tema "RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS" nas razões do agravo de instrumento.
A insurgência recursal diz respeito ao tema "NATUREZA JURÍDICA DO VALE-REFEIÇÃO".
A reclamada sustenta a natureza indenizatória do vale-refeição, ante a previsão de Lei Estadual, assim como é integrante do PAT. Indica violação dos arts. 5º, 37, da CF, 457,§ 2º, da CLT, Lei Estadual nº 7.524/91 e Lei Federal nº 6.321/76, contrariedade à OJ 133 da SbDI-I, do TST e suscita divergência jurisprudencial.
Sem razão.
O Regional decidiu:

"Por força do disposto no artigo 458 da CLT, o fornecimento de auxílio-alimentação pelo empregador ao empregado, de forma habitual, caracteriza salário in natura, devendo integrar a remuneração do trabalhador para todos os efeitos. Essa é a regra. Nesse sentido é o entendimento sumulado do TST:
SÚMULA 241. SALÁRIO-UTILIDADE. ALIMENTAÇÃO O vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.
E certo, porém, que a inscrição do empregador no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT afasta a natureza salarial da parcela, à luz do disposto no art. 3º da Lei 6.321/76.
De igual modo, a existência de previsão em lei ou norma coletiva atribuindo natureza indenizatória ao benefício de alimentação ou refeição é suficiente para afastar a regra geral em torno do caráter salarial conferido por lei. Confiram-se, nesse sentido, os seguintes precedentes do Colendo Tribunal Superior do Trabalho:
(...)
No caso em tela, é incontroverso que o autor recebe o vale-refeição desde o início do contrato de trabalho (08/05/2006).
No entanto, embora a ré tenha afirmado que tal benefício foi instituído pela Lei 7.524/91, e que em tal lei está prevista a sua natureza indenizatória, verifica-se que a referida Lei não foi trazida aos autos. A despeito disso, em consulta ao site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, verifiquei que a Lei em comento não se aplica às fundações públicas.
No mais, verifica-se que a inscrição da reclamada no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT ocorreu em 06/06/2008 (fl. 341), ao passo que o obreiro foi admitido em maio de 2006, razão pela qual aplica-se à espécie a OJ 413 da SDI-1 do TST, in verbis:
(...)
Neste aspecto, vale ressaltar que a ré não logrou comprovar a alegada inscrição desde 1998.
Não obstante os fundamento ora tecidos, não há como olvidar que a Lei 13.467/2017 conferiu nova redação ao $ 2º do art. 457 da CLT, passando a prever o seguinte (g.n.):
$ 2º As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.
É dizer, pois, que, por opção do legislador, o auxílio-alimentação não pode mais integrar a remuneração do empregado, ainda que pago com habitualidade.
Portanto, é forçoso limitar a condenação ao período anterior à vigência da precitada Lei Federal, como procedeu a sentença.
Por fim, no que tange aos reflexos do vale-refeição em DSRs, quinquênios e GRET, mantenho a sentença por seus próprios fundamentos, in verbis:
"Indefiro o pedido de reflexos em DSR'S, uma vez que o benefício de vale-refeição é pago com base no mês e, por isso, já contém em si a remuneração dos descansos semanais ($ 2º, do artigo 7º, da Lei nº 605/1949).
Indefiro o pedido de reflexos em quinquênio e gratificação de regime especial, eis que referidos títulos são calculados sobre o salário base do empregado".
Nego provimento a ambos os recursos." (fls. 575/577-g.n.)

O Regional manteve o entendimento quanto à integração salarial do vale- refeição com fundamento na Súmula 241 do TST e na OJ 413 da SbDI-I, do TST, porquanto restou incontroverso nos autos que o reclamante percebia a parcela desde a sua admissão em 2006, anteriormente, portanto, da inscrição da reclamada ao PAT em 2008.
Ademais, o Regional registrou que a reclamada não trouxe aos autos a Lei nº 7.524/91, a qual prevê a natureza indenizatória da parcela, bem como observando a legislação alegada, verificou a sua não aplicação às fundações públicas.
Desse modo, a decisão recorrida está em consonância com a OJ 413 da SbDI-1 do TST, segundo a qual "A pactuação em norma coletiva conferindo caráter indenizatório à verba 'auxílio-alimentação' ou a adesão posterior do empregador ao Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT - não altera a natureza salarial da parcela, instituída anteriormente, para aqueles empregados que, habitualmente, já percebiam o benefício, a teor das Súmulas nºs 51, I, e 241 do TST".
Incidência dos óbices da Súmula 333 do TST e do art. 896,§7º, da

CLT.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao recurso de revista, com fulcro nos artigos 896, § 14, da CLT e 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010906-24.2017.5.18.0003

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	MARCELO CORDEIRO DE SOUZA
Advogado	Dr. Alan Belaciano(OAB: 152490-D/RJ)
Agravante e Agravado	VILA NOVA FUTEBOL CLUBE
Advogado	Dr. Rodrigo Silva Menezes(OAB: 41029-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):
- MARCELO CORDEIRO DE SOUZA
- VILA NOVA FUTEBOL CLUBE

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento aos seus recursos de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMADO VILA NOVA FUTEBOL CLUBE
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / RECURSO / PREPARO / DESERÇÃO.
Alegação(ões):
- contrariedade à Súmula 463, II, do TST.
- violação do artigo 5º, XXXV, LIV, LXXIV, LV, daCF.
- violação do artigo98, §1°, VIII, do CPC.
- divergência jurisprudencial.
Em decisão monocrática, foi indeferido o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita formulado pelo reclamado, ante a ausência de prova da insuficiência econômica, tendo sido o reclamado intimado para comprovar o preparo, nos termos do artigo 99, parágrafo 7º, do CPC e do item II da OJ 269 da SBDI-1 do C. TST, sob pena de deserção (fls. 648/652).
Constou do acórdão que o reclamado não procedeu ao recolhimento do preparo enão apresentou nenhum argumento novo àqueles já apreciados na referida decisão monocrática, concluindo a Turma Julgadora pelo não conhecimento do recurso, por deserção.
Nesse contexto, constata-se que o acórdão está amparado nas circunstâncias específicas dos autos,não sevislumbrando assimviolação de forma direta e literal os dispositivosindicados, a ensejar a continuidade da revista, nem tampouco a contrariedade à Súmulaapontada.
Quanto à alegação de divergência jurisprudencial, somente podem ser examinados os arestos provenientes de órgãos elencados na alínea "a" do artigo 896 da CLT e que indiquem a fonte oficial de publicação ou repositório autorizado de jurisprudência (Súmula 337/I/TST). Os julgados dignos de confronto revelam-se inespecíficos,haja vistaque não retratam teses divergentes em torno de situação fática idêntica àquela em exame (Súmula 296/TST).
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento aorecurso de revista".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "DESERÇÃO", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMANTE
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / ATOS PROCESSUAIS / NULIDADE / NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.
Alegação(ões):
- violação do artigo93, IX,daCF.
- violação dos artigos832, da CLT e 489, §1°, do CPC.
O recorrente entende que ficou configurada negativa de prestação jurisdicionalquanto aos danos morais e ao direito de imagem, alegando que, não obstante a oposição de embargos declaratórios, permaneceram os vícios apontados no acórdão.
Diante do que estabelece a Súmula 459 do TST, a análise da assertiva de negativa de prestação jurisdicional está restrita à

indicação de ofensa aos artigos 93, IX, da CF, 489 do CPC ou 832 da CLT. Assim, não serão apreciadas as demais alegações formuladas neste tópico.

O que se denota do acórdão regional, contudo, é que ele se reveste de fundamentação suficiente para sua validade e eficácia, estando revelados os motivos do convencimento do Órgão Julgador, não secogitando de negativa de prestação jurisdicional. Intactos, portanto, os dispositivos acima mencionados.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR / INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL.

Alegação(ões):

- violação do artigo 5°, V,daCF.
- divergência jurisprudencial.

A Turma Julgadora, no acórdão dos Embargos de Declaração, consignou que (fl. 792):

"Em seu recurso o reclamante se insurgiu com a declaração de inépcia da inicial "em relação ao pedido de danos morais" e neste tópico recursal finalizou requerendo que "seja analisado o pedido do reclamante quanto à condenação do clube reclamado ao pagamento de danos morais ao reclamante, em razão da mora salarial habitual que, conforme pacífica jurisprudência do C. TST, acarreta dano moral, uma vez que não há se falar em inépcia da inicial no tópico (grifei, ID 51bbd65 - Págs. 4/6).

A Turma, manifestando-se a respeito das razões recursais .no tópico do acórdão denominado "INÉPCIA DA INICIAL. DANOS MORAIS. MORA SALARAILA. NÃO PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS", afastou a inépcia da inicial e, em razão do efeito devolutivo em profundidade do recurso ordinário, apreciou "o pedido de dano moral por mora salarial habitual" transcrevendo primeiramente no julgado as alegações feitas na peça vestibular para este pedido (ID b7cee5b - Págs. 9/10). Em seguida, trouxe à lume as alegações da inicial, registrando ter o reclamante aduzido que "ao lado da mora no pagamento dos salários dos últimos meses do contrato, também não houve quitação das verbas rescisórias" e adotou o entendimento de que "ausência de pagamento de verbas rescisórias, por si só, não enseja dano moral" e a mora salarial por período inferior a três meses no final do contrato não enseja dano moral, rejeitando ao final o pedido de reparação por danos morais (ID b7cee5b - Págs. 10 e 12/13).

Do exposto vê-se que a inépcia declarada na origem objeto de insurgência recursal resumiu-se ao pedido de danos morais por mora salarial habitual, contendo o acórdão pronunciamento expresso da Turma a respeito da inépcia pronunciada na origem em relação a este pedido e a apreciação deste pedido por esta Corte por força do efeito devolutivo do recurso ordinário.

Logo, a jurisdição foi devidamente prestada, não cabendo se falar em existência de omissão no acórdão pela ausência de análise do pedido de danos morais por força da emissão pelo réu de cheques sem provisão de fundos para pagamento de verbas rescisórias."

No entanto,o recorrente insiste em alegar que é devida a indenização por danos morais ao reclamante em razão da emissão de cheques sem fundo para pagamento das verbas rescisórias.

Desta forma, inviável o exame da assertiva, pois oRegional não adotou tese explícita a respeito, não se verificando o prequestionamento da matéria.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR.

Alegação(ões):

- violação dos artigos87-A, da Lei 9615/98, 3° e 9°, da CLT.

Observa-se que o entendimento manifestado pela Turma quanto ao direito de imagem está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Nesse passo, para se chegar a uma conclusão diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nessa fase processual, à luz da jurisprudência firmada na Súmula 126/TST. Segue-se que as assertivas recursais não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, afastando a tese de violação aos preceitos legais e constitucionais indicados e a divergência jurisprudencial trazida para cotejo.

CATEGORIA PROFISSIONAL ESPECIAL / ATLETA PROFISSIONAL.

REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / SALÁRIO / DIFERENÇA SALARIAL.

Alegação(ões):

- violação do artigo42, da Lei 9615/98.
- divergência jurisprudencial.

Consta do v. acórdão (fl. 684/685):

"Portanto, o direito de arena tratado na norma legal é relativo "ao espetáculo desportivo" do qual participem as entidades de prática desportiva.

Outrossim, a Lei Pelé expressamente dispôs que os sindicatos de atletas profissionais recebem o direito de arena destinado aos atletas participantes do espetáculo, sendo a entidade sindical a responsável pelo repasse dos valores respectivos aos referidos atletas.

A norma legal referida estabeleceu ainda que o direito de arena se trata de parcela de natureza civil.

E o decreto regulamentador atribuiu à emissora detentora dos direitos de transmissão do espetáculo desportivo a responsabilidade de repassar 5% do direito de arena para a entidade sindical.

Diante do teor do preceito legal que ampara o pedido e o decreto regulamentador, a relação de trabalho que as partes mantiveram não dá ensejo à imputação de responsabilidade ao reclamado por eventual incorreção no repasse do direito de arena devido ao reclamante, tanto por tratar-se de verba de natureza civil quanto por seu repasse para o sindicato ser de obrigação da emissora detentora do direito de transmissão do espetáculo desportivo. Corolário disso, é a impossibilidade de reconhecimento da natureza salarial do direito de arena percebido pelo reclamante."

Nesse contexto,o posicionamento regional embasado nas circunstâncias específicas dos autos e com a legislação pertinente ao caso, não se vislumbrando, assim, ofensa aos dispositivos indicados nas razões recursais.

Os arestos transcritos nas razões recursais não caracterizam a alegada divergência jurisprudencial, a teor da Súmula 23 do Tribunal Superior do Trabalho porque não abrangem todos os fundamentos utilizados no acórdão, comoo direito de arena tratar de verba de natureza civil (e não salarial)eo seu repasse para o sindicato ser de obrigação da emissora detentora do direito de transmissão do espetáculo desportivo.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento aorecurso de revista".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL", "INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL", "DIREITO DE IMAGEM" e "DIFERENÇA SALARIAL", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.

Não prospera a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que o egrégio Tribunal Regional atendeu ao comando dos artigos 832 da CLT, 489 do NCPC (458 do CPC) e 93, IX, da Constituição Federal e entregou a entrega jurisdicional que entendeu pertinente e se manifestou sobre todos os aspectos que

inferiu relevantes para o deslinde da causa, inclusive complementando sua decisão no julgamento dos aclaratórios. A decisão reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula nº 126 desta Corte.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

Registre-se, ainda, que a parte recorrente apresentou divergência jurisprudencial para calcar o recurso de revista, contudo no que diz respeito ao conhecimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, também não é bastante a reprodução de arestos com que se pretende demonstrar divergência jurisprudencial. Com efeito, além dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT, a parte deve cumprir o art. 896, § 8º, da CLT, no sentido de "produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (Súmula 337 do TST). Ou seja, incumbe à parte efetuar o cotejo analítico da decisão recorrida com a decisão paradigma, de forma a demonstrar que há dissenso interpretativo nas normas que regem uma mesma situação.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento aos agravos de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0011068-79.2015.5.03.0173

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	KARINA LACERDA DE SANTANA
Advogado	Dr. Hugo Oliveira Horta Barbosa(OAB: 19769-A/DF)
Advogado	Dr. Fernando Susia Lelis Júnior(OAB: 138462/MG)
Recorrido	TEMPO SERVIÇOS LTDA. E OUTROS
Advogada	Dra. Veruska Aparecida Custódio(OAB: 63842-A/MG)
Advogada	Dra. Vanessa Dias Lemos(OAB: 103650/MG)
Recorrido	ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.
Advogado	Dr. Páris Andrade Kömel(OAB: 73465-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A.
- KARINA LACERDA DE SANTANA
- TEMPO SERVIÇOS LTDA. E OUTROS

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que deu provimento ao recurso ordinário da empresa, reformando a sentença para excluir a condição de bancária e a isonomia requerida.

Irresignada, a reclamante interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.

A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (artigo 95 do Regimento Interno do TST/2017).

À análise.

O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado (fls. 263).

Eis os termos do acórdão recorrido:

"BANCÁRIO ENQUADRAMENTO. APLICAÇÃO DAS NORMAS COLETIVAS DA CATEGORIA. INDEVIDA. Não reconhecida a condição de bancária da reclamante, pois lícita a terceirização perpetrada pelas empresas, não se lhe aplicam as disposições legais e as normas coletivas típicas da referida categoria profissional."

Em razões de recurso de revista, a reclamante reitera os fundamentos de existência do vínculo direto com o tomador dos serviços e requer os direitos trabalhistas decorrentes da categorial correlata. Afirma que a terceirização da atividade-fim do contratante é ílicita. Aponta violação dos arts. 2º, 3º da CLT e contrariedade à Súmula 331/TST. Colaciona arestos.

Na hipótese dos autos, o TRT entendeu pela licitude da terceirização de serviços, afastando o vínculo de emprego com o tomador de serviços.

Faz-se necessário o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF, reconhecendo a licitude da terceirização de serviços pelas empresas de telecomunicações.

A possibilidade de terceirização de forma ampla, nas atividades-meio e atividades-fim das empresas, foi tema objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e do Recurso Extraordinário (RE) 958252, julgados pelo Supremo Tribunal Federal em 30/08/2018 e publicados no DJE em 06/09/2019 e 13/09/2019, respectivamente.

A Suprema Corte, em regime de repercussão geral, consolidou a

tese jurídica no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", afastando, assim, a configuração da relação de emprego com o tomador dos serviços. Além disso, em 11/10/2018, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, reafirmou o seu entendimento de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada".

Fixou, então, a tese jurídica de que "é nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC".

Registre-se que a responsabilidade do tomador de serviços nestes casos se mantém de forma subsidiária, porém, no caso concreto, o pedido é específico quanto ao vínculo de emprego direto com o segundo contratante.

Nesse contexto, o Tribunal Regional decidiu em conformidade com a jurisprudência firmada sobre o tema no âmbito do Supremo Tribunal Federal, com efeito vinculante.

Ressalta-se que, a partir de 30/8/2018, é de observância obrigatória aos processos judiciais em curso ou pendentes de julgamento a tese jurídica firmada pelo e. STF no RE n.º 958.252 e na ADPF n.º 324.

Nesse contexto, não há mais espaço para o reconhecimento do vínculo empregatício com o tomador de serviços sob o fundamento de que houve terceirização ilícita (ou seja, terceirização de atividade essencial ou finalística), ou, ainda, para a aplicação dos direitos previstos em legislação específica ou em normas coletivas da categoria profissional dos empregados da empresa contratante. Nesse sentido, cito jurisprudência desta Corte:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. Ante as razões apresentadas pelo agravante, afasta-se o óbice oposto no despacho agravado. Agravo conhecido e provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. Decisão regional em que adotado o entendimento de que é ilícita a terceirização empreendida na atividade-fim do tomador dos serviços. Aparente violação do art. 5º, II, da CF, a ensejar o provimento do agravo de instrumento. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. 1. O Tribunal Regional manteve a sentença quanto à ilicitude da terceirização, ao fundamento de que os serviços prestados estão inseridos na atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. 2. Não obstante o entendimento cristalizado na Súmula 331, I, do TST, no sentido de que " a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário ", o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de repercussão geral, decidiu que " é lícita à terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Ressalto que, no caso, não há no acórdão regional qualquer registro concernente à existência de pessoalidade e/ou subordinação direta à tomadora dos serviços. Assim, torna-se inviável o reconhecimento da ilicitude da terceirização, não sendo tampouco possível o reconhecimento de isonomia com os empregados da empresa tomadora dos serviços. 4. Configurada a violação do art. 5º, II, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10943-72.2016.5.03.0013, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 12/11/2021)

RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO DE EMPREGO. BANCO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. 1. A partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços, independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 2. Na espécie, o Tribunal Regional reconheceu o vínculo de emprego entre a reclamante e um dos Bancos reclamados, somente em razão da prestação de serviços reputados eminentemente bancários. Nesse sentido, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego da reclamante com a instituição financeira tomadora de serviços e a condição de bancário do trabalhador. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10823-70.2015.5.03.0043, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 02/02/2021)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO AUTOR NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/17. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. Compulsando-se os autos, verifica-se que o acórdão embargado, de fato, se pronunciou no sentido da não observância de pressuposto da regularidade formal inerente aos recursos de fundamentação vinculada (princípio da dialeticidade recursal). Todavia, em melhor análise, constata-se que a parte, nas razões do agravo, impugnou de forma específica e fundamentada o óbice erigido na decisão agravada, comportando, assim, a decisão embargada complementação. TERCEIRIZAÇÃO. TOMADORA DE SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO STF. TEMA 725. REPERCUSSÃO GERAL. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de Repercussão Geral, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Nesse contexto, porquanto superada a questão da ilicitude da terceirização - em conformidade com as decisões do STF -, resulta inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do autor diretamente com o tomador de serviços. Embargos de declaração a que se dá provimento, para sanar os vícios apontados, sem, contudo, imprimir-lhes efeito modificativo. (ED-Ag-AIRR-11359-77.2015.5.01.0030, 1ª Turma, Relator Ministro Amaury Rodrigues

Pinto Junior, DEJT 16/11/2021).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Deixa-se de analisar a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, nos termos do artigo 249, § 2º, do CPC/73 (artigo 282, § 2º, do atual CPC), por cogitar-se, no mérito , de possível decisão favorável ao reclamante. TERCEIRIZAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS DE ENERGIA. PREVISÃO NO ARTIGO 25, § 1º, DA LEI Nº 8.987/95. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA ADPF 324, DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EM REPERCUSSÃO GERAL ARE-791.932-DF (TEMA 739) E RE-958.252-MG (TEMA 725) E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE Nos 26 E 57, EM QUE SE DISCUTIA A CONSTITUCIONALIDADE DO CITADO DISPOSITIVO LEGAL. 1. Esta Corte firmou o entendimento de que a terceirização do serviço de eletricista, por se tratar de atividade-fim das empresas concessionárias de serviço de energia elétrica, era ilícita, com fundamento na Súmula nº 331, itens I e III, do TST. 2. Por outro lado, a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre "o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", como norma de Direito Administrativo, não foi promulgada para regular matéria trabalhista, devendo ser interpretada à luz dos princípios e das regras que norteiam o Direito do Trabalho, de modo a não esvaziar de sentido prático ou a negar vigência e eficácia às normas trabalhistas que, no País, disciplinam a prestação do trabalho subordinado e as próprias figuras do empregado e do empregador. Dessa forma, quando os órgãos fracionários dos Tribunais trabalhistas entendem que as relações laborais não são regidas pelo artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, não estão deixando de aplicar o dispositivo legal por considerá-lo inconstitucional. Assim, foi observado o disposto no artigo 97 da Constituição Federal e na Súmula Vinculante nº 10 e do STF. 3. Não obstante seja esse o entendimento deste Relator, curvo-me, com ressalva, à tese firmada na decisão proferida nos autos do ARE-791.932-DF (Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral), relatada pelo Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, in verbiS: "É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC" (DJe de 6/3/2019). 4. A Suprema Corte, em sessão realizada em 30/8/2018, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252 (Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral), a respeito da terceirização prevista na Súmula nº 331 do TST, firmou a seguinte tese: "É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". Nos acórdãos proferidos nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade nºs 26 e 57, em que se discutia a constitucionalidade do artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, relatados pelo Exmo. Ministro Edson Fachin, foi destacado: "no julgamento do Tema 739, ARE 791.932- RG, esta Corte, então instada a se manifestar sobre a inobservância da cláusula de reserva de Plenário e o disposto no art. 94, II, da Lei 9.472/1997, declarou a nulidade da decisão do órgão fracionário do TST"; "a norma do diploma regulatório dos serviços de telecomunicações tem conteúdo idêntico ao objeto da presente ação direta de constitucionalidade". 6. A Suprema Corte, fazendo referência às teses fixadas no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252- RG (Tema 725), registrou que, tendo sido afastada a aplicação da Súmula nº 331 do TST "naquelas hipóteses, deve também aqui se estender o mesmo entendimento", concluindo que "o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, ao autorizar as concessionárias de serviço público a contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, alinha-se ao entendimento jurisprudencial atual e, reveste-se de constitucionalidade, devendo ter sua eficácia garantida e preservada". 7. Entretanto, a adoção da tese vinculante firmada pelo Supremo Tribunal Federal não impede o reconhecimento de vínculo de emprego entre o trabalhador terceirizado e a tomadora de serviços, quando comprovada a incidência dos artigos 2º, 3º e 9º da CLT ao caso em apreço, conforme decidiu a SbDI-1, nos autos do E-ED-RR-32900-51.2005.5.03.0002, em acórdão relatado pelo Exmo. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, firmando o entendimento de que há que reconhecer o "vínculo empregatício com a tomadora dos serviços, quando estiver nitidamente comprovada nos autos a presença dos requisitos do art. 3º da CLT, configurando desvirtuamento da terceirização de forma a disfarçar a existência de inequívoca relação de emprego com a tomadora". 8. Na hipótese dos autos, o Ministério Público do trabalho ajuizou ação civil pública contra a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (concessionária de serviços de energia elétrica) e a Santa Maria Participações S.A., a fim de impedir a terceirização de atividade-fim daquela. O Tribunal a quo, por entender pela ilicitude da terceirização dos serviços de leitura de medidores de energia elétrica ativa, reativa e de demanda, envio de faturas e documentos, suspensão do fornecimento de energia elétrica e religação procedida pela Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., confirmou a sentença pela qual essa última ré foi condenada a abster-se de terceirizar os citados serviços e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo . 9. Como o Supremo Tribunal Federal firmou tese, de natureza vinculante, considerando lícita a terceirização, não subsiste a condenação da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. "a abster-se de repassar a terceiros atividades-fins" e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo (responsabilidade solidária da segunda ré). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-215900-88.2012.5.17.0141, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 12/11/2021).

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - PROVIMENTO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. Diante de potencial violação do art. 37, XIII, da Constituição Federal, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252/MG, com repercussão geral (tema 725), em sessão plenária do dia 30.8.2018, fixou teses, respectivamente, no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada" e que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 2. A licitude de terceirização de atividade-fim foi

reafirmada, pelo Excelso Pretório, nos julgamentos subsequentes do ARE nº 791.932/DF, com repercussão geral (tema 739), em 11.10.2018, e da ADC nº 26, em 22.8.2019. 3. O caso dos autos é o decidido pelo STF, razão pela qual não é possível a aplicação analógica do art. 12, "a", da Lei nº 6.019/74 (OJ 383/SBDI-1/TST), com esteio na alegada ilicitude da terceirização. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10166-80.2018.5.03.0025, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 12/11/2021).

[...] RECURSOS DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STF (TEMA 739 DE REPERCUSSÃO GERAL NO STF - ARE 791.932). TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. O STF, no julgamento da ADC 26/DF, transitado em julgado em 18.09.2019, seguindo a tese firmada no ARE 791.932, em repercussão geral (Tema 739), declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, que autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público, e, reiterando o entendimento exarado pelo Plenário do STF em 30.08.2018, no julgamento da ADPF-324 e do RE-958252, com repercussão geral (Tema 725), reconheceu a constitucionalidade do instituto da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, afastando a incidência da Súmula 331 do TST. É necessário, pois, o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF, relativamente à possibilidade de terceirização de serviços afetos às atividades precípuas das concessionárias de energia elétrica, sendo irrelevante perquirir sobre a natureza das atividades exercidas pela empresa contratada. No caso vertente, o TRT entendeu que havia relação direta da atividade desempenhada pelo Reclamante com a atividade-fim da tomadora e concluiu pela ilicitude da terceirização. Entretanto, há de ser afastada a ilicitude da terceirização, à luz do entendimento do E. STF e do art. art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995. Consequentemente, não se viabiliza o reconhecimento da isonomia salarial em relação aos empregados da empresa tomadora de serviços e a condenação ao pagamento de direitos e benefícios legais, normativos e/ou contratuais daí decorrentes. Remanesce, contudo, a responsabilidade subsidiária em caso de eventual condenação, nos termos da decisão do STF (Tema 725) e da Súmula 331, IV/TST. Ressalva de entendimento pessoal deste Relator. Recurso de revista conhecido e provido. (RR -20455-49.2017.5.04.0811, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 19/03/2021).

[...] RECURSO DE REVISTA. DECISÃO REGIONAL PROFERIDA ANTES DA LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO. SERVIÇOS DE TELEMARKETING. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O BANCO TOMADOR DE SERVIÇOS. Nos termos do posicionamento adotado pela Suprema Corte Federal, no julgamento do ARE 791932, Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral, nos autos da ADPF 324 e do RE 958252, e, ainda, na ocasião do julgamento da ADC 26, é lícita a terceirização de serviços de atividade fim . Assim, deve ser reformada a decisão regional para adequar ao entendimento da Suprema Corte. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-170-89.2013.5.06.0012, 6ª Turma, Relator Ministro Aloysio Correa da Veiga, DEJT 20/03/2020).

III - RECURSO DE REVISTA ANTERIOR À LEI Nº 13.015/2014. RETORNO DOS AUTOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA TOMADORA DOS SERVIÇOS NÃO CONFIGURADA. MANUTENÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO CONSAGRADO PELO C. STF - TEMA 725 DE REPERCUSSÃO GERAL NO C. STF - ADPF 324 E RE 958.252. 1. Há muito prevaleceu no âmbito desta Corte Superior o entendimento de que é ilícita a terceirização de serviços especializados, ligados à atividade-fim do tomador dos serviços, identificada no objeto social do contrato social das empresas envolvidas. Nessa linha de argumentação, entendia-se que a contratação de trabalhadores por empresa interposta seria ilegal, formando-se o vínculo empregatício diretamente entre o empregado contratado e a empresa tomadora dos serviços. Inteligência da Súmula nº 331 do c. TST. 2. Revisitando posicionamento consagrado pelo c. TST, em 30.8.2018, a Suprema Corte, nos autos da ADPF 324/DF e do RE 958.252, submetido à sistemática da repercussão geral - Tema nº 725 - , tendo em conta os princípios constitucionais da livre iniciativa (art. 170) e da livre concorrência (art. 170, IV), a dignidade da pessoa humana (art. 1º), os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal (art. 7º), o direito de acesso do trabalhador à previdência social, à proteção à saúde e à segurança no trabalho, declarou a inconstitucionalidade da Súmula nº 331, I, do c. TST, reconhecendo a licitude da terceirização em todas as etapas do processo produtivo, seja meio ou fim. Ao examinar o Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral, no RE nº 958.252 , fixou a seguinte tese jurídica: " É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante " . Na mesma oportunidade, ao julgar a ADPF nº 324, firmou a seguinte tese, com efeito vinculante para todo o Poder Judiciário: " 1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". 3. Em suma, o c. STF reconheceu a legalidade irrestrita da terceirização de serviços, podendo a contratação de trabalhadores se dar de forma direta ou por empresa interposta e para exercer indiscriminadamente atividades ligadas à área fim ou meio das empresas, não se configurando em tais circunstâncias relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada, remanescendo, contudo, a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa contratada, bem como pelas obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993, além de firmar que é plenamente possível a terceirização de atividades precípuas das concessionárias de serviços públicos. 4. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional ratificou o entendimento do juízo de primeiro grau, de que o autor desempenhava tarefa intimamente ligada à atividade-fim da tomadora dos serviços, declarando, por essa razão, a sua responsabilidade solidária pelas verbas devidas ao trabalhador, em desconformidade com a atual jurisprudência do c. STF e do c. TST. Recurso de revista conhecido por contrariedade (má aplicação) à Súmula/TST nº 331 e provido. (RR-722-18.2012.5.06.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 07/01/2020).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. ADPF Nº 324 E RE Nº 958.252. TESE FIRMADA PELO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 331 DO TST À LUZ DOS PRECEDENTES DO STF. (...) I. No que diz respeito ao reconhecimento da licitude da terceirização, a decisão regional foi proferida em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 958.252, de que resultou a fixação da seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", bem como no julgamento da ADPF nº 324, em que foram fixadas as seguintes teses: "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". II. Assim sendo, o conhecimento do presente recurso de revista no que diz respeito ao pedido de reconhecimento da ilicitude da terceirização havida entre as Reclamadas encontra óbice no entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, fixada no julgamento da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252. (...). (Ag-AIRR-10681-27.2018.5.18.0081, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 05/11/2021).

(...) II. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE. SISTEMA DE TELEATENDIMENTO. MATÉRIA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADPF 324, RE 958.252 E ARE 791.932). REPERCUSSÃO GERAL. ISONOMIA SALARIAL. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 383 DO TST. IMPOSSIBILIDADE. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA. 1. O Tribunal Regional, reconhecendo que a Reclamante prestou serviços relacionados à atividade-fim da tomadora de serviços, declarou a ilicitude da terceirização havida entre as partes. Muito embora tenha fundamentado não ser possível o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o Ente integrante da Administração Pública Indireta, reconheceu o direito obreiro às verbas trabalhistas - legais e normativas - asseguradas aos empregados da tomadora de serviços, com fundamento no princípio da isonomia. 2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 30/8/2018, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958.252, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se estabelecendo relação de emprego entre a tomadora de serviços e o empregado da empresa prestadora. 3. Dispõe a Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST que: "A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções ". 4. O fato autorizador da isonomia de direitos entre os empregados terceirizados e os regularmente contratados pelo tomador de serviços integrante da Administração Pública é a ilicitude da terceirização. Nessa esteira de raciocínio, reconhecendo o STF a licitude da terceirização tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim das empresas tomadoras, inviável a aplicação da Súmula 331/TST e Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST, que traz como premissa básica a irregularidade da contratação do trabalhador terceirizado. Julgados do TST. 5. Recurso de revista conhecido por má-aplicação da Súmula 331/TST e da OJ 383 da SBDI-1/TST. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-2185-47.2016.5.06.0102, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/12/2020)

[...] II - RECURSO DE REVISTA DA 2ª RECLAMADA (LIQ CORP S/A). ADMISSIBILIDADE. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA. LICITUDE. VÍNCULO DIRETO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE DIREITOS DA CATEGORIA DO TOMADOR. INVIABILIDADE. A partir do julgamento do RE nº 958.252 e da ADPF nº 324 pelo Supremo Tribunal Federal, a matéria em discussão nestes autos (ilicitude da terceirização de atividade-fim) pacificou-se e encontra o seu norte nos termos da decisão vinculante daquela Corte Suprema, que, ao julgar o mérito da controvérsia atinente ao Tema 725 da repercussão geral, definiu a tese jurídica segundo a qual " é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Assim, a decisão do Regional, naquilo em que aplicou a Súmula nº 331, I, do TST à hipótese encontra-se superada pela jurisprudência vinculante do Pretório Excelso, merecendo reforma o acórdão recorrido, a fim de decretar a licitude da terceirização e, por conseguinte, a ausência de vínculo direto com o tomador e os demais consectários daí decorrentes, a exemplo de direitos previstos em normas coletivas da categoria do tomador ou no regulamento interno da empresa, equiparação salarial, ou quaisquer outros que tenham como base jurídica de sustentação a irregularidade do contrato de terceirização de atividade-fim. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-456-10.2014.5.02.0088, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 19/03/2021) .

(...) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. TOMADORA DOS SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE N.º 958.252 COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA (TEMA 725) E ADPF 324. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 324, em 30/8/2018, erigiu tese no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 2. Na mesma ocasião, a Corte Suprema, examinando o Tema 725 de Repercussão Geral, no julgamento do RE 958.252, estabeleceu a seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Inquestionável a aplicação imediata dos aludidos precedentes firmados em Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida, bem como em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, cuja decisão tem efeito vinculante. 4. Na linha dos precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal, remanesce a possibilidade de reconhecimento de vínculo com a empresa contratante somente

nas hipóteses em que há explícita referência, no acórdão prolatado pelo Tribunal Regional, acerca da configuração da pessoalidade e da subordinação hierárquica direta, presencial ou por via telemática, do obreiro aos prepostos da tomadora de serviços, sendo insuficiente a mera subordinação estrutural ou indireta, inerente à própria terceirização. 5. No caso sob exame, afirmou o Tribunal Regional a ilicitude da terceirização tão somente em razão do labor em atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. Tal entendimento destoa claramente daquele fixado pelo Supremo Tribunal Federal. Reconhece-se, portanto, a transcendência política da controvérsia. 6. Nesse contexto, impõe-se afastar o reconhecimento do vínculo de emprego da parte reclamante diretamente com o banco tomador dos serviços, bem como excluir da condenação as parcelas decorrentes da aplicação dos acordos coletivos dos bancários. 7. Recurso de Revista conhecido e provido" (RR-491-61.2017.5.06.0311, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 05/02/2021) .

(...) RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DAS LEIS NºS 13.015/14 E 13.105/15, MAS ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/2017. TELEMARKETING - ILICITUDE DE TERCEIRIZAÇÃO - RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS - ENQUADRAMENTO DO RECLAMANTE NA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS BANCÁRIOS. O STF, em 30/8/2018, no julgamento conjunto da ADPF 324/DF e do RE 958.252/MG (tema de Repercussão Geral nº 725), firmou a tese jurídica de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, seja ela meio ou fim, o que não configura relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. O Plenário da Suprema Corte concluiu, então, que não há óbice constitucional à terceirização das atividades de uma empresa, ainda que se configurem como as denominadas "atividades-fim" das tomadoras de serviços. No caso concreto, o Tribunal Regional concluiu que a contratação dos serviços especializados de telemarketing é ilícita, pois estão ligados à atividade-fim da tomadora de serviços. Assim, o v. acórdão recorrido, ao reconhecer a ilicitude da terceirização na hipótese, contrariou a tese firmada pela Suprema Corte, na ADPF 324 e no RE 958.252 (tema 725 da tabela de repercussão geral). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-11150-12.2015.5.03.0044, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 04/12/2020).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. BANCO BRADESCO S.A. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTENTE. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADPF 324/DF, o RE-958.252/MG (tema 725 da tabela de repercussão geral), fixou a tese, com efeito vinculante e eficácia erga omnes , segundo a qual é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas e de o objeto da terceirização consistir em atividade-meio ou atividade-fim da tomadora de serviços, desde que não seja comprovada a fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, sendo mantida, entretanto, a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. Portanto, definido pelo Supremo Tribunal Federal que é licita a terceirização de serviços, tanto ligados à atividade-meio quanto à atividade-fim da contratante, e não tendo sido constatada fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, deve ser julgado improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo de emprego com O tomador de serviços e, em consequência, os pedidos decorrentes unicamente do vínculo. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. (RR-10958-62.2016.5.03.0103, 8ª Turma, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 23/03/2021).

(...) III - RECURSO DE REVISTA - REGÊNCIA PELA LEI Nº 13.015/2014 - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. CALL CENTER. LICITUDE. A matéria já não comporta debates, ante as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sessão extraordinária realizada no dia 30/08/2018, quando se julgou procedente a arguição formulada na ADPF-324/DF (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018), com eficácia erga omnes e efeito vinculante, e se fixou tese jurídica de repercussão geral, correspondente ao Tema nº 725, no sentido de que "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante." (leading case: RE-958252/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018). Recurso de revista conhecido e provido. (RRAg-10055-74.2017.5.03.0173, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 05/02/2021).

Ressalta-se que o precedente firmado pela Corte Suprema não impede que a Justiça do Trabalho, analisando o caso concreto, identifique as premissas fático-jurídicas requeridas para a configuração do vínculo de emprego, nos termos dos arts. 2º e 3º da CLT, e reconheça a relação em exame não decorra da simples constatação de que os serviços terceirizados se inserem na atividade final do empreendimento (fraude) - o que não é o caso dos autos.

Conclui-se, portanto, que é inviável o processamento do recurso de revista, visto que a decisão recorrida está em sintonia com entendimento adotado por esta Corte sobre a matéria.

Incidem na espécie os óbices da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT, razão pela qual restam afastadas as alegações e os fundamentos jurídicos da parte recorrente.

À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, § 5º (atual § 14), da CLT e 118, X, do RITST, denego seguimento ao recurso de revista.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0011150-30.2016.5.09.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Procurador	Dr. Guilherme Marques Fogaça
Agravado	HAMIRISI SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.
Advogado	Dr. Edna Lima Dias Ribeiro da Silva(OAB: 82176-A/PR)
Advogada	Dra. Maria do Perpétuo Socorro Rassy Teixeira Manfron(OAB: 83050-A/PR)
Agravado	LUZIA APARECIDA SOARES
Advogado	Dr. Alexandre Nishimura(OAB: 28471-A/PR)

Agravado	CONSTRUTORA HAMIRISI LTDA - EPP
Advogado	Dr. Eldes Martinho Rodrigues(OAB: 20095-A/PR)
Agravado	HPLUS SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSTRUTORA HAMIRISI LTDA - EPP
- HAMIRISI SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.
- HPLUS SERVIÇOS LTDA.
- LUZIA APARECIDA SOARES
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 952/964) interposto em face da decisão (fls. 923/929) do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região que denegou seguimento ao recurso de revista.
Houve apresentação de contraminuta ao agravo de instrumento (fls. 975/992).
Os autos não foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do regimento interno do TST.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado, interposto tempestivamente (intimação via PJE da decisão denegatória em 09/09/2021 e apelo protocolado em 1º/10/2021), dispensado o preparo.
A sétima reclamada insurge-se contra a responsabilidade subsidiária que lhe foi atribuída. Sustenta não ser possível imputar a culpa in vigilando ao ente público pelo simples fato de eventualmente não ter comprovado a efetiva fiscalização do contrato. Afirma que tal conduta seria o mesmo que presumir a culpa, o que é evidentemente vedado no nosso ordenamento, nos termos do julgamento exarado no RE 760931/DF. Complementa suas alegações ressalvando que o ônus probatório no caso concreto seria da parte reclamante. Destaca violação aos dispositivos: arts. 71, §1º da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações); 37, §6º da CF; 818 da CLT; 186 e 927 do CC. Alega divergência jurisprudencial e contrariedade ao enunciado da Súmula 331 do TST.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho

do acórdão regional (fls. 898):

"Na hipótese, visto que reconhecida, sem insurgência recursal, contumaz atrasos salariais, que concorreram para o deferimento de multas convencionais e indenização por dano moral, além de irregularidades quanto aos depósitos do FGTS, constatou-se que a sétima reclamada (tomadora dos serviços) não cumpriu integralmente com o seu dever de fiscalização, pois tinha indícios suficientes para suspeitar que havia desrespeito à norma trabalhista, sendo insuficientes os parcos documentos colacionados nas razões recursais para comprovar adequada fiscalização e as multas contratuais aplicadas, mormente em face da manutenção e renovação do contrato por diversos anos. Não se trata de responsabilização pela mera inadimplência, mas em decorrência de uma inadequada fiscalização, que implicou em prejuízos à trabalhadora.
Além disso, o apontamento de números de autos com documentos comprobatórios da alegada fiscalização é insuficiente à sua comprovação, sendo dever da parte juntá-los aos autos.
Ausente, portanto, demonstração da efetiva fiscalização da prestadora de serviços, caracterizada está a culpa "in vigilando" da tomadora. De conseguinte, e ainda que se trate de ente pertencente à Administração Pública, imperiosa a responsabilização da sétima reclamada pelas verbas da condenação. Não é outro o entendimento do c. TST no Incidente de Uniformização de Jurisprudência abaixo reproduzido: ".

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO. DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do

ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0001519-95.2015.5.09.0652

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	Dr. Evandro Luís Pippi Kruel(OAB: 70575-A/PR)
Agravado	KAROLINY BERDAKI PAIVA DE SOUZA
Advogado	Dr. Jorge Nassar Machado(OAB: 40887-A/PR)
Agravado	GRAVINE CENTRO DE NEGOCIOS LTDA
Advogado	Dr. Jorge Alves de Brito(OAB: 39497-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- GRAVINE CENTRO DE NEGOCIOS LTDA
- KAROLINY BERDAKI PAIVA DE SOUZA
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
O TRT, em despacho de admissibilidade fls. 937/941, denegou seguimento ao recurso de revista da parte executada quanto ao tema REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO EM FACE DO DEVEDOR SUBSIDIÁRIO.
Examino.
Não há que se falar em ofensa aos princípios constitucionais quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, quanto ao Juízo Regional de Admissibilidade, ressalte-se que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de

ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
Na situação dos autos, não procede a alegação de ofensa aos dispositivos da Constituição Federal apontados, quando a lide está adstrita ao exame de legislação infraconstitucional, visto que essa circunstância impossibilita a configuração de sua violação literal e direta. A discussão, deste modo, não se exaure na Constituição Federal.
Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. CONVERSÃO DO TEMPO COMUM EM TEMPO ESPECIAL. VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 279 DO STF. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA - ARE 748.371. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É inviável o processamento do apelo extremo quando a ofensa a dispositivo constitucional se dá de maneira reflexa e indireta, pois requer o exame prévio da orientação firmada sobre tese infraconstitucional pela instância ordinária. 2. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o Tribunal de origem, quanto ao preenchimento dos requisitos necessários à concessão de aposentadoria, seria imprescindível o reexame dos fatos e provas. Incidência da Súmula 279 do STF. 3. O Supremo Tribunal Federal já assentou, sob a sistemática da repercussão geral, que suposta ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e dos limites da coisa julgada, quando a violação é debatida sob a ótica infraconstitucional, não apresenta repercussão geral, o que torna inadmissível o recurso extraordinário. (RE 748.371-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 1º.08.2013 tema 660). 4. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, CPC." (RE 1004169 AgR / RS, Relator Ministro Edson Fachin. Publicado em 29.3.2017).
DIREITO CIVIL. POSSE. PROPRIEDADE. COISA JULGADA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, da Lei Maior, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária prevista no art. 102 da Magna Carta. 2. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. 3. Agravo regimental conhecido e não provido." (ARE 944003 AgR/GO, Relatora Ministra Rosa Weber. Publicado em 12.4.2016) - (grifei).

Por oportuno, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que violação reflexa ou indireta de dispositivo da Constituição não viabiliza recurso de natureza extraordinária. Eis o teor da Súmula 636 do STF:

"NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE, QUANDO A SUA VERIFICAÇÃO PRESSUPONHA REVER A INTERPRETAÇÃO DADA A NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS PELA DECISÃO RECORRIDA."

Por fim, a diretriz que se extrai da Orientação Jurisprudencial 123 da SBDI-2 do TST (analogicamente) é de que a ofensa à coisa julgada supõe dissonância patente entre as decisões exequenda e rescindenda, o que não se verifica quando se faz necessária a interpretação do título executivo judicial para se concluir pela lesão à coisa julgada, tal como na hipótese dos autos.
Assim, constato a impossibilidade do conhecimento do recurso de revista interposto nesta fase de execução em virtude do que preveem o art. 896, § 2.º, da CLT e as Súmulas 266 do TST e 636 do STF.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Incólumes os dispositivos invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010818-43.2016.5.15.0087

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE PAULÍNIA
Procurador	Dr. Antônio Rogério Lourencini
Agravado	SIDNEY MATOS DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Washington Shamisther Heitor Peliceri Rebellato(OAB: 144557-A/SP)

Agravado	CORPUS SANEAMENTO E OBRAS LTDA.
Advogado	Dr. Rodolfo Carlos Weigand Neto(OAB: 166929-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CORPUS SANEAMENTO E OBRAS LTDA.
- MUNICÍPIO DE PAULÍNIA
- SIDNEY MATOS DE OLIVEIRA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1242/1248) interposto em face da decisão (fls. 1232/1234) do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista.
Houve apresentação de contrarrazões ao recurso de revista (fls. 1261/1264) e de contraminuta ao agravo de instrumento (fls. 1256/1260).
Os autos foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho, que oficiou pelo regular processamento do feito (fls. 1270/1272).
É o relatório.
Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade do agravo de instrumento, dele conheço.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
O Regional registrou, no que interessa (fls. 1210/1215):

"(...) É bom ressaltar, ainda, que a questão concernente à distribuição do encargo processual de provar a culpa é decidida, sobretudo, de acordo com o livre convencimento motivado do juízo (art. 371, do CPC) que, com base em sua prudente análise e nas máximas da experiência (art. 375, do CPC), atribui a dinâmica probatória à parte que julgar mais capaz de fazê-lo, em face das peculiaridades do caso.
Tem incidência a teoria da aptidão probatória.
Em se tratando de terceirização pelo ente público não se pode querer cometer todo o encargo probatório à parte reclamante, que não está, notadamente, hábil técnica e economicamente a dele se desincumbir. Não resta dúvidas de que somente quem detém o poder de fiscalização é quem detém os meios de prova de que submetem à atenta vigilância o contrato decorrente da licitação. O adimplemento das verbas trabalhistas por parte da prestadora de serviços guarda estreita relação com a execução dos serviços contratados e deve, sim, sofrer intenso controle por parte da Administração Pública, com vistas a atender aos princípios da eficiência e da moralidade administrativas. Disso o ente público recorrente não cuidou e não exigiu, tanto que sequer foram juntados ao feito os controles de ponto do reclamante.
Nesse contexto, a responsabilidade subsidiária do tomador não macula a Carta Magna. E tendo o reclamante despendido sua força de trabalho também em benefício da tomadora dos serviços, ora recorrente, faz-se necessária a decretação da sua responsabilidade subsidiária pelos créditos decorrentes deste julgado, nos termos da Súmula 331 do TST, mesmo sendo o 2º reclamado entes de Direito Público.
Não há que se falar em ilegalidade nem tampouco em inconstitucionalidade da Súmula 331 do C. TST, pois em consonância com o princípio constitucional do valor social do trabalho, bem como em face dos princípios que regem o Direito do Trabalho, que têm o condão de proteger o trabalhador na hipótese de inadimplência da empresa prestadora de serviços (empregadora), que não satisfaz as obrigações sociais que lhe cabiam, desponta a responsabilização da empresa tomadora dos serviços, na hipótese de inadimplemento do empregador, reportando-se ao instituto da sua culpa in vigilando, haja vista ter sido o trabalho do empregado revertido em proveito daquele.
Portanto, não há que falar-se em violação dos termos do artigo 71, S1º da Lei 8.666/93 que, apesar de constitucional, não isenta o ente público de responsabilidade quando houver culpa, o que restou caracterizado neste caso.
Repise-se que, no caso dos autos, não se está declarando a inconstitucionalidade do art. 71 da lei 8.666/91, mas tão somente aplicando a norma mais favorável à situação, em total observância aos princípios trabalhistas.
A responsabilidade subsidiária do ente público abrange o pagamento de todas as parcelas, títulos e verbas e sanções legais que estejam a cargo do devedor principal, inclusive multas legais e normativas e indenizações, salários, verbas rescisórias, horas extras e depósitos fundiários, bastando pura e simplesmente que não haja adimplemento da obrigação pelo devedor. Neste sentido, o novo item VI da Súmula nº 331 do C. TST, que pacificou o entendimento ao dispor que "a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral".
A posição do responsável subsidiário é assemelhada à de um avalista, de modo que, não tendo havido o adimplemento da obrigação pelo devedor principal, incide automaticamente a responsabilidade daquele que figura na relação jurídica basicamente para garantir a integral satisfação do credor. Importante frisar que não se transfere, com isso, ao tomador dos serviços a responsabilidade principal pelo pagamento, que permanece com a empresa contratada. Apenas no caso de eventual impossibilidade de a prestadora dos serviços cumprir suas obrigações trabalhistas é que o tomador responderá por elas. Cumpre destacar que para a execução do devedor subsidiário basta o inadimplemento da obrigação pelo devedor principal, não sendo exigível a tentativa de execução dos bens dos sócios da primeira reclamada, responsável principal, não cabendo, neste caso, o instituto do benefício de ordem.
Para evitar alegação de omissão no julgado, esclarece-se que o caso ora analisado não diz respeito ao reconhecimento de vínculo empregatício do reclamante com a Administração Pública, o que poderia violar o artigo 37, II da Constituição Federal, mas tão somente de atribuição de responsabilidade subsidiária ao Ente Público tomador de serviços terceirizados.
Não há que se falar também em responsabilidade objetiva do Estado na prestação de serviços públicos (artigo 37, "caput" e S6º, da Constituição Federal), tendo-se destacado, à exaustão, ser a presente hipótese de atribuição de responsabilidade subjetiva pautada no descumprimento do dever de fiscalizar o contrato administrativo (culpa "in vigilando").
Não há, ainda, ofensa ao princípio constitucional da independência dos poderes (art. 2º), nem usurpação da competência privativa do Congresso Nacional (artigos 44 e 48), invasão de competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho (art. 22, I), e muito menos ofensa ao princípio da legalidade e afronta aos incisos XXXV, XXXVI, XVL, XVLI, LIV e LV do art. 5º da CF, ou ao art. 265 do Código Civil.
Cumpre registrar que as decisões do STF, proferidas na ADC 16 e no RE 760.931, a respeito do alcance do art. 71 da Lei n. 8.666/93, não alteraram o entendimento supra, vez que nas decisões em questão se partiu do pressuposto fático de que a terceirização não precariza as condições de trabalho e quando se está diante de uma situação concreta em que o trabalhador não recebeu sequer verbas rescisórias e a empregadora, empresa terceirizada, não tem condições financeiras de arcar com esse compromisso, não se

trata, pois, da mesma hipótese da qual tratou o STF e sobre a qual teria incidência o art. 71 da Lei n. 8.666/93 Na verdade, se está diante de fato distinto que atrai a aplicação de outros fundamentos jurídicos, como, ademais, autoriza, expressamente, o RE 760.931, quando enuncia a tese de que "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, S 1º, da Lei nº 8.666/93" - grifou-se.
Ora, ao se dizer que a responsabilidade não se transfere "automaticamente" ao ente público é porque em situação diversa da hipótese legalmente tratada essa responsabilidade poderá ser fixada e isso se terá como efeito necessário quando a precarização das condições de trabalho ficar demonstrada, sendo que isso se dá, de forma insofismável, quando os direitos trabalhistas não são respeitados e a empresa prestadora dos serviços - os quais já foram concluídos pelos trabalhadores em favor de toda a sociedade, vez que se está falando de serviços realizados para entes públicos - não apresenta condições financeiras para adimplir esses direitos.
Importante verificar que a literalidade da lei, refletida também nos julgados do STF, acima mencionados, não autoriza dizer que os efeitos das ilicitudes trabalhistas cometidas pelas empresas prestadoras de serviços não se transferem aos entes públicos, vez que a lei trata, precisamente, do "inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado", isto é, de "encargos" e não de direitos, sendo que encargos são parcelas que incidem sobre a base dos direitos e não os direitos propriamente ditos; e como estamos no tempo em que se diz ser proibido interpretar a lei, não se podendo atribuir-lhe sentido que nela não esteja expressamente mencionado, não se pode conceber que encargos sejam interpretados por direitos.
Assim, concretamente, a hipótese dos presentes autos, na qual os direitos trabalhistas não foram respeitados pelo empregador (a empresa prestadora de serviços) e os serviços foram prestados em favor dos entes públicos e da sociedade em geral, não tem incidência o art. 71 do art. 8.666/93, fazendo com que a responsabilidade do ente público se extraia do princípio de que ninguém pode se beneficiar da própria torpeza e também da regra de que quem expõe alguém ao risco de dano fica responsável pelo risco criado ou a reparar o dano gerado, sendo certo que nenhuma formalidade ou interesse tem o condão de afastar esses preceitos, essenciais à efetividade de direitos fundamentais.
Portanto, não restam dúvidas acerca da responsabilidade subsidiária do 2º reclamado pelos créditos trabalhistas do reclamante.
Nego provimento ao recurso.".

Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece

reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, com base na atribuição ao ente público do ônus de comprovar a fiscalização. É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Em se tratando de terceirização pelo ente público não se pode querer cometer todo o encargo probatório à parte reclamante, que não está, notadamente, hábil técnica e economicamente a dele se desincumbir. Não resta dúvidas de que somente quem detém o poder de fiscalização é quem detém os meios de prova de que submetem à atenta vigilância o contrato decorrente da licitação.". (fls. 1211)

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na ausência de prova da eficácia ou efetividade da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº RR-0010195-72.2020.5.15.0140

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Recorrente	MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA DE ATIBAIA
Procurador	Dr. Renzo Signoretti Croci
Recorrido	MARIA INES MAGANO FROTA
Advogada	Dra. Érica Júnia Pereira de Souza(OAB: 384965-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA INES MAGANO FROTA
- MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA DE ATIBAIA

Trata-se de recurso de revista (fls. 493/507) interposto pelo Município reclamado, sob a égide da Lei nº 13.467/17, contra o acórdão regional de fls. 409/421, que deu parcial provimento ao seu recurso ordinário.
Contrarrazões às fls. 566/571.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não conhecimento do apelo (doc. seq. 06).
Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade.
A insurgência recursal diz respeito ao tema "HORAS EXTRAS. PROFESSOR. ATIVIDADE EXTRACLASSE".
O Município reclamado afirma que são indevidas ashoras extrasdecorrentes da mera inobservância da proporcionalidade estabelecida no art. 2º, § 4º, da Lei nº 11.738/08. Alega que as horas destinadas às atividades-extraclasse já estão incluídas na carga horária doprofessor e em sua remuneração, sendo que, no caso, não houve extrapolação da jornada semanal, restando indevida tal pretensão. Indica violação do art. 320 da CLT. Transcreve arestos.
Sem razão, contudo.
O Tribunal Regional, a respeito do tema, consignou:

"Como é cediço, a mencionada Lei Federal foi declarada constitucional pelo STF, com eficácia a partir de 27/04/2011, cujo artigo 2º, § 4º, determina que a jornada de trabalho dos profissionais do magistério público da educação básica observe o limite máximo de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de integração com os educandos e que 1/3 seja utilizado em atividades extraclasse, a saber:

"Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
[...]
§ 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos."

O intuito da Lei em apreço é que, na jornada de trabalho dos professores, seja computado não só o tempo dedicado às aulas em sala, mas também aquele necessário ao seu preparo, correção de provas, atendimento aos pais e outras atividades indispensáveis ao exercício do magistério.
Registre-se, por oportuno, que a questão relativa às horas extras dos profissionais de magistério público da educação básica foi recentemente apreciada por este E. TRT, por meio do Incidente de Uniformização de Jurisprudência, autuado sob o n. 0005753-71.2015.5.15.0000, sendo reconhecido aos referidos profissionais o direito às horas extras integrais (hora acrescida do adicional), quando excedido o limite de 2/3 da jornada contratada em

atividades com os alunos, conforme previsão contida no art. 2º, § 4º, da Lei Federal nº. 11.738/2008, observada a data da sua vigência estabelecida pelo C. STF na ADI/4.167 (27/04/2011).
Nesse sentido foi aprovada a Súmula n. 93 deste E. TRT, in verbis:

"PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA. MAGISTÉRIO PÚBLICO. CARGA HORÁRIA. PROPORCIONALIDADE ENTRE O TEMPO EM SALA DE AULA E A ATIVIDADE EXTRACLASSE. ART. 2º, § 4º, DA LEI 11.738. A Lei nº 11.738/2008 dispõe, em seu art. 2º, § 4º, sobre a proporcionalidade da distribuição da carga horária dos profissionais do magistério público da educação básica, de modo a abranger as atividades de interação com os educandos e as atividades extraclasse. Há, na referida lei, a presunção legal (absoluta) de que 1/3 da jornada contratada se destinará às horas de atividade, de sorte que o desrespeito ao limite de 2/3 da jornada, estabelecido para as atividades de interação com os alunos, provoca o natural excesso à carga de trabalho integral do empregado e, assim, gera-lhe o direito às horas extras respectivas, acrescidas do adicional. Entendimento aplicável para o trabalho prestado após 27/04/2011, nos termos da decisão proferida pelo E. STF na ADI/4167." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 06/2017, de 10 de fevereiro de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 20/02/2017, págs. 03-04; D.E.J.T. de 21/02/2017, págs. 03-04; no D.E.J.T. de 22/02/2017, págs. 01-02). g.n.

Esta Relatoria possui entendimento de que o mero descumprimento da proporcionalidade não acarreta o pagamento de horas extras, se não comprovada cabalmente a extrapolação da jornada contratual. Porém, ressalvando meu entendimento pessoal, curvo-me ao posicionamento da maioria dos meus pares e passo a acolher a Súmula nº 93 deste E. Regional.
Desse modo, considerando que o Município não observava o limite previsto na Lei nº 11.738/2008, faz jus a autora à adequação da sua jornada de trabalho e, consequentemente, às horas extras decorrentes, consideradas como tais aquelas laboradas com alunos além do limite de 2/3 da jornada, com reflexos em DSRs, 13º salário, férias + 1/3 e FGTS.
Sentença reformada." (fls. 411/412 - g.n)

O Regional deu provimento ao recurso ordinário da parte autora para condenar o Município reclamado ao pagamento dehoras extrasacrescidas do respectivo adicional pelo mero descumprimento da proporcionalidade entre o tempo em sala de aula e as atividades extraclasse, conforme o disposto no § 4º do art. 2º da Lei nº 11.738/2008.
Contudo, o TRT deixou de consignar a ocorrência ou não da extrapolação da jornada contratual da reclamante.
No caso, ausente a manifestação do Regional a esse respeito e, tampouco, opostos os necessários embargos de declaração, não há como submeter o exame da controvérsia a esta Corte sob o enfoque pretendido pelo recorrente no sentido de afastar o pagamento das horas extras sob a alegação de que somente são devidas na ocorrência de extrapolação da jornada semanal do professor, por ausência de prequestionamento. Incidência da Súmula 297, I e II, do TST.
Logo, denego seguimentoao presente recurso de revista, nos termos dos artigos 118, X, do RITST c/c 896, § 14, da CLT.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010349-43.2020.5.03.0102

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ENJATEC SERVICOS E FABRICACOES LTDA - EPP
Advogado	Dr. Jader Lucio Rodrigues de Souza(OAB: 101060-A/MG)
Advogado	Dr. Mariana de Oliveira Cota(OAB: 138476-A/MG)
Advogado	Dr. Bruna Ottoni Lopes(OAB: 148048-A/MG)
Agravado	DOUGLAS MAICON SILVESTRE
Advogado	Dr. Bráulio Loureiro Gomes(OAB: 137133-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- DOUGLAS MAICON SILVESTRE
- ENJATEC SERVICOS E FABRICACOES LTDA - EPP

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
O recurso é próprio, tempestivo (acórdão publicado em 16/04/2021; recurso de revista interposto em 28/04/2021), devidamente preparado (depósito recursal - ID. 029b195; custas - ID. 3188a22), sendo regular a representação processual.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
CONSIDERAÇÕES INICIAIS
Trata-se de recurso em processo submetido ao RITO SUMARÍSSIMO, cujo cabimento restringe-se às hipóteses em que tenha havido contrariedade a Súmula de jurisprudência uniforme do TST ou a Súmula Vinculante do STF, ou, ainda, violação direta da Constituição da República, na forma do § 9º do art. 896 da CLT (redação dada pela Lei 13.015, de 2014). Assim, excluo do exame de admissibilidade eventual arguição de ofensa à legislação infraconstitucional e, do mesmo modo, de suposta divergência jurisprudencial.
Registro que, em casos tais, é igualmente incabível o Recurso de Revista ao fundamento de alegado desacordo com Orientação Jurisprudencial do TST, em consonância com a Súmula 442.
RECURSO DE REVISTA
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Insalubridade.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso

não demonstra violação literal e direta de qualquer dispositivo da Constituição da República ou contrariedade com Súmula do C. TST ou Súmula Vinculante do E. STF, como estabelecido no § 9º do art. 896 da CLT.
O acórdão recorrido está lastreado em provas. Incabível, portanto, o recurso de revista para reexame de fatos e provas, nos termos da Súmula 126 do TST.
Não há violação ao inciso LV do art. 5º da CR, porquanto os princípios do contraditório e da ampla defesa foram assegurados à parte recorrente, que vem se utilizando dos meios e recursos hábeis para discutir a questão.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Inicialmente, ressalto o entendimento contido na Súmula 442/TST e no art. 896, § 9º, da CLT, no sentido de que, nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por violação direta da Constituição Federal ou contrariedade a súmula do TST ou súmula vinculante do STF.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "Adicional de insalubridade" emergem como obstáculo as diretrizes consubstanciadas na Súmula 126 do TST.
Quanto ao tema "Adicional de Insalubridade", a Corte Regional se manifestou da seguinte forma:

"[...] ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. Sustenta o reclamante que a sentença prolatada pelo d. juízo a quo, por destoar das conclusões periciais, mereceria reforma. Examino.
Como se vê, o expert detectou insalubridade em grau médio por exposição a ruídos de até 90,1 dB, tendo narrado, em seu laudo, que "Durante toda a diligência na área operacional da Sinterização, foi observado pelo Perito que o autor não utilizava o protetor auditivo plug fornecido na Portaria, fato este que vai de encontro ao item 6.6.1 da NR-06, principalmente nas seguintes alíneas: "b" - exigir seu uso; "d" - orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação. Importante ressaltar que ninguém abordou o autor e exigiu a utilização do referido EPI auditivo" (grifei - id. 3310499 - Pág. 9). O reclamante, por sua vez, em depoimento pessoal (id. 9d6afc1 - de 1:55 até 3:40 da gravação) disse o seguinte: "ah, tinha fiscalização, mas não pegavam no pé da gente assim, não; se usasse ou não usasse, deixavam pra lá" (id. 9d6afc1 - de 2:50 a 2:58 na gravação). Nota-se que o depoimento do trabalhador corrobora a narrativa fática trazida pelo perito no trecho do laudo supracitado: os protetores auriculares eram fornecidos pela empregadora, mas as exigências e orientações de uso desses EPIs não eram feitas com a devida rijeza (item 6.6.1, "b" e "d", da Norma Regulamentadora nº 6). Dessa forma, e tendo em vista que a reclamada não apresentou a Ficha de Controle e Fornecimento de EPI, entendo ser devido ao reclamante o adicional de insalubridade em grau médio - por exposição a ruídos superiores ao limite de tolerância estabelecido pelo Anexo nº 1 da NR-15, e sem a devida proteção individual -, com reflexos sobre aviso prévio, férias + 1/3, 13º salários, horas extras e FGTS."

Assim, a r. decisão do Tribunal Regional não pode ser reexaminada, pois, para se concluir de forma distinta, seria imprescindível o reexame do quadro fático-probatório dos autos, procedimento vedado em sede extraordinária, consoante Súmula 126 do TST, o que afasta, de pronto, a alegação de ofensa aos dispositivos de lei e da Constituição Federal invocados, bem como a pretendida divergência jurisprudencial.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001298-85.2016.5.20.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	PEDRO FERREIRA JUNIOR
Advogado	Dr. Patrick Diego Dias da Silva Cavalcante Coutinho(OAB: 3616-A/SE)
Agravado	EDIVALDO BARBOSA
Advogado	Dr. Lucas Matheus Oliveira de Melo(OAB: 6146-A/SE)
Agravado	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SERGIPE
Advogada	Dra. Cláudia Barbosa Guimarães Andrade(OAB: 2398/SE)
Agravado	LINK SERVICE CONSTRUCOES & INCORPORACOES LTDA - EPP
Agravado	PAULO ROBERTO FERREIRA DE ARAGAO

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SERGIPE
- EDIVALDO BARBOSA
- LINK SERVICE CONSTRUCOES & INCORPORACOES LTDA - EPP

- PAULO ROBERTO FERREIRA DE ARAGAO
- PEDRO FERREIRA JUNIOR

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o Recurso.
Regular a representação processual.
Preparo dispensado (de acordo com art.855-A,§1º,inc.II da CLT)
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
AUSÊNCIA DE DESVIO DE FINALIDADE, CONFUSÃO PATRIMONIAL OU ABUSO DE DIREITO A JUSTIFICAR O REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO
Insurge-se a Recorrente contra o Acórdão Regional, alegando que "[?] determinou o redirecionamento da execução em face da recorrente, em sede de incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, ainda que não constatada qualquer desvio de finalidade, confusão patrimonial ou abuso de direito a justificar o indevido redirecionamento".
Aduz que a Corte Regional acolheu o pleito da Desconsideração da Personalidade Jurídica apenas levando em conta o estado de insolvência da devedora principal.
Indica violação dos arts. 5, inciso LIV da CF, art. 134 §4 e art. 795 do CPC, bem como art. 50 do CC.
Analiso.
De início, ressalto ser incabível o exame de divergência jurisprudencial, súmulas ou artigos infraconstitucionais, por se tratar de Recurso de Revista interposto em execução de Sentença, a teor do artigo 896, §2º, da CLT.
Não vislumbro ofensa aos dispositivos constitucionais apontados, porquanto sobressai do excerto supra que a conclusão da Turma Regional, no sentido de ratificar o comando sentencial quanto à determinação de que o incidente de desconsideração da personalidade jurídica é cabível e atende aos requisitos do art.50 do CC e conforme dispõe os artigos 133 a 137 do CPC e 855-A da CLT .
Dessa forma, a revisão das premissas fáticas fixadas no Acórdão atacado esbarra no que dispõe a Súmula nº 126, do TST, inviabilizando o prosseguimento do Apelo, inclusive por dissenso entre julgados.
Nesse contexto, resulta inviável o seguimento do Apelo.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao Recurso de Revista interposto por PEDRO FERREIRA JUNIOR.

Examino.
Não há que se falar em ofensa aos princípios constitucionais quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, quanto ao Juízo Regional de Admissibilidade, ressalte-se que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
Na situação dos autos, não procede a alegação de ofensa aos dispositivos da Constituição Federal apontados, quando a lide está adstrita ao exame de legislação infraconstitucional, visto que essa circunstância impossibilita a configuração de sua violação literal e direta. A discussão, deste modo, não se exaure na Constituição Federal.
Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. CONVERSÃO DO TEMPO COMUM EM TEMPO ESPECIAL. VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 279 DO STF. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA - ARE 748.371. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É inviável o processamento do apelo extremo quando a ofensa a dispositivo constitucional se dá de maneira reflexa e indireta, pois requer o exame prévio da orientação firmada sobre tese infraconstitucional pela instância ordinária. 2. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o Tribunal de origem, quanto ao preenchimento dos requisitos necessários à concessão de aposentadoria, seria imprescindível o reexame dos fatos e provas. Incidência da Súmula 279 do STF. 3. O Supremo Tribunal Federal já assentou, sob a sistemática da repercussão geral, que suposta ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e dos limites da coisa julgada, quando a violação é debatida sob a ótica infraconstitucional, não apresenta repercussão geral, o que torna inadmissível o recurso extraordinário. (RE 748.371-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 1º.08.2013 tema 660). 4. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, CPC." (RE 1004169 AgR / RS, Relator Ministro Edson Fachin. Publicado em 29.3.2017).
DIREITO CIVIL. POSSE. PROPRIEDADE. COISA JULGADA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, da Lei Maior, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à

competência jurisdicional extraordinária prevista no art. 102 da Magna Carta. 2. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. 3. Agravo regimental conhecido e não provido." (ARE 944003 AgR/GO, Relatora Ministra Rosa Weber. Publicado em 12.4.2016) - (grifei).

Por oportuno, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que violação reflexa ou indireta de dispositivo da Constituição não viabiliza recurso de natureza extraordinária. Eis o teor da Súmula 636 do STF:

"NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE, QUANDO A SUA VERIFICAÇÃO PRESSUPONHA REVER A INTERPRETAÇÃO DADA A NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS PELA DECISÃO RECORRIDA."

Por fim, a diretriz que se extrai da Orientação Jurisprudencial 123 da SBDI-2 do TST (analogicamente) é de que a ofensa à coisa julgada supõe dissonância patente entre as decisões exequenda e rescindenda, o que não se verifica quando se faz necessária a interpretação do título executivo judicial para se concluir pela lesão à coisa julgada, tal como na hipótese dos autos.
Assim, constato a impossibilidade do conhecimento do recurso de revista interposto nesta fase de execução em virtude do que preveem o art. 896, § 2.º, da CLT e as Súmulas 266 do TST e 636 do STF.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Incólumes os dispositivos invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010630-30.2017.5.03.0061

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
Advogado	Dr. Jorge Antônio Freitas Alves(OAB: 105623-A/MG)
Advogado	Dr. Fernando Santos Braga(OAB: 114567-A/MG)
Agravado	LUIZ CARDOSO DOS SANTOS
Advogado	Dr. Emanoel Adriano Viana(OAB: 118915-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL
- LUIZ CARDOSO DOS SANTOS

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Transcendência.
Nos termos do art. 896-A, § 6º da CLT, não compete aos Tribunais Regionais, mas exclusivamente ao C. TST, examinar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Formação, Suspensão e Extinção do Processo / Coisa Julgada.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Insalubridade.
Trata-se de recurso em processo submetido ao RITO SUMARÍSSIMO, com cabimento restrito às hipóteses em que tenha havido contrariedade a Súmula de jurisprudência uniforme do C. TST e/ou violação direta de dispositivo da Constituição da República, Súmula Vinculante do E. STF, a teor do § 9º do art. 896 da CLT (redação dada pela Lei 13.015/14).
Registro que em casos tais é igualmente incabível o Recurso de Revista ao fundamento de alegado desacordo com OJ do C.TST, em consonância com a sua Súmula 442.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra violação literal e

direta de qualquer dispositivo da Constituição da República ou contrariedade com Súmula do C. TST ou Súmula Vinculante do E. STF, como exige o citado preceito legal.

Inviável o seguimento do recurso no tocante à coisa julgada, diante da conclusão da Turma no sentido de que (...)

A caracterização da insalubridade envolve questão intrincada, como já demonstrado. Ademais, sequer é possível afirmar que o levantamento efetuado na ação coletiva levou em consideração aspectos específicos do trabalhador, mesmo porque o laudo efetuado naquela ação não veio aos autos. Por consequência, entendo que a decisão proferida na demanda movida pelo sindicato não impede o trabalhador de discutir, individualmente, a situação ambiental que enfrentou.

Nesse contexto, não constato ofensa direta e literal aos incisos II e XXXVI do art. 5º da CR, inexistindo afronta direta ao direito de propriedade, a direito adquirido, ato jurídico perfeito ou coisa julgada.

Quanto ao adicional de insalubridade, verifico que a recorrente não indica conflito com Súmula do TST ou com Súmula Vinculante do E. STF, nem violação de dispositivo constitucional, limitando-se a apontar ofensa a norma infraconstitucional, além de apresentar arestos para fins de cotejo de teses, o que não se enquadra na hipótese restritiva de cabimento do recurso, como estabelecido no § 9º do art. 896 da CLT.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "Coisa Julgada - Adicional de Insalubridade", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 296, 333 e 442 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010473-49.2016.5.15.0064

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Procurador	Dr. Denis de Lima Sabbag
Agravado	BRUNO RODRIGO JARDIM DA SILVA
Advogada	Dra. Maristela Aparecida Steil Basan(OAB: 118261-A/SP)
Agravado	AVISEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- AVISEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI
- BRUNO RODRIGO JARDIM DA SILVA
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 651/654) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 635/638).

Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.

O Ministério Público do Trabalho opina pelo não provimento ao agravo de instrumento, fls. 669/672.

É o relatório.

O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 07/07/2021 e apelo protocolado em 23/07/2021), sendo inexigível o preparo.

A segunda reclamada renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.

Não tem razão.

Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.

No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse

aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Diante do princípio da aptidão do ônus da prova, competia ao ente público, e não ao trabalhador, comprovar a regularidade e eficácia da fiscalização, encargo processual do qual não se desincumbiu. No caso, tal fiscalização não existiu, ou não foi eficiente a fim de evitar os transtornos relatados na inicial."(fls. 501)

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei

nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010977-06.2020.5.15.0132

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Procurador	Dr. Leonardo Warmling Candido da Silva
Agravado	CRISTIANE EPIFANIO
Advogado	Dr. Ramirez Melo Nogueira(OAB: 318141-A/SP)

Advogado	Dr. Fernando Henrique Rodrigues Junior(OAB: 333015-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTIANE EPIFANIO
- MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 267/273) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 261/262).
Contraminuta às fls. 275/278.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo não provimento do agravo de instrumento, fls. 289/290.
É o relatório.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 23/08/2021 e apelo protocolado em 23/08/2021), isento do preparo.
O reclamado, ora agravante, renova o inconformismo acerca da matéria "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO". Contudo, não obstante as alegações recursais, verifica-se que, às fls. 257/258, a parte agravante transcreveu integralmente o tópico recorrido, sem efetuar nenhum destaque.
A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º -A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA . Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"[...] III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido [...]" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/05/2021 - destaque acrescido).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010368-43.2015.5.15.0085

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	FEDRIGONI BRASIL PAPEIS LTDA
Advogado	Dr. Alberto Gris(OAB: 123100/SP)
Advogado	Dr. Luís Augusto Egydio Canedo(OAB: 196833/SP)
Agravado	ADELINO ALVES DA COSTA
Advogado	Dr. Eduardo Alamino Silva(OAB: 246987-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADELINO ALVES DA COSTA
- FEDRIGONI BRASIL PAPEIS LTDA

I - PRELIMINARMENTE

A parte executada, mediante a petição Pet - 351714-04/2021, informa que foi proferida sentença na RT 0011352-85.2019.5.15.0085, que altera o estado de fato das condições de trabalho da parte exequente quanto ao adicional de insalubridade objeto da presente execução. Requer o retorno dos autos para nova liquidação e, subsidiariamente, a suspensão do presente processo até o trânsito em julgado da segunda ação ajuizada sobre o mesmo assunto (RT 0011352-85.2019.5.15.0085), para se evitar decisões divergentes e enriquecimento sem causa do autor.
Analiso.
Considerando a impossibilidade de reexame de questão de fato por esta Corte, a teor da Súmula 126 do TST, e que o TRT, no acórdão do agravo de petição, delimitou que, "enquanto no presente feito o demandante exerceu a função de mecânico de manutenção, naquele outro, o autor reivindica o adicional de insalubridade em razão do exercício da função de pedreiro oficial (ID a5a0b73)", indefiro o pedido.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA PARTE EXECUTADA
Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso.
Regular a representação processual.
Desnecessário o preparo.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Nos termos do art. 896, § 2º, da CLT, somente caberá recurso de revista, das decisões proferidas emexecução, por ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Preclusão / Coisa Julgada.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Insalubridade.
O v. acórdão manteve a r. sentença que entendeu que não há ofensa à coisa julgada, condenando a ré apagar adicional de insalubridade em grau máximo, durante o período laboral não-prescrito, nos seguintes termos:
"Após a homologação dos cálculos de liquidação, a executada opôs embargos à execução, alegando violação à coisa julgada, porquanto o pedido de adicional de insalubridade teria se limitado aos 60 meses anteriores à distribuição da ação (ID 5f8e6cb).
O MM. Juízo de origem julgou improcedente a medida oposta, fundamentando que (ID db55ed0):
"Nos termos do Art. 323 do NCPC (Art. 290 do CPC/73), na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor, e serão incluídas na condenação, enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las. Dessa forma, não é possível delimitar a condenação apenas às 60 parcelas vencidas até a propositura da ação soba alegação de que não houve pedido em parcelas vincendas.
Além disso, a r. sentença também não delimitou a condenação até a propositura da ação (fls. 187):
Diante dessas constatações, defiro o pleito obreiro, condenando a ré apagar adicional de insalubridade em grau máximo, durante o período laboral não-prescrito.
Enquanto não demonstrado que sobreveio modificação no estado de fato ou de direito (Art. 505, I, do NCPC), o adicional de insalubridade é devido."
Contra essa decisão a executada interpôs agravo de petição, renovando os argumentos lançados nos embargos à execução.
Não se verifica, in casu, ofensa à coisa julgada, na medida em que, tratando-se de relação jurídica continuativa, com obrigação que se repete mês a mês, consideram-se incluídas no pedido as parcelas vincendas independentemente de declaração expressa, nos moldes do art. 323 do CPCP:
"Art. 323. Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor, e serão incluídas na condenação, enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las."
Ademais, segundo consta dos autos, o exequente continua laborando na executada, sob as mesmas condições, sendo-lhe devido o adicional de insalubridade enquanto não demonstrado que sobreveio modificação no estado de fato ou de direito (Art. 505, I, do NCPC).
De outro lado, não prospera o pleito subsidiário para que o adicional de insalubridade seja apurado até a data definida na prova pericial dos autos n. 0011352-85.2019.5.15.0085, uma vez que as atividades exercidas são distintas: enquanto no presente feito o demandante exerceu a função de mecânico de manutenção, naquele outro, o autor reivindica o adicional de insalubridade em razão do exercício da função de pedreiro oficial (ID a5a0b73).
Por tais fundamentos, mantém-se a decisão agravada".
Conforme se verifica, a decisão não viola os dispositivos constitucionais invocados. A afronta, se caracterizada, é de forma reflexa, não preenchendo, assim, os requisitos do art. 896, § 2º, da CLT e da Súmula 266 do C. TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Examino.
Não há que se falar em ofensa aos princípios constitucionais quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, quanto ao Juízo Regional de Admissibilidade, ressalte-se que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST,

nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.

Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema COISA JULGADA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. RELAÇÃO DE TRABALHO DE TRATO SUCESSIVO., emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas na Súmula 266 do TST e no art. 896, § 2º, CLT.

Extrai-se do acórdão regional que a decisão de mérito, transitada em julgado, prevê a condenação da parte executada ao pagamento do adicional de insalubridade, no grau máximo, por todo o período não prescrito, ressaltando que "O adicional de insalubridade é salário-condição, ou seja, o empregado recebe enquanto exerce atividades em condições insalubres (art. 192 da CLT).". O TRT, ainda, delimitou que a parte exequente permanece trabalhando para a parte executada, nas mesmas condições, "sendo-lhe devido o adicional de insalubridade enquanto não demonstrado que sobreveio modificação no estado de fato ou de direito (Art. 505, I, do NCPC)".

O TRT, portanto, ao manter os cálculos de liquidação homologados pelo Juízo de primeiro grau, no sentido de que são devidas as parcelas vincendas decorrentes do adicional de insalubridade, pelo fato de a parte exequente permanecer trabalhando para a parte executada nas mesmas condições, sem alteração do estado de fato ou de direito, decidiu em conformidade com o que determina a coisa julgada.

Para se chegar a conclusão diversa, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório, expediente vedado a esta Corte, a teor da Súmula 126 do TST.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Assim, incólumes os dispositivos constitucionais invocados.

Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.

Por fim, registre-se que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001203-36.2018.5.11.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DO AMAZONAS
Procurador	Dr. Indra Mara Bessa
Agravado	EMINA BRAGA PINHEIRO
Advogada	Dra. Juliana Souza Rodrigues(OAB: 10547-A/AM)
Advogado	Dr. Luiz Henrique Zubaran Ossuosky Filho(OAB: 7537-A/AM)
Agravado	TOTAL SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS E ENFERMAGEM LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- EMINA BRAGA PINHEIRO
- ESTADO DO AMAZONAS
- TOTAL SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS E ENFERMAGEM LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 302/314) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 277/288).

Contraminuta apresentada às fls. 322/326.

O Ministério Público do Trabalho preconiza o prosseguimento do feito, ressalvando eventual pedido de intervenção por ocasião do julgamento da causa, fls. 332/333.

É o relatório.

O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 26/07/2021 e apelo protocolado em 28/07/2021), sendo inexigível o preparo.

O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.

Não tem razão.

Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.

No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, consignou:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto,

não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Rel.ª Min.ª Rosa Weber, DJe de 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA. No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T., julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, 2ª T., julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, 2ª T., julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T ., julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg. em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração, o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando. Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços. No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, SbDI-1, Rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT de 22/05/2020 - destaques acrescidos).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, ante o registro no acórdão de que o tomador de serviços não produziu nenhuma prova de que tivesse cumprido sua obrigação de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas devidas por seu contratado, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Quanto à responsabilidade subsidiária, in casu, não restou demonstrada sua efetiva fiscalização quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas em relação à reclamante. É para a Administração possível verificar se o empregador direto cumpre com as obrigações trabalhistas, tais como pagamentos de salários, férias, com seu terço, 13os. salários e FGTS (depósitos regulares), dentre outros. Basta cobrar recibos de quitação de tais verbas antes do repasse do pagamento pelos serviços prestados. Afinal, em tal contraprestação o patrão direto já incluiu em seu preço todas estas verbas. Se as recebe e não as repassa aos seus profissionais se locupleta indevidamente. Sem este cuidado da Administração, não demonstrado nos autos, é evidente a culpa in vigilando. O Estado recorrente não apresentou tais documentos os quais deveria exigir mensalmente para resguardar sua responsabilidade. Está demonstrado que o ente público não acompanhou, nem fiscalizou a contento o cumprimento do pactuado." (fls. 218).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST, o que atrai a aplicação do óbice previsto no artigo 896, § 7º, da CLT e na Súmula 333 do TST. Diante do exposto, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0001219-42.2018.5.09.0325

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	ALESSANDRO DA SILVA
Advogado	Dr. Márcio Toesca de Oliveira(OAB: 53177-A/PR)
Agravante e Agravado	USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Advogado	Dr. Indalécio Gomes Neto(OAB: 23465 -A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALESSANDRO DA SILVA
- USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento aos seus recursos de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMANTE
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / PARTES E PROCURADORES / SUCUMBÊNCIA / HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
A Lei 13.015/2014 acrescentou o § 1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:
§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;
II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.
A parte recorrente deixou de atender o disposto no inciso I, do § 1º-A, do artigo supracitado, pois a forma como procedeu não supre a exigência legal.
Segue ser assente o entendimento que a parte que recorre deve reproduzir o trecho da decisão que lhe foi desfavorável de forma razoavelmente destacada, em que constem todos os motivos e fundamentos adotados pela Turma, o que não foi observado.
A exigência consiste em apontar o prequestionamento - salvo vício nascido na própria decisão - e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a mera indicação de folha do trecho do acórdão, com a sinopse da decisão ou, ainda, com a transcrição parcial dos fundamentos adotados, da ementa, da parte dispositiva ou do inteiro teor do acórdão recorrido, devendo a parte destacar (negritar, sublinhar ou grifar) exatamente o ponto central da tese objeto do recurso. Isso porque, segundo o entendimento prevalecente naquele tribunal, a transcrição genérica, sem o destaque nos moldes acima da exata tese jurídica impugnada, não permite identificar e confirmar onde reside o exigido requisito legal (prévio questionamento). Não basta, portanto, transcrever apenas trechos que não abranjam toda a fundamentação utilizada, pois se deixa de demonstrar a confrontação inclusive analítica com cada ponto questionado (item III, do §1º-A acima transcrito), bem assim não é suficiente a transcrição do tópico inteiro do recurso, sem destacar a tese objeto do confronto.
Cito a título de exemplo, a seguinte decisão da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho:
"AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA. REGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DA ÍNTEGRA DA DECISÃO REGIONAL EM RELAÇÃO AO TEMA. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE. O cabimento de recurso de embargos contra acórdão de Turma se restringe às hipóteses previstas no art. 894, II, e § 2º, da CLT, não se considerando atual a divergência superada por iterativa e notória jurisprudência desta Corte, no sentido de que não preenche o requisito previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, a transcrição integral do acórdão regional em relação ao tema objeto do recurso de revista, sem o devido destaque quanto ao ponto em discussão. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgR-E-ED-ED-ARR - 556-25.2013.5.12.0054, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, data de julgamento: 14/12/2017, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, data de publicação: DEJT 19/12/2017).
No mesmo sentidosão os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST-AIRR-1160-68.2014.5.02.0073, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 14/12/2016, 7ª Turma, acórdão publicado no DEJT de 03/02/2017; TST-RR-18177-29.2013.5.16.0020 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-104-15.2014.5.08.0014, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, acórdão publicado no DEJT de 06/05/2016; TST-AIRR-10033-37.2014.5.14.0101, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-10982-58.2014.5.14.0005, 4ª Turma, Relator Ministro João Oreste Dalazen, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-163-91.2013.5.11.0551, 5ª Turma, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, acórdão publicado no DEJT de 22/04/2016; TST-AIRR-1410-22.2013.5.07.0001, 6ª Turma, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, acórdão publicado no DEJT de 06/05/2016; TST-AIRR-11680-81.2014.5.03.0163, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Brandão, acórdão publicado no DEJT de 04/03/2016.
Pelo exposto, inviável o conhecimento do recurso de revista, porque não atendido pela parte recorrente o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Denego.
CONCLUSÃO
Denego seguimento".

O Tribunal Regional não admitiu o recurso de revista em razão da não observância as disposições do art. 896, § 1º-A, da CLT, com a redação dada pela Lei 13.015/14, na medida em que "a parte recorrente deixou de atender o disposto no inciso I, do § 1º-A, do artigo supracitado, pois a forma como procedeu não supre a exigência legal".
No agravo de instrumento a parte não ataca os fundamentos da decisão que não admitiu o recurso de revista, apenas renova os fundamentos do recurso de revista. Incide, pois, a Súmula 422 desta Corte "não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida".

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / ATOS PROCESSUAIS / NULIDADE / NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.
O recurso de revista como instrumento recursal de natureza extraordinária, possui fundamentação vinculada. A vinculação da fundamentação do recurso de revista encontra-se disciplinada no art. 896, da CLT.
Para além da necessária vinculação entre a decisão recorrida e as hipóteses de cabimento, o §1º-A, do mesmo art. 896, em seu inciso I, traz um importante requisito, que deve ser obrigatoriamente observado pela parte recorrente, sob pena do não conhecimento do recurso. Eis o teor da norma jurídica ora em comento:
"§ 1o-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;"
A parte recorrente não observou o que determina o inciso I do § 1º-A do art. 896 da Consolidação, porque transcreveu o trecho da decisão recorrida mas sem destacar de forma razoável qual a controvérsia objeto do recurso.
A jurisprudência do TST, ao interpretar essa exigência, pacificou o entendimento segundo o qual a exigência de indicação do trecho da decisão somente se preenche quando a parte recorrente destaca (negritando, sublinhando ou grifando) exatamente o ponto central da tese objeto do recurso. O pressuposto legal não se atende com a mera indicação de folha do trecho do acórdão, com a sinopse da decisão ou, ainda, com a transcrição parcial dos fundamentos adotados, da ementa, da parte dispositiva ou do inteiro teor do acórdão recorrido.
No sentido do acima exposto são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: AIRR-1360-51.2011.5.15.0095, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 10/02/2020; AIRR-1653-42.2010.5.02.0087, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/02/2020; ARR-12177-43.2014.5.15.0137, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 07/01/2020; RR-1000868-96.2017.5.02.0320, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 13/12/2019; Ag-AIRR-10787-09.2016.5.15.0124, 7ª Turma, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 07/02/2020; Ag-AIRR-1423-36.2014.5.09.0678, 7ª Turma, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 07/02/2020; Ag-ARR-1640-15.2011.5.09.0022, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 19/12/2019; Ag-RR-285-51.2013.5.04.0761, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 29/11/2019; AgR-E-ED-ED-ARR - 556 -25.2013.5.12.0054, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, data de julgamento: 14/12/2017, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, data de publicação: DEJT 19/12/2017; E-ED-RR - 172500-89.2013.5.17.0011, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, data de julgamento: 16/11/2017, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, data de publicação: DEJT 24/11/2017.
Ante tanto, é inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Denego.
DURAÇÃO DO TRABALHO / INTERVALO INTRAJORNADA.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO / CUMPRIMENTO / EXECUÇÃO / VALOR DA EXECUÇÃO / CÁLCULO / ATUALIZAÇÃO.
É inviável o conhecimento do recurso de revista nos tópicos"DO INTERVALO DO ART. 72 DA CLT" e "DA LIMITAÇÃO AO VALOR DA CAUSA"
A Lei 13.015/2014 acrescentou o § 1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:
§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;
II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.
A parte recorrente deixou de atender o disposto no inciso I, do § 1º-A, do artigo supracitado, pois a forma como procedeu não supre a exigência legal.
Segue ser assente o entendimento que a parte que recorre deve reproduzir o trecho da decisão que lhe foi desfavorável de forma razoavelmente destacada, em que constem todos os motivos e fundamentos adotados pela Turma, o que não foi observado.
A exigência consiste em apontar o prequestionamento - salvo vício nascido na própria decisão - e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a mera indicação de folha do trecho do acórdão, com a sinopse da decisão ou, ainda, com a transcrição parcial dos fundamentos adotados, da ementa, da parte dispositiva ou do inteiro teor do acórdão recorrido, devendo a parte destacar (negritar, sublinhar ou grifar) exatamente o ponto central da tese objeto do recurso. Isso porque, segundo o entendimento prevalecente naquele tribunal, a transcrição genérica, sem o destaque nos moldes acima da exata tese jurídica impugnada, não permite identificar e confirmar onde reside o exigido requisito legal (prévio questionamento). Não basta, portanto, transcrever apenas trechos que não abranjam toda a fundamentação utilizada, pois se deixa de demonstrar a confrontação inclusive analítica com cada ponto questionado (item III, do §1º-A acima transcrito), bem assim não é suficiente a transcrição do tópico inteiro do recurso, sem destacar a tese objeto do confronto.
Cito a título de exemplo, a seguinte decisão da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho:
"AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA. REGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DA ÍNTEGRA DA DECISÃO REGIONAL EM RELAÇÃO AO TEMA. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE. O cabimento de recurso de embargos contra acórdão de Turma se restringe às hipóteses previstas no art. 894, II, e § 2º, da CLT, não se considerando atual a divergência superada por iterativa e notória jurisprudência desta Corte, no sentido de que não preenche o requisito previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, a transcrição integral do acórdão regional em relação ao tema objeto do recurso de revista, sem o devido destaque quanto ao ponto em

discussão. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgR-E-ED-ED-ARR - 556-25.2013.5.12.0054, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, data de julgamento: 14/12/2017, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, data de publicação: DEJT 19/12/2017).

No mesmo sentidosão os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST-AIRR-1160-68.2014.5.02.0073, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 14/12/2016, 7ª Turma, acórdão publicado no DEJT de 03/02/2017; TST-RR-18177-29.2013.5.16.0020 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-104-15.2014.5.08.0014, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, acórdão publicado no DEJT de 06/05/2016; TST-AIRR-10033-37.2014.5.14.0101, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-10982-58.2014.5.14.0005, 4ª Turma, Relator Ministro João Oreste Dalazen, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-163-91.2013.5.11.0551, 5ª Turma, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, acórdão publicado no DEJT de 22/04/2016; TST-AIRR-1410-22.2013.5.07.0001, 6ª Turma, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, acórdão publicado no DEJT de 06/05/2016; TST-AIRR-11680-81.2014.5.03.0163, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Brandão, acórdão publicado no DEJT de 04/03/2016.

Pelo exposto, inviável o conhecimento do recurso de revista, porque não atendido pela parte recorrente o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Denego.

CONCLUSÃO

Denego seguimento".

Não procede a alegada ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da legalidade (art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal) quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL", "INTERVALO INTRAJORNADA" e "LIQUIDAÇÃO - CUMPRIMENTO", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

Registre-se, ainda, que a parte recorrente apresentou divergência jurisprudencial para calcar o recurso de revista, contudo no que diz respeito ao conhecimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, também não é bastante a reprodução de arestos com que se pretende demonstrar divergência jurisprudencial. Com efeito, além dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT, a parte deve cumprir o art. 896, § 8º, da CLT, no sentido de "produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (Súmula 337 do TST). Ou seja, incumbe à parte efetuar o cotejo analítico da decisão recorrida com a decisão paradigma, de forma a demonstrar que há dissenso interpretativo nas normas que regem uma mesma situação.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento aos agravos de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010282-83.2020.5.03.0165

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	MARCO ANTONIO DE ANDRADE
Advogado	Dr. Marco Antônio de Andrade(OAB: 69055-A/MG)
Advogada	Dra. Bruna Ferreira Barros(OAB: 142611-A/MG)
Advogado	Dr. Frank Vinicius Paskauskas(OAB: 179523-A/MG)
Agravante e Agravado	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS - FUPAC E OUTRA
Advogado	Dr. Mário Henrique Mayumi Valério(OAB: 119544-A/MG)
Advogado	Dr. Wanderson Marquiori Gomes de Oliveira(OAB: 122203-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS - FUPAC E OUTRA
- MARCO ANTONIO DE ANDRADE

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento aos seus recursos de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais

superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMANTE
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / ATOS PROCESSUAIS / NULIDADE / NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.
Não há nulidade por negativa de prestação jurisdicional (Súmula 459 do TST). A Turma valorou livremente a prova, atenta aos fatos e circunstâncias da lide, apreciando todas as questõesque lhe foram submetidas, fundamentando-as conforme exige a lei (artigos 131 do CPC c/c 832 da CLT), não havendo as violações sustentadas no recurso.
Observo, de toda sorte, que o magistrado não está obrigado a responder todos os questionários da parte, tampouco a abarcar, de modo expresso, todas as premissas indicadas como pertinentes pela parte. A propósito, registro que a norma constante no art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015, não impõe ao julgador analisar todos os argumentos trazidos pelas partes, mas apenas aqueles "argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgado", dever que não foi desrespeitado no acórdão recorrido.
Seguindo semelhante linha de entendimento, a propósito, a SBDI-I, do TST consagrou, na OJ 118, que "havendo tese explícita sobre a matéria, na decisão recorrida, desnecessário contenha nela referência expressa do dispositivo legal para ter-se como prequestionado este". A exigência constitucional (art. 93, IX) é a de que a decisão seja fundamentada, o que foi observado.
Por fim, registro quearestos trazidos à colação, provenientes de Turmas do TST, deste Tribunal ou deórgãos não mencionados na alínea "a" do art. 896 da CLT, não se prestam ao confronto de teses.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Não prospera a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que o egrégio Tribunal Regional atendeu ao comando dos artigos 832 da CLT, 489 do NCPC (458 do CPC) e 93, IX, da Constituição Federal e entregou a entrega jurisdicional que entendeu pertinente e se manifestou sobre todos os aspectos que inferiu relevantes para o deslinde da causa, inclusive complementando sua decisão no julgamento dos aclaratórios. Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A, § 6ºda CLT, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
CATEGORIA PROFISSIONAL ESPECIAL / PROFESSORES / HORA EXTRA / ADICIONAL.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seu tema e desdobramentos, não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, nem contrariedade com Súmula de jurisprudência uniforme do TST ou Súmula Vinculante do STF, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exigem as alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT.
Consta do acórdão recorrido:
O art. 320, caput e § 1º, da CLT, vincula a remuneração devida ao professor ao número de aulas semanais, na conformidade dos horários, levando-se em consideração para o pagamento mensal que cada mês é constituído de quatro semanas e meia.
Nesse contexto, diante dos horários apresentados (Id 0057728 e seguintes), com previsão de 18 horas-aula semanais inicialmente contratadas, e dos demonstrativos de pagamento, que revelam o pagamento correspondente a 81 horas-aula por mês, a decisão que reconheceu o módulo mensal de 81 horas mensais (18x4,5 = 81) está em consonância com a norma legal específica que rege a matéria, não havendo se falar na aplicação da regra geral descrita no art. 7º, XIII, da CF/1988.
Considerando as premissas fático-jurídicasdelineadas no acórdão, especialmente as acima reproduzidas, não se vislumbra possível violação literal e direta aos dispositivos da Constituição Federal e da legislação federal invocados.
Demais,oacórdão recorrido está lastreado em provas. Incabível, portanto, o recurso de revista para reexame de fatos e provas, nos termos da Súmula 126 do TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "HORA EXTRA", emergem como

obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.

A decisão reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula nº 126 desta Corte.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

Registre-se, ainda, que a parte recorrente apresentou divergência jurisprudencial para calcar o recurso de revista, contudo no que diz respeito ao conhecimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, também não é bastante a reprodução de arestos com que se pretende demonstrar divergência jurisprudencial. Com efeito, além dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT, a parte deve cumprir o art. 896, § 8º, da CLT, no sentido de "produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (Súmula 337 do TST). Ou seja, incumbe à parte efetuar o cotejo analítico da decisão recorrida com a decisão paradigma, de forma a demonstrar que há dissenso interpretativo nas normas que regem uma mesma situação.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento aos agravos de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000966-65.2017.5.17.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	FABRICIO DELGADO SANTOS
Advogada	Dra. Flávia Aquino dos Santos(OAB: 8887/ES)
Advogado	Dr. Jeferson Ronconi dos Santos(OAB: 22175-A/ES)
Agravante e Agravado	SUBSEA 7 DO BRASIL SERVIÇOS LTDA.
Advogado	Dr. Luiz de Andrade Mendes(OAB: 46072/RJ)
Advogado	Dr. Silvia Helena Mauricio Martins(OAB: 146493-A/RJ)
Agravante e Agravado	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Luís Felipe Cunha(OAB: 52308-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABRICIO DELGADO SANTOS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SUBSEA 7 DO BRASIL SERVIÇOS LTDA.

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento aos seus recursos de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.

Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso (ciência da decisão em 30/07/2021 - fl(s). /Id ; petição recursal apresentada em 29/03/2021 - fl(s)./Id c1bf26a).

Satisfeito o preparo - fl(s)./Id 983188b, 8a0bcbb, 8a0bcbb , 3d2a0f0, d57640b e ed362f1 , d1fdcf1.

Contudo, o apelo não merece seguimento, por irregularidade de representação. Com efeito, verifica-se que o Dr. AUGUSTO CARLOS LAMÊGO JÚNIOR - OAB-ES 17.514, signatário do recurso, recebeu poderes para a representação processual da recorrente na procuração de Id 7fa8042, juntada no dia 24/11/2017. Ocorre que, em 30/06/2021, a parte recorrente juntou novo instrumento procuratório (Id 725cd00, 4b95124), no qual o subscritor do apelo não consta como outorgado.

Assim, considerando-se que no último instrumento procuratório juntado não houve ressalva dos poderes conferidos aos antigos patronos, e que a procuração posterior revoga a anterior, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 349, da SDI-I, do TST, patente a irregularidade de representação.

Vale registrar que é assente na jurisprudência do TST o

entendimento de que o que define a procuração como "nova" é a data da sua juntada, sendo irrelevante para tanto a data da outorga dos poderes pela parte.
Nesse sentido, eis o seguinte julgado da Corte Superior:
RECURSO DE EMBARGOS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI 11.496/2007. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. REGULARIDADE. JUNTADA POSTERIOR DE PROCURAÇÃO OUTORGADA ANTERIORMENTE À EXISTENTE NOS AUTOS. De acordo com o entendimento desta Subseção Especializada, a data da juntada do instrumento de mandato aos autos é o que define a procuração como nova, para fins de configuração da revogação tácita a que se refere a OJ 349/SBDI-1, e não a data da outorga de poderes. Há precedentes. Recurso de embargos conhecido e provido. (Processo: E-ED-AIRR - 106740-61.2005.5.01.0225 Data de Julgamento: 03/11/2011, Relator Ministro: Augusto César Leite de Carvalho, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 11 /11/2011)
Posicionamento também adotado nos processos: E-ED-AIRReRR-107000-17.2001.5.03.0034, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relatora Ministra Delaide Miranda Arantes, DEJT 02/09/2011; E-ED-ED-AIRR-26440- 32.2006.5.01.0014, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relatora Ministra Rosa Maria Weber, DEJT 20/05/2011; ED-A-AIRR-433340-50.2004.5.12.0039, 2ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 20/05/2011; AIRR-72700- 74.2011.5.17.0006, 4ª Turma, Relatora Desembargadora Convocada Sueli Gil El Rafihi, DEJT 05/12/2014.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA

Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR / INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL
Alegação(ões):
- Violação arts. 223-B CLT
- Divergência jurisprudencial
A parte recorrente pugna pela reforma do julgado quanto à sua condenação ao pagamento de indenização por danos morais ante a dispensa quando ainda incapacitado o obreiro.
Indicou o seguinte trecho do Acórdão:
"No entanto, importante observar que restou evidenciado nos autos que, ao tempo da dispensa, o autor não estava apto para o labor.
Em que pese o ASO demissional, realizado no dia 05/05/2017, quase um mês após a dispensa, tenha constatado a aptidão do autor para o labor, certo é que o documento de Id. 09cd909, atestado médico emitido no dia 31/03 /2017, informa a necessidade de afastamento do labor pelo período de 15 dias.
Somado a isso, o laudo pericial produzido nos autos confirmou a ausência de aptidão para o labor, em razão de patologia degenerativa na colunae, ainda, noticiou que o autor entrou em gozo de benefício previdenciário comum, a partir de 05 /2017.
Aliás, o fato de não constar ressalvas no ASO demissional ou na homologação da rescisão contratual, não alcança a extensão pretendida pela 1ª reclamada, diante do conjunto da prova constante dos autos.
Observo, ainda, que após a readmissão, ocorrida janeiro de 2018, por determinação judicial, o autor foi submetido ao ASO de retorno, que o considerou inapto para o labor, tendo permanecido em gozo de benefício previdenciário.
Sendo assim, correta a r. sentença de piso que considerou nula a dispensa ocorrida no dia 04/04/2017, restabelecendo o contrato de trabalho e determinando o pagamento dos salários do período de atestado médico (31/03 /2017 a 15/04/2017).
Por fim, observo que o pedido de dano moral, também, estava embasado no fato de que o obreiro estava incapacitado ao tempo da dispensa, o que, como visto acima, restou evidenciado nos autos.
Nesse passo, levando em consideração os fatos acima relatados, sem olvidar que o valor da condenação não deve ser nem tão grande que se converta em fonte de enriquecimento, nem tão pequeno que se torne inexpressivo para o réu, considero justo e razoável, fixar o dano moral, por esse fundamento, e R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Isto posto, acolho a prescrição total quanto ao pedido de indenização por dano moral e material, decorrente do acidente de trabalho e dou parcial provimento ao apelo da reclamada para fixar a indenização por danos morais, em razão da dispensa ilícita, no valor de R$ 5.000,00, e nego provimento ao apelo do autor. "
Ante o exposto, tendo a C. Turma manifestado entendimento no sentido de que "o pedido de dano moral, também, estava embasado no fato de que o obreiro estava incapacitado ao tempo da dispensa, o que, como visto acima, restou evidenciado nos autos", o que justifica a estipulação da indenização por danos morais no valor de R$5.000,00, considerando as circunstâncias da dispensa, não se verifica, em tese, a alegada violação, conforme exige a alínea "c" do artigo 896 Consolidado.
Ademais, o aresto transcrito não atende o requisito do confronto de teses, porque não contém a fonte oficial ou o repositório autorizado de jurisprudência em que teriam sido publicados. Não foram cumpridos os itens I e IV da Súmula 337 do Tribunal Superior do

Trabalho.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Esta Corte adota o posicionamento de que a sua alteração somente é possível nas hipóteses em que o montante fixado na origem mostra-se fora dos padrões da proporcionalidade e da razoabilidade.
Tal circunstância não se verifica nos presentes autos, em que o TRT condenou a reclamada ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
A propósito, cito os seguintes precedentes:

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. BANCO POSTAL. ASSALTO SOFRIDO PELO RECLAMANTE NAS DEPENDÊNCIAS DA RECLAMADA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. VALOR ARBITRADO EM R$ 8.000,00. MAJORAÇÃO DEVIDA. R$ 20.000,00. Conforme consta do acordão regional, "é fato incontroverso nos autos a ocorrência do assalto à Agência dos Correios de Boa Saúde, em que estava trabalhando o reclamante e na qual eram oferecidos serviços de correspondente bancário (banco postal), sendo o reclamante em seguida afastado do serviço em decorrência de doença psicológica, decorrente da situação de perigo vivenciada no ambiente laboral." e "o reclamante foi afastado do serviço por quatorze dias após o evento danoso, mediante atestado médico indicando a existência de "stress" pós-traumático (CID F-43.1), estando patente o sofrimento psicológico a que foi submetido o empregado, exposto a risco de morte diante o roubo praticado com arma de fogo, tal como declarado no Boletim de Ocorrência (Id. 2cfd5ed), evidenciando-se aqui a extensão do dano imposto ao empregado." O Tribunal Regional deu provimento ao recurso da reclamada para reduzir a indenização por danos morais para R$ 8.000,00 . Destacou que a reclamada não adotou medidas de segurança compatíveis com as novas atribuições que passou a desenvolver, como Banco Postal, o que evidencia sua negligência com os empregados. Todavia, concluiu " que o assalto não decorreu simplesmente da omissão da empresa quanto à segurança física do empregado, imputando-se a ocorrência especialmente à situação notória de falha dos serviços de segurança pública, o que mitiga a gravidade da culpa da reclamada ECT, de modo que o valor fixado na sentença - R$ 20.000,00 - não se mostra consentâneo com os parâmetros de confronto entre o dano sofrido, a culpabilidade do ofensor e o caráter reparatório, punitivo e pedagógico da indenização ". O artigo 5º, inciso V, da Constituição Federal prevê o direito de resposta proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem. O dispositivo apenas assegura o direito à indenização por dano moral, mas sem estabelecer critérios em relação a valores. Na fixação do valor da indenização, deve o julgador primar pela razoabilidade e pela proporcionalidade, considerando não apenas a extensão do dano, conforme preceitua o artigo 944 do Código Civil, mas a repercussão da condenação na esfera econômico-financeira do empregador, cuja atividade deve sempre ser preservada. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que não se admite a majoração ou diminuição do valor da indenização por danos morais nesta instância extraordinária, admitindo-a, no entanto, apenas nos casos em que a indenização for fixada em valores estratosféricos ou excessivamente módicos, como no caso, considerando-se o porte econômico da empregadora (empresa pública federal), a gravidade do fato, assalto à mão armada, que poderia ter resultado em ferimento do empregado e até mesmo em óbito, e a necessidade de induzir a empregadora, no futuro, a adotar outras medidas de segurança eficazes à proteção dos seus empregados. Nesse contexto, restabelece-se a sentença em que se fixou a indenização por danos morais em R$ 20.000,00. Recurso de revista conhecido e provido" (RR-19-31.2016.5.21.0003, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 15/12/2017)";

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. DANO MORAL. VALOR EXCESSIVAMENTE MÓDICO. Demonstrada possível violação do art. 5.º, V, da Constituição Federal, impõe-se o provimento do agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista. Agravo de instrumento provido. II - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. DANO MORAL. ASSALTO AO LOCAL DE TRABALHO. ECT. BANCO POSTAL. INDENIZAÇÃO. VALOR EXCESSIVAMENTE MÓDICO. O Tribunal Regional registrou que a reclamante foi vítima de assalto com arma de fogo no interior da Agência da ECT. Os elementos fáticos delineados evidenciam a gravidade da situação vivida pela reclamante e negligência da reclamada em não adotar medidas de segurança cabíveis. Portanto, não há dúvida de que o valor da indenização (R$ 5.000,00) se mostra irrisório, considerando as condições econômicas do ofensor e do ofendido e a gravidade do fato. Também se deve levar em conta a extensão do dano psíquico em potencial e as funções pedagógica e compensatória da indenização. Dessa forma, a indenização deve ser majorada para R$ 20.000,00. Recurso de revista conhecido e provido" (RR-649-27.2015.5.21.0002, 2ª Turma, Relatora Ministra Delaide Miranda Arantes, DEJT 12/05/2017)".

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Registre-se, ainda, que a parte recorrente apresentou divergência jurisprudencial para calcar o recurso de revista, contudo no que diz respeito ao conhecimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, também não é bastante a reprodução de arestos com que se pretende demonstrar divergência jurisprudencial. Com

efeito, além dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT, a parte deve cumprir o art. 896, § 8º, da CLT, no sentido de "produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (Súmula 337 do TST). Ou seja, incumbe à parte efetuar o cotejo analítico da decisão recorrida com a decisão paradigma, de forma a demonstrar que há dissenso interpretativo nas normas que regem uma mesma situação.

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMANTE
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / ATOS PROCESSUAIS / NULIDADE / CERCEAMENTO DE DEFESA
Alegação(ões):
- Violação arts. 5°, LV CF; 818 CLT: 373 CPC
- Divergência jurisprudencial
Sustenta a nulidade do julgado, por cerceamento do direito de defesa, ao argumento de que foi indeferida a produção probatória que entendia pertinente e necessária.
A C. Turma decidiu nos seguintes termos:
"De se ressaltar que, em que pese o especialista não tenha procedido a avaliação in loco, observou as informações fornecidas pelo próprio reclamante, quanto às atividades desenvolvidas na empresa ré.
Aliás, ao profissional Perito é conferida a discricionariedade no desenvolver da sua atividade, na medida em que cabe a ele decidir pela necessidade ou não de vistoria. Portanto, ainda que não tenha realizado a vistoria in loco, somente a quem caberia a necessidade de avaliar a realização de tais atos seria o próprio expert, sendo obrigação do mesmo, apenas, a realização de parecer conclusivo e devidamente fundamentado, o que ocorreu na hipótese dos autos.
Além disso, é certo que o perito analisou todos os documentos juntados pelo reclamante na inicial, de forma minuciosa e pormenorizada.
A segunda perícia, se realizada, tem por finalidade retificar eventual omissão ou inexatidão dos resultados, hipótese que não ocorreu no caso em comento, pois, conforme mencionado, o laudo pericial delineou com exatidão o alcance da perícia, respondendo aos quesitos e elaborando conclusão satisfatória ao deslinde da causa.
Assim, o mero inconformismo do recorrente, quanto ao resultado da perícia, que lhe foi desfavorável, não tem o condão de acarretar a nulidade da perícia e tampouco legitima a produção de segunda prova técnica."
Ante o exposto, não se verifica, em tese, a alegada violação, conforme exige a alínea "c" do artigo 896 Consolidado.
Ademais, as ementas trazidas a cotejo mostram-se inespecíficas à configuração da pretendida divergência interpretativa, porquanto não abordam a questão tal como os autos, em que restou desnecessária nova produção pericial já que o laudo produzido delineou com exatidão o alcance da perícia, respondendo a todos os quesitos de forma elucidatória (S. 296/TST).
RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR / INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL
Alegação(ões):
- Violação arts. 5°, V, X CF; 944 CCB
Pugna pela reforma do julgado para que seja majorado o valor da indenização por danos morais, ora arbitrado em R$5.000,00.
Contudo, o valor deferido a título de indenização por dano moral é questão atinente ao livre convencimento motivado do julgador que, levando em conta parâmetros já sedimentados na doutrina e jurisprudência pátrias atinentes à matéria, analisa circunstanciadamente cada caso concreto, como ocorreu na hipótese dos autos, nos termos acima assentados. Assim, não se verifica, em tese, a alegada violação, conforme exige a alínea "c" do artigo 896 Consolidado.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / PARTES E PROCURADORES / SUCUMBÊNCIA / HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS
Inviável o recurso quanto à matéria em epígrafe, porque não observado o disposto no artigo 896, §1º-A, I, da CLT. Com efeito, a transcrição do tópico inteiro do v. acórdão ou da integralidade da análise realizada pela C. Turma, quanto à matéria objeto do recurso, não atende à exigência do artigo 896, §1º-A, I, da CLT. É preciso que a parte transcreva o trecho do v. acórdão em que consta precisamente a tese regional impugnada no recurso de revista, ou, ao menos, que destaque de forma clara a tese adotada e contra a qual se insurge. Nesse sentido:
"EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. DECISÃO EMBARGADA PUBLICADA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015 /2014. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO APRESENTA A TRANSCRIÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE IDENTIFICA O PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA OBJETO DO APELO. REQUISITO LEGAL INSCRITO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI 13.015/2014. (...)
3 - Embora o dispositivo em comento utilize o verbo "indicar", referindo-se ao requisito formal ali inscrito, esta Corte Superior tem exigido a transcrição do trecho da decisão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, firme no entendimento de que a alteração legislativa empreendida pela Lei 13.015/2014, nesse aspecto, constitui pressuposto de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista e se orienta no sentido de propiciar a identificação precisa da contrariedade a dispositivo de Lei e a Súmula e do dissenso de teses, afastando-se os recursos de revista que impugnam de forma genérica a decisão regional e conduzem sua admissibilidade para um exercício exclusivamente subjetivo pelo julgador de verificação e adequação formal do apelo. Assim, a necessidade da transcrição do trecho que consubstancia a violação e as contrariedades indicadas, e da demonstração analítica da divergência jurisprudencial, visa a permitir a identificação precisa e objetiva da tese supostamente ofensiva a lei, à segurança das relações jurídicas e à isonomia das decisões judiciais, de modo que contribua para a celeridade da prestação jurisdicional, possibilite a formação de precedentes como elementos de estabilidade e a decisão do TST contribua para a formação da jurisprudência nacionalmente unificada. (...) (E-ED- RR - 552-07.2013.5.06.0231, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 09/06/2016, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 17 /06/2016)."
No mesmo sentido: ED-AIRR-41600-81.2009.5.01.0050, Rel. Min. Delaíde Miranda Arantes, 2ª Turma, DEJT 29/04/2016; AIRR - 10356-41.2013.5.15.0039 Data de Julgamento: 25/05/2016, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 03/06/2016; AIRR-65-63.2014.5.05.0026, Rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 12/02/2016; AIRR-369- 66.2014.5.10.0012, Rel. Min. Kátia Magalhães Arruda, 6ª Turma, DEJT 27/11/2015.
CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "CERCEAMENTO DE DEFESA", "INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL" e "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Registre-se, ainda, que a parte recorrente apresentou divergência jurisprudencial para calcar o recurso de revista, contudo no que diz respeito ao conhecimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, também não é bastante a reprodução de arestos com que se pretende demonstrar divergência jurisprudencial. Com efeito, além dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT, a parte deve cumprir o art. 896, § 8º, da CLT, no sentido de "produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (Súmula 337 do TST). Ou seja, incumbe à parte efetuar o cotejo analítico da decisão recorrida com a decisão paradigma, de forma a demonstrar que há dissenso interpretativo nas normas que regem uma mesma situação.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento aos agravos de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010291-60.2020.5.18.0122

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ALGAR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA. E OUTRA
Advogado	Dr. Manoel Messias Leite de Alencar(OAB: 16765/GO)
Agravado	LUIS FERNANDO BARBOSA DA SILVA
Advogado	Dr. Marcio Rodrigues Ferreira(OAB: 49026-A/GO)
Agravado	CARGILL AGRICOLA S A
Advogado	Dr. Flávio Maschietto(OAB: 147024/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALGAR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA. E OUTRA
- CARGILL AGRICOLA S A
- LUIS FERNANDO BARBOSA DA SILVA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
OJ DE ANÁLISE DE RECURSO
AIRO 0010291-60.2020.5.18.0122
AGRAVANTE: ALGAR SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA E OUTROS (2)
AGRAVADO: LUIS FERNANDO BARBOSA DA SILVA
RECURSO DE REVISTA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO
A Terceira Turma Regional negou provimento ao agravo de instrumento.
Inconformada, a agravante interpõe recurso de revista.
Todavia, de acordo com a Súmula 218 do C. TST, é incabível recurso de
revista interposto em face de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.
CONCLUSÃO
Denego seguimento ao recurso de revista.
Publique-se.
lrn
GOIANIA/GO, 29 de setembro de 2021.
DANIEL VIANA JUNIOR
Desembargador do Trabalho

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão regional que negou provimento a agravo de instrumento.
Em face do disposto na Súmula 218 do TST, segundo a qual "é incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento", não merece reparos a decisão regional negativa de admissibilidade.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001610-95.2020.5.07.0029

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	MUNICIPIO DE TIANGUA
Procurador	Dr. Renato Cardoso de Meneses
Agravado	ARAKEM AMERICO SOUZA FELIX
Advogado	Dr. Lucas de Paulo Sales(OAB: 29330-A/CE)
Advogada	Dra. Suyara de Paulo Sales(OAB: 29331-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARAKEM AMERICO SOUZA FELIX
- MUNICIPIO DE TIANGUA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
O MPT opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS (2581) / ADICIONAL (2594) / ADICIONAL DE INSALUBRIDADE (1666) / OUTROS AGENTES INSALUBRES
Alegação(ões):
- violação do(s) inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da(o) artigos 192 e 195 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- divergência jurisprudencial.
O Recorrente alega que:
O princípio do contraditório e da ampla defesa decorre do art. 5º, LV, da Constituição Federal, que determina que "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".
Os Juízos a quo e ad quem consideraram que a parte reclamante tem direito a implementação do respectivo adicional em seu grau máximo (40%) e ao pagamento do retroativo dos últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da reclamatória, fundamentado suas decisões em Laudosuposto Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT fornecido pelo reclamado, ora recorrente.
Entretanto, o LTCAT juntado na inicial jamais foi elaborado pela municipalidade. De fácil constatação, uma vez que tal laudo não possui nada que o vincule ao Município de Tianguá, como referência ao mesmo ou qualquer espécie de timbre que o identifique. Pelo contrário, as informações ali exposta deixam claro que não se refere ao Ente Municipal, haja vista que até a carga horária de trabalho está divergente da realmente exercida pela reclamante, conforme ficha financeira juntada na inicial.
O Recorrente sustenta:
De início, de se registrar que o referido laudo técnico não foi juntado em sua integralidade (consta-se nos autos, apenas, da página 14 a 17 do laudo), sendo certo que em momento algum aborda de forma direta e específica as condições de trabalho vivenciadas pela reclamante, tendo vista, por exemplo, que se descreveu o ambiente do trabalho como Diversos setores da prefeitura (escolas, PSF, Centro Administrativo, Ação social).
Todos com grande circulação de pessoas", bem como delimitou o cargo analisado como "motorista", o que inclui diferentes funções e atividades.
Logo, não se pode presumir a constatação de existência de insalubridade no ambiente de trabalho da reclamante baseando-se, apenas, no referido LCAT, que foi realizado sem determinação judicial, que não tratou de forma especifica o objeto da presente lide.
Não obstante, tal prova não substitui a obrigação legal prevista no art. 195, § 2º, da CLT, o qual, diante da pretensão de adicional de insalubridade, impõe que o julgador determine a realização de perícia [...]
Portanto, o magistrado a quo não poderia ter abdicado da sua obrigação legal de designar perícia, fundamentando-se, apenas, em laudo técnico apresentado pela reclamante, e que não foi produzido pelo reclamado.
O Recorrente afirma:
Desta feita, é imprescindível a anulação /reforma da decisão do juízo ad quem para que seja possível a realização de prova pericial para confirmar a inexistência da insalubridade arguida pela reclamante, visto que ao reclamado não foi dada a oportunidade de participar efetivamente de um devido processo legal que lhe garantisse a ampla defesa e o contraditório.
O Recorrente salienta que: No presente caso, há falta de provas quanto ao contato com agentes nocivos à saúde. Os fatos relatados pelo trabalhador foram supostamente comprovados por laudo

pericial anexado aos autos, o qual não foi elaborado pelo Município de Tianguá, conforme leva a crer a petição inicial do reclamante e a ratio decidendi da R. Sentença.

O Recorrente assevera que: A decisão retro causa estranheza. Primeiro porque o ente recorrente NUNCA reconheceu a procedência do pedido, haja vista que o LTCAT apresentado na inicial não foi elaborado pelo Município reclamado, como o reclamante faz .parecer e como é disposto na fundamentação da Sentença Segundo porque não basta que a atividade efetivamente desempenhada esteja enquadrada no Anexo 3 da NR n° 16 do TEM sendo essencial também que uma perícia técnica conclua que a atividade desempenhada é insalubre.

[...] A par de tudo o que consta dos autos, entende-se pela ausência dos requisitos necessários ao pagamento do adicional postulado.

Por fim, e não menos importante, ainda que haja exercício de atividade insalubre pelo auxiliar de serviços gerais, deduz-se que tal ocorre de forma apenas eventual, fortuito e por tempo extremamente reduzido, de modo que, utilizando o mesmo raciocínio da Súmula de n° 364 do TST, o adicional não seria devido.

O Recorrente ainda discorreu sobre: III.III. Da impossibilidade de se valer do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) para recebimento de adicional de insalubridade.

[...] Portanto, para que seja concedido adicional de insalubridade, se faz necessário a elaboração de um laudo específico para que se ateste a nocividade da atividade desempenhada, não podendo o LTCAT ser utilizado para tal.

Ainda, resta claro que, se a insalubridade for arguida em juízo, o juiz designará perito habilitado, ou requisitará perícia ao órgão competente do Ministério do Trabalho, não bastando apenas alegar o direito.

Em suma, não é possível vislumbrar a concessão o adicional de insalubridade valendo-se do LTCAT, que é voltado à concessão de aposentadoria especial; muito menos quando o LTCAT não é elaborado pelo reclamado.

Assim, impugna-se o pedido do recorrido eis que manifestamente improcedente, não merecendo guarida, conforme demonstrado e fundamentado.

Fundamentos do acórdão recorrido:

"[...]

MÉRITO

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Alega o ente público que o reclamante ocupa o cargo de motorista categoria "d"- carro pesado (ônibus e micro ônibus) e não exerce atividade prevista no Anexo XIV da NR 15.

Afirma que o demandante está lotado na secretaria de Educação do Município e que o adicional de insalubridade deve ser garantido àqueles trabalhadores que atuam em contato constante com lixo urbano, situação que o Ministério do Trabalho qualifica como atividade insalubre em grau máximo. E que há falta de provas quanto ao contato com agentes nocivos à saúde.

E, ao final, alega vício formal e material na elaboração do Laudo Técnico apresentado pela autora.

Razão não lhe assiste.

Incontroverso que o reclamante ocupa a função de motorista categoria "d"- carro pesado.

Pois bem.

O documento intitulado Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho para Definir Caracterização de Insalubridade e Periculosidade e Direito ao Pagamento do Respectivo Adicional (id 0500466) foi produzido em parceria pelo SISMUT - Sindicato dos Servidores Municipais de Tianguá e o Município de Tianguá, conforme item 2 do documento ID. 0500466 . E agora impugnado pelo ente público.

O Laudo Técnico em questão prevê em seu item 16.9 e seguintes, principalmente no item 16.9.10, pagamento de adicional de insalubridade em grau médio, no percentual de 20% (vinte por cento) para todos os ocupantes do cargo se motorista categoria "d", sem distinção de lotação. Situação comprovada da recorrida.

Alegar vício formal e material e unilateralidade na elaboração do Laudo Técnico é uma falácia.

Ainda mais quando tal documento foi assinado pelo Secretário de Administração do Município Sr. Regildo de Lima Aguiar. (ID 0500466).

A decisão de piso assertivamente registrou: [...] ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.

Inexiste nos autos controvérsia quanto ao fato do Reclamante exercer o cargo de auxiliar de serviços gerais.

O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT(anexado juntamente com a petição inicial), por seu turno, comprova que o ocupante do aludido cargo tem direito ao adicional de insalubridade no percentual de 20%. O aludido LCAT foi elaborado em conjunto pelas partes, conforme convênio em anexo ao mesmo.

Diga-se que o LCAT apresentado pelo reclamado em sua contestação é mais antigo do que o apresentado na exordial. Ademais, a vigência do aludido documento, apresentado em contestação, exauriu-se em06.02.2015, enquanto que o LCAT apresentado pelo reclamante foi elaborado em agosto de 2018, sem data de validade expressa no mesmo.

O artigo 370 do Novo Código de Processo Civil autoriza o indeferimento das diligências inúteis ou meramente protelatórias: Art. 370. (omissis)Parágrafo único. O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias. Desnecessária, portanto, a realização de prova pericial para averiguar situação já confirmada por meio de documento elaborado por profissional competente (médico do trabalho). [...] Não há dúvida que a comprovação da insalubridade/periculosidade demanda a realização de prova técnica, consoante determina o Art. 195 da CLT.

No entanto, o próprio Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT do Município de Tianguá, elaborado por médico do trabalho, atesta o trabalho insalubre realizado pelos auxiliares de serviços gerais daquela Municipalidade.

Ora, ficou exemplarmente fundamentado pelo magistrado de origem, por meio de prova técnica elaborada pelo próprio município reclamado, que o autor trabalhava em condições de insalubridade.

Além disso, parecer emitido pela D. Procuradoria Regional do Trabalho de ID. 4fed950 , converge para o mesmo sentido dos fundamentos da sentença combatida.

Diante do exposto, a decisão de 1º grau não merece nenhuma alteração, e a mantenho integralmente por seus próprios fundamentos, alhures reproduzidos, e ora adotados como razões de decidir.

Ressalta-se, por oportuno, que não configura negativa de prestação jurisdicional ou inexistência de motivação a decisão do Juízo "ad quem" pela qual se adotam, como razões de decidir, os próprios fundamentos constantes da decisão da instância recorrida, em acolhimento à técnica da motivação "per relationem", uma vez que atendida a exigência constitucional e legal da motivação das decisões emanadas do Poder Judiciário (artigos 93, inciso IX, da Constituição Federal, 458, inciso II, do CPC e 832 da CLT) bem como porque viabilizados à parte interessada, de igual forma, os meios e recursos cabíveis no ordenamento jurídico para a

impugnação desses fundamentos.
[?]"
À ANÁLISE.
Não merece trânsito o apelo por contrariedade de norma constitucional, haja vista que a afronta a dispositivo da Constituição Federal, autorizadora do conhecimento do recurso de revista, é aquela que se verifica de forma direta e literal, nos termos do artigo 896, alínea "c", da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo indispensável, portanto, que trate especificamente da matéria discutida. Nesse passo, não socorre a recorrente a invocação de preceitos genéricos, que nada dispõe o sobre tema em discussão. Além disso, observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho. As assertivas recursais acima referenciadas não encontram respaldo na moldura fática retratada na decisão recorrida, o que afasta a tese de violação aos preceitos da legislação federal e de divergência jurisprudencial.
CONCLUSÃO
Denego seguimento."

O agravante impugna os fundamentos da decisão agravada. Renova os argumentos em torno do tema "Adicional de Insalubridade".
Recurso de revista sob a égide da Lei n.º 13.015/2014. A parte indicou no recurso de revisa, a fls. 320/321, trecho do acórdão regional, em atendimento ao art. 896, § 1º-A, I, da CLT.
Nas razões de recurso de revista, o recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão regional merece reforma, por desrespeitar as disposições dos arts. 5º, LV, da CF/88, 192, 193, "caput", II, 195, § 2º, da CLT, e divergir dos arestos colacionados no apelo.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 333, 296, I, do TST e no art. 896, "a", "c", § 7º, da CLT.
A controvérsia trata da possibilidade de deferimento do adicional de insalubridade sem a realização de perícia.
No caso, o Tribunal Regional reconheceu a validade do Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT, apresentado pelo reclamante, e impugnado pelo ente público, sob o fundamento de que "o documento intitulado Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho para Definir Caracterização de Insalubridade e Periculosidade e Direito ao Pagamento do Respectivo Adicional (id 0500466) foi produzido em parceria pelo SISMUT - Sindicato dos Servidores Municipais de Tianguá e o Município de Tianguá (...)" - acórdão regional a fls. 299.
O TRT consignou na decisão recorrida, a fls. 299, que "O Laudo Técnico em questão prevê em seu item 16.9 e seguintes, principalmente no item 16.9.10, pagamento de adicional de insalubridade em grau médio, no percentual de 20% (vinte por cento) para todos os ocupantes do cargo se motorista categoria "d", sem distinção de lotação. Situação comprovada da recorrida".
A Corte de origem também ressaltou que "Alegar vício formal e material e unilateralidade na elaboração do Laudo Técnico é uma falácia. Ainda mais quando tal documento foi assinado pelo Secretário de Administração".
As premissas registradas na decisão recorrida são insuscetíveis de revisão nesta instância extraordinária, ante o óbice da Súmula 126 do TST.
Com efeito, esta Corte vem adotando o entendimento de que é possível a dispensa da realização da perícia técnica se constarem nos autos outras provas que comprovem as condições insalubres. Nesse sentido, cito os seguintes precedentes, o primeiro da Segunda Turma:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELA RECLAMADA. RECURSO DE REVISTA. VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.015/2014. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. PERÍCIA TÉCNICA. DISPENSA. POSSIBILIDADE. A jurisprudência desta Corte vem admitindo a dispensa da realização da perícia quando nos autos constarem documentos que atestem as condições insalubres . No caso em questão, o Tribunal Regional concluiu pela possibilidade de solução da questão sem a realização da prova pericial para comprovação de existência de insalubridade no ambiente laboral do autor, porquanto nos autos constam outros elementos probatórios suficientes para o convencimento do julgador. Agravo de instrumento a que se nega provimento" (AIRR-1653-49.2013.5.08.0126, 2.ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 09/10/2020.)

"ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. PERÍCIA NÃO REALIZADA. PAGAMENTO DO ADICIONAL. ADMISSÃO DE OUTROS MEIOS DE PROVA. NÃO PROVIMENTO. A norma contida no artigo 195, § 2.º, da CLT é clara e imperativa, no sentido de que o Juiz instrutor do feito é obrigado a determinar a realização de prova pericial quando estiver diante do pleito de adicional de insalubridade ou periculosidade, muito embora o laudo pericial não seja vinculante. No mesmo sentido, a Orientação Jurisprudencial n.º 278 da SBDI-1. Existem, contudo, determinadas situações em que há outros elementos mediante os quais se observa a existência de insalubridade, como na presente hipótese, na qual a necessidade de perícia pode ser dispensada. Este é o caso dos autos, no qual se consignou que os próprios documentos juntados pela reclamada - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - e Programa de Prevenção de Riscos Ambientas - PPRA - enumeravam e reconheciam os riscos inerentes à função de eletricista, os quais foram elaborados exatamente em período anterior a janeiro de 2010, o que permitia concluir que tais fatores estiveram presentes por todo o período contratual do empregado. Sendo assim, diante da incontroversa realidade, em que a reclamada juntou documento no qual informa a existência de contato do empregado com agente periculoso, evidente a desnecessidade da realização de perícia para a configuração da periculosidade. Precedentes . Impende registrar, ainda, que esta 4.ª Turma vem se posicionando pela imposição da multa prevista no artigo 1.021, § 4.º, do CPC aos agravos julgados manifestamente inadmissíveis ou improcedentes. Agravo a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no artigo 1.021, § 4.º, do CPC.)" (Ag-AIRR-236-24.2011.5.01.0030, 4.ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 25/09/2020.)

Incidem na espécie os temos da Súmula 333 desta Corte do § 7.º do artigo 896 da CLT, o que inviabiliza o processamento do recurso de revista. Incólumes os dispositivos indicados.
Os arestos colacionados à divergência no recurso de revista, a fls. 317/319, são inservíveis para o pretendido dissenso, pois oriundos de Turmas desta Corte, órgão não elencado no art. 896, "a", da CLT.
Já o aresto apresentado a fls. 323 do apelo, proveniente da SBDI-1 do TST, carece da necessária especificidade, pois não aborda as

premissas do caso destes autos. Incidência da diretriz consubstanciada na Súmula 296, I, do TST.

Quanto a alegação da parte no sentido de a decisão regional ofendeu os termos do art. 5º, LV, da Constituição Federal, consigne-se que não há que se falar em violação ao referido dispositivo constitucional, porquanto assegurados a parte recorrente o acesso ao Judiciário, o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. A disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte, por si só não caracteriza cerceamento de defesa.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010714-17.2018.5.15.0108

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	MUNICÍPIO DE MAIRINQUE
Procurador	Dr. Rafael Pereira da Silva
Agravado	MARLI APARECIDA DE LIMA
Advogada	Dra. Andréa Lucia Tota Rodrigues(OAB: 213610-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARLI APARECIDA DE LIMA
- MUNICÍPIO DE MAIRINQUE

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

O MPT oficiou pelo prosseguimento do feito - Parecer a fls. 186.

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.

Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / ABONO.

ABONO SALARIAL E SUA INCORPORAÇÃO

A questão foi solucionada com base na análise dos fatos e provas (Súmula 126 do C.TST) e na interpretação da legislação municipal, o que torna inviável, portanto, a verificação de ofensa aos dispositivos legais invocados, bem como de divergência jurisprudencial, em face das restrições do art. 896 da CLT.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista."

O agravante impugna os fundamentos da decisão agravada. Renova os argumentos em torno do tema "REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / ABONO. ABONO SALARIAL E SUA INCORPORAÇÃO".

Recurso de revista sob a égide da Lei n.º 13.015/2014.

A parte indicou no recurso de revisa, a fls. , o seguinte trecho do acórdão regional, em atendimento ao art. 896, § 1º-A, I, da CLT:

"ABONO SALARIAL E SUA INCORPORAÇÃO

De fato, a Lei Municipal nº 2.738/2008 concedeu abono especial no importe de R$ 100,00 no período de 1º/02 a 31/10/2008 (ID b710b95), que acabou sendo prorrogado até 31/12/2008 pela Lei Municipal nº 2.779/2008 (ID38a12a3).

O Decreto Municipal nº 5.239/2008 incorporou ao salário o abono em questão (ID f19f3c0). Os autos também revelam que o Município interrompeu o pagamento do abono em janeiro de 2009.

O abono deve ser considerado salário para todos os efeitos, já que concedido em parcela fixa mensal a todos os servidores, com expressa determinação de se incorporar ao salário dos empregados.

Com efeito, o próprio texto celetista (artigo 457, § 1º, da CLT), antes do advento da Lei nº 13467/17, determinava que os abonos pagos pelo empregador compõem o salário do empregado.

Portanto, em janeiro de 2009, quando houve a interrupção do pagamento do abono, a lei era cristalina ao considerá-lo salário. Assim, diante da natureza salarial do abono em questão e do que dispõe o artigo 468 da CLT, que veda a alteração contratual lesiva ao empregado, a reclamante faz jus ao pagamento do abono salarial a partir de janeiro de 2009 até sua efetiva inclusão em folha, com reflexos em férias acrescidas de 1/3, 13º salários, horas extras e FGTS.

Dou provimento ao apelo, portanto."

Nas razões de recurso de revista, o recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão regional merece reforma, por desrespeitar as disposições dos arts. 61, § 1º, II, "a", da CF/88. Apresenta arestos ao cotejo.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "ABONO / ABONO SALARIAL E SUA INCORPORAÇÃO", emerge como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista a diretriz consubstanciada na Súmula 126 do TST.

Das premissas fáticas registradas no acórdão regional, extrai-se que o Tribunal Regional, com base na Lei Municipal nº 2.738/2008 e no Decreto Municipal nº 5.239/2008, reconheceu a natureza salarial do abono e a sua incorporação ao salário, sob o fundamento de que "O abono deve ser considerado salário para todos os efeitos, já que concedido em parcela fixa mensal a todos os servidores, com expressa determinação de se incorporar ao salário dos empregados".

As premissas registradas na decisão recorrida são insuscetíveis de revisão nesta instância extraordinária, ante o óbice da Súmula 126 do TST.

Assim, a verba denominada de "abono salarial" ostenta natureza salarial, de modo que conclusão em sentido diverso do TRT, como pretende o Município reclamado, demandaria o reexame das provas

dos autos, o que encontra óbice na Súmula 126 do TST.
Nesse sentido, cito precedente recente desta Corte:

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DAS LEIS 13.015/2014 E 13.467/2017. 1. PRELIMINAR DE NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. 2. INCORPORAÇÃO DE ABONOS MENSAIS CRIADOS POR LEIS MUNICIPAIS. NATUREZA JURÍDICA SALARIAL DA PARCELA. ART. 457, § 1º, DA CLT. O Tribunal Regional, com base no conjunto probatório produzido nos autos e a partir da interpretação da legislação municipal (inclusive a Lei Municipal 2.866/2015), manteve a sentença, que reconheceu a natureza salarial do abono - que era pago a todos os servidores municipais, de forma habitual e em valor fixo, voltado à contraprestação dos serviços prestados -, e concluiu pelo direito à sua integração na base de cálculo das demais verbas contratuais. Tais premissas fáticas são incontestes à luz da Súmula 126/TST. Inadmissível, assim, recurso de revista em que, para se chegar a conclusão diversa, seria imprescindível o revolvimento de fatos e provas - limites da Súmula 126/TST. Ademais, a decisão regional se encontra em consonância com o art. 457, § 1º, da CLT. Constata-se, portanto, que a decisão agravada foi proferida em estrita observância às normas processuais (art. 557, caput, do CPC/1973; arts. 14 e 932, IV, "a", do CPC/2015), razão pela qual é insuscetível de reforma ou reconsideração. Agravo desprovido. (Ag-AIRR - 10333-85.2019.5.15.0039 , Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 01/09/2021, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 03/09/2021)"

Frise-se que na situação dos autos o contexto fático assentado no acórdão regional, reproduzido pelo recorrente, não permite que se extraia outro enquadramento jurídico, senão o efetuado pelo TRT.
Ressalte-se que a decisão recorrida apenas reconheceu e declarou a natureza salarial da parcela, que já estava incorporada ao patrimônio jurídico do autor, tendo em vista que, na hipótese, o TRT reconheceu a natureza salarial do abono e a sua incorporação ao salário com base na interpretação da Lei Municipal nº 2.738/2008 e do Decreto Municipal nº 5.239/2008.
Vale destacar que o caso dos autos não trata de aumento da remuneração de servidor público pelo Poder Judiciário - ao art. 37, X, da Constituição Federal e Súmula Vinculante 37 do STF.
Registre-se que os arestos apresentados pelo recorrente no apelo são inservíveis para o pretendido dissenso jurisprudencial, pois oriundos do mesmo Tribunal Regional prolator da decisão recorrida. Incidência dos termos do art. 896, "a", da CLT, e da OJ 111 da SBDI-1 do TST.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010638-97.2018.5.15.0041

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA TAROSSO
Advogado	Dr. Renato Hellmeister(OAB: 378887-A/SP)
Agravado	AIRTON ANTONIO DOS SANTOS E OUTRO
Advogado	Dr. Iovani Brandão Tini Júnior(OAB: 220562-A/SP)
Agravado	AMAURI DOMINGUES DA CRUZ

Intimado(s)/Citado(s):

- AIRTON ANTONIO DOS SANTOS E OUTRO
- AMAURI DOMINGUES DA CRUZ
- MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA TAROSSO

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 486/496) interposto pelo executado contra a decisão de fls. 471/472, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta apresentada pelo exequente às fls. 527/530.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente.
A discussão prende-se ao tema "EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA".
O executado insurge-se contra não conhecimento do seu agravo de petição pelo Regional, argumentando ser cabível a interposição de agravo de petição contra qualquer decisão de magistrado em fase de execução, interlocutórias ou terminativas. Assevera que o único recurso cabível contra a ilegalidade na citação é o agravo de petição, uma vez que já decorrido o prazo para interposição de embargos à execução. Alega divergência jurisprudencial e violação dos artigos 5º, II, V, XXII, XXXV, LIV e LV, da Constituição Federal, 926 do CPC .
Sem razão.
O Regional consignou:

"Não há como conhecer do agravo de petição interposto pelo executado, por incabível, conforme o entendimento consubstanciado na Súmula nº 214 do C. TST.
De fato, a decisão que rejeita a exceção de pré-executividade, como no presente caso, não se reveste de natureza definitiva, razão pela qual a insurgência do executado encontra óbice legal no § 1º do art. 893 da CLT.
A exceção de pré-executividade oposta pelo agravante é cabível nos domínios do processo do trabalho, mormente quando permite que o devedor questione a execução sem a efetiva garantia do Juízo.
Trata-se, entretanto, de incidente processual admissível apenas em situações especialíssimas, onde o que se busca, como bem maior, é a própria nulidade ou inexigibilidade do título executivo.
Nas lições do renomado jurista Carlos Bezerra Leite, citado por Renato Saraiva ("in" Curso de Direito Processual do Trabalho, 4º Ed., p. 590): (...)
Conforme o disposto no art. 897, "a", Consolidado, cabe agravo de petição "das decisões do Juiz ou Presidente, nas execuções".
Todavia, o § 1º do art. 893 da CLT dispõe expressamente que "Os incidentes do processo serão resolvidos pelo próprio Juízo ou

Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recursos da decisão definitiva".
E a decisão judicial que rejeita a exceção de pré-executividade detém cunho interlocutório (não definitivo), de modo que não desafia a interposição de agravo de petição.
A corroborar, trago à colação pertinente aresto da nossa mais alta Corte Trabalhista:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/17 - EXECUÇÃO - AGRAVO DE PETIÇÃO EM FACE DE DECISÃOQUE REJEITOU EXCEÇÃODE PRÉ-EXECUTIVIDADE. A decisão que rejeita exceção de pré-executividade é interlocutória, sendo irrecorrível de imediato, a teor do artigo 893, 3 1º, da CLT e da Súmula nº 214 desta Corte. Agravo de Instrumento a que se nega provimento" (AIRR-1671-82.2015.5.06.0182, 8º Turma, Relatora Ministra: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 16/05/2019).
Assim sendo, deixo de conhecer do agravo de petição interposto pelo executado Marcos Antônio, por incabível.
CONCLUSÃO
POSTO ISSO, decido NÃO CONHECER do AGRAVO DE PETIÇÃO interposto pelo executado, por incabível, nos termos da fundamentação.." (fls. 336/337 - grifei).

Os embargos de declaração opostos pelo executado foram rejeitados, sem qualquer acréscimo significativo.
Cumpre registrar que o processamento do recurso de revista em fase de execução de sentença depende de demonstração inequívoca de ofensa direta e literal à Constituição, nos termos do artigo 896, § 2º, da CLT e da Súmula 266 do TST, de modo que alegações de divergência jurisprudencial e violação de preceitos infraconstitucionais não propiciam a devolução da controvérsia ao exame deste Tribunal.
Esta Corte entende que a decisão que rejeita a exceção de pré-executividade ou não a conhece possui natureza interlocutória e, assim, não é recorrível de imediato, nos moldes da Súmula nº 214 do TST c/c o artigo 893, § 1º, da CLT. Nesse sentido, os seguintes julgados desta Corte:

"AGRAVO. RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. AGRAVO DE PETIÇÃO INCABÍVEL. DECISÃO QUE REJEITA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NATUREZA INTERLOCUTÓRIA. IRRECORRIBILIDADE IMEDIATA. SÚMULA N° 214 DO TST. O Regional não conheceu do agravo de petição do executado, por entender que a decisão que rejeita exceção de pré-executividade não pode ser imediatamente atacada pela via do agravo de petição, em razão de sua natureza interlocutória. De fato, conforme já consignado na decisão monocrática agravada, a decisão em que se rejeita exceção de pré-executividade constitui decisão interlocutória, pois não exaure a prestação jurisdicional, na medida em que a questão pode ser renovada em embargos à execução e, portanto, não é recorrível de imediato, nos termos da Súmula nº 214 do TST c/c o artigo 893, § 1º, da CLT. Agravo desprovido." (TST-Ag-AIRR-593-88.2019.5.09.0001, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT de 26/11/2021).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO . EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NATUREZA JURÍDICA DA DECISÃO. IRRECORRIBILIDADE IMEDIATA . É entendimento deste TST que as decisões de natureza interlocutória não acarretam a sua recorribilidade imediata, salvo se incidir uma das exceções previstas na Súmula n.º 214 do TST, o que não ocorreu. Agravo de Instrumento conhecido e não provido." (TST-AIRR - 93200-59.1999.5.01.0029, 4ª Turma, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, DEJT de 04/03/2016)

" AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - PROCESSO SOB A VIGÊNCIA DA LEI Nº 13015/2014 - EXECUÇÃO - AGRAVO DE PETIÇÃO NÃO CONHECIDO - DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA QUE NÃO ACOLHE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE E DETERMINA O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO - NATUREZA INTERLOCUTÓRIA - IRRECORRIBILIDADE - ACÓRDÃO REGIONAL EM HARMONIA COM A SÚMULA Nº 214 DO TST . A decisão que não acolhe a exceção de pré-executividade e determina o prosseguimento da execução tem natureza meramente interlocutória, sendo irrecorrível de imediato, conforme preconiza o art. 893, § 1º, da CLT e de acordo com o entendimento jurisprudencial desta Corte sedimentado na Súmula nº 214. Precedentes. Incidência da Súmula nº 333 do TST. Agravo de instrumento desprovido." (TST-AIRR - 72-54.2011.5.09.0089, 7ª Turma, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT de 04/03/2016)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REJEIÇÃO. DECISÃO DE NATUREZA INTERLOCUTÓRIA. Conforme concluiu o Tribunal Regional, a decisão que rejeita a exceção de pré-executividade ou dela não conhece possui natureza interlocutória e, assim, não é recorrível de imediato, nos moldes da Súmula nº 214 do TST c/c o artigo 893, § 1º, da CLT, devendo ser atacada por meio de embargos à execução, observada a garantia do juízo, sendo impugnável posteriormente por meio de agravo de petição. Ileso o art. 5º, LIV e LV, da CF. Agravo de instrumento conhecido e não provido". (TST-AIRR-1001484-23.2016.5.02.0315, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT de 01/06/2020).

Portanto, tem-se por inviável o processamento do recurso de revista, nos termos do art. 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333 do TST.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0011073-50.2017.5.15.0124

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PENÁPOLIS - DAEP
Procurador	Dr. Danilo Suniga Nogueira
Agravado	PEDRO ZANON NETO
Advogado	Dr. Primo Francisco Astolphi Gandra(OAB: 141925-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PENÁPOLIS - DAEP

- PEDRO ZANON NETO

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 250/277) interposto pelo reclamado contra a decisão de fls. 242, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta ou de contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho, em parecer exarado às fls. 289/290, opinou pelo desprovimento do apelo.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 04/05/2020 e apelo protocolado em 22/05/2020), sendo inexigível o preparo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. USO HABITUAL DE MOTOCICLETA".
A reclamada insurge-se contra a sua condenação ao pagamento de adicional de periculosidade, sob o argumento de que não há regulamentação que embase tal pedido. Sustenta que o uso de motocicleta de modo eventual não caracteriza trabalho perigoso. Alega divergência jurisprudencial e violação do artigo 193, caput, I e II, e §§ 1º a 4º, da CLT.
Consta do acórdão:

"É incontroverso que o reclamante foi contratado como auxiliar de serviços gerais e, em 2013 passou a atuar como entregador de contas de água, passando a leiturista em 2017, sendo que desde 2013 utilizava diariamente a motocicleta fornecida pelo reclamado, no desempenho de tais atividades.
A sentença deferiu o pedido de pagamento de adicional de periculosidade (30% do salário base) a partir de 14/10/2014. Estabelece o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação alterada pela Lei 12.997, de 18/06/2014 (Dou de 20/06/2014), in verbis:
Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a: (Redação dada pela Lei nº 12.740, de 2012)
I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica; (Incluído pela Lei nº 12.740, de 2012)
II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial. (Incluído pela Lei nº 12.740, de 2012)
§ 1º - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)
§ 2º - O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)
§ 3º Serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo. (Incluído pela Lei nº 12.740, de 2012)
§ 4o São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta. (Incluído pela Lei nº 12.997, de 2014)(g.n.)

A Portaria 1.565, de 13 de outubro de 2014 aprovou o Anexo 5 - Atividades Perigosas em Motocicleta - da Norma Regulamentadora n.º 16 - Atividades e operações perigosas, dispondo: (DOU de 14/10/2014).

"1. As atividades laborais com utilização de motocicleta ou motoneta no deslocamento de trabalhador em vias públicas são consideradas perigosas.
2. Não são consideradas perigosas, para efeito deste anexo:
a) a utilização de motocicleta ou motoneta exclusivamente no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela;
b) as atividades em veículos que não necessitem de emplacamento ou que não exijam carteira nacional de habilitação para conduzi-los;
c) as atividades em motocicleta ou motoneta em locais privados;
d)as atividades com uso de motocicleta ou motoneta de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido."

Deste modo, considerando que o trabalho em motocicleta implica em risco acentuado nos termos da lei 12.997/2014, é devido o pagamento do adicional de periculosidade corresponde a 30% do salário, a partir de 14/10/2014, conforme deferido pela r. sentença, pelo que decido negar provimento, nestes termos fixando as razões de decidir para fins de prequestionamento".

Contudo, a jurisprudência desta Corte é no sentido de que os empregados que trabalham com a utilização de motocicleta tem direito ao adicional de periculosidade, porquanto há a caracterização de atividade perigosa, com fulcro no artigo 193, § 4º, da CLT. A título exemplificativo, citem-se os julgados:

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO AUTOR REGIDO PELA LEI 13.467/2017.ADICIONALDEPERICULOSIDADE.MONTADORDE MÓVEIS. USO DEMOTOCICLETA. Demonstrada possível violação do art.193, § 4º, da CLT, impõe-se o provimento do agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista. Agravo de instrumento provido. II - RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI 13.467/2017.ADICIONALDEPERICULOSIDADE.MONTADORDE MÓVEIS. USO DEMOTOCICLETA. O Tribunal Regional, ao manter o indeferimento do pedido de pagamento doadicionaldepericulosidadeao empregado que faz uso demotocicletano desempenho de suas atividades, decidiu em desconformidade ao disposto no art.193, § 4º, da CLT. Recurso de revista conhecido e provido. (TST-RR - 10659-37.2017.5.15.0129, 2ª Turma, Relatora Ministra: Delaíde Alves Miranda Arantes, DEJT 25/06/2021).

"A) AGRAVO DE INSTRUMENTO . RECURSO DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017 .(...). B) RECURSO DE REVISTA. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/TST. ADMISSIBILIDADE PARCIAL. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014.ADICIONALDEPERICULOSIDADE. MONTADOR DE MÓVEIS. UTILIZAÇÃO DEMOTOCICLETA. LEI Nº 12.997/2014 REGULAMENTADA PELA PORTARIA 1.565/2014 DO MT. ANEXO 5 DA NR 16. Conforme o disposto no art. 193, § 4º, da CLT, com redação dada pela Lei nº 12.997/2014, publicada em 20.06.14 no Diário Oficial da União, o trabalho com uso demotocicletaexpõe o obreiro a riscos, sendo devido o pagamento doadicionaldepericulosidade. Na hipótese , o TRT entendeu que o Autor, montador de móveis que utilizamotocicletapara deslocamento até os locais de montagem, não faz jus aoadicionalpleiteado. Ocorre que o Tribunal Regional proferiu

decisão dissonante do art.193, §4º, da CLT e da jurisprudência desta Corte Superior. Devido, portanto, oadicionalpleiteado a partir da publicação da Portaria nº 1.565/2014, em 14.10.2014. Recurso de revista conhecido e provido" (TST-RRAg-24346-08.2018.5.24.0061, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 01/10/2021).

"ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. MONTADOR DE MÓVEIS. UTILIZAÇÃO DE MOTOCICLETA. HABITUALIDADE. REGULAMENTAÇÃO DA PORTARIA 1.565/2014 DO MTE. PROVIMENTO PARCIAL. A questão controvertida nos autos diz respeito ao direito do reclamante, montador de móveis, ao pagamento de adicional de periculosidade, em razão da utilização habitual de motocicleta para a prestação dos seus serviços. Na hipótese, o Tribunal Regional consignou que o reclamante utilizava diariamente sua motocicleta para se deslocar aos clientes da reclamada, no desempenho da função de montador de móveis. Acrescentou a Corte a quo que a utilização da motocicleta era habitual e consumia parte da jornada de trabalho do autor, sendo que referido deslocamento até a residência dos clientes o expunha a risco de acidentes, fazendo jus, portanto, ao pagamento do adicional de periculosidade. O Tribunal Regional ressaltou ainda que não era eventual a utilização do referido veículo, como nos casos em que o empregado usa exclusivamente no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela. Nesse contexto, o egrégio Tribunal Regional, ao deferir o pagamento do adicional de periculosidade proferiu decisão em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual é devido o adicional de periculosidade aos empregados que desempenham suas atividades com a utilização de motocicleta, a partir da data da publicação da Portaria nº 1.565/2014 do Ministério do Trabalho e Emprego (14.10.2014), a qual aprovou o anexo 5 da Norma Regulamentadora nº 16 (atividades perigosas em motocicleta). Precedentes. Por outro lado, esta Corte Superior também tem entendimento pacífico no sentido de que o pagamento do adicional de periculosidade em questão, quando o trabalhador se utiliza da motocicleta no desenvolvimento da função de montador de móveis, permitindo o seu deslocamento para o atendimento de clientes. Há precedente da 4ª Turma. No tocante a abrangência da condenação quanto ao pagamento do adicional, com razão a reclamada. No caso, o contrato de trabalho do reclamante teve início em 11/07/2008 e terminou em 15/09/2016. Dessa forma, deve ser excluído o pagamento do adicional de periculosidade ao reclamante anterior à data de 14.10.2014. Somente sendo devido em relação ao período de 14.10.2014 a 15.9.2016, uma vez que posterior à data da publicação da Portaria nº 1.565/2014 do Ministério do Trabalho e Emprego (14.10.2014), a qual aprovou o anexo 5 da Norma Regulamentadora nº 16 disciplinando as atividades perigosas quanto ao uso de motocicleta . Recurso de revista de que se conhece e a que se dá parcial provimento. (TST-RR - 11019-73.2018.5.15.0084, 4ª Turma, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 11/06/2021).

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI 13.015/2014. 1. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. USO DE MOTOCICLETA . 1. Na hipótese dos autos, em que pese a possibilidade de o Reclamante realizar suas atividades utilizando-se de outros meios de transporte, restou incontroverso que o deslocamento para o cumprimento de seu ofício ocorria, habitualmente, com uso de motocicleta, com o consentimento da Reclamada. Logo, é incontroverso o fato da utilização de motocicleta em vias públicas para a realização do seu trabalho, razão por que, segundo a jurisprudência desta Corte, é devido o adicional de periculosidade. Julgados do TST. 2. Ademais, constatado o caráter manifestamente inadmissível do agravo, impõe-se a aplicação da multa prevista no artigo 1.021, §4º, do CPC/2015, no percentual de 5% sobre o valor dado à causa (R$ 37.000,00), o que perfaz o montante de R$ 1.850,00, a ser revertido em favor do Agravado, devidamente atualizado, nos termos do referido dispositivo de lei. Agravo não provido, com aplicação de multa" (TST-Ag-ARR-24743-18.2016.5.24.0003, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 10/12/2021).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMADA.ADICIONALDEPERICULOSIDADE. USO DEMOTOCICLETA. A Corte de origem, última instância apta para o exame dos fatos e provas, consignou que o reclamante utilizavamotocicleta, diariamente, para a realização das atividades inerentes à sua função de consultor de vendas, razão pela qual era devido o pagamento doadicionaldepericulosidade. Portanto, se a reclamada não obrigava ou exigia o uso damotocicleta, era permissiva quanto ao uso do referido veículo para o trabalho do reclamante. Diante desse contexto, não há como vislumbrar a indicada afronta literal ao artigo 193, § 4º, da CLT. Agravo de instrumento conhecido e desprovido. (...) (TST-AIRR - 761-10.2015.5.06.0003, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, 8ª Turma, DEJT 15/06/2018).

Dessa forma, à luz do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333 do TST, tem-se por inviável o processamento do recurso de revista interposto pelo reclamado.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0011045-04.2019.5.03.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	GILMA MARIA DE OLIVEIRA DORNAS SILVA
Advogado	Dr. Leonardo Gouveia dos Santos(OAB: 128408-A/MG)
Advogado	Dr. Tarcisio Duarte Moreira Junior(OAB: 108350-A/MG)
Agravado	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ISAURA SANTOS
Advogado	Dr. Gabriel Vasconcelos Menezes(OAB: 175993-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ISAURA SANTOS
- GILMA MARIA DE OLIVEIRA DORNAS SILVA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 187/196) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou

seguimento ao recurso de revista (fls. 182/183).
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 11) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 14/09/2021 e apelo protocolado em 23/09/2021), sendo desnecessário o preparo.
A reclamante renova o inconformismo acerca da matéria "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE".
Contudo, não obstante as alegações recursais, verifica-se que, às fls. 176/177, a reclamante transcreveu integralmente o tópico recorrido, sem efetuar nenhum destaque.
A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º -A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA . Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"[...] III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido [...]" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/05/2021 - destaque acrescido).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010510-49.2020.5.03.0071

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.
Advogado	Dr. Antonio Chaves Abdalla(OAB: 66493-A/MG)
Agravado	JANNE MARIA DA SILVA COSTA
Advogado	Dr. Jessica Carvalho Santos(OAB: 186147-A/MG)
Agravado	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado	Dr. Bernardo Ananias Junqueira Ferraz(OAB: 87253-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- JANNE MARIA DA SILVA COSTA
- LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 698/708) interposto pela reclamada contra a decisão de fls. 691/692, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas pelo reclamante às fls. 718/728 e 730/747.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente, sendo regular o preparo.
Inicialmente, cumpre ressaltar que a decisão mediante a qual se nega ou autoriza seguimento ao recurso de revista, proferida no exercício do primeiro juízo de admissibilidade, não vincula este Juízo ad quem, de modo que, inexistindo prejuízo à parte, passa-se à análise da viabilidade do destrancamento do referido apelo.
A discussão travada no feito, o qual se submete ao rito sumaríssimo, prende-se ao tema "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LIMPEZA DE BANHEIROS DE GRANDE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS".
A reclamada afirma que a atividade de limpeza de banheiros não pode ser considerada insalubre, uma vez que não possui previsão no Anexo 14 da NR 15 da Portaria nº 3.214/1978 do MTE. Assevera que a competência para especificação das atividades insalubres é do Ministério do Trabalho, não da Justiça do Trabalho. Alternativamente, requer a redução dos honorários advocatícios. Alega divergência jurisprudencial, contrariedade à Súmula 448, II do TST e às Súmulas 194 e 460 do STF e violação dos artigos 114 da Constituição Federal, 189 e 190 da CLT.
Sem razão.
O Regional consignou:

"Em que pesem as alegações recursais da 1º Reclamada (Liderança Limpeza e Conservação Ltda - fls. 525/529) e da 2º Reclamada (Caixa Econômica Federal - fls. 588/597), mantenho a decisão de primeiro grau por seus próprios e jurídicos fundamentos. Acrescento que, em se tratando de matéria de ordem técnica, exige-se a realização da prova pericial para suprir a ausência de conhecimento técnico do juízo (art. 375 do CPC/2015), que se revela como a prova, por excelência, da existência ou não da insalubridade (art. 195 da CLT). Determinada pelo Juízo de primeiro grau a realização de perícia técnica para averiguação do alegado labor em condições de insalubridade (cf. Termo de Audiência de fls. 416/419), sobreveio aos autos o laudo pericial de fls. 434/440, complementado pelos esclarecimentos de fls. 468/472. O Perito Oficial, após minuciosa e escorreita análise das condições de trabalho às quais a Reclamante era submetida, apurou que a empregada, nos períodos em que se ativou na Agência da Caixa conhecida como "Capital do Milho", exercendo a função de "Servente de Limpeza", de 2013 a 2019, realizava as seguintes atividades (fl. 435):
"Inicialmente, realizava a limpeza no autoatendimento (caixas eletrônicos), varrendo, limpando os vidros, os caixas eletrônicos e coleta de lixos em geral, sendo que nas sextas feiras se lavava o piso também. Realiza a coleta dos lixos dos banheiros dos funcionários e dos públicos - 4 banheiros (dois de clientes e dois públicos. Fazia a limpeza dos banheiros, lavando com água, sabão, detergente e desinfetante, e secando em seguida. Realizava limpeza geral do ambiente de atendimento, limpando as mesas, o piso, os lixos das mesas de atendimento. Realizava, após as atividades iniciais durante a jornada laboral, a manutenção de limpeza dos ambientes com a reposição de papel higiênico e demais materiais de higiene para banheiros, recolhimento de lixo do banheiro e no ambiente de atendimento" (Destaquei).
Cabe ainda trazer à colação a seguinte descrição realizada pelo Auxiliar do Juízo acerca das características do local de trabalho em questão (fl. 435):
"Frequência de atendimentos no interior da agencia varia em 100-200 pessoas dia salvo aquelas que passam pelos caixas eletrônicos na parte externa da agência, sendo que 30 são os fixos funcionários da Agencia". (Destaquei).
Ao final, concluiu o 1. Expert:
"Caracterizada insalubridade por todo o pacto laboral. Baseado na legislação, NR 15 e anexo 14, a Autora estava exposta a agentes de risco biológico, que gerassem insalubridade, confirmada pela Súmula 448 do TST" (fl. 440).
Diante do panorama probatório revelado pelo minucioso estudo técnico, torna-se forçoso reconhecer que a dinâmica laboral vivenciada pela Reclamante se amolda à previsão contida no item II da Súmula 448 do TST, in verbis: (...)
Cabe ressaltar que, embora o juízo não esteja adstrito ao laudo pericial (art. 479 do CPC), somente diante de elementos de convicção consistentes em sentido contrário é que a prova técnica poderia ser desprezada. Não sendo este o caso, prevalecem as conclusões do Perito Oficial. No caso dos autos, o levantamento pericial foi realizado de forma completa, por profissional capacitado e de confiança do juízo, com base em diligência realizada no local de trabalho. Ademais, as conclusões contidas no laudo foram devidamente fundamentadas e justificadas (com base nas normas técnicas aplicáveis), dirimindo a controvérsia a respeito do labor em condições insalubres, inexistindo, nos autos, elementos probatórios capazes de infirmá-las. Em suma, compreendo que as Reclamadas, a despeito das insurgências recursais apresentadas, não lograram êxito em infirmar as conclusões periciais, devendo ser mantida a condenação ao pagamento do adicional de insalubridade, em grau máximo (40% do salário mínimo), ao longo de todo o período contratual não prescrito. Pelo exposto, nego provimento aos Recursos da 1º e 2º Reclamadas (Liderança Limpeza e Conservação/Caixa Econômica Federal) quanto ao tópico em epígrafe." (fls. 664/665 - grifei).

Cumpre registrar que o processamento do recurso de revista em causa sujeita ao procedimento sumaríssimo somente se viabiliza por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição da República, nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT e da Súmula 442 do TST.
Como se verifica, o Regional concluiu que a atividade da reclamante se enquadra no disposto no Anexo 14 da NR 15 da Portaria nº 3.214/1978 do MTE, uma vez que realizava a limpeza de sanitários de grande circulação de pessoas e a coleta de lixo destes, de modo que a decisão está em consonância com a Súmula 448, II, do TST, segundo a qual "A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, incidindo o disposto no Anexo 14 da NR-15 da Portaria do MTE nº 3.214/78 quanto à coleta e industrialização de lixo urbano."
Portanto, incide o óbice da Súmula 333 do TST.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0001373-69.2016.5.05.0122
Complemento Processo Eletrônico

Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada	Dra. Paula Pereira Pires(OAB: 8448/BA)
Advogado	Dr. Joaquim Pinto Lapa Neto(OAB: 15659-D/BA)
Advogado	Dr. Francisco José Groba Casal(OAB: 26160/BA)
Agravado	ANDRE LUIS DOS SANTOS
Advogado	Dr. Gilsonei Moura Silva(OAB: 659-B/BA)
Advogada	Dra. Sônia Rodrigues da Silva(OAB: 685-B/BA)
Agravado	CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE LUIS DOS SANTOS
- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 446/465) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 442/444).
Contraminuta às fls. 493/496 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 497/510.
Os autos não foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 388/390 e 487) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 25/03/2021 e apelo protocolado em 09/04/2021), estando regular o preparo (fls. 296/299, 440/441 e 482/483).
Inicialmente, registro que o tema "MULTA POR OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS" não será analisado, porquanto apenas abordado na minuta do agravo de instrumento, tratando-se, assim, de inovação recursal.
Quanto ao tema "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ABRANGÊNCIA", impende registrar que, interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
No caso, a parte recorrente, em seu recurso de revista, não transcreveu o trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, não bastando ao cumprimento da exigência legal o meroresumodo tópico recorrido, conforme julgados da SbDI-1 desta Corte:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. RECURSO DE REVISTA. NÃO CONHECIMENTO. INOBSERVÂNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. ART. 896, § 1º-A, I e III, DA CLT. (...) Os arestos superados pela jurisprudência consolidada da SBDI-1 sobre a exigência processual prevista no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, não empolgam o apelo, nos limites do artigo 894, § 2º, da CLT. Com efeito, a SBDI-1, interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmado o entendimento no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, "a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva" (E-ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018). Precedentes. Agravo conhecido e desprovido." (TST-Ag-E-ED-Ag-ED-RR-1004-31.2011.5.05.0161, SbDI-1, Rel. Min. Breno Medeiros, DEJT de 14/05/2021)

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. INOBSERVÂNCIA DO REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. A Terceira Turma deste Tribunal não conheceu do recurso de revista interposto pela reclamada, ao entendimento de que tal insurgência não atende, a regra do artigo 896, § 1º-A, da CLT, porque não houve transcrição do acórdão do TRT a permitir a constatação do trecho da decisão que consubstanciaria o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. A referência à tese adotada pelo Tribunal Regional ouresumodos fundamentos, desacompanhada da transcrição do trecho pertinente objeto da controvérsia nas razões do recurso de revista, e, posteriormente, as alegações quanto aos temas recorridos não satisfazem o requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, porquanto não viabilizam o confronto analítico entre a tese central assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica apresentada no recurso de revista em mais de um tema. Nesse mesmo sentido é a atual e iterativa jurisprudência da SBDI-1, com a qual revela consonância o acórdão turmário, a inviabilizar o conhecimento do recurso de embargos, na forma do § 2º do artigo 894 da CLT. Correta, pois, a decisão agravada. Agravo não provido." (TST-Ag-E-RR-10181-12.2015.5.03.0039, SbDI-1, Rel. Min. Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT de 08/03/2019).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo, no particular.
Quanto ao mais, a segunda reclamada renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada. Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, ante o registro no acórdão de que o tomador de serviços não produziu nenhuma prova de que tivesse cumprido sua obrigação de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas devidas por seu contratado, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Assim, considerando que a situação em exame se subsume perfeitamente ao que foi decidido sobre a questão ora controvertida por essa Corte na sua composição plenária, era da 2ª Reclamada, ora Recorrente, o ônus da prova a respeito da inexistência, in casu, da sua culpa in vigilando, do qual não se desincumbiu, isso porque não produziu provas nos autos no sentido de que, durante a execução do contrato, fiscalizou adequadamente os serviços que lhe eram prestados pela empresa terceirizada contratada."(fls. 353).

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na ausência de prova da eficácia ou efetividade da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada

demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0011230-77.2019.5.15.0051

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	NATALIA BIANCA RUFINO GENEROSO
Advogado	Dr. Cesar Vinícius Anselmo de Oliveira(OAB: 359819-A/SP)
Agravado	COZINHA DO VALE REAL SERVICOS EIRELI

Advogado	Dr. Welton dos Santos Lopes(OAB: 345637-A/SP)
Agravado	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
Advogada	Dra. Regina Aparecida Vega Sevilha(OAB: 147738-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
- COZINHA DO VALE REAL SERVICOS EIRELI
- NATALIA BIANCA RUFINO GENEROSO

Denegado seguimento ao recurso de revista, a recorrente interpõe agravo de instrumento (fls. 551/555).
Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço do apelo.
Esclareça-se que como o recurso de revista tem natureza extraordinária, a sua admissibilidade fica condicionada ao preenchimento de diversos pressupostos intrínsecos.
Na espécie, tratando-se de recurso de revista sob o procedimentosumaríssimo, a recorrente deve indicar violação direta e literal a dispositivo da Constituição Federal ou contrariedade a enunciado de jurisprudência do TST ou a Súmula Vinculante do STF, nos termos do art. 896, § 9º, da CLT e da Súmula 442 do TST.
De plano, verifico que na situação dos autos a recorrente não atendeu o referido pressuposto.
Do exposto, nego seguimento ao agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do RITST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010533-90.2017.5.18.0003

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	WISLEY BARBOSA
Advogado	Dr. Raimundo Nonato Gomes da Silva(OAB: 11243-A/GO)
Agravado	LUIZIANA GONCALVES DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Gabriel Gomes Barbosa(OAB: 34570-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIZIANA GONCALVES DE OLIVEIRA
- WISLEY BARBOSA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 243/248) interposto pelo executado contra a decisão de fls. 239/240, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente.
A discussão prende-se ao tema "EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA".
O executado insurge-se contra não conhecimento do seu agravo de petição pelo Regional, sob o argumento que houve violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, além de impedir o livre acesso ao Judiciário. Afirma que não foi sócio proprietário de nenhuma das empresas e que seu nome foi incluído indevidamente. Alega violação dos artigos 5º, II, V, XXII, XXXV, LIV e LV, da Constituição Federal.
Sem razão.
O Regional consignou:

"De acordo com o artigo 897, alínea "a", da CLT, cabe agravo de petição "das decisões do Juiz ou Presidente, nas execuções".
E, conforme o artigo 893, parágrafo 1º, da CLT: "Art. 893. (...) § 1° Os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recursos da decisão definitiva." Logo, o agravo de petição somente é cabível das decisões interlocutórias terminativas do feito.
Em harmonia com o disposto no artigo 893, parágrafo 1º, da CLT, o entendimento pacífico deste Tribunal, consubstanciado no item II da Súmula 15, é de que a decisão que rejeita a exceção de pré-executividade tem natureza interlocutória, sendo, portanto, irrecorrível de imediato.
Pois bem.
A decisão de ID 7d8bb1c rejeitou os argumentos deduzidos na peça de exceção de pré-executividade oposta pelo executado, revelando-se de natureza interlocutória e, portanto, irrecorrível de imediato, consoante artigo 893, parágrafo 1º, da CLT.
Frise-se que não há ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, pois as questões a respeito das quais é cabível a discussão por meio da exceção de pré-executividade, a saber, matérias de ordem pública ou nulidades absolutas, fundadas em prova pré-constituída (Súmula 15, item I, deste Tribunal), podem ser novamente levantadas nos embargos à execução, desde que garantida a execução ou penhorados bens (artigo 884 da CLT).
Nesse sentido, cito o precedente deste Tribunal:
"AGRAVO DE PETIÇÃO. DECISÃO QUE REJEITA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. IRRECORRIBILIDADE IMEDIATA. A exceção de pré-executividade, no processo trabalhista, pode ser admitida em situação excepcional, restrita à arguição de matéria de ordem pública, suscitável de ofício ou que dispense dilação probatória. Decisão que rejeita a exceção oposta, por não se inserir em uma dessas hipóteses, é interlocutória, pois não encerra a questão suscitada pela parte, que pode ser apresentada por ocasião dos embargos à execução. Exegese da Súmula 15 deste TRT 18ª". (TRT18, AP - 0010473-77.2020.5.18.0241, Rel. PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO, 2ª TURMA, 06/05/2021)
Isso posto, não conheço do agravo de petição interposto pelo executado." (fls. 217/218 - grifei).

Esta Corte entende que a decisão que rejeita a exceção de pré-executividade ou não a conhece possui natureza interlocutória e, assim, não é recorrível de imediato, nos moldes da Súmula nº 214 do TST c/c o artigo 893, § 1º, da CLT. Nesse sentido, os seguintes julgados desta Corte:

"AGRAVO. RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. AGRAVO DE PETIÇÃO INCABÍVEL. DECISÃO QUE REJEITA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NATUREZA INTERLOCUTÓRIA. IRRECORRIBILIDADE IMEDIATA. SÚMULA N° 214 DO TST . O Regional não conheceu do agravo de petição do executado, por

entender que a decisão que rejeita exceção de pré-executividade não pode ser imediatamente atacada pela via do agravo de petição, em razão de sua natureza interlocutória . De fato, conforme já consignado na decisão monocrática agravada, a decisão em que se rejeita exceção de pré-executividade constitui decisão interlocutória, pois não exaure a prestação jurisdicional, na medida em que a questão pode ser renovada em embargos à execução e, portanto, não é recorrível de imediato, nos termos da Súmula nº 214 do TST c/c o artigo 893, § 1º, da CLT. Agravo desprovido" (TST-Ag-AIRR-593-88.2019.5.09.0001, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 26/11/2021).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO . EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NATUREZA JURÍDICA DA DECISÃO. IRRECORRIBILIDADE IMEDIATA . É entendimento deste TST que as decisões de natureza interlocutória não acarretam a sua recorribilidade imediata, salvo se incidir uma das exceções previstas na Súmula n.º 214 do TST, o que não ocorreu. Agravo de Instrumento conhecido e não provido." (TST-AIRR - 93200-59.1999.5.01.0029, 4ª Turma, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, DEJT de 04/03/2016)

" AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - PROCESSO SOB A VIGÊNCIA DA LEI Nº 13015/2014 - EXECUÇÃO - AGRAVO DE PETIÇÃO NÃO CONHECIDO - DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA QUE NÃO ACOLHE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE E DETERMINA O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO - NATUREZA INTERLOCUTÓRIA - IRRECORRIBILIDADE - ACÓRDÃO REGIONAL EM HARMONIA COM A SÚMULA Nº 214 DO TST . A decisão que não acolhe a exceção de pré-executividade e determina o prosseguimento da execução tem natureza meramente interlocutória, sendo irrecorrível de imediato, conforme preconiza o art. 893, § 1º, da CLT e de acordo com o entendimento jurisprudencial desta Corte sedimentado na Súmula nº 214. Precedentes. Incidência da Súmula nº 333 do TST. Agravo de instrumento desprovido." (TST-AIRR - 72-54.2011.5.09.0089, 7ª Turma, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT de 04/03/2016)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REJEIÇÃO. DECISÃO DE NATUREZA INTERLOCUTÓRIA. Conforme concluiu o Tribunal Regional, a decisão que rejeita a exceção de pré-executividade ou dela não conhece possui natureza interlocutória e, assim, não é recorrível de imediato, nos moldes da Súmula nº 214 do TST c/c o artigo 893, § 1º, da CLT, devendo ser atacada por meio de embargos à execução, observada a garantia do juízo, sendo impugnável posteriormente por meio de agravo de petição. Ileso o art. 5º, LIV e LV, da CF. Agravo de instrumento conhecido e não provido". (TST-AIRR-1001484-23.2016.5.02.0315, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT de 01/06/2020).

Portanto, tem-se por inviável o processamento do recurso de revista, nos termos do art. 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333 do TST.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0002522-08.2020.5.12.0012

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	CAMARGO CORREA INFRA CONSTRUCOES S.A.
Advogado	Dr. Ricardo Christophe da Rocha Freire(OAB: 295260-A/SP)
Agravado	MARCELO AUGUSTO ROSS
Advogado	Dr. Milton Jose Dalla Valle(OAB: 19648 -A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAMARGO CORREA INFRA CONSTRUCOES S.A.
- MARCELO AUGUSTO ROSS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 430/437) interposto pela reclamada contra a decisão de fls. 421/424 mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
De plano, verifico que, com relação ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E PERICIAIS", a agravante não impugnou objetivamente os fundamentos da decisão que denegou seguimento ao seu recurso de revista.
A decisão de admissibilidade denegou seguimento ao recurso de revista por entender que a análise do tópico restou prejudicada, por ser matéria de caráter acessório, dependendo do deferimento do pedido principal.
Em suas razões, o agravante, em afronta ao princípio da dialeticidade, não enfrentou o óbice anteposto na decisão de admissibilidade ao processamento do apelo. Limitou-se a renovar a violação dos artigos indicados nas razões do recurso de revista.
Desse modo, inviabiliza-se a apreciação do apelo, haja vista que, de acordo com a Súmula 422, I, do TST, não se conhece de recurso interposto para este Tribunal se as razões da recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
Não conheço.
Satisfeitos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade.
Ademais, ressalto que a decisão do Tribunal Regional que denegou seguimento ao recurso de revista não acarreta qualquer prejuízo à parte, em razão de este juízo ad quem, ao analisar o presente agravo de instrumento, proceder a um novo juízo de admissibilidade da Revista.
A discussão travadas no feito, o qual se submete ao rito sumaríssimo, prendem-se ao tema "RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL".
Constata-se, de plano, a inviabilidade de processamento do recurso de revista.
Interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
Ressalto que a transcrição integral do tópico do acórdão regional, bem como de longos trechos sem destaque da parte específica que

consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, como se evidenciou na hipótese (fls. 412/416), não bastam ao cumprimento da exigência legal.
Julgados no mesmo sentido:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. EXECUÇÃO. RECURSO DE REVISTA PATRONAL CONHECIDO PARA DETERMINAR A EXTINÇÃO DO FEITO. DESCUMPRIMENTO DO REQUISITO ESTABELECIDO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO TRECHO DA DECISÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL DEMONSTRADA. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Subseção, acerca dos pressupostos intrínsecos do recurso de revista, insertos no artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria trazida ao debate, cabendo à parte a demonstração, clara e objetiva, dos fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido, não se admitindo, para tanto, a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva, pois, para fins de cumprimento da exigência legal, é imprescindível a transcrição textual do trecho da decisão recorrida. No caso dos autos, a executada transcreveu o inteiro teor do acórdão regional em relação a todos os temas objeto do recurso de revista, o que não atende ao artigo 896, § 1º-A, da CLT. Embargos conhecidos e providos " (E-ED-ARR-152500-71.2013.5.17.0010, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 14/09/2018).

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. APELO SUBMETIDO À LEI Nº 13.467/2017. (?) II - RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO.LEI Nº 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, DA CLT. ADMISSIBILIDADE. Deve ser negado conhecimento ao recurso de revista quando verificada a ausência de preenchimento dos requisitos insculpidos na Lei nº 13.015/2014, notadamente a adequada transcrição do trecho que consubstancia o prequestionamento da matéria abordada no arrazoado recursal. Não cumpre o ditame legal a parte que transcreve trechos excessivamente longos e sem destaques individualizadores do prequestionamento pretendido, como ocorreu na hipótese. Recurso de revista inapto ao conhecimento, a teor do que dispõe o art. 896, § 1º-A, I e III, da CLT. Recurso de revista não conhecido" (RR-21794-67.2016.5.04.0006, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 18/12/2020).

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CONDUTA CULPOSA DA ADMINISTRAÇÃO. DANO SOFRIDO PELO EMPREGADO. NEXO CAUSAL. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE. TEMA Nº 246 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL DO STF. TRECHO QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO. TRANSCRIÇÃO. ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. NÃO OBSERVÂNCIA. I. Faz-se presente o pressuposto intrínseco formal de admissibilidade previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT com a transcrição do excerto do acórdão regional em que repousa o prequestionamento da matéria impugnada, identificando-se claramente a tese que se quer combater no recurso, de forma a possibilitar o imediato confronto do trecho transcrito com as violações, contrariedades e arestos articulados de forma analítica nas razões do recurso de revista. II. No caso dos autos, irretocável a decisão unipessoal agravada quanto ao não atendimento do pressuposto intrínseco de admissibilidade previsto no inciso I do § 1º-A do art. 896 da CLT, pois a parte recorrente procedeu à transcrição de longos trechos dos fundamentos adotados pelo Tribunal Regional quanto ao tema combatido, inteiramente destacados, o que impossibilita a indicação precisa das matérias que tratam dos dispositivos de lei tidos por violados ou que autorizem o cotejo com os arestos indicados. Não se trata, portanto, de decisão extremamente concisa e sucinta, distinção capaz de afastar a aplicação do óbice processual em apreço. III. Agravo interno de que se conhece e a que se nega provimento" (Ag-AIRR-1409-02.2016.5.05.0029, 7ª Turma, Relator Ministro Evandro Pereira Valadão Lopes, DEJT 15/05/2020).

"I - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMADA - LEI Nº 13.015/14 - PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA DE TRANSCRIÇÃO DOSTRECHOSDA PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Em se tratando de arguição de nulidade do acórdão regional por negativa de prestação jurisdicional, cabe à parte transcrever os trechos do acórdão do Tribunal Regional proferido no julgamento dos embargos de declaração e o teor das alegações deduzidas nos embargos de declaração opostos. Recurso de revista não conhecido. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO TRECHO DA DECISÃO RECORRIDA QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA - TUTELA INIBITÓRIA - DANO MORAL COLETIVO. A transcrição de longos trechos do acórdão do Tribunal Regional, sem destaque da parte específica que consubstancia o prequestionamento da controvérsia não se presta ao cumprimento do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, na medida em que não delimita o objeto da insurgência inserida no apelo. Recurso de revista não conhecido. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. O direito vindicado na presente ação tem uma origem comum, caracterizada pela alegada conduta uniforme da reclamada em relação aos seus empregados no sentido de não cumprir disposições legais, o que revela a sua natureza de direito individual homogêneo, conferindo ao Ministério Público do Trabalho legitimidade para pleiteá-lo por meio de ação civil pública . Recurso de revista não conhecido. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIMITAÇÃO TERRITORIAL DOS EFEITOS DA DECISÃO. Esta Corte Superior entende que restrição imposta pelo art. 16 da Lei 7.347/85 não se harmoniza com os preceitos que regem as ações coletivas, porquanto limita a eficácia da sentença à competência territorial do juízo prolator da decisão. Em hipóteses como a delineada nos autos, este Tribunal tem decidido que a questão deve ser interpretada à luz do art. 103 do CDC, que estabelece o alcance da coisa julgada, independente da competência territorial da autoridade prolatora do julgado. Precedentes. Recurso de revista não conhecido. II - RECURSO DE REVISTA ADESIVO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - REGÊNCIA PELA LEI 13.015/2014. Prejudicado o exame do recurso de revista adesivo, em razão do não conhecimento do recurso principal. Incidência do art. 997, § 2º, III, do CPC" (RR-67-19.2013.5.15.0146, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 28/06/2019).

Do exposto, não tendo a agravante se eximido de tal ônus, o

recurso de revista é manifestamente inadmissível.
Diante do exposto, com suporte no art. 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000951-50.2015.5.03.0069

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	EDNEY RENATO COTTA
Advogada	Dra. Marilda do Carmo Soares Santos(OAB: 151997-A/MG)
Agravado	DELTA ENGENHARIA E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL EIRELI
Advogada	Dra. Renata Martins Gomes(OAB: 85907-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- DELTA ENGENHARIA E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL EIRELI
- EDNEY RENATO COTTA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 616/627) interposto pela executada contra a decisão de fls. 607/610, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente.
A discussão prende-se ao tema "DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA".
A executada sustenta que não há motivos para desconsideração da personalidade jurídica, uma vez que o Recorrido apenas se limitou a requerer a desconsideração da personalidade jurídica, sem sequer fundamentar seu pedido, ou ainda expor fatos que levem a conclusão de ser necessária a medida. Argumenta que o Regional não trouxe qualquer fundamentação para se responsabilizar a pessoa física dos sócios e seus bens particulares. Alega divergência jurisprudencial, contrariedade à Súmula 266 do TST e violação dos artigos 5º, II, XXXV e LIV, da Constituição Federal, 135 e 373, I, do CPC, 10-A, 818, I, e 855-A da CLT e 50, 265 e 435 do Código Civil.
Sem razão.
O Regional consignou:

"A agravante argumenta que não foram comprovados os motivos que justifiquem a desconsideração da personalidade jurídica da reclamada, nem a presença dos requisitos estabelecidos no art. 50 do Código Civil, não havendo que se falar em solidariedade.
Aduz que sequer foram demonstrados a insuficiência patrimonial, o encerramento irregular ou o abuso da personalidade jurídica da empresa.
Por fim, alega que não foram esgotados os meios para a satisfação do crédito pela devedora principal.
Examino.
Na seara trabalhista, em razão do caráter alimentar do "quantum debeatur", aplica-se, em regra, a chamada "teoria menor" do instituto, segundo a qual basta apenas a insuficiência patrimonial da sociedade empresária tida como devedora principal para que se dê a efetivação de atos executivos sobre os bens de seus sócios.
Verificado o inadimplemento da empresa executada, o autor requereu a desconsideração de sua personalidade, com inclusão da sócia no polo passivo.
O procedimento foi devidamente observado pelo juízo de origem, pois a agravante foi citada, sem que houvesse óbice para que exercitasse o direito à ampla defesa e ao contraditório, o que se infere a partir da interposição mesma de embargos à execução e de agravo de petição.
Presentes os requisitos legais para a medida e observado o devido procedimento, irretocável a decisão que julgou procedente o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, que, pedindo vênia para adotar e confirmar, reproduzo:
O autor requereu a desconsideração da personalidade jurídica da reclamada e que a execução prosseguisse em desfavor da sócia MARIA , na forma do art. ELIZABETH PENIDO SAMPAIO SANTOS 855-A da CLT c/c 133 e seguintes do CPC.
A sócia manifestou-se no ID. 29da396 - Pág. 2 e seguintes, arguindo ilegitimidade passiva, ausência de abuso da personalidade jurídica, não esgotamento dos meios de expropriação e impenhorabilidade dos bens, com fulcro no art. 833, IV, do CPC. Dispensadas outras provas.
De início não há que se falar em ilegitimidade passiva, já que a requerente é a única sócia da empresa, possuindo responsabilidade solidária.
Cabe ressaltar que no Direito do Trabalho entende-se pela aplicação da teoria objetiva da desconsideração da personalidade jurídica, sendo suficiente a constatação da inadimplência da sociedade empresária, em prejuízo ao credor, para que a execução se volte contra os sócios. Aplicável por analogia, o §5º do art. 28, do CDC. Dispensa-se, nesta seara, a comprovação de ilicitudes na administração societária, fraude, desvio de finalidade ou confusão patrimonial (art. 50 do CCB).
Sendo assim, frustrada a execução, e considerando que a sócia não indicou bens da pessoa jurídica livres e desembaraçados capazes de garantir a execução, acolho o pedido de desconsideração da personalidade jurídica.
Destaco, por fim, quanto às condições de saúde e à impenhorabilidade de bens, com fulcro no art. 833, IV, do CPC, que não houve prova do alegado, sendo o crédito trabalhista privilegiado, de natureza alimentar.
Portanto, decorrido o prazo legal, a sócia será intimada para pagar ou garantir a execução no prazo de 48 horas, sob pena de penhora. Caso não haja cumprimento espontâneo, ao BACENJUD e RENAJUD, incluindo-se a sócia no BNDT (ID a6626c4). D.N. Nego, portanto, provimento ao agravo." (fls. 561/562 - grifei).

Inicialmente, cumpre registrar que o processamento do recurso de revista em fase de execução de sentença depende de demonstração inequívoca de ofensa direta e literal à Constituição, nos termos do artigo 896, § 2º, da CLT e da Súmula 266 do TST, de modo que alegações de divergência jurisprudencial, contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação de preceitos infraconstitucionais não propiciam a devolução da controvérsia ao exame deste Tribunal.
O exame da desconsideração da personalidade jurídica e consequente responsabilização dos sócios não se exaure na análise das disposições da Constituição Federal, sendo necessário o exame da legislação infraconstitucional, em especial os artigos 28, § 2º, da Lei nº 8.078/1990 e 50 do Código Civil, de modo a definir

qual teoria se aplica ao caso vertente, se a menor ou maior.
Nesse contexto, eventual violação a dispositivo constitucional não se daria de maneira direta e literal, mas apenas de forma reflexa ou indireta, o que, contudo, desatende ao disposto no artigo 896, §2º, da CLT, sendo desse modo incabível o recurso de revista no particular. Nesse sentido, os seguintes julgados desta Corte:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. EXECUÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REDIRECIONAMENTO AOS SÓCIOS DA EXECUTADA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DIRETA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Nos termos do art. 896, § 2º, da CLT, em se tratando de fase de execução, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal. Assim, inviável recurso de revista amparado em violação de preceito infraconstitucional, que somente por reflexo atingiria normas constitucionais. Agravo de instrumento não provido" (TST-AIRR-10681-04.2016.5.03.0020, 2ª Turma, Rel.ª Min.ª Delaide Miranda Arantes, DEJT de 29/10/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO EM FASE DE EXECUÇÃO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nos 13.015/2014 E 13.105/2015 E ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI No 13.467/2017 - DESCABIMENTO. 1. NULIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Decisão contrária aos interesses da parte não importa negativa de prestação jurisdicional, não havendo que se falar em ofensa ao art. 93, IX, da Constituição Federal. 2. EXECUÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DIRETA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. O art. 896, § 2º, da CLT é expresso e definitivo, quando pontua que "das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal." Esta é a ordem que a Súmula 266 do TST reitera. Ao aludir a ofensa "direta e literal", o preceito, por óbvio, exclui a possibilidade de recurso de revista que se escude em violação de preceitos de "status" infraconstitucional, que somente por reflexo atingiriam normas constitucionais: ou há ofensa à previsão expressa de preceito inscrito na Carta Magna, ou não prosperará o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e desprovido" (TST-AIRR-10140-98.2013.5.15.0130, 3ª Turma, Rel. Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT de 30/04/2021).

"(...)II) AGRAVO DE INSTRUMENTO DOS EXECUTADOS . DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. FRAUDE À EXECUÇÃO. CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO. É inviável o processamento do recurso de revista quando se constata que as alegações suscitadas pela parte, no sentido de haver violação do artigo 5º, II, LIV e LV, da Constituição Federal, não são aptas a modificar a decisão proferida pelo egrégio Tribunal Regional. No presente caso , negou-se seguimento ao recurso de revista em razão de a parte ora agravante não ter demonstrado as alegações de violação direta a preceito constitucional, nos termos da exigência insculpida na Súmula nº 266 desta Corte Superior, não atendidos, portanto, os pressupostos intrínsecos para admissibilidade do apelo na fase de execução. Isso porque eventual violação do artigo 5º, II, LIV e LV, da Constituição Federal somente se daria de forma reflexa ou indireta, após prévio exame da legislação infraconstitucional que rege a matéria em discussão, o que leva à impossibilidade do processamento do recurso de revista na fase de execução, a teor do artigo 896, § 2º, da CLT e da Súmula nº 266. Agravo de instrumento a que se nega provimento" (TST-AIRR-38700-71.2005.5.17.0131, 4ª Turma, Rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT de 15/10/2021).

"B) AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO EXECUTADO ALCIDES RAMOS GUIMARÃES. 1. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA O SÓCIO . O acórdão regional está respaldado na responsabilização do sócio pelo pagamento da dívida, tendo em vista a insuficiência do patrimônio da sociedade, nos termos preconizados pelos artigos 28 do CDC, 50, 1 . 003 e 1 . 032 do Código Civil e 448 da CLT. Com efeito, as regras preestabelecidas pelo legislador ordinário foram observadas na condução do presente processo, sendo certo que em nenhum momento foram negados ao recorrente o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, inclusive com a utilização da presente medida. Ademais, a matéria em debate tem natureza nitidamente infraconstitucional, o que inviabiliza a caracterização de ofensa literal e direta ao artigo 5º, LIV, da Constituição Federal. [...]" (TST-ED-AIRR-10198-82.2016.5.03.0081, 8ª Turma, Rel.ª Min.ª Dora Maria da Costa, DEJT 09/10/2020).

Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST. Retifique-se a autuação para constar como Agravante MARIA ELIZABETH PENIDO SAMPAIO SANTOS e como Agravados EDNEY RENATO COTTA e DELTA ENGENHARIA E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL EIRELI.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0001857-70.2016.5.22.0103

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA
Advogada	Dra. Larissa Ilana Soares Lopes Ribeiro Gonçalves(OAB: 5119/PI)
Advogado	Dr. Allan Manoel de Carvalho(OAB: 6763/PI)
Agravado	FEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PIAUÍ
Advogado	Dr. João Dias de Sousa Júnior(OAB: 3063/PI)
Advogado	Dr. Renato Coelho de Farias(OAB: 3596/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- FEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PIAUÍ
- MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 332/341) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou

seguimento ao recurso de revista (fls. 325/327).
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não provimento do agravo de instrumento (fls. 353/356).
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 112) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 08/06/2021 e apelo protocolado em 29/06/2021), sendo inexigível o preparo.
A insurgência recursal diz respeito ao tema "CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO. CRÉDITOS TRABALHISTAS E JUROS DE MORA. TERMO INICIAL".
Todavia, não obstante as alegações recursais, verifica-se que o executado, em seu recurso de revista, não transcreveu os trechos do acórdão regional que consubstanciam o prequestionamento da controvérsia, não bastando ao cumprimento do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT o meroresumodo tópico recorrido, conforme julgados da Subseção uniformizadora interna:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. RECURSO DE REVISTA. NÃO CONHECIMENTO. INOBSERVÂNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. ART. 896, § 1º-A, I e III, DA CLT. (...) Os arestos superados pela jurisprudência consolidada da SBDI-1 sobre a exigência processual prevista no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, não empolgam o apelo, nos limites do artigo 894, § 2º, da CLT. Com efeito, a SBDI-1, interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmado o entendimento no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, "a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva" (E-ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018). Precedentes. Agravo conhecido e desprovido." (TST-Ag-E-ED-Ag-ED-RR-1004-31.2011.5.05.0161, SbDI-1, Rel. Min. Breno Medeiros, DEJT de 14/05/2021)

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. INOBSERVÂNCIA DO REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. A Terceira Turma deste Tribunal não conheceu do recurso de revista interposto pela reclamada, ao entendimento de que tal insurgência não atende, a regra do artigo 896, § 1º-A, da CLT, porque não houve transcrição do acórdão do TRT a permitir a constatação do trecho da decisão que consubstanciaria o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. A referência à tese adotada pelo Tribunal Regional ouresumodos fundamentos, desacompanhada da transcrição do trecho pertinente objeto da controvérsia nas razões do recurso de revista, e, posteriormente, as alegações quanto aos temas recorridos não satisfazem o requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, porquanto não viabilizam o confronto analítico entre a tese central assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica apresentada no recurso de revista em mais de um tema. Nesse mesmo sentido é a atual e iterativa jurisprudência da SBDI-1, com a qual revela consonância o acórdão turmário, a inviabilizar o conhecimento do recurso de embargos, na forma do § 2º do artigo 894 da CLT. Correta, pois, a decisão agravada. Agravo não provido." (TST-Ag-E-RR-10181-12.2015.5.03.0039, SbDI-1, Rel. Min. Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT de 08/03/2019).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010203-94.2017.5.15.0062

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	COMPANHIA METALÚRGICA PRADA
Advogado	Dr. Osvaldo Ken Kusano(OAB: 256200-A/SP)
Agravado	LEILA PRADO
Advogado	Dr. Luis Gustavo Pereira dos Reis Arquejada(OAB: 368883-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- COMPANHIA METALÚRGICA PRADA
- LEILA PRADO

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (decisão publicada em 04/08/2020; recurso apresentado em 11/08/2020).
Regular a representação processual.
Satisfeito o preparo.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Insalubridade.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Periciais.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Cesta Básica.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário / Diferença Salarial / Salário In Natura.

O v. acórdão decidiu com amparo nos elementos fático-probatórios contidos nos autos. Conclusão diversa da adotada remeteria ao reexame de fatos e provas, procedimento vedado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do C. TST. Assim, na presente hipótese, a menção de violação a dispositivos do ordenamento jurídico e de divergência jurisprudencial não viabiliza o processamento do recurso.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista."

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "adicional de insalubridade"; "honorários periciais"; "cesta básica - salário in natura", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Quanto ao tema adicional de insalubridade, o Tribunal Regional, amparo no conjunto fático-probatório dos autos, mormente no laudo pericial, manteve a sentença que reconheceu devido o pagamento de adicional de insalubridade a reclamante, por exposição ao agente físico calor.
Destacou, ainda, que "o uso de EPI"s não é capaz de neutralizar efeitos nocivos do calor. Ao contrário, os potencializa".
Para reverter esse entendimento, na forma pretendida, seria necessário revolver o conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 126/TST.
Em relação ao valor dos honorários periciais, delimitado no acórdão regional que não parece excessivo, para se chegar à conclusão de que não são condizentes com o trabalho do perito, necessário seria o reexame da prova, em descompasso com a Súmula 126 do TST.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0011042-92.2018.5.15.0092

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Procurador	Dr. Nazário Cleodon de Medeiros
Agravado	PAULO CESAR DE JESUS ROMAO
Advogado	Dr. Rodrigo Ferreira Ferrari(OAB: 245507-A/SP)
Agravado	FORINTEC SEGURANÇA - EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- FORINTEC SEGURANÇA - EIRELI
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- PAULO CESAR DE JESUS ROMAO

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 199/213) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 183/186).
Contraminuta às fls. 222/225.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não provimento do agravo de instrumento, fls. 231/232.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 24/05/2021 e apelo protocolado em 26/05/2021), sendo inexigível o preparo.
Inicialmente, em relação ao tema "DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA", registro que, interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
No caso, a parte recorrente, em seu recurso de revista, não transcreveu o trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia cuja devolução pretende, não bastando ao cumprimento da exigência legal o meroresumodo tópico recorrido, conforme julgados da SbDI-1 desta Corte:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. RECURSO DE REVISTA. NÃO CONHECIMENTO. INOBSERVÂNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. ART. 896, § 1º-A, I e III, DA CLT. (...) Os arestos superados pela jurisprudência consolidada da SBDI-1 sobre a exigência processual prevista no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, não empolgam o apelo, nos limites do artigo 894, § 2º, da CLT. Com efeito, a SBDI-1, interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmado o entendimento no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, "a

mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva" (E-ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018). Precedentes. Agravo conhecido e desprovido." (TST-Ag-E-ED-Ag-ED-RR-1004-31.2011.5.05.0161, SbDI-1, Rel. Min. Breno Medeiros, DEJT de 14/05/2021)

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. INOBSERVÂNCIA DO REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. A Terceira Turma deste Tribunal não conheceu do recurso de revista interposto pela reclamada, ao entendimento de que tal insurgência não atende, a regra do artigo 896, § 1º-A, da CLT, porque não houve transcrição do acórdão do TRT a permitir a constatação do trecho da decisão que consubstanciaria o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. A referência à tese adotada pelo Tribunal Regional ouresumodos fundamentos, desacompanhada da transcrição do trecho pertinente objeto da controvérsia nas razões do recurso de revista, e, posteriormente, as alegações quanto aos temas recorridos não satisfazem o requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, porquanto não viabilizam o confronto analítico entre a tese central assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica apresentada no recurso de revista em mais de um tema. Nesse mesmo sentido é a atual e iterativa jurisprudência da SBDI-1, com a qual revela consonância o acórdão turmário, a inviabilizar o conhecimento do recurso de embargos, na forma do § 2º do artigo 894 da CLT. Correta, pois, a decisão agravada. Agravo não provido." (TST-Ag-E-RR-10181-12.2015.5.03.0039, SbDI-1, Rel. Min. Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT de 08/03/2019).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo, no particular.
Quanto ao mais, a segunda reclamada renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada. Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, ante o registro no

acórdão de que o tomador de serviços não produziu nenhuma prova de que tivesse cumprido sua obrigação de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas devidas por seu contratado, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Assim, além da recorrente não apresentar os documentos comprobatórios da fiscalização necessária, também não foi diligente o bastante para evitar os débitos reconhecidos em sentença, por exemplo, os recolhimentos fundiários.
Portanto, não havendo nos autos provas da satisfatória fiscalização, está comprovada a culpa da recorrente quanto aos créditos trabalhistas inadimplidos pela empregadora." (fls. 106).

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na ausência de prova da eficácia ou efetividade da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0002368-35.2012.5.03.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	BANCO SEMEAR S.A.
Advogado	Dr. Eduardo Paoliello Nicolau(OAB: 80702-A/MG)
Agravante	SNV - SERVIÇOS E NEGÓCIOS DE VAREJO LTDA.
Advogado	Dr. Fernanda Cristina Guimaraes Vieira
Agravado	ALEXANDRA FIALHO CHAVES
Advogado	Dr. Marcos Modesto da Silva(OAB: 63472/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRA FIALHO CHAVES
- BANCO SEMEAR S.A.
- SNV - SERVIÇOS E NEGÓCIOS DE VAREJO LTDA.

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2°, do RITST).
Examino.

I - AGRAVOS INTERPOSTOS PELAS RECLAMADAS - ANÁLISE CONJUNTA
Eis os termos da decisão agravada:
"Recurso de: Banco Semear S.A.
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (decisão publicada em 05/11/2013 - fl. 587; recurso apresentado em 13/11/2013 - fl. 588).
Regular a representação processual, fl. 478.
Satisfeito o preparo (fls. 501-v, 527, 526, 586-v, 615 e 616).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.
Responsabilidade Solidária/Subsidiária / Tomador de Serviços/Terceirização.
Responsabilidade Solidária/Subsidiária.
Analisados os fundamentos do acórdão, verifico que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exige o artigo 896, alíneas "a" e "c", da CLT. No que tange à ilicitude da terceirização e ao reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o recorrente (tomador de serviços), a decisão proferida pela Turma julgadora está em sintonia com o item I da Súmula 331 do TST, em ordem a tornar superados arestos que adotam tese diversa e afastar o alegado dissenso entre a decisão recorrida e os entendimentos jurisprudenciais consolidados na Súmula 239 e na OJ 379 da SDI - 1 do TST. Também não existem as violações apontadas (artigos 2º e 3º da CLT; 17 da Lei 4.595/64), pois não seria razoável supor que o TST fixasse sua jurisprudência com base em decisões que já não correspondessem mais a uma compreensão adequada do direito positivo (artigo 896, parágrafo 4º, da CLT e Súmula 333 do TST). Ainda quanto à terceirização, registro que são inespecíficos os arestos válidos colacionados, porque não abordam as mesmas premissas salientadas na decisão impugnada quanto aos seguintes aspectos -fl. 383-v (Súmula 296 do TST):
"É importante ressaltar que, embora o Banco Central autorize os "correspondentes bancários" a executarem algumas atividades bancárias, por meio de Resoluções, tais normas não geram qualquer repercussão na esfera trabalhista, uma vez que compete privativamente à União legislar sobre Direito do Trabalho, nos termos do artigo 22, I, da Constituição Federal.
No caso dos autos, verifico que a reclamante, laborando na função de analista de crédito, estava inserida na dinâmica empresarial do primeiro reclamado, tomador dos seus serviços."
Noutro passo, uma vez reconhecida a ilicitude da terceirização, a

responsabilidade solidária atribuída às reclamadas, traduz, no entender da Turma julgadora, a melhor aplicação que se pode dar aos dispositivos legais pertinentes, o que torna inviável o processamento da revista, além de impedir o seu seguimento por suposta lesões aos arts. 265 do CCB e 2º, § 2º, da CLT.
Registro, por fim, que é inespecífico o aresto colacionado à fl. 613, porque não abordam todos os fundamentos da decisão recorrida que determinaram a responsabilização solidária das rés (Súmula 23 do TST).
De todo modo, a análise das alegações suscitadas pela parte demandaria reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126 do TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Recurso de: SNV - Servicos e Negocios de Varejo Ltda.
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (decisão publicada em 05/11/2013 - fl. 587; recurso apresentado em 13/11/2013 - fl. 617).
Regular a representação processual, fl. 482 e 484.
Satisfeito o preparo (fls. 501-v, 513, 512, 586-v, 644 e 645).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.
Responsabilidade Solidária/Subsidiária / Tomador de Serviços/Terceirização.
Também esta recorrente não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, tampouco violação literal e direta de dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exige o artigo 896, alíneas "a" e "c", da CLT.
No tocante à ilicitude da terceirização e ao reconhecimento do vínculo empregatício, conforme registrado quando da análise do recurso anterior, a decisão recorrida encontra-se em sintonia com a Súmula 331, item I, do TST, em ordem a tornar superados os arestos que adotam tese diversa.
Também não existem as violações apontadas (arts. 2º e 3º, da CLT e 17 da Lei 4.595/64), por não ser razoável supor que o TST fixasse sua jurisprudência com base em decisões que já não correspondessem mais a uma compreensão adequada do direito positivo (artigo 896, parágrafo 4º, da CLT e Súmula 333 do TST).
De todo modo, a análise das alegações suscitadas pela parte demandaria reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126 do TST.
Acrescento que são inespecíficos os arestos válidos colacionados, porque não abordam as mesmas premissas salientadas pela Turma julgadora, notadamente quanto à comprovada inserção da reclamante na dinâmica da atividade empreendida pelo tomador, prestador de serviços bancários (Súmula 296 do TST).
Por fim, registro que não se presta ao confronto de teses o aresto trazido à colação, proveniente de Turma do TST (fl. 637/643), consoante alínea "a" do art. 896 da CLT
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista."

Em agravo de instrumento, a partes agravantes sustentam que as atividades exercidas pela reclamante não se enquadram naquelas previstas como atividade-fim das agravantes. Asseveram que a legislação permitiu a terceirização dos serviços e que não se encontram presentes os requisitos previstos nos arts. 2º e 3º da CLT, o que inviabiliza a contratação direta da reclamante. Apontam violação aos arts. 2º e 3º da CLT, bem como contrariedade às Súmulas 239 e 331 do TST. Trazem arestos ao confronto de teses.
Analiso.
Na hipótese, o Tribunal Regional reconheceu a ilicitude da terceirização, por entender que as atividades desenvolvidas pelo reclamante inserem-se na atividade-fim da empresa tomadora de serviços e, dessa forma, deferiu diferenças salariais.
Faz-se necessário o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF (ADPF 324 e RE 958252), que reconheceu a licitude da terceirização dos serviços, inclusive de atividade-fim.
Assim, por observar uma possível má aplicação da Súmula 331, III, do TST, dou provimento aos agravos de instrumento das reclamadas para determinar o processamento do recurso de revista.

II - RECURSOS DE REVISTA DAS RECLAMADAS - EXAME CONJUNTO - MATÉRIA COMUM
Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

1 - Conhecimento
1.1 - TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DO ARE-791.932-DF. TEMA 739 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. TESE FIRMADA NOS AUTOS DA ADPF 324 E DO RE-958.252-MG, TEMA 725 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. IMPOSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DIRETO
O Tribunal Regional, no que concerne ao tema em destaque, registrou que:
"Na inicial, a reclamante afirmou que foi contratada pela segunda reclamada (SNV - Serviços e Negócios de Varejo Ltda.), empresa integrante do grupo econômico Seculus, do qual também faz parte o primeiro reclamado (Banco Semear S/A), e que prestou serviços direta e exclusivamente a este, em sua atividade-fim, sendo flagrante a ilicitude da terceirização.
Em defesa, os reclamados negaram que a autora tenha exercido atividades tipicamente bancárias, tendo o primeiro réu celebrado com a segunda ré um contrato cujo objeto foi a prestação de serviços de correspondente bancário, de forma lícita, sendo tal empresa legalmente constituída e autorizada pelo Banco Central para atuar como tal.
De início, cumpre registrar que divirjo do entendimento do juízo a quo quanto ao enquadramento do primeiro reclamado como financeira.
Diversamente do que constou em sentença, os reclamados não negam que o primeiro réu seja verdadeiramente uma instituição bancária. Tanto é que suas teses defensivas são no sentido de que a segunda reclamada foi contratada pelo primeiro réu como correspondente bancária.
Ademais, como se observa no documento de f. 17, extraído do site do primeiro reclamado, "O Banco Semear é um banco múltiplo, fruto da incorporação da Seculus Financeira ao antigo Banco Emblema"
Da mesma forma, consta do artigo 3º de seu estatuto social que "a Sociedade é um BANCO MÜL TIPLO, tendo por objeto a realização de operações ativas, passivas e acessórias de instituições financeiras, por intermédio das carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento, podendo, nos termos da legislação aplicável, participar de outras sociedades" (f. 216, destaques no original).
Assim, entendo que o primeiro reclamado é verdadeiramente uma instituição bancária.
Posto isso, examino.
(...)

No caso dos autos, verifico que a reclamante, laborando na função de analista de crédito, estava inserida na dinâmica empresarial do primeiro reclamado, tomador dos seus serviços.
Nesse sentido, o depoimento da testemunha Luciana Almeida Guimarães (fs. 494/495):
"que trabalhou para o lo. reclamado de março/lº a junho ou julho de 2011, como analista de crédito; que não se recorda se a CTPS foi assinada pela 1ª ou 2ª reclamada; que a reclamante também era analista de crédito; (...) que se reportava a Sra. Vera Bertold; que não havia substituições da Sra. Vera; que recebia os documentos dos clientes para análise e aprovacão do crédito para compra de eletrodomésticos, móveis; que não realizava compensação bancária; que não tinha acesso a conta bancária de clientes, fazendo análise segundo documentação trazida por estes,' (...) gt trabalhava com os produtos CDC. crédito pessoal para a lª. reclamada; que os produtos eram exclusivamente da lª. reclamada; que dentro das alçadas. o crédito aprovado não dependeria de mais nenhuma aprovação; que às vezes entravam em contato direto com o dente,' que a saldação aos clientes era "boa tarde, aqui quem fala é Luciana do Banco Semear",' que o lo. reclamado deu treinamentos inclusive de lavagem de dinheiro,' que o sistema usado era do lo. reclamado,' (.) que não tinha autonomia acima da alçada já referida, havendo outros anallstas para alçadas maiores,' que a reclamante realizou treinamento perante o Banco Semear, em grupo diverso da depoente,' que acha que a CTPS da Senhora Vera era registrada pelo lo. reclamado. " (grifos acrescidos)
Esclareceu também a testemunha da segunda reclamada, Leandro Viliani Ribeiro (f. 495):
"que trabalha na 2a. reclamada desde fevereiro de 2010, como supervisor, de crédito e fraude, que prestava serviços para a lª. reclamada, exclusivamente; que trabalhou com a reclamante durante todo o contrato de trabalho desta; que à época depoente e reclamante faziam conferência de documentos para liberação ou não do crédito ao cliente, através de CDC e empréstimo pessoal, sendo este último em menor importância; que a alçada do depoente e da reclamante era em torno de R$600, 00 a R$1.200,00, tendo variado ao longo do tempo,' que depoente e reclamante se reportavam a Sra. Vera,' (.) que não havia empregados do lo. reclamado na 2a,' que acredita que o sistema para análise da documenta cão seja do lo. reclamado; que o lo. reclamado deu um treinamento sobre lavagem de dinheiro para o depoente e demais auxiliares,' que dentro da alçada do depoente a aprovação do crédito era inserida no sistema e visualizada pela loja, não sabendo se na loja havia algum procedimento que limitasse o crédito; que acredita que o dente esteja on time na Loja aguardando a resposta da aprovação; que não havia uma saudação fixa ao dente, podendo se identificar como pertencente ao lo. reclamado ou a loja que vendia o produto; que identificação na saudação dependia do tamanho da loja, como por exemplo no caso da Ricardo Eletro."
Como se vê, diversamente do alegado pelas reclamadas, as atividades desempenhadas pela reclamante não se restringiam à análise de documentos apresentados pelos clientes, uma vez que, até determinado limite de valor, a obreira avaliava e concedia o crédito. Tal atividade extrapola o objeto do contrato de prestação de serviços celebrado entre os reclamados e o objeto social descrito nos atos constitutivos da segunda ré, que dispõem, em sua cláusula quarta , que (fs. 4461447):
(...)
Tem-se, portanto, que as funções desenvolvidas pela reclamante, na condição de analista de crédito da segunda reclamada, estão inseridas na atividade-fim da instituição bancária"

Nas razões de recurso de revista, as partes reclamadas sustentam, em síntese, serem indevidas as diferenças salariais deferidas (isonomia), com fundamento de que a contratação de serviços terceirizados é permitida, inclusive para as atividades-fim da empresa. Apontam violação dos arts. 2º e 3º da CLT, bem como contrariedade à Súmula 331, I e III, do TST. Colacionam arestos. Ao exame.

No caso dos autos, o Tribunal Regional entendeu pela ilicitude da terceirização de serviços firmada entre as reclamadas e pela condenação ao pagamento das parcelas trabalhistas daí decorrentes (isonomia com os empregados da tomadora dos serviços).
Esta Corte Superior, inclusive esta Turma, com fundamento nos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, adotava o entendimento de que o ordenamento jurídico pátrio não autorizava a terceirização de forma ampla e irrestrita da atividade-fim empresarial. Assim, nos termos do item I da Súmula 331/TST, decidia pela ilicitude da terceirização e, consequentemente, pelo reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços.
Contudo, a Suprema Corte, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", afastando, assim, a configuração da relação de emprego com o tomador dos serviços. Além disso, em 11/10/2018, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, reafirmou o seu entendimento de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada".
Fixou, então, a tese jurídica de que "é nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC".
Ressalta-se que, a partir de 30/8/2018, é de observância obrigatória aos processos judiciais em curso ou pendentes de julgamento a tese jurídica firmada pelo e. STF no RE n.º 958.252 e na ADPF n.º 324.
Nesse sentido, cito precedentes da SBDI-1 desta Corte seguindo o entendimento vinculante do STF:
AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SOBRESTAMENTO. "TERCEIRIZAÇÃO". OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO. NÃO APLICAÇÃO DO ART. 94, II, DA LEI 9.472/97. REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. 1. Trata-se de agravo interno interposto em face da decisão da Vice-Presidência do TST por meio da qual foi determinado o sobrestamento do recurso extraordinário com base em precedente de repercussão geral em julgamento, na forma do art. 1.030, III do CPC. 2. O Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Recurso Extraordinário com Agravo nº 791.932/DF, concluiu que há repercussão geral na questão relativa à ofensa ao princípio da reserva de plenário, previsto no art. 97 da Constituição e na Súmula Vinculante 10, em face da recusa da aplicação, pelas instâncias de origem, do art. 94, II, da Lei 9.472/97 (Tema 739). 3. A abrangência do precedente, não limitada à atividade de call-center, restou assentada em diversos precedentes do Supremo Tribunal Federal, considerando-se, ainda, que os motivos determinantes da decisão

tem como razão preponderante a invocação da Súmula 331 do TST como embasamento à recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/97, e possível violação constitucional daí decorrente. 4. Nesse sentir, ficam mantidos os fundamentos adotados pela decisão agravada, restando verificada, ainda, a manifesta inadmissibilidade do presente agravo, aplicando-se a multa prevista no § 4º do artigo 1.021 do atual CPC. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. (Ag-ED-RR-20109-09.2013.5.04.0401, Órgão Especial, Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 16/12/2018).

RECURSO DE EMBARGOS. REGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES TOMADORA DOS SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. 1. A eg. Sexta Turma não conheceu do recurso de revista, sob o fundamento de que se afigura ilícita a terceirização dos serviços de reparação e manutenção de linhas telefônicas, razão pela qual configurado o vínculo de empregado com a empresa tomadora de serviços. 2. Entretanto, a partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 3. Na espécie foi reconhecido o vínculo de emprego diretamente com a tomadora dos serviços (Telemar Norte Leste S.A.), em razão, exclusivamente, de as funções do reclamante serem inerentes à atividade-fim da concessionária do serviço de telecomunicações. 4. Assim, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do reclamante com a tomadora de serviços, revelando-se indevidas as obrigações inerentes aos empregados do contratante. Recurso de embargos conhecido e provido. (E-RR - 65400-93.2007.5.03.0005 Data de Julgamento: 24/10/2019, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 08/11/2019).

Nesse contexto, não há mais espaço para o reconhecimento do vínculo empregatício com o tomador de serviços sob o fundamento de que houve terceirização ilícita (ou seja, terceirização de atividade essencial ou finalística), ou, ainda, para a aplicação dos direitos previstos em legislação específica ou em normas coletivas da categoria profissional dos empregados da empresa contratante. Nesse sentido, cito jurisprudência desta Corte:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. Ante as razões apresentadas pelo agravante, afasta-se o óbice oposto no despacho agravado. Agravo conhecido e provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. Decisão regional em que adotado o entendimento de que é ilícita a terceirização empreendida na atividade-fim do tomador dos serviços. Aparente violação do art. 5º, II, da CF, a ensejar o provimento do agravo de instrumento. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. 1. O Tribunal Regional manteve a sentença quanto à ilicitude da terceirização, ao fundamento de que os serviços prestados estão inseridos na atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. 2. Não obstante o entendimento cristalizado na Súmula 331, I, do TST, no sentido de que "a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário ", o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de repercussão geral, decidiu que " é lícita à terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Ressalto que, no caso, não há no acórdão regional qualquer registro concernente à existência de pessoalidade e/ou subordinação direta à tomadora dos serviços. Assim, torna-se inviável o reconhecimento da ilicitude da terceirização, não sendo tampouco possível o reconhecimento de isonomia com os empregados da empresa tomadora dos serviços. 4. Configurada a violação do art. 5º, II, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10943-72.2016.5.03.0013, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 12/11/2021)

RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO DE EMPREGO. BANCO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. 1. A partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços, independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 2. Na espécie, o Tribunal Regional reconheceu o vínculo de emprego entre a reclamante e um dos Bancos reclamados, somente em razão da prestação de serviços reputados eminentemente bancários. Nesse sentido, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego da reclamante com a instituição financeira tomadora de serviços e a condição de bancário do trabalhador. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10823-70.2015.5.03.0043, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 02/02/2021)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO AUTOR NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/17. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. Compulsando-se os autos, verifica-se que o acórdão embargado, de fato, se pronunciou no sentido da não observância de pressuposto da regularidade formal inerente aos recursos de fundamentação vinculada (princípio da dialeticidade recursal). Todavia, em melhor análise, constata-se que a parte, nas razões do agravo, impugnou de forma específica e fundamentada o óbice erigido na decisão agravada, comportando, assim, a decisão embargada complementação. TERCEIRIZAÇÃO.

TOMADORA DE SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO STF. TEMA 725. REPERCUSSÃO GERAL. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de Repercussão Geral, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Nesse contexto, porquanto superada a questão da ilicitude da terceirização - em conformidade com as decisões do STF -, resulta inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do autor diretamente com o tomador de serviços. Embargos de declaração a que se dá provimento, para sanar os vícios apontados, sem, contudo, imprimir-lhes efeito modificativo. (ED-Ag-AIRR-11359-77.2015.5.01.0030, 1ª Turma, Relator Ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 16/11/2021).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Deixa-se de analisar a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, nos termos do artigo 249, § 2º, do CPC/73 (artigo 282, § 2º, do atual CPC), por cogitar-se, no mérito , de possível decisão favorável ao reclamante. TERCEIRIZAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS DE ENERGIA. PREVISÃO NO ARTIGO 25, § 1º, DA LEI Nº 8.987/95. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA ADPF 324, DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EM REPERCUSSÃO GERAL ARE-791.932-DF (TEMA 739) E RE-958.252-MG (TEMA 725) E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE Nos 26 E 57, EM QUE SE DISCUTIA A CONSTITUCIONALIDADE DO CITADO DISPOSITIVO LEGAL. 1. Esta Corte firmou o entendimento de que a terceirização do serviço de eletricista, por se tratar de atividade-fim das empresas concessionárias de serviço de energia elétrica, era ilícita, com fundamento na Súmula nº 331, itens I e III, do TST. 2. Por outro lado, a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre "o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", como norma de Direito Administrativo, não foi promulgada para regular matéria trabalhista, devendo ser interpretada à luz dos princípios e das regras que norteiam o Direito do Trabalho, de modo a não esvaziar de sentido prático ou a negar vigência e eficácia às normas trabalhistas que, no País, disciplinam a prestação do trabalho subordinado e as próprias figuras do empregado e do empregador. Dessa forma, quando os órgãos fracionários dos Tribunais trabalhistas entendem que as relações laborais não são regidas pelo artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, não estão deixando de aplicar o dispositivo legal por considerá-lo inconstitucional. Assim, foi observado o disposto no artigo 97 da Constituição Federal e na Súmula Vinculante nº 10 e do STF. 3. Não obstante seja esse o entendimento deste Relator, curvo-me, com ressalva, à tese firmada na decisão proferida nos autos do ARE-791.932-DF (Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral), relatada pelo Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, in verbis: "É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC" (DJe de 6/3/2019). 4. A Suprema Corte, em sessão realizada em 30/8/2018, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252 (Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral), a respeito da terceirização prevista na Súmula nº 331 do TST, firmou a seguinte tese: "É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 5. Nos acórdãos proferidos nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade nºs 26 e 57, em que se discutia a constitucionalidade do artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, relatados pelo Exmo. Ministro Edson Fachin, foi destacado: "no julgamento do Tema 739, ARE 791.932- RG, esta Corte, então instada a se manifestar sobre a inobservância da cláusula de reserva de Plenário e o disposto no art. 94, II, da Lei 9.472/1997, declarou a nulidade da decisão do órgão fracionário do TST"; "a norma do diploma regulatório dos serviços de telecomunicações tem conteúdo idêntico ao objeto da presente ação direta de constitucionalidade". 6. A Suprema Corte, fazendo referência às teses fixadas no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252- RG (Tema 725), registrou que, tendo sido afastada a aplicação da Súmula nº 331 do TST "naquelas hipóteses, deve também aqui se estender o mesmo entendimento", concluindo que "o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, ao autorizar as concessionárias de serviço público a contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, alinha-se ao entendimento jurisprudencial atual e, reveste-se de constitucionalidade, devendo ter sua eficácia garantida e preservada". 7. Entretanto, a adoção da tese vinculante firmada pelo Supremo Tribunal Federal não impede o reconhecimento de vínculo de emprego entre o trabalhador terceirizado e a tomadora de serviços, quando comprovada a incidência dos artigos 2º, 3º e 9º da CLT ao caso em apreço, conforme decidiu a SbDI-1, nos autos do E-ED-RR-32900-51.2005.5.03.0002, em acórdão relatado pelo Exmo. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, firmando o entendimento de que há que reconhecer o "vínculo empregatício com a tomadora dos serviços, quando estiver nitidamente comprovada nos autos a presença dos requisitos do art. 3º da CLT, configurando desvirtuamento da terceirização de forma a disfarçar a existência de inequívoca relação de emprego com a tomadora". 8. Na hipótese dos autos, o Ministério Público do trabalho ajuizou ação civil pública contra a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (concessionária de serviços de energia elétrica) e a Santa Maria Participações S.A., a fim de impedir a terceirização de atividade-fim daquela. O Tribunal a quo, por entender pela ilicitude da terceirização dos serviços de leitura de medidores de energia elétrica ativa, reativa e de demanda, envio de faturas e documentos, suspensão do fornecimento de energia elétrica e religação procedida pela Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., confirmou a sentença pela qual essa última ré foi condenada a abster-se de terceirizar os citados serviços e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo . 9. Como o Supremo Tribunal Federal firmou tese, de natureza vinculante, considerando lícita a terceirização, não subsiste a condenação da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. "a abster-se de repassar a terceiros atividades-fins" e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo (responsabilidade solidária da segunda ré). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-215900-88.2012.5.17.0141, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 12/11/2021).

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - PROVIMENTO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. Diante de potencial violação do art.

37, XIII, da Constituição Federal, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252/MG, com repercussão geral (tema 725), em sessão plenária do dia 30.8.2018, fixou teses, respectivamente, no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada" e que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 2. A licitude de terceirização de atividade-fim foi reafirmada, pelo Excelso Pretório, nos julgamentos subsequentes do ARE nº 791.932/DF, com repercussão geral (tema 739), em 11.10.2018, e da ADC nº 26, em 22.8.2019. 3. O caso dos autos é o decidido pelo STF, razão pela qual não é possível a aplicação analógica do art. 12, "a", da Lei nº 6.019/74 (OJ 383/SBDI-1/TST), com esteio na alegada ilicitude da terceirização. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10166-80.2018.5.03.0025, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 12/11/2021).

[...] RECURSOS DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STF (TEMA 739 DE REPERCUSSÃO GERAL NO STF - ARE 791.932). TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. O STF, no julgamento da ADC 26/DF, transitado em julgado em 18.09.2019, seguindo a tese firmada no ARE 791.932, em repercussão geral (Tema 739), declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, que autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público, e, reiterando o entendimento exarado pelo Plenário do STF em 30.08.2018, no julgamento da ADPF-324 e do RE-958252, com repercussão geral (Tema 725), reconheceu a constitucionalidade do instituto da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, afastando a incidência da Súmula 331 do TST. É necessário, pois, o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF, relativamente à possibilidade de terceirização de serviços afetos às atividades precípuas das concessionárias de energia elétrica, sendo irrelevante perquirir sobre a natureza das atividades exercidas pela empresa contratada. No caso vertente, o TRT entendeu que havia relação direta da atividade desempenhada pelo Reclamante com a atividade-fim da tomadora e concluiu pela ilicitude da terceirização. Entretanto, há de ser afastada a ilicitude da terceirização, à luz do entendimento do E. STF e do art. art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995. Consequentemente, não se viabiliza o reconhecimento da isonomia salarial em relação aos empregados da empresa tomadora de serviços e a condenação ao pagamento de direitos e benefícios legais, normativos e/ou contratuais daí decorrentes. Remanesce, contudo, a responsabilidade subsidiária em caso de eventual condenação, nos termos da decisão do STF (Tema 725) e da Súmula 331, IV/TST. Ressalva de entendimento pessoal deste Relator. Recurso de revista conhecido e provido. (RR -20455-49.2017.5.04.0811, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 19/03/2021).

[...] RECURSO DE REVISTA. DECISÃO REGIONAL PROFERIDA ANTES DA LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO. SERVIÇOS DE TELEMARKETING. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O BANCO TOMADOR DE SERVIÇOS. Nos termos do posicionamento adotado pela Suprema Corte Federal, no julgamento do ARE 791932, Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral, nos autos da ADPF 324 e do RE 958252, e, ainda, na ocasião do julgamento da ADC 26, é lícita a terceirização de serviços de atividade fim . Assim, deve ser reformada a decisão regional para adequar ao entendimento da Suprema Corte. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-170-89.2013.5.06.0012, 6ª Turma, Relator Ministro Aloysio Correa da Veiga, DEJT 20/03/2020).

III - RECURSO DE REVISTA ANTERIOR À LEI Nº 13.015/2014. RETORNO DOS AUTOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA TOMADORA DOS SERVIÇOS NÃO CONFIGURADA. MANUTENÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO CONSAGRADO PELO C. STF - TEMA 725 DE REPERCUSSÃO GERAL NO C. STF - ADPF 324 E RE 958.252. 1. Há muito prevaleceu no âmbito desta Corte Superior o entendimento de que é ilícita a terceirização de serviços especializados, ligados à atividade-fim do tomador dos serviços, identificada no objeto social do contrato social das empresas envolvidas. Nessa linha de argumentação, entendia-se que a contratação de trabalhadores por empresa interposta seria ilegal, formando-se o vínculo empregatício diretamente entre o empregado contratado e a empresa tomadora dos serviços. Inteligência da Súmula nº 331 do c. TST. 2. Revisitando posicionamento consagrado pelo c. TST, em 30.8.2018, a Suprema Corte, nos autos da ADPF 324/DF e do RE 958.252, submetido à sistemática da repercussão geral - Tema nº 725 - , tendo em conta os princípios constitucionais da livre iniciativa (art. 170) e da livre concorrência (art. 170, IV), a dignidade da pessoa humana (art. 1º), os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal (art. 7º), o direito de acesso do trabalhador à previdência social, à proteção à saúde e à segurança no trabalho, declarou a inconstitucionalidade da Súmula nº 331, I, do c. TST, reconhecendo a licitude da terceirização em todas as etapas do processo produtivo, seja meio ou fim. Ao examinar o Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral, no RE nº 958.252 , fixou a seguinte tese jurídica: " É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante " . Na mesma oportunidade, ao julgar a ADPF nº 324, firmou a seguinte tese, com efeito vinculante para todo o Poder Judiciário: " 1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". 3. Em suma, o c. STF reconheceu a legalidade irrestrita da terceirização de serviços, podendo a contratação de trabalhadores se dar de forma direta ou por empresa interposta e para exercer indiscriminadamente atividades ligadas à área fim ou meio das empresas, não se configurando em tais circunstâncias relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada, remanescendo, contudo, a responsabilidade subsidiária

do tomador dos serviços no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa contratada, bem como pelas obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993, além de firmar que é plenamente possível a terceirização de atividades precípuas das concessionárias de serviços públicos. 4. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional ratificou o entendimento do juízo de primeiro grau, de que o autor desempenhava tarefa intimamente ligada à atividade-fim da tomadora dos serviços, declarando, por essa razão, a sua responsabilidade solidária pelas verbas devidas ao trabalhador, em desconformidade com a atual jurisprudência do c. STF e do c. TST. Recurso de revista conhecido por contrariedade (má aplicação) à Súmula/TST nº 331 e provido. (RR-722-18.2012.5.06.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 07/01/2020).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. ADPF Nº 324 E RE Nº 958.252. TESE FIRMADA PELO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 331 DO TST À LUZ DOS PRECEDENTES DO STF. (...) I. No que diz respeito ao reconhecimento da licitude da terceirização, a decisão regional foi proferida em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 958.252, de que resultou a fixação da seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", bem como no julgamento da ADPF nº 324, em que foram fixadas as seguintes teses: "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". II. Assim sendo, o conhecimento do presente recurso de revista no que diz respeito ao pedido de reconhecimento da ilicitude da terceirização havida entre as Reclamadas encontra óbice no entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, fixada no julgamento da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252. (...). (Ag-AIRR-10681-27.2018.5.18.0081, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 05/11/2021).

(...) II. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE. SISTEMA DE TELEATENDIMENTO. MATÉRIA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADPF 324, RE 958.252 E ARE 791.932). REPERCUSSÃO GERAL. ISONOMIA SALARIAL. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 383 DO TST. IMPOSSIBILIDADE. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA. 1. O Tribunal Regional, reconhecendo que a Reclamante prestou serviços relacionados à atividade-fim da tomadora de serviços, declarou a ilicitude da terceirização havida entre as partes. Muito embora tenha fundamentado não ser possível o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o Ente integrante da Administração Pública Indireta, reconheceu o direito obreiro às verbas trabalhistas - legais e normativas - asseguradas aos empregados da tomadora de serviços, com fundamento no princípio da isonomia. 2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 30/8/2018, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958.252, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se estabelecendo relação de emprego entre a tomadora de serviços e o empregado da empresa prestadora. 3. Dispõe a Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST que: "A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções ". 4. O fato autorizador da isonomia de direitos entre os empregados terceirizados e os regularmente contratados pelo tomador de serviços integrante da Administração Pública é a ilicitude da terceirização. Nessa esteira de raciocínio, reconhecendo o STF a licitude da terceirização tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim das empresas tomadoras, inviável a aplicação da Súmula 331/TST e Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST, que traz como premissa básica a irregularidade da contratação do trabalhador terceirizado. Julgados do TST. 5. Recurso de revista conhecido por má-aplicação da Súmula 331/TST e da OJ 383 da SBDI-1/TST. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-2185-47.2016.5.06.0102, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/12/2020)

[...] II - RECURSO DE REVISTA DA 2ª RECLAMADA (LIQ CORP S/A). ADMISSIBILIDADE. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA. LICITUDE. VÍNCULO DIRETO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE DIREITOS DA CATEGORIA DO TOMADOR. INVIABILIDADE. A partir do julgamento do RE nº 958.252 e da ADPF nº 324 pelo Supremo Tribunal Federal, a matéria em discussão nestes autos (ilicitude da terceirização de atividade-fim) pacificou-se e encontra o seu norte nos termos da decisão vinculante daquela Corte Suprema, que, ao julgar o mérito da controvérsia atinente ao Tema 725 da repercussão geral, definiu a tese jurídica segundo a qual "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Assim, a decisão do Regional, naquilo em que aplicou a Súmula nº 331, I, do TST à hipótese encontra-se superada pela jurisprudência vinculante do Pretório Excelso, merecendo reforma o acórdão recorrido, a fim de decretar a licitude da terceirização e, por conseguinte, a ausência de vínculo direto com o tomador e os demais consectários daí decorrentes, a exemplo de direitos previstos em normas coletivas da categoria do tomador ou no regulamento interno da empresa, equiparação salarial, ou quaisquer outros que tenham como base jurídica de sustentação a irregularidade do contrato de terceirização de atividade-fim. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-456-10.2014.5.02.0088, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 19/03/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. TOMADORA DOS SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE N.º 958.252 COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA (TEMA 725) E ADPF 324. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de

Preceito Fundamental n.º 324, em 30/8/2018, erigiu tese no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 2. Na mesma ocasião, a Corte Suprema, examinando o Tema 725 de Repercussão Geral, no julgamento do RE 958.252, estabeleceu a seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Inquestionável a aplicação imediata dos aludidos precedentes firmados em Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida, bem como em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, cuja decisão tem efeito vinculante. 4. Na linha dos precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal, remanesce a possibilidade de reconhecimento de vínculo com a empresa contratante somente nas hipóteses em que há explícita referência, no acórdão prolatado pelo Tribunal Regional, acerca da configuração da pessoalidade e da subordinação hierárquica direta, presencial ou por via telemática, do obreiro aos prepostos da tomadora de serviços, sendo insuficiente a mera subordinação estrutural ou indireta, inerente à própria terceirização. 5. No caso sob exame, afirmou o Tribunal Regional a ilicitude da terceirização tão somente em razão do labor em atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. Tal entendimento destoa claramente daquele fixado pelo Supremo Tribunal Federal. Reconhece-se, portanto, a transcendência política da controvérsia. 6. Nesse contexto, impõe-se afastar o reconhecimento do vínculo de emprego da parte reclamante diretamente com o banco tomador dos serviços, bem como excluir da condenação as parcelas decorrentes da aplicação dos acordos coletivos dos bancários. 7. Recurso de Revista conhecido e provido. (RR-491-61.2017.5.06.0311, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 05/02/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DAS LEIS NºS 13.015/14 E 13.105/15, MAS ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/2017. TELEMARKETING - ILICITUDE DE TERCEIRIZAÇÃO - RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS - ENQUADRAMENTO DO RECLAMANTE NA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS BANCÁRIOS. O STF, em 30/8/2018, no julgamento conjunto da ADPF 324/DF e do RE 958.252/MG (tema de Repercussão Geral nº 725), firmou a tese jurídica de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, seja ela meio ou fim, o que não configura relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. O Plenário da Suprema Corte concluiu, então, que não há óbice constitucional à terceirização das atividades de uma empresa, ainda que se configurem como as denominadas "atividades-fim" das tomadoras de serviços. No caso concreto, o Tribunal Regional concluiu que a contratação dos serviços especializados de telemarketing é ilícita, pois estão ligados à atividade-fim da tomadora de serviços. Assim, o v. acórdão recorrido, ao reconhecer a ilicitude da terceirização na hipótese, contrariou a tese firmada pela Suprema Corte, na ADPF 324 e no RE 958.252 (tema 725 da tabela de repercussão geral). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-11150-12.2015.5.03.0044, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 04/12/2020).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. BANCO BRADESCO S.A. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTENTE. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADPF 324/DF, o RE-958.252/MG (tema 725 da tabela de repercussão geral), fixou a tese, com efeito vinculante e eficácia erga omnes , segundo a qual é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas e de o objeto da terceirização consistir em atividade-meio ou atividade-fim da tomadora de serviços, desde que não seja comprovada a fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, sendo mantida, entretanto, a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. Portanto, definido pelo Supremo Tribunal Federal que é licita a terceirização de serviços, tanto ligados à atividade-meio quanto à atividade-fim da contratante, e não tendo sido constatada fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, deve ser julgado improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo de emprego com O tomador de serviços e, em consequência, os pedidos decorrentes unicamente do vínculo. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. (RR-10958-62.2016.5.03.0103, 8ª Turma, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 23/03/2021)

(...) III - RECURSO DE REVISTA - REGÊNCIA PELA LEI Nº 13.015/2014 - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. CALL CENTER. LICITUDE. A matéria já não comporta debates, ante as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sessão extraordinária realizada no dia 30/08/2018, quando se julgou procedente a arguição formulada na ADPF-324/DF (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018), com eficácia erga omnes e efeito vinculante, e se fixou tese jurídica de repercussão geral, correspondente ao Tema nº 725, no sentido de que "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. (leading case: RE-958252/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018). Recurso de revista conhecido e provido" (RRAg-10055-74.2017.5.03.0173, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 05/02/2021)

Dessa forma, não se pode reconhecer isonomia entre os empregados terceirizados e aqueles contratados diretamente pelo tomador dos serviços.
Entretanto, registre-se que a responsabilidade da tomadora de serviços nestes casos se mantém de forma subsidiária, consoante a tese já firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante".
Ante o exposto, em face da decisão vinculante do STF, conheço dos recursos de revista por contrariedade à Súmula 333, III, do TST (má aplicação).

1.2 - MÉRITO
Tendo em vista os fundamentos apresentados, atendidos os requisitos do art. 489, § 1º, do CPC e com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST, 932, III, IV e V, do CPC, dou provimento parcial aos recursos de revista para, reconhecendo a licitude da terceirização dos serviços, mantendo a condenação subsidiária da tomadora, limitar o pagamento das verbas deferidas à reclamante com parâmetro na sua real empregadora, afastando a isonomia declarada na origem. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:
À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, § 5º (atual § 14), da CLT e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento aos agravos de instrumento das reclamadas - exame conjunto - matéria comum; II - conhecer dos recursos de revista, quanto ao tema "TERCEIRIZAÇÃO. ILICITUDE. IMPOSSIBILIDADE DA ISONOMIA", por má aplicação da Súmula 331, III, do TST, e, no mérito, dar-lhes provimento parcial para, reconhecendo a licitude da terceirização dos serviços, mantendo a condenação subsidiária da tomadora, limitar o pagamento das verbas deferidas à reclamante com parâmetro na sua real empregadora, afastando a isonomia declarada na origem. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001554-27.2017.5.05.0222

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DA BAHIA
Procurador	Dr. Iuri Ribeiro Gonçalves
Agravado	DAMIANA SANTOS COSTA SILVA
Advogado	Dr. Jose Henrique Santana Santos(OAB: 48621-A/BA)
Agravado	LC EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):
- DAMIANA SANTOS COSTA SILVA
- ESTADO DA BAHIA
- LC EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 181/186) interposto em face da decisão (fls. 177/179) do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região que denegou seguimento ao recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta e de contrarrazões aos recursos interpostos.
Os autos foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho, que oficiou pelo desprovimento do recurso (fls. 203/208).
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado, interposto tempestivamente (decisão denegatória em 19/03/2021 e apelo protocolado em 24/03/2021), dispensado o preparo.
O segundo reclamado insurge-se contra a responsabilidade subsidiária que lhe foi atribuída. Afirma que a condenação está justificada em jurisprudência divergente e contrária ao atual posicionamento do TST sobre o tema. Sustenta que a responsabilidade probatória é da parte reclamante, na medida em que a comprovação constitui pressuposto necessário para se atribuir qualquer responsabilidade (solidária ou subsidiária).
Sem razão.
Interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve transcrever precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
No caso, nas razões do recurso de revista, o segundo reclamado transcreveu o seguinte excerto do acórdão recorrido:

"De outro lado, consta dos autos, notificações expedidas pelo órgão administrativo para o esclarecimento e providências acerca de atrasos no pagamento de salários, benefícios previstos em norma coletiva, sendo as notificações expedidas desde maio de 2014, o que enfatiza que havia uma continuidade de inadimplementos da prestadora de serviços, generalizadamente, em face de outros tantos trabalhadores, sem efetividade na ação do tomador de serviços, apesar das prerrogativas que tinha, à luz do contrato firmado, conforme mencionado textualmente nas indigitadas notificações)". (fls. 173)

Como se vê, o trecho transcrito não tem o condão de suprir a exigência do referido dispositivo legal, porquanto não se verificam, no excerto, todos os fundamentos de fato e de direito necessários para compreensão da matéria impugnada, em especial as premissas fáticas e jurídicas que levaram à conclusão pela responsabilidade subsidiária do ente público.
Nesse sentido, cito os seguintes julgados, que registram fundamentos determinantes plenamente aplicáveis ao caso em exame:

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TRANSCRIÇÃO INSUFICIENTE. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição insuficiente do acórdão regional nas razões do recurso de revista, sem indicação do trecho que contém a tese da controvérsia a ser alçada ao crivo desta Corte, sem demonstrar analiticamente as violações e divergências jurisprudenciais invocadas e/ou sem impugnar todos os fundamentos da decisão recorrida, não atende o requisito estabelecido no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (incluído pela Lei 13.015/2014). No caso, o trecho transcrito pela parte reclamada, ora recorrente, não atende o disposto no art. 896, §1º-A, I, da CLT, pois não contém todos os fundamentos de fato e de direito adotados pelo TRT quanto à prescrição, inviabilizando a apreciação do tema objeto de insurgência recursal. Agravo não provido" (Ag-AIRR-150-67.2019.5.09.0671, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 10/09/2021 - g.n.)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. LEI 13.015/2014. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRECHO INSUFICIENTE. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. TOMADOR DE SERVIÇOS. A indicação do trecho da decisão regional que consubstancia o prequestionamento da matéria objeto do recurso é encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. O trecho transcrito pelas partes recorrentes não atende o disposto no art. 896, §1º-A, I, da CLT, pois não contém todos os fundamentos de fato e de direito, assentados na decisão recorrida, que levaram à manutenção da responsabilidade subsidiária da parte agravante. Precedentes. Agravo de instrumento de que se conhece e a que se nega provimento. [...] (TST-AIRR-10476-27.2016.5.03.0035, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 13/12/2019 - g.n.)

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO § 1º-A DO ART. 896 DA CLT. TRANSCRIÇÃO INSUFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO. É

inviável o conhecimento do recurso de revista quando o trecho do acórdão recorrido transcrito nas razões recursais não abrange todos os aspectos essenciais à exata compreensão da controvérsia enfrentada pelo Tribunal Regional. Precedentes. Incidência, na espécie, do art. 896, § 1º-A, inc. I, da CLT. Recurso de Revista de que não se conhece". (TST-RR - 1326-71.2017.5.21.0007, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, 8ª Turma, DEJT 07/12/2020 - g.n.)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017 . 1. CONTRATO DE APRENDIZAGEM. BASE DE CÁLCULO. 2. DANO MORAL COLETIVO. 3. VALOR DA INDENIZAÇÃO. ART.896, § 1º-A, I, DA CLT. EXIGÊNCIA DE TRANSCRIÇÃO DOS FUNDAMENTOS EM QUE SE IDENTIFICA O PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA OBJETO DE RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO INSUFICIENTE. ÓBICE ESTRITAMENTE PROCESSUAL. Nos termos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei n. 13.015/2014, a transcrição dos fundamentos em que se identifica o prequestionamento da matéria impugnada constitui exigência formal à admissibilidade do recurso de revista. Havendo expressa exigência legal de indicação do trecho do julgado que demonstre o enfrentamento da matéria pelo Tribunal Regional, evidenciando o prequestionamento, a ausência desse pressuposto intrínseco torna insuscetível de veiculação o recurso de revista. Nesse sentido, saliente-se que o pequeno trecho transcrito no apelo não tem o condão de suprir a exigência preconizada no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, porquanto não se verificam, no referido excerto, todos os fundamentos de fato e de direito utilizados pelo TRT no enfrentamento das matérias impugnadas. Agravo de instrumento desprovido." (TST-AIRR-1413-78.2013.5.09.0014, Relator Ministro Maurício Godinho Delgado, 3ª Turma, DEJT 29/11/2019). (g.n.)

Desse modo, inviável o processamento do recurso de revista, no particular, tendo em vista a não observância do requisito legal.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0001892-15.2017.5.12.0025

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	TRANSPORTES ELIANE ROCHA LTDA - ME
Advogado	Dr. Pedro Ivo Klug(OAB: 16754-A/SC)
Agravado	CLEITO FLORES LERIA
Advogado	Dr. Wilmar Jose de Freitas Nogara(OAB: 26089-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEITO FLORES LERIA
- TRANSPORTES ELIANE ROCHA LTDA - ME

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 190/198) interposto pela reclamada contra a decisão de fls. 184/185, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente, sendo regular o preparo.
A discussão prende-se ao tema "SUSPEIÇÃO. TESTEMUNHA QUE LITIGA CONTRA O MESMO EMPREGADOR. DEPOIMENTOS RECÍPROCOS".
A reclamada alega suspeição da testemunha, uma vez que esta ajuizou processo idêntico contra mesma reclamada, além de haver troca de depoimentos entre as testemunhas e o reclamante. Alega divergência jurisprudencial e contrariedade à Súmula 357 do TST.
Sem razão.
O Regional consignou:

"Insiste a ré na contradita das testemunhas indicadas pelo autor, ouvidas na prova emprestada, por não deterem isenção de ânimo, uma vez que promovem idênticas ações trabalhistas contra a ré.
Sem razão.
O ajuizamento de ação trabalhista pela testemunha, assim como o mero fato de haver depoimentos recíprocos para com o autor, não são motivos para declaração de sua suspeição.
A troca de favores que pode inquinar o depoimento da testemunha deve vir devidamente comprovada no processo, isto é, deve ser instruída por provas que demonstrem, de forma concreta, a ausência de isenção da testemunha e a provável intenção de favorecimento da parte.
Assim, por oportuno, manifesta-se o seguinte julgado do TST:
"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMANTE. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. NULIDADE PROCESSUAL. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. CONTRADITA DE TESTEMUNHA. DEMANDA JUDICIAL CONTRA O MESMO EMPREGADOR COM PEDIDOS SIMILARES. SUSPEIÇÃO PRESUMIDA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PROVA ROBUSTA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO. I. O Tribunal Regional acolheu a contradita da testemunha da Reclamante, sob o fundamento de que "a reciprocidade de depoimentos traduz hipótese de suspeição da testemunha, dado o evidente comprometimento da isenção de ânimo e da imparcialidade da testemunha que comparece à audiência convidada pela parte que também prestou depoimento em seu litígio contra o mesmo empregador, pois, nessa hipótese, interessa a ambos os empregados que os depoimentos recíprocos sejam favoráveis às suas alegações". II. Contudo, não consta da decisão regional nenhuma referência a prova produzida que indique a ausência de isenção de ânimo por parte da testemunha contraditada. É certo que a suspeição por interesse no litígio não pode ser presumida, mas deve ser cabalmente comprovada. Assim, ainda que diante das peculiaridades do caso concreto (a testemunha da Autora também ter ajuizado reclamação trabalhista contra os Reclamados e, reciprocamente, a ora Reclamante ter prestado depoimento na ação trabalhista movida por sua testemunha em face dos mesmos empregadores, bem como a similaridade dos pedidos de ambas as reclamações trabalhistas), tais fatos não implicam, por si só, a existência de interesse da testemunha na causa ou que faltará com a verdade em juízo. III. Nesse sentido, é o teor da Súmula nº 357 do TST, segundo a qual "não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador". IV. Sobre o tema, esta Corte Superior tem reiteradamente decidido que a

caracterização da suspeição de testemunha impõe a comprovação robusta do seu interesse pessoal na solução da lide, não sendo suficiente a mera presunção de imparcialidade ou troca de favores pelo simples motivo de também demandar judicialmente contra o mesmo empregador, ainda que discutam pedidos idênticos. Julgados. V. Assim, por mera presunção de ausência de isenção de ânimo da testemunha contraditada, o Tribunal Regional causou prejuízo processual à Reclamante por cerceamento do seu direito de defesa dos fatos por ela alegados com base na prova testemunhal e, por consequência, contrariou os termos da Súmula nº 357 do TST. VI. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento, resultando prejudicado o exame do mérito do recurso de revista quanto aos temas dependentes e ficando sobrestada a análise de outros temas do recurso de revista. (TST/RR-910-08.2013.5.09.0095, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 28/06/2019)."
Por isso, não basta mera presunção de amizade ou interesse, devendo tais hipóteses de suspeição estarem devidamente comprovadas no processo, o que, não ocorreu no presente caso. Anoto, por importante, que a valoração do depoimento da testemunha constitui análise a ser realizada no mérito dos pedidos. Rejeito." (fls. 161/162 - grifei).

A Súmula 357 desta Corte dispõe que "Não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador." Portanto, não há falar em suspeição da testemunha que litigou contra o mesmo empregador, se ausente provas robustas de amizade íntima ou interesse. Nesse sentido, os seguintes julgados:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 11.496/2007. TESTEMUNHAS RECÍPROCAS. RECLAMANTE ARROLADO PARA DEPOR EM AÇÃO TRABALHISTA AJUIZADA PELA TESTEMUNHA CONTRA A MESMA EMPREGADORA. TROCA DE FAVORES. NÃO COMPROVAÇÃO. É entendimento desta Corte de que a troca de favores, apta a tornar suspeita a testemunha, deve ser efetivamente comprovada, circunstância, no entanto, não divisada nos autos, já que na decisão Regional, transcrita pela decisão recorrida, consignou-se não haver prova nesse sentido, não sendo suficiente, para tanto, a simples constatação do fato de o reclamante ter sido arrolado para testemunhar na ação trabalhista ajuizada pela testemunha contra a mesma empregadora, tendo ambos atuado como testemunhas um do outro em processos distintos. Isso porque se estaria, em última consequência, inviabilizando essa modalidade de prova, já que a realidade revela não só a dificuldade de colegas de trabalho, ainda empregados da empresa, deporem contra a empregadora mas também que, geralmente, as pessoas chamadas a depor, tiveram ou mantêm alguma relação com os litigantes, circunstância que, por si só, não as torna suspeitas nem as impede de serem compromissadas em Juízo. Recurso de embargos não conhecido." (TST-E-ED-RR-85300-49.2008.5.03.0095, SbDI-1, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT de 31/03/2017)

"(...) CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE CONTRADITA À TESTEMUNHA QUE LITIGA CONTRA O MESMO EMPREGADOR. Não se verifica o alegado cerceamento de defesa, tendo em vista que a decisão se encontra em consonância com o entendimento firmado nesta Corte superior, por meio da Súmula nº 357 do TST, in verbis: "SUM-357 TESTEMUNHA. AÇÃO CONTRA A MESMA RECLAMADA. SUSPEIÇÃO. Não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador". O cerne da controvérsia diz respeito à suspeição de testemunha, que mantém ação trabalhista contra o mesmo reclamado. Esta Corte já firmou o entendimento de que o fato de a testemunha postular em Juízo contra o mesmo demandado, ainda que para reivindicar pedido idêntico, não acarreta a sua suspeição por si só nem torna seus depoimentos carentes de valor probante, tudo em consonância com o entendimento sedimentado na Súmula nº 357 do TST. Trata-se, ao contrário, do exercício regular de direito constitucionalmente assegurado no interesse da Justiça. Agravo de instrumento desprovido. (...)" (TST-AIRR-94500-53.2009.5.04.0601, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT de 22/03/2019).

"(...) SUSPEIÇÃO DE TESTEMUNHA. TROCA DE FAVORES. NÃO CONFIGURAÇÃO. SÚMULA 357 DO TST. O TRT afastou a suspeição da testemunha, sob o fundamento de que o simples fato de a testemunha estar litigando contra o mesmo empregador não constitui, por si só, a existência de troca de favores. A decisão agravada, tal como posta, está em sintonia com a Súmula 357 do TST, in verbis: "Não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador." Assim, o apelo não merece prosseguimento, por óbice da Súmula nº 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT. (...)" (TST-ARR-2037-27.2013.5.10.0006, 5ª Turma, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT de 04/10/2019).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA SOB A ÉGIDE DA LEI 13.467/2017. cerceamento de defesa. suspeição de testemunha. troca de favores. OITIVA COMO INFORMANTE. PREJUÍZO . TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. O Tribunal Regional acolheu a preliminar de suspeição da testemunha convidada pela autora, pelo simples fato de litigar contra o mesmo empregador da reclamante, com testemunhos recíprocos. A decisão regional contraria a Súmula 357 do TST. Reconhecida transcendência política do recurso de revista. Provê-se o agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista. RECURSO DE REVISTA. cerceamento de defesa. suspeição de testemunha. troca de favores. OITIVA COMO INFORMANTE. PREJUÍZO. A jurisprudência do TST se apresenta no sentido de que a contradita de testemunha deve ser efetivamente comprovada, de maneira a evidenciar a ausência de isenção de ânimo do depoente ou de efetiva "troca de favores". Assim, o fato de a reclamante e a testemunha terem ajuizado ação em face do mesmo empregador e serem testemunhas recíprocas, por si só, não tem o condão de tornar suspeita a testemunha apresentada pela empregada neste processo. No caso em tela, o entendimento do Tribunal Regional se apresenta dissonante do desta Corte, causando, inclusive, prejuízo à reclamante. Recurso de revista conhecido e provido" (TST-RR-1464-89.2017.5.09.0001, 6ª Turma, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT de 28/05/2021 - grifei).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. 1. SUSPEIÇÃO DE TESTEMUNHA. O Regional registrou a ausência de prova robusta a evidenciar a ausência de ânimo entre a testemunha e a reclamada, razão pela qual a conclusão daquela Corte, de que as circunstâncias narradas pelo reclamante não eram suficientes para comprovar a amizade íntima entre a reclamada e sua testemunha, não implica em violação dos arts. 829 da CLT e 447, § 3º, I, do CPC. Arestos inespecíficos. Incidência da Súmula nº 296 do TST. (...)" (TST-AIRR-1000655-63.2017.5.02.0038, 8ª Turma, Rel.ª Min.ª Dora Maria da Costa, DEJT de 22/05/2020).

Desse modo, tem-se por inviável o processamento do recurso de revista, nos termos do art. 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333 do TST.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº ARR-0002224-11.2013.5.02.0086

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Recorrido	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E OUTRO
Advogado	Dr. Marcos Cintra Zarif(OAB: 42557/SP)
Agravado e Recorrente	FERNANDA MESSIAS SOUZA
Advogado	Dr. Fabyo Luiz Assunção(OAB: 204585 -A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E OUTRO
- FERNANDA MESSIAS SOUZA

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, por meio do acórdão de fls. 203/212, complementado às fls. 264/265, negou provimento ao recurso ordinário interposto pelos reclamados e deu parcial provimento ao recurso ordinário adesivo interposto pela reclamante.
Irresignados, os reclamados interpuseram recurso de revista às fls. 223/237 e 287/312 e a reclamante, às fls. 268/275.
Pela decisão de fls. 359/369, a Vice-Presidência do Regional admitiu o recurso de revista interposto pela reclamante, por divergência jurisprudencial, e denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelos reclamados.
Os reclamados interpuseram agravo de instrumento às fls. 376/383 e apresentaram contrarrazões ao recurso de revista da reclamante às fls. 371/373.
A reclamante apresentou contraminuta e contrarrazões às fls. 389/392 e 394/408, respectivamente.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2°, do RITST).
Examino.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELOS RECLAMADOS

O agravo de instrumento está tempestivo, com representação processual regular e preparo satisfeito, razões pelas quais dele conheço.
Quanto ao tema "divisor de horas extras - bancário", o Tribunal Regional se manifestou nos seguintes termos:

"Sobre o divisor que, resta incontroverso que as Convenções Coletivas da categoria dos bancários, prevêem o sábado como descanso remunerado, assim, aplica-se o disposto na nova redação da súmula 124, I "a" do C. TST, in verbis: "124. Bancário. Salário-hora. Divisor I - O divisor aplicável para o cálculo das horas extras do bancário, se houver ajuste individual expresso ou coletivo no sentido de considerar o sábado como dia de descanso remunerado, será: a) 150, para os empregados submetidos à jornada de seis horas, prevista no caput do art. 224 da CLT;". Nada a reparar. Nego Provimento." (fl. 208)

Os reclamados reiteram em agravo de instrumento a insurgência quanto à aplicação do divisor 150 para o cálculo das horas extras. Sustentam não haver previsão na norma convencional para transformar o sábado em dia de repouso remunerado. Apontam violação dos arts. 5º, XXXVI, LIV e LV, 7º, XXVI, e 8º, VI, da CF, 112, 113, 114, 884 e 885 do CC e 64 e 611 da CLT; contrariedade às Súmulas nºs 113 e 124, I e II, do TST; e divergência jurisprudencial.
Analiso.
Após o julgamento da SbDI-I Plena nos autos do IRRR-849-83.2013.5.03.0138 (DEJT de 19/12/2016), houve alteração da Súmula nº 124 do TST no sentido de que são aplicáveis os divisores 180 e 220 para o cálculo do salário-hora do empregado bancário submetido, respectivamente, a 6 e 8 horas diárias, independente da natureza jurídica atribuída aos sábados por norma coletiva.
Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional consignou a previsão em norma coletiva no sentido de que o sábado é dia de repouso semanal remunerado e aplicou o divisor 150 para bancária com jornada de 6 (seis) horas.
Assim, por observar uma possível contrariedade à Súmula nº 124, I, do TST, dou provimento ao agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista.

II - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELOS RECLAMADOS

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.
Quanto aos temas recorridos, o Tribunal Regional se manifestou nos seguintes termos:

"RECURSO DA RECLAMADA
Jornada de Trabalho - Horas Extras além da 6ª diária, Intervalo e Reflexos (período imprescrito até junho de 2011 - art.224, § 2º da CLT); Horas Extras a partir de julho de 2011 (art. 62, I da CLT) - Divisor 150 - Insiste a reclamada na tese de que a reclamante estava enquadrada no § 2º do art.224 da CLT da admissão até 30.06.2011, exercendo a função de "Analista de Processos Operacionais PL", com remuneração de R$ 1672,10 e média R$ 2.591,76. Afirma que o referido enquadramento ditava jornada diária de 08 horas, tendo como horário contratual das 09h às 18h desst com 01 hora de intervalo para refeição. Pontua que, todas as extras trabalhadas além da 08ª diária foram efetivamente pagas, nos termos dos demonstrativos de pagamentos anexados aos autos. Para o período de julho de 2011 até a rescisão, afirma que a reclamante foi transferida para a 2ª ré - AYMORÉ - passando ao exercício do cargo de "Operadora Comercial II", com a função de "captação de propostas de financiamento pela Aymoré, junto às concessionárias, para tanto realizava visitas em quase a totalidade de sua jornada, estando, portanto, inserida na exceção do inciso I do art.62 da CLT, sendo que a 1ª reclamada "(...) apenas sugeria uma jornada das 09h às 18h de segunda a sexta-feira e com 01 hora de intervalo(...). Porem, "(...) sem jamais ter exigido ou fiscalizado o cumprimento de qualquer jornada. " Pois Bem. Válida é a análise dos temas "função de confiança" e "atividade externa" para se verificar, efetivamente, o enquadramento da reclamante nas exceções apontadas, tendo como premissa o "Princípio da Realidade". Vejamos. A nomenclatura do cargo é irrelevante e, por

si só, não induz à confiança. O enquadramento do empregado bancário, no cargo de confiança, não deve ater-se a nomenclatura, mas aos elementos extraídos da realidade fática. A questão deve ser analisada sob o prisma do efetivo exercício, pelo empregado, das funções de confiança. Aplicável a primazia da realidade. Súmula 102 do TST, in verbis: Súmula nº. 102, TST - Bancário. Cargo de confiança. (incorporadas as Súmulas nº 166, 204 e 232 e as Orientações Jurisprudenciais nº 15, 222 e 288 da SDI-1) - Res. 129/2005 - DJ 20.04.05 I - A configuração, ou não, do exercício da função de confiança a que se refere o art. 224, § 2º, da CLT, dependente da prova das reais atribuições do empregado, é insuscetível de exame mediante recurso de revista ou de embargos. (ex-Súmula nº 204 - RA 121/2003, DJ 21.11.2003) II - O bancário que exerce a função a que se refere o § 2º do art. 224 da CLT e recebe gratificação não inferior a um terço de seu salário já tem remuneradas as duas horas extraordinárias excedentes de seis. (ex -Súmula nº 166 - RA 102/1982, DJ 11.10.1982 e DJ 15.10.1982) III - Ao bancário exercente de cargo de confiança previsto no artigo 224, § 2º, da CLT são devidas as 7ª e 8ª horas, como extras, no período em que se verificar o pagamento a menor da gratificação de 1/3. (ex -OJ nº 288 - DJ 11.08.2003) IV - O bancário sujeito à regra do art. 224, § 2º, da CLT cumpre jornada de trabalho de 8 (oito) horas, sendo extraordinárias as trabalhadas além da oitava. (ex-Súmula nº 232- RA 14/1985, DJ 19.09.1985). Para a caracterização do cargo de confiança intermediário ou médio, os requisitos do art. 224, § 2º, da CLT, são menos rigorosos do que aqueles previstos no art. 62, II da CLT. Não são necessários amplos poderes de mando, comando, gestão, representação e substituição. Não se exige a presença de subordinados. Basta a presença concomitante e inconteste do exercício de cargo de fidúcia diferenciada e do pagamento de gratificação de função superior a 1/3 do salário normal. A CLT, a partir da Lei 8966/94, prevê como requisitos para a configuração de cargo de confiança a existência de elevadas atribuições e de poderes de gestão e distinção remuneratória de no mínimo 40%. O cargo de confiança pressupõe o efetivo poder de mando, de decisão acerca dos destinos da empresa. Não obstante a tendência de descentralização do poder decisório na atual dinâmica empresarial, a caracterização do cargo de chefia exige que o empregado seja dotado de maiores responsabilidades que aquelas atribuídas aos escalões intermediários, pressupondo a fixação de amplas alçadas, sendo insuficiente a tomada de pequenas decisões inerentes à própria atividade econômica. Os poderes atribuídos ao exercente do cargo devem ser significativos, a ponto de não submetê-lo à mesma intensidade de controle empresarial vivenciada pelos demais empregados. Ressalte-se que o simples pagamento da gratificação de função não autoriza a caracterização do cargo de confiança, já que mister se faz a aferição das exatas tarefas desempenhadas pelo trabalhador bancário, já que se tratam de verbas distintas (Súmula 109 do TST). Da análise da prova oral, consoante noticiado pela r.sentença de mérito, não se verifica nas atividades do reclamante autonomia e fidúcia suficientes ao enquadramento na exceção do § 2º do art. 224 da CLT a autorizar o cômputo de sua jornada em 8 horas/dia, para o período entre a admissão e julho/2011 a saber:

"Primeira testemunha da reclamante: RENATA ZAMBONE FRANCISCO : "que trabalhou com a reclamante de janeiro de 2007 a junho de 2009 para a 1ª reclamada; que a reclamante exercia a função de analista de operações; que a reclamante trabalhava das 8h30 às 20h de segunda a sexta-feira, com 30 minutos de intervalo intrajornada, em razão da demanda de trabalho; que a reclamante possuía cartão de ponto; que as horas extras não eram anotadas corretamente nos cartões de ponto; que a reclamante exercia a função de analista de processo operacional exercendo as seguintes atividades: atendia reclamações, digitava em sistema e direcionava para as áreas responsáveis; que conhece a paradigma; que não existiam diferenças nas atividades da autora e paradigma; que a reclamante não participava de comitê de crédito; que a reclamante não possuía alçada; que a reclamante não aprovava financiamentos; que a reclamante não validava nenhum tipo de procedimento; que a depoente trabalhava na mesma equipe da autora; que a gerente determinava a anotação incorreta das horas extras no controle de jornada; que esta determinação era para todos os empregados do departamento; que a reclamante não possuía assinatura autorizada; que a depoente trabalhava das 8h30 as 20h. Sem mais."

Ademais é incontroverso que a reclamante não tinha: subordinados, poder de decisão e nem assinatura autorizada. Nesse sentido essa 4ª Turma:

BANCÁRIO. GERENTE QUE NÃO GERENCIA. DIREITO À JORNADA REDUZIDA. Irrelevante o nomen juris atribuído pelo Banco, se a prova dos autos patenteia que o reclamante, embora com o pomposo rótulo funcional de "gerente operacional", efetivamente não exercia mister gerencial algum, dedicando-se a atividades burocráticas, de mera rotina bancária e jungido a rígido controle de ponto, em todo o período laborado, não atuando com investidura de poder na forma preceituada no parágrafo 2º do artigo 224 da CLT. A prova oral, mormente a testemunha patronal, nos informa que o reclamante não possuía poderes para advertir, suspender ou dispensar os demais funcionários que com ele trabalhavam. Como considerar gerente quem a ninguém gerencia? O fato de perceber gratificação não inferior a 1/3 do salário do cargo efetivo não é suficiente a caracterizar o nível gerencial ou de confiança, vez que a circunstância, in casu, apenas contemplava a ligeira responsabilidade técnica do cargo, e portanto, tratava-se de um plus salarial que, como tal, deve compor o salário do empregado, para fins de cálculo e pagamento das horas extras excedentes de seis trabalhadas a cada dia. (AC. 20131158733, Pub.: 30.10.2013, Relator Desembargador Ricardo Artur Costa e Trigueiros).

Mantenho a sentença que condenou a reclamada ao pagamento de horas extras além da 6ª diária e/ou 30ª semanal e reflexos para o período entre a admissão e julho/2011.

No que tange ao período posterior a julho/2011 até a rescisão, insta frisar que o art. 62, I da CLT traduz presunção relativa de que o trabalho externo não está sujeito a controle de jornada. E, ainda, nos termos do julgado primevo a alegação de "trabalho externo" é incompatível com a fixação de módulo de horário diário. Ainda, consta das declarações do preposto da 2ª reclamada que havia módulo de trabalho pré-determinado, vejamos:

"Depoimento pessoal do(a) preposto da 2ª reclamado(a): que a reclamante exercia as seguintes atividades: visitas a concessionárias para angariar financiamento de veículos; que a reclamante era financiária; que a depoente afirma que está correta a jornada de trabalho do autora das 9h as 18h de segunda a sexta-feira; que eventualmente a reclamante trabalhava aos sábados e domingos quando tinha feirões; que os feirões ocorriam de 3 em 3 meses, das 9h as 13h; que de segunda a sexta-feira a reclamante gozava de 1 hora de intervalo intrajornada; que nos feirões a reclamante não gozava de intervalo intrajornada; que a reclamante não possuía controle de jornada; que pelo fato de a autora ter sido transferida da 1ª reclamada não constou na CTPS da autora o termo "atividade externa", mantendo a jornada contratual; (...)"

Portanto, não há qualquer reparo a ser feito na sentença de mérito. Mantenho as horas extras também além da 6ª diária e/ou 30ª

semanal para o período a partir de julho/2011 até a rescisão. Mantenho a jornada ditada de segunda a sexta-feira das 08.30h às 20h e em 03 sábados e 02 domingos ao mês, das 08.30h às 19.30h, sempre com 30 minutos de intervalo. a redação do parágrafo 4º, do artigo 71, da CLT, dada pela Lei 8.923/94, norma de caráter publico, objetivou assegurar o gozo efetivo do intervalo para refeição e descanso e punir sua violação. Isto porque o intervalo intrajornada tem por finalidade a proteção da saúde do trabalhador, de modo a assegurar a reposição de suas energias psicofísicas. Destarte, a não concessão ou a concessão parcial do intervalo gera o direito à remuneração da hora do intervalo suprimido (hora cheia), como se jornada extraordinária fosse, com os correspondentes reflexos. Inteligência da Súmula 437 do C.TST. Sobre o divisor que, resta incontroverso que as Convenções Coletivas da categoria dos bancários, prevêem o sábado como descanso remunerado, assim, aplica-se o disposto na nova redação da súmula 124, I "a" do C. TST, in verbis: "124. Bancário. Salário-hora. Divisor I - O divisor aplicável para o cálculo das horas extras do bancário, se houver ajuste individual expresso ou coletivo no sentido de considerar o sábado como dia de descanso remunerado, será: a) 150, para os empregados submetidos à jornada de seis horas, prevista no caput do art. 224 da CLT;". Nada a reparar. Nego Provimento.
[...]
RECURSO DA RECLMANTE
[...]
Adicional de 100% para Sábados Trabalhados - Diante do entendimento disposto pela r.sentença que reconheceu a inclusão dos sábados e feriados nos DSR"s como "dia de repouso", afastando à aplicação da Súmula 113 do C.TST que por sua vez, reconhecia o sábado bancário como dia útil não trabalhado, pretende a aplicação do adicional de 100% para as horas trabalhadas no sábado. Razão lhe cabe. Isso porque, nos termos do artigo 7º, XXVI, da CF/88, na hipótese de haver norma coletiva referente aos empregados bancários que inclui os sábados como "dia de repouso remunerado", a jornada semanal é aquela efetivamente laborada. Assim, para o cálculo das horas extras, observada à carga horária de 30 horas que o bancário laborava, aplicando-se o divisor 150, com alteração da redação da Súmula 124 do TST, item I, alínea "a", não há como deixar de reconhecer o direito da obreira a perceber, em dobro, os sábados laborados. A r.sentença contraria a própria Súmula acima transcrita (124, I, "a") e, adotada. Portanto, a consequência lógica é o acolhimento das razões recursais para condenar as reclamadas ao pagamento, em dobro, dos sábados trabalhados. Dou Provimento.

Intervalo do art. 384 da CLT - Postula a reclamante a condenação da ré ao pagamento do intervalo do artigo 384, da CLT. Por primeiro, o TST já sedimentou que a norma prevista no art. 384 da CLT foi recepcionada pela Carta Federal. Nesse sentido, arestos deste Sodalício e do C. TST:
"HORAS EXTRAS. (...) INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. Consoante entendimento do C. TST, o art. 384 da CLT remanesce intocado, sendo que, em se tratando de período destinado a repouso, no qual seja exigida a prestação de serviços, é de se aplicar, por analogia, a Orientação Jurisprudencial nº 307, da SBDI-1. Trata-se, com efeito, de infração administrativa, por inobservância de norma de proteção da saúde ocupacional, mas também de sonegação de salário devido, pelo trabalho extraordinário. (...)" (TRT 2ª Região, RO em RS, Relator Luiz Carlos Gomes Godoi, 2ª T., acórdão nº 20090471088, publicado em 07.07.2009).
"RECURSO DE REVISTA. TRABALHO DA MULHER. INTERVALO ENTRE O FIM DA JORNADA NORMAL E O INÍCIO DA JORNADA SUPLEMENTAR. ART. 384 DA CLT. O Tribunal Regional afastou a aplicação da norma do art. 384 da CLT por considerá-la discriminatória, consignando que não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988. Esta Corte, porém, consolidou entendimento de que o intervalo previsto no art. 384 da CLT para as trabalhadoras não traduz violação da isonomia e foi recepcionado pelo ordenamento constitucional vigente. Por outro lado, a inobservância do comando do referido dispositivo legal importa a aplicação, por analogia, dos efeitos previstos no art. 71, § 4º, da CLT. Precedentes. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento" (TST, RR - 10553/2005-002-09-00.7 Data de Julgamento: 18/11/2009, Relator Ministro: Fernando Eizo Ono, 4ª Turma, Data de Divulgação: DEJT 11/12/2009).
A justificativa do direito ao intervalo reside no trabalho contínuo a impor necessário período de descanso, a fim de que a empregada possa recuperar-se e manter-se apta ao prosseguimento de suas atividades laborais em regulares condições de segurança.
Destarte, ao art. 384 da CLT, têm por finalidade a proteção da trabalhadora contra riscos de acidentes e doenças profissionais, a contribuir pela melhoria do meio ambiente de trabalho (artigos 7º, XXII, c/c 200, VII, da Carta Magna).
Assim, devidos quinze minutos como extras pela não concessão do intervalo previsto no art. 384 da CLT, quando da realização de horas extraordinárias, com adicional de legal e reflexos em descansos semanais remunerados; férias acrescidas de 1/3, 13º salários e FGTS. Reformo nesses termos. Dou Provimento." (fls. 204/211 - grifos no original e apostos)

Os reclamados pretendem a reforma do julgado.
Ao exame.
No que se refere ao tema "HORAS EXTRAS - CARGO DE CONFIANÇA", incide o óbice das Súmulas nºs 102, I, e 126 do TST, uma vez que, segundo registrado pelo Tribunal a quo, "não se verifica nas atividades do reclamante autonomia e fidúcia suficientes ao enquadramento na exceção do § 2º do art. 224 da CLT a autorizar o cômputo de sua jornada em 8 horas/dia, para o período entre a admissão e julho/2011".
Acrescentou, ainda, ser incontroverso que a reclamante não tinha subordinados, poder de decisão, nem assinatura autorizada.
Nesse contexto, eventual reforma do acórdão demandaria o reexame do conjunto fático-probatório acostado aos autos.
No que se refere ao tema "HORAS EXTRAS - JORNADA EXTERNA", incide o óbice da Súmula nº 126 do TST.
Conforme delineado no acórdão recorrido, não há falar em jornada externa relativamente ao período posterior a julho/2011 até a rescisão. Salientou o Tribunal Regional que a alegação de "trabalho externo" é incompatível com a fixação de módulo de horário diário, e que o próprio preposto da 2ª reclamada alegou que havia módulo de trabalho pré-determinado. Eis o teor do citado depoimento, transcrito no acórdão recorrido:

"que a depoente afirma que está correta a jornada de trabalho do autora das 9h as 18h de segunda a sexta-feira; que eventualmente a reclamante trabalhava aos sábados e domingos quando tinha feirões; que os feirões ocorriam de 3 em 3 meses, das 9h as 13h; que de segunda a sexta-feira a reclamante gozava de 1 hora de intervalo intrajornada; que nos feirões a reclamante não gozava de intervalo intrajornada; que a reclamante não possuía controle de jornada; que pelo fato de a autora ter sido transferida da 1ª reclamada não constou na CTPS da autora o termo "atividade externa", mantendo a jornada contratual; (...)"

Assim, para se concluir de forma distinta seria imprescindível a reapreciação da prova coligida nos autos, procedimento vedado em sede de recurso de revista, nos termos da Súmula nº 126 do TST.
Quanto ao tema "DIVISOR DE HORAS EXTRAS", com razão os reclamados.
Após o julgamento da SDI-I Plena nos autos do IRRR-849-83.2013.5.03.0138 (DEJT de 19/12/2016), houve alteração da Súmula nº 124 do TST no sentido de que são aplicáveis os divisores 180 e 220 para o cálculo do salário-hora do empregado bancário submetido, respectivamente, a 6 e 8 horas diárias, independente da natureza jurídica atribuída aos sábados por norma coletiva.
Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional consignou a previsão em norma coletiva no sentido de que o sábado é dia de repouso semanal remunerado e determinou a aplicação do divisor 150 para a reclamante, com jornada de 6 (seis) horas.
Assim, fixada a jornada de trabalho da reclamante em 6 (seis) horas, a determinação de que as horas extras sejam apuradas com a adoção do divisor 150 se encontra em dissonância com a atual jurisprudência desta Corte.
Nesse contexto, o recurso merece ser conhecido, por contrariedade à Súmula nº 124, I, "a", do TST, e, no mérito, provido para determinar a aplicação do divisor 180 para o cálculo das horas extras.
Quanto ao tema "ADICIONAL DE 100% PARA SÁBADOS TRABALHADOS", inviável o processamento da revista, pois incide, na espécie, o princípio da unirrecorribilidade e o instituto da preclusão consumativa.
Constata-se do acórdão regional, às fls. 203/212, que foi deferida a pretensão da reclamante para condenar os reclamados ao pagamento, em dobro, dos sábados trabalhados.
Contra essa decisão, a reclamante opôs embargos de declaração (fls. 218/220) e os reclamados interpuseram recurso de revista (fls. 611/633), não tendo havido insurgência quanto ao tema "adicional de 100% para sábados trabalhados".
Proferido o acórdão de embargos de declaração (fls. 264/265), o qual não alterou o provimento acerca do tema em exame, os reclamados interpuseram nova peça de recurso de revista (fls. 287/312) e apenas então houve insurgência quanto ao "adicional de 100% para sábados trabalhados". Incabível, portanto, o exame da matéria.
Quanto ao tema "INTERVALO DO ART. 384 DA CLT - CONSTITUCIONALIDADE", cabe ressaltar que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 658312 em 14/9/2021 (Tema 528 da Tabela de Repercussão Geral), confirmou a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que a concessão de condições especiais à mulher não fere o princípio da igualdade, previsto no art. 5º da Constituição Federal, fixando a tese jurídica de que o art. 384 da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e de que a norma aplica-se a todas as mulheres trabalhadoras.
No mais, a jurisprudência deste Tribunal Superior é pacífica no sentido de que a inobservância do referido preceito não acarreta mera infração administrativa, mas impõe o efetivo pagamento do aludido intervalo como hora extraordinária, na forma preconizada pelo art. 71, § 4º, da CLT.
Neste sentido, cito precedentes desta Corte Superior:

"(...). RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERVALO DE 15 MINUTOS PARA DESCANSO DAMULHER. ART.384DA CLT. RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. NÃO CONCESSÃO. EFEITOS. PAGAMENTO COMO EXTRA DO PERÍODO CORRESPONDENTE. 1. A Eg. Turma não conheceu do recurso de revista da reclamada, ao registro de que "A não fruição do intervalo para descanso, previsto no art.384da CLT, enseja condenação ao pagamento do período correspondente como extra, ainda que o lapso já tenha sido pago em razão do labor extraordinário. Entendimento contrário acabaria por esvaziar o comando inserto na norma que trata de medida de higiene, saúde e segurança do trabalho". 2. Esta Corte Superior, por meio de seu Tribunal Pleno, ao julgamento do IIN-RR-1540/2005-046-12-00, em 17.11.2008, concluiu que o art.384da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. 3. A inobservância do intervalo previsto no aludido preceito consolidado não configura mera infração administrativa, implicando o pagamento, como extra, do período correspondente. Precedentes desta Subseção. 4. Incidência do art. 894, §2º, da CLT. Recurso de embargos não conhecido." (TST-E-ED-ARR-248300-31.2008.5.02.0007, Rel. Min. Hugo Carlos Scheuermann, SDI-1, DEJT de 26/2/2016)

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. HORAS EXTRAS. INTERVALO DE 15 MINUTOS PARA DESCANSO DA MULHER. ART.384DA CLT. RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Acórdão embargado em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior que, por meio de seu Tribunal Pleno, ao julgamento do IIN-RR-1540/2005-046-12-00, em 17.11.2008, concluiu que o art.384da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. Recurso de embargos conhecido e desprovido." (E-RR- 31800-47.2009.5.04.0017, Rel. Min. Hugo Carlos Scheuermann, SDI-1, DEJT 17/10/2014)

"MULHER. INTERVALO PARA DESCANSO. ARTIGO384DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. Nos termos da jurisprudência dominante desta Corte uniformizadora, o artigo384da Consolidação das Leis do Trabalho foi recepcionado pela Constituição da República. O descumprimento do intervalo previsto no referido artigo não importa mera penalidade administrativa, mas, sim, pagamento do tempo correspondente, nos moldes do artigo 71, § 4º, da CLT, tendo em vista tratar-se de medida de higiene, saúde e segurança da trabalhadora. Precedentes. Incidem, no caso, o disposto no artigo 896, § 7º, da CLT e o teor da Súmula nº 333 do TST. Agravo de instrumento a que se nega provimento." (AIRR - 1212-27.2014.5.09.0669 Data de Julgamento: 14/09/2016, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/09/2016)

"INTERVALO DE QUINZE MINUTOS PARA MULHERES ANTES DO LABOR EM SOBREJORNADA NÃO GOZADO. PAGAMENTO COMO HORAS EXTRAS. ARTIGO 71, § 4º, DA CLT. Esta Corte possuientendimentopacificado de que o artigo384da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, conforme sedimentado no julgamento do Processo n° TST-IIN-RR-1.540/2005-046,12-00.5, ocorrido na sessão do Tribunal Pleno em 17/11/2008. Homens e mulheres, embora iguais em direitos e obrigações, diferenciam-se em alguns pontos, a exemplo do aspecto fisiológico, merecendo, assim, a mulher um tratamento diferenciado quando o trabalho lhe exige um desgaste físico maior, como nas ocasiões em que presta horas extras, motivo por que são devidas como extras as horas decorrentes da não concessão do intervalo previsto no artigo384da CLT. Nesse contexto, o Regional, ao entender que o intervalo previsto no artigo384da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, decidiu em consonância com oentendimentodesta Corte. Agravo de instrumento desprovido." (AIRR-1336-56.2013.5.12.0056, Relator

Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 31/08/2016, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 09/09/2016)

Nesses termos, verifica-se que a decisão foi proferida em consonância com a jurisprudência desta Corte. Assim, não se divisa violação dos dispositivos invocados, sendo inviável o dissenso pretoriano, ante o óbice do art. 896, § 7º, da CLT e da Súmula nº 333 do TST.

III - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMANTE

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.
Quanto ao tema "EQUIPARAÇÃO SALARIAL - BASE DE CÁLCULO - GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO", o Tribunal Regional se manifestou nos seguintes termos:

"Base de Cálculo da Equiparação Salarial (inclusão da verba gratificação de função e demais verbas salariai s) - Reflexos decorrentes da Equiparação em dsr"s - Não merece qualquer reforma a decisão de mérito que reconheceu o "salário-base" da paradigma para efeito de diferenças pelo reconhecimento da equiparação. Melhor sorte não cabe a reclamante no que tange a reflexos em dsr"s, vez que a modalidade de remuneração é mensal o que encampa os descansos semanais. Nego Provimento." (fl. 209)

Opostos embargos de declaração pela reclamante, asseverou a Corte regional:

"Equiparação Salarial - Alega a embargante que o acórdão foi "omisso" quanto ao tema "base" para cálculo das diferenças salariais. Afirma que o julgado manteve a sentença "não incluindo a gratificação de função" percebida pela modelo e que resta a decisão "equivocada". Não há qualquer omissão no julgado que não lhe deferiu o pretendido. De forma clara apontou para o "salário-base" da modelo como fonte para as diferenças salariais deferidas. Mantenho." (fl. 264)

O Tribunal Regional entendeu que a gratificação de função deve ser excluída, para fins de apuração das diferenças salariais decorrentes da equiparação salarial.
Entretanto, a jurisprudência desta Corte tem entendido que a gratificação de função compõe a remuneração para o cálculo das diferenças relativas à equiparação salarial, por ostentar nítida natureza salarial e não personalíssima, haja vista que a sua finalidade é remunerar as funções exercidas. Nesse sentido, cito os seguintes precedentes:

I - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. BASE DE CÁLCULO. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. Constatado equívoco no julgado, impõe-se o provimento dos embargos de declaração, para que se proceda à análise do agravo de instrumento da reclamante. Embargos de declaração providos. II - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA RECLAMANTE. PROCESSO REGIDO PELA LEI 13.015/2014. Demonstrada possível violação do art. 457, § 1º, da CLT, impõe-se o provimento do agravo de instrumento. Agravo de instrumento provido. III - RECURSO DE REVISTA DA RECLAMANTE. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. BASE DE CÁLCULO. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. A jurisprudência desta Corte tem entendido que a gratificação de função, por possuir inequívoca natureza salarial compõe a base de cálculo das diferenças salariais decorrentes de equiparação salarial. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-51600-15.2006.5.01.0061, 2ª Turma, Relatora Ministra Delaíde Miranda Arantes, DEJT 14/09/2018)
[...] III. RECURSO DE REVISTA DA RECLAMANTE. REGIDO PELA LEI 13.015/2014. EQUIPARAÇÃO SALARIAL.BASEDECÁLCULO.GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO.Caso em que o Tribunal Regional, após reconhecer o direito da Reclamante ao pagamento de diferenças salariais decorrentes daequiparação salarial, consignou que agratificação de funçãonão integra abasedecálculoda equiparação pretendida por ser parcela de caráter personalíssimo. Ocorre que esta Corte tem firmado entendimento no sentido de que agratificação de função, em razão da natureza salarial, integra a remuneração para fins decálculodas diferenças relativas àequiparação salarial. Julgados de Turmas do TST.Recurso de revista conhecido e provido. [...] (RRAg-20780-23.2013.5.04.0404, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 15/10/2021).
RECURSO DE REVISTA DO BANCO SANTANDER (?) EQUIPARAÇÃO SALARIAL. Não havendo prova dos fatos impeditivos do direito à equiparação salarial, constata-se que o entendimento do Tribunal Regional está em consonância com o desta Corte, consubstanciado na nova redação de sua Súmula 6 do TST. Sendo assim, inviabilizado está o recurso, nos termos do artigo 896, §§ 4º e 5º, da CLT (com a redação vigente na data da publicação da decisão recorrida) c/c a Súmula 333 do TST. Pontue-se, ademais, que o TST adota entendimento de que a gratificação de função compõe a remuneração para efeito de cálculo das diferenças relativas à equiparação salarial, por deter nítida natureza salarial e não personalíssima, já que sua finalidade é remunerar as funções exercidas. Recurso de revista não conhecido. (?) (RR - 808600-81.2006.5.09.0004, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, 6ª Turma, DEJT 3/3/2017).
I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - BASE DE CÁLCULO DA EQUIPARAÇÃO SALARIAL. INCLUSÃO DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. Constatada violação do artigo 457, § 1º, da CLT, merece provimento o agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA (...) BASE DE CÁLCULO DA EQUIPARAÇÃO SALARIAL. INCLUSÃO DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. A gratificação de função compõe a remuneração para efeito de cálculo das diferenças relativas à equiparação salarial, por deter nítida natureza salarial e não personalíssima, uma vez que a finalidade é remunerar as funções exercidas. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido. (RR - 270500-29.2008.5.02.0008, Rel. Min. Márcio Eurico Vitral Amaro, 8ª Turma, DEJT 30/9/2016)
A)AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. PROCESSO ANTERIOR À LEI 13.015/2014. DIFERENÇAS SALARIAIS. EQUIPARAÇÃO. BANCÁRIO. BASE DE CÁLCULO. COMISSÃO DE CARGO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE VANTAGEM PERSONALÍSSIMA. ART. 461, DA CLT. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 6, VI, DO TST. Demonstrado no agravo de instrumento que o recurso de revista preenchia os requisitos do art. 896 da CLT, dá-se provimento ao agravo de instrumento para melhor análise da arguição de violação do art. 461, da CLT, suscitada no recurso de revista. Agravo de instrumento provido. B)RECURSO DE REVISTA. DIFERENÇAS SALARIAIS. EQUIPARAÇÃO. BANCÁRIO. BASE DE CÁLCULO. COMISSÃO DE CARGO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE VANTAGEM PERSONALÍSSIMA. ART. 461, DA CLT. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 6, VI, DO TST. A inclusão da parcela "comissão de cargo" ou "gratificação de função", para fins

de equiparação salarial, decorre do inciso VI da Súmula 6 do TST, porquanto se destina à remuneração da função que tanto o Reclamante quanto o paradigma exerciam, devendo compor a base de cálculo.A referida Súmula 6 do TSTsomente exclui aquelas verbas de cunho personalíssimo, o que não é a hipótese dos autos. Recurso de revista conhecido e provido. (RR - 1001727-62.2013.5.02.0382, Rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, 3ª Turma, DEJT 20/5/2016)

Nesse contexto, o recurso merece ser conhecido, por violação do art. 457, § 1º, da CLT, e, no mérito, provido para determinar a inclusão da gratificação de função na base de cálculo das diferenças salariais decorrentes da equiparação salarial.

CONCLUSÃO
À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, § 5º (atual § 14), da CLT e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento ao agravo de instrumento interposto pelos reclamados, por possível contrariedade à Súmula nº 124, I, do TST, para determinar o processamento do recurso de revista; II - conhecer do recurso de revista interposto pelos reclamados apenas quanto ao tema "DIVISOR DE HORAS EXTRAS - BANCÁRIO", por contrariedade à Súmula nº 124, I, do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento para determinar a aplicação do divisor 180 para o cálculo das horas extras; e III - conhecer do recurso de revista interposto pela reclamante, por violação do art. 457, § 1º, da CLT, e, no mérito, dar-lhe provimento para determinar a inclusão da gratificação de função na base de cálculo das diferenças salariais decorrentes da equiparação salarial.
Custas inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001133-60.2011.5.06.0241

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	NOVONOR S.A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	Dra. Mylena Villa Costa(OAB: 14443/BA)
Agravado	HELENA MARCIA BASTOS FIALHO E OUTRO
Advogado	Dr. Marcia Araujo dos Santos(OAB: 13647-A/BA)
Agravado	ADVANCE CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Advogado	Dr. Marcia Araujo dos Santos(OAB: 13647-A/BA)
Advogado	Dr. Rosane Correia de Lima Durao(OAB: 15834-A/PE)
Agravado	D.A.G. CONSTRUTORA LTDA
Advogado	Dr. Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti(OAB: 19353-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADVANCE CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA.
- D.A.G. CONSTRUTORA LTDA
- HELENA MARCIA BASTOS FIALHO E OUTRO
- NOVONOR S.A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
O TRT, em Juízo Regional de Admissibilidade, denegou seguimento ao recurso de revista, por deserção, ao entendimento de que a parte executada, embora se encontre em recuperação judicial, não está dispensada da garantia do juízo ou do depósito recursal.
Examino.
Não há que se falar em ofensa aos princípios constitucionais quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, quanto ao Juízo Regional de Admissibilidade, ressalte-se que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, da leitura do art. 884 da CLT, com redação anterior à vigência da Lei 13.467/2017, verifica-se que o legislador pátrio não excepcionou a empresa em recuperação judicial da necessidade de proceder à garantia do juízo para oposição dos embargos à execução. Ainda, a própria Lei 13.467/2017 conferiu essa prerrogativa apenas às entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições.
Observe-se, também, que o art. 899, § 10, da CLT, com redação dada pela Lei 13.467/2017, concede isenção às empresas em recuperação judicial somente quanto ao depósito recursal em fase de conhecimento, o que não se confunde com a garantia do juízo em fase de execução prevista no art. 884 da CLT.
Logo, não realizada a garantia do juízo ou o depósito recursal pela parte agravante, empresa em recuperação judicial, não se conhece do recurso de revista, por deserção.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das

decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Por fim, registre-se que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001851-63.2016.5.22.0103

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE PAQUETÁ
Advogado	Dr. Daniel Carvalho Oliveira Valente(OAB: 5823/PI)
Agravado	FEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PIAUÍ - FESPPI
Advogado	Dr. Renato Coelho de Farias(OAB: 3596/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- FEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PIAUÍ - FESPPI
- MUNICÍPIO DE PAQUETÁ

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 462/471) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 448/451).
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não provimento do agravo de instrumento (fls. 485/488).
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 461) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 11/05/2021 e apelo protocolado em 18/05/2021), sendo inexigível o preparo.
As insurgências recursais dizem respeito aos temas "INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO" e "JUROS DE MORA. TERMO INICIAL".
Todavia, não obstante as alegações recursais, verifica-se que o executado, em seu recurso de revista, não transcreveu os trechos do acórdão regional que consubstanciam o prequestionamento das controvérsias, não bastando ao cumprimento do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT o meroresumodos tópicos recorridos, conforme julgados da Subseção uniformizadora interna:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. RECURSO DE REVISTA. NÃO CONHECIMENTO. INOBSERVÂNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. ART. 896, § 1º-A, I e III, DA CLT. (...) Os arestos superados pela jurisprudência consolidada da SBDI-1 sobre a exigência processual prevista no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, não empolgam o apelo, nos limites do artigo 894, § 2º, da CLT. Com efeito, a SBDI-1, interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmado o entendimento no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, "a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva" (E-ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018). Precedentes. Agravo conhecido e desprovido." (TST-Ag-E-ED-Ag-ED-RR-1004-31.2011.5.05.0161, SbDI-1, Rel. Min. Breno Medeiros, DEJT de 14/05/2021)

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. INOBSERVÂNCIA DO REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. A Terceira Turma deste Tribunal não conheceu do recurso de revista interposto pela reclamada, ao entendimento de que tal insurgência não atende, a regra do artigo 896, § 1º-A, da CLT, porque não houve transcrição do acórdão do TRT a permitir a constatação do trecho da decisão que consubstanciaria o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. A referência à tese adotada pelo Tribunal Regional ouresumodos fundamentos, desacompanhada da transcrição do trecho pertinente objeto da controvérsia nas razões do recurso de revista, e, posteriormente, as alegações quanto aos temas recorridos não satisfazem o requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, porquanto não viabilizam o confronto analítico entre a tese central assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica apresentada no recurso de revista em mais de um tema. Nesse mesmo sentido é a atual e iterativa jurisprudência da SBDI-1, com a qual revela consonância o acórdão turmário, a inviabilizar o conhecimento do recurso de embargos, na forma do § 2º do artigo 894 da CLT. Correta, pois, a decisão agravada. Agravo não provido." (TST-Ag-E-RR-10181-12.2015.5.03.0039, SbDI-1, Rel. Min. Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT de 08/03/2019).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010985-16.2020.5.15.0024

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
Procuradora	Dra. Marina Sad Moura e Silva
Agravado	EREMILTON SANTOS LIMA
Advogado	Dr. Rafael Rossignolli de Lamano(OAB: 254390-A/SP)
Agravado	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
Advogado	Dr. Odair Eduardo Ivasco(OAB: 312072-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
- EREMILTON SANTOS LIMA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.271/1.280) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 1.259/1.262).
Contraminuta às fls. 1.292/1.294 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 1.287/1.291.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo regular prosseguimento do feito, ressalvando, eventual pedido de intervenção por ocasião do julgamento da causa, fls. 1.300/1.301.
É o relatório.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 17/08/2021 e apelo protocolado em 18/08/2021), sendo inexigível o preparo.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"No caso em análise, compulsando os autos, verifica-se que o órgão público não comprovou o acompanhamento do cumprimento das obrigações contratuais trabalhistas, porque os documentos juntados a partir do ID 0023bd2 e seguintes, não foram suficientes para evitar a condenação da empregadora ao pagamento de salário do mês de abril de 2020, intervalo intrajornada durante o período imprescrito (de 20/07/2015 a 26/06/2020), feriados laborados, FGTS dos meses de março a junho de 2020, acrescidos da multa de 40%, de sorte que comprovada a negligência na fiscalização.
(...)
Resta clara, pois, a inobservância do recorrente em seu dever de fiscalizar o contrato, estando, portanto, demonstrada sua culpa in vigilando, condição autorizadora da responsabilização subsidiária, nos termos do item IV da Súmula 331 do TST." (fls. 1.168/1.170)

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014.

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0001497-44.2020.5.07.0029

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICIPIO DE TIANGUA
Procurador	Dr. Renato Cardoso de Meneses
Agravado	SILVIA PEREIRA RODRIGUES
Advogado	Dr. Lucas de Paulo Sales(OAB: 29330-A/CE)
Advogada	Dra. Suyara de Paulo Sales(OAB: 29331-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICIPIO DE TIANGUA
- SILVIA PEREIRA RODRIGUES

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 490/506) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 427/447).
Contrarrazões ao recurso de revista às fls. 515/526.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo não provimento do agravo de instrumento, fls. 625/626.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 16/09/2021 e apelo protocolado em 08/10/2021), isento do preparo.
As insurgências recursais dizem respeito ao tema "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE".
De plano, registre-se que interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, a recorrente deve transcrever precisamente otrechoda decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
No caso, o recorrente, em seu recurso de revista, não transcreveu otrechoexato do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, não bastando ao cumprimento da exigência legal, a reprodução da ementa do acórdão, fls. 387, bem como delongostrechossem destaque da parte específica que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, como se evidenciou na hipótese (fls. 393/394).
No mesmo sentido, os seguintes julgados podem ser apontados por revelarem fundamentos determinantes plenamente aplicáveis ao caso em exame:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. RECURSO DE REVISTA. NÃO CONHECIMENTO. INOBSERVÂNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. ART. 896, § 1º-A, I e III, DA CLT.A c. Turma desproveu o agravo para manter a decisão mediante a qual não se conheceu do recurso de revista do reclamante ao fundamento de que transcreveu otrechodo acórdão regional que não abarca todos os fundamentos da Corte Regional para julgar improcedente o pedido, não se desincumbindo de demonstrar o atendimento do pressuposto do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT. Os arestos superados pela jurisprudência consolidada da SBDI-1 sobre a exigência processual prevista no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, não empolgam o apelo, nos limites do artigo 894, § 2º, da CLT. Com efeito, a SBDI-1, interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmado o entendimento no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, "a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, daementaou apenas da parte dispositiva." (E-ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT

25/05/2018). Precedentes. Agravo conhecido e desprovido". (TST-Ag-E-ED-Ag-ED-RR-1004-31.2011.5.05.0161, SbDI-1, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 14/05/2021). (sem grifos no original)

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. (ÓBICE DO ART. 896, § 1º, A, DA CLT). A SBDI-1 do TST já decidiu que a mera indicação da parte dispositiva do acórdão regional não é capaz de satisfazer o requisito da legislação celetista. Não preenchido um dos pressupostos de admissibilidade, ante a mera transcrição do dispositivo do acórdão, impossível o processamento do recurso de revista. Não prospera o agravo da parte, dadas as questões jurídicas solucionadas na decisão agravada. Em verdade a parte só demonstra o seu descontentamento com o que foi decidido. Não merece reparos a decisão. Agravo não provido". (Ag-AIRR-20193-07.2018.5.04.0022, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 14/05/2021). (sem grifos no original)

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. APELO SUBMETIDO À LEI Nº 13.467/2017. (?) II - RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. LEI Nº 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, DA CLT. ADMISSIBILIDADE. Deve ser negado conhecimento ao recurso de revista quando verificada a ausência de preenchimento dos requisitos insculpidos na Lei nº 13.015/2014, notadamente a adequada transcrição dotrechoque consubstancia o prequestionamento da matéria abordada no arrazoado recursal. Não cumpre o ditame legal a parte que transcrevetrechosexcessivamentelongose sem destaques individualizadores do prequestionamento pretendido, como ocorreu na hipótese. Recurso de revista inapto ao conhecimento, a teor do que dispõe o art. 896, § 1º-A, I e III, da CLT. Recurso de revista não conhecido" (RR-21794-67.2016.5.04.0006, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 18/12/2020).

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CONDUTA CULPOSA DA ADMINISTRAÇÃO. DANO SOFRIDO PELO EMPREGADO. NEXO CAUSAL. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE. TEMA Nº 246 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL DO STF.TRECHOQUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO. TRANSCRIÇÃO. ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. NÃO OBSERVÂNCIA. I. Faz-se presente o pressuposto intrínseco formal de admissibilidade previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT com a transcrição do excerto do acórdão regional em que repousa o prequestionamento da matéria impugnada, identificando-se claramente a tese que se quer combater no recurso, de forma a possibilitar o imediato confronto dotrechotranscrito com as violações, contrariedades e arestos articulados de forma analítica nas razões do recurso de revista. II. No caso dos autos, irretocável a decisão unipessoal agravada quanto ao não atendimento do pressuposto intrínseco de admissibilidade previsto no inciso I do § 1º-A do art. 896 da CLT, pois a parte recorrente procedeu à transcrição delongostrechosdos fundamentos adotados pelo Tribunal Regional quanto ao tema combatido, inteiramente destacados, o que impossibilita a indicação precisa das matérias que tratam dos dispositivos de lei tidos por violados ou que autorizem o cotejo com os arestos indicados. Não se trata, portanto, de decisão extremamente concisa e sucinta, distinção capaz de afastar a aplicação do óbice processual em apreço. III. Agravo interno de que se conhece e a que se nega provimento" (Ag-AIRR-1409-02.2016.5.05.0029, 7ª Turma, Relator Ministro Evandro Pereira Valadão Lopes, DEJT 15/05/2020).

Desse modo, inviável o processamento do recurso de revista, tendo em vista a não observância do requisito legal.
Do exposto, denego seguimento do agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do RITST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0011210-94.2020.5.15.0037

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	JOAO BATISTA DA SILVA
Advogado	Dr. José Antônio Fuzetto Júnior(OAB: 171125-A/SP)
Agravado	USINA OUROESTE - AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA.
Advogado	Dr. Marco Túlio Cardoso Porfírio(OAB: 57797-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):
- JOAO BATISTA DA SILVA
- USINA OUROESTE - AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada.
O v. acórdão decidiu com amparo nos elementos fático-probatórios contidos nos autos. Conclusão diversa da adotada remeteria ao reexame de fatos e provas, procedimento vedado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do C. TST. Assim, na presente hipótese, a menção de violação a dispositivos do ordenamento jurídico não viabiliza o processamento do recurso.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

O TRT consignou que "as provas orais emprestadas não lograram infirmar a validade dos controles de jornada juntados pela reclamada, no que toca aos intervalos".

Nesse cenário, a insurgência do Reclamante quanto ao tema "ônus da prova" revela a pretensão de suscitar o reexame dos fatos e provas já analisados e interpretados pelo TRT.
Com efeito, o acolhimento da argumentação recursal de que "restou evidenciado a fragilidade e confissão da testemunha da ré" ou de que "o intrajornada apresenta horários britânicos, sendo inválidos como meio de prova" exigiria incursão em matéria fática, o que não se admite em sede de recurso de revista, nos termos da Súmula 126 do TST.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010842-27.2020.5.15.0121

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	INGRID SOARES DA CUNHA
Advogada	Dra. Jacqueline Taves Romanelli(OAB: 64388-A/SP)
Agravado	JOSE GONCALVES DOS SANTOS 01057318540

Intimado(s)/Citado(s):

- INGRID SOARES DA CUNHA
- JOSE GONCALVES DOS SANTOS 01057318540

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Cumpre esclarecer que o eventual apontamento de ofensa a dispositivos legais e de divergência de arestos não serão apreciados, tendo em vista que a presente ação está sujeita ao procedimento sumaríssimo, nos termos do art. 896, § 9º, da CLT.
Oportuno ressaltar que não é válida, para efeito de conhecimento do recurso de revista, a invocação de Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, em conformidade com o disposto na Súmula 442 do C. TST.
Duração do Trabalho / Horas Extras.
A recorrente não aponta violação a qualquer dispositivo constitucional, tampouco apresenta dissenso de súmula de jurisprudência do TST ou de súmula vinculante do STF, restando, assim, desfundamentado o apelo, no tocante a tal matéria, pois não observadas as exigências do art. 896, § 9º, da CLT.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.
Publique-se e intime-se.

Nos termos do que preveem as alíneas "a", "b" e "c" do art. 896 da CLT, o recurso de revista só é cabível quando se apontar violação à Constituição, a lei, contrariedade a súmula ou divergência jurisprudencial.
No caso, a recorrente alega violação a decretos municipais, o que não autoriza o conhecimento da revista.
Por fim, registre-se que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001515-24.2012.5.06.0013

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	LIQ CORP S.A.
Advogado	Dr. Bruno de Oliveira Veloso Mafra(OAB: 18850-D/PE)
Agravado	ROSANY ALBUQUERQUE DA SILVA
Advogado	Dr. Rafael Barbosa Valença Calábria(OAB: 21804/PE)
Agravado	HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
Advogado	Dr. Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti(OAB: 19353-A/PE)
Agravado	UNIÃO (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
- LIQ CORP S.A.
- ROSANY ALBUQUERQUE DA SILVA
- UNIÃO (PGF)

O TRT da 6ª Região em acórdão de fls. 1345/1375, publicado em 14/08/2014, deu provimento ao recurso ordinário da reclamante, reconheceu a ilicitude da terceirização entre as reclamadas, bem como o vínculo empregatício da recorrente diretamente com oHSBC BANK BRASIL S.A- BANCO MÚLTIPLO e determinou o retorno dos autosàVara de Origem para proferir novo julgamento.
A primeira reclamada LIQ CORP S.A (atual denominação da Contax

Mobitel S.A) apresentou recurso de revista às fls. 1445/1507. Despacho de admissibilidade às fls. 1673/1674 negou seguimento ao recurso de revista o que deu ensejo à interposição de agravo de instrumento às fls. 1677/1691.
A primeira reclamada, à fl. 1810, requereu desistência do seu recurso. Pedido acolhido à fl. 1812.
O TRT da 6ª Região em acórdão de fls. 2196/2218, publicado em 29/01/2018, por preclusão, não conheceu dos recursos ordinário da primeira reclamada e do segundo reclamado quanto aos temas reconhecimento de terceirização ilícita, vínculo empregatício, responsabilização do tomador de serviço, enquadramento na categoria dos bancários e aplicação das normas coletivas.
A primeira reclamada apresenta recurso de revista às fls. 2230/2299. Despacho de admissibilidade às fls. 2352/2362 negou seguimento ao recurso de revista, o que deu ensejo à interposição do agravo de instrumento às fls. 2366/2388.
A reclamante apresentou contrarrazões ao recurso de revista e contraminuta ao agravo de instrumento.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Trata-se de recursos ordinários interpostos porROSANY ALBUQUERQUE DA SILVA, CONTAX-MOBITEL S.A, BANCO MÚLTIPLO e UNIÃO FEDERAL - PGFcontra a sentença proferida pelo MM. Juízo da 13ªVARA DO TRABALHO DE RECIFE (PE), fundamentadaàs fls. 1010/1015, que julgouPROCEDENTES EM PARTEos pedidos formulados na reclamação trabalhista concernente aos demais pleitos relacionados ao reconhecimento, por este Tribunal, do vinculo empregatício da primeira recorrente diretamente com a segunda e terceira recorrentes.
Nas razões documentadasàs fls. 1021/1028 areclamantesuscita, inicialmente, a revelia e a confissão do Banco HSBC ao argumento de que o recorrido se fez representar por advogado que não detinha procuração nos autos, bem como por preposto cuja carta de preposição não estáassinada. Ato contínuo, pugna pela reforma da sentença no tocante a multa por descumprimento da convenção coletiva, das horas extras e repercussões, do intervalo intrajornada mínimo não gozado, inclusive o intervalo de 15 minutos destinado a mulher e multa do artigo 477 da CLT. Por fim, requer a condenação da reclamada ao pagamento de honorários advocatícios.
ACONTAX MOBITEL S.A.,às fls. 1030/1038, por sua vez, após tecer considerações acerca do preenchimento de pressupostos recursais, pede o sobrestamento do feito, por analogia, em face da repercussão geral reconhecida em ARE 791932, por tratar-se de matéria concernenteàvalidade de terceirização da atividade de call center pelas concessionárias de telecomunicações. No mérito, sustenta que o autor não pode ser enquadrado na categoria dos bancários não fazendo jus, portanto, a títulos decorrentes (diferenças salariais, auxílio refeição, auxílio cesta alimentação, 13ªcesta alimentação, participação nos lucros). Alega, ademais, que a sentença merece reparo a fim de que seja determinada a observância do piso da classe funcional"pessoal de portaria, contínuo e serventes", para anotação da CTPS e para apuração das diferenças salariais, piso este que estáalinhado aos limites impostos no pedido formulado pela parte autora em sua exordial. Requer, por cautela, que seja expressamente consignada a natureza jurídica das parcelas porventura deferidas, com base nos instrumentos coletivos, por se tratarem de parcela de cunho indenizatório e que não ensejam repercussões. Argumenta ainda pela inaplicabilidade do divisor 150 para a apuração das horas extras. Não se conforma, por fim, com o fato gerador e contribuição previdenciária, bem como o marco delimitador da incidência de juros e correção monetária. Impugna, ao final, os cálculos da sentença quantoàapuração do auxílio refeição.
Jáno apelo consignadoàs fls. 1062/1067, oHSBC BANK BRASIL S.A. BANCO MÚLTIPLOrequer, de início, notificação exclusiva em nome de Mozart Victor Russomano Neto, consoante súmula 427 do TST. Após tecer considerações acerca do preenchimento de pressupostos recursais, pede o sobrestamento do feito, em razão do julgamento do ARE 713211. No mérito, não se conforma com a declaração de ilicitude da terceirização, decretação do vínculo de emprego e enquadramento da autora como bancária, razão pela qual pugna pelo prequestionamento da matéria para interposição de futuro recurso de revista. Requer a reforma da sentença quanto a diferenças salariais e horas extras, inclusive quanto ao divisor para apuração das horas extras. Pede provimento.
Contrarrazões apresentadas pela reclamanteàs fls. 1078/1087.
Por fim, nas razões lançadasàs fls. 1103/1106, aUniãorequer que seja determinado o recolhimento da contribuição previdenciária com incidência de juros e multa pelo regime de competência, ou seja, considerando como fato gerador a prestação do serviço (art. 43,§§2ºe 3ºda Lei nº8.212/1991). Pede provimento.
O banco apresentou contrarrazões ao recurso da União,às fls. 1108/1109v.
Parecer do MPTàs fls. 1115/1120.
É o relatório.
VOTO
Do pedido de notificação exclusiva formulado pelo HSBC BANK BRASIL S.A. BANCO MÚLTIPLO
Quanto ao pedido de notificação exclusiva formulado pelo banco, defiro-o.Àatenção da Secretaria da Turma para que as publicações sejam veiculadas, exclusivamente, em nome doMozart Victor Russomano Neto, OAB/DF 29.340, de conformidade com o entendimento consubstanciado na Súmula nº427 do C. TST.
Da preliminar de não conhecimento parcial do recurso ordinário do HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPO, no que atine ao pedido de sobrestamento do feito, reconhecimento de terceirização ilícita, do vínculo empregatício, da responsabilização dos tomadores de serviço e, por sua vez, do enquadramento da obreira na categoria dos bancários e direitos dele decorrentes previstos nas normas coletivas, suscitada de ofício por este relator.
O recorrenteHSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPOnão se conforma com a declaração de ilicitude da terceirização, decretação do vínculo de emprego e enquadramento da autora como bancária, sendo assim, sustenta que iráinterpor o recurso devido no momento oportuno, no entanto, a fim de se resguardar sobre o tema, reitera toda a fundamentação trazida na contestação e em contrarrazões acerca da ilicitude da terceirização e inexistência de vínculo empregatício com a reclamante. Do mesmo modo, em relaçãoàs diferenças salariais e horas extras, vez que argumenta que a autora nunca realizou atividade para o banco recorrente, inexistindo qualquer relação nos moldes previstos pelo art. 2ºe 3ºda CLT e tampouco exerceu cargo de bancária. Requer o

sobrestamento do feito e o prequestionamento da matéria.
Contudo, observo que este Regional, em sede de julgamento de recurso, reformou a decisão de primeiro grau, tendo reconhecido a ilicitude da terceirização dos serviços, bem como o liame empregatício entre o HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPO e o obreira, por conseguinte, o enquadramento como bancária (fls. 704/711). A decisão tem caráter interlocutório, tendo em vista a reforma da sentença e o retorno dos autos ao Juízo de origem para apreciação dos demais pedidos formulados na inicial, a qualéirrecorrível de imediato (art. 893,§1º, da CLT c/c Súmula nº. 214 do TST).
Dessa forma, tenho que restou configurada a preclusãopro judicato(artigo 836da CLT c/c 505 e 507 CPC/2015), motivo pelo qual as matérias acima referidas não podem voltar a ser analisadas por esta instância, posto que não se pode emitir novo pronunciamento válido a respeito, ainda que novamente instada a tanto, tendo em vista que o Tribunal Regional, quando do julgamento do recurso ordinário, interposto pela reclamante, exerceu a jurisdição que lhe competia.
Nesse sentido, os seguintes julgados:
(...)
Portanto, preliminarmente e de ofício, não conheço do recurso ordinário da HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPO no que atine ao pedido de sobrestamento do feito, reconhecimento de terceirização ilícita, do vínculo empregatício, da responsabilização do tomador de serviço e, por sua vez, do enquadramento da obreira na categoria dos bancários e aplicação das normas coletivas desses.
Ressalte-se que não representabisin idema condenação do reclamado ao pagamento das diferenças salariais e também dos reajustes obtidos pela categoria, haja vista serem devidas todas as vantagens acaso alcançadas pelos pares, além do piso salarial, não implicabis in idem.
Destarte,explicito que o acórdão, ao equacionar a lide no tocante ao reconhecimento de vínculo, não violou nem negou vigência a dispositivos constitucionais e/ou legais, não havendo matéria a ser prequestionada.
Da preliminar de não conhecimento parcial do recurso ordinário da reclamante no tocante ao pleito de condenação do banco em revelia e confissão, suscitada de ofício por este relator.
Conforme relatado, areclamantesuscita, inicialmente, a revelia e a confissão do Banco HSBC ao argumento de que o recorrido se fez representar por advogado que não detinha procuração nos autos, bem como por preposto cuja carta de preposição não estáassinada.
Ocorre que, no aspecto, também se opera apreclusãopro judicato, uma vez que esta E. Turma jáproferiu julgamento a respeito do tema, ocasião em que o indeferiu, conforme se constataàs fls. 705/706 - Vol. IV.
Portanto, preliminarmente e de ofício, não conheço do recurso ordinário da reclamante no que atine ao pedido de condenação do banco na pena de revelia e confissão.
Da preliminar de não conhecimento parcial do recurso ordinário da CONTAX S.A., por preclusão e falta de interesse jurídico, suscitada de ofíciopor este relator.
Preliminarmente, em atuação de ofício, não conheço parcialmente do recurso ordinário da CONTAX S/A., por preclusãopro judicatono tocante ao pleito de sobrestamento do feito relacionado ao reconhecimento da terceirização ilícita e formação do vínculo empregatício da reclamante com o banco,da responsabilização do tomador de serviço e, por sua vez, do enquadramento da obreira na categoria dos bancários e aplicação das normas coletivas desses.
Verifica-se, inobstante, ausência de interesse jurídico quanto a obrigação de anotar a CTPS da reclamante, uma vez que o magistrado sentenciante decidiu:"a obrigação da assinar a CTPSépersonalíssima, cabendo tão somente ao 1ºréu".
Do mesmo modo, carece de interesse jurídico processual no tocante ao fato gerador da contribuição previdenciária quanto ao marco delimitador da incidência de juros e correção monetária, em que restou decidido:"no tocante aos juros e multa da contribuição previdenciária, observe-se a Súmula nº14 deste Regional, com o cômputo a partir do pagamento".
MÉRITO
Recurso Ordinário da Reclamante
Da Multa Convencional
A reclamante não se conforma com o indeferimento pelo Juízo"a quo"do pedido de pagamento da multa convencional, sob o fundamento de que a recorrente sófora reconhecida como bancária através da sentença.
Neste tópico, assim se pronunciou o juízo de origem:
Da multa convencionalA essa multa não pode ficar sujeito, obviamente, o empregador que tenha responsabilidade pelo pagamento de determinada parcela reconhecida somente em virtude de procedência do pleito deduzido pelo empregado na Justiça do Trabalho. IMPOCEDE."(fl.1012v)
Tem razão a autora.
Compreendo que, uma vez constatada a fraude perpetrada a fim de mascarar o vínculo empregatício existente entre a reclamante e a reclamada, e determinado o enquadramento da autora como bancária, reconhecendo-lhe os direitos pertinentesàrespectiva categoria e a incidência dos instrumentos coletivos correspondentes, todas as cláusulas constantes nas referidas normas negociais passam a incidir no contrato de trabalho da reclamante, inclusive aquelas que estabelecem alguma sanção.
Háprevisão de pagamento da referida multa no instrumento de negociação coletiva colacionado aos autos, o que, de logo, obriga os signatários. A controvérsia debatida nos fólios sobre a aplicação de referidas normas coletivas não tem o condão de afastá-la.
Na presente hipótese, a reclamada deixou de cumprir diversas cláusulas convencionais, o que, desta forma, acarreta a incidência da multa convencional.
Quantoàforma de aplicação da multa convencional, compete esclarecer que a multa convencional prevista no instrumento normativo incide umaúnica vez durante o respectivo período de vigência, independentemente da quantidade de cláusulas violadas.
Essa posição encontra amparo na Súmula nº384 do TST.
Dou provimento.
Das pretensões relativasàjornada(análise conjunta dos recursos interpostos pela reclamante e por CONTAX MOBITEL S/A.)A reclamante pugna pela reforma da sentença no aspecto para que seja reconhecida a jornada declinada na exordial (das 12hàs 21h, com 30 minutos de intervalo, de segunda a sábado) (fl. 22).
Sustenta que os controles de freqüência colacionados aos autos são apócrifos e ou britânicos, portanto inservíveis como meio de prova. Alega, ademais, que referidos documentos apenas foram impressos em data posterioràdemissão da recorrente.
A CONTAX, por sua vez, alega que"não háque se falar em enquadramento da jornada da recorrida nos termos do artigo 224 da CLT, uma vez que este nunca desempenhou nenhuma atribuição típica a dos bancários, conforme comprovado nos autos".
O juízoa quoconsiderou válidos os controles de freqüência colacionados, a teor do artigo 74,§2ºda CLT e desconsiderou a jornada da exordial. Contudo, considerando o enquadramento da autora como bancária, condenou a reclamada ao pagamento de 6 horas extras por semana, devido ao labor realizado aos sábados,

com adicional de 50% e aplicação do divisor 150. (fls. 1111/1012).
Àanálise.
Superada a tese de enquadramento da reclamante na categoria dos bancários, tenho que se enquadra na hipótese do art. 224, caput, da CLT, o qual dispõe:
"A duração normal do trabalho dos empregados em bancos, casas bancárias e Caixa Econômica Federal seráde 6 (seis) horas continuas nos diasúteis, com exceção dos sábados, perfazendo um total de 30 (trinta) horas de trabalho por semana"
Faz jus a reclamante, portanto, aos benefícios da categoria dos bancários, aíincluída a jornada reduzida, pelo que se afiguram devidas como extras as horas trabalhadas além da 06ªdiária e 30ªsemanal.
Em razão do reconhecimento do vínculo empregatício direto com a instituição financeira, era dela oônus processual quantoàdemonstração da jornada cumprida pelo autor, pois, em se tratando de controvérsia envolvendo jornada de trabalho, a sua apreciação depende da produção de documento essencial a cargo do empregador, os registros de ponto, sob pena de se considerar veraz a jornada declinada na inicial - inteligência do artigo 74,§2º, da CLT c/c Súmula 338 do C. TST.
Oônuséda reclamada devendo-se aplicaràhipótese o Enunciado da Súmula 338, I, do TST, e, nesse contexto, juntaram os cartões de ponto referentes a todo o período laboral (fls. 353/378 - VOL. II), os quaisrestaram impugnados pela reclamante nos seguintes termos:
Os documentos de fls. 353/378,"Cartão Ponto", ficam impugnados tais documentos porque os horários ali apontados não representam os reais horários de trabalho desempenhados pela Reclamante ao longo de seu contrato de trabalho, tampouco os atrasos e ausências ali constantes, conforme exposto na inicial. (...) no que concerne os espelhos de freqüência acostados, estão todos apócrifos, ou seja, nulos de pleno direito, sequer foram de conhecimento da obreira, onde somente foram impressos meses após a demissão obreira, requerendo a parte autora a aplicação dos arts. 368 e seguintes do CPC. Oportuno destacar que tais espelhos de freqüência acostados também se encontram britânicos, apesar de conter algumas variações,éperceptível que não passam de uma maneira de tentar induzir este Douto Juízo ao erro, portanto, requer a parte autora, que seja aplcada, de imediato, a Súmula 338 do C. TST"(fl. 429 - Vol. III)
Quantoàausência de assinatura isto não vicia o documento conforme tranquila jurisprudência. Vejamos:
(....)
Quanto ao fato de os mesmos serem britânicos, verifico, de fato, na maior parte, horários de entrada e saída invariáveis, ou comínfimas variações de minutos.E o entendimento adotado pelo Colendo TST, Sumulado pelo verbete de nº338, III, invalida esse tipo de prova, presumindo-se como verdadeira a jornada alegada na inicial, a menos que comprove a Ré, por outro meio idôneo, a real jornada desempenhada pelo empregado,ônus do qual não se desvencilhou.
Diante disso, reputo duvidosos os registros constantes nos cartões de ponto e os considero inválidos.
A dúvida quantoàs marcações dos cartões de ponto acima explanada se potencializa com as provas emprestadas trazidas aos autos, da qual se extrai, conforme depoimentos, que os cartões de ponto eram manipulados. Senão vejamos:
Na audiência de instrução (fls.486/487 - VOL III), dispensou-se a oitiva de testemunhas e foram adotadas provas emprestadas (fl.487).
Frise-se, o depoimento da preposta da CONTAX nos presentes autos, a qual afirmou:"...que o supervisor pode alterar os dados dos horários do sistema, jáque era responsável por tratar o ponto da sua equipe"(fl.487)
Na audiência realizada no processo 0001463-35.2011.5.06.-0022 (fls. 489/490), utilizado como prova emprestada, a autora, com jornada diversa da apontada pela reclamante nos presentes autos, asseverou que"uma vez por mês vinha a folha de ponto com horário que não tinha nada a ver com o trabalho da depoente..."(fl.489), jáa preposta da CONTAX nesse mesmo processo afirma que"não sabe precisar o horário de trabalho da reclamante". Enquanto a testemunha do reclamante afirmou"...que na hora em que pegava era também a hora da reclamante,às 11h, largandoàs 21h, sempre de segunda a sábado, e sobre o cliente ser contactado ou ligar em horário como num sábadoàs 20h, sóa título de exemplo, diz que o pioréque ligam, inclusive porqueédia de banco fechado".
Na ata de audiência nº0001240-09.2011.5.06-0014 (fls.492/495), a testemunha do reclamante, Sr. Ricardo Batista de Souza, por outro lado, afirmou que"eles trabalhavam das 08às 18h, com 30 minutos de intervalo, de segunda a sábado; que eles recebiam no final do mês as folhas do cartão de ponto para conferir se o horário estava correto e assinar; que eles conferiam, que os cartões vinham corretos e eles assinavam"(fl.493)
Pois bem, verifico, em verdade, que as jornadas de trabalho informadas pelas testemunhas nas atas de audiências utilizadas como provas emprestadas restaram distintas da jornada apontada pela reclamante. No entanto, percebe-se o fato comum a realização habitual de atividade extraordinária, bem como a possibilidade de adulteração do controle de freqüência.
Destarte, tenho que a reclamante conseguiu invalidar os controles de freqüência acostados, razão pela qual se considera correta a jornada declinada na exordial (das 12hàs 21h, com 30 minutos de intervalo, de segunda a sábado), considerando válida, porém, a marcação dos cartões de ponto relativa a férias e ausências por licenças médicas, greves e outros afastamentos, com exceção das ausências nos domingos e feriados.
Quanto ao intervalo intrajornada, defiro, diante da jornada reconhecida.
Dessa forma, dou provimento ao recurso obreiro, no tocante, para condenaràreclamada ao pagamento de 1 hora diária, decorrente da supressão do intervalo intrajornada, de todo o período laboral.
Nessa esteira, a reclamante faz jus a receber o valor de 1h de labor acrescido do adicional de 50%, a título de intervalo intrajornada, nos termos da Súmula nº437, do TST, aplicável, também, a categoria dos bancários, bem comoàs repercussões deferidas na sentença.
Ademais, no que atine aos reflexos das horas extras no sábado, em que pese o disposto na Súmula nº. 113, do TST, observo que consta na cláusula oitava, parágrafo primeiro, da CCT, que trata das horas extras, que "quando prestadas durante toda a semana anterior, os bancos pagarão também, o valor correspondente ao repouso semanal remunerado, inclusive sábados e feriados". Neste sentido, considerando que o sábadoé, também, dia de repouso remunerado, incidem os reflexos das horas extras nos mesmos.
Neste sentido,éa jurisprudência:
(...)
No que diz respeito aos reflexos do RSR majorado pelas horas extras sobre outras verbas, aplico o entendimento consubstanciado na Orientação Jurisprudencial nº394 da SBDI-1 do C. TST, segundo o qual"A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de"bis in idem.

Éque as horas extras habitualmente prestadas integram o cálculo das parcelas trabalhistas, inclusive do repouso semanal remunerado, de modo que não ressoa razoável que, para a apuração daquelas verbas, se considere o RSR jámajorado com a integração das mesmas horas extras, sendo certo que isso acarretaria o vedado pagamento em duplicidade.
Nesse sentido,cito os seguintes julgados deste regional:
(....)
Do intervalo do art. 384 da CLT.
Ocorre que o Pleno do C.TST decidiu pela constitucionalidade do referido dispositivo, que trata da pausa de quinze minutos para descanso da trabalhadora antes do início do labor extraordinário.
Entendo que, sempre que constatada extrapolação da jornada,àluz dos controles de frequência, e na sua ausência a jornada da exordial, conforme tópico anterior, faz jus a reclamante aos 15min extras.
Por oportuno, transcrevo a ementa do referido julgado adotando-a como razões de decidir,in verbis:
"MULHER - INTERVALO DE 15 MINUTOS ANTES DE LABOR EM SOBREJORNADA - CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 384 DA CLT EM FACE DO ART. 5º, I, DA CF.
1. O art. 384 da CLT impõe intervalo de 15 minutos antes de se começar a prestação de horas extras pela trabalhadora mulher. Pretende-se sua não-recepção pela Constituição Federal, dada a plena igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres decantada pela Carta Política de 1988 (art. 5º, I), como conquista feminina no campo jurídico.
2. A igualdade jurídica e intelectual entre homens e mulheres não afasta a natural diferenciação fisiológica e psicológica dos sexos, não escapando ao senso comum a patente diferença de compleição física entre homens e mulheres. Analisando o art. 384 da CLT em seu contexto, verifica-se que se trata de norma legal inserida no capítulo que cuida da proteção do trabalho da mulher e que, versando sobre intervalo intrajornada, possui natureza de norma afetaàmedicina e segurança do trabalho, infensaànegociação coletiva, dada a sua indisponibilidade (cfr. Orientação Jurisprudencial 342 da SBDI-1 do TST).
3. O maior desgaste natural da mulher trabalhadora não foi desconsiderado pelo Constituinte de 1988, que garantiu diferentes condições para a obtenção da aposentadoria, com menos idade e tempo de contribuição previdenciária para as mulheres (CF, art. 201,§7º, I e II). A própria diferenciação temporal da licença-maternidade e paternidade (CF, art. 7º, XVIII e XIX; ADCT, art. 10,§1º) deixa claro que o desgaste físico efetivoéda maternidade.
A praxe generalizada, ademais,éa de se postergar o gozo da licença-maternidade para depois do parto, o que leva a mulher, nos meses finais da gestação, a um desgaste físico cada vez maior, o que justifica o tratamento diferenciado em termos de jornada de trabalho e período de descanso.
4. Nãoédemais lembrar que as mulheres que trabalham fora do lar estão sujeitas a dupla jornada de trabalho, pois ainda realizam as atividades domésticas quando retornamàcasa. Por mais que se dividam as tarefas domésticas entre o casal, o peso maior da administração da casa e da educação dos filhos acaba recaindo sobre a mulher.
5. Nesse diapasão, levando-se em consideração a máxima albergada pelo princípio da isonomia, de tratar desigualmente os desiguais na medida das suas desigualdades, aoônus da dupla missão, familiar e profissional, que desempenha a mulher trabalhadora corresponde o bônus da jubilação antecipada e da concessão de vantagens específicas, em função de suas circunstâncias próprias, comoéo caso do intervalo de 15 minutos antes de iniciar uma jornada extraordinária, sendo de se rejeitar a pretensa inconstitucionalidade do art. 384 da CLT- (Incidente de inconstitucionalidade em recurso de revista rejeitado; IIN-RR-1540/2005-046-12-00.5, Relator Ministro Ives Gandra Martins Filho, Tribunal Pleno, DEJT 13/02/2009)."
Destarte, dou provimento ao recurso quanto a esse título, fazendo jusàreclamante ao recebimento do valor concernente ao tempo correspondente, acrescido do adicional de 50%, por aplicação analógica do art. 71,§4º, da CLT, bem comoàs repercussões do referido intervalo, no aviso prévio, décimo terceiro salário, férias acrescidas de 1/3, descanso semanal remunerado,inclusive sábado e feriados,FGTS e multa fundiária de 40%. Não háque se falar em compensação/dedução do referido título, haja vista a inexistência de pagamento do referido intervalo durante o contrato de trabalho.
Multa do art. 477 da CLT
Quantoàaplicação da multa do artigo 477 da CLT, esclarece-se, inicialmente, que a referida multa tem caráter punitivo e somenteédevida quando ocorre o pagamento das verbas rescisórias além do prazo estabelecido no§6.º, da art. 477, da CLT, qual seja: a) atéo primeiro diaútil imediato ao término do contrato; ou b) atéo décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.
Compulsando os autos, verifica-se que o TRCT acostadoàs fl. 329 demonstra a realização do pagamento das verbas rescisórias dentro do prazo legal.
Cito a Súmula 23 deste Regional:
MULTA DO ARTIGO 477,§8º, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.
I - A multa cominada no artigo 477,§8º, da Consolidação das Leis do Trabalho apenasécabível na hipótese de pagamento intempestivo das verbas rescisórias, por culpa do empregador, não sendo devida em razão de diferenças reconhecidas em juízo.
II - Efetuado o pagamento das verbas rescisórias, no prazo fixado no
artigo 477,§6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, não se configura a mora por homologação tardia do termo de rescisão do contrato de emprego.
III - A reversão da justa causa em juízo autoriza a condenação ao pagamento da multa disciplinada no artigo 477,§8º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
Neste sentido a jurisprudência:
ART. 477. MULTA. Comprovado o pagamento das verbas constantes do TRCT no prazo do art. 477,§6º,éindevida a multa cominada no§8ºdaquele artigo. (TRT-5 - RecOrd: 00002144820125050020 BA 0000214-48.2012.5.05.0020, Relator: MARIA ADNA AGUIAR, 5ª. TURMA, Data de Publicação: DJ 20/04/2015.)
Portanto, nego provimento.
Honorários Advocatícios
Indevidos honorários advocatícios na Justiça do Trabalho, em se tratando de matéria trabalhista, fora das hipóteses previstas na Lei n.º5.584/70, as quais se encontram ajustadas pelos termos das Súmulas 219 e 329 do Colendo TST, no sentido de que, nesta Justiça Especializada, a condenação ao pagamento da verba honorária, "não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte, concomitantemente: a) estar assistida por sindicato da categoria profissional; b) comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família. (art. 14,§1º, da Lei nº5.584/1970)".

Desta feita, como a parte reclamante encontra-se assistida por profissional particular, restou indevida a sua pretensãoàverba honorária.
Nego provimento.
Recurso da CONTAX
Do divisor de horas extras (análise conjunta dos recursos interpostos por HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPO e por CONTAX MOBITEL S/A.)
Considerando o enquadramento da reclamante como bancária, sendo-lhe aplicáveis todas as normas coletivas da categoria e, ainda, tendo em vista o deferimento de horas extras, entendo que se deve adotar o divisor de 180.
Explico.
Inicialmente, cumpre destacar que, em recente decisão, prevaleceu no TST o entendimento segundo o qual a natureza do sábado, como repouso semanal remunerado, não altera o divisor do bancário. Tal pronunciamento da Colenda Corte foi submetidoàsistemática dos recursos repetitivos, introduzida pela Lei nº. 13.015/14, de modo que a tese fixada tem efeito vinculante e deve ser aplicada a todos os processos que tratam do mesmo tema, conforme a modulação de efeitos também decidida na sessão - a nova orientação não alcança estritamente as decisões de mérito de turmas do TST, ou da própria SDI-1, proferidas no período de 27/9/12, quando entrou em vigor a nova redação da súmula 124, atéo dia 21 de novembro de 2016. Assim, não hácomo se falar em aplicação analógica da Súmula nº. 124, I,"a", do TST, eis que o próprio TST afastou esse entendimento.
Sobre a tese, colaciono o passo a passo disponibilizado no sítio eletrônico do TST:
Tese
A tese jurídica fixada no julgamento, conforme exige a sistemática dos recursos repetitivos, foi a seguinte:
1. O número de dias de repouso semanal remunerado pode ser ampliado por convenção ou acordo coletivo de trabalho, como decorrência do exercício da autonomia sindical.
2 . O divisor corresponde ao número de horas remuneradas pelo salário mensal, independentemente de serem trabalhadas ou não.
3. O divisor aplicável para cálculo das horas extras do bancário, inclusive para os submetidosàjornada de oito horas,édefinido com base na regra geral prevista no artigo 64 da CLT (resultado da multiplicação por 30 da jornada normal de trabalho), sendo 180 e 220, para a jornada normal de seis e oito horas, respectivamente.
4. A inclusão do sábado como dia de repouso semanal remunerado, no caso do bancário, não altera o divisor, em virtude de não haver redução do número de horas semanais, trabalhadas e de repouso.
5. O número de semanas do mêsé4,2857, resultante da divisão de 30 (dias do mês) por 7 (dias da semana), não sendo válida, para efeito de definição do divisor, a multiplicação da duração semanal por 5.
6. Em caso de redução da duração semanal do trabalho, o divisoréobtido na forma prevista na Súmula 431 (multiplicação por 30 do resultado da divisão do número de horas trabalhadas por semana pelos diasúteis)."(Disponível em: http://www.tst.jus.br/noticia-destaque/-/asset_publisher/NGo1/content/tst-define-divisores-180-e-220-para-calculo-das-horas-extras-de-bancarios) (grifei)
Ora, sendo certo que o divisor equivale ao número de horas remuneradas mensalmente, sejam elas trabalhadas ou não, e, sendo o sábado, na hipótese, considerado repouso semanal remunerado, conforme acima visto, não háredução, de fato, do número de horas semanais trabalhadas e de repouso a que corresponde o salário mensal.
Diante de tais considerações, dou provimento ao apelo patronal para determinar que seja adotado o divisor de 180 para apuração das horas extras.
Dos pedidos deferidos com base na convenção dos bancários
Reconhecido o vínculo empregatício entre a obreira e o Banco, o enquadramento sindical da autora deve ser revisto, segundo a atividade preponderante desenvolvida pela empresa então empregadora. Sendo a empresa um banco, insere-se a reclamante na categoria profissional dos bancários. Não háque se falar, portanto, em categoria diferenciada.
Desta feita, correto o posicionamento sentencial, não havendo nada a modificar quanto a incidência das normas coletivas aplicáveisàcategoria dos bancários ao contrato de trabalho da autora, mormente quanto ao piso normativo dos bancários e reajustes salariais, jornada reduzida de 6 horas diárias e 30 horas semanais e demais verbas deferidas na sentença.
Da impugnação aos cálculos da sentença.
As demandadas não se conformam com a forma de apuração da verba denominada auxílio refeição, diz que ao apurar os valores, a contadoria não deduziu os valores pagos efetivamente durante a contratual idade.
A sentença deferiu o pagamento de auxílio refeição diante do reconhecimento de bancária.
Compulsando os autos, as fichas financeiras colacionadas (fls. 380/382) não indicam o pagamento dos valores cotejados na planilha juntada pela reclamadaàs fls. 1059v
Os cálculos não fugiram ao comando sentencial.
Pelo exposto, em razão da presunção de legalidade e veracidade atribuível aos atos praticados por agentes públicos, tenho que os cálculos das verbas apuradas a titulo de auxílio alimentação não merecem retoques.
Nego provimento.
Recurso da União
Dos critérios dos cálculos da contribuição previdenciária.
Quanto a tal aspecto, adoto entendimento recentemente adotado pelo C. TST, que culminou no acréscimo dos incisos IV, V, VI da súmula 368, no caso, máxime o item V, abaixo transcrita:
Súmula nº368do TST
DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS. IMPOSTO DE RENDA. COMPETÊNCIA. RESPONSABILIDADE PELO RECOLHIMENTO. FORMA DE CÁLCULO. FATO GERADOR (aglutinada a parte final da Orientação Jurisprudencial nº363 da SBDI-Iàredação do item II e incluídos os itens IV, V e VI em sessão do Tribunal Pleno realizada em 26.06.2017) - Res. 219/2017, DEJT divulgado em 28, 29 e 30.06.2017
I - A Justiça do Trabalhoécompetente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais. A competência da Justiça do Trabalho, quantoàexecução das contribuições previdenciárias, limita-seàs sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição. (ex-OJ nº141 da SBDI-1 - inserida em 27.11.1998).
II -Édo empregador a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais, resultantes de crédito do empregado oriundo de condenação judicial. A culpa do empregador pelo inadimplemento das verbas remuneratórias, contudo, não exime a responsabilidade do empregado pelos pagamentos do imposto de renda devido e da contribuição previdenciária que recaia sobre sua quota-parte. (ex-OJ nº363 da SBDI-1, parte final)
III - Os descontos previdenciários relativosàcontribuição do empregado, no caso de ações trabalhistas, devem ser calculados mês a mês, de conformidade com o art. 276,§4º, do Decreto nº3.048/1999 que regulamentou a Lei nº8.212/1991, aplicando-se

as alíquotas previstas no art. 198, observado o limite máximo do salário de contribuição (ex-OJs nºs 32 e 228 da SBDI-1 - inseridas, respectivamente, em 14.03.1994 e 20.06.2001).
IV - Considera-se fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de créditos trabalhistas reconhecidos ou homologados em juízo, para os serviços prestados até4.3.2009, inclusive, o efetivo pagamento das verbas, configurando-se a mora a partir do dia dois do mês seguinte ao da liquidação (art. 276,"caput", do Decreto nº3.048/1999). Eficácia não retroativa da alteração legislativa promovida pela Medida Provisória nº449/2008, posteriormente convertida na Lei nº11.941/2009, que deu nova redação ao art. 43 da Lei nº8.212/91.
V - Para o labor realizado a partir de 5.3.2009, considera-se fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de créditos trabalhistas reconhecidos ou homologados em juízo a data da efetiva prestação dos serviços. Sobre as contribuições previdenciárias não recolhidas a partir da prestação dos serviços incidem juros de mora e, uma vez apurados os créditos previdenciários, aplica-se multa a partir do exaurimento do prazo de citação para pagamento, se descumprida a obrigação, observado o limite legal de 20% (art. 61,§2º, da Lei nº9.430/96).
VI - O imposto de renda decorrente de crédito do empregado recebido acumuladamente deve ser calculado sobre o montante dos rendimentos pagos, mediante a utilização de tabela progressiva resultante da multiplicação da quantidade de meses a que se refiram os rendimentos pelos valores constantes da tabela progressiva mensal correspondente ao mês do recebimento ou crédito, nos termos do art. 12-A da Lei nº7.713, de 22/12/1988, com a redação conferida pela Lei nº13.149/2015, observado o procedimento previsto nas Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil.
Diante desse quadro, considerando que o marco inicial da exigibilidade do regime de competência ocorreu na data de 05/03/2009, conforme o recente entendimento do TST, determino que as contribuições previdenciárias relativasàs parcelas salariais reconhecidas sejam recolhidas com a incidência de juros e correção monetária de acordo com o regime de competência, ou seja, de acordo com o mês de efetiva prestação de serviços, com observância aos respectivos vencimentos, por outro lado, a multa deve incidir a partir do exaurimento do prazo da citação para o pagamento, uma vez apurados os créditos previdenciários, observado o limite legal de 20% previsto no art.61,§2º, da Lei nº9.430/96.
Dou provimento.
CONCLUSÃO:
Diante do exposto, preliminarmente e de ofício, não conheço parcialmente do recurso ordinário da HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPO no que atine ao pedido de sobrestamento do feito, reconhecimento de terceirização ilícita, do vínculo empregatício, da responsabilização do tomador de serviço e, por sua vez, do enquadramento da obreira na categoria dos bancários e aplicação das normas coletivas desses, por preclusão "pro judicato"; não conheço parcialmente do recurso ordinário da reclamanteno que atine ao pedido de condenação do banco na pena de revelia e confissão,por preclusão "pro judicato;não conheço parcialmente do recurso ordinário da CONTAX quanto ao pedido de sobrestamento do feito, reconhecimento de terceirização ilícita, do vínculo empregatício, da responsabilização do tomador de serviço e, por sua vez, do enquadramento da obreira na categoria dos bancários e aplicação das normas coletivas desses, por preclusão "pro judicato", não conheço do recurso da CONTAX porausência de interesse jurídico-processual quanto a obrigação de anotar a CTPS da reclamante e no que atine ao fato gerador da contribuição previdenciária quanto ao marco delimitador da incidência de juros e correção monetária. No mérito, dou parcial provimento ao pelo da reclamante para condenar as reclamadas no pagamento de multa convencional prevista no instrumento normativo,incidindo umaúnica vez durante o respectivo período de vigência, independentemente da quantidade de cláusulas violadas; apurar como extras as horas excedentesàsexta diária eàtrigésima semanal, de forma não cumulativa, conforme jornada da exordial, mantidos o adicional e repercussões deferidos pelo juízoa quo;bem como para condenar a reclamada ao pagamento de 1 hora extra diária, com adicional de 50% e repercussões deferidas na sentença de piso, por dia de trabalho, durante todo período laboral, decorrente da supressão do intervalo intrajornada; para condenar a reclamada ao pagamento do valor concernente ao intervalo previsto no art. 384, da CLT, acrescido do adicional de 50%, por aplicação analógica do art. 71,§4º, da CLT, bem comoàs repercussões do referido intervalo, no aviso prévio, décimo terceiro salário, férias acrescidas de 1/3, descanso semanal remunerado, inclusive sábado e feriados, FGTS e multa fundiária de 40%; Dou parcial provimento ao apelo doHSBC BANK BRASIL S/A e da CONTAXpara determinar que seja adotado o divisor de 180 para apuração das horas extras. Dou provimento ao apelo daUNIÃOparadeterminar que as contribuições previdenciárias relativasàs parcelas salariais reconhecidas sejam recolhidas com a incidência de juros e correção monetária de acordo com o regime de competência, ou seja, de acordo com o mês de efetiva prestação de serviços, com observância aos respectivos vencimentos, por outro lado, a multa deve incidir a partir do exaurimento do prazo da citação para o pagamento, uma vez apurados os créditos previdenciários, observado o limite legal de 20% previsto no art.61,§2º, da Lei nº9.430/96.
Diante dos provimentos parciais dados aos recursos, deixo de arbitrar valoràcondenação.
Defino como de natureza salarial, para fins do disposto no art. 832,§3º, da CLT, as parcelas deferidas a título de horas extras e intervalo previsto no art. 384, da CLT.
ACORDAMos Desembargadores da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, por unanimidade, preliminarmente e de ofício, não conhecer parcialmente do recurso ordinário da HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPO no que atine ao pedido de sobrestamento do feito, reconhecimento de terceirização ilícita, do vínculo empregatício, da responsabilização do tomador de serviço e, por sua vez, do enquadramento da obreira na categoria dos bancários e aplicação das normas coletivas desses, por preclusão "pro judicato"; não conhecer parcialmente do recurso ordinário da reclamanteno que atine ao pedido de condenação do banco na pena de revelia e confissão,por preclusão "pro judicato;não conhecer parcialmente do recurso ordinário da CONTAX quanto ao pedido de sobrestamento do feito, reconhecimento de terceirização ilícita, do vínculo empregatício, da responsabilização do tomador de serviço e, por sua vez, do enquadramento da obreira na categoria dos bancários e aplicação das normas coletivas desses, por preclusão "pro judicato", não conhecer do recurso da CONTAX porausência de interesse jurídico -processual quanto a obrigação de anotar a CTPS da reclamante e no que atine ao fato gerador da contribuição previdenciária quanto ao marco delimitador da incidência de juros e correção monetária. No mérito, dar parcial provimento ao pelo da reclamante para condenar as reclamadas no pagamento de multa convencional prevista no instrumento normativo,incidindo umaúnica vez durante o respectivo período de vigência, independentemente da quantidade

de cláusulas violadas; apurar como extras as horas excedentesàsexta diária eàtrigésima semanal, de forma não cumulativa, conforme jornada da exordial, mantidos o adicional e repercussões deferidos pelo juízoa quo;bem como para condenar a reclamada ao pagamento de 1 hora extra diária, com adicional de 50% e repercussões deferidas na sentença de piso, por dia de trabalho, durante todo período laboral, decorrente da supressão do intervalo intrajornada; para condenar a reclamada ao pagamento do valor concernente ao intervalo previsto no art. 384, da CLT, acrescido do adicional de 50%, por aplicação analógica do art. 71,§4º, da CLT, bem comoàs repercussões do referido intervalo, no aviso prévio, décimo terceiro salário, férias acrescidas de 1/3, descanso semanal remunerado, inclusive sábado e feriados, FGTS e multa fundiária de 40%; Dar parcial provimento ao apelo doHSBC BANK BRASIL S/A e da CONTAXpara determinar que seja adotado o divisor de 180 para apuração das horas extras.Darprovimento ao apelo daUNIÃOparadeterminar que as contribuições previdenciárias relativasàs parcelas salariais reconhecidas sejam recolhidas com a incidência de juros e correção monetária de acordo com o regime de competência, ou seja, de acordo com o mês de efetiva prestação de serviços, com observância aos respectivos vencimentos, por outro lado, a multa deve incidir a partir do exaurimento do prazo da citação para o pagamento, uma vez apurados os créditos previdenciários, observado o limite legal de 20% previsto no art.61,§2º, da Lei nº9.430/96. Diante dos provimentos parciais dados aos recursos, deixa-se de arbitrar valoràcondenação.Define-se como de natureza salarial, para fins do disposto no art. 832,§3º, da CLT, as parcelas deferidas a título de horas extras e intervalo previsto no art. 384, da CLT.

Inicialmente registro que o exame do cabimento do recurso de revista atém-se aos temas constantes do agravo de instrumento, em observância ao princípio processual da delimitação recursaltantum devolutum quantum apelatum. Assim, estãopreclusastodas as alegações em relação aos temas "Enquadramento Sindical", "Horas Extras", "Intervalo Intrajornada" "Intervalo do art. 384 da CLT", "multa convencional" e "descontos previdenciários", trazidas no recurso de revista e não renovadas no agravo de instrumento.
O TRT da 6ª Região em acórdão de fls. 2196/2218, publicado em 29/01/2018, por preclusão, não conheceu dos recursos ordinário da primeira reclamada e do segundo reclamado quanto aos temas reconhecimento de terceirização ilícita, vínculo empregatício, responsabilização do tomador de serviço, enquadramento na categoria dos bancários e aplicação das normas coletivas.
Verifica-se que a recorrente não atacou o fundamento consignado no acórdão regional de preclusão. Incide no caso o teor da Súmula422, I, do TST, que assim dispõe:
"RECURSO. APELO QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. NÃO CONHECIMENTO. ART. 514, II, do CPC (conversão da Orientação Jurisprudencial n.º 90 da SBDI-2) - Res. 137/2005, DJ 22, 23 e 24.08.2005
Não se conhece de recurso para o TST, pela ausência do requisito de admissibilidade inscrito no art. 514, II, do CPC, quando as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que fora proposta. (ex-OJ n.º 90 da SBDI-2 - inserida em 27.05.2002)."
Esclareça-se que não prospera o conhecimento do recurso de revista fundado em alegação de ofensa ao art. 5º, II, da Constituição Federal quando a lide está adstrita ao exame de legislação infraconstitucional, visto que essa circunstância impossibilita a configuração de sua violação literal e direta (Súmula 636 do STF).
Não se constata ofensa ao art. 5º, XXXIV, XXXV, LIV e LV, da CF/1988, pois em nenhum momento restou demonstrado haver o Tribunal Regional inobservado os princípios constitucionais alusivos à ampla defesa e ao contraditório. Ao contrário, por todos os ângulos examinados da questão, houve efetiva observância a esse postulado jurídico, tanto que a matéria vem sendo discutida nas diversas instâncias, nas quais tem recebido a efetiva prestação jurisdicional.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010617-24.2020.5.15.0083

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Advogada	Dra. Natália Franco Massuia e Marcondes(OAB: 374334-A/SP)
Agravado	ROBSON SANTOS
Advogado	Dr. Ramirez Melo Nogueira(OAB: 318141-A/SP)
Advogado	Dr. Fernando Henrique Rodrigues Junior(OAB: 333015-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
- ROBSON SANTOS

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Parecer do MPT a fls. 369.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:
Recurso de: MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS CAMPOS
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / ADICIONAL / ADICIONAL DE INSALUBRIDADE / BASE DE CÁLCULO.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
LEI Nº 11.350/2006
No tocante ao acolhimento do salário base comobase de cálculo do adicional de insalubridade do agente comunitário de saúde, inviável o apelo, pois não restou configurada, de forma direta e literal, nos termos em que estabelece a alínea "c" do art. 896 da CLT, a alegada ofensa aos dispositivos constitucionais e legaisinvocados.
Por outro lado, o recorrente não logrou demonstrar a pretendida divergência jurisprudencial. O aresto colacionadoéinadequado ao confronto, por não preencher os requisitos do art. 896, "a", da CLT.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista."

Não procede a alegada ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da legalidade (art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal) quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / ADICIONAL / ADICIONAL DE INSALUBRIDADE / BASE DE CÁLCULO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE LEI Nº 11.350/2006", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas no art. 896, "a", "c", da CLT.
No tocante a controvérsia, consigne-se que o STF adotou o entendimento de que "o adicional de insalubridade deve continuar sendo calculado com base no salário mínimo, enquanto não superada a inconstitucionalidade por meio de lei ou de convenção coletiva".
Desse modo, conforme registrou o TRT, o § 3º do art. 9-A da Lei nº 11.350/2006 (incluído pela Lei n.º13.342/2016, que alterou a Lei n. 11.350/2006), e estabeleceu o vencimento ou salário-base dos agentes comunitários e dos agentes de combate às endemias como base de cálculo para o adicional de insalubridade, não há que se falar que o adicional de insalubridade, no caso, deve ser calculado com base no salário mínimo, como alega a parte recorrente.
Com efeito, o referido § 3º do art. 9-A incluído pela Lei n.º13.342/2016, que alterou a Lei n. 11.350/2006, dispôs sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade para os Agentes Comunitários de Saúde, senão vejamos:

"§ 3º O exercício de trabalho de forma habitual e permanente in verbis em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo Federal, assegura aos agentes de que trata esta Lei a percepção de adicional de insalubridade, calculado sobre o seu vencimento ou salário-base (Incluído pela Lei nº 13.342, de 2016 a qual alterou a lei nº 11.350/2006)."

Sobre a matéria em debate, transcreve-se recente precedente desta Corte, publicado no DEJT em 15/10/2021:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - DESCABIMENTO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. Em face do § 3º do art. 9-A da Lei nº 11.350/2006, que estabelece o vencimento ou salário-base dos agentes comunitários e dos agentes de combate às endemias como base de cálculo para o adicional de insalubridade, descabida é a definição do salário mínimo como tal. Agravo de instrumento conhecido e desprovido. (AIRR - 10729-90.2020.5.15.0083 , Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 13/10/2021, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/10/2021)"

Desse modo, não se evidencia violação aos dispositivos indicados.
O aresto colacionado é inservível para o pretendido dissenso, pois oriundo de Turma do TST, o que não atende ao disposto no art. 896, "a", da CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001866-38.2016.5.22.0101

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA
Advogado	Dr. Alexandre Veloso Passos(OAB: 2885-A/PI)
Advogada	Dra. Maria Elvina Lages Veras Barbosa(OAB: 17423-A/PI)
Agravado	ANA HELENA CASTRO DOS SANTOS
Advogado	Dr. Dênis Gomes Moreira(OAB: 2718-A/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA HELENA CASTRO DOS SANTOS
- MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 236/239) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 224/227).
Contraminuta às fls. 248/255.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não provimento do agravo de instrumento (fls. 262/263).
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 222 e 240) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 30/06/2021 e apelo protocolado em 05/07/2021), sendo inexigível o preparo.
O reclamado, ora agravante, renova o inconformismo acerca da matéria "COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO".
Contudo, não obstante as alegações recursais, verifica-se que, às fls. 210/212, a parte agravante transcreveu integralmente o tópico impugnado, sem efetuar nenhum destaque.
A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada

apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º -A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA . Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"[...] III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido [...]" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/05/2021 - destaque acrescido).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010532-63.2020.5.03.0021

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	AGUIA SUDESTE DISTRIBUICAO LTDA
Advogado	Dr. Jose Lopes da Silva Neto(OAB: 5979-A/RN)
Advogado	Dr. Graciliano de Souza Freitas Barreto(OAB: 6648-A/RN)
Agravado	THAMYRES REGIANE RODRIGUES ALEIXO DOS SANTOS
Advogado	Dr. Sandro Costa dos Anjos(OAB: 70428-A/MG)
Advogado	Dr. Maria Aline Arriel(OAB: 91039-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGUIA SUDESTE DISTRIBUICAO LTDA
- THAMYRES REGIANE RODRIGUES ALEIXO DOS SANTOS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 631/645) interposto pela executada contra a decisão de fls. 624/625, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contrarrazões às fls. 649/654 e contraminuta às fls. 654/658.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do apelo.
Passo a análise do mérito
A controvérsia dos autos diz respeito ao tema "EXECUÇÃO. IMPUGNAÇÃO AOS CÁLCULOS".
A executada sustenta que o Regional, ao incorporar o valor dos prêmios no cálculo das horas extras, inovou o dispositivo sentencial condenatório já transitado em julgado, acarretando em decisão extra petita. Indica violação do art. 5º, XXXVI, LIII, LIV e LV, da CF.
Sem razão.
O Regional decidiu:

"BASE DE CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS
A agravante alega que a perita incluiu indevidamente a verba "Prêmio" na base de cálculo das horas extras, sem que houvesse determinação expressa na decisão exequenda, em afronta ao disposto no art. 457, §2º, da CLT, e na Súmula nº 264, do Colendo

TST.
O Juízo de primeiro grau entendeu que a verba foi paga de forma habitual no período de maio a novembro/2015, o que justifica a sua inclusão na base de cálculo das horas extras, em face da natureza salarial.
A decisão exequenda (fl. 163) determinou os parâmetros para apuração das horas extras nos seguintes termos:
"Para a apuração das horas extras deverão ser observados os seguintes parâmetros: assiduidade integral, ressalvados os períodos de afastamentos já comprovados nos autos; divisor 220; evolução salarial da reclamante; base de cálculo composta pelas parcelas de natureza salarial, nos termos da Súmula n. 264 do TST; dedução de valores comprovadamente quitados sob os mesmos títulos".
Ao incluir a parcela prêmio na base de cálculo das horas extras, a perita observou os termos da Súmula 264/TST, dada a sua natureza salarial, em estrito respeito ao comando exequendo.
Cumpre salientar que a nova diretriz prevista no § 2º do art. 457 da CLT, com nova redação dada pela lei 13.467/17, não alcança o período da presente execução (04/09/14 a 08/08/16).
Nego provimento."(fls. 602/603-g.n)

O Regional, em observância ao título executivo judicial, manteve o entendimento quanto à inclusão da parcela prêmio na base de cálculo das horas extras, com fundamento na Súmula 264 do TST, tendo em vista a sua natureza salarial, uma vez que era paga habitualmente ao exequente.
A indicada violação do art. 5º, LIV e LV, da CF, se existisse, seria meramente reflexa, o que não se coaduna com a dicção do art. 896, § 2º, da CLT, e com a Súmula 266/TST.
Impertinente a indicação de violação do art. 5º, LIII, da CF, porquanto não versa sobre base de cálculo de horas extras e sim, sobre "ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente".
Não há como divisar afronta direta e literal ao artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal, porquanto esta Corte Superior apenas reconhece lesão à coisa julgada quando há flagrante dissonância entre as sentenças exequenda e liquidanda, o que não se verifica quando é necessária a interpretação do título executivo judicial para se concluir por possível desrespeito àquela decisão, caso dos autos. Incidência, por analogia, da OJ 123 da SbDI-2 do TST.
Do exposto, denego seguimento ao agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do RITST.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0001409-87.2012.5.15.0053

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Lauro Francisco Máximo Nogueira
Agravado	IVAN HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA
Advogado	Dr. Thiago Chohfi(OAB: 93541/SP)
Agravado	VISUAL LOCAÇÃO, SERVIÇO, CONSTRUÇÃO CIVIL E MINERAÇÃO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- IVAN HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA
- UNIÃO (PGU)
- VISUAL LOCAÇÃO, SERVIÇO, CONSTRUÇÃO CIVIL E MINERAÇÃO LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 887/901) interposto em face da decisão (fls. 881/883) do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região que denegou seguimento ao recurso de revista.
Não houve apresentação de contrarrazões ao recurso de revista, nem de contraminuta ao agravo de instrumento.
Os autos foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho, que oficiou pelo regular processamento do feito (fls. 909/910).
Os recursos foram subscritos por profissionais regularmente habilitados e interpostos tempestivamente (publicação da decisão de admissibilidade em 24/01/2020 - certidão fls. 885 - e apelo protocolado em 07/02/2020), inexigível o preparo.
É o relatório.
Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade do agravo de instrumento, dele conheço.
A segunda reclamada renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada. Afirma que houve o reconhecimento da falta de fiscalização pela União, sem embargo das diversas providências adotadas e comprovadas nos autos. Sustenta que a condenação foi definida com base apenas no inadimplemento contratual. Destaca violação aos arts. 71, §1º da Lei n.º 8.666/93, 5º, II, 37, caput, inciso XXI, §6º, 102, §2º da CF, bem como aponta violação ao entendimento exarado na Súmula 331, V do TST, além de apresentação de dissenso jurisprudencial em relação ao entendimento proferido na ADC 16/DF, pela Suprema Corte.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional (fls. 855/857):

"Na presente hipótese, no entanto, os elementos dos autos demonstram que não houve fiscalização eficaz e razoável por parte da União, o que seria suficiente para se constatar que a prestadora de serviços não era - idônea o bastante e impedir o descumprimento, de obrigações trabalhistas.
Nos documentos produzidos pelo próprio órgão tomador há reconhecimento de que a reclamada não renovou a garantia contratual vencida "em 2010, não recolhia o FGTS desde julho de 2010 e a contribuição previdenciária desde setembro de 2010 (fls. 72 verso; 82 verso; 93 e 294 dentre - outros) ".
Entretanto, a primeira providência que se tem notícia é a notificação enviada à empregadora acerca destas irregularidades apenas meses depois, em 13/01/2011 (A. 65/66), renovada em 10/02/2011, em razão da ausência de resposta.
Relevante observar que no memorando juntado sob fl. 66 verso, datado "de 02/03/2011, a coordenadora Geral de Administração do CTI informa ao Diretor da entidade que, mesmo ciente das irregularidades praticadas, foi autorizado o pagamento da fatura relativa aos serviços prestados em fevereiro.
Já no memorando datado de 18/03/2011, há notícia de que, nada obstante tenha recebido pelos serviços prestados, a empresa contratada não pagou os salários do mês de fevereiro.
Por fim, o contrato foi rescindido unilateralmente apenas em 31/03/2011 (fl. 95).
Em suma, mesmo ciente das irregularidades praticadas pela empregadora, a tomadora permitiu e se beneficiou do trabalho prestado pelo reclamante.
Desta forma, caracterizada a conduta culposa da tomadora, em razão da ausência de fiscalização efetiva e da existência de verbas trabalhistas inadimplidas, merece ser mantida a responsabilidade subsidiária - decretada na Origem". (sem grifo no original)

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento

dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento

firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010760-54.2017.5.18.0141

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CATALÃO - SAE
Advogado	Dr. Fausto Teodoro Neves(OAB: 30161-A/GO)
Agravado	ALEX MOREIRA ROSA
Advogado	Dr. Celso Abrão Neto(OAB: 38652/GO)
Agravado	LINATEC MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA. - ME
Advogado	Dr. José Jesus Garcia Santana(OAB: 12982-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEX MOREIRA ROSA
- LINATEC MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA. - ME
- SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CATALÃO - SAE

Denegado seguimento ao recurso de revista pelo Tribunal Regional de origem, a segunda reclamada interpõe agravo de instrumento.
Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões, fls. 590/603 e 604/622.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo desprovimento do agravo de instrumento, fls. 637/640.
É o relatório.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
Ao exame dos pressupostos intrínsecos.
As discussões travadas, na presente minuta, referem-se aos temas "SOLIDARIEDADE PASSIVA, SUBSIDIARIEDADE E BENEFÍCIO DE ORDEM", "RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DOS SÓCIOS E DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA", "ORDEM EXECUTÓRIA NO CASO ANALISADO" e "DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO PROCESSO DO TRABALHO".
De plano, constato que deve ser denegado seguimento ao apelo por não atender a pressuposto intrínseco de admissibilidade.
Interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, a parte recorrente, sob pena de não conhecimento do apelo, deve transcrever precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, bem como expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive, mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte, conforme determina o art.896, § 1º-A, I e III, da CLT.
No presente caso, contudo, a segunda reclamada não atendeu regularmente às disposições em comento, pois transcreveu, noiníciodas razões recursais, o inteiro teor dos tópicos recorridos, fls. 524/527, sem destacar as teses jurídicas controvertidas e sem reproduzir, nos tópicos próprios, os trechos correspondentes a cada qual, não realizando, ademais, o necessário cotejo analítico.
Além disso, havendo pluralidade de matérias debatidas no recurso de revista, não cabe ao julgador pinçar das razões recursais os trechos extraídos do acórdão regional e cotejá-los com os diversos argumentos trazidos no apelo. Tal ônus incumbe à parte, como expressamente previsto nas supracitadas disposições consolidadas. Nesse sentido os seguintes julgados, inclusive deste Relator, in verbis:

"AGRAVO.AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/17. TERCEIRIZAÇÃO. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ENQUADRAMENTO SINDICAL. HORAS EXTRAS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. TRANSCRIÇÃO DOS TRECHOS REPRESENTATIVOS DO ACÓRDÃO REGIONAL NO INÍCIO DAS RAZÕES RECURSAIS. INOBSERVÂNCIA DO PRESSUPOSTO RECURSAL CAPITULADO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. NÃO DEMONSTRADA A TRANSCENDÊNCIA DO RECURSO. Impõe-se confirmar a decisão agravada, porquanto, não demonstra transcendência o recurso de revista que não observa pressuposto intrínseco de admissibilidade recursal (art. 896, § 1º-A, I, da CLT)." (Ag-AIRR-439-15.2019.5.17.0012, 1ª Turma, Relator Desembargador Convocado: Marcelo Lamego Pertence, Data de Publicação: DEJT 28/05/2021).

"AGRAVO. DESERÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO. GRUPO ECONÔMICO. NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA POR FUNDAMENTO DIVERSO. NÃO PROVIMENTO. O artigo 896, § 1º-A, I, da CLT exige que a parte recorrente transcreva otrechodo acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, sob pena de não conhecimento do seu apelo. Na hipótese , examinando as razões do recurso de revista, constata-se que a agravante procedeu àtranscriçãode parte dos fundamentos objeto do apelo, o fazendo noiníciodas razões do recurso de revista, deslocado dos tópicos impugnados, o que não atende ao requisito previsto no dispositivo. Agravo a que se nega provimento." (Ag-AIRR-1195-65.2016.5.12.0045, 4ª Turma, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos,Data de Publicação: DEJT 31/01/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. LEI 13.015/2014. NULIDADE DA EXECUÇÃO POR AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. EXCESSO DE PENHORA. Atranscriçãodetrechodo acórdão recorrido noiníciodas razões do recurso de revista, sem correlação com todos os temas objeto do recurso de revista, não atende ao requisito de admissibilidade previsto no art. 896, § 1º-A, I e III, da CLT. Agravo de instrumento desprovido." (AIRR-254600-69.2005.5.01.0321, 6ª Turma, Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga,Data de Publicação: DEJT 14/02/2020).

Ante a inobservância dos requisitos formais, resta inviabilizada a devolução das controvérsias ao exame deste Tribunal.
Diante do exposto,nego seguimentoao agravo de instrumento, com amparo no art. 118, X, do RITST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010257-75.2019.5.15.0099

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE AMERICANA
Procuradora	Dra. Angélica Lorencetti Ramos Ciccone
Agravado	FRANCINE MARIA DOS SANTOS USTULIN
Advogada	Dra. Cláudia Akiko Ferreira(OAB: 135034-A/SP)
Advogado	Dr. Leandra Zoppi(OAB: 300388-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCINE MARIA DOS SANTOS USTULIN
- MUNICÍPIO DE AMERICANA

Denegado seguimento ao recurso de revista pelo Tribunal Regional de origem, o reclamado interpõe agravo de instrumento.
Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões, fls. 237/239 e 233/236, respectivamente.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo não provimento do agravo de instrumento, fls. 245/246.
É o relatório.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
A insurgência recursal diz respeito ao tema "LICENÇA PRÊMIO".
Constata-se, de plano, a inviabilidade de processamento do recurso de revista.
Interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
No caso, a parte recorrente, em seu recurso de revista, não atendeu ao comando legal porque procedeu à transcrição integral do tópico recorrido (fls. 206/208), sem destaque.
Nesse sentido, os seguintes julgados, in verbis:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DO INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO RECORRIDO. ARESTO PARADIGMA SUPERADO PELA JURISPRUDÊNCIA DO TST. A egrégia Primeira Turma negou provimento ao agravo para manter a decisão que não conheceu do recurso de revista em razão do descumprimento do requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, na medida em que a parte efetuou a transcrição o acórdão regional em seu inteiro teor, sem qualquer destaque em relação ao ponto específico que consubstancia o prequestionamento da matéria. A tese contida no único paradigma válido, nos termos da Súmula 337 do TST, resta superado pela jurisprudência desta Corte, haja vista ter a SBDI-1, interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmado o entendimento no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, " a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse , transcrição integral do acórdão recorrido , do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva" (E-ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018). Mais precedentes . Incidência do óbice do artigo 894, § 2º, da CLT. Agravo conhecido e desprovido." (Ag-E-ED-Ag-RR-41-09.2014.5.09.0322, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 09/10/2020).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO . INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PROMOÇÕES POR ANTIGUIDADE E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS TRECHOS QUE CONSUBSTANCIAM O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO DO INTEIRO TEOR DOS CAPÍTULOS IMPUGNADOS. DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISOS I E III, DA CLT . DECISÃO DO MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA QUE DENEGOU SEGUIMENTO AOS EMBARGOS DO AUTOR POR INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA Nº 353 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO . DECISÃO DENEGATÓRIA MANTIDA POR FUNDAMENTO DIVERSO . Não obstante a presente hipótese esteja contemplada na exceção estabelecida na letra "f" da Súmula nº 353 desta Corte, ao contrário do que concluiu o despacho denegatório, os embargos não reúnem condições de prosseguir por outro fundamento. Com efeito, a Egrégia Turma, ao negar seguimento ao recurso de revista interposto pelo autor, decidiu consoante jurisprudência pacificada desta Corte, no sentido de que a transcrição do capítulo do acórdão, integralmente, sem a delimitação do ponto de insurgência objeto

das razões do recurso de revista - mediante o destaque do trecho em que foram adotados os argumentos do acórdão regional para o deslinde da controvérsia -, não atende ao previsto no artigo 896, § 1º-A, inciso I, da CLT. Precedentes. Incide, na espécie, o óbice contido no artigo 894, § 2º, da CLT. Mantém-se o não seguimento dos embargos, por fundamento diverso. Agravo interno conhecido e não provido" (Ag-E-Ag-ARR-62-80.2014.5.12.0037, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 19/12/2018).

Logo, não tendo a parte agravante se eximido de tal ônus, o recurso de revista é manifestamente inadmissível.
Diante do exposto,com suporte no art. 118, X, do RITST,denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0011007-77.2019.5.15.0099

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	MUNICÍPIO DE AMERICANA
Procuradora	Dra. Angélica Lorencetti Ramos Ciccone
Agravado	RAQUEL MARTINS CASTELANELI
Advogada	Dra. Jaira Roberta Azevedo Carvalho(OAB: 117669-A/SP)
Advogado	Dr. Everton Martins de Lima(OAB: 401216-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- MUNICÍPIO DE AMERICANA
- RAQUEL MARTINS CASTELANELI

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
O MPT opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO / FGTS.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / PARTES E PROCURADORES / SUCUMBÊNCIA / HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
No que se refere aos temas em destaque, inviável o recurso, pois não atendidas as exigências previstas no art. 896, § 1º-A, I a III, da CLT. Com efeito, a transcrição de trecho do acórdão recorrido sem a individualização do prequestionamento das teses jurídicas a eles relacionadas, objeto do apelo, e sem a demonstração de como a v. decisão impugnada conflita com cada uma das violações apontadas, estabelecendo a conexão entre elas e o trecho da decisão transcrito, não satisfaz os requisitos dos aludidos dispositivos legais.
Nesse sentido são os seguintes julgados do C. TST: AIRR-11598-24.2015.5.15.0117, 2ª Turma, DEJT-27/04/2018; AIRR-1001290-97.2014.5.02.0313, 2ª Turma, DEJT-28/10/2016; AIRR-11238-65.2016.5.15.0146, 3ª Turma, DEJT-27/04/2018; AIRR-670-81.2018.5.13.0014, 6ª Turma, DEJT-20/09/2019; AIRR-11283-40.2014.5.15.0146, 8ª Turma, DEJT-20/04/2018; AgR-E-ED-RR-83500-79.2007.5.04.0131, SBDI-1, DEJT-15/12/2017.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Não procede a alegada ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da legalidade (art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal) quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO / FGTS" e "DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / PARTES E PROCURADORES / SUCUMBÊNCIA / HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas no art. 896, § 1º-A, I, III, da CLT.
Verifica-se que na hipótese a parte recorrente não indicou os trechos específicos do acórdão recorrido para demonstrar o prequestionamento das matérias controvertidas no apelo, conforme os termos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, que dispõe:

§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

Com efeito, a transcrição integral do acórdão regional em relação aos temas impugnados no recurso de revista, no início das razões de recurso de revista, não atende o requisito do artigo acima transcrito, pois a reprodução do acórdão regional na íntegra, no início das razões recursais, não demonstra precisamente as teses adotadas pelo Tribunal Regional.
Registre-se que a parte recorrente, ao desenvolver suas razões recursais, através de tópicos, onde apresenta a matéria impugnada, não indica, nem identifica e/ou impugna, para o fim de confronto analítico, os fundamentos assentados pelo Tribunal Regional para dirimir a controvérsia objeto do recurso de revista.
Nesse contexto, verifica-se que o recorrente não indicou os trechos do acórdão recorrido para demonstrar o prequestionamento das matérias controvertidas no apelo, conforme os termos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, e, por consequência, não efetuou a impugnação analítica da decisão do TRT, como dispõe o art.896, § 1º-A, III, da CLT.
Nesse sentido, transcrevo os seguintes julgados, inclusive desta Segunda Turma:

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INDENIZAÇÃO

POR PERDAS E DANOS PREVISTA NA LEGISLAÇÃO CIVIL. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AOS REQUISITOS DISPOSTOS NO ARTIGO 896, §§ 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. O recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, os §§ 1º-A e 8º, que determinam novas exigências de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo: "§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista" (destacou-se). Na hipótese, verifica-se que a parte não indica, na petição do recurso de revista, o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como exige o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, de forma que a exigência processual contida no referido dispositivo não foi satisfeita. Destaca-se que a mera transcrição integral do acórdão recorrido, sem a devida indicação do trecho específico que traz a tese jurídica a qual a parte considera violadora do ordenamento jurídico, com a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, não atende a exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014. Precedentes. Recurso de revista não conhecido. (RR-454-32.2013.5.14.0091, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, 2.ª Turma, DEJT 4/3/2016)

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. "CHEERS". OBRIGAÇÃO DE CANTAR E DANÇAR HINO MOTIVACIONAL DA EMPRESA.A mera transcrição in totum da fundamentação do julgado recorrido, sem a indicação ou explicitação da tese discutida e examinada pelo Tribunal a quo, não é suficiente para satisfazer o pressuposto recursal do prequestionamento. Com efeito, não é possível o exame do recurso de revista quanto ao tema, porquanto as razões recursais não estão conforme o artigo 896, § 1º-A, da CLT, nos termos da redação dada pela Lei nº 13.015/2014. Recurso de revista não conhecido (RR-1092-70.2012.5.04.0611, 2.ª Turma, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 24/4/2015)

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA EM FACE DE DECISÃO PUBLICADA A PARTIR DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO EFETIVOPREQUESTIONAMENTO. Inviável o conhecimento do recurso de revista em que a parte não indica, de modo específico, o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia pontuada no apelo. Desatende, assim, a disciplina do artigo 896, § 1-A, I, da CLT, que lhe atribui tal ônus. Agravo de instrumento a que se nega provimento (AIRR-143-72.2013.5.14.0404, 7.ª Turma, Rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 31/3/2015)

Ressalte-se que a transcrição do acórdão recorrido, relativo a cada uma das matérias impugnadas pela parte, no início das razões de recurso de revista, implica o distanciamento das insurgências da parte, em relação a teses assentadas pelo Tribunal Regional para dirimir a controvérsia objeto do recuso de revista, o que não atende os requisitos do art. 896, § 1º-A, I e III, da CLT. Por conseguinte, também não realizada pela parte a efetiva impugnação recursal mediante o cotejo analítico entre a decisão regional e o teor da violação dos dispositivos indicados, o que não atende os requisitos do art. 896, § 1º-A, II, da CLT. Nesse contexto, verifica-se que a recorrente não efetuou, de forma objetiva, a impugnação analítica da decisão do TRT.

Desse modo, o recurso de revista não atendeu os requisitos do art. 896, § 1º-A, I, II, III, da CLT.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100475-15.2017.5.01.0066

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	METROPOLITAN TRANSPORTS SA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. William Sidney Suleibe(OAB: 166636-A/SP)
Agravado	CLEVERTON XAVIER ROCHA
Advogada	Dra. Ana Cristina Pereira Lima(OAB: 166971-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEVERTON XAVIER ROCHA
- METROPOLITAN TRANSPORTS SA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.

Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso.

Regular a representação processual.

Satisfeito o preparo.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e

Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Alegação(ões):
- violação d(a,o)(s) Código de Processo Civil, artigo 1013, §1º.
Nos termos em que prolatada a decisão, não se verifica aviolação apontada. Na verdade, trata-se de mera interpretação dos mencionado dispositivo, o que não permite o processamento do recurso.
CONCLUSÃO
NEGO seguimento aorecurso de revista.

O Regional, assim entendeu quanto aos honorários advocatícios:

"Investe a acionada contra a condenação em honorários advocatícios, sob o argumento de que inexiste sucumbência na demanda. Postula também a majoração da condenação do acionante.
Em relação ao argumento utilizado, inexiste razão à empresa. Ocorre que, em se tratando de ação que foi distribuída em 04.04.2017 (Id. 8a20a02), antes da entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017 - em 11.11.2017 -, não há que se falar em condenação em honorários de advogado pela simples sucumbência.
A hipótese está retratada, inclusive, na diretriz nº 2 do 8º Fórum de Gestão Judiciária: A Reforma Trabalhista e seu Impacto na Jurisdição: "Em relação aos honorários sucumbenciais, a fim de garantir a segurança jurídica e em respeito ao princípio processual da não surpresa, as novas regras incidirão apenas sobre as ações ajuizadas na vigência da Lei 13.467/2017, permanecendo os processos distribuídos até 10.11.2017 tramitando sob a regência das normas processuais anteriores".
Nesse contexto, seria necessário que a parte cumprisse os requisitos descritos na súmula 219 do TST, situação que não está configurada na presente hipótese, na medida em que ela não está assistida pelo sindicato de classe.
Dessa forma, deve ser expungida a referida condenação da recorrente. Se nem caberia tal condenação, não há que se falar em majoração dos honorários de sucumbência do promovente.
Dou parcial provimento".

O dispositivo de lei invocado pela recorrente, qual seja, art. 1.013, § 1º, do NCPC, assim dispõe:

"Art. 1.013. A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.
§ 1º Serão, porém, objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas, desde que relativas ao capítulo impugnado".

Da fundamentação do acórdão, não há como se concluir pela violação ao art. 1013, §1º, do NCPC, pois não houve prequestionamento específico sob o enfoque do referido artigo, incidindo o óbice da Súmula 297 do TST. Registro que não houve oposição de embargos de declaração pela parte.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólume o dispositivo legal invocado.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0069800-30.2009.5.12.0006

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
Advogado	Dr. Fernando Teixeira de Oliveira(OAB: 25936-A/PR)
Advogada	Dra. Giovana Michelin Letti(OAB: 21422-A/SC)
Advogado	Dr. Berith Jose Citro Lourenco Marques Santana(OAB: 86816-A/RJ)
Advogada	Dra. Akira Valéska Fabrin(OAB: 10636-A/SC)
Agravado	JOAO DE AMORIM
Advogado	Dr. Lidiomar Rodrigues de Freitas(OAB: 54517-A/RS)
Advogado	Dr. Gilberto Rodrigues de Freitas(OAB: 35972-A/RS)
Advogado	Dr. Celso Ferrareze(OAB: 20861-A/SC)
Agravado	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada	Dra. Ana Paula Berns(OAB: 18040-A/SC)
Advogada	Dra. Paula Verônica Pereira da Costa(OAB: 32352/SC)
Advogada	Dra. Andressa Maria Zanona(OAB: 22389-A/SC)
Advogada	Dra. Camila Duarte Fernandes(OAB: 16828-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL

- JOAO DE AMORIM

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.818/1.827) interposto pela segunda executada contra a decisão de fls. 1.801/1.805, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às fls. 1.832/1.836 e 1.837/1.840, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 08/02/2021 e apelo protocolado em 17/02/2021).
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "EXECUÇÃO. COISA JULGADA".
A segunda executada sustenta, em síntese, que a execução já foi extinta, de forma que o pedido do exequente para o cálculo de novas parcelas está preclusa. Alega ofensa aos artigos 5º, XXXVI, da Constituição Federal.
O Regional consignou:

"A decisão do ID 343165b, proferida em 27/5/2020, declarou, fl. 1728:
Vistos, etc.
Tenho por encerrada a execução.
Liberem-se os valores aos interessados.
Para tanto, deverá o autor ou seu procurador indicar dados bancários para transferência dos valores por meio de ofício, sendo que caso opte pela liberação na forma estabelecida pelo item 6 do Ofício Circular CR nº 16/2019 deverá indicar os valores que cabem a cada um, atentando a Secretaria para tais indicações, resguardados os valores atinentes aos auxiliares do Juízo e recolhimentos previdenciários e fiscais na forma da conta homologada.
Observe a Secretaria as retenções relativas ao Imposto de Renda, nos moldes da legislação aplicável à espécie, no que toca aos auxiliares do Juízo, autor e seus procuradores. Em relação a estes, deve ser observado o constante no Ofício Circular CR nº 16/2019, item 8.
Existindo saldo para ser devolvido às executadas, estas deverão informar os dados bancários para tanto.
Retire-se eventual registro no BN D T. Registrem-se os valores liberados no sistema PJe para fins estatísticos. Arquivem-se os autos definitivamente."
Dessa decisão, o exequente informou os dados bancários em 02/6/2020, conforme ID 5ae4c00, fls. 1732-33.
Em 22/6/2020, o juízo determinou a liberação dos valores para depósitos nas contas do exequente e do perito.
Em 30/6/2020, o exequente, pugnou o prosseguimento da execução, por conta de os cálculos terem sido realizados somente até agosto/2019.
O juízo apreciou e acolheu em parte a impugnação nos seguintes termos, ID f7ad990, fls. 1754-55, verbis:
"II - FUNDAMENTAÇÃO
1. Admissibilidade
Admito a impugnação, visto que apresentada no prazo legal e subscrita por procurador habilitado.
2. Mérito
[...]
Extinção da execução
À exequente tem parcial razão, já que a condenação abrange parcelas vincendas que, por óbvio, não foram incluídas na conta. A fim de conferir celeridade ao processo e eficácia às decisões proferidas nestes autos, com arrimo no art. 139, IV, do CPC, determino à segunda reclamada que inclua as diferenças de complementação de aposentadoria na folha de pagamento da parte autora, devendo comprovar nos autos o cumprimento desta decisão em 30 (trinta) dias.
Após, o caderno processual deverá retomar ao perito, para que calcule as diferenças devidas deverá desde setembro/2019 até a inclusão em folha acima determinada.
(Negritei)
Não há erro do judiciário. No caso, não há falar em preclusão, mas em observância da coisa julgada, dos termos do título em execução.
O Eg. TST acolheu em parte o recurso de revista do autor, ora agravado para, ID b83d870, fl. 1441:
[...]
E, no mérito, DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO para, afastada a quitação do termo de conciliação quanto aos reflexos das horas extraordinárias sobre a complementação de aposentadoria do reclamante, determinar a integração das horas extras quitadas perante a Comissão de Conciliação Prévia, no cálculo da complementação de aposentadoria, com observância dos limites estabelecidos no Regulamento da Previ e dedução da cota=parte devida pelo autor a título de contribuição à PREVI
Ora, a conta de liquidação do perito do juízo, b7d0elc, fls. 1605-1625, apurou valores devidos ao exequente até agosto/2019.
Logo, o fato de o juízo ter acolhido o pleito do exequente, após ter "encerrado a execução", reconhece tacitamente a impossibilidade de não se falar em preclusão, uma vez que as parcelas deferidas pelo título, incontroversamente, não foram, definitivamente, incorporadas na complementação de aposentadoria, como determinado pelo Eg. TST, em sede de recurso de revista. Assim, não há se falar em preclusão, pois não consumada a determinação da coisa julgada, como reconhecido pela decisão agravada." (fls. 1.781/1.782 - g. n.).

Como se verifica, houve determinação apenas de apuração de valores vincendos já inclusos no título executivo, de forma que não se observa ofensa ao artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal.
Dessa forma, tem-se por inviável o destrancamento do recurso de revista interposto pela segunda executada.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0020292-74.2018.5.04.0022

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D E OUTROS
Advogado	Dr. Denise Pires Fincato(OAB: 37057-A/RS)
Agravado	MAX ANDREAS HOFFMEISTER DA SILVA
Advogado	Dr. Giovanni da Silva Pedrotti(OAB: 87546-A/RS)

Advogado Dr. Carlos Eduardo Martins Pacheco(OAB: 63362-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D E OUTROS
- MAX ANDREAS HOFFMEISTER DA SILVA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Prescrição.
Não admito o recurso de revista noitem.
A decisão recorrida está em conformidade com a Súmula 452 do TST (DIFERENÇAS SALARIAIS. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO NÃO OBSERVADOS. PRESCRIÇÃO PARCIAL. (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 404 da SBDI-1) Tratando-se de pedido de pagamento de diferenças salariais decorrentes da inobservância dos critérios de promoção estabelecidos em Plano de Cargos e Salários criado pela empresa, a prescrição aplicável é a parcial, pois a lesão é sucessiva e se renova mês a mês.), o que inviabiliza o seguimento do recurso de revista, inclusive por dissenso jurisprudencial (§ 7º do art. 896 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.015/2014, e Súmula 333 da aludida Corte Superior), tampouco permitindo verificar afronta aos dispositivos invocados.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário / Diferença Salarial / Promoção.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Gratificação / Gratificação por Tempo de Serviço.
Não admito o recurso de revista noitem.
Na análise do recurso quanto aos temas "1. DAS DIFERENÇAS SALARIAIS, ANTIGUIDADE" e "2.DOS ANUÊNIOS,INTEGRAÇÕESe REFLEXOS", evidencia-se que a parte não observou o ônus que lhe foi atribuídono art. 896, § 1º-A, CLT,na medida em que transcreveu os trechos da decisão recorrida relativos aos temas recursais, de forma isolada, sem destaques, e, após, apontou suas alegações, de forma dissociada dos fundamentos do acórdão. Assim, não estabeleceu o necessário confronto em relação aos dispositivos de lei e da Constituição Federal invocados.
Registro, de todo modo, quenão há falar em afronta direta e literal a preceitos da Constituição Federal, tampouco em violação literal a dispositivos de lei, circunstância que obsta a admissão do recurso pelo critério previsto na alínea "c" do art. 896 da CLT. Acrescente-se que somente tem relevância a alegação de violação do disposto nos arts. 818 da CLT e 373, I, do CPC/15 em um contexto de ausência de provas ou provas insuficientes, quando então se aplicam as regras de distribuição do ônus da prova. Esse não é o caso dos autos, no qual a questão foi dirimida com base na valoração da prova produzida.
Férias.
Não admito o recurso de revista noitem.
Infere-se das razões recursais que a parte pretende reexaminar fatos e provas, como se observa dos seguintes trechos: "Primeiramente, é incontroverso o pagamento das férias, estas nunca deixaram de ser pagas conforme fichas financeiras em anexo. Ora, com todo o respeito, mas o acórdão carece de reforma, pois não é lógico afirmar que os empregados da CEEE -uma empresa de economia mista que realiza a contratação de empregados por meio de concurso público -não gozem de férias de forma correta e temporal."
Assim, não se admite o recurso de revista interposto por força do que dispõe a Súmula nº 126 do TST.
Duração do Trabalho / Horas Extras.
Não admito o recurso de revista noitem.
Na análise do recurso, evidencia-se que a parte não observou o ônus que lhe foi atribuído pela lei, na medida em que transcrever o item do acórdão pertinente ao tema recursal, sem qualquer destaque, não atende ao fim colimado pela lei, uma vez que não há a indicação do prequestionamento da controvérsia.Ademais, aanálise de divergência jurisprudencial sobre o tema se torna inviável quando a parte não procede ao cotejo analítico entre a tese do Tribunal Regional e cada um dos paradigmas trazidos à apreciação.
Acrescente-se que somente tem relevância a alegação de violação do disposto nos arts. 818 da CLT e 373, I, do CPC/15 em um contexto de ausência de provas ou provas insuficientes, quando então se aplicam as regras de distribuição do ônus da prova. Esse não é o caso dos autos, no qual a questão foi dirimida com base na valoração da prova produzida.
Nego seguimento ao recurso quanto ao tema "3. JORNADA DE TRABALHO. DAS HORAS EXTRA. DSR. SOBREAVISO. INTERVALOS. ADICIONAL NOTURNO."
Contrato Individual de Trabalho / FGTS.
Não admito o recurso de revista noitem.
Trata-se de mero acessório, como expressamente reconhecido nas razões recursais, o que inviabiliza a análise de admissibilidade do recurso, à luz do art. 896 da CLT.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Não admito o recurso de revista noitem.
Não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade (art. 896, § 1º-A , CLT). Assim, nego seguimento ao recurso quanto ao tópico acima mencionado.
CONCLUSÃO
Nego seguimento.
Intime-se.

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO
Vice-Presidente do TRT 4ª Região/smz

Não procede a alegada ofensa ao art. 5º, LV, da Constituição Federal, quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de

admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 333 e 422 do TST e no art. 896, §§ 1º-A e 7º, CLT.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0021181-44.2017.5.04.0028

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE - GT E OUTROS
Advogado	Dr. Denise Pires Fincato(OAB: 37057-A/RS)
Agravado	SINDICATO DOS ADVOGADOS DOESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Advogado	Dr. Leandro Pinto de Azevedo(OAB: 44051-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE - GT E OUTROS
- SINDICATO DOS ADVOGADOS DOESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.

Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

Eis os termos da decisão agravada:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Substituição Processual.

Não admito o recurso de revista noitem.

O acórdão recorrido reconheceu a legitimidade do Sindicato autor para atuar na defesa dos interesses individuais homogêneos e coletivos da categoria que representa.

A decisão está em consonância com o decidido pelo STF a respeito da matéria, em julgamento de agravo regimental no recurso extraordinário, cuja ementa se transcreve a seguir: "I- O Plenário do Supremo Tribunal Federal deu interpretação ao art. 8º, III, da Constituição Federal e decidiu que os sindicatos têm legitimidade processual para atuar na defesa de todos e quaisquer direitos subjetivos individuais e coletivos dos integrantes da categoria por ele representada. II- A falta de publicação do precedente mencionado não impede o julgamento imediato de causas que versem sobre a mesma controvérsia, em especial quando o entendimento adotado é confirmado por decisões posteriores. III - A nova composição do Tribunal não ensejou a mudança da orientação seguida . IV - Agravo improvido." (RE 197.029-AgR/SP - 1ª Turma - Relator: Ministro Ricardo Lewandowski, publicado no Diário da Justiça de 16/02/2007).

A decisão recorrida também está em conformidade com a iterativa e notória jurisprudência do TST (TST, SBDI-I, E-ED-RR - 173-56.2012.5.02.0411, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT: 30/04/2015; TST, SBDI-I, E-RR - 812-81.2010.5.03.0099, Relator Ministro: Lelio Bentes Corrêa, DEJT: 10/04/2015; TST, SBDI-I, E-RR - 990-38.2010.5.03.0064, Relator Ministro: Lelio Bentes Corrêa, DEJT: 31/03/2015.), o que impede o seguimento do recurso, inclusive quanto a dissenso pretoriano, à luz do disposto na Súmula 333 do TST combinada com o art. 896, § 7º, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.015/2014.

Nego seguimento ao recurso nos itens "1. DA CARENCIA DE AÇÃO POR ILEGITIMIDADE ATIVA DO SINDICATO-AUTOR" e "2. CARÊNCIA DE AÇÃO - ILEGITIMIDADE ATIVA AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO".

Prescrição.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário / Diferença Salarial.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Gratificação / Gratificação de Função.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários na Justiça do Trabalho / Substituto Processual.

Não admito o recurso de revista noitem.

Não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte (art. 896, § 1º-A, CLT).

Nas alegações recursais em que se possa entender satisfatoriamente atendidos os requisitos de admissibilidade do art. 896, § 1º-A, da CLT, os fundamentos do acórdão transcritos na peça recursal não evidenciam as violações constitucionais e legais apontadas, circunstância que obsta a admissibilidade do recurso pelo critério previsto na alínea "c" do art. 896 da CLT. Do mesmo modo, não constata-se contrariedade às Súmulas indicadas, o que impede o seguimento do recurso, nos termos da alínea "a" do art. 896 da CLT.

Em relação aos arestos trazidos para o confronto de teses, não há como receber o recurso por divergência jurisprudencial, uma vez que, nos termos da Súmula 296 do TST, a divergência jurisprudencial ensejadora da admissibilidade do recurso "há de ser específica, revelando a existência de teses diversas na interpretação de um mesmo dispositivo legal, embora idênticos os fatos que as ensejaram", situação não configurada na espécie.

Em relação ao item do recurso "1. DAS DIFERENÇAS SALARIAIS E REMUNERATÓRIAS PELA CONSIDERAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE CONFIANÇA E DA GRATIFICAÇÃO DE CONFIANÇA INCORPORADA. DOS REFLEXOS", registra-se que a decisão está em consonância com o item I da Súmula51 do Tribunal Superior do Trabalho, o que impede o seguimento do recurso de revista no item, nos termos do artigo 896, § 7º, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.015/2014, e da Súmula 333 do TST.

Nego seguimento ao recurso nos itens "3. DA PRESCRIÇÃO TOTAL E PARCIAL - ATO ÚNICO, MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA", "1. DAS DIFERENÇAS SALARIAIS E REMUNERATÓRIAS PELA CONSIDERAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE CONFIANÇA E DA GRATIFICAÇÃO DE CONFIANÇA INCORPORADA. DOS REFLEXOS" e "2. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS".

CONCLUSÃO

Nego seguimento".

Não procede a alegada ofensa ao art. 5º, LV, da Constituição Federal, quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 296, 333 e 422 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados e não verificada contrariedade às Súmulas apontadas.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1003100-39.2009.5.09.0006

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Indalécio Gomes Neto(OAB: 23465/PR)
Agravado	PAMPAPAR S.A. - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE
Advogada	Dra. Érica Renata da Silva Pereira(OAB: 64172-A/PR)
Agravado	ALBERTO CHOINSKI KLOSTER
Advogado	Dr. Waldomiro Ferreira Filho(OAB: 5961-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALBERTO CHOINSKI KLOSTER
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PAMPAPAR S.A. - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2º, do RITST).

Tramitação preferencial - execução.

Eis o teor da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Não é possível dar seguimento ao recurso porque não se verifica nos autos comprovação da garantia da execução, como orienta o item II da Súmula 128 do Tribunal Superior do Trabalho, nos seguintes termos:
"SUM-128 DEPÓSITO RECURSAL (incorporadas as Orientações Jurisprudenciais nºs 139, 189 e 190 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005
I - (...)
II - Garantido o juízo, na fase executória, a exigência de depósito para recorrer de qualquer decisão viola os incisos II e LV do art. 5º da CF/1988. Havendo, porém, elevação do valor do débito, exige-se a complementação da garantia do juízo. (ex-OJ nº 189 da SBDI-1 - inserida em 08.11.2000)
III - (...)"
Registre-se que a isenção prevista no artigo 884, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT só se aplica às entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições e a Súmula nº 86 do Tribunal Superior do Trabalho somente exclui a massa falida da obrigatoriedade de proceder à garantia do juízo. Indevida a interpretação extensiva às empresas em recuperação judicial.
Por sua vez, o artigo 899, § 10, do mesmo diploma legal, estabelece apenas a isenção do depósito recursal às empresas em recuperação judicial e não da garantia integral do juízo na fase de execução.
Desatendido o requisito extrínseco de admissibilidade relativo à garantia do juízo, o recurso de revista encontra-se deserto.
Denego.
CONCLUSÃO
Denego seguimento".

Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, há de se afastar as alegações tecidas a respeito do despacho denegatório. É que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
O artigo 899, § 10, da CLT, instituído pela Reforma trabalhista, ao dispor que "são isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial", só se aplica aos processos em fase de conhecimento.
Na fase de execução, incide o disposto no artigo 884, § 6º, da CLT, o qual prevê que "a exigência da garantia ou penhora não se aplica às entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições".
Verifica-se que tal dispositivo isentou da garantia do juízo apenas as entidades filantrópicas, motivo pelo qual é indevida a interpretação extensiva às empresas em recuperação judicial.
Nesse sentido:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nos 13.015/2014, 13.105/2015 E 13.467/2017 - DESCABIMENTO. EXECUÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO DE PETIÇÃO. AUSÊNCIA DE GARANTIA DO JUÍZO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. O art. 899, § 10, da CLT só se aplica aos processos em fase de conhecimento. Em execução, incide o disposto no art. 884, § 6º, da CLT, também instituído pela Lei nº 13.467/2017, em que se limitou a isenção de garantia do juízo às entidades filantrópicas. 2. A não repetição das empresas em recuperação judicial na Seção referente aos embargos à execução implica silêncio eloquente do legislador, não cabendo interpretação extensiva para limitar garantia de crédito trabalhista. Assim, não garantida a execução por empresa em recuperação judicial, é deserto o apelo. Agravo de instrumento conhecido e desprovido". (AIRR - 10070-11.2017.5.03.0022, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 11/09/2019, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/09/2019)

Desse modo, nos termos do artigo 884, caput, da CLT, é imprescindível que o juízo esteja integralmente garantido pelo devedor, ou seja, que já tenha havido a indisponibilidade efetiva de bens do executado em valor que abarque a dívida. Nesse contexto, como a executada não comprovou a garantia total do juízo, torna-se inviável o processamento do recurso de revista, porquanto deserto.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Incólumes os dispositivos constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e

118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1001428-12.2018.5.02.0382

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ABILITY TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.
Advogado	Dr. Rodrigo de Souza Rossanezi(OAB: 177399-A/SP)
Agravado	JOAO FERREIRA RODRIGUES
Advogado	Dr. Décio Moreira da Silva Lima(OAB: 222845-A/SP)
Agravado	VIVO S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	Dr. Fabio Rivelli(OAB: 297608-A/SP)
Advogado	Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(OAB: 128341-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ABILITY TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.
- JOAO FERREIRA RODRIGUES
- VIVO S.A.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Controle de Jornada.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria objeto do recurso de revista, cabendo à parte indicar, de forma clara e objetiva, os fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido.
A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudência interna corporis do C. TST, já pacificou o entendimento de que a transcrição integral do acórdão recorrido não cumpre a finalidade de delimitar a matéria objeto de impugnação (AgR-E-ED-RR - 1458-45.2012.5.04.0018, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 16.3.2018; E-ED-RR- 1720-69.2012.5.15.0153, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 22/9/2017; E-RR-1144-40.2013.5.15.0089, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 08/09/2017).
Assim, a transcrição na íntegra da fundamentação adotada pelo Regional no início das razões recursais não satisfaz o requisito previsto art. 896, § 1º-A, I, da CLT, uma vez que não permite o necessário confronto analítico entre a tese assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica exposta no recurso de revista.
Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado da SBDI-1:
"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELA LEI 13.015/2014. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERV NCIA AO REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. Salvo quando o capítulo da decisão é sucinto a ponto de toda a fundamentação (matéria prequestionada) nele se exaurir, a transcrição na íntegra dos capítulos do acórdão do Tribunal Regional objeto da controvérsia no início das razões do recurso de revista, e, posteriormente, as insurgências quanto aos temas recorridos não satisfazem o requisito previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, porquanto não viabilizam o confronto analítico entre a tese central assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica apresentada no recurso de revista em mais de uma tema. Precedentes. Recurso de embargos conhecido e desprovido" (E-ED -RR - 1583-45.2014.5.09.0651, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 27.10.2017).
Inviável, destarte, o seguimento do apelo, porquanto não observado o disposto no artigo 896, §1.º-A, I, da CLT.
DENEGA-SE seguimento quanto aos temas.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista."

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "honorários sucumbenciais", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas no art. 896, § 1º-A, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de

declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0049500-79.2013.5.17.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	METRON ENGENHARIA LTDA
Advogado	Dr. Rodrigo Campana Tristão(OAB: 9445/ES)
Advogado	Dr. Aloizio Faria de Souza Filho(OAB: 10041-A/ES)
Agravado	GEORGE DE MORAIS SOUZA
Advogada	Dra. Cláudia Carla Antonacci Stein(OAB: 7873/ES)
Agravado	ROBSON DE ARAUJO DA SILVA

Intimado(s)/Citado(s):

- GEORGE DE MORAIS SOUZA
- METRON ENGENHARIA LTDA
- ROBSON DE ARAUJO DA SILVA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 476/485) interposto pela segunda reclamada contra a decisão de fls. 471/472, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às fls. 503/515 e 516/523, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 81) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 17/02/2020 e apelo protocolado em 02/03/2020), estando satisfeito o preparo.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL" e "DIFERENÇAS SALARIAIS. REAJUSTE".
No que tange ao primeiro tema, a segunda reclamada sustenta, em síntese, que o Regional quedou-se omisso quanto a alegação de que os reajustes pleiteados pelo reclamante já lhe foram concedidos, conforme demonstram os demonstrativos de pagamento. Alega ofensa aos artigos 5º, XXXV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal e 489 do CPC.
De plano, verifico que o Regional efetivamente se manifestou sobre o enfoque trazido pela segunda reclamada em seus embargos de declaração, quando entendeu que "(...) a CCT 2010/2012, em sua cláusula 3ª, previa um reajuste salarial de 9,25% a partir do dia 1º de maio de 2010. A CTPS do autor demonstra admissão em 24/03/2010 com remuneração de R$ 686,40 e os únicos contracheques juntados se referem aos meses de fev/2012 e jun/2012, logo, não é possível aferir se a ré concedeu o reajuste previsto. Todavia, uma vez declarada a revelia da 1ª ré pelo seu não comparecimento às audiências (art. 844 da CLT), e não havendo prova pré-constituída em sentido contrário à tese firmada na inicial (Súmula 74, II, TST), torna-se presumidamente verdadeira a alegação autoral de ausência de concessão do reajuste. Destarte, devido o reajuste de 9,25%, que deverá ser aplicado sobre o salário lançado na CTPS (R$ 686,40), de 01/05/2010 até a data da efetiva dispensa, com reflexos sobre férias acrescidas de 1/3, 13º salário, RSR, FGTS e multa de 40% e aviso prévio." (fls. 395).
Assim, por não haver omissão a ser sanada, tem-se por inviável o destrancamento do apelo.
No que se refere ao segundo tópico ("Diferenças salariais. Reajuste"), a segunda reclamada insurge-se contra a sua condenação ao pagamento de diferenças salariais, sob o argumento de que os documentos apresentados pelo reclamante comprovam a concessão dos reajustes previstos na norma coletiva, de forma que, ainda que lhe tenham sido aplicados os efeitos da revelia, o pedido do reclamante não merece prosperar. Alega ofensa aos artigos 5º, LV, da Constituição Federal e 344, 345, 373 e 391 do CPC.
Como se verifica no trecho transcrito no tópico anterior, diante da aplicação dos efeitos da revelia à segunda ré e da ausência de provas em sentido contrário aos argumentos indicados na inicial, a tese recursal esbarra na Súmula 333 do TST, porquanto o acórdão adota entendimento harmônico à Súmula 74, II, do TST, e na Súmula 126 do TST.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0101017-16.2017.5.01.0201

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	WILLIAN TEIXEIRA CALDAS
Advogado	Dr. Leonardo Orsini de Castro Amarante(OAB: 55328-A/RJ)
Agravado	TRANSPORTADORA LOCADORA E SERVICOS SANTOS FERREIRA LTDA - ME
Advogada	Dra. Winnie de Moura Lomba(OAB: 76441-A/RJ)
Agravado	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- TRANSPORTADORA LOCADORA E SERVICOS SANTOS FERREIRA LTDA - ME
- VIA VAREJO S.A.
- WILLIAN TEIXEIRA CALDAS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 540/549) interposto pelo reclamante contra a decisão de fls. 537/538, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas pela segunda reclamada às fls. 564/569 e 554/563, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do

Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 18 e 535) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 03/05/2021 e apelo protocolado em 13/05/2021), sendo inexigível o preparo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "INTERVALO INTRAJORNADA. SUPRESSÃO PARCIAL. TRABALHO EXTERNO".
O reclamante pugna pela condenação da reclamada ao pagamento de horas extras, sob o argumento de que a prova oral comprovou que havia a supressão do intervalo intrajornada. Alega contrariedade à Súmula 437 do TST e ofensa aos artigos 71 e 818 da CLT e 373, I, do CPC.
De plano, afasta-se a alegação de ofensa ao artigo 71 da CLT, porquanto o reclamante não indicou o dispositivo tido por violado (caput ou parágrafos), em desatendimento à Súmula 221 do TST.
Afasta-se, ainda, a denúncia de contrariedade à Súmula 437 do TST, pois o reclamante, em seu recurso de revista, não indicou expressamente o item tido como contrariado (artigo 896, § 1º-A, II e III, da CLT).
No mais, o Regional entendeu:

"Em relação ao intervalo intrajornada, é fato incontroverso que o autor realizava seu trabalho externamente como ajudante de caminhão, mas estava submetido a controle de jornada, relativamente a seu horário de entrada e saída.
Logo, em que pese não estar o autor incluído na exceção do artigo 62,I da CLT, já que a ré lhe submetia a marcação de jornada , fato é que o mesmo raciocínio não se aplica ao seu intervalo intrajornada, posto que este era realizado longe dos olhos do empregador, devido às peculiaridades do serviço externo.
Por outro lado, a testemunha do autor disse ter apenas 20/30 minutos de intervalo para o almoço, pois não podiam parar.
Contudo, mesmo que a prova testemunhal afirme que não era usufruído integralmente, não há como deferir-lhe horas extras pela supressão, sendo inconteste a total ausência de fiscalização por parte desta a esse respeito, face às peculiaridades do trabalho externo." (fls. 373).

Como se verifica, a questão não foi decidida sob o enfoque da distribuição do ônus da prova, mas da existência de trabalho externo não passível de ser controlado, na forma do artigo 62, I, da CLT. Assim, não há falar em ofensa aos artigos 818 da CLT e 373, I, do CPC, ante a ausência manifesta de prequestionamento, na forma da Súmula 297, I e II, do TST.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0021186-23.2017.5.04.0204

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante e Agravado	MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
Advogado	Dr. Leandro Henriques Goncalves(OAB: 117061-A/MG)
Agravante e Agravado	BOLOGNESI EMPREENDIMENTOS LTDA.
Advogado	Dr. Henrique Cusinato Hermann(OAB: 46523-A/RS)
Agravado	PETER SPILMANN BEXIGA
Advogado	Dr. Mateus Mantovani Sorgatto(OAB: 84825-A/RS)
Advogada	Dra. Isadora Mendonça Branchi(OAB: 85776-A/RS)
Agravado	CAMERINI ENGENHARIA EIRELI - ME
Advogado	Dr. Claudia Sobreiro de Oliveira(OAB: 23706-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BOLOGNESI EMPREENDIMENTOS LTDA.
- CAMERINI ENGENHARIA EIRELI - ME
- MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
- PETER SPILMANN BEXIGA

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA SEGUNDA RECLAMADA (MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.)

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 544/550) interposto pela segunda reclamada contra a decisão de fls. 534/538, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta ou de contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 179/180) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 21/07/2020 e apelo protocolado em 30/07/2020), estando satisfeito o preparo.
A discussão travada no feito, o qual tramita sob o procedimento sumaríssimo, prende-se ao tema "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. EMPRESA PRIVADA".
Na espécie, a segunda reclamada insurge-se contra a imputação da responsabilidade subsidiária, sob o argumento de que o reclamante não lhe prestou serviços. Alega má aplicação da Súmula 331 do TST.
Contudo, verifico que a matéria ora debatida já se encontra pacificada pela Súmula 331, IV, do TST, inexistindo nos autos qualquer peculiaridade que possa justificar sua não aplicação, uma vez que as premissas fáticas - insuscetíveis de reexame nesta esfera recursal (Súmula 126 do TST) - revelam que a presente hipótese trata-se de típica terceirização de serviços ("Relativamente à reclamada MRV Engenharia e Participações S.A., depreende-se dos termos das defesas das reclamadas, assim como das informações contidas no laudo pericial de ID. bab851e, que o trabalho prestado pela parte autora se deu mediante prestação de serviço terceirizado, sendo a primeira reclamada a prestadora, e a reclamada MRV a tomadora." - fls. 410).
Dessa forma, com fulcro na Súmula 333 e no artigo 896, § 7º, da CLT, não há falar em destrancamento do recurso de revista.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA TERCEIRA RECLAMADA (BOLOGNESI EMPREENDIMENTOS LTDA.)

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 551/556) interposto pela terceira reclamada contra a decisão de fls. 534/538, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta ou de contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 402) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 21/07/2020 e apelo protocolado em 31/07/2020), estando satisfeito o preparo.
A discussão travada no feito, o qual tramita sob o procedimento sumaríssimo, prende-se ao tema "HORAS EXTRAS".
A terceira reclamada insurge-se contra sua condenação ao pagamento de horas extras. Sustenta que havia regime de compensação de jornada firmado por norma coletiva. Assevera que a prestação de horas extras era eventual. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema, contrariedade à Súmula 85, I e IV, do TST e violação dos artigos 5º, II, e 7º, XIII e XXVI, da Constituição Federal, 59, §2º, e 818 da CLT e 373 do CPC.
Consta do acórdão:

"HORAS EXTRAS.
A reclamada sustenta que eventuais hora extras devidas não são de sua responsabilidade, uma vez que o pagamento incumbe ao real empregador. Aduz que a prova documental evidencia que as horas registradas nos cartões foram corretamente pagas, inexistindo diferenças. Não concorda, ainda, com o critério de abatimento definido em sentença, limitado mensalmente, requerendo a compensação ampla na forma prevista na OJ 415 da SDI/TST. Com razão parcial.
A condenação em horas extras ampara-se na prova documental produzida pela primeira reclamada, e evidencia a persistência de horas prestadas a maior que não foram pagas. Cumpre, pois, manter esta condenação, porquanto amparada na prova documental.
Assiste razão à ré, no entanto, quanto à forma de compensação definida.
Quanto à autorização para dedução dos valores pagos a título de horas extras, e havendo nos autos comprovação deste pagamento, adota-se, como razão de decidir, o entendimento expresso na Orientação Jurisprudencial nº 415 da SDI-1 do TST, assim redigida:
"HORAS EXTRAS. RECONHECIMENTO EM JUÍZO. CRITÉRIO DE DEDUÇÃO/ABATIMENTO DOS VALORES COMPROVADAMENTE PAGOS NO CURSO DO CONTRATO DE TRABALHO. (DEJT divulgado em 14, 15 e 16.02.2012). A dedução das horas extras comprovadamente pagas daquelas reconhecidas em juízo não pode ser limitada ao mês de apuração, devendo ser integral e aferida pelo total das horas extraordinárias quitadas durante o período imprescrito do contrato de trabalho".
Neste mesmo sentido a orientação contida na Súmula nº 73 deste E. TRT, assim redigida:
"HORAS EXTRAS. CRITÉRIO DE DEDUÇÃO. As horas extras pagas no curso do contrato de trabalho podem ser deduzidas daquelas objeto de condenação judicial pelo critério global de apuração, sem limitação ao mês de competência, e o critério deve ser definido na fase de conhecimento do processo".
Assim, dá-se provimento parcial ao recurso ordinário interposto pela terceira reclamada, no aspecto, para autorizar a dedução dos valores pagos a título de horas extras, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 415 da SDI-1 do TST".

Primeiramente, vale frisar que as alegações referentes ao ônus da prova, formuladas no presente apelo, configuram inovação recursal, de modo que não serão objeto de análise. Ademais, afastam-se as denúncias de divergência jurisprudencial e de violação a preceitos infraconstitucionais, por não atenderem o requisito do artigo 896, § 9º, da CLT.
Por outro lado, o Regional não mencionou se havia acordo de compensação de jornada foi firmado por negociação coletiva, de forma que incide sobre o argumento o óbice da Súmula 297, I e II, do TST.
No mais, ao se considerar a premissa de que havia prestação de horas extras de modo habitual (Súmula 126 do TST), o Regional emitiu tese em conformidade com a primeira parte do item IV da Súmula 85 do TST ("A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada.").
Dessa forma, com fulcro na Súmula 333 e no artigo 896, § 7º, da CLT, não há falar em destrancamento do recurso de revista.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0024715-36.2017.5.24.0061

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	OZANO MATIAS FERNANDES
Advogado	Dr. Leandro José Guerra(OAB: 12191/MS)
Agravado	ALCOOLVALE S/A ÁLCOOL E AÇÚCAR
Advogada	Dra. Maria Inês Pereira Carreto(OAB: 86494-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- ALCOOLVALE S/A ÁLCOOL E AÇÚCAR
- OZANO MATIAS FERNANDES

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (acórdão publicado em 05/09/2019 - f. 744 -

Lei 11.419/2006, art. 4º, § 3º); interposto em 17/09/2019 - f. 730, por meio do Sistema PJe.
Regular a representação, f. 18.
Dispensado o preparo. Beneficiário(a) da Justiça Gratuita, conforme f. 619.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Prescrição.
Alegação(ões):
- violação ao art. 7º, XXIX, CF/88;
- violação ao art. 487, II, §1º, CLT;
- violação ao arts. 489 e 1022 do CPC.
Sustenta, em síntese, que: a) os 30 dias de aviso prévio faria com que o trabalhador completasse 13 anos de trabalho e com isto tenha direito a 69 dias de aviso prévio indenizado e não somente 66 dias; b) foram suprimidos 3 dias de aviso prévio indenizado; c) os documentos juntados demonstram que a data de extinção do contrato de trabalho foi em 30 de agosto de 2015, pelo que não teria ocorrido a prescrição bienal; d) as omissões apontadas nos embargos de declaração não foram sanadas.
Pleiteia a reforma do julgado.
Consta no acórdão:
"O prazo prescricional para propositura de reclamação trabalhista é de dois anos contados da data da extinção do contrato de trabalho (CF, XXIX, art. 7º).
No caso, incontroverso que o autor foi admitido em 15.7.2002 (CTPS - ID 522f131) e que recebeu a comunicação de dispensa em 22.6.2015 (Aviso de dispensa de empregado - ID 9bf8d97).
Ou seja, na data de 22.6.2015, o autor contava com 12 anos, 11 meses e 7 dias, sendo-lhe devido a partir desta data 66 dias de aviso prévio indenizado, projetando-se o término do vínculo para 27.8.2015, conforme consignado na decisão combatida.
Desse modo, o reclamante teria até 27.8.2017 para pleitear os direitos oriundos deste contrato de trabalho, já considerada a projeção do aviso prévio indenizado. Ocorre que a presente ação somente foi ajuizada em 30.8.2017 (ID 16f621a), tendo o autor, com sua inércia, ultrapassado o prazo da prescrição bienal.
Assim, tenho por escorreita a sentença que pronunciou a prescrição, ficando prejudicada a análise dos demais pedidos recursais.
Nego provimento."
Não se vislumbra violação ao art. 7º, XXIX, CF/88 e ao art. 487, II, §1º, CLT, pois contagem do prazo da prescrição bienal está correta.
Impõe-se esclarecer que o juiz não está obrigado a rebater, uma a uma, as teses trazidas pela parte. Seu dever se cinge a apreciar os pedidos formulados e demonstrar os elementos de convicção que o levaram a esta ou aquela solução.
Nesse sentido a decisão impuganda apresentou-se devidamente fundamentada quanto ao reconhecimento da prescrição bienal.
Logo, não houve violação aos arts. 489 e 1022 do CPC.
Não merece seguimento o recurso de revista.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

A prescrição é instituto de pacificação social que objetiva trazer estabilidade e segurança às relações jurídicas. Trata-se, pois, de instituto de política judiciária que consubstancia efeitos legais em função do decurso do tempo, tornando inexigíveis as obrigações cuja pretensão não é exercida no prazo legal.
No âmbito do Processo do Trabalho, regula-se a prescrição pelo disposto no art. 7º, inc. XXIX, da Constituição da República, que estabelece o prazo de dois anos, a contar da data de rescisão do contrato de trabalho, para ajuizamento de reclamação em face do empregador.
No caso em apreço, a rescisão do contrato de trabalho ocorreu em 27.8.2015, com a projeção do aviso prévio, ao passo que a reclamatória foi ajuizada em 30.8.2017, ou seja, ultrapassou o prazo da prescrição bienal.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100211-31.2018.5.01.0076

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)
Advogado	Dr. Michel de Paula Machado(OAB: 46374-A/PR)
Advogado	Dr. Juarez Benito Junior(OAB: 138377-A/RJ)
Advogado	Dr. Rhana de Almeida Born(OAB: 172725-A/RJ)
Agravado	SEVERINA PAULA DO MONTE
Advogado	Dr. Beroaldo Alves Santana(OAB: 40039-A/RJ)
Advogada	Dra. Ana Paula Machado de Oliveira Sampaio(OAB: 176850-A/RJ)

Advogado	Dr. Laibe Kelly Rolim Santana(OAB: 148897-A/RJ)
Advogado	Dr. Viviane Machado Martins Jorge(OAB: 203663-A/RJ)
Advogado	Dr. Angela Almeida de Alvarenga Ferreira(OAB: 199062-A/RJ)
Advogado	Dr. Guilherme Rodrigues Alves Santana(OAB: 178731-A/RJ)
Agravado	GRAUPP CONSERVADORA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- GRAUPP CONSERVADORA LTDA.
- SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)
- SEVERINA PAULA DO MONTE

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 616/639) interposto pelo segundo reclamado, contra a decisão de fls. 601/603 e 611/614, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista. Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões, fls. 645/648 e 649/662.

Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço do apelo.

Inicialmente, o segundo reclamado pugna pelo sobrestamento do feito, tendo em vista que o reconhecimento da repercussão geral do tema subjacente aos autos pelo Supremo Tribunal Federal - o que ocorreu no RE 1298647, sob o Tema 1.118 do Ementário Temático, em que se discute, "à luz dos artigos 5º, II, 37, XXI e § 6º, e 97 da Constituição Federal a legitimidade da transferência ao ente público tomador de serviço do ônus de comprovar a ausência de culpa na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas devidas aos trabalhadores terceirizados pela empresa contratada, para fins de definição da responsabilidadesubsidiáriado Poder Público".

Todavia, a pretensão não merece acolhida. A uma, porque o relator da matéria no STF não determinou a suspensão nacional dos processos que versem sobre o tema 1118; a duas, porque a lei limita-se a prever o sobrestamento de recursos extraordinários (stricto sensu), não alcançando os demais processos em tramitação nesta Corte.

Dessa forma, indefiro.

A discussão travada nos autos prende-se aos temas, "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO", "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ABRANGÊNCIA. MULTAS PREVISTAS NOS ARTS. 467 E 477 DA CLT" e "NECESSIDADE DE EXCLUSÃO DOS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS DE EVENTUAL MANUTENÇÃO DE CONDENAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO SERPRO".

Com relação ao tema "NECESSIDADE DE EXCLUSÃO DOS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS DE EVENTUAL MANUTENÇÃO DE CONDENAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO SERPRO", interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.

No caso, a parte recorrente, em seu recurso de revista, não transcreveu o trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, não bastando ao cumprimento da exigência legal o meroresumodo tópico recorrido, conforme julgados da SbDI-1 desta Corte:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017 . RECURSO DE REVISTA. NÃO CONHECIMENTO. INOBSERVÂNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. ART. 896, § 1º-A, I e III, DA CLT. A c. Turma desproveu o agravo para manter a decisão mediante a qual não se conheceu do recurso de revista do reclamante ao fundamento de que transcreveu o trecho do acórdão regional que não abarca todos os fundamentos da Corte Regional para julgar improcedente o pedido, não se desincumbindo de demonstrar o atendimento do pressuposto do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT. Os arestos superados pela jurisprudência consolidada da SBDI-1 sobre a exigência processual prevista no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, não empolgam o apelo, nos limites do artigo 894, § 2º, da CLT. Com efeito, a SBDI-1, interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmado o entendimento no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, "a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva" (E-ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018). Precedentes. Agravo conhecido e desprovido" (Ag-E-ED-Ag-ED-RR-1004-31.2011.5.05.0161, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 14/05/2021).

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. INOBSERVÂNCIA DO REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. A Terceira Turma deste Tribunal não conheceu do recurso de revista interposto pela reclamada, ao entendimento de que tal insurgência não atende, a regra do artigo 896, § 1º-A, da CLT, porque não houve transcrição do acórdão do TRT a permitir a constatação do trecho da decisão que consubstanciaria o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. A referência à tese adotada pelo Tribunal Regional ouresumodos fundamentos, desacompanhada da transcrição do trecho pertinente objeto da controvérsia nas razões do recurso de revista, e, posteriormente, as alegações quanto aos temas recorridos não satisfazem o requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, porquanto não viabilizam o confronto analítico entre a tese central assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica apresentada no recurso de revista em mais de um tema. Nesse mesmo sentido é a atual e iterativa jurisprudência da SBDI-1, com a qual revela consonância o acórdão turmário, a inviabilizar o conhecimento do recurso de embargos, na forma do § 2º do artigo 894 da CLT. Correta, pois, a decisão agravada. Agravo não provido" (Ag-E-RR-10181-12.2015.5.03.0039, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 08/03/2019).

Logo, não tendo a parte agravante se eximido de tal ônus, o recurso de revista é manifestamente inadmissível, no particular.

Quanto ao tema "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO", a pretensão recursal encontra-se superada no âmbito desta Corte, uma vez que o Supremo Tribunal Federal fixou a tese jurídica de repercussão geral correspondente ao Tema nº 246 ("O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do

contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93").

A Subseção de Dissídios Individuais 1 do TST, em sessão em composição plena, decidiu que o Supremo Tribunal Federal ao apreciar o Tema nº 246 da Repercussão Geral não emitiu tese jurídica de efeito vinculante em relação ao ônus da prova e, diante dessa constatação, concluiu que incumbe à Administração Pública o ônus da prova da fiscalização dos contratos de prestação de serviços por se tratar de fato impeditivo do direito à condenação por responsabilidade subsidiária, com fundamento no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78. (TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, SbDI-1, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 12/12/2019, DEJT 22/05/2020).

Na espécie, o Regional assentou comprovada a culpa "in vigilando" do ente público, ao consignar que, in verbis:

"Portanto, reconheço a responsabilização do 2º reclamado por ter negligenciado na fiscalização do contrato de prestação de serviços firmado com a 1º ré." (fls. 551)

Dessa forma, à luz do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333 do TST, resta inviável o destrancamento do recurso de revista, no particular.

Já com relação ao segundo tema "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. MULTAS PREVISTAS NOS ARTS. 467 E 477 DA CLT",constata-se a incidência dos mesmos óbices, dada a consonância do acórdão regional com a Súmula 331, VI, do TST.

Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100416-25.2019.5.01.0432

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	RAPIDO MACAENSE LTDA
Advogado	Dr. Fábio Lira da Silva(OAB: 115211-A/RJ)
Advogada	Dra. Rachel Bento Menezes da Carvalho(OAB: 176479-A/RJ)
Agravado	PAULO MOISES GOMES
Advogada	Dra. Vanessa Pinheiro de Souza(OAB: 176825-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- PAULO MOISES GOMES
- RAPIDO MACAENSE LTDA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 458/465) interposto pela reclamada contra a decisão de fls. 455/456, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.

Não houve apresentação de contraminuta ou de contrarrazões.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 39) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 15/04/2021 e apelo protocolado em 26/04/2021), estando regular o preparo.

A discussão travada no feito, o qual tramita sob o procedimento sumaríssimo, prende-se ao tema "INTERVALO INTRAJORNADA".

A reclamada sustenta que a supressão do intervalo intrajornada não ficou comprovada por meio de prova robusta, de forma que manter sua condenação ao pagamento de horas extras configura cerceamento do seu direito de defesa. Alega ofensa ao artigo 5º, LV, da Constituição Federal.

De plano, afastam-se as alegações de ofensa aos artigos 373, II, do CPC e 818 da CLT, formuladas no recurso de revista, porquanto não se enquadram no artigo 896, § 9º, da CLT.

Ainda, as alegações de ofensa aos artigos 7º, XXXVI, 8º, III e VI, da Constituição Federal e 71 da CLT e o argumento de que as normas coletivas autorizam a flexibilização do intervalo intrajornada com o pagamento de indenização decorrente da supressão do referido período configuram inovação recursal.

No mais, o Regional entendeu que "Diante da apresentação de cartões que ponto que não registram a concessão desse descanso, cumpria à reclamada demonstrar que esse repouso era gozado pelo empregado (folhas 119/260), ônus do qual não de desvencilhou. A declaração da testemunha de que que não sabe informar se o obreiro usufruía do intervalo intrajornada, e de que nunca presenciou o autor realizando refeições durante o serviço (folha 311), não socorre a tese patronal de que o repouso para alimentação era observado." (fls. 436).

Nessa toada, não observo ofensa direta ao artigo 5º, LV, da Constituição Federal, porquanto o direito de defesa da reclamada foi respeitado, embora esta não tenha logrado desconstituir a presunção relativa prevista na Súmula 338, I, do TST.

Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0101034-91.2018.5.01.0015

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	INSTITUTO DOS LAGOS - RIO
Advogado	Dr. Giulliano Henrique Corrêa Manholer(OAB: 244157-A/SP)
Advogado	Dr. Leticia Reed Bessa(OAB: 208192-A/RJ)
Agravado	PRISCILA PESSOA DE SOUZA
Advogado	Dr. Tadeu de Sales Pessoa(OAB: 81024-A/RJ)
Advogada	Dra. Érica Carpim(OAB: 122963-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO DOS LAGOS - RIO

- PRISCILA PESSOA DE SOUZA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

Nos termos da Súmula 218/TST, incabível a interposição de recurso de revista em decisão proferida em autos de agravo de instrumento.
CONCLUSÃO
NEGO seguimento aorecurso de revista.

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão regional que negou provimento a agravo de instrumento.
Em face do disposto na Súmula 218 do TST, segundo a qual "é incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento", não merece reparos a decisão regional negativa de admissibilidade.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100759-42.2019.5.01.0037

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA.
Advogado	Dr. Gustavo Henrique dos Santos Viseu(OAB: 117417-A/SP)
Agravado	KALINDA DO BRASIL LOCACAO , TRANSPORTES E TURISMO LTDA
Advogado	Dr. Rogério Portella Paim(OAB: 73445-D/RJ)
Agravado	JOSE ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS
Advogado	Dr. Francisco José Telles da Silva(OAB: 181473-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA.
- JOSE ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS
- KALINDA DO BRASIL LOCACAO , TRANSPORTES E TURISMO LTDA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 410/416) interposto pela segunda reclamada contra a decisão de fls. 389/390, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas pelo reclamante às fls. 422/426 e 427/436, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 408/409) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 25/01/2021 e apelo protocolado em 04/02/2021), estando regular o preparo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. EMPRESA PRIVADA".
A segunda reclamada insurge-se contra a responsabilidade subsidiária que lhe foi imposta, sob o argumento de que firmou contrato de natureza civil com a primeira reclamada. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema, má aplicação da Súmula 331, IV, do TST e 730 do CCB.
Todavia, inexiste nos autos qualquer peculiaridade que possa justificar a não aplicação da Súmula 331, IV, do TST, uma vez que as premissas fáticas registradas no acórdão regional - insuscetíveis de reexame nesta esfera recursal (Súmula 126 do TST) - revelam que a presente hipótese trata-se de típica terceirização de serviços ("No caso dos autos, a 2ª ré admitiu o pacto com a primeira e juntou o instrumento contratual (ID. caf0652), escudando-se em equivocada tese de que não poderia ser responsabilizada pelas obrigações trabalhistas pois o referido contrato seria de cunho comercial. Observa-se que a responsabilidade subsidiária não se pauta com base na ilegalidade do contrato de prestação de serviços. No entanto, a licitude da relação afasta apenas eventual reconhecimento de vínculo direto com a tomadora de serviços, não tendo o condão de impedir a condenação subsidiária daquele que, em última instância, se beneficiou da prestação de serviços executada pelo trabalhador." - fls. 336).
Aplicam-se ao caso, portanto, os óbices previstos no artigo 896, § 7º, da CLT e nas Súmulas 126 e 333 do TST.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0013567-40.2015.5.15.0096

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. Marcia Martins Miguel(OAB: 109676-A/SP)
Agravado	LUIS FERNANDO MONTANHEIRO
Advogada	Dra. Izabela Morilla Moraes(OAB: 156892-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIS FERNANDO MONTANHEIRO
- VIA VAREJO S.A.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Participação nos Lucros ou Resultados - PLR.
Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral / Doença Ocupacional.
Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Material / Doença Ocupacional.
Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Material / Pensão Vitalícia.
DOS VALORES ARBITRADOS
O v. acórdão decidiu com amparo nos elementos fático-probatórios contidos nos autos. Conclusão diversa da adotada remeteria ao reexame de fatos e provas, procedimento vedado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do C. TST. Assim, na presente hipótese, a menção de violação a dispositivos do ordenamento jurídico e de divergência jurisprudencial não viabiliza o processamento do recurso.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Periciais.
No que se refere ao tema em destaque, inviável o recurso, pois não atendidas as exigências previstas no art. 896, § 1º-A, I a III, da CLT. Com efeito, a transcrição de trecho do acórdão recorrido sem a individualização do prequestionamento das teses jurídicas a eles relacionadas, objeto do apelo, e sem a demonstração de como a v. decisão impugnada conflita com cada uma das violações apontadas, estabelecendo a conexão entre elas e o trecho da decisão transcrito, não satisfaz os requisitos dos aludidos dispositivos legais.
Nesse sentido são os seguintes julgados do C. TST: AIRR-11598-24.2015.5.15.0117, 2ª Turma, DEJT-27/04/2018; AIRR-1001290-97.2014.5.02.0313, 2ª Turma, DEJT-28/10/2016; AIRR-11238-65.2016.5.15.0146, 3ª Turma, DEJT-27/04/2018; AIRR-670-81.2018.5.13.0014, 6ª Turma, DEJT-20/09/2019; AIRR-11283-40.2014.5.15.0146, 8ª Turma, DEJT-20/04/2018; AgR-E-ED-RR-83500-79.2007.5.04.0131, SBDI-1, DEJT-15/12/2017.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista."

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "Participação nos Lucros e Resultados - PLR", "Doença ocupacional. Espondilose em coluna lombar. Concausalidade. Lesões ligamento no joelho. Causalidade. Indenizações por danos moral e material", emerge como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista a diretriz consubstanciada na Súmula 126 do TST.
Em relação aos temas "Dano moral. Quantum indenizatório", "Dano material. Pensão mensal" e "Honorários periciais", incide o óbice do art. 896, § 1º-A, I e III, da CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0022093-20.2019.5.04.0271

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA.
Advogado	Dr. Gustavo Barbosa(OAB: 75031-A/RS)
Agravado	SAMUEL RODRIGUES WAGNER
Advogado	Dr. Lucas Souto Bolzan(OAB: 80551-A/RS)
Advogado	Dr. José Olavo Rosa Bisol(OAB: 91944/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA.
- SAMUEL RODRIGUES WAGNER

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).

Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários na Justiça do Trabalho.
Não admito o recurso de revista noitem.
A parte apenas discorre acerca das razões de sua insurgência e propugna a reforma da decisão. Não indica dispositivo constitucional que entenda violado, tampouco aponta possível contrariedade a Súmula do TST ou a Súmula Vinculante do STF. A ausência de situação prevista no art. 896, parágrafo 9º, da CLT, conforme redação dada pela Lei nº 13.015/2014, obsta o prosseguimento do recurso de revista.
Nego seguimento ao recurso, tópico "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA".
CONCLUSÃO
Nego seguimento."

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "honorários sucumbenciais", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas no art. 896, § 9º, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento, assim como as inovações recursais.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0020998-14.2019.5.04.0025

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradora	Dra. Rebeca Santos Machado
Agravado	LETICIA TEIXEIRA RIBEIRO
Advogado	Dr. Evaristo Luiz Heis(OAB: 28154-A/RS)
Agravado	JOB RECURSOS HUMANOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- JOB RECURSOS HUMANOS LTDA.
- LETICIA TEIXEIRA RIBEIRO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL em face da decisão (fls. 799/802) do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao seu recurso de revista.
Houve apresentação de contraminuta ao agravo de instrumento (fls. 827/829).
Os autos foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho, que oficiou pelo regular processamento do feito (doc. seq. 06).
É o relatório.
Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade do agravo de instrumento, dele conheço.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
O Regional registrou, no que interessa:

"Especificamente em relação ao caso concreto, o segundo reclamado, Estado do Rio Grande do Sul, firmou contrato de prestação de serviços de vigilância com a primeira reclamada, JOB RECURSOS HUMANOS LTDA (ID: 039e047 e8ellb08). Verifica-se, dos parcos documentos trazidos aos autos e da prova testemunhal colhida, que a autora prestou serviços de ascensorista para o segundo reclamado. Pelo próprio teor do recurso ordinário, que não se insurge quanto ao período de prestação de serviços fixado em sentença, concluo que o Ente Público recorrente se beneficiou do labor envidado pela reclamante como ascensorista do Foro Regional do Alto Petrópolis, conforme consta da inicial, bem como demonstram os demonstrativos de pagamento de salários trazidos aos autos (ID: 92de8db - Pag. 1 e seguintes).
Importante ressaltar que a Administração Pública não demonstrou ter sido diligente quanto à obrigação de fiscalizar a execução do contrato de trabalho da autora enquanto empregada da prestadora contratada, primeira reclamada. Isso porque, ainda que tenham sido

juntados alguns documentos que evidenciam a fiscalização em alguns períodos do contrato (a exemplo do documento ID: 2bl3da4 e seguintes), não houve prova de que ocorreu a fiscalização no período da extinção contratual, com a verificação do pagamento das parcelas rescisórias aos trabalhadores, como foi o caso da reclamante. Os documentos trazidos pelo segundo reclamado são de período anterior à extinção contratual. Assim, por se tratar de fato impeditivo do direito da reclamante, incumbia ao recorrente o ônus da prova acerca da fiscalização do referido contrato à época dos descumprimentos narrados na petição inicial, assim como do devido cumprimento das obrigações trabalhistas, encargo do qual não se desincumbiu a contento, considerando que não trouxe aos autos provas firmes e contundentes capazes de afastar a responsabilidade subsidiária declarada em sentença, não servindo para tal fim a mera juntada de alguns documentos envolvendo o vínculo empregatício da reclamante com sua real empregadora, a exemplo dos controles de frequência e demonstrativos de pagamento, revelando-se insatisfatória a fiscalização alegada, ainda que eventualmente admitida a tese.
Assim, e diante do inadimplemento de direitos relativos à relação de emprego havida entre a primeira reclamada e a autora, tem-se pela ausência de provas que atestem o cumprimento do dever fiscalizatório previsto no artigo 67, caput, da Lei nº 8.666/93, concluindo-se pela existência de negligência por parte da Administração Pública como tomadora dos serviços envidados pela reclamante.
Dessa forma, diante da omissão da Administração Pública quanto ao poder-dever de fiscalizar o cumprimento, pela primeira reclamada, das obrigações legais que lhe incumbem, constata-se não ser possível afastar a aplicação dos preceitos contidos nos incisos V e VI da Súmula nº 331 do TST, que fixam a responsabilidade subsidiária da Administração Pública, enquanto tomadora de serviços, quando evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666/93, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços.
Impõe-se, pois, a recorrente, tal qual reconhecido na origem, a obrigação de responder, de forma subsidiária, pelo pagamento dos créditos trabalhistas inadimplidos pela empregadora, em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal quando do julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, e por não traduzir ofensa aos dispositivos legais e súmulas invocados no recurso, os quais se consideram prequestionados para os fins legais.
Nego provimento ao recurso." (fls. 770/771 - g.n)

Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA. No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão

regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST).
Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso

de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incidem os óbices da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0020908-89.2019.5.04.0741

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Procurador	Dr. Juliano de Angelis
Agravado	ELOIR DE SOUZA FAYVA
Advogado	Dr. Luiz Carlos Dias(OAB: 60820-A/RS)
Agravado	JOB SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ELOIR DE SOUZA FAYVA
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
- JOB SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo prosseguimento do feito, ressalvando eventual pedido de intervenção por ocasião do julgamento da causa.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos §§ 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Em relação ao tema "responsabilidade subsidiária", o Tribunal Regional do Trabalho consignou:

"(...)
5. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. VERBAS RESCISÓRIAS. ALCANCE CONDENAÇÃO.
O segundo reclamado insurge-se contra a responsabilidade subsidiária reconhecida na Sentença. Suscita violação do art. 71, § 1º, da Lei 8.666/93. Sustenta que é inaplicável a Súmula 331 do TST. Lembra a Súmula vinculante nº 10 do STF e colaciona jurisprudência. Alega ausência de demonstração de culpa e a impossibilidade de responsabilidade objetiva.
A sentença dispôs:
"2. RESPONSABILIDADE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICONACIONAL
Informa o autor que foi admitido pela primeira ré para prestar serviços ao segundo, razão pelaqual postula a declaração da responsabilidade solidária ou subsidiária deste pelo pagamento dasparcelas postuladas nesta demanda. Insurge-se o segundo reclamado contra a pretensão obreira, alegando que, nos termos do art. 71da Lei n.º 8.666/93, "a inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas,fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seupagamento".
Aduz, ainda, que não autuou com culpa ou in vigilandoin eligendo.
A responsabilidade solidária decorre somente de lei ou de contrato, não sendo nenhum destes ocaso dos autos.
Quanto à responsabilidade subsidiária, oentendimento deste magistrado e da jurisprudênciapredominante nos tribunais trabalhistas, conforme se verifica a simples leitura da Súmula n.º 331do TST, é que no afã de reduzir seus custos, os tomadores de serviços não podem contratarempresas sem idoneidade financeira, somente porque oferecem elas serviços a preços abaixoda concorrência, possível apenas em face da não concessão aos obreiros dos mais elementaresdireitos trabalhistas, tais como férias, gratificações natalinas, FGTS, aviso prévio, horas extrasetc.
Justo, pois, que a empresa que, ao contratar prestadora de serviços e não analisar aexequibilidade do contrato nas condições propostas, responda subsidiariamente pela inadimplência desta pelas obrigações trabalhistas dos empregados, que de fato, lhe prestaramserviços e tem no salário que recebem a sua única fonte de sobrevivência.
Registro queatualmente é comum que empresas prestadoras de

serviços, após a rescisão dos contratos quemantém com os tomadores, simplesmente abandonem seus empregados sem lhes pagaremquaisquer direitos ou até mesmo, sem sequer comunicar-lhes de que estão sem emprego, comoo caso dos autos, inadimplindo totalmente suas obrigações para com trabalhadores. Além disso, o §5º do art. 5º-A da Lei nº 6.019/1974, incluído pela Lei nº 13.429/2017, prevêexpressamente a responsabilidade subsidiária da tomadora de serviços, impondo-se, portanto, oreconhecimento da responsabilização subsidiária do réu INSTITUTO DO PATRIMÔNIOHISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL ao pagamento das parcelas deferidas ao autor.
Saliento,ainda, que o referido réu não comprovou ter fiscalizado eficazmente o contrato de trabalho doautor com a prestadora de serviços ao longo e ao final do contrato de trabalho, tanto que está oobreiro a postular parcelas trabalhistas através desta ação."
O reclamante foi contratado pela primeira reclamada, Job Recursos Humanos Ltda., como vigilante.
À primeira reclamada, prestadora de serviços, foi reconhecida sua revelia e confissão na audiência.
A jurisprudência trabalhista, consubstanciada na Súmula nº 331, inciso IV, do TST, prevê a possibilidade de responsabilização da EMPRESA tomadora de serviços de modo subsidiário pelas obrigações do empregador (empresa interposta), desde que tenha participado da relação processual.
Firmou-se, ainda, entendimento no sentido de que o disposto na Lei 8.666/93 não afasta a responsabilidade subsidiária do ente público, quando tomador de serviços.
Neste sentido a Súmula 11 deste Tribunal Regional do Trabalho:
(...)
O inciso IV da Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho , mediante a Resolução nº 96/2000, da Secretaria do Tribunal Pleno teve redação aperfeiçoada:
(...)
Não se nega a validade do contrato de prestação de serviços firmado entre as reclamadas. A responsabilidade subsidiária não se confunde com a solidária. A responsabilidade subsidiária está vinculada a eventual comprovação de falta de idoneidade financeira do empregador, caso em que o tomador de serviços é chamado a responder pelos débitos trabalhistas, já que foi o beneficiário do trabalho executado pela parte reclamante.
Recorde-se que na hipótese dos autos a culpa "in vigilando" da Administração Pública está configurada. O só cumprimento dos rituais legais na contratação não atesta ter sido diligente o tomador de serviços, ao longo do contrato, a ponto de não ser responsabilizado. (destaquei)
Diante desse quadro, não há falar em violação ao disposto nos artigos 70 e 71, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93 em decorrência da responsabilidade subsidiária reconhecida afirmada. Ademais, as normas invocadas não vedam a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços.
Note-se que não se está dizendo que tais normas são inconstitucionais, e sim, que são inaplicáveis ao caso. Assim, é exatamente por ter-se por válido o contrato de prestação de serviços entabulado entre as empresas que a responsabilidade desta é meramente subsidiária.
Repete-se que afirmar que, em se adotando o entendimento do item IV, da Súmula 331, do TST, inexiste violação a Súmula Vinculante 10, do STF. Nesse sentido, os fundamentos da decisão prolatada pelo Min. Ricardo Lewandowski, Relator na Rcl. 7218/AM. No mesmo sentido Informativo do STF nº 585, relativo à Reclamação 8550 AgR/SP, rel. Min. Eros Grau.
(...)
Cabível a responsabilização do ente público, aqui também reclamado, de forma subsidiária, pelos créditos trabalhistas reconhecidos à parte autora.
(...)
Nesta senda, nega-se provimento ao recurso ordinário do segundo reclamado.
(...)"

O ente público alega que não pode subsistir a sua responsabilização subsidiária, em razão do disposto no art. 71, § 1º, da Lei 8.666/1993.
Aponta violação dos arts. 5º, II, 37, caput e XXI e 102, § 2º, da Constituição Federal; 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/1993 e 28 da Lei 9.868/1999, bem como contrariedade à Súmula 331, IV e V, do TST. Transcreve arestos.
Analiso.
Inicialmente, há de se afastar a alegação de violação dos arts. 5º, II e 37, caput, da Constituição Federal, uma vez que a análise das matérias suscitadas no recurso não se exaure na Constituição Federal, demandando que se interprete o conteúdo da legislação infraconstitucional própria, motivo pelo qual ainda que se considere a possibilidade de ter havido violação do texto constitucional, esta seria meramente indireta e reflexa, o que não justifica o manejo do presente recurso, nos termos da Súmula 636 do STF.
Em relação à responsabilidade subsidiária, na hipótese, o Tribunal Regional, instância soberana na análise do conjunto fático-probatório dos autos, declarou a culpa in vigilando do ente público. Logo, o acolhimento das alegações do agravante, no sentido de que não teria agido com culpa e, por consequência, não poderia ser responsabilizado, demandaria nova análise do conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 126 desta Corte Superior.
Destaque-se que o reconhecimento da culpa in vigilando não decorreu exclusivamente das regras de distribuição do ônus da prova, mas a partir da valoração do escopo probatório dos autos. A condenação subsidiária da reclamada tomadora de serviços, ora agravante, resultou da relação mantida com a primeira reclamada prestadora de serviços e do proveito direto e continuado do labor da parte reclamante em suas dependências.
Embora não seja o tomador dos serviços o principal obrigado, deve ser responsabilizado subsidiariamente, por aplicação analógica do artigo 455 da CLT, pois se beneficiou do trabalho da parte reclamante.
Tal entendimento está fundamentado, ainda, no Princípio da Proteção, informador do Direito do Trabalho, bem como na culpa in vigilando.
Com efeito, adoto o entendimento vertido no item V da Súmula 331 do TST, em sua redação atual, litteris:

"(...)
V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada. Não se pode conceber que ao delegar suas atividades-meio a um terceiro contratado, o tomador de serviços, quer empresa privada quer ente da administração pública, se exima das obrigações trabalhistas.

(...)"

A Administração Pública deve ficar alerta quanto ao cumprimento do contrato originalmente mantido com o empregado, sob pena de incorrer em culpa in vigilando e vir a responder por eventuais omissões do empregador.
Não se pode olvidar, ainda, de que o tomador de serviços, in casu o ente público, beneficiou-se diretamente da força de trabalho do empregado da prestadora de serviços. A força de trabalho do empregado, por evidente, não pode ser devolvida, devendo, isto sim, ser contraprestada a contento.
Dado o caráter eminentemente tutelar do Direito do Trabalho, não se pode admitir que o empregado, hipossuficiente, fique à mercê de um contrato entre seu empregador e um terceiro que disponha sobre sua força de trabalho.
Tenho, assim, que a garantia subsidiária dos direitos trabalhistas pelo tomador do serviço é legítima, em virtude da responsabilidade mínima por ato de terceiro, harmonizado esse princípio à prevalência hierárquica do valor-trabalho e direitos laborais na ordem jurídica.
Dessa feita, nada mais razoável do que se responsabilizar subsidiariamente a tomadora de serviços no caso de inadimplemento por parte do empregador.
O fato de a contratação havida entre as partes reclamadas ter se dado por meio de licitação, sob a égide da Lei 8.666/93, não afasta a responsabilidade subsidiária do ente público.
Nesse sentido, a jurisprudência consolidada nesta Corte e no Supremo Tribunal Federal: Rcl 14729 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 09/12/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-025 DIVULG 05-02-2015 PUBLIC 06-02-2015; E-RR - 99700-88.2007.5.15.0121, Relator Ministro: Horácio Raymundo de Senna Pires, Data de Julgamento: 02/02/2012, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 30/11/2012; AIRR - 403-81.2013.5.10.0010, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 05/11/2014, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/11/2014; AIRR - 421-36.2013.5.18.0251, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 17/12/2014, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 19/12/2014; AIRR - 1297-15.2010.5.02.0033, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 05/11/2014, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/11/2014.
Quanto ao decidido pelo STF na ADC n° 16, vale repisar o entendimento adotado no TST, no sentido de que tal decisão não afasta, por completo, a responsabilidade do ente público tomador de serviços terceirizados. Nesse sentido, as seguintes ementas:

RECLAMAÇÃO - ALEGAÇÃO DE DESRESPEITO À AUTORIDADE DA DECISÃO PROFERIDA, COM EFEITO VINCULANTE, NO EXAME DA ADC 16/DF - INOCORRÊNCIA - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR DÉBITOS TRABALHISTAS (LEI Nº 8.666/93, ART. 71, § 1º) - ATO JUDICIAL DE QUE SE RECLAMA PLENAMENTE JUSTIFICADO PELO RECONHECIMENTO, NO CASO, POR PARTE DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, DE SITUAÇÃO CONFIGURADORA DE RESPONSABILIDADE SUBJETIVA (QUE PODE DECORRER TANTO DE CULPA "IN VIGILANDO" QUANTO DE CULPA "IN ELIGENDO" OU "IN OMITTENDO") - DEVER JURÍDICO DAS ENTIDADES PÚBLICAS CONTRATANTES DE BEM SELECIONAR E DE FISCALIZAR O CUMPRIMENTO, POR PARTE DAS EMPRESAS CONTRATADAS, DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS REFERENTES AOS EMPREGADOS VINCULADOS AO CONTRATO CELEBRADO (LEI Nº 8.666/93, ART. 67), SOB PENA DE ENRIQUECIMENTO INDEVIDO DO PODER PÚBLICO E DE INJUSTO EMPOBRECIMENTO DO TRABALHADOR - SITUAÇÃO QUE NÃO PODE SER COONESTADA PELO PODER JUDICIÁRIO - ARGUIÇÃO DE OFENSA AO POSTULADO DA RESERVA DE PLENÁRIO (CF, ART. 97) - SÚMULA VINCULANTE Nº 10/STF - INAPLICABILIDADE - INEXISTÊNCIA, NA ESPÉCIE, DE JUÍZO OSTENSIVO, DISFARÇADO OU DISSIMULADO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE QUALQUER ATO ESTATAL - CARÁTER SOBERANO DO PRONUNCIAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS SOBRE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA - CONSEQUENTE INADEQUAÇÃO DA VIA PROCESSUAL DA RECLAMAÇÃO PARA EXAME DA OCORRÊNCIA, OU NÃO, DO ELEMENTO SUBJETIVO PERTINENTE À RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA OU DA ENTIDADE PÚBLICA TOMADORA DO SERVIÇO TERCEIRIZADO - PRECEDENTES - NATUREZA JURÍDICA DA RECLAMAÇÃO - DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL DO INSTRUMENTO RECLAMATÓRIO - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO." (Rcl 16094 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 19/11/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-021 DIVULG 30-01-2015 PUBLIC 02-02-2015)

A decisão proferida pela Suprema Corte no julgamento do RE 760.931/DF, com repercussão geral, também não impede o reconhecimento de responsabilidade subsidiária em casos como o presente, em que a condenação do ente público não decorre automaticamente do inadimplemento dos encargos trabalhistas, mas sim da conduta culposa da Administração, efetivamente comprovada à luz do quadro fático delineado nos autos, consoante registrou a Corte Regional.
Nesses termos, o reconhecimento da responsabilidade subsidiária da recorrente não implica afronta a qualquer artigo constitucional e legal, na medida em que estes devem ser interpretados de forma a não conflitar com as disposições legais e princípios que regem a prestação de trabalho, de sorte a não permitir que os trabalhadores fiquem desamparados. Importante salientar que a relação de emprego é tutelada por normas de índole social, que, mesmo em nível constitucional, são hierarquicamente superiores àquelas administrativas ou organizacionais.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
O acórdão recorrido proferido pelo Tribunal Regional está em conformidade com a Súmula 331, V, do TST.
Por fim, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1000776-80.2020.5.02.0040

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	I.B. CAFE LTDA

Advogado	Dr. Emmerson Ornelas Forganes(OAB: 143531-A/SP)
Agravado	DIOGO GOMES DA SILVA
Advogado	Dr. Everton Tadeu dos Santos(OAB: 435469-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIOGO GOMES DA SILVA
- I.B. CAFE LTDA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Negativa de Prestação Jurisdicional.
Alegação(ões):
Orecorrente argui a negativa da prestação jurisdicional, aduzindo que mesmo instado em sede de embargos de declaração, o v. acórdão não se pronunciou acerca de questões relevantes ao deslinde do feito, em especial sobre a estabilidade provisória,não apreciação do pedido de dedução de horas extras constantes do TRCT, quanto ao pedido sucessivo de redução da indenização do período de estabilidade e outros temas.
Impende consignar, inicialmente, que as alegações de violação dos artigos infraconstitucionais apontados não ensejam a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional suscitada em processo submetido ao procedimento sumaríssimo, nos moldes da Súmula nº 459/TST c/c o artigo 896, § 9°, da CLT.
Não há que se cogitar de processamento do apelo pela arguição de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, tendo em vista que a decisão recorrida examinou toda a matéria posta no recurso.
Com efeito, conforme se vê no julgado, a fundamentação apresentada é suficiente para a comprovação da devida apreciação de todas as questões levantadas, tendo sido esgotados todos os aspectos basilares da controvérsia apontada no apelo.
A completa prestação jurisdicional caracteriza-se pelo oferecimento de decisão devidamente motivada com base nos elementos fáticos e jurídicos pertinentes e relevantes para a solução da lide.
No caso dos autos, a prestação jurisdicional revela-se completamente outorgada, mediante motivação clara e suficiente, permitindo, inclusive, o prosseguimento da discussão de mérito na via recursal extraordinária. Incólumes as disposições constitucionais pertinentes à alegação (Sumula 459, doTST).
DENEGA-SE seguimento.
Rescisão do Contrato de Trabalho / Reintegração / Readmissão ou Indenização / Outras Hipóteses de Estabilidade.
Alegação(ões):
Pretende a recorrente que o período de estabilidade seja apenas o número de dias em que o autor laborou depois de assinar o acordo.
Como a presente reclamatória está sujeita ao rito sumaríssimo, a admissibilidade do recurso de revista ficará restrita às hipóteses do § 9º, do art. 896, da CLT.
Consignado no v. acórdão que a garantia provisória será durante o período acordado, isto éde 90 dias e, após o restabelecimento da jornada de trabalho e do salário, por período equivalente ao acordado para redução, não se vislumbra ofensa aos dispositivos constitucionais apontados.
DENEGA-SE seguimento.
Rescisão do Contrato de Trabalho / Verbas Rescisórias.
Alegação(ões):
Insurge-se contra a r. sentença que deferiu indenização de 50% e diferenças de verbas rescisórias.
Como a presente reclamatória está sujeita ao rito sumaríssimo, a admissibilidade do recurso de revista ficará restrita às hipóteses do § 9º, do art. 896, da CLT.
Considerando as premissas fático-jurídicas delineadas no acórdão,não se vislumbra ofensa aos dispositivos constitucionais invocados, haja vista que assentou expressamente o Regional que a indenização será de 50% dos salários devidos no período de estabilidade para aqueles que tiveram uma redução da jornada e de salário igual ou superior a 25% e inferior a 50%, como se observa na presente hipótese.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista.

Embargante(s):
I.B. CAFÉ LTDA
Advogado(a)(s):
EMMERSON ORNELAS FORGANES (SP - 143531)
Embargado(a)(s):
DIOGO GOMES DA SILVA
Advogado(a)(s):
EVERTON TADEU DOS SANTOS (SP - 435469)

Embargos declaratórios opostos pela reclamadaI.B.CAFÉ LTDA (id f66be34),sustentando haver omissão no despacho que denegou o seu Recurso de Revista, sob a alegação de que os artigos e súmulas utilizados como fundamento para o recurso acerca dos temas abaixo não foram apreciados.
É o relatório.
DECIDE-SE
Tempestivos os embargos e regular a representação (id fbf0927).
CONHECEM-SE.
Ressalte-se, por primeiro, que por tratar-se de Rito Sumaríssimo, cumpre salientar que somente a alegação de ofensa direta e literal à norma da Constituição Federal será apreciada, ante a restrição contida no § 2º, do art. 896, da CLT (Súmula 266, do TST).
Por outro lado, o Juízo não se encontra obrigado a rebater cada artigo apontado pela parte, individualmente, parafundamentar a sua decisão.
Destarte, estando a decisão em consonância com o art. 93, IX, da Constituição Federal e não verificada a alegada omissão, REJEITAM-SE os seus embargos declaratórios.
/mas

Não procede a alegada ofensa aos princípios constitucionais do

contraditório, da ampla defesa e da legalidade (art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal) quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "negativa de prestação jurisdicional", "estabilidade acidentária" e "verbas rescisórias", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 296, 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Quanto à negativa de prestação Jurisdicional, o acórdão recorrido analisou a matéria debatida nos autos, estando suficientemente fundamentado, uma vez que levou em consideração o conjunto fático-probatório delineado nos autos, amparado na regra do convencimento motivado, porquanto a prova produzida se mostrou convincente e eficaz para o deslinde da controvérsia. A decisão, apesar de desfavorável aos interesses da recorrente, apresentou solução judicial para o conflito, configurando-se efetiva a prestação jurisdicional. Assim, o Tribunal Regional consignou expressamente as razões de fato e de direito no tocante a estabilidade provisória, a não apreciação do pedido de dedução de horas extras constantes do TRCT, quanto ao pedido sucessivo de redução da indenização do período de estabilidade e outros tema, não havendo omissão quanto às questões relevantes ao deslinde da controvérsia.
O regional consignou que a garantia provisória será durante o período acordado, isto é de 90 dias e, após o restabelecimento da jornada de trabalho e do salário, por período equivalente ao acordado para redução, não se vislumbra ofensa aos dispositivos constitucionais apontados e que a indenização será de 50% dos salários devidos no período de estabilidade para aqueles que tiveram uma redução da jornada e de salário igual ou superior a 25% e inferior a 50%, como se observa na presente hipótese.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0309300-66.2003.5.02.0020
Processo Nº AIRR-03093/2003-020-02-00.9

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	VIAÇÃO MARAZUL LTDA.
Advogada	Dra. Scheylla Furtado Oliveira Salomão Garcia(OAB: 123546/SP)
Agravado	MANOEL DOMINGUES BATISTA
Advogado	Dr. Guilherme Fernandes Lopes Pacheco(OAB: 142947-A/SP)
Agravado	CONSTANTE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A.
Advogada	Dra. Sissiana Rolim Caracante(OAB: 237181/SP)
Agravado	ARACORP ASSESSORIA MARKETING E COMUNICAÇÃO
Agravado	MARCELO DE ÂNGELO D'ALMEIDA E SILVA

Intimado(s)/Citado(s):
- ARACORP ASSESSORIA MARKETING E COMUNICAÇÃO
- CONSTANTE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A.
- MANOEL DOMINGUES BATISTA
- MARCELO DE ÂNGELO D'ALMEIDA E SILVA
- VIAÇÃO MARAZUL LTDA.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2º, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis o teor da decisão agravada:

"A E. Turma, afastando a prescrição intercorrente aplicada na origem, determinou o retorno dos autos à primeira instânciapara o regular prosseguimento da execução, como de direito (id.1a8b922), complementada pela decisão de id. 6f8f646.
Cuidando-se, pois, de decisão interlocutória, não passível de recorribilidade imediata, mostra-se inviável o seguimento do apelo, a teor do disposto na Súmula 214, do TST e no § 1º, do artigo 893, da CLT.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista".

Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e

"c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

Inicialmente, há de se afastar as alegações tecidas a respeito do despacho denegatório. É que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.

Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.

Na situação dos autos, não procede a alegação de ofensa aos dispositivos da Constituição Federal apontados, quando a lide está adstrita ao exame de legislação infraconstitucional, visto que essa circunstância impossibilita a configuração de sua violação literal e direta. A discussão, deste modo, não se exaure na Constituição Federal.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. CONVERSÃO DO TEMPO COMUM EM TEMPO ESPECIAL. VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 279 DO STF. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA - ARE 748.371. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É inviável o processamento do apelo extremo quando a ofensa a dispositivo constitucional se dá de maneira reflexa e indireta, pois requer o exame prévio da orientação firmada sobre tese infraconstitucional pela instância ordinária. 2. Para se chegar a conclusão diversa daquela a que chegou o Tribunal de origem, quanto ao preenchimento dos requisitos necessários à concessão de aposentadoria, seria imprescindível o reexame dos fatos e provas. Incidência da Súmula 279 do STF. 3. O Supremo Tribunal Federal já assentou, sob a sistemática da repercussão geral, que suposta ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e dos limites da coisa julgada, quando a violação é debatida sob a ótica infraconstitucional, não apresenta repercussão geral, o que torna inadmissível o recurso extraordinário. (RE 748.371-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 1º.08.2013 tema 660). 4. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, CPC." (RE 1004169 AgR / RS, Relator Ministro Edson Fachin. Publicado em 29.3.2017).

DIREITO CIVIL. POSSE. PROPRIEDADE. COISA JULGADA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, II, XXXVI e LXXVIII, da Lei Maior, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária prevista no art. 102 da Magna Carta. 2. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à ausência de ofensa direta e literal a preceito da Constituição da República. 3. Agravo regimental conhecido e não provido." (ARE 944003 AgR/GO, Relatora Ministra Rosa Weber. Publicado em 12.4.2016) - (grifei).

Por oportuno, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que violação reflexa ou indireta de dispositivo da Constituição não viabiliza recurso de natureza extraordinária. Eis o teor da Súmula 636 do STF:

"NÃO CABE RECURSO EXTRAORDINÁRIO POR CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LEGALIDADE, QUANDO A SUA VERIFICAÇÃO PRESSUPONHA REVER A INTERPRETAÇÃO DADA A NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS PELA DECISÃO RECORRIDA."

Por fim, a diretriz que se extrai da Orientação Jurisprudencial 123 da SBDI-2 do TST (analogicamente) é de que a ofensa à coisa julgada supõe dissonância patente entre as decisões exequenda e rescindenda, o que não se verifica quando se faz necessária a interpretação do título executivo judicial para se concluir pela lesão à coisa julgada, tal como na hipótese dos autos.

Assim, constato a impossibilidade do conhecimento do recurso de revista interposto nesta fase de execução em virtude do que preveem o art. 896, § 2.º, da CLT e as Súmulas 266 do TST e 636 do STF.

Incólumes os dispositivos constitucionais invocados.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0021134-14.2018.5.04.0003

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D
Advogado	Dr. Denise Pires Fincato(OAB: 37057-A/RS)
Agravado	LEANDRO DARCI KAMCHEN
Advogado	Dr. Juliano Tonelo(OAB: 51445-A/RS)
Advogada	Dra. Viviane Rachel Maltchik(OAB: 60396-A/RS)
Agravado	BERFT TRANSPORTES EIRELI - EPP
Advogado	Dr. Andria Colares Pimentel(OAB: 84050-A/RS)
Advogado	Dr. Renato Calheiros Cauduro(OAB: 84170-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BERFT TRANSPORTES EIRELI - EPP
- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D
- LEANDRO DARCI KAMCHEN

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.

Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária / Tomador de Serviços / Terceirização / Ente Público.

Responsabilidade Solidária / Subsidiária / Tomador de Serviços / Terceirização / Ente Público / Abrangência da Condenação.

Constatada a culpa do ente público nos termos do acórdão,a decisão está em consonância com a Súmula de nº 331, V e VI, do Tribunal Superior do Trabalho. Assim, o recebimento do recurso encontra óbice no artigo 896, § 7º, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.015/2014,e Súmula nº 333 do C. TST, restando afastada a alegada violação dos dispositivos apontados e prejudicada a análise dos arestos paradigmas transcritos para o confronto de teses. Em relação à reserva de plenário, não se cogita de processamento do apelo por ofensa ao art. 97 da Constituição Federal ou contrariedade à Súmula Vinculante 10/STF, tendo em vista que a tese adotada foi sumulada pelo Pleno do C. TST.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.

Não admito o recurso de revista noitem.

A teor do art. 896, § 1º-A, da CLT, com a redação dada pela Lei 13.015/14, aplicável aos recursos interpostos deacórdãos publicados a partir de 22/09/14, não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte. Na análise do recurso, evidencia-se que a parte não observou o ônus que lhe foi atribuído pela lei, na medida em que não estabeleceu o confronto analítico em relação aos dispositivos de lei invocados.

O entendimento que vem se formando em vias de pacificidade no âmbito doTST é de que é imperioso que as razões recursais demonstrem de maneira explícita, fundamentada e analítica a divergência jurisprudencial ou a violação legal. Dessa forma, recursos com fundamentações genéricas, baseadas em meros apontamentos de dispositivos tidos como violados, e sem a indicação do ponto/trecho da decisão recorrida que a parte entende ser ofensivo à ordem legal ou divergente de outro julgado, não merecem seguimento. (AIRR-10028-85.2013.5.04.0664, 1ª Turma, DEJT 08/06/2015; AIRR-130585-98.2014.5.13.0023, 2ª Turma, DEJT 22/04/2016; AIRR-2951-67.2013.5.22.0003, 3ª Turma, DEJT 05/06/2015;AIRR - 690-53.2014.5.11.0019, 4ª Turma, DEJT 15/04/2016; AIRR - 180-39.2014.5.08.0208, 5ª Turma, DEJT 02/10/2015; AIRR-307-78.2012.5.04.0233, 6ª Turma, DEJT 12/06/2015; AIRR-42700-94.2014.5.13.0007, 7ª Turma, DEJT 12/06/2015; AIRR-309-73.2011.5.04.0721, 8ª Turma, DEJT 29/05/2015; AgR-E-AIRR-1542-32.2013.5.09.0128, SDI-1, DEJT 19/02/2016).

Nestes termos, nego seguimento ao recurso quanto ao tópico "DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS ".

CONCLUSÃO

Nego seguimento."

Não há ofensa a princípios constitucionais ou violação de lei federal, quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "responsabilidade subsidiária" e "horas extras", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 297, 333 do TST e no art. 896, § 1º-A, CLT.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0020618-39.2019.5.04.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	Dr. José Luis Bolzan de Morais
Agravado	HELIO ANTONIO LIMA PEREIRA
Advogado	Dr. Edson Lopes Zimmer(OAB: 92106-A/RS)
Advogado	Dr. Marcio Camargo dos Santos(OAB: 95098-A/RS)
Agravado	JOB RECURSOS HUMANOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- HELIO ANTONIO LIMA PEREIRA
- JOB RECURSOS HUMANOS LTDA.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

O Ministério Público do Trabalho opina pelo prosseguimento do feito, ressalvando eventual pedido de intervenção por ocasião do julgamento da causa.

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.

Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos §§ 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

Em relação ao tema "responsabilidade subsidiária", o Tribunal Regional do Trabalho consignou:

"(...)

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO. SÚMULA 331, ITEM V, DO TST

O recorrente pugna pela reforma da sentença que concluiu pela existência de responsabilidade subsidiária por débitos trabalhistas de empresa contratada mediante regular processo de licitação. Considera que a decisão, impondo responsabilidade subsidiária ao ente público pelos débitos trabalhistas da empresa contratada mediante licitação, viola direta e literalmente o disposto no artigo 5º, inciso II, e artigo 37, caput, da Constituição Federal; artigo 265 do Código Civil; e artigos 70 e 71, § 1º, da Lei Federal 8.666/93. Assevera que a Súmula nº 331 do TST não prevalece sobre o disposto nos artigos 70 e 71, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93. Pondera que, ao aplicar-se a referida Súmula nos casos em que o tomador de serviços é a Administração Pública, mediante licitação, estará a Justiça do Trabalho julgando contra Lei Federal, consequentemente, contra o inciso XXI do art. 37 e o inciso XXVII do artigo 22 combinado com o artigo 48, todos da Constituição Federal. Nota que não se configura, no caso, a hipótese de culpa in eligendo, pois não pode o ente público escolher a empresa que deseja contratar, mas sim aquela que vencer o procedimento licitatório previsto em lei. Salienta, ainda, que não há culpa in vigilando, uma vez que a fiscalização foi realizada pelo ente público quanto aos procedimentos trabalhistas da empresa contratada na forma e alcance em que lhe é possível realizar, nos termos da legislação vigente. Evidencia que a decisão, ao desconsiderar o disposto no artigo 71, § 1º, da Lei 8.666/93, afastando sua incidência ao presente caso, desrespeitou a Súmula Vinculante nº 10 do Supremo Tribunal Federal. Acrescenta que, atualmente, não paira dúvida sobre a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93. Isso porque, na sessão plenária de 24/11/2010, o Supremo Tribunal Federal julgou procedente a Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16 para declarar a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

O Magistrado de origem reconheceu a responsabilidade subsidiária do ente público em razão da culpa in vigilando, evidenciada pela ausência de pagamento de verbas rescisórias do autor (ID.a92a90d - Pág. 13).

As rés firmaram contrato para prestação de serviços de mão de obra motoristas no ano de 2013 (ID. 23e9d07), prorrogado até dezembro de 2018, por meio de Termos Aditivos (ID. 285fb7).

Os documentos anexados aos autos - Demonstrativos de Pagamento (ID.993d309 - Pág. 1) e Cartões-ponto (ID. 5b68fb7 - Pág. 1) - comprovam o trabalho realizado no Departamento Administrativo - Secretaria Estadual da Saúde, em prol do Estado do Rio Grande do Sul.

A jurisprudência tem entendido ser o tomador de serviços responsável pelos créditos trabalhistas dos empregados da empresa prestadora de serviços sem idoneidade econômica e financeira para suportá-los. Assim, o tomador dos serviços atrai a responsabilidade subsidiária na demanda pelo simples fato de ter se beneficiado do trabalho prestado. Tal entendimento se justifica na medida em que não pode o trabalhador, cuja força de trabalho beneficiou o ente público, arcar com os prejuízos dos direitos sonegados pela empresa interposta.

A responsabilização atende a razões de ordem jurídica e social e está adequada, ainda, ao entendimento do TST. Nesse sentido, a Súmula nº 331, item IV:

(...)

O item V ora transcrito foi editado para ajustar a Súmula nº 331 à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a partir do julgamento da ADC 16 (DJE de 06-12-2010). Resta demonstrada a falta de fiscalização efetiva, tendo a parte autora se desonerado a contento do encargo de demonstrar a culpa do tomador.

A responsabilidade que se reconhece após a nova redação da Súmula nº 331 do TST vai além do inadimplemento anteriormente previsto no item IV, decorrendo agora também da comprovação da conduta culposa do tomador dos serviços pelo descumprimento das obrigações previstas na Lei nº 8.666/93. Nesse sentido, a situação dos autos se amolda ao novo entendimento, pois não se trata de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da empregadora, mas de evidente culpa in vigilando do tomador de serviços, que se descuidou na vigilância do cumprimento das disposições que regem o contrato, tanto que o resultado do ajuste é o prejuízo daquele que disponibilizou sua força de trabalho. (destaquei)

Notadamente, o disposto na Súmula 331 do TST está em consonância com o decidido pelo STF na ADC n° 16, acerca da constitucionalidade da norma inscrita no art. 71, § 1º, da Lei 8666/93. Deve ser observado que tal decisão não afasta, por completo, a responsabilidade do ente público tomador de serviços terceirizados. Na mesma linha de entendimento, a Tese reconhecida como de Repercussão Geral pelo STF, apreciada no acórdão RE 760931, e fixada nos termos "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere

automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93", em nada ampara o segundo reclamado Estado do Rio Grande do Sul.
As condenações pelas quais o Estado do Rio Grande do Sul é responsabilizado subsidiariamente, se originam dos direitos sonegados ao reclamante relativos às verbas rescisórias, saldo de salários, depósitos de FGTS e pagamento da gratificação natalina.
A despeito das alegações do ente público, os documentos acostados aos autos demonstram a ineficácia da fiscalização das obrigações contratuais da primeira reclamada Job Recursos Humanos LTDA. Ressalta-se a não juntada da totalidade dos recibos de pagamento, além da falta de realização dos depósitos de FGTS durante a execução do contrato, como se vê do extrato em Id 44e2cc9 - Pág. 1, com atrasos sistemáticos a partir de 10/04/2017. (destaquei)
Demais disso, os créditos, os mais comezinhos, reconhecidamente impagos à parte autora, evidenciam a incúria patronal e reforçam a conclusão acerca da ineficiente fiscalização do tomador dos serviços quanto ao cumprimento dos haveres trabalhistas dos trabalhadores envolvidos.
Desse modo, de forma diversa do que alega o Estado do Rio Grande do Sul, a ineficaz fiscalização do contrato de prestação de serviço se confirma pelas condenações impostas à empregadora e também, não só pela manutenção, mas ainda pela renovação do contrato com a primeira reclamada, mesmo ciente dos descumprimentos da legislação trabalhista. Logo, não se trata, na espécie, de atribuição de responsabilidade por presunção, nem pelo mero inadimplemento de obrigações pelo contratado. (destaquei)
Adoto, ademais, a Súmula nº 11 deste TRT:
(...)
As normas invocadas pelo recorrente devem ser interpretadas de maneira a não conflitarem com os princípios que regem a prestação de trabalho, evitando que os trabalhadores fiquem ao desamparo.
Não há, ainda, falar em inconstitucionalidade da Súmula nº 331, item IV, do TST. A Súmula Vinculante nº 10 do STF, invocada no recurso, dispõe:
(...)
A sentença é proferida monocraticamente, não sofrendo, portanto, os efeitos da referida Súmula. Não há, ademais, decisão que tenha declarado a inconstitucionalidade da Lei nº 8.666/93, tendo sido somente adotada orientação sumulada pelo TST que, evidentemente, foi aprovada pelo seu plenário.
(...)
A culpa de que trata o item V da Súmula 331 do TST resta sobejamente demonstrada, desonerando-se, a parte autora, a contento, do encargo de prová-la. (destaquei)
Ressalto que a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços não implica, necessariamente, a transferência dos encargos trabalhistas ao ente público, porquanto a obrigação legal de adimplir tais encargos é do original empregador. Portanto, a subsidiariedade apenas será exigida e exercida na hipótese de se confirmar a inadimplência da prestadora, restando sempre ao tomador dos serviços o direito de regresso contra o devedor principal.
Diante do exposto, nego provimento.
(...)"

O ente público alega que não pode subsistir a sua responsabilização subsidiária, em razão do disposto no art. 71, § 1º, da Lei 8.666/1993. Argumenta que não ficou demonstrada a culpa. Aduz, ainda, ser da parte reclamante o ônus da prova relacionada à culpa in vigilando.
Aponta violação dos arts. 5º, II, 22, XXVII, 37, caput e XXI e § 6º, 48 e 97, da Constituição Federal; 6º, III, 70 e 71, § 1º, da Lei 8.666/1993; 186, 927 e 942 do Código Civil e 9º da CLT, bem como contrariedade à Súmula 331, V, do TST e à Súmula Vinculante 10 do STF. Transcreve arestos.
Analiso.
Inicialmente, registre-se que a indicação de violação dos arts. 6º, III e 70, da Lei 8.666/1993 e 186 e 942 do Código Civil constitui-se inovação recursal, porquanto não constou das razões do recurso de revista.
Ademais, há de se afastar a alegação de violação dos arts. 5º, II e 37, caput, da Constituição Federal, uma vez que a análise das matérias suscitadas no recurso não se exaure na Constituição Federal, demandando que se interprete o conteúdo da legislação infraconstitucional própria, motivo pelo qual ainda que se considere a possibilidade de ter havido violação do texto constitucional, esta seria meramente indireta e reflexa, o que não justifica o manejo do presente recurso, nos termos da Súmula 636 do STF.
Em relação à responsabilidade subsidiária, na hipótese, o Tribunal Regional, instância soberana na análise do conjunto fático-probatório dos autos, declarou a culpa in vigilando do ente público. Logo, o acolhimento das alegações do agravante, no sentido de que não teria agido com culpa e, por consequência, não poderia ser responsabilizado, demandaria nova análise do conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 126 desta Corte Superior.
Destaque-se que o reconhecimento da culpa in vigilando não decorreu exclusivamente das regras de distribuição do ônus da prova, mas a partir da valoração do escopo probatório dos autos.
A condenação subsidiária da reclamada tomadora de serviços, ora agravante, resultou da relação mantida com a primeira reclamada prestadora de serviços e do proveito direto e continuado do labor da parte reclamante em suas dependências.
Embora não seja o tomador dos serviços o principal obrigado, deve ser responsabilizado subsidiariamente, por aplicação analógica do artigo 455 da CLT, pois se beneficiou do trabalho da parte reclamante.
Tal entendimento está fundamentado, ainda, no Princípio da Proteção, informador do Direito do Trabalho, bem como na culpa in vigilando.
Com efeito, adoto o entendimento vertido no item V da Súmula 331 do TST, em sua redação atual, litteris:

"(...)
V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada. Não se pode conceber que ao delegar suas atividades-meio a um terceiro contratado, o tomador de serviços, quer empresa privada quer ente da administração pública, se exima das obrigações trabalhistas.
(...)"

A Administração Pública deve ficar alerta quanto ao cumprimento do contrato originalmente mantido com o empregado, sob pena de incorrer em culpa in vigilando e vir a responder por eventuais

omissões do empregador.
Não se pode olvidar, ainda, de que o tomador de serviços, in casu o ente público, beneficiou-se diretamente da força de trabalho do empregado da prestadora de serviços. A força de trabalho do empregado, por evidente, não pode ser devolvida, devendo, isto sim, ser contraprestada a contento.
Dado o caráter eminentemente tutelar do Direito do Trabalho, não se pode admitir que o empregado, hipossuficiente, fique à mercê de um contrato entre seu empregador e um terceiro que disponha sobre sua força de trabalho.
Tenho, assim, que a garantia subsidiária dos direitos trabalhistas pelo tomador do serviço é legítima, em virtude da responsabilidade mínima por ato de terceiro, harmonizado esse princípio à prevalência hierárquica do valor-trabalho e direitos laborais na ordem jurídica.
Dessa feita, nada mais razoável do que se responsabilizar subsidiariamente a tomadora de serviços no caso de inadimplemento por parte do empregador.
O fato de a contratação havida entre as partes reclamadas ter se dado por meio de licitação, sob a égide da Lei 8.666/93, não afasta a responsabilidade subsidiária do ente público.
Nesse sentido, a jurisprudência consolidada nesta Corte e no Supremo Tribunal Federal: Rcl 14729 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 09/12/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-025 DIVULG 05-02-2015 PUBLIC 06-02-2015; E-RR - 99700-88.2007.5.15.0121, Relator Ministro: Horácio Raymundo de Senna Pires, Data de Julgamento: 02/02/2012, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 30/11/2012; AIRR - 403-81.2013.5.10.0010, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 05/11/2014, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/11/2014; AIRR - 421-36.2013.5.18.0251, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 17/12/2014, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 19/12/2014; AIRR - 1297-15.2010.5.02.0033, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 05/11/2014, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/11/2014.
Quanto ao decidido pelo STF na ADC n° 16, vale repisar o entendimento adotado no TST, no sentido de que tal decisão não afasta, por completo, a responsabilidade do ente público tomador de serviços terceirizados. Nesse sentido, as seguintes ementas:

RECLAMAÇÃO - ALEGAÇÃO DE DESRESPEITO À AUTORIDADE DA DECISÃO PROFERIDA, COM EFEITO VINCULANTE, NO EXAME DA ADC 16/DF - INOCORRÊNCIA - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR DÉBITOS TRABALHISTAS (LEI Nº 8.666/93, ART. 71, § 1º) - ATO JUDICIAL DE QUE SE RECLAMA PLENAMENTE JUSTIFICADO PELO RECONHECIMENTO, NO CASO, POR PARTE DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, DE SITUAÇÃO CONFIGURADORA DE RESPONSABILIDADE SUBJETIVA (QUE PODE DECORRER TANTO DE CULPA "IN VIGILANDO" QUANTO DE CULPA "IN ELIGENDO" OU "IN OMITTENDO") - DEVER JURÍDICO DAS ENTIDADES PÚBLICAS CONTRATANTES DE BEM SELECIONAR E DE FISCALIZAR O CUMPRIMENTO, POR PARTE DAS EMPRESAS CONTRATADAS, DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS REFERENTES AOS EMPREGADOS VINCULADOS AO CONTRATO CELEBRADO (LEI Nº 8.666/93, ART. 67), SOB PENA DE ENRIQUECIMENTO INDEVIDO DO PODER PÚBLICO E DE INJUSTO EMPOBRECIMENTO DO TRABALHADOR - SITUAÇÃO QUE NÃO PODE SER COONESTADA PELO PODER JUDICIÁRIO - ARGUIÇÃO DE OFENSA AO POSTULADO DA RESERVA DE PLENÁRIO (CF, ART. 97) - SÚMULA VINCULANTE Nº 10/STF - INAPLICABILIDADE - INEXISTÊNCIA, NA ESPÉCIE, DE JUÍZO OSTENSIVO, DISFARÇADO OU DISSIMULADO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE QUALQUER ATO ESTATAL - CARÁTER SOBERANO DO PRONUNCIAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS SOBRE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA - CONSEQUENTE INADEQUAÇÃO DA VIA PROCESSUAL DA RECLAMAÇÃO PARA EXAME DA OCORRÊNCIA, OU NÃO, DO ELEMENTO SUBJETIVO PERTINENTE À RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA OU DA ENTIDADE PÚBLICA TOMADORA DO SERVIÇO TERCEIRIZADO - PRECEDENTES - NATUREZA JURÍDICA DA RECLAMAÇÃO - DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL DO INSTRUMENTO RECLAMATÓRIO - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO." (Rcl 16094 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 19/11/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-021 DIVULG 30-01-2015 PUBLIC 02-02-2015)

A decisão proferida pela Suprema Corte no julgamento do RE 760.931/DF, com repercussão geral, também não impede o reconhecimento de responsabilidade subsidiária em casos como o presente, em que a condenação do ente público não decorre automaticamente do inadimplemento dos encargos trabalhistas, mas sim da conduta culposa da Administração, efetivamente comprovada à luz do quadro fático delineado nos autos, consoante registrou a Corte Regional.
Nesses termos, o reconhecimento da responsabilidade subsidiária da recorrente não implica afronta a qualquer artigo constitucional e legal, na medida em que estes devem ser interpretados de forma a não conflitar com as disposições legais e princípios que regem a prestação de trabalho, de sorte a não permitir que os trabalhadores fiquem desamparados. Importante salientar que a relação de emprego é tutelada por normas de índole social, que, mesmo em nível constitucional, são hierarquicamente superiores àquelas administrativas ou organizacionais.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
O acórdão recorrido proferido pelo Tribunal Regional está em conformidade com a Súmula 331, V, do TST.
Por fim, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0077000-70.2009.5.12.0012

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	VITOR HUGO GRANEMANN DRISSEN
Advogado	Dr. Gerson Luiz Graboski de Lima(OAB: 15782/PR)
Agravado	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada	Dra. Eunice Ione Braghirolli(OAB: 26395-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- VITOR HUGO GRANEMANN DRISSEN

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2º, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis o teor da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Correção Monetária.
A análise do recurso quanto ao tema mostra-se, de plano, prejudicada, tendo em vista que a parte não atendeu ao comando previsto no item I do § 1º-A do art. 896 da CLT (Lei nº 13.015, de 21 de julho de 2014), que prevê:
§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;
Esclareço que a transcrição do inteiro teor da decisão recorrida, ou a transcrição integral e genérica do tema objeto do recurso de revista, sem qualquer destaque relativamente ao ponto em discussão, ou mesmo a referência ao julgado, sem indicação exata do trecho, ou ainda a transcrição simples do dispositivo, não suprem a exigência acima referida.
Neste sentido, cito os seguintes julgados do Tribunal Superior do Trabalho:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS NOS 13.015/2014 E 13.105/2015 E ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI NO 13.467/2017 - DESCABIMENTO. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. INDENIZAÇÃO. VALOR ARBITRADO. TÓPICO DO ACÓRDÃO TRANSCRITO NA ÍNTEGRA. NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 896, § 1º-A, DA CLT. A jurisprudência desta Corte segue no sentido de que a transcrição integral do tópico do acórdão, sem destaque algum do trecho impugnado, não atende ao disposto no art. 896, § 1°-A, da CLT, uma vez que não há, nesse caso, determinação precisa da tese regional combatida no apelo. Precedentes. Agravo de instrumento conhecido e desprovido. (AIRR - 804-33.2014.5.06.0018 , Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 13/06/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/06/2018)
RECURSO DE REVISTA DA RECLAMANTE. MULTA DO ARTIGO 477, §8º, DA CLT. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DO V. ACÓRDÃO REGIONAL. INOBSERVÂNCIA DO ART. 896, § 1º-A, I e III, DA CLT. A transcrição integral da decisão regional, nas razões de recurso de revista, sem que se mencione ou especifique a questão objeto da controvérsia, não atende ao requisito de admissibilidade previsto no art. 896, § 1º-A, I e III, da CLT. Após a vigência da Lei nº 13.015/2014, não basta que a parte recorrente discorra em suas razões recursais a respeito da matéria objeto de sua insurgência, sendo necessária a identificação da tese jurídica adotada pelo eg. TRT em explícito confronto com a norma, súmula ou divergência jurisprudencial invocadas. Precedentes da Corte. Recurso de revista não conhecido. (ARR - 970-65.2015.5.09.0303 , Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, Data de Julgamento: 19/04/2017, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 24/04/2017)
AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DOS TÓPICOS DO ACÓRDÃO REGIONAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO TRECHO QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. DESCUMPRIMENTO DO INCISO I, DO § 1º-A, DO ARTIGO 896 DA CLT. Impõe-se confirmar a decisão agravada, na qual constatada que, no recurso de revista interposto na vigência da Lei n.º 13.015/2014, a parte recorrente não cumpre os requisitos impostos pelo §1º-A, I, do art. 896 da CLT, uma vez que as razões expendidas pela agravante não se mostram suficientes a demonstrar o apontado equívoco em relação a tal conclusão. Agravo conhecido e não provido. (Ag-AIRR - 24707-86.2014.5.24.0086 , Relator Ministro: Hugo Carlos Scheuermann, Data de Julgamento: 22/06/2016, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 24/06/2016).
AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO § 1º-A DO ARTIGO 896 DA CLT. NÃO PROVIMENTO. Não se conhece do recurso de revista quando a parte recorrente não transcreve especificamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da matéria suscitada em suas razões recursais. Incidência do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT. No caso, reportando-se às razões do recurso de revista, verifica-se que a parte recorrente não atendeu à exigência legal, porquanto procedeu à transcrição integral e genérica do tema objeto do recurso de revista, que versa sobre responsabilidade subsidiária, não preenchendo o pressuposto de admissibilidade recursal previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, que impõe à parte o ônus de "indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista". Agravo de instrumento a que se nega provimento. (AIRR - 382-31.2014.5.08.0009, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 22/06/2016, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 24/06/2016).
CONCLUSÃO
DENEGOseguimento aorecurso de revista".

Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, há de se afastar as alegações tecidas a respeito do despacho denegatório. É que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Verifico que, em recurso de revista, a parte recorrente não indicou o trecho da decisão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, nos termos do art. 896, § 1º-A, I, da

CLT (incluído pela Lei n.º 13.015/2014). No caso, não há qualquer transcrição/indicação da fundamentação que pretende prequestionar quanto a todos os temas debatidos no recurso de revista.

Com efeito, esclareço, desde já, que a transcrição do inteiro teor da decisão recorrida, sem a indicação expressa, destacada, da tese prequestionada, não atende a exigência do referido dispositivo celetista introduzido pela Lei n.º 13.015/2014.

Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista.

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do TST: AIRR -10028-85.2013.5.04.0664, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, DEJT 08/06/2015; AIRR-1521-73.2012.5.04.0017, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, DJ 12/06/2015; AIRR-2951-67.2013.5.22.0003, Relator Ministro: Maurício Godinho, 3ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-306-71.2013.5.04.0811, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, 4ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-1163-51.2011.5.04.0015, Relator Ministro: Emmanoel Pereira, 5ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-307 -78.2012.5.04.0233, Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, 6ª Turma, DEJT 12/06/2015; AIRR-42700-94.2014.5.13.0007, Relator Ministro: Cláudio Brandão, 7ª Turma, DEJT 12/06/2015; AIRR-309-73.2011.5.04.0721, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 8ª Turma, DEJT 29/05/2015.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0025796-91.2017.5.24.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	NILZA LIMA RODRIGUES BREDA
Advogado	Dr. Alexandre Morais Cantero(OAB: 8353/MS)
Advogada	Dra. Larissa Morais Cantero Pereira(OAB: 10867/MS)
Advogada	Dra. Adriana Karla Morais Cantero Mello(OAB: 15500/MS)
Advogado	Dr. Fabiana de Moraes Cantero(OAB: 10656/MS)
Advogado	Dr. Lais Rodrigues do Valle(OAB: 18724-A/MS)
Advogada	Dra. Michelle Guimarães Davi(OAB: 17245/MS)
Advogado	Dr. Luciana da Silva Vilela(OAB: 14986 -A/MS)
Agravado	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. José Rafael Gomes(OAB: 11040-A/MS)
Advogada	Dra. Giselli Queiroz de Oliveira(OAB: 21697-A/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- NILZA LIMA RODRIGUES BREDA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.

Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso (acórdão publicado em 22/11/2019 - f. 1890 - Lei 11.419/2006, art. 4º, § 3º); interposto em 04/12/2019 - f. 1862, por meio do Sistema PJe.

Regular a representação, f. 35.

Dispensado o preparo. Beneficiário(a) da Justiça Gratuita, conforme f. 1645.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DO ANUÊNIO/QUINQUÊNIO

Alegação(ões):

- violação aos artigos 9º e 468 da CLT;
- contrariedade à Súmula 294/TST;
- divergência jurisprudencial.

Sustenta, em suma, que: a) a decisão da Turma está equivocada, pois, "restou incontroverso nos autos a existência de contrato expresso prevendo o direito ao anuênio ou quinquênio, de acordo com a data da contratação, segundo o próprio registro em sua CTPS"; b) "o fim da contagem da parcela em exame não poderia

ser imposto ao empregado mesmo por norma coletiva"; c) ocorreu alteração do pactuado com prejuízo para a recorrente.
Pugna pela reforma da decisão.
No referido tópico restou ausente a regularidade formal, visto que a parte recorrente destacou quase que a totalidade das razões de decidir da E. Turma, o que não atende ao requisito previsto no artigo 896, §1º-A, I, da CLT, por se tratar de transcrição genérica. Isso porque a demonstração das alegadas violações deve ser feita de forma analítica, com a indicação dos pontos impugnados e a correspondente dedução dos motivos pelos quais se entende que, naquela parte específica da decisão, houve violação legal, o que não foi observado.
De todo modo, ante a restrição do artigo 896, §9º, da CLT, a admissibilidade do apelo revisional interposto em face de acórdão proferido em procedimento sumaríssimo está restrita à demonstração de violação direta ao texto constitucional ou de contrariedade a Súmula de Jurisprudência Uniforme do TST ou a Súmula Vinculante do STF. Descabe, pois, análise de violação à legislação infraconstitucional e divergência jurisprudencial.
No caso, consta da decisão impugnada (f. 1840) que: "Portanto, a supressão do pagamento de novos anuênios a partir 1º.9.1999, em razão de ausência de previsão de pagamento da verba nos instrumentos coletivos editados a partir de então, constitui lesão única decorrente de alteração do pactuado, incidindo no caso a prescrição total, nos termos da Súmula n. 294 do TST" (g. n.).
Portanto, a decisão está em sintonia com a Súmula 294 do C. TST, o que inviabiliza o seguimento do recurso.
De qualquer forma, a pretensão da parte recorrente importaria, necessariamente, no reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126/TST e inviabiliza o seguimento do recurso.
Por fim, quanto à alegação de que o direito ao anuênio/quinquênio consta do registro da CTPS da recorrente, inviável o seguimento do recurso, uma vez que a turma não adotou tese acerca da matéria, à luz dos dispositivos invocados pela recorrente. Ausente o prequestionamento, incide a Súmula 297/TST.
Denego, pois, seguimento ao recurso.
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO / NATUREZA JURÍDICA
Alegação(ões):
- contrariedade à OJ 413 da SDI-1/TST;
- violação ao artigo 468 da CLT;
- contrariedade à Súmula 241/TST.
Aduz, em síntese, que: a) "sem qualquer acordo coletivo acostado pela parte do Banco do Brasil S.A que alega ser indenizatório o auxilio-alimentação o Regional entendeu com supedâneo da Circular de 87/798 pela existência de acordo coletivo"; b) o TST tem entendido que: "As normas coletivas mais antigas estabeleceram o benefício sem fixar a sua natureza razão pela qual nenhuma prova caberia ao Recorrente, de modo que, com base no disposto no art. 458 da CLT, que estabelece que 'Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações 'in natura' que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado' forçoso concluir que o benefício tinha natureza salarial"; c) "a reclamante já recebia o auxílio alimentação (Valetik), antes da adesão da empresa ao PAT, de modo que o benefício já havia sido integrado ao seu contrato de trabalho, ostentando natureza salarial".
Requer a reforma do v. acórdão.
No presente tópico restou ausente a regularidade formal.
A parte recorrente, quanto ao capítulo em tela, não transcreveu, in litteris, o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista da parte da decisão que pretende modificar, o que impede a exata verificação da questão controvertida.
Frisa-se que o trecho trazido pela parte recorrente não é suficiente para ultrapassar o obstáculo processual verificado, pois não abarca todos os fundamentos do capítulo, em face de haver omissão de transcrição do primeiro parágrafo das razões de decidir da E. Turma sobre o tema (f. 1885), trecho imprescindível ao cotejo analítico entre o decidido pela Turma e a argumentação trazida pela recorrente.
De todo modo, para o acolhimento da pretensão recursal seria necessário o reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126/TST e inviabiliza o seguimento do recurso.
Não preenchido, portanto, pressuposto específico do recurso de revista, denego o seu seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista."

Não procede a alegada ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da legalidade (art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal) quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "anuênio" e "auxílio-alimentação", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas no art. 896, § 1º- A, I, da CLT.
Em relação ao auxílio-alimentação, verifico que a parte recorrente não transcreveu qualquer fundamentação da decisão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, nos termos do art. 896, § 1º- A, I, da CLT (incluído pela Lei n.º 13.015/14).
Nesse sentido, configura-se precedente desta Corte:
"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014.RECURSO DE REVISTA NÃO CONHECIDO. REQUISITO ESTABELECIDO NO ARTIGO 896, §1 º-A, INCISO I, DA CLT. INDICAÇÃO DOTRECHO DA DECISÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Subseção, acerca dos pressupostos intrínsecos do recurso de revista, insertos no artigo 896, §1 º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria trazida ao debate, cabendo à parte a demonstração, clara e objetiva, dos fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido, não se admitindo, para tanto, a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva, pois, para fins de cumprimento da exigência legal, é imprescindível a transcrição textual do trecho da decisão recorrida. Portanto, a discussão sobre o cumprimento dos pressupostos intrínsecos do artigo 896, §1 º- A, da CLT está superada pela jurisprudência desta Subseção, o que impõe a incidência do artigo 894, § 2º, da CLT. Precedentes. Embargos não conhecidos. (Processo: E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021 Data de Julgamento: 17/05/2018, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 25/05/2018).

Já em relação aos demais temas, a parte recorrente, no debate dos temas objeto de insurgência no recurso de revista, limitou-se a transcrever todo o tópico referente às matérias objeto do recurso, sem indicar a fundamentação que pretendia prequestionar nos

moldes do supracitado artigo celetista.
Com efeito, esclareço, desde já, que a transcrição do inteiro teor do tema da decisão recorrida, sem a indicação expressa, destacada, da tese prequestionada, não atende ao disposto no novo dispositivo celetista introduzido pela Lei n.º 13.015/2014.
Não cabe, pois, transcrever o inteiro teor do acórdão regional, protestando que a decisão merece reforma, mas apontar em qual passagem dos fundamentos adotados pelo Tribunal Regional se encontra exposta a argumentação que ampara a pretensão recursal.
Não cabe ao órgão julgador interpretar a decisão impugnada para deduzir a tese nela veiculada e a fundamentação que ampara a pretensão recursal naquilo que representa o atendimento dos pressupostos que viabilizam o conhecimento do recurso interposto.
Esse requisito formal constitui pressuposto intrínseco do recurso de revista e, por isso mesmo, deve ser observado pela parte recorrente em face do novo regramento.
No caso em debate, a transcrição do acórdão inteiro, sem a delimitação do ponto de insurgência objeto das razões do recurso de revista - mediante o destaque do trecho em que foram adotados os argumentos do acórdão regional para o deslinde da controvérsia -, não atende ao requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, pois há a ausência de demonstração do prequestionamento, o que impede, consequentemente, a observância dos demais pressupostos contidos nos incisos II e III do artigo 896, § 1º-A, da CLT, em especial no que se refere à demonstração analítica entre os dispositivos apontados como violados e o trecho da decisão destacada no apelo.
Nesse mesmo sentido, transcrevo precedentes desta Corte Superior:
"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014. RECURSO DE REVISTA NÃO CONHECIDO. REQUISITO ESTABELECIDO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. INDICAÇÃO DO TRECHO DA DECISÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Subseção, acerca dos pressupostos intrínsecos do recurso de revista, insertos no artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria trazida ao debate, cabendo à parte a demonstração, clara e objetiva, dos fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido, não se admitindo, para tanto, a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva, pois, para fins de cumprimento da exigência legal, é imprescindível a transcrição textual do trecho da decisão recorrida. Portanto, a discussão sobre o cumprimento dos pressupostos intrínsecos do artigo 896, § 1º-A, da CLT está superada pela jurisprudência desta Subseção, o que impõe a incidência do artigo 894, § 2º, da CLT. Precedentes. Embargos não conhecidos. (E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021 , Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 17/05/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 25/05/2018)"
"AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELO RECLAMANTE. HORAS DE SOBREAVISO. LEI N° 13.015/14. INOBSERVÂNCIA DE PRESSUPOSTO FORMAL DE ADMISSIBILIDADE PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1°- A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DO INTEIRO TEOR DO CAPÍTULO DA DECISÃO RECORRIDA. Nos termos do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei n.º 13.015/2014, "sob pena de não conhecimento, é ônus da parte: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do Recurso de Revista". Constatada, no presente caso, que houve apenas a transcrição integral do acórdão recorrido em relação ao tema impugnado, não se considera suprido o requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da Consolidação das Leis do Trabalho, revelando-se insuscetível de conhecimento o Recurso de Revista. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (...) (TST -ARR-20052-05.2015.5.04.0018, Relator Ministro Lelio Bentes Corrêa, 1ª Turma, DEJT 14/08/2017 - originais sem destaques).

Portanto, inviável o recurso de revista em que a parte recorrente não cumpre com o disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, o qual lhe atribui tal ônus.
Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista.
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do TST: AIRR -10028-85.2013.5.04.0664, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, DEJT 08/06/2015; AIRR-1521-73.2012.5.04.0017, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, DJ 12/06/2015; AIRR-2951-67.2013.5.22.0003, Relator Ministro: Maurício Godinho, 3ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-306-71.2013.5.04.0811, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, 4ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-1163-51.2011.5.04.0015, Relator Ministro: Emmanoel Pereira, 5ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-307 -78.2012.5.04.0233, Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, 6ª Turma, DEJT 12/06/2015; AIRR-42700-94.2014.5.13.0007, Relator Ministro: Cláudio Brandão, 7ª Turma, DEJT 12/06/2015; AIRR-309-73.2011.5.04.0721, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 8ª Turma, DEJT 29/05/2015.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100368-37.2018.5.01.0065

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	SERGIO RODRIGUES VIULA
Advogada	Dra. Rita de Cássia Sant´Anna Cortez(OAB: 39529-A/RJ)
Advogado	Dr. Marcio Lopes Cordero(OAB: 81613 -A/RJ)
Advogada	Dra. Christiane Damasco de Castro(OAB: 167749/RJ)
Advogado	Dr. Raphael Inacio Medeiros(OAB: 157639-A/RJ)
Agravado	CULTURA INGLESA S/A
Advogado	Dr. Juliana Bracks Duarte(OAB: 102466-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CULTURA INGLESA S/A
- SERGIO RODRIGUES VIULA

Denegado seguimento ao recurso de revista pelo Tribunal Regional

de origem, o reclamante interpõe agravo de instrumento.
Foi apresentada contraminuta, fls. 473/477.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
A insurgência recursal diz respeito aos temas "BASE DE CÁLCULO DAS VERBAS RESCISÓRIAS", "MULTA DO ART. 477 DA CLT", "ACÚMULO DE FUNÇÃO" e "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS".
Constata-se, de plano, a inviabilidade de processamento do recurso de revista.
Interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
No caso, a parte recorrente, em seu recurso de revista, não atendeu ao comando legal porque procedeu à transcrição integral dos tópicos recorridos (fls. 451/452, 454/455, 457/461 e 462/463), sem destaque.
Nesse sentido, os seguintes julgados, in verbis:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DO INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO RECORRIDO. ARESTO PARADIGMA SUPERADO PELA JURISPRUDÊNCIA DO TST. A egrégia Primeira Turma negou provimento ao agravo para manter a decisão que não conheceu do recurso de revista em razão do descumprimento do requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, na medida em que a parte efetuou a transcrição o acórdão regional em seu inteiro teor, sem qualquer destaque em relação ao ponto específico que consubstancia o prequestionamento da matéria. A tese contida no único paradigma válido, nos termos da Súmula 337 do TST, resta superado pela jurisprudência desta Corte, haja vista ter a SBDI-1, interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmado o entendimento no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, " a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse , transcrição integral do acórdão recorrido , do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva" (E-ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018). Mais precedentes . Incidência do óbice do artigo 894, § 2º, da CLT. Agravo conhecido e desprovido." (Ag-E-ED-Ag-RR-41-09.2014.5.09.0322, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 09/10/2020).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PROMOÇÕES POR ANTIGUIDADE E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS TRECHOS QUE CONSUBSTANCIAM O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO DO INTEIRO TEOR DOS CAPÍTULOS IMPUGNADOS. DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISOS I E III, DA CLT . DECISÃO DO MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA QUE DENEGOU SEGUIMENTO AOS EMBARGOS DO AUTOR POR INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA Nº 353 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO . DECISÃO DENEGATÓRIA MANTIDA POR FUNDAMENTO DIVERSO . Não obstante a presente hipótese esteja contemplada na exceção estabelecida na letra "f" da Súmula nº 353 desta Corte, ao contrário do que concluiu o despacho denegatório, os embargos não reúnem condições de prosseguir por outro fundamento. Com efeito, a Egrégia Turma, ao negar seguimento ao recurso de revista interposto pelo autor, decidiu consoante jurisprudência pacificada desta Corte, no sentido de que a transcrição do capítulo do acórdão, integralmente, sem a delimitação do ponto de insurgência objeto das razões do recurso de revista - mediante o destaque do trecho em que foram adotados os argumentos do acórdão regional para o deslinde da controvérsia -, não atende ao previsto no artigo 896, § 1º-A, inciso I, da CLT. Precedentes. Incide, na espécie, o óbice contido no artigo 894, § 2º, da CLT. Mantém-se o não seguimento dos embargos, por fundamento diverso. Agravo interno conhecido e não provido" (Ag-E-Ag-ARR-62-80.2014.5.12.0037, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 19/12/2018).

Logo, não tendo a parte agravante se eximido de tal ônus, o recurso de revista é manifestamente inadmissível.
Diante do exposto,com suporte no art. 118, X, do RITST,denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1001132-36.2019.5.02.0032

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogada	Dra. Viviane Castro Neves Pascoal Maldonado Dal Mas(OAB: 136069-A/SP)
Agravado	TAIANE MARTINS
Advogado	Dr. Thiago Bozoglian Correa(OAB: 338780-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- TAIANE MARTINS
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, é ônus da parte, sob pena de não conhecimento, indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, o que não foi observado pela recorrente.
DENEGO seguimento.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Periculosidade / Armazenamento de Líquido Inflamável.
Diante do pressuposto fático delineado no v. acórdão, insuscetível de reexame em sede extraordinária (Súmula 126/TST), verifica-se que o Regional decidiu em consonância com a Orientação Jurisprudencial nº 385, da SBDI-1, da Corte Superior. Assim, o recurso de revista não comporta seguimento por possível violação a dispositivos da legislação federal ou por divergência jurisprudencial, nos termos do art. 896, §7º, da CLT e da Súmula 333 do TST.
DENEGO seguimento.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Periculosidade.
REFLEXOS
A Turma decidiu em perfeita consonância com a Súmula132, I,da Corte Superior, o que torna inviável o seguimento do apelo, nos termos do artigo 896, §7º, da CLT, e da Súmula 333, do C. TST, inclusive com base em dissenso pretoriano.
DENEGO seguimento.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Periciais.
Mantida a condenação da recorrente quanto ao adicional de periculosidade, resta prejudicadaa análise da admissibilidade do recurso de revista quantoaoafastamento da condenaçãodos honorários periciais.
DENEGO seguimento.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Consignado no v. acórdão que, deferidos os pedidos formulados na petição inicial, à exceção dos reflexos em repousos semanais remunerados, cujo valor é irrisório em face da condenação, revertem-se a cargo da reclamada os honorários de sucumbência,não se vislumbra ofensa aos dispositivoslegais apontados.
DENEGO seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista."

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "nulidade-supressão de instância", "adicional de periculosidade", "honorários periciais" e "honorários sucumbenciais", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas na Súmula 333 do TST e no art. 896, §§ 1º-A, I e 7º, c, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Registre-se, por oportuno, que, em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos artigos 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e que já foi deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais. Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional, no particular.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0240500-53.2008.5.02.0038

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	LIQ CORP S.A.
Advogado	Dr. Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-A/SP)
Agravante	ALINE CAMPEL GINO
Advogada	Dra. Eliana São Leandro Nóbrega(OAB: 278019-A/SP)
Agravado	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado	Dr. José de Paula Monteiro Neto(OAB: 29443/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALINE CAMPEL GINO
- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- LIQ CORP S.A.

Trata-se de agravos de instrumento interposto pela reclamane e pela primeira reclamada.
As partes apresentaram contrarrazões aos agravos de instrumento e contrarrazões aos recursos de revistas.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2°, do RITST).

I-AGRAVO DE INSTRUMENTO DA PARTE RECLAMANTE

TERCEIRIZAÇÃO. OPERADOR DE TELEMARKETING.

O TRT, quanto ao tema, consignou:

DO MÉRITO
1. Vínculo de emprego. Enquadramento bancário.
Em r. sentença restou consignado o indeferimento da declaração do vínculo empregatício entre as partes, bem como o enquadramento funcional da reclamante na condição de bancário, sob o argumento de que a autora não se desvencilhou do encargo processual que lhe incumbia, nos moldes do artigo 818 da CLT e artigo 333, I, do CPC. Ao revés, aduz que a reclamante em seu próprio depoimento pessoal aduziu que era subordinada diretamente ao superior da primeira reclamada- e a segunda reclamada era tão-somente a tomadora de serviços, de forma que se extrai do conjunto probatório que a reclamante não preenche os requisitos do artigo 3°- da CLT para o reconhecimento do vínculo empregatício da segunda reclamada com a reclamante.
Assim, admitiu válida a terceirização da atividade de call center, bem como válido o contrato mantido entre reclamante e primeira reclamada, de modo que não há nulidade contratual a ser declarada. pelo que julgou improcedente o pedido de nulidade do vínculo com a primeira reclamada e a consequente formação do liame empregatício com a segunda reclamada. Pugna recorrente pela reforma da r. sentença sob a alegação, em síntese, de que deve ser declarado nulo o contrato firmado com a primeira reclamada e reconhecido o vínculo de emprego da recorrente com a segunda reclamada durante todo o pacto laboral, com o consequente enquadramento sindical bancário pleiteado e, deferimento de todos os 'benefícios sindicais postulados na exordial, sob o argumento de que a reclamante se identificava- como funcionário do banco reclamado, tinha acesso a informações confidenciais dos clientes da segunda ré, restando, assim, preenchidos os requisitos do artigo 3° da CLT.
A irresignação não merece prosperar.
Vejamos. Cotejando-se detidamente os «elementos de provas constantes dos autos, observa-se que restou confessado pela própria autora que suas atividades não se davam sob subordinação jurídica do banco reclamado e sequer para fins de atender à atividade-fim da indigitada instituiçãofinanceira, eis que informa: "(...) que .prestava serviços no estabelecimento da primeira reclamada; estava subordinada diretamente ao supervisor da primeira reclamada; que sempre havia no local um funcionário da segunda reclamada, para verificar o andamento da operação; que se o funcionário da segunda reclamada constatasse algum problema, conversava com o supervisor da -primeira reclamada e este solucionava o problema com os operadores (...); que a depoente fazia cobrança ativa e receptiva de correntistas e não correntistas da segunda reclamada; que fazia cobranças de empréstimos; que conversava com o cliente e digitava todos os dados da negociação e os dados do cliente (telefone, endereço); esclarece que na verdade apenas fazia a atualização dos dados do cliente, lançando alterações de endereço e telefone; (...) que no sistema do banco reclamado a depoente podia verificar endereço e telefone dos clientes e tinha informações sobre o débito que estava sendo cobrado, mas não conseguia acessar as contas de clientes (...)" (fls. 458/459- destaquei).
Impende salientar que, ao revés do que a recorrente pretende fazer crer, as atribuições da reclamante eram meramente burocráticas, não viabilizava o acesso a quaisquer dados sigilosos dos clientes do banco reclamado, sequer das contas bancárias. Não bastasse, observa-se que o desempenho de suas funções estava sob supervisão, exclusivamente, da primeira ré, o que afasta a propalada subordinação jurídica havida em face do banco reclamado; inexistindo por conseguinte, a configuração dos requisitos legais descritos nos artigos 2° e 3°, 'ambos da CLT. Diante do exposto, vislumbra se acertada a decisão monocrática, não merecendo quaisquer reparos. Nada a prover, portanto.
I
Em agravo de instrumento, a reclamante reitera os fundamentos de existência do vínculo direto com o tomador dos serviços e requer os direitos trabalhistas decorrentes da categoria correlata.
Aponta violação dos artigos 5°, X e XII, 7°, XIII da CF/1988; 3°, 9°, 71, § 4°, 74, 195, 224 e 477 da CLT, artigo 942 do Código Civil, bem como contrariedade das Súmulas 55, 331, incisos I e III, 338, e 437 do C. TST. Transcreve arestos.
Examino.
Na hipótese dos autos, o TRT entendeu pela licitude da terceirização de serviços, afastando o vínculo de emprego com o tomador de serviços.
Faz-se necessário o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF, reconhecendo a licitude da terceirização de serviços pelas empresas de telecomunicações.

A possibilidade de terceirização de forma ampla, nas atividades-meio e atividades-fim das empresas, foi tema objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e do Recurso Extraordinário (RE) 958252, julgados pelo Supremo Tribunal Federal em 30/08/2018 e publicados no DJE em 06/09/2019 e 13/09/2019, respectivamente.

A Suprema Corte, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", afastando, assim, a configuração da relação de emprego com o tomador dos serviços. Além disso, em 11/10/2018, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, reafirmou o seu entendimento de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada".

Fixou, então, a tese jurídica de que "é nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC".

Registre-se que a responsabilidade do tomador de serviços nestes casos se mantém de forma subsidiária.

Nesse contexto, o Tribunal Regional decidiu em conformidade com a jurisprudência firmada sobre o tema no âmbito do Supremo Tribunal Federal, com efeito vinculante.

Ressalta-se que, a partir de 30/8/2018, é de observância obrigatória aos processos judiciais em curso ou pendentes de julgamento a tese jurídica firmada pelo e. STF no RE n.º 958.252 e na ADPF n.º 324.

Nesse contexto, não há mais espaço para o reconhecimento do vínculo empregatício com o tomador de serviços sob o fundamento de que houve terceirização ilícita (ou seja, terceirização de atividade essencial ou finalística), ou, ainda, para a aplicação dos direitos previstos em legislação específica ou em normas coletivas da categoria profissional dos empregados da empresa contratante. Nesse sentido, cito jurisprudência desta Corte:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. Ante as razões apresentadas pelo agravante, afasta-se o óbice oposto no despacho agravado. Agravo conhecido e provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. Decisão regional em que adotado o entendimento de que é ilícita a terceirização empreendida na atividade-fim do tomador dos serviços. Aparente violação do art. 5º, II, da CF, a ensejar o provimento do agravo de instrumento. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. 1. O Tribunal Regional manteve a sentença quanto à ilicitude da terceirização, ao fundamento de que os serviços prestados estão inseridos na atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. 2. Não obstante o entendimento cristalizado na Súmula 331, I, do TST, no sentido de que "a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário ", o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de repercussão geral, decidiu que " é lícita à terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Ressalto que, no caso, não há no acórdão regional qualquer registro concernente à existência de pessoalidade e/ou subordinação direta à tomadora dos serviços. Assim, torna-se inviável o reconhecimento da ilicitude da terceirização, não sendo tampouco possível o reconhecimento de isonomia com os empregados da empresa tomadora dos serviços. 4. Configurada a violação do art. 5º, II, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10943-72.2016.5.03.0013, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 12/11/2021)

RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO DE EMPREGO. BANCO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. 1. A partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços, independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 2. Na espécie, o Tribunal Regional reconheceu o vínculo de emprego entre a reclamante e um dos Bancos reclamados, somente em razão da prestação de serviços reputados eminentemente bancários. Nesse sentido, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego da reclamante com a instituição financeira tomadora de serviços e a condição de bancário do trabalhador. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10823-70.2015.5.03.0043, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 02/02/2021)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO AUTOR NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/17. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. Compulsando-se os autos, verifica-se que o acórdão embargado, de fato, se pronunciou no sentido da não observância de pressuposto da regularidade formal inerente aos recursos de fundamentação vinculada (princípio da dialeticidade recursal). Todavia, em melhor análise, constata-se que a parte, nas razões do agravo, impugnou de forma específica e fundamentada o óbice erigido na decisão agravada, comportando, assim, a decisão embargada complementação. TERCEIRIZAÇÃO. TOMADORA DE SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO STF. TEMA 725. REPERCUSSÃO GERAL. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de Repercussão Geral, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Nesse contexto, porquanto superada a questão da ilicitude da terceirização - em conformidade com as decisões do STF -, resulta

inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do autor diretamente com o tomador de serviços. Embargos de declaração a que se dá provimento, para sanar os vícios apontados, sem, contudo, imprimir-lhes efeito modificativo. (ED-Ag-AIRR-11359-77.2015.5.01.0030, 1ª Turma, Relator Ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 16/11/2021).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Deixa-se de analisar a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, nos termos do artigo 249, § 2º, do CPC/73 (artigo 282, § 2º, do atual CPC), por cogitar-se, no mérito , de possível decisão favorável ao reclamante. TERCEIRIZAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS DE ENERGIA. PREVISÃO NO ARTIGO 25, § 1º, DA LEI Nº 8.987/95. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA ADPF 324, DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EM REPERCUSSÃO GERAL ARE-791.932-DF (TEMA 739) E RE-958.252-MG (TEMA 725) E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE Nos 26 E 57, EM QUE SE DISCUTIA A CONSTITUCIONALIDADE DO CITADO DISPOSITIVO LEGAL. 1. Esta Corte firmou o entendimento de que a terceirização do serviço de eletricista, por se tratar de atividade-fim das empresas concessionárias de serviço de energia elétrica, era ilícita, com fundamento na Súmula nº 331, itens I e III, do TST. 2. Por outro lado, a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre "o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", como norma de Direito Administrativo, não foi promulgada para regular matéria trabalhista, devendo ser interpretada à luz dos princípios e das regras que norteiam o Direito do Trabalho, de modo a não esvaziar de sentido prático ou a negar vigência e eficácia às normas trabalhistas que, no País, disciplinam a prestação do trabalho subordinado e as próprias figuras do empregado e do empregador. Dessa forma, quando os órgãos fracionários dos Tribunais trabalhistas entendem que as relações laborais não são regidas pelo artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, não estão deixando de aplicar o dispositivo legal por considerá-lo inconstitucional. Assim, foi observado o disposto no artigo 97 da Constituição Federal e na Súmula Vinculante nº 10 e do STF. 3. Não obstante seja esse o entendimento deste Relator, curvo-me, com ressalva, à tese firmada na decisão proferida nos autos do ARE-791.932-DF (Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral), relatada pelo Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, in verbiS: "É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC" (DJe de 6/3/2019). 4. A Suprema Corte, em sessão realizada em 30/8/2018, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252 (Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral), a respeito da terceirização prevista na Súmula nº 331 do TST, firmou a seguinte tese: "É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". Nos acórdãos proferidos nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade nºs 26 e 57, em que se discutia a constitucionalidade do artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, relatados pelo Exmo. Ministro Edson Fachin, foi destacado: "no julgamento do Tema 739, ARE 791.932- RG, esta Corte, então instada a se manifestar sobre a inobservância da cláusula de reserva de Plenário e o disposto no art. 94, II, da Lei 9.472/1997, declarou a nulidade da decisão do órgão fracionário do TST"; "a norma do diploma regulatório dos serviços de telecomunicações tem conteúdo idêntico ao objeto da presente ação direta de constitucionalidade". 6. A Suprema Corte, fazendo referência às teses fixadas no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252- RG (Tema 725), registrou que, tendo sido afastada a aplicação da Súmula nº 331 do TST "naquelas hipóteses, deve também aqui se estender o mesmo entendimento", concluindo que "o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, ao autorizar as concessionárias de serviço público a contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, alinha-se ao entendimento jurisprudencial atual e, reveste-se de constitucionalidade, devendo ter sua eficácia garantida e preservada". 7. Entretanto, a adoção da tese vinculante firmada pelo Supremo Tribunal Federal não impede o reconhecimento de vínculo de emprego entre o trabalhador terceirizado e a tomadora de serviços, quando comprovada a incidência dos artigos 2º, 3º e 9º da CLT ao caso em apreço, conforme decidiu a SbDI-1, nos autos do E-ED-RR-32900-51.2005.5.03.0002, em acórdão relatado pelo Exmo. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, firmando o entendimento de que há que reconhecer o "vínculo empregatício com a tomadora dos serviços, quando estiver nitidamente comprovada nos autos a presença dos requisitos do art. 3º da CLT, configurando desvirtuamento da terceirização de forma a disfarçar a existência de inequívoca relação de emprego com a tomadora". 8. Na hipótese dos autos, o Ministério Público do trabalho ajuizou ação civil pública contra a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (concessionária de serviços de energia elétrica) e a Santa Maria Participações S.A., a fim de impedir a terceirização de atividade-fim daquela. O Tribunal a quo, por entender pela ilicitude da terceirização dos serviços de leitura de medidores de energia elétrica ativa, reativa e de demanda, envio de faturas e documentos, suspensão do fornecimento de energia elétrica e religação procedida pela Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., confirmou a sentença pela qual essa última ré foi condenada a abster-se de terceirizar os citados serviços e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo . 9. Como o Supremo Tribunal Federal firmou tese, de natureza vinculante, considerando lícita a terceirização, não subsiste a condenação da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. "a abster-se de repassar a terceiros atividades-fins" e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo (responsabilidade solidária da segunda ré). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-215900-88.2012.5.17.0141, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 12/11/2021).

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - PROVIMENTO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. Diante de potencial violação do art. 37, XIII, da Constituição Federal, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252/MG, com repercussão geral (tema 725), em sessão plenária do dia 30.8.2018, fixou teses, respectivamente, no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o

empregado da contratada" e que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 2. A licitude de terceirização de atividade-fim foi reafirmada, pelo Excelso Pretório, nos julgamentos subsequentes do ARE nº 791.932/DF, com repercussão geral (tema 739), em 11.10.2018, e da ADC nº 26, em 22.8.2019. 3. O caso dos autos é o decidido pelo STF, razão pela qual não é possível a aplicação analógica do art. 12, "a", da Lei nº 6.019/74 (OJ 383/SBDI-1/TST), com esteio na alegada ilicitude da terceirização. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10166-80.2018.5.03.0025, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 12/11/2021).

[...] RECURSOS DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STF (TEMA 739 DE REPERCUSSÃO GERAL NO STF - ARE 791.932). TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. O STF, no julgamento da ADC 26/DF, transitado em julgado em 18.09.2019, seguindo a tese firmada no ARE 791.932, em repercussão geral (Tema 739), declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, que autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público, e, reiterando o entendimento exarado pelo Plenário do STF em 30.08.2018, no julgamento da ADPF-324 e do RE-958252, com repercussão geral (Tema 725), reconheceu a constitucionalidade do instituto da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, afastando a incidência da Súmula 331 do TST. É necessário, pois, o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF, relativamente à possibilidade de terceirização de serviços afetos às atividades precípuas das concessionárias de energia elétrica, sendo irrelevante perquirir sobre a natureza das atividades exercidas pela empresa contratada. No caso vertente, o TRT entendeu que havia relação direta da atividade desempenhada pelo Reclamante com a atividade-fim da tomadora e concluiu pela ilicitude da terceirização. Entretanto, há de ser afastada a ilicitude da terceirização, à luz do entendimento do E. STF e do art. art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995. Consequentemente, não se viabiliza o reconhecimento da isonomia salarial em relação aos empregados da empresa tomadora de serviços e a condenação ao pagamento de direitos e benefícios legais, normativos e/ou contratuais daí decorrentes. Remanesce, contudo, a responsabilidade subsidiária em caso de eventual condenação, nos termos da decisão do STF (Tema 725) e da Súmula 331, IV/TST. Ressalva de entendimento pessoal deste Relator. Recurso de revista conhecido e provido. (RR -20455-49.2017.5.04.0811, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 19/03/2021).

[...] RECURSO DE REVISTA. DECISÃO REGIONAL PROFERIDA ANTES DA LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO. SERVIÇOS DE TELEMARKETING. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O BANCO TOMADOR DE SERVIÇOS. Nos termos do posicionamento adotado pela Suprema Corte Federal, no julgamento do ARE 791932, Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral, nos autos da ADPF 324 e do RE 958252, e, ainda, na ocasião do julgamento da ADC 26, é lícita a terceirização de serviços de atividade fim . Assim, deve ser reformada a decisão regional para adequar ao entendimento da Suprema Corte. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-170-89.2013.5.06.0012, 6ª Turma, Relator Ministro Aloysio Correa da Veiga, DEJT 20/03/2020).

III - RECURSO DE REVISTA ANTERIOR À LEI Nº 13.015/2014. RETORNO DOS AUTOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA TOMADORA DOS SERVIÇOS NÃO CONFIGURADA. MANUTENÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO CONSAGRADO PELO C. STF - TEMA 725 DE REPERCUSSÃO GERAL NO C. STF - ADPF 324 E RE 958.252. 1. Há muito prevaleceu no âmbito desta Corte Superior o entendimento de que é ilícita a terceirização de serviços especializados, ligados à atividade-fim do tomador dos serviços, identificada no objeto social do contrato social das empresas envolvidas. Nessa linha de argumentação, entendia-se que a contratação de trabalhadores por empresa interposta seria ilegal, formando-se o vínculo empregatício diretamente entre o empregado contratado e a empresa tomadora dos serviços. Inteligência da Súmula nº 331 do c. TST. 2. Revisitando posicionamento consagrado pelo c. TST, em 30.8.2018, a Suprema Corte, nos autos da ADPF 324/DF e do RE 958.252, submetido à sistemática da repercussão geral - Tema nº 725 - , tendo em conta os princípios constitucionais da livre iniciativa (art. 170) e da livre concorrência (art. 170, IV), a dignidade da pessoa humana (art. 1º), os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal (art. 7º), o direito de acesso do trabalhador à previdência social, à proteção à saúde e à segurança no trabalho, declarou a inconstitucionalidade da Súmula nº 331, I, do c. TST, reconhecendo a licitude da terceirização em todas as etapas do processo produtivo, seja meio ou fim. Ao examinar o Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral, no RE nº 958.252 , fixou a seguinte tese jurídica: " É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante " . Na mesma oportunidade, ao julgar a ADPF nº 324, firmou a seguinte tese, com efeito vinculante para todo o Poder Judiciário: " 1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". 3. Em suma, o c. STF reconheceu a legalidade irrestrita da terceirização de serviços, podendo a contratação de trabalhadores se dar de forma direta ou por empresa interposta e para exercer indiscriminadamente atividades ligadas à área fim ou meio das empresas, não se configurando em tais circunstâncias relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada, remanescendo, contudo, a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa contratada, bem como pelas obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993, além de firmar que é plenamente possível a terceirização de atividades precípuas das concessionárias de serviços públicos. 4. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional ratificou o entendimento do juízo de primeiro grau, de que o autor desempenhava tarefa intimamente ligada à atividade-fim da tomadora dos serviços, declarando, por essa razão, a sua responsabilidade solidária pelas verbas devidas ao trabalhador, em desconformidade com a atual jurisprudência do c. STF e do c. TST.

Recurso de revista conhecido por contrariedade (má aplicação) à Súmula/TST nº 331 e provido. (RR-722-18.2012.5.06.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 07/01/2020).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. ADPF Nº 324 E RE Nº 958.252. TESE FIRMADA PELO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 331 DO TST À LUZ DOS PRECEDENTES DO STF. (...) I. No que diz respeito ao reconhecimento da licitude da terceirização, a decisão regional foi proferida em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 958.252, de que resultou a fixação da seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", bem como no julgamento da ADPF nº 324, em que foram fixadas as seguintes teses: "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". II. Assim sendo, o conhecimento do presente recurso de revista no que diz respeito ao pedido de reconhecimento da ilicitude da terceirização havida entre as Reclamadas encontra óbice no entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, fixada no julgamento da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252. (...). (Ag-AIRR-10681-27.2018.5.18.0081, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 05/11/2021).

(...) II. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE. SISTEMA DE TELEATENDIMENTO. MATÉRIA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADPF 324, RE 958.252 E ARE 791.932). REPERCUSSÃO GERAL. ISONOMIA SALARIAL. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 383 DO TST. IMPOSSIBILIDADE. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA. 1. O Tribunal Regional, reconhecendo que a Reclamante prestou serviços relacionados à atividade-fim da tomadora de serviços, declarou a ilicitude da terceirização havida entre as partes. Muito embora tenha fundamentado não ser possível o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o Ente integrante da Administração Pública Indireta, reconheceu o direito obreiro às verbas trabalhistas - legais e normativas - asseguradas aos empregados da tomadora de serviços, com fundamento no princípio da isonomia. 2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 30/8/2018, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958.252, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se estabelecendo relação de emprego entre a tomadora de serviços e o empregado da empresa prestadora. 3. Dispõe a Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST que: "A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções ". 4. O fato autorizador da isonomia de direitos entre os empregados terceirizados e os regularmente contratados pelo tomador de serviços integrante da Administração Pública é a ilicitude da terceirização. Nessa esteira de raciocínio, reconhecendo o STF a licitude da terceirização tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim das empresas tomadoras, inviável a aplicação da Súmula 331/TST e Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST, que traz como premissa básica a irregularidade da contratação do trabalhador terceirizado. Julgados do TST. 5. Recurso de revista conhecido por má-aplicação da Súmula 331/TST e da OJ 383 da SBDI-1/TST. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-2185-47.2016.5.06.0102, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/12/2020)

[...] II - RECURSO DE REVISTA DA 2ª RECLAMADA (LIQ CORP S/A). ADMISSIBILIDADE. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA. LICITUDE. VÍNCULO DIRETO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE DIREITOS DA CATEGORIA DO TOMADOR. INVIABILIDADE. A partir do julgamento do RE nº 958.252 e da ADPF nº 324 pelo Supremo Tribunal Federal, a matéria em discussão nestes autos (ilicitude da terceirização de atividade-fim) pacificou-se e encontra o seu norte nos termos da decisão vinculante daquela Corte Suprema, que, ao julgar o mérito da controvérsia atinente ao Tema 725 da repercussão geral, definiu a tese jurídica segundo a qual " é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Assim, a decisão do Regional, naquilo em que aplicou a Súmula nº 331, I, do TST à hipótese encontra-se superada pela jurisprudência vinculante do Pretório Excelso, merecendo reforma o acórdão recorrido, a fim de decretar a licitude da terceirização e, por conseguinte, a ausência de vínculo direto com o tomador e os demais consectários daí decorrentes, a exemplo de direitos previstos em normas coletivas da categoria do tomador ou no regulamento interno da empresa, equiparação salarial, ou quaisquer outros que tenham como base jurídica de sustentação a irregularidade do contrato de terceirização de atividade-fim. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-456-10.2014.5.02.0088, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 19/03/2021) .

(...) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. TOMADORA DOS SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE N.º 958.252 COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA (TEMA 725) E ADPF 324. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 324, em 30/8/2018, erigiu tese no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 2. Na mesma ocasião, a Corte Suprema, examinando o Tema 725 de Repercussão Geral, no julgamento do RE 958.252, estabeleceu a seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Inquestionável a aplicação imediata dos aludidos precedentes firmados em Recurso

Extraordinário com repercussão geral reconhecida, bem como em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, cuja decisão tem efeito vinculante. 4. Na linha dos precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal, remanesce a possibilidade de reconhecimento de vínculo com a empresa contratante somente nas hipóteses em que há explícita referência, no acórdão prolatado pelo Tribunal Regional, acerca da configuração da pessoalidade e da subordinação hierárquica direta, presencial ou por via telemática, do obreiro aos prepostos da tomadora de serviços, sendo insuficiente a mera subordinação estrutural ou indireta, inerente à própria terceirização. 5. No caso sob exame, afirmou o Tribunal Regional a ilicitude da terceirização tão somente em razão do labor em atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. Tal entendimento destoa claramente daquele fixado pelo Supremo Tribunal Federal. Reconhece-se, portanto, a transcendência política da controvérsia. 6. Nesse contexto, impõe-se afastar o reconhecimento do vínculo de emprego da parte reclamante diretamente com o banco tomador dos serviços, bem como excluir da condenação as parcelas decorrentes da aplicação dos acordos coletivos dos bancários. 7. Recurso de Revista conhecido e provido" (RR-491-61.2017.5.06.0311, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 05/02/2021) .

(...) RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DAS LEIS NºS 13.015/14 E 13.105/15, MAS ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/2017. TELEMARKETING - ILICITUDE DE TERCEIRIZAÇÃO - RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS - ENQUADRAMENTO DO RECLAMANTE NA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS BANCÁRIOS. O STF, em 30/8/2018, no julgamento conjunto da ADPF 324/DF e do RE 958.252/MG (tema de Repercussão Geral nº 725), firmou a tese jurídica de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, seja ela meio ou fim, o que não configura relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. O Plenário da Suprema Corte concluiu, então, que não há óbice constitucional à terceirização das atividades de uma empresa, ainda que se configurem como as denominadas "atividades-fim" das tomadoras de serviços. No caso concreto, o Tribunal Regional concluiu que a contratação dos serviços especializados de telemarketing é ilícita, pois estão ligados à atividade-fim da tomadora de serviços. Assim, o v. acórdão recorrido, ao reconhecer a ilicitude da terceirização na hipótese, contrariou a tese firmada pela Suprema Corte, na ADPF 324 e no RE 958.252 (tema 725 da tabela de repercussão geral). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-11150-12.2015.5.03.0044, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 04/12/2020).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. BANCO BRADESCO S.A. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTENTE. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADPF 324/DF, o RE-958.252/MG (tema 725 da tabela de repercussão geral), fixou a tese, com efeito vinculante e eficácia erga omnes , segundo a qual é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas e de o objeto da terceirização consistir em atividade-meio ou atividade-fim da tomadora de serviços, desde que não seja comprovada a fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, sendo mantida, entretanto, a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. Portanto, definido pelo Supremo Tribunal Federal que é licita a terceirização de serviços, tanto ligados à atividade-meio quanto à atividade-fim da contratante, e não tendo sido constatada fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, deve ser julgado improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo de emprego com O tomador de serviços e, em consequência, os pedidos decorrentes unicamente do vínculo. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. (RR-10958-62.2016.5.03.0103, 8ª Turma, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 23/03/2021).

(...) III - RECURSO DE REVISTA - REGÊNCIA PELA LEI Nº 13.015/2014 - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. CALL CENTER. LICITUDE. A matéria já não comporta debates, ante as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sessão extraordinária realizada no dia 30/08/2018, quando se julgou procedente a arguição formulada na ADPF-324/DF (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018), com eficácia erga omnes e efeito vinculante, e se fixou tese jurídica de repercussão geral, correspondente ao Tema nº 725, no sentido de que "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante." (leading case: RE-958252/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018). Recurso de revista conhecido e provido. (RRAg-10055-74.2017.5.03.0173, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 05/02/2021).

Ressalta-se que o precedente firmado pela Corte Suprema não impede que a Justiça do Trabalho, analisando o caso concreto, identifique as premissas fático-jurídicas requeridas para a configuração do vínculo de emprego, nos termos dos arts. 2º e 3º da CLT, e reconheça a relação em exame não decorra da simples constatação de que os serviços terceirizados se inserem na atividade final do empreendimento (fraude) - o que não é o caso dos autos.
Dessa forma, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas destacados, emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126 e 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Nego provimento.

II-AGRAVO DE INSTRUMENTO DA PRIMEIRA RECLAMADA LIQ CORP S.A (ATUAL DENOMINAÇÃO SOCIAL DA MOBITEL S.A).

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. 2-ENQUADRAMENTO SINDICAL.
Consta do acórdão:
3. Responsabilidade subsidiária.
Na decisão monocrática restou lançado que restou prejudicada a análise da responsabilidade da segunda reclamada, ante a improcedência dos pedidos.
Pugna a recorrente pela reforma da r. sentença para que seja reconhecida a responsabilidade solidária as reclamadas, ante as verbas deferidas na presente ação, nos moldes do artigo 9° da CLT e artigo 942 do Código Civil. Contudo, caso não seja esse o entendimento desta Eg. Corte Revisora, requer que seja declarada a responsabilidade subsidiária da segunda reclamada, uma vez ser a tomadora de serviços da recorrente, com fulcro no entendimento consubstanciado na Súmula 331, III e VI do C. TST.
A irresignação merece prosperar. Vejamos.
Primacialmente não há se falar em responsabilidade solidária do

banco reclamado ao pagamento do crédito trabalhista ora deferido, por ausência de amparo legal, vez que não se vislumbra a propalada terceirização ilícita.

I No entanto, por outro lado, não obstante a lei permita a contratação de mão de obra através de empresa interposta quando se tratar de serviços de vigilância e de transporte de valores, conservação e limpeza, desde que inexistentes a pessoalidade e a subordinação direta, há disposição legal que, por analogia, permite responsabilizar diretamente o tomador dos serviços em razão do inadimplemento, das obrigações trabalhistas por parte do empregador, ou seja, do fornecedor da mão de obra que foi por ele aproveitada.

A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços está, em suma, fundada na teoria geral da responsabilidade civil, que se orienta no sentido de que toda atividade lesiva a um interesse patrimonial ou moral de outrem gera a necessidade de reparação da lesão ou, no mínimo, do restabelecimento do equilíbrio pelo agente causador. Nessa direção, tem-se ampliado a tendência progressiva de extensão dessa responsabilidade, para admitir tanto a responsabilização direta do agente por fato próprio, como também por fatos de terceiro e coisas sob sua guarda, fundada na ideia de culpa presumida. Desse modo, e na medida em que a função da, responsabilização do agente é justamente a sanção civil, de natureza compensatória, não se poderia permitir a blindagem total do tomador quanto aos serviços que foram por ele contratados.

Cláusula nesse sentido, por exemplo, pode ser verificada na própria CLT em relação aos contratos de subempreitada, como se observa do-artigo 455:

(...)

A guisa desta direção interpretativa analógica; inadimplidas as obrigações trabalhistas pela empresa contratada, responde sim o tomador dos serviços, ainda que de forma subsidiária, após exauridas as tentativas de executar o empregador.

A responsabilidade subsidiária da tomadora pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pela empresa contratada, por conseguinte, decorre da culpa em eleger, e deixar de vigiar essas empresas que lhes prestam serviços, lesando os direitos trabalhistas de quem os executa. No caso em epígrafe, a autora foi contratada pela empresa MOBITEL SA para prestar serviços terceirizados de teleoperadora, fato esse comprovado pelo contrato de prestação de serviços carreado aos autos às fls. 297/302, firmado em 20.09.2004, bem como confirmado em defesa pelo próprio banco recorrido.

A empregadora, no entanto, foi condenada a pagar títulos oriundos do contrato firmado com a autora na consecução de serviços ao banco tomador, sendo, por conseguinte, aplicável, no caso em apreço, o inciso lV da Súmula 331 do-TST, que preceitua: (...)

Diante do exposto, confere-se provimento ao apelo da reclamante, a fim de declarar a responsabilidade subsidiária do banco reclamado ao pagamento dos créditos trabalhistas ora deferidos.

Provejo, portanto.

2. Enquadramento sindical. Telemarketing. SintrateL

Em r. sentença restou consignado que, uma vez reconhecida à validade do contrato de trabalho celebrado com a primeira reclamada, não há falar em novo enquadramento sindical, julgando, assim, improcedentes os pedidos elencados nas letras d; d.1 e d. 2. i .Pretende a recorrente a reforma da r. sentença sob a alegação de que deve ser enquadrada no SINTRATEL com o consequente pagamento dos títulos postulados na inicial, vez que, consoante comprovado em instrução processual, realizava atividade de telemarketing, sendo irrelevante a nomenclatura o cargo utilizada.

A irresignação merece em parte prosperar. Vejamos.

De acordo com o art. 581, parágrafo 2°, da CLT, o enquadramento sindical é feito considerando-se a atividade fim da empresa empregadora, ou, quando possui mais de uma, pela atividade preponderante. Além disso, o art. 577 da CLT dispõe sobre o quadro das atividades econômicas e profissionais que deverão ser consideradas na definição das categorias sindicais.

Assim, seguindo os preceitos insculpidos na norma consolidada e a maciça jurisprudência da Justiça do Trabalho, o enquadramento sindical de um trabalhador será estabelecido a partir da atividade preponderante desenvolvida pelo empregador e não pela natureza das atribuições por ele desempenhadas na empresa, salvo quanto à categoria profissional diferenciada.

Conforme se observa no Estatuto Social da empresa reclamada às fl. 418, no art. 2°, a reclamada/recorrida tem por objeto: I) a prestação de serviços de central de atendimento ao consumidor; ll) a locação, o comércio, a importação e exportação de equipamentos, peças e aparelhos de comunicação e a representação de empresas de comunicação, efetuando a l habilitação de aparelhos e a prestação e contratação de serviços pertinentes ao ramo; (lll) a participação como sócia, acionista ou quotista, no capital de outras sociedades; (IV) a prestação de serviços de promoção de vendas em geral; (V) a prestação de serviços de logística na área 7 de vendas e de distribuição de materiais; (VI) a prestação de serviços de treinamento de terceiros; (VII) a prestação de serviços de consultoria em projetos de vendas e- de comunicação; (VIII) a locação de mão-de-obra, incluindo a administração de pontos de venda; (IX) a locação de infraestrutura diversa; (X) a compra e venda de - equipamentos de comunicação (...).

A par do supra expendido, verifica-se que a atividade principal da empresa recorrida não se refere a serviços de telefonia, pois não há nada nos autos que indique que mantenha ou opere centrais telefônicas ou sistemas de telefonia, emergindo de todo o exposto que sua atividade preponderante é a prestação de serviços de telemarketing, motivo pelo qual não se cogita de aplicação das normas coletivas do SINTETEL à demandada, pois seus empregados enquadram-se na categoria profissional dos empregados de telemarketing, a qual é representada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing e Empregados em Empresas de Telemarketing da Cidade de São Paulo e Grande São Paulo - SINTRATEL.

Outrossim, as normas firmadas pelo SINTRATEL são mais benéficas aos trabalhadores que as firmadas pelo SlNTETEL, e no conflito de normas coletivas, aplica-se a mais favorável ao trabalhador, sendo este principio de Direito do Trabalho. Diante do exposto, confere-se provimento em pane ao presente apelo, a fim de declarar o enquadramento sindical ao SINTRATEL - Sindicato/dos Trabalhadores em Telemarketing e Empregados em Empresas de Telemarketing da Cidade de São Paulo e Grande São Paulo, bem como determinar a retificação da CTPS para que conste a função exercida como teleoperadora, bem como acrescer a condenação do pagamento de diferenças salariais, bem como os respectivos reflexos em férias+1/3, 13° salário, aviso prévio, verbas rescisórias, horas extras e FGTS +40%, vez que o salário auferido no período entre 01.05.2007 a 30.04.2008 foi de R$ 422,56 (vide doc. 03) e a CCT07/08 determina o piso salarial de R$ 450,00 a partir de 01.05.2007; pagamento do abono indenizatório de R$ 100,00, vez_que não restou comprovado a instituição de PLR e pagamento de diferenças do adicional de horas extras, vez que a partir da segunda hora extraordinária laborada incide o adicional de 75% consoante se apurar em regular liquidação a partir dos horários consignados nos controles de ponto coligidos ao processo. lmpende sublinhar que a autora colacionou aos autos apenas a CCT de 2007/2008 (vide fls. 123/130), com vigência no período entre

01.05.2007 a 60.04.2008, o que obsta o deferimento dos referidos pleitos durante a integralidade do período imprescrito do pacto laboral, por ausência de respaldo legal. Provejo em parte, portanto.

A primeira reclamada quanto à responsabilidade subsidiária alega que "o entendimento que prevalece é no sentido de que a responsabilidade subsidiária da tomadora somente emerge em caso de contratação fraudulenta ou ilegal dos serviços terceirizados e não simplesmente em decorrência da culpa nas modalidades in eligendo e in vigiilando. No caso, conforme reconhecido na própria sentença, não há nenhuma irregularidade no contrato de prestação de serviços celebrado entre a recorrente e a segunda reclamada, além disso sequer houve alegação de fraude na contratação".
Aponta violação dos arts. 5º, II, da CF/1988 e 265, do CC bem como má aplicação da Súmula 331, IV, do TST. Transcreve arestos.
Quanto à representatividade sindical alega que "A primeira reclamada a Agravada sempre esteve vinculada ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado 'de São Paulo - SINTETEL - que representa a atividade preponderante da Agravante para o qual sempre recolheu suas contribuições sindicais e assistenciais. Assim, o SlNTRATEL não é o representante da Agravante, portanto esta empresa não é obrigada a cumprir as cláusulas da Convenção Coletiva diversa da sua categoria".
Aponta violação dos arts. 5°, II, XXXV, XXXVI, LIV, LV, 7°, XXVI, artigo 8°, II e VI da CF/1988; 511, 581, §2º, 611, 619, 897-A, da CLT e 535, 538 parágrafo único do CPC/1973.
Analiso.
Quanto à responsabilidade subsidiária, o TRT, com fundamento na Súmula 331, IV, do TST, manteve a sentença que condenou as reclamadas de forma subsidiária. A possibilidade de terceirização de forma ampla, nas atividades-meio e atividades-fim das empresas, foi tema objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e do Recurso Extraordinário (RE) 958252, julgados pelo Supremo Tribunal Federal em 30/08/2018 e publicados no DJE em 06/09/2019 e 13/09/2019, respectivamente. A Suprema Corte, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", afastando, assim, a configuração da relação de emprego com o tomador dos serviços. Além disso, em 11/10/2018, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, reafirmou o seu entendimento de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada".
A licitude daterceirizaçãonão afasta aresponsabilidade subsidiáriada tomadora de serviços pelos créditos do trabalhador terceirizado, nos termos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da ADPFnº324, em que também foi firmada a seguinte tese: "2. Naterceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada;ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8,212/1993"
Cumpre registrar que, nos termos dos arts. 927, I, e 987, § 2º, do CPC, as teses jurídicas firmadas pela Suprema Corte no RE nº 958.252 e na ADPF nº 324 (30.8.2018) são de observância obrigatória aos processos judiciais em curso ou pendentes de julgamento.
Assim, evidenciada a harmonia entre o acórdão regional e o entendimento consagrado em sede de repercussão geral pela Suprema Corte, sobressai inviável a alegação de violação constitucional ou divergência jurisprudencial. Incidência do óbice do art. 896, §7º, da CLT e da Súmula 333 do TST.
No que tange à representatividade sindical, o Tribunal Regional, valorando a prova, determinou a aplicação dos instrumentos coletivos subscritos peloSINTRATEL, Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing e Empregados em Empresas de Telemarketing da cidade de São Paulo. Delimitou que as referidas normas foram firmadas por entidade coletiva patronal de representação dos interesses da categoria econômica da reclamada. E, ainda, que o SINTETEL não detém legitimidade para representação da categoria. Para se concluir de forma diversa e acolher as alegações da reclamada seria necessário revolver fatos e provas, procedimento obstado nesta instância extraordinária, a teor da Súmula 126 do TST, cuja aplicação impede o exame do recurso tanto por violação a dispositivo de lei como por divergência jurisprudencial.
Ademais, consoante se infere do termo decisório, não se trata de negativa de reconhecimento à norma coletiva, mas, sim de enquadramento sindical, não sendo possível, portanto, conhecer do apelo por violação ao artigo 7º, XXVI e 8°, II e VI da Constituição Federal.
Não se constata ofensa ao art. 5º, XXXV, XXXVI, LIV e LV, da CF/1988, pois em nenhum momento restou demonstrado haver o Tribunal Regional inobservado os princípios constitucionais alusivos à ampla defesa e ao contraditório. Ao contrário, por todos os ângulos examinados da questão, houve efetiva observância a esse postulado jurídico, tanto que a matéria vem sendo discutida nas diversas instâncias, nas quais tem recebido a efetiva prestação jurisdicional.
Esclareça-se, por fim, que não prospera o conhecimento do recurso de revista fundado em alegação de ofensa ao art. 5º, II, da Constituição Federal quando a lide está adstrita ao exame de legislação infraconstitucional, visto que essa circunstância impossibilita a configuração de sua violação literal e direta (Súmula 636 do STF).
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
CONCLUSÃO
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento aos agravos de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0233600-18.2005.5.02.0472

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	TOKA COMERCIO DE MOVEIS TUBULARES E ACESSORIOS LTDA.
Advogado	Dr. Marcos Pinto Nieto(OAB: 166178-A/SP)

Advogada	Dra. Tatiane Alves de Oliveira(OAB: 214005-A/SP)
Agravado	CARLOS VINICIUS ALENCAR
Advogado	Dr. Mauro Stankevicius(OAB: 110758-A/SP)
Agravado	DSG - ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA. - ME
Agravado	MARCIA GRUNBERG FRUCHTENGARTEN
Agravado	ADRIANA GRUNBERG

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA GRUNBERG
- CARLOS VINICIUS ALENCAR
- DSG - ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA. - ME
- MARCIA GRUNBERG FRUCHTENGARTEN
- TOKA COMERCIO DE MOVEIS TUBULARES E ACESSORIOS LTDA.

I - PRELIMINARMENTE

As partes agravadas ADRIANA GRUNBERG e MARCIA GRUNBERG FRUCHTENGARTEN, mediante as petições Pet - 359113-09/2021 e Pet - 359006-00/2021, respectivamente, informam que foram intimadas, através de oficial de justiça, acerca do incidente de desconsideração de personalidade jurídica objeto do presente recurso.

Informam, ainda, que, ao tentarem realizar o protocolo de sua impugnação ao incidente de desconsideração da personalidade jurídica no sistema PJE - TRT 2º Região, este foi OBSTADO, tanto em 1º quanto em 2º instância, em razão da existência do presente recurso e do ato conjunto nº 1 do CSJT.GP.CGJT de 28 de maio de 2018.

Assim sendo, a fim de evitar qualquer alegação futura de intempestividade e, em obediência à normativa supra, requer seja recebido e protocolizado a impugnação ao incidente de desconsideração da personalidade jurídica, que segue anexo e que sejam oportunamente anexados aos autos para os fins de direitos.

Examino.

No caso, verifica-se que a matéria objeto de insurgência do recurso de revista não se trata de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, mas de reconhecimento de grupo econômico. Não há que se analisar, portanto, a sua impugnação. Apenas junte-se aos autos, portanto, as mencionadas petições e os seus documentos.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA PARTE EXECUTADA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).

Tramitação preferencial - execução.

Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.

Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 13/05/2021 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 21/05/2021 - id. d37abec).

Regular a representação processual,id. 30abf05.

Desnecessário o preparo.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária / Grupo Econômico.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Assistência Judiciária Gratuita.

Nos termos do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, é ônus da parte, sob pena de não conhecimento, indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, o que não foi observado pela recorrente.

DENEGA-SE seguimento quanto aos temas.

CONCLUSÃO

DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista.

Examino.

Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.

No presente caso, o agravo de instrumento não merece conhecimento, porquanto emergem como obstáculo as diretrizes consubstanciadas na Súmula 422, I, do TST.

A recorrente não investe de forma objetiva contra o fundamento do despacho denegatório do seguimento do recurso de revista, qual seja, o descumprimento do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. A parte agravante apenas alega genericamente o cumprimento dos pressupostos de admissibilidade. Incidência da Súmula 422, I, do TST.

O recurso de revista, portanto, não merece conhecimento.

Por fim, registre-se que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, não conheço do agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0020879-14.2018.5.04.0017

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
Procurador	Dr. Carlos Roberto da Costa Aquines
Agravado	ELISANGELA TOMAZ CALETTI
Advogado	Dr. Rafael Dias do Canto(OAB: 76095-A/RS)
Agravado	MULTICLEAN SERVICE - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA LTDA - ME
Advogado	Dr. Carlos Eduardo Azevedo Olson(OAB: 46721-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELISANGELA TOMAZ CALETTI
- MULTICLEAN SERVICE - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA LTDA - ME
- MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 602/658) interposto pelo segundo reclamado, contra a decisão de fls. 591/595, mediante a

qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não foram apresentadas contraminuta e contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo não provimento do agravo de instrumento, fls. 669/670.
Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço do apelo.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas renovados nas razões de agravo de instrumento, "PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL" e "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO".
No que se refere ao tema"PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DEPRESTAÇÃOJURISDICIONAL", o recorrente não opôs embargos de declaração contra o acórdão regional, de modo a oferecer oportunidade ao TRT para sanar eventuais vícios. Incidência daSúmula184do TST.
Como o recorrente não se eximiu do encargo que lhe competia, inviável o processamento do recurso de revista, no tópico.
Com relação ao tema "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO", interposto o recurso de revista também sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente otrechoda decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
No caso, a parte agravante transcreveu, várias vezes, apenas aementa, relatório e parte dispositivado acórdão regional, fls. 555/556, 564/565, 567/569 e 571/572, o que não atende o requisito do prequestionamento, uma vez que não demonstra, de forma precisa, a tese adotada pelo Regional quanto ao tema objeto de insurgência.
Nesse sentido, o julgado da SbDI-1/TST:

"A SbDI-1 do TST já firmou o entendimento de que " é indispensável a transcrição dotrechoexato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria trazida ao debate, cabendo à parte a demonstração, clara e objetiva, dos fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido, não se admitindo, para tanto, a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, daementaou apenas da parte dispositiva, pois, para fins de cumprimento da exigência legal, é imprescindível a transcrição textual dotrechoda decisão recorrida ". (TST-E-ED-RR-60300-98.2013.5.21.0021, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 25/05/2018).

Assim, não tendo a agravante se eximido de tal ônus, o recurso de revista é manifestamente inadmissível, no particular.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0091500-91.2009.5.07.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	FUNDAÇÃO CHESF DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE SOCIAL - FACHESF
Advogado	Dr. Thayanne Tarini Duarte e Nascimento(OAB: 30813/PE)
Agravado	RAIMUNDO EDIMIR DE SOUSA
Advogado	Dr. João Paulo Raposo Moroni(OAB: 18906-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CHESF DE ASSISTÊNCIA E SEGURIDADE SOCIAL - FACHESF
- RAIMUNDO EDIMIR DE SOUSA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2º, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis o teor da decisão agravada:

"Para efeito de conhecimento do recurso de revista exige-se a indicação expressa do dispositivo de lei ou da Constituição Federal supostamente violado.
Na hipótese, a parte recorrente não observou tal pressuposto, o que torna inviável o processamento do recurso de revista.
Além disso, a Lei 13.015/2014 acrescentou o & 1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho: & 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientaçãojurisprudencial cuja contrariedade aponte.
No caso, também não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida a cognição do Tribunal Superior do Trabalho.
A exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a mera indicação da folha do trecho do acórdão, da sinopse da decisão, da transcrição da ementa, da parte dispositiva ou do inteiro teor do acórdão recorrido.
No sentido do acima exposto são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST-AIRR-1160-68.2014.5.02.0073, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 14/12/2016, 7a Turma, acórdão publicado no DEJT de 03/02/2017; TST-RR-18177-29.2013.5.16.0020 1a Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-104- 15.2014.5.08.0014, 2a Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, acórdão publicado no DEJT de 06/05/2016; TST-AIRR-10033-37.2014.5.14.0101, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-I0982-58.2014.5.14.0005, 4a Turma, Relator Ministro João Oreste

Dalazen, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-163-91.2013.5.11.0551, 5a Turma, Relator MinistroJoão Batista Brito Pereira, acórdão publicado no DEJT de 22/04 /2016; TST-AIRR-1410-22.2013.5.07.0001, 6a Turma, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, acórdão publicado no DEJT de 06/05/2016; TST-AIRR-11680- 81.2014.5.03.0163, 7a Turma, Relator Ministro Cláudio Brandão, acórdão publicado no DEJT de 04/03/2016. Assim, também é inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do & 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.
CONCLUSÃO Denego seguimento".

Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, há de se afastar as alegações tecidas a respeito do despacho denegatório. É que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Verifico que, em recurso de revista, a parte recorrente não indicou o trecho da decisão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, nos termos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT (incluído pela Lei n.º 13.015/2014). No caso, não há qualquer transcrição/indicação da fundamentação que pretende prequestionar quanto a todos os temas debatidos no recurso de revista.
Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista.
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do TST: AIRR-10028-85.2013.5.04.0664, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, DEJT 08/06/2015; AIRR-1521-73.2012.5.04.0017, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, DJ 12/06/2015; AIRR-2951-67.2013.5.22.0003, Relator Ministro: Maurício Godinho, 3ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-306-71.2013.5.04.0811, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, 4ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-1163-51.2011.5.04.0015, Relator Ministro: Emmanoel Pereira, 5ª Turma, DEJT 05/06/2015; AIRR-307-78.2012.5.04.0233, Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, 6ª Turma, DEJT 12/06/2015; AIRR-42700-94.2014.5.13.0007, Relator Ministro: Cláudio Brandão, 7ª Turma, DEJT 12/06/2015; AIRR-309-73.2011.5.04.0721, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 8ª Turma, DEJT 29/05/2015.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0061600-98.2009.5.02.0010

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	RUBENS SILVEIRA PERCHES
Advogada	Dra. Márcia Regina de Jesus Torres(OAB: 102322-A/SP)
Advogado	Dr. Fernando Antônio Campos Silvestre(OAB: 126046-A/SP)
Agravado	MARIA CRISTINA MARQUES
Advogada	Dra. Solange Cruz Torres Herculano Domingos(OAB: 91283/SP)
Advogada	Dra. Lídia Tomazela(OAB: 63823/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA CRISTINA MARQUES
- RUBENS SILVEIRA PERCHES

Denegado seguimento ao recurso de revista pelo Tribunal Regional de origem, o sócio-executado interpõe agravo de instrumento.
Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões, fls. 1.129/1.133 e 1.124/1.128, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
A insurgência recursal diz respeito ao tema "DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA".
Constata-se, de plano, a inviabilidade de processamento do recurso de revista.
Interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o

recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
No caso, a parte recorrente, em seu recurso de revista, não atendeu ao comando legal porque procedeu à transcrição integral do acórdão recorrido (fls. 1.083/1086), sem destaque.
Nesse sentido, os seguintes julgados, in verbis:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DO INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO RECORRIDO. ARESTO PARADIGMA SUPERADO PELA JURISPRUDÊNCIA DO TST. A egrégia Primeira Turma negou provimento ao agravo para manter a decisão que não conheceu do recurso de revista em razão do descumprimento do requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, na medida em que a parte efetuou a transcrição o acórdão regional em seu inteiro teor, sem qualquer destaque em relação ao ponto específico que consubstancia o prequestionamento da matéria. A tese contida no único paradigma válido, nos termos da Súmula 337 do TST, resta superado pela jurisprudência desta Corte, haja vista ter a SBDI-1, interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmado o entendimento no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, " a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse , transcrição integral do acórdão recorrido , do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva" (E-ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018). Mais precedentes . Incidência do óbice do artigo 894, § 2º, da CLT. Agravo conhecido e desprovido." (Ag-E-ED-Ag-RR-41-09.2014.5.09.0322, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 09/10/2020).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PROMOÇÕES POR ANTIGUIDADE E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS TRECHOS QUE CONSUBSTANCIAM O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO DO INTEIRO TEOR DOS CAPÍTULOS IMPUGNADOS. DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISOS I E III, DA CLT . DECISÃO DO MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA QUE DENEGOU SEGUIMENTO AOS EMBARGOS DO AUTOR POR INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA Nº 353 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO . DECISÃO DENEGATÓRIA MANTIDA POR FUNDAMENTO DIVERSO . Não obstante a presente hipótese esteja contemplada na exceção estabelecida na letra "f" da Súmula nº 353 desta Corte, ao contrário do que concluiu o despacho denegatório, os embargos não reúnem condições de prosseguir por outro fundamento. Com efeito, a Egrégia Turma, ao negar seguimento ao recurso de revista interposto pelo autor, decidiu consoante jurisprudência pacificada desta Corte, no sentido de que a transcrição do capítulo do acórdão, integralmente, sem a delimitação do ponto de insurgência objeto das razões do recurso de revista - mediante o destaque do trecho em que foram adotados os argumentos do acórdão regional para o deslinde da controvérsia -, não atende ao previsto no artigo 896, § 1º-A, inciso I, da CLT. Precedentes. Incide, na espécie, o óbice contido no artigo 894, § 2º, da CLT. Mantém-se o não seguimento dos embargos, por fundamento diverso. Agravo interno conhecido e não provido" (Ag-E-Ag-ARR-62-80.2014.5.12.0037, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 19/12/2018).

Logo, não tendo a parte agravante se eximido de tal ônus, o recurso de revista é manifestamente inadmissível.
Diante do exposto,com suporte no art. 118, X, do RITST,denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0056900-23.2010.5.21.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
Advogado	Dr. Nilton da Silva Correia(OAB: 1291/DF)
Advogada	Dra. Heyza Cristina de Sousa Martins Escanhuela(OAB: 3592-A/RN)
Agravado	LUCILA MARIA ARNAUD
Advogado	Dr. Roberto Gomes Ferreira(OAB: 11723-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

- LUCILA MARIA ARNAUD

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2º, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis o teor da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS Registra-se que a análise se a causa oferece transcendência é, nos termos do artigo 896-A da CLT, de competência exclusiva do Tribunal Superior do Trabalho.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) / Ação Rescisória (55301) / Cabimento (55547) / Sentença de Liquidação
Alegação(ões): -ofensa direta e literal à normatização constitucional e infraconstitucional pátria.
A executada, recorrente, alega que a liquidação do julgado não guarda correspondência com o título judicial, no tocante à evolução salarial da exequente e às promoções por antiguidade e merecimento por ele auferidas a partir de 01/04 /2008, havendo excesso de execução e dano à executada.
Conforme o disposto no art. 896, § 2º da CLT, das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
No mesmo sentido está expresso na Súmula 266, TST. Logo, resulta inviável a possibilidade de fundamentar o recurso de revista contra decisão na execução mediante a arguição de violação de preceitos de ordem infraconstitucional, citação de Súmulas tidas por contrariadas e indicação de acórdãos à divergência jurisprudencial.
A recorrente não cuidou de atender ao requisito formal exigido no art.
896, § 1º-A, II, da CLT, pois não apontou a norma constitucional ofendida, limitando-se a alegar, de forma genérica, ofensa direta e literal à normatização constitucional, do que resulta desfundamentado o apelo, desmerecendo seguimento.
Pelo exposto, nego seguimento ao recurso de revista.
CONCLUSÃO
Diante do exposto, nego seguimento ao recurso de revista interposto pela empresa executada".

Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, há de se afastar as alegações tecidas a respeito do despacho denegatório. É que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
Neste contexto, a própria parte concorre para o não provimento do seu apelo, uma vez que, em suas razões de revista, não denunciou violação de preceito da Constituição Federal.
Assim, o recurso de revista se encontra desfundamentado, nos termos da Súmula 266 do TST e do art. 896, §2º, da CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0072500-35.2005.5.05.0031

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	C C T SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA
Advogado	Dr. Galtiere de Oliveira Carneiro(OAB: 24023-A/BA)
Agravado	UNIÃO (PGFN)
Procurador	Dr. Maiana Vaz do Amaral Barbosa
Procurador	Dr. Thiago Luís Eiras da Silveira

Intimado(s)/Citado(s):
- C C T SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA
- UNIÃO (PGFN)

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que

denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis os termos da decisão agravada:

Vistos etc.
O Processo do Trabalho consagra o princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, consoante o comando emergente do §1º do art. 893 da CLT. Desse modo, as partes não podem atacar a decisão, por qualquer recurso, até que a Instância competente profira julgamento definitivo.
Consta do Acórdão:
"...DOU PROVIMENTO ao agravo de petição para reformar a decisão de ID. a945766 e determinar o retorno dos autos à MM Vara de origem para o regular prosseguimento da execução."
Como se vê, trata-se de decisão interlocutória e não terminativa do feito, de modo que contra ela não cabe recurso de imediato.
Nessa linha é o entendimento do TST na Súmula nº 214 do TST, verbis:
"Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão: a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho; b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal; c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT."
Desse modo, não estando presentes quaisquer das hipóteses dessa Súmula, revela-se desaparelhado o Recurso de Revista.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento aoRecurso de Revista.
Publique-se e intime-se.

Examino.
Não há que se falar em ofensa aos princípios constitucionais quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, quanto ao Juízo Regional de Admissibilidade, ressalte-se que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmula 214 e 266 do TST e no art. 896, §§ 1º e 2º, CLT.
O TRT deu provimento ao agravo de petição da parte exequente para afastar a prejudicial de prescrição acolhida e determinar a baixa dos autos ao Juízo de primeiro grau.
Trata-se, portanto, de decisão irrecorrível de imediato, dada a sua natureza de decisão interlocutória, em conformidade com a jurisprudência do TST, a teor da Súmula 214 do TST e do art. 896, § 1º, da CLT.
O recurso de revista, portanto, não merece conhecimento.
Por fim, registre-se que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0021949-73.2017.5.04.0511

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
Advogado	Dr. Anélio Evilázio de Souza Júnior(OAB: 31666-A/RS)
Agravado	MARCOS ANTONIO DOS SANTOS GAUDENCIO
Advogado	Dr. Darcy Mezzomo(OAB: 8950-A/RS)
Agravado	JOB SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA. - EPP
Advogado	Dr. Jean Feliphe Zito Blaskoski(OAB: 92203-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
- JOB SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA. - EPP
- MARCOS ANTONIO DOS SANTOS GAUDENCIO

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 938/1.095) interposto pela segunda reclamada, contra a decisão de fls. 930/933, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não foram apresentadas contraminuta e contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço do apelo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema renovado nas razões de agravo de instrumento, "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO".
Todavia, a pretensão recursal encontra-se superada no âmbito desta Corte, uma vez que o Supremo Tribunal Federal fixou a tese jurídica de repercussão geral correspondente ao Tema nº 246 ("O

inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93").

A Subseção de Dissídios Individuais 1 do TST, em sessão em composição plena, decidiu que o Supremo Tribunal Federal ao apreciar o Tema nº 246 da Repercussão Geral não emitiu tese jurídica de efeito vinculante em relação ao ônus da prova e, diante dessa constatação, concluiu que incumbe à Administração Pública o ônus da prova da fiscalização dos contratos de prestação de serviços por se tratar de fato impeditivo do direito à condenação por responsabilidade subsidiária, com fundamento no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78. (TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, SbDI-1, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 12/12/2019, DEJT 22/05/2020).

Na espécie, o Regional assentou comprovada a culpa "in vigilando" do ente público, ao consignar que, in verbis:

"Nesse contexto, a fiscalização da segunda reclamada mostrou-se ineficiente, não coibindo a lesão aos direitos do reclamante, de modo que não há como afastar sua responsabilização subsidiária, que, como visto, não decorre do reconhecimento de culpa por presunção ou de responsabilização objetiva. A própria recorrente reconheceu sua responsabilidade ante os termos da decisão administrativa supra reproduzida e o quanto disposto na Súmula 331 do TST." (fls. 849)

Dessa forma, à luz do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333 do TST, resta inviável o destrancamento do recurso de revista.

Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100433-37.2019.5.01.0052

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	SANDY DO MILLENNIUM PERFUMARIA E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
Advogado	Dr. Augusto Nunes Pereira Neto(OAB: 123555-A/RJ)
Agravado	WANDERLEA MUNIZ DE ARAUJO LIMA
Advogada	Dra. Ilma Ferreira Araújo(OAB: 88856-D/RJ)
Advogado	Dr. Rafael Ferreira Araújo(OAB: 190179-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- SANDY DO MILLENNIUM PERFUMARIA E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
- WANDERLEA MUNIZ DE ARAUJO LIMA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 206/226) interposto pela reclamada contra a decisão de fls. 203/204, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.

Não houve apresentação de contraminuta ou de contrarrazões.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente, sendo inexigível o preparo.

As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "NULIDADE DE CITAÇÃO" e "COMISSÕES. INTEGRAÇÃO".

Todavia, interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente, sob pena de não conhecimento do apelo, deve indicar precisamente o trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, devendo, ainda, impugnar todos os fundamentos jurídicos do julgado, "(...) inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte", conforme determina o artigo 896, § 1º-A, I e III, da CLT.

No caso dos autos, porém, a reclamada não atendeu regularmente às disposições em comento, pois transcreveu, no início das razões recursais (fls. 151/154), o inteiro teor do acórdão.

Sobre a matéria, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal firmou jurisprudência no sentido de que a transcrição integral do acórdão recorrido, sem indicação expressa do trecho que contém cada tese jurídica que consubstanciaria o prequestionamento, não atende ao requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, uma vez que não permite o confronto analítico entre a tese central assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica apresentada no recurso de revista .

Nesse sentido:

"RECURSO DE EMBARGOS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI Nº 13.015/2014. ECT. PROGRESSÃO HORIZONTAL POR ANTIGUIDADE. COMPENSAÇÃO DAS PROGRESSÕES CONCEDIDAS POR INTERMÉDIO DAS NORMAS COLETIVAS. COISA JULGADA . REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DO ACÓRDÃO REGIONAL SEM O DESTAQUE DO TRECHO QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. Entre as alterações promovidas à sistemática recursal pela Lei nº 13.015/2014 encontra-se a criação de pressuposto intrínseco do recurso de revista, consistente na indicação (transcrição) do fragmento da decisão recorrida que revele a resposta do tribunal de origem sobre a matéria objeto do apelo. O requisito encontra-se previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, cujo teor dispõe que: "1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista" . A transcrição integral dos fundamentos da decisão regional, quanto aos temas de mérito objeto de impugnação, em texto corrido e sem qualquer destaque ou indicação específica acerca da tese jurídica que a parte entenda como violadora do ordenamento jurídico, constante do início das razões de recurso de revista, não se mostra suficiente a demonstrar, em específico, o prequestionamento da controvérsia objeto das razões do recurso de revista, fato que impede, por consequência, o atendimento dos demais requisitos previstos nos incisos II e III do artigo 896, § 1º-A, da CLT; ou seja, a demonstração analítica (que se faz por meio da argumentação)

entre os dispositivos apontados como violados e o trecho da decisão destacada no apelo. Logo, inviável o processamento do recurso de revista em que a parte não indica, de modo específico, o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia pontuada em seu apelo, ante o óbice contido no referido dispositivo legal, que lhe atribui tal ônus. Precedentes. Recurso de embargos de que se conhece e a que se dá provimento". (TST-E-ED-RR-172500-89.2013.5.17.0011, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT de 24/11/2017)

"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELA LEI 13 . 015/2014. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA AO REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. Salvo quando o capítulo da decisão é sucinto a ponto de toda a fundamentação (matéria prequestionada) nele se exaurir, a transcrição na íntegra dos capítulos do acórdão do Tribunal Regional objeto da controvérsia no início das razões do recurso de revista, e, posteriormente, as insurgências quanto aos temas recorridos não satisfazem o requisito previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, porquanto não viabilizam o confronto analítico entre a tese central assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica apresentada no recurso de revista em mais de uma tema . Precedentes. Recurso de embargos conhecido e desprovido " (TST-E-ED-RR-1583-45.2014.5.09.0651, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT de 27/10/2017)

Ademais, havendo pluralidade de matérias debatidas no recurso de revista, não cabe ao julgador pinçar das razões recursais os trechos extraídos do acórdão regional e cotejá-los com os diversos argumentos trazidos no apelo. Tal ônus incumbe à parte, como expressamente previsto nas supracitadas disposições consolidadas. Ante a inobservância dos requisitos formais, resta inviabilizado o destrancamento do recurso de revista interposto pela reclamada. Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0101816-69.2017.5.01.0036

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.
Advogada	Dra. Mariana Rosa de Almeida Mello(OAB: 84961-A/SP)
Agravado	MURILO LOPES CONCEICAO
Advogado	Dr. Vanderson Torres Barreto(OAB: 114064-D/RJ)
Advogado	Dr. Cláudio José de Sousa(OAB: 107732-A/RJ)
Advogado	Dr. Flávio Branco Pereira(OAB: 117616-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.
- MURILO LOPES CONCEICAO

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 801/807) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 794/797).
Contraminuta às fls. 817/822 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 812/816.
Os autos não foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (procuração - fls. 200) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 21/04/2021 e apelo protocolado em 29/04/2021), preparo realizado (fls. 707/709 e 787).
As insurgências recursais dizem respeito aos temas "PRESCRIÇÃO E VERBAS DEFERIDAS", "NATUREZA NÃO SALARIAL DA PPR. REAJUSTES INDEVIDOS" e "INCIDÊNCIA DO VALOR DO PPR NAS FÉRIAS + 1/3 E REFLEXO DO PPR SOBRE FÉRIAS".
Interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
No caso, a parte recorrente, em seu recurso de revista, não transcreveu o trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, não bastando ao cumprimento da exigência legal o meroresumodo tópico recorrido ou a reprodução da parte dispositiva do acórdão (fls. 768), conforme julgados da SbDI-1 desta Corte:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. RECURSO DE REVISTA. NÃO CONHECIMENTO. INOBSERVÂNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. ART. 896, § 1º-A, I e III, DA CLT. A c. Turma desproveu o agravo para manter a decisão mediante a qual não se conheceu do recurso de revista do reclamante ao fundamento de que transcreveu o trecho do acórdão regional que não abarca todos os fundamentos da Corte Regional para julgar improcedente o pedido, não se desincumbindo de demonstrar o atendimento do pressuposto do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT. Os arestos superados pela jurisprudência consolidada da SBDI-1 sobre a exigência processual prevista no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, não empolgam o apelo, nos limites do artigo 894, § 2º, da CLT. Com efeito, a SBDI-1, interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmado o entendimento no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, "a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva" (E-ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018). Precedentes. Agravo conhecido e desprovido" (Ag-E-ED-Ag-ED-RR-1004-31.2011.5.05.0161, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 14/05/2021).

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. INOBSERVÂNCIA DO REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA

JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. A Terceira Turma deste Tribunal não conheceu do recurso de revista interposto pela reclamada, ao entendimento de que tal insurgência não atende, a regra do artigo 896, § 1º-A, da CLT, porque não houve transcrição do acórdão do TRT a permitir a constatação do trecho da decisão que consubstanciaria o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. A referência à tese adotada pelo Tribunal Regional ouresumodos fundamentos, desacompanhada da transcrição do trecho pertinente objeto da controvérsia nas razões do recurso de revista, e, posteriormente, as alegações quanto aos temas recorridos não satisfazem o requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, porquanto não viabilizam o confronto analítico entre a tese central assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica apresentada no recurso de revista em mais de um tema. Nesse mesmo sentido é a atual e iterativa jurisprudência da SBDI-1, com a qual revela consonância o acórdão turmário, a inviabilizar o conhecimento do recurso de embargos, na forma do § 2º do artigo 894 da CLT. Correta, pois, a decisão agravada. Agravo não provido" (Ag-E-RR-10181-12.2015.5.03.0039, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 08/03/2019).

Diante do exposto,com suporte no art. 118, X, do RITST,denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº RR-1001090-03.2019.5.02.0059

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	BRUNA ALVES NUNES
Advogado	Dr. Ruslan Stuchi(OAB: 256767-A/SP)
Advogado	Dr. Valdson Antunes dos Santos(OAB: 384287-A/SP)
Recorrido	BUFFET ESTACAO VAI E VEM LTDA
Advogado	Dr. Marcos César de Faria(OAB: 285736-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNA ALVES NUNES
- BUFFET ESTACAO VAI E VEM LTDA

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que negou provimento ao recurso ordinário, mantendo a sentença quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA".
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:
"(...)
3. Os honorários sucumbenciais são devidos pela parte sucumbente, ainda que beneficiária da Justiça Gratuita. Inteligência do art. 791-A , § 4º, da CLT.
No mais, veja-se que a RT/2017 não obstaculizou o acesso à Justiça pelo trabalhador, não havendo ensejo à arguição de inconstitucionalidade da Lei 13.467/2017.
É cediço que o direito de ação é balizado por várias regras de ordem processual, que vão se modificando no decorrer do tempo para se adaptar à exigência da sociedade. A processualística nunca é estanque, e desde que não fira o âmago dos princípios constitucionais tornados cláusula pétrea, há de se harmonizar ao 'espírito do tempo'.
Logo, o fato de o legislador infraconstitucional conferir à lide trabalhista os mesmos contornos da esfera civil não tolhe, tampouco atinge o núcleo dos vários dispositivos processuais invocados em sentido diverso. Trata-se de emanação do princípio paritário entre as partes litigantes, nada além.
Ressalte-se ainda que os honorários sucumbenciais também possuem caráter alimentar, assim como a verba trabalhista pleiteada na reclamação submetida a esta Especializada.
Destarte, a decisão da Origem apenas confere efetividade à nova normatização, em harmonia com a inteligência agasalhada pela mais alta Corte Trabalhista, ao editar a IN 41/2018 (art. 6º).
Veja-se a relevância da jurisprudência do C. TST, conforme seguinte ementa, cujos fundamentos incorporo a esta decisão: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nos 13.015/2014, 13.105/2015 E 13.467/2017. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. AÇÃO AJUIZADA APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 791-A, § 4º, DA CLT. 1. A Reforma Trabalhista, implementada pela Lei nº 13.467/2017, sugere uma alteração de paradigma no direito material e processual do trabalho. No âmbito do processo do trabalho, a imposição pelo legislador de honorários sucumbenciais ao reclamante reflete a intenção de desestimular lides temerárias. É uma opção política. 2. Por certo, sua imposição a beneficiários da Justiça gratuita requer ponderação quanto à possibilidade de ser ou não tendente a suprimir o direito fundamental de acesso ao Judiciário daquele que demonstrou ser pobre na forma da Lei. 3. Não obstante, a redação dada ao art. 791, § 4º, da CLT, demonstrou essa preocupação por parte do legislador, uma vez que só será exigido do beneficiário da Justiça gratuita o pagamento de honorários advocatícios se ele obtiver créditos suficientes, neste ou em outro processo, para retirá-lo da condição de miserabilidade. Caso contrário, penderá, por dois anos, condição suspensiva de exigibilidade. A constatação da superação do estado de miserabilidade, por óbvio, é casuística e individualizada. 4. Assim, os condicionamentos impostos restauram a situação de isonomia do atual beneficiário da Justiça gratuita quanto aos demais postulantes. Destaque-se que o acesso ao Judiciário é amplo, mas não incondicionado. Nesse contexto, a ação contramajoritária do Judiciário, para a declaração de inconstitucionalidade de norma, não pode ser exercida no caso, em que não se demonstra violação do princípio constitucional de acesso à Justiça. Agravo de instrumento conhecido e desprovido" (AIRR-2054-06.2017.5.11.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 31/05/2019).
Destarte, mantenho a condenação.
(...)"
No que tange à insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS

ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, visto que a ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.

Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.

Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF.

Examino.

Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.

Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0011471-44.2017.5.15.0076

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	FUNDACAO ESPIRITA JUDAS ISCARIOTES
Advogado	Dr. Adriano Melo(OAB: 185576-A/SP)
Advogado	Dr. Marilia Pereira Nocera Alves(OAB: 318037-A/SP)
Agravado	APARECIDA DE FATIMA PEDROSO
Advogado	Dr. Anderson Luiz Scofoni(OAB: 162434-A/SP)
Advogado	Dr. Romero da Silva Leão(OAB: 189342-A/SP)
Advogado	Dr. Tiago dos Santos Alves(OAB: 288451-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- APARECIDA DE FATIMA PEDROSO
- FUNDACAO ESPIRITA JUDAS ISCARIOTES

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.

Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Preparo / Deserção.

AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃODA CONDIÇÃO DE ENTIDADE FILANTRÓPICA DA RECLAMADA

O v. acórdão afirmou que a reclamada não comprovou o seu enquadramento como entidade filantrópica, nostermos do§ 10 do art. 899 da CLT,pois não anexou aos autos seus respectivos Certificados de Entidade Beneficente de Assistente Social (CEBAS), válidos à época da interposição dos recursos, consignando que: "É necessário o deferimento de requerimento encaminhado aos Ministérios da Saúde, Educação ou Desenvolvimento Social e Combate à Fome, de acordo com a área de atuação da entidade filantrópica, conforme o artigo 21 da lei em comento, para que a empresa ou associação seja reconhecida como entidade filantrópica, formalidade não atendida pelas acionadas". Concluiu, assim, não fazer jus a reclamadaà isenção do depósito recursal.

Com relação à aludida matéria, o v. acórdão se fundamentou no conjunto fático-probatório e não violou, de forma direta e literal, o dispositivolegal apontado.

Assim, inadmissível o recurso, pelo teor da Súmula 126 do C. TST e pela ausência dos requisitos exigidos pela alínea "c" do art. 896 da CLT.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Assistência Judiciária Gratuita.

PEDIDO DE CONCESSÃOJUSTIÇA GRATUITA FORMULADO NAS RAZÕES RECURSAIS NÃO ANALISADO

DESERÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO

AFRONTA A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 269 DO C. TST E AOARTIGO 99, §7º DO CPC

O v. acórdão não se manifestou a respeito do pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita formulado pela ré nas razões do recurso ordinário, mesmo tendo sido prequestionado por embargos de declaração.

Assim, deveriaa recorrente ter invocado a nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, tendo em vista a necessidade de delimitação de matéria para o correto enquadramento jurídico, o

que não ocorreu, não sendo aplicável, portanto, o item III da Súmula 297 do C. TST. Não havendo a impugnação de tal nulidade, resta prejudicada a análise da matéria.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.
(...)

Embargos Declaratórios
Embargante(s):
FUNDACAO ESPIRITA JUDAS ISCARIOTES
Advogado(a)(s):
ADRIANO MELO (SP - 185576)
MARILIA PEREIRA NOCERA ALVES (SP - 318037)
Embargado(a)(s):
APARECIDA DE FATIMA PEDROSO
Advogado(a)(s):
ROMERO DA SILVA LEAO (SP - 189342)
ANDERSON LUIZ SCOFONI (SP - 162434)
TIAGO DOS SANTOS ALVES (SP - 288451)

Areclamada opõe embargos de declaração em face do despacho de admissibilidade de recurso de revista, alegando omissão ao apreciar os pressupostos intrínsecos do apelo.
É a síntese do necessário.
DECISÃO
São cabíveis os embargos de declaração de decisão em juízo de admissibilidade de recurso de revista, na forma do art. 897-A da CLT e, supletivamente, das normas previstas no Código de Processo Civil (art. 9º da IN 39/TST).
Conheço dos embargos declaratórios, porque presentes os pressupostos de admissibilidade.
No mérito, contudo, não colhe sorte a medida.
Os embargos de declaração são oponíveis quando na decisão houver omissão, contradição ou manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso (art. 897-A da CLT), bem como no caso de obscuridade ou erro material (art. 1022 do CPC/2015).
Todavia, esse não é o caso dos autos.
Não há vício a ser sanado. A decisão prolatada apreciou a integralidade das razões recursais, considerados os requisitos legais concernentes à interposição do apelo.
Com efeito,a reclamada pretende a reforma da decisão prolatada, o que é possível desde que aquele se valha do remédio processual que a lei ainda lhe disponibiliza nesta fase processual. A alteração da prestação jurisdicional é incompatível com a via estreita dos embargos de declaração.
Ademais, atentea embargante aos termos do §3º do art. 1º da IN 40/2016, do TST, ou seja, seu é o ônus de interpor agravo de instrumento (CLT, art. 896, § 12), se entender que a presente decisão não sana o vício apontado.
Diante do exposto, decido conhecer e não acolher os embargos de declaração opostos, na forma da fundamentação.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "deserção" e "assistência judiciária gratuita", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Conforme o artigo 899 da CLT, não foram anexados os certificados de entidade beneficente de assistente social, (CEBAS), válidos à época em que foram interpostos os recursos.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1001772-57.2019.5.02.0705

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	KELLY DAMAS DE CARVALHO
Advogada	Dra. Joselane Pedrosa dos Santos(OAB: 267471-A/SP)
Agravado	LAR ALTAIR MARTINS
Agravado	ANDERSON BOREL
Agravado	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador	Dr. Renato Spaggiari
Procurador	Dr. Flávio César Damasco

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON BOREL
- KELLY DAMAS DE CARVALHO
- LAR ALTAIR MARTINS
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.089/1.167) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 1.072/1.074).

Contraminuta às fls. 1.175/1.177.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não provimento do agravo de instrumento (fls. 1.183/1.185).
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 32) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 21/07/2021 e apelo protocolado em 02/08/2021), sendo desnecessário o preparo.
A reclamante, ora agravante, renova o inconformismo acerca da matéria "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO". Contudo, não obstante as alegações recursais, verifica-se que, às fls. 526/529, 536/539 e 544/547, a parte agravante transcreveu integralmente o acórdão regional, não destacando a tese jurídica controvertida.
A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º -A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA . Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"[...] III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido [...]" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/05/2021 - destaque acrescido).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1000428-38.2019.5.02.0609

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	Dra. Flávia Maria Silveira Souza Ferro
Agravado	MARIA APARECIDA FEMENIAS
Advogado	Dr. Rodrigo Philipe Aiello de Moraes(OAB: 353393-A/SP)
Agravado	JLA ALIMENTAÇÃO LTDA.
Advogado	Dr. Cristina Mancuso Figueiredo Sacone(OAB: 162876-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- JLA ALIMENTAÇÃO LTDA.
- MARIA APARECIDA FEMENIAS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 5671/590) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 561/565).
Contraminuta às fls. 359/361 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 354/358.
O Ministério Público do Trabalho oficiou pelo prosseguimento do feito (fls. 367/369).
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão

denegatória publicada em 13/07/2021 e apelo protocolado em 14/07/2021), sendo inexigível o preparo.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, ante o registro no acórdão de que o tomador de serviços não produziu nenhuma prova de que tivesse cumprido sua obrigação de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas devidas por seu contratado, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"No presente caso, incontroverso que a demandante, admitida pela primeira demandada, JLA ALIMENTACAO LTDA, trabalhou em benefício do Estado de São Paulo, tomador de serviços, durante todo o período contratual na função de "copeira", fato nem sequer impugnado. O recorrente não juntou qualquer documento a fim de comprovar a efetiva fiscalização, ônus que lhe incumbia." (fls. 293).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0021812-48.2017.5.04.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	EBRAX CONSTRUTORA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Advogada	Dra. Rosangela Benetti Almeida(OAB: 34992-A/RS)
Agravado	JORGE ALBERTO FIGUEIRO
Advogado	Dr. Fábio Marcial Siqueira dos Santos(OAB: 65463-A/RS)
Agravado	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
Advogada	Dra. Verônica Alves de São José(OAB: 12588-A/PE)
Advogada	Dra. Karla Danielle Santos Alves Maia(OAB: 23444-A/PE)
Advogada	Dra. Roberta Garcia de Araújo Pimenta(OAB: 11069-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EBRAX CONSTRUTORA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
- JORGE ALBERTO FIGUEIRO

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 415/421) interposto pela segunda executada em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 409/411).
Não houve a apresentação de contraminuta e contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
A insurgência recursal diz respeito ao tema "PROCESSO DE EXECUÇÃO. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. LIMITAÇÃO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL".
A executada pugna pela limitação dos juros e correção monetária à data de ingresso do pedido de Recuperação Judicial. Indica violação dos arts. 1º, IV, 3º, II e III, 5º, II e 170, caput e VII, da CF.
Sem razão.
O Regional decidiu:

"O preceito legal referido pela executada (art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: ... II - o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação) apenas estabelece que a habilitação do crédito na recuperação judicial se dá pelo valor atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial. Não há, contudo, qualquer limitação à incidência de juros e correção monetária durante a recuperação judicial.
Nesse mesmo sentindo, cita-se julgado cujo voto foi da lavra deste relator:
AGRAVO DE PETIÇÃO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LIMITAÇÃO DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. O artigo 9º, inciso II, da Lei nº 11.101/2005 apenas estabelece que a habilitação do crédito na recuperação judicial se dá pelo valor atualizado do débito até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial. Não há, contudo, qualquer limitação à incidência de juros e correção monetária durante a recuperação judicial. Agravo de petição interposto por OI S/A - Em Recuperação Judicial a que se nega provimento, no item. (TRT da 4ª Região, Seção Especializada em Execução, 0000165-59.2011.5.04.0023 AP, em 23/09/2019, Desembargador João Alfredo Borges Antunes de Miranda).
Nestas condições, nega-se provimento ao agravo de petição interposto pela executada."(fls. 394).

Esclareça-se que a admissibilidade do recurso de revista em processo de execução depende de demonstração inequívoca de ofensa direta e literal à Constituição Federal, conforme disposição do artigo 896, § 2º, da CLT e da Súmula 266 do TST.
A Lei nº 11.101/2005 que regula a recuperação judicial dispõe em seus artigos 9º, inciso II, e 124, in verbis :

"Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º , § 1º , desta Lei deverá conter:
(...)
II - o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação;
(...)
Art. 124. Contra a massa falida não são exigíveis juros vencidos após a decretação da falência, previstos em lei ou em contrato, se o ativo apurado não bastar para o pagamento dos credores subordinados".

Com efeito, a discussão acerca da incidência dos juros e correção monetária após o pedido de recuperação judicial ostenta índole infraconstitucional (Lei nº 11.101/05). O exame do inconformismo implica, necessariamente, a análise dos dispositivos legais que disciplinam a matéria, de modo que eventual ofensa ao dispositivo constitucional invocado somente ocorreria de forma indireta e reflexa, circunstância que obsta a admissibilidade do recurso de revista. Julgados desta Turma:

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. LIMITAÇÃO DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DISCUSSÃO ACERCA DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL APLICÁVEL À MATÉRIA. INVIABILIDADE EM FASE DE EXECUÇÃO. A matéria debatida nos autos demanda a análise do art. 9º, II, da Lei 11.101/2005. Contudo, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República. Deste modo, não merece reparos a decisão monocrática que negou provimento ao agravo de instrumento, tendo em vista os óbices das Súmulas 266 do TST e 636 do STF. Não merece reparos a decisão . Agravo a que se nega provimento" (Ag-AIRR-1243-57.2016.5.12.0034, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 03/11/2021).

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECLAMADA. EXECUÇÃO. LIMITAÇÃO DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DISCUSSÃO CIRCUNSCRITA AO EXAME DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE OFENSA DIRETA E LITERAL DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL Conforme consignado por este Relator, a matéria em discussão nos autos, relacionada à possibilidade de incidência dos juros e da atualização monetária após o pedido de recuperação judicial, envolve a aplicação e a interpretação de norma infraconstitucional (Lei nº 11.101/2005), o que não se amolda à previsão contida no artigo 896, § 2º, da CLT e na Súmula nº 266 do TST. Dessa forma, não merece provimento o agravo, pois a reclamada não desconstitui os fundamentos da decisão monocrática. Agravo desprovido " (Ag-AIRR-902-13.2016.5.12.0040, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 03/11/2021).

Por fim, esta Corte entende que os o artigos 9º, inciso II, e 124 da Lei nº 11.101/2005 não vedam a incidência de juros e correção monetária após o pedido de recuperação judicial. Julgados:

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. PROCESSO EM FASE DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA. LIMITAÇÃO DA INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE DENEGA SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO DEMONSTRAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO DE REVISTA. AUSÊNCIA DE TRANSCENDÊNCIA. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO. I. O artigo 9º, inciso II, da Lei nº 11.101/2005 nada dispõe a respeito da não incidência de correção monetária e juros de mora após a data do pedido de recuperação judicial, mas, apenas, exige que na habilitação do crédito pelo credor seja apresentado o valor do crédito atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial. Tal determinação de que o crédito indicado deve estar atualizado até a data do pedido de recuperação judicial constitui medida para garantir a paridade dos credores submetidos ao concurso, o que não implica a exclusão dos juros e atualização monetária dos créditos trabalhistas, sobretudo pelo que estabelece o artigo 124, da Lei 11.101/2005, que assevera a não incidência de juros apenas para a massa falida, não para a empresa em recuperação judicial. Não se divisa, portanto, ofensa ao art. 9º, inciso II, da Lei nº 11.101/2005, nos termos da alínea "c" do art. 896 da CLT. Nesse sentido, alguns julgados desta Corte. II. Constata-se, assim, que a controvérsia em torno da limitação da incidência dos juros e da correção monetária à data do pedido de recuperação judicial demanda uma incursão prévia na legislação infraconstitucional, notadamente a Lei n.º 11.101/2005, razão pela qual a suposta ofensa aos dispositivos constitucionais invocados (artigo 5º, incisos II, LIV e LV da CF/88) pela Executada somente se daria de modo reflexo. Julgados. III. Fundamentos da decisão agravada não desconstituídos. IV. Agravo de que se conhece e a que se nega provimento, com aplicação da multa de 2% sobre o valor da causa atualizado pela SELIC, em favor da parte Agravada, com fundamento no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015" (Ag-AIRR-100701-17.2016.5.01.0046, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 26/11/2021).

"RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. LIMITAÇÃO . A Oitava Turma entende que o art. 9º, II, da Lei nº 11.101/2005 não impõe nenhum óbice à incidência de juros e correção monetária depois do pedido de recuperação judicial, sendo que a previsão de inexigibilidade dos juros estatuída pelo art. 124 da referida Lei se limita aos casos de falência. Recurso de revista conhecido e provido" (RR-11964-44.2017.5.18.0009, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 19/11/2021).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. LEI 13.015/2014. (...) JUROS. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. O Tribunal Regional negou recurso ordinário da reclamada com fundamento no art. 39,§ 1º, da Lei 8.177/1991. Consignou que: "as dívidas trabalhistas das empresas em recuperação judicial também sofrem a incidência de juros até a data do seu efetivo pagamento". O art. 124 da Lei nº 11.101/2005 dispõe que não são exegíveis os juros de mora contra a massa falida após a decretação da falência, se o ativo apurado não bastar para o pagamento dos credores subordinados, o que não ficou demonstrado no presente caso. A reclamada encontra-se em recuperação judicial, sendo inaplicável referido dispositivo. Agravo de instrumento a que se nega provimento." (AIRR-11754-64.2015.5.18.0008, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 19/06/2020)

"AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DAS LEIS 13.015/2014 E 13.467/2017. EXECUÇÃO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. LIMITAÇÃO. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA CONFIGURADA. 1. Discussão centrada na limitação da incidência de juros de mora e correção monetária após o pedido de recuperação judicial. 2. Há decisões dissonantes no âmbito desta Corte Superior, razão pela qual configurada a transcendência jurídica da matéria em debate. 3. No caso, o Tribunal Regional firmou tese no sentido de que não há óbice no art. 9º, II, da Lei 11.101/05 em relação à incidência de atualização monetária sobre os débitos trabalhistas após a decretação da recuperação judicial da empresa executada. 4. De fato, o art. 9º, II, da Lei 11.101/05 não veda a incidência de juros de mora e correção monetária após o pedido de recuperação judicial, porquanto apenas estabelece que a habilitação feita pelo credor deverá ser realizada com o valor do crédito já devidamente atualizado. Ademais, o art. 124 da Lei 11.101/2005 dispõe que não são exigíveis os juros de mora contra a massa falida após a decretação da falência, se o ativo apurado não bastar para o pagamento dos credores subordinados, sendo que tal benefício não se estende aos casos de recuperação judicial, que é a hipótese dos autos. 5. Nesse contexto, como os argumentos trazidos pela parte não são suficientes a alterar tal constatação, resta íntegra a decisão atacada. Nada obstante, considerando a razoabilidade dos argumentos consignados no agravo, quanto à necessidade de exame da admissibilidade do recurso de revista, não se mostra pertinente a aplicação da multa prevista no artigo 1.021, §4º, do CPC, porquanto evidenciado que o agravo interposto não detém caráter manifestamente inadmissível. Agravo não provido." (TST-Ag-RRAg-10616-77.2015.5.18.0003, Rel. Min. Douglas Alencar Rodrigues, 5ª Turma, DEJT de 5/2/2021)

Diante do exposto, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0086700-35.2004.5.02.0041

Processo Nº AIRR-00867/2004-041-02-00.1

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	CLEBER SANCHES FONTANA
Advogado	Dr. Walmir Vasconcelos Magalhães(OAB: 112637/SP)
Agravado	CCTC - COOPERATIVA COMUNITÁRIA DE TRANSPORTES COLETIVOS
Agravado	RUI CARLOS DE CARVALHO

Advogado	Dr. Anete Moreno(OAB: 219066-A/SP)
Agravado	MARCELO MAFORT
Advogado	Dr. Rogério Martins Oliveira(OAB: 201498-A/SP)
Agravado	CARLOS ALBERTO GUERRA
Agravado	ADEMIR RODRIGUES JACINTO
Agravado	ALDEMIR MANOEL SANTANA
Agravado	JOSELITO FIDELES DE OLIVEIRA
Agravado	OSMAR DA SILVA RIBEIRO
Agravado	CARLOS ARIAS SALDARRIAGA
Agravado	DORIVAL E MOREIRA SIGOLI
Agravado	WILTON FERREIRA PIMENTEL
Agravado	ELIAS BATISTA DOS PASSOS
Agravado	JOSE LUIZ SELMINI

Intimado(s)/Citado(s):

- ADEMIR RODRIGUES JACINTO
- ALDEMIR MANOEL SANTANA
- CARLOS ALBERTO GUERRA
- CARLOS ARIAS SALDARRIAGA
- CCTC - COOPERATIVA COMUNITÁRIA DE TRANSPORTES COLETIVOS
- CLEBER SANCHES FONTANA
- DORIVAL E MOREIRA SIGOLI
- ELIAS BATISTA DOS PASSOS
- JOSE LUIZ SELMINI
- JOSELITO FIDELES DE OLIVEIRA
- MARCELO MAFORT
- OSMAR DA SILVA RIBEIRO
- RUI CARLOS DE CARVALHO
- WILTON FERREIRA PIMENTEL

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 882/904) interposto pelo exequente decisão de fls. 1s ado acerca da çto, embora o reclamante tenha provocado o Regional a se manifestar sobre o pont contra a decisão de fls. 878/879, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta ou de contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 25/09/2020 e apelo protocolado em 25/09/2020).
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "EXECUÇÃO. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS".
O exequente sustenta, em síntese, que o indeferimento da expedição de ofícios a fim de conseguir informações sobre os executados impede o prosseguimento da execução. Alega ofensa ao artigo 5º, XXXIII, XXXIV, "a" e "b", LXXIV, e LXXVIII, da Constituição Federal.
De plano, afasta-se a alegação de divergência jurisprudencial, porquanto não se enquadra no artigo 896, § 2º, da CLT.
No mais, no acórdão consta que, "Como bem pontuou a origem, ao indeferir o requerimento, a pesquisa requerida traria, tão somente, informações relativas à vida civil dos executados e, assim, de nenhuma utilidade para a satisfação do crédito do exequente. Sublinhe-se competir ao julgador indeferir atos inúteis, nos termos do artigo 765 da CLT." (fls. 816/817).
Como se verifica, a matéria envolve a aplicação do artigo 765 da CLT, que preleciona que "Os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas".
Dessa forma, a discussão demandaria interpretação de dispositivos infraconstitucionais, de forma que a violação ao artigo apontado no recurso de revista não seria direta e literal, como determina o artigo 896, § 2º, da CLT e a Súmula 266 do TST, o que inviabiliza o destrancamento do apelo.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1000165-32.2021.5.02.0028

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	LIVRARIA CULTURA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Cristiano Naman Vaz Toste(OAB: 169005-A/SP)
Agravado	CARLOS DONIZETE PEREIRA
Advogado	Dr. Silio Alcino Jatuba(OAB: 88649-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS DONIZETE PEREIRA
- LIVRARIA CULTURA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 415/443) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 409/411).
Contraminuta às fls. 450/453 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 446/449.
Desnecessária à remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho.
É o relatório.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (procuração - fls. 53/54) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 14/10/2021 e apelo protocolado em 22/10/2021), isento do preparo.
A reclamada, ora agravante, renova o inconformismo acerca das matérias "VERBAS RESCISÓRIAS E MULTA DO ART. 477 DA CLT", "DIFERENÇAS DE FGTS E MULTA DE 40%", "MULTA DO ART. 467 DA CLT" e "HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNC IA".
Contudo, não obstante as alegações recursais, verifica-se que, às fls. 378/381, 382/386, 387/388, 395/396, 399/401, 402/404 e 405/406, a parte agravante transcreveu integralmente o tópico recorrido, sem efetuar nenhum destaque.
A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º -A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO

CONFIGURADA . Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"[...] III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido [...]" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/05/2021 - destaque acrescido).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.

Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100935-05.2019.5.01.0204

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-A/SP)
Agravado	CARLOS DIAS ANTONIO
Advogado	Dr. Roberto Carlos Alves de Melo(OAB: 161114-A/RJ)
Agravado	MASS TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS DIAS ANTONIO
- MASS TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA.
- VIA VAREJO S.A.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 456/466) interposto pela segunda reclamada contra a decisão de fls. 453/454, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.

Não houve apresentação de contraminuta ou de contrarrazões.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 352/360) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 21/04/2021 e apelo protocolado em 03/05/2021), estando regular o preparo.

A discussão travada nos autos prende-se ao tema "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. EMPRESA PRIVADA". A segunda reclamada insurge-se contra a responsabilidade subsidiária que lhe foi imposta, sob o argumento de que firmou contrato de natureza comercial com a primeira reclamada, não se beneficiando do serviço do reclamante. Assevera que era ônus do reclamante comprovar a prestação de serviços em seu favor, do qual não se desincumbiu. Sucessivamente, pugna pela limitação da condenação ao período que o reclamante efetivamente lhe prestou serviço. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema, má aplicação da Súmula 331, IV, do TST e ofensa aos artigos 5º, II, LIV e LV, da Constituição Federal, 9º e 818 da CLT e 373, I, do CPC.

Todavia, inexiste nos autos qualquer peculiaridade que possa justificar a não aplicação da Súmula 331, IV, do TST, uma vez que as premissas fáticas registradas no acórdão regional - insuscetíveis de reexame nesta esfera recursal (Súmula 126 do TST) - revelam que a presente hipótese trata-se de típica terceirização de serviços ("In casu, verifica-se que não houve a juntada de contrato de prestação de serviços, firmado entre as reclamadas. A prestação de serviços do autor em favor da segunda ré, por intermédio da primeira reclamada restou demonstrada pela confissão ficta aplicada à primeira ré e pelo teor da prova testemunhal produzida. (...) Por todo o exposto, e tendo, a segunda ré, se beneficiado da

prestação de serviço do autor, certo é que deve a mesma ser responsabilizada, ainda que de maneira subsidiária, pelos direitos decorrentes do período em que tomou os serviços da parte autora."- fls. 409/410).

Vale frisar que a questão não foi decidida sob o enfoque do ônus probatório, mas pelo cotejo do conjunto fático-probatório e da confissão ficta aplicada á primeira reclamada, de forma que, neste particular, incide o óbice da Súmula 297, I e II, do TST.

Quanto ao pedido sucessivo de limitação temporal da condenação, verifico que não há premissas fáticas consignadas no acórdão aptas a fazer restringir a responsabilização imputada à segunda reclamada, porquanto o Regional apenas frisou que "(...) a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços alcança a todas as parcelas de natureza pecuniária não adimplidas pelo empregador, já que tudo decorre do descumprimento de obrigações trabalhistas, conforme item VI da Súmula nº 331 do C. TST." (fls. 410).

Aplicam-se ao caso, portanto, os óbices previstos no artigo 896, § 7º, da CLT e nas Súmulas 126 e 333 do TST.

Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0011818-87.2016.5.15.0084

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	LUCIANO PIOVESAN
Advogado	Dr. Priscila Cristina de Oliveira Dias(OAB: 169524-A/SP)
Agravado	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Advogado	Dr. André Rodrigues Schioser(OAB: 246613-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
- LUCIANO PIOVESAN

Denegado seguimento ao recurso de revista pelo Tribunal Regional de origem, o reclamante interpõe agravo de instrumento.

Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões, fls. 609/616 e 599/608, respectivamente.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.

A insurgência recursal diz respeito ao tema "REFLEXOS DAS HORAS EXTRAS EM REPOUSO SEMANAL REMUNERADO".

Constata-se, de plano, a inviabilidade de processamento do recurso de revista.

Interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.

No caso, a parte recorrente, em seu recurso de revista, não atendeu ao comando legal porque procedeu à transcrição integral do tópico recorrido (fls. 522/524), sem destaque.

Nesse sentido, os seguintes julgados, in verbis:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DO INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO RECORRIDO. ARESTO PARADIGMA SUPERADO PELA JURISPRUDÊNCIA DO TST. A egrégia Primeira Turma negou provimento ao agravo para manter a decisão que não conheceu do recurso de revista em razão do descumprimento do requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, na medida em que a parte efetuou a transcrição o acórdão regional em seu inteiro teor, sem qualquer destaque em relação ao ponto específico que consubstancia o prequestionamento da matéria. A tese contida no único paradigma válido, nos termos da Súmula 337 do TST, resta superado pela jurisprudência desta Corte, haja vista ter a SBDI-1, interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmado o entendimento no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, " a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse , transcrição integral do acórdão recorrido , do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva" (E-ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018). Mais precedentes . Incidência do óbice do artigo 894, § 2º, da CLT. Agravo conhecido e desprovido." (Ag-E-ED-Ag-RR-41-09.2014.5.09.0322, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 09/10/2020).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PROMOÇÕES POR ANTIGUIDADE E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS TRECHOS QUE CONSUBSTANCIAM O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO DO INTEIRO TEOR DOS CAPÍTULOS IMPUGNADOS. DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISOS I E III, DA CLT . DECISÃO DO MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA QUE DENEGOU SEGUIMENTO AOS EMBARGOS DO AUTOR POR INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA Nº 353 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO . DECISÃO DENEGATÓRIA MANTIDA POR FUNDAMENTO DIVERSO . Não obstante a presente hipótese esteja contemplada na exceção estabelecida na letra "f" da Súmula nº 353 desta Corte, ao contrário do que concluiu o despacho denegatório, os embargos não reúnem condições de prosseguir por outro fundamento. Com efeito, a Egrégia Turma, ao negar seguimento ao recurso de revista interposto pelo autor, decidiu consoante jurisprudência pacificada desta Corte, no sentido de que a transcrição do capítulo do acórdão, integralmente, sem a delimitação do ponto de insurgência objeto das razões do recurso de revista - mediante o destaque do trecho em que foram adotados os argumentos do acórdão regional para o deslinde da controvérsia -, não atende ao previsto no artigo 896, § 1º-A, inciso I, da CLT. Precedentes. Incide, na espécie, o óbice contido no artigo 894, § 2º, da CLT. Mantém-se o não seguimento dos embargos, por fundamento diverso. Agravo interno conhecido e não provido" (Ag-E-Ag-ARR-62-80.2014.5.12.0037, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 19/12/2018).

Logo, não tendo a parte agravante se eximido de tal ônus, o recurso de revista é manifestamente inadmissível.
Diante do exposto,com suporte no art. 118, X, do RITST,denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0020119-12.2014.5.04.0371

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Advogada	Dra. Renata Pereira Zanardi(OAB: 33819/RS)
Agravante e Agravado	ZZSAP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA.
Advogada	Dra. Renata Pereira Zanardi(OAB: 33819-A/RS)
Agravado	OSMAR MULLER
Advogado	Dr. Carlos Eduardo Schüetz(OAB: 40718-A/RS)
Agravado	ZENGLEIN CALÇADOS LTDA.
Advogada	Dra. Elisane Helena Scavazza(OAB: 44586/RS)
Agravado	EMPROCOUROS EMPRESA DE PRODUTOS DE COUROS LTDA.
Advogado	Dr. Gilfredo Heckler(OAB: 33420-A/RS)
Agravado	NELSON LINHARES DA SILVA

Intimado(s)/Citado(s):

- AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
- EMPROCOUROS EMPRESA DE PRODUTOS DE COUROS LTDA.
- NELSON LINHARES DA SILVA
- OSMAR MULLER
- ZENGLEIN CALÇADOS LTDA.
- ZZSAP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA.

Insurgem-se as agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"Recurso de Revista
(...)
Recurso de:ZZ SAP CALÇADOS LTDA
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Recurso tempestivo.
Representação processual regular.
Preparo satisfeito.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Solidária/Subsidiária / Tomador de Serviços/Terceirização.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Penalidades Processuais / Multa por Agravo Inadmissível ou Infundado.
Não admito o recurso de revista nositens.
Com base na preliminar acima referida, que trata dos requisitos formais do recurso de revista, evidencia-se que a parte não observou o ônus que lhe foi atribuído pela Lei 13.015/14, notadamente em relação ao cotejo analítico estabelecido pelo art. 896, §1º-A, III, da CLT. Com efeito, o prequestionamento da controvérsia foi demonstrado pela recorrente através da transcrição integral dos itens do acórdão, de forma isolada no início de cada tópico recursal, sem qualquer relação com as violações invocadas ou com as divergências e contrariedadesindicadas. Ou seja, a parte não cuidou de individualizar nenhum ponto da decisão recorrida e associar o seu teor em confronto analítico com as pretensões recursais .O modo adotado na formulação do apelo não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, da CLT, pois trata da prática de impugnação genérica e dissociada, onde a recorrente traz argumentação que não se confronta com os fundamentos adotados pela Turma no caso específico.
Nestes termos, nego seguimento ao recurso quanto aos tópicos "DA AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA" e "MULTA POR AGRAVO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE".

CONCLUSÃO
Nego seguimento.

Recurso de:AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Recurso tempestivo.
Representação processual regular.
Preparo satisfeito.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Solidária/Subsidiária / Tomador de Serviços/Terceirização.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) 331, IV, do Tribunal Superior do Trabalho, entre outras alegações.
A Turma manteve a decisão proferida monocraticamente quanto à responsabilidade subsidiária das reclamadas. Os fundamentos são os seguintes: Segundo o laudo contábil e planilha apresentada pela perita (id d04a88d - Págs. 3 e 4), com base na documentação fiscal juntada, a primeira ré de julho de 2012 a julho de 2014 comercializou produtos com a terceira ré (ZZSap Calçados Ltda.); em agosto e outubro de 2013 e março de 2014 com a segunda ré (Arezzo Indústria e Comércio S/A), id d04a88d - Pág. 9 (quesito 9); e em fevereiro, maio a julho de 2014 com a quarta ta requerida (Zenglein Calçados LTDA.). Em resposta a quesito (Id d04a88d - Pág. 6, c/c Id 716ca65 - Pág. 18), a perita acresceu que em setembro de 2014 a primeira ré emitiu notas fiscais à terceira e quarta rés. A expert juntou documento com informações da primeira ré no cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual relativas ao CNAE fiscal, onde consta que sua atividade principal é o "serviço de corte e acabamento de calçados", também possuindo como atividade a "fabricação de calçados de couro" (id d04a88d - Pág. 14). Embora se trate de cadastro anterior (aberto em 2006 e baixado em 2008), é o mais esclarecedor e compatível ao objeto social das tomadoras de serviços. Isso porque não há comprovação que tenha havido alteração na atividade da primeira ré no segundo cadastro realizado em julho de 2012 (id d04a88d - Pág . 16). É cediço que grandes marcas valem-se de estratégias de "branding" ou "brand management" (gestão de marcas), para construir, fortalecer, revitalizar e manter a marca e o seu valor agregado. Nesse contexto, a produção por terceiros, no compartilhamento de riscos e redução de custos, nunca ocorre sem as qualidades técnicas e valores associados à marca, o que não é possível transferir numa mera relação comercial de compra e venda ou de simples fornecimento de produtos. A metodologia empregada para o desiderato vai desde a padronização, controle da matéria-prima, tecnologias e supervisão da produção, o que, do ponto de vista trabalhista se traduz pela quase subordinação do trabalhador aos padrões produtivos da marca - e que, por outra linha de argumentação, poderia até caracterizar a subordinação estrutural (ordens de produção e inserção do trabalhador na organização do empreendimento). Todavia, não é apenas a intensidade do exercício do direito diretivo do tomador, enquanto real empregador, que define sua responsabilidade, pois, nos termos do art. 2º da CLT, quem assume os riscos da atividade econômica é sempre o empregador, de onde dimana a sabedoria vertida na Súmula 331, IV, do TST, nas circunstâncias em que, embora ausente o vínculo direto, o elo entre o beneficiário da mão de obra e o trabalhador é mediado por um empregador de serviços (intermediário), o que não retira, ao fim e ao cabo, a responsabilidade final dos direitos sociais do tomador, caso o prestador não os garanta. A situação dos autos é justamente esta, na qual pessoas jurídicas titulares de marcas próprias e que têm por objeto empresarial a fabricação de calçados, abusaram do direito de contratar (art. 187 do CC) - ainda que através de mera relação mercantil de compra e venda, em franca inobservância de sua função social (art. 421 do CC), ao adquirirem de empresa notadamente inidônea produtos que, na realidade, equivalem à própria etapa de seu processo produtivo. No caso, é impositivo o reconhecimento da ocorrência de terceirização de atividade-fim, pois nem sequer se trata de contrato de facção, na qual se adquire produtos prontos e acabados, para ulterior comercialização, mas sim de verdadeira transferência de parte do seu processo produtivo (fabricação de calçados). (...) Sob outro viés, ainda que se entendesse que a situação dos autos não configura terceirização ilícita, por faltar exclusividade e/ou ingerência direta no processo produtivo, não podem as tomadoras de serviços serem isentadas da responsabilidade pela contratação de empresa notadamente inidônea, ao se aproveitarem da produção encomendada para a concretização de seu negócio sem a devida cautela na escolha da empresa contratada e sem acompanhamento da regularidade do cumprimento de suas obrigações sociais. (...) Ora, nos termos do art. 9º da CLT, é nula toda prática voltada a fraudar o ordenamento protetivo do trabalho, e, no caso vertente, constata-se que houve fraude, consubstanciada na terceirização ilícita. O caso seria, inclusive, de formação de vínculo de emprego direto com o tomador dos serviços (Súmula 331, I), entretanto condenação neste sentido extrapola os limites da lide. (...) Sendo assim, e nos termos da legislação supramencionada, impõe-se o reconhecimento da responsabilidade solidária das 2ª, 3ª e 4ª rés (Arezzo Indústria e Comércio S/A, ZZSap Calçados LTDA. e Zenglein Calçados LTDA.), nos períodos apontados no laudo pericial em que se beneficiaram dos serviços prestados pela primeira ré. No entanto, na fundamentação do recurso ordinário o demandante delimita sua pretensão à responsabilidade subsidiária das rés (v. id ffcac00 - Pág. 4), a qual é acolhida, sob pena de julgamento ultra petita. (...) Neste contexto, com fundamento no art. 932, V, "a", do CPC, dou provimento ao recurso ordinário do autor para declarar a responsabilidade subsidiária das rés quanto aos créditos deferidos na sentença, a saber: Arezzo Indústria e Comércio S/A, de agosto a outubro de 2013 e março de 2014; ZZSap Calçados LTDA., de julho de 2012 a julho de 2014 e setembro de 2014; e Zenglein Calçados LTDA., em fevereiro, maio a julho de 2014 e setembro de 2014. (Relator: Marcelo José Ferlin D Ambroso).
Não admito o recurso de revista noitem.
No caso em exame, constatada a existência de terceirização de serviços, de acordo com as circunstâncias fáticas dos autos,entendo que adecisão recorrida está em conformidade com a Súmula 331, IV, do TST, o que inviabiliza o seguimento do recurso de revista,inclusive por dissenso jurisprudencial (§ 7º do art. 896 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.015/2014, e Súmula 333 da aludida Corte Superior), tampouco permitindo verificar afronta aos dispositivos invocados.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Penalidades Processuais / Multa por Agravo Inadmissível ou Infundado.
Alegação(ões):
- violação do(s)art(s).5º, LV, da Constituição Federal.
- violação do(s) art(s).1021, §4º, do CPC.
A Turma aplicou às reclamadas multa prevista no artigo 1.021, §4º, do Novo CPC, assim considerando: Consoante previsto no §4º do art. 1.021 do novo CPC, devidamente advertido na decisão monocrática: "(...)§ 4o Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por

cento do valor atualizado da causa." Destarte, restando a pretensão das agravantes manifestamente improcedente e contrária à jurisprudência desta Corte, a elas aplico a multa de 1% do valor atribuído à causa, em favor da parte autora.
Não admito o recurso de revista noitem.
Diante dos fundamentos do acórdão, não vislumbro afronta aos princípios do contraditório e da ampla defesa, insculpidos no art. 5º, LV, da Constituição Federal, pois a aplicação da penalidade decorreu de interpretação da legislação infraconstitucional aplicável à hipótese. Pelos mesmos motivos, não detecto violação literal ao dispositivo de lei invocado, circunstância que obsta a admissão do recurso pelo critério previsto na alínea "c" do art. 896 da CLT.
CONCLUSÃO
Nego seguimento" - destaquei.

No tocante ao Agravo de Instrumento da AREZZO, não procede a alegada ofensa do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
No presente caso, os recursos de revista mostram-se inviáveis, porquanto emergem como obstáculo à sua admissibilidade as diretrizes consubstanciadas na Súmula 333 do TST e no art. 896, § 7º, da CLT, e, ainda, quanto ao recurso da ZZSAP, no § 1º-A, III, do art. 896 da CLT.
Especificamente quanto à responsabilidade subsidiária, faz-se necessário o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF, reconhecendo a licitude da terceirização de serviços pelas empresas de telecomunicações.
A possibilidade de terceirização de forma ampla, nas atividades-meio e atividades-fim das empresas, foi tema objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e do Recurso Extraordinário (RE) 958252, julgados pelo Supremo Tribunal Federal em 30/08/2018 e publicados no DJE em 06/09/2019 e 13/09/2019, respectivamente.
A Suprema Corte, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", afastando, assim, a configuração da relação de emprego com o tomador dos serviços. Além disso, em 11/10/2018, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, reafirmou o seu entendimento de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada".
Fixou, então, a tese jurídica de que "é nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC".
Registre-se que a responsabilidade do tomador de serviços nestes casos se mantém de forma subsidiária.
Nesse contexto, o Tribunal Regional decidiu em conformidade com a jurisprudência firmada sobre o tema no âmbito do Supremo Tribunal Federal, com efeito vinculante.
Ressalta-se que, a partir de 30/8/2018, é de observância obrigatória aos processos judiciais em curso ou pendente de julgamento a tese jurídica firmada pelo e. STF no RE n.º 958.252 e na ADPF n.º 324.
Nesse sentido, cito jurisprudência desta Corte:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. Ante as razões apresentadas pelo agravante, afasta-se o óbice oposto no despacho agravado. Agravo conhecido e provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. Decisão regional em que adotado o entendimento de que é ilícita a terceirização empreendida na atividade-fim do tomador dos serviços. Aparente violação do art. 5º, II, da CF, a ensejar o provimento do agravo de instrumento. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. 1. O Tribunal Regional manteve a sentença quanto à ilicitude da terceirização, ao fundamento de que os serviços prestados estão inseridos na atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. 2. Não obstante o entendimento cristalizado na Súmula 331, I, do TST, no sentido de que " a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário ", o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de repercussão geral, decidiu que " é lícita à terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Ressalto que, no caso, não há no acórdão regional qualquer registro concernente à existência de pessoalidade e/ou subordinação direta à tomadora dos serviços. Assim, torna-se inviável o reconhecimento da ilicitude da terceirização, não sendo tampouco possível o reconhecimento de isonomia com os empregados da empresa tomadora dos serviços. 4. Configurada a violação do art. 5º, II, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10943-72.2016.5.03.0013, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 12/11/2021)

RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO DE EMPREGO. BANCO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. 1. A partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços, independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 2. Na espécie, o Tribunal Regional reconheceu o vínculo de emprego entre a reclamante e um dos Bancos reclamados, somente em razão da prestação de serviços reputados eminentemente bancários. Nesse sentido, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego da reclamante com a instituição financeira tomadora de serviços e a condição de bancário do trabalhador. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10823-70.2015.5.03.0043, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 02/02/2021)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO AUTOR NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/17. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. Compulsando-se os autos, verifica-se que o acórdão embargado, de fato, se pronunciou no sentido da não observância de pressuposto da regularidade formal inerente aos recursos de fundamentação vinculada (princípio da dialeticidade recursal). Todavia, em melhor análise, constata-se que a parte, nas razões do agravo, impugnou de forma específica e fundamentada o óbice erigido na decisão agravada, comportando, assim, a decisão embargada complementação. TERCEIRIZAÇÃO. TOMADORA DE SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO STF. TEMA 725. REPERCUSSÃO GERAL. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de Repercussão Geral, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Nesse contexto, porquanto superada a questão da ilicitude da terceirização - em conformidade com as decisões do STF -, resulta inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do autor diretamente com o tomador de serviços. Embargos de declaração a que se dá provimento, para sanar os vícios apontados, sem, contudo, imprimir-lhes efeito modificativo. (ED-Ag-AIRR-11359-77.2015.5.01.0030, 1ª Turma, Relator Ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 16/11/2021).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Deixa-se de analisar a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, nos termos do artigo 249, § 2º, do CPC/73 (artigo 282, § 2º, do atual CPC), por cogitar-se, no mérito , de possível decisão favorável ao reclamante. TERCEIRIZAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS DE ENERGIA. PREVISÃO NO ARTIGO 25, § 1º, DA LEI Nº 8.987/95. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA ADPF 324, DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EM REPERCUSSÃO GERAL ARE-791.932-DF (TEMA 739) E RE-958.252-MG (TEMA 725) E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE Nos 26 E 57, EM QUE SE DISCUTIA A CONSTITUCIONALIDADE DO CITADO DISPOSITIVO LEGAL. 1. Esta Corte firmou o entendimento de que a terceirização do serviço de eletricista, por se tratar de atividade-fim das empresas concessionárias de serviço de energia elétrica, era ilícita, com fundamento na Súmula nº 331, itens I e III, do TST. 2. Por outro lado, a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre "o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", como norma de Direito Administrativo, não foi promulgada para regular matéria trabalhista, devendo ser interpretada à luz dos princípios e das regras que norteiam o Direito do Trabalho, de modo a não esvaziar de sentido prático ou a negar vigência e eficácia às normas trabalhistas que, no País, disciplinam a prestação do trabalho subordinado e as próprias figuras do empregado e do empregador. Dessa forma, quando os órgãos fracionários dos Tribunais trabalhistas entendem que as relações laborais não são regidas pelo artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, não estão deixando de aplicar o dispositivo legal por considerá-lo inconstitucional. Assim, foi observado o disposto no artigo 97 da Constituição Federal e na Súmula Vinculante nº 10 e do STF. 3. Não obstante seja esse o entendimento deste Relator, curvo-me, com ressalva, à tese firmada na decisão proferida nos autos do ARE-791.932-DF (Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral), relatada pelo Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, in verbiS: "É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC" (DJe de 6/3/2019). 4. A Suprema Corte, em sessão realizada em 30/8/2018, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252 (Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral), a respeito da terceirização prevista na Súmula nº 331 do TST, firmou a seguinte tese: "É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". Nos acórdãos proferidos nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade nºs 26 e 57, em que se discutia a constitucionalidade do artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, relatados pelo Exmo. Ministro Edson Fachin, foi destacado: "no julgamento do Tema 739, ARE 791.932- RG, esta Corte, então instada a se manifestar sobre a inobservância da cláusula de reserva de Plenário e o disposto no art. 94, II, da Lei 9.472/1997, declarou a nulidade da decisão do órgão fracionário do TST"; "a norma do diploma regulatório dos serviços de telecomunicações tem conteúdo idêntico ao objeto da presente ação direta de constitucionalidade". 6. A Suprema Corte, fazendo referência às teses fixadas no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252- RG (Tema 725), registrou que, tendo sido afastada a aplicação da Súmula nº 331 do TST "naquelas hipóteses, deve também aqui se estender o mesmo entendimento", concluindo que "o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, ao autorizar as concessionárias de serviço público a contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, alinha-se ao entendimento jurisprudencial atual e, reveste-se de constitucionalidade, devendo ter sua eficácia garantida e preservada". 7. Entretanto, a adoção da tese vinculante firmada pelo Supremo Tribunal Federal não impede o reconhecimento de vínculo de emprego entre o trabalhador terceirizado e a tomadora de serviços, quando comprovada a incidência dos artigos 2º, 3º e 9º da CLT ao caso em apreço, conforme decidiu a SbDI-1, nos autos do E-ED-RR-32900-51.2005.5.03.0002, em acórdão relatado pelo Exmo. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, firmando o entendimento de que há que reconhecer o "vínculo empregatício com a tomadora dos serviços, quando estiver nitidamente comprovada nos autos a presença dos requisitos do art. 3º da CLT, configurando desvirtuamento da terceirização de forma a disfarçar a existência de inequívoca relação de emprego com a tomadora". 8. Na hipótese dos autos, o Ministério Público do trabalho ajuizou ação civil pública contra a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (concessionária de serviços de energia elétrica) e a Santa Maria Participações S.A., a fim de impedir a terceirização de atividade-fim daquela. O Tribunal a quo, por entender pela ilicitude da terceirização dos serviços de leitura de medidores de energia elétrica ativa, reativa e de demanda, envio de faturas e documentos, suspensão do fornecimento de energia elétrica e religação procedida pela Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., confirmou a sentença pela qual essa última ré foi condenada a abster-se de terceirizar os citados serviços e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo . 9. Como o Supremo Tribunal Federal firmou tese, de natureza vinculante, considerando lícita a terceirização, não subsiste a condenação da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.

"a abster-se de repassar a terceiros atividades-fins" e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo (responsabilidade solidária da segunda ré). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-215900-88.2012.5.17.0141, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 12/11/2021).

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - PROVIMENTO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. Diante de potencial violação do art. 37, XIII, da Constituição Federal, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252/MG, com repercussão geral (tema 725), em sessão plenária do dia 30.8.2018, fixou teses, respectivamente, no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada" e que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 2. A licitude de terceirização de atividade-fim foi reafirmada, pelo Excelso Pretório, nos julgamentos subsequentes do ARE nº 791.932/DF, com repercussão geral (tema 739), em 11.10.2018, e da ADC nº 26, em 22.8.2019. 3. O caso dos autos é o decidido pelo STF, razão pela qual não é possível a aplicação analógica do art. 12, "a", da Lei nº 6.019/74 (OJ 383/SBDI-1/TST), com esteio na alegada ilicitude da terceirização. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10166-80.2018.5.03.0025, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 12/11/2021).

[...] RECURSOS DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STF (TEMA 739 DE REPERCUSSÃO GERAL NO STF - ARE 791.932). TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. O STF, no julgamento da ADC 26/DF, transitado em julgado em 18.09.2019, seguindo a tese firmada no ARE 791.932, em repercussão geral (Tema 739), declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, que autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público, e, reiterando o entendimento exarado pelo Plenário do STF em 30.08.2018, no julgamento da ADPF-324 e do RE-958252, com repercussão geral (Tema 725), reconheceu a constitucionalidade do instituto da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, afastando a incidência da Súmula 331 do TST. É necessário, pois, o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF, relativamente à possibilidade de terceirização de serviços afetos às atividades precípuas das concessionárias de energia elétrica, sendo irrelevante perquirir sobre a natureza das atividades exercidas pela empresa contratada. No caso vertente, o TRT entendeu que havia relação direta da atividade desempenhada pelo Reclamante com a atividade-fim da tomadora e concluiu pela ilicitude da terceirização. Entretanto, há de ser afastada a ilicitude da terceirização, à luz do entendimento do E. STF e do art. art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995. Consequentemente, não se viabiliza o reconhecimento da isonomia salarial em relação aos empregados da empresa tomadora de serviços e a condenação ao pagamento de direitos e benefícios legais, normativos e/ou contratuais daí decorrentes. Remanesce, contudo, a responsabilidade subsidiária em caso de eventual condenação, nos termos da decisão do STF (Tema 725) e da Súmula 331, IV/TST. Ressalva de entendimento pessoal deste Relator. Recurso de revista conhecido e provido. (RR -20455-49.2017.5.04.0811, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 19/03/2021).

[...] RECURSO DE REVISTA. DECISÃO REGIONAL PROFERIDA ANTES DA LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO. SERVIÇOS DE TELEMARKETING. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O BANCO TOMADOR DE SERVIÇOS. Nos termos do posicionamento adotado pela Suprema Corte Federal, no julgamento do ARE 791932, Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral, nos autos da ADPF 324 e do RE 958252, e, ainda, na ocasião do julgamento da ADC 26, é lícita a terceirização de serviços de atividade fim . Assim, deve ser reformada a decisão regional para adequar ao entendimento da Suprema Corte. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-170-89.2013.5.06.0012, 6ª Turma, Relator Ministro Aloysio Correa da Veiga, DEJT 20/03/2020).

III - RECURSO DE REVISTA ANTERIOR À LEI Nº 13.015/2014. RETORNO DOS AUTOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA TOMADORA DOS SERVIÇOS NÃO CONFIGURADA. MANUTENÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO CONSAGRADO PELO C. STF - TEMA 725 DE REPERCUSSÃO GERAL NO C. STF - ADPF 324 E RE 958.252. 1. Há muito prevaleceu no âmbito desta Corte Superior o entendimento de que é ilícita a terceirização de serviços especializados, ligados à atividade-fim do tomador dos serviços, identificada no objeto social do contrato social das empresas envolvidas. Nessa linha de argumentação, entendia-se que a contratação de trabalhadores por empresa interposta seria ilegal, formando-se o vínculo empregatício diretamente entre o empregado contratado e a empresa tomadora dos serviços. Inteligência da Súmula nº 331 do c. TST. 2. Revisitando posicionamento consagrado pelo c. TST, em 30.8.2018, a Suprema Corte, nos autos da ADPF 324/DF e do RE 958.252, submetido à sistemática da repercussão geral - Tema nº 725 - , tendo em conta os princípios constitucionais da livre iniciativa (art. 170) e da livre concorrência (art. 170, IV), a dignidade da pessoa humana (art. 1º), os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal (art. 7º), o direito de acesso do trabalhador à previdência social, à proteção à saúde e à segurança no trabalho, declarou a inconstitucionalidade da Súmula nº 331, I, do c. TST, reconhecendo a licitude da terceirização em todas as etapas do processo produtivo, seja meio ou fim. Ao examinar o Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral, no RE nº 958.252 , fixou a seguinte tese jurídica: " É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante " . Na mesma oportunidade, ao julgar a ADPF nº 324, firmou a seguinte tese, com efeito vinculante para todo o Poder Judiciário: " 1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na

terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". 3. Em suma, o c. STF reconheceu a legalidade irrestrita da terceirização de serviços, podendo a contratação de trabalhadores se dar de forma direta ou por empresa interposta e para exercer indiscriminadamente atividades ligadas à área fim ou meio das empresas, não se configurando em tais circunstâncias relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada, remanescendo, contudo, a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa contratada, bem como pelas obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993, além de firmar que é plenamente possível a terceirização de atividades precípuas das concessionárias de serviços públicos. 4. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional ratificou o entendimento do juízo de primeiro grau, de que o autor desempenhava tarefa intimamente ligada à atividade-fim da tomadora dos serviços, declarando, por essa razão, a sua responsabilidade solidária pelas verbas devidas ao trabalhador, em desconformidade com a atual jurisprudência do c. STF e do c. TST. Recurso de revista conhecido por contrariedade (má aplicação) à Súmula/TST nº 331 e provido. (RR-722-18.2012.5.06.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 07/01/2020).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. ADPF Nº 324 E RE Nº 958.252. TESE FIRMADA PELO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 331 DO TST À LUZ DOS PRECEDENTES DO STF. (...) I. No que diz respeito ao reconhecimento da licitude da terceirização, a decisão regional foi proferida em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 958.252, de que resultou a fixação da seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", bem como no julgamento da ADPF nº 324, em que foram fixadas as seguintes teses: "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". II. Assim sendo, o conhecimento do presente recurso de revista no que diz respeito ao pedido de reconhecimento da ilicitude da terceirização havida entre as Reclamadas encontra óbice no entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, fixada no julgamento da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252. (...). (Ag-AIRR-10681-27.2018.5.18.0081, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 05/11/2021).

(...) II. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE. SISTEMA DE TELEATENDIMENTO. MATÉRIA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADPF 324, RE 958.252 E ARE 791.932). REPERCUSSÃO GERAL. ISONOMIA SALARIAL. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 383 DO TST. IMPOSSIBILIDADE. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA. 1. O Tribunal Regional, reconhecendo que a Reclamante prestou serviços relacionados à atividade-fim da tomadora de serviços, declarou a ilicitude da terceirização havida entre as partes. Muito embora tenha fundamentado não ser possível o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o Ente integrante da Administração Pública Indireta, reconheceu o direito obreiro às verbas trabalhistas - legais e normativas - asseguradas aos empregados da tomadora de serviços, com fundamento no princípio da isonomia. 2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 30/8/2018, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958.252, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se estabelecendo relação de emprego entre a tomadora de serviços e o empregado da empresa prestadora. 3. Dispõe a Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST que: "A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções ". 4. O fato autorizador da isonomia de direitos entre os empregados terceirizados e os regularmente contratados pelo tomador de serviços integrante da Administração Pública é a ilicitude da terceirização. Nessa esteira de raciocínio, reconhecendo o STF a licitude da terceirização tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim das empresas tomadoras, inviável a aplicação da Súmula 331/TST e Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST, que traz como premissa básica a irregularidade da contratação do trabalhador terceirizado. Julgados do TST. 5. Recurso de revista conhecido por má-aplicação da Súmula 331/TST e da OJ 383 da SBDI-1/TST. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-2185-47.2016.5.06.0102, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/12/2020)

[...] II - RECURSO DE REVISTA DA 2ª RECLAMADA (LIQ CORP S/A). ADMISSIBILIDADE. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA. LICITUDE. VÍNCULO DIRETO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE DIREITOS DA CATEGORIA DO TOMADOR. INVIABILIDADE. A partir do julgamento do RE nº 958.252 e da ADPF nº 324 pelo Supremo Tribunal Federal, a matéria em discussão nestes autos (ilicitude da terceirização de atividade-fim) pacificou-se e encontra o seu norte nos termos da decisão vinculante daquela Corte Suprema, que, ao julgar o mérito da controvérsia atinente ao Tema 725 da repercussão geral, definiu a tese jurídica segundo a qual " é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Assim, a decisão do Regional, naquilo em que aplicou a Súmula nº 331, I, do TST à hipótese encontra-se superada pela jurisprudência vinculante do Pretório Excelso, merecendo reforma o acórdão recorrido, a fim de decretar a licitude da terceirização e, por conseguinte, a ausência de vínculo direto com o tomador e os demais consectários daí decorrentes, a exemplo de direitos previstos em normas coletivas da categoria do tomador ou no regulamento interno da empresa, equiparação salarial, ou quaisquer outros que tenham como base jurídica de sustentação a irregularidade do contrato de terceirização de atividade-fim. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-456-10.2014.5.02.0088, 5ª

Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 19/03/2021) .

(...) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. TOMADORA DOS SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE N.º 958.252 COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA (TEMA 725) E ADPF 324. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 324, em 30/8/2018, erigiu tese no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 2. Na mesma ocasião, a Corte Suprema, examinando o Tema 725 de Repercussão Geral, no julgamento do RE 958.252, estabeleceu a seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Inquestionável a aplicação imediata dos aludidos precedentes firmados em Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida, bem como em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, cuja decisão tem efeito vinculante. 4. Na linha dos precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal, remanesce a possibilidade de reconhecimento de vínculo com a empresa contratante somente nas hipóteses em que há explícita referência, no acórdão prolatado pelo Tribunal Regional, acerca da configuração da pessoalidade e da subordinação hierárquica direta, presencial ou por via telemática, do obreiro aos prepostos da tomadora de serviços, sendo insuficiente a mera subordinação estrutural ou indireta, inerente à própria terceirização. 5. No caso sob exame, afirmou o Tribunal Regional a ilicitude da terceirização tão somente em razão do labor em atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. Tal entendimento destoa claramente daquele fixado pelo Supremo Tribunal Federal. Reconhece-se, portanto, a transcendência política da controvérsia. 6. Nesse contexto, impõe-se afastar o reconhecimento do vínculo de emprego da parte reclamante diretamente com o banco tomador dos serviços, bem como excluir da condenação as parcelas decorrentes da aplicação dos acordos coletivos dos bancários. 7. Recurso de Revista conhecido e provido" (RR-491-61.2017.5.06.0311, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 05/02/2021) .

(...) RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DAS LEIS NºS 13.015/14 E 13.105/15, MAS ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/2017. TELEMARKETING - ILICITUDE DE TERCEIRIZAÇÃO - RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS - ENQUADRAMENTO DO RECLAMANTE NA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS BANCÁRIOS. O STF, em 30/8/2018, no julgamento conjunto da ADPF 324/DF e do RE 958.252/MG (tema de Repercussão Geral nº 725), firmou a tese jurídica de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, seja ela meio ou fim, o que não configura relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. O Plenário da Suprema Corte concluiu, então, que não há óbice constitucional à terceirização das atividades de uma empresa, ainda que se configurem como as denominadas "atividades-fim" das tomadoras de serviços. No caso concreto, o Tribunal Regional concluiu que a contratação dos serviços especializados de telemarketing é ilícita, pois estão ligados à atividade-fim da tomadora de serviços. Assim, o v. acórdão recorrido, ao reconhecer a ilicitude da terceirização na hipótese, contrariou a tese firmada pela Suprema Corte, na ADPF 324 e no RE 958.252 (tema 725 da tabela de repercussão geral). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-11150-12.2015.5.03.0044, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 04/12/2020).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. BANCO BRADESCO S.A. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTENTE. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADPF 324/DF, o RE-958.252/MG (tema 725 da tabela de repercussão geral), fixou a tese, com efeito vinculante e eficácia erga omnes , segundo a qual é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas e de o objeto da terceirização consistir em atividade-meio ou atividade-fim da tomadora de serviços, desde que não seja comprovada a fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, sendo mantida, entretanto, a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. Portanto, definido pelo Supremo Tribunal Federal que é licita a terceirização de serviços, tanto ligados à atividade-meio quanto à atividade-fim da contratante, e não tendo sido constatada fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, deve ser julgado improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo de emprego com O tomador de serviços e, em consequência, os pedidos decorrentes unicamente do vínculo. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. (RR-10958-62.2016.5.03.0103, 8ª Turma, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 23/03/2021).

(...) III - RECURSO DE REVISTA - REGÊNCIA PELA LEI Nº 13.015/2014 - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. CALL CENTER. LICITUDE. A matéria já não comporta debates, ante as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sessão extraordinária realizada no dia 30/08/2018, quando se julgou procedente a arguição formulada na ADPF-324/DF (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018), com eficácia erga omnes e efeito vinculante, e se fixou tese jurídica de repercussão geral, correspondente ao Tema nº 725, no sentido de que "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante." (leading case: RE-958252/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018). Recurso de revista conhecido e provido. (RRAg-10055-74.2017.5.03.0173, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 05/02/2021).

Ressalta-se que o precedente firmado pela Corte Suprema não impede que a Justiça do Trabalho, analisando o caso concreto, identifique as premissas fático-jurídicas requeridas para a configuração do vínculo de emprego, nos termos dos arts. 2º e 3º da CLT, e reconheça a relação em exame não decorra da simples constatação de que os serviços terceirizados se inserem na atividade final do empreendimento (fraude) - o que não se aplicaria ao caso dos autos, haja vista que o Regional registrou que a análise sob este enfoque extrapolaria os limites da lide.
Destarte, observa-se que as agravantes não obtiveram êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento aos agravos de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0020052-36.2018.5.04.0782

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	LACTALIS DO BRASIL - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE LATICÍNIOS LTDA.
Advogado	Dr. Sérgio Roberto da Fontoura Juchem(OAB: 5269/RS)
Advogado	Dr. Daniela Farneda Hummes(OAB: 36556-A/RS)
Agravado	ALFREDO GOULART
Advogado	Dr. Jorge Luiz Garcez de Souza(OAB: 29691-A/RS)
Advogado	Dr. Lucinara Serafini(OAB: 81943-A/RS)
Agravado	BRF S.A.
Advogado	Dr. Henrique Jose da Rocha(OAB: 36568-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALFREDO GOULART
- BRF S.A.
- LACTALIS DO BRASIL - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE LATICÍNIOS LTDA.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

Recurso de Revista
Recorrente(s):
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Superada a apreciação dos pressupostos extrínsecos, passo à análise do recurso.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Adicional Noturno / Prorrogação do Horário Noturno.
Não admito o recurso de revista noitem.
O acórdão recorrido foi proferido no seguinte sentido: "(...) Nesse contexto, entendo que a jornada de trabalho quando integralmente, ou na maior parte, cumprida em horário noturno, é devido o adicional noturno também sobre as horas prorrogadas, com fulcro no que dispõe o art. 73, §§ 4º e 5º, da CLT e no entendimento contido na Súmula 60 II do TST, a qual ora se transcreve e se adota como razão de decidir:(...)".
A decisão está de acordo com a Súmula 60, II, do TST, bem como de acordo com a iterativa, notória e atual jurisprudência do TST no sentido de que a prorrogação da jornada noturna, ainda quando a jornada tenha iniciado após às 22h, é devido o adicional noturno.
Citam-se os seguintes precedentes: "AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. ADICIONAL NOTURNO. PRORROGAÇÃO DA JORNADA EM HORÁRIO DIURNO. 1. Conforme jurisprudência consolidada no item II da Súmula 60 do TST, "cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas. Exegese do art. 73, § 5º, da CLT." 2. Não bastasse, a jurisprudência da SBDI-1 está pautada no sentido de que é devido o pagamento do adicional noturno sobre as horas trabalhadas após as 5 horas, mesmo quando a jornada tenha-se iniciado após as 22h. Incidência do art. 894, §§ 2º e 3º, I, da CLT. Agravo regimental conhecido e desprovido. (Processo: Ag-E-RR - 1412-97.2013.5.04.0381 Data de Julgamento: 22/02/2018, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 02/03/2018). RECURSO DE EMBARGOS. REGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007. JORNADA MISTA. ADICIONAL NOTURNO. REMUNERAÇÃO DO PERÍODO DIURNO. 1. A eg. Quarta Turma proferiu acórdão em harmonia com a jurisprudência deste Tribunal Superior, ao dar provimento ao recurso de revista, "para condenar a Reclamada ao pagamento do adicional noturno também em relação às horas trabalhadas após as 5h da manhã, em prosseguimento à prestação de serviços em período noturno", sob o fundamento de que o entendimento consolidado no item II da Súmula nº 60 do TST também se aplica à hipótese de jornada mista. 2. Nesse contexto, o recurso de embargos se afigura incabível, nos termos do art. 894, II,

da CLT, considerada a redação dada pela Lei nº 11.496/2007. Recurso de embargos de que não se conhece." (Processo: E-ED-RR - 338-41.2011.5.15.0132 Data de Julgamento: 08/02/2018, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 16/02/2018).A) AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. (...) 2. ADICIONAL NOTURNO. JORNADA MISTA. O Regional consignou premissa fática de que o reclamante cumpria jornada de trabalho mista, parte diurna e parte noturna. Diante desse contexto, a conclusão do Regional quanto ao direito do autor ao adicional noturno sobre as horas laboradas em prorrogação da jornada noturna está em consonância com a jurisprudência pacificada desta Corte Superior, consubstanciada no item II da Sumula n° 60. Agravo de instrumento conhecido e não provido. (...)". (ARR-20666-15.2016.5.04.0781, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 10/02/2020).
Incidência do art. 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333/TST.
Nego seguimento.
CONCLUSÃO
Nego seguimento.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "prorrogação do horário noturno" emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas na Súmula 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Quanto ao tema, consta do acórdão regional:
"[...] O Magistrado a quo assim decidiu no tópico (ID. 0149611 - Pág. 5-6):
O reclamante postula a condenação das reclamadas ao pagamento de horas extras pela não observância da hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos, bem como ao pagamento de diferenças de adicional noturno a partir das 5h, com a aplicação dos adicionais legais de 50% e 100% e reflexos.
A reclamada Lactalis argumenta que observou e aplicou as normas coletivas, que Prevee m que as horas trabalhadas no período das 22h de um dia até às 05h de outro serão de 60 minutos e serão remuneradas com adicional de 48,57%, superior e mais favorável que o adicional legal, estando nele incluída a redução da hora noturna. A reclamada BRF S.A. também afirma estar incluso neste percentual o valor do adicional e a redução da hora prevista no artigo 73 da CLT.
De acordo com a cláusula décima segunda do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017 (ID. be22c58 - Pág. 4), as horas noturnas compreendidas entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte, serão de 60 minutos e não de 52 minutos e 30 segundos conforme determina a lei. Em contrapartida, também ficou ajustado que essas horas noturnas seriam pagas com acréscimo de 48,57% sobre o valor da hora diurna, de modo a incluir nesse percentual o adicional noturno (20%) e a redução de hora noturna, previstos no caput do artigo 73 da CLT e seus parágrafos.
De acordo com o parágrafo 1º do artigo 73 da CLT supracitado, A hora do trabalho noturno será computada como de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos, ou seja, a quantidade de horas trabalhadas em horário noturno deve receber um acréscimo de 14,285% para, após aplicado este percentual, ser apurada a quantidade total de horas noturnas trabalhadas.
Este acréscimo representa uma ficção legal criada para que a remuneração em horário noturno seja superior à do trabalho diurno. Para fins de cálculo, o trabalho em 7,33 horas noturnas do relógio, como no caso do reclamante, representa na verdade 8,37 horas (7,33 + 14,285% = 8,37).
No presente caso, entendo que a cláusula de acordo coletivo que flexibiliza a hora reduzida noturna, compensando-a com o pagamento do percentual de adicional noturno em patamar bastante superior (48,57%) não é inválida, por ser visivelmente mais benéfica ao trabalhador. Cumpre salientar que mesmo não incidindo o adicional noturno estipulado em norma coletiva sobre as horas trabalhadas a partir das 5h, tal situação ainda era mais favorável ao reclamante.
Para ilustrar, tomo por exemplo o salário-hora de R$ 7,22 recebido pelo reclamante em fevereiro de 2017 (vide contracheque ID. f08dd5a - Pág. 1). Multiplicando esse valor por 8,37 horas (7,33 normais + 14,285% do fator de redução) e acrescendo o adicional noturno legal de 20%, obtém-se o valor total de R$ 72,51.
Por outro lado, multiplicando o mesmo valor do salário-hora por 7,33 horas e acrescendo o adicional noturno normativo de 48,57% incidente sobre 6 daquelas 7,33 horas, obtém-se o valor total de R$ 73,96.
Como se vê, o valor pago pela reclamada em contraprestação ao labor noturno superava o valor devido caso fossem observados o adicional legal noturno de 20%, o fator de redução da hora noturna e a prorrogação da jornada noturna a partir das 5h.
Em sua manifestação sobre as defesas e os documentos juntados (ID. ee279af) o reclamante não demonstrou por números as diferenças que entende devidas na apuração e na contraprestação da atividade realizada em horário noturno.
Por todo o exposto, entendo que o reclamante não se desvencilhou a contento do ônus probatório que lhe incumbia (artigo 818, inciso I, da CLT), razão pela qual rejeito o pedido.
Inconformado o reclamante recorre a própria Reclamada argumenta que inexiste diferenças a serem pagas, uma vez que atentou às normas coletivas aduzindo que o horário noturno encerra-se às 5h, não se cogitando de prorrogação após tal período. Diz que as normas coletivas mencionadas pela reclamada não prevalecem sobre a previsão contida na CLT neste aspecto, sob pena de ofensa à hierarquia das fontes formais de Direito. Pelos cartões pontos verifica-se nos cartões ponto que a parte autora trabalhou em prorrogação ao horário noturno durante todo o contrato de trabalho, de modo a incidir o § 5º do artigo 73 da CLT do qual se infere a necessidade de observância da hora reduzida noturna para o labor prestado após as 5h. Invoca a Súmula 60, item II, do TST. Requer a reforma da sentença para que condenada ao pagamento de diferenças de horas noturnas pela não observância da redução ficta, bem como que seja condenada ao pagamento de diferenças de adicional noturno após as 5 horas da manhã.
Com razão parcial.
Considerando que a jornada do autor era das 22h às 6h20min, e sendo incontroverso nos autos que após às 5h não eram pagas as horas com adicional noturno, conforme defesa da primeira reclamada no ID.
f86279b - Pág. 12 ao afirmar que "o horário noturno, encerra-se às 5hs", bem como pelos contracheques que demonstram a ausência do pagamento dessas horas com o adicional postulado, há de ser reformada a sentença, no aspecto.
Nesse contexto, entendo que a jornada de trabalho quando integralmente, ou na maior parte, cumprida em horário noturno, é devido o adicional noturno também sobre as horas prorrogadas, com fulcro no que dispõe o art. 73, §§ 4º e 5º, da CLT e no entendimento contido na Súmula 60 II do TST, a qual ora se transcreve e se adota como razão de decidir:
"ADICIONAL NOTURNO. INTEGRAÇÃO NO SALÁRIO E PRORROGAÇÃO EM HORÁRIO DIURNO (incorporada a Orientação Jurisprudencial nº 6 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20,

22 e 25.04.2005. (...)
II - Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas. Exegese do art. 73, § 5º, da CLT.
(ex-OJ nº 6 da SBDI-1 - inserida em 25.11.1996)".
Assim, são devidas, no caso, as diferenças de adicional noturno quanto as horas prorrogadas após às 5h, conforme entendimento contido na Súmula 60, II, do TST.
Contudo, no que diz respeito a redução da hora noturna ficta, não merece amparo a tese recursal do autor, pois há norma coletiva prevendo a validade do procedimento de pagar o adicional noturno em percentual superior ao legal para que a hora noturna seja igualada à hora diurna de 60 minutos (exemplo, ACT 2015/2016, cláusula 12° ID. 377c998).
Diante do exposto, dou parcial provimento ao recurso ordinário do reclamante, para condenar a reclamada ao pagamento de diferenças do adicional noturno, com adicional previsto na norma coletiva, referente às horas trabalhadas em prorrogação ao labor noturno, após as 5h, sem consideração da hora reduzida noturna, com os mesmos reflexos deferidos na sentença para as horas in itinere.."

Cinge-se a controvérsia em saber se o trabalhador submetido à jornada mista, com prorrogação do horário noturno em horário diurno, faz jus ao recebimento doadicional noturnosobre as horas laboradas após as 5 (cinco) horas da manhã. No que se refere aos trabalhadores que laboram em jornada majoritariamente noturna com prorrogação em horário diurno, caso dos autos, esta Corte Superior unificou o entendimento de que é devido oadicional noturnonesses casos de jornada mista, diante do desgaste físico a que se submete o trabalhador emprorrogação de jornada, a justificar o deferimento do mencionado adicional para as horas laboradas além das cinco horas da manhã (Súmula 60, II, do TST).
Ressalte-se que o fato de a jornada do empregado ser mista não tem o condão de afastar a aplicação do supracitado verbete sumular, tendo em vista que o trabalho foi desenvolvido preponderantemente no período noturno. Para que incida a diretriz do artigo 73, § 5º, da CLT, é necessário apenas que o trabalho ocorra durante o período noturno e que se prorrogue no diurno.
Não ensejam recurso de revista decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho. A divergência apta a ensejar o recurso de revista deve ser atual, não se considerando como tal a ultrapassada por súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.
Ante ao exposto, inviável o conhecimento do recurso de revista ante o óbice da Súmula 333, do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1000196-18.2018.5.02.0720

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	DANONE LTDA
Advogado	Dr. Gustavo Henrique dos Santos Viseu(OAB: 117417-A/SP)
Agravado	EDVALDO NOVAES LIMA
Advogado	Dr. Marcelo Simão dos Santos(OAB: 358282-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- DANONE LTDA
- EDVALDO NOVAES LIMA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.
Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 14/09/2021 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 24/09/2021 - id.

6ce558e).
Regular a representação processual,id. fe3b8bd.
Satisfeito o preparo (id(s). 4c2f9ed, 0334f3a e 1a0b35c).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Horas Extras.
O Regional assentou quea jornada de trabalho do reclamante -que realizava abastecimento dos produtos nos pontos de comércio varejista, na função de promotor de vendas - era passível de fiscalização pela reclamada.
Para se adotar entendimento diverso, seria necessária a revisão do conjunto fático-probatório, conduta incompatível na atual fase do processo (Súmula nº 126 doTST), o que afasta a admissibilidade do recurso por divergência jurisprudencial ou por violação literal de disposição de lei federal.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "horas extras", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126 do TST.
Quanto ao tema "horas extras", consta do acórdão regional:

"[...] Horas extras
A reclamada busca a reforma da decisão de primeiro grau também no que se refere ao pagamento de horas extras e seus reflexos. Aduz que o autor exercia atividade externa incompatível com o controle, estando inserto, portanto, na previsão do art.62, I, da CLT. Sem razão.
Para que haja a incidência da norma contida no artigo 62, I, da CLT, e necessário que as funções realizadas pelo empregado sejam, além de externas, totalmente incompatíveis com o registro de jornada. Apenas a satisfação simultânea de ambos os requisitos legais afasta a aplicabilidade dos limites estabelecidos pelo artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal e pelos artigos 58 e seguintes da CLT. Afinal, um dos temas mais caros ao Direito do Trabalho, desde sua aurora, é a fixação de jornadas máximas de labor a serem cumpridas pela classe trabalhadora. Nosso direito positivo reconhece a limitação da jornada de trabalho como direito fundamental, inserto no Título I da Constituição Federal de 1.988, de modo que as normas que estabelecem exceções aos limites gerais contidos no ordenamento devem ser interpretadas restritivamente.
No caso dos autos, é incontroverso que o reclamante atuava como promotor de vendas, realizando o abastecimento dos produtos da empregadora nos pontos de comércio varejista em que atuava. Evidente, portanto, que sua jornada de trabalho poderia ser facilmente controlada pela empregadora, bastando, para tanto, a manutenção de controles manuais, mecânicos ou eletrônicos no local da prestação de serviços. Se a empresa não procedeu ao efetivo controle da jornada de trabalho foi por falta de interesse, e não por impossibilidade material.
Ante o exposto, mantenho a decisão de primeiro grau, que afastou a aplicação do art.62, I, da CLT ao caso concreto."

A Corte Regional concluiu que a jornada de trabalho do reclamante podia ser facilmente controlada pela empregadora que não procedeu ao efetivo controle por falta de interesse.
A decisão do Tribunal Regional reveste-se de contornos fático-probatórios cuja reapreciação não é permitida nesta instância extraordinária. Óbice da súmula 126 do TST.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1001216-82.2020.5.02.0717

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ANTONIO CARLOS PEREIRA DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. André Henrique Guimarães Silva(OAB: 285333-A/SP)
Agravado	SAVIMOVEL COMERCIAL E IMOVEIS LIMITADA
Advogado	Dr. José Carlos Fagoni Barros(OAB: 145138-D/SP)
Advogado	Dr. Guilherme Gouveia Mantovan(OAB: 295396-A/SP)
Advogado	Dr. Milena do Espirito Santo Samia(OAB: 238181-A/SP)
Agravado	RENATO JULIO - ME

Intimado(s)/Citado(s):
- ANTONIO CARLOS PEREIRA DE OLIVEIRA
- RENATO JULIO - ME
- SAVIMOVEL COMERCIAL E IMOVEIS LIMITADA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 487/499) interposto pelo

reclamante contra a decisão de fls. 479/480, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contrarrazões às fls. 505/509 e contraminuta às fls. 510/513.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
Conheço do apelo, pois atendidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade.
Inicialmente, ressalto que a decisão do Tribunal Regional que denegou seguimento ao recurso de revista não acarreta qualquer prejuízo à parte, em razão de este juízo ad quem, ao analisar o presente agravo de instrumento, proceder a um novo juízo de admissibilidade da Revista.
As discussões travadas no feito, o qual se submete ao rito sumaríssimo, prendem-se aos temas "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. CONFISSÃO", "HONORÁRIOS PERICIAIS E ADVOCATÍCIOS".
De plano, registre-se que interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, a recorrente deve transcrever precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
No caso, o recorrente, em seu recurso de revista, não transcreveu o trecho exato do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, não bastando ao cumprimento da exigência legal, a reprodução da ementa e dispositivo do acórdão, fls. 468, o qual não consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista quanto ao "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE", bem como no tópico "HONORÁRIOS PERICIAIS E ADVOCATÍCIOS" não há transcrição de trechos do acórdão regional que consubstanciam o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, o que não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I da CLT
No mesmo sentido, os seguintes julgados podem ser apontados por revelarem fundamentos determinantes plenamente aplicáveis ao caso em exame:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. RECURSO DE REVISTA. NÃO CONHECIMENTO. INOBSERVÂNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. ART. 896, § 1º-A, I e III, DA CLT. A c. Turma desproveu o agravo para manter a decisão mediante a qual não se conheceu do recurso de revista do reclamante ao fundamento de que transcreveu o trecho do acórdão regional que não abarca todos os fundamentos da Corte Regional para julgar improcedente o pedido, não se desincumbindo de demonstrar o atendimento do pressuposto do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT. Os arestos superados pela jurisprudência consolidada da SBDI-1 sobre a exigência processual prevista no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, não empolgam o apelo, nos limites do artigo 894, § 2º, da CLT. Com efeito, a SBDI-1, interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmado o entendimento no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, "a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva." (E-ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018). Precedentes. Agravo conhecido e desprovido". (TST-Ag-E-ED-Ag-ED-RR-1004-31.2011.5.05.0161, SbDI-1, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 14/05/2021). (sem grifos no original)

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. (ÓBICE DO ART. 896, § 1º, A, DA CLT). A SBDI-1 do TST já decidiu que a mera indicação da parte dispositiva do acórdão regional não é capaz de satisfazer o requisito da legislação celetista. Não preenchido um dos pressupostos de admissibilidade, ante a mera transcrição do dispositivo do acórdão, impossível o processamento do recurso de revista. Não prospera o agravo da parte, dadas as questões jurídicas solucionadas na decisão agravada. Em verdade a parte só demonstra o seu descontentamento com o que foi decidido. Não merece reparos a decisão. Agravo não provido". (Ag-AIRR-20193-07.2018.5.04.0022, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 14/05/2021). (sem grifos no original)

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. APELO SUBMETIDO À LEI Nº 13.467/2017. (?) II - RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. LEI Nº 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, DA CLT. ADMISSIBILIDADE. Deve ser negado conhecimento ao recurso de revista quando verificada a ausência de preenchimento dos requisitos insculpidos na Lei nº 13.015/2014, notadamente a adequada transcrição do trecho que consubstancia o prequestionamento da matéria abordada no arrazoado recursal. Não cumpre o ditame legal a parte que transcreve trechos excessivamente longos e sem destaques individualizadores do prequestionamento pretendido, como ocorreu na hipótese. Recurso de revista inapto ao conhecimento, a teor do que dispõe o art. 896, § 1º-A, I e III, da CLT. Recurso de revista não conhecido" (RR-21794-67.2016.5.04.0006, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 18/12/2020).

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CONDUTA CULPOSA DA ADMINISTRAÇÃO. DANO SOFRIDO PELO EMPREGADO. NEXO CAUSAL. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE. TEMA Nº 246 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL DO STF. TRECHO QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO. TRANSCRIÇÃO. ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. NÃO OBSERVÂNCIA. I. Faz-se presente o pressuposto intrínseco formal de admissibilidade previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT com a transcrição do excerto do acórdão regional em que repousa o prequestionamento da matéria impugnada, identificando-se claramente a tese que se quer combater no recurso, de forma a possibilitar o imediato confronto do trecho transcrito com as violações, contrariedades e arestos articulados de forma analítica nas razões do recurso de revista. II. No caso dos autos, irretocável a decisão unipessoal agravada quanto ao não atendimento do pressuposto intrínseco de admissibilidade previsto no inciso I do § 1º-A do art. 896 da CLT, pois a parte recorrente procedeu à transcrição de longos trechos dos fundamentos adotados pelo Tribunal Regional quanto ao tema combatido, inteiramente destacados, o que impossibilita a indicação precisa das matérias que tratam dos dispositivos de lei tidos por violados ou que autorizem o cotejo com os arestos indicados. Não se trata, portanto, de decisão extremamente concisa e sucinta, distinção capaz de afastar a aplicação do óbice processual em apreço. III. Agravo interno de que se conhece e a que se nega provimento" (Ag-AIRR-1409-02.2016.5.05.0029, 7ª Turma, Relator

Ministro Evandro Pereira Valadão Lopes, DEJT 15/05/2020).

Desse modo, inviável o processamento do recurso de revista, tendo em vista a não observância do requisito legal.
Do exposto, denego seguimento do agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do RITST.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1000682-07.2015.5.02.0203

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ELZA DELLAMURA
Advogado	Dr. Roberto Hiromi Sonoda(OAB: 115094/SP)
Agravado	CONDOMINIO PARQUE BARUERI
Advogado	Dr. Diego Gomes Basse(OAB: 252527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONDOMINIO PARQUE BARUERI
- ELZA DELLAMURA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Ajuda / Tíquete Alimentação.
Considerando as premissas fático-jurídicas delineadas no acórdão, especialmente que o vale alimentação e ticket refeição não eram fornecidos pela reclamada por força do contrato de trabalho, mas de mero benefício social de cunho indenizatório, não é possível divisar ofensa aos dispositivos da legislação federal mencionados no recurso de revista ou contrariedade à Súmula 241 do TST.
Inespecíficos os arestos colacionados com vistas a corroborar o dissídio de teses, pois não há correlação entre os casos julgados nos acórdãos paradigmas e a presente demanda em que o Regional entendeu que os benefícios não eram fornecidos por força do contrato de trabalho. Registre-se que, nos termos da Súmula 296, I, do TST, a divergência jurisprudencial deve revelar a existência de teses diversas na interpretação do mesmo dispositivo legal, embora idênticos os fatos que as ensejaram, o que não se verifica na hipótese vertente.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista.

O TRT afastou a natureza salarial do vale alimentação e do tíquete refeição ao consignar que "não se encontram inseridos em nenhuma cláusula contratual, não se tratando, portanto, de contraprestação pelos serviços prestados, mas de mero benefício social".
Assim, por observar possível contrariedade à Súmula 241 do TST, dou provimento ao agravo de instrumento, para determinar o processamento do recurso de revista.

RECURSO DE REVISTA
O entendimento predominante desta Corte acerca da natureza salarial do vale refeição está fixado na Súmula 241 do TST, segundo a qual "o vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais".
O fato de não haver cláusula contratual expressa assegurando o recebimento do benefício aos empregados não afasta a natureza salarial da verba, uma vez que decorre da existência do contrato de emprego.
Nesse sentido:

"RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. NATUREZA DO TÍQUETE-REFEIÇÃO. A controvérsia gira acerca da natureza jurídica dos tíquetes-refeição fornecidos em face do contrato de trabalho. Com efeito, há de se aplicar a recomendação prevista na Súmula 241 desta Corte quando o tíquete-refeição é devido "por força do contrato", estando ele previsto no próprio instrumento contratual ou incorporado ao contrato porque previsto em qualquer outra fonte de direito na qual não se negue sua natureza contraprestacional. Não procede o silogismo estabelecido pelo Regional, qual seja, de o caráter salarial depender de expressa previsão nesse sentido. Recurso de revista conhecido e provido" (RRAg-2052-04.2011.5.01.0204, 6ª Turma, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 17/09/2021 - grifei).

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INTEGRAÇÃO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. O vale-alimentação, fornecido por força do contrato de trabalho, integra o salário para todos os fins legais, conforme entendimento pacificado na Súmula nº 241 do TST. Recurso de revista conhecido por contrariedade à Súmula nº 241 do TST e provido . CONCLUSÃO: Agravo de instrumento do reclamado conhecido e desprovido e recurso de revista da reclamante conhecido e provido" (ARR-1022-88.2015.5.20.0001, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 22/11/2019).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. VALE-ALIMENTAÇÃO. PERÍODO RELATIVO AO AVISO PRÉVIO INDENIZADO. NATUREZA DA PARCELA . O fornecimento de auxílio alimentação, como regra geral insculpida no art. 458 da CLT e na Súmula 241 desta Corte, importa em reconhecer a natureza salarial da parcela. A existência de qualquer circunstância que retire o caráter salarial dessa parcela deve ser inequivocamente comprovada. Desse modo, tendo o Tribunal Regional consignado

que a parcela não tem caráter salarial, indevida sua repercussão no aviso prévio indenizado. Recurso de Revista de que se conhece em parte e a que se dá provimento" (RR-11646-72.2014.5.18.0007, 5ª Turma, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 10/08/2017).

Tendo em vista os fundamentos apresentados, conheçodo recurso de revista por contrariedade à Súmula 241 do TST.
No mérito,dou-lheprovimentopara reconhecer a natureza salarial das verbas ajuda-alimentação e vale-refeição e determinar sua integração à remuneração do Reclamante para todos os efeitos. Custas processuais inalteradas.

CONCLUSÃO
À vista do exposto, atendidos os requisitos do art. 489, § 1º, do CPC, e com fundamento nos arts. 118, X, do Regimento Interno do TST e 932, III, IV e V, do CPC,dou provimentoao agravo de instrumento quanto ao tema "natureza jurídica do vale refeição e da ajuda alimentação" para processar o recurso de revista;conheçodo recurso de revista por contrariedade à Súmula 241 do TST, e, no mérito,dou-lhe provimentopara reconhecer a natureza salarial das verbas ajuda-alimentação e vale-refeição e determinar sua integração à remuneração do Reclamante para todos os efeitos. Custas mantidas.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0021761-77.2017.5.04.0027

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	Dr. Marlon Brum
Agravado	ELISABETH SARAIVA RODRIGUES
Advogado	Dr. Jéferson Rodrigues da Silva(OAB: 77832-A/RS)
Agravado	LABORAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):
- ELISABETH SARAIVA RODRIGUES
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- LABORAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 700/707) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 690/693).
Contraminuta e contrarrazões ao recurso de revista não foram apresentadas.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo não provimento do agravo de instrumento, fls. 720/721.
É o relatório.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 27/04/2021 e apelo protocolado em 29/04/2021), sendo inexigível o preparo.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida,

ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"No caso em exame, ainda que a tomadora de serviços tenha juntado alguns documentos referentes às obrigações trabalhistas (tais como contracheques), a própria condenação demonstra que a fiscalização não foi exercida com a devida eficácia. Exemplifico, nesse sentido, que não foram trazidos comprovantes de recolhimento do FGTS referente a todos os meses de execução contratual, o que, por si só, evidencia a fragilidade da fiscalização efetuada, caracterizando a culpa in vigilando e atraindo a responsabilidade subsidiária do 2º réu." (fls. 660).

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador

de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.

Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1000718-59.2020.5.02.0434

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ANTONIO BRAS DA SILVA
Advogado	Dr. Raquel Braz de Proença Rocha(OAB: 129628-A/SP)
Agravado	PROMETEON TYRE GROUP INDÚSTRIA BRASIL LTDA.
Advogado	Dr. Adriane Maluf Souza(OAB: 199536 -A/SP)
Advogado	Dr. Rodrigo Irlan Ignácio(OAB: 352853-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO BRAS DA SILVA
- PROMETEON TYRE GROUP INDÚSTRIA BRASIL LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1929/1934) interposto em face da decisão (fls. 1927/1928) do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista.

Contraminuta às fls. 1937/1943 e contrarrazões às fls. 1944/1951.

Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

De plano, verifica-se a inadequação da pretensão do recorrente, no sentido de ver processado recurso de revista interposto contra decisão proferida pelo Tribunal Regional em julgamento de agravo de instrumento.

Interpretando o art. 896, caput, da CLT, o TST consolidou entendimento consubstanciado na Súmula 218 desta Corte, no sentido de ser incabível a interposição de recurso de revista contra acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.

Desse modo, tratando-se de recurso manifestamente incabível, nos termos da Súmula 218 do TST, tem-se que o apelo não logra ultrapassar o seu próprio conhecimento, haja vista a existência de vício formal intransponível, uma vez que sequer possibilita o exame do mérito da controvérsia.

Neste contexto, nos termos do art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº RR-0020234-49.2021.5.04.0351

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE
Advogado	Dr. Joao Paulo Brugger Borges(OAB: 44613-A/DF)
Advogado	Dr. Newton da Silva Miranda Teixeira(OAB: 44136-A/DF)
Recorrido	SUSANA ELIZA MULLER
Advogado	Dr. Wagner Adilson Koch(OAB: 71087-A/RS)
Advogado	Dr. Deisi Josana Krummenauer(OAB: 53560-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE
- SUSANA ELIZA MULLER

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto aos temas FGTS, multa do art. 477 da CLT e honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto apenas em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Inicialmente, cumpre salientar que a decisão de admissibilidade do presente recurso de revista é posterior a 15/4/2016, portanto, segue a nova sistemática processual estabelecida por esta Corte Superior a partir do cancelamento da Súmula 285/TST e da edição da Instrução Normativa 40/TST.
Assim, tem-se que é ônus da parte impugnar, mediante a interposição de agravo de instrumento, os temas constantes do recurso de revista que não foram admitidos, sob pena de preclusão.
No caso, verifica-se que a parte deixou de interpor agravo de instrumento em face da decisão do Tribunal Regional que não admitiu o seu recurso de revista quanto aos temas "FGTS e multa do art. 477 da CLT", razão por que fica inviabilizada a análise do apelo em relação a tais matérias, ante a preclusão.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Em relação aos honorários devidos pelo reclamante, pondero que o § 4º do artigo 791-A da CLT não exclui a responsabilidade do beneficiário da justiça gratuita determinando apenas a suspensão da exigibilidade, caso o autor não tenha créditos a receber neste ou em outro processo. Ocorre que tal disposição não pode ser aplicada em qualquer caso, sendo necessário que os créditos do reclamante, ainda que em outro feito, sejam de monta suficiente para lhe retirar a condição de hipossuficiente, sob pena de afronta ao princípio do acesso gratuito à justiça.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. A Corte Regional concluiu pela suspensão da exigibilidade dos honorários.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0179200-70.2007.5.15.0133

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - FAMERP
Procurador	Dr. Fernando Henrique Médici
Agravado	ALESSANDRO CATELAN RODRIGUES MARTINS
Advogado	Dr. Carlos Adalberto Rodrigues(OAB: 106374/SP)
Agravado	UNIÃO (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALESSANDRO CATELAN RODRIGUES MARTINS
- FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - FAMERP
- UNIÃO (PGF)

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de

admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2º, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis o teor da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Nos termos do art. 896, § 2º, da CLT, somente caberá recurso de revista, das decisões proferidas emexecução, por ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Nulidade / Inexigibilidade do Título.
O v. acórdão afastou a alegada inexigibilidade do título, afirmando que como o título executivo judicial está acobertado pela coisa julgada.
Destarte, não foram preenchidos os requisitos previstos no art. 896, § 2º, da CLT, o que impede o processamento do apelo, conforme diretriz estabelecida na Súmula 266 do C. TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista".

Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Inicialmente, há de se afastar as alegações tecidas a respeito do despacho denegatório. É que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (art. 896, § 1º, da CLT), não prejudicando a análise da admissibilidade recursal pelo TST, nem incorrendo em usurpação de sua competência, tampouco violando princípios constitucionais.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
Na situação dos autos, foi observado pelo Tribunal Regional que "para se considerar a inexigibilidade do título judicial fundado em lei ou ato normativo, pressupõe-se a existência de pronunciamento explícito do STF, na declaração ou na aplicação ou interpretação tida por incompatível com a Constituição Federal, o que não é o caso de autos, cujo título executivo judicial encontra suporte na Lei Estadual n.º 8.899/1994 (que transformou a ré em autarquia em regime especial) e no Decreto n.º 41.228/1996 (que aprovou seu estatuto e instituiu a mesma política salarial adotada pelas universidades estaduais paulistas), e nenhuma dessas normas foi declarada inconstitucional pelo Excelso Pretório, tampouco tidas suas aplicações ou interpretações por incompatíveis com a Magna Carta".
O TRT ressaltou que "não pode o MM. Juízo de origem, tampouco este Colegiado, no curso da execução, aplicar à hipótese a decisão do Pleno deste E. Tribunal nos autos do processo n.º 0006528-86.2015.5.15.0000, que resultou na formulação da Tese Prevalecente n.º 02, divulgada nos DEJT de 11, 13 e 14/10/2016, até porque, como já amplamente discutido, é bem posterior ao trânsito em julgado do título executivo judicial em questão e, por isso, se encontra sob a proteção da coisa julgada, resguardada como direito fundamental no art. 5º, inciso XXXVI, da CF, além da previsão contida no art. 502 do NCPC (art. 467 do CPC de 1973), sob pena de desprestígio ao princípio da segurança jurídica que deve ser estabelecida com a prestação jurisdicional do Estado".
Nota-se, portanto, que o entendimento adotado pelo Tribunal Regional é fruto de exame, interpretação e cumprimento dos termos da decisão exequenda, circunstância que inviabiliza a acolhida da tese recursal à luz da alegada ofensa direta e literal dos dispositivos constitucionais indicados.
A coisa julgada é garantia constitucional apta a efetivar o princípio da segurança jurídica e promover estabilidade nas relações sociais.
Nessa toada, eis a redação do § 1º do artigo 879 da CLT:

Art. 879 - Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos.
§ 1º - Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda nem discutir matéria pertinente à causa principal.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Incólumes os dispositivos constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1001073-35.2020.5.02.0316

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	LUCIMAR SHAIDER FRAGA
Advogada	Dra. Jackeliny Maria Duarte(OAB: 321931-A/SP)
Agravado	VIPEX TRANSPORTES LTDA
Advogado	Dr. Marcelo Najjar Abramo(OAB: 211122-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCIMAR SHAIDER FRAGA
- VIPEX TRANSPORTES LTDA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 415/422) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 409/411).
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
Os autos não foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 23) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 16/09/2021 e apelo protocolado em 29/09/2021), sendo desnecessário o preparo.
A reclamante renova o inconformismo acerca da matéria "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS".
Contudo, não obstante as alegações recursais, verifica-se que, às fls. 401/402, a parte agravante transcreveu integralmente o tópico recorrido, sem efetuar nenhum destaque.
A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º -A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA . Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"[...] III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido [...]" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/05/2021 - destaque acrescido).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0021643-81.2015.5.04.0024

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	HYUNDAI CAOA DO BRASIL LTDA.
Advogado	Dr. Rodrigo Dorneles(OAB: 46421-A/RS)
Advogado	Dr. Leonardo Lamachia(OAB: 47477-A/RS)
Advogado	Dr. Marcia Helena Somensi(OAB: 47343-A/RS)
Agravado	ADRIELLE DE SOUZA NEVES

Advogado	Dr. Geraldo Leal(OAB: 102220-A/RS)
Advogado	Dr. Anthony Lima Sodré(OAB: 95394/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIELLE DE SOUZA NEVES
- HYUNDAI CAOA DO BRASIL LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 506/514) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
Desnecessária manifestação do Ministério Público do Trabalho nos termos do Regimento Interno do TST.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 200 e 389), interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 04/05/2020 e apelo protocolado em 05/05/2020), e o preparo foi satisfeito (fls. 284/286, 450/453 e 497/498).
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "HORAS EXTRAS. APRESENTAÇÃO PARCIAL DE CONTROLE DE JORNADA" e "INTERVALO DO ARTIGO 384 DA CLT. TRABALHO EXTRAORDINÁRIO DA MULHER".
Quanto ao primeiro tema, "HORAS EXTRAS. APRESENTAÇÃO PARCIAL DE CONTROLE DE JORNADA", a reclamada afirma que juntou aos autos os cartões de controle de jornada, os quais foram reconhecidos como válidos pelo Tribunal Regional. Sustenta que, na ausência de eventual cartão ponto, não é crível o arbitramento da jornada, devendo para tanto ser observada a média de horas trabalhadas nos cartões apresentados. Alega ofensa ao artigo 884 do Código Civil e contrariedade à Orientação Jurisprudencial 233 da SbDI-1 do TST.
Não obstante as alegações recursais, verifico que o trecho indicado às fls. 491 não pertence ao acórdão recorrido. Não atendida à exigência contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, não é possível processar o apelo.
Quanto ao segundo tema, "INTERVALO INTRAJORNADA. TRABALHO EXTRAORDINÁRIO DA MULHER", a reclamada afirma que a norma prevista no artigo 384, CLT, não foi recepcionada pela Constituição Federal. Assevera que tal dispositivo foi recentemente revogado, não havendo previsão legal para sua aplicação. Sustenta que o não cumprimento da referida norma não gera dever de indenizar como extra o respectivo período, pois trata-se de infração administrativa. Alega violação dos artigos 5º, I, II, 7º, XXX, da Constituição Federal e 401 da CLT.
Consta do acórdão:

"[...] De plano, cabe registrar ser incontroverso - diante dos termos da contestação e do recurso - que a reclamada não concede os períodos de intervalo previstos no artigo 384 da CLT, que estabelece, in verbis:
Art. 384 - Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de 15 (quinze) minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário do trabalho.
Mudando entendimento anterior, entendo que o artigo 384 da CLT não conflita com a Constituição Federal e seu descumprimento gera direito ao pagamento de horas extras, como postulado.
A propósito, a tese de que a infração ao dispositivo consolidado acarretaria somente sanção administrativa e não geraria direito ao pagamento de horas extras é afastada pela edição da Súmula nº 65 deste Tribunal, que estabelece, in verbis:
INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. A regra do art. 384 da CLT foi recepcionada pela Constituição, sendo aplicável à mulher, observado, em caso de descumprimento, o previsto no art. 71, § 4º, da CLT.
Deste modo, e sendo incontroversa a não concessão do intervalo previsto no artigo 384 da CLT, direito a que a autora fazia jus nas ocasiões em que extrapolada a jornada contratada, é devido o pagamento, como extra, do período correspondente ao intervalo de 15 minutos não concedidos. Aplica-se analogicamente, a respeito, a regra do parágrafo quarto do artigo 71 da CLT.
Outrossim, inaplicáveis ao caso as alterações legislativas propostas pela Lei 13.467/2017, uma vez que a relação laboral se encerrou em abril de 2014, tendo ocorrido integralmente sob a vigência da lei antiga.
Deste modo, mantenho a condenação" (fls. 480/481).

Impende registrar que a tese recursal encontra-se superada no âmbito desta Corte Superior, que, em composição plena, ao apreciar o Incidente de Inconstitucionalidade em Recurso de Revista nº TST-IIN-RR-154000-83.2005.5.12.0046, firmou o entendimento de que o artigo 384 da CLT foi recepcionado pela atual Constituição da República (Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho, DJU de 13/02/2009), sendo oportuno frisar que, no caso dos autos, tratou-se de período anterior ao início da vigência da Reforma Trabalhista.
A decisão regional também está de acordo com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 528 da Tabela de Repercussão Geral) em que se fixou a seguinte tese: "o art. 384 da CLT, em relação ao período anterior à edição da Lei nº 13.467/2017, foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, aplicando-se a todas as mulheres trabalhadoras".
Ademais, é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que a não concessão do referido intervalo implica o pagamento do período como horas extras. Nesse sentido, os seguintes julgados:

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERVALO DE 15 MINUTOS. PREVISTO NO ARTIGO 384 DA CLT PARA MULHERES ANTES DO LABOR EM SOBREJORNADA. CONSTITUCIONALIDADE. O debate acerca da constitucionalidade do artigo 384 da CLT já não comporta discussão nesta Corte, que, por intermédio do julgamento do Processo nº TST-IIN-RR-1.540/2005-046,2-00.5,ocorrido na sessão do Tribunal Pleno em 17/11/2008, decidiu que o artigo 384 foi recepcionado pela Constituição Federal. Nesse contexto, não subsistem as violações constitucionais invocadas pelo Banco do Brasil S.A., porquanto o deferimento das horas extras à reclamante, por desrespeito ao intervalo previsto no artigo 384 da CLT, está em consonância com a jurisprudência prevalecente nesta Corte Superior, o que atrai a incidência do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula nº 333 do TST. Não merece provimento o agravo que não infirma os fundamentos da decisão agravada quanto à constitucionalidade do intervalo previsto no artigo 384 da CLT, à reclamante. Agravo desprovido." (TST-Ag-AIRR-1000177-26.2017.5.02.0371, 2ª Turma, Rel. Min. Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT de 11/06/2021).

"(...) TRABALHO DA MULHER. INTERVALO PREVISTO NO ART. 384 DA CLT. RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. A jurisprudência desta Corte entende que a recepção do artigo 384 da CLT pela Constituição Federal de 1988 decorre da proteção ao trabalhador diante dos riscos à sua saúde e à segurança no trabalho, uma vez que a falta de intervalo entre as jornadas ordinária e extraordinária é fator que propicia esgotamento, perda de reflexos, acidentes e doenças por cansaço com reflexos econômicos previdenciários e, mormente em relação à mulher, pelo

aspecto fisiológico e pelo papel social que ocupa no meio familiar, como mãe e dona de casa, impondo-lhe dupla jornada. Destaca-se que não há na legislação de regência nem na jurisprudência ressalva sobre a limitação das horas prestadas para o deferimento do referido intervalo. Dessa forma, a inobservância do intervalo previsto no referido dispositivo implica o pagamento das horas extras correspondentes ao período, por se tratar de medida de higiene, saúde e segurança das trabalhadoras. Precedentes. Estando a decisão moldada a tais parâmetros, não merece reforma. Agravo conhecido e desprovido. (...)" (TST-Ag-AIRR-100046-09.2016.5.01.0058, 3ª Turma, Rel. Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT de 25/06/2021).

"(...) INTERVALO DO ARTIGO 384 DA CLT. O debate relativo ao intervalo previsto no art. 384 da CLT não comporta mais discussão nesta Corte, pois o Pleno, por meio do julgamento do processo nº TST-IIN-RR 1.540/2005-046-12-00, ocorrido na sessão do dia 17/11/2008 (DEJT de 13/2/2009), decidiu que o art. 384 da CLT foi recepcionado pela Constituição da República. Superada essa questão, as Turmas deste Tribunal têm entendido que a não concessão desse intervalo não constitui mera infração administrativa, devendo ser remunerado como hora extra. Recurso de revista conhecido e provido" (TST-ARR-2134-25.2011.5.02.0069, 6ª Turma, Rel. Min. Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT de 01/07/2021).

"(...) PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER - PERÍODO DE DESCANSO - INTERVALO DO ARTIGO 384 DA CLT - RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Esta Corte, em sua composição plena, ao apreciar o IIN-RR-1.540/205-046-12-00.5, afastou a inconstitucionalidade do artigo 384 da CLT, tendo por fundamento o princípio da isonomia real, segundo o qual devem ser tratados de forma igual os iguais, e desigual os desiguais, julgando, assim, que o referido dispositivo da CLT é dirigido, exclusivamente, às trabalhadoras. Ademais, este Tribunal já acumula decisões proferidas posteriormente ao julgamento do incidente de inconstitucionalidade, no sentido de serem devidas horas extras decorrentes da não observância do intervalo previsto no artigo 384 da CLT. Recurso de revista não conhecido. (...)" (TST-RR-201-94.2012.5.15.0012, 7ª Turma, Rel. Min. Renato de Lacerda Paiva, DEJT de 18/06/2021).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. INTERVALO DO ARTIGO 384 DA CLT. Nos termos da jurisprudência deste Tribunal, a disposição contida no artigo 384 da CLT foi recepcionada pela Constituição Federal. Assim, homens e mulheres, embora iguais em direitos e obrigações, diferenciam-se em alguns pontos, especialmente no que concerne ao aspecto fisiológico, merecendo, portanto, a mulher um tratamento diferenciado quando o trabalho lhe exige um desgaste físico maior, como nas ocasiões em que presta horas extras. Logo, a não observância desse dispositivo não implica mera infração administrativa, mas sim pagamento do tempo não fruído como hora extra. Por essa razão, faz jus ao intervalo de quinze minutos antes do início do período extraordinário. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (TST-AIRR-2160-58.2017.5.09.0088, 8ª Turma, Rel.ª Min.ª Dora Maria da Costa, DEJT de 02/07/2021).

Dessa forma, considerando que a função precípua desta Corte Superior é a uniformização da jurisprudência trabalhista em âmbito nacional e que o posicionamento deste Tribunal sobre a matéria ora debatida já se encontra firmado, no mesmo sentido do acórdão regional, tem-se que o recurso de revista não se viabiliza. Incidência dos óbices da Súmula 333 do TST e artigo 896, § 7º, da CLT.
Assim, nos termos do art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100577-19.2018.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante e Agravado	UTC ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Advogada	Dra. Thiara de Freitas Wandekoken(OAB: 127199-A/MG)
Advogado	Dr. Maria das Dores Streiling(OAB: 280482-A/SP)
Agravante e Agravado	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Fábio Gomes de Freitas Bastos(OAB: 168037-A/RJ)
Agravado	ERIK CABALI FIGUEIREDO
Advogado	Dr. Rodrigo Rodrigues Sarmanho(OAB: 131328-A/RJ)
Advogado	Dr. Leonardo Lessa Rabello(OAB: 115972-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):
- ERIK CABALI FIGUEIREDO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA PRIMEIRA RECLAMADA [UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)]

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 555/561) interposto pela primeira reclamada contra a decisão de fls. 550/552, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta ou de contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 100 e 281) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 01/09/2020 e apelo protocolado em 10/09/2020), estando satisfeito o preparo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "MULTA PREVISTA NO ARTIGO 467 DA CLT. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL".
A primeira reclamada insurge-se contra o pagamento da referida multa, sob o argumento de está passando por recuperação judicial. Assevera que existe controvérsia sobre as verbas trabalhistas. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema, contrariedade à Súmula 388 do TST e violação do artigo 467 da CLT.
O Regional entendeu:

"No que diz respeito à multa do art. 467 da CLT, registro que o presente processo ainda se encontra na fase de conhecimento,

razão pela qual se impõe a observância do §2º do art. 6º da Lei nº 11.105/2005.
Ao contrário do que alega, inexiste controvérsia quanto às verbas rescisórias deferidas, na medida em que a própria demandada reconheceu que as verbas não foram pagas em razão da sua dificuldade financeira.
Lado outro, não prospera a tese de que o inadimplemento das verbas trabalhistas não seria intencional, ante a aduzida indisponibilidade de seus bens.
Observe, ainda que já há entendimento consolidado quanto à aplicação da multa prevista no artigo 467 da CLT no caso de recuperação judicial neste Regional, que, inclusive, editou a Súmula nº 40.
A aludida interpretação é extraída justamente do princípio da alteridade, insculpido no artigo 2º da CLT.
Correta, pois, a condenação." (fls. 475/476).

Todavia, esta Corte Superior entende que a previsão constante na Súmula 388 do TST exime tão somente a massa falida das penalidades em discussão, não abrangendo, por analogia, o caso de empresa que se encontra em recuperação judicial:

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. MULTA PREVISTA NO ART. 467 DA CLT. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SÚMULA Nº 388 DO TST. INAPLICABILIDADE. Conforme a jurisprudência desta Corte Superior, o fato de a empresa encontrar-se em recuperação judicial não atrai a aplicação analógica do entendimento contido na Súmula nº 388 do TST, que é específico para a massa falida, sendo, portanto, devido o pagamento da penalidade do art. 467 da CLT. Recurso de revista conhecido e provido, no particular" (TST-RR-1694-54.2013.5.15.0018, 1ª Turma, Rel. Min. Walmir Oliveira da Costa, DEJT de 04/05/2020);

"(...) RECURSO DE REVISTA. MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 388 DO TST. A jurisprudência prevalecente desta Casa firmou-se no entendimento de que a Súmula nº 388 do TST somente se aplica às hipóteses em que foi efetivamente decretada a falência do empregador, não sendo aplicável em mera situação de recuperação judicial. Precedentes. O Regional, ao manter a condenação da recorrente ao pagamento da multa prevista no artigo 467 da CLT, decidiu em consonância com a jurisprudência prevalecente nesta Corte superior, o que afasta a alegação de contrariedade à referida súmula e o pretendido dissenso de teses, nos termos do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula nº 333 do TST. Recurso de revista não conhecido" (TST-Ag-RR-100521-43.2019.5.01.0483, 2ª Turma, Rel. Min. Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT de 17/09/2021);

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - DESCABIMENTO. RITO SUMARÍSSIMO. 1. MULTAS DOS ARTS. 467 E 477 DA CLT. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. O entendimento contido na Súmula 388 do TST é expresso no sentido de que apenas a massa falida não se sujeita à penalidade do art. 467 e nem à multa do § 8º do art. 477, ambos da CLT. 2. AVISO-PRÉVIO . Escudado na indicação de preceito que não protege a tese recursal, o apelo deixa de respeitar seus pressupostos de aparelhamento. Agravo de instrumento conhecido e desprovido" (TST-AIRR-1004-06.2019.5.17.0003, 3ª Turma, Rel. Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT de 10/09/2021);

"(...) 2. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MULTAS PREVISTAS NOS ARTS. 467 E 477, §8º, DA CLT. TRANSCENDÊNCIA NÃO RECONHECIDA. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO. I . Quanto ao tema o processamento do recurso de revista encontra óbice na Súmula nº 333 do TST, uma vez que a decisão recorrida está em conformidade com a jurisprudência atual e notória desta Corte Superior no sentido de que não se estende às empresas em recuperação judicial a isenção do pagamento das multas previstas nos art. 467 e 477, §8º, da CLT prevista na Súmula nº 388 do TST, uma vez que a referida súmula trata exclusivamente a respeito da massa falida. II. Nesse sentido, se recurso de revista não pode ser conhecido em razão de ausência de pressuposto de admissibilidade, há de se concluir que a causa não oferece transcendência (exegese dos arts. 896-A da CLT e 247 do RITST). Logo, o apelo não merece trânsito. III. Agravo de instrumento de que se conhece e a que se nega provimento. (...) " (TST-RRAg-100357-15.2018.5.01.0483, 4ª Turma, Rel. Min. Alexandre Luiz Ramos, DEJT de 27/08/2021);

"I. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PRIMEIRA RECLAMADA. REGIDO PELA LEI 13.467/2017. VERBAS RESCISÓRIAS. MULTA DO ART. 467 DA CLT. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 338/TST. TRANSCENDÊNCIA NÃO CARACTERIZADA. 1. De acordo com o artigo 896-A da CLT, o Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, deve examinar previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica. 2. Esta Corte Superior tem vasta jurisprudência no sentido de que a Recuperação Judicial não inibe a empresa de cumprir com seus compromissos firmados por meio de contrato trabalhista, tampouco o isenta de adimplir suas obrigações em atenção às multas dos artigos 467 e 477 da CLT. Ademais, a Súmula 388/TST tem aplicação exclusiva às empresas que se encontram na condição de "massa falida", não abrangendo as hipóteses de recuperação judicial. 3. A matéria não oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica. Agravo de instrumento não provido.(...)" (TST-AIRR-101090-81.2018.5.01.0482, 5ª Turma, Rel. Min. Douglas Alencar Rodrigues, DEJT de 11/06/2021);

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. RITO SUMARÍSSIMO. RECLAMADA. LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA MULTAS DOS ARTIGOS 467 E 477 DA CLT. SÚMULA Nº 388 DO TST. APLICABILIDADE ÀS EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL AFASTADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. Delimitação do acórdão recorrido: Em processo submetido ao procedimento sumaríssimo, o TRT de origem manteve a condenação da reclamada ao pagamento das multas dos artigos 467 e 477, § 8º, da CLT, ao entendimento de que, "assim como ocorre em relação à multa prevista no art. 467 da CLT, não há motivo para eximir a ré da obrigação, dessa vez, concernente à multa do art. 477, §8º, da CLT, não sendo cabível, cabe reiterar, a aplicação da Súmula n. 388 do TST e da Súmula n. 99 desse Regional no caso dos autos" (fl. 125). Não há transcendência política, pois não constatado o desrespeito à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal. Não há transcendência social , pois não se trata de postulação, em recurso de reclamante, de direito social constitucionalmente assegurado. Não há transcendência jurídica , pois não se discute questão nova em torno de interpretação da legislação trabalhista. Não se reconhece a transcendência

econômica em rito sumaríssimo, hipótese em que tramitam causas de pequeno valor. Não há outros indicadores de relevância no caso concreto (art. 896-A, § 1º, parte final, da CLT) . Registre-se que a tese adotada pelo TRT de origem é no mesmo sentido do entendimento desta Corte Superior (de inaplicabilidade da Súmula nº 388 do TST às empresas em recuperação judicial), não remanescendo matéria de direito a ser uniformizada . Agravo de instrumento a que se nega provimento" (TST-AIRR-329-45.2019.5.12.0015, 6ª Turma, Rel.ª Min.ª Katia Magalhaes Arruda, DEJT de 16/10/2020);

"(...) MULTAS DOS ARTIGOS 467 E 477 DA CLT. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Deferido o processamento da recuperação judicial, a empresa não está impedida de ter a administração de seu patrimônio e de continuar com o negócio, nem está isenta do cumprimento de suas obrigações trabalhistas. Por isso, deve arcar com as multas previstas nos artigos 467 e 477, § 8º, da CLT, em caso de atraso no pagamento das verbas rescisórias. Inaplicável o disposto na Súmula nº 388 do TST. Precedentes. Agravo conhecido e não provido. (...)" (TST-Ag-AIRR-11247-03.2016.5.03.0068, 7ª Turma, Rel. Min. Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT de 27/09/2019);

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. AUSÊNCIA DE TRANSCENDÊNCIA. MULTAS PREVISTAS NOS ARTIGOS 467 E 477 DA CLT. Conforme destacado na decisão agravada, a conclusão adotada pelo Regional, quanto à sujeição das empresas em recuperação judicial às multas previstas nos arts. 467 e 477, § 8º, da CLT, revela perfeita harmonia com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual é inaplicável o entendimento sufragado na Súmula nº 388 do TST às empresas em recuperação judicial. Nesse diapasão, não foi constatada contrariedade à jurisprudência desta Corte Superior ou do Supremo Tribunal Federal, nem ofensa à garantia social assegurada no texto constitucional, tampouco questão inédita acerca da legislação trabalhista. Ademais, não se vislumbrou expressiva repercussão econômica que ultrapasse os contornos meramente subjetivos da lide. Irrepreensível, portanto, a conclusão adotada quanto à inadmissibilidade da revista, tendo em vista a ausência de transcendência da causa com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica, na forma do artigo 896-A da CLT. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-AIRR-10523-75.2015.5.01.0072, 8ª Turma, Rel.ª Min.ª Dora Maria da Costa, DEJT de 23/08/2021).

Dessa forma, à luz do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333 do TST, tem-se por inviável o processamento do apelo interposto pela primeira reclamada.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA SEGUNDA RECLAMADA (PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS)

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 503/515) interposto pela segunda reclamada contra a decisão de fls. 487/489, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas pelo reclamante às fls. 523/526 e 492/502, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 229/233) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 26/08/2020 e apelo protocolado em 08/09/2020), estando regular o preparo.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. PETROBRÁS. APLICAÇÃO DA LEI Nº 9.478/97 E DO DECRETO Nº 2.745/98", "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ABRANGÊNCIA" e "MULTA POR OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS".
Quanto ao primeiro tema, a segunda reclamada pugna pela aplicação da Súmula 331, V, do TST, sob o argumento de que não há culpa in vigilando comprovada nos autos, ônus que cabia ao reclamante. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema, má aplicação da Súmula 331, IV, do TST, contrariedade à Súmula 331, V, do TST e violação dos artigos 37, XXI, e 173, § 1º, III, da Constituição Federal, 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, 77 da Lei nº 13.303/2016, 67 da Lei nº 9.478/1997, 818 da CLT e 373, I, do CPC.
O Regional consignou que:

"Preliminarmente, registre-se que, embora não exista controvérsia em relação à prestação dos serviços pelo empregado, o mesmo não ocorre no que concerne à natureza jurídica do contrato firmado entre as reclamadas.
(...)
O autor integrou os quadros da primeira ré de 01/04/2013 a 10/07/2017 e prestava serviços à segunda ré, ora recorrente, em decorrência da celebração do contrato prestação de serviços, firmado entre as rés. Logo, resta evidente que a PETROBRAS era a tomadora dos serviços do autor, ante a inexistência de impugnação nesse sentido.
Sendo assim, apesar de a ora recorrente ser um ente público da administração indireta, a situação vertente evidencia típica terceirização de serviços perpetrada pela segunda reclamada, Petrobrás, por meio de contrato de prestação de serviços técnicos firmado com a primeira demandada. Logo, não se trata de contrato para realização de obra, não se enquadrando a situação dos autos ao inciso IV do Tema Repetitivo Nº 06.
(..)
Saliente-se, ainda, que a PETROBRAS possui procedimento licitatório específico determinado na Lei nº 9.478/97 e, assim, não está subordinada às regras previstas na Lei nº 8.666/93.
A Lei nº 9.478/97, que trata da política energética nacional, das atividades relativas ao monopólio do petróleo e trata especificamente sobre os contratos celebrados pela empresa Petrobras para aquisição de bens e serviços, dispõe, em seus artigos 61 e 67:
(...)
Nota-se, portanto, que as contratações feitas pela PETROBRÁS são regidas por normas de direito privado e pelo princípio da autonomia da vontade, que se mostram incompatíveis com a aplicação da Lei nº 8.666/93. Por esse motivo não há como a PETROBRAS tentar furtar-se à responsabilidade pelos créditos decorrentes do trabalho prestado em seu benefício, na medida em que a exclusão da responsabilidade para os entes públicos está prevista no artigo 71 da Lei nº 8.666/93, repita-se, inaplicável à referida entidade.
Em suma, a PETROBRAS não pode se valer do artigo 71, §1º, da Lei n. 8.666/93, bem como o inciso V da Súmula 331, do C. TST, em razão da existência de regramento específico que afasta a

incidência da Lei de Licitações em casos de terceirizações, ou mesmo do disposto no art. 77, § 1º, da Lei nº 13.303/16. (fls. 478/482).

Como se verifica, a tese consignada no acórdão de que não é aplicável à segunda reclamada os ditames do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 e da Súmula 331, V, do TST encontra-se em conformidade com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que, quando o contrato de trabalho teve início durante a vigência da Lei nº 9.478/1997 - caso dos autos, em que a prestação de serviços do reclamante iniciou-se em 2013 -, deve ser aplicável a Súmula 331, IV, do TST:

"EMBARGOS INTERPOSTOS PELO RECLAMANTE, SOB A ÉGIDE DA LEI N.º 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. PETROBRAS. APLICAÇÃO DA LEI Nº 9.478/97 E DO DECRETO Nº 2.745/98. SÚMULA N.º 331, IV, DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. 1 . O artigo 67 da Lei n.º 9.478/97 e seu respectivo Decreto n.º 2.745/98 estabeleceram o procedimento licitatório simplificado em favor da Petrobras, a partir do qual a aquisição de bens e os contratos de prestação de serviços seriam regidos por normas de direito privado e pelo princípio da autonomia da vontade - regramento específico incompatível com a aplicação da Lei n° 8.666/93 e, consequentemente, com o item V da Súmula n.º 331 do TST. 2 . No caso concreto , uma vez incontroverso que o contrato de prestação de serviços teve início ainda na vigência da Lei n.º 9.478/97, deve ser aplicada à hipótese a Súmula n.º 331, IV, desta Corte superior, impondo-se à tomadora dos serviços, Petrobras, a obrigação de arcar de forma subsidiária com o pagamento dos créditos trabalhistas reconhecidos à parte obreira. 3. Faz-se imperiosa, num tal contexto, a reforma do acórdão embargado . 4 . Embargos interpostos pelo reclamante de que se conhece, por divergência jurisprudencial, e a que se dá provimento para restabelecer o acórdão prolatado pelo Tribunal Regional de origem" (TST-E-RR-101398-88.2016.5.01.0482, SbDI-1, Rel. Min. Lelio Bentes Correa, DEJT de 03/09/2021).

Dessa forma, à luz do artigo 896, § 7º, da CLT e das Súmulas 126 e 333 do TST, tem-se por inviável o processamento do recurso de revista.
Em relação ao segundo tópico ("Reponsabilidade subsidiária. Abrangência"), de plano, verifico que se aplica a Súmula 331, VI, do TST, de forma que não merece seguimento o apelo protocolado pela segunda reclamada.
No que tange ao terceiro tema ("Multa por oposição de embargos de declaração protelatórios"), interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, a parte recorrente deve indicar precisamente o trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo. No caso dos autos, porém, a segunda reclamada, em suas razões recursais, não atendeu regularmente ao preceito em comento, pois transcreveu, às fls. 520/524, a fundamentação integral do tópico impugnado, sem qualquer destaque.
A SbDI-1 desta Corte já decidiu que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, os seguintes julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA. REGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DA ÍNTEGRA DA DECISÃO REGIONAL EM RELAÇÃO AO TEMA. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE. O cabimento de recurso de embargos contra acórdão de Turma se restringe às hipóteses previstas no art. 894, II, e § 2º, da CLT, não se considerando atual a divergência superada por iterativa e notória jurisprudência desta Corte, no sentido de que não preenche o requisito previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, a transcrição integral do acórdão regional em relação ao tema objeto do recurso de revista, sem o devido destaque quanto ao ponto em discussão. Agravo regimental a que se nega provimento [...]" (TST-AgR-E-ED-ED-ARR-556-25.2013.5.12.0054, SbDI-1, Rel. Min. Walmir Oliveira da Costa, DEJT de 19/12/2017);

"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELAS LEIS Nos 13.015/2014 E 13.105/2015. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL EM RECURSO DE REVISTA DO CAPÍTULO DO ACÓRDÃO REGIONAL. 1. A Eg. 6ª Turma deu provimento ao recurso de revista da reclamada, para excluir a condenação ao pagamento de diferenças salariais referentes aos reflexos das horas extras nas folgas concedidas pela Lei nº 5.811/72. Concluiu que a parte "transcreveu em suas razões recursais o capítulo da decisão do Regional que estava impugnando (e não o inteiro teor desta), indicou os dispositivos tidos por violados e apresentou o confronto analítico entre eles, estando, portanto, preenchidos os requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT". 2. Não obstante, a transcrição pela parte, em recurso de revista, do inteiro teor do capítulo recorrido do acórdão regional, sem qualquer destaque, salvo se extremamente sucinto, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, por inexistir cotejo de teses. Precedentes. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-ED-ARR-852-75.2014.5.05.0161, SbDI-1, Rel. Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT de 03/08/2018 - g. n.);

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal fez constar que a decisão do Tribunal Regional quanto ao tema não é sucinta, ressaltando inclusive não ser o caso de aplicação do precedente desta Subseção firmado no julgamento do TST-E- ED-ARR-21322-31.2014.5.04.0202, DEJT de 15/12/2017, indicado como divergente pelo agravante. Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos, ante os termos da Súmula 296, I, do TST. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-RR-1000832-47.2018.5.02.0602, SbDI-1, Rel. Min. Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT de 28/02/2020).

Ante a inobservância do requisito legal, resta inviabilizado o destrancamento do recurso de revista interposto pela segunda reclamada.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do

TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0020783-10.2015.5.04.0015

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	CLARO S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Advogada	Dra. Renata Pereira Zanardi(OAB: 33819-A/RS)
Agravado	MARLISE VENTURA DOS SANTOS
Advogado	Dr. Jéferson Rodrigues da Silva(OAB: 77832-A/RS)
Advogado	Dr. Tiago da Rocha Bessa(OAB: 68493 -A/RS)
Agravado	LABORH SERVIÇOS EMPRESARIAS LTDA.
Advogada	Dra. Maria Fátima Almeida de Queiroz(OAB: 7706-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO S.A.
- LABORH SERVIÇOS EMPRESARIAS LTDA.
- MARLISE VENTURA DOS SANTOS

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Superada a apreciação dos pressupostos extrínsecos, passo à análise do recurso.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Solidária / Subsidiária / Tomador de Serviços / Terceirização.
Alegação(ões):
- violaçãodo(s)art(s). 1º, IV, 5º, II, XXXVI e 170 da Constituição Federal.
- violação do artigo 8º e 818 da CLT.
- divergência jurisprudencial.

Não admito o recurso de revista noitem.
Não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte (art. 896, § 1º-A, CLT).
Na análise do recurso, evidencia-se que a parte não observou o ônus que lhe foi atribuído pela lei, na medida em quenão estabeleceu o confronto analítico em relação aos dispositivos de lei supramencionados, tampouco aos artigos 1º, IV, 5º, II, XXXVI e 170 da Constituição Federal.
E ainda, a análise de divergência jurisprudencial sobre o tema se torna inviável quando a parte não procede ao cotejo analítico entre a tese do Tribunal Regional eparadigma trazido à apreciação.
O entendimento pacífico no âmbito do TST é de que é imperioso que as razões recursais demonstrem de maneira explícita, fundamentada e analítica a divergência jurisprudencial ou a violação legal. Dessa forma, recursos com fundamentações genéricas, baseadas em meros apontamentos de dispositivos tidos como violados, e sem a indicação do ponto/trecho da decisão recorrida que a parte entende ser ofensivo à ordem legal ou divergente de outro julgado, não merecem seguimento. (Ag-AIRR-1857-42.2014.5.01.0421, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz José Dezena da Silva, DEJT 16/03/2020; AIRR-554-27.2015.5.23.0071, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 21/02/2020; Ag-AIRR-11305-82.2017.5.15.0085, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 13/03/2020; Ag-AIRR-187-92.2017.5.17.0008, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 13/03/2020; Ag-AIRR-101372-41.2016.5.01.0078, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado João Pedro Silvestrin, DEJT 13/03/2020; Ag-AIRR-12364-39.2015.5.01.0482, 6ª Turma, Relatora Ministra Kátia Magalhães Arruda, DEJT 13/03/2020; RR-1246-80.2010.5.04.0701, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 08/11/2019; Ag-AIRR-10026-97.2016.5.15.0052, 7ª Turma, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 21/02/2020; RR-2410-96.2013.5.03.0024, 8ª Turma, Relator Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 12/04/2019).
Destaca-se quea decisão recorrida está em conformidade com a Súmula nº 331, IV do TST, o que inviabiliza o seguimento do recurso de revista, inclusive por dissenso jurisprudencial (§ 7º do art. 896 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.015/2014, e Súmula 333 da aludida Corte Superior), tampouco permitindo verificar afronta aos dispositivos invocados.
Acrescente-se que somente tem relevância a alegação de violação do disposto no artigo 818 daCLT em um contexto de ausência de provas ou provas insuficientes, quando então se aplicam as regras de distribuição do ônus da prova. Esse não é o caso dos autos, no qual a questão foi dirimida com base na valoração da prova produzida.
Além disso, amatéria de insurgência, nos termos propostos, exige a incursão do julgador no contexto fático-probatório do processo. Isso, porém, não é admissível no âmbito recursal de natureza extraordinária, a teor do que dispõe a Súmula n. 126 do E. TST. Dessa forma, ficam afastadas as alegações da parte recorrente.
Nestes termos, nego seguimento ao recurso quanto ao(s) tópico(s)

"RAZÕES DO RECURSO DE REVISTA", "DO RECONHECIMENTO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - Violação ao artigo 8º da CLT Ofensa aos artigos 5º, II e 170 da CF", "a) Da inconstitucionalidade da Súmula 331 do TST" e "b) Sucessivamente - caso o entendimento seja pela aplicação da Súmula 331 do TST".
CONCLUSÃO
Nego seguimento.

Não procede a alegada ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da legalidade (art. 5º, XXXV e LV, da Constituição Federal) quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "responsabilidade subsidiária", emerge como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 331, IV, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100402-69.2017.5.01.0025

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	Dra. Esther Eloah Ferreira Lopes(OAB: 124590-A/RJ)
Advogado	Dr. Rafael Cabral Lobo(OAB: 123185-A/RJ)
Agravado	CELSO LEONARDO DA SILVA TEIXEIRA
Advogada	Dra. Maria Inês Câmara de Araújo(OAB: 27580-A/RJ)
Advogada	Dra. Cleyde Agostinho Ramos(OAB: 73797-A/RJ)
Advogado	Dr. Juliano Camara Araujo de Carvalho(OAB: 201406-A/RJ)
Advogado	Dr. Daniella Raimundo Alves(OAB: 183254-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELSO LEONARDO DA SILVA TEIXEIRA
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 426/439) interposto pela reclamada contra a decisão de fls. 423/424, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às fls. 450/456 e 442/449, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436, I, do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 22/02/2021 e apelo protocolado em 04/03/2021), sendo inexigível o preparo.
Cumpre ressaltar, porém, que o tópico "GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. REAJUSTE" não foi objeto de exame no juízo de admissibilidade do recurso de revista. Em vista disso, considerando que o reclamado não opôs embargos de declaração para sanar tal omissão, tem-se por precluso o debate sobre o tema, nos termos do artigo 1º, § 1º, da Instrução Normativa nº 40/2016 do TST ["Se houver omissão no juízo de admissibilidade do recurso de revista quanto a um ou mais temas, é ônus da parte interpor embargos de declaração para o órgão prolator da decisão embargada supri-la (CPC, art. 1024, § 2º), sob pena de preclusão"].
No mais, a discussão travada nos autos prende-se ao tema "GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. RECEBIMENTO POR MAIS DE 10 ANOS. INCORPORAÇÃO".
A recalmada pugna pela exclusão da sua condenação ao pagamento da referida parcela, sob o argumento de que ela não integra a remuneração por ser paga em razão de um serviço, de forma que não há falar em ofensa ao princípio da irredutibilidade salarial quando da sua supressão. Assevera que não há direito adquirido à interpretação judicial. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema, má aplicação da Súmula 372 do TST e violação dos artigos 5º, II, 7º, VI, e 60, § 4º, III, da Constituição Federal e 457 e 468 da CLT.
O Regional consignou que "A ficha cadastral ID f7e7ff6, fls. 02, registra que o obreiro exerceu funções gerenciais e/ou de confiança, ininterruptamente, no período de 07/01/2002 a 31/12/2016. Ou seja: por mais de quatorze anos seguidos, antes da vinda à lume da Reforma Trabalhista." (fls. 366).
De plano, observo que a pretensão recursal esbarra no óbice da Súmula 333 do TST, porquanto o Regional adotou entendimento em conformidade com a Súmula 372, I, desta Corte, a qual preleciona que, "Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu

cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira.".
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1001091-17.2019.5.02.0502

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. Thiago Mahfuz Vezzi(OAB: 228213 -A/SP)
Agravado	JULIANA DE OLIVEIRA SILVA
Advogado	Dr. Everson Oliveira Cavalcante(OAB: 220533-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JULIANA DE OLIVEIRA SILVA
- VIA VAREJO S.A.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Comissão.
O Regional registrou no v. acórdão que era ônus da ré demonstrar fato extintivo, a regular satisfação das comissões devidas àautora (art. 818, II, da CLT), do qual não se desincumbiu.
Para se adotar entendimento diverso, seria necessária a revisão do conjunto fático-probatório, conduta incompatível na atual fase do processo (Súmula nº 126 doTST), o que afasta a admissibilidade do recurso por divergência jurisprudencial ou por violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.
DENEGA-SE seguimento.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário / Diferença Salarial / Salário Substituição.
Resta assentado no v. acórdão que a rénão produziu qualquer prova acerca do valor do salário do gerente de loja, prevalecendo, pois, o importe delineado na petição inicial(R$ 8.500,00).
Não obstante as afrontas legais e constitucionais aduzidas, bem como o dissenso interpretativo suscitado, inviável o seguimento do apelo, uma vez que a matéria, tal como tratada no v. acórdão e posta nas razões recursais, reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula n.º 126 doTST.
DENEGA-SE seguimento.
Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada / Intervalo 15 Minutos Mulher.
O C. TST, na apreciação da inconstitucionalidade do art. 384 da CLT (Súmula Vinculante nº 10, do STF), consagrou a tese de que a norma ali contida, ao garantir o descanso apenas à mulher, não ofende o princípio da igualdade, em face das diferenças inerentes à jornada da trabalhadora em relação à do trabalhador (IIN-RR-1540/2005-046-12-00, Tribunal Pleno, Relator Ministro Ives Gandra Martins Filho, DJ 13/2/2009).
No mesmo sentido, citam-se os seguintes julgados da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais: E-RR-591000-37.2002.5.09.0015, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 9/3/2018; E-ED-ARR-248300-31.2008.5.02.0007, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 26/2/2016; E-RR-173800-52.2008.5.02.0020, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 11/12/2015; E-RR-31800-47.2009.5.04.0017, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 17/10/2014; E-RR-107300-38.2008.5.04.0023, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 22/8/2014; E-ED-RR-2948200-13.2007.5.09.0016, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 11/4/2014.
Estando a decisão recorrida em consonância com a jurisprudência pacificada da Corte Superior, descabe cogitar de violação aos dispositivos legais/constitucionais invocados, ou em divergência jurisprudencial, porquanto já foi atingido o fim precípuo do recurso de revista, incidindo, assim, o óbice previsto na Súmula nº 333, do C. TST e no art. 896, § 7º, da CLT.
DENEGA-SE seguimento.
Duração do Trabalho / Horas Extras.
A Turma decidiu em perfeita consonância com a Súmula nº 338, I, do TST, o que torna inviável o seguimento do apelo, nos termos do artigo 896, § 7º, da CLT, e da Súmula 333, do C. TST, inclusive com base em dissenso pretoriano.
DENEGA-SE seguimento.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Ajuda / Tíquete Alimentação.
Arecorrente não apontou violação legal ou constitucional, ou contrariedade à súmula ou à orientação jurisprudencial do TSTou a Súmula Vinculante do STF, tampouco indicou divergência jurisprudencial, o que inviabiliza o prosseguimento do recurso de revista, a teor do art. 896, da CLT.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "Salário substituição", "Intervalo do art. 384 da CLT. Constitucionalidade" e "Horas extras. Juntada de cartões de ponto. Ausência. Súmula 338, I, do TST", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126 e 333 do TST e no art. 896, § 7º, da CLT.
Quanto aos temas "Comissão" e "Refeição comercial", o recurso encontra-se desfundamentado, à luz do artigo 896 da CLT, pois a parte não apontou violação de dispositivo legal ou constitucional, contrariedade à súmula ou orientação jurisprudencial desta Corte Superior, tampouco divergência jurisprudencial.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1000845-31.2019.5.02.0046

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. José Marcelo Braga Nascimento(OAB: 29120/SP)
Advogada	Dra. Denise de Cássia Zílio(OAB: 90949/SP)
Advogado	Dr. Dênis Sarak(OAB: 252006-A/SP)
Advogado	Dr. Guilherme Granadeiro Guimarães(OAB: 217028-A/SP)
Agravado	IVETE APARECIDA GOMES
Advogado	Dr. Rodrigo Petenoni Gurgel do Amaral(OAB: 235678-A/SP)
Advogado	Dr. Renata Rodriguez de Souza Gurgel do Amaral(OAB: 309564-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- IVETE APARECIDA GOMES
- VIA VAREJO S.A.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS / CARGO DE CONFIANÇA.
As razões recursais revelam a nítida intenção de revolver o conjunto fático-probatório apresentado, o que não se concebe em sede extraordinária de recurso de revista, a teor do disposto na Súmula 126, da Corte Superior.
Ficam afastadas, portanto, as violações apontadas, bem como o dissenso pretoriano.
DENEGA-SE seguimento.
DURAÇÃO DO TRABALHO / INTERVALO INTRAJORNADA.
A Turma decidiu em perfeita consonância com a Súmula 437, da Corte Superior, o que torna inviável o seguimento do apelo, nos termos do artigo 896, § 7º, da CLT, e da Súmula 333, do C. TST, inclusive com base em dissenso pretoriano.
DENEGA-SE seguimento.
REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / AJUDA / TÍQUETE ALIMENTAÇÃO.
REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / MULTA PREVISTA EM NORMA COLETIVA.
Não obstante as afrontaslegais aduzidas, bem como o dissenso interpretativo suscitado, inviável o seguimento do apelo, uma vez que a matéria, tal como tratada no v. acórdão e posta nas razões recursais, reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula n.º 126 do C. TST.
DENEGA-SE seguimento.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / PARTES E PROCURADORES / ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.
A Turma decidiu em perfeita consonância com a Súmula 463, I, da Corte Superior, o que torna inviável o seguimento do apelo, nos termos do artigo 896, § 7º, da CLT, e da Súmula 333, do C. TST, inclusive com base em dissenso pretoriano.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "Horas extras. Cargo de confiança. Não configuração" e "Refeição comercial", emerge como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista a diretriz consubstanciada na Súmula 126 do TST.
Quanto ao tema "Intervalo intrajornada. Natureza jurídica. Admissão anterior à Lei 13.467/2017 e rescisão contratual posterior à nova redação do art. 71, § 4º, da CLT", correta a decisão regional que reconheceu a natureza salarial do intervalo intrajornada em relação ao período contratual anterior à vigência da Lei 13.467/2017 e aplicou a nova redação do dispositivo a partir de 11/11/2017 até o final do contrato de trabalho.

Cito como precedentes:

RECURSO DE REVISTA DO AUTOR. LEI Nº 13.467/2017. INTERVALO INTRAJORNADA. CONTRATO DE TRABALHO EXTINTO SOB A VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. APLICAÇÃO DA NOVA REDAÇÃO DADA AO ARTIGO 71, § 4º, DA CLT AOS INTERVALOS SUPRIMIDOS APÓS 11/11/2017. PAGAMENTO APENAS DO PERÍODO SUPRIMIDO. NATUREZA JURÍDICA DA PARCELA. INDENIZATÓRIA. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA CONSTATADA. A discussão recai em torno da aplicação da nova redação do artigo 71, § 4º, da CLT, alterado pela Lei nº 13.467/2017, aos fatos ocorridos após a sua vigência. Discute-se se os intervalos intrajornada suprimidos após 11/11/2017 devem ser pagos integralmente ou se haverá apenas o pagamento do período suprimido e qual a natureza jurídica da parcela. Assim, uma vez que o contrato de trabalho é de trato sucessivo, a norma de direito material, embora não retroaja, é aplicável a situações consolidadas em sua vigência e, assim, adequada ao caso a nova redação dada ao artigo 71, § 4º, da CLT; no período pretérito, remanesce a antiga redação do dispositivo em debate. Dessa forma, correta a decisão regional que deferiu apenas os minutos suprimidos de intervalo intrajornada e determinou a natureza indenizatória da parcela a partir de 11/11/2017. Precedentes. Recurso de revista não conhecido. (RR - 1000459-23.2019.5.02.0071 , Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Data de Julgamento: 22/09/2021, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 01/10/2021)

(...) PAGAMENTO APENAS DO PERÍODO SUPRIMIDO DO INTERVALO INTRAJORNADA PARCIALMENTE CONCEDIDO - APLICAÇÃO DO ART. 71, § 4º, DA CLT COM A NOVA REDAÇÃO DADA PELA LEI 13.467/17 A CONTRATO INICIADO ANTERIORMENTE E FINDADO APÓS À ALTERAÇÃO - SÚMULA 437, I, DO TST - TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA - DESPROVIMENTO. 1. Nos termos do art. 896-A, § 1º, IV, da CLT, constitui transcendência jurídica da causa a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. 2. A teor do entendimento consolidado por esta Corte Superior na Súmula 437, I, do TST, a não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71 da CLT), sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração. 3. No entanto, a reforma trabalhista (Lei 13.467/17) conferiu nova redação ao art. 71, §4º, da CLT, passando a prever que a não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho. 4. No caso, tendo o contrato de trabalho do Obreiro se iniciado em 26/09/17 e findado em 15/02/19, o Regional aplicou o entendimento consolidado na Súmula 437, I, do TST, ao período anterior a 11/11/17, e determinou a observância da nova redação conferida ao art.74, § 2º, da CLT, no período posterior à edição da Lei 13.467/17. 5. Nesses termos, conclui-se que a decisão foi proferida em estrita consonância com o verbete sumular e a previsão expressa do art.74, § 2º, da CLT em suas redações atual e anterior, conforme o período de incidência da norma. Agravo de instrumento desprovido, no tópico. (AIRR - 47-06.2020.5.12.0004 , Relator Ministro: Ives Gandra da Silva Martins Filho, Data de Julgamento: 21/09/2021, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 08/10/2021)

Emerge, pois, o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, §7º, da CLT para a admissibilidade do recurso.

No que diz respeito ao tema "ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. AÇÃO PROPOSTA APÓS A LEI 13.467/2017", esta Corte entende que o disposto no § 3º do artigo 790 da CLT c/c com os arts. 15 e 99, § 3º, do CPC, autoriza a comprovação estabelecida no § 4º do referido artigo da CLT por meio de simples declaração de hipossuficiência da parte, em observância ao princípio de amplo acesso ao Poder Judiciário previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal.

Cito precedentes: RRAg-11001-86.2019.5.18.0002, 6ª Turma, Relatora Ministra Katia Magalhaes Arruda, DEJT 20/08/2021; ARR-10579-98.2018.5.03.0185, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 07/05/2021; ARR-1000571-36.2018.5.02.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 16/04/2021; RR-340-21.2018.5.06.0001, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 28/02/2020 e RO-6310-53.2018.5.15.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Evandro Pereira Valadão Lopes, DEJT 25/10/2019.

Emerge como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista a diretriz consubstanciada na Súmula 333 do TST e no art. 896, § 7º, da CLT.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0101330-23.2018.5.01.0045

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S.A.
Advogado	Dr. Isaac Chaves Pinto(OAB: 159167-A/RJ)
Agravado	SEBASTIAO MENDES DA ROCHA
Advogada	Dra. Janaína de Lima Bezerra(OAB: 171516-A/RJ)
Advogado	Dr. Diogo da Silva Cunha(OAB: 158750-A/RJ)
Agravado	ATOS LOG LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ATOS LOG LTDA - ME
- CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S.A.
- SEBASTIAO MENDES DA ROCHA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 270/280) interposto pela segunda reclamada, contra a decisão de fls. 267/268, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões, fls. 293/297 e 285/292, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço do apelo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema renovado nas razões de agravo de instrumento, "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO".
Todavia, a pretensão recursal encontra-se superada no âmbito desta Corte, uma vez que o Supremo Tribunal Federal fixou a tese jurídica de repercussão geral correspondente ao Tema nº 246 ("O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93").
A Subseção de Dissídios Individuais 1 do TST, em sessão em composição plena, decidiu que o Supremo Tribunal Federal ao apreciar o Tema nº 246 da Repercussão Geral não emitiu tese jurídica de efeito vinculante em relação ao ônus da prova e, diante dessa constatação, concluiu que incumbe à Administração Pública o ônus da prova da fiscalização dos contratos de prestação de serviços por se tratar de fato impeditivo do direito à condenação por responsabilidade subsidiária, com fundamento no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78. (TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, SbDI-1, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 12/12/2019, DEJT 22/05/2020).
Na espécie, o Regional assentou comprovada a culpa "in vigilando" do ente público, ao consignar que, in verbis:

"Imprescindível salientar que restou evidenciada nos autos a conduta culposa da recorrente, eis que não cuidou de fiscalizar o cumprimento dos encargos imputados à empresa que lhe presta serviços, verificando se encontra-se regularmente em dia com as obrigações trabalhistas de seus empregados, incorrendo, portanto, em culpa in vigilando, porquanto insuficientes os documentos colacionados sob Id bc7300c, Id b7ff64a e Id e9a355a, que comprovam recolhimentos genéricos à Previdência e ao FGTS, todos de 2016 e 2017.
Saliento que o comportamento omisso da segunda reclamada causou danos a terceiros (no caso, o trabalhador, que despendeu sua força de trabalho, frise-se, em benefício da recorrente, não recebeu verbas a que fazia jus).
Certo é que a atual redação da Súmula 331 do TST não obsta a atribuição de responsabilidade subsidiária à segunda reclamada. Repiso que a recorrente não tomou qualquer providência efetiva para resguardar os créditos devidos aos empregados da empresa contratada que lhe prestaram serviços." (fls. 245)

Dessa forma, à luz do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333 do TST, resta inviável o destrancamento do recurso de revista.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0024565-73.2020.5.24.0021

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE DOURADOS
Advogado	Dr. Leonardo Lopes Cardoso(OAB: 6021-A/MS)
Procurador	Dr. Leonardo Lopes Cardoso
Procurador	Dr. Renato Queiroz Coelho
Agravado	MAGDA WALQUIRIA DA SILVA OLIVEIRA
Advogado	Dr. Nilton César Corbalan Gusman(OAB: 6746-A/MS)
Advogado	Dr. Nelson Eli Prado(OAB: 6212-A/MS)
Agravado	DOURASER PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - EIRELI
Advogada	Dra. Andréa de Liz Santana(OAB: 13159-A/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DOURASER PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - EIRELI
- MAGDA WALQUIRIA DA SILVA OLIVEIRA
- MUNICÍPIO DE DOURADOS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.766/1.797) interposto pelo segundo reclamado contra a decisão de fls. 1.758/1.761, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta apresentada pela reclamante às fls. 1.801/1.803 e 1.804/1.806.
O Ministério Público do Trabalho, em parecer exarado às fls. 1.803/1.804, opina pelo prosseguimento do feito.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente, sendo inexigível o preparo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema

"RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO".

O segundo reclamado requer a exclusão de sua responsabilidade subsidiária. Afirma ser indevida a condenação automática do ente público, e que não há provas de que incorreu em culpa in vigilando ou in eligendo. Argumenta ser incabível a responsabilização do ente público, conforme o julgamento da ADC 16. Alega divergência jurisprudencial e violação dos artigos 7º, X, e 37, §6º, e 102, §2º, da Constituição Federal, 71, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

Sem razão.

A pretensão recursal encontra-se superada no âmbito desta Corte, uma vez que o Supremo Tribunal Federal fixou a tese jurídica de repercussão geral correspondente ao Tema nº 246 ("O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93").

A Subseção de Dissídios Individuais 1 do TST, em sessão em composição plena, decidiu que o Supremo Tribunal Federal ao apreciar o Tema nº 246 da Repercussão Geral não emitiu tese jurídica de efeito vinculante em relação ao ônus da prova e, diante dessa constatação, concluiu que incumbe à Administração Pública o ônus da prova da fiscalização dos contratos de prestação de serviços por se tratar de fato impeditivo do direito à condenação por responsabilidade subsidiária, com fundamento no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78. (TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, SbDI-1, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 12/12/2019, DEJT 22/05/2020).

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na ausência de prova da eficácia ou efetividade da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO. DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da

prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (TST-E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1. O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando, pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST-E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Na espécie, o Regional assentou comprovada a culpa "in vigilando" do ente público, ao consignar que, in verbis:

"Entretanto, o Município demandado não trouxe aos autos nenhum documento para comprovação da fiscalização.
Com efeito, os relatórios de fiscalização exibidos nada mencionam quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora.
E, como assentado pela sentença: "examinando o extrato de f. 38, verifico que o FGTS a ela devido era depositado com atraso de forma rotineira. O descumprimento dessa obrigação foi tolerado pelo 2º réu durante toda a contratualidade. Não é demais lembrar, ainda, que o FGTS relativo aos meses de fevereiro, novembro e dezembro/2017, agosto, outubro, novembro e dezembro/2018 nem sequer foi recolhido" (f. 1613/1614).
Nesse contexto fático, comprovada a omissão do tomador, que deixou de cumprir o dever de fiscalização, previsto nos arts. 58, inciso III, e 67 da Lei 8.666/93, permitiu que a contratada-empregadora deixasse de cumprir os deveres decorrentes da prestação laboral e por isso responde subsidiariamente pelas obrigações inadimplidas pela prestadora, inclusive na forma do entendimento esposado no julgamento do RE 760.930 pelo Excelso Supremo Tribunal Federal.." (fls. 1.676/1.677).

Dessa forma, à luz do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333 do TST, resta inviável o destrancamento do recurso de revista.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0101340-02.2018.5.01.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	HYUNDAI CAOA DO BRASIL LTDA.
Advogado	Dr. Diego Sabatello Cozze(OAB: 252802-A/SP)
Agravado	FLAVIANE DA SILVA COSTA
Advogado	Dr. Raphael Ribeiro de Queiroz Pinto(OAB: 162819-A/RJ)
Advogado	Dr. Marcelo Peixoto da Silva(OAB: 93631-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FLAVIANE DA SILVA COSTA
- HYUNDAI CAOA DO BRASIL LTDA.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Comissões.
Duração do Trabalho / Horas Extras.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 338; nº 354 do Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade à Orientação Jurisprudencial SBDI-I/TST, nº 233.
- violação d(a,o)(s) Lei nº 10101/2000, artigo 2º.
- divergência jurisprudencial .
O exame detalhado do processo revela que o v. acórdão regional está fundamentado no conjunto fático-probatório até então produzido. Nesse aspecto, a análise das violações apontadas e contrariedades mencionadas importaria o reexame de todo o referido conjunto, o que, na atual fase processual, encontra óbice inarredável na Súmula 126 do TST.
Os arestos transcritos para o confronto de teses não se prestam ao fim colimado, seja por se revelarem inespecíficos, vez que não se enquadram nos moldes estabelecidos pelas Súmulas 23 e 296 do TST, seja ainda por se revelarem inservíveis, porquanto não contemplados na alínea "a" do art. 896 da CLT. No mesmo sentido é o entendimento consubstanciado na Orientação Jurisprudencial 111 da SDI-I do TST. Podem ser, ainda, enquadrados na categoria de inservíveis os arestos não adequados ao entendimento consagrado na Súmula 337 do TST.
Nego seguimento ao recurso, no particular.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Alegação(ões):
- violação d(a,o)(s) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 223, §1º, alínea 'G'; artigo 791, alínea 'A'.
- divergência jurisprudencial .
Nos termos em que prolatada a decisão, não se verificam as violações apontadas. Na verdade, trata-se de mera interpretação dos mencionados dispositivos, o que não permite o processamento do recurso.
Os arestos transcritos para o confronto de teses não se prestam ao fim colimado, seja por se revelarem inespecíficos, vez que não se enquadram nos moldes estabelecidos pelas Súmulas 23 e 296 do TST, seja ainda por se revelarem inservíveis, porquanto não contemplados na alínea "a" do art. 896 da CLT. No mesmo sentido é o entendimento consubstanciado na Orientação Jurisprudencial 111 da SDI-I do TST. Podem ser, ainda, enquadrados na categoria de inservíveis os arestos não adequados ao entendimento consagrado na Súmula 337 do TST.
Nego seguimento ao recurso, no particular.
CONCLUSÃO
NEGO seguimento ao recurso de revista.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Comissões - Duração do Trabalho / Horas Extras", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 23, 126, 296, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0011821-79.2017.5.15.0125

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICIPIO DE SERTAOZINHO
Procurador	Dr. Luiz Felipe Denadai dos Santos
Agravado	LUCINEIA VILASBOAS SILVA
Advogado	Dr. Antônio Roberto Bízzio(OAB: 139885-A/SP)
Agravado	SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - EIRELI
Advogado	Dr. William Maurelio(OAB: 183506-A/SP)
Advogada	Dra. Karina Suzana da Silva Alves(OAB: 235576-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- LUCINEIA VILASBOAS SILVA
- MUNICIPIO DE SERTAOZINHO
- SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - EIRELI

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 585/590) interposto pelo segundo reclamado contra a decisão de fls. 567/569, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta apresentada pela reclamante às fls. 601/604 e 605/607.
O Ministério Público do Trabalho, em parecer exarado às fls. 613/618, opina pelo conhecimento e desprovimento do apelo.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente, sendo inexigível o preparo.

As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "NULIDADE PROCESSUAL POR OFENSA AO PRINCÍPIO DA ADSTRIÇÃO" e "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO".

Quanto ao primeiro tema, todavia, interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, a parte recorrente deve indicar precisamente o trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo. No caso dos autos, porém, o segundo reclamado, em suas razões recursais, não atendeu ao preceito em comento, pois não transcreveu nenhum trecho do acórdão regional, não bastando ao cumprimento da exigência legal o mero resumo da decisão recorrida.

Ressalte-se que o trecho transcrito às fls. 552/553 não foi extraído do acórdão recorrido.

Ante a inobservância do requisito formal, resta inviabilizado o exame da controvérsia.

Já quanto ao segundo tema, o segundo reclamado requer a exclusão de sua responsabilidade subsidiária. Afirma ser indevida a condenação automática do ente público, e que não há provas de que incorreu em culpa in vigilando ou in eligendo. Argumenta ser incabível a responsabilização do ente público, conforme o julgamento da ADC 16. Alega divergência jurisprudencial, contrariedade à Súmula 331, IV e V, do TST e violação dos artigos 5º, LIV e LV, da Constituição Federal, 373, § 1º, do CPC, 818, §§ 1º e 2º, da CLT e 71, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

Sem razão.

A pretensão recursal encontra-se superada no âmbito desta Corte, uma vez que o Supremo Tribunal Federal fixou a tese jurídica de repercussão geral correspondente ao Tema nº 246 ("O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93").

A Subseção de Dissídios Individuais 1 do TST, em sessão em composição plena, decidiu que o Supremo Tribunal Federal ao apreciar o Tema nº 246 da Repercussão Geral não emitiu tese jurídica de efeito vinculante em relação ao ônus da prova e, diante dessa constatação, concluiu que incumbe à Administração Pública o ônus da prova da fiscalização dos contratos de prestação de serviços por se tratar de fato impeditivo do direito à condenação por responsabilidade subsidiária, com fundamento no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78. (TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, SbDI-1, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 12/12/2019, DEJT 22/05/2020).

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na ausência de prova da eficácia ou efetividade da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO. DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de

serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (TST-E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1. O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando, pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST-E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Na espécie, o Regional assentou comprovada a culpa "in vigilando" do ente público, ao consignar que, in verbis:

"Com efeito, o recorrente não juntou aos autos nenhum documento relativo à prestação de serviços da autora (FGTS, INSS, recibos salariais) que demonstrasse ter requerido periodicamente comprovante de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da primeira reclamada para com o reclamante no período em que se beneficiou da prestação de serviços da obreira para que se pudesse verificar a efetiva fiscalização no tocante ao cumprimento das obrigações trabalhistas decorrentes do contrato firmado.
Não bastasse, há prova nos autos de que não houve fiscalização. Consoante bem pontuado pelo MM Juízo a quo (...)o preposto do município reclamado confessou a inexistência de fiscalização (f.390). Noto, inclusive, que nos documentos juntados com a contestação do município há informação de inúmeras ações trabalhistas contra a reclamada, o que é indício de que esta é contumaz descumpridora da lei trabalhista (...).
Assim, a meu ver, a prova dos autos fornecida pelo recorrente é suficiente não só para demonstrar sua omissão ou negligência na fiscalização do contrato de prestação de serviços em relação à reclamante, mas também que tais condutas contribuíram para a violação dos direitos trabalhistas constatadas na presente ação, pois houve a condenação ao pagamento de parcelas, cujas obrigações foram claramente descumpridas e poderiam ter sido fiscalizadas pelo reclamado (e não o foram), como lapso intervalar e adicional de insalubridade.
Nesse contexto, certo é que a recorrente não tomou nenhuma atitude concreta para garantir o adimplemento dos haveres rescisórios do prestador de serviço em relação à autora, bem assim as demais verbas deferidas, cumprindo com seu ônus de fiscalizar a contento a integral execução do contrato celebrado com a empregadora da recorrida, de modo a evitar prejuízo aos direitos fundamentais do trabalhador." (fls. 472).

Dessa forma, à luz do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333 do TST, resta inviável o destrancamento do recurso de revista.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0011316-27.2017.5.03.0027

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE BETIM
Procurador	Dr. Adriana Anselmo Guimarães
Agravado	QUALITÉCNICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
Advogada	Dra. Raíssa Felisberto Lopes(OAB: 381721-A/SP)
Agravado	EVA GONCALVES BRANDAO
Advogado	Dr. Marcelo de Andrade Portella Senra(OAB: 108347-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- EVA GONCALVES BRANDAO
- MUNICÍPIO DE BETIM
- QUALITÉCNICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo MUNICÍPIO DE BETIM em face da decisão (fls. 338/339) do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao seu recurso de revista.
Contrarrazões e contraminuta apresentadas pela reclamante.
Os autos foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho que oficiou pelo conhecimento e não provimento do apelo (doc. seq. 06).
É o relatório.
Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade do agravo de instrumento, dele conheço.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
O Regional registrou, no que interessa:

"No caso em exame, verifico que o conjunto probatório constante dos autos revela não ter o MUNICÍPIO DE BETIM observado o seu dever de fiscalização da execução do contrato, de forma a impedir o inadimplemento de obrigações trabalhistas pela QUALITECNICA EMPRESA NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.
Restou incontroversa, nos autos, a inadimplência por parte da prestadora de serviços no que respeita ao pagamento do aviso prévio, diferenças de FGTS, além das multas previstas no art. 467 e 477, § 8º, da CLT, e adicional de insalubridade.
Evidente, no caso, portanto, que o Município deixou de fiscalizar, adequadamente, o cumprimento das obrigações contratuais pela QUALITECNICA, não sendo suficiente para desconstituir a realidade fática constatada o fato de o Recorrente ter adotado providências que lhe couberam quando da mediação perante o MPT, tendo em conta que a discussão travada naquele momento abrangia, dentre as parcelas reconhecidas no presente feito, o pagamento das verbas rescisórias (Id. 574e338), situação que, aliás, sequer foi efetivamente observada em relação à Reclamante na integralidade.
Nesse contexto, ainda que se possa admitir certo controle pelo Recorrente, eventual providência por ele adotada nesse sentido não foi capaz de evitar a inadimplência de parcelas trabalhistas em favor da Reclamante que, por sua vez, ajuizou a presente Ação, pleiteando a satisfação dos direitos trabalhistas inadimplidos pelo prestador de serviços.
Dessa forma, ressai do acervo probatório, a toda evidência, que o MUNICÍPIO DE BETIM se comportou de forma omissa, descurando de seu dever de fiscalização.
O Município Reclamado, de forma nenhuma, poderia eximir-se do dever de fiscalização que lhe incumbia, mesmo porque a averiguação do cumprimento regular do contrato, nesse aspecto, não é mera prerrogativa, mas se constitui em sua obrigação, decorrente de preceitos de ordem pública, como tomador e beneficiário dos serviços prestados.
Ao optar pela contratação de serviços, o contratante deve ser diligente não apenas nos critérios de escolha da empresa, capacidade técnica, econômica e financeira para arcar com o risco do empreendimento, mas na efetiva fiscalização do correto cumprimento das obrigações contratuais.
Dessa forma, as circunstâncias acima descritas são o bastante para a configuração da culpa in vigilando da Administração Pública.
Tendo em conta a relação contratual mantida entre os Reclamados e a condição do Recorrente de destinatário dos serviços prestados pela Reclamante, verifica-se presente o nexo causal entre a conduta do tomador de serviços e os danos sofridos pela Autora, justificando-se, pois, a responsabilidade subsidiária do MUNICÍPIO DE BETIM, o que não vulnera o disposto no § 1º do art. 71 da Lei 8.666/1993, mas está consentâneo com os mencionados artigos 186 e 927 do CCB.
Importa esclarecer que não se está reconhecendo a responsabilidade do tomador de serviços derivada do mero inadimplemento por parte do prestador contratado, na medida em que constatada a conduta culposa do ente público.
Registro que esta decisão, bem como a Súmula 331, item V, do TST, não importam em violação à Súmula Vinculante 10 do excelso STF, pois, no caso, não se discute a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei 8.666/1993, no todo ou em parte, mas reconhecido que a responsabilização subsidiária do Município Recorrente decorreu, exclusivamente, de sua culpa in vigilando e do nexo causal entre a sua conduta e os danos sofridos pela Reclamante.
Culposa a conduta do MUNICÍPIO DE BETIM, configura-se o ilícito (art. 186 do Código Civil), pelo que se impõe a reparação correlata (art. 927 do Código Civil).
No caso, impõe-se pontuar que a responsabilidade subsidiária alcança todas as obrigações da prestadora de serviços, exceto as de natureza personalíssima, o que ora determino seja observado (item VI, da Súmula 331, do TST).
Em vista do exposto, mantenho a decisão de origem que declarou a responsabilidade subsidiária do MUNICÍPIO DE BETIM pelo débito objeto da condenação.
Nego provimento." (fls. 305/307 - g.n)

Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova

ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST).
Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida

inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incidem os óbices da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1000817-77.2020.5.02.0321

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	Dr. Gasparino José Romão Filho
Agravado	ADILSON DO NASCIMENTO FREIRE
Advogado	Dr. George Henrique Brito Lacerda(OAB: 409102-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADILSON DO NASCIMENTO FREIRE
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Denegado seguimento ao recurso de revista pelo Tribunal Regional de origem, o reclamado interpõe agravo de instrumento.
Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões, fls. 218/222.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo não provimento do agravo de instrumento, fls. 231/233.

É o relatório.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
A insurgência recursal diz respeito ao tema "FÉRIAS. QUITAÇÃO INTEMPESTIVA. PAGAMENTO EM DOBRO".
Constata-se, de plano, a inviabilidade de processamento do recurso de revista.
Interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
No caso, a parte recorrente, em seu recurso de revista, não atendeu ao comando legal porque procedeu à transcrição integral do tópico recorrido (fls. 192/195), sem destaque.
Nesse sentido, os seguintes julgados, in verbis:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DO INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO RECORRIDO. ARESTO PARADIGMA SUPERADO PELA JURISPRUDÊNCIA DO TST. A egrégia Primeira Turma negou provimento ao agravo para manter a decisão que não conheceu do recurso de revista em razão do descumprimento do requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, na medida em que a parte efetuou a transcrição o acórdão regional em seu inteiro teor, sem qualquer destaque em relação ao ponto específico que consubstancia o prequestionamento da matéria. A tese contida no único paradigma válido, nos termos da Súmula 337 do TST, resta superado pela jurisprudência desta Corte, haja vista ter a SBDI-1, interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmado o entendimento no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, " a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse , transcrição integral do acórdão recorrido , do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva" (E-ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018). Mais precedentes . Incidência do óbice do artigo 894, § 2º, da CLT. Agravo conhecido e desprovido." (Ag-E-ED-Ag-RR-41-09.2014.5.09.0322, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 09/10/2020).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PROMOÇÕES POR ANTIGUIDADE E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS TRECHOS QUE CONSUBSTANCIAM O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO DO INTEIRO TEOR DOS CAPÍTULOS IMPUGNADOS. DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISOS I E III, DA CLT . DECISÃO DO MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA QUE DENEGOU SEGUIMENTO AOS EMBARGOS DO AUTOR POR INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA Nº 353 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO . DECISÃO DENEGATÓRIA MANTIDA POR FUNDAMENTO DIVERSO . Não obstante a presente hipótese esteja contemplada na exceção estabelecida na letra "f" da Súmula nº 353 desta Corte, ao contrário do que concluiu o despacho denegatório, os embargos não reúnem condições de prosseguir por outro fundamento. Com efeito, a Egrégia Turma, ao negar seguimento ao recurso de revista interposto pelo autor, decidiu consoante jurisprudência pacificada desta Corte, no sentido de que a transcrição do capítulo do acórdão, integralmente, sem a delimitação do ponto de insurgência objeto das razões do recurso de revista - mediante o destaque do trecho em que foram adotados os argumentos do acórdão regional para o deslinde da controvérsia -, não atende ao previsto no artigo 896, § 1º-A, inciso I, da CLT. Precedentes. Incide, na espécie, o óbice contido no artigo 894, § 2º, da CLT. Mantém-se o não seguimento dos embargos, por fundamento diverso. Agravo interno conhecido e não provido" (Ag-E-Ag-ARR-62-80.2014.5.12.0037, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 19/12/2018).

Logo, não tendo a parte agravante se eximido de tal ônus, o recurso de revista é manifestamente inadmissível.
Diante do exposto,com suporte no art. 118, X, do RITST,denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100350-51.2016.5.01.0076

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	HYATS COMERCIO LTDA

Advogada	Dra. Thassya Andressa Prado(OAB: 411032-A/SP)
Advogado	Dr. Luciana Fernandes Corrêa Silva Cordeiro(OAB: 148110-A/RJ)
Agravado	AFONSO GUERRA
Advogada	Dra. Carla de Almeida Martins(OAB: 94525/RJ)
Agravado	MOSFET REPARACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS LTDA - ME
Advogado	Dr. Glaussius de Azevedo Silva(OAB: 101196/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AFONSO GUERRA
- HYATS COMERCIO LTDA
- MOSFET REPARACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS LTDA - ME

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 359/372) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista.
Preenchidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "RECONHECIMENTO DA RELAÇÃO DE EMPREGO". A recorrente afirma que a relação existente entre as partes tratava-se de terceirização lícita de atividade meio, entabulada com a segunda reclamada, da qual o reclamante era sócio. Sustenta que não estão presentes os requisitos caracterizadores da relação de emprego, em especial a subordinação e onerosidade. Alega ofensa aos artigos 2º e 3º da CLT.
Consta do acórdão regional:

"(...) A despeito de a 1ª ré terceirizar os serviços de conserto de aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos por ela vendidos para empresas especializadas em assistência técnica (fl. 68), no caso sub judice a prova oral demonstrou, de forma evidente, que houve fraude a direitos trabalhistas na forma do art. 9º da CLT: (...)
A própria testemunha da 1ª reclamada, que exerce a função de gerente de depósito, declarou que o ex-funcionário da empresa de assistência técnica, no caso o Sr. Luiz, criou a 2ª reclamada para ficar localizada dentro do depósito da 1ª ré: (...)
Em seguida, verifica-se que o preposto da 2ª reclamada confessou que o autor não foi autorizado a ingressar como sócio na empresa de assistência técnica, além de estar sujeito a uma jornada de trabalho: (...)
Tais elementos dos autos já autorizam o reconhecimento da fraude trabalhista, demonstrando que a 1ª reclamada exerce, de fato, a intermediação de negócio de assistência técnica dos produtos vendidos, funcionando o mencionado Sr. Luiz como preposto da 1ª ré, contratando funcionários como supostos sócios com o intuito de fraudar direitos trabalhistas. E o autor nem sequer era sócio de direito da 2ª reclamada, o que deixa patente a fraude no caso sob exame.
Acresça-se que a testemunha do reclamante confirmou a jornada de trabalho, bem como a subordinação ao gerente do depósito (Sr. Gilberto - testemunha da 1ª ré), além da remuneração: (...)
Pelo depoimento da testemunha do reclamante ficou clara a presença dos elementos caracterizadores do vínculo de emprego, eis que o trabalho era subordinado ao gerente da empresa (Sr. Gilberto), não era eventual, havia pessoalidade e onerosidade (pagamento por produção).
Não se pode alegar, como bem apontado na r. sentença recorrida, qualquer parcialidade no depoimento prestado pela testemunha da parte autora, visto que a reclamação trabalhista por ela anteriormente ajuizada era dirigida apenas à 2ª ré (sentença de fls. 196/199).
Evidenciado, ademais, que a alegação de que o autor era sócio (parceria comercial - defesa de fl. 31) nada mais era do que uma forma de burlar a aplicação da legislação trabalhista (art. 9º da CLT).
Devidas, portanto, as verbas trabalhistas decorrentes do reconhecimento judicial do vínculo de emprego." (fls. 305/307).

Não obstante o que alega o reclamante, o recurso não comporta processamento, porque a questão é fática e a revisão do decidido depende do reexame da prova, procedimento vedado em grau recursal de revista, conforme jurisprudência consolidada na Súmula 126 desta Corte.
Diante do exposto, NEGO SEGUIMENTO, ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do RITST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0012265-31.2017.5.15.0152

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	GIVALDO PIRES DOS SANTOS
Advogado	Dr. Marcos Ferreira da Silva(OAB: 120976-A/SP)
Agravado	MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO BRASIL LTDA.
Advogado	Dr. José Eduardo Duarte Saad(OAB: 36634-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GIVALDO PIRES DOS SANTOS
- MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO BRASIL LTDA.

Denegado seguimento ao recurso de revista pelo Tribunal Regional de origem, o reclamante interpõe agravo de instrumento.
Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões, fls. 994/998 e 989/993, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
As insurgências recursais dizem respeito aos temas "CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA", "INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. DOENÇA OCUPACIONAL" "INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL. DOENÇA OCUPACIOANL" e "RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. REINTEGRAÇÃO, READMISSÃO OU INDENIZAÇÃO".
Interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.

No caso, a parte recorrente, em seu recurso de revista, não transcreveu o trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, não bastando ao cumprimento da exigência legal o meroresumodos tópicos recorridos, conforme julgados da SbDI-1 desta Corte:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017 . RECURSO DE REVISTA. NÃO CONHECIMENTO. INOBSERVÂNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. ART. 896, § 1º-A, I e III, DA CLT. A c. Turma desproveu o agravo para manter a decisão mediante a qual não se conheceu do recurso de revista do reclamante ao fundamento de que transcreveu o trecho do acórdão regional que não abarca todos os fundamentos da Corte Regional para julgar improcedente o pedido, não se desincumbindo de demonstrar o atendimento do pressuposto do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT. Os arestos superados pela jurisprudência consolidada da SBDI-1 sobre a exigência processual prevista no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, não empolgam o apelo, nos limites do artigo 894, § 2º, da CLT. Com efeito, a SBDI-1, interpretando o alcance da previsão contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014, firmado o entendimento no sentido de ser imprescindível a transcrição da fração específica da fundamentação regional que consubstancie o prequestionamento da matéria contida nas razões recursais, não se admitindo, para efeitos de cumprimento do comando ali previsto, "a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva" (E-ED-RR-242-79.2013.5.04.0611, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/5/2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Rel. Min. José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018). Precedentes. Agravo conhecido e desprovido" (Ag-E-ED-Ag-ED-RR-1004-31.2011.5.05.0161, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 14/05/2021).

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. INOBSERVÂNCIA DO REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. A Terceira Turma deste Tribunal não conheceu do recurso de revista interposto pela reclamada, ao entendimento de que tal insurgência não atende, a regra do artigo 896, § 1º-A, da CLT, porque não houve transcrição do acórdão do TRT a permitir a constatação do trecho da decisão que consubstanciaria o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. A referência à tese adotada pelo Tribunal Regional ouresumodos fundamentos, desacompanhada da transcrição do trecho pertinente objeto da controvérsia nas razões do recurso de revista, e, posteriormente, as alegações quanto aos temas recorridos não satisfazem o requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, porquanto não viabilizam o confronto analítico entre a tese central assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica apresentada no recurso de revista em mais de um tema. Nesse mesmo sentido é a atual e iterativa jurisprudência da SBDI-1, com a qual revela consonância o acórdão turmário, a inviabilizar o conhecimento do recurso de embargos, na forma do § 2º do artigo 894 da CLT. Correta, pois, a decisão agravada. Agravo não provido" (Ag-E-RR-10181-12.2015.5.03.0039, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 08/03/2019).

Diante do exposto,com suporte no art. 118, X, do RITST,denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0024691-28.2017.5.24.0022

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ANDERSON ALBINO DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Rubens Darui Saldivar Cabral(OAB: 17895-A/MS)
Advogada	Dra. Cássia dos Santos Martins(OAB: 19450-A/MS)
Agravado	ESPÓLIO de VANESSA FERRARI JUNQUEIRA
Advogado	Dr. Carlos Alberto Barbosa Ferraz(OAB: 16673/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON ALBINO DE OLIVEIRA
- ESPÓLIO de VANESSA FERRARI JUNQUEIRA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (acórdão publicado em 06/11/2019 - f. 214 - Lei 11.419/2006, art. 4º, § 3º); interposto em 18/11/2019 - f. 201/213, por meio do Sistema PJe.
Regular a representação, f. 18.
Dispensado o preparo. Beneficiário(a) da Justiça Gratuita, conforme f. 150.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário/Diferença Salarial / Salário por Acúmulo de Cargo/Função
Duração do Trabalho / Horas Extras
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Insalubridade
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios
Alegação(ões):
- violação aos artigos 5º, II, XXXV, LIV e LV, 7º, XIII, XIV e XXVI, 133, da CF;

- violação aos artigos 8º, parágrafo único, 192, 460, 468, 712,i, 791-A, 818, da CLT;
- violação aos artigos 14, 19, 131, 247, 333, I, 355, 359 e 396, do CPC;
- violação ao artigo 884, do CC;
- violação ao artigo 13, da Lei 6.615/78;
- violação à Lei 8.906/94;
- divergência jurisprudencial.

A parte recorrente não transcreveu os tópicos do acórdão recorrido, o que não atende ao requisito previsto no artigo 896, §1º-A, I, da CLT.
Denego seguimento, por não atendidos os pressupostos de adequação formal de admissibilidade do recurso de revista.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista."

Verifico que a parte recorrente não transcreveu qualquer fundamentação da decisão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, nos termos do art. 896, § 1º- A, I, da CLT (incluído pela Lei n.º 13.015/14).
Nesse sentido, configura-se precedente desta Corte:
"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014.RECURSO DE REVISTA NÃO CONHECIDO. REQUISITO ESTABELECIDO NO ARTIGO 896, §1 º-A, INCISO I, DA CLT. INDICAÇÃO DOTRECHO DA DECISÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Subseção, acerca dos pressupostos intrínsecos do recurso de revista, insertos no artigo 896, §1 º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria trazida ao debate, cabendo à parte a demonstração, clara e objetiva, dos fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido, não se admitindo, para tanto, a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva, pois, para fins de cumprimento da exigência legal, é imprescindível a transcrição textual do trecho da decisão recorrida. Portanto, a discussão sobre o cumprimento dos pressupostos intrínsecos do artigo 896, §1 º- A, da CLT está superada pela jurisprudência desta Subseção, o que impõe a incidência do artigo 894, § 2º, da CLT. Precedentes. Embargos não conhecidos. (Processo: E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021 Data de Julgamento: 17/05/2018, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 25/05/2018).

Assim, não cumprido o requisito do artigo 896, § 1º-A, da CLT, impõe-se confirmar a decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0025272-62.2015.5.24.0006

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	JESUS APARECIDO DE MELO
Advogado	Dr. Alexandre Morais Cantero(OAB: 8353/MS)
Agravado	ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado	Dr. Jorge Ribeiro Coutinho Goncalves da Silva(OAB: 10914-A/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
- JESUS APARECIDO DE MELO

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.022/1.043) interposto pelo reclamante contra a decisão de fls. 1.016/1.017, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às fls. 1.059/1.065 e 1.049/1.058, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 72) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 13/12/2019 e apelo protocolado em 24/01/2020), estando satisfeito o preparo.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "APOSENTADORIA POR INVALIDEZ" e "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS".
No que se refere ao primeiro tópico, verifico que o reclamante não atendeu à exigência inserta no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, pois efetuou a transcrição integral do tópico da decisão recorrida (fls. 1.001/1.005) sem destacar o trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista.
A SbDI-1 desta Corte já decidiu que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso.
Nesse sentido, os seguintes julgados:
"AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA. REGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DA ÍNTEGRA DA DECISÃO REGIONAL EM RELAÇÃO AO TEMA. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE. O cabimento de recurso de embargos contra acórdão de Turma se restringe às hipóteses previstas no art. 894, II, e § 2º, da CLT, não se considerando atual a divergência superada por iterativa e notória jurisprudência desta Corte, no sentido de que não preenche o requisito previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, a transcrição integral do acórdão regional em relação ao tema objeto do recurso de revista, sem o devido destaque quanto ao ponto em discussão. Agravo regimental a que se nega provimento [...]" (TST - AgR-E-ED-ED-ARR - 556-25.2013.5.12.0054, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, DEJT 19/12/2017 - destaque acrescido).
"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELAS LEIS Nos 13.015/2014 E 13.105/2015. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL EM RECURSO DE REVISTA DO CAPÍTULO DO ACÓRDÃO REGIONAL. 1. A Eg. 6ª Turma deu provimento ao recurso de revista da reclamada, para excluir a condenação ao pagamento de

diferenças salariais referentes aos reflexos das horas extras nas folgas concedidas pela Lei nº 5.811/72. Concluiu que a parte "transcreveu em suas razões recursais o capítulo da decisão do Regional que estava impugnando (e não o inteiro teor desta), indicou os dispositivos tidos por violados e apresentou o confronto analítico entre eles, estando, portanto, preenchidos os requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT". 2. Não obstante, a transcrição pela parte, em recurso de revista, do inteiro teor do capítulo recorrido do acórdão regional, sem qualquer destaque, salvo se extremamente sucinto, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, por inexistir cotejo de teses. Precedentes. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 03/08/2018 - destaque acrescido).

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal fez constar que a decisão do Tribunal Regional quanto ao tema não é sucinta, ressaltando inclusive não ser o caso de aplicação do precedente desta Subseção firmado no julgamento do TST-E- ED-ARR-21322-31.2014.5.04.0202, DEJT de 15/12/2017, indicado como divergente pelo agravante. Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos, ante os termos da Súmula 296, I, do TST. Agravo conhecido e não provido" (TST- Ag-E-RR-1000832-47.2018.5.02.0602, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/02/2020).

Vale frisar que a indicação dos trechos apenas em sede de agravo de instrumento não se presta ao atendimento do citado preceito.
Ante a inobservância do requisito legal, resta inviabilizado o destrancamento do recurso de revista interposto pelo reclamante.
No que tange ao segundo tópico ("Indenização por danos morais"), o reclamante pugna pela imputação da responsabilidade objetiva à reclamada, sob o argumento de que a atividade exercida possui risco inerente em razão do contato com linhas de transmissão elétrica. Assevera que a reclamada não comprovou que o acidente de trabalho se deu em razão de culpa exclusiva da vítima, ônus que lhe cabia. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema, contrariedade à Orientação Jurisprudencial 342 da SbDI-1 do TST, violação dos artigos 927 do CCB, 818 da CLT, 373, I, do CPC, 21, I, da Lei nº 8.213/1991 e ofensa à Lei nº 7.369/1985 e ao Decreto nº 93.412/1986.
De plano, afastam-se as denúncias de violação do artigo 927 do CCB e ofensa à Lei nº 7.369/1985 e ao Decreto nº 93.412/1986, uma vez que não indicados os dispositivos tido por violados (artigo, caput, parágrafos e/ou incisos), na forma da Súmula 221 do TST.
Por outro lado, não há falar em divergência jurisprudencial. Com efeito, os arestos de fls. 1.009 e 1.011/1.012 são inservíveis ao fim colimado, por serem oriundos do mesmo Tribunal que prolatou a decisão nestes autos (artigo 896, "a", da CLT). Ainda, os julgados apresentados às fls. 1.007/1.008 não trazem indicação da fonte oficial em que publicado ou do repositório de onde colhido (artigo 896, § 8º, da CLT e Súmula 337, I, "a", do TST).
Ademais, a Orientação Jurisprudencial 342 da SbDI-1 do TST não trata da questão apresentada nos autos, por tratar de intervalo intrajornada prevista em normas coletivas, configurando alegação impertinente. O mesmo ocorre com a alegação de ofensa ao artigo 21, I, da Lei nº 8.213/1991, que dispõe: "Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei: I - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;".
No mais, o Regional consignou:

"O acidente que vitimou o autor ocasionando a lesão no joelho direito - rompimento do ligamento cruzado anterior - e os sucessivos afastamentos e tratamento que culminaram na sua aposentadoria ocorreram em razão de queda após descer de uma escada, conforme antes anotado, não tendo a empresa contribuído a qualquer titulo para a ocorrência.
Embora o autor certamente tenha sido vítima de dor e sofrimento em razão do evento, o que ao menos em tese ensejaria indenização por danos morais, o certo é que, não contribuindo a empresa para a ocorrência do acidente, não pode ser responsabilizada por qualquer tipo de indenização, data venia.
Assim entendido e comprovado, não merece nenhum reproche a sentença que indeferiu o pedido de indenização por danos morais." (fls. 978).

Como se verifica, o Regional não decidiu a questão sob o enfoque do risco inerente à atividade e nem do ônus da prova, limitando-se a afirmar que a empresa não contribuiu para o acidente ocorrido.
Dessa forma, aplica-se o óbice das Súmulas 126 e 297, I e II, do TST, o que inviabiliza o seguimento do apelo.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1000800-78.2019.5.02.0029

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	TRÊS EDITORIAL LTDA. E OUTRA
Advogado	Dr. Graciela Rodrigues Pereira(OAB: 287049-A/SP)
Agravado	RICARDO FERNANDES
Advogado	Dr. Rodrigo de Barros Vedana(OAB: 160341-A/SP)
Agravado	ROCKY MOUNTAIN EDITORIAL LTDA
Advogada	Dra. Liliane Moreira de Carvalho(OAB: 328479-A/SP)
Advogado	Dr. Angela Braz Rodrigues(OAB: 245580-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- RICARDO FERNANDES

- ROCKY MOUNTAIN EDITORIAL LTDA
- TRÊS EDITORIAL LTDA. E OUTRA

Denegado seguimento ao recurso de revista, pelo despacho de fls. 1996/1997, o recorrente interpõe agravo de instrumento (fls. 355/366).
Contrarrazões e contraminuta apresentadas (fls. 2016/2018).
Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do apelo.
A insurgência recursal diz respeito ao tema"EXECUÇÃO. EMPRESA EMRECUPERAÇÃO JUDICIAL. INCIDENTE DEDESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. RESPONSABILIZAÇÃO DOS SÓCIOS.COMPETÊNCIADA JUSTIÇA DO TRABALHO."
A parte agravante renova a insurgência contra o prosseguimento da presente execução na Justiça do Trabalho com pedido de desconsideração da personalidade jurídica contra os sócios das empresas reclamadas que se encontram em processo de Recuperação Judicial. Alega, em síntese, que não se justifica o direcionamento da execução em face dos sócios, na medida em que a execução deve prosseguir nos autos da Recuperação Judicial, com habilitação do crédito do reclamante no referido processo, que, inclusive, já consta no rol de credores, nos termos dos artigos 6º, § 2º e 49, da Lei nº 11.101/2005. Sustenta, por fim, que a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica fere diretamente o princípio da segurança jurídica. Indica violação dos artigos 5º, XXIII e XXXVI; 170, III, 173, § 1º, I, 182, § 2º, 184, caput; 185, parágrafo único, todos da CF.
Sem razão, contudo.
O Regional sobre o tema consignou:

"Decisão recorrida: julgou prejudicado o pedido de desconsideração da personalidade jurídica, por se tratar de execução provisória.
Fundamento recursal: afirma que o processo está maduro para a desconsideração da personalidade jurídica, considerando que a empresa não pode ser executada em razão da recuperação judicial.
Tese decisória: Não obstante a atual jurisprudência pacificada do STF e da SDI-I do TST reconhecer a competência do Juízo Universal, não há óbice para que a execução prossiga na Justiça do Trabalho em face dos sócios da empresa em recuperação judicial ou falida, já que o patrimônio da empresa não se confunde com o patrimônio dos sócios.
Em síntese, nada obstante o deferimento da falência ou recuperação judicial da reclamada, não há impedimento para que a execução prossiga nesta Especializada contra os sócios da empresa. E o STF não afasta o entendimento:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LEI 11.101/2005. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. EXECUÇÃO DOS BENS DOS SÓCIOS. JUÍZO TRABALHISTA E JUÍZO FALIMENTAR. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (RE 1101945 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 20/04/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-087 DIVULG 04-05-2018 PUBLIC 07-05-2018)

Também o Superior Tribunal de Justiça há muito rejeitou a possibilidade de conflito de competência na hipótese, inclusive com a edição da Súmula 480, de seguinte teor:

"O juízo da recuperação judicial não é competente para decidir sobre a constrição de bens não abrangidos pelo plano de recuperação da empresa".

(...)

Destarte, ainda que se admita a incompetência da Justiça do Trabalho para processar a execução contra a recuperanda, essa limitação de competência não se estende ao direcionamento contra os sócios. Não se pode olvidar que o crédito trabalhista é de natureza alimentar, nos termos do art. 100, § 1º da CF/88.
Nesse sentido a atual jurisprudência do TST:

"COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA O PATRIMÔNIO DO SÓCIO. O TST firmou o entendimento de que é possível o redirecionamento da execução ao patrimônio dos sócios ou integrantes do mesmo grupo econômico da empresa falida ou em recuperação judicial, hipótese em que subsistirá a competência da Justiça do Trabalho para processar os atos executórios, à medida que eventual constrição não recairá sobre bens da massa falida, a atrair a competência universal do juízo falimentar. Recurso de revista conhecido e provido. (RR - 415-97.2013.5.15.0029, Relator Ministro: Márcio Eurico Vitral Amaro, Data de Julgamento: 12/08/2020, 8º Turma, Data de Publicação: DEJT 14/08/2020)

E os demais precedentes:
AIRR-640-13.2015.5.03.0052, 1º "Turma, Relator Desembargador Convocado Marcelo Lamego Pertence, DEJT 31/3/2017
RR - 282600-67.2001.5.02.0038 Data de Julgamento: 24/06/2020, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, 2º Turma, Data de Publicação: DEJT 26/06/2020.
AIRR-144000-65.2006.5.02.0014, 3º Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 27/10/2017
Ag-AIRR - 1107-71.2014.5.09.0662 Data de Julgamento: 09/06/2020, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, 4º Turma, Data de Publicação: DEJT 31/07/2020.
Ag-AIRR - 3148-36.2011.5.02.0201, Relator Ministro: Breno Medeiros, Data de Julgamento: 06/05/2020, 5º Turma, Data de Publicação: DEJT 08/05/2020.
ARR - 167600-60.2007.5.02.0021, Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, Data de Julgamento: 11/03/2020, 6º Turma, Data de Publicação: DEJT 13/03/2020.
Ag-AIRR - 735-43.2015.5.03.0052, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, 7º Turma, DEJT 19.5.2017.
Da mesma sorte, não há se falar em necessidade de comprovação de fraude ou abuso de poder.
No processo do trabalho, por estar, em regra, discutindo-se verbas devidas aos empregados, hipossuficientes nas relações jurídicas, pela aplicação do diálogo das fontes, aplica-se a teoria menor da desconsideração, em que para a proteção do vulnerável das relações jurídicas, o artigo 28 do CDC autoriza a desconsideração quando houver insolvência, ou seja, sem a necessidade de comprovação de abuso de direito.
Nesse sentido a decisão do C. TST:

"Importante esclarecer que se aplica no Processo do Trabalho a

teoria menor. Isso se deve ao fato de que o primado do Direito do Trabalho é a proteção do hipossuficiente trabalhador cujo crédito advindo do título executivo judicial trabalhista possui natureza alimentícia, não havendo necessidade de prova da fraude ou abuso de poder, bastando apenas o descumprimento de uma obrigação ou insolvência, que, no caso, existe em razão de haver um acordo homologado em Juízo que restou descumprido e cuja execução restou, até o redirecionamento da execução contra a agravante, infrutífera, por ausência de patrimônio hábil em nome do executado a responder pela dívida. (TST-AIRR 36476201 15040251, Rel. Min. Márcio Eurico Vitral Amaro, 8º Turma, DJ. 03/11/2015).

No caso presente, tendo resultado infrutíferos os atos processuais executórios contra a devedora principal, é perfeitamente cabível a desconsideração da personalidade jurídica para busca de patrimônio de seus sócios.
Decerto que eventual habilitação do crédito no Juízo Falimentar tem como escopo a distribuição dos valores arrecadados, de acordo com a ordem de preferência prevista no art. 83 da Lei 11.101/2005. No entanto, repise-se, o patrimônio da empresa falida não se confunde com o patrimônio de seus sócios, razão pela qual o prosseguimento da execução em face destes não prejudica os credores da massa falida. Ele apenas confere maior efetividade ao processo trabalhista, a qual constitui direito da pessoa humana (art. 5º, XXXV da CF/88).
Da mesma sorte, a execução provisória não obsta a instauração do incidente de execução. Nesse sentido, a doutrina de Mauro Schiavi, em sua obra Execução no Processo do Trabalho, 13º Edição, Editora Jus Podium, pág. 202:

"A desconsideração da personalidade jurídica no processo do trabalho pode ser levada a efeito em qualquer fase do processo".

Deve-se assegurar ao reclamante a possibilidade de prosseguir a execução em face dos sócios da empresa, o que vem ao encontro do princípio da duração razoável do processo, erigido a direito fundamental pela Emenda Constitucional nº 45 (art. 5º, LXXVIII da CF/88). Além disso, o art. 28 da Lei 8.078/90 prevê expressamente a desconsideração da personalidade jurídica no caso de falência ou estado de insolvência, sendo plenamente aplicável em sede de execução trabalhista.
Não se pode olvidar que o crédito trabalhista é de natureza alimentar, nos termos do art. 100, § 1º da CF/88.
Reformo, para deferir a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, nos termos pleiteados na petição id. blfde8b." (fls. 1904/1907- g.n)

Nos termos do art. 896, § 2º, da CLT e da Súmula 266 desta Corte, a admissibilidade do recurso de revista interposto na fase de execução está limitada à demonstração de violação direta e literal de dispositivo da Constituição Federal.
Esta Corte entende que permanece acompetênciada Justiça do Trabalho para examinar pedido de incidente de desconsideração de personalidade jurídica de empresa em falência ourecuperação judicial, com o redirecionamento da execução para os bens dos sócios da empresa, porquanto não se trata de ato expropriatório de bens alcançados pelo juízo universal. Nesse sentido, são os seguintes julgados:

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. EXECUÇÃO. EMPRESA EMRECUPERAÇÃO JUDICIAL. INCIDENTE DEDESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. RESPONSABILIZAÇÃO DOS SÓCIOS.COMPETÊNCIADA JUSTIÇA DO TRABALHO. Demonstrada violação do art. 114, I, da Constituição Federal, impõe-se o provimento do agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista . Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. PROCESSO REGIDO PELA LEI 13.467/2017. EXECUÇÃO. EMPRESA EMRECUPERAÇÃO JUDICIAL. INCIDENTE DEDESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. RESPONSABILIZAÇÃO DOS SÓCIOS.COMPETÊNCIADA JUSTIÇA DO TRABALHO. 1. No caso, o Tribunal Regional concluiu que a Justiça do Trabalho não temcompetênciapara apreciar o pleito dedesconsideração da personalidade jurídicada reclamada, empresa emrecuperação judicial, dada acompetênciada Justiça Estadual para o prosseguimento da execução, inclusive para apurar eventual responsabilização pessoal dos sócios da empresa em estado de falência. 2. A jurisprudência desta Corte Superior possui entendimento no sentido de que a Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar o pedido dedesconsideração da personalidade jurídicade empresa em processo de falência ourecuperação judicial, com o redirecionamento da execução para os bens dos sócios da empresa. Segundo entendimento que se firmou no âmbito desta Corte Superior, uma vez decretada a falência ou deferido o processamento darecuperação judicialnão há óbice para o redirecionamento da execução a empresas componentes do grupo econômico, devedores subsidiários ou mesmo sócios da empresa falida ou emrecuperação judicial, pois se considera que os bens destes não foram arrecadados no juízo universal da falência ou darecuperação judicial. Recurso de revista conhecido e provido" (RR-11518-74.2018.5.15.0046, 8ª Turma, Relatora Ministra Delaide Alves Miranda Arantes, DEJT 17/09/2021 - g.n).

"COMPETÊNCIAMATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. EMPRESA EXECUTADA EM FASE DERECUPERAÇÃO JUDICIAL. PEDIDO DEDESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA OS SÓCIOS. PROVIMENTO. A jurisprudência deste Tribunal Superior vem se posicionando no sentido de que, o redirecionamento da execução contra os sócios ou integrantes do mesmo grupo econômico da empresa falida ou emrecuperação judicialnão afasta acompetênciada Justiça do Trabalho e o prosseguimento dos atos executórios, na medida em que eventual constrição não recairá sobre bens da empresa, a atrair acompetênciado juízo universal, hipótese dos presentes autos. Precedentes. Na hipótese, o Tribunal Regional manteve a sentença que reconheceu a incompetência material da Justiça do Trabalho para processar e julgar pedido dedesconsideração da personalidade jurídicada reclamada. Entendeu que esta Justiça Especializada é incompetente para a prática de atos executórios, ainda que direcionados aos sócios da empresa emrecuperação judicial. Dessa forma, a decisão da egrégia Corte Regional, que declara a incompetência da Justiça do Trabalho para prosseguir na execução do crédito trabalhista, mediante o instituto dadesconsideração da personalidade jurídica, de modo a viabilizar a busca do patrimônio dos sócios da empresa emrecuperação judicial, viola o artigo 114, I, da Constituição Federal. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento" (RR-10570-74.2018.5.18.0006, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 10/09/2021).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA.COMPETÊNCIADA JUSTIÇA DO TRABALHO. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO. SÓCIO DA MASSA FALIDA. A decisão agravada está em consonância com a jurisprudência do TST, que pacificou o entendimento de que na hipótese de decretação de falência, independentemente do encerramento da falência no Juízo Falimentar, a Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar o pedido dedesconsideração da personalidade jurídica, com o redirecionamento da execução para os bens dos sócios da empresa, na medida em que tais bens não se confundem com os bens da massa falida. Precedentes. Agravo de instrumento conhecido e desprovido" (AIRR-11253-33.2016.5.03.0028, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 03/09/2021).

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO.DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA O EX-SÓCIO.COMPETÊNCIADA JUSTIÇA DO TRABALHO. Impõe-se confirmar a decisão agravada, na qual constatada a ausência de violação direta e literal de preceito da Constituição da República, nos moldes do art. 896, § 2º, da CLT e da Súmula 266 do TST. Agravo conhecido e não provido" (Ag-AIRR-1641-33.2015.5.03.0052, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 15/12/2017).

"AGRAVO. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. EXECUÇÃO.RECUPERAÇÃO JUDICIAL. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA SÓCIO.DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.COMPETÊNCIADA JUSTIÇA DO TRABALHO. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA NA DECISÃO AGRAVADA. Ao contrário do alegado pelo agravante, o e. TRT não indeferiu o pleito dedesconsideração da personalidade jurídicaem decorrência da ausência de comprovação de abuso de direito, a Corte a quo, em realidade, consignou a incompetência desta Justiça Especializada para analisar possível fraude, determinar adesconsideração da personalidade jurídica, e, ainda, executar sócio de empresa emrecuperação judicial. Ocorre que, ao assim decidir, o Tribunal Regional do Trabalho decidiu de forma contrária ao entendimento pacificado no âmbito das Turmas desta Corte no sentido de que a Justiça do Trabalho é competente para executar sócio de empresa emrecuperação judicial, uma vez que a execução está voltada contra o patrimônio dos próprios responsáveis solidários reconhecidos pelo Juízo da execução. Precedentes desta Casa. Convém ressaltar, ainda, que o STJ vem decidindo no mesmo sentido. Precedentes STJ. Nesse contexto, não tendo sido apresentados argumentos suficientes à reforma da r. decisão impugnada, deve ser desprovido o agravo. Considerando a improcedência do recurso, aplica-se à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC . Agravo não provido, com aplicação de multa" (Ag-RR-11360-34.2013.5.18.0103, 5ª Turma, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 20/03/2020 - g.n).

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. RECLAMANTE. LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA EXECUÇÃO. DECRETAÇÃO DARECUPERAÇÃO JUDICIALDA DEVEDORA PRINCIPAL. REDIRECIONAMENTO PARA OS SÓCIOS. INCIDENTE DEDESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.COMPETÊNCIADA JUSTIÇA DO TRABALHO 1. Há transcendência política quando se constata em exame preliminar o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência majoritária, predominante ou prevalecente no TST. 2. Está demonstrada a viabilidade do conhecimento do recurso de revista, porque possivelmente foi violado o art. 114, I, da Constituição Federal. 3. Agravo de instrumento a que se dá provimento. II - RECURSO DE REVISTA. RECLAMANTE. EXECUÇÃO. DECRETAÇÃO DARECUPERAÇÃO JUDICIALDA DEVEDORA PRINCIPAL. REDIRECIONAMENTO PARA OS SÓCIOS. INCIDENTE DEDESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.COMPETÊNCIADA JUSTIÇA DO TRABALHO 1. A jurisprudência desta Corte tem firmado o entendimento de que, na hipótese de decretação de falência ou derecuperação judicialde empresa executada, a Justiça do Trabalho temcompetênciapara julgar pedido dedesconsideração da personalidade jurídica, para fins de redirecionar a execução contra os bens dos sócios da empresa executada, haja vista que os bens dos sócios não se confundem com os bens da devedora principal. Julgados. 2. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento" (RR-1002481-78.2013.5.02.0422, 6ª Turma, Relatora Ministra Katia Magalhaes Arruda, DEJT 25/06/2021).

"RECURSO DE REVISTA REGIDO PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/2016 DO TST. EXECUÇÃO.COMPETÊNCIADA JUSTIÇA DO TRABALHO. DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA DA EMPRESA.DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA OS SÓCIOS. Na hipótese, a Corte regional entendeu pela sua incompetência para dar prosseguimento à execução, diante da decretação de falência da reclamada noticiada nos autos. Embora, de fato , a Justiça do Trabalho não possuacompetênciapara julgar processo executório contra empresa sob processo falimentar, esta Corte superior vem firmando entendimento de que remanescecompetênciapara fins de análise dadesconsideração da personalidade jurídicae eventual prosseguimento da execução em face de seus sócios, na medida em que o patrimônio destes não se confunde com o da massa falida. Recurso de revista conhecido e provido" (RR-10880-52.2014.5.15.0120, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/06/2021).

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. EXECUÇÃO.COMPETÊNCIADA JUSTIÇA DO TRABALHO -DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA- REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRA EX-SÓCIO DA MASSA FALIDA - AUSÊNCIA DE TRANSCENDÊNCIA. Conforme preconiza o artigo 896-A da CLT, com redação atribuída pela Lei nº 13.467/2017, antes de se examinar os pressupostos intrínsecos do recurso de revista, faz-se necessário verificar se a causa oferece transcendência. No caso, não há transcendência política, porque o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte que tem se consolidado no sentido de que o redirecionamento da execução contra os sócios da empresa falida não tem o condão de afastar acompetênciada Justiça do Trabalho para dar prosseguimento aos atos executórios. Ademais, não se verifica o preenchimento dos requisitos de natureza econômica, social ou jurídica a justificar o conhecimento do apelo. Recurso de revista não conhecido" (RR-1000340-18.2018.5.02.0291, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 28/08/2020).

Considerando que a função precípua desta Corte Superior é a

uniformização da jurisprudência trabalhista em âmbito nacional e que o posicionamento deste Tribunal sobre a matéria ora debatida já se encontra pacificado, no mesmo sentido do acórdão regional, tem-se que o recurso de revista não se viabiliza, nos termos da Súmula 333 do TST.
Diante do exposto, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento, com amparo no art. 118, X, do RITST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100856-50.2016.5.01.0521

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	GEANIA BEATRIZ DE PAULA
Advogada	Dra. Isabel Cristina dos Santos Nunes(OAB: 176507-A/RJ)
Advogado	Dr. Hércules Anton de Almeida(OAB: 59505-A/RJ)
Advogado	Dr. Juliano Moreira de Almeida(OAB: 88851-A/RJ)
Agravado	RODOSNACK PRESIDENTE LANCHONETE E RESTAURANTE LTDA
Advogado	Dr. Jefferson Almada dos Santos(OAB: 96213-A/SP)
Advogada	Dra. Gabriela Gonçalves Silva(OAB: 372898-A/SP)
Advogado	Dr. Priscilla Novaes Nogueira(OAB: 249390-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GEANIA BEATRIZ DE PAULA
- RODOSNACK PRESIDENTE LANCHONETE E RESTAURANTE LTDA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 579/585) interposto pela reclamante contra a decisão de fls. 576/577, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às fls. 592/594 e 589/591, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 14) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 26/06/2020 e apelo protocolado em 08/07/2020), sendo inexigível o preparo.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "PROVA EMPRESTADA. JUNTADA. PRECLUSÃO" e "HORAS EXTRAS. BANCO DE HORAS".
No tocante ao primeiro tema, a reclamante pugna pela declaração de nulidade do acórdão prolatado nos autos, sob o argumento de que o laudo pericial apresentado com o recurso ordinário é prova apta a ser analisada, porquanto este só foi publicado após a sentença destes autos, o que justifica sua natureza superveniente. Alega contrariedade à Súmula 8 do TST e ofensa aos artigos 5º, XXXV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal.
O Regional assinalou que "É verdade que a autora, ao interpor recurso ordinário, juntou aos autos laudo médico de ID 9ebc86c, o qual não foi analisado no acórdão. A instrução processual encerrou-se em 12 de novembro de 2018. A perícia foi realizada nos autos do processo 0100856-50.2016.5.01.0521 no dia 16 de novembro de 2018. Transcrevo a íntegra da perícia trazida como prova emprestada e documento novo e que realmente não foi apreciada pelo Acórdão: (...) Logo, o laudo juntado pela demandante com o recurso ordinário não foi conhecido, ante a preclusão nos termos da Súmula 08 do TST." (fls. 566/561).
Como se verifica, o laudo pericial foi apresentado em sede de recurso ordinário, de forma que o Regional decidiu em conformidade com a Súmula 8 desta Corte, a qual preleciona que "A juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença.", o que não é o caso dos autos.
Dessa forma, não merece destrancamento o recurso de revista interposto pela reclamante.
No que se refere ao segundo tema ("Horas extras. Banco de horas"), a reclamante sustenta que o regime de compensação de jornada adotado é inválido, ante a prestação habitual de horas extras e do descumprimento da reclamada quanto à necessidade de respeitar o limite de prorrogação de, no máximo, 2 (duas) horas por dia. Afirma que laborava habitualmente em sábados e domingos sem que estas horas fossem computadas no banco de horas. Assevera que o trabalho dos feriados não era quitado com adicional de 100%. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema e contrariedade à Súmula 85, IV, do TST.
O Regional consignou:

"Observa-se que havia, de fato, a adoção do banco de horas, cabendo ressaltar que a sua validade depende da observância dos critérios fixados no artigo 59, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, verbis: (...)
Assim, o banco de horas é permitido desde que sejam cumpridos determinados requisitos, quais sejam, (1) a negociação coletiva, (ii) a compensação dentro do período máximo de um ano, e (iii) o respeito ao limite máximo de 02 horas extras diárias de labor. Ausentes tais requisitos impõe-se desconsiderar o banco de horas, sob pena de violação frontal ao princípio da legalidade e da negociação coletiva.
In casu, há previsão, na cláusula 09º do Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2011, na cláusula 45º do ACT 2011/2013 e na cláusula 46º do ACT 2013/2015.
Além disso, analisando os registros de frequência (id 3822490 - Pág. 1), verifica-se que a autora não trabalhava habitualmente em horas extraordinárias e sua jornada diária era de 7h20, em seis vezes por semana, nunca extrapolando às 8h00 diárias e às 44h00 semanais. Noto, ainda, que os domingos, três por mês, e os feriados trabalhados eram compensados, como, exemplificativamente, vemos no mês de novembro de 2011 quanto os feriados do dia 02/11, dia 15/11 e do dia 20/11 (id 746bb7d - Pág. 23), o que não foi considerado, pela reclamante, no demonstrativo de id 3dlc7a9 - Pág. 5.
Destarte, inexistem horas extras devidas." (fls. 520 - g. n.)

De plano, as alegações quanto ao limite de 2 (duas) horas de prorrogação de jornada diária, à ausência de cômputo das horas trabalhadas nos sábados e domingos e à quitação do trabalho dos feriados com o adicional de 100% esbarram no óbice da Súmula 297, I e II, do TST, porquanto estas premissas não constaram do acórdão.
No mais, entender de forma diversa, no sentido de que havia prestação de horas extras habituais, iria de encontro à determinação da Súmula 126 do TST, de forma que, novamente,

tem-se por inviável o prosseguimento do apelo.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1001632-51.2018.5.02.0028

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	Dr. Rafael Sodré Ghattas
Agravado	RITA DA CONCEICAO SILVA LOBATO
Advogado	Dr. Fábio Figueiredo Bitetti(OAB: 320280-A/SP)
Agravado	D&J SERVICOS DE APOIO E LIMPEZA LTDA - ME
Advogada	Dra. Ana Maria Barros de Araújo(OAB: 367122-A/SP)
Agravado	TEG SERVIÇOS DE APOIO CONSERVAÇÃO E LIMPEZA
Advogado	Dr. Marcelo de Souza Lima(OAB: 143810-A/SP)
Advogado	Dr. Jessica Silva de Macedo(OAB: 345477-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- D&J SERVICOS DE APOIO E LIMPEZA LTDA - ME
- ESTADO DE SÃO PAULO
- RITA DA CONCEICAO SILVA LOBATO
- TEG SERVIÇOS DE APOIO CONSERVAÇÃO E LIMPEZA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 728/740) interposto pelo segundo reclamado contra a decisão de fls. 710/715, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta apresentada pela reclamante às fls. 757/768.
O Ministério Público do Trabalho, em parecer exarado às fls. 774/776, opina pelo prosseguimento do feito.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente, sendo inexigível o preparo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO". O segundo reclamado requer a exclusão de sua responsabilidade subsidiária. Afirma ser indevida a condenação automática do ente público, e que não há provas de que incorreu em culpa in vigilando ou in eligendo. Argumenta ser incabível a responsabilização do ente público, conforme o julgamento da ADC 16. Acrescenta que não há transito em julgado do ERR-925-07.2016.5.05.0281. Alega divergência jurisprudencial, e violação dos artigos 818, I, da CLT, 373, I, 927, I e III, do CPC e 71, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.
Sem razão.
A pretensão recursal encontra-se superada no âmbito desta Corte, uma vez que o Supremo Tribunal Federal fixou a tese jurídica de repercussão geral correspondente ao Tema nº 246 ("O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93").
A Subseção de Dissídios Individuais 1 do TST, em sessão em composição plena, decidiu que o Supremo Tribunal Federal ao apreciar o Tema nº 246 da Repercussão Geral não emitiu tese jurídica de efeito vinculante em relação ao ônus da prova e, diante dessa constatação, concluiu que incumbe à Administração Pública o ônus da prova da fiscalização dos contratos de prestação de serviços por se tratar de fato impeditivo do direito à condenação por responsabilidade subsidiária, com fundamento no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78. (TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, SbDI-1, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 12/12/2019, DEJT 22/05/2020).
Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na ausência de prova da eficácia ou efetividade da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO. DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o

encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (TST-E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1. O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando, pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST-E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Na espécie, o Regional assentou comprovada a culpa "in vigilando" do ente público, ao consignar que, in verbis:

"Nesse contexto, portanto, caberia ao Estado de São Paulo comprovar que exerceu a devida fiscalização do contrato firmado com a 1ª ré, no que se refere às obrigações trabalhistas. No entanto, deste ônus não se desincumbiu a contento, a se considerar a revelia aplicada.
Nesse diapasão, e em consonância com a diretriz emanada do STF, e também do TST (Súmula 331), não há como afastar a condenação subsidiária do Estado de São Paulo.." (fls. 675/676).

Dessa forma, à luz do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333 do TST, resta inviável o destrancamento do recurso de revista.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1000569-20.2020.5.02.0319

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procuradora	Dra. Edma dos Santos Silva
Agravado	TACIO EDUARDO NAVARRETE LEMOS
Advogado	Dr. Michael de Andrade Silva(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE GUARULHOS
- TACIO EDUARDO NAVARRETE LEMOS

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
O MPT oficiou pelo prosseguimento do feito - Parecer a fls. 385.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"O recorrente aduz que o presente feito deve ser suspenso, pois a matéria discutida nos presentes autos foi afetada ao Tribunal Pleno do TST, nos autos do Processo E-RR-10128-11.2016.5.15.0088. Afirma que, tendo em vista a relevância e repercussão jurídica do tema, é imperioso aguardar o final do julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 501, pelo Supremo Tribunal Federal.
Nada a deferir, pois as decisões mencionadas não determinaram a suspensão, nos Tribunais Regionais, dos processos em que se discute a aplicação da Súmula 450, do C. TST.
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.
Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 12/07/2021 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 26/07/2021 - id. c0a07e6).
Regular a representação processual (Súmula 436/TST).
Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Férias.
A Turma consignou que é devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 daquela lei.
Portanto, o órgão julgador decidiu em perfeita consonância com a Súmula nº 450, da Corte Superior, o que torna inviável o seguimento do apelo, nos termos do artigo 896, § 7º, da CLT, e da Súmula 333, do C. TST, inclusive com base em dissenso pretoriano.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista."

Não procede a alegada ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da legalidade (art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal) quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
Preliminarmente, registre-se, quanto à referida ADPF 501, que o procedimento de processamento da ADPF, em agravo regimental, admitido por maioria no Tribunal Pleno do STF, não implica sobrestamento dos processos relacionados à Súmula 450 do TST no âmbito desta Corte. Consigne-se que a determinação de sobrestamento prevista no art. 1.036, § 1º, do NCPC faz menção apenas aos recursos extraordinários "strictu sensu", de forma que os julgamentos nos Órgãos Colegiados do TST podem e devem prosseguir.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "FÉRIAS / INDENIZAÇÃO / DOBRA / FORMA SIMPLES, emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 450, 333 do TST e no art. 896, § 7º, da CLT.
Consigne-se que não há de se falar em inaplicabilidade da Súmula 450 desta Corte, ante as disposições do art. 8º, § 2º, da CLT, pois os entendimentos sumulados não criam obrigação não prevista em lei, porquanto apenas realizam interpretação jurisprudencial com base no ordenamento jurídico vigente.
Nos termos em que proferida, a decisão regional está em sintonia com a Súmula 450 desta Corte, cuja diretriz está consubstanciada no entendimento de que "é devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal", hipótese dos autos.
Incide na espécie o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT, a inviabilizar o processamento do recurso de revista.
Outrossim, as premissas fáticas registradas no acórdão recorrido são insuscetíveis de revisão nesta instância extraordinária, ante o óbice da Súmula 126 do TST.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0020992-32.2018.5.04.0028

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
Procuradora	Dra. Márcia Moura Lameira
Agravado	RAFAEL SANTOS DOS SANTOS
Advogado	Dr. José Candido Medronha Moreira(OAB: 37779-A/RS)
Advogado	Dr. Fabiano Barboza Moreira(OAB: 85966-A/RS)
Agravado	CRV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CRV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.
- MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
- RAFAEL SANTOS DOS SANTOS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 857/872) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 838/843).
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho oficiou pelo prosseguimento do feito (fls. 882/883).
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 28/06/2021 e apelo protocolado em 07/07/2021), sendo inexigível o preparo.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Em que pese a juntada de diversos documentos a partir do Id d7fe4d1, não há comprovação da efetiva fiscalização do contrato de trabalho do reclamante. Aliás, a própria condenação imposta na sentença (relativa ao pagamento de aviso-prévio proporcional; 13º

salário proporcional, férias; depósitos de FGTS e multas dos artigos 467 e 477 da CLT) evidencia que a empregadora não estava cumprindo com as obrigações trabalhistas, deixando clara a falta de fiscalização por parte do tomador dos serviços."(fls. 812).

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE

FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0032000-93.2007.5.02.0465

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Juliano Zamboni
Agravado	ARLINDO CELIO DA SILVA
Advogado	Dr. Fabio Abdo Miguel(OAB: 173861/SP)
Agravado	FORTE'S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
Agravado	ANTOINE GEBRAN
Agravado	LAUDY GEBRAN MAKHLOUF

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTOINE GEBRAN
- ARLINDO CELIO DA SILVA
- FORTE'S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
- LAUDY GEBRAN MAKHLOUF
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de agravo de instrumento (fls.1730/1740) interposto pela UNIÃO em face da decisão (fls.1706/1709) do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contrarrazões ao recurso de revista e nem de contraminuta ao agravo de instrumento.
Os autos foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho, que oficiou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento (doc. seq. 06).
É o relatório.
Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade do agravo de instrumento, dele conheço.
A segunda reclamada (UNIÃO) renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
O Regional registrou, no que interessa:

"O v. acórdão mencionado fixou a tese de que é necessária prova concreta quanto à ausência de fiscalização do contrato de prestação de serviços para o efeito de declaração de responsabilidade trabalhista subsidiária da Administração Pública e, considerando que na hipótese dos autos foi reconhecida a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços em decorrência do mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa contratada, determinou o retorno do feito a este E. Tribunal Regional para que se examine, à luz do conjunto fático-probatório dos autos, a existência ou não de culpa in vigilancia da segunda reclamada.
Conforme já salientado no r. julgado de fls. 375/378, incontroversa a celebração de contrato de prestação de serviços entre as reclamadas.
O item V da Súmula nº 331 do C. TST e expresso ao reconhecer a responsabilidade dos entes integrantes da administração pública, caso evidenciada sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666/ 1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora.
No caso em mesa, verifica-se dos documentos ofertados pela segunda ré (fls. 233/252) que a recorrente não juntou o contrato de prestação de serviços celebrado com a empregadora do reclamante, o que impede a verificação das condições estabelecidas quanto à comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora.
E a análise detida da prova documental revela que a segunda reclamada, ao menos desde outubro de 2005, estava bem ciente do reiterado descumprimento da legislação trabalhista pela prestadora, pois foi até mesmo convidada pelo sindicato da categoria para comparecer perante a Comissão de Conciliação Prévia para tentativa de conciliação (fls. 241/245). Ainda, os documentos de fls. 248 e 250/252 indicam que as irregularidades quanto à concessão de férias aos trabalhadores e recolhimentos ao FGTS persistiam, o que denota displicência na fiscalização do pactuado.
Não pairam dúvidas de que os créditos lançados na r. sentença de mérito não teriam ocorrido se a segunda reclamada exercesse, com afinco, como seria de esperar, seu direito de monitorar e acompanhar a prestadora de serviços, verificando se esta honrou os contratos de trabalho dos empregados.
Nesses termos, contratando empresa inidônea, deve a interessada assumir os riscos decorrentes desse ato. A terceirização impõe determinados ônus a quem contrata, dentre eles a verificação da idoneidade da fornecedora de mão de obra e a fiscalização do respeito aos direitos dos prestadores de serviços.

A culpa in eligendo esta configurada pela contratação equivocada da conveniada e a culpa in vigilando se configura pela não fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e ambas estão evidenciadas nos autos, sendo que a questão relativa ao ônus da prova da fiscalização não se mostra relevante no caso em estudo, pois, mesmo se atribuindo ao empregado, os elementos dos autos são claros em configurar a omissão da segunda ré no particular.
A Lei nº 8.666/93 determina, no § 2ª de seu art. 71, a responsabilidade da Administração Pública pelos encargos previdenciários da contratação, não havendo, todavia, como excluir totalmente a responsabilidade por créditos trabalhistas, mais privilegiados que qualquer outro em razão de seu caráter alimentar. Se a lei reserva a responsabilidade da administração pública quanto aos débitos previdenciários, acessórios da relação empregatícia, estranho seria não estender a responsabilidade (embora subsidiária) com relação à obrigação principal, ou seja, salários, de caráter alimentício e que têm tratamento privilegiado, superando inclusive o crédito fiscal.
Assim, complementando a fundamentação do v. acórdão de fls. 375/378, mantenho integralmente a r. sentença de origem. "(fls. 1659/1660)

Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"E a análise detida da prova documental revela que a segunda reclamada, ao menos desde outubro de 2005, estava bem ciente do reiterado descumprimento da legislação trabalhista pela prestadora, pois foi até mesmo convidada pelo sindicato da categoria para comparecer perante a Comissão de Conciliação Prévia para tentativa de conciliação (fls. 241/245). Ainda, os documentos de fls. 248 e 250/252 indicam que as irregularidades quanto à concessão de férias aos trabalhadores e recolhimentos ao FGTS persistiam, o que denota displicência na fiscalização do pactuado."

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção

de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público

tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incidem os óbices da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100436-11.2017.5.01.0036

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogada	Dra. Juliana Pinhas Couto(OAB: 140366/RJ)
Advogado	Dr. Jordana Gomes da Conceição(OAB: 178295/RJ)
Agravado	PRISCILA FREIRE DE MORAES
Advogado	Dr. Paulo Afonso Pinheiro Ribeiro(OAB: 30611-A/RJ)
Advogado	Dr. Priscilla Carvalho(OAB: 145752-A/RJ)
Advogado	Dr. Gustavo Dose Ribeiro(OAB: 173739-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- GOL LINHAS AEREAS S.A.
- PRISCILA FREIRE DE MORAES

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 952/969) interposto pela reclamada contra a decisão de fls. 948/949, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta ou de contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 64/67) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 07/07/2020 e apelo protocolado em 16/07/2020), estando regular o preparo.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISIDICONAL", "INTERVALO INTRAJORNADA. SUPRESSÃO PARCIAL" e "MULTA POR OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS".
Em relação ao primeiro tema, observo que a reclamada não atendeu ao disposto no artigo 896, § 1º-A, IV, da CLT, pois não transcreveu o trecho da petição de embargos de declaração em que requereu o pronunciamento do Regional sobre o ponto supostamente omisso, não bastando para o preenchimento do requisito o mero resumo das peças processuais.
Desse modo, inviável o processamento do recurso de revista, tendo em vista a não observância do requisito legal.
Já quanto ao segundo tópico, a reclamada insurge-se contra sua condenação, sob o argumento de que normas coletivas dispensam o empregado de registrar o intervalo intrajornada e de que não houve prestação de horas extras habituais. Assevera que todas as horas extras eventualmente prestadas foram quitadas e houve confissão acerca da correta fruição do intervalo. Alega ofensa aos artigos 818 da CLT e 373, I, do CPC.
O Regional consignou que, "De fato, da análise dos controles de ponto, extrai-se que a jornada da autora era de seis horas e que havia horas extras habituais. Diante disso, prevaleceu o entendimento jurisprudencial consubstanciado na Súmula 437, IV, do TST, segundo o qual: (...) O art. 71, caput, da CLT é expresso ao dispor que em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda a seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso e alimentação de, no mínimo, uma hora. Para efeito de apuração do intervalo intrajornada deverá ser considerada a efetiva duração do trabalho, e não a jornada prevista no contrato individual ou em lei. Logo, se a jornada de seis horas de trabalho é habitualmente ultrapassada, o obreiro tem direito ao intervalo intrajornada de, pelo menos, uma hora." (fls. 908/909).
Primeiramente, o Regional não decidiu a questão sob o enfoque de existência de normas coletivas que desobrigavam o registro de intervalo intrajornada, de confissão do reclamante ou de horas extras quitadas, de forma que incide, neste particular, a Súmula 297, I e II, do TST.
No mais, havendo prestação de horas extras habituais que faziam a jornada do reclamante ultrapassar 6 (seis) horas (Súmula 126 do TST), a tese constante do acórdão encontra-se em conformidade com a Súmula 437, IV, do TST, de forma que, com fulcro na Súmula 333 do TST, inviabiliza-se o destrancamento do apelo.
No que concerne ao terceiro tema ("Multa por oposição de embargos de declaração protelatórios"), de plano, verifico que as alegações trazidas pela reclamada de ofensa aos artigos 535 do CPC e 897-A da CLT não impulsionam o apelo, porquanto não indicado o dispositivo tido por violado (caput, incisos ou parágrafos), em desatendimento à Súmula 221 do TST.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0020633-21.2019.5.04.0231

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	LOJAS QUERO-QUERO S.A.
Advogada	Dra. Clarisse de Souza Rozales(OAB: 56479/RS)
Advogada	Dra. Renata Pereira Zanardi(OAB: 33819-A/RS)
Agravado	TATIANE DA SILVA RODRIGUES
Advogado	Dr. Henrique Giovani Bernardi(OAB: 95922/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- LOJAS QUERO-QUERO S.A.
- TATIANE DA SILVA RODRIGUES

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Insalubridade.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Alegação(ões):
- contrariedade à Súmula 289do Tribunal Superior do Trabalho.
- violaçãodosarts. 5º, II e 7º, XXVI,da Constituição Federal.
- violação do art. 11, §1º da Lei 1.060/50
- divergência jurisprudencial.
- contrariedade às Normas Regulamentares 15 e 16 da Portaria 3.214/78
Não admito o recurso de revista noitem.
O cabimento do recurso de revista interposto contra decisão proferida em causa sujeita ao rito sumaríssimo está restrito aos casos de violação direta a dispositivo da Constituição Federal, contrariedade a súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou contrariedade a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 896, § 9º, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.015/2014.
A decisão não afronta o preceito constitucional indicado (art. 5º, II e art. 7º, XXVI),tampouco contraria a Súmula 289 do TST.
Inviável a análise das demais alegações recursais, diante da restrição legal imposta aos processos sujeitos ao rito sumaríssimo.
Assim, nego seguimento ao recurso de revista quanto aos tópicos "INDEVIDAS DIFERENÇAS DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM GRAU MÁXIMO E SEUS REFLEXOS" e DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS".
CONCLUSÃO
Nego seguimento."

Não há ofensa aprincípios constitucionais ou violação de lei Federal, quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "adicional de insalubridade" e "honorários advocatícios sucumbenciais", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas no art. 896, § 9º, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Registre-se, por oportuno, que, em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos artigos 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e que já foi deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais. Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional, no particular.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-1001125-68.2019.5.02.0024

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Recorrente	LUCIENE DE JESUS PEREIRA LIMA
Advogado	Dr. Alexandre Mendes Pinto(OAB: 153869-A/SP)
Agravado e Recorrido	DOUGLAS EDUARDO DUALIBI
Advogado	Dr. Thales Fontes Maia(OAB: 258406-A/SP)
Agravado e Recorrido	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	Dr. Alexander Silva Guimarães Pereira

Intimado(s)/Citado(s):

- DOUGLAS EDUARDO DUALIBI
- ESTADO DE SÃO PAULO
- LUCIENE DE JESUS PEREIRA LIMA

O Tribunal Regional do Trabalho, na fração de interesse, negou provimento ao recurso ordinário interposto pela reclamante.
Irresignada, a reclamante interpõe recursos de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Vice-Presidência Judicial do TRT admitiu o recurso de revista apenas em relação ao tema "honorários advocatícios", o que deu ensejo à interposição de agravo de instrumento.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo prosseguimento do feito, ressalvando eventual pedido de intervenção por ocasião do julgamento da causa.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no país.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos §§ 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMANTE

O recurso de revista teve seguimento denegado nos seguintes termos:

"(...)
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA / SUBSIDIÁRIA/TOMADOR DE SERVIÇOS / TERCEIRIZAÇÃO/ENTE PÚBLICO.
De acordo com os fundamentos expostos no acórdão, especialmente pela impossibilidade de responsabilização do ente público pela ausência de fiscalização da prestação de serviço de empregado contratado por cartório privatizado, não é possível divisar ofensa ao artigo 37, § 6°, da Constituição Federal mencionado no recurso de revista.
DENEGO seguimento.
REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS/AJUDA / TÍQUETE ALIMENTAÇÃO.
A recorrente não apontou violação legal ou constitucional, ou contrariedade à súmula ou à orientação jurisprudencial do TST ou a Súmula Vinculante do STF, tampouco indicou divergência jurisprudencial, o que inviabiliza o prosseguimento do recurso de revista, a teor do art. 896, da CLT.
DENEGO seguimento.
RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR/INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL.
Os arestos transcritos não se prestam a demonstrar o dissídio jurisprudencial, porque não indicam a fonte oficial ou o repositório autorizado em que foram publicados, como preconiza a Súmula 337, I, 'a', do C.
TST.
DENEGO seguimento.
(...)"

A parte agravante alega que foram preenchidos os requisitos do art. 896 da CLT e reitera as razões expostas no recurso de revista.
Aponta violação dos arts. 37, § 6º, da Constituição Federal e 611 da CLT, bem como divergência jurisprudencial.
Analiso.
No que diz respeito aos temas "responsabilidade subsidiária", "reajuste do vale alimentação" e "dano moral", consta do acórdão recorrido:

"(...)
Responsabilidade solidária do ESTADO DE SÃO PAULO
A recorrente afirma que a responsabilização solidária do ESTADO DE SÃO PAULO decorre da falta de fiscalização da atividade notarial e do fechamento do Cartório, determinado pelo juízo da 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo (processo 0085916-66.2018.8.26.0100). Diz que a rescisão do contrato de trabalho resultou de ato da administração, nos termos do art. 486 da CLT. Sucessivamente, pede a responsabilização subsidiária do ESTADO.
Sem razão, contudo.
A responsabilidade pelo crédito reconhecido a empregados de cartórios privatizados, em ações trabalhistas, é da pessoa física titular do cartório a quem foi delegada a serventia pelo Poder Público. Note-se que o art. 236 da Constituição Federal dispõe, no p. 1º, que Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil ou criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário. Já o art. 21 da Lei 8.935/94, que regulamenta esse dispositivo constitucional, estabelece que O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços.
Ou seja, na medida em que o legislador atribuiu ao titular da serventia a responsabilidade civil e criminal pelos seus atos, e incumbiu a ele o gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais, e ao Poder Público - mais especificamente ao Poder Judiciário, a considerar o disposto no art. 37 da mencionada Lei 8.935/94 - apenas a responsabilidade pela fiscalização dos atos por ele praticados, não há como responsabilizar o ESTADO pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas do empregador e titular do cartório.
Note-se que há farta jurisprudência do Tribunal Superior do

Trabalho, em que se afasta a responsabilização tanto solidária quanto subsidiária do Estado, em casos como esse. Anoto os seguintes precedentes:
(...)
Como se vê, eventual ausência de fiscalização não transfere ao Poder Público a responsabilidade pelas verbas trabalhistas, uma vez que sua atuação está restrita aos serviços notariais e de registro, ou seja, não cabe ao ESTADO verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas que o Tabelião detém perante seus empregados.
Por fim, não há que se falar em responsabilidade com base no "fato do príncipe". DOUGLAS EDUARDO DUALIBI recebeu a delegação do exercício da atividade notarial e de registro. A delegação, por definição, é de natureza precária, já que o poder público não transfere definitivamente o serviço ao tabelião, mas apenas delega sua execução, nos limites e condições da lei, com a faculdade de fazer a retomada, por sentença judicial transitada em julgado ou decisão decorrente de processo administrativo instaurado pelo juízo competente, assegurado amplo direito de defesa (art. 35 da Lei 8.935/94). Evidente que o fato do empregador ser delegatário do serviço público não poderia, por si só, alterar a situação prevista no art. 2º da CLT, a de que o empregador assume o risco de sua atividade econômica. Isso significa que não está caracterizado o "fato do príncipe", em especial nesse caso, em que o ato administrativo que determinou o fechamento do Cartório teve por fundamento decisão judicial proferida nos autos do processo 0085916-66.2018.8.26.0100, em que se apurou irregularidades praticadas pelo Tabelião (fls. 116/126). Ou seja, o ato administrativo invocado serviu tão somente ao cumprimento de ordem judicial e à preservação da moralidade administrativa.
Nego provimento.
Reajuste do "vale-alimentação/condução"
Sustenta a recorrente que o empregador pagou por 10 anos valores a título de "vale-alimentação/condução", porém informa que tal parcela nunca foi reajustada. Insiste que tem direito às diferenças. Mas não prospera o inconformismo. Como bem ponderado na sentença, a autora não fundamenta o pedido nas normas coletivas. É incontroverso que o pagamento de "vale-alimentação/condução" ocorreu por mera liberalidade do empregador, de modo que não há dispositivo legal nem convencional que o obrigue ao reajuste periódico do benefício. Ademais, os reajustes previstos nas Convenções Coletivas trazidas com a petição inicial são aplicáveis apenas aos salários. E se é assim, não há diferenças a favor da autora.
Dano moral
Pretende a recorrente que seja deferida a indenização de dano moral, pelo inadimplemento de verbas trabalhistas.
Mais uma vez sem razão. Não há prova de que houve ofensa à integridade moral, à honra ou qualquer outro direito da personalidade da autora. É que a indenização de danos morais pressupõe ato ilícito, o dano e o correspondente nexo. No caso, todos os direitos a que faz jus a autora foram reconhecidos em juízo. Logo, e em tais circunstâncias, não se pode dizer, sem mais provas, que houve lesão de ordem moral, com o que, portanto, não tem lugar a indenização correspondente. Não excluo, claro, a possibilidade de danos morais na hipótese de inadimplemento de obrigação contratual. Mas isso apenas quando há evidente extrapolação do exercício legal de um direito, o que exige prova do excesso (Código Civil, artigos 187 e 188). A hipótese, portanto, não é de dano, mas de simples desconforto, contrariedade, aborrecimento. Nada, enfim, que justifique uma indenização. (...)"

Pois bem.
Em relação ao tema "responsabilidade subsidiária", a jurisprudência iterativa, notória e atual desta corte superior entende que não há responsabilidade subsidiária e/ou solidária do estado em relação às obrigações trabalhistas inadimplidas pelo notário ou pelo oficial de registro quanto aos trabalhadores contratados para exercício das atividades viabilizadoras da prestação dos serviços delegados.
Cito precedentes:

"RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ESTADO. OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONTRATOS DE TRABALHO FIRMADOS COM CARTÓRIO. REGIME JURÍDICO PRIVADO. ARTIGO 236, CAPUT , DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. Segundo previsto no caput do artigo 236 da Constituição Federal, é privado o regime jurídico estipulado na Constituição Federal para a contratação de servidores em serventias extrajudiciais. Muito embora haja fiscalização do Poder Público quanto aos serviços notariais e de registro prestados pelos Cartórios, mediante delegação, inexiste qualquer responsabilidade, ainda que subsidiária, do Estado em relação aos contratos de trabalho firmados por titular de Cartório. 2. A figura da responsabilidade subsidiária contemplada na Súmula nº 331, item IV, do Tribunal Superior do Trabalho, dirige-se unicamente ao tomador dos serviços, nas hipóteses em que há inadimplemento das obrigações trabalhistas pela empresa fornecedora de mão-de-obra. Aludido verbete não alcança o Estado quanto às obrigações trabalhistas contraídas por titular de Cartório que recebe, por delegação do Poder Público, a concessão dos serviços notariais e de registro. 3. Viola o artigo 896 da CLT acórdão turmário que não conhece de recurso de revista pela pertinente argüição de afronta ao artigo 236 da Constituição Federal, mantendo assim, a responsabilidade subsidiária do Estado no tocante às obrigações trabalhistas de titular de Cartório. 4. Embargos conhecidos, por afronta ao artigo 896 da CLT, e providos para afastar a responsabilidade subsidiária do Estado" (E-RR-775064-27.2001.5.04.5555, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Redator Ministro João Oreste Dalazen, DEJT 14/05/2004).

"(...) . RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMANTE NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. CARTÓRIO. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ESTADO NÃO CARACTERIZADA. Seguindo diretriz traçada no artigo 256 da Constituição Federal e no artigo 22 da Lei Federal nº 8.935/94, são de responsabilidade exclusiva da pessoa física do notário e do oficial de registro, e não do Poder Público, a organização interna e a gestão dos serviços delegados. São incumbências de titulares de serviços notariais e de registro público contratar direta e pessoalmente empregados que os auxiliem no desempenho de suas funções, remunerá-los livremente com os valores arrecadados na prestação de serviços e até demiti-los de acordo com sua conveniência. Trata-se de ato de gestão e de administração, que são regulados pelo direito civil e trabalhista, o cumprimento de obrigações decorrentes das contratações, sob o regime da CLT, de escreventes, auxiliares e outros empregados para prestarem serviços aos notários e oficiais de registro, que assumem, pessoalmente, por sua conta e risco, a titularidade do exercício das atividades que lhes foram delegadas do Poder Público. De fato, há peculiaridades na delegação do Estado de serviços notariais e de registro público a particulares, tanto que alguns juristas a considera sui generis e a distingue de outras formas de prestação descentralizada de serviços pelo Poder

Público. E uma das particularidades, além da condição de agente público conferida aos delegatários, é exatamente o fato de, por um lado, os serviços notariais e de registro revestirem-se de caráter público e, por outro lado, a execução desses serviços pelos notários e oficiais de registro ser regida pelo direito privado, conforme disposição expressa na Constituição Federal. Destaca-se, ainda, que, relativamente à fiscalização dos atos notariais e de registro público, essa é feita exclusivamente pelo Poder Judiciário, e não por órgão ou entidade do Poder Executivo, conforme dispõem os artigos 236, § 1º , da Constituição Federal e 37 da Lei nº 8.935/94. Contudo, ainda que não exista na lei ou na jurisprudência explicitação sobre o âmbito dessa fiscalização, se diz respeito apenas aos serviços notariais e de registro propriamente ditos ou inclui os serviços internos referentes à estrutura administrativa e organizacional desses serviços, não se reconhece responsabilidade, de qualquer natureza, do Poder Público pelo vínculo de emprego formado entre os titulares de serviços notariais e de registro público e seus empregados. É oportuno frisar que há julgados desta Corte superior nos quais se discutiu a ausência de personalidade jurídica do "cartório" e a responsabilidade pessoal dos titulares dos "cartórios" pelo pagamento de obrigações trabalhistas por eles assumidas, bem como a inaplicabilidade da Súmula nº 331, itens IV e V, do TST e a ausência de responsabilidade subsidiária do Poder Público por contratos de trabalho firmados entre notários e oficiais registros e seus respectivos empregados. Nessas decisões, ainda que não se tenha enfrentado a questão da responsabilidade objetiva do Estado por atos cometidos pelos titulares de serviços notariais e de cartórios públicos, revelou-se, de forma expressa, o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, de que os notariais e registradores são exclusivamente responsáveis pelos débitos trabalhistas oriundos de contratos de emprego firmados com escreventes e auxiliares para desempenho das atividades delegadas do Estado. Recurso de revista não conhecido . (...)" (ARR-1903-20.2013.5.12.0046, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 20/11/2015).

"A) AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMANTE . RECURSO DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.014/15 E ANTERIOR À LEI 13.467/17 . 1. SERVIÇOS NOTARIAIS. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. NÃO OCORRÊNCIA. ARTS. 236 da CF; 20 E 21 DA LEI 8.935/94. A decisão regional está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de que os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, conforme o artigo 21 da Lei nº 8.935/94, nos seguintes termos: "O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços". Assim, o fato de esses serviços serem exercidos em caráter privado exclui a possibilidade de se imputar ao Estado a responsabilidade solidária ou subsidiária.
(...)" (AIRR-1905-71.2013.5.12.0019, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 07/06/2021).

No tocante ao tema "reajuste do vale alimentação", à luz do disposto no art. 896, "c", da CLT, não há falar em violação literal do art. 611 da CLT (único fundamento apontado como canal de conhecimento), porquanto o Tribunal Regional do Trabalho registrou que "a autora não fundamenta o pedido nas normas coletivas" e que "os reajustes previstos nas Convenções Coletivas trazidas com a petição inicial são aplicáveis apenas aos salários" (fundamentos não impugnados pela ora agravante).
No que diz respeito ao tema "dano moral", o quadro-fático delineado pelo Tribunal Regional, o qual não pode ser revisado em sede de recurso de revista em razão do óbice previsto na Súmula 126 do TST, não permite visualizar a ocorrência de ofensa ao patrimônio imaterial da ora agravante.
Ademais, a jurisprudência iterativa, notória e atual, desta Corte Superior entende que o atraso no pagamento das verbas rescisórias, por si só, não dá ensejo à indenização por dano moral. Nesse sentido, cito precedentes:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. ATRASO NA LIBERAÇÃO DAS GUIAS PARA MOVIMENTAÇÃO DO FGTS E RECEBIMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. Muito embora seja indiscutível a possibilidade de se reconhecer dano moral in re ipsa , isto é, de se presumir o abalo ao estado psicológico, à moral ou à honra da pessoa a partir da própria natureza do fato ocorrido, tal conclusão não emerge na situação descrita nos autos. Isso porque o atraso no cumprimento de obrigações remanescentes após a rescisão contratual, tais como a liberação das guias para movimentação do FGTS e para a liberação do seguro-desemprego, não configura evento que, por sua própria natureza, conduz o intérprete, automaticamente, à conclusão de ter havido dano moral. Em casos tais, o dano não é presumível, exigindo-se prova consistente da sua ocorrência, necessária para tornar legítima a condenação da parte demandada. Tal entendimento está sedimentado na jurisprudência iterativa desta Corte Superior. Agravo de Instrumento conhecido e não provido" (AIRR-1001974-08.2015.5.02.0468, 1ª Turma, Relator Desembargador Convocado Roberto Nobrega de Almeida Filho, DEJT 23/11/2018).

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMANTE. RECURSO DE REVISTA. ANTERIOR À LEI Nº 13.015/2014. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ATRASO NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. GUIAS DE SEGURO-DESEMPREGO. BAIXA DA CTPS. DEPÓSITO FUNDIÁRIO . A jurisprudência desta Corte entende que atraso nas obrigações decorrentes da rescisão do contrato de trabalho, tais como entrega das guias de seguro-desemprego, pagamento das verbas rescisórias ou baixa da CTPS, não configura dano moral per si, sendo imprescindível que se comprovem outras condutas aptas a gerar efetivo abalo moral ao empregado. Precedentes. Óbice da Súmula 333 do TST. Agravo de instrumento não provido. (...)" (AIRR-1060-54.2013.5.24.0003, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 21/02/2020).

"(...) DANO MORAL. ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. Ressalte-se primeiramente não ser devido o pagamento de indenização por danos morais unicamente por mora ou inadimplemento das verbas rescisórias. Para o deferimento da pretensão, exige-se, via de regra, prova do dano decorrente do atraso no pagamento das verbas rescisórias, da culpa e do nexo causal. Na hipótese vertente, não há registro no acórdão regional de qualquer constrangimento suportado pela reclamante em função da mora do empregador. Nesse contexto, a decisão do Tribunal Regional que condena as reclamadas em danos morais pelo simples atraso no pagamento

das verbas rescisórias, sem a demonstração do dano sofrido pela demora, contraria o que dispõe o artigo 186 do Código Civil. Uma vez que não houve a demonstração do prejuízo efetivo à reclamante em face do atraso no pagamento das verbas rescisórias, divisa-se, destarte, a violação do artigo 818 da CLT. Recurso de revista conhecido e provido " (RR-57-57.2018.5.10.0010, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 20/11/2020).

"(...) III - RECURSO DE REVISTA ADESIVO DO RECLAMANTE. DANO MORAL. ATRASO NO PAGAMENTO DE PARCELAS RESCISÓRIAS E NA ENTREGA DAS GUIAS DE SEGURO DESEMPREGO. INOCORRÊNCIA. O atraso no pagamento das parcelas rescisórias e a demora para a entrega das guias de seguro de desemprego, por si só, não configuram lesão a direito personalíssimo do empregado, a ensejar a indenização por dano moral. Ressalte-se que a mora na quitação das verbas decorrentes da rescisão contratual configura fato gerador para a imputação da multa prevista no art. 477 da CLT. Precedentes. Recurso de revista não conhecido" (RR-1582-65.2011.5.09.0651, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 30/04/2021).

"(...) RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. DANOS MORAIS CAUSADOS AO EMPREGADO. CARACTERIZAÇÃO. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. NÃO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. Ressalvado meu posicionamento pessoal, a jurisprudência desta Corte considera que o pagamento incompleto ou atrasado das verbas rescisórias só enseja dano moral quando comprovada a exposição do empregado a situação vexatória daí decorrente. No presente caso, o Tribunal Regional concluiu que o não pagamento das verbas rescisórias, não liberação do FGTS e não entrega das guias para percepção do seguro-desemprego, não enseja, por si só, a condenação ao pagamento de indenização por danos morais . Decisão regional em consonância com a jurisprudência desta Corte. Incidência da Súmula nº 333 do TST. Agravo de instrumento a que se nega provimento" (AIRR-1173-42.2015.5.20.0005, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 25/08/2017).

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

II - RECURSO DE REVISTA DA RECLAMANTE
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.

Em relação ao tema "honorários advocatícios", eis os termos do acórdão recorrido:

"(...)
Honorários de sucumbência
No caso, a ação foi ajuizada em 20 de agosto de 2019, e se é assim, são mesmo devidos os honorários de sucumbência, até mesmo pelos beneficiários da justiça gratuita, como determina o par. 4º, do art. 791-A da CLT. Também nesse sentido o entendimento firmado no art. 6º da Instrução Normativa 41/2018, do Tribunal Superior do Trabalho:
(...)
E até esta data, tal dispositivo não foi declarado inconstitucional, não ao menos em controle concentrado de constitucionalidade, que compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal (CF, 102, I, "a"). Antes, aliás, e bem ao contrário, milita a favor da lei a presunção - ainda que relativa, ou iuris tantum- de constitucionalidade, inclusive porque já afirmada em controle de constitucionalidade preventivo, exercida pelo Poder Legislativo no processo de produção da lei. Sobre tal princípio (o da presunção de constitucionalidade) fala assim o Min. Roberto Barroso:
(...)
Por fim, os honorários fixados em 15% sobre o valor de R$ 1.677,45 em favor do advogado de DOUGLAS EDUARDO DUALIBI e 10% sobre o valor de R$ 5.260,00 em favor do Procurador do ESTADO estão condizentes com os parâmetros do p. 2º do art. 791-A da CLT.
Nego provimento.
(...)"

No que tange à insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou a Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, visto que a ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.
Entre outros argumentos, aponta violação do art. 791-A, § 3º, da CLT.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por má aplicação do art. 791-A, § 3º, da CLT, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por má aplicação do art. 791-A, § 3º, da CLT, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0011559-19.2019.5.18.0015

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	ALESSANDRO BATISTA DE SOUSA
Advogado	Dr. Marcos Roberto Dias(OAB: 87946-A/MG)
Advogado	Dr. Danielle Cristina Vieira de Souza Dias(OAB: 116893-A/MG)
Agravante e Agravado	VIA VAREJO S.A.
Advogada	Dra. Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira(OAB: 18855/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALESSANDRO BATISTA DE SOUSA
- VIA VAREJO S.A.

Insurgem-se os agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento aos seus recursos de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino em conjunto.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

Recurso de: VIA VAREJO S/A
(...)
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Comissão.
Alegação(ões):
- violação do artigo 2º da Lei 3.207/57.
- divergência jurisprudencial.
O entendimento regional está em sintonia com a atual, iterativa e notória jurisprudência do Colendo TST, no sentido de que, não havendo ajuste entre as partes, as comissões são devidas sobre o valor das vendas a prazo, incluídos os juros decorrentes de financiamento e da utilização de cartão de crédito, e não sobre o valor à vista. Nesse sentido, os seguintes julgados: AIRR-517-59.2011.5.03.0018, 1ª Turma, Relator Desembargador Convocado Jose Pedro de Camargo Rodrigues de Souza, DEJT 08/06/2012; AIRR-10759-52.2016.5.03.0099, 2ª Turma, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/10/2019; ARR - 429-49.2014.5.03.0007, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 12/09/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/09/2018; RR-3529-44.2012.5.12.0035, 4ª Turma, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, DEJT 23/10/2015; RR- 1407-13.2011.5.03.0013, Rel. Min. Maria Helena Mallmann, 5ª Turma, DEJT 26/2/2016; ARR - 2094-32.2015.5.09.0029 , Relatora Desembargadora Convocada: Cilene Ferreira Amaro Santos, Data de Julgamento: 10/10/2018, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 19/10/2018; RR-136800-45.2009.5.12.0039, 7ª Turma, Relator Ministro: Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 23/06/2017; AIRR - 11374-45.2016.5.03.0001 , Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, Data de Julgamento: 18/04/2018, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 20/04/2018. Assim, estando a decisão recorrida em conformidade com a jurisprudência consolidada no âmbito do TST, não há que se cogitar de ofensa a dispositivo de lei nem de divergência jurisprudencial. Incidência do óbice da Súmula 333/TST.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Prêmio.
Duração do Trabalho / Horas Extras.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, é ônus da parte transcrever, nas razões recursais, os fundamentos da decisão recorrida que demonstrem o prequestionamento dos temas objeto do recurso de revista. Todavia, a transcrição de trecho do acórdão, no início das razões de revista, não atende ao disposto no artigo 896, § 1°-A, da CLT, segundo entendimento atual do C. TST, uma vez que não há, nesse caso, determinação precisa da tese regional combatida no apelo, nem o cotejo analítico de teses. Nesse sentido, o seguinte precedente:
"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA RECLAMADA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DAS LEIS 13.015/2014 E 13.467/2017. (...) PREQUESTIONAMENTO. TRANSCRIÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO NO INÍCIO DAS RAZÕES RECURSAIS (NÃO OBSERVÂNCIA DOS PRESSUPOSTOS DO ART. 896, §1º-A, I E III, DA CLT). A transcrição do acórdão regional realizada apenas no início das razões de revista não atende ao pressuposto contido no art. 896, § 1.º-A, I, da CLT, pois desvinculada dos tópicos impugnados no apelo, o que impede o devido confronto analítico entre a tese transcrita nas razões recursais e os fundamentos da decisão recorrida. Precedentes. Agravo de instrumento não provido (ARR-10029-41.2017.5.18.0082, Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, 2ª Turma, DEJT 25/10/2019)."
Portanto, inviável o exame da insurgência recursal, porquanto não cumprido o requisito legal exigido.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento aorecurso de revista.
Recurso de:ALESSANDRO BATISTA DE SOUSA
(...)
Duração do Trabalho / Horas Extras.

A Lei 13.015/2014 acrescentou o § 1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:
§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;
II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.
A parte recorrente não observou o que determina o inciso I, porque transcreveu trechos do acórdão que não englobam todos os motivos e fundamentos adotados pela Turma na análise da matéria.
A transcrição de apenas parte do acórdão, como se verifica nas razões do recurso, não supre a exigência legal. A parte que recorre

deve reproduzir o trecho da decisão que lhe foi desfavorável, em que constem todos os fundamentos adotados pela Turma, o que não foi observado, uma vez que a recorrentenãoreproduziu o trecho do acórdão que contém as razões de decidir adotadas na hipótese específica destes autos.

No sentido do acima exposto são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST-AIRR-1160-68.2014.5.02.0073, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 14/12/2016, 7ª Turma, acórdão publicado no DEJT de 03/02/2017; TST-RR-18177-29.2013.5.16.0020 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-104-15.2014.5.08.0014, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, acórdão publicado no DEJT de 06/05/2016; TST-AIRR-10033-37.2014.5.14.0101, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-10982-58.2014.5.14.0005, 4ª Turma, Relator Ministro João Oreste Dalazen, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-163 -91.2013.5.11.0551, 5ª Turma, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, acórdão publicado no DEJT de 22/04/2016; TST-AIRR-1410-22.2013.5.07.0001, 6ª Turma, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, acórdão publicado no DEJT de 06/05/2016; TST-AIRR-11680-81.2014.5.03.0163, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Brandão, acórdão publicado no DEJT de 04/03/2016.

Portanto, inviável a análise do recurso de revista, quanto ao tema em epígrafe, porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Penalidades Processuais / Multa por ED Protelatórios.

Observa-se que a recorrente deixou de transcrever, nas razões recursais, os fundamentos da decisão recorrida que demonstrariam o prequestionamento dos temas objeto do recurso de revista, ônus que lhe compete nos termos do artigo 896, §1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei nº 13.015/2014.

Havendo expressa exigência legal de indicação do trecho do julgado que demonstre o enfrentamento da controvérsia pelo Tribunal Regional, a ausência desse pressuposto intrínseco torna insuscetível de exame o recurso de revista.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento aorecurso de revista.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA

No presente caso, o recurso de revista da reclamada mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "Comissões. Base de cálculo. Venda a prazo. Taxa de financiamento e juros", a decisão regional está em consonância com o entendimento adotado por esta Corte, no sentido de que no sentindo de que é devido o valor das comissões sobre a venda a prazo, pois o art. 2° da Lei n° 3.217/1957 não faz distinção entre a venda a vista ou a prazo. Cito como precedentes: Ag-RR - 11038-54.2015.5.03.0008 , Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, Data de Julgamento: 09/09/2021, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/09/2021; RR - 10314-61.2019.5.18.0018 , Relator Ministro: Lelio Bentes Corrêa, Data de Julgamento: 18/08/2021, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 20/08/2021; Ag-RR - 24720-32.2017.5.24.0005 , Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 09/06/2021, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 11/06/2021; RRAg - 102153-82.2016.5.01.0201 , Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, Data de Julgamento: 19/05/2021, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 21/05/2021; RR - 2031-72.2014.5.03.0105 , Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 24/02/2021, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 26/02/2021; RR - 1080-25.2013.5.03.0037, Relatora Ministra Kátia Magalhães Arruda, 6ª Turma, DEJT 13/03/2015; RR - 696-93.2012.5.03.0038, Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, 6ª Turma, DEJT 07/06/2013; E-RR-1846-18.2011.5.03.0015, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 06/12/2019; RR-1487-97.2012.5.12.0010, 4ª Turma, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, DEJT 15/05/2015 e RR-3888-36.2016.5.10.0802, 2ª Turma, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 1º/3/2019.

Emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas na Súmula 333 do TST e no art. 896, § 7º, da CLT.

Em relação ao tema "Diferença salarial. Prêmio estímulo", partindo da premissa de que a reclamada não apresentou os documentos que comprovariam o pagamento dos prêmios, o TRT fez a correta a distribuição do onus probandi. Inteligência dos arts. 818, II, da CLT e 373, II, do CPC.

O recurso não se viabiliza, por força do óbice das Súmulas 126 e 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.

Nego provimento.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMANTE

O recurso de revista do reclamante mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "Horas extras. Comissionista", o TRT consignou que a condenação ao pagamento das horas extras foi conforme previsto na convenção coletiva e na petição inicial.

Incidência da Súmula 126 do TST.

No que se refere ao tema "Multa por embargos de declaração protelatórios", verifico que não há qualquer transcrição do acórdão regional.

Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da parte recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista.

Cito como precedentes: E-ED-RR - 1720-69.2012.5.15.0153, Ac. Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, in DEJT 22.9.2017; AIRR - 225-22.2015.5.23.0004, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 09/08/2017, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 18/08/2017; RR - 20221-78.2013.5.04.0012, Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, Data de Julgamento: 27/09/2017, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/09/2017.

Emerge como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista a diretriz consubstanciada no art. 896, § 1º-A, I, da CLT.

Nego provimento.

Destarte, observa-se que as partes agravantes não obtiveram êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige

que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento aos agravos de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0011782-91.2017.5.03.0036

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. Carlos Alexandre Moreira Weiss(OAB: 63513-A/MG)
Agravante e Agravado	ELIANE DE OLIVEIRA SANTOS
Advogada	Dra. Cibele Lopes da Silva(OAB: 137622/MG)

Intimado(s)/Citado(s):
- ELIANE DE OLIVEIRA SANTOS
- VIA VAREJO S.A.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA
Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Eis os termos da decisão agravada:

RECURSO DE: VIA VAREJO S/A
(...)
REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / COMISSÕES.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO/CUMPRIMENTO/EXECUÇÃO / VALOR DA EXECUÇÃO/CÁLCULO/ATUALIZAÇÃO / CORREÇÃO MONETÁRIA.
O recurso de revista não pode ser admitido, uma vez que não atende ao disposto no inciso I do §1º-A do art. 896 da CLT, no sentido de ser ônus da parte, sob pena de não conhecimento do recurso, a indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo.
Ressalto que a transcrição das várias matérias, no intróito do recurso, sem vinculação posterior à argumentação apresentada e, ainda, sem a demonstração analítica das violações legais e constitucionais apontadas, como fez a recorrente, não cumpre o disposto no referido dispositivo da CLT.

CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista. (fls. 1227/1228).

Em agravo de instrumento, a parte reclamada defende a viabilidade do seu recurso de revista, afirmando ser descabido o pagamento de diferenças de comissões a título de juros e demais encargos com vendas de produtos de forma parcelada, uma vez que a operação decorrente do financiamento é firmada diretamente entre a loja ou financeira e cliente, sem caráter empregatício.
Colaciona arestos para demonstração de dissenso jurisprudencial.
Também alega que a TR deve ser utilizada na condição de índice de correção monetária.
Indica violação dos arts. 879, §7º, da CLT, 39 da Lei 8.177/1991 e 15 da Lei 10.192/2001 e contrariedade à Orientação Jurisprudencial 300 da SBDI-1 do TST.
Ao exame.
No que diz respeito ao tema "Comissões. Base de cálculo. Venda a prazo. Taxa de financiamento e juros", o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, os arestos colacionados não servem para a demonstração do dissenso porque oriundo de Vara do Trabalho e de Turma desta Corte, órgãos judicantes não elencados no art. 896, "a", da CLT.
Emerge como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista a diretriz consubstanciada no art. 896, "a", da CLT.
No que diz respeito ao índice de correção monetária aplicável, destaco que o Supremo Tribunal Federal, na apreciação das ADCs nos 58 e 59 e das ADIs nos 5857 e 6021, julgou parcialmente procedentes as ações, a fim de, emprestando interpretação conforme à Constituição aos artigos 879, § 7º, e 899, § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467 de 2017, definir, com efeito vinculante e já considerada a redação conferida após acolhidos embargos de declaração da AGU em 25/10//2021, a tese de que "à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)".
Por observar possível violação do art. 879, § 7º, da CLT, dou parcial provimento ao agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista.

II - RECURSO DE REVISTA DA RECLAMADA
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado.
1 - ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL
1.1)Conhecimento
Eis os termos do acórdão proferido sobre o tema:

IPCA-E
A reclamada pretende seja afastada a aplicação do índice IPCA-E como índice de correção monetária.
Analiso.
O índice de correção dos débitos trabalhistas tem sido alvo de considerável controvérsia no decorrer dos últimos anos, principalmente no âmbito dos Tribunais Superiores.
Com efeito, o artigo 39 da Lei 8.177/91 dispunha que: "Os débitos trabalhistas de qualquer natureza, quando não satisfeitos pelo empregador nas épocas próprias assim definidas em lei, acordo ou convenção coletiva, sentença normativa ou cláusula contratual sofrerão juros de mora equivalentes à TRD acumulada no período

compreendido entre a data de vencimento da obrigação e o seu efetivo pagamento".
Ocorre que o Pleno do STF, ao julgar as ADIs 4425 e 4357, considerou inconstitucional o uso da Taxa Referencial (TR) para fins de correção dos débitos do Poder Público após a expedição de precatórios, notadamente por tal índice não se qualificar como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, não preservando o poder aquisitivo da moeda diante da sua desvalorização nominal provocada pela inflação.
Diante de tal decisão, em 04/08/2015 o Pleno do TST declarou a inconstitucionalidade, por arrastamento, da expressão "equivalentes à TRD"constante do mencionado art. 39 da Lei 8.177/91 e determinou a alteração da tabela única de atualização monetária da Justiça do Trabalho para que passasse a ser adotado o IPCA-E (AIRR-479-60.2011.5.04.0231).
Inconformada com tal posicionamento, a Federação Nacional dos Bancos (FENABAN) ajuizou a Reclamação Constitucional nº 22.012 perante o STF, tendo o Exmo. Ministro Dias Toffolli, em 14/10/2015, concedido liminar neste feito para suspender os efeitos da decisão do TST.
Ante tal liminar, em 20/03/2017 o Pleno do TST, ao julgar Embargos de Declaração opostos no mencionado processo AIRR-479-60.2011.5.04.0231, excluiu a determinação de reedição da mencionada Tabela Única da Justiça do Trabalho. Além disso, foi conferido efeito modificativo ao acórdão de 04/08/15, definindo-se o dia 25/03/2015 como marco inicial para a aplicação do IPCA-E (adotando-se o mesmo critério estabelecido pelo STF para o caso dos precatórios).
Em 05/12/2017 a Reclamação ajuizada pela FENABAN foi julgada improcedente, ficando, em consequência, revogada a liminar concedida pelo Ministro Dias Toffoli e restabelecido o posicionamento do TST quanto a modulação acima mencionada.
O que se conclui, pois, é que o índice de correção dos débitos trabalhistas devidos: até o dia 24/3/2015 será a TR (art. 39 da Lei 8.177/91); a partir de 25/3/2015, o IPCA-E, nos termos da modulação estabelecida pelo TST, conforme entendido pelo d. Juízo de primeiro grau.
Nada a prover. (fls. 1180/1182).

A reclamada alega que a TR deve ser utilizada na condição de índice de correção monetária.
Indica violação dos arts. arts. 879, §7º, da CLT, 39 da Lei 8.177/1991 e 15 da Lei 10.192/2001 e contrariedade à Orientação Jurisprudencial 300 da SBDI-1 do TST.
Ao exame.
O Tribunal Regional determinou que o índice de correção monetária aplicado fosse a TR até 24/03/2015, e a partir de 25/03/2015 o IPCA -E, inclusive após a vigência da Lei nº 13.467/17.
No entanto, o Supremo Tribunal Federal, na decisão dos ADCs nos 58 e 59 e das ADIs nos 5857 e 6021, decidiu pela inconstitucionalidade da aplicação da TR para a correção monetária dos débitos trabalhistas, definindo que, enquanto o Poder Legislativo não deliberar sobre a questão, devem ser aplicados os mesmos índices para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência da correção monetária pelo IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, pela taxa Selic.
Houve modulação dos efeitos da decisão no sentido de que deverão ser reputados válidos, e quanto aos processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento, mesmo na hipótese de existir sentença, deverá ser aplicada, de forma retroativa, a taxa Selic (juros e correção monetária).
A decisão do STF tem efeito vinculante e atinge os processos com decisão definitiva em que não haja nenhuma manifestação expressa sobre os índices de correção monetária e as taxas de juros, bem como que "devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês ".
Ressalte-se que, em 25/10/2021, a decisão foi ainda complementada em função de acolhimento parcial dos embargos de declaração opostos pela Advocacia Geral da União para sanar o erro material constante da decisão de julgamento e do resumo do acórdão, de modo a estabelecer "a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)", sem conferir efeitos infringentes (DJE 04/11/2021).
Diante desse quadro, considerando a pacificação da matéria por tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado de constitucionalidade, com efeito vinculante e eficácia erga omnes, cumpre a todas as instâncias do Poder Judiciário aplicá-la aos casos postos à sua apreciação, de modo a imprimir plena efetividade ao posicionamento do STF, razão pela qual não se cogita de ofensa ao Princípio do non reformatio in pejus.
Nessa linha, colhem-se recentes julgados desta Corte:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. FASE DE EXECUÇÃO. VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/17. CORREÇÃO MONETÁRIA. ADC 58. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. Juízo de retratação previsto no art. 1.021, § 2º, do Código de Processo Civil. Necessidade de observância da tese vinculante fixada pelo STF nas ADCs 58 e 59. Agravo a que se dá provimento. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROVIMENTO. EXECUÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ADC 58. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. Potencializada a violação do art. 5º, II, da Constituição Federal, determina-se o julgamento do recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. FASE DE EXECUÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ADC 58. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADC 58, ocorrido em 18/12/2020, pacificou a controvérsia acerca do índice de correção monetária aplicável aos débitos trabalhistas a TR (Taxa Referencial), determinando que até sobrevir solução legislativa, devem ser aplicados os mesmos índices de correção monetária utilizados para as condenações cíveis em geral, a saber: na fase pré-judicial, deve incidir o IPCA-E, e, a partir da citação, a taxa SELIC. Não obstante, modulou os efeitos da decisão, fundamentando que "devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E)"; bem como que se deve "aplicar eficácia ' erga omnes' e efeito vinculante, no sentido de atingir aqueles feitos já transitados em julgado desde que sem qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária", como é o caso em análise, porquanto não houve manifestação explícita no acórdão regional, proferido na fase de conhecimento - e já transitado em julgado - acerca do critério para atualização dos débitos trabalhistas, entretanto, foi determinado, em sede de execução, a aplicação do TR/FACDT, até 25.3.2015 e, a partir de 26.3.2015, o IPCA-E, em explícita contrariedade ao decidido pelo STF. Logo, deve-se proceder à estrita aplicação da tese jurídica fixada no precedente à hipótese, inclusive para a salvaguarda dos princípios da segurança jurídica, da isonomia e da efetividade da tutela jurisdicional, não havendo, por conseguinte, cogitar de julgamento "extra petita" ou "reformatio in pejus". Recurso de revista conhecido

e provido. (RR - 21586-24.2014.5.04.0016 , Relator Ministro: Amaury Rodrigues Pinto Junior, Data de Julgamento: 17/11/2021, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 22/11/2021)-.

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. IPCA-E. CRÉDITOS TRABALHISTAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. Agravo a que se dá provimento para examinar o agravo de instrumento em recurso de revista. Agravo provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. IPCA-E. CRÉDITOS TRABALHISTAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. Em razão de provável caracterização de ofensa ao art. 5°, II, da Constituição Federal, dá-se provimento ao agravo de instrumento para determinar o prosseguimento do recurso de revista. Agravo de instrumento provido. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. IPCA-E. CRÉDITOS TRABALHISTAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. O Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária realizada em 18 de dezembro de 2020, ao julgar o mérito das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 5.867 e 6.021, em conjunto com as Ações Diretas de Constitucionalidade nºs 58 e 59, julgou parcialmente procedentes as ações, a fim de, emprestando interpretação conforme à Constituição aos artigos 879, § 7º, e 899, § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467 de 2017, definir, com efeito vinculante, a tese de que "à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)" (redação dada após acolhidos embargos de declaração a fim de sanar erro material). Houve modulação dos efeitos desta decisão, fixando-se o entendimento segundo o qual todos os pagamentos realizados a tempo e modo, quaisquer que tenham sido os índices aplicados no momento do ato jurídico perfeito, assim como os processos alcançados pelo manto da coisa julgada, devem ter os seus efeitos mantidos, ao passo que os processos sobrestados, em fase de conhecimento, independentemente de haver sido proferida sentença, devem ser enquadrados no novo entendimento jurídico conferido pelo precedente vinculante, sob pena de inexigibilidade do título executivo exarado em desconformidade com o precedente em questão. Quanto aos processos em fase de execução, com débitos pendentes de quitação, e que não tenham definido o índice de correção no título executivo, também devem seguir a nova orientação inaugurada pelo precedente. Decisão regional em desarmonia com esse entendimento. Recurso de revista conhecido e provido. (RR - 100300-72.2008.5.04.0027 , Relator Ministro: Breno Medeiros, Data de Julgamento: 17/11/2021, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 19/11/2021)-.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. ACÓRDÃO DO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL AOS DÉBITOS TRABALHISTAS. Em face de possível violação do art. 5º, II, da CF, dá-se provimento ao agravo de instrumento, para melhor exame do recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO DO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL AOS DÉBITOS TRABALHISTAS. DECISÃO DO STF. 1. Corte Regional determinou a aplicação da TR até 24/03/2015 e do IPCA-E a partir de 25/03/2015, como índices de correção monetária aplicáveis aos débitos trabalhistas. 2. Com a edição da Lei 13.467/2017, que instituiu a reforma trabalhista, foi incluído o § 7º ao art. 879 da CLT, que elegeu a TR como índice de correção monetária. A inconstitucionalidade do referido dispositivo foi questionada pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA, por meio das ADI' s 5.867 e 6.021, sob o argumento de que a referida norma viola o direito de propriedade e a proteção do trabalho e do trabalhador. Por outro lado, o referido dispositivo também foi alvo das ADC' s 58 e 59, em que se buscou a declaração da sua constitucionalidade. 3. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento das mencionadas ações constitucionais, todas da Relatoria do Ministro Gilmar Mendes, DEJT 7/4/2021, decidiu, por maioria, julgá-las parcialmente procedentes, para conferir interpretação, conforme a Constituição, ao art. 879, § 7º, e ao art. 899, § 4º, ambos da CLT, na redação dada pela Lei 13.467 de 2017, "no sentido de considerar que à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil.". Opostos embargos de declaração em face dos acórdãos proferidos nas ADC' s 58 e 59, o Supremo Tribunal Federal acolheu parcialmente os declaratórios " tão somente para sanar o erro material constante da decisão de julgamento e do resumo do acórdão, de modo a estabelecer a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil), sem conferir efeitos infringentes". Assim, a incidência da taxa SELIC passou a se dar a partir do ajuizamento da ação, e não mais da citação, marco temporal que deve ser observado de ofício pelos magistrados, por decorrer de erro material na decisão do STF. Observe-se que em relação à fase judicial, a Corte Suprema foi enfática no sentido de que a aplicação da taxa Selic não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, sob pena de bis in idem . Ainda por maioria, o Tribunal modulou os efeitos da decisão, ao entendimento de que: (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão (na ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória) todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento (independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal) devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC) e (iii) igualmente, ao acórdão formalizado pelo Supremo sobre a questão dever-se-á aplicar eficácia erga omnes e efeito vinculante, no sentido de atingir aqueles feitos já transitados em julgado desde que sem qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais). 4. No presente caso , tendo o Tribunal Regional fixado a TR e/ou IPCA-E como índices de

correção monetária, contrariamente ao decidido pelo STF, no sentido da "incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação , a incidência da taxa SELIC", o recurso de revista merece conhecimento. Recurso de revista conhecido por violação do art. 5º, II, da CF e provido. CONCLUSÃO: Agravo de instrumento conhecido e provido; recurso de revista conhecido e provido. (RR-20020-13.2016.5.04.0261, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 05/11/2021).

Conheço do recurso de revista por violação do art. 879, § 7º, da CLT.
1.2) Mérito
Conhecido o recurso de revista, por violação do art. 879, § 7º, da CLT, dou-lhe parcial provimento para adequar o acórdão regional à tese vinculante do Supremo Tribunal Federal e determinar que, para a atualização dos créditos decorrentes da condenação judicial, devem ser aplicados o IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a taxa Selic (juros e correção monetária), observando-se, na liquidação da sentença, que são válidos e não ensejarão nenhuma rediscussão todos os pagamentos eventualmente já realizados independentemente do índice de correção aplicado.

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMANTE
Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Eis os termos da decisão agravada:

Recurso de:ELIANE DE OLIVEIRA SANTOS
REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / SALÁRIO/DIFERENÇA SALARIAL / SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, nem contrariedade com Súmula de jurisprudência uniforme do C. TST ou Súmula Vinculante do E. STF, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exigem as alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT.
Em relação aoperíodo de auxílio ao gerente, o acórdão recorrido está lastreado em provas. Incabível, portanto, o recurso de revista para reexame de fatos e provas, nos termos da Súmula 126 do C. TST.
O Colegiado apreciou todo o conteúdo probatório dos autos, considerando devidamente o ônus da prova, de modo a superar a tese a ele alusiva. Não há afronta aos dispositivos legais que regem a matéria (arts. 818 da CLT e 373, I, do CPC).
A teseadotada pela Turma traduz, no seu entender, a melhor aplicação que se pode dar aosdispositivoslegais pertinentes, o que torna inviável o processamento da revista, além de impedir o seuseguimento por supostas lesões à legislação ordinária.
No mesmo sentido, inexiste contrariedade à Súmula 159, I do TST ou dissenso jurisprudencial específico com os arestos válidos colacionados sobre o salário substituição,salientado que eventuais substituições não autorizam o pagamento das diferenças pretendidas. (Súmula 296 do TST).
Os arestos trazidos à colação, provenientes de Turma doC. TST, não se prestam ao confronto de teses.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Em agravo de instrumento, a reclamante defende a viabilidade do seu recurso de revista, afirmando que ficou comprovada a habitualidade das substituições nos dias de folga da gerente durante dois dias por mês, por um período aproximado de 48 meses.
Aponta violação dos arts. 450 e 818 da CLT e 373, I, do CPC e contrariedade à Súmula 159, I, do TST e divergência jurisprudencial.
Ao exame.
O Tribunal Regional indeferiu o pagamento do salário substituição por entender que as substituições nas folgas da gerente, cerca de duas vezes por mês, caracterizavam como eventuais.
Assim, por observar possível contrariedade à Súmula 159, I do TST, dou provimento ao agravo de instrumento.

IV - RECURSO DE REVISTA DA RECLAMANTE
1 - DIFERENÇA SALARIAL. SUBSTITUIÇÃO EM FOLGAS. NÃO EVENTUALIDADE.
1.1) Conhecimento
Quanto ao tema em epígrafe, assim decidiu o TRT:

SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO
A reclamada afirma que a autora não assumia integralmente as atribuições do gerente, motivo pelo qual não faz jus ao recebimento do salário substituição.
Ao exame.
De acordo com o item I da Súmula 159 do TST, o empregado fará jus ao salário do substituído em caso de substituição que não tenha caráter eventual e também durante as férias.
A testemunha ouvida a convite da reclamante, Ângela Aparecida Carvalho Coutinho, única a esclarecer a questão, disse: "que trabalhou para a reclamada de fevereiro de 2003 até maio de 2018; que trabalhou durante todo o período com a autora; que a reclamante inicialmente era vendedora e depois passou a ser auxiliar de gerente substituindo o gerente; que a partir de 2012 a reclamante passou a substituir o gerente em torno de 2 dias por mês durante toda a jornada da mesma; que a reclamante tinha o mesmo acesso do gerente"(ata de f. 912).
Entendo, data venia, que ficou demonstrado que o caráter eventual das substituições, em média de 2 vezes por mês, o que equivale, aproximadamente, às folgas do gerente nos meses do referido período.
Sendo assim, tenho que a autora não faz jus às diferenças salariais pleiteadas.
Dou provimento, para excluir a condenação ao pagamento do salário substituição e reflexos. (fls. 1177/1178).

Nas razões de revista, a reclamante alega que ficou comprovada a habitualidade das substituições nos dias de folga da gerente durante dois dias por mês, por um período aproximado de 48 meses.
Aponta violação dos arts. 450 e 818 da CLT e 373, I, do CPC e contrariedade à Súmula 159, I, do TST e divergência jurisprudencial.
Ao exame.
O Tribunal Regional indeferiu o pagamento do salário substituição por entender que as substituições nas folgas da gerente, cerca de duas vezes por mês, caracterizavam como eventuais.
No entanto, esta egrégia Corte, mediante a Súmula 159, I, já pacificou o entendimento de que o empregado que substitui outro

de padrão salarial maior durante suas férias e folgas tem direito ao salário do substituído, in verbis:

SUBSTITUIÇÃO DE CARÁTER NÃO EVENTUAL E VACÂNCIA DO CARGO (incorporada a Orientação Jurisprudencial nº 112 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005
I - Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, inclusive nas férias, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído. (ex-Súmula nº 159 - alterada pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003)

Cito como precedentes:

(...) SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO. AFASTAMENTO DO GERENTE EM FÉRIAS OU FOLGAS. SUBSTITUIÇÃO NÃO EVENTUAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 159, I, DO TST. A matéria relacionada à possibilidade de se deferir diferenças salariais ao empregado que substituiu outro de padrão salarial maior em suas férias e folgas se encontra pacificada no âmbito desta Corte, por meio da Súmula 159, I, que prevê que "enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, inclusive nas férias, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído". Referido verbete sumular nada menciona acerca da necessidade de se acumular as funções para fazer jus às diferenças salariais decorrentes da substituição ou mesmo que haja a assunção da integralidade das funções do empregado substituído. Assim, o fato de a autora não ter assumido a integralidade das funções dos substituídos, uma vez que não podia admitir ou demitir empregados, não exclui o seu direito à remuneração correspondente ao cargo efetivamente exercido, no período da substituição. Recurso de revista conhecido, por contrariedade à Súmula 159, I, do TST, e provido. (...) (RRAg - 790-30.2013.5.09.0041 , Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 23/11/2021, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 26/11/2021)
(...) DIFERENÇAS SALARIAIS. SUBSTITUIÇÃO DE CARÁTER NÃO EVENTUAL. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA. A Corte a quo consignou, na decisão recorrida, que, ao contrário do alegado pela reclamada em suas razões recursais, as substituições não se davam de modo eventual, visto que "no presente caso a MM. Magistrada sentenciante foi expressa ao referir-se à prova testemunhal para ter como habituais as substituições, relacionadas aos dias em que os empregados indicados na petição inicial gozavam suas folgas, dentro do regime trabalhado de 5X1". Assim, para se chegar à conclusão diversa (substituição eventual), seria necessário o revolvimento da valoração de matéria fático-probatória feita pelas instâncias ordinárias, análise impossível nesta fase recursal de natureza extraordinária, na forma da Súmula nº 126 do TST. Ademais, a decisão regional encontra-se em perfeita consonância com o entendimento consolidado nesta Corte superior, por meio do item I da Súmula nº 159 do TST, com a seguinte redação: "Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, inclusive nas férias, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído". Agravo de instrumento desprovido. (...) (AIRR - 11729-09.2015.5.15.0146 , Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 12/09/2018, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/09/2018)
(...) SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO. 4.1. É insuscetível de revisão, em sede extraordinária, decisão proferida por Tribunal Regional à luz da prova dos autos, quando somente com o revolvimento do substrato fático se mostra possível afastar a premissa sobre a qual se erigiu a conclusão consagrada pelo Tribunal Regional, no sentido de que a autora substituía o gerente em suas folgas e por uma semana durante suas férias, ou seja, de forma não eventual, ainda que limitada. Salienta, também com base na prova dos autos, que "percebe-se que a reclamada utiliza-se da prática de dividir as responsabilidades do gerente entre diversos empregados, tentado afastar a aplicação da súmula 159, I do TST, que estabelece que, enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, inclusive férias, o empregado substituto fará jus ao salário do substituído". Incidência da Súmula nº 126 do Tribunal Superior do Trabalho. 4.2. Por outro lado, verifica-se que o v. Acórdão Regional está em consonância com a Súmula nº 159/TST, a obstar o processamento do recurso de revista, na forma do §4º (atual §7º), do artigo 896, da CLT. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (AIRR - 24-08.2013.5.05.0002 , Relator Desembargador Convocado: Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, Data de Julgamento: 02/09/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 04/09/2015)
(...) SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO. I - O Tribunal Regional concluiu que o reclamante substituía os líderes, em razão de folgas de caráter não eventual, razão por que se enquadra a situação fática na hipótese prevista na Súmula nº 159/TST. II - Para se aferir a alegação da recorrente de que as substituições eram eventuais, implicaria o reexame de fatos e provas, o que é vedado pela Súmula nº 126/TST. Recurso de revista de que não se conhece. (RR - 659457-54.2000.5.02.5555 , Relator Juiz Convocado: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/06/2006, 5ª Turma, Data de Publicação: DJ 04/08/2006)

Nesse contexto, conheço do recurso de revista por contrariedade à Súmula 159, I, do TST.
1.2) Mérito
Conhecido o recurso de revista por contrariedade à Súmula 159, I, do TST, dou-lhe provimento para deferir à reclamante o pagamento das diferenças salariais decorrentes da substituição do gerente, nos limites do pedido, conforme se apurar em juízo na fase de liquidação.

CONCLUSÃO
À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, §-5º (atual §-14), da CLT e 118, X, do RITST decido: I - dar provimento parcial ao agravo de instrumento da reclamada, por possível violação do art. 879, § 7º, da CLT; II - conhecer do recurso de revista da reclamada quanto ao tema -ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL-, por violação do art. 879, § 7º, da CLT e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para adequar o acórdão regional à tese vinculante do Supremo Tribunal Federal e determinar que, para a atualização dos créditos decorrentes da condenação judicial, devem ser aplicados o IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a taxa Selic (juros e correção monetária), observando-se, na liquidação da sentença, que são válidos e não ensejarão nenhuma rediscussão todos os pagamentos eventualmente já realizados independentemente do índice de correção aplicado; III - dar provimento ao agravo de instrumento da reclamante, por possível contrariedade à Súmula 159, I, do TST, para determinar o processamento do recurso de revista, no aspecto; e IV - conhecer do recurso de revista da reclamante, por contrariedade à Súmula 159, I, do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento para deferir à reclamante o pagamento das diferenças salariais decorrentes da substituição do gerente, nos limites do pedido, conforme se apurar em juízo na fase de liquidação. Custas majoradas para R$ 1.100,00, em virtude do valor da condenação, que ora se arbitra em R$ 55.000,00.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1000413-04.2020.5.02.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Advogado	Dr. Sérgio Carneiro Rosi(OAB: 71639-A/MG)
Agravado	JOSUE SOARES DE OLIVEIRA NETO
Advogado	Dr. Renata Sanches Guilherme(OAB: 232686-A/SP)
Advogado	Dr. Ricardo Sanches Guilherme(OAB: 180694-A/SP)
Agravado	ALGAR TELECOM S/A
Advogada	Dra. Leticia Alves Gomes(OAB: 82053-A/MG)
Advogado	Dr. Liamar Maciel de Oliveira Resende(OAB: 56710-A/MG)
Advogado	Dr. Danielle Rodrigues Miranda(OAB: 165560-A/MG)
Agravado	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	Dr. Fabio Rivelli(OAB: 297608-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALGAR TELECOM S/A
- JOSUE SOARES DE OLIVEIRA NETO
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.

Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Duração do Trabalho / Horas Extras.

Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Prêmio / Produção.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.

Nos termos do artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria objeto do recurso de revista, cabendo à parte indicar, de forma clara e objetiva, os fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido.

Como se depreende das razões recursais, a reclamada apenas reproduziu integralmente o v. acórdão regional, sem fazer nenhum destaque ou indicação precisa das teses adotadas pela decisão recorrida, o que não atende à exigência legal, pois não se verifica, in casu, determinação precisa da tese regional combatida no apelo, tampouco o imprescindível cotejo analítico de teses.

Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudência interna corporis do C. TST:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO DA INTEGRALIDADE DA DECISÃO RECORRIDA EM RELAÇÃO AO TEMA DEVOLVIDO À APRECIAÇÃO DO TST. INSUFICIÊNCIA. A teor do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, é exigência legal a indicação do trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da matéria devolvida à apreciação do Tribunal Superior do Trabalho, não sendo suficiente, para esse fim, a transcrição, quanto ao tema devolvido à apreciação do TST, da decisão recorrida em seu inteiro teor, sem qualquer destaque em relação ao ponto em discussão. Recurso de embargos conhecido e não provido." (E-ED-RR- 1720-69.2012.5.15.0153, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 22/9/2017, destaquei)

Outros precedentes da SBDI-1: AgR-E-ED-RR- 1458-45.2012.5.04.0018, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 16.3.2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018; AgR-E-Ag-RR- 116-50.2013.5.04.0022, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 11/05/2018; AgR-E-ED-ED-ARR-556-25.2013.5.12.0054, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 19/12/2017; E-ED-RR-172500-89.2013.5.17.0011, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 24/11/2017; E-ED-RR - 10902-83.2014.5.15.0129, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 31/10/2017; E-ED-ARR - 69700-30.2013.5.21.0024, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, DEJT 6/10/2017; E-RR-1144-40.2013.5.15.0089, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 8/09/2017; E-ED-RR-20013-14.2012.5.20.0003, Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT 12/05/2017.

Destarte, inviável o seguimento do apelo, porquanto olvidado o disposto no artigo 896, §1.º-A, I, da CLT

DENEGA-SE seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista."

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "horas extras-intervalo intrajornada", "Prêmio produção" e "honorários sucumbenciais" emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas no art. 896, § 1º-A, CLT.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela

qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Mesmo assim não fosse as matérias atinentes a "horas extras-intervalo intrajornada", "Prêmio produção", são de cunho fático-probatório, cujo revolvimento é vedado nesta instância processual, a teor da Súmula 126 do TST.
Registre-se, ainda, por oportuno, que, em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos artigos 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e que já foi deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais. Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional, no particular.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1000155-09.2018.5.02.0443

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ELEVAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.
Advogada	Dra. Bruna Maria Paulo dos Santos Esteves Sa(OAB: 186400-A/SP)
Agravado	EMBRASE EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
Advogado	Dr. Thiago Bressani Palmieri(OAB: 207753/SP)
Agravado	ADRIELE DA CONCEICAO
Advogado	Dr. Válter Tavares(OAB: 54462-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIELE DA CONCEICAO
- ELEVAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.
- EMBRASE EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Solidária / Subsidiária.
Rescisão do Contrato de Trabalho / Verbas Rescisórias.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Descontos Salariais - Devolução.
Verifica-se que a decisão atacada está em perfeita consonância com a Súmula nº 331, IV e VI, do C. Tribunal Superior do Trabalho o que demonstra que a função uniformizadora daquela C. Corte já foi cumprida na pacificação da controvérsia, inclusive no que se refere a eventuais violações constitucionais.
Assim, considerando-se que a presente demanda foi processada no rito sumaríssimo, não há que se falar na ocorrência de nenhuma das exceções autorizadoras do reexame previstas no § 9º do artigo 896 consolidado.
DENEGO seguimento.
Férias.
De acordo com os fundamentos expostos no acórdão, especialmente que a inclusão da palavra "não" nadecisão de origem tratou-se de erro material do magistrado e que o labor em feriados ocorreu sim de forma habitual, não é possível divisar possível ofensa aos dispositivos da Constituição Federal mencionados no recurso de revista.
Ademais, para se adotar entendimento diverso da decisão Regional, ter-se-ia que proceder à revisão do conjunto fático-probatório, conduta incompatível na atual fase do processo, a teor da Súmula nº 126 do C. Tribunal Superior do Trabalho.
DENEGO seguimento.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
A e. Turma entendeu ser desnecessárioo pagamento de honorários advocatícios pela reclamante, porque sucumbente em parte mínima do pedido (artigo 86, parágrafo único, do CPC).
Assim, verifica-se que os apontados artigosda Constituição Federal não contêm nenhum comando aplicável diretamente à hipótese dos

autos e que, consequentemente, possam ser indicados como malferidos na forma do permissivo legal.
Desse modo, o Recurso de Revista apresentado não comporta processamento quanto ao tema, porquanto não configurada nenhuma das exceções previstas no § 9º do artigo 896 consolidado.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista."

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "horas in itinere" e "horas extras", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas na Súmula 126 do TST e no art. 896, § 9º, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0101552-38.2016.5.01.0343

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	CLEIDE COELHO DE OLIVEIRA PEREIRA
Advogado	Dr. Hércules Anton de Almeida(OAB: 59505/RJ)
Advogado	Dr. Renata Boaventura Souza(OAB: 115581/RJ)
Advogada	Dra. Isabel Cristina dos Santos Nunes(OAB: 176507-A/RJ)
Agravado	WMB SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogada	Dra. Tatiane de Cicco Nascimbem Chadid(OAB: 214713-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):
- CLEIDE COELHO DE OLIVEIRA PEREIRA
- WMB SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 478/483) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista.
Preenchidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "HORAS EXTRAS" e "JUSTA CAUSA. FALTA GRAVE".
Quanto ao primeiro tema, "HORAS EXTRAS", a reclamante sustenta que não era detentora de cargo de confiança, vez que não gozava de poderes para admitir e demitir funcionários, além de não possuir demais poderes inerentes à administração da ré. Afirma que ante a ausência de apresentação dos cartões de ponto pela reclamada, devem ser acolhidos como verdadeiros os horários da inicial. Alega ofensa aos artigos 224 e 62, II, da CLT, contrariedade às Súmulas 287 e 338, I, do TST, além de divergência jurisprudencial.
Consta do acórdão regional:
"Conforme exposto acima, a confiança excepcional se configura quando o empregado é a longa manus do empregador. No caso em voga, o salário citado acima é um indício de que o empregado não se enquadrava nesta hipótese, haja vista a reclamada ser uma empresa multinacional de grande porte.
Além disso, os elementos fáticos da prestação de serviço autora demonstram que o autor tinha uma confiança inerente, todavia esta confiança é específica. Ou seja, neste cargo a autora poderia sugerir e participar da dispensa dos subordinados, além de que sua função tinha contato direto com numerários da reclamada. Todavia, esta estava subordinada ao gerente de operações e ao diretor da loja, conforme informa pela preposta em depoimento.
Ante o exposto, entendo que o cargo da autora não estava inserido na excludente do art. 62, II, da CLT, fazendo jus às horas extras excedentes à 8 diária ou 44ª hora semanal.
A autora narrou na inicial que laborava das 7:45h as 20h, de segunda a sexta sem intervalo intrajornada, e aos sábados das 7:45h as 12h, com intervalo de uma hora.
A ausência dos controles enseja na presunção da inicial, nos termos do item i da súmula 338 do TST. Todavia, a testemunha ouvida a convite da reclamada, única a declarar acerca do horário de trabalho, afirmou que a autora laborava das 8h as 17h, de segunda à sexta-feira e das 08h às 12h, aos sábados.
Além disso, a primeira testemunha do reclamante e a testemunha do reclamado afirmaram que o RH não funcionava aos domingos e feriados.
Sendo assim, apesar de teoricamente afastada a excludente do controle de jornada do cargo da autora, dos elementos de prova dos autos fica comprovado que a autora não praticava horas extras." (fls. 458/459 - destaques acrescidos).

Inicialmente, cabe consignar que são insubsistentes os argumentos relativos ao enquadramento na exceção contida no art. 62, II, da CLT, porque o Tribunal Regional já concluiu que o reclamante não estava enquadrado nessa hipótese.

No caso dos autos, a presunção de veracidade da jornada indicada na petição inicial foi elidida por prova em sentido contrário (trecho em destaque). Assim, o recurso não comporta processamento, porque a questão é fática e a revisão do decidido depende do reexame da prova, procedimento vedado em grau recursal de revista, conforme jurisprudência consolidada na Súmula 126 desta Corte.

Quanto ao segundo tema, "JUSTA CAUSA. FALTA GRAVE CONFIGURADA", o reclamante sustenta que a aplicação da justa causa foi indevida, baseada em alegações fantasiosas de que teria se beneficiado da função que exercia para transferência de valores relativos ao vale-transporte, para sua conta, sem fazer jus ao mesmo. Assevera que a liberação do vale-transporte passava pela autorização da chefia e que nunca renunciou ao benefício, sendo absurda a tentativa da ré de imputar-lhe ato ilícito. Alega violação do artigo 482, "a", da CLT e divergência jurisprudencial.

Contudo, mais uma vez, a análise da questão implicaria no revolvimento do conjunto fático probatório (Súmula 126 do TST), já que o Regional consignou que:

"

[...] Em contestação a reclamada aduziu que a autora foi dispensada por justa causa, pois foi constatado que a reclamante abria chamado no sistema da reclamada dos valores referentes ao pagamento de vale transporte e a cada entrada de novos funcionários lançava valores diversos para depósito em sua conta, configurando a quebra de confiança.

A justa causa, por tratar-se de pena máxima que fulmina o contrato de trabalho, desafia prova robusta do cometimento de atos faltosos por ambas as partes, empregado e empregador, de tal monta, que torne insustentável a manutenção do vínculo laboral. A justa causa, portanto, é exceção ao Princípio da Continuidade da Relação de Emprego, a qual milita em favor do empregado.

[...]

O ônus de tal prova pertence à ré, nos termos do art. 373, II, do CPC/15, sob cuja luz ora se aprecia o apelo autoral, pois trata-se de fato impeditivo/extintivo à pretensão deduzida em juízo pelo autor.

De plano, destaco que a autora reconheceu em depoimento a sua assinatura no termo que dispensa o recebimento de vale transporte (ID. 61f4052, pág. 1). Assim sendo, não há dúvidas acerca da veracidade deste documento.

Não obstante, a reclamada comprova diversos depósitos efetuados na conta da reclamante oriundos de pedido de vale-transportes (ID. 61f4052). Destaco que alguns depósitos tem um intervalo de tempo pequeno, tais como, 15/04/2014, 02/05/2014, 30/05/2014, 27/06/2014 (ID. 26c86a8).

Ressalto que o fato de os chamados serem ratificados pela reclamada não alteram a conduta da autora.

Ademais, consta nos autos pagamentos semelhantes em diversos anos, não alterando o deslinde da demanda a alegação no que tange ao pagamento em espécie.

Sendo assim, entendo correta a dispensa por improbidade." (fls. 460).

Diante do exposto, NEGO SEGUIMENTO, ao agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do RITST.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1002581-55.2016.5.02.0607

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	DIEGO LIMA DOS SANTOS
Advogado	Dr. Rodrigo Petenoni Gurgel do Amaral(OAB: 235678/SP)
Agravante e Agravado	VIA VAREJO S.A.
Advogada	Dra. Raquel Nassif Machado Paneque(OAB: 173491/SP)
Advogado	Dr. Osmar de Oliveira Sampaio Júnior(OAB: 204651/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIEGO LIMA DOS SANTOS
- VIA VAREJO S.A.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMANTE

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.

Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

Eis os termos da decisão agravada:

Recurso de:DIEGO LIMA DOS SANTOS

(...)

DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS.

DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS / CARGO DE CONFIANÇA.

Alegação(ões):

- violação do(a) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 818; Código de Processo Civil de 2015, artigo 373, inciso I.
- divergência jurisprudencial.

Para se adotar entendimento diverso da decisão Regional, ter-se-ia que proceder à revisão do conjunto fático-probatório, conduta incompatível na atual fase do processo (Súmula nº 126 do C. Tribunal Superior do Trabalho), oque também afasta, de plano, a possibilidade de cabimento do recurso por divergência jurisprudencial ou por violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.

DENEGO seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

No presente caso, o recurso de revista do reclamante mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "Horas extras. Intervalo intrajornada. Período de trabalho como vendedor" e "Horas extras Gerente de loja. Cargo de confiança. Art. 62, II, da CLT. Configuração", emerge como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista a diretriz consubstanciada na Súmula 126 do

TST.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Nego seguimento ao agravo de instrumento do reclamante.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA
Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

Recurso de:VIA VAREJO S/A
(...)
RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR/EMPREGADO / INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL.
Alegação(ões):
- violação do(s) artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal.
- violação do(a) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 818; Código de Processo Civil de 2015, artigo 373, inciso I.
- divergência jurisprudencial.
Para se adotar entendimento diverso da decisão Regional, ter-se-ia que proceder à revisão do conjunto fático-probatório, conduta incompatível na atual fase do processo (Súmula nº 126 do C. Tribunal Superior do Trabalho), oque também afasta, de plano, a possibilidade de cabimento do recurso por divergência jurisprudencial ou por violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.
DENEGO seguimento.
Responsabilidade Civil do Empregador/Empregado / Indenização por Dano Moral / Valor Arbitrado.
Alegação(ões):
- divergência jurisprudencial.
É insuscetível de reexame, nesta instância extraordinária, nos termos em que estabelece a Súmula nº 126 do Tribunal Superior do Trabalho, o valor fixado, uma vez que amparado nos elementos de prova produzidos e nos princípios do livre convencimento motivado e da proporcionalidade e razoabilidade, bem como à luz da gravidade da lesão, do porte financeiro do agente ofensor, da capacidade econômica e social da vítima, além do caráter pedagógico da sanção aplicada, mormente considerando, ainda, que o montante indenizatório arbitrado se revela adequado à situação descrita nos autos.
DENEGO seguimento quanto ao tema.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "Dano moral. Assédio moral. Cobrança excessiva. Quantum indenizatório. R$ 10.000,00. Razoabilidade", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, e 333 do TST e no art. 896, § 7º, da CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Nego seguimento ao agravo de instrumento da reclamada.
CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento aos agravos de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1000022-30.2020.5.02.0076

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Advogado	Dr. Sérgio Carneiro Rosi(OAB: 71639-A/MG)
Agravado	PAULO ROGERIO DE SOUZA BRAZ
Advogado	Dr. Rodrigo Ferreira Ferrari(OAB: 245507/SP)
Agravado	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	Dr. Fabio Rivelli(OAB: 297608-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- PAULO ROGERIO DE SOUZA BRAZ
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Solidária / Subsidiária / Tomador de Serviços / Terceirização.
O v. acórdão entendeu que a recorrente não tem interesse recursal para se insurgir contra a condenação subsidiária da segunda reclamada.
Como se depreende das razões recursais, a parte não se insurge efetivamente contra a fundamentação exposta no v. acórdão, no sentido de que ela não teria interesse recursal quanto ao tema, o que atrai a incidência da Súmula 422, item I, do Tribunal Superior do Trabalho como óbice ao processamento do recurso de revista.
DENEGO seguimento.
Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada / Natureza Jurídica da Parcela / Repercussão.

Consta do v. Acórdão:
"DO INTERVALO INTRAJORNADA
Insurge-se a recorrente contra a r. decisão que deferiu ao recorrido o pagamento de horas extras no equivalente a trinta minutos por dia de efetivo trabalho, exceto um dia por mês, pela falta de integral fruição do intervalo para refeição.
Razão, contudo, não lhe assiste.
Do que consta dos autos, verifica-se que a recorrente colacionou os controles de ponto, reconhecidos pelo recorrido como autênticos, exceto quanto ao intervalo intrajornada, que era pré-assinalado.
Nesse contexto, cabia ao reclamante comprovar suas alegações, o que ocorreu, in casu, na medida em que sua testemunha confirmou o pleito do recorrido, ao afirmar que o intervalo para refeição era de meia hora, tanto para o depoente como para o reclamante e; no máximo uma vez por mês fazia uma hora de intervalo; (...).
A testemunha ouvida pela primeira reclamada, por seu turno, afirmou que mesmo nos dias em que fazia 30 minutos registrava uma hora e meia de pausa nos controles, já que a marcação era automática, sem a possibilidade de correção:
(...)
Frise-se que tal situação evidencia a falta de veracidade dos apontamentos no que se refere ao intervalo intrajornada.
Assim, a pré-assinalação constante dos espelhos de ponto restou devidamente desconstituída pelo autor, sendo devidas as horas extras postuladas.
Mantenho."
No particular, o inconformismo é despropositado (art. 996, CPC), pois, como se depreende da leitura do trecho destacado, não houve condenação da reclamada no pagamento de 1 hora extra pela supressão do intervalo intrajornada, mas sim do período de 30 minutos, correspondente aos minutos suprimidos do intervalo mínimo.
DENEGO seguimento.
Descontos Previdenciários.
Consta do v. acórdão que a lei que prevê a desoneração pleiteada não pode ser aplicada aos créditos trabalhistas reconhecidos em juízo, por ausência de previsão legal e porquese restringe aos contratos de trabalho em vigor, não sendo este o caso dos autos.
Inservível a jurisprudência transcrita com vistas a corroborar o dissídio jurisprudencial, porquanto proveniente de Varado Trabalho,o que não se afina à literalidade do disposto na alínea "a" do artigo 896 da CLT.
DENEGO seguimento.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Oseguimento do apelo é absolutamente inviável, pois o(a) recorrente não indicou os trechos da decisão recorrida que consubstanciam o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, como preconiza o artigo 896, §1.º-A, I, da CLT.
DENEGO seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista."

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "responsabilidade subsidiária", "intervalo intrajornada" e "honorários de sucumbência", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas na Súmula 422, I do TST e no art. 896, § 1º-A, c, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0021085-93.2019.5.04.0663

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	UNIÃO (PGU)
Procurador	Dr. Sidnei Soares Di Bacco
Agravado	ELIANE ALVES
Advogado	Dr. Andreia Nunes de Almeida(OAB: 57273-A/RS)
Advogado	Dr. Eduardo Aimi Oliveira(OAB: 98081-A/RS)
Agravado	ANKARA SERVICOS TERCEIRIZAVEIS EIRELI
Advogado	Dr. Fabiana Zysko(OAB: 67542-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANKARA SERVICOS TERCEIRIZAVEIS EIRELI
- ELIANE ALVES
- UNIÃO (PGU)

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 733/742) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 724/727).
Contraminuta foi apresentada às fls. 748/751.
O Ministério Público do Trabalho oficia pelo prosseguimento do feito, ressalvando eventual pedido de intervenção por ocasião do julgamento da causa, fls. 757/758.
É o relatório.

O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 02/06/2021 e apelo protocolado em 09/06/2021), sendo inexigível o preparo.
A segunda reclamada renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg.

em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"No caso, não está comprovado que a segunda reclamada tenha exercido eficaz e tempestivo controle sobre o contrato de prestação de serviços celebrado com a primeira, em especial em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da prestadora. Compulsando os documentos juntados com a defesa, concluo que a fiscalização por amostragem e por aplicação de penalidades administrativas à contratada, notoriamente, não se mostrou suficientemente hábil a impedir a violação dos direitos trabalhistas da autora, tendo em vista que sequer as verbas rescisórias foram pagas. Além disso, chama a atenção a ausência de depósitos do FGTS em parcela do período contratual (ID. 9a275fb) - o que reforça a ineficácia do procedimento administrativo adotado pelo ente contratante."(fls. 690)

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços,

dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0020158-21.2016.5.04.0021

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
Advogado	Dr. Benoni Canellas Rossi(OAB: 43026 -A/RS)
Advogada	Dra. Celiana Suris Simoes Pires(OAB: 47117-A/RS)
Advogada	Dra. Mônica Canellas Rossi(OAB: 28359-A/RS)
Agravante e Agravado	ELISANGELA PERUFO ALLES E OUTRA
Advogado	Dr. Marina Zanchy Dal Forno(OAB: 76299-A/RS)
Advogado	Dr. David da Costa Lopes(OAB: 72911 -A/RS)
Advogada	Dra. Camila Ferraz Ferreira(OAB: 90998-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELISANGELA PERUFO ALLES E OUTRA
- HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento aos seus recursos de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMADO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / ADICIONAL / ADICIONAL DE PERICULOSIDADE / RADIAÇÃO IONIZANTE OU SUBSTÂNCIA RADIOATIVA.
Alegação(ões):
- violaçãodo(s)art(s).5º, II, da Constituição Federal.
- violação do(s) art(s).193 e 200, VI e parágrafoúnico,da CLT, e; 884, 876 e 877 do CC.
Não admito o recurso de revista noitem.
Trata-se de recurso de revista interposto contra a decisão que limitou os efeitos da revisão operada nesta ação à data da decisão de antecipação de tutela deferida. Postula a parte recorrente que os efeitos sejam retroativos.
A revisão pretendida se dirige a decisão transitada em julgado, na qual foi reconhecido o direito da parte requerida (trabalhador) de perceber adicional de periculosidade pela exposição a radiação ionizante decorrente de equipamentos móveis de raios-x.
O E. TST, no julgamento do IRR-1325-18.2012.5.04.0013, definiu a tese jurídica para o Tema Repetitivo n. 10, cujo item III estabelece que "os efeitos da Portaria nº 595/2015 do Ministério do Trabalho alcançam as situações anteriores à data de sua publicação."
Nada obstante a vinculatividade do precedente qualificado acima referido, considera-se que o art. 927, III, do CPC tem aplicação para situações não acobertadas pela coisa julgada. Ou seja, os juízes e tribunais observarão a decisão vinculativa do TST quando a norma jurídica a ser interpretada (a existência do direito ao adicional de periculosidade) for em abstrato.
Diferente é o caso dos autos, em que a norma jurídica a ser interpretada é em concreto. Aqui, discute-se se a sentença transitada em julgado é ou não passível de revisão, e não se a lei abstrata assegura este ou aquele direito. Neste caso, uma miríade de princípios jurídicos cardeais entra em jogo, tais como a segurança jurídica objetiva, concretizada nos efeitos da coisa julgada, e subjetiva, concretizada na boa-fé dos trabalhadores que já receberam o pagamento do adicional de periculosidade confiando legitimamente nos efeitos da sentença que transitou em julgado em seu favor.
Vale lembrar que o ordenamento jurídico estabelece limites para o prevalecimento de novas situações de fato e de direito, a fim de estabilizar as demandas sociais. Tais limites podem ser discutidos no âmbito de ações rescisórias ou anulatórias, mas, não, revisionais, as quais, de regra, possuem efeitos ex nunc. Vale dizer, em princípio, os efeitos da ação revisional não retroagem para alcançar períodos anteriores à formação da coisa julgada que a decisão revisional pretende transmutar.
É sobre os pilares desses princípios que a decisão recorrida se assenta.
Nenhum desses temas, porém, é discutido pela parte recorrente, a qual se limita a postular a aplicação do precedente qualificado como se, contra tal aplicação, não exercesse influência o princípio da segurança jurídica, condensado na coisa julgada e na proteção da confiança.
Assim, o recurso desatende ao disposto no art. 896, § 1º-A, II e III, da CLT, quando deixa de suscitar fundamentos que se oponham à ratio decidendi recorrida e de expor razões suficientes à sua derrocada.
Além disso, a decisão recorrida aplica a literalidade do art. 505, I, do CPC e art. 5º, XXXVI, da CRFB, razão pela qual descabe a revista.
Nega-se seguimento.
CONCLUSÃO
Nego seguimento".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "ADICIONAL DE PERICULOSIDADE", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMANTE
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / ATOS PROCESSUAIS / NULIDADE / NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.
Alegação(ões):
- violaçãodo(s)art(s). 93, IX,da Constituição Federal.
- violação do(s) art(s).832 da CLT e 489, II, do CPC.
Não admito o recurso de revista noitem.
Em relação à arguição de nulidade do julgado, por negativa de prestação jurisdicional, não há como receber o recurso. As questões suscitadas foram enfrentadas pelo Tribunal, que adotou tese explícita a respeito, não verificada afronta ao art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, art. 489 do CPC e art. 832 da CLT. Dispensada a análise das demais alegações, na esteira do entendimento traçado na Súmula 459 do TST.
Nego seguimento ao recurso no item "DA NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - RECUSA DO TRIBUNAL A QUO EM ANALISAR VÍCIOS APONTADOS EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO".
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / ATOS PROCESSUAIS / NULIDADE / CERCEAMENTO DE DEFESA / INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA.
PRESCRIÇÃO.
REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / ADICIONAL / ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / PARTES E

PROCURADORES / SUCUMBÊNCIA / HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) 51, 288 e 364do Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade à Orientação Jurisprudencial345 e 364 da SDI-I/TST.
- violaçãodo(s)art(s).5º, "caput", XXXVI, LIVe LV; 7º, VI, XXII e XXIX; 87, parágrafo único, I; da Constituição Federal.
- violação do(s) art(s).155; 193; 195, "caput" e § 2º; 196;200, "caput",VI e parágrafo único; 468, e;836; da CLT, e;arts. 336; 373, "caput" e inciso II; 505, I; 927, § 3º, e; 966;do CPC.

Não admito o recurso de revista noitem.

Não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte (art. 896, § 1º-A, CLT).

Na análise do recurso, evidencia-se que a parte não observou o ônus que lhe foi atribuído pela lei, na medida em que transcreveu os trechos da decisão recorrida relativos aos temas recursais, de forma isolada, no início do recurso e, após, apontou suas alegações, de forma dissociada dos fundamentos do acórdão. Assim, não estabeleceu o necessário confronto em relação aos dispositivos de lei e da Constituição Federal invocados, e também não procedeu ao cotejo analítico entre a tese do Tribunal Regional e cada um dos paradigmas e súmula trazidos à apreciação.

Destaco, a propósito, decisão proferida pela C. Corte Superior: RECURSO DE REVISTA. APELO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.015/2014. INDICAÇÃO DO TRECHO DA DECISÃO RECORRIDA QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA OBJETO DA INSURGÊNCIA RECURSAL. NECESSIDADE. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DO ACÓRDÃO RECORRIDO. NÃO ATENDIMENTO DA EXIGÊNCIA. Dentre as inovações inseridas na sistemática recursal trabalhista pela Lei n.º 13.015/2014, consta, expressa e literalmente, sob pena de não conhecimento do Recurso de Revista, a exigência de que a parte proceda à indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da matéria impugnada no Apelo. A transcrição de trecho do acórdão recorrido, no início ou no final das razões de Revista ou, ainda, a mera transcrição integral dos fundamentos adotados, com a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, não atende à exigência, sendo necessário que a parte promova a correlação das teses discutidas. Com efeito, a nova técnica estabelecida exige que a demonstração da violação legal/constitucional, da contrariedade a súmula ou da divergência jurisprudencial seja feita de forma analítica, com a indicação do ponto impugnado e a correspondente dedução dos motivos pelos quais se entende que aquele ponto da decisão implica violação legal/constitucional ou diverge de outro julgado. Desatendidos os requisitos de admissibilidade da Revista, não se conhece do Recurso de Revista. Recurso de Revista não conhecido (RR - 361-59.2015.5.19.0059, Relatora Ministra: Maria de Assis Calsing, Data de Julgamento: 03/08/2016, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 05/08/2016).

O entendimento pacífico no âmbito do TST é de que é imperioso que as razões recursais demonstrem de maneira explícita, fundamentada e analítica a divergência jurisprudencial ou a violação legal. Dessa forma, recursos com fundamentações genéricas, baseadas em meros apontamentos de dispositivos tidos como violados, e sem a indicação do ponto/trecho da decisão recorrida que a parte entende ser ofensivo à ordem legal ou divergente de outro julgado, não merecem seguimento. (Ag-AIRR-1857-42.2014.5.01.0421, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz José Dezena da Silva, DEJT 16/03/2020; AIRR-554-27.2015.5.23.0071, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 21/02/2020; Ag-AIRR-11305-82.2017.5.15.0085, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 13/03/2020; Ag-AIRR-187-92.2017.5.17.0008, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 13/03/2020; Ag-AIRR-101372-41.2016.5.01.0078, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado João Pedro Silvestrin, DEJT 13/03/2020; Ag-AIRR-12364-39.2015.5.01.0482, 6ª Turma, Relatora Ministra Kátia Magalhães Arruda, DEJT 13/03/2020; RR-1246-80.2010.5.04.0701, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 08/11/2019; Ag-AIRR-10026-97.2016.5.15.0052, 7ª Turma, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 21/02/2020; RR-2410-96.2013.5.03.0024, 8ª Turma, Relator Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 12/04/2019).

Prosseguindo no exame, nas alegações recursais em que devidamente transcrito o trecho do acórdão e feito corretamente o cotejo analítico, infere-se das razões recursais que a parte pretende reexaminar fatos e provas, como se observa dos seguintes trechos:

"Ressalta-se que, mesmo considerando que o aparelho radiológico móvel possui menor técnica radiográfica, RESTOU COMPROVADO NAQUELES AUTOS QUE AS RÉS AUXILIAVAM O TÉCNICO DE RADIOLOGIA NA CONTENÇÃO/NO POSICIONAMENTO DOS PACIENTES, PERMANECENDO, PORTANTO, A MENOS DE 2 (DOIS) METROS DO APARELHO RADIOLÓGICO, RECEBENDO DIRETAMENTE O FEIXE DE RADIAÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA SEM UTILIZAR QUALQUER TIPO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO.

Além disso, restou evidenciado que, quando as rés estavam atendendo a pacientes em procedimento urgentes em leitos lindeiros, nem sempre ouviam o técnico avisar dos disparos, não podiam obstar o procedimento em curso, tendo em vista, inclusive, o caráter intensivo de atendimento prestado no setor de UTI. Do mesmo modo, nem sempre conseguiam ir se proteger atrás do biombo, do tamanho de uma porta. Em todas essas ocasiões permaneciam, também, de 1 (um) a 2 (dois) metros do aparelho de raio x, conforme se depreende da prova testemunhal."

Assim, não se admite o recurso de revista interposto por força do que dispõe a Súmula n. 126 do TST.

Finalmente, quanto aos honorários assistenciais, acrescenta-se que se trata dematéria acessória, como expressamente reconhecido nas razões recursais (fls. 33-4), o que inviabiliza a análise de admissibilidade do recurso, à luz do art. 896 da CLT.

Nego seguimento ao recurso nos itens "DA NULIDADE DO FEITO POR CERCEAMENTO DE DEFESA - INDEFERIMENTO DA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA TÉCNICA", "DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL", "DA INAPLICABILIDADE DA PORTARIA N.º 595 DO MTE - DA INVALIDADE E/OU DA INEFICÁCIA - DOS VÍCIOS DE FORMAÇÃO - DA IMPOSSIBILIDADE DE RESTRIÇÃO DE DIREITOS TRABALHISTAS - DA CONDIÇÃO MAIS BENÉFICA - DA IRREDUTIBILIDADE SALARIAL", "DA LIMITAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO - A PARTIR DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA" e "DOS HONORÁRIOS ASSISTENCIAIS".

CONCLUSÃO
Nego seguimento".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL", "CERCEAMENTO DE DEFESA", "ADICIONAL DE PERICULOSIDADE" e "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Não prospera a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que o egrégio Tribunal Regional atendeu ao comando dos artigos 832 da CLT, 489 do NCPC (458 do CPC) e 93, IX, da Constituição Federal e entregou a entrega jurisdicional que entendeu pertinente e se manifestou sobre todos os aspectos que inferiu relevantes para o deslinde da causa, inclusive complementando sua decisão no julgamento dos aclaratórios. A decisão reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula nº 126 desta Corte.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Registre-se, ainda, que a parte recorrente apresentou divergência jurisprudencial para calcar o recurso de revista, contudo no que diz respeito ao conhecimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, também não é bastante a reprodução de arestos com que se pretende demonstrar divergência jurisprudencial. Com efeito, além dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT, a parte deve cumprir o art. 896, § 8º, da CLT, no sentido de "produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (Súmula 337 do TST). Ou seja, incumbe à parte efetuar o cotejo analítico da decisão recorrida com a decisão paradigma, de forma a demonstrar que há dissenso interpretativo nas normas que regem uma mesma situação.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento aos agravos de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100945-46.2017.5.01.0551

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ETIENE DIEGO DE CAMPOS NETTO
Advogado	Dr. Hércules Anton de Almeida(OAB: 59505-A/RJ)
Advogado	Dr. Juliano Moreira de Almeida(OAB: 88851-A/RJ)
Advogado	Dr. Emerson Bernardo Pereira(OAB: 60166-A/RJ)
Agravado	SÃO JOÃO BATISTA TRANSPORTE E TURISMO LTDA. E OUTRO
Advogado	Dr. Mario Luiz da Silva Correa(OAB: 180388-A/RJ)
Agravado	MUNICÍPIO DE BARRA MANSA
Procurador	Dr. Daniel Pereira Resende

Intimado(s)/Citado(s):

- ETIENE DIEGO DE CAMPOS NETTO
- MUNICÍPIO DE BARRA MANSA
- SÃO JOÃO BATISTA TRANSPORTE E TURISMO LTDA. E OUTRO

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 138/149) interposto pela reclamada contra a decisão de fls. 134/135, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta ou de contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho, em parecer exarado às fls. 169/171, opinou pelo desprovimento do apelo.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 18) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 12/02/2021 e apelo protocolado em 01/03/2021), sendo inexigível o preparo.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO" e "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO".
No que se refere ao primeiro tema, a reclamante sustenta, em síntese, que o não pagamento das verbas rescisórias caracteriza dano moral in re ipsa, pugnando pela indenização correspondente. Alega ofensa aos artigos 1º, III e IV, 5º, V e X, 7º, 170, caput, 193 da Constituição Federal e 8º da CLT.
O Regional consignou que: "Ab initio, impende destacar que não há prova do meramente alegado descumprimento da obrigação de recolhimentos ao FGTS e das contribuições previdenciárias ao longo do pacto. Mas ainda que assim não fosse, que o mero descumprimento de obrigações contratuais, como o não pagamento das verbas resilitórias, não é causa eficiente e automática do abalo moral, se não alegado e comprovado, de forma inequívoca, o nexo de causalidade existente entre o inadimplemento e o alegado abalo de ordem emocional." (fls. 114/115).

Verifico, dessa forma, que a tese acima exposta encontra-se em conformidade com a jurisprudência desta Corte, que possui o entendimento de que o atraso ou ausência do pagamento das verbas rescisórias não configura, por si só, dano moral:

"RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA OU ATRASO NA QUITAÇÃO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. 1. Consoante jurisprudência desta Corte superior, a ausência ou o atraso no pagamento das verbas rescisórias não configura, por si só, dano moral, gerando apenas a incidência da multa prevista no artigo 477, § 8º, da Consolidação das Leis do Trabalho. 2. O dano moral fica caracterizado apenas quando evidenciada a violação dos direitos da personalidade do reclamante, mediante a demonstração de consequências concretas, danosas à imagem e à honra do empregado, decorrentes do atraso. Precedentes. 3. Recurso de embargos a que se nega provimento" (TST-E-RR-571-13.2012.5.01.0061, SbDI-1, Rel. Min. Lelio Bentes Correa, DEJT de 29/04/2016).

Assim, incidem os óbices da Súmula 333 do TST e do artigo 896, § 7º, da CLT, de forma que se tem por inviável o prosseguimento do apelo.
No que concerne ao segundo tópico ("Responsabilidade subsidiária. Concessão de serviço público"), o reclamante pugna pela imputação de responsabilidade subsidiária ao ente público. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema e contrariedade à Súmula 331, IV, do TST.
No acórdão consta que "Assim, não se confundem os institutos da "terceirização", onde o ente público contrata serviços junto a pessoa jurídica interposta, e da "concessão", em que a Administração Pública delega a prestação de serviço público a pessoa jurídica diversa, mediante descentralização administrativa. (...) Como se vê do parágrafo único do artigo 31 da Lei n. 8.987/1995, não há relação jurídica alguma entre os trabalhadores contratados pela concessionária e o ente público concedente do serviço público. Assim, como bem observado pela D. Magistrada a quo, não sendo o ente público o tomador do serviço prestado, mas sim o concedente do serviço público, não há que se falar na responsabilização subsidiária a que se refere a Súmula n. 331 do C. TST." (fls. 116/117).
Assim, constata-se a conformidade do acórdão regional com a jurisprudência desta Corte, firme no sentido de que o ente público concedente não responde pelos débitos trabalhistas das concessionárias, ainda que tenha havido intervenção daquele nas atividades destas:

"(...) II - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE TERCEIRIZAÇÃO. INAPLICABILIDADE DO ENTENDIMENTO SEDIMENTADO NA SÚMULA Nº 331, V, DO TST. 1. O Tribunal Regional deu provimento ao recurso ordinário da reclamante para reconhecer a responsabilidade subsidiária do Município de Erechim pelos créditos deferidos na reclamação trabalhista à reclamante. Segundo a Corte de origem, o contrato de concessão de serviços públicos não afasta a responsabilização de forma subsidiária do ente municipal, quando constatada a culpa in vigilando. 2. No caso, o contrato firmado entre a empresa reclamada e o Município de Erechim é de concessão de serviço público para exploração de áreas de estacionamento em vias e logradouros públicos do município. Em situações como a dos autos, esta Corte tem se posicionado no sentido de que, ainda que tenha ocorrido a intervenção, o Ente Público não se equipara ao tomador dos serviços uma vez que não se beneficia direta ou indiretamente da mão de obra do trabalhador, resultando afastada a hipótese de terceirização e por conseguinte inaplicável a Súmula 331, V, do TST. 3. Não há responsabilidade do ente público pelas verbas trabalhistas inadimplidas por concessionário de serviço público. Recurso de revista conhecido e provido" (TST-RR-20011-10.2017.5.04.0522, 2ª Turma, Rel.ª Min.ª Delaide Miranda Arantes, DEJT de 18/12/2020);

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA SOB A ÉGIDE DA LEI 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA NÃO RECONHECIDA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL. OJ TRANSITÓRIA 66 DA SDI-1 DO TST. APLICAÇÃO POR ANALOGIA. O Regional manteve a sentença que não reconheceu a responsabilidade subsidiária da entidade pública. Considerou que não há responsabilidade subsidiária do poder concedente de serviço público quanto às obrigações trabalhistas inadimplidas pela concessionária contratada, por não se tratar de terceirização de mão de obra, aplicando por analogia a OJ Transitória 66 da SDI-1 do TST. O reclamante insiste na responsabilidade subsidiária, sustentando tratar-se de atividade essencial. O exame prévio dos critérios de transcendência do recurso de revista revela a inexistência de qualquer deles a possibilitar o exame do apelo no TST. A par disso, irrelevante perquirir a respeito do acerto ou desacerto da decisão agravada, dada a inviabilidade de processamento, por motivo diverso, do apelo anteriormente obstaculizado. Agravo de instrumento não provido" (TST-AIRR-509-91.2016.5.12.0039, 6ª Turma, Rel. Min. Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT de 24/09/2021);

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DE LEI Nº 13.467/2017. ADMISSIBILIDADE. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE COLETIVO. SÚMULA Nº 331 DO TST. INAPLICABILIDADE. DECISÃO REGIONAL EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. Na concessão de serviço público - transporte coletivo - o ente da administração pública figura apenas na qualidade de administrador concedente, e não como tomador de serviços. Assim, não configura prestação de serviços terceirizados, segundo o entendimento cristalizado na Súmula nº 331 do TST, o que exclui a pretensão de responsabilizá-lo de forma subsidiária. Aplicação analógica da OJ Transitória nº 66 da SDI-1 desta Corte. Agravo de instrumento conhecido e não provido" (TST-AIRR-189-07.2016.5.12.0018, 8ª Turma, Rel. Des. Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT de 02/07/2021).

Novamente, atrai-se a aplicação dos óbices da Súmula 333 do TST e 896, § 7º, da CLT.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0101359-56.2019.5.01.0201

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS
Procurador	Dr. Simão Veríssimo Mello Vieira
Agravado	CLAUDIO DA SILVA
Advogada	Dra. Alessandra Rodrigues de Oliveira(OAB: 138581-A/RJ)
Agravado	COOPECLEAN - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS DE ASSEIO E CONSERVACAO EM GERAL
Advogado	Dr. Marcus Vinícius Garcia Gregores(OAB: 93400-A/RJ)
Advogado	Dr. Edmilson Ferreira do Nascimento(OAB: 170041-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIO DA SILVA
- COOPECLEAN - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS DE ASSEIO E CONSERVACAO EM GERAL
- MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 401/422) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 396/399).
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não conhecimento do agravo de instrumento (fls. 446/447).
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 10/05/2021 e apelo protocolado em 20/05/2021), sendo inexigível o preparo.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, ante o registro no acórdão de que o tomador de serviços não produziu nenhuma prova de que tivesse cumprido sua obrigação de fiscalizar o cumprimento

das obrigações trabalhistas devidas por seu contratado, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Contudo, não cuidou o Município de anexar de anexar aos autos qualquer documento que evidencie mínima fiscalização do pacto celebrado com a primeira ré, especialmente no que concerne ao cumprimento das obrigações trabalhistas.
Impõe observar que o dever de fiscalizar não decorre apenas da Lei, mas, também, do próprio pacto de prestação de serviços, e que, por força da função social do contrato, alcança os interesses da sociedade e dos trabalhadores terceirizados, aos quais interessa uma fiscalização eficiente." (fls. 357).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0011942-98.2019.5.15.0073

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/SP
Procuradora	Dra. Deise Carolina Muniz Rebello
Agravado	ARIADNE SANCHEZ FABRIZZI E OUTRAS
Advogado	Dr. Gustavo Chichinelli da Rocha(OAB: 346502-A/SP)
Agravado	OPORTUNITH PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ARIADNE SANCHEZ FABRIZZI E OUTRAS
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/SP
- OPORTUNITH PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI - ME

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 422/434) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 401/403).
Contraminuta às fls. 443/448 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 449/459.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não provimento do agravo de instrumento (fls. 465/469).
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 16/08/2021 e apelo protocolado em 21/08/2021), sendo inexigível o preparo.
O segundo reclamado, ora agravante, renova o inconformismo acerca da matéria "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO".
Contudo, não obstante as alegações recursais, verifica-se que, às fls. 379/383, a parte agravante transcreveu integralmente o tópico recorrido, sem efetuar nenhum destaque.
A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º -A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA . Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"[...] III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do

acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido [...]" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/05/2021 - destaque acrescido).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100644-29.2018.5.01.0078

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	LUIZ CARLOS GUILHERME DIAS
Advogada	Dra. Denise Lorentz Leal(OAB: 91992-A/MG)
Agravado	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
Advogada	Dra. Sílvia dos Santos Correia(OAB: 90508-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
- LUIZ CARLOS GUILHERME DIAS

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

Nos termos da Súmula 218/TST, incabível a interposição de recurso de revista em decisão proferida em autos de agravo de instrumento.
CONCLUSÃO
NEGO seguimento aorecurso de revista.
Publique-se e intime-se.

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão regional que negou provimento a agravo de instrumento.
Em face do disposto na Súmula 218 do TST, segundo a qual "é incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento", não merece reparos a decisão regional negativa de admissibilidade.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0020463-81.2015.5.04.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	Dr. Guilherme Marques Fogaça
Agravado	CLAIR AMENGUAL MACHADO
Advogada	Dra. Leila Lima de Souza Harthmann(OAB: 45723-A/RS)
Agravado	A. M. I. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- A. M. I. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
- CLAIR AMENGUAL MACHADO
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 455/466) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 444/447).
Contraminuta às fls. 474/481.
O Ministério Público do Trabalho oficiou pelo prosseguimento do feito (fls. 487/489).
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 26/07/2021 e apelo protocolado em 18/08/2021), sendo inexigível o preparo.
A segunda reclamada renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à

fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"No presente caso, a análise do conjunto probatório dos autos permite concluir pela caracterização da culpa in vigilando do ente público tomador dos serviços, em razão da existência de elementos indicativos de que não foram corretamente executados o acompanhamento e a fiscalização da execução dos referidos contratos, tanto que a condenação estabelecida na sentença abarca o pagamento de: "a) saldo de salário, aviso prévio indenizado de 30 dias, 13º salário proporcional, férias proporcionais com 1/3 e FGTS com 40%; b) valores a título de FGTS da contratualidade; c) cesta alimentação e vale-alimentação no valor de R$ 90,00 e R$ 135,00 respectivamente; d) multa normativa de 10% sobre o salário normativo; e) indenização por dano moral (R$ 1.000,00); f) multas dos artigos 467 e 477 da CLT;" (decisum, fl. 254)."(fls. 430)

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a

responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.

Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0020691-55.2015.5.04.0751

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	COMERCIAL SUL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. E OUTRA
Advogado	Dr. Tiago Fernández Robinson(OAB: 43150-A/RS)
Agravante e Agravado	ELISEO JORGE SPOHR
Advogado	Dr. Maurício Oliveira de Almeida(OAB: 71826/RS)
Agravado	MARCO ANTÔNIO LENZ
Advogado	Dr. Santo Onei Puhl Martini(OAB: 46008-A/RS)
Agravado	GP CATARINENSE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. E OUTROS
Advogado	Dr. Maurício Oliveira de Almeida(OAB: 71826/RS)
Agravado	REDE RIO SUL DE PNEUS LTDA. - ME
Agravado	PORTAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.
Agravado	CALLEGARO TRANSPORTES LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CALLEGARO TRANSPORTES LTDA.
- COMERCIAL SUL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. E OUTRA
- ELISEO JORGE SPOHR
- GP CATARINENSE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. E OUTROS
- MARCO ANTÔNIO LENZ
- PORTAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.
- REDE RIO SUL DE PNEUS LTDA. - ME

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento aos seus recursos de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

Recurso de: ELISEO JORGE SPOHR
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Superada a apreciação dos pressupostos extrínsecos, passo à análise do recurso.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Solidária / Subsidiária.
Alegação(ões):
- violação do art. 50 do Código Civil.
Outras alegações:
- violação à CLT e ao CPC.
Não admito o recurso de revista no item.
Não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte (art. 896, § 1º-A, CLT).
Na análise do recurso, evidencia-se que a parte não observou o ônus que lhe foi atribuído pela lei, na medida em que não estabeleceu o confronto analítico em relação ao dispositivo de lei invocados.
Ainda, a análise de divergência jurisprudencial sobre o tema se torna inviável quando a parte não procede ao cotejo analítico entre a tese do Tribunal Regional e cada um dos paradigmas trazidos à apreciação.
O entendimento pacífico no âmbito do TST é de que é imperioso que as razões recursais demonstrem de maneira explícita, fundamentada e analítica a divergência jurisprudencial ou a violação legal. Dessa forma, recursos com fundamentações genéricas, baseadas em meros apontamentos de dispositivos tidos como violados, e sem a indicação do ponto/trecho da decisão recorrida que a parte entende ser ofensivo à ordem legal ou divergente de outro julgado, não merecem seguimento. (Ag-AIRR-1857-42.2014.5.01.0421, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz José Dezena da Silva, DEJT 16/03/2020; AIRR-554-27.2015.5.23.0071, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 21/02/2020; Ag-AIRR-11305-82.2017.5.15.0085, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 13/03/2020; Ag-AIRR-187-92.2017.5.17.0008, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 13/03/2020; Ag-AIRR-101372-41.2016.5.01.0078, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado João Pedro Silvestrin, DEJT 13/03/2020; Ag-AIRR-12364-39.2015.5.01.0482, 6ª Turma, Relatora Ministra Kátia Magalhães Arruda, DEJT 13/03/2020; RR-1246-80.2010.5.04.0701, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 08/11/2019; Ag-AIRR-10026-97.2016.5.15.0052, 7ª Turma, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 21/02/2020; RR-2410-96.2013.5.03.0024, 8ª Turma, Relator Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 12/04/2019).
Nestes termos, nego seguimento ao recurso.
CONCLUSÃO
Nego seguimento.
Intime-se.
Recurso de: COMERCIAL SUL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e outro(s)
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Superada a apreciação dos pressupostos extrínsecos, passo à análise do recurso.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Negativa de Prestação Jurisdicional.
Alegação(ões):
violação do art. 93, IX, da Constituição Federal.
- violação do art. 489, IV, do CPC e do art. 832 da CLT.
- divergência jurisprudencial.
Não admito o recurso de revista no item.
Em relação à arguição de nulidade do julgado, por negativa de prestação jurisdicional, não há como receber o recurso. As questões suscitadas foram enfrentadas pelo Tribunal, que adotou tese explícita a respeito, não verificada afronta ao art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, art. 489 do CPC e art. 832 da CLT. Dispensada a análise das demais alegações, na esteira do entendimento traçado na Súmula 459 do TST.
Nego seguimento.
Responsabilidade Solidária / Subsidiária / Grupo Econômico.
Alegação(ões):
violação do(s) art(s). 5º, II, da Constituição Federal.
- violação do(s) art(s). 2º, § 2º, da CLT.
- divergência jurisprudencial.
Consta do Acórdão:
"Conforme laudo contábil (Id-3c2ac0f), o perito, ao analisar a CTPS do autor, referiu que este foi admitido na primeira ré em 04/12/2006 e demitido em 31-03-2014, enquanto foi admitido na segunda reclamada um dia depois, em 01/04/2014, sendo dispensado em 13/04/2015. Os curtos períodos de tempo entre a demissão e admissão do reclamante levam à conclusão de que não houve efetiva solução de continuidade na prestação de serviços.
Ademais, o perito do Juízo referiu que as duas primeiras reclamadas atuam no ramo de comércio e revenda de pneus, câmaras de ar, partes, peças e acessórios para veículos, máquinas e implementos agrícolas, veículos automotores, novos e usados, serviço de transporte rodoviário, e a prestação de serviços para os produtos anteriormente descritos, podendo atuar tanto no varejo como no atacado.
(...)
As reclamadas apresentam sócios em comum, estando demonstrado nos autos que havia um controle e comando centralizado, o que confirma a relação entre as empresas. O grupo econômico se forma entre dois ou mais entes favorecidos direta ou indiretamente pelo mesmo contrato de trabalho, em decorrência de existir entre esses entes laços de direção ou coordenação em face de atividades industriais, comerciais, financeiras, agroindustriais ou de qualquer outra natureza econômica.
(...)
Em julgamento do processo nº 0000167-76.2011.5.04.0751, em 11-12-2018, da lavra da Desembargadora Tânia Rosa Maciel de Oliveira, a 2ª Turma deste TRT acolheu as conclusões da sentença no seguinte sentido: (...) 'Assim, seja pela existência de sócios em comum, aparacendo com maior frequência o sobrenome Spohr, seja por estarem todas localizadas em endereços onde consta na internet como loja da GP PNEUS, aliado à conclusão do perito contábil no sentido de que nada contraria a alegação de que as reclamadas sejam grupo econômico, tenho que, para efeitos de responsabilização trabalhista, as reclamadas, exceto o primeiro, excluído, configuram grupo econômico, consoante previsto no art. 2º, § 2º da CLT, o que declaro, pelo que respondem solidariamente pelas pretensões veiculadas na presente reclamatória'". (negrito no original)
Não admito o recurso de revista no item.
Infere-se da transcrição do acórdão que a controvérsia foi decidida com base nos elementos de prova contidos nos autos. Assim, a admissibilidade do recurso de revista encontra óbice na Súmula nº 126 do TST, restando prejudicada a análise das alegações atinentes à matéria.
Nego seguimento ao recurso quanto ao tópico "PRIMEIRO FUNDAMENTO. GRUPO ECONÔMICO. VIOLAÇÃO LEGAL".
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário / Diferença Salarial / Salário por Fora - Integração.
Alegação(ões):
- violação do art. 818, I, da CLT, e do art. 373, I, do CPC.
Não admito o recurso de revista no item.
O acórdão aduz expressamente que "a prova é clara no sentido de que o reclamante recebia valores "por fora" pela parte reclamada, ou seja, valores que não constaram dos recibos de pagamento ".
A matéria de insurgência exige a incursão do julgador no contexto fático-probatório dos autos, inadmissível na esfera recursal de natureza extraordinária, a teor do que dispõe a Súmula 126 do TST.
Acrescente-se que somente tem relevância a alegação de violação do disposto nos arts. 818 da CLT e 373, I, do CPC em um contexto de ausência de provas ou provas insuficientes, quando então se aplicam as regras de distribuição do ônus da prova. Esse não é o caso dos autos, no qual a questão foi dirimida com base na valoração da prova produzida.
Assim, nego seguimento ao recurso quanto ao item "SEGUNDO FUNDAMENTO. PAGAMENTO DE SALÁRIO "POR FORA". VIOLAÇÃO LEGAL".
Duração do Trabalho / Horas Extras.
Alegação(ões):
- divergência jurisprudencial.
Consta do Acórdão:
"Para que o empregado esteja incluído na exceção de que trata o artigo 62, inciso I, da CLT, não basta que haja o labor externo sem o registro da jornada, mas sim que o empregado possa dispor do tempo como entender conveniente, sem ingerência por parte do empregador. O fato de este intervir nas atividades diárias do empregado, determinando os serviços externos que o empregado deve realizar, e controlando a localização e os serviços prestados pelo obreiro por meio de rastreador, configura, em regra, controle de jornada capaz de afastar a aplicação do dispositivo legal". (destaquei)
Não admito o recurso de revista no item.
Verifica-se que a controvérsia foi decidida com base nos elementos de prova contidos nos autos. A admissibilidade do recurso de revista encontra óbice na Súmula 126 do TST, restando prejudicada a análise das alegações atinentes às matérias.
Nestes termos, nego seguimento ao recurso quanto ao tópico "TERCEIRO FUNDAMENTO. HORAS EXTRAS. RASTREADOR VEICULAR. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL".
CONCLUSÃO
Nego seguimento.

Quanto às reclamadas, o recurso de revista mostra-se inviável.
No tocante ao tema "negativa de prestação jurisdicional", verifico que a decisão recorrida, ainda que contrária aos interesses da parte, está devidamente fundamentada no tocante ao grupo econômico, não havendo falar em sua nulidade.
Em relação aos temas "salário por fora" e "horas extras", incide o óbice da Súmula 126/TST.
Preclusa a matéria não renovada no agravo de instrumento ("responsabilidade solidária - grupo econômico").
Quanto ao reclamado, o recurso de revista mostra-se igualmente inviável, porquanto, no tocante ao tema "responsabilidade solidária",

não há violação literal dos arts. 2º da CLT e 50 do CC, conforme exige o art. 896, "c", da CLT. Quanto à divergência jurisprudencial, incidem as Súmulas 296, I, e 337 do TST.
Destarte, observa-se que as partes agravantes não obtiveram êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento aos agravos de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0020789-39.2019.5.04.0124

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	RAGI ROGERIO MACHADO - ME
Advogado	Dr. Anderson Couto Timm(OAB: 102097-A/RS)
Advogado	Dr. Yago Leitune Pacheco(OAB: 114542-A/RS)
Agravado	DOUGLAS SANTOS DOS SANTOS
Advogado	Dr. Halley Lino de Souza(OAB: 54730-A/RS)
Advogado	Dr. Luana Souza de Lima(OAB: 91984-A/RS)
Advogado	Dr. Cassio Cardoso da Silva(OAB: 81369-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DOUGLAS SANTOS DOS SANTOS
- RAGI ROGERIO MACHADO - ME

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Processo e Procedimento / Revelia.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Não admito o recurso de revista noitem.
O cabimento do recurso de revista interposto contra decisão proferida em causa sujeita ao rito sumaríssimo está restrito aos casos de violação direta a dispositivo da Constituição Federal, contrariedade a súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou contrariedade a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 896, § 9º, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.015/2014.
Evidencia-se que a parte não observou as disposições do art. 896, § 1º-A, da CLT, com a redação dada pela Lei 13.015/14, na medida em que não estabeleceu o confronto analítico entre os fundamentos da decisão recorrida e os preceitos constitucionais que entende violados, relacionando-os ao trecho que consubstancia o prequestionamento da controvérsia. Quanto às demais alegações, inviável a análise em face da restrição referida.
De toda sorte, não constato violação aos dispositivos da Constituição Federal invocados, em face aos fundamentos da decisão que aponta o entendimento da Turma acerca das matérias e em análise da situação fática e probatória dos autos, circunstância que obsta a admissão do recurso pelo critério previsto na alínea "c" do art. 896 da CLT.
Ainda, verifico que a matéria de insurgência exige a incursão do julgador no contexto fático-probatório dos autos, inadmissível na esfera recursal de natureza extraordinária, a teor do que dispõe a Súmula 126 do TST.
Pelo exposto, nego seguimento aos itens elencados.
CONCLUSÃO
Nego seguimento."

Não há ofensa aos princípios constitucionais ou violação lei federal, quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "revelia" e "honorários sucumbenciais", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas na Súmula 126 do TST e no art. 896, §§ 1º-A e 9º, c, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela

qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100270-45.2017.5.01.0014

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	NL TRANSPORTES LTDA - ME
Advogado	Dr. Bruno Luiz de Medeiros Gameiro(OAB: 135639-A/RJ)
Agravado	GILBERTO BRAZ DA SILVA
Advogado	Dr. Luzevir Luan Rodrigues da Silva(OAB: 143513-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- GILBERTO BRAZ DA SILVA
- NL TRANSPORTES LTDA - ME

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 669/687) interposto pela executada contra a decisão de fls. 666/667, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às fls. 693/698 e 702/707, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 538) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 04/02/2021 e apelo protocolado em 18/02/2021).
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "RECUPERAÇÃO JUDICIAL DECRETADA APÓS A RESCISÃO CONTRATUAL. LIBEERAÇÃO DE VALORES".
A executada sustenta, em síntese, que, em razão do princípio da universalidade, todos os créditos devem ser habilitados perante a Vara de Recuperação Judicial. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema e violação dos artigos 5º, caput, XXII e XXIII, da Constituição Federal e 6º, caput, §§ 1º e 2º, e 76, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005.
O Regional consignou:

"O conjunto probatório produzido nos autos evidencia que as Reclamadas ajuizaram pedido de recuperação judicial no dia 23/09/2019, que encontra-se em tramitação na 5ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, tombada sob o nº 0238149-15.2019.8.19.0001, tendo sido deferido o processamento da recuperação judicial em 24/10/2019 (Id a33bc12).
No entanto, in casu, é possível verificar que os bloqueios de ativos financeiros das Reclamadas foram efetuados em fevereiro/2019 (Id e938eb7), setembro/2019 (Id ea12871) e outubro/2019 (Id 3ba6ec3), antes, portanto, do deferimento da recuperação judicial das Rés, quando as empresas ainda possuíam a disponibilidade de seus bens, ficando os valores bloqueados à disposição do juízo trabalhista.
Assim sendo, e considerando que os bloqueios são anteriores à recuperação judicial, não há razão para que esses valores sejam direcionados ao juízo recuperacional, já que não mais integravam o patrimônio das Executadas, estando disponíveis ao Juízo Trabalhista para quitação do crédito exequendo.
Tal circunstância torna esta Justiça Especializada competente para promover os atos executórios em relação à quantia bloqueada.
Não há falar, pois, em violação aos princípios da isonomia e do par conditio creditorum.
Nesse contexto, reputo correto o MM. Juízo de primeiro grau ao determinar a liberação do valores constritos ao Exequente." (fls. 627/628).

Nesse diapasão, esta Corte entende que, quando o bloqueio de valores se dá antes da decretação da recuperação judicial, não há falar em habilitação desses valores no juízo falimentar:

"RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA DO IMPETRANTE. ATO COATOR QUE DETERMINOU O BLOQUEIO DE VALORES . EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL . COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL PARA DISPOR SOBRE TAIS VALORES . Trata-se de Mandado de Segurança impetrado contra ato praticado por juiz trabalhista que, após o deferimento da recuperação judicial da impetrante, determinou o bloqueio de valores de sua conta corrente, a fim de garantir a execução provisória em demanda trabalhista. Diante dos termos dos arts. 6.º, § 2.º, e 76, caput , da Lei n.º 11.101/2005, é possível inferir que cabe ao juízo universal da falência/recuperação judicial apreciar as questões que versem sobre os bens, interesses e negócios do falido ou da empresa em recuperação judicial. Assim, conquanto não tivesse esta Justiça Especializada a competência para determinar o bloqueio de valores após a decretação da recuperação judicial, não está igualmente autorizada a proceder à liberação do montante bloqueado, visto que, de acordo com o ordenamento pátrio, cabe ao juízo universal da falência/recuperação judicial se manifestar sobre qualquer aspecto que esteja relacionado aos bens da empresa que se encontra em recuperação judicial. Nesse contexto, afigura-se

acertada a decisão ora recorrida que, concedendo apenas parcialmente a segurança, determinou que fossem colocados à disposição do juízo em que se processa a recuperação judicial os bens constritos, cabendo a ele se manifestar sobre o pedido de restituição. Recurso Ordinário conhecido e não provido" (TST-RO-21245-75.2016.5.04.0000, SbDI-2, Rel. Min. Luiz Jose Dezena da Silva, DEJT de 13/09/2019);

"RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. TUTELA DE URGÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. BLOQUEIO DE VALORES EM CONTA CORRENTE APÓS A DECLARAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IRREGULARIDADE DO PROCEDIMENTO ADOTADO. PROBABILIDADE DO DIREITO E PERIGO DO DANO CONFIGURADOS. IMPOSSIBILIDADE DE LIBERAÇÃO DO VALOR BLOQUEADO. DETERMINAÇÃO DE QUE O MESMO SEJA COLOCADO À DISPOSIÇÃO DO JUÍZO EM QUE SE PROCESSA À RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. Nos termos do art. 300 do CPC, "a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo" . 2 . No caso, a probabilidade do direito pode ser aferida à luz da plausibilidade das alegações articuladas pela executada, no sentido de demonstrar a irregularidade do procedimento adotado em sede de execução. Com efeito, da leitura do acórdão regional depreende-se que o bloqueio de valores na conta corrente da executada ocorreu após o deferimento da tramitação da sua recuperação judicial. Contudo, nos termos do art. 6º da Lei 11.101/2005, declarada a recuperação judicial da empresa reclamada, a Justiça do Trabalho não detém competência para a prática de qualquer ato de execução. 3 . Por outro lado, o perigo da demora também restou suficientemente demonstrado, considerado o alto valor bloqueado desde 08.07.2016, superior a seis milhões. 5 . Restam presentes, pois, os elementos autorizadores da tutela de urgência, de modo que o Tribunal Regional, ao manter a decisão monocrática em que indeferido o respectivo pedido, violou o art. 5º, LIV, da CF. 6 . No mérito, não obstante reconhecida a irregularidade do procedimento adotado em sede de execução, no sentido de bloquear mais de seis milhões da conta corrente da executada após a declaração da sua recuperação judicial, não há como autorizar a liberação do valor bloqueado. 7 . Com efeito, conforme decidido pela SDI-II desta Corte ao julgamento do RO-21245-75.2016.5.04.0000, também relativo à OI S.A., "conquanto não tivesse esta Justiça Especializada a competência para determinar o bloqueio de valores após a decretação da recuperação judicial, não está igualmente autorizada a proceder à liberação do montante bloqueado, visto que, de acordo com o ordenamento pátrio, cabe ao juízo universal da falência/recuperação judicial se manifestar sobre qualquer aspecto que esteja relacionado aos bens da empresa que se encontra em recuperação judicial" (Relator Ministro Luiz José Dezena da Silva, DEJT 13/09/2019). 8 . Assim, defere-se parcialmente o pedido formulado em tutela de urgência para, reconhecida a incompetência da Justiça do Trabalho para o bloqueio de valores da executada após a declaração de sua recuperação judicial, determinar que os valores bloqueados sejam colocados à disposição do juízo em que se processa a recuperação judicial, cabendo a ele se manifestar sobre o pedido de devolução. Recurso de revista conhecido e parcialmente provido" (TST-RR-22289-61.2018.5.04.0000, 1ª Turma, Rel. Min. Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 29/11/2019);

"(...) 6 - MASSA FALIDA. BLOQUEIO DE VALORES DETERMINADO EM SENTENÇA ANTES DA DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA. VALORES PERTENCENTES AO JUÍZO TRABALHISTA. LIBERAÇÃO PARA O JUÍZO FALIMENTAR INDEVIDA. É pacífico nesta Corte que a competência para prosseguir na execução contra empresa em processo de falência é do juízo falimentar, sendo a competência desta Especializada limitada à liquidação e declaração do crédito trabalhista. No entanto, na hipótese dos autos o bloqueio de valores foi determinado em sentença antes da decretação de falência das reclamadas, quando as empresas ainda possuíam a disponibilidade de seus bens, estando o dinheiro à disposição do juízo trabalhista. Assim, tendo sido o bloqueio anterior à decretação da falência não há razão para que esses valores sejam habilitados no juízo falimentar, uma vez que pertencem ao processo trabalhista. Incólumes os dispositivos apontados como violados. Precedentes . Recurso de revista não conhecido. (...) " (TST-RR-331-24.2012.5.07.0007, 2ª Turma, Rel.ª Min.ª Delaide Miranda Arantes, DEJT de 27/11/2015).

Dessa forma, tem-se por inviável o prosseguimento do apelo protocolado pela executada.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº RRAg-0100290-22.2019.5.01.0481

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante e Recorrido	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Fábio Gomes de Freitas Bastos(OAB: 168037-A/RJ)
Agravado e Recorrente	UTC ENGENHARIA S.A.
Advogado	Dr. Nathanael de Almeida Pinto(OAB: 319586-A/SP)
Agravado e Recorrido	WASHINGTON RODRIGUES DA SILVA
Advogado	Dr. Rodrigo Rodrigues Sarmanho(OAB: 131328-A/RJ)
Advogado	Dr. Leonardo Lessa Rabello(OAB: 115972-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A.
- WASHINGTON RODRIGUES DA SILVA

I - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA PRIMEIRA RECLAMADA [UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)]

Trata-se de recurso de revista (fls. 440/444) interposto pela primeira reclamada contra o acórdão de fls. 424/444 oriundo do TRT da 1ª Região.
Não houve apresentação de contraminuta ou de contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e

interposto tempestivamente, estando satisfeito o preparo.
A discussão travada no feito, o qual tramita sob o procedimento sumaríssimo, prende-se ao tema "MULTA PREVISTA NO ARTIGO 467 DA CLT. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL".
Todavia, interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, a parte recorrente deve indicar precisamente o trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
Verifico, porém, que a primeira reclamada não atendeu a esta exigência, pois efetuou a transcrição integral do tópico da decisão recorrida (fls. 477/478), sem qualquer destaque.
A SbDI-1 desta Corte já decidiu que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, os seguintes julgados:
"AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA. REGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DA ÍNTEGRA DA DECISÃO REGIONAL EM RELAÇÃO AO TEMA. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE. O cabimento de recurso de embargos contra acórdão de Turma se restringe às hipóteses previstas no art. 894, II, e § 2º, da CLT, não se considerando atual a divergência superada por iterativa e notória jurisprudência desta Corte, no sentido de que não preenche o requisito previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, a transcrição integral do acórdão regional em relação ao tema objeto do recurso de revista, sem o devido destaque quanto ao ponto em discussão. Agravo regimental a que se nega provimento [...]" (TST - AgR-E-ED-ED-ARR - 556-25.2013.5.12.0054, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, DEJT 19/12/2017 - destaque acrescido).
"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELAS LEIS Nos 13.015/2014 E 13.105/2015. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL EM RECURSO DE REVISTA DO CAPÍTULO DO ACÓRDÃO REGIONAL. 1. A Eg. 6ª Turma deu provimento ao recurso de revista da reclamada, para excluir a condenação ao pagamento de diferenças salariais referentes aos reflexos das horas extras nas folgas concedidas pela Lei nº 5.811/72. Concluiu que a parte "transcreveu em suas razões recursais o capítulo da decisão do Regional que estava impugnando (e não o inteiro teor desta), indicou os dispositivos tidos por violados e apresentou o confronto analítico entre eles, estando, portanto, preenchidos os requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT". 2. Não obstante, a transcrição pela parte, em recurso de revista, do inteiro teor do capítulo recorrido do acórdão regional, sem qualquer destaque, salvo se extremamente sucinto, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, por inexistir cotejo de teses. Precedentes. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 03/08/2018 - destaque acrescido).

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal fez constar que a decisão do Tribunal Regional quanto ao tema não é sucinta, ressaltando inclusive não ser o caso de aplicação do precedente desta Subseção firmado no julgamento do TST-E- ED-ARR-21322-31.2014.5.04.0202, DEJT de 15/12/2017, indicado como divergente pelo agravante. Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos, ante os termos da Súmula 296, I, do TST. Agravo conhecido e não provido" (TST- Ag-E-RR-1000832-47.2018.5.02.0602, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/02/2020).

Ante a inobservância do requisito legal, resta inviabilizado o exame do recurso de revista interposto pela primeira reclamada.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente recurso de revista, com fulcro nos artigos 896, § 14, da CLT e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA SEGUNDA RECLAMADA (PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS)

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 503/515) interposto pela segunda reclamada contra a decisão de fls. 487/489, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas pelo reclamante às fls. 523/526 e 492/502, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 229/233) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 26/08/2020 e apelo protocolado em 08/09/2020), estando regular o preparo.
A discussão travada no feito, o qual tramita sob o procedimento sumaríssimo, prende-se ao tema "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. PETROBRÁS. APLICAÇÃO DA LEI Nº 9.478/97 E DO DECRETO Nº 2.745/98".
A segunda reclamada pugna pela aplicação da Súmula 331, V, do TST, sob o argumento de que não há culpa in vigilando comprovada nos autos, ônus que cabia ao reclamante. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema, má aplicação da Súmula 331, IV, do TST, contrariedade à Súmula 331, V, do TST e violação dos artigos 37, XXI, e 173, § 1º, III, da Constituição Federal, 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, 77 da Lei nº 13.303/2016, 67 da Lei nº 9.478/1997, 818 da CLT e 373, I, do CPC.
O Regional consignou que:

"Registre-se, de plano, ser incontroversa a prestação de serviços do reclamante em benefício da 2ª ré através do contrato estabelecido com a 1ª reclamada.
(...)
Ocorre que a PETROBRAS, sociedade de economia mista federal, tem sempre sustentado em inúmeros processos judiciais não trabalhistas, inclusive junto ao e. Supremo Tribunal Federal, bem como em processos administrativos junto ao Tribunal de Contas da União, a não aplicação, a ela, das disposições da Lei de Licitações. Seus argumentos são no sentido de que com a edição da Lei nº 9.478/97, que visou regular a política energética nacional e as

atividades relativas ao monopólio do petróleo, passou a se submeter a um regime licitatório próprio, adequado à dinâmica do setor.
(...)
Constata-se, portanto, que a PETROBRAS vem utilizando argumentações contraditórias quando demanda judicialmente na Justiça do Trabalho e em outros ramos do mesmo Poder Judiciário, defendendo aqui a aplicação do art. 71 da Lei nº 8.666/93, com a intenção de se eximir da responsabilidade subsidiária, embora não utilize a Lei nº 8.666/93 nas suas contratações relativas à terceirização de serviços nas atividades-meio. Registre-se que nem a Lei nº 9.478/97, nem o Decreto nº 2.745/98, trazem qualquer previsão de isenção de responsabilidade subsidiária da Petrobras. Dessa forma, não há que se falar em excludente de responsabilização subsidiária por força da Lei nº 8.666/93, isso porque a exclusão da responsabilidade disposta no já citado artigo 71 da Lei nº 8.666/93 destina-se às hipóteses de realização de licitação nos moldes na mesma lei previstos. Significa dizer que tendo o ente público, observando o princípio da legalidade, submetido a escolha da contratada ao regular procedimento licitatório, é beneficiado com a exclusão de qualquer responsabilidade decorrente de inadimplências dessa mesma contratada, nos termos do referido artigo, o que não ocorre na espécie.
Ainda que assim não fosse, na hipótese dos autos a 2ª reclamada não faz prova de que a contratação da prestadora de serviços tenha se dado em decorrência de regular procedimento licitatório, ou enquadrado em uma das hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, o que, também por esta via, já permitiria a responsabilização.
No caso da PETROBRAS, portanto, a responsabilização subsidiária independe da comprovação de culpa do ente público, tendo em vista que o procedimento licitatório por ela utilizado não se subordina às regras previstas na Lei nº 8.666/93, isso porque a Lei nº 9.478/97, que disciplina a política energética nacional e as atividades relativas ao monopólio do petróleo, dispõe, em seu artigo 67, que:
"os contratos celebrados pela PETROBRAS, para aquisição de bens e serviços, serão precedidos de procedimento licitatório simplificado, a ser definido em decreto do Presidente da República (sem grifo na fonte) "
(...)
Por essa razão, não há como a PETROBRAS tentar furtar-se à responsabilidade pelos créditos decorrentes do trabalho prestado em seu benefício, na medida em que a exclusão da responsabilidade para os entes públicos está prevista no artigo 71 da Lei nº 8.666/93, o qual é inaplicável à referida entidade.
Assim, mostra-se inaplicável à PETROBRAS o artigo 71, §1º, da Lei nº 8.666/93, bem como o inciso V da Súmula nº 331, do TST, em razão da existência de regramento específico que afasta a incidência da Lei de Licitações em casos de terceirizações.
(...)
Ressalte-se que não há que se falar em limitação temporal da responsabilidade da segunda ré, posto que a 2ª ré não negou a prestação de serviços do reclamante em seu benefício durante todo o contrato de trabalho." (fls. 437/440 - g. n.).

Como se verifica, a tese consignada no acórdão de que não é aplicável à segunda reclamada os ditames do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 e da Súmula 331, V, do TST encontra-se em conformidade com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que, quando o contrato de trabalho teve início durante a vigência da Lei nº 9.478/1997 - caso dos autos, em que a prestação de serviços do reclamante iniciou-se em 2014 -, deve ser aplicável a Súmula 331, IV, do TST:

"EMBARGOS INTERPOSTOS PELO RECLAMANTE, SOB A ÉGIDE DA LEI N.º 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. PETROBRAS. APLICAÇÃO DA LEI Nº 9.478/97 E DO DECRETO Nº 2.745/98. SÚMULA N.º 331, IV, DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. 1 . O artigo 67 da Lei n.º 9.478/97 e seu respectivo Decreto n.º 2.745/98 estabeleceram o procedimento licitatório simplificado em favor da Petrobras, a partir do qual a aquisição de bens e os contratos de prestação de serviços seriam regidos por normas de direito privado e pelo princípio da autonomia da vontade - regramento específico incompatível com a aplicação da Lei n° 8.666/93 e, consequentemente, com o item V da Súmula n.º 331 do TST. 2 . No caso concreto , uma vez incontroverso que o contrato de prestação de serviços teve início ainda na vigência da Lei n.º 9.478/97, deve ser aplicada à hipótese a Súmula n.º 331, IV, desta Corte superior, impondo-se à tomadora dos serviços, Petrobras, a obrigação de arcar de forma subsidiária com o pagamento dos créditos trabalhistas reconhecidos à parte obreira. 3. Faz-se imperiosa, num tal contexto, a reforma do acórdão embargado . 4 . Embargos interpostos pelo reclamante de que se conhece, por divergência jurisprudencial, e a que se dá provimento para restabelecer o acórdão prolatado pelo Tribunal Regional de origem" (TST-E-RR-101398-88.2016.5.01.0482, SbDI-1, Rel. Min. Lelio Bentes Correa, DEJT de 03/09/2021).

Dessa forma, à luz do artigo 896, § 7º, da CLT e das Súmulas 126 e 333 do TST, tem-se por inviável o processamento do recurso de revista.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0017094-54.2017.5.16.0014

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ESTADO DO MARANHÃO
Procurador	Dr. Denílson Souza dos Reis Almeida
Requerente	ANA CELIA ALVES DA SILVA
Advogado	Dr. Pedro Duailibe Mascarenhas(OAB: 4632-A/MA)
Advogada	Dra. Doriana dos Santos Camello(OAB: 6170-B/MA)
Advogada	Dra. Alícia Santana Duarte(OAB: 11902-A/MA)
Advogado	Dr. Roberto dos Santos Bulcão(OAB: 12219-A/MA)
Advogada	Dra. Rayssa Ferreira Cantanhede(OAB: 16451-A/MA)
Agravado	INSTITUTO CIDADANIA E NATUREZA

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA CELIA ALVES DA SILVA
- ESTADO DO MARANHÃO

- INSTITUTO CIDADANIA E NATUREZA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
O Ministério Público do Trabalhodeixa de entrevero interesse público inserto no inciso II do art. 83 da Lei Complementar 75/1993.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos §§ 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, no que concerne ao tema em destaque, consignou:

Da responsabilidade subsidiária
[...]
Resta provado nos autos que a autora foi contratada pelo primeiro reclamado para exercer a função de auxiliar de serviços gerais, em 30/06/2015, em benefício do segundo reclamado, Estado do Maranhão, por força de contrato de prestação de serviços celebrado entre o ente público e o primeiro réu, e findo o vínculo em 23/11/2015.
Assim, embora tal relação de trabalho não forme vínculo de emprego com o tomador de serviços (Estado do Maranhão), é pacífico o entendimento de que o inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador implica responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, quanto àquelas obrigações, desde que este tenha participado da relação processual e conste também do título executivo judicial, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666/93, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora (Súmula nº 331, IV e V, do TST).
Nesse contexto, entendo que a decisão recorrida não afronta a Lei de Licitações, especificamente o seu art. 71, § 1º, que isenta o ente público quanto ao pagamento de verbas trabalhistas em caso de terceirização, como quer o recorrente. A contratação celebrada nos moldes da Lei 8.666/93 não pode constituir óbice à efetividade dos direitos sociais trabalhistas, erigidos ao patamar de direitos fundamentais pela ordem constitucional vigente.
Até porque admitir que o ente público, na qualidade de tomador de serviços, não seja responsabilizado pelos encargos da contratação interposta, implica em transferir ao empregado os riscos do empreendimento, colocando-o à mercê de um contrato entre seu empregador e um terceiro que disponha sobre sua força de trabalho, com a violação de todo o arcabouço protetivo que fundamenta a própria existência do Direito do Trabalho, e no qual devem pautar-se as relações sociais trabalhistas, especialmente os princípios da dignidade da pessoa humana, do valor social do trabalho e da proteção.
Refuta-se, ainda, a pretensão do recorrente quanto à aplicação da Lei nº 13.204/2015, pois não trata o presente caso de parceria voluntária entre o parceiro público e o privado, mas sim de relação de trabalho entre empregador e empregado e responsabilidade subsidiária do ente público tomador de serviços.
Ademais, a ordem jurídica, nos termos dos artigos 187 e 884 do Código Civil, aplicáveis ao Direito do Trabalho por força do artigo 8º, parágrafo único da CLT, veda o abuso de direito e o enriquecimento ilícito, o que ocorreria inevitavelmente no presente caso, se não fosse reconhecida a responsabilidade subsidiária do recorrente pelos débitos trabalhistas pleiteados, uma vez que incontroverso ter este se aproveitado diretamente dos serviços prestados pelo empregado recorrido.
Ressalto, ainda, que a decisão do Plenário do STF no julgamento da ADC nº 16, que declarou a constitucionalidade do art. 71, § 1º da Lei n.º 8.666, esclareceu que isso não afasta a possibilidade de responsabilização subsidiária do ente público tomador de serviços, na análise do caso concreto. Por conseguinte, o TST procedeu à revisão da Súmula 331, em maio de 2011, assentando no item V que:
[...]
Nessa esteira, cabe analisar a responsabilidade do ente público em decorrência das culpasin eligendoein vigilando,quando o tomador dos serviços deixa de tomar as cautelas necessárias no momento da contratação da empresa prestadora de serviços ou de averiguar-lhe a idoneidade financeira, bem como por ser omisso em fiscalizar o cumprimento do objeto do contrato de prestação de serviço.
No caso em exame, competia ao Estado comprovar a regularidade da fiscalização do cumprimento do contrato e das disposições previstas na Lei nº 8.666/93, ônus do qual não se desincumbiu, vez que não há nos autos provas de que efetivamente fiscalizou a execução dos contratos, limitando-se a alegar que não tinha responsabilidade em tais pagamentos.
Nesse passo, não há dúvidas que o recorrente foi omisso ao não fiscalizar se o prestador de serviços estava cumprindo, relativamente aos trabalhadores, com suas obrigações trabalhistas, incidindo em culpain vigilando,restando configurada a responsabilidade subsidiária do ente público, não havendo que se falar em violação ao contraditório e à ampla defesa.
Também não há que se falar em ausência de responsabilidade do ente público em decorrência da natureza das parcelas objeto do pedido, por só se tornarem vencidas as verbas rescisórias com sua demissão, eis que considerando que a responsabilidade subsidiária do ente tomador de serviços, nos contratos de terceirização, conforme já dito, decorre da culpain eligendoe da culpain vigilando, a empresa tomadora tem por obrigação, não só verificar a idoneidade da empresa terceirizante no momento da celebração do contrato, mas também de verificar o cumprimento das obrigações decorrentes desse contrato, durante a sua vigência, incluídas as obrigações trabalhistas.
Assim, definido que cabe ao tomador de serviços fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas decorrentes do contrato celebrado, não há que se falar em limitação de sua responsabilidade, como quer o recorrente, devendo ser garantido o pagamento de todas as verbas que tenham como causa a existência do contrato de trabalho entre a empresa terceirizante e o obreiro, devendo o recorrente ser responsabilizado de forma integral pela condenação imposta, inclusive quanto às multas dos artigos 467 e 477, § 8º, da CLT e de 40% do FGTS.
Da mesma forma tem se manifestado a jurisprudência:
[...]
Assim, correta a decisão recorrida ao reconhecer a responsabilidade subsidiária do recorrente de forma integral pela condenação imposta, na qualidade de tomador de serviços, beneficiário direto dos serviços prestados pela reclamante.

Incabível ainda, na fase cognitiva, discutir eventual desconsideração da personalidade jurídica do primeiro reclamado, como pretendido pelo segundo, ora recorrente, eis que não se pode presumir, neste momento processual, que a execução a ser instaurada restará frustrada contra o real empregador.
Ainda requer o recorrente que a Turma sopese os valores constitucionais que norteiam a promoção dos direitos sociais, através do implemento das políticas públicas, quando da análise dos pedidos, a fim de minimizar os efeitos terríveis que essas causas repetitivas podem provocar nas finanças do Estado. Entretanto não lhe assiste razão, pois o art. 2º da CLT prevê que o risco da atividade deve ser assumido pelo empregador. Em caso de eventual inexistência de verbas, não pode o empregado ser penalizado com o não pagamento da contraprestação pelo seu trabalho.
Dessa forma, nego provimento ao recurso nesse tópico.

O ente público alega que não pode subsistir a sua responsabilização subsidiária, em razão do disposto no art. 71, §1º, da Lei 8.666/1993. Argumenta que não ficou demonstrada a culpa in vigilando. Aduz, ainda, ser da parte reclamante o ônus da prova relacionada à culpa in vigilando.
Aponta violação dos arts. 5.º, LIV, LV, e 37, §6º, 93, IX, da Constituição Federal; 71, §1º, da Lei 8.666/1993; 373, I, do CPC e 818, I, e §§ 1º e 2º, da CLT, bem como contrariedade à Súmula 331, item V, do TST, e à decisão no ADC 16 e no Recurso Extraordinário 760.931. Transcreve arestos.
Analiso.
Inicialmente, não há que se falar em violação ao art. 5º, XXXV, LIV e LV,e93, IX, da Constituição da República, porquanto assegurados o acesso ao Judiciário, o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, a disparidade entre o resultado do julgamento e a expectativa da parte, por si só, não caracteriza cerceamento de defesa, nem negativa de prestação jurisdicional.
No julgamento dos embargos de declaração nos autos do RE-760931/DF, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua jurisprudência acerca da responsabilidade da Administração Pública quanto ao pagamento de verbas trabalhistas devidas a empregados que a esta prestam serviços de maneira terceirizada.
Em um primeiro momento, a Corte Constitucional ratificou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei 8.666/93, na linha do que já havia decidido na ADC 16.
Em um segundo instante, fixou-se a tese no sentido de que "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93". Aqui, deixou-se evidente que o inadimplemento da empresa terceirizada não autoriza, por si só, o redirecionamento da responsabilidade à Administração Pública. Com efeito, embora seja possível a responsabilização do ente púbico, não é o inadimplemento o seu pressuposto único. Aliás, a equilibrada decisão do Supremo Tribunal Federal deixou claro que a expressão "automaticamente", contida na tese, teve como objetivo possibilitar ao trabalhador a responsabilização do ente público "dependendo de comprovação de culpa in eligendo ou culpa in vigilando, o que decorre da inarredável obrigação da administração pública de fiscalizar os contratos administrativos firmados sob os efeitos da estrita legalidade" (voto do Min. Edson Fachin, redator do acórdão do ED-RE760931/DF).
Portanto, ficou decidido no julgamento do recurso extraordinário (e reafirmado no julgamento dos embargos de declaração) que é possível responsabilizar a Administração Pública pelo pagamento das verbas trabalhistas devidas a empregados das empresas terceirizadas, de maneira subsidiária, quando constatada a omissão na sua atuação, que é obrigatória, sendo vedada a presunção de culpa.
Sendo assim, diferentemente da posição que esta 2ª Turma vinha adotando (com ressalva de entendimento pessoal de seus integrantes) - por entender que o Supremo Tribunal Federal havia também firmado entendimento no sentido de que seria do trabalhador o ônus da prova da omissão na fiscalização pelo ente da Administração Pública -, o Supremo Tribunal não firmou tese processual acerca da distribuição do onus probandi.
Dessa forma, as regras de distribuição do ônus da prova continuam a observar os dispositivos infraconstitucionais que as regulam, a exemplo dos arts. 373 do CPC/2015 e 818 da CLT.
Dito isso, é a Administração Pública que tem a aptidão para a prova da fiscalização do contrato administrativo de prestação de serviços (aspecto subjetivo do ônus da prova), obrigação que decorre da própria Lei de Licitações (arts. 58, III, e 67 da Lei 8.666/93), na linha do que definiu o Supremo Tribunal Federal.
Sendo assim, nos casos em que não há prova de fiscalização, deve o julgador decidir contrariamente à parte que tinha o ônus probatório e dele não se desincumbiu: é a própria adoção da distribuição do ônus da prova como regra de julgamento (aspecto objetivo do ônus da prova).
No caso, especificamente no que diz respeito à caracterização da culpa do ente público, o Tribunal Regional consignou o seguinte:

No caso em exame, competia ao Estado comprovar a regularidade da fiscalização do cumprimento do contrato e das disposições previstas na Lei nº 8.666/93, ônus do qual não se desincumbiu, vez que não há nos autos provas de que efetivamente fiscalizou a execução dos contratos, limitando-se a alegar que não tinha responsabilidade em tais pagamentos.
Nesse passo, não há dúvidas que o recorrente foi omisso ao não fiscalizar se o prestador de serviços estava cumprindo, relativamente aos trabalhadores, com suas obrigações trabalhistas, incidindo em culpain vigilando,restando configurada a responsabilidade subsidiária do ente público, não havendo que se falar em violação ao contraditório e à ampla defesa.

Conforme se observa, o Tribunal Regional considerou que não foi comprovada a fiscalização pelo ente público, julgando procedente o pedido de responsabilização subsidiária da Administração Pública. Neste sentido, não merece reparos a decisão regional.
Cito precedentes deste Tribunal Superior do Trabalho, inclusive da SBDI-1/TST, nos quais é atribuído ao ente público o ônus da prova da fiscalização:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em

caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido " (E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020).

"AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA SEM O RECONHECIMENTO DA TRANSCENDÊNCIA EM RAZÃO DE NÃO TER HAVIDO TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA DE RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DE ÓRGÃO PÚBLICO POR CULPA IN VIGILANDO. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL DO STF. ÔNUS DA PROVA. I - O não reconhecimento do pressuposto recursal da transcendência da matéria veiculada no recurso de revista radica na premissa de que, no caso concreto, a Corte Regional firmou a sua convicção nas provas produzidas ao reputar evidenciada a conduta omissiva do órgão público na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas contraídas pela empresa prestadora dos serviços, caracterizando a culpa in vigilando da administração pública, nos moldes da Súmula nº 331, V e VI, do TST e nos limites da decisão proferida pelo STF na ADC 16/DF. Portanto, não houve desrespeito ao julgamento do STF no RE 760.931 (Tema 246 do ementário de repercussão geral). II - Consoante decisão do STF, "quando do julgamento do RE 760.931, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 11.09.2017, não se fixou regra sobre a distribuição do ônus probatório nas ações que debatem a responsabilidade subsidiária da Administração Pública em decorrência da culpa in vigilando nos contratos de terceirização. Não destoa desse entendimento acórdão que, ante as peculiaridades do caso concreto, impõe à Administração a prova de diligência. Agravo regimental a que se nega provimento. (Rcl 35907 AgR, Relator: Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma - DJe-19-12-2019)". III - Em vista do posicionamento do STF sobre o tema, a SbDI-1 do TST, órgão que uniformiza a jurisprudência interna corporis , firmou entendimento no sentido de que é do poder público o ônus da demonstrar que fiscalizou adequadamente os contratos de prestação de serviços por ele firmados, por constituir dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e outras obrigações impostas à administração pública por diversas normas legais (TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, sessão de 12.12.2019). Agravo a que se nega provimento" (Ag-RR-100330-27.2017.5.01.0205, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 17/08/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. TOMADOR DE SERVIÇOS. FISCALIZAÇÃO NÃO DEMONSTRADA. ÔNUS DA PROVA. Em recente decisão, no julgamento dos embargos de declaração nos autos do RE-760931/DF, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua jurisprudência acerca da responsabilidade da Administração Pública quanto ao pagamento de verbas trabalhistas devidas a empregados que a ela prestam serviços de maneira terceirizada. Em um primeiro momento, a Corte Constitucional ratificou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei 8.666/93, na linha do que já havia decidido na ADC 16. Em um segundo instante, fixou-se a tese no sentido de que "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Aqui, deixou-se evidente que o inadimplemento da empresa terceirizada não autoriza, por si só, o redirecionamento da responsabilidade à Administração Pública. Com efeito, embora seja possível a responsabilização do ente púbico, não é o inadimplemento o seu pressuposto único . Aliás, a equilibrada decisão do Supremo Tribunal Federal deixou claro que a expressão "automaticamente" contida na tese teve como objetivo possibilitar ao trabalhador a responsabilização do ente público, "dependendo de comprovação de culpa in eligendo ou culpa in vigilando , o que decorre da inarredável obrigação da administração pública de fiscalizar os contratos administrativos firmados sob os efeitos da estrita legalidade" (voto do Min. Edson Fachin, redator do acórdão do ED-RE760931/DF). Portanto, ficou decidido no julgamento do recurso extraordinário (e reafirmado no julgamento dos embargos de declaração) que é possível responsabilizar a Administração Pública pelo pagamento das verbas trabalhistas devidas a empregados das empresas terceirizadas, de maneira subsidiária, quando constatada a omissão na sua atuação , que é obrigatória, sendo vedada a presunção de culpa . Sendo assim, diferentemente da posição que esta 2ª Turma vinha adotando (com ressalva de entendimento pessoal de seus integrantes) - por entender que o Supremo Tribunal Federal havia também firmado entendimento no sentido de que seria do trabalhador o ônus da prova da omissão na fiscalização pelo ente da Administração Pública -, o Supremo Tribunal não firmou tese processual acerca da distribuição do onus probandi. Nesse sentido, as regras de distribuição do ônus da prova continuam a observar os dispositivos infraconstitucionais que as regulam, a exemplo dos arts. 373 do CPC/2015 e 818 da CLT. Dito isso, é a Administração

Pública quem tem a aptidão para a prova da fiscalização do contrato administrativo de prestação de serviços (aspecto subjetivo do ônus da prova), obrigação que decorre da própria Lei de Licitações (arts. 58, III, e 67 da Lei 8.666/93), na linha do que definiu o Supremo Tribunal Federal. Assim, nos casos em que não há prova de fiscalização, deve o julgador decidir contrariamente à parte que tinha o ônus probatório e dele não se desincumbiu: é a própria adoção da distribuição do ônus da prova como regra de julgamento (aspecto objetivo do ônus da prova). No caso, o Tribunal Regional considerou que não foi comprovada a fiscalização pelo ente público, julgando procedente o pedido de responsabilização subsidiária. Decisão em harmonia com o entendimento consolidado na Súmula 331, V, do TST. Precedentes. Agravo de instrumento de que se conhece e a que se nega provimento" (AIRR-2013-42.2016.5.07.0017, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 18/09/2020).

"RECURSO DE REVISTA. JULGAMENTO ANTERIOR POR ESTA 3ª TURMA. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS PARA EVENTUAL EMISSÃO DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ARTIGO 1.030, INCISO II, DO CPC. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. ENTIDADES ESTATAIS. ENTENDIMENTO FIXADO PELO STF NA ADC Nº 16-DF. SÚMULA 331, V, DO TST. ART. 71, § 1º, DA LEI 8.666/93. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. JURISPRUDÊNCIA VINCULANTE DO STF. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE CONDUTA CULPOSA NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DA LEI 8.666/93. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NO TOCANTE À AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. ENCARGO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEGUNDO INTERPRETAÇÃO DA SBDI-1/TST À JURISPRUDÊNCIA DO STF, A PARTIR DA DECISÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROFERIDA NOS AUTOS DO RE-760.931/DF. Em observância ao entendimento fixado pelo STF na ADC nº 16-DF, passou a prevalecer a tese de que a responsabilidade subsidiária dos entes integrantes da Administração Pública direta e indireta não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada, mas apenas quando explicitada no acórdão regional a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei 8.666, de 21.6.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. E o STF, ao julgar, com repercussão geral reconhecida, o RE-760.931/DF, confirmou a tese já explicitada na anterior ADC nº 16-DF, no sentido de que a responsabilidade da Administração Pública não pode ser automática, cabendo a sua condenação apenas se houver prova inequívoca de sua conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos. Provocado o STF, em sede de embargos de declaração, sobre o alcance da decisão proferida nos autos do RE-760.931/DF, sobretudo quanto ao ônus de prova da fiscalização do adimplemento das obrigações contratuais trabalhistas no curso do pacto celebrado entre o ente privado e a Administração Pública, o recurso foi desprovido. Em face dessa decisão, em que o Supremo Tribunal Federal não delimitou - como foi questionado nos embargos de declaração - a matéria atinente ao ônus da prova da fiscalização do contrato, compreendeu a SBDI-1 do TST, em julgamento realizado em 12.12.2019, nos autos dos Embargos E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, que a deliberação acerca da matéria, dado o seu caráter eminentemente infraconstitucional, compete à Justiça do Trabalho. E, manifestando-se expressamente sobre o encargo probatório, fixou a tese de que é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços, suplantando, assim, o entendimento de que seria do empregado tal encargo processual. Ressalte-se que, ainda que não haja transferência automática da responsabilidade (não incide, nesses casos, a culpa presumida, segundo o STF), tem o tomador de serviços estatal o ônus processual de comprovar seus plenos zelo e exação quanto ao adimplemento de seu dever fiscalizatório (art. 818, II e § 1º, CLT; art. 373, II, CPC/2015). Por essas razões, se a entidade pública não demonstra a realização do efetivo controle sobre o contrato, deve ser responsabilizada subsidiariamente pela satisfação das obrigações trabalhistas inadimplidas pela empregadora. É preciso - reitere-se - deixar claro que, se a entidade estatal fizer prova razoável e consistente, nos autos, de que exerceu, adequadamente, o seu dever fiscalizatório, não pode ocorrer a sua responsabilização, pois isso configuraria desrespeito à jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal. Consequentemente, no caso concreto, em face de a decisão do TRT estar em consonância com o atual posicionamento desta Corte sobre a matéria e mantida a decisão que não conheceu do recurso de revista, sem proceder ao juízo de retratação, nos termos do art. 543-B, § 3º, do CPC, devolvam-se os autos à Vice-Presidência desta Corte Superior" (RR-21306-14.2014.5.04.0029, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 18/09/2020).

"I. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA 13.467/2017. 1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ÔNUS DA PROVA. SÚMULA 331, V, DO TST. DECISÃO PROFERIDA PELA SUBSEÇÃO 1 ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS (SBDI-1), NO JULGAMENTO DO E-RR-925-07.2016.5.05.0281, EM 12/12/2019. ATRIBUIÇÃO AO ENTE PÚBLICO DO ÔNUS PROBATÓRIO ACERCA DA REGULAR FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA. 1. De acordo com o artigo 896-A da CLT, o Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, deve examinar previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica. No presente caso, o Tribunal Regional decidiu a questão com amparo no ônus probatório acerca da conduta culposa do tomador de serviços. A SBDI-1 desta Corte, no recente julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em 12/12/2019, com sua composição plena, entendeu que o Supremo Tribunal Federal não firmou tese acerca do ônus da prova da culpa in vigilando ou da culpa in eligendo da Administração Pública tomadora dos serviços, concluindo caber ao Ente Público o ônus de provar a efetiva fiscalização do contrato de terceirização. Trata-se, portanto, de " questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista ", nos termos do art. 896-A, IV, da CLT, o que configura a transcendência jurídica da matéria em debate . 2. A Suprema Corte, ao julgar a ADC 16/DF e proclamar a constitucionalidade do § 1º do artigo 71 da Lei 8.666/93, não afastou a possibilidade de imputação da responsabilidade subsidiária aos entes da Administração Pública, por dívidas trabalhistas mantidas por empresas de terceirização por eles contratadas, desde que configurada conduta culposa, por omissão ou negligência, no acompanhamento da execução dos contratos de terceirização celebrados, nos moldes da Súmula 331, V, do TST. Ainda, no julgamento do RE 760931, o Supremo Tribunal Federal, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja

em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93 ". A partir da análise dos fundamentos lançados no debate travado no âmbito do Supremo Tribunal Federal para se concluir acerca da responsabilização do Ente da Administração Pública, em caráter excepcional, deve estar robustamente comprovada sua conduta culposa, não se cogitando de responsabilidade objetiva ou de transferência automática da responsabilidade pela quitação dos haveres em razão do simples inadimplemento das obrigações trabalhistas pela prestadora de serviços. 3. A SBDI-1 desta Corte, após análise dos debates e dos votos proferidos no julgamento do RE 760931, entendeu que o Supremo Tribunal Federal não firmou tese acerca do ônus da prova da culpa in vigilando ou in eligendo da Administração Pública tomadora de serviços. Ponderou que o STF rejeitou o voto lançado pelo redator designado, Ministro Luiz Fux, no julgamento dos embargos declaratórios opostos em face da referida decisão, no qual ressaltou a impossibilidade da inversão do ônus da prova ou da culpa presumida da Administração Pública. Asseverou que, após o aludido julgamento, o entendimento de que não teria havido posicionamento acerca do ônus probatório - se do empregado ou da Administração Pública - passou a prevalecer, inclusive na resolução de Reclamações Constitucionais apresentadas perante aquela Corte. Destacou que a definição quanto ao ônus da prova acerca da regular fiscalização do contrato de terceirização fica a cargo desta Corte. Concluiu, assim, que o Ente Público, ao anotar a correta fiscalização da execução do contrato de terceirização, acena com fato impeditivo do direito do empregado, atraindo para si o ônus probatório, nos termos dos artigos 333, II, do CPC/73, 373, II, do CPC/2015 e 818 da CLT, acrescentando que atribuir ao empregado o ônus de provar a fiscalização deficiente por parte do Poder Público significa conferir-lhe o encargo de produzir provas de difícil obtenção (E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Julgado em: 12/12/2019). 4. Nesse cenário, a Corte Regional, ao destacar que competia ao Ente Público provar que fiscalizou a execução do contrato de prestação de serviços, proferiu acórdão em conformidade com o atual entendimento da SBDI-1 desta Corte, incidindo a Súmula 333/TST e o artigo 896, § 7º, da CLT como óbices ao processamento da revista. Agravo de instrumento não provido. II. RECURSO DE REVISTA ADESIVO DA RECLAMANTE. ARTIGO 997, III, DO CPC/2015. Prejudicada a análise do recurso de revista adesivo ante o não processamento do recurso principal. Recurso de revista prejudicado" (AIRR-1000288-79.2017.5.02.0445, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SÚMULA N.º 331, V, DO TST. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. 1. Considerando o recente pronunciamento, pelo Supremo Tribunal Federal, acerca da constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação que lhe emprestou a Lei n.º 9.032/1995, e a repercussão da tese sufragada sobre a interpretação da legislação que rege o tema da responsabilidade subsidiária da Administração Pública pelos créditos trabalhistas dos terceirizados, bem como a existência de decisões conflitantes sobre a matéria, reconhece-se a transcendência jurídica da causa (artigo 896-A, § 1º, IV, da CLT). 2 . O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF, mediante acórdão publicado no DJe de 09/09/2011, reconheceu a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação que lhe emprestou a Lei n.º 9.032/1995. Na ocasião, a excelsa Corte sufragou tese no sentido de que a mera inadimplência da empresa contratada não justifica a transferência, para a Administração Pública, da responsabilidade pelo pagamento dos encargos resultantes da relação de emprego havida entre particulares. Ressalvou, todavia, o Supremo Tribunal Federal, que a conduta omissiva da Administração Pública, quanto ao seu poder-dever de fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações atribuídas à empresa contratada, rende ensejo ao reconhecimento da responsabilidade subsidiária do ente público. Nesse sentido, o voto condutor lavrado pelo Exmo. Ministro Cezar Peluso , segundo o qual o reconhecimento da constitucionalidade do dispositivo legal em comento " não impedirá que a Justiça do Trabalho continue reconhecendo a responsabilidade da Administração com base nos fatos de cada causa " (fl. 38), sendo certo que " o mero inadimplemento deveras não transfere, mas a inadimplência da obrigação da Administração é que lhe traz como consequência uma responsabilidade que a Justiça do Trabalho eventualmente pode reconhecer a despeito da constitucionalidade da lei " (fl. 46 - os grifos foram acrescidos). 3 . Nesse exato sentido passou a orientar-se a jurisprudência desta Corte superior, a partir da edição, pelo Tribunal Pleno, da Resolução n.º 174, de 24/05/2011, de que resultou a inserção do item V na Súmula n.º 331, cujo teor é o seguinte: " os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora . A aludida responsabilidade não decorre do mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada" (destaques acrescidos) . 4 . Atente-se, ainda, para o fato de que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema nº 246 de Repercussão Geral, nos autos do RE 760.931 (julgamento concluído no dia 30/3/2017 e acórdão publicado em 12/9/2017), fixou a seguinte tese: "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . 5 . Exsurge clara, daí, a conclusão de que, na mesma linha da tese sufragada na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF, entende o Supremo Tribunal Federal que não há falar em transferência automática à Administração Pública da responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas decorrentes do contrato mantido entre a empresa prestadora de serviços e seus empregados. 6 . O Supremo Tribunal Federal deliberadamente não definiu , na tese de Repercussão Geral fixada no RE n.º 760.931, a distribuição do ônus da prova , limitando-se a sufragar o entendimento de que " o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 ". 7 . Nesse contexto, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte superior, nos autos do processo n.º TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, em sessão de julgamento realizada em 12/12/2019, acórdão publicado em 22/5/2020, firmou entendimento no sentido de que incumbe ao ente público o ônus de comprovar a efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos de trabalho firmados entre a empresa prestadora dos serviços e seus empregados. 8 . Assim, resulta incensurável a decisão proferida pelo egrégio Tribunal Regional, que, examinando

a situação concreta dos autos, constatou que a Administração Pública não cumpriu com sua obrigação de fiscalizar o adimplemento, pela empresa prestadora dos serviços, das obrigações a que submetida, por força de lei ou do contrato. Nesse sentido, registrou-se no acórdão prolatado pela Corte de origem que "no caso sob análise, o ente público agiu com culpa, uma vez que não efetuou os repasses financeiros à primeira ré, e tinha ciência do inadimplemento das verbas trabalhistas, aliás fato público e notório, de forma que não há falar em demonstração de culpa pelo empregado. Repiso que a recorrente não tomou qualquer providência efetiva para resguardar os créditos devidos aos trabalhadores da empresa contratada que lhe prestaram serviços . Portanto , ante a conduta culposa do ente público, resta configurada a sua responsabilidade subsidiária , nos termos da Súmula 331, V, do TST, e do entendimento adotado pelo STF na ADC 16" . 9. Tal premissa fática, insuscetível de revisão em sede extraordinária, revela-se suficiente a justificar a conclusão a que chegou a Corte de origem, no sentido de impor ao ente público a obrigação de arcar, de forma subsidiária, com o pagamento dos créditos trabalhistas reconhecidos à parte obreira. 10. Agravo de Instrumento a que se nega provimento." (AIRR-101269-05.2017.5.01.0432, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.015/2014. CPC/2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DE REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331 DO TST. DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL PACIFICADA NO ÂMBITO DESTA CORTE SUPERIOR. No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou no Tema 246, de repercussão geral, que: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em sede de embargos de declaração, ao rejeitar a solução proposta pelo Relator, deixou claro que não fixou tese quanto à definição do ônus da prova referente à efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de trabalho, por se tratar de matéria infraconstitucional, na linha de sua pacífica jurisprudência, de que são exemplos os seguintes precedentes: AI 405738 AgR, Rel. Min. Ilmar Galvão, 1ª T., julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, 2ª T., julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, 2ª T., julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T., julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator: Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg. em 11/11/2019. Nesse contexto, a SDI-1 desta Corte Superior, em sessão com sua composição completa, realizada no dia 12/12/2019, ao julgar o E-RR-925-07.2016.5.05.0281, assentou que caberia a esta Justiça Especializada resolver a aludida questão jurídica e definiu ser do tomador o encargo de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços, por ser obrigação que decorre de forma ordinária da aplicação sistemática de vários dispositivos da Lei nº 8.666/93, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público. No caso, o Tribunal Regional consignou que o ente público não se desincumbiu do ônus de provar haver sido diligente no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Assim, sua condenação subsidiária não contraria o fixado pelo Supremo Tribunal Federal e se alinha à jurisprudência pacificada no âmbito desta Corte Superior. Agravo de instrumento conhecido e não provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE AUTORA. JORNADA 12X36 HORAS. VALIDADE. NORMA COLETIVA. SÚMULA Nº 444 DO TST . AUSÊNCIA DE REGISTRO FÁTICO E TESE ACERCA DA DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME POR SUPOSTA PRESTAÇÃO HABITUAL DE HORAS EXTAS. SÚMULAS NºS 126 E 297 DO TST. Conforme entendimento consubstanciado na Súmula nº 444 desta Corte: " é válida, em caráter excepcional, a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. O empregado não tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas ". No caso, o Tribunal Regional, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, registrou a existência de acordo coletivo válido autorizando o regime de compensação da jornada de trabalho de 12x36h. Conclusão em sentido contrário demandaria o revolvimento de fatos e provas, o que não é admissível nesta instância extraordinária, consoante o teor da Súmula nº 126 do TST. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (AIRR-11354-26.2014.5.01.0051, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ÔNUS DA PROVA. 1. Cinge-se a presente controvérsia ao ônus da prova da fiscalização e da conduta culposa do ente público, por se tratar de elemento necessário à configuração da responsabilidade subsidiária da Administração Pública, segundo a diretriz perfilhada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC nº 16 e a tese fixada no RE nº 760.931, em sede de repercussão geral (Tema nº 246). 2 . A SDI-1 desta Corte, órgão de uniformização jurisprudencial interna corporis , firmou a compreensão de que a discussão atinente ao onus probandi não foi apreciada no referido precedente de repercussão geral, notadamente em razão do seu caráter infraconstitucional, incumbindo a este Tribunal Superior do Trabalho o enfrentamento da questão. E, assim, com base no princípio da aptidão para a prova e no fato de que a fiscalização constitui um dever legal, concluiu ser do ente público o encargo probatório de demonstrar a regular observância das exigências legais no tocante à fiscalização da prestadora dos serviços quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas. 3. Nesse contexto, a conclusão adotada pelo Tribunal de origem revela-se irrepreensível, pois a condenação subsidiária atribuída ao ente público não foi automática, mas decorreu da configuração da sua conduta culposa, porquanto não produziu nenhuma prova de que tenha fiscalizado a empresa contratada, ônus que lhe incumbia. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (AIRR-100442-15.2017.5.01.0037, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 18/09/2020).

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, resta preclusa quanto ao tema "ausência de intimação" não renovada no agravo de instrumento.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1001061-41.2020.5.02.0083

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	LUAN LUCAS SIMAO
Advogada	Dra. Mylenne Tomaz Valbão(OAB: 170874-A/SP)
Advogada	Dra. Adriana Flávia de Souza Viudes(OAB: 200948-A/SP)
Advogada	Dra. Carla Marchi(OAB: 209601-A/SP)
Advogado	Dr. Taiane Barros Cozzati(OAB: 221783-A/SP)
Advogada	Dra. Rosângela Ferreira Euzébio(OAB: 213797-A/SP)
Advogada	Dra. Karina Lemos Di Próspero Ribeiro(OAB: 218607-A/SP)
Advogado	Dr. José Arthur Di Próspero Júnior(OAB: 181183-A/SP)
Advogada	Dra. Gleice Tavares(OAB: 272293-A/SP)
Advogado	Dr. Ana Beatriz Lapenta Sgarbi(OAB: 329459-A/SP)
Advogado	Dr. Gabriela Ramos dos Santos(OAB: 378618-A/SP)
Advogada	Dra. Ana Beatriz Baptista dos Santos(OAB: 360822-A/SP)
Agravado	IGUANA MIDIA - COMUNICACAO E EVENTOS LTDA.
Advogado	Dr. Cristiane Fatima Grano Haik(OAB: 168347-A/SP)
Advogado	Dr. Fernando Nabais da Furriela(OAB: 80433-A/SP)
Advogado	Dr. Stefani Calaca Resende(OAB: 404954-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- IGUANA MIDIA - COMUNICACAO E EVENTOS LTDA.
- LUAN LUCAS SIMAO

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Rito sumaríssimo.
Examino.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.

Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.

Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJT em 25/08/2021 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 27/08/2021 - id. 5f532c5).

Regular a representação processual, id. 08691fa .

Desnecessário o preparo, na hipótese.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.

O Pleno do TST, diante das alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017, editou a Instrução Normativa nº 41/2018, cujo art. 6º assim dispõe: "Art. 6º Na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017). Nas ações propostas anteriormente, subsistem as diretrizes do art. 14 da Lei nº 5.584/1970 e das Súmulas nos 219 e 329 do TST." Considerando que a presente reclamação trabalhista foi ajuizada na vigência da referida lei, a condenação da parte autora ao pagamento de honorários advocatícios, apesar de beneficiária da justiça gratuita, encontra respaldo no art. 791-A, § 4º, da CLT, o qual não atenta contra as garantias constitucionais da isonomia, do acesso à justiça e da assistência judiciária gratuita e integral prestada pelo Estado.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes: ARR - 1000749-07.2018.5.02.0319, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, DEJT 14/02/2020; RR - 1000163-78.2018.5.02.0089, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 27/09/2019; RR - 1001953-92.2018.5.02.0511, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos. 4ª Turma DEJT 26/06/2020; AIRR - 1621- 23.2018.5.10.0802, Relator Ministro Breno Medeiros, 5ª Turma, DEJT 6/12/2020; RR - 1002620-30.2017.5.02.0603, Relator Ministro Ricardo de Lacerda Paiva, 7ª Turma, DEJT 21/08/2020;AIRR - 10184-51.2018.5.03.0074, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, 8ª Turma, DEJT 22/03/2019.

Não se vislumbra, portanto, ofensa aos dispositivos constitucionais indicados.

DENEGA-SE seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista."

Em sua minuta, a parte agravante sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiário da justiça gratuita.
Dentre outros argumentos, aponta contrariedade às Súmulas 219 e 463, do TST.
Ao exame.
Tendo em vista a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita, dou provimento ao agravo de instrumento, por observar possível violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, para

determinar o processamento do recurso de revista no particular.

II - RECURSO DE REVISTA

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

1 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.

No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do artigo 791-A, § 4º, da CLT, visto que ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.
Entre outros argumentos, aponta violação aos incisos LXXIV, XXXV, e caput, do artigo 5º, da Constituição Federal, além de contrariedade à Súmula 219, do TST.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça a parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento ao agravo de instrumento apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por possível violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, para determinar o processamento do recurso de revista, no aspecto; e II - conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1000867-67.2019.5.02.0021

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador	Dr. Luiz Álvaro Fernandes Galhanone
Procuradora	Dra. Flávia Christina Martins Silva Lazzarini
Agravado	DEBORA OLIVEIRA DOS SANTOS NASCIMENTO
Advogada	Dra. Sheila Cristina Menezes(OAB: 205105-A/SP)
Agravado	LABCLIM DIAGNÓSTICOS LABORATORIAIS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Edgar de Vasconcelos(OAB: 141705-A/SP)
Agravado	RLB PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI
Agravado	JCS PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS - EIRELI
Agravado	RENATO DE LACERDA BARRA
Advogado	Dr. Ivo Roberto Perez(OAB: 148245-A/SP)
Agravado	JOSE CARLOS DOS SANTOS JUNIOR
Advogado	Dr. Ivo Roberto Perez(OAB: 148245-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEBORA OLIVEIRA DOS SANTOS NASCIMENTO
- JCS PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS - EIRELI
- JOSE CARLOS DOS SANTOS JUNIOR
- LABCLIM DIAGNÓSTICOS LABORATORIAIS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- RENATO DE LACERDA BARRA
- RLB PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 526/539) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 505/508).
Contraminuta às fls. 565/574 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 547/564.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não provimento do agravo de instrumento (fls. 581/584).
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 08/07/2021 e apelo protocolado em 30/07/2021), sendo inexigível o preparo.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática

da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, ante o registro no acórdão de que o tomador de serviços não produziu nenhuma prova de que tivesse cumprido sua obrigação de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas devidas por seu contratado, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Além disso, não foi juntado nenhum documento comprobatório de fiscalização quanto ao pagamento das verbas trabalhistas efetuados pela empresa que supostamente contratou, ensejando a caracterização da culpa in vigilando do tomador de serviços." (fls. 411).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1001113-17.2019.5.02.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Procuradora	Dra. Evelize Regina Mendes de Souza
Agravado	MARIA DA CONCEICAO CARVALHO BARBOSA FILHA
Advogada	Dra. Fernanda Tavares de Góes(OAB: 281808-A/SP)
Agravado	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA - EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA - EIRELI
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- MARIA DA CONCEICAO CARVALHO BARBOSA FILHA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 902/905) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 899/901).
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não provimento do agravo de instrumento (fls. 916/919).

O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 26/08/2021 e apelo protocolado em 30/08/2021), sendo inexigível o preparo.
A segunda reclamada, ora agravante, renova o inconformismo acerca da matéria "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO".
Contudo, não obstante as alegações recursais, verifica-se que, às fls. 877/879, a parte agravante transcreveu integralmente o tópico recorrido, sem efetuar nenhum destaque.
A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º -A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA . Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"[...] III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido [...]" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/05/2021 - destaque acrescido).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0101333-75.2018.5.01.0045

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Hélio Siqueira Júnior(OAB: 62929/RJ)
Agravado	PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
Advogado	Dr. Anali Correa Tchepelentyky(OAB: 192953-A/SP)
Agravado	MARCIA CARVALHO SANTOS

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCIA CARVALHO SANTOS
- PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.135/1.149) interposto pela segunda reclamada, contra a decisão de fls. 1.131/1.133, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões, fls. 1.163/1.166 e 1.155/1.162, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço do apelo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema renovado nas

razões de agravo de instrumento, "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO".
Todavia, a pretensão recursal encontra-se superada no âmbito desta Corte, uma vez que o Supremo Tribunal Federal fixou a tese jurídica de repercussão geral correspondente ao Tema nº 246 ("O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93").
A Subseção de Dissídios Individuais 1 do TST, em sessão em composição plena, decidiu que o Supremo Tribunal Federal ao apreciar o Tema nº 246 da Repercussão Geral não emitiu tese jurídica de efeito vinculante em relação ao ônus da prova e, diante dessa constatação, concluiu que incumbe à Administração Pública o ônus da prova da fiscalização dos contratos de prestação de serviços por se tratar de fato impeditivo do direito à condenação por responsabilidade subsidiária, com fundamento no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78. (TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, SbDI-1, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 12/12/2019, DEJT 22/05/2020).
Na espécie, o Regional assentou comprovada a culpa "in vigilando" do ente público, ao consignar que, in verbis:

"Considerando esse último aspecto, em tese, seria aplicável o artigo 77, 81º da Lei n. 13.303/2016 que possui redação análoga ao artigo 71, 81º, da Lei 8.666/93, que afasta a responsabilidade da Administração Pública pelos créditos trabalhistas da contratada prestadora de serviços. No entanto, o próprio STF no julgamento do RE 760931 ressalvou que a responsabilidade subsidiária subsistiria quando, de maneira inequívoca, ficasse demonstrado que não houve fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte das empresas contratadas. É o que ocorre no caso em tela, pois não consta um indício mínimo nos autos de que houve referida diligência por parte da recorrente. A recorrente sequer apresentou o contrato de prestação de serviços com a primeira ré." (fls. 953)

Dessa forma, à luz do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333 do TST, resta inviável o destrancamento do recurso de revista.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100285-91.2019.5.01.0483

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante e Agravado	UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	Dra. Thiara de Freitas Wandekoken(OAB: 127199-A/MG)
Advogado	Dr. Nathanael de Almeida Pinto(OAB: 319586-A/SP)
Agravante e Agravado	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Fábio Gomes de Freitas Bastos(OAB: 168037-A/RJ)
Advogada	Dra. Daniela Albino Aragão de Souza(OAB: 195975-A/RJ)
Agravado	MICHAEL JONNY DE FREITAS AZEVEDO
Advogado	Dr. Rodrigo Rodrigues Sarmanho(OAB: 131328-A/RJ)
Advogado	Dr. Leonardo Lessa Rabello(OAB: 115972-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MICHAEL JONNY DE FREITAS AZEVEDO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA PRIMEIRA RECLAMADA [UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)]

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 440/444) interposto pela primeira reclamada contra a decisão de fls. 435/437, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta ou de contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 252/253) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 14/07/2020 e apelo protocolado em 22/07/2020), estando satisfeito o preparo.
A discussão travada no feito, o qual tramita sob o procedimento sumaríssimo, prende-se ao tema "MULTA PREVISTA NO ARTIGO 467 DA CLT. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL".
A primeira reclamada sustenta que o acórdão regional teria suscitado dissenso jurisprudencial e violado os artigos 6º e 58, §§ 1º e 2º, da Lei nº 11.101/2005.
Todavia, nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição da República, nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT e da Súmula 442 do TST. Afastam-se, assim, as alegações de divergência jurisprudencial e de ofensa aos invocados preceitos legais.
Dessa forma, ante o mau aparelhamento do apelo, tem-se por inviável o processamento do recurso de revista interposto pela primeira reclamada.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA SEGUNDA RECLAMADA (PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS)

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 445/455) interposto pela segunda reclamada contra a decisão de fls. 435/437, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas pelo reclamante às fls. 461/464 e 465/475, respectivamente.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 120/124) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 14/07/2020 e apelo protocolado em 24/07/2020), estando regular o preparo.
A discussão travada no feito, o qual tramita sob o procedimento sumaríssimo, prende-se ao tema "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ENTE PÚBLICO. CULPA IN VIGILANDO".
De plano, verifico que a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal, em composição plena, examinou a matéria do ônus da prova à luz das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC-16/DF e do RE-760931/DF (leading case do Tema nº 246 do Ementário de Repercussão Geral), destacando a ausência de tese a respeito da distribuição do ônus da prova e concluindo, majoritariamente, que tal encargo incumbiria ao ente público, seja por decorrer da obrigação legal de fiscalizar (ônus da prova ordinário), seja em razão do princípio da aptidão para a prova (inversão do ônus da prova). Verifique-se o referido julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA. No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T. , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, 2ª T. , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, 2ª T. , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T. , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg. em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando. Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços. No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, SbDI-1, Rel. Min. Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT de 22/05/2020 - g. n.).

No caso dos autos, o Regional, examinando soberanamente o conjunto fático-probatório (Súmula 126 do TST), consignou a inexistência de provas do cumprimento do dever de fiscalização, razão por que manteve a responsabilidade subsidiária imposta à segunda reclamada ["In casu, os documentos colacionados aos autos são incapazes, por si só, de afastar a culpa in vigilando da recorrente, sendo certo que a deficiência da fiscalização empreendida pelo tomador de serviços deu azo ao inadimplemento patronal. Assim, não se desvencilhando satisfatoriamente do ônus probandi que lhe pesava sobre os ombros, consoante previsto nos artigos 818 da CLT e 373, II, do CPC, resta demonstrada a culpa in vigilando da segunda ré, devendo ser reconhecida sua responsabilidade subsidiária pelas obrigações inadimplidas, consoante o disposto no item V da Súmula nº 331 do TST". - fls. 399].
Ademais, não se divisa inobservância à cláusula de reserva de plenário, pois não foi declarada a inconstitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, mas apenas se concluiu, em harmonia com o entendimento manifestado pelo próprio Supremo Tribunal Federal, que tal preceito legal não impede a responsabilização subsidiária do ente público quando tenha incorrido em culpa.
Dessa forma, à luz do artigo 896, § 7º, da CLT e das Súmulas 126 e 333 do TST, tem-se por inviável o processamento do recurso de revista.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0011534-69.2017.5.03.0087

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante e Agravado	WAGNER ALVES PARREIRAS
Advogado	Dr. Fernando Augusto Neves Laperriere(OAB: 65634-A/MG)
Advogado	Dr. Ronaldo Jung(OAB: 75401-A/MG)
Agravante e Agravado	FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
Advogado	Dr. Marcelo Kanitz(OAB: 14116-A/DF)
Advogado	Dr. Ana Paula Paiva de Mesquita Barros(OAB: 113793-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
- WAGNER ALVES PARREIRAS

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMADA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.656/1.668) interposto pela reclamada contra a decisão de fls. 1.637/1.645, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas pelo reclamante às fls. 1.714/1.724 e 1.700/1.713, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 1.297/1.298) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 18/03/2021 e apelo protocolado em 29/03/2021), estando satisfeito o preparo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "MINUTOS RESIDUAIS".
A reclamada sustenta que foi pactuado por meio de norma coletiva que o tempo despendido pelo empregado na empresa por sua própria conveniência não configura tempo de serviço. Afirma que, de qualquer forma, não poderia ser considerado como de efetivo serviço o tempo que o empregado gasta com atividades particulares, pois não aguarda ou executa ordens. Ressalta que fornecia lanche e uniforme gratuitamente aos empregados. Pugna pela aplicabilidade das normas inseridas pela Lei nº 13.467/2017. Alega má aplicação das Súmulas 366, 423 e 429 do TST e violação dos artigos 1º, IV, 5º, caput, II, XIII, XXII e XXIII, 7º, XXVI, e 170 da Constituição Federal e 4º, § 2º, 8º, §§ 2º e 3º, 59, § 2º, e 611-A da CLT.
Consta do acórdão:
"O autor foi admitido em 17/01/2006 e dispensado sem justa causa em 19/01/2017 (ID. 4607df4 - Pág. 2).
Não se aplicam as disposições da Lei 13.467/17, tendo em vista que a presente demanda foi inclusive ajuizada em data anterior ao início da vigência da citada lei. A matéria veiculada no apelo em apreço já era abordada pelo ordenamento jurídico pátrio, havendo, inclusive, entendimento jurisprudencial consolidado, que não deve ser ignorado, tendo-se em vista o corolário da segurança jurídica.
A teor do disposto no artigo 4º e 58, §1º, da CLT e nas Súmulas 366 e 429 do C. TST, vigentes no curso do contrato de trabalho, o tempo despendido antes e após a jornada normal, quando superior a dez minutos diários, deve ser considerado como à disposição do empregador, não importando as atividades desenvolvidas pelo empregado nesse período.
A partir do momento em que o empregado ingressa no estabelecimento da empresa, encontra-se à disposição do empregador, de forma que, os atos preparatórios, como por exemplo, a troca de uniforme e colocação de EPI decorrem do comando empresarial ao qual o empregado está submetido, não se tratando, portanto, de questão afeta à conveniência do trabalhador.
No mesmo sentido, este Regional, com a edição da Tese Jurídica Prevalecente nº 15, pacificou a questão relativa aos minutos residuais. Observe-se:
HORAS EXTRAORDINÁRIAS. TEMPO À DISPOSIÇÃO. MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA DE TRABALHO. DESLOCAMENTO ATÉ O VESTIÁRIO. TROCA DE UNIFORME. CAFÉ. Os minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho, despendidos com o deslocamento até o vestiário, a troca de uniforme e o café, configuram tempo à disposição do empregador e ensejam o pagamento de horas extraordinárias, observados os limites impostos pelo § 1º do art. 58 da CLT e pela Súmula n. 366 do TST. (RA 162/2017, disponibilização: DEJT/TRT3/Cad. Jud. 19, 20 e 21/07/2017).
Conforme se infere, além do limite máximo de dez minutos diários, deve ser observada a tolerância de variação de horário do registro de ponto de cinco minutos (inteligência da Súmula 449 do TST). Não obstante, ultrapassados os 5 minutos estabelecidos no § 1º do art. 58 da CLT, deve ser computada como extra a totalidade do tempo (Súmula 366 do TST).
Pois bem.
Consta da prova técnica o seguinte (ID. 4607df4):
"(...)O desembarque ocorria próximo à portaria 5 da Reclamada. No término da jornada o Reclamante embarcava no transporte oferecido no terminal próximo à portaria 5 da Reclamada. Em uma das diligências realizadas foram levantados o tempo e a distância percorrida pelo transporte oferecido, sendo constatado o seguinte: Tempo despendido - 31 minutos; Distância percorrida - 17,6 km. (...) Início da Jornada: No primeiro turno o percurso da portaria até o registro de ponto era o seguinte: a) Portaria; b) Restaurante - tomar café; c) Vestiário - trocar o uniforme e pegar EPI's; d) Local de registro de ponto - aguardar horário. No segundo turno percurso da portaria até o registro de ponto era o seguinte: a) Portaria; b) Vestiário - trocar o uniforme e pegar EPI's; c) Local de registro de ponto - aguardar horário. Término da Jornada: Tanto no primeiro quanto no segundo turno o percurso do registro de ponto até a portaria era o seguinte: a) Registro de ponto; b) Vestiário - trocar o uniforme e pegar EPI's; c) Portaria - aguardar saída do especial".
Em diligência, foram levantadas a distância e o tempo despendido no percurso, sendo constatado o seguinte: no que concerne ao início da jornada, o total do percurso é de 410m, com tempo despendido de 36 minutos; e, quanto ao término da jornada, o total do percurso é de 410m, com tempo de 37 minutos (ID. 4607df4), sendo que, destes 37 minutos da saída, 24 minutos eram para espera do transporte.
Demonstrada, pois, a existência de minutos residuais (antes e após a jornada) em período superior àquele constante da súmula 336 do TST, são devidas as respectivas horas extras.
Pautado em prova pericial produzida, arbitro que o autor faz jus a minutos residuais correspondentes a 36 minutos no início do labor e 13 minutos na saída, pois condizente com a prova produzida (totalizando 49 minutos diários).
Ressalto que não foi computado, no tempo fixado, o período de espera de transporte (24 minutos na saída), tendo em vista que, à luz do estipulado na Tese Jurídica Prevalecente nº 13, este Regional, considera-se tal interstício como tempo à disposição desde que não seja possível a utilização de outro meio de transporte compatível com o horário de trabalho, o que não é o caso dos autos.
Não há se falar em desconsideração dos períodos de tolerância presentes em instrumento coletivo ou no artigo 58 da CLT, vez que ultrapassados.
Tampouco é caso de dedução ou de pagamento do adicional apenas, pois os minutos deferidos não se confundem com o sobrelabor já pago no curso da contratualidade, tratando-se de diferenças devidas (o tempo respectivo não era registrado).
Critérios para apuração: evolução salarial, frequência ao serviço de acordo com os controles de ponto, súmula 264 e 347 do TST, divisor 220 e adicional constitucional ou convencional (o que for mais benéfico). Ante a habitualidade e por serem acessórios, incidem reflexos em aviso prévio, férias + 1/3, 13º salário, RSR e FGTS + 40%.
Indevidos novos reflexos do RSR, sob pena de bis in idem (OJ 394

da SDI-1, TST). O adicional noturno compõe a base de cálculo das horas extras prestadas no período noturno (OJ 97 da SDI-I e súmula 60 do TST), não havendo reflexos das horas extras no adicional noturno, também sob pena de bis in idem.
Provejo, nos termos acima, para condenar a ré ao pagamento de 49 minutos extras diários, não computados na jornada contratual, a título de minutos residuais, com reflexos em aviso prévio, férias + 1/3, 13º salário, RSR e FGTS + 40%"

De plano, vale frisar que o Regional não se manifestou sobre a eventual existência de norma coletiva que disponha sobre o tema, carecendo a discussão do necessário prequestionamento (Súmula 297, I e II, do TST). Por consequência, não há falar em necessidade de suspensão do feito, pois não demonstrada a aderência ao Tema de Repercussão Geral nº 1.046 do STF.
Ademais, a tese consignada no acórdão encontra-se em conformidade com as Súmulas 366 e 429 do TST, o que atrai a aplicação dos óbices do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333 do TST a fim de inviabilizar o destrancamento do apelo.
Por fim, cumpre ressaltar que não há falar em aplicabilidade dos artigos 8º, §§ 2º e 3º, e 611-A da CLT, uma vez que a extinção do contrato de trabalho se deu em data anterior à do início da vigência da Lei nº 13.467/2017, sendo oportuna a invocação do princípio segundo o qual os fatos são regidos pelo ordenamento jurídico da época em que ocorreram ("tempus regit actum").
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO RECLAMANTE

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.669/1.695) interposto pelo reclamante contra a decisão de fls. 1.637/1.645, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas pela reclamada às fls. 1.732/1.734 e 1.725/1.731, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 24 e 1.064) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 18/03/2021 e apelo protocolado em 29/03/2021), sendo inexigível o preparo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE".
O reclamante sustenta, em síntese, que trabalhou exposto ao agente insalubre ruído e sem a utilização de EPI. Alega divergência jurisprudencial e contrariedade à Súmula 289 do TST.
Consta do acórdão:

"Não obstante tenha impugnado o laudo, o autor não apresentou provas capazes de infirmar as ponderações técnicas, tendo o expert, na produção do laudo pericial, observado as normas pertinentes, estando ainda as análises em consonância com as suas habilidades profissionais.
Esclareço que a prova pericial foi contundente no sentido de que o reclamante não laborava exposto a agente insalubre ou mesmo periculoso (ID. 2022400), não possuindo direito aos adicionais pretendidos, de modo que não prospera sequer a tese obreira relativa ao PPRA e PPP ou mesmo quanto aos EPI's.
Frisa-se que, conquanto o Juízo não esteja adstrito ao laudo pericial produzido (art. 479 do CPC c/c art. 769 da CLT), não pode dele imotivadamente se afastar, como manda a boa hermenêutica, devendo decidir em coro à prova pericial quando não infirmada por outros elementos de convicção contundentes nos autos. É cediço que existe uma presunção juris tantum de veracidade dos subsídios fáticos e técnicos informados pelo vistor para, em cada caso individual, embasar sua conclusão, considerando inclusive que os peritos são de confiança do Juízo, gozando de credibilidade.
Portanto, inexistindo qualquer prova apta a infirmar o laudo pericial produzido por profissional técnico capacitado e nomeado pelo Juízo para tal finalidade, não há porque desconsiderar o estudo elaborado pelo profissional designado, se não restou demonstrado estar eivado de qualquer impropriedade técnica ou erro de avaliação. Nesse sentido, não merecem ser acolhidas as teses do reclamante, sendo certo que o entendimento constante da sentença está em consonância com as informações do laudo e com as demais provas carreadas. Não há qualquer violação aos dispositivos legais ou constitucionais invocados em razões recursais, inclusive art. 5.º, LV, da CR.
Mantenho incólume a decisão proferida".

Contudo, o Regional consignou as premissas de que a prova pericial apontou a ausência de ruído acima dos limites de tolerância legal, o que não foi infirmado pelo reclamante. Assim, a pretensão recursal esbarra no óbice da Súmula 126 do TST, o que inviabiliza o destrancamento do recurso de revista.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100644-85.2018.5.01.0221

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	MUNICÍPIO DE MESQUITA
Advogado	Dr. Luiz Vitor Coimbra(OAB: 108961-A/RJ)
Agravado	CINTIA DE LIMA FERNANDES
Advogado	Dr. Ângelo de Souza Estevão dos Santos(OAB: 157202-A/RJ)
Advogado	Dr. Thailyne Pereira de Albuquerque(OAB: 209723-A/RJ)
Agravado	COOPSEGE COOPERATIVA DE TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- CINTIA DE LIMA FERNANDES
- COOPSEGE COOPERATIVA DE TRABALHO
- MUNICÍPIO DE MESQUITA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo não provimento do recurso.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais

superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos §§ 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
O recurso de revista teve seguimento denegado nos seguintes termos:

"(...)
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / ATOS PROCESSUAIS.
Alegação(ões):
- violação do(s) artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.
- divergência jurisprudencial.
Requer o Município a nulidade do acórdão por ausência de intimação da pauta de julgamento.
Da análise dos autos, não se verifica a alegada nulidade, tendo em vista que a intimação ocorreu nos termos dos artigos 1º e 2º do Ato nº 109/2017. Portanto, inviável o prosseguimento do apelo.
O aresto transcrito para o confronto de teses revela-se inservível, porquanto não contemplados na alínea "a" do art. 896 da CLT.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / PROCESSO E PROCEDIMENTO / PROVAS / ÔNUS DA PROVA.
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA / TOMADOR DE SERVIÇOS/TERCEIRIZAÇÃO / ENTE PÚBLICO.
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA / TOMADOR DE SERVIÇOS/TERCEIRIZAÇÃO / ENTE PÚBLICO / ABRANGÊNCIA DA CONDENAÇÃO.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO/CUMPRIMENTO/EXECUÇÃO / EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA
RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO / VERBAS RESCISÓRIAS / MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT
Alegação(ões):
- violação do(s) artigo 2º; artigo 5º, inciso II; artigo 5º, inciso XLV; artigo 37, §6º; artigo 93, inciso IX; artigo 150, inciso I, da Constituição Federal.
- violação d(a,o)(s) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 818; Lei nº 13105/2015, artigo 373, inciso I; artigo 396; Lei nº 8666/1993, artigo 71, §1º.
- divergência jurisprudencial.
O v. acórdão revela que, em relação aos temas recorridos, o entendimento adotado pela Turma, de acordo com a prova produzida (Súmula 126 do TST), encontra-se em consonância com a notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e consubstanciada na Súmula 331, V e VI, sob a ótica emprestada pelo STF no julgamento da ADC n° 16. Não seria razoável supor que o Regional, ao entender dessa forma, estaria violando os dispositivos apontados. Em razão dessa adequação (acórdãojurisprudência iterativa do TST), o recurso não merece processamento, sequer no tocante ao dissenso jurisprudencial, a teor do artigo 896, alínea "c" e § 7º, da CLT c/c a Súmula 333 do TST.
No que tange ao ônus da prova, a decisão encontra-se em consonância com a Súmula 41 deste Regional, in verbis:
(...)
RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO / VERBAS RESCISÓRIAS / MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT
Verifica-se a ausência de prequestionamento em relação ao tema, o que atrai a aplicação da Súmula 297 do TST.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E LIQUIDAÇÃO/CUMPRIMENTO/EXECUÇÃO / VALOR DA /ATUALIZAÇÃO / JUROS / FAZENDA PÚBLICA
Alegação(ões):
- contrariedade à Orientação Jurisprudencial Tribunal Pleno/Órgão Especial, do TST, nº 7.
- violação d(a,o)(s) Lei nº 9494/1997, artigo 1º- F.
- divergência jurisprudencial.
Declarou o STF em 14/03/2013, no julgamento das ADI's 4357/DF e 4425/DF, a inconstitucionalidade por arrastamento do artigo 5º da Lei 11960/2009, o qual deu nova redação ao artigo 1º-F da Lei 9494/97. Diante deste contexto, não há como se verificar violação literal deste dispositivo na decisão que rechaça a aplicação de juros à base de 0,5% ao mês nas condenações impostas diretamente à Fazenda Pública, nem mesmo afronta à OJ-TP- 07/TST, tampouco na sua condição de devedora subsidiária.
Veja-se, a propósito, o posicionamento do Tribunal Superior do Trabalho sobre a matéria, externado nos autos do RR-32100-27.2012.5.17.0151:
(...)
Neste passo, a teor do disposto na Súmula 333 do TST, não há como admitir o recurso, no particular.
CONCLUSÃO
NEGO seguimento ao recurso de revista.
(...)"

A parte agravante alega que foram preenchidos os requisitos do art. 896 da CLT e reitera as razões expostas no recurso de revista quanto aos temas "nulidade por falta de intimação pessoal da pauta de julgamento", "responsabilidade subsidiária", "abrangência da condenação" e "juros de mora".
Aponta violação dos arts. 2º, 5º, II, XLV e LV, 37, § 6º, 149 e 150, I, da Constituição Federal; 183, 280, 209, 281 e 373, I, do CPC; 186 e 927 do Código Civil; 467 e 477, § 8º, da CLT e 1º-F da Lei 9.494/1997, bem como contrariedade às Súmulas 331, V e VI e 363, do TST; à OJ 7 do TP do TST e à OJ 382 da SBDI-I do TST. Transcreve arestos.
Analiso.
No que diz respeito ao tema "nulidade por falta de intimação pessoal da pauta de julgamento", nos termos do art. 795, caput, da CLT, "as nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos".
O Município recorrente dispunha do prazo dos embargos de declaração para manifestar-se, perante o TRT de origem, sobre a nulidade alegada e não o fez. Assim, deixando de arguir a nulidade na primeira oportunidade que lhe incumbia, operou-se a preclusão, na forma do art. 795 da CLT.
Nesse sentido, cito precedente desta Segunda Turma:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO MUNICÍPIO ACERCA DA PAUTA DE JULGAMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO . O TRT da 4ª Região negou seguimento ao recurso de revista do Município com fundamento na Súmula 297, II, do TST. Consignou que o recorrente não apresentou embargos declaratórios a fim de prequestionar acerca da intimação pessoal da pauta de julgamento. Nos termos do art. 795, "caput" da CLT, "as nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das

partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos". O Município recorrente dispunha do prazo dos embargos de declaração para manifestar-se, perante o TRT de origem, sobre a nulidade alegada e não o fez. Assim, deixando de arguir a nulidade na primeira oportunidade que lhe incumbia, operou-se a preclusão, na forma do art. 795 da CLT. Logo, não há nulidade a ser declarada. (...)" (AIRR-21327-48.2017.5.04.0202, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 18/12/2020).

Assim, não há nulidade a ser declarada.
No tocante aos temas "responsabilidade subsidiária", "abrangência da condenação" e "juros de mora", consta do acórdão proferido pelo Tribunal Regional:

"(...)
DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA
Restou incontroverso nos autos terem os Reclamados celebrado contrato de serviços de apoio operacional às atividades-meio para racionalização da Administração Pública (Id. 799de4f).
Já a prestação de serviços da Autora em benefício do segundo Reclamado restou comprovada por meio dos contracheques que instruíram a inicial, que indicam sua lotação na "Prefeitura Municipal de Mesquita" (Id. 6eb8d8f e seguintes).
O entendimento consagrado na Súmula nº 331, do TST, coaduna-se perfeitamente com a situação em evidência. Saliente-se de logo, que, ainda que a terceirização seja absolutamente legal, dito fato não afasta a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços. Ademais, não está em discussão a legalidade da contratação. O fato de estar o ente público vinculado aos princípios que norteiam o acesso ao serviço público não o isenta de responder subsidiariamente perante terceiros pelos prejuízos que causar a estes.
De igual sorte, não há nenhuma ofensa a princípio constitucional da legalidade (art.5º, inciso II, da CF) e sim observância de um valor essencial do ordenamento pátrio, qual seja, o trabalho humano, também à condição de garantia constitucional. A responsabilidade do tomador de serviços funda-se na regra da responsabilidade civil que estabelece que quem, de qualquer modo, contribui para violação do direito, responde pelos danos provocados. Daí porque há previsão no ordenamento pátrio da responsabilidade do segundo Demandado, na qualidade de tomador de serviços. De outra banda, a condenação subsidiária do segundo Réu se lastreia no princípio constitucional da proteção ao trabalhador contra os atos que busquem, de qualquer forma fraudar, impedir ou desvirtuar a aplicação da legislação trabalhista (art. 9º da CLT), tendo em vista que quem mais se beneficiou do labor dos substituídos foi o tomador de serviços. Desse modo, a responsabilidade subsidiária do ente estatal ante a inidoneidade da empregadora, encontra amparo nas normas constitucionais e infraconstitucionais acima mencionadas. Além da argumentação supra, denotando a existência de preceitos constitucionais e infraconstitucionais a amparar a responsabilidade subsidiária do ente público, evidencia-se que a Súmula nº 331, do TST, é fruto de interpretação dos princípios constitucionais que norteiam a proteção ao trabalhador. Convém registrar que o STF, no julgamento do ADC 16/DF, realizado em novembro/2010, decidiu pela constitucionalidade do artigo 71 e parágrafo único da Lei 8666/93, havendo, no entanto, consenso de seus Ministros no sentido de que o TST não deverá generalizar os casos, incumbindo examinar, em cada um deles, se a inadimplência da empresa contratada teve como causa a omissão do ente público contratante do dever de fiscalizar. No momento da contratação, a habilitação é etapa necessária. Nessa fase, o Poder Público, dentre outros aspectos, deve aferir a idoneidade financeira da empresa, bem como a sua regularidade fiscal, a fim de verificar o adimplemento dos deveres legais pela empresa licitante. Frise-se que a regularidade fiscal e financeira deve ser mantida durante toda a avença, podendo a Administração rescindir, unilateralmente, o contrato caso constate, durante a sua execução, que a empresa contratada está descumprindo obrigações legais, conforme art. 78, I, da Lei nº 8.666/93. Assim, o poder de rescisão unilateral dos contratos administrativos pelas entidades integrantes da Administração, na hipótese de inobservância de preceitos legais pela contratada, tem por escopo dar efetividade ao dever de fiscalizar. Logo, quando o Poder Público não se utiliza dessa prerrogativa, apesar das irregularidades praticadas pela empresa, viola o dever de vigilância, justificando a sua responsabilização pelas verbas legais inadimplidas pela contratada. No caso em tela não ficou demonstrado pelo caderno probatório que o segundo Demandado contratou a prestação de serviços da primeira Reclamada através de regular processo licitatório (culpa "in eligendo") e muito menos que exerceu a obrigação de fiscalizar o cumprimento das obrigações legais pela empresa prestadora de serviços (culpa "in vigilando"), ônus que lhe incumbia, conforme entendimento jurisprudencial majoritário cristalizado na Súmula 41 desta Eg. Corte, tendo em vista que não apresentou documentos nesse sentido, sendo certo que diversos direitos trabalhistas foram sonegados à Reclamante até sua dispensa, o que autoriza a sua responsabilização subsidiária pelas verbas perseguidas nesta demanda. O segundo Reclamado, por outras palavras, não fiscalizou o cumprimento pela empregadora de tais direitos e em face à inidoneidade financeira da prestadora de serviços. (destaquei)
Assim, responde o segundo litisconsorte passivo, na condição de tomador dos serviços obreiros, pelos direitos ora vindicados.
NEGO PROVIMENTO.
DAS VERBAS DEVIDAS
Diante da ausência de comprovação, por parte dos Réus, da correta quitação das verbas rescisórias devidas à Autora, ônus que lhes competia, com fulcro no artigo 818, da CLT, correta a r. sentença que deferiu o seu pagamento.
Não assiste razão ao segundo Reclamado quanto à sua alegação de não poder ser condenado ao pagamento das parcelas rescisórias. Isto porque, não cumprindo o responsável principal os encargos trabalhistas, o responsável subsidiário deve responder por toda a pretensão deferida, não havendo que se falar em obrigações personalíssimas da primeira Ré, na forma do entendimento consubstanciado no inciso VI, da Súmula 331, que não exclui qualquer parcela da condenação subsidiária. (destaquei)
Ressalta-se que a Súmula nº 331 do C. TST fala em responsabilidade pelos créditos trabalhistas.
Nessa linha de entendimento, o tomador deve responder de forma subsidiária por essas parcelas.
NEGO PROVIMENTO.
(...)
DOS JUROS
Não assiste razão ao segundo Reclamado no tocante à matéria relativa aos juros aplicáveis, haja vista que a hipótese prevista no artigo 1º-F, da Lei 9.494/97, somente é cabível quando a condenação é dirigida à Fazenda Pública na qualidade de devedora principal, o que não ocorre, no caso presente, por se tratar de condenação subsidiária.
Nesse sentido, é o entendimento expresso na Súmula 24 deste E. Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, in verbis:

(...)
NEGO PROVIMENTO.
(...)"

Pois bem.
Em relação à responsabilidade subsidiária, no julgamento dos embargos de declaração nos autos do RE-760931/DF, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua jurisprudência acerca da responsabilidade da Administração Pública quanto ao pagamento de verbas trabalhistas devidas a empregados que a esta prestam serviços de maneira terceirizada.
Em um primeiro momento, a Corte Constitucional ratificou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei 8.666/93, na linha do que já havia decidido na ADC 16.
Em um segundo instante, fixou-se a tese no sentido de que "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93". Aqui, deixou-se evidente que o inadimplemento da empresa terceirizada não autoriza, por si só, o redirecionamento da responsabilidade à Administração Pública. Com efeito, embora seja possível a responsabilização do ente púbico, não é o inadimplemento o seu pressuposto único. Aliás, a equilibrada decisão do Supremo Tribunal Federal deixou claro que a expressão "automaticamente", contida na tese, teve como objetivo possibilitar ao trabalhador a responsabilização do ente público "dependendo de comprovação de culpa in eligendo ou culpa in vigilando, o que decorre da inarredável obrigação da administração pública de fiscalizar os contratos administrativos firmados sob os efeitos da estrita legalidade" (voto do Min. Edson Fachin, redator do acórdão do ED-RE760931/DF).
Portanto, ficou decidido no julgamento do recurso extraordinário (e reafirmado no julgamento dos embargos de declaração) que é possível responsabilizar a Administração Pública pelo pagamento das verbas trabalhistas devidas a empregados das empresas terceirizadas, de maneira subsidiária, quando constatada a omissão na sua atuação, que é obrigatória, sendo vedada a presunção de culpa.
Sendo assim, diferentemente da posição que esta 2ª Turma vinha adotando (com ressalva de entendimento pessoal de seus integrantes) - por entender que o Supremo Tribunal Federal havia também firmado entendimento no sentido de que seria do trabalhador o ônus da prova da omissão na fiscalização pelo ente da Administração Pública -, o Supremo Tribunal não firmou tese processual acerca da distribuição do onus probandi.
Dessa forma, as regras de distribuição do ônus da prova continuam a observar os dispositivos infraconstitucionais que as regulam, a exemplo dos arts. 373 do CPC/2015 e 818 da CLT.
Dito isso, é a Administração Pública que tem a aptidão para a prova da fiscalização do contrato administrativo de prestação de serviços (aspecto subjetivo do ônus da prova), obrigação que decorre da própria Lei de Licitações (arts. 58, III, e 67 da Lei 8.666/93), na linha do que definiu o Supremo Tribunal Federal.
Sendo assim, nos casos em que não há prova de fiscalização, deve o julgador decidir contrariamente à parte que tinha o ônus probatório e dele não se desincumbiu: é a própria adoção da distribuição do ônus da prova como regra de julgamento (aspecto objetivo do ônus da prova).
No caso, especificamente no que diz respeito à caracterização da culpa do ente público, o Tribunal Regional consignou o seguinte:

"(…) No caso em tela não ficou demonstrado pelo caderno probatório que o segundo Demandado contratou a prestação de serviços da primeira Reclamada através de regular processo licitatório (culpa "in eligendo") e muito menos que exerceu a obrigação de fiscalizar o cumprimento das obrigações legais pela empresa prestadora de serviços (culpa "in vigilando"), ônus que lhe incumbia, conforme entendimento jurisprudencial majoritário cristalizado na Súmula 41 desta Eg. Corte, tendo em vista que não apresentou documentos nesse sentido, sendo certo que diversos direitos trabalhistas foram sonegados à Reclamante até sua dispensa, o que autoriza a sua responsabilização subsidiária pelas verbas perseguidas nesta demanda. (...)"

Conforme se observa, o Tribunal Regional considerou que não foi comprovada a fiscalização pelo ente público, julgando procedente o pedido de responsabilização subsidiária da Administração Pública. Neste sentido, não merece reparos a decisão regional.
Cito precedentes deste Tribunal Superior do Trabalho, inclusive da SBDI-1/TST, nos quais é atribuído ao ente público o ônus da prova da fiscalização:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de

prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido " (E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020).

"AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA SEM O RECONHECIMENTO DA TRANSCENDÊNCIA EM RAZÃO DE NÃO TER HAVIDO TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA DE RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DE ÓRGÃO PÚBLICO POR CULPA IN VIGILANDO. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL DO STF. ÔNUS DA PROVA. I - O não reconhecimento do pressuposto recursal da transcendência da matéria veiculada no recurso de revista radica na premissa de que, no caso concreto, a Corte Regional firmou a sua convicção nas provas produzidas ao reputar evidenciada a conduta omissiva do órgão público na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas contraídas pela empresa prestadora dos serviços, caracterizando a culpa in vigilando da administração pública, nos moldes da Súmula nº 331, V e VI, do TST e nos limites da decisão proferida pelo STF na ADC 16/DF. Portanto, não houve desrespeito ao julgamento do STF no RE 760.931 (Tema 246 do ementário de repercussão geral). II - Consoante decisão do STF, "quando do julgamento do RE 760.931, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 11.09.2017, não se fixou regra sobre a distribuição do ônus probatório nas ações que debatem a responsabilidade subsidiária da Administração Pública em decorrência da culpa in vigilando nos contratos de terceirização. Não destoa desse entendimento acórdão que, ante as peculiaridades do caso concreto, impõe à Administração a prova de diligência. Agravo regimental a que se nega provimento. (Rcl 35907 AgR, Relator: Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma - DJe-19-12-2019)". III - Em vista do posicionamento do STF sobre o tema, a SbDI-1 do TST, órgão que uniformiza a jurisprudência interna corporis , firmou entendimento no sentido de que é do poder público o ônus da demonstrar que fiscalizou adequadamente os contratos de prestação de serviços por ele firmados, por constituir dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e outras obrigações impostas à administração pública por diversas normas legais (TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, sessão de 12.12.2019). Agravo a que se nega provimento" (Ag-RR-100330-27.2017.5.01.0205, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 17/08/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. TOMADOR DE SERVIÇOS. FISCALIZAÇÃO NÃO DEMONSTRADA. ÔNUS DA PROVA. Em recente decisão, no julgamento dos embargos de declaração nos autos do RE-760931/DF, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua jurisprudência acerca da responsabilidade da Administração Pública quanto ao pagamento de verbas trabalhistas devidas a empregados que a ela prestam serviços de maneira terceirizada. Em um primeiro momento, a Corte Constitucional ratificou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei 8.666/93, na linha do que já havia decidido na ADC 16. Em um segundo instante, fixou-se a tese no sentido de que "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Aqui, deixou-se evidente que o inadimplemento da empresa terceirizada não autoriza, por si só, o redirecionamento da responsabilidade à Administração Pública. Com efeito, embora seja possível a responsabilização do ente púbico, não é o inadimplemento o seu pressuposto único . Aliás, a equilibrada decisão do Supremo Tribunal Federal deixou claro que a expressão "automaticamente" contida na tese teve como objetivo possibilitar ao trabalhador a responsabilização do ente público, "dependendo de comprovação de culpa in eligendo ou culpa in vigilando , o que decorre da inarredável obrigação da administração pública de fiscalizar os contratos administrativos firmados sob os efeitos da estrita legalidade" (voto do Min. Edson Fachin, redator do acórdão do ED-RE760931/DF). Portanto, ficou decidido no julgamento do recurso extraordinário (e reafirmado no julgamento dos embargos de declaração) que é possível responsabilizar a Administração Pública pelo pagamento das verbas trabalhistas devidas a empregados das empresas terceirizadas, de maneira subsidiária, quando constatada a omissão na sua atuação , que é obrigatória, sendo vedada a presunção de culpa . Sendo assim, diferentemente da posição que esta 2ª Turma vinha adotando (com ressalva de entendimento pessoal de seus integrantes) - por entender que o Supremo Tribunal Federal havia também firmado entendimento no sentido de que seria do trabalhador o ônus da prova da omissão na fiscalização pelo ente da Administração Pública -, o Supremo Tribunal não firmou tese processual acerca da distribuição do onus probandi. Nesse sentido, as regras de distribuição do ônus da prova continuam a observar os dispositivos infraconstitucionais que as regulam, a exemplo dos arts. 373 do CPC/2015 e 818 da CLT. Dito isso, é a Administração Pública quem tem a aptidão para a prova da fiscalização do contrato administrativo de prestação de serviços (aspecto subjetivo do ônus da prova), obrigação que decorre da própria Lei de Licitações (arts. 58, III, e 67 da Lei 8.666/93), na linha do que definiu o Supremo Tribunal Federal. Assim, nos casos em que não há prova de fiscalização, deve o julgador decidir contrariamente à parte que tinha o ônus probatório e dele não se desincumbiu: é a própria adoção da distribuição do ônus da prova como regra de julgamento (aspecto objetivo do ônus da prova). No caso, o Tribunal Regional considerou que não foi comprovada a fiscalização pelo ente público, julgando procedente o pedido de responsabilização subsidiária. Decisão em harmonia com o entendimento consolidado na Súmula 331, V, do TST. Precedentes. Agravo de instrumento de que se conhece e a que se nega provimento" (AIRR-2013-42.2016.5.07.0017, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 18/09/2020).

"RECURSO DE REVISTA. JULGAMENTO ANTERIOR POR ESTA 3ª TURMA. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS PARA EVENTUAL EMISSÃO DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ARTIGO 1.030, INCISO II, DO CPC. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. ENTIDADES ESTATAIS. ENTENDIMENTO FIXADO PELO STF NA ADC Nº 16-DF. SÚMULA 331, V, DO TST. ART. 71, § 1º, DA LEI 8.666/93. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. JURISPRUDÊNCIA VINCULANTE DO STF. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE CONDUTA CULPOSA NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DA LEI 8.666/93. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NO TOCANTE À AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. ENCARGO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEGUNDO INTERPRETAÇÃO DA

SBDI-1/TST À JURISPRUDÊNCIA DO STF, A PARTIR DA DECISÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROFERIDA NOS AUTOS DO RE-760.931/DF. Em observância ao entendimento fixado pelo STF na ADC nº 16-DF, passou a prevalecer a tese de que a responsabilidade subsidiária dos entes integrantes da Administração Pública direta e indireta não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada, mas apenas quando explicitada no acórdão regional a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei 8.666, de 21.6.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. E o STF, ao julgar, com repercussão geral reconhecida, o RE-760.931/DF, confirmou a tese já explicitada na anterior ADC nº 16-DF, no sentido de que a responsabilidade da Administração Pública não pode ser automática, cabendo a sua condenação apenas se houver prova inequívoca de sua conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos. Provocado o STF, em sede de embargos de declaração, sobre o alcance da decisão proferida nos autos do RE-760.931/DF, sobretudo quanto ao ônus de prova da fiscalização do adimplemento das obrigações contratuais trabalhistas no curso do pacto celebrado entre o ente privado e a Administração Pública, o recurso foi desprovido. Em face dessa decisão, em que o Supremo Tribunal Federal não delimitou - como foi questionado nos embargos de declaração - a matéria atinente ao ônus da prova da fiscalização do contrato, compreendeu a SBDI-1 do TST, em julgamento realizado em 12.12.2019, nos autos dos Embargos E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, que a deliberação acerca da matéria, dado o seu caráter eminentemente infraconstitucional, compete à Justiça do Trabalho. E, manifestando-se expressamente sobre o encargo probatório, fixou a tese de que é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços, suplantando, assim, o entendimento de que seria do empregado tal encargo processual. Ressalte-se que, ainda que não haja transferência automática da responsabilidade (não incide, nesses casos, a culpa presumida, segundo o STF), tem o tomador de serviços estatal o ônus processual de comprovar seus plenos zelo e exação quanto ao adimplemento de seu dever fiscalizatório (art. 818, II e § 1º, CLT; art. 373, II, CPC/2015). Por essas razões, se a entidade pública não demonstra a realização do efetivo controle sobre o contrato, deve ser responsabilizada subsidiariamente pela satisfação das obrigações trabalhistas inadimplidas pela empregadora. É preciso - reitere-se - deixar claro que, se a entidade estatal fizer prova razoável e consistente, nos autos, de que exerceu, adequadamente, o seu dever fiscalizatório, não pode ocorrer a sua responsabilização, pois isso configuraria desrespeito à jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal. Consequentemente, no caso concreto, em face de a decisão do TRT estar em consonância com o atual posicionamento desta Corte sobre a matéria e mantida a decisão que não conheceu do recurso de revista, sem proceder ao juízo de retratação, nos termos do art. 543-B, § 3º, do CPC, devolvam-se os autos à Vice-Presidência desta Corte Superior" (RR-21306-14.2014.5.04.0029, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 18/09/2020).

"I. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA 13.467/2017. 1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ÔNUS DA PROVA. SÚMULA 331, V, DO TST. DECISÃO PROFERIDA PELA SUBSEÇÃO 1 ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS (SBDI-1), NO JULGAMENTO DO E-RR-925-07.2016.5.05.0281, EM 12/12/2019. ATRIBUIÇÃO AO ENTE PÚBLICO DO ÔNUS PROBATÓRIO ACERCA DA REGULAR FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA. 1. De acordo com o artigo 896-A da CLT, o Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, deve examinar previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica. No presente caso, o Tribunal Regional decidiu a questão com amparo no ônus probatório acerca da conduta culposa do tomador de serviços. A SBDI-1 desta Corte, no recente julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em 12/12/2019, com sua composição plena, entendeu que o Supremo Tribunal Federal não firmou tese acerca do ônus da prova da culpa in vigilando ou da culpa in eligendo da Administração Pública tomadora dos serviços, concluindo caber ao Ente Público o ônus de provar a efetiva fiscalização do contrato de terceirização. Trata-se, portanto, de " questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista ", nos termos do art. 896-A, IV, da CLT, o que configura a transcendência jurídica da matéria em debate . 2. A Suprema Corte, ao julgar a ADC 16/DF e proclamar a constitucionalidade do § 1º do artigo 71 da Lei 8.666/93, não afastou a possibilidade de imputação da responsabilidade subsidiária aos entes da Administração Pública, por dívidas trabalhistas mantidas por empresas de terceirização por eles contratadas, desde que configurada conduta culposa, por omissão ou negligência, no acompanhamento da execução dos contratos de terceirização celebrados, nos moldes da Súmula 331, V, do TST. Ainda, no julgamento do RE 760931, o Supremo Tribunal Federal, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93 ". A partir da análise dos fundamentos lançados no debate travado no âmbito do Supremo Tribunal Federal para se concluir acerca da responsabilização do Ente da Administração Pública, em caráter excepcional, deve estar robustamente comprovada sua conduta culposa, não se cogitando de responsabilidade objetiva ou de transferência automática da responsabilidade pela quitação dos haveres em razão do simples inadimplemento das obrigações trabalhistas pela prestadora de serviços. 3. A SBDI-1 desta Corte, após análise dos debates e dos votos proferidos no julgamento do RE 760931, entendeu que o Supremo Tribunal Federal não firmou tese acerca do ônus da prova da culpa in vigilando ou in eligendo da Administração Pública tomadora de serviços. Ponderou que o STF rejeitou o voto lançado pelo redator designado, Ministro Luiz Fux, no julgamento dos embargos declaratórios opostos em face da referida decisão, no qual ressaltou a impossibilidade da inversão do ônus da prova ou da culpa presumida da Administração Pública. Asseverou que, após o aludido julgamento, o entendimento de que não teria havido posicionamento acerca do ônus probatório - se do empregado ou da Administração Pública - passou a prevalecer, inclusive na resolução de Reclamações Constitucionais apresentadas perante aquela Corte. Destacou que a definição quanto ao ônus da prova acerca da regular fiscalização do contrato de terceirização fica a cargo desta Corte. Concluiu, assim, que o Ente Público, ao anotar a correta fiscalização da execução do contrato de terceirização, acena com fato impeditivo do direito do empregado, atraindo para si o ônus probatório, nos termos dos artigos 333, II, do CPC/73, 373, II, do CPC/2015 e 818 da CLT, acrescentando que atribuir ao empregado

o ônus de provar a fiscalização deficiente por parte do Poder Público significa conferir-lhe o encargo de produzir provas de difícil obtenção (E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Julgado em: 12/12/2019). 4. Nesse cenário, a Corte Regional, ao destacar que competia ao Ente Público provar que fiscalizou a execução do contrato de prestação de serviços, proferiu acórdão em conformidade com o atual entendimento da SBDI-1 desta Corte, incidindo a Súmula 333/TST e o artigo 896, § 7º, da CLT como óbices ao processamento da revista. Agravo de instrumento não provido. II. RECURSO DE REVISTA ADESIVO DA RECLAMANTE. ARTIGO 997, III, DO CPC/2015. Prejudicada a análise do recurso de revista adesivo ante o não processamento do recurso principal. Recurso de revista prejudicado" (AIRR-1000288-79.2017.5.02.0445, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SÚMULA N.º 331, V, DO TST. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. 1. Considerando o recente pronunciamento, pelo Supremo Tribunal Federal, acerca da constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação que lhe emprestou a Lei n.º 9.032/1995, e a repercussão da tese sufragada sobre a interpretação da legislação que rege o tema da responsabilidade subsidiária da Administração Pública pelos créditos trabalhistas dos terceirizados, bem como a existência de decisões conflitantes sobre a matéria, reconhece-se a transcendência jurídica da causa (artigo 896-A, § 1º, IV, da CLT). 2 . O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF, mediante acórdão publicado no DJe de 09/09/2011, reconheceu a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação que lhe emprestou a Lei n.º 9.032/1995. Na ocasião, a excelsa Corte sufragou tese no sentido de que a mera inadimplência da empresa contratada não justifica a transferência, para a Administração Pública, da responsabilidade pelo pagamento dos encargos resultantes da relação de emprego havida entre particulares. Ressalvou, todavia, o Supremo Tribunal Federal, que a conduta omissiva da Administração Pública, quanto ao seu poder-dever de fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações atribuídas à empresa contratada, rende ensejo ao reconhecimento da responsabilidade subsidiária do ente público. Nesse sentido, o voto condutor lavrado pelo Exmo. Ministro Cezar Peluso , segundo o qual o reconhecimento da constitucionalidade do dispositivo legal em comento " não impedirá que a Justiça do Trabalho continue reconhecendo a responsabilidade da Administração com base nos fatos de cada causa " (fl. 38), sendo certo que " o mero inadimplemento deveras não transfere, mas a inadimplência da obrigação da Administração é que lhe traz como consequência uma responsabilidade que a Justiça do Trabalho eventualmente pode reconhecer a despeito da constitucionalidade da lei " (fl. 46 - os grifos foram acrescidos). 3 . Nesse exato sentido passou a orientar-se a jurisprudência desta Corte superior, a partir da edição, pelo Tribunal Pleno, da Resolução n.º 174, de 24/05/2011, de que resultou a inserção do item V na Súmula n.º 331, cujo teor é o seguinte: " os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora . A aludida responsabilidade não decorre do mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada" (destaques acrescidos) . 4 . Atente-se, ainda, para o fato de que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema nº 246 de Repercussão Geral, nos autos do RE 760.931 (julgamento concluído no dia 30/3/2017 e acórdão publicado em 12/9/2017), fixou a seguinte tese: "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . 5 . Exsurge clara, daí, a conclusão de que, na mesma linha da tese sufragada na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF, entende o Supremo Tribunal Federal que não há falar em transferência automática à Administração Pública da responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas decorrentes do contrato mantido entre a empresa prestadora de serviços e seus empregados. 6 . O Supremo Tribunal Federal deliberadamente não definiu , na tese de Repercussão Geral fixada no RE n.º 760.931, a distribuição do ônus da prova , limitando-se a sufragar o entendimento de que " o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 ". 7 . Nesse contexto, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte superior, nos autos do processo n.º TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, em sessão de julgamento realizada em 12/12/2019, acórdão publicado em 22/5/2020, firmou entendimento no sentido de que incumbe ao ente público o ônus de comprovar a efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos de trabalho firmados entre a empresa prestadora dos serviços e seus empregados. 8 . Assim, resulta incensurável a decisão proferida pelo egrégio Tribunal Regional, que, examinando a situação concreta dos autos, constatou que a Administração Pública não cumpriu com sua obrigação de fiscalizar o adimplemento, pela empresa prestadora dos serviços, das obrigações a que submetida, por força de lei ou do contrato. Nesse sentido, registrou-se no acórdão prolatado pela Corte de origem que "no caso sob análise, o ente público agiu com culpa, uma vez que não efetuou os repasses financeiros à primeira ré, e tinha ciência do inadimplemento das verbas trabalhistas, aliás fato público e notório, de forma que não há falar em demonstração de culpa pelo empregado. Repiso que a recorrente não tomou qualquer providência efetiva para resguardar os créditos devidos aos trabalhadores da empresa contratada que lhe prestaram serviços . Portanto , ante a conduta culposa do ente público, resta configurada a sua responsabilidade subsidiária , nos termos da Súmula 331, V, do TST, e do entendimento adotado pelo STF na ADC 16" . 9. Tal premissa fática, insuscetível de revisão em sede extraordinária, revela-se suficiente a justificar a conclusão a que chegou a Corte de origem, no sentido de impor ao ente público a obrigação de arcar, de forma subsidiária, com o pagamento dos créditos trabalhistas reconhecidos à parte obreira. 10. Agravo de Instrumento a que se nega provimento." (AIRR-101269-05.2017.5.01.0432, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.015/2014. CPC/2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA

246 DE REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331 DO TST. DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL PACIFICADA NO ÂMBITO DESTA CORTE SUPERIOR. No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou no Tema 246, de repercussão geral, que: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em sede de embargos de declaração, ao rejeitar a solução proposta pelo Relator, deixou claro que não fixou tese quanto à definição do ônus da prova referente à efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de trabalho, por se tratar de matéria infraconstitucional, na linha de sua pacífica jurisprudência, de que são exemplos os seguintes precedentes: AI 405738 AgR, Rel. Min. Ilmar Galvão, 1ª T., julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, 2ª T., julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, 2ª T., julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T., julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator: Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg. em 11/11/2019. Nesse contexto, a SDI-1 desta Corte Superior, em sessão com sua composição completa, realizada no dia 12/12/2019, ao julgar o E-RR-925-07.2016.5.05.0281, assentou que caberia a esta Justiça Especializada resolver a aludida questão jurídica e definiu ser do tomador o encargo de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços, por ser obrigação que decorre de forma ordinária da aplicação sistemática de vários dispositivos da Lei nº 8.666/93, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público. No caso, o Tribunal Regional consignou que o ente público não se desincumbiu do ônus de provar haver sido diligente no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Assim, sua condenação subsidiária não contraria o fixado pelo Supremo Tribunal Federal e se alinha à jurisprudência pacificada no âmbito desta Corte Superior. Agravo de instrumento conhecido e não provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE AUTORA. JORNADA 12X36 HORAS. VALIDADE. NORMA COLETIVA. SÚMULA Nº 444 DO TST . AUSÊNCIA DE REGISTRO FÁTICO E TESE ACERCA DA DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME POR SUPOSTA PRESTAÇÃO HABITUAL DE HORAS EXTAS. SÚMULAS NºS 126 E 297 DO TST. Conforme entendimento consubstanciado na Súmula nº 444 desta Corte: " é válida, em caráter excepcional, a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. O empregado não tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas ". No caso, o Tribunal Regional, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, registrou a existência de acordo coletivo válido autorizando o regime de compensação da jornada de trabalho de 12x36h. Conclusão em sentido contrário demandaria o revolvimento de fatos e provas, o que não é admissível nesta instância extraordinária, consoante o teor da Súmula nº 126 do TST. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (AIRR-11354-26.2014.5.01.0051, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ÔNUS DA PROVA. 1. Cinge-se a presente controvérsia ao ônus da prova da fiscalização e da conduta culposa do ente público, por se tratar de elemento necessário à configuração da responsabilidade subsidiária da Administração Pública, segundo a diretriz perfilhada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC nº 16 e a tese fixada no RE nº 760.931, em sede de repercussão geral (Tema nº 246). 2 . A SDI-1 desta Corte, órgão de uniformização jurisprudencial interna corporis , firmou a compreensão de que a discussão atinente ao onus probandi não foi apreciada no referido precedente de repercussão geral, notadamente em razão do seu caráter infraconstitucional, incumbindo a este Tribunal Superior do Trabalho o enfrentamento da questão. E, assim, com base no princípio da aptidão para a prova e no fato de que a fiscalização constitui um dever legal, concluiu ser do ente público o encargo probatório de demonstrar a regular observância das exigências legais no tocante à fiscalização da prestadora dos serviços quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas. 3. Nesse contexto, a conclusão adotada pelo Tribunal de origem revela-se irrepreensível, pois a condenação subsidiária atribuída ao ente público não foi automática, mas decorreu da configuração da sua conduta culposa, porquanto não produziu nenhuma prova de que tenha fiscalizado a empresa contratada, ônus que lhe incumbia. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (AIRR-100442-15.2017.5.01.0037, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 18/09/2020).

No tocante ao tema "abrangência da condenação", a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços alcança todas as parcelas decorrentes da relação de emprego havida entre parte reclamante e a empregadora, nos termos da Súmula 331, VI, do TST.

No que concerne ao tema "juros de mora", a limitação de juros ao patamar de 0,5% ao mês, prevista no art. 1-Fº da Lei 9.494/1997 (dispositivo acrescido por edição da Medida Provisória 2180-35), não se aplica à hipótese de condenação subsidiária do ente público, conforme entendimento do TST consubstanciado na OJ 382 da SDI-1.

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados. O acórdão recorrido proferido pelo Tribunal Regional está em conformidade com a jurisprudência iterativa, notória e atual desta Corte Superior.

Por fim, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0020441-90.2018.5.04.0371

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ZZSAP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA.
Advogado	Dr. José Cácio Auler Bortolini(OAB: 17770/RS)

Advogado	Dr. William Santos Soares(OAB: 96976/RS)
Agravado	VALDEMAR BERGAHN TIECKER
Advogado	Dr. Vereni Cornelios Leite(OAB: 22846 -A/RS)
Advogado	Dr. Edison Gilberto de Moura Leite(OAB: 22842/RS)
Agravado	J SAPIRANGA MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI
Advogada	Dra. Rosane Fehse(OAB: 51603-A/RS)
Agravado	CALÇADOS BOTTERO LTDA.
Advogado	Dr. Maria Amelia de Brito Bergmann(OAB: 55980-A/RS)
Advogado	Dr. Cesar Romeu Nazario(OAB: 17832 -A/RS)
Advogado	Dr. Caroline de Oliveira(OAB: 75684-A/RS)
Agravado	INDÚSTRIA DE CALÇADOS GRAZIELA LTDA.
Advogado	Dr. Joao Adalberto Medeiros Fernandes Junior(OAB: 40315-A/RS)
Advogado	Dr. Arthur Alves Silveira(OAB: 80362-A/RS)
Advogado	Dr. Laurence Bica Medeiros(OAB: 56691-A/RS)
Advogado	Dr. Márlon Rafael Júlio(OAB: 91490-A/RS)
Agravado	CALCADOS VICENZA LTDA
Advogado	Dr. Luciane Wagner Molter(OAB: 49350-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CALCADOS VICENZA LTDA
- CALÇADOS BOTTERO LTDA.
- INDÚSTRIA DE CALÇADOS GRAZIELA LTDA.
- J SAPIRANGA MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI
- VALDEMAR BERGAHN TIECKER
- ZZSAP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.

Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária / Tomador de Serviços / Terceirização.

Não admito o recurso de revista noitem.

Não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte (art. 896, § 1-A, CLT).

O cabimento do recurso de revista interposto contra decisão proferida em causa sujeita ao rito sumaríssimo está restrito aos casos de violação direta a dispositivo da Constituição Federal, contrariedade a súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou contrariedade a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 896, § 9º, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.015/2014.

No caso em exame, entendo que a parte não observou o ônus que lhe foi atribuído pela lei, pois não estabeleceu o necessário confronto analítico entre os fundamentos da decisão recorrida e cada uma das alegações recursais pertinentes, em desatenção ao que dispõe o art. 896, §1º-A, III, da CLT.

De todo modo, nas alegações recursais em que devidamente transcrito o trecho do acórdão e feito corretamente o cotejo analítico com as respectivas alegações, não verifico contrariedade à súmula invocada ou violação aos dispositivos constitucionais apontados.

Inviável a análise das demais alegações recursais, face à restrição legal acima referida.

Assim nego seguimento ao recurso quanto à responsabilidade subsidiária atribuída à recorrente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.

Não admito o recurso de revista noitem.

A parte apenas discorre acerca das razões de sua insurgência e propugna a reforma da decisão. Não indica dispositivo constitucional que entenda violado, tampouco aponta possível contrariedade a Súmula do TST ou a Súmula Vinculante do STF. A ausência de situação prevista no art. 896, parágrafo 9º, da CLT, conforme redação dada pela Lei nº 13.015/2014, obsta o prosseguimento do recurso de revista.

CONCLUSÃO

Nego seguimento.

Intime-se."

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "responsabilidade subsiária" e "honorários sucumbenciais", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas no art. 896, §§ 1º-A, III e 9º, CLT.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0020435-04.2020.5.04.0019

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Evandro Luís Pippi Kruel(OAB: 18780-A/RS)
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Agravado	CONECT SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA - ME
Advogado	Dr. Antonio Miller Madeira(OAB: 90923 -A/RS)
Agravado	LUIZ FILIPPE DE ASSIS COSER
Advogado	Dr. Marjorie Lucaora Gomes(OAB: 43255-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONECT SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA - ME
- LUIZ FILIPPE DE ASSIS COSER
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 507/524) interposto pela segunda reclamada contra a decisão de fls. 502/503, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade do recurso de revista.
Inicialmente, ressalto que a decisão do Tribunal Regional que denegou seguimento ao recurso de revista não acarreta qualquer prejuízo à parte, em razão de este juízo ad quem, ao analisar o presente agravo de instrumento, proceder a um novo juízo de admissibilidade da Revista.
A discussão travada nos autos, o qual se submete ao rito sumaríssimo, prende-se ao tema "TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE".
A segunda reclamada insurge-se contra a responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada, ao argumento de que não há impedimento legal para realização de contratação. Aduz que não se trata de contrato de prestação de serviços e sim de distribuição. Indica violação dos arts. 1º, IV, 5º, II, e 170 da CF, 818 da CLT e 373 do CPC. Suscita divergência jurisprudencial.
Sem razão.
O Regional, quanto ao tema, manteve a sentença por seus próprios fundamentos. Consta da sentença:

"A segunda reclamada entende que não deve ser responsabilizada pelo pagamento das parcelas deferidas. Argumenta que não houve terceirização de mão-de-obra, mas sim contrato de distribuição de produtos, sendo a relação existente com a primeira meramente comercial.
A tese não prospera.
Independente do nome dado ao contrato, vê-se que a relação havida entre as rés configura, de fato, prestação de serviços. Conforme documento ID 5a7e003, a contratação teve por objeto a comercialização, de forma exclusiva, de serviços da operadora VIVO.
Fica claro, portanto, que a segunda reclamada contratou a primeira para promover a venda de seus produtos, figurando na relação como típica tomadora de serviços e beneficiando-se, de forma direta, pela mão de obra do autor.
Assim, a despeito do nome dado ao contrato, entendo que deve ser homenageado o princípio da tutela daquele que prestou serviço por intermédio de terceiro (o que a lei permite), mas nada recebeu ou recebeu a menor, em detrimento de sua honra e de seu labor.
Por tal razão, em observância às disposições da Súmula 331 do C. TST, com base nas figuras da culpa in vigilando e culpa in elegendo, condeno a ré Telefônica Brasil S.A. a responder pelos créditos aqui deferidos de forma subsidiária."(fls 387-g.n.)

De início, destaque-se que, nos termos do art. 896, § 9º, da CLT, tratando-se de causa sujeita ao procedimento sumaríssimo o cabimento do recurso de revista somente será admitido por contrariedade a súmula de jurisprudência do TST ou afronta direta à Constituição da República, o que afasta a alegação de violação dos artigos 818 da CLT e 373 do CPC e a divergência jurisprudencial suscitada.
Depreende-se do excerto transcrito que, restou expressamente consignado que o reclamante prestava serviços exclusivamente para a 2ª reclamada, tomadora de serviços, afastando-se a tese de contrato de distribuição, porquanto o contrato celebrado entre as reclamadas para promover a venda de seus produtos denota verdadeira terceirização de serviços, razão pela qual manteve a sua responsabilidade subsidiária. Esta decisão está em consonância com o entendimento desta Corte Superior e do STF, no sentido de que, mesmo se tratando de terceirização lícita, deve ser reconhecida a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços (Súmula 331, IV, do TST). Incidência do óbice da Súmula 333 do TST.
Ademais, verifico que a pretensão recursal encontra-se superada por decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sessão realizada no dia 30/08/2018, quando se julgou procedente a arguição formulada na ADPF-324/DF (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018), com eficácia erga omnes e efeito vinculante, e se fixou tese jurídica de repercussão geral, correspondente ao Tema nº 725, no sentido de que "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da

empresa contratante." (leading case: RE-958252/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018).
Por outro lado, A responsabilidade subsidiária de que trata a Súmula 331, IV, do TST não faz ressalva alguma quanto ao objeto do contrato de prestação de serviços, abrangendo aquelas modalidades de terceirização relativas ao transporte de mercadorias.
Nesse sentido, os julgados: TST-AIRR-10047-46.2016.5.15.0061, 2ª Turma, Relatora Ministra Delaide Alves Miranda Arantes, DEJT 19/03/2021; TST-RR-10937-09.2016.5.09.0010, 2ª Turma, Relatora Ministra Delaide Miranda Arantes, DEJT 13/11/2020; TST-AIRR - 1508-17.2013.5.04.0251, Rel. Min.: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, DEJT 05/05/2017; TST-RR-10322-48.2019.5.15.0074, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 16/10/2020 e TST-RR-2101-29.2013.5.03.0104, Rel. Min.: Maria de Assis Calsing, 4ª Turma, DEJT 19/05/2017
Cabe mencionar, ainda, que a revisão da natureza da relação estabelecida entre as reclamadas é inviável no âmbito deste Tribunal, nos termos da Súmula 126 do TST.
Nesse contexto, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1001739-81.2019.5.02.0086

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Advogado	Dr. Nazário Cleodon de Medeiros(OAB: 84809/SP)
Agravado	ADENILSON SANTOS FERREIRA
Advogado	Dr. Hilario Bocchi Junior(OAB: 90916-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADENILSON SANTOS FERREIRA
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
O MPT oficiou pelo prosseguimento normal do feito - Parecer a fls. 228.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO / SERVIDOR PÚBLICO CIVIL / SISTEMA REMUNERATÓRIO E BENEFÍCIOS / ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.
A Corte Superior Trabalhista já pacificou o entendimento de que o direito ao pagamento do adicional por tempo de serviço denominado quinquênio, previsto no art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo, alcança indistintamente os servidores estaduais celetistas e estatutários da Administração Pública direta, das fundações e das autarquias.
Nesse sentido: E-ED-RR - 1001413-08.2013.5.02.0321, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 13/10/2017; AgR-AIRR - 1123-84.2015.5.02.0015, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, DEJT 30/06/2017; AIRR - 1037-34.2013.5.02.0064, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, 2ª Turma, DEJT 25/08/2017; AIRR - 2718-24.2013.5.02.0069, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, 3ª Turma, DEJT 01/09/2017; AIRR - 1001249-62.2015.5.02.0292, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, 4ª Turma, DEJT 19/05/2017; Ag-AIRR - 105-17.2014.5.02.0030, Relator Ministro: João Batista Brito Pereira, 5ª Turma, DEJT 30/06/2017; AIRR - 1000952-11.2014.5.02.0318, Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, 6ª Turma, DEJT 15/09/2017; AIRR - 11987-73.2015.5.15.0031, Relator Desembargador Convocado: Roberto Nobrega de Almeida Filho, 7ª Turma, DEJT 15/09/2017; AIRR - 1000571-75.2018.5.02.0087, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, 8ª Turma, DDEJT 19/06/2020.
Destarte, estando a decisão recorrida em consonância com a atual e iterativa jurisprudência da Corte Superior, o trânsito do recurso de revista encontra óbice no artigo 896, § 7º, da CLT e na Súmula 333 do C. TST, inclusive com referência ao dissídio jurisprudencial aventado.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista."

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, pois, quanto a matéria controvertida no apelo "GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO / QUINQUÊNIO / ART. 129 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO", esta Corte Superior firmou o entendimento no sentido de que o adicional por tempo de serviço, normatizado pelo art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo, como a verba sexta parte, é devido também aos empregados públicos da Administração estadual direta, das fundações e das autarquias.
Cito precedentes, o primeiro da SBDI-1 do TST e o segundo desta Segunda Turma:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA, NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - QUINQUÊNIOS. EXTENSÃO AOS EMPREGADOS CELETISTAS DE FUNDAÇÃO ESTADUAL. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL TRANSITÓRIA Nº 75 DA SBDI-1 DO TST. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL DEMONSTRADA. Trata-se de recurso de revista da autora, que pretende o recebimento da parcela `adicional por tempo de serviço-, prevista no art. 129 da Constituição do

Estado de São Paulo. Uma vez demonstrada a divergência jurisprudencial, no sentido de que é cabível a aplicação analógica da Orientação Jurisprudencial Transitória nº 75 desta c. SBDI-1 ao caso, adota-se o entendimento já sedimentado nesta c. Corte acerca do direito à parcela, na hipótese de empregado público celetista, integrante da Administração Pública direta, das fundações e da autarquias. Recurso de Embargos conhecido por divergência jurisprudencial e provido." (E-ED-RR-1001413-08.2013.5.02.0321, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 13/10/2017)

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI Nº 13.015/2014. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. QUINQUÊNIO. PARCELA DENOMINADA "SEXTA PARTE". ARTIGO 129 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. EXTENSÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS CELETISTAS. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL TRANSITÓRIA Nº 75 DA SbDI -1 DO TST. Não merece provimento o agravo que não desconstitui os fundamentos da decisão monocrática, pela qual se negou provimento ao agravo de instrumento, fundada na aplicação da Súmula nº 333 e na Orientação Jurisprudencial Transitória nº 75 da SbDI-1, ambas, do TST, bem como na ausência de preenchimento dos requisitos previstos no artigo 896, alíneas "a" e "c", da CLT. Agravo desprovido." (Ag-AIRR - 1000337-81.2015.5.02.0319 Data de Julgamento: 27/02/2019, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 01/03/2019)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 E ANTERIOR ÀS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 13.467/2017. 1. FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR - FURP. NATUREZA JURÍDICA. 2.SEXTA-PARTE. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO . QUINQUÊNIO. EXTENSÃO A EMPREGADOS PÚBLICOS. 3. OBRIGAÇÃO DE FAZER - MULTA. Segundo a jurisprudência desta Corte Superior, os quinquênios e o benefício denominado sexta-parte , previstos pela Constituição do Estado de São Paulo, são devidos aos servidores estaduais (celetistas ou estatutários) da Administração Pública Direta, das autarquias e das fundações estaduais (excetuando-se dessa extensão os empregados das Sociedades de Economia Mista e das Empresas Públicas, que são regidos pelo regime jurídico próprio das empresas privadas - art. 173, § 1º, II, CF/88). Na presente hipótese, como a Reclamante é servidora pública contratada por Fundação Pública pelo regime da CLT, tem direito às verbas pleiteadas. Julgados. Incidência do §7º do art. 896 da CLT e da Súmula 333/TST. Agravo de instrumento desprovido." (AIRR - 1001000-85.2014.5.02.0312 Data de Julgamento: 27/02/2019, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 01/03/2019)

"II- AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMADA. RECURSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014. (...) .PARCELA DENOMINADA "SEXTA PARTE". EXTENSÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS CELETISTAS. FUNDAÇÃO. A jurisprudência desta Corte, por meio da Orientação Jurisprudencial Transitória nº 75 da SBDI-1, sedimentou entendimento de que apenas os empregados de empresas públicas e de sociedade de economia mista não se beneficiam da referida vantagem "sexta parte", objeto do artigo 129 da Constituição do Estado de São Paulo. Incide o óbice da Súmula nº 333/TST. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (...)" (AIRR - 837-29.2015.5.02.0073 Data de Julgamento: 10/10/2018, Relator Ministro: Emmanoel Pereira, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 19/10/2018)

"[...] SERVIDOR CELETISTA. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. QUINQUÊNIO. ARTIGO 129 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. A controvérsia já se encontra dirimida no âmbito desta Corte Superior, no sentido de que o artigo 129 da Constituição do Estado de São Paulo também beneficia os servidores estaduais celetistas. Precedentes. Agravo conhecido e não provido." (Ag-AIRR-1002083-33.2014.5.02.0314, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 31/10/2018)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. REQUISITOS DO ART. 896, § 1º-a, DA CLT, ATENDIDOS. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. QUINQUÊNIOS. ART. 129 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. OJ TRANSITÓRIA 75 DA SBDI-1 DO TST. Confirmada a ordem de obstaculização do recurso de revista, na medida em que não demonstrada a satisfação dos requisitos de admissibilidade, insculpidos no artigo 896 da CLT. Agravo de instrumento não provido." (AIRR-1001546-10.2014.5.02.0323, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, 6ª Turma, DEJT 07/12/2018)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIO). ARTIGO 129 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. EXTENSÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS CELETISTAS. NÃO PROVIMENTO. A jurisprudência deste Tribunal Superior já firmou entendimento de que o benefício denominado `adicional por tempo de serviço-, previsto no artigo 129 da Constituição do Estado de São Paulo, é devido aos servidores públicos estaduais da Administração Pública direta, das autarquias e das fundações públicas, inclusive aos regidos pela CLT. Isso porque o referido dispositivo, quando utiliza a expressão servidor público, não estabelece nenhuma distinção entre servidores públicos estatutários e celetistas. Incidência, por analogia, da Orientação Jurisprudencial Transitória nº 75 da SBDI-1. Precedente. Na espécie, a reclamada - FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SÓCIO EDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - detém a condição de fundação estadual, com personalidade jurídica de direito público, razão pela qual fazem jus, os seus servidores, à referida parcela. Agravo de instrumento a que se nega provimento." (AIRR-143300-73.2007.5.02.0008, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, 4ª Turma, DEJT 07/12/2018)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. QUINQUÊNIO. ART. 129 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. EXTENSÃO AO SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA. A parte agravante não apresenta argumentos capazes de desconstituir a decisão que denegou seguimento ao recurso de revista, à míngua de demonstração de pressuposto intrínseco previsto no art. 896 da CLT. A jurisprudência pacífica desta Corte Superior é firme no sentido de que o adicional por tempo de serviço, denominado quinquênio, a que se refere o art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo, é devido ao servidor público celetista, tendo em vista que o referido dispositivo, ao utilizar a expressão servidor público estadual, não fez distinção entre os servidores públicos estatutários e os servidores públicos contratados pelo regime da Consolidação

das Leis do Trabalho. Incidência do art. 896, § 7º, da CLT. Agravo de instrumento a que se nega provimento." (AIRR-10495-06.2016.5.15.0033, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, DEJT 24/8/2018)

Desse modo, vê-se que a decisão recorrida está em sintonia com a jurisprudência pacífica do TST, incidindo na espécie os óbices da Súmula 333 desta Corte de do art. 896, § 7º, da CLT, de modo que está afastada a fundamentação jurídica invocada pela parte.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0101000-72.1995.5.01.0064

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA - CENTRAL
Advogada	Dra. Thamiris Aló Maia Rollemberg(OAB: 172612-A/RJ)
Agravado	GILBERTO RAIMUNDO DA SILVA E OUTROS
Advogado	Dr. Francisco de Assis Ferreira Maia(OAB: 14252/RJ)
Agravado	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
Advogado	Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(OAB: 136118-A/RJ)
Agravado	ANEDINA ALVES DE OLIVEIRA
Advogada	Dra. Ludmila Schargel Maia(OAB: 61609-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANEDINA ALVES DE OLIVEIRA
- COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
- COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA - CENTRAL
- GILBERTO RAIMUNDO DA SILVA E OUTROS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 2.383/2.385) interposto pela executada contra a decisão de fls. 2.379/2.380, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta ou de contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 29/04/2019 e apelo protocolado em 09/05/2019).
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "RECURSO ADESIVO INTERPOSTO PELO LITISCONSORTE. RECURSO INCABÍVEL".
A executada sustenta, em síntese, que é cabível seu recurso adesivo, ainda que o recurso principal tenha sido interposto pelo litisconsorte. Alega ofensa ao artigo 5º, LV, da Constituição Federal.
O Regional assinalou:

"Entretanto, o recurso adesivo não pode ser conhecido, porque a parte contrária, o credor, não interpôs recurso autônomo e o recurso adesivo não pode ser interposto de forma subordinada a um outro recurso interposto por parte colocada no mesmo polo da relação processual.
O art. 997 do Código de Processo Civil estabelece os requisitos para a interposição do recurso adesivo. Transcreve-se:
"Art. 997 - Cada parte interporá o recurso, independentemente, no prazo e observadas as exigências legais.
§ 1º Sendo vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir o outro. [..]
Como se vê, o texto legal é claro ao dispor que ao recurso interposto por uma parte (autor ou réu) poderá aderir a outra parte. Daí resulta ser incabível a interposição de agravo de petição por um réu e de agravo de petição adesivo por outro réu, seu litisconsorte passivo. Em outras palavras, não pode um réu aderir ao recurso interposto por outro réu na mesma ação.
A exegese do citado dispositivo pela doutrina determina que a legitimação para a aderência do recurso principal seja da parte contrária à recorrente. Em outras palavras, somente poderá aderir ao recurso interposto por uma das partes quem for adversário dessa mesma parte. Afinal, o recurso adesivo presta-se à parte que, inicialmente, por resignar-se com a sentença, não ofereceu recurso no prazo legal, somente resolvendo fazê-lo ao tomar ciência da interposição de recurso pela parte contrária." (fls. 2.348/2.349).

Como se verifica, a questão encontra embasamento na interpretação de dispositivo infraconstitucional (artigo 997 do CPC). Dessa forma, não demonstrada a violação direta e literal ao artigo 5º, LV, da Constituição Federal, na forma do artigo 896, § 2º, da CLT e da Súmula 266 do TST, não merece seguimento o apelo interposto pela executada.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100858-82.2019.5.01.0046

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Fábio Gomes de Freitas Bastos(OAB: 168037-A/RJ)
Advogada	Dra. Juliana Santos Azevedo Lima(OAB: 186695-A/RJ)
Advogado	Dr. Rodolfo Luis de Mattos Guimaraes(OAB: 189918-A/RJ)
Agravado	ALLAN BORGES MARQUES

Advogado	Dr. Saul dos Santos(OAB: 146225-A/RJ)
Agravado	GRUPO SCHAHIN
Advogada	Dra. Tatiana Weigand Berna Rayel(OAB: 204664/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALLAN BORGES MARQUES
- GRUPO SCHAHIN
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 783/793) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 761/762).
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
Os autos não foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 617/619 e 615) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 06/08/2021 e apelo protocolado em 19/08/2021), estando regular o preparo (fls. 611/614, 658/660, 720/721 e 794/795).
A terceira reclamada renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, ante o registro no acórdão de que o tomador de serviços não produziu nenhuma prova de que tivesse cumprido sua obrigação de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas devidas por seu contratado, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"No entanto, analisando a situação concreta, registro que a recorrente não produziu qualquer prova de sua efetiva fiscalização ou eventual aplicação de penalidade à empresa contratada.
Por todo o exposto, é de se manter a r. sentença que condenou a terceira ré subsidiariamente."(fls. 693).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.

Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0025437-22.2016.5.24.0056

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ADECOAGRO VALE DO IVINHEMA S.A.
Advogado	Dr. Willian Basílio de Lima(OAB: 13572/MS)
Advogada	Dra. Lays da Silva Ibanhes(OAB: 22276-A/MS)
Agravado	MARIA INES ALEIXO DE LIMA
Advogada	Dra. Camila Soares da Silva(OAB: 17409-A/MS)
Advogado	Dr. Alan Albuquerque Nogueira da Costa(OAB: 17336-B/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADECOAGRO VALE DO IVINHEMA S.A.
- MARIA INES ALEIXO DE LIMA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 991/1.006) interposto pela reclamada contra a decisão de fls. 983/986, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta ou de contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 873/876) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 14/08/2020 e apelo protocolado em 27/08/2020 - fls. 1.014), estando regular o preparo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "DEPÓSITO DE FGTS. AFASTAMENTO EM RAZÃO DE DOENÇA OCUPACIONAL".
A reclamada insurge-se contra sua condenação ao pagamento de depósitos do FGTS, sob o argumento de que a doença que acometeu a reclamante tem natureza degenerativa, cujo agravamento não teve correlação com o serviço prestado, ante o oferecimento de condições ergonômicas adequadas e de pausas. Assevera que o perito não compareceu ao local de trabalho. Afirma que não há falar em pagamento de FGTS nos meses em que a reclamante estava afastada em razão da doença. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema e violação dos artigos 452-A, § 8º, da CLT e 15, caput, da Lei nº 8.036/1990.
De plano, a alegação de ofensa ao artigo 7º, XIII, XIV e XXVI, da Constituição Federal trata-se de inovação recursal, de forma que não será analisada.
Por outro lado, o aresto apresentado com a finalidade de confronto de teses revela-se formalmente inválido, pois não indicada a fonte oficial em que publicado ou o repositório de onde colhido (artigo 896, § 8º, da CLT e Súmula 337, I, "a", do TST).
No mais, quanto à doença de trabalho, o Regional entendeu que, "(...) contrariamente ao sustentado pela empresa, a prova pericial evidencia que as condições de trabalho atuaram como fator agravante da patologia descrita pela reclamante em razão do esforço físico repetitivo das atribuições. (...) Verifica-se, ademais, que tanto as condições alheias ao vínculo, como aquelas existentes no ambiente laboral foram consideradas pela perícia, não se podendo verdadeiramente afirmar que o labor prestado à empresa não tenha atuado como fator de causa e agravamento da patologia, data venia." (fls. 927/928), premissas estas insuscetíveis de revisão nesta instância (Súmula 126 do TST).
Nessa esteira, consignou, ainda, que, "Nos termos do artigo 15, 8 5º da Lei 8.036/90, o empregador é obrigado a depositar os valores referentes ao FGTS, enquanto o trabalhador se encontrar afastado percebendo o auxílio doença acidentário, independentemente de ter ou não obrado com culpa para o evento. o caso em análise, comprovada pela perícia, a doença ocupacional, equiparada a acidente do trabalho para fins previdenciários, devidos os depósitos do FGTS. Ademais, concedido auxílio-previdenciário." (fls. 930/931).
Dessa forma, o entendimento adotado pelo Regional encontra-se em conformidade com o artigo 15, § 5º, da Lei nº 8.036/1990, o qual preleciona que:

"Art. 15. Para os fins previstos nesta lei, todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8 (oito) por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas na remuneração as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da CLT e a gratificação de Natal a que se refere a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com as modificações da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.
(...)
§ 5º O depósito de que trata o caput deste artigo é obrigatório nos casos de afastamento para prestação do serviço militar obrigatório e licença por acidente do trabalho."

No mesmo sentido, cite-se o seguinte julgado:

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/2016 DO TST. DEPÓSITOS DE FGTS. PERÍODO DE AFASTAMENTO DO EMPREGADO NO GOZO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. DECISÃO DENEGATÓRIA COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 255, INCISO III, ALÍNEAS "A" E "B", DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO . Não merece provimento o agravo que não desconstitui os fundamentos da decisão monocrática quanto ao tema "Depósitos de FGTS. Período de Afastamento do Empregado no Gozo de Benefício Previdenciário Auxílio-Doença Acidentário", pela qual se negou provimento ao agravo de instrumento, fundada na aplicação das Súmulas no 126, 296, item I, e 333, do TST, pois, nos termos do artigo 15, § 5º, da Lei nº 8.036/1990, é obrigatório o recolhimento dos depósitos de FGTS no período em que o trabalhador está afastado do emprego em razão de acidente de trabalho ou doença equiparada . Agravo desprovido" (TST-Ag-AIRR -763-47.2014.5.01.0522, 2ª Turma, Rel. Min. Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT de 28/05/2021).

Assim, tem-se por inviável o processamento do recurso de revista interposto pela reclamada.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0011256-30.2018.5.15.0045

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Procuradora	Dra. Anamaria Barbosa Ebram Fernandes
Agravado	TATIANE BANDEIRA DE JESUS E OUTRAS
Advogada	Dra. Zaíra Mesquita Pedrosa Padilha(OAB: 115710-A/SP)
Advogado	Dr. Ana Carolina Régly Andrade(OAB: 243833-A/SP)
Advogado	Dr. Vanessa de Oliveira Mikulski(OAB: 363127-A/SP)
Advogado	Dr. Natália Alves de Almeida(OAB: 284263-A/SP)
Agravado	COMATIC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
Advogado	Dr. Talitha Zuppo Sorrentino(OAB: 298997-A/SP)
Advogado	Dr. Gutemberg Teixeira de Araujo(OAB: 314345-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMATIC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
- MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
- TATIANE BANDEIRA DE JESUS E OUTRAS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.599/1.612) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 1.586/1.589).
Contraminuta às fls. 1.620/1.625 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 1.626/1.635.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo não provimento do agravo de instrumento, fls. 1.642/1.647.
É o relatório.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 17/05/2021 e apelo protocolado em 27/05/2021), sendo inexigível o preparo.
Primeiramente, importa destacar que quanto ao requerimento parasuspensãoprocessual (fls. 1.602) por aderência com objeto de repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária do dia 11/12/2020, nos autos do RE nº 1.298.647,indefiro o pedido dada a inexistência de ordem expressa do STF nesse sentido.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de

demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Deve-se ter em mente que a responsabilidade subsidiária da Administração Pública tem como causa principal a efetiva demonstração de ausência da necessária e indispensável fiscalização dos atos praticados pela empresa prestadora (ou ainda, até mesmo, em hipóteses de fiscalização falha, precária ou insuficiente), pelo órgão público contratante, situação esta devidamente retratada nos autos."(fls. 1.475)

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova,

seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1001703-82.2020.5.02.0610

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogada	Dra. Audrey Martins Magalhães Fortes(OAB: 432213-S/SP)
Agravado	DEBORA DO CARMO MONTEIRO DA SILVA
Advogado	Dr. Douglas Aparecido Fernandes(OAB: 121699-A/SP)
Agravado	LIDIANE CRISTINA RODRIGUES DOS SANTOS ROQUE EIRELI
Advogado	Dr. Silvio Luís Ferrari Padovan(OAB: 243613-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- DEBORA DO CARMO MONTEIRO DA SILVA
- LIDIANE CRISTINA RODRIGUES DOS SANTOS ROQUE EIRELI

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 430/449) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 422/425).
Contraminuta às fls. 461/467 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 455/460.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 450/451 e 452) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 19/10/2021 e apelo protocolado em 28/10/2021), estando regular o preparo (fls. 341/364 e 397/417).
A segunda reclamada renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, ante o registro no acórdão de que a tomadora de serviços não produziu nenhuma prova de que tivesse cumprido sua obrigação de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas devidas por seu contratado, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"A tomadora foi beneficiária da mão de obra da reclamante por todo o lapso contratual, e não juntou nenhum comprovante de que tenha diligenciado no sentido da eficaz fiscalização." (fls. 378).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST, razão por que incide o óbice previsto no artigo 896, § 7º, da CLT e na Súmula 333 deste Tribunal.
Diante do exposto, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1001386-10.2018.5.02.0043

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	GLEDSON MANSO GUIMARAES
Advogado	Dr. Alceu Luiz Carreira(OAB: 124489-A/SP)
Agravado	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
Procuradora	Dra. Marly Yamamoto

Intimado(s)/Citado(s):

- GLEDSON MANSO GUIMARAES
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO RECLAMANTE

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 542/550) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às fls. 557/562 e 563/574, respectivamente.
Manifestação do Ministério Público do Trabalho às fls. 580.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 12 e 451) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 25/02/2021 e apelo protocolado em 03/03/2021), sendo inexigível o preparo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "HORAS EXTRAS. COMPENSAÇÃO DA JORNADA EM ATIVIDADE INSALUBRE".
O reclamante sustenta que laborava em atividade insalubre e, portanto, a compensação da jornada somente poderia ser estipulada mediante licença prévia da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho, o que não existiu, conforme confesso pela reclamada nos autos. Alega ofensa ao artigo 60, caput, da CLT, contrariedade à Súmula 85, VI, do TST e divergência

jurisprudencial.
A fim de atender à determinação contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, o reclamante indicou às fls. 527, o seguinte trecho:

"[...] No mais, em consonância estrita com o princípio da legalidade, ao qual a recorrente está jungida, por ser membro da administração pública estadual direta, o descumprimento do artigo 60 da CLT incorre na pena de infração administrativa, preconizada no artigo 75 da CLT, não havendo de se cogitar no pagamento de extraordinárias.
Dessarte, dou provimento ao recurso para expungir a condenação de horas extras e reflexos".

Contudo, ao examinar a controvérsia, a Corte Regional consignou ainda os seguintes fundamentos:

"[...].
Revendo posicionamento anteriormente adotado, passo a entender que a prorrogação da jornada, em que pese ocorrer em atividade insalubre, quando ajustada por negociação coletiva, conforme documento de fls. 432/436, esta deverá prevalecer, por expressar a vontade das partes e, principalmente, a partir de 11.11.2017, porque amolda-se aos termos do artigo 611-A da CLT.
Demais disso, o reclamante ao pretender embasar seu direito, acostou aos autos controles de frequência, juntados às fls. 14/89, nos quais, ao invés de observar a habitualidade no elastecimento da jornada de trabalho, conforme postulado no exórdio, ao revés, constata-se o excedimento desta alinhada aos limites do artigo 58, § 1º da CLT, em minutos residuais" (fls. 497).

Como se observa, o trecho indicado é insuficiente para atender à determinação legal, porque não aborda todos os fundamentos fáticos e jurídicos que amparam a decisão.
Em situações análogas, esta Corte já decidiu:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. LEI 13.467/2017. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRECHO INSUFICIENTE. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. TOMADOR DE SERVIÇOS. A indicação do trecho da decisão regional que consubstancia o prequestionamento da matéria objeto do recurso é encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. O trecho transcrito pela parte recorrente não atende o disposto no art. 896, §1º-A, I, da CLT, pois não contém todos os fundamentos de fato e de direito, assentados na decisão recorrida, que levaram à manutenção da responsabilidade subsidiária da parte agravante. Precedentes. Agravo de instrumento a que se nega provimento."
(TST-AIRR-11181-45.2019.5.03.0059, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 13/11/2020 - g.n).

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/14. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ACIDENTE DO TRABALHO. TRANSCRIÇÃO DE TRECHO INSUFICIENTE DO V. ACÓRDÃO REGIONAL. Ao transcrever trecho insuficiente do v. acórdão regional, que não satisfaz a exigência inserta no art. 896, §1º-A, I, da CLT, porque não contém todos os fundamentos a serem combatidos, a parte agravante não procede ao adequado e necessário confronto analítico de que trata o inciso III do mesmo dispositivo, tornando inviável a apreciação da alegação de violação de dispositivo de lei e contrariedade a verbete jurisprudencial desta c. Corte. Precedentes . Agravo conhecido e desprovido." (TST-Ag-AIRR-11013-96.2017.5.03.0064, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 18/12/2020 - g.n.).

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA. RECLAMADA. ACIDENTE DE TRABALHO. GARANTIA DE EMPREGO. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PREQUESTIONAMENTO. TRANSCRIÇÃO DE TRECHO INSUFICIENTE 1 - A Lei nº 13.015/2014 exige que a parte indique, nas razões recursais, o trecho da decisão recorrida no qual seja demonstrado o prequestionamento. Não cabe, pois, apenas indicar alguns fragmentos da decisão do Regional, mas apontar expressamente todos os fundamentos adotados pelo TRT que se pretende ver reformados. 2 - Apesar de a parte ter transcrito trechos do acórdão recorrido, constata-se que a primeira parte se refere às razões do voto vencido e que a segunda parte não abrange relevantes fundamentos de fato e direito assentados no acórdão do Regional acerca da matéria. 3 - O registro apenas de parte da fundamentação adotada, como se depreende dos trechos transcritos pela parte, não atende aos requisitos do art. 896, §1º-A, I e III, da CLT, especialmente em situação como vista no caso em concreto, na qual se identifica que a decisão foi proferida em face dos fatos narrados pela reclamante, sem registro de impugnação das reclamadas, e conclusão pericial quanto ao nexo de causalidade da doença ocupacional. Em circunstância como tal resulta inviável que a parte demonstre analiticamente em que medida teria sido violado cada dispositivo indicado. 4 - A Sexta Turma evoluiu para o entendimento de que, uma vez não atendidas as exigências da Lei nº 13.015/2014, fica prejudicada a análise da transcendência. 5 - Agravo de instrumento a que se nega provimento. " (TST-AIRR-11645-97.2017.5.03.0040, 6ª Turma, Relatora Ministra Katia Magalhaes Arruda, DEJT 18/12/2020 - g.n.).

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - PROCESSO SOB A ÉGIDE DAS LEIS NºS 13.015/2014 E 13.467/2017, DO CPC/2015 E DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - ENTE PÚBLICO - PRESSUPOSTOS RECURSAIS - ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT - DEFICIÊNCIA DE TRANSCRIÇÃO - TRANSCRIÇÃO PARCIAL - AUSÊNCIA DO PREQUESTIONAMENTO EXIGIDO NO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. A SBDI-1 firmou o entendimento de que, para o preenchimento do requisito previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, a parte deve transcrever expressamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, requisito que não foi cumprido pelo agravante. A transcrição parcial dos fundamentos erigidos pela Corte regional, com a exclusão dos fundamentos jurídicos essenciais ao deslinde da controvérsia, desatende ao requisito previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, pois, o prequestionamento da matéria controvertida nos autos não foi adequadamente providenciado, na medida em que, para a análise e enfrentamento das teses recursais, este órgão julgador necessariamente teria que passar ao exame dos fundamentos da decisão regional não transcritos pela parte recorrente. Agravo desprovido". (TST - Ag-AIRR-12102-11.2017.5.15.0133, 7ª Turma, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 14/02/2020 - g.n.).

Não atendido ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, nego provimento ao agravo de instrumento.

II - CONCLUSÃO

Diante do exposto, com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0011565-96.2017.5.15.0106

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Procurador	Dr. Tatiana Taschetto Porto
Procurador	Dr. Alex Pereira de Oliveira
Agravado	PAOLA MOREIRA LOPES
Advogado	Dr. Ramon Corrêa da Silva(OAB: 239250-A/SP)
Advogada	Dra. Mariana Boin Menossi Minozzi(OAB: 274143-A/SP)
Agravado	SOCIEDADE DE APOIO, HUMANIZACAO E DESENVOLVIMENTO DE SERVICOS DE SAUDE
Advogado	Dr. Heraldo Luiz Panhoca(OAB: 71491 -A/SP)
Advogado	Dr. Sandro Aparecido Rodrigues(OAB: 117605-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
- PAOLA MOREIRA LOPES
- SOCIEDADE DE APOIO, HUMANIZACAO E DESENVOLVIMENTO DE SERVICOS DE SAUDE

Insurge-se a parte agravante contra decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo prosseguimento do feito, ressalvando eventual pedido de intervenção por ocasião do julgamento da causa.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no país.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos §§ 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, no que concerne ao tema em destaque, consignou:

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - ÔNUS DA PROVA - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - VERBAS SALARIAIS E RESCISÓRIAS - MULTAS
[...]
De plano, restou demonstrado que a obreira foi contratada pela primeira reclamada (Sociedade Apoio, Humanização, Desenvolvimento de Serviços de Saúde - SAHUDES), para prestar serviços em benefício da segunda reclamada.
O art. 116 da Lei nº 8.666/93 estabelece que: "Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração".
Neste sentido, tratando-se de contrato de gestão/convênio a relação mantida entre os reclamados, entende-se aplicável o art. 67 da Lei de Licitações ("A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição").
Portanto, resta claro que o ente público celebrante de contrato de gestão tem o dever de fiscalizar as atividades da entidade com quem opta trabalhar.
Aliás, é nesse sentido, o entendimento consubstanciado na Súmula nº 128 deste E. Regional, a seguir transcrita:
[...]
Ressalte-se que, embora celebrado por meio de contrato de gestão, o que ocorreu entre os reclamados foi verdadeira contratação de mão de obra por empresa interposta, de modo que a reclamante atuava diretamente em serviços cuja responsabilidade era da Fundação. E, se nos contratos de prestação de serviços, que são sujeitos a processo licitatório, é possível a aplicação de responsabilidade subsidiária ao ente público tomador, com muito mais justiça é cabível a mesma medida na celebração do contrato de gestão.
No que se refere à conduta culposa da reclamada no caso concreto, não obstante os documentos juntados com a defesa, não comprovou que sua ação tenha se dado de forma efetiva e eficaz a fim de evitar o inadimplemento das verbas trabalhistas a que fora condenado a primeira reclamada, quais sejam, salário do mês de setembro de 2016 e multa do artigo 477, da CLT.
Ressalto que a prestação do serviço em comento é dever do Estado, nos termos previstos na Constituição Federal (artigo 196), e diante dos fundamentos expostos, inexiste violação do artigo 5°, II, da Constituição Federal, uma vez que a Súmula 331 do C. TST não cria obrigação, mas tão somente reconhece a existência de uma responsabilidade subsidiária originada pela situação de garantidor, assumida pela recorrente no processo de terceirização (culpa in vigilando), à exegese dos artigos 186, 927, 932, III, 942, e 933 do Código Civil.

Dessa forma, tendo em vista o que dos autos consta, bem como o disposto nos artigos 186 e 927 do Código Civil, o tomador de serviços, deve responder subsidiariamente pelos créditos trabalhistas devidos pelo empregador, conforme entendimento consubstanciado na Súmula 331 do C. TST, inocorrendo afronta aos incisos II do artigo 5º, e XXI, do artigo 37, ambos da CF/88, inexistindo, portanto inconstitucionalidade ou ofensa às regras relativas ao ônus da prova (artigo 373 do CPC).
Destaca-se, outrossim, que a manutenção da responsabilidade subsidiária visa evitar insegurança aos trabalhadores na eventualidade da empresa interposta ser inidônea, protegendo, o interesse público, fazendo, ainda, com que a prestação jurisdicional atinja seu objetivo. Entendimento contrário poderia transformar a condenação em uma decisão meramente processual.

E por não ter havido reconhecimento de vínculo direto com a reclamada não se aplica nesse caso o entendimento previsto na Súmula 363 do C. TST, mas sim o item VI da Súmula 331.

Nega-se provimento ao apelo e mantém-se incólume o r. julgado

O ente público alega que não pode subsistir a sua responsabilização subsidiária, em razão do disposto no art. 71, § 1º, da Lei 8.666/1993. Argumenta que não ficou demonstrada a culpa in vigilando.
Aponta violação dos arts. 5.º, II, 37, §6º, 97 e 102, §2º da Constituição Federal; 71, §1º, da Lei 8.666/1993; 373, I, do CPC e 818, I, da CLT; bem como contrariedade à Súmula 331, V, do TST, à Sumula Vinculante 10 do STF, à decisão no ADC 16 e no Recurso Extraordinário 760.931. Transcreve arestos.
Analiso.
Inicialmente, há de se afastar a alegação de violação ao art. 5º, inciso II, da Constituição Federal, uma vez que a análise das matérias suscitadas no agravo não se exaure na Constituição Federal, demandando que se interprete o conteúdo da legislação infraconstitucional própria, motivo pelo qual ainda que se considere a possibilidade de ter havido violação do texto constitucional, esta seria meramente indireta e reflexa, o que não justifica o manejo do presente recurso, nos termos da Súmula 636 do STF.
Com relação à alegada violação à cláusula de reserva de plenário, os entendimentos constantes nas súmulas e orientações jurisprudenciais, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, são formalizados pela sua composição plenária. Assim, o disposto na Súmula nº 331, IV e V, desta Corte, acerca da manutenção da responsabilidade subsidiária de entes estatais terceirizantes, atende à exigência relacionada à cláusula de reserva de plenário a que aludem o art. 97 da Constituição Federal e a Súmula Vinculante 10 do STF. Ademais, a decisão agravada não declarou a inconstitucionalidade do artigo 71 da Lei nº 8.666/93. Apenas consignou que o dispositivo de lei não afasta a responsabilidade subsidiária do agravante.
Na hipótese, o Tribunal Regional, instância soberana na análise do conjunto fático-probatório dos autos, declarou a culpa in vigilando do ente público. Logo, o acolhimento das alegações do agravante, no sentido de que não teria agido com culpa e, por consequência, não poderia ser responsabilizado, demandaria nova análise do conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 126 desta Corte Superior.
Destaque-se que o reconhecimento da culpa in vigilando não decorreu exclusivamente das regras de distribuição do ônus da prova, mas a partir da valoração do escopo probatório dos autos.
A condenação subsidiária da reclamada tomadora de serviços, ora agravante, resultou da relação mantida com a primeira reclamada prestadora de serviços e do proveito direto e continuado do labor da parte reclamante em suas dependências.
Embora não seja o tomador dos serviços o principal obrigado, deve ser responsabilizado subsidiariamente, por aplicação analógica do artigo 455 da CLT, pois se beneficiou do trabalho da parte reclamante.
Tal entendimento está fundamentado, ainda, no Princípio da Proteção, informador do Direito do Trabalho, bem como na culpa in vigilando.
Com efeito, adoto o entendimento vertido no item V da Súmula 331 do TST, em sua redação atual, litteris:

"(...)
V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada. Não se pode conceber que ao delegar suas atividades-meio a um terceiro contratado, o tomador de serviços, quer empresa privada quer ente da administração pública, se exima das obrigações trabalhistas.
(...)"

A Administração Pública deve ficar alerta quanto ao cumprimento do contrato originalmente mantido com o empregado, sob pena de incorrer em culpa in vigilando e vir a responder por eventuais omissões do empregador.
Não se pode olvidar, ainda, de que o tomador de serviços, in casu o ente público, beneficiou-se diretamente da força de trabalho do empregado da prestadora de serviços. A força de trabalho do empregado, por evidente, não pode ser devolvida, devendo, isto sim, ser contraprestada a contento.
Dado o caráter eminentemente tutelar do Direito do Trabalho, não se pode admitir que o empregado, hipossuficiente, fique à mercê de um contrato entre seu empregador e um terceiro que disponha sobre sua força de trabalho.
Tenho, assim, que a garantia subsidiária dos direitos trabalhistas pelo tomador do serviço é legítima, em virtude da responsabilidade mínima por ato de terceiro, harmonizado esse princípio à prevalência hierárquica do valor-trabalho e direitos laborais na ordem jurídica.
Dessa feita, nada mais razoável do que se responsabilizar subsidiariamente a tomadora de serviços no caso de inadimplemento por parte do empregador.
O fato de a contratação havida entre as partes reclamadas ter se dado por meio de licitação, sob a égide da Lei 8.666/93, não afasta a responsabilidade subsidiária do ente público.
Nesse sentido, a jurisprudência consolidada nesta Corte e no Supremo Tribunal Federal: Rcl 14729 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 09/12/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-025 DIVULG 05-02-2015 PUBLIC 06-02-2015; E-RR - 99700-88.2007.5.15.0121, Relator Ministro: Horácio Raymundo de Senna Pires, Data de Julgamento: 02/02/2012, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 30/11/2012; AIRR - 403-81.2013.5.10.0010, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 05/11/2014, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/11/2014; AIRR - 421-36.2013.5.18.0251, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 17/12/2014, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 19/12/2014; AIRR - 1297-15.2010.5.02.0033, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 05/11/2014, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/11/2014.
Quanto ao decidido pelo STF na ADC n° 16, vale repisar o entendimento adotado no TST, no sentido de que tal decisão não afasta, por completo, a responsabilidade do ente público tomador de serviços terceirizados. Nesse sentido, as seguintes ementas:

RECLAMAÇÃO - ALEGAÇÃO DE DESRESPEITO À AUTORIDADE DA DECISÃO PROFERIDA, COM EFEITO VINCULANTE, NO EXAME DA ADC 16/DF - INOCORRÊNCIA - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR DÉBITOS TRABALHISTAS (LEI Nº 8.666/93, ART. 71, § 1º) - ATO JUDICIAL DE QUE SE RECLAMA PLENAMENTE JUSTIFICADO PELO RECONHECIMENTO, NO CASO, POR PARTE DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, DE SITUAÇÃO CONFIGURADORA DE RESPONSABILIDADE SUBJETIVA (QUE PODE DECORRER

TANTO DE CULPA "IN VIGILANDO" QUANTO DE CULPA "IN ELIGENDO" OU "IN OMITTENDO") - DEVER JURÍDICO DAS ENTIDADES PÚBLICAS CONTRATANTES DE BEM SELECIONAR E DE FISCALIZAR O CUMPRIMENTO, POR PARTE DAS EMPRESAS CONTRATADAS, DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS REFERENTES AOS EMPREGADOS VINCULADOS AO CONTRATO CELEBRADO (LEI Nº 8.666/93, ART. 67), SOB PENA DE ENRIQUECIMENTO INDEVIDO DO PODER PÚBLICO E DE INJUSTO EMPOBRECIMENTO DO TRABALHADOR - SITUAÇÃO QUE NÃO PODE SER COONESTADA PELO PODER JUDICIÁRIO - ARGUIÇÃO DE OFENSA AO POSTULADO DA RESERVA DE PLENÁRIO (CF, ART. 97) - SÚMULA VINCULANTE Nº 10/STF - INAPLICABILIDADE - INEXISTÊNCIA, NA ESPÉCIE, DE JUÍZO OSTENSIVO, DISFARÇADO OU DISSIMULADO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE QUALQUER ATO ESTATAL - CARÁTER SOBERANO DO PRONUNCIAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS SOBRE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA - CONSEQUENTE INADEQUAÇÃO DA VIA PROCESSUAL DA RECLAMAÇÃO PARA EXAME DA OCORRÊNCIA, OU NÃO, DO ELEMENTO SUBJETIVO PERTINENTE À RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA OU DA ENTIDADE PÚBLICA TOMADORA DO SERVIÇO TERCEIRIZADO - PRECEDENTES - NATUREZA JURÍDICA DA RECLAMAÇÃO - DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL DO INSTRUMENTO RECLAMATÓRIO - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO." (Rcl 16094 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 19/11/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-021 DIVULG 30-01-2015 PUBLIC 02-02-2015)

A decisão proferida pela Suprema Corte no julgamento do RE 760.931/DF, com repercussão geral, também não impede o reconhecimento de responsabilidade subsidiária em casos como o presente, em que a condenação do ente público não decorre automaticamente do inadimplemento dos encargos trabalhistas, mas sim da conduta culposa da Administração, efetivamente comprovada à luz do quadro fático delineado nos autos, consoante registrou a Corte Regional.

Nesses termos, o reconhecimento da responsabilidade subsidiária da recorrente não implica afronta a qualquer artigo constitucional e legal, na medida em que estes devem ser interpretados de forma a não conflitar com as disposições legais e princípios que regem a prestação de trabalho, de sorte a não permitir que os trabalhadores fiquem desamparados. Importante salientar que a relação de emprego é tutelada por normas de índole social, que, mesmo em nível constitucional, são hierarquicamente superiores àquelas administrativas ou organizacionais.

O TRT decidiu em harmonia com a jurisprudência consolidada deste Tribunal Superior do Trabalho representada pela Súmula 331, V.

Por fim, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0101003-95.2016.5.01.0062

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	JULIO CESAR GLICERIO
Advogado	Dr. Fábio Fazani(OAB: 183851-D/SP)
Advogado	Dr. Iara Cristina D Andrea(OAB: 120598-A/SP)
Advogado	Dr. Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 222297-A/RJ)
Agravado	ALUMINI ENGENHARIA S.A.
Advogada	Dra. Soraia Ghassan Saleh(OAB: 127572-A/RJ)
Agravado	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Fábio Gomes de Freitas Bastos(OAB: 168037-A/RJ)
Advogado	Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(OAB: 128341-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALUMINI ENGENHARIA S.A.
- JULIO CESAR GLICERIO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 971/982) interposto pelo reclamante contra a decisão de fls. 967/968, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.

Contraminuta e contrarrazões apresentadas pela segunda reclamada às fls. 987/989 e 990/1.005, respectivamente, e pela primeira reclamada às fls. 1.007/1.009.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 18 e 794) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 03/11/2020 e apelo protocolado em 05/11/2020), sendo inexigível o preparo.

As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. DONO DA OBRA", "HORAS EXTRAS. ACORDO DE COMPENSAÇÃO" e "HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA".

Em relação ao primeiro tópico, o reclamante pugna pela imputação da responsabilidade subsidiária ao segundo reclamado. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema, contrariedade à Súmula 331, IV, do TST e ofensa aos artigos 1º, IV, e 6º da Constituição Federal e 186 e 927 do CCB.

De plano, as alegações de afronta ao artigo 932, III, do CCB configuram inovação recursal.

No mais, o Regional consignou que "O reclamante confessou que atuava em "serviços de instalação industrial", em benefício da 2º reclamada. Nesta esteira, o estatuto social da primeira ré (fls. 707) dispõe como objeto social, entre outras, obras de engenharia, incluindo montagem industrial. Por sua vez, a segunda demandada-Petrobras, é sociedade de economia mista que atua na exploração econômica de petróleo, não figurando como empresa construtora. Deste modo, restou demonstrado que a segunda reclamada atuou como dona da obra e que a atividade desempenhada pelo reclamante, como soldador, estaria inserida no projeto de construção de uma refinaria da segunda ré (COMPERJ)." (fls. 928).

Constata-se, dessa forma, a premissa (Súmula 126 do TST) de que ficou evidenciada a celebração de contrato de empreitada, caracterizando-se a segunda reclamada como dona da obra. Nessa toada, a decisão recorrida encontra-se em consonância com a

Orientação Jurisprudencial 191 da SbDI-1 do TST, segundo a qual, "diante da inexistência de previsão legal específica, o contrato de empreitada de construção civil entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora".

Considerando que a função precípua desta Corte Superior é a uniformização da jurisprudência trabalhista em âmbito nacional e que o posicionamento deste Tribunal sobre a matéria ora debatida já se encontra pacificado, no mesmo sentido do acórdão regional, tem-se que o recurso de revista não se viabiliza, nos termos da Súmula 333 do TST e do artigo 896, § 7º, da CLT, com expressa e respeitosa ressalva de entendimento do Relator.

No que tange ao segundo tema ("Horas extras"), o reclamante sustenta, em síntese, que trabalhava habitualmente em sobrejornada, o que invalida o acordo de compensação. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema, contrariedade à Sumula 85, IV, do TST e ofensa ao artigo 7º, XIII, da Constituição Federal.

Primeiramente, a alegação de que não há previsão em acordo coletivo para a adoção de regime de compensação de jornada trata-se de inovação recursal.

No mais, no acórdão consta que "(...) os cartões de ponto do autor não demonstram o labor de horas extras habituais, como alegado em suas razões recursais, não havendo que se falar em nulidade do acordo de compensação de jornada ou tempo à disposição da reclamada sem o devido registro da jornada. Além disso, consta o pagamento de horas extras nos cartões de ponto." (fls. 931).

Dessa forma, diante da ausência de comprovação de prestação de horas extras habituais e do pagamento de eventuais horas prestadas (Súmula 126 do TST), não há falar em condenação da reclamada ao pagamento nos moldes pretendidos pelo reclamante.

Quanto ao terceiro tema ("Horas extras. Ônus da prova"), o reclamante sustenta, em resumo, que cabia à reclamada o ônus da prova de alegar fato impeditivo ao seu direito, no sentido de que havia quitação das horas extras, do qual não se desincumbiu, não havendo falar em atribuir ao empregado o ônus de comprovar diferenças de horas extras. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema e violação dos artigos 818 da CLT e 373, I, do CPC.

De plano, as alegações de ofensa ao artigo 74, § 2º, da CLT e de contrariedade à Súmula 338, I, do TST, com o argumento de que é ônus do empregador o registro da jornada e sua comprovação em juízo, e os arestos apresentados às fls. 979/980 configuram inovação recursal.

Ainda, afasta-se a alegação de divergência jurisprudencial, porquanto o aresto apresentado às fls. 961/962 não traz indicação da fonte oficial em que publicado ou do repositório de onde colhido (artigo 896, § 8º, da CLT e Súmula 337, I, "a", do TST).

Ademais, o Regional assinalou que "(...) o reclamante não se desincumbiu do ônus da prova que lhe cabia no sentido de demonstrar a jornada extraordinária indicada na peça de ingresso. Por fim, os cartões de ponto do autor não demonstram o labor de horas extras habituais, como alegado em suas razões recursais, não havendo que se falar em nulidade do acordo de compensação de jornada ou tempo à disposição da reclamada sem o devido registro da jornada. Além disso, consta o pagamento de horas extras nos cartões de ponto." (fls. 931).

Como se verifica, o reclamante não logrou comprovar o fato constitutivo do seu direito, porquanto não demonstrou as horas extras apontadas na petição inicial. Ademais, os documentos referentes aos registros de horários não demonstraram prestação de horas extras, as quais, quando realizadas, eram corretamente pagas (Súmula 126 do TST).

Dessa forma, não se verifica ofensa aos artigos 818 da CLT e 373, I, do CPC, de forma que se tem por inviável o processamento do recurso de revista interposto pelo reclamante.

Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0020392-24.2019.5.04.0271

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	MARCELINO JEK
Advogado	Dr. Pedro Luiz Correa Osorio(OAB: 15540-A/RS)
Advogado	Dr. Antonio Escosteguy Castro(OAB: 14433-A/RS)
Advogado	Dr. Anderson Oliveira Forte(OAB: 71959-A/RS)
Agravante e Agravado	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Dra. Lisiane Ottonelli Bellinaso de Oliveira(OAB: 76981-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- MARCELINO JEK

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento aos seus recursos de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.

Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMANTE

Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / ATOS PROCESSUAIS / NULIDADE / NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

Não admito o recurso de revista noitem.

Observo,pela análise do acórdão, que a Turma trouxe fundamentação clara e suficiente ao deslinde da controvérsia, não havendo falar em nulidade do julgado por negativa de prestação

jurisdicional. Desta forma, não verifico afronta ao art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, art. 489 do CPC e art. 832 da CLT. Dispensada a análise das demais alegações, na esteira do entendimento traçado na Súmula 459 do TST.
DURAÇÃO DO TRABALHO / SOBREAVISO / PRONTIDÃO / TEMPO À DISPOSIÇÃO.
Não admito o recurso de revista noitem.
Não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte (art. 896, § 1º-A, CLT).
Nas alegações recursais em que devidamente transcrito o trecho do acórdão e feito corretamente o cotejo analítico, não verifico violação ao dispositivo constitucional mencionado.
Nego seguimento ao recurso no item "DO SOBREAVISO".
CONCLUSÃO
Nego seguimento".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL" e "TEMPO À DISPOSIÇÃO", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Não prospera a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que o egrégio Tribunal Regional atendeu ao comando dos artigos 832 da CLT, 489 do NCPC (458 do CPC) e 93, IX, da Constituição Federal e entregou a entrega jurisdicional que entendeu pertinente e se manifestou sobre todos os aspectos que inferiu relevantes para o deslinde da causa, inclusive complementando sua decisão no julgamento dos aclaratórios. Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Registre-se, ainda, que a parte recorrente apresentou divergência jurisprudencial para calcar o recurso de revista, contudo no que diz respeito ao conhecimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, também não é bastante a reprodução de arestos com que se pretende demonstrar divergência jurisprudencial. Com efeito, além dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT, a parte deve cumprir o art. 896, § 8º, da CLT, no sentido de "produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (Súmula 337 do TST). Ou seja, incumbe à parte efetuar o cotejo analítico da decisão recorrida com a decisão paradigma, de forma a demonstrar que há dissenso interpretativo nas normas que regem uma mesma situação.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / SALÁRIO / DIFERENÇA SALARIAL / DIFERENÇAS POR DESVIO DE FUNÇÃO.
REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS - PLR.
REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / SALÁRIO / DIFERENÇA SALARIAL.
Não admito o recurso de revista noitem.
Não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte (art. 896, § 1º-A, CLT).
Nas alegações recursais em que devidamente transcrito o trecho do acórdão e feito corretamente o cotejo analítico, não verifico violação a dispositivos legais e constitucionais mencionados.
A reprodução de aresto que provém de órgão julgador não mencionado na alínea "a" do art. 896 da CLT não serve ao confronto de teses.
Ademais, não é hábil ao confronto de teses aresto desacompanhado da indicação da fonte de publicação oficial.
Assim nego seguimento ao recurso nos itens: "DO DESVIO DE FUNÇÃO - CARGOS PERTENCENTES A PLANOS DIVERSOS"; "DAS DIFERENÇAS NA PARCELA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS"; "DA LIMITAÇÃO DOS VALORES DA CONDENAÇÃO".
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO / CUMPRIMENTO / EXECUÇÃO / PRECATÓRIO.
Não admito o recurso de revista noitem.
O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 599.628, com repercussão geral reconhecida (Tema 253), definiu que "os privilégios da Fazenda Pública são inextensíveis às sociedades de economia mista que executam atividades em regime de concorrência ou que tenham como objetivo distribuir lucros aos seus acionistas".

Em outro julgamento, a Segunda Turma do próprio STF já aplicou esse entendimento especificamente à CORSAN, decidindo que, justamente por se tratar de sociedade de economia mista que atua em regime de concorrência ou com distribuição de lucros aos acionistas, a ela não se aplica o regime de pagamento por precatório:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. REGIME DE PRECATÓRIOS. SUJEIÇÃO. AUSÊNCIA. ATUAÇÃO EM REGIME DE CONCORRÊNCIA. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 279 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Eventual divergência ao entendimento adotado pelo Juízo a quo, quanto à atuação da agravante em regime de concorrência, bem como à distribuição de lucros, demandaria o reexame de fatos e provas constantes dos autos, o que inviabiliza o processamento do apelo extremo, tendo em vista a vedação contida na Súmula 279 do STF. 2. O acórdão recorrido, na hipótese, não destoa da jurisprudência desta Corte, quanto à inaplicabilidade dos privilégios da Fazenda Pública às sociedades de economia mista que executam atividades em regime de concorrência ou que tenham como objetivo distribuir lucros aos seus acionistas. 3. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa, nos termos do art. 1.021, §4º, do CPC. Majoração de honorários na forma do artigo 85, § 11, CPC, observados os limites dos §§ 2º e 3º do mesmo dispositivo. (RE 1095667 AgR, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 23/08/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-191 DIVULG 02-09-2019 PUBLIC 03-09-2019).

Assim, a alegação de violação ao art. 100 da Constituição da República não possui aptidão para impulsionar o Recurso de Revista interposto.

Tampouco a alegação de divergência jurisprudencial possui tal aptidão, pois se encontra superada por atual, iterativa e notória jurisprudência do TST. Quanto à inaplicabilidade do regime de pagamento por precatórios à própria CORSAN e outras sociedades de economia mista de fornecimento de serviço de água e esgoto: E AIRR-20323-16.2016.5.04.0006, 1ª Turma, Relator Desembargador Convocado Roberto Nobrega de Almeida Filho, DEJT 23/11/2018; TST-AIRR-21419-06.2016.5.04.0802, 2ª Turma, Rel. Min. Delaíde Miranda Arantes , DEJT de 25/10/19; AIRR-1240-65.2015.5.21.0009, Rel. Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, 3ª Turma, DEJT de 31/10/2018; RR - 130509-58.2015.5.13.0017 , Relatora Ministra: Maria de Assis Calsing, Data de Julgamento: 07/02/2018, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 09/02/2018; AIRR-803-88.2015.5.21.0020, Rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos, 5ª Turma, DEJT de 15/9/2017; RR-1223-72.2016.5.13.0023, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga, 6ª Turma, DEJT de 1°/9/2017; Ag-AIRR-378-72.2016.5.21.0005, 7ª Turma, Relator Ministro Evandro Pereira Valadão Lopes, DEJT 25/10/2019; AIRR-20370-67.2016.5.04.0821, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 24/05/2019.

Desse modo, o Recurso de Revista, quanto à alegação de divergência jurisprudencial, não merece seguimento por força do que dispõe o § 7º do art. 896 da CLT e a Súmula n. 333 do TST.

Nego seguimento ao recurso no item "DA NECESSÁRIA EXTENSÃO DO REGIME DE PRECATÓRIOS/RPV's À RECORRENTE"

CONCLUSÃO

Nego seguimento".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "DIFERENÇAS POR DESVIO DE FUNÇÃO", "PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS - PLR - REFLEXOS" e "PRECATÓRIO", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

Registre-se, ainda, que a parte recorrente apresentou divergência jurisprudencial para calcar o recurso de revista, contudo no que diz respeito ao conhecimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, também não é bastante a reprodução de arestos com que se pretende demonstrar divergência jurisprudencial. Com efeito, além dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT, a parte deve cumprir o art. 896, § 8º, da CLT, no sentido de "produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (Súmula 337 do TST). Ou seja, incumbe à parte efetuar o cotejo analítico da decisão recorrida com a decisão paradigma, de forma a demonstrar que há dissenso interpretativo nas normas que regem uma mesma situação.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento aos agravos de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1000417-38.2020.5.02.0491

Complemento Processo Eletrônico

Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	Dr. Fabio Rivelli(OAB: 297608-A/SP)
Agravante e Agravado	DARUMA TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S/A - MASSA FALIDA (ADMINISTRADORA JUDICIAL R4C ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA., REPRESENTADA PELO DR. MAURÍCIO DELLOVA DE CAMPOS 183917/SP)
Advogado	Dr. Rogério Nanni Blini(OAB: 140335/SP)
Agravado	JAILTON PAULO DE MELO
Advogada	Dra. Malvina Santos Ribeiro(OAB: 67426-A/SP)
Advogado	Dr. Edna Márcia Pereira Squassoni(OAB: 282304-A/SP)
Advogado	Dr. César Carvalho Bierbrauer Viviani(OAB: 331276-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DARUMA TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S/A - MASSA FALIDA (ADMINISTRADORA JUDICIAL R4C ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA., REPRESENTADA PELO DR. MAURÍCIO DELLOVA DE CAMPOS 183917/SP)
- JAILTON PAULO DE MELO
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento aos seus recursos de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Rito sumaríssimo.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA DARUMA TELECOMUNICACOES E INFORMÁTICA S/A
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO / VERBAS RESCISÓRIAS / MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT.
RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO / VERBAS RESCISÓRIAS / MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT.
Considerando que na data da rescisão contratual do autor a recorrente encontrava-se ainda em recuperação judicial, a E. Turma entendeu devidas as multas previstas nos arts. 467 e 477, § 8º, da CLT.
Sobre o tema,o C. TST firmou o entendimento no sentido de que a recuperação judicial da empresa não obsta, por si só, a incidência das penalidades previstas nos arts. 467 e 477 da CLT, sendo inespecífica a Súmula 388/TST à espécie, por não abranger a circunstância da existência de processo de recuperação judicial em curso, não havendo falar em aplicação por analogia.
Nessa linha, os seguintes precedentes: TST-AIRR - 112400-78.2009.5.01.0004 , Rel. Min. Lelio Bentes Corrêa, 1ª Turma, DEJT 16/03/2012; TST-RR-139900-71.2006.5.01.0054, Rel. Min. Rosa Maria Weber, 3ª Turma, DEJT 13/08/2010; AIRR - 21-53.2012.5.24.0101, Rel. Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 19/10/2012; TST- RR - 128400-96.2008.5.02.0090, Rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, 3ª Turma, DEJT 18/05/2012; AIRR - 8-54.2012.5.24.0101, Rel. Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, 4ª Turma, DEJT 14/09/2012; TST-RR-211840-48.2006.5.09.0095, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga, 6ª Turma, DEJT 15/05/2009; TST-RR-7100-12.2007.5.01.0065, Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 8ª Turma, DEJT 25/09/2009; TST-AIRR-69740-88.2006.5.05.0222, Rel. Min. Dora Maria da Costa, 8ª Turma, DEJT 31/10/2008.
Assim, se a função uniformizadora do C. Tribunal Superior do Trabalho já foi cumprida na pacificação da controvérsia e o julgado está em plena consonância com esse entendimento, impõe-se obstar o seguimento do presente recurso, nos termos do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333 do C. TST.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista".

Inicialmente, destaca-se que a admissibilidade do recurso de revista interposto a acórdão proferido nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo depende de demonstração inequívoca de violação da Constituição Federal ou de contrariedade a súmula deste Tribunal ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, conforme o disposto no art. 896, § 9º, da CLT, razão pela qual é inviável o conhecimento do recurso de revista por violação de dispositivo legal e por divergência jurisprudencial.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT" e "MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Registre-se, ainda, que a parte recorrente apresentou divergência jurisprudencial para calcar o recurso de revista, contudo no que diz

respeito ao conhecimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, também não é bastante a reprodução de arestos com que se pretende demonstrar divergência jurisprudencial. Com efeito, além dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT, a parte deve cumprir o art. 896, § 8º, da CLT, no sentido de "produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (Súmula 337 do TST). Ou seja, incumbe à parte efetuar o cotejo analítico da decisão recorrida com a decisão paradigma, de forma a demonstrar que há dissenso interpretativo nas normas que regem uma mesma situação.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA / SUBSIDIÁRIA / TOMADOR DE SERVIÇOS / TERCEIRIZAÇÃO.
RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO / VERBAS RESCISÓRIAS.
Verifica-se que a decisão atacada está em perfeita consonância com a Súmula de nº 331, IV e VI,do C. Tribunal Superior do Trabalho o que demonstra que a função uniformizadora daquela C. Corte já foi cumprida na pacificação da controvérsia, inclusive no que se refere a eventuais violações constitucionais.
Assim, considerando-se que a presente demanda foi processada no rito sumaríssimo, não há que se falar na ocorrência de nenhuma das exceções autorizadoras do reexame previstas no § 9º do artigo 896 consolidado.
DENEGA-SE seguimento.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO / CUMPRIMENTO / EXECUÇÃO / BENEFÍCIO DE ORDEM.
O C. TST firmou o entendimento de que, em caso de falência ou recuperação judicial do devedor principal, é possível o redirecionamento da execução em face dos devedores subsidiários. Eis os precedentes: RR-629-55.2013.5.02.0254, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 09/11/2018; AIRR-61700-80.2001.5.01.0036, 2ª Turma, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 19/05/2017; RR 184100-82.2006.5.02.0072, 3ª Turma, Relatora Desembargadora Convocada Vania Maria da Rocha Abensur, DEJT 20/03/2015; AIRR-2370-16.2012.5.02.0465, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 20/09/2019; AIRR-116600-42.2007.5.15.0091, 5ª Turma, Relator Ministro Antonio José de Barros Levenhagen, DEJT 19/08/2016; IRR 2078-56.2011.5.02.0080, 6ª Turma, Relatora Ministra Kátia Magalhães Arruda, DEJT 07/10/2016; AIRR 500329-93.2014.5.17.0121, 7ª Turma, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 25/05/2018; RR 5500-55.2007.5.02.0023, 8[[Turma, Relator Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 27/9/2013.
Assim, se a função uniformizadora do C. Tribunal Superior do Trabalho já foi cumprida na pacificação da controvérsia e o julgado está em plena consonância com esse entendimento, impõe-se obstar o seguimento do presente recurso, nos termos do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333 do C. TST.
DENEGA-SE seguimento.
RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO / VERBAS RESCISÓRIAS / MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT.
RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO / VERBAS RESCISÓRIAS / MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / AÇÃO RESCISÓRIA / REVELIA / CONFISSÃO.
No que concerne aos temas em destaque, o seguimento do apelo é absolutamente inviável, poisa recorrente não indicou os trechos da decisão recorrida que consubstanciam o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, como preconiza o artigo 896, §1.º-A, I, da CLT.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista".

Inicialmente, destaca-se que a admissibilidade do recurso de revista interposto a acórdão proferido nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo depende de demonstração inequívoca de violação da Constituição Federal ou de contrariedade a súmula deste Tribunal ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, conforme o disposto no art. 896, § 9º, da CLT, razão pela qual é inviável o conhecimento do recurso de revista por violação de dispositivo legal e por divergência jurisprudencial.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA", "BENEFÍCIO DE ORDEM", "MULTA DO ARTIGO 467 DA CLT" e "MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Registre-se, ainda, que a parte recorrente apresentou divergência jurisprudencial para calcar o recurso de revista, contudo no que diz respeito ao conhecimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, também não é bastante a reprodução de arestos com que se pretende demonstrar divergência jurisprudencial. Com efeito, além dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT, a parte deve cumprir o art. 896, § 8º, da CLT, no sentido de "produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na

internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (Súmula 337 do TST). Ou seja, incumbe à parte efetuar o cotejo analítico da decisão recorrida com a decisão paradigma, de forma a demonstrar que há dissenso interpretativo nas normas que regem uma mesma situação.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento aos agravos de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0017407-48.2017.5.16.0003

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DO MARANHÃO
Procurador	Dr. Eduardo Philipe Magalhães da Silva
Procurador	Dr. Givanildo Félix de Araújo Júnior
Agravado	INSTITUTO CIDADANIA E NATUREZA
Agravado	ANA CLAUDIA ALVES GOMES
Advogado	Dr. Patrick Gomes Dantas(OAB: 16393 -A/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA CLAUDIA ALVES GOMES
- ESTADO DO MARANHÃO
- INSTITUTO CIDADANIA E NATUREZA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 327/336) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 312/318).

Contraminuta às fls. 342/344.

O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não provimento do agravo de instrumento (fls. 349/350).

O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 12/05/2020 e apelo protocolado em 25/05/2020), sendo inexigível o preparo.

O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.

Não tem razão.

Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.

No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que

os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Nesse diapasão, comprovado pelo(a) autor(a) que o ente público foi omisso no cumprimento do dever fiscalizatório das normas contratuais pactuadas com o primeiro demandado, nos termos da Lei nº 8.666/93, deve aquele ser responsabilizado subsidiariamente."(fls. 289).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST, razão por que incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0011576-44.2016.5.03.0026

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	FERNANDO SILVA DE MELO
Advogado	Dr. Fabio Fazani(OAB: 145320-A/MG)
Advogado	Dr. Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 190106-S/MG)
Agravante e Agravado	FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
Advogado	Dr. José Eduardo Duarte Saad(OAB: 36634-A/SP)
Advogado	Dr. Francisco José Ferreira de Souza Rocha da Silva(OAB: 182432-A/SP)
Advogado	Dr. Ana Paula Paiva de Mesquita Barros(OAB: 113793-A/SP)
Agravado	SADA TRANSPORTES E ARMAZENAGENS S.A.
Advogado	Dr. Décio Freire(OAB: 56543-A/MG)
Advogado	Dr. Lucimar Augusto da Silva(OAB: 117075-A/MG)
Advogado	Dr. Marcos Antonio de Jesus(OAB: 129842-A/MG)
Advogada	Dra. Camila Marley de Andrade Ribeiro(OAB: 168982-A/MG)
Advogado	Dr. Luiza Magalhaes Vasconcelos(OAB: 104636-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
- FERNANDO SILVA DE MELO
- SADA TRANSPORTES E ARMAZENAGENS S.A.

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento aos seus recursos de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMANTE
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / RECURSO / TRANSCENDÊNCIA.
Nos termos do art. 896-A, § 6º da CLT, não compete aos Tribunais Regionais, mas exclusivamente ao TST, examinar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS / CONTAGEM DE MINUTOS RESIDUAIS.
DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS.
DURAÇÃO DO TRABALHO / COMPENSAÇÃO DE JORNADA.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, nem contrariedade com Súmula de jurisprudência uniforme do TST ou Súmula Vinculante do STF, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exigem as alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT.
Quanto aos minutos residuais e às horas extras, o Colegiado decidiu com amparo nos elementos probatórios contidos nos autos. Conclusão diversa da adotada remeteria ao reexame de fatos e provas, procedimento vedado pela Súmula nº 126 do TST. Diante da premissa fática delineada no acórdão, não se vislumbra possível violação aos preceitos da legislação federal apontados.
Não há ofensas ao art. 818 da CLT e aoart. 373 do CPC, em relação a todos os temas suscitados. A Turma adentrou o cerne da prova, valorando-a contrária aos interesses da recorrente.
No caso, não há falar em ofensa ao item V da Súmula 85, tampouco dissenso com o aresto proveniente da SBDI-I do TST, diante da conclusão da Turma Julgadora no seguinte sentido (Id. aa4b334 - Pág. 8):
As razões apresentadas na tentativa de invalidar a compensação das horas extras não amparam a pretensão recursal, uma vez que o pedido foi julgado improcedente por ter sido constatado o pagamento das horas extras e não a compensação.
Por outro lado,a Turma julgadora deu provimento do recurso para estabelecer que o índice de correção monetária a ser aplicado ao crédito trabalhista será objeto de exame na liquidação, ficando

suspenso, por conseguinte, o exame de mérito da questão sem ocorrência de preclusão.
O deslinde da controvérsia transpõe os limites da literalidade dos preceitos legais invocados, uma vez que a matéria em discussão é eminentemente interpretativa, não se podendo afirmar que a própria letra dos dispositivos tenha sofrido ofensa pelo acórdão.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "HORAS EXTRAS - CONTAGEM DE MINUTOS RESIDUAIS" e "HORAS EXTRAS - COMPENSAÇÃO DE JORNADA", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
A decisão reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula nº 126 desta Corte.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Registre-se, ainda, que a parte recorrente apresentou divergência jurisprudencial para calcar o recurso de revista, contudo no que diz respeito ao conhecimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, também não é bastante a reprodução de arestos com que se pretende demonstrar divergência jurisprudencial. Com efeito, além dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT, a parte deve cumprir o art. 896, § 8º, da CLT, no sentido de "produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (Súmula 337 do TST). Ou seja, incumbe à parte efetuar o cotejo analítico da decisão recorrida com a decisão paradigma, de forma a demonstrar que há dissenso interpretativo nas normas que regem uma mesma situação.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA / SUBSIDIÁRIA / TOMADOR DE SERVIÇOS / TERCEIRIZAÇÃO.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO / CUMPRIMENTO / EXECUÇÃO / BENEFÍCIO DE ORDEM.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, nem contrariedade com Súmula de jurisprudência uniforme do TST ou Súmula Vinculante do STF, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exigem as alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT.
No tocante a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, diante do quadro fático retratado no julgado, não suscetível de ser reexaminado nesta fase processual, infere-se que o entendimento está em consonância com o item IV daSúmula nº 331do TST. Assim, por haver convergência entre a tese adotada no acórdão recorrido e a Súmula do TST, não se vislumbra possível violação de disposições de lei federal e divergência jurisprudencial (§ 7º do art. 896 da CLT e Súmula nº 333 do TST).
A alegação de divergência jurisprudencial com o aresto do TRT da 4ª Região que trata da atividade do prestador de serviços pelo tomador de serviços não viabiliza o recurso. De acordo com o artigo 896, § 8º, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, a parte que recorre deve mencionar ... as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Não tendo a parte recorrente observado o que determina o dispositivo legal, é inviável o processamento do recurso de revista.
O acórdão recorrido está lastreado em provas. Incabível, portanto, o recurso de revista para reexame de fatos e provas, nos termos da Súmula 126 do TST.
A tese adotada no acórdão recorrido está de acordo com a iterativa jurisprudência do TST, no sentido de que os sócios do devedor principal e o condenado subsidiariamente são igualmente responsáveis pelo crédito reconhecido em face da empresa executada, não existindo benefício de ordem, a exemplo dos seguintes julgados, dentre vários:Ag-AIRR - 1170-93.2010.5.01.0069, Relator: Ministro Hugo Carlos Scheuermann, 1ª Turma, DEJT: 04/10/2019; ARR - 1982-98.2013.5.15.0083, Relatora: Ministra Maria Helena Mallmann, 2ª Turma, DEJT: 13/03/2020; AIRR - 151-65.2013.5.15.0131, Relator: Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, 3ª Turma, DEJT: 14/02/2020; Ag-AIRR - 100400-93.2011.5.21.0012, Relator: Ministro Maurício Godinho Delgado, 3ª Turma, DEJT: 07/01/2020; Ag-AIRR - 495-23.2014.5.02.0018, Relator: Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, 4ª Turma, DEJT: 27/09/2019; Ag-AIRR - 90800-36.2008.5.01.0036, Relator: Ministro Breno Medeiros, 5ª Turma, DEJT: 06/12/2019; RR-1071-18.2013.5.02.0255, Relatora: Ministra Dora Maria da Costa, 8ª Turma, DEJT: 13/03/2020,de forma a atrair a incidência§ 7º do art. 896 da CLT e da Súmula 333 do TST.
A alegada ofensa ao artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal, que consagra o princípio da legalidade, não se caracteriza diretamente, como exige o artigo 896 da CLT. Eventual afronta ao dispositivo constitucional seria apenas reflexa, o que não enseja a admissibilidade do recurso de revista.
Também não há afronta direta e literal ao comando inscrito no inciso XXXV do art. 5º da CR, pois é certo que o princípio da inafastabilidade da jurisdição assegura a todos o direito de ação, porém, o juiz não se obriga a decidir em favor do autor ou do réu, cumprindo-lhe apenas aplicar o direito ao caso concreto, o que se constata na espécie.
Não se constata possível ofensa aos demais dispositivos

constitucionais apontados pela parte recorrente. Violação, se houvesse, seria meramente reflexa, o que é insuficiente para autorizar o seguimento do recurso de revista, de acordo com as reiteradas decisões daSBDI-I do TST(AIRR - 1000615-14.2015.5.02.0471 , Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 25/10/2017, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 27/10/2017, AIRR - 55641-78.2004.5.09.0091, julgado em 24.2.2010, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, 4ª Turma, DEJT de 5.3.2010; RR - 17800-25.2006.5.02.0301, julgado em 14.10.2009, Relatora Ministra Rosa Maria Weber, 3ª Turma, DEJT de 13.11.2009).
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista".

Não procede a alegada ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da legalidade (art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal) quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT. A decisão denegatória de seguimento ao recurso de revista do agravante está em conformidade com os dispositivos legais e constitucionais, motivo pelo qual não há falar em ofensa aos princípios da ampla defesa e do duplo grau de jurisdição e nem de violação ao art. 5º, LV, da Constituição Federal.
O Tribunal Regional não admitiu o recurso de revista em razão do óbice da Súmula 126 do TST, na medida em que "o acórdão recorrido está lastreado em provas. Incabível, portanto, o recurso de revista para reexame de fatos e provas".
No agravo de instrumento a parte não ataca os fundamentos da decisão que não admitiu o recurso de revista, apenas renova os fundamentos do recurso de revista. Incide, pois, a Súmula 422 desta Corte "não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida".
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento aos agravos de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0165200-16.2009.5.21.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Procurador	Dr. Ricardo George Furtado de Mendonça e Menezes
Agravado	JOSÉ MARIA DA SILVA
Advogado	Dr. Tales Rocha Barbalho(OAB: 4020/RN)
Agravado	A&G LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):
- A&G LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
- JOSÉ MARIA DA SILVA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 455/459) interposto pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE em face da decisão (fls.422/432) do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contrarrazões ao recurso de revista e nem de contraminuta ao agravo de instrumento.
Os autos foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho que oficiou pelo regular processamento do feito (doc. seq. 44).
É o relatório.
Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade do agravo de instrumento, dele conheço.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
O Regional registrou, no que interessa:

"Passando à temática propriamente dita, em que pese, em princípio, não responder a litisconsorte pelos créditos trabalhistas dos empregados da reclamada principal, cabe-lhe, sim, a responsabilidade subsidiária por eles, pois também partícipe e real beneficiária dos serviços prestados pelo autor.
Desta feita, para se eximir desta obrigação, existente por força do contrato celebrado entre as reclamadas, haveria a litisconsorte de diligenciar no sentido de apurar o integral cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da contratada, o que não foi feito. Esse proceder não é, ademais, mera faculdade quando se trata de contratação levada a cabo por entes da administração pública - submetidos, pois, a suas regras específicas -, mas, sim, um dever legal, insculpido no art. 67 da Lei n. 8.666/1993; "in verbis":

(...)

Incumbiria à litisconsorte comprovar a regularidade de sua atuação fiscalizatória, não sendo lícito imputar o encargo ao reclamante, sob pena de se institucionalizar a "prova diabólica".
Nesse sentido, a LITISCONSORTE sequer trouxe qualquer prova a demonstrar a existência de fiscalização quanto cumprimento das verbas objeto da condenação.
Veja-se que a litisconsorte foi condenada ao pagamento de saldo de salário (7/30); férias vencidas, em dobro, + 1/3 (2006/2007); férias simples + 1/3 (2007/2008); 13º salário (04/12); salário de junho/2008, SENDO QUE, EXAMINANDO A PROVA DOCUMENTAL CONSTANTE DOS AUTOS, não se verifica qualquer indício de que tenha havido a fiscalização contratual, em ordem a evitar que os atrasos salariais e de pagamento de férias ocorressem.
Em tal contexto, não havendo provas de que a litisconsorte tenha assumido a contento as obrigações de fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora para a garantia do regular cumprimento das obrigações perante terceiros, especialmente os empregados contratados, cumpre a ela responder subsidiariamente pelos direitos reconhecidos ao autor no âmbito da presente ação trabalhista.
A responsabilidade subsidiária não decorre da aplicação da Teoria da Responsabilidade Objetiva prevista no art. 37, § 6.º, da CRFB. Em verdade, a imputação da responsabilidade decorre da chamada

culpa "in contrahendo" - em suas modalidades específicas, "in eligendo" e "in vigilando", situação a qual se amolda perfeitamente à jurisprudência cristalizada nos itens IV e V da Súmula n. 331 do TST, que assim esclarecem:

(...)

Note-se que o itens IV e VI da Súmula n. 331 do TST são claros ao estabelecerem que a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral, não estabelecendo, como condição, que se caracterize a ilicitude da terceirização, já que o foco da prestação jurisdicional vindicada é a responsabilização trabalhista.
A questão da responsabilidade da litisconsorte, portanto, no presente caso, deriva da ineficiência/inexistência de sua atividade fiscalizatória, independendo de qualquer outro fator. A única exigência, cumprida nos autos, era que, como tomadora dos serviços, figurasse no polo passivo da lide trabalhista correspondente, ao lado do empregador formal.
De outra forma, admitir a ausência de responsabilidade do ente público, beneficiário direto da força de trabalho, seria, sim, tornar letra morta o princípio constitucional da valorização social do trabalho, fundamento da República, deixando à deriva o trabalhador, privado de verbas de natureza alimentar.

(...)

Por fim, ressalte-se que foram enfrentados todos os argumentos capazes de, em tese, infirmar a conclusão desse Órgão Judiciário, estando a decisão em perfeita sintonia com a atual e notória jurisprudência do STF e do TST.
Recurso desprovido." (fls. 308/313)

Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA. No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, ante o registro no acórdão de que o tomador de serviços não produziu nenhuma prova de que tivesse cumprido sua obrigação de fiscalizar, de forma eficaz, o cumprimento das obrigações trabalhistas devidas por seu contratado, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho

do acórdão regional:

"Incumbiria à litisconsorte comprovar a regularidade de sua atuação fiscalizatória, não sendo lícito imputar o encargo ao reclamante, sob pena de se institucionalizar a "prova diabólica".
Nesse sentido, a LITISCONSORTE sequer trouxe qualquer prova a demonstrar a existência de fiscalização quanto cumprimento das verbas objeto da condenação."

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na ausência de prova da eficácia ou efetividade da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso

de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incidem os óbices da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100991-58.2017.5.01.0026

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ALEXANDRE DOS SANTOS
Advogado	Dr. Maikon Rodrigues Salgado(OAB: 135988-A/RJ)
Advogado	Dr. Luciana da Silva Viana Machado(OAB: 104955-A/RJ)
Agravado	GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
Advogado	Dr. Sandfredy Tavares Gurgel(OAB: 113650-A/RJ)
Advogado	Dr. Maria Fernanda Anachoreta Ximenes Rocha(OAB: 148456-A/RJ)
Advogado	Dr. Dover Fernandes Pereira Ferraz(OAB: 138327-A/RJ)
Advogado	Dr. Rodrigo Oliveira Maia(OAB: 182439-A/RJ)
Advogada	Dra. Natalia Pereira Praça(OAB: 186599-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE DOS SANTOS
- GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 508/530) interposto pelo reclamante contra a decisão de fls. 504/505, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às fls. 540/544 e 551/555, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 12/12/2019 e apelo protocolado em 16/12/2019), sendo inexigível o preparo.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "DIFERENÇAS SALARIAIS. ACÚMULO DE FUNÇÃO" e "HORAS EXTRAS".
Em relação ao primeiro tópico, interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, a parte recorrente deve indicar precisamente o trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo. Verifico, porém, que o reclamante não atendeu regularmente a esta exigência. Com efeito, observe-se o trecho transcrito em seu recurso de revista: "Destarte, por ter havido estrita observância ao dever geral de colaboração que todo empregado se obriga quando no exercício de tarefas compatíveis com a sua condição (art. 456 da CLT)." (fls. 492).

Como se verifica, o excerto não abrange as razões de decidir do Regional acerca da não caracterização do acúmulo de funções, de modo que fica inviável o entendimento da controvérsia.
Ante a inobservância do requisito legal, resta inviabilizado o exame do recurso de revista interposto pelo reclamante.
Quanto ao segundo tópico ("Horas extras"), o reclamante pugna pela condenação da reclamada ao pagamento de horas extras. Sustenta que os cartões de ponto são inválidos como meio de prova porquanto são apócrifos. Assevera que os registros de horário possuem anotações britânicas. Afirma que não houve comprovação dos requisitos para compensação de jornada, de forma que a prestação de horas extras habituais descaracteriza o instituto. Argumenta que há a ausência de comprovação de quitação de horas extras. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema, contrariedade às Súmulas 85 e 338, I e III, do TST e violação dos artigos 5º, II, da Constituição Federal, 373, II, e 408 do CPC, 219 do CCB e 464 e 818 da CLT.
Eis o trecho do acórdão regional indicado no recurso de revista:

"No que tange ao argumento de inidoneidade dos controles de ponto sob o fundamento de que são apócrifos, a documental existente nos autos evidencia tratar-se de sistema eletrônico de ponto e, por conseguinte, a assinatura dos registros é feita digitalmente, constituindo-se os resumos apresentados em meros relatórios dos registros. Logo a impugnação do demandante, tal como posta, é destituída de fundamento.
Em relação ao argumento de que são britânicos, tal ocorrência é observada de junho de 2012 até 22/01/2014 (Id. 35f1e82 - Pag.

1/20), 0 que, a princípio, faria incidir a disposição prevista no inciso III da Súmula nº 338 do C. TST." (fls. 482).

De plano, verifico que o Regional não decidiu a questão sob os enfoques da correta quitação das horas extras e nem da existência de compensação de jornada, de forma que, neste particular, incide o óbice da Súmula 297, I e II, do TST.
No mais, quanto à questão da ausência de assinatura do empregado nos cartões de ponto, esta Corte firmou o entendimento de que não há nenhuma exigência legal para que os registros sejam assinados, de forma que não há falar em invalidade destes meios de prova:

"(...) CARTÕES DE PONTO SEM ASSINATURA. EFICÁCIA PROBANTE. O artigo 74, §2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, ao prescrever para os estabelecimentos com mais de dez empregados a obrigatoriedade de anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, nenhuma imposição faz no sentido de que o controle de jornada contenha assinatura do empregado. Nem mesmo as instruções emanadas do Ministério do Trabalho, por força de previsão do citado dispositivo legal, fazem essa exigência, como se constata da Portaria nº 3.626/91, expedida para esse fim (atualizada pela Portaria nº 41/2007). Portanto, não há que se falar em invalidação dos cartões de ponto e tampouco transferência do ônus da prova da jornada de trabalho ao empregador (Precedentes desta SBDI1), salvo a hipótese de procedimento abusivo, pelo empregador. Ademais, conforme se extrai dos autos, a hipótese não é de cartão de ponto manual, mas sim de ponto eletrônico (relatórios extraídos de sistemas eletrônicos de controle de horários) . A similitude constatada pelo Tribunal de origem entre os horários constantes do sistema de ponto eletrônico e àqueles registrados nos documentos efetivamente assinados pelo reclamante é suficiente à formação da convicção do julgador, a teor do artigo 131 do Código de Processo Civil. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST-E-ED-RR-893-14.2011.5.05.0463, SbDI-1, Red. Min. Renato de Lacerda Paiva, DEJT de 19/12/2014).

Atrai-se, portanto, a aplicação da Súmula 333 do TST e do artigo 896, § 7º, da CLT.
Por fim, esclareça-se que, em relação ao argumento de que os cartões possuíam marcações britânicas, o reclamante não logrou respeitar o disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, porquanto não transcreveu todas as premissas adotadas pelo Regional sobre este ponto.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1000680-83.2020.5.02.0034

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	Dr. Isabelle Maria Verza de Castro
Procurador	Dr. Rafael Sodré Ghattas
Agravado	ANTONIO SANITA FILHO
Advogada	Dra. Patricia Horgos(OAB: 354224-A/SP)
Agravado	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
Advogado	Dr. Odair Eduardo Ivasco(OAB: 312072-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- ANTONIO SANITA FILHO
- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
- ESTADO DE SÃO PAULO

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 339/351) interposto pelo ESTADO DE SÃO PAULO em face da decisão (fls. 327/330) do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta ao agravo de instrumento apresentada pelo reclamante (fls. 355/366).
Os autos foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho que oficiou pelo regular processamento do feito (doc. seq. 06).
É o relatório.
Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade do agravo de instrumento, dele conheço.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
O Regional registrou, no que interessa:

"Quanto à subsidiariedade, a tese mais recente e convergente com entendimento pessoal desta Relatoria, bem exposta pelo Ministro Cláudio Brandão na decisão foi aquela proferida pela E. SDI-1 do C. TST, no último dia 12/12/2019, nos autos do processo E-RR925-07.2016.5.05.0281.
Desde a fixação da tese pelo E. STF, na Ação Declaratória 16 - Distrito Federal, e recente Reclamação 26.175 - Rio de Janeiro, vinha prevalecendo, por medida de unicidade de jurisdição e economia processual, o entendimento de que a ausência de provas produzidas pelo trabalhador isentaria o tomador de serviço da responsabilidade pelas obrigações oriundas do contrato de trabalho posto sub judice.
Considerando que a Corte Superior Trabalhista se fixou no sentido de que a Suprema Corte do País não fixou balizas a respeito das regras de distribuição do ônus da prova, já se reconhecia que, nos estritos termos do parágrafo 1º do art. 71 da Lei 8.666/1993, o mero inadimplemento das obrigações trabalhistas pela empresa contratada não transfere automaticamente a responsabilidade ao ente da Administração Pública.
O que não significa, contudo, que esta não possa ser chamada a responder por ato culposo, consistente na ausência de fiscalização da execução do contrato com a empresa contratada, na medida em que a mesma lei atribui ao tomador de serviço a prerrogativa da fiscalização do contrato (art. 58, inciso II) e estabelece que é dele o dever de zelar pela prestação dos serviços (art. 66).
Referida lei ainda prevê, como causa de extinção do contrato, o desatendimento das determinações da autoridade designada para controlá-lo (art. 78, inciso VI) e autoriza inclusive a retenção de parcelas resultantes de convênio se não forem observadas as recomendações da fiscalização. Nesse sentido, destaca-se decisão do E. STF pelo Ministro Joaquim Barbosa no julgamento da Reclamação 12.595, publicado no Diário da Justiça eletrônico, em 13/09/2012.

Assim, quando celebra contratos de "terceirização" tem o contratante, seja ele ente público ou privado, o poder-dever de fiscalização, cabendo-lhe acompanhar o cumprimento integral do contrato e exigir do contratado observância da lei. De modo que, ainda que exista boa-fé, não é permitindo que o contratado desrespeite as normas trabalhistas e prejudique os seus empregados, há de responder pelas consequências da ilegalidade perpetrada, ao negligenciar na eficaz fiscalização do cumprimento das obrigações pelo intermediário, como já fora estabelecido pela Lei 8.666/1993.
A prova da efetiva exigência de comprovação dos pagamentos, com exibição de documentos revelando as comunicações com a empresa, incumbe ao tomador.
Em defesa, a 2ª reclamada alegou que não haveria prova de prática de conduta culposa de sua parte, que seria do reclamante o ônus da prova quanto à inexistência de fiscalização do contrato de prestação de serviços e que teria efetuado a fiscalização mínima prevista na Lei 8.666/93.
Logo, com a devida vênia do entendimento esposado na origem, conclui-se que não foi negada, pela 2ª reclamada, a prestação de serviços pelo reclamante em seu favor - o pedido formulado em defesa referido na r. sentença é o de que "Eventual condenação desta contestante deve se limitar ao período que a parte autora laborou perante ao ente público reclamado" (fl. 17 do ID 702984b).
Contudo, entende-se que tal pedido não importa em negativa da prestação de serviços a transferir ao reclamante o onus probandi quanto ao fato, relacionando-se o requerimento apenas à limitação de eventual condenação (destacando-se que na inicial o reclamante alegou que prestou serviços à 2ª reclamada durante todo o contrato).
E, apesar de a 2º reclamada ter alegado em defesa que houve regular acompanhamento da execução do contrato, nenhum documento foi juntado à defesa.
Contudo, nos moldes dos parágrafos 5º e 6º do art. 219 do Decreto 3.048/99, que regula a aplicação das Leis 8.212 e 8.213/1991, cabe à tomadora de serviços manter em boa guarda, em ordem cronológica e por contratada (prestadoras de serviços), além das notas fiscais, faturas ou recibos de prestação de serviços que a contratada tiver elaborado. Ou seja, a tomadora é sempre obrigada a manter o controle documental dos trabalhadores que lhe prestam serviços através de empresas terceirizadas.
Desta forma, no presente feito não se cogita de condenação subsidiária da administração pública de maneira automática. A condenação fundamenta-se na ausência de fiscalização do cumprimento dos haveres trabalhistas pela contratada, devidamente apuradas no corpo do processado, restando evidente a culpa da demandada, atraindo a aplicação dos princípios do art. 186 do Código Civil e dos itens IV, V e VI da Súmula 331 do TST, acrescido à natureza alimentar do crédito trabalhista, bem assim à previsão legal de preferência desse crédito frente a outros, garantida pelo legislador (art. 186, do CTN; art. 83, 1, da Lei 11.101/2005; arts. 9º, 10 e 448 da CLT).
Adota-se o entendimento de que a responsabilidade abrange a totalidade dos créditos reconhecidos ao reclamante e não está limitado às verbas de natureza salarial, abrangendo, portanto, também as verbas rescisórias, multas e parcelas indenizatórias. Essa posição veio a ser reforçada pela atual redação do verbete jurisprudencial.

(...)

Assim, dá-se provimento ao apelo para reconhecer e declarar a responsabilidade subsidiária da 2º reclamada (Estado de São Paulo) pelos créditos devidos ao reclamante no presente feito." (fls. 293/295)

Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA. No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de

embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, ante o registro no acórdão de que o tomador de serviços não produziu nenhuma prova de que tivesse cumprido sua obrigação de fiscalizar, de forma eficaz, o cumprimento das obrigações trabalhistas devidas por seu contratado, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"E, apesar de a 2º reclamada ter alegado em defesa que houve regular acompanhamento da execução do contrato, nenhum documento foi juntado à defesa.
Contudo, nos moldes dos parágrafos 5º e 6º do art. 219 do Decreto 3.048/99, que regula a aplicação das Leis 8.212 e 8.213/1991, cabe à tomadora de serviços manter em boa guarda, em ordem cronológica e por contratada (prestadoras de serviços), além das notas fiscais, faturas ou recibos de prestação de serviços que a contratada tiver elaborado. Ou seja, a tomadora é sempre obrigada a manter o controle documental dos trabalhadores que lhe prestam serviços através de empresas terceirizadas."

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na ausência de prova da eficácia ou efetividade da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO. DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma

série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incidem os óbices da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0012969-33.2016.5.15.0070

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	VALDEMAR BIANCHI GUILHERME
Advogado	Dr. Maurilio Ribeiro da Silva Melo(OAB: 303777-A/SP)
Agravante e Agravado	USINA SÃO DOMINGOS AÇÚCAR E ÁLCOOL S.A.
Advogado	Dr. Guilherme Brumati(OAB: 323029-A/SP)
Advogado	Dr. Cesar Augusto Gomes Hercules(OAB: 157810-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- USINA SÃO DOMINGOS AÇÚCAR E ÁLCOOL S.A.
- VALDEMAR BIANCHI GUILHERME

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento aos seus recursos de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMANTE
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DURAÇÃO DO TRABALHO / TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO.
O v. acórdão decidiu com amparo nos elementos fático-probatórios

contidos nos autos. Conclusão diversa da adotada remeteria ao reexame de fatos e provas, procedimento vedado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do C. TST. Assim, na presente hipótese, a menção de violação a dispositivos do ordenamento jurídico e de divergência jurisprudencial não viabiliza o processamento do recurso.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema "TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
A decisão reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula nº 126 desta Corte.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Registre-se, ainda, que a parte recorrente apresentou divergência jurisprudencial para calcar o recurso de revista, contudo no que diz respeito ao conhecimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, também não é bastante a reprodução de arestos com que se pretende demonstrar divergência jurisprudencial. Com efeito, além dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT, a parte deve cumprir o art. 896, § 8º, da CLT, no sentido de "produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (Súmula 337 do TST). Ou seja, incumbe à parte efetuar o cotejo analítico da decisão recorrida com a decisão paradigma, de forma a demonstrar que há dissenso interpretativo nas normas que regem uma mesma situação.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA USINA SÃO DOMINGOS-AÇÚCAR E ETANOL S/A.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / ATOS PROCESSUAIS / NULIDADE.
As questões relativas ao tema em destaque foram solucionadas com base na análise dos fatos e provas. Incidência da Súmula 126 do C. TST.
DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS IN ITINERE.
No que se refere ao tema em destaque, o v. acórdão, além de ter se fundamentado nas provas, decidiu em conformidade com a Súmula 90, II do C. TST. Assim, inviável o recurso pelo teor do art. 896, § 7º, da CLT e das Súmulas 126 e 333 do C. TST.
DURAÇÃO DO TRABALHO / SOBREAVISO / PRONTIDÃO / TEMPO À DISPOSIÇÃO.
O v. acórdão acolheu o pagamento de 30 minutos diários como horas extras, tendo em vista que o reclamante aguardava após o término da jornada pela liberação do ônibus para transporte.
O C. TST firmou entendimento de que, se o local de trabalho é considerado de difícil acesso e não servido por transporte público regular, o tempo despendido pelo empregado, superior a dez minutos diários, na espera pela condução fornecida pela empregadora deve ser integralmente incorporado à jornada de trabalho do obreiro, por se tratar de tempo à disposição do empregador.
Portanto, a interpretação conferida pelo v. acórdão recorrido está em consonância com iterativa, notória e atual jurisprudência do C. TST (RR-6200-47.2009.5.15.0072, 1ª Turma, DEJT-08/06/12, RR-364-18.2011.5.03.0150, 2ª Turma, DEJT-23/11/12, AIRR-78-21.2013.5.18.0128, 3ª Turma, DEJT-20/09/13, AIRR-1627-62.2011.5.12.0012, 4ª Turma, DEJT- 05/10/12, RR-353-92.2012.5.03.0072, 5ª Turma, DEJT-23/08/13, RR-1234-36.2010.5.03.0041, 6ª Turma, DEJT-03/04/12, RR-21-98.2012.5.24.0086, 6ª Turma, DEJT-08/11/13, RR-37641-14.2005.5.05.0121, 7ª Turma, DEJT-04/11/11, AIRR-165-74.2013.5.18.0128, 7ª Turma, DEJT-27/09/13 e RR-280-77.2012.5.08.0203, 8ª Turma, DEJT-12/04/13).
Inviável, por decorrência, o apelo, ante o disposto no art. 896, § 7º, da CLT e na Súmula 333 do C. TST.
DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS / BASE DE CÁLCULO.
Quanto ao acolhimento daintegração do adicional de insalubridade na base de cálculodas horas "in itinere", o v. acórdão, além deter sefundamentado nas provas, decidiu em conformidade com a Súmula139 do C. TST. Assim, inviável o recurso pelo teor do art. 896, § 7º, da CLT e das Súmulas 126 e 333 do C. TST.
REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / ABONO / ASSIDUIDADE.
As questões relativas ao tema em destaque foram solucionadas com base na análise dos fatos e provas. Incidência da Súmula 126 do C. TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "NULIDADE DO LAUDO PERICIAL", "HORAS IN ITINERE", "TEMPO À DISPOSIÇÃO", "HORAS EXTRAS - BASE DE CÁLCULO" e "PRÊMIO ASSIDUIDADE"", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
A decisão reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula nº 126 desta Corte.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em

desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Registre-se, ainda, que a parte recorrente apresentou divergência jurisprudencial para calcar o recurso de revista, contudo no que diz respeito ao conhecimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, também não é bastante a reprodução de arestos com que se pretende demonstrar divergência jurisprudencial. Com efeito, além dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT, a parte deve cumprir o art. 896, § 8º, da CLT, no sentido de "produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (Súmula 337 do TST). Ou seja, incumbe à parte efetuar o cotejo analítico da decisão recorrida com a decisão paradigma, de forma a demonstrar que há dissenso interpretativo nas normas que regem uma mesma situação.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento aos agravos de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1000022-22.2020.5.02.0014

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	WU MENG FENG
Advogado	Dr. Alceu Luiz Carreira(OAB: 124489-A/SP)
Agravante e Agravado	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
Procuradora	Dra. Ísis Cristina Gonçalves de Jesus Cravo

Intimado(s)/Citado(s):
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
- WU MENG FENG

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento aos seus recursos de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.
O MPT oficiou pelo não provimento dos recursos.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMANTE
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / ADICIONAL / ADICIONAL DE PERICULOSIDADE / BASE DE CÁLCULO.
De acordo com os fundamentos expostos no acórdão, especialmente que não se tratando o reclamante de eletricitário, não se vislumbra alteração contratual lesiva, não é possível divisar ofensa aos dispositivos da legislação federal mencionados no recurso de revista.
O primeiro aresto transcrito não atende ao direcionamento dado pelo item III da Súmula nº 337, do C. Tribunal Superior do Trabalho, uma vez que a parte se restringe a indicar a data de publicação, em fonte oficial, sendo certo que a tese combatida encontra-se em trecho que integra a fundamentação do acórdão, e não na ementa, e o recorrente também não juntou certidão ou cópia autenticada do indigitado paradigma nos termos da súmula 337, I, "a".
O último aresto é inservível porque foram proferidos por este Regional e, nos termos da Orientação Jurisprudencial 111, da SBDI-1, da Corte Superior, não se prestam a demonstrar o conflito de teses.
Os demais são inservíveis, porquanto provenientes de Turmas do C. TST, o que não se afina à literalidade do disposto na alínea "a" do artigo 896 da CLT.
DENEGA-SE seguimento.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / PARTES E PROCURADORES / SUCUMBÊNCIA / HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, é ônus da parte, sob pena de não conhecimento, indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, o que não foi observado pelo recorrente.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "ADICIONAL DE PERICULOSIDADE - BASE DE CÁLCULO" e "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Quanto ao adicional de periculosidade, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Registre-se, ainda, que a parte recorrente apresentou divergência jurisprudencial para calcar o recurso de revista, contudo no que diz respeito ao conhecimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, também não é bastante a reprodução de arestos com que se pretende demonstrar divergência jurisprudencial. Com efeito, além dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT, a parte deve cumprir o art. 896, § 8º, da CLT, no sentido de "produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (Súmula 337 do TST). Ou seja, incumbe à parte efetuar o cotejo analítico da decisão recorrida com a decisão paradigma, de forma a demonstrar que há dissenso interpretativo nas normas que regem uma mesma situação.
Por outro lado, quanto aos honorários advocatícios, o Tribunal Regional não admitiu o recurso de revista em razão da não observância as disposições do art. 896, § 1º-A, da CLT, com a redação dada pela Lei 13.015/14, na medida em que "é ônus da parte, sob pena de não conhecimento, indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, o que não foi observado pelo recorrente".
No agravo de instrumento a parte não ataca os fundamentos da decisão que não admitiu o recurso de revista, apenas renova os fundamentos do recurso de revista. Incide, pois, a Súmula 422 desta Corte "não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida".

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
FÉRIAS.
DURAÇÃO DO TRABALHO / ADICIONAL NOTURNO.
DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS.
O art. 896, § 1º-A, I, da CLT exige que a parte recorrente transcreva o trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, sob pena de não conhecimento do seu apelo.
A jurisprudência do C. TST firmou o entendimento de que a transcrição de trecho representativo do acórdão no início das razões de recurso de revista e fora do tópico recursal adequado não atende à exigência legal, pois impede o necessário confronto analítico entre a tese transcrita nas razões recursais e os fundamentos da decisão recorrida (CLT, art. 896, § 1º-A, III).
Nesse sentido, são os seguintes precedentes: Ag-RR-1001259-80.2016.5.02.0063, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 20/03/2020; AIRR-20216-28.2017.5.04.0752, 2ª Turma, Relatora Ministra Delaíde Miranda Arantes, DEJT 17/04/2020; AIRR-100299-98.2017.5.01.0401, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 15/05/2020; Ag-AIRR-1195-65.2016.5.12.0045, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 31/01/2020; AIRR - 509-80.2015.5.17.0009, Relator Ministro: Antonio José de Barros Levenhagen, 5ª Turma, DEJT 10/02/2017; AIRR - 10607-89.2014.5.15.0050, Relator Ministro: Augusto César Leite de Carvalho, 6ª Turma, DEJT 2/12/2016; Ag-AIRR-261-41.2015.5.14.0416, 7ª Turma, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira De Mello Filho, DEJT 19/12/2019; ARR-1227-91.2013.5.03.0056, 8ª Turma, Relator Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 23/08/2019.
Assim, como a parte transcreveu os trechos representativos do acórdão tão somente no início das razões recursais, inviável o processamento do recurso de revista, pois não foram atendidas as exigências do art. 896, § 1º-A, I e III, da CLT.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "FÉRIAS", "ADICIONAL NOTURNO" e "HORAS EXTRAS", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 297, 333 do TST e no art. 896, § 1º-A, I, e III, e § 7º, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra.

Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Registre-se, ainda, que a parte recorrente apresentou divergência jurisprudencial para calcar o recurso de revista, contudo no que diz respeito ao conhecimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial, também não é bastante a reprodução de arestos com que se pretende demonstrar divergência jurisprudencial. Com efeito, além dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT, a parte deve cumprir o art. 896, § 8º, da CLT, no sentido de "produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados" (Súmula 337 do TST). Ou seja, incumbe à parte efetuar o cotejo analítico da decisão recorrida com a decisão paradigma, de forma a demonstrar que há dissenso interpretativo nas normas que regem uma mesma situação.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento aos agravos de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1003845-55.2016.5.02.0204

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	TEX COURIER LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Fernando Teixeira Abdala(OAB: 24797-A/DF)
Advogado	Dr. Osmar de Oliveira Sampaio Júnior(OAB: 204651-A/SP)
Advogado	Dr. Sergio Gonini Benicio(OAB: 195470-A/SP)
Agravado	FRANCISCO ANTONIO DE SOUSA COSTA
Advogado	Dr. Roberto Hiromi Sonoda(OAB: 115094-D/SP)
Agravado	I 9 GROUP SERVICE EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO ANTONIO DE SOUSA COSTA
- I 9 GROUP SERVICE EIRELI
- TEX COURIER LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 645/665) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista.
Houve apresentação de contrarrazões ao recurso de revista (fls. 696/720) e de contraminuta ao agravo de instrumento (fls. 645/665).
Os autos não foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho, por força do RITST.
É o relatório.
Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade do agravo de instrumento, dele conheço.
A reclamada renova o inconformismo acerca das matérias "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA", "INTERVALO INTRAJORNADA", "INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL" e "VALOR DA INDENIZAÇÃO.
Contudo, não obstante as alegações recursais, verifica-se que a reclamada transcreveu integralmente os tópicos da decisão recorrida referentes aos temas que são objeto de insurgência, sem efetuar nenhum destaque.
A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA . Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na

alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"[...] III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido [...]" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/05/2021 - destaque acrescido).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1001880-26.2016.5.02.0468

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
Advogada	Dra. Regina Aparecida Vega Sevilha(OAB: 147738-A/SP)
Agravante e Agravado	HELENA BARBOSA VIEIRA DOS ANJOS
Advogado	Dr. José Vítor Fernandes(OAB: 67547-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
- HELENA BARBOSA VIEIRA DOS ANJOS

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento aos seus recursos de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMANTE
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR / INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL / DOENÇA OCUPACIONAL.
RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR / INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL / DOENÇA OCUPACIONAL.
Alegação(ões):
Sustenta que o acórdão merece reforma para o fim de condenar a recorrido ao pagamento de indenizações por danos morais e materiais decorrente do acidente do trabalho, bem como convênio médico. Pleiteia a reversão dos honorários periciais.
A análise da admissibilidade do recurso de revista, neste tópico, fica prejudicada, porque o acórdão manteve a condenação da reclamada ao pagamento de indenização por danos morais e materiaisdecorrentes de doença ocupacional, bem como a determinação de manutenção do plano de saúde. Com relação aos honorários periciais, o Regional isentou a reclamante por ser beneficiária da justiça gratuita.
DENEGA-SE seguimento.
RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR / INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL / CONDIÇÕES DEGRADANTES.
Alegação(ões):
Alega que o Regional violou o princípio da dignidade da pessoa humana ao reformar a sentença quanto à indenização por danos morais, decorrentes de restrição do uso do banheiro.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria objeto do recurso de revista, cabendo à parte indicar, de forma clara e objetiva, os fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido.
Como se depreende das razões recursais,a reclamante apenas reproduziu integralmente o v. acórdão regional, sem fazer nenhum destaque ou indicação precisa das teses adotadas pela decisão recorrida, o que não atende à exigência legal, pois não se verifica, in casu, determinação precisa da tese regional combatida no apelo, tampouco o imprescindível cotejo analítico de teses.
Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudência interna corporis doTST:
"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO DA INTEGRALIDADE DA DECISÃO RECORRIDA EM RELAÇÃO AO TEMA DEVOLVIDO À APRECIAÇÃO DO TST. INSUFICIÊNCIA. A teor do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, é exigência legal a indicação do trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da matéria

devolvida à apreciação do Tribunal Superior do Trabalho, não sendo suficiente, para esse fim, a transcrição, quanto ao tema devolvido à apreciação do TST, da decisão recorrida em seu inteiro teor, sem qualquer destaque em relação ao ponto em discussão. Recurso de embargos conhecido e não provido." (E-ED-RR- 1720-69.2012.5.15.0153, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 22/9/2017, destaquei)

Outros precedentes da SBDI-1: AgR-E-ED-RR- 1458-45.2012.5.04.0018, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 16.3.2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018; AgR-E-Ag-RR- 116-50.2013.5.04.0022, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 11/05/2018; AgR-E-ED-ED-ARR-556-25.2013.5.12.0054, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 19/12/2017; E-ED-RR-172500-89.2013.5.17.0011, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 24/11/2017; E-ED-RR - 10902-83.2014.5.15.0129, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 31/10/2017; E-ED-ARR - 69700-30.2013.5.21.0024, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, DEJT 6/10/2017; E-RR-1144-40.2013.5.15.0089, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 8/09/2017; E-ED-RR-20013-14.2012.5.20.0003, Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT 12/05/2017.

Destarte, inviável o seguimento do apelo, porquanto olvidado o disposto no artigo 896, §1.º-A, I, da CLT

DENEGA-SE seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL" e "INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 297, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / DESCONTOS SALARIAIS - DEVOLUÇÃO / DESCONTO ASSISTENCIAL.

RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO / VERBAS RESCISÓRIAS / MULTA DO ARTIGO 477 DA CLT.

Alegação(ões):

Defende a licitude dos descontos salariais feitos a título de contribuição assistencial, pois devida por todos os empregados integrantes da categoria.

Com relação à multa do artigo 477 da CLT, afirma que a penalidade é indevida, pois a reclamante tempestivamente as verbas rescisórias. Alega ainda que o atraso no pagamento da rescisão contratual não enseja a incidência da multa.

O seguimento do apelo, porém, é absolutamente inviável, pois o recorrente não indicou os trechos da decisão recorrida que consubstanciam o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, como preconiza o artigo 896, §1.º-A, I, da CLT.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes: AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, 2ª Turma, DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, 3ª Turma, DEJT 23/10/2015; AIRR - 562 -61.2010.5.03.0030, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, 4ª Turma, DEJT 24/6/2016; AIRR - 10535-67.2013.5.03.0084, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, 5ª Turma, DEJT 29/10/2015; AIRR - 1802-30.2014.5.03.0100, Relator Ministro: Augusto César Leite de Carvalho, 6ª Turma, DEJT 3/11/2015; AIRR - 1813-55.2013.5.02.0057, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 29/10/2015; RR - 166-83.2013.5.20.0005, Relatora Ministra: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 8ª Turma, DEJT 16/10/2015.

Cumpre salientar que, como já deliberou a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, do TST, a ausência de indicação do trecho de prequestionamento (CLT, artigo 896, §1.º-A, I) configura defeito que não pode ser sanado ou desconsiderado, nos termos do artigo 896, § 11, da CLT (E-ED-RR-60300-98.2013.5.21.0021, SBDI-1, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018).

DENEGA-SE seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista".

O Tribunal Regional não admitiu o recurso de revista em razão da não observância as disposições do art. 896, § 1º-A, da CLT, com a redação dada pela Lei 13.015/14, na medida em que "o recorrente não indicou os trechos da decisão recorrida que consubstanciam o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista".

No agravo de instrumento a parte não ataca os fundamentos da decisão que não admitiu o recurso de revista, apenas renova os fundamentos do recurso de revista. Incide, pois, a Súmula 422 desta Corte "não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida".

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento aos agravos de

instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0020531-86.2019.5.04.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D E OUTROS
Advogado	Dr. Rodrigo Soares Carvalho(OAB: 39510-A/RS)
Advogada	Dra. Ana Luíza Salomé Lourencetti(OAB: 120092-D/RS)
Agravado	SOELY THEREZINHA TELES DE MORAES
Advogado	Dr. Lúcio Fernandes Furtado(OAB: 65084-A/RS)
Advogado	Dr. Dyrceu Costa Dias Andriotti(OAB: 67920-A/RS)
Advogada	Dra. Cecília de Araújo Costa(OAB: 2190-A/RS)
Advogado	Dr. Pedro Teixeira Mesquita da Costa(OAB: 72811-A/RS)
Advogado	Dr. André Luis Soares Abreu(OAB: 73190-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D E OUTROS
- SOELY THEREZINHA TELES DE MORAES

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Prescrição / Complementação de Aposentadoria / Pensão.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) 326 e 327 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) art(s). 791-A da CLT.
Não admito o recurso de revista nositens.
Não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte (art. 896, § 1º-A, CLT).
Na análise do recurso, evidencia-se que a parte não observou o ônus que lhe foi atribuído pela lei, na medida em quenão transcreveu qualquer trecho do acórdão que indique o prequestionamento da controvérsia.
O entendimento pacífico no âmbito do TST é de que é imperioso que as razões recursais demonstrem de maneira explícita, fundamentada e analítica a divergência jurisprudencial ou a violação legal. Dessa forma, recursos com fundamentações genéricas, baseadas em meros apontamentos de dispositivos tidos como violados, e sem a indicação do ponto/trecho da decisão recorrida que a parte entende ser ofensivo à ordem legal ou divergente de outro julgado, não merecem seguimento. (Ag-AIRR-1857-42.2014.5.01.0421, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz José Dezena da Silva, DEJT 16/03/2020; AIRR-554-27.2015.5.23.0071, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 21/02/2020; Ag-AIRR-11305-82.2017.5.15.0085, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 13/03/2020; Ag-AIRR-187-92.2017.5.17.0008, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 13/03/2020; Ag-AIRR-101372-41.2016.5.01.0078, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado João Pedro Silvestrin, DEJT 13/03/2020; Ag-AIRR-12364-39.2015.5.01.0482, 6ª Turma, Relatora Ministra Kátia Magalhães Arruda, DEJT 13/03/2020; RR-1246-80.2010.5.04.0701, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 08/11/2019; Ag-AIRR-10026-97.2016.5.15.0052, 7ª Turma, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 21/02/2020; RR-2410-96.2013.5.03.0024, 8ª Turma, Relator Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 12/04/2019).
Nestes termos, nego seguimento ao recurso quanto aos temas "1. DA PRESCRIÇÃO TOTAL DA AÇÃO" e " 2. DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS".
Aposentadoria e Pensão / Complementação de Aposentadoria / Pensão.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) 51, II e 288, II do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) art(s). 7º, XXVI da Constituição Federal.
- violação do(s) art(s).114 do CCB.
- divergência jurisprudencial.
Não admito o recurso de revista noitem.
Não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte (art. 896, § 1º-A, CLT).

Na análise do recurso, evidencia-se que a parte não observou o ônus que lhe foi atribuído pela lei, na medida em que transcrever o inteiro teor do item do acórdão pertinente a diferenças de complementação de pensão, sem qualquer destaque, não atende ao fim colimado pela lei, uma vez que não há a indicação do prequestionamento da controvérsia.

Além disso, o recorrente não estabeleceu o confronto analítico em relação aos dispositivos de lei e da Constituição Federal invocados bem como a análise de divergência jurisprudencial sobre o tema se torna inviável quando a parte não procede ao cotejo analítico entre a tese do Tribunal Regional e cada um dos paradigmas e súmulas trazidos à apreciação.

O entendimento pacífico no âmbito do TST é de que é imperioso que as razões recursais demonstrem de maneira explícita, fundamentada e analítica a divergência jurisprudencial ou a violação legal. Dessa forma, recursos com fundamentações genéricas, baseadas em meros apontamentos de dispositivos tidos como violados, e sem a indicação do ponto/trecho da decisão recorrida que a parte entende ser ofensivo à ordem legal ou divergente de outro julgado, não merecem seguimento. (Ag-AIRR-1857-42.2014.5.01.0421, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz José Dezena da Silva, DEJT 16/03/2020; AIRR-554-27.2015.5.23.0071, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 21/02/2020; Ag-AIRR-11305-82.2017.5.15.0085, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 13/03/2020; Ag-AIRR-187-92.2017.5.17.0008, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 13/03/2020; Ag-AIRR-101372-41.2016.5.01.0078, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado João Pedro Silvestrin, DEJT 13/03/2020; Ag-AIRR-12364-39.2015.5.01.0482, 6ª Turma, Relatora Ministra Kátia Magalhães Arruda, DEJT 13/03/2020; RR-1246-80.2010.5.04.0701, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 08/11/2019; Ag-AIRR-10026-97.2016.5.15.0052, 7ª Turma, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 21/02/2020; RR-2410-96.2013.5.03.0024, 8ª Turma, Relator Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 12/04/2019).

Nestes termos, nego seguimento ao recurso quanto ao tópico "1. DA INEXISTÊNCIA DE DIFERENÇAS DE COMPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO".

CONCLUSÃO

Nego seguimento."

Não há ofensa a princípios constitucionais ou violação de lei federal, quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "prescrição/complementação de aposentadoria/pensão" e "honorários sucumbenciais", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes no art. 896, § 1º-A, CLT.

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.

Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).

Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.

Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.

Registre-se, por oportuno, que, em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos artigos 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.

Nesse sentido, uma vez reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e que já foi deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais. Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional, no particular.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0011556-45.2018.5.15.0092

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	Dr. Mário Henrique Dutra Nunes
Procuradora	Dra. Juliana de Oliveira Costa Gomes Sato
Agravado	FERNANDA DE SOUZA CASTRO
Advogado	Dr. José Antônio Cremasco(OAB: 59298-D/SP)
Agravado	SOROCABA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- FERNANDA DE SOUZA CASTRO
- SOROCABA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 276/288) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou

seguimento ao recurso de revista (fls. 260/263).
Contraminuta e contrarrazões ao recurso de revista não foram apresentadas.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo não provimento do agravo de instrumento, fls. 302/307.
É o relatório.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 22/07/2021 e apelo protocolado em 27/07/2021), sendo inexigível o preparo.
Primeiramente, importa destacar que quanto ao requerimento parasuspensãoprocessual (fls. 1.602) por aderência com objeto de repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária do dia 11/12/2020, nos autos do RE nº 1.298.647,indefiro o pedido dada a inexistência de ordem expressa do STF nesse sentido.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Assim, de acordo com os elementos de convicção, o tomador de serviços procedeu com notória e evidente desídia, no mínimo, ineficácia, notadamente, em relação à fiscalização do contrato, sendo que, em qualquer hipótese, está justificada a sua condenação, subsidiariamente.
Frise-se, ainda, que a prestadora está sendo reconhecida como devedora principal pelos débitos trabalhistas existentes e o tomador como responsável subsidiário, no caso daquela não solver seus débitos."(fls. 181)

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO

CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes

integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100644-34.2019.5.01.0065

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	RIZOMA ENGENHARIA PAISAGISMO E SERVICOS LTDA
Advogada	Dra. Maria Angela Cerezo M. Braga(OAB: 138320-A/RJ)
Agravado	ADEMILSON SANTOS DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Celso Magalhães Fernandes(OAB: 66509-A/RJ)
Advogado	Dr. Erika Siqueira Fernandes(OAB: 198931-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADEMILSON SANTOS DE OLIVEIRA
- RIZOMA ENGENHARIA PAISAGISMO E SERVICOS LTDA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 219/236) interposto pela reclamada contra a decisão de fls. 216/217, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às fls. 244/255.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 251/257) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 24/05/2021 e apelo protocolado em 04/02/2021), estado regular o preparo.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "VÍNCULO EMPREGATÍCIO", "ACIDENTE DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO" e "HORAS EXTRAS".
Quanto ao primeiro tema, interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, a parte recorrente deve indicar precisamente o trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo. No caso dos autos, porém, a reclamada, em suas razões recursais, não atendeu regularmente ao preceito em comento, porquanto não transcreveu nenhum excerto quanto ao tema trazido a debate.
Ante a inobservância do requisito legal, resta inviabilizado o destrancamento do recurso de revista interposto pela reclamada.
Em relação ao segundo tópico, de plano, verifico que a reclamada não apontou dissenso jurisprudencial, contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme desta Corte ou súmula vinculante do STF ou, ainda, violação a preceitos legais ou constitucionais, em desatendimento ao artigo 896, "a" e "c".
Ante o mau aparelhamento do apelo, não há falar em prosseguimento da sua análise.
No que tange ao terceiro tema ("Horas extras"), a reclamada insurge-se contra a condenação que lhe foi imputada, sob o argumento de que o reclamante não se submete ao controle de frequência por ser trabalhador externo. Alega ofensa ao artigo 62, I, da CLT.
O Regional consignou:

"De plano, registre-se que o vínculo de emprego foi reconhecido e, portanto, cumpria à recorrente a apresentação dos controles de ponto do autor, consoante art. 74, §2º, da CLT. Entretanto, deste ônus não se desincumbiu, atraindo a aplicação do entendimento sedimentado na Súmula nº 338, I, do Colendo TST: (...)
Portanto, ao não apresentar os controles de ponto, atraiu a presunção de veracidade da jornada alegada na Inicial, a qual poderia ter sido elidida por prova em contrário, o que não ocorreu. Neste particular, a testemunha convidada pela recorrente nada esclareceu, pois somente tinha contato com o autor eventualmente, não podendo dizer qual seria seu real horário de trabalho.
Insta destacar que, em que pese o autor tenha afirmado que o acidente narrado ocorreu às 17h, o Boletim de id c621a92 consigna que o sinistro se deu às 19h, o que evidencia a compatibilidade com o horário de trabalho reconhecido na sentença, das 08h às 18h.
Assim, não tendo a reclamada produzido prova nos autos capaz de afastar tal conclusão, ela deve ser mantida." (fls. 188).

Como se verifica, o Regional não decidiu a questão sob o enfoque do eventual trabalho externo do reclamante, limitando-se a assinalar que a reclamada não apresentou os cartões de ponto, de forma que é atraída a aplicação da Súmula 338, I, do TST.
Dessa forma, com fulcro na Súmula 297, I, do TST, o apelo não merece seguimento.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0011767-49.2018.5.15.0038

Complemento	Processo Eletrônico

Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ADILSON HONORIO DA SILVEIRA
Advogado	Dr. Tatiane Aparecida Rodrigues(OAB: 333557-A/SP)
Agravado	VIA VAREJO S.A.
Advogada	Dra. Tatiane de Cicco Nascimbem Chadid(OAB: 201296/SP)
Advogado	Dr. Leonardo Santini Echenique(OAB: 249651-A/SP)
Advogada	Dra. Raquel Nassif Machado Paneque(OAB: 173491-A/SP)
Advogado	Dr. Ana Paula Fernandes Lopes(OAB: 203606-A/SP)
Agravado	REZENDE & FORNI LTDA - ME
Advogado	Dr. Paulo Henrique Sampaio(OAB: 401982-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADILSON HONORIO DA SILVEIRA
- REZENDE & FORNI LTDA - ME
- VIA VAREJO S.A.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).

Examino.

Eis os termos da decisão agravada:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Ação Rescisória / Revelia / Confissão.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Periculosidade.

Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada / Natureza Jurídica da Parcela / Repercussão.

O v. acórdão decidiu com amparo nos elementos fático-probatórios contidos nos autos. Conclusão diversa da adotada remeteria ao reexame de fatos e provas, procedimento vedado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do C. TST. Assim, na presente hipótese, a menção de violação a dispositivos do ordenamento jurídiconão viabiliza o processamento do recurso.

Cumpre registrar que a decisão recorrida foi proferidaem conformidadecom a legislação vigente à época dos fatos, não havendo que se falar em aplicação retroativa do disposto na Lei nº 13.467/2017 para os fatos ocorridos anteriormente à sua vigência. Portanto, somente para os fatos ocorridos após a sua vigência que se devem aplicar as disposições da Lei nº 13.467/2017. Nesse sentido os seguintes julgados do C. TST: Ag-AIRR-897-12.2013.5.07.0015, 1ª Turma, DEJT-23/03/2018, ED-RR-10099-49.2015.5.03.0081, 2ª Turma, DEJT-23/2/2018, Ag-RR-29500-33.2009.5.15.0009, 5ª Turma, DEJT-31/10/18, Ag-AIRR-373-10.2016.5.08.0006, 6ª Turma, DEJT-16/03/2018, Ag-AIRR-10313-02.2016.5.15.0039, 7ª Turma, DEJT 22/06/2018, ED-AIRR-929-77.2015.5.10.0010, 8ª Turma, DEJT-19/12/2017.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.

No tocanteà condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, inviável o apelo, pois não restou configurada, de forma direta e literal, nos termos em que estabelece a alínea "c" do art. 896 da CLT, a alegada ofensa aos dispositivos constitucionais e legais invocados.

Ademais, cumpre registrar que a decisão recorrida foi proferida de acordo com os termos do art. 6º da Instrução Normativa nº 41/2018 do C. TST: "Na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017). Nas ações propostas anteriormente, subsistem as diretrizes do art. 14 da Lei nº 5.584/1970 e das Súmulas nºs 219 e 329 do TST.".

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Em agravo de instrumento, a parte reclamante defende a viabilidade do seu recurso de revista, afirmando que o não comparecimento da reclamada à audiência fez presumir verdadeiros os fatos afirmados por ele, em especial, a necessidade de deslocar-se de motocicleta para a realização dos trabalhos em favor das reclamadas.

Aponta violação dos arts. 7º, XXIII, da Constituição Federal e 193, § 4º, da CLT e contrariedade à Súmula 74 do TST.

Alega fazer jus ao recebimento do adicional de periculosidade pela utilização de motocicleta no desempenho de suas funções, o que era de conhecimento da reclamada e pelo fato de a empresa não lhe fornecer transporte.

Aponta violação dos arts. 7º, XXIII, da Constituição Federal e 193, § 4º, da CLT.

Insurge-se contra a caracterização da natureza indenizatória do intervalo intrajornada a partir de 11/11/2017 até final do contrato de trabalho, ocorrido em 25/07/2018. Alega que a alteração na redação do art. 71, § 4º, da CLT dada pela Lei 13.467/2017 rege apenas os contratos de trabalho iniciados após sua vigência.

Denuncia violação dos arts. 5º, XXXVI, e 7º, caput, XXII, da Constituição Federal; 71, § 4º, da CLT e 6º da LINDB, contrariedade à Súmula 437 do TST e divergência jurisprudencial.

Também não se conforma com sua condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais, sob a alegação de que o art. 791-A, § 4º, da CLT é inconstitucional.

Aponta violação dos arts. 1º, III, 5º, XXXV, LXXIV, e 7º da Constituição Federal; 98, § 3º, do CPC; 844, §§ 2º e 3º, da CLT; 8º e 29 do Pacto de São José e 14 do Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos.

Ao exame.

No que diz respeito ao tema "Confissão ficta. Efeitos. Análise de prova pré-constituída", o TRT decidiu com fundamento na Súmula 74, II, do TST, pelo que o recuso é obstado pelo art. 896, § 7º, da CLT.

Quanto ao tema "Intervalo intrajornada. Natureza jurídica. Admissão anterior à Lei 13.467/2017 e rescisão contratual posterior à nova redação do art. 71, § 4º, da CLT", correta a decisão regional que reconheceu a natureza salarial do intervalo intrajornada em relação ao período contratual anterior à vigência da Lei 13.467/2017 e aplicou a nova redação do dispositivo a partir de 11/11/2017 até o final do contrato de trabalho.

Cito como precedentes:

RECURSO DE REVISTA DO AUTOR. LEI Nº 13.467/2017. INTERVALO INTRAJORNADA. CONTRATO DE TRABALHO EXTINTO SOB A VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. APLICAÇÃO DA NOVA REDAÇÃO DADA AO ARTIGO 71, § 4º, DA CLT AOS INTERVALOS SUPRIMIDOS APÓS 11/11/2017. PAGAMENTO APENAS DO PERÍODO SUPRIMIDO. NATUREZA JURÍDICA DA PARCELA. INDENIZATÓRIA. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA CONSTATADA. A discussão recai em torno da aplicação da nova redação do artigo 71, § 4º, da CLT, alterado pela Lei nº 13.467/2017, aos fatos ocorridos após a sua vigência. Discute-se se

os intervalos intrajornada suprimidos após 11/11/2017 devem ser pagos integralmente ou se haverá apenas o pagamento do período suprimido e qual a natureza jurídica da parcela. Assim, uma vez que o contrato de trabalho é de trato sucessivo, a norma de direito material, embora não retroaja, é aplicável a situações consolidadas em sua vigência e, assim, adequada ao caso a nova redação dada ao artigo 71, § 4º, da CLT; no período pretérito, remanesce a antiga redação do dispositivo em debate. Dessa forma, correta a decisão regional que deferiu apenas os minutos suprimidos de intervalo intrajornada e determinou a natureza indenizatória da parcela a partir de 11/11/2017. Precedentes. Recurso de revista não conhecido. (RR - 1000459-23.2019.5.02.0071 , Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Data de Julgamento: 22/09/2021, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 01/10/2021)
(...) PAGAMENTO APENAS DO PERÍODO SUPRIMIDO DO INTERVALO INTRAJORNADA PARCIALMENTE CONCEDIDO - APLICAÇÃO DO ART. 71, § 4º, DA CLT COM A NOVA REDAÇÃO DADA PELA LEI 13.467/17 A CONTRATO INICIADO ANTERIORMENTE E FINDADO APÓS À ALTERAÇÃO - SÚMULA 437, I, DO TST - TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA - DESPROVIMENTO. 1. Nos termos do art. 896-A, § 1º, IV, da CLT, constitui transcendência jurídica da causa a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. 2. A teor do entendimento consolidado por esta Corte Superior na Súmula 437, I, do TST, a não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71 da CLT), sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração. 3. No entanto, a reforma trabalhista (Lei 13.467/17) conferiu nova redação ao art. 71, §4º, da CLT, passando a prever que a não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho. 4. No caso, tendo o contrato de trabalho do Obreiro se iniciado em 26/09/17 e findado em 15/02/19, o Regional aplicou o entendimento consolidado na Súmula 437, I, do TST, ao período anterior a 11/11/17, e determinou a observância da nova redação conferida ao art.74, § 2º, da CLT, no período posterior à edição da Lei 13.467/17. 5. Nesses termos, conclui-se que a decisão foi proferida em estrita consonância com o verbete sumular e a previsão expressa do art.74, § 2º, da CLT em suas redações atual e anterior, conforme o período de incidência da norma. Agravo de instrumento desprovido, no tópico. (AIRR - 47-06.2020.5.12.0004 , Relator Ministro: Ives Gandra da Silva Martins Filho, Data de Julgamento: 21/09/2021, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 08/10/2021)

Emerge, pois, o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, §7º, da CLT para a admissibilidade do recurso.
No que se refere ao tema "Adicional de periculosidade. Montador de móveis. Utilização habitual de motocicleta para a prestação dos serviços", infere-se do acórdão regional que os montadores de móveis utilizavam veículo próprio para se deslocarem até os locais de montagem e, no caso, o meio de transporte do reclamante era motocicleta.
Diante de possível violação do art. 193, §4º, da CLT, dou provimento ao agravo de instrumento.
Com relação aos "Honorários sucumbenciais", tendo em vista a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita, dou provimento ao agravo de instrumento, por observar possível violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da Constituição Federal, para determinar o processamento do recurso de revista no particular.

II - RECURSO DE REVISTA
1 - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. MONTADOR DE MÓVEIS. UTILIZAÇÃO HABITUAL DE MOTOCICLETA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. PAGAMENTO DEVIDO.
1.1) Conhecimento
Quanto ao tema em epígrafe, assim decidiu o TRT:

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE
Na causa de pedir, o autor assim fundamentou sua tese (fl. 6)

"Por todo o pacto laboral o reclamante sempre se deslocou de moto para realizar as tarefas diárias, Honda CG Fan - Placa FUT2272, inclusive viajando para outras cidades, até no mesmo dia, a fim de cumprir seu encargo, sendo assim seu meio para a execução dos serviços profissionais desenvolvidos (doc.11)...
A condição do trabalhador, ao fazer uso de motocicleta no exercício de suas atividades, representa explícita exposição a um agente perigoso, constituindo situação suficiente a autorizar o pagamento do adicional de periculosidade..."

A única testemunha ouvida, Sr. Douglas Henrique Precope afirmou:

"1 - que era montador e que sempre trabalhou de carro, pois não tinha habilitação para dirigir moto;
2 - que os montadores poderiam trabalhar com carro;
9 - que ao ser contratado lhe foi questionado se possuia moto, e mesmo com a resposta negativa o depoente foi contratado, pois havia necessidade de montadores. Nada mais".

Analiso,
Verifico que o reclamante não se enquadra nas hipóteses cobertas pelo Art. 193 da CLT, posto que a prova dos autos aponta que a utilização de motocicleta não é requisito para o cumprimento de sua função.
Ao autor era possível optar por executar os deslocamentos até os locais de montagem indicados pela ré, utilizando-se de qualquer meio de transporte.
Nesse contexto, o autor entendeu que o uso de motocicleta, embora não obrigatório, lhe seria mais favorável, talvez por questões envolvendo custos e mobilidade no trânsito.
Portanto, como os deslocamentos com motocicleta ocorriam por vontade própria do autor e não por imposição da reclamada, a de se manter a sentença originária pelos seus próprios fundamentos.
Nego provimento. (fls. 576/577).

Nas razões de revista, a parte reclamante alega fazer jus ao recebimento do adicional de periculosidade pela utilização de motocicleta no desempenho de suas funções, o que era de conhecimento da reclamada e pelo fato de a empresa não lhe fornecer transporte.
Aponta violação dos arts. 7º, XXIII, da Constituição Federal e 193, § 4º, da CLT.
Ao exame.

O TRT indeferiu o pagamento do adicional de periculosidade por entender que "os deslocamentos os deslocamentos com motocicleta ocorriam por vontade própria do autor e não por imposição da reclamada"

Infere-se do acórdão regional que os montadores de móveis utilizavam veículo próprio para se deslocarem até os locais de montagem e, no caso, levando em consideração os custos e a mobilidade no trânsito, o reclamante optou por uma motocicleta. A jurisprudência desta Corte entende ser devido o adicional de periculosidade aos empregados que desempenham suas atividades com a utilização de motocicleta, ante a configuração da atividade perigosa, conforme disposto no art. 193, § 4º, da CLT.

Cito os precedentes:

RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DAS LEIS Nº 13.015/2014 E 13.467/2017 . 1. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. MONTADOR DE MÓVEIS. ATIVIDADES DESEMPENHADAS COM OUSODEMOTOCICLETA. NÃO EVENTUALIDADE. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA . CONHECIMENTO E PROVIMENTO. I. O Tribunal Regional entendeu que " o artigo 193, § 4º, da CLT, aplica-se somente às atividades em que há o uso efetivo da motocicleta como instrumento de trabalho, a exemplo do moto-táxi, o que não ocorre no caso dos autos ". II. O caso dos autos não se enquadra na hipótese de uso de motocicleta de forma eventual ou por tempo extremamente reduzido. III . Assim, a decisão regional em que se entendeu que apenas fazem jus ao recebimento do adicional de periculosidade os trabalhadores que utilizam a motocicleta para execução de sua atividade fim, destoa da jurisprudência desta Corte e fere o art. 193, § 4º, da CLT . IV . Reconheço a transcendência política da causa. V. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento. (RR-25058-43.2016.5.24.0004, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 19/02/2021).

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. 1. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. USO DE MOTOCICLETA. Segundo o entendimento adotado por esta Corte Superior, o empregado tem direito ao adicional de periculosidade, nos termos do art. 193, § 4º, da CLT, no caso de utilização de motocicleta no exercício das atividades laborais. Inviável, portanto, o conhecimento do recurso de revista por ofensa literal ao artigo 193, §4º, da CLT, na medida em que a confissão ficta da reclamada decorrente da sua revelia torna verdadeiros os fatos articulados na exordial, sendo certo que, na hipótese, o deferimento do adicional de periculosidade pelo Regional pautou-se na premissa fática de que o obreiro, montador de móveis, usava motocicleta em suas atividades laborais, concluindo o Regional pelo deferimento do adicional de periculosidade. Diante de tal contexto, emerge como óbice ao conhecimento do recurso de revista a Súmula nº 126 do TST. (AIRR -1157-17.2017.5.20.0006, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 14/08/2020).

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMADA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. MONTADOR DE MÓVEIS. ATIVIDADES DESEMPENHADAS COM O USO DE MOTOCICLETA. HABITUALIDADE. NÃO PROVIMENTO. I. O Tribunal Regional negou provimento ao recurso ordinário da Reclamada ao fundamento de que "constatado que o trabalhador utilizava motocicleta para exercer suas atividades na reclamada, em vários deslocamentos diários, é devido o pagamento do adicional de periculosidade, enquadrando-se tal atividade no parágrafo quarto do artigo 193 da CLT " . Registrou, ainda, que a ré "admite que o reclamante utilizava motocicleta para desempenhar a função que exercia na empresa, de montador de móveis externo, apenas alega que efetuava o pagamento de ajuda de deslocamento" . II. No caso, a condenação ao pagamento do adicional de periculosidade foi deferida a partir de 20/04/2014 (data da publicação da Lei 12.997/2014) até o fim do pacto laboral. A despeito de a jurisprudência desta Eg. Corte Superior entender ser devido o adicional de periculosidade aos empregados que desempenham suas atividades com a utilização de motocicleta, a partir da data da publicação da Portaria nº 1.565/2014 do Ministério do Trabalho e Emprego, qual seja, 14.10.2014, constata-se que a Reclamada não impugnou o v. acórdão regional sob o enfoque concernente ao lapso temporal da condenação, limitando-se tão-somente a impugnar a condenação ao pagamento do adicional de periculosidade. Dessa forma, diante da ausência de impugnação específica quanto a essa questão, não há qualquer reparo a ser feito no v. acórdão regional. III . Agravo de instrumento de que se conhece e a que se nega provimento. (AIRR-1210-65.2015.5.17.0001, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 26/06/2020).

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. (SÚMULA 126). O conjunto fático-probatório produzido nos autos foi no sentido de que o autor utilizava motocicleta em serviço e que a reclamada não fez prova de que o uso ocorria de forma eventual ou extremamente reduzido, tendo sido a condenação relativa ao período de 14/10/2014 a 30/10/2014, uma vez que a partir de novembro lhe foi disponibilizado automóvel. Destaco que, ainda que a reclamada não obrigasse ou exigisse o uso da motocicleta, era permissiva quanto ao uso do referido veículo para o trabalho do reclamante . Diante desse contexto, não há como vislumbrar a indicada afronta literal ao artigo 193, § 4º, da CLT. Entender de forma contrária demandaria o revolvimento de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126. Agravo não provido. (Ag-AIRR-2009-77.2016.5.09.0654, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 11/10/2019).

(...) AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. USO DE MOTOCICLETA. LEI Nº 12.997/2014 REGULAMENTADA PELA PORTARIA 1.565/2014 DO MT. ANEXO 5 DA NR 16 . Conforme o disposto no art. 193, §4º, da CLT, com redação dada pela Lei nº 12.997/2014, o trabalho com uso de motocicleta expõe o obreiro a riscos, sendo devido o pagamento de adicional de periculosidade. O referido dispositivo legal foi regulamentado pela Portaria nº 1.565/2014 do Ministério do Trabalho, que inseriu a atividade na NR16. Na hipótese dos autos , o Tribunal Regional manteve a sentença na parte em que a Reclamada foi condenada ao pagamento de adicional de periculosidade, em face da comprovação de que o Reclamante utilizava a motocicleta para o desenvolvimento do seu trabalho. Desse modo, o Tribunal Regional proferiu decisão em consonância com o art.193, caput , da CLT. Além do mais, não há como analisar as alegações recursais em sentido contrário do que já foi consignado pelo Regional, uma vez que, para tanto, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é defeso nesta Instância Extraordinária, conforme o disposto na Súmula 126/TST. Agravo de instrumento desprovido. (Ag-AIRR-100306-59.2016.5.01.0261, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 07/06/2019).

(...) RECURSO DE REVISTA REGIDO PELAS LEIS 13.015/2014 E 13.467/2017. ARTIGO 896-A, II, DA CLT. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. UTILIZAÇÃO DE MOTOCICLETA.

HABITUALIDADE. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA. 1. De acordo com o artigo 896-A da CLT, o Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, deve examinar previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica. 2. Hipótese em que, muito embora incontroverso que o deslocamento do Autor para o cumprimento de seu ofício ocorria, habitualmente, com o uso de motocicleta e com o consentimento da Reclamada, a Corte de origem entendeu que a possibilidade de utilização de outro meio de transporte pelo Reclamante é capaz de afastar o seu direito ao adicional de periculosidade e reflexos. 3. Dispõe a Súmula 364 do TST que " tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. Indevido, apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido" . Logo, incontroversa a utilização de motocicleta em vias públicas, de forma habitual, para a realização do seu trabalho, faz jus o Reclamante ao adicional de periculosidade. Desse modo, ao não deferir o pagamento do referido adicional, a Corte de origem contrariou o disposto na Súmula 364, I, do TST, restando divisada a transcendência política do debate proposto. Julgados desta Corte. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-1625-94.2016.5.07.0032, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 26/04/2019).
RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/ . ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. MOTOCICLISTA. ARTIGO 193, §4º DA CLT. NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. VIOLAÇÃO AO ART. 193, CAPUT , DA CLT. CONFIGURAÇÃO. I - Verifica-se do acórdão recorrido ter o Colegiado de origem mantido a sentença que determinou o pagamento do adicional perseguido e seus consectários legais, a partir de 20 de junho de 2014, data da promulgação da Lei 12.997/2014, entendendo que tal norma é autoaplicável. II - Como se constata do texto do caput do artigo 193 da CLT, o legislador previu expressamente que as atividades ou operações perigosas dependem de regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, afastando a tese de aplicabilidade imediata do §4º do referido dispositivo. III - Nesse sentido, aliás, orienta-se a jurisprudência desta Corte. IV - Assim, o Tribunal Regional, ao concluir pela aplicabilidade imediata da Lei nº 12.997/2014, violou o artigo 193 da CLT. V - Portanto , é devido o adicional de periculosidade somente a partir de 14/10/2014, data da publicação da Portaria 1.565/2014 do Ministério do Trabalho e Emprego, que aprovou o Anexo 5 da Norma Regulamentadora 16 - Atividades Perigosas em Motocicleta. VI - No entanto, registrado no acórdão regional que o reclamante laborou somente no período de 02/07/2013 a 14/10/2014, não há falar em direito ao referido adicional. VII - Recurso de revista conhecido e provido. (RR-1951-16.2014.5.10.0008, 7ª Turma, Relator Desembargador Convocado Roberto Nobrega de Almeida Filho, DEJT 06/10/2017).

Pelo exposto, conheço do recurso de revista por violação do art. 193, §4º, da CLT.
1.2) Mérito
Conhecido o recurso de revista por violação do art. 193, § 4º, da CLT, dou-lhe provimento para condenar as reclamadas ao pagamento de adicional de periculosidade e reflexos legais, nos limites do pedido.
2 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.
2.1) Conhecimento
Sobre o tema em epígrafe, eis o decisum:

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS
A reclamada pede a exclusão da condenação em honorários advocatícios ou, alternativamente sua minoração.
Requer, ainda, a condenação do reclamante na mesma verba e a dedução dos valores correspondentes do crédito do autor neste processo.
Uma vez que a presente demanda foi ajuizada em 29/12/2018, há que aplicar-se o art. 791-A do Diploma Consolidado, nos termos da Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017:

"Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
§ 1o Os honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria.
§ 2o Ao fixar os honorários, o juízo observará:
I - o grau de zelo do profissional;
I - o lugar de prestação do serviço;
III - a natureza e a importância da causa;
IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.
§ 3o Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.
§ 4o Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.
§ 5o São devidos honorários de sucumbência na reconvenção."

Portanto, o artigo 791-A consolidado não deixa margem à discricionariedade do juiz, pois determina que os honorários de sucumbência serão devidos sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
O fato é que o artigo 6º, da Instrução Normativa nº 41/2017 do C. TST determina seja aplicado o artigo 791-A da CLT aos processos que se iniciaram após 11.11.2017.

Art. 6º Na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017). Nas ações propostas anteriormente, subsistem as diretrizes do art. 14 da Lei nº 5.584/1970 e das Súmulas nºs 219 e 329 do TST.

Nessa linha, a condenação da reclamada em honorários advocatícios sucumbenciais, fixados em 10% sobre o valor total da condenação, guarda relação de razoabilidade e proporcionalidade com o trabalho desenvolvido pelo N. advogado da parte adversa e

não há se falar em redução do percentual da condenação.
Contudo, com fundamento nestes mesmos princípios, condeno o autor ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais em favor dos patronos das reclamadas, no importe de 10% das verbas indeferidas, se no momento oportuno (fase de liquidação) for apurado que o reclamante tem condições financeiras de arcar com tal verba.
Pelo exposto, dou parcial provimento ao recurso ordinário da segunda reclamada para condenar o autor ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais no importe de 10% do valor das verbas indeferidas. (fls. 583/584).

A parte reclamante não se conforma com sua condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais, sob a alegação de que o art. 791-A, § 4º, da CLT é inconstitucional.
Aponta violação dos arts. 1º, III, 5º, XXXV, LXXIV, e 7º da Constituição Federal; 98, § 3º, do CPC; 844, §§ 2º e 3º, da CLT; 8º e 29 do Pacto de São José e 14 do Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos.
Ao exame.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça a parte reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação do art. 5º, XXXV e LXXIV, da Constituição Federal, nos termos da jurisprudência vinculante do STF.
3.2) Mérito
Conhecido o recurso de revista, por violação do art. 5º, XXXV e LXXIV, da Constituição Federal, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, dou-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento ao agravo de instrumento quanto ao tema "ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. MONTADOR DE MÓVEIS. UTILIZAÇÃO HABITUAL DE MOTOCICLETA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. PAGAMENTO DEVIDO", por possível violação do art. 193, § 4º, da CLT; e quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por possível violação do art. 5º, XXXV e LXXIV, da Constituição Federal, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para determinar o processamento do recurso de revista, no aspecto; e II - conhecer do recurso de revista quanto ao tema "ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. MONTADOR DE MÓVEIS. UTILIZAÇÃO HABITUAL DE MOTOCICLETA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. PAGAMENTO DEVIDO", por violação do art. 193, § 4º, da CLT, e, no mérito, dar-lhe provimento para condenar as reclamadas ao pagamento de adicional de periculosidade e reflexos legais, nos limites do pedido; e quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação do art. 5º, XXXV e LXXIV, da Constituição Federal, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas no importe de R$ 900,00 em razão do valor da condenação majorado para R$ 45.000,00.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0020590-63.2017.5.04.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	CLAUDIO LUIZ DA SILVA XAVIER
Advogado	Dr. Marcelo Rocha Faganello(OAB: 83485-A/RS)
Advogado	Dr. Rejane Osorio da Rocha(OAB: 25316-A/RS)
Advogado	Dr. Zila Maria Rocha Faganello(OAB: 13296-A/RS)
Agravado	VIAÇÃO BELÉM NOVO LTDA.
Advogado	Dr. Ana Cristina Dini Guimaraes(OAB: 12656-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):
- CLAUDIO LUIZ DA SILVA XAVIER
- VIAÇÃO BELÉM NOVO LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 222/229) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "GARANTIA DE EMPREGO PREVISTA EM NORMA COLETIVA".
Preenchidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
Na minuta de agravo de instrumento, o reclamante alega que não pretende revolver fatos e provas. Argumenta que o aresto colacionado é específico, porque cinge-se a controvérsia em relação à validade do ato pelo qual o empregado comunica o empregador a respeito do preenchimento dos requisitos da estabilidade pré-aposentadoria prevista em norma coletiva. Aduz que a ressalva realizada pelo Sindicato profissional por ocasião da homologação da rescisão do contrato de trabalho é apta a comprovar que o empregado estava a menos de um ano de sua aposentadoria por tempo de contribuição. Além disso, a simulação realizada no site da previdência social também constitui prova quanto à ciência formal da empresa. Indica divergência jurisprudencial.
Consta do acórdão regional:

"(...) O reclamante manteve vínculo de emprego com a reclamada no período de 14.6.1994 a 24.4.2017, período anotado em sua CTPS (ID. 562b656 - Pág. 1). Recebeu a comunicação de aviso-prévio em 10.3.2017, com o pagamento indenizado do período correspondente (TRCT, ID. 5d4ba0b - Pág. 1).
A garantia provisória de emprego pretendida pelo autor encontra-se prevista na cláusula nº 42 da convenção coletiva de trabalho em vigor no período de 1º.02.2017 a 31.3.2018 (ID. 4e773bd - Pág. 12),

in verbis:
"GARANTIA NO EMPREGO VÉSPERAS DA APOSENTADORIA
42. Fica garantido o emprego ou os salários, dos empregador que estiverem a menos de 24 (vinte e quatro) meses de sua aposentadoria por tempo de serviço, desde que o empregado interessado comprove esta condição previamente, e por escrito junto à empresa, sob pena de perda de garantia."
Fica clara, pela redação da cláusula transcrita, a exigência de que o empregado comunique ao empregador, por escrito, estar a vinte e quatro meses de implementar o direito à percepção da aposentadoria, além da apresentação de prova da referida condição.
A simulação do cálculo do tempo de contribuição à Previdência Social (ID. 6861a63 - Pág. 3) comprova que, até o dia 08.5.2017, o tempo a cumprir pelo reclamante para obter a aposentadoria integral era de um ano, oito meses e seis dias.
Todavia, não há prova de que tenha encaminhado comunicação escrita à empresa informando que estava a menos de 24 meses de implementar o direito à aposentadoria.
A ressalva aposta no termo de rescisão (ID. 5d4ba0b - Pág. 2) pelo Sindicato da categoria profissional, quando da assistência à extinção contratual, não representa o implemento daquele requisito, mormente porque não se tem notícia da prova documental geradora daquela declaração no sentido de que o autor encontrava-se às vésperas da aposentadoria quando da despedida. Ressalto que a cláusula normativa exige, além do comunicado ao empregador, que seja comprovada a condição de pré-aposentadoria do despedido.
Em se tratando de cláusula benéfica, que assegura ao empregado direito não previsto em lei, a sua interpretação deve ocorrer de forma restrita. Portanto, não há falar de presunção da ciência da empregadora para o efeito de caracterizar o intento de obstar a concessão de aposentadoria ao reclamante.
Tal como alegou a reclamada, o documento juntado sob ID. 6861a63 decorre de simulação dos períodos e do tempo de contribuição, ali constando esclarecimento sobre seu caráter informativo, não restando assegurado o reconhecimento do direito ao benefício da aposentadoria (ID. idem, Pág. 1). No que se refere à certidão de tempo de serviço, documento apto à comprovação do tempo de contribuição (e do tempo faltante para aquisição do direito), o reclamante a requereu somente em 06.7.2017 (ID. 429ae04 - Pág. 1), portanto, muito após a extinção do contrato de trabalho, em 24.4.2017, ou ao próprio ajuizamento da ação (em 08.5.2017).
Nesse passo, o autor não comprovou tenha comunicado à empregadora a sua condição de aposentando, dentro do período de vinte e quatro meses vindouros, com juntada do documento relativo ao tempo de contribuição, não tendo sido implementados os requisitos expressos na norma coletiva. Portanto, não faz jus ao direito, conquanto se verifique, a partir das informações prestadas pelo INSS (ID. cd4b95d - Pág. 4) que, até 10.3.2017, o autor contava com trinta e quatro anos, seis meses e catorze dias de contribuição, considerando-se a exigência de trinta e cinco anos para aposentadoria integral (por tempo de contribuição).
O cômputo do período do aviso-prévio como tempo de serviço, a teor do art. 487, § 1º, da CLT, não altera tal conclusão.
Neste passo, não tendo o reclamante atendido aos requisitos previstos na norma coletiva para a implementação do direito à estabilidade pré-aposentadoria, cumpre manter a decisão de origem, que julgou improcedente o pedido de reintegração e pagamento dos salários e demais verbas desde a despedida até a efetiva reintegração.
Nessa esteira, transcrevo as ementas relativas a julgados em que discutida a matéria: (...)
Nego provimento ao recurso." (fls. 188/191 - destaques acrescidos).

Inicialmente, cabe destacar que a jurisprudência consolidada nesta Corte é no sentido de que a comunicação prévia e formal ao empregador prevista em norma coletiva como condição para aquisição do direito à estabilidade pré-aposentadoria configura abuso do direito potestativo do empregador (art. 129 do Código Civil).
Em tais casos, este Tribunal já decidiu que essa condição é desarrazoada, porque o empregador tem amplo acesso aos assentamentos profissionais dos seus empregados. Nesse sentido, julgados da SbDI-1: TST-E-ARR - 458-82.2014.5.09.0670, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro: João Batista Brito Pereira, DEJT 29/10/2020 e TST-E-RR - 1000236-60.2014.5.02.0713, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, DEJT 13/10/2017).
Não obstante a jurisprudência consolidada nesta Corte, o recurso interposto pelo recorrente não está fundamentado nesse sentido.
No caso em exame, as alegações da parte são no sentido de que atendeu aos requisitos previstos na norma coletiva para a implementação do direito à estabilidade pré-aposentadoria, porque a simulação do cálculo do tempo de contribuição à Previdência Social e a ressalva realizada pelo Sindicato profissional por ocasião da homologação da rescisão do contrato de trabalho constituem prova quanto à ciência formal da empresa do fato constitutivo do direito à estabilidade.
Estando o recurso de revista fundado apenas em divergência jurisprudencial, sendo o aresto servível e tendo o reclamante indicado as circunstâncias que assemelham os casos confrontados, necessário examinar a especificidade do modelo paradigma à luz da Súmula 296, I, do TST.
Eis o aresto transcrito às fls. fls. 198/200:

"ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. REQUISITOS PREENCHIDOS. Atendidos todos os requisitos, faz jus o empregado à estabilidade pré-aposentadoria prevista em convenção coletiva de trabalho.
[...]
O reclamante apresentou simulação da contagem do tempo de contribuição, acompanhada de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS (fls. 17-33).
Não se ignora que a referida simulação, como ressalvado no próprio documento, é "válida apenas para simples conferência. A simulação não garante o reconhecimento do direito ao benefício. Algumas informações podem ter sido incluídas ou alteradas durante a simulação" (fl. 17).
No entanto, como a referida simulação está acompanhada dos extratos do CNIS, cabia à reclamada apontar a incorreção entre as informações lançadas na simulação e os dados registrados no CNIS, todavia, não o fez.
Portanto, porque não devidamente desconstituídos, esses documentos fazem prova do tempo de contribuição do trabalhador e, via de consequência, do tempo faltante para a sua aposentadoria.
A referida simulação, efetuada em 08/08/2018, registra o tempo faltante de 1 ano, 9 meses e 8 dias para a aposentadoria. Retroagindo à data da dispensa, em 13/07/2018, fica evidenciado que nesta data faltava ao trabalhador 1 ano, 10 meses e 9 dias para a aposentadoria.
[...]
Como, na dada da dispensa, ao empregado faltavam 1 ano, 10

meses e 9 dias para a aposentadoria, ainda na data da dispensa não havia se completado o prazo de 60 dias para que o empregado comunicasse ao empregador o preenchimentos dos requisitos.
No termo de rescisão do contrato de trabalho - TRCT (fls. 14-16), está registrado expressamente a ressalva de que, antes mesmo da assinatura do aviso de dispensa, o empregador fora cientificado de que o empregado estava "em período de aposentadoria". Também está ressalvado que o empregado fora orientado pela chefia a primeiro assinar o aviso de dispensa e, depois, buscar a tutela judicial do seu direito.
Causa estranheza que a reclamada não tenha impugnado especificamente a ressalva contida no termo de rescisão, no sentido de que o empregado fora orientado pela chefia a primeiro assinar o aviso de dispensa e, depois, buscar a tutela judicial do seu direito. A empresa limita-se em alegar que a ressalva aposta no termo de rescisão não seria suficiente para comprovar os requisitos da estabilidade (fl. 109). Além disso, não foi produzida prova oral, com vistas ao esclarecimento do ponto. Logo, prevalece como verdade processual a ressalva aposta do termo de rescisão, devidamente assinado pelas partes" (destaques acrescido).

Do confronto entre os trechos destacados no acórdão recorrido e das premissas fáticas consignadas no acórdão paradigma (também em destaque), verifica-se que os arestos colacionados não são específicos à luz da Súmula 296, I, do TST, porque as circunstâncias fáticas consignadas nos autos e as delineadas no modelo indicado são distintas, o que inviabiliza o processamento do apelo por divergência jurisprudencial.

Ante o óbice apresentado, não é possível processar o apelo.
Assim, nos termos do art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1000466-03.2019.5.02.0075

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	P.I.E.L.
Advogado	Dr. Flávio Aldred Ramacciotti(OAB: 146167-A/SP)
Agravado	T.M.V.S.
Advogado	Dr. Manoel Francisco Chaves Júnior(OAB: 195229-A/SP)
Advogado	Dr. Josias Francisco Chaves(OAB: 240135-A/SP)
Advogado	Dr. Jocimar Francisco Chaves(OAB: 256728-A/SP)
Agravado	I.U.S.
Advogado	Dr. Paulo César Gallego(OAB: 175858/SP)
Advogado	Dr. Sérgio da Costa Barbosa Filho(OAB: 136516-S/SP)
Advogado	Dr. Marcos Caldas Martins Chagas(OAB: 56526-A/MG)
Advogada	Dra. Gabrielly Pereira dos Santos(OAB: 402568/SP)
Advogado	Dr. Gustavo dos Santos(OAB: 295864/SP)
Advogada	Dra. Larissa Paschoalini Boscolo(OAB: 282850/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- I.U.S.
- P.I.E.L.
- T.M.V.S.

Ficam as partes intimadas do despacho/acórdão, o qual está à disposição na Unidade Publicadora.

Processo Nº AIRR-0011627-86.2016.5.18.0010

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	GUSTAVO GUIMARAES RIBEIRO RUAS
Advogado	Dr. Masolene Pereira Cruz(OAB: 4502-B/TO)
Advogado	Dr. Zaida Maria Pereira Cruz(OAB: 14291-A/GO)
Advogado	Dr. Doracy Rhayssa Pereira Cruz(OAB: 25162-A/GO)
Agravado	SEG-ALIMENT SEGURANCA ALIMENTAR LTDA - ME E OUTRO
Advogado	Dr. Jakelinne Rodrigues Ferreira(OAB: 26671-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- GUSTAVO GUIMARAES RIBEIRO RUAS
- SEG-ALIMENT SEGURANCA ALIMENTAR LTDA - ME E OUTRO

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.125/1.145) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista.
Preenchidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "DESVIO DE FUNÇÃO".
Inicialmente, cumpre ressaltar que a decisão mediante a qual se nega ou autoriza seguimento ao recurso de revista, proferida no exercício do primeiro juízo de admissibilidade, não vincula este Juízo ad quem, de modo que, inexistindo prejuízo à parte, passa-se à análise da viabilidade do destrancamento do referido apelo, superando-se a alegação de usurpação de competência por parte do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.
O reclamante sustenta que os documentos acostados aos autos comprovam que as atividades exercidas por ele eram inerentes às de Engenheiro de alimentos. Afirma que se desincumbiu do ônus de provar o fato constitutivo do seu direito. Alega ofensa à lei 4.950/66 e aos artigos 1º e 7°, XXX, da Constituição Federal, 460 e 818, da CLT, 373, I, do CPC, além de divergência jurisprudencial.
Consta do acórdão regional:

"(...) A igualdade salarial pode ser postulada em decorrência de desvio de função, com base no plano de cargos e salários ou de estrutura funcional hierarquizada, ou ainda, em virtude de equiparação salarial (art. 461 da CLT).
As situações ensejadoras do reconhecimento a diferenças decorrentes do desvio de função são aquelas em que o interessado

exerce, efetiva e integralmente, as funções do cargo cuja remuneração deseja perceber.

No caso, como bem destacado na r. sentença "o reclamante, contudo, não logrou provar que sempre exerceu a função de engenheiro de alimentos. Com efeito, a testemunha Layara Marinho de Alguiar, única a falar sobre a questão, foi conclusiva, aduzindo que a função do autor era coletar dados e inserir no programa elaborado pela Engenheira Valmerice. Informou, ainda, que era supervisora hierárquica do autor e que este nunca ministrou cursos ou elaborou qualquer projeto técnico na empresa. Ademais, o próprio autor admitiu, em seu depoimento, que a consultoria de alimentos não é exclusiva de engenheiro de alimentos e que sua inscrição no CREA sequer foi pedida pela ré quando da sua admissão."

Nesse contexto, embora os documentos juntados pelo Reclamante demonstrem que ele ministrava treinamentos, assinava relatórios de conformidade, elaborava manual de boas práticas de fabricação e praticava alguns atos inerentes à função de engenharia, não ficou demonstrado de forma segura o exercício da referida função de forma a configurar o alegado desvio funcional" (fls. 921/922).

Não obstante o que alega o reclamante, o recurso não comporta processamento, porque a questão é fática e a revisão do decidido depende do reexame da prova, procedimento vedado em grau recursal de revista, conforme jurisprudência consolidada na Súmula 126 desta Corte.

Diante do exposto, NEGO SEGUIMENTO, pois, ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do RITST.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0101055-54.2019.5.01.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	TIFIM PRESTADORA DE SERVICOS E COBRANCAS EIRELI
Advogado	Dr. Alexandre Honignann(OAB: 198354-A/SP)
Advogado	Dr. Victor Hugo Freitas de Oliveira(OAB: 154686-A/RJ)
Agravado	RAQUEL DE ALMEIDA MENDES
Advogada	Dra. Daniela Ramos de Carvalho Lobato(OAB: 161049-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAQUEL DE ALMEIDA MENDES
- TIFIM PRESTADORA DE SERVICOS E COBRANCAS EIRELI

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 320/335) interposto pela reclamada contra a decisão de fls. 316/317, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.

Contrarrazões ao recurso de revista apresentadas às fls. 340/342.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 150) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 27/05/2021 e apelo protocolado em 07/06/2021), sendo o preparo questão atinente ao mérito.

A discussão travada nos autos prende-se ao tema "PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA".

Na espécie, a reclamada pugna pelo conhecimento do seu recurso de revista interposto em face de decisão monocrática em sede de recurso ordinário, sob o argumento de que é recurso cabível, com fulcro no artigo 896, "c", da CLT. Alega ofensa ao artigo 5º, XXXV e LV, da Constituição Federal, 1.021 do CPC e 769 da CLT.

No acórdão consta que:

"No presente caso, em decisão monocrática, foi indeferido o benefício da gratuidade de justiça requerido pela parte Ré, tendo sido dado a ela o prazo de 05 (cinco) dias para comprovar o recolhimento do preparo recursal, nos termos do § 7º do art. 99 do CPC e do item II da OJ nº 269 da SDI-1 do C. TST, sob pena de não conhecimento do apelo.

Tal decisão desafia recurso de agravo, previsto no art.1.021 do Código de Processo Civil.

Entretanto, a parte Ré interpôs recurso de revista com fulcro no art. 896, alínea "c" da CLT, afirmando que estaria em consonância com a transcendência descrita no art. 896-A da CLT, a ensejar seu cabimento, e direcionando suas razões de inconformismo ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho. Não há dúvidas, portanto, que a nomenclatura "recurso de revista" não é mero erro material, mas sim, a manifesta intenção de interpor recurso de revista.

O princípio da fungibilidade recursal autoriza que interposto um recurso, seja ele recebido como outro, previsão que já existia desde o artigo 810 do CPC de 1939.

(...)

No CPC vigente, pode-se chegar a tal conclusão em razão de diversos princípios nele consagrados, como a não decisão surpresa e contraditório, havendo previsão expressa para sua utilização no artigo 1.024, parágrafo 3º, ao admitir que os embargos de declaração possam ser admitidos como agravo interno.

No caso concreto, o princípio da fungibilidade não se aplica, pois a competência para julgamento do agravo interno e do recurso de revista não é a mesma, sendo, respectivamente, deste E. TRT e do C. TST" (fls. 279).

Verifico que a tese adotada pelo Regional encontra-se em conformidade com o entendimento desta Corte, no sentido de que é manifestamente incabível a interposição de recurso de revista em face de decisão monocrática proferida em razão de julgamento de recurso ordinário. Citem-se os julgados:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMANTE. PROCESSO REGIDO PELA LEI 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. EXECUÇÃO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA PELO REGIONAL. INCABÍVEL. ERRO GROSSEIRO. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE (SÚMULA 333 DO TST). A interposição de recurso de revista em face de decisão monocrática proferida em sede de recurso ordinário ou agravo de petição, como ocorreu no presente caso, não tem cabimento da sistemática processual trabalhista, não sendo possível a aplicação do princípio da fungibilidade recursal. Agravo de instrumento não provido" (TST-AIRR-13140-72.2017.5.15.0096, 2ª Turma, Rel.ª Min.ª Delaide Alves Miranda Arantes, DEJT de 05/03/2021);

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA

INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA EM RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. O ordenamento jurídico não prevê o manejo de recurso de revista contra decisão monocrática em recurso ordinário interposto, mas, antes, de agravo. Não há que se cogitar sequer de aplicação do princípio da fungibilidade, hipótese restrita à existência de dúvida plausível acerca do remédio processual cabível na espécie. Agravo de instrumento conhecido e desprovido" (TST-AIRR-10180-89.2017.5.15.0114, 3ª Turma, Rel. Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT de 22/05/2020);

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. LEI N.º 13.467/2017. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. ERRO GROSSEIRO. IMPOSSIBILIDADE DE OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE DOS RECURSOS. 1. É incabível, na sistemática processual trabalhista em vigor, a interposição de Recurso de Revista em face de decisão monocrática proferida pelo relator em sede de Recurso Ordinário. O artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho estabelece as hipóteses de cabimento do Recurso de Revista na Justiça do Trabalho, não se referindo à possibilidade de seu aviamento contra decisão proferida monocraticamente. 2. Por sua vez, o artigo 1.021 do Código de Processo Civil de 2015 (aplicável subsidiariamente ao Processo do Trabalho, nos termos da Instrução Normativa n.º 39) prevê a necessidade de interposição de Agravo às decisões monocráticas, de modo a provocar a prolação de uma decisão do Colegiado . 3. Configurado óbice relativo ao conhecimento do Recurso de Revista, porquanto incabível, deixa-se de examinar a transcendência da causa. 4. Agravo de Instrumento não provido" (TST-AIRR-1002395-63.2016.5.02.0241, 6ª Turma, Rel. Min. Lelio Bentes Correa, DEJT de 19/03/2021).

Dessa forma, resta inviabilizado o destrancamento do recurso de revista interposto pela reclamada.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1000967-95.2020.5.02.0341

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	R.R.
Advogado	Dr. José Flávio Pereira da Silva(OAB: 204518-A/SP)
Agravado	D.S.L.
Advogado	Dr. Márcio Mota de Avó(OAB: 131199-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- D.S.L.
- R.R.

Ficam as partes intimadas do despacho/acórdão, o qual está à disposição na Unidade Publicadora.

Processo Nº AIRR-0261800-47.2004.5.02.0059

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	EDMA FRANCISCO BORGES
Advogado	Dr. Aclibes Burgarelli Filho(OAB: 187269-A/SP)
Advogada	Dra. Mariana Garcia da Silva(OAB: 263663-A/SP)
Advogado	Dr. Wilson Carlos Zaska da Silva(OAB: 401500-A/SP)
Agravado	LEITERIA LANCHES LIRICO LTDA
Agravado	CLAUDIA DOS SANTOS MONTEIRO
Agravado	MANUEL DE OLIVEIRA SILVA CAMPOS

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIA DOS SANTOS MONTEIRO
- EDMA FRANCISCO BORGES
- LEITERIA LANCHES LIRICO LTDA
- MANUEL DE OLIVEIRA SILVA CAMPOS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 504/511) interposto pela exequente contra a decisão de fls. 485/487, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
A insurgência recursal diz respeito ao tema "EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO. UTILIADE DO ATO. INDEFERIMENTO".
Interposto o recurso de revista também sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
Ressalto que atranscriçãointegral do tópico do acórdão regional, bem como delongos trechossem destaque da parte específica que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, não bastam ao cumprimento da exigência legal.
Julgados no mesmo sentido:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. EXECUÇÃO. RECURSO DE REVISTA PATRONAL CONHECIDO PARA DETERMINAR A EXTINÇÃO DO FEITO. DESCUMPRIMENTO DO REQUISITO ESTABELECIDO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO TRECHO DA DECISÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL DEMONSTRADA. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Subseção, acerca dos pressupostos intrínsecos do recurso de revista, insertos no artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável atranscriçãodo trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria trazida ao debate, cabendo à parte a demonstração, clara e objetiva, dos fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido, não se admitindo, para tanto, a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse,transcriçãointegral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte

dispositiva, pois, para fins de cumprimento da exigência legal, é imprescindível atranscriçãotextual do trecho da decisão recorrida. No caso dos autos, a executada transcreveu o inteiro teor do acórdão regional em relação a todos os temas objeto do recurso de revista, o que não atende ao artigo 896, § 1º-A, da CLT. Embargos conhecidos e providos " (E-ED-ARR-152500-71.2013.5.17.0010, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 14/09/2018).

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. APELO SUBMETIDO À LEI Nº 13.467/2017. (?) II - RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO.LEI Nº 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, DA CLT. ADMISSIBILIDADE. Deve ser negado conhecimento ao recurso de revista quando verificada a ausência de preenchimento dos requisitos insculpidos na Lei nº 13.015/2014, notadamente a adequadatranscriçãodo trecho que consubstancia o prequestionamento da matéria abordada no arrazoado recursal. Não cumpre o ditame legal a parte que transcreve trechos excessivamente longos e sem destaques individualizadores do prequestionamento pretendido, como ocorreu na hipótese. Recurso de revista inapto ao conhecimento, a teor do que dispõe o art. 896, § 1º-A, I e III, da CLT. Recurso de revista não conhecido" (RR-21794-67.2016.5.04.0006, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 18/12/2020).

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CONDUTA CULPOSA DA ADMINISTRAÇÃO. DANO SOFRIDO PELO EMPREGADO. NEXO CAUSAL. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE. TEMA Nº 246 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL DO STF. TRECHO QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO.TRANSCRIÇÃO. ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. NÃO OBSERVÂNCIA. I. Faz-se presente o pressuposto intrínseco formal de admissibilidade previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT com atranscriçãodo excerto do acórdão regional em que repousa o prequestionamento da matéria impugnada, identificando-se claramente a tese que se quer combater no recurso, de forma a possibilitar o imediato confronto do trecho transcrito com as violações, contrariedades e arestos articulados de forma analítica nas razões do recurso de revista. II. No caso dos autos, irretocável a decisão unipessoal agravada quanto ao não atendimento do pressuposto intrínseco de admissibilidade previsto no inciso I do § 1º-A do art. 896 da CLT, pois a parte recorrente procedeu àtranscriçãodelongos trechosdos fundamentos adotados pelo Tribunal Regional quanto ao tema combatido, inteiramente destacados, o que impossibilita a indicação precisa das matérias que tratam dos dispositivos de lei tidos por violados ou que autorizem o cotejo com os arestos indicados. Não se trata, portanto, de decisão extremamente concisa e sucinta, distinção capaz de afastar a aplicação do óbice processual em apreço. III. Agravo interno de que se conhece e a que se nega provimento" (Ag-AIRR-1409-02.2016.5.05.0029, 7ª Turma, Relator Ministro Evandro Pereira Valadao Lopes, DEJT 15/05/2020).

"I - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMADA - LEI Nº 13.015/14 - PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA DETRANSCRIÇÃODOSTRECHOSDA PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO . Em se tratando de arguição de nulidade do acórdão regional por negativa de prestação jurisdicional, cabe à parte transcrever os trechos do acórdão do Tribunal Regional proferido no julgamento dos embargos de declaração e o teor das alegações deduzidas nos embargos de declaração opostos. Recurso de revista não conhecido. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO TRECHO DA DECISÃO RECORRIDA QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA - TUTELA INIBITÓRIA - DANO MORAL COLETIVO. Atranscriçãodelongos trechosdo acórdão do Tribunal Regional, sem destaque da parte específica que consubstancia o prequestionamento da controvérsia não se presta ao cumprimento do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, na medida em que não delimita o objeto da insurgência inserida no apelo. Recurso de revista não conhecido. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. O direito vindicado na presente ação tem uma origem comum, caracterizada pela alegada conduta uniforme da reclamada em relação aos seus empregados no sentido de não cumprir disposições legais, o que revela a sua natureza de direito individual homogêneo, conferindo ao Ministério Público do Trabalho legitimidade para pleiteá-lo por meio de ação civil pública . Recurso de revista não conhecido. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIMITAÇÃO TERRITORIAL DOS EFEITOS DA DECISÃO. Esta Corte Superior entende que restrição imposta pelo art. 16 da Lei 7.347/85 não se harmoniza com os preceitos que regem as ações coletivas, porquanto limita a eficácia da sentença à competência territorial do juízo prolator da decisão. Em hipóteses como a delineada nos autos, este Tribunal tem decidido que a questão deve ser interpretada à luz do art. 103 do CDC, que estabelece o alcance da coisa julgada, independente da competência territorial da autoridade prolatora do julgado. Precedentes. Recurso de revista não conhecido. II - RECURSO DE REVISTA ADESIVO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - REGÊNCIA PELA LEI 13.015/2014. Prejudicado o exame do recurso de revista adesivo, em razão do não conhecimento do recurso principal. Incidência do art. 997, § 2º, III, do CPC" (RR-67-19.2013.5.15.0146, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 28/06/2019).

Do exposto, não tendo a agravante se eximido de tal ônus, o recurso de revista é manifestamente inadmissível.
Assim, DENEGO SEGUIMENTOao agravo de instrumento, com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0090900-17.2006.5.01.0341

Processo Nº AIRR-00909/2006-341-01-00.6

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
Advogado	Dr. Mauricio de Figueiredo Correa da Veiga(OAB: 21934-A/DF)
Agravado	SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE VOLTA REDONDA

Advogado Dr. Felipe de Santa Cruz Oliveira Scaletsky(OAB: 95573/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
- SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE VOLTA REDONDA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.302/1.323) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 1.298/1.299).
Contraminuta às fls. 1.331/1.333 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 1.333/1.337.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho.
É o relatório.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (procuração - fls. 1.282) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 29/04/2021 e apelo protocolado em 10/05/2021), inexigível o preparo.
A reclamada, ora agravante, renova o inconformismo acerca da matéria "COISA JULGADA. PARCELA EXCLUÍDA DO TÍTULO. VALOR NÃO COPROVADO".
Constata-se, de plano, a inviabilidade de processamento do recurso de revista.
Interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve indicar precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
Ressalto que a transcrição integral do tópico do acórdão regional, bem como delongostrechossem destaque da parte específica que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, como se evidenciou na hipótese (fls. 1.269/1.272), não bastam ao cumprimento da exigência legal. Julgados no mesmo sentido:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. EXECUÇÃO. RECURSO DE REVISTA PATRONAL CONHECIDO PARA DETERMINAR A EXTINÇÃO DO FEITO. DESCUMPRIMENTO DO REQUISITO ESTABELECIDO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOTRECHODA DECISÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL DEMONSTRADA. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Subseção, acerca dos pressupostos intrínsecos do recurso de revista, insertos no artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição dotrechoexato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria trazida ao debate, cabendo à parte a demonstração, clara e objetiva, dos fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido, não se admitindo, para tanto, a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva, pois, para fins de cumprimento da exigência legal, é imprescindível a transcrição textual dotrechoda decisão recorrida.
No caso dos autos, a executada transcreveu o inteiro teor do acórdão regional em relação a todos os temas objeto do recurso de revista, o que não atende ao artigo 896, § 1º-A, da CLT. Embargos conhecidos e providos " (E-ED-ARR-152500-71.2013.5.17.0010, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 14/09/2018).

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. APELO SUBMETIDO À LEI Nº 13.467/2017. (?) II - RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. LEI Nº 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, DA CLT. ADMISSIBILIDADE. Deve ser negado conhecimento ao recurso de revista quando verificada a ausência de preenchimento dos requisitos insculpidos na Lei nº 13.015/2014, notadamente a adequada transcrição dotrechoque consubstancia o prequestionamento da matéria abordada no arrazoado recursal. Não cumpre o ditame legal a parte que transcrevetrechosexcessivamentelongose sem destaques individualizadores do prequestionamento pretendido, como ocorreu na hipótese. Recurso de revista inapto ao conhecimento, a teor do que dispõe o art. 896, § 1º-A, I e III, da CLT. Recurso de revista não conhecido" (RR-21794-67.2016.5.04.0006, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 18/12/2020).

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CONDUTA CULPOSA DA ADMINISTRAÇÃO. DANO SOFRIDO PELO EMPREGADO. NEXO CAUSAL. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE. TEMA Nº 246 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL DO STF.TRECHOQUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO. TRANSCRIÇÃO. ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. NÃO OBSERVÂNCIA. I. Faz-se presente o pressuposto intrínseco formal de admissibilidade previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT com a transcrição do excerto do acórdão regional em que repousa o prequestionamento da matéria impugnada, identificando-se claramente a tese que se quer combater no recurso, de forma a possibilitar o imediato confronto dotrechotranscrito com as violações, contrariedades e arestos articulados de forma analítica nas razões do recurso de revista. II. No caso dos autos, irretocável a decisão unipessoal agravada quanto ao não atendimento do pressuposto intrínseco de admissibilidade previsto no inciso I do § 1º-A do art. 896 da CLT, pois a parte recorrente procedeu à transcrição delongostrechosdos fundamentos adotados pelo Tribunal Regional quanto ao tema combatido, inteiramente destacados, o que impossibilita a indicação precisa das matérias que tratam dos dispositivos de lei tidos por violados ou que autorizem o cotejo com os arestos indicados. Não se trata, portanto, de decisão extremamente concisa e sucinta, distinção capaz de afastar a aplicação do óbice processual em apreço. III. Agravo interno de que se conhece e a que se nega provimento" (Ag-AIRR-1409-02.2016.5.05.0029, 7ª Turma, Relator Ministro Evandro Pereira Valadão Lopes, DEJT 15/05/2020).

"I - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMADA - LEI Nº 13.015/14 - PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA DE TRANSCRIÇÃO DOSTRECHOSDA PETIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Em se tratando de arguição de nulidade do acórdão regional por negativa de prestação jurisdicional, cabe à parte transcrever ostrechosdo acórdão do Tribunal Regional proferido no julgamento dos embargos de declaração e o teor das alegações deduzidas nos embargos de declaração opostos. Recurso de revista não conhecido. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOTRECHODA DECISÃO RECORRIDA QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA

CONTROVÉRSIA - TUTELA INIBITÓRIA - DANO MORAL COLETIVO. A transcrição delongostrechosdo acórdão do Tribunal Regional, sem destaque da parte específica que consubstancia o prequestionamento da controvérsia não se presta ao cumprimento do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, na medida em que não delimita o objeto da insurgência inserida no apelo. Recurso de revista não conhecido. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. O direito vindicado na presente ação tem uma origem comum, caracterizada pela alegada conduta uniforme da reclamada em relação aos seus empregados no sentido de não cumprir disposições legais, o que revela a sua natureza de direito individual homogêneo, conferindo ao Ministério Público do Trabalho legitimidade para pleiteá-lo por meio de ação civil pública . Recurso de revista não conhecido. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIMITAÇÃO TERRITORIAL DOS EFEITOS DA DECISÃO. Esta Corte Superior entende que restrição imposta pelo art. 16 da Lei 7.347/85 não se harmoniza com os preceitos que regem as ações coletivas, porquanto limita a eficácia da sentença à competência territorial do juízo prolator da decisão. Em hipóteses como a delineada nos autos, este Tribunal tem decidido que a questão deve ser interpretada à luz do art. 103 do CDC, que estabelece o alcance da coisa julgada, independente da competência territorial da autoridade prolatora do julgado. Precedentes. Recurso de revista não conhecido. II - RECURSO DE REVISTA ADESIVO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - REGÊNCIA PELA LEI 13.015/2014. Prejudicado o exame do recurso de revista adesivo, em razão do não conhecimento do recurso principal. Incidência do art. 997, § 2º, III, do CPC" (RR-67-19.2013.5.15.0146, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 28/06/2019).

Do exposto, não tendo a agravante se eximido de tal ônus, o recurso de revista é manifestamente inadmissível.
Diante do exposto,com suporte no art. 118, X, do RITST,denego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0025603-43.2015.5.24.0071

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	CARLOS ALBERTO FERREIRA
Advogado	Dr. Luis Alberto de Magalhães(OAB: 10209-A/MS)
Agravado	CARGILL AGRÍCOLA S.A.
Advogado	Dr. José Sérgio Skandenberg Scuracchio Neto(OAB: 147633/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARGILL AGRÍCOLA S.A.
- CARLOS ALBERTO FERREIRA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 471/486) interposto pelo reclamante contra a decisão de fls. 465/466, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às fls. 497/503 e 490/496, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 21) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 21/01/2020 e apelo protocolado em 17/01/2020), sendo inexigível o preparo.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "ADICIONAL DE PERICULOSIDADE" e "INTERVALO INTRAJORNADA. SUPRESSÃO PARCIAL".
Em relação ao primeiro tema, o reclamante pugna pelo deferimento do adicional pleiteado, sob o argumento de que trabalha exposto a risco de choques elétricos. Assevera ser desnecessária a regulamentação da atividade por meio de portaria do MTE, uma vez que a CLT traz elementos suficientes para deferimento do adicional de periculosidade. Alega contrariedade às Súmulas 131, 132 e 133 do TRT da 4º Região e 18 do TRT da 3º Região e à Orientação Jurisprudencial 324 da SbDI-1 do TST e violação dos artigos 5º, II, e 7º, XXIII, da Constituição Federal, 193, caput, da CLT, 884 do CCB e 1º da Lei nº 12.740/2012.
De plano, os arestos trazidos a cotejo, constante de fls. 480 e 483, e o argumento de que, "(...) em que pese à conclusão pericial ter se baseado tão somente no Quadro I, do Anexo 4, da NR 16, da Portaria 3.214/78, quadro esse que somente passou a vigorar a partir do mês de julho de 2104, o certo é que, antes da aprovação desse dispositivo legal, já havia previsão do pagamento do adicional de periculosidade no ANEXO DO DECRETO Nº 93.412, DE 14 DE OUTUBRO DE 1986 QUADRO DE ATIVIDADES/ÁREA DE RISCO. Isto por força do Anexo do Decreto n° 93.412/86, que regulamentou a Lei n° 7.369/85, que institui adicional de periculosidade para os empregados no setor de energia elétrica. Assim, considerando que o Agravante laborou para a Agravada de 10.10.1997 a 11.07.2013, com fulcro Decreto n° 93.412/86, o faz jus ao adicional de periculosidade de 30% sobre as verbas do período imprescrito." (fls. 481) configuram inovação recursal, de forma que não serão objeto de análise.
Ademais, a alegação de contrariedade às Súmulas 131, 132 e 133 do TRT da 4º Região e 18 do TRT da 3º Região igualmente não impulsiona o apelo, porquanto não atende ao artigo 896, "a", da CLT.
No mais, o Regional consignou:

"Período do vínculo: 1º.10.1997 a 11.07.2013 (TRCT - f. 22). Marco da prescrição quinquenal: 19.08.2010 (sentença - f. 328). Função: "chefe turno produção" (CTPS - f. 21).
(...)
De acordo com o laudo pericial, o obreiro laborava em atividade em rede de baixa tensão (laudo - f. 292) e o preposto confirmou que o reclamante, antes das 7h e após 16h48min, adentrava no Centro de Controle de Motores para fazer bloqueio e desbloqueio elétrico.
O perito nomeado Mauro Yoshitani Junior (ata - f. 267) avaliou as condições de trabalho e concluiu que o ambiente era periculoso e o risco era habitual - adentrava no CCM 3 a 4 vezes por dia - e intermitente (laudo - f. 290).
(...)
Em síntese, o perito fez o enquadramento das atividades do reclamante no quadro I do Anexo 4 da NR-16/MTE, mais precisamente no item I que trata de cabines de distribuição (laudo - f. 291).
Entretanto, o Anexo 4 foi incluso na NR-16 em 17.07.2014 e o contrato de trabalho do reclamante foi rescindido em 11.07.2013.
O art. 193 da CLT considera a atividade perigosa quando regulamentada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O entendimento do TST é no sentido de que há necessidade de regulamentação da atividade como perigosa para a percepção do adicional.
Pelo exposto, a atividade do reclamante não era classificada como periculosa ao tempo do vínculo, ou seja, não está preenchido o requisito exigido pela CLT para a concessão do adicional de periculosidade." (fls. 395/396).

Como se verifica, o reclamante teve sua atividade enquadrada no anexo 4 da NR-16, o qual entrou em vigor após o fim do contrato de trabalho do reclamante (Súmula 126 do TST).
Contudo, para o deferimento do adicional de periculosidade, é necessária a regulamentação da atividade pelo órgão competente, conforme determina o artigo 193, caput, da CLT. No mesmo sentido é a jurisprudência desta Corte, como se verifica nos seguintes casos análogos:

"(...) ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. PORTARIA 1.885/2013. INAPLICABILIDADE IMEDIATA DO ART. 193 , CAPUT , DA CLT. Somente após a edição da portaria que caracterizou a atividade como perigosa é que passa a ser devido o adicional de periculosidade. Esta é a inteligência da norma insculpida no art. 193, caput, da CLT, que consigna a inaplicabilidade imediata do direito ao referido adicional, exigindo regulamentação por ato infralegal. Diante disso , conclui-se que o adicional de periculosidade aos vigilantes passou a ser devido apenas a partir de 03/12/2013, quando a Portaria 1.885/2013 do MTE foi publicada. Agravo de instrumento a que se nega provimento. HORAS EXTRAS. ACORDO DE COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO. INESPECIFICIDADE. (...)" (TST-RRAg-1000733-58.2015.5.02.0707, 2ª Turma, Rel.ª Min.ª Maria Helena Mallmann, DEJT de 11/06/2021);

"(...) III - RECURSO DE REVISTA. METROVIÁRIO. TERMO INICIAL DO PAGAMENTO DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. Conforme o caput do art. 193 da CLT, em sua nova redação, as atividades ou operações perigosas nele relacionadas dependem da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, razão pela qual, somente após sua edição, passou a ser devido o adicional respectivo. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido" (TST-RRAg-1521-53.2017.5.10.0010, 3ª Turma, Rel. Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT de 25/06/2021).

Vale frisar, por fim, que o Regional não decidiu a questão sob o enfoque da vigência da Lei nº 12.740/2012, mas sim do anexo 4 da NR-16, de forma que a questão, neste particular, carece do necessário prequestionamento (Súmula 297, I e II, do TST). Assim, tem-se por inviável o processamento do recurso de revista interposto pelo reclamante.
Quanto ao segundo tópico ("Intervalo intrajornada. Supressão parcial"), o reclamante sustenta, em síntese, que a supressão parcial do intervalo intrajornada lhe dá direito ao pagamento do período total como horas extras. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema, contrariedade à Súmula 437, I, do TST e violação do artigo 58, § 1º, da CLT.
Primeiramente, verifico que as alegações de ofensa aos artigos 5º, LIV e LV, e 7º, VI e XIII, da Constituição Federal, 71, § 4º, e 818 da CLT e 373 do CPC e contrariedade à Súmula 338 do TST trata-se de inovação recursal, de modo que não impulsionam o apelo.
No mais, o Regional consignou que "Os cartões de ponto registram intervalo pré-assinalado, o que é autorizado pelo art. 74, § 2º, da CLT. A testemunha Reginaldo Joaquim de Oliveira disse que era muito raro o reclamante ter 1h de intervalo (f. 266 - item 5) e a testemunha patronal, Gabriel Rodrigo Maran, afirmou que o reclamante fazia intervalo, não sabendo dizer o tempo, mas sabe que em algumas situações o autor não conseguia usufruir de 1h, tendo que retornar ao trabalho antes disso (f. 267 - item 3). Nesse contexto, a prova testemunhal é frágil para dar suporte à tese obreira, prevalecendo a prova documental." (fls. 396/397).
Como se verifica, a prova testemunhal não foi suficiente para infirmar os cartões de ponto apresentados pela reclamada, de forma que prevaleceu a prova documental neste aspecto. Assim, ante a não comprovação da fruição parcial do intervalo intrajornada (Súmula 126 do TST), são inespecíficos os arestos apresentados (Súmula 296, I, do TST), não havendo falar em condenação da reclamada ao pagamento do período correspondente como horas extras, na forma da Súmula 437, I, do TST.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0017004-76.2017.5.16.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE
Advogado	Dr. Audrey Martins Magalhaes Fortes(OAB: 1829-A/PI)
Agravado	FLAVIO CESAR SOARES DA CUNHA
Advogado	Dr. Pedro Ivo Pereira Guimarães Correa(OAB: 9832/MA)
Advogado	Dr. Vinicius Silva Santos(OAB: 10608-A/MA)
Advogado	Dr. Eduardo Silva Mercon(OAB: 11523 -A/MA)
Advogado	Dr. Walbert de Azevedo Ribeiro Ducanges(OAB: 9846/MA)
Advogado	Dr. Eduardo de Araujo Noleto(OAB: 9797/MA)
Agravado	C L M COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
Advogada	Dra. Samir Santos Pereira de Amorim(OAB: 11305-A/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- C L M COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
- CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE
- FLAVIO CESAR SOARES DA CUNHA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 603/625) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 595/598).
Contraminuta e contrarrazões ao recurso de revista não foram apresentadas.
Os autos não foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho.
É o relatório.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado

(procuração - fls. 382/383 e substabelecimento - fls. 384) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 27/07/2021 e apelo protocolado em 06/08/2021), realizado o preparo (fls. 444/445 e 588/589).
A segunda reclamada renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, ante o registro no acórdão de que o tomador de serviços não produziu nenhuma prova de que tivesse cumprido sua obrigação de fiscalizar, de forma eficaz, o cumprimento das obrigações trabalhistas devidas por seu contratado, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Mesmo que tenha sido criteriosa na escolha da prestadora de serviço de sorte a afastar a hipótese da culpa in eligendo, a recorrente não demonstrou ter fiscalizado o cumprimento das normas de medicina, segurança do trabalho e meio ambiente pela empresa prestadora de serviços de sorte a evitar o acidente de trabalho, atraindo a aplicação da culpa in vigilando.
Destarte, mantenho a decisão recorrida quanto ao reconhecimento da responsabilidade subsidiária da tomadora de serviço, em razão de não ter fiscalizado o cumprimento de todas as obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços, nos moldes da súmula 331, do TST."(fls. 534)

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na ausência de prova da eficácia ou efetividade da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre

de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1000805-07.2019.5.02.0254

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE CUBATÃO
Procurador	Dr. Victor Augusto Lovecchio
Agravado	ANTONIO CARLOS MIRANDA
Advogado	Dr. Ywes Rodrigues da Cunha Filho(OAB: 147149-A/SP)
Agravado	MARVIN - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.
Advogado	Dr. Ricardo Wehba Esteves(OAB: 98344/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO CARLOS MIRANDA
- MARVIN - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.
- MUNICÍPIO DE CUBATÃO

Denegado seguimento ao recurso de revista pelo Tribunal Regional de origem, o segundo reclamado interpõe agravo de instrumento.
Não foram apresentadas contraminuta e contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo desprovimento do agravo de instrumento, fls. 567/570.
É o relatório.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
Ao exame dos pressupostos intrínsecos.
As discussões travadas, na presente minuta, referem-se aos temas "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO", "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ABRANGÊNCIA", "JUROS DE MORA" e "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS".
De plano, constato que deve ser denegado seguimento ao apelo por não atender a pressuposto intrínseco de admissibilidade.
Interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, a parte recorrente, sob pena de não conhecimento do apelo, deve transcrever precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, bem como expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive, mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte, conforme determina o art.896, § 1º-A, I e III, da CLT.
No presente caso, contudo, o segundo reclamado não atendeu regularmente às disposições em comento, pois transcreveu, noiníciodas razões recursais, o inteiro teor dos tópicos recorridos, fls. 507/510, sem destacar as teses jurídicas controvertidas e sem reproduzir, nos tópicos próprios, os trechos correspondentes a cada qual, não realizando, ademais, o necessário cotejo analítico.
Além disso, havendo pluralidade de matérias debatidas no recurso de revista, não cabe ao julgador pinçar das razões recursais os trechos extraídos do acórdão regional e cotejá-los com os diversos argumentos trazidos no apelo. Tal ônus incumbe à parte, como expressamente previsto nas supracitadas disposições consolidadas. Nesse sentido os seguintes julgados, inclusive deste Relator, in verbis:

"AGRAVO.AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/17. TERCEIRIZAÇÃO. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ENQUADRAMENTO SINDICAL. HORAS EXTRAS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. TRANSCRIÇÃO DOS TRECHOS REPRESENTATIVOS DO ACÓRDÃO REGIONAL NO INÍCIO DAS RAZÕES RECURSAIS. INOBSERVÂNCIA DO PRESSUPOSTO RECURSAL CAPITULADO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. NÃO DEMONSTRADA A TRANSCENDÊNCIA DO RECURSO. Impõe-se confirmar a decisão agravada, porquanto, não demonstra transcendência o recurso de revista que não observa pressuposto intrínseco de admissibilidade recursal (art. 896, § 1º-A, I, da CLT)." (Ag-AIRR-439-15.2019.5.17.0012, 1ª Turma, Relator Desembargador Convocado: Marcelo Lamego Pertence, Data de Publicação: DEJT 28/05/2021).

"AGRAVO. DESERÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO. GRUPO ECONÔMICO. NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA POR FUNDAMENTO DIVERSO. NÃO PROVIMENTO. O artigo 896, § 1º-A, I, da CLT exige que a parte recorrente transcreva otrechodo acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, sob pena de não conhecimento do seu apelo. Na hipótese , examinando as razões do recurso de revista, constata-se que a agravante procedeu àtranscriçãode parte dos fundamentos objeto do apelo, o fazendo noiníciodas razões do recurso de revista, deslocado dos tópicos impugnados, o que não atende ao requisito previsto no dispositivo. Agravo a que se nega provimento." (Ag-AIRR-1195-65.2016.5.12.0045, 4ª Turma, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos,Data de Publicação: DEJT 31/01/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. LEI 13.015/2014. NULIDADE DA EXECUÇÃO POR AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. EXCESSO DE PENHORA. Atranscriçãodetrechodo acórdão recorrido noiníciodas razões do recurso de revista, sem correlação com todos os temas objeto do recurso de revista, não atende ao requisito de admissibilidade previsto no art. 896, § 1º-A, I e III, da CLT. Agravo de instrumento desprovido." (AIRR-254600-69.2005.5.01.0321, 6ª Turma, Relator Ministro: Aloysio Corrêa da

Veiga,Data de Publicação: DEJT 14/02/2020).

Ante a inobservância dos requisitos formais, resta inviabilizada a devolução das controvérsias ao exame deste Tribunal.
Diante do exposto,nego seguimentoao agravo de instrumento, com amparo no art. 118, X, do RITST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0020245-20.2020.5.04.0511

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	Dr. Marlon Brum
Procuradora	Dra. Rebeca Santos Machado
Agravado	DULCINEIA ESCOBAR DOS SANTOS
Advogado	Dr. Reciâni Ereno Sansonowicz(OAB: 72166-A/RS)
Agravado	JL SOLUCOES EM SERVICOS DE PORTARIA E LIMPEZA LTDA
Advogado	Dr. Fabiana Zysko(OAB: 67542-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DULCINEIA ESCOBAR DOS SANTOS
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- JL SOLUCOES EM SERVICOS DE PORTARIA E LIMPEZA LTDA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 476/483) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 455/461).
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não provimento do agravo de instrumento (fls. 495/500).
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 30/06/2021 e apelo protocolado em 06/07/2021), sendo inexigível o preparo.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão

regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"A reclamada não cumpriu sua obrigação de fiscalizar a hipótese de realocação ou de assegurar o pagamento das verbas rescisórias." (fls. 432).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST, razão por que incide sobre o caso o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100107-80.2019.5.01.0245

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	DOCK BRAS ESTALEIROS LTDA.
Advogada	Dra. Vanessa Orlanda da Fraga Gomes(OAB: 179458/RJ)
Advogado	Dr. Rafael Gonçalves(OAB: 130700-A/RJ)
Agravado	PEDRO ANTERO DA SILVA
Advogado	Dr. Édson Corrêa da Costa(OAB: 123548-A/RJ)
Advogado	Dr. Patricia Cristina Rogonsky da Costa(OAB: 115649-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DOCK BRAS ESTALEIROS LTDA.
- PEDRO ANTERO DA SILVA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 437/445) interposto pela reclamada contra a decisão de fls. 433/434, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às fls. 568/573 e 574/780, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 167) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 01/06/2021 e apelo protocolado em 10/09/2020), estando regular o preparo.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "NULIDADE DA SENTENÇA. JUNTADA DE DOCUMENTO. PRECLUSÃO", "HORAS EXTRAS" e "MULTA POR OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS".

Quanto ao primeiro tópico, a reclamada pugna pela anulação da decisão proferida nos autos. Sustenta que o reclamante apresentou documento após o prazo de réplica, de forma que houve preclusão. Assevera que a confissão do reclamante não foi levada em consideração na análise do conjunto probatório. Alega ofensa aos artigos 5º, LV, da Constituição Federal, 787 e 845 da CLT e 435 do CPC.
De plano, afasta-se a alegação de violação do artigo 435 do CPC, porquanto não indicado o dispositivo tido por violado (caput ou parágrafo), com fulcro na Súmula 221 do TST.
No mais, o Regional consignou que:

"A Recorrente aponta nulidade da sentença ao argumento de que o Juízo Sentenciador fundamenta a decisão em documento trazido pelo Obreiro (Id. befl6c6) após a preclusão da prova documental, e mesmo após a réplica apresentada pela Empresa.
O Demandante postula diferenças salariais pela não observância do piso normativo de "trabalhador qualificado". A FRE Id. 733a99a indica que o Obreiro foi contratado para exercer os misteres de "esmerilhador - CBO 821450".
A discussão nuclear é se o empregado "esmerilhador" enquadra-se no conceito de "trabalhador qualificado".
Em consulta à Tabela de Ocupações do TEM (...), verifica-se que, para trabalhar como "esmerilhador" é preciso ensino médio concluído e curso técnico na área de atuação oferecido por instituições de formação profissional ou escolas técnicas. E o pleno desempenho das atividades ocorre entre um e dois anos de experiência.
Pela necessidade de prévio curso técnico, o empregado "esmerilhador" é um trabalhador qualificado.
O documento Id. befl6c6 é uma declaração emitida pelo Sindicato Profissional, nos seguintes termos:
"Declaro para os devidos fins que de acordo com nossa convenção coletiva de trabalho, qualquer profissão da Categoria Metalúrgica registrada na CTPS do trabalhador, que não seja nas funções de ajudante ou meio oficial, estão serão consideradas profissionais, principalmente as que os trabalhadores operam equipamentos. (...)".
Ainda que o documento Id. befl6c6 não estivesse nos autos (ou fosse deles retirado), a mera leitura das especificações inerentes à CBO 821450 faz concluir que o Obreiro é "trabalhador qualificado", haja vista a necessidade de curso técnico para o desempenho dos misteres de "esmerilhador". Portanto, não há nulidade a declarar." (fls. 401/402 - g. n.).

Como se verifica, o documento contra o qual se insurge a reclamada e a suposta confissão do reclamante não influíram no convencimento do Regional, o qual baseou sua decisão na Tabela de Ocupações do TEM e nas especificações do CBO 821450.
Dessa forma, não se verifica a nulidade apontada, de forma que não há falar em destrancamento do recurso de revista.
Em relação aos demais temas, interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente, sob pena de não conhecimento do apelo, deve indicar precisamente o trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, devendo, ainda, impugnar todos os fundamentos jurídicos do julgado, "(...) inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte", conforme determina o artigo 896, § 1º-A, I e III, da CLT.
No caso dos autos, porém, a reclamada não atendeu regularmente às disposições em comento.
Com efeito, quanto à "Multa por oposição de embargos de

declaração protelatórios", a reclamada não transcreveu o trecho em que aplicada a referida multa, limitando-se a indicar o seguinte excerto, às fls. 551/552: "é desnecessário o exame de todas as questões trazidas pela Embargante, por não estar o Juízo obrigado a refutar cada elemento de prova e cada tese apresentada pela parte, se o fundamento da decisão torná-las irrelevantes, seja porque estão implicitamente afastadas, seja por serem contraditórias com o fundamento da decisão.".
Já quanto às "Horas extras", transcreveu, no início das razões recursais (fls. 550/551), os trechos dos tópicos impugnados, sem realizar, no tópico próprio, o necessário cotejo analítico.
Assim, havendo pluralidade de matérias debatidas no recurso de revista, não cabe ao julgador pinçar das razões recursais os trechos extraídos do acórdão regional e cotejá-los com os diversos argumentos trazidos no apelo. Tal ônus incumbe à parte, como expressamente previsto nas supracitadas disposições consolidadas. Nesse sentido, citem-se os seguintes julgados:

"(...) II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA ALUMINI ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECURSO DE REVISTA. LEI Nº13.015/2014. SUMARÍSSIMO. DEVOLUÇÃO DOS DESCONTOS SALARIAIS. HORAS EXTRAORDINÁRIAS - VALIDADE DO BANCO DE HORAS. INTERVALO INTRAJORNADA. A Lei 13.015/2014 impôs, além da indicação do trecho da decisão recorrida, a necessidade do cotejo analítico entre a decisão e os artigos indicados como violados, bem como o confronto dos fundamentos da decisão com a divergência colacionada (incisos I, II e III do artigo 896-§ 1º-A). In casu , a agravante se insurgiu quanto à devolução dos descontos salariais, às horas extraordinárias - validade do banco de horas e ao intervalo intrajornada. Os respectivos trechos do v. acórdão regional, contudo, foram transcritos globalmente e em conjunto, no início das razões recursais, e não separadamente e em destaque em cada uma das matérias objeto de insurgência recursal. Ainda, as matérias atinentes às horas extraordinárias e ao intervalo intrajornada se encontram em um mesmo tópico, com suas alegações formuladas em conjunto, dificultando a sua compreensão. Constata-se, portanto, que a agravante, nas razões do recurso de revista, procedeu à transcrição deficiente de trechos do v. acórdão regional, pois não indicou, separadamente e em destaque, cada um dos trechos da decisão regional quanto a cada matéria objeto de insurgência recursal, em descumprimento ao art. 896, § 1º-A, I, II e III, da CLT (incluído pela Lei nº 13.015/2014). Ao assim fazer, a agravante prejudicou o cotejo analítico entre a decisão e os artigos indicados como violados e os verbetes apontados como contrariados (incisos I, II e III do § 1º-A do art. 896 da CLT). Agravo de Instrumento a que se nega provimento." (TST-AIRR-554-27.2015.5.23.0071, 2ª Turma, Rel.ª Min.ª Maria Helena Mallmann, DEJT de 21/02/2020).

"RECURSO DE REVISTA DA TERCEIRA RECLAMADA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. TRANSPORTE DE CARGAS. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCENDÊNCIA. NÃO RECONHECIDA. NÃO CONHECIMENTO. O artigo 896, § 1º-A, I, da CLT exige que a parte recorrente transcreva o trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, sob pena de não conhecimento do seu apelo. Sobre o mencionado dispositivo, esta Corte Superior tem firmado entendimento de ser necessário que a parte recorrente transcreva os trechos da decisão regional que consubstanciam o prequestionamento das matérias objeto do recurso de revista, promovendo o cotejo analítico entre os dispositivos legais e constitucionais invocados ou a divergência jurisprudencial noticiada e os fundamentos adotados pela Corte de Origem, não sendo suficiente a mera menção às folhas do acórdão regional nem a transcrição integral e genérica da decisão recorrida nas razões do recurso de revista. Na hipótese , constata-se pelo exame do recurso de revista interposto pela terceira reclamada que ela discorre sobre as matérias recursais, porém, limita-se a transcrever os trechos da decisão recorrida tidos por prequestionados no inicio do apelo, dissociadas das razões recursais quanto aos temas impugnados, o que desserve ao fim colimado, porquanto não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT. Precedentes. Não havendo a parte recorrente se desincumbido de tal ônus processual, inviável o processamento do recurso de revista, porquanto a ausência de transcrição dos trechos específicos que consubstanciam o prequestionamento é suficiente para afastar a transcendência da causa. Recurso de revista de que não se conhece. (...)" (TST-RR-1001045-59.2019.5.02.0039, 4ª Turma, Rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT de 06/08/2021).

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. RECLAMADA. HORAS EXTRAS. REFLEXOS DAS HORAS EXTRAS NAS FÉRIAS E NO 13º SALÁRIO. COMPENSAÇÃO DE JORNADA NO REGIME 14X21. HORAS EXTRAS. REPOUSO SEMANAL REMUNERADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INOBSERVÂNCIA DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. 1 - A decisão monocrática negou provimento ao agravo de instrumento porque não atendidos os pressupostos de admissibilidade do recurso de revista previstos no art. 896, § 1º-A, da CLT, ficando prejudicada a análise da transcendência. 2 - Ao interpor recurso de revista, a reclamada denominou as matérias impugnadas como "DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO - FOLGA SUPRIMIDA - AFRONTA À SUMULA 85 DO E. TST E AO ART. 767 DA CLT C/C ART. 884 DO CODIGO CIVIL" e "REFLEXOS DAS HORAS EXTRAS NAS FÉRIAS E NO 13º SALÁRIO", oportunidade em que transcreveu fragmentos de uma decisão que não correspondiam ao acórdão proferido pelo TRT, conforme ressaltado na decisão monocrática agravada. E quanto ao tema intitulado de 'HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS', a parte não transcreveu excerto algum do acórdão proferido pela Corte regional. 3 - E ainda que se considere a alegação da parte recorrente, de que transcreveu no início do seu recurso de revista trechos que correspondem ao acórdão do TRT, subsiste que a transcrição em conjunto de excertos do acórdão recorrido quanto às matérias objeto de impugnação, sem destaque dos trechos controversos e sem vinculação individual posterior das teses impugnadas, não atende à exigência legal inserta no art. 896, § 1º-A, I, da CLT. 4 - No caso concreto não se aplica multa, pois a decisão monocrática é mantida com acréscimo de fundamentos que demonstram ser pertinente a cautela da parte na interposição de agravo para obter o pronunciamento do colegiado sobre a matéria discutida em juízo. 5 - Agravo a que se nega provimento" (TST-Ag-AIRR-101282-82.2016.5.01.0482, 6ª Turma, Rel.ª Min.ª Katia Magalhaes Arruda, DEJT de 06/08/2021).

Ante a inobservância dos requisitos formais, resta inviabilizado o destrancamento do recurso de revista interposto pela reclamada. Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0011257-48.2019.5.15.0152

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	Dra. Flávia Maria Silveira Souza Ferro
Agravado	AMBIENTAL SISTEMAS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRELI
Advogado	Dr. Geroncio Oliveira Moreira(OAB: 158297-D/SP)
Agravado	MARIA CLARA IGNACIO ROCHA
Advogado	Dr. Evandro Xavier Lira(OAB: 323338-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMBIENTAL SISTEMAS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRELI
- ESTADO DE SÃO PAULO
- MARIA CLARA IGNACIO ROCHA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 358/364) interposto em face da decisão (fls. 346/349) do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região que denegou seguimento ao recurso de revista.
Não houve apresentação de contrarrazões ao recurso de revista, nem de contraminuta ao agravo de instrumento.
Os autos foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho, que oficiou pelo conhecimento e desprovimento do agravo de instrumento (fls. 379/382).
Os recursos foram subscritos por profissionais regularmente habilitados e interpostos tempestivamente (decisão de denegatória em 12/07/2021 e apelo protocolado em 13/07/2021), inexigível o preparo.
É o relatório.
Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade do agravo de instrumento, dele conheço.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada. Afirma que não há como responsabilizar a Administração Pública pelos débitos trabalhistas de responsabilidade da empresa contratada, uma vez que a inadimplência não transfere automaticamente a responsabilidade pelo pagamento. Sustenta que a condenação foi definida de forma contrária ao disposto no julgamento do RE 760.931, no que tange ao ônus probatório , o qual deve recair sobre o autor da reclamação e, apenas, de forma excepcional, em caso de comportamento culposo da Administração, é que se poderia cogitar a responsabilidade subsidiária. Destaca violação aos arts. 71, §1º da Lei n.º 8.666/93, 102, §2º da CF, 818, I da CLT e 373 e 927, I e III do CPC, além de apresentação de dissenso jurisprudencial.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, §

1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Todavia, no curso da instrução, esses fatos vieram à baila. A r. sentença condenou a empregadora em diversas verbas sonegadas no decorrer da contratualidade, inclusive decorrentes da rescisão do pacto de trabalho e o ente público não apresentou documentação capaz de demonstrar a efetiva fiscalização sustentada.
Desse modo, entendo que a parte autora demonstrou cabalmente a conduta culposa do ente público no cumprimento das obrigações da Lei n. 8.666/1993, especialmente a negligência na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora.
Registro, assim, que a declaração da responsabilidade subsidiária do ente público tomador dos serviços não se deu por mera presunção ou por inversão do ônus da prova, decorrente do princípio da aptidão para a prova, imputando ao ente público o ônus de demonstrar a efetiva fiscalização do contrato firmado com a prestadora.". sem grifo no original (fls. 242).

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à

luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.

Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0011858-45.2018.5.03.0048

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	NESTLÉ BRASIL LTDA.
Advogado	Dr. Luciana Nunes Gouvêa(OAB: 77575-A/MG)
Agravado	ANDRESSA MITIKO MOURA HAYASHIDA
Advogado	Dr. Abelardo de Oliveira Flôres(OAB: 79889-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRESSA MITIKO MOURA HAYASHIDA
- NESTLÉ BRASIL LTDA.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.

Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Transcendência.

Nos termos do art. 896-A, § 6º da CLT, não compete aos Tribunais Regionais, mas exclusivamente ao TST, examinar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

Duração do Trabalho / Horas Extras / Contagem de Minutos Residuais.

Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada / Intervalo 15 Minutos Mulher.

Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, nem contrariedade com Súmula de jurisprudência uniforme do TST ou Súmula Vinculante do STF, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei

federal e/ou da Constituição da República, como exigem as alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT.
No tema minutos residuais, a Turma julgadora decidiu em sintonia com a Súmula366 do TST, de forma a sobrepujar os arestos válidos que adotam tese diversa e afastar as violações apontadas. Não ensejam recurso de revista decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (§ 7º do art. 896 da CLT e Súmula 333 do TST).
No tema supracitado bem como nos temas intervalo do art. 384 da CLT e honorários de sucumbência, a teseadotada pela Turma traduz, no seu entender, a melhor aplicação que se pode dar aosdispositivoslegais pertinentes, o que torna inviável o processamento da revista, além de impedir o seuseguimento por supostas lesões à legislação ordinária.
O acórdão recorrido está lastreado em provas. Incabível, portanto, o recurso de revista para reexame de fatos e provas, nos termos da Súmula 126 do TST.
É também imprópria a alegada afronta ao princípio da legalidade (inciso II do art. 5º da CR) quando a sua verificaçãoimplica rever a interpretação dada pela decisão recorridaa normas infraconstitucionais (Súmula 636 do STF).
Aanálise da matéria suscitada no recurso não se exaure na Constituição, exigindo que se interprete o conteúdo da legislação infraconstitucional. Por isso, ainda que se considerasse a possibilidade de ter havido violação ao texto constitucional, esta seria meramente reflexa, o que não justifica o manejo do recurso de revista, conforme reiteradas decisões da SBDI-I do TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista."

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "horas extras-contagem minuto a minuto", "horas extras-intervalo art. 384 da CLT" e "honorários sucumbenciais", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126 e 333 do TST e 636 do STF e no art. 896, § 7º e c, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Registre-se, por oportuno, que, em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos artigos 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e que já foi deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais. Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional, no particular.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0020289-28.2020.5.04.0741

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradora	Dra. Adriana Menezes de Simão Kuhn
Agravado	NEUSA NATIVIDADE RAMOS DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Luiz Henrique Menegon Dutra(OAB: 81614-A/RS)
Advogado	Dr. Luciano da Cas Sima(OAB: 54193-A/RS)
Agravado	WORK SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI
Advogada	Dra. Giovana Scapini Thomas(OAB: 97911-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- NEUSA NATIVIDADE RAMOS DE OLIVEIRA
- WORK SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 348/355) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 344/347).
Contraminuta e contrarrazões ao recurso de revista não foram apresentadas.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo não provimento do agravo de instrumento, fls. 367/373.
É o relatório.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 02/08/2021 e apelo protocolado em 24/08/2021), sendo inexigível o preparo.
Primeiramente, importa destacar que quanto ao requerimento parasuspensãoprocessual (fls. 1.602) por aderência com objeto de repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal, na

sessão plenária do dia 11/12/2020, nos autos do RE nº 1.298.647,indefiro o pedido dada a inexistência de ordem expressa do STF nesse sentido.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"No caso em tela, analisando a documentação trazida pela ora recorrente, noto que havia certa fiscalização do cumprimento das obrigações, tendo sido trazido aos autos, exemplificativamente, recibos de pagamento de salário; recibo de vale alimentação; cartões ponto; comprovante de pagamento das verbas rescisórias. Ocorre que a fiscalização, apesar de ampla, não era efetiva, cumprindo apenas os requisitos formais (e não materiais) quanto às relações empregatícias, tanto que, embora a tomadora tenha acostado aos autos o respectivo comprovante das verbas rescisórias, o pagamento apenas ocorreu após o ajuizamento desta reclamatória.
Assim, em face dessa fiscalização ineficiente, a recorrente acabou por, indiretamente, compactuar com o não pagamento dos direitos devidos ao reclamante que foram reconhecidos neste feito. A assunção do risco acarreta, de forma específica, a configuração da culpa exigida para a responsabilização do Ente Público."(fls. 309 - g.n.)

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na constatação de ineficácia da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL

FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de

serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0011702-04.2019.5.18.0081

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ATACADÃO S.A.
Advogado	Dr. Oséias Nascimento de Oliveira(OAB: 23189-A/DF)
Agravado	JUSCELINO DE SOUSA BARBOSA
Advogado	Dr. Rafael Rodrigues Caetano(OAB: 33761-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATACADÃO S.A.
- JUSCELINO DE SOUSA BARBOSA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho (fls. 566/567), que denegou seguimento ao seu recurso de revista.
Contrarrazões e contraminuta apresentadas (fls. 585/593).
Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho por força do RITST.
É o relatório.
Satisfeitos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade do apelo, conheço do apelo.
Inicialmente, saliento que a decisão prolatada no exercício do primeiro juízo de admissibilidade não vincula este juízo, de modo que não há qualquer prejuízo à parte.
Trata-se de recurso de revista sob o rito sumaríssimo, no qual a parte recorrente deve indicar violação direta e literal a dispositivo da Constituição Federal ou contrariedade a enunciado de jurisprudência do TST ou a Súmula Vinculante do STF, nos moldes do art. 896, § 9º, da CLT e da Súmula 442 do TST.
A insurgência recursal diz respeito aos temas "DIFERENÇAS SALARIAIS" e "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE".
No que se refere ao primeiro tema, tendo o Regional mantido a sentença por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 895, § 1º, IV, da CLT, caberia à parte agravante transcrever o trecho da sentença referente ao tema então discutido e que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo.
No caso, todavia, verifico que a parte agravante deixou de transcrever os trechos da sentença que reflitam os fundamentos nos quais o julgador se apoiou para proferir a decisão, o que não basta ao cumprimento da exigência legal inserta no art. 896, 1º-A, I, da CLT.
Assim, não tendo a parte agravante se eximido do ônus que lhe competia, resta inviável o processamento do recurso de revista.
Quanto ao segundo tema, verifico que a reclamada não alegou validamente contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, nem violação direta da Constituição da República, restando, pois, desfundamentado o recurso de revista, à luz do art. 896, § 9º, da CLT e da Súmula 442 do TST.
Por outro lado, as matérias em epígrafes não escapam do exame da legislação infraconstitucional que as disciplinam, de modo que eventual violação do art. 8º, III, da Constituição da República, seria meramente reflexa, e não direta como exige o artigo 896, § 9º, da CLT.
Desse modo, não tendo a recorrente atendido aos requisitos de admissibilidade do apelo, é manifestamente inadmissível o recurso de revista interposto.
Nesse contexto, DENEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº RRAg-0100615-49.2017.5.01.0066

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante e Recorrente	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S.A.
Advogado	Dr. Andre Gustavo Salvador Kauffman(OAB: 168804-A/SP)
Agravado e Recorrido	WILLIAM PORTELA VIEIRA
Advogado	Dr. Rafael Alves Góes(OAB: 182642/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S.A.
- WILLIAM PORTELA VIEIRA

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 724/732) interposto pela reclamada contra a decisão de fls. 706/707, mediante a qual foi denegado parcial seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às fls. 739/744.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 03/06/2020 e apelo protocolado em 12/06/2020), estando regular o preparo.

A discussão travada nos autos prende-se ao tema "HORAS EXTRAS".
Na espécie, a reclamada sustenta, em síntese, que não há prova hábil a invalidar os cartões de ponto apresentados. Alega divergência jurisprudencial respeito do tema e ofensa ao artigo 818 da CLT.
O Regional entendeu que "Não foram colacionados os cartões de ponto do reclamante, e tal circunstância desrespeita o art. 74, § 2º, da CLT, e atrai a incidência da Súmula 338, I, do C. TST. A jornada declinada na inicial tem mera presunção de ser verdadeira, diante da ausência dos controles de ponto, o que significa que pode ser elidida por prova em contrário. (...) O depoimento prestado não foi capaz de elidir a presunção de veracidade da jornada declinada na peça de ingresso, pois a testemunha disse que não se recordava dos horários do autor, e informou apenas a jornada contratual; além disso, disse que ficava na sede e não via o gozo do intervalo. Logo, a prova é fraca para demonstrar a jornada do demandante." (fls. 667/668).
Assim, de plano, verifico que a pretensão recursal encontra-se em conformidade com as Súmulas 126 e 338, I, do TST, porquanto não houve prova capaz de elidir a presunção de veracidade da jornada indicada na petição inicial.
Dessa forma, à luz da Súmula 333 do TST, tem-se por inviável o processamento do recurso de revista.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.

II - RECURSO DE REVISTA

Trata-se de recurso de revista (fls. 685/701) interposto pela reclamada contra o acórdão de fls. 706/707 oriundo do TRT da 1ª Região.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às fls. 739/744.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente (acórdão publicado em 23/10/2019 e apelo protocolado em 31/10/2019), estando regular o preparo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. MANUTENÇÃO DE ELEVADORES".
A reclamada sustenta, em síntese, que o adicional pleiteado é apenas devido àqueles que trabalham em contato com o sistema elétrico de potência, o que não é o caso do reclamante, que labora com manutenção de elevadores. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema.
O Regional consignou:

"Em recurso, o reclamado pretende enquadrar o autor no item 2a, supratranscrito, afirmando que os equipamentos eram desenergizados e sem possibilidade de energização acidental. Diz, também, que não é devido o adicional para quem não labora com SEP.
Conforme se lê da NR acima, é possível o pagamento do adicional também para quem labora com SEC, nas condições ali estabelecidas.
Superado o argumento, passo ao labor em SEC com baixa tensão e com equipamentos desenergizados e sem possibilidade de energização acidental.
Não há prova do alegado pelo réu nos autos, sendo que o perito informou justamente o oposto em seu laudo. Não há provas de que foram entregues ao autor equipamentos suficientes e necessários para impossibilitar a energização acidental.
Por outro lado, a testemunha indicada pelo reclamado em seu depoimento confirmou que o autor laborava com equipamentos energizados ("que na maior parte das vezes ao fazer o conserto do elevador o técnico avançado faz o serviço com a energia ligada", fl. 596 do pdf), e, mais uma vez, não há provas de que houvesse equipamento apropriado ao trabalho com eletricidade devidamente isolado para o uso em instalações energizadas com baixa tensão.
O perito, respondendo à impugnação do réu afirmou que (fl. 583 do pdf): "Do caso em tela, ante a existência do perigo de acidentes com energia elétrica de baixa tensão em sistema elétrico de consumo, a falta de material apropriado para desenergizar o sistema com bloqueio contra o religamento automático ou acidental, ou na impossibilidade deste, para implementar outras medidas de proteção coletiva (sinalização, sistema de seccionamento automático de alimentação, entre outros), tautócrono a carência de ferramentas e equipamentos apropriados ao trabalho com eletricidade, devidamente isolados para o uso em instalações energizadas com baixas tensões, a probabilidade da ocorrência de caso infortúnio aumenta, tornando o risco potencial e acentuado".
Portanto, comprovado está que o autor desenvolvia suas atividades exposto ao risco, na forma como prevê a NR acima transcrita, e sem as excludentes que lhe retirariam o direito ao adicional.
Devido, portanto, o adicional de periculosidade." (fls. 672/673 - g. n.).

Como se verifica, o reclamante fazia a manutenção de elevadores em estado energizado, sem provas de fornecimento de equipamentos apropriados para serviço em contato com eletricidade.
Diante dessas premissas (Súmula 126 do TST), a tese adotada pelo Regional encontra-se em conformidade com a jurisprudência desta Corte, consubstanciada na Orientação Jurisprudencial 324 da SbDI-1 ("É assegurado o adicional de periculosidade apenas aos empregados que trabalham em sistema elétrico de potência em condições de risco, ou que o façam com equipamentos e instalações elétricas similares, que ofereçam risco equivalente, ainda que em unidade consumidora de energia elétrica." - g. n.).
Assim, tem-se por inviável o processamento do recurso de revista interposto pela reclamada.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente recurso de revista, com fulcro nos artigos 896, § 14, da CLT e 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1000832-76.2020.5.02.0311

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procuradora	Dra. Suzana Klibis
Agravado	JOSE CARLOS DAS NEVES
Advogado	Dr. Michael de Andrade Silva(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE CARLOS DAS NEVES
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Denegado seguimento ao recurso de revista pelo Tribunal Regional de origem, o reclamado interpõe agravo de instrumento.
Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões, fls. 353/368 e 335/352, respectivamente.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo prosseguimento do feito, ressalvando eventual pedido de intervenção por ocasião do julgamento da causa, fls. 374.
É o relatório.
Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema renovado "FÉRIAS. QUITAÇÃO INTEMPESTIVA. PAGAMENTO EM DOBRO".
Primeiramente, oMunicípioreclamado alega que a matéria ora discutida, aplicação da Súmula 450 do TST, é objeto de análise pelo STF nos autos da ADPF nº 501, assim como pelo Pleno desta Corte no processo TST-E-RR-10128-11.2016.5.15.0088, motivo pelo qual requer osobrestamentodo feito até a prolação de decisão definitiva.
De plano, cumpre ressaltar que o simples processamento da ADPF pelo STF não leva a suspensão dos processos relacionados à Súmula 450 do TST, na medida em que a determinação desobrestamento, contida no art. 1.036, § 1º, do CPC/2015, destina-se apenas aos recursos extraordinários strictu sensu, de modo que não há impedimento para que se prossiga no julgamento dos processos no âmbito dos Órgãos colegiados desta Corte.
Em relação ao processo TST-E-RR-10128-11.2016.5.15.0088, cujo julgamento na SBDI foi suspenso e enviado para apreciação da questão no âmbito do Tribunal Pleno do TST (acórdão publicado em 08/04/21), verifico que a questão ali discutida possui elementos fáticos distintos do caso ora julgado, qual seja, afastar a aplicação da Súmula 450 às situações de atraso ínfimo, conferindo-lhe, assim, interpretação restritiva, o que, não se verifica na hipótese dos autos.
Com relação à matéria em discussão, o reclamado insurge-se contra a condenação ao pagamento emdobrodeférias usufruídas pelo reclamante.
O Regional, em sua decisão, registrou que:

"Restou incontroverso no feito que as férias do período aquisitivo 2015/2016 foram gozadas fora do prazo concessivo (Id f1194ba), o que atrai a aplicação do disposto no art. 137 da CLT ("Sempre que as férias forem concedidas após o prazo de que trata o art. 134, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração").
Em relação aos demais períodos, o recorrente não negou que as férias do reclamante foram pagas de forma parcelada, limitando-se apenas a argumentar que o pagamento fora do prazo não gera direito à remuneração em dobro pelo princípio da legalidade, estabelecido no art. 5º, II, da Constituição Federal, porque o pedido do autor não se encontra amparado em lei. Isto porque, o art. 137 da CLT prevê o pagamento em dobro apenas no caso de não concessão das férias ao empregado, o que não é o caso.
O apelo não merece acolhimento.
As férias anuais remuneradas constituem direito fundamental expressamente albergado pela Carta Magna, como se nota do art. 7º, XVII, da CF/1988. O Poder Constituinte fez expressa referência ao termo "remuneradas" por ter ciência de que, neste período de descanso, há maior dispêndio financeiro por parte do trabalhador que sai de sua rotina ordinária para viajar, quitar despesas, realizar novas aquisições ou, simplesmente, usufruir do convívio social.
A fim de que tais propósitos sejam alcançados, previu o legislador a necessidade de respeito a determinados prazos, tanto para a concessão quanto para o pagamento das férias, como se nota dos arts. 134 e 145 da CLT.
Nos termos do artigo 145, da CLT, "o pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período".
Na hipótese vertente, a documentação carreada ao feito é bastante clara em indicar que o Município reclamado efetuou o pagamento das férias de forma fracionada, ou seja, fora do prazo previsto no artigo 145, da CLT, constatação esta que, por si só, atrai o entendimento consagrado na Súmula nº 450, do C. TST, in verbis: "Férias. Gozo na época própria. Pagamento fora do prazo. Dobra devida. Arts. 137 e 145 da CLT.
É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal".
O entendimento jurisprudencial nela contido traduz, na verdade, apenas o uso do dever-poder inerente à função jurisdicional trabalhista previsto no art. 8º da CLT, que impõe a aplicação da analogia como forma de integração do ordenamento jurídico, na falta de disposições legais, buscando as fontes alternativas do direito. Tal entendimento se escora no princípio da proteção do trabalhador, não se tratando de criação de norma inexistente, vale dizer, a súmula em questão não traz nenhuma ofensa ao princípio da reserva legal (Constituição da República, Artigo 5º, inciso II), tampouco ao disposto no §2º do art. 8º, da CLT, introduzido pela Lei n.º 13.467/2017.
Cumpre destacar que, ainda que não existisse referida Súmula do C. TST, este sempre foi meu entendimento, pois a violação aos arts. 134 e 145 da CLT, frusta o direito constitucional ao pleno gozo das férias e a dobra prevista pelo art. 137 da CLT compensa o trabalhador pelo dano sofrido e sanciona o empregador pela ilicitude cometida.
Assim, ainda que gozadas as férias em época própria, não observando o empregador o prazo legal para a correspondente quitação, a remuneração deve ser paga em dobro. Nem se alegue que se tratou de atraso mínimo, eis que a reclamada efetuava o pagamento sempre de forma parcelada, com adiantamento no dia 15, e o restante no último dia útil do mês." (fls. 279/281 - g.n.)

A matéria ora debatida já se encontra pacificada na Súmula 450 do TST, sem nenhuma peculiaridade que pudesse justificar a sua não aplicação. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Nesse contexto, nego provimento ao agravo de instrumento com fulcro no art. 118, X, do RITST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100901-42.2016.5.01.0040

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante e Agravado	PAULO FRANCISCO DOS SANTOS FILHO

Advogado	Dr. Jackson Batista de Oliveira(OAB: 85042-A/RJ)
Advogada	Dra. Luciana Ribeiro Teixeira(OAB: 94279-D/RJ)
Agravante e Agravado	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	Dr. Raphael Restum de Souza(OAB: 135084-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- PAULO FRANCISCO DOS SANTOS FILHO

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO RECLAMADO

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.241/1.253) interposto pelo reclamado contra a decisão de fls. 1.235/1.236, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta apresentada às fls. 1.282/1.286.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 11/09/2019 e apelo protocolado em 23/09/2019), estando satisfeito o preparo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "VALE TRANSPORTE. BASE DE CÁLCULO".
O reclamado, em síntese, sustenta que a base de cálculo do vale transporte é o salário básico, entendido aquele sem qualquer adicional ou gratificação de caráter transitório. Alega ofensa aos artigos 5º, LV, e 7º, XXVI, da Constituição Federal.
O Regional entendeu que

"Alega o réu que realizou o desconto do vale-transporte no percentual de 4% sobre o salário base (compreendendo este o ordenado, gratificação de função e adicional por tempo de serviço), inexistindo diferenças a serem pagas.
As normas coletivas da categoria estabelecem que o banco irá arcar com o pagamento do vale transporte no que exceder a 4% do salário básico do empregado, observado o disposto na Lei 7418/85.
A questão cinge-se sobre a base em que realizado o desconto. O reclamado entende que o salário base se refere a remuneração fixa, o que é equivocado. A Lei 7418/85 se refere ao salário básico como sendo o piso normativo ou salário mínimo, no caso do bancário, o ordenado. A norma coletiva quando pretendeu incluir outras parcelas o fez expressamente, como quando menciona o pagamento de horas extras e gratificação de função, a guisa de exemplo, cita-se as cláusulas 8º e 11º da CCT 2014/2015 (fls. 345/346).
Há de se registrar que até março de 2013, inclusive, os descontos eram efetuados considerando as parcelas fixas, conforme reconhecido pelo réu. Somente a partir de abril de 2013, quando o ordenado passou para R$1.519,00 é que o empregador passou a respeitar parcialmente as disposições das normas coletivas, correspondendo o desconto a 4% do salário base (fl. 623), assim entendido como sendo apenas o ordenado do trabalhador, para fins de desconto do vale-transporte. Entretanto, observa-se que em fevereiro de 2016, quando o ordenado pago foi de R$658,70, o desconto a esse título foi realizado tendo por parâmetro o salário do mês anterior, R$1976,10, sendo a dedução de R$75,00, quando deveria ser de R$24,34,
Portanto, há diferenças a serem restituídas ao trabalhador para os meses em que realizado o desconto em valor maior que o estipulado em norma coletiva, não merecendo reparos a sentença." (fls. 1.170).

Diante dessas premissas, verifico que entender de modo diverso esbarra no óbice da Súmula 126 do TST, porquanto demandaria em revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos.
Dessa forma, tem-se por inviável o destrancamento do recurso de revista.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO RECLAMANTE

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.257/1.271) interposto pelo reclamante contra a decisão de fls. 1.235/1.237, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às fls. 1.278/1.281.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 11/09/2019 e apelo protocolado em 23/06/2019), sendo inexigível o preparo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "DIFERENÇAS SALARIAIS. VERBA DE REPRESENTAÇÃO".
O reclamante pugna pela condenação do reclamado ao pagamento de diferenças salariais. Sustenta que o reclamado não comprovou que eram requisitos necessários para o recebimento da verba possuir mandato e ser gerente geral ou regional. Assevera que comprovou que outros funcionários com situação parecida recebiam a verba, de forma que foi discriminado, desvencilhando-se do seu ônus probatório. Alega ofensa aos artigos 444 e 843 da CLT, 373, II, do CPC e 818 da CLT.
No acórdão consta que:

"O autor não ataca os fundamentos da sentença. O pedido foi julgado improcedente diante da confissão do autor de que desconhecia quem recebia a verba e quais os critério para pagamento da rubrica.
Inobstante, ante a atual redação da Súmula 442, TST, passa-se a análise.
Na inicial o autor indicou como modelos Flavio Salvany Mendes, Fábio Alex Quimer Pinto, Marcelo Bastos, José Valente de Figueiredo, José Carlos Feliciano da Silva, Sandro José Bissoli e Geizabeth Mendonça da S. Targueta. Em sede recursal o autor aponta outros modelos, reiterando apenas Flavio Salvany Mendes, Fábio Alex Quimer Pinto e Geizabeth Mendonça da S. Targueta, motivo pelo qual se fixa a esses modelos a fim de que não seja alterada a causa de pedir.
Nenhum dos três modelos indicados possuía as mesmas condição de trabalho do autor. O Sr. Fábio Alex Quimer Pinto foi admitido no réu em 1989, quanto ao autor foi admitido em setembro de 1997, outrossim, desde 2005 ocupa a função de Gerente Comercial, enquanto ao autor somente foi promovido a Gerente Administrativo em dezembro de 2012 (fl. 622). O Sr. Flávio Salvany Mendes foi admitido em dezembro de 1988 e desligado em julho de 2006, portanto seu contrato ocorreu fora do período imprescrito (fls. 745/759). De idêntica forma, a modelo Geizabeth Mendonça da S. Targueta, ingressou no réu em 1975 e foi dispensada em junho de 2001 (fls. 760/765), ocorrendo seu contrato no período imprescrito.

Não logrou o autor comprovar sua tese de que foi discriminado. Conforme registrado pelo juízo de primeiro grau o autor confessou que sequer sabia quem recebia a verba, não podendo, assim, dizer-se discriminado. De toda forma, como visto, não foram exibidos modelos em condições de igualdade ao autor durante o período imprescrito a configurar a desigualdade de tratamento e justificar o pagamento da parcela." (fls. 1.173 - g. n.).

Como se verifica, não ficou comprovada a discriminação do reclamante em relação aos empregados apontados como modelo, havendo, ainda, confissão deste quanto ao desconhecimento de quem recebia a parcela pleiteada.
Dessa forma, com fulcro na Súmula 126 do TST, tem-se por inviável o destrancamento do recurso de revista.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100347-33.2018.5.01.0042

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	PRISCILLA ISAIAS DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Carla Magna Jacques Garcia(OAB: 53101-A/RJ)
Advogado	Dr. Bruna Ferreira Lima(OAB: 175141-A/RJ)
Agravado	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- PRISCILLA ISAIAS DE OLIVEIRA
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (decisão publicada em 19/10/2020 - Id. 921fc5d; recurso interposto em 28/10/2020 - Id. 9278e38).
Regular a representação processual (Id. 9bd5d47).
Dispensado o preparo.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Horas Extras.
Alegação(ões):
- violação d(a,o)(s) Código de Processo Civil, artigo 396; artigo 400.
O exame detalhado do processo revela que o v. acórdão regional está fundamentado no conjunto fático-probatório até então produzido. Nesse aspecto, a análise das violações apontadas importaria o reexame de todo o referido conjunto, o que, na atual fase processual, encontra óbice inarredável na Súmula 126 do TST.
Nego seguimento ao recurso, no particular.".
CONCLUSÃO
NEGO seguimento aorecurso de revista.

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao tema pertinente às horas extras, emerge como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista a diretriz consubstanciada na Súmula 126 do TST.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100723-16.2019.5.01.0064

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ITPLAN INTEGRACAO TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO LTDA

Advogado	Dr. Túlio Claudio Ideses(OAB: 95180-A/RJ)
Agravado	ANDRESSA PIMENTEL MACHADO
Advogado	Dr. Antonio Jorge Sousa(OAB: 196955 -A/RJ)
Advogado	Dr. Raphael Gomes Rodrigues Soares(OAB: 220943-A/RJ)
Agravado	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRAN/RJ
Procurador	Dr. Waldir Zagaglia

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRESSA PIMENTEL MACHADO
- DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRAN/RJ
- ITPLAN INTEGRACAO TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO LTDA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"Recurso de Revista
Recorrente(s):
1.ITPLAN INTEGRAÇÃO TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO LTDA
Recorrido(a)(s):
1.ANDRESSA PIMENTEL MACHADO
2.DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nos termos da Súmula 218/TST, incabível a interposição de recurso de revista em decisão proferida em autos de agravo de instrumento.
CONCLUSÃO
NEGO seguimento aorecurso de revista.".

Não procede a alegada ofensa aos princípios constitucionais do insertos nos arts. 5º, II, XXXV, LIV e LV, da Constituição Federal, quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto emerge como obstáculo à sua admissibilidade a diretriz consubstanciada na Súmula 218 do TST, in verbis:

"SUM-218 RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003
É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.".

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0021530-54.2016.5.04.0231

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	JOSIANE ESQUIVEL DOS SANTOS
Advogado	Dr. Diego da Veiga Lima(OAB: 53185-A/RS)
Agravado	TLM - TOTAL LOGISTIC MANAGEMENT SERVIÇOS DE LOGÍSTICA LTDA. E OUTRO
Advogada	Dra. Rossana Brack(OAB: 17125-B/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSIANE ESQUIVEL DOS SANTOS
- TLM - TOTAL LOGISTIC MANAGEMENT SERVIÇOS DE LOGÍSTICA LTDA. E OUTRO

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 954/959) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista.
Contraminuta apresentada às fls. 964/966.
Desnecessária manifestação do Ministério Público do Trabalho nos

termos do Regimento Interno do TST.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 20) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 14/10/2020 e apelo protocolado em 22/10/2020), sendo inexigível o preparo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "ESTABILIDADE ACIDENTÁRIA. DOENÇA OCUPACIONAL. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE".
A reclamante sustenta que restou reconhecido pelo Tribunal Regional o nexo causal/concausal entre a doença alegada e atividade laboral. Assevera que o fato de estar apta ao trabalho e não ter ficado afastada por período superior a 15 dias não afasta o direito a estabilidade acidentária. Alega ofensa ao artigo 118 da Lei 8.213/91 e contrariedade à Súmula 378, II, do TST.
Consta do acórdão:

"A sentença indeferiu indenização decorrente da estabilidade acidentária, fundamentando que não fruiu benefício previdenciário. De acordo com a sentença, ainda que reconhecido o nexo de causalidade entre a patologia que acomete a autora e o trabalho realizado na reclamada, as lesões que não causam inaptidão para o trabalho não conferem ao trabalhador a garantia provisória de emprego prevista no art. 118 da Lei 8213/91.
Inconformada, afirma a reclamante que foi reconhecido o nexo causal/concausal, razão pela qual possui direito à indenização relativa à estabilidade prevista no art. 118 da Lei 8213/91. Pede a reforma da sentença, com a condenação das reclamadas ao pagamento de 1 ano de salários.
Sem razão.
A própria reclamante informou ao perito que "não lhe foi concedido nenhum benefício previdenciário e não houve emissão de CAT" (cfe. laudo, id. 6157a00, pg. 4) o que, aliado à ausência de incapacidade da reclamante (cfe. resposta aos quesitos 1, 24, 25, 28, 29, 30, 31, cfe. id. 6157a00, pg.s 6/8 e laudo complementar na resposta ao quesito 3 em id. 30b968a, pg. 1), não há indenização estabilitária a ser deferida.
Não provejo." (fls. 937).

O Regional, analisando o acervo fático-probatório, concluiu que, apesar de reconhecido o nexo de causalidade entre a patologia que acomete a autora e o trabalho realizado na reclamada, as lesões não causaram inaptidão para o trabalho.
Nesse contexto, não é possível o reconhecimento da estabilidade acidentária decorrente de doença do trabalho, pois a hipótese insere-se na exceção constante da alínea "c" do § 1º do artigo 20 da Lei nº 8.213/91, que não considera como doença do trabalho aquela que não produza incapacidade laborativa.
Nesse sentido, os seguintes julgados:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO RECLAMANTE NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017 (...) 2 - DOENÇA OCUPACIONAL. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL. GARANTIA DE EMPREGO INEXISTENTE (ART. 21, § 1º, "C", DA LEI 8.213/91). 2.1 - Muito embora reconhecido nexo de causalidade entre a patologia do autor e a atividade exercida, o Tribunal Regional deixou claro que da doença não resultou qualquer incapacidade para o trabalho. 2.2 - Nesse contexto, o reclamante não faz jus à garantia de emprego prevista no art. 118 da Lei 8.213/91, uma vez que, nos termos da Súmula 378, II, do TST, em sua parte final, exige-se a constatação de doença profissional, não sendo considerada como tal aquela que não produza incapacidade laborativa (art. 20, § 1.º, "c", da Lei 8.213/91). Agravo de instrumento conhecido e não provido" (TST-AIRR-20782-74.2017.5.04.0752, 2ª Turma, Rel.ª Min.ª Delaide Alves Miranda Arantes, DEJT de 16/04/2021).

"(...) RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ESTABILIDADE ACIDENTÁRIA. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORATIVA. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. Nos termos da Súmula nº 378, II, desta Corte são pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego. Ademais, de acordo com o art. 20, § 1º, da Lei nº 8.213/91, não são consideradas como doença do trabalho aquelas que não produzam incapacidade laborativa. Na hipótese, apesar de o e. Regional ter mantido a decisão de origem no que tange ao reconhecimento do nexo de concausalidade entre a doença que acometera o reclamante e o labor prestado em prol da reclamada, consignou, expressamente, de acordo com as conclusões periciais, a inexistência de incapacidade laborativa. Portanto, com fulcro no referido dispositivo legal, e considerando que o contexto fático exarado do acórdão regional é no sentido de que inexiste incapacidade para o trabalho, não há falar, por consectário lógico, na caracterização de doença ocupacional, para fins de condenação da reclamada ao pagamento de indenização substitutiva do período estabilitário. Fixados esses parâmetros, e não preenchidos os requisitos legalmente estabelecidos, é fácil perceber a impropriedade do enquadramento do caso concreto na parte final do item II da Súmula 378 do TST, pelo que merece reforma a decisão do Regional para excluir a condenação em indenização substitutiva do período de estabilidade acidentária. Recurso de revista conhecido e provido" (TST-RRAg-169-24.2018.5.12.0025, 5ª Turma, Rel. Min. Breno Medeiros, DEJT de 18/06/2021).

"(...) RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. DOENÇA OCUPACIONAL. ESTABILIDADE. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. O laudo pericial transcrito no acórdão recorrido atestou a ausência de incapacidade do reclamante, acrescentando o Regional que a concausalidade com o trabalho é mínima, não havendo indício de limitação funcional ou incapacidade. Portanto, não há falar em indenização, pois, para tanto, é necessária a presença do dano, da culpa ou dolo e do nexo de causalidade ou, ao menos, de concausalidade. Na espécie, não ficou configurado o dano, ante a ausência de incapacidade, não havendo ainda menção a suposta culpa ou dolo da reclamada. No tocante à tese da estabilidade no emprego, o TRT nada registra acerca de ter o reclamante percebido qualquer benefício previdenciário, circunstância que não autoriza o enquadramento, nos termos do art. 118 da Lei 8.213/91 e da Súmula 378, II, do TST. Não bastasse, diante do quadro fático delineado pelo TRT (imutável nesta instância recursal, em face do óbice da Súmula 126 do TST), não se vislumbra vulneração dos dispositivos apresentados, porque a situação dos autos é a de doença degenerativa com nexo de concausalidade mínima com o trabalho, do qual não resultou qualquer incapacidade. Note-se que, apesar de não ser imprescindível o reconhecimento da doença ocupacional pelo órgão previdenciário, uma vez que aquelas conclusões não vinculam esta Justiça Especializada, não é possível divergir da decisão recorrida, porquanto constatado, após a ruptura do contrato de trabalho, não haver incapacidade para o trabalho. Recurso de revista não conhecido. (...)" (TST-ARR - 409-40.2013.5.04.0662 , 6ª Turma, Rel.

Min. Augusto César Leite de Carvalho, DEJT de 23/11/2018).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. (...) 2. DOENÇA OCUPACIONAL. O Regional, instância soberana na apreciação da matéria fática, sopesou o teor das provas produzidas nos autos, mormente a prova pericial, e concluiu que, em que pese a constatação de que o empregado se encontrava acometido por doenças de cunho degenerativo, cuja relação é de concausalidade com as atividades exercidas, não houve incapacidade laborativa do reclamante. Assim, entendeu o Regional não haver nulidade da dispensa ou estabilidade acidentária, pois demonstrado que o autor se encontrava apto ao trabalho. Diante desse contexto, para que esta Corte pudesse decidir de modo diverso, necessário seria o revolvimento de fatos e provas, procedimento obstado nesta fase processual pela Súmula nº 126 do TST. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (TST-AIRR-10323-95.2018.5.15.0097, 8ª Turma, Rel.ª Min.ª Dora Maria da Costa, DEJT de 26/03/2021).

Dessa feita, não há que falar em violação do artigo 118 da Lei nº 8.213/91 ou contrariedade à Súmula 378, II, do TST.
Assim, nos termos do art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0149100-80.2007.5.02.0041

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	SÃO PAULO TRANSPORTE S.A.
Advogada	Dra. Ana Maria Ferreira(OAB: 97048-A/SP)
Advogada	Dra. Marli Buose Rabelo(OAB: 86843-A/SP)
Agravado	LUIZ CARLOS SILVA NASCIMENTO
Advogado	Dr. Marco Aurélio Vicente Vieira(OAB: 123113-A/SP)
Agravado	F. MOREIRA EMPRESA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
Advogada	Dra. Ana Cristina Baptista Campi(OAB: 111667-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- F. MOREIRA EMPRESA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
- LUIZ CARLOS SILVA NASCIMENTO
- SÃO PAULO TRANSPORTE S.A.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 878/891) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 869/872).
Contraminuta às fls. 905/916 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 894/904.
Os autos não foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 658/659) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 13/09/2021 e apelo protocolado em 17/09/2021), estando regular o preparo (fls. 333/334).

A segunda reclamada renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro

que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, ante o registro no acórdão de que o tomador de serviços não produziu nenhuma prova de que tivesse cumprido sua obrigação de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas devidas por seu contratado, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Fica evidente, portanto, que o ente público nunca fiscalizou a empregadora do autor. Tanto é assim que não apresenta nenhum documento que confirme fiscalização, apenas cópia do contrato administrativo e aditamentos. Tudo se limita apenas ao campo das alegações.
Culpa, portanto, mais do que demonstrada, o que justifica a responsabilização." (fls. 839).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0147400-14.2008.5.04.0030

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogada	Dra. Viviane Castro Neves Pascoal Maldonado Dal Mas(OAB: 136069/SP)
Agravado	LIDIANE DOS SANTOS MARTINS E OUTRA
Advogado	Dr. Eduardo Bechorner(OAB: 47305-A/RS)
Agravado	IVO FRIDOLINO BABETSKI E OUTRAS
Advogado	Dr. Mauro Bloise Mundstock(OAB: 54565-A/RS)
Advogado	Dr. Cássio Félix Jobim(OAB: 40867/RS)
Agravado	PORTOPONTO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - EPP
Advogada	Dra. Karina Martins Berwanger(OAB: 50525/RS)
Agravado	SUBCONDOMÍNIO PRAIA DE BELAS SHOPPING CENTER
Advogado	Dr. Benôni Canellas Rossi(OAB: 43026/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- IVO FRIDOLINO BABETSKI E OUTRAS
- LIDIANE DOS SANTOS MARTINS E OUTRA
- PORTOPONTO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - EPP
- SUBCONDOMÍNIO PRAIA DE BELAS SHOPPING CENTER
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 3.825/3.831) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 3.819/3.821).
Contraminuta às fls. 3.844/3.847 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 3.836/3.843.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não provimento do agravo de instrumento (fls. 3.854/3.855).
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 3.713/3.715 e 3.712) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 16/08/2021 e apelo protocolado em 26/08/2021), sendo inexigível o preparo.
O segundo reclamado renova o inconformismo acerca da matéria "PENSÃO MENSAL. CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL".
Contudo, não obstante as alegações recursais, verifica-se que, às fls. 3.810/3.812, a parte agravante transcreveu integralmente o tópico recorrido, sem efetuar nenhum destaque.
A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º -A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA . Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo

conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"[...] III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido [...]" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/05/2021 - destaque acrescido).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1000754-17.2017.5.02.0011

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	JOAO DONIZETI BOANI
Advogado	Dr. Murilo Máximo Rodrigues(OAB: 243044-D/SP)
Advogado	Dr. Laércio Gallassi(OAB: 395260-A/SP)
Agravado	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada	Dra. Raquel Lopes Santana(OAB: 277524-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- JOAO DONIZETI BOANI

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Ajuda / Tíquete Alimentação.
Consignado no v. acórdão que a ajuda alimentação tem natureza indenizatória e que não é admissível a inovação do autor relativamente à validade da norma coletiva, não se vislumbra ofensa ao dispositivo constitucional apontado nem contrariedade às Súmulas nºs 51 e 241 e à Orientação Jurisprudencial nº 413, ambas do C. TST.
Inservíveis os arestos transcritos com vistas a corroborar o dissídio jurisprudencial, porquanto provenientes de Turmas do C. TST, o que não se afina à literalidade do disposto na alínea "a" do artigo 896 da CLT.
Inespecíficos os arestos regionais colacionados com vistas a corroborar o dissídio de teses, pois não há correlação entre os casos julgados nos acórdãos paradigmas e a presente demanda. Registre-se que, nos termos da Súmula 296, I, da Corte Superior, a divergência jurisprudencial deve revelar a existência de teses diversas na interpretação do mesmo dispositivo legal, embora idênticos os fatos que as ensejaram, o que não se verifica na hipótese vertente.
DENEGA-SE seguimento.

Quanto ao tema "natureza jurídica da ajuda alimentação", o recorrente alega que o TRT violou direito adquirido do autor, apontando violação aos arts. 5°, XXXVI, da CF; 444 e 485 da CLT e contrariedade às Súmulas 51 e 241 do TST, bem como à

Orientação Jurisprudencial n. 413 da SDI-1 do TST.
A tese recursal, contudo, não foi prequestionada no TRT, que se limitou a apontar que o caráter indenizatório decorre das normas coletivas e da adesão ao PAT, consoante o entendimento fixado na OJ 133 da SDI-1 do TST.
Não houve manifestação do Regional acerca das premissas fáticas necessárias à aplicação do disposto na OJ 413 da SDI-1 do TST, pelo que incide como óbice o disposto na Súmula 297, I, do TST. Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100115-59.2018.5.01.0482

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante e Agravado	UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	Dra. Thiara de Freitas Wandekoken(OAB: 127199-A/MG)
Advogado	Dr. Ronildo Siqueira(OAB: 70586-A/MG)
Agravante e Agravado	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Fábio Gomes de Freitas Bastos(OAB: 168037-A/RJ)
Agravado	EDMILSON DE SANTANA
Advogado	Dr. Rodrigo Rodrigues Sarmanho(OAB: 131328-A/RJ)
Advogado	Dr. Leonardo Lessa Rabello(OAB: 115972-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):
- EDMILSON DE SANTANA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA PRIMEIRA RECLAMADA [UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)]

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 495/503) interposto pela primeira reclamada contra a decisão de fls. 474/476, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta ou de contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 102/103) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 09/12/2019 e apelo protocolado em 19/12/2019), estando satisfeito o preparo.
A discussão travada no feito, o qual tramita sob o procedimento sumaríssimo, prende-se ao tema "MULTA PREVISTA NO ARTIGO 467 DA CLT. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL".
A primeira reclamada sustenta que o acórdão regional teria suscitado dissenso jurisprudencial e violado os artigos 6º e 58, §§ 1º e 2º, da Lei nº 11.101/2005 e 501 da CLT.
Todavia, nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição da República, nos termos do artigo 896, § 9º, da CLT e da Súmula 442 do TST. Afastam-se, assim, as alegações de divergência jurisprudencial e de ofensa aos invocados preceitos legais.
Dessa forma, ante o mau aparelhamento do apelo, tem-se por inviável o processamento do recurso de revista interposto pela primeira reclamada.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA SEGUNDA RECLAMADA (PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS)

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 480/492) interposto pela segunda reclamada contra a decisão de fls. 474/475, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas pelo reclamante às fls. 513/516 e 509/511, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 285/289) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 09/12/2019 e apelo protocolado em 18/12/2019), estando regular o preparo.
A discussão travada no feito, o qual tramita sob o procedimento sumaríssimo, prende-se ao tema "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ENTE PÚBLICO. CULPA IN VIGILANDO".
De plano, verifico que a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal, em composição plena, examinou a matéria do ônus da prova à luz das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC-16/DF e do RE-760931/DF (leading case do Tema nº 246 do Ementário de Repercussão Geral), destacando a ausência de tese a respeito da distribuição do ônus da prova e concluindo, majoritariamente, que tal encargo incumbiria ao ente público, seja por decorrer da obrigação legal de fiscalizar (ônus da prova ordinário), seja em razão do princípio da aptidão para a prova (inversão do ônus da prova). Verifique-se o referido julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA. No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do

contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T. , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, 2ª T. , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, 2ª T. , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T. , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg. em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando. Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços. No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, SbDI-1, Rel. Min. Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT de 22/05/2020 - g. n.).

No caso dos autos, o Regional, examinando soberanamente o conjunto fático-probatório (Súmula 126 do TST), consignou a inexistência de provas do cumprimento do dever de fiscalização, razão por que manteve a responsabilidade subsidiária imposta à segunda reclamada ["Diante disso, deixando o órgão público de apresentar elementos mínimos capazes de comprovar o cumprimento do seu dever de supervisionar a empresa contratada enquanto empregadora, presume-se o insucesso do tomador, ora recorrente, na sua missão fiscalizadora. (...) Registre-se que a sentença de origem condenou a primeira reclamada ao pagamento de verbas rescisórias, sendo certo que não foram juntados documentos com a contestação da ora tomadora, atestando a inexistência de fiscalização em relação a tais parcelas. Assim, a conduta omissiva do tomador, ora recorrente, acaba por configurar a sua culpa in vigilando, capaz de autorizar a responsabilidade subsidiária da segunda reclamada, que, nessa situação, não será "automática". - fls. 425/426].
Ademais, não se divisa inobservância à cláusula de reserva de plenário, pois não foi declarada a inconstitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, mas apenas se concluiu, em harmonia com o entendimento manifestado pelo próprio Supremo Tribunal Federal, que tal preceito legal não impede a responsabilização subsidiária do ente público quando tenha incorrido em culpa.
Dessa forma, à luz do artigo 896, § 7º, da CLT e das Súmulas 126 e 333 do TST, tem-se por inviável o processamento do recurso de revista.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100647-91.2018.5.01.0301

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante e Agravado	DENIA CRISTINA MOREIRA DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Fábio Vieira(OAB: 90925/RJ)
Advogado	Dr. Luana Siess de Araujo(OAB: 206369-A/RJ)
Agravante e Agravado	LABORATORIO BLESSING ANALISES CLINICAS E ANATOMIA PATOLOGICA LTDA
Advogado	Dr. Marcelo Gonçalves de Amorim(OAB: 98911-A/RJ)
Agravado	SOCIEDADE MÉDICO-HOSPITALAR LTDA. - SMH
Advogado	Dr. Ricardo Alves da Cruz(OAB: 31047 -A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DENIA CRISTINA MOREIRA DE OLIVEIRA
- LABORATORIO BLESSING ANALISES CLINICAS E ANATOMIA PATOLOGICA LTDA
- SOCIEDADE MÉDICO-HOSPITALAR LTDA. - SMH

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMANTE

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 619/643) interposto pela exequente contra a decisão de fls. 614/616, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas pela segunda reclamada às fls. 696/699 e 700/705, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 39) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 26/06/2020 e apelo protocolado em 02/07/2020), sendo inexigível o preparo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "ENQUADRAMENTO SINDICAL".
A reclamante sustenta, em síntese, que devem ser aplicadas as normas coletivas do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Petrópolis, porquanto ele abrange tanto o município onde ocorreu a prestação de serviços quanto a atividade preponderante da sua empregadora. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema e ofensa aos artigos

7º, XXVI, e 8º, II, da Constituição Federal e 570, 581, § 2º, e 611 da CLT.
O Regional entendeu que:

"Compulsando os autos, verifica-se que as CCT juntadas com a petição inicial foram celebradas entre o SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EST. DE SERV. DE SAÚDE e o SIND HOSP. ESTAB. SERV. SAÚDE REG. SERRANA FLUM. - SINDHSERRA (ID f455527 e seguintes), enquanto as CCT juntadas com a defesa foram celebradas entre SINDICATO DOS LABORATORIOS DE PATOLOGIA E ANALISES CLINICAS DO ESTADO DO RJ - SINDILAPAC-RJ e o SIND. EMP. EST. SERV. LAB. DE PESQ. E ANAL. CLIN. PAT. DO EST RJ (ID aed374e e seguintes).
É incontroverso que a reclamante foi admitida para trabalhar na cidade de Petrópolis, onde sempre prestou serviço, ao longo do contrato de trabalho mantido com o segundo reclamado.
Como se vê, as CCT juntadas com a defesa são de abrangência estadual. Assim, em que pese o entendimento do juízo a quo, as duas normas coletivas abrangem a região na qual a autora prestou serviço, pois a cidade de Petrópolis está situada no Estado do Rio de Janeiro.
Verifica-se que, conforme Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o segundo reclamado tem como atividade principal a de Laboratório Clinico, bem como tem filiais em todo o Estado do Rio de Janeiro, sendo o seu endereço principal em São Gonçalo/RJ (documento de ID ab8bf9c). Como alega o recorrente, o enquadramento sindical do empregado é o da atividade econômica preponderante do empregador. Além disso, consta do TRCT que a entidade sindical laboral o SIND. EMP. EST. SERV. LAB. DE PESQ. E ANAL. CLIN. PAT. DO EST RJ (documento de ID b8754f1).
Posto isso, aplica-se ao contrato de trabalho da autora as normas coletiva juntadas com a defesa, pelo que reforma-se a sentença para excluir da condenação o pagamento de diferenças salariais, de adicional de insalubridade e reflexos, bem como qualquer outro direito estabelecido nas CCT que acompanham a petição inicial" (fls. 537 - g. n.).

Como se verifica, o Regional, com base nas balizas fáticas do caso, entendeu aplicáveis à reclamante as normas coletivas apresentadas com a defesa. Dessa forma, entender de modo diverso esbarraria na Súmula 126 do TST, restando inviabilizado o destrancamento do recurso de revista interposto pela exequente.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA PRIMEIRA RECLAMADA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 644/651) interposto pela primeira reclamada contra a decisão de fls. 614/616, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas pela reclamante às fls. 659/668 e 669/695, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente, estando regular o preparo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS".
Todavia, interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, a parte recorrente deve indicar precisamente o trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
No caso dos autos, porém, a primeira reclamada, em suas razões recursais, não atendeu regularmente ao preceito em comento, pois transcreveu, às fls. 600/604, a fundamentação integral do tópico impugnado, sem qualquer destaque.
A SbDI-1 desta Corte já decidiu que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, os seguintes julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA. REGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DA ÍNTEGRA DA DECISÃO REGIONAL EM RELAÇÃO AO TEMA. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE. O cabimento de recurso de embargos contra acórdão de Turma se restringe às hipóteses previstas no art. 894, II, e § 2º, da CLT, não se considerando atual a divergência superada por iterativa e notória jurisprudência desta Corte, no sentido de que não preenche o requisito previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, a transcrição integral do acórdão regional em relação ao tema objeto do recurso de revista, sem o devido destaque quanto ao ponto em discussão. Agravo regimental a que se nega provimento [...]" (TST-AgR-E-ED-ED-ARR-556-25.2013.5.12.0054, SbDI-1, Rel. Min. Walmir Oliveira da Costa, DEJT de 19/12/2017);

"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELAS LEIS Nos 13.015/2014 E 13.105/2015. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL EM RECURSO DE REVISTA DO CAPÍTULO DO ACÓRDÃO REGIONAL. 1. A Eg. 6ª Turma deu provimento ao recurso de revista da reclamada, para excluir a condenação ao pagamento de diferenças salariais referentes aos reflexos das horas extras nas folgas concedidas pela Lei nº 5.811/72. Concluiu que a parte "transcreveu em suas razões recursais o capítulo da decisão do Regional que estava impugnando (e não o inteiro teor desta), indicou os dispositivos tidos por violados e apresentou o confronto analítico entre eles, estando, portanto, preenchidos os requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT". 2. Não obstante, a transcrição pela parte, em recurso de revista, do inteiro teor do capítulo recorrido do acórdão regional, sem qualquer destaque, salvo se extremamente sucinto, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, por inexistir cotejo de teses. Precedentes. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-ED-ARR-852-75.2014.5.05.0161, SbDI-1, Rel. Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT de 03/08/2018 - g. n.);

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste

Tribunal fez constar que a decisão do Tribunal Regional quanto ao tema não é sucinta, ressaltando inclusive não ser o caso de aplicação do precedente desta Subseção firmado no julgamento do TST-E- ED-ARR-21322-31.2014.5.04.0202, DEJT de 15/12/2017, indicado como divergente pelo agravante. Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos, ante os termos da Súmula 296, I, do TST. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-RR-1000832-47.2018.5.02.0602, SbDI-1, Rel. Min. Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT de 28/02/2020).

Vale frisar que, às fls. 599, foi apresentada a ementa do julgado, o que, no entender da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal, igualmente não atende à exigência legal, como pode ser verificado no julgado a seguir:

"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELAS LEIS Nos 13.015/2014 E 13.105/2015. HORAS "IN ITINERE". RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE À EXIGÊNCIA CONTIDA NO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO DA EMENTA. 1. A Eg. 5ª Turma deu provimento ao recurso de revista do reclamante. No julgamento dos embargos de declaração, concluiu que "o reclamante, nas razões do seu recurso de revista, transcreveu a ementa, na qual contém o resumo da tese esposada pelo egrégio Colegiado Regional acerca das horas "in itinere" , sendo, portanto, observado o disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT". 2. Diante da sistemática inaugurada pela Lei nº 13.015/2014, que instituiu o inciso I do § 1º-A do art. 896 da CLT, não se conhece do recurso de revista quando a parte não indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo. 3. Conforme precedentes desta Subseção e de Turmas desta Corte, a transcrição da ementa do acórdão regional não atende ao escopo da norma. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST -E-ED-RR-685-97.2014.5.03.0069, SbDI-1, Rel. Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT de 14/09/2018).

Ante a inobservância do requisito legal, resta inviabilizado o destrancamento do recurso de revista interposto pela primeira reclamada.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº ED-ARR-0012913-58.2015.5.15.0062

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Embargante	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA
Procurador	Dr. Rafael Diel Pinto Fernandes
Procurador	Dr. Paulo Mario da Rosa
Embargado	ALEXANDRE MARCIANO
Advogado	Dr. Paulo Sérgio Carenci(OAB: 75224/SP)
Advogado	Dr. José Luiz Requena(OAB: 63097/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE MARCIANO
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA

A reclamada opõe embargos de declaração em face de decisão que deu provimento ao recurso de revista do reclamante e rearbitrou o valor da condenação para R$20.000,00, com custas de R$400,00. Alega que, tratando-se de Fundação Pública Estadual, está isenta do pagamento de custas processais, nos termos do artigo 790-A da CLT.
Requer a manifestação acerca do tema.
Examino.
Assiste razão à embargante, pois a decisão foi omissa quanto ao tema.
Assim, sanando-se a omissão apontada, acolho os embargos de declaração para retificar a parte dispositiva da decisão embargante, a fim de que, onde se lê "Rearbitro o valor da condenação em R$ 20.000,00, com custas de R$400,00", leia-se: "Rearbitro o valor da condenação em R$ 20.000,00, com custas de R$400,00, isenta a reclamada do recolhimento, nos termos do art. 790-A, da CLT".
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0020189-21.2019.5.04.0123

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D
Advogado	Dr. Denise Pires Fincato(OAB: 37057-A/RS)
Agravado	RAFAEL GOMES
Advogado	Dr. Thiago Barbosa Azambuja(OAB: 63410-A/RS)
Agravado	FORTE SUL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D
- FORTE SUL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI
- RAFAEL GOMES

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela segunda reclamada, contra a decisão, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Foi apresentada contraminuta, fls. 1.302/1.305.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço do apelo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema renovado nas razões de agravo de instrumento, "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO".
Todavia, a pretensão recursal encontra-se superada no âmbito desta Corte, uma vez que o Supremo Tribunal Federal fixou a tese

jurídica de repercussão geral correspondente ao Tema nº 246 ("O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93").

A Subseção de Dissídios Individuais 1 do TST, em sessão em composição plena, decidiu que o Supremo Tribunal Federal ao apreciar o Tema nº 246 da Repercussão Geral não emitiu tese jurídica de efeito vinculante em relação ao ônus da prova e, diante dessa constatação, concluiu que incumbe à Administração Pública o ônus da prova da fiscalização dos contratos de prestação de serviços por se tratar de fato impeditivo do direito à condenação por responsabilidade subsidiária, com fundamento no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78. (TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, SbDI-1, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 12/12/2019, DEJT 22/05/2020).

Na espécie, o Regional assentou comprovada a culpa "in vigilando" do ente público, ao consignar que, in verbis:

"Assim, esta provada a culpa in vigilando, pois a tomadora dos serviços descurou da obrigação básica de fiscalização, o que atrai a responsabilidade subsidiária pelo pagamento dos direitos inadimplidos." (fls. 1.164)

Dessa forma, à luz do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333 do TST, resta inviável o destrancamento do recurso de revista.

Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1001076-78.2019.5.02.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador	Dr. Sílvio Dias
Procurador	Dr. Procuradoria Geral do Município de São Paulo
Agravado	JOSE AROUDO DA SILVA
Advogado	Dr. Thiago de Carvalho Pradella(OAB: 344864-A/SP)
Agravado	INOVA GESTÃO DE SERVIÇOS URBANOS S.A.
Advogada	Dra. Erika Lopes dos Santos(OAB: 260125-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INOVA GESTÃO DE SERVIÇOS URBANOS S.A.
- JOSE AROUDO DA SILVA
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.

O Ministério Público do Trabalho opina pelo prosseguimento do feito, ressalvando eventual pedido de intervenção por ocasião do julgamento da causa.

Examino.

Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.

Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos §§ 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.

O Tribunal Regional do Trabalho, no que concerne ao tema "responsabilidade subsidiária", consignou:

"(...)

Ainda, não comporta modificação a r. decisão primária quanto à responsabilidade subsidiária do 2º réu.

Como bem observado pelo Julgadora de Primeiro Grau, o julgamento do RE 760.931 pelo E. Supremo Tribunal Federal, que fixou a tese de Repercussão Geral no tema 246, O E.STF, ao julgar o Tema n. 246 de Repercussão Geral - responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço, RE 760931 -, não fixou tese específica sobre a distribuição do ônus da prova pertinente à fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas" . Neste sentido, os v. acórdãos do C.TST, in verbis:

(...)

No caso dos autos, verificou-se que a 2ª reclamada foi beneficiária dos serviços prestados pelo reclamante.

Portanto, o ônus de provar que houve a fiscalização e de que não ocorreu conduta omissiva é do tomador e não do trabalhador, tendo em vista o princípio da aptidão da prova e a grande dificuldade do empregado para realizar a prova de tal omissão, levando em conta que as rés estão de posse da documentação relativa aos trabalhadores. (destaquei)

Conforme disposto na origem, in casu, não há nenhuma prova da fiscalização da 2ª ré junto à 1ª demandada, enquanto vigente o contrato de trabalho, o que é suficiente para gerar a responsabilidade subsidiária, sendo que a mera alegação de que "promovia a fiscalização, através da exigência dos documentos elencados em lei", desacompanhada de qualquer demonstração efetiva, não basta para afastar sua responsabilidade. (destaquei)

O parágrafo primeiro do artigo 71 da Lei 8.666/93 não traz o princípio da irresponsabilidade estatal em termos absolutos, apenas exclui a responsabilidade do Poder Público pelos danos a que não deu causa. Havendo inadimplência das obrigações trabalhistas que tenha como causa a falta de fiscalização pelo órgão público contratante, o Poder Público é responsável.

Dessa forma, a excludente de responsabilidade incide, apenas, na hipótese em que o Poder Público contratante demonstre ter, no curso da relação contratual, fiscalizado o adequado cumprimento das cláusulas e das garantias das obrigações trabalhistas pela fornecedora da mão-de-obra, o que lhe incumbe nos termos do artigo 37, inciso XXI, da CF e artigos 58, III, e 67, caput e § 1º, sob pena de responsabilidade civil prevista no artigo 82, ambos da Lei das Licitações.

A ausência de prova da fiscalização por parte da Administração

Pública (art. 818 CLT e 333 CPC) quanto ao correto cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa terceirizada licitada, devidas aos seus empregados, evidencia a omissão culposa da Administração Pública, o que atrai a sua responsabilidade, porque todo aquele que causa dano pratica ato ilícito e fica obrigado a reparar (art. 82, da Lei 8666/93 c/c arts. 186, 927 e 944 CC/02). Assim tem entendido o E. TST, em julgados proferidos após a ADC 16, conforme se observa nas seguintes ementas:
(...)
A obrigação de fiscalizar abrange, portanto, todos os valores devidos aos empregados decorrentes da prestação de serviço, caso contrário, há negligência quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pelo recorrente, evidenciando-se seu comportamento culposo, razão pela qual há de ser mantida a condenação subsidiária.
Mister destacar a obrigação de escolha de empresa idônea, como a fiscalização quanto ao fiel cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora de serviços frente aos seus empregados.
É certo, ainda, que a contratação regular através de licitação pública poderia afastar apenas a culpa in eligendo, mas não a culpa in vigilando, respondendo a tomadora pelos encargos trabalhistas não adimplidos pela prestadora de serviços (artigo 927 do CC.).
Sobre o tema, cito o v. acórdão do C.TST:
(...)
Outrossim, o inciso III, do artigo 58 da Lei nº 8666/93 impõe ao Poder Público a obrigação de fiscalizar a execução dos contratos pactuados com as prestadoras de serviço, o que não restou comprovado, inexistindo nos autos prova documental em relação à fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas junto à 1ª reclamada, como adicional de insalubridade em grau máximo/reflexos, diferenças de FGTS e multa.
Convém destacar, por oportuno, que os fatos comprovados nos autos convenceram a origem - e esta Turma, também - acerca do desrespeito aos direitos supra mencionados, situação incompatível com a existência de uma fiscalização sob as atividades da empregadora direta do autor. PAGE * MERGEFORMAT1(destaque do original)
Portanto, diante do comportamento culposo do apelante, consubstanciado em sua negligência, mantenho a sua condenação subsidiária, que abrange todos os títulos decorrentes da condenação relativos ao período da prestação laboral, como fixado na origem.
(...)"

O ente público alega que não pode subsistir a sua responsabilização subsidiária, em razão do disposto no art. 71, § 1º, da Lei 8.666/1993. Argumenta que não ficou demonstrada a culpa. Aduz, ainda, ser da parte reclamante o ônus da prova relacionada à culpa in vigilando. Sucessivamente, requer que a condenação subsidiária que lhe foi imposta seja limitada às obrigações previstas na Súmula 363 do TST.
Aponta violação dos arts. 5º, XLV, da Constituição Federal e 71, § 1º, da Lei 8.666/1993, bem como contrariedade às Súmulas 331, V e 363, do TST. Transcreve arestos.
Analiso.
Em relação à responsabilidade subsidiária, no julgamento dos embargos de declaração nos autos do RE-760931/DF, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua jurisprudência acerca da responsabilidade da Administração Pública quanto ao pagamento de verbas trabalhistas devidas a empregados que a esta prestam serviços de maneira terceirizada.
Em um primeiro momento, a Corte Constitucional ratificou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei 8.666/93, na linha do que já havia decidido na ADC 16.
Em um segundo instante, fixou-se a tese no sentido de que "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93". Aqui, deixou-se evidente que o inadimplemento da empresa terceirizada não autoriza, por si só, o redirecionamento da responsabilidade à Administração Pública. Com efeito, embora seja possível a responsabilização do ente púbico, não é o inadimplemento o seu pressuposto único. Aliás, a equilibrada decisão do Supremo Tribunal Federal deixou claro que a expressão "automaticamente", contida na tese, teve como objetivo possibilitar ao trabalhador a responsabilização do ente público "dependendo de comprovação de culpa in eligendo ou culpa in vigilando, o que decorre da inarredável obrigação da administração pública de fiscalizar os contratos administrativos firmados sob os efeitos da estrita legalidade" (voto do Min. Edson Fachin, redator do acórdão do ED-RE760931/DF).
Portanto, ficou decidido no julgamento do recurso extraordinário (e reafirmado no julgamento dos embargos de declaração) que é possível responsabilizar a Administração Pública pelo pagamento das verbas trabalhistas devidas a empregados das empresas terceirizadas, de maneira subsidiária, quando constatada a omissão na sua atuação, que é obrigatória, sendo vedada a presunção de culpa.
Sendo assim, diferentemente da posição que esta 2ª Turma vinha adotando (com ressalva de entendimento pessoal de seus integrantes) - por entender que o Supremo Tribunal Federal havia também firmado entendimento no sentido de que seria do trabalhador o ônus da prova da omissão na fiscalização pelo ente da Administração Pública -, o Supremo Tribunal não firmou tese processual acerca da distribuição do onus probandi.
Dessa forma, as regras de distribuição do ônus da prova continuam a observar os dispositivos infraconstitucionais que as regulam, a exemplo dos arts. 373 do CPC/2015 e 818 da CLT.
Dito isso, é a Administração Pública que tem a aptidão para a prova da fiscalização do contrato administrativo de prestação de serviços (aspecto subjetivo do ônus da prova), obrigação que decorre da própria Lei de Licitações (arts. 58, III, e 67 da Lei 8.666/93), na linha do que definiu o Supremo Tribunal Federal.
Sendo assim, nos casos em que não há prova de fiscalização, deve o julgador decidir contrariamente à parte que tinha o ônus probatório e dele não se desincumbiu: é a própria adoção da distribuição do ônus da prova como regra de julgamento (aspecto objetivo do ônus da prova).
No caso, especificamente no que diz respeito à caracterização da culpa do ente público, o Tribunal Regional consignou o seguinte:

"(...)
Conforme disposto na origem, in casu, não há nenhuma prova da fiscalização da 2ª ré junto à 1ª demandada, enquanto vigente o contrato de trabalho, o que é suficiente para gerar a responsabilidade subsidiária, sendo que a mera alegação de que "promovia a fiscalização, através da exigência dos documentos elencados em lei", desacompanhada de qualquer demonstração efetiva, não basta para afastar sua responsabilidade. (destaquei)
(...)"

Conforme se observa, o Tribunal Regional considerou que não foi comprovada a fiscalização pelo ente público, julgando procedente o

pedido de responsabilização subsidiária da Administração Pública. Neste sentido, não merece reparos a decisão regional.
Cito precedentes deste Tribunal Superior do Trabalho, inclusive da SBDI-1/TST, nos quais é atribuído ao ente público o ônus da prova da fiscalização:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido " (E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020).

"AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA SEM O RECONHECIMENTO DA TRANSCENDÊNCIA EM RAZÃO DE NÃO TER HAVIDO TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA DE RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DE ÓRGÃO PÚBLICO POR CULPA IN VIGILANDO. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL DO STF. ÔNUS DA PROVA. I - O não reconhecimento do pressuposto recursal da transcendência da matéria veiculada no recurso de revista radica na premissa de que, no caso concreto, a Corte Regional firmou a sua convicção nas provas produzidas ao reputar evidenciada a conduta omissiva do órgão público na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas contraídas pela empresa prestadora dos serviços, caracterizando a culpa in vigilando da administração pública, nos moldes da Súmula nº 331, V e VI, do TST e nos limites da decisão proferida pelo STF na ADC 16/DF. Portanto, não houve desrespeito ao julgamento do STF no RE 760.931 (Tema 246 do ementário de repercussão geral). II - Consoante decisão do STF, "quando do julgamento do RE 760.931, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 11.09.2017, não se fixou regra sobre a distribuição do ônus probatório nas ações que debatem a responsabilidade subsidiária da Administração Pública em decorrência da culpa in vigilando nos contratos de terceirização. Não destoa desse entendimento acórdão que, ante as peculiaridades do caso concreto, impõe à Administração a prova de diligência. Agravo regimental a que se nega provimento. (Rcl 35907 AgR, Relator: Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma - DJe-19-12-2019)". III - Em vista do posicionamento do STF sobre o tema, a SbDI-1 do TST, órgão que uniformiza a jurisprudência interna corporis , firmou entendimento no sentido de que é do poder público o ônus da demonstrar que fiscalizou adequadamente os contratos de prestação de serviços por ele firmados, por constituir dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e outras obrigações impostas à administração pública por diversas normas legais (TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, sessão de 12.12.2019). Agravo a que se nega provimento" (Ag-RR-100330-27.2017.5.01.0205, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 17/08/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. TOMADOR DE SERVIÇOS. FISCALIZAÇÃO NÃO DEMONSTRADA. ÔNUS DA PROVA. Em recente decisão, no julgamento dos embargos de declaração nos autos do RE-760931/DF, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua jurisprudência acerca da responsabilidade da Administração Pública quanto ao pagamento de verbas trabalhistas devidas a empregados que a ela prestam serviços de maneira terceirizada. Em um primeiro momento, a Corte Constitucional ratificou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei 8.666/93, na linha do que já havia decidido na ADC 16. Em um segundo instante, fixou-se a tese no sentido de que "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Aqui, deixou-se evidente que o inadimplemento da empresa terceirizada não autoriza, por si só, o redirecionamento da responsabilidade à Administração Pública. Com efeito, embora seja possível a responsabilização do ente púbico, não é o inadimplemento o seu pressuposto único . Aliás, a equilibrada decisão do Supremo Tribunal Federal deixou claro que a expressão "automaticamente" contida na tese teve como objetivo possibilitar ao trabalhador a responsabilização do ente público, "dependendo de comprovação de culpa in eligendo ou culpa in vigilando , o que decorre da inarredável obrigação da administração pública de fiscalizar os contratos administrativos

firmados sob os efeitos da estrita legalidade" (voto do Min. Edson Fachin, redator do acórdão do ED-RE760931/DF). Portanto, ficou decidido no julgamento do recurso extraordinário (e reafirmado no julgamento dos embargos de declaração) que é possível responsabilizar a Administração Pública pelo pagamento das verbas trabalhistas devidas a empregados das empresas terceirizadas, de maneira subsidiária, quando constatada a omissão na sua atuação , que é obrigatória, sendo vedada a presunção de culpa . Sendo assim, diferentemente da posição que esta 2ª Turma vinha adotando (com ressalva de entendimento pessoal de seus integrantes) - por entender que o Supremo Tribunal Federal havia também firmado entendimento no sentido de que seria do trabalhador o ônus da prova da omissão na fiscalização pelo ente da Administração Pública -, o Supremo Tribunal não firmou tese processual acerca da distribuição do onus probandi. Nesse sentido, as regras de distribuição do ônus da prova continuam a observar os dispositivos infraconstitucionais que as regulam, a exemplo dos arts. 373 do CPC/2015 e 818 da CLT. Dito isso, é a Administração Pública quem tem a aptidão para a prova da fiscalização do contrato administrativo de prestação de serviços (aspecto subjetivo do ônus da prova), obrigação que decorre da própria Lei de Licitações (arts. 58, III, e 67 da Lei 8.666/93), na linha do que definiu o Supremo Tribunal Federal. Assim, nos casos em que não há prova de fiscalização, deve o julgador decidir contrariamente à parte que tinha o ônus probatório e dele não se desincumbiu: é a própria adoção da distribuição do ônus da prova como regra de julgamento (aspecto objetivo do ônus da prova). No caso, o Tribunal Regional considerou que não foi comprovada a fiscalização pelo ente público, julgando procedente o pedido de responsabilização subsidiária. Decisão em harmonia com o entendimento consolidado na Súmula 331, V, do TST. Precedentes. Agravo de instrumento de que se conhece e a que se nega provimento" (AIRR-2013-42.2016.5.07.0017, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 18/09/2020).

"RECURSO DE REVISTA. JULGAMENTO ANTERIOR POR ESTA 3ª TURMA. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS PARA EVENTUAL EMISSÃO DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ARTIGO 1.030, INCISO II, DO CPC. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. ENTIDADES ESTATAIS. ENTENDIMENTO FIXADO PELO STF NA ADC Nº 16-DF. SÚMULA 331, V, DO TST. ART. 71, § 1º, DA LEI 8.666/93. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. JURISPRUDÊNCIA VINCULANTE DO STF. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE CONDUTA CULPOSA NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DA LEI 8.666/93. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NO TOCANTE À AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. ENCARGO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEGUNDO INTERPRETAÇÃO DA SBDI-1/TST À JURISPRUDÊNCIA DO STF, A PARTIR DA DECISÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROFERIDA NOS AUTOS DO RE-760.931/DF. Em observância ao entendimento fixado pelo STF na ADC nº 16-DF, passou a prevalecer a tese de que a responsabilidade subsidiária dos entes integrantes da Administração Pública direta e indireta não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada, mas apenas quando explicitada no acórdão regional a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei 8.666, de 21.6.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. E o STF, ao julgar, com repercussão geral reconhecida, o RE-760.931/DF, confirmou a tese já explicitada na anterior ADC nº 16-DF, no sentido de que a responsabilidade da Administração Pública não pode ser automática, cabendo a sua condenação apenas se houver prova inequívoca de sua conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos. Provocado o STF, em sede de embargos de declaração, sobre o alcance da decisão proferida nos autos do RE-760.931/DF, sobretudo quanto ao ônus de prova da fiscalização do adimplemento das obrigações contratuais trabalhistas no curso do pacto celebrado entre o ente privado e a Administração Pública, o recurso foi desprovido. Em face dessa decisão, em que o Supremo Tribunal Federal não delimitou - como foi questionado nos embargos de declaração - a matéria atinente ao ônus da prova da fiscalização do contrato, compreendeu a SBDI-1 do TST, em julgamento realizado em 12.12.2019, nos autos dos Embargos E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, que a deliberação acerca da matéria, dado o seu caráter eminentemente infraconstitucional, compete à Justiça do Trabalho. E, manifestando-se expressamente sobre o encargo probatório, fixou a tese de que é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços, suplantando, assim, o entendimento de que seria do empregado tal encargo processual. Ressalte-se que, ainda que não haja transferência automática da responsabilidade (não incide, nesses casos, a culpa presumida, segundo o STF), tem o tomador de serviços estatal o ônus processual de comprovar seus plenos zelo e exação quanto ao adimplemento de seu dever fiscalizatório (art. 818, II e § 1º, CLT; art. 373, II, CPC/2015). Por essas razões, se a entidade pública não demonstra a realização do efetivo controle sobre o contrato, deve ser responsabilizada subsidiariamente pela satisfação das obrigações trabalhistas inadimplidas pela empregadora. É preciso - reitere-se - deixar claro que, se a entidade estatal fizer prova razoável e consistente, nos autos, de que exerceu, adequadamente, o seu dever fiscalizatório, não pode ocorrer a sua responsabilização, pois isso configuraria desrespeito à jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal. Consequentemente, no caso concreto, em face de a decisão do TRT estar em consonância com o atual posicionamento desta Corte sobre a matéria e mantida a decisão que não conheceu do recurso de revista, sem proceder ao juízo de retratação, nos termos do art. 543-B, § 3º, do CPC, devolvam-se os autos à Vice-Presidência desta Corte Superior" (RR-21306-14.2014.5.04.0029, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 18/09/2020).

"I. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA 13.467/2017. 1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ÔNUS DA PROVA. SÚMULA 331, V, DO TST. DECISÃO PROFERIDA PELA SUBSEÇÃO 1 ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS (SBDI-1), NO JULGAMENTO DO E-RR-925-07.2016.5.05.0281, EM 12/12/2019. ATRIBUIÇÃO AO ENTE PÚBLICO DO ÔNUS PROBATÓRIO ACERCA DA REGULAR FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA. 1. De acordo com o artigo 896-A da CLT, o Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, deve examinar previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica. No presente caso, o Tribunal Regional decidiu a questão com amparo no ônus probatório acerca da conduta culposa do tomador de serviços. A SBDI-1 desta Corte, no recente julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em 12/12/2019, com sua composição plena, entendeu que o Supremo Tribunal Federal não firmou tese acerca do ônus da prova da culpa in vigilando ou da culpa in eligendo da

Administração Pública tomadora dos serviços, concluindo caber ao Ente Público o ônus de provar a efetiva fiscalização do contrato de terceirização. Trata-se, portanto, de " questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista ", nos termos do art. 896-A, IV, da CLT, o que configura a transcendência jurídica da matéria em debate . 2. A Suprema Corte, ao julgar a ADC 16/DF e proclamar a constitucionalidade do § 1º do artigo 71 da Lei 8.666/93, não afastou a possibilidade de imputação da responsabilidade subsidiária aos entes da Administração Pública, por dívidas trabalhistas mantidas por empresas de terceirização por eles contratadas, desde que configurada conduta culposa, por omissão ou negligência, no acompanhamento da execução dos contratos de terceirização celebrados, nos moldes da Súmula 331, V, do TST. Ainda, no julgamento do RE 760931, o Supremo Tribunal Federal, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93 ". A partir da análise dos fundamentos lançados no debate travado no âmbito do Supremo Tribunal Federal para se concluir acerca da responsabilização do Ente da Administração Pública, em caráter excepcional, deve estar robustamente comprovada sua conduta culposa, não se cogitando de responsabilidade objetiva ou de transferência automática da responsabilidade pela quitação dos haveres em razão do simples inadimplemento das obrigações trabalhistas pela prestadora de serviços. 3. A SBDI-1 desta Corte, após análise dos debates e dos votos proferidos no julgamento do RE 760931, entendeu que o Supremo Tribunal Federal não firmou tese acerca do ônus da prova da culpa in vigilando ou in eligendo da Administração Pública tomadora de serviços. Ponderou que o STF rejeitou o voto lançado pelo redator designado, Ministro Luiz Fux, no julgamento dos embargos declaratórios opostos em face da referida decisão, no qual ressaltou a impossibilidade da inversão do ônus da prova ou da culpa presumida da Administração Pública. Asseverou que, após o aludido julgamento, o entendimento de que não teria havido posicionamento acerca do ônus probatório - se do empregado ou da Administração Pública - passou a prevalecer, inclusive na resolução de Reclamações Constitucionais apresentadas perante aquela Corte. Destacou que a definição quanto ao ônus da prova acerca da regular fiscalização do contrato de terceirização fica a cargo desta Corte. Concluiu, assim, que o Ente Público, ao anotar a correta fiscalização da execução do contrato de terceirização, acena com fato impeditivo do direito do empregado, atraindo para si o ônus probatório, nos termos dos artigos 333, II, do CPC/73, 373, II, do CPC/2015 e 818 da CLT, acrescentando que atribuir ao empregado o ônus de provar a fiscalização deficiente por parte do Poder Público significa conferir-lhe o encargo de produzir provas de difícil obtenção (E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Julgado em: 12/12/2019). 4. Nesse cenário, a Corte Regional, ao destacar que competia ao Ente Público provar que fiscalizou a execução do contrato de prestação de serviços, proferiu acórdão em conformidade com o atual entendimento da SBDI-1 desta Corte, incidindo a Súmula 333/TST e o artigo 896, § 7º, da CLT como óbices ao processamento da revista. Agravo de instrumento não provido. II. RECURSO DE REVISTA ADESIVO DA RECLAMANTE. ARTIGO 997, III, DO CPC/2015. Prejudicada a análise do recurso de revista adesivo ante o não processamento do recurso principal. Recurso de revista prejudicado" (AIRR-1000288-79.2017.5.02.0445, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SÚMULA N.º 331, V, DO TST. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. 1. Considerando o recente pronunciamento, pelo Supremo Tribunal Federal, acerca da constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação que lhe emprestou a Lei n.º 9.032/1995, e a repercussão da tese sufragada sobre a interpretação da legislação que rege o tema da responsabilidade subsidiária da Administração Pública pelos créditos trabalhistas dos terceirizados, bem como a existência de decisões conflitantes sobre a matéria, reconhece-se a transcendência jurídica da causa (artigo 896-A, § 1º, IV, da CLT). 2 . O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF, mediante acórdão publicado no DJe de 09/09/2011, reconheceu a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação que lhe emprestou a Lei n.º 9.032/1995. Na ocasião, a excelsa Corte sufragou tese no sentido de que a mera inadimplência da empresa contratada não justifica a transferência, para a Administração Pública, da responsabilidade pelo pagamento dos encargos resultantes da relação de emprego havida entre particulares. Ressalvou, todavia, o Supremo Tribunal Federal, que a conduta omissiva da Administração Pública, quanto ao seu poder-dever de fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações atribuídas à empresa contratada, rende ensejo ao reconhecimento da responsabilidade subsidiária do ente público. Nesse sentido, o voto condutor lavrado pelo Exmo. Ministro Cezar Peluso , segundo o qual o reconhecimento da constitucionalidade do dispositivo legal em comento " não impedirá que a Justiça do Trabalho continue reconhecendo a responsabilidade da Administração com base nos fatos de cada causa " (fl. 38), sendo certo que " o mero inadimplemento deveras não transfere, mas a inadimplência da obrigação da Administração é que lhe traz como consequência uma responsabilidade que a Justiça do Trabalho eventualmente pode reconhecer a despeito da constitucionalidade da lei " (fl. 46 - os grifos foram acrescidos). 3 . Nesse exato sentido passou a orientar-se a jurisprudência desta Corte superior, a partir da edição, pelo Tribunal Pleno, da Resolução n.º 174, de 24/05/2011, de que resultou a inserção do item V na Súmula n.º 331, cujo teor é o seguinte: " os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora . A aludida responsabilidade não decorre do mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada" (destaques acrescidos) . 4 . Atente-se, ainda, para o fato de que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema nº 246 de Repercussão Geral, nos autos do RE 760.931 (julgamento concluído no dia 30/3/2017 e acórdão publicado em 12/9/2017), fixou a seguinte tese: "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . 5 . Exsurge clara, daí, a conclusão de que, na mesma linha da tese sufragada na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF, entende o Supremo Tribunal Federal que não há falar em transferência automática à Administração Pública da responsabilidade pelo pagamento dos encargos

trabalhistas decorrentes do contrato mantido entre a empresa prestadora de serviços e seus empregados. 6 . O Supremo Tribunal Federal deliberadamente não definiu , na tese de Repercussão Geral fixada no RE n.º 760.931, a distribuição do ônus da prova , limitando-se a sufragar o entendimento de que " o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 ". 7 . Nesse contexto, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte superior, nos autos do processo n.º TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, em sessão de julgamento realizada em 12/12/2019, acórdão publicado em 22/5/2020, firmou entendimento no sentido de que incumbe ao ente público o ônus de comprovar a efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos de trabalho firmados entre a empresa prestadora dos serviços e seus empregados. 8 . Assim, resulta incensurável a decisão proferida pelo egrégio Tribunal Regional, que, examinando a situação concreta dos autos, constatou que a Administração Pública não cumpriu com sua obrigação de fiscalizar o adimplemento, pela empresa prestadora dos serviços, das obrigações a que submetida, por força de lei ou do contrato. Nesse sentido, registrou-se no acórdão prolatado pela Corte de origem que "no caso sob análise, o ente público agiu com culpa, uma vez que não efetuou os repasses financeiros à primeira ré, e tinha ciência do inadimplemento das verbas trabalhistas, aliás fato público e notório, de forma que não há falar em demonstração de culpa pelo empregado. Repiso que a recorrente não tomou qualquer providência efetiva para resguardar os créditos devidos aos trabalhadores da empresa contratada que lhe prestaram serviços . Portanto , ante a conduta culposa do ente público, resta configurada a sua responsabilidade subsidiária , nos termos da Súmula 331, V, do TST, e do entendimento adotado pelo STF na ADC 16" . 9. Tal premissa fática, insuscetível de revisão em sede extraordinária, revela-se suficiente a justificar a conclusão a que chegou a Corte de origem, no sentido de impor ao ente público a obrigação de arcar, de forma subsidiária, com o pagamento dos créditos trabalhistas reconhecidos à parte obreira. 10. Agravo de Instrumento a que se nega provimento." (AIRR-101269-05.2017.5.01.0432, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.015/2014. CPC/2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DE REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331 DO TST. DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL PACIFICADA NO ÂMBITO DESTA CORTE SUPERIOR. No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou no Tema 246, de repercussão geral, que: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em sede de embargos de declaração, ao rejeitar a solução proposta pelo Relator, deixou claro que não fixou tese quanto à definição do ônus da prova referente à efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de trabalho, por se tratar de matéria infraconstitucional, na linha de sua pacífica jurisprudência, de que são exemplos os seguintes precedentes: AI 405738 AgR, Rel. Min. Ilmar Galvão, 1ª T., julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, 2ª T., julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, 2ª T., julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T., julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator: Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg. em 11/11/2019. Nesse contexto, a SDI-1 desta Corte Superior, em sessão com sua composição completa, realizada no dia 12/12/2019, ao julgar o E-RR-925-07.2016.5.05.0281, assentou que caberia a esta Justiça Especializada resolver a aludida questão jurídica e definiu ser do tomador o encargo de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços, por ser obrigação que decorre de forma ordinária da aplicação sistemática de vários dispositivos da Lei nº 8.666/93, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público. No caso, o Tribunal Regional consignou que o ente público não se desincumbiu do ônus de provar haver sido diligente no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Assim, sua condenação subsidiária não contraria o fixado pelo Supremo Tribunal Federal e se alinha à jurisprudência pacificada no âmbito desta Corte Superior. Agravo de instrumento conhecido e não provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE AUTORA. JORNADA 12X36 HORAS. VALIDADE. NORMA COLETIVA. SÚMULA Nº 444 DO TST . AUSÊNCIA DE REGISTRO FÁTICO E TESE ACERCA DA DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME POR SUPOSTA PRESTAÇÃO HABITUAL DE HORAS EXTAS. SÚMULAS NºS 126 E 297 DO TST. Conforme entendimento consubstanciado na Súmula nº 444 desta Corte: " é válida, em caráter excepcional, a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. O empregado não tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas ". No caso, o Tribunal Regional, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, registrou a existência de acordo coletivo válido autorizando o regime de compensação da jornada de trabalho de 12x36h. Conclusão em sentido contrário demandaria o revolvimento de fatos e provas, o que não é admissível nesta instância extraordinária, consoante o teor da Súmula nº 126 do TST. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (AIRR-11354-26.2014.5.01.0051, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ÔNUS DA PROVA. 1. Cinge-se a presente controvérsia ao ônus da prova da fiscalização e da conduta culposa do ente público, por se tratar de elemento necessário à configuração da responsabilidade subsidiária da Administração Pública, segundo a diretriz perfilhada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC nº 16 e a tese fixada no RE nº 760.931, em sede de repercussão geral (Tema nº 246). 2 . A SDI-1 desta Corte, órgão de uniformização jurisprudencial interna corporis , firmou a compreensão de que a discussão atinente ao onus probandi não foi apreciada no referido precedente de repercussão geral, notadamente em razão do seu caráter infraconstitucional, incumbindo a este Tribunal Superior do Trabalho o enfrentamento da questão. E, assim, com base no princípio da aptidão para a prova e no fato de que a fiscalização constitui um dever legal,

concluiu ser do ente público o encargo probatório de demonstrar a regular observância das exigências legais no tocante à fiscalização da prestadora dos serviços quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas. 3. Nesse contexto, a conclusão adotada pelo Tribunal de origem revela-se irrepreensível, pois a condenação subsidiária atribuída ao ente público não foi automática, mas decorreu da configuração da sua conduta culposa, porquanto não produziu nenhuma prova de que tenha fiscalizado a empresa contratada, ônus que lhe incumbia. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (AIRR-100442-15.2017.5.01.0037, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 18/09/2020).

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados. O acórdão recorrido proferido pelo Tribunal Regional está em conformidade com a Súmula 331, V, do TST.
No tocante ao tema "abrangência da condenação", verifico que, em recurso de revista, a parte recorrente não indicou o trecho da decisão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo, nos termos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT (incluído pela Lei 13.015/2014).
No caso, não há qualquer transcrição da fundamentação do Acórdão que a parte recorrente entende consubstanciar o prequestionamento da controvérsia relacionado aos temas debatidos no recurso de revista.
Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da parte recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista.
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do TST: E-ED-RR - 552-07.2013.5.06.0231 , Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 09/06/2016, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 17/06/2016; AIRR - 1109-53.2015.5.08.0009 , Relator Ministro: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 11/04/2018, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/04/2018; AIRR - 10839-74.2015.5.15.0080 , Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, Data de Julgamento: 15/08/2018, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 17/08/2018; AIRR - 24937-53.2016.5.24.0056 , Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 15/08/2018, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 17/08/2018; AIRR - 16-61.2016.5.21.0008 , Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 08/08/2018, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/08/2018; Ag-AIRR - 1899-63.2015.5.02.0022 , Relator Ministro: Breno Medeiros, Data de Julgamento: 08/08/2018, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/08/2018; AIRR - 1000951-15.2015.5.02.0472 , Relatora Desembargadora Convocada: Cilene Ferreira Amaro Santos, Data de Julgamento: 15/08/2018, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 17/08/2018; (Ag-AIRR - 4696-31.2015.5.12.0055 , Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Data de Julgamento: 08/08/2018, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/08/2018; Ag-AIRR - 10704-53.2016.5.03.0018 , Relator Ministro: Márcio Eurico Vitral Amaro, Data de Julgamento: 02/05/2018, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 04/05/2018).
Por fim, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0021140-03.2019.5.04.0030

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
Advogado	Dr. Benoni Canellas Rossi(OAB: 43026-A/RS)
Agravado	CRISTIANE MATTOS
Advogada	Dra. Marí Rosa Agazzi(OAB: 41955-A/RS)
Advogada	Dra. Dayana Pessota Leite(OAB: 43853-A/RS)
Advogado	Dr. Renato Kliemann Paese(OAB: 29134-A/RS)
Advogada	Dra. Wanda Elisabeth Dupke(OAB: 48754-A/RS)
Advogado	Dr. William Rossato Bernardo(OAB: 103339-A/RS)
Advogado	Dr. Camila dos Santos Oliveira(OAB: 96482-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):
- CRISTIANE MATTOS
- HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral / Acidente de Trabalho.
Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral / Valor Arbitrado.
Não admito o recurso de revista no item.
Não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte (art. 896, § 1-A, CLT).
Além disso, o cabimento do recurso de revista interposto contra

decisão proferida em causa sujeita ao rito sumaríssimo está restrito aos casos de violação direta a dispositivo da Constituição Federal, contrariedade a súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou contrariedade a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 896, § 9º, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.015/2014.
Nas alegações recursais em que devidamente transcrito o trecho do acórdão e feito corretamente o cotejo analítico com as respectivas alegações, não verifico violação aos dispositivos constitucionais apontados.
Inviável a análise das demais alegações recursais, face à restrição legal acima referida.
Assim nego seguimento ao recurso nos itens "DA INEXISTENCIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL E CULPA DO RECLAMADO. DOS DANOS MORAIS" e "DO DANO MORAL".
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Periciais.
Não admito o recurso de revista no item.
Inviável a análise da admissibilidade do recurso quanto a parcela acessória assim reconhecida em razões recursais.
CONCLUSÃO
Nego seguimento.

Não procede a alegada ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da legalidade (art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal) quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT. No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral / Acidente de Trabalho - Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral / Valor Arbitrado - honorários periciais", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 296, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0020381-73.2018.5.04.0030

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S.A.
Advogado	Dr. Felipe Mosmann Cunha(OAB: 70841-A/RS)
Advogado	Dr. Cicero Steiner Ruschel(OAB: 81448-A/RS)
Advogado	Dr. Ana Lucia Horn Oliveira(OAB: 24244-A/RS)
Agravado	LEOMAR BARBIERI LEAL
Advogado	Dr. Sidnei Pires(OAB: 100813-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEOMAR BARBIERI LEAL
- SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S.A.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral / Doença Ocupacional.
Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Material / Doença Ocupacional.
Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral / Valor Arbitrado.
Não admito o recurso de revista noitem.
Não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do

Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte (art. 896, § 1º-A, CLT).
Nas alegações recursais em que devidamente transcrito o trecho do acórdão e feito corretamente o cotejo analítico, não verificoviolação a dispositivos constitucionais e legais mencionados.
Ainda, com relação aos arestos hábeis ao confronto, trazidos no recurso, não constato a divergência jurisprudencial apontada, por inespecífica (Súmula 296 do TST).
Assim nego seguimento ao recurso nos itens DA DOENÇA PROFISSIONAL - DA INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL eDA INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ABALO MORAL.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Não admito o recurso de revista noitem.
Não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte (art. 896, § 1º-A, CLT).
Na análise do recurso, evidencia-se que a parte não observou o ônus que lhe foi atribuído pela lei, na medida em que a transcrição dos fundamentos do voto vencido não satisfaz o requisito legal inserto no inciso I do § 1º-A do art. 896 da CLT, uma vez que não consubstancia o entendimento da decisão que a Turma, majoritariamente, adotou.
Assim, e, em consequência,não estabeleceu o confronto analítico entre a tese do Tribunal Regional e cada uma das alegações trazidas à apreciação.
O entendimento pacífico no âmbito do TST é de que é imperioso que as razões recursais demonstrem de maneira explícita, fundamentada e analítica a divergência jurisprudencial ou a violação legal. Dessa forma, recursos com fundamentações genéricas, baseadas em meros apontamentos de dispositivos tidos como violados, e sem a indicação do ponto/trecho da decisão recorrida que a parte entende ser ofensivo à ordem legal ou divergente de outro julgado, não merecem seguimento. (Ag-AIRR-1857-42.2014.5.01.0421, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz José Dezena da Silva, DEJT 16/03/2020; AIRR-554-27.2015.5.23.0071, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 21/02/2020; Ag-AIRR-11305-82.2017.5.15.0085, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 13/03/2020; Ag-AIRR-187-92.2017.5.17.0008, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 13/03/2020; Ag-AIRR-101372-41.2016.5.01.0078, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado João Pedro Silvestrin, DEJT 13/03/2020; Ag-AIRR-12364-39.2015.5.01.0482, 6ª Turma, Relatora Ministra Kátia Magalhães Arruda, DEJT 13/03/2020; RR-1246-80.2010.5.04.0701, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 08/11/2019; Ag-AIRR-10026-97.2016.5.15.0052, 7ª Turma, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 21/02/2020; RR-2410-96.2013.5.03.0024, 8ª Turma, Relator Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 12/04/2019).
Nestes termos, nego seguimento ao recurso quanto ao(s) tópico(s) DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
CONCLUSÃO
Nego seguimento."

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "indenização por dano moral/material" e "horas extras", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 296 do TST e no art. 896, § 1º-A, I, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Registre-se, por oportuno, que, em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos artigos 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e que já foi deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, com efeito, não se cogita de qualquer violação constitucional.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100422-82.2016.5.01.0029

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	LEANDRO DA SILVA
Advogado	Dr. Hércules Anton de Almeida(OAB: 59505/RJ)
Advogado	Dr. Emerson Bernardo Pereira(OAB: 60166/RJ)
Agravado	SANKYU S.A.
Advogado	Dr. Tiago de Oliveira Brasileiro(OAB: 85170-A/MG)
Agravado	TERNIUM BRASIL LTDA.,
Advogada	Dra. Priscila Mathias de Morais Fichtner(OAB: 126990-A/RJ)
Advogado	Dr. Thiago Pinto Ávila(OAB: 184613-A/RJ)
Agravado	PRIMETALS TECHNOLOGIES BRAZIL LTDA.
Advogado	Dr. Mauricio Martins Fonseca Reis(OAB: 155196-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEANDRO DA SILVA
- PRIMETALS TECHNOLOGIES BRAZIL LTDA.
- SANKYU S.A.
- TERNIUM BRASIL LTDA.,

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 908/922) interposto pelo reclamante contra a decisão de fls. 904/905, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta ao agravo de instrumento apresentado pela segunda reclamada às fls. 968/977, e contraminuta e contrarrazões apresentadas pela primeira reclamada às fls. 928/938, em petição conjunta, e pela terceira reclamada ás fls. 941/947 e 948/964, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 21) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 03/08/2020 e apelo protocolado em 13/08/2020), sendo inexigível o preparo.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "PEDIDO DE DEMISSÃO. NULIDADE", "DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO" e "ACÚMULO DE FUNÇÕES".
No que tange ao primeiro tema, o reclamante pugna pela declaração de nulidade do pedido de demissão, porquanto foi realizado sob coação da empregadora e sem a realização de exame demissional. Assevera que a empregadora não carregou seu cartão desde agosto de 2014 até setembro do mesmo ano. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema.
O Regional consignou:

"Em suas razões recursais, o reclamante aduz que o documento id c50877c p.4 é nulo de pleno direito, pois nunca teve a intenção de pedir demissão, sendo induzido a erro pela primeira ré, através da ameaça de justa causa feita pelo supervisor Everaldo.
Acresce que não foi submetido a exame demissional e que não pode voltar a soldar, quando do retorno ao trabalho do benefício previdenciário.
Não assiste razão ao reclamante.
Restou provado pelo ofício id 4390df5, do Sindpass, que o reclamante recebeu, da empregadora, créditos em seu cartão para transporte, no valor de R$ 94,50, em 26.05.2014, porém utilizou-os durante o período de suspensão contratual, ou seja, quando se encontrava em gozo de benefício previdenciário.
Em seu depoimento pessoal, o autor deixa claro que pediu demissão, ao afirmar que:
teve o acidente de trabalho e ficou afastado por alguns meses, em gozo de benefício previdenciário; que quando teve alta do benefício, ao voltar para trabalhar, verificou que o cartão que lhe dava acesso ao uso do meio de transporte da sua casa até o centro da cidade, onde o depoente pegava o ônibus fretado, não havia crédito, sendo que apesar de ter reclamado ficou 30 dias sem poder se deslocar até o centro da cidade para pegar o ônibus fretado, pois não tinha dinheiro para a passagem, o que depois foi resolvido, sendo o depoente colocado num trabalho administrativo durante uns 15 dias, já que seu dedo acidentado não lhe dava condições de exercer seu trabalho de soldador; que nesse meio tempo em que aguardava o retorno do crédito no cartão do vale transporte, o depoente chegou a receber duas punições de advertência, que chegaram pelo Correio; que passados os 15 dias, o depoente teve condições de retornar a sua função de soldador, porém, ficou sofrendo pressões quanto a ter faltado ao trabalho por tanto tempo, sendo dito que seria dispensado por justa causa, vindo então o depoente a pedir demissão; que quando pediu demissão ficou desempregado por 4 meses;
Não restou provada qualquer ameaça ao reclamante, que justificasse a nulidade de seu pedido de demissão, por vício volitivo. Tal prova incumbia ao autor, por se tratar de fato constitutivo de seu direito, nos termos dos artigos 818 da CLT e 373, I, do CPC 2015.
Ainda que tivesse sido ameaçado com a dispensa por justa causa, isso, por si só, não imporia, necessariamente, ao reclamante, o pedido de demissão." (fls. 859/860 - g. n.).

Como se verifica, o aresto trazido a cotejo, constante de fls. 883, é inespecífico à luz da Súmula 296, I, do TST, porquanto consigna premissas diversas das acima postas, no sentido de que não houve exame demissional e homologação da rescisão contratual, o que sequer chegou a ser assinalado pelo Regional nos presentes autos (Súmula 297, I e II, do TST).
No mais, as alegações do reclamante esbarram no óbice da Súmula 126 do TST, porquanto o conjunto fático-probatório demonstrou que não houve coação da empregadora.
Dessa forma, tem-se por inviável o destrancamento do recurso de revista interposto pelo reclamante.
Quanto ao segundo tópico ("Dano moral. Configuração"), o reclamante pugna pela condenação da reclamada ao pagamento de indenização por danos morais, sob o argumento de que a empregadora não carregou seu cartão, de forma que não pode trabalhar. Alega ofensa aos artigos 1º, III e IV, 5º, V e X, 7º, 170, caput, e 193 da Constituição Federal e 8º da CLT.
No acórdão consta que "(...) o pleito de reparação moral diz respeito à alegação, não comprovada, de conduta ilícita da reclamada quanto à ausência de recarga do cartão para transporte do reclamante, bem como às advertências que recebeu, por faltas reiteradas ao serviço. Não comprovada qualquer conduta da reclamada, que pudesse vir a causar dano extrapatrimonial ao reclamante, não há que se falar em indenização por danos morais." (fls. 863).
Assim, observo que a pretensão recursal esbarra no óbice da Súmula 126 do TST, porquanto não ficou comprovado nenhum dano moral ao reclamante, seja pela ausência de recarga do cartão, seja pelas advertências recebidas, o que inviabiliza o seguimento do apelo.

No tocante ao terceiro tema ("Acúmulo de funções"), o reclamante sustenta, em síntese, que foi contratado como soldador, mas que foi designado para função estranha àquela para que foi contratado, porquanto laborou também como maçariqueiro. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema e violação dos artigos 7º, XXX, da Constituição Federal e 468 da CLT.

O Regional assinalou que "O "acúmulo de funções" pressupõe que o trabalhador tenha sido contratado para o exercício de uma determinada função (de conteúdo específico e restrito), mas acabe por se ocupar também de atribuições inerentes a outras. E disso não há notícia nos autos, eis que o reclamante não veio a executar tarefas que seriam intrinsecamente dissociadas daquelas inerentes à função para a qual fora contratado. Ora, evidente que as atividades de "soldador" não exigem maior qualificação profissional do que a de um "maçariqueiro" - de maneira que não se configura o "acúmulo de função"." (fls. 867).

De plano, observo que a pretensão recursal, mais uma vez, esbarra nos ditames da Súmula 126 do TST, porquanto não há nos autos comprovação de que o reclamante tenha exercido, cumulativamente, funções incompatíveis entre si.

Assim, resta inviabilizado o exame do recurso de revista interposto pelo reclamante.

Mantido o acórdão em sua integralidade, não há como analisar o tema referente à "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA", porquanto a pretensão do reclamante foi rejeitada integralmente.

Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100956-65.2016.5.01.0016

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	CARLOS ROBERTO MESQUITA DE LIMA
Advogado	Dr. Vinícius Neves Bomfim(OAB: 123482-A/RJ)
Agravado	MULTI-RIO OPERACOES PORTUARIAS S/A
Advogado	Dr. Ciro Ferrando de Almeida(OAB: 144708-A/RJ)
Advogado	Dr. Michele Huber da Silveira Moreira(OAB: 186913-A/RJ)
Advogado	Dr. Priscilla Aguiar Rodrigues(OAB: 215090-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS ROBERTO MESQUITA DE LIMA
- MULTI-RIO OPERACOES PORTUARIAS S/A

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.739/1.764) interposto pela exequente contra a decisão de fls. 1.734/1.735, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.

Não houve apresentação de contraminuta ou de contrarrazões.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente.

A discussão travada nos autos prende-se ao tema "ADICIONAL DE RISCO. TRABALHADOR AVULSO".

O reclamante pugna pelo deferimento do referido adicional, sob o argumento de que trabalha em porto, de modo que entender em sentido contrário viola o princípio da isonomia. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema, contrariedade à Orientação Jurisprudencial 402 da SbDI-1 do TST e violação dos artigos 5º, II, e 7º, XXX, XXXI e XXXIV, da Constituição Federal, 1º e 14 da Lei nº 4.860/1965 e 1º, 4º, § 6º, 17 e 37, II, "c", da Lei nº 11.314/2006.

O Regional consignou que "O adicional de risco encontra previsão no art. 14 da Lei nº 4.860/65 e, por expressa determinação legal (art. 19), somente é devido aos servidores ou empregados pertencentes às Administrações dos Portos: (...) O Porto do Rio de Janeiro é notoriamente administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro, que não é a empregadora do reclamante e tampouco consta no polo passivo desta reclamação. Por sua vez, a reclamada - uma sociedade anônima - é uma operadora portuária privada. O adicional de risco previsto na Lei 4.860/65 somente é devido aos trabalhadores que atuam em portos organizados, construídos para atender às necessidades da União, e não aos empregados que operam em terminais privativos, sujeitos às normas da CLT, como é o caso da ré. Seus empregados, portanto, não fazem jus ao adicional de risco." (fls. 944/945).

Dessa forma, a tese exarada no acórdão regional encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que o adicional de risco não pode ser estendido aos trabalhadores avulsos dos portos:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE SEGUIMENTO DE EMBARGOS PROFERIDA POR MINISTRO PRESIDENTE DE TURMA. ADICIONAL DE RISCO. TRABALHADOR AVULSO. Não merece reparos decisão monocrática por meio da qual se denegou seguimento aos embargos. Isso porque acórdão turmário foi proferido em consonância com o entendimento desta Corte, no sentido de que o adicional de risco previsto no art. 14 da Lei nº 4.860/1965 não pode ser estendido aos trabalhadores avulsos, com fundamento no princípio da isonomia, porquanto a partir do advento da Lei nº 8.630/93 não mais subsiste o direito do trabalhador portuário com vínculo de emprego ao pagamento do referido adicional, devendo ser aplicado à espécie, portanto, o óbice previsto no artigo 894, § 2º, da CLT, a inviabilizar o processamento do recurso de embargos interposto. Agravo conhecido e desprovido" (TST-Ag-E-ED-RR-150100-85.2004.5.09.0022, SbDI-1, Rel. Min. Alexandre Luiz Ramos, DEJT de 13/03/2020).

Dessa forma, à luz do artigo 896, § 7º, da CLT e das Súmulas 126 e 333 do TST, tem-se por inviável o processamento do recurso de revista.

Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0016587-62.2018.5.16.0013

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	EDIVANE DA CONCEICAO ARAUJO
Advogado	Dr. Diorgeo Diovanny Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva(OAB: 12614-A/PA)
Advogada	Dra. Virna Julia Oliveira Coutinho Lobato(OAB: 20089-A/PA)
Advogada	Dra. Daiana Raquel Doria de Souza(OAB: 24374-A/PA)
Agravado	CONSTRUTORA VIEIRA LTDA.
Advogado	Dr. Joao Nascimento Menezes(OAB: 170-A/SE)
Agravado	INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS MARATÁ LTDA.
Advogado	Dr. Joao Nascimento Menezes(OAB: 170-A/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSTRUTORA VIEIRA LTDA.
- EDIVANE DA CONCEICAO ARAUJO
- INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS MARATÁ LTDA.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Rito sumaríssimo.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Processo e Procedimento / Provas

Prova Pericial/ Adicional de Insalubridade/ Dano Moral

Direito Processual do Trabalho/ Acesso à Justiça/ Honorários Sucumbenciais/ Inconstitucionalidade Incidental

Alegações:

- violação aos arts. 5º, XXXIV e XXXV e 7º, XII e XIII, da CF/88;

- violação ao art. 195 da CLT;

- violação à OJ n.º 173 da SBDI-1 do TST;

- divergência jurisprudencial.

O Recorrente alega, em síntese, que tinha como principal função o reparo dos fornos onde era preparado o carvão vegetal comercializado pela Reclamada, estando sempre em contato com elevadas temperaturas provenientes do ambiente de trabalho, calor que era potencializado pelas condições climáticas do ambiente de trabalho do Obreiro.

Afirma que tanto a jurisprudência quanto a legislação trabalhista são no sentido de que o pedido de adicional de insalubridade só pode será apreciado após a realização de perícia no local de trabalho, haja vista ser essa a única prova capaz de determinar, com precisão, quais as condições de trabalho as quais o Empregado estava submetido

Argumenta que o laudo técnico pericial foi realizado no dia 18 de dezembro de 2019, após o pacto laboral do reclamante (05/04/2017até 03/11/2017). Dessa forma, restaria prejudicada a análise da realidade fática vivenciava pelo recorrente.

Aduz que os documentos ambientais não têm validade jurídica, haja vista que foram produzidos de forma unilateral. Todavia, mesmo que considerados, ressalta que os documentos apresentados comprovam que o recorrente estava exposto a ruído, poeira mineral, gases e vapores orgânicos e riscos ergonômicos, sendo que a recorrida não fez prova do fornecimento de equipamentos de proteção individual.

Por fim, argumenta que a recorrida incorreu em uma série de violações quanto as obrigações previstas na NR 24 do MTE, seja em relação a estrutura do local de trabalho (estrutura de piso, conforto térmico, etc), seja em relação ao local apropriado para o gozo do intervalo intrajornada.

Isto posto, pleiteia a reforma do decisum, no sentido de que a recorrida seja condenada ao pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo.

Por fim, argumenta que sua condenação ao pagamento de honorários de demais verbas sucumbenciais viola o princípio constitucional ao acesso à justiça, motivo pelo qual pleiteia a declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos § 4º do art. 791 -A da CLT e Art. 790-B, caput e § 4º da CLT.

Pois bem.

Consta da ementa do acórdão recorrido (ID f5302d2):

"Do Adicional de Insalubridade

Pede o reclamante a reforma da sentença para que lhe seja deferido o adicional de insalubridade no grau máximo.

Diz que estava sujeito constantemente a diversos agentes prejudiciais à sua saúde no ambiente de trabalho, não se limitando à exposição aos raios solares.

Afirma que a reclamada não fornecia todos os equipamentos de proteção individual para neutralizar os agentes insalubres e que os que lhe eram entregues não atendiam às especificações determinadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

À análise.

Na inicial (fl. 17), o reclamante alegou que exercia a função de

pedreiro e que durante o seu labor trabalhava a céu aberto, ficando permanentemente exposto a intempéries climáticas (sol e chuva), sem disponibilização de equipamentos de proteção adequados.

Em sua contestação (fl. 122), a reclamada rebateu o pedido, argumentando que o reclamante nunca trabalhou exposto a níveis de calor acima dos limites legalmente toleráveis e que utilizava equipamentos de proteção individual.

Diante da controvérsia estabelecida, o juízo de primeiro grau determinou, com anuência das partes, a utilização, como prova emprestada, do laudo pericial produzido na RT n° 16050-66.2018, cuja cópia repousa às fls. 226/239, tendo assim concluído o perito (fl. 239): FOI CONSTATADA A EXISTÊNCIA DE INSALUBRIDADE EM GRAU MÉDIO (20%) na função de Servente de Obras devido à exposição ao agente calor durante todo seu contrato de trabalho na empresa.

Importante ressaltar que, embora o juiz não esteja adstrito ao laudo pericial para a formação do seu convencimento (art. 479 do CPC e art. 769 da CLT), a conclusão a que chegou o expert somente pode ser afastada se houver nos autos elementos consistentes em sentido contrário. Constatado por meio de perícia, não infirmada por elementos de convicção com ela conflitantes, que o empregado laborava em ambiente insalubre no grau médio, deve ser acolhida a prova técnica.

No caso em exame, não vislumbramos qualquer fato capaz de afastar a validade do laudo pericial, seja porque subscrito por profissional devidamente habilitado - Engenheiro Ambiental e de Segurança do Trabalho -, seja por não apresentar qualquer vício formal ou material.

Por outro lado, o reclamante não produziu provas capazes de desconstituir o laudo pericial, o que inviabiliza o reconhecimento do adicional de insalubridade no grau máximo pleiteado.

Logo, também neste ponto, resta negar provimento ao recurso.

Dos Honorários Advocatícios

O reclamante alegou que a decisão que o condenou ao pagamento de honorários fere o direito ao amplo acesso à Justiça, requerendo a inconstitucionalidade incidental do §4º do art. 791-A, para que ao final seja revista a sua condenação.

À análise.

A presente reclamação foi ajuizada após vigência da Lei nº 13.467/17, sendo, portanto, devidos os honorários advocatícios, nos termos do art. 791-A, da CLT, in verbis:

Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

§ 1oOs honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) § 2oAo fixar os honorários, o juízo observará: (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) I - o grau de zelo do profissional; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) II - o lugar de prestação do serviço; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) III - a natureza e a importância da causa; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) § 3oNa hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) § 4oVencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) § 5oSão devidos honorários de sucumbência na reconvenção. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

O Juízo de 1º grau condenou as partes ao pagamento de honorários advocatícios, determinando que fica a condenação do reclamante sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderá ser executado se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão desta decisão, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário (CLT, art. 791-A, §4º).

Analisando o referido dispositivo, observa-se que não há que se falar em inconstitucionalidade decorrente da afronta ao amplo acesso à Justiça, tendo em vista que o acesso ao Judiciário, apesar de ser amplo, não é irrestrito ou incondicionado e a imposição de condenação da parte reclamante ao pagamento de honorários advocatícios, em caso de sucumbência recíproca, mesmo que beneficiária da Justiça Gratuita, visa evitar o ajuizamento de lides aventureiras.

Demais disso, verifica-se que existiu por parte do legislador a preocupação em estipular uma condição suspensiva de exigibilidade por meio da qual só será exigido o pagamento se o beneficiário da justiça gratuita obtiver créditos suficientes no processo ou em outro que possa retirá-lo de sua condição de miserabilidade.

Sobre a matéria, por oportuno, colaciona-se ementa do Acórdão proferido nos autos do processo TST-AIRR - 2054-06.2017.5.11.0003, da lavra do Ministro Alberto Bresciani:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nos 13.015/2014, 13.105/2015 E 13.467/2017. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. AÇÃO AJUIZADA APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 791-A, § 4º, DA CLT. 1. A Reforma Trabalhista, implementada pela Lei nº 13.467/2017, sugere uma alteração de paradigma no direito material e processual do trabalho. No âmbito do processo do trabalho, a imposição pelo legislador de honorários sucumbenciais ao reclamante reflete a intenção de desestimular lides temerárias. É uma opção política. 2. Por certo, sua imposição a beneficiários da

Justiça gratuita requer ponderação quanto à possibilidade de ser ou não tendente a suprimir o direito fundamental de acesso ao Judiciário daquele que demonstrou ser pobre na forma da Lei. 3. Não obstante, a redação dada ao art. 791, § 4º, da CLT, demonstrou essa preocupação por parte do legislador, uma vez que só será exigido do beneficiário da Justiça gratuita o pagamento de honorários advocatícios se ele obtiver créditos suficientes, neste ou em outro processo, para retirá-lo da condição de miserabilidade. Caso contrário, penderá, por dois anos, condição suspensiva de exigibilidade. A constatação da superação do estado de miserabilidade, por óbvio, é casuística e individualizada. 4. Assim, os condicionamentos impostos restauram a situação de isonomia do atual beneficiário da Justiça gratuita quanto aos demais postulantes. Destaque-se que o acesso ao Judiciário é amplo, mas não incondicionado. Nesse contexto, a ação contramajoritária do Judiciário, para a declaração de inconstitucionalidade de norma, não pode ser exercida no caso, em que não se demonstra violação do princípio constitucional de acesso à Justiça. Agravo de instrumento conhecido e desprovido. (AIRR - 2054-06.2017.5.11.0003 , Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/05/2019, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 31/05/2019)

Logo, não se vislumbra a inconstitucionalidade aventada pelo autor, razão pela qual, também neste particular, seu recurso não merece amparo.

Nega-se provimento."

Analisando os presentes autos, infere-se que a Eg. Turma, analisando fatos e provas, em especial a prova pericial desenvolvida nos autos do processo RT n° 16050-66.2018, decidiu por acatar conclusão esboçada pelo perito, no sentido de que o recorrente, enquanto servente de obras, estava exposto ao calor, fazendo jus ao recebimento de adicional de insalubridade em grau médio.

Dessa forma, afirmando a instância ordinária que os elementos dos autos não comprovam as alegações da recorrente, não há como, em instância extraordinária, reexaminar as provas dos autos para se fazer eventual enquadramento diferente, ante óbice da Súmula n° 126 do TST, restando assim incólume os artigos tidos por violados.

Diante do exposto, denego seguimento ao recurso de revista, inclusive no que diz respeito à nulidade, por ausência de fundamentação, uma vez demonstrado que o acórdão do Regional dispôs explicitamente em relação às matérias consignadas por meio do recurso ordinário.

Quanto ao incidente de inconstitucionalidade, insta frisar que o acesso à justiça, embora amplo, não é incondicional, estando a parte, mesmo que beneficiária da justiça, sujeitar-se as mais diversas regras processuais, podendo, inclusive, sofrer pena de multa em caso de litigância de má-fé (art. 98, §4º, CPC c/c art. 769 da CLT), não se antevendo qualquer inconstitucionalidade.

No caso em epígrafe, ante a sucumbência processual, a parte restou condenada ao pagamento de honorários e custas, todavia, insta assinalar que referida condenação em nada obsta a parte em prosseguir com o processo, não sendo exigido o recolhimento prévio de valores, bem como restando consignado legalmente que o adimplemento dos valores encontra-se em condição suspensivo por prazo máximo e total de até 02 (dois) anos e, ainda assim, somente se a parte vier a perceber crédito trabalhista idôneo a saldar o débito ou mudar sua situação patrimonial, sendo que a previsão dos arts. 791-A , §4° da CLT e 790-B, caput e § 4° da CLT, praticamente replica o previsto no art. 98, §§2° e 3°, do CPC.

Pelo exposto, deixo de receber o Recurso de Revista.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso."

In casu, em relação aos temas "Provas" e "Adicional de Insalubridade", resta indubitável que a decisão proferida pelo Regional partiu do conjunto probatório efetivamente produzido nos autos. Rever tal entendimento exigiria o revolvimento do conjunto fático-probatório. Óbice da Súmula n.º 126 do TST.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
No que tange a insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", tendo em vista a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita, dou provimento parcial ao agravo de instrumento, por observar possível violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, para determinar o processamento do recurso de revista no particular.

II - RECURSO DE REVISTA

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

1 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.

No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos

termos do artigo 791-A, § 4º, da CLT, visto que ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, caput, e incisos XXXV e LXXIV, da Constituição Federal.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça a parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento ao agravo de instrumento apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por possível violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, para determinar o processamento do recurso de revista, no aspecto; e II - conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0020877-45.2016.5.04.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D E OUTRAS
Advogado	Dr. Denise Pires Fincato(OAB: 37057-A/RS)
Agravante e Agravado	REGINA TELLI
Advogado	Dr. Lúcio Fernandes Furtado(OAB: 65084-A/RS)
Advogado	Dr. Roberto de Figueiredo Caldas(OAB: 5939-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D E OUTRAS
- REGINA TELLI

Insurgem-se as partes em face da decisão do TRT que denegou seguimento aos seus recursos de revista. Sustentam, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"Recurso de:COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - CEEE-De outro(s)
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Recurso tempestivo.
Representação processual regular.
Preparo satisfeito.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Ajuda/Tíquete Alimentação.
Rescisão do Contrato de Trabalho / Verbas Rescisórias / Multa [de 40%] do FGTS.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários na Justiça do Trabalho.
Não admito o recurso de revista nos itens.
A teor do art. 896, § 1º-A, da CLT, com a redação dada pela Lei 13.015/14, aplicável aos recursos interpostos deacórdãos publicados a partir de 22/09/14, não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.
Na análise do recurso, evidencia-se que a parte não observou o ônus que lhe foi atribuído pela lei, na medida em que, quanto às diferenças de FGTS e multa de 40%,não transcreveu qualquer trecho do acórdão que indique o prequestionamento da controvérsia. Outrossim, quanto aos honorários advocatícios, o trecho transcrito pela parte não corresponde à fundamentação do acórdão.
Por fim, quanto à natureza do bônus alimentação, é inadmissível o recurso a teor do disposto no art. 896, § 1º-A, III, da CLT, pois a parte não estabeleceu o cotejo analítico entre os fundamentos da decisão recorrida e suas alegações recursais. Neste sentido, destaco o referido pelo Ministro Aloysio Corrêa da Veiga,no ED-RR -919-65.2013.5.23.0002 (DEJT 22/05/2015): "No que se refere ao cotejo analítico, é necessário que a parte recorrente realize o confronto entre todos os fundamentos da decisão regional acerca da matéria, com cada uma das violações indicadas, contrariedades apontadas, e divergências jurisprudenciais transcritas. Para isso é

necessário que a parte indique o trecho da decisão regional (inciso I), aponte a contrariedade a dispositivo de lei ou divergência jurisprudencial (inciso II), e realize a comparação entre os fundamentos da decisão recorrida e os motivos pelos quais a decisão incorre na contrariedade referida, expondo as razões de reforma (inciso III). Não é suficiente, assim, enumerar uma série de artigos tipo por violados nas razões recursais, sendo imprescindível delinear os motivos pelos quais os fundamentos adotados pela Corte Regional violam cada um dos dispositivos indicados, contrariamcada uma das súmulas apontadas, ou divergem de cada um dos paradigmas indicados para demonstração do dissenso, e as razões de reforma da decisão recorrida, conforme exigência dos incisos I, II, e III do §1º-A, do art. 896 da CLT." - destaquei.
CONCLUSÃO
Nego seguimento.

Recurso de:REGINA TELLI
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Recurso tempestivo.
Representação processual regular.
O preparo é inexigível.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Negativa de prestação jurisdicional. Não admito o recurso de revista noitem.
Em relação à arguição de nulidade do julgado, por negativa de prestação jurisdicional, não há como receber o recurso. As questões suscitadas foram enfrentadas pelo Tribunal, que adotou tese explícita a respeito, não verificada afronta ao art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, art. 458 do CPC de 1973 (art. 489 do NCPC) e art. 832 da CLT. Dispensada a análise das demais alegações, na esteira do entendimento traçado na Súmula 459 do TST.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Ajuda/Tíquete Alimentação.
Alegação(ões):
- violação do(s) art(s).457 e 458 da CLT.
- divergência jurisprudencial.
A Turma deuprovimento parcial ao recurso ordinário interposto pela reclamante para acrescer à condenação o pagamento das integrações do bônus alimentação sobre gratificação de férias, férias com 1/3, 13ºs salários, prêmio assiduidade e aviso prévio indenizado. Todavia, assim considerou: "Indevidas as repercussões postuladas sobre auxílio farmácia, gratificação por método de trabalho de linha viva ao potencial, gratificação especial de usinas SES obras, antiguidade, anuênios e produtividade, porquanto parcelas previstas em norma coletiva, devendo ser calculadas sob as normas ali presentes. Cumpre observar, ainda, que a autora elenca rubricas que sequer recebia, como adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, adicional noturno e horas extras, não havendo falar em reflexos em tais parcelas."
Não admito o recurso de revista noitem.
À luz da Súmula 296 do TST, aresto paradigmaque não revela identidade fática com a situação descrita no acórdãonão serve para impulsionar o recurso.
Outrossim, areprodução de aresto que provém de órgão julgador não mencionado na alínea "a" do art. 896 da CLT não serve ao confronto de teses.
Fundamentada a decisão na previsão das parcelas em norma coletiva, não detecto violação literal aos dispositivos de lei invocados, circunstância que obsta a admissão do recurso pelo critério previsto na alínea "c" do art. 896 da CLT.
CONCLUSÃO
Nego seguimento".

Verifico que a reclamada CEEE, não ataca objetivamente, no seu agravo de instrumento, os fundamentos específicos da decisão agravada, quais sejam: inobservância dos requisitos do art. 896, § 1º-A, I e III da CLT. Incide no caso o teor da Súmula 422, I, do TST. Nesse sentido: AIRR-11869-82.2016.5.09.0014, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 26/02/2021.
No tocante ao recurso de revista da parte reclamante, quanto à negativa de prestação jurisdicional, há adoção de tese pelo Regional quanto às matérias, estando a decisão recorrida devidamente fundamentada. E no tocante ao bônus alimentação, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto emergem como obstáculo à sua admissibilidade as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 296, 126, do TST e no art. 896, "a", da CLT.
Destarte, observa-se que as partes agravantes não obtiveram êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento aos agravos de instrumento das partes.
Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0101103-23.2019.5.01.0037

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ADRIANO ALMEIDA DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Paulo Roberto Nobre da Silva(OAB: 51358-A/RJ)

Advogado	Dr. Valdir Machado dos Reis(OAB: 120328-A/RJ)
Advogado	Dr. Patrícia Marques Machado(OAB: 174915-A/RJ)
Agravado	UNILEVER BRASIL GELADOS LTDA
Advogado	Dr. Roberto Trigueiro Fontes(OAB: 244463-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANO ALMEIDA DE OLIVEIRA
- UNILEVER BRASIL GELADOS LTDA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Horas Extras.
Duração do Trabalho / Horas Extras / Reflexos.
A Lei nº 13.015/2014, aplicável aos recursos interpostos das decisões publicadas a partir de 22/09/2014 (consoante interpretação do TST estampada no artigo 1º do Ato 491/SEGJUD.GP), inseriu o §1º-A no artigo 896 da CLT, com a seguinte redação:
"Art. 896. (...)
§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;
II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.
IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)".
Diante deste contexto, não podem ser admitidos recursos cujas razões não indiquem o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, que não apontem de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do TST que conflite com a decisão regional, que não contenham impugnação de todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, com demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte, bem como que deixem de transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017).
No caso em apreço, não cuidou a parte recorrente de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. Ressalta-se que a mera transcrição da sentença de primeiro graunão supre a exigência da norma em estudo.
Em razão do exposto, não há como se admitir o apelo face a patente deficiência de fundamentação.
CONCLUSÃO
NEGO seguimento aorecurso de revista.

A indicação dotrechoda decisão regional que consubstancia o prequestionamento da matéria objeto do recurso é encargo da recorrente, exigência formalintransponívelao conhecimento do recurso de revista, consoante previsto no art. 896, §1°-A, I, da CLT.
No caso, tendo em vista que não há qualquer transcrição do trecho do acórdão regional no qual se expôs a ratio decidendi, não merece reparos a decisão regional negativa de admissibilidade.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0174000-91.2014.5.13.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	SOGEINVERCA NORDESTE CONSTRUCOES LTDA
Advogado	Dr. George Suetonio Ramalho Junior(OAB: 11576-A/PB)
Advogado	Dr. Valberto Henrique de Lima Neves(OAB: 25674-A/PB)
Agravado	PEDRO CARIDAD ROEL
Advogado	Dr. Michelle Ramalho(OAB: 18260-A/PB)
Agravado	COVADONGA RODRIGUEZ SAUCA
Advogado	Dr. Carlos Diego Filgueira de Sousa(OAB: 15705-A/PB)
Advogado	Dr. Sylvio da Silva Torres Filho(OAB: 3613-A/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- COVADONGA RODRIGUEZ SAUCA
- PEDRO CARIDAD ROEL

- SOGEINVERCA NORDESTE CONSTRUCOES LTDA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

[...]
2. PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
2.2. DA COISA JULGADA
Alegação:
a) violação aos artigos 337, inciso VII, §4º, 502, 503 e 1.022 do CPC.
b) violação ao artigo 897-A da CLT.
c) contrariedade à Súmula 367 do TST.
d) divergência jurisprudencial.

A recorrente sustenta de forma preliminar que o acórdão como proferido padece de ilegalidade ao deixar de reconhecer a ocorrência de coisa julgada, tendo em vista os termos da reclamação trabalhista anteriormente proposta pela parte ora recorrida, a qual tramitou sob o número 0028100-11.2014.5.13.0026. Adiante, sustenta que a ofensa se estende a disposições inclusive jurisprudenciais, ao insistir em resistir às pretensões aduzidas na exordial e reconhecidas pelo Regional, e assim implora pela reforma da decisão recorrida.
O apelo como manejado pela empresa reclamada não passa pelo crivo da admissibilidade, por não trazer a necessária transcrição ou indicação do trecho da decisão recorrida, de maneira a consubstanciar o prequestionamento da controvérsia, objeto do recurso de revista, ônus que lhe incumbia, de acordo com os exatos termos do artigo 896, §1º-A, inciso I, da CLT.
Objetivamente, pois, denega-se.
3. CONCLUSÃO
A) seguimento ao recurso de revista.

Em que pese o recorrente transcreva os trechos dos embargos de declaração opostos em face do acórdão regional, não há transcrição do trecho do acórdão de embargos de declaração no qual, em tese, o TRT teria se negado a prestar jurisdição.
Assim, tendo em vista que não foi observado os requisitos inscritos no art. 896, §1°-A, I e IV, da CLT, não prospera a insurgência veiculada no agravo de instrumento, devendo ser mantida a decisão regional negativa de admissibilidade.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.
Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100943-07.2018.5.01.0207

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
Advogado	Dr. Gustavo Oliveira Galvão(OAB: 207440-S/RJ)
Advogado	Dr. Valton Doria Pessoa(OAB: 190275-A/RJ)
Agravado	WALTER DE ALMEIDA CARDOSO
Advogado	Dr. Marcio Guimarães Araujo Motta(OAB: 149896-A/RJ)
Agravado	CONSORCIO SANEANDO O RIO
Advogado	Dr. Roberto Balassiano Flamenbaum(OAB: 64847-A/RJ)
Agravado	DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.
Advogado	Dr. Fernando Morelli Alvarenga(OAB: 86424-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):
- COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
- CONSORCIO SANEANDO O RIO
- DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA.
- WALTER DE ALMEIDA CARDOSO

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Ausente parecer do Ministério Público do Trabalho.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos §§ 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
O recurso de revista teve seguimento denegado nos seguintes termos:

"(...)
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA / TOMADOR DE SERVIÇOS/TERCEIRIZAÇÃO / ENTE PÚBLICO.
Alegação (des):
- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade à(s) Súmula(s) vinculante(s) nº 10 do Supremo Tribunal Federal.
- contrariedade à Orientação Jurisprudencial SBDII/ TST, nº 191.

- violação do(s) artigo 5º, inciso IL, XXXVI; artigo 5º, inciso XXXVII, da Constituição Federal.
- violação d(a,o) (s) Lei nº 8666/93, artigo 71; Código de Processo Civil, artigo 1026.
- divergência jurisprudencial.

O v. acórdão revela que, em relação ao tema recorrido, o entendimento adotado pela Turma, de acordo com a prova produzida (Súmula 126 do TST), encontra-se em consonância com a notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e consubstanciada na Súmula 331, V. Não seria razoável supor que o Regional, ao entender dessa forma, estaria violando os dispositivos apontados. Em razão dessa adequação (acórdão-jurisprudência iterativa do TST), o recurso não merece processamento, sequer no tocante ao dissenso jurisprudencial, a teor do artigo 896, alínea "co" e S 7º, da CLT c/c a Súmula 333 do TST. Inexistente, ainda, contrariedade "a Súmula vinculante citada, tampouco à OJ indicada.

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO / ALTERAÇÃO CONTRATUAL OU DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO / ACÚMULO DE FUNÇÃO.

Alegação (des):

- violação df(a,o) (s) Código de Processo Civil, artigo 373; Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 456, 818.
- divergência jurisprudencial

O exame detalhado do processo revela que que o acórdão regional está fundamentado no conjunto fático-probatório até então produzido. Nesse aspecto, a análise das violações apontadas importaria o reexame de todo o referido conjunto, o que, na atual fase processual, encontra óbice inarredável na Súmula 126 do TST. Os arestos transcritos para o confronto de teses não se prestam ao fim colimado, seja por se revelarem inespecíficos, vez que não se enquadram nos moldes estabelecidos pela Súmula 296 do TST, seja ainda por se revelarem inservíveis, porquanto não contemplados na alínea "a" do art. 896 da CLT.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / PARTES E PROCURADORES / SUCUMBÊNCIA / HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

- violação da(a,o) (s) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 791, S1º.

Nos termos em que prolatada a decisão, não se verifica a violação apontada. Na verdade, trata-se de mera interpretação do mencionado dispositivo, o que não processamento do recurso.

CONCLUSÃO

NEGO seguimento ao recurso de revista.

(...)"

A parte agravante alega que foram preenchidos os requisitos do art. 896 da CLT e reitera as razões expostas no recurso de revista.

Aponta violação dos arts. 455, 456, parágrafo único e 461, § 2º, da CLT, bem como contrariedade à Súmula 6 do TST e à OJ 191 da SBDI-I do TST. Transcreve arestos.

Analiso.

Em relação aos temas "responsabilidade subsidiária", "desvio de função" e "honorários advocatícios", consta do acórdão proferido pelo Tribunal Regional:

"(...)

DESVIO DE FUNÇÃO - ANÁLISE EM CONJUNTO DO RECURSO DAS RÉS

(...)

Em se tratando de pleito envolvendo desvio de função, compete ao autor, por configurar fato constitutivo de seu direito, a prova do exercício de funções diversas daquelas próprias do cargo para o qual fora contratado, ou no qual se encontra enquadrado (art. 373, I, do CPC/2015 c/c art. 818 da CLT).

(...)

Pois bem. Pretende o autor o reconhecimento de desvio de função, eis que contratado como bombeiro hidráulico, exerceu a função de encarregado de turma.

Para uma melhor análise da questão transcrevo o depoimento pessoal do autor e das testemunhas ouvidas:

* depoimento pessoal do autor:

que nos dois contratos de trabalho prestou serviços para a terceira reclamada, que no primeiro contrato na CTPS constou Bombeiro Hidráulico, mas acumulava essa função com a de Encarregado de Turma, que isso ocorreu por determinação dos coordenadores/encarregados da Cedae, citando Adilson e Hermes, porque chegava e não havia alguém responsável para passar o serviço para as turmas, que eram duas turmas, que o depoente era encarregado das duas, que as duas turmas executavam as mesmas tarefas, fazer escavação para ligação de água e consertos, que em cada turma havia duas pessoas, compostas por um Bombeiro e um Servente, além do Motorista, que o recebia ordens do Adilson e não havia alguém da primeira ré no local, que no Consórcio sua função era de Bombeiro Hidráulico e também Encarregado de Turma, a mando das mesmas pessoas, que as turmas eram compostas da mesma forma mas as pessoas às vezes variavam, que as tarefas continuaram as mesmas, que o depoente também fazia as escavações, que o depoente às vezes também fazia o serviço de Bombeiro junto com a turma, que levava o caminhão para o local, deixava uma turma e seguia com a segunda turma, ficava trabalhando com a segunda turma e depois retornava para buscar a primeira turma, que as ordens de serviço eram passadas pelo Adilson para o depoente referente a sua turma, que havia outros caminhões, uma faixa de cinco, que em cada caminhão havia um encarregado, que não houve qualquer mudança no seu trabalho quando contratado pela segunda reclamada, que em caso de falta não sabe quem assumia a sua turma e crê que outros poderiam assumi-la, que só prestou serviços em obras da Cedae. (destaquei do TRT)

*depoimento da testemunha apresentada pelo autor, Sr. João Luiz Morais:

que não tem ação em face da primeira e segunda reclamadas, mas só contra a Cedae, que não tem o mesmo patrocínio que o autor, que na sua ação pede diferença de férias pelo que lembra, que é empregado da Cedae desde 1987 e atualmente é Supervisor de Manutenção de Obras, que o reclamante prestou serviços para Delta, Dimensional, Consórcio Saneando, que o reclamante era Supervisor, sendo o cara que levava as equipes para fazer o serviço na rua, que o reclamante cuidava de duas ou três equipes no mesmo caminhão, que cada caminhão tinha um encarregado/supervisor, que era o reclamante o supervisor porque ele era o mais antigo e conhecia melhor a rota e alguém da Cedae que indicava através coordenador Adilson Trindade, que ele que escolhia os encarregados de cada caminhão para tomar conta das equipes, que os serviços do reclamante consistiam em levar as equipes para o trabalho na rua e também os materias no caminhão dependendo do tipo de serviço, que às vezes ele também executava o serviço de Bombeiro, que a Cedae que distribuía os serviços entre os caminhões e não havia alguém das reclamadas coordenando os caminhões, que havia alguém das empresas prestadoras que verificava o material e a segurança, que trabalha em Caxias em manobras de rua, operações de rua, que encontrava o reclamante diariamente pelas ruas, que eram 4 ou 5 caminhões,

que pela manhã se encontravam todos na sede da Cedae e depois espalhavam e atendia quando pediam o seu serviço. (destaquei do TRT)

*depoimento da testemunha apresentada pela ré, Sr. Alexandro da Silva:
que trabalhou para a primeira ré de 03.03.13 a junho de 2018, na função de Técnico de Segurança do Trabalho, que tinha cinco departamentos e tinha contato direto com o autor, qu o reclamante fazia reparos e quando o conheceu ele trabalhava na Cedae de S.J de Meriti e depois transferido para Caxias, que o reclamante era Bombeiro, que o trabalho era em equipe, que a equipe é formada por um Bombeiro e dois Serventes que saem para a rua e há um Encarregado da Cedae que faz a supervisão, mas não sabe o nome dele, que em todas as equipes quem toma conta da equipe é o Bombeiro, que o Encarregado da Cedae que passa as ordens de serviços para todos os caminhões no pátio pela manhã, que o serviços concluído não sabe para quem é repassado ao final, que passavam pela mão do depoente todas as ordens de serviços mas não verificava quem as assinava, se o Encarregado ou o Bombeiro. (destaquei do TRT)
A testemunha Sr. Alexandre deixa claro que o autor exercia a função de encarregado, eis que declara que "em todas as equipes quem toma conta da equipe é o Bombeiro", atividade esta do autor ("que o reclamante era Bombeiro"). E ao contrário do alegado pela 1ª ré/recorrente, não vislumbro qualquer dissonância entre o depoimento do autor e da referida testemunha, pois que ambos declaram que o supervisor da Cedae passava a ordem de serviço para os caminhões, cabendo ao autor tomar conta da equipe. (destaquei)
Também não há contradição no depoimento da testemunha do autor, Sr. Alexandre, como quer fazer crer a 2ª ré/recorrente no trecho em que declara que "...encontrava o reclamante diariamente pelas ruas, que eram 4 ou 5 caminhões, que pela manhã se encontravam todos na sede da Cedae e depois espalhavam e atendia quando pediam o seu serviço". Infere-se que a testemunha tinha conhecimento do trabalho realizado pelo autor, pois que além de encontrá-lo diariamente pela manhã na sede da Cedae ainda o encontrava diariamente pelas ruas.
Do mesmo modo não há falta de coerência no depoimento do recorrido, como quer ainda fazer crer a 2ª ré/recorrente, no trecho em que declara que era encarregado de 2 (duas) turmas e depois diz que em cada caminhão havia um encarregado. Verifico que o autor afirma que com o caminhão atuava com duas turmas: "que levava o caminhão para o local, deixava uma turma e seguia com a segunda turma, ficava trabalhando com a segunda turma e depois retornava para buscar a primeira turma", ou seja, com um caminhão tomava conta de duas turmas.
Ao contrário do alegado pela 2ª ré em seu recurso o julgador de primeira instância não se baseou nas ordens de serviços de Id 1725657, como se pode averiguar dos fundamentos da sentença, declarando apenas que "A segunda testemunha reconheceu que nas ordens de serviço não verificava quem assinava e que quem tomava conta da equipe era um bombeiro". Assim, não há análise da prova documental constante dos autos, apenas valoração da prova testemunhal sobre o tema. E neste aspecto coaduno com o entendimento exarado por aquele julgador.
Deste modo, entendo que o autor exercia a liderança de duas turmas, após receber as ordens de serviços do supervisor da Cedae, razão pela qual cabida a diferença salarial perseguida na função de encarregado. (destaquei)
O fato de o autor exercer também a função de bombeiro não é fato impeditivo para o reconhecimento do alegado desvio de função.
Por fim, uma vez não apontado pela rés outro valor de salário para o cargo de encarregado, devido o valor apontado pelo autor.
Por tais razões, mantenho a condenação.
Nego provimento.
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - MATÉRIA COMUM AOS RECURSOS
(...)
A presente ação foi ajuizada em 02/07/2019, ou seja, após a vigência da Lei 13.467/2017, em 11/11/2017, sendo perfeitamente aplicável à hipótese o instituto dos honorários advocatícios de sucumbência, consubstanciado no Art. 791-A da CLT: (destaquei)
(...)
Não há o que se cogitar de inconstitucionalidade do dispositivo legal em questão, haja vista não constituir qualquer impedimento ao livre acesso à justiça.
Saliente-se que o Colendo Tribunal Superior do Trabalho já se manifestou acerca de sua aplicabilidade para as ações ajuizadas após a vigência da Reforma Trabalhista, consoante o art. 6º da Instrução Normativa nº 41/2018:
(...)
Assim, plenamente aplicável aos presentes autos os termos do art. 791 da CLT.
Reporto-me ainda à fundamentação do tópico "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA" do recurso da 3ª ré, na qual é enfatizado que a condenação subsidiária abrange todas as parcelas deferidas, sejam elas de caráter indenizatório, salarial ou fiscal, eis que a hipótese é de condenação principal da 1ª e 2ª rés.
Na presente hipótese, e considerando as especificidades do caso, a distribuição do ônus da prova, e o acolhimento parcial dos pedidos, entendo adequado o patamar de 5% para cálculo dos honorários sucumbenciais devidos pelas rés.
Registro, outrossim, meu entendimento pessoal pela plena constitucionalidade da incidência de honorários sucumbenciais no interior das relações processuais trabalhistas, pelo que não merecem prosperar alegações no sentido de que os dispositivos acima seriam inaplicáveis ao caso concreto.
Ante a sucumbência parcial do autor (não inclusão na condenação do adicional de insalubridade em relação ao segundo contrato, multas dos arts. 467 e 477, §8º, da CLT e indenização para reparação de dano moral), são devidos honorários advocatícios ao patrono da 2ª ré. Observo que neste aspecto não houve pedido de reforma nos recursos da 1ª e 3ª rés.
Assim, são devidos os honorários advocatícios em favor do advogado da 2ª ré no importe de 5% sobre o valor atribuído aos pedidos em que restou sucumbente. Tudo, a teor do contido no art. 791-A, § 2º, da CLT, considerada a complexidade da demanda em face de cada um. Deverá ser observado os termos do art. 791, §4º, da CLT.
É vedada a compensação entre os honorários.
Logo, nego provimento ao recurso da 1ª e 3ª rés e dou parcial provimento ao recurso da 2ª ré para condenar o autor em honorários advocatícios em favor do advogado da 2ª ré no importe de 5% sobre o valor atribuído aos pedidos em que restou sucumbente.
(...)
RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA
Aduz o autor na exordial que embora tenha sido contratado pela 1ª (contrato de trabalho vigente de 01/03/2013 até 15/08/2017) e 2ª ré (contrato de trabalho vigente de 04/08/2017 até 13/06/2018), sempre prestou serviços para a 3ª ré de forma ininterrupta e exclusiva. Postula a condenação subsidiária da 3ª ré ao pagamento

das verbas pleiteadas na presenta ação.

Defende-se a 3ª ré (CEDAE) dizendo que, conforme documentos anexos, os contratos em questão tinham como objeto a realização de obras públicas para manutenção da rede de águas e esgotos no estado do Rio de Janeiro, conforme cláusula 01 do contrato 061/2013 ("serviços de manutenção corretiva e preventiva, através de equipamentos de sucção, aspiração e hidrojateamento de alta pressão do sistema de esgotamento sanitário da região metropolitana do Rio de Janeiro"); que em atenção ao contrato com o Consórcio Saneando o Rio tem como objeto a realização de obras públicas para manutenção da rede de águas e esgotos no estado do Rio de Janeiro, conforme cláusula 01 do contrato 072/2017 ("serviços contínuos de apoio à manutenção e operação do abastecimento de água e esgotamento sanitário das gerências regionais na área da região metropolitana do Rio de Janeiro - Lote 2"); que nesse sentido, os contratos de empreitada celebrados entre a CEDAE e as demais rés afastam qualquer possibilidade de responsabilização subsidiária, conforme disciplina a OJ 191 da SDI-I da mesma Corte Trabalhista.

O juiz de primeiro grau decidiu nos seguintes termos:

(...) Primeiramente, se tem presente, como objeto do contrato firmado entre as empresas, evidente terceirização e atividade da segunda ré, nos termos da cláusula primeira do contrato, no ID. f6c3661 - Pág. 1.

O fato do autor prestar serviços exclusivamente à segunda ré consta na defesa da primeira e segunda rés, documentado nos autos, conforme relatórios no ID. 1725657.

Os fatos suscitados na defesa não servem para afastar a responsabilidade da empresa tomadora. A segunda ré, ainda que tenha firmado contratos lícitos, de natureza civil, com a primeira e segunda reclamadas, fato incontroverso, em razão do qual se tornou beneficiária da força laboral do autor, enquadra-se como tomadora dos serviços e responde subsidiariamente pelas obrigações contratuais não cumpridas, seja pela culpa in vigilando seja in eligendo.

E mais, como beneficiária da força de trabalho do autor, a empresa adquiriu a ajenidad,utilidade patrimonial do labor, essa caracterizada por Amauri Mascaro Nascimento e Hugo Gueiro Bernardes como sexto elemento fático-jurídico que caracteriza o liame celetista e justifica sua responsabilidade pelos créditos postulados.

A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços prevista na Súmula nº 331, IV, do TST tem por principal fundamento a responsabilidade civil subjetiva, prevista nos arts. 186 e 927 do Código Civil.

Como bem enfrentado pela Ministra Dora Maria da Costa, Relatora no ED-RR 64700-32.2007.5.15.0087, DEJT 17.12.2010, na 8ª.Turma do TST:

(...)

Dos dispositivos transcritos, extrai-se que a verificação de culpa do agente é um dos requisitos essenciais à atribuição de responsabilidade civil subjetiva. Com efeito, uma das modalidades de culpa hábil a justificar a responsabilização é a chamada culpa in vigilando, que ocorre quando o agente se omite quanto ao dever de vigiar e fiscalizar a ação de terceiros. Especificamente no tocante à terceirização de serviços pelos entes da administração pública, os arts. 58, III, e 67 da Lei nº 8.666/93 preceituam que:

(...)

Dos citados dispositivos legais, emerge expressamente a obrigação dos entes da administração pública de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos de prestação de serviços. No presente caso, todavia, é possível extrair do acórdão regional que a Cedae tomadora dos serviços não cumpriu adequadamente essa obrigação, permitindo que as empresas prestadoras contratadas deixassem de pagar regularmente a seus empregados as verbas trabalhistas que lhes eram devidas. Por conseguinte, ficou configurada a culpa in vigilando, hábil a justificar a atribuição de responsabilidade subsidiária, nos termos dos arts. 186 e 927 do Código Civil.

Questão ordinariamente suscitada é a relacionada ao ônus da prova no que toca à culpa in vigilando, que advém justo da fiscalização pelo administrador público, não podendo ser simplesmente presumida, mas provada. Sobre o tema, concluíram os ilustres ministros da Corte Superior que no processo trabalhista deve ser analisado se a fiscalização ocorreu de fato - e que essa prova cabe à Administração Pública.

Ressalto a decisão do Desembargador Mário Sérgio Pinheiro Medeiros, ao tratar do tema:

(...)

Destaco, ainda, trecho do voto do Ministro Luiz Roberto Barroso, no citado julgamento:

Por fim, no que respeita ao ônus da prova, não há dúvida de que compete ao Poder Público o ônus de demonstrar que realizou fiscalização adequada e de que tomou as medidas indicadas para buscar sanar eventuais irregularidades trabalhistas, sob pena de configuração de culpa in vigilando. Não é razoável atribuir ao cidadão prova de fato negativo, ou seja, prova de não fiscalização. Esse tipo de exigência é ainda mais absurdo no caso dos trabalhadores, diante da sua manifesta hipossuficiência, ao passo que se trata de prova de considerável simplicidade para o Poder Público.1"

Seguindo a mesma orientação, o TRT da 1ª Região já havia editado as Súmulas nº 41 e 43, do TRT da 1ª Região, que trata exatamente do tema em questão, demonstrando que a matéria está bem sedimentada pela jurisprudência firmada no âmbito deste Regional:

(...)

Em suma, não restam dúvidas acerca do ônus probatório, que cabe ao Ente Público reclamado - pelo que extrai do próprio julgado do C.STF.

Registre-se que esse entendimento não implica violação do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93. A interpretação sistemática desse dispositivo, em conjunto com os demais artigos citados (58, III, e 67 da Lei nº 8.666/93 e 186 e 927 do Código Civil), revela que a norma nele inscrita, ao isentar a administração pública das obrigações trabalhistas decorrentes dos contratos de prestação de serviços por ela celebrados, não alcança os casos em que o ente público tomador não cumpre sua obrigação de fiscalizar a execução do contrato pelo prestador.

Ademais, não há falar em violação do art. 97 da Constituição Federal, em contrariedade à Súmula Vinculante nº 10 do Supremo Tribunal Federal, tampouco em desrespeito à decisão do Pleno do Supremo Tribunal Federal que, no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, em sessão realizada no dia 24/11/2010, entendeu que o art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93 é compatível com a ordem constitucional vigente, notadamente com o art. 37, § 6º, da Constituição Federal de 1988.

Conforme exposto, não se está declarando a incompatibilidade do citado dispositivo com a Constituição Federal, mas sim definindo-se o alcance da norma nele inscrita mediante interpretação sistemática de legislação infraconstitucional, notadamente em face dos arts. 58, III, e 67 da Lei nº 8.666/93 e 186 e 927 do Código Civil, que possibilitam a atribuição de responsabilidade subsidiária ao ente público na hipótese de constatação de sua culpa in vigilando.

Nesse sentido, aliás, decidiu o próprio STF no julgamento da

referida ADC, ocasião em que se entendeu que "a mera inadimplência do contratado não poderia transferir à Administração Pública a responsabilidade pelo pagamento dos encargos, mas reconheceu-se que isso não significaria que eventual omissão da Administração Pública, na obrigação de fiscalizar as obrigações do contratado, não viesse a gerar essa responsabilidade", conforme consta do Informativo de Jurisprudência nº 610, disponível no sítio daquela Corte Suprema na internet."(grifei)

A decisão acima transcrita resolve especificamente os óbices suscitados na defesa quanto à responsabilidade subsidiária perseguida na presente, cujas razões de decidir se acolhe, na totalidade, como parte integrante desta fundamentação para reconhecer a responsabilidade da segunda ré, na forma postulada.

Importante ressaltar que o interesse econômico não pode sobrepor-se ao social, na medida em que a República brasileira tem por fundamentos a cidadania, a dignidade dapessoa humana e os valores sociais do trabalho (art. 1º, da CF). A ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano, tendo por finalidade assegurar a todos existência digna, num contexto de justiça social, e a propriedade tem função social (art. 170 da CF).

A primeira e segunda reclamadas são as devedoras principais nos respectivos períodos contratuais firmados e, somente quando inadimplentes, será executada a terceira reclamada, responsável subsidiária. A desconsideração da personalidade jurídica das empresas somente terá cabimento após esgotados os meios de execução em face das reclamadas. Registra-se que a subsidiariedade formal, nesta declarada, entre as empresas reclamadas, precede a subsidiariedade informal, decorrente da desconsideração.

(...)

Pugna a 3ª ré pela reforma da decisão ao argumento de que foi mera dona da obra na qual o recorrido exerceu seu labor; que firmou contratos de prestação de serviços com a s rés com início em 15/10/2010, em decorrência dos contratos nº 116/10, 126/10 e aditivos, 041/10, 058/11, 061/13 e aditivos, 012-A/13; que sempre promoveu a correta fiscalização do contrato firmado com a 1ª (afastando a culpa in vigilando), sendo certo ainda que a contratou na forma prevista da lei de licitações, exigindo todos os documentos comprobatórios de sua idoneidade ainda na fase pré-contratual (culpa in eligendo); que o contrato de empreitada celebrado afasta qualquer possibilidade de responsabilização subsidiária, conforme disciplina a OJ 191 da SDI-I; que vale destacar a decisão em julgamento proferida em 26.04.2017 pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral, nos autos do RE 760931; que a inocorrência de culpa in eligendo e in vigilando, na hipótese, o que afasta a possibilidade de condenação subsidiária da recorrente, conforme disciplina a súmula 331, V do C. TST.

Sem razão.

A prova testemunhal confirma a prestação de serviço dos autor por meio da 1ª e 2ª rés à Cedae.

Observo dos autos que as rés firmaram contrato de prestação de serviços (Cedae e Dimensional Engenharia Ltda) cujo objeto é a "execução de serviços de limpeza e desobstrução das redes de esgotamento sanitário com inspeção e diagnóstico através de circuito fechado de televisão CFTV' (Id f6c3661), de "serviços contínuos de apoio a manutenção e operação do abastecimento de água e esgotamento sanitário das gerências regionais das áreas da região metropolitana do Rio de Janeiro" (Id 85dffe9) e de "serviços contínuos de apoio à manutenção e operação do abastecimento de água e esgotamento sanitário das gerências regionais na área da região metropolitanita do Rio de Janeiro, lote 2" (Id 41ace28 e 818a3d0, contrato firmado entre Cedae e Consórcio Saneando o Rio). Evidente a não incidência na hipótese dos termos da OJ 190 da SDI-I do C. TST. No mesmo sentido o objeto do contrato firmado entre a Cedae e a empresa Dimensional (Id f080037 e seguintes) que dispõe assim dispões "a execução das obras de ampliação do sistema de produção de água tratada da localidade de Barra de São João e cidade de Rio das Ostras - Municípios de Casimiro de Abreu e Rio das Ostras", eis que se trata de prestação de serviços, cuja necessidade é contínua, não configurando, nem revelando, as características do contrato de empreitada.

Pois bem.

Dispõe o item V da Súmula 331 do C. TST, introduzido pela Resolução 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011:

(...)

A leitura de tal verbete autoriza a conclusão de que - comprovada a regular contratação da empresa de prestação de serviços mediante a apresentação do correspondente instrumento - recai sobre o trabalhador o ônus de comprovar a conduta culposa da Administração no cumprimento das obrigações decorrentes da Lei nº 8.666/93, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora.

Em razão dessa modificação na Súmula da mais alta corte trabalhista, deixei de reconhecer a responsabilidade subsidiária da Administração, nos casos em que fosse adunado aos autos o contrato de prestação de serviços, nos moldes da Lei nº 8.666/93, e que não lograsse o autor demonstrar a culpa do ente público no cumprimento das obrigações dele resultantes.

Entretanto, sedimentou-se no âmbito deste Regional o entendimento de que recai sobre a Administração o ônus de demonstrar que efetivamente fiscalizou do contrato firmado com a prestadora de serviços, nos termos da Súmula 41, verbis: (destaquei)

(...)

Melhor examinando a questão, percebo que a inversão do ônus probatório é de todo cabível em tais hipóteses, pois do contrário estar-se-ia impondo ao trabalhador prova diabólica, de fato negativo indeterminado no tempo, qual seja, de que o tomador do serviço em tempo algum promoveu as diligências necessárias à fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas da contratada.

De outro lado, goza o ente público de indiscutível aptidão para produzir a prova do fato positivo incompatível com a falta de fiscalização, sendo-lhe perfeitamente possível trazer aos autos os elementos - em geral documentos de sua própria emissão - que demonstrem a adoção daquelas medidas.

O verbete regional encontra-se, portanto, em perfeita sintonia com o disposto no art. 373, §§1º e 2º do NCPC, que positiva a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova. Confira-se:

(...)

Em observância ao Recurso Extraordinário nº 760931, cuja decisão foi prolatada em 30/03/2017, com repercussão geral (tema 246), esclarece-se que, no tocante à responsabilização subsidiária, que à tomadora de serviços incumbe manter vigilância estrita sobre a forma e cumprimento do contrato pela empresa prestadora dos serviços em relação às suas obrigações legais, sob pena de incorrer em responsabilização pela ausência de fiscalização.

Pontuo que inexiste qualquer contrariedade entre a Súmula 331, inc. V do C. TST e a Súmula 41 desta Corte, porquanto a primeira apenas destaca o fato jurígeno da responsabilidade subsidiária - falta de fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora - sem aludir à parte sobre a qual recai o ônus de prová-lo, esta matéria do verbete regional.

Nessa ordem de ideias, a responsabilização subsidiária da Administração decorre da má escolha e da omissão dos agentes públicos na fiscalização de seus contratados, em outras palavras da culpa in elegendo et in vigilando, a qual é de se presumir quando restam comprovadas violações da legislação trabalhista por parte da intermediadora dos serviços, competindo ao ente público demonstrar que efetivamente empreendeu diligências para coibi-las. Com a defesa, juntou a Cedae os contratos celebrados com as demais rés. Todavia, a mera juntada do contrato não é suficiente para afastar a sua responsabilidade, sendo necessárias provas da efetiva fiscalização por parte do ente público, do que não se tem notícias nos presentes autos. (destaquei)
Não há provas nos autos de que a 3ª ré exigia dos contratados, 1 e 2ª rés, a comprovação do cumprimento pontual das verbas intercorrentes e resilitórias. Não comprovou a 3ª ré a utilização de meios eficazes para a fiscalização e detecção de irregularidades cometidas pelas prestadoras de serviços. Assim, não resultou comprovada a efetiva fiscalização, sendo certo que a culpa da Cedae está configurada, porquanto não cuidou de acompanhar o cumprimento das obrigações laborais das empresas rés contratadas. (destaquei)
Nessa ordem de ideias, reconheço a responsabilidade subsidiária da 3ª ré ao qual acrescento os fundamentos que se seguem.
A alegação de que a Administração não escolheu a prestadora de serviços, tendo sua contratação decorrido de procedimento licitatório nos termos da lei, não afasta a culpa in eligendo, pois o processo licitatório não é impedimento para a responsabilização da tomadora de serviços, uma vez que a "escolha" da fornecedora do serviço se consubstancia exatamente nos parâmetros fixados pela Administração no edital do certame.
O § 1º do art. 71 da Lei 8666/93 é norma de direito administrativo, que tem por destinatários os partícipes do contrato de prestação de serviços, os quais não podem transferir contratualmente à Administração a responsabilidade pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pela contratada, não obstando todavia que os empregados terceirizados postulem judicialmente seus direitos em face do tomador de serviços, que se beneficiou de sua força de trabalho, com fulcro na culpa da Administração.
No mesmo diapasão, o Enunciado nº 26 do I Fórum do Direito Material e Processual do Trabalho do TRT/RJ, verbis:
(...)
Registre-se, outrossim, que este Egrégio Tribunal, por seu Órgão Especial, em julgamento à Arguição de Inconstitucionalidade do § 1º, do art. 71, da Lei nº 8.666/93 (Proc. Arginc nº 0149500-79.2009.5.01.0000), firmou o entendimento de que a condenação subsidiária de ente da Administração Pública fundada na Súmula nº 331, do C. TST, não implica na negativa de vigência do § 1º, do art. 71, da Lei nº 8.666/93, na medida em que "o dispositivo aborda a responsabilidade direta do prestador, e não aquela subsidiária advinda, não só da inadimplência, mas também da sua insolvência, justificando-se, desse modo, a imputação de responsabilidade seja ao beneficiário dos serviços, seja à pessoa jurídica interposta ao primeiro na hipótese de insolvência da segunda".
Note-se que não se está a declarar a inconstitucionalidade, nem a afastar a aplicação do artigo de lei em questão com base na Súmula 331, não havendo portanto falar em violação da cláusula de reserva de plenário (Constituição, art. 97; Súmula Vinculante nº 10) ou em descumprimento da decisão prolatada pelo STF na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 16, em sessão plenária realizada no dia 24 de novembro de 2010.
Na mesma senda, a Súmula 43 deste Regional:
(...)
Embora o vínculo empregatício não lhe possa ser imposto, ante o que dispõe o art. 37, II, da CF/88, responde o segundo réu subsidiariamente pelas obrigações decorrentes do contrato com a prestadora de serviços, porque a elegeu mal, deixando o trabalhador à mercê dos desvios da Administração Pública.
(...)
Nego provimento.
(...)"

Pois bem.
Em relação ao tema "responsabilidade subsidiária", conforme o quadro-fático delineado pelo Tribunal Regional, o qual não pode ser revisado em sede recurso de revista ante o óbice previsto na Súmula 126 do TST, na hipótese dos autos o ente público não figura como dono da obra, mas como tomador de serviços terceirizados.
Lado outro, no julgamento dos embargos de declaração nos autos do RE-760931/DF, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua jurisprudência acerca da responsabilidade da Administração Pública quanto ao pagamento de verbas trabalhistas devidas a empregados que a esta prestam serviços de maneira terceirizada.
Em um primeiro momento, a Corte Constitucional ratificou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei 8.666/93, na linha do que já havia decidido na ADC 16.
Em um segundo instante, fixou-se a tese no sentido de que "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93". Aqui, deixou-se evidente que o inadimplemento da empresa terceirizada não autoriza, por si só, o redirecionamento da responsabilidade à Administração Pública. Com efeito, embora seja possível a responsabilização do ente púbico, não é o inadimplemento o seu pressuposto único. Aliás, a equilibrada decisão do Supremo Tribunal Federal deixou claro que a expressão "automaticamente", contida na tese, teve como objetivo possibilitar ao trabalhador a responsabilização do ente público "dependendo de comprovação de culpa in eligendo ou culpa in vigilando, o que decorre da inarredável obrigação da administração pública de fiscalizar os contratos administrativos firmados sob os efeitos da estrita legalidade" (voto do Min. Edson Fachin, redator do acórdão do ED-RE760931/DF).
Portanto, ficou decidido no julgamento do recurso extraordinário (e reafirmado no julgamento dos embargos de declaração) que é possível responsabilizar a Administração Pública pelo pagamento das verbas trabalhistas devidas a empregados das empresas terceirizadas, de maneira subsidiária, quando constatada a omissão na sua atuação, que é obrigatória, sendo vedada a presunção de culpa.
Sendo assim, diferentemente da posição que esta 2ª Turma vinha adotando (com ressalva de entendimento pessoal de seus integrantes) - por entender que o Supremo Tribunal Federal havia também firmado entendimento no sentido de que seria do trabalhador o ônus da prova da omissão na fiscalização pelo ente da Administração Pública -, o Supremo Tribunal não firmou tese processual acerca da distribuição do onus probandi.
Dessa forma, as regras de distribuição do ônus da prova continuam a observar os dispositivos infraconstitucionais que as regulam, a exemplo dos arts. 373 do CPC/2015 e 818 da CLT.
Dito isso, é a Administração Pública que tem a aptidão para a prova da fiscalização do contrato administrativo de prestação de serviços (aspecto subjetivo do ônus da prova), obrigação que decorre da

própria Lei de Licitações (arts. 58, III, e 67 da Lei 8.666/93), na linha do que definiu o Supremo Tribunal Federal.
Sendo assim, nos casos em que não há prova de fiscalização, deve o julgador decidir contrariamente à parte que tinha o ônus probatório e dele não se desincumbiu: é a própria adoção da distribuição do ônus da prova como regra de julgamento (aspecto objetivo do ônus da prova).
No caso, especificamente no que diz respeito à caracterização da culpa do ente público, o Tribunal Regional consignou o seguinte:

"(...)
Com a defesa, juntou a Cedae os contratos celebrados com as demais rés. Todavia, a mera juntada do contrato não é suficiente para afastar a sua responsabilidade, sendo necessárias provas da efetiva fiscalização por parte do ente público, do que não se tem notícias nos presentes autos. (destaquei)
(...)"

Conforme se observa, o Tribunal Regional considerou que não foi comprovada a fiscalização pelo ente público, julgando procedente o pedido de responsabilização subsidiária da Administração Pública. Neste sentido, não merece reparos a decisão regional.
Cito precedentes deste Tribunal Superior do Trabalho, inclusive da SBDI-1/TST, nos quais é atribuído ao ente público o ônus da prova da fiscalização:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido " (E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020).

"AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA SEM O RECONHECIMENTO DA TRANSCENDÊNCIA EM RAZÃO DE NÃO TER HAVIDO TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA DE RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DE ÓRGÃO PÚBLICO POR CULPA IN VIGILANDO. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL DO STF. ÔNUS DA PROVA. I - O não reconhecimento do pressuposto recursal da transcendência da matéria veiculada no recurso de revista radica na premissa de que, no caso concreto, a Corte Regional firmou a sua convicção nas provas produzidas ao reputar evidenciada a conduta omissiva do órgão público na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas contraídas pela empresa prestadora dos serviços, caracterizando a culpa in vigilando da administração pública, nos moldes da Súmula nº 331, V e VI, do TST e nos limites da decisão proferida pelo STF na ADC 16/DF. Portanto, não houve desrespeito ao julgamento do STF no RE 760.931 (Tema 246 do ementário de repercussão geral). II - Consoante decisão do STF, "quando do julgamento do RE 760.931, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 11.09.2017, não se fixou regra sobre a distribuição do ônus probatório nas ações que debatem a responsabilidade subsidiária da Administração Pública em decorrência da culpa in vigilando nos contratos de terceirização. Não destoa desse entendimento acórdão que, ante as peculiaridades do caso concreto, impõe à Administração a prova de diligência. Agravo regimental a que se nega provimento. (Rcl 35907 AgR, Relator: Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma - DJe-19-12-2019)". III - Em vista do posicionamento do STF sobre o tema, a SbDI-1 do TST, órgão que uniformiza a jurisprudência interna corporis , firmou entendimento no sentido de que é do poder público o ônus da demonstrar que fiscalizou adequadamente os contratos de prestação de serviços por ele firmados, por constituir dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e outras obrigações impostas à administração pública por diversas normas legais (TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, sessão de 12.12.2019). Agravo a que se nega provimento" (Ag-RR-100330-27.2017.5.01.0205, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 17/08/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. TOMADOR DE SERVIÇOS. FISCALIZAÇÃO NÃO DEMONSTRADA. ÔNUS DA PROVA. Em recente decisão, no julgamento dos embargos de declaração nos autos do RE-760931/DF, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua jurisprudência acerca da responsabilidade da

Administração Pública quanto ao pagamento de verbas trabalhistas devidas a empregados que a ela prestam serviços de maneira terceirizada. Em um primeiro momento, a Corte Constitucional ratificou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei 8.666/93, na linha do que já havia decidido na ADC 16. Em um segundo instante, fixou-se a tese no sentido de que "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Aqui, deixou-se evidente que o inadimplemento da empresa terceirizada não autoriza, por si só, o redirecionamento da responsabilidade à Administração Pública. Com efeito, embora seja possível a responsabilização do ente púbico, não é o inadimplemento o seu pressuposto único . Aliás, a equilibrada decisão do Supremo Tribunal Federal deixou claro que a expressão "automaticamente" contida na tese teve como objetivo possibilitar ao trabalhador a responsabilização do ente público, "dependendo de comprovação de culpa in eligendo ou culpa in vigilando , o que decorre da inarredável obrigação da administração pública de fiscalizar os contratos administrativos firmados sob os efeitos da estrita legalidade" (voto do Min. Edson Fachin, redator do acórdão do ED-RE760931/DF). Portanto, ficou decidido no julgamento do recurso extraordinário (e reafirmado no julgamento dos embargos de declaração) que é possível responsabilizar a Administração Pública pelo pagamento das verbas trabalhistas devidas a empregados das empresas terceirizadas, de maneira subsidiária, quando constatada a omissão na sua atuação , que é obrigatória, sendo vedada a presunção de culpa . Sendo assim, diferentemente da posição que esta 2ª Turma vinha adotando (com ressalva de entendimento pessoal de seus integrantes) - por entender que o Supremo Tribunal Federal havia também firmado entendimento no sentido de que seria do trabalhador o ônus da prova da omissão na fiscalização pelo ente da Administração Pública -, o Supremo Tribunal não firmou tese processual acerca da distribuição do onus probandi. Nesse sentido, as regras de distribuição do ônus da prova continuam a observar os dispositivos infraconstitucionais que as regulam, a exemplo dos arts. 373 do CPC/2015 e 818 da CLT. Dito isso, é a Administração Pública quem tem a aptidão para a prova da fiscalização do contrato administrativo de prestação de serviços (aspecto subjetivo do ônus da prova), obrigação que decorre da própria Lei de Licitações (arts. 58, III, e 67 da Lei 8.666/93), na linha do que definiu o Supremo Tribunal Federal. Assim, nos casos em que não há prova de fiscalização, deve o julgador decidir contrariamente à parte que tinha o ônus probatório e dele não se desincumbiu: é a própria adoção da distribuição do ônus da prova como regra de julgamento (aspecto objetivo do ônus da prova). No caso, o Tribunal Regional considerou que não foi comprovada a fiscalização pelo ente público, julgando procedente o pedido de responsabilização subsidiária. Decisão em harmonia com o entendimento consolidado na Súmula 331, V, do TST. Precedentes. Agravo de instrumento de que se conhece e a que se nega provimento" (AIRR-2013-42.2016.5.07.0017, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 18/09/2020).

"RECURSO DE REVISTA. JULGAMENTO ANTERIOR POR ESTA 3ª TURMA. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS PARA EVENTUAL EMISSÃO DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ARTIGO 1.030, INCISO II, DO CPC. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. ENTIDADES ESTATAIS. ENTENDIMENTO FIXADO PELO STF NA ADC Nº 16-DF. SÚMULA 331, V, DO TST. ART. 71, § 1º, DA LEI 8.666/93. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. JURISPRUDÊNCIA VINCULANTE DO STF. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE CONDUTA CULPOSA NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DA LEI 8.666/93. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NO TOCANTE À AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. ENCARGO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEGUNDO INTERPRETAÇÃO DA SBDI-1/TST À JURISPRUDÊNCIA DO STF, A PARTIR DA DECISÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROFERIDA NOS AUTOS DO RE-760.931/DF. Em observância ao entendimento fixado pelo STF na ADC nº 16-DF, passou a prevalecer a tese de que a responsabilidade subsidiária dos entes integrantes da Administração Pública direta e indireta não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada, mas apenas quando explicitada no acórdão regional a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei 8.666, de 21.6.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. E o STF, ao julgar, com repercussão geral reconhecida, o RE-760.931/DF, confirmou a tese já explicitada na anterior ADC nº 16-DF, no sentido de que a responsabilidade da Administração Pública não pode ser automática, cabendo a sua condenação apenas se houver prova inequívoca de sua conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos. Provocado o STF, em sede de embargos de declaração, sobre o alcance da decisão proferida nos autos do RE-760.931/DF, sobretudo quanto ao ônus de prova da fiscalização do adimplemento das obrigações contratuais trabalhistas no curso do pacto celebrado entre o ente privado e a Administração Pública, o recurso foi desprovido. Em face dessa decisão, em que o Supremo Tribunal Federal não delimitou - como foi questionado nos embargos de declaração - a matéria atinente ao ônus da prova da fiscalização do contrato, compreendeu a SBDI-1 do TST, em julgamento realizado em 12.12.2019, nos autos dos Embargos E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, que a deliberação acerca da matéria, dado o seu caráter eminentemente infraconstitucional, compete à Justiça do Trabalho. E, manifestando-se expressamente sobre o encargo probatório, fixou a tese de que é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços, suplantando, assim, o entendimento de que seria do empregado tal encargo processual. Ressalte-se que, ainda que não haja transferência automática da responsabilidade (não incide, nesses casos, a culpa presumida, segundo o STF), tem o tomador de serviços estatal o ônus processual de comprovar seus plenos zelo e exação quanto ao adimplemento de seu dever fiscalizatório (art. 818, II e § 1º, CLT; art. 373, II, CPC/2015). Por essas razões, se a entidade pública não demonstra a realização do efetivo controle sobre o contrato, deve ser responsabilizada subsidiariamente pela satisfação das obrigações trabalhistas inadimplidas pela empregadora. É preciso - reitere-se - deixar claro que, se a entidade estatal fizer prova razoável e consistente, nos autos, de que exerceu, adequadamente, o seu dever fiscalizatório, não pode ocorrer a sua responsabilização, pois isso configuraria desrespeito à jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal. Consequentemente, no caso concreto, em face de a decisão do TRT estar em consonância com o atual posicionamento desta Corte sobre a matéria e mantida a decisão que não conheceu do recurso de revista, sem proceder ao juízo de retratação, nos termos do art. 543-B, § 3º, do CPC, devolvam-se os autos à Vice-Presidência desta Corte Superior" (RR-21306-14.2014.5.04.0029, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 18/09/2020).

"I. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA 13.467/2017. 1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ÔNUS DA PROVA. SÚMULA 331, V, DO TST. DECISÃO PROFERIDA PELA SUBSEÇÃO 1 ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS (SBDI-1), NO JULGAMENTO DO E-RR-925-07.2016.5.05.0281, EM 12/12/2019. ATRIBUIÇÃO AO ENTE PÚBLICO DO ÔNUS PROBATÓRIO ACERCA DA REGULAR FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA. 1. De acordo com o artigo 896-A da CLT, o Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, deve examinar previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica. No presente caso, o Tribunal Regional decidiu a questão com amparo no ônus probatório acerca da conduta culposa do tomador de serviços. A SBDI-1 desta Corte, no recente julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em 12/12/2019, com sua composição plena, entendeu que o Supremo Tribunal Federal não firmou tese acerca do ônus da prova da culpa in vigilando ou da culpa in eligendo da Administração Pública tomadora dos serviços, concluindo caber ao Ente Público o ônus de provar a efetiva fiscalização do contrato de terceirização. Trata-se, portanto, de " questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista ", nos termos do art. 896-A, IV, da CLT, o que configura a transcendência jurídica da matéria em debate . 2. A Suprema Corte, ao julgar a ADC 16/DF e proclamar a constitucionalidade do § 1º do artigo 71 da Lei 8.666/93, não afastou a possibilidade de imputação da responsabilidade subsidiária aos entes da Administração Pública, por dívidas trabalhistas mantidas por empresas de terceirização por eles contratadas, desde que configurada conduta culposa, por omissão ou negligência, no acompanhamento da execução dos contratos de terceirização celebrados, nos moldes da Súmula 331, V, do TST. Ainda, no julgamento do RE 760931, o Supremo Tribunal Federal, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93 ". A partir da análise dos fundamentos lançados no debate travado no âmbito do Supremo Tribunal Federal para se concluir acerca da responsabilização do Ente da Administração Pública, em caráter excepcional, deve estar robustamente comprovada sua conduta culposa, não se cogitando de responsabilidade objetiva ou de transferência automática da responsabilidade pela quitação dos haveres em razão do simples inadimplemento das obrigações trabalhistas pela prestadora de serviços. 3. A SBDI-1 desta Corte, após análise dos debates e dos votos proferidos no julgamento do RE 760931, entendeu que o Supremo Tribunal Federal não firmou tese acerca do ônus da prova da culpa in vigilando ou in eligendo da Administração Pública tomadora de serviços. Ponderou que o STF rejeitou o voto lançado pelo redator designado, Ministro Luiz Fux, no julgamento dos embargos declaratórios opostos em face da referida decisão, no qual ressaltou a impossibilidade da inversão do ônus da prova ou da culpa presumida da Administração Pública. Asseverou que, após o aludido julgamento, o entendimento de que não teria havido posicionamento acerca do ônus probatório - se do empregado ou da Administração Pública - passou a prevalecer, inclusive na resolução de Reclamações Constitucionais apresentadas perante aquela Corte. Destacou que a definição quanto ao ônus da prova acerca da regular fiscalização do contrato de terceirização fica a cargo desta Corte. Concluiu, assim, que o Ente Público, ao anotar a correta fiscalização da execução do contrato de terceirização, acena com fato impeditivo do direito do empregado, atraindo para si o ônus probatório, nos termos dos artigos 333, II, do CPC/73, 373, II, do CPC/2015 e 818 da CLT, acrescentando que atribuir ao empregado o ônus de provar a fiscalização deficiente por parte do Poder Público significa conferir-lhe o encargo de produzir provas de difícil obtenção (E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Julgado em: 12/12/2019). 4. Nesse cenário, a Corte Regional, ao destacar que competia ao Ente Público provar que fiscalizou a execução do contrato de prestação de serviços, proferiu acórdão em conformidade com o atual entendimento da SBDI-1 desta Corte, incidindo a Súmula 333/TST e o artigo 896, § 7º, da CLT como óbices ao processamento da revista. Agravo de instrumento não provido. II. RECURSO DE REVISTA ADESIVO DA RECLAMANTE. ARTIGO 997, III, DO CPC/2015. Prejudicada a análise do recurso de revista adesivo ante o não processamento do recurso principal. Recurso de revista prejudicado" (AIRR-1000288-79.2017.5.02.0445, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SÚMULA N.º 331, V, DO TST. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. 1. Considerando o recente pronunciamento, pelo Supremo Tribunal Federal, acerca da constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação que lhe emprestou a Lei n.º 9.032/1995, e a repercussão da tese sufragada sobre a interpretação da legislação que rege o tema da responsabilidade subsidiária da Administração Pública pelos créditos trabalhistas dos terceirizados, bem como a existência de decisões conflitantes sobre a matéria, reconhece-se a transcendência jurídica da causa (artigo 896-A, § 1º, IV, da CLT). 2 . O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF, mediante acórdão publicado no DJe de 09/09/2011, reconheceu a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação que lhe emprestou a Lei n.º 9.032/1995. Na ocasião, a excelsa Corte sufragou tese no sentido de que a mera inadimplência da empresa contratada não justifica a transferência, para a Administração Pública, da responsabilidade pelo pagamento dos encargos resultantes da relação de emprego havida entre particulares. Ressalvou, todavia, o Supremo Tribunal Federal, que a conduta omissiva da Administração Pública, quanto ao seu poder-dever de fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações atribuídas à empresa contratada, rende ensejo ao reconhecimento da responsabilidade subsidiária do ente público. Nesse sentido, o voto condutor lavrado pelo Exmo. Ministro Cezar Peluso , segundo o qual o reconhecimento da constitucionalidade do dispositivo legal em comento " não impedirá que a Justiça do Trabalho continue reconhecendo a responsabilidade da Administração com base nos fatos de cada causa " (fl. 38), sendo certo que " o mero inadimplemento deveras não transfere, mas a inadimplência da obrigação da Administração é que lhe traz como consequência uma responsabilidade que a Justiça do Trabalho eventualmente pode reconhecer a despeito da constitucionalidade da lei " (fl. 46 - os grifos foram acrescidos). 3 . Nesse exato sentido passou a orientar-se a jurisprudência desta Corte superior, a partir da edição, pelo Tribunal Pleno, da Resolução n.º 174, de 24/05/2011, de que resultou a inserção do item V na Súmula n.º 331, cujo teor é o seguinte: " os entes integrantes da Administração Pública direta e

indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora . A aludida responsabilidade não decorre do mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada" (destaques acrescidos) . 4 . Atente-se, ainda, para o fato de que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema nº 246 de Repercussão Geral, nos autos do RE 760.931 (julgamento concluído no dia 30/3/2017 e acórdão publicado em 12/9/2017), fixou a seguinte tese: "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . 5 . Exsurge clara, daí, a conclusão de que, na mesma linha da tese sufragada na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF, entende o Supremo Tribunal Federal que não há falar em transferência automática à Administração Pública da responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas decorrentes do contrato mantido entre a empresa prestadora de serviços e seus empregados. 6 . O Supremo Tribunal Federal deliberadamente não definiu , na tese de Repercussão Geral fixada no RE n.º 760.931, a distribuição do ônus da prova , limitando-se a sufragar o entendimento de que " o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 ". 7 . Nesse contexto, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte superior, nos autos do processo n.º TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, em sessão de julgamento realizada em 12/12/2019, acórdão publicado em 22/5/2020, firmou entendimento no sentido de que incumbe ao ente público o ônus de comprovar a efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos de trabalho firmados entre a empresa prestadora dos serviços e seus empregados. 8 . Assim, resulta incensurável a decisão proferida pelo egrégio Tribunal Regional, que, examinando a situação concreta dos autos, constatou que a Administração Pública não cumpriu com sua obrigação de fiscalizar o adimplemento, pela empresa prestadora dos serviços, das obrigações a que submetida, por força de lei ou do contrato. Nesse sentido, registrou-se no acórdão prolatado pela Corte de origem que "no caso sob análise, o ente público agiu com culpa, uma vez que não efetuou os repasses financeiros à primeira ré, e tinha ciência do inadimplemento das verbas trabalhistas, aliás fato público e notório, de forma que não há falar em demonstração de culpa pelo empregado. Repiso que a recorrente não tomou qualquer providência efetiva para resguardar os créditos devidos aos trabalhadores da empresa contratada que lhe prestaram serviços . Portanto , ante a conduta culposa do ente público, resta configurada a sua responsabilidade subsidiária , nos termos da Súmula 331, V, do TST, e do entendimento adotado pelo STF na ADC 16" . 9. Tal premissa fática, insuscetível de revisão em sede extraordinária, revela-se suficiente a justificar a conclusão a que chegou a Corte de origem, no sentido de impor ao ente público a obrigação de arcar, de forma subsidiária, com o pagamento dos créditos trabalhistas reconhecidos à parte obreira. 10. Agravo de Instrumento a que se nega provimento." (AIRR-101269-05.2017.5.01.0432, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.015/2014. CPC/2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DE REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331 DO TST. DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL PACIFICADA NO ÂMBITO DESTA CORTE SUPERIOR. No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou no Tema 246, de repercussão geral, que: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em sede de embargos de declaração, ao rejeitar a solução proposta pelo Relator, deixou claro que não fixou tese quanto à definição do ônus da prova referente à efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de trabalho, por se tratar de matéria infraconstitucional, na linha de sua pacífica jurisprudência, de que são exemplos os seguintes precedentes: AI 405738 AgR, Rel. Min. Ilmar Galvão, 1ª T., julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, 2ª T., julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, 2ª T., julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T., julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator: Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg. em 11/11/2019. Nesse contexto, a SDI-1 desta Corte Superior, em sessão com sua composição completa, realizada no dia 12/12/2019, ao julgar o E-RR-925-07.2016.5.05.0281, assentou que caberia a esta Justiça Especializada resolver a aludida questão jurídica e definiu ser do tomador o encargo de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços, por ser obrigação que decorre de forma ordinária da aplicação sistemática de vários dispositivos da Lei nº 8.666/93, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público. No caso, o Tribunal Regional consignou que o ente público não se desincumbiu do ônus de provar haver sido diligente no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Assim, sua condenação subsidiária não contraria o fixado pelo Supremo Tribunal Federal e se alinha à jurisprudência pacificada no âmbito desta Corte Superior. Agravo de instrumento conhecido e não provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE AUTORA. JORNADA 12X36 HORAS. VALIDADE. NORMA COLETIVA. SÚMULA Nº 444 DO TST . AUSÊNCIA DE REGISTRO FÁTICO E TESE ACERCA DA DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME POR SUPOSTA PRESTAÇÃO HABITUAL DE HORAS EXTAS. SÚMULAS NºS 126 E 297 DO TST. Conforme entendimento consubstanciado na Súmula nº 444 desta Corte: " é válida, em caráter excepcional, a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. O empregado não tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas ". No caso, o Tribunal Regional, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, registrou a existência de acordo coletivo válido autorizando o regime de compensação da jornada de trabalho de 12x36h. Conclusão em sentido contrário demandaria o revolvimento de fatos e provas, o que não é admissível nesta instância extraordinária, consoante o

teor da Súmula nº 126 do TST. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (AIRR-11354-26.2014.5.01.0051, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ÔNUS DA PROVA. 1. Cinge-se a presente controvérsia ao ônus da prova da fiscalização e da conduta culposa do ente público, por se tratar de elemento necessário à configuração da responsabilidade subsidiária da Administração Pública, segundo a diretriz perfilhada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC nº 16 e a tese fixada no RE nº 760.931, em sede de repercussão geral (Tema nº 246). 2 . A SDI-1 desta Corte, órgão de uniformização jurisprudencial interna corporis , firmou a compreensão de que a discussão atinente ao onus probandi não foi apreciada no referido precedente de repercussão geral, notadamente em razão do seu caráter infraconstitucional, incumbindo a este Tribunal Superior do Trabalho o enfrentamento da questão. E, assim, com base no princípio da aptidão para a prova e no fato de que a fiscalização constitui um dever legal, concluiu ser do ente público o encargo probatório de demonstrar a regular observância das exigências legais no tocante à fiscalização da prestadora dos serviços quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas. 3. Nesse contexto, a conclusão adotada pelo Tribunal de origem revela-se irrepreensível, pois a condenação subsidiária atribuída ao ente público não foi automática, mas decorreu da configuração da sua conduta culposa, porquanto não produziu nenhuma prova de que tenha fiscalizado a empresa contratada, ônus que lhe incumbia. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (AIRR-100442-15.2017.5.01.0037, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 18/09/2020).

No tocante ao tema "desvio de função", tendo o Tribunal Regional, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, entendido que a parte reclamante exercia função de encarregado de turma, torna-se inviável o processamento do apelo, pois, para se concluir que o reclamante exercia a função de bombeiro hidráulico para a qual foi contratada, como pretende a parte agravante, seria necessário o revolvimento de fatos e provas, providência vedada em sede de recuso de revista ante o óbice da Súmula 126 do TST.
No que diz respeito ao tema "honorários advocatícios", a condenação da agravante em honorários sucumbenciais está em consonância com as diretrizes consubstanciadas nos arts. 791-A da CLT e 6º da IN 41 do TST.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
O acórdão proferido pelo Tribunal Regional está em conformidade com a jurisprudência iterativa, notória e atual desta Corte Superior.
Por fim, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0021156-23.2019.5.04.0202

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE CANOAS
Advogado	Dr. Paulo Roberto Petri da Silva(OAB: 57360-A/RS)
Advogada	Dra. Maristela Carvalho de Freitas(OAB: 44492-A/RS)
Agravado	CHEILA DA ROSA OLIVERA
Advogado	Dr. Lucas Eduardo L. Brunetto(OAB: 75594-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIACAO BENEFICENTE DE CANOAS
- CHEILA DA ROSA OLIVERA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada em face da decisão (fls. 372/374) do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista.
Houve apresentação de contrarrazões ao recurso de revista e de contraminuta ao agravo de instrumento (fls. 394/396).
Os autos não foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho, por força do RITST.
É o relatório.
Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade do agravo de instrumento, dele conheço.
A reclamada renova o inconformismo acerca da matéria "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS".
Contudo, não obstante as alegações recursais, verifico que, às fls. 359/365, a reclamada transcreveu integralmente o tópico da decisão recorrida, sem efetuar nenhum destaque.
A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º -A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA . Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo

em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"[...] III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido [...]" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/05/2021 - destaque acrescido).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1001402-35.2019.5.02.0202

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE BARUERI
Procurador	Dr. José Nilson da Silva
Agravado	EDILENE OLIVEIRA DA CRUZ
Advogada	Dra. Gilmara da Silva Santana(OAB: 405906/SP)
Agravado	PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogada	Dra. Laís Marchetti Zaparolli(OAB: 367715-A/SP)
Advogada	Dra. Alexsandra Azevedo do Fojo(OAB: 155577/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDILENE OLIVEIRA DA CRUZ
- MUNICÍPIO DE BARUERI
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1036/1071) interposto em face da decisão (fls.1023/1026) do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região que denegou seguimento ao recurso de revista.
Houve apresentação de contraminuta (fls. 1080/1082) e de contrarrazões (fls. 1083/1100) ao recurso interposto.
Os autos foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho, que oficiou pelo desprovimento do recurso. (fls. 1107/1108).
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado, interposto tempestivamente (decisão denegatória em 20/10/2020 e apelo protocolado em 12/11/2020), dispensado o preparo.
A reclamada insurge-se contra a responsabilidade subsidiária que lhe foi atribuída. Afirma que a decisão recorrida mantém a condenação subsidiária do recorrente com base na Súmula 331 do TST, ainda que se trate de contrato de gestão, com clara violação à Lei 9.637/98, sem mesmo declará-la inconstitucional, violando, assim, a Súmula Vinculante nº 10 do STF. Ressalta que o caso concreto não se trata de terceirização de mão de obra, mas de contrato de gestão firmado após regular processo de seleção pública. Destaca violação aos arts. 37, 97, da Constituição Federal, 71, § 1º, da Lei 8.666/93 e contrariedade à Súmula 331do TST e à Súmula Vinculante nº 10.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do apelo.
De plano, registre-se que interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente deve transcrever precisamente o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o § 1º-A, I, do art. 896 da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
Contudo, não obstante as alegações recursais apresentadas no recurso de revista, verifica-se que, às fls. 887/891, o segundo reclamado transcreveu integralmente o tópico da decisão recorrida, sem efetuar nenhum destaque.
A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º -A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA . Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de

dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"[...] III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido [...]" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/05/2021 - destaque acrescido).

Cabe destacar que o trecho transcrito às fls. 897 não tem o condão de suprir a exigência do referido dispositivo legal, porquanto não se verificam, no excerto, todas as premissas de fato e de direito necessários para compreensão da matéria impugnada.
Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100952-44.2016.5.01.0043

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	JOSIEL ANTERO DA SILVA
Advogado	Dr. Jose Solon Tepedino Jaffe(OAB: 128788-A/RJ)
Agravado	TRANSPORTES PARANAPUAN S.A.
Advogado	Dr. Bruno de Medeiros Lopes Tocantins(OAB: 92718/RJ)
Advogado	Dr. Pablo Monteiro Barbosa Moreira(OAB: 127558/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):
- JOSIEL ANTERO DA SILVA
- TRANSPORTES PARANAPUAN S.A.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Horas Extras.
Alegação(ões):
- violação d(a,o)(s) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 818; Código de Processo Civil, artigo 373, inciso I.
- divergência jurisprudencial .
O exame detalhado do processo revela que o v. acórdão regional está fundamentado no conjunto fático-probatório até então produzido. Nesse aspecto, a análise das violações apontadas importaria o reexame de todo o referido conjunto, o que, na atual fase processual, encontra óbice inarredável na Súmula 126 do TST. Osarestos transcritos para o confronto de teses revelam-se inespecíficos,vez que não se enquadram nos moldes estabelecidos pelas Súmulas 23 e296 doTST.
CONCLUSÃO
NEGO seguimento aorecurso de revista.

O recurso de revista não prospera quanto ao tema "horas extras" pois o TRT, após analisar os elementos de prova dos autos,

consignou que "a reclamante não se desincumbiu do ônus de provar o desacerto na marcação de horários variados constantes nasguiasministeriaistrazidas como meio de prova pela reclamada".
Não há se falar, portanto, em violação aos art. 818 da CLT ou 373, I, do CPC, uma vez que o acórdão regional está em conformidade com a Súmula 338, I, do TST:

Súmulanº 338do TST
I - É ônus do empregador que conta com mais de 10 (dez) empregados o registro da jornada de trabalho na forma do art. 74, § 2º, da CLT. A não-apresentação injustificada dos controles de freqüência gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, a qual pode ser elidida por prova em contrário. (ex-Súmula nº 338 - alterada pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003)

A pretensão do recorrente é, na verdade, de suscitar o reexame de fatos e provas, conforme se extrai de suas alegações de que "não concessão do pedido de horas extras de acordo com o descrito na peça vestibular, em consonância com a prova oral produzida, afronta direta e literalmente os artigos 818 da CLT e 373, I, do CPC".
Incidem ao caso, portanto, o óbice das Súmulas 126 e 333 do TST.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0024528-46.2020.5.24.0021

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE DOURADOS
Advogado	Dr. Leonardo Lopes Cardoso(OAB: 6021-A/MS)
Advogado	Dr. Renato Queiroz Coelho(OAB: 8120 -B/MS)
Agravado	DOURASER PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - EIRELI
Advogada	Dra. Andréa de Liz Santana(OAB: 13159-A/MS)
Advogado	Dr. Rogerio Castro Santana(OAB: 15751-A/MS)
Advogado	Dr. Ana Carla Ruiz(OAB: 22268-A/MS)
Agravado	JOEL PEREIRA DO NASCIMENTO
Advogado	Dr. Nilton César Corbalan Gusman(OAB: 6746-A/MS)
Advogado	Dr. Nelson Eli Prado(OAB: 6212-A/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DOURASER PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - EIRELI
- JOEL PEREIRA DO NASCIMENTO
- MUNICÍPIO DE DOURADOS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1772/1803) interposto em face da decisão (fls. 1765/1767) do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região que denegou seguimento ao recurso de revista.
Houve apresentação de contraminuta ao agravo de instrumento (fls. 1807/1809) e de contrarrazões ao recurso de revista (fls. 1810/1822).
Os autos foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho, que oficiou pelo regular prosseguimento do feito. (fls. 1829/1830).
Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade do agravo de instrumento, dele conheço.
O segundo reclamado insurge-se contra a responsabilidade subsidiária que lhe foi atribuída.
Contudo, não obstante as alegações recursais apresentadas no recurso de revista, verifica-se que, às fls. 1724/1731, o segundo reclamado transcreveu integralmente o tópico da decisão recorrida, sem efetuar nenhum destaque.
A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º -A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA . Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma,

inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"[...] III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido [...]" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/05/2021 - destaque acrescido).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0101324-24.2018.5.01.0204

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS
Procurador	Dr. Simão Veríssimo Mello Vieira
Agravado	ROBSON DOS SANTOS FLOR
Advogado	Dr. Josemar de Almeida Mussauer Junior(OAB: 128597-A/RJ)
Agravado	AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
Advogado	Dr. Luís Eduardo Guimarães Borges Barbosa(OAB: 109033-A/RJ)
Advogado	Dr. Mario Henrique Guimaraes Bittencourt(OAB: 110415-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGILE CORP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
- MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS
- ROBSON DOS SANTOS FLOR

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
OMinistério Público do Trabalhoopina pelo conhecimento e não provimento do Agravo de Instrumento.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos §§ 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no que concerne ao tema em destaque, consignou:

Da responsabilidade subsidiária
[...]
O Município de Duque de Caxias se beneficiou da mão de obra do reclamante, como restou incontroverso.
O inadimplemento das obrigações trabalhistas pelo empregador implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste do título executivo judicial (artigo 71, da Lei nº 8.666/93), conforme alteração do item IV, da súmula nº 331, do TST. Deverá ser observado o artigo 71, § 1º, da lei nº 8.666/93 e a decisão proferida pelo c. STF nos autos da ADC nº 16, quando for apreciado o pedido de responsabilidade subsidiária da Administração Pública.
A responsabilidade da Administração Pública, no entanto, não decorre do mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada, devendo ser comprovada sua conduta culposa, nos termos do inciso V, da Súmula nº 331, do TST, com a redação dada pela Resolução 174/2011, em conformidade com a decisão proferida na Ação de Declaração de Constitucionalidade nº 16, do STF, que declarou a constitucionalidade do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, verbis:
[...]
O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 760931, proferido em 30.03.2017, com repercussão geral, no qual foi apreciada a responsabilidade subsidiária da administração pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa terceirizada, confirmou o entendimento adotado na Ação de Declaração de Constitucionalidade nº 16, que veda a responsabilização automática da administração pública, cabendo, somente, a condenação quando houver prova inequívoca da conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos.
O entendimento consubstanciado na Súmula nº. 43 deste Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região é no sentido de queé ônus do ente público comprovar a regular fiscalização da empresa prestadora dos serviços quanto ao regular cumprimento das obrigações trabalhistas, verbis:
[...]
O efetivo exercício do poder/dever de fiscalizar o contrato firmado deve ser comprovado através da demonstração, inequívoca, do acompanhamento, direto e rotineiro, e não eventual e fortuito, do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas relativas ao contrato.
E, caso confirmado o inadimplemento de alguma obrigação, deveria o contratante produzir prova da tomada efetiva de providências

quanto à mora da contratada aplicando, inclusive, as enérgicas penalidades previstas em lei, para coibir a prestadora de serviço de perpetuar a prática do descumprimento das obrigações trabalhistas e sanar aquelas que já foram praticadas.
No caso dos autos, o Município de Duque de Caxias se limitou a apresentar o contrato de prestação de serviços firmado com a primeira ré (ID. 87c6025).
Não comprovada a efetiva fiscalização sobre a primeira ré, mantém-se a sentença quanto à responsabilidade subsidiária, eis que o Município de Duque de Caxias não fiscalizou o contrato de prestação de serviço celebrado com a primeira reclamada.
Nego provimento.

O ente público alega que não pode subsistir a sua responsabilização subsidiária, em razão do disposto no art. 71, §1º, da Lei 8.666/1993. Argumenta que não ficou demonstrada a culpa in vigilando. Aduz, ainda, ser da parte reclamante o ônus da prova relacionada à culpa in vigilando.
Aponta violação dos arts. 5.º, II, e 37, XXI, da Constituição Federal; 71, §1º, da Lei 8.666/1993; 373, I, do CPC e 818, I, da CLT; bem como contrariedade à Súmula 331, itens IV e V, do TST, à decisão no ADC 16 e no Recurso Extraordinário 760.931. Transcreve arestos.
Analiso.
Inicialmente, há de se afastar a alegação de violação ao art. 5º, inciso II, da Constituição Federal, uma vez que a análise das matérias suscitadas no agravo não se exaure na Constituição Federal, demandando que se interprete o conteúdo da legislação infraconstitucional própria, motivo pelo qual ainda que se considere a possibilidade de ter havido violação do texto constitucional, esta seria meramente indireta e reflexa, o que não justifica o manejo do presente recurso, nos termos da Súmula 636 do STF.
No julgamento dos embargos de declaração nos autos do RE-760931/DF, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua jurisprudência acerca da responsabilidade da Administração Pública quanto ao pagamento de verbas trabalhistas devidas a empregados que a esta prestam serviços de maneira terceirizada.
Em um primeiro momento, a Corte Constitucional ratificou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei 8.666/93, na linha do que já havia decidido na ADC 16.
Em um segundo instante, fixou-se a tese no sentido de que "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93". Aqui, deixou-se evidente que o inadimplemento da empresa terceirizada não autoriza, por si só, o redirecionamento da responsabilidade à Administração Pública. Com efeito, embora seja possível a responsabilização do ente púbico, não é o inadimplemento o seu pressuposto único. Aliás, a equilibrada decisão do Supremo Tribunal Federal deixou claro que a expressão "automaticamente", contida na tese, teve como objetivo possibilitar ao trabalhador a responsabilização do ente público "dependendo de comprovação de culpa in eligendo ou culpa in vigilando, o que decorre da inarredável obrigação da administração pública de fiscalizar os contratos administrativos firmados sob os efeitos da estrita legalidade" (voto do Min. Edson Fachin, redator do acórdão do ED-RE760931/DF).
Portanto, ficou decidido no julgamento do recurso extraordinário (e reafirmado no julgamento dos embargos de declaração) que é possível responsabilizar a Administração Pública pelo pagamento das verbas trabalhistas devidas a empregados das empresas terceirizadas, de maneira subsidiária, quando constatada a omissão na sua atuação, que é obrigatória, sendo vedada a presunção de culpa.
Sendo assim, diferentemente da posição que esta 2ª Turma vinha adotando (com ressalva de entendimento pessoal de seus integrantes) - por entender que o Supremo Tribunal Federal havia também firmado entendimento no sentido de que seria do trabalhador o ônus da prova da omissão na fiscalização pelo ente da Administração Pública -, o Supremo Tribunal não firmou tese processual acerca da distribuição do onus probandi.
Dessa forma, as regras de distribuição do ônus da prova continuam a observar os dispositivos infraconstitucionais que as regulam, a exemplo dos arts. 373 do CPC/2015 e 818 da CLT.
Dito isso, é a Administração Pública que tem a aptidão para a prova da fiscalização do contrato administrativo de prestação de serviços (aspecto subjetivo do ônus da prova), obrigação que decorre da própria Lei de Licitações (arts. 58, III, e 67 da Lei 8.666/93), na linha do que definiu o Supremo Tribunal Federal.
Sendo assim, nos casos em que não há prova de fiscalização, deve o julgador decidir contrariamente à parte que tinha o ônus probatório e dele não se desincumbiu: é a própria adoção da distribuição do ônus da prova como regra de julgamento (aspecto objetivo do ônus da prova).
No caso, especificamente no que diz respeito à caracterização da culpa do ente público, o Tribunal Regional consignou o seguinte:

No caso dos autos, o Município de Duque de Caxias se limitou a apresentar o contrato de prestação de serviços firmado com a primeira ré (ID. 87c6025).
Não comprovada a efetiva fiscalização sobre a primeira ré, mantém-se a sentença quanto à responsabilidade subsidiária, eis que o Município de Duque de Caxias não fiscalizou o contrato de prestação de serviço celebrado com a primeira reclamada.

Conforme se observa, o Tribunal Regional considerou que não foi comprovada a fiscalização pelo ente público, julgando procedente o pedido de responsabilização subsidiária da Administração Pública. Neste sentido, não merece reparos a decisão regional.
Cito precedentes deste Tribunal Superior do Trabalho, inclusive da SBDI-1/TST, nos quais é atribuído ao ente público o ônus da prova da fiscalização:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se

concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido " (E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020).

"AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA SEM O RECONHECIMENTO DA TRANSCENDÊNCIA EM RAZÃO DE NÃO TER HAVIDO TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA DE RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DE ÓRGÃO PÚBLICO POR CULPA IN VIGILANDO. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL DO STF. ÔNUS DA PROVA. I - O não reconhecimento do pressuposto recursal da transcendência da matéria veiculada no recurso de revista radica na premissa de que, no caso concreto, a Corte Regional firmou a sua convicção nas provas produzidas ao reputar evidenciada a conduta omissiva do órgão público na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas contraídas pela empresa prestadora dos serviços, caracterizando a culpa in vigilando da administração pública, nos moldes da Súmula nº 331, V e VI, do TST e nos limites da decisão proferida pelo STF na ADC 16/DF. Portanto, não houve desrespeito ao julgamento do STF no RE 760.931 (Tema 246 do ementário de repercussão geral). II - Consoante decisão do STF, "quando do julgamento do RE 760.931, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 11.09.2017, não se fixou regra sobre a distribuição do ônus probatório nas ações que debatem a responsabilidade subsidiária da Administração Pública em decorrência da culpa in vigilando nos contratos de terceirização. Não destoa desse entendimento acórdão que, ante as peculiaridades do caso concreto, impõe à Administração a prova de diligência. Agravo regimental a que se nega provimento. (Rcl 35907 AgR, Relator: Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma - DJe-19-12-2019)". III - Em vista do posicionamento do STF sobre o tema, a SbDI-1 do TST, órgão que uniformiza a jurisprudência interna corporis , firmou entendimento no sentido de que é do poder público o ônus da demonstrar que fiscalizou adequadamente os contratos de prestação de serviços por ele firmados, por constituir dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e outras obrigações impostas à administração pública por diversas normas legais (TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, sessão de 12.12.2019). Agravo a que se nega provimento" (Ag-RR-100330-27.2017.5.01.0205, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 17/08/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. TOMADOR DE SERVIÇOS. FISCALIZAÇÃO NÃO DEMONSTRADA. ÔNUS DA PROVA. Em recente decisão, no julgamento dos embargos de declaração nos autos do RE-760931/DF, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua jurisprudência acerca da responsabilidade da Administração Pública quanto ao pagamento de verbas trabalhistas devidas a empregados que a ela prestam serviços de maneira terceirizada. Em um primeiro momento, a Corte Constitucional ratificou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei 8.666/93, na linha do que já havia decidido na ADC 16. Em um segundo instante, fixou-se a tese no sentido de que "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Aqui, deixou-se evidente que o inadimplemento da empresa terceirizada não autoriza, por si só, o redirecionamento da responsabilidade à Administração Pública. Com efeito, embora seja possível a responsabilização do ente púbico, não é o inadimplemento o seu pressuposto único . Aliás, a equilibrada decisão do Supremo Tribunal Federal deixou claro que a expressão "automaticamente" contida na tese teve como objetivo possibilitar ao trabalhador a responsabilização do ente público, "dependendo de comprovação de culpa in eligendo ou culpa in vigilando , o que decorre da inarredável obrigação da administração pública de fiscalizar os contratos administrativos firmados sob os efeitos da estrita legalidade" (voto do Min. Edson Fachin, redator do acórdão do ED-RE760931/DF). Portanto, ficou decidido no julgamento do recurso extraordinário (e reafirmado no julgamento dos embargos de declaração) que é possível responsabilizar a Administração Pública pelo pagamento das verbas trabalhistas devidas a empregados das empresas terceirizadas, de maneira subsidiária, quando constatada a omissão na sua atuação , que é obrigatória, sendo vedada a presunção de culpa . Sendo assim, diferentemente da posição que esta 2ª Turma vinha adotando (com ressalva de entendimento pessoal de seus integrantes) - por entender que o Supremo Tribunal Federal havia também firmado entendimento no sentido de que seria do trabalhador o ônus da prova da omissão na fiscalização pelo ente da Administração Pública -, o Supremo Tribunal não firmou tese processual acerca da distribuição do onus probandi. Nesse sentido, as regras de distribuição do ônus da prova continuam a observar os dispositivos infraconstitucionais que as regulam, a exemplo dos arts. 373 do CPC/2015 e 818 da CLT. Dito isso, é a Administração Pública quem tem a aptidão para a prova da fiscalização do contrato administrativo de prestação de serviços (aspecto subjetivo do ônus da prova), obrigação que decorre da própria Lei de Licitações (arts. 58, III, e 67 da Lei 8.666/93), na linha do que definiu o Supremo Tribunal Federal. Assim, nos casos em que não há prova de fiscalização, deve o julgador decidir contrariamente à parte que tinha o ônus probatório e dele não se desincumbiu: é a própria adoção da distribuição do ônus da prova como regra de julgamento

(aspecto objetivo do ônus da prova). No caso, o Tribunal Regional considerou que não foi comprovada a fiscalização pelo ente público, julgando procedente o pedido de responsabilização subsidiária. Decisão em harmonia com o entendimento consolidado na Súmula 331, V, do TST. Precedentes. Agravo de instrumento de que se conhece e a que se nega provimento" (AIRR-2013-42.2016.5.07.0017, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 18/09/2020).

"RECURSO DE REVISTA. JULGAMENTO ANTERIOR POR ESTA 3ª TURMA. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS PARA EVENTUAL EMISSÃO DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ARTIGO 1.030, INCISO II, DO CPC. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. ENTIDADES ESTATAIS. ENTENDIMENTO FIXADO PELO STF NA ADC Nº 16-DF. SÚMULA 331, V, DO TST. ART. 71, § 1º, DA LEI 8.666/93. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. JURISPRUDÊNCIA VINCULANTE DO STF. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE CONDUTA CULPOSA NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DA LEI 8.666/93. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NO TOCANTE À AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. ENCARGO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEGUNDO INTERPRETAÇÃO DA SBDI-1/TST À JURISPRUDÊNCIA DO STF, A PARTIR DA DECISÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROFERIDA NOS AUTOS DO RE-760.931/DF. Em observância ao entendimento fixado pelo STF na ADC nº 16-DF, passou a prevalecer a tese de que a responsabilidade subsidiária dos entes integrantes da Administração Pública direta e indireta não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada, mas apenas quando explicitada no acórdão regional a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei 8.666, de 21.6.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. E o STF, ao julgar, com repercussão geral reconhecida, o RE-760.931/DF, confirmou a tese já explicitada na anterior ADC nº 16-DF, no sentido de que a responsabilidade da Administração Pública não pode ser automática, cabendo a sua condenação apenas se houver prova inequívoca de sua conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos. Provocado o STF, em sede de embargos de declaração, sobre o alcance da decisão proferida nos autos do RE-760.931/DF, sobretudo quanto ao ônus de prova da fiscalização do adimplemento das obrigações contratuais trabalhistas no curso do pacto celebrado entre o ente privado e a Administração Pública, o recurso foi desprovido. Em face dessa decisão, em que o Supremo Tribunal Federal não delimitou - como foi questionado nos embargos de declaração - a matéria atinente ao ônus da prova da fiscalização do contrato, compreendeu a SBDI-1 do TST, em julgamento realizado em 12.12.2019, nos autos dos Embargos E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, que a deliberação acerca da matéria, dado o seu caráter eminentemente infraconstitucional, compete à Justiça do Trabalho. E, manifestando-se expressamente sobre o encargo probatório, fixou a tese de que é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços, suplantando, assim, o entendimento de que seria do empregado tal encargo processual. Ressalte-se que, ainda que não haja transferência automática da responsabilidade (não incide, nesses casos, a culpa presumida, segundo o STF), tem o tomador de serviços estatal o ônus processual de comprovar seus plenos zelo e exação quanto ao adimplemento de seu dever fiscalizatório (art. 818, II e § 1º, CLT; art. 373, II, CPC/2015). Por essas razões, se a entidade pública não demonstra a realização do efetivo controle sobre o contrato, deve ser responsabilizada subsidiariamente pela satisfação das obrigações trabalhistas inadimplidas pela empregadora. É preciso - reitere-se - deixar claro que, se a entidade estatal fizer prova razoável e consistente, nos autos, de que exerceu, adequadamente, o seu dever fiscalizatório, não pode ocorrer a sua responsabilização, pois isso configuraria desrespeito à jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal. Consequentemente, no caso concreto, em face de a decisão do TRT estar em consonância com o atual posicionamento desta Corte sobre a matéria e mantida a decisão que não conheceu do recurso de revista, sem proceder ao juízo de retratação, nos termos do art. 543-B, § 3º, do CPC, devolvam-se os autos à Vice-Presidência desta Corte Superior" (RR-21306-14.2014.5.04.0029, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 18/09/2020).

"I. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA 13.467/2017. 1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ÔNUS DA PROVA. SÚMULA 331, V, DO TST. DECISÃO PROFERIDA PELA SUBSEÇÃO 1 ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS (SBDI-1), NO JULGAMENTO DO E-RR-925-07.2016.5.05.0281, EM 12/12/2019. ATRIBUIÇÃO AO ENTE PÚBLICO DO ÔNUS PROBATÓRIO ACERCA DA REGULAR FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA. 1. De acordo com o artigo 896-A da CLT, o Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, deve examinar previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica. No presente caso, o Tribunal Regional decidiu a questão com amparo no ônus probatório acerca da conduta culposa do tomador de serviços. A SBDI-1 desta Corte, no recente julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em 12/12/2019, com sua composição plena, entendeu que o Supremo Tribunal Federal não firmou tese acerca do ônus da prova da culpa in vigilando ou da culpa in eligendo da Administração Pública tomadora dos serviços, concluindo caber ao Ente Público o ônus de provar a efetiva fiscalização do contrato de terceirização. Trata-se, portanto, de " questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista ", nos termos do art. 896-A, IV, da CLT, o que configura a transcendência jurídica da matéria em debate . 2. A Suprema Corte, ao julgar a ADC 16/DF e proclamar a constitucionalidade do § 1º do artigo 71 da Lei 8.666/93, não afastou a possibilidade de imputação da responsabilidade subsidiária aos entes da Administração Pública, por dívidas trabalhistas mantidas por empresas de terceirização por eles contratadas, desde que configurada conduta culposa, por omissão ou negligência, no acompanhamento da execução dos contratos de terceirização celebrados, nos moldes da Súmula 331, V, do TST. Ainda, no julgamento do RE 760931, o Supremo Tribunal Federal, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93 ". A partir da análise dos fundamentos lançados no debate travado no âmbito do Supremo Tribunal Federal para se concluir acerca da responsabilização do Ente da Administração Pública, em caráter excepcional, deve estar robustamente comprovada sua conduta culposa, não se cogitando de responsabilidade objetiva ou de transferência automática da responsabilidade pela quitação dos haveres em razão do simples

inadimplemento das obrigações trabalhistas pela prestadora de serviços. 3. A SBDI-1 desta Corte, após análise dos debates e dos votos proferidos no julgamento do RE 760931, entendeu que o Supremo Tribunal Federal não firmou tese acerca do ônus da prova da culpa in vigilando ou in eligendo da Administração Pública tomadora de serviços. Ponderou que o STF rejeitou o voto lançado pelo redator designado, Ministro Luiz Fux, no julgamento dos embargos declaratórios opostos em face da referida decisão, no qual ressaltou a impossibilidade da inversão do ônus da prova ou da culpa presumida da Administração Pública. Asseverou que, após o aludido julgamento, o entendimento de que não teria havido posicionamento acerca do ônus probatório - se do empregado ou da Administração Pública - passou a prevalecer, inclusive na resolução de Reclamações Constitucionais apresentadas perante aquela Corte. Destacou que a definição quanto ao ônus da prova acerca da regular fiscalização do contrato de terceirização fica a cargo desta Corte. Concluiu, assim, que o Ente Público, ao anotar a correta fiscalização da execução do contrato de terceirização, acena com fato impeditivo do direito do empregado, atraindo para si o ônus probatório, nos termos dos artigos 333, II, do CPC/73, 373, II, do CPC/2015 e 818 da CLT, acrescentando que atribuir ao empregado o ônus de provar a fiscalização deficiente por parte do Poder Público significa conferir-lhe o encargo de produzir provas de difícil obtenção (E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Julgado em: 12/12/2019). 4. Nesse cenário, a Corte Regional, ao destacar que competia ao Ente Público provar que fiscalizou a execução do contrato de prestação de serviços, proferiu acórdão em conformidade com o atual entendimento da SBDI-1 desta Corte, incidindo a Súmula 333/TST e o artigo 896, § 7º, da CLT como óbices ao processamento da revista. Agravo de instrumento não provido. II. RECURSO DE REVISTA ADESIVO DA RECLAMANTE. ARTIGO 997, III, DO CPC/2015. Prejudicada a análise do recurso de revista adesivo ante o não processamento do recurso principal. Recurso de revista prejudicado" (AIRR-1000288-79.2017.5.02.0445, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SÚMULA N.º 331, V, DO TST. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. 1. Considerando o recente pronunciamento, pelo Supremo Tribunal Federal, acerca da constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação que lhe emprestou a Lei n.º 9.032/1995, e a repercussão da tese sufragada sobre a interpretação da legislação que rege o tema da responsabilidade subsidiária da Administração Pública pelos créditos trabalhistas dos terceirizados, bem como a existência de decisões conflitantes sobre a matéria, reconhece-se a transcendência jurídica da causa (artigo 896-A, § 1º, IV, da CLT). 2 . O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF, mediante acórdão publicado no DJe de 09/09/2011, reconheceu a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação que lhe emprestou a Lei n.º 9.032/1995. Na ocasião, a excelsa Corte sufragou tese no sentido de que a mera inadimplência da empresa contratada não justifica a transferência, para a Administração Pública, da responsabilidade pelo pagamento dos encargos resultantes da relação de emprego havida entre particulares. Ressalvou, todavia, o Supremo Tribunal Federal, que a conduta omissiva da Administração Pública, quanto ao seu poder-dever de fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações atribuídas à empresa contratada, rende ensejo ao reconhecimento da responsabilidade subsidiária do ente público. Nesse sentido, o voto condutor lavrado pelo Exmo. Ministro Cezar Peluso , segundo o qual o reconhecimento da constitucionalidade do dispositivo legal em comento " não impedirá que a Justiça do Trabalho continue reconhecendo a responsabilidade da Administração com base nos fatos de cada causa " (fl. 38), sendo certo que " o mero inadimplemento deveras não transfere, mas a inadimplência da obrigação da Administração é que lhe traz como consequência uma responsabilidade que a Justiça do Trabalho eventualmente pode reconhecer a despeito da constitucionalidade da lei " (fl. 46 - os grifos foram acrescidos). 3 . Nesse exato sentido passou a orientar-se a jurisprudência desta Corte superior, a partir da edição, pelo Tribunal Pleno, da Resolução n.º 174, de 24/05/2011, de que resultou a inserção do item V na Súmula n.º 331, cujo teor é o seguinte: " os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora . A aludida responsabilidade não decorre do mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada" (destaques acrescidos) . 4 . Atente-se, ainda, para o fato de que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema nº 246 de Repercussão Geral, nos autos do RE 760.931 (julgamento concluído no dia 30/3/2017 e acórdão publicado em 12/9/2017), fixou a seguinte tese: "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . 5 . Exsurge clara, daí, a conclusão de que, na mesma linha da tese sufragada na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF, entende o Supremo Tribunal Federal que não há falar em transferência automática à Administração Pública da responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas decorrentes do contrato mantido entre a empresa prestadora de serviços e seus empregados. 6 . O Supremo Tribunal Federal deliberadamente não definiu , na tese de Repercussão Geral fixada no RE n.º 760.931, a distribuição do ônus da prova , limitando-se a sufragar o entendimento de que " o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 ". 7 . Nesse contexto, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte superior, nos autos do processo n.º TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, em sessão de julgamento realizada em 12/12/2019, acórdão publicado em 22/5/2020, firmou entendimento no sentido de que incumbe ao ente público o ônus de comprovar a efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos de trabalho firmados entre a empresa prestadora dos serviços e seus empregados. 8 . Assim, resulta incensurável a decisão proferida pelo egrégio Tribunal Regional, que, examinando a situação concreta dos autos, constatou que a Administração Pública não cumpriu com sua obrigação de fiscalizar o adimplemento, pela empresa prestadora dos serviços, das obrigações a que submetida, por força de lei ou do contrato. Nesse sentido, registrou-se no acórdão prolatado pela Corte de origem que "no caso sob análise, o ente público agiu com culpa, uma vez que não efetuou os repasses financeiros à primeira ré, e tinha ciência do inadimplemento das verbas trabalhistas, aliás fato público e notório,

de forma que não há falar em demonstração de culpa pelo empregado. Repiso que a recorrente não tomou qualquer providência efetiva para resguardar os créditos devidos aos trabalhadores da empresa contratada que lhe prestaram serviços . Portanto , ante a conduta culposa do ente público, resta configurada a sua responsabilidade subsidiária , nos termos da Súmula 331, V, do TST, e do entendimento adotado pelo STF na ADC 16" . 9. Tal premissa fática, insuscetível de revisão em sede extraordinária, revela-se suficiente a justificar a conclusão a que chegou a Corte de origem, no sentido de impor ao ente público a obrigação de arcar, de forma subsidiária, com o pagamento dos créditos trabalhistas reconhecidos à parte obreira. 10. Agravo de Instrumento a que se nega provimento." (AIRR-101269-05.2017.5.01.0432, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.015/2014. CPC/2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DE REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331 DO TST. DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL PACIFICADA NO ÂMBITO DESTA CORTE SUPERIOR. No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou no Tema 246, de repercussão geral, que: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em sede de embargos de declaração, ao rejeitar a solução proposta pelo Relator, deixou claro que não fixou tese quanto à definição do ônus da prova referente à efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de trabalho, por se tratar de matéria infraconstitucional, na linha de sua pacífica jurisprudência, de que são exemplos os seguintes precedentes: AI 405738 AgR, Rel. Min. Ilmar Galvão, 1ª T., julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, 2ª T., julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, 2ª T., julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T., julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator: Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg. em 11/11/2019. Nesse contexto, a SDI-1 desta Corte Superior, em sessão com sua composição completa, realizada no dia 12/12/2019, ao julgar o E-RR-925-07.2016.5.05.0281, assentou que caberia a esta Justiça Especializada resolver a aludida questão jurídica e definiu ser do tomador o encargo de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços, por ser obrigação que decorre de forma ordinária da aplicação sistemática de vários dispositivos da Lei nº 8.666/93, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público. No caso, o Tribunal Regional consignou que o ente público não se desincumbiu do ônus de provar haver sido diligente no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Assim, sua condenação subsidiária não contraria o fixado pelo Supremo Tribunal Federal e se alinha à jurisprudência pacificada no âmbito desta Corte Superior. Agravo de instrumento conhecido e não provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE AUTORA. JORNADA 12X36 HORAS. VALIDADE. NORMA COLETIVA. SÚMULA Nº 444 DO TST . AUSÊNCIA DE REGISTRO FÁTICO E TESE ACERCA DA DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME POR SUPOSTA PRESTAÇÃO HABITUAL DE HORAS EXTAS. SÚMULAS NºS 126 E 297 DO TST. Conforme entendimento consubstanciado na Súmula nº 444 desta Corte: " é válida, em caráter excepcional, a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. O empregado não tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas ". No caso, o Tribunal Regional, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, registrou a existência de acordo coletivo válido autorizando o regime de compensação da jornada de trabalho de 12x36h. Conclusão em sentido contrário demandaria o revolvimento de fatos e provas, o que não é admissível nesta instância extraordinária, consoante o teor da Súmula nº 126 do TST. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (AIRR-11354-26.2014.5.01.0051, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ÔNUS DA PROVA. 1. Cinge-se a presente controvérsia ao ônus da prova da fiscalização e da conduta culposa do ente público, por se tratar de elemento necessário à configuração da responsabilidade subsidiária da Administração Pública, segundo a diretriz perfilhada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC nº 16 e a tese fixada no RE nº 760.931, em sede de repercussão geral (Tema nº 246). 2 . A SDI-1 desta Corte, órgão de uniformização jurisprudencial interna corporis , firmou a compreensão de que a discussão atinente ao onus probandi não foi apreciada no referido precedente de repercussão geral, notadamente em razão do seu caráter infraconstitucional, incumbindo a este Tribunal Superior do Trabalho o enfrentamento da questão. E, assim, com base no princípio da aptidão para a prova e no fato de que a fiscalização constitui um dever legal, concluiu ser do ente público o encargo probatório de demonstrar a regular observância das exigências legais no tocante à fiscalização da prestadora dos serviços quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas. 3. Nesse contexto, a conclusão adotada pelo Tribunal de origem revela-se irrepreensível, pois a condenação subsidiária atribuída ao ente público não foi automática, mas decorreu da configuração da sua conduta culposa, porquanto não produziu nenhuma prova de que tenha fiscalizado a empresa contratada, ônus que lhe incumbia. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (AIRR-100442-15.2017.5.01.0037, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 18/09/2020).

Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100148-48.2018.5.01.0062

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	Dr. Jorge Henrique Monteiro de Almeida Filho(OAB: 104348-A/RJ)
Advogado	Dr. Ricardo Lopes Godoy(OAB: 174531-A/RJ)
Advogado	Dr. Ricardo Lopes Godoy(OAB: 77167-A/MG)
Agravado	CARLOS AUGUSTO MORADO DINIZ
Advogado	Dr. Carlos Alberto Mourão de Souza Filho(OAB: 197159-A/RJ)
Agravado	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Fábio Gomes de Freitas Bastos(OAB: 168037-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS AUGUSTO MORADO DINIZ
- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.026/1.039) interposto pela primeira executada contra a decisão de fls. 1.023/1.024, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às fls. 1.045/1.050.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 21/07/2020 e apelo protocolado em 27/07/2020).
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "EXECUÇÃO. EFEITOS DA COISA JULGADA. EXTENSÃO A EMPREGADOS NÃO RELACIONADOS NO ROL DE SUBSTITUÍDOS".
A primeira executada sustenta, em síntese, que o exequente não consta do rol de substituídos que foram abrangidos pelo título executivo proveniente de ação coletiva. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema e violação dos artigos 5º, LIV, XXI, XXXVI, e 8º, III, da Constituição Federal.
De plano, a alegação de ofensa ao artigo 5º, LV , da Constituição Federal trata-se de inovação recursal.
Ademais, os arestos trazidos a cotejo não impulsionam o apelo, porquanto não atendem ao requisito do artigo 896, § 2º, da CLT e da Súmula 266 do TST.
No mais, esta Corte entende que o empregado que não consta do rol de substituídos não tem legitimidade para a execução do título executivo, como se verifica do seguinte julgado:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014. EXECUÇÃO. SINDICATO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. EFEITOS DA COISA JULGADA. EXTENSÃO A EMPREGADOS NÃO RELACIONADOS NO ROL DOS SUBSTITUÍDOS. IMPOSSIBILIDADE. Esta Subseção, em decisão proferida nos autos do Processo nº TST-E-ED-RR-9849840-70.2006.5.09.001, com ressalva do entendimento deste Relator, firmou o entendimento de que é inviável a execução do título condenatório formado na ação coletiva por integrante da categoria que não constava do rol de substituídos, como na hipótese dos autos, sob pena de ofensa à coisa julgada, porquanto a coisa julgada produzida na ação coletiva proposta pelo sindicato teve seus limites subjetivos expressamente delimitados pela indicação dos substituídos relacionados na petição inicial. A matéria, portanto, encontra-se pacificada nesta Corte, não havendo falar em divergência jurisprudencial, nos termos do artigo 894, § 2º, da CLT. Precedentes. Embargos não conhecidos" (TST-E-ED-ED-RR-422100-07.2008.5.09.0654, SbDI-1, Rel. Min. Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT de 22/03/2019).

Todavia, este não é o caso dos autos, porquanto a reclamada não apresentou o rol de substituídos da ação coletiva ("No caso em exame, todavia, a executada PETROS, ao impugnar os cálculos de liquidação, alegou mas não provou a apresentação de rol limitador de substituídos na inicial da ação principal (0000624-36.2011.5.01.0026), subsistindo, in casu, a legitimidade ativa do exequente para pretender o cumprimento da res judicata da ação coletiva. (...) Frise-se que a listagem de ID. a45b68a a a896e6f (fls. 637/706), juntada na ação coletiva após seu trânsito em julgado, não é exaustiva, conforme informado pelo próprio sindicato-autor no ID. a45b68a (fls. 635/636)." - fls. 963/964).
Dessa forma, à luz da Súmula 126 do TST, tem-se por inviável o processamento do recurso de revista.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100149-29.2018.5.01.0322

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	DANIELA GOMES BARBOSA CORREIA
Advogada	Dra. Stela Ribeiro de Aquino(OAB: 217045-S/RJ)
Agravado	RN COMÉRCIO VAREJISTA S.A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Rafael Sganzerla Durand(OAB: 211648/SP)
Advogado	Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(OAB: 128341-A/SP)
Agravado	BANCO LOSANGO S.A. - BANCO MULTIPLO E OUTRO
Advogado	Dr. Fernanda Oliveira Silva(OAB: 162291-A/RJ)
Advogado	Dr. Karina Graca de Vasconcellos Rego(OAB: 92896-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO LOSANGO S.A. - BANCO MULTIPLO E OUTRO
- DANIELA GOMES BARBOSA CORREIA
- RN COMÉRCIO VAREJISTA S.A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 833/756) interposto pela reclamante contra a decisão de fls. 796/797, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas pela primeira reclamada às fls. 866/869 e 862/865, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 62) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 25/08/2020 e apelo protocolado em 31/08/2020), sendo inexigível o preparo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "ENQUADRAMENTO SINDICAL. FINANCIÁRIO".
Na espécie, a reclamante pugna pelo seu enquadramento na categoria dos financiários. Sustenta que a primeira reclamada desempenha atividade acessória de intermediação de crédito. Assevera que o enquadramento do empregado leva em consideração a atividade preponderante do seu empregador. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema, contrariedade à Súmula 55 do TST e violação dos artigos 511, § 3º, da CLT, 17, caput, da Lei nº 4.594/1964 e 1º da Lei Complementar 105/2001.
O Regional, sobre o tema, consignou:

"Na hipótese vertente, extrai-se do depoimento prestado pela reclamante, em audiência, que, de fato, não desempenhou nenhuma atividade típica de financiário, sendo irrelevante, diante deste aspecto, indagar se algum outro elemento de prova carreados aos autos demonstra, ou não, o contrário, na medida em que a confissão da parte autora, como se verifica no caso em apreço, é meio de prova que prevalece diante de qualquer outro elemento probatório.
Vejamos o que declarou a demandante em seu depoimento, verbis: "trabalhava como consultora de crédito; que abordava clientes oferecendo cartão, carnê e crédito pessoal; que pegava e analisava a documentação dos clientes, digitava os dados no sistema, sendo aprovado ou não pelo sistema; que tais atividades foram as mesmas no período inicial de 3 anos em que atuou como vendedora; que após isso, ficou 1 ano exclusivamente como consultora de crédito e após, como consultora de crédito, embora na prática sempre exercendo a mesmas funções; ... que tinha acesso ao sistema do banco Losango..." (1d 8855e93 - Pág. 1) - sem grifos no original.
Depreende-se dos trechos do depoimento supratranscrito que a lógica da atividade é a de suporte e não a inserção em atividade típica de agente ou operador financeiro. A autora vendia produtos que viabilizariam (facilitariam) a própria atividade da primeira reclamada (varejo).
Ora, o simples fato de oferecer produtos como cartões de crédito a clientes e inserir dados no sistema de computador para análise e posterior aprovação (dos entes financeiros - esses sim) não configura atividade bancária ou financiária a ensejar o enquadramento sindical pretendido.
Por outro lado, ao contrário do alegado pelo recorrente, a RN COMÉRCIO VAREJISTA S.A não é empresa financeira e a pretensão dirige-se exclusivamente à primeira acionada, com viés de corresponsabilização dos bancos reclamados.
A autora foi contratada como vendedora e vinculado ao sindicato dos empregados no comércio varejista, como consta na CTPS (id eda9b6c), e atividade preponderante de sua empregadora RN é a comercial, o que é notório, sendo, contudo, representante dos correclamados, que são do ramo financeiro, mas esse fato não transmuda a natureza jurídica empresarial da RN e, por via de consequência, o enquadramento da acionante.
Assim sendo, a par da atividade que se discute, o enquadramento da reclamante na primeira ré somente pode ser ante a atividade preponderante da empresa, ou seja, a comercial.
Não há que se falar, portanto, em direitos oriundos da categoria dos financiários, tampouco daqueles previstos nas normas coletivas carreadas aos autos. Outrossim, não prospera a pretensão de enquadramento como financiário e seus consectários legais e financeiros.
A luz dos fundamentos expressos, não há falar em também jornada de seis horas diária e 30 semanais, bem como adoção do divisor 180, tampouco em horas extras decorrentes da adoção do entendimento vertido na Súmula 55-TST." (fls. 747/748 - g. n.).

Como se verifica, o conjunto fático-probatório dos autos demonstrou que a reclamante não trabalhava em atividade típica de agente financeiro, porquanto apenas inseria dados no sistema para aprovação de entes financeiros. Apontou, ademais, que a atividade preponderante da primeira reclamada é o comércio varejista.
Diante dessas premissas (Súmula 126 do TST), não se aplica a Súmula 55 do TST, não merecendo prosseguimento o apelo interposto pela reclamante.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100172-78.2017.5.01.0202

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MARCO ANTONIO DA SILVA LEITE
Advogado	Dr. Rafael Rodrigues Tepedino Alves(OAB: 161325-A/RJ)
Advogado	Dr. Oswaldo Rodrigues Leite Neto(OAB: 121499-A/RJ)
Agravado	NOVA CASA BAHIA S.A.
Advogado	Dr. Thiago Mahfuz Vezzi(OAB: 198252 -S/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCO ANTONIO DA SILVA LEITE
- NOVA CASA BAHIA S.A.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.100/1.114) interposto pelo reclamante contra a decisão de fls. 1.097/1.098, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às fls. 1.126/1.130 e 1.118/1.125, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente.
A discussão travada nos autos prende-se aos temas "HORAS EXTRAS. BANCO DE HORAS. VALIDADE" e "HORAS EXTRAS. CARTÕES DE PONTO. VALIDADE".
Todavia, interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, o recorrente, sob pena de não conhecimento do apelo, deve indicar precisamente o trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, devendo, ainda, impugnar todos os fundamentos jurídicos do julgado, "(...) inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte", conforme determina o artigo 896, § 1º-

A, I e III, da CLT.
No caso dos autos, porém, o reclamante não atendeu regularmente às disposições em comento, pois transcreveu, no início das razões recursais (fls. 1.011/1.012), o inteiro teor do tópico impugnado, no qual examinados ambos os temas cuja devolução se pretende, sem realizar, nos tópicos próprios, o necessário cotejo analítico.
Assim, havendo pluralidade de matérias debatidas no recurso de revista, não cabe ao julgador pinçar das razões recursais os trechos extraídos do acórdão regional e cotejá-los com os diversos argumentos trazidos no apelo. Tal ônus incumbe à parte, como expressamente previsto nas supracitadas disposições consolidadas. Nesse sentido, citem-se os seguintes julgados:

"(...) II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA ALUMINI ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECURSO DE REVISTA. LEI Nº13.015/2014. SUMARÍSSIMO. DEVOLUÇÃO DOS DESCONTOS SALARIAIS. HORAS EXTRAORDINÁRIAS - VALIDADE DO BANCO DE HORAS. INTERVALO INTRAJORNADA. A Lei 13.015/2014 impôs, além da indicação do trecho da decisão recorrida, a necessidade do cotejo analítico entre a decisão e os artigos indicados como violados, bem como o confronto dos fundamentos da decisão com a divergência colacionada (incisos I, II e III do artigo 896-§ 1º-A). In casu , a agravante se insurgiu quanto à devolução dos descontos salariais, às horas extraordinárias - validade do banco de horas e ao intervalo intrajornada. Os respectivos trechos do v. acórdão regional, contudo, foram transcritos globalmente e em conjunto, no início das razões recursais, e não separadamente e em destaque em cada uma das matérias objeto de insurgência recursal. Ainda, as matérias atinentes às horas extraordinárias e ao intervalo intrajornada se encontram em um mesmo tópico, com suas alegações formuladas em conjunto, dificultando a sua compreensão. Constata-se, portanto, que a agravante, nas razões do recurso de revista, procedeu à transcrição deficiente de trechos do v. acórdão regional, pois não indicou, separadamente e em destaque, cada um dos trechos da decisão regional quanto a cada matéria objeto de insurgência recursal, em descumprimento ao art. 896, § 1º-A, I, II e III, da CLT (incluído pela Lei nº 13.015/2014). Ao assim fazer, a agravante prejudicou o cotejo analítico entre a decisão e os artigos indicados como violados e os verbetes apontados como contrariados (incisos I, II e III do § 1º-A do art. 896 da CLT). Agravo de Instrumento a que se nega provimento." (TST-AIRR-554-27.2015.5.23.0071, 2ª Turma, Rel.ª Min.ª Maria Helena Mallmann, DEJT de 21/02/2020).

"RECURSO DE REVISTA DA TERCEIRA RECLAMADA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. TRANSPORTE DE CARGAS. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCENDÊNCIA. NÃO RECONHECIDA. NÃO CONHECIMENTO. O artigo 896, § 1º-A, I, da CLT exige que a parte recorrente transcreva o trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, sob pena de não conhecimento do seu apelo. Sobre o mencionado dispositivo, esta Corte Superior tem firmado entendimento de ser necessário que a parte recorrente transcreva os trechos da decisão regional que consubstanciam o prequestionamento das matérias objeto do recurso de revista, promovendo o cotejo analítico entre os dispositivos legais e constitucionais invocados ou a divergência jurisprudencial noticiada e os fundamentos adotados pela Corte de Origem, não sendo suficiente a mera menção às folhas do acórdão regional nem a transcrição integral e genérica da decisão recorrida nas razões do recurso de revista. Na hipótese , constata-se pelo exame do recurso de revista interposto pela terceira reclamada que ela discorre sobre as matérias recursais, porém, limita-se a transcrever os trechos da decisão recorrida tidos por prequestionados no inicio do apelo, dissociadas das razões recursais quanto aos temas impugnados, o que desserve ao fim colimado, porquanto não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT. Precedentes. Não havendo a parte recorrente se desincumbido de tal ônus processual, inviável o processamento do recurso de revista, porquanto a ausência de transcrição dos trechos específicos que consubstanciam o prequestionamento é suficiente para afastar a transcendência da causa. Recurso de revista de que não se conhece. (...)" (TST-RR-1001045-59.2019.5.02.0039, 4ª Turma, Rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT de 06/08/2021).

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. RECLAMADA. HORAS EXTRAS. REFLEXOS DAS HORAS EXTRAS NAS FÉRIAS E NO 13º SALÁRIO. COMPENSAÇÃO DE JORNADA NO REGIME 14X21. HORAS EXTRAS. REPOUSO SEMANAL REMUNERADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INOBSERVÂNCIA DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. 1 - A decisão monocrática negou provimento ao agravo de instrumento porque não atendidos os pressupostos de admissibilidade do recurso de revista previstos no art. 896, § 1º-A, da CLT, ficando prejudicada a análise da transcendência. 2 - Ao interpor recurso de revista, a reclamada denominou as matérias impugnadas como "DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO - FOLGA SUPRIMIDA - AFRONTA À SUMULA 85 DO E. TST E AO ART. 767 DA CLT C/C ART. 884 DO CODIGO CIVIL" e "REFLEXOS DAS HORAS EXTRAS NAS FÉRIAS E NO 13º SALÁRIO", oportunidade em que transcreveu fragmentos de uma decisão que não correspondiam ao acórdão proferido pelo TRT, conforme ressaltado na decisão monocrática agravada. E quanto ao tema intitulado de 'HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS', a parte não transcreveu excerto algum do acórdão proferido pela Corte regional. 3 - E ainda que se considere a alegação da parte recorrente, de que transcreveu no início do seu recurso de revista trechos que correspondem ao acórdão do TRT, subsiste que a transcrição em conjunto de excertos do acórdão recorrido quanto às matérias objeto de impugnação, sem destaque dos trechos controversos e sem vinculação individual posterior das teses impugnadas, não atende à exigência legal inserta no art. 896, § 1º-A, I, da CLT. 4 - No caso concreto não se aplica multa, pois a decisão monocrática é mantida com acréscimo de fundamentos que demonstram ser pertinente a cautela da parte na interposição de agravo para obter o pronunciamento do colegiado sobre a matéria discutida em juízo. 5 - Agravo a que se nega provimento" (TST-Ag-AIRR-101282-82.2016.5.01.0482, 6ª Turma, Rel.ª Min.ª Katia Magalhaes Arruda, DEJT de 06/08/2021).
Ante a inobservância dos requisitos formais, resta inviabilizado o destrancamento do recurso de revista interposto pelo reclamante. Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE

Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1000499-84.2020.5.02.0292

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	JOSE RAIMUNDO DOS SANTOS
Advogado	Dr. Francisco Carlos Martins Cividanes(OAB: 89960-A/SP)
Advogado	Dr. José Manoel Martins Cividanes(OAB: 152510-A/SP)
Agravado	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
Advogado	Dr. Odair Eduardo Ivasco(OAB: 312072-A/SP)
Agravado	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	Dr. Mário Henrique Dutra Nunes

Intimado(s)/Citado(s):

- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
- ESTADO DE SÃO PAULO
- JOSE RAIMUNDO DOS SANTOS

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
OMinistério Público do Trabalhoopina pelo conhecimento e não provimento do Agravo de Instrumento.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Solidária / Subsidiária / Tomador de Serviços / Terceirização / Ente Público.
Consignado no v. acórdão que no caso em exame, verifico que a 2ª reclamada, Estado de São Paulo, efetivamente fiscalizou o cumprimento das obrigações legais por parte da contratada, a Turma decidiu em perfeita consonância com a Súmula 331, V da Corte Superior, o que torna inviável o seguimento do apelo, nos termos do artigo 896, § 7º, da CLT, e da Súmula 333, do C. TST, inclusive com base em dissenso pretoriano.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista.
Não procede a alegada ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da legalidade (art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal) quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT. No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante ao "responsabilidade subsidiária", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126 e 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
Nesse sentido:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMANTE. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA.FISCALIZAÇÃO COMPROVADA. Na hipótese, o Tribunal Regional, instância soberana na análise do conjunto fático-probatório dos autos, consignou que "tratou o Segundo Réu (INFRAERO) de comprovar a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da Primeira Demandada perante seus empregados envolvidos na terceirização ". Logo, o acolhimento das alegações do agravante, no sentido de que o ente público tomador dos serviços teria agido com culpa e, por consequência, deveria ser responsabilizado subsidiariamente, demandaria nova análise do conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 126 desta Corte Superior. Nesse contexto, a decisão do Regional está em consonância com o entendimento jurisprudencial atual desta Corte, no sentido de que, quando configurada a fiscalização por parte do ente público, este não deve ser responsabilizado subsidiariamente. Precedentes. Agravo de instrumento não provido" (AIRR-11724-93.2015.5.01.0075, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 22/11/2019).

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1000122-53.2020.5.02.0312

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	Dra. Deise Carolina Muniz Rebello
Agravado	ADESO - ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL, SOCIAL E DE APOIO A INCLUSAO, ACESSIBILIDADE E DIFERENCA
Advogada	Dra. Solange Fazion Costa Daniel(OAB: 291628-A/SP)
Agravado	DEYSE CRISTINA DE JESUS FERREIRA
Advogado	Dr. Bruno Rocha Oliveira(OAB: 407170-A/SP)
Advogado	Dr. Bruno Rocha Oliveira(OAB: 407170-P/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADESO - ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL, SOCIAL E DE APOIO A INCLUSAO, ACESSIBILIDADE E DIFERENCA
- DEYSE CRISTINA DE JESUS FERREIRA
- ESTADO DE SÃO PAULO

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 562/575) interposto pelo ESTADO DE SÃO PAULO em face da decisão (fls. 550/553) do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao seu recurso de revista.
Contrarrazões e contraminuta apresentadas pela reclamante.
Os autos foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho que oficiou pelo conhecimento e não provimento do apelo (doc. seq. 06).
É o relatório.
Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade do agravo de instrumento, dele conheço.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
O Regional registrou, no que interessa:

"Diante deste quadro, conclui-se que o mero inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do prestador de serviços, por si só, não enseja a responsabilização subsidiária do tomador de mão de obra, havendo necessidade de constatação de omissão culposa deste último em relação ao dever de fiscalização da idoneidade da empresa contratada. E nem poderia ser diferente, pois a própria Lei de Licitações confere a prerrogativa e a obrigação do contratante de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos (arts. 58, II a IV, e 67 da citada Lei de Licitações), devendo impor sanções administrativas aos contratados pela inexecução total ou parcial do pactuado (art. 87), ou mesmo se demonstrarem inidoneidade para contratar decorrente da prática de atos ilícitos (art. 88, III), o que pode culminar com a rescisão unilateral do contrato firmado (art. 78, VII e VIII).
Todavia, no presente caso, a constatação de inadimplemento de títulos trabalhistas, por parte da empresa prestadora, revela que houve falha na fiscalização dos serviços contratados, inclusive porque não foram apresentados documentos que evidenciam sua efetividade.
Observa-se que não foram devidamente adimplidos salários, diferenças de FGTS, e demais direitos reconhecidos (ID. c7e8da6 - Pág. 10), o que inclui horas extras, sem qualquer intervenção oportuna por parte do corréu.
Não há como pretender a aplicação indistinta do artigo 71, da Lei 8.666/93, sem que haja demonstração do cumprimento de todos os deveres legais por parte do contratante.
Por outro lado, não havendo inconstitucionalidade a ser declarada ou afastamento da norma em discussão, mas somente interpretação conforme princípios da própria Lei 8.666/1993, não se há falar em desrespeito ao entendimento sedimentado na Súmula Vinculante nº 10, do E. STF.

(...)

Portanto, constatada a conduta negligente do ente público (culpa in vigilando), torna-se de rigor a reparação do prejuízo experimentado pelo trabalhador, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, e artigos 186 e 927, do Código Civil. Inteligência e aplicação dos itens V e VI, da Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho.
Assim, responderá o segundo reclamado (ESTADO DE SÃO PAULO) pelas verbas deferidas em sentença, pois que nenhuma delas tem caráter personalíssimo.
Reformo, assim, a r. decisão." (fls. 521/523)

Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA. No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal

Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, ante o registro no acórdão de que o tomador de serviços não produziu nenhuma prova de que tivesse cumprido sua obrigação de fiscalizar, de forma eficaz, o cumprimento das obrigações trabalhistas devidas por seu contratado, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Diante deste quadro, conclui-se que o mero inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do prestador de serviços, por si só, não enseja a responsabilização subsidiária do tomador de mão de obra, havendo necessidade de constatação de omissão culposa deste último em relação ao dever de fiscalização da idoneidade da empresa contratada. E nem poderia ser diferente, pois a própria Lei de Licitações confere a prerrogativa e a obrigação do contratante de acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos (arts. 58, II a IV, e 67 da citada Lei de Licitações), devendo impor sanções administrativas aos contratados pela inexecução total ou parcial do pactuado (art. 87), ou mesmo se demonstrarem inidoneidade para contratar decorrente da prática de atos ilícitos (art. 88, III), o que pode culminar com a rescisão unilateral do contrato firmado (art. 78, VII e VIII).
Todavia, no presente caso, a constatação de inadimplemento de títulos trabalhistas, por parte da empresa prestadora, revela que houve falha na fiscalização dos serviços contratados, inclusive porque não foram apresentados documentos que evidenciam sua efetividade."

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na ausência de prova da eficácia ou efetividade da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO. DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII,

58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incidem os óbices da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0016566-68.2018.5.16.0019

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DO MARANHÃO
Procurador	Dr. Eduardo Philipe Magalhães da Silva
Agravado	INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA
Advogada	Dra. Thais Andrade da Fonseca(OAB: 79152-A/PR)

Agravado	ELEONICE DE OLIVEIRA SILVA
Advogado	Dr. Luzinete Lima Silva Muniz Barros(OAB: 4094-A/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELEONICE DE OLIVEIRA SILVA
- ESTADO DO MARANHÃO
- INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 336/345) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 313/318).
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não provimento do agravo de instrumento (fls. 359/365).
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 18/06/2021 e apelo protocolado em 13/07/2021), sendo inexigível o preparo.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, ante o registro no acórdão de que o tomador de serviços não produziu nenhuma prova de que tivesse cumprido sua obrigação de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas devidas por seu contratado, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Cabe destacar que restou comprovado o reiterado descumprimento do termo de parceria firmado entre as partes, o que constou inclusive do Decreto nº 31.806/16 editado pelo Estado, o que culminou com a requisição administrativa dos empregados do Instituto Corpore. Ademais, o ente público não trouxe aos autos documentos que comprovassem a fiscalização." (fls. 259).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.

Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100852-36.2018.5.01.0038

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ANA PAULA VICTOR COSTA DE FARIA
Advogado	Dr. Edésio Correia de Jesus(OAB: 206672/SP)
Agravado	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogada	Dra. Paula Brezinscki Torrão(OAB: 133891-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA PAULA VICTOR COSTA DE FARIA
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 3.583/3.675) interposto pela reclamante contra a decisão de fls. 3.580/3.581, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às fls. 3.866/3.868 e 3.864/3.865, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 66) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 08/05/2020 e apelo protocolado em 20/05/2020), sendo inexigível o preparo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "PRESCRIÇÃO. QUEBRA DE CAIXA".
A reclamante sustenta, em síntese, que o banco não suprimiu a parcela "quebra de caixa", havendo apenas alterado sua nomenclatura, de forma que incide a prescrição parcial quanto às diferenças do seu não pagamento. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema, contrariedade às Súmulas 51, I, 91, 102 e 294 do TST e violação dos artigos 5º, caput, da Constituição Federal e 7º, caput, 468 e 477, § 2º, da CLT.
O Regional entendeu que

"Analisando a prova documental produzida, verifica-se que, de fato, a Resolução 581, de 22/10/2003, tratou da alteração da nomenclatura de "Quebra de Caixa" para Gratificação de Caixa PV (ID 6f0c4bd - Pág. 1)
Ressalto ainda que a alegação de que a extinção da parcela se trata de lesão de trato sucessivo, sujeita à prescrição quinquenal, somente estaria correta caso a autora tivesse percebido a parcela de quebra de caixa e fosse prejudicada pela alteração contratual.
Todavia, tal não é o caso desses autos, já que a autora jamais recebeu a parcela de quebra de caixa, o que demonstra que não houve alteração lesiva em seu contrato.
Registro que não há que se confundir o caso desses autos com outros nos quais o empregado que recebia quebra de caixa foi prejudicado pela supressão dessa parcela, ou pela substituição dessa parcela por função de confiança ou pela gratificação de caixa.
Assim, tenho que a pretensão de parcela prevista em regulamento de empresa, suprimida anteriormente à designação da autora para o cargo de Caixa, não estando prevista em lei e jamais tendo sido recebida pela reclamante, está fulminada pela prescrição total prevista na Súmula 294 do TST." (fls. 3.121/3.122 - g. n.).

Como se verifica, a reclamante foi designada para a função de Caixa após a supressão da parcela "quebra de caixa" dos regulamentos internos, de forma que nunca recebeu referida parcela. Assim, a tese do regional encontra-se em conformidade com a Súmula 294 do TST.
Dessa forma, com fulcro na Súmula 333 do TST, tem-se por inviável o destrancamento do recurso de revista.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0020072-86.2020.5.04.0772

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Advogado	Dr. Paula Ferreira Krieger(OAB: 57189 -A/RS)
Agravado	IARA CRISTINA DE SOUZA
Advogada	Dra. Luciana Kunz(OAB: 56194-A/RS)
Agravado	ANKARA SERVICOS TERCEIRIZAVEIS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ANKARA SERVICOS TERCEIRIZAVEIS EIRELI
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- IARA CRISTINA DE SOUZA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 315/322) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 302/307).
Contraminuta apresentada às fls. 330/332.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não provimento do agravo de instrumento (fls. 338/343).
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 21/06/2021 e apelo protocolado em 22/06/2021), sendo inexigível o preparo.
O segundo reclamado renova o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.
Não tem razão.
Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a

referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Em razão disso, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, ante o registro no acórdão de que o tomador de serviços não produziu nenhuma prova de que tivesse cumprido sua obrigação de fiscalizar, de forma eficaz, o cumprimento das obrigações trabalhistas devidas por seu contratado, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Compulsando os autos, verifico ainda a inexistência de provas, por parte do recorrente, que demonstrem uma fiscalização eficaz em relação ao cumprimento das obrigações da primeira reclamada para com seus empregados. As medidas de acompanhamento contratual eventualmente implementadas pelo Estado devem ser aptas a evitar que a atividade lucrativa da empresa terceirizada se dê com prejuízo aos trabalhadores. No caso em tela, repito, as ações tomadas pelo ente público foram insuficientes, pois não obstaram que a prestadora de serviços deixasse de assegurar a reclamante direitos básicos, como adimplemento regular dos salários e os depósitos de FGTS do contrato." (fls. 268).

Cabe destacar que a condenação subsidiária com amparo na ausência de prova da eficácia ou efetividade da fiscalização não equivale à presunção de culpa. Em situações análogas a dos autos, a SbDI-1 desta Corte, já decidiu:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 71, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93. TEMA Nº 246. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. CULPA IN VIGILANDO . DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 760.931-DF, em debate representativo do Tema nº 246, de repercussão geral reconhecida, os Ministros da Suprema Corte reafirmaram a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93, conforme já declarado no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, consignando que somente a demonstração efetiva de um comportamento culposo específico, com prova cabal do nexo de causalidade entre a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública e o dano sofrido pelo trabalhador permitirá a responsabilização do Poder Público, tomador dos serviços de trabalhadores terceirizados. Na ocasião, fixou-se a seguinte tese de repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou

subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em embargos de declaração, reafirmou-se o entendimento de que "a responsabilidade não é automática, conforme preconizou o legislador infraconstitucional, no artigo 71, § 1º, da Lei de Licitações, mas não pode o poder público dela eximir-se quando não cumpriu o seu dever de primar pela legalidade estrita na escolha ou fiscalização da empresa prestadora de serviços". Ocorre que não se definiu a questão controvertida sobre a qual parte cabe o ônus de comprovar se houve ou não a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas. Após a decisão final acerca do Tema nº 246 de repercussão geral, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte cuidou de pacificar a jurisprudência no âmbito trabalhista. No julgamento do Processo nº E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em sua composição completa e por expressiva maioria, firmou posicionamento no sentido de que cabe ao ente público o encargo de demonstrar a vigilância adequada no cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa prestadora dos serviços. Nesse sentido, é obrigação da entidade pública reclamada demonstrar que praticou os atos de fiscalização balizados pela Lei nº 8.666/93, nos exatos termos dos artigos 54, § 1º, 55, inciso XIII, 58, inciso III, 66, 67, caput e § 1º, 77 e 78, que impõem deveres vinculantes ao Poder Público contratante, em observância ao princípio da legalidade estrita, atraindo, assim, a aplicação dos artigos 186 e 927 do Código Civil. Na ausência de demonstração de atos fiscalizatórios, só se pode necessariamente concluir, do ponto de vista lógico e jurídico, que houve, sim, culpa omissiva do ente público. É uma dedução inevitável, do contrário prevalecerá o equivocado entendimento da "absolvição automática" por indevida inércia processual da Administração Pública. Imperiosa, assim, a apresentação concreta de provas documentais ou, na sua falta, a comprovação dessa fiscalização por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos por parte da entidade pública, de forma a demonstrar que ela não incorreu em culpa omissiva, ou seja, que praticou os atos de fiscalização exigidos pela Lei nº 8.666/93, mesmo porque deixar o encargo probatório ao reclamante representaria, como prova "diabólica", verdadeira medida dissuasória e impeditiva de seu acesso à Justiça. Significaria, também, desconsiderar e reformar o acórdão vencedor no julgamento dos embargos de declaração do RE nº 760.931-DF, que expressamente afirmou o contrário (que não houve fixação do critério do ônus da prova), e fazer valer o voto vencido naquela ocasião. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional do Trabalho consignou a tese de que o ônus de demonstrar que fiscalizava o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços recai sobre a Administração Pública e registrou que "não comprovou o ente tomador que tivesse adotado medidas eficazes objetivando o adimplemento, por parte da prestadora de serviços, dos direitos e garantias trabalhistas dos empregados destas, restando apenas a confirmação de que vinham descumprindo uma série de obrigações, a exemplo das que foram objeto de pedido na exordial" . A Turma, apesar disso, adotou o entendimento de que "foi presumida a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora em razão da mera inadimplência da empresa terceirizada, o que, entretanto, não transfere a responsabilidade dos débitos trabalhistas ao ente público tomador de serviços, nos termos da fundamentação expendida". Contudo, à luz da jurisprudência desta Corte, incumbe ao ente público a obrigação de demonstrar medidas fiscalizatórias empreendidas na contratação terceirizada, nos termos dos artigos 373, inciso II, do CPC/2015 e 818 da CLT, o que, por outro lado, consoante exposto anteriormente, não implica descumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Além da questão relativa ao ônus da prova, o Regional, instância soberana na análise do contexto fático-probatório dos autos, concluiu pela demonstração da culpa in vigilando do ente público, decorrente da ausência de fiscalização do contrato de terceirização. Desse modo, seja à luz do ônus da prova, seja pela constatação, pela Corte regional, da culpa in vigilando do ente público tomador de serviços quanto à fiscalização do contrato de terceirização, há de lhe ser atribuída a responsabilidade subsidiária pelo adimplemento das verbas e dos demais direitos deferidos nesta demanda, nos termos da Súmula nº 331, item V, desta Corte. Embargos conhecidos e providos" (E-RR-10260-04.2015.5.05.0631, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 18/06/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. A reclamante logrou desconstituir os fundamentos da decisão agravada, demonstrando contrariedade à Súmula 331, V, do TST, de maneira que merece trânsito o recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e provido. RECURSO DE EMBARGOS. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO. ENTE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EFICAZ DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS DA PRESTADORA COMO EMPREGADORA. CULPA IN VIGILANDO CARACTERIZADA. 1 . O Supremo Tribunal Federal, na ADC 16, pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, mas não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada a culpa in eligendo e in vigilando , pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos. 2. Nesse sentido foi editado o item V da Súmula 331/TST, segundo o qual "os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada". 3. No caso, a fiscalização realizada pelo DNIT em relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas não foi eficaz. Nesse contexto, e restando descumpridas obrigações regulares do contrato de trabalho, conclui-se pela culpa in vigilando do tomador dos serviços, a respaldar a sua responsabilidade subsidiária. Recurso de embargos conhecido e provido" (E-RR-216-06.2012.5.03.0139, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 04/06/2021 - destaques acrescidos).

Dessa forma, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a Súmula 331, V, do TST e com o entendimento firmado pela SbDI-1 do TST. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento

Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0011421-31.2018.5.15.0028

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogada	Dra. Laís Marchetti Zaparolli(OAB: 367715-A/SP)
Advogado	Dr. Roberto Ricomini Piccelli(OAB: 310376-A/SP)
Advogada	Dra. Alexsandra Azevedo do Fojo(OAB: 155577-A/SP)
Advogada	Dra. Ana Eucária Barbosa da Silva(OAB: 433732-A/SP)
Agravado	MICHELE FERNANDA COLOMBO
Advogada	Dra. Rafaela Greve Barato(OAB: 362395-A/SP)
Agravado	MUNICÍPIO DE CATANDUVA
Procuradora	Dra. Débora Cristina Melotto Peres
Procurador	Dr. Daniel Mouad

Intimado(s)/Citado(s):

- MICHELE FERNANDA COLOMBO
- MUNICÍPIO DE CATANDUVA
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
O Ministério Público do Trabalho entende pela ausência de interesse público a justificar a intervenção ministerial.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos §§ 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
O recurso de revista teve seguimento denegado nos seguintes termos:

"(...)
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA / SUBSIDIÁRIA / SUCESSÃO DE EMPREGADORES.
Quanto ao tema em destaque, inviável o recurso, uma vez que a parte recorrente se limitou a transcrever trecho do acórdão recorrido, deixando de demonstrar, mediante cotejo analítico, como a decisão impugnada conflita especificamente com cada um dos dispositivos do ordenamento jurídico invocados, descumprindo os requisitos previstos no art. 896, 8 1º-A, III, da CLT.
Ademais, no tocante à alegada divergência jurisprudencial, limitou-se a transcrever os arestos paradigmas, deixando de realizar o indispensável cotejo analítico entre eles e a v. decisão recorrida, descumprindo os requisitos previstos no art. 896, 8 8º, da CLT, pois lhe compete fazer a necessária articulação das razões, no sentido da chamada dialeticidade, não bastando a mera transcrição de decisões que supostamente embasariam o recurso.
(...)
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.
(...)"

A parte agravante alega que foram preenchidos os requisitos do art. 896 da CLT.
Analiso.
Entendo que, em razões do recurso de revista, a parte recorrente cumpriu os requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT. Superado o óbice apontado no despacho denegatório, passa-se a analisar os demais pressupostos do recurso de revista, nos termos do OJ 282 da SBDI-I do TST.
Em relação ao tema "sucessão de empregadores", consta do acórdão recorrido:

"(...)
Não há se falar, assim, em sucessão de empregadores, pois não houve continuidade da atividade econômica por outro empregador. A segunda reclamada, pessoa jurídica de direito privado, apenas assumiu a administração de serviços de assistência à saúde do Município de Catanduva de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços de saúde à população.
(...)"

A parte recorrente defende a reforma do acórdão em relação ao tema em epígrafe.
Aponta violação dos atrs. 10 e 448 da CLT. Transcreve arestos.
Analiso.
No tocante ao tema "sucessão de empregadores", tendo o Tribunal Regional, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, entendido que na hipótese dos autos não está configurada a sucessão trabalhista, torna-se inviável o processamento do apelo, pois, para se concluir que houve sucessão de empregadores, como pretende a agravante, seria necessário o revolvimento de fatos e provas, providência vedada em sede de recuso de revista, ante o óbice da Súmula 126 do TST.
Por fim, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100964-57.2019.5.01.0074

Complemento	Processo Eletrônico

Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ITPLAN INTEGRACAO TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO LTDA
Advogado	Dr. Túlio Claudio Ideses(OAB: 95180-A/RJ)
Agravado	CASSIUS MARCELUS DA SILVA JOAQUIM
Advogado	Dr. Jorge Ribeiro Cabo(OAB: 59638-A/RJ)
Advogada	Dra. Maria de Fátima Ribeiro Cabo(OAB: 107066-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CASSIUS MARCELUS DA SILVA JOAQUIM
- ITPLAN INTEGRACAO TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO LTDA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 395/399) interposto pela reclamada contra a decisão de fls. 392/393, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Não houve apresentação de contraminuta ou de contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 67) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 30/04/2021 e apelo protocolado em 10/05/2021), sendo o preparo questão atinente ao mérito.
A discussão travada no feito, o qual tramita sob o procedimento sumaríssimo, prende-se ao tema "DESERÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO".
Todavia, interposto o recurso de revista sob a égide da Lei nº 13.015/2014, a parte recorrente deve indicar precisamente o trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, conforme determina o artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, sob pena de não conhecimento do apelo.
No caso dos autos, porém, a reclamada não atendeu regularmente às disposições em comento, pois transcreveu, no início das razões recursais (fls. 387), o inteiro teor do acórdão.
Sobre a matéria, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal firmou jurisprudência no sentido de que a transcrição integral do acórdão recorrido, sem indicação expressa do trecho que contém cada tese jurídica que consubstanciaria o prequestionamento, não atende ao requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, uma vez que não permite o confronto analítico entre a tese central assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica apresentada no recurso de revista.
Nesse sentido:

"RECURSO DE EMBARGOS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI Nº 13.015/2014. ECT. PROGRESSÃO HORIZONTAL POR ANTIGUIDADE. COMPENSAÇÃO DAS PROGRESSÕES CONCEDIDAS POR INTERMÉDIO DAS NORMAS COLETIVAS. COISA JULGADA. REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DO ACÓRDÃO REGIONAL SEM O DESTAQUE DO TRECHO QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. Entre as alterações promovidas à sistemática recursal pela Lei nº 13.015/2014 encontra-se a criação de pressuposto intrínseco do recurso de revista, consistente na indicação (transcrição) do fragmento da decisão recorrida que revele a resposta do tribunal de origem sobre a matéria objeto do apelo. O requisito encontra-se previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, cujo teor dispõe que: "1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista". A transcrição integral dos fundamentos da decisão regional, quanto aos temas de mérito objeto de impugnação, em texto corrido e sem qualquer destaque ou indicação específica acerca da tese jurídica que a parte entenda como violadora do ordenamento jurídico, constante do início das razões de recurso de revista, não se mostra suficiente a demonstrar, em específico, o prequestionamento da controvérsia objeto das razões do recurso de revista, fato que impede, por consequência, o atendimento dos demais requisitos previstos nos incisos II e III do artigo 896, § 1º-A, da CLT; ou seja, a demonstração analítica (que se faz por meio da argumentação) entre os dispositivos apontados como violados e o trecho da decisão destacada no apelo. Logo, inviável o processamento do recurso de revista em que a parte não indica, de modo específico, o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia pontuada em seu apelo, ante o óbice contido no referido dispositivo legal, que lhe atribui tal ônus. Precedentes. Recurso de embargos de que se conhece e a que se dá provimento". (TST-E-ED-RR-172500-89.2013.5.17.0011, SbDI-1, Rel. Min. Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT de 24/11/2017);

"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELA LEI 13.015/2014. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA AO REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. Salvo quando o capítulo da decisão é sucinto a ponto de toda a fundamentação (matéria prequestionada) nele se exaurir, a transcrição na íntegra dos capítulos do acórdão do Tribunal Regional objeto da controvérsia no início das razões do recurso de revista, e, posteriormente, as insurgências quanto aos temas recorridos não satisfazem o requisito previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, porquanto não viabilizam o confronto analítico entre a tese central assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica apresentada no recurso de revista em mais de uma tema. Precedentes. Recurso de embargos conhecido e desprovido" (TST-E-ED-RR-1583-45.2014.5.09.0651, SbDI-1, Rel. Min. Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT de 27/10/2017).

Ante a inobservância dos requisitos formais, resta inviabilizado o destrancamento do recurso de revista interposto pela reclamada. Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0020381-42.2018.5.04.0202

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	MOINHO ESTRELA LTDA
Advogado	Dr. Ignácio Valeriano do Rego Medeiros(OAB: 44544-A/RS)
Advogado	Dr. Henrique Hillebrand Pochmann(OAB: 33054-A/RS)
Agravado	JOANA AMARAL DE OLIVEIRA

Advogado Dr. Marco Antônio Alves Bento(OAB: 76926-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOANA AMARAL DE OLIVEIRA
- MOINHO ESTRELA LTDA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Prescrição / Acidente de Trabalho.
Não admito o recurso de revista noitem.
O cabimento do recurso de revista interposto contra decisão proferida em causa sujeita ao rito sumaríssimo está restrito aos casos de violação direta a dispositivo da Constituição Federal, contrariedade a súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou contrariedade a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 896, § 9º, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.015/2014. As alegações que desbordem dessa limitação não serão analisadas (no caso específico, violação a dispositivos infraconstitucionais e divergência jurisprudencial).
Nestes termos, quanto ao art. 102 da Constituição Federal, mencionado no tema SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E INCIDÊNCIA SOBRE PEDIDOS IMPROCEDENTES, registra-se que não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando, no caso específico de processos submetidos ao rito sumaríssimo,todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivoda Constituição Federal ou de súmula cuja contrariedade aponte (art. 896, § 1º-A, CLT).
A rigor, a parte não observou o regramento firmado no art. 896, §1º-A, da CLT, na medida em que não estabeleceu o confronto analítico, mediante fundamentação associativa, entre as teses adotadas pelo Colegiado e citadaalegação.
Relativamente aos temas HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS e PRESCRIÇÃO - ACIDENTE OCORRIDO EM 2012, a parte não observa a restrição acima mencionada.
Integralmente inviável o seguimento.
CONCLUSÃO
Nego seguimento."

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "prescrição/acidente de trabalho" e "honorários advocatícios", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas no art. 896, § 1º-A, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento, bem como as inovações recursais.
Registre-se, por oportuno, que, em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos artigos 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e que já foi deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais. Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional, no particular.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0020550-04.2020.5.04.0123

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DE RIO GRANDE
Advogado	Dr. Thais da Silva Tugne(OAB: 95638-A/RS)
Agravado	LUIZ FERNANDO FURTADO DOS SANTOS
Advogado	Dr. Marcelo Rochedo Martinelli(OAB: 86215-A/RS)
Advogado	Dr. Marcelo Baquini da Silva Martinelli(OAB: 89439-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DE RIO GRANDE
- LUIZ FERNANDO FURTADO DOS SANTOS

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
O cabimento do recurso de revista interposto contra decisão proferida em causa sujeita ao rito sumaríssimo está restrito aos casos de violação direta a dispositivo da Constituição Federal, contrariedade a súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou contrariedade a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 896, §9º, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.015/2014.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
O trecho do acórdão recorrido que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, transcrito nas razões recursais, é o seguinte: "Por outro lado, entendo que, ainda que deferido à demandada o benefício da justiça gratuita, descabe falar em condição suspensiva de exigibilidade em relação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais devidos por ela, pois a dispensa do pagamento de custas e da realização do depósito recursal não acarretam a dispensa do referido ônus processual. Ante o exposto, dou provimento ao recurso da ré para deferi-lhe o benefício da justiça gratuita. "
Não admito o recurso de revista noitem.
O cabimento do recurso de revista interposto contra decisão proferida em causa sujeita ao rito sumaríssimo está restrito aos casos de violação direta a dispositivo da Constituição Federal, contrariedade a súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou contrariedade a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 896, § 9º, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.015/2014.
Os fundamentos do acórdão nãoafrontam o preceito constitucional indicado.
Inviável a análise das demais alegações recursais, diante da restrição legal imposta aos processos sujeitos ao rito sumaríssimo.
Nego seguimento.
CONCLUSÃO
Nego seguimento.

Em sua minuta, a parte agravante sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, LXXIV, da CF.
Ao exame.
Tendo em vista a decisão proferida pelo Supremo Tribunal, Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita, dou provimento ao agravo de instrumento, ante a possível violação ao art. 5º, LXXIV, da CF, para determinar o processamento do recurso de revista no particular.

II - RECURSO DE REVISTA
Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

1 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.
No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou a Associação de Caridade Santa Casa de Rio Grande, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do artigo 791-A, § 4º, da CLT, visto que ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, LXXIV, da CF.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamada pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da Associação de Caridade Santa Casa de Rio Grande em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento ao agravo de instrumento apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por possível violação ao art. 5º, LXXIV, da CF, para determinar o processamento do recurso de revista, no aspecto; e II -

conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da Associação de Caridade Santa Casa de Rio Grande em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0021060-49.2017.5.04.0017

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Advogada	Dra. Ana Rita Corrêa Pinto Nakada(OAB: 40895-A/RS)
Agravado	WYNTECH SERVICOS EM INFORMATICA EIRELI - EPP
Advogado	Dr. Carina Furlin Goes(OAB: 61807-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- WYNTECH SERVICOS EM INFORMATICA EIRELI - EPP

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo Sindicato-Autor em face da decisão (fls. 3604/3605) do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista.
Não houve apresentação de contrarrazões ao recurso de revista e de contraminuta ao agravo de instrumento.
Os autos não foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho, por força do RITST.
É o relatório.
Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade do agravo de instrumento, dele conheço.
O Sindicato renova o inconformismo acerca da matéria "RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR. DANO MORAL. ATRASO REITERADO NO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS" e "VALOR DA INDENIZAÇÃO".
Em relação ao primeiro tema, verifico, não obstante as alegações recursais, que, às fls. 3597/359965, o Sindicato transcreveu integralmente o tópico da decisão recorrida, sem efetuar nenhum destaque.
A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a transcrição integral do capítulo do acórdão recorrido, sem nenhum destaque, não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, ressalvada apenas a hipótese de decisão extremamente sucinta, o que não é o caso. Nesse sentido, julgados da SbDI-1 e da 2ª Turma desta Corte:

"AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 896, § 1º -A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA . Entende-se válida a transcrição na íntegra do tópico do acórdão do Tribunal Regional objeto do recurso de revista para fins de observância do requisito do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, quando a decisão for extremamente objetiva e sucinta permitindo, de pronto, a identificação do trecho objeto do prequestionamento. Ocorre que, no caso, a Turma deste Tribunal não reconheceu tal situação, o que impede a constatação de dissenso jurisprudencial quanto à aplicação do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT (Súmula 296, I, do TST). Mantém-se, pois, a decisão que negou seguimento ao recurso de embargos. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-RR-877-74.2014.5.03.0022, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT 28/05/2021 - destaque acrescido).

"AGRAVO EM EMBARGOS EM AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. ART. 894, II, DA CLT. Na hipótese, a Agravante insurge-se contra decisão proferida pela 2ª Turma que negou provimento ao agravo em recurso de revista quanto ao tema "PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. DESCUMPRIMENTO. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO". A decisão Turmária consignou que a Parte não atendeu aos requisitos do art. 896, §1º-A, inciso I, da CLT, pois transcreveu na íntegra o acórdão, não indicando o trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria que pretendia ver debatida. Com efeito, verifica-se que a decisão embargada deu-se em consonância com o entendimento pacificado por esta Corte Superior, no sentido de que a transcrição do inteiro teor do acórdão Regional, sem qualquer destaque, não atende aos requisitos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Dessa forma, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que se encontra superada pela iterativa e notória jurisprudência desta Corte Superior, em decorrência da redação do artigo 894, II, da CLT. Precedentes desta SBDI-1. Agravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-Ag-RR-2950-83.2016.5.22.0001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 06/12/2019).

"[...] III - RECURSOS DE REVISTA DA GR SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA. E DA KEPLER WEBER INDUSTRIAL S.A. INTERPOSTOS NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. MATÉRIAS EM COMUM. APRECIAÇÃO CONJUNTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REQUISITO DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT NÃO ATENDIDO. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL. Nas razões do recurso de revista, a parte recorrente procedeu à transcrição integral do acórdão do recurso ordinário quanto ao tema objeto de insurgência recursal, sem destacar separadamente os trechos que consubstanciam o prequestionamento da tese que pretende debater, o que não atende ao disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, especialmente por não se tratar de decisão objetiva e sucinta. Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista. Recurso de revista não conhecido [...]" (TST-RRAg-10339-23.2014.5.04.0541, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 07/05/2021 - destaque acrescido).

Em razão do óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo, neste particular.

Quanto ao segundo tema, o Regional reduziu o valor da indenização por dano moral fixada na origem, aos seguintes fundamentos:

"Quanto ao valor devido, entendo que os danos extrapatrimoniais devem ser indenizados em observância ao princípio da razoabilidade, de forma a não cair nos extremos do alcance de valores irrisórios ou montantes que importem no enriquecimento da vítima ou na ruína do empregador e, considerando estes parâmetros, bem como os ditados em casos semelhantes em outros julgados por esta Turma, cabe a redução do valor arbitrado para R$ 2.000,00.
Recurso provido em parte para limitar a condenação aos empregados que tiveram atraso no pagamento dos salários por mais de três e para reduzir o valor da indenização por danos morais para R$ 2.000,00, para cada substituído, observada as alterações da sentença." (fls. 3577)

A jurisprudência deste TST vem adotando o entendimento de que a revisão dos valores fixados nas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais só é possível, em face do disposto na Súmula 126 desta Corte, quando o arbitramento ultrapassar os limites do razoável, por ser extremamente irrisório ou exorbitante, o que, não se verificou na hipótese.
Não há falar, portanto, em afronta aos dispositivos legais e constitucionais alegados como violados.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1001594-43.2018.5.02.0059

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	LOURESSOL INDUSTRIA E COMERCIO DE PERSIANAS E CORTINAS LTDA.
Advogado	Dr. Douglas Martinho Damasceno Vilela(OAB: 31797/GO)
Agravado	DAMIANA DE OLIVEIRA MARTINS
Advogado	Dr. Walter Wiliam Ripper(OAB: 149058 -A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DAMIANA DE OLIVEIRA MARTINS
- LOURESSOL INDUSTRIA E COMERCIO DE PERSIANAS E CORTINAS LTDA.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.
Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJT em 17/07/2019 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 29/07/2019 - id. 4dabdbf).
Regular a representação processual, id. edc2532.
Isento de preparo (CLT, art. 899, § 10).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Processo e Procedimento / Antecipação de Tutela / Tutela Específica.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Julgamento Extra / Ultra / Citra Petita.
Considerando as premissas fático-jurídicas delineadas no acórdão, especialmente a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, não se vislumbra ofensa aos dispositivos legais/constitucionais invocados.
DENEGO seguimento.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Formação, Suspensão e Extinção do Processo / Suspensão do Processo / Recuperação Judicial.
Inservíveis os arestos transcritos com vistas a corroborar o dissídio jurisprudencial, porquanto não oriundos desta Justiça Especializada.
DENEGO seguimento.
Rescisão do Contrato de Trabalho / Verbas Rescisórias / Multa do Artigo 467 da CLT.
Rescisão do Contrato de Trabalho / Verbas Rescisórias / Multa do Artigo 477 da CLT.
Alegação(ões):
Sustenta que à empresa em recuperação judicial não devem ser aplicadas as multas dos art. 467 e 477 da CLT.
Sobre o tema, o C. TST firmou o entendimento no sentido de que a recuperação judicial da empresa não obsta, por si só, a incidência das penalidades previstas nos arts. 467 e 477 da CLT, sendo inespecífica a Súmula 388/TST à espécie, por não abranger a circunstância da existência de processo de recuperação judicial em curso, não havendo falar em aplicação por analogia.
Nessa linha, os seguintes precedentes: TST-AIRR - 112400-78.2009.5.01.0004 , Rel. Min. Lelio Bentes Corrêa, 1ª Turma, DEJT 16/03/2012; TST-RR-139900-71.2006.5.01.0054, Rel. Min. Rosa Maria Weber, 3ª Turma, DEJT 13/08/2010; AIRR - 21-53.2012.5.24.0101, Rel. Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 19/10/2012; TST- RR - 128400-96.2008.5.02.0090, Rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, 3ª Turma, DEJT 18/05/2012; AIRR - 8-54.2012.5.24.0101, Rel. Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, 4ª Turma, DEJT 14/09/2012; TST-RR-211840-48.2006.5.09.0095, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga, 6ª Turma, DEJT 15/05/2009; TST-RR-7100-12.2007.5.01.0065, Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 8ª Turma, DEJT 25/09/2009; TST-AIRR-69740-88.2006.5.05.0222, Rel. Min. Dora Maria da Costa, 8ª Turma, DEJT 31/10/2008.
Assim, pacificado o entendimento acerca da matéria, diante da iterativa, notória e atual jurisprudência da C. Corte Superior, e estando o julgado em consonância com essa exegese, não há falar

em processamento do apelo pela alegação de existência de dissenso pretoriano ou para prevenir violação de preceito de lei ou da Constituição Federal (artigo 896, § 7º, da CLT e Súmula nº 333, do C. TST).
DENEGO seguimento quanto ao tema.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
A recorrente não apontou violação legal ou constitucional, ou contrariedade à súmula ou à orientação jurisprudencial do TST ou a Súmula Vinculante do STF, tampouco indicou divergência jurisprudencial, o que inviabiliza o prosseguimento do recurso de revista, a teor do art. 896, da CLT.
DENEGO seguimento.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Assistência Judiciária Gratuita.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, é ônus da parte, sob pena de não conhecimento, indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, o que não foi observado pela recorrente.
DENEGO seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista".

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "antecipação de tutela - julgamento ultra petita"; "recuperação judicial - multa dos arts. 467 e 477 da CLT", "honorários advocatícios" e "justiça gratuita", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 333 do TST e no art. 896, § 7º, CLT.
E, quanto ao tema "Multa dos arts. 467 e 477, § 8º, da CLT. Empresa em recuperação judicial", a decisão regional foi proferida em sintonia com a jurisprudência desta Corte, no sentido da aplicação das multas em exame à empresa que esteja em recuperação judicial, incidindo a orientação da Súmula 388 do TST apenas em favor da massa falida.
Cito precedentes:
"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. [...] MULTAS DOS ARTS. 467 E 477, § 8º DA CLT. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL . A jurisprudência desta Corte Superior está pacificada no sentido de que são devidas as multas previstas nos arts. 467 e 477 da CLT na hipótese em que a empresa esteja em recuperação judicial. Não se aplica, portanto, o teor da Súmula 388 desta Corte às empresas em recuperação judicial, mas apenas a massa falida. Não merece reparos a decisão. Precedentes. Agravo não provido " (Ag-AIRR-10864-04.2015.5.18.0016, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 27/11/2020).
"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - DESCABIMENTO. 1. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MULTAS DOS ARTS. 467 E 477 DA CLT. Esta Corte tem se posicionado reiteradamente no sentido de que a Súmula 388 do TST não se aplica, por analogia, às empresas em recuperação judicial, mas apenas à massa falida. Óbice do art. 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333 do TST. [...] (AIRR-11634-20.2016.5.15.0024, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 07/05/2021).
"[...] B) AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMADA. MULTA DO ART. 467 DA CLT. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SÚMULA Nº 388 DO TST. INAPLICABILIDADE. Esta Corte tem se posicionado no sentido de que a previsão constante na Súmula n° 388 do TST exclui apenas a massa falida das penalidades previstas nos arts. 467 e 477, § 8º, da CLT, não abrangendo, portanto, o caso de empresas que se encontram em recuperação judicial. Incidência do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula nº 333 desta Corte. Agravo de instrumento conhecido e não provido" (AIRR-1000800-90.2019.5.02.0316, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 03/05/2021).
"I. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PRIMEIRA RECLAMADA. REGIDO PELA LEI 13.467/2017. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. VERBAS RESCISÓRIAS. MULTA DO ART. 467 DA CLT. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 338/TST. TRANSCENDÊNCIA NÃO CARACTERIZADA. 1. De acordo com o artigo 896-A da CLT, o Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, deve examinar previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica. 2. Esta Corte Superior tem vasta jurisprudência no sentido de que a Recuperação Judicial não inibe a empresa de cumprir com seus compromissos firmados por meio de contrato trabalhista, tampouco o isenta de adimplir suas obrigações em atenção às multas dos artigos 467 e 477 da CLT. Ademais, a Súmula 388/TST tem aplicação exclusiva às empresas que se encontram na condição de "massa falida", não abrangendo as hipóteses de recuperação judicial. 3. A matéria não oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica. Agravo de instrumento não provido. [...] (AIRR-100510-14.2019.5.01.0483, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 16/04/2021).

Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100012-14.2019.5.01.0063

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	FELIPE MENDES FERNANDES DE OLIVEIRA BRAGA
Advogado	Dr. Bruno Bernardo Plaza(OAB: 100516-A/RJ)
Agravado	ASSOCIAÇÃO SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUÇÃO
Advogado	Dr. Cristiano de Lima Barreto Dias(OAB: 92784/RJ)
Advogado	Dr. Silvia Batalha Mendes(OAB: 80989 -A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUÇÃO
- FELIPE MENDES FERNANDES DE OLIVEIRA BRAGA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 345/365) interposto pelo reclamante contra a decisão de fls. 343/343, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às fls. 389/405 e 369/387, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 11) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 26/01/2021 apelo protocolado em 05/02/2021), sendo inexigível o preparo.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "HORAS EXTRAS. JORNADA DE TRABALHO" e "HORAS EXTRAS. ADVOGADO EMPREGADO".
No tocante ao primeiro tópico, o reclamante pugna pela condenação da reclamada ao pagamento de horas extras, sob o argumento de que a ela cabia o ônus da prova da jornada exercida pelos empregados, porquanto não apresentados os registros de horário.
Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema, contrariedade à Súmula 338, I, do TST e violação dos artigos 5º, II, da Constituição Federal, 74, § 2º, e 818, II, da CLT e 20 da Lei nº 8.906/1994.
De plano, afasta-se a alegação de ofensa ao artigo 20 da Lei nº 8.906/1994, porquanto não indicado o dispositivo tido por violado (caput ou parágrafos), o que desatente ao requisito previsto na Súmula 221 do TST.
No mais, o Regional consignou:

"O reclamante alega que laborava, "em tese", até às 15:00 horas. A primeira testemunha informou que aquele laborava após às 18:00 horas em 4 dias na semana - já que afirmou que o mesmo trabalhava como professor apenas 1 dia por semana. Por sua vez, a segunda testemunha afirmou que o autor, 3 ou 4 vezes na semana, cumpria jornada após as 21:00 horas.
Assim, ante a clara intenção das testemunhas em beneficiar o reclamante, alterando a verdade dos fatos, desconsidero ambas as oitivas.
Ademais, o reclamante confessou que laborava como advogado apenas das 9 às 12:00 horas, no escritório modelo. Sendo assim, não há que se falar em horas extras a partir da 4ª hora diária.
Logo, mantenho na íntegra a sentença de julgou improcedente o pedido de horas extras." (fls. 295).

Como se verifica, houve a desconsideração dos depoimentos prestados pelas testemunhas trazidas pelo reclamante e, ainda, houve a confissão do empregado de que laborava das 9h às 12h. Por outro lado, nada foi mencionado acerca da acerca de ausência de juntada de cartões de ponto pela reclamada e nem do número de empregados que esta possuía.
Diante dessas premissas (Súmula 126 do TST), não há como se verificar contrariedade à Súmula 338, I, do TST e violação dos artigos 5º, II, da Constituição Federal, 74, § 2º, e 818, II, da CLT, restando inespecíficos os arestos trazidos a cotejo (Súmula 296, I, do TST).
Já no que tange ao segundo tópico ("Horas extras. Advogado empregado"), o reclamante sustenta, em síntese, que foi contratado para exercer jornada de 36 (trinta e seis) horas semanais, o que é nulo, ante a ausência de cláusula que determine sua contratação por dedicação exclusiva. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema e violação dos artigos 9º da CLT, 20, caput e § 2º, da Lei nº 8.906/1994 e 12 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia.
De plano, afasta-se a alegação de ofensa ao artigo 12 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia, por não se encaixar no requisito previsto no artigo 896, "c", da CLT.
No mais, como se verifica no trecho acima transcrito, o Regional não decidiu a questão sob o enfoque pretendido pelo reclamante, o que faz atrair o óbice da Súmula 297, I e II, do TST.
Vale frisar, neste ponto, que não se aplica o inciso III do referido enunciado sumular porquanto, embora o reclamante tenha provocado o Regional a se manifestar sobre o ponto controvertido em seu recurso ordinário, não reiterou o pedido em seus embargos de declaração.
Assim, tem-se por inviável o destrancamento do recurso de revista interposto pelo reclamante.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1000003-81.2019.5.02.0715

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	PASTIFÍCIO SELMI S.A.
Advogado	Dr. Luís Alberto Lemes(OAB: 96838-A/SP)
Agravado	JOAO BATISTA RODRIGUES DA CRUZ
Advogado	Dr. Domingos Palmieri(OAB: 82991-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO BATISTA RODRIGUES DA CRUZ
- PASTIFÍCIO SELMI S.A.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Horas Extras.
O acórdão analisou o tema referente às horas extras considerando as provas produzidas nos autos. Assim, não obstante as afrontas legais aduzidas, bem como o dissenso interpretativo suscitado, inviável o seguimento do apelo, uma vez que a matéria, tal como tratada no v. acórdão e posta nas razões recursais, reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula n.º 126 do C. TST.
DENEGA-SE seguimento.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Consignado no v. acórdão que a presente demanda foi ajuizada após a Reforma Trabalhista, sendo aplicável a redação do artigo 791-A da CLT, não se vislumbra ofensa aos dispositivos legais e constitucionais apontados, tampouco contrariedade à Súmula ou OJ do TST.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista."

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "horas extras" e "honorários sucumbenciais", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126 do TST e no art. 896, a e c, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Registre-se, por oportuno, que, em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos artigos 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e que já foi deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais. Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional, no particular.Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1001537-91.2017.5.02.0016

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	KAUE SERIDONIO
Advogado	Dr. Douglas Marcus(OAB: 227791-A/SP)
Agravado	TIM S.A.
Advogado	Dr. Rodrigo Antonio Freitas Farias de Souza(OAB: 232121-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- KAUE SERIDONIO
- TIM S.A.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só

tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.
Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJT em 07/03/2019 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 13/03/2019 - id. 9c586f3).
Regular a representação processual, id. 0d0cb74.
Dispensado o preparo (custas pela reclamada).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Horas Extras.
Alegação(ões):
- contrariedade à(ao) : Súmula nº 338 do TST.
- divergência jurisprudencial.
Sustenta que a recorrida deve ser condenada ao pagamento de horas extras.
Consta do v. Acórdão:
" Insurge-se a parte recorrente contra a decisão de 1º grau, aduzindo ser devido o pagamento de horas extras e dano moral. Sem razão o recorrente.
A reclamada juntou aos autos os devidos cartões de ponto, não logrando o reclamante provar sua invalidade nos termos do Súmula 338 do C. TST. A testemunha ouvida a rogo do obreiro trouxe informações diversas, contraditórias, inverossímeis com as alegadas pelo autor na Inicial. Como bem aduz a Juiza de piso: (...).
Diante das contradições expostas, concluo que a testemunha do reclamante não tem condições de afirmar com certeza e convicção os demais fatos a ela indagados, razão pela qual o inteiro teor de seu depoimento é inválido."
Desta forma, acerta a Magistrada de 1º grau em invalidar o depoimento da testemunha trazida pelo autor e considerar o depoimento da testemunha trazida pelo réu, de modo que a prova oral produzida demonstrou que não houve trabalho em sobrejornada, sendo correto o indeferimento dos pedidos de horas extras, intervalares, adicional noturno, trabalho em folgas, plantões e feriados e intervalo interjornada com os reflexos decorrentes. Indevido por conseguinte também o dano moral decorrente da suposta jornada excessiva.
Por estas razões, nega-se provimento ao recurso da parte recorrente neste tópico."
Não obstante a contrariedade à súmula aduzida, bem como o dissenso interpretativo suscitado, inviável o seguimento do apelo, uma vez que a matéria, tal como tratada no v. acórdão e posta nas razões recursais, reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula n.º 126 do C. TST.
DENEGO seguimento.
Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada / Adicional de Hora Extra.
Alegação(ões):
- contrariedade à(ao) : Súmula nº 437 do TST.
- violação da (o) §4º do artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Sustenta que os cartões de ponto apresentados não possuem credibilidade, diante da prova oral produzida nos autos. Assim, defende que a recorrida também deve ser condenada ao pagamento do intervalo intrajornada irregularmente concedido.
Consta do v. Acórdão:
" Insurge-se a parte recorrente contra a decisão de 1º grau, aduzindo ser devido o pagamento de horas extras e dano moral. Sem razão o recorrente.
A reclamada juntou aos autos os devidos cartões de ponto, não logrando o reclamante provar sua invalidade nos termos do Súmula 338 do C. TST. A testemunha ouvida a rogo do obreiro trouxe informações diversas, contraditórias, inverossímeis com as alegadas pelo autor na Inicial. Como bem aduz a Juiza de piso: (...).
Diante das contradições expostas, concluo que a testemunha do reclamante não tem condições de afirmar com certeza e convicção os demais fatos a ela indagados, razão pela qual o inteiro teor de seu depoimento é inválido."
Desta forma, acerta a Magistrada de 1º grau em invalidar o depoimento da testemunha trazida pelo autor e considerar o depoimento da testemunha trazida pelo réu, de modo que a prova oral produzida demonstrou que não houve trabalho em sobrejornada, sendo correto o indeferimento dos pedidos de horas extras, intervalares, adicional noturno, trabalho em folgas, plantões e feriados e intervalo interjornada com os reflexos decorrentes. Indevido por conseguinte também o dano moral decorrente da suposta jornada excessiva.
Por estas razões, nega-se provimento ao recurso da parte recorrente neste tópico."
As razões recursais revelam a nítida intenção de revolver o conjunto fático-probatório apresentado, o que não se concebe em sede extraordinária de recurso de revista, a teor do disposto na Súmula 126, da Corte Superior.
Ficam afastadas, portanto, a contrariedade à súmula apontada, bem como o dissenso pretoriano.
DENEGO seguimento.
Duração do Trabalho / Adicional Noturno.
Alegação(ões):
- contrariedade à(ao) : Súmula nº 60 do TST.
- violação da (o) artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho; artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, é ônus da parte, sob pena de não conhecimento, indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, o que não foi observado pela recorrente.
DENEGO seguimento.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Participação nos Lucros ou Resultados - PLR.
Alegação(ões):
- contrariedade à(ao) : Súmula nº 451 do TST.
- violação da (o) artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho; artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.
Sustenta que a recorrida deve ser condenada ao pagamento de PLR.
Consta do v. Acórdão:
" Insurge-se a parte recorrente contra a decisão de 1º grau, aduzindo ser devido o pagamento de diferenças de PLR ao autor. Sem razão o recorrente.
Não há prova nos autos de norma coletiva a demandar o pagamento da participação nos lucros ou resultados nos termos da Lei nº 10.101/2000. Não apresentado o autor o instrumento coletivo, ônus que lhe cabia, não há como apurar o correto pagamento ou não da PLR nos termos da norma da categoria.
Por estas razões, nega-se provimento ao recurso da parte recorrente neste tópico."
Não obstante as afrontas legais aduzidas, bem como a

contrariedade à súmula suscitada, inviável o seguimento do apelo, uma vez que a matéria, tal como tratada no v. acórdão e posta nas razões recursais, reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula n.º 126 do C. TST.
DENEGO seguimento.
Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral.
Alegação(ões):
- violação do(s) inciso V do artigo 5º; inciso X do artigo 5º; artigo 6º; inciso IV do artigo 7º; §3º do artigo 217; artigo 227 da Constituição Federal.
- violação da (o) artigo 818 da Consolidação das Leis do Trabalho; inciso I do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015.
- divergência jurisprudencial.
Sustenta que a recorrida deve ser condenada pelos danos existenciais causados.
Consta do v. Acórdão:
" Insurge-se a parte recorrente contra a decisão de 1º grau, aduzindo ser devido o pagamento de horas extras e dano moral. Sem razão o recorrente.
(...).
Diante das contradições expostas, concluo que a testemunha do reclamante não tem condições de afirmar com certeza e convicção os demais fatos a ela indagados, razão pela qual o inteiro teor de seu depoimento é inválido."
Desta forma, acerta a Magistrada de 1º grau em invalidar o depoimento da testemunha trazida pelo autor e considerar o depoimento da testemunha trazida pelo réu, de modo que a prova oral produzida demonstrou que não houve trabalho em sobrejornada, sendo correto o indeferimento dos pedidos de horas extras, intervalares, adicional noturno, trabalho em folgas, plantões e feriados e intervalo interjornada com os reflexos decorrentes. Indevido por conseguinte também o dano moral decorrente da suposta jornada excessiva.
Por estas razões, nega-se provimento ao recurso da parte recorrente neste tópico."
As razões recursais revelam a nítida intenção de revolver o conjunto fático-probatório apresentado, o que não se concebe em sede extraordinária de recurso de revista, a teor do disposto na Súmula 126, da Corte Superior.
Ficam afastadas, portanto, as violações apontadas, bem como o dissenso pretoriano.
DENEGO seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista."

No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "horas extras", "intervalo intrajornada", "adicional noturno", "participação nos lucros e resultados - PLR" e "dano moral", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 333 do TST e no art. 896, §§ 1º, A, I, e 7º, CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Ademais, restam preclusas as matérias não renovadas no agravo de instrumento.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, nego seguimento ao agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001669-09.2014.5.23.0107

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MARANATA SERVICOS LTDA - EPP
Advogado	Dr. Raphael Penha Hermano(OAB: 10201-A/MA)
Agravado	DAVI NASCIMENTO RIBOLI
Advogado	Dr. José Vespasiano Péche(OAB: 15170-O/MT)
Agravado	FOX SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO LTDA.
Agravado	BENEDITO MARTINS MELO
Agravado	MARIO LUCIO DOS SANTOS FERREIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- BENEDITO MARTINS MELO
- DAVI NASCIMENTO RIBOLI
- FOX SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO LTDA.
- MARANATA SERVICOS LTDA - EPP
- MARIO LUCIO DOS SANTOS FERREIRA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.361/1.370) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 1.336/1.339).
Contraminuta às fls. 1.385/1.390 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 1.391/1.403.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls.

941) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 20/10/2021 e apelo protocolado em 04/11/2021), sendo desnecessário o preparo.

A discussão travada nos autos cinge-se ao tema "CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA".

Como se verifica, foi denegado seguimento ao recurso de revista por inobservância do disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.

Todavia, a parte agravante, na minuta do seu agravo de instrumento, não impugnou, objetivamente, a aplicação do referido óbice, tendo se limitado a tecer considerações genéricas acerca da admissibilidade do seu apelo e a reiterar as alegações ali formuladas.

Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida nos termos em que proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST, que preconiza o princípio da dialeticidade.

Não tendo a parte agravante se eximido de tal ônus, resta inviabilizada a admissão do seu apelo.

Nesse contexto, NÃO CONHEÇO do presente agravo de instrumento, com fulcro nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010161-14.2021.5.15.0124

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICÍPIO DE PENÁPOLIS
Procuradora	Dra. Amabel Cristina Dezanetti dos Santos
Agravado	SILVIA CRISTINA PRANDINI
Advogado	Dr. Alex Fabiano Druzian de Paula(OAB: 153928-A/SP)
Advogado	Dr. Victoria de Mello Pamplona(OAB: 396017-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE PENÁPOLIS
- SILVIA CRISTINA PRANDINI

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: DIFERENÇAS SALARIAIS - PROFESSOR.

Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.

O Ministério Público do Trabalho opinou pelo prosseguimento do feito, ressalvado eventual pedido de intervenção por ocasião do julgamento da causa, nos termos do artigo 83, inciso VII, da Lei Complementar nº 75/93.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamado, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Categoria Profissional Especial / Professores.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário / Diferença Salarial / Piso Salarial da Categoria / Salário Mínimo Profissional.

EDUCADORA INFANTIL

No que se refere ao tema em destaque, inviável o recurso, pois a parte recorrente não indica trecho do acórdão recorrido que prequestiona a controvérsia objeto do recurso, assim deixando de atender aos requisitos exigidos pelo art. 896, § 1º, I, da CLT.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista." (destacou-se, págs. 278 e 279.)

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001751-87.2017.5.02.0467

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	FUNDAÇÃO DO ABC
Advogada	Dra. Aline Larroza Nery(OAB: 269593-A/SP)
Advogada	Dra. Aline Soares da Mota(OAB: 369416-A/SP)
Agravado	STEPHANI SOARES FLORENCIO
Advogado	Dr. Luís Carlos de Castro(OAB: 63185-A/SP)
Advogado	Dr. Gilberto Marques Pires(OAB: 103836-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO DO ABC
- STEPHANI SOARES FLORENCIO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: HORAS EXTRAS, INTERVALO INTRAJORNADA, INTERVALO PREVISTO NO ARTIGO 384 DA CLT e DIFERENÇAS SALARIAIS.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada, com base na incidência do disposto nas Súmulas nos 338 e 126 do TST e por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896:
"ID. 244a3f8: Manifestação da reclamada FUNDAÇÃO DO ABC - CENTRAL DE CONVÊNIOS quanto ao recolhimento de depósito recursal (ID. 2d4f52d).
Com razão a ré, motivo pelo qual torno sem efeito o despacho de ID. 20f634b e passo à análise dos pressupostos de admissibilidade do recurso de revista (ID. e7abe4c)
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.
Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJT em 21/09/2020 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 01/10/2020 - id. e7abe4c).
Regular a representação processual, id. a1d7bf0, 23742a5.
Satisfeito o preparo (id(s). 554dcab, 6b27e94 e 2d4f52d).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Horas Extras.
Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada.
Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada / Intervalo 15 Minutos Mulher.
Restou assente no v. acórdão que a ré juntou apenas 12 cartões de ponto e demonstrativo de pagamentos. Considerando-se que o contrato teve vigência de 2012 a 2017, o v. acórdão está em consonância com a súmula 338 do C. TST.
Quanto ao intervalo intrajornada e ao intervalo do art. 384, da CLT, as razões recursais revelam a nítida intenção de revolver o conjunto fático-probatório apresentado, o que não se concebe em sede extraordinária de recurso de revista, a teor do disposto na Súmula 126, da Corte Superior.
Ficam afastadas, portanto, as violações apontadas.
DENEGA-SE seguimento.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário / Diferença Salarial.
O recorrente não apontou violação legal ou constitucional, ou contrariedade à súmula ou à orientação jurisprudencial do TST ou a Súmula Vinculante do STF, tampouco indicou divergência jurisprudencial, o que inviabiliza o prosseguimento do recurso de revista, a teor do art. 896, da CLT.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista." (destacou-se, págs. 425 e 426.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, os óbices impostos no despacho denegatório do recurso, referentes à incidência das Súmulas nos 338 e 126 do TST e à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896.
Com efeito, os motivos básicos ensejadores da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiram na aplicação das Súmulas nos 338 e 126 e na ausência de adequação das razões recursais aos requisitos formais instituídos no artigo 896 da CLT. A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esses fundamentos, porque, quanto a esses aspectos, não dirige críticas à decisão agravada.
Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.
Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:
"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0020237-04.2020.5.04.0233

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ
Procuradora	Dra. Marina Barradas
Agravado	ANA LUISA DOS SANTOS BORGES
Advogado	Dr. Geraldo Leal(OAB: 102220-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA LUISA DOS SANTOS BORGES
- MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não conhecimento do agravo de instrumento.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamado, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários na Justiça do Trabalho.
Não admito o recurso de revista noitem.
Não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade (art. 896, § 1º-A , CLT).
Na análise do recurso, evidencia-se que a parte não observou o ônus que lhe foi atribuído pela lei, na medida em que não transcreveu qualquer trecho do acórdão que indique o prequestionamento da controvérsia.
Nego seguimento ao recurso no item "a) DOS HONONÁRIOS ADVOCATÍCIOS DA CONTRARIEDADE AO ENUNCIADO DAS SÚMULAS Nº 219 e 329, ALÉM DA CONTRARIEDADE À O. J. Nº 305, DA SDI-1, TODAS DESSE E. TST DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL".
CONCLUSÃO
Nego seguimento." (destacou-se, pág. 398.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.
Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.
Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.
Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:
"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000651-54.2020.5.08.0205

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	ESTADO DO AMAPÁ
Procurador	Dr. Jimmy Negrão Maciel
Agravado	DORIELSON BASTOS MONTEIRO
Advogado	Dr. Jamerson Darabian e Silva Dias(OAB: 3433-A/AP)
Advogado	Dr. Alana e Silva Dias(OAB: 1773-A/AP)
Advogado	Dr. Jean e Silva Dias(OAB: 928-A/AP)
Advogado	Dr. Paulo Victor Rosário dos Santos(OAB: 4011-A/AP)
Agravado	CAIXA ESCOLAR C E S EMILIO MEDICI
Advogado	Dr. Joubert Barros dos Santos(OAB: 3840-A/AP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ESCOLAR C E S EMILIO MEDICI
- DORIELSON BASTOS MONTEIRO
- ESTADO DO AMAPÁ

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo segundo reclamado, ESTADO DO AMAPÁ, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: CONTRATO NULO - EFEITOS e INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às págs. 213-218.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo sobrestamento do feito até trânsito em julgado da decisão do Supremo Tribunal Federal acerca da responsabilidade subsidiária do Ente Público.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo segundo reclamado, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, alíneas "a", "b" e "c", e § 1º-A, inciso I, da CLT:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
O recurso é tempestivo (ente público intimado em / decisão publicada em 22/06/2021 - fl./ID FBAD7F0; recurso apresentado em 21/06/2021 - fl./ID 4b59c5f).
Regular a representação processual, nos termos da Súmula nº 436 do C. TST.
Isento de preparo, por força do art. 790-A da CLT e art. 1º, IV, do Decreto-Lei nº 779/1969.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Recurso de Revista.
Alegação(ões):
O Estado do Amapá aduz, no recurso, que é terceiro interessado, pois arcará com os efeitos pecuniários da decisão, entretanto, o recorrente não é terceiro interessado mas sim parte no processo, e foi sucumbente, eis que condenado subsidiariamente ao pagamento das parcelas deferidasao reclamante (ID. a2eb45c).
Assim, não obstante o equívoco acima destacado, é evidente o interesse recursal do Estado do Amapá.
Contrato Individual de Trabalho / Administração Pública / Contrato Nulo - Efeitos.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 363 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) artigo 37, §2º; artigo 37, inciso II, da Constituição Federal.
- divergência jurisprudencial.
Recorreo Estado do Amapá quanto aos temas: validade do contrato de trabalho firmado entre o reclamante e a primeira reclamada e pagamento de FGTS.
Alega violação às disposições acima, reafirmando a nulidade absoluta do contrato de trabalho mantido entrea reclamante e a primeira reclamada, destacando que as UDE's e Caixas Escolares contratam pessoas em regime celetista por tempo indeterminado para fazerem às vezes de funcionários públicos. Aponta violação à Súmula nº 363, do TST, pois a condenação não se limitou ao saldo de salário e ao FGTS.
Aponta aindadivergência jurisprudencial.
Transcreve osseguintes trechos:
(...)
Examino.
O recurso não atende ao requisito do inc. I do §1º-A do art. 896 da CLT, pois os trechos indicados não contêm os prequestionamentos das controvérsias objeto do recurso.
Destaco que a inobservância do pressuposto do inciso I do §1º-A do art. 896 da CLT impõe denegar seguimento ao recurso, inclusive por divergência jurisprudencial, eis que esta, para ser admitida, também necessita que tenham sido atendidas as hipóteses de cabimento do art. 896 da CLT e o pressuposto do inc. I do §1º-A do mesmo dispositivo legal.
Por essas razões, nego seguimento ao recurso.
Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral.
Alegação(ões):
O recorrente seinsurge em face doAcórdão que deu provimento ao recurso do reclamante para incluir na condenação indenizaçãopor dano moral.
Examino.
O recurso está mal aparelhado no tópico, pois não indica violação de dispositivo legal ou constitucional, contrariedade sumular ou a Orientação Jurisprudencial ou, ainda, divergência jurisprudencial, hipóteses de cabimento do recurso de revista nos termos das alíneas "a", "b" e "c" do artigo 896 da CLT.
Nesse sentido, a Súmula nº 221 do C. TST:
SUM-221 RECURSO DE REVISTA. VIOLAÇÃO DE LEI. INDICAÇÃO DE PRECEITO (cancelado o item II e conferida nova redação na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14.09.2012) Res. 185/2012 - DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012
A admissibilidade do recurso de revista por violação tem como pressuposto a indicação expressa do dispositivo de lei ou da Constituição tido como violado.
Portanto, nego seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista." (destacou-se, págs. 171-174.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, os óbices impostos no despacho denegatório do recurso, referentes à ausência de observação aos requisitos dispostos no artigo 896, alíneas "a", "b" e "c", e § 1º-A, inciso I, da CLT.
Com efeito, os motivos básicos ensejadores da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiram na ausência de adequação das razões recursais aos requisitos formais instituídos por meio do artigo 896, alíneas "a", "b" e "c", e § 1º-A, inciso I, da CLT. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esses fundamentos, porque, quanto a esses aspectos, não dirige críticas à decisão agravada.
Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior,

consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:
"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0002940-30.2016.5.22.0101

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICÍPIO DE LUZILÂNDIA
Advogado	Dr. Francisco de Oliveira Loiola Júnior(OAB: 3700-A/PI)
Advogada	Dra. Maria Elvina Lages Veras Barbosa(OAB: 17423-A/PI)
Agravado	JANARA SILVA MOURA
Advogado	Dr. Cícero de Sousa Brito(OAB: 2387/PI)

Intimado(s)/Citado(s):
- JANARA SILVA MOURA
- MUNICÍPIO DE LUZILÂNDIA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo executado, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO e JUROS.
Contraminuta apresentada às págs. 448-455 e contrarrazões apresentadas às págs. 435-447.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo executado, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Nos termos do §2º, do art. 896, da CLT, quando não configurada nenhuma das exceções previstas no §10 do mesmo dispositivo, somente por ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal pode ser admitido o Recurso de Revista das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, ordem essa reiterada pela Súmula nº 266, do TST. Tratando-se de execuções fiscais e Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT a revista caberá por violação à lei federal, por divergência jurisprudencial e por ofensa a Constituição Federal (§10).
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Jurisdição e Competência / Competência / Competência da Justiça do Trabalho.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Juros.
Alegação(ões):
- violação do(s) artigo 39; inciso I do artigo 114, da Constituição Federal.
- violação do(s) artigo 1-F da Lei nº 11960/2009.
- divergência jurisprudencial: .
A parte recorrente sustenta que o juízo competente para apreciar lides existentes entre servidores e a administração direta, autárquica e fundacional é a Justiça Comum Estadual, sob pena de afronta aos art. 39 c/c o art. 114, I da Constituição Federal.
Prossegue aduzindo que o acórdão recorrido, ao deixar de observar a taxa de juros legal à base de 0,5% ao mês em condenações contra a Fazenda Pública, viola o disposto no art. 1º-F da Lei nº 11.960 /2009, e que a partir do advento da citada lei deve ser aplicada unicamente a correção da caderneta de poupança.
Indica arestos para configurar o dissenso jurisprudencial quanto aos temas.
Os presentes autos encontram-se em fase de execução de sentença, caso em que somente se admite o recurso de revista no caso de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal, conforme inteligência do art. 896, §2º, da CLT e Súmula 266 do C. TST. Não comporta, outrossim, a alegação de divergência jurisprudencial e nem a indicação de ofensa aos artigos de normas infraconstitucionais.
O recurso de revista, que tramita sob a égide da Lei 13.015/2014, prestigiou o rigor formal, tem natureza extraordinária e visa assegurar a validade, autoridade e a uniformidade da interpretação da lei. Neste viés, considera indispensável que a parte, nas razões recursais, indique o trecho específico da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo.
Indicar significa transcrever o trecho do pronunciamento prévio sobre a temática que o recorrente almeja obter reexame pelo órgão ad quem. Essa exigência se caracteriza como pressuposto intrínseco, sendo ônus atribuído à parte sua demonstração e não sujeito a saneamento, se ausente.
Destarte, em que pesem as alegações do recorrente, percebe-se que este não indicou o trecho da decisão recorrida que consubstanciaria o prequestionamento das matérias, deixando, assim, de observar o disposto no art. 896, §1º-A, I, da CLT, conforme redação dada pela referida Lei nº 13.015/2014, razão pela qual não merece ser conhecido o recurso.
Registre-se, por oportuno, que o trecho transcrito no item "III.2- DA DECISÃO QUE SE VISA REFORMAR" do recurso, não foi extraído do acórdão recorrido, afigurando-se trecho estranho à decisão impugnada, não restando, pois suprida a exigência imposta pela citada Lei nº 13.015/2014.
Pelo exposto, não admito o recurso de revista." (destacou-se, págs.

411-414.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.
Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.
Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.
Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:
"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000501-45.2017.5.05.0631

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	MUNICIPIO DE PARAMIRIM
Procurador	Dr. Sérgio Teixeira Ramos Júnior
Agravado	SOLANGE FLOR SILVA
Advogado	Dr. Welinton Santana(OAB: 1198-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):
- MUNICIPIO DE PARAMIRIM
- SOLANGE FLOR SILVA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
O MPT opinou pelo não provimento do agravo de instrumento.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Considerando o disposto no art. 896-A, § 6º, da CLT (inserido pela Lei 13.467/17), o juízo de admissibilidade deste Recurso de Revista se limita à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.
PRESCRIÇÃO.

Foram cumpridos os ditames inseridos pela Lei nº 13.015/2014 (§§3º, 4º e 5º, art. 896 da CLT), no que se refere à uniformização de jurisprudência no âmbito deste Tribunal Regional do Trabalho, conforme se infere da Súmula TRT5 15:
SERVIDOR PÚBLICO. CONTROVÉRSIA A RESPEITO DA RELAÇÃO JURÍDICA QUE EXISTIU ENTRE AS PARTES. CAUSA DE PEDIR FUNDAMENTADA EM CONTRATO DE TRABALHO E NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. - A Justiça do Trabalho tem competência material para processar e julgar os processos em que se discute a natureza da relação jurídica mantida entre ente integrante da administração pública direta e seus servidores nas situações em que a causa de pedir constante da petição inicial é a existência de vínculo de natureza celetista e as pretensões nela formuladas têm por lastro a legislação trabalhista, ainda que o ente público, em sede de defesa, conteste a natureza alegada ao argumento de que mantinha com o servidor relação jurídica de natureza estatutária ou administrativa.
Com relação aos temas ora sob análise, observe-se que o Recurso de Revista não preenche o requisito formal de admissibilidade previsto no §1º-A, I, do artigo 896 da CLT, incluído pela Lei no 13.015, de 2014:
"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da
controvérsia objeto do recurso de revista ; (...)"
Registre-se que, conforme entendimento pacificado no TST, a ausência de transcrição, a transcrição de trechos que não contenham a tese jurídica que consubstancia o prequestionamento, a transcrição da ementa e da conclusão do acórdão, a transcrição

do trecho do acórdão ultrapassando os limites da tese devolvida no Recurso de Revista e sem o devido destaque, não atendem ao requisito em tela.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento aoRecurso de Revista."

Não procede a alegada ofensa aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da legalidade (art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal) quando a negativa de seguimento a recurso de revista decorre da falta de demonstração, pela parte, dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA" e "PRESCRIÇÃO", emerge como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista a diretriz consubstanciada na Súmula 422, I, do TST.
Na hipótese, o despacho agravado aplicou o óbice do art. 896, § 1º-A, I, da CLT para negar seguimento ao recurso de revista da parte.
Contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, constata-se que o agravante não combate o óbice do despacho agravado, qual seja o não cumprimento do requisito do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, haja vista que a parte agravante apenas reitera a matéria de mérito do recurso de revista, sem combater o fundamento da decisão agravada.
Nesse diapasão, vê-se que o agravante não impugna o óbice aplicado pela decisão agravada para denegar seguimento ao seu recurso de revista.
Com efeito, o princípio da dialeticidade impõe à parte o ônus de se contrapor direta e especificamente à decisão agravada, demonstrando o seu desacerto e as razões de sua reforma, o que não ocorreu no caso.
Trata-se, portanto, de agravo de instrumento desprovido de fundamento, pressuposto objetivo extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, cujo atendimento supõe necessariamente argumentação visando a evidenciar o equívoco da decisão impugnada.
A referendar esse posicionamento jurisprudencial está a Súmula 422, I do TST, com o seguinte teor:

"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO (redação alterada, com inserção dos itens I, II e III) - Res. 199/2015, DEJT divulgado em 24, 25 e 26.06.2015. Com errata publicada no DEJT divulgado em 01.07.2015
I - Não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida."

Registro, por importante, que não é o caso de aplicação do item II da referida construção jurisprudencial, haja vista que o fundamento da decisão agravada é relevante e pertinente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, não conheço do agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001448-02.2017.5.05.0631

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICIPIO DE PARAMIRIM
Advogado	Dr. Sérgio Teixeira Ramos Júnior(OAB: 22202-A/BA)
Agravado	MARIA DE LOURDES SANTANA DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Tiago Malheiros Brasil(OAB: 53691 -A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):
- MARIA DE LOURDES SANTANA DE OLIVEIRA
- MUNICIPIO DE PARAMIRIM

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO e PRESCRIÇÃO DO FGTS.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões, conforme certidão à pág. 324.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamado, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Jurisdição e Competência.
Prescrição / FGTS.
O Recurso de Revista não preenche o requisito formal de admissibilidade previsto no §1o-A, I, do artigo 896 da CLT, incluído pela Lei no 13.015, de 2014:
"§ 1o-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista ;(...)"
Registre-se que, conforme entendimento pacificado no TST, a ausência de transcrição, a transcrição de trechos que não pertence ao acórdão, a transcrição de trechos que não contenham a tese jurídica que consubstancia o prequestionamento, a transcrição da ementa e da conclusão do acórdão, a transcrição do trecho do acórdão ultrapassando os limites da tese devolvida no Recurso de Revista e sem o devido destaque, não atendem ao requisito em tela.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento aoRecurso de Revista." (destacou-se, págs. 239 e 240.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado

dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.

Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:

"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000436-54.2019.5.05.0122

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	ADALICIO BRAZ DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Gilsonei Moura Silva(OAB: 659-B/BA)
Advogada	Dra. Sônia Rodrigues da Silva(OAB: 685-B/BA)
Agravado	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DO PASSE
Advogada	Dra. Marinez Rodrigues Macedo(OAB: 36193-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADALICIO BRAZ DE OLIVEIRA
- MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DO PASSE

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO e CONTRATO NULO - EFEITOS.

Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões, conforme certidão à pág. 261.

O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Considerando o disposto no art. 896-A, § 6º, da CLT (inserido pela Lei 13.467/17), o juízo de admissibilidade deste Recurso de Revista se limita à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Jurisdição e Competência.

Contrato Individual de Trabalho / Administração Pública / Contrato Nulo - Efeitos.

Alegação(ões):

Foram cumpridos os ditames inseridos pela Lei nº 13.015/2014 (§§3º, 4º e 5º, art. 896 da CLT), no que se refere à uniformização de jurisprudência no âmbito deste Tribunal Regional do Trabalho, conforme se infere da Súmula TRT5 15:

SERVIDOR PÚBLICO. CONTROVÉRSIA A RESPEITO DA RELAÇÃO JURÍDICA QUE EXISTIU ENTRE AS PARTES. CAUSA DE PEDIR FUNDAMENTADA EM CONTRATO DE TRABALHO E NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. - A Justiça do Trabalho tem competência material para processar e julgar os processos em que se discute a natureza da relação jurídica mantida entre ente integrante da administração pública direta e seus servidores nas situações em que a causa de pedir constante da petição inicial é a existência de vínculo de natureza celetista e as pretensões nela formuladas têm por lastro a legislação trabalhista, ainda que o ente público, em sede de defesa, conteste a natureza alegada ao argumento de que mantinha com o servidor relação jurídica de natureza estatutária ou administrativa.

O Recurso de Revista não preenche o requisito formal de admissibilidade previsto no §1º-A, I, do artigo 896 da CLT, incluído pela Lei no 13.015, de 2014:

"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento dacontrovérsia objeto do recurso de revista ;

(...)"

Registre-se que, conforme entendimento pacificado no TST, a ausência de transcrição, a transcrição de trechos que não contenham a tese jurídica que consubstancia o prequestionamento, a transcrição de trecho impertinente , a transcrição da ementa e da conclusão do acórdão, a transcrição do trecho do acórdão ultrapassando os limites da tese devolvida no Recurso de Revista e sem o devido destaque, não atendem ao requisito em tela.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento aoRecurso de Revista." (destacou-se, págs.

246-248.)

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0001381-78.2013.5.03.0034

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	ECOVIX - ENGEVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Reinaldo Luís Tadeu Rondina Mandaliti(OAB: 257220/SP)
Agravado	DEIVISON GONÇALVES LUZ
Advogada	Dra. Monica dos Santos Paiva(OAB: 166014/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEIVISON GONÇALVES LUZ
- ECOVIX - ENGEVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela executada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: EXECUÇÃO, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, DESERÇÃO, COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO, JUROS e NOVAÇÃO.

Contraminuta e contrarrazões apresentadas às págs. 915-921.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela executada, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

TRANSCENDÊNCIA

Nos termos do artigo 896-A, § 6ºda CLT, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Formação, Suspensão e Extinção do Processo / Suspensão do Processo / Recuperação Judicial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Preparo / Deserção.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Jurisdição e Competência / Competência / Competência da Justiça do Trabalho.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Juros.

DIREITO CIVIL / Obrigações / Adimplemento e Extinção / Novação.

O recurso de revista não pode ser admitido, uma vez que não atende ao disposto no inciso I do § 1º-A da alínea "a" do art. 896 da CLT (incluído pela Lei n.º 13.015 de 2014), no sentido de ser ônus da parte, sob pena de não conhecimento do recurso, a indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo.

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu os trechos do acórdão que demonstrariam o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista." (destacou-se, págs. 885 e 886.)

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de

observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.

Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.

Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000054-38.2019.5.09.0029

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
Advogado	Dr. Rosaldo Jorge de Andrade(OAB: 12370-A/PR)
Advogada	Dra. Marina Elise Costa Dal'Lin(OAB: 57668-A/PR)
Advogada	Dra. Juliana Morais(OAB: 70172-A/PR)
Advogada	Dra. Raquel Cancio Fendrich Tessari(OAB: 61394-A/PR)
Agravado	CAMILA SOMAVILLA
Advogada	Dra. Adriana Frazão da Silva(OAB: 31413-A/PR)
Advogada	Dra. Melina Aguiar Rosa(OAB: 45147-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAMILA SOMAVILLA
- COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela executada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: OFENSA À COISA JULGADA.

Contrarrazões apresentadas às págs. 1.099-1.122.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela executada, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Recurso tempestivo (decisão publicadaem 07/06/2021 - fl./Id. 1198711; recurso apresentado em 17/06/2021 - fl./Id. cee0b51).

Representação processual regular (fl./Id. 39acff8).

O juízo está garantido.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

De acordo com oparágrafo 2º do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, o recurso de revista interposto na fase de execução somente tem cabimento na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

TRANSCENDÊNCIA

Nos termos do artigo 896-A, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO / CUMPRIMENTO / EXECUÇÃO / PRECLUSÃO / COISA JULGADA.

A Lei 13.015/2014 acrescentou o § 1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

A parte recorrente não observou o que determina o inciso I, porque transcreveu trechos do acórdão que não englobam todos os motivos e fundamentos adotados pela Turma na análise das matérias.

A transcrição de apenas parte do acórdão, como se verifica nas razões do recurso, não supre a exigência legal. A parte que recorre

deve reproduzir o trecho da decisão que lhe foi desfavorável, em que constem todos os motivos e fundamentos adotados pela Turma, o que não foi observado.

No sentido do acima exposto são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST-AIRR-1160-68.2014.5.02.0073, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 14/12/2016, 7ª Turma, acórdão publicado no DEJT de 03/02/2017; TST-RR-18177-29.2013.5.16.0020 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-104-15.2014.5.08.0014, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, acórdão publicado no DEJT de 06/05/2016; TST-AIRR-10033-37.2014.5.14.0101, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-10982-58.2014.5.14.0005, 4ª Turma, Relator Ministro João Oreste Dalazen, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-163-91.2013.5.11.0551, 5ª Turma, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, acórdão publicado no DEJT de 22/04/2016; TST-AIRR-1410-22.2013.5.07.0001, 6ª Turma, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, acórdão publicado no DEJT de 06/05/2016; TST-AIRR-11680-81.2014.5.03.0163, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Brandão, acórdão publicado no DEJT de 04/03/2016.

É inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Denego". (destacou-se, págs. 1.078-1.081).

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001113-56.2019.5.02.0088

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	JULIO ALVES DOS SANTOS
Advogado	Dr. Daniel Américo dos Santos Neimeir(OAB: 309297-A/SP)
Agravado	NOVAPAV PAVIMENTACAO, TERRAPLENAGEM E CONSTRUCOES LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- JULIO ALVES DOS SANTOS
- NOVAPAV PAVIMENTACAO, TERRAPLENAGEM E CONSTRUCOES LTDA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - RITO SUMARÍSSIMO

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO.

Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.

Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJT em 15/12/2020 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 26/01/2021 - id. 5cf4f4a).

Regular a representação processual, id. 299be5b.

Dispensado o preparo (id. b0d5b41).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / ATOS PROCESSUAIS / NULIDADE / CERCEAMENTO DE DEFESA.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO /

CUMPRIMENTO / EXECUÇÃO / OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR.
Alegação(ões): -PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria objeto do recurso de revista, cabendo à parte indicar, de forma clara e objetiva, os fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido.
Como se depreende das razões recursais, o reclamante apenas reproduziu integralmente o v. acórdão regional, sem fazer nenhum destaque ou indicação precisa das teses adotadas pela decisão recorrida, o que não atende à exigência legal, pois não se verifica, in casu, determinação precisa da tese regional combatida no apelo, tampouco o imprescindível cotejo analítico de teses.
Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudência interna corporis do C. TST:
"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO DA INTEGRALIDADE DA DECISÃO RECORRIDA EM RELAÇÃO AO TEMA DEVOLVIDO À APRECIAÇÃO DO TST. INSUFICIÊNCIA. A teor do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, é exigência legal a indicação do trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da matéria devolvida à apreciação do Tribunal Superior do Trabalho, não sendo suficiente, para esse fim, a transcrição, quanto ao tema devolvido à apreciação do TST, da decisão recorrida em seu inteiro teor, sem qualquer destaque em relação ao ponto em discussão. Recurso de embargos conhecido e não provido." (E-ED-RR- 1720-69.2012.5.15.0153, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 22/9/2017, destaquei).
Outros precedentes da SBDI-1: AgR-E-ED-RR- 1458-45.2012.5.04.0018, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 16.3.2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018; AgR-E-Ag-RR- 116-50.2013.5.04.0022, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 11/05/2018; AgR-E-ED-ED-ARR-556-25.2013.5.12.0054, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 19/12/2017; E-ED-RR-172500-89.2013.5.17.0011, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 24/11/2017; E-ED-RR - 10902-83.2014.5.15.0129, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 31/10/2017; E-ED-ARR - 69700-30.2013.5.21.0024, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, DEJT 6/10/2017; E-RR-1144-40.2013.5.15.0089, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 8/09/2017; E-ED-RR-20013-14.2012.5.20.0003, Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT 12/05/2017.
Destarte, inviável o seguimento do apelo, porquanto olvidado o disposto no artigo 896, §1.º-A, I, da CLT.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista". (destacou-se, págs. 158-160).
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.
Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.
Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.
Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:
"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010297-75.2020.5.15.0017

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ELIANA APARECIDA DE GODOY FERREIRA E OUTROS
Advogado	Dr. Itamar Leônidas Pinto Paschoal(OAB: 27291-A/SP)
Agravado	ONIDES FERRATO DA SILVA
Advogado	Dr. Luiz Sérgio Ribeiro Corrêa Júnior(OAB: 220674-D/SP)
Agravado	SILVIA DE MATOS ANSELMO
Advogado	Dr. Edison Vander Ferraz(OAB: 91715-A/SP)
Advogado	Dr. Mateus Claudio da Silva(OAB: 376186-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIANA APARECIDA DE GODOY FERREIRA E OUTROS

- ONIDES FERRATO DA SILVA
- SILVIA DE MATOS ANSELMO

I - PRELIMINARMENTE
As partes exequentes, mediante a petição Pet - 397336-06/2021, reiteram os termos do agravo de instrumento.
Passo ao julgamento do agravo de instrumento.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DAS PARTES EXEQUENTES
Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Tramitação preferencial - execução.
Eis os termos da decisão agravada:

Trata-se de Recurso de Revista interposto pela agravante (ELIANA APARECIDA DE GODOY FERREIRA) em face de acórdão de embargos de declaração proferido em agravo de instrumento. Todavia, é incabível tal apelo nessa hipótese, em conformidade com o entendimento contido na Súmula 218 do C. TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Examino.
Registre-se que, na forma estabelecida pelo § 2º do artigo 896 da CLT e pela Súmula nº 266 do TST, o cabimento do recurso de revista em execução de sentença está restrito às hipóteses de ofensa direta e literal de norma da Constituição da República.
No presente caso, o agravo de instrumento não merece conhecimento, porquanto emergem como obstáculo as diretrizes consubstanciadas na Súmula 422, I, do TST.
As partes agravantes não investem de forma objetiva contra o fundamento do despacho denegatório do seguimento do recurso de revista, qual seja, a Súmula 218 do TST. As partes agravantes apenas renovam as alegações do recurso de revista. Incidência da Súmula 422, I, do TST.
O agravo de instrumento, portanto, não merece conhecimento.
Por fim, registre-se que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, não conheço do agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0020211-50.2017.5.04.0026

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	OI MÓVEL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Advogado	Dr. Cláudia Moraes Diefenthäler(OAB: 71427-A/RS)
Agravado	REJANE RODRIGUES CHAGAS
Advogado	Dr. Millaray Atalia Cortez Zambon(OAB: 59876-A/RS)
Advogada	Dra. Nelci Vannuzi Kleinert Hammerle(OAB: 81914-A/RS)
Advogada	Dra. Karla Felicina Bueno Martins(OAB: 64326-A/RS)
Agravado	EXCELLENCIA VIRTUAL SYSTEM LTDA. - EPP

Intimado(s)/Citado(s):
- EXCELLENCIA VIRTUAL SYSTEM LTDA. - EPP
- OI MÓVEL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- REJANE RODRIGUES CHAGAS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - RITO SUMARÍSSIMO
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela segunda reclamada, OI MÓVEL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela segunda reclamada, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, incisos I e III, da CLT e com base no disposto na Súmula n° 422, item I, do TST:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Superada a apreciação dos pressupostos extrínsecos, passo à análise do recurso.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Solidária / Subsidiária / Tomador de Serviços / Terceirização.
Não admito o recurso de revista noitem.
O fundamento do acórdão recorrido (ratio decidendi) não foi clara e diretamente impugnado pela parte recorrente. As razões recursais enfocam a matéria a partir de outra perspectiva (ilicitude da terceirização), distinta daquela adotada pelo Tribunal Regional (responsabilidade subsidiária da tomadora pelos créditos devidos à parte autora, em razão da falha na fiscalização do contrato). Assim, a falta de dialeticidade entre a tese recursal e a tese recorrida obsta o seguimento do recurso de revista, nos termos do art. 896, § 1º-A, I e III, da CLT e da Súmula n. 422, I, do TST.
Além disso, adecisão recorrida está em conformidade com a Súmula 331, IV, do TST, o que inviabiliza o seguimento do recurso de revista, inclusive por dissenso jurisprudencial (§ 7º do art. 896 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.015/2014,e Súmula 333 da aludida Corte Superior), tampouco permitindo verificar afronta aos dispositivos invocados.
CONCLUSÃO
Nego seguimento." (destacou-se, págs. 355-357.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, os óbices impostos no despacho denegatório do recurso, referentes à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, incisos I e III,

da CLT, e à incidência do óbice processual contido no item I da Súmula nº 422 do TST.

Com efeito, os motivos básicos ensejadores da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiram na ausência de adequação das razões recursais aos requisito formais instituídos por meio do artigo 896, § 1º-A, incisos I e III, da CLT, bem como na aplicação da Súmula nº 422, item I, do TST. A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esses fundamentos, porque, quanto a esses aspectos, não dirige críticas à decisão agravada.

Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.

Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000043-56.2021.5.22.0003

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO TAPUIO
Advogado	Dr. Manoel Muniz Neto(OAB: 12149-A/PI)
Agravado	ANA PAULA CAE ALMEIDA DE FREITAS
Advogado	Dr. Jailson Brasil Rocha da Paz(OAB: 9994-A/PI)
Advogado	Dr. Luciana Mendes Morais Silva(OAB: 18577-A/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA PAULA CAE ALMEIDA DE FREITAS
- MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO TAPUIO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO, PRESCRIÇÃO DO FGTS e DEPÓSITOS DE FGTS.

Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões, conforme certidão à pág. 379.

O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamado, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Jurisdição e Competência / Competência / Competência da Justiça do Trabalho Prescrição / FGTS

Contrato Individual de Trabalho / FGTS

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao) : Súmula nº 362 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do(s) inciso XXIX do artigo 7º; inciso I do artigo 114 da Constituição Federal.
- Divergência jurisprudencial

O município recorrente pretende viabilizar seu recurso de revista arguindo a incompetência da Justiça do Trabalho para conhecer e julgar a presente lide. Aponta violação ao art. 114, , I da CF.

Alega que o Supremo Tribunal Federal consignou nos autos do processo RE nº 573202 que a relação entre servidores e o poder público é sempre de caráter jurídico-administrativo, sendo, portanto, competente a Justiça Comum, e não a Justiça do Trabalho.

Afirma que no caso em questão, operou-se a prescrição quinquenal de parte do pleitos relativos ao FGTS, uma vez que o reclamante ingressou com a reclamação trabalhista em 20/08/2020, data posterior ao julgamento do ARE 709.212.

Sustenta que a contratação entre a Administração Pública e os seus servidores, ainda que contratados irregularmente, não origina vínculo empregatício, não ensejando o direito ao pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, parcela exclusiva do regime celetista, cujas regras não se aplicam a quem se subordina, ainda que temporariamente, ao regime jurídico administrativo.

Indica divergência jurisprudencial quanto aos temas.

O recurso de revista, que tramita sob a égide da Lei 13.015 /2014, prestigiou o rigor formal, tem natureza extraordinária e visa assegurar a validade, autoridade e a uniformidade da interpretação da lei. Neste viés, considera indispensável que a parte, nas razões recursais, indique o trecho específico da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo.

Indicar significa transcrever, em cada item específico do recurso, o trecho do pronunciamento prévio sobre a temática que o recorrente almeja obter reexame pelo órgão ad quem. Essa exigência se

caracteriza como pressuposto intrínseco, sendo ônus atribuído à parte sua demonstração e não sujeito a saneamento, se ausente. Em que pesem as alegações da parte recorrente, percebe-se que esta não indicou os trechos da decisão recorrida que consubstanciariam o prequestionamento das matérias, deixando, assim, de observar o disposto no art. 896, §1º-A, I, da CLT, conforme redação dada pela referida Lei nº 13.015/2014, razão pela qual não merece ser conhecido o recurso.

Registre-se, por oportuno, que o trecho transcrito acerca do tema incompetência da Justiça do Trabalho, não foi extraído do acórdão recorrido, afigurando-se trecho estranho à decisão impugnada, não restando, pois suprida a exigência imposta pela citada Lei nº 13.015/2014.

Pelo exposto, não admito o recurso de revista." (destacou-se, págs. 311-313.)

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.

Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.

Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:

"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001530-15.2017.5.02.0432

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MARCIO GUZZO DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Leonardo Villela Crispim Viana(OAB: 261063-A/SP)
Agravado	BRASKEM S.A.
Advogada	Dra. Clarisse de Souza Rozales(OAB: 389409-A/SP)
Advogado	Dr. Jair Tavares da Silva(OAB: 46688-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRASKEM S.A.
- MARCIO GUZZO DE OLIVEIRA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: ADICIONAL DE PERICULOSIDADE, HORAS EXTRAS - MINUTOS RESIDUAIS e EQUIPARAÇÃO SALARIAL.

Contraminuta apresentada às págs. 1.480-1.488 e contrarrazões apresentadas às págs. 1.489-1.495.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.

Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJT em 23/10/2020 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 06/11/2020 - id. 384af0c).

Regular a representação processual, id. a571578.

Dispensado o preparo (id. c775f50).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / ADICIONAL / ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.

REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / SALÁRIO / DIFERENÇA SALARIAL / SALÁRIO POR EQUIPARAÇÃO / ISONOMIA.

DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS / CONTAGEM DE MINUTOS RESIDUAIS.

Nos termos do artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria objeto do recurso de revista, cabendo à parte indicar, de forma clara e objetiva, os fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido.

Como se depreende das razões recursais, o reclamante apenas reproduziu integralmente o v. acórdão regional, sem fazer nenhum destaque próprio ou indicação precisa das teses adotadas pela decisão recorrida, o que não atende à exigência legal, pois não se verifica, in casu, determinação precisa da tese regional combatida no apelo, tampouco o imprescindível cotejo analítico de teses.

Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudência interna corporis do C. TST:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO DA INTEGRALIDADE DA DECISÃO RECORRIDA EM RELAÇÃO AO TEMA DEVOLVIDO À APRECIAÇÃO DO TST. INSUFICIÊNCIA. A teor do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, é exigência legal a indicação do trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da matéria devolvida à apreciação do Tribunal Superior do Trabalho, não sendo suficiente, para esse fim, a transcrição, quanto ao tema devolvido à apreciação do TST, da decisão recorrida em seu inteiro teor, sem qualquer destaque em relação ao ponto em discussão. Recurso de embargos conhecido e não provido." (E-ED-RR- 1720-69.2012.5.15.0153, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 22/9/2017, destaquei).

Outros precedentes da SBDI-1: AgR-E-ED-RR- 1458-45.2012.5.04.0018, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 16.3.2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018; AgR-E-Ag-RR- 116-50.2013.5.04.0022, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 11/05/2018; AgR-E-ED-ED-ARR-556-25.2013.5.12.0054, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 19/12/2017; E-ED-RR-172500-89.2013.5.17.0011, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 24/11/2017; E-ED-RR - 10902-83.2014.5.15.0129, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 31/10/2017; E-ED-ARR - 69700-30.2013.5.21.0024, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, DEJT 6/10/2017; E-RR-1144-40.2013.5.15.0089, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 8/09/2017; E-ED-RR-20013-14.2012.5.20.0003, Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT 12/05/2017.

Destarte, inviável o seguimento do apelo, porquanto olvidado o disposto no artigo 896, §1.º-A, I, da CLT.

DENEGO seguimento.

REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / ADICIONAL / ADICIONAL DE PERICULOSIDADE / BASE DE CÁLCULO.

De início, cumpre salientar que, não obstante ter havido a transcrição integral do trecho do acórdão, a decisão nesse ponto é sucinta, de modo que toda a fundamentação nele se exaure, autorizando, assim, a apreciação da matéria.

Feita tal observação, tem-se que a Turma decidiu em perfeita consonância com a Súmula 191, I, da Corte Superior, o que torna inviável o seguimento do apelo, nos termos do artigo 896, § 7º, da CLT, e da Súmula 333, do C. TST, inclusive com base em dissenso pretoriano.

DENEGO seguimento.

CONCLUSÃO DENEGO seguimento ao recurso de revista". (destacou-se, págs. 1.457-1.459).

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Registra-se que o tema da base de cálculo do adicional de periculosidade não foi renovado nas razões do agravo de instrumento.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001229-42.2018.5.02.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	LARISSA VICCHIETTI
Advogado	Dr. Ricardo Araújo Alves(OAB: 386036-A/SP)
Agravado	M.L. SERVICOS DE TELEATENDIMENTO EM CALL CENTER LTDA

Advogado	Dr. Carlos Pereira da Silva(OAB: 192403/SP)
Advogado	Dr. Guilherme Prestes de Melo(OAB: 251163-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LARISSA VICCHIETTI
- M.L. SERVICOS DE TELEATENDIMENTO EM CALL CENTER LTDA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: RESCISÃO INDIRETA, HORAS EXTRAS, VALE TRANSPORTE, INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS e HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
Contraminuta apresentada às págs. 409-412 e contrarrazões apresentadas às págs. 404-408.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamante, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Rescisão do Contrato de Trabalho / Rescisão Indireta.
Duração do Trabalho / Horas Extras.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Vale Transporte.
Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria objeto do recurso de revista, cabendo à parte indicar, de forma clara e objetiva, os fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido.
A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudência interna corporis do C. TST, já pacificou o entendimento de que a transcrição integral do acórdão recorrido não cumpre a finalidade de delimitar a matéria objeto de impugnação (AgR-E-ED-RR - 1458-45.2012.5.04.0018, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 16.3.2018; E-ED-RR- 1720-69.2012.5.15.0153, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 22/9/2017; E-RR-1144-40.2013.5.15.0089, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 08/09/2017).
Assim, a transcrição da fundamentação adotada pelo Regional no início das razões recursais não satisfaz o requisito previsto art. 896, § 1º-A, I, da CLT, uma vez que não permite o necessário confronto analítico entre a tese assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica exposta no recurso de revista.
Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado da SBDI-1:
"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELA LEI 13.015/2014. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA AO REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. Salvo quando o capítulo da decisão é sucinto a ponto de toda a fundamentação (matéria prequestionada) nele se exaurir, a transcrição na íntegra dos capítulos do acórdão do Tribunal Regional objeto da controvérsia no início das razões do recurso de revista, e, posteriormente, as insurgências quanto aos temas recorridos não satisfazem o requisito previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, porquanto não viabilizam o confronto analítico entre a tese central assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica apresentada no recurso de revista em mais de uma tema. Precedentes. Recurso de embargos conhecido e desprovido" (E-ED-RR - 1583-45.2014.5.09.0651, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 27.10.2017).
Inviável, destarte, o seguimento do apelo, porquanto não observado o disposto no artigo 896, §1.º-A, I, da CLT.
DENEGA-SE seguimento." (destacou-se, págs. 381-383.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.
Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.
Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.
Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:
"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000898-10.2020.5.02.0391

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	T.B.S.
Advogado	Dr. Fabio Rivelli(OAB: 297608-A/SP)
Agravado	G.O.N.
Advogado	Dr. Alessandra Ferreira Guimaraes(OAB: 429642-A/SP)
Agravado	T.S.M.L.
Advogado	Dr. Rodrigo de Souza Rossanezi(OAB: 177399-A/SP)
Agravado	T.S.
Advogado	Dr. Rodrigo Antonio Freitas Farias de Souza(OAB: 232121-A/SP)
Advogado	Dr. Antônio Rodrigo Sant'Ana(OAB: 234190/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- G.O.N.
- T.B.S.
- T.S.
- T.S.M.L.

Ficam as partes intimadas do despacho/acórdão, o qual está à disposição na Unidade Publicadora.

Processo Nº AIRR-1000968-19.2019.5.02.0017

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	EDUARDO GEORGE GACHIDO
Advogado	Dr. Marcelo Augusto Pimenta(OAB: 118843-A/SP)
Advogado	Dr. Fabio de Assis(OAB: 215756-A/SP)
Agravado	HOTEL DIRETO LTDA
Advogado	Dr. Francisco Mutschele Júnior(OAB: 130568-A/SP)
Agravado	ATLANTICA HOTELS INTERNATIONAL BRASIL LTDA
Advogado	Dr. Francisco Mutschele Júnior(OAB: 130568-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATLANTICA HOTELS INTERNATIONAL BRASIL LTDA
- EDUARDO GEORGE GACHIDO
- HOTEL DIRETO LTDA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA e MULTA POR INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS.
Contraminuta apresentada às págs. 965-975 e contrarrazões apresentadas às págs. 953-964.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Negativa de Prestação Jurisdicional. Nos termos do art. 896, §1º-A, IV, da CLT, ao suscitar nulidade por falta de prestação jurisdicional, a parte deve transcrever o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, o que não foi observado pela parte recorrente.
DENEGA-SE seguimento.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Assistência Judiciária Gratuita.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Penalidades Processuais / Multa por ED Protelatórios.
Nos termos do artigo 896, §1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria objeto do recurso de revista, cabendo à parte indicar, de forma clara e objetiva, os fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido.
Como se depreende das razões recursais, o reclamante apenas reproduziu integralmente o v. acórdão regional, sem fazer nenhum destaque ou indicação precisa das teses adotadas pela decisão recorrida, o que não atende à exigência legal, pois não se verifica, in casu, determinação precisa da tese regional combatida no apelo, tampouco o imprescindível cotejo analítico de teses.
Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudência interna corporis do C. TST:
"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO DA INTEGRALIDADE DA DECISÃO RECORRIDA EM RELAÇÃO AO TEMA DEVOLVIDO À APRECIAÇÃO DO TST. INSUFICIÊNCIA. A teor do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, é exigência legal a indicação do trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da matéria devolvida à apreciação do Tribunal Superior do Trabalho, não sendo suficiente, para esse fim, a transcrição, quanto ao tema devolvido à apreciação do TST, da decisão recorrida em seu inteiro teor, sem qualquer destaque em relação ao ponto em discussão. Recurso de embargos conhecido e não provido." (E-ED-RR- 1720-69.2012.5.15.0153, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 22/9/2017, destaquei)
Outros precedentes da SBDI-1: AgR-E-ED-RR- 1458-45.2012.5.04.0018, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 16.3.2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018; AgR-E-Ag-RR- 116-50.2013.5.04.0022, Relatora Ministra Maria

Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 11/05/2018; AgR-E-ED-ED-ARR-556-25.2013.5.12.0054, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 19/12/2017; E-ED-RR-172500-89.2013.5.17.0011, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 24/11/2017; E-ED-RR - 10902-83.2014.5.15.0129, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 31/10/2017; E-ED-ARR - 69700-30.2013.5.21.0024, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, DEJT 6/10/2017; E-RR-1144-40.2013.5.15.0089, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 8/09/2017; E-ED-RR-20013-14.2012.5.20.0003, Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT 12/05/2017.

Destarte, inviável o seguimento do apelo, porquanto olvidado o disposto no artigo 896, §1º-A, I, da CLT

DENEGA-SE seguimento." (destacou-se, págs. 925-929.)

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.

Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.

Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:

"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000003-97.2016.5.01.0047

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MONICA COUTINHO SEIXAS DE CARVALHO
Advogada	Dra. Elisângela Silva de Almeida(OAB: 161783-A/RJ)
Agravado	PAULO SILVA ALMEIDA
Advogado	Dr. Renato Jorge Remaclo Pereira(OAB: 67024-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MONICA COUTINHO SEIXAS DE CARVALHO
- PAULO SILVA ALMEIDA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017 - EXECUÇÃO
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela terceira embargante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO DE REVISTA.

Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões, conforme certidão de pág. 112.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela terceira embargante, em razão da intempestividade do recurso de revista:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Intempestividade. Publicado o v. acórdão regional no dia 28/03/2019, o dies a quo teve início em 29/03/2019, tendo o dies ad quem ocorrido em 10.04.2019. Desse modo, interposto em 15/04/2019, o presente recurso está irremediavelmente intempestivo, o que impossibilita o pretendido processamento ante a ausência de requisito extrínseco.

Regular a representação processual (fls. 11).

Desnecessário o preparo.

CONCLUSÃO

NEGO seguimento aorecurso de revista." (destacou-se, pág. 99.)

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à intempestividade do recurso de revista.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na intempestividade do recurso de revista. A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.

Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o

agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.

Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:

"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011661-26.2017.5.15.0102

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	JOSE CARLOS MELO
Advogada	Dra. Patrícia da Silva Medeiros(OAB: 295440-A/SP)
Agravado	RÁPIDO TURISMO TRANSPORTES LTDA.
Advogado	Dr. Andrea Dias Perez(OAB: 208331-A/SP)
Agravado	ENOVA FOODS S.A.
Advogado	Dr. Erio Umberto Saiani Filho(OAB: 176785-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ENOVA FOODS S.A.
- JOSE CARLOS MELO
- RÁPIDO TURISMO TRANSPORTES LTDA.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA.

Contraminuta apresentada às págs. 532-539 e contrarrazões apresentadas às págs. 540-551.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária / Tomador de Serviços / Terceirização.

No que se refere ao tema em destaque, inviável o recurso, pois a parte recorrente indica trecho do acórdão recorrido que não aborda todos os fundamentos adotados pela aludida decisão, deixando de cumprir adequadamente os requisitos exigidos pelo art. 896, § 1º-A, I, da CLT.

No sentido do acima exposto são os seguintes precedentes: RR-18177-29.2013.5.16.0020, 1ª Turma, DEJT de 29/04/2016; AIRR-104-15.2014.5.08.0014, 2ª Turma, DEJT de 06/05/2016; AIRR-10033-37.2014.5.14.0101, 3ª Turma, DEJT de 29/04/2016; AIRR-10982-58.2014.5.14.0005, 4ª Turma, DEJT de 22/04/2016; AIRR-1410-22.2013.5.07.0001, 6ª Turma, DEJT de 06/05/2016; AIRR-11680-81.2014.5.03.0163, 7ª Turma, DEJT de 04/03/2016.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista." (destacou-se, págs. 487 e 488.)

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.

Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.

Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:

"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à

motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011554-03.2015.5.15.0053

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.
Advogado	Dr. Diogo Lopes Vilela Berbel(OAB: 41766-S/PR)
Advogado	Dr. Gustavo Rezende Mitne(OAB: 52997/PR)
Agravado	DANILO DIOGO MARIANO
Advogada	Dra. Eliane Kochi de Souza(OAB: 139695-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.
- DANILO DIOGO MARIANO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO - RITO SUMARÍSSIMO
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela executada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pela qual, mediante a aplicação da Súmula nº 218 do TST, se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: AGRAVO DE PETIÇÃO NÃO PROVIDO - AUSÊNCIA DE DELIMITAÇÃO DOS VALORES IMPUGNADOS.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela executada, com base no disposto na Súmula n° 218 do TST:
"Trata-se de Recurso de Revista interposto pelo agravante (BK BRASIL OPERACAO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.) em face de acórdão proferido em agravo de instrumento. Todavia, é incabível tal apelo nessa hipótese, em conformidade com o entendimento contido na Súmula 218 do C. TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista." (destacou-se, págs. 315 e 316.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à incidência do preceito contido na Súmula nº 218 do TST.
Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na aplicação da Súmula nº 218 do TST. A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.
Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.
Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:
"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0100337-20.2017.5.01.0431

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	JAF SERVICOS MARITIMOS LTDA
Advogado	Dr. Arthur Teixeira Fernandez(OAB: 173426-A/RJ)
Advogada	Dra. Waleska Marques Quintela(OAB: 183700-A/RJ)
Agravado	MAX DA FONSECA RODRIGUES
Advogado	Dr. Geraldo Francisco de Carvalho Junior(OAB: 153177/RJ)

Agravado	AGN SERVICOS MARITIMOS, AGENCIAMENTO E LOGISTICA LTDA. E OUTROS
Advogado	Dr. Onilson Martins Pereira(OAB: 46382/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGN SERVICOS MARITIMOS, AGENCIAMENTO E LOGISTICA LTDA. E OUTROS
- JAF SERVICOS MARITIMOS LTDA
- MAX DA FONSECA RODRIGUES

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela quarta reclamada, Jaf Serviços Marítimos Ltda, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL e GRUPO ECONÔMICO.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões, conforme certidão à pag. 668.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela quarta reclamada, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT e mediante a aplicação das súmulas nºs 23, 126, 296 e 337 do TST:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Negativa de prestação jurisdicional. A Lei nº 13.015/2014, aplicável aos recursos interpostos das decisões publicadas a partir de 22/09/2014 (consoante interpretação do TST estampada no artigo 1º do Ato 491/SEGJUD.GP), inseriu o §1º-A no artigo 896 da CLT, com a seguinte redação:

"Art. 896. (...)
§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;
II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.
IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)".
Diante deste contexto, não podem ser admitidos recursos cujas razões não indiquem o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, que não apontem de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do TST que conflite com a decisão regional, que não contenham impugnação de todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, com demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte, bem como que deixem de transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017).
No caso em apreço, não cuidou o recorrente de "indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista".
Em razão do exposto, não há como se admitir o apelo, no particular, face a patente deficiência de fundamentação.
Responsabilidade Solidária/Subsidiária / Grupo Econômico.
Alegação(ões):
- divergência jurisprudencial.
O exame detalhado do processo revela que o v. acórdão regional está fundamentado no conjunto fático-probatório até então produzido. Nesse aspecto, a análise da controvérsiaapontada importaria o reexame de todo o referido conjunto, o que, na atual fase processual, encontra óbice inarredável na Súmula 126 do TST.
Os arestos transcritos para o confronto de teses não se prestam ao fim colimado, seja por se revelarem inespecíficos, vez que não se enquadram nos moldes estabelecidos pelas Súmulas 23 e 296 do TST, seja ainda por se revelarem inservíveis, porquanto não contemplados na alínea "a" do art. 896 da CLT. No mesmo sentido é o entendimento consubstanciado na Orientação Jurisprudencial 111 da SDI-I do TST. Podem ser, ainda, enquadrados na categoria de inservíveis os arestos não adequados ao entendimento consagrado na Súmula 337 do TST.
CONCLUSÃO
NEGO seguimento aorecurso de revista." (destacou-se, págs. 642 e 643.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, os óbices impostos no despacho denegatório do recurso, referentes à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo e à aplicação das súmulas nºs 23, 126, 296 e 337 do TST.
Com efeito, os motivos básicos ensejadores da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiram na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014 e na incidência do entendimento disposto nas súmulas nºs 23, 126, 296 e 337 do TST.
A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.
Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi

equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.
Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:
"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000004-54.2019.5.02.0331

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	PLASFAN INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA
Advogado	Dr. Rita Meira Costa Gozzi(OAB: 213783-A/SP)
Agravado	RAFAEL CORREA PAULO
Advogada	Dra. Andrea Ribeiro Ferreira Ramos(OAB: 268867-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- PLASFAN INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA
- RAFAEL CORREA PAULO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - ACIDENTE DE TRABALHO, INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, INDENIZAÇÃO POR DANOS ESTÉTICOS e HONORÁRIOS PERICIAIS.
Contraminuta apresentada às págs. 643-650.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral / Acidente de Trabalho.
Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Material.
Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Estético.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Periciais.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria objeto do recurso de revista, cabendo à parte indicar, de forma clara e objetiva, os fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido.
Como se depreende das razões recursais, o reclamante apenas reproduziu integralmente o v. acórdão regional, sem fazer nenhum destaque ou indicação precisa das teses adotadas pela decisão recorrida, o que não atende à exigência legal, pois não se verifica, in casu, determinação precisa da tese regional combatida no apelo, tampouco o imprescindível cotejo analítico de teses.
Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudência interna corporis do C. TST:
"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO DA INTEGRALIDADE DA DECISÃO RECORRIDA EM RELAÇÃO AO TEMA DEVOLVIDO À APRECIAÇÃO DO TST. INSUFICIÊNCIA. A teor do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, é exigência legal a indicação do trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da matéria devolvida à apreciação do Tribunal Superior do Trabalho, não sendo suficiente, para esse fim, a transcrição, quanto ao tema devolvido à apreciação do TST, da decisão recorrida em seu inteiro teor, sem qualquer destaque em relação ao ponto em discussão. Recurso de embargos conhecido e não provido." (E-ED-RR- 1720-69.2012.5.15.0153, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 22/9/2017, destaquei).
Outros precedentes da SBDI-1:
(...).
Destarte, inviável o seguimento do apelo, porquanto olvidado o disposto no artigo 896, §1.º-A, I, da CLT.
DENEGA-SE seguimento." (destacou-se, págs. 616 e 617.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.
Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. A agravante, no entanto, não

se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:

"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001091-02.2020.5.02.0043

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	RAIMUNDO NONATO SETUBAL
Advogado	Dr. Marcio Salvador de Souza(OAB: 392314-A/SP)
Agravado	SOS FARMA PONTE LTDA
Advogada	Dra. Adriana Márcia Pereira Pardim(OAB: 233/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAIMUNDO NONATO SETUBAL
- SOS FARMA PONTE LTDA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.

Contraminuta apresentada às págs. 707-712 e contrarrazões apresentadas às págs. 701-706.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.

Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 27/08/2021 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 10/09/2021 - id. 4a7c688).

Regular a representação processual,id. 676177a .

Dispensado o preparo (id. -df7dfe9).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / ADICIONAL / ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.

Nos termos do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, é ônus da parte, sob pena de não conhecimento, indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, o que não foi observado pelo recorrente.

DENEGA-SE seguimento.

CONCLUSÃO

DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista". (destacou-se, págs. 689 e 690).

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:

"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0002744-60.2016.5.22.0101

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICÍPIO DE LUZILÂNDIA
Advogada	Dra. Maria Elvina Lages Veras Barbosa(OAB: 17423-A/PI)
Agravado	MARIA DAS GRUTAS SANTOS FRANCO
Advogado	Dr. Cícero de Sousa Brito(OAB: 2387/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA DAS GRUTAS SANTOS FRANCO
- MUNICÍPIO DE LUZILÂNDIA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo executado, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO e JUROS.
Contraminuta apresentada às págs. 609-616 e contrarrazões apresentadas às págs. 595-608.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo prosseguimento do feito, ressalvado eventual pedido de intervenção por ocasião do julgamento da causa.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo executado, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Nos termos do §2º, do art. 896, da CLT, quando não configurada nenhuma das exceções previstas no §10 do mesmo dispositivo, somente por ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal pode ser admitido o Recurso de Revista das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, ordem essa reiterada pela Súmula nº 266, do TST. Tratando-se de execuções fiscais e Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT a revista caberá por violação à lei federal, por divergência jurisprudencial e por ofensa a Constituição Federal (§10).
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Jurisdição e Competência / Competência / Competência da Justiça do Trabalho
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Juros
Alegação(ões):
- violação do(s) artigo 39; inciso I do artigo 114, da Constituição Federal.
- violação do(s) artigo 1-F da Lei nº 11960/2009.
- divergência jurisprudencial: .
A parte recorrente sustenta que o juízo competente para apreciar lides existentes entre servidores e a administração direta, autárquica e fundacional é a Justiça Comum Estadual, sob pena de afronta aos art. 39 c/c o art. 114, I da Constituição Federal.
Prossegue aduzindo que o acórdão recorrido, ao deixar de observar a taxa de juros legal à base de 0,5% ao mês em condenações contra a Fazenda Pública, viola o disposto no art. 1º-F da Lei nº 11.960/2009, e que a partir do advento da citada lei deve ser aplicada unicamente a correção da caderneta de poupança.
Indica arestos para configurar o dissenso jurisprudencial quanto aos temas.
Os presentes autos encontram-se em fase de execução de sentença, caso em que somente se admite o recurso de revista no caso de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal, conforme inteligência do art. 896, §2º, da CLT e Súmula 266 do C. TST. Não comporta, outrossim, a alegação de divergência jurisprudencial e nem a indicação de ofensa aos artigos de normas infraconstitucionais.
O recurso de revista, que tramita sob a égide da Lei 13.015 /2014, prestigiou o rigor formal, tem natureza extraordinária e visa assegurar a validade, autoridade e a uniformidade da interpretação da lei. Neste viés, considera indispensável que a parte, nas razões recursais, indique o trecho específico da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo.
Indicar significa transcrever o trecho do pronunciamento prévio sobre a temática que o recorrente almeja obter reexame pelo órgão ad quem. Essa exigência se caracteriza como pressuposto intrínseco, sendo ônus atribuído à parte sua demonstração e não sujeito a saneamento, se ausente.
Destarte, em que pesem as alegações do recorrente, percebe-se que este não indicou o trecho da decisão recorrida que consubstanciaria o prequestionamento das matérias, deixando, assim, de observar o disposto no art. 896, §1º-A, I, da CLT, conforme redação dada pela referida Lei nº 13.015/2014, razão pela qual não merece ser conhecido o recurso.
Registre-se, por oportuno, que o trecho transcrito no item "III.2- DA DECISÃO QUE SE VISA REFORMAR" do recurso, não foi extraído do acórdão recorrido, afigurando-se trecho estranho à decisão impugnada, não restando, pois suprida a exigência imposta pela citada Lei nº 13.015/2014.
Pelo exposto, não admito o recurso de revista." (destacou-se, págs. 582-584.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº

13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000666-58.2019.5.02.0447

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
Advogada	Dra. Regina Aparecida Vega Sevilha(OAB: 147738/SP)
Agravado	MARIA DE FATIMA BEZERRA
Advogada	Dra. Andréa Pacífico Silva(OAB: 106625-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
- MARIA DE FATIMA BEZERRA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela segunda reclamada, Companhia Brasileira de Distribuição, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA, VERBAS RESCISÓRIAS, MULTA DE 40% DO FGTS, MULTAS DOS ARTIGOS 467 E 477 DA CLT e HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Contraminuta apresentada às págs. 350-354 e contrarrazões apresentadas às págs. 355-363.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela segunda reclamada, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária / Tomador de Serviços / Terceirização.

Rescisão do Contrato de Trabalho / Verbas Rescisórias.

Rescisão do Contrato de Trabalho / Verbas Rescisórias / Multa de 40% do FGTS.

Rescisão do Contrato de Trabalho / Verbas Rescisórias / Multa do Artigo 467 da CLT.

Rescisão do Contrato de Trabalho / Verbas Rescisórias / Multa do Artigo 477 da CLT.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.

Alegação(ões):

- DA LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS VALORES INDICADOS NA EXORDIAL

Nos termos do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, é ônus da parte, sob pena de não conhecimento, indicar os trechos da decisão recorrida que consubstanciam o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, o que não foi observado pela recorrente.

DENEGA-SE seguimento." (destacou-se, págs. 340 e 341.)

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é

pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000654-37.2014.5.02.0312

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MENAF INDUSTRIA DE MANUF PLASTICOS E ELETRO MET LTDA
Advogado	Dr. Marcelo Mattos Trapnell(OAB: 149733-A/SP)
Advogado	Dr. Evaristo Braga de Araújo Junior(OAB: 185469-A/SP)
Advogado	Dr. João Lúcio de Oliveira(OAB: 252540-A/SP)
Agravado	FRANCISCO CONSTANTINO DA SILVA
Advogado	Dr. Samuel Solomca Júnior(OAB: 70756-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO CONSTANTINO DA SILVA
- MENAF INDUSTRIA DE MANUF PLASTICOS E ELETRO MET LTDA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: PRESCRIÇÃO, INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS e INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS.

Contraminuta apresentada às págs. 551-555 e contrarrazões apresentadas às págs. 548-550.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO CIVIL / Fatos Jurídicos / Prescrição e Decadência.

Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral / Doença Ocupacional.

Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Material / Doença Ocupacional.

Nos termos do artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria objeto do recurso de revista, cabendo à parte indicar, de forma clara e objetiva, os fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido.

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudência interna corporis do C. TST, já pacificou o entendimento de que a transcrição integral do acórdão recorrido não cumpre a finalidade de delimitar a matéria objeto de impugnação (AgR-E-ED-RR - 1458-45.2012.5.04.0018, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 16.3.2018; E-ED-RR- 1720-69.2012.5.15.0153, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 22/9/2017; E-RR-1144-40.2013.5.15.0089, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 08/09/2017).

Assim, a transcrição na íntegra da fundamentação adotada pelo Regional no início das razões recursais não satisfaz o requisito previsto art. 896, § 1º-A, I, da CLT, uma vez que não permite o necessário confronto analítico entre a tese assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica exposta no recurso de revista.

Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado da SBDI-1:

"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELA LEI 13.015/2014. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA AO REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. Salvo quando o capítulo da decisão é sucinto a ponto de toda a fundamentação (matéria prequestionada) nele se exaurir, a transcrição na íntegra dos capítulos do acórdão do Tribunal Regional objeto da controvérsia no início das razões do recurso de revista, e, posteriormente, as insurgências quanto aos temas recorridos não satisfazem o requisito previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, porquanto não viabilizam o confronto analítico entre a tese central assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica apresentada no recurso de revista em mais de uma tema. Precedentes. Recurso de embargos conhecido e desprovido" (E-ED -RR - 1583-45.2014.5.09.0651, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 27.10.2017).

Inviável, destarte, o seguimento do apelo, porquanto não observado o disposto no artigo 896, §1.º-A, I, da CLT.

DENEGA-SE seguimento quanto aos temas." (destacou-se, págs. 516-519.)

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000082-20.2020.5.02.0038

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE SÃO PAULO
Advogada	Dra. Roberta de Giussio Oliveira(OAB: 187160-A/SP)
Advogada	Dra. Francisca Arcanjo da Silva Moura(OAB: 217863-A/SP)
Advogada	Dra. Verônica Andrade Canesso(OAB: 255570-A/SP)
Advogada	Dra. Mariana Garcia da Silva(OAB: 263663-A/SP)
Advogado	Dr. Ethel Marchiori Remorini(OAB: 149404-D/SP)
Agravado	CAFE TURIN LTDA - ME
Advogado	Dr. Rui Pacheco Bastos(OAB: 88167-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAFE TURIN LTDA - ME
- SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE SÃO PAULO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: APLICABILIDADE DE NORMA COLETIVA - CUMPRIMENTO, SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL, SEGURO DE VIDA, INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS e MULTA CONVENCIONAL.

Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Direito Coletivo / Norma Coletiva - Aplicabilidade / Cumprimento.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário / Diferença Salarial / Piso Salarial da Categoria / Salário Mínimo Profissional.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Seguro de Vida.

Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral Coletivo.

Direito Coletivo / Acordo e Convenção Coletivos de Trabalho / Multa Convencional.

Nos termos do artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria objeto do recurso de revista, cabendo à parte indicar, de forma clara e objetiva, os fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido.

Como se depreende das razões recursais, o reclamante apenas reproduziu integralmente o v. acórdão regional, sem fazer nenhum destaque ou indicação precisa das teses adotadas pela decisão recorrida, o que não atende à exigência legal, pois não se verifica, in casu, determinação precisa da tese regional combatida no apelo, tampouco o imprescindível cotejo analítico de teses.

Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudência interna corporis do C. TST:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO DA INTEGRALIDADE DA DECISÃO RECORRIDA EM RELAÇÃO AO TEMA DEVOLVIDO À APRECIAÇÃO DO TST. INSUFICIÊNCIA. A teor do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, é exigência legal a indicação do trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da matéria devolvida à apreciação do Tribunal Superior do Trabalho, não sendo suficiente, para esse fim, a transcrição, quanto ao tema devolvido à

apreciação do TST, da decisão recorrida em seu inteiro teor, sem qualquer destaque em relação ao ponto em discussão. Recurso de embargos conhecido e não provido." (E-ED-RR- 1720-69.2012.5.15.0153, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 22/9/2017, destaquei).

Outros precedentes da SBDI-1: AgR-E-ED-RR- 1458-45.2012.5.04.0018, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 16.3.2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018; AgR-E-Ag-RR- 116-50.2013.5.04.0022, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 11/05/2018; AgR-E-ED-ED-ARR-556-25.2013.5.12.0054, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 19/12/2017; E-ED-RR-172500-89.2013.5.17.0011, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 24/11/2017; E-ED-RR - 10902-83.2014.5.15.0129, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 31/10/2017; E-ED-ARR - 69700-30.2013.5.21.0024, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, DEJT 6/10/2017; E-RR-1144-40.2013.5.15.0089, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 8/09/2017; E-ED-RR-20013-14.2012.5.20.0003, Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT 12/05/2017.

Destarte, inviável o seguimento do apelo, porquanto olvidado o disposto no artigo 896, §1.º-A, I, da CLT.

DENEGA-SE seguimento." (destacou-se, págs. 480-482.)

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000769-37.2019.5.02.0521

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	JUCIELDO MARTINS BEZERRA
Advogado	Dr. Ricardo Moscovich(OAB: 104350-A/SP)
Agravado	PADRÃO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA S/C LTDA.
Advogado	Dr. Rafael Milani Urbano(OAB: 276132-A/SP)
Advogada	Dra. Larissa Ângelo Fernandes(OAB: 377357-A/SP)
Agravado	ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DOS LOTES DO LOTEAMENTO CONDOMÍNIO NOVO HORIZONTE - ARUJÁ HILLS
Advogado	Dr. Sérgio Tiago(OAB: 166621/SP)
Agravado	ASSOCIACAO DOS ADQUIRENTES DE U DO LOT ARUJA 5
Advogado	Dr. Edivaldo Tavares dos Santos(OAB: 104134-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIACAO DOS ADQUIRENTES DE U DO LOT ARUJA 5
- ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DOS LOTES DO LOTEAMENTO CONDOMÍNIO NOVO HORIZONTE - ARUJÁ HILLS
- JUCIELDO MARTINS BEZERRA
- PADRÃO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA S/C LTDA.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: HORAS EXTRAS.

Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.

Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJT em 24/11/2020 -

Aba de Movimentações; recurso apresentado em 01/12/2020 - id. 7647225).
Regular a representação processual, id. 1d970fe.
Desnecessário o preparo.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS / REFLEXOS.
DURAÇÃO DO TRABALHO / COMPENSAÇÃO DE JORNADA / REGIME 12 X 36.
DURAÇÃO DO TRABALHO / COMPENSAÇÃO DE JORNADA.
DURAÇÃO DO TRABALHO / REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO.
RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO / VERBAS RESCISÓRIAS.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria objeto do recurso de revista, cabendo à parte indicar, de forma clara e objetiva, os fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido.
Como se depreende das razões recursais, o reclamante apenas reproduziu integralmente o v. acórdão regional, sem fazer nenhum destaque ou indicação precisa das teses adotadas pela decisão recorrida, o que não atende à exigência legal, pois não se verifica, in casu, determinação precisa da tese regional combatida no apelo, tampouco o imprescindível cotejo analítico de teses.
Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudência interna corporis do C. TST: "RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO DA INTEGRALIDADE DA DECISÃO RECORRIDA EM RELAÇÃO AO TEMA DEVOLVIDO À APRECIAÇÃO DO TST. INSUFICIÊNCIA. A teor do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, é exigência legal a indicação do trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da matéria devolvida à apreciação do Tribunal Superior do Trabalho, não sendo suficiente, para esse fim, a transcrição, quanto ao tema devolvido à apreciação do TST, da decisão recorrida em seu inteiro teor, sem qualquer destaque em relação ao ponto em discussão. Recurso de embargos conhecido e não provido." (E-ED-RR- 1720-69.2012.5.15.0153, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 22/9/2017, destaquei)." Outros precedentes da SBDI-1: AgR-E-ED-RR- 1458-45.2012.5.04.0018, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 16.3.2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018; AgR-E-Ag-RR- 116-50.2013.5.04.0022, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 11/05/2018; AgR-E-ED-ED-ARR-556-25.2013.5.12.0054, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 19/12/2017; E-ED-RR-172500-89.2013.5.17.0011, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 24/11/2017; E-ED-RR - 10902-83.2014.5.15.0129, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 31/10/2017; E-ED-ARR - 69700-30.2013.5.21.0024, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, DEJT 6/10/2017; E-RR-1144-40.2013.5.15.0089, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 8/09/2017; E-ED-RR-20013-14.2012.5.20.0003, Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT 12/05/2017.
Destarte, inviável o seguimento do apelo, porquanto olvidado o disposto no artigo 896, §1.º-A, I, da CLT.
DENEGA-SE seguimento". (destacou-se, págs. 792-794).
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.
Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Registra-se que os demais temas apresentados no recurso de revista não foram renovados no agravo de instrumento.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000506-32.2019.5.08.0011

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS DE BELÉM DO PARÁ - SINFARPA
Advogada	Dra. Tamyres Lima Castelo Pereira(OAB: 22455-A/PA)

Agravado	MARAJO PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA E OUTROS
Advogado	Dr. Jefferson Patrick Dias de Queiroz(OAB: 39540-A/PE)
Advogado	Dr. Danilo Alfaya de Andrade(OAB: 29726-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARAJO PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA E OUTROS
- SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS DE BELÉM DO PARÁ - SINFARPA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: EXECUÇÃO, PENALIDADES PROCESSUAIS e ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução.
Alegação(ões):
- violação do(s) inciso III do artigo 8º da Constituição Federal.
- violação do(s) artigos 82, 97, 98 e 100 do Código de Defesa do Consumidor; inciso III do artigo 927 do Código de Processo Civil de 2015.
Recorre o sindicato autor que determinou que a execução da presente ação fosse inicada em conformidade com a disposição da Súmula nº 35 deste E. Regional.
Alega que o acórdão ofendeu entendimento pátrio ao decidir pela aplicação de súmula regional, pois não se ateve ao microssistema processual de demandas coletivas, nos termos do artigo 8º, III, da Constituição Federal.
Aponta violação dos artigos 97 e 98 c/c 82 do CDC, uma vez que a E.Turma, à observância da Súmula nº 35 do E.TRT8, restringiu a execução coletiva de forma coletiva com os substituídos.
Diz que há violação ao artigo 8º, §2º, da CLT, considerando que a supracitada súmula regional restringe direitos dos co-legitimados.
Acrescenta que a súmulanão é de natureza vinculante, nos termos do art. 103-A da CF/88, sendo, no caso concreto, meramente persuasiva.
Subsidiariamente, requer seja assegurado o direito do recorrente de promover a execução coletiva suplementar na hipótese de decurso do prazo de um ano estabelecido no art. 100 do CDC sem a manifestação dos interessados.
Por fim, alega que há violação aoartigo 927, III, última parte, do CPC, uma vez quedescumpre decisão da Corte Constitucional acerca da legitimidade do Sindicato para promover execução concorrente em processo coletivo, a teor do art. 8º, III, da CF/88.
Suscita divergencia jurisprudencial (TRTs da 1ª, 3ª, 4ª, 6ªe17ª Regiões).
Pois bem.
O trecho indicado página 8 do recurso de revista de TD f44e29fsequer faz parte do acórdão recorrido, logo, não atende ao requisito do inc. I do §1º-A do art. 896 da CLT, pois não contém o prequestionamento da controvérsia. Além disso, destaco que a matéria suscitada nem ao menos foi objeto de apreciação do acórdão de ID 0b59668.
Nego seguimento à revista.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Penalidades Processuais.
Alegação(ões):
Recorre o sindicato autor irresignado com o acórdão que manteve a sentença que o condenou, de ofício, ao pagamento de litigância de má-fé.
Alega que inexiste o intento de litigar de má-fé, tanto que as partes tentavam uma conciliação.
Pois bem.
O sindicato recorrente não indica o dispositivo de lei federal que alega ter sido interpretado de forma diversa por outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho. Assim, atende ao disposto nas alíneas "a" e "b" do art. 896 da CLT, pelo que nego seguimento ao recurso.
Não bastasse isso, transcreveu, na íntegra, a parte referente ao tema "litigância de má-fé", não observando o requisito fixado no inciso I do §1º-A do art. 896 da CLT.
Por tais razões, nego seguimento à revista.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Assistência Judiciária Gratuita.
Alegação(ões):
- violação do(s) artigo 18 da Lei nº 7347/1985; artigo 87 do Código de Defesa do Consumidor.
Inconforma-se o sindicato autor com o acórdão que manteve a sentença que não concedeu isenção de custas processuais e emolumentos.
Alega que o julgado viola os artigos 18 da Lei nº 7.347/1985 e 87 do CDC, ao argumento de que nas ações coletivas não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas.
Transcreve o seguinte trecho do julgado:
"(...)"
Pois bem.
De acordo com o trecho transcrito, o acórdão foi fundamentado na aplicação da Súmula nº 42 do E.TRT da 8ª Região, todavia, essa questão não foi contraposta no recurso.
Portanto, o recurso, ao expor as razões do pedido de reforma, não impugna todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, não atendendo, assim, ao requisito do inc. III do §1º-A do art. 896 da CLT.
Nego seguimento à revista." (destacou-se, págs. 8.564-8.569.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.
Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por

meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000315-43.2020.5.13.0033

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	SEVERINO VICENTE DE FARIAS
Advogado	Dr. Yago Dias Araujo(OAB: 55226-A/GO)
Agravado	COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA
Advogado	Dr. Allisson Carlos Vitalino(OAB: 11215-A/PB)
Advogado	Dr. Felipe Rangel de Almeida(OAB: 11675-A/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA - CAGEPA
- SEVERINO VICENTE DE FARIAS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO.

Contraminuta apresentada às págs. 398-418 e contrarrazões apresentadas às págs. 419-439.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

TRANSCENDÊNCIA

À luz do artigo 896-A da CLT, o recurso de revista somente poderá ser analisado se oferecer transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política social ou jurídica. Todavia a análise desse pressuposto intrínseco compete ao próprio TST (art. 896-A, §6º, da CLT), razão pela qual se deixa de aferi-lo.

DO TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO

Alegações:

a) violação do art. 7º, XIII e XIV da CF;

b) contrariedade à Súmula 423 do TST;

Sustenta o recorrente que, nos termos do art. 7º, XIV, da CF, a jornada especial de trabalho em regime ininterrupto de revezamento é de seis horas diárias, admitindo a sua extensão mediante negociação coletiva, todavia, limitada a oito horas diárias e 44 horas semanais, nos termo do inciso XIII do mesmo dispositivo.

Assim, entende que o julgado violou os dispositivos legais supramencionados, ao indeferir o pleito de horas extras excedentes à sexta hora diária.

Ocorre que o reclamante colaciona na peça recursal apenas o seguinte trecho do julgado (ID. ac25969 - Pág. 3):

[...]

Sendo assim, fixo que o reclamante se ativava na escala de trabalho 12x36, com jornada das 06h00 às 18h00 e das 18h00 às 06h00, de forma alternada nos meses. Isto é, em um mês a jornada de trabalho vai das 06h00 às 18h00, e no mês seguinte das 18h00 às 06h00.

[...]

Portanto, observa-se que o trecho indicado pelo recorrente não serve para cumprir o requisito de prequestionamento, uma vez que sequer mostra a tese e o entendimento firmado pelo Colegiado, o que inviabiliza o cotejo analítico de teses, violando assim os termos do art. 896, § 1o-A, da CLT.

Desse modo, o conhecimento do presente recurso de revista no particular resta prejudicado, considerando o descumprimento de seu pressuposto próprio de recorribilidade previsto referido dispositivo legal.

CONCLUSÃO

A) DENEGO seguimento ao Recurso de Revista do reclamante. Publique-se;" (destacou-se, págs. 383-385.)

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0012027-58.2016.5.15.0051

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	LEANDRO MOUTINHO DA SILVA
Advogado	Dr. Francisco de Angelis(OAB: 122976/SP)
Agravado	FIX AUTO REPARACOES AUTOMOTIVAS LTDA - EPP
Advogada	Dra. Regiane Mariani Gonzaga Franco(OAB: 213972/SP)
Advogado	Dr. Fernanda Gabriela Sposito(OAB: 291546/SP)
Advogada	Dra. Débora Karina Saito Spolidoro(OAB: 240344-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FIX AUTO REPARACOES AUTOMOTIVAS LTDA - EPP
- LEANDRO MOUTINHO DA SILVA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, às págs. 562-572, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 558 e 559, quanto ao tema PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

Foi apresentada contraminuta às págs. 578-580.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso (decisão publicada em 05/04/2019; recurso apresentado em 22/04/2019).

Cumpre informar que não houve expediente no TRT da 15ª Região no período de 17 a 19/04/2019, em conformidade com a Portaria GP-CR nº 018/2018. Assim, o vencimento do prazo recursal ocorreu no dia 22/04/2019.

Regular a representação processual.

Desnecessário o preparo.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Negativa de Prestação Jurisdicional. Quanto à nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, não há como receber o recurso, porque o Tribunal manifestou-se explicitamente a respeito das matérias suscitadas, não se verificando violação aos arts. 93, inciso IX, da Constituição Federal, 832 da CLT e 489 do CPC/2015. Além disso, não se admite o recurso por ofensa a quaisquer outros dispositivos do ordenamento jurídico, ante a diretriz traçada pela Súmula 459 do C. TST.

Por outro lado, inviável a análise dos arestos colacionados, pois a nulidade invocada não pode ser aferida por divergência jurisprudencial, uma vez que não há teses a serem confrontadas. Por fim, ressalte-se que o Magistrado não está obrigado a responder a todas as alegações das partes, nem a se ater aos fundamentos por elas indicados, quando não necessários parao deslinde da controvérsia ou quando já tenha encontrado fundamentos suficientes para proferir a decisão. Tampouco precisa consignar, a cada raciocínio exprimido, que a posição adotada não viola os dispositivos do ordenamento jurídico apontados ou não dissente do entendimento oriundo de Tribunais Superiores. Assinale-se que tal obrigatoriedade inexiste, bastando uma decisão fundamentada, como determina o texto constitucional.

Duração do Trabalho / Horas Extras / Cargo de Confiança.

Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Periculosidade.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Multa Prevista em Norma Coletiva.

Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários na Justiça do Trabalho. No que se refere aos temas em destaque, inviável o recurso, pois não atendida a exigência prevista no art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Com efeito, a transcrição de extensotrecho do acórdão recorrido sem a individualização do prequestionamento das teses jurídicas objeto do apelo não satisfaz o requisito do aludido dispositivo legal. Nesse sentido são os seguintes julgados do C. TST: AIRR-11598-

24.2015.5.15.0117, 2ª Turma, DEJT-27/04/2018; AIRR-1001290-97.2014.5.02.0313, 2ª Turma, DEJT-28/10/2016; AIRR-11238-65.2016.5.15.0146, 3ª Turma, DEJT-27/04/2018; AIRR-11406-38.2013.5.18.0001, 6ª Turma, DEJT-19/08/2016; AIRR-11283-40.2014.5.15.0146, 8ª Turma, DEJT-20/04/2018; AgR-E-ED-RR-83500-79.2007.5.04.0131, SBDI-1, DEJT-15/12/2017; E-ED-ARR-852-75.2014.5.05.0161, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 03/08/2018.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista." (págs. 558 e 559).

Na minuta de agravo de instrumento, o reclamante insiste na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos todos os requisitos para admissibilidade de seu recurso de revista.

Aduz que "o E. Tribunal Regional ignorou os fatos, o que enseja a aplicação da S. 459 do TST, especialmente violação aos artigos 832 da CLT, 489 do CPC c/c 93, IX, da CF, devidamente invocados" (pág. 566).

Defende que "o v. julgado é nulo e, no mérito, merece ser reformado pelos motivos expostos, tendo sido atendidos todos os requisitos e pressupostos necessários ao regular conhecimento" (pág. 566).

Assevera que "O ENTENDIMENTO EXTERNADO NO V. ARESTO AGRAVADO TRADUZ, SEM DÚVIDA, PATENTE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, BEM COMO CERCEAMENTO AO DIREITO DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA" (pág. 567).

Alega violação dos artigos 58, 59, 62, inciso II, 71, § 4º, 74, § 2º, 193, 457, 468, 769, 818 e 832 da CLT, 5º, incisos V e X, 7º, caput e incisos XIII, XVI e XXIII, e 93, inciso IX, da Constituição Federal, 141, 373, 489, 492 e 494 do CPC/2015, 186, 187 e 927 do Código Civil, contrariedade às Súmulas nos 74, 338, 364, 437 e 459 do TST e apresenta arestos para o confronto de teses.

Ao exame.

O agravo de instrumento não alcança o conhecimento, porquanto a parte não renova, em razões de agravo, os argumentos trazidos no recurso de revista, limitando-se a impugnar, genericamente, o despacho denegatório do seu apelo revisional.

Com efeito, em razões de agravo, o reclamante se insurge, laconicamente, contra os fundamentos do despacho denegatório do seu apelo, mas não renova seus argumentos lançados no recurso de revista. Logo, inviável a análise dos pressupostos intrínsecos do seu apelo revisional.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes desta Corte:

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE PROCESSUAL POR VÍCIO DE NOTIFICAÇÃO. PRESUNÇÃO DE RECEBIMENTO. ÔNUS DE PROVA DO DESTINATÁRIO DE QUE NÃO RECEBEU A NOTIFICAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO . ARGUMENTAÇÃO GENÉRICA. Não se conheceu do agravo de instrumento em recurso de revista da reclamada, ora agravante, uma vez que as razões do recurso não permitiam a exata compreensão da controvérsia, devido a ausência de devolução das matérias tratadas no recurso de revista. A argumentação genérica apresentada não traduziu a dialética processada na origem, pois se limitou à alegação genérica de violações legais, portanto, inadmissível, por desatenção ao princípio da dialeticidade. Nesse contexto, a interposição do agravo é flagrantemente ofensiva aos princípios da celeridade processual e do devido processo legal, de modo que se revela cabível a aplicação de multa de 2% sobre o valor corrigido da causa, nos termos do artigo 1.021, § 4º, do CPC/2015. Agravo desprovido" (Ag-AIRR-1408-57.2019.5.17.0003, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, Data de Julgamento: 17/11/2021, Data de Publicação: DEJT 19/11/2021).

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO GENÉRICA AO DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE REGIONAL. AUSÊNCIA DE DEVOLUTIVIDADE QUANTO ÀS VIOLAÇÕES DE DISPOSITIVOS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS SUSCITADAS NO RECURSO DE REVISTA. PRECLUSÃO. PRINCÍPIO DA DELIMITAÇÃO RECURSAL. Conforme consignado por este Relator, observa-se que o agravo de instrumento da reclamada não merecia, de fato, conhecimento. A parte, em razões de agravo de instrumento, se insurgiu de forma genérica contra o despacho de admissibilidade regional, não renovando as violações de dispositivos legais e constitucionais que foram suscitadas no recurso de revista, circunstância que, à luz do princípio da delimitação recursal, caracterizou a renúncia tácita ao direito de recorrer. Inaplicável à hipótese, portanto, a desconsideração do vício detectado na decisão agravada. Agravo desprovido". (Ag-AIRR - 1880-59.2015.5.22.0003, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 24/04/2019, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 03/05/2019).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA EM FACE DE DECISÃO PUBLICADA APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014 E ANTES DAS LEIS Nº 13.105/2015 E 13.467/2017. INOBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA DIALETICIDADE E DA DELIMITAÇÃO RECURSAL. Oagravo de instrumentoconstitui recurso autônomo e de fundamentação vinculada, devendo o agravante, além de impugnar os fundamentos da decisão que denegou seguimento ao seu recurso de revista, descrever as razões do pedido de reforma, atendendo aos princípios dadialeticidadee da devolutividade, sem o que resta inviável o conhecimento do agravo de instrumento, nos termos do artigo 1.010, III, do CPC/2015 e da Súmula 422 desta Corte.In casu, a agravante apesar de se insurgir contra os motivos adotados pela autoridade regional para negar seguimento ao seu recurso de revista, limita-se, nas razões deagravo de instrumento, a sustentar que atendeu aos pressupostos do art. 896 da CLT, indicando genericamente violação de dispositivos de lei, sem sequer renovar os temas objeto de recurso de revista, ou tampouco fundamentar as razões pelas quais entende violados os referidos dispositivos.Agravo de instrumento conhecido e desprovido." (AIRR - 10196-74.2015.5.01.0511 Data de Julgamento: 04/12/2019, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 06/12/2019).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. PARTE NÃO RENOVA OS ARGUMENTOS TRAZIDOS NO RECURSO DE REVISTA. PRINCÍPIO DA DELIMITAÇÃO RECURSAL. APELO DESFUNDAMENTADO. O ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao Presidente do Tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (artigo 896, § 1º, da CLT), e é justamente esse dispositivo que confere a competência do Tribunal a quo para o exercício amplo do Juízo primeiro de admissibilidade do recurso de revista, tanto no que se refere aos pressupostos intrínsecos recursais, quantos aos extrínsecos. Além disso, vale frisar que o Juízo de admissibilidade a quo não vincula o Juízo de admissibilidade ad quem, o qual tem ampla liberdade para, se for o caso, ultrapassar o óbice apontado pelo Regional ao processamento do recurso de revista. Na hipótese dos autos, a parte não renova, nas razões de agravo de instrumento, os

argumentos trazidos no recurso de revista, limitando-se a impugnar o despacho denegatório do recurso de revista. Assim, em observância ao princípio da delimitação recursal, não se conhece o agravo de instrumento, tendo em vista a preclusão consumativa operada, estando, pois, desfundamentado o apelo. Agravo de instrumento não conhecido." (AIRR - 57500-70.2013.5.13.0005 Data de Julgamento: 26/11/2019, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/11/2019).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. RECURSO QUE NÃO IMPUGNA OS FUNDAMENTOS DO R. DESPACHO. AUSÊNCIA DE RENOVAÇÃO DAS RAZÕES RECURSAIS. NÃO CONHECIMENTO. O ataque genérico às razões despacho denegatório, sem explicitar o tema sobre o qual a parte pretende o exame do recurso de revista não atende o disposto na Súmula nº 422, I, desta Corte, na medida em que não é o suficiente a desconstituir o óbice imposto. Agravo de instrumento não conhecido" (AIRR - 10568-19.2014.5.03.0150, Data de Julgamento: 23/11/2016, Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 25/11/2016).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRECLUSÃO. PARTE NÃO RENOVA OS ARGUMENTOS TRAZIDOS NO RECURSO DE REVISTA. PRINCÍPIO DA DELIMITAÇÃO RECURSAL. A parte não renova, em razões de agravo de instrumento, os argumentos trazidos no recurso de revista, limitando-se a impugnar, genericamente, o despacho denegatório do recurso de revista. Assim, em observância ao princípio da delimitação recursal, não se conhece do agravo de instrumento, tendo em vista a preclusão consumativa operada, estando, pois, desfundamentado o apelo. Agravo de instrumento não conhecido" (AIRR - 10459-05.2014.5.03.0150, Data de Julgamento: 17/6/2015, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 19/6/2015).

Assim, em observância ao princípio da delimitação recursal, não se conhece do agravo de instrumento, tendo em vista a preclusão consumativa operada, estando, pois, desfundamentado o apelo. Registra-se que os demais temas apresentados no recurso de revista não foram renovados nas razões do agravo de instrumento. Desse modo, não conheço do agravo de instrumento interposto pelo reclamante.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001069-29.2019.5.02.0317

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	ELIUDE NASCIMENTO FERREIRA
Advogada	Dra. Jackeliny Maria Duarte(OAB: 321931-A/SP)
Agravado	SIDE MULTISERVICOS E TREINAMENTO LTDA
Advogada	Dra. Lígia Maria Queiroz Cesaroni Topfstedt(OAB: 90060-A/SP)
Agravado	LABORATÓRIOS PFIZER LTDA.
Advogado	Dr. Alexandre Lauria Dutra(OAB: 157840/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIUDE NASCIMENTO FERREIRA
- LABORATÓRIOS PFIZER LTDA.
- SIDE MULTISERVICOS E TREINAMENTO LTDA

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.

Contraminuta a fls. 979/983-PE.

Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Os recursos devem atender ao princípio da dialeticidade recursal, também denominado princípio da discursividade confluente do sistema recursal, em atenção ao art. 1.010 do CPC/2015, de modo a possibilitar a aferição da matéria devolvida no apelo (art. 1.013), viabilizando o contraditório.

Portanto, imprescindível trazer em recurso elementos que evidenciem argumentos hábeis a enfrentar os fundamentos da sentença, justificando, assim, o pedido de nova decisão.

Nesse sentido, enuncia a Súmula 422, item I, desta Corte:

"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO (redação alterada, com inserção dos itens I, II e III) - Res. 199/2015, DEJT divulgado em 24, 25 e 26.06.2015. Com errata publicado no DEJT divulgado em 01.07.2015.

I - Não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida."

Efetivamente, o art. 899 da CLT, ao dispor que "os recursos serão interpostos por simples petição", não exime a parte de fixar e fundamentar sua irresignação quanto aos fundamentos da decisão impugnada.

No caso dos autos, o Tribunal Regional, em juízo prévio de admissibilidade (arts. 682, IX, e 896, § 1º, da CLT), denegou seguimento ao recurso de revista, aos seguintes fundamentos:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.

Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJT em 21/01/2021 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 03/02/2021 - 1d. 2035330).

Regular a representação processual, id. 40477a8.

Dispensado o preparo (id. cbcbb68 - Pág. 5).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/PARTES E PROCURADORES/SUCUMBENCIA.

Nos termos do artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria objeto do recurso de revista, cabendo à parte indicar, de forma clara e objetiva, os fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido.

Como se depreende das razões recursais, a reclamante apenas reproduziu integralmente o v. acórdão regional, sem fazer nenhum destaque ou indicação precisa das teses adotadas pela decisão recorrida, o que não atende à exigência legal, pois não se verifica, in casu, determinação precisa da tese regional combatida no apelo, tampouco o imprescindível cotejo analítico de teses.

Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudência interna corporis do C. TST:
"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO DA INTEGRALIDADE DA DECISÃO RECORRIDA EM RELAÇÃO AO TEMA DEVOLVIDO À APRECIAÇÃO DO TST. INSUFICIÊNCIA. A teor do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, é exigência legal a indicação do trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da matéria devolvida à apreciação do Tribunal Superior do Trabalho, não sendo suficiente, para esse fim, a transcrição, quanto ao tema devolvido à apreciação do TST, da decisão recorrida em seu inteiro teor, sem qualquer destaque em relação ao ponto em discussão. Recurso de embargos conhecido e não provido." (E-ED-RR- 1720-69.2012.5.15.0153, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 22/9/2017, destaquei)
Outros precedentes da SBDI-1: AgR-E-ED-RR- 1458-45.2012.5.04.0018, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 16.3.2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018; AgR-E-Ag-RR- 116-50.2013.5.04.0022, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 11/05/2018; AgR-E-ED-ED-ARR-556-25.2013.5.12.0054, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 19/12/2017; E-ED-RR-172500-89.2013.5.17.0011, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 24/11/2017; E-ED-RR - 10902-83.2014.5.15.0129, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 31/10/2017; E-ED-ARR - 69700-30.2013.5.21.0024, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, DEJT 6/10/2017; E-RR-1144-40.2013.5.15.0089, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 8/09/2017; E-ED-RR-20013-14.2012.5.20.0003, Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT 12/05/2017.
Destarte, inviável o seguimento do apelo, porquanto olvidado o disposto no artigo 896, § 1.º-A, I, da CLT.
DENEGA-SE seguimento."

Em seu apelo, entretanto, deixa a parte agravante de impugnar especificamente o despacho agravado, que elegeu como óbice ao seguimento do recurso de revista a inobservância dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT, limitando-se, pois, a afirmar que o recurso merece trânsito e a reiterar as questões de fundo.
Na ausência de argumento demonstrativo da pertinência do agravo, deve-se reputá-lo como desfundamentado, porquanto desatendido o objetivo do art. 897 da CLT.
Assim, com esteio no art. 932 do CPC, não conheço do agravo de instrumento.
Diante do óbice formal, incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0011871-37.2019.5.18.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES NO ESTADO DE GOIÁS
Advogado	Dr. Danillo Teles Candine(OAB: 39785-A/GO)
Agravado	CLAUDETE SARIS DE SOUZA MARTINS

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDETE SARIS DE SOUZA MARTINS
- SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES NO ESTADO DE GOIÁS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo sindicato autor, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: CONTRIBUIÇÃO SINDICAL.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo sindicato autor, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Direito Coletivo / Contribuição Sindical.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, é ônus da parte transcrever, nas razões recursais, os fundamentos da decisão recorrida que demonstrem o prequestionamento do tema objeto do recurso de revista. Havendo expressa exigência legal de indicação do trecho do julgado que demonstre o enfrentamento da controvérsia pelo Tribunal Regional, a ausência desse pressuposto intrínseco torna insuscetível de exame o recurso.
A transcrição quase integral do tema, contudo, sem qualquer destaque específicoem relação ao ponto em discussão, não atende ao disposto no artigo 896, §1º-A, da CLT, segundo entendimento atual do C. TST, uma vez que não há, nesse caso, determinação precisa da tese regional combatida no apelo, nem o cotejo analítico de teses. Nesse sentido, os seguintes precedentes:
"(...)"
Cumpre ressaltar que o texto transcritoàs fls. 636/637 éestranho ao acórdão recorrido.
Assim, é inviável a análise do recurso de revista, quanto ao tema, porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Julgamento Extra / Ultra / Citra Petita.
Alegação(ões):
- violação do artigo 5º,XXXVI, daCF.
- violação dos artigos 8º, § 2º, da CLT;460 e 492, parágrafo único, do CPC.
Alega o recorrente que "Este tribunal ao Julgar o Recurso fez analogia extensiva, julgando além do que foi pedido no Recurso ou

mencionado, onde a matéria trazida no Acórdão não foi trazida no Recurso" (fl. 702).

Não prospera a argumentação recursal. A Turma Julgadora, observando os limites da lide e considerandoa ausência de pressuposto de constituição válida do processo, confirmoua extinção do feito, sem resolução domérito, entendendo ser aplicável oartigo 485, IV, do CPC. Esse posicionamento não acarretouofensa direta ao artigo 5º, XXXVI, da CF, nem violação à literalidade dos preceitos legais indicados.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento aorecurso de revista." (destacou-se, págs. 707-709.)

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, quanto ao tema da contribuição sindical, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Registra-se, ainda, que o outro tema alegado no recurso de revista não foi renovado nas razões do agravo de instrumento.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0012617-46.2017.5.15.0133

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	WORKS CONSTRUÇÃO & SERVIÇOS EIRELI
Advogado	Dr. Jackson Peargentile(OAB: 145694-A/SP)
Agravado	ELINO DOMINGOS PEREIRA
Advogado	Dr. Fábio Ricardo Ribeiro(OAB: 223374-A/SP)
Advogado	Dr. Vitor Scheffer(OAB: 389791-A/SP)
Agravado	MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Procurador	Dr. Leonardo Fernandes Teixeira

Intimado(s)/Citado(s):

- ELINO DOMINGOS PEREIRA
- MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
- WORKS CONSTRUÇÃO & SERVIÇOS EIRELI

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela primeira executada, Works Construção e Serviços Eireli, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: FERIADO e HONORÁRIOS PERICIAIS.

Contraminuta apresentada às págs. 2.314-2.321 e contrarrazões apresentadas às págs. 2.309-2.313.

O Ministério Público do Trabalho oficiou pelo regular prosseguimento do feito, ressalvada a prerrogativa de manifestação se entender configurado relevante interesse social em causa que justifique a emissão de parecer.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela primeira executada, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT: "PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Nos termos do art. 896, § 2º, da CLT, somente caberá recurso de revista, das decisões proferidas emexecução, por ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

Duração do Trabalho / Repouso Semanal Remunerado e Feriado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Periciais.

No que se refere aos temas em destaque, inviável o recurso, pois não atendidas as exigências previstas no art. 896, § 1º-A, I a III, da CLT. Com efeito, a transcrição de trecho do acórdão recorrido sem a individualização do prequestionamento das teses jurídicas a eles relacionadas, objeto do apelo, e sem a demonstração de como a v. decisão impugnada conflita com cada uma das violações apontadas, estabelecendo a conexão entre elas e o trecho da decisão transcrito, não satisfaz os requisitos dos aludidos dispositivos legais.

Nesse sentido são os seguintes julgados do C. TST: AIRR-11598-24.2015.5.15.0117, 2ª Turma, DEJT-27/04/2018; AIRR-1001290-

97.2014.5.02.0313, 2ª Turma, DEJT-28/10/2016; AIRR-11238-65.2016.5.15.0146, 3ª Turma, DEJT-27/04/2018; AIRR-670-81.2018.5.13.0014, 6ª Turma, DEJT-20/09/2019; AIRR-11283-40.2014.5.15.0146, 8ª Turma, DEJT-20/04/2018; AgR-E-ED-RR-83500-79.2007.5.04.0131, SBDI-1, DEJT-15/12/2017.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista." (destacou-se, págs. 2.291 e 2.292.)

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.

Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.

Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:

"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0001676-75.2016.5.22.0101

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA
Procuradora	Dra. Maria Elvina Lages Barbosa
Agravado	ELIANE VIEIRA DA ROCHA
Advogado	Dr. Dênis Gomes Moreira(OAB: 2718-A/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIANE VIEIRA DA ROCHA
- MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo executado, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO e JUROS.

Contraminuta apresentada às págs. 338-344.

O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e desprovimento do agravo de instrumento.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo executado, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Nos termos do §2º, do art. 896, da CLT, quando não configurada nenhuma das exceções previstas no §10 do mesmo dispositivo, somente por ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal pode ser admitido o Recurso de Revista das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, ordem essa reiterada pela Súmula nº 266, do TST. Tratando-se de execuções fiscais e Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT a revista caberá por violação à lei federal, por divergência jurisprudencial e por ofensa a Constituição Federal (§10).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Jurisdição e Competência / Competência / Competência da Justiça do Trabalho
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Juros

Alegação(ões):

- violação do(s) artigo 39; inciso I do artigo 114, da Constituição Federal.
- violação do(s) artigo 1-F da Lei nº 9494/1997.
- divergência jurisprudencial: .

A parte recorrente sustenta que o juízo competente para apreciar lides existentes entre servidores e a administração direta, autárquica e fundacional é a Justiça Comum Estadual, sob pena de afronta aos art. 39 c/c o art. 114, I da Constituição Federal.

Prossegue aduzindo que o acórdão recorrido, ao deixar de observar a taxa de juros legal à base de 0,5% ao mês em condenações contra a Fazenda Pública, viola o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 (com a redação conferida pela Lei nº 11.960/2009) e que a partir de então deve ser aplicada unicamente a correção da caderneta de poupança.

Indica arestos para configurar o dissenso jurisprudencial quanto aos

temas.

Os presentes autos encontram-se em fase de execução de sentença, caso em que somente se admite o recurso de revista no caso de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal, conforme inteligência do art. 896, §2º, da CLT e Súmula 266 do C. TST. Não comporta, outrossim, a alegação de divergência jurisprudencial e nem a indicação de ofensa aos artigos de normas infraconstitucionais.

O recurso de revista, que tramita sob a égide da Lei 13.015 /2014, prestigiou o rigor formal, tem natureza extraordinária e visa assegurar a validade, autoridade e a uniformidade da interpretação da lei. Neste viés, considera indispensável que a parte, nas razões recursais, indique o trecho específico da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo.

Indicar significa transcrever o trecho do pronunciamento prévio sobre a temática que o recorrente almeja obter reexame pelo órgão ad quem. Essa exigência se caracteriza como pressuposto intrínseco de admissibilidade recursal, sendo ônus atribuído à parte sua demonstração e não sujeito a saneamento, se ausente.

Destarte, em que pesem as alegações do recorrente, percebe-se que este não indicou o trecho da decisão recorrida que consubstanciariam o prequestionamento das matérias, deixando, assim, de observar o disposto no art. 896, §1º-A, I, da CLT, conforme redação dada pela referida Lei 13.015/2014.

Esclareço que a transcrição do inteiro teor da decisão recorrida ou a transcrição integral e genérica do tema objeto do recurso de revista sem qualquer destaque relativamente ao ponto em discussão, ou mesmo a referência ao julgado, sem indicação exata do trecho, ou ainda a transcrição do dispositivo ou da ementa, não suprem a exigência acima referida.

Pelo exposto, não admito o recurso de revista." (destacou-se, págs. 314-316.)

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010768-33.2020.5.03.0112

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A
Advogada	Dra. Nayara Alves Batista de Assunção(OAB: 119894-A/MG)
Advogada	Dra. Aline de Fátima Rios Melo(OAB: 105466-A/MG)
Agravado	JULIANA DA SILVA GOMES ANTUNES
Advogado	Dr. Flávio Luiz dos Reis(OAB: 84572-A/MG)
Agravado	TIM CELULAR S.A.
Advogado	Dr. Rodrigo Antonio Freitas Farias de Souza(OAB: 232121-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A
- JULIANA DA SILVA GOMES ANTUNES
- TIM CELULAR S.A.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 858/874) interposto pela primeira reclamada contra a decisão de fls. 853/854, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.

Contrarrazões apresentada às 1056/1060.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

A discussão dos autos, o qual se submete ao tio sumaríssimo, gira em torno dos temas "NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL" e "DESERÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO".

Foi denegado seguimento ao recurso de revista em razão do óbice do art. 896, §1º-A, IV, da CLT quanto ao primeiro tema, uma vez que não houve a transcrição dos excertos do acórdão regional, da petição de Embargos de Declaração e da decisão proferida em resposta aos Embargos de Declaração nas razões do recurso de revista, bem como do óbice do art. 896, §1º-A, I, da CLT quanto ao

segundo tema.
Verifico, porém, que a reclamada, ora agravante, na minuta do seu agravo de instrumento, não impugnou, objetivamente, a aplicação dos referidos óbices, tendo se limitado a reiterar as alegações formuladas em seu recurso de revista.
Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida, nos termos em que proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST, que preconiza o princípio da dialeticidade.
Não tendo a segunda reclamada se eximido de tal ônus, resta inviabilizada a admissão do seu apelo.
Nesse contexto, NÃO CONHEÇO do presente agravo de instrumento, com fulcro nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010941-40.2019.5.15.0118

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICÍPIO DE SOCORRO
Procuradora	Dra. Daniela Moreira
Agravado	MARIA VALERIA REIS AQUILINO D AGOSTINI
Advogado	Dr. Ednaldo josé Martins(OAB: 366433 -A/SP)
Advogada	Dra. Jéssica Cristine Oliveira de Toledo(OAB: 361077-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA VALERIA REIS AQUILINO D AGOSTINI
- MUNICÍPIO DE SOCORRO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: JUROS, HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INTERVALO INTRAJORNADA, INTERVALO INTERJORNADAS, HORAS EXTRAS, ADICIONAL NOTURNO e RESCISÃO INDIRETA.
Contraminuta apresentada às págs. 607-611.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo prosseguimento do feito, ressalvado eventual pedido de intervenção por ocasião do julgamento da causa.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamado, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Juros.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada.
Duração do Trabalho / Intervalo Interjornadas.
Duração do Trabalho / Horas Extras.
Duração do Trabalho / Adicional Noturno.
No que se refere aos temas em destaque, inviável o recurso, pois não atendidas as exigências previstas no art. 896, § 1º-A, I a III, da CLT. Com efeito, a transcrição de trecho do acórdão recorrido sem a individualização do prequestionamento das teses jurídicas a eles relacionadas, objeto do apelo, e sem a demonstração de como a v. decisão impugnada conflita com cada uma das violações apontadas, estabelecendo a conexão entre elas e o trecho da decisão transcrito, não satisfaz os requisitos dos aludidos dispositivos legais.
Nesse sentido são os seguintes julgados do C. TST: AIRR-11598-24.2015.5.15.0117, 2ª Turma, DEJT-27/04/2018; AIRR-1001290-97.2014.5.02.0313, 2ª Turma, DEJT-28/10/2016; AIRR-11238-65.2016.5.15.0146, 3ª Turma, DEJT-27/04/2018; AIRR-670-81.2018.5.13.0014, 6ª Turma, DEJT-20/09/2019; AIRR-11283-40.2014.5.15.0146, 8ª Turma, DEJT-20/04/2018; AgR-E-ED-RR-83500-79.2007.5.04.0131, SBDI-1, DEJT-15/12/2017.
Rescisão do Contrato de Trabalho / Rescisão Indireta.
No que se refere ao tema em destaque, inviável o recurso, uma vez que o recorrente não indicou o trecho da decisão recorrida objeto da insurgência, conforme exige o art. 896, § 1º-A, I, da CLT.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista." (destacou-se, págs. 569-571.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.
Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.
Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.
Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:
"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à

motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0021319-67.2019.5.04.0019

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D E OUTROS
Advogado	Dr. Rodrigo Soares Carvalho(OAB: 39510-A/RS)
Advogado	Dr. Denise Pires Fincato(OAB: 37057-A/RS)
Advogado	Dr. Ana Luiza Salome Lourencetti(OAB: 334442-A/SP)
Agravado	MARIE MORENA FAGUNDES PEREIRA BUENO
Advogado	Dr. Adilson Inácio Cerutti Pinheiro(OAB: 62533-A/RS)
Advogado	Dr. Giovanni da Silva Pedrotti(OAB: 87546-A/RS)
Advogado	Dr. Carlos Eduardo Martins Pacheco(OAB: 63362-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D E OUTROS
- MARIE MORENA FAGUNDES PEREIRA BUENO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelas reclamadas, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: FÉRIAS, DEPÓSITOS DE FGTS e HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Contraminuta apresentada às págs. 1.375-1.377 e contrarrazões apresentadas às págs. 1.378-1.381.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelas reclamadas, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

O cabimento do recurso de revista interposto contra decisão proferida em causa sujeita ao rito sumaríssimo está restrito aos casos de violação direta a dispositivo da Constituição Federal, contrariedade a súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou contrariedade a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 896, §9º, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.015/2014.

Férias.

Contrato Individual de Trabalho / FGTS.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.

Não admito o recurso de revista noitem.

Na análise do recurso, evidencia-se que a parte não observou o ônus que lhe foi atribuído pela lei, na medida em que transcreveu trecho insuficiente para o deslinde da controvérsia (dispositivo).

Vale destacar que, no tópico recorrido, a Turma manteve a sentença por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 895, § 2º, IV, da CLT. A parte recorrente, contudo, não transcreveu o trecho da sentença (decisão recorrida) em que foram apreciadas as questões objeto do seu inconformismo.

É ônus da parte recorrente transcrever todos os trechos que consubstanciam o prequestionamento, apresentando impugnação específica em cada um deles, sob pena de não atender ao comando do art. 896, § 1º-A, I e III, da CLT, porquanto é também inviável o cotejo analítico.

Nesse sentido, é a seguinte ementa de Turma do TST:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA EM FACE DE DECISÃO PUBLICADA A PARTIR DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. SUMARÍSSIMO. HORAS EXTRAS. MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA DE TRABALHO. TEMPO À DISPOSIÇÃO. ATOS PREPARATÓRIOS. DEDUÇÃO DE VALORES. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO EFETIVO PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE DE TRANSCRIÇÃO DO TRECHO DA SENTENÇA, QUANDO MANTIDA PELO TRIBUNAL PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. Dentre as alterações promovidas à sistemática recursal pela Lei nº 13.015/2014 encontra-se a criação de pressuposto intrínseco do recurso de revista consistente na indicação (transcrição) do fragmento da decisão recorrida que revele a resposta do tribunal de origem sobre a matéria objeto do apelo. O requisito encontra-se previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, cujo teor dispõe que: 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. Cumpre esclarecer que, em se tratando de processo submetido ao rito sumaríssimo, no qual o Tribunal Regional, na certidão de julgamento, se limita a confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos - conforme permissivo contido na parte final do artigo 895, § 1º, da CLT -, caberá à recorrente transcrever o trecho da decisão adotada pelo magistrado de primeira instância que comprove o prequestionamento da discussão objeto do apelo , pois, caso contrário, estará desatendida a disciplina contida no aludido dispositivo legal, que lhe atribui tal ônus. Agravo de instrumento a que se nega provimento. " (AIRR-794-78.2014.5.03.0080, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, DEJT 7/8/2015.)

Nego seguimento aos temas "DA PERDA DO DIREITO A FÉRIAS", "DO FGTS" e "DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS".

CONCLUSÃO

Nego seguimento." (destacou-se, págs. 1.315-1.317.)

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de

observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. As agravantes, no entanto, não se insurgem de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirigem críticas à decisão agravada.

Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.

Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0020698-61.2015.5.04.0811

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL - ELETROBRAS CGT ELETROSUL
Advogado	Dr. Maurício de Carvalho Góes(OAB: 44565-A/RS)
Advogado	Dr. Roberto Pierri Bersch(OAB: 24484-A/RS)
Agravado	ALCIONE MULLER DE CASTRO
Advogado	Dr. Marcus Flávio Loguércio Paiva(OAB: 27493/RS)
Agravado	EMS ELETROMECÂNICA SILVESTRINI LTDA.
Advogado	Dr. Olindo Barcellos da Silva(OAB: 18389-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALCIONE MULLER DE CASTRO
- COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL - ELETROBRAS CGT ELETROSUL
- EMS ELETROMECÂNICA SILVESTRINI LTDA.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela segunda reclamada, Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - Eletrobras Ctg Eletrosul, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - TERCEIRIZAÇÃO, INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, EQUIPARAÇÃO SALARIAL e ADICIONAL NOTURNO.

Contraminuta apresentada às págs. 1.297-1.325 e contrarrazões apresentadas às págs. 1.271-1.296.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela segunda reclamada, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Solidária / Subsidiária / Tomador de Serviços / Terceirização.

Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral / Condições Degradantes.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário / Diferença Salarial / Salário por Equiparação / Isonomia.

Duração do Trabalho / Adicional Noturno.

Não admito o recurso de revista noitem.

Não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte (art. 896, § 1-A, CLT).

No caso em exame, entendo que a parte não observou o ônus que lhe foi atribuído pela lei, pois não estabeleceu o necessário confronto analítico entre os fundamentos da decisão recorrida e cada uma das alegações recursais, em desatenção ao que dispõe o art. 896, §1º-A, III, da CLT.

De todo modo, em decisão de 12/09/2017, no RE 760.931-DF, com repercussão geral (Tema 246), o STF firmou a tese de que o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público

contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei no 8.666/93.

A SDI-I/TST, em julgamento ocorrido em 12/12/2019, no E-RR-925-07.2016.5.05.0281, decidiu não ter havido, quando do julgamento pelo STF, a fixação de tese a respeito do ônus da prova quanto à demonstração de fiscalização. Com base nos princípios da aptidão para a prova e da distribuição do ônus probatório, definiu que cabe ao ente público tomador dos serviços o ônus de comprovar que houve a fiscalização do contrato de prestação de serviços:

"(...)".

Esse entendimento foi reafirmado no julgamento do E-ED-RR-62-40.2017.5.20.0009 pela SDI-1/TST na data de 09/09/2020.

O acórdão recorrido foi expresso ao consignar que o ente público não demonstrou a fiscalização do contrato de trabalho, atribuindo a ele o ônus probatório. Entendimento em sentido diverso implicaria a reanálise do conjunto fático-probatório, procedimento vedado pela Súmula 126/TST, em sede de recurso de revista.

Além disso, o acórdão está de acordo com a atual e notória jurisprudência do TST, ficando inviabilizado o prosseguimento do recurso de revista com fundamento no art. 896, § 7º, da CLT e na Súmula 333/TST.

Quanto à responsabilidade subsidiária do ente público, a decisão recorrida está em conformidade com a Súmula 331, item V, do TST. Inviável, assim, o seguimento do recurso, uma vez que a matéria já se encontra pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho (§ 7º do art. 896 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.015/2014, e Súmula 333 daquela Corte Superior). Resta afastada, portanto, a alegada violação dos dispositivos apontados e prejudicada a análise dos arestos paradigmas transcritos para o confronto de teses.

Dessa forma, ficam afastadas as alegações da parte recorrente quanto ao tema da responsabilidade.

As demais matérias de insurgência exigem a incursão do julgador no contexto fático-probatório dos autos e, assim, a admissibilidade do recurso de revista encontra óbice na Súmula 126 do TST.

Nego seguimento ao recurso, tópicos "3. DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - VIOLAÇÃO DA SÚMULA 331 DO TST, DO ART. 71 §1º, DA LEI 8.666/93; ART. 5º, INCISO II, DA CF/88 E ART. 102, §2º DA CF/88", "4. DO DANO MORAL", "5. DA EQUIPARAÇÃO SALARIAL" e "6. DO ADICIONAL NOTURNO".

CONCLUSÃO

Nego seguimento." (destacou-se, págs. 1.215-1.218.)

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000195-09.2017.5.05.0039

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	U.L.M.
Advogado	Dr. Bruno Freitas Faiçal(OAB: 34133-A/BA)
Agravado	M.A.O.
Advogado	Dr. Maria de Lurdes Rondina Mandaliti(OAB: 134450-A/SP)
Advogado	Dr. Erika Moriizumi(OAB: 269870-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- M.A.O.
- U.L.M.

Ficam as partes intimadas do despacho/acórdão, o qual está à disposição na Unidade Publicadora.

Processo Nº AIRR-0002575-51.2015.5.02.0041

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	RÁDIO PANAMERICANA S.A.
Advogada	Dra. Juliana de Queiroz Guimarães(OAB: 147816/SP)
Agravado	DARLI GUICCIARDI
Advogado	Dr. Jonathas Campos Palmeira(OAB: 298050-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DARLI GUICCIARDI
- RÁDIO PANAMERICANA S.A.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminuta a fls. 1.141/1.145-PE.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
DIFERENÇAS SALARIAIS. HORAS EXTRAS. BASE DE CÁLCULO. ADICIONAL DE HORAS EXTRAS. REGISTROS DE JORNADA. VALIDADE. INDENIZAÇÃO ESTABILITÁRIA. BASE DE CÁLCULO. DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS. JUROS DE MORA. ÍNDICE APLICÁVEL
Os recursos devem atender ao princípio da dialeticidade recursal, também denominado princípio da discursividade confluente do sistema recursal, em atenção ao art. 1.010 do CPC, de modo a possibilitar a aferição da matéria devolvida no apelo (art. 1.013), viabilizando o contraditório.
Portanto, imprescindível trazer em recurso elementos que evidenciem argumentos hábeis a enfrentar os fundamentos da sentença, justificando, assim, o pedido de nova decisão.
Nesse sentido, enuncia a Súmula 422, item I, desta Corte:

"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO (redação alterada, com inserção dos itens I, II e III) - Res. 199/2015, DEJT divulgado em 24, 25 e 26.06.2015. Com errata publicado no DEJT divulgado em 01.07.2015

I - Não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida."

Efetivamente, o art. 899 da CLT, ao dispor que "os recursos serão interpostos por simples petição", não exime a parte de fixar e fundamentar sua irresignação quanto aos fundamentos da decisão impugnada.
No caso dos autos, o Tribunal Regional, em juízo prévio de admissibilidade (arts. 682, IX, e 896, § 1º, da CLT), denegou seguimento ao recurso de revista, aos seguintes fundamentos:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.
Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJT em 12/04/2021 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 19/04/2021 - id. 1b3e8de).
Regular a representação processual, id. c00c437, eeae860.
O juízo está garantido (fl(s). f58eb27).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário / Diferença Salarial.
Duração do Trabalho / Horas Extras / Adicional de Horas Extras.
Rescisão do Contrato de Trabalho / Reintegração / Readmissão ou Indenização / Outras Hipóteses de Estabilidade.
Descontos Previdenciários / Forma de Cálculo.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria objeto do recurso de revista, cabendo à parte indicar, de forma clara e objetiva, os fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido.
A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudência interna corporis do C. TST, já pacificou o entendimento de que a transcrição integral do acórdão recorrido não cumpre a finalidade de delimitar a matéria objeto de impugnação (AgR-E-ED-RR - 1458-45.2012.5.04.0018, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 16.3.2018; E-ED-RR- 1720-69.2012.5.15.0153, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 22/9/2017; E-RR- 1144-40.2013.5.15.0089, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 08/09/2017).
Assim, a transcrição na íntegra da fundamentação adotada pelo Regional no início das razões recursais não satisfaz o requisito previsto art. 896, § 1º-A, I, da CLT, uma vez que não permite o necessário confronto analítico entre a tese assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica exposta no recurso de revista.
Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado da SBDI-1:
"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELA LEI 13.015/2014. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA AO REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. Salvo quando o capítulo da decisão é sucinto a ponto de toda a fundamentação (matéria prequestionada) nele se exaurir, a transcrição na íntegra dos capítulos do acórdão do Tribunal Regional objeto da controvérsia no início das razões do recurso de revista, e, posteriormente, as insurgências quanto aos temas recorridos não satisfazem o requisito previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, porquanto não viabilizam o confronto analítico entre a tese central assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica apresentada no recurso de revista em mais de um tema. Precedentes. Recurso de embargos conhecido e desprovido" (E-ED -RR - 1583- 45.2014.5.09.0651, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 27.10.2017).
Inviável, destarte, o seguimento do apelo, porquanto não observado o disposto no artigo 896, §1.º-A, I, da CLT.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista."

Em seu apelo, entretanto, deixa a parte agravante de impugnar especificamente o despacho agravado, que elegeu como óbice ao seguimento do recurso de revista a inobservância dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT.
Na ausência de argumento demonstrativo da pertinência do agravo, deve-se reputá-lo como desfundamentado, porquanto desatendido o objetivo do art. 897 da CLT.
Assim, com esteio no art. 932 do CPC, não conheço do agravo de instrumento.
Diante do óbice formal, incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0175600-10.2008.5.02.0443

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	ALDEMAR ADOLFO DOS SANTOS FILHO E OUTROS

Advogada	Dra. Telma Rodrigues da Silva(OAB: 121483/SP)
Agravado	ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS - OGMO/SANTOS
Advogado	Dr. Rodrigo de Oliveira Alonso(OAB: 255251-A/SP)
Agravado	S.A. MARÍTIMA EUROBRÁS AGENTE E COMISSÁRIA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	Dra. Bruna Maria Paulo dos Santos Esteves Sa(OAB: 186400-A/SP)
Agravado	SINDICATO DOS ESTIVADORES DE SANTOS, SÃO VICENTE, GUARUJÁ E CUBATÃO
Advogado	Dr. Marcello Vaz dos Santos(OAB: 188763-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALDEMAR ADOLFO DOS SANTOS FILHO E OUTROS
- S.A. MARÍTIMA EUROBRÁS AGENTE E COMISSÁRIA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- SINDICATO DOS ESTIVADORES DE SANTOS, SÃO VICENTE, GUARUJÁ E CUBATÃO
- ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS - OGMO/SANTOS

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Os recursos devem atender ao princípio da dialeticidade recursal, também denominado princípio da discursividade confluente do sistema recursal, em atenção ao art. 1.010 do CPC/2015, de modo a possibilitar a aferição da matéria devolvida no apelo (art. 1.013), viabilizando o contraditório.
Portanto, imprescindível trazer em recurso elementos que evidenciem argumentos hábeis a enfrentar os fundamentos da sentença, justificando, assim, o pedido de nova decisão.
Nesse sentido, enuncia a Súmula 422, item I, desta Corte:

"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO (redação alterada, com inserção dos itens I, II e III) - Res. 199/2015, DEJT divulgado em 24, 25 e 26.06.2015. Com errata publicado no DEJT divulgado em 01.07.2015

I - Não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida."

Efetivamente, o art. 899 da CLT, ao dispor que "os recursos serão interpostos por simples petição", não exime a parte de fixar e fundamentar sua irresignação quanto aos fundamentos da decisão impugnada.
No caso dos autos, o Tribunal Regional, em juízo prévio de admissibilidade (arts. 682, IX, e 896, § 1º, da CLT), denegou seguimento ao recurso de revista, aos seguintes fundamentos:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.
Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJT em 05/11/2020 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 05/11/2020 - id. 0803dff).
Relega-se ao C. TST a apreciação da regularidade da representação processual dos recorrentes.
Desnecessário o preparo.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, é ônus da parte, sob pena de não conhecimento, indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, o que não foi observado pelos recorrentes.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista".

Em seu apelo, entretanto, deixa a parte agravante de impugnar especificamente o despacho agravado, que elegeu como óbice ao seguimento do recurso de revista a inobservância dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT. Limita-se, pois, a afirmar que o recurso merece trânsito e a reiterar as questões de fundo.
Na ausência de argumento demonstrativo da pertinência do agravo, deve-se reputá-lo como desfundamentado, porquanto desatendido o objetivo do art. 897 da CLT.
Assim, com esteio no art. 932 do CPC, não conheço do agravo de instrumento.
Diante do óbice formal, incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0020852-25.2018.5.04.0019

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	FELLIPE DALLA PORTA NASCIMENTO
Advogado	Dr. Adriana Staub(OAB: 60841-A/RS)
Agravado	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	Dr. Marcelo Vieira Papaleo(OAB: 62546-A/RS)
Advogado	Dr. Luiz Carlos Torres Furtado(OAB: 93929-A/RS)
Advogado	Dr. Tais Lopes Furtado do Amaral(OAB: 62298-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- FELLIPE DALLA PORTA NASCIMENTO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: VÍNCULO DE

EMPREGO e EQUIPARAÇÃO SALARIAL - ÔNUS DA PROVA .
Contraminuta apresentada às págs. 886-890 e contrarrazões apresentadas às págs. 882-885.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.
Alegação(ões):
- violação do art.3º da CLT.
Não admito o recurso de revista noitem.
Não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte (art. 896, § 1º-A, CLT).
Na análise do recurso, evidencia-se que a parte não observou o ônus que lhe foi atribuído pela lei, na medida em que não estabeleceu o confronto analítico em relação aos dispositivos de lei / da Constituição Federal invocados.
O entendimento pacífico no âmbito do TST é de que é imperioso que as razões recursais demonstrem de maneira explícita, fundamentada e analítica a divergência jurisprudencial ou a violação legal. Dessa forma, recursos com fundamentações genéricas, baseadas em meros apontamentos de dispositivos tidos como violados, e sem a indicação do ponto/trecho da decisão recorrida que a parte entende ser ofensivo à ordem legal ou divergente de outro julgado, não merecem seguimento. (...).
Infere-se das razões recursais que a parte pretende reexaminar fatos e provas, como se observa dos seguintes trechos:
(...) Ao contrario do que alega o juiz de origem o reclamante jamais foi estagiário, sempre exerceu atividades típicas de bancário, com metas a cumprir e com jornada muito superior a jornada de estagiário.
Assim, não se admite o recurso de revista interposto por força do que dispõe a Súmula n. 126 do TST.
Nestes termos, nego seguimento ao recurso quanto ao tópico "DO VINCULO DE EMPREGO - UNICIDADE CONTRATUAL -AFRONTA AO ARTIGO 03 DA CLT"
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Processo e Procedimento / Provas / Ônus da Prova / Equiparação Salarial.
Alegação(ões):
- violaçãodoart.7º da Constituição Federal.
- violação do art.461 da CLT.
Não admito o recurso de revista noitem.
Não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte (art. 896, § 1º-A, CLT).
Na análise do recurso, evidencia-se que a parte não observou o ônus que lhe foi atribuído pela lei, na medida em quetranscrever o inteiro teor do acórdão / o item do acórdão pertinente ao desvio de função sem qualquer destaque, não atende ao fim colimado pela lei, uma vez que não há a indicação do prequestionamento da controvérsia, bem como,não estabeleceu o confronto analítico em relação aos dispositivos de lei / da Constituição Federal invocados.
O entendimento pacífico no âmbito do TST é de que é imperioso que as razões recursais demonstrem de maneira explícita, fundamentada e analítica a divergência jurisprudencial ou a violação legal. Dessa forma, recursos com fundamentações genéricas, baseadas em meros apontamentos de dispositivos tidos como violados, e sem a indicação do ponto/trecho da decisão recorrida que a parte entende ser ofensivo à ordem legal ou divergente de outro julgado, não merecem seguimento. (...).
Nestes termos, nego seguimento ao recurso quanto ao tópico: " DA EQUIPARAÇÃO SALARIAL - DESVIO DE FUNÇÃO - AFRONTA AO ARTIGO 461 DA CLT - AFRONTA AO ARTIGO 07 DA CF."
CONCLUSÃO
Nego seguimento." (destacou-se, págs. 861-864.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.
Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.
Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.
Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:
"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em

despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Registra-se, por fim, que a análise do recurso de revista adesivo interposto pelos patronos da parte reclamada fica prejudicada, nos termos dispostos no artigo 997, § 2º, inciso III, do CPC/2015.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011995-61.2015.5.15.0092

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	JOSE NONATO CIRQUEIRA
Advogado	Dr. Paulo Sérgio de Jesus(OAB: 266782-A/SP)
Advogada	Dra. Lize Schneider de Jesus(OAB: 265375-A/SP)
Agravado	EXPRESSO CAMPIBUS LTDA
Advogado	Dr. Marilda Izique Chebabi(OAB: 24902-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EXPRESSO CAMPIBUS LTDA
- JOSE NONATO CIRQUEIRA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: CONTAGEM DE MINUTOS RESIDUAIS e INTERVALO INTERJORNADAS.
Contraminuta apresentada às págs. 3.235-3.241 e contrarrazões apresentadas às págs. 3.242-3.253.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Horas Extras / Contagem de Minutos Residuais.
Duração do Trabalho / Intervalo Interjornadas.
No que se refere aos temas em destaque, inviável o recurso, pois não atendidas as exigências previstas no art. 896, § 1º-A, I a III, da CLT. Com efeito, a transcrição de trecho do acórdão recorrido sem a individualização do prequestionamento das teses jurídicas a eles relacionadas, objeto do apelo, e sem a demonstração de como a v. decisão impugnada conflita com cada uma das violações apontadas, estabelecendo a conexão entre elas e o trecho da decisão transcrito, não satisfaz os requisitos dos aludidos dispositivos legais.
Nesse sentido são os seguintes julgados do C. TST: AIRR-11598-24.2015.5.15.0117, 2ª Turma, DEJT-27/04/2018; AIRR-1001290-97.2014.5.02.0313, 2ª Turma, DEJT-28/10/2016; AIRR-11238-65.2016.5.15.0146, 3ª Turma, DEJT-27/04/2018; AIRR-11406-38.2013.5.18.0001, 6ª Turma, DEJT-19/08/2016; AIRR-11283-40.2014.5.15.0146, 8ª Turma, DEJT-20/04/2018; AgR-E-ED-RR-83500-79.2007.5.04.0131, SBDI-1, DEJT-15/12/2017; E-ED-ARR-852-75.2014.5.05.0161, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 03/08/2018.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista." (destacou-se, págs. 3.216 e 3.217.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.
Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.
Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.
Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:
"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0012530-66.2017.5.15.0044

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	Dr. Jamille Fernandes Ferreira Soubihe(OAB: 217187-A/SP)
Agravado	ALEXANDRA DORIGAN DA SILVA
Advogado	Dr. Giovanni Spirandelli da Costa(OAB: 121641-D/SP)
Advogado	Dr. Vlamir Jose Mazaro(OAB: 191570-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRA DORIGAN DA SILVA
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:

Os recursos devem atender ao princípio da dialeticidade recursal, também denominado princípio da discursividade confluente do sistema recursal, em atenção ao art. 1.010 do CPC, de modo a possibilitar a aferição da matéria devolvida no apelo (art. 1.013), viabilizando o contraditório.
Portanto, imprescindível trazer em recurso elementos que evidenciem argumentos hábeis a enfrentar os fundamentos da sentença, justificando, assim, o pedido de nova decisão.
Nesse sentido, enuncia a Súmula 422, item I, desta Corte:

"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO (redação alterada, com inserção dos itens I, II e III) - Res. 199/2015, DEJT divulgado em 24, 25 e 26.06.2015. Com errata publicado no DEJT divulgado em 01.07.2015

I - Não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida."

Efetivamente, o art. 899 da CLT, ao dispor que "os recursos serão interpostos por simples petição", não exime a parte de fixar e fundamentar sua irresignação quanto aos fundamentos da decisão impugnada.
No caso dos autos, o Tribunal Regional, em juízo prévio de admissibilidade (arts. 682, IX, e 896, § 1º, da CLT), denegou seguimento ao recurso de revista, na esteira dos fundamentos:

"Em 27 de junho de 2020, o Relator da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 58, Ministro Gilmar Mendes, proferiu decisão liminar determinando, ad referendum do Plenário do STF, a "suspensão do julgamento de todos os processos em curso no âmbito da Justiça do Trabalho que envolvam a aplicação dos artigos 879, parágrafo 7º e 899, parágrafo 4º, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.467/2017, e o art. 39, caput e parágrafo 1º, da Lei 8.177/91." (in verbis, g.n).
Em cumprimento aos parâmetros estabelecidos por esta decisão liminar, os processos que aguardam análise de admissibilidade não estão incluídos na suspensão determinada, pois a Vice-Presidência Judicial não tem competência para julgar processos, cabendo-lhe apenas, na condição de Juízo a quo, proceder à análise provisória dos pressupostos de admissibilidade do recurso de revista, cujo julgamento cabe ao C. TST.
Portanto, prossiga-se com a análise da admissibilidade do recurso de revista.
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (decisão publicada em ; recurso apresentado em 08/09/2020).
Regular a representação processual.
Desnecessário o preparo.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Nos termos do art. 896, § 2º, da CLT, somente caberá recurso de revista, das decisões proferidas emexecução, por ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO / CUMPRIMENTO / EXECUÇÃO / VALOR DA EXECUÇÃO / CÁLCULO / ATUALIZAÇÃO.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO / CUMPRIMENTO / EXECUÇÃO / PRECLUSÃO / COISA JULGADA.
EXTRAPOLAR A VIGÊNCIA DO PCCS-95
ÍNDICE DE 5% DE PHA
No que se refere aos temas em destaque, inviável o recurso, pois não atendidas as exigências previstas no art. 896, § 1º-A, I a III, da CLT. Com efeito, a transcrição de trecho do acórdão recorrido sem a individualização do prequestionamento das teses jurídicas a eles relacionadas, objeto do apelo, e sem a demonstração de como a v. decisão impugnada conflita com cada uma das violações apontadas, estabelecendo a conexão entre elas e o trecho da decisão transcrito, não satisfaz os requisitos dos aludidos dispositivos legais.
Nesse sentido são os seguintes julgados do C. TST: AIRR-11598-24.2015.5.15.0117, 2ª Turma, DEJT-27/04/2018; AIRR-1001290-97.2014.5.02.0313, 2ª Turma, DEJT-28/10/2016; AIRR-11238-65.2016.5.15.0146, 3ª Turma, DEJT-27/04/2018; AIRR-11406-38.2013.5.18.0001, 6ª Turma, DEJT-19/08/2016; AIRR-11283-40.2014.5.15.0146, 8ª Turma, DEJT-20/04/2018; AgR-E-ED-RR-83500-79.2007.5.04.0131, SBDI-1, DEJT-15/12/2017; E-ED-ARR-852-75.2014.5.05.0161, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 03/08/2018.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista."

Em seu apelo, entretanto, deixa a parte agravante de impugnar especificamente o despacho agravado, que elegeu como óbice ao seguimento do recurso de revista a inobservância dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT. Limita-se, pois, a afirmar que o recurso merece trânsito e a reiterar as questões de fundo.
Na ausência de argumento demonstrativo da pertinência do agravo, deve-se reputá-lo como desfundamentado, porquanto desatendido o objetivo do art. 897 da CLT.
Assim, com esteio no art. 932 do CPC, não conheço do agravo de instrumento.

Diante do óbice formal, incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0269200-46.2001.5.02.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	JUVENAL SAMPAIO DA SILVA
Advogado	Dr. Walmir Vasconcelos Magalhaes(OAB: 112637-A/SP)
Agravado	MASSA FALIDA de MASTERBUS TRANSPORTES LTDA.
Agravado	ROBERTO GUIDONI SOBRINHO
Advogado	Dr. Heraldo Jubilut Junior(OAB: 23812-A/SP)
Agravado	ICOMON TECNOLOGIA LTDA.
Advogado	Dr. Heraldo Jubilut Junior(OAB: 23812-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ICOMON TECNOLOGIA LTDA.
- JUVENAL SAMPAIO DA SILVA
- MASSA FALIDA de MASTERBUS TRANSPORTES LTDA.
- ROBERTO GUIDONI SOBRINHO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo exequente, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: GRUPO ECONÔMICO - CARACTERIZAÇÃO.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo exequente, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.
Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJT em 11/03/2021 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 11/03/2021 - id. 2d1d1c4).
Regular a representação processual, id. 88ef89d - Pág. 90, acbb960 - Pág. 25 e 7c27387 - Pág. 10.
Desnecessário o preparo.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA / SUBSIDIÁRIA / GRUPO ECONÔMICO.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria objeto do recurso de revista, cabendo à parte indicar, de forma clara e objetiva, os fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido.
A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudência interna corporis do C. TST, já pacificou o entendimento de que a transcrição integral do acórdão recorrido não cumpre a finalidade de delimitar a matéria objeto de impugnação (AgR-E-ED-RR - 1458-45.2012.5.04.0018, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 16.3.2018; E-ED-RR- 1720-69.2012.5.15.0153, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 22/9/2017; E-RR-1144-40.2013.5.15.0089, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 08/09/2017).
Assim, a transcrição na íntegra da fundamentação adotada pelo Regional no início das razões recursais não satisfaz o requisito previsto art. 896, § 1º-A, I, da CLT, uma vez que não permite o necessário confronto analítico entre a tese assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica exposta no recurso de revista.
Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado da SBDI-1: "RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELA LEI 13.015/2014. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE REVISTA. INOBSERVÂNCIA AO REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. Salvo quando o capítulo da decisão é sucinto a ponto de toda a fundamentação (matéria prequestionada) nele se exaurir, a transcrição na íntegra dos capítulos do acórdão do Tribunal Regional objeto da controvérsia no início das razões do recurso de revista, e, posteriormente, as insurgências quanto aos temas recorridos não satisfazem o requisito previsto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, porquanto não viabilizam o confronto analítico entre a tese central assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica apresentada no recurso de revista em mais de uma tema. Precedentes. Recurso de embargos conhecido e desprovido" (E-ED -RR - 1583-45.2014.5.09.0651, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 27.10.2017).
Inviável, destarte, o seguimento do apelo, porquanto não observado o disposto no artigo 896, §1.º-A, I, da CLT.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista". (destacou-se, págs. 1.661-1.664).
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.
Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é

pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001539-50.2016.5.02.0710

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	INTERNATIONAL INDÚSTRIA DE MOTORES DA AMÉRICA DO SUL LTDA.
Advogado	Dr. Rudolf Erbert(OAB: 54070/SP)
Agravado	DONIZETI RAMIRO DE SOUZA
Advogado	Dr. Fábio Cortona Ranieri(OAB: 97118-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DONIZETI RAMIRO DE SOUZA
- INTERNATIONAL INDÚSTRIA DE MOTORES DA AMÉRICA DO SUL LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Os recursos devem atender ao princípio da dialeticidade recursal, também denominado princípio da discursividade confluente do sistema recursal, em atenção ao art. 1.010 do CPC, de modo a possibilitar a aferição da matéria devolvida no apelo (art. 1.013), viabilizando o contraditório.
Portanto, imprescindível trazer em recurso elementos que evidenciem argumentos hábeis a enfrentar os fundamentos da sentença, justificando, assim, o pedido de nova decisão.
Nesse sentido, enuncia a Súmula 422, item I, desta Corte:

"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO (redação alterada, com inserção dos itens I, II e III) - Res. 199/2015, DEJT divulgado em 24, 25 e 26.06.2015. Com errata publicado no DEJT divulgado em 01.07.2015

I - Não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida."

Efetivamente, o art. 899 da CLT, ao dispor que "os recursos serão interpostos por simples petição", não exime a parte de fixar e fundamentar sua irresignação quanto aos fundamentos da decisão impugnada.
No caso dos autos, o Tribunal Regional, em juízo prévio de admissibilidade (arts. 682, IX, e 896, § 1º, da CLT), denegou seguimento ao recurso de revista, aos seguintes fundamentos:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.
Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJT em 25/11/2020 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 07/12/2020 - id. 5a01e1a).
Regular a representação processual, id. 762f290.
O juízo está garantido (fl(s). 83cd0b5).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Cerceamento de Defesa.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria objeto do recurso de revista, cabendo à parte indicar, de forma clara e objetiva, os fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido.
Como se depreende das razões recursais, a reclamada apenas reproduziu integralmente o v. acórdão regional, sem fazer nenhum destaque ou indicação precisa das teses adotadas pela decisão recorrida, o que não atende à exigência legal, pois não se verifica, in casu, determinação precisa da tese regional combatida no apelo, tampouco o imprescindível cotejo analítico de teses.
Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudência interna corporis do C. TST:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO DA INTEGRALIDADE DA DECISÃO RECORRIDA EM RELAÇÃO AO TEMA DEVOLVIDO À APRECIAÇÃO DO TST. INSUFICIÊNCIA. A teor do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, é exigência legal a indicação do trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da matéria devolvida à apreciação do Tribunal Superior do Trabalho, não sendo suficiente, para esse fim, a transcrição, quanto ao tema devolvido à apreciação do TST, da decisão recorrida em seu inteiro teor, sem qualquer destaque em relação ao ponto em discussão. Recurso de embargos conhecido e não provido." (E-ED-RR- 1720-69.2012.5.15.0153, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 22/9/2017, destaquei).

Outros precedentes da SBDI-1: AgR-E-ED-RR- 1458-45.2012.5.04.0018, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 16.3.2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018; AgR-E-Ag-RR- 116-50.2013.5.04.0022, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 11/05/2018; AgR-E-ED-ED-ARR-556-25.2013.5.12.0054, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 19/12/2017; E-ED-RR-172500-89.2013.5.17.0011, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 24/11/2017; E-ED-RR - 10902-83.2014.5.15.0129, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 31/10/2017; E-ED-ARR - 69700-30.2013.5.21.0024, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, DEJT 6/10/2017; E-RR-1144-40.2013.5.15.0089, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 8/09/2017; E-ED-RR-20013-14.2012.5.20.0003, Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT 12/05/2017.
Destarte, inviável o seguimento do apelo, porquanto olvidado o disposto no artigo 896, §1.º-A, I, da CLT.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista".

Em seu apelo, entretanto, deixa a parte agravante de impugnar especificamente o despacho agravado, que elegeu como óbice ao seguimento do recurso de revista a inobservância dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT. Limita-se, pois, a afirmar que o recurso merece trânsito e a reiterar as questões de fundo.
Na ausência de argumento demonstrativo da pertinência do agravo, deve-se reputá-lo como desfundamentado, porquanto desatendido o objetivo do art. 897 da CLT.
Assim, com esteio no art. 932 do CPC, não conheço do agravo de instrumento.
Diante do óbice formal, incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100345-66.2019.5.01.0062

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	TATIANE SOUZA DA SILVA
Advogado	Dr. Renato Lacerda dos Santos(OAB: 177810-D/RJ)
Agravado	LIQ CORP S.A.
Advogado	Dr. Andre Souza Torreao da Costa(OAB: 136745-A/RJ)
Advogado	Dr. Reinaldo Luís Tadeu Rondina Mandaliti(OAB: 168397-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIQ CORP S.A.
- TATIANE SOUZA DA SILVA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: DIFERENÇAS SALARIAIS e ENQUADRAMENTO SINDICAL.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões, conforme certidão à pág. 1.261.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamante, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário/Diferença Salarial.
Direito Sindical e Questões Análogas / Enquadramento sindical / Categoria econômica.
Aduz a recorrente que o acódão de Id. 7d9e43eviolou os artigos 581, §2º, 611 e 620 da CLT, e o artigo 8º, inciso III, da CF/1988. Alega, ainda, contrariedade à Súmula 29 deste Regional e divergência jurisprudencial em relação ao tema.
A Lei nº 13.015/2014, aplicável aos recursos interpostos das decisões publicadas a partir de 22/09/2014 (consoante interpretação do TST estampada no artigo 1º do Ato 491/SEGJUD.GP), inseriu o §1º-A no artigo 896 da CLT, com a seguinte redação:

"Art. 896. (...)
§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;
II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.
IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)".
Diante deste contexto, não podem ser admitidos recursos cujas razões não indiquem o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, que não apontem de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do TST que conflite com a decisão regional, que não contenham impugnação de todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, com demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte, bem como que deixem de transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os

embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017).
No caso em apreço, não cuidou o recorrente de "indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista" . (Inciso I).
Em razão do exposto, não há como se admitir o apelo, no particular, face a patente deficiência de fundamentação.
CONCLUSÃO
NEGO seguimento aorecurso de revista." (destacou-se, págs. 1.225-1.227.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.
Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.
Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.
Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:
"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0020170-12.2016.5.04.0352

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	ANA PAULA CORREA MIRANDA
Advogado	Dr. Manoel Fermino da Silveira Skrebsky(OAB: 24818-A/RS)
Advogado	Dr. Cezar Correa Ramos(OAB: 34214-A/RS)
Advogado	Dr. Leônidas Colla(OAB: 31704-A/RS)
Agravado	FAMASTIL TAURUS FERRAMENTAS S.A.
Advogado	Dr. Ronaldo Hoff Pinheiro(OAB: 28213-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA PAULA CORREA MIRANDA
- FAMASTIL TAURUS FERRAMENTAS S.A.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamante, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Cerceamento de Defesa.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Insalubridade.
Não se recebe recurso de revista que deixar de indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto de inconformidade; que deixar de indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional, bem como que deixar de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte (art. 896, § 1-A, CLT).
A parte não estabeleceu o confronto analítico em relação ao dispositivo invocado.
O princípio da dialeticidade impõe à parte o ônus de se contrapor à decisão recorrida, esclarecendo seu desacerto e fundamentando as razões de sua reforma.
Ainda que desconsiderado o argumento acima, análise das razões recursais não permite verificar afronta ao inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal, uma vez que a prova pretendida pela reclamante se revelou desnecessária. Circunstância que obsta a admissão do recurso pelo critério previsto na alínea "c" do art. 896

da CLT.
Transcrevo trecho do acórdão acerca da matéria:
"(...)"
Ademais, o exame pretendido pela recorrente exige a incursão do julgador no contexto fático-probatório dos autos, inadmissível na esfera recursal de natureza extraordinária, a teor do que dispõe a súmula nº 126 do Tribunal Superior do Trabalho.
Em relação ao cerceamento do direito de defesa, cito trecho de decisão prolatada pelo Tribunal Superior do Trabalho:
"(...)"
Ressalto que a demonstração de divergência jurisprudencial hábil a impulsionar o recurso de revista deve partir de julgado que, reunindo as mesmas premissas de fato e de direito relacionadas ao caso concreto, ofereça diferente resultado. A ausência ou acréscimo de circunstância torna inespecífico o aresto paradigma.
Por fim, o inciso XXIII do artigo 7º da Constituição Federal contém disposições genéricas, não se caracterizando ofensa direta e, quanto mais, literal a ele pela decisão recorrida.
O Tribunal Superior do Trabalho já se manifestou em relação ao salário mínimo como base de cálculo do adicional de insalubridade:
"(...)"
De acordo com o artigo 896, § 1º-A, inciso III, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, a parte que recorre deve "expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte".
Na hipótese, a parte recorrente não observou o inciso. É inviável o processamento do recurso de revista.
Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada.
O acórdão fundamentou sua decisão a partir dos elementos constantes dos autos:
"(...)"
Novamente, a análise da matéria exigiria a incursão do julgador no contexto fático-probatório dos autos, inadmissível na esfera recursal de natureza extraordinária, a teor do que dispõe a súmula nº 126 do Tribunal Superior do Trabalho, conforme já referido.
Não verifico, portanto, ofensa ao parágrafo 4ª ou ao caput do artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho e nem contrariedade ao item I da súmula nº 437 do Tribunal Superior do Trabalho.
CONCLUSÃO
Nego seguimento." (destacou-se, págs. 411-414.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.
Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Registra-se, ainda, que o outro tema alegado no recurso de revista não foi renovado nas razões do agravo de instrumento.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010615-43.2017.5.03.0164

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	RAFAEL PARREIRAS REZENDE
Advogado	Dr. Marcelo Franca Azeredo(OAB: 108241-A/MG)
Agravado	DECMINAS DISTRIBUICAO E LOGISTICA S.A.
Advogado	Dr. Pedro Geraldes(OAB: 120041-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- DECMINAS DISTRIBUICAO E LOGISTICA S.A.
- RAFAEL PARREIRAS REZENDE

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: VÍNCULO DE EMPREGO e INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.
Contraminuta apresentada às págs. 947-950 e contrarrazões apresentadas às págs. 942-946.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A, § 6ºda CLT, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.
Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral.
O recurso de revista não pode ser admitido, uma vez que não atende ao disposto no inciso I do § 1º-A da alínea "a" do art. 896 da CLT (incluído pela Lei n.º 13.015 de 2014), no sentido de ser ônus da parte, sob pena de não conhecimento do recurso, a indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista." (destacou-se, pág. 919.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.
Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:
"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011901-32.2019.5.15.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	M DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS
Advogado	Dr. Fernando Morelli Alvarenga(OAB: 86424-A/RJ)
Agravado	GILVANDO CALIXTO DA SILVA
Advogado	Dr. Cassia Ferreira Naves(OAB: 244113-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GILVANDO CALIXTO DA SILVA
- M DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: CARGO DE CONFIANÇA e DIFERENÇAS SALARIAIS.
Contraminuta apresentada às págs. 526-528 e contrarrazões apresentadas às págs. 529-531.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, alíneas "a", "b" e "c", e § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso.
Regular a representação processual.
Satisfeito o preparo.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Horas Extras / Cargo de Confiança.
No que se refere ao tema em destaque, inviável o recurso, pois a parte recorrente indica trecho do acórdão recorrido que não aborda todos os fundamentos adotados pela aludida decisão, deixando de cumprir adequadamente os requisitos exigidos pelo art. 896, § 1º-A, I, da CLT.
No sentido do acima exposto são os seguintes precedentes: RR-

18177-29.2013.5.16.0020, 1ª Turma, DEJT de 29/04/2016; AIRR-104-15.2014.5.08.0014, 2ª Turma, DEJT de 06/05/2016; AIRR-10033-37.2014.5.14.0101, 3ª Turma, DEJT de 29/04/2016; AIRR-10982-58.2014.5.14.0005, 4ª Turma, DEJT de 22/04/2016; AIRR-1410-22.2013.5.07.0001, 6ª Turma, DEJT de 06/05/2016; AIRR-11680-81.2014.5.03.0163, 7ª Turma, DEJT de 04/03/2016.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário / Diferença Salarial.
A recorrente não aponta violação a qualquer dispositivo constitucional ou legal, tampouco traz dissenso interpretativo ou de súmula vinculante do STF, ou ainda divergência de arestos paradigmas, restando, assim, desfundamentado o apelo, no tocante a tal matéria, pois não observadas as exigências do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista." (destacou-se, págs. 506 e 507.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, os óbices impostos no despacho denegatório do recurso, referentes à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, alíneas "a", "b" e "c", e § 1º-A, da CLT.
Com efeito, os motivos básicos ensejadores da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiram na ausência de adequação das razões recursais aos requisitos formais instituídos por meio do artigo 896, alíneas "a", "b" e "c", e § 1º-A, da CLT. A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esses fundamentos, porque, quanto a esses aspectos, não dirige críticas à decisão agravada.
Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.
Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:
"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000748-75.2020.5.02.0311

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	Dr. Rodrigo de Souza Rezende
Agravado	AGOSTINHO LOPES
Advogado	Dr. Michael de Andrade Silva(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- AGOSTINHO LOPES
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: COMPENSAÇÃO, FÉRIAS e CORREÇÃO MONETÁRIA.
Contraminuta apresentada às págs. 351-358 e contrarrazões apresentadas às págs. 336-350.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamado, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Férias / Indenização / Dobra / Terço Constitucional.
A Turma decidiu em perfeita consonância com a Súmula nº 450, da Corte Superior, o que torna inviável o seguimento do apelo, nos termos do artigo 896, § 7º, da CLT, e da Súmula 333, do C. TST, inclusive com base em dissenso pretoriano.
DENEGA-SE seguimento.
DIREITO CIVIL / Obrigações / Adimplemento e Extinção / Compensação.
Férias.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Correção Monetária.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, é ônus da parte, sob pena de não conhecimento, indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, o que não foi observado pelo recorrente nestes tópicos.
DENEGA-SE seguimento." (destacou-se, págs. 318 e 319.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº

13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.

Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.

Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:

"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011504-93.2019.5.03.0077

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. Dênis Sarak(OAB: 252006-A/SP)
Agravado	BRUNO SILVA SOUZA
Advogado	Dr. Marcos Roberto Dias(OAB: 87946-A/MG)
Advogado	Dr. Danielle Cristina Vieira de Souza Dias(OAB: 116893-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNO SILVA SOUZA
- VIA VAREJO S.A.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DAS LEIS NºS 13.015/2014 E 13.467/2017 (EXECUÇÃO)

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. PRINCÍPIO DA DELIMITAÇÃO RECURSAL. APELO DESFUNDAMENTADO.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada às págs. 687-698 contra o despacho do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso de revista nem contraminuta ao agravo de instrumento.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

O recurso é próprio, tempestivo (acórdão publicado em 16/07/2021; recurso de revista interposto em 26/07/2021), garantido o juízo pela Apólice de Seguro Garantia de Id. 0d23a09, sendo regular a representação processual.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Jurisdição e Competência / Competência / Competência da Justiça do Trabalho / Contribuições Previdenciárias.

Trata-se de recurso de revista interposto contra decisão proferida em execução, a exigir o exame da sua admissibilidade, exclusivamente, sob o ângulo de possível ofensa à Constituição da República, conforme previsão expressa no §2º do art. 896 da CLT.

Analisados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra violação literal e direta de qualquer dispositivo da CR, como exige o preceito supra.

No tocante ao fato gerador da contribuição previdenciáia, inviável o seguimento do recurso, diante da conclusão da Turma no sentido de que (Id. cae6e2c - Pág. 1):

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FATO GERADOR. JUROS. Nos termos da Súmula 45 deste Regional: "O fato gerador da contribuição previdenciária relativamente ao período trabalhado até 04/03/2009 é o pagamento do crédito trabalhista (regime de caixa), pois, quanto ao período posterior a essa data, o fato gerador é a prestação dos serviços (regime de competência), em razão da alteração promovida pela Medida Provisória n. 449/2008, convertida na Lei n. 11.941/2009, incidindo juros conforme cada período". Assim, na hipótese de se ter como fato gerador a prestação dos serviços (regime de competência), devem ser aplicados os acréscimos próprios da legislação, ou seja, juros equivalentes à taxa SELIC, nos termos dos artigos 35 e 43, § 3º, da Lei 8.212/91 e 879, § 4º, da CLT.

A decisão recorrida está em sintonia como item V da Súmula 368 do TST, de forma a afastar as violações apontadas.

Não ensejam recurso de revista decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (§ 7º do art. 896 da CLT e Súmula 333 do TST).

Pelo exposto, não há falar em violação ao inciso XXXVI do art. 5º da CR, estando a presente execução em estrita consonância ao comando exequendo, sendo obedecidos, assim, os limites da coisa julgada.

A alegada ofensa ao artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal, que consagra o princípio da legalidade, não se caracteriza diretamente, como exige o artigo 896 da CLT. Eventual afronta ao dispositivo constitucional seria apenas reflexa, o que não enseja a admissibilidade do recurso de revista.

As garantias ao contraditório e à ampla defesa, inerentes ao devido

processo legal, foram devidamente resguardadas à recorrente, que vem se utilizando de todos os meios hábeis para discutir a matéria, apenas não logrando êxito em sua pretensão, o que afasta a alegada violação aos incisos LIV e LV do art. 5º da CR.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista." (págs. 682 e 683)
Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que o apelo cumpriu fielmente os pressupostos extrínsecos e intrínsecos exigidos pelo artigo 896 da CLT.
Alega que o despacho denegatório viola frontalmente os direitos previstos no artigo 5º, incisos XXXV, LIV e LV, da Constituição Federal, os quais asseguram o contraditório, a ampla defesa, o devido processo legal e a inafastabilidade de jurisdição.
Aduz, ainda, que "não se trata de reexame de questões fático probatórias e sim, do equivoco constante do v. acórdão ao distribuir erroneamente o ônus da prova, bem como o incorreto enquadramento das provas constantes dos autos, ocasionando assim ofensa aos artigos 5º, II, CF/88, ARTIGO 818 DA CLT E ARTIGO 373, II, CPC/2015" (pág. 694).
Também defende que "o r. Juízo monocrático não poderia impedir a agravante de ter seu pleito conhecido e julgado pelo E. Tribunal, usurpando de modo evidente a competência do Regional sob a simplória afirmação de que não preenchidos os requisitos indispensáveis para sua admissibilidade" (pág. 695).
Por fim, assevera que "o óbice ao processamento do recurso interposto pela Agravante implica no cerceamento de sua defesa e consequente nulidade da decisão guerreada" (pág. 696) e que "restou demonstrada a violação dos dispositivos apontados no recurso interposto bem como a divergência jurisprudencial específica apresentada" (pág. 697).
Ao exame.
Oportuno esclarecer, inicialmente, que a denegação de seguimento ao recurso de revista pelo Juízo de admissibilidade a quo, com eventual manifestação sobre os temas tratados, não se resume à análise dos pressupostos extrínsecos apontados pela agravante (intempestividade, deserção, falta de alçada e ilegitimidade de representação) e não caracteriza usurpação de competência deste Tribunal Superior, exatamente por não se tratar de exame exauriente, mas sim regular exercício de função do Tribunal Regional, prevista no § 1º do artigo 896 da CLT.
Salienta-se, ainda, que a decisão da Corte de origem não vincula o Juízo de admissibilidade definitivo a ser realizado nesta instância revisora, razão pela qual não há falar em violação dos princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal e da inafastabilidade de jurisdição nem em cerceamento do direito de defesa e nulidade da decisão guerreada.
Ademais, verifica-se, de plano, que o agravo de instrumento não alcança o conhecimento, porquanto a parte, apesar de ratificar os dispositivos tidos como violados, não renova, na minuta de agravo de instrumento, os argumentos trazidos no recurso de revista.
Com efeito, na minuta de agravo de instrumento, a parte impugna, de maneira genérica, o despacho denegatório, mas não renova os fundamentos lançados no recurso de revista.
Logo, ao contrário do alegado no agravo de instrumento, a não reprodução dos argumentos do recurso de revista torna inviável a análise dos pressupostos intrínsecos do apelo revisional.
Esclarece-se, por oportuno, que a afirmação da reclamada de que repisa a matéria objeto do recurso de revista não é suficiente para cumprir essa finalidade.
Assim, em observância ao princípio da delimitação recursal, não se conhece do agravo de instrumento, tendo em vista a preclusão consumativa operada, estando, pois, desfundamentado o apelo.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento por desfundamentado, nos termos dos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0020190-74.2016.5.04.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	VERA L P DOS SANTOS ESTETICA - ME
Advogado	Dr. Jairo Ramalho Monteiro(OAB: 44583-A/RS)
Advogada	Dra. Leila Lima de Souza Harthmann(OAB: 45723-A/RS)
Agravado	KARIN SWIATOVY PEREIRA
Advogado	Dr. Janir Benin(OAB: 69783-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):
- KARIN SWIATOVY PEREIRA
- VERA L P DOS SANTOS ESTETICA - ME

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, às págs. 441-450, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 432-435, quanto ao tema COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO.
Foi apresentada contraminuta às págs. 453-459.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Superada a apreciação dos pressupostos extrínsecos, passo à análise do recurso.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Jurisdição e Competência / Competência.
Alegação(ões):
- violaçãodo(s)art(s).14, I e IX,da Constituição Federal.
- violação do(s) art(s).337, II, e485, IV, do NCPC.
A matéria objeto de controvérsia foi delimitada com a reprodução dos seguintes trechos do acórdão (art. 896, §1º-A, da CLT):
(…) Pelo exposto, mantenho a sentença que conclui que a reclamante trabalhava na condição de profissional autônoma, sem qualquer traço de subordinação, não reconhecendo, por conseguinte, a existência de vínculo de emprego entre as partes.
(...) Pelo exposto, dou parcial provimento ao recurso da reclamante para condenar a reclamada ao pagamento de indenização por dano moral no montante de R$5.000,00 (cinco mil reais), com juros a contar do ajuizamento da ação e correção monetária a partir do presente arbitramento.
(...) Quanto ao percentual devido a título de honorários, entendo devido o montante de 15% sobre o valor bruto da condenação, valor

usualmente praticado na Justiça do Trabalho e na linha da Súmula 37 deste TRT.

Não admito o recurso de revista noitem.

Ainda que se considere, nos termos da Súmula 297 do TST, prequestionada a matéria referente à competência material à luz de todos os dispositivos legais e constitucionais invocados, não é possível concluir pela respectiva violação, pois estes não constituem óbice à solução da controvérsia.

Nego seguimento ao recurso no item "Da Exceção de Incompetência em Razão da Matéria -Ofensa aos artigos 337, II, 485, IV, do CPC, 14, I e IX, da CF/88".

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Julgamento Extra / Ultra / Citra Petita. Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.

Não admito o recurso de revista nos itens.

A Lei 13.015/2014 acrescentou o § 1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho.

A exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a mera indicação da folha do trecho do acórdão, da sinopse da decisão, da transcrição da ementa, da parte dispositiva ou do inteiro teor do acórdão recorrido.

No sentido do acima exposto são os seguintes precedentes do Tribunal Superior do Trabalho: TST-AIRR-1160-68.2014.5.02.0073, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, julgado em 14/12/2016, 7ª Turma, acórdão publicado no DEJT de 03/02/2017; TST-RR-18177-29.2013.5.16.0020 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-104-15.2014.5.08.0014, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, acórdão publicado no DEJT de 06/05/2016; TST-AIRR-10033-37.2014.5.14.0101, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-10982-58.2014.5.14.0005, 4ª Turma, Relator Ministro João Oreste Dalazen, acórdão publicado no DEJT de 29/04/2016; TST-AIRR-163 -91.2013.5.11.0551, 5ª Turma, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, acórdão publicado no DEJT de 22/04/2016; TST-AIRR-1410-22.2013.5.07.0001, 6ª Turma, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, acórdão publicado no DEJT de 06/05/2016; TST-AIRR-11680-81.2014.5.03.0163, 7ª Turma, Relator Ministro Cláudio Brandão, acórdão publicado no DEJT de 04/03/2016.

É inviável o conhecimento do recurso de revista porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Ainda, mesmoqueos trechos doacórdão transcritos pela parte no início do recursotrouxessem os fundamentos da decisão recorrida, de acordo com o artigo 896, § 1º-A, inciso III, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, a parte que recorre deve "expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte".

Na hipótese, a parte recorrente também não observouo inciso III do § 1º do art. 896 da CLT.

É inviável o processamento do recurso de revista nos itens "Da Indenização Por Dano Moral - Decisão Extra Petita - Ofensa aos artigo 141 e 492, do CPC" e "Dos Honorários Advocatícios - Ofensa à lei 5584/70, art. 14, e às Súmulas 219 e 329, do TST."

CONCLUSÃO

Nego seguimento." (págs. 432-435).

Na minuta de agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos todos os requisitos para admissibilidade de seu recurso de revista.

Aduz que "indicou o trecho específico violador do Acórdão e debateu à luz dos artigos 337, II, 485, IV do CPC e Art. 14, I e IX da CF, o que em nenhum momento foi analisado na decisão denegatória" (pág. 447).

Alega violação dos artigos 337, inciso II, 485, inciso IV, do CPC e 114, incisos I e IX, da Constituição Federal.

Sem razão.

O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto ao vínculo de emprego e à indenização por danos morais, mantendo a competência material da justiça do trabalho, nos seguintes termos:

"(...)

Vínculo de emprego

A reclamante alega que a relação entre as partes começou em 01/05/2013 e se estendeu até 30/12/2015, tendo o vínculo sido rompido por iniciativa da reclamada. Alega que sua função era a de massagista, recebendo sua remuneração semanalmente em depósitos feitos diretamente na sua conta. Aduz que a base de cálculo do valor da remuneração era um percentual sobre cada cliente atendido, que ficava em 60% no início, consoante cláusula Segunda do Contrato de locação, mas depois foi unilateralmente reduzido para 50%. Refere que na época da contratação, para disfarçar a relação trabalhista, a ré pediu para a autora fazer um contrato de locação e simular estar trabalhando como autônoma, quando, na realidade, havia a verdadeira subordinação da relação de emprego. Ressalta que os demais empregados, que não tinham "contrato de locação" e não eram considerados "autônomos", em tudo eram tratados e tinham a mesma remuneração da autora.

Analiso.

Em contestação, a reclamada refere que o contrato de parceria comercial entabulado entre as partes diz respeito a um contrato de locação em que cedeu espaço e infraestrutura completa, mediante certo percentual da prestação de serviços e produtos prestados pela reclamante, como um contrato de locação de espaço em um shopping center. Refere também que não havia dependência econômica da reclamante em relação à reclamada, tendo em vista que a prestação de serviços foi realizada de forma autônoma, podendo até mesmo manter outra atividade econômica. Aduz que inexistia controle de horário, bem como orientação direta ou indireta acerca da rotina de suas atividades.

Os requisitos para a formação do vínculo de emprego estão previstos no art. 3º da CLT, quais sejam: pessoalidade, subordinação, onerosidade e não-eventualidade. Ausente qualquer um desses requisitos, não há como se reconhecer a relação empregatícia, sendo formada relação jurídica diversa.
No ID. bd8cf82 consta o referido contrato de locação de bens móveis que tem por objeto "locar os bens móveis especificados em anexo, para o fim especial do locatário explorar o serviço de MASSOTERAPEUTA".
A respeito da relação havida entre as partes, a prova oral colhida nos autos foi no seguinte sentido (transcrição parcial):
(...)
Compartilho da solução dada à causa na origem.
Em ambientes como o da ré, é de conhecimento desta Relatora, diante de várias demandas propostas, o fato de trabalhadores como cabeleireiros, massagistas, manicures, utilizarem o espaço dos salões para exercício de seu ofício, observados os horários de funcionamento do estabelecimento, mas preservando a autonomia no labor, que é justamente o caso em apreço.
Ao contrário do que afirma a reclamante, entendo não comprovada a existência de subordinação típica dos contratos de trabalho, mas de respeito às regras gerais do local de prestação de serviços. Dessa forma, a alegação da testemunha da reclamante de que trabalhava "como empregada, pois cumpríamos normas", não é suficiente para demonstrar a referida subordinação já que, por óbvio, os estabelecimentos comerciais possuem normas a serem seguidas, como horário de funcionamento, por exemplo, que viabiliza a divisão dos turnos da sala a ser utilizada.
Ressalto, ainda, que restou comprovado que o material utilizado pela autora para a prestação de serviços era adquirido por ela própria.
Pelo exposto, mantenho a sentença que conclui que a reclamante trabalhava na condição de profissional autônoma, sem qualquer traço de subordinação, não reconhecendo, por conseguinte, a existência de vínculo de emprego entre as partes.
Recurso não provido.
Dano moral
A reclamante postula a condenação da ré no pagamento de dano moral em virtude de ter sido submetida a tratamentos humilhantes, bem como por ter sido despedida em função de estar com união estável com um ex-cliente. Aduz que a prova testemunhal comprovou as humilhações sofridas. Quanto ao relacionamento com ex-cliente, alega que a ré não comprovou que havia diretrizes nesse sentido, além de que, ainda que houvesse, a relação com seu companheiro começou após ele deixar de frequentar a estética.
Analiso.
Da análise da prova oral, transcrevo, acerca do tópico, os seguintes excertos:
(...)
Dispõe a Constituição Federal dispõe em seu art. 5º, X: "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".
O dever de indenizar decorrente da prática de ato ilícito encontra previsão no Código Civil, em seus artigos 186 e 927, verbis:
Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
Art. 927. Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.
Acerca do motivo para encerramento do contrato, na linha da decisão de 1º grau, não vislumbro dano passível de ensejar a reparação, uma vez que a preposta da ré, bem como sua testemunha, confirmaram que há orientação quanto à proibição de relacionamento com os clientes (ainda que não se tenha nos autos informação exata sobre o momento em que o companheiro da autora passou a situação de ex-cliente).
No entanto, quanto à forma como a autora era tratada pela ré, diversamente da posição adotada pelo Magistrado, entendo inconcebível que se dirigir a alguém de maneira desrespeitosa, ofensiva, com qualificações como "loira burra", possa ser encarado com a naturalidade referida na decisão de 1º grau. Destaco que tal tratamento, referido pela autora, foi confirmado por grande parte da prova oral colhida.
Dessa forma, reputo que do contexto fático analisado acima se extrai que o dano moral ocorreu in re ipsa, sendo presumível que, diante do tratamento dispensado à autora advieram sentimentos de angústia, injustiça e humilhação.
Ainda, a fixação do valor devido a título de indenização deve amenizar o sofrimento do ofendido e, ao mesmo tempo, reprimir a conduta da ré e desestimular a sua reincidência, sem, contudo, ensejar o enriquecimento sem causa da vítima. Para tanto, deve-se levar em conta a extensão do dano causado pelo ofensor e a capacidade patrimonial das partes.
Na espécie, considerando a extensão dos danos sofridos, a capacidade econômica do ofensor, o grau de culpa da ré, o caráter pedagógico e punitivo que o quantum indenizatório deve cumprir na espécie, reputo razoável fixar a indenização por danos morais em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com juros a contar do ajuizamento da ação e correção monetária a partir do presente arbitramento.
Pelo exposto, dou parcial provimento ao recurso da reclamante para condenar a reclamada ao pagamento de indenização por dano moral no montante de R$5.000,00 (cinco mil reais), com juros a contar do ajuizamento da ação e correção monetária a partir do presente arbitramento.
(...)" (destacou-se, págs. 384 e 389).
Eis a manifestação do Tribunal Regional ao apreciar os embargos de declaração interpostos pela reclamada:
"(...)
Omissão. Contradição
A reclamada aponta que há contradição na decisão, uma vez que o Tribunal não reconhece a existência de vínculo de emprego, mas, de outro lado, defere o pedido de indenização com base em artigos da Constituição e do Código Civil, não tendo reconhecido nenhum outro tipo de relação entre as partes a ensejar a aplicação de tais dispositivos. Sustenta que o pedido de indenização por danos morais foi deferido sem a devida fundamentação do porquê de ter aplicado os artigos citados ao caso. Defende que em não tendo havido reconhecimento de vínculo, todos os pedidos daí decorrentes deveriam ser julgados improcedentes, e, além disso, não tendo havido reconhecimento de nenhum outro tipo de relação entre as partes, a questão de pedido de dano moral refoge à competência material desta Especializada, conforme, inclusive, suscitou a Reclamada em preliminar de contestação. Ainda, alega que a decisão carece de esclarecimentos no que tange ao deferimento de honorários advocatícios. Refere que não há base legal para o deferimento dos mesmos, não se aplicando o art. 927, caput, e 2º, do CC, nem mesmo o art. 85, do CPC, pois aplicáveis às causas cíveis ou, subsidiariamente, ao processo do trabalho quando se reconhece o vínculo, o que não é caso. Assim, requer, expressamente, que ao decisum sejam acrescidos fundamentos quanto ao tópico ligado à indenização por danos morais e honorários advocatícios com base nos artigos citados nos embargos opostos.

Examino.
A simples leitura das razões dos embargos de declaração impõe a conclusão de que o reclamante busca reexame da matéria com intuito de reformar o julgado por meio de remédio processual inadequado.
Verifico que a matéria foi devidamente analisada, constando, no corpo do acórdão, as razões de convencimento do Colegiado que compõe a 2ª Turma deste Tribunal quanto aos pontos.
Não há qualquer omissão ou contradição a ser sanada no aresto embargado, mas mera pretensão da embargante de obter o reexame da matéria, com a reforma do julgado, através de remédio processual inadequado.
Registro, ainda, ser desnecessário qualquer prequestionamento, tendo em vista que o acórdão adotou tese explícita sobre as questões relacionadas às matérias enfrentadas no julgado, sendo despicienda a referência expressa do dispositivo legal para ter-se como prequestionado. Incidência da OJ 118 da SDI-1 e Súmula 297, I, ambas do TST.
Por demasia, consoante o entendimento consubstanciado na Orientação Jurisprudencial nº 119 da SDI-I do TST, nos casos em que a violação indicada nasce no próprio acórdão embargado, é descabido o pretendido prequestionamento da matéria.
Embargos não acolhidos.
(...)" (Destacou-se, págs. 407 e 408).
No caso, consoante se infere da decisão do Regional, "não comprovada a existência de subordinação típica dos contratos de trabalho, mas de respeito às regras gerais do local de prestação de serviços. Dessa forma, a alegação da testemunha da reclamante de que trabalhava "como empregada, pois cumpríamos normas", não é suficiente para demonstrar a referida subordinação já que, por óbvio, os estabelecimentos comerciais possuem normas a serem seguidas, como horário de funcionamento, por exemplo, que viabiliza a divisão dos turnos da sala a ser utilizada" (págs. 386 e 387).
Segundo a Corte a quo, "se extrai que o dano moral ocorreu in re ipsa, sendo presumível que, diante do tratamento dispensado à autora advieram sentimentos de angústia, injustiça e humilhação" (pág. 388).
No caso dos autos, conforme se verifica do acórdão do Regional, restou evidentemente demonstrada a configuração de danos morais sofridos pela parte autora, na medida em que corretamente aplicada a condenação de indenização por danos morais, bem como à condenação ao pagamento de honorários advocatícios.
Dessa forma, não ficou demonstrada a alegada violação dos artigos 337, inciso II, 485, inciso IV, do CPC e 114, incisos I e IX, da Constituição Federal, visto que, na decisão regional, nem sequer houve questionamento ou interpretação das diretrizes do comando requerendo, de modo a resultar em eventuais violações.
Ademais, a despeito da alegação acerca da competência material da justiça do trabalho, o Regional não analisou a matéria à luz dos artigos 337, inciso II, 485, inciso IV, do CPC e 114, incisos I e IX, da Constituição Federal, nem houve a interposição de embargos de declaração a fim de esclarecer esse aspecto. Nessas condições, este Tribunal extraordinário não pode analisar a alegada ofensa aos dispositivos aventados, porausência de prequestionamento, conforme dispõe a Súmula nº 297, itens I e II, do TST.
Registra-se que, quanto aos demais temas alegados no recurso de revista, o agravo de instrumento encontra-se desfundamentado.
Dessa forma, não conheço ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 896, § 14, da CLT, 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001131-65.2014.5.02.0472

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	GISLAINE SILVA DOS SANTOS
Advogada	Dra. Telma Cristina de Melo(OAB: 144517-A/SP)
Agravado	MULT FUNCIONAL - MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA LTDA. - ME
Agravado	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	Dr. Francisco de Paulo Queiroz Bernardino Júnior

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- GISLAINE SILVA DOS SANTOS
- MULT FUNCIONAL - MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA LTDA. - ME

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista.
Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminuta a fls. 567/573-PE.
O Ministério Público do Trabalho manifestou-se pelo prosseguimento do processo, ressalvada posterior intervenção, conforme parecer de fls. 580/581-PE.
DECIDO:
TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Os recursos devem atender ao princípio da dialeticidade recursal, também denominado princípio da discursividade confluente do sistema recursal, em atenção ao art. 1.010 do CPC, de modo a possibilitar a aferição da matéria devolvida no apelo (art. 1.013), viabilizando o contraditório.
Portanto, imprescindível trazer em recurso elementos que evidenciem argumentos hábeis a enfrentar os fundamentos da sentença, justificando, assim, o pedido de nova decisão.
Nesse sentido, enuncia a Súmula 422, item I, desta Corte:

"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO (redação alterada, com inserção dos itens I, II e III) - Res. 199/2015, DEJT divulgado em 24, 25 e 26.06.2015. Com errata publicado no DEJT divulgado em 01.07.2015

I - Não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida."

Efetivamente, o art. 899 da CLT, ao dispor que "os recursos serão interpostos por simples petição", não exime a parte de fixar e fundamentar sua irresignação quanto aos fundamentos da decisão impugnada.
No caso dos autos, o Tribunal Regional, em juízo prévio de admissibilidade (arts. 682, IX, e 896, § 1º, da CLT), denegou

seguimento ao recurso de revista, aos seguintes fundamentos:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.
Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJT em 31/05/2021 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 07/06/2021 - id. 7c9eec8).
Regular a representação processual, id. 316a6e.
Desnecessário o preparo.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Solidária / Subsidiária / Tomador de Serviços / Terceirização / Ente Público.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, é ônus da parte, sob pena de não conhecimento, indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, o que não foi observado pela parte recorrente.
Ressalte-se que a transcrição tão somente da parte dispositiva do acórdão não atende à exigência legal, pois inviabiliza o necessário confronto analítico entre os dispositivos apontados como violados e a tese adotada pelo Regional.
Nesse sentido já deliberou a Subseção | Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudência interna corporis do E. TST:
"RECURSO DE REVISTA NÃO CONHECIDO. REQUISITO ESTABELECIDO NO ARTIGO 896, 5 1º-A, INCISO |, DA CLT. INDICAÇÃO DO TRECHO DA DECISÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Subseção, acerca dos pressupostos intrínsecos do recurso de revista, insertos no artigo 896, 8 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria trazida ao debate, cabendo à parte a demonstração, clara e objetiva, dos fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido, não se admitindo, para tanto, a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva, pois, para fins de cumprimento da exigência legal, é imprescindível a transcrição textual do trecho da decisão recorrida. Portanto, a discussão sobre o cumprimento dos pressupostos intrínsecos do artigo 896, § 1º-A, da CLT está superada pela jurisprudência desta Subseção, o que impõe a incidência do artigo 894, 8 2º, da CLT. Precedentes. Embargos não conhecidos." (E-ED-RR-60300-98.2013.5.21.0021, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018, sublinhei)
DENEGA-SE seguimento."

Em seu apelo, entretanto, deixa a parte agravante de impugnar especificamente o despacho agravado, que elegeu como óbice ao seguimento do recurso de revista a inobservância dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT.
Na ausência de argumento demonstrativo da pertinência do agravo, deve-se reputá-lo como desfundamentado, porquanto desatendido o objetivo do art. 897 da CLT.
Assim, com esteio no art. 932 do CPC, não conheço do agravo de instrumento.
Diante do óbice formal, incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1001260-83.2019.5.02.0023

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	CLAUDIA FLOR RAMOS
Advogado	Dr. Diego Perinelli Medeiros(OAB: 320653-A/SP)
Agravado	CASA DE SAÚDE SANTA RITA S.A.
Advogada	Dra. Maria Sílvia de Campos Lilla(OAB: 61839-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CASA DE SAÚDE SANTA RITA S.A.
- CLAUDIA FLOR RAMOS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, ESTABILIDADE ACIDENTÁRIA e PLANO DE SAÚDE.
Contraminuta apresentada às págs. 570-572 e contrarrazões apresentadas às págs. 573-580.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamante, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Moral / Acidente de Trabalho.
Responsabilidade Civil do Empregador / Indenização por Dano Material / Acidente de Trabalho.
Rescisão do Contrato de Trabalho / Reintegração / Readmissão ou Indenização / Estabilidade Acidentária.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Plano de Saúde.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria objeto do recurso de revista, cabendo à parte indicar, de forma clara e objetiva, os fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido.
Como se depreende das razões recursais,a reclamante apenas reproduziu integralmente o v. acórdão regional, sem fazer nenhum destaque ou indicação precisa das teses adotadas pela decisão recorrida, o que não atende à exigência legal, pois não se verifica, in casu, determinação precisa da tese regional combatida no apelo, tampouco o imprescindível cotejo analítico de teses.
Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de

jurisprudência interna corporis do C. TST:
"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO DA INTEGRALIDADE DA DECISÃO RECORRIDA EM RELAÇÃO AO TEMA DEVOLVIDO À APRECIAÇÃO DO TST. INSUFICIÊNCIA. A teor do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, é exigência legal a indicação do trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da matéria devolvida à apreciação do Tribunal Superior do Trabalho, não sendo suficiente, para esse fim, a transcrição, quanto ao tema devolvido à apreciação do TST, da decisão recorrida em seu inteiro teor, sem qualquer destaque em relação ao ponto em discussão. Recurso de embargos conhecido e não provido." (E-ED-RR- 1720-69.2012.5.15.0153, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 22/9/2017, destaquei)
Outros precedentes da SBDI-1:
(...)
Destarte, inviável o seguimento do apelo, porquanto olvidado o disposto no artigo 896, §1.º-A, I, da CLT
DENEGA-SE seguimento." (destacou-se, págs. 541-544.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.
Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010472-59.2019.5.15.0064

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	ADELAIDE BEATRIZ SOLANA PLANA
Advogado	Dr. Vera Lucia Barrio Dominguez(OAB: 126171-A/SP)
Advogado	Dr. Jeferson Alison Silva de Jesus(OAB: 426371-A/SP)
Agravado	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Procuradora	Dra. Halse Michelline Tavares Coelho

Intimado(s)/Citado(s):

- ADELAIDE BEATRIZ SOLANA PLANA
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pela qual, mediante a aplicação da Súmula nº 297 do TST, se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.
Contrarrazões apresentadas às págs. 392-395.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e não provimento do agravo de instrumento.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamante, com base no disposto na Súmula n° 297 do TST:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso.
Regular a representação processual.
Desnecessário o preparo.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Jurisdição e Competência / Competência.
A v. decisão não adotou tese explícita acerca da matéria em destaque, sendo que os embargos de declaração opostos não versaram sobre o tema, o que inviabiliza o apelo, com base na Súmula 297 do C. TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista." (destacou-se, págs.

375 e 376.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à incidência do óbice processual contido na Súmula nº 297 do TST.
Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na aplicação da Súmula nº 297 do TST. A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.
Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.
Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010833-95.2019.5.03.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	RIACHO TRANSPORTE LTDA.
Advogado	Dr. Marcus Vinícius Capobianco dos Santos(OAB: 91046-A/MG)
Advogado	Dr. Gustavo Soares da Silveira Giordano(OAB: 76733-A/MG)
Advogado	Dr. Pedro Henrique Faria Rodrigues(OAB: 143337-A/MG)
Advogado	Dr. Virgílio Rosa Filho(OAB: 36557/MG)
Agravado	ELAINE DOS SANTOS
Advogado	Dr. Gabriel Moller Malheiros(OAB: 127852-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):
- ELAINE DOS SANTOS
- RIACHO TRANSPORTE LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Sem contraminuta.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.
DECIDO:
Os recursos devem atender ao princípio da dialeticidade recursal, também denominado princípio da discursividade confluente do sistema recursal, em atenção ao art. 1.010 do CPC, de modo a possibilitar a aferição da matéria devolvida no apelo (art. 1.013), viabilizando o contraditório.
Portanto, imprescindível trazer em recurso elementos que evidenciem argumentos hábeis a enfrentar os fundamentos da sentença, justificando, assim, o pedido de nova decisão.
Nesse sentido, enuncia a Súmula 422, item I, desta Corte:

"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO (redação alterada, com inserção dos itens I, II e III) - Res. 199/2015, DEJT divulgado em 24, 25 e 26.06.2015. Com errata publicado no DEJT divulgado em 01.07.2015

I - Não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida."

Efetivamente, o art. 899 da CLT, ao dispor que "os recursos serão interpostos por simples petição", não exime a parte de fixar e fundamentar sua irresignação quanto aos fundamentos da decisão impugnada.
No caso dos autos, o Tribunal Regional, em juízo prévio de admissibilidade (arts. 682, IX, e 896, § 1º, da CLT), denegou seguimento ao recurso de revista, aos seguintes fundamentos:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
O recurso é próprio, tempestivo (acórdão publicado em09/04/2021; recurso de revista interposto em 20/04/2021), garantido o Juízo (Id. b41a0f3), sendo regular a representação processual.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS.
REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / ADICIONAL / ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.
DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO / CUMPRIMENTO / EXECUÇÃO / VALOR DA EXECUÇÃO / CÁLCULO / ATUALIZAÇÃO / JUROS.
Em relação ao tema apresentado no recurso de revista, esse não pode ser admitido, uma vez que não atende ao disposto no inciso I do § 1º-A do art. 896 da CLT, no sentido de ser ônus da parte, sob pena de não conhecimento do recurso, a indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo.
Ressalto que a transcrição do inteiro teor da fundamentação da decisão recorrida, no intróito do recurso, sem destaque dos trechos

controversos e sem vinculação individual das teses impugnadas à argumentação apresentada, com a demonstração analítica das violações apontadas - como procedeua recorrente - não atende à exigência legal supracitada.
Nesse sentido, aliás, é a iterativa e notória jurisprudência do TST, conforme se depreende dos seguintes precedentes, dentre vários: (AIRR-112300-13.2010.5.21.0011, Ac. 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 21.9.2018); (E-ED-RR - 1720-69.2012.5.15.0153, Ac. Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 22.9.2017) ; (AIRR - 461-94.2014.5.04.0211, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, 4ª Turma, DEJT 16.3.2018); (RR-11027-95.2014.5.15.0082, Ac. 6ª Turma, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 26.5.2017)
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista."

Em seu apelo, entretanto, deixa a parte agravante de impugnar especificamente o despacho agravado, que elegeu como óbice ao seguimento do recurso de revista a inobservância dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT. Limita-se, pois, a afirmar que o recurso merece trânsito e a reiterar as questões de fundo.
Na ausência de argumento demonstrativo da pertinência do agravo, deve-se reputá-lo como desfundamentado, porquanto desatendido o objetivo do art. 897 da CLT.
Assim, com esteio no art. 932 do CPC, não conheço do agravo de instrumento.
Diante do óbice formal, incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001495-20.2017.5.05.0196

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	Dra. Luanda Alves Vieira Cruz(OAB: 19161-A/BA)
Agravado	LUCIANA DOS SANTOS SOARES
Advogado	Dr. José Laércio Carneiro Rios(OAB: 18163-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- LUCIANA DOS SANTOS SOARES

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados:INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS e INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS.
Contraminuta apresentada às págs. 992-1.002 e contrarrazões apresentadas às págs. 981-990.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o Recurso (Decisão publicada em 13/05/2021 - fl./Seq./Id. ; protocolado em 04/06/2021 - fl./Seq./Id. dce7e08).
Regular a representação processual, fl./Seq./Id. 6291bb6 - Pág. 25.
Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Considerando o disposto no art. 896-A, § 6º, da CLT (inserido pela Lei 13.467/17), o juízo de admissibilidade deste Recurso de Revista se limita à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos, não abrangendo o critério da transcendência das questões nele veiculadas.
RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR / INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL / DOENÇA OCUPACIONAL.
RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR / INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL / DOENÇA OCUPACIONAL.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / PROCESSO E PROCEDIMENTO / PROVAS / ÔNUS DA PROVA.
Alegação(ões): Foram cumpridos os ditames inseridos pela Lei nº 13.015/2014 (§§3º, 4º e 5º, art. 896 da CLT), no que se refere à uniformização de jurisprudência no âmbito deste Tribunal Regional do Trabalho, conforme se infere da Súmula TRT5 28: Súmula TRT5 nº 28: LUCROS CESSANTES. PENSÃO. PERDA OU REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA. DESNECESSIDADE DE PROVA DO EFETIVO PREJUÍZO PATRIMONIAL. A perda ou redução da capacidade laborativa oriunda de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional confere ao empregado o direito à indenização por danos materiais nas espécies lucros cessantes e pensionamento, independentemente da prova do efetivo prejuízo patrimonial.
O Recurso de Revista não preenche o requisito formal de admissibilidade previsto no §1º-A, I, do artigo 896 da CLT, incluído pela Lei no 13.015, de 2014: "§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista ; (...)" Registre-se que, conforme entendimento pacificado no TST, a ausência de transcrição, a transcrição de trechos que não contenham a tese jurídica que consubstancia o prequestionamento, a transcrição de trecho impertinente , a transcrição da ementa e da conclusão do acórdão, a transcrição do trecho do acórdão ultrapassando os limites da tese devolvida no Recurso de Revista e sem o devido destaque , não atendem ao requisito em tela.
No que se refere ao tópico "DA AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DA RECORRENTE PELA DOENÇA DA RECORRIDA. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 7º, INCISO XXVIII DA CF E AOS ARTIGOS 186, 927, 949 E 950, DO CÓDIGO CIVIL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ÔNUS DA PROVA. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 818 DA CLT E 373 DO CPC", registre-se que o trecho do acórdão transcrito não se refere ao presente processo.
Quanto ao tópico "DA NÃO COMPROVAÇÃO DO DANO MATERIAL - LUCROS CESSANTES E PENSÃO MENSAL", conforme entendimento pacificado no TST, a ausência de

transcrição, a transcrição de trechos que não contenham a tese jurídica que consubstancia o prequestionamento, a transcrição de trecho impertinente , a transcrição da ementa e da conclusão do acórdão, a transcrição do trecho do acórdão ultrapassando os limites da tese devolvida no Recurso de Revista e sem o devido destaque , não atendem ao requisito em tela.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR / INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL / VALOR ARBITRADO.

No que se refere aos valores arbitrados, ao reconhecer a existência do dano e fixar o valor da indenização à luz dos critérios doutrinários, o julgamento Colegiado, justamente considerando a inexistência, quando do ajuizamento da ação, de lei estabelecendo outros de natureza objetiva, não traduz qualquer violação dos dispositivos invocados, inviabilizando a admissibilidade do Recurso de Revista.

Ademais, cumpre registrar os seguintes precedentes da SDI-I do TST: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CARACTERIZAÇÃO E VALOR. CRITÉRIOS PARA ARBITRAMENTO. SÚMULA Nº 296 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. (...) No que concerne ao valor da indenização, a jurisprudência desta Subseção firmou-se no sentido de que, salvo situações extremas, de valores excessivamente módicos ou estratosféricos, não cabe recurso de embargos destinado a rever o valor fixado à indenização por danos morais, em virtude da impossibilidade de identificação de elementos fáticos que permitam aferir a especificidade dos arestos colacionados. (...) Por outro lado, não se pode perder de vista a função precípua desta Subseção, que é a uniformização de teses jurídicas diversas em matéria trabalhista, o que não se verifica nessas hipóteses. Correta a aplicação do referido óbice, mantém-se o decidido. Recurso de embargos de que não se conhece. (E-RR - 959-24.2013.5.09.0459 , Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Data de Julgamento: 03/03/2016, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 11/03/2016) GRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. (...). INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. QUANTUM ARBITRADO. REVISÃO DE VALORES. NÃO CONFIGURAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURSPRUDENCIAL. A jurisprudência desta Subseção firmou-se no sentido de que, salvo situações extremas, de valores excessivamente módicos ou estratosféricos, não cabe recurso de embargos destinado a rever o valor fixado à indenização por danos morais, em virtude da impossibilidade de identificação de elementos fáticos que permitam aferir a especificidade dos arestos colacionados. Isso porque a dinâmica própria da vida, em que um segundo não é igual a outro, faz com que cada episódio nela vivido tenha a sua própria caracterização; cada momento, ainda que singelo, é único em si mesmo e irrepetível; não há um instante igual a outro, ainda que, objetivamente, possam parecer iguais. Por outro lado, as pessoas são diferentes. Cada uma, em sua singularidade, possui características que a diferenciam dos demais seres humanos, embora sejam idênticos os atributos que compõem a sua personalidade e que gozam de proteção constitucional, na forma prevista no artigo 1º, IV, da Constituição Federal. Por tudo isso, será impossível identificar acórdãos que permitam aferir a especificidade a que alude a interpretação consolidada na Súmula n° 296, I, do TST. Por outro lado, não se pode perder de vista a função precípua desta Subseção, que é a uniformização de teses jurídicas diversas em matéria trabalhista, o que não se verifica nessas hipóteses. Correta a aplicação do referido óbice, mantém-se o decidido. Agravo regimental de que se conhece e a que se nega provimento. (AgR-E-RR - 9951000-31.2006.5.09.0661, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Data de Julgamento: 21/05/2015, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 29/05/2015).

Por conseguinte, a revisão do julgado em sede extraordinária revela-se inviável, incidindo a hipótese prevista na Súmula nº 333 da Corte Revisora.

CONCLUSÃO DENEGO seguimento ao Recurso de Revista". (destacou-se, págs. 912-916).

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000938-70.2019.5.10.0019

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
Advogada	Dra. Regina Aparecida Vega Sevilha(OAB: 147738-A/SP)
Agravado	MARCELO RODRIGUES LOPES
Advogado	Dr. Eduardo Gomes de Sousa(OAB: 25034-A/DF)
Agravado	ATHELIE CULINÁRIA SELF-SERVICE EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ATHELIE CULINÁRIA SELF-SERVICE EIRELI
- COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
- MARCELO RODRIGUES LOPES

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE RENOVAÇÃO DOS ARGUMENTOS TRAZIDOS NO RECURSO DE REVISTA. PRINCÍPIO DA DELIMITAÇÃO RECURSAL.
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela segunda reclamada, Companhia Brasileira de Distribuição, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA, VERBAS RESCISÓRIAS, MULTAS DOS ARTIGOS 467 E 477 DA CLT e HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões, conforme certidão à pág. 393.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela segunda reclamada:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Solidária / Subsidiária.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 331 do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
Aegr. Turma manteve a sentença originária que condenou subsidiariamente a tomadora de serviços, ora recorrente, ao pagamento dos créditos trabalhistas deferidosà autora, inclusive quanto às multas previstas nos arts. 467 e 477, § 8º,da CLT (Súm. 331, VI, TST). Eis os termos da ementa:
"(...)."
Contra essa decisão, insurge-se a segunda reclamada ao argumento de que firmou um contrato de prestação de serviços com a empregadora do reclamante, mas que não tem qualquer obrigação contratual em relação aos empregados da prestadora de serviços. Requer seja excluída a responsabilidade subsidiária imposta.
Entretanto, conformeexpressamente consignado pelo Colegiadotem-se por inquestionável que a recorrente beneficiou-se dos serviços prestados pela obreira, firmando assim a sua condição de tomadora de serviços, incidindo a aplicação da Súmula n.º 331, IV, do TST.
Assim, o acórdão está em perfeita sincronia com a Súmula 331, IV,doTST,resultando obstaculizado o processamento do apelo (Súmulas 333/TST e 401/STF e artigo 896, § 7º, da CLT).
VERBAS RESCISÓRIAS
MULTAS DOS ARTIGOS 467 E 477 DA CLT
HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS
A Lei 13.015/2014 alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que determina novas exigências de cunho formal para a interposição do recurso de revista, "in verbis":
"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;
II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte."
Na hipótese, observa-se que a parte não indicou, na petição do recurso de revista, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do TST, que conflite com a decisão recorrida, quanto aos tópicos em destaque, conforme exigência prevista no artigo 896, § 1º-A, da CLT.
Outrossim, em relação aos temas epigrafados, a recorrente quedou-se inerte em indicar os trechos da decisão recorrida, com o devido destaque, em que se encontram prequestionadas as matérias objeto de sua irresignação, conforme exigência prevista no artigo 896, § 1º-A, da CLT.
A SBDI-1 do TST decidiu que a simples indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva, não é suficiente para atender o requisito da novel legislação celetista. Precedente:
"(...)"
A tal modo, inviável a análise do apelo no particular aspecto." (págs. 375-378.)
O agravo de instrumento não alcança o conhecimento, porquanto a parte não renova, em razões de agravo, os argumentos trazidos no recurso de revista, limitando-se a impugnar, genericamente, o despacho denegatório do seu apelo revisional.
Com efeito, em razões de agravo, a segunda reclamada se insurge, laconicamente, contra os fundamentos do despacho denegatório do seu apelo, mas não renova seus argumentos lançados no recurso de revista. Logo, inviável a análise dos pressupostos intrínsecos do seu apelo revisional.
Assim, em observância ao princípio da delimitação recursal, não se conhece do agravo de instrumento, tendo em vista a preclusão consumativa operada, estando, pois, desfundamentado o agravo de instrumento.
Desse modo, não conheço do agravo de instrumento interposto pela segunda reclamada.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001372-74.2018.5.02.0706

Complemento	Processo Eletrônico

Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PIRAQUÊ S.A.
Advogado	Dr. Alexandre de Alencar Barroso(OAB: 100508-A/SP)
Agravado	RAFAEL GOMES DE OLIVEIRA MELO
Advogado	Dr. Estácio Airton Alves Moraes(OAB: 126642-A/SP)
Advogado	Dr. Rodolfo Carlos Weigand Neto(OAB: 166929-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PIRAQUÊ S.A.
- RAFAEL GOMES DE OLIVEIRA MELO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: HORAS EXTRAS - CARGO DE CONFIANÇÃO NÃO CARACTERIZADO.
Contraminuta apresentada às págs. 355-359 e contrarrazões apresentadas às págs. 351-354.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.
Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 19/04/2021 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 30/04/2021 - id. 20ca2d2).
Regular a representação processual,id. 1982c30.
Satisfeito o preparo (id(s). ee48c41 e ee04dbd46).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS.
DURAÇÃO DO TRABALHO / TRABALHO EXTERNO.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria objeto do recurso de revista, cabendo à parte indicar, de forma clara e objetiva, os fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido.
Como se depreende das razões recursais, a reclamada apenas reproduziu integralmente o v. acórdão regional,sem fazer nenhum destaque ou indicação precisa das teses adotadas pela decisão recorrida,o que não atende à exigência legal, pois não se verifica,in casu,determinação precisa da tese regional combatida no apelo, tampouco o imprescindível cotejo analítico de teses.
Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudênciainterna corporisdo C. TST:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DO TRECHO DO ACÓRDÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. TRANSCRIÇÃO DA INTEGRALIDADE DA DECISÃO RECORRIDA EM RELAÇÃO AO TEMA DEVOLVIDO À APRECIAÇÃO DO TST. INSUFICIÊNCIA.A teor do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, é exigência legal a indicação do trecho do acórdão regional que consubstancia o prequestionamento da matéria devolvida à apreciação do Tribunal Superior do Trabalho,não sendo suficiente, para esse fim, a transcrição, quanto ao tema devolvido à apreciação do TST, da decisão recorrida em seu inteiro teor, sem qualquer destaque em relação ao ponto em discussão.Recurso de embargos conhecido e não provido." (E-ED-RR- 1720-69.2012.5.15.0153, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 22/9/2017, destaquei)

Outros precedentes da SBDI-1: AgR-E-ED-RR- 1458-45.2012.5.04.0018, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 16.3.2018; E-ED-RR - 60300-98.2013.5.21.0021, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 25/05/2018; AgR-E-Ag-RR- 116-50.2013.5.04.0022, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT 11/05/2018; AgR-E-ED-ED-ARR-556-25.2013.5.12.0054, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 19/12/2017; E-ED-RR-172500-89.2013.5.17.0011, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 24/11/2017; E-ED-RR - 10902-83.2014.5.15.0129, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 31/10/2017; E-ED-ARR - 69700-30.2013.5.21.0024, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, DEJT 6/10/2017; E-RR-1144-40.2013.5.15.0089, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 8/09/2017; E-ED-RR-20013-14.2012.5.20.0003, Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT 12/05/2017.
Destarte, inviável o seguimento do apelo, porquanto olvidado o disposto no artigo 896, §1.º-A, I, da CLT.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista". (destacou-se, págs. 330-333).
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.
Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.
Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.

Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0379300-17.2003.5.09.0014
Processo Nº AIRR-03793/2003-014-09-00.3

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI
Advogado	Dr. Jorge André Ritzmann de Oliveira(OAB: 11985-A/SC)
Agravado	SUELAN WU
Advogado	Dr. Jamil Nabor Caleffi(OAB: 17241-A/PR)
Agravado	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Marcelo Lima Corrêa(OAB: 12064-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI
- SUELAN WU

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pela segunda executada, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: MULTA POR INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS.
Contraminuta apresentada às págs. 1.916-1.919 e contrarrazões apresentadas às págs. 1.920-1.925.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela segunda executada, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS FASE DE EXECUÇÃO De acordo com o parágrafo 2º do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, o recurso de revista interposto na fase de execução somente tem cabimento na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A, S6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) / Penalidades Processuais (55230) / Multa por ED Protelatórios
Alegação (des):
A executada insurge-se contra a condenação em multa por oposição de embargos de declaração protelatórios. Pede que seja afastada ou, ao menos, reduzida para 2% (dois por cento). A Lei 13.015/2014 acrescentou o S1º-A ao artigo 896 da CLT, com a seguinte redação: (c..)D SIC-A, Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte: IT - indicar o trecho da decisão recorrida gue consubstancia o preguestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; TIT - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos Jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte. (...).
No entanto, a executada não transcreveu o trecho do acórdão recorrido que demonstraria o prequestionamento da controvérsia quanto à matéria que é objeto de recurso de revista, na forma do inciso I, mas apenas trecho de sua parte dispositiva. A transcrição somente do dispositivo do acórdão, como a que se verifica nas razões recursais, não supre a exigência legal de apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada.
A jurisprudência predominante no TST tem definido que o pressuposto legal não se atende com a mera indicação de folha do trecho do acórdão, com a sinopse da decisão ou, ainda, com a transcrição parcial dos fundamentos adotados, da ementa, da parte dispositiva ou do inteiro teor do acórdão recorrido.
Nesse sentido, os seguintes precedentes do TST:
"(...)"
Não atendida a exigência contida no inciso I do S1º-A do artigo 896 da CLT, é inviável o processamento do recurso de revista da executada.
CONCLUSÃO
Denego seguimento." (destacou-se, págs. 1.899-1.902.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº

13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.

Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.

Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:

"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0160600-13.1996.5.03.0103

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	ILZA SEBASTIANA MOREIRA
Advogado	Dr. Edu Henrique Dias Costa(OAB: 64225/MG)
Advogado	Dr. Edu Henrique Dias Costa(OAB: 64225-A/MG)
Advogado	Dr. Paulo Umberto do Prado(OAB: 57212-A/MG)
Advogado	Dr. Maria Alice Dias Costa(OAB: 57987 -A/MG)
Agravado	ANTONIA ALMEIDA SILVA
Agravado	RESTAURANTE DAS INDUSTRIAS

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIA ALMEIDA SILVA
- ILZA SEBASTIANA MOREIRA
- RESTAURANTE DAS INDUSTRIAS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela executada ILZA SEBASTIANA MOREIRA, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: PENHORA DOS SALÁRIOS.

Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela executada, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

O recurso é próprio, tempestivo (acórdão publicado em 04/05/2021; recurso de revista interposto em 14/05/2021), inexigível o preparo, sendo regular a representação processual.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Nos termos do art. 896, § 2º, da CLT, somente caberá recurso de revista, em processo de execução, por ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO / CUMPRIMENTO / EXECUÇÃO / CONSTRIÇÃO / PENHORA / AVALIAÇÃO / INDISPONIBILIDADE DE BENS / IMPENHORABILIDADE / REMUNERAÇÃO / PROVENTOS / PENSÕES E OUTROS RENDIMENTOS.

O recurso de revista não pode ser admitido, uma vez que não atende ao disposto no inciso I do § 1º-A da alínea "a" do art. 896 da CLT (incluído pela Lei n.º 13.015 de 2014), no sentido de ser ônus da parte, sob pena de não conhecimento do recurso, a indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo.

Ainda que assim não fosse, não há falar em afronta ao art. 100, §1º-A da CR, porquanto o referido dispositivo trata dos pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas, considerando os débitos de natureza alimentícia com ordem de preferência sobre os demais.

No caso dos autos, discute-se sobre a impossibilidade de penhora dos proventos de aposentadoria, em que pese a natureza alimentar do crédito trabalhista, conforme se depreende do seguinte trecho do acórdão: Nesse passo, mostra-se incabível a penhora sobre proventos de aposentadoria, em face da expressa vedação contida no art. 833, IV do CPC. É, também, desnecessária a expedição de ofício ao INSS, pois não se trata, no caso, de medida eficaz para atingir a satisfação da execução, considerando que o teto dos benefícios previdenciários é muito aquém de 50 salários mínimos (§ 2º do art. 833 do CPC), sendo certo que o crédito trabalhista tem natureza alimentar, mas não se trata de prestação alimentícia estrita a que se refere o § 2º do art. 833 do CPC. Qualquer requerimento de diligencia deve estar acompanhado de motivos que indiquem a existência de numerários e, portanto, justifiquem novas pesquisas.

A leitura do art. 100, §2º, da Carta da República não modifica o entendimento exposto. Seu objetivo é fixar os critérios para pagamentos devidos pela Fazenda Pública, nada tratando a

respeito da penhorabilidade, matéria exclusivamente tratada na legislação infraconstitucional.
Incide, na hipótese, a Orientação Jurisprudencial nº 153, da SDI - 1, do TST: "OJ-SDI2-153 MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. ORDEM DE PENHORA SOBRE VALORES EXISTENTES EM CONTA SALÁRIO. ART. 649, IV, DO CPC DE 1973. ILEGALIDADE (atualizada em decorrência do CPC de 2015) - Res. 220/2017 - DEJT divulgado em 21, 22 e 25.09.2017 Ofende direito líquido e certo decisão que determina o bloqueio de numerário existente em conta salário, para satisfação de crédito trabalhista, ainda que seja limitado a determinado percentual dos valores recebidos ou a valor revertido para fundo de aplicação ou poupança, visto que o art. 649, IV, do CPC de 1973 contém norma imperativa que não admite interpretação ampliativa, sendo a exceção prevista no art. 649, § 2º, do CPC de 1973 espécie e não gênero de crédito de natureza alimentícia, não englobando o crédito trabalhista".
O fato de a OJ nº 153, da SDI - 1 do TST ter sido alterada para ficar restrita ao CPC/1973 não altera o entendimento ora exposto. Tanto lá quanto aqui a solução jurídica é a mesma, conforme análise exposta acima, sendo, portanto, aplicável o mesmo entendimento. CONCLUSÃO DENEGO seguimento ao recurso de revista". (destacou-se, págs. 366-368).
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.
Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011937-02.2018.5.15.0012

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MUNICÍPIO DE PIRACICABA
Procuradora	Dra. Daniele Geleilete Camolesi
Agravado	CAROLINA ANTONIALLI MOLINA
Advogado	Dr. Paulo Isaias Andriolli(OAB: 263198 -A/SP)
Advogado	Dr. Rafael Gonzaga de Azevedo(OAB: 260232-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- CAROLINA ANTONIALLI MOLINA
- MUNICÍPIO DE PIRACICABA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: HORAS EXTRAS, DESCANSO SEMANAL REMUNERADO, ABONO, ADICIONAL NOTURNO e ABONO DESEMPENHO.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho entendeu não haver interesse público a justificar sua intervenção, sem prejuízo de futura manifestação ou eventual pedido de vista em sessão de julgamento, se necessário, nos termos do artigo 83 da Lei Complementar nº 75/93.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamado, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Horas Extras.
Duração do Trabalho / Repouso Semanal Remunerado e Feriado.
Duração do Trabalho / Adicional Noturno.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Abono.
ABONO DESEMPENHO
No que se refere aos temas em destaque, inviável o recurso, pois não atendidas as exigências previstas no art. 896, § 1º-A, I a III, da CLT. Com efeito, a transcrição de trecho do acórdão recorrido sem a individualização do prequestionamento das teses jurídicas a eles relacionadas, objeto do apelo, e sem a demonstração de como a v. decisão impugnada conflita com cada uma das violações apontadas, estabelecendo a conexão entre elas e o trecho da decisão transcrito, não satisfaz os requisitos dos aludidos

dispositivos legais.

Nesse sentido são os seguintes julgados do C. TST: AIRR-11598-24.2015.5.15.0117, 2ª Turma, DEJT-27/04/2018; AIRR-1001290-97.2014.5.02.0313, 2ª Turma, DEJT-28/10/2016; AIRR-11238-65.2016.5.15.0146, 3ª Turma, DEJT-27/04/2018; AIRR-670-81.2018.5.13.0014, 6ª Turma, DEJT-20/09/2019; AIRR-11283-40.2014.5.15.0146, 8ª Turma, DEJT-20/04/2018; AgR-E-ED-RR-83500-79.2007.5.04.0131, SBDI-1, DEJT-15/12/2017.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista." (destacou-se, págs. 444 e 445.)

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000230-53.2019.5.06.0141

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	DOUGLAS JOSE PEREIRA
Advogado	Dr. Jessica Carolina Goncalves Dias(OAB: 37219-A/PE)
Advogado	Dr. Rafael Pyrrho Correia de Melo(OAB: 35791-A/PE)
Agravado	HORIZONTE EXPRESS TRANSPORTES LTDA.
Advogado	Dr. Katia de Melo Bacelar Chaves(OAB: 16481-A/PE)
Advogado	Dr. Alexandre Cesar Oliveira de Lima(OAB: 14090-A/PE)
Advogado	Dr. Edgar Clementino dos Santos Neto(OAB: 29900-A/PE)
Advogado	Dr. Heládio Scholz Júnior(OAB: 17383-A/PE)
Advogado	Dr. Lucas Goncalves de Lima Francisco(OAB: 44434-A/PE)
Agravado	AMBEV S.A
Advogado	Dr. Geraldo Campelo da Fonseca Filho(OAB: 19382/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMBEV S.A
- DOUGLAS JOSE PEREIRA
- HORIZONTE EXPRESS TRANSPORTES LTDA.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

A primeira reclamada apresentou contraminuta às págs. 1.907-1.913 e contrarrazões às págs. 1.914-1.918 e a segunda reclamada apresentou contraminuta às págs. 1.898-1.906 e contrarrazões às págs. 1.884-1.897.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Responsabilidade Civil do Empregador (2567) / Indenização por Dano Moral

Alegação(ões):

- violação do(s) incisos I, II, III, V e X do artigo 5º; inciso XXII do artigo 7º; caput do artigo 170 da Constituição Federal.
- violação da(o) artigos 186, 187, 421, 422 e 927 do Código Civil; §4º do artigo 10 da Lei nº 7102/1983.
- divergência jurisprudencial.

A Lei 13.015/2014 acrescentou o § 1º-A ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho:

§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;
III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.
Não se viabiliza o recurso de revista, pois a parte recorrente não transcreveu o trecho do acórdão que demonstraria o prequestionamento da controvérsia que pretende ver transferida à cognição do Tribunal Superior do Trabalho.
A parte colacionou a fundamentação do tema recorrido integralmente, sem qualquer destaque no texto. Ou seja, transcreveu mais do que as teses jurídicas que se pretende reformar e não indicou de forma específica o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista.
A exigência consiste em apontar o prequestionamento, salvo vício nascido na própria decisão, e comprová-lo com a transcrição textual e destacada da tese adotada pela Turma. A jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho tem definido que o pressuposto legal não se atende com a transcrição do inteiro teor do capítulo do acórdão recorrido que pretende ver reformado.
Nesse sentido, o seguinte aresto, verbis:
"(...)"
Logo, é inviável o conhecimento do recurso de revista, nos pontos acima, porque a parte recorrente não atendeu o inciso I do § 1º-A do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.
CONCLUSÃO
Denego seguimento." (destacou-se, págs. 1.854-1.856.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.
Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada. Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento. Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:
"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Quanto à alegação de ineficácia e ilegalidade da denegação de seguimento do seu recurso de revista, registra-se que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao Presidente do Tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (artigo 896, § 1º, da CLT).
Além disso, vale frisar que o Juízo de admissibilidade a quo não vincula o Juízo de admissibilidade ad quem, o qual tem ampla liberdade para, se for o caso, ultrapassar o óbice apontado pelo Regional ao processamento do recurso de revista, tanto no que se refere aos pressupostos intrínsecos recursais quanto aos extrínsecos. Incólumes, portanto, os artigos 5º, inciso LV, da Constituição Federal e 896, § 5º, da CLT.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010395-83.2019.5.03.0064

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	VALE S.A.
Advogado	Dr. Nilton Correia(OAB: 1291/DF)
Agravado	SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE FERRO E METAIS BÁSICOS DE MARIANA, CATAS ALTAS, SANTA BÁRBARA, BARÃO DE COCAIS, CAETÉ, SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO, RIO PIRACICABA, JOÃO MONLEVADE, BELA VISTA DE MINAS, RIO PIRACICAPA E MATIPÓ
Advogado	Dr. Sanyo Alves Augusto(OAB: 70029-A/MG)
Advogado	Dr. Cibelle Schmid(OAB: 113721-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE FERRO E METAIS BÁSICOS DE MARIANA, CATAS ALTAS, SANTA BÁRBARA, BARÃO DE COCAIS, CAETÉ, SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO, RIO PIRACICABA, JOÃO MONLEVADE, BELA VISTA DE MINAS, RIO PIRACICAPA E MATIPÓ
- VALE S.A.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA

DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, PRORROGAÇÃO DO HORÁRIO NOTURNO, HORAS IN ITINERE e CORREÇÃO MONETÁRIA.

Contraminuta apresentada às págs. 1.268-1.274 e contrarrazões apresentadas às págs. 1.262-1.267.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Transcendência.

Nos termos do art. 896-A, § 6º da CLT, não compete aos Tribunais Regionais, mas exclusivamente ao TST, examinar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Insalubridade.

Duração do Trabalho / Adicional Noturno / Prorrogação do Horário Noturno.

Duração do Trabalho / Horas in itinere.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação/Cumprimento/Execução / Valor da Execução/Cálculo/Atualização / Correção Monetária.

Em relação ao adicional de insalubridade, adicional noturno/prorrogação e horas in itinere, o recurso de revista não pode ser admitido, uma vez que não atende ao disposto no inciso I do §1º-A do art. 896 da CLT, no sentido de ser ônus da parte, sob pena de não conhecimento do recurso, a indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo.

Saliento que a transcrição do inteiro teor da fundamentação adotada pela Turma quanto a essas questões (não valendo para esse fim o destaque em itálico de todos os fundamentos adotados), como procedeu a parte recorrente, não atende à exigência legal supracitada, uma vez que é ônus da parte trazer a tese central objeto da controvérsia.

Nesse sentido, aliás, é a iterativa e notória jurisprudência do TST, conforme se depreende dos seguintes precedentes, dentre vários: (AIRR-112300-13.2010.5.21.0011, Ac. 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 21.9.2018); (E-ED-RR - 1720-69.2012.5.15.0153, Ac. Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 22.9.2017) ; (AIRR - 461-94.2014.5.04.0211, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, 4ª Turma, DEJT 16.3.2018); (RR-11027-95.2014.5.15.0082, Ac. 6ª Turma, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 26.5.2017).

Saliento que o pequeno trecho indicado pela parteacerca do adicional noturno/prorrogação (ID cf17790-pág.23) não corresponde à decisão proferida nestes autos.

O exame do recurso, quanto ao índice de correção monetária,fica prejudicado, porquanto a Turma remeteu a discussão para a fase de liquidação de sentença.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista." (destacou-se, págs. 1.203 e 1.204.)

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. A agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.

Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.

Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:

"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010143-75.2021.5.03.0140

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	FRANCISCO SOARES DE SOUZA
Advogada	Dra. Flávia Ferreira de Abreu(OAB: 130342-A/MG)
Agravado	CONDOMINIO DO EDIFICIO TOP MONTAGNE - LOFT RESIDENCE

Advogado	Dr. Tiago Lucas Tavares Vale(OAB: 96343-A/MG)
Advogado	Dr. Roberto Luiz de Lima Cardoso(OAB: 96326-A/MG)
Agravado	GREENVALLE INCORPORACOES E PARTICIPACOES LTDA. - EPP
Advogado	Dr. Evana Maria do Socorro Veloso Pires(OAB: 56987-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONDOMINIO DO EDIFICIO TOP MONTAGNE - LOFT RESIDENCE
- FRANCISCO SOARES DE SOUZA
- GREENVALLE INCORPORACOES E PARTICIPACOES LTDA. - EPP

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo exequente, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: INDISPONIBILIDADE DE BENS.
Contraminuta apresentada às págs. 428-447.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo exequente, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A, § 6ºda CLT, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens.
O recurso de revista não pode ser admitido, uma vez que não atende ao disposto no inciso I do § 1º-A da alínea "a" do art. 896 da CLT (incluído pela Lei n.º 13.015 de 2014), no sentido de ser ônus da parte, sob pena de não conhecimento do recurso, a indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista." (destacou-se, pág. 414.)
Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.
Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.
Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.
Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.
Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis:
"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO
I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.
(...)"
Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.
Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0100191-26.2019.5.01.0037

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	IVAN CESAR PEREIRA
Advogado	Dr. Rafael Alves Goes(OAB: 182642-A/RJ)
Agravado	FURNAS-CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
Advogado	Dr. Fábio Santos Calegari(OAB: 188024-A/SP)
Advogado	Dr. Helmo Ricardo Vieira Leite(OAB: 223654-S/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FURNAS-CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
- IVAN CESAR PEREIRA

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.739/1.764) interposto pela exequente contra a decisão de fls. 1.734/1.735, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta apresentada às fls. 1.387/1.389..

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 31) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 06/11/2020 e apelo protocolado em 13/11/2020), sendo inexigível o preparo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "PRESCRIÇÃO PARCIAL. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. NATUREZA JURÍDICA".
Conquanto a reclamada, em contraminuta ao agravo de instrumento, argua preliminar de não conhecimento por inobservância do princípio da dialeticidade, esta deve ser rejeitada, pois o reclamante, ao impugnar o acórdão regional, fê-lo de modo direto e preciso, atendendo, regularmente, ao princípio da dialeticidade e procedendo, inclusive, ao cotejo analítico de teses. Dessa forma, por reputar insubsistentes as alegações da reclamada, rejeito a preliminar em tela.
Em seu agravo de instrumento, o reclamante quer ver pronunciada a prescrição parcial quando ao recebimento do auxílio alimentação diante da alteração da natureza jurídica da parcela. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema, contrariedade às Súmulas 51, I, 294 e 362 do TST e violação dos artigos 7º, VI e XXIX, da Constituição Federal e 9º, 444, 468, caput, da CLT.
Com razão.
O Regional consignou:

"A prova testemunhal confirma que o autor sempre recebeu o auxílio alimentação:
"que trabalhou na acionada de 1985 até 07/2019, na função de motorista, período inferior ao do autor; que quando foi admitido já recebia ticket alimentação, sempre recebeu; que embora recebesse ticket alimentação dependesse do lugar que tivesse, poderia se alimentar no refeitório da empresa, às vezes usava o ticket para fazer compras; que na época só existia o ticket alimentação; que isso acontecia com todos os motorista, inclusive com o Autor; (..)." (grifei)
Revendo o meu entendimento a fim de convergir para a posição adotada por essa E. 3ª Turma e a jurisprudência firmada pelo C. TST sobre o tema, considero que, em se tratando de parcela não amparada por preceito legal, aplica-se o entendimento jurisprudencial consubstanciado na Súmula nº 294, do C. TST para se reconhecer a incidência da prescrição total e extintiva." (fls. 1.344).

Todavia, o entendimento desta Corte é no sentido de que, nos casos que a parcela em debate continua sendo paga após sua alteração de natureza jurídica, a prescrição aplicável é a parcial:

"(...) AJUDA ALIMENTAÇÃO. INTEGRAÇÃO. ALTERAÇÃO DA NATUREZA SALARIAL. PRESCRIÇÃO. É pacífica a jurisprudência desta Corte quanto à aplicação da prescrição parcial nas hipóteses em que o auxílio-alimentação continua sendo pago após a modificação da natureza jurídica salarial para indenizatória, mediante negociação coletiva ou adesão ao PAT, porquanto a lesão se renova a cada mês em que o empregador não efetuar a integração da parcela no cálculo da remuneração. Precedentes. Incide, portanto, o art. 894, § 2º, da CLT como óbice ao processamento do recurso de embargos. Agravo regimental conhecido e desprovido. (...)" (TST-AgR-E-ED-RR-1297-92.2013.5.09.0072, SbDI-1, Rel. Min. Breno Medeiros, DEJT de 27/11/2020).

Dessa forma, por reputar contrariada a Súmula 294 do TST, com fulcro no artigo 896, "a", da CLT, dou provimento ao agravo de instrumento a fim de destrancar o recurso de revista interposto pelo reclamante e determinar a consequente reautuação do feito, prosseguindo, desde logo, no exame do referido apelo.

II - RECURSO DE REVISTA

Trata-se de recurso de revista (fls. 1.349/1.364) interposto pelo reclamante em face do acórdão de fls. 644/653.
Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade extrínsecos do recurso de revista, entre os quais a representação processual (fls. 31) e a tempestividade (acórdão regional publicado em 30/06/2020 e apelo protocolado em 26/06/2020), sendo inexigível o preparo.
Nos termos da fundamentação expendida no exame do agravo de instrumento, constata-se a presença de pressuposto de admissibilidade intrínseco do recurso de revista, pois demonstrada a contrariedade à Súmula 294 do TST.
Dessa forma, conheço do presente apelo, com fulcro no artigo 896, "a", da CLT, e, no mérito, dou-lhe provimento para pronunciar a prescrição parcial para o pagamento da verba auxílio-alimentação, reestabelecendo a sentença em todos os seus termos.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº RR-1001391-32.2018.5.02.0431

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	LICIA JESUS SANTOS
Advogado	Dr. Reginaldo Pesseti(OAB: 216417-D/SP)
Recorrido	PLAZA INDUSTRIAL LOTERIAS LTDA
Advogado	Dr. Cristian Mintz(OAB: 136652-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LICIA JESUS SANTOS
- PLAZA INDUSTRIAL LOTERIAS LTDA

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que negou provimento ao recurso ordinário, mantendo a sentença quanto aos temas "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA".
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:
"(...)
II - Fundamentos
Em que pesem as razões expendidas no apelo, a presente reclamação trabalhista foi distribuída em 06/11/2018, id. a465238,

portanto, sob a égide da vigência da Lei n. 13.467/2017, que introduziu a sucumbência recíproca no artigo 791-A da CLT, imperativo que não pode ser ignorado pelo julgador nem pelas partes.

A par disso, a verba honorária advocatícia não se insere no rol de títulos imunes de cobrança, no conceito de gratuidade processual, sendo curial observar que o § 4º do artigo 791-A da Norma Celetista é cristalino ao dispor que, in verbis:

"Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário."

Disso resulta que o destinatário da gratuidade da justiça, como no caso em análise, não terá de arcar com as despesas do processo que onerem sua sobrevivência, caso não tenha condições de fazê-lo, questão a ser demonstrada no prazo fixado pelo preceito legal referenciado, cabendo ressaltar que o Juízo a quojá suspendeu a cobrança dos honorários sucumbenciais, id. 06ece0f - Pág. 4, fl. 107 do pdf, não havendo que se falar em prejuízo à sobrevivência da autora ou de sua família.

Também não merece guarida o pedido de minoração dos honorários sucumbenciais, porquanto já fixados no patamar mínimo previsto pela legislação de regência já citada.

Nessa ordem, sendo a recorrente sucumbente no objeto da presente reclamação, devidos se mostram os honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do artigo 791-A da CLT, tal como, acertadamente, decidiu o primeiro grau de jurisdição.

Desprovejo.

(...)"

No que tange à insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, visto que a ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.

Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.

Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF.

Examino.

Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.

Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010076-08.2019.5.15.0024

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	RAÍZEN ENERGIA S.A.
Advogado	Dr. Reinaldo Luis Tadeu Rondina Mandaliti(OAB: 257220-A/SP)
Agravado	ROSIVAN PEREIRA DA SILVA
Advogado	Dr. Jamil Aparecido Milani(OAB: 166549/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAÍZEN ENERGIA S.A.
- ROSIVAN PEREIRA DA SILVA

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 412/422) interposto pela reclamada contra a decisão de fls. 408, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.

Não houve apresentação de contraminuta ou de contrarrazões.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 17/19) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 02/10/2020 e apelo protocolado em 09/10/2020), estando regular o preparo.

As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE", "HONORÁRIOS PERICIAIS. VALOR ARBITRADO" e "SUCESSÃO TRABALHISTA. AQUISIÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS ISOLADAS. RESPONSABILIDADE".

Quanto ao primeiro tópico, a reclamada sustenta que não ficou comprovada a exposição do reclamante a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância legal. Assevera que ofereceu EPI aptos a neutralizar, de forma eficiente, possíveis agentes insalubres. Pugna pelo afastamento da sua condenação ao pagamento do referido adicional e dos reflexos no cálculo das horas extras. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema, contrariedade à Súmula 80 do TST e violação dos artigos 5º, LIV e LV, da Constituição Federal, 191, caput, I e II, e 818 da CLT e 373, I, do

CPC.
Primeiramente, a alegação de ofensa ao artigo 7º, XXIII, da Constituição Federal trata-se de inovação recursal.
No mais, verifico que as alegações recursais esbarram no óbice da Súmula 126 do TST, porquanto o Regional consignou as premissas de que "A exposição aos agentes insalubres constatados no laudo é incontroversa, considerando que não foi objeto de impugnação recursal." (fls. 342) e que, quanto ao uso de EPIs, "(...) o perito esclareceu à fl. 230: (...) A comprovação do fornecimento de EPT's a(o) reclamante (vide item 6.6.1.h da NR - 6) foi de forma insuficiente para alguns dos agentes agressivos existentes, minimizando os riscos apresentados, porém não os neutralizando. (...). Ademais, disse o expert que não há provas nos autos de que havia fiscalização do uso de equipamentos de proteção individual, tampouco treinamento e capacitação sobre seu uso correto. Portanto, não há que se falar, no caso, que houve a alegada neutralização dos agentes insalubres, ficando mantida a condenação." (fls. 342/343).
Dessa forma, não merece seguimento o apelo protocolado pela reclamada.
Em relação ao segundo tema ("Honorários periciais. Valor arbitrado"), a reclamada insurge-se contra o valor aplicado a título de honorários periciais, por reputa-lo excessivo. Alega ofensa aos artigos 5º, caput e II, da Constituição Federal e 149 do CPC.
No acórdão consta que a reclamada foi sucumbente do objeto da perícia e, ainda, "Quanto ao valor arbitrado na decisão de origem (R$ 2.500,00), urge destacar que a fixação da verba honorária pericial é de caráter subjetivo, ficando a cargo do julgador tal avaliação - considerando o grau de complexidade e o trabalho realizado pelo Perito - e somente merecerá alteração se houver notório equívoco. Não havendo tal demonstração, resta incólume a sentença." (fls. 343)
Diante da premissa de que o valor fixado foi razoável diante do trabalho e complexidade do trabalho realizado pelo perito, entender de modo diverso esbarraria no óbice da Súmula 126 do TST, o que é vedado nesta instância.
Vale frisar que o Regional não decidiu a questão sob o enfoque da limitação dos honorários quando a parte sucumbente for beneficiária da justiça gratuita (Súmula 297, I e II, do TST).
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO, quanto aos temas acima decididos, ao presente agravo de instrumento, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
No que tange ao terceiro tema ("Sucessão trabalhista. Aquisição de unidades produtivas isoladas. Responsabilidade"), a reclamada sustenta que adquiriu unidades produtivas isoladas do Grupo Tonon Bioenergia S.A. por meio de arrematação, de forma que não pode ser responsabilizada por verbas trabalhistas inadimplidas em períodos anteriores ao negócio jurídico firmado, o qual não pode ser considerado como sucessão trabalhista. Alega ofensa aos artigos 47, 60, parágrafo único, e 141, II, da Lei nº 11.101/2005.
De plano, as alegações de ofensa aos artigos 60, caput, 141, § 2º, 142, II, § 4º, da Lei nº 11.101/2005 e 10 e 448 da CLT configuram inovação recursal, de forma que não serão analisadas.
No mais, com razão a reclamada.
O Regional consignou:

"A recorrente sustenta que "a decisão judicial que homologou a arrematação de algumas Unidades Produtivas Isoladas (UPI) tornou explícito que nenhuma obrigação e contingência, de qualquer natureza, da TONON BIONERGIA S/A, seria absorvida pela Recorrente". Alega que a compra de UPIs de empresas em recuperação judicial ou em processo de falência não pode ser interpretada como sucessão empresarial, bem como que a arrematação acarretou o enceramento de todos os contratos de emprego, formando-se novo contrato de trabalho do autor com a reclamada. Assim, requer que sua responsabilidade seja limitada somente ao período de 22.9.17 até a dispensa, em 20.3.18.
(...)
Incontroverso que o autor foi contratado pela empresa Tonon Bioenergia em 2.4.2012; em 4.9.2017, o acervo patrimonial da UPI foi transferido à empresa NK 0006 - Empreendimentos e Participações S.A.; em 22.9.2017, a empresa RAZÍEN ENERGIA S/A, ora reclamada, incorporou o acervo patrimonial da UPI.
Ao contrário do que sustenta a recorrente, o conjunto probatório demonstra que não foi formalizado novo contrato de trabalho com o autor quando da incorporação das Unidades Produtivas Isoladas (UPIs), havendo apenas transferência do contrato para a nova empregadora.
Isso porque, na admissão do autor, em 2.4.12, constou como empregadora na ficha de registro de empregado de fl. 64 a empresa RAIZEN (reclamada) e, ainda, o aviso prévio indenizado pago foi de 45 dias, isto é, observou todo o período de contrato de trabalho do autor, bem como as férias vencidas foram computadas a partir de 2.4.17, e não a partir de 22.9.17, como deveria ser se houvesse novo contrato de trabalho (TRCT de fl. 9).
(...)
Logo, tratou-se efetivamente de sucessão empresarial, com fulcro nos artigos 10 e 448 da CLT, devendo a Reclamada responder pelos créditos deferidos ao Reclamante por todo o contrato de trabalho." (fls. 340/341 - g. n.).

Como se verifica, foi reconhecida a sucessão trabalhista em razão da aquisição pela reclamada de unidades produtivas isoladas da empresa Tonon Bioenergia S.A.
Todavia, esta Corte possui o entendimento de que a aquisição de unidades produtivas isoladas de empresas em recuperação judicial não configura sucessão de empregadores, devendo haver a limitação da responsabilidade pelos débitos trabalhistas para o período posterior à arrematação judicial:

"RECURSO DE REVISTA. LEI 13.015/2014. IN 40/TST. SUCESSÃO DE EMPREGADORES. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AQUISIÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS ISOLADAS. RESPONSABILIDADE. Conforme a jurisprudência desta Corte Superior, não há falar em sucessão trabalhista nos casos de aquisição de unidades produtivas isoladas de empresas em recuperação judicial, nos termos do art. 60, parágrafo único, da Lei 11.101/2005 e do entendimento do STF na ADI 3.934/DF, limitando-se a responsabilidade do adquirente aos créditos trabalhistas posteriores à data da arrematação judicial. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido" (TST-RR-20576-67.2017.5.04.0782, 2ª Turma, Rel.ª Min.ª Maria Helena Mallmann, DEJT de 27/08/2021);

"(...) RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. AUSÊNCIA. ALIENAÇÃO JUDICIAL. SUCESSÃO TRABALHISTA NÃO CARACTERIZADA. No que diz respeito à sucessão trabalhista prevista nos artigos 10 e 448 da CLT, esta Corte Superior, na esteira do entendimento consolidado pelo STF no julgamento da ADI 3934/DF, tem se posicionado no sentido de que o objeto da alienação na recuperação judicial está livre de qualquer ônus, nos termos preconizados pelo artigo 60, parágrafo único, da Lei 11.101/2005. Isso porque o aludido artigo, ao dispor

sobre a alienação prevista no plano de recuperação judicial, desonera o arrematante de unidades produtivas isoladas, ainda que haja o reconhecimento de grupo econômico, não havendo falar em sucessão dos créditos trabalhistas. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido" (TST-RR-87900-23.2008.5.01.0055, 5ª Turma, Rel. Min. Breno Medeiros, DEJT de 27/09/2019);

"(...) II - RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.467/2017. LACTALIS DO BRASIL - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE LATICÍNIOS LTDA. TRANSCENDÊNCIA. ARREMATAÇÃO DE UNIDADE PRODUTIVA ISOLADA (UPI) EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE EM PERÍODO ANTERIOR À ARREMATAÇÃO. DISCUSSÃO ACERCA DA SUCESSÃO DE EMPREGADORES. 1 - Discute-se nos autos a responsabilidade da empresa arrematante quanto ao pagamento das verbas trabalhistas que abarcam período anterior à arrematação judicial de unidade produtiva de empresa que se encontra em recuperação judicial, disciplinada pela Lei nº 11.101/2005. 2 - O STF, no exame do mérito da ADIn nº 3.934-2, decidiu que a Lei nº 11.101/2005, ao estabelecer que o arrematante não tem responsabilidade pelas obrigações do devedor, no caso da alienação de filiais ou de unidades produtivas isoladas, ocorrida no curso da recuperação judicial (art. 60, parágrafo único) ou após a convolação da recuperação judicial em falência (art. 141, II), salvo nas hipóteses previstas na própria lei (art. 141, II e § 1º), não afrontou os dispositivos constitucionais que tratam da proteção jurídica dos trabalhadores (arts. 1º, III e IV, 6º, 7º, I, e 170 da Constituição Federal de 1988). 3 - O TST, em observância à decisão do STF, a qual teve efeito vinculante (art. 102, § 2º, da Constituição Federal de 1988), vem adotando o entendimento de que o art. 60, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005 estabelece que no caso de recuperação judicial de empresas, a alienação de unidade produtiva isolada não enseja a caracterização de sucessão de empresa quanto às obrigações trabalhistas. Julgados. 4 - Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento" (TST-RRAg-20429-41.2017.5.04.0782, 6ª Turma, Rel.ª Min.ª Katia Magalhaes Arruda, DEJT de 03/09/2021);

"[...] B) RECURSO DE REVISTA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AQUISIÇÃO DE UNIDADE PRODUTIVA. SUCESSÃO TRABALHISTA. O Supremo Tribunal Federal, mediante decisão nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.934/DF, concluiu pela constitucionalidade dos arts. 60, parágrafo único, e 141 da Lei nº 11.101/2005, que estabelecem a ausência de sucessão de créditos trabalhistas em alienações judiciais de unidades produtivas de empresas em processo de recuperação judicial. Assim, considerando o efeito erga omnes das decisões proferidas em ação direta de inconstitucionalidade, tem-se que, na recuperação judicial, o objeto da alienação judicial, como no caso em análise, estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, de forma que a responsabilidade pelos créditos trabalhistas do adquirente da unidade produtiva de empresa em recuperação judicial somente se consubstancia a partir da arrematação judicial. Recurso de revista conhecido e provido." (TST-RRAg-20610-76.2016.5.04.0782, 8ª Turma, Rel.ª Min.ª Dora Maria da Costa, DEJT de 11/12/2020).

Dessa forma, por reputar violado o artigo 60, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005, com fulcro no artigo 896, "c", da CLT, dou provimento ao agravo de instrumento a fim de destrancar o recurso de revista interposto pela reclamada e determinar a consequente reautuação do feito, prosseguindo, desde logo, no exame do referido apelo.

II - RECURSO DE REVISTA

Trata-se de recurso de revista (fls. 361/378) interposto pela reclamada em face do acórdão de fls. 338/344.
Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade extrínsecos do recurso de revista, entre os quais a representação processual (fls. 17/19) e a tempestividade (acórdão regional publicado em 10/09/2020 e apelo protocolado em 22/09/2020), estando regular o preparo.
Nos termos da fundamentação expendida no exame do agravo de instrumento, constata-se a presença de pressuposto de admissibilidade intrínseco do recurso de revista, pois demonstrada a violação do artigo 60, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005.
Dessa forma, conheço do presente apelo, com fulcro no artigo 896, "c", da CLT, e, no mérito, dou-lhe provimento para afastar a sucessão trabalhista e limitar a responsabilidade da reclamada ao pagamento das verbas trabalhistas referentes ao período posterior à data da arrematação judicial.
Custas inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº RR-1000256-02.2019.5.02.0705

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	LAZARO BRAZ DE OLIVEIRA
Advogada	Dra. Deuza Aparecida de Souza Rocha(OAB: 325823-D/SP)
Recorrido	ECOURBIS AMBIENTAL S.A.
Advogada	Dra. Maria Paula Guillaumon Lopes(OAB: 210668/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ECOURBIS AMBIENTAL S.A.
- LAZARO BRAZ DE OLIVEIRA

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que negou provimento ao recurso ordinário, mantendo a sentença quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA".
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:
"(...)
1. Dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Pretende o autor seja extirpada a condenação ao pagamento de

honorários advocatícios em favor do patrono da ré, defendendo ser incompatível tal condenação com sua condição de beneficiário da justiça gratuita. Sustenta que a aplicação do artigo 791-A da CLT representa afronta aos artigos 5º, LXXIV, da Constituição, 8º do Pacto de San Jose da Costa Rica, e 1.707 do Código Civil.

Ao exame.

De início, saliente-se que a Lei nº 13.467/2017, que modificou a legislação processual trabalhista no tocante ao tema em análise, foi publicada no dia 14/07/2017, com vacatio legis de 120 dias, e entrou em vigor no dia 11/11/2017 (art. 8º, § 1º, da Lei Complementar nº 95/1998).

Nessa senda, não é demais ressaltar que as leis processuais produzem efeitos imediatos, pelo que a nova norma deve ser aplicada nos processos em andamento e não somente àqueles que se iniciarem a partir da vigência da lei nova, nos exatos termos dos artigos 14 e 1.046 do CPC - teoria do isolamento dos atos processuais. Contudo, não estão sujeitas à aplicação imediata da Lei nº 13.467/2017 as regras processuais que envolvam matéria de natureza híbrida, pois se trata de atos processuais já praticados e de situações jurídicas já consumadas, tudo em prol da estabilidade processual e da segurança jurídica (arts. 5º, XXXVI, da Lei Maior e 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Tendo em vista que a distribuição da ação ocorreu em 07/03/2019 (ID. 0e553c2), ou seja, após o início da vigência da Lei nº 13.467/2017, aplicam-se, neste caso, as disposições da lei vigente.

Quanto ao tema, o art. 6º da Instrução Normativa nº 41/2018 do C. TST assim dispõe:

Art. 6º Na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017). Nas ações propostas anteriormente, subsistem as diretrizes do art. 14 da Lei nº 5.584/1970 e das Súmulas nº s 219 e 329 do TST.

De outro lado, mesmo que o reclamante ostente a condição de beneficiário da justiça gratuita, não há falar em absolvição dos honorários advocatícios e periciais. Isso porque o art. 790-B e os §§ 3º e 4º do art. 791-A da CLT dispõem textualmente:

Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

(...)

§ 3º Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.

§ 4º Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

Portanto, mesmo sendo a parte autora beneficiária da justiça gratuita, não está eximida da responsabilidade pelo pagamento de honorários em caso de sucumbência, ainda que parcial. Há disposição semelhante no art. 98, § 2º, do CPC.

A despeito das ponderações externadas na peça recursal, o comando inserido no art. 791-A da CLT visa estimular a boa-fé processual e, ao mesmo tempo, constituir desestímulo à litigância temerária e à negligência da parte para com o Poder Judiciário, sendo oportuna a transcrição de alguns trechos destacados do relatório da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.787/2016, aprovado na forma da Lei nº 13.467/2017, sobre a inclusão do art. 791-A na CLT:

"A inclusão do art. 791-A na CLT tem por objeto disciplinar o pagamento dos honorários advocatícios na Justiça do Trabalho. O entendimento corrente no TST é o de que não são admissíveis os honorários de sucumbência na Justiça do Trabalho, nos termos da Súmula nº 219, em face do jus postulandi, ou seja, o direito de as partes ajuizarem reclamação sem a assistência de advogado.

A ausência histórica de um sistema de sucumbência no processo do trabalho estabeleceu um mecanismo de incentivos que resulta na mobilização improdutiva de recursos e na perda de eficiência da Justiça do Trabalho para atuar nas ações realmente necessárias. A entrega da tutela jurisdicional consiste em dever do Estado, do qual decorre o direito de ação. Todavia trata-se de dever a ser equilibrado contra o impulso da demanda temerária.

Pretende-se com as alterações sugeridas inibir a propositura de demandas baseadas em direitos ou fatos inexistentes. Da redução do abuso do direito de litigar advirá a garantia de maior celeridade nos casos em que efetivamente a intervenção do Judiciário se faz necessária, além da imediata redução de custos vinculados à Justiça do Trabalho.

Além disso, o estabelecimento do sistema de sucumbência coaduna-se com o princípio da boa-fé processual e tira o processo do trabalho da sua ultrapassada posição administrativista, para aproximá-lo dos demais ramos processuais, onde vigora a teoria clássica da causalidade, segundo a qual quem é sucumbente deu causa ao processo indevidamente e deve arcar com os custos de tal conduta."

(http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1544961)

Vale dizer que a sucumbência promove a boa-fé em juízo e inibe o abuso postulatório, sancionando a parte que empenhou o Poder Judiciário indevidamente para a busca de direitos que sabia não lhe serem devidos, não havendo se falar em declaração incidental de inconstitucionalidade do dispositivo consolidado em epígrafe, muito menos em interpretação que resulte na inaplicabilidade do comando legislativo.

Assim, considerando-se que o reclamante propôs a ação na vigência da Lei nº 13.467/2017 e foi sucumbente, não há cogitar-se de isenção do pagamento de honorários, conforme §§ 3º e 4º do artigo 791-A da CLT, cuja natureza alimentícia não se afigura incompatível com a garantia de acesso à jurisdição ou com a prestação de assistência judiciária pelo Estado, remanescendo incólume o inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição em vigor, bem como o artigo 791-A da CLT e o artigo 8º do Pacto de San Jose da Costa Rica.

Não se olvida que a discussão envolvendo a constitucionalidade dos artigos 790-B e 791-A da CLT constitui objeto de ação direita de inconstitucionalidade (ADI) nº 5.766, proposta pela Procuradoria Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal. Contudo, diante das premissas já acima amplamente enfatizadas, enquanto não houver pronunciamento definitivo daquele Órgão sobre a questão, não há como afastar a incidência integral dos dispositivos.

Nesse mesmo sentido, citem-se os seguintes precedentes desta C. Corte Regional, valendo a transcrição:

HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. AÇÃO PROPOSTA APÓS A VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 791-A DA CLT. A presente reclamação trabalhista foi

proposta após a vigência da Lei 13.467/2017, sendo, portanto, aplicável a regra contida no artigo 791-A da CLT, trazida pela Reforma Trabalhista, que trata do pagamento dos honorários de sucumbência. Registre-se, ainda, que o § 4º do referido artigo 791-A dispõe, expressamente, que referido pagamento ficará suspenso por dois anos, ficando extinta a obrigação passado esse prazo, somente, na hipótese do beneficiário da Justiça Gratuita não tiver obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa. Por fim, não há que se falar em inconstitucionalidade do referido artigo, na medida em que poderia a reclamante ter se beneficiado da assistência jurídica gratuita prestada pelo Estado, todavia, preferiu contratar advogado particular. (Processo nº 1000188-21.2018.5.02.0080, 11ª Turma, Relatora Odette Silveira Moraes, DEJT: 27/11/2018).

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, § 14, DO CPC. VERBA ALIMENTAR PERTENCENTE AO ADVOGADO, COM OS MESMOS PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRABALHISTA. ART. 791-A, § 4º, DA CLT. DEDUÇÃO DE CRÉDITOS. DESINCENTIVO A LITIGÂNCIA ABUSIVA. CONSTITUCIONALIDADE. Os honorários advocatícios possuem natureza alimentar, sendo devido ao advogado pela atuação no processo, pelo que não há que se falar em inconstitucionalidade da dedução de eventuais créditos obtidos em juízo. O direito à gratuidade de justiça pode ser regulado de forma a desincentivar a litigância abusiva, inclusive por meio da cobrança de honorários advocatícios. (Processo nº 1000028-96.2018.5.02.0467, 17ª Turma, Relatora Maria de Lourdes Antônio, DEJT: 04/10/2018).

Assim também orienta a jurisprudência do C. TST:

AÇÃO POSTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. A Lei 13.467/2017 acrescentou o art. 791-A à CLT, o qual estabelece que "ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa". Nesse contexto, para o deferimento de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho, não mais são exigidos os requisitos anteriormente previstos no art. 14 da Lei nº 5.584/70 e nas Súmulas nos 219 e 329 do TST, consistentes na declaração de hipossuficiência e na comprovação de assistência sindical, bastando a mera sucumbência. Agravo de instrumento conhecido e desprovido. (AIRR - 10298-63.2018.5.18.0141 Data de Julgamento: 13/02/2019, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 22/02/2019)

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. O Tribunal Regional, ao condenar a reclamante ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência previstos no art. 791-A da CLT, limitou-se a aplicar disposição legal expressa e plenamente vigente ao caso concreto, que se subsumiu àquela norma jurídica, em consonância com a IN nº 41 desta Corte, o que, por óbvio, não viola os arts. 1º, III, 5º, XXXV e LXXXIV, e 7º, X, da CF. Agravo de instrumento conhecido e não provido. (AIRR - 119-34.2018.5.13.0004 Data de Julgamento: 13/02/2019, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/02/2019)

No tocante à dedução do crédito do autor dos honorários devidos à parte contrária, trata-se de procedimento não vedado pela lei que assegura o resultado útil da condenação imposta à parte reclamante, que de outra forma se sujeitaria a um processo de execução dirigido contra verbas de natureza igualmente salarial ou alimentar, pois em regra essa é a origem dos recebimentos do trabalhador. Inaplicável, outrossim, a regra contida no artigo 1707, do Código Civil, diante das expressas disposições consolidadas tratando da matéria.

Quanto à pretendida suspensão de exigibilidade da cobrança dos honorários advocatícios sucumbenciais, tampouco prospera a irresignação. O parágrafo 4º do art. 791-A da CLT autoriza suspensão desse tipo apenas quando, vencido o beneficiário da justiça gratuita, não tenha ele obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, o que claramente não é o caso dos autos.

Postas tais premissas, mantenho a r. decisão de origem no tocante à condenação do autor ao pagamento dos honorários sucumbenciais, na forma do artigo 791-A da CLT.

Nego provimento.

(...)"

No que tange à insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, visto que a ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.

Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.

Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF.

Examino.

Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.

Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0000571-77.2019.5.12.0023

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	SANDRA MARIA DA SILVA MONTEIRO GUIMARAES
Advogado	Dr. Rodrigo de Bem(OAB: 17108/SC)
Recorrido	GATO MIA CONFECÇÕES LTDA.
Advogado	Dr. Everaldo João Ferreira(OAB: 1967-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- GATO MIA CONFECÇÕES LTDA.
- SANDRA MARIA DA SILVA MONTEIRO GUIMARAES

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que negou provimento ao recurso ordinário, mantendo a sentença quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA".

Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.

A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).

À análise.

O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.

Eis os termos do acórdão recorrido:

"(...)

2.HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Pretende a autora excluir da condenação o pagamento dos honorários advocatícios. Aduz que na condição de beneficiária da justiça gratuita está isenta do pagamento dessa verba. Por fim, alega a inconstitucionalidade do disposto no artigo 791-A e § 4º da CLT.

Não procede a insurgência.

A presente ação foi proposta em 07-06-2019, portanto, sob égide da Lei nº 13.467/2017. Assim, sucumbente a reclamante ainda que beneficiária da justiça gratuita responde pelo pagamento dos honorários advocatícios (art. 791-A e seus parágrafos).

Ressalto, por oportuno, que o § 4º do art. 791-A da CLT, incluído pela Lei n. 13.467, de 2017, ao dispor que vencido o beneficiário da justiça gratuita o crédito trabalhista obtido, ainda que em outro processo, deverá suportar a obrigação decorrente de sua sucumbência, não afronta os artigos 1º, III, e 5º, caput e LXXIV, da Constituição Federal, pelo que, refuto a tese de inconstitucionalidade.

Por fim, considerando a complexidade média do presente processo, reputo escorreita a decisão que fixou em 5% do valor da causa os honorários advocatícios sucumbenciais devidos pela reclamante.

Nego provimento.

(...)"

No que tange à insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, visto que a ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.

Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.

Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF.

Examino.

Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.

Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0010177-92.2018.5.18.0122

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	ROSANIO VENANCIO SILVA
Advogada	Dra. Lorena Figueiredo Mendes(OAB: 28651/GO)
Recorrido	BP BIOENERGIA ITUMBIARA S.A.
Advogado	Dr. Paulo Augusto Greco(OAB: 119729/SP)
Advogado	Dr. Giovani Maldi de Melo(OAB: 185770-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BP BIOENERGIA ITUMBIARA S.A.
- ROSANIO VENANCIO SILVA

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que deu parcial provimento ao recurso ordinário, mantendo, contudo, a condenação quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA".

Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.

A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).

À análise.

O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.

Eis os termos do acórdão recorrido:

"(...)

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

O MM. Juiz de primeiro grau condenou as partes ao pagamento de honorários de sucumbência, nos seguintes termos:

"Levando em conta os critérios estabelecidos no parágrafo segundo do referido dispositivo celetista, sobretudo a presumível complexidade do trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, entendo por bem fixar os honorários sucumbenciais à razão de 5% do valor da liquidação, em favor do advogado do autor. Registro que são devidos honorários sucumbenciais pela reclamada quanto às pretensões acolhidas em parte, conforme aplicação por analogia da súmula 326 do C. TST.

Adotando os mesmos critérios acima, fixo em 5% os honorários sucumbenciais devidos pelo autor em favor do advogado da reclamada, incidentes sobre os pedidos de horas extras por tempo à disposição nos horários de entrada e saída, que deverão ser deduzidos, em favor do referido procurador, dos créditos deferidos ao obreiro nos presentes autos."

Irresignado o Reclamante postula "que seja dado provimento ao presente recurso para o fim de reconhecer a inconstitucionalidade dos parágrafos 3º e 4º do artigo 791-A da CLT, e afastar os honorários sucumbenciais ou, ao menos, determinar a suspensão da cobrança".

Acrescenta que caso seja mantida a condenação "é imperioso que sejam revistos, pelo menos, os critérios utilizados pelo M.M. Juiz a quo para a fixação da sucumbência recíproca.

Postula que seja "(...) aplicado o critério CAPITULAR à sucumbência, condenando SOMENTE a Recorrida ao pagamento dos honorários sucumbenciais, vez que o pedido indeferido pelo Juízo de Piso corresponde a apenas uma das diversas modalidades de horas extras postuladas, de modo que o Recorrente não decaiu por completo dos pedidos que compõem o capítulo referente à jornada de trabalho, não havendo que se falar em sucumbência da sua parte, mediante aplicação do critério da SUCUMBÊNCIA CAPITULAR."

A Reclamada também recorre, aduzindo, em síntese, que houve violação às Súmulas nº 219 e 329 do TST.

Com razão.

Meu voto foi proferido no sentido que negar provimento ao recurso no particular, pelos seguintes fundamentos:

"Até a vigência da Lei nº 13.467/2017, os honorários advocatícios somente eram devidos, no processo do trabalho, se a parte estivesse assistida por Sindicato da categoria profissional e se recebesse salário inferior ao dobro do mínimo legal (ou se encontrasse em situação econômica que não lhe permitisse demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família). Nesse sentido é a Súmula nº 219 do TST.

Com a entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017, os honorários advocatícios passaram a ser devidos pela mera sucumbência e, por se tratar de norma processual, em atenção ao princípio do tempus regit actum, deveria ser aplicada imediatamente.

Nada obstante, a condenação ao pagamento da verba honorária sucumbencial só poderá ser imposta nos processos iniciados após a entrada em vigor da Lei da Reforma Trabalhista, ou seja, a partir de 11/11/2018, atentando-se ao princípio da segurança jurídica consagrado no artigo 5º, XXXVI, da CF.

Outrossim, embora os honorários advocatícios tenham sido disciplinados na parte processual da CLT, entendo que tal parcela tem natureza híbrida, uma vez que o art. 85, § 14, do CPC disciplina:

'Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial'.

Não sendo o caso de regra estritamente processual, não há falar, portanto, em aplicação imediata do art. 791-A da CLT.

No caso, a presente ação foi ajuizada no dia 12/03/2018, motivo pelo qual é aplicável o art. 791-A da CLT, que trata dos honorários advocatícios de sucumbência.

Cumpre destacar que a questão relativa à alegada inconstitucionalidade do art. 791-A, § 4º, da CLT (com a redação dada pela Lei nº 13.467/2017), foi recentemente discutida por este Egrégio Regional nos autos de ArgInc-0010504-15.2018.5.18.0000, tendo o Plenário desta Corte, ressalvado o meu posicionamento pessoal em sentido contrário, por maioria, rejeitado a arguição de inconstitucionalidade e declarado a constitucionalidade do referido dispositivo celetista (Sessão de Julgamento: 30/10/2018).

Dito isso, com a ressalva do meu entendimento pessoal em sentido contrário, julgo improcedente o pleito de declaração de inconstitucionalidade do art. 791-A, § 4º, da CLT (com a redação dada pela Lei nº 13.467/2017).

Os honorários advocatícios de sucumbência de 5% (percentual fixado para ambas as partes), incidem sobre o valor da condenação (honorários devidos pela Reclamada) e sobre os pedidos julgados improcedentes (honorários devidos pela Reclamante), observado o disposto no § 4º do art. 791-A, como foi decidido na origem."

Todavia, na sessão de julgamento prevaleceu a divergência apresentada pelo Exmo. Desembargador Mário Sérgio Bottazzo:

"De acordo com o Relator, 'os honorários advocatícios de sucumbência de 5% (percentual fixado para ambas as partes), incidem sobre o valor da condenação (honorários devidos pela Reclamada) e sobre os pedidos julgados improcedentes (honorários devidos pela Reclamante), observado o disposto no § 4º do art. 791-A, como foi decidido na origem."

Entretanto, com a devida vênia, exceto quanto ao dano moral (STJ, SUM-326), restando autor e réu, em parte, vencedor e vencido, os honorários devem ser proporcionalmente distribuídos, sem compensação, considerando o valor de cada pedido individualmente, calculados sobre o 'valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa" (CLT, art. 791-A, parte final). É dizer: exceto apenas quanto ao dano moral, o acolhimento parcial do pedido caracteriza sucumbência recíproca (sucumbindo o autor na parte não acolhida).

Dou provimento parcial a ambos."

(...)"

No que tange à insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA

GRATUITA" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, visto que a ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº ARR-0218100-07.2009.5.02.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Recorrido	RAIMUNDO RIBEIRO DA SILVA
Advogado	Dr. Leandro Meloni(OAB: 30746-A/SP)
Agravado e Recorrente	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	Dr. Alexandre de Almeida Cardoso(OAB: 149394-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- RAIMUNDO RIBEIRO DA SILVA

O Tribunal Regional do Trabalho negou provimento aos recursos ordinários das partes, mantendo na íntegra a sentença que condenara o reclamado ao pagamento de adicional de periculosidade, horas extras e adicional de transferência. As partes interpuseram recurso de revista.
A Vice-Presidência do TRT recebeu o recurso de revista do reclamado e denegou seguimento ao recurso interposto pelo reclamante, o que ensejou a interposição do agravo de instrumento. Houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95, §2°, do RITST).
É o relatório.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMADO
Conheço do agravo de instrumento, uma vez que atendidos os pressupostos de admissibilidade.
O recurso de revista teve seguimento denegado aos seguintes fundamentos:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Negativa de prestação jurisdicional. Alegação(ões):
- violação do(s) art(s). 93, IX, da CF.
- violação do(s) art(s). 832 da CLT, 458 do CPC.

Consta do v. Acórdão:
"ADICIONAL DE PERICULOSIDADE
- base de cálculo
Sem razão o recorrente, porquanto a Bse de cálculo do adicional em tela é o salário base, nos moldes do inciso § 1º do art. 193 da CLT.
Mantenho."
(...)
"HORAS EXTRAS
Não comprovou o recorrente, ônus que lhe competia, a teor do art. 818 da CLT c/c art. 333, II, do CPC, quer o exercício da função de confiança, quer o trabalho externo, nos termos dos artigos 62 e 224, § 2º, da CLT. Ao contrário, sua testemunha declarou ser o autor subordinado ao paradigma e comprovou, ainda em que em parte, a jornada de trabalho reconhecida pela origem, além de ter declarado: "que não se lembra do reclamante utilizar o estacionamento do subsolo, mas informa que este é usado por cargos de chefias superiores".
Tem-se, assim, que a gratificação paga ao recorrido apenas remunerava sua maior responsabilidade e não o exercício de cargo de confiança, como pretendido pelo recorrente.
Por seu turno, a jornada de trabalho foi fixada com base na prova oral produzida, inclusive a declaração de sua testemunha que, quanto ao tema, declarou: "que a depoente trabalhava das 8h30 as 18h00; que não se lembra se via o reclamante quando chegava; que a depoente saia e o reclamante permanecia", o que se afina com a prova produzida pelo autor, portanto.
Nada alterar, portanto, na r. decisão."
(...)
"EQUIPARAÇÃO SALARIAL
O recorrente pretende o reconhecimento de diferenças salariais, por equiparação salarial ao Sr. Manoel Natal Favaro, ao que se opõe a ré, porquanto este era superior hierárquico daquele, sendo diversas as funções de um e outro.
Pois bem a prova documental trazida aos autos pelo autor, documento nº 76 do volume de documentos em apartado, através

do qual pretende a revisão do bônus referente às metas atingidas, não contém o nome do paradigma e sim de todos os operadores que atuavam nas áreas geográficas delimitadas pela ré.
Ora, se o autor e paradigma exerciam as mesmas funções, o nome de ambos, necessariamente, deveria constar no documento acima citado e a ausência do nome do paradigma comprova, por si só, as assertivas contestatórias quanto ao tema.
Não bastasse, a testemunha da ré, depoimento a fls. 290/291, declarou ser o autor subordinado do paradigma.
Destarte, mantenho a r. decisão."
Consta do v. Acórdão de Embargos de Declaração:
"Embargos declaratórios do autor a fls. 456/458, pretendendo complementação do V. Acórdão quanto aos temas que discrimina e do réu a fls. 460/462, alegando omissão quanto ao local de trabalho do demandante.
É o relatório.
V O T O
Conheço, porque preenchidos os requisitos de admissibilidade.
No mérito, não assiste razão.
Os temas suscitados pelas partes mostram-se incabíveis à medida ora intentada, vez que não contempladas quaisquer das hipóteses previstas no art. 535 do CPC, combinado com o artigo 897-A, da CLT, que regulam a matéria, porquanto analisadas pelo Acórdão embargado. Outrossim, vedado à parte pretender a reapreciação de temas em sede de embargos de declaração.
Anote-se que no tocante ao local de trabalho do autor observe a ré o teor da Orientação Jurisprudencial nº 385 da SDI-1 do C. TST."
No caso dos autos, não há que se cogitar de negativa da prestação jurisdicional, tampouco de malferimento aos artigos 458 do CPC, 832 da CLT, ou 93, IX, da Constituição Federal, vez que a E. Corte Regional, quantoà base de cálculo doadicional de periculosidade, já se manifestou que aplica-se o §1º do art. 193 da CLT.
Outrossim, em relação ao pedido de equiparação salarial, o E. Regional fundamentou sua decisão principalmente em documentos, sendo incabível questionar o valor do depoimento testemunhal.
Quando ao ônus da prova da jornada de trabalho,a E. Corte Turmária consignou claramente, a teor do art. 818 da CLT c/c art. 333, II, do CPC, ser ônus do recorrente provas suas alegações. Portanto, inviável o apelo neste aspecto.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Adicional de Periculosidade / Base de cálculo.
Alegação(ões):
- divergência jurisprudencial.

Consta do v. Acórdão:
"ADICIONAL DE PERICULOSIDADE
- base de cálculo
Sem razão o recorrente, porquanto a Bse de cálculo do adicional em tela é o salário base, nos moldes do inciso § 1º do art. 193 da CLT.
Mantenho."
Consta do v. Acórdão de Embargos de Declaração:
"Embargos declaratórios do autor a fls. 456/458, pretendendo complementação do V. Acórdão quanto aos temas que discrimina e do réu a fls. 460/462, alegando omissão quanto ao local de trabalho do demandante.
É o relatório.
V O T O
Conheço, porque preenchidos os requisitos de admissibilidade.
No mérito, não assiste razão.
Os temas suscitados pelas partes mostram-se incabíveis à medida ora intentada, vez que não contempladas quaisquer das hipóteses previstas no art. 535 do CPC, combinado com o artigo 897-A, da CLT, que regulam a matéria, porquanto analisadas pelo Acórdão embargado. Outrossim, vedado à parte pretender a reapreciação de temas em sede de embargos de declaração.
Anote-se que no tocante ao local de trabalho do autor observe a ré o teor da Orientação Jurisprudencial nº 385 da SDI-1 do C. TST."
A r. decisão está em consonância com a Súmula de nº 191 (primeira parte) do c. Tribunal Superior do Trabalho.
O recebimento do recurso encontra óbice no artigo 896, § 4.º, da CLT, e Súmula nº 333 do c.TST, restando afastada a alegada violação dos dispositivos legais apontados e prejudicada a análise dos arestos paradigmas transcritos para o confronto de teses.
No mesmo sentido, os seguintes precedentes da SBDI-1 do c. TST:
RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI N.º 11.496/2007. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. BASE DE CÁLCULO. Não se computam na base de cálculo do adicional de periculosidade, em não se tratando de eletricitário ou eletricista, como no caso sob exame, parcelas outras que não o salário em sentido estrito - ainda que ostentem natureza salarial, como no caso dos anuênios -, em face do disposto na Súmula n.º 191 desta Corte uniformizadora. Recurso de embargos conhecido e provido. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. VALIDADE. Esta Corte superior, mediante a edição da Orientação Jurisprudencial n.º 304 da SBDI-I, firmou entendimento acerca da validade da declaração de insuficiência econômica, no sentido de que, para a concessão da assistência judiciária, basta a simples afirmação do declarante ou de seu advogado, na petição inicial, a fim de comprovar a condição de penúria (artigo 4º, § 1º, da Lei n.º 7.510/86, que deu nova redação à Lei n.º 1.060/50). Decisão em consonância com as Súmulas de n.ºs 219 e 329 desta Corte uniformizadora. Recurso de embargos não conhecido." (E-RR - 84400-29.2006.5.04.0024 , Relator Ministro: Lelio Bentes Corrêa, Data de Julgamento: 27/10/2011, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: 18/11/2011);
RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI N.º 11.496/2007. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. BASE DE CÁLCULO. SÚMULA N.º 203 DESTE TRIBUNAL SUPERIOR. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. SÚMULA N.º 191 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. NÃO CONHECIMENTO. ARTIGO 894, II, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. 1. Consoante o disposto no artigo 193, § 1º, da CLT, o adicional de periculosidade deverá ser calculado tomando -se em conta apenas o salário básico do empregado. A única exceção, autorizada por lei específica e consagrada nos termos da Súmula nº 191 desta Corte uniformizadora, refere-se aos eletricitários, não podendo ser estendida a outras atividades, ainda que caracterizada a periculosidade. Assim, considerando que o reclamante não se enquadra na categoria dos eletricitários, afigura-se correta a decisão proferida pela Turma, mediante a qual determinou-se a exclusão da base de cálculo de parcelas não estritamente salariais, tais como anuênios e gratificação de função. 2. Não se habilita a conhecimento recurso de embargos interposto a decisão proferida em conformidade com a jurisprudência desta Corte superior, consubstanciada na Súmula n.º 191, no sentido de que "o adicional de periculosidade incide apenas sobre o salário básico e não sobre este acrescido de outros adicionais. Em relação aos eletricitários, o cálculo do adicional de periculosidade deverá ser efetuado sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial". 3. Recurso de embargos não conhecido." (E-RR - 28600-10.2006.5.04.0026 , Relator Ministro: Lelio Bentes Corrêa, Data de Julgamento: 07/05/2009, Subseção I Especializada em Dissídios

Individuais, Data de Publicação: 15/05/2009);

Duração do Trabalho / Horas Extras.
Alegação(ões):
- violação do(s) art(s). 74, §2º da CLT; 818 da CLT e 333, II do CPC.

Consta do v. Acórdão:
"HORAS EXTRAS
Não comprovou o recorrente, ônus que lhe competia, a teor do art. 818 da CLT c/c art. 333, II, do CPC, quer o exercício da função de confiança, quer o trabalho externo, nos termos dos artigos 62 e 224, § 2º, da CLT. Ao contrário, sua testemunha declarou ser o autor subordinado ao paradigma e comprovou, ainda em que em parte, a jornada de trabalho reconhecida pela origem, além de ter declarado: "que não se lembra do reclamante utilizar o estacionamento do subsolo, mas informa que este é usado por cargos de chefias superiores".
Tem-se, assim, que a gratificação paga ao recorrido apenas remunerava sua maior responsabilidade e não o exercício de cargo de confiança, como pretendido pelo recorrente.
Por seu turno, a jornada de trabalho foi fixada com base na prova oral produzida, inclusive a declaração de sua testemunha que, quanto ao tema, declarou: "que a depoente trabalhava das 8h30 as 18h00; que não se lembra se via o reclamante quando chegava; que a depoente saia e o reclamante permanecia", o que se afina com a prova produzida pelo autor, portanto.
Nada alterar, portanto, na r. decisão."

Urge registrar que, uma vez comprovado determinado fato, a seu respeito não cabe perquirir a quem cabia o ônus de prová-lo, em face do princípio da comunhão das provas. Assim, provados os fatos, conforme asseverou o Tribunal Regional, é irrelevante o questionamento a respeito do indigitado encargo. Portanto, nessa hipótese, não há como vislumbrar ofensa aos artigos 818 da CLT e 333, I, do CPC.
Outrossim, o E. Regional não decidiu unicamente com base no ônus probatório da recorrente, mas também por depoimento testemunhal.
Ilesos, portanto, os artigos suscitados.
DIREITO TRIBUTÁRIO / Impostos / IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Descontos Salariais - Devolução.
Alegação(ões):
- violação do(s) art(s). 186 e 927 do CC.
- divergência jurisprudencial.

Consta do v. Acórdão:
"DEVOLUÇÃO DO DESCONTO A TÍTULO DE IMPOSTO DE RENDA
O autor pretende a devolução do valor que lhe fora descontado a título de imposto de renda, por ocasião da rescisão contratual.
A matéria, entretanto, não pode ser analisada por esta Justiça Especializada. Isso porque, na mesma esteira da contribuição previdenciária, a competência fica restrita aos títulos judicialmente reconhecidos ou acordos homologados, cujos títulos de um ou outro, caso são tributáveis ou não.
Desse modo, se houve impropriedade na retenção do imposto de renda, como propaga o autor, deve valer-se do acerto anual perante a Receita Federal, a fim de que lhe seja restituído eventuais valores recolhidos indevidamente.
Nada a alterar na r. decisão."
A pretensão não viabiliza o apelo, porquanto os arestos colacionados não abrangem todos os fundamentos adotados pelo acórdão e não abordam situação idêntica à definida pela v. decisão, revelando sua inespecificidade para o confronto de teses(Súmulas23 e 296/TST).
Responsabilidade Civil do Empregador/Empregado / Indenização por Dano Material.
Alegação(ões):
- divergência jurisprudencial.

Consta do v. Acórdão:
"INDENIZAÇÃO PELOS FRUTOS PERCEBIDOS PELA POSSE DE MÁ-FÉ
Sustenta, o obreiro, que deixando a ré de pagar "verbas salariais", encontra-se de posse das mesmas, utilizando dinheiro alheio em proveito próprio, daí porque seriam devidos os frutos financeiros auferidos.
Sem razão o recorrente, porquanto inaplicável nesta Justiça Especializada a disposição contida no artigo 1.216 do Código Civil, que trata dos efeitos da posse, relativamente ao direito das coisas, na forma do Capítulo III, do Livro III, do atual Código Civil.
Ademais, seu pleito é que beira a litigância de má fé, posto qualquer verba que venha a lhe ser reconhecida, sofrer incidência de juros e correção monetária, em valor superior ao bancário, diga-se de passagem, o que no mínimo implicaria um "bis in idem".
Destarte, mantenho o r. julgado."
O C. TST tem entendido que não é aplicável ao direito do trabalho a regra insculpida no artigo 1.216 do Código Civil, tendo em vista que este ramo do direito possui regras específicas para a reparação pela mora no pagamento, as quais tratam do pagamento de juros de mora e correção monetária sobre o valor calculado da condenação, pelo atraso no pagamento, que já tem o objetivo de recompor o prejuízo sofrido pelo empregado, causado pelo descumprimento da obrigação do empregador, de pagar as parcelas trabalhistas devidas ao obreiro na época própria.
Assim, o pagamento de mais uma indenização para reparar o mesmo descumprimento contratual é indevida, sob pena de implicar bis in idem.
Nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte, in verbis:
"INADIMPLEMENTO DE VERBAS TRABALHISTAS. INDENIZAÇÃO PELO USO DO DINHEIRO. ARTIGO 1.216 DO CC. IMPOSSIBILIDADE. A pretensão da reclamante é a de que, com base no artigo 1.216 do CC, seja a reclamada condenada ao pagamento de indenização dos -frutos colhidos e percebidos-, por ter usufruído de dinheiro que seria da reclamante (aquele decorrente do não pagamento tempestivo de suas verbas trabalhistas). O artigo 1.216 do CC, que trata do possuidor de má-fé, não é substrato jurídico para a pretensão ora declinada. Isso porque, no caso, há inadimplemento contratual e não percepção de frutos decorrentes de posse ilegítima bens móveis ou imóveis da reclamante. Deve-se esclarecer que, não paga a quantia que o credor teria direito, no caso o reclamante, cabe-lhe exigir judicialmente a obrigação de forma cumulada com juros de mora e perdas e danos eventualmente sofridos. Estes últimos, para serem concedidos, ressalta-se, devem ser comprovados, pois apenas a prova de efetivo dano da ensejo à indenização. No mais, a obrigação inadimplida é recomposta com o pagamento de juros de mora, de forma a refutar o enriquecimento ilícito de qualquer das partes. Recurso de revista não conhecido." (TST-RR-134200-67.2004.5..15.0031, Rel. Min. Caputo Bastos, 2ª Turma, dec. unânime, DJU de 05/08/2011)
"RECURSO DE REVISTA. INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA DOS FRUTOS PERCEBIDOS. A jurisprudência desta Corte Trabalhista

tem entendido ser indevido o pagamento de indenização pecuniária correspondente aos eventuais lucros auferidos pela instituição bancária com a inadimplência de direitos trabalhistas de seus empregados. Recurso de revista conhecido e provido, no particular.- RR-205100-60.2002.5.02.0014 Data de Julgamento: 13/10/2010, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/10/2010."
"(...) INDENIZAÇÃO. FRUTOS PERCEBIDOS NA POSSE DE MÁ-FÉ. O artigo 1.216 do Código Civil não é aplicável ao direito laboral, seja porque a reparação pela mora no pagamento já se encontra estabelecida em normas legais específicas, que dispõem sobre juros e correção monetária, seja porque esse dispositivo é afeto aos direitos reais enquanto o contrato de trabalho é pertencente à categoria de direitos obrigacionais, revelando-se incompatível a sua aplicação, na forma do artigo 8º, parágrafo único, da CLT. Não conhecido.- RR-56100-21.2006.5.15.0034, Rel. Min. Emmanoel Pereira, 5ª T., DEJT 03/09/2010."
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao Recurso de Revista."

Na minuta do agravo de instrumento, o reclamante insiste na admissibilidade de seu recurso de revista.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
No presente caso, o recurso de revista se mostra inviável.
Em relação à preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que a decisão, apesar de desfavorável aos interesses do recorrente, apresentou solução judicial para o conflito, configurando-se efetiva a prestação jurisdicional. Com efeito, encontram-se consignadas as razões pelas quais o Regional manteve a condenação ao pagamento do adicional de periculosidade, bem como manteve o indeferimento da equiparação salarial e das horas extras anteriores a julho de 2007.
No tocante aos temas "adicional de periculosidade - base de cálculo", "horas extras", "Imposto de Renda" e "frutos percebidos pela posse de má-fé". emergem como obstáculo à sua admissibilidade as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126, 191, 333, do TST e no artigo 896, § 7º, da CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Nego seguimento.

II - RECURSO DE REVISTA DO RECLAMADO
Preenchidos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os pressupostos específicos do recurso de revista.
Eis os termos do acórdão no tocante aos temas objeto de insurgência recursal:

"ADICIONAL DE PERICULOSIDADE
O laudo pericial encartado a fls. 217/231, é conclusivo no sentido de ter o autor exercido seu mister em local perigoso, ante o armazenamento nos subsolos do prédio em que trabalhava de óleo diesel em quantidade superior à prevista pela legislação de regência, conclusão essa mantida nos esclarecimentos prestados. A conclusão do expert encontra-se em sintonia com a jurisprudência traçada pela Orientação Jurisprudencial nº 385 da SDI-1 do C. TST.
Inova o réu em suas razões quanto ao caráter indenizatório do adicional em questão, o que afastaria o reflexo em outros títulos, por não arguída a matéria em contestação e quanto aos reflexos nos descanso semanais remunerados, não há interesse em recorrer, por não concedidos.
Nada a alterar na r. decisão.

INTEGRAÇÃO DOS DSR"S MAJORADOS NAS DEMAIS VERBAS
Sem razão o recorrente.
Isso porque a sobrejornada é calculada pelos dias efetivamente trabalhados, os quais não incluem os DSR"s e feriados. Estes devem ser remunerados justamente pela média da sobrejornada verificada durante a semana, o que, a final, implica diferenças outras. Excluí-los dos cálculos reflexos, implicaria, por exemplo, a remuneração do aviso prévio incidente de apenas 26 dias, (caso houvesse apenas uma folga semanal), o que seria inconcebível. De fato, o descanso semanal não é verba reflexa, mas sim, pagamento do dia de repouso, o qual, no entanto, via de regra é pago apenas com o salário base, quando na verdade deve ser remunerado pela média salarial percebida na semana, nela incluídas as horas suplementares, tal como supra ressaltado. E, uma vez enriquecidos os descansos semanais com a sobrejornada, tais valores deverão incidir nas demais verbas decorrentes do pacto, o que não implica "bis in idem".
Mantenho.

O reclamado sustenta a nulidade do acórdão por negativa de prestação jurisdicional ao argumento de que, mesmo após a oposição de embargos de declaração, o Regional não se pronunciou sobre o fato de que o reclamante laborava em local distinto dos tanques e sobre o disposto no artigo 193 da CLT e na Súmula 364/TST.
No mérito, insurge-se contra a condenação ao pagamento de adicional de periculosidade e, ainda, quanto aos reflexos do RSR,

majorado pelas horas extras, nas demais parcelas.
Ao exame.
Em relação à preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que a decisão, apesar de desfavorável aos interesses do recorrente, apresentou solução judicial para o conflito, configurando-se efetiva a prestação jurisdicional.
No tocante ao adicional de periculosidade, a decisão foi proferida em consonância com a OJ 385 da SDI-1/TST. Ficou consignado no acórdão que o autor laborava em local perigoso ante o armazenamento, nos subsolos do prédio, de óleo diesel em quantidade superior à prevista pela legislação.
No que se refere aos reflexos do repouso semanal remunerado, dispõe a OJ 394 da SBDI-1/TST:

"REPOUSO SEMANAL REMUNERADO - RSR. INTEGRAÇÃO DAS HORAS EXTRAS. NÃO REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DAS FÉRIAS, DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, DO AVISO PRÉVIO E DOS DEPÓSITOS DO FGTS. (DEJT divulgado em 09, 10 e 11.06.2010) A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de "bis in idem."

Ao manter a decisão que determinou a repercussão do repouso semanal remunerado majorado pela integração das horas extras habitualmente prestadas no cálculo das demais verbas, o Regional decidiu em dissonância com o entendimento consubstanciado no mencionado verbete.
Vale registrar que, em 30/09/2021, ao analisar o recurso TST-Ag-E-Ag-RR-1180-72.2012.5.09.0093, em voto do Ministro Renato de Lacerda Paiva, a SDI-1 do TST consignou que ainda persiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST e que não houve a determinação de suspensão dos demais recursos que tramitam nesta Corte, nos termos do artigo 896-C, § 5º, da CLT.
Eis os fundamentos do mencionado acórdão:

"A Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 dispõe que "A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de "bis in idem"".
Contudo, esta Subseção, em Sessão Ordinária, no dia 9 de fevereiro de 2017, acolheu proposta de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo, afetando à sua composição plena a matéria "Repouso semanal remunerado - RSR. Integração das horas extraordinárias habituais. Repercussão nas demais parcelas salariais. Bis in Idem. Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST".
Sob o rito do artigo 896-C da CLT, submeteu como representativo da controvérsia o processo nº 10169-57.2013.5.05.0024, de Relatoria do Exmo. Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro.
Em 14/12/2017, esta Subseção decidiu, por unanimidade, "suspender a proclamação do resultado do julgamento para, nos termos do disposto no artigo 171, § 2º, do RITST, e, ouvida a Comissão de Jurisprudência e Precedentes Normativos desta Corte Superior, submeter à elevada apreciação do Tribunal Pleno a questão relativa à revisão ou cancelamento, se for o caso, da Orientação Jurisprudencial nº 394 SbDI-1 do TST, uma vez que a maioria dos ministros votava em sentido contrário ao disposto na referida Orientação Jurisprudencial". Na sessão de 22/3/2018, decidiu-se, por unanimidade, chamar o feito à ordem para renovar o prazo de suspensão a partir do dia 27/3/2018 e retirar o processo de pauta, remetendo-o ao Tribunal Pleno.
Todavia, nos autos do referido IRR nº 10169-57.2013.5.05.0024, não houve a determinação de suspensão dos demais recursos que tramitam nesta Corte, nos termos do artigo 896-C, § 5º, da CLT.
Assim, tendo em vista os mencionados pronunciamentos judiciais desta Subseção, subsiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST.
Além do mais, vale acrescentar que, no julgamento do IRR-10169-57.2013.5.05.0024, já foram modulados os efeitos da decisão, ficando definido que a tese jurídica nele estabelecida "somente será aplicada aos cálculos das parcelas cuja exigibilidade se aperfeiçoe a partir da data do presente julgamento (inclusive)", ocorrido, frise-se, em 14/12/2017.
Logo, a tese vinculante estabelecida no incidente, no sentido da inexistência de bis in idem na hipótese sob exame, terá incidência nos processos cujos cálculos das parcelas, objeto de execução, já estejam definidos a partir da data de 14/12/2017.
Assim sendo, por todo o exposto, no presente caso, ainda persiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST.
(...)
Nesse passo, diante da conformidade do acórdão proferido pela Turma desta Corte com a jurisprudência iterativa e notória do TST, consubstanciada na Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1/TST, constata-se que o recurso de embargos interposto pelo sindicato reclamante encontra óbice na norma contida no artigo 894, II, § 2º, da CLT, com a redação da Lei n.º 13.015/2014, não se verificando contrariedade aos verbetes indicados.".

Considerando que as verbas ora discutidas se originaram em data anterior ao julgamento do mencionado Incidente de Recurso Repetitivo, continuam a ser regidas pelo entendimento constante na OJ 394 da SBDI-1/TST, ainda não alterado por esta Corte Superior.
Nesse contexto, o recurso merece ser conhecido e provido para determinar a aplicação do mencionado verbete.

CONCLUSÃO
À vista do exposto, com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST, 932, III, IV e V, do CPC/2015: I - nego provimento ao agravo de instrumento do reclamante; II - conheço do recurso de revista do reclamado quanto ao tema "RSR majorado pelas horas extras - repercussão em outras verbas", por contrariedade à OJ 394 da SBDI-1/TST e, no mérito, dou-lhe provimento para excluir da condenação a repercussão do repouso semanal remunerado majorado pela integração das horas extras habitualmente prestadas nas demais parcelas trabalhistas. Mantém-se o valor da condenação.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001483-45.2014.5.03.0138

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	CIELO S.A.
Advogado	Dr. Otavio Pinto e Silva(OAB: 93542-A/SP)

Agravante	EMPLOYER RECURSOS HUMANOS LTDA.
Advogado	Dr. Rafael Leonardo Berna Sanabria(OAB: 29277/PR)
Agravado	SÔNIA TEREZINHA MARTINS DA COSTA
Advogado	Dr. Rafael Nosse Marques Andrade(OAB: 134428/MG)
Agravado	TSC SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.
Advogado	Dr. Renato Fontes Arantes(OAB: 156352-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CIELO S.A.
- EMPLOYER RECURSOS HUMANOS LTDA.
- SÔNIA TEREZINHA MARTINS DA COSTA
- TSC SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2°, do RITST).
Examino.

I - AGRAVOS INTERPOSTOS PELAS RECLAMADAS - ANÁLISE CONJUNTA
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.
Direito Sindical e Questões Análogas / Enquadramento sindical.
Duração do Trabalho / Horas Extras.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, nem contrariedade com Súmula de jurisprudência uniforme do C. TST ou Súmula Vinculante do E. STF, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exigem as alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT.
Quanto ao reconhecimento do vínculo empregatício, a Turma julgadora decidiu em sintonia com a Súmula 331, I, do TST, de forma a afastar as violações apontadas.
Não ensejam recurso de revista decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do C. Tribunal Superior do Trabalho (§ 7º do art. 896 da CLT e Súmula 333 do TST).
A assinatura da CTPS pela recorrente é mero corolário do reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com a empresa tomadora de serviço.
No tocante ao enquadramento sindical, a Turma julgadora decidiu no seguinte sentido (fls. 674/676):
De acordo com o Relatório de Vigilância do Sistema de Pagamentos Brasileiro de 2013, a Cielo é empresa do tipo Sistema de Transferências de Fundos, enquadrada como infraestrutura de Sistema de Liquidação Financeira Multibandeiras, que compõe o Sistema de Pagamento Brasileiro - SPB. Possui, como característica, a compensação e liquidação das transações de cartões de pagamento da bandeira Visa capturadas pelo credenciador Cielo (grifo acrescentado, Relatório de Vigilância do Sistema de Pagamentos Brasileiro 2014, disponível em http://www.bcb.gov.br/htms/novaPaginaSPB/RELATORIO_DE_VIGILANCIA_SPB2013.pdf, acessado em 2.3.2016).
Referido relatório informa, ainda, que todas as empresas de infraestrutura que desejarem entrar em funcionamento, deverão ser previamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil - BCB (pág. 8), o que, diferentemente do que defende a terceira reclamada, coloca-a sob a custódia e fiscalização do BCB.
Por fim, extraio do relatório editado pelo BCB que A Cielo e a Rede são sistemas de liquidação de transações com cartões de pagamento (de crédito, de débito e pré-pagos), enquadrando-se, portanto, como prestadoras de serviços de compensação e de liquidação. Além disso, prestam o serviço de credenciamento de estabelecimentos comerciais para aceitação daqueles instrumentos (pág. 11)
Nesse contexto, não há espaço para aplicação do disposto na Lei 12.865/03, tendo em vista não ser a terceira reclamada uma instituição de pagamento e, sim, uma prestadora de serviços de compensação e de liquidação.
Por outro lado, evidente que a terceira reclamada enquadra-se como instituição financeira, nos exatos termos do disposto na Lei nº 4.595/64, segundo a qual as empresas que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros são consideradas instituições financeiras.
Não bastasse isso, o art. 1ª da Lei Complementar nº 105/01 dispõe que:
Art. 1º As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados.
§ 1º São consideradas instituições financeiras, para os efeitos desta Lei Complementar:
(...)
VI - administradoras de cartões de crédito;
(...)
XII - entidades de liquidação e compensação (grifos acrescentados)
Importante destacar, ainda, a informação obtida no Relatório de Estabilidade Financeira, editado pelo Banco Central do Brasil em outubro de 2015:
Em novembro de 2014, o Banco do Brasil (BB) e a Cielo fundaram uma empresa de cartões. Essa operação societária gerou acréscimo de R$3,2 bilhões ao LL do sistema bancário no primeiro trimestre de 2015. (pág. 29, Outubro 2015, Relatório de Estabilidade Financeira, disponível em http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2015_10/refPub.pdf, acessado em 2.3.2016).
Corroborando o entendimento até aqui exposto, cito recente acórdão do C. TST:
ENQUADRAMENTO SINDICAL. EMPRESA CIELO S.A. SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SÚMULA Nº 55/TST. A CIELO S.A, empresa integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (art. 2º, parágrafo único, I, da Lei nº 10.214/2001), constitui instituição financeira, nos termos do art. 17 da Lei nº 4.595/64, na medida em que presta serviços financeiros, como a captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito e outros meios eletrônicos de pagamento; bem como coloca à disposição dos estabelecimentos a ela afiliados, a antecipação de recebíveis. Assim, seus empregados têm direito à jornada especial prevista no art. 224 da CLT, nos termos da Súmula 55 desta Corte. Recurso de revista conhecido e parcialmente provido. (ARR - 171600-74.2009.5.02.0202 Data de Julgamento: 21/05/2014, Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 30/05/2014).
Ressalto, por fim, que o fato da reclamada não aceitar abertura de

contas, não conceder crédito ou financiamento, bem como não estar vinculada ao Sindicato dos bancários ou financiários em nada obsta o reconhecimento por esta Justiça de ser a reclamante enquadrada na categoria dos financiários, pois deve ser levado a efeito o princípio da primazia da realidade.
Por qualquer ângulo que se analise a questão, portanto, não há como afastar o enquadramento da terceira reclamada, Cielo S.A., como instituição financeira.
Assim, a autora estava enquadrada como financiária, sendo-lhe aplicadas as respectivas convenções coletivas da categoria, juntadas às fls. 66/98, observada a função de EMPREGADO DE ESCRITÓRIO, não havendo, assim, qualquer violação aos artigos constitucionais e infraconstitucionais, nem mesmo contrariedade aos entendimentos sumulados citados nas defesas.
A tese adotada pela Turma traduz, no seu entender, a melhor aplicação que se pode dar aos dispositivos legais pertinentes, o que torna inviável o processamento da revista, além de impedir o seu seguimento por supostas lesões à legislação ordinária.
São inespecíficos os arestos válidos colacionados, porque não abordam as mesmas premissas salientadas pela Turma julgadora, notadamente no que tange ao reconhecimento da terceira reclamada como instituição financeira, fato que enquadra a reclamante como financiária, sendo-lhe aplicadas as respectivas convenções coletivas da categoria (Súmula 296 do TST).
Ademais, o acórdão recorrido, inclusive quanto ao tema horas extras, está lastreado em provas. Somente revolvendo-as seria, em tese, possível modificá-lo, o que é vedado pela Súmula 126 do C. TST.
Não há ofensas ao art. 818 da CLT e ao art. 373 do CPC, em relação as temas suscitados. A Turma adentrou o cerne da prova, valorando-a contrária aos interesses da recorrente.
Os arestos trazidos à colação, provenientes de Turma do C. TST, não se prestam ao confronto de teses (alínea "a" do art. 896 da CLT).
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.
(...)

Recurso de: Employer Recursos Humanos Ltda.
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (decisão publicada em 22/03/2016 - fl. 680; recurso apresentado em 04/04/2016 - fl. 722), considerando o não funcionamento desta Justiça do Trabalho nos dias 23 a 27 março de 2016 (Semana Santa), conforme RA 241/2015 do TRT da 3ª Região e devidamente preparado, estando regular a representação processual.
Regular a representação processual, fl(s). 402.
Satisfeito o preparo (fls. 506, 574/575, 576/577, 665, 717/718 e 716), nos termos do item III da Súmula 128 do TST.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Direito Sindical e Questões Análogas / Enquadramento sindical.
Aqui também, analisados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seu tema e desdobramentos, não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, nem contrariedade com Súmula de jurisprudência uniforme do C. TST ou Súmula Vinculante do E. STF, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exigem as alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT.
A turma julgadora reconheceu a condição da terceira reclamada, Cielo S.A., como instituição financeira, aplicando à reclamante as respectivas convenções coletivas de trabalho dos financiários, sendo que as invocadas Súmulas 55 e 374 do TST em nada auxiliam a recorrente, desde que não subscrevem exegese antagônica à sufragada no acórdão revisando.
São inespecíficos os arestos válidos colacionados, porque não abordam as mesmas premissas salientadas pela Turma julgadora, notadamente no que tange ao fato de restar evidente que a terceira reclamada enquadra-se como instituição financeira, sendo aplicável à reclamante as convenções coletivas da categoria dos financiários (Súmula 296 do TST).
Os arestos trazidos à colação, provenientes de Turma do C. TST, deste Tribunal ou de qualquer órgão não mencionado na alínea "a" do art. 896 da CLT não se prestam ao confronto de teses.
Não são aptos ao confronto de teses os arestos colacionados carentes de indicação de fonte oficial ou repositório autorizado em que foram publicados (Súmula 337, I, do TST e § 8º do art. 896 da CLT).
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista."

Em agravos de instrumento, a partes agravantes sustentam serem indevidas as diferenças salariais deferidas (isonomia), com fundamento de que a contratação de serviços terceirizados é permitida, inclusive para a atividade-fim da empresa. Apontam violação dos arts. 5º da CRFB, 3º, 818 da CLT, contrariedade à Súmula 331, I, do TST, bem como em divergência jurisprudencial.
Analiso.
Na hipótese, o Tribunal Regional reconheceu a ilicitude da terceirização, por entender que as atividades desenvolvidas pelo reclamante inserem-se na atividade-fim da empresa tomadora de serviços.
Faz-se necessário o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF (ADPF 324 e RE 958252), que reconheceu a licitude da terceirização dos serviços, inclusive de atividade-fim.
Assim, por observar uma possível má aplicação da Súmula 331, I, do TST, dou provimento aos agravos de instrumento das reclamadas para determinar o processamento do recurso de revista.

II - RECURSOS DE REVISTA DAS RECLAMADAS - EXAME CONJUNTO - MATÉRIA COMUM
Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

1 - Conhecimento
1.1 - TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DO ARE-791.932-DF. TEMA 739 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. TESE FIRMADA NOS AUTOS DA ADPF 324 E DO RE-958.252-MG, TEMA 725 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. IMPOSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DIRETO
O Tribunal Regional, no que concerne ao tema em destaque, registrou que:
"EMENTA: TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. ILICITUDE. RECONHECIMENTO DA RELAÇÃO DE EMPREGO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS. É ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, conforme entendimento consubstanciado na súmula 331/TST, quando as funções exercidas pelo empregado não se encontram nas exceções previstas no item III da referida súmula, inserindo-se nas atividades-fim do tomador de serviços. Flagrante a ilicitude da terceirização, diante do claro objetivo de desvirtuar e impedir a aplicação das normas de proteção ao trabalho, é de se declarar nulos os contratos firmados com as

fornecedoras de mão-de-obra, consoante dispõe o artigo 90 da CLT, reconhecendo-se o vínculo empregatício da obreira diretamente com a empresa tomadora dos serviços."

Nas razões de recurso de revista, as partes reclamadas sustentam, em síntese, serem indevidas as diferenças salariais deferidas (isonomia), com fundamento de que a contratação de serviços terceirizados é permitida, inclusive para as atividades-fim da empresa. Apontam violação dos arts. 5º da CF/1988, 3º, 818 da CLT, bem como contrariedade à Súmula 331, I, do TST. Colacionam arestos.
Ao exame.
No caso dos autos, o Tribunal Regional entendeu pela ilicitude da terceirização de serviços firmada entre as reclamadas e pela condenação ao pagamento das parcelas trabalhistas daí decorrentes (isonomia com os empregados da tomadora dos serviços).
Esta Corte Superior, inclusive esta Turma, com fundamento nos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, adotava o entendimento de que o ordenamento jurídico pátrio não autorizava a terceirização de forma ampla e irrestrita da atividade-fim empresarial. Assim, nos termos do item I da Súmula 331/TST, decidia pela ilicitude da terceirização e, consequentemente, pelo reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços.
Contudo, a Suprema Corte, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", afastando, assim, a configuração da relação de emprego com o tomador dos serviços. Além disso, em 11/10/2018, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, reafirmou o seu entendimento de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada".
Fixou, então, a tese jurídica de que "é nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC".
Ressalta-se que, a partir de 30/8/2018, é de observância obrigatória aos processos judiciais em curso ou pendentes de julgamento a tese jurídica firmada pelo e. STF no RE n.º 958.252 e na ADPF n.º 324.
Nesse sentido, cito precedentes da SBDI-1 desta Corte seguindo o entendimento vinculante do STF:

AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SOBRESTAMENTO. "TERCEIRIZAÇÃO". OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO. NÃO APLICAÇÃO DO ART. 94, II, DA LEI 9.472/97. REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. 1. Trata-se de agravo interno interposto em face da decisão da Vice-Presidência do TST por meio da qual foi determinado o sobrestamento do recurso extraordinário com base em precedente de repercussão geral em julgamento, na forma do art. 1.030, III do CPC. 2. O Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Recurso Extraordinário com Agravo nº 791.932/DF, concluiu que há repercussão geral na questão relativa à ofensa ao princípio da reserva de plenário, previsto no art. 97 da Constituição e na Súmula Vinculante 10, em face da recusa da aplicação, pelas instâncias de origem, do art. 94, II, da Lei 9.472/97 (Tema 739). 3. A abrangência do precedente, não limitada à atividade de call-center, restou assentada em diversos precedentes do Supremo Tribunal Federal, considerando-se, ainda, que os motivos determinantes da decisão tem como razão preponderante a invocação da Súmula 331 do TST como embasamento à recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/97, e possível violação constitucional daí decorrente. 4. Nesse sentir, ficam mantidos os fundamentos adotados pela decisão agravada, restando verificada, ainda, a manifesta inadmissibilidade do presente agravo, aplicando-se a multa prevista no § 4º do artigo 1.021 do atual CPC. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. (Ag-ED-RR-20109-09.2013.5.04.0401, Órgão Especial, Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 16/12/2018).

RECURSO DE EMBARGOS. REGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES TOMADORA DOS SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. 1. A eg. Sexta Turma não conheceu do recurso de revista, sob o fundamento de que se afigura ilícita a terceirização dos serviços de reparação e manutenção de linhas telefônicas, razão pela qual configurado o vínculo de empregado com a empresa tomadora de serviços. 2. Entretanto, a partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 3. Na espécie foi reconhecido o vínculo de emprego diretamente com a tomadora dos serviços (Telemar Norte Leste S.A.), em razão, exclusivamente, de as funções do reclamante serem inerentes à atividade-fim da concessionária do serviço de telecomunicações. 4. Assim, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do reclamante com a tomadora de serviços, revelando-se indevidas as obrigações inerentes aos empregados do contratante. Recurso de embargos conhecido e provido. (E-RR - 65400-93.2007.5.03.0005 Data de Julgamento: 24/10/2019, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 08/11/2019).

Nesse contexto, não há mais espaço para o reconhecimento do vínculo empregatício com o tomador de serviços sob o fundamento de que houve terceirização ilícita (ou seja, terceirização de atividade essencial ou finalística), ou, ainda, para a aplicação dos direitos previstos em legislação específica ou em normas coletivas da categoria profissional dos empregados da empresa contratante. Nesse sentido, cito jurisprudência desta Corte:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. Ante as razões apresentadas pelo agravante, afasta-se o óbice oposto no despacho agravado. Agravo conhecido e provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO.

ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. Decisão regional em que adotado o entendimento de que é ilícita a terceirização empreendida na atividade-fim do tomador dos serviços. Aparente violação do art. 5º, II, da CF, a ensejar o provimento do agravo de instrumento. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. 1. O Tribunal Regional manteve a sentença quanto à ilicitude da terceirização, ao fundamento de que os serviços prestados estão inseridos na atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. 2. Não obstante o entendimento cristalizado na Súmula 331, I, do TST, no sentido de que "a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário ", o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de repercussão geral, decidiu que " é lícita à terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Ressalto que, no caso, não há no acórdão regional qualquer registro concernente à existência de pessoalidade e/ou subordinação direta à tomadora dos serviços. Assim, torna-se inviável o reconhecimento da ilicitude da terceirização, não sendo tampouco possível o reconhecimento de isonomia com os empregados da empresa tomadora dos serviços. 4. Configurada a violação do art. 5º, II, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10943-72.2016.5.03.0013, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 12/11/2021)

RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO DE EMPREGO. BANCO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. 1. A partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços, independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 2. Na espécie, o Tribunal Regional reconheceu o vínculo de emprego entre a reclamante e um dos Bancos reclamados, somente em razão da prestação de serviços reputados eminentemente bancários. Nesse sentido, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego da reclamante com a instituição financeira tomadora de serviços e a condição de bancário do trabalhador. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10823-70.2015.5.03.0043, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 02/02/2021)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO AUTOR NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/17. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. Compulsando-se os autos, verifica-se que o acórdão embargado, de fato, se pronunciou no sentido da não observância de pressuposto da regularidade formal inerente aos recursos de fundamentação vinculada (princípio da dialeticidade recursal). Todavia, em melhor análise, constata-se que a parte, nas razões do agravo, impugnou de forma específica e fundamentada o óbice erigido na decisão agravada, comportando, assim, a decisão embargada complementação. TERCEIRIZAÇÃO. TOMADORA DE SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO STF. TEMA 725. REPERCUSSÃO GERAL. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de Repercussão Geral, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Nesse contexto, porquanto superada a questão da ilicitude da terceirização - em conformidade com as decisões do STF -, resulta inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do autor diretamente com o tomador de serviços. Embargos de declaração a que se dá provimento, para sanar os vícios apontados, sem, contudo, imprimir-lhes efeito modificativo. (ED-Ag-AIRR-11359-77.2015.5.01.0030, 1ª Turma, Relator Ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 16/11/2021).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Deixa-se de analisar a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, nos termos do artigo 249, § 2º, do CPC/73 (artigo 282, § 2º, do atual CPC), por cogitar-se, no mérito , de possível decisão favorável ao reclamante. TERCEIRIZAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS DE ENERGIA. PREVISÃO NO ARTIGO 25, § 1º, DA LEI Nº 8.987/95. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA ADPF 324, DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EM REPERCUSSÃO GERAL ARE-791.932-DF (TEMA 739) E RE-958.252-MG (TEMA 725) E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE Nos 26 E 57, EM QUE SE DISCUTIA A CONSTITUCIONALIDADE DO CITADO DISPOSITIVO LEGAL. 1. Esta Corte firmou o entendimento de que a terceirização do serviço de eletricista, por se tratar de atividade-fim das empresas concessionárias de serviço de energia elétrica, era ilícita, com fundamento na Súmula nº 331, itens I e III, do TST. 2. Por outro lado, a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre "o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", como norma de Direito Administrativo, não foi promulgada para regular matéria trabalhista, devendo ser interpretada à luz dos princípios e das regras que norteiam o Direito do Trabalho, de modo a não esvaziar de sentido prático ou a negar vigência e eficácia às normas trabalhistas que, no País, disciplinam a prestação do trabalho subordinado e as próprias figuras do empregado e do empregador. Dessa forma, quando os órgãos fracionários dos Tribunais trabalhistas entendem que as relações laborais não são regidas pelo artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, não estão deixando de aplicar o dispositivo legal por considerá-lo inconstitucional. Assim, foi observado o disposto no artigo 97 da Constituição Federal e na Súmula Vinculante nº 10 e do STF. 3. Não obstante seja esse o entendimento deste Relator, curvo-me, com ressalva, à tese firmada na decisão proferida nos autos do ARE-791.932-DF (Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral), relatada pelo Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, in verbis: "É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de

Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC" (DJe de 6/3/2019). 4. A Suprema Corte, em sessão realizada em 30/8/2018, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252 (Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral), a respeito da terceirização prevista na Súmula nº 331 do TST, firmou a seguinte tese: "É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 5. Nos acórdãos proferidos nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade nºs 26 e 57, em que se discutia a constitucionalidade do artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, relatados pelo Exmo. Ministro Edson Fachin, foi destacado: "no julgamento do Tema 739, ARE 791.932- RG, esta Corte, então instada a se manifestar sobre a inobservância da cláusula de reserva de Plenário e o disposto no art. 94, II, da Lei 9.472/1997, declarou a nulidade da decisão do órgão fracionário do TST"; "a norma do diploma regulatório dos serviços de telecomunicações tem conteúdo idêntico ao objeto da presente ação direta de constitucionalidade". 6. A Suprema Corte, fazendo referência às teses fixadas no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252- RG (Tema 725), registrou que, tendo sido afastada a aplicação da Súmula nº 331 do TST "naquelas hipóteses, deve também aqui se estender o mesmo entendimento", concluindo que "o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, ao autorizar as concessionárias de serviço público a contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, alinha-se ao entendimento jurisprudencial atual e, reveste-se de constitucionalidade, devendo ter sua eficácia garantida e preservada". 7. Entretanto, a adoção da tese vinculante firmada pelo Supremo Tribunal Federal não impede o reconhecimento de vínculo de emprego entre o trabalhador terceirizado e a tomadora de serviços, quando comprovada a incidência dos artigos 2º, 3º e 9º da CLT ao caso em apreço, conforme decidiu a SbDI-1, nos autos do E-ED-RR-32900-51.2005.5.03.0002, em acórdão relatado pelo Exmo. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, firmando o entendimento de que há que reconhecer o "vínculo empregatício com a tomadora dos serviços, quando estiver nitidamente comprovada nos autos a presença dos requisitos do art. 3º da CLT, configurando desvirtuamento da terceirização de forma a disfarçar a existência de inequívoca relação de emprego com a tomadora". 8. Na hipótese dos autos, o Ministério Público do trabalho ajuizou ação civil pública contra a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (concessionária de serviços de energia elétrica) e a Santa Maria Participações S.A., a fim de impedir a terceirização de atividade-fim daquela. O Tribunal a quo, por entender pela ilicitude da terceirização dos serviços de leitura de medidores de energia elétrica ativa, reativa e de demanda, envio de faturas e documentos, suspensão do fornecimento de energia elétrica e religação procedida pela Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., confirmou a sentença pela qual essa última ré foi condenada a abster-se de terceirizar os citados serviços e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo . 9. Como o Supremo Tribunal Federal firmou tese, de natureza vinculante, considerando lícita a terceirização, não subsiste a condenação da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. "a abster-se de repassar a terceiros atividades-fins" e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo (responsabilidade solidária da segunda ré). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-215900-88.2012.5.17.0141, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 12/11/2021).

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - PROVIMENTO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. Diante de potencial violação do art. 37, XIII, da Constituição Federal, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252/MG, com repercussão geral (tema 725), em sessão plenária do dia 30.8.2018, fixou teses, respectivamente, no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada" e que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 2. A licitude de terceirização de atividade-fim foi reafirmada, pelo Excelso Pretório, nos julgamentos subsequentes do ARE nº 791.932/DF, com repercussão geral (tema 739), em 11.10.2018, e da ADC nº 26, em 22.8.2019. 3. O caso dos autos é o decidido pelo STF, razão pela qual não é possível a aplicação analógica do art. 12, "a", da Lei nº 6.019/74 (OJ 383/SBDI-1/TST), com esteio na alegada ilicitude da terceirização. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10166-80.2018.5.03.0025, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 12/11/2021).

[...] RECURSOS DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STF (TEMA 739 DE REPERCUSSÃO GERAL NO STF - ARE 791.932). TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. O STF, no julgamento da ADC 26/DF, transitado em julgado em 18.09.2019, seguindo a tese firmada no ARE 791.932, em repercussão geral (Tema 739), declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, que autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público, e, reiterando o entendimento exarado pelo Plenário do STF em 30.08.2018, no julgamento da ADPF-324 e do RE-958252, com repercussão geral (Tema 725), reconheceu a constitucionalidade do instituto da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, afastando a incidência da Súmula 331 do TST. É necessário, pois, o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF, relativamente à possibilidade de terceirização de serviços afetos às atividades precípuas das concessionárias de energia elétrica, sendo irrelevante perquirir sobre a natureza das atividades exercidas pela empresa contratada. No caso vertente, o TRT entendeu que havia relação direta da atividade desempenhada pelo Reclamante com a atividade-fim da tomadora e concluiu pela ilicitude da terceirização. Entretanto, há de ser afastada a ilicitude da terceirização, à luz do entendimento do E. STF e do art. art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995. Consequentemente, não se viabiliza o reconhecimento da isonomia salarial em relação aos empregados da empresa tomadora de serviços e a condenação ao pagamento de direitos e benefícios legais, normativos e/ou contratuais daí decorrentes. Remanesce, contudo, a responsabilidade subsidiária em caso de eventual condenação, nos termos da decisão do STF (Tema 725) e da Súmula 331, IV/TST. Ressalva de entendimento pessoal deste Relator. Recurso de revista conhecido e provido. (RR -20455-49.2017.5.04.0811, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio

Godinho Delgado, DEJT 19/03/2021).

[...] RECURSO DE REVISTA. DECISÃO REGIONAL PROFERIDA ANTES DA LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO. SERVIÇOS DE TELEMARKETING. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O BANCO TOMADOR DE SERVIÇOS. Nos termos do posicionamento adotado pela Suprema Corte Federal, no julgamento do ARE 791932, Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral, nos autos da ADPF 324 e do RE 958252, e, ainda, na ocasião do julgamento da ADC 26, é lícita a terceirização de serviços de atividade fim . Assim, deve ser reformada a decisão regional para adequar ao entendimento da Suprema Corte. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-170-89.2013.5.06.0012, 6ª Turma, Relator Ministro Aloysio Correa da Veiga, DEJT 20/03/2020).

III - RECURSO DE REVISTA ANTERIOR À LEI Nº 13.015/2014. RETORNO DOS AUTOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA TOMADORA DOS SERVIÇOS NÃO CONFIGURADA. MANUTENÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO CONSAGRADO PELO C. STF - TEMA 725 DE REPERCUSSÃO GERAL NO C. STF - ADPF 324 E RE 958.252. 1. Há muito prevaleceu no âmbito desta Corte Superior o entendimento de que é ilícita a terceirização de serviços especializados, ligados à atividade-fim do tomador dos serviços, identificada no objeto social do contrato social das empresas envolvidas. Nessa linha de argumentação, entendia-se que a contratação de trabalhadores por empresa interposta seria ilegal, formando-se o vínculo empregatício diretamente entre o empregado contratado e a empresa tomadora dos serviços. Inteligência da Súmula nº 331 do c. TST. 2. Revisitando posicionamento consagrado pelo c. TST, em 30.8.2018, a Suprema Corte, nos autos da ADPF 324/DF e do RE 958.252, submetido à sistemática da repercussão geral - Tema nº 725 - , tendo em conta os princípios constitucionais da livre iniciativa (art. 170) e da livre concorrência (art. 170, IV), a dignidade da pessoa humana (art. 1º), os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal (art. 7º), o direito de acesso do trabalhador à previdência social, à proteção à saúde e à segurança no trabalho, declarou a inconstitucionalidade da Súmula nº 331, I, do c. TST, reconhecendo a licitude da terceirização em todas as etapas do processo produtivo, seja meio ou fim. Ao examinar o Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral, no RE nº 958.252 , fixou a seguinte tese jurídica: " É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante " . Na mesma oportunidade, ao julgar a ADPF nº 324, firmou a seguinte tese, com efeito vinculante para todo o Poder Judiciário: " 1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". 3. Em suma, o c. STF reconheceu a legalidade irrestrita da terceirização de serviços, podendo a contratação de trabalhadores se dar de forma direta ou por empresa interposta e para exercer indiscriminadamente atividades ligadas à área fim ou meio das empresas, não se configurando em tais circunstâncias relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada, remanescendo, contudo, a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa contratada, bem como pelas obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993, além de firmar que é plenamente possível a terceirização de atividades precípuas das concessionárias de serviços públicos. 4. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional ratificou o entendimento do juízo de primeiro grau, de que o autor desempenhava tarefa intimamente ligada à atividade-fim da tomadora dos serviços, declarando, por essa razão, a sua responsabilidade solidária pelas verbas devidas ao trabalhador, em desconformidade com a atual jurisprudência do c. STF e do c. TST. Recurso de revista conhecido por contrariedade (má aplicação) à Súmula/TST nº 331 e provido. (RR-722-18.2012.5.06.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 07/01/2020).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. ADPF Nº 324 E RE Nº 958.252. TESE FIRMADA PELO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 331 DO TST À LUZ DOS PRECEDENTES DO STF. (...) I. No que diz respeito ao reconhecimento da licitude da terceirização, a decisão regional foi proferida em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 958.252, de que resultou a fixação da seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", bem como no julgamento da ADPF nº 324, em que foram fixadas as seguintes teses: "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". II. Assim sendo, o conhecimento do presente recurso de revista no que diz respeito ao pedido de reconhecimento da ilicitude da terceirização havida entre as Reclamadas encontra óbice no entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, fixada no julgamento da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252. (...). (Ag-AIRR-10681-27.2018.5.18.0081, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 05/11/2021).

(...) II. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE. SISTEMA DE TELEATENDIMENTO. MATÉRIA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADPF 324, RE 958.252 E ARE 791.932). REPERCUSSÃO GERAL. ISONOMIA SALARIAL. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 383 DO TST. IMPOSSIBILIDADE. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA. 1. O Tribunal Regional, reconhecendo que a Reclamante prestou serviços relacionados à atividade-fim da tomadora de serviços, declarou a ilicitude da terceirização havida entre as partes. Muito embora tenha fundamentado não ser possível o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o Ente integrante da Administração Pública Indireta, reconheceu o direito obreiro às verbas trabalhistas

- legais e normativas - asseguradas aos empregados da tomadora de serviços, com fundamento no princípio da isonomia. 2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 30/8/2018, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958.252, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se estabelecendo relação de emprego entre a tomadora de serviços e o empregado da empresa prestadora. 3. Dispõe a Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST que: "A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções ". 4. O fato autorizador da isonomia de direitos entre os empregados terceirizados e os regularmente contratados pelo tomador de serviços integrante da Administração Pública é a ilicitude da terceirização. Nessa esteira de raciocínio, reconhecendo o STF a licitude da terceirização tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim das empresas tomadoras, inviável a aplicação da Súmula 331/TST e Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST, que traz como premissa básica a irregularidade da contratação do trabalhador terceirizado. Julgados do TST. 5. Recurso de revista conhecido por má-aplicação da Súmula 331/TST e da OJ 383 da SBDI-1/TST. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-2185-47.2016.5.06.0102, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/12/2020)

[...] II - RECURSO DE REVISTA DA 2ª RECLAMADA (LIQ CORP S/A). ADMISSIBILIDADE. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA. LICITUDE. VÍNCULO DIRETO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE DIREITOS DA CATEGORIA DO TOMADOR. INVIABILIDADE. A partir do julgamento do RE nº 958.252 e da ADPF nº 324 pelo Supremo Tribunal Federal, a matéria em discussão nestes autos (ilicitude da terceirização de atividade-fim) pacificou-se e encontra o seu norte nos termos da decisão vinculante daquela Corte Suprema, que, ao julgar o mérito da controvérsia atinente ao Tema 725 da repercussão geral, definiu a tese jurídica segundo a qual "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Assim, a decisão do Regional, naquilo em que aplicou a Súmula nº 331, I, do TST à hipótese encontra-se superada pela jurisprudência vinculante do Pretório Excelso, merecendo reforma o acórdão recorrido, a fim de decretar a licitude da terceirização e, por conseguinte, a ausência de vínculo direto com o tomador e os demais consectários daí decorrentes, a exemplo de direitos previstos em normas coletivas da categoria do tomador ou no regulamento interno da empresa, equiparação salarial, ou quaisquer outros que tenham como base jurídica de sustentação a irregularidade do contrato de terceirização de atividade-fim. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-456-10.2014.5.02.0088, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 19/03/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. TOMADORA DOS SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE N.º 958.252 COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA (TEMA 725) E ADPF 324. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 324, em 30/8/2018, erigiu tese no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 2. Na mesma ocasião, a Corte Suprema, examinando o Tema 725 de Repercussão Geral, no julgamento do RE 958.252, estabeleceu a seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Inquestionável a aplicação imediata dos aludidos precedentes firmados em Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida, bem como em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, cuja decisão tem efeito vinculante. 4. Na linha dos precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal, remanesce a possibilidade de reconhecimento de vínculo com a empresa contratante somente nas hipóteses em que há explícita referência, no acórdão prolatado pelo Tribunal Regional, acerca da configuração da pessoalidade e da subordinação hierárquica direta, presencial ou por via telemática, do obreiro aos prepostos da tomadora de serviços, sendo insuficiente a mera subordinação estrutural ou indireta, inerente à própria terceirização. 5. No caso sob exame, afirmou o Tribunal Regional a ilicitude da terceirização tão somente em razão do labor em atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. Tal entendimento destoa claramente daquele fixado pelo Supremo Tribunal Federal. Reconhece-se, portanto, a transcendência política da controvérsia. 6. Nesse contexto, impõe-se afastar o reconhecimento do vínculo de emprego da parte reclamante diretamente com o banco tomador dos serviços, bem como excluir da condenação as parcelas decorrentes da aplicação dos acordos coletivos dos bancários. 7. Recurso de Revista conhecido e provido. (RR-491-61.2017.5.06.0311, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 05/02/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DAS LEIS NºS 13.015/14 E 13.105/15, MAS ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/2017. TELEMARKETING - ILICITUDE DE TERCEIRIZAÇÃO - RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS - ENQUADRAMENTO DO RECLAMANTE NA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS BANCÁRIOS. O STF, em 30/8/2018, no julgamento conjunto da ADPF 324/DF e do RE 958.252/MG (tema de Repercussão Geral nº 725), firmou a tese jurídica de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, seja ela meio ou fim, o que não configura relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. O Plenário da Suprema Corte concluiu, então, que não há óbice constitucional à terceirização das atividades de uma empresa, ainda que se configurem como as denominadas "atividades-fim" das tomadoras de serviços. No caso concreto, o Tribunal Regional concluiu que a contratação dos serviços especializados de telemarketing é ilícita, pois estão ligados à atividade-fim da tomadora de serviços. Assim, o v. acórdão recorrido, ao reconhecer a ilicitude da terceirização na hipótese, contrariou a tese firmada pela Suprema Corte, na ADPF 324 e no RE 958.252 (tema 725 da tabela de repercussão geral). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-11150-12.2015.5.03.0044, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 04/12/2020).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. BANCO BRADESCO S.A. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTENTE. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADPF 324/DF, o RE-958.252/MG (tema 725 da tabela de repercussão geral), fixou a tese, com efeito vinculante e eficácia erga omnes , segundo a qual é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas e de o objeto da terceirização consistir em atividade-meio ou atividade-fim da tomadora de serviços, desde que não seja comprovada a fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, sendo mantida, entretanto, a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. Portanto, definido pelo Supremo Tribunal Federal que é licita a terceirização de serviços, tanto ligados à atividade-meio quanto à atividade-fim da contratante, e não tendo sido constatada fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, deve ser julgado improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo de emprego com O tomador de serviços e, em consequência, os pedidos decorrentes unicamente do vínculo. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. (RR-10958-62.2016.5.03.0103, 8ª Turma, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 23/03/2021)

(...) III - RECURSO DE REVISTA - REGÊNCIA PELA LEI Nº 13.015/2014 - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. CALL CENTER. LICITUDE. A matéria já não comporta debates, ante as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sessão extraordinária realizada no dia 30/08/2018, quando se julgou procedente a arguição formulada na ADPF-324/DF (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018), com eficácia erga omnes e efeito vinculante, e se fixou tese jurídica de repercussão geral, correspondente ao Tema nº 725, no sentido de que "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. (leading case: RE-958252/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018). Recurso de revista conhecido e provido" (RRAg-10055-74.2017.5.03.0173, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 05/02/2021)

Dessa forma, não se pode reconhecer isonomia entre os empregados terceirizados e aqueles contratados diretamente pelo tomador dos serviços.
Entretanto, registre-se que a responsabilidade da tomadora de serviços nestes casos se mantém de forma subsidiária, consoante a tese já firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante".

Ante o exposto, em face da decisão vinculante do STF, conheço dos recursos de revista por contrariedade à Súmula 331, I, do TST (má aplicação).

1.2 - MÉRITO
Tendo em vista os fundamentos apresentados, atendidos os requisitos do art. 489, § 1º, do CPC e com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST, 932, III, IV e V, do CPC, dou provimento parcial aos recursos de revista para, reconhecendo a licitude da terceirização dos serviços, mantendo a condenação subsidiária da tomadora, limitar o pagamento das verbas deferidas à reclamante com parâmetro na sua real empregadora, afastando a isonomia declarada na origem. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:
À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, § 5º (atual § 14), da CLT e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento aos agravos de instrumento - exame conjunto - matéria comum; II - conhecer dos recursos de revista, quanto ao tema "TERCEIRIZAÇÃO. ILICITUDE. IMPOSSIBILIDADE DA ISONOMIA", por má aplicação da Súmula 331, I, do TST, e, no mérito, dar-lhes provimento parcial para, reconhecendo a licitude da terceirização dos serviços, mantendo a condenação subsidiária da tomadora, limitar o pagamento das verbas deferidas à reclamante com parâmetro na sua real empregadora, afastando a isonomia declarada na origem. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100106-86.2019.5.01.0054

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	VERA LUCIA PEREIRA DA SILVA
Advogado	Dr. Rafael Alves Goes(OAB: 182642-A/RJ)
Agravado	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada	Dra. Isabela Soares Ferreira(OAB: 163554-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- VERA LUCIA PEREIRA DA SILVA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.

Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso (decisão publicada em 03/10/2019 - id. 4ace806; recurso interposto em 16/10/2019 - id. 64733?c).

Regular a representação processual (id. b25f776).

Desnecessário o preparo.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores/ Sucumbência / Honorários Advocatícios

Alegação(ões):

- violação d(a,0)(s) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 791-A.

- divergência jurisprudencial: .

Nos termos em que prolatada a decisão, não se verificam as violações apontadas.

Na verdade, trata-se de mera interpretação dos mencionados dispositivos, o que não permite o processamento do recurso.

Os arestos transcritos para o confronto de teses não se prestam ao fim colimado, seja por se revelarem inespecíficos, vez que não se enquadram nos moldes estabelecidos pelas Súmulas 23 e 296 do TST, seja ainda por se revelarem inservíveis, porquanto não contemplados na alínea "a" do art. 896 da CLT. No mesmo sentido é o entendimento consubstanciado na Orientação Jurisprudencial 111 da SDI- do TST. Podem ser, ainda, enquadrados na categoria de inservíveis os arestos não adequados ao entendimento consagrado na Súmula 337 do TST.

CONCLUSÃO

NEGO seguimento ao recurso de revista."

Em sua minuta, a parte agravante sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiário da justiça gratuita.
Dentre outros argumentos, aponta violação aos artigos 5º, XXXV e LXXIV, da CF e 98, §1º, do CPC.
Ao exame.
Tendo em vista a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita, dou provimento ao agravo de instrumento, por observar possível violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, para determinar o processamento do recurso de revista no particular.

II - RECURSO DE REVISTA

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

1 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.

No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do artigo 791-A, § 4º, da CLT, visto que ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.
Entre outros argumentos, aponta violação aos artigos 791-A, §4º, da CLT e 98, §1º, VI, do CPC.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça a parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento ao agravo de instrumento apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por possível violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, para determinar o processamento do recurso de revista, no aspecto; e II - conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0169700-52.2012.5.17.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA E OUTRAS
Advogado	Dr. Rômulo Barros Silveira(OAB: 26124-A/ES)
Recorrido	CLÁUDIO PIRAS
Advogado	Dr. Gustavo Cani Gama(OAB: 10059-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLÁUDIO PIRAS
- IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA E OUTRAS

O Tribunal Regional da 17ª Região deu parcial provimento ao recurso da Reclamada EMESCAM (Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória) para limitar a dois períodos

de 30 dias a indenização referente às licenças-prêmio e para excluir a multa convencional pela não concessão do benefício relativa ao período aquisitivo iniciado em 2003. Além disso, negou provimento ao recurso de revista da Reclamada Hospital da Santa Casa de Misericórdia para manter o reconhecimento do vínculo de emprego em razão da declaração de ilicitude da terceirização da atividade-fim.
As reclamadas interpuseram recurso de revista com fundamento no artigo 896 da CLT.
O Vice-Presidente do TRT admitiu os recursos de revista interpostos, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (artigo 95 do Regimento Interno do TST/2017).
É o relatório.

RECURSO DE REVISTA DAS RECLAMADAS IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA E OUTRAS

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

1. NULIDADE DO JULGADO. REFORMATIO IN PEJUS. LICENÇA-PRÊMIO. PRESCRIÇÃO.
O Tribunal Regional da 17ª Região, no que concerne à possível "reformatio in pejus", consignou:

De plano, cumpre esclarecer que a prescrição quinquenal (parcial) alcança parcelas pecuniárias de trato sucessivo (obrigações de dar/pagar), nos termos do art. 290 do CPC (art. 323 do NCPC) e Súmula 308 do Colendo TST e, sendo assim, inexiste a obscuridade apontada no que diz respeito à limitação da condenação a duas licenças-prêmios.
Por outro lado, não obstante tenha havido reforma parcial da r. sentença, o v. acórdão não se manifestou acerca do novo valor a ser arbitrado à condenação.
Assim,e tendo em vista a razoabilidade e provisoriedade do arbitramento, que deverá ser alvo de acertamento na fase de liquidação/execução, mantenho o valor da condenação fixado na r. sentença.

As Reclamadas argumenta que, ao estipular que a concessão da licença-prêmio é exigível durante todo o contrato de trabalho e até dois anos após sua extinção, o Tribunal Regional agravo a situação jurídica das recorrentes, tendo em vista que a sentença reconhece a existência de verbas prescritas.
Apontam violação do art. 515 do CPC/73.
Analiso.
A sentença condenou a Reclamada "a indenizar ao reclamante às licenças-prêmios não concedidas ao longo do contrato de emprego, considerando-se o período imprescrito" (grifei).
Diante dessa decisão, a Reclamada interpôs recurso ordinário no qual pleiteava a exclusão da condenação ao pagamento de indenização deferida a título de licença-prêmio, uma vez que a pretensão às referidas licenças já estaria inteiramente prescrita.
O Tribunal Regional negou provimento ao recurso da Reclamada sob o fundamento de que a concessão da licença-prêmio é exigível durante todo o contrato de trabalho e até dois anos após sua extinção.
Constata-se do quadro fático que o Reclamante completou os 10 anos necessários à concessão do prêmio nos anos de 1993 e 2003.
A reclamação trabalhista, por sua vez, foi ajuizada apenas em 2012.
Em face do possível provimento no mérito do pleito das Reclamadas, deixo de apreciar a preliminar de nulidade do julgado, nos termos do art. 282, §2°, do CPC/15.

2. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO. NÃO CONCESSÃO DA LICENÇA-PRÊMIO.
2.1. Conhecimento
O Tribunal Regional da 17ª Região, no que concerne ao tema da prescrição da licença-prêmio, consignou:

DA PRESCRIÇÃO DA LICENÇA-PRÊMIO
A parte reclamada alega que o r. juízo de origem condenou as reclamadas a indenizarem a licença-prêmio não concedida no curso do contrato, considerando-se o período imprescrito, ou seja, declarou a prescrição dos "direitos" anteriores a19/12/2007.
Argumenta que, nesse sentido, "considerando-se o interregno entre o marco inicial do período imprescrito (19/12/2007) e a dispensa do Recorrido ocorrida em 01/07/2011, computam-se menos de 04(quatro) anos" e, desse modo, o reclamante não faz jus à indenização da licença-prêmio não concedida, já que as normas coletivas asseguram o direito à licença para cada 10(dez) anos de efetivos serviços prestados (fls. 123/124, 142/143 e 166).
Afirma, ainda, que as duas licenças-prêmios (01/03/1983 a 01/03/1993 e 02/03/1993 a 02/03/2003) que seriam devidas estão abrangidas pela prescrição quinquenal.
Vejamos. Na inicial, o reclamante alega que laborou para os reclamados no período de01/03/1983 a 01/08/2011 (TRCT fl. 32); que foi admitido como AUXILIAR DE ENSINO e a partir de01/06/1988foi promovido ao cargo de PROFESSOR; que a partir de junho de 2008 passou a acumular as atividades de docência (EMESCAM) com as de MÉDICO (HOSPITAL).
É incontroverso o vínculo de emprego mantido com a EMESCAM no período de01/03/1983 a 01/08/2011(cf. TRCT à fl. 32 e aviso-prévio à fl. 31).
Pois bem. De fato, o r. juízo de origem declarou prescritos os "direitos" anteriores a19/12/2007, na forma do art. 7º, inciso XXIX, da CF e Súmula 308 do Colendo TST.
Como é cediço, a prescrição quinquenal (in casu, parcial) torna inexigíveis as pretensões (prestações sucessivas) de natureza pecuniária (obrigação de pagar), porém jamais sepulta o direito (art. 189 do Código Civil; Súmula 264 do TST).
Ademais, é certo que a concessão da licença-prêmio consiste em obrigação de fazer do empregador (EMESCAM) sendo, pois, exigível por até dois anos contados da data da extinção do contrato (art. 7º, XXIX, da CF).
A eventual conversão da obrigação de fazer em indenização não altera a natureza jurídica do benefício.
Portanto,nego provimento.

As Reclamadas alegam que incidiu a prescrição quinquenal nas licenças-prêmio relativas aos períodos aquisitivos de 1983/1993 e 1993/2003, uma vez que os decênios foram completados em período anterior à prescrição quinquenal declarada.
Apontam violação ao art. 7°, XXIX, da Constituição Federal e ao art. 11, I, da CLT.
Analiso.
Verifica-se que o Reclamante completou os 10 anos necessários para a concessão do prêmio nos anos de 1993 e 2003. A reclamação trabalhista, por sua vez, foi ajuizada apenas em 2012.
O Tribunal Regional negou provimento ao pleito da Reclamada para declarar a prescrição da pretensão à licença-prêmio sob o fundamento de que a concessão da licença-prêmio é exigível durante todo o contrato de trabalho e até dois anos após sua extinção.

Constata-se, no caso, que se trata de hipótese de descumprimento de parcela não sucessiva. O fato gerador da pretensão, nos dois casos, ocorreu uma única vez, e não se renovou nos anos seguintes a 1993 e 2003.
A cláusula oitava da Convenção Coletiva que fixa a benesse estipula que: "Para cada 10 (dez) anos de efetivos serviços prestados ao mesmo estabelecimento de ensino, é assegurada imediata concessão ao professor de licença prêmio remunerada de 30 (trinta) dias, que deverá ser concedido no período de até 12 meses, com prévio aviso".
Não há que se aplicar, portanto, a prescrição parcial, pois a concessão da licença-prêmio, gozada ou indenizada, não ocorre sucessivamente. Com efeito, a violação do direito se deu ao fim do prazo concessivo de 12 meses, fixado na norma coletiva.
Considerando que a ação foi ajuizada após o esgotamento do prazo quinquenal, é devida a reforma da decisão regional para declarar a prescrição do pleito de recebimento de indenização pelas licenças-prêmios não gozadas, referentes aos decênios de 1983/1993 e 1993/2003.
Conheço, portanto, do recurso de revista, por violação do art. 7°, XXIX, da Constituição Federal.

2.2. Mérito
Conhecido o recurso de revista por violação ao art. 7°, XXIX, da Constituição Federal, dou-lhe provimento para declarar a prescrição do pleito de indenização pelas licenças-prêmios não gozadas.

3. LICENÇA-PRÊMIO. REQUISITOS PARA CONCESSÃO. ÔNUS DA PROVA. MULTA PREVISTA PELA NÃO CONCESSÃO. APLICAÇÃO RETROATIVA DA NORMA COLETIVA.
3.1. Conhecimento
O Tribunal Regional da 17ª Região, no que concerne aos temas em destaque, consignou:

DA LICENÇA-PRÊMIO PREVISTA NAS CCTs 2006/2008, 2008/2009, 2009/2011 E 2011/2012 - CONDENAÇÃO DA EMESCAM - VÍNCULO INCONTROVERSO NO PERÍODO DE01/03/1983 a 01/08/2011 (ITEMKDO ROL INICIAL)
Pugnam as reclamadas (HOSPITAL SANTA CASA e EMESCAM) pela reforma da r. sentença sob o fundamento de que o MM. Juízoa quocondenou a reclamada (EMESCAM) a indenizar o empregado pelas licenças-prêmios não concedidas, mas não observou o prazo de 10 anos necessários para a concessão do benefício.
Aduzem também que o reclamante não se desincumbiu do seu ônus de comprovar que faz jus ao direito à licença prêmio, pois as CCT-s determinam que o empregado não tenha mais de 25 ausências durante o período aquisitivo, o que não demonstrou o empregado. Argumentam que a última licença, que teve início em03/03/2003, não completou os 10 anos necessários, haja vista que o empregado foi dispensado em01/08/2011.
Por fim, afirmam que não houve comprovação de que o reclamante optou pelo recebimento da licença-prêmio em pecúnia, no momento do aviso prévio (doc. fl. 489).
Vejamos. Na inicial, o reclamante alega que laborou para os reclamados no período de01/03/1983 a 01/08/2011 (TRCT fl. 32); que foi admitido como AUXILIAR DE ENSINO e a partir de01/06/1988foi promovido ao cargo de PROFESSOR; que a partir de junho de 2008 passou a acumular as atividades de docência (EMESCAM) com as de MÉDICO (HOSPITAL).
É incontroverso o vínculo de emprego mantido com a EMESCAM no período de01/03/1983 a 01/08/2011(cf. TRCT à fl. 32 e aviso-prévio à fl. 31).
Na inicial, o obreiro postula a indenização das licenças-prêmio previstas nas CCTs firmadas entre o SINEPE/ES e o SINPRO/ES relativas a2006/2008, 2008/2009, 2009/2011 e 2011/2012, com acréscimo da respectiva multa de 20% por descumprimento(itemKdo rol - fl. 24).
Na CCT 2006/2008 consta cláusula prevendo a licença-prêmio, nos seguintes termos:

Cláusula 18 § Licença Prêmio
Para cada 10 (dez) anos de efetivos serviços prestados ao mesmo estabelecimento de ensino, é assegurado ao professor licença prêmio remunerada de 30 (trinta) dias.
Parágrafo Único §Perderá direito ao benefício da presente Cláusula o professor que durante o período aquisitivo contar com mais de 25 ausências não justificadas ao trabalho.
No mesmo sentido, as CCTs de 2008/2009 e 2009/2011, também vigentes durante o contrato de trabalho, assim afirmam:
Cláusula Oitava - Licença Prêmio
Para cada 10 (dez) anos de efetivos serviços prestados ao mesmo estabelecimento de ensino, é assegurada ao/à professor/a licença prêmio remunerada de 30 (trinta) dias, que deverá ser concedida no prazo de até 12 (doze) meses,com prévio aviso.
Parágrafo Primeiro -Perderá direito ao benefício da presente Cláusula o/a professor/a que durante o período aquisitivo contar com mais de 25 (vinte e cinco) ausências não justificadas ao trabalho.
Parágrafo Segundo §Poderá o docente optar pelo gozo ou o recebimento em pecúnia do benefício quedeverá ser feito no ato do prévio aviso, sendo que em caso de não manifestação prevalecerá o gozo."(grifo nosso)

Portanto,a partir da CCT 2008/2009, a concessão da licença-prêmio depende, basicamente, de dois requisitos, quais sejam: 10 anos de efetiva prestação de serviços para o mesmo estabelecimento de ensino e não ter o empregado mais de 25 ausências injustificadas.
Caso queira exercer a opção pela concessão da licença em pecúnia, haverá ainda um terceiro requisito: o prévio aviso,sob pena de prevalecer o gozo.
Considerando o período do liame empregatício (01/03/1983 a 01/08/2011- TRCT fl. 32), o reclamante faz jus adois meses de licença-prêmio, referentes aos períodos aquisitivos de01/03/1983 a 01/03/1993e de01/03/1993 a 01/03/2003.
No que tange aoperíodo aquisitivo com início em 03/03/2003, observa-se que este não preencheu o requisito de 10 anos de prestação do serviço, haja vista que a rescisão contratual ocorreu em01/08/2011e, sendo assim, não há falar em direito à licença-prêmio, no particular.
Quanto à alegação de que o autor não exerceu o direito de opção pelo recebimento em pecúnia, a consequência jurídica prevista nas CCTs é a de que passa a prevalecer o gozo da licença e, sendo assim, não fica excluído o direito (adquirido) ao benefício.
Ademais, as CCTs dizem respeito a "prévio aviso", ou seja, uma comunicação anterior à concessão do benefício em tela, e não ao instituto do aviso-prévio relativo à extinção do contrato nos moldes do art. 487 da CLT.
Como o reclamante foi dispensado antes de exercer seu direito adquirido ao gozo das licenças, a obrigação se converte em indenização (art. 186 do Código Civil), sob pena de enriquecimento sem causa do empregador.
Além disso, como ressaltou o r. juízoa quo, a EMESCAM não

nega que o autor faz jus a tal parcela.
Outrossim, improcede a alegação de que deveria o reclamante demonstrar não ter tido as 25 faltas que ceifariam seu direito à licença-prêmio (prova do fato negativo), porquanto o ônus de provar o fato extintivo é da parte reclamada, e não do autor (art. 818 da CLT c/c art. 333, II, do CPC).
Ressalta-se, por fim, que o pedido inicial diz respeito a uma indenização (art. 186 do Código Civil) e não à concessão das licenças-prêmios, já que o contrato de emprego está extinto.
Ante o exposto,dou provimento parcial ao recurso para limitar a indenização referente às licenças-prêmio a dois períodos de 30 dias.

DA MULTA CONVENCIONAL - FALTA DE CONCESSÃO DA LICENÇA-PRÊMIO (ITEMKDA INICIAL)
Insurge-se a parte recorrente contra a condenação da reclamada (EMESCAM) ao pagamento de multa no valor de 20% referente as licenças-prêmio não pagas, nos termos das CCTs.
Alega não ter que pagar a multa, ante a ausência de cumprimento dos requisitos para a concessão.
Argumenta, por fim, que somente as CCTs posteriores ao ano de 2008 estipulam a referida multa e, sendo assim, as licenças-prêmios anteriores não estariam sujeitas a esta multa.
Com razão, em parte.
A CCT 2008/2009 (cláusula 8ª - fls. 123-124) comina multa de 20% pela ausência de concessão da licença-prêmio nos 12 meses seguintes à aquisição do direito.
No mesmo viés, as CCTs 2009/2011 (cláusula 8ª - fls. 142-143) e 2011/2012 (cláusula 8ª - fls. 166-167).
Conforme explicitado no capítulo anterior, no que tange aoperíodo aquisitivo com início em 03/03/2003, o reclamante não faz jus à licença-prêmio, haja vista que a extinção contratual ocorreu em 01/08/2011 (TRCT fl. 32; aviso-prévio fl. 31).
Pelo exposto,dou provimento parcial ao recurso para excluir a multa convencional relativa ao período aquisitivo com início em 03/03/2003.

As Reclamadas argumentam que o Reclamante não comprovou preencher todos os requisitos necessários à concessão da licença-prêmio, tais como a inexistência de mais de 25 ausências injustificadas.
Defendem que a conversão do gozo da licença-prêmio em indenização em pecúnia depende de pedido expresso do empregado.
Apontam violação dos arts. 818 da CLT e 333, I, do CPC/73.
Com relação à multa normativa pela não concessão da licença-prêmio, a Reclamada alega que a Convenção Coletiva vigente na época em que os decênios foram completados não previa multa para a não concessão da benesse. Argumenta que a norma coletiva de 2008/2009 não pode ser aplicada retroativamente.
Apontam violação ao art. 5°, XXXVI, da CF/ ao art. 6, §1°, da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.
Analiso.
A apreciação das matérias fica prejudicada em razão do reconhecimento da prescrição da pretensão de indenização pela não concessão da licença-prêmio, em observância ao princípio da gravitação jurídica.

4 - RECONHECIMENTO DE VÍNCULO DE EMPREGO COM O HOSPITAL DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA.
3.1. Conhecimento
O Tribunal Regional da 17ª Região, no que concerne ao tema em destaque, consignou:

VÍNCULO DE EMPREGO COM O HOSPITAL DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA (A PARTIR DE 01/06/2008) - "PEJOTIZAÇÃO" (ITENSDEEDO ROL)
(...)
O r. juízo de origem entendeu que a prestação de serviços, também para o HOSPITAL, ocorreu de forma pessoal e com subordinação, caracterizando-se a terceirização ilícita e consequente vínculo de emprego direto com o tomador de serviços, nos moldes da Súmula 331 do C. TST.
Na inicial, o reclamante alega que laborou para os reclamados no período de01/03/1983 a 01/08/2011 (TRCT fl. 32; CTPS fl. 36); que foi admitido como AUXILIAR DE ENSINO e a partir de01/06/1988foi promovido ao cargo de PROFESSOR; que a partir de junho de 2008 passou a acumular as atividades de docência (EMESCAM) com as de MÉDICO (HOSPITAL).
É incontroverso o vínculo de emprego mantido com a EMESCAM no período de01/03/1983 a 01/08/2011(TRCT fl. 32; aviso-prévio fl. 31; CTPS fl. 36).
Na contestação (fl. 299), a reclamada afirma que "o Reclamante era empregado da 2ª Reclamada (EMESCAM) e prestava alguns serviços médicos, na condição de autônomo, fora do período laboral, para a 3ª reclamada (HOSPITAL), porém totalmente separados do seu contrato de trabalho".
Ora, a parte reclamada, ao admitir a prestação de serviço sob feição autônoma, atraiu para si o ônus da prova do fato extraordinário, uma vez que no Direito do Trabalho a regra são as contrações sob a modalidade empregatícia (art. 818 da CLT c/c art. 333, II, do CPC).
Ocorre que, nas razões recursais, a parte reclamada mais uma vez admitiu que "a partir de 07/08/2008 o Recorrido passou a prestar serviços médicos ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia, sendo que, na oportunidade, foi firmado um contrato de prestação de serviços com o Hospital (3º Recorrente)e, por exigência do próprio Recorrido, os pagamentos eram realizados mediante fornecimento de Nota Fiscal da empresa MEDIVIL MÉDICOS INTENS. DA GRANDE VITÓRIA S/S LTDA".
Já o documento juntado aos autos pela própria reclamada à fl. 348 evidencia que as atividades desempenhadas pelo reclamante no HOSPITAL SANTA CASA estavam relacionadas à EMESCAM.
De fato, o reclamante foi contratado pelo HOSPITAL através da empresa interposta MEDIVIL - MEDICOS INTENSIVISTAS DA GRANDE VITÓRIA S/S LTDA, destacando-se o pagamento de contraprestação mensal pelos serviços prestados, ou seja, com onerosidade e não-eventualidade (fl. 350 e segs.).
Considerando que a atividade-fim do HOSPITALé a prestação de serviços médicos e que a MEDIVIL foi contratada para prestar o mesmo serviço, está configurada a terceirização ilícita, atraindo a aplicação do art. 9º da CLT.
(...)
É corrente na doutrina e na jurisprudência, inclusive aquela consolidada pela Corte Superior Trabalhista (Súmula 331), que a terceirização de atividade-fim é ilícita, formando-se o vínculo de emprego diretamente com o tomador de serviços.
Ressalto, ainda, que,uma vez configurada a terceirização fraudulenta, é despiciendo analisar se restaram presentes os elementos caracterizadores do vínculo de empregodo obreiro direto com a tomadora dos serviços, bastando que tenha sido contratado como empregado pela interposta empresa.
Nada obstante, releva destacar que tanto a prova documental,

quanto a prova testemunhal produzida nos autos, analisada em seu conjunto (art. 131 do CPC), corrobora a "pejotização" praticada pelas reclamadas.
Portanto,não há falar em reforma da r. sentença no tocante ao reconhecimento do vínculo de emprego com o HOSPITAL.
Quanto ao termo final do contrato de emprego,tem razão a parte recorrente.
Observa-se que, no particular, a parte reclamante não se desincumbiu do ônus da prova que lhe competia, a teor do art. 818 da CLT c/c art. 333, I, do CPC.
Ao alegar que o período de prestação de serviços em favor do HOSPITAL se deu entre01/03/1983 a 01/08/2011, deveria ter produzido provas neste sentido.
Entretanto, os documentos juntados pelo próprio reclamante às fls. 213/214, demonstram que a prestação de serviços findou em10/02/2011.
Por todo exposto,dou provimento parcial ao recurso para determinar que a extinção do contrato ocorreu em 10/02/2011.

As Reclamadas argumentam que não estão presentes, os elementos da relação empregatícia, ausentes a subordinação jurídica e a impessoalidade.
Apontam violação dos arts. 2° e 3° da CLT e do art. 333, II, do CPC/73.
Analiso.
O Tribunal Regional reconheceu a ilicitude da terceirização e o vínculo de emprego diretamente com o Hospital da Santa Casa de Misericórdia sob o fundamento de que o Reclamante prestava serviços relacionados à atividade-fim da Reclamada.
Esta Corte Superior, inclusive esta Turma, com fundamento nos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, adotava o entendimento de que o ordenamento jurídico pátrio não autorizava a terceirização de forma ampla e irrestrita da atividade-fim empresarial. Assim, nos termos do item I da Súmula 331/TST, decidia pela ilicitude da terceirização e, consequentemente, pelo reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços.
Contudo, a Suprema Corte, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", afastando, assim, a configuração da relação de emprego com o tomador dos serviços. Além disso, em 11/10/2018, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, reafirmou o seu entendimento de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada".
Fixou, então, a tese jurídica de que "é nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC".
Ressalta-se que, a partir de 30/8/2018, é de observância obrigatória aos processos judiciais em curso ou pendentes de julgamento a tese jurídica firmada pelo e. STF no RE n.º 958.252 e na ADPF n.º 324.
Nesse sentido, cito precedentes da SBDI-1 desta Corte seguindo o entendimento vinculante do STF:

AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SOBRESTAMENTO. "TERCEIRIZAÇÃO". OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO. NÃO APLICAÇÃO DO ART. 94, II, DA LEI 9.472/97. REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. 1. Trata-se de agravo interno interposto em face da decisão da Vice-Presidência do TST por meio da qual foi determinado o sobrestamento do recurso extraordinário com base em precedente de repercussão geral em julgamento, na forma do art. 1.030, III do CPC. 2. O Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Recurso Extraordinário com Agravo nº 791.932/DF, concluiu que há repercussão geral na questão relativa à ofensa ao princípio da reserva de plenário, previsto no art. 97 da Constituição e na Súmula Vinculante 10, em face da recusa da aplicação, pelas instâncias de origem, do art. 94, II, da Lei 9.472/97 (Tema 739). 3. A abrangência do precedente, não limitada à atividade de call-center, restou assentada em diversos precedentes do Supremo Tribunal Federal, considerando-se, ainda, que os motivos determinantes da decisão tem como razão preponderante a invocação da Súmula 331 do TST como embasamento à recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/97, e possível violação constitucional daí decorrente. 4. Nesse sentir, ficam mantidos os fundamentos adotados pela decisão agravada, restando verificada, ainda, a manifesta inadmissibilidade do presente agravo, aplicando-se a multa prevista no § 4º do artigo 1.021 do atual CPC. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. (Ag-ED-RR-20109-09.2013.5.04.0401, Órgão Especial, Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 16/12/2018).

RECURSO DE EMBARGOS. REGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES TOMADORA DOS SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. 1. A eg. Sexta Turma não conheceu do recurso de revista, sob o fundamento de que se afigura ilícita a terceirização dos serviços de reparação e manutenção de linhas telefônicas, razão pela qual configurado o vínculo de empregado com a empresa tomadora de serviços. 2. Entretanto, a partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 3. Na espécie foi reconhecido o vínculo de emprego diretamente com a tomadora dos serviços (Telemar Norte Leste S.A.), em razão, exclusivamente, de as funções do reclamante serem inerentes à atividade-fim da concessionária do serviço de telecomunicações. 4. Assim, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do reclamante com a tomadora de serviços, revelando-se indevidas as obrigações inerentes aos empregados do contratante. Recurso de embargos conhecido e provido. (E-RR - 65400-93.2007.5.03.0005 Data de Julgamento: 24/10/2019, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 08/11/2019).

Nesse contexto, não há mais espaço para o reconhecimento do vínculo empregatício com o tomador de serviços sob o fundamento de que houve terceirização ilícita (ou seja, terceirização de atividade essencial ou finalística), ou, ainda, para a aplicação dos direitos

previstos em legislação específica ou em normas coletivas da categoria profissional dos empregados da empresa contratante. Nesse sentido, cito jurisprudência desta Corte:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. Ante as razões apresentadas pelo agravante, afasta-se o óbice oposto no despacho agravado. Agravo conhecido e provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. Decisão regional em que adotado o entendimento de que é ilícita a terceirização empreendida na atividade-fim do tomador dos serviços. Aparente violação do art. 5º, II, da CF, a ensejar o provimento do agravo de instrumento. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. 1. O Tribunal Regional manteve a sentença quanto à ilicitude da terceirização, ao fundamento de que os serviços prestados estão inseridos na atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. 2. Não obstante o entendimento cristalizado na Súmula 331, I, do TST, no sentido de que "a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário ", o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de repercussão geral, decidiu que " é lícita à terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Ressalto que, no caso, não há no acórdão regional qualquer registro concernente à existência de pessoalidade e/ou subordinação direta à tomadora dos serviços. Assim, torna-se inviável o reconhecimento da ilicitude da terceirização, não sendo tampouco possível o reconhecimento de isonomia com os empregados da empresa tomadora dos serviços. 4. Configurada a violação do art. 5º, II, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10943-72.2016.5.03.0013, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 12/11/2021)

RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO DE EMPREGO. BANCO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. 1. A partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços, independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 2. Na espécie, o Tribunal Regional reconheceu o vínculo de emprego entre a reclamante e um dos Bancos reclamados, somente em razão da prestação de serviços reputados eminentemente bancários. Nesse sentido, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego da reclamante com a instituição financeira tomadora de serviços e a condição de bancário do trabalhador. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10823-70.2015.5.03.0043, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 02/02/2021)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO AUTOR NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/17. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. Compulsando-se os autos, verifica-se que o acórdão embargado, de fato, se pronunciou no sentido da não observância de pressuposto da regularidade formal inerente aos recursos de fundamentação vinculada (princípio da dialeticidade recursal). Todavia, em melhor análise, constata-se que a parte, nas razões do agravo, impugnou de forma específica e fundamentada o óbice erigido na decisão agravada, comportando, assim, a decisão embargada complementação. TERCEIRIZAÇÃO. TOMADORA DE SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO STF. TEMA 725. REPERCUSSÃO GERAL. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de Repercussão Geral, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Nesse contexto, porquanto superada a questão da ilicitude da terceirização - em conformidade com as decisões do STF -, resulta inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do autor diretamente com o tomador de serviços. Embargos de declaração a que se dá provimento, para sanar os vícios apontados, sem, contudo, imprimir-lhes efeito modificativo. (ED-Ag-AIRR-11359-77.2015.5.01.0030, 1ª Turma, Relator Ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 16/11/2021).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Deixa-se de analisar a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, nos termos do artigo 249, § 2º, do CPC/73 (artigo 282, § 2º, do atual CPC), por cogitar-se, no mérito , de possível decisão favorável ao reclamante. TERCEIRIZAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS DE ENERGIA. PREVISÃO NO ARTIGO 25, § 1º, DA LEI Nº 8.987/95. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA ADPF 324, DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EM REPERCUSSÃO GERAL ARE-791.932-DF (TEMA 739) E RE-958.252-MG (TEMA 725) E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE Nos 26 E 57, EM QUE SE DISCUTIA A CONSTITUCIONALIDADE DO CITADO DISPOSITIVO LEGAL. 1. Esta Corte firmou o entendimento de que a terceirização do serviço de eletricista, por se tratar de atividade-fim das empresas concessionárias de serviço de energia elétrica, era ilícita, com fundamento na Súmula nº 331, itens I e III, do TST. 2. Por outro lado, a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre "o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", como norma de Direito Administrativo, não foi promulgada para regular matéria trabalhista, devendo ser interpretada à luz dos princípios e das regras que norteiam o Direito do Trabalho, de modo a não esvaziar de sentido prático ou a negar vigência e eficácia às normas trabalhistas que, no País, disciplinam a prestação do trabalho subordinado e as próprias figuras do

empregado e do empregador. Dessa forma, quando os órgãos fracionários dos Tribunais trabalhistas entendem que as relações laborais não são regidas pelo artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, não estão deixando de aplicar o dispositivo legal por considerá-lo inconstitucional. Assim, foi observado o disposto no artigo 97 da Constituição Federal e na Súmula Vinculante nº 10 e do STF. 3. Não obstante seja esse o entendimento deste Relator, curvo-me, com ressalva, à tese firmada na decisão proferida nos autos do ARE-791.932-DF (Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral), relatada pelo Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, in verbis: "É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC" (DJe de 6/3/2019). 4. A Suprema Corte, em sessão realizada em 30/8/2018, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252 (Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral), a respeito da terceirização prevista na Súmula nº 331 do TST, firmou a seguinte tese: "É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 5. Nos acórdãos proferidos nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade nºs 26 e 57, em que se discutia a constitucionalidade do artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, relatados pelo Exmo. Ministro Edson Fachin, foi destacado: "no julgamento do Tema 739, ARE 791.932- RG, esta Corte, então instada a se manifestar sobre a inobservância da cláusula de reserva de Plenário e o disposto no art. 94, II, da Lei 9.472/1997, declarou a nulidade da decisão do órgão fracionário do TST"; "a norma do diploma regulatório dos serviços de telecomunicações tem conteúdo idêntico ao objeto da presente ação direta de constitucionalidade". 6. A Suprema Corte, fazendo referência às teses fixadas no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252- RG (Tema 725), registrou que, tendo sido afastada a aplicação da Súmula nº 331 do TST "naquelas hipóteses, deve também aqui se estender o mesmo entendimento", concluindo que "o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, ao autorizar as concessionárias de serviço público a contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, alinha-se ao entendimento jurisprudencial atual e, reveste-se de constitucionalidade, devendo ter sua eficácia garantida e preservada". 7. Entretanto, a adoção da tese vinculante firmada pelo Supremo Tribunal Federal não impede o reconhecimento de vínculo de emprego entre o trabalhador terceirizado e a tomadora de serviços, quando comprovada a incidência dos artigos 2º, 3º e 9º da CLT ao caso em apreço, conforme decidiu a SbDI-1, nos autos do E-ED-RR-32900-51.2005.5.03.0002, em acórdão relatado pelo Exmo. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, firmando o entendimento de que há que reconhecer o "vínculo empregatício com a tomadora dos serviços, quando estiver nitidamente comprovada nos autos a presença dos requisitos do art. 3º da CLT, configurando desvirtuamento da terceirização de forma a disfarçar a existência de inequívoca relação de emprego com a tomadora". 8. Na hipótese dos autos, o Ministério Público do trabalho ajuizou ação civil pública contra a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (concessionária de serviços de energia elétrica) e a Santa Maria Participações S.A., a fim de impedir a terceirização de atividade-fim daquela. O Tribunal a quo, por entender pela ilicitude da terceirização dos serviços de leitura de medidores de energia elétrica ativa, reativa e de demanda, envio de faturas e documentos, suspensão do fornecimento de energia elétrica e religação procedida pela Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., confirmou a sentença pela qual essa última ré foi condenada a abster-se de terceirizar os citados serviços e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo . 9. Como o Supremo Tribunal Federal firmou tese, de natureza vinculante, considerando lícita a terceirização, não subsiste a condenação da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. "a abster-se de repassar a terceiros atividades-fins" e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo (responsabilidade solidária da segunda ré). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-215900-88.2012.5.17.0141, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 12/11/2021).

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - PROVIMENTO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. Diante de potencial violação do art. 37, XIII, da Constituição Federal, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252/MG, com repercussão geral (tema 725), em sessão plenária do dia 30.8.2018, fixou teses, respectivamente, no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada" e que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 2. A licitude de terceirização de atividade-fim foi reafirmada, pelo Excelso Pretório, nos julgamentos subsequentes do ARE nº 791.932/DF, com repercussão geral (tema 739), em 11.10.2018, e da ADC nº 26, em 22.8.2019. 3. O caso dos autos é o decidido pelo STF, razão pela qual não é possível a aplicação analógica do art. 12, "a", da Lei nº 6.019/74 (OJ 383/SBDI-1/TST), com esteio na alegada ilicitude da terceirização. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10166-80.2018.5.03.0025, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 12/11/2021).

[...] RECURSOS DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STF (TEMA 739 DE REPERCUSSÃO GERAL NO STF - ARE 791.932). TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. O STF, no julgamento da ADC 26/DF, transitado em julgado em 18.09.2019, seguindo a tese firmada no ARE 791.932, em repercussão geral (Tema 739), declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, que autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público, e, reiterando o entendimento exarado pelo Plenário do STF em 30.08.2018, no julgamento da ADPF-324 e do RE-958252, com repercussão geral (Tema 725), reconheceu a constitucionalidade do instituto da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, afastando a incidência da Súmula 331 do TST. É necessário, pois, o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF, relativamente à possibilidade de terceirização de serviços afetos às atividades precípuas das concessionárias de energia elétrica, sendo irrelevante perquirir sobre a natureza das atividades exercidas pela empresa contratada. No caso vertente, o TRT entendeu que havia relação direta da atividade desempenhada pelo

Reclamante com a atividade-fim da tomadora e concluiu pela ilicitude da terceirização. Entretanto, há de ser afastada a ilicitude da terceirização, à luz do entendimento do E. STF e do art. art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995. Consequentemente, não se viabiliza o reconhecimento da isonomia salarial em relação aos empregados da empresa tomadora de serviços e a condenação ao pagamento de direitos e benefícios legais, normativos e/ou contratuais daí decorrentes. Remanesce, contudo, a responsabilidade subsidiária em caso de eventual condenação, nos termos da decisão do STF (Tema 725) e da Súmula 331, IV/TST. Ressalva de entendimento pessoal deste Relator. Recurso de revista conhecido e provido. (RR -20455-49.2017.5.04.0811, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 19/03/2021).

[...] RECURSO DE REVISTA. DECISÃO REGIONAL PROFERIDA ANTES DA LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO. SERVIÇOS DE TELEMARKETING. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O BANCO TOMADOR DE SERVIÇOS. Nos termos do posicionamento adotado pela Suprema Corte Federal, no julgamento do ARE 791932, Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral, nos autos da ADPF 324 e do RE 958252, e, ainda, na ocasião do julgamento da ADC 26, é lícita a terceirização de serviços de atividade fim . Assim, deve ser reformada a decisão regional para adequar ao entendimento da Suprema Corte. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-170-89.2013.5.06.0012, 6ª Turma, Relator Ministro Aloysio Correa da Veiga, DEJT 20/03/2020).

III - RECURSO DE REVISTA ANTERIOR À LEI Nº 13.015/2014. RETORNO DOS AUTOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA TOMADORA DOS SERVIÇOS NÃO CONFIGURADA. MANUTENÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO CONSAGRADO PELO C. STF - TEMA 725 DE REPERCUSSÃO GERAL NO C. STF - ADPF 324 E RE 958.252. 1. Há muito prevaleceu no âmbito desta Corte Superior o entendimento de que é ilícita a terceirização de serviços especializados, ligados à atividade-fim do tomador dos serviços, identificada no objeto social do contrato social das empresas envolvidas. Nessa linha de argumentação, entendia-se que a contratação de trabalhadores por empresa interposta seria ilegal, formando-se o vínculo empregatício diretamente entre o empregado contratado e a empresa tomadora dos serviços. Inteligência da Súmula nº 331 do c. TST. 2. Revisitando posicionamento consagrado pelo c. TST, em 30.8.2018, a Suprema Corte, nos autos da ADPF 324/DF e do RE 958.252, submetido à sistemática da repercussão geral - Tema nº 725 - , tendo em conta os princípios constitucionais da livre iniciativa (art. 170) e da livre concorrência (art. 170, IV), a dignidade da pessoa humana (art. 1º), os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal (art. 7º), o direito de acesso do trabalhador à previdência social, à proteção à saúde e à segurança no trabalho, declarou a inconstitucionalidade da Súmula nº 331, I, do c. TST, reconhecendo a licitude da terceirização em todas as etapas do processo produtivo, seja meio ou fim. Ao examinar o Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral, no RE nº 958.252 , fixou a seguinte tese jurídica: " É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante " . Na mesma oportunidade, ao julgar a ADPF nº 324, firmou a seguinte tese, com efeito vinculante para todo o Poder Judiciário: " 1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". 3. Em suma, o c. STF reconheceu a legalidade irrestrita da terceirização de serviços, podendo a contratação de trabalhadores se dar de forma direta ou por empresa interposta e para exercer indiscriminadamente atividades ligadas à área fim ou meio das empresas, não se configurando em tais circunstâncias relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada, remanescendo, contudo, a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa contratada, bem como pelas obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993, além de firmar que é plenamente possível a terceirização de atividades precípuas das concessionárias de serviços públicos. 4. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional ratificou o entendimento do juízo de primeiro grau, de que o autor desempenhava tarefa intimamente ligada à atividade-fim da tomadora dos serviços, declarando, por essa razão, a sua responsabilidade solidária pelas verbas devidas ao trabalhador, em desconformidade com a atual jurisprudência do c. STF e do c. TST. Recurso de revista conhecido por contrariedade (má aplicação) à Súmula/TST nº 331 e provido. (RR-722-18.2012.5.06.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 07/01/2020).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. ADPF Nº 324 E RE Nº 958.252. TESE FIRMADA PELO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 331 DO TST À LUZ DOS PRECEDENTES DO STF. (...) I. No que diz respeito ao reconhecimento da licitude da terceirização, a decisão regional foi proferida em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 958.252, de que resultou a fixação da seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", bem como no julgamento da ADPF nº 324, em que foram fixadas as seguintes teses: "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". II. Assim sendo, o conhecimento do presente recurso de revista no que diz respeito ao pedido de reconhecimento da ilicitude da terceirização havida entre as Reclamadas encontra óbice no entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, fixada no julgamento da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252. (...). (Ag-AIRR-10681-27.2018.5.18.0081, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 05/11/2021).

(...) II. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE

BANCÁRIA. LICITUDE. SISTEMA DE TELEATENDIMENTO. MATÉRIA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADPF 324, RE 958.252 E ARE 791.932). REPERCUSSÃO GERAL. ISONOMIA SALARIAL. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 383 DO TST. IMPOSSIBILIDADE. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA. 1. O Tribunal Regional, reconhecendo que a Reclamante prestou serviços relacionados à atividade-fim da tomadora de serviços, declarou a ilicitude da terceirização havida entre as partes. Muito embora tenha fundamentado não ser possível o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o Ente integrante da Administração Pública Indireta, reconheceu o direito obreiro às verbas trabalhistas - legais e normativas - asseguradas aos empregados da tomadora de serviços, com fundamento no princípio da isonomia. 2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 30/8/2018, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958.252, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se estabelecendo relação de emprego entre a tomadora de serviços e o empregado da empresa prestadora. 3. Dispõe a Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST que: "A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções ". 4. O fato autorizador da isonomia de direitos entre os empregados terceirizados e os regularmente contratados pelo tomador de serviços integrante da Administração Pública é a ilicitude da terceirização. Nessa esteira de raciocínio, reconhecendo o STF a licitude da terceirização tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim das empresas tomadoras, inviável a aplicação da Súmula 331/TST e Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST, que traz como premissa básica a irregularidade da contratação do trabalhador terceirizado. Julgados do TST. 5. Recurso de revista conhecido por má-aplicação da Súmula 331/TST e da OJ 383 da SBDI-1/TST. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-2185-47.2016.5.06.0102, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/12/2020)

[...] II - RECURSO DE REVISTA DA 2ª RECLAMADA (LIQ CORP S/A). ADMISSIBILIDADE. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA. LICITUDE. VÍNCULO DIRETO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE DIREITOS DA CATEGORIA DO TOMADOR. INVIABILIDADE. A partir do julgamento do RE nº 958.252 e da ADPF nº 324 pelo Supremo Tribunal Federal, a matéria em discussão nestes autos (ilicitude da terceirização de atividade-fim) pacificou-se e encontra o seu norte nos termos da decisão vinculante daquela Corte Suprema, que, ao julgar o mérito da controvérsia atinente ao Tema 725 da repercussão geral, definiu a tese jurídica segundo a qual "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Assim, a decisão do Regional, naquilo em que aplicou a Súmula nº 331, I, do TST à hipótese encontra-se superada pela jurisprudência vinculante do Pretório Excelso, merecendo reforma o acórdão recorrido, a fim de decretar a licitude da terceirização e, por conseguinte, a ausência de vínculo direto com o tomador e os demais consectários daí decorrentes, a exemplo de direitos previstos em normas coletivas da categoria do tomador ou no regulamento interno da empresa, equiparação salarial, ou quaisquer outros que tenham como base jurídica de sustentação a irregularidade do contrato de terceirização de atividade-fim. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-456-10.2014.5.02.0088, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 19/03/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. TOMADORA DOS SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE N.º 958.252 COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA (TEMA 725) E ADPF 324. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 324, em 30/8/2018, erigiu tese no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 2. Na mesma ocasião, a Corte Suprema, examinando o Tema 725 de Repercussão Geral, no julgamento do RE 958.252, estabeleceu a seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Inquestionável a aplicação imediata dos aludidos precedentes firmados em Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida, bem como em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, cuja decisão tem efeito vinculante. 4. Na linha dos precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal, remanesce a possibilidade de reconhecimento de vínculo com a empresa contratante somente nas hipóteses em que há explícita referência, no acórdão prolatado pelo Tribunal Regional, acerca da configuração da pessoalidade e da subordinação hierárquica direta, presencial ou por via telemática, do obreiro aos prepostos da tomadora de serviços, sendo insuficiente a mera subordinação estrutural ou indireta, inerente à própria terceirização. 5. No caso sob exame, afirmou o Tribunal Regional a ilicitude da terceirização tão somente em razão do labor em atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. Tal entendimento destoa claramente daquele fixado pelo Supremo Tribunal Federal. Reconhece-se, portanto, a transcendência política da controvérsia. 6. Nesse contexto, impõe-se afastar o reconhecimento do vínculo de emprego da parte reclamante diretamente com o banco tomador dos serviços, bem como excluir da condenação as parcelas decorrentes da aplicação dos acordos coletivos dos bancários. 7. Recurso de Revista conhecido e provido. (RR-491-61.2017.5.06.0311, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 05/02/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DAS LEIS NºS 13.015/14 E 13.105/15, MAS ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/2017. TELEMARKETING - ILICITUDE DE TERCEIRIZAÇÃO - RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS - ENQUADRAMENTO DO RECLAMANTE NA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS BANCÁRIOS. O STF, em 30/8/2018, no julgamento conjunto da ADPF 324/DF e do RE 958.252/MG (tema de Repercussão Geral nº 725), firmou a tese jurídica de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, seja ela meio ou fim, o que não configura relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. O Plenário da Suprema Corte concluiu, então, que não

há óbice constitucional à terceirização das atividades de uma empresa, ainda que se configurem como as denominadas "atividades-fim" das tomadoras de serviços. No caso concreto, o Tribunal Regional concluiu que a contratação dos serviços especializados de telemarketing é ilícita, pois estão ligados à atividade-fim da tomadora de serviços. Assim, o v. acórdão recorrido, ao reconhecer a ilicitude da terceirização na hipótese, contrariou a tese firmada pela Suprema Corte, na ADPF 324 e no RE 958.252 (tema 725 da tabela de repercussão geral). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-11150-12.2015.5.03.0044, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 04/12/2020).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. BANCO BRADESCO S.A. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTENTE. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADPF 324/DF, o RE-958.252/MG (tema 725 da tabela de repercussão geral), fixou a tese, com efeito vinculante e eficácia erga omnes , segundo a qual é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas e de o objeto da terceirização consistir em atividade-meio ou atividade-fim da tomadora de serviços, desde que não seja comprovada a fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, sendo mantida, entretanto, a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. Portanto, definido pelo Supremo Tribunal Federal que é licita a terceirização de serviços, tanto ligados à atividade-meio quanto à atividade-fim da contratante, e não tendo sido constatada fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, deve ser julgado improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo de emprego com O tomador de serviços e, em consequência, os pedidos decorrentes unicamente do vínculo. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. (RR-10958-62.2016.5.03.0103, 8ª Turma, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 23/03/2021)

(...) III - RECURSO DE REVISTA - REGÊNCIA PELA LEI Nº 13.015/2014 - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. CALL CENTER. LICITUDE. A matéria já não comporta debates, ante as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sessão extraordinária realizada no dia 30/08/2018, quando se julgou procedente a arguição formulada na ADPF-324/DF (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018), com eficácia erga omnes e efeito vinculante, e se fixou tese jurídica de repercussão geral, correspondente ao Tema nº 725, no sentido de que "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. (leading case: RE-958252/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018). Recurso de revista conhecido e provido" (RRAg-10055-74.2017.5.03.0173, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 05/02/2021)

Ressalto, uma vez mais com amparo no artigo 4º-A, § 1º, da Lei 6.019/74, remanescer a possibilidade de reconhecimento de vínculo com a empresa contratante apenas nos casos em que há referência expressa no acórdão regional acerca da existência de pessoalidade e subordinação jurídica direta com a tomadora de serviços, o que não é a hipótese dos autos.
Quanto a esse último aspecto, não se leva em conta a mera subordinação estrutural ou indireta, que, aliás, é inerente à terceirização da atividade fim - tal implicaria esvaziar de sentido os já mencionados precedentes do STF -, sendo necessário estar comprovada nos autos a subordinação hierárquica direta, presencial ou por via telemática, do trabalhador aos prepostos da tomadora, o que não se verificou na hipótese.
Registre-se que a responsabilidade da tomadora de serviços nestes casos se mantém de forma subsidiária, consoante a tese já firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante".
Ante o exposto, em face da decisão vinculante do STF, o recurso de revista deve ser conhecido, por contrariedade à Súmula 331, I, do TST (má aplicação), e, no mérito, provido para, reconhecendo a licitude da terceirização, julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial com amparo na declaração de ilicitude da terceirização, remanescendo a responsabilidade subsidiária da tomadora dos serviços quanto às demais parcelas reconhecidas no presente feito.
Conheço do recurso de revista por violação ao art. 2° da Consolidação das Leis do Trabalho.

4.2. Mérito

Conhecido o recurso de revista por violação ao art. 2° da CLT, dou-lhe provimento para, reconhecendo a licitude da terceirização, excluir o reconhecimento de vínculo de emprego entre o Reclamante e o Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Vitória.

5. COTA PATRONAL. ISENÇÃO. VERBAS DECORRENTES DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO.
5.1. Conhecimento
O Tribunal Regional da 17ª Região, no que concerne ao tema destaque, consignou:
"DOS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS - ISENÇÃO DA COTA PARTE PATRONAL
A parte reclamada alega, em suma, que é entidade beneficente de assistência social sendo, portanto, isenta de recolhimentos previdenciários (fl. 1045).
Pois bem.
A parte recorrente, em sua contestação, juntou aos autos certificado de entidade beneficente de assistência social (fl. 492), bem como a solicitação de renovação (fl. 493).
De fato, não há dúvida que a reclamada entidade é beneficente de assistência social, entretanto, isto não basta para a concessão do benefício de isenção previdenciária.
A Lei 12.101/2009 em seu art. 29 prevê a necessidade de certos requisitos cumulativos para a concessão da isenção previdenciária, in verbis:
Art. 29.A entidade beneficente certificada na forma do Capítulo II fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: (grifo nosso)
I - não percebam, seus dirigentes estatutários, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; (Redação dada pela Lei nº 12.868, de 2013)
II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e

desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
Observa-se, ainda, que o art. 195, § 7º, da Constituição Federal estabelece que a concessão da isenção deve observar os requisitos previstos em lei.
Neste sentido, como a parte recorrente não demonstrou ter cumprido os requisitos legais, não há falar em isenção.
Portanto,
Nego provimento".

As Reclamadas argumentam que basta a apresentação do Certificado de Entidade Beneficente da Assistência Social para que seja concedida a isenção previdenciária.
Argumentam que a Justiça do Trabalho não é competente para avaliar o preenchimento dos requisitos constantes na Lei 12.101/2009.
Apontam violação dos arts. 1° e 24° da Lei 12.101/2009 e do art. 8° do Decreto 8.242/2014. Transcreve arestos ao confronto de teses.
Analiso.
Uma vez que a contribuição previdenciária sobre a qual se discute a isenção decorre do reconhecimento do vínculo de emprego com o Hospital, resta prejudicada a apreciação do tema, em razão da reforma da decisão regional naquele particular.

CONCLUSÃO:
À vista do exposto, atendidos os requisitos do art. 489, § 1º, do CPC e com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST e 932, III, IV e V, do CPC, 1 - Conhecer do recurso de revista quanto ao tema "Preliminar de prescrição/Licença-prêmio", por violação ao artigo 7°, XXIX, e, no mérito, dar-lhe provimento para declarar a prescrição do pleito de indenização pelas licenças-prêmios não gozadas e; 2 - Conhecer do recurso de revista quanto ao tema "Reconhecimento de vínculo de emprego", por violação ao art. 2° da CLT, e, no mérito, dar-lhe provimento para declarar a licitude da terceirização, afastando o vínculo de emprego entre o Reclamante e o Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, julgar improcedentes os pedidos iniciais formulados com amparo na alegação de ilicitude da terceirização, mantida a responsabilidade subsidiária da parte reclamada tomadora de serviços quanto aos pedidos independentes deferidos.
Registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010286-97.2018.5.15.0152

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	LUCIANO SEBASTIAO COLOMBARI
Advogado	Dr. Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 163741-A/SP)
Agravado	MABE BRASIL ELETRODOMÉSTICOS S.A.
Advogado	Dr. Andre Luiz Paes de Almeida(OAB: 169564-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- LUCIANO SEBASTIAO COLOMBARI
- MABE BRASIL ELETRODOMÉSTICOS S.A.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

1) HORAS EXTRAS. REGIME DE COMPENSAÇÃO. AUSÊNCIA DE NORMA COLETIVA. INVALIDADE. ACORDO TÁCITO. SÚMULA 85, III, DO TST; 2) FERIADOS TRABALHADOS. ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA FÁTICA. 3) LIMITAÇÃO DO VALOR DA CONDENAÇÃO AOS VALORES INDICADOS EXPRESSAMENTE NA PETIÇÃO INICIAL. MENÇÃO EXPRESSA NA INICIAL DE QUE OS VALORES ERAM MERAS ESTIMATIVAS.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante contra o despacho da Vice-Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: "HORAS EXTRAS. REGIME DE COMPENSAÇÃO. AUSÊNCIA DE NORMA COLETIVA. INVALIDADE. SÚMULA 85, III, DO TST"; "FERIADOS TRABALHADOS. ÔNUS DA PROVA"; "LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS VALORES INDICADOS NA PETIÇÃO INICIAL".
Contraminuta não apresentada.
Desnecessária a remessa ao Ministério Público do Trabalho, ante o disposto no artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
I - AGRAVO DE INSTRUMENTO
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso.
Regular a representação processual.
Desnecessário o preparo.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Compensação de Jornada / Acordo Tácito/ Expresso.
O v. acórdão decidiu com amparo nos elementos fático-probatórios contidos nos autos. Conclusão diversa da adotada remeteria ao

reexame de fatos e provas, procedimento vedado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do C. TST. Assim, na presente hipótese, a menção de violação a dispositivos do ordenamento jurídico e de divergência jurisprudencial não viabiliza o processamento do recurso.

Duração do Trabalho / Repouso Semanal Remunerado e Feriado.

FERIADOS TRABALHADOS

As questões relativas ao tema em destaque foram solucionadas com base na análise dos fatos e provas. Incidência da Súmula 126 do C. TST.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais.

DA LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃODOS VALORES INDICADOS NA PETIÇÃO INICIAL DO PRINCÍPIO DA ADSTRIÇÃO

O C. TST firmou entendimento de que a condenação deve se limitar aos valores constantes nos pedidos da petição inicial, quando a parte indica expressamente os montantes atribuídos às parcelas, sem registrar qualquer ressalva. Assim, se o reclamante trouxer, na inicial, pedidos líquidos, indicando o valor que pleiteia em relação a cada uma das verbas, sem registrar qualquer ressalva, deve o juiz ater-se a tais valores, sob pena de violação dos arts. 141 e 492 do CPC.

Portanto, a interpretação conferida pelo v. acórdão recorrido está em consonância com iterativa, notória e atual jurisprudência do C. TST (Ag-ED-RR-1080-87.2014.5.03.0005, 1ª Turma, Relator: Luiz Jose Dezena da Silva, DEJT 08/11/2019, RR-10907-63.2019.5.03.0065, 2ª Turma, Relatora: Delaide Alves Miranda Arantes, DEJT25/06/2021, RRAg-641-56.2018.5.09.0656, 3ª Turma, Relator: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 11/06/2021. RR-3426-16.2017.5.09.0562, 4ª Turma, Relator: Alexandre Luiz Ramos, DEJT 25/06/2021, Ag-RRAg-642-30.2019.5.11.0016, 5ª Turma, Relator: Breno Medeiros, DEJT 30/04/2021, AIRR-10141-36.2019.5.15.0110, 6ª Turma, Relatora: Katia Magalhaes Arruda, DEJT 09/04/2021, Ag-AIRR-2319-48.2013.5.15.0096, 7ªTurma, Relator: Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 26/03/2021, RRAg-1000114-04.2019.5.02.0703, 8ª Turma, Relatora: Dora Maria da Costa, DEJT 26/03/2021, 10472-61.2015.5.18.0211, SBDI-1, Relator: Walmir Oliveira da Costa, DEJT 29/05/2020).

Inviável, por decorrência, o apelo, ante o disposto no art. 896, §7º, da CLT e na Súmula 333 do C. TST.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista." (Págs. 891-893, destacou-se)

Nas razões do agravo de instrumento, o reclamante insurge-se contra a negativa de seguimento do seu recurso de revista.

Relativamente ao acordo de compensação de jornada, alega, em suma, que não deve ser aplicado o entendimento da Súmula 85 do TST, conforme entendeu o Regional, pois uma vez descaracterizado o acordo de compensação de jornada, caso dos autos, tudo é nulo, sendo devidas todas as horas excedentes à oitava hora diária como extras. Indica ofensa ao artigo 7º, incisos XIII e XVI, da Constituição Federal e traz arestos para defesa de tese.

Quanto ao tema o Regional consignou:

"ACORDO DE COMPENSAÇÃO

Por entender que houve a pactuação tácita da compensação semanal, o Juízo de origem determinou a aplicação da Súmula 85, III, do TST, deferindo ao reclamante "o pagamento apenas do adicional de horas extras para as excedentes à 8ª hora diária, bem como as horas extras (hora acrescida do adicional de horas extras) excedentes à 44ª hora semanal."

O autor não concorda, aduzindo, para tanto, que o acordo de compensação tácito é considerado inválido, sendo imprescindível a forma escrita. Destaca que qualquer violação ao limite diário ou semanal de jornada, afronta o disposto no art. 7º, XIII, da Constituição e a literalidade do art. 59 da CLT. Com esses argumentos, insiste no pagamento das horas extras acima da 8ª diária, acrescidas do respectivo adicional.

Sem razão.

Foi justamente por considerar inválido o acordo de compensação tácito, que o Juízo de primeiro grau limitou a condenação ao pagamento do adicional de horas extras para aquelas excedentes da 8ª diária e deferiu as horas extras com o respectivo adicional, para o labor excedente a 44 horas semanal.

A sentença está em consonância com o entendimento assentado na Súmula 85, III, do TST, no sentido de que "O mero não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada, inclusive quando encetada mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, se não dilatada a jornada máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional." (grifos e destaques meus)

Outra não é a hipótese dos autos.

Relembro, por oportuno, que mesmo nas situações em que verificada a prestação habitual de horas extras, circunstância hábil para descaracterizar o acordo de compensação, "as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas extraordinárias e, quanto àquelas destinadas à compensação, deverá ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário" (Súmula 85, IV, do TST).

Nego provimento." (Págs. 845 e 846, destacou-se)

Observa-se que na hipótese, o Colegiado regional manteve a sentença por entender que houve pactuação tácita da compensação semanal de jornada. Por tal razão, declarou inválido o acordo de compensação e reputou devido o pagamento do adicional para as horas excedentes à 8ª hora diária, bem como as horas extras excedentes à 44ª hora semanal.

A decisão regional, portanto, foi proferida em sintonia com a diretriz da Súmula nº 85, I e III, a qual dispõe que:

"Súmula nº 85 do TST

COMPENSAÇÃO DE JORNADA (inserido o item VI) - Res. 209/2016, DEJT divulgado em 01, 02 e 03.06.2016

I. A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva. (ex-Súmula nº 85 - primeira parte - alterada pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003)

II. O acordo individual para compensação de horas é válido, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário. (ex-OJ nº 182 da SBDI-1 - inserida em 08.11.2000)

III. O mero não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada, inclusive quando encetada mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, se não dilatada a jornada máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional. (ex-Súmula nº 85 - segunda parte - alterada pela Res. 121/2003, DJ 21.11.2003)

IV. A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada. Nesta hipótese, as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas extraordinárias e, quanto àquelas destinadas à compensação, deverá ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário. (ex-OJ nº 220 da SBDI-1 - inserida em 20.06.2001)

V. As disposições contidas nesta súmula não se aplicam ao regime compensatório na modalidade "banco de horas", que somente pode ser instituído por negociação coletiva.

VI - Não é válido acordo de compensação de jornada em atividade insalubre, ainda que estipulado em norma coletiva, sem a necessária inspeção prévia e permissão da autoridade competente, na forma do art. 60 da CLT.

Nesse sentido cito precedentes:

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. HORAS EXTRAS. ACORDO DE COMPENSAÇÃO DE JORNADA TÁCITO. INVALIDADE. PAGAMENTO APENAS DO ADICIONAL POR TRABALHO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA Nº 85, ITEM III, DO TST. A decisão proferida pelo Tribunal Regional, quanto à invalidade do acordo tácito, não comporta mais discussão, uma vez que pacificado entendimento nesta Corte, por meio do item I da Súmula 85 do TST, de que a compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva, sendo, portanto, inválido ajuste tácito para a compensação de horários. Uma vez evidenciado que o acordo de compensação não era válido, é devido o pagamento de horas extras. Todavia, em relação às horas efetivamente compensadas, a condenação deve se restringir ao pagamento do adicional, porquanto já foram remuneradas de forma simples. Recurso de revista conhecido e parcialmente provido." (RR - 310-56.2014.5.15.0136 Data de Julgamento: 24/02/2016, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 04/03/2016)

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA PRIMEIRA RECLAMADA EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - REGIME DE COMPENSAÇÃO INVÁLIDO - AUSÊNCIA DE NORMA COLETIVA - HORAS EXTRAS - SÚMULA Nº 85, III E IV, DO TST Na forma da Súmula nº 85, III e IV, do TST, a pactuação tácita do regime compensatório e a prestação de horas extras de forma habitual, embora descaracterizem o acordo de compensação de jornada, não importam negação absoluta dos efeitos de eventual compensação ocorrida. Assim, as horas que ultrapassarem a duração semanal normal deverão ser pagas como extraordinárias, e, quanto àquelas destinadas à compensação, deverá ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário. Agravo de Instrumento a que se nega provimento. Recurso de Revista não conhecido. (ARR - 138-44.2011.5.09.0021 Data de Julgamento: 04/10/2017, Relatora Ministra: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 06/10/2017)

"AGRAVOS DE INSTRUMENTO INTERPOSTOS PELO MUNICÍPIO DE LONDRINA E PELA SP ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. MATÉRIA COMUM A AMBOS OS RECURSOS. ANÁLISE CONJUNTA. HORAS EXTRAS. ACORDO DE COMPENSAÇÃO. VALIDADE. ACORDO TÁCITO. 1. Verifica-se que, no caso dos autos, o Tribunal Regional consignou expressamente que, conquanto prevista em norma coletiva a possibilidade de pactuação de acordo de compensação, não se observou a exigência de pactuação do regime por meio de acordo individual a que se referia a norma coletiva. Nesse apurado contexto, afastou a aplicação do item I da Súmula n.º 85 desta Corte superior. 2. Concluiu, ademais, o Tribunal Regional que, não obstante a inexistência de acordo individual escrito, diante da ausência de labor aos sábados, dias destinados à compensação, caracterizado o acordo tácito de compensação de jornada, atraindo-se a incidência da Súmula n.º 85, item III, desta Corte superior. 3. Ainda, observando-se que não resultou ultrapassado o limite de 10 horas diárias, mas tão somente o limite semanal legal, a Corte de origem deferiu o pleito de observância dos ditames contidos na Súmula n.º 85, item IV, desta Corte superior. 4. Revelando a decisão recorrida sintonia com a jurisprudência pacífica do Tribunal Superior do Trabalho, não se habilita a conhecimento o Recurso de Revista, nos termos do artigo 896, § 7º, da Consolidação das Leis do Trabalho. 5. Agravos de Instrumento não providos." (AIRR - 115-41.2010.5.09.0019 Data de Julgamento: 29/06/2016, Relator Desembargador Convocado: Marcelo Lamego Pertence, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 01/07/2016)

Estando, pois, o acórdão regional em harmonia com jurisprudência deste Tribunal Superior, o processamento do recurso de revista, de fato, encontra óbice no artigo 896, 7º, da CLT e na Súmula nº 333 do TST.

Relativamente aos feriados trabalhados, alega que as provas dos autos não demonstram a plena quitação das horas extras decorrentes do labor em feriados. Indica ofensa aos artigos 818 da CLT e 373, inciso I, do CPC/2015. Traz aresto para defesa de tese.

Quanto ao tema o Regional consignou:

"FERIADOS TRABALHADOS

O Juízo de origem assim decidiu (fl. 804):

(...) julgo improcedente o pedido de pagamento de horas extras decorrentes do alegado labor em feriados, pois, analisando por amostragem os controles de jornada, não verifiquei o labor em tais ocasiões, o que também não foi apontado pela parte autora em réplica.

O autor requer "o pagamento de diferenças do adicional de 100% para o labor em feriados, bem como os reflexos legais, dada sua habitualidade e natureza salarial, nos moldes indicados na exordial". Argumenta que "laborou nos feriados indicados pelos controles de ponto, diferenças estas que serão apuradas em regular liquidação."

A singela argumentação recursal, à mingua de qualquer demonstração - mesmo que por amostragem - da alegada prestação laboral em feriados sem a correta remuneração, não é capaz de atrair a procedência do pedido de reforma.

Como pontuado na sentença, a análise dos cartões de ponto - reconhecidos pelo recorrente (fl. 799) - não revela a existência de labor em feriados. Tampouco houve apontamento, em réplica (fls. 746/748). E, como visto, estes aspectos sequer são objeto de impugnação no recurso.

Mantenho." (Pág. 846, destacou-se)

O Regional consignou que, "como pontuado na sentença, a análise dos cartões de ponto - reconhecidos pelo recorrente (fl. 799) - não revela a existência de labor em feriados." (Pág. 846).

Cabe ressaltar que para afastar as conclusões da Corte regional seria necessário o reexame da valoração de fatos e provas feita pelas esferas ordinárias, o que é defeso a esta instância recursal de natureza extraordinária ante a vedação contida na Súmula nº 126 do TST.

Ademais, cumpre salientar que somente é importante perquirir a quem cabe o ônus da prova quando não há prova dos fatos controvertido nos autos, arguido por qualquer das partes. Assim, uma vez que este ficou efetivamente provado, conforme asseverou o Tribunal Regional, é irrelevante o questionamento sobre a quem caberia fazer a prova. Portanto, nessa hipótese, não há reconhecer ofensa aos artigos 818 da CLT e 373, inciso I, do CPC/2015.

Relativamente à limitação da condenação, alega que "o valor da condenação não fica limitado ao valor atribuído à causa ou pedidos pelo Recorrente, pois a Lei n. 9957/00 assim não determina, independentemente do rito processual" (Pág. 910). Traz arestos para defesa de tese.

Quanto ao tema o Regional consignou:

"LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO - VALORES INDICADOS NA INICIAL

O reclamante se insurge contra a determinação de limitação da condenação aos valores atribuídos aos pedidos na petição inicial. Defende que os valores declinados na aludida peça de ingresso não

poderão ser utilizados como base para sucumbência e ou limitação para liquidação dos pedidos procedentes, tratando-se de mera estimativa do quantum debeatur, destinada à fixação do rito.
O inconformismo não prospera.
A presente ação foi ajuizada na vigência da Lei 13.467/2017, que alterou o § 1º do art. 840 da CLT e tornou necessária a indicação do valor de cada pedido na petição inicial. Todavia, no entendimento pessoal deste Relator, a determinação legal acima envolve apenas a indicação de uma estimativa do valor do pedido, não havendo a necessidade de a parte apresentar pedidos já previamente liquidados. Nesse caminhar, o valor atribuído aos pedidos e ao valor da causa não vincula, nem limita o montante a ser apurado em regular fase de liquidação de sentença.
Entretanto, não é esse o entendimento prevalecente nesta C. Câmara, ao qual adiro, com ressalva de meu posicionamento, para estabelecer que a condenação deve se limitar aos valores apresentados na peça de ingresso, seja pela diretriz que emana do art. 840, §1º, da CLT, seja pela expressa delimitação contida no art. 492 do CPC.
Mantenho." (Pág. 847, destacou-se)
Discute-se, no caso, a validade da limitação da condenação aos valores indicados na petição inicial.
Observa-se que o Regional consignou que "a condenação deve se limitar aos valores apresentados na peça de ingresso, seja pela diretriz que emana do art. 840, §1º, da CLT, seja pela expressa delimitação contida no art. 492 do CPC." (Pág. 847).
O recurso de revista alcança processamento, em razão da divergência jurisprudencial demonstrada por meio do paradigma citado à pág. 887, oriundo do TRT da 2ª Região, o qual consigna tese no sentido de que o valor arbitrado à causa é uma mera estimativa.
Diante do exposto, dou provimento ao agravo de instrumento do reclamante apenas quanto ao tema "Limitação da Condenação" por divergência jurisprudencial para determinar o processamento do recurso de revista no aspecto.

II - RECURSO DE REVISTA
Tendo em vista os fundamentos antes apresentados, ora reiterados, conheço do recurso de revista por divergência jurisprudencial.
De fato, a demanda em exame foi ajuizada sob a égide da Lei nº 13.467/2017, que alterou a redação do artigo 840, §1º, da CLT, que passou a dispor o seguinte:
"Art. 840 - A reclamação poderá ser escrita ou verbal.
§ 1º. Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante".
Importante salientar, todavia, que o TST, ao regulamentar a aplicabilidade da Lei nº 13.467/2017 na Justiça do Trabalho, editou a Instrução Normativa nº 41/2018, que dispôs o seguinte sobre o valor da causa:
"Art. 12. Os arts. 840 e 844, §§ 2º, 3º e 5º, da CLT, com as redações dadas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, não retroagirão, aplicando-se, exclusivamente, às ações ajuizadas a partir de 11 de novembro de 2017.
(...)
§ 2º Para fim do que dispõe o art. 840, §§ 1º e 2º, da CLT, o valor da causa será estimado, observando-se, no que couber, o disposto nos arts. 291 a 293 do Código de Processo Civil" (grifou-se).
Ou seja, nos termos da Instrução Normativa editada por esta Corte superior, o valor indicado na inicial, mesmo tratando-se de pedido líquido e certo, corresponde a uma estimativa.
Com efeito, tendo em vista que os valores indicados na inicial correspondem a uma estimativa dos pedidos, não subsiste a limitação da condenação implementada na origem e mantida pelo Regional, ainda mais considerando que o próprio autor expressamente consignou na peça exordial tratarem-se de valores estimados, os quais deveriam ser apurados em liquidação de sentença.
A respeito do tema em discussão, os seguintes precedentes:
"RECURSO ORDINÁRIO EM AÇÃO RESCISÓRIA AJUIZADA SOB A ÉGIDE DO CPC DE 1973. ARTIGO 485, V, DO CPC DE 1973. LIMITAÇÃO DOS VALORES A SEREM APURADOS EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA ÀS QUANTIAS INDICADAS POR ESTIMATIVA NA PETIÇÃO INICIAL DA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. (...). VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 128 E 460 DO CPC DE 1973. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. 1. Tese inicial fundada na alegação de violação dos artigos 5º, LIV, e 7º, XVI, da CF, 125, III, 128, 258, 261, parágrafo único, e 460 do CPC de 1973, 840, § 1º, da CLT e 884 e 886 do CCB. 2. No acórdão rescindendo, restou provido o recurso do reclamante para majorar a condenação em horas extras, a se calcular com base na jornada declinada na petição inicial. Contudo, impôs-se a limitação dos valores a serem apurados em liquidação de sentença às quantias indicadas no pedido exordial . 3. Pedido de corte rescisório julgado procedente no Regional para afastar a limitação da condenação ao pagamento de horas extras ao valor do pedido inicial (R$9.200,00), por violação do artigo 840, § 1º, da CLT. 4. O debate proposto diz respeito à necessidade ou não de limitação dos valores apurados em liquidação de sentença às quantias fixadas na peça vestibular da reclamação trabalhista . 5. (...). Quanto ao artigo 840, § 1º, da CLT, em que pese o entendimento adotado no acórdão regional, também não se mostra pertinente com a alegação exposta pelo Autor na petição inicial, uma vez que trata dos requisitos da petição inicial da reclamação trabalhista quando escrita (designação do juízo, qualificação das partes, uma breve exposição dos fatos, o pedido, a data e assinatura do reclamante ou de seu representante). O dispositivo não trata especificamente de pedido líquido e respectiva consequência nos limites da condenação. 6 . É bem verdade que se o demandante limitar o pedido inicial a determinado valor, deve o juiz decidir nos exatos limites em que proposta a lide, sendo-lhe defeso condenar o demandado em quantidade superior à pleiteada, nos termos dos artigos 128 e 460 do CPC. Ocorre, porém, que a situação verificada no caso concreto é diversa, pois o Autor indicou valores para o pedido de pagamento de horas extras por mera estimativa, requerendo expressamente que o valor efetivamente devido fosse apurado posteriormente, em liquidação de sentença. Nesse passo, sujeita a ação matriz ao rito ordinário, é evidente que não se objetivava a limitação do pedido aos valores informados. Desse modo, o Juízo rescindendo, ao limitar o crédito do Autor aos valores indicados na exordial, violou as normas dos artigos 128 e 460 da CLT. 7. Pleito rescisório julgado procedente, com base no artigo 485, V, do CPC de 1973, porque evidenciada a violação dos artigos 128 e 460 do CPC de 1973. (...)" (RO-7765-94.2010.5.02.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 14/06/2019, grifou-se).
"III - RECURSO DE REVISTA. RECLAMANTE. LEI Nº 13.467/2017. LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS VALORES ATRIBUÍDOS AOS PEDIDOS NA PETIÇÃO INICIAL. AÇÃO AJUIZADA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017.
1 - No caso dos autos, discute-se a limitação da condenação ao pagamento de gorjetas ao valor apontado na inicial de R$ 500,00

mensais, em ação protocolada na vigência da Lei nº 13.467/2017. O TRT limitou a condenação ao valor estipulado na exordial, por entender que foram observados os limites objetivos da lide.
2 - A jurisprudência desta Corte Superior vinha se firmando no sentido de que, na hipótese em que há pedido líquido e certo na petição inicial, eventual condenação deveria se limitar aos valores atribuídos a cada um desses pedidos.
3 - Esse entendimento, contudo, é aplicável aos processos iniciados antes da Lei nº 13.467/2017. Com a Reforma Trabalhista, foi alterado o §1º do art. 840 da CLT, que passou a ter a seguinte redação: "Art. 840 - A reclamação poderá ser escrita ou verbal. § 1o Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante".
4 - A fim de orientar a aplicação das normas processuais introduzidas pela Lei nº 13.467/2017, foi editada por esta Corte a IN nº 41, que assim dispôs sobre a aplicação do art. 840, §1º, da CLT: "Art. 12. Os arts. 840 e 844, §§ 2º, 3º e 5º, da CLT, com as redações dadas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, não retroagirão, aplicando-se, exclusivamente, às ações ajuizadas a partir de 11 de novembro de 2017. [...] § 2º Para fim do que dispõe o art. 840, §§ 1º e 2º, da CLT, o valor da causa será estimado, observando-se, no que couber, o disposto nos arts. 291 a 293 do Código de Processo Civil".
5 - Desta feita, não há se falar em limitação da condenação aos valores estipulados nos pedidos apresentados de forma líquida na inicial, uma vez que estes são apenas estimativas do valor monetário dos pleitos realizados pela parte reclamante. A questão já foi decidida por esta Turma, quando do julgamento do ARR-1000987-73.2018.5.02.0271.
6 - Assim, tem-se que os valores estipulados na inicial são apenas para fins estimativos. Ademais, no caso dos autos, ficou evidente que era a reclamada que detinha os documentos necessários à estimativa contábil das gorjetas ("In casu, a própria preposta informou que o valor das gorjetas era repassado pelo setor contábil da empresa, de modo que a ré tinha ciência do valor e era responsável pelo repasse aos empregados"), além de ter confessado que o valor devido mensalmente era superior ao pleiteado na exordial, conforme se observa do depoimento da preposta "que é rateada entre os garçons uma importância semanal de R$900,00/R$1500,00 a título de gorjeta".
7 - Recurso de revista a que se dá provimento" (Processo: RR - 1001033-52.2018.5.02.0048 Data de Julgamento: 20/10/2021, Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 22/10/2021, grifou-se).

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. INDICAÇÃO DO VALOR DA CAUSA. VALOR ESTIMADO. ARTIGO 840, § 3º, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. 1 . Cinge-se a controvérsia em saber se o artigo 840, § 1º, da CLT, introduzido no diploma consolidado por meio da Lei nº 13.467/2017, exige a liquidação dos pedidos e, por conseguinte, a indicação precisa do valor da causa. 2. Considerando a atualidade da controvérsia, bem assim a ausência de uniformidade de entendimentos sobre a questão ora examinada, revela-se oportuno o reconhecimento da transcendência da causa, sob o aspecto jurídico. 3. Consoante disposto no artigo 840, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação conferida pela Lei n.º 13.467/2017, deve a parte autora, na petição inicial, formular pedido certo, determinado e com indicação de seu valor . Esta Corte superior editou a Instrução Normativa nº 41/2018, dispondo acerca da aplicação das regras processuais introduzidas na CLT por meio da Lei nº 13.467/2017 e, no seu artigo 12, § 2º, fez constar que " para fim do que dispõe o art. 840, §§ 1º e 2º, da CLT, o valor da causa será estimado ". 4. Resulta daí que a indicação do valor da causa, por estimativa, é suficiente para atender a exigência legal. 5. Recurso de Revista conhecido e provido" (RR-55-11.2019.5.12.0006, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 01/10/2021).

"RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. LIMITAÇÃO DO VALOR DA CONDENAÇÃO AOS VALORES INDICADOS EXPRESSAMENTE NA PETIÇÃO INICIAL. MENÇÃO EXPRESSA NA INICIAL DE QUE OS VALORES ERAM MERAS ESTIMATIVAS. 1.1. De acordo com o entendimento desta Corte Superior, quando a petição inicial contém pedido líquido e certo, a condenação em quantidade superior ao indicado na inicial, importa em julgamento ultra petita. 1.2. No caso, todavia, verifica-se que o reclamante, na inicial, informou expressamente que a indicação dos valores foi realizada por estimativa. Em tal hipótese, não há de se falar em limitação da condenação aos valores atribuídos a cada um dos pedidos da inicial. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido" (Ag-RR-1000570-33.2019.5.02.0321, 8ª Turma, Relatora Ministra Delaide Alves Miranda Arantes, DEJT 10/09/2021).
A limitação da condenação aos valores indicados na petição inicial, portanto, está em desacordo com o artigo 840, §1º, da CLT, à luz da interpretação atribuída pelo TST no artigo 12, §2º, da Instrução Normativa nº 41/2018.
Assim, no mérito, dou provimento ao recurso, para, reformando o acórdão regional, afastar a limitação da condenação imposta na origem quanto aos valores indicados na petição inicial e, em consequência, determinar a liquidação das parcelas deferidas seja feita no momento oportuno em execução.

Ante o exposto, com base no artigo 118, inciso X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho c/c o artigo 932, inciso V, alínea "a", do CPC/2015: I - dou provimento ao agravo de instrumento apenas quanto ao tema "Limitação da Condenação" para processar o recurso de revista; II - conheço do recurso de revista por divergência jurisprudencial e, no mérito, dou-lhe provimento para reformando o acórdão regional afastar a limitação da condenação imposta na origem quanto aos valores indicados na petição inicial e, em consequência, determinar a liquidação das parcelas deferidas seja feita no momento oportuno em execução; e III - determino a reautuação do feito como recurso de revista com agravo. Custas e valor da condenação mantidos para fins processuais.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0012284-29.2018.5.15.0111

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	RENATO LUCIO QUATROCCI ALVES

Advogado	Dr. Leandro Marques(OAB: 225945-A/SP)
Advogada	Dra. Lucimara Fernanda Domingues(OAB: 301691-A/SP)
Agravado	LOJAS CEM S.A
Advogado	Dr. Eduardo Delega(OAB: 276772-A/SP)
Advogado	Dr. Marcos Rogerio Salvador(OAB: 271140-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LOJAS CEM S.A
- RENATO LUCIO QUATROCCI ALVES

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Rito sumaríssimo.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso (decisão publicada em 08/06/2020; recurso apresentado em 18/06/2020).

Regular a representação processual.

Desnecessário o preparo.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Cumpre esclarecer que o eventual apontamento de ofensa a dispositivos legais e de divergência de arestos não serão apreciados, tendo em vista que a presente ação está sujeita ao procedimento sumaríssimo, nos termos do art. 896, § 9º, da CLT. Oportuno ressaltar que não é válida, para efeito de conhecimento do recurso de revista, a invocação de Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, em conformidade com o disposto na Súmula 442 do C. TST.

RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO/JUSTA CAUSA / FALTA GRAVE.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DURANTE AFASTAMENTO

A questão relativa ao tema em epígrafe foi solucionada com base na apreciação dos fatos e provas, as quais foram valoradas em conformidade com as regras previstas no art. 371 do CPC/2015. Conclusão diversa da adotada remeteria ao reexame de fatos e provas, procedimento vedado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do C. TST.

Quanto ao ônus da prova, o v. julgado observou os ditames contidos nos dispositivos legais pertinentes à matéria, não havendo qualquer ofensa, de forma direta e literal, nos termos da alínea 'c' do art. 896 da CLT.

Ademais, não há que se falar em afronta aos princípios constitucionais invocados, uma vez que o v. acórdão respeitou os ditames do art. 5º da Carta Magna.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/PARTES E PROCURADORES/SUCUMBÊNCIA/HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA No que se refere ao tema em destaque, inviável o recurso, pois a parte recorrente não indica trechos do acórdão recorrido que prequestionam a controvérsia objeto do recurso, assim deixando de atender aos requisitos exigidos pelo art. 896, § 1º, I, da CLT.

Ademais, o recurso de revista não é meio apto para suscitar a inconstitucionalidade de lei, uma vez que tal hipótese não se enquadra nas previsões do art. 896 da CLT.

CONCLUSÃO

DENEGO seguimento ao recurso de revista."

In casu, em relação aos temas "Falta Grave" e "Prestação de Serviço Durante o Afastamento", resta indubitável que a decisão proferida pelo Regional partiu do conjunto probatório efetivamente produzido nos autos. Rever tal entendimento exigiria o revolvimento do conjunto fático-probatório. Óbice da Súmula n.º 126 do TST.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
No que tange a insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", tendo em vista a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles

que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita, dou provimento parcial ao agravo de instrumento, por observar possível violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, para determinar o processamento do recurso de revista no particular.

II - RECURSO DE REVISTA

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

1 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.

No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do artigo 791-A, § 4º, da CLT, visto que ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 5º, XXXV, XXXIV e LXXIV, e 1º, III, todos da Constituição Federal.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça a parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento ao agravo de instrumento apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por possível violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, para determinar o processamento do recurso de revista, no aspecto; e II - conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0000828-56.2018.5.08.0118

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	ERICK JORDAO DOS SANTOS DIAS
Advogado	Dr. Jorge Luís Loreto Júnior(OAB: 26693-A/PA)
Recorrido	REDE CONECTA SERVIÇOS DE REDE S.A.
Advogado	Dr. Alfredo Augusto Casanova Nelson Ribeiro(OAB: 3134-A/PA)
Advogada	Dra. Wanuza Maués(OAB: 11861-A/PA)
Advogado	Dr. Ivan Pedro Wanzeller Granhen(OAB: 17933-A/PA)

Intimado(s)/Citado(s):
- ERICK JORDAO DOS SANTOS DIAS
- REDE CONECTA SERVIÇOS DE REDE S.A.

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que deu provimento ao recurso ordinário da Reclamada, condenando, assim, o reclamante quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA".
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:
"(...)
Honorários advocatícios sucumbenciais.
In casu, considerando o provimento do recurso das reclamada e a improcedência dos pleitos deduzidos na exordial, resta configurada a sucumbência da parte autora.
Outrossim, considerando que a ação nestes autos foi ajuizada quando já vigente o artigo 791-A da CLT, condeno o reclamante a pagar ao advogado da reclamada 10% de honorários advocatícios calculados sobre o valor dos pedidos julgados improcedentes, considerando a natureza da matéria tratada nos autos, respeitado o disposto no §4º do referido dispositivo.
Outrossim, desde logo, esclareço que o fato do obreiro ser beneficiário da justiça gratuita não o exime de pagar os sobreditos honorários, visto que o artigo acima mencionado não exclui o beneficiário da justiça gratuita de tal ônus sucumbencial.
(...)"
No que tange à insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou a sentença de origem em recurso ordinário interposto pela Reclamada, consequentemente, reconhecendo a sucumbência do Reclamante,

o condenou ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, mesmo sendo o autor beneficiário da justiça gratuita, visto que a ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.

Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.

Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF.

Examino.

Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.

Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-1000972-83.2018.5.02.0472

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	RENATO OLIVEIRA DA SILVA ANDRADE
Advogado	Dr. José Arthur Di Prospero Júnior(OAB: 181183/SP)
Advogada	Dra. Karina Lemos Di Próspero Ribeiro(OAB: 218607-A/SP)
Advogada	Dra. Taciomara Muniz da Gama(OAB: 364839/SP)
Recorrido	COMERCIAL OSWALDO CRUZ LIMITADA
Advogado	Dr. Itamar Mantovani(OAB: 268947-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMERCIAL OSWALDO CRUZ LIMITADA
- RENATO OLIVEIRA DA SILVA ANDRADE

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que de provimento ao recurso ordinário, condenando o autor quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA".

Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.

A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).

À análise.

O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.

Eis os termos do acórdão recorrido:

"(...)

c) Dos honorários sucumbenciais

A tese dedilhada merece acolhida.

In casu, considerando a improcedência da demanda e que a presente reclamatória foi ajuizada em 29.08.2018 - após a vigência da Lei n° 13.467/2017 -, faz jus a reclamada ao pagamento da titulação em destaque.

No tocante ao percentual, sopesado os critérios fixados no § 2º, do artigo 791-A, consolidado, a constatação de versar a presente demanda sobre matérias usuais no âmbito desta Justiça Especializada, o Rito Sumaríssimo e a ausência de menção a questões excepcionais, deverá ser considerado o índice de 5% (cinco por cento) para cômputo da verba honorária, incidente sobre o valor concernente às pretensões em que o trabalhador restou sucumbente, porque compatível com a atuação do causídico constituído.

Contudo, não se pode perder de vista, por outro lado, que não obstante a clareza da gama de direitos disciplinada na Carta Magna, a atividade humana em proveito de outrem ainda necessita de significativa carga protetiva, e, impondo-se ao Poder Público a materialização do conteúdo do princípio da dignidade (artigo 1º, inciso III), caber à Justiça do Trabalho envidar esforços para que se abstenham de violá-los ou restringi-los, valendo-se de uma visão infinitamente mais abrangente da sua função social (artigo 5º, da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro), para alcunhar juridicidade a situações relegadas, mas, sempre, através da interpretação sistemática dos dispositivos e da sua aplicação ao caso concreto, por competir-lhe, afinal, cumprir e fazer cumprir a lei.

Por conseguinte, impõe-se, in casu, até porque sequer vislumbrada a hipótese de litigância de má-fé, tendo em vista a concessão dos benefícios da justiça gratuita ao acionante, e com fundamento na parte final do §º 4º, do artigo 791-A, da CLT[1], suspender a exigibilidade da obrigação em foco, até que sobrevenha notícia de efetiva cessação da condição de insuficiência econômica, extinguindo-se, após o transcurso de 2 (dois) anos, a obrigação. (...)"

No que tange à insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

No caso vertente, o Tribunal Regional reformou a sentença de origem que para condenar o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, visto que a ação foi

proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000494-25.2018.5.08.0117

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	IVAN SANTOS DA SILVA
Advogado	Dr. Romoaldo José Oliveira da Silva(OAB: 224044/SP)
Advogada	Dra. Gabriela Monteiro Carlos Costa(OAB: 18194-A/PA)
Agravado	N C DAIBES
Advogado	Dr. Marcus Aquino de Azevedo(OAB: 10277/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- IVAN SANTOS DA SILVA
- N C DAIBES

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO
HONORÁRIOS PERICIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO/Partes e Procuradores/Sucumbência/Honorários Periciais.
Alegações:
- contrariedade à Súmula nº 457 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação do caput e dos incisos XXXV e LXXIV do artigo 5º, da Constituição Federal.
- violação do inciso VI do §1º do artigo 98 do Código de Processo Civil de 2015.
Recorre o reclamante quanto á condenação ao pagamento de honorários periciais.
Alega violação ao artigo 98, §1º, VI e §3 do CPC. Afirma que a Gratuidade da Justiça compreende a isenção dos honorários periciais e que a decisão afronta o princípio constitucional da isonomia (artigo 5º, caput , da CF/88) e a garantia de assistência integral e gratuita pelo Estado ao economicamente vulnerável (artigo 5º, LXXIV, da CF/88).
Sustenta que os beneficiários da Justiça Gratuita são isentos do recolhimento dos honorários do intérprete nomeado pelo juiz, conforme artigo 819, §2º, da CLT.
Aponta contrariedade à Súmula nº 457 do C. TST, pois afirma que, ao ser concedida assistência judiciária gratuita, a União seria responsável pelo pagamento dos honorários periciais.
Transcreve o seguinte trecho da Decisão recorrida a título de prequestionamento da controvérsia (ID. 5cd39c6 - Pág. 2):
HONORÁRIOS PERICIAIS - BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA: COMO PARTE SUCUMBENTE NA PARCELA OBJETO DA PERÍCIA, O RECLAMANTE DEVE ARCAR COM O PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS, AINDA QUE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DO ARTIGO 790-B DA CLT. DESCABE IMPUTAR À UNIÃO A RESPONSABILIDADE PELO ENCARGO, CONSIDERANDO O DISPOSTO NO § 4º DO ARTIGO 790-B DA CLT, QUE PREVÊ EXPRESSAMENTE A IMPOSSIBILIDADE, NA HIPÓTESE DE O RECLAMANTE OBTER 'EM JUÍZO CRÉDITOS CAPAZES DE SUPORTAR A DESPESA'.
Examino.
Ressalto que o recurso de revista interposto em processo submetido ao rito sumaríssimo é cabível apenas se indicada contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal, conforme dispõe o § 9º do art. 896 da CLT. Tendo em vista que as razões recursais não observam essa restrição legal, nego seguimento ao recurso quanto às alegações de violação aos artigos 98, §1º, VI, e §3 do CPC e 819, §2º, da CLT.
No que se refere à alegação de violação dos incs. XXXV e LXXIV do art. 5º da CF/88 e de contrariedade à Súmula nº 457 do C. TST, o recurso não preenche o disposto no inc. I do §1º-A do art. 896 da CLT, pois o trecho indicado não contém o prequestionamento da controvérsia.
Portanto, nego seguimento à revista.

CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Em sua minuta, a parte agravante sustenta, em síntese, ser

indevida sua condenação ao pagamento de honorários periciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita. Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, LXXIV, da CF.
Ao exame.
Tendo em vista a decisão proferida pelo Supremo Tribunal, Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários periciais do beneficiário da justiça gratuita, dou provimento ao agravo de instrumento, ante a possível violação ao art. 5º, LXXIV, da CF, para determinar o processamento do recurso de revista no particular.

II - RECURSO DE REVISTA
Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

1 - HONORÁRIOS PERICIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.
No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários periciais, nos termos do artigo 790-B, caput e § 4º, da CLT, visto que ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários periciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita. Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, LXXIV, da CF.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários periciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade de trechos dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça a parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários periciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento ao agravo de instrumento apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS PERICIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por possível violação ao art. 5º, LXXIV, da CF, para determinar o processamento do recurso de revista, no aspecto; e II - conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS PERICIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários periciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010195-02.2014.5.15.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Agravado	PASCHOALOTTO SERVIÇOS FINANCEIROS S.A.
Advogado	Dr. Marcus Vinícius de Morais Junqueira(OAB: 175803/SP)
Agravante e Agravado	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	Dr. Diógenes Tadeu Gonçalves Leite Júnior(OAB: 186729-A/SP)
Agravado	GISELE APARECIDO RODRIGUES
Advogado	Dr. Paulo de Freitas Júnior(OAB: 150648-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- GISELE APARECIDO RODRIGUES
- PASCHOALOTTO SERVIÇOS FINANCEIROS S.A.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2°, do RITST).
Examino.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO RECLAMADO BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (decisão publicada em 19/08/2016; recurso apresentado em 29/08/2016).
Regular a representação processual.
Satisfeito o preparo.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Atos Processuais / Nulidade / Negativa de prestação jurisdicional. Quanto à nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional, não há como receber o recurso, porque o Tribunal manifestou-se explicitamente a respeito da matéria, não se verificando violação aos arts. 93, inciso IX, da Constituição Federal, 832 da CLT e 458 do CPC (vigente à época da prolação do v. acórdão). Além disso, não se admite o recurso por ofensa aos demais dispositivos constitucionais e legais apontados, na esteira do entendimento traçado na Súmula 459 do C. TST.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Formação, Suspensão e Extinção do Processo / Suspensão do Processo. SUSPENSÃO EM RAZÃO DE REPERCUSSÃO GERAL
A questão relativa ao não acolhimento do pedido de suspensão do processo foi solucionada com base na análise dos fatos e provas. Nessa hipótese, por não se lastrear o v. julgado em tese de direito, inviável a aferição de ofensa aos dispositivos legais invocados. Incidência da Súmula 126 do C. TST.
Por esclarecimento, destaque-se, o sobrestamento do recurso, baseado na ocorrência de repercussão geral, somente pode ser determinado nos recursos destinados aos Colendos Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, conforme estabelecem os §§ 1º e 2º do art. 1036 do CPC/2015 (arts. 543-B e 543-C do Código de Processo Civil/1973).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Formação, Suspensão e Extinção do Processo / Extinção do Processo Sem Resolução de Mérito / Falta de Pressupostos Processuais e/ou Condições da Ação.
ILEGITIMIDADE PASSIVA
Quanto ao não acolhimento da alegada preliminar cumpre destacar que a questão foi solucionada com base na análise dos fatos e provas. Nessa hipótese, por não se lastrear o v. julgado em tese de direito, inviável a aferição de ofensa aos dispositivos constitucionais e legais invocados e dissenso do verbete apontado. Incidência da Súmula 126 do C. TST.
Responsabilidade Solidária/Subsidiária / Tomador de Serviços/Terceirização / Licitude / Ilicitude da Terceirização. Categoria Profissional Especial / Bancário / Enquadramento.
Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.
Ao reconhecer o vínculo empregatício direto com o banco, tendo em vista a fraude perpetrada pelas reclamadas em virtude da ilicitude da terceirização, com aplicação das normas coletivas da categoria dos bancários, bem como a responsabilidade solidária das empresas, o v. acórdão, além de ter se fundamentado nas provas, decidiu em conformidade com a Súmula 331, I, do C. TST, o que obsta a revista, nos termos das Súmulas 126 e 333 do C. TST.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação/Cumprimento/Execução / Obrigação de Fazer/Não Fazer.
ANOTAÇÃO DA CTPS
O C. TST firmou entendimento no sentido de que o fato de o art. 39, §§ 1º e 2º, da CLT autorizar que a Secretaria da Vara proceda à anotação da CTPS, na hipótese de recusa do empregador em fazê-lo, não compromete a aplicação de multa diária prevista no art. 461 do CPC, pois a obrigação de fazer a ele precipuamente incumbe. A concretização da providência, por qualquer deles, faz cessar a penalidade.
A interpretação conferida pela v. decisão recorrida está em consonância com iterativa, notória e atual jurisprudência do C. TST (RR-18640-42.2007.5.01.0070, 2ª Turma, DEJT-02/09/11, RR-140100-06.2009.5.09.0069, 3ª Turma, DEJT-11/11/11, RR-1987500-94.2006.5.09.0028, 4ª Turma, DEJT-07/10/11, RR-919900-71.2007.5.09.0664, 5ª Turma, DEJT-11/11/11, RR-148700-50.2008.5.03.0026, 6ª Turma, DEJT-11/03/11, RR-133800-88.2008.5.09.0513, 8ª Turma, DEJT-11/11/11, E-RR-170900-02.2003.5.03.0099, SDI-1, DEJT-17/12/10 e E-RR-23400-42.2001.5.02.0482, SDI-1, DEJT-26/08/11).
Inadmissível, por decorrência, o apelo, de acordo com o art. 896, § 7º, da CLT, c/c a Súmula 333 do C. TST.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Assistência Judiciária Gratuita.
Com relação à aludida matéria, o v. acórdão observou os ditames contidos nos dispositivos constitucionais e legais apontados, não havendo qualquer ofensa, de forma direta e literal, nos termos da alínea "c" do art. 896 da CLT.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação/Cumprimento/Execução / Hipoteca Judiciária.
O C. TST firmou entendimento no sentido de que a hipoteca judiciária prevista no art. 466 do CPC/1973 (atual artigo 495 do CPC/2015) se aplica subsidiariamente ao processo do trabalho, nos termos do art. 769 da CLT, e que basta a existência de condenação a prestação em dinheiro ou coisa para que a inscrição seja determinada, podendo ser efetuada de ofício pelo juiz ou tribunal, tendo em vista a sua natureza de instrumento de garantia do efetivo cumprimento da decisão condenatória.
A interpretação conferida pelo v. acórdão recorrido está em consonância com iterativa, notória e atual jurisprudência do C. TST (RR-1461-10.2010.5.03.0014, 1ª Turma, DEJT-31/05/13, RR-80800-31.2011.5.17.0131, 2ª Turma, DEJT-14/02/14, RR-86200-80.2009.5.03.0100, 3ª Turma, DEJT-14/02/14, RR-1050-34.2010.5.03.0024, 4ª Turma, DEJT-14/02/14, AIRR-1136-48.2011.5.03.0063, 5ª Turma, DEJT-29/11/13, AIRR-1802-09.2012.5.08.0117, 6ª Turma, DEJT-22/11/13, RR-53200-77.2007.5.03.0062, 7ª Turma, DEJT-14/02/14 e RR-70800-09.2009.5.03.0041, 8ª Turma, DEJT-07/01/14).
Inviável, por consequência, o apelo, de acordo com o art. 896, § 7º, da CLT, c/c a Súmula 333 do C. TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista."

Em agravo de instrumento, a parte agravante sustenta, em síntese, ser indevido o vínculo de emprego direto declarado pelo TRT, com fundamento de que a contratação de serviços terceirizados é permitida, inclusive para as atividades-fim da empresa.
Aponta violação dos arts. 5º, II, da CF/88, 2º e 3º da CLT, 17 da Lei 4.595/64, bem como contrariedade à Súmula 331/TST. Colaciona arestos.
Analiso.
Na hipótese, o Tribunal Regional reconheceu a ilicitude da terceirização, por entender que as atividades desenvolvidas pelo reclamante inserem-se na atividade-fim da empresa tomadora de serviços.
Faz-se necessário o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF (ADPF 324 e RE 958252), que reconheceu a licitude da terceirização dos serviços, inclusive de atividade-fim.
Assim, por observar uma possível violação do art. 5º, II, da CF/88, dou provimento ao agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista.

II - RECURSO DE REVISTA
Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

1 - PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
Conhecimento
Quanto à alegação de preliminar de negativa de prestação jurisdicional, sob pena de não conhecimento, é ônus da parte transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão.

Nesse sentido, cito precedente da SBDI-I do TST:

"RECURSO DE EMBARGOS. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. PRELIMINAR DE NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 896, § 1º-A, INCS. I, II E III, DA CLT. Consoante os termos do art. 896, § 1º-A, incs. I, II e III, da CLT, introduzido pela Lei 13.015/2014, afigura-se imprescindível à parte que arguir a nulidade da decisão recorrida por negativa de prestação jurisdicional demonstrar, nas razões do recurso de revista, mediante a transcrição do trecho da petição dos Embargos de Declaração e do trecho do acórdão respectivo, a recusa do

Tribunal Regional em apreciar a questão objeto do recurso ou a apreciação de forma incompleta. A fim de observar o princípio da impugnação específica e de se desincumbir do ônus de comprovar a recusa do Tribunal em prestar a jurisdição completa, a parte deverá demonstrar, objetivamente, que exigiu dele a apreciação da questão mediante a oposição dos indispensáveis embargos de declaração alusivos ao tema objeto da arguição de nulidade. Do contrário, estar-se-á diante da impugnação genérica da decisão proferida pelo Tribunal Regional, inviabilizando o exame das violações a que faz referência a Súmula 459 desta Corte. Recurso de Embargos de que se conhece e a que se nega provimento. (...)" (E-ED-RR - 543-70.2013.5.23.0005 , Relator Ministro: João Batista Brito Pereira, Data de Julgamento: 04/05/2017, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 12/05/2017)

Tal entendimento, atualmente, está disposto no item IV do art. 896, §1º-A, da CLT, incluído pela Lei 13.467/2017, in verbis:
"IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão."

No caso, a parte não transcreveu os trechos petição de embargos de declaração, do acórdão regional, nem do acórdão dos embargos de declaração, de modo a viabilizar o cotejo e a verificação da omissão alegada, pelo que, à luz do princípio da impugnação específica, não se desincumbiu do seu ônus de comprovar a negativa de prestação jurisdicional, o que inviabiliza o exame de violação dos dispositivos constantes da Súmula 459 do TST.
Não conheço.

- LEGITIMIDADEPASSIVAAD CAUSAM
Conhecimento

No tocante à legitimidade, esta advém da pertinência subjetiva da ação, que se caracteriza pelo enquadramento entre as partes integrantes do processo e os participantes da relação jurídica material afirmada em juízo, como ocorreu no presente caso.
Assim, o Tribunal Regional concluiu pela legitimidade passiva ad causam, porque presente a pertinência subjetiva da lide, consubstanciada nas pretensões formuladas em desfavor do agravante, bem como no seu interesse em refutá-las. Incólumes os artigos de lei invocados.
Ademais, a decisão regional coincide com a jurisprudência sedimentada no TST. Precedentes: RR - 39300-70.2006.5.02.0068, Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, 2ª Turma, DEJT 17/06/2016; AIRR - 11477-73.2013.5.11.0053, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª Turma, DEJT 16/09/2016; AIRR - 378-46.2013.5.02.0251, Relatora Ministra: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 8ª Turma, DEJT 19/08/2016.
Não conheço.

3.1 - TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DO ARE-791.932-DF. TEMA 739 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. TESE FIRMADA NOS AUTOS DA ADPF 324 E DO RE-958.252-MG, TEMA 725 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. IMPOSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DIRETO.
3.1. Conhecimento

O Tribunal Regional, no que concerne ao tema em destaque, registrou que:

"O ciclo probatório não se encerra com a sua produção, porque, a partir daí, dela vai se operar o processo intelectual destinado a estabelecer a verdade produzida. A esse "processo" intelectual denominamos avaliação ou valoração da prova, efetuado sob os critérios doutrinários construídos por três sistemas: legal, livre convicção e da persuasão racional.
No primeiro (legal), as provas têm o seu valor prefixado em lei; no segundo (livre convicção), o juiz é soberanamente livre quanto à indagação da verdade e a apreciação das provas é desvinculada, completamente, de qualquer regra. O último sistema doutrinário (persuasão racional), norteia nosso código processual vigente e garante ao juiz da causa que aprecie as provas livremente, sua convicção, porém, está condicionada aos fatos nos quais se funda a relação jurídica controvertida, em face deles e das circunstâncias constantes dos autos.
As funções típicas de bancária, desempenhadas pela reclamante no estabelecimento do recorrente, subordinada ao gerente da agência, estão solidamente comprovadas pelo depoimento de testemunha, reproduzido e formador da motivação sentencial: "a inserção da atividade da reclamante na atividade sub judice econômica da reclamada é evidenciada pelas funções da parte autora, a qual tinha por incumbência primordial realizar a recuperação de créditos em face de clientes do Banco reclamado." Portanto, a nulidade da contratação por interpostas empresas e reconhecimento do vínculo com o tomador, o Banco Santander, consoa com o enunciado da Súmula 331/TST, cuja legitimidade ad causam está evidenciada e fixada, consequentemente.
O reconhecimento do vínculo de emprego entre as partes acarreta a regularização das anotações na CTPS e reconhecimento da condição de bancária da reclamante com deferimento dos direitos legais e convencionais desta categoria.
(...)
Não há semelhança entre esta e a ação que discute no Supremo Tribunal Federal a licitude de vínculo de emprego nas empresas e call center, atividade diversa daquela desempenhada pela reclamante.
A responsabilidade solidária das empresas que perpetraram a fraude está prevista no Artigo 942, do Código Civil, e serve como luvas ao caso em tela."

Nas razões de recurso de revista, a parte reclamada sustenta, em síntese, ser indevido o reconhecimento do vínculo de emprego direto, com fundamento de que a contratação de serviços terceirizados é permitida, inclusive para as atividades-fim da empresa. Aponta violação dos arts. 5º, II, da CF/1988, 3º da CLT, bem como contrariedade à Súmula 331/TST. Colaciona arestos.
Ao exame.
No caso dos autos, o Tribunal Regional entendeu pela ilicitude da terceirização de serviços firmada entre as reclamadas, pelo reconhecimento do vínculo de emprego diretamente para com o tomador dos serviços e pela condenação ao pagamento das parcelas trabalhistas daí decorrentes.
Esta Corte Superior, inclusive esta Turma, com fundamento nos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, adotava o entendimento de que o ordenamento jurídico pátrio não autorizava a terceirização de forma ampla e irrestrita da atividade-fim

empresarial. Assim, nos termos do item I da Súmula 331/TST, decidia pela ilicitude da terceirização e, consequentemente, pelo reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços.

Contudo, a Suprema Corte, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", afastando, assim, a configuração da relação de emprego com o tomador dos serviços. Além disso, em 11/10/2018, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, reafirmou o seu entendimento de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada".

Fixou, então, a tese jurídica de que "é nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC".

Ressalta-se que, a partir de 30/8/2018, é de observância obrigatória aos processos judiciais em curso ou pendentes de julgamento a tese jurídica firmada pelo e. STF no RE n.º 958.252 e na ADPF n.º 324.

Nesse sentido, cito precedentes da SBDI-1 desta Corte seguindo o entendimento vinculante do STF:

AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SOBRESTAMENTO. "TERCEIRIZAÇÃO". OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO. NÃO APLICAÇÃO DO ART. 94, II, DA LEI 9.472/97. REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. 1. Trata-se de agravo interno interposto em face da decisão da Vice-Presidência do TST por meio da qual foi determinado o sobrestamento do recurso extraordinário com base em precedente de repercussão geral em julgamento, na forma do art. 1.030, III do CPC. 2. O Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Recurso Extraordinário com Agravo nº 791.932/DF, concluiu que há repercussão geral na questão relativa à ofensa ao princípio da reserva de plenário, previsto no art. 97 da Constituição e na Súmula Vinculante 10, em face da recusa da aplicação, pelas instâncias de origem, do art. 94, II, da Lei 9.472/97 (Tema 739). 3. A abrangência do precedente, não limitada à atividade de call-center, restou assentada em diversos precedentes do Supremo Tribunal Federal, considerando-se, ainda, que os motivos determinantes da decisão tem como razão preponderante a invocação da Súmula 331 do TST como embasamento à recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/97, e possível violação constitucional daí decorrente. 4. Nesse sentir, ficam mantidos os fundamentos adotados pela decisão agravada, restando verificada, ainda, a manifesta inadmissibilidade do presente agravo, aplicando-se a multa prevista no § 4º do artigo 1.021 do atual CPC. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. (Ag-ED-RR-20109-09.2013.5.04.0401, Órgão Especial, Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 16/12/2018).

RECURSO DE EMBARGOS. REGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES TOMADORA DOS SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. 1. A eg. Sexta Turma não conheceu do recurso de revista, sob o fundamento de que se afigura ilícita a terceirização dos serviços de reparação e manutenção de linhas telefônicas, razão pela qual configurado o vínculo de empregado com a empresa tomadora de serviços. 2. Entretanto, a partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 3. Na espécie foi reconhecido o vínculo de emprego diretamente com a tomadora dos serviços (Telemar Norte Leste S.A.), em razão, exclusivamente, de as funções do reclamante serem inerentes à atividade-fim da concessionária do serviço de telecomunicações. 4. Assim, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do reclamante com a tomadora de serviços, revelando-se indevidas as obrigações inerentes aos empregados do contratante. Recurso de embargos conhecido e provido. (E-RR - 65400-93.2007.5.03.0005 Data de Julgamento: 24/10/2019, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 08/11/2019).

Nesse contexto, não há mais espaço para o reconhecimento do vínculo empregatício com o tomador de serviços sob o fundamento de que houve terceirização ilícita (ou seja, terceirização de atividade essencial ou finalística), ou, ainda, para a aplicação dos direitos previstos em legislação específica ou em normas coletivas da categoria profissional dos empregados da empresa contratante. Nesse sentido, cito jurisprudência desta Corte:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. Ante as razões apresentadas pelo agravante, afasta-se o óbice oposto no despacho agravado. Agravo conhecido e provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. Decisão regional em que adotado o entendimento de que é ilícita a terceirização empreendida na atividade-fim do tomador dos serviços. Aparente violação do art. 5º, II, da CF, a ensejar o provimento do agravo de instrumento. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. 1. O Tribunal Regional manteve a sentença quanto à ilicitude da terceirização, ao fundamento de que os serviços prestados estão inseridos na atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. 2. Não obstante o entendimento cristalizado na Súmula 331, I, do TST, no sentido de que "a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário ", o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de repercussão geral, decidiu que " é lícita à terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas,

mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Ressalto que, no caso, não há no acórdão regional qualquer registro concernente à existência de pessoalidade e/ou subordinação direta à tomadora dos serviços. Assim, torna-se inviável o reconhecimento da ilicitude da terceirização, não sendo tampouco possível o reconhecimento de isonomia com os empregados da empresa tomadora dos serviços. 4. Configurada a violação do art. 5º, II, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10943-72.2016.5.03.0013, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 12/11/2021)

RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO DE EMPREGO. BANCO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. 1. A partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços, independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 2. Na espécie, o Tribunal Regional reconheceu o vínculo de emprego entre a reclamante e um dos Bancos reclamados, somente em razão da prestação de serviços reputados eminentemente bancários. Nesse sentido, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego da reclamante com a instituição financeira tomadora de serviços e a condição de bancário do trabalhador. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10823-70.2015.5.03.0043, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 02/02/2021)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO AUTOR NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/17. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. Compulsando-se os autos, verifica-se que o acórdão embargado, de fato, se pronunciou no sentido da não observância de pressuposto da regularidade formal inerente aos recursos de fundamentação vinculada (princípio da dialeticidade recursal). Todavia, em melhor análise, constata-se que a parte, nas razões do agravo, impugnou de forma específica e fundamentada o óbice erigido na decisão agravada, comportando, assim, a decisão embargada complementação. TERCEIRIZAÇÃO. TOMADORA DE SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO STF. TEMA 725. REPERCUSSÃO GERAL. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de Repercussão Geral, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Nesse contexto, porquanto superada a questão da ilicitude da terceirização - em conformidade com as decisões do STF -, resulta inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do autor diretamente com o tomador de serviços. Embargos de declaração a que se dá provimento, para sanar os vícios apontados, sem, contudo, imprimir-lhes efeito modificativo. (ED-Ag-AIRR-11359-77.2015.5.01.0030, 1ª Turma, Relator Ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 16/11/2021).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Deixa-se de analisar a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, nos termos do artigo 249, § 2º, do CPC/73 (artigo 282, § 2º, do atual CPC), por cogitar-se, no mérito , de possível decisão favorável ao reclamante. TERCEIRIZAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS DE ENERGIA. PREVISÃO NO ARTIGO 25, § 1º, DA LEI Nº 8.987/95. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA ADPF 324, DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EM REPERCUSSÃO GERAL ARE-791.932-DF (TEMA 739) E RE-958.252-MG (TEMA 725) E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE Nos 26 E 57, EM QUE SE DISCUTIA A CONSTITUCIONALIDADE DO CITADO DISPOSITIVO LEGAL. 1. Esta Corte firmou o entendimento de que a terceirização do serviço de eletricista, por se tratar de atividade-fim das empresas concessionárias de serviço de energia elétrica, era ilícita, com fundamento na Súmula nº 331, itens I e III, do TST. 2. Por outro lado, a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre "o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", como norma de Direito Administrativo, não foi promulgada para regular matéria trabalhista, devendo ser interpretada à luz dos princípios e das regras que norteiam o Direito do Trabalho, de modo a não esvaziar de sentido prático ou a negar vigência e eficácia às normas trabalhistas que, no País, disciplinam a prestação do trabalho subordinado e as próprias figuras do empregado e do empregador. Dessa forma, quando os órgãos fracionários dos Tribunais trabalhistas entendem que as relações laborais não são regidas pelo artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, não estão deixando de aplicar o dispositivo legal por considerá-lo inconstitucional. Assim, foi observado o disposto no artigo 97 da Constituição Federal e na Súmula Vinculante nº 10 e do STF. 3. Não obstante seja esse o entendimento deste Relator, curvo-me, com ressalva, à tese firmada na decisão proferida nos autos do ARE-791.932-DF (Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral), relatada pelo Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, in verbis: "É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC" (DJe de 6/3/2019). 4. A Suprema Corte, em sessão realizada em 30/8/2018, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252 (Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral), a respeito da terceirização prevista na Súmula nº 331 do TST, firmou a seguinte tese: "É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 5. Nos acórdãos proferidos nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade nºs 26 e 57, em que se discutia a constitucionalidade do artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, relatados pelo Exmo. Ministro Edson Fachin, foi destacado: "no julgamento do Tema 739, ARE 791.932- RG, esta Corte, então instada a se manifestar sobre a inobservância da cláusula de reserva de Plenário e o disposto no art. 94, II, da Lei 9.472/1997, declarou a nulidade da decisão do órgão fracionário do TST"; "a norma do diploma regulatório dos serviços de telecomunicações tem conteúdo idêntico ao objeto da presente ação direta de constitucionalidade". 6. A Suprema Corte, fazendo referência às teses fixadas no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252- RG (Tema 725), registrou que, tendo sido afastada a aplicação da Súmula nº 331 do TST "naquelas hipóteses, deve

também aqui se estender o mesmo entendimento", concluindo que "o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, ao autorizar as concessionárias de serviço público a contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, alinha-se ao entendimento jurisprudencial atual e, reveste-se de constitucionalidade, devendo ter sua eficácia garantida e preservada". 7. Entretanto, a adoção da tese vinculante firmada pelo Supremo Tribunal Federal não impede o reconhecimento de vínculo de emprego entre o trabalhador terceirizado e a tomadora de serviços, quando comprovada a incidência dos artigos 2º, 3º e 9º da CLT ao caso em apreço, conforme decidiu a SbDI-1, nos autos do E-ED-RR-32900-51.2005.5.03.0002, em acórdão relatado pelo Exmo. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, firmando o entendimento de que há que reconhecer o "vínculo empregatício com a tomadora dos serviços, quando estiver nitidamente comprovada nos autos a presença dos requisitos do art. 3º da CLT, configurando desvirtuamento da terceirização de forma a disfarçar a existência de inequívoca relação de emprego com a tomadora". 8. Na hipótese dos autos, o Ministério Público do trabalho ajuizou ação civil pública contra a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (concessionária de serviços de energia elétrica) e a Santa Maria Participações S.A., a fim de impedir a terceirização de atividade-fim daquela. O Tribunal a quo, por entender pela ilicitude da terceirização dos serviços de leitura de medidores de energia elétrica ativa, reativa e de demanda, envio de faturas e documentos, suspensão do fornecimento de energia elétrica e religação procedida pela Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., confirmou a sentença pela qual essa última ré foi condenada a abster-se de terceirizar os citados serviços e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo . 9. Como o Supremo Tribunal Federal firmou tese, de natureza vinculante, considerando lícita a terceirização, não subsiste a condenação da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. "a abster-se de repassar a terceiros atividades-fins" e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo (responsabilidade solidária da segunda ré). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-215900-88.2012.5.17.0141, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 12/11/2021).

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - PROVIMENTO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. Diante de potencial violação do art. 37, XIII, da Constituição Federal, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252/MG, com repercussão geral (tema 725), em sessão plenária do dia 30.8.2018, fixou teses, respectivamente, no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada" e que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 2. A licitude de terceirização de atividade-fim foi reafirmada, pelo Excelso Pretório, nos julgamentos subsequentes do ARE nº 791.932/DF, com repercussão geral (tema 739), em 11.10.2018, e da ADC nº 26, em 22.8.2019. 3. O caso dos autos é o decidido pelo STF, razão pela qual não é possível a aplicação analógica do art. 12, "a", da Lei nº 6.019/74 (OJ 383/SBDI-1/TST), com esteio na alegada ilicitude da terceirização. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10166-80.2018.5.03.0025, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 12/11/2021).

[...] RECURSOS DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STF (TEMA 739 DE REPERCUSSÃO GERAL NO STF - ARE 791.932). TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. O STF, no julgamento da ADC 26/DF, transitado em julgado em 18.09.2019, seguindo a tese firmada no ARE 791.932, em repercussão geral (Tema 739), declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, que autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público, e, reiterando o entendimento exarado pelo Plenário do STF em 30.08.2018, no julgamento da ADPF-324 e do RE-958252, com repercussão geral (Tema 725), reconheceu a constitucionalidade do instituto da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, afastando a incidência da Súmula 331 do TST. É necessário, pois, o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF, relativamente à possibilidade de terceirização de serviços afetos às atividades precípuas das concessionárias de energia elétrica, sendo irrelevante perquirir sobre a natureza das atividades exercidas pela empresa contratada. No caso vertente, o TRT entendeu que havia relação direta da atividade desempenhada pelo Reclamante com a atividade-fim da tomadora e concluiu pela ilicitude da terceirização. Entretanto, há de ser afastada a ilicitude da terceirização, à luz do entendimento do E. STF e do art. art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995. Consequentemente, não se viabiliza o reconhecimento da isonomia salarial em relação aos empregados da empresa tomadora de serviços e a condenação ao pagamento de direitos e benefícios legais, normativos e/ou contratuais daí decorrentes. Remanesce, contudo, a responsabilidade subsidiária em caso de eventual condenação, nos termos da decisão do STF (Tema 725) e da Súmula 331, IV/TST. Ressalva de entendimento pessoal deste Relator. Recurso de revista conhecido e provido. (RR -20455-49.2017.5.04.0811, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 19/03/2021).

[...] RECURSO DE REVISTA. DECISÃO REGIONAL PROFERIDA ANTES DA LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO. SERVIÇOS DE TELEMARKETING. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O BANCO TOMADOR DE SERVIÇOS. Nos termos do posicionamento adotado pela Suprema Corte Federal, no julgamento do ARE 791932, Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral, nos autos da ADPF 324 e do RE 958252, e, ainda, na ocasião do julgamento da ADC 26, é lícita a terceirização de serviços de atividade fim . Assim, deve ser reformada a decisão regional para adequar ao entendimento da Suprema Corte. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-170-89.2013.5.06.0012, 6ª Turma, Relator Ministro Aloysio Correa da Veiga, DEJT 20/03/2020).

III - RECURSO DE REVISTA ANTERIOR À LEI Nº 13.015/2014. RETORNO DOS AUTOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA TOMADORA DOS

SERVIÇOS NÃO CONFIGURADA. MANUTENÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO CONSAGRADO PELO C. STF - TEMA 725 DE REPERCUSSÃO GERAL NO C. STF - ADPF 324 E RE 958.252. 1. Há muito prevaleceu no âmbito desta Corte Superior o entendimento de que é ilícita a terceirização de serviços especializados, ligados à atividade-fim do tomador dos serviços, identificada no objeto social do contrato social das empresas envolvidas. Nessa linha de argumentação, entendia-se que a contratação de trabalhadores por empresa interposta seria ilegal, formando-se o vínculo empregatício diretamente entre o empregado contratado e a empresa tomadora dos serviços. Inteligência da Súmula nº 331 do c. TST. 2. Revisitando posicionamento consagrado pelo c. TST, em 30.8.2018, a Suprema Corte, nos autos da ADPF 324/DF e do RE 958.252, submetido à sistemática da repercussão geral - Tema nº 725 - , tendo em conta os princípios constitucionais da livre iniciativa (art. 170) e da livre concorrência (art. 170, IV), a dignidade da pessoa humana (art. 1º), os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal (art. 7º), o direito de acesso do trabalhador à previdência social, à proteção à saúde e à segurança no trabalho, declarou a inconstitucionalidade da Súmula nº 331, I, do c. TST, reconhecendo a licitude da terceirização em todas as etapas do processo produtivo, seja meio ou fim. Ao examinar o Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral, no RE nº 958.252 , fixou a seguinte tese jurídica: " É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante " . Na mesma oportunidade, ao julgar a ADPF nº 324, firmou a seguinte tese, com efeito vinculante para todo o Poder Judiciário: " 1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". 3. Em suma, o c. STF reconheceu a legalidade irrestrita da terceirização de serviços, podendo a contratação de trabalhadores se dar de forma direta ou por empresa interposta e para exercer indiscriminadamente atividades ligadas à área fim ou meio das empresas, não se configurando em tais circunstâncias relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada, remanescendo, contudo, a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa contratada, bem como pelas obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993, além de firmar que é plenamente possível a terceirização de atividades precípuas das concessionárias de serviços públicos. 4. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional ratificou o entendimento do juízo de primeiro grau, de que o autor desempenhava tarefa intimamente ligada à atividade-fim da tomadora dos serviços, declarando, por essa razão, a sua responsabilidade solidária pelas verbas devidas ao trabalhador, em desconformidade com a atual jurisprudência do c. STF e do c. TST. Recurso de revista conhecido por contrariedade (má aplicação) à Súmula/TST nº 331 e provido. (RR-722-18.2012.5.06.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 07/01/2020).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. ADPF Nº 324 E RE Nº 958.252. TESE FIRMADA PELO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 331 DO TST À LUZ DOS PRECEDENTES DO STF. (...) I. No que diz respeito ao reconhecimento da licitude da terceirização, a decisão regional foi proferida em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 958.252, de que resultou a fixação da seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", bem como no julgamento da ADPF nº 324, em que foram fixadas as seguintes teses: "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". II. Assim sendo, o conhecimento do presente recurso de revista no que diz respeito ao pedido de reconhecimento da ilicitude da terceirização havida entre as Reclamadas encontra óbice no entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, fixada no julgamento da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252. (...). (Ag-AIRR-10681-27.2018.5.18.0081, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 05/11/2021).

(...) II. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE. SISTEMA DE TELEATENDIMENTO. MATÉRIA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADPF 324, RE 958.252 E ARE 791.932). REPERCUSSÃO GERAL. ISONOMIA SALARIAL. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 383 DO TST. IMPOSSIBILIDADE. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA. 1. O Tribunal Regional, reconhecendo que a Reclamante prestou serviços relacionados à atividade-fim da tomadora de serviços, declarou a ilicitude da terceirização havida entre as partes. Muito embora tenha fundamentado não ser possível o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o Ente integrante da Administração Pública Indireta, reconheceu o direito obreiro às verbas trabalhistas - legais e normativas - asseguradas aos empregados da tomadora de serviços, com fundamento no princípio da isonomia. 2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 30/8/2018, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958.252, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se estabelecendo relação de emprego entre a tomadora de serviços e o empregado da empresa prestadora. 3. Dispõe a Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST que: "A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções ". 4. O fato autorizador da isonomia de direitos entre os empregados terceirizados e os regularmente contratados pelo tomador de serviços integrante da Administração Pública é a ilicitude da terceirização. Nessa esteira de raciocínio, reconhecendo o STF a licitude da terceirização tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim das empresas tomadoras, inviável a aplicação da

Súmula 331/TST e Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST, que traz como premissa básica a irregularidade da contratação do trabalhador terceirizado. Julgados do TST. 5. Recurso de revista conhecido por má-aplicação da Súmula 331/TST e da OJ 383 da SBDI-1/TST. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-2185-47.2016.5.06.0102, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/12/2020)

[...] II - RECURSO DE REVISTA DA 2ª RECLAMADA (LIQ CORP S/A). ADMISSIBILIDADE. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA. LICITUDE. VÍNCULO DIRETO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE DIREITOS DA CATEGORIA DO TOMADOR. INVIABILIDADE. A partir do julgamento do RE nº 958.252 e da ADPF nº 324 pelo Supremo Tribunal Federal, a matéria em discussão nestes autos (ilicitude da terceirização de atividade-fim) pacificou-se e encontra o seu norte nos termos da decisão vinculante daquela Corte Suprema, que, ao julgar o mérito da controvérsia atinente ao Tema 725 da repercussão geral, definiu a tese jurídica segundo a qual "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Assim, a decisão do Regional, naquilo em que aplicou a Súmula nº 331, I, do TST à hipótese encontra-se superada pela jurisprudência vinculante do Pretório Excelso, merecendo reforma o acórdão recorrido, a fim de decretar a licitude da terceirização e, por conseguinte, a ausência de vínculo direto com o tomador e os demais consectários daí decorrentes, a exemplo de direitos previstos em normas coletivas da categoria do tomador ou no regulamento interno da empresa, equiparação salarial, ou quaisquer outros que tenham como base jurídica de sustentação a irregularidade do contrato de terceirização de atividade-fim. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-456-10.2014.5.02.0088, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 19/03/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. TOMADORA DOS SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE N.º 958.252 COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA (TEMA 725) E ADPF 324. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 324, em 30/8/2018, erigiu tese no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 2. Na mesma ocasião, a Corte Suprema, examinando o Tema 725 de Repercussão Geral, no julgamento do RE 958.252, estabeleceu a seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Inquestionável a aplicação imediata dos aludidos precedentes firmados em Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida, bem como em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, cuja decisão tem efeito vinculante. 4. Na linha dos precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal, remanesce a possibilidade de reconhecimento de vínculo com a empresa contratante somente nas hipóteses em que há explícita referência, no acórdão prolatado pelo Tribunal Regional, acerca da configuração da pessoalidade e da subordinação hierárquica direta, presencial ou por via telemática, do obreiro aos prepostos da tomadora de serviços, sendo insuficiente a mera subordinação estrutural ou indireta, inerente à própria terceirização. 5. No caso sob exame, afirmou o Tribunal Regional a ilicitude da terceirização tão somente em razão do labor em atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. Tal entendimento destoa claramente daquele fixado pelo Supremo Tribunal Federal. Reconhece-se, portanto, a transcendência política da controvérsia. 6. Nesse contexto, impõe-se afastar o reconhecimento do vínculo de emprego da parte reclamante diretamente com o banco tomador dos serviços, bem como excluir da condenação as parcelas decorrentes da aplicação dos acordos coletivos dos bancários. 7. Recurso de Revista conhecido e provido. (RR-491-61.2017.5.06.0311, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 05/02/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DAS LEIS NºS 13.015/14 E 13.105/15, MAS ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/2017. TELEMARKETING - ILICITUDE DE TERCEIRIZAÇÃO - RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS - ENQUADRAMENTO DO RECLAMANTE NA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS BANCÁRIOS. O STF, em 30/8/2018, no julgamento conjunto da ADPF 324/DF e do RE 958.252/MG (tema de Repercussão Geral nº 725), firmou a tese jurídica de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, seja ela meio ou fim, o que não configura relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. O Plenário da Suprema Corte concluiu, então, que não há óbice constitucional à terceirização das atividades de uma empresa, ainda que se configurem como as denominadas "atividades-fim" das tomadoras de serviços. No caso concreto, o Tribunal Regional concluiu que a contratação dos serviços especializados de telemarketing é ilícita, pois estão ligados à atividade-fim da tomadora de serviços. Assim, o v. acórdão recorrido, ao reconhecer a ilicitude da terceirização na hipótese, contrariou a tese firmada pela Suprema Corte, na ADPF 324 e no RE 958.252 (tema 725 da tabela de repercussão geral). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-11150-12.2015.5.03.0044, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 04/12/2020).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. BANCO BRADESCO S.A. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTENTE. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADPF 324/DF, o RE-958.252/MG (tema 725 da tabela de repercussão geral), fixou a tese, com efeito vinculante e eficácia erga omnes , segundo a qual é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas e de o objeto da terceirização consistir em atividade-meio ou atividade-fim da tomadora de serviços, desde que não seja comprovada a fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, sendo mantida, entretanto, a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. Portanto, definido pelo Supremo Tribunal Federal que é licita a terceirização de serviços, tanto ligados à atividade-meio quanto à atividade-fim da contratante, e não tendo sido constatada fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, deve ser julgado improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo de emprego com O tomador de serviços e, em consequência, os pedidos decorrentes unicamente do vínculo. Recurso de Revista de que se conhece e a

que se dá provimento. (RR-10958-62.2016.5.03.0103, 8ª Turma, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 23/03/2021)

(...) III - RECURSO DE REVISTA - REGÊNCIA PELA LEI Nº 13.015/2014 - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. CALL CENTER. LICITUDE. A matéria já não comporta debates, ante as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sessão extraordinária realizada no dia 30/08/2018, quando se julgou procedente a arguição formulada na ADPF-324/DF (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018), com eficácia erga omnes e efeito vinculante, e se fixou tese jurídica de repercussão geral, correspondente ao Tema nº 725, no sentido de que "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. (leading case: RE-958252/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018). Recurso de revista conhecido e provido" (RRAg-10055-74.2017.5.03.0173, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 05/02/2021)

Dessa forma, não se pode reconhecer isonomia entre os empregados terceirizados e aqueles contratados diretamente pelo tomador dos serviços.
Entretanto, registre-se que a responsabilidade da tomadora de serviços nestes casos se mantém de forma subsidiária, consoante a tese já firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante".
Ante o exposto, em face da decisão vinculante do STF, conheço do recurso de revista por violação do art. 5º, II, da CF/1988.

3.2 - MÉRITO

Tendo em vista os fundamentos apresentados, atendidos os requisitos do art. 489, § 1º, do CPC e com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST, 932, III, IV e V, do CPC, dou provimento parcial ao recurso de revista para, reconhecendo a licitude da terceirização dos serviços, afastar o vínculo de emprego com a tomadora dos serviços e julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial com amparo na declaração de ilicitude da terceirização, remanescendo a responsabilidade subsidiária da tomadora dos serviços quanto às demais parcelas reconhecidas no presente feito.

4 - BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA
4.1 - Conhecimento
No que se refere ao tema justiça gratuita, extrai-se da decisão recorrida que a reclamante apresentou declaração de pobreza. Decisão regional em consonância com a Súmula 463, I, do TST.
Óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Não conheço.

5 - HIPÓTECA JUDICIÁRIA
5.1. Conhecimento

No que se refere ao tema hipoteca judiciária, o texto do artigo 495 do CPC/2015 atribui à sentença condenatória a qualidade de título constitutivo de hipoteca judiciária. O objetivo do legislador, ao conferir tal efeito à sentença, foi garantir a eficácia de futura execução, evitando a dilapidação do patrimônio do devedor. No âmbito da Justiça do Trabalho, é ainda mais justificável a medida, tendo em vista a natureza dos créditos decorrentes de natureza alimentar.
Nesse contexto, a hipoteca judiciária é efeito da sentença condenatória proferida, estatuída em lei, não havendo que se falar em impossibilidade de sua aplicação na Justiça do Trabalho, ainda quando concedida de ofício pelo julgador.
Assim, esse instituto é plenamente aplicável ao Processo Trabalhista, à luz do art. 769 da CLT, ante a compatibilidade com as regras do Texto Consolidado.
Cito os precedentes:

HIPOTECA JUDICIÁRIA. EFEITO AUTOMÁTICO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. A hipoteca judiciária é efeito automático da sentença condenatória proferida, estatuída em lei, não havendo que se falar em impossibilidade de sua aplicação na Justiça do Trabalho. Dessa forma, o Tribunal Regional, ao rejeitar o pedido de constituição da hipoteca judiciária, ofendeu o art. 466 do CPC/73. Recurso de Revista conhecido e provido" (RR-2070-43.2013.5.02.0037, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 09/10/2020).

HIPOTECA JUDICIÁRIA. JULGAMENTO EXTRA PETITA O TRT manteve a sentença que autorizou o reclamante a realizar o registro da hipoteca judiciária, sob o fundamento de que " a hipoteca judicial é um efeito da sentença condenatória, está prevista no art. 466 do CPC e encontra aplicação no processo do trabalho, mesmo quando determinada "de ofício" pelo julgador ". O entendimento do Regional está em consonância com a jurisprudência atual, iterativa e notória desta Corte. Julgados. Incidência do art. 896, § 7º, da CLT c/c Súmula nº 333 do TST. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (RRAg-20360-51.2014.5.04.0511, 6ª Turma, Relatora Ministra Katia Magalhaes Arruda, DEJT 23/10/2020).

"AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014. CPC/2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST. HIPOTECA JUDICIÁRIA. A hipoteca judiciária, prevista no artigo 466 do CPC/1973, é plenamente aplicável ao processo do trabalho, nos termos do artigo 769 da CLT, diante da ausência de incompatibilidade com as normas da legislação trabalhista, podendo ser determinada de ofício pelo Magistrado. Por se tratar de mero efeito da sentença, o magistrado tem a prerrogativa de ordenar a sua inscrição, na forma prevista na Lei de Registros Públicos, independentemente de requerimento da parte interessada. Precedentes. Agravo conhecido e não provido" (Ag-ARR-1166-13.2016.5.08.0017, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 15/05/2020).

3. HIPOTECA JUDICIÁRIA. APLICAÇÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO. A hipoteca judiciária é efeito da sentença condenatória proferida, estatuído em lei, daí decorrendo a possibilidade de sua concessão de ofício pelo julgador. Inteligência do art. 495 do CPC, de aplicação subsidiária ao processo do trabalho. (ARR-21175-24.2016.5.04.0561, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 27/03/2020).

Não conheço.

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA PASCHOALOTTO SERVIÇOS FINANCEIROS S.A.

Tendo em vista o provimento do recurso de revista do reclamado BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., resulta prejudicado o exame do agravo de instrumento da ora recorrente PASCHOALOTTO SERVIÇOS FINANCEIROS S.A.

CONCLUSÃO:

À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, § 5º (atual § 14), da CLT e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento ao agravo de instrumento, por violação ao art. 5º, II, da CLT; II - conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "TERCEIRIZAÇÃO. ILICITUDE. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO", por violação ao art. 5º, II, da CF/88, e, no mérito, dar-lhe provimento para reconhecendo a licitude da terceirização, julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial com amparo na declaração de ilicitude da terceirização, remanescendo a responsabilidade subsidiária da tomadora dos serviços, quanto às demais parcelas reconhecidas no presente feito e III - julgo prejudicado o agravo de instrumento da reclamada PASCHOALOTTO SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. Mantido o valor da condenação. Custas inalteradas.
Registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0011696-69.2013.5.03.0163

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Agravado	ACACIO JOSE DE PADUA JUNIOR
Advogado	Dr. Celso Ferrareze(OAB: 106623-A/MG)
Advogado	Dr. Gilberto Rodrigues de Freitas(OAB: 106454-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ACACIO JOSE DE PADUA JUNIOR
- BANCO BRADESCO S.A.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017 (PROCESSO EM FASE DE EXECUÇÃO)

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE DÉBITO JUDICIAL TRABALHISTA. CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TAXA SELIC

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado contra o despacho da Vice-Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas pelo reclamante.
Não houve remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, ante o disposto no Ofício nº 95 de 12/2/2009 da Procuradoria- Geral do Trabalho.
É o relatório.
I - AGRAVO DE INSTRUMENTO
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamado:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A, § 6ºda CLT, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO / CUMPRIMENTO / EXECUÇÃO / EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO / CUMPRIMENTO / EXECUÇÃO / VALOR DA EXECUÇÃO / CÁLCULO / ATUALIZAÇÃO / JUROS.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO / CUMPRIMENTO / EXECUÇÃO / VALOR DA EXECUÇÃO / CÁLCULO / ATUALIZAÇÃO / CORREÇÃO MONETÁRIA.
Analisados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso não demonstra violação literal e direta de qualquer dispositivo da CR, como exige o §2º do art. 896 da CLT.
Inviável o seguimento do recurso, diante da conclusão daTurma no sentido de que:
"(...)Pontuo que o item V da Súmula 368/TST dispõe que "V - Para o labor realizado a partir de 5.3.2009, considera-se fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de créditos trabalhistas reconhecidos ou homologados em juízo a data da efetiva prestação dos serviços. Sobre as contribuições previdenciárias não recolhidas a partir da prestação dos serviços incidem juros de mora e, uma vez apurados os créditos previdenciários, aplica-se multa a partir do exaurimento do prazo de citação para pagamento, se descumprida a obrigação, observado o limite legal de 20% (art. 61, § 2º, da Lei nº 9.430/96)." (sublinhei)
Considerando a prescrição declarada (15/10/2008, ID 3399368 - Pág. 2), correta a perita ao aplicar o regime de competência para os créditos devidos a partir de 05/03/2009, conforme ID 4c2a467 e esclarecimento de ID 848a0b3 - Pág. 4, incidindo sobre os valores históricos das parcelas que compõem o salário de contribuição, computando-se juros a partir da efetiva prestação laboral (regime de competência), mês a mês, nos moldes preconizados pelo parágrafo 3º, do art. 43, da Lei 8.212/91, com incidência de juros equivalentes à taxa SELIC.
Nesse sentido, ainda, a Súmula 45 deste Regional, com a redação a seguir transcrita:
"CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FATO GERADOR. JUROS DE MORA. MEDIDA PROVISÓRIA 449/2008. REGIMES DE CAIXA E DE COMPETÊNCIA. O fato gerador da contribuição previdenciária relativamente ao período trabalhado até 04/03/2009 é o pagamento do crédito trabalhista (regime de caixa), pois quanto ao período posterior a essa data o fato gerador é a prestação dos serviços (regime de competência), em razão da alteração promovida pela Medida Provisória n. 449/2008, convertida na Lei n. 11.941/2009, incidindo juros conforme cada período."(destaques nossos)
Registro que não foi aplicada multa moratória, conforme se verifica da planilha de ID 9b26d5e - Pág. 9.
O caso não é, portanto, de aplicação das decisões proferidas pelo STF nas ADCs 58 e 59, inaplicáveis às contribuições previdenciárias. Ademais, cuida-se de evidente inovação recursal,

vez que os embargos à execução de ID f2c68e9 - Pág. 6/9 não trataram das referidas alegações. A tese foi exposta apenas para o incide de correção monetária aplicável aos créditos trabalhistas devidos ao obreiro, conforme se extrai de ID f2c68e9 - Pág. 2/5."
Quanto ao fato gerador das contribuições previdenciárias e aplicação da taxa Selic para incidência de juros, a Turma julgadora decidiu em sintonia com a Súmula 368, V, do TST, de forma a afastar as violações constitucionais apontadas (§ 7º do art. 896 da CLT e Súmula 333 do TST).
As garantias ao contraditório e à ampla defesa, inerentes ao devido processo legal, foram devidamente resguardadas à parte recorrente, que vem se utilizando de todos os meios hábeis para discutir a matéria, apenas não logrando êxito em sua pretensão, o que afasta a alegada violação ao inciso LIVdo art. 5º da CR.
Éimprópria a alegada afronta ao princípio da legalidade (inciso II do art. 5º da CR) quando a sua verificaçãoimplica rever a interpretação dada pela decisão recorridaa normas infraconstitucionais (Súmula 636 do STF).
Também não há ofensa ao art. 97 da CR (reserva de plenário), já que não houve declaração de inconstitucionalidade ou negativa de incidência de dispositivo legal no presente caso.
De todo modo, não existem as ofensas constitucionais apontadas (inclusive ao art. 2º), poisa análise da matéria suscitada no recurso não se exaure na Constituição, exigindo que se interprete o conteúdo da legislação infraconstitucional. Por isso, ainda que se considerasse a possibilidade de ter havido violação ao texto constitucional, esta seria meramente reflexa, o que não justifica o manejo do recurso de revista, conforme reiteradas decisões da SBDI-I do TST (AIRR - 1000615-14.2015.5.02.0471 , Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 25/10/2017, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 27/10/2017, AIRR - 55641-78.2004.5.09.0091, julgado em 24.2.2010, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, 4ª Turma, DEJT de 5.3.2010; RR - 17800-25.2006.5.02.0301, julgado em 14.10.2009, Relatora Ministra Rosa Maria Weber, 3ª Turma, DEJT de 13.11.2009).
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista" (págs. 1.257-1.259).
Na minuta de agravo de instrumento, o reclamado insiste na admissibilidade do seu recurso de revista e renova a tese de deve ser afastada a determinação de utilização da taxa selic como critério de atualização, porquanto há regramento específico sobre essa questão nos artigos 39, caput, da Lei nº 8.177/91 e 879, § 7º, da CLT.
Aponta, no aspecto, ofensa aos artigos 2º e 5º, incisos II e LIV, da Constituição Federal e traz arestos em apoio à sua tese recursal.
Ao exame.
Sobre o tema, assim decidiu o Regional:
"JUÍZO DE MÉRITO
JUROS E MULTA - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Argumenta o executado que são indevidos juros sobre as contribuições previdenciárias em atraso. Lembra que o STF, nas decisões proferidas nas ADCs 58 e 59, determinou a aplicação do IPCA-E até a data de ajuizamento da ação e, posteriormente, a taxa SELIC, sem a aplicação autônoma de correção monetária e juros mensais. Acerca da multa moratória, diz ser devida apenas se o débito não for quitado até o dia dois do mês seguinte ao crédito ou pagamento da verba trabalhista, que resulta no fato gerador da contribuição previdenciária, conforme o art. 276 do Dec. 3048/99, prazo este não extrapolado no caso.
Examino.
Pontuo que o item V da Súmula 368/TST dispõe que"V - Para o labor realizado a partir de5.3.2009, considera-se fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de créditostrabalhistas reconhecidos ou homologados em juízo a data da efetiva prestação dos serviços. Sobre as contribuições previdenciárias não recolhidas a partir da prestação dos serviços incidem juros de mora e, uma vez apurados os créditos previdenciários, aplica-se multa a partir do exaurimento do prazo de citação para pagamento, se descumprida a obrigação, observado o limite legal de 20% (art. 61, § 2º, da Lei nº 9.430/96)."(sublinhei)
Considerando a prescrição declarada (15/10/2008, ID 3399368 - Pág. 2), correta a perita ao aplicar o regime de competência para os créditos devidos a partir de 05/03/2009, conforme ID 4c2a467 e esclarecimento de ID 848a0b3 - Pág. 4, incidindo sobre os valores históricos das parcelas que compõem o salário de contribuição, computando-se juros a partir da efetiva prestação laboral (regime de competência), mês a mês, nos moldes preconizados pelo parágrafo 3º, do art. 43, da Lei 8.212/91, com incidência de juros equivalentes à taxa SELIC.
Nesse sentido, ainda, a Súmula 45 deste Regional, com a redação a seguir transcrita:
"CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FATO GERADOR. JUROS DE MORA. MEDIDA PROVISÓRIA 449/2008. REGIMES DE CAIXA E DE COMPETÊNCIA. O fato gerador da contribuição previdenciária relativamente ao período trabalhado até 04/03/2009 é o pagamento do crédito trabalhista (regime de caixa),pois quanto ao período posterior a essa data o fato gerador é a prestação dos serviços (regime de competência), em razão da alteração promovida pela Medida Provisória n. 449/2008, convertida na Lei n. 11.941/2009, incidindo juros conforme cada período."(destaques nossos)
Registro que não foi aplicada multa moratória, conforme se verifica da planilha de ID 9b26d5e - Pág. 9.
O caso não é, portanto, de aplicação das decisões proferidas pelo STF nas ADCs 58 e 59, inaplicáveis às contribuições previdenciárias. Ademais, cuida-se de evidente inovação recursal, vez que os embargos à execução de ID f2c68e9 - Pág. 6/9 não trataram das referidas alegações. A tese foi exposta apenas para o incide de correção monetária aplicável aos créditos trabalhistas devidos ao obreiro, conforme se extrai de ID f2c68e9 - Pág. 2/5. Nada a prover" (págs. 1.218 e 1.219, destacou-se).
A controvérsia dos autos cinge-se em saber qual a taxa aplicável para a atualização monetária das contribuições previdenciárias incidentes sobre parcelas trabalhistas deferidas judicialmente.
Entretanto, a questão não envolve maiores discussões, tendo em vista que esta Corte pacificou o entendimento de que não se aplica a taxa Selic como taxa de juros ou de correção monetária, tendo em vista o disposto no artigo 39, § 1º, da Lei nº 8.117/91, que determina a incidência da Taxa Referencial Diária - TRD.
Nesse sentido, cito as decisões monocráticas proferidas por este Relator: RR - 1001193-24.2017.5.02.0271 - Publicação: 9/12/2021; AIRR - 1586-39.2015.5.12.0050 - Publicação: 16/9/2021; AIRR - 10794-28.2019.5.03.0092 - Publicação: 12/11/2020; e RR - 1002298 -30.2016.5.02.0058 - Publicação: 25/6/2020.
Cito a seguir precedente da lavra deste Relator, no mesmo sentido:
"CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE DÉBITO JUDICIAL TRABALHISTA. CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO. PREVISÃO ESPECÍFICA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TAXA SELIC. A controvérsia dos autos cinge-se à taxa de juros aplicável no caso de condenação ao recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre parcelas trabalhistas. O artigo 39, § 1º, da Lei nº 8.117/91 prevê, expressamente, que os juros de mora incidentes sobre os débitos trabalhistas serão de um por cento ao mês. Assim, havendo norma específica acerca da forma de cálculo

de juros, não há falar em aplicação da taxa Selic como taxa de juros. Embargos conhecidos e desprovidos" (E-RR - 2457-25.2012.5.12.0034, data de julgamento: 3/3/2016, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, data de publicação: DEJT 11/3/2016)

Cito, ainda, os seguintes precedentes:

"RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014. EXECUÇÃO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TAXA SELIC. Ante a existência de lei específica acerca dos débitos de natureza trabalhista, os juros de mora alusivos à contribuição previdenciária devem ser calculados com base no artigo 39, § 1º, da Lei 8.177/91, não se cogitando na aplicação da Taxa Selic. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido " (RRAg-610-29.2013.5.04.0663, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 09/04/2021).

"RECURSO DE EMBARGOS. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE DÉBITO JUDICIAL TRABALHISTA. CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO. PREVISÃO ESPECÍFICA DA TAXA REFERENCIAL DIÁRIA - TRD. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TAXA SELIC. Na Justiça do Trabalho, os juros de mora são contabilizados de acordo com o disposto no artigo 39 da Lei nº 8.177/91, o qual não foi derrogado pelo art. 406 do atual Código Civil, observando-se a taxa referencial diária - TRD - acumulada no período compreendido entre a data do vencimento da obrigação e a de seu efetivo pagamento. Logo, existindo norma específica prevendo a forma de cálculo dos juros de mora dos débitos contraídos em razão do contrato de trabalho, não há como se deferir a aplicação da taxa Selic. Embargos conhecidos e providos" (E-ED-RR-319-44.2013.5.09.0322, Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, Data de Julgamento: 12/11/2015, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 20/11/2015).

"(...) II - RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI 13.467/2017. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. JUROS DE MORA. APLICAÇÃO DA TAXA SELIC. IMPOSSIBILIDADE. O art. 39, § 1.º, da Lei 8.117/91 estabelece que os juros de mora incidentes sobre os débitos trabalhistas serão de um por cento ao mês. Assim, existindo norma específica acerca da forma de cálculo de juros no âmbito trabalhista, não há de se falar em aplicação da taxa Selic. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido". (ARR - 1270 -54.2013.5.15.0101, Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, Data de Julgamento: 02/09/2020, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 04/09/2020)

"(…) EXECUÇÃO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TAXA SELIC. O artigo 39, § 1º, da Lei 8.117/91 prevê, expressamente, que os juros de mora incidentes sobre os débitos trabalhistas serão de um por cento ao mês. Assim, específica a lei quanto ao modo de cálculo dos juros, não há falar em aplicação da taxa Selic como taxa de juros. Recurso de revista conhecido e provido". (RR - 335-25.2013.5.09.0022, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 08/05/2019, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/05/2019)

"RECURSO DE REVISTA. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. EXECUÇÃO - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TAXA SELIC - TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA (alegação de violação dos artigos 2°, 5°, II, XXXV, LIV e LV, 22, VI, e 97 da Constituição Federal, 879, § 7º, da Consolidação das Leis do Trabalho e 39 da Lei nº 8.177/91, contrariedade à Súmula Vinculante nº 10 do STF e divergência jurisprudencial). Tratando-se de recurso de revista interposto em face de decisão regional que se mostra contrária à jurisprudência consolidada desta Corte, revela-se presente a transcendência política da causa, a justificar o prosseguimento do exame do apelo. Na questão de fundo, cinge-se a controvérsia dos autos em saber qual a taxa de juros aplicável na hipótese de condenação ao recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre parcelas trabalhistas. Extrai-se do acórdão regional que o TRT de origem entendeu pela aplicação da taxa SELIC. Cumpre registrar que a jurisprudência desta e. Corte Superior se consolidou no sentido de que na Justiça do Trabalho os juros de mora são contabilizados de acordo com o disposto no artigo 39 da Lei nº 8.177/1991. Deste modo, a existência de norma específica tratando acerca da forma de cálculo dos juros de mora dos débitos trabalhistas afasta a aplicação da taxa Selic. Precedentes, inclusive da 7ª Turma e da SBDI-1 do TST. Recurso de revista conhecido e provido". (RR - 2180-45.2013.5.15.0113, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 02/09/2020, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 25/09/2020)

"(…)RECURSO DE REVISTA DA RÉ. LEI Nº 13.015/2014. CPC/2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST. LEI 13.467/2017. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TAXA SELIC. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CONSTATADA. O artigo 39, § 1º, da Lei nº 8.117/91 prevê, expressamente, que os juros de mora incidentes sobre os débitos trabalhistas serão de um por cento ao mês. Logo, ante a existência de lei específica acerca dos débitos de natureza trabalhista, os juros de mora alusivos à contribuição previdenciária devem ser calculados com base no artigo 39, § 1º, da Lei 8.177/91, não se cogitando na aplicação da Taxa Selic. Precedentes da SBDI-1 e de Turmas do TST. Recurso de revista conhecido e provido". (RR - 1943-79.2011.5.03.0027, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Data de Julgamento: 27/05/2020, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/05/2020)

"(…) II - RECURSO DE REVISTA DA RECLAMADA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. JUROS DE MORA. TAXA SELIC. INAPLICABILIDADE. PROVIMENTO. O artigo 39, § 1º, da Lei nº 8.177/1991 estabelece que os juros de mora aplicados nos créditos trabalhistas são contados na base de 1% ao mês, contados do ajuizamento da reclamatória e aplicados pro rata die, ainda que não explicitados na sentença ou termo de conciliação. A jurisprudência desta colenda Corte Superior, por sua vez, é pacífica no sentido de que, na Justiça do Trabalho, os juros de mora são contabilizados de acordo com o disposto no artigo 39 da Lei nº 8.177/1991. Existindo, pois, norma específica sobre a forma de cálculo dos juros de mora dos débitos trabalhistas, não se cogita da aplicação da taxa Selic. Precedentes da egrégia SBDI-1 e de Turma. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento". (ARR - 493-51.2014.5.12.0058 , Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 11/03/2020, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 20/03/2020)

"(…) CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. JUROS DA MORA. TAXA SELIC. INAPLICABILIDADE. Esta Corte vem sedimentando o entendimento no sentido de que os juros da mora sobre débitos de natureza trabalhista são calculados nos termos do artigo 39, §1º, da Lei 8.177/91, não sendo aplicável a taxa SELIC para contabilizar juros da mora sobre contribuições previdenciárias relativas a débitos trabalhistas. Precedentes. Desse modo, a decisão do Tribunal Regional, no sentido de manter a taxa SELIC como critério de cálculo dos juros da mora incidentes sobre contribuições previdenciárias, mostrou-se dissonante da jurisprudência

consolidada no âmbito desta Corte. Recurso de revista conhecido por divergência jurisprudencial e provido (...)". (ARR - 799-06.2014.5.09.0025 , Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 12/02/2020, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/02/2020)

"(...) 3. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. JUROS DE MORA. TAXA SELIC. NÃO APLICAÇÃO. Esta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que, na Justiça do Trabalho, os juros de mora são contabilizados de acordo com o disposto no art. 39 da Lei 8.177/91. Assim, existindo norma específica sobre a forma de cálculo dos juros de mora dos débitos trabalhistas, não há falar em aplicação da taxa SELIC. Recurso de revista conhecido e provido no tema". (RR - 508-16.2017.5.21.0009 , Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 16/10/2019, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 18/10/2019)

"(...) DÉBITOS TRABALHISTAS. JUROS DE MORA. TAXA SELIC. APLICABILIDADE. Esta Corte Superior firmou entendimento de que, em razão da existência de norma específica prevendo a forma de cálculo dos juros de mora dos débitos trabalhistas (art. 39, §1º, da Lei 8.177/91), não há falar em aplicação da taxa SELIC. Julgados. Recurso de revista não conhecido (...)". (ARR - 338-35.2011.5.09.0673, Relator Ministro: Márcio Eurico Vitral Amaro, Data de Julgamento: 21/08/2019, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/08/2019)

"(...) CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. JUROS DA MORA. TAXA SELIC. INAPLICABILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL DEMONSTRADA. Esta Corte vem sedimentando o entendimento no sentido de que os juros da mora sobre débitos de natureza trabalhista são calculados nos termos do artigo 39, §1º, da Lei 8.177/91, não sendo aplicável a taxa SELIC para contabilizar juros da mora sobre contribuições previdenciárias relativas a débitos trabalhistas. Precedentes. Desse modo, a decisão do Tribunal Regional, no sentido de manter a taxa SELIC como critério de cálculo dos juros da mora incidentes sobre contribuições previdenciárias, mostrou-se dissonante da jurisprudência consolidada no âmbito desta Corte. Recurso de revista conhecido por divergência jurisprudencial e provido. Conclusão: Recursos de revista do autor e da ré conhecidos e providos". (RR - 10224-57.2015.5.12.0019, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 22/05/2019, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 24/05/2019)

Cabe ressaltar, por oportuno, que a adoção da TR, neste caso, não contraria o recente entendimento firmado pelo Pleno desta Corte no julgamento dos embargos de declaração interpostos na Arguição de Inconstitucionalidade nº TST-ArgInc - 479-60.2011.5.04.0231 (DEJT de 30/6/2017), em que se discutiu a aplicação do artigo 39, § 1º, da Lei nº 8.117/91 em casos envolvendo a atualização monetária dos créditos trabalhistas pelo IPCA-E.

Salutar, contudo, uma breve digressão sobre essa questão.

O Supremo Tribunal Federal, ao analisar as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 4.357, 4.372, 4.400 e 4.425, reconheceu a inconstitucionalidade da regra inserida no artigo 100 da Constituição Federal, por força da Emenda Constitucional n° 62, especificamente do seu § 12, no que se refere à expressão "índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança".

Na ocasião, foi declarado inconstitucional, ainda, por arrastamento, o artigo 5º da Lei nº 11.960/2009, o qual deu a redação ao artigo 1º-F da Lei nº 9.494/1997.

Na sequência, o Tribunal Superior do Trabalho, em 4 de agosto de 2015 (Processo nº TST - ArgInc - 479-60.2011.5.04.0231), em sua composição plenária, decidiu declarar a inconstitucionalidade, por arrastamento, da expressão "equivalentes à TRD" contida no artigo 39 da Lei nº 8.177/91.

Ocorre que o Supremo Tribunal Federal, em 14/10/2015, por meio de decisão monocrática da lavra do Ministro Dias Toffoli, nos autos da Reclamação n° 22.012, ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos, deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida por esta Corte na Arguição de Inconstitucionalidade n° TST-ArgInc-479-60.2011.5.04.0231, bem como da tabela única editada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Nos termos da decisão do Supremo Tribunal Federal, portanto, o Tribunal Superior do Trabalho havia extrapolado o entendimento do Supremo nas mencionadas ADINs, cabendo àquela Corte Suprema o exame da repercussão geral sobre a matéria e a análise da constitucionalidade do artigo 39 da Lei nº 8.177/91.

Em razão disso, o Tribunal Pleno desta Corte, ao julgar os embargos de declaração interpostos na Arguição de Inconstitucionalidade TST-ArgInc - 479-60.2011.5.04.0231, em acórdão publicado no DEJT de 30/6/2017, decidiu atribuir efeito modificativo ao julgado, para determinar a adequação do acórdão recorrido à decisão liminar do Supremo Tribunal Federal proferida na Reclamação nº 22.012/RS, a fim de que o crédito do exequente seja atualizado mediante a aplicação da TR, assegurando-se, todavia, a possibilidade de modificação futura, caso a Reclamação nº 22.012/RS seja, no mérito, julgada improcedente pelo Supremo Tribunal Federal.

Portanto, no caso destes autos, a aplicação da TR harmoniza-se com a decisão do Pleno desta Corte acerca do artigo 39 da Lei nº 8.177/91, na medida em que nela se estabeleceu a permanência desse índice para a correção dos créditos trabalhistas até que o Supremo Tribunal Federal julgue, em definitivo, a Reclamação nº 22.012/RS.

Feitos esses esclarecimentos, merece provimento o recurso patronal, para que se afaste a aplicação da taxa Selic à atualização das contribuições previdenciárias.

Diante do exposto, dou provimento ao agravo de instrumento por possível afronta ao artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal para determinar o processamento do recurso de revista.

II - RECURSO DE REVISTA

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE DÉBITO JUDICIAL TRABALHISTA. CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TAXA SELIC

A consequência lógica do conhecimento do recurso de revista por violação do artigo 5°, inciso II, da Constituição Federal é o seu provimento.

Nesse contexto, dou provimento ao recurso de revista para determinar que a atualização monetária das contribuições previdenciárias devidas pelo banco reclamado seja calculada pela aplicação da Taxa Referencial Diária - TRD.

Ante o exposto, com base no artigo 118, inciso X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho c/c o artigo 932, inciso V, alínea "a", do CPC/2015: I - dou provimento ao agravo de instrumento por possível afronta ao artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal para processar o recurso de revista; II - conheço do recurso de revista por violação do artigo 5°, inciso II, da Constituição Federal e, no mérito, dou-lhe provimento para determinar que a correção monetária das contribuições previdenciárias devidas pelo banco reclamado seja calculada pela aplicação da Taxa Referencial Diária - TRD; e III - Determino a reautuação do feito como recurso de revista.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº RR-1001440-36.2018.5.02.0605

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	EDIVALDO PEREIRA DOS SANTOS
Advogado	Dr. Marcus Vinicius do Couto Santos(OAB: 327569-A/SP)
Recorrido	SNEF SERVIÇOS E MONTAGENS LTDA.
Advogado	Dr. Lucas Quintino de Almeida Lacerda(OAB: 129651/MG)
Advogado	Dr. Maurício Metzker Junqueira Maciel(OAB: 122728-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDIVALDO PEREIRA DOS SANTOS
- SNEF SERVIÇOS E MONTAGENS LTDA.

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que deu parcial provimento ao recurso ordinário, mantendo, contudo, a condenação quanto aos temas "HONORÁRIOS PERICIAIS E ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA".

Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.

A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).

À análise.

O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.

Eis os termos do acórdão recorrido:

"(...)

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

O reclamante foi condenado a pagar honorários sucumbenciais de 10% do valor da causa à parte contrária, diante da improcedência de alguns pedidos, com fundamento nas alterações introduzidas pela Lei n.º 13.467/17 (Nova CLT).

Em suas razões recursais, o autor ressalta que é beneficiário da gratuidade de justiça, razão pela qual não deveria ter que arcar com honorários de sucumbência. Sustenta, ainda, que a condenação viola os princípios constitucionais do amplo acesso à justiça, da inafastabilidade da jurisdição, da segurança jurídica e da ampla defesa (CF/88, art. 5º, XXXV, XXXVI e LV)

Pois bem.

A presente ação foi ajuizada em 13/09/2018, após a Lei n.º 13.467/17 ter entrado em vigor.

Assim, considerando que a ação foi proposta durante a vigência do referido diploma legal, correto o Juízo de Origem ao condenar o reclamante ao pagamento de honorários de sucumbência, nos termos do art. 791-A da CLT, introduzido pela Lei n.º 13.467/17. Nesse sentido, inclusive, é o artigo 6º da Instrução Normativa n.º 41/2018 do C. TST.

Observe o reclamante que a gratuidade judiciária não o isenta do pagamento dos honorários de sucumbência, apenas acarreta a suspensão da exigibilidade dos honorários, nos termos do § 4º do art. 791-A da CLT, como observado pela Origem.

Ademais, o art. 790-A da CLT não apresenta qualquer inconstitucionalidade, pois não impede o acesso à justiça ou à ampla defesa, apenas cria regra específica com base no risco do processo.

Mantenho.

DOS HONORÁRIOS PERICIAIS

A parte autora pleiteia a reforma do r. decisum, para que seja reconhecida a isenção do pagamento dos honorários periciais, fixados em R$ 2.500,00, por ser beneficiária da justiça gratuita.

Pois bem. Os pedidos de pagamento de periculosidade e de insalubridade foram julgados improcedentes, com fundamento no laudo pericial. Logo, sendo o autor sucumbente na pretensão objeto da perícia, em princípio é seu o ônus de arcar com o pagamento dos honorários periciais, nos moldes do art. 790-B, da CLT.

O §4º do dispositivo legal em debate traz a possibilidade de exclusão do encargo quanto à sucumbência em se tratando de completa ausência de crédito do demandante, o que não é o caso em apreço.

Destaque-se que o perito judicial é um profissional autônomo e a fixação dos seus honorários não guardam relação com o valor da causa ou da condenação, devendo ser fixado com base na qualidade do trabalho do profissional, os elementos materiais necessários à sua elaboração, o tempo estimado para a sua realização e as despesas para a sua realização.

No caso em tela, os honorários relativos à insalubridade/periculosidade fixados em R$ 2.500,00 se apresentam razoáveis em relação ao comumente arbitrados por esta Especializada.

Porém, considerando que o pacto laboral perdurou por apenas 07 meses; que o autor somente teve deferidos créditos decorrentes de horas extras e reflexos; e que a última remuneração se deu na base de R$ 2.065,80, dou provimento parcial ao apelo do reclamante apenas para reduzir o valor dos honorários periciais de R$ 2.500,00 para R$ 1.000,00 por mais razoável para o caso em apreço.

Dou provimento parcial.

(...)"

No que tange à insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS PERICIAIS E ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários periciais e advocatícios sucumbenciais, nos termos dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT, visto que a ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.

Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários periciais e advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.

Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF.

Examino.

Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a

parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais e periciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais e periciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0001394-67.2011.5.09.0006

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	TANIANE MARQUES DE SOUZA
Advogado	Dr. Edson Antônio Fleith(OAB: 16001/PR)
Recorrente	L OREAL BRASIL COMERCIAL DE COSMÉTICOS LTDA.
Advogado	Dr. Roberto Trigueiro Fontes(OAB: 30476-A/PR)
Recorrido	ALLIS SOLUÇÕES INTELIGENTES S.A.
Advogado	Dr. Rafael Amancio de Lima(OAB: 227708-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- ALLIS SOLUÇÕES INTELIGENTES S.A.
- L OREAL BRASIL COMERCIAL DE COSMÉTICOS LTDA.
- TANIANE MARQUES DE SOUZA

Trata-se de recursos de revista interpostos pela reclamante e pela 2ª reclamada contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região que negou provimento aos recursos ordinários interpostos pela reclamante e pela 2ª reclamada e deu parcial provimento ao recurso interposto pela 1ª reclamada.
Irresignadas, a reclamante e a 2ª reclamada argumentam, em síntese, que a decisão Regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colacionam.
A Vice-Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto pela reclamante por possível contrariedade à Súmula n.º 437, item I, do TST; e, o da 2ª reclamada por possível contrariedade à Orientação Jurisprudencial n.º 394 da SbDI-1 do TST.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST).
À análise.
De plano, destaco que os recursos serão apreciados à luz da Consolidação das Leis do Trabalho sem as alterações promovidas pela Lei n.º 13.015/2014, que se aplica apenas aos recursos interpostos em face de decisão publicada já na sua vigência, o que não é a hipótese dos autos.

I - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMANTE

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.
Quanto aos temas recorridos, o Tribunal Regional se manifestou nos seguintes termos:

"Intervalo intrajornada (análise conjunta dos recursos das rés)
[...]
De acordo com os fundamentos já expostos no tópico anterior, restou evidente que houve supressão parcial do intervalo intrajornada legal.
Esta C. Turma entende queé devido como hora extra somente o tempo faltante para completar o intervalo mínimo legal de uma hora intrajornada, vez que não se pode igualar a situação do trabalhador, como o recorrente, usufruíaparcialmente de intervalo, com a daquele empregado que não usufrui intervalo algum (até porque isso poderia levar os empregadores a não conceder qualquer intervalo, já que a consequência seria a mesma), pelo que não se aplica o entendimento consubstanciado na Súmula 437, I, do E. TST.
Acondenação em hora intervalar e horas extras além da 8ª diária não implica de forma alguma embis in idem, pois os pagamentos têm fatos geradores distintos. Com efeito, a hora extra remunera o tempo efetivamente trabalhado ao passo que o pagamento pelo intervalo intrajornada suprimido tem como origem tão somente o fato de ter sido desrespeitado tal intervalo.
Ademais, aparcela devida possui natureza nitidamente salarial, na medida em que o §4º do art. 71 da CLT prevê expressamente que o período suprimido do intervalo intrajornada mínimo legal deve ser "remunerado" e não, indenizado.
Nesse contexto, peço vênia para citar e adotar como fundamentos as razões de decidir do acórdão proferido nos autos 00107-2007-025-09-00-0 (RO 10650/2009), publicado em 03.12.2010, de relatoria do Exmo. Desembargador Arion Mazurkevic, visto que foram abordados ambos os pontos:
"Quanto aos efeitos da não fruição do intervalo mínimo, ao contrário do que alega o Reclamante, nos termos do art. 71, § 4º, da CLT, é devido como extra somente o tempo não usufruído. Até porque não se mostra razoável que o empregado que usufrui parte do intervalo receba o mesmo valor daquele que não usufruiu qualquer tempo para descanso e refeição. Também se extrai do aludido texto legal que deve ser considerado o intervalo intrajornada mínimo para apuração do tempo suprimido.
Note-se que, consoante estabelece o §4º, do art. 71, da CLT, "quando o intervalo para repouso e alimentação, previsto neste artigo, não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo no mínimo cinqüenta por cento sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho" (destaquei). Não há, portanto, amparo legal para o cômputo do período integral como extra, sendo que é nesses termos que deve ser interpretada a OJ 307 da SDI-I do E. TST.
Portanto, é devido como extra apenas o tempo faltante para completar o intervalo mínimo legal de uma hora, com os mesmos

parâmetros e reflexos determinados pela sentença para as demais horas extras.
Com efeito, o § 4º, do art. 71, da CLT, não deixa qualquer dúvida que o tempo do intervalo intrajornada não usufruído deve ser remunerado com o salário normal acrescido do adicional de horas extras, pois dispõe: "quando o intervalo para repouso e alimentação, previsto neste artigo, não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a REMUNERAR o período correspondente com um acréscimo de NO MÍNIMO cinqüenta por cento sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho" (destaquei).
Esta remuneração não se confunde com o salário pago pelo labor realizado durante o intervalo, pois visa ressarcir o empregado pelo tempo não usufruído do intervalo e não pelo tempo trabalhado. Assim, não se pode reputar que o tempo do intervalo intrajornada estaria remunerado pelo salário pago, assim como que seria devido apenas o adicional.
Da mesma forma, a natureza salarial da parcela decorre de expressa previsão no art. 71, § 4º, da CLT. Como se vê, a lei determina que o período seja remunerado e não indenizado, logo, inegável a sua natureza salarial. Por sinal, nesse sentido a Orientação Jurisprudencial 354, da SDI-I do TST:
Intervalo intrajornada. Art. 71, § 4º, da CLT. Não concessão ou redução. Natureza jurídica salarial. Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei n. 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo das parcelas salariais.
Nos períodos em que ausentes os controles de jornada, far-se-á a apuração pela média dos cartões de ponto existentes nos autos, a exemplo do que já foi decidido em relação às demais horas extras. Reformo, para incluir na condenação o pagamento, como extra, do tempo do intervalo mínimo intrajornada de uma hora não usufruído, com reflexos e incidência do FGTS (8%)."
Ante a natureza salarial da horas extras decorrentes da violação parcial dos intervalos intrajornadas, são devidos os mesmos reflexos já deferidos na decisão de primeiro grau para as horas extras.
REFORMO PARCIALMENTE para limitar ao tempo faltante para completar 1 hora a condenação em horas extras decorrentes da supressão do intervalo intrajornada.
[...]
Honorários advocatícios
[...]
Na Justiça do Trabalho os honorários não são devidos às partes pelo princípio da sucumbência, conforme adotado na legislação processual civil, não se encontrando revogado o "jus postulandi". Tal situação resta inalterada mesmo com a edição da súmula 425 do E. TST, na medida em que tal dispositivo apenas limitou o "jus postulandi", não o tendo extirpado, sendo ainda possível às partes litigar desacompanhadas de advogado.
Nesta Justiça Especializada, os honorários são devidos a teor do previsto na Lei 5.584/1970 e de acordo com as Súmulas 219 e 329 do TST, bem como da Orientação Jurisprudencial nº 305, da SDI-1, do C. TST, não havendo, assim, condenação em honorários advocatícios. A Lei 5.584/1970, recepcionada pelo artigo 133 da Constituição Federal de 1988, prevê o pagamento apenas de honorários assistenciais, os quais são devidos à entidade sindical que assiste o empregado em juízo, e desde que preenchidos os seguintes requisitos: assistência sindical e comprovação de que o empregado recebe salário igual ou inferior a dois salários mínimos ou, então, demonstrar, através de uma declaração, que não tem condições de demandar em juízo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família (artigo 4º da Lei 1.060/1950).
No caso em tela, apesar de aautora ser beneficiáriada justiçagratuita (fls. 325/326), ela não foi assistida por sindicato, razão pela qual a condenação no pagamento dos honorários advocatícios é indevida.
MANTENHO."

Quanto ao tema "INTERVALO INTRAJORNADA - SUPRESSÃO PARCIAL - EFEITOS" com razão a reclamante.
O Tribunal Regional consignou que a não concessão do intervalo intrajornada enseja o pagamento apenas do período sonegado. A decisão recorrida, portanto, diverge da Súmula nº 437, I, do TST, in verbis:

Súmula 437. INTERVALO INTRAJORNADA PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 71 DA CLT (conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 307, 342, 354, 380 e 381 da SBDI-1) - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012
I - Após a edição da Lei nº 8.923/94, a não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71 da CLT), sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração." (grifos apostos)

Assim, é inconteste que, havendo redução ou supressão do intervalo mínimo intrajornada, devido é o pagamento de todo o período. Desse modo, tendo havido a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, o deferimento apenas do período faltante efetivamente contraria o item I da Súmula nº 437 desta Corte. Nesse contexto, o recurso merece ser conhecido, por contrariedade à Súmula nº 437, I, do TST, e, no mérito, provido para restabelecer a sentença no tocante à condenação das reclamadas ao pagamento de uma hora extra diária, a título de intervalo intrajornada, com os devidos reflexos.
No que tange ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS", esta Corte já pacificou a controvérsia acerca da matéria por meio das Súmulas nºs 219, I, e 329 do TST, segundo as quais a condenação ao pagamento de honorários advocatícios não decorre unicamente da sucumbência, sendo necessária a ocorrência concomitante de dois requisitos: a assistência por sindicato da categoria profissional e a comprovação da percepção de salário inferior ao dobro do mínimo legal ou de situação econômica que não permita ao empregado demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.
Acrescente-se que a SbDI-1 desta Corte, quanto à indenização por perdas e danos relativa ao ressarcimento dos honorários contratuais, orienta-se no sentido de que, em razão da existência de dispositivo legal específico quanto à matéria (art. 14 da Lei 5.584/1970), não há que se aplicar, de forma subsidiária, o disposto nos arts. 389 e 404 do CC. Nessa linha, o seguinte precedente:

"RECURSO DE EMBARGOS. REGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/07. [...] HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REQUISITOS. É firme a jurisprudência deste Tribunal Superior quanto à impossibilidade do reconhecimento de perdas e danos pela contratação de advogado particular para atuar na Justiça do Trabalho, em razão da não aplicação dos arts. 389, 395 e 404 do Código Civil às ações trabalhistas, em que os honorários advocatícios são cabíveis

apenas nas hipóteses previstas na Súmula nº 219 do TST. Recurso de embargos de que não se conhece." (E-RR-82800-26.2004.5.15.0027, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 16/03/2018)

Cabe ainda ressaltar que, recentemente, o Tribunal Pleno do TST, no julgamento do IRR-341-06.2013.5.04.0011, de Relatoria do Exmo. Ministro José Roberto Freire Pimenta, publicado no DEJT em 1º/10/2021, firmou diversas teses jurídicas acerca dos requisitos para o deferimento de honorários advocatícios em reclamações trabalhistas típicas anteriores à vigência da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), confirmando a jurisprudência reinante nesta Corte. Confira-se:

"INCIDENTE DE RECURSO REPETITIVO Nº 3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS TÍPICAS. REQUISITOS DO ARTIGO 14 DA LEI Nº 5.584/70 E DAS SÚMULAS Nos 219 E 329 DO TST. EFEITOS DE DIREITO INTERTEMPORAL DECORRENTES DA GENERALIZAÇÃO DO REGIME DE SUCUMBÊNCIA INTRODUZIDA PELA LEI Nº 13.467/2017. Discute-se, no caso, a possibilidade de deferimento de honorários advocatícios em reclamações trabalhistas típicas, anteriores à edição e à vigência da Lei nº 13.467/2017, sem a observância de todos os requisitos constantes no artigo 14, caput e §§ 1º e 2º, da Lei nº 5.584/70, tal como hoje ainda está previsto nas Súmulas nos 219 e 329 do Tribunal Superior do Trabalho, em face do disposto no artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal de l988, segundo o qual "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos", inclusive a título de indenização por perdas e danos, nos termos dos artigos 389 e 404 do Código Civil, definindo-se, ainda, as implicações de direito intertemporal decorrentes da introdução do artigo 791-A da CLT pela referida Lei nº 13.467, promulgada em 13 de julho de 2017 e com vigência a partir de 11 de novembro de 2017. Fixam-se, com força obrigatória (artigos 896-C da CLT, 927, inciso III, do CPC e 3º, inciso XXIII, da Instrução Normativa nº 39/2015 do TST), as seguintes teses jurídicas: "1) Nas lides decorrentes da relação de emprego, os honorários advocatícios, com relação às ações ajuizadas no período anterior ao início de vigência da Lei nº 13.467/2017, somente são cabíveis na hipótese prevista no artigo 14 da Lei nº 5.584/70 e na Súmula nº 219, item I, do TST, tendo por destinatário o sindicato assistente, conforme disposto no artigo 16 do referido diploma legal, até então vigente (revogado expressamente pela Lei nº 13.725/2018) e no caso de assistência judiciária prestada pela Defensoria Pública da União ao beneficiário da Justiça gratuita, consoante os artigos 17 da Lei nº 5.584/70 e 14 da Lei Complementar nº 80/94, revelando-se incabível a condenação da parte vencida ao pagamento dessa verba honorária seja pela mera sucumbência, seja a título de indenização por perdas e danos, seja pela simples circunstância de a parte ser beneficiária da Justiça gratuita; 2) A ampliação da competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional nº 45/2004 acarretou o pagamento de honorários advocatícios com base unicamente no critério da sucumbência apenas com relação às lides não decorrentes da relação de emprego, conforme sedimentado nos itens III e IV da Súmula nº 219 do TST, por meio, respectivamente, das Resoluções nos 174, de 24 de maio de 2011, e 204, de 15 de março de 2016, e no item 5 da Instrução Normativa nº 27, de 16 de fevereiro de 2005; 3) Às demandas não decorrentes da relação de emprego, mas que já tramitavam na Justiça do Trabalho por força de norma legal expressa, relativas aos trabalhadores avulsos e portuários, ex vi dos artigos 643, caput , e 652, alínea "a", inciso V, da CLT, são inaplicáveis o item 5 da Instrução Normativa nº 27/2005 do Tribunal Superior do Trabalho e o item III da Súmula nº 219 desta Corte, porquanto a Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso XXXIV, equipara o avulso ao trabalhador com vínculo empregatício, sendo-lhe aplicável, portanto, o entendimento previsto no item I da Súmula nº 219 desta Corte; 4) Às lides decorrentes da relação de emprego, objeto de ações propostas antes do início da vigência da Lei nº 13.467/2017, não se aplica a Súmula nº 234 do STF, segundo a qual ' são devidos honorários de advogado em ação de acidente de trabalho julgada procedente ' ; 5) Não houve derrogação tácita do artigo 14 da Lei nº 5.584/1970 em virtude do advento da Lei nº 10.288/2001, que adicionou o § 10 ao artigo 789 da CLT, reportando-se à assistência judiciária gratuita prestada pelos sindicatos, e a superveniente revogação expressa desse dispositivo da CLT pela Lei nº 10.537/2002 sem que esta disciplinasse novamente a matéria, pelo que a assistência judiciária prestada pela entidade sindical no âmbito da Justiça do Trabalho ainda permanece regulamentada pela referida lei especial; 6) São inaplicáveis os artigos 389, 395 e 404 do Código Civil ao Processo do Trabalho para fins de condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nas lides decorrentes da relação de emprego, objeto de ações ajuizadas antes do início da vigência da Lei nº 13.467/2017, visto que, no âmbito da Justiça do Trabalho, essa condenação não se resolve pela ótica da responsabilidade civil, mas sim da sua legislação específica, notadamente a Lei nº 5.584/70; 7) A condenação em honorários advocatícios sucumbenciais prevista no artigo 791-A, caput e parágrafos, da CLT será aplicável apenas às ações propostas na Justiça do Trabalho a partir de 11 de novembro de 2017, data do início da vigência da Lei nº 13.467/2017, promulgada em 13 de julho de 2017, conforme já decidiu este Pleno, de forma unânime, por ocasião da aprovação do artigo 6º da Instrução Normativa nº 41/2018 ; 8) A deliberação neste incidente a respeito da Lei nº 13.467/2017 limita-se estritamente aos efeitos de direito intertemporal decorrentes das alterações introduzidas pela citada lei, que generalizou a aplicação do princípio da sucumbência em tema de honorários advocatícios no âmbito da Justiça do Trabalho, não havendo emissão de tese jurídica sobre o conteúdo em si e as demais peculiaridades da nova disposição legislativa, tampouco acerca da inconstitucionalidade do artigo 791-A, caput e § 4º, da CLT". Ainda, à vista dos termos do artigo 927, § 3º, do CPC, aplicável ao Processo do Trabalho (artigo 769 da CLT c/c artigo 3º, inciso XXIII, da Instrução Normativa nº 39/2015 do TST), como não se está revisando ou alterando a jurisprudência anteriormente já pacificada pelo Tribunal Superior do Trabalho , não cabe proceder à modulação dos efeitos desta decisão." (IRR-341-06.2013.5.04.0011, Tribunal Pleno, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 01/10/2021 - grifos apostos)

Assim, inviável o seguimento do recurso de revista no tema "honorários advocatícios", pois emergem como obstáculo as diretrizes consubstanciadas no art. 896, § 4º (atual § 7º), da CLT e nas Súmulas nºs 219 e 333 do TST.

II - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA 2ª RECLAMADA

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.
Quanto aos temas recorridos, o Tribunal Regional se manifestou nos seguintes termos:

"Terceirização e responsabilidade solidária (análise conjunta dos

recursos das rés)
[...]
É incontroverso que a autora foi contratada pela primeira répara exercer a função de promotora de vendas dos produtos da segunda ré, bem como que as rés firmaram contratode prestação de serviços de promoção de vendas destes produtos (fls. 03, 88 e 220), o qual foijuntado às fls. 138/149.
Dessa maneira, é evidente que a segunda ré se beneficiou dos serviços prestados pela autora.
Segundo o entedimento jurisprudencial consolidado na Súmula 331 do E. TST,a contratação de trabalhadores mediante empresa interposta é, em regra, ilegal. Excepcionalmente, é lícita a terceirização de serviços ligados à atividade-meio da tomadora desde que inexistente a subordinação -diretaou estrutural -do trabalhador em relação à tomadora. Sendo lícita a terceirização, reconhece-se a responsabilidade subsidiária da tomadora. Porém, se constatada sua ilicitudeem virtude daexistência de subordinaçãoreconhece-se o vínculo diretamente com atomadora,a qualresponde solidariamente com aempresa prestadorapelas verbas trabalhistas devidas, comfulcro no artigo 9º da CLT.
O preposto da segunda ré disse:"1) Cristiani Xavier é gerente de sell out da segunda ré, responsável pela região sul do Brasil;(...) 3) acredita que Cristiani fazia reuniões com promotores de vendas a cada dois meses; 4) Cristiani, em conjunto com o supervisor da agência, definia as lojas a serem visitadas pelos promotores, que precisavam ser melhor atendidas; (...) 8) todos os promotores de vendas são terceirizados; (...)".
Aúnica testemunha, ouvida a convite da autora, informou:"1) trabalhou como promotora de vendas de produtos da segunda ré entre outubro/07 e maio/11, contratada pela primeira ré; (...) 4) quem repassou o roteiro para a depoente foi a coordenadora Cristiane, da segunda ré; 5) havia controle de jornada, pois assinavam cartão ponto, assinavam caderno de visitas às lojas e tinham de ligar por celular para a coordenadora quando entravam na loja; 6) se tivesse de se ausentar ou chegar mais tarde tinha de repassar a informação para a coordenadora Cristiane; (...) 10) a autora também se reportava à coordenadora Cristiane; (...) 16) quando encerrava a última visita do dia, passava as informações via celular para o sistema e para Cristiane; 17) Cristiane tinha acesso aos livros dos mercados; (...) 19) recebiam cartões ponto em branco para serem preenchidos de acordo com os horários determinados, sendo entregues para Cristiane após o preenchimento; (...) 30) chegou a trabalhar com Pérola, supervisora da segunda ré; 31) Pérola passou a exercer a função de Cristiane quando esta foi promovida para gerente regional; 32) não faz idéia de quantas cidades eram supervisionadas pela supervisora da segunda ré, mencionando que era toda a região sul do Brasil; Sem mais."
Depreende-se dos depoimentos que a autora estava diretamente subordinadaàgerente/coordenadora da segunda ré (Cristiane e, posteriormente, Pérola).Com efeito,o próprio preposto da segundaré confessou queCristianerealizava reuniões com os promotores de vendas acada dois meses e queajudava a definir as lojas a serem visitadas pelos promotores. A testemunha da autora ainda informou que Cristiane era quemrepassava o roteiro para as promotoras de vendase controlava a jornada destas. Logo, restou comprovado que a autora - que era promota de venda - estava diretamente subordinadaà segunda ré (e por esta fiscalizada), o que evidenciaailicitudeda intermediação da mão de obra, vez que manifestamente utilizada com o intuito de fraudar ou impedir a aplicação dos direitos previstos na CLT, conforme artigo 9º deste diploma legal, devendo ser reconhecido o vínculo de emprego diretamente com a segunda ré e a responsabilidade solidária das rés, conforme jádecidido em primeiro grau.
Ademais, destaco que, caso as rés quisessem alegar a suspeição da testemunha, deveriam ter apresentado a contradita em audiência, no momento oportuno, porém as rés quedaram-se inertes, pelo que restou preclusa sua pretensão. De todo modo modo,assimdispõe aSúmula 357 do C. TST:"Não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador".Também não procede a alegação de que a testemunha não trabalhou no mesmo local que a autora, pois a testemunha declarou que"11) chegou a visitar as mesmas lojas que autora algumas vezes".
Por fim, não vislumbro qualquer contradição relevanteno depoimento da autora ao dizer:"6) era Cristiane quem passava para a depoente os estabelecimentos que deveria visitar; (...)27) no momento da contratação depoente já recebeu o roteiro diário, que era sempre o mesmo; (...)38) reitera que o roteiro era fixo, estabelecido no início do contrato e que se tivesse que visitar alguma outra loja arcaria com as despesas de deslocamento; (...)". MANTENHO.

2. Horas extras (análise conjunta dos recursos das rés)
[...]
As normas que tratam da duração do trabalho possuem natureza cogente. O estabelecimento o qual contar com mais de dez empregados é obrigado a registrar o horário de entrada e saída destes (art. 74, §2º, da CLT). A lei estabeleceu algumas exceções, como a prevista no inciso I, do art. 62, da CLT. Para a configuração desta hipótese excepcional, não basta que a atividade desempenhada pelo empregado seja externa, mas é essencial que, no caso concreto, seja efetivamente impossível o controle de horários. Dessa forma, a simples ausência de controle pelo empregador, embora sendo possível sua realização, não afasta sua obrigatoriedade, sob pena de tornar inócua a legislação atinente à duração do trabalho.
Não há qualquer elemento nos autos que comprove a alegação da primeira ré de que possui menos de 10 empregados. Além disso,as rés, ao alegarem, emdefesa,que ocaso concreto se enquadra no art. 62, I, da CLT, atraíram para si o ônus de provar a impossibilidade do controle da jornada cumprida pelo autor, por configurar fato impeditivo do direito deste (art. 818 da CLT c/c art. 333, II,do CPC), contudo dele não se desvencilharam a contento.
O próprio preposto da primeira ré confessou:"4) o horário de trabalho da autora era das 07h às 15h20, com uma hora de intervalo, de segunda à sexta-feira; (...) 6) alguns mercados adotam procedimento de exigir assinatura em um livro de promotores de vendas, não sabendo se isso ocorria no caso da autora; (...) 7) se autora precisasse sair mais cedo ou chegar mais tarde avisava o supervisor, por telefone; 8) era o supervisor quem passava ao promotor o roteiro do mês".
Na mesma linha, o preposto da segunda ré confessou:"4) Cristiani, em conjunto com o supervisor da agência, definia as lojas a serem visitadas pelos promotores, que precisavam ser melhor atendidas; 5) em média os horários de visitas dos promotores era das 07h às 16h; 6) alguns mercados possuem um caderno para controle interno dos terceirizados".
A única testemunha, ouvida a convite do autor, informou:
"3) as lojas que a depoente visitava ficavam em São José dos Pinhais; 4) quem repassou o roteiro para a depoente foi a coordenadora Cristiane, da segunda ré; 5) havia controle de jornada, pois assinavam cartão ponto, assinavam caderno de visitas às lojas e tinham de ligar por celular para a coordenadora quando

entravam na loja; 6) se tivesse de se ausentar ou chegar mais tarde tinha de repassar a informação para a coordenadora Cristiane; (...) 10) a autora também se reportava à coordenadora Cristiane; 11) chegou a visitar as mesmas lojas que autora algumas vezes;(...) 16) quando encerrava a última visita do dia, passava as informações via celular para o sistema e para Cristiane; 17) Cristiane tinha acesso aos livros dos mercados; (...) 19) recebiam cartões ponto em branco para serem preenchidos de acordo com os horários determinados, sendo entregues para Cristiane após o preenchimento; (...) 21) também preenchia relatórios para controle de produtos das lojas e relatórios de visitas; (...)"

Desse modo,restou evidente que os roteiros de visitas eram previamente estabelecidos pela supervisora Cristiane, a quem a autora deveria ligar para avisar se precisasse chegar mais tarde ou sair mais cedo, bem como que nos locais de trabalho havia cartões de ponto aos quais a supervisora tinha acesso. A testemunha da autoradisse, ainda, que havia relatórios de visitas e que, ao final da última visita, era necessário ligar para a supervisora. Saliento que, embora a testemunha tenha informado que visitou lojas em município diverso da autora, esclareceu que chegou a visitar as mesmas lojas em quea autoratrabalhava.

Assim, a prova oral demonstrou que, apesar de a autora exercerlabor externo,era plenamente possível o controle de sua jornada, pelo que o caso não se enquadra na exceçãodo artigo 62, I, da CLT e, em consequência,cabia à rétrazer aosautos os cartões de ponto. Ante a ausência de apresentação dos controles,presume-se verdadeira a jornada declinada na inicial, presunção relativa que pode ser elidida por prova em contrário, conforme Súmula 338 do E. TST.

Na inicial, a autora relatou que cumpriu a seguinte jornada: a)de segundaa sexta-feira: das 6h30 às 19h30/20h, com30 minutos de intervalo intrajornada; b) em sábados, dois ou três domingos por mês:das 6h30 às 14h; c) em feriados: das 6h45 às 16h (e não, das 6h30 às 14h como relatado na sentença) e; d)balanços mensais: das 22h às 8h (fl. 05).

Todavia, a própria autora confessou:"13) iniciava a primeira visita às 06h30 e encerrava a última visita entre 19h/20h (...) 15) quando trabalhava no domingo às vezes conseguia uma folga durante a semana".

A testemunha da autora disse:"(...)12) trabalhavam normalmente das 06h30 às 20h, com cerca de 30 minutos de intervalo, de segunda à sexta-feira; 13) nos sábados e em dois domingos por mês trabalhavam até às 14h30;14) quando trabalhavam no domingo a folga recaía em dia da semana;15) havia balanços mensais das 22h às 08h, aproximadamente; (...)".

Portanto, reputo que a autora cumpriu a seguinte jornada: a) de segunda a sexta-feira: das 6h30 às 19h30, com 30 minutos de intervalo; b) nos sábados e em dois domingos por mês: das 6h30 às 14h; c) em feriados: das 6h30 às 14h (devido à proibição dareformatio in pejus) e; d) uma vez por mês (balanços): das 22h às 8h, conforme já fixado em primeiro grau.

Havendo labor em horário noturno (22hàs 5h) em razão dos balanços mensais, que ocorriam das 22h às 8h, é devido o adicional noturno já deferido pelo juízo singular, conforme artigo 73 e parágrafos da CLT.

Quanto ao labor em domingos, o juízo de origem já reconheceu que havia folga compensatóriano dia imediatamente seguinte, pelo que carecem as rés de interesse recursal quanto a este ponto.

Já em relação aos feriados, não restou comprovado que havia folga compensatória, pelo que a sentença não merece reparos.

Quanto aos reflexos das horas extras em RSR,o posicionamento deste Colegiado é de que aremuneração mensal do empregado abrange o pagamento do RSR somente com base na jornada normal (artigo 7º, § 2º, da Lei 605/49), de maneira que não hábis in idemnodeferimento dos reflexos das horas extras em RSR.

Portanto, não se aplica o entendimento consubstanciado na OJ 394 da SDI-1 do E. TST. Nesse sentido, o acórdão proferido nos autos 06298-2009-678-09-00-0 (RO 13437/2010), publicado em 18.02.2011, de lavra do Exmo. Des. Arion Mazurkevic.

NADA A REFORMAR.

3. Intervalo intrajornada (análise conjunta dos recursos das rés)

[...]

De acordo com os fundamentos já expostos no tópico anterior, restou evidente que houve supressão parcial do intervalo intrajornada legal.

Esta C. Turma entende queé devido como hora extra somente o tempo faltante para completar o intervalo mínimo legal de uma hora intrajornada, vez que não se pode igualar a situação do trabalhador, como o recorrente, usufruíaparcialmente de intervalo, com a daquele empregado que não usufrui intervalo algum (até porque isso poderia levar os empregadores a não conceder qualquer intervalo, já que a consequência seria a mesma), pelo que não se aplica o entendimento consubstanciado na Súmula 437, I, do E. TST.

Acondenação em hora intervalar e horas extras além da 8ª diária não implica de forma alguma embis in idem, pois os pagamentos têm fatos geradores distintos. Com efeito, a hora extra remunera o tempo efetivamente trabalhado ao passo que o pagamento pelo intervalo intrajornada suprimido tem como origem tão somente o fato de ter sido desrespeitado tal intervalo.

Ademais, aparcela devida possui natureza nitidamente salarial, na medida em que o §4º do art. 71 da CLT prevê expressamente que o período suprimido do intervalo intrajornada mínimo legal deve ser "remunerado" e não, indenizado.

Nesse contexto, peço vênia para citar e adotar como fundamentos as razões de decidir do acórdão proferido nos autos 00107-2007-025-09-00-0 (RO 10650/2009), publicado em 03.12.2010, de relatoria do Exmo. Desembargador Arion Mazurkevic, visto que foram abordados ambos os pontos:

"Quanto aos efeitos da não fruição do intervalo mínimo, ao contrário do que alega o Reclamante, nos termos do art. 71, § 4º, da CLT, é devido como extra somente o tempo não usufruído. Até porque não se mostra razoável que o empregado que usufrui parte do intervalo receba o mesmo valor daquele que não usufruiu qualquer tempo para descanso e refeição. Também se extrai do aludido texto legal que deve ser considerado o intervalo intrajornada mínimo para apuração do tempo suprimido.

Note-se que, consoante estabelece o §4º, do art. 71, da CLT, "quando o intervalo para repouso e alimentação, previsto neste artigo, não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo no mínimo cinqüenta por cento sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho" (destaquei). Não há, portanto, amparo legal para o cômputo do período integral como extra, sendo que é nesses termos que deve ser interpretada a OJ 307 da SDI-I do E. TST. Portanto, é devido como extra apenas o tempo faltante para completar o intervalo mínimo legal de uma hora, com os mesmos parâmetros e reflexos determinados pela sentença para as demais horas extras.

Com efeito, o § 4º, do art. 71, da CLT, não deixa qualquer dúvida que o tempo do intervalo intrajornada não usufruído deve ser remunerado com o salário normal acrescido do adicional de horas extras, pois dispõe: "quando o intervalo para repouso e alimentação,

previsto neste artigo, não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a REMUNERAR o período correspondente com um acréscimo de NO MÍNIMO cinqüenta por cento sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho" (destaquei).

Esta remuneração não se confunde com o salário pago pelo labor realizado durante o intervalo, pois visa ressarcir o empregado pelo tempo não usufruído do intervalo e não pelo tempo trabalhado. Assim, não se pode reputar que o tempo do intervalo intrajornada estaria remunerado pelo salário pago, assim como que seria devido apenas o adicional.

Da mesma forma, a natureza salarial da parcela decorre de expressa previsão no art. 71, § 4º, da CLT. Como se vê, a lei determina que o período seja remunerado e não indenizado, logo, inegável a sua natureza salarial. Por sinal, nesse sentido a Orientação Jurisprudencial 354, da SDI-I do TST:

Intervalo intrajornada. Art. 71, § 4º, da CLT. Não concessão ou redução. Natureza jurídica salarial. Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei n. 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo das parcelas salariais.

Nos períodos em que ausentes os controles de jornada, far-se-á a apuração pela média dos cartões de ponto existentes nos autos, a exemplo do que já foi decidido em relação às demais horas extras. Reformo, para incluir na condenação o pagamento, como extra, do tempo do intervalo mínimo intrajornada de uma hora não usufruído, com reflexos e incidência do FGTS (8%)."

Ante a natureza salarial da horas extras decorrentes da violação parcial dos intervalos intrajornadas, são devidos os mesmos reflexos já deferidos na decisão de primeiro grau para as horas extras.

REFORMO PARCIALMENTE para limitar ao tempo faltante para completar 1 hora a condenação em horas extras decorrentes da supressão do intervalo intrajornada.

4. Intervalo do art. 384 da CLT (análise conjunta dos recursos das rés)

[...]

Revendo o posicionamento anteriormente adotado,predominanesta C. Turma o mesmo entendimento do E. TST no sentido de que o art. 384 da CLT foi recepcionado pela Carta Política de 1988, de modo que o labor da mulher realizado em desrespeito ao intervalo nele previsto deve ser pago como hora extra.

Nesse sentido, o acórdão proferido nos autos 1334-2009-069-09-00-9 (RO 13763/2010), publicado em 26.11.2010, de relatoria da Exma. Des. Eneida Cornel, cujas razões de decidir peço vênia para transcrever e adotar como fundamento:

"Postula a reclamante a condenação dos reclamados ao pagamento do tempo correspondente ao intervalo previsto no artigo 384 da CLT.

Entendia esta Turma julgadora que o dispositivo no qual a autora fundamenta sua pretensão, por estabelecer condições especiais ao trabalho da mulher, não restou recepcionado pelo artigo 5º, inciso I, da Constituição Federal, que a igualou ao homem em direitos e obrigações, salvo nos aspectos em que o seu próprio texto excepcionou.

Todavia, o atual posicionamento do Tribunal Superior do Trabalho em reiteradas decisões da SDI-1, bem como em decisão proferida pelo Tribunal Pleno nos autos TST-IIN-RR-1.540/2005-046-12-00.5, em 17-11-2008, é de que o art. 384 da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, entendimento que esta Turma passa a adotar. Nesse sentido, transcrevo as seguintes ementas:

"EMBARGOS. RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007. ARTIGO 384 DA CLT. RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. A controvérsia em torno da adequação constitucional do art. 384 da CLT veio a ser dirimida por esta Corte em 17.11.200 8, ocasião em que se decidiu pela observância da norma consolidada. Nesse esteio, o descumprimento do intervalo previsto no artigo 384 da CLT não importa em mera penalidade administrativa, mas sim em pagamento de horas extras correspondentes àquele período, tendo em vista tratar-se de medida de higiene, saúde e segurança do trabalhador. Recurso de embargos conhecido e provido. " (TST-E-RR-28684/2002-900-09-00.9; Ac. SBDI 1; Rel. Min. Horácio Raymundo de Senna Pires; in DJ 20.2.2009).

"EMBARGOS - INTERVALO DO ART. 384 DA CLT RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988. O Tribunal Pleno desta Corte, no julgamento do TST-IIN-RR-1.540/2005-046-12-00.5, em 17/11/2008, decidiu que o art. 384 da CLT foi recepcionado pela Constituição da República. São, assim, devidas horas extras pela não-concessão do intervalo nele previsto. Embargos conhecidos e desprovidos." (TST-E-RR - 46500-41.2003.5.09.0068; Ac. SBDI-1; Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi; in DEJT 12.3.2010)

Ante o reconhecimento da prestação de labor extraordinário, faz jus a autora ao pagamento do tempo suprimido do intervalo como extra, observados os mesmos critérios fixados para as demais horas extras.

Reformo a sentença para condenar a reclamada ao pagamento como extra do período laborado em violação ao intervalo do artigo 384 da CLT."

Nesse passo,tendo havido trabalho extraordinário sem a concessão do intervalo mínimo de quinze minutos antes de seu início (art. 384 da CLT), é devido o pagamento do período correspondente ao intervalo não concedido como extra (valor da hora normal acrescido do adicional de horas extras).

Deve ser acrescentado ainda que, conforme entendimento desta Turma, o intervalo de quinze minutos apenas é devido quando houver labor extraordinário superior a trinta minutos. Isso porque, tendo em vista a finalidade do repouso, não se justificaria a pausa quando o extrapolamento fosse de pouca monta, ou seja, inferior a trinta minutos. Nesse sentido, o voto do Desembargador Arion Mazurkevic, 2180-2009-004, DJ 18/03/2013, no qual atuei como Revisor:

"Entretanto, entendo que não se pode considerar violado o intervalo do art. 384 da CLT por qualquer elastecimento da jornada. Ainda que este dispositivo não indique expressamente qualquer limite para o elastecimento da jornada, importante que seja interpretado à luz de sua finalidade.

Dispõe o citado artigo: "Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de quinze (15 minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário".

Não há dúvidas que a finalidade do referido preceito foi de reduzir o desgaste da trabalhadora pelo trabalho em jornada excessiva, impondo uma interrupção no labor, de pelo menos quinze minutos, antes que se iniciasse a prorrogação da jornada normal. Evidentemente, porém, que a concessão do intervalo somente se justifica, para atender esta finalidade, se a prorrogação for significativa.

Logo, mesmo que exista extrapolamento da jornada normal passível de remuneração, este elastecimento deve ser razoável, para justificar a concessão do referido intervalo. Nesse sentido, reputo que se mostra razoável condicionar o direito ao intervalo do art. 384

da CLT ao labor em pelo menos 30 minutos extraordinários, ou seja, o dobro do tempo do próprio intervalo.
No caso em comento, todavia, a Reclamante extrapolou sua jornada ordinária em apenas 20 minutos (tendo em vista o reconhecimento do recreio como tempo à disposição do empregador, conforme decidido alhures), razão pela qual não faz jus ao intervalo de 15 minutos previsto no art. 384 da CLT.
Mantenho, ainda que por fundamento diverso."
Considerando a jornada fixada na r. sentença, que foi mantida pelos fundamentos já expostos no tópico 2 deste recurso - a)de segunda a sexta-feira das 6h30 às 19h30, com 30 minutos de intervalo; b) nos sábados e em dois domingos por mês: das 6h30 às 14h; c) em feriados: das 6h30 às 14he; d) uma vez por mês (balanços): das 22h às 8h - verifica-se que o extrapolamento diário excedia 30 minutos em todos os dias de trabalho, pelo que a autorafaz jus ao intervalo do art. 384 da CLT, devendo ser pago como extra o tempo correspondente a sua violação, pois incontroversamente não era concedido.
NEGO PROVIMENTO.
[...]
Intervalos dos artigos 66 e 67 da CLT
[...]
Conforme fundamentos já expostos no tópico 2 do recurso da primeira ré, foi mantidaajornada fixada na sentença: a) de segunda a sexta-feira: das 6h30 às 19h30, com 30 minutos de intervalo; b) nos sábados e em dois domingos por mês: das 6h30 às 14h; c) em feriados: das 6h30 às 14h (devido à proibição dareformatio in pejus) e; d) uma vez por mês (balanços): das 22h às 8h, conforme já fixado em primeiro grau.Assim,é evidente que houve violação ao intervalo intrajornada de 11 horas, previsto noartigo 66 da CLT.
Quanto ao descanso semanal previsto no artigo67 da CLT, apesar de constar na sentença a condenação referente ao seu desrespeito, a condenação é inócua, vez que constou expressamente no julgado de origem que"havia folga compensatória ao labor dominical no dia imediatamente seguinte" (fl. 318), pelo que carece a ré de interesse recursal neste ponto. Destaco aindaque, caso a ré entenda que houve contradição na sentença, deveria ter oposto embargos de declaração no momento oportunoindicando o ponto em que entende ter havido contradição, não o fazendo, restoupreclusa sua pretensão.
NADA A REPARAR." (grifos apostos)

A 2ª reclamada pretende a reforma do julgado.
Quanto ao tema "TERCEIRIZAÇÃO - RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO - SUBORDINAÇÃO DIRETA AO TOMADOR DE SERVIÇOS - DISTINGUISHING", necessário ressaltar que a possibilidade de terceirização de forma ampla, nas atividades meio e fim das empresas, foi tema objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e do Recurso Extraordinário (RE) 958252, julgados pelo Supremo Tribunal Federal em 30/08/2018 e publicados no DJE em 06/09/2019 e 13/09/2019, respectivamente. A Suprema Corte, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante".
Assim, não se cogita mais da formação de vínculo de emprego direto com a empresa tomadora de serviços sob o fundamento de que houve terceirização de sua atividade-fim.
Todavia, remanesce a possibilidade de reconhecimento do vínculo de emprego quando comprovados os requisitos dos artigos 2º e 3º da CLT em relação à empresa tomadora de serviços. Nessa circunstância, não haverá desrespeito à decisão da Suprema Corte, pois evidenciada típica relação de emprego nos moldes previstos na legislação trabalhista.
O caso em exame revela distinção (distinguishing) capaz de afastar a tese fixada no Tema nº 725 de repercussão geral. Extrai-se do acórdão regional que, embora a reclamante tenha sido contratada pela 1ª reclamada, exerceu suas atividades mediante os elementos formadores do vínculo de emprego, especialmente a subordinação a empregados da tomadora de serviços. A propósito, ressaltou a Corte de origem que:

"Depreende-se dos depoimentos que a autora estava diretamente subordinada àgerente/coordenadora da segunda ré (Cristiane e, posteriormente, Pérola).Com efeito,o próprio preposto da segundaré confessou queCristianerealizava reuniões com os promotores de vendas acada dois meses e queajudava a definir as lojas a serem visitadas pelos promotores. A testemunha da autora ainda informou que Cristiane era quemrepassava o roteiro para as promotoras de vendase controlava a jornada destas. Logo, restou comprovado que a autora - que era promota de venda - estava diretamente subordinadaà segunda ré (e por esta fiscalizada), o que evidenciaailicitudeda intermediação da mão de obra, vez que manifestamente utilizada com o intuito de fraudar ou impedir a aplicação dos direitos previstos na CLT, conforme artigo 9º deste diploma legal, devendo ser reconhecido o vínculo de emprego diretamente com a segunda ré e a responsabilidade solidária das rés, conforme jádecidido em primeiro grau."

Desta forma, a controvérsia não se enquadra na tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal, devendo-se manter o vínculo de emprego, pois presentes a pessoalidade e a subordinação jurídica quando da prestação de serviços pela parte reclamante para a tomadora de serviços.
Cito precedente do órgão de uniformização interna corporis deste Tribunal, a SbDI-1, a respeito da terceirização em empresa de telecomunicações, destacando a possibilidade do reconhecimento do vínculo empregatício com a tomadora dos serviços caso demonstrada a subordinação jurídica direta do empregado terceirizado aos prepostos da tomadora:

"EMBARGOS INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017 - EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES - TERCEIRIZAÇÃO - LICITUDE - PRECEDENTE DE REPERCUSSÃO GERAL ARE 791.932/DF.
1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria, no julgamento do ARE 791.932/DF, ocorrido em 11/10/2018 (publicação em 6/3/2019), representativo da controvérsia e com repercussão geral reconhecida (tema nº 739), decidiu que: a) nos termos do art. 97 da Constituição Federal, a inconstitucionalidade de lei somente pode ser declarada pela maioria absoluta dos membros do Tribunal ou do órgão especial; b) é nula a decisão de órgão fracionário que nega a aplicação do art. 94, II, da Lei nº 9.472/1997; e c) a Súmula nº 331 do TST é parcialmente inconstitucional, devendo ser reconhecida a licitude da terceirização de toda atividade, seja ela meio ou fim.
2. Dessa forma, com a ressalva de entendimento deste relator, o Plenário da Suprema Corte concluiu que deve ser integralmente respeitado o art. 94, II, da Lei nº 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações), que autoriza a terceirização irrestrita das atividades das empresas de telecomunicação, sejam elas inerentes (essenciais/finalísticas), acessórias ou complementares ao serviço.

3. Persiste, contudo, a possibilidade do reconhecimento do vínculo empregatício com a tomadora dos serviços, quando nitidamente comprovada nos autos a subordinação jurídica direta do empregado terceirizado aos prepostos da tomadora, atraindo a incidência do art. 3º da CLT, com típica relação de emprego.
4. No caso, não tendo sido registrada pela Turma a existência desse requisito essencial e determinante, é inviável estabelecer o distinguishing em relação ao precedente do Supremo Tribunal Federal.
5. Deve ser reconhecida, assim, a validade do contrato de trabalho firmado com a empresa prestadora e afastado o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com a tomadora dos serviços. Embargos conhecidos e providos." (E-ED-RR - 39900-49.2007.5.24.0002 , Relator Ministro: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Data de Julgamento: 28/11/2019, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 06/12/2019) (grifos apostos)

No mesmo sentido, cito julgados desta Turma:

"[...] RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA CSU CARDSYSTEM S.A. ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. TERCEIRIZAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES. PREVISÃO NO ARTIGO 94, INCISO II, DA LEI Nº 9.472/97. IMPOSSIBILIDADE DE SE AFASTAR A APLICAÇÃO DO DISPOSITIVO SEM DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE (SÚMULA VINCULANTE 10 E ARTIGO 97 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DO N°ARE-791.932-DF, TEMA 739 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. TESE FIRMADA NOS AUTOS DA ADPF 324 E DO RE-958.252-MG, TEMA 725 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. DISTINGUISHING 1. Esta Corte firmou o entendimento de que os serviços de call center e de instalação e manutenção de linhas telefônicas, por se tratar de atividades-fim das concessionárias de serviços de telecomunicações (tomadoras de serviços), não poderiam ser terceirizados, com fundamento na Súmula nº 331, itens I e III, do TST. A consequência da ilicitude da terceirização é o reconhecimento do vínculo de emprego entre o trabalhador terceirizado e essas empresas. 2. Por outro lado, a Lei nº 9.472/1997, que regula as concessões e permissões no setor das telecomunicações, como norma de Direito Administrativo, não foi promulgada para regular matéria trabalhista, devendo ser interpretada à luz dos princípios e das regras que norteiam o Direito do Trabalho, de modo a não esvaziar de sentido prático ou a negar vigência e eficácia às normas trabalhistas que, no País, disciplinam a prestação do trabalho subordinado e as próprias figuras do empregado e do empregador. Dessa forma, quando os órgãos fracionários dos Tribunais trabalhistas interpretam o artigo 94, inciso II, da Lei nº 9.472/1997, não estão deixando de aplicar o dispositivo legal por considerá-lo inconstitucional. Não se verifica, pois, desrespeito ao disposto na Súmula Vinculante nº 10 e no artigo 97 da Constituição Federal. 3. Não obstante seja esse o entendimento deste Relator, curvo-me, com ressalva, à tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do n° ARE-791.932-DF - Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral, em observância ao disposto no artigo 927, inciso III, do CPC. 4. A Suprema Corte, em decisão relatada pelo Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, por maioria, considerou "nula decisão de órgão fracionário que, ao negar a aplicação do inciso II, do art. 94 da Lei 9.472/1997, com base na Súmula 331/TST, e declarar ilícita a terceirização e atividade-fim, reconhece a existência de vínculo trabalhista entre a contratante e o empregado da contratada, pois exerceu controle difuso de constitucionalidade, declarando a parcial nulidade sem redução de texto do referido dispositivo sem observar a cláusula de reserva de Plenário". Assim, foi fixada a "seguinte tese no TEMA 739: "É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC" (acórdão publicado no DJe de 6/3/2019). 5. Na decisão proferida no citado recurso extraordinário, foi registrado que, em 30/8/2018, no julgamento da ADPF 324 e do n° RE 958.252 (Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral), o Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade da Súmula nº 331 do TST e fixou a seguinte tese: "É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada" (sessão de julgamento do n° ARE-791.932-DFrealizada em 11/10/2018). 6. A maioria dos ministros da Suprema Corte, com fundamento no artigo 949 do CPC, decidiu não devolver os autos ao Tribunal Superior do Trabalho, que "não pode mais analisar se aplica ou não o 331 em relação ao artigo 94, II, porque nós já declaramos inconstitucional essa possibilidade", e dar provimento ao recurso extraordinário para restabelecer sentença pela qual se "afastou a existência de vínculo empregatício entre operadora de telefonia e atendente de empresa terceirizada especializada nesse segmento que lhe prestava serviços de call center". 7. Esta Corte passou a adotar essa decisão vinculante, conforme acórdão proferido pela SbDI-1, nos autos do n° E-ED-RR-32900-51.2005.5.03.0002, DJe 11/10/2019. Contudo, o Exmo. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, relator, destacou, naquela ocasião, que "a terceirização irrestrita das atividades das empresas de telecomunicação, sejam elas inerentes (essenciais/finalísticas), acessórias ou complementares ao serviço", autorizada pelo artigo 94, II, da Lei nº 9.472/1997, nos termos do acórdão proferido nos autos do processo nº ARE-791.932-DF, não impede "o reconhecimento do vínculo empregatício com a tomadora dos serviços, quando estiver nitidamente comprovada nos autos a presença dos requisitos do art. 3º da CLT, configurando desvirtuamento da terceirização de forma a disfarçar a existência de inequívoca relação de emprego com a tomadora". 8. De fato, a intermediação de mão de obra, utilizada para burlar direitos do trabalhador, que, na prática, atuava como empregado da tomadora de serviços, não afasta a responsabilidade dessa última como empregadora. Nessa circunstância específica, a observância da decisão proferida no n° ARE-791.932-DF, na qual houve menção à tese firmada nos julgamentos da ADPF 324 e do n° RE-958.252-MG (Tema n° 725 da Tabela de Repercussão Geral) - licitude da terceirização de qualquer atividade da tomadora de serviços -, não impede o reconhecimento de vínculo de emprego entre o trabalhador terceirizado e essa empresa, quando comprovada a incidência dos artigos 2º, 3º e 9º da CLT ao caso em apreço. 9. Frisa-se que o Supremo Tribunal Federal não determinou a aplicação do artigo 94, inciso II, da Lei nº 9.472/1997 independentemente das particularidades do caso concreto, para desconsiderar a terceirização desvirtuada e a relação de emprego estabelecida com a tomadora de serviços, se comprovados esses aspectos. 10. Na hipótese dos autos, o reconhecimento do vínculo de emprego entre a reclamante e a concessionária de serviços de telecomunicações (tomadora de serviços) foi fundamentado na ilicitude da terceirização de atividade-fim dessa última e na comprovada existência dos requisitos fático-jurídicos da relação de emprego estabelecidos pelas normas infraconstitucionais

trabalhistas (artigo 3º e 9º, da CLT). Isso porque, consoante premissas fáticas delineadas no acórdão regional, insuscetíveis de reexame por essa Corte superior de natureza extraordinária, nos termos da sua Súmula nº 126, "a autora, como operadora de telemarketing, prestou serviços relacionados à atividade-fim da TIM, com pessoalidade e subordinação". Concluiu o Tribunal a quo que, "diversamente do alegado no apelo, a quantidade de trabalhadores não impediu a subordinação direta, até porque existe prova de que a reclamante não prestou serviços a outra operadora, e ainda que havia controle de atendimento e produtividade pelos supervisores da TIM, conforme também demonstrado pela certificação de elogios a funcionários da CSU" e que, "mesmo que se entenda pela possibilidade de terceirização na atividade-fim, não se admite a ocorrência de pessoalidade e subordinação em relação ao tomador dos serviços". 11. Desse modo, mesmo considerando, em princípio, lícita a terceirização das atividades da concessionária de serviços de telecomunicações, conforme decidiu a Suprema Corte, no caso sub judice, há fundamento autônomo e independente que constitui elemento de distinção (distinguishing) para manter o vínculo de emprego entre a reclamante e a tomadora de seus serviços (artigos 2º, 3º e 9º, da CLT), com a responsabilidade solidária da empresa fornecedora de mão de obra pelo pagamento dos valores da condenação (artigo 942, parágrafo único, do Código Civil). Recurso de revista não conhecido. [...]". (ARR - 916-32.2010.5.06.0021 , Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 28/04/2021, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 30/04/2021)

"[...] II - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSOS DE REVISTA DAS RECLAMADAS TELEMAR NORTE LESTE S.A. E TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. PROCESSO ANTERIOR À LEI 13.015/2014. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ARTIGO 1.030, INCISO II, DO CPC/2015.TERCEIRIZAÇÃO. SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES. ARTIGO 94, INCISO II, DA LEI Nº 9.472/97. NECESSIDADE DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE (SÚMULA VINCULANTE 10 E ARTIGO 97 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ARE-791.932-DF, TEMA 739 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL). LICITUDE DATERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. EXCLUSÃO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A TOMADORA DE SERVIÇOS. MANUTENÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA TOMADORA (ADPF 324 E DO RE-958.252-MG, TEMA 725 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL). FRAUDE. PRESENÇA DOS REQUISITOS DOS ARTS. 2.º E 3.º DA CLT.DISTINGUISHING(SÚMULA 126 DO TST). JUÍZO DE RETRATAÇÃO NÃO EXERCIDO. O Supremo Tribunal Federal, no dia 30/08/2018, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958252, aprovou a tese em sede de repercussão geral que: "É licita aterceirizaçãoou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante" (RE 958252). Portanto, de acordo com a Suprema Corte, é lícita aterceirizaçãoem todas as etapas do processo produtivo, sem distinção entre atividade-meio ou atividade -fim. Sob essa perspectiva, não é mais possível reconhecer vínculo direto com a tomadora dos serviços, em razão apenas daterceirizaçãoda atividade-fim. Todavia, admite-se a aplicação dodistinguishingquanto à tese fixada no julgamento proferido pelo STF, quando, na análise do caso concreto, verifica-se a existência desubordinação diretado empregado terceirizado com a empresa tomadora dos serviços, situação que autoriza o reconhecimento do vínculo empregatício direto com esta, como ocorre no caso em tela, uma vez que ficou consignado no acórdão do Tribunal Regional que "verifica-se pelos depoimentos de fls. 513/514 a subordinação do trabalhador às ordens emanadas pela segunda reclamada bem como demais requisitos fático jurídicos caracterizadores da relação de emprego".Constatada fraude na aplicação da legislação trabalhista, não em razão do labor na atividade-fim do tomador dos serviços, mas pela subordinação do empregado terceirizado ao tomador dos serviços, impõe-se reconhecer ailicitude da terceirização perpetrada pelas reclamadas. A revisão do entendimento adotado pelo Tribunal Regional implica no necessário revolvimento de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126 do TST. Dessa forma, não havendo como enquadrar a hipótese em tela ao previsto no art. 1.030, II, do CPC/15, o qual permite o juízo de retratação, devem os autos ser devolvidos à Vice-Presidência desta Corte. (ED-RR-111-98.2012.5.03.0019, Relatora Ministra: Delaíde Alves Miranda Arantes, 2ª Turma, Publicação: DEJT de 26/02/2021)

Nesses termos, verifica-se que a decisão regional foi proferida em consonância com a jurisprudência desta Corte. Assim, não se divisa violação dos dispositivos invocados, sendo inviável o dissenso pretoriano, ante o óbice do art. 896, § 7º, da CLT e da Súmula nº 333 do TST.

Ademais, para se chegar à conclusão fática pretendida pelo recorrente nas suas razões recursais, e diversa da delimitada pelo TRT, seria necessária a reapreciação do conjunto probatório existente nos autos, expediente vedado à luz da Súmula nº 126 do TST.

No que se refere ao tema "HORAS EXTRAS - JORNADA EXTERNA - INTERVALO INTERJORNADAS", incide o óbice da Súmula nº 126 do TST.

Conforme delineado no acórdão recorrido, não há falar em jornada externa, uma vez que as reclamadas não se desincumbiram do ônus de provar a impossibilidade do controle da jornada cumprida pela autora, por configurar fato impeditivo do direito desta.

Nesse contexto, salientou a Corte de origem, instância soberana no exame do conjunto fático-probatório dos autos, ter a prova oral demonstrado que, apesar de a autora exercer labor externo, era plenamente possível o controle de sua jornada, pelo que o caso não se enquadra na exceçãodo art. 62, I, da CLT e, em consequência,cabia à rétrazer aosautos os cartões de ponto.

Concluiu, assim, que, ante a ausência de apresentação dos controles,presume-se verdadeira a jornada declinada na inicial, presunção relativa que pode ser elidida por prova em contrário.

Diante das provas produzidas nos autos, foi fixada a jornada da reclamante nos seguinte termos: a) de segunda a sexta-feira: das 6h30 às 19h30, com 30 minutos de intervalo; b) nos sábados e em dois domingos por mês: das 6h30 às 14h; c) em feriados: das 6h30 às 14h e; d) uma vez por mês (balanços): das 22h às 8h, conforme já fixado em primeiro grau.

Assim, para se concluir de forma distinta seria imprescindível a reapreciação da prova coligida nos autos, procedimento vedado em sede de recurso de revista, nos termos da Súmula nº 126 do TST.

Por outro lado, verifica-se que o Regional dirimiu a controvérsia também com base nas provas efetivamente produzidas e valoradas nos autos, e não somente pela ótica da distribuição do ônus da prova. Assim, incólumes os arts. 818 da CLT e 333 do CPC/73.

No tocante ao tema "INTERVALO INTRAJORNADA", a decisão regional está em harmonia com o entendimento consagrado nesta Corte Superior por meio da Súmula nº 437, III.

Incide o óbice das Súmulas nº 126 e 333 do TST e do art. 896, § 4º (atual § 7º), da CLT.
Quanto ao tema "INTERVALO DO ART. 384 DA CLT - CONSTITUCIONALIDADE", cabe ressaltar que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 658312 em 14/9/2021 (Tema 528 da Tabela de Repercussão Geral), confirmou a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que a concessão de condições especiais à mulher não fere o princípio da igualdade, previsto no art. 5º da Constituição Federal, fixando a tese jurídica de que o art. 384 da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e de que a norma aplica-se a todas as mulheres trabalhadoras.
No mais, a jurisprudência deste Tribunal Superior é pacífica no sentido de que a inobservância do referido preceito não acarreta mera infração administrativa, mas impõe o efetivo pagamento do aludido intervalo como hora extraordinária, na forma preconizada pelo art. 71, § 4º, da CLT.
Neste sentido, cito precedentes desta Corte Superior:

"(...). RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERVALO DE 15 MINUTOS PARA DESCANSO DAMULHER. ART.384DA CLT. RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. NÃO CONCESSÃO. EFEITOS. PAGAMENTO COMO EXTRA DO PERÍODO CORRESPONDENTE. 1. A Eg. Turma não conheceu do recurso de revista da reclamada, ao registro de que "A não fruição do intervalo para descanso, previsto no art.384da CLT, enseja condenação ao pagamento do período correspondente como extra, ainda que o lapso já tenha sido pago em razão do labor extraordinário. Entendimento contrário acabaria por esvaziar o comando inserto na norma que trata de medida de higiene, saúde e segurança do trabalho". 2. Esta Corte Superior, por meio de seu Tribunal Pleno, ao julgamento do IIN-RR-1540/2005-046-12-00, em 17.11.2008, concluiu que o art.384da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. 3. A inobservância do intervalo previsto no aludido preceito consolidado não configura mera infração administrativa, implicando o pagamento, como extra, do período correspondente. Precedentes desta Subseção. 4. Incidência do art. 894, §2º, da CLT. Recurso de embargos não conhecido." (TST-E-ED-ARR-248300-31.2008.5.02.0007, Rel. Min. Hugo Carlos Scheuermann, SDI-1, DEJT de 26/2/2016)

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. HORAS EXTRAS. INTERVALO DE 15 MINUTOS PARA DESCANSO DA MULHER. ART.384DA CLT. RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Acórdão embargado em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior que, por meio de seu Tribunal Pleno, ao julgamento do IIN-RR-1540/2005-046-12-00, em 17.11.2008, concluiu que o art.384da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. Recurso de embargos conhecido e desprovido." (E-RR- 31800-47.2009.5.04.0017, Rel. Min. Hugo Carlos Scheuermann, SDI-1, DEJT 17/10/2014)

"MULHER. INTERVALO PARA DESCANSO. ARTIGO384DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. Nos termos da jurisprudência dominante desta Corte uniformizadora, o artigo384da Consolidação das Leis do Trabalho foi recepcionado pela Constituição da República. O descumprimento do intervalo previsto no referido artigo não importa mera penalidade administrativa, mas, sim, pagamento do tempo correspondente, nos moldes do artigo 71, § 4º, da CLT, tendo em vista tratar-se de medida de higiene, saúde e segurança da trabalhadora. Precedentes. Incidem, no caso, o disposto no artigo 896, § 7º, da CLT e o teor da Súmula nº 333 do TST. Agravo de instrumento a que se nega provimento." (AIRR - 1212-27.2014.5.09.0669 Data de Julgamento: 14/09/2016, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/09/2016)

"INTERVALO DE QUINZE MINUTOS PARA MULHERES ANTES DO LABOR EM SOBREJORNADA NÃO GOZADO. PAGAMENTO COMO HORAS EXTRAS. ARTIGO 71, § 4º, DA CLT. Esta Corte possuientendimentopacificado de que o artigo384da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, conforme sedimentado no julgamento do Processo n° TST-IIN-RR-1.540/2005-046,12-00.5, ocorrido na sessão do Tribunal Pleno em 17/11/2008. Homens e mulheres, embora iguais em direitos e obrigações, diferenciam-se em alguns pontos, a exemplo do aspecto fisiológico, merecendo, assim, a mulher um tratamento diferenciado quando o trabalho lhe exige um desgaste físico maior, como nas ocasiões em que presta horas extras, motivo por que são devidas como extras as horas decorrentes da não concessão do intervalo previsto no artigo384da CLT. Nesse contexto, o Regional, ao entender que o intervalo previsto no artigo384da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, decidiu em consonância com oentendimentodesta Corte. Agravo de instrumento desprovido." (AIRR-1336-56.2013.5.12.0056, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 31/08/2016, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 09/09/2016)

Nesses termos, verifica-se que a decisão foi proferida em consonância com a jurisprudência desta Corte. Assim, não se divisa violação dos dispositivos invocados, sendo inviável o dissenso pretoriano, ante o óbice do art. 896, § 4º (atual § 7º), da CLT e da Súmula nº 333 do TST.
Quanto ao tema "RSR MAJORADO PELAS HORAS EXTRAS - REPERCUSSÃO EM OUTRAS VERBAS", com razão a recorrente. A jurisprudência desta Corte firmou a tese de que a incidência do repouso semanal remunerado, acrescido das horas extras, no cálculo das férias, do 13º salário, do aviso-prévio e do FGTS, configurabis in idem. É o que se extrai da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SbDI-1 do TST,in verbis:

"REPOUSO SEMANAL REMUNERADO - RSR. INTEGRAÇÃO DAS HORAS EXTRAS. NÃO REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DAS FÉRIAS, DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, DO AVISO PRÉVIO E DOS DEPÓSITOS DO FGTS.(DEJT divulgado em 09, 10 e 11.06.2010)
A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de "bis in idem"."

Contudo, a SbDI-1 desta Corte, ao julgar o IRR-10169-57.2013.5.05.0024, decidiu de maneira contrária ao entendimento contido na citada orientação jurisprudencial e fixou a seguinte tese jurídica:

"A majoração do valor do repouso semanal remunerado, decorrente da integração das horas extras habituais, deve repercutir no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sem que se configure a ocorrência de "bis in idem"".

Na mesma sessão, todavia, em observância ao princípio da segurança jurídica, foram modulados os efeitos da nova tese, nos seguintes termos:

"Aplica-se o novo entendimento 'aos cálculos das parcelas cuja exigibilidade se aperfeiçoe a partir da data do presente julgamento (inclusive)', ocorrido, frise-se, em 14/12/2017".

Salienta-se que, em 30/9/2021, ao analisar o TST-Ag-E-Ag-RR-1180-72.2012.5.09.0093, em voto do Ministro Renato de Lacerda Paiva, a SbDI-1 consignou que ainda persiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST e que não houve a determinação de suspensão dos demais recursos que tramitam nesta Corte, nos termos do artigo 896-C, § 5º, da CLT. Eis os fundamentos do acórdão:

"A Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 dispõe que "A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de "bis in idem"".
Contudo, esta Subseção, em Sessão Ordinária, no dia 9 de fevereiro de 2017, acolheu proposta de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo, afetando à sua composição plena a matéria "Repouso semanal remunerado - RSR. Integração das horas extraordinárias habituais. Repercussão nas demais parcelas salariais. Bis in Idem. Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST".
Sob o rito do artigo 896-C da CLT, submeteu como representativo da controvérsia o processo nº 10169-57.2013.5.05.0024, de Relatoria do Exmo. Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro.
Em 14/12/2017, esta Subseção decidiu, por unanimidade, "suspender a proclamação do resultado do julgamento para, nos termos do disposto no artigo 171, § 2º, do RITST, e, ouvida a Comissão de Jurisprudência e Precedentes Normativos desta Corte Superior, submeter à elevada apreciação do Tribunal Pleno a questão relativa à revisão ou cancelamento, se for o caso, da Orientação Jurisprudencial nº 394 SbDI-1 do TST, uma vez que a maioria dos ministros votava em sentido contrário ao disposto na referida Orientação Jurisprudencial". Na sessão de 22/3/2018, decidiu-se, por unanimidade, chamar o feito à ordem para renovar o prazo de suspensão a partir do dia 27/3/2018 e retirar o processo de pauta, remetendo-o ao Tribunal Pleno.
Todavia, nos autos do referido IRR nº 10169-57.2013.5.05.0024, não houve a determinação de suspensão dos demais recursos que tramitam nesta Corte, nos termos do artigo 896-C, § 5º, da CLT.
Assim, tendo em vista os mencionados pronunciamentos judiciais desta Subseção, subsiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST.
Além do mais, vale acrescentar que, no julgamento do IRR-10169-57.2013.5.05.0024, já foram modulados os efeitos da decisão, ficando definido que a tese jurídica nele estabelecida "somente será aplicada aos cálculos das parcelas cuja exigibilidade se aperfeiçoe a partir da data do presente julgamento (inclusive)", ocorrido, frise-se, em 14/12/2017.
Logo, a tese vinculante estabelecida no incidente, no sentido da inexistência de bis in idem na hipótese sob exame, terá incidência nos processos cujos cálculos das parcelas, objeto de execução, já estejam definidos a partir da data de 14/12/2017.
Assim sendo, por todo o exposto, no presente caso, ainda persiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST.
Nesse sentido:
(...)
Nesse passo, diante da conformidade do acórdão proferido pela Turma desta Corte com a jurisprudência iterativa e notória do TST, consubstanciada na Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1/TST, constata-se que o recurso de embargos interposto pelo sindicato reclamante encontra óbice na norma contida no artigo 894, II, § 2º, da CLT, com a redação da Lei n.º 13.015/2014, não se verificando contrariedade aos verbetes indicados.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo."

Assim, considerando que as verbas ora discutidas se originaram em data anterior ao julgamento do IRR-10169-57.2013.5.05.0024, continuam a ser regidas pelo entendimento constante na Orientação Jurisprudencial n.º 394 da SbDI-1, ainda não alterado por esta Corte Superior.
Nesse contexto, o recurso merece ser conhecido, por contrariedade à OJ nº 394 da SbDI-1do TST, e, no mérito, provido para excluir da condenação os reflexos do repouso semanal remunerado majorado com horas extraordinárias sobre as férias, 13º salário, aviso prévio e FGTS.

CONCLUSÃO
À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, § 5º (atual § 14), da CLT e 118, X, do RITST, decido: I - conhecer do recurso de revista interposto pela reclamante apenas quanto ao tema "INTERVALO INTRAJORNADA - SUPRESSÃO PARCIAL - EFEITOS", por contrariedade à Súmula nº 437, I, do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento para restabelecer a sentença no tocante à condenação das reclamadas ao pagamento de uma hora extra diária, a título de intervalo intrajornada, com os devidos reflexos; e II - conhecer do recurso de revista interposto pela 2ª reclamada apenas quanto ao tema "RSR MAJORADO PELAS HORAS EXTRAS - REPERCUSSÃO EM OUTRAS VERBAS", por contrariedade à OJ nº 394 da SbDI-1do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento para excluir da condenação os reflexos do repouso semanal remunerado majorado com horas extraordinárias sobre as férias, 13º salário, aviso prévio e FGTS.
Custas inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000402-09.2019.5.12.0050

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	MARIO HENRIQUE DA SILVA
Advogado	Dr. Marlon Pacheco(OAB: 20666-A/SC)
Advogado	Dr. Mizael Wandersee Cunha(OAB: 31240/SC)
Agravado	ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - OGMO/SFS
Advogada	Dra. Ana Lucia Ferreira(OAB: 19149-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIO HENRIQUE DA SILVA
- ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - OGMO/SFS

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Tempestivo o recurso.

Regular a representação processual.

Dispensado o preparo.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / ATOS PROCESSUAIS / NULIDADE / NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

Alegação(ões):

- violação do art.93, IX, da Constituição Federal.

- violação dos arts. 832 da CLT; 489, II e 1.022, II, do CPC.

O recorrente alega a nulidade do julgado por negativa de entrega da prestação jurisdicional, ao argumento de que, apesar dos embargos de declaração opostos, houve omissão do Colegiado que deixou de se manifestar sobre pontos relevantes em relação ao tema "Adicional de risco", como sobre: o princípio da igualdade/isonomia; a Convenção 152 da OIT; que o recorrido recebia adicional de insalubridade, conforme contracheques, e não esclareceu quanto ao fato do local de trabalho ser o porto organizado.

Consta do acórdão:

"Consta do acórdão embargado, ID. 19f2982 - Pág. 4, os fatos e fundamentos que levaram à manutenção da sentença, nos seguintes termos:

" (...) A questão em discussão está pacificada, conforme entendimento da OJ 402 da SDI-1 do TST, a qual dispõe:

OJ-SDI1-402 ADICIONAL DE RISCO. PORTUÁRIO. TERMINAL PRIVATIVO. ARTS. 14 E 19 DA LEI N.º 4.860, DE 26.11.1965. INDEVIDO (mantida) - Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011. O adicional de risco previsto no artigo 14 da Lei nº 4.860, de 26.11.1965, aplica-se somente aos portuários que trabalham em portos organizados, não podendo ser conferido aos que operam terminal privativo.

Importante destacar que o art. 19 da Lei 4.860/65 prevê expressamente que a regra apenas é aplicável aos servidores ou empregados vinculados à Administração dos Portos Organizados, caso em que não se enquadra o autor.(...)".

Ora, a súmula invocada refere local (terminal privativo portuário), de modo que, não haveria como decidir contrariamente a ela, sem ofender princípio derivado da uniformização de jurisprudência, que é a vinculação dos órgãos fracionários. Deste modo, a partir do momento em que o Tribunal sumula determinada matéria, tanto o Pleno, como as Turmas, Seções e os julgadores monocraticamente considerados ficam vinculados a esse entendimento, podendo, quando muito, provocar a revisão sumular, caso tenha havido alguma alteração legal ou na jurisprudência das Cortes Superiores que justifique essa alteração.

Dessa forma, considero que inexiste qualquer omissão no r. decisum hostilizado, que ao invocar a aplicação da súmula e, referido nela o local de trabalho (terminal portuário privativo), examinou quantum satis a tese invocada na peça recursal. O que ultrapassar esses limites, é matéria para recurso e não para embargos."

Da leitura das decisões recorridas, verifico que a mácula indigitada aos dispositivos legais invocados não se materializa, pois o Órgão julgador explicitou as razões do seu convencimento, justificando fática e juridicamente as suas conclusões acerca da matéria invocada pela parte, e prolatou decisão devidamente fundamentada.

Não há confundir entrega de tutela completa, que não contempla os interesses da parte, com negativa de prestação jurisdicional.

REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / ADICIONAL / ADICIONAL DE RISCO.

Alegação(ões):

- violação dos arts.1°, 3°, IV, e 5°,caput, da Constituição Federal.

- violação dos arts. 1°e 14 da Lei 4.860/65.

- violação dos arts. 818, II, da CLT, e 313, II, do CPC.

- divergência jurisprudencial.

Requera reforma do decisão para condenar a recorrida ao pagamento do adicional de risco.

Consta do acórdão:

"A decisão de origem analisou a matéria, fls. 192-193, e considerou que o adicional de risco pleiteado pelo reclamante, cujo fundamento é o artigo 14 da Lei nº 4.860/1965, -, não assiste os empregados de empresas privadas, mas tão somente os empregados e servidores da administração dos Portos, o que não é o caso do reclamante. Sobre o assunto, a OJ 402 da SBDI-I do TST.

Na petição inicial, o autor afirma que foi contratado pela ré como motorista socorrista.

Em defesa, o órgão gestor de mão de obra sustenta que o autor desenvolveu seu trabalho no ambulatório e apenas em caso de acidentes ia até a faixa portuária.Destaca que prestar serviços na área portuária não é o mesmo que integrar a Administração dos Portos Organizados e que não integra a administração dos portos organizados, sendo uma entidade de utilidade particular.

A questão em discussão está pacificada, conforme entendimento da OJ 402 da SDI-1 do TST, a qual dispõe:

OJ-SDI1-402 ADICIONAL DE RISCO. PORTUÁRIO. TERMINAL PRIVATIVO. ARTS. 14 E 19 DA LEI N.º 4.860, DE 26.11.1965. INDEVIDO (mantida) - Res. 175/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

O adicional de risco previsto no artigo 14 da Lei nº 4.860, de 26.11.1965, aplica-se somente aos portuários que trabalham em portos organizados,não podendo ser conferido aos que operam terminal privativo.

Importante destacar que o art. 19 da Lei 4.860/65 prevê expressamente que a regra apenas é aplicável aos servidores ouempregados vinculados à Administração dos Portos Organizados, caso em que não se enquadra o autor."(grifei)

A admissibilidade do recurso não se viabiliza por violação aos dispositivos constitucionais e aos preceitos legais invocados. Com efeito, dada a natureza da controvérsia em debate, contexto que enseja provimentos jurisdicionais de cunho interpretativo, resulta vedado o seguimento do recurso por violação de lei, em se considerando os estreitos limites de admissibilidade previstos na alínea c do art. 896 da CLT.

Observa-se que o entendimento manifestado pela Turma está assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, estando a decisão proferida em consonância com entendimento majoritário do TST (OJ 402 da SDI-I), resulta inviabilizado o seguimento da revista, inclusive por dissensão jurisprudencial (§ 7º do art. 896 da CLT e Súmula nº 333 do aludido Tribunal).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / PARTES E PROCURADORES / SUCUMBÊNCIA / HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Alegação(ões):

- contrariedade à Súmula 72 do TRT da 3ª Região.

- violação dos arts.1º, III e IV, 3º, I e III; 5º,caput,XXXV e LXXIV e §2º; e 7º a 9º, da Constituição Federal.

- divergência jurisprudencial.

A parte recorrente insurge-se contra a condenação ao pagamento dos honorários sucumbenciais, defendendo a inconstitucionalidade do 791-A, § 4º, da CLT.

Consta do acórdão:

"Quanto à propalada inconstitucionalidade do parágrafo quarto do art. 791-A da CLT, não assiste razão ao recorrente.

Colhe-se da jurisprudência do E. TST a respeito do tema (AIRR 0002054-06.2017.5.11.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, julgamento em 28.5.2019 e publicação no DJE em 31.5.2019):

(...)

A par disso, deve ser mantida a condenação do autor ao pagamento de honorários advocatícios, porém observando-se a condição suspensiva de que trata o parágrafo quarto do art. 791-A da CLT, vez que o autor é beneficiário da gratuidade da justiça.

Dou provimento parcial ao recurso, no item, para determinar a observância da condição suspensiva de que trata o parágrafo quarto do art. 791-A da CLT."

Inviável o seguimento do recurso de revista, tendo em vista que a decisão recorrida se mostra em sintonia com a atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, que tem rechaçado a alegação de inconstitucionalidade do art. 791-A, § 4º, da CLT e que, inclusive, visando conferir segurança jurídica e uniformidade na aplicação e na interpretação das normas processuais previstas na Lei nº 13.467/17, editou a Instrução Normativa nº 41 (Resolução nº 221, de 21 de junho de 2018), prevendo em seu art. 6º que a condenação a honorários de sucumbência, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, é aplicável às ações propostas após 11 de novembro de 2017. Transcrevo, por oportuno, os seguintes precedentes:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. (...) HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. APLICAÇÃO DO ART. 791-A DA CLT INCLUÍDO PELA LEI 13.467/18. IN 41/18 DO C. TST. Nos termos da IN 41/18 do c. TST, a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017). Considerando-se que a presente reclamação trabalhista, julgada totalmente improcedente, foi ajuizada na vigência da Lei 13.0467/TST, ou seja, em 30.11.2017, a condenação da autora ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência se amolda à nova sistemática processual, e, portanto, não viola os arts. 5º, "caput", XXXV, LV, LXXIV, LXXVII, e § 1º, e 7º, X, da Constituição Federal e 791-A, §§3º e §4º, da CLT. Agravo de instrumento conhecido e desprovido" (AIRR-1291-65.2017.5.08.0107, 3ª Turma , Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 09/05/2019)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nos 13.015/2014, 13.105/2015 E 13.467/2017. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. AÇÃO AJUIZADA APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 791-A, § 4º, DA CLT. 1. A Reforma Trabalhista, implementada pela Lei nº 13.467/2017, sugere uma alteração de paradigma no direito material e processual do trabalho. No âmbito do processo do trabalho, a imposição pelo legislador de honorários sucumbenciais ao reclamante reflete a intenção de desestimular lides temerárias. É uma opção política. 2. Por certo, sua imposição a beneficiários da

Justiça gratuita requer ponderação quanto à possibilidade de ser ou não tendente a suprimir o direito fundamental de acesso ao Judiciário daquele que demonstrou ser pobre na forma da Lei. 3. Não obstante, a redação dada ao art. 791, § 4º, da CLT, demonstrou essa preocupação por parte do legislador, uma vez que só será exigido do beneficiário da Justiça gratuita o pagamento de honorários advocatícios se ele obtiver créditos suficientes, neste ou em outro processo, para retirá-lo da condição de miserabilidade. Caso contrário, penderá, por dois anos, condição suspensiva de exigibilidade. A constatação da superação do estado de miserabilidade, por óbvio, é casuística e individualizada. 4. Assim, os condicionamentos impostos restauram a situação de isonomia do atual beneficiário da Justiça gratuita quanto aos demais postulantes. Destaque-se que o acesso ao Judiciário é amplo, mas não incondicionado. Nesse contexto, a ação contramajoritária do Judiciário, para a declaração de inconstitucionalidade de norma, não pode ser exercida no caso, em que não se demonstra violação do princípio constitucional de acesso à Justiça . Agravo de instrumento conhecido e desprovido" (AIRR-2054-06.2017.5.11.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 31/05/2019).

RECURSO DE REVISTA DA AUTORA. CONDENAÇÃO DA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. COMPATIBILIDADE DO ART. 791-A, § 4º, DA CLT COM O ART. 5º, CAPUT, XXXV e LXXIV, DA CF. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. 1. Nos termos do art. 896-A, § 1º, IV, da CLT, constitui transcendência jurídica da causa a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista. 2. In casu, o debate jurídico que emerge do presente processo diz respeito à compatibilidade do § 4º do art. 791-A da CLT, introduzido pela Lei 13.467/17, que determina o pagamento de honorários advocatícios pelo beneficiário da justiça gratuita, quando sucumbente e tenha obtido em juízo, neste ou em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, frente aos princípios da isonomia, do livre acesso ao Judiciário e da assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem a insuficiência de recursos, esculpidos no caput e nos incisos XXXV e LXXIV do art. 5º da Constituição Federal, questão que, inclusive, encontra-se pendente de análise pela Suprema Corte em sede de controle concentrado de constitucionalidade (ADI 5.766-DF, Rel. Min. Roberto Barroso). 3. Conforme se extrai do acórdão recorrido, a Autora, que litiga sob o pálio da justiça gratuita, foi condenada ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais em benefício da Reclamada, no percentual de 10% do valor de liquidação de cada um dos pedidos expostos na inicial que foram julgados improcedentes. 4. Como é cediço, a Reforma Trabalhista, promovida pela Lei 13.467/17, ensejou diversas alterações no campo do Direito Processual do Trabalho, a fim de tornar o processo laboral mais racional, simplificado, célere e, principalmente, responsável, sendo essa última característica marcante, visando coibir as denominadas "aventuras judiciais", calcadas na facilidade de se acionar a Justiça, sem nenhum ônus ou responsabilização por postulações carentes de embasamento fático. 5. Nesse contexto foram inseridos os §§ 3º e 4º no art. 791-A da CLT pela Lei 13.467/17, responsabilizando-se a parte sucumbente, seja a demandante ou a demandada, pelo pagamento dos honorários advocatícios, ainda que beneficiária da justiça gratuita, o que reflete a intenção do legislador de desestimular lides temerárias, conferindo tratamento isonômico aos litigantes. Tanto é que o § 5º do art. 791-A da CLT expressamente dispôs acerca do pagamento da verba honorária na reconvenção. Isso porque, apenas se tiver créditos judiciais a receber é que terá de arcar com os honorários se fizer jus à gratuidade da justiça, pois nesse caso já não poderá escudar-se em pretensa insuficiência econômica. 6. Percebe-se, portanto, que o art. 791-A, § 4º, da CLT não colide com o art. 5º, caput , XXXV e LXXIV, da CF, ao revés, busca preservar a jurisdição em sua essência, como instrumento responsável e consciente de tutela de direitos elementares do ser humano trabalhador, indispensáveis à sua sobrevivência e à da família. 7. Convém ainda ressaltar não ser verdadeira a assertiva de que a imposição de pagamento de honorários de advogado àquele que se declara pobre na forma da lei implica desvio de finalidade da norma, onerando os que necessitam de proteção legal, máxime porque no próprio § 4º do art. 791-A da CLT se visualiza a preocupação do legislador com o estado de hipossuficiência financeira da parte vencida, ao exigir o pagamento da verba honorária apenas no caso de existência de crédito em juízo, em favor do beneficiário da justiça gratuita, neste ou em outro processo, capaz de suportar a despesa que lhe está sendo imputada, situação, prima facie , apta a modificar a sua capacidade financeira, até então de miserabilidade, que justificava a concessão de gratuidade, prestigiando, de um lado, o processo responsável, e desestimulando, de outro, a litigância descompromissada. 8. Por todo o exposto, não merece reforma o acórdão regional que manteve a imposição de pagamento de honorários advocatícios à Autora parcialmente sucumbente, não havendo espaço para a aplicação da Súmula 219, I, do TST à hipótese dos autos, permanecendo incólumes os dispositivos apontados como violados na revista. Recurso de revista do qual não se conhece". (RR-119-86.2018.5.12.0028, 4ª Turma , Relator Ministro Ives Gandra Martins Filho, DEJT 11/10/2019).

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017 . HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA . MATÉRIA NOVA NO ÂMBITO DESTA CORTE. Verifica-se que o recurso de revista versa sobre o tema "Honorários sucumbenciais. Aplicação da Lei nº 13.467/2017", sendo matéria nova no âmbito desta Corte. Nesse contexto, verifica-se a existência de transcendência jurídica apta a autorizar o exame dos pressupostos intrínsecos do recurso de revista. A condenação da parte reclamante ao pagamento de honorários de sucumbência decorreu da aplicação do art. 791-A, introduzido pela Lei nº 13.467 de 2017, o qual já estava em vigor quando do ajuizamento da presente ação, em agosto de 2018. Sendo a parte reclamante beneficiária da justiça gratuita, na hipótese de não haver créditos suficientes para a quitação dos honorários advocatícios da parte contrária, a obrigação ficará sob condição suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, tal como determinado pelo Tribunal de origem. Nesse contexto, não tendo sido apresentados argumentos suficientes à reforma da r. decisão impugnada, deve ser desprovido o agravo. Agravo não provido" (Ag-AIRR-1621-23.2018.5.10.0802, 5ª Turma, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 06/12/2019).

"HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. AÇÃO AJUIZADA APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2018. O Tribunal Regional, ao condenar o reclamante ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência previstos no art. 791-A da CLT, limitou-se a aplicar disposição legal expressa e plenamente vigente ao caso concreto, que se subsumiu àquela norma jurídica, em consonância com a IN nº 41 desta Corte, o que, por óbvio, não viola

os arts. 1º, III, 5º, XXXV e LXXXIV, e 7º, X, da CF. (...). Agravo de instrumento conhecido e não provido". (AIRR- 10184-51.2018.5.03.0074, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, 8ª Turma , DEJT 22/03/2019)."

CONCLUSÃO

DENEGOseguimento aorecurso de revista."

Preliminarmente, em relação à alegada nulidade por negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que o Regional decidiu a questão de forma fundamentada, expondo as razões de fato e de direito que balizaram seu convencimento.
O art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, ao preceituar que todas as decisões dos órgãos do Poder Judiciário serão fundamentadas, sob pena de nulidade, não exige que o julgador rebata, ponto a ponto, todos os argumentos articulados pelas partes.
Assim, o mero inconformismo da parte com a decisão que não lhe foi favorável não enseja nulidade por negativa de prestação jurisdicional, já que devidamente fundamentada em todos os pontos essenciais para a sua conclusão, em conformidade com os elementos trazidos ao processo, nos termos do art. 371 do CPC. Incólumes, portanto, os arts. 93, IX, da Constituição Federal; arts. 832 da CLT e 489 do CPC.
No que tange ao tema "Adicional de Risco", resta indubitável que a decisão proferida pelo Regional partiu do conjunto probatório efetivamente produzido nos autos. Rever tal entendimento exigiria o revolvimento do conjunto fático-probatório. Óbice da Súmula n.º 126 do TST. Ademais, tal decisão está em consonância com o entendimento majoritário do TST (OJ 402 da SDI-I), de tal modo, incide o óbice da Súmula 333, do TST.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
No que tange a insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", tendo em vista a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita, dou provimento parcial ao agravo de instrumento, por observar possível violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, para determinar o processamento do recurso de revista no particular.

II - RECURSO DE REVISTA

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

1 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.

No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do artigo 791-A, § 4º, da CLT, visto que ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiário da justiça gratuita.
Dentre outros argumentos, aponta violação aos artigos 5º, XXXV e LXXIV, da CF; 791-A, § 4º, da CLT.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça a parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento ao agravo de instrumento apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por possível violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, para determinar o processamento do recurso de revista, no aspecto; e II - conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000906-65.2019.5.09.0028

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ANTONIO CEZAR MARCONDES
Advogado	Dr. Marcelo Giovani Batista Maia(OAB: 27184-A/PR)
Agravado	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Indalécio Gomes Neto(OAB: 23465/PR)
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Roberto Caldas Alvim de Oliveira(OAB: 12200/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO CEZAR MARCONDES
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

"
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

TRANSCENDÊNCIA

Nos termos do artigo 896-A, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / ATOS PROCESSUAIS / NULIDADE / NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

De acordo com o artigo 896, inciso IV, da CLT, incluído pela Lei 13.467/2017, a parte que recorre deve transcrever o "trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido (...)":

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão.

No caso em exame não foram transcritos na íntegra os trechos da petição dos embargos de declaração por meio da qual foiprovocada a manifestação do Regional.

Desse modo, inviável o processamento do recurso de revista, tendo em vista a não observância do requisito legal (art. 896, § 1º-A, I a IV, da CLT).

Denego.

REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / AJUDA / TÍQUETE ALIMENTAÇÃO.

Alegação(ões):

- contrariedade à(ao): item I da Súmula nº 51; Súmula nº 241; item I da Súmula nº 288 do Tribunal Superior do Trabalho.

- contrariedade à (ao): Orientação Jurisprudencial nº 413 da SBDI-I/TST.

- violação do(s) inciso XXXVI do caput do artigo 5º; inciso VI do artigo 7º da Constituição Federal.

- violação da(o) artigos 444 e 468 da Consolidação das Leis do Trabalho.

- divergência jurisprudencial.

A parte recorrente, em observância ao requisito previsto no inciso I, do §1º-A, do art. 896, da CLT, indica os seguintes trechos da decisão recorrida, alegando consubstanciar o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista:

"Como visto, havia cláusula que vigorou nos acordos anteriores garantindo aos aposentados as mesmas vantagens recebidas pelos empregados da ativa.

Em 7 de janeiro de 1991 a TELEPAR e o SINTTEL, dentre outros, firmaram Termo de Relação Contratual Atípica, cuja cláusula 1ª indica que: "A vantagem extensiva aos empregados da PRIMEIRA ACORDANTE, discriminada na cláusula 16ª do TERMO DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, firmado em data de 15/12/89, instituído, inicialmente, pelo TERMO DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO de 26/06/70, alterado pelo TERMO DE ACORDO DE TRABALHO datado de 31/12/82, entre a PRIMEIRA e a SEGUNDA ACORDANTE, em razão de sua integração ao patrimônio de seus destinatários e consequente caracterização como direito adquirido, passa, através deste TERMO DE RELAÇÃO CONTRATUAL ATÍPICA, a constituir condição individual de contrato de trabalho de todos os empregados da PRIMEIRA ACORDANTE admitidos até 21 de dezembro de 1982" (fl. 105).

Na cláusula 2.1.7, do referido termo de Relação Contratual Atípica consta que: "Ao aposentado nas condições estabelecidas nesta cláusula será assegurada a percepção da complementação do 13º salário, bem como o Abono de natal, ou anuênios que percebia na data da aposentadoria e demais benefícios previstos no acordo coletivo de trabalho vigente e mais eventual participação nos lucros da empresa, do exercício em que se aposentou na forma em que lei ou acordo ente as partes determinar" (fl. 107, sublinhei).

A parte autora foi contratada em 28-06-1965 e aposentou-se em 04-

03-1996 (fl. 22).

Incorporou-se ao contrato de trabalho dos empregados da Telepar - sucedida pela ora reclamada - e admitidos até 31-12-82, o conjunto de normas sobre complementação de aposentadoria previstas nesse Termo de Relação Contratual Atípica.

Todavia, não há prova de que tenha percebido qualquer valor a título de auxílio-alimentação após a aposentadoria, não prosperando a tese da inicial segundo a qual o benefício foi pago até data da privatização da ré.

O tratamento isonômico com os empregados da ativa, a meu ver, não foi afrontado, na medida em que a paridade limitava-se a verbas salariais, e o auxílio-alimentação não tem tal natureza.

Não demonstrou a autora o pagamento de auxílio-alimentação com natureza salarial, sequer anteriormente ao período imprescrito.

[...]

Seja diante da referência ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), seja em razão da previsão de custeio pelo empregado do benefício, conclui-se que a parcela não detinha natureza salarial, circunstância que permaneceu inalterada nos instrumentos normativos subsequentes.

No período objeto do pedido - a partir de 1999 - as normas coletivas indicaram expressamente a natureza indenizatória do benefício, sua vinculação ao PAT e a participação no custeio pelos trabalhadores (fls. 122, 130, 146, 161, 169, 176, 192 e 201).

A nova redação da Súmula n. 277 do TST não altera essa conclusão, já que não há prova de disposição normativa que instituísse auxílio-alimentação com natureza salarial em favor dos empregados da ré. "

Observa-se que o entendimento manifestado pela Turmaestá assentado no substrato fático-probatório existente nos autos. Para se concluir de forma diversa seria necessário revolver fatos e provas, propósito insuscetível de ser alcançado nesta fase processual, à luz da Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho, o que afasta a tese de violação aos preceitos da CF, da legislação federal e de divergência jurisprudencial, bem como de decisão contrária às Súmulas citadas em recurso.

Denego.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / PARTES E PROCURADORES / SUCUMBÊNCIA / HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Alegação(ões):

- divergência jurisprudencial.

A parte recorrente sustenta que a previsão do artigo 791-A, da Consolidação das Leis do Trabalho é inconstitucional e afirma que a decisão violou os artigos 5º, incisos XXXV, LXXIV, e LV e 7º, inciso X, da Constituição Federal.

A alegação de divergência jurisprudencial não viabiliza o recurso. De acordo com o artigo 896, § 8º, da CLT, incluído pela Lei 13.015/2014, a parte que recorre deve mencionar "... as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados". Não tendo a parte recorrente observado o que determina o dispositivo legal, é inviável o processamento do recurso de revista.

De acordo com os fundamentos expostos no acórdão (embora o art. 791-A, da CLT seja objeto de ação direta de inconstitucionalidade (ADI 5766/DF), seu julgamento se encontra suspenso, de forma que até o presente momento não houve declaração de inconstitucionalidade ou determinação de suspensão de sua aplicabilidade.), não se vislumbra possível violação literal e diretaaos dispositivos da Constituição Federal invocados.

Denega-se.

CONCLUSÃO

Denego seguimento."

Preliminarmente, em relação à alegada nulidade por negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que a parte recorrente deixara de transcrever os trechos da petição dos Embargos de Declaração por meio da qual foi provocada a manifestação do Regional, desatendendo, portanto, ao disposto no art. 896, §1º-A, I a IV, da CLT.
No que tange ao tema "Tíquete Alimentação", resta indubitável que a decisão proferida pelo Regional partiu do conjunto probatório efetivamente produzido nos autos. Rever tal entendimento exigiria o revolvimento do conjunto fático-probatório. Óbice da Súmula n.º 126 do TST.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
No que tange a insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", tendo em vista a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita, dou provimento parcial ao agravo de

instrumento, por observar possível violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, para determinar o processamento do recurso de revista no particular.

II - RECURSO DE REVISTA

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

1 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.

No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do artigo 791-A, § 4º, da CLT, visto que ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiário da justiça gratuita.
Dentre outros argumentos, aponta violação dos arts. 5º, XXI e XXXV, 8º, caput, e 133, da CF, 14 e 16, da Lei nº 5.584/70, 82, § 2º, do CPC/15, 389, 395, 404 e 944, do CC, bem como em contrariedade às Súmulas nº 219, III, e 425, do TST.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça a parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento ao agravo de instrumento apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por possível violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, para determinar o processamento do recurso de revista, no aspecto; e II - conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0002263-19.2014.5.02.0071

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. Dênis Sarak(OAB: 252006-A/SP)
Advogado	Dr. Jose Marcelo Braga Nascimento(OAB: 29120-A/SP)
Advogado	Dr. Denise de Cassia Zilio(OAB: 90949 -A/SP)
Agravado	PEDRO SERPA BONFIM
Advogado	Dr. Afonso Pedro Ribeiro(OAB: 290949 -A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- PEDRO SERPA BONFIM
- VIA VAREJO S.A.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO
Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Eis os termos da decisão agravada:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO/CUMPRIMENTO/EXECUÇÃO / VALOR DA EXECUÇÃO/CÁLCULO/ATUALIZAÇÃO / CORREÇÃO MONETÁRIA.
Alegação(ões):
- violação do(s) artigo 2º; artigo 5º, inciso II; artigo 102, §2º, da Constituição Federal.

Como se vê, a discussão é interpretativa, combatível nessa fase recursal mediante a apresentação de tese oposta. Entretanto, a parte recorrente não apresentou nenhum dissenso jurisprudencial, inviabilizando a possibilidade de admissão do recurso quanto ao tema, nos termos das alíneas "a" ou "b" do art. 896 da CLT.
De igual modo, não há que se falar em seguimento do apelo pela arguição de malferimento a dispositivo de Lei Federal ou constitucional.
Com efeito, se uma norma pode ser diversamente interpretada, não se pode afirmar que a adoção de exegese diversa daquela defendida pela parte enseja violação literal a essa regra, pois esta somente se configura quando se ordena exatamente o contrário do que o dispositivo expressamente estatui. Do mesmo modo, não se pode entender que determinada regra restou malferida se a decisão decorre do reconhecimento da existência, ou não, dos requisitos ensejadores da aplicação da norma.
No caso dos autos, o exame do decisum não revela a ocorrência apta a ensejar a reapreciação com supedâneo na alínea "c" do artigo 896 da CLT.
DENEGO seguimento quanto ao tema.
REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / AJUDA/TÍQUETE ALIMENTAÇÃO.
REMUNERAÇÃO, VERBAS INDENIZATÓRIAS E BENEFÍCIOS / SALÁRIO/DIFERENÇA SALARIAL / SALÁRIO POR EQUIPARAÇÃO/ISONOMIA.
DURAÇÃO DO TRABALHO / HORAS EXTRAS.
DURAÇÃO DO TRABALHO / INTERVALO INTRAJORNADA.
Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 437 do C. TST.
- violação do(a) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 818; Código de Processo Civil de 2015, artigo 373, inciso I; Lei nº 6321/1976; Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 461; artigo 62, inciso II.
- divergência jurisprudencial.

No que tange aos temas acima apresentados no apelo, para se adotar entendimento diverso da decisão Regional, ter-se-ia que proceder à revisão do conjunto fático-probatório, conduta incompatível na atual fase do processo (Súmula nº 126 do C. Tribunal Superior do Trabalho)o que também afasta, de plano, a possibilidade de cabimento do recurso por divergência jurisprudencial ou por violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.
DENEGO seguimento quanto aos temas.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao Recurso de Revista.

Em agravo de instrumento, a parte reclamada defende a viabilidade do seu recurso de revista, afirmando que o reclamante, como gerente, não tinha seu horário de trabalho fiscalizado e não faz jus à refeição comercial e lanche devidos em razão do trabalho extraordinário.
Aponta violação dos arts. 818 da CLT e 373, do CPC e Lei 6.321/1976.
Alega que o reclamante, não sofria controle de jornada, por ser gerente.
Aponta ofensa ao art. 62, II, e 818 da CLT e 373, do CPC.
Aduz que o reclamante não comprovou o preenchimento dos critérios e requisitos necessários para configurar a equiparação salarial.
Aponta violação dos arts. 461 e 818 da CLT e 373, I, do CPC e divergência jurisprudencial.
Ainda, pelo fato de o reclamante ser gerente, não faz jus às horas extras decorrentes do intervalo intrajornada e que, em respeito ao princípio da eventualidade, devem ser quitados apenas os minutos suprimidos.
Denuncia violação dos arts. 818 da CLT e 373, I, do CPC, contrariedade à Súmula 437 do TST e divergência jurisprudencial.
A reclamada alega ainda que a TR deve ser utilizada na condição de índice de correção monetária.
Indica violação dos arts. 1º-F da Lei 9.494/1991; 2º, 5º, caput, II, XXII e XXXVI, e 102, § 2º, da Constituição Federal e 39 da Lei 8.177/1991.
Ao exame.
No que diz respeito ao tema "Refeição comercial", "Equiparação salarial. Art. 461 da CLT. Súmula 6 do TST", "Horas extras. Cargo de confiança" e "Intervalo intrajornada. Supressão parcial. Natureza jurídica. Súmula 437, I e III, do TST", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 126 e 333 do TST e no art. 896, § 7º, da CLT.
No que diz respeito ao "Índice de atualização monetária aplicável", convém registrar que o Supremo Tribunal Federal, na apreciação das ADCs nos 58 e 59 e das ADIs nos 5857 e 6021, julgou parcialmente procedentes as ações, a fim de, emprestando interpretação conforme à Constituição aos artigos 879, § 7º, e 899, § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467 de 2017, definir, com efeito vinculante e já considerada a redação conferida após acolhidos embargos de declaração da AGU em 25/10//2021, a tese de que "à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)".
Por observar possível violação do art. 102, § 2º, da Constituição Federal, dou parcial provimento ao agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista.

III - RECURSO DE REVISTA
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado.
1 - ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL
Conhecimento
Eis os termos do acórdão proferido sobre o tema:

(...)
A aplicação dos índices da TR como critério de correção monetária, na forma prevista pelo artigo 39 da Lei nº 8.177/91, é notoriamente incapaz de impedir os efeitos depreciativos da inflação e, por conseguinte, de concretizar o postulado da "restitutio in integrum" que está contido na garantia de tutela jurisdicional que integra o princípio constitucional do acesso à justiça.
Em simulação efetuada em março de 2017 com a ferramenta "Calculadora do cidadão", disponível no sítio eletrônico do Banco Central, constata-se que uma dívida de R$ 1 mil corrigida pela TR no período compreendido entre janeiro de 2000 e dezembro de 2016 resulta na quantia de R$ 1,4 mil, ao passo que com a aplicação do IPCA-E, que reproduz com maior fidelidade a depreciação da moeda, chega-se a importe superior a R$ 3 mil. Isso significa que um empregado que em janeiro de 2000 tinha um crédito de R$ 1 mil que não foi satisfeito na época própria, recebeu ao final do processo em dezembro de 2016-a2016 a quantia de R$ 1,3 mil, quando deveria receber R$ 3 mil. Ou seja, menos da metade do que receberia se a lei fosse cumprida espontaneamente, o que, para além da desmoralização da força coercitiva da ordem jurídica, alimenta o perigoso sentimento de descrença nas instituições do Estado.
Pese embora a notória ofensa ao princípio do acesso à justiça e também ao direito de propriedade consagrados na Constituição da República, por disciplina judiciária, em virtude da sedimentação do tema após o julgamento de incidente de uniformização de jurisprudência nesta Corte, ressalvei o meu entendimento e curvei-me à orientação pacificada na Tese Jurídica Prevalecente nº 23, adotada em dezembro de 2016 e que determinou a correção pela TR.
Entretanto, em julgamento de março de 2017, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho modulou os efeitos da decisão anteriormente proferida em Arguição de Inconstitucionalidade e ajustou o entendimento da Corte à moderna jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, com o que o IPCA-E passa a ser o índice de correção a partir de 25 de março de 2015 (TST-ED-ArgInc- 479-60.2011.5.04.0231, Tribunal Pleno, Rel. Min. Cláudio Brandão).
Em função disso, justifica-se o overruling tácito ("implied overruling"), razão por que a correção monetária do crédito dos autores deverá observar a aplicação da TR, como manda a Tese Jurídica Prevalecente nº 23 e, a partir de 25 de março de 2015, passará a considerar o IPCA-E, em conformidade com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho. (fls. 628/629).

A reclamada alega que a TR deve ser utilizada na condição de

índice de correção monetária.
Indica violação dos arts. 879, §7º, da CLT e 39 da Lei 8.177/1991.
Ao exame.
O Tribunal Regional determinou que o índice de correção monetária aplicado fosse a TR até 24/03/2015, e a partir de 25/03/2015 o IPCA -E, inclusive após a vigência da Lei nº 13.467/17.
No entanto, o Supremo Tribunal Federal, na decisão dos ADCs nos 58 e 59 e das ADIs nos 5857 e 6021, decidiu pela inconstitucionalidade da aplicação da TR para a correção monetária dos débitos trabalhistas, definindo que, enquanto o Poder Legislativo não deliberar sobre a questão, devem ser aplicados os mesmos índices para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência da correção monetária pelo IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, pela taxa Selic.
Houve modulação dos efeitos da decisão no sentido de que deverão ser reputados válidos, e quanto aos processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento, mesmo na hipótese de existir sentença, deverá ser aplicada, de forma retroativa, a taxa Selic (juros e correção monetária).
A decisão do STF tem efeito vinculante e atinge os processos com decisão definitiva em que não haja nenhuma manifestação expressa sobre os índices de correção monetária e as taxas de juros, bem como que "devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês".
Ressalte-se que, em 25/10/2021, a decisão foi ainda complementada em função de acolhimento parcial dos embargos de declaração opostos pela Advocacia Geral da União para sanar o erro material constante da decisão de julgamento e do resumo do acórdão, de modo a estabelecer "a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)", sem conferir efeitos infringentes (DJE 04/11/2021).
Diante desse quadro, considerando a pacificação da matéria por tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado de constitucionalidade, com efeito vinculante e eficácia erga omnes, cumpre a todas as instâncias do Poder Judiciário aplicá-la aos casos postos à sua apreciação, de modo a imprimir plena efetividade ao posicionamento do STF, razão pela qual não se cogita de ofensa ao Princípio do non reformatio in pejus.
Nessa linha, colhem-se recentes julgados desta Corte:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. FASE DE EXECUÇÃO. VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/17. CORREÇÃO MONETÁRIA. ADC 58. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. Juízo de retratação previsto no art. 1.021, § 2º, do Código de Processo Civil. Necessidade de observância da tese vinculante fixada pelo STF nas ADCs 58 e 59. Agravo a que se dá provimento. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROVIMENTO. EXECUÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ADC 58. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. Potencializada a violação do art. 5º, II, da Constituição Federal, determina-se o julgamento do recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. FASE DE EXECUÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ADC 58. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADC 58, ocorrido em 18/12/2020, pacificou a controvérsia acerca do índice de correção monetária aplicável aos débitos trabalhistas a TR (Taxa Referencial), determinando que até sobrevir solução legislativa, devem ser aplicados os mesmos índices de correção monetária utilizados para as condenações cíveis em geral, a saber: na fase pré-judicial, deve incidir o IPCA-E, e, a partir da citação, a taxa SELIC. Não obstante, modulou os efeitos da decisão, fundamentando que "devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E)"; bem como que se deve "aplicar eficácia ' erga omnes' e efeito vinculante, no sentido de atingir aqueles feitos já transitados em julgado desde que sem qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária", como é o caso em análise, porquanto não houve manifestação explícita no acórdão regional, proferido na fase de conhecimento - e já transitado em julgado - acerca do critério para atualização dos débitos trabalhistas, entretanto, foi determinado, em sede de execução, a aplicação do TR/FACDT, até 25.3.2015 e, a partir de 26.3.2015, o IPCA-E, em explícita contrariedade ao decidido pelo STF. Logo, deve-se proceder à estrita aplicação da tese jurídica fixada no precedente à hipótese, inclusive para a salvaguarda dos princípios da segurança jurídica, da isonomia e da efetividade da tutela jurisdicional, não havendo, por conseguinte, cogitar de julgamento "extra petita" ou "reformatio in pejus". Recurso de revista conhecido e provido. (RR - 21586-24.2014.5.04.0016 , Relator Ministro: Amaury Rodrigues Pinto Junior, Data de Julgamento: 17/11/2021, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 22/11/2021)-.
AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. IPCA-E. CRÉDITOS TRABALHISTAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. Agravo a que se dá provimento para examinar o agravo de instrumento em recurso de revista. Agravo provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. IPCA-E. CRÉDITOS TRABALHISTAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. Em razão de provável caracterização de ofensa ao art. 5°, II, da Constituição Federal, dá-se provimento ao agravo de instrumento para determinar o prosseguimento do recurso de revista. Agravo de instrumento provido. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. IPCA-E. CRÉDITOS TRABALHISTAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. O Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária realizada em 18 de dezembro de 2020, ao julgar o mérito das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 5.867 e 6.021, em conjunto com as Ações Diretas de Constitucionalidade nºs 58 e 59, julgou parcialmente procedentes as ações, a fim de, emprestando interpretação conforme à Constituição aos artigos 879, § 7º, e 899, § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467 de 2017, definir, com efeito vinculante, a tese de que "à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil)" (redação dada após acolhidos embargos de declaração a fim de sanar erro material). Houve modulação dos efeitos desta decisão, fixando-se o entendimento segundo o qual todos os pagamentos realizados a tempo e modo, quaisquer que tenham sido os índices aplicados no momento do ato jurídico perfeito, assim como os processos alcançados pelo manto da coisa julgada, devem ter os seus efeitos mantidos, ao passo que os processos sobrestados, em fase de conhecimento, independentemente de haver sido proferida sentença, devem ser enquadrados no novo entendimento jurídico conferido pelo

precedente vinculante, sob pena de inexigibilidade do título executivo exarado em desconformidade com o precedente em questão. Quanto aos processos em fase de execução, com débitos pendentes de quitação, e que não tenham definido o índice de correção no título executivo, também devem seguir a nova orientação inaugurada pelo precedente. Decisão regional em desarmonia com esse entendimento. Recurso de revista conhecido e provido. (RR - 100300-72.2008.5.04.0027 , Relator Ministro: Breno Medeiros, Data de Julgamento: 17/11/2021, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 19/11/2021)-.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO. ACÓRDÃO DO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL AOS DÉBITOS TRABALHISTAS. Em face de possível violação do art. 5º, II, da CF, dá-se provimento ao agravo de instrumento, para melhor exame do recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO DO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL AOS DÉBITOS TRABALHISTAS. DECISÃO DO STF. 1. Corte Regional determinou a aplicação da TR até 24/03/2015 e do IPCA-E a partir de 25/03/2015, como índices de correção monetária aplicáveis aos débitos trabalhistas. 2. Com a edição da Lei 13.467/2017, que instituiu a reforma trabalhista, foi incluído o § 7º ao art. 879 da CLT, que elegeu a TR como índice de correção monetária. A inconstitucionalidade do referido dispositivo foi questionada pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA, por meio das ADI' s 5.867 e 6.021, sob o argumento de que a referida norma viola o direito de propriedade e a proteção do trabalho e do trabalhador. Por outro lado, o referido dispositivo também foi alvo das ADC' s 58 e 59, em que se buscou a declaração da sua constitucionalidade. 3. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento das mencionadas ações constitucionais, todas da Relatoria do Ministro Gilmar Mendes, DEJT 7/4/2021, decidiu, por maioria, julgá-las parcialmente procedentes, para conferir interpretação, conforme a Constituição, ao art. 879, § 7º, e ao art. 899, § 4º, ambos da CLT, na redação dada pela Lei 13.467 de 2017, "no sentido de considerar que à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil.". Opostos embargos de declaração em face dos acórdãos proferidos nas ADC' s 58 e 59, o Supremo Tribunal Federal acolheu parcialmente os declaratórios " tão somente para sanar o erro material constante da decisão de julgamento e do resumo do acórdão, de modo a estabelecer a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa SELIC (art. 406 do Código Civil), sem conferir efeitos infringentes". Assim, a incidência da taxa SELIC passou a se dar a partir do ajuizamento da ação, e não mais da citação, marco temporal que deve ser observado de ofício pelos magistrados, por decorrer de erro material na decisão do STF. Observe-se que em relação à fase judicial, a Corte Suprema foi enfática no sentido de que a aplicação da taxa Selic não pode ser cumulada com a aplicação de outros índices de atualização monetária, sob pena de bis in idem . Ainda por maioria, o Tribunal modulou os efeitos da decisão, ao entendimento de que: (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão (na ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória) todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento (independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal) devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC) e (iii) igualmente, ao acórdão formalizado pelo Supremo sobre a questão dever-se-á aplicar eficácia erga omnes e efeito vinculante, no sentido de atingir aqueles feitos já transitados em julgado desde que sem qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais). 4. No presente caso , tendo o Tribunal Regional fixado a TR e/ou IPCA-E como índices de correção monetária, contrariamente ao decidido pelo STF, no sentido da "incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação , a incidência da taxa SELIC", o recurso de revista merece conhecimento. Recurso de revista conhecido por violação do art. 5º, II, da CF e provido. CONCLUSÃO: Agravo de instrumento conhecido e provido; recurso de revista conhecido e provido. (RR-20020-13.2016.5.04.0261, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 05/11/2021).

Conheço do recurso de revista por violação do art. 102, § 2º, da Constituição Federal.

1.2) Mérito

Conhecido o recurso de revista, por violação do art. 102, § 2º, da Constituição Federal, dou-lhe parcial provimento para adequar o acórdão regional à tese vinculante do Supremo Tribunal Federal e determinar que, para a atualização dos créditos decorrentes da condenação judicial, devem ser aplicados o IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a taxa Selic (juros e correção monetária), observando-se, na liquidação da sentença, que são válidos e não ensejarão nenhuma rediscussão todos os pagamentos eventualmente já realizados independentemente do índice de correção aplicado.

CONCLUSÃO

À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, §-5º (atual §-14), da CLT e 118, X, do RITST decido: I - dar provimento parcial ao agravo de instrumento da reclamada, por possível violação do art. 102, § 2º, da Constituição Federal; II - conhecer do recurso de revista da reclamada quanto ao tema -ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL-, por violação do art. 102, § 2º, da Constituição Federal, e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para adequar o acórdão regional à tese vinculante do Supremo Tribunal Federal e determinar que, para a atualização dos créditos decorrentes da condenação judicial, devem ser aplicados o IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a taxa Selic (juros e correção monetária), observando-se, na liquidação da sentença, que são válidos e não ensejarão nenhuma rediscussão todos os pagamentos eventualmente já realizados independentemente do índice de correção aplicado. Custas inalteradas.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0025247-67.2016.5.24.0021

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ANDREIA DE OLIVEIRA RODRIGUES
Advogado	Dr. Cleriston Yoshizaki(OAB: 14397/MS)
Agravado	JBS AVES LTDA.
Advogado	Dr. Fernando Friolli Pinto(OAB: 12233-A/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDREIA DE OLIVEIRA RODRIGUES
- JBS AVES LTDA.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 584/596) interposto pela reclamante contra a decisão de fls. 578/579, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às fls. 600/604.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 36) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 12/08/2019 e apelo protocolado em 22/08/2019), sendo inexigível o preparo.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "HORAS EXTRAS. ATIVIDADE INSALUBRE. AUSÊNCIA DE LICENÇA PRÉVIA DA AUTORIDADE COMPETENTE" e "MINUTOS RESIDUAIS. TEMPO À DISPOSIÇÃO DO EMPREGADOR".
Em relação ao primeiro tema, a reclamante sustenta, em síntese, que, diante da prestação de labor em condições insalubres, é inaplicável o inciso IV da Súmula 85 do TST, devendo a reclamada ser condenada ao pagamento de horas extras acrescidas do adicional. Alega contrariedade ao referido enunciado, divergência jurisprudencial e violação do artigo 60 da CLT.
Com razão.
O Regional, sobre o tema, consignou:

"Analisados os autos, adotam-se os fundamentos da sentença como razões de decidir (f. 398) - destaques acrescidos:
Ocorre que o labor foi prestado em ambiente insalubre. Em hipóteses tais, por força do art. 60 da CLT, quaisquer prorrogações só poderão ser acordadas mediante licença prévia da autoridade competente que, para esse fim, procederá aos necessários exames locais e à verificação dos métodos e processos de trabalho.
No caso, a ré não atendeu às formalidades essenciais prescritas em lei para validade do ajuste, razão pela qual o acordo de compensação de jornada é nulo de pleno direito, nos termos da Súmula 85, item VI, do TST, que assim dispõe:
Não é válido acordo de compensação de jornada em atividade insalubre, ainda que estipulado em norma coletiva, sem a necessária inspeção prévia e permissão da autoridade competente, na forma do art. 60 da CLT.
(...)
Portanto, existem diferenças de horas extras.
Defiro diferenças de horas extras, considerando-se extraordinárias as horas laboradas além da 8ª hora diária de trabalho e 44ª semanal. O adicional devido é o de 50%, pois não há previsão legal, contratual ou coletiva para pagamento no percentual de 100%.
Determina-se que, em relação às horas destinadas à compensação, o pagamento se restrinja ao respectivo adicional, nos termos da Súmula 85/TST." (fls. 467 - g. n.).

Como se verifica, havia labor em condições insalubres sem a licença prévia da autoridade competente, de forma que havia diferenças de horas extras a serem quitadas (Súmula 126 do TST). Nessa esteira, a jurisprudência desta Corte é no sentido de que a licença prévia para trabalho em atividade insalubre é pressuposto de validade do regime compensatório, de forma que, ante a sua ausência, são devidas horas extras acrescidas do adicional. Julgados:

"(...) INVALIDADE DO ACORDO DE COMPENSAÇÃO DE JORNADA. TRABALHO EM CONDIÇÕES INSALUBRES. AUSÊNCIA DE INSPEÇÃO PRÉVIA PELO ÓRGÃO COMPETENTE. SÚMULA Nº 85, ITEM VI, DO TST. Consta da decisão recorrida que o reclamante laborava em condições insalubres e que não havia autorização do Ministério do Trabalho e Emprego para a prorrogação de jornada. A Súmula nº 85, item VI, desta Corte dispõe, in verbis : "COMPENSAÇÃO DE JORNADA (inserido o item VI) -Res. 209/2016, DEJT divulgado em 01, 02 e 03.06.2016 [...] VI - Não é válido acordo de compensação de jornada em atividade insalubre, ainda que estipulado em norma coletiva, sem a necessária inspeção prévia e permissão da autoridade competente, na forma do art. 60 da CLT". A licença prévia da autoridade competente para a celebração do acordo de compensação de jornada em atividade insalubre consiste em pressuposto de validade do regime compensatório, previsto em norma de ordem pública, de modo que o seu descumprimento acarreta a invalidade do acordo compensatório, nos termos da Súmula nº 85, item VI, desta Corte, já que não se trata de mera inobservância de formalidade legal. Assim, é devido o pagamento das horas extras integrais com os adicionais respectivos (precedentes). Recurso de revista conhecido e provido . (...) " (TST-RR-854-04.2013.5.04.0292, 2ª Turma, Rel. Min. Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT de 16/11/2018);

"(...) 2. HORAS EXTRAS. ACORDO DE COMPENSAÇÃO DE JORNADA. INVALIDADE. ATIVIDADE INSALUBRE. O art. 60 da CLT estabelece que, nas atividades insalubres, quaisquer prorrogações só podem ser acordadas mediante licença prévia das autoridades competentes em matéria de Medicina do Trabalho. Trata-se de norma de caráter tutelar, que constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, cuja observância é obrigatória. Nessa esteira, inexistindo autorização da autoridade competente, não há que se cogitar de validade do acordo de compensação de jornada. Inteligência da Súmula 85, VI, do TST. (...)" (TST-AIRR-0021101-72.2017.5.04.0451, 3ª Turma, Rel. Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT de 13/08/2021).

Dessa forma, por reputar contrariado o texto da Súmula 85, IV, do TST, dou provimento ao agravo de instrumento a fim de destrancar o recurso de revista interposto pela reclamante e determinar a consequente reautuação do feito, prosseguindo, desde logo, no exame do referido apelo.
Quanto ao segundo tópico ("Minutos residuais. Tempo à disposição do empregador"), a reclamante sustenta que o tempo gasto no preparo das atividades diárias, como período de lanche ou café da

manhã, deve ser computada na jornada de trabalho. Alega contrariedade à Súmula 366 do TST e violação do artigo 4º da CLT. Com razão.
O Regional assinalou que:

"A reclamada foi condenada a 20 minutos diários, relativos às atividades preparatórias, como o tempo de troca de uniforme e café da manhã, considerando-se o depoimento testemunhal de que a troca de uniforme na entrada variava entre 5 e 6 minutos, 6 e 7 minutos na saída e 5 e 6 minutos para o café da manhã.
Insurge-se a reclamada, alegando que o tempo destinado ao café da manhã não deve ser considerado à disposição do empregador, e, decorrente disso, o tempo para troca do uniforme passa a ser reduzido para 13 minutos diários, já adimplidos.
Aduz que o referido pagamento não foi impugnado pela autora, que não apresentou diferenças.
Em caso de manutenção da condenação, requer sejam abatidos da soma de 19 minutos o montante de 15 minutos já pagos, devendo ser considerada somente a diferença (f. 424).
Não obstante a diretriz na Súmula 366/TST, a alimentação fornecida pela empresa constitui benefício concedido pelo empregador, o qual não pode causar o efeito da contabilização como jornada extraordinária, sob pena de supressão da benesse e, assim, retrocesso da melhoria das condições de pactuação da força de trabalho. Desse modo, o período em que o empregado está tomando café da manhã não é considerado à disposição do empregador.
Em relação ao tempo para troca de uniforme, verifica-se que consta pagamento de tal verba nos holerites (203/228)." (fls. 467/468 - g. n.).

Como se verifica, o Regional entendeu que o tempo de café da manhã não pode ser considerado como tempo à disposição do empregador.
Todavia, a Súmula 366 do TST preleciona que "Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário do registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários. Se ultrapassado esse limite, será considerada como extra a totalidade do tempo que exceder a jornada normal, pois configurado tempo à disposição do empregador, não importando as atividades desenvolvidas pelo empregado ao longo do tempo residual (troca de uniforme, lanche, higiene pessoal, etc).".
Dessa forma, como as atividades preparatórias ultrapassavam 10 (dez) minutos, são devidas as horas extras referentes ao excesso da jornada normal, devendo ser, todavia, abatidas as horas extras já pagas em relação ao tempo para troca de uniforme, sob pena de bis in idem.
Por reputar contrariado o citado verbete sumular, com fulcro no artigo 896, "a", da CLT, dou provimento ao agravo de instrumento a fim de destrancar o recurso de revista interposto pela reclamante e determinar a consequente reautuação do feito, prosseguindo, desde logo, no exame do referido apelo.

II - RECURSO DE REVISTA

Trata-se de recurso de revista (fls. 490/500) interposto pelo reclamante em face do acórdão de fls. 463/470.
Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade extrínsecos do recurso de revista, entre os quais a representação processual (fls. 36) e a tempestividade (acórdão regional publicado em 27/02/2019 e apelo protocolado em 13/03/2019), sendo inexigível o preparo.
Nos termos da fundamentação expendida no exame do agravo de instrumento, constata-se a presença de pressuposto de admissibilidade intrínseco do recurso de revista, pois demonstrada a contrariedade às Súmulas 85, IV, e 366 do TST.
Dessa forma, conheço do presente apelo, com fulcro no artigo 896, "a", da CLT, e, no mérito, dou-lhe provimento para condenar a reclamada ao pagamento de horas excedentes à 8ª diária e à 44ª semanal, com acréscimo do adicional de 50%, e deferir o pagamento de horas extras quando houver minutos residuais que ultrapassem o limite de 10 (dez) minutos diários, devendo ser abatido o valor já pago em razão da troca de uniforme a ser apurado em liquidação de sentença.
Custas inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0002855-23.2011.5.02.0086

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	Dr. Sérgio Soares Barbosa(OAB: 79345-A/SP)
Agravante	ROBERSON WATARAI
Advogado	Dr. Priscila F. Torteli Moreira(OAB: 255231/SP)
Agravado	FUNCEF FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS
Advogado	Dr. Dino Araújo de Andrade(OAB: 20182-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- FUNCEF FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS
- ROBERSON WATARAI

O Tribunal Regional do Trabalho deu parcial provimento ao recurso ordinário do reclamante para excluir a condenação ao pagamento de multa e indenização por litigância de má-fé, bem como para determinar que seja observado o divisor 200 para apuração das horas extras; ainda, deu parcial provimento ao recurso ordinário da reclamada para excluir da recomposição do salário de contribuição com a integração da CTVA e o recolhimento à FUNCEF e, extinguiu, de ofício o pedido de declaração de nulidade da CISUPES/GERET 293/06 e de eventual alteração contratual que importe em redução da função gratificada ou de qualquer outra verba.
As partes interpuseram recurso de revista.
A Vice-Presidência denegou seguimento a ambos os recursos, o que ensejou a interposição dos agravos de instrumento.
Houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95, §2°, do RITST).
É o relatório.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA CEF
Conheço do agravo de instrumento, uma vez que atendidos os pressupostos de admissibilidade.
O recurso de revista teve seguimento denegado aos seguintes

fundamentos:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Divisor.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) 124, II; 113/TST.
- violação do(s) art(s). 5º, II, da CF.
- violação do(s) art(s). 64 da CLT.
- divergência jurisprudencial.
Sustenta que não há previsão em norma coletiva que transforme o sábado em dia de repouso remunerado. Ademais, pugna pela aplicação do divisor 180 para o cálculo do salário-hora, considerando que a jornada normal do recorrido é de 6 horas.

Consta do v. Acórdão:
"Do divisor 200:
Uma vez mantido o enquadramento do autor na hipótese do § 2º do art. 224 da CLT, sujeito, portanto, à jornada de trabalho de oito horas diárias, de segunda a sexta feira, passo à análise do pedido de aplicação do divisor 200.
Não obstante fosse adotado o divisor 220 para os trabalhadores bancários sujeitos à carga horária de 8 horas ao dia, adoto a nova redação da Súmula 124, item I, letra b, que dispõe que "O divisor aplicável para o cálculo das horas extras do bancário, se houver ajuste individual expresso ou coletivo no sentido de considerar o sábado como dia de descanso remunerado, será: 200 para os empregados submetidos à jornada de oito horas, nos termos do § 2º do art. 224 da CLT."
Assim sendo e considerando o teor das convenções coletivas da categoria, que consideram o sábado como dia de descanso remunerado, acolho o apelo para deferir a adoção do divisor 200 no cálculo das horas extras.
Reformo."
No que concerne ao divisor aplicável para o cálculo das horas extras do bancário,a E. Corte Regional, em análise ao conjunto probatório produzido,consignou que o recorrido se enquadra na hipótese doart. 224, §2º da CLT, bem como declarou a existência de norma coletiva que prevê o sábado como dia de descanso remunerado.
Nesta senda, escorreitoov. Aresto porquanto consonante com a Súmula de nº 124, I, b", do C. Tribunal Superior do Trabalho.
O recebimento do recurso encontra óbice no artigo 896, § 4.º, da CLT, e Súmula nº 333 do C.TST, restando afastada a alegada violação dos dispositivos legaisapontados e prejudicada a análise dos arestos paradigmas transcritos para o confronto de teses.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao Recurso de Revista."

Na minuta do agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade de seu recurso de revista.
Por observar possível contrariedade à Súmula 124 do TST, dou provimento ao agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista em relação ao tema.

II - RECURSO DE REVISTA DA RECLAMADA (CEF)
Preenchidos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os pressupostos específicos do recurso de revista.

1 - DIVISOR APLICÁVEL NO CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS
O TRT reformou a sentença para determinar a aplicação do divisor 200 no cálculo das horas extras, aos seguintes fundamentos:

"Do divisor 200:
Uma vez mantido o enquadramento do autor na hipótese do § 2º do art. 224 da CLT, sujeito, portanto, à jornada de trabalho de oito horas diárias, de segunda a sexta feira, passo à análise do pedido de aplicação do divisor 200.
Não obstante fosse adotado o divisor 220 para os trabalhadores bancários sujeitos à carga horária de 8 horas ao dia, adoto a nova redação da Súmula 124, item I, letra b, que dispõe que "O divisor aplicável para o cálculo das horas extras do bancário, se houver ajuste individual expresso ou coletivo no sentido de considerar o sábado como dia de descanso remunerado, será: 200 para os empregados submetidos à jornada de oito horas, nos termos do § 2º do art. 224 da CLT."
Assim sendo e considerando o teor das convenções coletivas da categoria, que consideram o sábado como dia de descanso remunerado, acolho o apelo para deferir a adoção do divisor 200 no cálculo das horas extras.
Reformo."

A reclamada alega ser indevida a fixação do divisor 200 para o cálculo das horas extras. Aponta contrariedade às Súmulas 113 e 124 do TST e violação dos artigos 5º, II, da CF e 64 da CLT. Transcreve arestos ao cotejo de teses.
Ao exame.
Após o julgamento da SDI-I Plena nos autos do IRRR-849-83.2013.5.03.0138 (DEJT de 19/12/2016), houve alteração da Súmula nº 124 do TST no sentido de que são aplicáveis os divisores 180 e 220 para o cálculo do salário-hora do empregado bancário submetido, respectivamente, a 6 e 8 horas diárias, independente da natureza jurídica atribuída aos sábados por norma coletiva.
Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional consignou a previsão em norma coletiva no sentido de que o sábado é dia de repouso semanal remunerado e aplicou o divisor 200 para o bancário com jornada de 8 (oito) horas diárias.
Assim, fixada a jornada de trabalho do reclamante em 8 (oito) horas para o período da condenação, a determinação de que as horas extras sejam apuradas com a adoção do divisor 200 se encontra em dissonância com a atual jurisprudência desta Corte.
Desse modo, diante da contrariedade à Súmula 124, I, "a" do TST, o recurso merece ser conhecido e provido para determinar a aplicação do divisor 220 no cálculo das horas extras.

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMANTE
Conheço do agravo de instrumento, uma vez que atendidos os pressupostos de admissibilidade.
O recurso de revista teve seguimento denegado aos seguintes fundamentos:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Complemento Temporário Variável de Ajuste ao Piso de Mercado.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Ajuda/Tíquete Alimentação.
Aposentadoria e Pensão / Complementação de Aposentadoria/Pensão / CEF- Auxílio cesta alimentação.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) 51; 241/TST.
- violação do(s) art(s). 9º, 457, §1º e 468 da CLT; .
- divergência jurisprudencial.
Sustenta que não há dúvida quanto à integração da CTVA no salário de contribuição, quando da migração do autor para o Novo Plano de Plano da FUNCEF, em 2006.

Pugna, outrossim,pela integração da parcela CTVA no cálculo do saldamento citado, bem como das demais parcelas (auxílio alimentação, auxílio cesta-alimentação e abonos) para futura percepção de complementação de aposentadoria.
Assevera, igualmente, que não há que se falar em transação e quitação gerale irrestrita e quea hipótese do autos se amolda à inteligência da Súmula nº 51, Ido C. TST.

Consta do v. Acórdão:
Do recálculo do valor das contribuições para FUNCEF: inclusão da CTVA, das horas extras habituais e do auxílio-alimentação/ auxílio cesta-alimentação:
A reclamada insurge-se contra a inclusão da CTVA na base de cálculo da contribuição à FUNCEF e o reclamante pugna que as horas extras e as parcelas recebidas a título de auxílio e cesta alimentação integrem a base de cálculo desta contribuição.
Razão assiste à reclamada-recorrente.
De fato, o Plano de Cargos e Salários não prevê a inclusão do CTVA na base de contribuição para o FUNCEF, docs. 26 e 27 do 2º volume de documentos da ré. Logo, não existe amparo legal ou convencional para considerar a referida parcela no cálculo da reserva matemática.
O CTVA, por instituir benefício não previsto em lei, deve ter sua interpretação restritiva, naquilo que se contém, nos moldes do artigo 114 do Código Civil Brasileiro.
Dou provimento para excluir da condenação a contribuição a FUNCEF da CTVA.
Em relação às demais parcelas: horas extras habituais e auxílio-alimentação/auxílio cesta-alimentação não tem razão o reclamante, porquanto as horas extras não integram a base de cálculo da contribuição à FUNCEF (doc. 27 volume apartado da ré) e as demais parcelas não possuem sequer natureza salarial. Nego provimento.
Ante a reforma do julgado, prejudicada a análise da matéria pertinente a cota-parte do autor nos recolhimentos da contribuição à FUNCEF.
(...)
Da integração das verbas de auxílio alimentação e auxílio-cesta alimentação/salário in natura:
Nada a reparar.
O que determina a natureza jurídica da parcela como salarial é sua finalidade. Quando representa acréscimo significativo ao patrimônio do empregado, ou seja, ganho econômico expressivo, correspondendo, assim, a sinônimo de vantagem, fica evidenciada sua natureza salarial.
Não é a hipótese dos autos.
O pagamento de auxílio-alimentação não representa ganhos ou acréscimos que vão ampliar a remuneração do empregado. Nem pode ser considerado salário disfarçado sob outra rubrica, eis que não corresponde a um acréscimo de vantagem contraprestativa, com intuito retributivo. Não se quis com isso lhe aumentar o salário. Trata-se de compensação pelo gasto realizado pelo trabalhador. Atente-se, ainda, para o fim social do benefício.
Nítida a natureza indenizatória das parcelas.
Nego provimento.
Das diferenças salariais decorrentes da redução da CTVA(Complemento Variável de Ajuste de Mercado) - Da incorporação do CTVA:
Sustentou o reclamante, na inicial, que a parcela denominada CTVA foi habitualmente percebida, tratando-se de parcela de natureza salarial; argumentou que referida parcela deve ser incorporada ao salário; aduziu, ainda, que a parcela foi reduzida; requereu, assim, o pagamento de diferenças decorrentes da redução, assim como a incorporação do benefício ao salário.
A Origem julgou improcedente os pedidos.
Mantenho a decisão.
A Caixa Econômica Federal contratou uma empresa de consultoria externa para a realização de estudos com vistas a alteração do Plano de Cargos e Salário vigente à época. O objetivo primordial do estudo foi o de alinhar a política de remuneração da Caixa à nova filosofia de gestão adotada a partir da implantação do Programa de Racionalização e Competitividade. Uma das âncoras do novo plano foi o foco nas contribuições organizacionais de cada função, reforçando a remuneração pelo exercício de cargos, cujo desempenho exigia maior responsabilidade.
Percebe-se pelas circunstâncias descritas nos autos que nos foros de discussão do PCS ficou nítido que as funções comissionadas pagas pela ré estavam aquém dos valores praticados no mercado. E neste contexto, desmembrou-se o plano de cargos e salários em duas partes: a estruturação das carreiras, seus cargos e referências salariais passaram a ser regidos pelo Plano de Cargos e Salários - PCS. E os cargos em comissão, que consistem em atribuições diversas dos cargos efetivos quanto ao nível de complexidade e responsabilidade passaram a ser regidos pelo Plano de Cargos Comissionados - PCC.
Ficou estabelecido no PCC um piso de referência de mercado para cada posto de trabalho comissionado - Tabela de Piso de Referência de Mercado. E CTVA - Complemento Temporário Variável de Ajuste de Mercado passou a ser paga pela rubrica 005, visando adequar a remuneração do trabalhador àquela constante do piso de referência, de tal sorte que nenhum gerente ou exercente de função de confiança haveria de receber salário inferior ao ali fixado.
O CTVA nada mais é, portanto, do que uma complementação criada com o objetivo de adequar a remuneração dos funcionários no exercício de cargos de gerência aos patamares de mercado.
Transcrevo os itens 9.1 e 9.2 do PCS que conceituaram o CTVA (doc.25, vol. 02 em apartado, da ré):
"Complemento Temporário Variável de Ajuste ao Piso de Mercado - CTVA - é um complemento variável que visa complementar a remuneração do empregado ao piso estabelecido em Tabela de Piso de Referência Mercado (anexo II), quando o valor de sua remuneração base for inferior ao piso de referência de mercado para o nível de responsabilidade.
O complemento temporário variável de ajuste ao piso de mercado integra a remuneração base do empregado, porém sobre esta parcela incidirão todos os encargos sociais, exceto a contribuição para a FUNCEF/PREVHAB, haja vista tratar-se de matéria constante do regulamento de benefício específico.
Contrariamente ao que sustenta o reclamante, embora a gratificação em questão tenha natureza salarial, ela não é salário stricto sensu e assim, a ela não se aplica o princípio da irredutibilidade salarial. O CTVA era um abono entregue ao empregado toda vez que seu salário ficasse abaixo do limite estabelecido em tabela própria. Sua natureza era variável. E era também transitória, com a tendência a desaparecer.
Assim, ante a sua natureza e gênese, se o reajuste concedido à remuneração base de um trabalhador fizesse seu salário ultrapassar o valor constante na Tabela de Piso de Referência de Mercado para a função então exercida, a ré estava autorizada, e assim procedeu, a diminuir o valor correspondente à CTVA. Daí a natureza variável da verba, em consonância com os termos da norma interna que a criou. Veja-se que o valor do CTVA é obtido pela diferença entre o valor referente ao piso de mercado (valor fixo estipulado em tabela) e o somatório entre a remuneração base do

cargo efetivo.
Observo ainda que à época da implementação da CTVA (setembro de 1998) havia uma consistente diferença entre a remuneração dos gerentes e os valores estabelecidos na Tabela de Piso de Referência. Evidente que com o passar dos anos estas diferenças diminuíram em vista da incidência sobre o salário base dos reajustes previstos em negociação coletiva.
O benefício da CTVA, é bom que se diga, trata-se antes de tudo de uma norma benéfica ao empregado, criada por mera liberalidade do empregador. E a se considerar que os negócios jurídicos benéficos devem ser interpretados estritamente (art.114 do CC), conclui-se que nada há mesmo que obrigue a ré além daquilo a que ela própria se obrigou.
A CTVA foi uma resposta da CAIXA, empresa da administração pública indireta, atuante no mercado financeiro, onde compete com instituições privadas, à manutenção de remuneração de seus gerentes nos patamares das correspondentes funções desempenhadas na iniciativa privada. E como esta gratificação corresponde à diferença entre o piso de mercado e a remuneração do exercente do cargo de confiança, evidente que quando há reajuste do salário, a CTVA se reduz ou desaparece, já que os valores pagos podem se aproximar, atingir ou ultrapassar os valores praticados na concorrência.
Não houve qualquer ilegalidade na conduta perpetrada pela ré ao reduzir a CTVA, tampouco há que se falar em incorporação ao salário da verba em questão.
Neste contexto, nego provimento ao recurso."
Pela via aclaratória, assim se pronunciou o E. Regional:

"ROBERSON WATARAI opõe, oportunamente, os embargos de declaração de fl. 446/450, alegando omissão quanto às seguintes matérias: reflexos das horas extras nas gratificações semestrais e prêmio; diferenças das gratificações semestrais; indenização referente aos encargos fiscais; frutos percebidos na posse de má fé; indenização referente aos honorários advocatícios; cargo de confiança nos períodos de substituição; e alteração contratual lesiva das comissões de agenciamento. Requer o prequestionamento das matérias.
É o relatório.
VOTO
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos embargos.
Nos moldes do artigo 897-A da CLT são cabíveis os embargos de declaração nas hipóteses de omissão, contradição ou obscuridade, ou, ainda, de erro material.
Importante salientar que ocorre omissão quando não há pronunciamento judicial; contradição quando o pronunciamento judicial mostra-se duvidoso, não se sabendo se o fundamento termina por prover ou não a pretensão; obscuridade se verifica quando o julgado é ininteligível; por fim, dá-se erro material quando há equívoco de informação matemático ou gráfico.
Ademais, convém destacar o exposto na Súmula n.º 297 do Tribunal Superior do Trabalho, com a redação que lhe foi atribuída através da Resolução n.º 121, de 28/10/2003:
"1. Diz-se prequestionada a matéria ou questão quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito.
2. Incumbe à parte interessada, desde que a matéria haja sido invocada no recurso principal, opor embargos declaratórios objetivando o pronunciamento sobre o tema, sob pena de preclusão.
3. Considera-se prequestionada a questão jurídica invocada no recurso principal sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese, não obstante opostos embargos de declaração."
Ressalte-se, outrossim, que são inúmeras as decisões superiores no sentido de que a decisão judicial deve assentar os seus fundamentos, não se obrigando o Magistrado a se pronunciar sobre cada linha dos argumentos despendidos pelas partes. Do mesmo modo, repita-se que a omissão a que se refere o artigo 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho diz respeito à ausência de manifestação no julgado sobre questão a que estava obrigado a se pronunciar.
Pois bem. Aponta o embargante diversas omissões no julgado, todas, contudo, inexistentes.
Em relação aos reflexos das horas extras nas gratificações semestrais e nos prêmios, bem como diferenças de gratificações semestrais, não há omissão porque estas matérias não foram abordadas nas razões recursais (fl. 306/361).
Já quanto às demais matérias (encargos fiscais, frutos percebidos na posse de má-fé, indenização referente aos honorários advocatícios, cargo de confiança nos períodos de substituição e alteração contratual lesiva), houve pronunciamento amplo e completo do julgado, como se vê às fl. 432/437-v, nada mais sendo necessário acrescentar.
Constata-se, pois, inexistir qualquer vício capaz de ensejar a oposição dos declaratórios, sendo inadequada a pretensão de prequestionamento."
A E. Corte Regional, em análise ao conjunto probatório produzido, consignou que a CTVA incide sobre todos os encargos sociais, com exceção da contribuição para a FUNCEF/PRE. Declarou, ainda, a natureza variável da referida parcela, nos termos da norma interna que a estabeleceu. Inferiu, por fim, que trata-se de norma benéfica ao empregado, devendo, portanto, ser interpretada restritivamente (art. 114 do CC), descabendo a sua incorporação ao salário do autor.
Como se vê, a matéria é interpretativa, combatível nessa fase recursal mediante apresentação de tese oposta, contudo os arestos transcritos para essa finalidadesão inservíveis a ensejar o reexame, porquanto o recorrente não citou a fonte oficial ou repositório autorizado em que foram publicados (fls. 552/559),tampouco declinou o órgão prolator do referido acórdão (559-v/560) (Súmula 337/I/TST).
Quanto aos abonos, aduz o recorrente que estes devem ser considerados na base de cálculo para a complementação de aposentadoria. Traz violação ao art. 457, §1º da CLT, bem como jurisprudência nesse sentido.
No que tangeaos aludidos abonos,transação, quitação e aplicação da Súmula nº 51, I do C. TST, as matérias levantadas nas razões recursaisnão foram prequestionadas no v. acórdão e não cuidou a recorrente de opor os competentes Embargos Declaratórios objetivando pronunciamento explícito sobre o tema. Preclusas, portanto, as questões, ante os termos da Súmula nº 297 do C. Tribunal Superior do Trabalho.
No que concerne ao auxílio-alimentação e auxílio cesta-alimentação, improspera o apelo, porquanto a natureza jurídica da verba discutida reveste-se de cunho indenizatório, consoante disposição legal (art.6º do Decreto nº 5 de 14/01/1991 que regulamenta a Lei 6321/76, de 14.4.1976).
Ressalte-se que, se uma norma pode ser diversamente interpretada, não se pode afirmar que a adoção de exegese diversa daquela defendida pela parte enseja violação literal a essa regra, pois esta somente se configura quando se ordena exatamente o contrário do que o dispositivo expressamente estatui.
Do mesmo modo, não se pode entender que determinada regra restou malferida se a decisão decorre do reconhecimento da

existência, ou não, dos requisitos ensejadores da aplicação da norma.
No caso dos autos, o exame do decisum não revela a ocorrência apta a ensejar a reapreciação com supedâneo na alínea "c", do artigo 896, da CLT.
Contrato Individual de Trabalho / Alteração Contratual ou das Condições de Trabalho / Alteração/Revogação de Regulamento da Empresa.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) 51, I; 294; 102, I e 109/TST.
- violação do(s) art(s). 5º, XXXVI; 5º, II da CF.
- violação do(s) art(s). 9º, 444 e 468 C/C 224 da CLT; 224, caput, da CLT; 8º e 769 da CLT.
- divergência jurisprudencial.

Consta do v. Acórdão:
Da prescrição:
Nada a reparar.
Não há que se falar em prescrição nuclear, seja porque o contrato de trabalho encontra-se em vigor, seja porque a parcela é paga mês a mês, renovando o suposto prejuízo, de sorte que a prescrição aplicável é a parcial.
Neste contexto, nego provimento.
(...)
DO RECURSO DE AMBAS AS PARTES
Das horas extras:
O autor pretende a reforma do julgado no tocante ao indeferimento do pedido de pagamento da 7ª e 8ª horas como extras e quanto o acolhimento da alegação de substituição da função de gerente geral e a reclamada insurge-se quanto a jornada de trabalho fixada.
O autor estava investido na função de confiança de que cuida o artigo 224, da CLT. Com efeito, se não bastasse a diferenciada remuneração que percebe (R$9.303,00), restou comprovado pela prova oral que a sua função não se limitava à execução de serviços burocráticos ou técnicos.
Ao revés, a análise da prova dos autos revela que na função de gerente de relacionamento liberava limites de crédito, ainda que sujeito a cancelamento pela "conformidade", integrava comitê da agência, composto por gerentes e era auxiliado pelos técnicos da agência que atendiam aos requerimentos dos gerentes, fls. 287.
Neste contexto, não há mesmo que se falar de pagamento da 7ª e 8ª hora como extras.
Já o labor como gerente geral, ainda em substituição, restou admitido pelo próprio reclamante, no depoimento de fls. 285, quando admitiu ter executado tarefa inerente a função de gerente geral, embora tenha negado a substituição. Contudo, os docs. 125 e 143 do volume I em apartado revelam a percepção de comissão de cargo não efetivo nos termos aludidos pela defesa, fls. 43.
Já em relação à jornada de trabalho, nada a reparar, as testemunhas inclusive a da ré, depoimento de fls. 287, confirmaram que o reclamante laborava das 08hs30mn às 19hs30min. É certo ainda que as declarações das testemunhas abrangeram todo o período imprescrito. Portanto, correta a fixação da jornada feita pelo Juízo de origem. Mantenho.
(...)
Da declaração de manutenção da integralidade da remuneração/nulidade da alteração contratual lesiva - da permanência do compromisso de prestar 06 horas diárias:
Na petição inicial o Reclamante afirmou que a Reclamada, no caso de ajuizamento de ação trabalhista pelo empregado, considera que ele se retratou da opção pela pela jornada de 8, determina o seu retorno à jornada de 6h e reduz a parcela "função gratificada".
Pretende que se declare a nulidade de circular interna que trata do tema e de qualquer alteração contratual que importe na redução da mencionada verba ou de qualquer outra.
Porém, o Reclamante, novamente, não tem interesse processual, pois não sofreu qualquer lesão ao seu direito. Julgo o pedido extinto sem julgamento de mérito, de ofício.
Inicialmente, cumpre ressaltar que a ré não impugna a decisão nos termos em que foi prolatada.
Primeiro, afirmou que o Colegiado Regional aplicoua prescrição totalem relação à parcela pleiteada.
Aduziu, ainda, que o ato de alterar a jornadado reclamante de 6 para 8 horas, resulta em alteração contratual lesiva ao empregado.
Nesse senda, o recurso não ataca os fundamentos da sentença, sendo que a ausência de impugnação recursal específica e clara impede a reapreciação da matéria pela corte revisora, pois é inquestionável que a matéria não lhe foi devolvida, devendo ser aplicada, por analogia, a jurisprudência consagrada na Súmula 422 do C TST, que impede o conhecimento do recurso de revista , se este não impugna as razões de decidir, exatamente como no processo "sub judice".
A respeito do enquadramento do autor no art. 224 da CLT, improspera o apelo, neste tópico, uma veza discussão acerca da existência de cargo de confiança depende da análise das reais atribuições do empregado (Súmula 102/I/TST), cujo reexame não é permitido em sede extraordinária de recurso de revista, a teor do disposto na Súmula 126/TST.
Duração do Trabalho / Repouso Semanal Remunerado e Feriado.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) 172/TST.
- divergência jurisprudencial.

Consta do v. Acórdão:
"Dos reflexos dos DSR's enriquecidos de horas extras nos demais título do contrato de trabalho:
Nada a deferir.
Sem base legal o entendimento de que os repousos integrados de horas extras devam incidir novamente em férias, 13° salário e aviso-prévio, visto que o procedimento implicaria em eterno refletir, em verdadeiro efeito cascata, gerando o enriquecimento indevido, o que ao direito repugna.
Adoto como razões de decidir o entendimento consubstanciado na Orientação Jurisprudencial nº 394 da SDI do C. TST, que assim se coloca:
"REPOUSO SEMANAL REMUNERADO - RSR. INTEGRAÇÃO DAS HORAS EXTRAS. NÃO REPERCUSSSÃO NO CÁLCULO DAS FÉRIAS, DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, DO AVISO-PRÉVIO E DOS DEPÓSITOS DE FGTS. A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso-prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de "bis in idem".
Daí porque, nego provimento ao recurso.
A decisão recorrida está de acordo com a atual jurisprudência da Seção Especializada em Dissídios Individuais - I do C. Tribunal Superior do Trabalho (Orientação Jurisprudencial de nº 394), o que inviabiliza a admissibilidade do presente apelo nos termos da Súmula nº 333 do C. Tribunal Superior do Trabalho e §4º do artigo 896 da CLT.
A função uniformizadora do Tribunal Superior do Trabalho já foi cumprida na pacificação da controvérsia, o que obsta o seguimento do presente recurso, quer por divergência, quer por violação de preceito de lei ou da Constituição Federal.

Categoria Profissional Especial / Bancário / Enquadramento / Isonomia/Diferença salarial.
Alegação(ões):
- violação do(s) art(s). 5º, caput; 7º, V, XXX e XXXII da CF.
- violação do(s) art(s). 9º; 444, 461 e 468 da CLT; 187 do CC.
- divergência jurisprudencial.
Requer a nulidade da classificação que criou critério de "piso salarial de mercado", "carreira gerencial", "segmento negocial".

Consta do v. Acórdão:
"Das diferenças salariais em razão de alterações contratuais que vieram em prejuízo aos empregados - criação das "regiões de mercado" na carreira gerencial - afronta ao princípio da isonomia salarial:
Alegou o reclamante, na inicial (fls.11/13), que a reclamada, unilateralmente, resolveu classificar as unidades conforme região geográfica; que assim, criou, delimitou e classificou as chamadas Regiões de Mercado (A, B, C e D, em ordem decrescente), passando a diferenciar o valor do Piso Mínimo de acordo com a classificação atribuída à Região de Mercado; assim, os empregados, exercentes de mesmo cargo, passaram a ser discriminados em seus salários, conforme a classificação atribuída pela reclamada à Região de Mercado onde trabalhavam; daí porque, entende a reclamante fazer jus a diferenças salariais, com base na remuneração do cargo de Mercado "IA".
Nego provimento.
O princípio da isonomia salarial vem inscrito no art. 7º, XXX, da Constituição Federal, complementado pelos incisos XXXI e XXXII. Assim, equiparação salarial é a garantia, concedida ao trabalhador, de não sofrer discriminação salarial, quando seu trabalho seja de igual valor ao de outro trabalhador.
A Consolidação das Leis do Trabalho, em seu artigo 461, indica os requisitos necessários à equiparação salarial.
Refere o legislador que sendo idênticas as funções, com igualdade de produtividade e perfeição técnica, não poderá haver discriminação salarial.
Ora, os bancos se amoldam ao mercado. Disponibilizam aos clientes agências de diversos matizes. Do pequeno ao grande porte. Neste contexto, não é razoável admitir que gerentes exerçam as mesmas funções em termos de qualidade e produtividade, quando a atividade dá-se em agências de portes distintos.
No caso, e atenta a tal circunstância, a reclamada houve por bem editar a Circular Interna 289/02 que disciplinou e escalonou a gratificação de função de acordo com o porte da agência, donde o empregado que exercesse sua função em agência de grande porte percebesse valor superior ao daquele que se ativasse em agência de pequeno porte, partindo do pressuposto lógico de que o volume de negócios, movimento e investimento e, via de consequência, de trabalho (produtividade), fosse distinto, com maior volume de trabalho para o empregado que exerce suas atribuições na agência de grande porte. E de certo referido empregado haveria de perceber gratificação superior, implementando-se o princípio da igualdade, tratando desigualmente os desiguais, na medida em que se desigualam.
Neste contexto, nego provimento."
O E. Tribunal a quo consignou que o autor não preencheu os requisitos do art. 461 da CLT. Declarou, ademais, que o a diferença de remuneração concedida a gerentes que laboram em agências de porte distintos, obedece o princípio da igualdade.
Ressalte-se que, se uma norma pode ser diversamente interpretada, não se pode afirmar que a adoção de exegese diversa daquela defendida pela parte enseja violação literal a essa regra, pois esta somente se configura quando se ordena exatamente o contrário do que o dispositivo expressamente estatui.
Do mesmo modo, não se pode entender que determinada regra restou malferida se a decisão decorre do reconhecimento da existência, ou não, dos requisitos ensejadores da aplicação da norma.
No caso dos autos, o exame do decisum não revela a ocorrência apta a ensejar a reapreciação com supedâneo na alínea "c", do artigo 896, da CLT.
No que tange à prescrição prevista na Súmula 294, referidamatérianão foi prequestionada no v. acórdão e não cuidou a recorrente de opor os competentes Embargos Declaratórios objetivando pronunciamento explícito sobre o tema (Súmula nº 297 do C. Tribunal Superior do Trabalho).
Categoria Profissional Especial / Bancário / Cargo de confiança.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) 372/TST.
Sustenta que a diminuição do adicional de incorporação não pode ser convalidada por este E. TRT, nos termos da Súmula 372 do TST.

Consta do v. Acórdão:
"Da incorporação da função de confiança/CTVA - interesse de agir:
A recorrente alega receber função comissionada e que a Caixa Econômica Federal assegura a concessão de "adicional de incorporação" a quem for dispensado do cargo em comissão. Neste termos pleiteia a incorporação do adicional de 100% ao salário quando deixar de exercer qualquer cargo comissionado.
A Origem julgou extinto o pedido sem resolução do mérito por falta de interesse de agir.
A irresignação não merece guarida.
O pedido do recorrente foi de determinação judicial para que a reclamada incorpore em 100% da função exercida ao salário do reclamante, no momento em que preencher os demais requisitos à percepção do "adicional de incorporação da função".
Ora, se os requisitos não foram todos preenchidos e a reclamada não lhe negou o direito a incorporação, não possui interesse processual e à falta de condição da ação, o pedido deve ser mesmo extinto nos termos do artigo 267, VI, do C.P.C.
Mantenho o decisum."
Consignou o E. Tribunal que o autor não possui interesse processual, declarando extinto o pedido com fulcro no art. 267, VI do CPC.
Conforme se pode observar do confronto da fundamentação regional e das razões recursais, o presente recurso de revista não merece ser conhecido, pela ausência do requisito de admissibilidade inscrito no art. 514, II, do CPC, quando as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que fora proposta, nos termos da Súmula nº 422 do C. Tribunal Superior do Trabalho.
Responsabilidade Civil do Empregador/Empregado / Indenização por Dano Material.
Alegação(ões):
- violação do(s) art(s). 8º da CLT; 3º da LICC.
- divergência jurisprudencial.

Consta do v. Acórdão:
"Da indenização dos frutos percebido pela posse de má-fé:
Pretende o reclamante a devolução dos frutos (financeiros) auferidos com o uso dos valores referentes aos direitos reconhecidos pelo julgado. Invoca os artigos 389, 402 e 404 do Novo Código Civil.

Nego provimento.
A questão das verbas devidas ao reclamante somente foi dirimida em juízo e não se pode considerar então a "suposta apropriação indevida". A duas que, em se tratando de quantia relativa ao contrato de trabalho e derivada da obrigação contratual de pagar parcelas remuneratórias, inaplicáveis os dispositivos previstos no Código Civil acerca de indenização por perdas e danos, considerando que há regramento específico na CLT com sanções ao inadimplente. A três que não comprovou o autor a existência de dano ou prejuízo a ser ressarcido.
Nego provimento."
O C. TST tem entendido que não é aplicável ao direito do trabalho a regra insculpida no artigo 1.216 do Código Civil, tendo em vista que este ramo do direito possui regras específicas para a reparação pela mora no pagamento, as quais tratam do pagamento de juros de mora e correção monetária sobre o valor calculado da condenação, pelo atraso no pagamento, que já tem o objetivo de recompor o prejuízo sofrido pelo empregado, causado pelo descumprimento da obrigação do empregador, de pagar as parcelas trabalhistas devidas ao obreiro na época própria.
Assim, o pagamento de mais uma indenização para reparar o mesmo descumprimento contratual é indevida, sob pena de implicar bis in idem.
Nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte, in verbis:
"INADIMPLEMENTO DE VERBAS TRABALHISTAS. INDENIZAÇÃO PELO USO DO DINHEIRO. ARTIGO 1.216 DO CC. IMPOSSIBILIDADE. A pretensão da reclamante é a de que, com base no artigo 1.216 do CC, seja a reclamada condenada ao pagamento de indenização dos -frutos colhidos e percebidos-, por ter usufruído de dinheiro que seria da reclamante (aquele decorrente do não pagamento tempestivo de suas verbas trabalhistas). O artigo 1.216 do CC, que trata do possuidor de má-fé, não é substrato jurídico para a pretensão ora declinada. Isso porque, no caso, há inadimplemento contratual e não percepção de frutos decorrentes de posse ilegítima bens móveis ou imóveis da reclamante. Deve-se esclarecer que, não paga a quantia que o credor teria direito, no caso o reclamante, cabe-lhe exigir judicialmente a obrigação de forma cumulada com juros de mora e perdas e danos eventualmente sofridos. Estes últimos, para serem concedidos, ressalta-se, devem ser comprovados, pois apenas a prova de efetivo dano da ensejo à indenização. No mais, a obrigação inadimplida é recomposta com o pagamento de juros de mora, de forma a refutar o enriquecimento ilícito de qualquer das partes. Recurso de revista não conhecido." (TST-RR-134200-67.2004.5..15.0031, Rel. Min. Caputo Bastos, 2ª Turma, dec. unânime, DJU de 05/08/2011)
"RECURSO DE REVISTA. INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA DOS FRUTOS PERCEBIDOS. A jurisprudência desta Corte Trabalhista tem entendido ser indevido o pagamento de indenização pecuniária correspondente aos eventuais lucros auferidos pela instituição bancária com a inadimplência de direitos trabalhistas de seus empregados. Recurso de revista conhecido e provido, no particular.- RR-205100-60.2002.5.02.0014 Data de Julgamento: 13/10/2010, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/10/2010."
"(...) INDENIZAÇÃO. FRUTOS PERCEBIDOS NA POSSE DE MÁ-FÉ. O artigo 1.216 do Código Civil não é aplicável ao direito laboral, seja porque a reparação pela mora no pagamento já se encontra estabelecida em normas legais específicas, que dispõem sobre juros e correção monetária, seja porque esse dispositivo é afeto aos direitos reais enquanto o contrato de trabalho é pertencente à categoria de direitos obrigacionais, revelando-se incompatível a sua aplicação, na forma do artigo 8º, parágrafo único, da CLT. Não conhecido.- RR-56100-21.2006.5.15.0034, Rel. Min. Emmanoel Pereira, 5ª T., DEJT 03/09/2010."
Aposentadoria e Pensão / Complementação de Aposentadoria/Pensão.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) 51, 288/TST.
- divergência jurisprudencial.
Sustenta que este E. Tribunal validou adesão do recorrente ao novo regime previdenciário. Aduziu, outrossim, que as regras para saldamento, previstas na aludida adesão, estavam contaminadas por vício de consentimento, pois implica em abdicação de direitos por parte da Recorrente.

Consta do v. Acórdão:
(...)
Amatéria discutida não foi prequestionada no v. acórdão e não cuidou a recorrente de opor os competentes Embargos Declaratórios objetivando pronunciamento explícito sobre o tema. Preclusa, portanto, a questão, ante os termos da Súmula nº 297 do C. Tribunal Superior do Trabalho.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Alegação(ões):
- violação do(s) art(s). 133 da CF.
- violação do(s) art(s). 22, da Lei 8.906/94; 14 do CPC; 778 da CLT.
- divergência jurisprudencial.

Consta do v. Acórdão:
"Dos honorários advocatícios:
Conforme se depreende dos termos da Súmula n.º 219 do TST, "na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios (...) não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família".
No mesmo sentido é a Orientação Jurisprudencial n.º 305, que afirma que "na Justiça do Trabalho, o deferimento de honorários advocatícios sujeita-se à constatação da ocorrência concomitante de dois requisitos: o benefício da justiça gratuita e a assistência por sindicato", ou seja, para que haja o deferimento da verba honorária em questão, o trabalhador deve (1) estar sendo patrocinado pelo seu Sindicato e (2) perceber salário inferior a dois salários mínimos ou estar em situação econômica que o impeça de litigar sem prejuízos próprios ou para a sua família (sendo já beneficiário da gratuidade judiciária ou tendo apresentado a competente declaração de pobreza). Ora, o demandante não está assistido pelo Sindicato e, portanto, são indevidos os honorários advocatícios pleiteados.
Por fim, não se cogita de indenização prevista no artigo 404 do Novo Código Civil. O autor pretendeu dar a idéia de que foi obrigado a contratar advogado para ingressar com a reclamatória trabalhista. Esquece-se, entretanto, que ainda vige, nesta justiça, o princípio do jus postulandi, de sorte que poderia o autor ingressar com a reclamatória desacompanhado de advogado. E isto sem falar na faculdade de ter assistência jurídica do sindicato da categoria, sem qualquer ônus. Assim, se preferiu o autor contratar advogado particular, e daí se obrigar perante este ao pagamento de honorários, não pode imputar esta responsabilidade à reclamada e pretender que a mesma quite dívida contraída por opção própria.

Nego, portanto provimento."
A r. decisão está em consonância com a Súmula de nº 219 do C. Tribunal Superior do Trabalho.
O recebimento do recurso encontra óbice no artigo 896, § 4.º, da CLT, e Súmula nº 333 do C.TST, restando afastada a alegada violação dos dispositivos legaisapontados e prejudicada a análise dos arestos paradigmas transcritos para o confronto de teses.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Descontos Salariais - Devolução.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) 296/TST.
- violação do(s) art(s). 33, §5º da Lei 8.212/91.
- divergência jurisprudencial.

Consta do v. Acórdão:
"Descontos previdenciários e fiscais:
Razão não assiste ao recorrente.
Os argumentos no sentido de que as referidas obrigações deveriam ser suportadas exclusivamente pelo empregador, que deixou de recolhê-las no momento oportuno, não merecem acolhimento, pois as verbas trabalhistas sobre as quais incidem as contribuições referidas só foram reconhecidas em Juízo.
Portanto, o empregado, como determina a lei, deve suportar o pagamento que lhe cabe.
Igualmente, os princípios constitucionais que regem a matéria tributária, tais como o da igualdade, da capacidade contributiva e da progressividade, são dirigidos ao legislador a fim de orientá-lo na tarefa de criação dos tributos.
Atualmente, o entendimento atinente aos descontos previdenciários e fiscais encontra-se cristalizado através da Súmula 368 do Tribunal Superior do Trabalho.
Nego provimento."
A r. decisão está em consonância com a Súmula de nº 368 do C. Tribunal Superior do Trabalho.
O recebimento do recurso encontra óbice no artigo 896, § 4.º, da CLT, e Súmula nº 333 do C.TST, restando afastada a alegada violação dos dispositivos legaisapontados e prejudicada a análise dos arestos paradigmas transcritos para o confronto de teses.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao Recurso de Revista."

Na minuta do agravo de instrumento, a reclamada insiste na admissibilidade de seu recurso de revista.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável, porquanto, no tocante aos temas "alteração/revogação de regulamento da empresa", "reflexos do repouso semanal remunerado", "diferenças salariais", "incorporação da função de confiança", "dano material - frutos percebidos pela posse de má-fé", "honorários advocatícios" e "descontos fiscais e previdenciários", emergem como obstáculo à admissibilidade do recurso as diretrizes consubstanciadas nas Súmulas 102, I, 126, 219, I, 297, 333, 368, 422, I, do TST e na OJ 394 da SDI-1 do TST e, ainda, no artigo 896, § 7º, da CLT.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Assim, incólumes os dispositivos legais e constitucionais invocados.
Entretanto, no tocante ao tema "COMPLEMENTO TEMPORÁRIO VARIÁVEL DE AJUSTE DE MERCADO (CTVA). INTEGRALIZAÇÃO DA RESERVA MATEMÁTICA E RECÁLCULO DO VALOR SALDADO", por constatar possível violação do artigo 457, § 1º, da CLT, dou provimento ao agravo de instrumento para processar o recurso de revista.

IV - RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE
Preenchidos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os pressupostos específicos do recurso de revista.

1 - COMPLEMENTO TEMPORÁRIO VARIÁVEL DE AJUSTE DE MERCADO (CTVA). INTEGRALIZAÇÃO DA RESERVA MATEMÁTICA E RECÁLCULO DO VALOR SALDADO
Eis os termos do acórdão regional no tocante ao tema em destaque:

"Do recálculo do valor das contribuições para FUNCEF: inclusão da CTVA, das horas extras habituais e do auxílio-alimentação/ auxílio cesta-alimentação:
A reclamada insurge-se contra a inclusão da CTVA na base de cálculo da contribuição à FUNCEF e o reclamante pugna que as horas extras e as parcelas recebidas a título de auxílio e cesta alimentação integrem a base de cálculo desta contribuição.
Razão assiste à reclamada-recorrente.
De fato, o Plano de Cargos e Salários não prevê a inclusão do CTVA na base de contribuição para o FUNCEF, docs. 26 e 27 do 2º volume de documentos da ré. Logo, não existe amparo legal ou convencional para considerar a referida parcela no cálculo da reserva matemática.
O CTVA, por instituir benefício não previsto em lei, deve ter sua interpretação restritiva, naquilo que se contém, nos moldes do artigo 114 do Código Civil Brasileiro.
Dou provimento para excluir da condenação a contribuição a FUNCEF da CTVA.
Em relação às demais parcelas: horas extras habituais e auxílio-alimentação/auxílio cesta-alimentação não tem razão o reclamante, porquanto as horas extras não integram a base de cálculo da contribuição à FUNCEF (doc. 27 volume apartado da ré) e as

demais parcelas não possuem sequer natureza salarial. Nego provimento.
Ante a reforma do julgado, prejudicada a análise da matéria pertinente a cota-parte do autor nos recolhimentos da contribuição à FUNCEF."

O reclamante insurge-se contra a decisão que determinou a exclusão da CTVA na base de cálculo do salário de contribuição à FUNCEF.
Examino.
É pacífico no âmbito do TST o entendimento de que a parcela denominada CTVA deve integrar o salário de contribuição do empregado para fins de cômputo na reserva matemática, bem como para efeito de recálculo do saldamento.
Da mesma forma, esta Corte Superior já firmou posicionamento, por meio da sua Subseção I de Dissídios Individuais, no sentido de que a adesão de empregado da Caixa Econômica Federal a novo Plano de Previdência Privada, com a quitação do Plano anterior, não o impede de discutir o valor do saldamento pela inclusão de parcelas salariais em sua base de cálculo.
Com efeito, não é o caso de aplicação do disposto na Súmula n.º 51, II, do TST, pois a pretensão do reclamante não é se beneficiar com o melhor de cada um dos planos de previdência privada, mas tão somente de aplicação das regras vigentes à época da migração para o novo plano.
Cito precedentes da SDI-1/TST:

"(...). DIFERENÇAS DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CTVA - COMPLEMENTO TEMPORÁRIO VARIÁVEL DE AJUSTE DE MERCADO. NATUREZA JURÍDICA SALARIAL. MATÉRIA COMUM. ANÁLISE CONJUNTA . NÃO PROVIMENTO . 1. A Jurisprudência iterativa desta Corte Superior é no sentido de que a parcela denominada Complemento Temporário Variável de Ajuste de Mercado - CTVA - integra a base de cálculo da contribuição previdenciária recolhida à FUNCEF, devendo repercutir na complementação de aposentadoria, uma vez que possui natureza jurídica salarial, pois instituída para complementar o valor nominal do cargo em comissão. Precedentes. 2. Ademais, esta colenda Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, tem se posicionado no sentido de que a adesão do reclamante ao novo plano de previdência privada não o impede de discutir o recálculo do ' Saldamento' e da ' Reserva Matemática' , em relação ao plano anterior, pelo reconhecimento de inclusão da CTVA na respectiva base de cálculo. (E-ED-RR-802-50.2010.5.04.0021, Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT de 21/03/2014.). Desse modo, não há falar em contrariedade ao item II da Súmula nº 51. 3. Recursos de embargos de que se conhece e ao quais se nega provimento" (E-ED-RR-1040-24.2011.5.10.0003, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 09/06/2017).

"RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO PELA FUNCEF SOB A ÉGIDE DA LEI N.º 11.496/2007. PARCELA DENOMINADA - COMPLEMENTO TEMPORÁRIO VARIÁVEL DE MERCADO - CTVA-. NATUREZA JURÍDICA. INTEGRAÇÃO À COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PLANO DE BENEFÍCIOS REG/REPLAN. RECÁLCULO DO BENEFÍCIO SALDADO. 1. Consoante decisão unânime desta colenda Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, proferida no julgamento do processo n.º TST- E-ED-RR-802-50.2010.5.04.0021, da relatoria do Exmo. Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, publicado no DEJT de 21/3/2014, -a adesão do reclamante ao novo plano de previdência privada não o impede de discutir o recálculo do 'Saldamento' e da 'Reserva Matemática', em relação ao plano anterior, pelo reconhecimento de inclusão da CTVA na respectiva base de cálculo. A pretensão não retrata pinçamento de benefícios traduzidos em ambos os planos, mas de correção de cálculo de parcelas, cujos direitos incorporaram ao patrimônio jurídico do autor, enquanto vigente o plano anterior-, não havendo falar, na hipótese, em contrariedade à Súmula n.º 51, II, do TST. 2. Recurso de embargos conhecido e não provido. FORMAÇÃO DE RESERVA MATEMÁTICA. FUTURO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. CONTRATO EM CURSO. inespecificidade do aresto TRAZIDO A COLAÇÃO. 1. Afigura-se inviável o processamento do recurso de embargos calcado em divergência jurisprudencial, quando inespecífico o aresto trazido a colação, nos termos da Súmula n.º 296, I, do Tribunal Superior do Trabalho. 2. Recurso de embargos não conhecido." (E-ED-RR - 2078-48.2011.5.03.0009, Relator Ministro: Lelio Bentes Corrêa, Data de Julgamento: 05/06/2014, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 20/06/2014)

Nesse contexto, conheço do recurso de revista, por violação do artigo 457, § 1º, da CLT, e, no mérito, dou-lhe provimento para condenar solidariamente as reclamadas ao recálculo do saldamento pela integração da parcela CTVA ao salário de contribuição da reclamante, nos termos do pedido, com os reflexos pertinentes e observada a prescrição, autorizados os descontos da quota-parte do reclamante e da patrocinadora no custeio da complementação de aposentadoria, conforme apurado em liquidação de sentença.

CONCLUSÃO
À vista do exposto, com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST, 932, III, IV e V, do CPC/2015: I - dou provimento ao agravo de instrumento da reclamada; II - conheço do recurso de revista da reclamada quanto ao tema "divisor aplicável no cálculo das horas extras", por contrariedade à Súmula 124/TST, e, no mérito, dou-lhe provimento para determinar a adoção do divisor 220 no cálculo das horas extras; III - dou provimento parcial ao agravo de instrumento do reclamante; IV - conheço do recurso de revista do reclamante quanto ao tema "COMPLEMENTO TEMPORÁRIO VARIÁVEL DE AJUSTE DE MERCADO (CTVA). INTEGRALIZAÇÃO DA RESERVA MATEMÁTICA E RECÁLCULO DO VALOR SALDADO", por violação do artigo 457, § 1º, da CLT, e, no mérito, dou-lhe provimento para condenar solidariamente as reclamadas ao recálculo do saldamento pela integração da parcela CTVA ao salário de contribuição da reclamante, nos termos do pedido, com os reflexos pertinentes e observada a prescrição, autorizados os descontos da quota-parte do reclamante e da patrocinadora no custeio da complementação de aposentadoria, conforme apurado em liquidação de sentença.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1001656-85.2016.5.02.0081

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann

Agravante	JOSE MILTON DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Marcelo Wegner(OAB: 165808-D/SP)
Agravado	SPENCER TRANSPORTES LTDA
Advogado	Dr. Robson Miquelon(OAB: 134014-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE MILTON DE OLIVEIRA
- SPENCER TRANSPORTES LTDA

O TRT negou provimento ao recurso do reclamante.
O reclamante interpôs recurso de revista.
Despacho de admissibilidade pelo não conhecimento do recurso de revista.
O reclamante interpõe agravo de instrumento.
Sem parecer do Ministério Público do Trabalho.
É o relatório.

À análise.

Agravo de instrumento
Diante possível violação do art. 77 do CPC, dou provimento ao agravo de instrumento apenas no tema embargos de declaração - multa aplicada ao reclamante.
Os demais temas (horas extras e adicional noturno) corroboro do entendimento proferido na origem.
Agravo provido.

Recurso de revista
O recurso de revista é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado e regular o preparo.

2.1 MULTA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECLAMANTE
Em razões de revista, a reclamante alega que não teve interesse em protelar o feito.
Aponta ofensa ao art. 77 do CPC.
Eis os termos do acórdão recorrido:
"VI- DO INTUITO PROTELATÓRIO 12- Em tempos de busca pela razoável duração e celeridade do processo (art. 5º, LXXVIII, da CF), pelo total acesso à Justiça (inc. XXXV) e de propostas de mudanças legislativas para o aumento da eficiência da tutela jurisdicional, não é admissível que os litigantes continuem a utilizar os embargos de declaração como sucedâneo de recurso com devolutividade ampla, procrastinando o regular andamento processual e fazendo movimentar o Poder Judiciário de forma nitidamente desnecessária, completamente em vão.
13- Colho a propósito a seguinte ementa:..
14- Ora, resta cristalino, em face de todo o examinado, que o embargante, de maneira temerária, está alongando indevidamente o andamento do feito. Declaro, pois, que os seus embargos são manifestamente protelatórios e, com espeque no disposto no art. 1026, §2º, do novo Código de Processo Civil, subsidiariam ente aplicável por força do estatuído no art. 769 da CLT, condeno-o a pagar à reclamada a multa de 1% (R$ 1.000,00), calculada sobre o valor atribuído à causa, de R$ 100.000,00 (fls. 18)."

Osembargosdedeclaraçãocaracterizam legítimo exercício das prerrogativas concedidas às partes da relação jurídico-processual. O reclamante buscava tão somente provocar o Tribunal Regional a se manifestar sobre questões importantes para o conhecimento do recurso de revista perante esta Corte. Não se constata, portanto, intuito protelatório nosembargosdeclaratórios.

Nesse sentido, precedentes:

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO . RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.015/2014. MULTA POR EMBARGOS PROTELATÓRIOS. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. Ante a possível violação do art. 5º, LV, da CF, deve ser provido o agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. ... MULTA POR EMBARGOS PROTELATÓRIOS. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. Os embargos de declaração caracterizam legítimo exercício das prerrogativas concedidas às partes da relação jurídico-processual. A reclamante buscava tão somente provocar o Tribunal Regional a se manifestar sobre questões importantes com o potencial de convencimento acerca dos reflexos do auxílio - alimentação sobre o repouso semanal remunerado. Não se constata, portanto, intuito protelatório nos embargos declaratórios . Recurso de revista conhecido e provido " (RR-7294-20.2012.5.12.0036, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 11/06/2021).

"A) AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMANTE. RECURSO DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017. MULTA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS. AUTOR DA AÇÃO. Demonstrado no agravo de instrumento que o recurso de revista preenchia os requisitos do art. 896, da CLT, quanto à multa por embargos de declaração protelatórios, dá-se provimento ao agravo de instrumento, para melhor análise da arguição de violação do art. 1.026, §2º, do CPC/2015 (art. 538, parágrafo único, do CPC/1973), suscitada no recurso de revista. Agravo de instrumento provido. ... 2 . MULTA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS. AUTOR DA AÇÃO. Na dinâmica processual, os embargos declaratórios representam instrumento de aperfeiçoamento jurisdicional, devendo ser obviamente manejados nos estritos limites expressos no art. 1.022 , do CPC/2015 (art. 535 do CPC/1973) e no art. 897-A , da CLT, aplicando-se a multa prevista no art. 1.026, §2º, do CPC/2015 (parágrafo único do art. 538 do CPC/73) às hipóteses de abuso na sua oposição. No caso concreto , não se verifica a presença do intuito meramente protelatório, mas tão somente exercício regular do direito processual da Parte. Recurso de revista conhecido e provido no tema " (RR-1235-33.2017.5.12.0006, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 28/05/2021).

Conheço por ofensa ao art. 77 do CPC.

Dispositivo
À vista do exposto, atendidos os requisitos do art. 489, § 1º, do CPC e com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST, 932, III, IV e V, do CPC: I) dou provimento ao agravo de instrumento; II) conheço do recurso de revista apenas no tema "multa por ED protelatório", por violação do art. 77 do CPC, e no mérito, dou-lhe provimento para retirar a multa aplicada ao reclamante na origem, em razão de supostos embargos de declaração protelatórios. Custas inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001107-37.2018.5.12.0019

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	CELSO BERNARDO VIEIRA
Advogado	Dr. Paulo Sérgio Arrabaça(OAB: 4728-A/SC)
Advogado	Dr. Luís Fernando Ballock(OAB: 18205 -A/SC)
Agravado	INSTALADORA ELETRICA GUARAMIRIM LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- CELSO BERNARDO VIEIRA
- INSTALADORA ELETRICA GUARAMIRIM LTDA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Assistência Judiciária Gratuita.
Alegação(ões):
- violação do art. 5°,LXXIV, da Constituição Federal.
O autor insurge-se contra a condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, haja vista ser beneficiário da justiça gratuita.
Adecisão recorrida se mostra em sintonia com a atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, que tem rechaçado a alegação de inconstitucionalidade do art. 791-A, § 4º, da CLT e que, inclusive, visando conferir segurança jurídica e uniformidade na aplicação e na interpretação das normas processuais previstas na Lei nº 13.467/17, editou a Instrução Normativa nº 41 (Resolução nº 221, de 21 de junho de 2018), prevendo, em seu art. 6º, que a condenação em honorários de sucumbência prevista no art. 791-A e parágrafos da CLT é aplicável às ações propostas após 11 de novembro de 2017.
Transcrevo, por oportuno, os seguintes precedentes:
[...]
Portanto, a admissibilidade do recurso de revista encontra óbiceno art. 896, § 7º, da CLT e na Súmula nº 333 do TST.
CONCLUSÃO
DENEGOseguimento aorecurso de revista.

Em sua minuta, a parte agravante sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF.
Ao exame.
Tendo em vista a decisão proferida pelo Supremo Tribunal, Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita, dou provimento ao agravo de instrumento, ante a possível violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, para determinar o processamento do recurso de revista no particular.

II - RECURSO DE REVISTA
Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

1 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.
No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do artigo 791-A, § 4º, da CLT, visto que ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça a parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento ao agravo de instrumento apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por possível violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, para determinar o processamento do recurso de revista, no aspecto; e II - conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0000044-89.2013.5.12.0006

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	Dr. Edson Maciel Monteiro(OAB: 12732-A/SC)
Recorrente	GILBERTO SMANIA CATANEO
Advogado	Dr. Lidiomar Rodrigues de Freitas(OAB: 11044-B/SC)
Recorrido	OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- GILBERTO SMANIA CATANEO
- OS MESMOS

Trata-se de recursos de revista interpostos contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que deu parcial provimento aos recursos ordinários.
Irresignados, a reclamada interpõe recurso de revista e o reclamante, recurso de revista adesivo. Argumentam, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colacionam.
A Presidência do TRT admitiu os recursos de revista interpostos, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (artigo 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
Os recursos de revista são tempestivos, estão subscritos por advogados habilitados e regulares os preparos.

I - RECURSO DE REVISTA DA RECLAMADA

Quanto aos reflexos em sábados não trabalhados, o TRT consignou que, "de acordo com a previsão normativa, as horas extraordinárias pagas deverão integrar o pagamento do repouso semanal remunerado, considerados os sábados, domingos e feriados". Havendo, portanto, previsão em norma coletiva, não há falar em contrariedade à Súmula 113/TST, a qual não contempla tal hipótese. Ademais, o conhecimento da divergência esbarra na Súmula 296, I, do TST e no art. 896, "a", da CLT.
A propósito:

[...] REFLEXOS DAS HORAS EXTRAS EM SÁBADOS. O Tribunal a quo entendeu que não se aplicava a Súmula nº 113 do TST, mas a norma coletiva mais benéfica ao reclamante, a qual estabelecia que, quanto às horas extras "prestadas durante toda a semana anterior, os Bancos pagarão, também, o valor correspondente ao repouso semanal remunerado, inclusive sábados e feriados".A Súmula nº 113 do TST não contempla hipótese em que a norma coletiva prevê repercussão das horas extras prestadas durante toda a semana anterior, no "repouso semanal remunerado, inclusive sábados e feriados". Aresto que não trata de hipótese idêntica à registrada pelo Regional não possui a especificidade exigida pela Súmula nº 296, item I, do TST.Salienta-se que a decisão proferida nos autos do IRR-849-83.2013.5.03.0138, em que se discutia o divisor aplicável no cálculo de horas extras prestadas pelo bancário, não interfere na questão sub judice, diversa da decidida no citado incidente. Agravo de instrumento desprovido. [...] REFLEXOS DAS HORAS EXTRAS EM SÁBADOS. O Tribunal a quo entendeu que não se aplicava a Súmula nº 113 do TST, mas a norma coletiva mais benéfica ao reclamante, a qual estabelecia que, quanto às horas extras "prestadas durante toda a semana anterior, os Bancos pagarão, também, o valor correspondente ao repouso semanal remunerado, inclusive sábados e feriados".A Súmula nº 113 do TST não contempla hipótese em que a norma coletiva prevê repercussão das horas extras prestadas durante toda a semana anterior, no "repouso semanal remunerado, inclusive sábados e feriados". Assim, não há contrariedade à Súmula nº 113 desta Corte. Agravo de instrumento desprovido. (AIRR - 1411-17.2011.5.02.0033, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 15/12/2021, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 17/12/2021)

No tocante ao divisor de horas extras, o TRT consignou que "a norma coletiva aplicável ao caso estabelece o sábado como dia de descanso semanal remunerado", de forma que "o divisor aplicável ao bancário sujeito à jornada de 6 horas deve ser o 150".
A decisão regional contraria a Súmula 124/TST, in verbis:

BANCÁRIO. SALÁRIO-HORA. DIVISOR (alteração em razão do julgamento do processo TST-IRR 849-83.2013.5.03.0138) - Res. 219/2017, DEJT divulgado em 28, 29 e 30.06.2017 - republicada - DEJT divulgado em 12, 13 e 14.07.2017
I - o divisor aplicável para o cálculo das horas extras do bancário será:
a)180, para os empregados submetidos à jornada de seis horas prevista no caput do art. 224 da CLT;

Assim, o recurso deve ser conhecido e provido para fixar o divisor 180.
Em relação à multa por embargos de declaração protelatórios, o TRT assim decidiu:

Os embargos de declaração juntados pela ré à fl. 74 e verso revelam na realidade mero descontentamento com a decisão proferida acerca das horas extras, o que deveria ser aparelhado pelo meio processual adequado (recurso ordinário).
Ademais, não há falar em omissão acerca do previsto em normativo interno acerca do critério de fechamento do cartão de ponto se não houve em defesa requerimento nesse sentido.
Desse modo, entendo caracterizada a intenção da ré, então embargante, de protelar o feito, razão pela qual considero correta a sua condenação ao pagamento da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC.

A multa do art. 1.026, § 2º, do CPC/2015 (art. 538, parágrafo único, do CPC/1973) é aplicável apenas quando se verifica o intuito manifestamente protelatório dos embargos de declaração. Não há como se considerar protelação a utilização da medida com o objetivo de instar o juízo a se manifestar de forma clara e explícita sobre aspecto relevante da controvérsia.
No caso, observo que a parte somente buscou o pronunciamento do julgador acerca de tese que considerou essencial ao deslinde da causa.
Assim, o recurso deve ser conhecido e provido para afastar a multa aplicada.
Acerca do fato gerador das contribuições previdenciárias, o TRT registrou que, "de acordo com os arts. 30 e 35 da Lei nº 8.212/1991, a aplicação de multa de mora e juros de mora decorrem do atraso no pagamento das contribuições previdenciárias devidas na época própria, reconhecendo-se que o fato gerador é a efetiva prestação

do serviço pelo trabalhador, conforme o disposto no § 2º, do art. 43, da Lei nº 8.212/1991".
A questão atinente ao fato gerador das contribuições previdenciárias foi pacificada nesta Corte Superior por meio da Súmula 368, itens IV e V, in verbis:

Súmula 368.
[...]
IV - Considera-se fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de créditos trabalhistas reconhecidos ou homologados em juízo, para os serviços prestados até 4.3.2009, inclusive, o efetivo pagamento das verbas, configurando-se a mora a partir do dia dois do mês seguinte ao da liquidação (art. 276, "caput", do Decreto nº 3.048/1999). Eficácia não retroativa da alteração legislativa promovida pela Medida Provisória nº 449/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/2009, que deu nova redação ao art. 43 da Lei nº 8.212/91.
V - Para o labor realizado a partir de 5.3.2009, considera-se fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de créditos trabalhistas reconhecidos ou homologados em juízo a data da efetiva prestação dos serviços. Sobre as contribuições previdenciárias não recolhidas a partir da prestação dos serviços incidem juros de mora e, uma vez apurados os créditos previdenciários, aplica-se multa a partir do exaurimento do prazo de citação para pagamento, se descumprida a obrigação, observado o limite legal de 20% (art. 61, § 2º, da Lei nº 9.430/96).

No caso, a prestação de serviços iniciou em 14/3/1989, permanecendo em vigor até o momento.
Assim, como a prestação de serviços iniciou-se antes da edição da Medida Provisória 449/2008 (convertida na Lei 11.941/2009), a data do pagamento será considerada como fato gerador da contribuição previdenciária apenas para os serviços prestados até 4/3/2009.

II - RECURSO DE REVISTA ADESIVO DO RECLAMANTE

Quanto à repercussão do RSR, o TRT não conheceu do apelo do reclamante quanto ao pedido de inaplicabilidade da OJ 394 da SDI-1 do TST.
Esta Corte Superior, ao julgar o IRR-10169-57.2013.5.05.0024, alterou o entendimento contido na OJ n.º 394 da SBDI-1 do TST. Contudo, na mesma sessão, modulou os efeitos da nova tese, nos seguintes termos:

"Aplica-se o novo entendimento 'aos cálculos das parcelas cuja exigibilidade se aperfeiçoe a partir da data do presente julgamento (inclusive)', ocorrido, frise-se, em 14/12/2017".

Ademais, em 30/09/2021, ao analisar o TST-Ag-E-Ag-RR-1180-72.2012.5.09.0093, em voto do Ministro Renato de Lacerda Paiva, a SDI-1 consignou que ainda persiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST e que não houve a determinação de suspensão dos demais recursos que tramitam nesta Corte, nos termos do artigo 896-C, § 5º, da CLT.
Eis os fundamentos do acórdão:

"A Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 dispõe que -A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de `bis in idem--.
Contudo, esta Subseção, em Sessão Ordinária, no dia 9 de fevereiro de 2017, acolheu proposta de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo, afetando à sua composição plena a matéria - Repouso semanal remunerado - RSR. Integração das horas extraordinárias habituais. Repercussão nas demais parcelas salariais. Bis in Idem. Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST-.
Sob o rito do artigo 896-C da CLT, submeteu como representativo da controvérsia o processo nº 10169-57.2013.5.05.0024, de Relatoria do Exmo. Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro.
Em 14/12/2017, esta Subseção decidiu, por unanimidade, -suspender a proclamação do resultado do julgamento para, nos termos do disposto no artigo 171, § 2º, do RITST, e, ouvida a Comissão de Jurisprudência e Precedentes Normativos desta Corte Superior, submeter à elevada apreciação do Tribunal Pleno a questão relativa à revisão ou cancelamento, se for o caso, da Orientação Jurisprudencial nº 394 SbDI-1 do TST, uma vez que a maioria dos ministros votava em sentido contrário ao disposto na referida Orientação Jurisprudencial-. Na sessão de 22/3/2018, decidiu-se, por unanimidade, chamar o feito à ordem para renovar o prazo de suspensão a partir do dia 27/3/2018 e retirar o processo de pauta, remetendo-o ao Tribunal Pleno.
Todavia, nos autos do referido IRR nº 10169-57.2013.5.05.0024, não houve a determinação de suspensão dos demais recursos que tramitam nesta Corte, nos termos do artigo 896-C, § 5º, da CLT.
Assim, tendo em vista os mencionados pronunciamentos judiciais desta Subseção, subsiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST.
Além do mais, vale acrescentar que, no julgamento do IRR-10169-57.2013.5.05.0024, já foram modulados os efeitos da decisão, ficando definido que a tese jurídica nele estabelecida -somente será aplicada aos cálculos das parcelas cuja exigibilidade se aperfeiçoe a partir da data do presente julgamento (inclusive)-, ocorrido, frise-se, em 14/12/2017.
Logo, a tese vinculante estabelecida no incidente, no sentido da inexistência de bis in idem na hipótese sob exame, terá incidência nos processos cujos cálculos das parcelas, objeto de execução, já estejam definidos a partir da data de 14/12/2017.
Assim sendo, por todo o exposto, no presente caso, ainda persiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST.
Nesse sentido:
(...)
Nesse passo, diante da conformidade do acórdão proferido pela Turma desta Corte com a jurisprudência iterativa e notória do TST, consubstanciada na Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1/TST, constata-se que o recurso de embargos interposto pelo sindicato reclamante encontra óbice na norma contida no artigo 894, II, § 2º, da CLT, com a redação da Lei n.º 13.015/2014, não se verificando contrariedade aos verbetes indicados.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo."

Assim, considerando que as verbas ora discutidas se originaram em data anterior ao julgamento do IRR-10169-57.2013.5.05.0024, continuam a ser regidas pelo entendimento constante na Orientação Jurisprudencial n.º 394 da SBDI-1, ainda não alterado por esta Corte Superior.
Portanto, ao afastar a repercussão do repouso semanal remunerado majorado pela integração das horas extras habitualmente prestadas no cálculo das demais verbas, o Regional decidiu em consonância com o entendimento consubstanciado no mencionado verbete.
No tocante ao tema "auxílio-alimentação e cesta-alimentação", o TRT não conheceu do recurso do reclamante com fundamento na

sua Súmula 17, segundo a qual "as verbas auxílio-alimentação e auxílio-refeição, concedidas aos empregados da CEF, possuem natureza indenizatória". Incide, no caso, a Súmula 126/TST.
Acerca dos reflexos das horas extras em APIPs e licenças-prêmio, incide a Súmula 337/TST.
Relativamente às promoções por merecimento, o TRT entendeu que "inexiste o direito líquido e certo da parte autora à obtenção das promoções por merecimento. Há uma mera expectativa, uma vez que o seu exercício subordina-se às deliberações da diretoria da CEF e à existência de dotação orçamentária". Incidem, no caso, a Súmula 333/TST e o art. 896, § 7º, da CLT.
No que tange ao adicional de 100%, os arts. 59 e 225 da CLT são impertinentes, pois nada dispõem a respeito do tema. O aresto indicado não atende à Súmula 337/TST.
Em relação aos honorários advocatícios, o TRT consignou a ausência de credencial sindical. Incidem, no caso, as Súmulas 219, I, e 333 do TST e o art. 896, § 7
º, da CLT.
No que se refere à antecipação de tutela, o TRT entendeu que "não produziu o autor qualquer prova no sentido de que estivesse de fato sofrendo perseguição ou retaliação em razão do protocolo de sua reclamatória trabalhista, ônus que lhe incumbia". Incide, no caso, a Súmula 126/TST.
À vista do exposto, com fundamento nos arts. 118, X, do RITST e 932, III, IV e V, do CPC/2015, I - conheço do recurso de revista da reclamada quanto ao tema "divisor", por contrariedade à Súmula 124/TST, e, no mérito, dou-lhe provimento para fixar o divisor 180; II - conheço do recurso de revista da reclamada quanto ao tema "multa por embargos de declaração protelatórios", por violação do art. 5º, LV, da CF, e, no mérito, dou-lhe provimento para afastar a multa aplicada; III - conheço do recurso de revista da reclamada quanto ao tema "fato gerador das contribuições previdenciárias", por violação do art. 195, I, "a", da CF, e, no mérito, dou-lhe parcial provimento para determinar o seguinte: a) quanto ao período anterior a 5/3/2009, a incidência de juros de mora sobre o crédito previdenciário se dá somente a partir do dia 02 do mês seguinte ao da liquidação da sentença, nos termos do disposto no artigo 276, caput, do Decreto 3.048/1999; b) a partir de 5/3/2009, o termo inicial da incidência dos juros de mora sobre o crédito previdenciário é a efetiva prestação dos serviços, conforme artigo 43, §§ 2º e 3º, da Lei 8.212/1991; e c) a aplicação de multa a partir do exaurimento do prazo decorrente da citação para o pagamento dos créditos previdenciários apurados em juízo, observado o limite de 20%, nos termos do artigo 61, § 2º, da Lei 9.430/1996; e IV - denego seguimento ao recurso de revista adesivo do reclamante. Mantém-se o valor da condenação.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0107600-55.2006.5.02.0013

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MAURÍCIO DOS SANTOS NOGUEIRA
Advogado	Dr. Otávio Cristiano Tadeu Mocarzel(OAB: 74073/SP)
Agravado	SIGMA SYSTEM SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
Advogado	Dr. Antônio Carlos da Silva Dueñas(OAB: 99584/SP)
Agravado	FERNANDO RANEA DA COSTA
Agravado	MAURÍCIO CÂNDIDO FERREIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- FERNANDO RANEA DA COSTA
- MAURÍCIO CÂNDIDO FERREIRA
- MAURÍCIO DOS SANTOS NOGUEIRA
- SIGMA SYSTEM SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO
Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo exequente, às págs. 636-667, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 621-623, quanto ao tema PENHORA DOS SALÁRIOS.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.
I - AGRAVO DE INSTRUMENTO
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo exequente:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tramitação na forma da Lei n.º 13.467/2017.
Tempestivo o recurso (decisão publicada no DEJTem 04/08/2021 - Aba de Movimentações; recurso apresentado em 12/08/2021 - id. 53e5fd9).
Regular a representação processual,id. b30c4b3.
Desnecessário o preparo.
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Mandado de Segurança / Penhora de Salário / Proventos.
Nos termos do artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria objeto do recurso de revista, cabendo à parte indicar, de forma clara e objetiva, os fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido.
A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, órgão uniformizador de jurisprudência interna corporis do C. TST, já pacificou o entendimento de que a transcrição integral do acórdão recorrido não cumpre a finalidade de delimitar a matéria objeto de impugnação (AgR-E-ED-RR - 1458-45.2012.5.04.0018, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 16.3.2018; E-ED-RR- 1720-69.2012.5.15.0153, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT de 22/9/2017; E-RR-1144-40.2013.5.15.0089, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 08/09/2017).
Assim, a transcrição na íntegra da fundamentação adotada pelo Regional no início das razões recursais não satisfaz o requisito previsto art. 896, § 1º-A, I, da CLT, uma vez que não permite o necessário confronto analítico entre a tese assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica exposta no recurso de revista.
Nesse sentido, vale conferir o seguinte julgado da SBDI-1:
(...)
Inviável, destarte, o seguimento do apelo, porquanto não observado o disposto no artigo 896, §1.º-A, I, da CLT.
DENEGA-SE seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGA-SE seguimento ao recurso de revista." (págs. 621-623).

Na minuta de agravo de instrumento, o exequente insiste na admissibilidade de seu recurso de revista, ao argumento de que foram preenchidos todos os requisitos para admissibilidade de seu recurso de revista.

Aduz que "É cediço que os salários dos empregados possuem natureza alimentícia, pois se destinam prioritariamente à aquisição de meios materiais pelo empregado para o seu sustento e de sua família. Apenas em caso de haver possibilidade de acumulação de um excedente financeiro os salários se destinam à aquisição de bens e serviços mais dispensáveis" (pág. 653).

Sustenta que "a análise conjugada de tais princípios nos faz concluir pela plausividade da pretensão, na medida em que o trabalhador não deve ficar desamparado, posto que após obter sucesso em processo de conhecimento que lhe foi favorável, nada venha a receber; ao mesmo tempo em que impõe ao executado o dever de cumprir a r. decisão, de modo menos gravoso, pois somente terá bloqueado parte de seus vencimentos" (pág. 655).

Alega violação dos artigos 1º, incisos III e IV, 5º, caput e incisos II, XXXV, LIV e LV, 6º e 7º, inciso X, e 100, § 1º-A, da Constituição Federal.

Ao exame.

Conforme se extrai das fundamentações do despacho regional, o recurso de revista da parte teve seguimento denegado por não ter sido atendido o requisito disposto no artigo 896, § 1°-A, inciso I, da CLT, incluído pela Lei n° 13.015/2014.

Ocorre que os trechos indicados pelo exequente se fazem satisfatórios para análise de seu recurso.

Desse modo, superado o óbice do despacho de admissibilidade, passo à análise dos demais pressupostos de admissibilidade, nos termos da Orientação Jurisprudencial n° 282 da SbDI-1 desta Corte, que assim preconiza:

"No julgamento de Agravo de Instrumento, ao afastar o óbice apontado pelo TRT para o processamento do recurso de revista, pode o juízo "ad quem" prosseguir no exame dos demais pressupostos extrínsecos e intrínsecos do recurso de revista, mesmo que não apreciados pelo TRT."

O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto à penhora dos salários, nos seguintes termos:

"(...)

Requer o agravante a reforma da r. decisão que indeferiu pedido de expedição de ofício à Caixa Econômica Federal com o intuito de obter informações e posterior transferência de valores de FGTS e PIS em nome dos executados, por considerá-los impenhoráveis. Argumenta que já foram realizadas diversas tentativas de satisfação da execução, todas sem sucesso, pretendendo a aplicação do parágrafo 2º do artigo 833 do CPC, à luz dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

Não prospera o inconformismo.

O art. 833, IV, do CPC, aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho, é expresso ao considerar absolutamente impenhoráveis os proventos de aposentadoria e os salários. Eis o teor do dispositivo:

"Art. 833. São impenhoráveis:

(...)

V- os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2º;"

Da mesma forma, quanto aos depósitos existentes em conta de FGTS, o artigo 2º, 82º da Lei 8.036/90 dispõe que:

"Art. 2º, § 2º - As contas vinculadas em nome dos trabalhadores são absolutamente impenhoráveis."

E, ainda, transcrevo o artigo 4º da Lei Complementar nº 26/1975, no que toca aos valores constantes dos fundos PIS/PASEP:

"Art. 4º As importâncias creditadas nas contas individuais dos participantes do PIS-PASEP são inalienáveis, impenhoráveis e, ressalvado o disposto nos parágrafos deste artigo, indisponíveis por seus titulares."

É certo que o § 2º do citado art. 833 do CPC, ao estabelecer que "o disposto nos incisos IV e X do caput não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais, devendo a constrição observar o disposto no art. 528, §8% e no art. 529, § 3º ", aponta a prestação alimentícia como única exceção à impenhorabilidade objeto dos incisos, que não se confunde com o crédito laboral.

Data vênia de doutrinadores que entendem que tal procedimento é aconselhável e adequado aos fins colimados pela justiça laboral, entendo não ser possível a penhora sobre percentual de salário.

O princípio da proporcionalidade assegura que, verificada a importância de duas normas de mesmo nível hierárquico, seja aplicada aquela que visa à justiça social.

Desse modo, não obstante a argumentação que há plausibilidade na penhora sobre percentual do salário, aposentadoria, ou as verbas ora buscadas pelo exequente, na medida em que o objetivo é a satisfação de crédito alimentar, tal circunstância não é suficiente para ratificar a pretensão.

O fato de que ambos os rendimentos emergem da força do trabalho não é suficiente para determinar a penhora sequer em parte dos valores, já que o procedimento resulta também no aviltamento do devedor, sendo a hipótese concreta da execução do modo mais gravoso.

Nesses termos a Orientação Jurisprudencial 153, da SBDI-2, do C. Tribunal Superior do Trabalho:

"MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. ORDEM DE PENHORA SOBRE VALORES EXISTENTES EM CONTA SALÁRIO. ART. 649, IV, DO CPC. ILEGALIDADE (DEJT divulgado em 03, 04 e 05.12.2008) Ofende direito líquido e certo decisão que determina o bloqueio de numerário existente em conta salário, para satisfação de crédito trabalhista, ainda que seja limitado a determinado percentual dos valores recebidos ou a valor revertido para fundo de aplicação ou poupança, visto que o art. 649, IV, do CPC contém norma imperativa que não admite interpretação ampliativa, sendo a exceção prevista no art. 649, 8 2º do CPC espécie e não gênero de crédito de natureza alimentícia, não englobando o crédito trabalhista." (g.n.).

Registre-se que não ficou demonstrado, nem houve alegação, de que os executados percebem valores superiores a 50 salários mínimos por mês a título de aposentadoria.

Desta forma, a diligência requerida pelo agravante, de expedição de ofício à CEF não se presta a atingir ao fim colimado, isto é, à satisfação do crédito trabalhista.

Mantenho, portanto, a r. decisão de origem.

(...)" (destacou-se, págs. 579-581).

No caso, consoante se infere da decisão do Regional "não obstante a argumentação que há plausibilidade na penhora sobre percentual do salário, aposentadoria, ou as verbas ora buscadas pelo exequente, na medida em que o objetivo é a satisfação de crédito alimentar, tal circunstância não é suficiente para ratificar a pretensão" (pág. 581).

Segundo a Corte a quo, "O fato de que ambos os rendimentos emergem da força do trabalho não é suficiente para determinar a

penhora sequer em parte dos valores, já que o procedimento resulta também no aviltamento do devedor, sendo a hipótese concreta da execução do modo mais gravoso" (pág. 581).

O artigo 833, inciso IV, do CPC/2015 prevê que são absolutamente impenhoráveis "os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios; as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal".

Já o § 2º do mesmo dispositivo de lei estabelece, expressamente, que "o disposto nos incisos IV e X do caput não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como relativamente às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários mínimos mensais, devendo a constrição observar o disposto no art. 528, § 7º, e no art. 529, § 3º".

Desse modo, à luz da nova ordem processual, a impenhorabilidade dos salários não se aplica aos casos em que a constrição seja para fins de pagamento de prestação alimentícia "independentemente de sua origem".

Consoante o entendimento do TST, as verbas de natureza salarial devidas ao empregado estão abarcadas nessa exceção.

Nesse contexto, o Tribunal Pleno dessa Corte Superior decidiu alterar a redação da Orientação Jurisprudencial nº 153 da SbDI-2, a fim de esclarecer que o entendimento ali preconizado se aplica apenas às penhoras realizadas sobre salários, quando ainda em vigor o CPC de 1973, o que não é o caso dos autos.

Com efeito, dispõe a mencionada Orientação Jurisprudencial,in verbis:

"MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. ORDEM DE PENHORA SOBRE VALORES EXISTENTES EM CONTA SALÁRIO. ART. 649, IV, DO CPC DE 1973. ILEGALIDADE. Ofende direito líquido e certo decisão que determina o bloqueio de numerário existente em conta salário, para satisfação de crédito trabalhista, ainda que seja limitado a determinado percentual dos valores recebidos ou a valor revertido para fundo de aplicação ou poupança, visto que o art. 649, IV, do CPC de 1973 contém norma imperativa que não admite interpretação ampliativa, sendo a exceção prevista no art. 649, § 2º, do CPC de 1973 espécie e não gênero de crédito de natureza alimentícia, não englobando o crédito trabalhista."

Na hipótese, impõe-se a observância do novo Código de Processo Civil, razão pela qual inaplicável a Orientação Jurisprudencial nº 153 da SbDI-2 do TST.

Nesse contexto, a penhora sobre os salários dos sócios executados não é considerada ilegal, mormente considerando-se que foi observado o limite previsto no artigo 529, § 3º, do CPC/2015. Nesse sentido, são os seguintes precedentes do TST:

"[...] AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA EXECUÇÃO. PENHORA INCIDENTE SOBRE PERCENTUAL DO SALÁRIO DOS SÓCIOS DA EMPREGADORA. LEGALIDADE. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 833, INCISO IV E § 2º, 529, § 3º, CPC/2015 . Com efeito, à luz da nova ordem processual, a impenhorabilidade dos salários e proventos não se aplica aos casos em que a constrição seja para fins de pagamento de prestação alimentícia "independente de sua origem", desde que observado o limite de 50% (cinquenta por cento) dos ganhos líquidos. Consoante o entendimento do TST, as verbas de natureza salarial devidas ao empregado estão abarcadas nessa exceção. Nesse contexto, deve ser reconhecida a legalidade da penhora dos valores oriundos dos salários da sócia executada. Agravo de instrumento desprovido.". (Ag-AIRR - 2602-97.2011.5.02.0033, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 14/04/2021, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 16/04/2021)

"DECISÃO QUE INDEFERE NOMEAÇÃO DE BEM À PENHORA E MANTÉM BLOQUEIO DE VALORES EM CONTA SALÁRIO. ATO PROFERIDO DURANTE A VIGÊNCIA DO CPC/2015. SÚMULA 417, I, DO TST. OJ 153 DA SBDI-2 DO TST . 1. O segundo ato coator impugnado pelo mandado de segurança consiste em decisão que indeferiu a nomeação de veículo à penhora e manteve o bloqueio de valores em conta salário da impetrante. 2. Ao denegar a substituição da penhora, o juízo o fez com base na gradação do art. 835 do CPC/2015, além de considerar a maior dificuldade na venda do bem móvel, que está localizado em outro estado da federação. Assim, não há ilegalidade na decisão, que está de acordo com o disposto na Súmula 417, I, do TST, segundo a qual " não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado para garantir crédito exequendo, pois é prioritária e obedece à gradação prevista no art. 835 do CPC de 2015 ". 3. Ademais, cumpre destacar que o bloqueio de valores em conta salário, além de estar autorizado pelos arts. 833, IV e § 2º, e 529, § 3º do CPC/2015, respeitou o percentual máximo previsto no art. 529, §3°, desse mesmo Código Processual , não equivalendo sequer a 5% do valor dos ganhos anuais da impetrante. 4. A ausência de direito líquido e certo conduz à denegação da segurança. Recurso ordinário a que se nega provimento." (ROT - 101749-47.2019.5.01.0000, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 10/08/2021, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 13/08/2021)

"[...] IV. Em razão do disposto no art. 833, IV, §2º, do CPC/2015, o Tribunal Pleno dessa Corte Superior alterou a redação da Orientação Jurisprudencial nº 153 da SBDI-2/TST (Res. 220/2017, DEJT divulgado em 21, 22 e 25.09.2017), a fim de limitar a aplicação da tese nela sedimentada aos atos praticados na vigência do CPC/1973. V. Desse modo, com a vigência do CPC/2015, passou-se a admitir a penhora de percentual de salários e proventos de aposentadoria para pagamento de prestações alimentícias "independentemente de sua origem", o que abrange os créditos trabalhistas típicos, em razão de sua natureza alimentar. VI. Nesse contexto, ao concluir que a impenhorabilidade de salários, prevista no art. 833, IV, do CPC/2015, deve ser excepcionada somente nas hipóteses em que as importâncias excedam a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais, a Corte Regional contrariou a jurisprudência deste Tribunal Superior e violou o art. 5º, II, da Constituição Federal. Demonstrada transcendência política da causa. VII . Recurso de revista de que se conhece, por violação do art. 5º, II, da Constituição Federal, e a que se dá provimento.". (RR - 10804-58.2015.5.18.0104, Relator Ministro: Alexandre Luiz Ramos, Data de Julgamento: 19/05/2021, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 21/05/2021)

"EXECUÇÃO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO INSS COM VISTAS A OBTER INFORMAÇÕES ACERCA DA EXISTÊNCIA DE EVENTUAL PENSÃO OU APOSENTADORIA EM NOME DA EXECUTADA, NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. PRETENSÃO DA EXEQUENTE DE PENHORA INCIDENTE SOBRE PERCENTUAL DE PROVENTOS RECEBIDOS PELO DEVEDOR. POSSIBILIDADE. 1 - O art. 833, § 2º, do CPC faz ressalva à impenhorabilidade dos vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios, ao prever, expressamente, que tal regra não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de verba alimentar, independentemente de sua

origem, de modo a abarcar as verbas de natureza salarial devidas ao empregado. 2 - Note-se que o art. 529, § 3º, do CPC permite que o débito objeto de execução seja descontado dos rendimentos ou rendas do executado, de forma parcelada, estabelecendo, contudo, um limite, qual seja: não ultrapasse cinquenta por cento de seus ganhos líquidos. 3 - O Tribunal Pleno, por meio da Resolução 220, de 18/9/2017, alterou a redação da Orientação Jurisprudencial nº 153 da SBDI-2, de modo a adequá-la ao novo CPC, limitando sua aplicação aos atos praticados na vigência do CPC/73. 4- No caso, o TRT concluiu ser impenhorável os salários e proventos dos devedores e aplicou o entendimento preconizado na OJ nº 153 da SBDI-1. Ocorre que a decisão que indeferiu a expedição de ofícios ao INSS, para fins de obter informações a respeito da existência de eventual pensão, aposentadoria ou salário em nome dos executados, foi proferida na vigência do CPC/15, de modo a ser inaplicável a diretriz da orientação jurisprudencial referida. 5 - Ademais, incumbe ao julgador envidar todos os esforços necessários em busca da efetivação e instrumentalização da tutela jurisdicional, com o objetivo de satisfazer o crédito exequendo, de modo a ser possível a penhora de salários e proventos do devedor, nos termos da nova legislação processual. Há julgados. Violação do art. 5º, LV, da CF demonstrada. 6 - Recurso de revista a que se dá provimento.". (RR - 259300-07.2007.5.02.0090, Relatora Ministra: Katia Magalhaes Arruda, Data de Julgamento: 28/04/2021, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 30/04/2021)

Assim, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, ao entender que são impenhoráveis os salários dos sócios executados, acabou por ofender os artigos 1º, incisos III e IV, e 7º, inciso X, da Constituição Federal.

Diante do exposto, dou provimento ao agravo de instrumento do exequente, por violação dos artigos 1º, incisos III e IV, e 7º, inciso X, da Constituição Federal, para determinar o processamento do recurso de revista no aspecto.

II - RECURSO DE REVISTA

Tendo em vista os fundamentos antes apresentados, ora reiterados, conheço do recurso de revista por violação dos artigos 1º, incisos III e IV, e 7º, inciso X, da Constituição Federal.

No mérito, dou-lhe provimento para reconhecer a legalidade da penhora de percentual dos salários dos sócios executados, observado o limite de 50% (cinquenta por cento) dos ganhos líquidos, consoante o disposto no artigo 833, inciso IV e § 2°, do CPC/2015.

Ante o exposto, com base no artigo 118, inciso X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho c/c o artigo 932, inciso V, alínea "a", do CPC/2015: I - dou provimento ao agravo de instrumento para processar o recurso de revista; II - conheço do recurso de revista por violação dos artigos 1º, incisos III e IV, e 7º, inciso X, da Constituição Federal e, no mérito, dou-lhe provimento para reconhecer a legalidade da penhora de percentual dos salários dos sócios executados, observado o limite de 50% (cinquenta por cento) dos ganhos líquidos, consoante o disposto no artigo 833, inciso IV e § 2°, do CPC/2015; e III - determino a reautuação do feito como recurso de revista.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº RR-1001486-89.2018.5.02.0034

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	ANTHONY LUIZ DA SILVA DUARTE
Advogado	Dr. Josiel Vaciski Barbosa(OAB: 191692-S/SP)
Advogado	Dr. Manoel Ferreira Rosa Neto(OAB: 298653-S/SP)
Recorrido	INOVA E-BUSINESS SERVICOS DE INFORMATICA E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA
Advogado	Dr. Meryon Elizabeth Lara Peggion(OAB: 417170-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTHONY LUIZ DA SILVA DUARTE
- INOVA E-BUSINESS SERVICOS DE INFORMATICA E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que deu provimento ao recurso ordinário da Reclamada para condenar o Reclamante quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA".

Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.

A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).

À análise.

O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.

Eis os termos do acórdão recorrido:

"(...)

8. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS

Pretende a reclamada a redução dos honorários advocatícios a que fora condenada, alegando que o valor arbitrado pelo Juízo de origem não se revela proporcional à lide. Afirma, ainda, que o reclamante deve ser condenado ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais em prol de seu patrono, pois na presente demanda houve sucumbência de ambas as partes.

À análise.

A presente ação foi ajuizada em 22/11/2018, na vigência da Lei n.º 13.467/2017 (11/11/2017), sendo aplicáveis as disposições nela previstas acerca dos honorários advocatícios sucumbenciais.

Acrescente-se que, quando a parte demanda em Juízo, conforme a nova sistemática processual prevista na Lei n.º 13.467/2017, sabe, de antemão, quais são os riscos do processo, mormente os financeiros em decorrência da sucumbência.

O art. 791-A da CLT, acrescentado pela Lei n.º 13.467/2017, disciplina que:

"Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa".

Na presente hipótese, em que houve sucumbência recíproca, revela-se devido o pagamento de honorários advocatícios por ambas as partes.

Saliente-se, ainda, que a reforma fixou que mesmo o beneficiário da justiça gratuita deverá arcar com a verba em foco, que somente ficará sob condição suspensiva de exigibilidade em caso de impossibilidade de pagamento, conforme dispõe o §4º do art. 791-A: "§4º Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário".

Os honorários sucumbenciais são devidos pela parte vencida como forma de remunerar o trabalho do advogado da parte vencedora, tendo por base o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, o valor atualizado da causa, sendo cabíveis também no caso de improcedência da ação.

A pretensão do legislador foi estabelecer parâmetros de cálculo para compensar o trabalho dos profissionais que atuaram na lide, não havendo violação ao princípio da hipossuficiência e ao acesso à justiça.

Portanto, devido o pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais por ambas as partes.

No tocante à base de cálculo dos honorários devidos pela ré, importa salientar que, nos termos do art. 791-A da CLT e diante da existência condenação em pecúnia, estes devem incidir sobre o resultado da liquidação da sentença.

Por outro lado, considerando os critérios estabelecidos no § 2º do art. 791-A da CLT, entendo que o valor de 5% é mais condizente com os serviços prestados na presente demanda.

Nesse contexto, dou provimento parcial ao apelo para reduzir os honorários sucumbenciais devidos pela reclamada para o valor correspondente a 5% sobre o valor da condenação e para condenar a reclamante ao pagamento de honorários sucumbenciais ao patrono da reclamada, no importe de 5% sobre o valor dos pedidos julgados improcedentes.

(...)"

No que tange à insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

No caso vertente, o Tribunal Regional reformou a sentença de origem que para condenar o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, visto que a ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.

Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.

Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF.

Examino.

Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.

Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0100678-40.2016.5.01.0024

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Recorrente	GUSTAVO CARNEIRO DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Gustavo Carneiro de Oliveira(OAB: 157210/RJ)
Recorrido	ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADACAO E DISTRIBUICAO ECAD
Advogado	Dr. Francisco Domingues Lopes(OAB: 16116/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADACAO E DISTRIBUICAO ECAD
- GUSTAVO CARNEIRO DE OLIVEIRA

Trata-se de recurso de revista (fls. 333/344) interposto pelo reclamante contra o acórdão de fls. 321/328 oriundo do TRT da 1ª Região.

Contrarrazões ao recurso de revista apresentadas às fls. 368/373.

Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

A discussão travada nos autos prende-se ao tema "HORAS EXTRAS. JORNADA DE TRABALHO. ADVOGADO EMPREGADO. EMPRESA PRIVADA. CONTRATAÇÃO POSTERIOR AO ADVENTO DA LEI Nº 8.906/94. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA".

Presentes os pressupostos de admissibilidade extrínsecos, porquanto o apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente (acórdão regional publicado em 24/10/2018 e apelo protocolado em 05/11/2018), sendo inexigível o preparo.

O reclamante sustenta, em síntese, que firmou contrato após o advento da Lei nº 8.096/1994 para prestação de serviços como advogado, de forma que o contrato, originalmente, não previa o regime de dedicação exclusiva, a qual não pode ser presumida.

Pugna pela condenação da reclamada ao pagamento de horas extras. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema e ofensa aos artigos 7º, XVI, da Constituição Federal e 20, § 2º, da Lei nº 8.906/1994.
Com razão.
O Regional consignou:

"O contrato de trabalho do reclamante (fls.24/25), assinado na data de sua admissão (01/09/2010) estabelece expressamente em sua cláusula 3ª que: "A jornada de trabalho será de 40 horas semanais, de 9:00 às 18:00 horas, com intervalo de 01:00 hora para descanso e refeição, de 2ª a 6ª feira, compensados os dias de sábados quando não haverá expediente, podendo ser alterada de acordo com as necessidades de serviços, obedecidos os dispostos legais." Assim, no caso dos autos sendo indiscutível, incontroverso, que sua jornada era de oito horas, evidentemente encontra-se presumida a dedicação exclusiva, já que o reclamante, durante toda a sua jornada, estava subordinada às ordens do seu empregador. Indevidas, pois, as horas extraordinárias e os reflexos deferidos." (fls. 323).

Verifica-se que o Regional entendeu presumida a cláusula de dedicação exclusiva, em razão da jornada de trabalho fixada no contrato de trabalho do reclamante. Todavia, o entendimento desta Corte é firme no sentido contrário, de que é necessário previsão expressa desta cláusula para afastar o pagamento de horas extras:

"AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. HORAS EXTRAS. JORNADA DE TRABALHO. ADVOGADO EMPREGADO. EMPRESA PRIVADA. CONTRATAÇÃO POSTERIOR AO ADVENTO DA LEI Nº 8.906/94. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA. NECESSIDADE DE CLÁUSULA EXPRESSA. Esta Corte, interpretando os artigos 12 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e 20 da Lei nº 8.906/94, em relação às empresas privadas, firmou entendimento no sentido de que, nos casos em que o empregado for contratado após o advento da referida Lei, se exige a cláusula expressa como condição essencial à caracterização do regime de dedicação exclusiva, não havendo falar na mera presunção de sua existência ou em ajuste tácito. Precedentes desta Subseção. Assim, a Egrégia Turma, ao restabelecer a sentença que julgou procedente o pedido para condenar a ré ao pagamento das horas extras excedentes à 4ª hora diária e 20ª hora semanal, em face da inexistência de previsão contratual expressa de exclusividade, decidiu em consonância com a jurisprudência pacificada nesta Subseção. Incide, portanto, o disposto no artigo 894, § 2º, da CLT. Correta a aplicação do referido óbice, mantém-se o decidido. Verificada, por conseguinte, a manifesta improcedência do presente agravo, aplica-se a multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil. Agravo interno conhecido e não provido" (TST-Ag-E-RR-977-51.2015.5.10.0102, SbDI-1, Rel. Min. Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT de 25/06/2021).

Desse modo, a decisão regional não está em conformidade com a jurisprudência consolidada nesta Corte Superior, razão pela qual merece ser reformado.
Demonstrada violação do artigo 20 da Lei nº 8.906/1994, conheço do recurso de revista, com fulcro no artigo 896, "c", da CLT e, no mérito, dou-lhe parcial provimento para condenar a reclamada ao pagamento das horas extras excedentes à 4ª hora diária e a 20ª semanal, divisor 100, com adicional de 100%, e demais reflexos legais, limitadas a 01/08/2013, a serem apuradas em liquidação de sentença.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0001384-24.2012.5.03.0113

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ATENTO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro
Agravante	BANCO BMG S.A.
Advogado	Dr. Bruno Miarelli Duarte(OAB: 93776/MG)
Agravado	CELIA MARIA DOS SANTOS RODRIGUES
Advogado	Dr. André Luís de Almeida Oliveira(OAB: 109737/MG)

Intimado(s)/Citado(s):
- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO BMG S.A.
- CELIA MARIA DOS SANTOS RODRIGUES

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2°, do RITST).
Examino.

I - AGRAVOS INTERPOSTOS PELAS RECLAMADAS - ANÁLISE CONJUNTA
Eis os termos da decisão agravada:
"Recurso de: Banco BMG S.A.
(...)
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Solidária/Subsidiária / Tomador de Serviços/Terceirização.
Sentença Normativa/Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho / Aplicabilidade/Cumprimento.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Ajuda/Tíquete Alimentação.
Contrato Individual de Trabalho / Enquadramento/Classificação.
Analisados os fundamentos do v. acórdão, verifico que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstrou violação literal e direta de qualquer dispositivo da Constituição da República ou contrariedade de súmula, como exige o preceito legal citado.
No caso, a douta Turma julgadora decidiu em sintonia com a Súmula331, itens I e III, do TST (artigo 896, parágrafo 4º, da CLT e Súmula 333/TST), o que afasta as ofensas apontadas.
Além disso, mero corolário do reconhecimento do vínculo empregatício em face do tomador de serviços, Banco BMG S/A, foi a aplicação das normas coletivas dos bancários, razão pela qual não constato violação ao artigo 5º, inciso II, da CR/88.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Recurso de: Atento Brasil S.A.

(...)
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Solidária/Subsidiária / Tomador de Serviços/Terceirização.
Sentença Normativa/Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho / Aplicabilidade/Cumprimento.
Contrato Individual de Trabalho / CTPS / Anotação/Baixa/Retificação.
Como exposto na análise do recurso do Banco BMG S/A a douta Turma julgadora decidiu em sintonia com a Súmula 331, itens I e III, do TST (artigo 896, parágrafo 4º, da CLT e Súmula 333/TST).
Assim, não se há falar em violação ao artigo 5º, inciso II, do CR/88, pois a aplicação das convenções coletivas dos bancários decorre do reconhecimento do vínculo empregatício com o Banco, tomador dos serviços, em razão da fraude na contratação por interposta empresa.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista."

Em agravo de instrumento, a partes agravantes sustentam que as atividades exercidas pela reclamante não se enquadram naquelas previstas como atividade-fim do segundo contratante. Asseveram que a legislação permitiu a terceirização dos serviços e que não se encontram presentes os requisitos previstos nos arts. 2º e 3º da CLT, o que inviabiliza a vinculação direta do trabalhador como o tomador. Apontam violação aos arts. 5º, II, da CF/93, 3º e 818 da CLT, bem como contrariedade à Súmula 331 do TST. Trazem arestos ao confronto de teses.
Analiso.
Na hipótese, o Tribunal Regional reconheceu a ilicitude da terceirização, por entender que as atividades desenvolvidas pelo reclamante inserem-se na atividade-fim da empresa tomadora de serviços e, dessa forma, deferiu diferenças salariais.
Faz-se necessário o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF (ADPF 324 e RE 958252), que reconheceu a licitude da terceirização dos serviços, inclusive de atividade-fim.
Assim, por observar uma possível violação do art. 5º, II, da CF/88, dou provimento aos agravos de instrumento das reclamadas para determinar o processamento do recurso de revista.
II - RECURSOS DE REVISTA DAS RECLAMADAS - EXAME CONJUNTO - MATÉRIA COMUM
Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

1 - NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
Deixa-se de examinar a preliminar suscitada, na forma do art. 282, § 2º, do NCPC (art. 249, § 2º, do CPC/1973).

2 - TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DO ARE-791.932-DF. TEMA 739 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. TESE FIRMADA NOS AUTOS DA ADPF 324 E DO RE-958.252-MG, TEMA 725 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. IMPOSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DIRETO E DA ISONOMIA

2.1 - Conhecimento
O Tribunal Regional, no que concerne ao tema em destaque, confirmou a decisão de origem, por seus próprios fundamentos. A sentença registrou que:
"Negar os direitos dos empregados de instituições financeiras por não ter a reclamante executado todas as tarefas atividades próprias de um empregado que labora dentro das instituições financeiras e bancos, implicaria, em suma, na validação da terceirização que somente foi praticada visando redução de custos e não guarda qualquer especificação de mão de obra, autonomia ou gestão própria, essencial para a legitimação do fenômeno.
Partindo, pois, dos princípios constitucionais, especificamente aplicáveis e informadores do Direito do Trabalho, a terceirização de atividade-fim ou de atividade meio na qual o tomador exerça efetiva ingerência sobre a forma de execução de serviços é nula de pleno direito. Ditas práticas de contratação não se convalidam quando manifesto o intuito de o beneficiário direto se esquivar do cumprimento das obrigações trabalhistas próprias da condição de empregador (artigo 9°, da CLT), apenas para reduzir custos operacionais.
Declaro, pois, a nulidade do contrato de prestação de serviços mediante empresa terceirizada."

Nas razões de recurso de revista, as partes reclamadas sustentam, em síntese, serem indevidas as diferenças salariais deferidas (isonomia), com fundamento de que a contratação de serviços terceirizados é permitida, inclusive para as atividades-fim da empresa. Requerem o afastamento do vínculo direto com o tomador dos serviços. Apontam violação aos arts. 5º, II, da CF/93, 3º e 818 da CLT, bem como contrariedade à Súmula 331 do TST. Trazem arestos ao confronto de teses.
Ao exame.
No caso dos autos, o Tribunal Regional entendeu pela ilicitude da terceirização de serviços firmada entre as reclamadas, o vínculo direto com o tomador e pela condenação ao pagamento das parcelas trabalhistas daí decorrentes (isonomia com os empregados da tomadora dos serviços).
Esta Corte Superior, inclusive esta Turma, com fundamento nos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, adotava o entendimento de que o ordenamento jurídico pátrio não autorizava a terceirização de forma ampla e irrestrita da atividade-fim empresarial. Assim, nos termos do item I da Súmula 331/TST, decidia pela ilicitude da terceirização e, consequentemente, pelo reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços.
Contudo, a Suprema Corte, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", afastando, assim, a configuração da relação de emprego com o tomador dos serviços. Além disso, em 11/10/2018, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, reafirmou o seu entendimento de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada".
Fixou, então, a tese jurídica de que "é nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC".
Ressalta-se que, a partir de 30/8/2018, é de observância obrigatória aos processos judiciais em curso ou pendentes de julgamento a tese jurídica firmada pelo e. STF no RE n.º 958.252 e na ADPF n.º

324.
Nesse sentido, cito precedentes da SBDI-1 desta Corte seguindo o entendimento vinculante do STF:

AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SOBRESTAMENTO. "TERCEIRIZAÇÃO". OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO. NÃO APLICAÇÃO DO ART. 94, II, DA LEI 9.472/97. REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. 1. Trata-se de agravo interno interposto em face da decisão da Vice-Presidência do TST por meio da qual foi determinado o sobrestamento do recurso extraordinário com base em precedente de repercussão geral em julgamento, na forma do art. 1.030, III do CPC. 2. O Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Recurso Extraordinário com Agravo nº 791.932/DF, concluiu que há repercussão geral na questão relativa à ofensa ao princípio da reserva de plenário, previsto no art. 97 da Constituição e na Súmula Vinculante 10, em face da recusa da aplicação, pelas instâncias de origem, do art. 94, II, da Lei 9.472/97 (Tema 739). 3. A abrangência do precedente, não limitada à atividade de call-center, restou assentada em diversos precedentes do Supremo Tribunal Federal, considerando-se, ainda, que os motivos determinantes da decisão tem como razão preponderante a invocação da Súmula 331 do TST como embasamento à recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/97, e possível violação constitucional daí decorrente. 4. Nesse sentir, ficam mantidos os fundamentos adotados pela decisão agravada, restando verificada, ainda, a manifesta inadmissibilidade do presente agravo, aplicando-se a multa prevista no § 4º do artigo 1.021 do atual CPC. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. (Ag-ED-RR-20109-09.2013.5.04.0401, Órgão Especial, Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 16/12/2018).

RECURSO DE EMBARGOS. REGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES TOMADORA DOS SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. 1. A eg. Sexta Turma não conheceu do recurso de revista, sob o fundamento de que se afigura ilícita a terceirização dos serviços de reparação e manutenção de linhas telefônicas, razão pela qual configurado o vínculo de empregado com a empresa tomadora de serviços. 2. Entretanto, a partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 3. Na espécie foi reconhecido o vínculo de emprego diretamente com a tomadora dos serviços (Telemar Norte Leste S.A.), em razão, exclusivamente, de as funções do reclamante serem inerentes à atividade-fim da concessionária do serviço de telecomunicações. 4. Assim, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do reclamante com a tomadora de serviços, revelando-se indevidas as obrigações inerentes aos empregados do contratante. Recurso de embargos conhecido e provido. (E-RR - 65400-93.2007.5.03.0005 Data de Julgamento: 24/10/2019, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 08/11/2019).

Nesse contexto, não há mais espaço para o reconhecimento do vínculo empregatício com o tomador de serviços sob o fundamento de que houve terceirização ilícita (ou seja, terceirização de atividade essencial ou finalística), ou, ainda, para a aplicação dos direitos previstos em legislação específica ou em normas coletivas da categoria profissional dos empregados da empresa contratante. Nesse sentido, cito jurisprudência desta Corte:
AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. Ante as razões apresentadas pelo agravante, afasta-se o óbice oposto no despacho agravado. Agravo conhecido e provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. Decisão regional em que adotado o entendimento de que é ilícita a terceirização empreendida na atividade-fim do tomador dos serviços. Aparente violação do art. 5º, II, da CF, a ensejar o provimento do agravo de instrumento. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. 1. O Tribunal Regional manteve a sentença quanto à ilicitude da terceirização, ao fundamento de que os serviços prestados estão inseridos na atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. 2. Não obstante o entendimento cristalizado na Súmula 331, I, do TST, no sentido de que "a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário ", o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de repercussão geral, decidiu que " é lícita à terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Ressalto que, no caso, não há no acórdão regional qualquer registro concernente à existência de pessoalidade e/ou subordinação direta à tomadora dos serviços. Assim, torna-se inviável o reconhecimento da ilicitude da terceirização, não sendo tampouco possível o reconhecimento de isonomia com os empregados da empresa tomadora dos serviços. 4. Configurada a violação do art. 5º, II, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10943-72.2016.5.03.0013, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 12/11/2021)

RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO DE EMPREGO. BANCO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. 1. A partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços, independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 2. Na espécie, o Tribunal Regional reconheceu o vínculo de emprego entre a reclamante e um dos Bancos reclamados, somente em razão da prestação de serviços reputados eminentemente bancários. Nesse sentido, à luz

do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego da reclamante com a instituição financeira tomadora de serviços e a condição de bancário do trabalhador. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10823-70.2015.5.03.0043, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 02/02/2021)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO AUTOR NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/17. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. Compulsando-se os autos, verifica-se que o acórdão embargado, de fato, se pronunciou no sentido da não observância de pressuposto da regularidade formal inerente aos recursos de fundamentação vinculada (princípio da dialeticidade recursal). Todavia, em melhor análise, constata-se que a parte, nas razões do agravo, impugnou de forma específica e fundamentada o óbice erigido na decisão agravada, comportando, assim, a decisão embargada complementação. TERCEIRIZAÇÃO. TOMADORA DE SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO STF. TEMA 725. REPERCUSSÃO GERAL. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de Repercussão Geral, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Nesse contexto, porquanto superada a questão da ilicitude da terceirização - em conformidade com as decisões do STF -, resulta inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do autor diretamente com o tomador de serviços. Embargos de declaração a que se dá provimento, para sanar os vícios apontados, sem, contudo, imprimir-lhes efeito modificativo. (ED-Ag-AIRR-11359-77.2015.5.01.0030, 1ª Turma, Relator Ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 16/11/2021).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Deixa-se de analisar a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, nos termos do artigo 249, § 2º, do CPC/73 (artigo 282, § 2º, do atual CPC), por cogitar-se, no mérito , de possível decisão favorável ao reclamante. TERCEIRIZAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS DE ENERGIA. PREVISÃO NO ARTIGO 25, § 1º, DA LEI Nº 8.987/95. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA ADPF 324, DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EM REPERCUSSÃO GERAL ARE-791.932-DF (TEMA 739) E RE-958.252-MG (TEMA 725) E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE Nos 26 E 57, EM QUE SE DISCUTIA A CONSTITUCIONALIDADE DO CITADO DISPOSITIVO LEGAL. 1. Esta Corte firmou o entendimento de que a terceirização do serviço de eletricista, por se tratar de atividade-fim das empresas concessionárias de serviço de energia elétrica, era ilícita, com fundamento na Súmula nº 331, itens I e III, do TST. 2. Por outro lado, a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre "o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", como norma de Direito Administrativo, não foi promulgada para regular matéria trabalhista, devendo ser interpretada à luz dos princípios e das regras que norteiam o Direito do Trabalho, de modo a não esvaziar de sentido prático ou a negar vigência e eficácia às normas trabalhistas que, no País, disciplinam a prestação do trabalho subordinado e as próprias figuras do empregado e do empregador. Dessa forma, quando os órgãos fracionários dos Tribunais trabalhistas entendem que as relações laborais não são regidas pelo artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, não estão deixando de aplicar o dispositivo legal por considerá-lo inconstitucional. Assim, foi observado o disposto no artigo 97 da Constituição Federal e na Súmula Vinculante nº 10 e do STF. 3. Não obstante seja esse o entendimento deste Relator, curvo-me, com ressalva, à tese firmada na decisão proferida nos autos do ARE-791.932-DF (Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral), relatada pelo Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, in verbis: "É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC" (DJe de 6/3/2019). 4. A Suprema Corte, em sessão realizada em 30/8/2018, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252 (Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral), a respeito da terceirização prevista na Súmula nº 331 do TST, firmou a seguinte tese: "É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 5. Nos acórdãos proferidos nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade nºs 26 e 57, em que se discutia a constitucionalidade do artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, relatados pelo Exmo. Ministro Edson Fachin, foi destacado: "no julgamento do Tema 739, ARE 791.932- RG, esta Corte, então instada a se manifestar sobre a inobservância da cláusula de reserva de Plenário e o disposto no art. 94, II, da Lei 9.472/1997, declarou a nulidade da decisão do órgão fracionário do TST"; "a norma do diploma regulatório dos serviços de telecomunicações tem conteúdo idêntico ao objeto da presente ação direta de constitucionalidade". 6. A Suprema Corte, fazendo referência às teses fixadas no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252- RG (Tema 725), registrou que, tendo sido afastada a aplicação da Súmula nº 331 do TST "naquelas hipóteses, deve também aqui se estender o mesmo entendimento", concluindo que "o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, ao autorizar as concessionárias de serviço público a contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, alinha-se ao entendimento jurisprudencial atual e, reveste-se de constitucionalidade, devendo ter sua eficácia garantida e preservada". 7. Entretanto, a adoção da tese vinculante firmada pelo Supremo Tribunal Federal não impede o reconhecimento de vínculo de emprego entre o trabalhador terceirizado e a tomadora de serviços, quando comprovada a incidência dos artigos 2º, 3º e 9º da CLT ao caso em apreço, conforme decidiu a SbDI-1, nos autos do E-ED-RR-32900-51.2005.5.03.0002, em acórdão relatado pelo Exmo. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, firmando o entendimento de que há que reconhecer o "vínculo empregatício com a tomadora dos serviços, quando estiver nitidamente comprovada nos autos a presença dos requisitos do art. 3º da CLT, configurando desvirtuamento da terceirização de forma a disfarçar a existência de inequívoca relação de emprego com a tomadora". 8. Na hipótese dos autos, o Ministério Público do trabalho ajuizou ação civil pública contra a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (concessionária de serviços de energia elétrica) e a Santa Maria Participações S.A., a fim de impedir a terceirização de atividade-fim daquela. O Tribunal a quo, por entender pela ilicitude da terceirização dos serviços de leitura de medidores de energia elétrica ativa, reativa e de demanda, envio de faturas e documentos, suspensão do

fornecimento de energia elétrica e religação procedida pela Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., confirmou a sentença pela qual essa última ré foi condenada a abster-se de terceirizar os citados serviços e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo . 9. Como o Supremo Tribunal Federal firmou tese, de natureza vinculante, considerando lícita a terceirização, não subsiste a condenação da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. "a abster-se de repassar a terceiros atividades-fins" e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo (responsabilidade solidária da segunda ré). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-215900-88.2012.5.17.0141, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 12/11/2021).

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - PROVIMENTO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. Diante de potencial violação do art. 37, XIII, da Constituição Federal, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252/MG, com repercussão geral (tema 725), em sessão plenária do dia 30.8.2018, fixou teses, respectivamente, no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada" e que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 2. A licitude de terceirização de atividade-fim foi reafirmada, pelo Excelso Pretório, nos julgamentos subsequentes do ARE nº 791.932/DF, com repercussão geral (tema 739), em 11.10.2018, e da ADC nº 26, em 22.8.2019. 3. O caso dos autos é o decidido pelo STF, razão pela qual não é possível a aplicação analógica do art. 12, "a", da Lei nº 6.019/74 (OJ 383/SBDI-1/TST), com esteio na alegada ilicitude da terceirização. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10166-80.2018.5.03.0025, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 12/11/2021).

[...] RECURSOS DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STF (TEMA 739 DE REPERCUSSÃO GERAL NO STF - ARE 791.932). TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. O STF, no julgamento da ADC 26/DF, transitado em julgado em 18.09.2019, seguindo a tese firmada no ARE 791.932, em repercussão geral (Tema 739), declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, que autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público, e, reiterando o entendimento exarado pelo Plenário do STF em 30.08.2018, no julgamento da ADPF-324 e do RE-958252, com repercussão geral (Tema 725), reconheceu a constitucionalidade do instituto da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, afastando a incidência da Súmula 331 do TST. É necessário, pois, o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF, relativamente à possibilidade de terceirização de serviços afetos às atividades precípuas das concessionárias de energia elétrica, sendo irrelevante perquirir sobre a natureza das atividades exercidas pela empresa contratada. No caso vertente, o TRT entendeu que havia relação direta da atividade desempenhada pelo Reclamante com a atividade-fim da tomadora e concluiu pela ilicitude da terceirização. Entretanto, há de ser afastada a ilicitude da terceirização, à luz do entendimento do E. STF e do art. art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995. Consequentemente, não se viabiliza o reconhecimento da isonomia salarial em relação aos empregados da empresa tomadora de serviços e a condenação ao pagamento de direitos e benefícios legais, normativos e/ou contratuais daí decorrentes. Remanesce, contudo, a responsabilidade subsidiária em caso de eventual condenação, nos termos da decisão do STF (Tema 725) e da Súmula 331, IV/TST. Ressalva de entendimento pessoal deste Relator. Recurso de revista conhecido e provido. (RR -20455-49.2017.5.04.0811, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 19/03/2021).

[...] RECURSO DE REVISTA. DECISÃO REGIONAL PROFERIDA ANTES DA LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO. SERVIÇOS DE TELEMARKETING. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O BANCO TOMADOR DE SERVIÇOS. Nos termos do posicionamento adotado pela Suprema Corte Federal, no julgamento do ARE 791932, Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral, nos autos da ADPF 324 e do RE 958252, e, ainda, na ocasião do julgamento da ADC 26, é lícita a terceirização de serviços de atividade fim . Assim, deve ser reformada a decisão regional para adequar ao entendimento da Suprema Corte. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-170-89.2013.5.06.0012, 6ª Turma, Relator Ministro Aloysio Correa da Veiga, DEJT 20/03/2020).

III - RECURSO DE REVISTA ANTERIOR À LEI Nº 13.015/2014. RETORNO DOS AUTOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA TOMADORA DOS SERVIÇOS NÃO CONFIGURADA. MANUTENÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO CONSAGRADO PELO C. STF - TEMA 725 DE REPERCUSSÃO GERAL NO C. STF - ADPF 324 E RE 958.252. 1. Há muito prevaleceu no âmbito desta Corte Superior o entendimento de que é ilícita a terceirização de serviços especializados, ligados à atividade-fim do tomador dos serviços, identificada no objeto social do contrato social das empresas envolvidas. Nessa linha de argumentação, entendia-se que a contratação de trabalhadores por empresa interposta seria ilegal, formando-se o vínculo empregatício diretamente entre o empregado contratado e a empresa tomadora dos serviços. Inteligência da Súmula nº 331 do c. TST. 2. Revisitando posicionamento consagrado pelo c. TST, em 30.8.2018, a Suprema Corte, nos autos da ADPF 324/DF e do RE 958.252, submetido à sistemática da repercussão geral - Tema nº 725 - , tendo em conta os princípios constitucionais da livre iniciativa (art. 170) e da livre concorrência (art. 170, IV), a dignidade da pessoa humana (art. 1º), os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal (art. 7º), o direito de acesso do trabalhador à previdência social, à proteção à saúde e à segurança no trabalho, declarou a inconstitucionalidade da Súmula nº 331, I, do c. TST, reconhecendo a licitude da terceirização em todas as etapas do processo produtivo, seja meio ou fim. Ao examinar o Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral, no RE nº 958.252 , fixou a seguinte tese jurídica: " É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre

pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante " . Na mesma oportunidade, ao julgar a ADPF nº 324, firmou a seguinte tese, com efeito vinculante para todo o Poder Judiciário: " 1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". 3. Em suma, o c. STF reconheceu a legalidade irrestrita da terceirização de serviços, podendo a contratação de trabalhadores se dar de forma direta ou por empresa interposta e para exercer indiscriminadamente atividades ligadas à área fim ou meio das empresas, não se configurando em tais circunstâncias relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada, remanescendo, contudo, a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa contratada, bem como pelas obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993, além de firmar que é plenamente possível a terceirização de atividades precípuas das concessionárias de serviços públicos. 4. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional ratificou o entendimento do juízo de primeiro grau, de que o autor desempenhava tarefa intimamente ligada à atividade-fim da tomadora dos serviços, declarando, por essa razão, a sua responsabilidade solidária pelas verbas devidas ao trabalhador, em desconformidade com a atual jurisprudência do c. STF e do c. TST. Recurso de revista conhecido por contrariedade (má aplicação) à Súmula/TST nº 331 e provido. (RR-722-18.2012.5.06.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 07/01/2020).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. ADPF Nº 324 E RE Nº 958.252. TESE FIRMADA PELO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 331 DO TST À LUZ DOS PRECEDENTES DO STF. (...) I. No que diz respeito ao reconhecimento da licitude da terceirização, a decisão regional foi proferida em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 958.252, de que resultou a fixação da seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", bem como no julgamento da ADPF nº 324, em que foram fixadas as seguintes teses: "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". II. Assim sendo, o conhecimento do presente recurso de revista no que diz respeito ao pedido de reconhecimento da ilicitude da terceirização havida entre as Reclamadas encontra óbice no entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, fixada no julgamento da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252. (...). (Ag-AIRR-10681-27.2018.5.18.0081, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 05/11/2021).

(...) II. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE. SISTEMA DE TELEATENDIMENTO. MATÉRIA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADPF 324, RE 958.252 E ARE 791.932). REPERCUSSÃO GERAL. ISONOMIA SALARIAL. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 383 DO TST. IMPOSSIBILIDADE. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA. 1. O Tribunal Regional, reconhecendo que a Reclamante prestou serviços relacionados à atividade-fim da tomadora de serviços, declarou a ilicitude da terceirização havida entre as partes. Muito embora tenha fundamentado não ser possível o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o Ente integrante da Administração Pública Indireta, reconheceu o direito obreiro às verbas trabalhistas - legais e normativas - asseguradas aos empregados da tomadora de serviços, com fundamento no princípio da isonomia. 2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 30/8/2018, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958.252, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se estabelecendo relação de emprego entre a tomadora de serviços e o empregado da empresa prestadora. 3. Dispõe a Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST que: "A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções ". 4. O fato autorizador da isonomia de direitos entre os empregados terceirizados e os regularmente contratados pelo tomador de serviços integrante da Administração Pública é a ilicitude da terceirização. Nessa esteira de raciocínio, reconhecendo o STF a licitude da terceirização tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim das empresas tomadoras, inviável a aplicação da Súmula 331/TST e Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST, que traz como premissa básica a irregularidade da contratação do trabalhador terceirizado. Julgados do TST. 5. Recurso de revista conhecido por má-aplicação da Súmula 331/TST e da OJ 383 da SBDI-1/TST. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-2185-47.2016.5.06.0102, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/12/2020)

[...] II - RECURSO DE REVISTA DA 2ª RECLAMADA (LIQ CORP S/A). ADMISSIBILIDADE. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA. LICITUDE. VÍNCULO DIRETO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE DIREITOS DA CATEGORIA DO TOMADOR. INVIABILIDADE. A partir do julgamento do RE nº 958.252 e da ADPF nº 324 pelo Supremo Tribunal Federal, a matéria em discussão nestes autos (ilicitude da terceirização de atividade-fim) pacificou-se e encontra o seu norte nos termos da decisão vinculante daquela Corte Suprema, que, ao julgar o mérito da controvérsia atinente ao Tema 725 da repercussão geral, definiu a tese jurídica segundo a qual "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Assim, a decisão do Regional, naquilo em que aplicou a Súmula nº 331, I, do TST à hipótese encontra-se superada pela jurisprudência vinculante do Pretório Excelso, merecendo reforma o acórdão recorrido, a fim de decretar a licitude da terceirização e, por

conseguinte, a ausência de vínculo direto com o tomador e os demais consectários daí decorrentes, a exemplo de direitos previstos em normas coletivas da categoria do tomador ou no regulamento interno da empresa, equiparação salarial, ou quaisquer outros que tenham como base jurídica de sustentação a irregularidade do contrato de terceirização de atividade-fim. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-456-10.2014.5.02.0088, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 19/03/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. TOMADORA DOS SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE N.º 958.252 COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA (TEMA 725) E ADPF 324. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 324, em 30/8/2018, erigiu tese no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 2. Na mesma ocasião, a Corte Suprema, examinando o Tema 725 de Repercussão Geral, no julgamento do RE 958.252, estabeleceu a seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Inquestionável a aplicação imediata dos aludidos precedentes firmados em Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida, bem como em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, cuja decisão tem efeito vinculante. 4. Na linha dos precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal, remanesce a possibilidade de reconhecimento de vínculo com a empresa contratante somente nas hipóteses em que há explícita referência, no acórdão prolatado pelo Tribunal Regional, acerca da configuração da pessoalidade e da subordinação hierárquica direta, presencial ou por via telemática, do obreiro aos prepostos da tomadora de serviços, sendo insuficiente a mera subordinação estrutural ou indireta, inerente à própria terceirização. 5. No caso sob exame, afirmou o Tribunal Regional a ilicitude da terceirização tão somente em razão do labor em atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. Tal entendimento destoa claramente daquele fixado pelo Supremo Tribunal Federal. Reconhece-se, portanto, a transcendência política da controvérsia. 6. Nesse contexto, impõe-se afastar o reconhecimento do vínculo de emprego da parte reclamante diretamente com o banco tomador dos serviços, bem como excluir da condenação as parcelas decorrentes da aplicação dos acordos coletivos dos bancários. 7. Recurso de Revista conhecido e provido. (RR-491-61.2017.5.06.0311, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 05/02/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DAS LEIS NºS 13.015/14 E 13.105/15, MAS ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/2017. TELEMARKETING - ILICITUDE DE TERCEIRIZAÇÃO - RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS - ENQUADRAMENTO DO RECLAMANTE NA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS BANCÁRIOS. O STF, em 30/8/2018, no julgamento conjunto da ADPF 324/DF e do RE 958.252/MG (tema de Repercussão Geral nº 725), firmou a tese jurídica de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, seja ela meio ou fim, o que não configura relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. O Plenário da Suprema Corte concluiu, então, que não há óbice constitucional à terceirização das atividades de uma empresa, ainda que se configurem como as denominadas "atividades-fim" das tomadoras de serviços. No caso concreto, o Tribunal Regional concluiu que a contratação dos serviços especializados de telemarketing é ilícita, pois estão ligados à atividade-fim da tomadora de serviços. Assim, o v. acórdão recorrido, ao reconhecer a ilicitude da terceirização na hipótese, contrariou a tese firmada pela Suprema Corte, na ADPF 324 e no RE 958.252 (tema 725 da tabela de repercussão geral). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-11150-12.2015.5.03.0044, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 04/12/2020).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. BANCO BRADESCO S.A. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTENTE. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADPF 324/DF, o RE-958.252/MG (tema 725 da tabela de repercussão geral), fixou a tese, com efeito vinculante e eficácia erga omnes , segundo a qual é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas e de o objeto da terceirização consistir em atividade-meio ou atividade-fim da tomadora de serviços, desde que não seja comprovada a fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, sendo mantida, entretanto, a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. Portanto, definido pelo Supremo Tribunal Federal que é licita a terceirização de serviços, tanto ligados à atividade-meio quanto à atividade-fim da contratante, e não tendo sido constatada fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, deve ser julgado improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo de emprego com O tomador de serviços e, em consequência, os pedidos decorrentes unicamente do vínculo. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. (RR-10958-62.2016.5.03.0103, 8ª Turma, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 23/03/2021)

(...) III - RECURSO DE REVISTA - REGÊNCIA PELA LEI Nº 13.015/2014 - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. CALL CENTER. LICITUDE. A matéria já não comporta debates, ante as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sessão extraordinária realizada no dia 30/08/2018, quando se julgou procedente a arguição formulada na ADPF-324/DF (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018), com eficácia erga omnes e efeito vinculante, e se fixou tese jurídica de repercussão geral, correspondente ao Tema nº 725, no sentido de que "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. (leading case: RE-958252/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018). Recurso de revista conhecido e provido" (RRAg-10055-74.2017.5.03.0173, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 05/02/2021)

Dessa forma, não se pode reconhecer isonomia entre os empregados terceirizados e aqueles contratados diretamente pelo tomador dos serviços.
Entretanto, registre-se que a responsabilidade da tomadora de serviços nestes casos se mantém de forma subsidiária, consoante a tese já firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da

ADPF 324 e do RE 958.252, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante".
Ante o exposto, em face da decisão vinculante do STF, conheço dos recursos de revista por violação do art. 5º, II, da CF/88.

2.2 - MÉRITO
Tendo em vista os fundamentos apresentados, atendidos os requisitos do art. 489, § 1º, do CPC e com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST, 932, III, IV e V, do CPC, dou provimento parcial aos recursos de revista para, reconhecendo a licitude da terceirização dos serviços, afastar o vínculo direto reconhecido, mantendo a condenação subsidiária do tomador, limitar o pagamento das verbas deferidas à reclamante com parâmetro na sua real empregadora, afastando a isonomia declarada na origem. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:
À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, § 5º (atual § 14), da CLT e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento aos agravos de instrumento das reclamadas - exame conjunto - matéria comum; II - conhecer dos recursos de revista, quanto ao tema "TERCEIRIZAÇÃO. ILICITUDE. IMPOSSIBILIDADE DA ISONOMIA", por violação do art. 5º, II, da CF/88, e, no mérito, dar-lhes provimento parcial para, reconhecendo a licitude da terceirização dos serviços, afastar o vínculo direto reconhecido, mantendo a condenação subsidiária do tomador, limitando o pagamento das verbas deferidas à reclamante com parâmetro na sua real empregadora, afastando a isonomia declarada na origem. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000459-89.2012.5.06.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	LIQ CORP S.A.
Advogado	Dr. Bruno de Oliveira Veloso Mafra(OAB: 18850-D/PE)
Agravado	JESSYKA MARIA DOS SANTOS
Advogado	Dr. Rafael Barbosa Valença Calábria(OAB: 21804/PE)
Agravado	HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
- JESSYKA MARIA DOS SANTOS
- LIQ CORP S.A.

O TRT negou seguimento aos recursos de revista da LIQ. CORP. S.A (atual denominação da Contax) e do HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO (fls. 2320/2332).
LIQ. CORP. S.A apresentou agravo de instrumento às fls. 2336/2536).
A reclamante apresentou contraminuta ao agravo de instrumento e contrarrazões ao recurso de revista.
Não houve apresentação de agravo de instrumento pelo HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO conforme certidão de fl. 2424.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2°, do RITST).
Examino.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA LIQ. CORP. S.A.

TERCEIRIZAÇÃO. OPERADOR DE TELEMARKETING.

Consta do acórdão:

Da ilegitimidade passiva. Do reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO

Configura-se parte legítima para atuar no polo passivo aquela sobre a qual poderia recair a responsabilidade final da condenação ou aquela que deveria suportar os seus possíveis efeitos. A questão processual relacionada à legitimidade ad causam, portanto, não está circunscrita à conceituação formal da figura do empregador.

No dizer de Arruda Alvim (MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL, Vol. 1 - Parte Geral, 7a Edição, pág. 416/417): "a legitimatio ad causam é a atribuição, pela lei ou pelo sistema, do direito de ação ao autor, possível titular ativo de uma dada relação ou situação jurídica, bem como a sujeição do réu aos efeitos jurídicos-processuais e materiais da sentença." (grifo inexistente na origem).

Feitas essas considerações, o cerne da questão é a existência ou não de vínculo empregatício diretamente com o primeiro reclamado, HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO, ante o reconhecimento da fraude decorrente da prestação de serviços pela reclamante para a empresa TNL CONTAX S.A. - integrada à lide na qualidade de litisconsorte passivo necessário, por determinação judicial (fl. 409).

De modo geral, a síntese fática é aquela, na qual entidades bancárias substituíram a prestação de serviços essenciais, então feita por empregados formalizados, como adequado, e admitiram a realização dessas atividades mediante mão-de-obra terceirizada, contratada via prestadora de serviços, muitas vezes mantendo o mesmo trabalhador, em idêntica função, todavia servindo-se do seu labor por suposta relação jurídica diversa.

Na espécie, aduz a reclamante que foi admitida pela TNL CONTAX S.A., em 04.03.2010, para prestação de serviços ao HSBC BANK BRASIL S.A., na função de "Agente de Cobrança", em molde de terceirização que se afigura nula, consoante exegese da Súmula 331, item I, do Colendo TST.

Da documentação coligida, sobretudo aquelas de fls. 01/25 do volume apartado, verifica-se que a TNL CONTAX S.A. foi contratada para a prestação de serviços de cobrança ao HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MÚLTIPLO. Ocorre que o conjunto probatório deixa clara a contratação da reclamante para operações diretamente relacionadas com a atividade-fim do empreendimento, a título oneroso, de modo ininterrupto, exclusivo, sujeito a horário, controle de frequência e subordinação.

Destaco, nesses aspectos, as declarações das testemunhas nos autos das Reclamatórias nºs 0001070-67.2011.5.06.0004 e 0001077-11.2011.5.06.0020, extraídas da prova emprestada apresentada pelos litigantes, "verbis":

"que era contratado da Contax e prestava serviços ao HSBC no prédio daquela empresa; que as atividades eram refinanciamentos em conta corrente, concessão de empréstimos consignados, cobrança de cartões de crédito, negociação de dívidas, tudo relacionado aos clientes do HSBC; que trabalhavam tanto com recebimento quanto realização de contatos a tais clientes; (...) que aqui em Recife não existiam empregados do HSBC que realizavam as atividades do depoente, mas existiam em Curitiba; sendo que se comunicavam com essas pessoas pelo sistema ou contatos telefônicos diariamente, para tirar dúvidas a cerca da negociação ou procedimentos a serem adotados; (…) que suas atividades consistiam em entrar em contato com clientes do banco que estavam em débito no tocante à cartões de crédito, empréstimos consignados, automáticos, cheque especial, financiamento de veículo e realizar a renegociação desses débitos; (...) que o contato com os clientes era obtido após acessar a uma listagem fornecida pelo banco na qual constava o nome do cliente, o numero da conta e o débito do mesmo, bem como telefone e CPF, mediante os quais era possível se entrar em contato com o cliente; (...) que o sistema era da HSBC; que a senha era fornecida pelo HSBC; que o treinamento do uso do sistema era feito pelo pessoal do HSBC; (...) que os supervisores da Contax estavam subordinados também ao Sr. Marcos; que diariamente precisava digitar dados no sistema do HSBC; (...) que tinham contatos com gerentes das agências do HSBC diariamente, geralmente de São Paulo, que ligavam para os atendentes da Contax, não recordando, contudo, do nome de nenhum desses gerentes; que era comum gerentes das agências da capital ligarem para a central de atendimento para tirarem dúvidas; que a negociação das dívidas poderia ser feita pelos clientes na própria agência que tinha conta ou em qualquer agência, não necessariamente pela central telefônica; que todas as atribuições que eram feitas nas agências relativas à renegociação de dívidas também poderiam ser feitas pela centra de atendimento porque o sistema era o mesmo pata todas; (...) que conhece Sr. Marcos que era supervisor da Contax; (...) que abaixo de Marcos só os supervisores da Contax; que já teve vários supervisores, entre eles o Sr. Daniel; que quando tinha problema no sistema se reportava ao Sr. Marcos ou à Central de Curitiba; que havia um certo limite de negociação das dívidas estabelecido pelo banco; que não podia abrir conta; (...) que o pessoal de Curitiba fazia cobrança e renegociação de dívida; (...) que fazia cobranças de clientes do HSBC em todo o Brasil; (...)". (fls. 510/512)

"QUE trabalhou na Contax de 2007 a 2012; QUE durante todo o período, somente prestou serviços para o HSBC; QUE fazia negociação de cartão de crédito, parcelava conta corrente, dava desconto em empréstimo, dava desconto em financiamento de veículo; QUE tinha acesso a conta corrente do cliente, através do sistema CCI; QUE a reclamante fazia o mesmo serviço da depoente;QUE recebia ordens do supervisor imediato de nome Anderson; QUE havia pessoas do HSBC que iam periodicamente à Contax, contudo não se recorda o nome; QUE periodicamente era uma ou duas vezes por mês; QUE as pessoas do HSBC iam à Contax para fazer reuniões com os gestores; (…) QUE quando atendia clientes, se identificava como atendente do HSBC; QUE o sistema CCI era do HSBC; QUE havia metas a serem atingidas; QUE quando as metas eram atingidas havia premiação em dinheiro ou produtos, citando televisão que eram dados pelo HSBC; QUE fez treinamento no prédio do IBGM, ministrado pelo pessoal do banco, cujo nome não se recorda; (...) QUE via os gestores do HSBC na Contax; QUE nunca falou com esses gestores; QUE era o banco quem estabelecia as metas; QUE era o supervisor quem lhe passava as metas; QUE sabe que as metas eram estabelecidas pelo banco por conta das reuniões que havia com os gestores e informa que não participava dessas reuniões; QUE já recebeu premiação, sendo esta em dinheiro; QUE a premiação foi depositada na conta corrente da depoente pela Contax; QUE não havia pessoa da Contax no treinamento que participou; QUE participou de vários treinamentos, não se recordando quantos; QUE os últimos treinamentos foram realizados na Contax; QUE os supervisores da Contax participaram de alguns treinamentos; QUE havia treinamento quando mudava os produtos do banco, esclarecendo que não havia intervalo regular entre um treinamento e outro; QUE participou de três treinamentos no IBGM; QUE às vezes, os gerentes ligavam diretamente para os tendentes; QUE já recebeu ligação de gerente do banco, cujo nome não sabe; QUE tinha limite de negociação no valor de R$15.000,00 (quinze mil) ; QUE podia perdoar juros;". (fls. 519/522)

Inequívoco o quadro, ao qual se soma o fato de existirem empregados do banco executando idênticas tarefas às da reclamante, circunstância confirmada pelo preposto do banco demandado em seu depoimento pessoal prestado nos autos do Processo n.º 0001739-14.2011.5.06.0007, senão vejamos:

"[...] que o próprio gerente faz a cobrança de clientes inicialmente, tendo acesso pelo sistema do banco; que a partir de 30 dias de débito do cliente a cobrança é feita pelas terceirizadas; [...] que a central em Curitiba é composta por funcionários do Banco que fazem as mesmas atividades de cobrança de inadimplentes, como o depoente enquanto gerente o faz, bem como o pessoal da Contax; [...]" (fls. 516/517)

Há que se registrar, por oportuno, que divergências porventura existentes são naturais, podem, inclusive, conferir maior credibilidade à prova, por não revelar indícios característicos de depoimentos pré-fabricados. Nessa esteira, o desprezo total à determinada prova testemunhal apenas terá lugar, quando demonstrado o nítido intuito de beneficiar a parte, em detrimento da verdade, ou quando seja impossível conciliar as informações prestadas com as assertivas da inicial, de acordo com o livre convencimento do julgador. A propósito:

"Depoimento testemunhal. Invalidação. O Juiz não está adstrito a padrões fixos para a avaliação de provas, porque tem ele liberdade para concluir de acordo com o seu convencimento. Revista não provida." (TST, 1a T., RR 3.497/88.6, Rel. Almir Pazzianotto) (in Valentin Carrion, Nova Jurisprudência em Direito do Trabalho, Revista dos Tribunais, 1990, p. 581).

"Prova. Inocorre violação ao art. 373 do CPC quando o Juiz se utiliza do princípio da livre convicção. O Juiz é livre ao apreciar as provas e promover a valorização necessária entre os fatos e circunstâncias, para, finalmente, declarar o seu convencimento. Deve, apenas, restringir-se aos elementos dos autos e indicar os motivos que lhe formaram o convencimento. Esta é a inteligência do art. 131 do CPC." (TST, 2a T., RR 162/84, Rel. Min. Pajehú Macedo Silva, DJ 22.2.85) (in João de Lima Teixeira Filho,, Repertório de

Jurisprudência Trabalhista, Freitas Bastos, vol. 4o, 1986, p. 776).

A realidade que emerge do feito é, na verdade, de prática de ato ilícito, com o fito de mascarar relação jurídica de emprego e de fraudar o cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, pois inadmissível terceirização de serviços em tais moldes, por expressa limitação legal, impondo-se ao julgador, desde que instado a tanto, obstaculizar o intento, seguindo a exegese do artigo 9º da CLT.

E não a transmudaria o fato de empregados da empresa prestadora de serviço repassarem as ordens advindas do reclamado aos trabalhadores. Meros artifícios constituídos, como a própria realização formal do contrato de terceirização o é, com o fito de mascarar relação jurídica de emprego e de fraudar o cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

Destaque-se, ainda, que a subordinação jurídica decorre do fato de o empregador dirigir a prestação de serviços; traduz, consoante lição de Maurício Godinho Delgado, "in" Curso de Direito do Trabalho, 4ª ed., São Paulo: Ltr, 2005, a noção etimológica de estado de dependência ou obediência em relação a uma hierarquia de posição ou de valores; uma idéia básica de "submetimento, sujeição ao poder de outros às ordens de terceiros, uma posição de dependência", situação configurada "in casu".

No que concerne ao requisito da pessoalidade, resultou evidenciado que a reclamante laborou, por todo o contrato, de forma exclusiva e sem notícia de substituição por outra pessoa, quando de suas ausências ao serviço.

A propósito do tema, destaco, também, precedente desta E. Turma, em acórdão da lavra do então Desembargador Federal do Trabalho, Dr. Nelson Soares Júnior:

"FRAUDE ÀS NORMAS DE TUTELA AO TRABALHO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BANCÁRIO POR EMPRESA INTERPOSTA. CARACTERIZAÇÃO: 1. -- comprovando-se -- como ocorreu na hipótese em causa -- que a vinculação do reclamante à prestadora de serviços operou, tão-somente, para mascarar a relação de emprego com a instituição financeira (pois não se trata de contrato temporário), a conclusão é de que a sentença não merece censura na parte que acarretou o reconhecimento do contrato de trabalho diretamente com a tomadora dos serviços (Súmula nº. 331, item I, do TST), pois são absolutamente nulos todos os atos tendentes ao desvirtuamento das normas de tutela ao trabalho (artigo 9º da CLT). 2. -- Recurso ordinário parcialmente acolhido." (Processo n.º 00748-2005-020-06-00-7, 1ª Turma, Relator: Des. Nelson Soares Júnior, 27.05.06).

Relevante ressaltar, ainda, a ausência de validade das certidões e relatórios de diligência realizados em outros processos, notadamente porque relacionado a empresa diversa e destoante das declarações das provas testemunhais emprestadas.

Mediante tais considerações, afasto o argumento de ilegitimidade passiva "ad causam", e reformo o "decisum", para admitir o vínculo de emprego diretamente com o HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO, durante todo o lapso contratual (04.03.2010 a 02.04.2012), reputando-se ilícita a terceirização firmada entre o réu e a CONTAX, determinando a retificação do documento profissional, no prazo de cinco dias após o trânsito em julgado da decisão, depois de procedido o depósito do documento profissional na Secretaria da Vara e a notificação específica para tanto, sob pena de multa diária, à base de 1/30 da última remuneração, por dia de atraso, até o cumprimento da obrigação, em conformidade com o artigo 461, § 4º, do Código de Processo Civil, de aplicação subsidiária (art. 769 da CLT).

Por fim, vale salientar que a função desempenhada pelo reclamante continuará registrada em sua CTPS como sendo a de "Agente de Cobrança". O reconhecimento de sua condição de bancário não exige a modificação da função desempenhada.

Da concorrência com o intento fraudatório, deflui a responsabilidade solidária da empresa CONTAX S.A. pelo adimplemento dos créditos apurados, ex vi do disposto no art. 942 do CC, in verbis:

Art. 942. Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.

Consectário natural do reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o Banco, nos termos da fundamentação supra, é o efeito sobre o contrato de trabalho dos benefícios originados dos diplomas negociais celebrados pela categoria profissional dos bancários. É que, no Direito Brasileiro, o enquadramento sindical se dá em face da atividade preponderante desenvolvida pela empresa (arts. 577 e 581, § 2º, da CLT), daí porque também afastada a aplicação limitada dos efeitos contidos na Súmula 55 do C. TST, de cuja restrição, ademais, afasto-me, e da Súmula 374, da mesma Corte.

Assim, faz jus a trabalhadora ao pagamento dos seguintes títulos postulados na exordial, nos limites, inclusive temporal, dos instrumentos negociais coligidos: a) diferenças salariais obtidas pela subtração do salário base que era pago à autora do piso da categoria do Pessoal de Escritório, previsto na alínea "b" das cláusulas segunda e terceira das normas coletivas, observados, evidentemente, os reajustes previstos, com repercussões no saldo de salário, aviso prévio, férias, acrescidas de 1/3, 13º salário, FGTS, com a multa de 40%, e horas extras; b) diferenças de auxílio-refeição e auxílio-cesta-alimentação (verbas dotadas de natureza indenizatória); c) participação nos lucros e resultados; d) multa por descumprimento da Convenção Coletiva, sendo uma por instrumento.

Indevidas as repercussões das diferenças salariais deferidas sobre o repouso semanal remunerado, posto que contempladas na parcela principal.

No que diz respeito à multa por descumprimento da Convenção Coletiva, ressalto que o fato da condição de bancário ter sido reconhecida apenas por decisão judicial não afasta a incidência da penalidade, razão pela qual a ela faz jus a trabalhadora. Inócuos, aliás, eventuais argumentos relacionados com a impossibilidade de postulação pela parte autora, maior prejudicada com o descumprimento e beneficiária da penalidade, nos termos da própria norma coletiva.

De outra parte, as normas coletivas colacionadas não autorizam o pagamento do adicional por tempo de serviço aos empregados admitidos a partir de 23.11.2000.

Destarte, dou parcial provimento ao Recurso Ordinário para, declarando nulo o contrato de trabalho firmado com a CONTAX S.A. reconhecer o vínculo empregatício diretamente com o HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO; determinar a retificação do documento profissional no prazo de cinco dias após o trânsito em julgado da decisão, depois de procedido o depósito do documento profissional na Secretaria da Vara e a notificação específica para tanto, sob pena de multa diária, à base de 1/30 da última remuneração, por dia de atraso, até o cumprimento da obrigação; e condenar os reclamados, solidariamente, ao pagamento das seguintes parcelas, nos limites, inclusive temporal, dos instrumentos negociais coligidos: a) diferenças salariais obtidas pela subtração do salário base que era pago à autora do piso da categoria do Pessoal de Escritório, previsto na alínea "b" das cláusulas segunda e terceira das normas coletivas, observados, evidentemente, os reajustes previstos, com repercussões no saldo de salário, aviso prévio, férias, acrescidas de 1/3, 13º salário, FGTS, com a multa de 40%, e horas extras; b) diferenças de auxílio-refeição e auxílio-cesta -alimentação (verbas dotadas de natureza indenizatória); c) diferenças de participação nos lucros e resultados; d) multa por descumprimento da Convenção Coletiva, sendo uma por instrumento.

Em agravo de instrumento, a parte agravante sustenta, em síntese, ser indevido o vínculo de emprego com o Banco tomador de serviços, declarado pelo TRT, com fundamento de que a contratação de serviços terceirizados é permitida, inclusive para as atividades-fim da empresa.
Assevera que, sendo lícita a contratação estabelecida.
Aponta violação dos arts. 2º e 3º, da CLT, bem como contrariedade à Súmula 331/TST. Colaciona arestos.
Analiso.
Inicialmente registro que o exame do cabimento do recurso de revista atém-se aos temas constantes do agravo de instrumento, em observância ao princípio processual da delimitação recursaltantum devolutum quantum apelatum. Assim, estãopreclusastodas as alegações em relação ao tema "multa do art. 477 da CLT" trazidas no recurso de revista e não renovadas no agravo de instrumento.
Na hipótese, o Tribunal Regional reconheceu a ilicitude da terceirização, por entender que as atividades desenvolvidas pelo reclamante inserem-se na atividade-fim da empresa tomadora de serviços.
Faz-se necessário o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF (ADPF 324 e RE 958252), que reconheceu a licitude da terceirização dos serviços, inclusive de atividade-fim.
Assim, por observar uma possível violação dos arts. 2º e 3º, da CLT, dou provimento ao agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista.

II - RECURSO DE REVISTA LIQ. CORP. S.A.

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

1 - TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DO ARE-791.932-DF. TEMA 739 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. TESE FIRMADA NOS AUTOS DA ADPF 324 E DO RE-958.252-MG, TEMA 725 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. IMPOSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DIRETO
1.1 - Conhecimento

O Tribunal Regional, no que concerne ao tema em destaque, registrou que:

Da ilegitimidade passiva. Do reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO

Configura-se parte legítima para atuar no polo passivo aquela sobre a qual poderia recair a responsabilidade final da condenação ou aquela que deveria suportar os seus possíveis efeitos. A questão processual relacionada à legitimidade ad causam, portanto, não está circunscrita à conceituação formal da figura do empregador.

No dizer de Arruda Alvim (MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL, Vol. 1 - Parte Geral, 7a Edição, pág. 416/417): "a legitimatio ad causam é a atribuição, pela lei ou pelo sistema, do direito de ação ao autor, possível titular ativo de uma dada relação ou situação jurídica, bem como a sujeição do réu aos efeitos jurídicos-processuais e materiais da sentença." (grifo inexistente na origem).

Feitas essas considerações, o cerne da questão é a existência ou não de vínculo empregatício diretamente com o primeiro reclamado, HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO, ante o reconhecimento da fraude decorrente da prestação de serviços pela reclamante para a empresa TNL CONTAX S.A. - integrada à lide na qualidade de litisconsorte passivo necessário, por determinação judicial (fl. 409).

De modo geral, a síntese fática é aquela, na qual entidades bancárias substituíram a prestação de serviços essenciais, então feita por empregados formalizados, como adequado, e admitiram a realização dessas atividades mediante mão-de-obra terceirizada, contratada via prestadora de serviços, muitas vezes mantendo o mesmo trabalhador, em idêntica função, todavia servindo-se do seu labor por suposta relação jurídica diversa.

Na espécie, aduz a reclamante que foi admitida pela TNL CONTAX S.A., em 04.03.2010, para prestação de serviços ao HSBC BANK BRASIL S.A., na função de "Agente de Cobrança", em molde de terceirização que se afigura nula, consoante exegese da Súmula 331, item I, do Colendo TST.

Da documentação coligida, sobretudo aquelas de fls. 01/25 do volume apartado, verifica-se que a TNL CONTAX S.A. foi contratada para a prestação de serviços de cobrança ao HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MÚLTIPLO. Ocorre que o conjunto probatório deixa clara a contratação da reclamante para operações diretamente relacionadas com a atividade-fim do empreendimento, a título oneroso, de modo ininterrupto, exclusivo, sujeito a horário, controle de frequência e subordinação.

Destaco, nesses aspectos, as declarações das testemunhas nos autos das Reclamatórias nºs 0001070-67.2011.5.06.0004 e 0001077-11.2011.5.06.0020, extraídas da prova emprestada apresentada pelos litigantes, "verbis":

"que era contratado da Contax e prestava serviços ao HSBC no prédio daquela empresa; que as atividades eram refinanciamentos em conta corrente, concessão de empréstimos consignados,

cobrança de cartões de crédito, negociação de dívidas, tudo relacionado aos clientes do HSBC; que trabalhavam tanto com recebimento quanto realização de contatos a tais clientes; (...) que aqui em Recife não existiam empregados do HSBC que realizavam as atividades do depoente, mas existiam em Curitiba; sendo que se comunicavam com essas pessoas pelo sistema ou contatos telefônicos diariamente, para tirar dúvidas a cerca da negociação ou procedimentos a serem adotados; (…) que suas atividades consistiam em entrar em contato com clientes do banco que estavam em débito no tocante à cartões de crédito, empréstimos consignados, automáticos, cheque especial, financiamento de veículo e realizar a renegociação desses débitos; (...) que o contato com os clientes era obtido após acessar a uma listagem fornecida pelo banco na qual constava o nome do cliente, o numero da conta e o débito do mesmo, bem como telefone e CPF, mediante os quais era possível se entrar em contato com o cliente; (...) que o sistema era da HSBC; que a senha era fornecida pelo HSBC; que o treinamento do uso do sistema era feito pelo pessoal do HSBC; (...) que os supervisores da Contax estavam subordinados também ao Sr. Marcos; que diariamente precisava digitar dados no sistema do HSBC; (…) que tinham contatos com gerentes das agências do HSBC diariamente, geralmente de São Paulo, que ligavam para os atendentes da Contax, não recordando, contudo, do nome de nenhum desses gerentes; que era comum gerentes das agências da capital ligarem para a central de atendimento para tirarem dúvidas; que a negociação das dívidas poderia ser feita pelos clientes na própria agência que tinha conta ou em qualquer agência, não necessariamente pela central telefônica; que todas as atribuições que eram feitas nas agências relativas à renegociação de dívidas também poderiam ser feitas pela centra de atendimento porque o sistema era o mesmo pata todas; (...) que conhece Sr. Marcos que era supervisor da Contax; (...) que abaixo de Marcos só os supervisores da Contax; que já teve vários supervisores, entre eles o Sr. Daniel; que quando tinha problema no sistema se reportava ao Sr. Marcos ou à Central de Curitiba; que havia um certo limite de negociação das dívidas estabelecido pelo banco; que não podia abrir conta; (...) que o pessoal de Curitiba fazia cobrança e renegociação de dívida; (...) que fazia cobranças de clientes do HSBC em todo o Brasil; (...)". (fls. 510/512)

"QUE trabalhou na Contax de 2007 a 2012; QUE durante todo o período, somente prestou serviços para o HSBC; QUE fazia negociação de cartão de crédito, parcelava conta corrente, dava desconto em empréstimo, dava desconto em financiamento de veículo; QUE tinha acesso a conta corrente do cliente, através do sistema CCI; QUE a reclamante fazia o mesmo serviço da depoente;QUE recebia ordens do supervisor imediato de nome Anderson; QUE havia pessoas do HSBC que iam periodicamente à Contax, contudo não se recorda o nome; QUE periodicamente era uma ou duas vezes por mês; QUE as pessoas do HSBC iam à Contax para fazer reuniões com os gestores; (...) QUE quando atendia clientes, se identificava como atendente do HSBC; QUE o sistema CCI era do HSBC; QUE havia metas a serem atingidas; QUE quando as metas eram atingidas havia premiação em dinheiro ou produtos, citando televisão que eram dados pelo HSBC; QUE fez treinamento no prédio do IBGM, ministrado pelo pessoal do banco, cujo nome não se recorda; (...) QUE via os gestores do HSBC na Contax; QUE nunca falou com esses gestores; QUE era o banco quem estabelecia as metas; QUE era o supervisor quem lhe passava as metas; QUE sabe que as metas eram estabelecidas pelo banco por conta das reuniões que havia com os gestores e informa que não participava dessas reuniões; QUE já recebeu premiação, sendo esta em dinheiro; QUE a premiação foi depositada na conta corrente da depoente pela Contax; QUE não havia pessoa da Contax no treinamento que participou; QUE participou de vários treinamentos, não se recordando quantos; QUE os últimos treinamentos foram realizados na Contax; QUE os supervisores da Contax participaram de alguns treinamentos; QUE havia treinamento quando mudava os produtos do banco, esclarecendo que não havia intervalo regular entre um treinamento e outro; QUE participou de três treinamentos no IBGM; QUE às vezes, os gerentes ligavam diretamente para os tendentes; QUE já recebeu ligação de gerente do banco, cujo nome não sabe; QUE tinha limite de negociação no valor de R$15.000,00 (quinze mil) ; QUE podia perdoar juros;". (fls. 519/522)

Inequívoco o quadro, ao qual se soma o fato de existirem empregados do banco executando idênticas tarefas às da reclamante, circunstância confirmada pelo preposto do banco demandado em seu depoimento pessoal prestado nos autos do Processo n.º 0001739-14.2011.5.06.0007, senão vejamos:

"[...] que o próprio gerente faz a cobrança de clientes inicialmente, tendo acesso pelo sistema do banco; que a partir de 30 dias de débito do cliente a cobrança é feita pelas terceirizadas; [...] que a central em Curitiba é composta por funcionários do Banco que fazem as mesmas atividades de cobrança de inadimplentes, como o depoente enquanto gerente o faz, bem como o pessoal da Contax; [...]" (fls. 516/517)

Há que se registrar, por oportuno, que divergências porventura existentes são naturais, podem, inclusive, conferir maior credibilidade à prova, por não revelar indícios característicos de depoimentos pré-fabricados. Nessa esteira, o desprezo total à determinada prova testemunhal apenas terá lugar, quando demonstrado o nítido intuito de beneficiar a parte, em detrimento da verdade, ou quando seja impossível conciliar as informações prestadas com as assertivas da inicial, de acordo com o livre convencimento do julgador. A propósito:

"Depoimento testemunhal. Invalidação. O Juiz não está adstrito a padrões fixos para a avaliação de provas, porque tem ele liberdade para concluir de acordo com o seu convencimento. Revista não provida." (TST, 1a T., RR 3.497/88.6, Rel. Almir Pazzianotto) (in Valentin Carrion, Nova Jurisprudência em Direito do Trabalho, Revista dos Tribunais, 1990, p. 581).

"Prova. Inocorre violação ao art. 373 do CPC quando o Juiz se utiliza do princípio da livre convicção. O Juiz é livre ao apreciar as provas e promover a valorização necessária entre os fatos e circunstâncias, para, finalmente, declarar o seu convencimento. Deve, apenas, restringir-se aos elementos dos autos e indicar os motivos que lhe formaram o convencimento. Esta é a inteligência do art. 131 do CPC." (TST, 2a T., RR 162/84, Rel. Min. Pajehú Macedo Silva, DJ 22.2.85) (in João de Lima Teixeira Filho,, Repertório de Jurisprudência Trabalhista, Freitas Bastos, vol. 4o, 1986, p. 776).

A realidade que emerge do feito é, na verdade, de prática de ato ilícito, com o fito de mascarar relação jurídica de emprego e de fraudar o cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, pois inadmissível terceirização de serviços em tais moldes, por expressa limitação legal, impondo-se ao julgador, desde que instado a tanto, obstaculizar o intento, seguindo a exegese do artigo 9º da CLT.

E não a transmudaria o fato de empregados da empresa prestadora de serviço repassarem as ordens advindas do reclamado aos trabalhadores. Meros artifícios constituídos, como a própria realização formal do contrato de terceirização o é, com o fito de mascarar relação jurídica de emprego e de fraudar o cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

Destaque-se, ainda, que a subordinação jurídica decorre do fato de o empregador dirigir a prestação de serviços; traduz, consoante lição de Maurício Godinho Delgado, "in" Curso de Direito do Trabalho, 4ª ed., São Paulo: Ltr, 2005, a noção etimológica de estado de dependência ou obediência em relação a uma hierarquia de posição ou de valores; uma idéia básica de "submetimento, sujeição ao poder de outros às ordens de terceiros, uma posição de dependência", situação configurada "in casu".

No que concerne ao requisito da pessoalidade, resultou evidenciado que a reclamante laborou, por todo o contrato, de forma exclusiva e sem notícia de substituição por outra pessoa, quando de suas ausências ao serviço.

A propósito do tema, destaco, também, precedente desta E. Turma, em acórdão da lavra do então Desembargador Federal do Trabalho, Dr. Nelson Soares Júnior:

"FRAUDE ÀS NORMAS DE TUTELA AO TRABALHO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BANCÁRIO POR EMPRESA INTERPOSTA. CARACTERIZAÇÃO: 1. -- comprovando-se -- como ocorreu na hipótese em causa -- que a vinculação do reclamante à prestadora de serviços operou, tão-somente, para mascarar a relação de emprego com a instituição financeira (pois não se trata de contrato temporário), a conclusão é de que a sentença não merece censura na parte que acarretou o reconhecimento do contrato de trabalho diretamente com a tomadora dos serviços (Súmula nº. 331, item I, do TST), pois são absolutamente nulos todos os atos tendentes ao desvirtuamento das normas de tutela ao trabalho (artigo 9º da CLT). 2. -- Recurso ordinário parcialmente acolhido." (Processo n.º 00748-2005-020-06-00-7, 1ª Turma, Relator: Des. Nelson Soares Júnior, 27.05.06).

Relevante ressaltar, ainda, a ausência de validade das certidões e relatórios de diligência realizados em outros processos, notadamente porque relacionado a empresa diversa e destoante das declarações das provas testemunhais emprestadas.

Mediante tais considerações, afasto o argumento de ilegitimidade passiva "ad causam", e reformo o "decisum", para admitir o vínculo de emprego diretamente com o HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO, durante todo o lapso contratual (04.03.2010 a 02.04.2012), reputando-se ilícita a terceirização firmada entre o réu e a CONTAX, determinando a retificação do documento profissional, no prazo de cinco dias após o trânsito em julgado da decisão, depois de procedido o depósito do documento profissional na Secretaria da Vara e a notificação específica para tanto, sob pena de multa diária, à base de 1/30 da última remuneração, por dia de atraso, até o cumprimento da obrigação, em conformidade com o artigo 461, § 4º, do Código de Processo Civil, de aplicação subsidiária (art. 769 da CLT).

Por fim, vale salientar que a função desempenhada pelo reclamante continuará registrada em sua CTPS como sendo a de "Agente de Cobrança". O reconhecimento de sua condição de bancário não exige a modificação da função desempenhada.

Da concorrência com o intento fraudatório, deflui a responsabilidade solidária da empresa CONTAX S.A. pelo adimplemento dos créditos apurados, ex vi do disposto no art. 942 do CC, in verbis:

Art. 942. Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.

Consectário natural do reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o Banco, nos termos da fundamentação supra, é o efeito sobre o contrato de trabalho dos benefícios originados dos diplomas negociais celebrados pela categoria profissional dos bancários. É que, no Direito Brasileiro, o enquadramento sindical se dá em face da atividade preponderante desenvolvida pela empresa (arts. 577 e 581, § 2º, da CLT), daí porque também afastada a aplicação limitada dos efeitos contidos na Súmula 55 do C. TST, de cuja restrição, ademais, afasto-me, e da Súmula 374, da mesma Corte.

Assim, faz jus a trabalhadora ao pagamento dos seguintes títulos postulados na exordial, nos limites, inclusive temporal, dos instrumentos negociais coligidos: a) diferenças salariais obtidas pela subtração do salário base que era pago à autora do piso da categoria do Pessoal de Escritório, previsto na alínea "b" das cláusulas segunda e terceira das normas coletivas, observados, evidentemente, os reajustes previstos, com repercussões no saldo de salário, aviso prévio, férias, acrescidas de 1/3, 13º salário, FGTS, com a multa de 40%, e horas extras; b) diferenças de auxílio-refeição e auxílio-cesta-alimentação (verbas dotadas de natureza indenizatória); c) participação nos lucros e resultados; d) multa por descumprimento da Convenção Coletiva, sendo uma por instrumento.

Indevidas as repercussões das diferenças salariais deferidas sobre o repouso semanal remunerado, posto que contempladas na parcela principal.

No que diz respeito à multa por descumprimento da Convenção Coletiva, ressalto que o fato da condição de bancário ter sido reconhecida apenas por decisão judicial não afasta a incidência da penalidade, razão pela qual a ela faz jus a trabalhadora. Inócuos, aliás, eventuais argumentos relacionados com a impossibilidade de postulação pela parte autora, maior prejudicada com o descumprimento e beneficiária da penalidade, nos termos da própria norma coletiva.

De outra parte, as normas coletivas colacionadas não autorizam o pagamento do adicional por tempo de serviço aos empregados admitidos a partir de 23.11.2000.

Destarte, dou parcial provimento ao Recurso Ordinário para, declarando nulo o contrato de trabalho firmado com a CONTAX S.A. reconhecer o vínculo empregatício diretamente com o HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO; determinar a retificação do documento profissional no prazo de cinco dias após o trânsito em julgado da decisão, depois de procedido o depósito do documento profissional na Secretaria da Vara e a notificação específica para tanto, sob pena de multa diária, à base de 1/30 da última

remuneração, por dia de atraso, até o cumprimento da obrigação; e condenar os reclamados, solidariamente, ao pagamento das seguintes parcelas, nos limites, inclusive temporal, dos instrumentos negociais coligidos: a) diferenças salariais obtidas pela subtração do salário base que era pago à autora do piso da categoria do Pessoal de Escritório, previsto na alínea "b" das cláusulas segunda e terceira das normas coletivas, observados, evidentemente, os reajustes previstos, com repercussões no saldo de salário, aviso prévio, férias, acrescidas de 1/3, 13º salário, FGTS, com a multa de 40%, e horas extras; b) diferenças de auxílio-refeição e auxílio-cesta -alimentação (verbas dotadas de natureza indenizatória); c) diferenças de participação nos lucros e resultados; d) multa por descumprimento da Convenção Coletiva, sendo uma por instrumento.

(...)

em síntese, ser indevido o vínculo de emprego com o Banco tomador de serviços, declarado pelo TRT, com fundamento de que a contratação de serviços terceirizados é permitida, inclusive para as atividades-fim da empresa.

Assevera que, sendo lícita a contratação estabelecida.

Aponta violação dos arts. 2º e 3º, da CLT, bem como contrariedade à Súmula 331/TST. Colaciona arestos.

Ao exame.

No caso dos autos, o Tribunal Regional entendeu pela ilicitude da terceirização de serviços firmada entre as reclamadas, pelo reconhecimento do vínculo de emprego diretamente para com o tomador dos serviços e pela condenação ao pagamento das parcelas trabalhistas daí decorrentes.

Esta Corte Superior, inclusive esta Turma, com fundamento nos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, adotava o entendimento de que o ordenamento jurídico pátrio não autorizava a terceirização de forma ampla e irrestrita da atividade-fim empresarial. Assim, nos termos do item I da Súmula 331/TST, decidia pela ilicitude da terceirização e, consequentemente, pelo reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços.

Contudo, a Suprema Corte, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", afastando, assim, a configuração da relação de emprego com o tomador dos serviços. Além disso, em 11/10/2018, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, reafirmou o seu entendimento de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada".

Fixou, então, a tese jurídica de que "é nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC".

Ressalta-se que, a partir de 30/8/2018, é de observância obrigatória aos processos judiciais em curso ou pendentes de julgamento a tese jurídica firmada pelo e. STF no RE n.º 958.252 e na ADPF n.º 324.

Nesse sentido, cito precedentes da SBDI-1 desta Corte seguindo o entendimento vinculante do STF:

AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SOBRESTAMENTO. "TERCEIRIZAÇÃO". OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO. NÃO APLICAÇÃO DO ART. 94, II, DA LEI 9.472/97. REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. 1. Trata-se de agravo interno interposto em face da decisão da Vice-Presidência do TST por meio da qual foi determinado o sobrestamento do recurso extraordinário com base em precedente de repercussão geral em julgamento, na forma do art. 1.030, III do CPC. 2. O Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Recurso Extraordinário com Agravo nº 791.932/DF, concluiu que há repercussão geral na questão relativa à ofensa ao princípio da reserva de plenário, previsto no art. 97 da Constituição e na Súmula Vinculante 10, em face da recusa da aplicação, pelas instâncias de origem, do art. 94, II, da Lei 9.472/97 (Tema 739). 3. A abrangência do precedente, não limitada à atividade de call-center, restou assentada em diversos precedentes do Supremo Tribunal Federal, considerando-se, ainda, que os motivos determinantes da decisão tem como razão preponderante a invocação da Súmula 331 do TST como embasamento à recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/97, e possível violação constitucional daí decorrente. 4. Nesse sentir, ficam mantidos os fundamentos adotados pela decisão agravada, restando verificada, ainda, a manifesta inadmissibilidade do presente agravo, aplicando-se a multa prevista no § 4º do artigo 1.021 do atual CPC. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. (Ag-ED-RR-20109-09.2013.5.04.0401, Órgão Especial, Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 16/12/2018).

RECURSO DE EMBARGOS. REGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES TOMADORA DOS SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. 1. A eg. Sexta Turma não conheceu do recurso de revista, sob o fundamento de que se afigura ilícita a terceirização dos serviços de reparação e manutenção de linhas telefônicas, razão pela qual configurado o vínculo de empregado com a empresa tomadora de serviços. 2. Entretanto, a partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 3. Na espécie foi reconhecido o vínculo de emprego diretamente com a tomadora dos serviços (Telemar Norte Leste S.A.), em razão, exclusivamente, de as funções do reclamante serem inerentes à atividade-fim da concessionária do serviço de telecomunicações. 4. Assim, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do reclamante com a tomadora de serviços, revelando-se indevidas as obrigações inerentes aos empregados do contratante. Recurso de embargos conhecido e provido. (E-RR - 65400-93.2007.5.03.0005 Data de Julgamento: 24/10/2019, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 08/11/2019).

Nesse contexto, não há mais espaço para o reconhecimento do vínculo empregatício com o tomador de serviços sob o fundamento de que houve terceirização ilícita (ou seja, terceirização de atividade essencial ou finalística), ou, ainda, para a aplicação dos direitos previstos em legislação específica ou em normas coletivas da

categoria profissional dos empregados da empresa contratante. Nesse sentido, cito jurisprudência desta Corte:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. Ante as razões apresentadas pelo agravante, afasta-se o óbice oposto no despacho agravado. Agravo conhecido e provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. Decisão regional em que adotado o entendimento de que é ilícita a terceirização empreendida na atividade-fim do tomador dos serviços. Aparente violação do art. 5º, II, da CF, a ensejar o provimento do agravo de instrumento. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. 1. O Tribunal Regional manteve a sentença quanto à ilicitude da terceirização, ao fundamento de que os serviços prestados estão inseridos na atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. 2. Não obstante o entendimento cristalizado na Súmula 331, I, do TST, no sentido de que "a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário ", o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de repercussão geral, decidiu que " é lícita à terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Ressalto que, no caso, não há no acórdão regional qualquer registro concernente à existência de pessoalidade e/ou subordinação direta à tomadora dos serviços. Assim, torna-se inviável o reconhecimento da ilicitude da terceirização, não sendo tampouco possível o reconhecimento de isonomia com os empregados da empresa tomadora dos serviços. 4. Configurada a violação do art. 5º, II, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10943-72.2016.5.03.0013, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 12/11/2021)

RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO DE EMPREGO. BANCO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. 1. A partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços, independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 2. Na espécie, o Tribunal Regional reconheceu o vínculo de emprego entre a reclamante e um dos Bancos reclamados, somente em razão da prestação de serviços reputados eminentemente bancários. Nesse sentido, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego da reclamante com a instituição financeira tomadora de serviços e a condição de bancário do trabalhador. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10823-70.2015.5.03.0043, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 02/02/2021)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO AUTOR NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/17. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. Compulsando-se os autos, verifica-se que o acórdão embargado, de fato, se pronunciou no sentido da não observância de pressuposto da regularidade formal inerente aos recursos de fundamentação vinculada (princípio da dialeticidade recursal). Todavia, em melhor análise, constata-se que a parte, nas razões do agravo, impugnou de forma específica e fundamentada o óbice erigido na decisão agravada, comportando, assim, a decisão embargada complementação. TERCEIRIZAÇÃO. TOMADORA DE SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO STF. TEMA 725. REPERCUSSÃO GERAL. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de Repercussão Geral, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Nesse contexto, porquanto superada a questão da ilicitude da terceirização - em conformidade com as decisões do STF -, resulta inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do autor diretamente com o tomador de serviços. Embargos de declaração a que se dá provimento, para sanar os vícios apontados, sem, contudo, imprimir-lhes efeito modificativo. (ED-Ag-AIRR-11359-77.2015.5.01.0030, 1ª Turma, Relator Ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 16/11/2021).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Deixa-se de analisar a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, nos termos do artigo 249, § 2º, do CPC/73 (artigo 282, § 2º, do atual CPC), por cogitar-se, no mérito , de possível decisão favorável ao reclamante. TERCEIRIZAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS DE ENERGIA. PREVISÃO NO ARTIGO 25, § 1º, DA LEI Nº 8.987/95. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA ADPF 324, DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EM REPERCUSSÃO GERAL ARE-791.932-DF (TEMA 739) E RE-958.252-MG (TEMA 725) E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE Nos 26 E 57, EM QUE SE DISCUTIA A CONSTITUCIONALIDADE DO CITADO DISPOSITIVO LEGAL. 1. Esta Corte firmou o entendimento de que a terceirização do serviço de eletricista, por se tratar de atividade-fim das empresas concessionárias de serviço de energia elétrica, era ilícita, com fundamento na Súmula nº 331, itens I e III, do TST. 2. Por outro lado, a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre "o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", como norma de Direito Administrativo, não foi promulgada para regular matéria trabalhista, devendo ser interpretada à luz dos princípios e das regras que norteiam o Direito do Trabalho, de modo a não esvaziar de sentido prático ou a negar vigência e eficácia às normas trabalhistas que, no País, disciplinam a prestação do trabalho subordinado e as próprias figuras do empregado e do empregador. Dessa forma, quando os órgãos

fracionários dos Tribunais trabalhistas entendem que as relações laborais não são regidas pelo artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, não estão deixando de aplicar o dispositivo legal por considerá-lo inconstitucional. Assim, foi observado o disposto no artigo 97 da Constituição Federal e na Súmula Vinculante nº 10 e do STF. 3. Não obstante seja esse o entendimento deste Relator, curvo-me, com ressalva, à tese firmada na decisão proferida nos autos do ARE-791.932-DF (Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral), relatada pelo Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, in verbis: "É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC" (DJe de 6/3/2019). 4. A Suprema Corte, em sessão realizada em 30/8/2018, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252 (Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral), a respeito da terceirização prevista na Súmula nº 331 do TST, firmou a seguinte tese: "É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 5. Nos acórdãos proferidos nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade nºs 26 e 57, em que se discutia a constitucionalidade do artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, relatados pelo Exmo. Ministro Edson Fachin, foi destacado: "no julgamento do Tema 739, ARE 791.932- RG, esta Corte, então instada a se manifestar sobre a inobservância da cláusula de reserva de Plenário e o disposto no art. 94, II, da Lei 9.472/1997, declarou a nulidade da decisão do órgão fracionário do TST"; "a norma do diploma regulatório dos serviços de telecomunicações tem conteúdo idêntico ao objeto da presente ação direta de constitucionalidade". 6. A Suprema Corte, fazendo referência às teses fixadas no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252- RG (Tema 725), registrou que, tendo sido afastada a aplicação da Súmula nº 331 do TST "naquelas hipóteses, deve também aqui se estender o mesmo entendimento", concluindo que "o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, ao autorizar as concessionárias de serviço público a contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, alinha-se ao entendimento jurisprudencial atual e, reveste-se de constitucionalidade, devendo ter sua eficácia garantida e preservada". 7. Entretanto, a adoção da tese vinculante firmada pelo Supremo Tribunal Federal não impede o reconhecimento de vínculo de emprego entre o trabalhador terceirizado e a tomadora de serviços, quando comprovada a incidência dos artigos 2º, 3º e 9º da CLT ao caso em apreço, conforme decidiu a SbDI-1, nos autos do E-ED-RR-32900-51.2005.5.03.0002, em acórdão relatado pelo Exmo. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, firmando o entendimento de que há que reconhecer o "vínculo empregatício com a tomadora dos serviços, quando estiver nitidamente comprovada nos autos a presença dos requisitos do art. 3º da CLT, configurando desvirtuamento da terceirização de forma a disfarçar a existência de inequívoca relação de emprego com a tomadora". 8. Na hipótese dos autos, o Ministério Público do trabalho ajuizou ação civil pública contra a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (concessionária de serviços de energia elétrica) e a Santa Maria Participações S.A., a fim de impedir a terceirização de atividade-fim daquela. O Tribunal a quo, por entender pela ilicitude da terceirização dos serviços de leitura de medidores de energia elétrica ativa, reativa e de demanda, envio de faturas e documentos, suspensão do fornecimento de energia elétrica e religação procedida pela Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., confirmou a sentença pela qual essa última ré foi condenada a abster-se de terceirizar os citados serviços e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo . 9. Como o Supremo Tribunal Federal firmou tese, de natureza vinculante, considerando lícita a terceirização, não subsiste a condenação da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. "a abster-se de repassar a terceiros atividades-fins" e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo (responsabilidade solidária da segunda ré). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-215900-88.2012.5.17.0141, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 12/11/2021).

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - PROVIMENTO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. Diante de potencial violação do art. 37, XIII, da Constituição Federal, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252/MG, com repercussão geral (tema 725), em sessão plenária do dia 30.8.2018, fixou teses, respectivamente, no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada" e que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 2. A licitude de terceirização de atividade-fim foi reafirmada, pelo Excelso Pretório, nos julgamentos subsequentes do ARE nº 791.932/DF, com repercussão geral (tema 739), em 11.10.2018, e da ADC nº 26, em 22.8.2019. 3. O caso dos autos é o decidido pelo STF, razão pela qual não é possível a aplicação analógica do art. 12, "a", da Lei nº 6.019/74 (OJ 383/SBDI-1/TST), com esteio na alegada ilicitude da terceirização. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10166-80.2018.5.03.0025, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 12/11/2021).

[...] RECURSOS DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STF (TEMA 739 DE REPERCUSSÃO GERAL NO STF - ARE 791.932). TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. O STF, no julgamento da ADC 26/DF, transitado em julgado em 18.09.2019, seguindo a tese firmada no ARE 791.932, em repercussão geral (Tema 739), declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, que autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público, e, reiterando o entendimento exarado pelo Plenário do STF em 30.08.2018, no julgamento da ADPF-324 e do RE-958252, com repercussão geral (Tema 725), reconheceu a constitucionalidade do instituto da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, afastando a incidência da Súmula 331 do TST. É necessário, pois, o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF, relativamente à possibilidade de terceirização de serviços afetos às atividades precípuas das concessionárias de energia elétrica, sendo irrelevante perquirir sobre a natureza das atividades exercidas pela empresa contratada. No caso vertente, o TRT entendeu que havia relação direta da atividade desempenhada pelo Reclamante com a atividade-fim da tomadora e concluiu pela

ilicitude da terceirização. Entretanto, há de ser afastada a ilicitude da terceirização, à luz do entendimento do E. STF e do art. art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995. Consequentemente, não se viabiliza o reconhecimento da isonomia salarial em relação aos empregados da empresa tomadora de serviços e a condenação ao pagamento de direitos e benefícios legais, normativos e/ou contratuais daí decorrentes. Remanesce, contudo, a responsabilidade subsidiária em caso de eventual condenação, nos termos da decisão do STF (Tema 725) e da Súmula 331, IV/TST. Ressalva de entendimento pessoal deste Relator. Recurso de revista conhecido e provido. (RR -20455-49.2017.5.04.0811, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 19/03/2021).

[...] RECURSO DE REVISTA. DECISÃO REGIONAL PROFERIDA ANTES DA LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO. SERVIÇOS DE TELEMARKETING. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O BANCO TOMADOR DE SERVIÇOS. Nos termos do posicionamento adotado pela Suprema Corte Federal, no julgamento do ARE 791932, Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral, nos autos da ADPF 324 e do RE 958252, e, ainda, na ocasião do julgamento da ADC 26, é lícita a terceirização de serviços de atividade fim . Assim, deve ser reformada a decisão regional para adequar ao entendimento da Suprema Corte. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-170-89.2013.5.06.0012, 6ª Turma, Relator Ministro Aloysio Correa da Veiga, DEJT 20/03/2020).

III - RECURSO DE REVISTA ANTERIOR À LEI Nº 13.015/2014. RETORNO DOS AUTOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA TOMADORA DOS SERVIÇOS NÃO CONFIGURADA. MANUTENÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO CONSAGRADO PELO C. STF - TEMA 725 DE REPERCUSSÃO GERAL NO C. STF - ADPF 324 E RE 958.252. 1. Há muito prevaleceu no âmbito desta Corte Superior o entendimento de que é ilícita a terceirização de serviços especializados, ligados à atividade-fim do tomador dos serviços, identificada no objeto social do contrato social das empresas envolvidas. Nessa linha de argumentação, entendia-se que a contratação de trabalhadores por empresa interposta seria ilegal, formando-se o vínculo empregatício diretamente entre o empregado contratado e a empresa tomadora dos serviços. Inteligência da Súmula nº 331 do c. TST. 2. Revisitando posicionamento consagrado pelo c. TST, em 30.8.2018, a Suprema Corte, nos autos da ADPF 324/DF e do RE 958.252, submetido à sistemática da repercussão geral - Tema nº 725 - , tendo em conta os princípios constitucionais da livre iniciativa (art. 170) e da livre concorrência (art. 170, IV), a dignidade da pessoa humana (art. 1º), os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal (art. 7º), o direito de acesso do trabalhador à previdência social, à proteção à saúde e à segurança no trabalho, declarou a inconstitucionalidade da Súmula nº 331, I, do c. TST, reconhecendo a licitude da terceirização em todas as etapas do processo produtivo, seja meio ou fim. Ao examinar o Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral, no RE nº 958.252 , fixou a seguinte tese jurídica: " É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante " . Na mesma oportunidade, ao julgar a ADPF nº 324, firmou a seguinte tese, com efeito vinculante para todo o Poder Judiciário: " 1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". 3. Em suma, o c. STF reconheceu a legalidade irrestrita da terceirização de serviços, podendo a contratação de trabalhadores se dar de forma direta ou por empresa interposta e para exercer indiscriminadamente atividades ligadas à área fim ou meio das empresas, não se configurando em tais circunstâncias relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada, remanescendo, contudo, a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa contratada, bem como pelas obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993, além de firmar que é plenamente possível a terceirização de atividades precípuas das concessionárias de serviços públicos. 4. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional ratificou o entendimento do juízo de primeiro grau, de que o autor desempenhava tarefa intimamente ligada à atividade-fim da tomadora dos serviços, declarando, por essa razão, a sua responsabilidade solidária pelas verbas devidas ao trabalhador, em desconformidade com a atual jurisprudência do c. STF e do c. TST. Recurso de revista conhecido por contrariedade (má aplicação) à Súmula/TST nº 331 e provido. (RR-722-18.2012.5.06.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 07/01/2020).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. ADPF Nº 324 E RE Nº 958.252. TESE FIRMADA PELO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 331 DO TST À LUZ DOS PRECEDENTES DO STF. (...) I. No que diz respeito ao reconhecimento da licitude da terceirização, a decisão regional foi proferida em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 958.252, de que resultou a fixação da seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", bem como no julgamento da ADPF nº 324, em que foram fixadas as seguintes teses: "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". II. Assim sendo, o conhecimento do presente recurso de revista no que diz respeito ao pedido de reconhecimento da ilicitude da terceirização havida entre as Reclamadas encontra óbice no entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, fixada no julgamento da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252. (...). (Ag-AIRR-10681-27.2018.5.18.0081, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 05/11/2021).

(...) II. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE. SISTEMA DE TELEATENDIMENTO.

MATÉRIA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADPF 324, RE 958.252 E ARE 791.932). REPERCUSSÃO GERAL. ISONOMIA SALARIAL. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 383 DO TST. IMPOSSIBILIDADE. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA. 1. O Tribunal Regional, reconhecendo que a Reclamante prestou serviços relacionados à atividade-fim da tomadora de serviços, declarou a ilicitude da terceirização havida entre as partes. Muito embora tenha fundamentado não ser possível o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o Ente integrante da Administração Pública Indireta, reconheceu o direito obreiro às verbas trabalhistas - legais e normativas - asseguradas aos empregados da tomadora de serviços, com fundamento no princípio da isonomia. 2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 30/8/2018, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958.252, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se estabelecendo relação de emprego entre a tomadora de serviços e o empregado da empresa prestadora. 3. Dispõe a Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST que: "A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções ". 4. O fato autorizador da isonomia de direitos entre os empregados terceirizados e os regularmente contratados pelo tomador de serviços integrante da Administração Pública é a ilicitude da terceirização. Nessa esteira de raciocínio, reconhecendo o STF a licitude da terceirização tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim das empresas tomadoras, inviável a aplicação da Súmula 331/TST e Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST, que traz como premissa básica a irregularidade da contratação do trabalhador terceirizado. Julgados do TST. 5. Recurso de revista conhecido por má-aplicação da Súmula 331/TST e da OJ 383 da SBDI-1/TST. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-2185-47.2016.5.06.0102, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/12/2020)

[...] II - RECURSO DE REVISTA DA 2ª RECLAMADA (LIQ CORP S/A). ADMISSIBILIDADE. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA. LICITUDE. VÍNCULO DIRETO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE DIREITOS DA CATEGORIA DO TOMADOR. INVIABILIDADE. A partir do julgamento do RE nº 958.252 e da ADPF nº 324 pelo Supremo Tribunal Federal, a matéria em discussão nestes autos (ilicitude da terceirização de atividade-fim) pacificou-se e encontra o seu norte nos termos da decisão vinculante daquela Corte Suprema, que, ao julgar o mérito da controvérsia atinente ao Tema 725 da repercussão geral, definiu a tese jurídica segundo a qual "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Assim, a decisão do Regional, naquilo em que aplicou a Súmula nº 331, I, do TST à hipótese encontra-se superada pela jurisprudência vinculante do Pretório Excelso, merecendo reforma o acórdão recorrido, a fim de decretar a licitude da terceirização e, por conseguinte, a ausência de vínculo direto com o tomador e os demais consectários daí decorrentes, a exemplo de direitos previstos em normas coletivas da categoria do tomador ou no regulamento interno da empresa, equiparação salarial, ou quaisquer outros que tenham como base jurídica de sustentação a irregularidade do contrato de terceirização de atividade-fim. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-456-10.2014.5.02.0088, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 19/03/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. TOMADORA DOS SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE N.º 958.252 COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA (TEMA 725) E ADPF 324. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 324, em 30/8/2018, erigiu tese no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 2. Na mesma ocasião, a Corte Suprema, examinando o Tema 725 de Repercussão Geral, no julgamento do RE 958.252, estabeleceu a seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Inquestionável a aplicação imediata dos aludidos precedentes firmados em Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida, bem como em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, cuja decisão tem efeito vinculante. 4. Na linha dos precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal, remanesce a possibilidade de reconhecimento de vínculo com a empresa contratante somente nas hipóteses em que há explícita referência, no acórdão prolatado pelo Tribunal Regional, acerca da configuração da pessoalidade e da subordinação hierárquica direta, presencial ou por via telemática, do obreiro aos prepostos da tomadora de serviços, sendo insuficiente a mera subordinação estrutural ou indireta, inerente à própria terceirização. 5. No caso sob exame, afirmou o Tribunal Regional a ilicitude da terceirização tão somente em razão do labor em atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. Tal entendimento destoa claramente daquele fixado pelo Supremo Tribunal Federal. Reconhece-se, portanto, a transcendência política da controvérsia. 6. Nesse contexto, impõe-se afastar o reconhecimento do vínculo de emprego da parte reclamante diretamente com o banco tomador dos serviços, bem como excluir da condenação as parcelas decorrentes da aplicação dos acordos coletivos dos bancários. 7. Recurso de Revista conhecido e provido. (RR-491-61.2017.5.06.0311, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 05/02/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DAS LEIS NºS 13.015/14 E 13.105/15, MAS ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/2017. TELEMARKETING - ILICITUDE DE TERCEIRIZAÇÃO - RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS - ENQUADRAMENTO DO RECLAMANTE NA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS BANCÁRIOS. O STF, em 30/8/2018, no julgamento conjunto da ADPF 324/DF e do RE 958.252/MG (tema de Repercussão Geral nº 725), firmou a tese jurídica de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, seja ela meio ou fim, o que não configura relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. O Plenário da Suprema Corte concluiu, então, que não há óbice constitucional à terceirização das atividades de uma

empresa, ainda que se configurem como as denominadas "atividades-fim" das tomadoras de serviços. No caso concreto, o Tribunal Regional concluiu que a contratação dos serviços especializados de telemarketing é ilícita, pois estão ligados à atividade-fim da tomadora de serviços. Assim, o v. acórdão recorrido, ao reconhecer a ilicitude da terceirização na hipótese, contrariou a tese firmada pela Suprema Corte, na ADPF 324 e no RE 958.252 (tema 725 da tabela de repercussão geral). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-11150-12.2015.5.03.0044, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 04/12/2020).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. BANCO BRADESCO S.A. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTENTE. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADPF 324/DF, o RE-958.252/MG (tema 725 da tabela de repercussão geral), fixou a tese, com efeito vinculante e eficácia erga omnes , segundo a qual é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas e de o objeto da terceirização consistir em atividade-meio ou atividade-fim da tomadora de serviços, desde que não seja comprovada a fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, sendo mantida, entretanto, a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. Portanto, definido pelo Supremo Tribunal Federal que é licita a terceirização de serviços, tanto ligados à atividade-meio quanto à atividade-fim da contratante, e não tendo sido constatada fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, deve ser julgado improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo de emprego com O tomador de serviços e, em consequência, os pedidos decorrentes unicamente do vínculo. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. (RR-10958-62.2016.5.03.0103, 8ª Turma, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 23/03/2021)

(...) III - RECURSO DE REVISTA - REGÊNCIA PELA LEI Nº 13.015/2014 - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. CALL CENTER. LICITUDE. A matéria já não comporta debates, ante as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sessão extraordinária realizada no dia 30/08/2018, quando se julgou procedente a arguição formulada na ADPF-324/DF (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018), com eficácia erga omnes e efeito vinculante, e se fixou tese jurídica de repercussão geral, correspondente ao Tema nº 725, no sentido de que "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. (leading case: RE-958252/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018). Recurso de revista conhecido e provido" (RRAg-10055-74.2017.5.03.0173, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 05/02/2021)

Dessa forma, não se pode reconhecer isonomia entre os empregados terceirizados e aqueles contratados diretamente pelo tomador dos serviços. Assim, não há falar em categoria de bancário/financiário, tal como na jornada dessa categoria ou divisor.
Entretanto, registre-se que a responsabilidade da tomadora de serviços nestes casos se mantém de forma subsidiária, consoante a tese já firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante".
Ante o exposto, em face da decisão vinculante do STF, conheço do recurso de revista por violação dos arts. 2º e 3º, da CLT.

1.2 - Mérito

Tendo em vista os fundamentos apresentados, atendidos os requisitos do art. 489, § 1º, do CPC e com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST, 932, III, IV e V, do CPC, dou provimento parcial ao recurso de revista para, reconhecendo a licitude da terceirização dos serviços, afastar o vínculo de emprego direto reconhecido com o Banco tomador, limitando-se sua condenação a responder, de forma subsidiária, pelas verbas deferidas ao reclamante.

CONCLUSÃO:

À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, § 5º (atual § 14), da CLT e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento ao agravo de instrumento da LIQ CORP S.A, por possível violação aos arts. 2º e 3º, da CLT; II - conhecer do recurso de revista quanto ao tema "TERCEIRIZAÇÃO. ILICITUDE. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO", por da LIQ CORP S.A, por possível violação aos arts. 2º e 3º, da CLT, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar o reconhecimento de vínculo de emprego com o Banco tomador, mantida a condenação subsidiária pelas parcelas oriundas da presente ação. Custas inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-1001598-52.2018.5.02.0521

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	REGIANE DOS SANTOS SILVA
Advogado	Dr. Cleide Regina Dias(OAB: 203029-A/SP)
Recorrido	PANAMBY CONSTRUCOES & TRANSPORTES LTDA E OUTRO
Advogado	Dr. Andrea Dias Perez(OAB: 208331-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- PANAMBY CONSTRUCOES & TRANSPORTES LTDA E OUTRO
- REGIANE DOS SANTOS SILVA

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que negou provimento ao recurso ordinário, mantendo a sentença quanto aos temas "NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL", "ACÚMULO DE FUNÇÃO", "INTERVALO INTRAJORNADA", "ADICIONAL DE PERICULOSIDADE" e "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA". Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e

diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto apenas em relação ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Inicialmente, cumpre salientar que a decisão de admissibilidade do presente recurso de revista é posterior a 15/4/2016, portanto, segue a nova sistemática processual estabelecida por esta Corte Superior a partir do cancelamento da Súmula 285/TST e da edição da Instrução Normativa 40/TST.
Assim, tem-se que é ônus da parte impugnar, mediante a interposição de agravo de instrumento, os temas constantes do recurso de revista que não foram admitidos, sob pena de preclusão.
No caso, verifica-se que a parte deixou de interpor agravo de instrumento em face da decisão do Tribunal Regional que não admitiu o seu recurso de revista quanto aos temas "NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL", "ACÚMULO DE FUNÇÃO", "INTERVALO INTRAJORNADA" e "ADICIONAL DE PERICULOSIDADE", razão por que fica inviabilizada a análise do apelo em relação a tais matérias, ante a preclusão.
Eis os termos do acórdão recorrido:
"(...)
2.7 Honorários sucumbenciais
Postula a recorrente a isenção do pagamento dos honorários sucumbenciais ou a redução do percentual para 5%.
Com parcial razão.
A r. sentença julgou os pedidos improcedentes e condenou a autora no pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais no importe de R$17.928,51, arbitrados no percentual de 15% dos pedidos não acolhidos.
A ação foi distribuída em 01.10.2018, após a entrada em vigor da Lei 13.467/2017 (11/11/2017). Logo, aplicam-se as disposições nela previstas acerca dos honorários advocatícios sucumbenciais.
A justiça gratuita deferida nesta Segunda Instância não alcança isenção dos honorários advocatícios de sucumbência, posto que se deve observar o teor do disposto no art. 791-A, § 4º, da CLT, que assim dispõe (grifo meu):
"Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
(...)
§ 4° Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário."
Destarte, não há falar em isenção da verba honorária.
Por fim, entendo que os honorários de sucumbência comportam redução para o percentual de 5%, alcançando R$5.976,17, ficando sob cláusula suspensiva de exigibilidade conforme § 4º do art. 791-A da CLT.
(...)"
No que tange à insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, visto que a ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, LV e LXXIV, da CF.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, LV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, LV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0017491-18.2018.5.16.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	DARCIETE CRISTINA LIMA AMARAL
Advogado	Dr. Pedro Duailibe Mascarenhas(OAB: 4632-A/MA)
Advogada	Dra. Doriana dos Santos Camello(OAB: 6170-B/MA)
Advogada	Dra. Alícia Santana Duarte(OAB: 11902-A/MA)

Advogado	Dr. Roberto dos Santos Bulcão(OAB: 12219-A/MA)
Advogada	Dra. Rayssa Ferreira Cantanhede(OAB: 16451-A/MA)
Agravado	ESTADO DO MARANHÃO
Procurador	Dr. Antônio Augusto Acosta Martins
Procuradora	Dra. Rosimar Silva Guimarães Salgueiro
Agravado	INSTITUTO CIDADANIA E NATUREZA

Intimado(s)/Citado(s):

- DARCIETE CRISTINA LIMA AMARAL
- ESTADO DO MARANHÃO
- INSTITUTO CIDADANIA E NATUREZA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo prosseguimento do feito, ressalvando eventual pedido de intervenção por ocasião do julgamento da causa.
Examino.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMANTE
O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, no que concerne ao tema em destaque, consignou:

Responsabilidade Subsidiária
[...]
É incontroverso que o recorrente firmou contrato de prestação de serviço com o 1º reclamado, motivo pelo qual o inadimplemento das verbas trabalhistas a que faz jus a reclamante impõe a responsabilidade subsidiária do tomador de serviço, ainda que pertencente à Administração Pública, entendimento sedimentado na doutrina e jurisprudência pátrias.
Conquanto o Supremo Tribunal Federal tenha se pronunciado, no julgamento da ADC n° 16, pela constitucionalidade do art. 71, § 1°, da Lei nº 8.666/93, esse entendimento não impede que se reconheça a responsabilidade da administração pública, vinculando-a apenas à comprovação de culpa do ente público, materializada na ausência do dever que lhe compete, qual seja, fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora.
Na verdade, extrai-se dos fundamentos da decisão do Pretório Excelso que a Lei nº 8.666/93 deve ser analisada com base nos preceitos constitucionais, de modo que, ao fazer uma interpretação estritamente literal dos seus dispositivos, como pretende o recorrente, afrontar-se-iam direitos fundamentais dos trabalhadores, entre eles, a dignidade da pessoa humana e a valorização do trabalho.
Trilhando esse raciocínio, o c. TST houve por bem revisar a sua jurisprudência, adaptando-a à diretriz traçada pelo Pretório Excelso, o que fez alterando o inciso IV da Súmula 331 e acrescentando o inciso V ao citado verbete sumular, conforme se segue:
[...]
Diante desse contexto, não há que se falar em prevalência do sumulado sobre o legislado, mas compatibilização entre tais normas, o que veio a ser esclarecido com julgamento proferido em 26/04/2017, no qual o Plenário do STF definiu a tese de repercussão geral firmada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 760931, que discute a responsabilidade da administração pública gerada pelo inadimplemento de verbas trabalhistas de empresas prestadoras de serviços contratadas por meio de licitações, cuja tese foi redigida nos seguintes termos:
[...]
Como se pode ver, restou definido que a Administração Pública Direta e Indireta não poderá ser responsabilizada de forma automática pelo inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado, mas poderá responder subsidiariamente caso participe da relação processual, conste no título executivo judicial e seja demonstrada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei nº 8.666/1993, mormente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora.
No caso dos autos, a negligência do recorrente na fiscalização do contrato firmado com a 1ª reclamada não restou evidenciada.
Assim, em face da ausência de demonstração da culpa 'in vigilando', a responsabilidade subsidiária aplicada ao ente público deve ser excluída da condenação, ressalvando-se entendimento anterior desta relatora em outros feitos, para amoldar seu posicionamento à decisão do STF antes mencionada.

A reclamante postula a condenação subsidiária do ente público tomador de serviço, em razão da existência de culpa.
Aponta violação do art. 71, §1º, da Lei 8.666/1993, bem como contrariedade à Súmula 331, item V, do TST. Transcreve arestos.
Analiso.
No julgamento dos embargos de declaração nos autos do RE-760931/DF, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua jurisprudência acerca da responsabilidade da Administração Pública quanto ao pagamento de verbas trabalhistas devidas a empregados que a ela prestam serviços de maneira terceirizada.
Em suma, em um primeiro momento, a Corte Constitucional ratificou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei 8.666/93, na linha do que já havia decidido na ADC 16.
Em um segundo instante, fixou-se a tese no sentido de que "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Aqui, deixou-se evidente que o inadimplemento da empresa terceirizada não autoriza, por si só, o redirecionamento da responsabilidade à Administração Pública. Com efeito, embora seja possível a responsabilização do ente púbico, não é o inadimplemento o seu pressuposto único. Aliás, a equilibrada decisão do Supremo Tribunal Federal deixou claro que a expressão "automaticamente" contida na tese teve como objetivo possibilitar ao trabalhador a responsabilização do ente público, "dependendo de comprovação de culpa in eligendo ou culpa in vigilando, o que decorre da inarredável obrigação da administração pública de fiscalizar os contratos administrativos firmados sob os efeitos da estrita legalidade" (voto do Min. Edson Fachin, redator do acórdão do ED-RE760931/DF).
Portanto, ficou decidido no julgamento do recurso extraordinário (e reafirmado no julgamento dos embargos de declaração) que é possível responsabilizar a Administração Pública pelo pagamento das verbas trabalhistas devidas a empregados das empresas terceirizadas, de maneira subsidiária, quando constatada a omissão na sua atuação, que é obrigatória, sendo vedada a presunção de culpa.
Sendo assim, diferentemente da posição que esta 2ª Turma vinha adotando (com ressalva de entendimento pessoal de seus integrantes) - por entender que o Supremo Tribunal Federal havia

também firmado entendimento no sentido de que seria do trabalhador o ônus da prova da omissão na fiscalização pelo ente da Administração Pública -, o Supremo Tribunal não firmou tese processual acerca da distribuição do onus probandi.
Dessa forma, as regras de distribuição do ônus da prova continuam a observar os dispositivos infraconstitucionais que as regulam, a exemplo dos arts. 373 do CPC/2015 e 818 da CLT.
Dito isso, é a Administração Pública quem tem a aptidão para a prova da fiscalização do contrato administrativo de prestação de serviços (aspecto subjetivo do ônus da prova), obrigação que decorre da própria Lei de Licitações (arts. 58, III, e 67, da Lei 8.666/93), na linha do que definiu o Supremo Tribunal Federal. Sendo assim, nos casos em que não há prova de fiscalização, deve o julgador decidir contrariamente à parte que tinha o ônus probatório e dele não se desincumbiu: é a própria adoção da distribuição do ônus da prova como regra de julgamento (aspecto objetivo do ônus da prova).
Cito precedentes deste Tribunal Superior do Trabalho, inclusive da SBDI-1/TST, nos quais é atribuído ao ente público o ônus da prova da fiscalização:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido " (E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020).

"AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA SEM O RECONHECIMENTO DA TRANSCENDÊNCIA EM RAZÃO DE NÃO TER HAVIDO TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA DE RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DE ÓRGÃO PÚBLICO POR CULPA IN VIGILANDO. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL DO STF. ÔNUS DA PROVA. I - O não reconhecimento do pressuposto recursal da transcendência da matéria veiculada no recurso de revista radica na premissa de que, no caso concreto, a Corte Regional firmou a sua convicção nas provas produzidas ao reputar evidenciada a conduta omissiva do órgão público na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas contraídas pela empresa prestadora dos serviços, caracterizando a culpa in vigilando da administração pública, nos moldes da Súmula nº 331, V e VI, do TST e nos limites da decisão proferida pelo STF na ADC 16/DF. Portanto, não houve desrespeito ao julgamento do STF no RE 760.931 (Tema 246 do ementário de repercussão geral). II - Consoante decisão do STF, "quando do julgamento do RE 760.931, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 11.09.2017, não se fixou regra sobre a distribuição do ônus probatório nas ações que debatem a responsabilidade subsidiária da Administração Pública em decorrência da culpa in vigilando nos contratos de terceirização. Não destoa desse entendimento acórdão que, ante as peculiaridades do caso concreto, impõe à Administração a prova de diligência. Agravo regimental a que se nega provimento. (Rcl 35907 AgR, Relator: Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma - DJe-19-12-2019)". III - Em vista do posicionamento do STF sobre o tema, a SbDI-1 do TST, órgão que uniformiza a jurisprudência interna corporis , firmou entendimento no sentido de que é do poder público o ônus da demonstrar que fiscalizou adequadamente os contratos de prestação de serviços por ele firmados, por constituir dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e outras obrigações impostas à administração pública por diversas normas legais (TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão, sessão de 12.12.2019). Agravo a que se nega provimento" (Ag-RR-100330-27.2017.5.01.0205, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 17/08/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. TOMADOR DE SERVIÇOS. FISCALIZAÇÃO NÃO DEMONSTRADA. ÔNUS DA PROVA. Em recente decisão, no julgamento dos embargos de declaração nos autos do RE-760931/DF, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua jurisprudência acerca da responsabilidade da Administração Pública quanto ao pagamento de verbas trabalhistas devidas a empregados que a ela prestam serviços de maneira terceirizada. Em um primeiro momento, a Corte Constitucional ratificou a constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei 8.666/93, na linha do que já havia decidido na ADC 16. Em um segundo instante,

fixou-se a tese no sentido de que "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Aqui, deixou-se evidente que o inadimplemento da empresa terceirizada não autoriza, por si só, o redirecionamento da responsabilidade à Administração Pública. Com efeito, embora seja possível a responsabilização do ente púbico, não é o inadimplemento o seu pressuposto único . Aliás, a equilibrada decisão do Supremo Tribunal Federal deixou claro que a expressão "automaticamente" contida na tese teve como objetivo possibilitar ao trabalhador a responsabilização do ente público, "dependendo de comprovação de culpa in eligendo ou culpa in vigilando , o que decorre da inarredável obrigação da administração pública de fiscalizar os contratos administrativos firmados sob os efeitos da estrita legalidade" (voto do Min. Edson Fachin, redator do acórdão do ED-RE760931/DF). Portanto, ficou decidido no julgamento do recurso extraordinário (e reafirmado no julgamento dos embargos de declaração) que é possível responsabilizar a Administração Pública pelo pagamento das verbas trabalhistas devidas a empregados das empresas terceirizadas, de maneira subsidiária, quando constatada a omissão na sua atuação , que é obrigatória, sendo vedada a presunção de culpa . Sendo assim, diferentemente da posição que esta 2ª Turma vinha adotando (com ressalva de entendimento pessoal de seus integrantes) - por entender que o Supremo Tribunal Federal havia também firmado entendimento no sentido de que seria do trabalhador o ônus da prova da omissão na fiscalização pelo ente da Administração Pública -, o Supremo Tribunal não firmou tese processual acerca da distribuição do onus probandi. Nesse sentido, as regras de distribuição do ônus da prova continuam a observar os dispositivos infraconstitucionais que as regulam, a exemplo dos arts. 373 do CPC/2015 e 818 da CLT. Dito isso, é a Administração Pública quem tem a aptidão para a prova da fiscalização do contrato administrativo de prestação de serviços (aspecto subjetivo do ônus da prova), obrigação que decorre da própria Lei de Licitações (arts. 58, III, e 67 da Lei 8.666/93), na linha do que definiu o Supremo Tribunal Federal. Assim, nos casos em que não há prova de fiscalização, deve o julgador decidir contrariamente à parte que tinha o ônus probatório e dele não se desincumbiu: é a própria adoção da distribuição do ônus da prova como regra de julgamento (aspecto objetivo do ônus da prova). No caso, o Tribunal Regional considerou que não foi comprovada a fiscalização pelo ente público, julgando procedente o pedido de responsabilização subsidiária. Decisão em harmonia com o entendimento consolidado na Súmula 331, V, do TST. Precedentes. Agravo de instrumento de que se conhece e a que se nega provimento" (AIRR-2013-42.2016.5.07.0017, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 18/09/2020).

"RECURSO DE REVISTA. JULGAMENTO ANTERIOR POR ESTA 3ª TURMA. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS PARA EVENTUAL EMISSÃO DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ARTIGO 1.030, INCISO II, DO CPC. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. ENTIDADES ESTATAIS. ENTENDIMENTO FIXADO PELO STF NA ADC Nº 16-DF. SÚMULA 331, V, DO TST. ART. 71, § 1º, DA LEI 8.666/93. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. JURISPRUDÊNCIA VINCULANTE DO STF. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE CONDUTA CULPOSA NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DA LEI 8.666/93. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NO TOCANTE À AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. ENCARGO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEGUNDO INTERPRETAÇÃO DA SBDI-1/TST À JURISPRUDÊNCIA DO STF, A PARTIR DA DECISÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROFERIDA NOS AUTOS DO RE-760.931/DF. Em observância ao entendimento fixado pelo STF na ADC nº 16-DF, passou a prevalecer a tese de que a responsabilidade subsidiária dos entes integrantes da Administração Pública direta e indireta não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada, mas apenas quando explicitada no acórdão regional a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei 8.666, de 21.6.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. E o STF, ao julgar, com repercussão geral reconhecida, o RE-760.931/DF, confirmou a tese já explicitada na anterior ADC nº 16-DF, no sentido de que a responsabilidade da Administração Pública não pode ser automática, cabendo a sua condenação apenas se houver prova inequívoca de sua conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos. Provocado o STF, em sede de embargos de declaração, sobre o alcance da decisão proferida nos autos do RE-760.931/DF, sobretudo quanto ao ônus de prova da fiscalização do adimplemento das obrigações contratuais trabalhistas no curso do pacto celebrado entre o ente privado e a Administração Pública, o recurso foi desprovido. Em face dessa decisão, em que o Supremo Tribunal Federal não delimitou - como foi questionado nos embargos de declaração - a matéria atinente ao ônus da prova da fiscalização do contrato, compreendeu a SBDI-1 do TST, em julgamento realizado em 12.12.2019, nos autos dos Embargos E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, que a deliberação acerca da matéria, dado o seu caráter eminentemente infraconstitucional, compete à Justiça do Trabalho. E, manifestando-se expressamente sobre o encargo probatório, fixou a tese de que é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços, suplantando, assim, o entendimento de que seria do empregado tal encargo processual. Ressalte-se que, ainda que não haja transferência automática da responsabilidade (não incide, nesses casos, a culpa presumida, segundo o STF), tem o tomador de serviços estatal o ônus processual de comprovar seus plenos zelo e exação quanto ao adimplemento de seu dever fiscalizatório (art. 818, II e § 1º, CLT; art. 373, II, CPC/2015). Por essas razões, se a entidade pública não demonstra a realização do efetivo controle sobre o contrato, deve ser responsabilizada subsidiariamente pela satisfação das obrigações trabalhistas inadimplidas pela empregadora. É preciso - reitere-se - deixar claro que, se a entidade estatal fizer prova razoável e consistente, nos autos, de que exerceu, adequadamente, o seu dever fiscalizatório, não pode ocorrer a sua responsabilização, pois isso configuraria desrespeito à jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal. Consequentemente, no caso concreto, em face de a decisão do TRT estar em consonância com o atual posicionamento desta Corte sobre a matéria e mantida a decisão que não conheceu do recurso de revista, sem proceder ao juízo de retratação, nos termos do art. 543-B, § 3º, do CPC, devolvam-se os autos à Vice-Presidência desta Corte Superior" (RR-21306-14.2014.5.04.0029, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 18/09/2020).

"I. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA 13.467/2017. 1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ÔNUS DA PROVA. SÚMULA 331, V, DO TST. DECISÃO PROFERIDA PELA SUBSEÇÃO 1 ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS

INDIVIDUAIS (SBDI-1), NO JULGAMENTO DO E-RR-925-07.2016.5.05.0281, EM 12/12/2019. ATRIBUIÇÃO AO ENTE PÚBLICO DO ÔNUS PROBATÓRIO ACERCA DA REGULAR FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA. 1. De acordo com o artigo 896-A da CLT, o Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, deve examinar previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica. No presente caso, o Tribunal Regional decidiu a questão com amparo no ônus probatório acerca da conduta culposa do tomador de serviços. A SBDI-1 desta Corte, no recente julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, de relatoria do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, em 12/12/2019, com sua composição plena, entendeu que o Supremo Tribunal Federal não firmou tese acerca do ônus da prova da culpa in vigilando ou da culpa in eligendo da Administração Pública tomadora dos serviços, concluindo caber ao Ente Público o ônus de provar a efetiva fiscalização do contrato de terceirização. Trata-se, portanto, de " questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista ", nos termos do art. 896-A, IV, da CLT, o que configura a transcendência jurídica da matéria em debate . 2. A Suprema Corte, ao julgar a ADC 16/DF e proclamar a constitucionalidade do § 1º do artigo 71 da Lei 8.666/93, não afastou a possibilidade de imputação da responsabilidade subsidiária aos entes da Administração Pública, por dívidas trabalhistas mantidas por empresas de terceirização por eles contratadas, desde que configurada conduta culposa, por omissão ou negligência, no acompanhamento da execução dos contratos de terceirização celebrados, nos moldes da Súmula 331, V, do TST. Ainda, no julgamento do RE 760931, o Supremo Tribunal Federal, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93 ". A partir da análise dos fundamentos lançados no debate travado no âmbito do Supremo Tribunal Federal para se concluir acerca da responsabilização do Ente da Administração Pública, em caráter excepcional, deve estar robustamente comprovada sua conduta culposa, não se cogitando de responsabilidade objetiva ou de transferência automática da responsabilidade pela quitação dos haveres em razão do simples inadimplemento das obrigações trabalhistas pela prestadora de serviços. 3. A SBDI-1 desta Corte, após análise dos debates e dos votos proferidos no julgamento do RE 760931, entendeu que o Supremo Tribunal Federal não firmou tese acerca do ônus da prova da culpa in vigilando ou in eligendo da Administração Pública tomadora de serviços. Ponderou que o STF rejeitou o voto lançado pelo redator designado, Ministro Luiz Fux, no julgamento dos embargos declaratórios opostos em face da referida decisão, no qual ressaltou a impossibilidade da inversão do ônus da prova ou da culpa presumida da Administração Pública. Asseverou que, após o aludido julgamento, o entendimento de que não teria havido posicionamento acerca do ônus probatório - se do empregado ou da Administração Pública - passou a prevalecer, inclusive na resolução de Reclamações Constitucionais apresentadas perante aquela Corte. Destacou que a definição quanto ao ônus da prova acerca da regular fiscalização do contrato de terceirização fica a cargo desta Corte. Concluiu, assim, que o Ente Público, ao anotar a correta fiscalização da execução do contrato de terceirização, acena com fato impeditivo do direito do empregado, atraindo para si o ônus probatório, nos termos dos artigos 333, II, do CPC/73, 373, II, do CPC/2015 e 818 da CLT, acrescentando que atribuir ao empregado o ônus de provar a fiscalização deficiente por parte do Poder Público significa conferir-lhe o encargo de produzir provas de difícil obtenção (E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Julgado em: 12/12/2019). 4. Nesse cenário, a Corte Regional, ao destacar que competia ao Ente Público provar que fiscalizou a execução do contrato de prestação de serviços, proferiu acórdão em conformidade com o atual entendimento da SBDI-1 desta Corte, incidindo a Súmula 333/TST e o artigo 896, § 7º, da CLT como óbices ao processamento da revista. Agravo de instrumento não provido. II. RECURSO DE REVISTA ADESIVO DA RECLAMANTE. ARTIGO 997, III, DO CPC/2015. Prejudicada a análise do recurso de revista adesivo ante o não processamento do recurso principal. Recurso de revista prejudicado" (AIRR-1000288-79.2017.5.02.0445, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SÚMULA N.º 331, V, DO TST. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. 1. Considerando o recente pronunciamento, pelo Supremo Tribunal Federal, acerca da constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação que lhe emprestou a Lei n.º 9.032/1995, e a repercussão da tese sufragada sobre a interpretação da legislação que rege o tema da responsabilidade subsidiária da Administração Pública pelos créditos trabalhistas dos terceirizados, bem como a existência de decisões conflitantes sobre a matéria, reconhece-se a transcendência jurídica da causa (artigo 896-A, § 1º, IV, da CLT). 2 . O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF, mediante acórdão publicado no DJe de 09/09/2011, reconheceu a constitucionalidade do artigo 71, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação que lhe emprestou a Lei n.º 9.032/1995. Na ocasião, a excelsa Corte sufragou tese no sentido de que a mera inadimplência da empresa contratada não justifica a transferência, para a Administração Pública, da responsabilidade pelo pagamento dos encargos resultantes da relação de emprego havida entre particulares. Ressalvou, todavia, o Supremo Tribunal Federal, que a conduta omissiva da Administração Pública, quanto ao seu poder-dever de fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações atribuídas à empresa contratada, rende ensejo ao reconhecimento da responsabilidade subsidiária do ente público. Nesse sentido, o voto condutor lavrado pelo Exmo. Ministro Cezar Peluso , segundo o qual o reconhecimento da constitucionalidade do dispositivo legal em comento " não impedirá que a Justiça do Trabalho continue reconhecendo a responsabilidade da Administração com base nos fatos de cada causa " (fl. 38), sendo certo que " o mero inadimplemento deveras não transfere, mas a inadimplência da obrigação da Administração é que lhe traz como consequência uma responsabilidade que a Justiça do Trabalho eventualmente pode reconhecer a despeito da constitucionalidade da lei " (fl. 46 - os grifos foram acrescidos). 3 . Nesse exato sentido passou a orientar-se a jurisprudência desta Corte superior, a partir da edição, pelo Tribunal Pleno, da Resolução n.º 174, de 24/05/2011, de que resultou a inserção do item V na Súmula n.º 331, cujo teor é o seguinte: " os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora . A aludida

responsabilidade não decorre do mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada" (destaques acrescidos) . 4 . Atente-se, ainda, para o fato de que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema nº 246 de Repercussão Geral, nos autos do RE 760.931 (julgamento concluído no dia 30/3/2017 e acórdão publicado em 12/9/2017), fixou a seguinte tese: "o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . 5 . Exsurge clara, daí, a conclusão de que, na mesma linha da tese sufragada na Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF, entende o Supremo Tribunal Federal que não há falar em transferência automática à Administração Pública da responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas decorrentes do contrato mantido entre a empresa prestadora de serviços e seus empregados. 6 . O Supremo Tribunal Federal deliberadamente não definiu , na tese de Repercussão Geral fixada no RE n.º 760.931, a distribuição do ônus da prova , limitando-se a sufragar o entendimento de que " o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 ". 7 . Nesse contexto, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais desta Corte superior, nos autos do processo n.º TST-E-RR-925-07.2016.5.05.0281, em sessão de julgamento realizada em 12/12/2019, acórdão publicado em 22/5/2020, firmou entendimento no sentido de que incumbe ao ente público o ônus de comprovar a efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos de trabalho firmados entre a empresa prestadora dos serviços e seus empregados. 8 . Assim, resulta incensurável a decisão proferida pelo egrégio Tribunal Regional, que, examinando a situação concreta dos autos, constatou que a Administração Pública não cumpriu com sua obrigação de fiscalizar o adimplemento, pela empresa prestadora dos serviços, das obrigações a que submetida, por força de lei ou do contrato. Nesse sentido, registrou-se no acórdão prolatado pela Corte de origem que "no caso sob análise, o ente público agiu com culpa, uma vez que não efetuou os repasses financeiros à primeira ré, e tinha ciência do inadimplemento das verbas trabalhistas, aliás fato público e notório, de forma que não há falar em demonstração de culpa pelo empregado. Repiso que a recorrente não tomou qualquer providência efetiva para resguardar os créditos devidos aos trabalhadores da empresa contratada que lhe prestaram serviços . Portanto , ante a conduta culposa do ente público, resta configurada a sua responsabilidade subsidiária , nos termos da Súmula 331, V, do TST, e do entendimento adotado pelo STF na ADC 16" . 9. Tal premissa fática, insuscetível de revisão em sede extraordinária, revela-se suficiente a justificar a conclusão a que chegou a Corte de origem, no sentido de impor ao ente público a obrigação de arcar, de forma subsidiária, com o pagamento dos créditos trabalhistas reconhecidos à parte obreira. 10. Agravo de Instrumento a que se nega provimento." (AIRR-101269-05.2017.5.01.0432, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE RÉ. LEI Nº 13.015/2014. CPC/2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DE REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331 DO TST. DEFINIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL PACIFICADA NO ÂMBITO DESTA CORTE SUPERIOR. No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou no Tema 246, de repercussão geral, que: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93". Em sede de embargos de declaração, ao rejeitar a solução proposta pelo Relator, deixou claro que não fixou tese quanto à definição do ônus da prova referente à efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de trabalho, por se tratar de matéria infraconstitucional, na linha de sua pacífica jurisprudência, de que são exemplos os seguintes precedentes: AI 405738 AgR, Rel. Min. Ilmar Galvão, 1ª T., julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, 2ª T., julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, 2ª T., julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T., julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator: Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg. em 11/11/2019. Nesse contexto, a SDI-1 desta Corte Superior, em sessão com sua composição completa, realizada no dia 12/12/2019, ao julgar o E-RR-925-07.2016.5.05.0281, assentou que caberia a esta Justiça Especializada resolver a aludida questão jurídica e definiu ser do tomador o encargo de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços, por ser obrigação que decorre de forma ordinária da aplicação sistemática de vários dispositivos da Lei nº 8.666/93, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público. No caso, o Tribunal Regional consignou que o ente público não se desincumbiu do ônus de provar haver sido diligente no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Assim, sua condenação subsidiária não contraria o fixado pelo Supremo Tribunal Federal e se alinha à jurisprudência pacificada no âmbito desta Corte Superior. Agravo de instrumento conhecido e não provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PARTE AUTORA. JORNADA 12X36 HORAS. VALIDADE. NORMA COLETIVA. SÚMULA Nº 444 DO TST. AUSÊNCIA DE REGISTRO FÁTICO E TESE ACERCA DA DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME POR SUPOSTA PRESTAÇÃO HABITUAL DE HORAS EXTAS. SÚMULAS NºS 126 E 297 DO TST. Conforme entendimento consubstanciado na Súmula nº 444 desta Corte: "é válida, em caráter excepcional, a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. O empregado não tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas ". No caso, o Tribunal Regional, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, registrou a existência de acordo coletivo válido autorizando o regime de compensação da jornada de trabalho de 12x36h. Conclusão em sentido contrário demandaria o revolvimento de fatos e provas, o que não é admissível nesta instância extraordinária, consoante o teor da Súmula nº 126 do TST. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (AIRR-11354-26.2014.5.01.0051, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 18/09/2020).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA.

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ÔNUS DA PROVA. 1. Cinge-se a presente controvérsia ao ônus da prova da fiscalização e da conduta culposa do ente público, por se tratar de elemento necessário à configuração da responsabilidade subsidiária da Administração Pública, segundo a diretriz perfilhada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC nº 16 e a tese fixada no RE nº 760.931, em sede de repercussão geral (Tema nº 246). 2 . A SDI-1 desta Corte, órgão de uniformização jurisprudencial interna corporis , firmou a compreensão de que a discussão atinente ao onus probandi não foi apreciada no referido precedente de repercussão geral, notadamente em razão do seu caráter infraconstitucional, incumbindo a este Tribunal Superior do Trabalho o enfrentamento da questão. E, assim, com base no princípio da aptidão para a prova e no fato de que a fiscalização constitui um dever legal, concluiu ser do ente público o encargo probatório de demonstrar a regular observância das exigências legais no tocante à fiscalização da prestadora dos serviços quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas. 3. Nesse contexto, a conclusão adotada pelo Tribunal de origem revela-se irrepreensível, pois a condenação subsidiária atribuída ao ente público não foi automática, mas decorreu da configuração da sua conduta culposa, porquanto não produziu nenhuma prova de que tenha fiscalizado a empresa contratada, ônus que lhe incumbia. Agravo de instrumento conhecido e não provido." (AIRR-100442-15.2017.5.01.0037, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 18/09/2020).

Na hipótese dos autos, especificamente no que diz respeito a não comprovação da culpa do ente público, o Tribunal Regional consignou o seguinte:

No caso dos autos, a negligência do recorrente na fiscalização do contrato firmado com a 1ª reclamada não restou evidenciada.
Assim, em face da ausência de demonstração da culpa 'in vigilando', a responsabilidade subsidiária aplicada ao ente público deve ser excluída da condenação, ressalvando-se entendimento anterior desta relatora em outros feitos, para amoldar seu posicionamento à decisão do STF antes mencionada.

Conforme se observa, o Tribunal Regional atribuiu à parte reclamante o encargo de comprovar a culpa do ente público. Dentro desse contexto, necessário se faz o provimento do agravo de instrumento.
À vista do exposto, atendidos os requisitos do art. 489, § 1º, do CPC e com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST e 932, III, IV e V, do CPC, dou provimento ao agravo de instrumento quanto ao tema "responsabilidade subsidiária", por possível contrariedade à Súmula 331, V, do TST, para determinar o processamento do recurso de revista, no aspecto.

II - RECURSO DE REVISTA DA RECLAMANTE

Tendo em vista os fundamentos antes apresentados, ora reiterados, conheço do recurso de revista por contrariedade à Súmula 331, V, do TST.
No mérito, dou-lhe provimento para restabelecer a sentença que declarara a responsabilidade subsidiária do Estado do Maranhão. Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0011000-24.2018.5.15.0066

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	LEANDRO HENRIQUE MOREIRA
Advogado	Dr. Adriano de Camargo Peixoto(OAB: 229731-A/SP)
Recorrido	BRASSEGE - TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA - EPP
Advogado	Dr. Marcos Francisco Maciel Coelho(OAB: 260782-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRASSEGE - TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA - EPP
- LEANDRO HENRIQUE MOREIRA

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que deu parcial provimento ao recurso ordinário, mantendo, contudo a condenação quanto ao tema "HONORÁRIOS PERICIAIS E ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA".
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:
"(...)
HONORÁRIOS PERICIAIS E ADVOCATÍCIOS
O reclamante busca excluir a condenação ao pagamento dos honorários em epígrafe, argumentando, em síntese, ser beneficiário da justiça gratuita; que obrigar o trabalhador, pessoa comprovadamente pobre no sentido legal, ao pagamento de verba honorária, cria um obstáculo de ordem econômica para o acesso formal e material à Justiça, afrontando a Constituição Federal. Sucessivamente, requer que o pagamento dos honorários de sucumbência e periciais permaneçam sob condição suspensiva de exigibilidade.
O juízo de origem determinou o pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais ao patrono da reclamada nos seguintes termos (fls. 151/152):
"Em face da sucumbência do reclamante, deverá ele arcar com o pagamento de honorários advocatícios em favor do patrono da reclamada, na proporção de 15% do resultado da somatória dos valores referentes aos títulos em que sucumbiu integralmente (alíneas "d" e "e" da inicial e o pedido de pagamento de férias integrais acrescidas de 1/3), totalizando a importância a ser paga em R$ 2.672,71, que será atualizada e acrescidas de juros de mora desde o ajuizamento da ação, nos termos do que dispõe o art. 791-A da CLT.
Fica consignado que o valor devido pelo empregado a título de honorários advocatícios sucumbenciais será apurado em futura liquidação de sentença e que, tão logo lhe seja disponibilizado em Juízo numerário destinado à satisfação de seu crédito trabalhista, será suportado pelo abatimento da importância devida em prol do patrono da reclamada, tudo com atenção a regra da exigibilidade

prevista no § 4º do art. 791-A da CLT, em qualquer caso vedada a compensação entre os honorários de sucumbência recíproca, nos termos do § 3º do dispositivo legal citado."

Pois bem.

A presente reclamação trabalhista foi ajuizada em 22/8/2018, quando já vigente a Lei 13467/2017. Portanto, a verba honorária deferida encontra-se em conformidade com a nova legislação trabalhista, que passou a prever o seguinte:

"Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

(...)

§ 4o Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário."

Destaco, por oportuno, que a questão relativa à constitucionalidade desta norma foi recentemente analisada pelo C. TST no processo nº AIRR-2054-06.2017.5.11.0003 no qual decidiu-se o seguinte:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nos 13.015/2014, 13.105/2015 E 13.467/2017. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. AÇÃO AJUIZADA APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 791-A, § 4º, DA CLT. 1. A Reforma Trabalhista, implementada pela Lei nº 13.467/2017, sugere uma alteração de paradigma no direito material e processual do trabalho. No âmbito do processo do trabalho, a imposição pelo legislador de honorários sucumbenciais ao reclamante reflete a intenção de desestimular lides temerárias. É uma opção política. 2. Por certo, sua imposição a beneficiários da Justiça gratuita requer ponderação quanto à possibilidade de ser ou não tendente a suprimir o direito fundamental de acesso ao Judiciário daquele que demonstrou ser pobre na forma da Lei. 3. Não obstante, a redação dada ao art. 791, § 4º, da CLT, demonstrou essa preocupação por parte do legislador, uma vez que só será exigido do beneficiário da Justiça gratuita o pagamento de honorários advocatícios se ele obtiver créditos suficientes, neste ou em outro processo, para retirá-lo da condição de miserabilidade. Caso contrário, penderá, por dois anos, condição suspensiva de exigibilidade . A constatação da superação do estado de miserabilidade, por óbvio, é casuística e individualizada. 4. Assim, os condicionamentos impostos restauram a situação de isonomia do atual beneficiário da Justiça gratuita quanto aos demais postulantes. Destaque-se que o acesso ao Judiciário é amplo, mas não incondicionado. Nesse contexto, a ação contramajoritária do Judiciário, para a declaração de inconstitucionalidadede norma, não pode ser exercida no caso, em que não se demonstra violação do princípio constitucional de acesso à Justiça. Agravo de instrumento conhecido e desprovido."

Esta Câmara Julgadora também reúne precedentes pela constitucionalidade da exigência: ROPS 0010443-88.2018.5.15.0146, Rel. Des. Carlos Alberto Bosco, DEJT 12/09/2018; RO 0010163-17.2018.5.15.0050, Rel. Juiz Manoel Luiz Costa Penido, DEJT 08/10/2019.

Diante disso, mantenho a condenação relativa aos honorários advocatícios sucumbenciais. Pontuou que o juízo de origem já determinou seja observada a condição suspensiva de exigibilidade prevista no artigo 791-A, §4º, da CLT.

Entretanto, na esteira da jurisprudência desta douta 4ª TURMA - 7ª CÂMARA, entendo razoável reduzir o percentual arbitrado pela Origem a título de honorários sucumbenciais devidos pelas partes para 7% (sete por cento). Ressalto que o percentual ora fixado, além de representar patamar médio, está em harmonia com os parâmetros conformados à complexidade da causa e o tempo empregado em seu desfecho. Inteligência do art. 791-A, §2º, inciso IV, da CLT.

Em relação aos honorários periciais, aplicável ao caso o disposto no artigo 790-B, §4º da CLT, in verbis:

"Art. 790-B. A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita.

(...)

§ 4o Somente no caso em que o beneficiário da justiça gratuita não tenha obtido em juízo créditos capazes de suportar a despesa referida no caput, ainda que em outro processo, a União responderá pelo encargo."

A alteração legislativa foi clara e expressa quanto a questão: mesmo se beneficiário da justiça gratuita caberá ao sucumbente arcar com a despesa do perito se houver crédito na ação para tanto. Não há se falar em inconstitucionalidade na medida em que não há obstáculo para o acesso à justiça, sendo plenamente permitida a produção da prova necessária para o deslinde do feito.

Por outro lado, a problemática acerca das despesas para sua realização, que há muito tempo se discutia no Judiciário, foi solucionada desonerando os cofres públicos.

Destaco que se trata de norma já vigente quando do ajuizamento da ação de modo que o que o reclamante tinha condições de ponderar se a possibilidade de êxito na pretensão superava o risco de ter que arcar com as despesas periciais se fosse sucumbente.

Todavia, tomando em conta que para a fixação dos honorários periciais devem ser considerados vários fatores (tempo despendido inclusive em razão das diligências realizadas; grau de dificuldade das matérias e dos cálculos; número de reclamantes e período de apuração e o zelo profissional), bem como considerando o admitido em casos similares nesta E. 7ª Câmara, entendo razoável reduzir o valor da verba honorária arbitrada pelo magistrado sentenciante para R$ 2.500,00.

Apelo parcialmente provido

(...)"

No que tange à insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS PERICIAIS E ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita. No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários periciais e advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, visto que a ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.

Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários periciais e advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.

Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0011730-22.2016.5.15.0093

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	Dr. Flavia Neves Nou de Brito(OAB: 17065-A/BA)
Recorrido	EDER JORGE GIRALDI FILHO
Advogada	Dra. Edivirges Mendes de Brito(OAB: 136971/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- EDER JORGE GIRALDI FILHO
- TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que deu provimento ao recurso ordinário do reclamante para lhe deferir pagamento referente à PLR 2012 e PLR 2013, e aplicou à reclamada multa por embargos de declaração protelatórios.
Irresignada, a empresa interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
O TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação aos temas referentes à nulidade por negativa de prestação jurisdicional e à multa por embargos de declaração protelatórios e entendeu prejudicada a análise do recurso no tocante à condenação ao pagamento da PLR 2012.
É desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (artigo 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado e regular o preparo.
O acórdão do Regional assim consignou:
"2.1- PLR 2012 e 2013
Na inicial, o reclamante alegou não ter recebido PLR 2012 e 2013, denominada Placar, correspondente a 4 salários para cada ano base. Salientou, em seguida, ter recebido 2 salários, após intervenção do Sindicato da categoria, para o ano de 2013 (some-se termos da defesa, réplica e recurso do autor).
A reclamada alegou que não ter quitado o benefício porque não atingido o "gatilho delta EVA" de 2012 e pago o 2013 conforme o "gatilho delta EVA" do ano base.
Por se tratar de fato impeditivo do direito vindicado, competia à reclamada comprovar o não atingimento da meta, ônus do qual não se desvencilhou a contento, já que a auditoria que junta não trazem dados contábeis suficientes para aferição, não produzindo prova segura em seu favor.
Além disso a testemunha obreira declarou que a partir de 2012 passou não se divulgada qualquer informação de performance da ré até para fins de PLR, em desacordo com a norma coletiva.
Provejo para deferir a PLR 2012 correspondente a 4 salários e a PLR 2013 correspondente a 2 salários." - destaquei

No acórdão dos Embargos de Declaração, o colegiado assim decidiu:
"Relatório
Os embargos de declaração foram opostos pela reclamada contra o acórdão em epígrafe, alegando omissão quanto à apreciação de argumentos defensivos e provas acerca da PLR/Placar 2012 e 2013, bem assim quanto à demonstração de distinção ou superação de precedentes apresentados, violando o art. 489, § 1º, VI do CPC. Requer o prequestionamento da matéria e seja dado efeito modificativo ao julgado.
V O T O
Os embargos são tempestivos e deles conheço.
No entanto, não merecerem acolhida.
O v. Acórdão vergastado, após análise de todos os elementos dos autos, incluindo a defesa e documentos juntados aos autos, adotou tese explícita e fundamentada quanto ao deferimento da PLR dos anos de 2012 e 2013, entregando a prestação jurisdicional conforme o livre convencimento motivado, nos termos do que dispõe o art. 93, IX, da CF, inexistindo qualquer omissão quanto ao tema.
O magistrado não está obrigado a enfrentar todos os argumentos levantados pela parte e nem tecer considerações sobre todas as provas colacionadas aos autos, mas tão somente aquelas/aqueles imprescindíveis para o deslinde da questão. Obviamente também não está atrelado a julgamentos de outros regionais, não necessitando tecer qualquer referência à distinção ou superação destes precedentes, inexistindo violação ao art. 489, § 1º, VI do CPC;
Há uma escancarada diferença entre uma decisão desfundamentada e outra que contraria o interesse da parte. A decisão embargada adotar posicionamento divergente daquele pretendido pelos litigantes não significa que necessite de complementação ou revisão.
A toda evidência a pretende obter reforma da decisão por meio inadequado para tanto, restando claro o caráter protelatório, motivo

pelo qual condeno-a ao pagamento de multa de 2% sobre o valor dado a causa, nos termos do art. 1.026, § 2º do CPC.
Dessa forma, tendo sido entregue a prestação jurisdicional de forma completa, rejeitam-se os embargos declaratórios interpostos.
Para efeito de prequestionamento, ante os fundamentos expostos, assinalo que não foram violados os dispositivos legais mencionados pelo embargante, não houve afronta à Carta Magna e foram observadas, no que cabia, as Súmulas das Cortes Superiores" - destaquei.

A reclamada opôs embargos de declaração instando o TRT a se manifestar expressamente sobre as questões levantadas, de que há registro nos autos de que não houve atingimento de resultados no ano-base 2012, mas apuração de que o valor do Delta EVA orçado para o ano de 2012 foi negativo, bem como que o sindicato da categoria, SINTETEL, reconheceu o não atingimento do gatilho Delta EVA no ano-base 2012, conforme Termo de Compromisso Relativo ao Programa de Participação em Resultados firmado em 02/05/2013, necessário para que houvesse o direito ao pagamento da verba em questão, e, ainda que demonstrado o adimplemento do PLR 2013 ("PLACAR 2013") em valor superior ao deferido. O TRT rejeitou os embargos de declaração e aplicou à reclamada, multa por considerá-los protelatórios.
A reclamada, nas razões do recurso de revista, pugna pela nulidade do acórdão dos embargos de declaração, sustentando que este incorreu em "afronta direta ao art. 93, IX, da CF, e violação literal aos artigos 832 da CLT, e 489, §1º, inciso IV, do CPC", e requer o provimento no mérito "com a declaração da nulidade ora arguida, determinando-se o retorno dos autos ao juízo a quo, compelindo-o a enfrentar as matérias e provas defendidas pela Recorrente, o que, por certo, conduzirá ao inevitável afastamento da condenação ao pagamento do PLACAR 2012 correspondente a 4 salários e do PLACAR 2013 correspondente a 2 salários".
Da leitura do acórdão, da peça dos embargos de declaração da reclamada, e do acórdão dos embargos de declaração, verifica-se que o TRT, efetivamente, não se pronunciou sobre as questões levantadas pela reclamada nos seus embargos aclaratórios, no caso, relevantes para o deslinde da controvérsia.
Essa exigência se justifica para se viabilizar a apreciação plena por esta alta Corte dos tópicos recursais articulados pela parte em sede de recurso de revista, cuja natureza extraordinária impede o reexame do conjunto fático-probatório extraído do processado. Nessa ordem de ideias, tem-se a vedação inscrita na Súmula 126 do TST, na medida em que incumbe a este Tribunal Superior decidir a partir das premissas fáticas muito bem delineadas pela instância ordinária soberana na revisão dos fatos e provas existentes nos autos.
Conheço do recurso de revista, por violação do artigo 93, IX, da Constituição Federal.
Mérito
Conhecido o recurso de revista por violação do artigo 93, IX, da Constituição Federal, dou-lhe provimento para acolher a arguição de nulidade do julgado regional por negativa de prestação jurisdicional, quanto à decisão proferida pelo Tribunal Regional no exame dos embargos de declaração, e excluir a multa aplicada em razão da oposição de embargos de declaração tidos por protelatórios, determinando o retorno dos autos ao TRT de origem, a fim de que esclareça as questões suscitadas nos embargos de declaração da reclamada, nos termos da fundamentação supra.
CONCLUSÃO
À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, §5º (atual §14), da CLT e 118, X, do RITST, conheço do recurso de revista da reclamada, por violação do artigo 93, IX, da Constituição Federal, e, no mérito, dar-lhe provimento para acolher a arguição de nulidade do julgado regional por negativa de prestação jurisdicional, quanto à decisão proferida pelo Tribunal Regional no exame dos embargos de declaração, e excluir a multa aplicada em razão da oposição de embargos de declaração tidos por protelatórios, determinando o retorno dos autos ao TRT de origem, a fim de que esclareça as questões suscitadas nos embargos de declaração da reclamada, nos termos da fundamentação supra. Valor das custas inalterado.

Publique-se.

Brasília, 27 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0000520-15.2019.5.05.0491

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Recorrente	ANDREA CERQUEIRA DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Iruman Ramos Contreiras(OAB: 10889-A/BA)
Advogada	Dra. Mariana Lopes Vila Flor(OAB: 43194-A/BA)
Recorrido	MUNICÍPIO DE ILHÉUS
Procuradora	Dra. Crys São Bernardo Veloso

Intimado(s)/Citado(s):
- ANDREA CERQUEIRA DE OLIVEIRA
- MUNICÍPIO DE ILHÉUS

Trata-se de recurso de revista interposto pela reclamante, sob a égide da Lei nº 13.467/17, contra o acórdão regional que deu parcial provimento ao seu recurso ordinário.
Não houve apresentação de contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo prosseguimento do feito (doc. seq. 06).
Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade.
À aferição de conhecimento à luz dos pressupostos intrínsecos de admissibilidade.
A insurgência recursal diz respeito ao tema admitido "DEPÓSITOS DO FGTS. OBRIGAÇÃO DE FAZER. FIXAÇÃO DE ASTREINTES".
A reclamante busca a cominação de astreintes em face de eventual resistência doMUNICÍPIO DE ILHÉUSno cumprimento da obrigação de fazer referente aos depósitos de FGTS. Indica violação do art. 536, §1º, do CPC e colaciona arestos ao cotejo de teses.
Com razão.
Na hipótese, o Regional entendeu que não é cabível a fixação de astreintes em face de ente público, por entender que o recolhimento do FGTS constitui obrigação de dar, e não, de fazer, aos seguintes fundamentos:

"A reclamante pretende, ainda, a condenação do reclamado ao pagamento de multa, juros e encargos previstos no art. 22, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.036/90 sobre os recolhimentos do FGTS. Além disso, pugna pela fixação de multa diária (astreintes) para o caso de não vir o município a cumprir a obrigação de depositar o FGTS devido ao longo do contrato.

A mencionada norma dispõe acerca de juros compensatórios, posto atecnicamente afirme indenizar a mora no adimplemento, revertendo-se em favor do empregado, em vistas a minorar as perdas advindas do atraso.
Da mesma forma, a multa incidente sobre os depósitos socorre a obreira, por sua natureza jurídica de cláusula penal.
A análise sistemática da legislação acerca do FGTS, em especial do art. 23, que prevê multa reversível em benefício do Fundo, com caráter, portanto, administrativo, impede que também se confira natureza administrativa aos encargos postulados, sob pena de penalizar duplamente o empregador pelo mesmo fato.
Desse modo, caberia acolher a pretensão da reclamante para incluir na condenação o pagamento da multa prevista no inciso II do § 2º-A do art. 22 da Lei nº 8.036/90.
Contudo, este egrégio Tribunal pacificou a matéria concluindo que a multa referida não é devida em favor do trabalhador. Neste sentido a Súmula nº 65 deste TRT da 5ª Região, in verbis:

"I - RECOLHIMENTO DE FGTS. NATUREZA JURÍDICA. OBRIGAÇÃO DE DAR. DESCABIMENTO DA FIXAÇÃO DE ASTREINTES. O recolhimento do FGTS se trata de obrigação de dar (pagar), ainda que por meio de depósito na conta vinculada, sendo, portanto, incompatível a fixação de astreintes;
II - JUROS E MULTA DO ART. 22 DA LEI 8.036/1990. NATUREZA JURÍDICA. DESTINATÁRIO. São da União a multa e juros previstos nos incisos I e II do § 2º-A do art.22 da Lei 8.036/90". (Resolução Administrativa nº 0010/2018 - Divulgada no Diário Eletrônico do TRT da 5ª Região, edições de 06, 07 e 08.03.2018, de acordo com o disposto no art. 187-B do Regimento Interno do TRT da 5ª Região)".

Neste mesmo raciocínio, considerando o teor do entendimento consolidado no item I do enunciado sumular acima transcrito, não há falar em fixação de astreintes para hipótese de descumprimento da obrigação relativa ao recolhimento do FGTS." (fls. 308/309 - g.n)

A obrigação de recolhimento dos valores do FGTS na conta vinculada do empregado constitui dever de exercer determinada conduta e, portanto, em obrigação de fazer, nos termos do reconhecimento expresso do artigo 26, parágrafo único, da Lei 8.036/90.
Com efeito, os artigos 536, §1º, e 537, caput, do CPC, aplicáveis subsidiariamente ao processo do trabalho, autorizam a imposição de multa ao réu para o cumprimento imediato da obrigação de fazer, ainda que o polo passivo seja ocupado por ente da administração pública.
Nesse sentido, os seguintes julgados que servem de precedentes: TST-RR-215200-79.2005.5.09.0562, 1ªTurma, Rel. Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT de 19/11/2010; TST-RR-83800-05.2006.5.09.0562, 2ª Turma, Rel. Min. Renato de Lacerda Paiva, DEJT de 13/4/2012; TST-RR-113400-63.2005.5.07.0012, 3ª Turma, Rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, DEJT de 21/02/2014; TST-RR-205600-34.2005.5.09.0562, 4ª Turma, Rel. Min. Maria de Assis Calsing, DEJT de 27/08/2010; TST-RR-190700-46.2005.5.09.0562, 5ª Turma, Rel. Min. Kátia Magalhães Arruda, DEJT de 12/11/2010; TST-RR-1473-51.2012.5.03.0047, 6ª Turma, Rel. Min. Augusto Cesar Leite de Carvalho, DEJT de 02/03/2018; TST-RR-40000-78.2007.5.15.0026, 7ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 04/08/2014 e TST-AIRR-2106-67.2010.5.02.0077, 8.ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 8/8/2014.
Nesse contexto,conheçodo recurso de revista por violação do art. 536, § 1º, do CPC, e, no mérito,dou-lhe provimentopara, reformando o acórdão regional, fixar multa diária de R$ 100,00 (cem reais) por dia, por descumprimento da obrigação de recolher os depósitos do FGTS, medida que deve ser realizada no prazo de oito dias, a partir do trânsito em julgado da decisão.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000657-21.2014.5.03.0105

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	GLOBAL TELEATENDIMENTO E TELESERVIÇOS DE COBRANÇAS LTDA.
Advogado	Dr. Albert do Carmo Amorim(OAB: 72847/MG)
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-A/DF)
Agravante	BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO E OUTRA
Advogado	Dr. José Guilherme Carneiro Queiroz(OAB: 163613/SP)
Advogado	Dr. Milton Flavio de Almeida Camargo Lautenschlager(OAB: 162676-A/SP)
Agravado	LUCAS GOMES LOPES
Advogado	Dr. Luiz Rennó Netto(OAB: 108908/MG)
Advogado	Dr. Clériston Marconi Pinheiro Lima(OAB: 107001/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO E OUTRA
- GLOBAL TELEATENDIMENTO E TELESERVIÇOS DE COBRANÇAS LTDA.
- LUCAS GOMES LOPES

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2°, do RITST).
Examino.

I - AGRAVOS INTERPOSTOS PELAS RECLAMADAS - ANÁLISE CONJUNTA
Eis os termos da decisão agravada:
"Recurso de: BV Financeira S.A. e outro
(...)
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Transcendência.
Nos termos do art. 896-A da CLT, não compete aos Tribunais Regionais, mas exclusivamente ao TST, examinar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
Responsabilidade Solidária/Subsidiária / Tomador de Serviços/Terceirização / Licitude / Ilicitude da Terceirização. Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra divergência

jurisprudencial válida e específica, nem contrariedade com Súmula de jurisprudência uniforme do TST ou Súmula Vinculante do STF, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exigem as alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT.
A Turma julgadora decidiu em sintonia com a Súmula 331, III, do TST, em ordem a tornar superados os arestos válidos que adotam tese diversa.
Também não existem as violações apontadas, por não ser razoável supor que o TST fixaria sua jurisprudência com base em decisões que já não correspondessem mais a uma compreensão adequada do direito positivo (§ 7º do art. 896 da CLT e Súmula 333 do TST).
Ademais, a análise das alegações implicaria reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126 do TST.
Não são aptos ao confronto de teses os arestos colacionados que não citam a fonte oficial ou repositório autorizado em que foram publicados (Súmula 337, I, do TST e § 8º do art. 896, da CLT).
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Recurso de: Global Teleatendimento e Telesservicos de Cobrancas Ltda.
(...)
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Recurso / Repercussão Geral.
Responsabilidade Solidária/Subsidiária / Tomador de Serviços/Terceirização / Licitude / Ilicitude da Terceirização. Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.
Registro, de início, que a análise da repercussão geral, na forma requerida nas razões recursais, não é cabível no juízo de admissibilidade do Recurso de Revista, mas apenas em decisão proferida pelo STF em recurso extraordinário, tal como previsto § 3º do artigo 102 da CR.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, nem contrariedade com Súmula de jurisprudência uniforme do TST ou Súmula Vinculante do STF, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exigem as alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT.
A Turma julgadora decidiu em sintonia com o item III da Súmula 331 do TST, em ordem a tornar superados os arestos válidos que adotam tese diversa.
Também não existem as violações apontadas, por não ser razoável supor que o TST fixaria sua jurisprudência com base em decisões que já não correspondessem mais a uma compreensão adequada do direito positivo (§ 7º do art. 896 da CLT e Súmula 333 do TST).
Ademais, a análise das alegações implicaria reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126 do TST.
Não existem as ofensas constitucionais apontadas, uma vez que a análise da matéria suscitada no recurso não se exaure na Constituição, exigindo que se interprete o conteúdo da legislação infraconstitucional própria. Por isso, ainda que se considerasse a possibilidade de ter havido violação do texto constitucional, esta seria meramente reflexa, o que não justifica o manejo do recurso de revista, conforme reiteradas decisões da SBDI-I do TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista."

Em agravo de instrumento, a partes agravantes sustentam serem indevidas as diferenças salariais deferidas (isonomia), com fundamento de que a contratação de serviços terceirizados é permitida, inclusive para a atividade-fim da empresa. Apontam violação dos arts. 5º, II, da CRFB, 3º e 818 da CLT, em contrariedade à Súmula 331 do TST, bem como em divergência jurisprudencial.
Analiso.
Na hipótese, o Tribunal Regional reconheceu a ilicitude da terceirização, por entender que as atividades desenvolvidas pelo reclamante inserem-se na atividade-fim da empresa tomadora de serviços.
Faz-se necessário o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF (ADPF 324 e RE 958252), que reconheceu a licitude da terceirização dos serviços, inclusive de atividade-fim.
Assim, por observar uma possível violação do art. 5º, II, da CF/88, dou provimento aos agravos de instrumento das reclamadas para determinar o processamento do recurso de revista.

II - RECURSOS DE REVISTA DAS RECLAMADAS - EXAME CONJUNTO - MATÉRIA COMUM
Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DO ARE-791.932-DF. TEMA 739 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. TESE FIRMADA NOS AUTOS DA ADPF 324 E DO RE-958.252-MG, TEMA 725 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. IMPOSSIBILIDADE DA ISONOMIA E DO VÍNCULO DIRETO COMO O TOMADOR DE SERVIÇOS

1 - Conhecimento

O Tribunal Regional, no que concerne ao tema em destaque, registrou que:
"EMENTA: TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. ILICITUDE. RECONHECIMENTO DA RELAÇÃO DE EMPREGO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS. É ilegal a contratação de trabalhador por empresa interposta quando as funções por ele exercidas não se encontram entre aquelas elencadas, nas exceções previstas no item III, da Súmula n 331 do TST. Resta evidenciada a ilicitude da terceirização se as atividades do trabalhador terceirizado se inserem no objeto social do tomador de serviços, o que implica na declaração da nulidade do contrato de trabalho firmado com a empresa intermediária e fornecedora de mão-de-obra (CLT, art. 9) e reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com a empresa tomadora e beneficiária do trabalho."

Nas razões de recurso de revista, as partes reclamadas sustentam, em síntese, serem indevidas as diferenças salariais deferidas (isonomia), com fundamento de que a contratação de serviços terceirizados é permitida, inclusive para as atividades-fim da empresa. Dizem que o vínculo direto como o tomador não tem previsão legal. Apontam violação dos arts. 5º, II, da CRFB, 3º e 818 da CLT, em contrariedade à Súmula 331 do TST, bem como em divergência jurisprudencial.
Ao exame.
No caso dos autos, o Tribunal Regional entendeu pela ilicitude da terceirização de serviços firmada entre as reclamadas, o

reconhecimento do vinculo direto como o tomador e pela condenação ao pagamento das parcelas trabalhistas daí decorrentes (isonomia com os empregados da tomadora dos serviços).

Esta Corte Superior, inclusive esta Turma, com fundamento nos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, adotava o entendimento de que o ordenamento jurídico pátrio não autorizava a terceirização de forma ampla e irrestrita da atividade-fim empresarial. Assim, nos termos do item I da Súmula 331/TST, decidia pela ilicitude da terceirização e, consequentemente, pelo reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços.

Contudo, a Suprema Corte, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", afastando, assim, a configuração da relação de emprego com o tomador dos serviços. Além disso, em 11/10/2018, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, reafirmou o seu entendimento de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada".

Fixou, então, a tese jurídica de que "é nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC".

Ressalta-se que, a partir de 30/8/2018, é de observância obrigatória aos processos judiciais em curso ou pendentes de julgamento a tese jurídica firmada pelo e. STF no RE n.º 958.252 e na ADPF n.º 324.

Nesse sentido, cito precedentes da SBDI-1 desta Corte seguindo o entendimento vinculante do STF:

AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SOBRESTAMENTO. "TERCEIRIZAÇÃO". OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO. NÃO APLICAÇÃO DO ART. 94, II, DA LEI 9.472/97. REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. 1. Trata-se de agravo interno interposto em face da decisão da Vice-Presidência do TST por meio da qual foi determinado o sobrestamento do recurso extraordinário com base em precedente de repercussão geral em julgamento, na forma do art. 1.030, III do CPC. 2. O Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Recurso Extraordinário com Agravo nº 791.932/DF, concluiu que há repercussão geral na questão relativa à ofensa ao princípio da reserva de plenário, previsto no art. 97 da Constituição e na Súmula Vinculante 10, em face da recusa da aplicação, pelas instâncias de origem, do art. 94, II, da Lei 9.472/97 (Tema 739). 3. A abrangência do precedente, não limitada à atividade de call-center, restou assentada em diversos precedentes do Supremo Tribunal Federal, considerando-se, ainda, que os motivos determinantes da decisão tem como razão preponderante a invocação da Súmula 331 do TST como embasamento à recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/97, e possível violação constitucional daí decorrente. 4. Nesse sentir, ficam mantidos os fundamentos adotados pela decisão agravada, restando verificada, ainda, a manifesta inadmissibilidade do presente agravo, aplicando-se a multa prevista no § 4º do artigo 1.021 do atual CPC. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. (Ag-ED-RR-20109-09.2013.5.04.0401, Órgão Especial, Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 16/12/2018).

RECURSO DE EMBARGOS. REGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES TOMADORA DOS SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. 1. A eg. Sexta Turma não conheceu do recurso de revista, sob o fundamento de que se afigura ilícita a terceirização dos serviços de reparação e manutenção de linhas telefônicas, razão pela qual configurado o vínculo de empregado com a empresa tomadora de serviços. 2. Entretanto, a partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 3. Na espécie foi reconhecido o vínculo de emprego diretamente com a tomadora dos serviços (Telemar Norte Leste S.A.), em razão, exclusivamente, de as funções do reclamante serem inerentes à atividade-fim da concessionária do serviço de telecomunicações. 4. Assim, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do reclamante com a tomadora de serviços, revelando-se indevidas as obrigações inerentes aos empregados do contratante. Recurso de embargos conhecido e provido. (E-RR - 65400-93.2007.5.03.0005 Data de Julgamento: 24/10/2019, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 08/11/2019).

Nesse contexto, não há mais espaço para o reconhecimento do vínculo empregatício com o tomador de serviços sob o fundamento de que houve terceirização ilícita (ou seja, terceirização de atividade essencial ou finalística), ou, ainda, para a aplicação dos direitos previstos em legislação específica ou em normas coletivas da categoria profissional dos empregados da empresa contratante. Nesse sentido, cito jurisprudência desta Corte:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. Ante as razões apresentadas pelo agravante, afasta-se o óbice oposto no despacho agravado. Agravo conhecido e provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. Decisão regional em que adotado o entendimento de que é ilícita a terceirização empreendida na atividade-fim do tomador dos serviços. Aparente violação do art. 5º, II, da CF, a ensejar o provimento do agravo de instrumento. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. 1. O Tribunal Regional manteve a sentença quanto à ilicitude da terceirização, ao fundamento de que os serviços prestados estão inseridos na atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. 2. Não obstante o entendimento cristalizado na Súmula 331, I, do TST, no sentido de que "a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal,

formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário ", o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de repercussão geral, decidiu que " é lícita à terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Ressalto que, no caso, não há no acórdão regional qualquer registro concernente à existência de pessoalidade e/ou subordinação direta à tomadora dos serviços. Assim, torna-se inviável o reconhecimento da ilicitude da terceirização, não sendo tampouco possível o reconhecimento de isonomia com os empregados da empresa tomadora dos serviços. 4. Configurada a violação do art. 5º, II, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10943-72.2016.5.03.0013, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 12/11/2021)

RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO DE EMPREGO. BANCO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. 1. A partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços, independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 2. Na espécie, o Tribunal Regional reconheceu o vínculo de emprego entre a reclamante e um dos Bancos reclamados, somente em razão da prestação de serviços reputados eminentemente bancários. Nesse sentido, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego da reclamante com a instituição financeira tomadora de serviços e a condição de bancário do trabalhador. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10823-70.2015.5.03.0043, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 02/02/2021)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO AUTOR NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/17. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. Compulsando-se os autos, verifica-se que o acórdão embargado, de fato, se pronunciou no sentido da não observância de pressuposto da regularidade formal inerente aos recursos de fundamentação vinculada (princípio da dialeticidade recursal). Todavia, em melhor análise, constata-se que a parte, nas razões do agravo, impugnou de forma específica e fundamentada o óbice erigido na decisão agravada, comportando, assim, a decisão embargada complementação. TERCEIRIZAÇÃO. TOMADORA DE SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO STF. TEMA 725. REPERCUSSÃO GERAL. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de Repercussão Geral, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Nesse contexto, porquanto superada a questão da ilicitude da terceirização - em conformidade com as decisões do STF -, resulta inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do autor diretamente com o tomador de serviços. Embargos de declaração a que se dá provimento, para sanar os vícios apontados, sem, contudo, imprimir-lhes efeito modificativo. (ED-Ag-AIRR-11359-77.2015.5.01.0030, 1ª Turma, Relator Ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 16/11/2021).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Deixa-se de analisar a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, nos termos do artigo 249, § 2º, do CPC/73 (artigo 282, § 2º, do atual CPC), por cogitar-se, no mérito , de possível decisão favorável ao reclamante. TERCEIRIZAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS DE ENERGIA. PREVISÃO NO ARTIGO 25, § 1º, DA LEI Nº 8.987/95. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA ADPF 324, DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EM REPERCUSSÃO GERAL ARE-791.932-DF (TEMA 739) E RE-958.252-MG (TEMA 725) E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE Nos 26 E 57, EM QUE SE DISCUTIA A CONSTITUCIONALIDADE DO CITADO DISPOSITIVO LEGAL. 1. Esta Corte firmou o entendimento de que a terceirização do serviço de eletricista, por se tratar de atividade-fim das empresas concessionárias de serviço de energia elétrica, era ilícita, com fundamento na Súmula nº 331, itens I e III, do TST. 2. Por outro lado, a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre "o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", como norma de Direito Administrativo, não foi promulgada para regular matéria trabalhista, devendo ser interpretada à luz dos princípios e das regras que norteiam o Direito do Trabalho, de modo a não esvaziar de sentido prático ou a negar vigência e eficácia às normas trabalhistas que, no País, disciplinam a prestação do trabalho subordinado e as próprias figuras do empregado e do empregador. Dessa forma, quando os órgãos fracionários dos Tribunais trabalhistas entendem que as relações laborais não são regidas pelo artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, não estão deixando de aplicar o dispositivo legal por considerá-lo inconstitucional. Assim, foi observado o disposto no artigo 97 da Constituição Federal e na Súmula Vinculante nº 10 e do STF. 3. Não obstante seja esse o entendimento deste Relator, curvo-me, com ressalva, à tese firmada na decisão proferida nos autos do ARE-791.932-DF (Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral), relatada pelo Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, in verbis: "É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC" (DJe de 6/3/2019). 4. A Suprema Corte, em sessão realizada em 30/8/2018, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252 (Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral), a respeito da terceirização prevista na Súmula nº 331 do TST, firmou a seguinte tese: "É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 5. Nos acórdãos proferidos nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade nºs 26 e 57, em que se discutia a constitucionalidade do artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, relatados pelo Exmo. Ministro Edson Fachin, foi destacado: "no julgamento do Tema 739, ARE 791.932- RG, esta Corte, então instada a se manifestar sobre a inobservância da cláusula de reserva de Plenário e o disposto no art. 94, II, da Lei 9.472/1997, declarou a nulidade da decisão do órgão fracionário do

TST"; "a norma do diploma regulatório dos serviços de telecomunicações tem conteúdo idêntico ao objeto da presente ação direta de constitucionalidade". 6. A Suprema Corte, fazendo referência às teses fixadas no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252- RG (Tema 725), registrou que, tendo sido afastada a aplicação da Súmula nº 331 do TST "naquelas hipóteses, deve também aqui se estender o mesmo entendimento", concluindo que "o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, ao autorizar as concessionárias de serviço público a contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, alinha-se ao entendimento jurisprudencial atual e, reveste-se de constitucionalidade, devendo ter sua eficácia garantida e preservada". 7. Entretanto, a adoção da tese vinculante firmada pelo Supremo Tribunal Federal não impede o reconhecimento de vínculo de emprego entre o trabalhador terceirizado e a tomadora de serviços, quando comprovada a incidência dos artigos 2º, 3º e 9º da CLT ao caso em apreço, conforme decidiu a SbDI-1, nos autos do E-ED-RR-32900-51.2005.5.03.0002, em acórdão relatado pelo Exmo. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, firmando o entendimento de que há que reconhecer o "vínculo empregatício com a tomadora dos serviços, quando estiver nitidamente comprovada nos autos a presença dos requisitos do art. 3º da CLT, configurando desvirtuamento da terceirização de forma a disfarçar a existência de inequívoca relação de emprego com a tomadora". 8. Na hipótese dos autos, o Ministério Público do trabalho ajuizou ação civil pública contra a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (concessionária de serviços de energia elétrica) e a Santa Maria Participações S.A., a fim de impedir a terceirização de atividade-fim daquela. O Tribunal a quo, por entender pela ilicitude da terceirização dos serviços de leitura de medidores de energia elétrica ativa, reativa e de demanda, envio de faturas e documentos, suspensão do fornecimento de energia elétrica e religação procedida pela Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., confirmou a sentença pela qual essa última ré foi condenada a abster-se de terceirizar os citados serviços e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo . 9. Como o Supremo Tribunal Federal firmou tese, de natureza vinculante, considerando lícita a terceirização, não subsiste a condenação da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. "a abster-se de repassar a terceiros atividades-fins" e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo (responsabilidade solidária da segunda ré). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-215900-88.2012.5.17.0141, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 12/11/2021).

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - PROVIMENTO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. Diante de potencial violação do art. 37, XIII, da Constituição Federal, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252/MG, com repercussão geral (tema 725), em sessão plenária do dia 30.8.2018, fixou teses, respectivamente, no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada" e que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 2. A licitude de terceirização de atividade-fim foi reafirmada, pelo Excelso Pretório, nos julgamentos subsequentes do ARE nº 791.932/DF, com repercussão geral (tema 739), em 11.10.2018, e da ADC nº 26, em 22.8.2019. 3. O caso dos autos é o decidido pelo STF, razão pela qual não é possível a aplicação analógica do art. 12, "a", da Lei nº 6.019/74 (OJ 383/SBDI-1/TST), com esteio na alegada ilicitude da terceirização. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10166-80.2018.5.03.0025, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 12/11/2021).

[...] RECURSOS DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STF (TEMA 739 DE REPERCUSSÃO GERAL NO STF - ARE 791.932). TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. O STF, no julgamento da ADC 26/DF, transitado em julgado em 18.09.2019, seguindo a tese firmada no ARE 791.932, em repercussão geral (Tema 739), declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, que autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público, e, reiterando o entendimento exarado pelo Plenário do STF em 30.08.2018, no julgamento da ADPF-324 e do RE-958252, com repercussão geral (Tema 725), reconheceu a constitucionalidade do instituto da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, afastando a incidência da Súmula 331 do TST. É necessário, pois, o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF, relativamente à possibilidade de terceirização de serviços afetos às atividades precípuas das concessionárias de energia elétrica, sendo irrelevante perquirir sobre a natureza das atividades exercidas pela empresa contratada. No caso vertente, o TRT entendeu que havia relação direta da atividade desempenhada pelo Reclamante com a atividade-fim da tomadora e concluiu pela ilicitude da terceirização. Entretanto, há de ser afastada a ilicitude da terceirização, à luz do entendimento do E. STF e do art. art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995. Consequentemente, não se viabiliza o reconhecimento da isonomia salarial em relação aos empregados da empresa tomadora de serviços e a condenação ao pagamento de direitos e benefícios legais, normativos e/ou contratuais daí decorrentes. Remanesce, contudo, a responsabilidade subsidiária em caso de eventual condenação, nos termos da decisão do STF (Tema 725) e da Súmula 331, IV/TST. Ressalva de entendimento pessoal deste Relator. Recurso de revista conhecido e provido. (RR -20455-49.2017.5.04.0811, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 19/03/2021).

[...] RECURSO DE REVISTA. DECISÃO REGIONAL PROFERIDA ANTES DA LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO. SERVIÇOS DE TELEMARKETING. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O BANCO TOMADOR DE SERVIÇOS. Nos termos do posicionamento adotado pela Suprema Corte Federal, no julgamento do ARE 791932, Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral, nos autos da ADPF 324 e do RE 958252, e, ainda, na ocasião do julgamento da ADC 26, é lícita a terceirização de serviços de atividade fim . Assim, deve ser reformada a decisão regional para adequar ao entendimento da Suprema Corte. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-170-89.2013.5.06.0012, 6ª Turma, Relator Ministro Aloysio Correa da Veiga, DEJT 20/03/2020).

III - RECURSO DE REVISTA ANTERIOR À LEI Nº 13.015/2014. RETORNO DOS AUTOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA TOMADORA DOS SERVIÇOS NÃO CONFIGURADA. MANUTENÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO CONSAGRADO PELO C. STF - TEMA 725 DE REPERCUSSÃO GERAL NO C. STF - ADPF 324 E RE 958.252. 1. Há muito prevaleceu no âmbito desta Corte Superior o entendimento de que é ilícita a terceirização de serviços especializados, ligados à atividade-fim do tomador dos serviços, identificada no objeto social do contrato social das empresas envolvidas. Nessa linha de argumentação, entendia-se que a contratação de trabalhadores por empresa interposta seria ilegal, formando-se o vínculo empregatício diretamente entre o empregado contratado e a empresa tomadora dos serviços. Inteligência da Súmula nº 331 do c. TST. 2. Revisitando posicionamento consagrado pelo c. TST, em 30.8.2018, a Suprema Corte, nos autos da ADPF 324/DF e do RE 958.252, submetido à sistemática da repercussão geral - Tema nº 725 - , tendo em conta os princípios constitucionais da livre iniciativa (art. 170) e da livre concorrência (art. 170, IV), a dignidade da pessoa humana (art. 1º), os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal (art. 7º), o direito de acesso do trabalhador à previdência social, à proteção à saúde e à segurança no trabalho, declarou a inconstitucionalidade da Súmula nº 331, I, do c. TST, reconhecendo a licitude da terceirização em todas as etapas do processo produtivo, seja meio ou fim. Ao examinar o Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral, no RE nº 958.252 , fixou a seguinte tese jurídica: " É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante " . Na mesma oportunidade, ao julgar a ADPF nº 324, firmou a seguinte tese, com efeito vinculante para todo o Poder Judiciário: " 1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". 3. Em suma, o c. STF reconheceu a legalidade irrestrita da terceirização de serviços, podendo a contratação de trabalhadores se dar de forma direta ou por empresa interposta e para exercer indiscriminadamente atividades ligadas à área fim ou meio das empresas, não se configurando em tais circunstâncias relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada, remanescendo, contudo, a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa contratada, bem como pelas obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993, além de firmar que é plenamente possível a terceirização de atividades precípuas das concessionárias de serviços públicos. 4. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional ratificou o entendimento do juízo de primeiro grau, de que o autor desempenhava tarefa intimamente ligada à atividade-fim da tomadora dos serviços, declarando, por essa razão, a sua responsabilidade solidária pelas verbas devidas ao trabalhador, em desconformidade com a atual jurisprudência do c. STF e do c. TST. Recurso de revista conhecido por contrariedade (má aplicação) à Súmula/TST nº 331 e provido. (RR-722-18.2012.5.06.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 07/01/2020).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. ADPF Nº 324 E RE Nº 958.252. TESE FIRMADA PELO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 331 DO TST À LUZ DOS PRECEDENTES DO STF. (...) I. No que diz respeito ao reconhecimento da licitude da terceirização, a decisão regional foi proferida em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 958.252, de que resultou a fixação da seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", bem como no julgamento da ADPF nº 324, em que foram fixadas as seguintes teses: "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". II. Assim sendo, o conhecimento do presente recurso de revista no que diz respeito ao pedido de reconhecimento da ilicitude da terceirização havida entre as Reclamadas encontra óbice no entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, fixada no julgamento da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252. (...). (Ag-AIRR-10681-27.2018.5.18.0081, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 05/11/2021).

(...) II. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE. SISTEMA DE TELEATENDIMENTO. MATÉRIA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADPF 324, RE 958.252 E ARE 791.932). REPERCUSSÃO GERAL. ISONOMIA SALARIAL. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 383 DO TST. IMPOSSIBILIDADE. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA. 1. O Tribunal Regional, reconhecendo que a Reclamante prestou serviços relacionados à atividade-fim da tomadora de serviços, declarou a ilicitude da terceirização havida entre as partes. Muito embora tenha fundamentado não ser possível o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o Ente integrante da Administração Pública Indireta, reconheceu o direito obreiro às verbas trabalhistas - legais e normativas - asseguradas aos empregados da tomadora de serviços, com fundamento no princípio da isonomia. 2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 30/8/2018, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958.252, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se estabelecendo relação de emprego entre a tomadora de serviços e o empregado da empresa prestadora. 3. Dispõe a Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST que: "A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a

igualdade de funções ". 4. O fato autorizador da isonomia de direitos entre os empregados terceirizados e os regularmente contratados pelo tomador de serviços integrante da Administração Pública é a ilicitude da terceirização. Nessa esteira de raciocínio, reconhecendo o STF a licitude da terceirização tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim das empresas tomadoras, inviável a aplicação da Súmula 331/TST e Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST, que traz como premissa básica a irregularidade da contratação do trabalhador terceirizado. Julgados do TST. 5. Recurso de revista conhecido por má-aplicação da Súmula 331/TST e da OJ 383 da SBDI-1/TST. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-2185-47.2016.5.06.0102, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/12/2020)

[...] II - RECURSO DE REVISTA DA 2ª RECLAMADA (LIQ CORP S/A). ADMISSIBILIDADE. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA. LICITUDE. VÍNCULO DIRETO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE DIREITOS DA CATEGORIA DO TOMADOR. INVIABILIDADE. A partir do julgamento do RE nº 958.252 e da ADPF nº 324 pelo Supremo Tribunal Federal, a matéria em discussão nestes autos (ilicitude da terceirização de atividade-fim) pacificou-se e encontra o seu norte nos termos da decisão vinculante daquela Corte Suprema, que, ao julgar o mérito da controvérsia atinente ao Tema 725 da repercussão geral, definiu a tese jurídica segundo a qual "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Assim, a decisão do Regional, naquilo em que aplicou a Súmula nº 331, I, do TST à hipótese encontra-se superada pela jurisprudência vinculante do Pretório Excelso, merecendo reforma o acórdão recorrido, a fim de decretar a licitude da terceirização e, por conseguinte, a ausência de vínculo direto com o tomador e os demais consectários daí decorrentes, a exemplo de direitos previstos em normas coletivas da categoria do tomador ou no regulamento interno da empresa, equiparação salarial, ou quaisquer outros que tenham como base jurídica de sustentação a irregularidade do contrato de terceirização de atividade-fim. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-456-10.2014.5.02.0088, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 19/03/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. TOMADORA DOS SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE N.º 958.252 COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA (TEMA 725) E ADPF 324. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 324, em 30/8/2018, erigiu tese no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 2. Na mesma ocasião, a Corte Suprema, examinando o Tema 725 de Repercussão Geral, no julgamento do RE 958.252, estabeleceu a seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Inquestionável a aplicação imediata dos aludidos precedentes firmados em Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida, bem como em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, cuja decisão tem efeito vinculante. 4. Na linha dos precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal, remanesce a possibilidade de reconhecimento de vínculo com a empresa contratante somente nas hipóteses em que há explícita referência, no acórdão prolatado pelo Tribunal Regional, acerca da configuração da pessoalidade e da subordinação hierárquica direta, presencial ou por via telemática, do obreiro aos prepostos da tomadora de serviços, sendo insuficiente a mera subordinação estrutural ou indireta, inerente à própria terceirização. 5. No caso sob exame, afirmou o Tribunal Regional a ilicitude da terceirização tão somente em razão do labor em atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. Tal entendimento destoa claramente daquele fixado pelo Supremo Tribunal Federal. Reconhece-se, portanto, a transcendência política da controvérsia. 6. Nesse contexto, impõe-se afastar o reconhecimento do vínculo de emprego da parte reclamante diretamente com o banco tomador dos serviços, bem como excluir da condenação as parcelas decorrentes da aplicação dos acordos coletivos dos bancários. 7. Recurso de Revista conhecido e provido. (RR-491-61.2017.5.06.0311, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 05/02/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DAS LEIS NºS 13.015/14 E 13.105/15, MAS ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/2017. TELEMARKETING - ILICITUDE DE TERCEIRIZAÇÃO - RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS - ENQUADRAMENTO DO RECLAMANTE NA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS BANCÁRIOS. O STF, em 30/8/2018, no julgamento conjunto da ADPF 324/DF e do RE 958.252/MG (tema de Repercussão Geral nº 725), firmou a tese jurídica de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, seja ela meio ou fim, o que não configura relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. O Plenário da Suprema Corte concluiu, então, que não há óbice constitucional à terceirização das atividades de uma empresa, ainda que se configurem como as denominadas "atividades-fim" das tomadoras de serviços. No caso concreto, o Tribunal Regional concluiu que a contratação dos serviços especializados de telemarketing é ilícita, pois estão ligados à atividade-fim da tomadora de serviços. Assim, o v. acórdão recorrido, ao reconhecer a ilicitude da terceirização na hipótese, contrariou a tese firmada pela Suprema Corte, na ADPF 324 e no RE 958.252 (tema 725 da tabela de repercussão geral). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-11150-12.2015.5.03.0044, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 04/12/2020).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. BANCO BRADESCO S.A. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTENTE. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADPF 324/DF, o RE-958.252/MG (tema 725 da tabela de repercussão geral), fixou a tese, com efeito vinculante e eficácia erga omnes , segundo a qual é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas e de o objeto da terceirização consistir em atividade-meio ou atividade-fim da tomadora de serviços, desde que não seja comprovada a fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, sendo mantida, entretanto, a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. Portanto, definido pelo Supremo Tribunal Federal que é licita a terceirização

de serviços, tanto ligados à atividade-meio quanto à atividade-fim da contratante, e não tendo sido constatada fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, deve ser julgado improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo de emprego com O tomador de serviços e, em consequência, os pedidos decorrentes unicamente do vínculo. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. (RR-10958-62.2016.5.03.0103, 8ª Turma, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 23/03/2021)

(...) III - RECURSO DE REVISTA - REGÊNCIA PELA LEI Nº 13.015/2014 - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. CALL CENTER. LICITUDE. A matéria já não comporta debates, ante as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sessão extraordinária realizada no dia 30/08/2018, quando se julgou procedente a arguição formulada na ADPF-324/DF (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018), com eficácia erga omnes e efeito vinculante, e se fixou tese jurídica de repercussão geral, correspondente ao Tema nº 725, no sentido de que "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. (leading case: RE-958252/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018). Recurso de revista conhecido e provido" (RRAg-10055-74.2017.5.03.0173, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 05/02/2021)

Dessa forma, não se pode reconhecer isonomia entre os empregados terceirizados e aqueles contratados diretamente pelo tomador dos serviços.
Entretanto, registre-se que a responsabilidade da tomadora de serviços nestes casos se mantém de forma subsidiária, consoante a tese já firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante".
Ante o exposto, em face da decisão vinculante do STF, conheço dos recursos de revista por violação do art. 5º, II, da CF/88.

2 - MÉRITO
Tendo em vista os fundamentos apresentados, atendidos os requisitos do art. 489, § 1º, do CPC e com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST, 932, III, IV e V, do CPC, dou provimento parcial aos recursos de revista para, reconhecendo a licitude da terceirização dos serviços, afastar o reconhecimento de vínculo de emprego com o tomador, mantida sua condenação subsidiária pelas parcelas oriundas da presente ação, excluindo as diferenças salariais decorrentes da isonomia.

CONCLUSÃO:
À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, § 5º (atual § 14), da CLT e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento aos agravos de instrumento das reclamadas - exame conjunto - matéria comum; II - conhecer dos recursos de revista, quanto ao tema "TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. IMPOSSIBILIDADE DA ISONOMIA E DO VÍNCULO DIRETO COMO O TOMADOR DE SERVIÇOS", por violação do art. 5º, II, da CF/88, e, no mérito, dar-lhes provimento parcial para, reconhecendo a licitude da terceirização dos serviços, afastar o reconhecimento de vínculo de emprego direto com o tomador, mantida sua condenação subsidiária pelas parcelas oriundas da presente ação, excluindo as diferenças salariais decorrentes da isonomia com os bancários. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010162-51.2019.5.03.0108

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 162844-S/MG)
Advogado	Dr. Debora Aparecida Cavalcante de Andrade(OAB: 126499-A/SP)
Advogado	Dr. Rafael Campos Pereira(OAB: 266077-A/SP)
Agravado	THALYTA CRISTINA DE SOUZA LEITE E OUTROS
Advogado	Dr. Livia Reggiani Lima(OAB: 122655-A/MG)
Advogado	Dr. Isabella Sanglard Pimenta Machado(OAB: 104778-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):
- BANCO BRADESCO S.A.
- THALYTA CRISTINA DE SOUZA LEITE E OUTROS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017 (PROCESSO EM FASE DE EXECUÇÃO)

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE DÉBITO JUDICIAL TRABALHISTA. CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TAXA SELIC

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado contra o despacho da Vice-Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, pelo qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas pela reclamante.
Não houve remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, ante o disposto no Ofício nº 95 de 12/2/2009 da Procuradoria- Geral do Trabalho.
É o relatório.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamado:
"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
TRANSCENDÊNCIA
Nos termos do artigo 896-A da CLT, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO / CUMPRIMENTO / EXECUÇÃO / EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / LIQUIDAÇÃO / CUMPRIMENTO / EXECUÇÃO / VALOR DA EXECUÇÃO / CÁLCULO / ATUALIZAÇÃO / JUROS.
Trata-se de recurso de revista interposto contra decisão proferida

em execução, a exigir o exame da sua admissibilidade, exclusivamente, sob o ângulo de possível ofensa à Constituição da República, conforme previsão expressa no §2º do art. 896 da CLT.
Analisados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso não demonstra violação literal e direta de qualquer dispositivo da CR, como exige o preceito supra.
Notocante aofato gerador das contribuições previdenciárias para fins de incidência de juros e multa moratórios/ prestação de serviços, a Turma julgadora decidiu em sintonia com a Súmula 368, IV e V, do TST, de forma a afastar as violações apontadas (§ 7º do art. 896 da CLT e Súmula 333 do TST).
Por sua vez, quantoà incidência de juros Selic sobre a cota previdenciária,o Colegiadoregistrou que(...)
Na espécie, o perito ressaltou que, "Quanto à taxa SELIC, segui a orientação do item V da súmula 368 do TST e Manual de Cálculos do TRT da 3ª Região, aplicando os artigos 35 e 43 da Lei 8.212/91 (com a redação da Lei 11.941/09), bem como o artigo 61 da Lei 9.430/96, para os fatos geradores (meses de prestação dos serviços) a partir de 05/03/2009".(ID. 7f38ea9 - Pág. 2 - f. 1962)
Desse modo, tendo os cálculos periciais sido apurados com juros correspondentes à taxa Selic em conformidade com os entendimentos da Súmula 45 deste Regional e do item V da Súmula 368 do TST, desprovejo.(...).
Assim,é imprópria a alegada afronta ao princípio da legalidade (inciso II do art. 5º da CR) quando a sua verificaçãoimplica rever a interpretação dada pela decisão recorridaa normas infraconstitucionais (Súmula 636 do STF).
Não há violação direta e literal do inciso LIV do art. 5º da CR, pois o devido processo legal foi devidamente asseguradoao recorrente, que vem se utilizando dos meios e recursos cabíveis para a análise de suas alegações.
Não existem, ainda,as demais ofensas constitucionais apontadas, pois a análise da matéria suscitada no recurso não se exaure na Constituição, exigindo que se interprete o conteúdo da legislação infraconstitucional. Por isso, ainda que se considerasse a possibilidade de ter havido violação ao texto constitucional, esta seria meramente reflexa, o que não justifica o manejo do recurso de revista, conforme reiteradas decisões da SBDI-I do TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista" (págs. 2.234-2.235).
Na minuta de agravo de instrumento, o reclamado insiste na admissibilidade do seu recurso de revista e renova a tese de deve ser afastada a determinação de utilização da taxa selic como critério de atualização, porquanto há regramento específico sobre essa questão nos artigos 39, caput, da Lei nº 8.177/91 e 879, § 7º, da CLT.
Aponta, no aspecto, ofensa aos artigos 2º, 5º, incisos II e LIV, e 97 da Constituição Federal e traz arestos em apoio à sua tese recursal.
Ao exame.
Sobre o tema, assim decidiu o Regional:
"JUROS. FATO GERADOR CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
Aduz o executado que o fato gerador da contribuição previdenciária corresponde à quitação da verba considerada como salário de contribuição. Alega que não há como se valer da prestação de serviços como fato gerador da obrigação tributária. Pede a retificação dos cálculos.
Analiso.
Com efeito, nos termos das citadas Súmulas 45 deste Regional e 368 do TST, o teor dos referidos verbetes dispensa maiores discussões sobre o tema, afastando toda a argumentação recursal em sentido contrário, in verbis:
Súmula 45: "CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FATO GERADOR. JUROS DE MORA. MEDIDA PROVISÓRIA 449/2008. REGIMES DE CAIXA E DE COMPETÊNCIA. O fato gerador da contribuição previdenciária relativamente ao período trabalhado até 04/03/2009 é o pagamento do crédito trabalhista (regime de caixa), pois quanto ao período posterior a essa data o fato gerador é a prestação dos serviços (regime de competência), em razão da alteração promovida pela Medida Provisória n. 449/2008, convertida na Lei n. 11.941/2009, incidindo juros conforme cada período.";
Súmula 368: "DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS. IMPOSTO DE RENDA. COMPETÊNCIA. RESPONSABILIDADE PELO RECOLHIMENTO. FORMA DE CÁLCULO. FATO GERADOR (aglutinada a parte final da Orientação Jurisprudencial nº 363 da SBDI-I à redação do item II e incluídos os itens IV, V e VI em sessão do Tribunal Pleno realizada em 26.06.2017)
I - A Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais. A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição. (ex-OJ nº 141 da SBDI-1 - inserida em 27.11.1998).
II - É do empregador a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais, resultantes de crédito do empregado oriundo de condenação judicial. A culpa do empregador pelo inadimplemento das verbas remuneratórias, contudo, não exime a responsabilidade do empregado pelos pagamentos do imposto de renda devido e da contribuição previdenciária que recaia sobre sua quota-parte. (ex-OJ nº 363 da SBDI-1, parte final)
III - Os descontos previdenciários relativos à contribuição do empregado, no caso de ações trabalhistas, devem ser calculados mês a mês, de conformidade com o art. 276, § 4º, do Decreto n º 3.048/1999 que regulamentou a Lei nº 8.212/1991, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, observado o limite máximo do salário de contribuição (ex-OJs nºs 32 e 228 da SBDI-1 - inseridas, respectivamente, em 14.03.1994 e 20.06.2001).
IV - Considera-se fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de créditos trabalhistas reconhecidos ou homologados em juízo, para os serviços prestados até 4.3.2009, inclusive, o efetivo pagamento das verbas, configurando-se a mora a partir do dia dois do mês seguinte ao da liquidação (art. 276, "caput", do Decreto nº 3.048/1999). Eficácia não retroativa da alteração legislativa promovida pela Medida Provisória nº 449/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/2009, que deu nova redação ao art. 43 da Lei nº 8.212/91.
V - Para o labor realizado a partir de 5.3.2009, considera-se fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de créditos trabalhistas reconhecidos ou homologados em juízo a data da efetiva prestação dos serviços. Sobre as contribuições previdenciárias não recolhidas a partir da prestação dos serviços incidem juros de mora e, uma vez apurados os créditos previdenciários, aplica-se multa a partir do exaurimento do prazo de citação para pagamento, se descumprida a obrigação, observado o limite legal de 20% (art. 61, § 2º, da Lei nº 9.430/96).
VI - O imposto de renda decorrente de crédito do empregado recebido acumuladamente deve ser calculado sobre o montante dos rendimentos pagos, mediante a utilização de tabela progressiva resultante da multiplicação da quantidade de meses a que se refiram os rendimentos pelos valores constantes da tabela progressiva mensal correspondente ao mês do recebimento ou crédito, nos termos do art. 12-A da Lei nº 7.713, de 22/12/1988, com a redação conferida pela Lei nº 13.149/2015, observado o procedimento previsto nas Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil.

Na espécie, o perito ressaltou que,"Quanto à taxa SELIC, segui a orientação do item V da súmula 368 do TST e Manual de Cálculos do TRT da 3ª Região, aplicando os artigos 35 e 43 da Lei 8.212/91 (com a redação da Lei 11.941/09), bem como o artigo 61 da Lei 9.430/96, para os fatos geradores (meses de prestação dos serviços) a partir de 05/03/2009".(ID. 7f38ea9 - Pág. 2 - f. 1962)
Desse modo, tendo os cálculos periciais sido apurados com juros correspondentes à taxa Selic em conformidade com os entendimentos da Súmula 45 deste Regional e do item V da Súmula 368 do TST, desprovejo" (págs. 2.181 e 2.183).
Interpostos embargos de declaração pelo reclamado, assim se manifestou o Regional sobre a matéria:
"MÉRITO
Afirma o executado a ocorrência de obscuridade quanto à aplicação da TAXA SELIC sobre as contribuições previdenciárias. Conforme iterativa e notória jurisprudência, existindo norma específica prevendo a forma de cálculo dos juros da mora dos débitos oriundos da relação de emprego, não se aplica a TAXA SELIC, não havendo possibilidade de revogação da legislação específica pelas normas de caráter geral previstas no artigo 406 do Código Civil (art. 2º, § 2º, da LICC).
Analiso.
Como sabido, os embargos de declaração não se prestam ao reexame do julgado.
A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada na forma do art. 93, IX, da CR, apontando os fundamentos da razão de decidir com base na prova dos autos, consoante determinação contida no art. 489, II, do CPC/2015.
No caso, a aplicação da TAXA SELIC restou respaldada no laudo pericial (ID. 7f38ea9 - Pág. 2 - f. 1962), seguindo a orientação do item V da súmula 368 do TST e Manual de Cálculos do TRT da 3ª Região, aplicando os artigos 35 e 43 da Lei 8.212/91 (com a redação da Lei 11.941/09), bem como o artigo 61 da Lei 9.430/96, para os fatos geradores (meses de prestação dos serviços) a partir de 05/03/2009".
Registre-se que o julgador não está obrigado a responder a todos os questionamentos formulados pelas partes e tampouco tecer considerações acerca de todos os dispositivos legais, competindo-lhe apenas indicar a fundamentação adequada à solução da lide.
Nesse sentido é a interpretação realizada pelo Colendo TST quanto às normas do Código de Processo Civil de 2015 aplicáveis ao Processo do Trabalho, conforme se extrai do art. 15, III, da Instrução Normativa n° 39/2016:
Art. 15. O atendimento à exigência legal de fundamentação das decisões judiciais (CPC, art. 489, § 1º) no Processo do Trabalho observará o seguinte:
III - não ofende o art. 489, § 1º, inciso IV do CPC a decisão que deixar de apreciar questões cujo exame haja ficado prejudicado em razão da análise anterior de questão subordinante.
Portanto, não vislumbro vício na decisão embargada" (págs. 2.197 e 2.198).
A controvérsia dos autos cinge-se em saber qual a taxa aplicável para a atualização monetária das contribuições previdenciárias incidentes sobre parcelas trabalhistas deferidas judicialmente.
Entretanto, a questão não envolve maiores discussões, tendo em vista que esta Corte pacificou o entendimento de que não se aplica a taxa Selic como taxa de juros ou de correção monetária, tendo em vista o disposto no artigo 39, § 1º, da Lei nº 8.117/91, que determina a incidência da Taxa Referencial Diária - TRD.
Nesse sentido, cito as decisões monocráticas proferidas por este Relator: RR - 1001193-24.2017.5.02.0271 - Publicação: 9/12/2021; AIRR - 1586-39.2015.5.12.0050 - Publicação: 16/9/2021; AIRR - 10794-28.2019.5.03.0092 - Publicação: 12/11/2020; e RR - 1002298-30.2016.5.02.0058 - Publicação: 25/6/2020.
Cito a seguir precedente da lavra deste Relator, no mesmo sentido:
"CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE DÉBITO JUDICIAL TRABALHISTA. CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO. PREVISÃO ESPECÍFICA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TAXA SELIC. A controvérsia dos autos cinge-se à taxa de juros aplicável no caso de condenação ao recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre parcelas trabalhistas. O artigo 39, § 1º, da Lei nº 8.117/91 prevê, expressamente, que os juros de mora incidentes sobre os débitos trabalhistas serão de um por cento ao mês. Assim, havendo norma específica acerca da forma de cálculo de juros, não há falar em aplicação da taxa Selic como taxa de juros. Embargos conhecidos e desprovidos" (E-RR - 2457-25.2012.5.12.0034, data de julgamento: 3/3/2016, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, data de publicação: DEJT 11/3/2016)
Cito, ainda, os seguintes precedentes:
"RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014. EXECUÇÃO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TAXA SELIC. Ante a existência de lei específica acerca dos débitos de natureza trabalhista, os juros de mora alusivos à contribuição previdenciária devem ser calculados com base no artigo 39, § 1º, da Lei 8.177/91, não se cogitando na aplicação da Taxa Selic. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido " (RRAg-610-29.2013.5.04.0663, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 09/04/2021).
"RECURSO DE EMBARGOS. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE DÉBITO JUDICIAL TRABALHISTA. CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO. PREVISÃO ESPECÍFICA DA TAXA REFERENCIAL DIÁRIA - TRD. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TAXA SELIC. Na Justiça do Trabalho, os juros de mora são contabilizados de acordo com o disposto no artigo 39 da Lei nº 8.177/91, o qual não foi derrogado pelo art. 406 do atual Código Civil, observando-se a taxa referencial diária - TRD - acumulada no período compreendido entre a data do vencimento da obrigação e a de seu efetivo pagamento. Logo, existindo norma específica prevendo a forma de cálculo dos juros de mora dos débitos contraídos em razão do contrato de trabalho, não há como se deferir a aplicação da taxa Selic. Embargos conhecidos e providos" (E-ED-RR-319-44.2013.5.09.0322, Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, Data de Julgamento: 12/11/2015, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 20/11/2015).
"(...) II - RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI 13.467/2017. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. JUROS DE MORA. APLICAÇÃO DA TAXA SELIC. IMPOSSIBILIDADE. O art. 39, § 1.º, da Lei 8.117/91 estabelece que os juros de mora incidentes sobre os débitos trabalhistas serão de um por cento ao mês. Assim, existindo norma específica acerca da forma de cálculo de juros no âmbito trabalhista, não há de se falar em aplicação da taxa Selic. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido". (ARR - 1270-54.2013.5.15.0101, Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, Data de Julgamento: 02/09/2020, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 04/09/2020)
"(...) EXECUÇÃO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TAXA SELIC. O artigo 39, § 1º, da Lei 8.117/91 prevê, expressamente, que os juros de mora incidentes sobre os débitos trabalhistas serão de um por cento ao mês. Assim, específica a lei quanto ao modo de cálculo dos juros, não há falar

em aplicação da taxa Selic como taxa de juros. Recurso de revista conhecido e provido". (RR - 335-25.2013.5.09.0022, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 08/05/2019, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 10/05/2019)

"RECURSO DE REVISTA. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. EXECUÇÃO - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TAXA SELIC - TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA (alegação de violação dos artigos 2°, 5°, II, XXXV, LIV e LV, 22, VI, e 97 da Constituição Federal, 879, § 7º, da Consolidação das Leis do Trabalho e 39 da Lei nº 8.177/91, contrariedade à Súmula Vinculante nº 10 do STF e divergência jurisprudencial). Tratando-se de recurso de revista interposto em face de decisão regional que se mostra contrária à jurisprudência consolidada desta Corte, revela-se presente a transcendência política da causa, a justificar o prosseguimento do exame do apelo. Na questão de fundo, cinge-se a controvérsia dos autos em saber qual a taxa de juros aplicável na hipótese de condenação ao recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre parcelas trabalhistas. Extrai-se do acórdão regional que o TRT de origem entendeu pela aplicação da taxa SELIC. Cumpre registrar que a jurisprudência desta e. Corte Superior se consolidou no sentido de que na Justiça do Trabalho os juros de mora são contabilizados de acordo com o disposto no artigo 39 da Lei nº 8.177/1991. Deste modo, a existência de norma específica tratando acerca da forma de cálculo dos juros de mora dos débitos trabalhistas afasta a aplicação da taxa Selic. Precedentes, inclusive da 7ª Turma e da SBDI-1 do TST. Recurso de revista conhecido e provido". (RR - 2180-45.2013.5.15.0113, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 02/09/2020, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 25/09/2020)

"(...)RECURSO DE REVISTA DA RÉ. LEI Nº 13.015/2014. CPC/2015. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40 DO TST. LEI 13.467/2017. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TAXA SELIC. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CONSTATADA. O artigo 39, § 1º, da Lei nº 8.117/91 prevê, expressamente, que os juros de mora incidentes sobre os débitos trabalhistas serão de um por cento ao mês. Logo, ante a existência de lei específica acerca dos débitos de natureza trabalhista, os juros de mora alusivos à contribuição previdenciária devem ser calculados com base no artigo 39, § 1º, da Lei 8.177/91, não se cogitando na aplicação da Taxa Selic. Precedentes da SBDI-1 e de Turmas do TST. Recurso de revista conhecido e provido". (RR - 1943-79.2011.5.03.0027, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Data de Julgamento: 27/05/2020, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/05/2020)

"(...) II - RECURSO DE REVISTA DA RECLAMADA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. JUROS DE MORA. TAXA SELIC. INAPLICABILIDADE. PROVIMENTO. O artigo 39, § 1º, da Lei nº 8.177/1991 estabelece que os juros de mora aplicados nos créditos trabalhistas são contados na base de 1% ao mês, contados do ajuizamento da reclamatória e aplicados pro rata die, ainda que não explicitados na sentença ou termo de conciliação. A jurisprudência desta colenda Corte Superior, por sua vez, é pacífica no sentido de que, na Justiça do Trabalho, os juros de mora são contabilizados de acordo com o disposto no artigo 39 da Lei nº 8.177/1991. Existindo, pois, norma específica sobre a forma de cálculo dos juros de mora dos débitos trabalhistas, não se cogita da aplicação da taxa Selic. Precedentes da egrégia SBDI-1 e de Turma. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento". (ARR - 493-51.2014.5.12.0058 , Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 11/03/2020, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 20/03/2020)

"(...) CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. JUROS DA MORA. TAXA SELIC. INAPLICABILIDADE. Esta Corte vem sedimentando o entendimento no sentido de que os juros da mora sobre débitos de natureza trabalhista são calculados nos termos do artigo 39, §1º, da Lei 8.177/91, não sendo aplicável a taxa SELIC para contabilizar juros da mora sobre contribuições previdenciárias relativas a débitos trabalhistas. Precedentes. Desse modo, a decisão do Tribunal Regional, no sentido de manter a taxa SELIC como critério de cálculo dos juros da mora incidentes sobre contribuições previdenciárias, mostrou-se dissonante da jurisprudência consolidada no âmbito desta Corte. Recurso de revista conhecido por divergência jurisprudencial e provido (...)". (ARR - 799-06.2014.5.09.0025 , Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 12/02/2020, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/02/2020)

"(...) 3. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. JUROS DE MORA. TAXA SELIC. NÃO APLICAÇÃO. Esta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que, na Justiça do Trabalho, os juros de mora são contabilizados de acordo com o disposto no art. 39 da Lei 8.177/91. Assim, existindo norma específica sobre a forma de cálculo dos juros de mora dos débitos trabalhistas, não há falar em aplicação da taxa SELIC. Recurso de revista conhecido e provido no tema". (RR - 508-16.2017.5.21.0009 , Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 16/10/2019, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 18/10/2019)

"(...) DÉBITOS TRABALHISTAS. JUROS DE MORA. TAXA SELIC. APLICABILIDADE. Esta Corte Superior firmou entendimento de que, em razão da existência de norma específica prevendo a forma de cálculo dos juros de mora dos débitos trabalhistas (art. 39, §1º, da Lei 8.177/91), não há falar em aplicação da taxa SELIC. Julgados. Recurso de revista não conhecido (...)". (ARR - 338-35.2011.5.09.0673, Relator Ministro: Márcio Eurico Vitral Amaro, Data de Julgamento: 21/08/2019, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/08/2019)

"(...) CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. JUROS DA MORA. TAXA SELIC. INAPLICABILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL DEMONSTRADA. Esta Corte vem sedimentando o entendimento no sentido de que os juros da mora sobre débitos de natureza trabalhista são calculados nos termos do artigo 39, §1º, da Lei 8.177/91, não sendo aplicável a taxa SELIC para contabilizar juros da mora sobre contribuições previdenciárias relativas a débitos trabalhistas. Precedentes. Desse modo, a decisão do Tribunal Regional, no sentido de manter a taxa SELIC como critério de cálculo dos juros da mora incidentes sobre contribuições previdenciárias, mostrou-se dissonante da jurisprudência consolidada no âmbito desta Corte. Recurso de revista conhecido por divergência jurisprudencial e provido. Conclusão: Recursos de revista do autor e da ré conhecidos e providos". (RR - 10224-57.2015.5.12.0019, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 22/05/2019, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 24/05/2019)

Cabe ressaltar, por oportuno, que a adoção da TR, neste caso, não contraria o recente entendimento firmado pelo Pleno desta Corte no julgamento dos embargos de declaração interpostos na Arguição de Inconstitucionalidade nº TST-ArgInc - 479-60.2011.5.04.0231 (DEJT de 30/6/2017), em que se discutiu a aplicação do artigo 39, § 1º, da Lei nº 8.117/91 em casos envolvendo a atualização monetária dos créditos trabalhistas pelo IPCA-E.

Salutar, contudo, uma breve digressão sobre essa questão.

O Supremo Tribunal Federal, ao analisar as Ações Diretas de

Inconstitucionalidade nºs 4.357, 4.372, 4.400 e 4.425, reconheceu a inconstitucionalidade da regra inserida no artigo 100 da Constituição Federal, por força da Emenda Constitucional n° 62, especificamente do seu § 12, no que se refere à expressão "índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança".
Na ocasião, foi declarado inconstitucional, ainda, por arrastamento, o artigo 5º da Lei nº 11.960/2009, o qual deu a redação ao artigo 1º-F da Lei nº 9.494/1997.
Na sequência, o Tribunal Superior do Trabalho, em 4 de agosto de 2015 (Processo nº TST - ArgInc - 479-60.2011.5.04.0231), em sua composição plenária, decidiu declarar a inconstitucionalidade, por arrastamento, da expressão "equivalentes à TRD" contida no artigo 39 da Lei nº 8.177/91.
Ocorre que o Supremo Tribunal Federal, em 14/10/2015, por meio de decisão monocrática da lavra do Ministro Dias Toffoli, nos autos da Reclamação n° 22.012, ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos, deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida por esta Corte na Arguição de Inconstitucionalidade n° TST-ArgInc-479-60.2011.5.04.0231, bem como da tabela única editada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Nos termos da decisão do Supremo Tribunal Federal, portanto, o Tribunal Superior do Trabalho havia extrapolado o entendimento do Supremo nas mencionadas ADINs, cabendo àquela Corte Suprema o exame da repercussão geral sobre a matéria e a análise da constitucionalidade do artigo 39 da Lei nº 8.177/91.
Em razão disso, o Tribunal Pleno desta Corte, ao julgar os embargos de declaração interpostos na Arguição de Inconstitucionalidade TST-ArgInc - 479-60.2011.5.04.0231, em acórdão publicado no DEJT de 30/6/2017, decidiu atribuir efeito modificativo ao julgado, para determinar a adequação do acórdão recorrido à decisão liminar do Supremo Tribunal Federal proferida na Reclamação nº 22.012/RS, a fim de que o crédito do exequente seja atualizado mediante a aplicação da TR, assegurando-se, todavia, a possibilidade de modificação futura, caso a Reclamação nº 22.012/RS seja, no mérito, julgada improcedente pelo Supremo Tribunal Federal.
Portanto, no caso destes autos, a aplicação da TR harmoniza-se com a decisão do Pleno desta Corte acerca do artigo 39 da Lei nº 8.177/91, na medida em que nela se estabeleceu a permanência desse índice para a correção dos créditos trabalhistas até que o Supremo Tribunal Federal julgue, em definitivo, a Reclamação nº 22.012/RS.
Feitos esses esclarecimentos, merece provimento o recurso patronal, para que se afaste a aplicação da taxa Selic à atualização das contribuições previdenciárias.
Diante do exposto, dou provimento ao agravo de instrumento por possível afronta ao artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal para determinar o processamento do recurso de revista.

II - RECURSO DE REVISTA
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. INCIDÊNCIA SOBRE DÉBITO JUDICIAL TRABALHISTA. CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TAXA SELIC
A consequência lógica do conhecimento do recurso de revista por violação do artigo 5°, inciso II, da Constituição Federal é o seu provimento.
Nesse contexto, dou provimento ao recurso de revista para determinar que a atualização monetária das contribuições previdenciárias devidas pelo banco reclamado seja calculada pela aplicação da Taxa Referencial Diária - TRD.

Ante o exposto, com base no artigo 118, inciso X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho c/c o artigo 932, inciso V, alínea "a", do CPC/2015: I - dou provimento ao agravo de instrumento por possível afronta ao artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal para processar o recurso de revista; II - conheço do recurso de revista por violação do artigo 5°, inciso II, da Constituição Federal e, no mérito, dou-lhe provimento para determinar que a correção monetária das contribuições previdenciárias devidas pelo banco reclamado seja calculada pela aplicação da Taxa Referencial Diária - TRD; e III - Determino a reautuação do feito como recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0003007-48.2014.5.03.0180

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.
Advogada	Dra. Alessandra Vieira de Almeida(OAB: 11688-A/SC)
Agravante	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	Dr. Aurélio Caciquinho Ferreira Neto(OAB: 81245/MG)
Agravado	YASMIN GABRIELLE LEITE ROMUALDO
Advogado	Dr. Daniella Fernandes Gomes(OAB: 138571-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.
- YASMIN GABRIELLE LEITE ROMUALDO

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2°, do RITST).
Examino.

I - AGRAVOS INTERPOSTOS PELAS RECLAMADAS - ANÁLISE CONJUNTA
Eis os termos da decisão agravada:
"Recurso de: Caixa Economica Federal
(...)
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Solidária/Subsidiária / Tomador de Serviços/Terceirização / Licitude / Ilicitude da Terceirização. Responsabilidade Solidária/Subsidiária / Tomador de Serviços/Terceirização / Isonomia Salarial.
Sentença Normativa/Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho / Aplicabilidade/Cumprimento.
Quanto aos temas em destaque, a decisão recorrida está em sintonia com a Súmula 331 do TST e com a OJ 383 da SBDI-I do TST, não existindo as violações apontadas, por não ser razoável supor que o TST fixaria sua jurisprudência com base em decisões que já não correspondessem mais a uma compreensão adequada do direito positivo (§ 7º do art. 896 da CLT).

Não existem as ofensas constitucionais apontadas, uma vez que a análise da matéria suscitada no recurso não se exaure na Constituição, exigindo que se interprete o conteúdo da legislação infraconstitucional própria indicada pela recorrente. Por isso, ainda que se considerasse a possibilidade de ter havido violação do texto constitucional, esta seria meramente reflexa, o que não justifica o manejo do recurso de revista, conforme reiteradas decisões da SBDI-I do TST.
É também imprópria a alegada afronta ao princípio da legalidade (inciso II do art. 5º da CR) quando a sua verificação implica rever a interpretação dada pela decisão recorrida às normas infraconstitucionais (Súmula 636 do STF).
Acrescento que o recurso não prospera por lesão ao inciso II do art. 37 da CR e distonia com a Súmula 363 do TST, haja vista que a isonomia declarada não implicou reconhecimento do vínculo de emprego entre a reclamante e a CEF, porquanto não é possível tal formação diretamente com a empresa pública tomadora dos serviços, ante a inexistência de prestação de concurso público por parte daquela.
A Súmula 374 do TST não favorece a pretensão recursal, pois não trata a hipótese de empregado integrante de categoria profissional diferenciada, mas de deferimento à reclamante, com respaldo no princípio da isonomia, dos direitos inerentes à categoria dos empregados da recorrente, previstos nos instrumentos normativos colacionados aos autos, em virtude do reconhecimento da ilicitude da terceirização.
Não há falar em contrariedade à Súmula Vinculante 10 do STF ou ao art. 97 da CR (Reserva de Plenário), já que não se declarou a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei 8.666/1993, mas apenas se conferiu a eles uma interpretação sistemática e consentânea com o ordenamento jurídico vigente, sendo certo, ainda, que a Súmula 331 foi editada por ato do Tribunal Pleno do TST.
Ademais, a análise das alegações implicaria reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126 do TST.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.

Recurso de: Plansul Planejamento e Consultoria Ltda.
(...)
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Solidária/Subsidiária / Tomador de Serviços/Terceirização / Licitude / Ilicitude da Terceirização.
Responsabilidade Solidária/Subsidiária / Tomador de Serviços/Terceirização / Ente Público.
Responsabilidade Solidária/Subsidiária / Tomador de Serviços/Terceirização / Isonomia Salarial.
Sentença Normativa/Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho / Aplicabilidade/Cumprimento.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, nem contrariedade com Súmula de jurisprudência uniforme do TST ou Súmula Vinculante do STF, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exigem as alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT.
Em relação à responsabilidade solidária, não constato contrariedade à mencionada Súmula 331 do TST, porquanto declarou-se a ilicitude da terceirização, sob o fundamento de que os serviços prestados não contêm uma especialização que a justifique (fl. 804).
Quanto ao tema isonomia com empregados da Caixa Econômica Federal (tomadora dos serviços), a decisão está em sintonia com a OJ 383 da SBDI-I do TST.
Assim, não existem as violações apontadas, por não ser razoável supor que o TST fixaria sua jurisprudência com base em decisões que já não correspondessem mais a uma compreensão adequada do direito positivo (§ 7º do art. 896 da CLT e Súmula 333 do TST).
Acrescento que, o recurso não prospera por lesão ao item II do art. 37 da CR e distonia com a Súmula 363 do TST, haja vista que a isonomia declarada não implicou reconhecimento do vínculo de emprego entre a reclamante e a CEF, porquanto não é possível tal formação diretamente com a empresa pública tomadora dos serviços, ante a inexistência de prestação de concurso público por parte daquela.
De toda sorte, pontuo que a análise das alegações implicaria reexame de fatos e provas, o que é vedado pela Súmula 126 do TST.
Por fim, registro que os arestos provenientes de Turma do TST, deste Tribunal ou de qualquer órgão não mencionado na alínea "a" do art. 896 da CLT não se prestam ao confronto de teses.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista."

Em agravo de instrumento, a partes agravantes sustentam serem indevidas as diferenças salariais deferidas (isonomia), com fundamento de que a contratação de serviços terceirizados é permitida, inclusive para a atividade-fim da empresa. Apontam violação dos arts. 5º, 7º, XXXII, 37, II e XIII e § 2º, da CRFB, em contrariedade à OJ 383/SBDI-I/TST, bem como em divergência jurisprudencial.
Analiso.
Na hipótese, o Tribunal Regional reconheceu a ilicitude da terceirização, por entender que as atividades desenvolvidas pelo reclamante inserem-se na atividade-fim da empresa tomadora de serviços.
Faz-se necessário o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF (ADPF 324 e RE 958252), que reconheceu a licitude da terceirização dos serviços, inclusive de atividade-fim.
Assim, por observar uma possível má aplicação da Súmula 383 do TST, dou provimento aos agravos de instrumento das reclamadas para determinar o processamento do recurso de revista.

II - RECURSOS DE REVISTA DAS RECLAMADAS - EXAME CONJUNTO - MATÉRIA COMUM
Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

1 - NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
Deixa-se de examinar a preliminar suscitada, na forma do art. 282, § 2º, do NCPC (art. 249, § 2º, do CPC/1973).

2 - TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DO ARE-791.932-DF. TEMA 739 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. TESE FIRMADA NOS AUTOS DA ADPF 324 E DO RE-958.252-MG, TEMA 725 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. IMPOSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DIRETO
2.1 - Conhecimento
O Tribunal Regional, no que concerne ao tema em destaque, registrou que:
"EMENTA: TERCEIRIZAÇÃO - EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DOS BANCÁRIOS - ISONOMIA SALARIAL. O empregado contratado por

interposta pessoa para exercer atribuições próprias dos bancários, deve ter reconhecido o direito às mesmas vantagens percebidas por essa categoria, não sendo necessário que as funções sejam idênticas, porquanto demonstrado que todo o setor de telemarketing foi ilicitamente terceirizado pela tomadora."

Nas razões de recurso de revista, as partes reclamadas sustentam, em síntese, serem indevidas as diferenças salariais deferidas (isonomia), com fundamento de que a contratação de serviços terceirizados é permitida, inclusive para as atividades-fim da empresa. Apontam violação dos arts. 37, II, XIII, 170, II, da CF/1988, bem como contrariedade à Súmula 383/TST. Colacionam arestos.
Ao exame.
No caso dos autos, o Tribunal Regional entendeu pela ilicitude da terceirização de serviços firmada entre as reclamadas e pela condenação ao pagamento das parcelas trabalhistas daí decorrentes (isonomia com os empregados da tomadora dos serviços).
Esta Corte Superior, inclusive esta Turma, com fundamento nos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, adotava o entendimento de que o ordenamento jurídico pátrio não autorizava a terceirização de forma ampla e irrestrita da atividade-fim empresarial. Assim, nos termos do item I da Súmula 331/TST, decidia pela ilicitude da terceirização e, consequentemente, pelo reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços.
Contudo, a Suprema Corte, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", afastando, assim, a configuração da relação de emprego com o tomador dos serviços. Além disso, em 11/10/2018, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, reafirmou o seu entendimento de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada".
Fixou, então, a tese jurídica de que "é nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC".
Ressalta-se que, a partir de 30/8/2018, é de observância obrigatória aos processos judiciais em curso ou pendentes de julgamento a tese jurídica firmada pelo e. STF no RE n.º 958.252 e na ADPF n.º 324.
Nesse sentido, cito precedentes da SBDI-1 desta Corte seguindo o entendimento vinculante do STF:
AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SOBRESTAMENTO. "TERCEIRIZAÇÃO". OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO. NÃO APLICAÇÃO DO ART. 94, II, DA LEI 9.472/97. REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. 1. Trata-se de agravo interno interposto em face da decisão da Vice-Presidência do TST por meio da qual foi determinado o sobrestamento do recurso extraordinário com base em precedente de repercussão geral em julgamento, na forma do art. 1.030, III do CPC. 2. O Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Recurso Extraordinário com Agravo nº 791.932/DF, concluiu que há repercussão geral na questão relativa à ofensa ao princípio da reserva de plenário, previsto no art. 97 da Constituição e na Súmula Vinculante 10, em face da recusa da aplicação, pelas instâncias de origem, do art. 94, II, da Lei 9.472/97 (Tema 739). 3. A abrangência do precedente, não limitada à atividade de call-center, restou assentada em diversos precedentes do Supremo Tribunal Federal, considerando-se, ainda, que os motivos determinantes da decisão tem como razão preponderante a invocação da Súmula 331 do TST como embasamento à recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/97, e possível violação constitucional daí decorrente. 4. Nesse sentir, ficam mantidos os fundamentos adotados pela decisão agravada, restando verificada, ainda, a manifesta inadmissibilidade do presente agravo, aplicando-se a multa prevista no § 4º do artigo 1.021 do atual CPC. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. (Ag-ED-RR-20109-09.2013.5.04.0401, Órgão Especial, Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 16/12/2018).

RECURSO DE EMBARGOS. REGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES TOMADORA DOS SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. 1. A eg. Sexta Turma não conheceu do recurso de revista, sob o fundamento de que se afigura ilícita a terceirização dos serviços de reparação e manutenção de linhas telefônicas, razão pela qual configurado o vínculo de empregado com a empresa tomadora de serviços. 2. Entretanto, a partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 3. Na espécie foi reconhecido o vínculo de emprego diretamente com a tomadora dos serviços (Telemar Norte Leste S.A.), em razão, exclusivamente, de as funções do reclamante serem inerentes à atividade-fim da concessionária do serviço de telecomunicações. 4. Assim, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do reclamante com a tomadora de serviços, revelando-se indevidas as obrigações inerentes aos empregados do contratante. Recurso de embargos conhecido e provido. (E-RR - 65400-93.2007.5.03.0005 Data de Julgamento: 24/10/2019, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 08/11/2019).

Nesse contexto, não há mais espaço para o reconhecimento do vínculo empregatício com o tomador de serviços sob o fundamento de que houve terceirização ilícita (ou seja, terceirização de atividade essencial ou finalística), ou, ainda, para a aplicação dos direitos previstos em legislação específica ou em normas coletivas da categoria profissional dos empregados da empresa contratante. Nesse sentido, cito jurisprudência desta Corte:
AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. Ante as razões apresentadas pelo agravante, afasta-se o óbice oposto no despacho agravado. Agravo conhecido e provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO.

ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. Decisão regional em que adotado o entendimento de que é ilícita a terceirização empreendida na atividade-fim do tomador dos serviços. Aparente violação do art. 5º, II, da CF, a ensejar o provimento do agravo de instrumento. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. 1. O Tribunal Regional manteve a sentença quanto à ilicitude da terceirização, ao fundamento de que os serviços prestados estão inseridos na atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. 2. Não obstante o entendimento cristalizado na Súmula 331, I, do TST, no sentido de que "a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário ", o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de repercussão geral, decidiu que " é lícita à terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Ressalto que, no caso, não há no acórdão regional qualquer registro concernente à existência de pessoalidade e/ou subordinação direta à tomadora dos serviços. Assim, torna-se inviável o reconhecimento da ilicitude da terceirização, não sendo tampouco possível o reconhecimento de isonomia com os empregados da empresa tomadora dos serviços. 4. Configurada a violação do art. 5º, II, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10943-72.2016.5.03.0013, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 12/11/2021)

RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO DE EMPREGO. BANCO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. 1. A partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços, independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 2. Na espécie, o Tribunal Regional reconheceu o vínculo de emprego entre a reclamante e um dos Bancos reclamados, somente em razão da prestação de serviços reputados eminentemente bancários. Nesse sentido, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego da reclamante com a instituição financeira tomadora de serviços e a condição de bancário do trabalhador. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10823-70.2015.5.03.0043, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 02/02/2021)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO AUTOR NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/17. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. Compulsando-se os autos, verifica-se que o acórdão embargado, de fato, se pronunciou no sentido da não observância de pressuposto da regularidade formal inerente aos recursos de fundamentação vinculada (princípio da dialeticidade recursal). Todavia, em melhor análise, constata-se que a parte, nas razões do agravo, impugnou de forma específica e fundamentada o óbice erigido na decisão agravada, comportando, assim, a decisão embargada complementação. TERCEIRIZAÇÃO. TOMADORA DE SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO STF. TEMA 725. REPERCUSSÃO GERAL. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de Repercussão Geral, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Nesse contexto, porquanto superada a questão da ilicitude da terceirização - em conformidade com as decisões do STF -, resulta inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do autor diretamente com o tomador de serviços. Embargos de declaração a que se dá provimento, para sanar os vícios apontados, sem, contudo, imprimir-lhes efeito modificativo. (ED-Ag-AIRR-11359-77.2015.5.01.0030, 1ª Turma, Relator Ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 16/11/2021).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Deixa-se de analisar a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, nos termos do artigo 249, § 2º, do CPC/73 (artigo 282, § 2º, do atual CPC), por cogitar-se, no mérito , de possível decisão favorável ao reclamante. TERCEIRIZAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS DE ENERGIA. PREVISÃO NO ARTIGO 25, § 1º, DA LEI Nº 8.987/95. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA ADPF 324, DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EM REPERCUSSÃO GERAL ARE-791.932-DF (TEMA 739) E RE-958.252-MG (TEMA 725) E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE Nos 26 E 57, EM QUE SE DISCUTIA A CONSTITUCIONALIDADE DO CITADO DISPOSITIVO LEGAL. 1. Esta Corte firmou o entendimento de que a terceirização do serviço de eletricista, por se tratar de atividade-fim das empresas concessionárias de serviço de energia elétrica, era ilícita, com fundamento na Súmula nº 331, itens I e III, do TST. 2. Por outro lado, a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre "o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", como norma de Direito Administrativo, não foi promulgada para regular matéria trabalhista, devendo ser interpretada à luz dos princípios e das regras que norteiam o Direito do Trabalho, de modo a não esvaziar de sentido prático ou a negar vigência e eficácia às normas trabalhistas que, no País, disciplinam a prestação do trabalho subordinado e as próprias figuras do empregado e do empregador. Dessa forma, quando os órgãos fracionários dos Tribunais trabalhistas entendem que as relações laborais não são regidas pelo artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, não estão deixando de aplicar o dispositivo legal por considerá-lo inconstitucional. Assim, foi observado o disposto no artigo 97 da Constituição Federal e na Súmula Vinculante nº 10 e do STF. 3. Não obstante seja esse o entendimento deste Relator, curvo-me, com ressalva, à tese firmada na decisão proferida nos autos do ARE-791.932-DF (Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral), relatada pelo Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, in verbis: "É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de

Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC" (DJe de 6/3/2019). 4. A Suprema Corte, em sessão realizada em 30/8/2018, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252 (Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral), a respeito da terceirização prevista na Súmula nº 331 do TST, firmou a seguinte tese: "É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 5. Nos acórdãos proferidos nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade nºs 26 e 57, em que se discutia a constitucionalidade do artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, relatados pelo Exmo. Ministro Edson Fachin, foi destacado: "no julgamento do Tema 739, ARE 791.932- RG, esta Corte, então instada a se manifestar sobre a inobservância da cláusula de reserva de Plenário e o disposto no art. 94, II, da Lei 9.472/1997, declarou a nulidade da decisão do órgão fracionário do TST"; "a norma do diploma regulatório dos serviços de telecomunicações tem conteúdo idêntico ao objeto da presente ação direta de constitucionalidade". 6. A Suprema Corte, fazendo referência às teses fixadas no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252- RG (Tema 725), registrou que, tendo sido afastada a aplicação da Súmula nº 331 do TST "naquelas hipóteses, deve também aqui se estender o mesmo entendimento", concluindo que "o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, ao autorizar as concessionárias de serviço público a contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, alinha-se ao entendimento jurisprudencial atual e, reveste-se de constitucionalidade, devendo ter sua eficácia garantida e preservada". 7. Entretanto, a adoção da tese vinculante firmada pelo Supremo Tribunal Federal não impede o reconhecimento de vínculo de emprego entre o trabalhador terceirizado e a tomadora de serviços, quando comprovada a incidência dos artigos 2º, 3º e 9º da CLT ao caso em apreço, conforme decidiu a SbDI-1, nos autos do E-ED-RR-32900-51.2005.5.03.0002, em acórdão relatado pelo Exmo. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, firmando o entendimento de que há que reconhecer o "vínculo empregatício com a tomadora dos serviços, quando estiver nitidamente comprovada nos autos a presença dos requisitos do art. 3º da CLT, configurando desvirtuamento da terceirização de forma a disfarçar a existência de inequívoca relação de emprego com a tomadora". 8. Na hipótese dos autos, o Ministério Público do trabalho ajuizou ação civil pública contra a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (concessionária de serviços de energia elétrica) e a Santa Maria Participações S.A., a fim de impedir a terceirização de atividade-fim daquela. O Tribunal a quo, por entender pela ilicitude da terceirização dos serviços de leitura de medidores de energia elétrica ativa, reativa e de demanda, envio de faturas e documentos, suspensão do fornecimento de energia elétrica e religação procedida pela Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., confirmou a sentença pela qual essa última ré foi condenada a abster-se de terceirizar os citados serviços e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo . 9. Como o Supremo Tribunal Federal firmou tese, de natureza vinculante, considerando lícita a terceirização, não subsiste a condenação da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. "a abster-se de repassar a terceiros atividades-fins" e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo (responsabilidade solidária da segunda ré). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-215900-88.2012.5.17.0141, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 12/11/2021).

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - PROVIMENTO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. Diante de potencial violação do art. 37, XIII, da Constituição Federal, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252/MG, com repercussão geral (tema 725), em sessão plenária do dia 30.8.2018, fixou teses, respectivamente, no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada" e que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 2. A licitude de terceirização de atividade-fim foi reafirmada, pelo Excelso Pretório, nos julgamentos subsequentes do ARE nº 791.932/DF, com repercussão geral (tema 739), em 11.10.2018, e da ADC nº 26, em 22.8.2019. 3. O caso dos autos é o decidido pelo STF, razão pela qual não é possível a aplicação analógica do art. 12, "a", da Lei nº 6.019/74 (OJ 383/SBDI-1/TST), com esteio na alegada ilicitude da terceirização. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10166-80.2018.5.03.0025, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 12/11/2021).

[...] RECURSOS DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STF (TEMA 739 DE REPERCUSSÃO GERAL NO STF - ARE 791.932). TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. O STF, no julgamento da ADC 26/DF, transitado em julgado em 18.09.2019, seguindo a tese firmada no ARE 791.932, em repercussão geral (Tema 739), declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, que autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público, e, reiterando o entendimento exarado pelo Plenário do STF em 30.08.2018, no julgamento da ADPF-324 e do RE-958252, com repercussão geral (Tema 725), reconheceu a constitucionalidade do instituto da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, afastando a incidência da Súmula 331 do TST. É necessário, pois, o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF, relativamente à possibilidade de terceirização de serviços afetos às atividades precípuas das concessionárias de energia elétrica, sendo irrelevante perquirir sobre a natureza das atividades exercidas pela empresa contratada. No caso vertente, o TRT entendeu que havia relação direta da atividade desempenhada pelo Reclamante com a atividade-fim da tomadora e concluiu pela ilicitude da terceirização. Entretanto, há de ser afastada a ilicitude da terceirização, à luz do entendimento do E. STF e do art. art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995. Consequentemente, não se viabiliza o reconhecimento da isonomia salarial em relação aos empregados da empresa tomadora de serviços e a condenação ao pagamento de direitos e benefícios legais, normativos e/ou contratuais daí decorrentes. Remanesce, contudo, a responsabilidade subsidiária em caso de eventual condenação, nos termos da decisão do STF (Tema 725) e da Súmula 331, IV/TST. Ressalva de entendimento pessoal deste Relator. Recurso de revista conhecido e provido. (RR -20455-49.2017.5.04.0811, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio

Godinho Delgado, DEJT 19/03/2021).

[...] RECURSO DE REVISTA. DECISÃO REGIONAL PROFERIDA ANTES DA LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO. SERVIÇOS DE TELEMARKETING. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O BANCO TOMADOR DE SERVIÇOS. Nos termos do posicionamento adotado pela Suprema Corte Federal, no julgamento do ARE 791932, Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral, nos autos da ADPF 324 e do RE 958252, e, ainda, na ocasião do julgamento da ADC 26, é lícita a terceirização de serviços de atividade fim . Assim, deve ser reformada a decisão regional para adequar ao entendimento da Suprema Corte. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-170-89.2013.5.06.0012, 6ª Turma, Relator Ministro Aloysio Correa da Veiga, DEJT 20/03/2020).

III - RECURSO DE REVISTA ANTERIOR À LEI Nº 13.015/2014. RETORNO DOS AUTOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA TOMADORA DOS SERVIÇOS NÃO CONFIGURADA. MANUTENÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO CONSAGRADO PELO C. STF - TEMA 725 DE REPERCUSSÃO GERAL NO C. STF - ADPF 324 E RE 958.252. 1. Há muito prevaleceu no âmbito desta Corte Superior o entendimento de que é ilícita a terceirização de serviços especializados, ligados à atividade-fim do tomador dos serviços, identificada no objeto social do contrato social das empresas envolvidas. Nessa linha de argumentação, entendia-se que a contratação de trabalhadores por empresa interposta seria ilegal, formando-se o vínculo empregatício diretamente entre o empregado contratado e a empresa tomadora dos serviços. Inteligência da Súmula nº 331 do c. TST. 2. Revisitando posicionamento consagrado pelo c. TST, em 30.8.2018, a Suprema Corte, nos autos da ADPF 324/DF e do RE 958.252, submetido à sistemática da repercussão geral - Tema nº 725 - , tendo em conta os princípios constitucionais da livre iniciativa (art. 170) e da livre concorrência (art. 170, IV), a dignidade da pessoa humana (art. 1º), os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal (art. 7º), o direito de acesso do trabalhador à previdência social, à proteção à saúde e à segurança no trabalho, declarou a inconstitucionalidade da Súmula nº 331, I, do c. TST, reconhecendo a licitude da terceirização em todas as etapas do processo produtivo, seja meio ou fim. Ao examinar o Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral, no RE nº 958.252 , fixou a seguinte tese jurídica: " É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante " . Na mesma oportunidade, ao julgar a ADPF nº 324, firmou a seguinte tese, com efeito vinculante para todo o Poder Judiciário: " 1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". 3. Em suma, o c. STF reconheceu a legalidade irrestrita da terceirização de serviços, podendo a contratação de trabalhadores se dar de forma direta ou por empresa interposta e para exercer indiscriminadamente atividades ligadas à área fim ou meio das empresas, não se configurando em tais circunstâncias relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada, remanescendo, contudo, a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa contratada, bem como pelas obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993, além de firmar que é plenamente possível a terceirização de atividades precípuas das concessionárias de serviços públicos. 4. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional ratificou o entendimento do juízo de primeiro grau, de que o autor desempenhava tarefa intimamente ligada à atividade-fim da tomadora dos serviços, declarando, por essa razão, a sua responsabilidade solidária pelas verbas devidas ao trabalhador, em desconformidade com a atual jurisprudência do c. STF e do c. TST. Recurso de revista conhecido por contrariedade (má aplicação) à Súmula/TST nº 331 e provido. (RR-722-18.2012.5.06.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 07/01/2020).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. ADPF Nº 324 E RE Nº 958.252. TESE FIRMADA PELO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 331 DO TST À LUZ DOS PRECEDENTES DO STF. (...) I. No que diz respeito ao reconhecimento da licitude da terceirização, a decisão regional foi proferida em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 958.252, de que resultou a fixação da seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", bem como no julgamento da ADPF nº 324, em que foram fixadas as seguintes teses: "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". II. Assim sendo, o conhecimento do presente recurso de revista no que diz respeito ao pedido de reconhecimento da ilicitude da terceirização havida entre as Reclamadas encontra óbice no entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, fixada no julgamento da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252. (...). (Ag-AIRR-10681-27.2018.5.18.0081, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 05/11/2021).

(...) II. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE. SISTEMA DE TELEATENDIMENTO. MATÉRIA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADPF 324, RE 958.252 E ARE 791.932). REPERCUSSÃO GERAL. ISONOMIA SALARIAL. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 383 DO TST. IMPOSSIBILIDADE. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA. 1. O Tribunal Regional, reconhecendo que a Reclamante prestou serviços relacionados à atividade-fim da tomadora de serviços, declarou a ilicitude da terceirização havida entre as partes. Muito embora tenha fundamentado não ser possível o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o Ente integrante da Administração Pública Indireta, reconheceu o direito obreiro às verbas trabalhistas

- legais e normativas - asseguradas aos empregados da tomadora de serviços, com fundamento no princípio da isonomia. 2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 30/8/2018, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958.252, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se estabelecendo relação de emprego entre a tomadora de serviços e o empregado da empresa prestadora. 3. Dispõe a Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST que: "A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções ". 4. O fato autorizador da isonomia de direitos entre os empregados terceirizados e os regularmente contratados pelo tomador de serviços integrante da Administração Pública é a ilicitude da terceirização. Nessa esteira de raciocínio, reconhecendo o STF a licitude da terceirização tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim das empresas tomadoras, inviável a aplicação da Súmula 331/TST e Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST, que traz como premissa básica a irregularidade da contratação do trabalhador terceirizado. Julgados do TST. 5. Recurso de revista conhecido por má-aplicação da Súmula 331/TST e da OJ 383 da SBDI-1/TST. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-2185-47.2016.5.06.0102, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/12/2020)

[...] II - RECURSO DE REVISTA DA 2ª RECLAMADA (LIQ CORP S/A). ADMISSIBILIDADE. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA. LICITUDE. VÍNCULO DIRETO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE DIREITOS DA CATEGORIA DO TOMADOR. INVIABILIDADE. A partir do julgamento do RE nº 958.252 e da ADPF nº 324 pelo Supremo Tribunal Federal, a matéria em discussão nestes autos (ilicitude da terceirização de atividade-fim) pacificou-se e encontra o seu norte nos termos da decisão vinculante daquela Corte Suprema, que, ao julgar o mérito da controvérsia atinente ao Tema 725 da repercussão geral, definiu a tese jurídica segundo a qual "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Assim, a decisão do Regional, naquilo em que aplicou a Súmula nº 331, I, do TST à hipótese encontra-se superada pela jurisprudência vinculante do Pretório Excelso, merecendo reforma o acórdão recorrido, a fim de decretar a licitude da terceirização e, por conseguinte, a ausência de vínculo direto com o tomador e os demais consectários daí decorrentes, a exemplo de direitos previstos em normas coletivas da categoria do tomador ou no regulamento interno da empresa, equiparação salarial, ou quaisquer outros que tenham como base jurídica de sustentação a irregularidade do contrato de terceirização de atividade-fim. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-456-10.2014.5.02.0088, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 19/03/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. TOMADORA DOS SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE N.º 958.252 COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA (TEMA 725) E ADPF 324. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 324, em 30/8/2018, erigiu tese no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 2. Na mesma ocasião, a Corte Suprema, examinando o Tema 725 de Repercussão Geral, no julgamento do RE 958.252, estabeleceu a seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Inquestionável a aplicação imediata dos aludidos precedentes firmados em Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida, bem como em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, cuja decisão tem efeito vinculante. 4. Na linha dos precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal, remanesce a possibilidade de reconhecimento de vínculo com a empresa contratante somente nas hipóteses em que há explícita referência, no acórdão prolatado pelo Tribunal Regional, acerca da configuração da pessoalidade e da subordinação hierárquica direta, presencial ou por via telemática, do obreiro aos prepostos da tomadora de serviços, sendo insuficiente a mera subordinação estrutural ou indireta, inerente à própria terceirização. 5. No caso sob exame, afirmou o Tribunal Regional a ilicitude da terceirização tão somente em razão do labor em atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. Tal entendimento destoa claramente daquele fixado pelo Supremo Tribunal Federal. Reconhece-se, portanto, a transcendência política da controvérsia. 6. Nesse contexto, impõe-se afastar o reconhecimento do vínculo de emprego da parte reclamante diretamente com o banco tomador dos serviços, bem como excluir da condenação as parcelas decorrentes da aplicação dos acordos coletivos dos bancários. 7. Recurso de Revista conhecido e provido. (RR-491-61.2017.5.06.0311, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 05/02/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DAS LEIS NºS 13.015/14 E 13.105/15, MAS ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/2017. TELEMARKETING - ILICITUDE DE TERCEIRIZAÇÃO - RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS - ENQUADRAMENTO DO RECLAMANTE NA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS BANCÁRIOS. O STF, em 30/8/2018, no julgamento conjunto da ADPF 324/DF e do RE 958.252/MG (tema de Repercussão Geral nº 725), firmou a tese jurídica de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, seja ela meio ou fim, o que não configura relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. O Plenário da Suprema Corte concluiu, então, que não há óbice constitucional à terceirização das atividades de uma empresa, ainda que se configurem como as denominadas "atividades-fim" das tomadoras de serviços. No caso concreto, o Tribunal Regional concluiu que a contratação dos serviços especializados de telemarketing é ilícita, pois estão ligados à atividade-fim da tomadora de serviços. Assim, o v. acórdão recorrido, ao reconhecer a ilicitude da terceirização na hipótese, contrariou a tese firmada pela Suprema Corte, na ADPF 324 e no RE 958.252 (tema 725 da tabela de repercussão geral). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-11150-12.2015.5.03.0044, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 04/12/2020).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. BANCO BRADESCO S.A. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTENTE. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADPF 324/DF, o RE-958.252/MG (tema 725 da tabela de repercussão geral), fixou a tese, com efeito vinculante e eficácia erga omnes , segundo a qual é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas e de o objeto da terceirização consistir em atividade-meio ou atividade-fim da tomadora de serviços, desde que não seja comprovada a fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, sendo mantida, entretanto, a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. Portanto, definido pelo Supremo Tribunal Federal que é licita a terceirização de serviços, tanto ligados à atividade-meio quanto à atividade-fim da contratante, e não tendo sido constatada fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, deve ser julgado improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo de emprego com O tomador de serviços e, em consequência, os pedidos decorrentes unicamente do vínculo. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. (RR-10958-62.2016.5.03.0103, 8ª Turma, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 23/03/2021)

(...) III - RECURSO DE REVISTA - REGÊNCIA PELA LEI Nº 13.015/2014 - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. CALL CENTER. LICITUDE. A matéria já não comporta debates, ante as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sessão extraordinária realizada no dia 30/08/2018, quando se julgou procedente a arguição formulada na ADPF-324/DF (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018), com eficácia erga omnes e efeito vinculante, e se fixou tese jurídica de repercussão geral, correspondente ao Tema nº 725, no sentido de que "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. (leading case: RE-958252/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018). Recurso de revista conhecido e provido" (RRAg-10055-74.2017.5.03.0173, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 05/02/2021)

Dessa forma, não se pode reconhecer isonomia entre os empregados terceirizados e aqueles contratados diretamente pelo tomador dos serviços.
Entretanto, registre-se que a responsabilidade da tomadora de serviços nestes casos se mantém de forma subsidiária, consoante a tese já firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante".
Ante o exposto, em face da decisão vinculante do STF, conheço dos recursos de revista por contrariedade à Súmula 383 do TST (má aplicação).

2.2 - MÉRITO
Tendo em vista os fundamentos apresentados, atendidos os requisitos do art. 489, § 1º, do CPC e com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST, 932, III, IV e V, do CPC, dou provimento parcial aos recursos de revista para, reconhecendo a licitude da terceirização dos serviços, mantendo a condenação subsidiária da tomadora, limitar o pagamento das verbas deferidas à reclamante com parâmetro na sua real empregadora, afastando a isonomia declarada na origem. Custas Inalteradas.

3 - MATÉRIA REMANESCENTE - RECURSO DE REVISTA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

1 - Conhecimento
1.1 - RESPONSABILIDADESUBSIDIÁRIA. TOMADOR DE SERVIÇOS. ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CULPA CARACTERIZADA
A Corte Regional registrou que:
"Em virtude da fraude praticada pelas rés, entendo que haveria, na verdade, responsabilidade solidária das empresas envolvidas, conforme disposto no artigo 942 do Código Civil. No entanto, tendo em vista a vedação à reformatio in pejus, permanece a responsabilidade subsidiária da 2a reclamada (Caixa Econômica Federal).
A pretendida exclusão da responsabilidade colide com as diretrizes constitucionais que alçaram os valores sociais do trabalho a um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (art. 10, inciso IV, da Constituição Federal), além de afrontar o espírito protetivo do Direito do Trabalho.
Ademais, o entendimento adotado não fere o art. 97 da CF, tampouco a Súmula Vinculante n. 10 do STF, pois a responsabilidade subsidiária do ente público está sendo reconhecida com fulcro.na fraude perpetrada (artigos 186, 927 e 942 do Código Civil)."

Nas razões de recurso de revista, alega a reclamada que não pode subsistir a sua responsabilização subsidiária, em razão do disposto no art. 71, § 1º, da Lei 8.666/1993. Argumenta que o mero inadimplemento não gera responsabilidade subsidiária, sendo necessária a comprovação da culpa in vigilando. Indica violação aos artigos 58, III, 71, da Lei 8.666/1993, 2º, da CLT, 170, da Constituição Federal, 1.216, do Código Civil, bem como contrariedade à Súmula 331, V, do TST. Traz arestos ao confronto de teses.
Analiso.
Vale destacar que o Supremo TribunalFederal, ao julgar a ADC n° 16, embora tenha considerado constitucional o § 1º do art.71da Lei nº 8.666/93 e tenha vedado a responsabilização automática da Administração Pública pelo pagamento das obrigações trabalhistas inadimplidas pela empresa contratada (prestadora de serviços), também reconheceu que continua perfeitamente possível que a Justiça do Trabalho, ao julgar casos concretos, continue a imputar ao ente público tomador de serviços terceirizados a responsabilidadesubsidiáriapor obrigações inadimplidas pelo devedor principal, quando constatadas, à luz do quadro fático delineado nos autos, a presença de culpa in eligendo ou de culpa in vigilando.
Oportuno acrescentar, ainda, que a decisão proferida pela Suprema Corte no julgamento do RE 760.931/DF, com repercussão geral, também não impede o reconhecimento da responsabilidadesubsidiáriada Administração em casos nos quais a condenação do ente público não decorra automaticamente do inadimplemento dos encargos trabalhistas, mas sim da culpa da Administração, efetivamente verificada pelas instâncias ordinárias à luz do contexto fático delineado nos autos.
O acolhimento das alegações da recorrente, no sentido de que não

teria agido com culpa e, por consequência, não poderia ser responsabilizada, demandaria nova análise de todo o conjunto fático -probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 126 desta Corte Superior.
Nesse contexto, a atribuição de responsabilidadesubsidiáriaà recorrente está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, consubstanciada no item V da Súmula331,in verbis:
"V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada."

Assim, o reconhecimento da responsabilidadesubsidiáriada reclamada no presente caso concreto não implica afronta a qualquer artigo constitucional e/ou legal, mormente porque a decisão regional está em perfeita consonância com a jurisprudência deste Tribunal Superior e do Supremo TribunalFederal. Da mesma forma, não prospera a arguição de divergência jurisprudencial, ante os termos da Súmula 333 do TST e do artigo 896, §7º, da CLT.
Não conheçodo recurso de revista, no particular.

CONCLUSÃO:
À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, § 5º (atual § 14), da CLT e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento aos agravos de instrumento das reclamadas - exame conjunto - matéria comum; II - conhecer dos recursos de revista, quanto ao tema "TERCEIRIZAÇÃO. ILICITUDE. IMPOSSIBILIDADE DA ISONOMIA", por má aplicação da Súmula 383 do TST, e, no mérito, dar-lhes provimento parcial para, reconhecendo a licitude da terceirização dos serviços, mantendo a condenação subsidiária da tomadora, limitar o pagamento das verbas deferidas à reclamante com parâmetro na sua real empregadora, afastando a isonomia declarada na origem. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-1000073-52.2018.5.02.0386

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	MARIA REGINALDA RODRIGUES DEL NERO
Advogado	Dr. Artur Eduardo Valente Aymoré(OAB: 295063/SP)
Recorrido	GTO - GRUPO DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA LTDA.
Advogado	Dr. Deusdédite Rodrigues de Souza(OAB: 121878/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GTO - GRUPO DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA LTDA.
- MARIA REGINALDA RODRIGUES DEL NERO

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que negou provimento ao recurso ordinário, mantendo a sentença quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA".
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:
"(...)
2- HONORÁRIOS DE ADVOGADO (sucumbência)
A ação foi distribuída em 30/1/2018, portanto, após o início de vigência da Lei 13.467, de 13 de julho de 2017.
Então, sobre os honorários em destaque, considerando a redação de regramento aplicável à espécie
"...Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
(...) § 2° Ao fixar os honorários, o juízo observará...
(...) o grau de zelo do profissional...
(...) o lugar de prestação do serviço...
(...) a natureza e a importância da causa...
(...) o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.
§ 3° Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.
§ 4° Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário...",
ainda porque insuficientes os argumentos sobre Justiça gratuita, acesso à Justiça, entendo que desassiste razão ao recorrente.
(...)"
No que tange à insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, visto que a ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser

indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, LXXIV, da CF.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0005800-64.2014.5.13.0023

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante e Agravado	CLARO S.A.
Advogado	Dr. José Mário Porto Júnior(OAB: 3045-A/PB)
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513-A/DF)
Agravante e Agravado	A E C CENTRO DE CONTATOS S.A.
Advogado	Dr. Felipe dos Santos Carvalho(OAB: 108003-A/MG)
Advogado	Dr. João Luiz Juntolli(OAB: 69339/MG)
Agravado	UNIÃO (PGF)
Agravado	ELIZANDRA ANACLETO GOMES
Advogado	Dr. Maria de Lourdes Pires Cavalcanti(OAB: 6648/PB)

Intimado(s)/Citado(s):
- A E C CENTRO DE CONTATOS S.A.
- CLARO S.A.
- ELIZANDRA ANACLETO GOMES
- UNIÃO (PGF)

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PRIMEIRA RECLAMADA (A&C CENTRO DE CONTATOS S.A)

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista.
Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do RITST.
É o relatório.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do apelo.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO" e "RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO NO PERÍODO DE TREINAMENTO".
Analiso.
Quanto ao primeiro tema, a primeira reclamada insurge-se a reclamada contra o reconhecimento do vínculo diretamente com a tomadora de serviços em razão da ilicitude da terceirização.
Sem razão.
O Regional, no julgamento do recurso ordinário interposto pela da primeira reclamada, adotou os seguintes fundamentos:

"(...) PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DA EMPRESA AEC CENTRO DE CONTATOS S.A., POR DESERÇÃO
A reclamada AEC CENTRO DE CONTATOS S.A. interpôs Recurso Ordinário sem anexar comprovantes de recolhimento das custas processuais e do depósito recursal, apresentando, como justificativa, a alegação de que a litisconsorte CLARO S.A. já havia providenciado o preparo, configurado-se uma situação que, em seu ponto de vista, atrairia a Súmula 128, item III, do TST.
A argumentação da recorrente não pode prosperar, afigurando-se inviável o conhecimento do recurso, por manifesta deserção.
O verbete do TST, ao dispensar a efetivação de depósito e o recolhimento das custas, nos casos de litisconsórcio entre empregadores, leva em conta os laços que os unem no ambiente processual e que os tornam naturalmente solidários, com interesses comuns e convergentes, o que ocorre, por exemplo, nos casos de evidente formação de grupo econômico.
A situação em análise é distinta.
A empresa CLARO, que interpôs o primeiro recurso contra a sentença, afirma que não é empregadora da reclamante, asseverando que a terceirização com a recorrente (AEC) é lícita, e que, por isto, não pode ser responsabilizada pelos créditos reconhecidos na sentença.
Não se vislumbra, aqui, a confluência de interesses genuínos entre as duas empresas, tanto é assim que a CLARO, em suas respectivas razões recursais, ao contrário do que afirma a recorrente, pede expressamente que seja afastada a sua responsabilidade solidária, asserção esta que não pode ser interpretada de outra forma senão como um pedido da empresa no sentido de não ser alcançada pelos efeitos da condenação.
Nesse cenário, é lógico que a empresa AEC CENTRO DE CONTATOS, para obter o direito à revisão do julgado, deveria ter feito o depósito recursal, a fim de garantir o juízo, em caso de permanecer, sozinha, no polo passivo da demanda, como única responsável pelas obrigações.
Não tendo a empresa cumprido a formalidade legal, o seu apelo não deve ser conhecido, porque não atendido o pressuposto do preparo recursal.
Assim, suscito a preliminar e não conheço do recurso da reclamada AEC - CENTRO DE CONTATOS, por manifesta deserção."

Como se vê, o Regional não conheceu do recurso ordinário interposto pela da primeira reclamada por reputá-lo deserto. Todavia, a primeira reclamada, em seu recurso de revista, alheia ao

princípio da dialeticidade, passou ao largo dessa fundamentação, limitando-se a renovar a insurgência quanto à matéria de fundo.
Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida, nos termos em que proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST e no art. 896, § 1º-A, III, da CLT.
Não tendo a reclamada se eximido de tal ônus, resta inviabilizado o processamento do recurso de revista, no particular.
Quanto ao segundo tema, a primeira reclamada não se conforma com a declaração de existência de vínculo de emprego no período em que a reclamante se encontrava submetida a um processo seletivo e no qual sua efetiva contratação dependia de seu desempenho e de seu aproveitamento. Sustenta que durante o período do processo seletivo não houve prestação de serviço e a contratação estava vinculada à aprovação em provas e exames de caráter eliminatório.
Sem razão.
O Regional adotou os seguintes fundamentos (fls. 521/522):

"Em diversas outras demandas análogas, restou comprovado que antes do treinamento existe uma pré-seleção junto ao SINE, bem como não há notícia de que alguém tenha sido reprovado no suposto processo seletivo.
Ademais, ao invocar fato modificativo do direito da autora, recai sobre as rés o ônus probatório. Porém, não lograram sucesso nesse intento, haja vista que não juntaram nenhum documento comprobatório de que o referido processo seletivo ocorrera da forma alegada, tampouco a prova oral socorre sua tese.
Como se sabe, o contrato de trabalho é um contrato/realidade, configurando-se independentemente da vontade das partes. No caso, restou incontroverso que a autora, no período de treinamento, já se encontrava à disposição da reclamada desde o início do período, em consonância com a CLT, art. 3º.
Em verdade, o período de treinamento que antecede à contratação formal, estando o candidato ao emprego subordinado ao poder diretivo do empregador, integra o contrato de trabalho, ainda que não haja efetivo atendimento a clientes e que esteja prevista a possibilidade de reprovação.
Trata-se, do ponto de vista jurídico, de período de experiência, razão pela qual é devida a retificação na CTPS da autora.". (sem grifo no original)

Consoante se extrai dos excertos destacados, restou evidenciado nos autos que o suposto processo seletivo a que a reclamante foi submetida tratava-se, na verdade, de período de experiência, uma vez que estavam presentes os requisitos caracterizadores do vínculo de emprego.
Nesse contexto, considerando que a pretensão recursal implica, necessariamente, o reexame dos fatos e provas, procedimento vedado pela Súmula 126 do TST, tem-se por inviável o processamento do recurso de revista.

Cito julgados desta Corte Superior:

"VÍNCULO EMPREGATÍCIO. PERÍODO DE TREINAMENTO. INEXISTÊNCIA DE PROCESSO SELETIVO 1 - O recurso de revista da Claro S.A. está fundamentado exclusivamente em divergência jurisprudencial. Contudo, não atentou para o disposto no art. 896, §8º, da CLT, pois não menciona as circunstâncias que identificam ou assemelham os arestos ao caso concreto, o que inviabiliza o conhecimento do recurso de revista por divergência jurisprudencial. 2 - No que tange ao recurso de revista da AEC Centro de Contatos S.A., o TRT entendeu que o "período de treinamento", que constituía etapa do suposto processo seletivo era, na realidade, período de efetivo treinamento do empregado, que cumpriu a mesma jornada exigida no contrato de trabalho, estando à disposição do empregador nos termos do art. 4º da CLT. Para que esta Corte pudesse decidir de forma contrária, seria necessário o reexame de fatos e provas; procedimento inviável, ante o óbice da Súmula n.º 126 do TST. (...)" (ARR-12900-21.2014.5.13.0007, 6ª Turma, Relatora Ministra Kátia Magalhães Arruda, DEJT 24/04/2020)

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA A&C CENTRO DE CONTATOS. RECURSO DE REVISTA ANTERIOR ÀS LEIS NOS 13.015/2014 E 13.467/2017 E À IN Nº 40 DO TST. DATA DE ADMISSÃO. TREINAMENTO. INÍCIO DO VÍNCULO DE EMPREGO No caso concreto, o TRT entendeu que se trata de um período de treinamento não remunerado, indevidamente chamado processo seletivo. Diante desse contexto, entendeu que esse período integra o contrato de trabalho. Para que esta Corte pudesse decidir de forma contrária, seria necessário o reexame de fatos e provas; procedimento inviável, ante o óbice da Súmula nº 126 do TST. A incidência dessa súmula impede a análise dos arestos colacionados. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (...)" (ARR-116800-54.2013.5.13.0007, 6ª Turma, Relatora Ministra Kátia Magalhães Arruda, DEJT 13/03/2020).

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RITO SUMARÍSSIMO. VÍNCULO DE EMPREGO. PERÍODO DE TREINAMENTO. Não ficou demonstrado o desacerto da decisão monocrática que negou provimento ao agravo de instrumento. Nega-se provimento ao agravo e, ante sua manifesta improcedência, impõe-se multa de 2%, nos termos do art. 1.021 do CPC." (Ag-AIRR-1304-35.2016.5.21.0011, 6ª Turma, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, DEJT 01/03/2019).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nos 13.015/2014 E 13.105/2015 E ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017 - DESCABIMENTO. RITO SUMARÍSSIMO. VÍNCULO DE EMPREGO. PERÍODO DE TREINAMENTO. Comprovando-se que, durante o período de treinamento, o autor atendia aos interesses da empresa, faz-se clara a presença dos requisitos dos arts. 2º e 3º da CLT. Enquadra-se a situação na disciplina do art. 442 do mesmo diploma legal. Agravo de instrumento conhecido e desprovido." (AIRR - 10967-35.2016.5.03.0067, 3ª Turma, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 11/05/2018)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA PRIMEIRA RECLAMADA - ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO NO PERÍODO DESTINADO A TREINAMENTO. O Regional consignou que "o caso em tela não pode ser enquadrado como processo seletivo, na medida em que a postulante à vaga permaneceu em treinamento por quase trinta dias, tendo em vista que o dispêndio de tempo e energia em favor e sob a subordinação do futuro empregador". Ademais, não consta do acórdão regional que a reclamada tenha se desincumbido de seu ônus em comprovar que o período que antecedeu a efetiva contratação da reclamante caracterizou-se como etapa do processo seletivo. Dessa forma, concluiu que tal período deve integrar o contrato de trabalho da reclamante. Assim, considerando que a Corte de origem, soberana na análise das

provas produzidas nos autos, concluiu pelo reconhecimento de vínculo durante o período do suposto treinamento, nos termos mencionados, impossível a esta instância recursal de natureza extraordinária chegar a conclusão diversa, por óbice da Súmula nº 126 do Tribunal Superior do Trabalho. Agravo de instrumento desprovido."(ARR-557-55.2015.5.20.0009, 2ª Turma, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 1º/9/2017)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RITO SUMARÍSSIMO. 1. TREINAMENTO. VÍNCULO DE EMPREGO. O Regional concluiu que o treinamento executado pela reclamante deve ser considerado como período de vínculo empregatício entre as partes, não se tratando de mero processo seletivo, tendo em vista que, na hipótese em apreço, estão presentes todos os requisitos fático-jurídicos necessários a tanto. Diante desse contexto, não se verifica violação direta e literal do artigo 6º da CF. No mais, a indicação de ofensa ao art. 7º, XXIX, da CF revela-se impertinente, pois o referido dispositivo trata do prazo prescricional trabalhista, matéria não discutida nos autos." (AIRR-1244-41.2015.5.20.0006, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 10/3/2017)

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA EM FACE DE DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. FASE PRÉ-CONTRATUAL. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO. O Tribunal Regional, soberano na análise das provas, consignou que o autor comprovou que ficou à disposição da ré durante o período pré-contratual, pois registrou que "a ativação sucedeu na forma preconizada no art. 4º da CLT e que estão presentes os pressupostos estabelecidos nos artigos 2º e 3º da CLT". O exame da tese recursal, em sentido diverso, esbarra no teor da Súmula nº 126 do TST, pois demanda o revolvimento dos fatos e das provas. Os artigos 818 da CLT e 333 do CPC/1973 disciplinam a distribuição do encargo probatório entre as partes do processo. Assim, a violação dos mencionados dispositivos legais somente ocorre na hipótese em que magistrado decide mediante atribuição equivocada desse ônus, o que não ocorreu no caso dos autos. Provado o fato constitutivo do direito ao reconhecimento do vínculo de emprego durante o período de treinamento (pré-contratual), como se extrai do acórdão regional, é impossível reconhecer a violação literal desses dispositivos de leis. Agravo conhecido e não provido." (Ag-AIRR - 10953-84.2015.5.03.0035, 7ª Turma, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, DEJT 16/03/2018)

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo de instrumento da primeira reclamada.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA SEGUNDA RECLAMADA (CLARO S.A)

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista.
Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do RITST.
É o relatório.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do apelo.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO" e "MULTA POR OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS".
Analiso.
De plano, destaco que a insurgência no tocante à multa por oposição de embargos de declaração protelatórios não será objeto de exame, visto não constar das razões do recurso de revista, constituindo vedada inovação recursal.
Quanto ao mais, insurge-se a segunda reclamada contra o reconhecimento do vínculo diretamente com a tomadora de serviços em razão da terceirização, e o consequente reenquadramento sindical, com o deferimento dos direitos daí decorrentes. Alega, em síntese, que a terceirização é lícita. Indica violação aos arts. 1º, IV, 5º, II, LV, 170, §1º, da Constituição Federal, 60, § 1º, e 94, II, da Lei nº 9.472/1997, 25, §1º da Lei 8.987/1995, 897-A da CLT, 265, IV, alínea "a", 535, 538 do CPC, contrariedade às Súmulas 221 e 333 do TST e aponta divergência jurisprudencial.
Têm razão.
O Regional, (fls. 518/519), reconheceu a ilicitude da terceirização por considerar o trabalhado executado relacionado com a atividade fim da tomadora de serviços, ligado à essencialidade do serviço, legitimando a existência da relação de emprego, vejamos:

"Portanto, o trabalho executado pela reclamante não guarda correlação com a atividade-meio da segunda reclamada, mas sim com a sua atividade-fim, fazendo emergir, por conseguinte, a essencialidade dos serviços prestados pela empregada à dinâmica da empresa tomadora e beneficiária do trabalho realizado.
Não se tratou de uma contratação de serviços, mas de arregimentação de mão de obra por meio de empresa interposta. Somando-se a isso, realizando serviços inerentes à dinâmica do negócio da segunda reclamada, sendo estes essenciais ao empreendimento econômico, não há como se afastar o reconhecimento do vínculo de emprego direto da reclamante com a aludida reclamada, pois configurada a incidência do art. 9º da CLT, pouco importando de quem a reclamante recebia ordens diretas, ou mesmo onde estava lotada, já que comprovada a subordinação reticular, consubstanciada na subsunção da força de trabalho da autora, em proveito do empreendimento econômico, em perfeita consonância com a exegese da Súmula nº 331, I, do C. TST.
[...]
Regime de Concessão e Permissão de Serviço Público), e da Lei nº 9.472/1997, art. 94, II (Lei Geral dos Serviços de Telecomunicações), deve ser na direção de se restringir o sentido do vocábulo 'inerente', de maneira a não considerá-lo como relacionado a tarefas essenciais do empreendimento, harmonizando -se com o objetivo tutelar que caracteriza o Direito do Trabalho. Ademais, não há violação à cláusula de reserva de plenário, eis que tal interpretação foi fixada justamente pelo Tribunal Pleno deste TRT.
Portanto, o caso realmente é de terceirização ilícita, formando-se o vínculo diretamente com a empresa tomadora. Nesse contexto, reconheço a ilicitude da terceirização, formando-se o vínculo diretamente com a segunda reclamada, empresa tomadora, CLARO S.A., inclusive para efeito de enquadramento da reclamante na categoria profissional dos empregados em empresas de telecomunicações.
Em consequência, mantenho o reenquadramento funcional da reclamante, inclusive quanto à aplicação da norma coletiva da real empregadora."

Em sessão realizada em 30/8/2018, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 324, fixou as seguintes teses:

1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada.
2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993.

Na mesma assentada, a Suprema Corte concluiu o julgamento do RE 958.252, submetido à sistemática da repercussão geral, e firmou o entendimento de que "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". No julgamento da ADC 26/DF, com repercussão geral, o STF declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, o qual autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público.
Eis a ementa do mencionado julgado:

"AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. LEGITIMIDADE DA AUTORA. ART. 25, § 1º, DA LEI 8.987/1995. CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO. TERCEIRIZAÇÃO. SÚMULA 331 DO TST. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL FIRMADA NO JULGAMENTO DA ADPF 324 E DO RE 958.252 TEMA 725 DA REPERCUSSÃO GERAL. PROCEDÊNCIA. 1. Reconhecida a legitimidade da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, uma vez que não há entidade que abarque toda a coletividade atingida pela norma questionada. 2. Declaração de constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, o qual autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público. 3. Jurisprudência do STF consolidada nos julgamentos da ADPF 324, Rel. Ministro Roberto Barroso e, sob a sistemática da repercussão geral, do RE 958.252, Rel. Ministro Luiz Fux (tema 725), no sentido de reconhecer a constitucionalidade do instituto da terceirização em qualquer área da atividade econômica, afastando a incidência do enunciado sumular trabalhista. 4. Pedido julgado procedente para declarar a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995." (ADC 26, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 23/08/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-195 DIVULG 06-09-2019 PUBLIC 09-09-2019)

Além disso, quando do julgamento do feito STF-ARE-791932/DF, indicado como leading case do tema de repercussão geral 739, o STF fixou a tese de que "é nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o art. 949 do Código de Processo Civil" (Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe nº 44, divulgado em 01/03/2019). Ato contínuo, a excelsa Corte, em atenção ao princípio da razoável duração dos processos e com fulcro nos artigos 1º e 949, parágrafo único, do CPC, deixou de determinar o retorno dos autos a este Tribunal para observância da cláusula de reserva de plenário, concluindo pela imediata aplicação da tese de repercussão geral relativa ao tema 725, segundo a qual "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante" (leading case: RE-958252/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018).
Impende notar que a Corte Suprema já assentou o entendimento de que "a existência de decisão de mérito julgada sob a sistemática da repercussão geral autoriza o julgamento imediato de causas que versarem sobre o mesmo tema, independente do trânsito em julgado do paradigma" (RE 1112500 AgR, Relator: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 29/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018). A teor da Súmula 331, I, e da Orientação Jurisprudencial 383 da SbDI-1, ambas do TST, o elemento ensejador do reconhecimento do vínculo empregatício (empresa privada) e da isonomia (Administração Pública) é a ilicitude da terceirização de serviços. Todavia, a partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal, reputando lícita a terceirização de serviços independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta forçoso reconhecer a superação do entendimento historicamente firmado neste Tribunal Superior do Trabalho, cristalizado nos Verbetes referidos supra.
Cito julgados:

"AGRAVO EM EMBARGOS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO. VÍNCULO DE EMPREGO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. Na hipótese , a Quinta Turma conheceu do recurso de revista interposto pela Segunda Reclamada por má-aplicação da OJ 383 da SBDI-1/TST e, no mérito, deu-lhe provimento para afastar a aplicação das normas legais e convencionais referentes aos empregados da tomadora de serviços e, por conseguinte, o pagamento das parcelas daí decorrentes, julgando improcedentes os pedidos iniciais, com amparo na decisão proferida no RE nº 958.252 e da ADPF nº 324 pelo Supremo Tribunal Federal, em 30.08.2018. A decisão agravada, por sua vez, assentou que o paradigma colacionado pela Parte para cotejo de teses carece de especificidade, termos da Súmula nº 296, I, do TST, visto que antecede a decisão vinculante do STF. Com efeito, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral em relação ao tema da terceirização, cujo deslinde se deu em 30/08/2018, com o julgamento do RE nº 958.252 e da ADPF nº 324, de que resultou a fixação da seguinte tese jurídica de caráter vinculante: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". A partir de então, esse entendimento passou a ser de aplicação obrigatória aos processos judiciais em curso em que se discute a terceirização, impondo-se, inclusive, a leitura e a aplicação da Súmula nº 331 do TST à luz desses precedentes. Assim, inviável o processamento do recurso de embargos com base na alegação de divergência jurisprudencial uma vez que o entendimento Turmário converge com a jurisprudência atual, notória e de caráter vinculante do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria. Incidência do óbice previsto no artigo 894, § 2º, da CLT. A gravo conhecido e não provido" (TST-Ag-E-ED-ARR-3125-44.2013.5.18.0082, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT de 11/12/2020)

"I - JUÍZO DE RETRATAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO DA SEGUNDA RECLAMADA. RECURSO DE REVISTA. JULGAMENTO ANTERIOR PELA SEGUNDA TURMA DESTA CORTE. DEVOLUÇÃO PARA EVENTUAL EMISSÃO DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO (ART. 1.030, II, DO CPC/2015 E ART. 543-B, § 3º, DO CPC/1973). EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO

PÚBLICO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. Hipótese em que esta Segunda Turma entendeu pela ilicitude da terceirização de serviços firmada entre as reclamadas e pela condenação ao pagamento das parcelas trabalhistas decorrentes da isonomia salarial. Ocorre que, no julgamento do RE 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, entendeu que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". Na ocasião, a Suprema Corte reafirmou a tese aprovada no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, com repercussão geral reconhecida, no sentido de que " é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante ". Além disso, no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade 26/DF, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 9/9/2019 e transitado em julgado em 18/9/2019, declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, o qual autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público. Assim, tendo em vista que a decisão anterior desta Turma foi proferida em dissonância com a orientação firmada pelo STF, submete-se, em juízo de retratação, o recurso interposto pela parte a novo exame, nos termos do art. 1.030, II, do CPC/2015 (art. 543-B, § 3º, do CPC/1973). Juízo de retratação exercido. II - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. Ante a possível violação do artigo 25, § 1º, da Lei 8.985/97, deve ser provido o agravo de instrumento. Agravo de instrumento conhecido e provido. III - RECURSO DE REVISTA NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE . 1. No julgamento do RE 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, entendeu que " é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada" . 2. Na ocasião, a Suprema Corte reafirmou a tese aprovada no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, com repercussão geral reconhecida, no sentido de que " é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante ". 3. Além disso, no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade 26/DF, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 9/9/2019 e transitado em julgado em 18/9/2019, declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, o qual autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público. 4. Assim, uma vez declarada pelo STF a licitude da terceirização tanto nas atividades-meio como nas atividades-fim, não há como reconhecer isonomia entre os empregados terceirizados e aqueles contratados diretamente pelo tomador dos serviços, ainda que exerçam as mesmas funções. Com efeito, o pressuposto para aplicação analógica do artigo 12 da Lei nº 6.019/1974 prevista na OJ nº 383 da SBDI-1 do TST e consequente deferimento de tratamento isonômico é a contratação irregular, assim entendida a contratação de trabalhadores por empresa interposta para desempenhar funções ligadas à atividade-fim da tomadora, entendimento superado pelo STF. Nesse sentido, a SBDI-1 desta Corte, na sessão do dia 12/11/2020, no julgamento do Ag-E-ED-ARR-3125-44.2013.5.18.0082, em voto de relatoria do Ministro Alexandre Luiz Ramos, confirmou acórdão turmário segundo o qual " reconhecendo o STF a licitude da terceirização tanto na atividade-meio quanto na atividade fim das empresas tomadoras, inviável a aplicação da OJ 383 da SBDI-1/TST, que traz como premissa básica a irregularidade da contratação do trabalhador terceirizado". 5. Na hipótese dos autos, o TRT entendeu pela ilicitude da terceirização de serviços e pela condenação ao pagamento das parcelas trabalhistas decorrentes da isonomia salarial. Assim, o Tribunal Regional decidiu em dissonância com a jurisprudência firmada sobre o tema no âmbito do Supremo Tribunal Federal, com efeito vinculante. Recurso de revista conhecido e provido" (TST-RR-1628-86.2013.5.18.0181, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT de 08/10/2021)

Com efeito, diante do cenário de licitude da terceirização de serviços, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo diretamente com a tomadora de serviços, bem como o reconhecimento da isonomia salarial ou do enquadramento da reclamante na categoria profissional dos empregados da tomadora. No entanto, conforme explicitado na tese nº 2 firmada no julgamento da ADPF 324, e como corolário lógico, decorrente da aplicação da jurisprudência vinculante do STF, o tomador de serviços deve responder subsidiariamente pelos eventuais créditos trabalhistas e previdenciários que remanescerem na condenação, não sendo possível afastar completamente a sua responsabilização.
Nesse contexto, dou provimento ao agravo de instrumento da segunda reclamada para destrancar o seu recurso de revista interposto e determinar a consequente reautuação do feito, prosseguindo, desde logo, no exame dos referidos apelos.

III - RECURSO DE REVISTA DA SEGUNDA RECLAMADA (CLARO S.A.)
Trata-se de recurso de revista (fls. 665/704) interposto pela segunda reclamada, Claro S.A., em face do acórdão de fls. 510/525.
Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade extrínsecos do recurso de revista, entre os quais a representação processual, a tempestividade (acórdão regional publicado em 04/05/2016 - certidão fls. 526 - e apelo protocolado em 26/09/2016) e o preparo regular (fls. 706/707).
Nos termos da fundamentação expendida no exame do agravo de instrumento, constata-se a presença de pressuposto de admissibilidade intrínseco do recurso de revista, pois demonstrada a violação do artigo 5º, II, da Constituição da República.
Dessa forma, conheço do recurso de revista, com fulcro no artigo 896, "c", da CLT.
E, no mérito, dou-lhe provimento para declarar a licitude da terceirização de serviços e julgar improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo empregatício com a tomadora de serviços e de pagamento dos valores consectários, mantida a responsabilidade apenas subsidiária da tomadora pelo pagamento das demais parcelas objeto de condenação. Custas inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº RR-0011172-87.2018.5.15.0058

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	ELENEUSA LACERDA DA CRUZ DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Henrique Teixeira Rangel(OAB: 300339-A/SP)
Advogado	Dr. Jonas Franca Bardella(OAB: 397702-A/SP)
Recorrido	BIOSEV BIOENERGIA S.A.
Advogado	Dr. Leonardo Santini Echenique(OAB: 249651-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BIOSEV BIOENERGIA S.A.
- ELENEUSA LACERDA DA CRUZ DE OLIVEIRA

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que negou provimento ao recurso ordinário, mantendo a sentença quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA".

Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.

A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).

À análise.

O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.

Eis os termos do acórdão recorrido:

"(...)

5. Honorários advocatícios sucumbenciais (análise conjunta)

Quanto ao título em exame, assim concluiu a origem (fl. 494) (g.n):

"...condena-se a reclamada a pagar honorários de sucumbência devidos ao advogado da parte contrária equivalente a 10% do valor da condenação, observados os critérios estabelecidos no § 2º, do art. 791-A, da CLT, conforme se apurar em regular liquidação de sentença.

Em relação à parte autora, como já dito, ela sucumbiu integralmente em relação aos pedidos de pagamento de adicional de periculosidade, horas extras pela supressão dos intervalos interjornadas (art. 66 da CLT) e intersemanal (art. 67 da CLT), bem como de labor aos domingos, sem folga compensatória . Por isso, condena-se-lhe ao pagamento de honorários de sucumbência devidos ao advogado da parte contrária, no importe de 10%, sobre os valores atribuídos aos pedidos em relação aos quais sucumbiu integralmente."

Sustante a reclamada que a "reclamação trabalhista foi proposta em 13.05.2016, ou seja, antes de entrada em vigor da reforma trabalhista..." (fl. 526) e, por essa razão, seria incabível a condenação em honorários.

Já a reclamante, por sua vez, afirma que, por se tratar de beneficiária da justiça gratuita, seriam indevidos os honorários de sucumbência. Sucessivamente, alega, ainda, que não houve sucumbência integral dos pedidos e, por isso, nada seria devido a título de honorários.

Pois bem.

De plano, ao contrário do que afirma a reclamada, a presente reclamação foi ajuizada em 31/10/2018, quando já em vigor a Lei 13.467/17.

Registra-se, ainda, que foram inseridos os §§ 3º e 4º no art. 791-A da CLT pela Lei 13.467/17, responsabilizando-se a parte sucumbente, seja a autora ou a demandada, ao pagamento dos honorários advocatícios, ainda que beneficiária da justiça gratuita. Ademais, não há que falar em suspensão da exigibilidade da obrigação, pois a reclamante obteve créditos suficientes para arcar com o pagamento dos honorários.

Por fim, diante da média complexidade da causa, acertada a origem ao arbitrar os honorários, devidos pelas partes, no percentual de 10%.

Nada a rever.

(...)"

No que tange à insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, visto que a ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.

Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.

Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF.

Examino.

Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.

Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº ARR-0603600-70.2009.5.09.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Recorrido	URBS URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.
Advogado	Dr. Zuleis Knoth Adam(OAB: 29256-A/PR)
Agravado e Recorrente	VEPER SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
Advogado	Dr. Márcio Gabrielli Godoy(OAB: 28830/PR)
Agravado e Recorrido	ESPÓLIO de FLORISVAL ROCHA (REPRESENTANTE ZELITA PADILHA ROCHA)
Advogada	Dra. Alcione Roberto Toscan(OAB: 16729-A/PR)
Agravado e Recorrido	VIAÇÃO TAMANDARÉ LTDA.
Advogado	Dr. Luiz Otávio Góes(OAB: 25857/PR)
Agravado e Recorrido	TRANSPORTE COLETIVO GLÓRIA LTDA.
Advogado	Dr. Luís Alberto Gonçalves Gomes Coelho

Intimado(s)/Citado(s):

- ESPÓLIO de FLORISVAL ROCHA (REPRESENTANTE ZELITA PADILHA ROCHA)
- TRANSPORTE COLETIVO GLÓRIA LTDA.
- URBS URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.
- VEPER SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.
- VIAÇÃO TAMANDARÉ LTDA.

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região deu parcial provimento ao recurso ordinário interposto pelo reclamante. A Veper Serviços Especializados Ltda. (1ª reclamada) e a URBS Urbanização de Curitiba (4ª reclamada) apresentaram recursos de revista.

O juízo de regional de admissibilidade, às fls.426/431, admitiu o recurso de revista interposto pela reclamada Veper Serviços Especializados Ltda., por possível contrariedade à Orientação Jurisprudencial n.º 394 da SbDI-1 do TST, e negou seguimento ao recurso de revista interposto pela reclamada Urbs - Urbanização de Curitiba S.A., o que deu ensejo à interposição do agravo de instrumento de fls. 438/459.

O reclamante apresentou contraminuta e contrarrazões.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2°, do RITST).

Examino.

Inicialmente, destaco que o presente apelo será apreciado à luz da Consolidação das Leis do Trabalho sem as alterações promovidas pela Lei n.º 13.015/2014, que se aplica apenas aos recursos interpostos em face de decisão publicada já na sua vigência, o que não é a hipótese dos autos.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELA 4ª RECLAMADA (URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.)

O agravo de instrumento está tempestivo, com representação processual regular e preparo satisfeito, razões pelas quais dele conheço.

Eis os termos da decisão agravada:

"RECURSO DE: URBS URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.

[...]

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA.

Alegação(ões):

- contrariedade à Súmula n.º 331, item IV, do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- contrariedade à Orientação Jurisprudencial Transitória n.º 66 da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- violação dos artigos 5º, inciso II e 30, inciso V, da Constituição Federal.
- violação dos artigos 66 e 71, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/1993, 186 e 927 do Código Civil.
- divergência jurisprudencial.

A recorrente se insurge contra o reconhecimento de sua responsabilidade subsidiária pelas verbas deferidas em Juízo.

Fundamentos do acórdão recorrido:

Quanto à responsabilidade da URBS, analiso. (...)

Trata-se, no caso, de prestação de serviços não ligados à atividade finalística da URBS, uma vez que, de acordo com os arts. 1º e 2º da Lei Municipal nº 7556/90, "compete à URBS - Urbanização de Curitiba S.A., a operação, o gerenciamento, o planejamento operacional e a fiscalização do sistema de transporte coletivo de passageiros do Município de Curitiba" e "como única concessionária, delegar a empresas privadas a execução da operação dos serviços de transporte coletivo, sob o regime de permissão, atendidas as formalidades legais" (fl. 250). O autor era recepcionista de Terminais de Transporte Coletivo.

Não se conclui, a partir da prova dos autos, notadamente a prova oral, que a fiscalização exercida pela URBS fosse a típica do poder diretivo que caracteriza a atuação dos empregadores no bojo dos contratos de trabalho. A prova oral não dá mostras de que houvesse pessoalidade e subordinação do autor em relação à quarta ré, como se pode perceber pela simples leitura dos depoimentos abaixo transcritos (fls. 306/310): (...)

Restou evidente, que a fiscalização da URBS, tal qual afirmado em contestação, cingia-se à do funcionamento dos serviços de transporte urbano. Assim, não havia ingerência da URBS no trabalho do autor, contratado pela empresa VEPER para o serviço de recepção em Terminais.

Inexiste, pois, elementos para se declarar a responsabilidade solidária da quarta ré.

Quanto à responsabilização subsidiária, cumpre esclarecer se a URBS figurava como tomadora dos serviços prestados pelo autor, por intermédio da empresa VEPER.

De acordo com a Lei Municipal 12.597, de 17 de janeiro de 2008 (fl. 240): (...)

Trata-se a URBS da única concessionária operacionalizadora e gerenciadora do sistema de transporte coletivo municipal de Curitiba. Sem dúvidas, a execução do serviço de transporte coletivo é uma das facetas da operacionalização do sistema. Para o exercício das suas atribuições legais, a URBS pode contratar serviços especializados, por licitação. A execução de serviços de transporte de passageiros, sem a delegação ou autorização da URBS, é, inclusive, ato ilegal e clandestino.

Além disso, extrai-se do texto legal supra que a empresa contratada pela URBS para executar o serviço de transporte poderá contratar com terceiros a execução de atividades, acessórias ou complementares ao serviço concedido.

Aliás, a própria lei prevê que a fixação da tarifa de remuneração das contratadas pela URBS considerará, dentre outros itens, os "custos de pessoal de operação: motoristas, cobradores, porteiros, vigilantes, controladores de tráfego, pessoal de manutenção, pessoal de limpeza e auxiliares de operação e demais funções pertinentes, bem como encargos sociais, benefícios e uniformes".

Assim, como visto, cabe à URBS a contratação e delegação do serviço de transporte coletivo municipal à outras empresas (operacionalização e fiscalização do sistema de Transporte), a quem se faculta a contratação de serviços acessórios aos delegados.
Atuando o autor em atividade acessória à execução do serviço transporte coletivo, considero que houve terceirização por parte da sociedade de economia mista em questão, embora da atividade meio. Portanto, incorreta a sentença que rejeitou o pedido de responsabilização subsidiária da URBS.
Por todo o exposto, reformo a sentença, para condenar segunda, terceira e quarta reclamadas a responderem subsidiariamente pelo adimplemento das verbas deferidas na presente demanda.
Como se nota, o Colegiado reconheceu a responsabilidade subsidiária da reclamada porque entendeu evidenciada a sua culpa, uma vez que não teria cumprido as obrigações previstas na Lei n.º 8.666/1993, proferindo decisão em consonância com a nova redação do item V da Súmula n.º 331 do colendo Tribunal Superior do Trabalho, dada pela Resolução n.º 174/2011. Logo, o recurso de revista não se credencia por divergência jurisprudencial, diante do óbice contido no parágrafo 4º, do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Considerando, ainda, que o citado verbete sumular reflete a exegese desta Corte acerca dos dispositivos legais que disciplinam a responsabilidade da Administração Pública nos casos de terceirização de serviços, não se vislumbra ofensa direta e literal a nenhum dos preceitos legais e constitucionais invocados pela recorrente.
Por derradeiro, não é demais acrescentar que a Orientação Jurisprudencial Transitória nº 66 da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais daquela Corte Superior só se aplica aos empregados da empresa São Paulo Transportes S.A. - SPTrans.
CONCLUSÃO
Denego seguimento ao recurso de revista."

A reclamada Urbs reitera em agravo de instrumento a insurgência quanto à sua condenação subsidiária.
Analiso.
Esta Corte tem se posicionado no sentido de ser inaplicável a Súmula nº 331 do TST nos casos de permissão de serviço público, quando a empresa gerencia e fiscaliza o sistema de transporte público, por aplicação analógica da OJ Transitória nº 66 da SbDI-1 do TST.
Assim, por observar uma possível contrariedade à Súmula nº 331, IV e V, do TST, dou provimento ao agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista.

II - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA 4ª RECLAMADA (URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.)

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.
Quanto aos temas recorridos, o Tribunal Regional se manifestou nos seguintes termos:

"RESPONSABILIDADE DAS RÉS
Consta da sentença:
Pelo que se depreende dos elementos dos autos, o reclamante, contratado pela 1a reclamada, prestou serviços em favor da 2a e 3a reclamadas, tendo em vista a contratação de sua ex-empregadora pelas referidas empresas conforme entendimento consagrado pelos Tribunais, o tomador de serviços deve ser responsabilizado, de forma subsidiaria, pelo pagamento das verbas deferidas aos empregados das empresas que contratam (Súmula 331 do C. TST). Não obstante, no presente caso, inviável tal responsabilização, eis que o reclamante não apontou o período em que cada uma das reclamadas se beneficiou de sua força de trabalho, sendo certo que não se tratam de empresas do mesmo grupo econômico, nem que atuam em conjunto. Destaque-se que em sua defesa a da reclamada afirmou que foi contratada também por outras empresas. Assim, não ha como limitar a responsabilidade da 2a e da 3a reclamadas, em razão da impossibilidade de precisar o período em que houve prestação de serviços para cada uma delas. Por fim, quanto à 4a reclamada, trata-se a mesma de sociedade de economia mista que realiza a fiscalização do transporte coletivo, pelo que não há que se falar em responsabilização da mesma, por não ser tomadora dos serviços do obreiro. Não demonstrado, inclusive, que os terminais de ônibus em que o reclamante atuava são de propriedade da Urbs. Destarte, rejeito o pedido de responsabilização da 2°, 3° e 4a reclamadas.
O autor discorda do decidido. Alega que todas as rés foram beneficiadas pelo trabalho do autor, devendo ser responsabilizadas solidariamente, ou, ao menos, subsidiariamente. Cita o art. 159 do antigo Código Civil, e a ampliação de responsabilidade civil trazida nos artigos 186 e 187 do novo Código. Menciona, ainda, a Súmula 331 do TST, que responsabiliza o tomador dos serviços pelas obrigações trabalhistas em caso de inadimplemento do empregador.
Analiso.
A inicial informa, de forma genérica, que o autor (fl. 03):
...foi contratado em 13.05.05 pela empresa Veper, para prestar nos terminais (Carmo e Boqueirão) de ônibus de Curitiba, que por sua vez foi contratada pelas empresas Auto Viação Tamandaré e Transporte Coletivo Gloria. As ordens e serviços eram repassados pela Veper, mas a fiscalização dos serviços eram feitos pela URBS, 4a reclamada (...) foi contratado [pela] 1a reclamada para trabalhar em benefício da 2a e 3a Reclamadas em terminais de ônibus de Curitiba e Região, administrados e gerenciados pela 4a Reclamada. Desse modo, e considerando que todas as reclamadas se beneficiaram da mão de obra do Reclamante, requer sejam as mesmas incluídas no polo passivo da presente demanda, e, ao final, condenadas e responsabilizadas subsidiária e solidariamente pelas obrigações trabalhistas doravante postuladas.
[...]
Declara-se, assim, a responsabilidade subsidiária da segunda e terceira rés. Esclareço que a responsabilidade subsidiária não deve se limitar a verbas de caráter exclusivamente salariais, no entendimento da Terceira Turma (Orientação 54, V).
[...]
Quanto à responsabilidade da URBS, analiso.
Ao tratar da legalidade dos contratos de prestação de serviços, a Súmula 331 do TST prevê, ao que interessa à presente análise, que:
[...]
Nessa senda, conclui-se que a terceirização ilícita (item I da Súmula),para exercício de atividades finalísticas daempresa contratante,é gênesede responsabilidade solidária desta por créditos trabalhistas da empresa interposta, nascidos dessas atividades (salvo no caso de trabalho temporário, nos moldes da Lei específica).
Também haverá responsabilidade solidária no caso de contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza,e a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, quando houver entre obreiro e terceirizantea pessoalidade e a subordinação direta.

Trata-se, no caso, de prestação de serviços não ligados à atividade finalística da URBS, uma vez que, de acordo com os arts. 1º e2ºda Lei Municipal nº 7556/90, "compete à URBS - Urbanização de Curitiba S.A., a operação, o gerenciamento, o planejamento operacional e a fiscalização do sistema de transporte coletivo de passageiros do Município de Curitiba" e "como única concessionária, delegar a empresas privadas a execução da operação dos serviços de transporte coletivo, sob o regime de permissão, atendidas as formalidades legais"(fl. 250). O autor era recepcionista de Terminais de Transporte Coletivo.

Não se conclui, a partir da prova dos autos, notadamente a prova oral, que a fiscalizaçãoexercida pela URBS fosse a típica do poder diretivo que caracteriza a atuação dos empregadores no bojo dos contratos de trabalho. A prova oral não dá mostras de que houvesse pessoalidade e subordinação do autor em relação à quarta ré, como se pode perceber pela simples leitura dos depoimentos abaixo transcritos (fls. 306/310):

DEPOIMENTO DO RECLAMANTE: 1) - trabalhava como porteiro, informado ainda que as vezes o pessoal invadia o terminal e tinha que retirá-los; 2) - tal fato chegava a acontecer de 2 a 3 vezes no expediente; 3) - caso o pessoal se negasse a sair tinha que acionar a guarda municipal, sendo que quando a guarda municipal não vinha o pessoal invadia os ônibus; 4) - afirma espontaneamente que tinha que cuidar das invasões porque eram ameaçados de multas pela URBS; 5) - sempre desempenhou as mesmas atividades, afirmando também espontaneamente que chegou a ser ameaçado de morte por invasor; 6) - não tem curso de formação em vigilância; 7) - além da guarda municipal também poderia acionar a Polícia Militar, mas esta nunca vinha na hora; 8) - havia vigilância pela empresa metropolitana, mas o guarda da mesma ingressava às 22h; 9) - a multa era se caso deixasse algum pedestre invadir o terminal, sendo a aplicação ameaçada pelo pessoal da URBS; 10) - falavam que o empregado arcaria com a multa, que seria em torno de R$ 90,00 a 120,00; 11) - o depoente não chegou a pagar tal multa, sendo que dos colegas do posto de trabalho não recorda de alguém que tenha pago a multa; 12) - o fiscal da URBS e também o supervisor da 1ª reclamada avisaram o depoente acerca da multa; 13) - no terminal em que trabalhou o cobrador não fica na entrada, mas no meio; 14) - para ter acesso ao ônibus a pessoa tem que passar pelo cobrador; 15) - tinha por atribuição encaminhar para o cobrador os pedestres para que pagassem a passagem; 16) - caso fosse aplicada a multa, acredita que a mesma seria aplicada para a 1ª reclamada e então repassada aos funcionários; 17) - não fazia intervalo, afirmando que comia um pedaço de pão em pé, sem parar de trabalhar para se alimentar, afirmando ainda que era proibido sentar; 18) - no turno do depoente trabalhavam em dois, ficando cada um em uma ponta do terminal; 19) - o supervisor da 1ª reclamada passava de 1 a 3 vezes por dia no terminal, sendo que não ficava por muito tempo, acreditando que em torno de 15 a 20 minutos por vez; 20) - para ir ao banheiro tinha que chamar alguém para ficar em seu lugar, citando algum fiscal da URBS; 21) - o fiscal da URBS não o substituia em intervalo; 22) - corria do seu posto até o tubo quando alguém invadia; 23) - há uma lanchonete dentro do terminal, sendo que não utilizava da mesma. Nada mais.

DEPOIMENTO DO PREPOSTO/1ª RECLAMADA: 1) - o reclamante era controlador de acesso, trabalhando no portão pelo qual somente pode passar ônibus e não pedestre; 2) - caso algum pedestre tentasse passar pelo portão o reclamante o orientava passar pela catraca; 3) - caso houvesse resistência por parte do pedestre o reclamante acionava a guarda municipal ou a PM; 4) - caso alguém tente entrar a força o reclamante deveria chamar a guarda municipal; 5) - a multa para a reclamada ocorre caso o controlador seja conivente com a entrada de pedestre sem pagar; 6) - o fiscal da URBS não mantém contato com os empregados da 1ª reclamada, os quais recebem ordens do seu próprio supervisor; 7) - o reclamante elaborava boletim de ocorrências quando as mesmas aconteciam, sendo a mesma registradas no livro de ocorrências, que é da 1ª reclamada; 8) - invasões e/ou ameaças a integridade física são ocorrências a serem anotadas; 9) - por ser o serviço da 1ª reclamada direcionado ao controle de acesso, há apenas algumas ocorrências relacionadas ao patrimônio, como por exemplo o ingresso de várias pessoas ao mesmo tempo, citando dias de jogos de futebol, e alguma colisão de ônibus com a portaria; 10) - o livro de ocorrências não fica arquivado na empresa, dada a grande quantidade de empregados; 11) - o reclamante fazia intervalo de 40 minutos; 12) - no terminal em que o reclamante trabalhava há 4 controladores, sendo que nos horários de menor movimento, que são no meio da manhã e da tarde e após às 20h, os mesmos faziam um revezamento com um vindo a cuidar de dois portões para que outro usufruísse de intervalo; 13) - há 2 turnos, havendo 4 controladores por turnos; 14) - a distância de um portão para outro é de 15 metros, aproximadamente; 15) - não sabe precisar o nome dos controladores que trabalharam com o reclamante, afirmando que a empresa possui 1.800 empregados, mas recorda do Sr. Antônio Rodrigues, que se encontra presente para ser ouvido como testemunha; 16) - há 4 portões no terminal, ficando 1 controlador em cada portão; 17) - há 2 portões de cada lado do terminal; 18) - no intervalo o reclamante poderia utilizar a lanchonete de dentro do terminal ou alguma externa, sendo que era ele quem decidia onde usufruia o tempo; 19) -o reclamante também trabalhou no terminal do Boqueirão, acreditando que havia o mesmo número de controladores e portões no terminal do Carmo; 20) - desconhece se o reclamante trabalhou em outros terminais; 21) - não sabe porque os empregados não anotam intervalo, apenas afirmando que não há qualquer orientação quanto a anotação de intervalos, sendo que a empresa orienta a anotarem os horários feitos; 22) - o reclamante deveria ter anotado os intervalos; 23) - deveria ter sido falado para o reclamante para que anotasse os intervalos; 24) - acredita que a URBS penalizaria a 1ª reclamada caso não dessem intervalos aos seus empregados e não por concederem intervalos. Nada mais.

DEPOIMENTO DO PREPOSTO/4ª RECLAMADA: 1) - não tem conhecimento se o reclamante prestava serviços em algum terminal; 2) - o pessoa da 1ª reclamada faz controle de acessos a alguns terminais, não tendo conhecimento de qual é a orientação em caso de invasões; 3) - a 4ª reclamada não tem contrato com a 1ª reclamada, não podendo aplicar multas a 1ª reclamada; 4) - não sabe se alguma empresa pode ser multada em decorrência de invasões nos terminais; 5) - ao que sabe os controladores de acesso não recebem ordens do pessoal da 4ª reclamada; 6) - a 4ª reclamada mantém fiscais nos terminais, que fiscalizam todas as questões pertinentes, não sabendo se também fiscalizam a questão do acesso de pedestres; 7) - não sabe quantos empregados a 1ª reclamada mantém no terminal do Carmo; 8) - não sabe qual a quantidade de pessoas que ficam controlando o acesso dos terminais; 9) - não sabe se a 4ª reclamada toma alguma atitude na hipótese de ausência de algum controlador em um terminal. Nada mais.

DEPOIMENTO DA PRIMEIRA TESTEMUNHA DO RECLAMANTE: ORLANDO FERREIRA, brasileiro, portador do RG nº 3.634.320-6, com endereço na Rua Billy Garmatter, 60, Vila Capinhal Sítio Cercado, Curitiba. Advertida e compromissada na forma da Lei respondeu que: 1) - compareceu na audiência de 05/11/2009, mas não encontrou a sala, sendo que encontrou o reclamante quando o mesmo já estava saindo da sala de audiências; 2) - trabalhou para a

1ª reclamada de 2002 a 2006, em mês que não recorda; 3) - trabalhava como porteiro, no mesmo terminal do reclamante, que era o do Carmo, mas em portão oposto; 4) - trabalhavam no mesmo turno; 5) - havia 2 porteiros no turno da manhã e 2 no turno da tarde; 6) - acontecia invasões de pedestre, várias vezes ao dia, quando então tinha que retirar o pessoal para fora do terminal; 7) - em caso de recusa acionava a guarda municipal, sendo que acionavam a PM apenas quando a mesma estava passando pelo local; 8) - quem fiscalizava o serviço era o supervisor Anderson, da 1ª reclamada, sendo que chegava a não passar no terminal nenhuma vez durante a semana, razão pela qual solicitava aos fiscais da URBS para que cuidassem dos porteiros, inclusive vendo se não saiam do posto ou não permitiam que entrassem sem pagar; 9) - a 1ª reclamada aplicava multa alegando que a URBS havia mandado relatório, mas não pagavam a multa porque reclamavam; 10) - o reclamante chegou a ser multado, não sabendo se pagou, mas acredita que não; 11) - ficava um porteiro em cada entrada, por turno; 12) - a função principal dos porteiros era controlar a entrada; 13) - indicavam aos pedestres o local por onde deveriam entrar; 14) - cuidavam de portão por onde deveriam passar somente ônibus; 15) - não há uma cancela ou portão na saída, apenas uma guarita; 16) - não fazia intervalo, sendo que não parava para se alimentar, o mesmo acontecia com o reclamante; 17) - não era possível pararem para se alimentar; 18) - não é possível fazer intervalo nem mesmo no momento em que o movimento diminui. DEPOIMENTO DA PRIMEIRA TESTEMUNHA DA 1ª RECLAMADA: ANDERSON JOSÉ ROSA brasileiro, casado, supervisor de terminais, portador do RG nº 6.073.076-8, com endereço na Rua da Tulipas, 290, Araucária. Advertida e compromissada na forma da Lei respondeu que: 1) - trabalha na 1ª reclamada desde novembro de 2006, tendo trabalhado com o reclamante, no mesmo terminal, nos do Carmo e no Boqueirão; 2) - o depoente faz supervisão dos terminais, visitando-os duas vezes por dia, permanecendo de 30 a 60 minutos cada vez; 3) - supervisiona 9 terminais; 4) - o reclamante era controlador de acesso, orientando pedestres a pagarem passagem, não deixando que passem sem pagar a tarifa, pela via em que passa o ônibus; 5) - havia 2 controladores por turno no Terminal do Carmo e 4 por turno no terminal do Boqueirão; 6) - os controladores recebem ordens da URBS e da 1ª reclamada; 7) - as ordens da URBS dizem respeito a orientações para que não deixem o pessoal passar sem pagar a passagem; 8) - a URBS não aplica punições diretas ao controladores, apenas podem relatar situações a 1ª reclamada, como por exemplo, saídas antecipadas ou atrasos; 9) - caso haja invasão o controlador tenta conversar com a pessoa e caso não tenha êxito aciona o vigilante do terminal, e caso não haja controle da situação aciona a guarda municipal; 10) - as invasões são mais comuns em dia de jogo; 11) - o controlador de acesso não tem por atribuição separar brigas dentro do terminal; 12) - o vigilante do terminal é terceirizado, através da empresa metropolitana; 13) - também pode ocorrer de acionarem a PM; 14) - no terminais há guaritas para os porteiros; 15) - acontece dos controladores sofrerem ameaças dos pedestres, mas nunca ocorrem agressões; 16) - nunca ocorreram ameaças com armas; 17) - existe um livro de ocorrências para relatar situações extraordinárias, que ficam arquivados na empresa, não sabendo por quanto tempo, acreditando que em torno de 5 anos; 18) - o terminal do Boqueirão é maior do que o do Carmo, possuindo duas entradas, sendo que distam em torno de 50 a 60 metros; 19) - o reclamante fazia intervalo de 30 a 40 minutos, o que sabe porque as vezes fica nos terminais para que os controladores façam intervalo; 20) - o reclamante fazia intervalo na própria guarita ou em lanchonete; 21) - o lanche era feito na guarita; 22) - além do depoente, a fiscalização da URBS poderia dar apoio ao reclamante durante o intervalo, ou mesmo o vigilante da metropolitana que cuidam para que não haja invasão; 23) - quando há 4 controladores acontece de um dar apoio a outro durante o intervalo; 24) - quando há 4 controladores sai um de cada vez para o intervalo, sendo que um fica cuidando de 2 portões; 25) - as vezes acontece de ficar 1 ou 2 dias sem passar pelo mesmo terminal; 26) - durante o lanche o controlador também pode vir ajudar caso alguém tente ingressar sem pagar, mas tal fato é muito difícil de ocorrer; 27) - os controladores anotam o intervalo e há orientação para que anotem; 28) - caso algum deixe de anotar é questionado do motivo. Nada mais.

DEPOIMENTO DA SEGUNDA TESTEMUNHA DA 1ª RECLAMADA: ANTONIO RODRIGUES, brasileiro, casado, controlador de acesso, portador do RG nº 1.983.100-0, com endereço na Rua Eng. Edelar Silveira Davila, 342, Curitiba. Advertida e compromissada na forma da Lei respondeu que: 1) - trabalha na reclamada desde julho de 2005, como controlador de acesso; 2) - trabalha no terminal do Boqueirão, sendo que também já trabalhou em outros terminais como o do Carmo; 3) - já trabalhou com o reclamante no mesmo terminal e turno, no Boqueirão e no Carmo; 4) - faz intervalo de 30 a 40 minutos, podendo se dirigir a lanchonete ou restaurante; 5) - durante o intervalo o supervisor fica no lugar ou reveza com outro controlador; 6) - no Carmo há 2 controladores por turno, sendo que acontece de um controlador ficar cuidando dos dois portões enquanto um faz intervalo; 7) - não anota intervalo nos cartões ponto porque foi pedido para anotarem apenas a entrada e saída, nada sendo falado sobre intervalos; 8) - o intervalo é realizado quando há baixo movimento no terminal; 9) - o fiscal da URBS também pode dar um apoio durante o intervalo, ficando no lugar do controlador; 10) - o fiscal da URBS dá um apoio por amizade; 11) - no terminal do Carmo, não sabe precisar a distância entre os portões, mas não é muito longe; 12) - há uma guarita de cada lado no Terminal do Carmo, havendo 4 guaritas no terminal do Boqueirão.

A testemunha Orlando, como visto, afirmou expressamente que "quem fiscalizava o serviço era o supervisor Anderson, da 1ª reclamada", muito embora este solicitasse aos fiscais da URBS para que cuidassem dos porteiros, e a testemunha mencionesobre a existência de um relatório desses fiscais à primeira ré. A mesma testemunha afirmou que as ordens da URBS respeitavam a orientações "para que não deixem o pessoal passar sem pagar a passagem", sendo que"a URBS não aplica punições diretas ao controladores, apenas podem relatar situações a 1ª reclamada". Restou evidente,que a fiscalização daURBS, tal qual afirmado em contestação, cingia-se àdo funcionamento dos serviços de transporte urbano. Assim, não havia ingerência da URBS no trabalho do autor,contratado pela empresa VEPER parao serviço de recepção em Terminais.

Inexiste, pois, elementos para se declarar a responsabilidade solidária da quarta ré.

Quanto à responsabilização subsidiária, cumpre esclarecer se a URBS figurava como tomadora dos serviços prestados pelo autor, por intermédio da empresa VEPER.

De acordo coma Lei Municipal 12.597, de 17 de janeiro de 2008 (fl. 240):

Art. 1º Os serviços do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de Curitiba serão prestados sob os regimes público e privado. § 1º O Transporte Coletivo Público de Passageiros é serviço público essencial, cuja organização e prestação competem ao Município, conforme disposto no art. 30, inciso V, da Constituição Federal e no art. 104 da Lei Orgânica do Município. § 2º O Transporte Coletivo Privado,(...) está sujeito à

regulamentação específica.Art. 2º Compete à URBS - Urbanização de Curitiba S.A., a regulação, o gerenciamento, a operação, o planejamento e a fiscalização do Sistema de Transporte coletivo de passageiros do Município de Curitiba - PR, e em acordo com o regulamentado nesta lei, em especial seu art. 12[sem negrito no original].Parágrafo Único - Através de instrumento legal próprio, as atribuições da URBS poderão ter abrangência metropolitana. (...) Art. 6º A Administração Pública poderá delegar a terceiros, por meio de concessão ou permissão, a prestação e a exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, no todo ou em parte, conforme disposto no art. 104 da Lei Orgânica do Município de Curitiba: I - a concessão será outorgada, sempre mediante licitação, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas brasileiras, constituído para o procedimento licitatório; II - a outorga de permissões, será de caráter excepcional e somente à pessoa jurídica, em condições diferenciadas do Sistema ou linhas objeto de regular concessão, para o teste de novas linhas e modais de transporte, ou em situações emergenciais, sempre por prazo certo, que não poderá ser superior a um ano; III - a delegação poderá ser realizada sob o regime de parceria público-privada, desde que respeitados procedimento licitatório e as normas gerais nacionais pertinentes e as normas especiais da legislação municipal.Art. 7º Os serviços delegados somente poderão ser executados por empresas contratadas pela URBS[sem negrito no original]. Parágrafo Único - As concessões e permissões para a prestação dos serviços serão outorgadas mediante prévia licitação, (...)I - no procedimento licitatório de que trata o parágrafo acima, o Poder Público poderá conjugar áreas locais e áreas estruturais para efeitos de outorga da concessão; (...) Art. 8º É vedada a subconcessão dos serviços contratados.

Ao fixar as atribuições da URBS, estabelece a Lei:

...Art. 12 Na forma do art. 2º da presente lei, constituem atribuições da URBS: I - fixar itinerários e pontos de parada; II - fixar horários, freqüência, frota e terminais de cada linha; III - organizar, programar, controlar e fiscalizar o Sistema; IV - orçar e gerir receitas e despesas do Sistema; V - implantar e extinguir linhas e extensões;VI - contratar as empresas que executarão o serviço de transporte; [sem negrito no original]VII - gerenciar e controlar o vale transporte, o cartão transporte ou equivalente;VIII - estabelecer intercâmbio com entidades técnicas;(...)X - estabelecer a planilha de custos; XI - elaborar e fiscalizar a aplicação dos cálculos tarifários;XII - cadastrar, controlar e estabelecer normas de pessoal das empresas operadoras;[sem negrito no original]XIII - vistoriar os ônibus, garagens, instalações e demais veículos das empresas contratadas; XIV - fixar e aplicar penalidades; XV - promover periodicamente auditorias nas empresas contratadas;XVI - estabelecer as normas de operação[sem negrito no original]; XVII - implementar medidas efetivas no controle e atualização dos parâmetros da metodologia tarifária, a partir da verificação dos custos, investimentos e outras despesas das contratadas; XVIII - proceder aos cadastramentos que entender necessários; XIX - padronizar as características dos ônibus ou outros veículos que venham a fazer parte da frota do Sistema; XX - estimular o aumento da qualidade e da produtividade dos serviços e da preservação do meio ambiente; XXI - implantar mecanismos permanentes de informação sobre os serviços prestados para facilitar o seu acesso aos usuários.Parágrafo Único - Para o exercício das atribuições dispostas neste artigo, a URBS - Urbanização de Curitiba S.A. poderá contratar serviços especializados, mediante prévio procedimento licitatório.[sem negrito no original]Art. 13 Constitui obrigação dos contratados, concessionários e permissionários, (...) IV - operar somente com pessoal devidamente capacitado e habilitado, mediante contratações regidas pelo direito privado e legislação trabalhista, assumindo todas as obrigações delas decorrentes, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o contratante;(...) VII - garantir a segurança e a integridade física dos usuários e trabalhadores do Sistema de Transporte Público de Curitiba, instituindo mecanismos de monitoramento, controle, cumprimento das determinações da URBS, vigilância, logística, tecnologia e cobertura de acidentes pessoais adequados aos custos tarifários; (...) X - garantir e promover a atualização e o desenvolvimento tecnológico das garagens e demais instalações, equipamentos, sistemas e ônibus (...) Art. 16 Incumbe à contratada a execução do serviço delegado, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados, por dolo ou culpa, devidamente comprovados em processo administrativo, à Administração Pública, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade. § 1º(...) a contratada poderá contratar com terceiros a execução de atividades, acessórias ou complementares ao serviço concedido, (...). § 2º Os contratos celebrados entre a contratada e os terceiros a que se refere o parágrafo anterior reger-se-ão pelas normas do direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e a Administração Pública.(...) Art. 21 A execução de qualquer serviço de transporte de passageiros, sem a devida delegação ou autorização da URBS, tipifica ato ilegal e clandestino, sujeitando seu autor às sanções regulamentadas pela Administração Pública. (...) Art. 26 A Administração Pública fixará a tarifa, com base em planilha de custos e resultados do Sistema, precedida de proposta da URBS. (...) Art. 28 A planilha de custos utilizada para remuneração das contratadas, será estabelecida em edital licitatório, cuja estrutura paramétrica deverá considerar no mínimo os seguintes itens:(...) II - custos de pessoal de operação: motoristas, cobradores, porteiros, vigilantes, controladores de tráfego, pessoal de manutenção, pessoal de limpeza e auxiliares de operação e demais funções pertinentes, bem como encargos sociais, benefícios e uniformes; (...) ; IV - custos de depreciação: ônibus, instalações e equipamentos; ...

Trata-se a URBS da única concessionária operacionalizadora e gerenciadora do sistema de transporte coletivo municipal de Curitiba. Sem dúvidas, aexecuçãodo serviço de transporte coletivo é uma das facetas da operacionalização do sistema. Para o exercício das suas atribuições legais, a URBS pode contratar serviços especializados, por licitação. Aexecução deserviços de transporte de passageiros, sem adelegação ou autorização da URBS, é, inclusive, ato ilegal e clandestino.

Além disso, extrai-se do texto legal supra quea empresa contratada pela URBS para executar o serviço de transporte poderácontratar com terceiros a execução de atividades, acessórias ou complementares ao serviço concedido.

Aliás, a própria lei prevê quea fixação da tarifa de remuneração dascontratadas pela URBSconsiderará,dentre outros itens,os "custos de pessoal de operação: motoristas, cobradores, porteiros, vigilantes, controladores de tráfego, pessoal de manutenção, pessoal de limpeza e auxiliares de operação e demais funções pertinentes, bem como encargos sociais, benefícios e uniformes".

Assim, como visto, cabe à URBS a contratação edelegação doserviço de transporte coletivo municipal à outras empresas (operacionalização e fiscalização do sistema de Transporte), a quem se faculta a contratação de serviços acessórios aos delegados.

Atuando o autor em atividade acessória àexecução do serviço transporte coletivo, considero quehouve terceirização por parte da

sociedade de economia mista em questão, embora da atividade meio. Portanto, incorreta a sentença que rejeitou o pedido de responsabilização subsidiária da URBS.
Por todo o exposto, reformo a sentença, para condenar segunda, terceira e quarta reclamadasa responderem subsidiariamente pelo adimplemento das verbasdeferidas na presente demanda."

Opostos embargos de declaração, asseverou a Corte a quo:

"OMISSÃO QUANTO A INDICAÇÃO DAS ATIVIDADES QUE SERIAM EXERCIDAS EM PROL EMBARGANTE - AUSÊNCIA DE APRECIAÇÃO DE QUE OS EMPREGADOS DAS PERMISSIONÁRIAS LABORAM EM BENEFÍCIO DA COLETIVIDADE
Aponta a embargante omissão no item da Responsabilidade, por entender que o Acórdão deveria ter exposto quais as atividades praticadas pelo reclamante eram em prol da URBS, bem como deveria ter apreciado a alegação de que os empregados das permissionárias laboram em benefício da coletividade.
Não há omissão a ser sanada.
Só se pode falar em omissão, quando qualquer questão relevante, argüida pelas partes, não foi apreciada.
A alegação foi realizada em contrarrazões pela URBS, de fato,à fl. 354v.
O julgado, porém, analisou a questão da responsabilidade subsidiária da URBS de foram suficiente, não se podendo falar em omissão. Remeto-me à transcrição realizada no item anterior destes embargos da URBS, por economia processual, e destaco, oportunamente, o seguinte trecho da decisão então transcrita. ....Trata-se a URBS da única concessionária operacionalizadora e gerenciadora do sistema de transporte coletivo municipal de Curitiba. Sem dúvidas, a execução do serviço de transporte coletivo é uma das facetas da operacionalização do sistema. Para o exercício das suas atribuições legais, a URBS pode contratar serviços especializados, por licitação. A execução de serviços de transporte de passageiros, sem a delegação ou autorização da URBS, é, inclusive, ato ilegal e clandestino. Além disso, extrai-se do texto legal supra que a empresa contratada pela URBS para executar o serviço de transporte poderá contratar com terceiros a execução de atividades, acessórias ou complementares ao serviço concedido. Aliás, a própria lei prevê que a fixação da tarifa de remuneração das contratadas pela URBS considerará, dentre outros itens, os "custos de pessoal de operação: motoristas, cobradores, porteiros, vigilantes, controladores de tráfego, pessoal de manutenção, pessoal de limpeza e auxiliares de operação e demais funções pertinentes, bem como encargos sociais, benefícios e uniformes". Assim, como visto, cabe à URBS a contratação e delegação do serviço de transporte coletivo municipal à outras empresas (operacionalização e fiscalização do sistema de Transporte), a quem se faculta a contratação de serviços acessórios aos delegados.Atuando o autor em atividade acessória à execução do serviço transporte coletivo, considero que houve terceirização por parte da sociedade de economia mista em questão, embora da atividade meio. Portanto, incorreta a sentença que rejeitou o pedido de responsabilização subsidiária da URBS. Por todo o exposto, reformo a sentença, para condenar segunda, terceira e quarta reclamadas a responderem subsidiariamente pelo adimplemento das verbas deferidas na presente demanda.
Como se extrai do Acórdão, uma das atividades legais da URBS é a operacionalização do sistema de transporte coletivo (ou seja, voltado à coletividade, esclareço à embargante), e a execução do serviço de transporte coletivo é uma das facetas da operacionalização. Tendo sido delegada a terceiros, por licitação, eatuando o autor em atividade acessória à execução do serviço transporte coletivo, foi consideradoque houve terceirização por parte da sociedade de economia mista em questão de sua atividade meio. Portanto, sua responsabilidade, como prestadora de serviços à coletividade com auxílio de outras empresas, valendo-se de trabalhadores como o autor, é subsidiária.
Assim, tratando-se a todo o tempo de discussão sobre transporte COLETIVO (que é dirigido à coletividade) não se pode dizer que houve omissão do julgado. Como se dessume logicamente do julgado embargado, todas as atividades do autor, inseridas no seu contrato de trabalho relacionadoàs demais rés,eram em prol da URBS.
Não há qualquer obrigação do Julgador de mencionar exaustivamente cada frase da defesa da parte, mas sim manifestar seu motivado entendimento acerca da causa, julgando procedente ou improcedente a pretensão. A pretensão foi julgada, com expressa manifestação acerca da responsabilidade da URBS. Nesse esteio, nego provimento.

PREQUESTIONAMENTO
Pretende a embargante manifestação do colegiado acerca da aplicação dos itens IV e V da Súmula 331 do TST, no caso analisado, declinando de que modo se configura a responsabilidade subsidiária aplicada à reclamada URBS. Também requer seja manifestado o posicionamento desta Turma quanto ao art. 5º, II da CF.
Sem razão.
O pedido de pronunciamento para fins de prequestionamento só tem sentido se a matéria foi argüida pela parte em momento anterior. Neste caso, se houve pronunciamento no julgado atacado, nada mais é de ser esclarecido.
Se o acórdão se pronuncia sobre a questão de direito, de maneira explícita, não há necessidade de referência expressa a dispositivo de lei, para que se entenda a matéria como prequestionada (OJ 118).
Se a alegada violação surgiu no julgado embargado (ex. acórdão sem fundamentação ou "extra petita"), não é exigível o prequestionamento para que esteja possibilitado o Recurso de Revista, sendo, pois, descabidos os embargos (OJ 119).
Entretanto, para que não se siga afirmando negativa de prestação jurisdicional,presto à parte o seguinte esclarecimento.
Oartigo 71 da Lei 8.666/1993, repete norma anterior, do Decreto-lei 2.300/1986, e estipula que:
Artigo 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. § 1º. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de imóveis.
Na sessão plenária de 24/11/10, em julgamento da ADC 16, o STF declarou constitucional o art. 71, §1º da Lei 8.666/93.
De fato, a mera inadimplência do contratado, por si só, não transfere a responsabilidade em relação aos encargos trabalhistas, mas a culpa da Administração Pública, beneficiária do trabalho, no acompanhamento da execução do contrato, faz surgir a responsabilidade subsidiária.
Nesse sentido é a Súmula 331 do TST, já com a redação dada pela Resolução 174, de 24/05/11, publicada em 30/05/11 (DEJT):
O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do

empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.
O intérprete maior da legislação, no âmbito das relações de trabalho, é o TST. A Súmula 331 passou a contar a partir de 30/05/11 com o inciso V dispondo expressamente que:
Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
O STF não declarou a invalidade da Súmula 331 do TST. Apenas deixou claro que a responsabilidade do ente público não decorre da mera posição de tomador do trabalho, cabendo à Justiça do Trabalho, ao aplicar o dispositivo, examinar caso a caso se houve culpa por parte do tomador, na contratação ou na fiscalização da prestadora de serviços. Assim, a Súmula 331 do TST não afronta o art. 5º, II da CF.
A ausência de culpa é ônus de prova do tomador, o qual dele não se desincumbiu.
O processo licitatório apenas faz pressupor que houve uma disputa na escolha da empresa prestadora, mas isso não isenta de culpa a entidade tomadora, cuja obrigação é a de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas. Nem ao menos prova que a análise das condições financeiras da empresa prestadora foi adequada.
Houve condenação em horas extras do reclamante que trabalhava na presença do tomador (havia fiscal da URBS no local, segundo testemunhas), durante todo o contrato de trabalho. As verbas deferidas demonstram que não houve a devida fiscalização pela Administração Pública, quando isso poderia e deveria ser feito, notadamente porque o trabalho era presenciado pelo tomador.
Nesse esteio, acolho, apenas para prestar esclarecimentos."

Com relação ao tema "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE COLETIVO. SÚMULA 331 DO TST. INAPLICABILIDADE", com razão a reclamada.
Esta Corte tem se posicionado no sentido de ser inaplicável a Súmula 331 do TST nos casos de concessão de serviço público quando a empresa gerencia e fiscaliza o sistema de transporte público, por aplicação analógica da OJ Transitória nº 66 da SbDI-1 do TST, in verbis:

"SPTRANS.RESPONSABILIDADESUBSIDIÁRIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE COLETIVO. (DEJT divulgado em 03, 04 e 05.12.2008)A atividade da São Paulo Transportes S/A - SPTrans de gerenciamento e fiscalização dos serviços prestados pelas concessionárias de transporte público, atividade descentralizada da Administração Pública, não se confunde com a terceirização de mão -de-obra, não se configurando aresponsabilidadesubsidiária."

Cito os seguintes precedentes, alguns, inclusive, envolvendo a mesma reclamada:

"I - AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO DA RECLAMANTE REGIDO PELA LEI 13.015/2014. DANOS MORAIS. VALOR ARBITRADO (VIOLAÇÕES NÃO CONFIGURADAS). NULIDADE DA DISPENSA. CARÁTER DISCRIMINATÓRIO NÃO COMPROVADO (SÚMULA 126 DO TST). As razões recursais não desconstituem os fundamentos da decisão agravada. Agravo não provido. II - AGRAVO EM RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO DA URBS REGIDO PELA LEI 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERMO DE PERMISSÃO. OPERAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. SÚMULA 331 DO TST. INAPLICABILIDADE . Constatada possível contrariedade à Súmula 331, IV e V, do TST, impõe-se o provimento do agravo. Agravo provido. III - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA URBS REGIDO PELA LEI 13.015/2014 . RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERMO DE PERMISSÃO. OPERAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. SÚMULA 331 DO TST. INAPLICABILIDADE. Demonstrada possível contrariedade à Súmula 331, IV e V, do TST, impõe-se o provimento do agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista. Agravo de instrumento provido. IV - RECURSO DE REVISTA DA URBS REGIDO PELA LEI 13.015/2014 . RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERMO DE PERMISSÃO. OPERAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. SÚMULA 331 DO TST. INAPLICABILIDADE. Esta Corte tem se posicionado no sentido de ser inaplicável a Súmula 331 do TST nos casos de permissão de serviço público, quando a empresa gerencia e fiscaliza o sistema de transporte público, por aplicação analógica da OJ Transitória 66 da SBDI-1 do TST. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido" (ARR-1551-68.2011.5.09.0029, 2ª Turma, Relatora Ministra Delaide Miranda Arantes, DEJT 03/05/2019)

PROCESSO ANTERIOR À LEI Nº 13.467/2017. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA.RESPONSABILIDADESUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE COLETIVO. IMPOSSIBILIDADE. O Regional consignou que o Município de Blumenau firmou com a empresa reclamada um contrato de concessão para prestação e exploração de serviço de transporte coletivo de passageiros. Entendeu ser inaplicável aresponsabilidadesubsidiáriado Município à espécie, tendo em vista que a atividade exercida pela empresa concedente não se confunde com a do tomador de serviços, porquanto não há intermediação de mão de obra, cumprindo ao ente público apenas fiscalizar a prestação dos serviços à população pela concessionária contratada. De fato, o Município de Blumenau apenas administra as concessões de transporte público coletivo, não podendo ser denominado tomador dos serviços prestados pelo reclamante, mesmo que na condição de interventor. A decisão, tal como proferida, está em conformidade com a Orientação Jurisprudencial Transitória66da SBDI-1 do TST, a qual se aplica por analogia.
Nesses termos, o ente público demandado não se beneficiou direta ou indiretamente da mão de obra despendida pelo autor, o que afasta a hipótese de terceirização de serviços prevista na Súmula nº 331 do TST. Precedentes de Turmas e da SBDI-1 desta Corte.
Nesse contexto, não desconstituídos os fundamentos do despacho denegatório, não prospera o agravo de instrumento destinado a viabilizar o trânsito do recurso de revista, conforme demonstrado no voto. Agravo de instrumento conhecido e desprovido.(AIRR - 628-66.2016.5.12.0002, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte,3ª Turma, DEJT 25/10/2019)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI

N.º 13.467/2017. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO.RESPONSABILIDADESUBSIDIÁRIADA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL TRANSITÓRIA N.º66DA SBDI-I, DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (APLICAÇÃO ANALÓGICA). TRANSCENDÊNCIA DA CAUSA NÃO RECONHECIDA. 1. Cinge-se a controvérsia a perquirir se a inadimplência das verbas trabalhistas, devidas por empresas concessionárias de serviço público de transporte coletivo de passageiros, enseja a responsabilizaçãosubsidiáriada Administração Pública. 2. Constatado o preenchimento dos demais requisitos processuais de admissibilidade, o exame do Recurso de Revista sob o prisma do pressuposto de transcendência revelou que: a) não há falar em transcendência econômica, visto que o valor atribuído à causa não se revela elevado ou desproporcional ao pedido formulado; b) não demonstrada a transcendência política da causa, na medida em que o acórdão recorrido revela consonância com o disposto na Orientação Jurisprudencial Transitória n.º66da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal Superior (aplicada, de forma analógica, ao caso dos autos); c) não identificada a transcendência social da causa, visto que não se cuida de pretensão recursal formulada em face de suposta supressão ou limitação de direitos sociais assegurados na legislação pátria; e d) não se verifica a transcendência jurídica, visto que ausentes indícios da existência de questão nova acerca da controvérsia ora submetida a exame, mormente diante da plena vigência da Orientação Jurisprudencial Transitória n.º66da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal Superior (aplicada, de forma analógica, ao caso dos autos), a obstaculizar a pretensão recursal. 3. Configurado o óbice relativo ao não reconhecimento da transcendência da causa quanto ao tema sob exame, resulta inviável o processamento do Recurso de Revista, no particular. 4. Agravo de Instrumento não provido.(AIRR - 466-71.2016.5.12.0002, Relator Ministro Lelio Bentes Corrêa,6ª Turma, DEJT 18/09/2020)

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DAURBS. RECURSO DE REVISTA.RESPONSABILIDADESUBSIDIÁRIA. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE COLETIVO. Na concessão de serviço público coletivo, o ente público figura apenas na qualidade de administrador e não como tomador de serviços. Assim, não configura prestação de serviços terceirizados, segundo o entendimento cristalizado na Súmula nº 331 do TST, o que exclui a pretensão de responsabilizá-lo de formasubsidiária. Precedentes. Agravo de instrumento provido. II - RECURSO DE REVISTA DAURBS. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014.RESPONSABILIDADESUBSIDIÁRIA. TERMO DE PERMISSÃO. OPERAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. SÚMULA 331 DO TST. INAPLICABILIDADE. É firme o entendimento jurisprudencial desta Corte no sentido de ser inaplicável a Súmula nº 331 desta Corte, nos casos de permissão de serviço público, quando a empresa gerencia e fiscaliza o sistema de transporte público. Aplicação analógica da OJ Transitória nº66da SDI-1 desta Corte. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido.(ARR - 2140-30.2014.5.09.0005, Relator Desembargador Convocado João Pedro Silvestrin,5ª Turma, DEJT 12/06/2020)

RECURSO DE REVISTA.RESPONSABILIDADESUBSIDIÁRIA. TRANSPORTE COLETIVO. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. Consoante o acórdão regional, a reclamante foi contratada pela primeira reclamada, empresa concessionária de serviço de transporte público coletivo no Município de Cubatão, para exercer a função de cobradora de ônibus. Desse modo, a Corte de origem declarou que o caso em apreço não trata de terceirização de serviços, na forma consagrada na Súmula nº 331, V, do TST, pois o Município apenas outorga a particulares a prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros. Nesse contexto, concluiu que o Município não responde subsidiariamente pelas verbas devidas à reclamante, pois o ente público não é tomador de serviços. Esta Corte Superior adota o entendimento de que a Administração Pública não responde pelas verbas trabalhistas devidas por empresas concessionárias de serviços de transporte coletivo de passageiros. Nesse sentido é a Orientação Jurisprudencial Transitória nº66da SDI-1/TST, a qual deve incidir analogicamente à hipótese vertente. Recurso de revista não conhecido.(RR - 1000803-08.2017.5.02.0254, Relatora Ministra Dora Maria da Costa,8ª Turma, DEJT 04/09/2020)

AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELO RECLAMANTERESPONSABILIDADESUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA CONDUTA CULPOSA. TRANSCENDÊNCIA NÃO RECONHECIDA. NÃO PROVIMENTO. Discute-se aresponsabilidadesubsidiáriade ente público pelo adimplemento de obrigações trabalhistas devidas pela concessionária do serviço público de transporte de passageiros. De acordo com o artigo 25, caput, da Lei n. 8.987/1995, compete à concessionária a execução do serviço público que lhe foi delegado, a qual responderá pelos prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou aos terceiros. Por sua vez, não existe qualquer relação entre os empregados contratados pela concessionária para a prestação do serviço e o poder concedente, conforme dispõe o artigo 31, parágrafo único, da Lei n. 8.987/1995. Vale ressaltar, ainda, o contrato de concessão de serviço público possui objeto distinto do contrato de prestação de serviços em favor da Administração Pública, uma vez que neste último o destinatário dos serviços é o próprio ente público, ao passo que no primeiro o proveito dos serviços será fruído pela coletividade. Nesse contexto, é fácil perceber que o entendimento consagrado na Súmula n. 331 não poder ser estendido às hipóteses em que o reclamante foi contratado por empresa concessionária de serviço público, porquanto o enunciado se restringe a tratar de situações em que o ente público figura com tomador de serviços, o que não é o caso dos autos. Precedentes. Também corrobora essa conclusão o entendimento consubstanciado na Orientação Jurisprudencial Transitória nº66da SBDI-1. Na hipótese, a Corte Regional constatou que o Município delegou a prestação de serviços de transporte coletivo urbano de passageiros à primeira reclamada (EMPRESA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA LTDA.) integrante do consórcio Siga. O Tribunal Regional entendeu que o Município não detém a condição de tomador de serviços e sim de concedente de serviço público essencial (transporte coletivo urbano de passageiros), motivo pelo qual afastou a aplicação do entendimento consubstanciado na Súmula nº 331, versa sobre a responsabilizaçãosubsidiáriado ente público tomador de serviços pelas verbas trabalhistas inadimplidas. Por tais razões o Tribunal Regional manteve a sentença que indeferiu o pedido deresponsabilidadesubsidiáriado Município. Estando, pois, o v. acórdão regional em harmonia com a jurisprudência desta colenda Corte Superior, o processamento do recurso de revista encontra óbice no artigo 896, 7º, da CLT e na Súmula n. 333. Nesse contexto, a incidência do óbice contido na Súmula 333 é suficiente

para afastar a transcendência da causa, uma vez que inviabilizará a aferição da existência de eventual questão controvertida no recurso de revista, e, por conseguinte, não serão produzidos os reflexos gerais, nos termos previstos no § 1º do artigo 896-A da CLT. Agravo de instrumento a que se nega provimento.(AIRR - 535-55.2016.5.12.0018, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos,4ª Turma, DEJT 12/06/2020)

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA EM FACE DE DECISÃO PUBLICADA A PARTIR DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014.RESPONSABILIDADESUBSIDIÁRIADO MUNICÍPIO DE TUPÃ. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE COLETIVO. A hipótese fática da demanda não se refere à prestação de serviços terceirizados, segundo o contido na Súmula nº 331 do TST; trata-se de concessão de serviço público, ou seja, de transporte coletivo. Nesse caso, o ente público apenas figura na qualidade de administrador e não como tomador de serviços, o que exclui a pretensão de responsabilizá-lo de formasubsidiária. Precedentes desta Corte. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (AIRR-10210-82.2014.5.15.0065, Rel. Min. Cláudio Mascarenhas Brandão,7ª Turma, DEJT 22/04/2016)

Assim, a decisão do Tribunal Regional, ao entender que é aplicável ao caso o disposto na Súmula nº 331, IV e V, do TST, ainda que se trate de concessão para operação de serviço público de transporte coletivo de passageiros, contraria a jurisprudência desta Corte.
Nesse contexto, o recurso merece ser conhecido, por contrariedade à Súmula nº 331, IV e V, do TST, e, no mérito, provido para afastar a responsabilidade subsidiária atribuída à URBS - Urbanização de Curitiba S.A. pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pela empresa contratada.

III - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA 1ª RECLAMADA (VEPER SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.)

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.
Quanto aos temas recorridos, o Tribunal Regional se manifestou nos seguintes termos:

"HORAS EXTRAS E INTERVALOS ENTREJORNADAS
Acerca da jornada de trabalho do autor,horas extras e intervalos entrejornadas, constou da sentença o que segue:
Requer o autor o pagamento de horas extras, inclusive intervalares e laboradas em RSR, além do adicional noturno, sempre com reflexos. Com parcial razão. Afirmou o reclamante ter trabalhado conforme horários declinados na exordial, sendo que a ex-empregadora defendeu a veracidade dos registros de horário. E a prova oral não elidiu os registros de horário quanto aos horários de entrada e saída, bem como em relação a frequência do obreiro.Destaque-se, inclusive, que a jornada registrada não é invariável, como alegado pela parte autora, não autorizando a aplicação da Súmula nº 338, item III, do C. TST. Quanto aos intervalos intrajornada, não registrados, a ex-empregadora admitiu que remunerava o período como extraordinário, pela eventual ausência de fruição, o que realmente é verificável nos recibos de pagamento, não tendo o reclamante apontado diferenças em seu favor. No entanto, pela prova oral é possível concluir que o reclamante usufruía de 30 minutos de intervalo (conforme testemunhas Antonio e Anderson, não sendo razoável a versão da testemunha Orlando no sentido de que sequer se alimentavam, o que contrariou o próprio depoimento do reclamante), sendo que os valores alcançados pela 1ª reclamada, notadamente, são inferiores. Por exemplo, no mês de dezembro/2006 o valor alcançado ao obreiro corresponde a aproximadamente sete horas extras (fl. 20), sendo que no período o autor trabalhou em 23 dias, o que lhe confere o direito a 11,5 horas extras intervalares. Frise-se que deve ser remunerado como extra o trabalho prestado em período destinado ao repouso, seja o intervalo inter ou intrajornada, sendo que alteração introduzida pela Lei nº 8.923/94 findou qualquer discussão a respeito da matéria. Neste sentido, inclusive, a OJ n. 307, da SDI I do TST. E, com base no entendimento recentemente consagrado pelo C. TST na OJ n. 354, cabível a incidência de reflexos ante a natureza salarial da verba. Assim, DEFIRO o pagamento de 30 minutos por dia trabalhado, correspondente ao tempo faltante para se completar o intervalo mínimo intrajornada (de uma hora), como extra, e reflexos em RSR e, com estes, em férias, com o terço, 13o salários e FGTS (8%). Deve ser observado o adicional legal de 50% e o divisor 220. No que concerne aos intervalos entre jornadas, não verificado/demonstrado o desrespeito aos mesmos, inclusive quanto às 35 horas semanais. Da mesma forma, em relação ao adicional noturno, os comprovantes de pagamento contemplam a quitação de horas laboradas em tal período, não tendo a parte autora demonstrado a existência de diferenças em seu favor. Quanto às horas extras laboradas, também concluo que foram quitadas integralmente pela 1ª demandada e o reclamante não fez prova do fato constitutivo do seu pretenso direito. Observe-se, por exemplo, que à fl. 293 o autor fez menção a labor extraordinário do período de maio/junho de 2006, sendo que o holerite respectivo aponta o pagamento de quantidade superior a quarenta horas extras (fl. 16 do volume de documentos). Verificado, ainda, que havia ao menos a concessão de uma folga por semana, muitas vezes em domingos, não havendo o que ser deferido também neste aspecto. Já em relação a feriados, tenho que o reclamante se desincumbiu do seu ônus probatório. Observe-se que à fl. 294 o obreiro apontou feriados em que laborou sem a concessão de folga compensatória e nem pagamento dobrado pelo trabalho empreendido (conforme recibo de fl. 11 e cartão ponto de fl. 45, ambos do volume de documentos). Assim, DEFIRO o pagamento, em dobro, pelo labor em feriados não compensados, conforme se apurar dos cartões ponto, e reflexos em RSR e, com estes, em 13º salários, férias com o terço e FGTS (8%). Tendo em vista o postulado nos itens "i" e "j" do pedido, esclarece-se que quando devidos reflexos, os mesmos foram considerados acima. Apreciados, assim, os pedidos de letras "d" a "j".
Inconformado, recorre o autor.
Pretende seja reconhecida a jornada inicial, e condenada a ré ao consequente pagamento de diferenças de horas extras acima da 7ªh20min diária e 44ª semanal, ou sucessivamente, da 8ªh diária e 44ªh semanal. Alega que os cartões ponto apresentam horários invariáveis, não merecendo reconhecimento. Também aduz que oportunamente, demonstrou a partir dos controles de jornada a existência de diferenças não quitadas a título de horas extras, inclusive emdomingos e feriados laborados, e que não recebeu horas extras "pelo adicional noturno" (fl. 333).
Também pede a condenação da ré ao pagamento de horas extras em razão de desrespeito ao intervalo interjornadas mínimo de 35h, por todo o período (inclusive com adicional, sendode 100% para os dias de domingos não compensados;e reflexos em RSR e com estes em outras verbas, com incidência de 11,2% do FGTS). Aduz tão somente que os Tribunais têm entendido que o desrespeito ao intervalo do art. 66 da CLT gera direito ao pagamento de horas extras, e que a Súmula 110 do TST traz esse mesmo entendimento. Analiso.

Discute-se, no caso, todo o período contratual (de 13/05/2005 a 08/01/2008).

Quanto àjornada praticada, concordo com a validação, em primeiro grau, daquela descrita nos cartõesponto.

Primeiramente, porque observo que não é verdadeira a alegação da recorrente de que os registros são invariáveis. Não há sinais de marcação de jornada "britânica" como pretende ver reconhecido o autor. Como exemplo, cito o cartão de fl. 59 do volume de documentos, em que se observa uma maior variação de horários de entrada e saída.

Ademais, não há provas de que os cartões sejam inválidos. Vejamos.

Na inicial, o autor diz que a jornada era apenas parcialmente anotada, vez que não consignava o trabalho em dias de folga. Atuava em regime 5x1, das 14h40min até 00h30min, de segunda a sábado, inclusive domingos e feriados, no período noturno. Não fazia intervalo intrajornada de 1h.Narrou que, nos primeiros 5 meses, laborou em todas as folgas,muitas vezes sendo deslocado para outros terminais. Após, laborava em média duas folgas mensais.

A primeira ré confirmou o regime 5x1 (com compensação de domingos trabalhados por folga em outro dia da semana),apenas reparando a versão inicial pela defesa dacorreção dos cartões; a negativa dolabor em folgas; e a alegação de que o horário de entrada era às 14h45min diariamente, com 1h de intervalo corretamente gozada (fl. 189). Alega correto pagamento de adicional noturno respeitada a hora reduzida (rubricas 10 e 55 dos holerites), de eventuais horas laboradas além da 8ª diária e 44ª semanal, bem como de intervalos eventualmente laborados (Rubrica 110 dos holerites) com reflexos em outras verbas. Opôs-se à integração do adicional noturno para cálculo de horas extras e "vice-versa" (fl. 191), por considerar a natureza indenizatória daquela verba, gerando, a prática sugerida na inicial, pagamento de "adicional sobre adicional" (fl. 190).

A prova oral não menciona incorreta marcação do ponto quanto à entrada/saída/frequência, apenas no que se refere aos intervalos para descanso e refeição. Confira-se:

DEPOIMENTO DO PREPOSTO/1ª RECLAMADA: (...) 11) - o reclamante fazia intervalo de 40 minutos; 12) - no terminal em que o reclamante trabalhava há 4 controladores, sendo que nos horários de menor movimento, que são no meio da manhã e da tarde e após às 20h, os mesmos faziam um revezamento com um vindo a cuidar de dois portões para que outro usufruísse de intervalo; 13) - há 2 turnos, havendo 4 controladores por turnos; 14) - a distância de um portão para outro é de 15 metros, aproximadamente; 15) - não sabe precisar o nome dos controladores que trabalharam com o reclamante, afirmando que a empresa possui 1.800 empregados, mas recorda do Sr. Antônio Rodrigues, que se encontra presente para ser ouvido como testemunha; 16) - há 4 portões no terminal, ficando 1 controlador em cada portão; 17) - há 2 portões de cada lado do terminal; 18) - no intervalo o reclamante poderia utilizar a lanchonete de dentro do terminal ou alguma externa, sendo que era ele quem decidia onde usufruia o tempo; (...) 21) - não sabe porque os empregados não anotam intervalo, apenas afirmando que não há qualquer orientação quanto a anotação de intervalos, sendo que a empresa orienta a anotarem os horários feitos; 22) - o reclamante deveria ter anotado os intervalos; 23) - deveria ter sido falado para o reclamante para que anotasse os intervalos; 24) - acredita que a URBS penalizaria a 1ª reclamada caso não dessem intervalos aos seus empregados e não por concederem intervalos. Nada mais.

O preposto da 4ª RECLAMADA em nada contribuiu para elucidar a questão.

DEPOIMENTO DA PRIMEIRA TESTEMUNHA DO RECLAMANTE: ORLANDO FERREIRA, (...):2) - trabalhou para a 1ª reclamada de 2002 a 2006, em mês que não recorda; 3) - trabalhava como porteiro, no mesmo terminal do reclamante, que era o do Carmo, mas em portão oposto; 4) - trabalhavam no mesmo turno; (...) 16) - não fazia intervalo, sendo que não parava para se alimentar, o mesmo acontecia com o reclamante; 17) - não era possível pararem para se alimentar; 18) - não é possível fazer intervalo nem mesmo no momento em que o movimento diminui...Indeferida a repergunta da 2ª reclamada: " se o depoente se intitula porteiro porque ficava em uma guarita."

DEPOIMENTO DA PRIMEIRA TESTEMUNHA DA 1ª RECLAMADA: ANDERSON JOSÉ ROSA (...) 1) - trabalha na 1ª reclamada desde novembro de 2006, tendo trabalhado com o reclamante, no mesmo terminal, nos do Carmo e no Boqueirão; 2) - o depoente faz supervisão dos terminais, visitando-os duas vezes por dia, permanecendo de 30 a 60 minutos cada vez; 3) - supervisiona 9 terminais; 4) - o reclamante era controlador de acesso, (...) - havia 2 controladores por turno no Terminal do Carmo e 4 por turno no terminal do Boqueirão; (...) 19) - o reclamante fazia intervalo de 30 a 40 minutos, o que sabe porque as vezes fica nos terminais para que os controladores façam intervalo; 20) - o reclamante fazia intervalo na própria guarita ou em lanchonete; 21) - o lanche era feito na guarita; 22) - além do depoente, a fiscalização da URBS poderia dar apoio ao reclamante durante o intervalo, ou mesmo o vigilante da metropolitana que cuidam para que não haja invasão; 23) - quando há 4 controladores acontece de um dar apoio a outro durante o intervalo; 24) - quando há 4 controladores sai um de cada vez para o intervalo, sendo que um fica cuidando de 2 portões; 25) - as vezes acontece de ficar 1 ou 2 dias sem passar pelo mesmo terminal; 26) - durante o lanche o controlador também pode vir ajudar caso alguém tente ingressar sem pagar, mas tal fato é muito difícil de ocorrer; 27) - os controladores anotam o intervalo e há orientação para que anotem; 28) - caso algum deixe de anotar é questionado do motivo... DEPOIMENTO DA SEGUNDA TESTEMUNHA DA 1ª RECLAMADA: ANTONIO RODRIGUES, (...) 1) - trabalha na reclamada desde julho de 2005, como controlador de acesso; 2) - trabalha no terminal do Boqueirão, sendo que também já trabalhou em outros terminais como o do Carmo; 3) - já trabalhou com o reclamante no mesmo terminal e turno, no Boqueirão e no Carmo; 4) - faz intervalo de 30 a 40 minutos, podendo se dirigir a lanchonete ou restaurante; 5) - durante o intervalo o supervisor fica no lugar ou reveza com outro controlador; 6) - no Carmo há 2 controladores por turno, sendo que acontece de um controlador ficar cuidando dos dois portões enquanto um faz intervalo; 7) - não anota intervalo nos cartões ponto porque foi pedido para anotarem apenas a entrada e saída, nada sendo falado sobre intervalos; 8) - o intervalo é realizado quando há baixo movimento no terminal; 9) - o fiscal da URBS também pode dar um apoio durante o intervalo, ficando no lugar do controlador; 10) - o fiscal da URBS dá um apoio por amizade;...

Portanto, corretos os cartões, resta apenas verificar se existem diferenças de horas extras impagas, inclusive quanto a domingos não compensados.

Quantoao pedido de condenação em horas excedentes da 7ªh20min diariamente, ou da 8ª, a ré afirmou labor em regime de escala de revezamento 5x1, e que realizava pagamentos de horas extras acima da oitava (fl. 189).

As CCTs aplicáveis ao caso (Empregados em empresas de Asseio etc), vigentes de fev/2006 a jan/2009 (às fls. 49/60 e 61/73), facultam, na Cláusula 14, a celebração de acordo de prorrogação de jornada de trabalho, visando a compensação de horas de

trabalho, via acordo individual, inclusive para regulação da "semana espanhola".
Observo que não há nos autos qualquer pactuação escrita do sistema compensatório 5x1, embora se possa dizer que o regime de escala foi tacitamente pactuado, pois o autor se ativava por cinco dias, folgava 24h e voltava ao labor por mais cinco dias.
Além do vício formal, o confronto dos cartões(fls. 41/73 vol. de docs.) com a prova oral, segundo a qual o intervalo era de 30min,permite afirmar queo autor laborava em extensa carga horária.
Aliás, tendo em vista a contestação da primeira ré, noto que o extenso horário era parte do trato tácito, pois a defesa narrou que o horário contratado era das 14h45min às 00h30min (jornada de 8h45min), em escala 5x1.
No sistema 5x1 (e em qualquer caso em que é adotada a jornada de 7,33), o empregado deve completar o trabalho em seis dias por semana (7,33 x 6 = 43,98).O importante é que não haja trabalho além do limite de 44 horas semanais. No caso, a reclamada pretendia o trabalho em cinco dias de 8h50min diários (das 14h40min até 00h30min, com uma hora de intervalo), por um de descanso, isso sem considerar a redução da hora noturna. É evidente que tal sistema, ainda que respeitado, representaria, em uma semana, trabalho muito além do permitido em lei.
Exemplificando, de 16 de novembro de 2006 a 15 de dezembro (fl. 59 do vol. de documentos), tomando-se a semana de segunda a domingo, houve trabalho no módulo das quatorze horas e quarenta e poucos minutos até às vinte e quatro horas e trinta e poucos minutos, que corresponderia, se houvesse o intervalo de uma hora, a uma jornada de 8h50, aproximadamente, desprezando-se a redução noturna. Com tal redução, há um aumento de mais ou menos 21 minutos. Além disso, há o fato de que o horário alegado na contestação como de intervalo não foi respeitado. Assim, é evidente a existência de diferenças.
Assim, o que se observa é que a ré, praticavaregime compensatório (5x1), mas havia prática, epagamento, de um grande número de horas extras.
Impõe-se, assim, considerar nulo o sistema 5x1 adotado pelas partes. Restam, assim, horas extras devidas.
Entretanto, não procede o pedido do autor de pagamento de horas extras excedentes da 7ªh20min diária, já que, como visto, essa não era a jornada pactuada e a Constituição prevê que, regra geral, éordinário o labor por 8h diárias. O pacto de trabalho em escala5x1não implica,automaticamente, emadoção demódulo diário de 7h20min. No caso dos autos, como já visto, a jornada pactuada era de 8h45min. Inexistindo previsão legal ou convencional a esse respeito, afasto o pedido de pagamento das horas extras com base na jornada de 7h20.
Devem ser tidas como extras as horas excedentes da oitava diária, ou, quando o labor não implicar esse elastecimento, da 44ª semanal, considerada a semana civil. Devidas horas extras, ainda, quanto àslaboradas em prejuízo do intervalo interjornadas de 11h que deveria seguir-se ao repouso semanal, nos termos do art. 66 da CLT.
Esta Turma tem entendido que o regime de 5X1 é prejudicial ao trabalhador por impossibilitar o gozo do repouso nos domingos em todos os meses (Orientação 116 da terceira Turma). Na realidade, no sistema 5x1 há 1 domingo de folga a cada seis semanas. Há direito do empregado ao pagamento dobrado do referido descanso mínimo não usufruído.
Asentença indeferiu pagamento de domingos laborados, sob o argumento de que "Verificado, ainda, que havia ao menos a concessão de uma folga por semana, muitas vezes em domingos, não havendo o que ser deferido também neste aspecto". No presente caso,por amostragem,noto desrespeito dacoincidência mínima mensal do domingo como repouso semanal remunerado (por exemplo, no cartão do mês de setembro/outubro/2006, àfl. 58 do vol. de docs).
Assim, além do que já acolhido, devido o pagamento, em dobro, do labor prestado em um domingo a cada 4 (quatro) semanas, exceto quando tenha havido, no mesmo período, folga coincidente com aquele dia.
Esclareço à ré, desde já, que a verba em questão tem natureza remuneratória. Gera, pois,reflexos típicos das horas extras, em demais verbas. No caso, de acordo com o pedido de fls. 06, defiro reflexos das horas diurnas e noturnas em DSR e, com estes, em 13º salários, férias com 1/3,além da incidência de FGTS (8%) sobre as verbas acima (exceto férias indenizadas). Indefiro reflexos em multa de 40% sobre depósitos fundiários eem aviso prévio, vez que a iniciativa da demissão foi do empregado (TRCT de fl. 18).
Dada a habitualidade, o adicional noturno compõe a base de cálculo das horas extras ora deferidas laboradas entre 22h e 5h, observando-se a redução horária típica do labor noturno.
No que se refere aos feriados trabalhados sem folga compensatória ou remuneração correlata, já foram deferidos.
Dou provimento parcial ao recurso do autor para declarar a nulidade do regime compensatório 5x1,e condenar a ré ao pagamento das horas extras trabalhadas além da 8ª diária ou 44ª semanal, sem acúmulo; das horas em prejuízo ao intervalo do art. 66 da CLT e, de forma dobrada, dos domingos laborados em supressão a folgas, bem como reflexos."

No tocante ao tema "TRABALHO AOS DOMINGOS", o Tribunal de origem asseverou ter constatado, por amostragem, desrespeito dacoincidência mínima mensal do domingo como repouso semanal remunerado. Assim, foi deferido o pagamento, em dobro, do labor prestado em um domingo a cada 4 (quatro) semanas, exceto quando tenha havido, no mesmo período, folga coincidente com aquele dia.
Nos termos do art. 7º, XV, da Constituição Federal, o repouso semanal remunerado, preferencialmente aosdomingos, é direito assegurado a todos os trabalhadores urbanos e rurais. A expressão "preferencialmente aos domingos", adotada no citado artigo e secundada no artigo 1º da Lei nº 605/49 pela expressão "preferentemente aosdomingos", não pode ser restringida de modo a admitir-se lapso temporal superior a um mês para a concessão do descanso dominical, por ferir a teleologia da norma constitucional de resguardo máximo do convívio familiar dominical, sobretudo considerando a norma do art. 67, parágrafo único, da CLT - que destaca a necessidade de que, nosserviçosque exijamtrabalhoaosdomingos, estabeleça-se escalade revezamento mensal - e a Lei nº 10.101/2000 - que fixa critério condizente com o valor constitucional protegido, dispondo que o repouso semanal remunerado deverá coincidir, pelo menos uma vez no período máximo de três semanas, com odomingo.
Em que pese o art. 7º, XV, da Constituição Federal não determine de forma absoluta a obrigatoriedade de concessão dos repousos aosdomingos, ela nitidamente lhe atribui caráter preferencial.
Assim, no caso de empresas autorizadas a funcionarem aosdomingose que adotam regime detrabalho5X1, adotou-se o entendimento de que, para os repousos aosdomingos, deve ser aplicável a periodicidade prevista na Lei 10.101/2000 (com a redação dada pela Lei nº 11.603/2007), mesmo que analogicamente.
A decisão regional está em harmonia com o entendimento

consagrado nesta Corte Superior. Citam-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO EM EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014, PELO CPC/2015 E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DOTRABALHO. REGIME DETRABALHO5X1. DESCANSO SEMANAL REMUNERADO PREFERENCIALMENTE AOSDOMINGOS. LIMITAÇÃO DE LAPSO TEMPORAL DE NO MÁXIMO UM MÊS. INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 7º, INCISO XV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E APLICAÇÃO ANALÓGICA DA LEI Nº 10.101/2000. Nos termos do artigo 7º, inciso XV, da Constituição Federal, o repouso semanal remunerado, preferencialmente aosdomingos, é direito assegurado a todos ostrabalhadoresurbanos e rurais. A expressão "preferencialmente aosdomingos", adotada no artigo 7º, inciso XV, da Constituição Federal e secundada no artigo 1º da Lei nº 605/49 pela expressão "preferentemente aosdomingos", não pode ser restringida de modo a admitir-se lapso temporal superior a um mês para a concessão do descanso dominical, por ferir a teleologia da norma constitucional de resguardo máximo do convívio familiar dominical, sobretudo considerando a norma do artigo 67, parágrafo único, da CLT - que destaca a necessidade de que, nosserviçosque exijamtrabalhoaosdomingos, estabeleça-seescalade revezamento mensal - e a Lei nº 10.101/2000 - que fixa critério condizente com o valor constitucional protegido, dispondo que o repouso semanal remunerado deverá coincidir, pelo menos uma vez no período máximo de três semanas, com odomingo. Em que pese o artigo 7º, inciso XV, da Constituição Federal não determine, de forma absoluta, a obrigatoriedade de concessão dos repousos aosdomingos, ela nitidamente lhe atribui caráter preferencial e, nesse sentido, a prática adotada pela empresa de não fazer coincidir o repouso semanal remunerado com odomingo, ao menos uma vez por mês, mas apenas a cada sete semanas, na mesma proporção com que coincide com os demais dias da semana, esvazia o conteúdo da norma constitucional, por desconsiderar a preferência nela consagrada. Agravo desprovido."(Ag-E-Ag-RR-11391-68.2016.5.18.0129, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 26/4/2019).

"AGRAVO INTERNO. RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELAS LEIS Nos 13.015/2014 E 13.105/2015. 1. TRABALHADOR RURAL. LABOR EMDOMINGOS. REGIME5X1. O labor sob o regime5x1, além de exaustivo, desafia o regime de concessão do repouso semanal remunerado, na medida em que apenas a cada sete semanas o descanso do trabalhador coincidirá com odomingo. Em tal caso, estar-se-ia negando vigência, eficácia e efetividade ao art. 67 da CLT, norma instituída pelo Poder Legislativo, competente para tanto, além de ofender a previsão contida nos arts. 7º, XV, da Constituição Federal e 6º, parágrafo único, da Lei nº 10.101/00. Assim, a restrição de descanso aosdomingos, a cada três semanas detrabalho, equivale à ausência de compensação. Nesse caso, odomingolaborado será remunerado em dobro, nos termos da Súmula nº 146 desta Corte. Precedentes da SBDI-1 do TST. Óbice do art. 894, § 2º, da CLT."(Ag-E-Ag-RR-174700-53.2008.5.09.0242, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 2/8/2019).

" J O R N A D A D E T R A B A L H O . SISTEMA5X1.TRABALHOAOSDOMINGOS. PAGAMENTO EM DOBRO. 1. Presentemente, a jurisprudência do Tribunal Superior doTrabalhoorienta-se no sentido de que, no caso de adoção do regime5x1, otrabalhoprestado emdomingosdeverá ser pago em dobro se a concessão do descanso semanal remunerado não coincidir com odomingoao menos uma vez no período máximo de 3 (três) semanas . Entende-se, para tanto, que se impõe a observância à periodicidade descrita no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 10.101/2000, analogicamente aplicável na espécie. Precedentes da SbDI-1 do TST. Ressalva de entendimento do Relator. 2. Embargos da Reclamada de que não se conhece. Aplicação da norma do art. 896, § 2º, da CLT"(E-RR-175300-74.2008.5.09.0242, Relator Ministro João Oreste Dalazen, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, DEJT de 20/10/2017).

Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 4º (atual § 7º), da CLT.

Quanto ao tema "ADICIONAL NOTURNO - INTEGRAÇÃO NAS HORAS EXTRAS", o Tribunal Regional decidiu em conformidade com a Súmula 264 do TST, bem como OJ 97 da SbDI-I do TST. Neste sentido, é pacífico que oadicional noturnointegra a base de cálculo das horas extras prestadas no período noturno, mormente porque o adicional supra é revestido de caráter salarial.

Nesses termos, verifica-se que a decisão foi proferida em consonância com a jurisprudência desta Corte. Assim, não se divisa violação dos dispositivos invocados, sendo inviável o dissenso pretoriano, ante o óbice do art. 896, § 4º (atual § 7º), da CLT e da Súmula nº 333 do TST.

Quanto ao tema "RSR MAJORADO PELAS HORAS EXTRAS - REPERCUSSÃO EM OUTRAS VERBAS", com razão a recorrente. A jurisprudência desta Corte firmou a tese de que a incidência do repouso semanal remunerado, acrescido das horas extras, no cálculo das férias, do 13º salário, do aviso-prévio e do FGTS, configurabis in idem. É o que se extrai da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SbDI-1 do TST,in verbis:

"REPOUSO SEMANAL REMUNERADO - RSR. INTEGRAÇÃO DAS HORAS EXTRAS. NÃO REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DAS FÉRIAS, DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, DO AVISO PRÉVIO E DOS DEPÓSITOS DO FGTS.(DEJT divulgado em 09, 10 e 11.06.2010)

A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de "bis in idem"."

Contudo, a SbDI-1 desta Corte, ao julgar o IRR-10169-57.2013.5.05.0024, decidiu de maneira contrária ao entendimento contido na citada orientação jurisprudencial e fixou a seguinte tese jurídica:

"A majoração do valor do repouso semanal remunerado, decorrente da integração das horas extras habituais, deve repercutir no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sem que se configure a ocorrência de "bis in idem"".

Na mesma sessão, todavia, em observância ao princípio da segurança jurídica, foram modulados os efeitos da nova tese, nos seguintes termos:

"Aplica-se o novo entendimento 'aos cálculos das parcelas cuja exigibilidade se aperfeiçoe a partir da data do presente julgamento (inclusive)', ocorrido, frise-se, em 14/12/2017".

Salienta-se que, em 30/9/2021, ao analisar o TST-Ag-E-Ag-RR-1180-72.2012.5.09.0093, em voto do Ministro Renato de Lacerda

Paiva, a SbDI-1 consignou que ainda persiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST e que não houve a determinação de suspensão dos demais recursos que tramitam nesta Corte, nos termos do artigo 896-C, § 5º, da CLT. Eis os fundamentos do acórdão:

"A Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 dispõe que "A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de "bis in idem"".
Contudo, esta Subseção, em Sessão Ordinária, no dia 9 de fevereiro de 2017, acolheu proposta de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo, afetando à sua composição plena a matéria "Repouso semanal remunerado - RSR. Integração das horas extraordinárias habituais. Repercussão nas demais parcelas salariais. Bis in Idem. Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST".
Sob o rito do artigo 896-C da CLT, submeteu como representativo da controvérsia o processo nº 10169-57.2013.5.05.0024, de Relatoria do Exmo. Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro.
Em 14/12/2017, esta Subseção decidiu, por unanimidade, "suspender a proclamação do resultado do julgamento para, nos termos do disposto no artigo 171, § 2º, do RITST, e, ouvida a Comissão de Jurisprudência e Precedentes Normativos desta Corte Superior, submeter à elevada apreciação do Tribunal Pleno a questão relativa à revisão ou cancelamento, se for o caso, da Orientação Jurisprudencial nº 394 SbDI-1 do TST, uma vez que a maioria dos ministros votava em sentido contrário ao disposto na referida Orientação Jurisprudencial". Na sessão de 22/3/2018, decidiu-se, por unanimidade, chamar o feito à ordem para renovar o prazo de suspensão a partir do dia 27/3/2018 e retirar o processo de pauta, remetendo-o ao Tribunal Pleno.
Todavia, nos autos do referido IRR nº 10169-57.2013.5.05.0024, não houve a determinação de suspensão dos demais recursos que tramitam nesta Corte, nos termos do artigo 896-C, § 5º, da CLT.
Assim, tendo em vista os mencionados pronunciamentos judiciais desta Subseção, subsiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST.
Além do mais, vale acrescentar que, no julgamento do IRR-10169-57.2013.5.05.0024, já foram modulados os efeitos da decisão, ficando definido que a tese jurídica nele estabelecida "somente será aplicada aos cálculos das parcelas cuja exigibilidade se aperfeiçoe a partir da data do presente julgamento (inclusive)", ocorrido, frise-se, em 14/12/2017.
Logo, a tese vinculante estabelecida no incidente, no sentido da inexistência de bis in idem na hipótese sob exame, terá incidência nos processos cujos cálculos das parcelas, objeto de execução, já estejam definidos a partir da data de 14/12/2017.
Assim sendo, por todo o exposto, no presente caso, ainda persiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST.
Nesse sentido:
(...)
Nesse passo, diante da conformidade do acórdão proferido pela Turma desta Corte com a jurisprudência iterativa e notória do TST, consubstanciada na Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1/TST, constata-se que o recurso de embargos interposto pelo sindicato reclamante encontra óbice na norma contida no artigo 894, II, § 2º, da CLT, com a redação da Lei n.º 13.015/2014, não se verificando contrariedade aos verbetes indicados.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo."

Assim, considerando que as verbas ora discutidas se originaram em data anterior ao julgamento do IRR-10169-57.2013.5.05.0024, continuam a ser regidas pelo entendimento constante na Orientação Jurisprudencial n.º 394 da SbDI-1, ainda não alterado por esta Corte Superior.
Nesse contexto, o recurso merece ser conhecido, por contrariedade à OJ nº 394 da SbDI-1 do TST, e, no mérito, provido para excluir da condenação os reflexos do repouso semanal remunerado majorado com horas extraordinárias sobre as férias, 13º salário, aviso prévio e FGTS.

CONCLUSÃO
À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, § 5º (atual § 14), da CLT e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento ao agravo de instrumento interposto pela 4ª reclamada (URBS - Urbanização de Curitiba S.A.), por possível contrariedade à Súmula nº 331, IV e V, do TST, para determinar o processamento do recurso de revista; II - conhecer do recurso de revista interposto pela 4ª reclamada (URBS - Urbanização de Curitiba S.A.), por contrariedade à Súmula nº 331, IV e V, do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a responsabilidade subsidiária atribuída à URBS - Urbanização de Curitiba S.A. pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pela empresa contratada; e III - conhecer do recurso de revista interposto pela 1ª reclamada (Veper Serviços Especializados Ltda.) apenas quanto ao tema "RSR MAJORADO PELAS HORAS EXTRAS - REPERCUSSÃO EM OUTRAS VERBAS", por contrariedade à OJ nº 394 da SbDI-1 do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento para excluir da condenação os reflexos do repouso semanal remunerado majorado com horas extraordinárias sobre as férias, 13º salário, aviso prévio e FGTS. Custas inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0011323-53.2016.5.09.0652

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ALDENIR NATALINO JAIMES
Advogado	Dr. Filipe Alves da Mota(OAB: 22945-A/PR)
Agravado	IRMÃOS PASSAÚRA S.A E OUTRA
Advogado	Dr. Emanoel Theodoro Salloum Silva(OAB: 41626-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALDENIR NATALINO JAIMES
- IRMÃOS PASSAÚRA S.A E OUTRA

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO RECLAMANTE

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 227/244) interposto pelo reclamante contra a decisão de fls. 222/223, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às fls. 295/300 e 289/294, respectivamente.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.

O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 6) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 16/09/2020 e apelo protocolado em 22/09/2020), sendo inexigível o preparo.

A discussão travada nos autos prende-se ao tema "INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO CAGED. RELAÇÃO DE EMPREGO INEXISTENTE. SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO. NOTIFICAÇÃO PARA RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS RECEBIDAS EM 2005 COMO CONDIÇÃO PARA O RECEBIMENTO DAS PARCELAS ALUSIVAS AO SEGURO-DESEMPREGO REQUERIDO EM 2015".

O reclamante requer a condenação das reclamadas ao pagamento de indenização por dano moral, sob o argumento de que, injustificadamente, agiram com culpa e impediram o seu acesso ao seguro desemprego, tendo, inclusive que devolver uma parcela (fls. 230). Aduz que o dano nesses casos se faz in re ipsa. Alega divergência jurisprudencial e violação dos artigos 5º, V e X, da Constituição Federal e 186 e 927 do CCB.

Consta do acórdão regional:

"O MM. Juízo de Origem decidiu nos seguintes termos (ID. 3c2dae5):

II - FUNDAMENTAÇÃO

O autor aduz que, ao ser dispensado pela empresa TRONCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO em 14.07.2005, se habilitou a cinco parcelas de seguro-desemprego, mas recebeu apenas três, na medida em que, apesar de jamais ter tido qualquer vínculo com o autor, a segunda ré o cadastrou como seu empregado no CAGED em 14.09.2005, impedindo-o de receber as duas parcelas restantes do benefício e fazendo com que fosse notificado a devolver duas das três parcelas recebidas.

Prossegue afirmando que, ao ser dispensado pela INDÚSTRIA DE COMPENSADOS SUDATI LTDA. em 02.01.2012, não conseguiu se habilitar no seguro-desemprego por não ter promovido a devolução de duas das três parcelas de seguro-desemprego que recebera em 2005, ou seja, ainda em consequência daquele ato atribuído à segunda ré. Conclui alegando que o mesmo ocorreu ao ser dispensado pela ARBON COMPENSADOS LTDA. em 29.11.2015.

A partir dos fatos narrados, o autor postula que o Juízo declare a inexistência do dever de restituir aos cofres públicos o valor de duas parcelas de seguro-desemprego recebidas em 2005. Contudo, não compete à Justiça do Trabalho julgar esse pedido, pois o que o autor pretende aqui é a declaração de inexistência de uma relação jurídica com a União. Não se tratando de relação jurídica trabalhista, compete à Justiça Federal processar e julgar o pedido de reconhecimento de sua inexistência, na forma do art. 109, I, da CRFB/1988.

Como a cumulação de pedidos impede o envio dos autos ao Juízo competente, referido pedido (letra "d" da inicial) fica extinto sem resolução de mérito.

Postula-se também a reparação de danos pelo fato de a segunda ré ter incluído o autor como empregado seu no CAGED, ou seja, pelo fato de a segunda ré ter registrado no Ministério do Trabalho uma relação jurídica que o autor sustenta inexistente. Tratando-se de relação jurídica de natureza trabalhista, é manifesta a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar o pedido.

Quanto ao mérito, a peça de resposta aponta a prescrição, afirmando que o prazo correspondente teria começado a fluir a partir do momento em que o autor tomou conhecimento da existência de um registro de contrato de emprego com a segunda ré no CAGED, em 2005. Porém, a actio nata- ou seja, o termo inicial a partir do qual inicia a fluência do prazo prescricional - coincide, não com o momento histórico em que se toma consciência do fato em si, mas sim com o momento histórico em que se manifesta flagrante o interesse da vítima em formular pretensão fundada em determinado fato.

Ora, embora o ato ilícito atribuído à segunda ré remonte a 2005, a pretensão formulada não é de reparação dos danos que teriam surgido naquele mesmo ano, mas sim de reparação dos danos que teriam surgido apenas em 2012 e 2015.

Assim, como a ação foi ajuizada em 2016, considera-se prescrita apenas a pretensão de reparação dos danos que o autor afirma ter sofrido em 2012, quando teria feito uma tentativa frustrada de se habilitar no seguro desemprego.

Convém registrar que o prazo prescricional aplicável ao caso é trienal, e não quinquenal. Ocorre que o objeto da prescrição é a pretensão, de onde se conclui inequivocamente que os prazos prescricionais incidem de acordo com a natureza do direito material invocado, e não em razão do órgão do Poder Judiciário ao qual a demanda é submetida. Como a pretensão aqui é de reparação civil, a regra prescricional aplicável é aquela estabelecida para tal modalidade jurídica pelo Código Civil, e não a prescrição trabalhista típica, que se aplica às obrigações contratuais próprias do contrato de emprego.

Quanto ao mérito de fundo, a contestação reconhece expressamente que não existiu qualquer relação de emprego entre o autor e as rés (fls. 95). Ademais, embora ressalve que nenhuma das rés agiu com dolo ao incluir o autor como seu empregado no CAGED, a defesa não apresenta qualquer justificativa para o equívoco, que se repetiu várias vezes (fls. 30) e somente pode ser atribuído à negligência das rés, ou seja, à sua culpa, que também caracteriza ilicitude.

Por fim, é fato incontroverso que, em razão desse registro no CAGED, o autor foi indevidamente considerado como reempregado em 14.09.2005 e instado a efetuar a restituição de parcelas do seguro-desemprego recebidas naquele ano, estabelecida como condição a novas habilitações no seguro-desemprego, como aquela pretendida pelo autor em 2015, conforme o documento de fls. 32.

Assim, presentes o ato ilícito, o nexo causal e o dano, condeno a segunda ré ao pagamento de uma indenização correspondente ao valor das três parcelas do seguro-desemprego que o autor teria deixado de receber em 2015 em razão de uma pendência resultante de ato negligente da segunda ré (R$ 4.157,73).

Por outro lado, deve ser rejeitado de plano qualquer pedido condenatório formulado em face da primeira ré. Isso porque, embora ambas as rés sejam acusadas de terem registrado indevidamente o autor como seu empregado no CAGED, o único registro considerado danoso é atribuído à segunda ré. Além disso, não há, na petição inicial, qualquer argumento que pudesse levar à responsabilização da primeira ré por atos praticados pela segunda.

Também não se verifica lesão que extrapole os limites sancionatórios de natureza patrimonial e atinja o substrato dos direitos e interesses extrapatrimoniais do autor, de modo que não há substrato para o acolhimento do pedido de reparação por danos morais. Rejeita-se.

Conclui-se por uma condenação no valor líquido de R$ 4.157,73, válido para 29.11.2015, devendo ser atualizado pelo IPCA e acrescido de juros de mora, conforme previstos nos art. 406 e 398 do CC, desde a data de referência.

Como não mais se admite a figura processual da compensação de honorários em decorrência da sucumbência recíproca (NCPC, art. 85, § 14, in fine; CLT, art. 791-A, § 3.º), necessário verificar a dimensão da sucumbência de cada parte.

[...]
Na inicial, o autor afirmou: que foi dispensado pela foi dispensado pela empresa TRONCO INDUSTRIA E COMÉRCIO em 14/07/2005; que se habilitou para receber cinco parcelas de seguro-desemprego; que recebeu apenas três parcelas; que as duas parcelas restantes foram negadas por haver registro de contrato de trabalho com a segunda Ré - PRH Passaura (de 14/09/2005 até 20/09/2005); que nunca laborou para a referida reclamada; que ao ser dispensado pela empresa INDÚSTRIA DE COMPENSADOS SUDATI LTDA (em 02/01/2012) teria que devolver duas das três parcelas de seguro-desemprego anteriormente recebidas para que pudesse ter direito a novo seguro-desemprego e que isto voltou a acontecer em 2015 quando foi dispensado da empresa ARBON COMPENSADOS LTDA - EPP.
Na contestação a Ré afirma que não existiu relação de emprego e que não houve pratica dolosa por sua parte.
Observa-se que não foi produzida prova testemunhal.
Pois bem.
O fundamento legal da indenização por dano moral está no instituto da responsabilidade civil, combinado com o art. 5º, X, da Carta Magna de 1988.
Infraconstitucionalmente, encontra supedâneo no Código Civil Brasileiro, que dispõe em seu artigo 186 que "aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito". O art. 927 do mesmo Código, por sua vez, prevê que "aquele que por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo".
Em conceituação específica do que seja dano moral, pode ele ser entendido como um "sofrimento humano provocado por ato ilícito de terceiro que perturba bens imateriais e ataca valores íntimos da pessoa, os quais constituem a base sobre a qual sua personalidade é moldada e sua postura nas relações da sociedade é sustentada", segundo nos ensina Helio Antônio Bittencourt Santos. (In: O Dano Moral e o Direito do Trabalho. Revista Juris Síntese nº 25. set/out 2000).
Considerando-se a definição acima, para configuração da responsabilidade civil decorrente de dano moral, se faz necessária a demonstração de ato ilícito do empregador (omissivo ou comissivo) que ocasione lesão aos direitos da personalidade juridicamente tutelados (intimidade, vida privada, honra, imagem, etc).
Observa-se que a Ré não apresenta qualquer justificativa para o equívoco, apesar de afirmar não ter agido com dolo. Dessa forma, existente a culpa.
Porém, nota-se que o autor não traz aos autos qualquer elemento que comprove os supostos abalos por situações vexatórias, ou, ainda, prova da existência de tais situações.
Dessa forma, mantenho" (fls. 153/154).

Inicialmente, cumpre registrar que o juízo de 1º grau julgou improcedentes os pedidos formulados em face da reclamada IRMÃOS PASSAURA S.A. (fls. 118) e, nesse ponto, não houve recurso. Desse modo, a pretensão do autor será examinada apenas em relação à segunda reclamada (PRH PASSAURA RECURSOS HUMANOS LTDA).
No caso dos autos, é incontroverso que o reclamante foi indevidamente registrado no CAGED pela 2ª reclamada, tendo sido reconhecido, em contestação, que nunca existiu relação de emprego entre o autor e a empresa.
Extrai-se da sentença transcrita no acórdão ser também incontroverso que, em razão desse registro, o reclamante foi considerado como reempregado em 14/09/2005 e notificado a efetuar a restituição de parcelas do seguro-desemprego recebidas naquele ano, sendo esta uma condição para novas habilitações no seguro-desemprego, como a pretendida pelo autor em 2015, ocasião em que deixou de receber três parcelas do seguro-desemprego .
A Corte Regional indeferiu o pedido de indenização por dano moral, sob o fundamento de que o reclamante não comprovou "os supostos abalos por situações vexatórias, ou, ainda, prova da existência de tais situações".
Não obstante o decidido pela Corte de origem, verifico que os transtornos causados pela negligência da reclamada em inscrever no CAGED o autor que nunca foi seu empregado estão demonstrados.
Demonstrada violação do art. 5º, X, da Constituição Federal, dou provimento ao agravo de instrumento para processar o recurso de revista.

II - RECURSO DE REVISTA

Preenchidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade.
Pelas razões consignadas no julgamento do agravo de instrumento, conheço do recurso de revista por violação do art. 5º, X, da Constituição Federal e, no mérito, dou-lhe provimento para condenar a reclamada ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Custas processuais acrescidas em R$ 100,00 (cem reais), calculadas sobre o valor ora majorado à condenação.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0020757-89.2018.5.04.0020

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	ANTONIO CARLOS NUNES DE LEAO
Advogado	Dr. Leônidas Colla(OAB: 31704/RS)
Advogado	Dr. Manoel Fermino da Silveira Skrebsky(OAB: 24818-A/RS)
Agravado	CHAPASUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.
Advogado	Dr. Tuchaua Pereira Rodrigues(OAB: 33778/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO CARLOS NUNES DE LEAO
- CHAPASUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Rito sumaríssimo.
Examino.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.

Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Superada a apreciação dos pressupostos extrínsecos, passo à análise do recurso.

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários na Justiça do Trabalho.

Não admito o recurso de revista no item.

O acórdão recorrido, conforme trecho transcrito nas razões recursais quanto ao tema, assim estabeleceu: "(...) A reclamatória foi ajuizada em 09.08.2018, já vigente a Lei 13.467/2017, desde 11.11.2017. (...) No caso, tem-se que remanesce sucumbência da parte autora, uma vez que, a exemplo, o pedido quanto ao "abono salarial" não foi acolhido. (...) os honorários sucumbenciais poderão ser executados apenas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, a obrigação do beneficiário. Nesse contexto, com a ressalva do entendimento pessoal de que os honorários sucumbenciais deveriam ser afastados e isso sem qualquer condição suspensiva, acompanho, por política judiciária, a posição majoritária deste Tribunal.

Entretanto, reformo a sentença para arbitrar o percentual dos honorários sucumbenciais a 5%. Dou provimento parcial ao recurso da parte autora para assegurar, quanto aos honorários sucumbenciais, os quais são limitados a 5%, possam ser executados apenas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, a obrigação do beneficiário (sendo vedada a cobrança dos honorários nesta ou em outra reclamação trabalhista)."

Em se tratando de honorários sucumbenciais, à luz art. 791-A, da CLT, o art. 6ª da Instrução Normativa nº 41 do TST, com redação dada pela Resolução nº 221, de 21/06/2018, dispõe que "a condenação em honorários sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017). Nas ações propostas anteriormente, subsistem as diretrizes do art. 14 da Lei nº 5.584/1970 e das Súmulas nº 219 e 329 do TST".

Considerando que a presente ação foi ajuizada quando já em vigor a reforma trabalhista instituída pela Lei nº 13.467/2017, a decisão da Turma em manter a sentença que condenou ambas as partes ao pagamento de honorários advocatícios em razão da ocorrência da sucumbência recíproca está em conformidade com o entendimento consolidado do C. TST, por meio da referida Instrução Normativa.

Dessa forma, inviável o recebimento do recurso de revista nos termos da Súmula nº 333 do TST.

CONCLUSÃO

Nego seguimento."

Em sua minuta, a parte agravante sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiário da justiça gratuita.
Dentre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, e ao art. 7º, XXVIII, ambos da Constituição Federal.
Ao exame.
Tendo em vista a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita, dou provimento ao agravo de instrumento, por observar possível violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, para determinar o processamento do recurso de revista no particular.

II - RECURSO DE REVISTA

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

1 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.

No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do artigo 791-A, § 4º, da CLT, visto que ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.
Entre outros argumentos, aponta violação aos incisos LXXIV e XXXV, do artigo 5º, da Constituição Federal, bem como ao art. 129, II e § único, da Lei 8.213 de 1991.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça a parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento ao

agravo de instrumento apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por possível violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, para determinar o processamento do recurso de revista, no aspecto; e II - conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0100937-87.2018.5.01.0081

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Recorrente e Recorrido	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA.
Advogado	Dr. Sérgio Carneiro Rosi(OAB: 184164 -S/RJ)
Recorrente e Recorrido	CESAR NETTO CID
Advogada	Dra. Rita de Cássia Sant´Anna Cortez(OAB: 39529-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CESAR NETTO CID
- SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA.

I - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO RECLAMANTE

Trata-se de recurso de revista (fls. 449/456) interposto pela reclamante contra o acórdão de fls. 441/446, oriundo do TRT da 1ª Região.
Contrarrazões ao recurso de revista apresentadas às fls. 494/497.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 11 e 457) e interposto tempestivamente (acórdão regional publicado em 25/10/2019 e apelo protocolado em 28/10/2019), sendo inexigível o preparo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "VERBAS RESCISÓRIAS. BASE DE CÁLCULO".
O reclamante pugna que a base de cálculo das verbas rescisórias seja a maior remuneração percebida, por se tratar de professor que recebe remuneração variável. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema e ofensa ao artigo 477 da CLT.
O Regional consignou que "O professor recebe remuneração variável, conforme a quantidade de horas-aulas ministradas, logo, a base de cálculo das verbas rescisórias deve ser apurada com base na média percebida nos últimos 12 meses do contrato (inteligência do art. 487, § 3º, da CLT)." (fls. 444).
Como se verifica, a tese adotada está em conformidade com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que ao professor que recebe remuneração variável deve ser considerada como base de cálculo das verbas rescisórias a média remuneratória dos últimos 12 (doze) meses:

"(...) PROFESSOR. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL. BASE DE CÁLCULO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que para o empregado (professor) que recebe remuneração variável, a partir da quantidade de horas-aulas ministradas, a base de cálculo das verbas rescisórias deve ser calculada a partir da média remuneratória dos últimos doze meses de prestação de serviços, nos termos do art. 487, § 3º, da CLT. Precedentes. Incide o óbice da Súmula 333 do TST. Recurso de revista não conhecido. (...)" (TST-ARR-727-16.2010.5.01.0014, 2ª Turma, Rel. Min. Maria Helena Mallmann, DEJT de 23/11/2018).

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - PROVIMENTO. FGTS. RECOLHIMENTO. PRESCRIÇÃO. ARE-709.212/DF. MODULAÇÃO DE EFEITOS. Demonstrada a contrariedade à Súmula 362, II, do TST, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA- PROVIMENTO. FGTS. RECOLHIMENTO. PRESCRIÇÃO. ARE-709.212/DF. MODULAÇÃO DE EFEITOS. 1. O Supremo Tribunal Federal, no exame do ARE-709.212/DF, em 19.11.2014, declarou, com eficácia "erga omnes" e vinculante, a inconstitucionalidade dos arts. 23, § 5º, da Lei nº 8.036/90 e 55 do Regulamento do FGTS aprovado pelo Decreto nº 99.684/90 e decidiu que o prazo prescricional para a cobrança de depósitos de FGTS é quinquenal. 2. Na oportunidade, modulou os efeitos da decisão, atribuindo-lhe eficácia "ex nunc". Estabeleceu-se que o prazo prescricional quinquenal não se aplica aos casos cujo termo inicial tenha principiado antes daquele julgado. 3. Na hipótese dos autos, o contrato de trabalho perdurou de 23.10.2010 a 15.12.2015. 4. Ainda que a ação tenha sido ajuizada em 16.4.2015, após a data da decisão do STF, a prescrição aplicável à pretensão de recolhimento do FGTS, quanto ao período ora questionado, é a trintenária. Recurso de revista conhecido e provido. III- AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - DESCABIMENTO. 1. PROFESSOR. REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA. Estando a decisão em conformidade com a OJ 244 da SBDI-1/TST, o art. 896, § 7º, da CLT constitui óbice ao processamento do recurso de revista. 2. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL. PARCELAS RESCISÓRIAS. BASE DE CÁLCULO . Conforme o quadro fático-probatório evidenciado pelo Regional, o reclamante exercia a função de professor, recebendo remuneração variável, com base no valor das horas-aula. Sob tal contexto, incide o art. 487, § 3º, da CLT, de forma que o cálculo das parcelas rescisórias tem por base a média remuneratória dos últimos doze meses de prestação de serviços. Decisão em conformidade com a jurisprudência desta Corte superior. Precedentes. Incidência do art. 896, § 7º, da CLT e da Súmula nº 333 do TST. (...)" (TST-RRAg-10516-75.2015.5.01.0010, 3ª Turma, Rel. Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT de 18/06/2021).

"(...) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO RECLAMANTE 1. VERBAS RESCISÓRIAS. BASE DE CÁLCULO. PROFESSOR. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL. NÃO CONHECIMENTO. Conforme o quadro fático-probatório evidenciado pelo Regional, o reclamante exercia a função de professor, com salário variável. Nesse contexto, observa-se que o v. acórdão que determina que calculo das verbas rescisórias deve ser realizado com base na média remuneratória dos últimos doze meses, está de acordo com o disposto no artigo 487, § 3º, da CLT. Precedentes. Estando, pois, o v. acórdão regional em harmonia com atual e iterativa jurisprudência desta colenda Corte Superior, o processamento do recurso de revista encontra óbice no artigo 896, 7º, da CLT e na Súmula n. 333. Recurso de revista de que não se conhece" (TST-ARR-904-

39.2010.5.01.0059, 4ª Turma, Rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT de 25/10/2019).

Logo, o processamento do recurso de revista encontra óbice na Súmula 333 do TST e no artigo 896, § 7º, da CLT, o que inviabiliza seu prosseguimento.
Nesse contexto, NEGO SEGUIMENTO ao presente recurso de revista, com fulcro nos artigos 896, § 14, da CLT e 118, X, do Regimento Interno do TST.

II - RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMADA

Trata-se de recurso de revista (fls. 458/472) interposto pela reclamada contra o acórdão de fls. 441/446, oriundo do TRT da 1ª Região.
Contrarrazões ao recurso de revista apresentadas às fls. 489/493.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 65/72 e 101) e interposto tempestivamente (acórdão regional publicado em 25/10/2019 e apelo protocolado em 06/11/2019), sendo o preparo questão atinente ao mérito.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "DESERÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO".
A reclamada sustenta, em síntese, que não há determinação legal para que o seguro garantia tenha prazo indeterminado. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema, contrariedade à Orientação Jurisprudencial 59 da SbDI-1 do TST e violação dos artigos 5º, II, XXXV e LV, da Constituição Federal, 899, § 11, da CLT, 760 do CCB e 835, § 2º, 932, parágrafo único, 938, §§ 1º a 4º, e 1.007, §§ 2º e 7º, do CPC.
O Regional entendeu que:

"O Recurso Adesivo deve preencher os pressupostos legais de admissibilidade para que possa ser conhecido, sendo o preparo um deles, englobando depósito recursal e o recolhimento de custas. Ausente qualquer dos requisitos, não se pode conhecer do recurso interposto.
Com a vigência da lei 13.467/2017, houve alteração legislativa permitindo que a Recorrente se utilizasse do seguro garantia judicial ou da fiança bancária, como forma de depósito recursal, na forma do artigo 899, § 11º da CLT. Salienta-se que a possibilidade de substituição já estava prevista no § 2º do artigo 825 do CPC/2015.
(...)
Ocorre que, para efetivamente garantir o juízo faz-se necessário que a apólice seja expedida com prazo de validade indeterminado ou condicionado até a solução final do processo e com valor não inferior ao débito constante da inicial, com acréscimo de 30% (trinta por cento) na forma prevista no artigo 835, §2º do CPC, sob pena de não atender à finalidade de garantia do juízo.
No caso, a Recorrente faz o depósito recursal através de apólice de seguro garantia judicial, fls. 411, Id b22aef9, com prazo de vigência determinado de 18/04/2019 a 16/04/2024, não havendo prazo de elastecimento automático, tornando-se uma garantia provisória e condicionada, já que a renovação fica restrita ao arbítrio da Consignante e da seguradora responsável pela apólice.
Portanto, ineficaz para o prosseguimento do recurso" (fls. 442 - g. n,).

Contudo, não há imposição legal para que o seguro garantia tenha prazo de vigência indeterminado, desde que haja determinação de renovação antes do seu vencimento, o que existe no caso concreto ("Não havendo, novamente, qualquer manifestação por parte da empresa Tomadora e Seguradora, quanto a não necessidade da renovação desta apólice, por qualquer uma das opções dispostas no item 4.1.1 e 4.2, a Seguradora fica obrigada a renovar o referido instrumento por igual período, de forma obrigatória e automática enquanto durar o processo judicial garantido." - fls. 415).
Nesse sentido, citem-se os julgados:

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO REGIDO PELO CPC/2015 E PELA IN Nº 40/2016 DO TST. DESERÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO AFASTADA. SEGURO - GARANTIA JUDICIAL COM PRAZO DE VIGÊNCIA. CLAÚSULA DE RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA . Constata-se que, a despeito do consignado na decisão agravada, há cláusula de renovação automática no seguro-garantia judicial apresentado pela reclamada. Assim, a referida apólice está de acordo com o que dispõe o Ato Conjunto n. 1/TST.CSJT.CGJT, de 16 de outubro de 2019 , que disciplina o uso do seguro - garantia judicial e da fiança bancária em substituição ao depósito recursal. Agravo provido. (...)" (TST-Ag-AIRR-10547-88.2018.5.03.0025, 2ª Turma, Rel. Min. Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT de 24/09/2021);

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RÉ. LEI Nº 13.467/2017. DESERÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO. DEPÓSITO RECURSAL. SEGURO GARANTIA JUDICIAL COM PRAZO DETERMINADO. POSSIBILIDADE. DESERÇÃO NÃO CONFIGURADA. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA CONSTATADA. Esta Corte uniformizadora de jurisprudência - inclusive no âmbito da Subseção 2 Especializada em Dissídios Individuais - consagrou entendimento no sentido da possibilidade de substituição do depósito recursal por fiança bancária ou pelo "seguro garantia judicial" e, no entendimento deste Relator, desde que a opção ocorra no ato da interposição do recurso. Efetivamente, a liquidez conferida ao seguro garantia judicial e à carta de fiança, com sua conversão automática em dinheiro ao final da execução, representa verdadeiro aperfeiçoamento não só do processo de execução como do sistema de penhora judicial, na medida em que harmoniza os princípios da máxima eficácia da execução para o credor e da menor onerosidade para o devedor. Acresça-se inexistir previsão legal de que a carta de fiança bancária ou o seguro garantia judicial tenham prazo de validade indeterminado, ou condicionado até a solução final do litígio. Porventura extinta e não renovada a garantia, a parte arcará com tal incúria, como em qualquer hipótese da sua perda superveniente. Reconhece-se, assim, a validade do seguro garantia judicial em substituição ao depósito recursal, para efeito de garantia do juízo, e se determina o retorno dos autos ao Tribunal de origem a fim de que aprecie os demais requisitos de validade previstos no artigo 3º do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT 1/2019. Violação, que se reconhece, do artigo 5º, LV, da Carta Magna. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido. (...)" (TST-RRAg-101504-58.2016.5.01.0059, 7ª Turma, Rel. Min. Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT de 24/09/2021);

"(...) II - RECURSO DE REVISTA. RECURSO SUBMETIDO À LEI Nº 13.467/2017. ADMISSIBILIDADE. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA. EXISTÊNCIA. SEGURO GARANTIA JUDICIAL. PRAZO DE VIGÊNCIA. ATO CONJUNTO TST.CSJT.CGJT Nº 1/2019. Verificada a transcendência jurídica da questão objeto do recurso de revista, registre-se que inexiste imposição legal para que o seguro garantia judicial ou a carta de fiança bancária tenham o prazo de validade indeterminado. De igual modo, não se pode inferir

que a prerrogativa contratual da seguradora de requerer, em caso de dúvida, novos documentos ou informações para fins de reclamação do sinistro resulte na ineficácia do seguro-garantia. Caso seja extinta ou não renovada a garantia, a parte arcará com o ônus da sua desídia, como em qualquer hipótese ordinária de perda superveniente da garantia. O Tribunal Regional, ao não conhecer do recurso ordinário por deserção, por limitar a efetividade do seguro-garantia judicial à estipulação de prazo indeterminado para sua vigência, requisito não previsto na norma legal, violou artigo 5º, LV, da Constituição Federal. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido" (TST-RR-21344-04.2015.5.04.0025, 8ª Turma, Rel. Des. Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT de 17/09/2021).

Dessa forma, por reputar violado o artigo 5º, LV, da Constituição Federal, conheço do presente recurso de revista, com fulcro no artigo 896, "c", da CLT e, no mérito, dou-lhe provimento para determinar o retorno dos autos ao TRT de origem para o prosseguimento da análise do recurso ordinário interposto pela reclamada.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010435-23.2019.5.15.0067

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	MARIO SERGIO BELTRAMINI TORRES
Advogado	Dr. Nilo da Cunha Jamardo Beiro(OAB: 108720-A/SP)
Agravado	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	Dr. Fabricio Zir Bothome(OAB: 44277-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MARIO SERGIO BELTRAMINI TORRES

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PRESCRIÇÃO PARCIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 327 DO TST

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, às págs. 1.354-1.420, contra o despacho denegatório do seu recurso de revista, de págs. 1.346-1.349, quanto ao tema: PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS - PRESCRIÇÃO.
Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do TST.
É o relatório.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO
Preenchidos os pressupostos recursais.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante:
Na minuta de agravo de instrumento, o reclamante insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 896 da CLT.
Defende o afastamento da "prescrição total do direito vindicado, pois claro está que se trata de descumprimento de norma interna que aderiu ao contrato de trabalho do autor e que não poderiam ser retiradas unilateralmente" (pág. 1.358).
Postula que "na qualidade de aposentado da reclamada, a sua participação nos lucros e resultados assegurada no contrato de trabalho (art. 49 do Regulamento). Referida verba compõe crédito complementar aos proventos de aposentadoria, cuja prescrição é parcial e quinquenal" (págs. 1.283-1.284).
Aponta violação dos artigos 5º, inciso XXXVI, e 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal 468 da CLT e contrariedade às Súmulas nº 51, incisos I e II, e 327 do TST. Traz arestos para o confronto de teses.
Ao exame.
O Tribunal Regional, em decisão assim redigida, pronunciou-se quanto ao tema:
"(...)
DA PRESCRIÇÃO.
Insurge-se a reclamada pretendendo a declaração da prescrição total no que tange à verba PLR.
Razão lhe assiste.
Ressalto, primeiramente, que o reclamante laborou para o reclamado de 20/07/1971 a 27/12/1994, quando se aposentou pelo INSS. No mais, constitui fato incontroverso que o PLR deixou de ser pago ao reclamante no ano de 2000. A presente ação foi ajuizada somente em 03/04/2019.
Pois bem.
1 - Há que se ressaltar, primeiramente, que nos termos do artigo 7º, inciso XXIX, da CF/88 o prazo prescricional dos direitos resultantes das relações de trabalho é de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
No caso dos autos, o direito do reclamante está fulminado pela prescrição bienal, eis que sua aposentadoria ocorreu no dia 27/12/1994 e a presente ação foi ajuizada somente em 03/04/2019.
Ainda que o reclamante tenha recebido a parcela até o ano 2000, sua supressão a partir dessa data por ato unilateral do empregador resta incontroversa.
2 - No mais, e ainda que assim não fosse, é fato que as convenções coletivas que instituíram a PLR pleiteada pelo autor prevêem o pagamento apenas para os servidores da ativa e que a reclamante se aposentou em 27/12/1994.
Na hipótese, o reclamante justifica o direito à percepção de PLR não obstante tratar-se de servidor inativo, nas normas internas da reclamada, em especial, o artigo 45 do Estatuto Social da empresa e o artigo 56 do Regulamento de Pessoal, "in verbis":
"Art. 45 Dos lucros que remanescerem, deduzir-se-á quota a ser fixada pela Diretoria para gratificação ao pessoal, inclusive aos aposentados que a da data do levantamento do Balanço estejam recebendo do Banco "abono mensal complementador de sua aposentadoria" (fls. 122/141).
"Art. 56 Dentro das condições estabelecidas pelos Estatutos, serão distribuídos, semestralmente, aos Empregados, inclusive aposentados, as gratificações que forem autorizadas pela Diretoria.
§ 1º A gratificação não será devida, nem mesmo proporcionalmente, ao Empregado que se demitir ou for demitido, se não esteve a serviço do Banco durante todo o semestre; a proporcionalidade é permitida nos casos de admissão no decurso do semestre.
§ 2º Proceder-se-á a compensação desta verba (gratificação semestral), por outra de idêntica natureza, prevista em lei ou em

normas coletivas de trabalho, ou que venham a ser instituídas" (fls. 249/273).

Depreende-se de outros processos idênticos que o reclamado sempre pagou aos seus trabalhadores a distribuição ou participação nos lucros apurados em cada balanço semestral, muito embora sob a rubrica "gratificação semestral".

Posteriormente, com a edição da Lei n.º 10.101/2000, que dispõe sobre a participação dos empregados nos lucros e resultados, o réu passou a negociar tal prestação anualmente em convenção coletiva de trabalho e, desde então, passou a compensar o direito à gratificação semestral com a PLR, por serem verbas de idêntica natureza.

Ocorre que, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16.02.2001, o estatuto social supramencionado foi alterado, onde foi deliberada a exclusão do artigo 45 acima transcrito.

Pois bem.

Urge esclarecer que o pedido do reclamante é o pagamento de PLRs dos anos de 2014 em diante (ante a aplicação da prescrição qüinqüenal), sob o fundamento de que essa verba refere-se à antiga gratificação semestral percebida, e não complementação de aposentadoria, razão pela qual não há que se falar em aplicação da prescrição prevista nas Súmulas n.º 326 e 327 do C. TST.

Assim, as gratificações em tela foram instituídas por norma interna e eram pagas mediante autorização da Diretoria do Banco. E, em se tratando de benefício concedido por Regulamento ou norma interna, ao ser suprimido configurou-se ato único, sujeito portanto à prescrição nuclear.

Nesse passo, considerando tratar-se de pura e simples alteração do pactuado, realizada em 16.02.2001, o marco prescricional, pela teoria da "actio nata", adotada no Direito pátrio, é a própria data da alegada lesão, consoante entendimento consubstanciado na Súmula n.º 294 do E. TST. Não sendo possível (pelo manto da prescrição) examinar a existência, ou não, da própria alteração, sua legalidade e a efetiva ocorrência de prejuízos.

"294 - PRESCRIÇÃO. ALTERAÇÃO CONTRATUAL. TRABALHADOR URBANO

Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei".

Nesse sentido, vem decidindo o C. TST:

PRESCRIÇÃO. GRATIFICAÇÃO SEMESTRAL.- Segundo o Regional, a lesão sofrida pela reclamante operou-se à partir de 1996 e se prolongou até 1998, culminando com a supressão total da gratificação semestral em 2001. O pedido refere-se à parcela não assegurada por preceito de lei e sim por norma interna do reclamado. Nesse contexto, a prescrição conta-se do ato único de descumprimento da obrigação prevista em seu Regulamento, incidindo a prescrição total do direito da parte em relação à pretensão de percepção das gratificações semestrais. No caso dos autos, a ação foi ajuizada quando decorrido mais de 5 anos da supressão da parcela em questão (SET/2007). Incidência da Súmula 294 do TST. Precedente de minha lavra: RR-252000-30.2006.5.09.0673, DEJT 24/09/2010 - Processo: RR - 184600-81.2007.5.02.0083 Data de Julgamento: 10/11/2010, Relator Ministro: Emmanoel Pereira, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 19/11/2010.

Logo, prescrito o direito pretendido, consoante o teor da Súmula 294 do TST.

3 - E, por derradeiro, há que se esclarecer que o artigo 56 do Regulamento de Pessoal do Banco reclamado estabelece que: "Dentro das condições fixadas pelos Estatutos, serão distribuídas, semestralmente, aos Empregados, inclusive aos aposentados, as gratificações autorizadas pela Diretoria. (...)

§2º Proceder-se-á a compensação desta verba (gratificação semestral), por outra de idêntica natureza, prevista em lei ou em normas coletivas de trabalho, ou que venham a ser instituídas"

No caso, as PLR's foram instituídas pelas normas coletivas apenas aos empregados em efetivo exercício, sendo que tais parcelas coexistiram antes da supressão da gratificação semestral operada em 2000.

Portanto, obviamente a PLR não se trata de parcela instituída como compensação pela supressão da gratificação semestral, já que as verbas coexistiram.

Assim, diversamente ao alegado pelo autor, há diferença substancial entre a gratificação semestral, suprimida por ato único do empregador em 2000, e a Participação nos Lucros e Resultados, PLR, prevista nas normas coletivas. Nesse sentido a jurisprudência do C. TST:

"BANESPA. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS PREVISTA EM NORMA COLETIVA PARA EMPREGADOS DA ATIVA. NATUREZA INDENIZATÓRIA DA PARCELA. NÃO EXTENSÃO AOS EMPREGADOS APOSENTADOS. O Regulamento de Pessoal do Banco do Estado de São Paulo S/A - BANESPA estabelece que, dentro das condições fixadas pelos Estatutos, seriam distribuídas semestralmente aos empregados as gratificações autorizadas pela Diretoria. O direito, assim estatuído em norma regulamentar do Banco, não guarda relação com a existência de lucros, sendo nítida gratificação semestral. Já a parcela advinda da distribuição dos lucros, estipulada no Estatuto Social do Reclamado, tem natureza diversa, atrelada aos resultados positivos dos balanços do BANESPA. E, embora tenha sido denominada -gratificação ao pessoal- no Estatuto, é normatizada em instrumento coletivo, que prevê o pagamento da PLR. A repetição uniforme do pagamento da gratificação semestral em valor fixo denota sua autonomia em relação aos lucros do Banco e esta sim se incorpora ao contrato de trabalho. Duas, portanto, são as parcelas, uma de natureza salarial (a gratificação semestral) e a outra, com estrutura e efeitos jurídicos de participação nos lucros, tendo inclusive não só regência no Estatuto Social, mas também negocial coletiva (a impropriamente chamada -gratificação ao pessoal- ou, de modo adequado, PLR - participação nos lucros ou resultados). A hipótese dos autos diz respeito ao pleito de incorporação à complementação de aposentadoria da verba denominada PLR (Participação nos Lucros e Resultados) paga pelo Banco aos empregados da ativa em novembro de 2008 e fevereiro de 2009, em decorrência de previsão em norma coletiva. Assim, em vista da distinta natureza das parcelas, conforme explicitado, há que se reconhecer que a parcela PLR, de fato, é desvinculada da remuneração (art. 7º, XI, da CF), não se estendendo aos aposentados, tendo em vista que a norma coletiva em comento (CCT 2008/2009) estabelece o seu alcance exclusivo aos empregados da ativa. Recurso de revista conhecido e provido. (RR - 87900-86.2009.5.03.0037 , Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 10/04/2012, 6ª Turma, Data de Publicação: 11/05/2012)"

Logo, o PLR pretendido não se estenderia ao reclamante, eis que tal verba não se estende aos aposentados.

4 - Assim, por todos os ângulos que se analise a questão, improcede o pretendido.

Entendo, portanto, que os direitos pleiteados devem ser declarados prescritos, julgando-se improcedente a presente ação.

(...)

7 - Nesses termos, dou provimento ao apelo do reclamado, a fim de

declarar prescritos os direitos pleiteados, julgando-se improcedente a presente ação, tudo nos termos da fundamentação.
(...)" (destacou-se, págs. 1.230-1.234)
No caso, a demanda refere-se ao pagamento de diferenças de complementação de aposentadoria fundada na integração da parcela PLR à base de cálculo do benefício.
Com efeito, nos termos da jurisprudência consolidada nesta Corte superior, a prescrição da pretensão às diferenças de complementação de aposentadoria será sempre parcial e quinquenal.
Nesse sentido é a Súmula nº 327 do TST:
"A pretensão a diferenças de complementação de aposentadoria sujeita-se à prescrição parcial e quinquenal, salvo se o pretenso direito decorrer de verbas não recebidas no curso da relação de emprego e já alcançadas pela prescrição, à época da propositura da ação".
Nos termos desse verbete, nessa hipótese, já não haveria falar em ato único do empregador, pois a lesão, neste caso, renova-se mês a mês.
Nessa esteira de entendimento, vale destacar recentes precedentes da SbDI-1: E-ED-RR-54141-09.2009.5.03.0013, Relator Ministro Moura França, julgado em 9/6/2011, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 1°/7/2011; E-RR-315140-11.2002.5.09.0016, Relator Ministro Augusto César Leite de Carvalho, julgado em 9/6/2011, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 17/6/2011; E-ED-RR-58600-24.2007.5.22.0004, Relator Ministro Lelio Bentes Corrêa, julgado em 9/6/2011, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 17/6/2011.
Cabe ressaltar que a exceção expressa na Súmula em comento decorre da incorporação da ex-Orientação Jurisprudencial nº 156 da SbDI-1 do TST e trata de pedido de diferenças de complementação de aposentadoria decorrente de integração de parcela não recebida na relação de emprego e já alcançada pela prescrição. Ou seja, a própria parcela que se busca integrar nos proventos estaria fulminada pela prescrição, já não sendo exigível pelo empregado para qualquer fim. Na verdade, as diferenças de complementação de aposentadoria, nesse caso, seriam mero reflexo do reconhecimento do direito do empregado à parcela que se pretende integrar nos proventos, e, estando esta prescrita, as diferenças de complementação de aposentadoria pleiteadas também estariam, já que o acessório segue a sorte do principal.
Ademais, consolidou-se, ainda, o entendimento de que apenas na hipótese em que nunca houve nenhum pagamento a título de complementação de aposentadoria é que incidirá a prescrição total e bienal, contada da rescisão contratual, conforme se extrai da redação da Súmula nº 326 do TST:
"A pretensão à complementação de aposentadoria jamais recebida prescreve em 2 (dois) anos contados da cessação do contrato de trabalho".
Resumidamente, o que ficou sedimentado nesta Corte foi: só se cogita de prescrição total e bienal, a partir de agora, quando a complementação de aposentadoria por inteiro jamais houver sido recebida. Em todas as outras situações, a prescrição será sempre parcial e quinquenal.
Na hipótese, o Tribunal Regional consignou que o reclamante se aposentou em 27/12/1994 e recebeu a parcela até o ano 2000, tendo a sua supressão ocorrido a partir dessa data por ato unilateral do empregador.
Ademais, concluiu que a parcela era paga sob a rubrica "gratificação semestral", e que "é fato que as convenções coletivas que instituíram a PLR pleiteada pelo autor prevêem o pagamento apenas para os servidores da ativa" (pág. 1.230).
Desse modo, a Corte regional entendeu que "em se tratando de benefício concedido por Regulamento ou norma interna, ao ser suprimido configurou-se ato único, sujeito portanto à prescrição nuclear. Nesse passo, considerando tratar-se de pura e simples alteração do pactuado, realizada em 16.02.2001, o marco prescricional, pela teoria da "actio nata", adotada no Direito pátrio, é a própria data da alegada lesão, consoante entendimento consubstanciado na Súmula n.º 294 do E. TST" (pág. 1.231).
Como se verifica, o reclamante pretende, por meio desta ação, que o valor que percebe seja majorado pela integração da parcela PLR na sua base de cálculo, suprimida em 2001, ou seja, requer o pagamento de diferenças de proventos, o que, conforme explicitado, atrai a incidência da prescrição parcial e quinquenal, na exata forma da nova redação da Súmula nº 327 do TST e como já decidiu a SbDI-1, por unanimidade, em caso idêntico a este (E-ED-RR-54141-09.2009.5.03.0013, Relator Ministro Moura França, julgado em 9/6/2011, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 1°/7/2011).
Inaplicável à hipótese dos autos a Súmula nº 294 do TST, pois não se trata de ato único do empregador, visto que a lesão à pretensão autoral se renova a cada ano em que os empregados em atividade recebem a PLR, e os aposentados não.
Por outro lado, somente se poderia falar em aplicação do disposto na Súmula nº 326 do Tribunal Superior do Trabalho se se tratasse de complementação de aposentadoria nunca antes percebida pela reclamante, o que não é o caso.
Diante do exposto, dou provimento ao agravo de instrumento do reclamante por contrariedade à Súmula nº 327 do TST, para determinar o processamento do recurso de revista no aspecto.

II - RECURSO DE REVISTA
Tendo em vista os fundamentos antes apresentados, ora reiterados, conheço do recurso de revista por contrariedade à Súmula nº 327 do TST.
No mérito, dou-lhe provimento para afastar a prescrição total imposta no acórdão regional, devendo-se aplicar a prescrição parcial ao presente caso. Determino o retorno dos autos ao Tribunal Regional do Trabalho, a fim de que seja analisada a questão de fundo trazida pela reclamada em seu recurso ordinário, afastada a prescrição total que havia sido imposta.

Ante o exposto, com base no artigo 251, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho c/c o artigo 932, inciso V, alínea "a", do CPC: I - dou provimento ao agravo de instrumento para processar o recurso de revista; II - conheço do recurso de revista por contrariedade à Súmula nº 327 do TST e, no mérito, dou-lhe provimento para afastar a prescrição total imposta no acórdão regional, devendo-se aplicar a prescrição parcial ao presente caso; e III - determino a reautuação do feito como recurso de revista, bem como o retorno dos autos ao Tribunal Regional do Trabalho, a fim de que seja analisada a questão de fundo trazida pela reclamada em seu recurso ordinário, afastada a prescrição total que havia sido imposta.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº RR-0000567-17.2019.5.06.0020

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Recorrente	PEDRO HENRIQUE DE QUEIROZ LIMA
Advogada	Dra. Gisele Lucy Monteiro de Menezes Cabreira(OAB: 17242-A/PE)
Recorrido	ESTADO DE PERNAMBUCO
Advogado	Dr. Jose Americo dos Santos(OAB: 17439-D/PE)
Recorrido	SISTEMATECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE EIRELI
Advogado	Dr. Alexandre Henrique Coelho Melo(OAB: 20582/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE PERNAMBUCO
- PEDRO HENRIQUE DE QUEIROZ LIMA
- SISTEMATECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE EIRELI

Trata-se de recurso de revista interposto pelo reclamante, sob a égide da Lei nº 13.467/17, contra o acórdão regional (fls. 225/229) que deu provimento parcial ao recurso ordinário do ESTADO DE PERNAMBUCO para condenar a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais em favor da assessoria jurídica do ente público reclamado.
Não houve apresentação de contrarrazões (fls. 272).
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não conhecimento do apelo (doc. seq. 06).
Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade. À aferição do conhecimento à luz dos pressupostos intrínsecos. A insurgência recursal diz respeito ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA".
O reclamante sustenta que deve ser afastada a condenação que lhe foi imposta ao pagamento doshonorários advocatícios sucumbenciais, por ser beneficiário da justiça gratuita, em razão da garantia constitucional de acesso ao Judiciário. Suscita a inconstitucionalidade do art. 791-A, § 4º, da CLT. Indica violação do art. 5º, XXXV, da Constituição da República. Transcreve arestos.
Com razão.
O Regional condenou o reclamante ao pagamento da verba honorária em razão da mera sucumbência, nos seguintes termos:

"Em se tratando de ação ajuizada após 10.11.2017, data da entrada em vigor da Lei 13.467/2017 (a denominada Reforma Trabalhista), e ante o que dispõe o artigo 791-A, caput e § 1º, da CLT, por ela incluído, impõe-se a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais em favor da assessoria jurídica do ente público reclamado, embora tenha sido este, após apresentar contestação, "excluído da lide" no acordo judicial celebrado entre aquele e a primeira reclamada (SISTEMATECH INFORMÁTICA EIRELI - ME) - o que corresponde à hipótese dos artigos 90 e 487, III, "c", do CPC, considerando-se, inclusive, a disposição contida no § 4º do artigo 485 do mesmo diploma legal, in verbis:

"§ 4º Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.
(...)
Art 90. Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu.
(...)
Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz:
(...)
III - homologar:
(...)
c) a renúncia à pretensão formulada na ação (..)"

Não procede, destarte, a alegação deduzida nas contrarrazões de que "houve a extinção do processo sem julgamento do mérito para o (..) Estado de Pernambuco".
Ad argumentandum, mesmo nas hipóteses de extinção do processo sem resolução de mérito, o que, reitero, sequer é o caso, o TST tem condenado a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, já que deu causa ao ajuizamento da ação e a tal desfecho, sendo, portanto, sucumbente. Confira-se:

(...)

Enfim, resta aplicável à hipótese o princípio da causalidade, segundo o qual aquele que deu causa à propositura da demanda deve responder pelas despesas daí decorrentes.
Veja-se, a propósito, que houve atuação da assessoria jurídica do ente público reclamado. Desse modo, e considerando que tal atuação limitou-se ao oferecimento de contestação, condeno o reclamante ao pagamento de honorários advocatícios em favor da assessoria jurídica do ente público reclamado no percentual mínimo legal de 5% sobre o valor atualizado da causa.
Por outro lado, havendo crédito recebido neste processo mais do que suficiente para suportar tal despesa, não se cogita de aplicação à hipótese da condição suspensiva de exigibilidade de que trata o § 4º do artigo 791 da CLT, postulada ad cautelam nas contrarrazões.
Provejo em parte." (fls. 227/229)

E, por ocasião do julgamento dos embargos de declaração opostos pelo reclamante, o Regional consignou:

"Embora nada tenha sido alegado nas contrarrazões ofertadas quanto à suposta inconstitucionalidade do § 4º do artigo 791-A da CLT, até pelo contrário, na medida em que a condição suspensiva de exigibilidade nele contemplada foi ali invocada ad cautelam (v. fl. 222), motivo pelo qual tal questão passou despercebida por esta Turma Julgadora, trata-se de tese efetivamente deduzida na inicial, de maneira que, considerando a ampla devolutividade assegurada pelo artigo 1.013, § 1º, do CPC (de aplicação supletiva por força do artigo 769 consolidado) aos recursos de natureza ordinária, passo a tecer as seguintes considerações:
Ainda não há pronunciamento definitivo do STF a respeito da constitucionalidade do § 4º do artigo 791-A da CLT, a tornar aplicável à hipótese o princípio da presunção de constitucionalidade das leis, até porque os honorários advocatícios sucumbenciais também possuem natureza alimentar, tratando-se, ademais, de norma que igualmente visa a desestimular a litigância abusiva, conforme ressaltado, nos seguintes termos, pelo Min. Luís Roberto Barroso ao proferir o seu voto no julgamento, ainda em curso, da ADI 5.766: "Criar algum tipo de ônus, modesto como seja, para desincentivar a litigiosidade fútil, me parece uma providência legítima para o legislador".
Ressalto, por outro lado, ser inócua a menção do embargante à sua condição de beneficiário da Justiça Gratuita, na medida em que a condição suspensiva de exigibilidade contemplada no dispositivo

legal em apreço pressupõe justamente tal condição. Ocorre que, como dito no decisum embargado, havendo reconhecimento de crédito neste processo mais do que suficiente para suportar tal despesa, não se cogita de aplicação à hipótese da referida condição suspensiva. Isso em nada contradiz a base de cálculo considerada no acórdão, na medida em que, conquanto pondere o embargante que "no caso em apreço houve proveito econômico, que foi o valor recebido (..) no acordo judicial (R$ 7.200,00), portanto, apenas poderia ser usado o valor da causa como referência se as opções previstas no artigo 791-A (..) não estivessem presentes no processo, o que não é o caso", a base de cálculo dos honorários deferidos no acórdão, devidos à assessoria jurídica do ente público reclamado, não pode ser, logicamente, o proveito econômico obtido pelo reclamante, e sim pelo Estado de Pernambuco, que corresponde justamente ao valor atualizado da causa, já que nada do que foi postulado na inicial foi deferido quanto a este.
Agora, eventual discordância quanto ao que restou decidido por esta Turma Julgadora não é passível de rediscussão em sede de embargos declaratórios, haja vista que tal medida processual não se presta a sanar pretenso error in judicando. (fls. 238/239)

Como se vê, trata-se de demanda trabalhista ajuizada, em 24/06/2019, ou seja, após a vigência da Lei nº 13.467/2017, que incluiu o art. 791-A,capute § 4º, da CLT, com a seguinte redação:

"Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidoshonoráriosde sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
(...)
§ 4º Vencido o beneficiário dajustiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário."

Diante da alteração legislativa introduzida pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), esta Corte veio a editar a Instrução Normativa 41/2018, que, em seu art. 6º, dispõe:"a condenação emhonoráriosadvocatícios sucumbenciais, prevista no artigo 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017)".
Nesse contexto, as Turmas deste Tribunal orientavam-se no sentido de ser devida a condenação ao pagamento dehonoráriosadvocatícios sucumbenciais por beneficiário da justiça gratuita, com fundamento no art. 791-A, § 4º, da CLT, nos casos em que a reclamação trabalhista foi ajuizada após 11/11/2017, hipótese dos autos.
Ocorre que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADI 5766/DF, em 20/10/2021, declarou a inconstitucionalidade do art. 791-A, § 4º, da CLT, razão pela qual é indevido o pagamento dehonoráriosadvocatícios sucumbenciais por beneficiário dajustiça gratuita, ainda que, em outro processo, obtenha créditos suficientes para suportar as obrigações decorrentes de sua sucumbência.
Nesse sentido constou da Decisão de Julgamento publicada nositedo Supremo Tribunal Federal:

"Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ação direta, para declarar inconstitucionais os arts. 790-B,capute § 4º, e 791-A, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vencidos, em parte, os Ministros Roberto Barroso (Relator), Luiz Fux (Presidente), Nunes Marques e Gilmar Mendes. Por maioria, julgou improcedente a ação no tocante ao art. 844, § 2º, da CLT, declarando-o constitucional, vencidos os Ministros Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber. Redigirá o acórdão o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, 20.10.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF)."

Nesse contexto, verifico que o reclamante logrou demonstrar possível violação do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, que assegura o acesso amplo ao Judiciário.
Logo, conheço do recurso de revista, por ofensa ao art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, com fulcro no art. 896, "c", da CLT.
No mérito, dou-lhe provimentopara, reformando o acórdão regional, excluir da condenação o pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº RR-0000228-70.2012.5.04.0663

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	Dr. Frederico Azambuja Lacerda(OAB: 30869/RS)
Recorrido	CECÍLIA DE FÁTIMA RODRIGUES MARQUES
Advogado	Dr. Adão Elvis Schott Gradaschi(OAB: 27935/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- CECÍLIA DE FÁTIMA RODRIGUES MARQUES

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que deu parcial provimento aos recursos ordinários.
Irresignado, o reclamado interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Vice-Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (artigo 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado e regular o preparo.
Quanto à negativa de prestação jurisdicional, verifico que a decisão recorrida, ainda que contrária aos interesses da parte, está devidamente fundamentada no tocante ao tema "cargo de confiança", não havendo falar em sua nulidade.
No tocante ao tema "contradita da testemunha", o TRT entendeu

que "o fato de uma pessoa possuir, ou haver possuído, reclamatória trabalhista contra o mesmo empregador não constitui motivo suficiente para que lhe seja imputada a condição de suspeita para atuar como testemunha em outro processo, ainda que os pedidos formulados em ambos os feitos sejam semelhantes ou que versem sobre fatos análogos, até mesmo idênticos". Incidem, no caso, as Súmulas 357 e 333 do TST e o art. 896, § 7, da CLT.
Acerca do tema "variáveis - diferenças - integrações", o TRT, com fundamento nas provas, concluiu pela "existência de falhas na contabilização das parcelas como um todo, com o procedimento adotado tornando praticamente inviável ao empregado aferir a correção dos valores adimplidos, além do que a preposta expressamente admite que a mudança das metas inicialmente traçadas ao longo do mês acabava por trazer prejuízos aos empregados". Consignou, ainda, que "a reclamada não apresentou os documentos necessários à comprovação da alegada correção nos pagamentos que menciona ter realizado". Incide, no caso, a Súmula 126/TST.
Quanto à repercussão do RSR, esta Corte Superior, ao julgar o IRR -10169-57.2013.5.05.0024, alterou o entendimento contido na OJ n.º 394 da SBDI-1 do TST. Contudo, na mesma sessão, modulou os efeitos da nova tese, nos seguintes termos:

"Aplica-se o novo entendimento 'aos cálculos das parcelas cuja exigibilidade se aperfeiçoe a partir da data do presente julgamento (inclusive)', ocorrido, frise-se, em 14/12/2017".

Ademais, em 30/09/2021, ao analisar o TST-Ag-E-Ag-RR-1180-72.2012.5.09.0093, em voto do Ministro Renato de Lacerda Paiva, a SDI-1 consignou que ainda persiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST e que não houve a determinação de suspensão dos demais recursos que tramitam nesta Corte, nos termos do artigo 896-C, § 5º, da CLT.
Eis os fundamentos do acórdão:

"A Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 dispõe que -A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de `bis in idem--.
Contudo, esta Subseção, em Sessão Ordinária, no dia 9 de fevereiro de 2017, acolheu proposta de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo, afetando à sua composição plena a matéria - Repouso semanal remunerado - RSR. Integração das horas extraordinárias habituais. Repercussão nas demais parcelas salariais. Bis in Idem. Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST-.
Sob o rito do artigo 896-C da CLT, submeteu como representativo da controvérsia o processo nº 10169-57.2013.5.05.0024, de Relatoria do Exmo. Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro.
Em 14/12/2017, esta Subseção decidiu, por unanimidade, - suspender a proclamação do resultado do julgamento para, nos termos do disposto no artigo 171, § 2º, do RITST, e, ouvida a Comissão de Jurisprudência e Precedentes Normativos desta Corte Superior, submeter à elevada apreciação do Tribunal Pleno a questão relativa à revisão ou cancelamento, se for o caso, da Orientação Jurisprudencial nº 394 SbDI-1 do TST, uma vez que a maioria dos ministros votava em sentido contrário ao disposto na referida Orientação Jurisprudencial-. Na sessão de 22/3/2018, decidiu-se, por unanimidade, chamar o feito à ordem para renovar o prazo de suspensão a partir do dia 27/3/2018 e retirar o processo de pauta, remetendo-o ao Tribunal Pleno.
Todavia, nos autos do referido IRR nº 10169-57.2013.5.05.0024, não houve a determinação de suspensão dos demais recursos que tramitam nesta Corte, nos termos do artigo 896-C, § 5º, da CLT.
Assim, tendo em vista os mencionados pronunciamentos judiciais desta Subseção, subsiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST.
Além do mais, vale acrescentar que, no julgamento do IRR-10169-57.2013.5.05.0024, já foram modulados os efeitos da decisão, ficando definido que a tese jurídica nele estabelecida -somente será aplicada aos cálculos das parcelas cuja exigibilidade se aperfeiçoe a partir da data do presente julgamento (inclusive)-, ocorrido, frise-se, em 14/12/2017.
Logo, a tese vinculante estabelecida no incidente, no sentido da inexistência de bis in idem na hipótese sob exame, terá incidência nos processos cujos cálculos das parcelas, objeto de execução, já estejam definidos a partir da data de 14/12/2017.
Assim sendo, por todo o exposto, no presente caso, ainda persiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST.
Nesse sentido:
(...)
Nesse passo, diante da conformidade do acórdão proferido pela Turma desta Corte com a jurisprudência iterativa e notória do TST, consubstanciada na Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1/TST, constata-se que o recurso de embargos interposto pelo sindicato reclamante encontra óbice na norma contida no artigo 894, II, § 2º, da CLT, com a redação da Lei n.º 13.015/2014, não se verificando contrariedade aos verbetes indicados.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo."

Assim, considerando que as verbas ora discutidas se originaram em data anterior ao julgamento do IRR-10169-57.2013.5.05.0024, continuam a ser regidas pelo entendimento constante na Orientação Jurisprudencial n.º 394 da SBDI-1, ainda não alterado por esta Corte Superior.
Portanto, ao determinar a repercussão do repouso semanal remunerado majorado pela integração das horas extras habitualmente prestadas no cálculo das demais verbas, o Regional decidiu em dissonância com o entendimento consubstanciado no mencionado verbete.
Nesse contexto, o recurso deve ser conhecido e provido para determinar a aplicação da OJ 394 da SDI-1 do TST.

Relativamente ao tema "gratificações semestrais - diferenças - integração", o TRT consignou que "as normas sindicais dispõem expressamente que o valor da gratificação equivale ao valor da "remuneração" do mês de pagamento". Incide, no caso, a Súmula 126/TST.
No que tange ao tema "cargo de confiança", o TRT, com fundamento nas provas, concluiu que "o banco reclamado não se desincumbiu do ônus de demonstrar que as atribuições da reclamante envolviam confiança excepcional, com poder de comando que lhe outorgasse fidúcia especial, não tendo produzido prova nesse sentido". Incidem, no caso, as Súmulas 102, I, e 126 do TST.
Em relação às horas extras, o TRT, com fundamento nas provas, consignou que, "no tocante à invalidade dos registros de horários, cabia à reclamante demonstrar a ineficácia das anotações ali consignadas, que por força do art. 74 da CLT se revestem de presunção relativa de veracidade. Desse ônus se desincumbiu". Também registrou que ficaram demonstrados o labor aos domingos, a invalidade do regime compensatório e a obrigatoriedade de

participação em cursos e treinamentos. Incidem, no caso, as Súmulas 126, 338 e 333 do TST e o art. 896, § 7º, da CLT.

No que tange ao intervalo intrajornada, o TRT concluiu que "a reclamante realizou, com habitualidade, jornada superior às seis horas contratadas" e que o descanso "não era integralmente concedido", razão pela qual condenou o reclamado ao pagamento do período integral de uma hora. Incidem, no caso, as Súmulas 126, 437 e 333 do TST e o art. 896, § 7º, da CLT.

No que se refere ao intervalo do art. 66 da CLT, o TRT entendeu devidas as diferenças pleiteadas. Incidem, no caso, a OJ 355 da SDI-1, as Súmulas 126 e 333 do TST e o art. 896, § 7º, da CLT.

Quanto ao intervalo do art. 384 da CLT, o TRT entendeu que o referido dispositivo foi recepcionado pela CF, fazendo jus a reclamante às horas extras daí decorrentes. Incidem, no caso, as Súmulas 126 e 333 do TST e o art. 896, § 7º, da CLT.

Relativamente à base de cálculo das horas extras, a decisão recorrida está em consonância com a Súmula 264/TST.

No tocante aos reflexos das horas extras, incidem a Súmula 333/TST e o art. 896, § 7º, da CLT.

Acerca do reembolso de despesas com veículo particular, o TRT consignou que "resta demonstrado, dessa forma, que era prática comum na empresa a utilização do veículo próprio dos empregados para a realização do trabalho" e que "o reclamado não demonstra ter realizado ressarcimento à reclamante quanto aos deslocamentos realizados a trabalho, ônus que lhe incumbia em face do dever de documentação do contrato de trabalho, considerando a inidoneidade dos documentos acostados às fls. 822/827 para tal fim, conforme inclusive reconhecido pela magistrada, porquanto sem assinatura da parte autora aquiescendo com as informações contidas no relatório". Incide, no caso, a Súmula 126/TST.

Em relação ao tema "férias - abono pecuniário", o TRT registrou que "o reclamado não comprova que a reclamante tenha solicitado a conversão de 10 dias de férias em pecúnia" e que "a reclamada confessou, mediante depoimento de sua preposta, que 'a época do banco Real era solicitado ao empregado que tirasse apenas 20 dias de férias (...)'". Incide, no caso, a Súmula 126/TST.

Quanto aos danos morais, o TRT entendeu que "a realização de cobranças para atingimento de metas condizentes com as expectativas e necessidades do banco, considerando a competitividade do mercado, é até certo ponto natural, desde que, obviamente, não seja excessiva, atingindo a honra ou dignidade dos funcionários da instituição, causando-lhes desmedida angústia e sofrimento, o que, reitero, a prova oral e os documentos trazidos aos autos confirmam, considerando que a própria preposta reconhece os excessos, circunstância que envolveu inclusive o sindicato da categoria". Incide, no caso, a Súmula 126/TST.

No tocante ao valor arbitrado (R$ 25.000,00), a decisão recorrida está em consonância com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, não havendo falar em sua revisão nesta instância extraordinária.

Relativamente aos honorários advocatícios, diante da presença dos requisitos legais, a decisão recorrida está em consonância com a Súmula 219, I, do TST. Incidem, no caso, a Súmula 333/TST e o art. 896, § 7º, da CLT.

Quanto à correção do FGTS, incidem a OJ 302 da SDI-1, a Súmula 333 do TST e o art. 896, § 7º, da CLT.

Acerca da hipoteca judiciária, o TRT entendeu pela sua aplicabilidade ao processo do trabalho e pela possibilidade de sua determinação de ofício. Incidem, no caso, a Súmula 333/TST e o art. 896, § 7º, da CLT.

Em relação à multa normativa, o TRT registrou que, no caso, "o reclamado não observou várias cláusulas nas normas coletivas". Nesse contexto, insuscetível de revisão diante do que dispõe a Súmula 126/TST, não há como afastar a condenação imposta.

No que tange à equiparação salarial, o TRT decidiu com fundamento nas provas dos autos, concluindo pela existência de identidade de funções. Incide, no caso, a Súmula 126/TST.

À vista do exposto, com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST e 932, III, IV e V, do CPC/2015, conheço do recurso de revista apenas quanto ao tema "repercussão do RSR", por contrariedade à OJ 394 da SBDI-1/TST, e, no mérito, dou-lhe provimento para excluir da condenação a repercussão do repouso semanal remunerado majorado pela integração das horas extras habitualmente prestadas nas demais parcelas trabalhistas. Mantém-se o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0011210-55.2018.5.15.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Recorrente	FERNANDA DE ALMEIDA ROIZ
Advogado	Dr. João Paulo Lopes Ribeiro(OAB: 269891-A/SP)
Recorrido	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
Advogada	Dra. Ana Cláudia Paes Witzel(OAB: 346451/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FERNANDA DE ALMEIDA ROIZ
- SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO

Trata-se de recurso de revista interposto pela reclamante, sob a égide da Lei nº 13.467/17, contra o acórdão regional (fls. 600/606) que negou provimento ao seu recurso ordinário.

Não houve apresentação de contrarrazões.

O Ministério Público do Trabalho opinou pelo prosseguimento do feito (doc. seq. 06).

Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade. À aferição do conhecimento à luz dos pressupostos intrínsecos. A insurgência recursal diz respeito ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA".

A reclamante sustenta que deve ser afastada a condenação que lhe foi imposta ao pagamento doshonorários advocatícios sucumbenciais, por ser beneficiária da justiça gratuita, uma vez que o Estado deve assegurar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recurso em prol da garantia de amplo acesso à Justiça. Suscita a inconstitucionalidade do art. 791-A, § 4º, da CLT. Indica violação dos artigos 5º, LXXIV e XXXV, 7º, X, da Constituição da República. Transcreve arestos.

Com razão.

O Regional manteve a condenação da reclamante ao pagamento da verba honorária em razão da mera sucumbência, nos seguintes termos:

"Defende a autora que, por ser beneficiária da Justiça Gratuita, não

lhe compete pagar honorários advocatícios de sucumbência.
Caso não se acolha sua tese, requer sucessivamente seja reduzido o percentual fixado.
Vejamos:
Sobre os honorários advocatícios, a CLT expressamente determina o que segue:

"Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
§ 1º Os honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria.
§ 2º Ao fixar os honorários, o juízo observará:
I- o grau de zelo do profissional
II - o lugar de prestação do serviço
III - a natureza e a importância da causa;
IV- o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.
§ 3º Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.
§ 4º Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.
§ 5º São devidos honorários de sucumbência na reconvenção.

Não merece reforma a r. sentença, que aplicou à espécie a legislação em vigor, não havendo que se falar em inconstitucionalidade dos artigos acima transcritos, por absoluta ausência de vício formal ou material.
Uma vez que a autora, ainda que beneficiária da Justiça Gratuita, teve provido parte dos pedidos, deve responder pelo pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência.
Quanto ao percentual fixado pela Origem (10%), entendo que este se encontra condizente com o trabalho apresentado pelo procurador municipal, considerando-se os requisitos previstos no artigo 791-A, § 2º da CLT.
Recurso negado." (fls. 603/604 - g.n)

Trata-se de demanda trabalhista proposta, em 24/10/2018, ou seja, após a vigência da Lei nº 13.467/2017, que incluiu o art. 791-A,capute § 4º, da CLT, com a seguinte redação:

"Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidoshonoráriosde sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
(...)
§ 4º Vencido o beneficiário dajustiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário."

Diante da alteração legislativa introduzida pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), esta Corte veio a editar a Instrução Normativa 41/2018, que, em seu art. 6º, dispõe:"a condenação emhonoráriosadvocatícios sucumbenciais, prevista no artigo 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017)".
Nesse contexto, as Turmas deste Tribunal orientavam-se no sentido de ser devida a condenação ao pagamento dehonoráriosadvocatícios sucumbenciais por beneficiário da justiça gratuita, com fundamento no art. 791-A, § 4º, da CLT, nos casos em que a reclamação trabalhista foi ajuizada após 11/11/2017, hipótese dos autos.
Ocorre que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADI 5766/DF, em 20/10/2021, declarou a inconstitucionalidade do art. 791-A, § 4º, da CLT, razão pela qual é indevido o pagamento dehonoráriosadvocatícios sucumbenciais por beneficiário dajustiça gratuita, ainda que, em outro processo, obtenha créditos suficientes para suportar as obrigações decorrentes de sua sucumbência.
Nesse sentido constou da Decisão de Julgamento publicada nositedo Supremo Tribunal Federal:

"Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ação direta, para declarar inconstitucionais os arts. 790-B,capute § 4º, e 791-A, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vencidos, em parte, os Ministros Roberto Barroso (Relator), Luiz Fux (Presidente), Nunes Marques e Gilmar Mendes. Por maioria, julgou improcedente a ação no tocante ao art. 844, § 2º, da CLT, declarando-o constitucional, vencidos os Ministros Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber. Redigirá o acórdão o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, 20.10.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF)."

Nesse contexto, verifico que a reclamante logrou demonstrar possível violação do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, que assegura a prestação de assistência jurídica integral e gratuita pelo Estado, aos que comprovarem insuficiência de recurso.
Logo, conheço do recurso de revista, por ofensa ao art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, com fulcro no art. 896, "c", da CLT.
No mérito, dou-lhe provimentopara, reformando o acórdão regional, eximir a parte autora da condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº RR-0003326-05.2012.5.02.0086
Complemento Processo Eletrônico

Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	LUCINETE CONCEIÇÃO DE ALMEIDA
Advogado	Dr. Gilberto Rodrigues de Freitas(OAB: 191191-A/SP)
Recorrido	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	Dr. Armindo Baptista Machado(OAB: 78583-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- LUCINETE CONCEIÇÃO DE ALMEIDA

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que negou provimento ao recurso ordinário da reclamante.
Irresignada, a reclamante interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Vice-Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (artigo 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado e regular o preparo.
Quanto ao cargo de confiança, o TRT, com fundamento em fatos e provas, entendeu que "não há como se negar que das atribuições delegadas à reclamante se faz inferir que essa se distanciava da grande massa de trabalhadores bancários" e que "a sua atuação era muito importante para o sucesso das metas da agência, não havendo como arguir que suas atividades fossem meramente mecânicas ou burocráticas". Incidem, no caso, as Súmulas 102, I, e 126 do TST.
No tocante às folhas de presença, o TRT, com fundamento nas provas, concluiu que os cartões de ponto são válidos. Incide, no caso, a Súmula 126/TST.
Em relação ao intervalo intrajornada, o TRT registrou que, "na decisão de origem, o juízo não se pronunciou quanto ao intervalo intrajornada, ao passo que a reclamante, por sua vez, não se valeu da medida processual disposta no artigo 535 do Código de Processo Civil para sanar a omissão". Incide, no caso, a Súmula 297/TST.
Acerca do intervalo do art. 384 da CLT, o TRT consignou que o "seu descumprimento, porém, não traz a repercussão pretendida, constituindo-se de infração administrativa prevista no artigo 401 da CLT".
A decisão regional contraria a jurisprudência do TST, in verbis:

[...] MULHER. INTERVALO PARA DESCANSO. ARTIGO 384 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. CONSTITUCIONALIDADE. PROVIMENTO. Hipótese em que o TRT manteve a sentença que entendeu que, embora o intervalo previsto no artigo 384 da CLT esteja contido nas disposições voltadas à proteção do trabalho da mulher, considerando como extraordinárias todas as horas excedentes da jornada normal, indevido o pagamento de 15 minutos por dia, sob pena de dupla condenação pelo mesmo fato gerador. Com efeito, o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou provimento ao RE 658312 e firmou a tese de que o art. 384 da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, confirmando o entendimento já exarado pelo TST. Assim, tem-se que a norma do artigo 384 da CLT foi recepcionada pela Constituição Federal e que, portanto, é obrigatória a concessão do intervalo para descanso de quinze minutos antes da prorrogação da jornada de trabalho da mulher. Recurso de revista conhecido e provido. (ARR - 2013-54.2013.5.09.0029, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 24/11/2021, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 26/11/2021)

Assim, o recurso de revista deve ser conhecido e provido para condenar o reclamado ao pagamento do intervalo do art. 384 da CLT, com adicional e reflexos, observada a OJ 394/SDI-1, conforme se apurar em liquidação de sentença.
Não havendo reforma quanto ao pedido de pagamento das 7ª e 8ª horas como extras, fica prejudicada a análise dos temas daí decorrentes ("reflexos", "divisor" e "adicional de 100%").
Quanto ao auxílio-refeição e à cesta-alimentação, o TRT entendeu que "não há falar-se em salário in natura, quando o empregador concedeu o benefício em obediência às normas coletivas ou quando participa do programa de alimentação ao trabalhador (Lei 6.321/76). Pondere-se que o fornecimento de alimentação subsidiada, em observância aos ditames das normas coletivas, não configura "plus salarial", mas benefício social negociado, visando melhores condições de vida do empregado". A decisão regional está em consonância com a OJ 133 da SDI-1, as Súmulas 126 e 333 do TST e o art. 896, § 7
º, da CLT.
No que tange à venda das férias, o TRT, com fundamento em fatos e provas, concluiu que "a alegação de que a reclamante sempre foi obrigada a gozar férias de tão somente vinte dias, requerendo o abono pecuniário quanto aos dez dias remanescentes não é verdadeira". Incide, no caso, a Súmula 126/TST.
Relativamente aos quilômetros rodados, o TRT, com fundamento em fatos e provas, concluiu não haver diferenças a serem adimplidas. Registrou que "a testemunha Isabel asseverou, de forma convincente, que a reclamada não se omitia quanto ao reembolso de despesas ocorridas em razão da prestação de serviços". Incide, no caso, a Súmula 126/TST.
No que se refere à equiparação salarial, o TRT entendeu que não havia identidade de funções. Incide, no caso, a Súmula 126/TST.
No tocante aos danos morais, o TRT concluiu que não ficaram comprovadas as alegações da parte. Incide, no caso, a Súmula 126/TST.
Em relação aos honorários advocatícios, o TRT entendeu não estarem presentes os requisitos necessários ao seu deferimento. Diante da ausência de credencial sindical, a decisão regional está em consonância com a Súmula 219, I, do TST. Incidem, no caso, a Súmula 333/TST e o art. 896, § 7º, da CLT.
Acerca dos descontos fiscais e previdenciários, adota-se a Súmula 368/TST.
À vista do exposto, com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST e 932, III, IV e V, do CPC/2015, conheço do recurso de revista apenas quanto ao tema "intervalo do art. 384 da CLT", por violação do art. 384 da CLT, e, no mérito, dou-lhe provimento para condenar o reclamado ao pagamento do intervalo do art. 384 da CLT, com adicional e reflexos, observada a OJ 394/SDI-1, conforme se apurar em liquidação de sentença. Descontos fiscais e previdenciários na forma da Súmula 368/TST. Custas, pelo reclamado, no valor de R$ 100,00 (cem reais), calculadas sobre R$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor ora atribuído à condenação.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº ARR-0001677-43.2016.5.12.0035

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante e Recorrente	JOÃO CARLOS DA SILVA RAMOS
Advogado	Dr. Felisberto Vilmar Cardoso(OAB: 6608-A/SC)
Agravado e Recorrido	ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
Advogada	Dra. Ana Carolina Silveira Sardi(OAB: 48011-B/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
- JOÃO CARLOS DA SILVA RAMOS

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista.
Contraminuta ao agravo de instrumento apresentada às fls. 1.519/1.521.
Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho.
É o relatório.
Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade do agravo de instrumento, dele conheço.
O reclamante renova o inconformismo no que diz respeito às diferenças salariais decorrentes das promoções por antiguidade que afirma não lhe terem sido concedidas.
Sem razão.
O Regional registrou, no que interessa:

"Pois bem.
Em atenção à edição da Súmula n. 114 deste Regional e, ressalvado posicionamento em sentido contrário, passo a aplicar o seguinte entendimento:
ELETROSUL. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DE 1997. ITEM 2.6. AUMENTOS SALARIAIS POR ANTIGUIDADE E POR MERECIMENTO. I - A promoção por merecimento, por não ser automática, deve observar todos os pressupostos e requisitos do PCS de 1997 e do Manual de Pessoal, inclusive as avaliações neles previstas. II - A promoção por antiguidade, desde que preenchido o requisito objetivo temporal e havendo disponibilidade orçamentária, não pode ter sua efetivação condicionada à autorização da diretoria.
In casu, insta observar se ao autor seriam devidas as promoções por antiguidade e se a ré teria se desincumbido do ônus de demonstrar a indisponibilidade orçamentária ou outros óbices à concessão das referidas promoções.
No caso em concreto, tendo em vista a prescrição quinquenal, o período a ser analisado é o posterior a 25-11-2011, quando então já era vigente o PCR de 2010.
É de se salientar que o Manual de Pessoal de 1979 somente versava sobre as promoções por mérito. As aludidas promoções por antiguidade somente surgiram quando da implementação do PCS de 1997. Destaco da referida norma:
(...)
Desta forma, a sistemática de progressão salarial foi construída de forma alternada, entre mérito e antiguidade.
O PCR/2010, vigente desde 1º-1-2010 condicionou a concessão da progressão à permanência de 24 meses no mesmo nível salarial.
Sob o enfoque da Súmula n. 114 deste Tribunal, a ré não alega e nem comprova indisponibilidade orçamentária para conceder as promoções, bem como não é imprescindível a avaliação de desempenho - ao contrário do que ocorre com as promoções por mérito.
Registro que as promoções, quando não observadas pela ré, são devidas de forma alternada entre si, nos termos do art. 461 da CLT e normas internas, ou seja, caso concedida uma promoção por mérito, somente será devida uma promoção por antiguidade passados 24 meses. Isso não afasta a possibilidade de concessão de promoções de mérito e antiguidade pela ré com intervalo menor do que 24 meses entre si. Entretanto, a decisão judicial deverá observar os limites fixados nas normas autônomas e heterônomas.
Ainda, as transposições decorrentes revisão do PCS de 1997 em 2001 e do novo PCR 2010 fazem iniciar novo período contagem para as promoções, bem como os enquadramentos ocorridos. Na ficha do autor essas informações vêm consignadas como "TRANSPOSICAO TA", "ENQUADRAMENTO" e "ENQUADRAMENTO P".
Analisando a ficha de registro da parte autora (), observo a seguinte evolução salarial:
(...)
01/01/2000 PROMOCAO
01/10/2000 MERITO
01/11/2000 ENQUADRAMENTO
01/12/2000 ENQUADRAMENTO
01/07/2001 TRANSPOSICAO TABELA SALARIAL
01/06/2002 ENQUADRAMENTO
01/05/2003 ACORDO
01/12/2003 ACORDO
01/12/2006 MERITO
01/05/2007 ACORDO
01/12/2008 PROMOCAO
01/01/2009 TRANSPOSICAO TABELA SALARIAL
01/01/2010 MERITO
01/05/2010 ENQUADRAMENTO PCR ELETROBRAS
01/12/2011 PROGRESSAO SALARIA
01/05/2012 PROMOCAO POR ANTIGUIDADE - SAN
01/05/2014 PROMOCAO POR ANTIGUIDADE - SAN
01/01/2016 PROGRESSAO HORIZONTAL - MERITO
Analisando o período imprescrito é possível observar que todas as promoções foram concedidas observando-se o lapso de 24 meses.
Também não há como deferir o pleito de indenização por danos materiais em razão dos mesmos fundamentos acima expendidos, salientando-se não ter havido prática de ato ilícito pela ré. Registro o prequestionamento expresso dos arts. 186 e 927 do Código Civil.
Isto posto, nego provimento ao recurso.
Registre-se que, nos termos da OJ n. 118 da SBDI-I do TST, a tese acima cumpre expressamente o requisito do prequestionamento quanto aos seguintes preceitos: arts. 5º da Constituição (princípio da isonomia), 461, §§ 2º e 3º e 818 da CLT, 120, 122, 129, 186 e 927 do Código Civil, 373, inc. II, do CPC, Súmula 51 do TST e OJs 71 (transitória) e 383 da SBDI-I.
Saliento, outrossim, que há tese expressa a respeito da necessidade de deliberação da diretoria e aplicação, sendo afastada, inclusive a aplicação por analogia da Orientação Jurisprudencial Transitória n. 71 da SBDI-I do TST, bem como análise de prova colacionada nos autos, sendo rejeitada a tese da parte autora. Todos os preceitos invocados pela parte foram devidamente prequestionados, ainda, que sob o prisma da OJ n.

118 da SBI-I do TST. Eventuais embargos de declaração com vistas a rediscutir a matéria incidirão na penalidade prevista no art. 1.026, §§ 1º e 2º do CPC." (fls. 1.206/1.208-g.n.).

Destaco, preliminarmente, que o tema em exame diz respeito às promoções por antiguidade não abrangidas pela prescrição quinquenal, que segundo entende o reclamante não foram observadas e, por isso, geram diferenças salariais (efeitos pecuniários).
Concluo, a partir do exame das premissas consignadas no acórdão regional, que são indevidas diferenças salariais decorrentes das referidas promoções, na medida em que regularmente concedidas ao reclamante.
Nesse contexto, não se divisa violação do art. 461, § 3º, da CLT.
Quanto ao mais, foi aplicado o entendimento firmado na Súmula 114, II, do TRT da 12ª Região, segundo a qual "A promoção por antiguidade, desde que preenchido o requisito objetivo temporal e havendo disponibilidade orçamentária, não pode ter sua efetivação condicionada à autorização da diretoria". A decisão regional, portanto, adequa-se ao disposto na OJ 71 da SbDI-1 do TST, não viola os arts. 122 e 129, do Código Civil e apresenta conclusão convergente com o entendimento manifestado nos arestos provenientes da SbDI-1 do TST colacionados às fls. 1.431, 1.432, 1.436/1.437 e 1.441/1.445. Afastadas, por consequência, as alegações de violação, de contrariedade e de divergência jurisprudencial.
A controvérsia, ademais, não foi examinada sob o enfoque da Súmula 51, I, do TST, o que torna inviável a aferição da contrariedade indicada, diante da ausência do necessário prequestionamento (Súmula 297, I e II, do TST).
O art. 461, § 2º, da CLT, por sua vez, não trata da controvérsia ora examinada, o que impede a aferição da sua violação.
Destaco, ademais, que os arestos indicados não se prestam à demonstração de dissenso de teses. O paradigma colacionado às fls. 1.470/1.471 é inespecífico (Súmula 296, I, do TST), pois não trata do direito às promoções por antiguidade. Os demais arestos são provenientes de Turmas do TST, órgão não autorizado, na forma do art. 896, "a", da CLT.
Por fim, resta prejudicado o exame das alegações concernentes ao pedido relacionado às promoções em relação às quais os efeitos financeiros encontram-se prescritos (anteriores ao marco prescricional), na medida em que recebido o recurso de revista no aspecto.
Diante do exposto, e com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento.

II - RECURSO DE REVISTA

O recurso de revista foi recebido apenas no que diz respeito ao pedido declaratório de elevação do patamar remuneratório consequente das promoções cujos efeitos financeiros encontram-se abrangidos pela prescrição e à competência material da Justiça do Trabalho para processar e julgar o pedido de reflexos das parcelas trabalhistas deferidas nas contribuições devidas à entidade de previdência complementar.
Contrarrazões ao recurso de revista apresentadas às fls. 1.489/1.515.
Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho.
É o relatório.
Atendidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade do recurso de revista.

Conhecimento

1 - Prescrição

A insurgência recursal diz respeito ao pedido declaratório de elevação do patamar remuneratório em decorrência das promoções cujos efeitos financeiros encontram-se abrangidos pela prescrição.
Tem razão o recorrente.
O Regional registrou, no que interessa:

"Sem razão, no entanto.
A pretensão do autor não é de conteúdo meramente declaratório, pois possui como corolário o efeito condenatório dessa declaração, de modo que não há falar em pretensão imprescritível.
Embora o autor peça a "declaração da elevação dos níveis salariais das promoções por antiguidade desde o início da contratualidade", o provimento neste sentido não teria carga eminentemente declaratória, possuindo efeitos pecuniários típicos de uma tutela condenatória.
Este é o entendimento perfilhado pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme o seguinte julgado da SDI-I:
(...)
Registro o prequestionamentos dos preceitos contidos nos arts. 7º, inc. XXIX, da Constituição Federal, 11, § 1º, da CLT e na Súmula n. 452 do TST.
Isto posto, nego provimento." (fls. 1.205).

O apelo habilita-se ao conhecimento em face do aresto de fls. 1.252/1.253, oriundo da SbDI-1 do TST, no qual consignado que "Esta egrégia Subseção, no julgamento do E-ED-Ag-ARR-1915-05.2012.5.18.0013, em 17/08/2017, por maioria de votos, firmou o entendimento de que o instituto da prescrição não tem o condão de expungir fatos ocorridos no período prescrito, de modo que, neste caso, é possível o reconhecimento das promoções a que fazia jus o empregado em período anterior ao marco prescricional, devendo ser restringidos, porém, seus efeitos financeiros, que serão devidos apenas com relação às progressões do período imprescrito, conforme preconiza a Súmula nº 452 desta Corte".
Conheço do recurso de revista, por divergência jurisprudencial.

Mérito

1 - Prescrição

Cinge-se a controvérsia em definir a natureza jurídica e se é possível a elevação do patamar remuneratório do reclamante em decorrência das promoções cujos efeitos financeiros encontram-se abrangidos pela prescrição.
O entendimento firmado no âmbito desta Corte é no sentido de que a Súmula 452 do TST autoriza o reconhecimento do direito de postular as promoções devidas no período que antecede ao marco prescricional, todavia, apenas e tão-somente para que sejam consideradas no cálculo das parcelas ainda não alcançadas pela prescrição, sem efeitos financeiros anteriores. Julgados:

"EMBARGOS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA COM AGRAVO. PRESCRIÇÃO. PROMOÇÕES POR ANTIGUIDADE. DESCUMPRIMENTO DE PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. PRESCRIÇÃO PARCIAL. EFEITOS. Na sessão de 17/8/2017, a SbDI-1 do TST decidiu que a Súmula 452 do TST, cuja diretriz é "tratando-se de pedido de pagamento de diferenças

salariais decorrentes da inobservância dos critérios de promoção estabelecidos em Plano de Cargos e Salários criado pela empresa, a prescrição aplicável é a parcial, pois a lesão é sucessiva e se renova mês a mês", autoriza se reconheça o direito de postular as promoções devidas no período que antecede ao marco prescricional, todavia, apenas e tão-somente para que sejam consideradas no cálculo das parcelas ainda não alcançadas pela prescrição, sem efeitos financeiros anteriores. Embargos de que se conhece e a que se dá provimento" (E-ED-ARR-1290-65.2015.5.12.0034, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 29/10/2020).

"AGRAVO INTERNO EM RECURSO DE REVISTA. SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA. PROGRESSÕES POR ANTIGUIDADE E MERECIMENTO. PRETENSÃO DE NATUREZA DECLARATÓRIA E CONDENATÓRIA. PRESCRIÇÃO APLICÁVEL. EFEITOS. Mantém-se a decisão agravada, pois não demonstrado o desacerto do decisum pelo qual não se conheceu do apelo revisional. Com efeito, ao reconhecer que apenas os efeitos financeiros das diferenças decorrentes da concessão das promoções estariam sujeitos à prescrição parcial, o Regional deslindou a controvérsia em sintonia com a Súmula n.º 452 do TST. Nesse sentido, precedentes. Agravo conhecido e não provido" (Ag-RR-10557-18.2013.5.18.0017, 1ª Turma, Relator Ministro Luiz Jose Dezena da Silva, DEJT 29/03/2021).

"AGRAVO DE INSTRUMENTOINTERPOSTO PELA RECLAMADA FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS. (...) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMADA ELETROSUL - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. (...) PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO DE PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. PRETENSÃO DECLARATÓRIA E CONDENATÓRIA. EVOLUÇÃO SALARIAL ORIUNDA DO ENQUADRAMENTO EM NÍVEIS DE CARREIRA. A jurisprudência desta Corte, conforme preconiza a Súmula nº 452, está sedimentada no entendimento de que, em se tratando de pedido de pagamento de diferenças salariais decorrentes da inobservância dos critérios de promoções estabelecidos em Plano de Cargos e Salários criado pela empresa, a prescrição aplicável é a parcial, pois a lesão é sucessiva e se renova mês a mês. Na hipótese específica dos autos, a pronúncia da prescrição parcial mantém incólume o fundo do direito, uma vez que a prescrição alcança somente a pretensão a parcelas exigíveis anteriores a cinco anos do ajuizamento da ação, nos termos em que prevê o referido verbete sumular. Importante destacar que o instituto da prescrição não tem o condão de expungir fatos ocorridos no período prescrito, de modo que, neste caso, é possível o reconhecimento das promoções a que fazia jus o reclamante em período anterior ao marco prescricional, devendo ser restringidos, porém, seus efeitos financeiros, que serão devidos apenas com relação às progressões do período imprescrito, conforme preconiza a Súmula nº 452 desta Corte. Recurso de revista não conhecido. (...)" (ARR-4273-39.2011.5.12.0014, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 23/02/2018).

"AGRAVO. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. (?) PROGRESSÕES DECORRENTES DE PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. PRETENSÃO DE NATUREZA DECLARATÓRIA E CONDENATÓRIA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. ALCANCE. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA NA DECISÃO AGRAVADA. A jurisprudência desta Corte, por meio da Súmula nº 452, estabelece a diretriz de que é parcial a prescrição da pretensão ao recebimento de diferenças salariais decorrentes da não observância de critérios de promoção estabelecidos em Plano de Cargos e Salários, uma vez que a lesão ao direito do empregado é sucessiva e se renova a cada mês. Quanto ao alcance da prescrição, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a prescrição não atinge o direito à implementação das promoções, mas somente os efeitos financeiros do direito que houver ultrapassado o lapso de cinco anos do ajuizamento da ação. Nesse contexto, não tendo sido apresentados argumentos suficientes à reforma da r. decisão impugnada, deve ser desprovido o agravo. Agravo não provido. (?)" (Ag-RR-1320-26.2017.5.12.0036, 5ª Turma, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 09/04/2021).

"AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. AUSÊNCIA DE TRANSCENDÊNCIA. 1. PRESCRIÇÃO TOTAL. 2. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. PEDIDO DE NATUREZA DECLARATÓRIA E CONDENATÓRIA. Conforme destacado na decisão agravada, a conclusão do Regional quanto à incidência da prescrição parcial em relação à pretensão de diferenças salariais decorrentes de promoções previstas em norma regulamentar e ao fato de a prescrição atingir apenas os efeitos financeiros das progressões relacionadas aos últimos cinco anos, revela perfeita harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior, consubstanciada na Súmula 452 e no entendimento segundo o qual a incidência da prescrição parcial não impede o reconhecimento a promoções a que fazia jus a empregada em período já prescrito, restringindo-se, porém, seus efeitos financeiros somente a contar do lapso temporal não atingido pela prescrição. Nesse diapasão, não foi constatada contrariedade à jurisprudência desta Corte Superior ou do Supremo Tribunal Federal, nem ofensa à garantia social assegurada no texto constitucional, tampouco questão inédita acerca da legislação trabalhista. Ademais, não se vislumbrou expressiva repercussão econômica que ultrapasse os contornos meramente subjetivos da lide. Irrepreensível, portanto, a conclusão adotada quanto à inadmissibilidade da revista, tendo em vista a ausência de transcendência da causa com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica, na forma do artigo 896-A da CLT. Agravo conhecido e não provido" (Ag-AIRR -10926-77.2020.5.18.0013, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 16/11/2021).

Nesse contexto, conhecido o recurso de revista por divergência jurisprudencial, dou-lhe provimento para afastar a prescrição pronunciada e, reconhecendo a sua natureza declaratória, determinar o retorno dos autos à Vara do Trabalho de origem para que examine, como entender de direito, o pedido relacionado às promoções em relação às quais os efeitos financeiros encontram-se prescritos. Diante da inexistência do reconhecimento do direito ao pagamento de diferenças salariais decorrentes das promoções que o reclamante entende devidas, resta prejudicado o exame do tema relativo à competência material da Justiça do Trabalho para processar e julgar o pedido de reflexos das parcelas trabalhistas deferidas nas contribuições devidas à entidade de previdência complementar.

III - CONCLUSÃO

Ante todo o exposto: I - denego seguimento ao agravo de instrumento; II - conheço do recurso de revista interposto pela

reclamante apenas no que diz respeito à prescrição, por divergência jurisprudencial e, no mérito, dou-lhe provimento para afastar a prescrição pronunciada e, reconhecendo a sua natureza declaratória, determinar o retorno dos autos à Vara do Trabalho de origem para que examine, como entender de direito, o pedido relacionado às promoções em relação às quais os efeitos financeiros encontram-se prescritos. Reputo prejudicado o exame do tema relativo à competência material da Justiça do Trabalho para processar e julgar o pedido de reflexos das parcelas trabalhistas deferidas nas contribuições devidas à entidade de previdência complementar.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1000570-94.2019.5.02.0042

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	FERNANDO FORMAGIO
Advogado	Dr. Carlos Eduardo de Oliveira(OAB: 389526-A/SP)
Agravado	SOCIEDADE BENEFICENTE DE SENHORAS - HOSPITAL SIRIO LIBANES
Advogado	Dr. Fabio Rivelli(OAB: 297608-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FERNANDO FORMAGIO
- SOCIEDADE BENEFICENTE DE SENHORAS - HOSPITAL SIRIO LIBANES

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO RECLAMANTE

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, em face da decisão monocrática proferida pelo Exmo. Desembargador Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, por meio da qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista.
Sustenta o reclamante que seu recurso de revista merece processamento, porque preenchidos os requisitos previstos no artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.
Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho.
É o relatório.
Os pressupostos de admissibilidade recursal foram preenchidos, notadamente a tempestividade (decisão monocrática publicada em 17/07/2020, sexta-feira, e razões recursais protocolizadas em 27/07/2020) e a regularidade de representação [procuração acostada às fls. 93 do Sistema de Informações Judiciárias (eSIJ), aba "Visualizar Todos (PDFs)"], sendo isento o reclamante do preparo, porque beneficiário da justiça gratuita (fls. 12).
O Exmo. Desembargador Vice-Presidente do Tribunal Regional da 2ª Região denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante, sob os seguintes fundamentos (fls. 761 do eSIJ):

"(...) Rescisão do Contrato de Trabalho / Reintegração / Readmissão ou Indenização / Estabilidade Decorrente de Norma Coletiva.
O v. acórdão entendeu que deveria o obreiro, nos termos da cláusula normativa, ter comunicado à empregadora que faltavam menos de 24 meses para implementar o direito à aposentadoria.
As razões recursais revelam a nítida intenção de revolver o conjunto fático-probatório apresentado, o que não se concebe em sede extraordinária de recurso de revista, a teor do disposto na Súmula 126, da Corte Superior.
Ficam afastadas, portanto, as violações apontadas, bem como o dissenso pretoriano.
DENEGO seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista.
Intimem-se."

Sustenta o agravante que seu recurso de revista merece processamento, porque comprovada a afronta aos dispositivos de lei federal, além de divergência jurisprudencial. Requer a declaração da nulidade da rescisão contratual e consequentemente o reconhecimento da estabilidade, em virtude da estabilidade pré-aposentadoria prevista em norma coletiva. Aduz que a condição prevista na norma coletiva (comunicação prévia ao empregador) não é válida Reitera suas alegações de divergência jurisprudencial e violação dos artigos 9º da CLT, 129 do Código Civil e 927, V, do CPC.
Ao exame.
O Regional consignou:

"(...) O direito em debate (estabilidade pré-aposentadoria) tem assento em regra convencional (cláusula 23 - fl. 465), assim redigida:
"a) para obtenção desta garantia, o trabalhador deverá informar à entidade, por escrito, que se encontra em período de pré aposentadoria e comprovar tal condição e, 60 (sessenta) dias da data da aquisição da estabilidade e b) para obtenção desta garantia, o empregado com mais de 45 (quarenta e cinco) anos, deverá comprovar contra-recibo, seu tempo de serviço, através da contagem feita pelo sindicato suscitante ou pela Previdência Social".
Da leitura da norma acima transcrita, resta claro que, ao contrário do que faz crer o apelante, a comunicação à empresa no prazo fixado é condição sine qua non para aquisição do direito em debate e não apenas mera formalidade.
E, no caso dos autos, como bem concluiu a origem, o autor não comprovou, sequer alegou, ter cumprido corretamente essa exigência.
Com efeito, para fazer jus à estabilidade e, aí sim, ter garantido seu direito de não ser demitido, deveria o obreiro, nos termos da cláusula transcrita, ter comunicado à empregadora que se enquadrava na hipótese da norma coletiva, o que, repito, não logrou fazer. Em que pese ter comprovado que à época que foi demitido faltavam menos de 24 meses para implementar o direito à aposentadoria, certo é que não atendeu todos os requisitos previstos na Convenção Coletiva.
Não é verdade que a empresa tinha meios para saber que o reclamante encontrava-se em período de pré-aposentadoria, até porque, pelo Extrato Previdenciário (fl. 64/68), verifica-se que ele laborou em diversas outras empresas, não cabendo à recorrida verificar o lapso contratual que perduraram ou se houve recolhimentos previdenciários referentes a eles capazes de computar para o tempo de serviço.
Ainda que meios tivesse para obter essa informação, o benefício, extra legem, diga-se, e que por isso deve ser interpretado

restritivamente (artigo 114, do CC), impôs ao empregado o ônus de cientificar o empregador quando alcançado o tempo de serviço, não sendo possível, portanto, sua extensão pelo operador do direito. Ademais, os Acordos e Convenções Coletivas constituem um dos principais instrumentos jurídicos de que valem as partes para regular suas relações de trabalho, contando com reconhecimento e proteção constitucionais (inc. XXVI do art. 7º).

Assim, por não ter o autor cumprido exigência imposta pela norma instituidora para a percepção do benefício, correta a r. sentença que indeferiu o pedido de indenização equivalente ao período de pré-aposentadoria.

Nada a reformar" (fls. 598/599 do eSIJ).

A jurisprudência consolidada nesta Corte é no sentido de que a comunicação prévia e formal ao empregador prevista em norma coletiva como condição para aquisição do direito à estabilidade pré-aposentadoria configura abuso do direito potestativo do empregador (art. 129 do Código Civil).

Em tais casos, este Tribunal já decidiu que essa condição é desarrazoada, porque o empregador tem amplo acesso aos assentamentos profissionais dos seus empregados. Nesse sentido, julgados da SbDI-1:

"RECURSO DE EMBARGOS . LEI Nº 13.015/2014. NORMA COLETIVA. ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA. COMUNICAÇÃO AO EMPREGADOR Consoante a iterativa e notória jurisprudência desta Corte, assegura-se a estabilidade pré-aposentadoria quando preenchidos os requisitos previstos na norma coletiva relativos a tempo de contribuição e de serviço na empresa, ainda que não tenha havido a comunicação prévia ao empregador quanto ao atendimento dessas condições. Isso porque o empregador tem ampla possibilidade de acesso ao histórico profissional e previdenciário de seus empregados. Precedentes. Estando a decisão embargada em consonância com esse entendimento, torna-se inviável o conhecimento do Recurso de Embargos, nos termos do art. 894, § 2º, da CLT). Recurso de Embargos de que não se conhece " (E-ARR-458-82.2014.5.09.0670, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 29/10/2020).

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014. DISPENSA DO TRABALHADOR POUCO TEMPO ANTES DA APOSENTADORIA. INDENIZAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO DEVIDA. PREVISÃO EM ACORDO COLETIVO DE COMUNICAÇÃO, POR ESCRITO, À EMPRESA DA PROXIMIDADE DA APOSENTADORIA. CONDIÇÃO NÃO RAZOÁVEL. ARTIGO 129 DO CÓDIGO CIVIL. Na hipótese em discussão, é incontroverso que o empregado contava com vinte e sete anos de serviço, faltando um ano e nove meses para se aposentar, quando foi dispensado sem justa causa. Noticiou-se, também, expressa previsão em norma coletiva de que, na proximidade da aposentadoria, os empregados deverão comunicar o empregador, por escrito, a fim de adquirirem o direito à estabilidade pré-aposentadoria. Entretanto, contrariando condição estabelecida na norma coletiva, o reclamante não informou ao empregador, por escrito, da sua proximidade da aposentadoria antes de receber a comunicação da dispensa. Com efeito, o ordenamento jurídico brasileiro, nos termos do artigo 129 do Código Civil, repudia a má-fé na execução de negócios jurídicos e comina de nulidade os atos obstativos do exercício de direito a respeito do qual se estabeleça alguma condição que seja, intencionalmente, obstaculizada por aquele a quem tal condição desfavoreça.Conforme o disposto no artigo 129 do Código Civil: "reputa-se verificada, quanto aos efeitos jurídicos, a condição cujo implemento for maliciosamente obstado pela parte a quem desfavorecer, considerando-se, ao contrário, não verificada a condição maliciosamente levada a efeito por aquele a quem aproveita o seu implemento". Desse modo, ainda que se considere que a dispensa imotivada do empregado é direito potestativo do empregador, essa prerrogativa não é absoluta. Configura-se abuso do direito potestativo do empregador a dispensa do empregado pouco tempo antes da aquisição da estabilidade pré-aposentadoria garantida em instrumento normativo. No caso, a dificuldade de cumprimento da condição imposta na cláusula normativa, ou seja, a comunicação, por escrito, ao empregador sobre a proximidade da aposentadoria, acabaria por afastar, na prática, a concessão do benefício negociado, o que não pode prevalecer. Por certo, o reclamante não poderia adivinhar quando seria dispensado. Vale salientar que, para se concluir pela ilicitude de condição imposta em cláusula de instrumento normativo, este Tribunal Superior considera que, a despeito do prestígio assegurado constitucionalmente aos acordos e às convenções coletivas de trabalho (artigos 7º, inciso XXVI, e 8º, incisos III e VI, da Constituição Federal), não pode ser negligenciada a avaliação quanto às reais possibilidades de cumprimento de determinados requisitos. Nesse contexto, destaca-se que o empregado não tem como adivinhar quando será dispensado e, além do mais, pode desconhecer a data exata em que estará apto a se aposentar, elementos que dificultam o cumprimento da condição exigida na cláusula. Cabia ao sindicato, que participou das negociações que culminaram com a redação da norma, ter auxiliado seus filiados nesse processo de apuração do tempo de serviço e eventual comunicação ao reclamado. Desse modo, ainda que se considere que a dispensa imotivada do empregado é direito potestativo do empregador, tal prerrogativa não é absoluta. Configura-se abuso do direito potestativo do empregador a dispensa do empregado pouco tempo antes da aquisição da estabilidade provisória garantida em instrumento normativo (precedentes) . Embargos conhecidos e providos " (E-RR -1000236-60.2014.5.02.0713, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 13/10/2017).

Demonstrada violação do art. 129 do Código Civil, dou provimento ao agravo de instrumento para processar o recurso de revista.

II - RECURSO DE REVISTA

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade extrínsecos do recurso de revista, entre os quais a representação processual [procuração acostada às fls. 93 do Sistema de Informações Judiciárias (eSIJ), aba "Visualizar Todos (PDFs")] e a tempestividade (acórdão regional publicado em 20/06/2020 e apelo protocolado em 02/07/2020), sendo inexigível o preparo.

Pelas razões consignadas no julgamento do agravo de instrumento, conheço do recurso de revista por violação do art. 129 do Código Civil e, no mérito, dou-lhe provimento para declarar o direito à estabilidade pré-aposentadoria e, em consequência, considerando que já exaurido o período de estabilidade (Súmula 396, I, do TST), condenar o reclamado ao pagamento dos salários, a título indenizatório, do período compreendido entre a data da dispensa e o final do período da estabilidade, conforme se apurar em liquidação de sentença.

Invertido o ônus da sucumbência, condeno o reclamado ao pagamento de honorários advocatícios no valor de 10% sobre o

valor que resultar da liquidação da sentença, observado o disposto na OJ 348 da SbDI-1/TST.
Custas pelo reclamado no importe de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), calculadas sobre o valor da condenação que ora se arbitra, provisoriamente, em R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº RR-1001061-10.2018.5.02.0601

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	JOSUE BRITO PEREIRA
Advogado	Dr. Roberto Hiromi Sonoda(OAB: 115094/SP)
Advogada	Dra. Regiane Macedo Sonoda(OAB: 264603-A/SP)
Recorrido	CENTER CARNES E ROTISSERIE VERONA LTDA - EPP
Advogada	Dra. Simone Ciriaco Feitosa(OAB: 162867-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTER CARNES E ROTISSERIE VERONA LTDA - EPP
- JOSUE BRITO PEREIRA

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que deu parcial provimento ao recurso ordinário, mantendo, contudo a condenação quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA".
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:
"(...)
1. Dos honorários sucumbenciais.
Entende o autor que a condenação ao pagamento de honorários advocatícios pela sucumbência é inconstitucional, até mesmo por julgar-se parte hipossuficiente. Pleiteia o afastamento de mencionada condenação ou então, a redução para 5% sobre o valor que resultar da liquidação de sentença, bem como a suspensão de exigibilidade disposta no § 4º do art. 791-A da CLT.
Razão parcial lhe assiste.
A distribuição da presente demanda ocorreu já na vigência da Lei 13.467/2017, sendo de rigor, portanto, sua aplicação. Logo, tem-se como cabível a regra do art. 791-A da CLT. Tal entendimento se coaduna com o disposto no art. 6º da Resolução 221/2018, que editou a Instrução Normativa 41, do C.TST.
Saliente-se que não é inconstitucional texto legal que visa garantir o equilíbrio do sistema judiciário e o acesso igualitário a toda população. Ademais, aquele que fizer jus à assistência judiciária gratuita somente será instado a pagar quando, de fato, possuir condições para tanto.
De outro turno, assiste razão ao autor no que tange ao percentual arbitrado. Entendo que os honorários advocatícios devem ser estipulados no mínimo legal, isto é, 5%, eis que não se trata de causa complexa, tampouco prolongada. Autorizado, ainda, a aplicação do quanto disposto no § 4º do art. 791-A da CLT. Reforma-se parcialmente.
(...)"
No que tange à insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, visto que a ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1001058-10.2019.5.02.0443

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	CARLOS ALBERTO RODRIGUES VIEIRA DE LIMA
Advogado	Dr. José Abílio Lopes(OAB: 93357/SP)
Advogado	Dr. Enzo Sciannelli(OAB: 98327-A/SP)
Agravado	AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A.
Advogada	Dra. Evânia Rodrigues Velloso Santana(OAB: 81809-A/SP)
Advogado	Dr. Luís Fernando Rosas Augusto(OAB: 89163-A/SP)
Advogado	Dr. Aldo dos Santos Ribeiro Cunha(OAB: 106579-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A.
- CARLOS ALBERTO RODRIGUES VIEIRA DE LIMA

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO RECLAMANTE

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.115/1.121) interposto em face de decisão do Tribunal Regional do Trabalho mediante a qual se denegou seguimento ao recurso de revista.
As discussões travadas no feito, o qual se submete ao rito sumaríssimo, prendem-se aos temas "HORAS EXTRAS. DIVISOR. ALTERAÇÃO DO DIVISOR 150 PARA O DIVISOR 180" e "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS".
Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
Inicialmente, o reclamante requer, em sede recursal, a concessão dos benefícios da justiça gratuita.
Em situação análoga a dos autos (em que o pedido de justiça gratuita foi indeferido em sentença e não foi renovado em recurso ordinário), a 2ª Turma já decidiu que, embora a legislação e a jurisprudência assegurem à parte o direito de postular o benefício a qualquer tempo e grau de jurisdição, não é possível o reexame do pedido nesta instância extraordinária, porque, nessa hipótese específica, operou-se a preclusão. Nesse sentido, os seguintes julgados:

"ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PEDIDO INDEFERIDO NA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO. RENOVAÇÃO DO PEDIDO APENAS NOS RECURSOS INTERPOSTOS PERANTE ESTA CORTE. PRECLUSÃO. Em situação análoga a dos autos (em que o pedido de justiça gratuita foi indeferido em sentença e não foi renovado em recurso ordinário), a 2ª Turma já decidiu que, embora a legislação e a jurisprudência assegurem à parte o direito de postular o benefício a qualquer tempo e grau de jurisdição, não é possível o reexame do pedido nesta instância extraordinária, porque, nessa hipótese específica, operou-se a preclusão. Julgados. Pedido indeferido, com ressalva de entendimento do Relator, quanto à fundamentação . AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO CONTRA DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DA LEI 13.467/2017. VÍNCULO DE EMPREGO. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. Nega-se provimento ao agravo quando suas razões não lograram desconstituir os fundamentos adotados na decisão agravada. Agravo a que se nega provimento" (Ag-AIRR-1427-46.2017.5.09.0071, 2ª Turma, Relator Desembargador Convocado Marcelo Lamego Pertence, DEJT 03/11/2021).

"RECURSO REGIDO PELO CPC/2015, PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/2016 DO TST E PELA LEI Nº 13.467/2017. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PEDIDO INDEFERIDO NA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO. PRECLUSÃO. DESERÇÃO DO RECURSO REVISTA. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DO REPÓSITO RECURSAL. O benefício da Justiça gratuita realmente pode ser requerido a qualquer momento, até mesmo em fase recursal, conforme estatui a Orientação Jurisprudencial nº 269 da SbDI-1 do TST, a qual dispõe que "o benefício da justiça gratuita pode ser requerido em qualquer tempo ou grau de jurisdição, desde que, na fase recursal, seja o requerimento formulado no prazo alusivo ao recurso". Esse entendimento, contudo, refere-se à faculdade, atribuída à parte, de postular judicialmente, a qualquer momento do transcorrer da demanda, o benefício em questão, até mesmo em fase recursal, a fim de garantir ao litigante as isenções legais, ainda que não tenha sido feito tal requerimento na inicial. Na hipótese, contudo, a parte já havia formulado o pedido do deferimento do benefício da Justiça gratuita na contestação, sendo-lhe indeferida a prerrogativa processual pleiteada, sem que aquela se insurgisse mediante a interposição de recurso ordinário contra a decisão primária. Nesses termos, não há falar em aplicação do disposto nos artigos 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, 4º da Lei nº 1.060/50, 1º da Lei nº 7.115/83 e 790, § 3º, da CLT, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 10.537/2002, e na Orientação Jurisprudencial nº 269 da SbDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho , sob o fundamento de que a questão, no caso, foi atingida pela preclusão consumativa. Segundo entendimento doutrinário, não é dado à parte praticar o mesmo ato processual em duas oportunidades distintas, especialmente quando o primeiro deles foi atingido pela eficácia preclusiva da coisa julgada. Com o efeito, o indeferimento do benefício da Justiça gratuita na decisão primária deu-se mediante fundamento fático-jurídico, que exigiria, para a sua reforma, a oportuna interposição do recurso cabível, na hipótese, o recurso ordinário, medida processual, no entanto, não intentada pela parte, quanto à matéria. Assim, diante da preclusão consumativa do pedido de concessão da Justiça gratuita, não há como se alterar a decisão em que se denegou seguimento ao recurso de revista. E, não tendo a demandada comprovado o recolhimento dos valores devidos a título de custas processuais e de depósito recursal, conclui-se pela deserção do apelo, conforme decidido pelo Regional. Precedentes. Agravo de instrumento desprovido" (TST-AIRR-100276-40.2017.5.01.0018, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 11/06/2021).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDA NA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO. PRECLUSÃO. HONORÁRIOS PERICIAIS DEVIDOS PELO AUTOR (VIOLAÇÃO LEGAL NÃO CONFIGURADA). Não merece ser provido agravo de instrumento que visa a liberar recurso de revista que não preenche os pressupostos contidos no art. 896 da CLT. Agravo de instrumento não provido " (AIRR-172100-39.2008.5.02.0441, 2ª Turma, Relatora Ministra Delaide Miranda Arantes, DEJT 17/03/2017).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014 . ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PEDIDO INDEFERIDO NA SENTENÇA . AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO. PRECLUSÃO. DESERÇÃO DO

RECURSO ORDINÁRIO. O benefício da Justiça gratuita pode ser requerido a qualquer momento, até mesmo em fase recursal, conforme estatui a Orientação Jurisprudencial nº 269 da SBDI-1 do TST, a qual dispõe que "O benefício da justiça gratuita pode ser requerido em qualquer tempo ou grau de jurisdição, desde que, na fase recursal, seja o requerimento formulado no prazo alusivo ao recurso." Esse entendimento, contudo, refere-se à faculdade atribuída à parte de postular judicialmente, a qualquer momento do transcorrer da demanda, o benefício em questão, até mesmo em fase recursal, a fim de garantir ao litigante as isenções legais, ainda que não tenha sido feito requerimento na inicial. Na hipótese, contudo, a parte já havia formulado o pedido do deferimento do benefício da Justiça gratuita na inicial, sendo-lhe indeferida na sentença a prerrogativa processual pleiteada, sem que aquela se insurgisse mediante a interposição de recurso ordinário contra a decisão primária, quanto à questão. Nesses termos, não há falar em contrariedade à Súmula nº 393 do TST e à Orientação Jurisprudencial nº 304 da SBDI-1 desta Corte e em ofensa ao artigo 790, § 3º, da CLT na decisão regional, em que, sob o fundamento de que a questão, no caso, foi atingida pela preclusão consumativa, indeferiu-se o benefício da Justiça gratuita formulado no recurso ordinário do autor e se declarou a deserção do recurso por ausência de recolhimento das custas processuais, porquanto, segundo entendimento doutrinário, não é dado à parte praticar o mesmo ato processual em duas oportunidades distintas, especialmente quando o primeiro deles foi atingido pela eficácia preclusiva da coisa julgada. Com o efeito, o indeferimento do benefício da Justiça gratuita na decisão primária deu-se mediante fundamento fático-jurídico, que exigiria, para a sua reforma, a oportuna interposição do recurso cabível, na hipótese, o recurso ordinário, medida processual, no entanto, não intentada pela parte quanto ao tema. Agravo de instrumento desprovido " (AIRR-187400-95.2013.5.17.0005, 2ª Turma, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 24/06/2016).

Assim, indefiro o pedido.

No tocante à condenação ao pagamento de honorários advocatícios, o reclamante não atendeu à exigência contida no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, porque não transcreveu no recurso de revista o trecho que consubstancia o prequestionamento da tese que pretende debater.

Ante o óbice processual acima destacado, não é possível processar o apelo.

Quanto ao mais, o reclamante alega que a alteração dodivisordas horas extras de150para180promovida pela reclamada é inválida, porque caracteriza alteração contratual lesiva. Indica contrariedade à Súmula 51, I, do TST e violação dos artigos 5º, XXXV, LIV e LV, 7º, XIII e 173, § 1º, II, da Constituição da República e 468, caput, da CLT.

Consta do acórdão:

"Insiste o autor no pedido para que seja aplicado o divisor 150, a partir de novembro de 2013, para apuração do salário hora.

Sem razão.

O reclamante informou em sede inicial, id. 8b7be9e, prestar serviços em benefício da reclamada a partir de 27.02.1986, exercendo a função de "guarda portuário", com salário base mensal em setembro de 2019 no valor de R$ 5.146,91.

A reclamada é Sociedade de Economia Mista vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, tem natureza jurídica pessoa jurídica de direito privado, integrante da administração pública indireta (DL 200/67), estando sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações trabalhistas.

Ao contratar um empregado, a administração pública indireta assume a condição de empregador e passa a se submeter ao regime jurídico trabalhista (artigo 173, § 1º, II, da CF), inclusive no que se refere às regras para a apuração do salário hora normal.

O autor cumpre jornada de trabalho no regime de turnos ininterruptos de revezamento, estando sujeito, portanto, a jornada de trabalho de 6 horas diárias e 36 horas semanais, nos termos do artigo 7º, XIV, da CF.

E para os empregados que cumprem jornada de trabalho de 6 horas diárias e 36 horas semanais, considerando a regra contida no artigo 64 da CLT, apura-se o divisor 180 (6 horas de trabalho x 30 dias = 180) e não 150.

Nesse sentido tem-se pronunciado a jurisprudência por meio da OJ 396 da SDI-1 do C. TST, in verbis:

396. Turnos ininterruptos de revezamento. Alteração da jornada de 8 para 6 horas diárias. Empregado horista. Aplicação do divisor 180. (DeJT 09/06/2010) Para o cálculo do salário hora do empregado horista, submetido a turnos ininterruptos de revezamento, considerando a alteração da jornada de 8 para 6 horas diárias, aplica-se o divisor 180, em observância ao disposto no art. 7º, VI, da Constituição Federal, que assegura a irredutibilidade salarial.

E de fato, ao substituir o divisor 150 pelo 180 para a apuração do salário hora a partir de novembro de 2013 reclamada não violou a norma legal.Registro que a parte não adquire o direito à observância de incorreto divisor, já que não se trata de cláusula contratual, mas interpretação dos termos da Lei.

Ao contrário, cumpriu de forma correta a norma insculpida no artigo 64 da CLT, que fixa a regra para a apuração do salário hora e, consequentemente, do divisor. O divisor correto a ser aplicado no presente caso, é, portanto, 180.

Mantenho o julgado" (fls. 1.084/1.085).

Com razão.

Em situações análogas a discutida nos autos, esta Corte tem decidido que estabelecida condição mais benéfica para apuração de horas extras (aplicação do divisor 150) é inválida a alteração unilateral desse critério (para 180), que só se aplica aos empregados admitidos após essa alteração. Inteligência da Súmula 51, I, do TST, aplicada inclusive às sociedades de economia mista.

Nesse sentido, os seguintes julgados: TST-RRAg-779-23.2014.5.02.0441, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 12/03/2021; RR-1000316-81.2016.5.02.0445, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 08/11/2018; TST-RR-1001771-84.2016.5.02.0444, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 18/09/2020; TST- Ag-AIRR-854-62.2014.5.02.0441, 5ª Turma, Relator Ministro Breno Medeiros, DEJT 24/05/2019; TST- RR-1000790-27.2017.5.02.0442, 6ª Turma, Relatora Ministra Katia Magalhaes Arruda, DEJT 20/09/2019; Ag-AIRR-694-37.2014.5.02.0441, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 15/02/2019; TST-RR - 885-82.2014.5.02.0441 , Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 05/05/2017.

Demonstrada contrariedade à Súmula 51, I, do TST, dou parcial provimento ao agravo de instrumento, para processar o recurso de revista.

II - RECURSO DE REVISTA

Preenchidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade.
Pelas razões consignadas no julgamento do agravo de instrumento, conheço do recurso de revista por contrariedade ao item I da Súmula 51 do TST e, no mérito, dou-lhe provimento para determinar a aplicação dodivisor150para o cálculo das horas extras e condenar a reclamada ao pagamento das respectivas diferenças, conforme se apurar em liquidação de sentença.
Custas processuais a cargo da reclamada, já recolhidas na origem.
Honorários sucumbenciais em favor dos patronos do reclamante, nos mesmos parâmetros estabelecidos na sentença (fls. 952).
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0100102-58.2019.5.01.0051

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	RAFAELA FERNANDES REIS DE FREITAS
Advogado	Dr. Eduardo Albuquerque de Almeida(OAB: 130941-A/RJ)
Agravado	SEMENTES DA DANCA LTDA - ME
Advogada	Dra. Otávia Allemand Bezerra de Menezes(OAB: 120362-D/RJ)
Advogada	Dra. Milena Motta(OAB: 161611-A/RJ)
Agravado	JOVENS TALENTOS ESCOLA DE EDUCACAO CONTEMPORANEA LTDA
Advogada	Dra. Flávia Maria Ferreira de Mattos(OAB: 93112-A/RJ)
Agravado	INST ISRAELITA BRAS DE CULTURA E EDUCACAO
Advogado	Dr. José Geraldo Gomes Teixeira(OAB: 102565-A/RJ)
Agravado	SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENSINO (COLÉGIO SION)
Advogada	Dra. Samantha Oliveira Rodrigues(OAB: 88944-A/RJ)
Agravado	COLÉGIO PAULA BARROS

Intimado(s)/Citado(s):

- COLÉGIO PAULA BARROS
- INST ISRAELITA BRAS DE CULTURA E EDUCACAO
- JOVENS TALENTOS ESCOLA DE EDUCACAO CONTEMPORANEA LTDA
- RAFAELA FERNANDES REIS DE FREITAS
- SEMENTES DA DANCA LTDA - ME
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENSINO (COLÉGIO SION)

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 726/738) interposto pela reclamante contra a decisão de fls. 408, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Contraminuta ao agravo de instrumento apresentada pelo reclamado Instituto Israelita Brasileiro de Cultura e Educação às fls. 756/760 e pela reclamada Jovens Talentos às fls. 765/767.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 19) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 03/02/2021 e apelo protocolado em 18/02/2020), sendo inexigível o preparo.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. RECURSO ORDINÁRIO. NÃO APLICAÇÃO".
A reclamante sustenta, em síntese, que impugnou especificamente a sentença quanto aos temas "Reponsabilidade subsidiária" e "Multa prevista nos artigos 467 e 477, § 8º, da CLT", questionando a aplicação do princípio da dialeticidade pelo Regional. Alega ofensa ao artigo 5º, LV, da Constituição Federal e 1.013, § 1º, do CPC.
Com razão.
No acórdão consta que:

"Recurso ordinário interposto a tempo e modo. Conheço-o, exceto no tocante ao tema "responsabilidade subsidiária", por flagrante ofensa ao princípio da dialeticidade. No caso, a autora restringe-se a requerer, em caso de declaração de vínculo, seja "reconhecida a responsabilidade subsidiária das demais recorridas", sem menção a qualquer fundamento a amparar o pedido.
Com efeito, a iniciativa recursal traduz um momento processual específico, no qual tem a parte oportunidade de devolver ao ad quem o conhecimento da matéria, sendo-lhe defeso, portanto, furtar-se aos argumentos que justificam o apelo, eis que, assim procedendo, frustra intencionalmente a mens legis do preceito contido no art. 1013 do CPC.
(...)
A hipótese, portanto, subsume-se na moldura da Súmula 422 do TST, verbis: (...)" (fls. 645).

Em sede de embargos de declaração, acrescentou-se:

"Melhor sorte não se reserva à tese de omissão no julgado quanto aos pedidos de pagamento das multas dos artigos 467 e 477 da CLT, porquanto, se omissão houve, foi por parte da embargante, na medida em que não traçou, em suas razões recursais, uma linha sequer sobre os temas só agora lembrados." (fls. 700).

Como se verifica, o Regional entendeu que o recurso ordinário não atendeu ao princípio da dialeticidade.
Contudo, a Súmula 422 do TST consigna em seu item I que "Não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida." e em seu item III que é "Inaplicável a exigência do item I relativamente ao recurso ordinário da competência de Tribunal Regional do Trabalho, exceto em caso de recurso cuja motivação é inteiramente dissociada dos fundamentos da sentença.".
No mesmo sentido, os julgados:

"(...) II - RECURSO DE REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO INTERPOSTO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. PRELIMINAR DE NULIDADE DO JULGADO REGIONAL POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. SÚMULA 422 DO TST. O TST, ainda sob a égide do CPC/73, quando então fora interposto recurso ordinário do Ministério Público do Trabalho, pacificou o entendimento de que, a teor do art. 515, caput e § 1º, do CPC, a impugnação exigida pela Súmula 422 do TST não se aplica ao recurso ordinário, tendo em vista os princípios processuais da simplicidade e da ampla devolutividade do recurso ordinário, presentes no Processo do Trabalho. Precedentes. Outrossim, o TST, já na vigência do art.

1013, caput e § 1º, do CPC/2015, manteve esse entendimento na Súmula 422, III, do TST. Assim, embora o Ministério Público do Trabalho tenha incorrido na simples transcrição das alegações iniciais quanto aos tópicos "Terceirização ilícita / responsabilidade solidária em relação aos contratos de fornecimento de cana-de-açúcar" e "Da responsabilidade solidária", com poucas alterações nas alegações e com erros materiais atinentes a pretensões que já se encontram atendidas, o que se vê é que, em face dos princípios da simplicidade e da ampla devolutividade do recurso ordinário, houve a impugnação mínima necessária das matérias julgadas pelo Juízo de primeiro grau a ensejar nova apreciação pelo TRT. Recurso de revista conhecido e provido. (...)" (TST-RRAg-2392-98.2012.5.03.0157, 2ª Turma, Rel.ª Min.ª Maria Helena Mallmann, DEJT de 02/08/2021);

"(...) II - RECURSO DE REVISTA DO RECLAMADO REGIDO PELA LEI 13.467/2017. EXECUÇÃO. AGRAVO DE PETIÇÃO. NÃO CONHECIMENTO EM RAZÃO DA REPETIÇÃO DAS ALEGAÇÕES FORMULADAS EM EMBARGOS À EXECUÇÃO. EFEITO DEVOLUTIVO AMPLO. CERCEAMENTO DE DEFESA. No caso concreto, conforme se observa do acórdão recorrido, o Tribunal Regional não conheceu do agravo de petição do reclamado sob o fundamento de que ele não impugnou o fundamento adotado pela decisão de primeiro grau, porquanto teria apenas repetido as alegações dos embargos à execução. É sabido que os recursos de natureza ordinária, como é o agravo de petição, são dotados de ampla devolutividade, razão pela qual a mera reiteração dos argumentos dos embargos à execução e do agravo de petição não implica necessariamente ausência de dialeticidade. Nos termos da Súmula 422 do TST, o requisito de impugnação expressa dos fundamentos da decisão recorrida aplica-se apenas em relação aos recursos interpostos perante o TST. Para o recurso ordinário, segundo o item III da referida súmula, apenas se admite o não conhecimento do apelo quando as razões do recurso sejam inteiramente dissociadas dos fundamentos da sentença, o que não se verificou nos autos. Recurso de revista conhecido e provido" (TST-RR-10315-03.2014.5.14.0416, 8ª Turma, Rel.ª Min.ª Delaide Alves Miranda Arantes, DEJT de 10/09/2021).

Considerando que os argumentos dispendidos pela reclamante não são inteiramente dissociados dos fundamentos da sentença, a decisão do Regional violou o artigo 5º, LV, da Constituição da República.
Dessa forma, com fulcro no artigo 896, "c", da CLT, dou provimento ao agravo de instrumento a fim de destrancar o recurso de revista interposto pela reclamante e determinar a consequente reautuação do feito, prosseguindo, desde logo, no exame do referido apelo.

II - RECURSO DE REVISTA

Trata-se de recurso de revista (fls. 708/718) interposto pela reclamante em face do acórdão de fls. 644/653.
Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade extrínsecos do recurso de revista, entre os quais a representação processual (fls. 19) e a tempestividade (acórdão regional publicado em 16/06/2020 e apelo protocolado em 26/06/2020), sendo inexigível o preparo.
Nos termos da fundamentação expendida no exame do agravo de instrumento, constata-se a presença de pressuposto de admissibilidade intrínseco do recurso de revista, pois demonstrada a violação do artigo 5º, LV, da Constituição Federal.
Dessa forma, conheço do presente apelo, com fulcro no artigo 896, "c", da CLT, e, no mérito, dou-lhe provimento para determinar o retorno dos autos ao TRT de origem, a fim de que examine os argumentos referentes à "Reponsabilidade subsidiária" e "Multa prevista nos artigos 467 e 477, § 8º, da CLT".
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº RR-0000517-83.2012.5.05.0013

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	TNT MERCÚRIO CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA.
Advogado	Dr. Márcio Ribeiro de Souza(OAB: 22769-A/PE)
Recorrido	ROMILSON BISPO DOS SANTOS
Advogado	Dr. Ayrton Carlos Nunes Filho(OAB: 13722-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ROMILSON BISPO DOS SANTOS
- TNT MERCÚRIO CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA.

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que deu parcial provimento aos recursos ordinários.
Irresignada, a empresa interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Vice-Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (artigo 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado e regular o preparo.
Quanto à competência da Justiça do Trabalho, incidem a Súmula 333/TST e o art. 896, § 7º, da CLT. Tratando-se de discussão quanto ao reconhecimento de vínculo empregatício, a controvérsia decorre da relação de trabalho.
No tocante à prescrição, o TRT consignou que, "de fato, o marco prescricional é na data apontada diante do ajuizamento da ação em 10/05/2012 (fl. 01); contudo, as parcelas relativas ao apontado mês são devidas de forma integral, consoante destacado na decisão de origem". Incidem, no caso, a Súmula 333/TST e o art. 896, § 7º, da CLT, in verbis:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. EXECUÇÃO.RECLAMADA. LEI Nº 13.467/2017. TRANSCENDÊNCIA. PRESCRIÇÃO. COISA JULGADA. CONTROVÉRSIA SOBRE A INCIDÊNCIA DE PRESCRIÇÃO A PARTIR DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO. 1 -Registra-se, inicialmente, que o Pleno do TST, na sessão realizada em 06/11/2020, ao julgar o processo ArgInc-1000845-52.2016.5.02.0461, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 896-A, §5º, da CLT. 2 -Na decisão monocrática, não foi reconhecida a transcendência quanto ao tema e foi negado provimento ao agravo de instrumento. 3 - No caso, o TRT, ao analisar a prescrição aplicável ao caso, assim entendeu "A sentença de 1º grau declarou

"a prescrição parcial da pretensão relativa aos créditos cuja exigibilidade seja anterior a 09.04.2009" [...] Pelo comando exequendo a condenada foi condenada no pagamento de diferenças de horas extras e de sobreaviso, cujas parcelas se tornaram exigíveis no 5º dia útil do mês seguinte ao da prestação de serviço, a teor do art. 459, § 1º, da CLT [...] Assim, como o salário do mês de abril de 2009 somente se tornou exigível depois do quinto dia útil do mês seguinte, a remuneração relativa a esse mês de abril de 2009 é devida integralmente, não havendo que se falar na apuração proporcional aos 21 dias posteriores à prescrição declarada a partir de 09/04/2009, como pretendido pela Agravante". 4 - Mantém-se a decisão monocrática na qual não foi reconhecida a transcendência, pois, no caso concreto, a matéria probatória não pode ser revisada no TST e a matéria de direito encontra-se uniformizada nesta Corte Superior, por meio de decisão proferida pela SBDI-I. 5 - Não se constata a existência de transcendência em qualquer de seus indicadores. 6 - Agravo a que se nega provimento. (Ag-AIRR - 10595-20.2014.5.18.0009, Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, Data de Julgamento: 29/09/2021, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 01/10/2021)

No que tange à natureza da relação havida entre as partes, o TRT, com fundamento nas provas, concluiu estarem preenchidos os requisitos necessários à caracterização do vínculo empregatício. Incide, no caso, a Súmula 126/TST.
Em relação ao tema "anotação da CTPS - multa diária", o TRT entendeu que, "dispondo a CLT na Seção IV, Das Anotações, que a obrigação de anotar a Carteira de Trabalho é do empregador, possível a aplicação de astreintes em caso de descumprimento desta obrigação de fazer". Incidem, no caso, a Súmula 333/TST e o art. 896, § 7º, da CLT.
Diante da manutenção do vínculo de emprego, ficam mantidas as verbas daí decorrentes.
No que se refere ao aviso prévio indenizado, incide a Súmula 126/TST.
Relativamente ao 13º salário e férias + 1/3, o apelo encontra-se desfundamentado à luz do art. 896 da CLT.
Acerca do tópico "liberação do TRCT - chave de conectividade - FGTS e multa de 40% - ônus da prova", incide a Súmula 297/TST.
Quanto à indenização do seguro-desemprego, incidem as Súmulas 389, II, e 333 do TST e o art. 896, § 7º, da CLT.
Em relação às horas extras e reflexos, o TRT, com fundamento nas provas, concluiu que havia a possibilidade de controle da jornada de trabalho. Incide, no caso, a Súmula 126/TST.
No tocante à repercussão do RSR, esta Corte Superior, ao julgar o IRR-10169-57.2013.5.05.0024, alterou o entendimento contido na OJ n.º 394 da SBDI-1 do TST. Contudo, na mesma sessão, modulou os efeitos da nova tese, nos seguintes termos:

"Aplica-se o novo entendimento 'aos cálculos das parcelas cuja exigibilidade se aperfeiçoe a partir da data do presente julgamento (inclusive)', ocorrido, frise-se, em 14/12/2017".

Ademais, em 30/09/2021, ao analisar o TST-Ag-E-Ag-RR-1180-72.2012.5.09.0093, em voto do Ministro Renato de Lacerda Paiva, a SDI-1 consignou que ainda persiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST e que não houve a determinação de suspensão dos demais recursos que tramitam nesta Corte, nos termos do artigo 896-C, § 5º, da CLT.
Eis os fundamentos do acórdão:

"A Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 dispõe que -A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de `bis in idem--.
Contudo, esta Subseção, em Sessão Ordinária, no dia 9 de fevereiro de 2017, acolheu proposta de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo, afetando à sua composição plena a matéria - Repouso semanal remunerado - RSR. Integração das horas extraordinárias habituais. Repercussão nas demais parcelas salariais. Bis in Idem. Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST-.
Sob o rito do artigo 896-C da CLT, submeteu como representativo da controvérsia o processo nº 10169-57.2013.5.05.0024, de Relatoria do Exmo. Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro.
Em 14/12/2017, esta Subseção decidiu, por unanimidade, - suspender a proclamação do resultado do julgamento para, nos termos do disposto no artigo 171, § 2º, do RITST, e, ouvida a Comissão de Jurisprudência e Precedentes Normativos desta Corte Superior, submeter à elevada apreciação do Tribunal Pleno a questão relativa à revisão ou cancelamento, se for o caso, da Orientação Jurisprudencial nº 394 SbDI-1 do TST, uma vez que a maioria dos ministros votava em sentido contrário ao disposto na referida Orientação Jurisprudencial-. Na sessão de 22/3/2018, decidiu-se, por unanimidade, chamar o feito à ordem para renovar o prazo de suspensão a partir do dia 27/3/2018 e retirar o processo de pauta, remetendo-o ao Tribunal Pleno.
Todavia, nos autos do referido IRR nº 10169-57.2013.5.05.0024, não houve a determinação de suspensão dos demais recursos que tramitam nesta Corte, nos termos do artigo 896-C, § 5º, da CLT.
Assim, tendo em vista os mencionados pronunciamentos judiciais desta Subseção, subsiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST.
Além do mais, vale acrescentar que, no julgamento do IRR-10169-57.2013.5.05.0024, já foram modulados os efeitos da decisão, ficando definido que a tese jurídica nele estabelecida -somente será aplicada aos cálculos das parcelas cuja exigibilidade se aperfeiçoe a partir da data do presente julgamento (inclusive)-, ocorrido, frise-se, em 14/12/2017.
Logo, a tese vinculante estabelecida no incidente, no sentido da inexistência de bis in idem na hipótese sob exame, terá incidência nos processos cujos cálculos das parcelas, objeto de execução, já estejam definidos a partir da data de 14/12/2017.
Assim sendo, por todo o exposto, no presente caso, ainda persiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST.
Nesse sentido:
(...)
Nesse passo, diante da conformidade do acórdão proferido pela Turma desta Corte com a jurisprudência iterativa e notória do TST, consubstanciada na Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1/TST, constata-se que o recurso de embargos interposto pelo sindicato reclamante encontra óbice na norma contida no artigo 894, II, § 2º, da CLT, com a redação da Lei n.º 13.015/2014, não se verificando contrariedade aos verbetes indicados.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo."

Assim, considerando que as verbas ora discutidas se originaram em data anterior ao julgamento do IRR-10169-57.2013.5.05.0024, continuam a ser regidas pelo entendimento constante na Orientação Jurisprudencial n.º 394 da SBDI-1, ainda não alterado por esta Corte Superior.
Portanto, ao determinar a repercussão do repouso semanal

remunerado majorado pela integração das horas extras habitualmente prestadas no cálculo das demais verbas, o Regional decidiu em dissonância com o entendimento consubstanciado no mencionado verbete.
Nesse contexto, o recurso deve ser conhecido e provido para determinar a aplicação da OJ 394 da SDI-1 do TST.
Acerca da multa do art. 477, § 8
º, da CLT, o TRT, ao manter a sua aplicação na hipótese de vínculo de emprego reconhecido em juízo, decidiu em consonância com a Súmula 462/TST. Incidem, no caso, a Súmula 333/TST e o art. 896, § 7º, da CLT.
Quanto à remuneração, o TRT fixou "a média indicada na inicial, tendo em vista a reclamada haver reconhecido tal valor, conforme consignado na defesa". Incide, no caso, a Súmula 126/TST.
Em relação à justiça gratuita, incide a Súmula 297/TST.
No tocante ao fato gerador das contribuições previdenciárias, incide a Súmula 297/TST.
Relativamente à impugnação aos cálculos, o apelo encontra-se desfundamentado à luz do art. 896 da CLT.
No que se refere aos reflexos das horas extras, o apelo encontra-se desfundamentado à luz do art. 896 da CLT.
No que tange à inclusão dos reflexos na base de cálculo do FGTS, o apelo encontra-se desfundamentado à luz do art. 896 da CLT.
À vista do exposto, com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST e 932, III, IV e V, do CPC/2015, conheço do recurso de revista apenas quanto ao tema "repercussão do RSR", por contrariedade à OJ 394 da SBDI-1/TST, e, no mérito, dou -lhe provimento para excluir da condenação a repercussão do repouso semanal remunerado majorado pela integração das horas extras habitualmente prestadas nas demais parcelas trabalhistas. Mantém-se o valor da condenação.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0000384-51.2012.5.01.0078

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Recorrido	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogada	Dra. Roberta Pelágio de Freitas Oliveira(OAB: 119299/RJ)
Recorrido	SIMONE DE SENNA SILVA QUINTINO
Advogado	Dr. Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)
Recorrido	ORBITALL SERVIÇOS E PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÕES COMERCIAIS LTDA.
Advogada	Dra. Roberta Pelágio de Freitas Oliveira(OAB: 119299/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- ORBITALL SERVIÇOS E PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÕES COMERCIAIS LTDA.
- SIMONE DE SENNA SILVA QUINTINO

O TRT recebeu o recurso de revista da Contax-Mobitel S.A e negou seguimento ao seu recurso de revista do Banco Itaucard.
A reclamante apresentou contrarrazões ao recurso de revista.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2°, do RITST).
Examino.

RECURSO DE REVISTA DA CONTAX MOBITEL S.A.

1-TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DO ARE-791.932-DF. TEMA 739 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. TESE FIRMADA NOS AUTOS DA ADPF 324 E DO RE-958.252-MG, TEMA 725 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. IMPOSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DIRETO
1.1-Conhecimento
Quanto ao tema, consignou o Regional:

(...) Ainda que em favor do banco recorrente, a reclamante atuava como operadora de atendimento em sistema de call center, e para o Direito do Trabalho o que importa é o que ocorre no mundo dos fatos.
(...) Contudo, este não é o entendimento prevalente nesta Egrégia Turma, que se direciona para o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o banco tomador dos serviços, reconhecendo a obreira como bancária e a ela deferindo os direitos normativos decorrentes desse enquadramento. Fica, deste modo, ressalvado o entendimento pessoal deste Relator, observados os fundamentos a seguir.
Há que se reconhecer que o liame de emprego se dava com o BANCO ITAUCARD, pois que atingido o seu objetivo social.
A submissão da reclamante aos parâmetros preestabelecidos pela administradora vem a reforçar a subordinação às determinações de seu ernpregadQr, considerando, inclusive, que em todo o período imprescrito o BANCO ITAUCARD foi o tomador dos serviços da acionante. Incide, in casu, o inciso I da Súmula 331 do TST, segundo a qual a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços.
Nesse sentido recente acórdão do C. TST, nos autos dó recurso de revista 1198-57.2010.5.05.0002, que tem como litigantes CONTAX S.A, BANCO CITICARD S.A. e JOSEANE DE JESUS CORREIA, cuja ementa reproduzo:
(...) Nego provimento.
12. CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA (recurso da CONTAX) Alega a recorrente CONTAX que inexistiu fraude na terceirização de atividades meio do tomador dos serviços, assim como que a solidariamente não se presume, mas decorre da lei ou da vontade das partes.
Superada a tese da ausência de fraude, considerando os argumentos expostos no tópico anterior, segundo o entendimento prevalente nesta E. Turma, há que se manter a sentença que teve como alicerce a disposição do art. 942, parágrafo único, do CC/2002, nos seguintes termos:
(...)
Nego provimento.
A recorrente aponta nulidade por negativa de prestação jurisdicional quanto ao tema divisor. Indica violação dos arts. 93, IX, da CF/1988; 832, da CLT e 458, do CPC/1973.
Sustenta, em síntese, ser indevido o vínculo de emprego direto com

o Banco Itaucard declarado pelo TRT, com fundamento de que a contratação de serviços terceirizados é permitida, inclusive para as atividades-fim da empresa.
Assevera que, sendo lícita a contratação estabelecida, também deve ser afastada a sua responsabilidade subsidiária, uma vez que não tem culpa no inadimplemento das verbas trabalhistas da devedora principal.
Aponta violação dos arts. 2º e 3º, da CLT, bem como contrariedade à Súmula 331/TST. Colaciona arestos.
Ao exame.
Deixa-se de examinar a preliminar suscitada, no tocante ao tema "Divisor", com fundamento no art.282, § 2.º, do CPC.
No caso dos autos, o Tribunal Regional entendeu pela ilicitude da terceirização de serviços firmada entre as reclamadas, pelo reconhecimento do vínculo de emprego diretamente para com o tomador dos serviços e pela condenação ao pagamento das parcelas trabalhistas daí decorrentes.
Esta Corte Superior, inclusive esta Turma, com fundamento nos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, adotava o entendimento de que o ordenamento jurídico pátrio não autorizava a terceirização de forma ampla e irrestrita da atividade-fim empresarial. Assim, nos termos do item I da Súmula 331/TST, decidia pela ilicitude da terceirização e, consequentemente, pelo reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços.
Contudo, a Suprema Corte, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", afastando, assim, a configuração da relação de emprego com o tomador dos serviços. Além disso, em 11/10/2018, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, reafirmou o seu entendimento de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada".
Fixou, então, a tese jurídica de que "é nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC".
Ressalta-se que, a partir de 30/8/2018, é de observância obrigatória aos processos judiciais em curso ou pendentes de julgamento a tese jurídica firmada pelo e. STF no RE n.º 958.252 e na ADPF n.º 324.
Nesse sentido, cito precedentes da SBDI-1 desta Corte seguindo o entendimento vinculante do STF:

AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SOBRESTAMENTO. "TERCEIRIZAÇÃO". OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO. NÃO APLICAÇÃO DO ART. 94, II, DA LEI 9.472/97. REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. 1. Trata-se de agravo interno interposto em face da decisão da Vice-Presidência do TST por meio da qual foi determinado o sobrestamento do recurso extraordinário com base em precedente de repercussão geral em julgamento, na forma do art. 1.030, III do CPC. 2. O Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Recurso Extraordinário com Agravo nº 791.932/DF, concluiu que há repercussão geral na questão relativa à ofensa ao princípio da reserva de plenário, previsto no art. 97 da Constituição e na Súmula Vinculante 10, em face da recusa da aplicação, pelas instâncias de origem, do art. 94, II, da Lei 9.472/97 (Tema 739). 3. A abrangência do precedente, não limitada à atividade de call-center, restou assentada em diversos precedentes do Supremo Tribunal Federal, considerando-se, ainda, que os motivos determinantes da decisão tem como razão preponderante a invocação da Súmula 331 do TST como embasamento à recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/97, e possível violação constitucional daí decorrente. 4. Nesse sentir, ficam mantidos os fundamentos adotados pela decisão agravada, restando verificada, ainda, a manifesta inadmissibilidade do presente agravo, aplicando-se a multa prevista no § 4º do artigo 1.021 do atual CPC. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. (Ag-ED-RR-20109-09.2013.5.04.0401, Órgão Especial, Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 16/12/2018).

RECURSO DE EMBARGOS. REGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES TOMADORA DOS SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. 1. A eg. Sexta Turma não conheceu do recurso de revista, sob o fundamento de que se afigura ilícita a terceirização dos serviços de reparação e manutenção de linhas telefônicas, razão pela qual configurado o vínculo de empregado com a empresa tomadora de serviços. 2. Entretanto, a partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 3. Na espécie foi reconhecido o vínculo de emprego diretamente com a tomadora dos serviços (Telemar Norte Leste S.A.), em razão, exclusivamente, de as funções do reclamante serem inerentes à atividade-fim da concessionária do serviço de telecomunicações. 4. Assim, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do reclamante com a tomadora de serviços, revelando-se indevidas as obrigações inerentes aos empregados do contratante. Recurso de embargos conhecido e provido. (E-RR - 65400-93.2007.5.03.0005 Data de Julgamento: 24/10/2019, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 08/11/2019).
Nesse contexto, não há mais espaço para o reconhecimento do vínculo empregatício com o tomador de serviços sob o fundamento de que houve terceirização ilícita (ou seja, terceirização de atividade essencial ou finalística), ou, ainda, para a aplicação dos direitos previstos em legislação específica ou em normas coletivas da categoria profissional dos empregados da empresa contratante. Nesse sentido, cito jurisprudência desta Corte:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. Ante as razões apresentadas pelo agravante, afasta-se o óbice oposto no despacho agravado. Agravo conhecido e provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. Decisão regional em que adotado o entendimento de que é ilícita a terceirização empreendida na atividade-fim do tomador dos serviços. Aparente violação do art. 5º, II, da CF, a ensejar o provimento do agravo de instrumento. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. 1. O Tribunal Regional manteve a sentença quanto à ilicitude da terceirização, ao fundamento de que os serviços prestados estão inseridos na atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. 2. Não obstante o entendimento cristalizado na Súmula 331, I, do TST, no sentido de que "a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário ", o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de repercussão geral, decidiu que " é lícita à terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Ressalto que, no caso, não há no acórdão regional qualquer registro concernente à existência de pessoalidade e/ou subordinação direta à tomadora dos serviços. Assim, torna-se inviável o reconhecimento da ilicitude da terceirização, não sendo tampouco possível o reconhecimento de isonomia com os empregados da empresa tomadora dos serviços. 4. Configurada a violação do art. 5º, II, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10943-72.2016.5.03.0013, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 12/11/2021)

RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO DE EMPREGO. BANCO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. 1. A partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços, independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 2. Na espécie, o Tribunal Regional reconheceu o vínculo de emprego entre a reclamante e um dos Bancos reclamados, somente em razão da prestação de serviços reputados eminentemente bancários. Nesse sentido, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego da reclamante com a instituição financeira tomadora de serviços e a condição de bancário do trabalhador. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10823-70.2015.5.03.0043, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 02/02/2021)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO AUTOR NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/17. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. Compulsando-se os autos, verifica-se que o acórdão embargado, de fato, se pronunciou no sentido da não observância de pressuposto da regularidade formal inerente aos recursos de fundamentação vinculada (princípio da dialeticidade recursal). Todavia, em melhor análise, constata-se que a parte, nas razões do agravo, impugnou de forma específica e fundamentada o óbice erigido na decisão agravada, comportando, assim, a decisão embargada complementação. TERCEIRIZAÇÃO. TOMADORA DE SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO STF. TEMA 725. REPERCUSSÃO GERAL. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de Repercussão Geral, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Nesse contexto, porquanto superada a questão da ilicitude da terceirização - em conformidade com as decisões do STF -, resulta inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do autor diretamente com o tomador de serviços. Embargos de declaração a que se dá provimento, para sanar os vícios apontados, sem, contudo, imprimir-lhes efeito modificativo. (ED-Ag-AIRR-11359-77.2015.5.01.0030, 1ª Turma, Relator Ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 16/11/2021).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Deixa-se de analisar a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, nos termos do artigo 249, § 2º, do CPC/73 (artigo 282, § 2º, do atual CPC), por cogitar-se, no mérito , de possível decisão favorável ao reclamante. TERCEIRIZAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS DE ENERGIA. PREVISÃO NO ARTIGO 25, § 1º, DA LEI Nº 8.987/95. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA ADPF 324, DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EM REPERCUSSÃO GERAL ARE-791.932-DF (TEMA 739) E RE-958.252-MG (TEMA 725) E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE Nos 26 E 57, EM QUE SE DISCUTIA A CONSTITUCIONALIDADE DO CITADO DISPOSITIVO LEGAL. 1. Esta Corte firmou o entendimento de que a terceirização do serviço de eletricista, por se tratar de atividade-fim das empresas concessionárias de serviço de energia elétrica, era ilícita, com fundamento na Súmula nº 331, itens I e III, do TST. 2. Por outro lado, a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre "o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", como norma de Direito Administrativo, não foi promulgada para regular matéria trabalhista, devendo ser interpretada à luz dos princípios e das regras que norteiam o Direito do Trabalho, de modo a não esvaziar de sentido prático ou a negar vigência e eficácia às normas trabalhistas que, no País, disciplinam a prestação do trabalho subordinado e as próprias figuras do empregado e do empregador. Dessa forma, quando os órgãos fracionários dos Tribunais trabalhistas entendem que as relações laborais não são regidas pelo artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, não estão deixando de aplicar o dispositivo legal por considerá-lo inconstitucional. Assim, foi observado o disposto no artigo 97 da Constituição Federal e na Súmula Vinculante nº 10 e do STF. 3. Não obstante seja esse o entendimento deste Relator, curvo-me, com ressalva, à tese firmada na decisão proferida nos autos do ARE-791.932-DF (Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral), relatada pelo Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, in verbis: "É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC" (DJe de

6/3/2019). 4. A Suprema Corte, em sessão realizada em 30/8/2018, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252 (Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral), a respeito da terceirização prevista na Súmula nº 331 do TST, firmou a seguinte tese: "É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 5. Nos acórdãos proferidos nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade nºs 26 e 57, em que se discutia a constitucionalidade do artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, relatados pelo Exmo. Ministro Edson Fachin, foi destacado: "no julgamento do Tema 739, ARE 791.932- RG, esta Corte, então instada a se manifestar sobre a inobservância da cláusula de reserva de Plenário e o disposto no art. 94, II, da Lei 9.472/1997, declarou a nulidade da decisão do órgão fracionário do TST"; "a norma do diploma regulatório dos serviços de telecomunicações tem conteúdo idêntico ao objeto da presente ação direta de constitucionalidade". 6. A Suprema Corte, fazendo referência às teses fixadas no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252- RG (Tema 725), registrou que, tendo sido afastada a aplicação da Súmula nº 331 do TST "naquelas hipóteses, deve também aqui se estender o mesmo entendimento", concluindo que "o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, ao autorizar as concessionárias de serviço público a contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, alinha-se ao entendimento jurisprudencial atual e, reveste-se de constitucionalidade, devendo ter sua eficácia garantida e preservada". 7. Entretanto, a adoção da tese vinculante firmada pelo Supremo Tribunal Federal não impede o reconhecimento de vínculo de emprego entre o trabalhador terceirizado e a tomadora de serviços, quando comprovada a incidência dos artigos 2º, 3º e 9º da CLT ao caso em apreço, conforme decidiu a SbDI-1, nos autos do E-ED-RR-32900-51.2005.5.03.0002, em acórdão relatado pelo Exmo. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, firmando o entendimento de que há que reconhecer o "vínculo empregatício com a tomadora dos serviços, quando estiver nitidamente comprovada nos autos a presença dos requisitos do art. 3º da CLT, configurando desvirtuamento da terceirização de forma a disfarçar a existência de inequívoca relação de emprego com a tomadora". 8. Na hipótese dos autos, o Ministério Público do trabalho ajuizou ação civil pública contra a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (concessionária de serviços de energia elétrica) e a Santa Maria Participações S.A., a fim de impedir a terceirização de atividade-fim daquela. O Tribunal a quo, por entender pela ilicitude da terceirização dos serviços de leitura de medidores de energia elétrica ativa, reativa e de demanda, envio de faturas e documentos, suspensão do fornecimento de energia elétrica e religação procedida pela Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., confirmou a sentença pela qual essa última ré foi condenada a abster-se de terceirizar os citados serviços e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo . 9. Como o Supremo Tribunal Federal firmou tese, de natureza vinculante, considerando lícita a terceirização, não subsiste a condenação da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. "a abster-se de repassar a terceiros atividades-fins" e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo (responsabilidade solidária da segunda ré). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-215900-88.2012.5.17.0141, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 12/11/2021).

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - PROVIMENTO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. Diante de potencial violação do art. 37, XIII, da Constituição Federal, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252/MG, com repercussão geral (tema 725), em sessão plenária do dia 30.8.2018, fixou teses, respectivamente, no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada" e que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 2. A licitude de terceirização de atividade-fim foi reafirmada, pelo Excelso Pretório, nos julgamentos subsequentes do ARE nº 791.932/DF, com repercussão geral (tema 739), em 11.10.2018, e da ADC nº 26, em 22.8.2019. 3. O caso dos autos é o decidido pelo STF, razão pela qual não é possível a aplicação analógica do art. 12, "a", da Lei nº 6.019/74 (OJ 383/SBDI-1/TST), com esteio na alegada ilicitude da terceirização. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10166-80.2018.5.03.0025, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 12/11/2021).

[...] RECURSOS DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STF (TEMA 739 DE REPERCUSSÃO GERAL NO STF - ARE 791.932). TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. O STF, no julgamento da ADC 26/DF, transitado em julgado em 18.09.2019, seguindo a tese firmada no ARE 791.932, em repercussão geral (Tema 739), declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, que autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público, e, reiterando o entendimento exarado pelo Plenário do STF em 30.08.2018, no julgamento da ADPF-324 e do RE-958252, com repercussão geral (Tema 725), reconheceu a constitucionalidade do instituto da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, afastando a incidência da Súmula 331 do TST. É necessário, pois, o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF, relativamente à possibilidade de terceirização de serviços afetos às atividades precípuas das concessionárias de energia elétrica, sendo irrelevante perquirir sobre a natureza das atividades exercidas pela empresa contratada. No caso vertente, o TRT entendeu que havia relação direta da atividade desempenhada pelo Reclamante com a atividade-fim da tomadora e concluiu pela ilicitude da terceirização. Entretanto, há de ser afastada a ilicitude da terceirização, à luz do entendimento do E. STF e do art. art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995. Consequentemente, não se viabiliza o reconhecimento da isonomia salarial em relação aos empregados da empresa tomadora de serviços e a condenação ao pagamento de direitos e benefícios legais, normativos e/ou contratuais daí decorrentes. Remanesce, contudo, a responsabilidade subsidiária em caso de eventual condenação, nos termos da decisão do STF (Tema 725) e da Súmula 331, IV/TST. Ressalva de entendimento pessoal deste Relator. Recurso de revista conhecido e provido. (RR -20455-49.2017.5.04.0811, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 19/03/2021).

[...] RECURSO DE REVISTA. DECISÃO REGIONAL PROFERIDA ANTES DA LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO. SERVIÇOS DE TELEMARKETING. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O BANCO TOMADOR DE SERVIÇOS. Nos termos do posicionamento adotado pela Suprema Corte Federal, no julgamento do ARE 791932, Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral, nos autos da ADPF 324 e do RE 958252, e, ainda, na ocasião do julgamento da ADC 26, é lícita a terceirização de serviços de atividade fim . Assim, deve ser reformada a decisão regional para adequar ao entendimento da Suprema Corte. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-170-89.2013.5.06.0012, 6ª Turma, Relator Ministro Aloysio Correa da Veiga, DEJT 20/03/2020).

III - RECURSO DE REVISTA ANTERIOR À LEI Nº 13.015/2014. RETORNO DOS AUTOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA TOMADORA DOS SERVIÇOS NÃO CONFIGURADA. MANUTENÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO CONSAGRADO PELO C. STF - TEMA 725 DE REPERCUSSÃO GERAL NO C. STF - ADPF 324 E RE 958.252. 1. Há muito prevaleceu no âmbito desta Corte Superior o entendimento de que é ilícita a terceirização de serviços especializados, ligados à atividade-fim do tomador dos serviços, identificada no objeto social do contrato social das empresas envolvidas. Nessa linha de argumentação, entendia-se que a contratação de trabalhadores por empresa interposta seria ilegal, formando-se o vínculo empregatício diretamente entre o empregado contratado e a empresa tomadora dos serviços. Inteligência da Súmula nº 331 do c. TST. 2. Revisitando posicionamento consagrado pelo c. TST, em 30.8.2018, a Suprema Corte, nos autos da ADPF 324/DF e do RE 958.252, submetido à sistemática da repercussão geral - Tema nº 725 - , tendo em conta os princípios constitucionais da livre iniciativa (art. 170) e da livre concorrência (art. 170, IV), a dignidade da pessoa humana (art. 1º), os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal (art. 7º), o direito de acesso do trabalhador à previdência social, à proteção à saúde e à segurança no trabalho, declarou a inconstitucionalidade da Súmula nº 331, I, do c. TST, reconhecendo a licitude da terceirização em todas as etapas do processo produtivo, seja meio ou fim. Ao examinar o Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral, no RE nº 958.252 , fixou a seguinte tese jurídica: " É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante " . Na mesma oportunidade, ao julgar a ADPF nº 324, firmou a seguinte tese, com efeito vinculante para todo o Poder Judiciário: " 1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". 3. Em suma, o c. STF reconheceu a legalidade irrestrita da terceirização de serviços, podendo a contratação de trabalhadores se dar de forma direta ou por empresa interposta e para exercer indiscriminadamente atividades ligadas à área fim ou meio das empresas, não se configurando em tais circunstâncias relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada, remanescendo, contudo, a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa contratada, bem como pelas obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993, além de firmar que é plenamente possível a terceirização de atividades precípuas das concessionárias de serviços públicos. 4. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional ratificou o entendimento do juízo de primeiro grau, de que o autor desempenhava tarefa intimamente ligada à atividade-fim da tomadora dos serviços, declarando, por essa razão, a sua responsabilidade solidária pelas verbas devidas ao trabalhador, em desconformidade com a atual jurisprudência do c. STF e do c. TST. Recurso de revista conhecido por contrariedade (má aplicação) à Súmula/TST nº 331 e provido. (RR-722-18.2012.5.06.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 07/01/2020).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. ADPF Nº 324 E RE Nº 958.252. TESE FIRMADA PELO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 331 DO TST À LUZ DOS PRECEDENTES DO STF. (...) I. No que diz respeito ao reconhecimento da licitude da terceirização, a decisão regional foi proferida em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 958.252, de que resultou a fixação da seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", bem como no julgamento da ADPF nº 324, em que foram fixadas as seguintes teses: "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". II. Assim sendo, o conhecimento do presente recurso de revista no que diz respeito ao pedido de reconhecimento da ilicitude da terceirização havida entre as Reclamadas encontra óbice no entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, fixada no julgamento da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252. (...). (Ag-AIRR-10681-27.2018.5.18.0081, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 05/11/2021).

(...) II. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE. SISTEMA DE TELEATENDIMENTO. MATÉRIA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADPF 324, RE 958.252 E ARE 791.932). REPERCUSSÃO GERAL. ISONOMIA SALARIAL. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 383 DO TST. IMPOSSIBILIDADE. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA. 1. O Tribunal Regional, reconhecendo que a Reclamante prestou serviços relacionados à atividade-fim da tomadora de serviços, declarou a ilicitude da terceirização havida entre as partes. Muito embora tenha fundamentado não ser possível o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o Ente integrante da Administração Pública Indireta, reconheceu o direito obreiro às verbas trabalhistas - legais e normativas - asseguradas aos empregados da tomadora

de serviços, com fundamento no princípio da isonomia. 2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 30/8/2018, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958.252, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se estabelecendo relação de emprego entre a tomadora de serviços e o empregado da empresa prestadora. 3. Dispõe a Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST que: "A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções ". 4. O fato autorizador da isonomia de direitos entre os empregados terceirizados e os regularmente contratados pelo tomador de serviços integrante da Administração Pública é a ilicitude da terceirização. Nessa esteira de raciocínio, reconhecendo o STF a licitude da terceirização tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim das empresas tomadoras, inviável a aplicação da Súmula 331/TST e Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST, que traz como premissa básica a irregularidade da contratação do trabalhador terceirizado. Julgados do TST. 5. Recurso de revista conhecido por má-aplicação da Súmula 331/TST e da OJ 383 da SBDI-1/TST. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-2185-47.2016.5.06.0102, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/12/2020)

[...] II - RECURSO DE REVISTA DA 2ª RECLAMADA (LIQ CORP S/A). ADMISSIBILIDADE. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA. LICITUDE. VÍNCULO DIRETO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE DIREITOS DA CATEGORIA DO TOMADOR. INVIABILIDADE. A partir do julgamento do RE nº 958.252 e da ADPF nº 324 pelo Supremo Tribunal Federal, a matéria em discussão nestes autos (ilicitude da terceirização de atividade-fim) pacificou-se e encontra o seu norte nos termos da decisão vinculante daquela Corte Suprema, que, ao julgar o mérito da controvérsia atinente ao Tema 725 da repercussão geral, definiu a tese jurídica segundo a qual "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Assim, a decisão do Regional, naquilo em que aplicou a Súmula nº 331, I, do TST à hipótese encontra-se superada pela jurisprudência vinculante do Pretório Excelso, merecendo reforma o acórdão recorrido, a fim de decretar a licitude da terceirização e, por conseguinte, a ausência de vínculo direto com o tomador e os demais consectários daí decorrentes, a exemplo de direitos previstos em normas coletivas da categoria do tomador ou no regulamento interno da empresa, equiparação salarial, ou quaisquer outros que tenham como base jurídica de sustentação a irregularidade do contrato de terceirização de atividade-fim. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-456-10.2014.5.02.0088, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 19/03/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. TOMADORA DOS SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE N.º 958.252 COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA (TEMA 725) E ADPF 324. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 324, em 30/8/2018, erigiu tese no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 2. Na mesma ocasião, a Corte Suprema, examinando o Tema 725 de Repercussão Geral, no julgamento do RE 958.252, estabeleceu a seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Inquestionável a aplicação imediata dos aludidos precedentes firmados em Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida, bem como em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, cuja decisão tem efeito vinculante. 4. Na linha dos precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal, remanesce a possibilidade de reconhecimento de vínculo com a empresa contratante somente nas hipóteses em que há explícita referência, no acórdão prolatado pelo Tribunal Regional, acerca da configuração da pessoalidade e da subordinação hierárquica direta, presencial ou por via telemática, do obreiro aos prepostos da tomadora de serviços, sendo insuficiente a mera subordinação estrutural ou indireta, inerente à própria terceirização. 5. No caso sob exame, afirmou o Tribunal Regional a ilicitude da terceirização tão somente em razão do labor em atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. Tal entendimento destoa claramente daquele fixado pelo Supremo Tribunal Federal. Reconhece-se, portanto, a transcendência política da controvérsia. 6. Nesse contexto, impõe-se afastar o reconhecimento do vínculo de emprego da parte reclamante diretamente com o banco tomador dos serviços, bem como excluir da condenação as parcelas decorrentes da aplicação dos acordos coletivos dos bancários. 7. Recurso de Revista conhecido e provido. (RR-491-61.2017.5.06.0311, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 05/02/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DAS LEIS NºS 13.015/14 E 13.105/15, MAS ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/2017. TELEMARKETING - ILICITUDE DE TERCEIRIZAÇÃO - RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS - ENQUADRAMENTO DO RECLAMANTE NA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS BANCÁRIOS. O STF, em 30/8/2018, no julgamento conjunto da ADPF 324/DF e do RE 958.252/MG (tema de Repercussão Geral nº 725), firmou a tese jurídica de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, seja ela meio ou fim, o que não configura relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. O Plenário da Suprema Corte concluiu, então, que não há óbice constitucional à terceirização das atividades de uma empresa, ainda que se configurem como as denominadas "atividades-fim" das tomadoras de serviços. No caso concreto, o Tribunal Regional concluiu que a contratação dos serviços especializados de telemarketing é ilícita, pois estão ligados à atividade-fim da tomadora de serviços. Assim, o v. acórdão recorrido, ao reconhecer a ilicitude da terceirização na hipótese, contrariou a tese firmada pela Suprema Corte, na ADPF 324 e no RE 958.252 (tema 725 da tabela de repercussão geral). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-11150-12.2015.5.03.0044, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 04/12/2020).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. BANCO BRADESCO S.A. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTENTE. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADPF 324/DF, o RE-958.252/MG (tema 725 da tabela de repercussão geral), fixou a tese, com efeito vinculante e eficácia erga omnes , segundo a qual é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas e de o objeto da terceirização consistir em atividade-meio ou atividade-fim da tomadora de serviços, desde que não seja comprovada a fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, sendo mantida, entretanto, a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. Portanto, definido pelo Supremo Tribunal Federal que é licita a terceirização de serviços, tanto ligados à atividade-meio quanto à atividade-fim da contratante, e não tendo sido constatada fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, deve ser julgado improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo de emprego com O tomador de serviços e, em consequência, os pedidos decorrentes unicamente do vínculo. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. (RR-10958-62.2016.5.03.0103, 8ª Turma, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 23/03/2021)

(...) III - RECURSO DE REVISTA - REGÊNCIA PELA LEI Nº 13.015/2014 - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. CALL CENTER. LICITUDE. A matéria já não comporta debates, ante as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sessão extraordinária realizada no dia 30/08/2018, quando se julgou procedente a arguição formulada na ADPF-324/DF (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018), com eficácia erga omnes e efeito vinculante, e se fixou tese jurídica de repercussão geral, correspondente ao Tema nº 725, no sentido de que "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. (leading case: RE-958252/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018). Recurso de revista conhecido e provido" (RRAg-10055-74.2017.5.03.0173, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 05/02/2021)
Dessa forma, não se pode reconhecer isonomia entre os empregados terceirizados e aqueles contratados diretamente pelo tomador dos serviços. Assim, não há falar em categoria de bancário/financiário, tal como sua jornada ou divisor 150.
Entretanto, registre-se que a responsabilidade da tomadora de serviços nestes casos se mantém de forma subsidiária, consoante a tese já firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante".
Ante o exposto, em face da decisão vinculante do STF, conheço do recurso de revista por violação do art. 3º, da CLT.

1.2 - Mérito

Tendo em vista os fundamentos apresentados, atendidos os requisitos do art. 489, § 1º, do CPC e com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST, 932, III, IV e V, do CPC, dou provimento parcial ao recurso de revista para, reconhecendo a licitude da terceirização dos serviços, afastar o vínculo de emprego direto reconhecido com o tomador -Banco Itaucard, limitando-se o Banco a responder, de forma subsidiária, pelas verbas deferidas à reclamante.

2-MULTA DO ART. 477, §8º, DA CLT
2.1-Conhecimento
Consta do acórdão:
MULTA DO ART. 477 DA CLT
A r. sentença recorrida: "Apesar de alegar a 3ª reclamada ter efetuado o depósito do valor líquido do TRCT de f 1. 370-371 em conta corrente da autora dentro do prazo do art. 477, §6º , b, da CLT, não há qualquer prova neste sentido nos autos, sendo certo que o recibo de pagamento é datado de 27.12.2011, após escoado o prazo legal de dez dias após a dispensa imotivada ocorrida (07.12.2011).
Portanto, condena-se o 4º réu no pagamento da multa do art. 477, § 8º, da CLT, no importe equivalente ao último salário da autora." A recorrente CONTAX alega que, ao contrário dos fundamentos da sentença, a causa de pedir se direciona ao atraso na homologação da rescisão contratual, e não no pagamento das rescisórias.
Com efeito, o teor da causa de pedir de fi. 13 confirma a tese da recorrente.
Nada obstante, não há controvérsia acerca do atraso na homologação contratual, que é verificado na prova documental de fls.33/34.
A norma prevista no art. 477 da CLT determina que o pagamento a que fizer jus o empregado deverá ser realizado no ato da homologação da rescisão contratual.
O parágrafo 6º do art. 477 da CLT só fala em "pagamento", eis que na data em que elaborada a Consolidação das Leis do Trabalho (1943) não existia o regime do FGTS, só criado em 1966 pela Lei n°5107.
Também não havia a obrigatoriedade de entrega da guia para habilitação em programa de assistência financeira temporária ao trabalhador, em caso de desemprego involuntário, criado no início de 1990. Portanto, as inovações legais exigem interpretação integrativa, lógica e sistemática, pelo que é devida a multa, eis que não observado o prazo legal para a prática de todos os atos que envolvem a homologação da ruptura contratual.
Trata-se na realidade de ato complexo. Uma vez que o pagamento deve ser efetuado por ocasião da homologação, a qual exige a concomitância da homologação e do pagamento. Não é suficiente para elidir a penalidade o simples depósito bancário, cabendo igualmente a entrega oportuna do termo de rescisão, das guias do seguro-desemprego e da comprovação do recolhimento da indenização compensatória de 40% sobre o FGTS.
O fato de a data designada para a homologação do contrato de trabalho depender de terceiro, no caso o sindicato, não implica exclusão da multa, pois que até mesmo o simples depósito em conta bancária não apresenta qualquer demonstrativo da natureza das verbas pagas, as quais somente se tornam passíveis de verificação com a entrega do TRCT.
Mantido o pagamento da multa do parágrafo 8º do artigo 477 da CLT.
Nego provimento.
Pugna a reclamada pela exclusão da multa do art. 477,§8º, da CLT. Sustenta ser "inaplicável a referida multa às hipóteses de atraso na homologação da rescisão contratual", já que "verbas rescisórias foram quitadas no decêndio legal".
Aponta violação do art. 477, §8º, da CLT.
Examino.
Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, amulta do art. 477, § 8º, da CLT somente é cabível nas hipóteses em que o

pagamento das verbas rescisórias ocorre fora do prazo legal, não incidindo, portanto, nos casos de atraso na entrega das guias para recebimento do seguro-desemprego e saque do FGTS ou na homologação da rescisão contratual.
Nesse sentido:

"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELA LEI 11.496/2007. MULTA DO ARTIGO 477, § 8º, DA CLT. PAGAMENTO OPORTUNO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. ATRASO NA ENTREGA DAS GUIAS DO SEGURO- DESEMPREGO E DOS DOCUMENTOS PARA SAQUE DO FGTS. A multa do § 8º do art. 477 da CLT destina-se às hipóteses nas quais o empregador não paga, injustificadamente, nos prazos estipulados no § 6º do mesmo dispositivo, as parcelas constantes do instrumento de rescisão contratual. A natureza penal da sanção imposta no § 8º impede a interpretação extensiva de seu preceito para as hipóteses de atraso na entrega das guias do seguro- desemprego e dos documentos para saque dos valores relativos ao FGTS. Registrado no acórdão embargado o pagamento das parcelas rescisórias no prazo legal, incabível a imposição da penalidade. Há precedentes. Recurso de embargos conhecido e não provido." (E-ED-RR - 585300-26.2008.5.12.0035 Data de Julgamento: 16/08/2012, Relator Ministro: Augusto César Leite de Carvalho, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 24/08/2012);
"(...) PAGAMENTO TEMPESTIVO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. ATRASO NA ENTREGA DAS GUIAS PARA FGTS E SEGURO DESEMPREGO. MULTA DO ARTIGO 477, § 8º, DA CLT INDEVIDA. 1. O Tribunal Regional excluiu da condenação amulta do art. 477, § 8º, da CLT ao fundamento de que, " havendo depósito na conta corrente do autor, dos valores constantes do TRCT, em tempo hábil, conforme alínea b, do § 6º do citado artigo, descabida a multa em questão " . 2. Segundo a jurisprudência prevalente neste Tribunal Superior, havendo o pagamento das verbas rescisórias no prazo legal, não há falar emmulta do art. 477da CLT por eventual falta de homologação da rescisão contratual ou por sua implementação a destempo, tampouco pela entrega extemporânea do TRCT e das guias para recebimento do FGTS ou do seguro desemprego. Precedentes. 3. Tese recursal superada pela jurisprudência pacífica desta Corte, a atrair a incidência da Súmula 333/TST e do art. 896, § 7º, da CLT. Recurso de revista integralmente não conhecido " (RR-1191-58.2010.5.03.0087, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 12/05/2017).
" (...) MULTA DO ARTIGO 477, § 8º, DA CLT. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, amulta do art. 477, § 8º, da CLT somente é cabível nas hipóteses em que o pagamento das verbas rescisórias ocorre fora do prazo legal, não incidindo, portanto, nos casos de atraso na entrega das guias para recebimento do seguro-desemprego e saque do FGTS ou na homologação da rescisão contratual. Recurso de revista conhecido e provido. (...). (ARR - 27-26.2012.5.01.0481 , Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 22/10/2018, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 26/10/2018)
" (...) 2.MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. ATRASO NA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL. Conforme inteligência do art. 477 da CLT, o fato gerador da multa prevista no § 8º está vinculado, exclusivamente, ao descumprimento dos prazos especificados no § 6º do mesmo artigo, e não ao atraso da homologação da rescisão e/ou entrega das guias. Recurso de revista não conhecido. (...)(ARR-11073-76.2013.5.12.0026, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 09/06/2017).
" PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. DENTRO DO PRAZO PREVISTO EM LEI. HOMOLOGAÇÃO POSTERIOR AO TERMO DE RESCISÃO.MULTA DO ART. 477DA CLT INCABÍVEL. Se o pagamento das verbas rescisórias ocorreu no prazo previsto no § 6º do art. 477 da CLT, quitando-se aquelas discriminadas no termo de rescisão contratual, não incide a multa prevista no § 8º do mesmo dispositivo, ainda que a homologação do termo de rescisão, com a entrega das guias para o recebimento do FGTS e do seguro-desemprego tenha ocorrido após o prazo. A multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT somente é devida quando as parcelas salariais não são quitadas no prazo legal. Julgados. Recurso de revista a que se dá provimento" (RR-449-39.2012.5.01.0242, 6ª Turma, Relatora Ministra Kátia Magalhães Arruda, DEJT 15/06/2018).
II - RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.467/2017. RECLAMADA. TRANSCENDÊNCIA . MULTA DO ART. 477, §8º, DA CLT 1 - Se o pagamento das verbas rescisórias ocorreu no prazo previsto no § 6º do art. 477 da CLT, quitando-se aquelas discriminadas no termo de rescisão contratual, não incide a multa prevista no § 8º do mesmo dispositivo, ainda que a homologação do termo de rescisão, com a entrega das guias para o recebimento do FGTS e do seguro-desemprego tenha ocorrido após o prazo. A multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT somente é devida quando as parcelas salariais não são quitadas no prazo legal. Julgados. 2 - Recurso de revista a que se dá provimento" (RRAg-10872-62.2018.5.18.0052, 6ª Turma, Relatora Ministra Katia Magalhaes Arruda, DEJT 09/10/2020).
Dessa forma, não há como prevalecer o entendimento da Corte Regional que aplicou amulta do art. 477, § 8º, da CLT fundamentando-se no atraso na entrega do termo de rescisão, das guias do seguro-desemprego e da comprovação do recolhimento da indenização compensatória de 40% sobre o FGTS.
Pelo exposto,conheçodo recurso de revista por violação ao art. 477, § 8º, da CLT.
2.2 - Mérito
Conhecido o apelo por violação ao art. 477, § 8º, da CLT,dou-lhe provimentopara afastar a condenação da parte Reclamada quanto ao pagamento da multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT.

3- INTERVALO INTRAJORNADA. 4-INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. 5-INTEGRAÇÃO DO PRÊMIO. 6-RSR.
Consta do acórdão:

HORAS EXTRAS E INTERVALO DE UMA HORA PARA ALIMENTAÇÃO
(...)
Invalidados os registros de entrada e saída, há que prevalecer a decisão recorrida no que diz respeito à prevalência dos horários apontados na prefacial, por presunção No mais, dispõe o art. 71 da CLT que em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda de 6 (seis) horas é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo, 1 (uma) hora, não podendo exceder de 2 (duas) horas.
Nada obstante o fato de a jornada de trabalho da parte autora ser de 6 horas diárias, constata-se pelo contexto probatório dos autos que era regular o trabalho por mais de seis horas, enquadrando-se a hipótese, portanto, no caput do art. 71 da CLT, uma vez que a lei não se refere à jornada legal ou àquela firmada entre os contraentes, mas sim ao próprio desempenho das tarefas que ultrapassar a sexta hora diária.
Como reiteradamente vem decidindo o c. TST, a duração mínima do intervalo intrajornada é determinada pela jornada efetiva, e não pela

con contratual, nos termos da Orientação Jurisprudencial n° 380 da SBDI-1(...)
Nego provimento.
DESCANSO PREVISTO NO ART. 384 DA CLT
A decisão recorrida, quanto ao tema: "Reputo não recepcioriado pela ordem constitucional vigente o art. 384 da CLT, por flagrante ofensa ao princípio da isonomia (art. 5º, 1, da CF), sendo que a Carta Magna consagra, especificamente no ramo laboral, em seu art. 7º) 5º (X, a igualdade entre homens e mulher no campo laboral. (...)." De início, restou comprovada a habitualidade da prestação de horas extras, tendo em vista a efetiva carga horária da autora definida na sentença, confirmada nesta decisão.
Dispõe o art. 384 consolidado que "Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de 15 (quinze) minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário do trabalho".
Seguindo posicionamento dos eminentes Sérgio Pinto Martins e Maurício Godinho Delgado, adoto como minhas razões de decidir os fundamentos constantes do v. acórdão unânime prolatado pela 4a Turma do C. TST nos autos do Recurso de Revista n° 4506/2001-011 -09-00 (DJ - 21 /1 0/2005) que, inclusive, foram reiterados por ocasião do julgamento do Recurso de Revista n° 12600/2003-008-09-00.3 (DJ - 27/04/2007), sob a relatoria do Exmo. Ministro Barros Levenhagen, in verbis: (...) Assim, não há falar em revogação da norma do art. 384 da CLT, pois que recepcionada pela Constituição Federal de 1988, até mesmo diante do que prevê o seu art. 70, XX: "proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei".
Por fim, cumpre observar que há muito a não concessão de intervalos, tais como o ora em apreço, não é tratada na jurisprudência como mera infração administrativa, razão pela qual fora cancelada a Súmula n°88 do TST.
Logo, condeno os reclamados a pagarem à reclamante um intervalo de 15 minutos por dia de efetivo serviço em que tenha a autora laborado em horário extraordinário, com adicional de 50% mais os reflexos pretendidos, limitados estes ao período de efetivo serviço da reclamante.
Dou provimento.
INTEGRAÇÃO DOS PRÊMIOS-PRODUTIVIDADE
Eis a r. sentença, no particular: "INTEGRACÃO PRÊMIO Pelo que se percebe dos contracheques salariais da reclamante, os pagamentos a título de prêmio foram devidamente considerados para fins de cálculo dos trezenos, férias mais um terço, horas extras pagas, depósitos do FGTS e multa de 40%, não cabendo qualquer condenação a tal título.
Ressalte-se que a parcela, por seu caráter salarial, integrará o cálculo das parcelas acima deferidas, quando tiverem o complexo salarial participante de seu cálculo, inclusive para a apuração da diferença salarial relativo ao piso salarial da categoria." A CONTAX afirma, em seu apelo, que por mera liberalidade sempre procedeu tais integrações que se encóntram registradas nos contracheques. No tocante às horás extras, invoca a recorrente a Súmula 264 do TST, que não cita os prêmios.
A ora recorrente, como se vê, confessa que a parcela servia de integração para o cálculo e pagamento das parcelas citadas na sentença, de maneira que reconhece sua natureza remuneratória. O Juízo unicamente deferiu diferenças em razão do novo enquadramento da reclamante, reconhecendo a aplicabilidade das normas coletivas invocadas pela autora na exordial, por força do vínculo de emprego reconhecido.
No que se refere às extraordinárias, a citada Súmula assim orienta: "A remuneração do serviço suplementar é composta do valor da hora normal, integrado por parcelas de natureza salarial e acrescido do adicional previsto em lei, contrato, acordo,, convenção coletiva ou sentença normativa".
Segundo a petição inicial os citados prêmios são condicionados ao alcance de determinadas metas, portanto seriam decorrentes do trabalho. A média salarial, considerando o salário base, seria de R$700,00 por mês. Em sua defesa, o Banco alegou qué a única apta para contestar o pedido é a primeira reclamada, mas confirmou os termos da inicial no que tange à necessidade de preenchimento de requisitos para a percepção do prêmio, atrelado, portanto, à prestação de serviços (fl. 253).
Já a CONTAX afirmou que os prêmios recebidos pela acionante em seus contracheques eram pagos sob as rubricas "prêmio campanha", "prêmio reconhecimento" e "remuneração variável", não impugnando a inicial no que concerne ao fato de se tratar de verba decorrente do trabalho (fls.332/333).
Logo, tais prêmios divergem da parcela mencionada nas ementas de acórdãos trazidas no recurso da ré CONTAX, que se destinam ao incentivo, simplesmente. Ademais, a frequência de pagamento da parcela era mensal, como se extrai dos contracheques de fls. 387/397. Dada a habitualidade do pagamento e por se tratar de verba decorrente da prestação de serviços, mantenho a natureza salarial dos prêmios, como também confirmo a repercussão no cálculo das horas extras, justamente com alicerce na mesma súmula de jurisprudência.
Nego provimento.
Examino.
Quanto ao intervalo intrajornada, o Tribunal Regional, após detido exame do conteúdo fático-probatório dos autos, cujo reexame encontra óbice na Súmula 126 do TST, manteve a sentença na qual se deferiu o pagamento de horas extras pela concessão irregular dointervalo intrajornada. Nos termos do item I da Súmula 437 do TST, "a não concessão ou a concessão parcial dointervalo intrajornadamínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho". A decisão recorrida está em conformidade com o entendimento na Súmula 437, I, do TST (conversão das Orientações Jurisprudenciaisnºs307, 342, 354, 380 e 381 da SBDI-1) - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e27.09.2012). O processamento do apelo encontra óbice na Súmula 333 do TST.
No que tange ao intervalo do art. 384 da CLT, o Tribunal regional manteve a condenação ao pagamento de 15 minutos diários como extras, na forma prevista no art. 384 da CLT. A decisão regional foi proferida em sintonia com o entendimento desta Corte Superior, confirmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 658.312 em 27/11/2014, no sentido de que a concessão de condições especiais à mulher não fere o princípio da igualdade, previsto no artigo 5º da Constituição Federal, o art. 384 da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e a norma se aplica a todas as mulheres trabalhadoras. O descumprimento do intervalo do art. 384 implica o seu pagamento, como horas extraordinárias, à parte reclamante, e não apenas a aplicação de multa administrativa.
Nesse sentido cito precedentes:
"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. INTERVALO DE 15 MINUTOS PARA DESCANSO DA MULHER. ART. 384 DA CLT. RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. MATÉRIA PACIFICADA. Impõe-se confirmar a decisão agravada, mediante a qual denegado seguimento ao recurso da parte, uma vez que as

razões expendidas pela agravante não logram demonstrar o apontado equívoco em relação a tal conclusão. Agravo conhecido e não provido" (Ag-ED-AIRR-11506-67.2017.5.15.0055, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 22/03/2021).

"(...) HORAS EXTRAORDINÁRIAS. INTERVALO DA MULHER. ART. 384 DA CLT. RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. O Tribunal regional deu parcial provimento ao recurso adesivo interposto pela reclamante para acrescer à condenação o pagamento de 15 minutos diários como extras, na forma prevista no art. 384 da CLT. A decisão regional foi proferida em sintonia com o entendimento desta Corte Superior, confirmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 658.312 em 27/11/2014, no sentido de que a concessão de condições especiais à mulher não fere o princípio da igualdade , previsto no artigo 5º da Constituição Federal, fixando a tese jurídica de que o art. 384 da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e de que a norma aplica-se a todas as mulheres trabalhadoras. Precedentes. Incidência do óbice da Súmula 333 do TST. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (...) (AIRR-1729-90.2013.5.04.0512, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 19/11/2019).

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DAS LEIS 13.015/2014 E 13.467/2017. INTERVALO DO ARTIGO 384 DA CLT. PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER. HORAS EXTRAS. ÓBICE DA SÚMULA Nº 333 DO TST. 1. A jurisprudência desta Corte consagrou o entendimento de que a recepção do artigo 384 da CLT pela Constituição Federal de 1988 decorre da proteção ao trabalhador diante dos riscos à sua saúde e à segurança no trabalho, uma vez que a falta de intervalo entre as jornadas ordinária e extraordinária é fator que propicia esgotamento, perda de reflexos, acidentes e doenças por cansaço com reflexos econômicos previdenciários e, mormente em relação à mulher, pelo aspecto fisiológico e pelo papel social que ocupa no meio familiar, como mãe e dona de casa, impondo-lhe dupla jornada. 2. Dessa forma, a inobservância do intervalo previsto no referido dispositivo implica o pagamento das horas extras correspondentes ao período, por se tratar de medida de higiene, saúde e segurança das trabalhadoras. 3. E o descumprimento do intervalo previsto no artigo 384 da Consolidação das Leis do Trabalho não importa mera penalidade administrativa, mas o pagamento de horas extras correspondentes àquele período, a exemplo do que ocorre nas hipóteses de descumprimento dointervalo intrajornadapara repouso e alimentação do artigo 71, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho e do intervalo interjornada. Agravo conhecido e desprovido" (Ag-AIRR-12476-97.2015.5.15.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 26/03/2021).

2. HORAS EXTRAORDINÁRIAS. INTERVALO PREVISTO NO ARTIGO 384 DA CLT. OFENSA AO ARTIGO 5º, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO. Por disciplina judiciária, curvo-me ao entendimento do Tribunal Pleno desta Corte que, reconhecendo a constitucionalidade do artigo 384 da CLT de que trata do intervalo de 15 minutos garantido às mulheres trabalhadoras antes da prestação de horas extraordinárias, considerou que a concessão de condições especiais à mulher não fere o princípio da igualdade entre homens e mulheres, contido no artigo 5º, I, da Constituição Federal. Precedentes desta Corte. Na hipótese, o Tribunal Regional, ao reconhecer o direito da empregada à percepção de horas extraordinárias decorrentes da não concessão do intervalo de quinze minutos previsto no artigo 384 da CLT, proferiu decisão em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, o que obsta o processamento do recurso de revista, nos termos da Súmula nº 333 e do artigo 896, § 7º, da CLT. Agravo a que se nega provimento" (Ag-AIRR-1000894-55.2017.5.02.0042, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 26/03/2021).

PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER - PERÍODO DE DESCANSO - INTERVALO DO ARTIGO 384 DA CLT - RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Esta Corte, em sua composição plena, ao apreciar o IIN-RR-1.540/2005-046-12-00.5, afastou a inconstitucionalidade do artigo 384, tendo por fundamento o princípio da isonomia real, segundo o qual devem ser tratados de forma igual os iguais, e desigual os desiguais, julgando, assim, que o referido dispositivo da CLT é dirigido, exclusivamente, às trabalhadoras. Ademais, este Tribunal já acumula decisões proferidas posteriormente ao julgamento do incidente de inconstitucionalidade, no sentido de serem devidas horas extras decorrentes da não observância do intervalo previsto no artigo 384 da CLT. Recurso de revista conhecido e provido "(RR-958-96.2013.5.03.0106, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 26/03/2021).

Assim, pelo fato de o acórdão regional estar em conformidade com atual, iterativa e notória jurisprudência do TST, o recurso de revista encontra óbice na Súmula 333 do TST e no art. 896, § 7º, da CLT. Portanto não há falar em violação aos arts. 5º, I e 7º, XXX, da CF/1988 e 71,§ 4º, da CLT bem como em divergência jurisprudencial.

Quanto à integração do prêmio-produtividade, após análise do conjunto fático probatório, o Tribunal Regional manteve a sentença que reconheceu a natureza salarial dos prêmios. Consignou: "dada a habitualidade do pagamento e por se tratar de verba decorrente da prestação de serviços, mantenho a natureza salarial dos prêmios".

Para se chegar à conclusão diversa daquela adotada pela Corte de origem, seria necessário o revolvimento de fatos e provas, expediente vedado pela Súmula 126/TST cuja aplicação impede o exame do recurso tanto por violação a dispositivo de lei como por divergência jurisprudencial.

Quanto aos RSR"S e requerimento de aplicação da OJ 394, da SDI-1/TST incide o óbice da Súmula 297, do TST.

Não conheço.

CONCLUSÃO:

À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, § 5º (atual § 14), da CLT e 118, X, do RITST, decido: I - conhecer do recurso de revista da Contax Mobitel S.A quanto ao tema "TERCEIRIZAÇÃO. ILICITUDE. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO", por violação do art. 3º, da CLT, e quanto ao tema "MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT", por violação ao art. 477, § 8º, da CLT, e, no mérito, dar-lhe provimento para: a) afastar o reconhecimento de vínculo de emprego com o Banco tomador de serviços, mantida sua condenação subsidiária pelas parcelas oriundas da presente ação; b) afastar a condenação dos reclamados quanto ao pagamento da multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT. Valores da condenação e das custas inalterados para fins processuais.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN

Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-0100196-54.2016.5.01.0263

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante e Recorrente	LOJAS RENNER SOCIEDADE ANONIMA E OUTRO
Advogado	Dr. Evandro Luis Pippi Kruel(OAB: 987 -A/RN)
Agravado e Recorrido	WELISON DUARTE LUIZ
Advogado	Dr. Flávio Marques de Souza(OAB: 92657/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LOJAS RENNER SOCIEDADE ANONIMA E OUTRO
- WELISON DUARTE LUIZ

I - RECURSO DE REVISTA

Trata-se de recurso de revista (fls. 791/821) interposto pelas reclamadas contra o acórdão de fls. 779/786 oriundo do TRT da 1ª Região.
Contrarrazões ao recurso de revista apresentadas às fls. 917/925.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "EMPREGADA CONTRATADA POR LOJA DE DEPARTAMENTO. OPERAÇÃO COM CARTÕES DE CRÉDITO. ENQUADRAMENTO NA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS FINANCIÁRIOS".
Presentes os pressupostos de admissibilidade extrínsecos, porquanto o apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 283 e 294) e interposto tempestivamente (acórdão regional publicado em 25/10/2019 e apelo protocolado em 04/11/2019), estando satisfeito o preparo.
As reclamadas insurgem-se contra o enquadramento da reclamante como financiária, sob o argumento de que ela não trabalhou na comercialização exclusiva de produtos da financeira, mas apenas na venda de produtos e serviços do varejo da loja de departamentos, atendendo clientes no setor de caixas. Assevera que a reclamante, no máximo, coletava informações de clientes como intermediária à contratação de serviços, como se fosse correspondente bancária. Alega divergência jurisprudencial a respeito do tema, contrariedade à Súmula 55 do TST e violação dos artigos 5º, II, da Constituição Federal, 17 da Lei nº 4.595/1964 e 511, § 2º, da CLT.
Com razão.

"Da análise dos autos, tenho que restou incontroverso que havia, por parte da 1º ré, captação de clientes para venda dos produtos da 2º ré. Note-se que as rés, reconhecem que dentre as atividades do autor estavam as de abordar os clientes e oferecer produtos financeiros. O preposto das reclamadas foi claro ao dizer: "que o autor era assistente de produtos financeiros; que o empregado que ocupa este cargo realiza operações de empréstimos, seguros e cartão Renner; que os clientes interessados em tais produtos vão até a loja e são atendidos pelos assistentes; que tais assistentes realizam simulações; que o assistente pega os dados do cliente insere na plataforma e verifica se a operação foi disponibilizada ou não; que em caso positivo o valor pleiteado é disponibilizado na própria loja; (...) que a 2º reclamada não mantinha nenhum empregado nas lojas autora: acompanhando as operações; que o valor do empréstimo aprovado era pago nos caixas físicos da loja se tivesse disponibilidade do valor; (...) que os contratos aprovados eram impressos e assinados pelo cliente; que eram os próprios assistentes que apresentavam os documentos para assinatura". Oportuno destacar que a tarefa de captação de clientes é inerente à atividade-fim de uma financeira, já que, sem clientes, não haveria a concessão de crédito. Seguindo esta linha de raciocínio, nota-se que o caso em apreço retrata situação que vem repetidamente ocorrendo, na qual empresas financeiras terceirizam para si mesmas o serviço de encaminhamento de pedido de financiamento, prestação de serviços de coleta de dados para análise de crédito e cadastro, execução amigável e outros serviços de controle, com o único intuito de burlar a legislação trabalhista ao negar aos seus empregados os direitos reconhecidos aos financiários.
Por sua vez, a testemunha Carolina da Silva, ouvida a rogo do autor, disse "que o trabalho de atendimento era ofertar empréstimos, fazer cartões de crédito Renner administradora; que também abordavam os clientes ofertando os produtos; que recebia e digitalizava os documentos dos clientes interessados, preenchia o cadastro; que era o próprio sistema que autorizava ou não a operação; que em caso de empréstimo aprovado o valor era entregue na própria loja pelo caixa; (...) que caso suspeitassem de fraude, marcavam essa condição no cadastro e o autora: serviço era recusado; que o sistema que trabalhavam era da 2º reclamada ; que na loja não havia nenhum empregado da 2º reclamada".
Desta feita, restou demonstrado que as atividades desenvolvidas pelo obreiro se constituíam em verdadeira operação de crédito, uma vez que atuava na oferta e venda de cartões da 2º ré, sendo certo que se os cartões não forem oferecidos e vendidos, ela não terá o que administrar.
Registro que como se infere dos documentos trazidos à colação, que a segunda reclamada possui como objeto social "a administração de cartões de crédito próprios e de terceiros, promovendo para tanto o credenciamento, cadastro, cobrança e demais medidas correlatas necessárias à consecução do seu objeto" (fls. 296/297) gn.
Considerando que o item I do art. 1º da Lei 7.492/86, equipara às instituições financeiras "a pessoa jurídica que capte ou administre seguros, câmbio, consórcio, capitalização ou qualquer tipo de poupança, ou recursos de terceiros", tem-se que a 2ª reclamada é uma empresa financeira.
Conforme restou comprovado nos autos, o reclamante não só colhe, analisa e armazena informações cadastrais, pois, verdadeiramente, executa as atividades típicas de uma instituição financeira, enquadrando-se, perfeitamente, no espectro de atividades descritas no artigo 17 da Lei nº 4.595/64.
Reconhecido o enquadramento do autor na categoria dos financiários, faz jus aos benefícios constantes nas convenções coletivas trazidas com a inicial." (fls. 783/784 - g. n.).

Inicialmente, não subsiste o fundamento do acórdão regional de que a reclamante deve ser enquadrada como financiária por estar inserida na atividade-fim da empresa de crédito, ante as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sessão extraordinária realizada no dia 30/08/2018, quando se julgou procedente a arguição formulada na ADPF-324/DF (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018), com eficácia erga omnes e efeito vinculante, e se fixou tese jurídica de repercussão geral, correspondente ao Tema nº 725, no sentido de que "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante." (leading case: RE-958252/MG, Rel. Min. Luiz

Fux, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018).
Ademais, a SbDI-1 desta Corte, no julgamento do E-ED-RR-11266-31.2013.5.03.0030, sob a relatoria do Ministro Alexandre Agra Belmonte, decidiu que não configura terceirização ilícita o desempenho de atividades financeiras em lojas de departamento, circunscritas apenas à dinâmica empresarial, com a finalidade exclusiva de possibilitar aos consumidores mais uma forma de aquisição de seus produtos, de caráter meramente acessório, assemelhando-se aquelas exercidas pelo correspondente bancário, de menor complexidade e abrangência, não se enquadrando os empregados em circunstâncias tais na categoria dos bancários:

"AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. TERCEIRIZAÇÃO. OPERADOR DE CARTÕES DE CRÉDITO. ATIVIDADES ANÁLOGAS A DOS CORRESPONDENTES BANCÁRIOS. LICITUDE. Discute-se nos autos a licitude da terceirização da atividade de operador de cartões de crédito, decorrente de contrato de parceria firmado entre a C&A e o BRADESCARD, empresa vinculada ao Banco Bradesco. Considerada a similitude do caso em análise com a atividade de correspondente bancário, apreciada pelo Tribunal Pleno desta Corte no julgamento do processo TST-E-RR-210300-34.2007.5.18.0012, na sessão de 24 de novembro de 2015, no qual foi rechaçada a tese de enquadramento dos empregados do Banco Postal como bancários, os embargos ensejam admissibilidade, por contrariedade à Súmula nº 331, I, do TST, por má-aplicação. Agravo regimental conhecido e provido. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADES DE OPERAÇÕES COM CARTÕES DE CRÉDITO. LICITUDE. 1. Discute-se nos autos a licitude da terceirização da atividade de operador de cartões de crédito, decorrente de contrato de parceria firmado entre a C&A (1ª reclamada) e o BRADESCARD, empresa vinculada ao Banco Bradesco S.A. (2ª reclamada). Objetiva a autora seu enquadramento na categoria dos bancários e a declaração da ilicitude da terceirização, para fins de reconhecimento de vínculo direto com a instituição financeira e, consequentemente, beneficiar-se das vantagens inerentes a essa categoria profissional. 2. Do acórdão do Tribunal Regional, no entanto, colhem-se as informações de que a autora não realizava a abertura de contas, não promovia a concessão de empréstimos, tampouco o manuseio de numerário, dentre outras atividades tipicamente bancárias. Ao contrário, suas atividades consistiam no atendimento de clientes da C&A (1ª reclamada) para prestar esclarecimentos quanto à fatura do cartão de crédito da própria empresa, oferecimento de produtos a ele relacionados, podendo, ainda, oferecer o cartão "bandeirado" para os clientes que fossem selecionados para essa finalidade - atividades essas, portanto, circunscritas à dinâmica empresarial da 1ª reclamada (C&A MODAS LTDA), as quais, definitivamente, não se enquadram dentre aquelas precipuamente bancárias. 3. Vê-se, portanto, que as atribuições desenvolvidas pela autora não se destinavam a viabilizar a atividade fim do Banco Bradesco (2º reclamado), mas a atividade empresarial da C&A MODAS LTDA, empresa com forte inserção no comércio varejista no setor de modas, para cuja atuação e existência no mercado, teve que, naturalmente, modernizar sua gestão para viabilizar a venda por crédito - prática, sabidamente, há muito, amplamente difundida na atividade econômica -, precisando, para tanto, estabelecer parcerias com instituições financeiras, no caso, materializada por meio do contrato parceria comercial firmado com a operadora de cartão de crédito BRADESCARD, empresa vinculada ao Banco Bradesco S.A. (2ª reclamada). Desse contrato, naturalmente, exurgem negociações peculiares e próprias do mundo dos negócios, como, por exemplo a de oferecimento do cartão com a bandeira da instituição financeira, que, só por esse aspecto, não repercurte nas relações de trabalho, a autorizar a compreensão de existência de subordinação estrutural apta a nulificar uma relação jurídica validamente constituída nos moldes do art. 3º da CLT. 4. Compreensão diversa importaria alijar a empresa de atuação - mais do isso, de sobrevivência no mercado - por meio de estabelecimento de parcerias comerciais que viabilizam, em última análise, a persecução de sua atividade fim, gerando emprego e renda para o país. De outra parte, não há dúvida de que a instituição financeira igualmente se beneficia da parceria comercial para operação de cartões de crédito que estabelece com os mais diversos setores da atividade econômica. É de se observar, no entanto, que esta é apenas uma das facetas do seu empreendimento econômico, muito mais amplo e complexo. Por essa mesma razão, há de se considerar que o reconhecimento da atividade de operação de crédito - na hipótese descrita nos autos, que se dá em caráter exclusivamente acessório da atividade empresarial da 1ª reclamada - como bancária, importa em desprestígio da categoria profissional dos bancários, que possui vantagens próprias, exatamente, em razão da complexidade, especificidade e responsabilidade inerentes ao exercício dessa atividade profissional. 5. Corroboram essa compreensão, os fundamentos externados no julgamento do processo TST- E-RR-210300-34.2007.5.18.0012, pelo Tribunal Pleno desta Corte, na sessão de 24 de novembro de 2015, que interpretando o artigo 8º da Resolução nº 3.954/2011 do Banco Central, concluiu que as atividades discriminadas para os correspondentes bancários não são tipicamente bancárias, para fins de enquadramento nessa categoria profissional. Nesse contexto, não se divisa razão para que o Tribunal, ao apreciar a situação fática do operador de cartão de crédito - ainda mais restrita que a atuação descrita na norma regulamentar para os correspondentes bancários -, se afaste da jurisprudência já consolidada em relação a essa situação que lhe é análoga, a qual parte da mesma ratio decindendi. 6. Logo, a e. 2ª Turma, ao concluir pela ilicitude da terceirização da atividade de operador de cartões de crédito, por entender que se insere na dinâmica empresarial do Banco, de forma a caracterizar a subordinação estrutural, culminou por contrariar a diretriz da Súmula nº 331, I, do TST. Recurso de embargos conhecido por contrariedade à Súmula nº 331, I, do TST e provido. (TST-E-ED-RR-11266-31.2013.5.03.0030, Rel. Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 16/03/2018 - g. n.).

Cabe destacar que, o enquadramento sindical de um empregado se dá pela atividade preponderante do seu empregador e não pela atividade que desempenha.
No caso, além de não se tratar de atividade preponderante da primeira reclamada, a parceria comercial para operação de cartões de crédito, atividade análoga à exercida pelo correspondente bancário, não enseja o enquadramento da reclamante na categoria profissional dos financiários.
Nesse contexto, evidenciada violação do art. 5º, II, da Constituição da República, conheço do recurso de revista, com fulcro no artigo 896, "c", da CLT e, no mérito, dou-lhe provimento para julgar improcedentes os pedidos formulados na exordial.
Inverte-se o ônus da sucumbência.
Custas pela reclamante, fixadas em R$ 400,00 (quatrocentos reais), calculadas sobre o valor atribuído à causa (R$ 20.000,00), ficando a reclamante dispensada de seu recolhimento por fazer jus aos benefícios da Justiça Gratuita (fls. 650).

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA

Em razão do provimento do recurso de revista, resta prejudicada a análise do agravo de instrumento.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000141-93.2019.5.09.0093

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	JOSE APARECIDO AMARO
Advogada	Dra. Roberta Carla Sottile Serrarens(OAB: 24035/PR)
Agravado	ROBERTO APARECIDO DA SILVA
Advogado	Dr. Giovana Lucianetti(OAB: 85638-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):
- JOSE APARECIDO AMARO
- ROBERTO APARECIDO DA SILVA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Sucumbência / Honorários Advocatícios.
Alegação(ões):
- violação do(s) inciso III do artigo 1º; caput do artigo 5º; incisos XXXV e LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal.
- violação da(o) artigo 98 do Código de Processo Civil de 2015.
A parte recorrente, em observância ao requisito previsto no inciso I, do §1º-A, do art. 896, da CLT, indica os seguintes trechos da decisão recorrida, alegando consubstanciar o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista:
Ademais, depreende-se do art. 791-A, §4º da CLT que os honorários sucumbenciais são devidos pelo vencido, ainda que seja beneficiário da justiça gratuita, observada a existência de créditos capazes de suportar a despesa ou, em caso de situação de insuficiência de recursos, a condição suspensiva de exigibilidade.
[...]
Logo, não há inconstitucionalidade do art. 791-A da CLT, eis que a previsão de exigibilidade condicionada à existência de créditos capazes de suportar os honorários sucumbenciais respeitao princípio da igualdade material, bem como leva em consideração a hipossuficiência econômica na medida em que, com os créditos, não subsiste a situação de insuficiência de recursos, pelo que não há que se falar em colisão com o art. 5º, LXXIV da Constituição Federal.
De acordo com os fundamentos expostos no acórdão, ("Ademais, depreende-se do art. 791-A, §4º da CLT que os honorários sucumbenciais são devidos pelo vencido, ainda que seja beneficiário da justiça gratuita, observada a existência de créditos capazes de suportar a despesa ou, em caso de situação de insuficiência de recursos, a condição suspensiva de exigibilidade. Trata-se de uma previsão razoável e ponderada tendo em vista que os honorários advocatícios também possuem natureza alimentar, de subsistência. Assim, os honorários serão pagos apenas se houver crédito suficiente tanto na demanda que se originou ou advindo de outro processo."), não se vislumbra possível ofensa literal e direta aos dispositivos dalegislação federal e entendimentos jurisprudenciais invocados.
Outrossim, conquanto o E. STF não tenha concluído o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.766, o teor do voto do relator, Ministro Roberto Barroso, consoante decisão publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) em 10 de maio de 2018, sinaliza pela constitucionalidade do artigo 791-A, e parágrafos da CLT, com a redação modificada pela Lei nº 13.467/17, ainda que em interpretação conforme à Constituição.
Denego.
CONCLUSÃO
Denego seguimento.

Em sua minuta, a parte agravante sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, XXXV, da CF.
Ao exame.
Tendo em vista a decisão proferida pelo Supremo Tribunal, Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita, dou provimento ao agravo de instrumento, ante a possível violação ao art. 5º, XXXV, da CF, para determinar o processamento do recurso de revista no particular.

II - RECURSO DE REVISTA
Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

1 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA.
No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do artigo 791-A, § 4º, da CLT, visto que ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, XXXV, da CF.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a

parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça a parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, XXXV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento ao agravo de instrumento apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por possível violação ao art. 5º, XXXV, da CF, para determinar o processamento do recurso de revista, no aspecto; e II - conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, XXXV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0001318-75.2013.5.09.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	POLLIANA CAROLINE TEIXEIRA
Advogado	Dr. Emir Baranhuk Conceição(OAB: 18538-A/PR)
Recorrido	FAMILIA DIAS PANIFICADORA LTDA. - ME
Advogado	Dr. Heloisa Helena Benato(OAB: 31154-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):
- FAMILIA DIAS PANIFICADORA LTDA. - ME
- POLLIANA CAROLINE TEIXEIRA

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que deu parcial provimento ao recurso ordinário da reclamante.
Irresignada, a reclamante interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Vice-Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (artigo 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado e regular o preparo.
Quanto ao tema "estabilidade - gestante", o TRT consignou que "a ausência de pedido de reintegração, por implicar renúncia à estabilidade, obsta ao deferimento da indenização referente aos salários e consectários do período estabilitário".
A decisão regional contraria a jurisprudência do TST, in verbis:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º13.015/2014. GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. CONTRATO DE EXPERIÊNCIA. INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA. AUSÊNCIA DE PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO. PROPOSITURA DA AÇÃO APÓS O PERÍODO ESTABILITÁRIO. Esta Corte entende que a ausência de pedido de reintegração não prejudica o direito da empregada à respectiva indenização substitutiva. Registra-se ainda que a estabilidade da gestante é norma de ordem pública, irrenunciável, pois visa à proteção do nascituro. Assim, o ajuizamento de ação trabalhista depois de decorrido o período de garantia de emprego não configura abuso do exercício do direito de ação, pois este está submetido apenas ao prazo prescricional inscrito no art. 7º, XXIX, da CF/1988, sendo devida a indenização desde a dispensa até a data do término do período estabilitário, nos termos da OJ 399 da SDI-1. Precedentes. Óbice da Súmula 333/TST. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (AIRR - 10211-62.2016.5.03.0055, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 28/04/2021, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 30/04/2021)

Assim, o recurso deve ser conhecido e provido para condenar a reclamada ao pagamento de indenização substitutiva, a qual é devida desde a data da dispensa da recorrente até cinco meses após o parto, conforme se apurar em liquidação de sentença.
No tocante ao intervalo do art. 384 da CLT, o TRT consignou que o dispositivo "não foi recepcionado pela Carta Magna de 1988, pois confere tratamento desigual entre os sexos, o que é vedado no artigo 5º, I, da CF".
A decisão regional contraria a jurisprudência do TST, in verbis:

[...] INTERVALO DE 15 MINUTOS PREVISTO NO ARTIGO 384 DA CLT PARA MULHERES ANTES DO LABOR EM SOBREJORNADA. CONSTITUCIONALIDADE. O debate acerca da constitucionalidade do artigo 384 da CLT não suscita mais discussão no âmbito desta Corte, que, por intermédio do julgamento do TST - IIN - RR-1.540/2005-046-12-00.5, ocorrido na sessão do Tribunal Pleno no dia 17/11/2008, decidiu que o artigo 384 da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal. Recurso de embargos não conhecido. (E-RR - 1212-62.2010.5.04.0004, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 06/06/2019, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 14/06/2019)

Assim, o recurso deve ser conhecido e provido para condenar a reclamada ao pagamento do intervalo do art. 384 da CLT, conforme se apurar em liquidação de sentença.
Acerca do critério de compensação, o TRT consignou que "o abatimento de valores pagos sob o mesmo título deve ocorrer de modo global, observando a totalidade dos valores pagos, evitando, assim, o enriquecimento sem causa do trabalhador, o qual converge com o entendimento lançado na OJ 415 da SDI-1, do C. TST".
A decisão regional está em consonância com a OJ 415 da SDI-1 do TST. Incidência da Súmula 333/TST e do art. 896, § 7º, da CLT.

Em relação à repercussão do RSR, o TRT consignou que, "conforme a OJ 394, da SDI-1 do C. TST, não há incidência de

reflexos das horas extras em DSR e demais verbas, sob pena de bis in idem".
Esta Corte Superior, ao julgar o IRR-10169-57.2013.5.05.0024, alterou o entendimento contido na OJ n.º 394 da SBDI-1 do TST. Contudo, na mesma sessão, modulou os efeitos da nova tese, nos seguintes termos:

"Aplica-se o novo entendimento 'aos cálculos das parcelas cuja exigibilidade se aperfeiçoe a partir da data do presente julgamento (inclusive)', ocorrido, frise-se, em 14/12/2017".

Ademais, em 30/09/2021, ao analisar o TST-Ag-E-Ag-RR-1180-72.2012.5.09.0093, em voto do Ministro Renato de Lacerda Paiva, a SDI-1 consignou que ainda persiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST e que não houve a determinação de suspensão dos demais recursos que tramitam nesta Corte, nos termos do artigo 896-C, § 5º, da CLT.
Eis os fundamentos do acórdão:

"A Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 dispõe que "A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de "bis in idem"".
Contudo, esta Subseção, em Sessão Ordinária, no dia 9 de fevereiro de 2017, acolheu proposta de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo, afetando à sua composição plena a matéria "Repouso semanal remunerado - RSR. Integração das horas extraordinárias habituais. Repercussão nas demais parcelas salariais. Bis in Idem. Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST".
Sob o rito do artigo 896-C da CLT, submeteu como representativo da controvérsia o processo nº 10169-57.2013.5.05.0024, de Relatoria do Exmo. Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro.
Em 14/12/2017, esta Subseção decidiu, por unanimidade, "suspender a proclamação do resultado do julgamento para, nos termos do disposto no artigo 171, § 2º, do RITST, e, ouvida a Comissão de Jurisprudência e Precedentes Normativos desta Corte Superior, submeter à elevada apreciação do Tribunal Pleno a questão relativa à revisão ou cancelamento, se for o caso, da Orientação Jurisprudencial nº 394 SbDI-1 do TST, uma vez que a maioria dos ministros votava em sentido contrário ao disposto na referida Orientação Jurisprudencial". Na sessão de 22/3/2018, decidiu-se, por unanimidade, chamar o feito à ordem para renovar o prazo de suspensão a partir do dia 27/3/2018 e retirar o processo de pauta, remetendo-o ao Tribunal Pleno.
Todavia, nos autos do referido IRR nº 10169-57.2013.5.05.0024, não houve a determinação de suspensão dos demais recursos que tramitam nesta Corte, nos termos do artigo 896-C, § 5º, da CLT.
Assim, tendo em vista os mencionados pronunciamentos judiciais desta Subseção, subsiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST.
Além do mais, vale acrescentar que, no julgamento do IRR-10169-57.2013.5.05.0024, já foram modulados os efeitos da decisão, ficando definido que a tese jurídica nele estabelecida "somente será aplicada aos cálculos das parcelas cuja exigibilidade se aperfeiçoe a partir da data do presente julgamento (inclusive)", ocorrido, frise-se, em 14/12/2017.
Logo, a tese vinculante estabelecida no incidente, no sentido da inexistência de bis in idem na hipótese sob exame, terá incidência nos processos cujos cálculos das parcelas, objeto de execução, já estejam definidos a partir da data de 14/12/2017.
Assim sendo, por todo o exposto, no presente caso, ainda persiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST.
Nesse sentido:
(...)
Nesse passo, diante da conformidade do acórdão proferido pela Turma desta Corte com a jurisprudência iterativa e notória do TST, consubstanciada na Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1/TST, constata-se que o recurso de embargos interposto pelo sindicato reclamante encontra óbice na norma contida no artigo 894, II, § 2º, da CLT, com a redação da Lei n.º 13.015/2014, não se verificando contrariedade aos verbetes indicados.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo."

Assim, considerando que as verbas ora discutidas se originaram em data anterior ao julgamento do IRR-10169-57.2013.5.05.0024, continuam a ser regidas pelo entendimento constante na Orientação Jurisprudencial n.º 394 da SBDI-1, ainda não alterado por esta Corte Superior.
Portanto, ao afastar a repercussão do repouso semanal remunerado majorado pela integração das horas extras habitualmente prestadas no cálculo das demais verbas, o Regional decidiu em consonância com o entendimento consubstanciado no mencionado verbete.
Relativamente aos honorários advocatícios, o TRT consignou que, "ausente a assistência sindical, indevido o pagamento dos honorários advocatícios".
A decisão regional está em consonância com a Súmula 219, I, do TST. Incidência da Súmula 333/TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
À vista do exposto, com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST e 932, III, IV e V, do CPC/2015, I - conheço do recurso de revista quanto ao tema "estabilidade - gestante", por contrariedade à Súmula 244/TST, e, no mérito, dou-lhe provimento para condenar a reclamada ao pagamento de indenização substitutiva, a qual é devida desde a data da dispensa da recorrente até cinco meses após o parto, conforme se apurar em liquidação de sentença; e II - conheço do recurso de revista quanto ao tema "intervalo do art. 384 da CLT", por violação do art. 384 da CLT, e, no mérito, dou-lhe provimento para condenar a reclamada ao pagamento do intervalo do art. 384 da CLT, conforme se apurar em liquidação de sentença. Custas rearbitradas para R$ 40,00 (quarenta reais), calculadas sobre R$ 2.000,00 (dois mil reais), valor ora atribuído à condenação.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0002771-90.2014.5.03.0182

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	CILL SERVIÇOS DE LOGÍSTICA LTDA.
Advogado	Dr. Eduardo Macedo Leitão(OAB: 143743-A/MG)
Agravante	VALLOUREC TUBOS DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Hudson Fernando Couto(OAB: 63493/MG)
Agravado	FRANCIS ARAÚJO DE BRITO
Advogada	Dra. Flávia Libia Marra de Novaes Costa(OAB: 123437/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CILL SERVIÇOS DE LOGÍSTICA LTDA.
- FRANCIS ARAÚJO DE BRITO
- VALLOUREC TUBOS DO BRASIL S.A.

Insurgem-se as partes agravantes em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustentam, em síntese, que os seus apelos trancados reúnem condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2°, do RITST).
Examino.

I - AGRAVO INTERPOSTO PELA CILL SERVIÇOS DE LOGÍSTICA LTDA. MULTADO ART.477,§ 8º, DA CLT

Eis os termos da decisão agravada:
"Recurso de: Cill Servicos de Logistica Ltda.
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (decisão publicada em 18/03/2016 - fl. 1008; recurso apresentado em 23/03/2016 - fl. 1010).
Regular a representação processual, fl(s). 873/876 e 918.
Satisfeito o preparo (fls. 868, 916/917 e 913/915).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Processo e Procedimento / Revelia / Confissão.
Rescisão do Contrato de Trabalho / Verbas Rescisórias / Multa do Artigo 477 da CLT.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, nem contrariedade com Súmula de jurisprudência uniforme do C. TST ou Súmula Vinculante do E. STF, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exigem as alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT.
Inviável o seguimento do recurso no que se refere à confissão ficta, diante da conclusão da Turma (fl. 974) no sentido de que inexistindo mandato expresso no momento processual oportuno e excluída a hipótese de mandato tácito, correta a sentença de primeiro grau, que não conheceu da defesa apresentada, aplicando à primeira Reclamada a confissão ficta.
Não há as violações apontadas, tendo em vista a conclusão da Turma julgadora (fl. 977), no sentido de que não se vislumbra o pagamento tempestivo das verbas rescisórias, tendo em vista que os documentos juntados pela primeira Reclamada não foram considerados, ante a revelia decretada em primeiro grau e mantida por este Tribunal ad quem.
O acórdão recorrido está lastreado em provas. Somente revolvendo -as seria, em tese, possível modificá-lo, o que é vedado pela Súmula 126 do C. TST.
A tese adotada pela Turma traduz, no seu entender, a melhor aplicação que se pode dar aos dispositivos legais pertinentes, o que torna inviável o processamento da revista, além de impedir o seu seguimento por supostas lesões à legislação ordinária.
Os arestos trazidos à colação, provenientes de Turma do C. TST, deste Tribunal ou de qualquer órgão não mencionado na alínea "a" do art. 896 da CLT não se prestam ao confronto de teses.
Não são aptos ao confronto de teses os arestos colacionados carentes de indicação de fonte oficial ou repositório autorizado em que foram publicados (Súmula 337, I, do TST e § 8º do art. 896 da CLT).
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista."

A agravante alega, em síntese, que a efetuou o pagamento das verbas rescisórias no prazo legal previsto. Aponta violação dos arts.477, §8º, e 818 da CLT e 373, I, do CPC. Transcreve arestos ao confronto de teses.
Examino.
O Tribunal Regional, no que concerne ao tema destaque, consignou:
"No caso em exame, não se vislumbra o pagamento tempestivo das verbas rescisórias, tendo em vista que os documentos juntados pela primeira Reclamada não foram considerados, ante a revelia decretada em primeiro grau e mantida por este Tribunal ad quem. Destarte, ausente a comprovação do pagamento tempestivo das verbas rescisórias, é devida a multa disposta no art. 477, § 8°, da CLT, a favor do empregado.
Isto posto, provejo o recurso do Reclamante para acrescer à condenação o pagamento da multa do art. 477 da CLT."

É fato incontroverso nos autos que, diante da revelia da primeira parte reclamada, porque ausente à audiência para a qual fora intimada, houve aconfissão fictaquanto aos fatos alegados em petição inicial. Diante disso, e considerando que a segunda parte reclamada não produziu qualquer elemento probatório nos autos, o TRT manteve a delimitação de que não foram pagas as parcelas incontroversas na primeira audiência e de que não houve o pagamento das verbas rescisórias, razão pela qual a parte reclamante faz jus, respectivamente, àsmultasdos arts. 467 e477, § 8º, da CLT.
No caso, para se chegar à conclusão fática pretendida pela parte recorrente nas suas razões recursais, e diversa da delimitada pelo TRT, seria necessária a reapreciação do conjunto probatório existente nos autos, expediente vedado à luz da Súmula 126 do TST.
Nego provimento.

II - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA VALLOUREC TUBOS DO BRASIL S.A
Eis os termos da decisão agravada:
"Recurso de: Vallourec Tubos do Brasil S.A.
PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (decisão publicada em 18/03/2016 - fl. 1008; recurso apresentado em 28/03/2016 - fl. 1022).
Regular a representação processual, fl(s). 183.
Satisfeito o preparo (fls. 868, 899/900 e 897/898).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Solidária/Subsidiária / Tomador de Serviços/Terceirização / Licitude / Ilicitude da Terceirização. Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário/Diferença Salarial.
Examinados os fundamentos do acórdão, constato que o recurso, em seus temas e desdobramentos, não demonstra divergência jurisprudencial válida e específica, nem contrariedade com Súmula de jurisprudência uniforme do C. TST ou Súmula Vinculante do E. STF, tampouco violação literal e direta de qualquer dispositivo de lei federal e/ou da Constituição da República, como exigem as alíneas "a" e "c" do art. 896 da CLT.
A Turma julgadora, no tocante à terceirização e reconhecimento do vínculo, decidiu em sintonia com os itens I e III da Súmula 331 do TST, de forma a afastar as violações apontadas.

Não ensejam recurso de revista decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do C. Tribunal Superior do Trabalho (§ 7º do art. 896 da CLT e Súmula 333 do TST).
O acórdão recorrido está lastreado em provas. Somente revolvendo -as seria, em tese, possível modificá-lo, o que é vedado pela Súmula 126 do C. TST.
O conjunto probatório foi devidamente apreciado, como se infere dos fundamentos da decisão recorrida e a tese alusiva ao ônus da prova ficou superada, não havendo qualquer ofensa ao art. 818 da CLT ou ao inciso I do art. 333 do CPC.
É também imprópria a alegada afronta ao princípio da legalidade (inciso II do art. 5º da CR) quando a sua verificação implica rever a interpretação dada pela decisão recorrida às normas infraconstitucionais (Súmula 636 do STF).
Em relação às diferenças salariais, o recurso de revista não pode ser admitido, uma vez que não atende ao disposto no inciso I do §1º -A do art. 896 da CLT, no sentido de ser ônus da parte, sob pena de não conhecimento do recurso, a indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento ao recurso de revista."

Em agravo de instrumento, a parte agravante serem indevidas as diferenças salariais deferidas (isonomia), com fundamento de que a contratação de serviços terceirizados é permitida, inclusive para a atividade-fim da empresa. Aponta violação dos arts. 5º, II, 170 da CRFB, em contrariedade à 331/TST, bem como em divergência jurisprudencial.
Analiso.
Na hipótese, o Tribunal Regional reconheceu a ilicitude da terceirização, por entender que as atividades desenvolvidas pelo reclamante inserem-se na atividade-fim da empresa tomadora de serviços.
Faz-se necessário o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF (ADPF 324 e RE 958252), que reconheceu a licitude da terceirização dos serviços, inclusive de atividade-fim.
Assim, por observar uma possível violação do art. 5º, II, da CF/88, dou provimento ao agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista.
II - RECURSO DE REVISTA
Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

1 - Conhecimento
1.1 - TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DO ARE-791.932-DF. TEMA 739 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. TESE FIRMADA NOS AUTOS DA ADPF 324 E DO RE-958.252-MG, TEMA 725 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. IMPOSSIBILIDADE DA ISONOMIA

O Tribunal Regional, no que concerne ao tema em destaque, registrou que:
"EMENTA TERCERZAÇÃO LÍCITA. CONTRATAÇÃO DE TRABALHADOR PARA O DESEMPENHO DE ATIVIDADE-FIM DA EMPRESA TOMADORA. A intermediação de mão-de-obra é vedada pelo Direito do Trabalho, formando-se o vínculo empregatício diretamente com o tomador, salvo nas hipóteses de trabalho temporário ou nos casos de contratação de serviços de vigilância, conservação e limpeza, bem como; de funções especializadas ligadas à atividade-meio do tomador, desde que inexistentes a pessoalidade e a subordinação direta, nos termos do entendimento consubstanciado na Súmula 331, itens I e III, do C. TST. No presente caso, não se cogita de contratação. de serviços especializados ligados à atividade-meio da tomadora, mas sim de autêntica atividade-fim, motivo pelo qual não se pode ter como licita a terceirização havida."

Nas razões de recurso de revista, a parte reclamada sustenta, em síntese, serem indevidas as diferenças salariais deferidas (isonomia), com fundamento de que a contratação de serviços terceirizados é permitida, inclusive para as atividades-fim da empresa. Aponta violação dos arts. 5º, II, 170 da CRFB, em contrariedade à 331/TST, bem como em divergência jurisprudencial.
Ao exame.
No caso dos autos, o Tribunal Regional entendeu pela ilicitude da terceirização de serviços firmada entre as reclamadas e pela condenação ao pagamento das parcelas trabalhistas daí decorrentes (isonomia com os empregados da tomadora dos serviços).
Esta Corte Superior, inclusive esta Turma, com fundamento nos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, adotava o entendimento de que o ordenamento jurídico pátrio não autorizava a terceirização de forma ampla e irrestrita da atividade-fim empresarial. Assim, nos termos do item I da Súmula 331/TST, decidia pela ilicitude da terceirização e, consequentemente, pelo reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços.
Contudo, a Suprema Corte, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", afastando, assim, a configuração da relação de emprego com o tomador dos serviços. Além disso, em 11/10/2018, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, reafirmou o seu entendimento de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada".
Fixou, então, a tese jurídica de que "é nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC".
Ressalta-se que, a partir de 30/8/2018, é de observância obrigatória aos processos judiciais em curso ou pendentes de julgamento a tese jurídica firmada pelo e. STF no RE n.º 958.252 e na ADPF n.º 324.
Nesse sentido, cito precedentes da SBDI-1 desta Corte seguindo o entendimento vinculante do STF:
AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SOBRESTAMENTO. "TERCEIRIZAÇÃO". OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO. NÃO APLICAÇÃO DO ART. 94, II, DA LEI 9.472/97. REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. 1. Trata-se de agravo interno interposto em face da decisão da Vice-Presidência do TST por meio da qual foi determinado o sobrestamento do recurso extraordinário com base em precedente de repercussão geral em julgamento, na forma do art. 1.030, III do CPC. 2. O Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Recurso Extraordinário com Agravo nº 791.932/DF, concluiu que há

repercussão geral na questão relativa à ofensa ao princípio da reserva de plenário, previsto no art. 97 da Constituição e na Súmula Vinculante 10, em face da recusa da aplicação, pelas instâncias de origem, do art. 94, II, da Lei 9.472/97 (Tema 739). 3. A abrangência do precedente, não limitada à atividade de call-center, restou assentada em diversos precedentes do Supremo Tribunal Federal, considerando-se, ainda, que os motivos determinantes da decisão tem como razão preponderante a invocação da Súmula 331 do TST como embasamento à recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/97, e possível violação constitucional daí decorrente. 4. Nesse sentir, ficam mantidos os fundamentos adotados pela decisão agravada, restando verificada, ainda, a manifesta inadmissibilidade do presente agravo, aplicando-se a multa prevista no § 4º do artigo 1.021 do atual CPC. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. (Ag-ED-RR-20109-09.2013.5.04.0401, Órgão Especial, Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 16/12/2018).

RECURSO DE EMBARGOS. REGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES TOMADORA DOS SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. 1. A eg. Sexta Turma não conheceu do recurso de revista, sob o fundamento de que se afigura ilícita a terceirização dos serviços de reparação e manutenção de linhas telefônicas, razão pela qual configurado o vínculo de empregado com a empresa tomadora de serviços. 2. Entretanto, a partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 3. Na espécie foi reconhecido o vínculo de emprego diretamente com a tomadora dos serviços (Telemar Norte Leste S.A.), em razão, exclusivamente, de as funções do reclamante serem inerentes à atividade-fim da concessionária do serviço de telecomunicações. 4. Assim, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do reclamante com a tomadora de serviços, revelando-se indevidas as obrigações inerentes aos empregados do contratante. Recurso de embargos conhecido e provido. (E-RR - 65400-93.2007.5.03.0005 Data de Julgamento: 24/10/2019, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 08/11/2019).

Nesse contexto, não há mais espaço para o reconhecimento do vínculo empregatício com o tomador de serviços sob o fundamento de que houve terceirização ilícita (ou seja, terceirização de atividade essencial ou finalística), ou, ainda, para a aplicação dos direitos previstos em legislação específica ou em normas coletivas da categoria profissional dos empregados da empresa contratante. Nesse sentido, cito jurisprudência desta Corte:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. Ante as razões apresentadas pelo agravante, afasta-se o óbice oposto no despacho agravado. Agravo conhecido e provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. Decisão regional em que adotado o entendimento de que é ilícita a terceirização empreendida na atividade-fim do tomador dos serviços. Aparente violação do art. 5º, II, da CF, a ensejar o provimento do agravo de instrumento. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. 1. O Tribunal Regional manteve a sentença quanto à ilicitude da terceirização, ao fundamento de que os serviços prestados estão inseridos na atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. 2. Não obstante o entendimento cristalizado na Súmula 331, I, do TST, no sentido de que "a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário ", o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de repercussão geral, decidiu que " é lícita à terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Ressalto que, no caso, não há no acórdão regional qualquer registro concernente à existência de pessoalidade e/ou subordinação direta à tomadora dos serviços. Assim, torna-se inviável o reconhecimento da ilicitude da terceirização, não sendo tampouco possível o reconhecimento de isonomia com os empregados da empresa tomadora dos serviços. 4. Configurada a violação do art. 5º, II, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10943-72.2016.5.03.0013, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 12/11/2021)

RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO DE EMPREGO. BANCO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. 1. A partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços, independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 2. Na espécie, o Tribunal Regional reconheceu o vínculo de emprego entre a reclamante e um dos Bancos reclamados, somente em razão da prestação de serviços reputados eminentemente bancários. Nesse sentido, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego da reclamante com a instituição financeira tomadora de serviços e a condição de bancário do trabalhador. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10823-70.2015.5.03.0043, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 02/02/2021)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO AUTOR NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/17. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. Compulsando-se os autos, verifica-se que o acórdão embargado, de fato, se pronunciou no sentido da não observância de pressuposto da regularidade

formal inerente aos recursos de fundamentação vinculada (princípio da dialeticidade recursal). Todavia, em melhor análise, constata-se que a parte, nas razões do agravo, impugnou de forma específica e fundamentada o óbice erigido na decisão agravada, comportando, assim, a decisão embargada complementação. TERCEIRIZAÇÃO. TOMADORA DE SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO STF. TEMA 725. REPERCUSSÃO GERAL. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de Repercussão Geral, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Nesse contexto, porquanto superada a questão da ilicitude da terceirização - em conformidade com as decisões do STF -, resulta inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do autor diretamente com o tomador de serviços. Embargos de declaração a que se dá provimento, para sanar os vícios apontados, sem, contudo, imprimir-lhes efeito modificativo. (ED-Ag-AIRR-11359-77.2015.5.01.0030, 1ª Turma, Relator Ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 16/11/2021).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Deixa-se de analisar a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, nos termos do artigo 249, § 2º, do CPC/73 (artigo 282, § 2º, do atual CPC), por cogitar-se, no mérito , de possível decisão favorável ao reclamante. TERCEIRIZAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS DE ENERGIA. PREVISÃO NO ARTIGO 25, § 1º, DA LEI Nº 8.987/95. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA ADPF 324, DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EM REPERCUSSÃO GERAL ARE-791.932-DF (TEMA 739) E RE-958.252-MG (TEMA 725) E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE Nos 26 E 57, EM QUE SE DISCUTIA A CONSTITUCIONALIDADE DO CITADO DISPOSITIVO LEGAL. 1. Esta Corte firmou o entendimento de que a terceirização do serviço de eletricista, por se tratar de atividade-fim das empresas concessionárias de serviço de energia elétrica, era ilícita, com fundamento na Súmula nº 331, itens I e III, do TST. 2. Por outro lado, a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre "o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", como norma de Direito Administrativo, não foi promulgada para regular matéria trabalhista, devendo ser interpretada à luz dos princípios e das regras que norteiam o Direito do Trabalho, de modo a não esvaziar de sentido prático ou a negar vigência e eficácia às normas trabalhistas que, no País, disciplinam a prestação do trabalho subordinado e as próprias figuras do empregado e do empregador. Dessa forma, quando os órgãos fracionários dos Tribunais trabalhistas entendem que as relações laborais não são regidas pelo artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, não estão deixando de aplicar o dispositivo legal por considerá-lo inconstitucional. Assim, foi observado o disposto no artigo 97 da Constituição Federal e na Súmula Vinculante nº 10 e do STF. 3. Não obstante seja esse o entendimento deste Relator, curvo-me, com ressalva, à tese firmada na decisão proferida nos autos do ARE-791.932-DF (Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral), relatada pelo Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, in verbis: "É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC" (DJe de 6/3/2019). 4. A Suprema Corte, em sessão realizada em 30/8/2018, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252 (Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral), a respeito da terceirização prevista na Súmula nº 331 do TST, firmou a seguinte tese: "É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 5. Nos acórdãos proferidos nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade nºs 26 e 57, em que se discutia a constitucionalidade do artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, relatados pelo Exmo. Ministro Edson Fachin, foi destacado: "no julgamento do Tema 739, ARE 791.932- RG, esta Corte, então instada a se manifestar sobre a inobservância da cláusula de reserva de Plenário e o disposto no art. 94, II, da Lei 9.472/1997, declarou a nulidade da decisão do órgão fracionário do TST"; "a norma do diploma regulatório dos serviços de telecomunicações tem conteúdo idêntico ao objeto da presente ação direta de constitucionalidade". 6. A Suprema Corte, fazendo referência às teses fixadas no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252- RG (Tema 725), registrou que, tendo sido afastada a aplicação da Súmula nº 331 do TST "naquelas hipóteses, deve também aqui se estender o mesmo entendimento", concluindo que "o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, ao autorizar as concessionárias de serviço público a contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, alinha-se ao entendimento jurisprudencial atual e, reveste-se de constitucionalidade, devendo ter sua eficácia garantida e preservada". 7. Entretanto, a adoção da tese vinculante firmada pelo Supremo Tribunal Federal não impede o reconhecimento de vínculo de emprego entre o trabalhador terceirizado e a tomadora de serviços, quando comprovada a incidência dos artigos 2º, 3º e 9º da CLT ao caso em apreço, conforme decidiu a SbDI-1, nos autos do E-ED-RR-32900-51.2005.5.03.0002, em acórdão relatado pelo Exmo. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, firmando o entendimento de que há que reconhecer o "vínculo empregatício com a tomadora dos serviços, quando estiver nitidamente comprovada nos autos a presença dos requisitos do art. 3º da CLT, configurando desvirtuamento da terceirização de forma a disfarçar a existência de inequívoca relação de emprego com a tomadora". 8. Na hipótese dos autos, o Ministério Público do trabalho ajuizou ação civil pública contra a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (concessionária de serviços de energia elétrica) e a Santa Maria Participações S.A., a fim de impedir a terceirização de atividade-fim daquela. O Tribunal a quo, por entender pela ilicitude da terceirização dos serviços de leitura de medidores de energia elétrica ativa, reativa e de demanda, envio de faturas e documentos, suspensão do fornecimento de energia elétrica e religação procedida pela Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., confirmou a sentença pela qual essa última ré foi condenada a abster-se de terceirizar os citados serviços e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo . 9. Como o Supremo Tribunal Federal firmou tese, de natureza vinculante, considerando lícita a terceirização, não subsiste a condenação da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. "a abster-se de repassar a terceiros atividades-fins" e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo (responsabilidade solidária da segunda ré). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-215900-88.2012.5.17.0141, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 12/11/2021).

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - PROVIMENTO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. Diante de potencial violação do art. 37, XIII, da Constituição Federal, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252/MG, com repercussão geral (tema 725), em sessão plenária do dia 30.8.2018, fixou teses, respectivamente, no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada" e que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 2. A licitude de terceirização de atividade-fim foi reafirmada, pelo Excelso Pretório, nos julgamentos subsequentes do ARE nº 791.932/DF, com repercussão geral (tema 739), em 11.10.2018, e da ADC nº 26, em 22.8.2019. 3. O caso dos autos é o decidido pelo STF, razão pela qual não é possível a aplicação analógica do art. 12, "a", da Lei nº 6.019/74 (OJ 383/SBDI-1/TST), com esteio na alegada ilicitude da terceirização. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10166-80.2018.5.03.0025, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 12/11/2021).

[...] RECURSOS DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STF (TEMA 739 DE REPERCUSSÃO GERAL NO STF - ARE 791.932). TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. O STF, no julgamento da ADC 26/DF, transitado em julgado em 18.09.2019, seguindo a tese firmada no ARE 791.932, em repercussão geral (Tema 739), declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, que autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público, e, reiterando o entendimento exarado pelo Plenário do STF em 30.08.2018, no julgamento da ADPF-324 e do RE-958252, com repercussão geral (Tema 725), reconheceu a constitucionalidade do instituto da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, afastando a incidência da Súmula 331 do TST. É necessário, pois, o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF, relativamente à possibilidade de terceirização de serviços afetos às atividades precípuas das concessionárias de energia elétrica, sendo irrelevante perquirir sobre a natureza das atividades exercidas pela empresa contratada. No caso vertente, o TRT entendeu que havia relação direta da atividade desempenhada pelo Reclamante com a atividade-fim da tomadora e concluiu pela ilicitude da terceirização. Entretanto, há de ser afastada a ilicitude da terceirização, à luz do entendimento do E. STF e do art. art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995. Consequentemente, não se viabiliza o reconhecimento da isonomia salarial em relação aos empregados da empresa tomadora de serviços e a condenação ao pagamento de direitos e benefícios legais, normativos e/ou contratuais daí decorrentes. Remanesce, contudo, a responsabilidade subsidiária em caso de eventual condenação, nos termos da decisão do STF (Tema 725) e da Súmula 331, IV/TST. Ressalva de entendimento pessoal deste Relator. Recurso de revista conhecido e provido. (RR -20455-49.2017.5.04.0811, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 19/03/2021).

[...] RECURSO DE REVISTA. DECISÃO REGIONAL PROFERIDA ANTES DA LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO. SERVIÇOS DE TELEMARKETING. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O BANCO TOMADOR DE SERVIÇOS. Nos termos do posicionamento adotado pela Suprema Corte Federal, no julgamento do ARE 791932, Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral, nos autos da ADPF 324 e do RE 958252, e, ainda, na ocasião do julgamento da ADC 26, é lícita a terceirização de serviços de atividade fim . Assim, deve ser reformada a decisão regional para adequar ao entendimento da Suprema Corte. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-170-89.2013.5.06.0012, 6ª Turma, Relator Ministro Aloysio Correa da Veiga, DEJT 20/03/2020).

III - RECURSO DE REVISTA ANTERIOR À LEI Nº 13.015/2014. RETORNO DOS AUTOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA TOMADORA DOS SERVIÇOS NÃO CONFIGURADA. MANUTENÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO CONSAGRADO PELO C. STF - TEMA 725 DE REPERCUSSÃO GERAL NO C. STF - ADPF 324 E RE 958.252. 1. Há muito prevaleceu no âmbito desta Corte Superior o entendimento de que é ilícita a terceirização de serviços especializados, ligados à atividade-fim do tomador dos serviços, identificada no objeto social do contrato social das empresas envolvidas. Nessa linha de argumentação, entendia-se que a contratação de trabalhadores por empresa interposta seria ilegal, formando-se o vínculo empregatício diretamente entre o empregado contratado e a empresa tomadora dos serviços. Inteligência da Súmula nº 331 do c. TST. 2. Revisitando posicionamento consagrado pelo c. TST, em 30.8.2018, a Suprema Corte, nos autos da ADPF 324/DF e do RE 958.252, submetido à sistemática da repercussão geral - Tema nº 725 - , tendo em conta os princípios constitucionais da livre iniciativa (art. 170) e da livre concorrência (art. 170, IV), a dignidade da pessoa humana (art. 1º), os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal (art. 7º), o direito de acesso do trabalhador à previdência social, à proteção à saúde e à segurança no trabalho, declarou a inconstitucionalidade da Súmula nº 331, I, do c. TST, reconhecendo a licitude da terceirização em todas as etapas do processo produtivo, seja meio ou fim. Ao examinar o Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral, no RE nº 958.252 , fixou a seguinte tese jurídica: " É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante " . Na mesma oportunidade, ao julgar a ADPF nº 324, firmou a seguinte tese, com efeito vinculante para todo o Poder Judiciário: " 1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". 3. Em suma, o c. STF reconheceu a legalidade irrestrita da terceirização de serviços, podendo a contratação de

trabalhadores se dar de forma direta ou por empresa interposta e para exercer indiscriminadamente atividades ligadas à área fim ou meio das empresas, não se configurando em tais circunstâncias relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada, remanescendo, contudo, a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa contratada, bem como pelas obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993, além de firmar que é plenamente possível a terceirização de atividades precípuas das concessionárias de serviços públicos. 4. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional ratificou o entendimento do juízo de primeiro grau, de que o autor desempenhava tarefa intimamente ligada à atividade-fim da tomadora dos serviços, declarando, por essa razão, a sua responsabilidade solidária pelas verbas devidas ao trabalhador, em desconformidade com a atual jurisprudência do c. STF e do c. TST. Recurso de revista conhecido por contrariedade (má aplicação) à Súmula/TST nº 331 e provido. (RR-722-18.2012.5.06.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 07/01/2020).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. ADPF Nº 324 E RE Nº 958.252. TESE FIRMADA PELO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 331 DO TST À LUZ DOS PRECEDENTES DO STF. (...) I. No que diz respeito ao reconhecimento da licitude da terceirização, a decisão regional foi proferida em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 958.252, de que resultou a fixação da seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", bem como no julgamento da ADPF nº 324, em que foram fixadas as seguintes teses: "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". II. Assim sendo, o conhecimento do presente recurso de revista no que diz respeito ao pedido de reconhecimento da ilicitude da terceirização havida entre as Reclamadas encontra óbice no entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, fixada no julgamento da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252. (...). (Ag-AIRR-10681-27.2018.5.18.0081, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 05/11/2021).

(...) II. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE. SISTEMA DE TELEATENDIMENTO. MATÉRIA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADPF 324, RE 958.252 E ARE 791.932). REPERCUSSÃO GERAL. ISONOMIA SALARIAL. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 383 DO TST. IMPOSSIBILIDADE. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA. 1. O Tribunal Regional, reconhecendo que a Reclamante prestou serviços relacionados à atividade-fim da tomadora de serviços, declarou a ilicitude da terceirização havida entre as partes. Muito embora tenha fundamentado não ser possível o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o Ente integrante da Administração Pública Indireta, reconheceu o direito obreiro às verbas trabalhistas - legais e normativas - asseguradas aos empregados da tomadora de serviços, com fundamento no princípio da isonomia. 2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 30/8/2018, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958.252, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se estabelecendo relação de emprego entre a tomadora de serviços e o empregado da empresa prestadora. 3. Dispõe a Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST que: "A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções ". 4. O fato autorizador da isonomia de direitos entre os empregados terceirizados e os regularmente contratados pelo tomador de serviços integrante da Administração Pública é a ilicitude da terceirização. Nessa esteira de raciocínio, reconhecendo o STF a licitude da terceirização tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim das empresas tomadoras, inviável a aplicação da Súmula 331/TST e Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST, que traz como premissa básica a irregularidade da contratação do trabalhador terceirizado. Julgados do TST. 5. Recurso de revista conhecido por má-aplicação da Súmula 331/TST e da OJ 383 da SBDI-1/TST. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-2185-47.2016.5.06.0102, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/12/2020)

[...] II - RECURSO DE REVISTA DA 2ª RECLAMADA (LIQ CORP S/A). ADMISSIBILIDADE. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA. LICITUDE. VÍNCULO DIRETO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE DIREITOS DA CATEGORIA DO TOMADOR. INVIABILIDADE. A partir do julgamento do RE nº 958.252 e da ADPF nº 324 pelo Supremo Tribunal Federal, a matéria em discussão nestes autos (ilicitude da terceirização de atividade-fim) pacificou-se e encontra o seu norte nos termos da decisão vinculante daquela Corte Suprema, que, ao julgar o mérito da controvérsia atinente ao Tema 725 da repercussão geral, definiu a tese jurídica segundo a qual "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Assim, a decisão do Regional, naquilo em que aplicou a Súmula nº 331, I, do TST à hipótese encontra-se superada pela jurisprudência vinculante do Pretório Excelso, merecendo reforma o acórdão recorrido, a fim de decretar a licitude da terceirização e, por conseguinte, a ausência de vínculo direto com o tomador e os demais consectários daí decorrentes, a exemplo de direitos previstos em normas coletivas da categoria do tomador ou no regulamento interno da empresa, equiparação salarial, ou quaisquer outros que tenham como base jurídica de sustentação a irregularidade do contrato de terceirização de atividade-fim. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-456-10.2014.5.02.0088, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 19/03/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. TOMADORA DOS SERVIÇOS.

INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE N.º 958.252 COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA (TEMA 725) E ADPF 324. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 324, em 30/8/2018, erigiu tese no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 2. Na mesma ocasião, a Corte Suprema, examinando o Tema 725 de Repercussão Geral, no julgamento do RE 958.252, estabeleceu a seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Inquestionável a aplicação imediata dos aludidos precedentes firmados em Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida, bem como em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, cuja decisão tem efeito vinculante. 4. Na linha dos precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal, remanesce a possibilidade de reconhecimento de vínculo com a empresa contratante somente nas hipóteses em que há explícita referência, no acórdão prolatado pelo Tribunal Regional, acerca da configuração da pessoalidade e da subordinação hierárquica direta, presencial ou por via telemática, do obreiro aos prepostos da tomadora de serviços, sendo insuficiente a mera subordinação estrutural ou indireta, inerente à própria terceirização. 5. No caso sob exame, afirmou o Tribunal Regional a ilicitude da terceirização tão somente em razão do labor em atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. Tal entendimento destoa claramente daquele fixado pelo Supremo Tribunal Federal. Reconhece-se, portanto, a transcendência política da controvérsia. 6. Nesse contexto, impõe-se afastar o reconhecimento do vínculo de emprego da parte reclamante diretamente com o banco tomador dos serviços, bem como excluir da condenação as parcelas decorrentes da aplicação dos acordos coletivos dos bancários. 7. Recurso de Revista conhecido e provido. (RR-491-61.2017.5.06.0311, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 05/02/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DAS LEIS NºS 13.015/14 E 13.105/15, MAS ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/2017. TELEMARKETING - ILICITUDE DE TERCEIRIZAÇÃO - RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS - ENQUADRAMENTO DO RECLAMANTE NA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS BANCÁRIOS. O STF, em 30/8/2018, no julgamento conjunto da ADPF 324/DF e do RE 958.252/MG (tema de Repercussão Geral nº 725), firmou a tese jurídica de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, seja ela meio ou fim, o que não configura relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. O Plenário da Suprema Corte concluiu, então, que não há óbice constitucional à terceirização das atividades de uma empresa, ainda que se configurem como as denominadas "atividades-fim" das tomadoras de serviços. No caso concreto, o Tribunal Regional concluiu que a contratação dos serviços especializados de telemarketing é ilícita, pois estão ligados à atividade-fim da tomadora de serviços. Assim, o v. acórdão recorrido, ao reconhecer a ilicitude da terceirização na hipótese, contrariou a tese firmada pela Suprema Corte, na ADPF 324 e no RE 958.252 (tema 725 da tabela de repercussão geral). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-11150-12.2015.5.03.0044, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 04/12/2020).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. BANCO BRADESCO S.A. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTENTE. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADPF 324/DF, o RE-958.252/MG (tema 725 da tabela de repercussão geral), fixou a tese, com efeito vinculante e eficácia erga omnes , segundo a qual é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas e de o objeto da terceirização consistir em atividade-meio ou atividade-fim da tomadora de serviços, desde que não seja comprovada a fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, sendo mantida, entretanto, a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. Portanto, definido pelo Supremo Tribunal Federal que é licita a terceirização de serviços, tanto ligados à atividade-meio quanto à atividade-fim da contratante, e não tendo sido constatada fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, deve ser julgado improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo de emprego com O tomador de serviços e, em consequência, os pedidos decorrentes unicamente do vínculo. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. (RR-10958-62.2016.5.03.0103, 8ª Turma, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 23/03/2021)

Dessa forma, não se pode reconhecer isonomia entre os empregados terceirizados e aqueles contratados diretamente pelo tomador dos serviços.
Entretanto, registre-se que a responsabilidade da tomadora de serviços nestes casos se mantém de forma subsidiária, consoante a tese já firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante".
Ante o exposto, em face da decisão vinculante do STF, conheço do recurso de revista por violação do art. 5º, II, da CF/88.

1.2 - MÉRITO
Tendo em vista os fundamentos apresentados, atendidos os requisitos do art. 489, § 1º, do CPC e com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST, 932, III, IV e V, do CPC, dou provimento parcial ao recurso de revista para, reconhecendo a licitude da terceirização dos serviços, mantendo a condenação subsidiária da tomadora, limitar o pagamento das verbas deferidas à reclamante com parâmetro na sua real empregadora, afastando a isonomia declarada na origem. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:
À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, § 5º (atual § 14), da CLT e 118, X, do RITST, decido: I - Negar provimento ao agravo de instrumento da primeira reclamada; II - dar provimento ao agravo de instrumento da segunda reclamada; III - conhecer do recurso de revista quanto ao tema "TERCEIRIZAÇÃO. ILICITUDE. IMPOSSIBILIDADE DA ISONOMIA", por violação do art. 5º, II, da CF/88, e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para, reconhecendo a licitude da terceirização dos serviços, mantendo a condenação subsidiária da tomadora, limitar o pagamento das verbas deferidas à reclamante com parâmetro na sua real empregadora, afastando a

isonomia declarada na origem. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0021288-59.2015.5.04.0028

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	CRISTIANO SILVA DA SILVA
Advogada	Dra. Vanessa Zinn Ferreira(OAB: 58256-A/RS)
Agravado	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogada	Dra. Anelise Tabajara Moura(OAB: 50574-A/RS)
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Advogada	Dra. Camila Trevisan Vaz da Silva(OAB: 58595-A/RS)
Advogado	Dr. Vinicius André Cognato(OAB: 53964-A/RS)
Advogado	Dr. Amanda Kroeff Santos(OAB: 113040-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTIANO SILVA DA SILVA
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Controle de Jornada.
O trecho do acórdão recorrido que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, transcrito nas razões recursais, é o seguinte: "Não obstante os relatórios de jornada demonstrem que, durante a contratualidade, foram efetuados inúmeros ajustes no ponto do autor, pela inclusão de diversos horários faltantes, não há evidência de que os horários manualmente inseridos pela ré não correspondessem à real jornada de trabalho do reclamante, porque compatíveis com os horários efetivamente registrados pelo autor (marcações originais), bem como pelo fato de que os registros inseridos resultaram no cômputo e no pagamento de horas extraordinárias."
Não admito o recurso de revista noitem.
Tendo em vista os fundamentos acima referidos,nãoconstatocontrariedade à Súmula indicada.
Ainda, não há falar em afronta direta e literal a preceitos da Constituição Federal, tampouco em violação literal a dispositivos de lei, circunstância que obsta a admissão do recurso pelo critério previsto na alínea "c" do art. 896 da CLT.
CONCLUSÃO
Nego seguimento.

Trata-se de hipótese em que o TRT reconheceu como válido o cartão de ponto eletrônico que possibilitava ao empregador efetuar registros e edições.
Ficou consignado:

Não obstante os relatórios de jornada demonstrem que, durante a contratualidade, foram efetuados inúmeros ajustes no ponto do autor, pela inclusão de diversos horários faltantes, não há evidência de que os horários manualmente inseridos pela ré não correspondessem à real jornada de trabalho do reclamante, porque compatíveis com os horários efetivamente registrados pelo autor (marcações originais), bem como pelo fato de que os registros inseridos resultaram no cômputo e no pagamento de horas extraordinárias. (grifei)

Por observar possível violação ao art. 74, §2°, da CLT, dou provimento ao agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista.

RECURSO DE REVISTA
O entendimento predominante desta Corte é no sentido de que os cartões de ponto anotados por terceiro não são hábeis para desincumbir a empregadora do ônus previsto no art. 74, §2°, da CLT e na Súmula 338, I, do TST:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA EM FACE DE DECISÃO PUBLICADA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. HORAS EXTRAS. CARTÕES DE PONTO SEM ASSINATURA DO EMPREGADO. INVALIDADE. ÔNUS DA PROVA. Ressalvado meu entendimento pessoal, o posicionamento desta Corte Superior é no sentido de que a ausência de assinatura do empregado nos cartões de ponto, por si só, não os torna inválidos, ante a inexistência de previsão legal, caracterizando mera irregularidade administrativa. Diante disso, não há a transferência do ônus da prova da jornada ao empregador. Precedentes. Na hipótese dos autos, contudo, a inversão do ônus da prova não decorre da ausência de assinatura por si só. Com efeito, prova testemunhal corrobora que os controles de jornada eram preenchidos por anotador, e não pelos empregados, e que estes os assinavam como mecanismo para se corroborar o que assinalado pelo preposto da empregadora. Tratava-se, assim, do próprio mecanismo adotado pela empresa. Não obstante, em determinados períodos, consta apenas a anotação elaborada por terceiro, sem ratificação do obreiro. Assim, somente quanto a estes períodos, inverteu-se, corretamente, o ônus da prova. Invertido o ônus da prova e não provado o fato impeditivo ou extintivo do direito às horas extras, como se extrai do acórdão regional, é impossível reconhecer a violação literal desses dispositivos de lei. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (AIRR-1123-83.2012.5.23.0022, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 28/10/2016 - grifei).

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. JORNADA DE TRABALHO. CARTÕES DE PONTO INVÁLIDOS. ANOTAÇÃO REALIZADA POR TERCEIRO . Considerando a delimitação fática do acórdão regional de que as anotações constantes nos cartões de ponto eram efetuadas por terceiro , resulta nítida a invalidade dos registros de frequência, impondo-se a presunção de veracidade da jornada apontada na inicial, consoante a diretriz da Súmula 338, I, do TST. Recurso de revista conhecido e provido . (RR-861-19.2012.5.09.0089, 5ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 18/12/2015).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA. INVERSÃO. CARTÕES DE PONTO INVÁLIDOS. ANOTAÇÃO POR TERCEIRO. Reputada inservível a prova documental carreada pela empresa, consubstanciada em cartões de ponto inválidos - porque anotados por terceiro -, e invertido o encargo probatório, cabia à reclamada comprovar a inveracidade da jornada de trabalho declinada na petição inicial - ônus do qual não se desincumbiu. Nesse sentido, invoca-se a ratio que informa a Súmula n.º 338, III, desta Corte superior. Ilesos os artigos 818 da Consolidação das Leis do Trabalho e 333, I, do Código de processo Civil. Agravo de instrumento a que se nega provimento " (AIRR-1126-83.2010.5.06.0312, 1ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 23/03/2012).

Tendo em vista os fundamentos apresentados, conheçodo recurso de revista por violação ao art. 74, §2°, da CLT.
No mérito,dou-lheprovimentopara condenar a Reclamada ao pagamento das horas extraordinárias superiores à oitava diária e quadragésima quarta semanal e reflexos, considerada a jornada da inicial, deduzido o valor pago a igual título.

CONCLUSÃO
À vista do exposto, atendidos os requisitos do art. 489, § 1º, do CPC, e com fundamento nos arts. 118, X, do Regimento Interno do TST e 932, III, IV e V, do CPC,dou provimentoao agravo de instrumento quanto ao tema "jornada de trabalho" para processar o recurso de revista;conheçodo recurso de revista por violação ao art. 74, §2°, da CLT, e, no mérito,dou-lhe provimentopara condenar a reclamada ao pagamento das horas extraordinárias superiores à oitava diária e quadragésima quarta semanal e reflexos, considerada a jornada da inicial, deduzido o valor pago a igual título. Custas mantidas.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0000665-81.2013.5.12.0040

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	GEISE GLACY HUMMEL BRUSTOLIM
Advogado	Dr. Nilton da Silva Correia(OAB: 1291/DF)
Advogado	Dr. Divaldo Luiz de Amorim(OAB: 5625/SC)
Recorrido	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	Dr. Marina Carvalho D Amico Pedriali(OAB: 17744-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):
- BANCO BRADESCO S.A.
- GEISE GLACY HUMMEL BRUSTOLIM

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que deu parcial provimento aos recursos ordinários.
Irresignada, a reclamante interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (artigo 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado e regular o preparo.
Quanto à negativa de prestação jurisdicional, incide o óbice do art. 896, § 1º-A, IV, da CLT.
No tocante ao tema "prescrição - protesto judicial", o TRT entendeu que "o protesto interruptivo da prescrição apresentado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores das Empresas de Crédito - não alcança à autora. Isso porquanto, conforme se extrai do art. 611, §2º, da CLT, as Confederações, situadas no terceiro grau da organização sindical, detêm representação subsidiária na ausência de sindicato ou federação em uma determinada base inorganizada. A recorrente está representada pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, não havendo falar na representação supletiva".
A decisão regional contraria a jurisprudência do TST, in verbis:

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. CONTEC. CONFEDERAÇÃO SINDICAL. LEGITIMIDADE ATIVA. PROTESTO JUDICIAL. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. O cerne da controvérsia consiste em saber se é válido o protesto judicial ajuizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito - Contec, a despeito da existência de sindicato representante da categoria profissional da autora em sua base territorial, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários em Mato Grosso - SEEB/MT. É de se esclarecer que a reclamante é empregada do Banco do Brasil S.A., sociedade de economia mista, com agência em todos os Estados da federação e quadro de carreira organizado em nível nacional. Com efeito, a jurisprudência prevalecente nesta Corte superior consagrou entendimento de que a Contec, em face de sua abrangência nacional, possui legitimidade para representar os interesses dos empregados de empresas que adotam quadro de carreira unificado em todo o território nacional, no qual se inclui o Banco do Brasil. Trata-se de situação peculiar incidente nas hipóteses em que o interesse tutelado da categoria é de âmbito nacional. Assim, quanto aos efeitos do protesto interruptivo da prescrição, a Contec é parte legítima para ajuizar o protesto judicial, com a consequente interrupção da prescrição em favor dos empregados do Banco do Brasil S.A. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido. (RR - 6-31.2014.5.23.0008, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 14/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015)

Assim, o recurso de revista deve ser conhecido e provido para

reconhecer a interrupção da prescrição quanto às horas extras com o ajuizamento do protesto pela Contec.
Acerca do tema "nulidade da dispensa - reintegração no emprego - despedida discriminatória", incide o óbice do art. 896, § 1º-A, I, da CLT.
Em relação ao tema "indenização compensatória - garantia de emprego - dobra", incide o óbice do art. 896, § 1º-A, I, da CLT.
Relativamente ao tema "danos morais - despedida no período pré-aposentadoria", o TRT deu provimento ao apelo do reclamado "para afastar a condenação ao pagamento da indenização por danos morais decorrentes da rescisão contratual no período estabilitário pré-aposentadoria, por entender que não restou configurado dano à personalidade da autora na hipótese". Incide, no caso, a Súmula 126/TST.
No que se refere à equiparação salarial, incide o óbice do art. 896, § 1º-A, I, da CLT.
No que tange às horas extras, incide o óbice do art. 896, § 1º-A, I, da CLT.

Em relação ao tema "dano moral - cobrança abusiva de metas", incide o óbice do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. O trecho indicado pela parte não contém a tese adotada pelo TRT quanto ao tema recorrido.
À vista do exposto, com fundamento nos arts. 118, X, do RITST e 932, III, IV e V, do CPC/2015, conheço do recurso de revista apenas quanto ao tema "prescrição - protesto judicial", por violação do art. 8º, III, da CF, e, no mérito, dou-lhe provimento para reconhecer a interrupção da prescrição quanto às horas extras com o ajuizamento do protesto pela Contec. Mantém-se o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0000357-91.2013.5.06.0014

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	LIQ CORP S.A.
Advogado	Dr. Bruno de Oliveira Veloso Mafra(OAB: 18850-D/PE)
Recorrente	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	Dr. Urbano Vitalino de Melo Neto(OAB: 17700/PE)
Recorrido	AGUINALDO TAVARES DE OLIVEIRA JÚNIOR
Advogado	Dr. Erwin Herbert Friedheim Neto(OAB: 14975-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGUINALDO TAVARES DE OLIVEIRA JÚNIOR
- BANCO BRADESCO S.A.
- LIQ CORP S.A.

O TRT recebeu o recurso de revista da LIQ. CORP S.A (atual denominação da Contax) e o recurso de revista do Banco Bradesco.
O reclamante apresentou contrarrazões.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2°, do RITST).
Examino.

I - RECURSO DE REVISTA DO BANCO BRADESCO S.A

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DO ARE-791.932-DF. TEMA 739 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. TESE FIRMADA NOS AUTOS DA ADPF 324 E DO RE-958.252-MG, TEMA 725 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. IMPOSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DIRETO
- Conhecimento

O Tribunal Regional, no que concerne ao tema em destaque, registrou que:

Da ilicitude da terceirização.

Não assiste razão ao recorrente.

Da análise dos depoimentos testemunhais recebidos neste feito como prova emprestada, verifica-se que o reclamante, de fato, prestou serviços em favor do banco réu, vinculados a sua atividade-fim, ao arrepio, portanto, das hipóteses de terceirização, autorizadas pelo ordenamento jurídico pátrio na esfera privada, a saber, Leis 6.019/74, 7.102/83 e 5.645/70, ou ainda toleradas pela parte final do item III, da Súmula nº 331 do C. TST.

Nesse sentido, destaco os seguintes trechos do depoimento da testemunha ouvida na audiência relativa ao Proc. nº 0001500-62.2011.5.06.0022 (prova emprestada juntada às fls. 176/177):

"(...) que a reclamante fazia a mesma coisa que a depoente: venda de cartão, empréstimo pessoal, seguros e cuidava de programa de fidelidade; que a depoente trabalhava na Contax; que no seu ambiente de trabalho existia Isabel do Bradesco; que Isabel monitorava todas as atividades; que Isabel se reportava diretamente à depoente e à reclamante, com intuito de verificar se estavam fazendo o trabalho certo, o atendimento ao cliente, a qualidade desse atendimento e também instruindo, dizendo o que fazer (...) que esse contato com o Bradesco era via sistema e telefone; que conhece Fabian e ele é da Contax; que a depoente trabalhou somente para o Bradesco (...)"

De igual forma, a testemunha ouvida na audiência relativa ao processo nº 0002920-71.2013.5.02.0078 (ata fl. 175), juntada pelo próprio demandado e recebida neste feito como prova emprestada, deixou claro que os trabalhadores terceirizados da Contax tinham como atribuição oferecer cartões de crédito do Bradesco.

Ainda considerando as provas emprestadas, assim declarou a testemunha ouvida no processo nº 0000416-98.2012.5.06.0019:

"(...) que a reclamante prestava serviços unicamente para o BRADESCO; que a reclamante desenvolvia as seguintes atividades: entrava em contato com clientes para oferecer cartões de crédito, ofertava outro seguro do BRADESCO, e também ofertava programa de pontuação do cartão AMEX, o MEMBERSHIP; que a reclamante fazia a inserção de dados do cliente tipo nome, CPF, endereço, profissão, etc, se o mesmo fosse adquirir um cartão; que havia um vinculo com o BRADESCO para

passar os dados ; que a analise de aprovação ou não era feita automaticamente pelo próprio sistema; que repete que imediatamente a inserção dos dados do cliente no sistema, o cliente era imediatamente informado se o cartão era aprovado ou não; (...) que a sra ISABEL era empregada do BRADESCO; (...) que as metas eram definidas com ISABEL e o gerente FABIAN; que faziam reuniões constantes para estabelecimento dessas metas (...)"

Dos depoimentos acima, verifica-se que ao autor foram atribuídas tarefas diretamente relacionadas à atividade-fim do BRADESCO, consistentes no oferecimento de produtos do banco aos seus clientes, em especial propostas de aquisição de cartões de crédito e de seguros variados, mediante imposição de metas, com a utilização de dados da instituição financeira (nomes e números de telefones de clientes), que configuram o desenvolvimento de atividades de natureza essencialmente bancária, ainda mais quando realizadas em ambiente supervisionado pelo próprio tomador do serviço (BRADESCO), sendo irrelevante o comando concomitante exercido por preposto da empresa interposta.

Ora, as atividades desenvolvidas pelos bancos compreendem, principalmente, operações de crédito, investimentos, preparação de contratos, movimento de contas correntes, não se limitando as tarefas ao mero contato ou relacionamento com clientes, sendo certo que para a execução de tais misteres é indispensável à realização de várias outras tarefas rotineiras, mas de grande importância para a dinâmica empresarial, a exemplo das que desenvolvidas pelo reclamante.

Restou demonstrado, portanto, que o trabalho executado pelo autor não guarda correlação com a atividade-meio do banco demandado, mas sim com a sua atividade-fim, fazendo emergir, por conseguinte, a essencialidade dos serviços prestados pelo empregado à dinâmica do estabelecimento bancário (tomador) e beneficiário do trabalho realizado. Observa-se que não se tratou de uma contratação de serviços, mas de arregimentação de mão de obra por meio de empresa interposta.

Destarte, realizando serviços inerentes à dinâmica do negócio do banco, sendo estes essenciais ao empreendimento econômico, não há como se afastar o reconhecimento do vínculo de emprego direto do autor com o réu, pois configurada a incidência do art. 9º da CLT, pouco importando de quem o reclamante recebia ordens diretas, já que comprovada a subordinação reticular, consubstanciada na subsunção da força de trabalho do obreiro em proveito da unidade empresarial, em perfeita consonância com a exegese da Súmula nº 331, I, do C. TST.

Dessa forma, chega-se à conclusão da nulidade do contrato de trabalho formal firmado entre o acionante e a CONTAX S.A., porque a avaliação da subordinação sob a ótica reticular ou integrativa (novo desdobramento da subordinação jurídica) pressupõe a análise de que os serviços prestados pelo trabalhador atingiram o objetivo empresarial, melhor dizendo, as tarefas desenvolvidas pelo recorrido encontram-se inseridas dentro do contexto das atividades essenciais da instituição bancária (BRADESCO), para quem se desenvolveram os serviços prestados pelo reclamante.

Nessa esteira, os seguintes arestos:

"(...). II - RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. BANCO. CALL CENTER. VÍNCULO DE EMPREGO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS. Da leitura do acórdão recorrido, extrai-se que a intermediação de mão de obra operou-se na atividade-fim dos tomadores de serviços, consistente no atendimento aos clientes que contrataram cartões de crédito. Dessa forma, ficou configurada a terceirização ilícita, uma vez que os bancos reclamados transferiram à prestadora de serviços as suas atividades de call center, essenciais ao seu fim empresarial, devendo ser reconhecido o vínculo diretamente com aqueles, na consoante entendimento consagrado na Súmula nº 331, I, desta Corte. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido."(RR - 165400-31.2009.5.06.0011, Relator Ministro: Emmanoel Pereira, Data de Julgamento: 04/09/2013, 5ª Turma, Data de Publicação: 13/09/2013)

"RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. TELEATENDIMENTO BANCÁRIO. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO DE EMPREGO DIRETAMENTE COM O BANCO TOMADOR DOS SERVIÇOS. O reconhecimento da ilicitude da terceirização, neste caso, decorre do princípio da primazia da realidade, na medida em que comprovado que a autora, embora fosse formalmente contratada por outras empresas, integrantes do mesmo grupo econômico, cujo contrato de trabalho foi mais de uma vez transferido entre elas, somente prestou serviços exclusivos para o banco (tomador de serviços), exercendo atividades inerentes à movimentação bancária de seus clientes, por meio do teleatendimento bancário do Citiphone Banking. Recurso de revista não conhecido." (RR - 117100-79.2007.5.05.0029, Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, Data de Julgamento: 11/09/2013, 6ª Turma, Data de Publicação: 13/09/2013)

Logo, quando demonstrado que o trabalhador exerce funções ligadas à atividade essencial da empresa, indiscutível a configuração da subordinação reticular ou integrativa na relação jurídica dos contratantes.

E, dessa conclusão, a consequência é a nulidade do contrato de trabalho firmado com a CONTAX S.A. e o reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços, BANCO BRADESCO S.A.

Destarte, mantenho a sentença, por seus próprios fundamentos legais e jurídicos, que reconheceu o vínculo empregatício diretamente com o reclamado, BANCO BRADESCO S.A., em virtude da terceirização ilícita entabulada entre este e a Contax e, em consequência, deferiu ao obreiro a anotação correta da CTPS, quanto ao empregador, e os direitos trabalhistas assegurados aos bancários na lei e nas normas coletivas adunadas aos autos.
(...)
Nas razões de recurso de revista, a parte reclamada sustenta, em síntese, ser indevido o reconhecimento do vínculo de emprego direto, com fundamento de que a contratação de serviços terceirizados é permitida, inclusive para as atividades-fim da empresa.
Assevera que, sendo lícita a contratação estabelecida, também deve ser afastada a sua responsabilidade subsidiária, uma vez que não tem culpa do inadimplemento das verbas trabalhistas pela devedora principal.
Aponta contrariedade à Súmula 331, III, do TST e à OJ 256, da SDI-1/TST. Colaciona arestos.
Ao exame.
No caso dos autos, o Tribunal Regional entendeu pela ilicitude da terceirização de serviços firmada entre as reclamadas, pelo

reconhecimento do vínculo de emprego diretamente para com o tomador dos serviços e pela condenação ao pagamento das parcelas trabalhistas daí decorrentes.

Esta Corte Superior, inclusive esta Turma, com fundamento nos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, adotava o entendimento de que o ordenamento jurídico pátrio não autorizava a terceirização de forma ampla e irrestrita da atividade-fim empresarial. Assim, nos termos do item I da Súmula 331/TST, decidia pela ilicitude da terceirização e, consequentemente, pelo reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços.

Contudo, a Suprema Corte, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", afastando, assim, a configuração da relação de emprego com o tomador dos serviços. Além disso, em 11/10/2018, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, reafirmou o seu entendimento de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada".

Fixou, então, a tese jurídica de que "é nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC".

Ressalta-se que, a partir de 30/8/2018, é de observância obrigatória aos processos judiciais em curso ou pendentes de julgamento a tese jurídica firmada pelo e. STF no RE n.º 958.252 e na ADPF n.º 324.

Nesse sentido, cito precedentes da SBDI-1 desta Corte seguindo o entendimento vinculante do STF:

AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SOBRESTAMENTO. "TERCEIRIZAÇÃO". OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO. NÃO APLICAÇÃO DO ART. 94, II, DA LEI 9.472/97. REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. 1. Trata-se de agravo interno interposto em face da decisão da Vice-Presidência do TST por meio da qual foi determinado o sobrestamento do recurso extraordinário com base em precedente de repercussão geral em julgamento, na forma do art. 1.030, III do CPC. 2. O Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Recurso Extraordinário com Agravo nº 791.932/DF, concluiu que há repercussão geral na questão relativa à ofensa ao princípio da reserva de plenário, previsto no art. 97 da Constituição e na Súmula Vinculante 10, em face da recusa da aplicação, pelas instâncias de origem, do art. 94, II, da Lei 9.472/97 (Tema 739). 3. A abrangência do precedente, não limitada à atividade de call-center, restou assentada em diversos precedentes do Supremo Tribunal Federal, considerando-se, ainda, que os motivos determinantes da decisão tem como razão preponderante a invocação da Súmula 331 do TST como embasamento à recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/97, e possível violação constitucional daí decorrente. 4. Nesse sentir, ficam mantidos os fundamentos adotados pela decisão agravada, restando verificada, ainda, a manifesta inadmissibilidade do presente agravo, aplicando-se a multa prevista no § 4º do artigo 1.021 do atual CPC. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. (Ag-ED-RR-20109-09.2013.5.04.0401, Órgão Especial, Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 16/12/2018).

RECURSO DE EMBARGOS. REGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES TOMADORA DOS SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. 1. A eg. Sexta Turma não conheceu do recurso de revista, sob o fundamento de que se afigura ilícita a terceirização dos serviços de reparação e manutenção de linhas telefônicas, razão pela qual configurado o vínculo de empregado com a empresa tomadora de serviços. 2. Entretanto, a partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 3. Na espécie foi reconhecido o vínculo de emprego diretamente com a tomadora dos serviços (Telemar Norte Leste S.A.), em razão, exclusivamente, de as funções do reclamante serem inerentes à atividade-fim da concessionária do serviço de telecomunicações. 4. Assim, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do reclamante com a tomadora de serviços, revelando-se indevidas as obrigações inerentes aos empregados do contratante. Recurso de embargos conhecido e provido. (E-RR - 65400-93.2007.5.03.0005 Data de Julgamento: 24/10/2019, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 08/11/2019).

Nesse contexto, não há mais espaço para o reconhecimento do vínculo empregatício com o tomador de serviços sob o fundamento de que houve terceirização ilícita (ou seja, terceirização de atividade essencial ou finalística), ou, ainda, para a aplicação dos direitos previstos em legislação específica ou em normas coletivas da categoria profissional dos empregados da empresa contratante. Nesse sentido, cito jurisprudência desta Corte:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. Ante as razões apresentadas pelo agravante, afasta-se o óbice oposto no despacho agravado. Agravo conhecido e provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. Decisão regional em que adotado o entendimento de que é ilícita a terceirização empreendida na atividade-fim do tomador dos serviços. Aparente violação do art. 5º, II, da CF, a ensejar o provimento do agravo de instrumento. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. 1. O Tribunal Regional manteve a sentença quanto à ilicitude da terceirização, ao fundamento de que os serviços prestados estão inseridos na atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. 2. Não obstante o entendimento cristalizado na Súmula 331, I, do TST, no sentido de

que "a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário ", o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de repercussão geral, decidiu que " é lícita à terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Ressalto que, no caso, não há no acórdão regional qualquer registro concernente à existência de pessoalidade e/ou subordinação direta à tomadora dos serviços. Assim, torna-se inviável o reconhecimento da ilicitude da terceirização, não sendo tampouco possível o reconhecimento de isonomia com os empregados da empresa tomadora dos serviços. 4. Configurada a violação do art. 5º, II, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10943-72.2016.5.03.0013, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 12/11/2021)

RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO DE EMPREGO. BANCO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. 1. A partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços, independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 2. Na espécie, o Tribunal Regional reconheceu o vínculo de emprego entre a reclamante e um dos Bancos reclamados, somente em razão da prestação de serviços reputados eminentemente bancários. Nesse sentido, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego da reclamante com a instituição financeira tomadora de serviços e a condição de bancário do trabalhador. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10823-70.2015.5.03.0043, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 02/02/2021)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO AUTOR NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/17. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. Compulsando-se os autos, verifica-se que o acórdão embargado, de fato, se pronunciou no sentido da não observância de pressuposto da regularidade formal inerente aos recursos de fundamentação vinculada (princípio da dialeticidade recursal). Todavia, em melhor análise, constata-se que a parte, nas razões do agravo, impugnou de forma específica e fundamentada o óbice erigido na decisão agravada, comportando, assim, a decisão embargada complementação. TERCEIRIZAÇÃO. TOMADORA DE SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO STF. TEMA 725. REPERCUSSÃO GERAL. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de Repercussão Geral, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Nesse contexto, porquanto superada a questão da ilicitude da terceirização - em conformidade com as decisões do STF -, resulta inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do autor diretamente com o tomador de serviços. Embargos de declaração a que se dá provimento, para sanar os vícios apontados, sem, contudo, imprimir-lhes efeito modificativo. (ED-Ag-AIRR-11359-77.2015.5.01.0030, 1ª Turma, Relator Ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 16/11/2021).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Deixa-se de analisar a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, nos termos do artigo 249, § 2º, do CPC/73 (artigo 282, § 2º, do atual CPC), por cogitar-se, no mérito , de possível decisão favorável ao reclamante. TERCEIRIZAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS DE ENERGIA. PREVISÃO NO ARTIGO 25, § 1º, DA LEI Nº 8.987/95. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA ADPF 324, DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EM REPERCUSSÃO GERAL ARE-791.932-DF (TEMA 739) E RE-958.252-MG (TEMA 725) E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE Nos 26 E 57, EM QUE SE DISCUTIA A CONSTITUCIONALIDADE DO CITADO DISPOSITIVO LEGAL. 1. Esta Corte firmou o entendimento de que a terceirização do serviço de eletricista, por se tratar de atividade-fim das empresas concessionárias de serviço de energia elétrica, era ilícita, com fundamento na Súmula nº 331, itens I e III, do TST. 2. Por outro lado, a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre "o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", como norma de Direito Administrativo, não foi promulgada para regular matéria trabalhista, devendo ser interpretada à luz dos princípios e das regras que norteiam o Direito do Trabalho, de modo a não esvaziar de sentido prático ou a negar vigência e eficácia às normas trabalhistas que, no País, disciplinam a prestação do trabalho subordinado e as próprias figuras do empregado e do empregador. Dessa forma, quando os órgãos fracionários dos Tribunais trabalhistas entendem que as relações laborais não são regidas pelo artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, não estão deixando de aplicar o dispositivo legal por considerá-lo inconstitucional. Assim, foi observado o disposto no artigo 97 da Constituição Federal e na Súmula Vinculante nº 10 e do STF. 3. Não obstante seja esse o entendimento deste Relator, curvo-me, com ressalva, à tese firmada na decisão proferida nos autos do ARE-791.932-DF (Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral), relatada pelo Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, in verbis: "É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC" (DJe de 6/3/2019). 4. A Suprema Corte, em sessão realizada em 30/8/2018, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252 (Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral), a respeito da terceirização prevista na Súmula nº 331 do TST, firmou a seguinte tese: "É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 5. Nos acórdãos proferidos nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade nºs 26 e 57, em que se discutia a constitucionalidade do artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, relatados pelo Exmo. Ministro Edson Fachin, foi destacado: "no julgamento do Tema 739, ARE 791.932- RG, esta Corte, então instada a se manifestar sobre a inobservância da cláusula de reserva de Plenário e o disposto no art. 94, II, da Lei

9.472/1997, declarou a nulidade da decisão do órgão fracionário do TST"; "a norma do diploma regulatório dos serviços de telecomunicações tem conteúdo idêntico ao objeto da presente ação direta de constitucionalidade". 6. A Suprema Corte, fazendo referência às teses fixadas no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252- RG (Tema 725), registrou que, tendo sido afastada a aplicação da Súmula nº 331 do TST "naquelas hipóteses, deve também aqui se estender o mesmo entendimento", concluindo que "o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, ao autorizar as concessionárias de serviço público a contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, alinha-se ao entendimento jurisprudencial atual e, reveste-se de constitucionalidade, devendo ter sua eficácia garantida e preservada". 7. Entretanto, a adoção da tese vinculante firmada pelo Supremo Tribunal Federal não impede o reconhecimento de vínculo de emprego entre o trabalhador terceirizado e a tomadora de serviços, quando comprovada a incidência dos artigos 2º, 3º e 9º da CLT ao caso em apreço, conforme decidiu a SbDI-1, nos autos do E-ED-RR-32900-51.2005.5.03.0002, em acórdão relatado pelo Exmo. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, firmando o entendimento de que há que reconhecer o "vínculo empregatício com a tomadora dos serviços, quando estiver nitidamente comprovada nos autos a presença dos requisitos do art. 3º da CLT, configurando desvirtuamento da terceirização de forma a disfarçar a existência de inequívoca relação de emprego com a tomadora". 8. Na hipótese dos autos, o Ministério Público do trabalho ajuizou ação civil pública contra a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (concessionária de serviços de energia elétrica) e a Santa Maria Participações S.A., a fim de impedir a terceirização de atividade-fim daquela. O Tribunal a quo, por entender pela ilicitude da terceirização dos serviços de leitura de medidores de energia elétrica ativa, reativa e de demanda, envio de faturas e documentos, suspensão do fornecimento de energia elétrica e religação procedida pela Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., confirmou a sentença pela qual essa última ré foi condenada a abster-se de terceirizar os citados serviços e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo . 9. Como o Supremo Tribunal Federal firmou tese, de natureza vinculante, considerando lícita a terceirização, não subsiste a condenação da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. "a abster-se de repassar a terceiros atividades-fins" e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo (responsabilidade solidária da segunda ré). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-215900-88.2012.5.17.0141, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 12/11/2021).

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - PROVIMENTO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. Diante de potencial violação do art. 37, XIII, da Constituição Federal, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252/MG, com repercussão geral (tema 725), em sessão plenária do dia 30.8.2018, fixou teses, respectivamente, no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada" e que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 2. A licitude de terceirização de atividade-fim foi reafirmada, pelo Excelso Pretório, nos julgamentos subsequentes do ARE nº 791.932/DF, com repercussão geral (tema 739), em 11.10.2018, e da ADC nº 26, em 22.8.2019. 3. O caso dos autos é o decidido pelo STF, razão pela qual não é possível a aplicação analógica do art. 12, "a", da Lei nº 6.019/74 (OJ 383/SBDI-1/TST), com esteio na alegada ilicitude da terceirização. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10166-80.2018.5.03.0025, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 12/11/2021).

[...] RECURSOS DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STF (TEMA 739 DE REPERCUSSÃO GERAL NO STF - ARE 791.932). TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. O STF, no julgamento da ADC 26/DF, transitado em julgado em 18.09.2019, seguindo a tese firmada no ARE 791.932, em repercussão geral (Tema 739), declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, que autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público, e, reiterando o entendimento exarado pelo Plenário do STF em 30.08.2018, no julgamento da ADPF-324 e do RE-958252, com repercussão geral (Tema 725), reconheceu a constitucionalidade do instituto da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, afastando a incidência da Súmula 331 do TST. É necessário, pois, o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF, relativamente à possibilidade de terceirização de serviços afetos às atividades precípuas das concessionárias de energia elétrica, sendo irrelevante perquirir sobre a natureza das atividades exercidas pela empresa contratada. No caso vertente, o TRT entendeu que havia relação direta da atividade desempenhada pelo Reclamante com a atividade-fim da tomadora e concluiu pela ilicitude da terceirização. Entretanto, há de ser afastada a ilicitude da terceirização, à luz do entendimento do E. STF e do art. art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995. Consequentemente, não se viabiliza o reconhecimento da isonomia salarial em relação aos empregados da empresa tomadora de serviços e a condenação ao pagamento de direitos e benefícios legais, normativos e/ou contratuais daí decorrentes. Remanesce, contudo, a responsabilidade subsidiária em caso de eventual condenação, nos termos da decisão do STF (Tema 725) e da Súmula 331, IV/TST. Ressalva de entendimento pessoal deste Relator. Recurso de revista conhecido e provido. (RR -20455-49.2017.5.04.0811, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 19/03/2021).

[...] RECURSO DE REVISTA. DECISÃO REGIONAL PROFERIDA ANTES DA LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO. SERVIÇOS DE TELEMARKETING. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O BANCO TOMADOR DE SERVIÇOS. Nos termos do posicionamento adotado pela Suprema Corte Federal, no julgamento do ARE 791932, Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral, nos autos da ADPF 324 e do RE 958252, e, ainda, na ocasião do julgamento da ADC 26, é lícita a terceirização de serviços de atividade fim . Assim, deve ser reformada a decisão regional para adequar ao entendimento da Suprema Corte. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-170-89.2013.5.06.0012, 6ª Turma, Relator Ministro Aloysio Correa da Veiga, DEJT

20/03/2020).

III - RECURSO DE REVISTA ANTERIOR À LEI Nº 13.015/2014. RETORNO DOS AUTOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA TOMADORA DOS SERVIÇOS NÃO CONFIGURADA. MANUTENÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO CONSAGRADO PELO C. STF - TEMA 725 DE REPERCUSSÃO GERAL NO C. STF - ADPF 324 E RE 958.252. 1. Há muito prevaleceu no âmbito desta Corte Superior o entendimento de que é ilícita a terceirização de serviços especializados, ligados à atividade-fim do tomador dos serviços, identificada no objeto social do contrato social das empresas envolvidas. Nessa linha de argumentação, entendia-se que a contratação de trabalhadores por empresa interposta seria ilegal, formando-se o vínculo empregatício diretamente entre o empregado contratado e a empresa tomadora dos serviços. Inteligência da Súmula nº 331 do c. TST. 2. Revisitando posicionamento consagrado pelo c. TST, em 30.8.2018, a Suprema Corte, nos autos da ADPF 324/DF e do RE 958.252, submetido à sistemática da repercussão geral - Tema nº 725 - , tendo em conta os princípios constitucionais da livre iniciativa (art. 170) e da livre concorrência (art. 170, IV), a dignidade da pessoa humana (art. 1º), os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal (art. 7º), o direito de acesso do trabalhador à previdência social, à proteção à saúde e à segurança no trabalho, declarou a inconstitucionalidade da Súmula nº 331, I, do c. TST, reconhecendo a licitude da terceirização em todas as etapas do processo produtivo, seja meio ou fim. Ao examinar o Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral, no RE nº 958.252 , fixou a seguinte tese jurídica: " É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante " . Na mesma oportunidade, ao julgar a ADPF nº 324, firmou a seguinte tese, com efeito vinculante para todo o Poder Judiciário: " 1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". 3. Em suma, o c. STF reconheceu a legalidade irrestrita da terceirização de serviços, podendo a contratação de trabalhadores se dar de forma direta ou por empresa interposta e para exercer indiscriminadamente atividades ligadas à área fim ou meio das empresas, não se configurando em tais circunstâncias relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada, remanescendo, contudo, a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa contratada, bem como pelas obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993, além de firmar que é plenamente possível a terceirização de atividades precípuas das concessionárias de serviços públicos. 4. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional ratificou o entendimento do juízo de primeiro grau, de que o autor desempenhava tarefa intimamente ligada à atividade-fim da tomadora dos serviços, declarando, por essa razão, a sua responsabilidade solidária pelas verbas devidas ao trabalhador, em desconformidade com a atual jurisprudência do c. STF e do c. TST. Recurso de revista conhecido por contrariedade (má aplicação) à Súmula/TST nº 331 e provido. (RR-722-18.2012.5.06.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 07/01/2020).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. ADPF Nº 324 E RE Nº 958.252. TESE FIRMADA PELO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 331 DO TST À LUZ DOS PRECEDENTES DO STF. (...) I. No que diz respeito ao reconhecimento da licitude da terceirização, a decisão regional foi proferida em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 958.252, de que resultou a fixação da seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", bem como no julgamento da ADPF nº 324, em que foram fixadas as seguintes teses: "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". II. Assim sendo, o conhecimento do presente recurso de revista no que diz respeito ao pedido de reconhecimento da ilicitude da terceirização havida entre as Reclamadas encontra óbice no entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, fixada no julgamento da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252. (...). (Ag-AIRR-10681-27.2018.5.18.0081, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 05/11/2021).

(...) II. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE. SISTEMA DE TELEATENDIMENTO. MATÉRIA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADPF 324, RE 958.252 E ARE 791.932). REPERCUSSÃO GERAL. ISONOMIA SALARIAL. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 383 DO TST. IMPOSSIBILIDADE. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA. 1. O Tribunal Regional, reconhecendo que a Reclamante prestou serviços relacionados à atividade-fim da tomadora de serviços, declarou a ilicitude da terceirização havida entre as partes. Muito embora tenha fundamentado não ser possível o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o Ente integrante da Administração Pública Indireta, reconheceu o direito obreiro às verbas trabalhistas - legais e normativas - asseguradas aos empregados da tomadora de serviços, com fundamento no princípio da isonomia. 2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 30/8/2018, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958.252, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se estabelecendo relação de emprego entre a tomadora de serviços e o empregado da empresa prestadora. 3. Dispõe a Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST que: "A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles

contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções ". 4. O fato autorizador da isonomia de direitos entre os empregados terceirizados e os regularmente contratados pelo tomador de serviços integrante da Administração Pública é a ilicitude da terceirização. Nessa esteira de raciocínio, reconhecendo o STF a licitude da terceirização tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim das empresas tomadoras, inviável a aplicação da Súmula 331/TST e Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST, que traz como premissa básica a irregularidade da contratação do trabalhador terceirizado. Julgados do TST. 5. Recurso de revista conhecido por má-aplicação da Súmula 331/TST e da OJ 383 da SBDI-1/TST. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-2185-47.2016.5.06.0102, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/12/2020)

[...] II - RECURSO DE REVISTA DA 2ª RECLAMADA (LIQ CORP S/A). ADMISSIBILIDADE. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA. LICITUDE. VÍNCULO DIRETO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE DIREITOS DA CATEGORIA DO TOMADOR. INVIABILIDADE. A partir do julgamento do RE nº 958.252 e da ADPF nº 324 pelo Supremo Tribunal Federal, a matéria em discussão nestes autos (ilicitude da terceirização de atividade-fim) pacificou-se e encontra o seu norte nos termos da decisão vinculante daquela Corte Suprema, que, ao julgar o mérito da controvérsia atinente ao Tema 725 da repercussão geral, definiu a tese jurídica segundo a qual "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Assim, a decisão do Regional, naquilo em que aplicou a Súmula nº 331, I, do TST à hipótese encontra-se superada pela jurisprudência vinculante do Pretório Excelso, merecendo reforma o acórdão recorrido, a fim de decretar a licitude da terceirização e, por conseguinte, a ausência de vínculo direto com o tomador e os demais consectários daí decorrentes, a exemplo de direitos previstos em normas coletivas da categoria do tomador ou no regulamento interno da empresa, equiparação salarial, ou quaisquer outros que tenham como base jurídica de sustentação a irregularidade do contrato de terceirização de atividade-fim. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-456-10.2014.5.02.0088, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 19/03/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. TOMADORA DOS SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE N.º 958.252 COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA (TEMA 725) E ADPF 324. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 324, em 30/8/2018, erigiu tese no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 2. Na mesma ocasião, a Corte Suprema, examinando o Tema 725 de Repercussão Geral, no julgamento do RE 958.252, estabeleceu a seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Inquestionável a aplicação imediata dos aludidos precedentes firmados em Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida, bem como em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, cuja decisão tem efeito vinculante. 4. Na linha dos precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal, remanesce a possibilidade de reconhecimento de vínculo com a empresa contratante somente nas hipóteses em que há explícita referência, no acórdão prolatado pelo Tribunal Regional, acerca da configuração da pessoalidade e da subordinação hierárquica direta, presencial ou por via telemática, do obreiro aos prepostos da tomadora de serviços, sendo insuficiente a mera subordinação estrutural ou indireta, inerente à própria terceirização. 5. No caso sob exame, afirmou o Tribunal Regional a ilicitude da terceirização tão somente em razão do labor em atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. Tal entendimento destoa claramente daquele fixado pelo Supremo Tribunal Federal. Reconhece-se, portanto, a transcendência política da controvérsia. 6. Nesse contexto, impõe-se afastar o reconhecimento do vínculo de emprego da parte reclamante diretamente com o banco tomador dos serviços, bem como excluir da condenação as parcelas decorrentes da aplicação dos acordos coletivos dos bancários. 7. Recurso de Revista conhecido e provido. (RR-491-61.2017.5.06.0311, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 05/02/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DAS LEIS NºS 13.015/14 E 13.105/15, MAS ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/2017. TELEMARKETING - ILICITUDE DE TERCEIRIZAÇÃO - RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS - ENQUADRAMENTO DO RECLAMANTE NA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS BANCÁRIOS. O STF, em 30/8/2018, no julgamento conjunto da ADPF 324/DF e do RE 958.252/MG (tema de Repercussão Geral nº 725), firmou a tese jurídica de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, seja ela meio ou fim, o que não configura relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. O Plenário da Suprema Corte concluiu, então, que não há óbice constitucional à terceirização das atividades de uma empresa, ainda que se configurem como as denominadas "atividades-fim" das tomadoras de serviços. No caso concreto, o Tribunal Regional concluiu que a contratação dos serviços especializados de telemarketing é ilícita, pois estão ligados à atividade-fim da tomadora de serviços. Assim, o v. acórdão recorrido, ao reconhecer a ilicitude da terceirização na hipótese, contrariou a tese firmada pela Suprema Corte, na ADPF 324 e no RE 958.252 (tema 725 da tabela de repercussão geral). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-11150-12.2015.5.03.0044, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 04/12/2020).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. BANCO BRADESCO S.A. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTENTE. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADPF 324/DF, o RE-958.252/MG (tema 725 da tabela de repercussão geral), fixou a tese, com efeito vinculante e eficácia erga omnes , segundo a qual é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas e de o objeto da terceirização consistir em atividade-meio ou atividade-fim da tomadora de serviços, desde que não seja comprovada a fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, sendo mantida, entretanto, a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. Portanto,

definido pelo Supremo Tribunal Federal que é licita a terceirização de serviços, tanto ligados à atividade-meio quanto à atividade-fim da contratante, e não tendo sido constatada fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, deve ser julgado improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo de emprego com O tomador de serviços e, em consequência, os pedidos decorrentes unicamente do vínculo. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. (RR-10958-62.2016.5.03.0103, 8ª Turma, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 23/03/2021)

(...) III - RECURSO DE REVISTA - REGÊNCIA PELA LEI Nº 13.015/2014 - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. CALL CENTER. LICITUDE. A matéria já não comporta debates, ante as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sessão extraordinária realizada no dia 30/08/2018, quando se julgou procedente a arguição formulada na ADPF-324/DF (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018), com eficácia erga omnes e efeito vinculante, e se fixou tese jurídica de repercussão geral, correspondente ao Tema nº 725, no sentido de que "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. (leading case: RE-958252/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018). Recurso de revista conhecido e provido" (RRAg-10055-74.2017.5.03.0173, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 05/02/2021)

Dessa forma, não se pode reconhecer isonomia entre os empregados terceirizados e aqueles contratados diretamente pelo tomador dos serviços. Assim, não há falar em categoria de bancário/financiário, tal como na jornada dessa categoria ou divisor 150.

Entretanto, registre-se que a responsabilidade da tomadora de serviços nestes casos se mantém de forma subsidiária, consoante a tese já firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante".
Ante o exposto, em face da decisão vinculante do STF, conheço do recurso de revista má aplicação da Súmula 331, III, do TST.

- Mérito

Tendo em vista os fundamentos apresentados, atendidos os requisitos do art. 489, § 1º, do CPC e com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST, 932, III, IV e V, do CPC, dou provimento parcial ao recurso de revista para, reconhecendo a licitude da terceirização dos serviços, afastar o vínculo de emprego direto reconhecido com o tomador, limitando-se sua condenação a responder, de forma subsidiária, pelas verbas deferidas ao reclamante.

II-RECURSO DE REVISTA DA LIQ CORP S.A (ATUAL DENOMINAÇÃO DA CONTAX)

Prejudicadoo exame do recurso de revista da LIQ CORP S.A (atual denominação da Contax), em razão do provimento parcial do recurso de revista do Banco Bradesco que reconheceu a responsabilidade subsidiária do Banco.

CONCLUSÃO:

À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, § 5º (atual § 14), da CLT e 118, X, do RITST, decido: I - conhecer do recurso de revista do Banco Bradesco quanto ao tema "TERCEIRIZAÇÃO. ILICITUDE. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO", por má aplicação da Súmula 331, III, do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar o reconhecimento de vínculo de emprego com o Banco, ora recorrente, mantida sua condenação subsidiária pelas parcelas oriundas da presente ação; II- julgar prejudicadoo exame do recurso de revista da LIQ CORP S.A (atual denominação da Contax). Custas inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0021245-49.2016.5.04.0332

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	FERRAMENTAS GEDORE DO BRASIL S.A.
Advogada	Dra. Rosana Akie Takeda(OAB: 25804/RS)
Agravado	HERBERT NELSON HOELTGEBAUM JUNIOR
Advogado	Dr. Paulo Cezar Lauxen(OAB: 29160-A/RS)
Advogado	Dr. Fábio Miquéias Both(OAB: 80442-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FERRAMENTAS GEDORE DO BRASIL S.A.
- HERBERT NELSON HOELTGEBAUM JUNIOR

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.243/1.247) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista.
Contraminuta e contrarrazões apresentadas às fls. 1.259/1.263 e 1.255/1.258, respectivamente.
Desnecessária manifestação do Ministério Público do Trabalho nos termos do Regimento Interno do TST.
Preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade, entre os quais a representação processual (fls. 36), a tempestividade (decisão denegatória publicada em 21/07/2020 e apelo protocolado em 30/07/2020, fls. 04), e o preparo (fls. 1.225/1.228). Logo, conheço do apelo.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema "DOENÇA OCUPACIONAL. ESTABILIDADE. REINTEGRAÇÃO".
O reclamado sustenta que, exaurido o período de garantia de emprego, impõe-se a conversão do pedido de reintegração em indenização, cabendo, tão somente o pagamento dos salários relativos ao prazo remanescente da pretensa garantia de emprego. Afirma que, tendo em vista a obtenção de novo emprego pelo reclamante, a indenização substitutiva da reintegração não pode ultrapassar a data em que o autor foi admitido em novo emprego. Alega contrariedade à Súmula 396, I, do TST e à Orientação

Jurisprudencial 24 da SbDI-2, do TST.
Consta do acórdão:

"REINTEGRAÇÃO NO EMPREGO
Inconformado com a sentença, o autor recorre. Em suas razões, aduz que, à época da rescisão do contrato de trabalho, estava incapacitado para o trabalho, sendo nula a sua despedida. Pede a reintegração no emprego, com o pagamento de salários vencidos e vincendos e observados os reflexos postulados na petição inicial.
O pedido foi rejeitado em primeiro grau de jurisdição, sob o fundamento de que não teria sido constatada incapacidade laboral em virtude da moléstia que acomete o trabalhador, assim como por ele não ter sido afastado em benefício previdenciário.
Decido.
A norma do art. 7º, I, da Constituição Federal assegura ao trabalhador a proteção contra a despedida arbitrária e não estabilidade provisória, que é garantida ao empregado acidentado. Refira-se, por oportuno, que os textos aprovados na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e na Comissão da Ordem Social da Assembleia Constituinte de 1988 indicavam para a estabilidade no emprego assegurada a todos os trabalhadores, que foram alterados para a redação final da norma constitucional em questão - veja-se "Trabalho da Constituição", Carlos Alberto Gomes Chiarelli, Ed. LTr, Vol. 1, pág. 13. Não se confunde a garantia contra a despedida arbitrária, já assegurada a todos os trabalhadores, com estabilidade provisória. Aquela depende de Lei Complementar, que não pode extinguir a garantia, mas apenas definir os direitos dela decorrentes, podendo, inclusive, estabelecer a reintegração no emprego, em caso de despedida arbitrária.
A Lei nº 8213/91, em seu art. 118, assegurou a estabilidade provisória ao empregado que tenha sofrido acidente do trabalho. Da leitura do referido dispositivo legal, conclui-se pela intencionalidade do legislador em garantir a manutenção do emprego do segurado que tenha sofrido acidente no trabalho. O suporte fático da norma é o infortúnio. O termo inicial da garantia é a data da alta acidentária, que pode acontecer simultaneamente, ou não, com a cessação do auxílio-doença acidentário.
De acordo com art. 20 da referida lei: (...)
E o seu art. 118, disciplina: (...)
Desta forma, verifico que o legislador equiparou a doença adquirida em virtude das atividades laborais desenvolvidas pelo empregado com o acidente de trabalho.
No caso dos autos, o autor realizou exames onde foi constatada a existência de hérnia inguinal em 28/03/2016, sendo que foi despedido sem justa causa em 11/05/2016.
De acordo com a prova pericial: (...)
Consta no laudo pericial, ainda, que o autor não teria se sujeitado à tratamento cirúrgico por ter perdido o plano de saúde no ato da rescisão imotivada - "procurou recurso médico, foi indicada cirurgia e não realizada por demissão ocorrida e perda de convênio médico (segundo reclamante)." (ID cd8caa8 - Pág. 7).
Considero que o autor somente tomou ciência de que se tratava de uma doença ocupacional com a realização da perícia judicial, motivo pelo qual considero ajustado o entendimento jurisprudencial sedimentado no item II da Súmula 378 do TST, verbis: (...)
Por todas as razões expendidas, entendo estarem presentes os requisitos para deferir ao autor a reintegração no emprego, especialmente por estar acometido de doença ocupacional naquele momento, sendo ilícita a despedida sem justa causa.
Dou provimento ao recurso ordinário do reclamante para determinar a reintegração do reclamante no emprego, sendo devidos salários vencidos e vincendos, férias acrescidas de 1/3, gratificações natalinas, média de horas extras, adicional de insalubridade e recolhimentos ao FGTS, desde a despedida até a efetiva reintegração.
Tendo em vista o provimento da reintegração no emprego, considero prejudicado o exame da pretensão recursal quanto à indenização por danos material e constituição de capital, uma vez que terá restabelecida sua condição remuneratória." (fls. 1.200/1.202)

E o acórdão em embargos de declaração complementou:

(...) A decisão embargada adotou tese explícita a respeito do pedido do autor em relação à nulidade da rescisão. É de se pontuar que, tendo a parte postulado a reintegração, deve ser essa tese priorizada em virtude da proteção ao emprego. Não é da reclamada a opção entre reintegração e indenização compensatória, mas da parte que deflagra o provimento jurisdicional.
Em realidade, a embargante busca a reforma do julgado, não sendo este instrumento processual o meio adequado de obtê-la. A busca de nova aplicação de direito é incompatível com o remédio processual ora utilizado.
Saliento que as hipóteses de oposição de embargos de declaração estão adstritas àquelas expressamente relacionadas nos artigos 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho e no artigo 1.022 do Novo Código de Processo Civil, não cabendo seu manejo apenas para rediscussão da matéria ou para viabilizar a interposição de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho.
Registro que a limitação a 12 meses de salário encontra guarida no caso de conversão da reintegração em pagamento de indenização. Porém, no presente feito, foi determinada a própria reintegração, de que forma o pagamento dos salários é devido enquanto perdurar a contratualidade.
Por fim, ressalto que o acórdão expressamente enfrentou o prequestionamento (item "III" da decisão atacada).
Nada a prover." (fls. 1.216/1.217)

Consoante a Súmula 396, I, do TST, "exaurido o período de estabilidade, são devidos ao empregado apenas os salários do período compreendido entre a data da despedida e o final do período de estabilidade, não lhe sendo assegurada a reintegração no emprego".
Nesse contexto, ressalvado respeitosamente entendimento pessoal do Relator, reconhecida a garantia provisória de emprego em face da doença ocupacional e exaurido o período de estabilidade, a tese Regional de que "tendo a parte postulado a reintegração, deve ser essa tese priorizada em virtude da proteção ao emprego." não se presta a afastar a conversão da reintegração em indenização substitutiva.
Assim, constatada contrariedade à Sumula 396, I, do TST, dou provimento ao presente agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista.

II - RECURSO DE REVISTA

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade extrínsecos do recurso de revista, entre os quais a representação processual (fls. 36), a tempestividade (acórdão regional publicado em 12/06/2019 e apelo protocolado em 25/06/2019, fls. 04) e o preparo (fls. 1.225/1.228).
Nos termos do agravo de instrumento, constata-se a presença de pressuposto de admissibilidade intrínseco, pois demonstrada contrariedade à Súmula 396, I, do TST.

Dessa forma, ressalvado respeitosamente, entendimento pessoal do relator, conheço do recurso de revista, com fulcro no artigo 896, "a", da CLT, e, no mérito, dou-lhe parcial provimento para, considerando que já exaurido o período de estabilidade (Súmula 396, I, do TST), converter a condenação à reintegração em indenização correspondente aos salários compreendidos entre a data da dispensa e o fim do período de estabilidade, conforme se apurar em liquidação de sentença.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº RR-1000332-66.2018.5.02.0315

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	RENATO OLIVEIRA DO NASCIMENTO
Advogado	Dr. José Arthur Di Prospero Júnior(OAB: 181183/SP)
Recorrido	CONDOMINIO RESIDENCIAL SUPREMO
Advogado	Dr. João Eduardo Matecki(OAB: 113687-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONDOMINIO RESIDENCIAL SUPREMO
- RENATO OLIVEIRA DO NASCIMENTO

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que negou provimento ao recurso ordinário, mantendo a sentença quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA".
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:
"(...)
DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS
O reclamante requer do artigo 791- A §§ 3º e 4º da CLT, alegando, em síntese, que tal regra fere os direitos fundamentais à assistência judiciária gratuita e a proteção ao salário, previstos na CF/88.
Razão, contudo, não assiste ao recorrente.
Com efeito, no tocante ao art. 790 - A, §§ 3º e 4º da CLT não se verifica qualquer violação a dispositivo constitucional, tendo em vista que a referida norma apenas estabelece regras para o pagamento dos honorários advocatícios, as quais são de competência do legislador ordinário.
Ressalte-se que não há que se falar em qualquer ofensa ao princípio do acesso à jurisdição, tampouco ao direito fundamental à assistência judiciária gratuita e integral prestada pelo Estado, na medida em que não há exigência de pagamento dos referidos honorários para que o trabalhador ingresse com a reclamação trabalhista, pois tal verba de sucumbência somente será cobrada ao final, e, caso preenchidas determinadas condições nas quais presume-se que o trabalhador deixou de ter o direito ao benefício da Justiça Gratuita. Note-se que regra semelhante existe no processo civil, prevista no art. 98, §§ 2º e 3º do CPC/2015, sem que se cogite qualquer inconstitucionalidade da referida norma. Registre-se, ainda, que se a condição que autorizou a concessão da Justiça Gratuita deixou de existir, qual seja, o recebimento de crédito em ação, justifica-se a cobrança dos honorários de sucumbência.
Assim, rejeita-se o pedido de declaração de inconstitucionalidade do artigo 791- A §§3º e 4º introduzido pela Lei 13.467/2017, não se constatando qualquer inconstitucionalidade no dispositivo apontado.
Destarte, tendo em vista que a presente reclamação foi ajuizada em 03/04/2018, correta a sentença de origem que condenou o recorrente no pagamento de honorários de sucumbência.
Mantenho.
(...)"
No que tange à insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, visto que a ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0017600-57.2009.5.05.0033

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	CONTAX-MOBITEL S.A.
Advogado	Dr. Daniel Battipaglia Sgai(OAB: 214918-A/SP)
Agravante	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	Dr. Antônio Braz da Silva(OAB: 25998/BA)
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)
Agravado	MEVICA GONÇALVES MEIRELES DA SILVA
Advogado	Dr. Mayer Chagas Flores(OAB: 22951-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ITAUCARD S.A.
- CONTAX-MOBITEL S.A.
- MEVICA GONÇALVES MEIRELES DA SILVA

Insurge-se a parte agravante em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista. Sustenta, em síntese, que o seu apelo trancado reúne condições de admissibilidade.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2°, do RITST).
Examino.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMADO BANCO ITAUCARD S.A.

Eis os termos da decisão agravada:

"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Tempestivo o recurso (decisão publicada em 15/07/2013 - fl. 869; protocolizado em 23/07/2013 - fl.- 912).
Regular a representação processual, fl(s). 903 e 911.
Satisfeito o preparo (fls. 635v, 754, 753, 806 e 902v).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.
Categoria Profissional Especial / Bancário / Enquadramento.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) 117/TST.
- violação do(s) art(s). 5º, II, 7º, XXVI, 8º, III da CF.
- violação do(s) art(s). 2º, 3º, 611 e 818 da CLT; 333, I, 334, II do CPC; 17 da L. 4.595/64; Res. nº 3110/86.
- divergência jurisprudencial.
Argui o recorrente que a recorrida exercia atividade de operadora de telemarketing e de correspondente bancária, não sendo bancária, portanto. Alega que a terceirização foi lícita, pelo que requer seja afastado o reconhecimento do vínculo empregatício com a autora. Aduz, neste diapasão, que não se aplica à reclamante os instrumentos normativos, nem as regras especiais da categoria. Conforme ressaltando quando da análise do recurso da litisconsorte, no que tange ao reconhecimento do vínculo de emprego perante o ora recorrente, vê-se que o acórdão regional encontra-se em perfeita sintonia com a jurisprudência notória, iterativa e atual da Superior Corte Trabalhista, consubstanciada na Súmula 331, I/TST, o que obsta o seguimento do apelo, inclusive por dissenso pretoriano, consoante a regra insculpida no § 4º do art. 896 da CLT e na Súmula nº 333 do TST.
Outrossim, quanto à aplicabilidade à recorrida das disposições normativas dos bancários verifica-se que o entendimento da e. Turma Regional não traduz qualquer violação de lei ou de texto constitucional, inviabilizando a admissibilidade do recurso de revista.
Ressalte-se, por outro lado, que foram perfeitamente respeitadas as diretrizes atinentes à distribuição do ônus da prova - arts. 818 da CLT e 333 do CPC.
De outro modo, a pretensão da parte recorrente importaria no reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 126/TST e inviabiliza o seguimento do recurso, inclusive por divergência jurisprudencial.
Destaque-se ainda que arestos provenientes de Turma do TST, deste Tribunal ou de órgão não elencado na alínea "a", do art. 896, da CLT, são inservíveis ao confronto de teses - Orientação Jurisprudencial 111, SDI-I, TST, também os sendo arestos inespecíficos, que abordam situações distintas daquelas verificadas no presente feito (Súmula 296).
Duração do Trabalho / Horas Extras.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Processo e Procedimento / Provas.
Alegação(ões):
- violação do(s) art(s). 818 da CLT; 333, I do CPC.
- divergência jurisprudencial.
Neste tocante, sustenta que não são devidas horas extraordinárias acima da 6ª diária, aduzindo que a acionante não fez prova das suas alegações, restando violado o instituto do ônus da prova.
Conforme ressaltado quando da apreciação do apelo da Contax, a revisão da matéria em comento exigiria a incursão no contexto fático-probante dos autos, aspecto incompatível com a natureza extraordinária do recurso, segundo a Súmula nº 126 da Superior Corte Trabalhista.
Ademais, ao contrário do que sustentando, os fundamentos lançados no v. acórdão guardam perfeita sintonia com as diretrizes atinentes à distribuição do ônus da prova - arts. 818 da CLT e 333 do CPC.
Duração do Trabalho / Intervalo Intrajornada.
Alegação(ões):
- contrariedade à(s) Súmula(s) 307/TST.
- violação do(s) art(s). 71, §1º e §4º da CLT.
- divergência jurisprudencial.
Assevera que não pode subsistir a condenação que lhe foi imposta ao pagamento do intervalo intrajornada de 1 hora diária, destacando que, ainda que não afastado o vínculo direto entre si e a empregada, o intervalo do bancário corresponderia a 15 minutos. Ressalta ainda que o pagamento do intervalo deveria corresponder apenas ao tempo suprimido.
A revista não merece seguimento.
Como se vê da transcrição da decisão realizada quando da apreciação das insurgências atinentes à jornada laboral lançadas pela Contax, e conforme já destacado naquela oportunidade, a Turma decidiu em sintonia com a OJ 380/SDI-I/TST, o que inviabiliza o seguimento do recurso (Súmula 333/TST).
Outrossim, no que diz respeito à tese de que apenas caberia o pagamento quanto ao tempo efetivamente suprimido, vê-se que a Turma não adotou tese sobre a matéria, sequer à luz dos

dispositivos invocados pela parte recorrente, estando ausente o prequestionamento (Súmula 297, TST)

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Multa Prevista em Norma Coletiva.

Alegação(ões):

- divergência jurisprudencial.

Insurge-se também contra a aplicação de multa normativa.

Salienta que descabe a sua incidência quando o direito assegurado em norma coletiva for assegurado também por lei.

Defende ainda a tese de que, em caso de manutenção da condenação, a multa não deve ficar vinculada ao período de vigência das normas coletivas, devendo ser aplicada uma multa por ação.

Segue o pronunciamento do Colegiado (fls. 815/816)

"MULTA NORMATIVA

Irresigna-se a primeira Reclamada com a sentença de primeiro grau, na parte que a condenou ao pagamento de uma multa normativa por norma coletiva descumprida, sob o argumento de que não foram descumpridas quaisquer cláusulas constantes dos referidos instrumentos, razão pela qual não há que se falar em condenação ao pagamento da penalidade.

Sem razão.

Compulsando os autos, percebo que, embora a Reclamante exercesse efetivamente o trabalho de bancária, conforme demonstrado alhures, não foi reconhecido pelas Reclamadas como detentora desta qualidade. Assim, sendo, o que se percebe é que, jamais houve observância, quanto à Demandante, dos direitos previstos nas normas coletivas atinentes a esta categoria, como auxílio-refeição, auxílio cesta alimentação e participação nos lucros. Deste modo, é devido o pagamento da multa normativa em incidência única por cada norma coletiva violada.

Nada a reformar.

NEGO PROVIMENTO ao Recurso Ordinário da primeira Reclamada."

Da análise das razões de decidir verifica-se que o Julgador de Segundo Grau, embora tenha emitido pronunciamento sobre o tema multa normativa, nada tratou acerca das teses supra. Ausente o prequestionamento, incide a Súmula 297, TST.

Rescisão do Contrato de Trabalho / Verbas Rescisórias / Multa do Artigo 477 da CLT.

Alegação(ões):

- violação do(s) art(s). 477 da CLT.
- divergência jurisprudencial.

Sustenta, também o recorrente, ser indevida a sua condenação ao pagamento da multa prevista no art. 477, §8º da CLT, uma vez que restou comprovado terem sido as verbas rescisórias quitadas dentro do prazo legal.

Dos termos expostos na oportunidade da apreciação do recurso da litisconsorte, conclui-se que o entendimento da e. Turma Regional não traduz qualquer violação de lei ou de texto constitucional, inviabilizando a admissibilidade do recurso de revista.

Ademais, os arestos apresentados para confronto de teses são inespecíficos, não servindo à pretensão do recorrente com lastro na Súmula 296 do TST, já que as situações que aborda são distintas daquelas verificadas no presente feito.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores / Assistência Judiciária Gratuita.

Alegação(ões):

- violação do(s) art(s). 7º da Lei 1.060/50; 790, § 3º, da CLT.
- divergência jurisprudencial.

Visa mais a recorrente seja afastado o benefício da justiça gratuita assegurado, entendendo que não restaram preenchidos os requisitos essenciais ao seu acolhimento.

Consta do v. acórdão - fls. 817/818:

"JUSTIÇA GRATUITA

A segunda reclamada afirma que a Reclamante não preenche os requisitos para que lhe seja concedido o benefício da justiça gratuita. Argumenta que o fato de a obreira ter constituído advogado particular, e não o sindicato da sua categoria, demonstra que possui condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do seu sustento e de sua família, não bastando, por conseguinte, a mera alegação da sua pobreza para fazer jus á Justiça Gratuita.

No processo do trabalho, a assistência judiciária encontra-se regulada pela Lei 5.584/70, restando configurada quando o empregado comprovar seu estado de miserabilidade e for prestada pelo sindicato de classe, hipótese em que acarretará a condenação do empregador ao pagamento dos honorários advocatícios em favor do sindicato assistente, quando vencido na demanda.

A justiça gratuita, por sua vez, é concedida a todo cidadão que comprove seu estado de miserabilidade, independentemente de contar com assistência sindical, podendo ser representado em juízo por advogado particular, cuja contratação não constitui obstáculo à obtenção do benefício, que se restringe à isenção do pagamento das custas e demais despesas processuais, conforme disposições previstas no § 3º do art. 790 da CLT, e na Lei 1.060/50.

Nos termos do art. 4º, da Lei 1.060, de 05 de fevereiro de 1950, para obtenção da justiça gratuita, basta a simples afirmação da parte de que não está em condições de pagar as custas do processo, sem prejuízo do sustento próprio ou de seus familiares, podendo ser requerido em qualquer tempo ou grau de jurisdição, desde que, na fase recursal, seja o requerimento formulado no prazo alusivo ao recurso (OJ n.º 269 da SBDI-1).

.Sobre o tema aqui versado, vale transcrever, a título ilustrativo, a seguinte ementa, extraídas da jurisprudência deste TRT 5º Região: "BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. Gratuidade da justiça que não se confunde com a assistência judiciária gratuita. Aquela permite a dispensa da parte do adiantamento das despesas, judiciais ou não, relacionadas ao processo, como também a dispensa do pagamento dos honorários de advogado, garantia que se estende a todos aqueles carentes de recursos; já a assistência judiciária é o patrocínio gratuito da causa por advogado público ou particular, a qual, na Justiça do Trabalho, é prestada pela entidade sindical que representa a categoria a que pertence o empregado. Para fazer jus à gratuidade judiciária, basta a declaração da parte, de que não tem condições de arcar com as despesas do processo sem prejuízo do seu sustento ou do de sua família, o que é suficiente, de acordo com o art. 4º da Lei nº 1.060/50, à procedência do pedido." (Processo 0109800-16.2008.5.05.0196 RecOrd, ac. nº 027203/2009, Relatora Desembargadora DALILA ANDRADE, 2ª. TURMA, DJ 15/10/2009).

No caso, a Reclamante, ao solicitar a concessão dos benefícios à Justiça Gratuita (fl.02), declarou, expressamente, à fl. 02, não ter condições de suportar as custas de um processo judicial sem comprometer o seu sustento e de sua família. O requerimento tem amparo na Constituição Federal (art. 5º, LXXIV), na Lei 1.060/50, no § 3º do artigo 790-A da CLT e Orientações Jurisprudenciais nº 304 e 269 da SDI-1 do TST.

Neste contexto, mantenho o benefício da justiça gratuita."

Com efeito, o acórdão regional encontra-se em perfeita sintonia com a jurisprudência notória, iterativa e atual da Superior Corte Trabalhista, lastreada nas OJs 269 e 304 da SDI-1, o que obsta o seguimento do apelo, consoante a regra insculpida no § 4º do art. 896 da CLT e na Súmula nº 333 do TST, inclusive por divergência jurisprudencial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação/Cumprimento/Execução / Valor da Execução/Cálculo/Atualização / Juros.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação/Cumprimento/Execução / Execução Previdenciária.
Alegação(ões):
- violação do(s) art(s). 39, §1º, da Lei nº 8.177/91; 9º, §4º, da Lei 6.830/80.
- divergência jurisprudencial.
Afirma o banco recorrente que os juros de mora e correção monetária não devem se estender até a data de pagamento do crédito do Recorrido, até porque a execução pode ser garantida antes disso.
Quanto aos cálculos das contribuições previdenciárias e do imposto de renda devidos pelo empregado, salienta, que deverão ser feitos ao final, incidindo sobre o montante total da condenação, deduzindo-se os valores anteriormente pagos sob a mesma rubrica.
Destaca que as contribuições previdenciárias e sua atualização devem seguir os critérios definidos na legislação previdenciária, devendo-se observar que o seu fato gerador ocorre no momento do pagamento dos valores devidos ao trabalhador.
No que pertine ao imposto de renda, salienta que o mesmo deve incidir sobre a soma do valor total da condenação, inclusive sobre os juros de mora, conforme entendimento da Receita Federal, destacando que a retenção do imposto incide sobre os rendimentos pagos em virtude de decisão judicial no momento em que estes se tornarem disponíveis aos beneficiários.
Transcreva-se trecho do aresto hostilizado (fls. 818/819):
"JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. FATO GERADOR DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
(...)
Sem razão
Compulsando os autos, observo que a Reclamante, em sua petição inicial, ao contrário do que alegou a segunda Reclamada, não pleiteou a incidência de juros até a liberação do alvará judicial. Ressalte-se que a Magistrada de primeiro grau, ao julgar a Reclamação Trabalhista, estabeleceu como parâmetro da correção monetária a súmula 380 e a OJ 300 da SDI-1, ambos do Colendo TST e dos juros de mora as súmulas 200 e 307 e OJ 300 da SDI-1, todos do mencionado tribunal.
No que concerne ao fato gerador recolhimento das contribuições previdenciárias, observo que tal matéria sequer foi levantada na contestação da segunda Reclamada (fls. 344/373), sendo que a Nobre Julgadora a quo determinou, na sentença de primeiro grau, os recolhimentos referentes à Previdência Social quando do pagamento efetivo, conforme estabelece a súmula 368 do TST e os Provimentos 01/96 e 03/05 da CGJT.
Nada a reformar"
Quanto aos temas em questão, o apelo foi analisado sob a ótica reproduzida no trecho acima, contexto no qual o acórdão atacado, lastreado nas Súmulas 368, 380, 307 e 200 do c. TST, e OJ 300 da SDI-1, encontra-se em perfeita sintonia com a jurisprudência notória, iterativa e atual da Superior Corte Trabalhista. Tal aspecto que obsta o seguimento do apelo sob quaisquer alegações, consoante a regra insculpida no § 4º do art. 896 da CLT e tratado na Súmula nº 333 do TST.
Nestes termos, desaparelhada encontra-se a revista, sendo inviável o seu seguimento.
CONCLUSÃO
DENEGO seguimento a AMBOS recursos de revista."

Em agravo de instrumento, a parte agravante sustenta, em síntese, ser indevido o vínculo de emprego direto declarado pelo TRT, com fundamento de que a contratação de serviços terceirizados é permitida, inclusive para as atividades-fim da empresa.
Aponta violação dos arts. 2º, 3º e 818 da CLT; 333 do CPC; 17 da Lei nº 4.595/64.
Analiso.
Na hipótese, o Tribunal Regional reconheceu a ilicitude da terceirização, por entender que as atividades desenvolvidas pelo reclamante inserem-se na atividade-fim da empresa tomadora de serviços.
Faz-se necessário o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF (ADPF 324 e RE 958252), que reconheceu a licitude da terceirização dos serviços, inclusive de atividade-fim.
Assim, por observar uma possível violação do art. 2º da CLT, dou provimento ao agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista.

II - RECURSO DE REVISTA DO RECLAMADO BANCO ITAUCARD S.A.

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

1.1 - TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DO ARE-791.932-DF. TEMA 739 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. TESE FIRMADA NOS AUTOS DA ADPF 324 E DO RE-958.252-MG, TEMA 725 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. IMPOSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DIRETO
1.1. Conhecimento

O Tribunal Regional, no que concerne ao tema em destaque, registrou que:

"Analisa-se.
Primeiramente, vale ressaltar que a presente controvérsia não diz respeito a qualquer das condições da ação, nem retira a legitimidade das partes, restando demonstrado o interesse na prestação jurisdicional, a adequação do pedido e a titularidade das Reclamadas para responder a Reclamação. A discussão derredor da existência efetiva de responsabilidade das empresas e a forma como devem responder pelo débito trabalhista diz respeito ao mérito da causa e sob tal ótica é de ser apreciada.
Pois bem.
A Reclamante, em sua petição inicial, (fl. 01/22), alegou que foi admitida como atendente de telemarketing pela primeira Reclamada em 10 de maio de 2007 para prestar serviços de call center à segunda Demandada.
Afirmou que, durante o liame empregatício mantido com a primeira Ré, sempre prestou serviços de atendimento por meio da "Central de Atendimento Itaucard" para clientes da segunda Reclamada.
Informou que "ao chegar a seu posto de trabalho, se conectava em um programa de computador onde teria acesso a todo e qualquer cartão de crédito pertencente à segunda acionada. A partir daí iniciava-se o atendimento aos clientes do banco acionado, tais como retenção de cartões, análise de faturas, emissão de segunda via de cartão ou da fatura, emissão de código de barras para pagamento avulso, parcelamento de faturas, pagamentos de boletos bancários debitando da fatura do cartão de crédito (...)". - fls. 03/04.

Disse, ainda, que, "o sistema utilizado é restrito à atividade-fim do tomador de serviços. Sabe-se que este sistema é a base de dados de todos os clientes, sendo por certo o mesmo utilizado por todos os funcionários regularmente contratados pela segunda acionada para prestar qualquer tipo de atendimento aos seus clientes" - fl. 04.
Pleiteou, por fim, o reconhecimento do seu vínculo de emprego diretamente com a segunda Reclamada, ante a ilegalidade da terceirização e fraude aos seus direitos trabalhistas, nos termos do art. 9° da CLT.
As Reclamadas, por outro lado, em suas peças de bloqueio (fls. 196/241 e fls. 344/373), sustentaram a legalidade da terceirização de serviços e, por conseguinte, a inexistência de relação de emprego entre a obreira e a segunda Reclamada.
A terceirização é uma realidade em nosso país. O instrumento tem sido utilizado para que as empresas se concentrem no aperfeiçoamento da sua atividade-fim, buscando em fornecedores de serviços o apoio técnico e especializado nas áreas que não dizem respeito tão diretamente à sua natureza. Neste aspecto, vislumbram-se as terceirizações lícitas nas áreas de vigilância e limpeza, dentre outras relacionadas à atividade-meio das empresas tomadoras dos serviços.
O Judiciário Trabalhista, no entanto, deve ficar atento à possibilidade de fraude às normas laborais, especialmente neste campo fértil da terceirização de serviços. Para tanto, a jurisprudência do C.TST, através da Súmula 331, fornece respaldo jurídico que serve de norte à apreciação da matéria.
No desvende da licitude deste tipo de contratação, alguns aspectos são de suma importância e demarcam a linha divisória entre a terceirização lícita e a odiosa intermediação de mão-de-obra ou merchandage, são eles: a pessoalidade, a subordinação e a especialidade dos serviços contratados.
Na hipótese dos autos, após análise acurada dos seus elementos, entendemos pela reforma da sentença. É que a atividade realizada pelo reclamante estava ligada à atividade-fim da tomadora, senão vejamos.
(...)
Assim, restou cabalmente comprovado que as funções realizadas pela Autora eram relacionadas à atividade-fim da segunda Reclamada, uma vez que a Reclamante exercia as atividades de retenção de cartões, análise de faturas, emissão de segunda via do cartão ou da fatura, emissão de código de barras para pagamento avulso, parcelamento de faturas, pagamentos de boletos bancários debitado da fatura do cartão de crédito, tudo isso se valendo de acesso ao banco de dados, exclusivamente, da segunda Reclamada.
(...)
Correto, portanto, o Juízo de origem em reconhecer a existência de relação de emprego diretamente com a segunda Reclamada, durante todo o liame empregatício."

Nas razões de recurso de revista, a parte reclamada sustenta, em síntese, ser indevido o reconhecimento do vínculo de emprego direto, com fundamento de que a contratação de serviços terceirizados é permitida, inclusive para as atividades-fim da empresa.
Defende que a reclamante exercia atividade de operadora de telemarketing e de correspondente bancária, não sendo bancária, portanto.
Requer seja afastado o reconhecimento do vínculo empregatício com a autora.
Assevera que, não se aplica à reclamante os instrumentos normativos, nem as regras especiais da categoria.
Aponta violação dos arts. 2º; 3º e 818 da CLT; 333 do CPC; 17 da Lei nº 4.595/64. Transcreve arestos.
Ao exame.
No caso dos autos, o Tribunal Regional entendeu pela ilicitude da terceirização de serviços firmada entre as reclamadas, pelo reconhecimento do vínculo de emprego diretamente para com o tomador dos serviços e pela condenação ao pagamento das parcelas trabalhistas daí decorrentes.
Esta Corte Superior, inclusive esta Turma, com fundamento nos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, adotava o entendimento de que o ordenamento jurídico pátrio não autorizava a terceirização de forma ampla e irrestrita da atividade-fim empresarial. Assim, nos termos do item I da Súmula 331/TST, decidia pela ilicitude da terceirização e, consequentemente, pelo reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços.
Contudo, a Suprema Corte, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", afastando, assim, a configuração da relação de emprego com o tomador dos serviços. Além disso, em 11/10/2018, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, reafirmou o seu entendimento de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada".
Fixou, então, a tese jurídica de que "é nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC".
Ressalta-se que, a partir de 30/8/2018, é de observância obrigatória aos processos judiciais em curso ou pendentes de julgamento a tese jurídica firmada pelo e. STF no RE n.º 958.252 e na ADPF n.º 324.
Nesse sentido, cito precedentes da SBDI-1 desta Corte seguindo o entendimento vinculante do STF:

AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SOBRESTAMENTO. "TERCEIRIZAÇÃO". OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO. NÃO APLICAÇÃO DO ART. 94, II, DA LEI 9.472/97. REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. 1. Trata-se de agravo interno interposto em face da decisão da Vice-Presidência do TST por meio da qual foi determinado o sobrestamento do recurso extraordinário com base em precedente de repercussão geral em julgamento, na forma do art. 1.030, III do CPC. 2. O Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Recurso Extraordinário com Agravo nº 791.932/DF, concluiu que há repercussão geral na questão relativa à ofensa ao princípio da reserva de plenário, previsto no art. 97 da Constituição e na Súmula Vinculante 10, em face da recusa da aplicação, pelas instâncias de origem, do art. 94, II, da Lei 9.472/97 (Tema 739). 3. A abrangência do precedente, não limitada à atividade de call-center, restou assentada em diversos precedentes do Supremo Tribunal Federal, considerando-se, ainda, que os motivos determinantes da decisão tem como razão preponderante a invocação da Súmula 331 do TST como embasamento à recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/97, e possível violação constitucional daí decorrente. 4. Nesse sentir, ficam mantidos os fundamentos adotados pela

decisão agravada, restando verificada, ainda, a manifesta inadmissibilidade do presente agravo, aplicando-se a multa prevista no § 4º do artigo 1.021 do atual CPC. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. (Ag-ED-RR-20109-09.2013.5.04.0401, Órgão Especial, Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 16/12/2018).

RECURSO DE EMBARGOS. REGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES TOMADORA DOS SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. 1. A eg. Sexta Turma não conheceu do recurso de revista, sob o fundamento de que se afigura ilícita a terceirização dos serviços de reparação e manutenção de linhas telefônicas, razão pela qual configurado o vínculo de empregado com a empresa tomadora de serviços. 2. Entretanto, a partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 3. Na espécie foi reconhecido o vínculo de emprego diretamente com a tomadora dos serviços (Telemar Norte Leste S.A.), em razão, exclusivamente, de as funções do reclamante serem inerentes à atividade-fim da concessionária do serviço de telecomunicações. 4. Assim, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do reclamante com a tomadora de serviços, revelando-se indevidas as obrigações inerentes aos empregados do contratante. Recurso de embargos conhecido e provido. (E-RR - 65400-93.2007.5.03.0005 Data de Julgamento: 24/10/2019, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 08/11/2019).

Nesse contexto, não há mais espaço para o reconhecimento do vínculo empregatício com o tomador de serviços sob o fundamento de que houve terceirização ilícita (ou seja, terceirização de atividade essencial ou finalística), ou, ainda, para a aplicação dos direitos previstos em legislação específica ou em normas coletivas da categoria profissional dos empregados da empresa contratante. Nesse sentido, cito jurisprudência desta Corte:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. Ante as razões apresentadas pelo agravante, afasta-se o óbice oposto no despacho agravado. Agravo conhecido e provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. Decisão regional em que adotado o entendimento de que é ilícita a terceirização empreendida na atividade-fim do tomador dos serviços. Aparente violação do art. 5º, II, da CF, a ensejar o provimento do agravo de instrumento. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. 1. O Tribunal Regional manteve a sentença quanto à ilicitude da terceirização, ao fundamento de que os serviços prestados estão inseridos na atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. 2. Não obstante o entendimento cristalizado na Súmula 331, I, do TST, no sentido de que "a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário ", o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de repercussão geral, decidiu que " é lícita à terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Ressalto que, no caso, não há no acórdão regional qualquer registro concernente à existência de pessoalidade e/ou subordinação direta à tomadora dos serviços. Assim, torna-se inviável o reconhecimento da ilicitude da terceirização, não sendo tampouco possível o reconhecimento de isonomia com os empregados da empresa tomadora dos serviços. 4. Configurada a violação do art. 5º, II, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10943-72.2016.5.03.0013, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 12/11/2021)

RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO DE EMPREGO. BANCO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. 1. A partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços, independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 2. Na espécie, o Tribunal Regional reconheceu o vínculo de emprego entre a reclamante e um dos Bancos reclamados, somente em razão da prestação de serviços reputados eminentemente bancários. Nesse sentido, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego da reclamante com a instituição financeira tomadora de serviços e a condição de bancário do trabalhador. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10823-70.2015.5.03.0043, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 02/02/2021)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO AUTOR NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/17. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. Compulsando-se os autos, verifica-se que o acórdão embargado, de fato, se pronunciou no sentido da não observância de pressuposto da regularidade formal inerente aos recursos de fundamentação vinculada (princípio da dialeticidade recursal). Todavia, em melhor análise, constata-se que a parte, nas razões do agravo, impugnou de forma específica e fundamentada o óbice erigido na decisão agravada, comportando, assim, a decisão embargada complementação. TERCEIRIZAÇÃO. TOMADORA DE SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO STF. TEMA 725. REPERCUSSÃO GERAL. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de Repercussão Geral, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra

forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Nesse contexto, porquanto superada a questão da ilicitude da terceirização - em conformidade com as decisões do STF -, resulta inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do autor diretamente com o tomador de serviços. Embargos de declaração a que se dá provimento, para sanar os vícios apontados, sem, contudo, imprimir-lhes efeito modificativo. (ED-Ag-AIRR-11359-77.2015.5.01.0030, 1ª Turma, Relator Ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 16/11/2021).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Deixa-se de analisar a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, nos termos do artigo 249, § 2º, do CPC/73 (artigo 282, § 2º, do atual CPC), por cogitar-se, no mérito , de possível decisão favorável ao reclamante. TERCEIRIZAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS DE ENERGIA. PREVISÃO NO ARTIGO 25, § 1º, DA LEI Nº 8.987/95. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA ADPF 324, DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EM REPERCUSSÃO GERAL ARE-791.932-DF (TEMA 739) E RE-958.252-MG (TEMA 725) E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE Nos 26 E 57, EM QUE SE DISCUTIA A CONSTITUCIONALIDADE DO CITADO DISPOSITIVO LEGAL. 1. Esta Corte firmou o entendimento de que a terceirização do serviço de eletricista, por se tratar de atividade-fim das empresas concessionárias de serviço de energia elétrica, era ilícita, com fundamento na Súmula nº 331, itens I e III, do TST. 2. Por outro lado, a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre "o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", como norma de Direito Administrativo, não foi promulgada para regular matéria trabalhista, devendo ser interpretada à luz dos princípios e das regras que norteiam o Direito do Trabalho, de modo a não esvaziar de sentido prático ou a negar vigência e eficácia às normas trabalhistas que, no País, disciplinam a prestação do trabalho subordinado e as próprias figuras do empregado e do empregador. Dessa forma, quando os órgãos fracionários dos Tribunais trabalhistas entendem que as relações laborais não são regidas pelo artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, não estão deixando de aplicar o dispositivo legal por considerá-lo inconstitucional. Assim, foi observado o disposto no artigo 97 da Constituição Federal e na Súmula Vinculante nº 10 e do STF. 3. Não obstante seja esse o entendimento deste Relator, curvo-me, com ressalva, à tese firmada na decisão proferida nos autos do ARE-791.932-DF (Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral), relatada pelo Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, in verbis: "É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC" (DJe de 6/3/2019). 4. A Suprema Corte, em sessão realizada em 30/8/2018, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252 (Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral), a respeito da terceirização prevista na Súmula nº 331 do TST, firmou a seguinte tese: "É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 5. Nos acórdãos proferidos nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade nºs 26 e 57, em que se discutia a constitucionalidade do artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, relatados pelo Exmo. Ministro Edson Fachin, foi destacado: "no julgamento do Tema 739, ARE 791.932- RG, esta Corte, então instada a se manifestar sobre a inobservância da cláusula de reserva de Plenário e o disposto no art. 94, II, da Lei 9.472/1997, declarou a nulidade da decisão do órgão fracionário do TST"; "a norma do diploma regulatório dos serviços de telecomunicações tem conteúdo idêntico ao objeto da presente ação direta de constitucionalidade". 6. A Suprema Corte, fazendo referência às teses fixadas no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252- RG (Tema 725), registrou que, tendo sido afastada a aplicação da Súmula nº 331 do TST "naquelas hipóteses, deve também aqui se estender o mesmo entendimento", concluindo que "o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, ao autorizar as concessionárias de serviço público a contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, alinha-se ao entendimento jurisprudencial atual e, reveste-se de constitucionalidade, devendo ter sua eficácia garantida e preservada". 7. Entretanto, a adoção da tese vinculante firmada pelo Supremo Tribunal Federal não impede o reconhecimento de vínculo de emprego entre o trabalhador terceirizado e a tomadora de serviços, quando comprovada a incidência dos artigos 2º, 3º e 9º da CLT ao caso em apreço, conforme decidiu a SbDI-1, nos autos do E-ED-RR-32900-51.2005.5.03.0002, em acórdão relatado pelo Exmo. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, firmando o entendimento de que há que reconhecer o "vínculo empregatício com a tomadora dos serviços, quando estiver nitidamente comprovada nos autos a presença dos requisitos do art. 3º da CLT, configurando desvirtuamento da terceirização de forma a disfarçar a existência de inequívoca relação de emprego com a tomadora". 8. Na hipótese dos autos, o Ministério Público do trabalho ajuizou ação civil pública contra a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (concessionária de serviços de energia elétrica) e a Santa Maria Participações S.A., a fim de impedir a terceirização de atividade-fim daquela. O Tribunal a quo, por entender pela ilicitude da terceirização dos serviços de leitura de medidores de energia elétrica ativa, reativa e de demanda, envio de faturas e documentos, suspensão do fornecimento de energia elétrica e religação procedida pela Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., confirmou a sentença pela qual essa última ré foi condenada a abster-se de terceirizar os citados serviços e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo . 9. Como o Supremo Tribunal Federal firmou tese, de natureza vinculante, considerando lícita a terceirização, não subsiste a condenação da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. "a abster-se de repassar a terceiros atividades-fins" e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo (responsabilidade solidária da segunda ré). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-215900-88.2012.5.17.0141, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 12/11/2021).

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - PROVIMENTO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. Diante de potencial violação do art. 37, XIII, da Constituição Federal, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. 1. O Supremo Tribunal Federal, no

julgamento conjunto da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252/MG, com repercussão geral (tema 725), em sessão plenária do dia 30.8.2018, fixou teses, respectivamente, no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada" e que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 2. A licitude de terceirização de atividade-fim foi reafirmada, pelo Excelso Pretório, nos julgamentos subsequentes do ARE nº 791.932/DF, com repercussão geral (tema 739), em 11.10.2018, e da ADC nº 26, em 22.8.2019. 3. O caso dos autos é o decidido pelo STF, razão pela qual não é possível a aplicação analógica do art. 12, "a", da Lei nº 6.019/74 (OJ 383/SBDI-1/TST), com esteio na alegada ilicitude da terceirização. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10166-80.2018.5.03.0025, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 12/11/2021).

[...] RECURSOS DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STF (TEMA 739 DE REPERCUSSÃO GERAL NO STF - ARE 791.932). TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. O STF, no julgamento da ADC 26/DF, transitado em julgado em 18.09.2019, seguindo a tese firmada no ARE 791.932, em repercussão geral (Tema 739), declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, que autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público, e, reiterando o entendimento exarado pelo Plenário do STF em 30.08.2018, no julgamento da ADPF-324 e do RE-958252, com repercussão geral (Tema 725), reconheceu a constitucionalidade do instituto da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, afastando a incidência da Súmula 331 do TST. É necessário, pois, o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF, relativamente à possibilidade de terceirização de serviços afetos às atividades precípuas das concessionárias de energia elétrica, sendo irrelevante perquirir sobre a natureza das atividades exercidas pela empresa contratada. No caso vertente, o TRT entendeu que havia relação direta da atividade desempenhada pelo Reclamante com a atividade-fim da tomadora e concluiu pela ilicitude da terceirização. Entretanto, há de ser afastada a ilicitude da terceirização, à luz do entendimento do E. STF e do art. art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995. Consequentemente, não se viabiliza o reconhecimento da isonomia salarial em relação aos empregados da empresa tomadora de serviços e a condenação ao pagamento de direitos e benefícios legais, normativos e/ou contratuais daí decorrentes. Remanesce, contudo, a responsabilidade subsidiária em caso de eventual condenação, nos termos da decisão do STF (Tema 725) e da Súmula 331, IV/TST. Ressalva de entendimento pessoal deste Relator. Recurso de revista conhecido e provido. (RR -20455-49.2017.5.04.0811, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 19/03/2021).

[...] RECURSO DE REVISTA. DECISÃO REGIONAL PROFERIDA ANTES DA LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO. SERVIÇOS DE TELEMARKETING. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O BANCO TOMADOR DE SERVIÇOS. Nos termos do posicionamento adotado pela Suprema Corte Federal, no julgamento do ARE 791932, Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral, nos autos da ADPF 324 e do RE 958252, e, ainda, na ocasião do julgamento da ADC 26, é lícita a terceirização de serviços de atividade fim . Assim, deve ser reformada a decisão regional para adequar ao entendimento da Suprema Corte. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-170-89.2013.5.06.0012, 6ª Turma, Relator Ministro Aloysio Correa da Veiga, DEJT 20/03/2020).

III - RECURSO DE REVISTA ANTERIOR À LEI Nº 13.015/2014. RETORNO DOS AUTOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA TOMADORA DOS SERVIÇOS NÃO CONFIGURADA. MANUTENÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO CONSAGRADO PELO C. STF - TEMA 725 DE REPERCUSSÃO GERAL NO C. STF - ADPF 324 E RE 958.252. 1. Há muito prevaleceu no âmbito desta Corte Superior o entendimento de que é ilícita a terceirização de serviços especializados, ligados à atividade-fim do tomador dos serviços, identificada no objeto social do contrato social das empresas envolvidas. Nessa linha de argumentação, entendia-se que a contratação de trabalhadores por empresa interposta seria ilegal, formando-se o vínculo empregatício diretamente entre o empregado contratado e a empresa tomadora dos serviços. Inteligência da Súmula nº 331 do c. TST. 2. Revisitando posicionamento consagrado pelo c. TST, em 30.8.2018, a Suprema Corte, nos autos da ADPF 324/DF e do RE 958.252, submetido à sistemática da repercussão geral - Tema nº 725 - , tendo em conta os princípios constitucionais da livre iniciativa (art. 170) e da livre concorrência (art. 170, IV), a dignidade da pessoa humana (art. 1º), os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal (art. 7º), o direito de acesso do trabalhador à previdência social, à proteção à saúde e à segurança no trabalho, declarou a inconstitucionalidade da Súmula nº 331, I, do c. TST, reconhecendo a licitude da terceirização em todas as etapas do processo produtivo, seja meio ou fim. Ao examinar o Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral, no RE nº 958.252 , fixou a seguinte tese jurídica: " É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante " . Na mesma oportunidade, ao julgar a ADPF nº 324, firmou a seguinte tese, com efeito vinculante para todo o Poder Judiciário: " 1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". 3. Em suma, o c. STF reconheceu a legalidade irrestrita da terceirização de serviços, podendo a contratação de trabalhadores se dar de forma direta ou por empresa interposta e para exercer indiscriminadamente atividades ligadas à área fim ou meio das empresas, não se configurando em tais circunstâncias relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada, remanescendo, contudo, a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa contratada, bem como pelas obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993, além de firmar que é plenamente possível a terceirização de atividades precípuas das concessionárias de serviços públicos. 4. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional

ratificou o entendimento do juízo de primeiro grau, de que o autor desempenhava tarefa intimamente ligada à atividade-fim da tomadora dos serviços, declarando, por essa razão, a sua responsabilidade solidária pelas verbas devidas ao trabalhador, em desconformidade com a atual jurisprudência do c. STF e do c. TST. Recurso de revista conhecido por contrariedade (má aplicação) à Súmula/TST nº 331 e provido. (RR-722-18.2012.5.06.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 07/01/2020).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. ADPF Nº 324 E RE Nº 958.252. TESE FIRMADA PELO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 331 DO TST À LUZ DOS PRECEDENTES DO STF. (...) I. No que diz respeito ao reconhecimento da licitude da terceirização, a decisão regional foi proferida em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 958.252, de que resultou a fixação da seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", bem como no julgamento da ADPF nº 324, em que foram fixadas as seguintes teses: "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". II. Assim sendo, o conhecimento do presente recurso de revista no que diz respeito ao pedido de reconhecimento da ilicitude da terceirização havida entre as Reclamadas encontra óbice no entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, fixada no julgamento da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252. (...). (Ag-AIRR-10681-27.2018.5.18.0081, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 05/11/2021).

(...) II. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE. SISTEMA DE TELEATENDIMENTO. MATÉRIA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADPF 324, RE 958.252 E ARE 791.932). REPERCUSSÃO GERAL. ISONOMIA SALARIAL. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 383 DO TST. IMPOSSIBILIDADE. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA. 1. O Tribunal Regional, reconhecendo que a Reclamante prestou serviços relacionados à atividade-fim da tomadora de serviços, declarou a ilicitude da terceirização havida entre as partes. Muito embora tenha fundamentado não ser possível o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o Ente integrante da Administração Pública Indireta, reconheceu o direito obreiro às verbas trabalhistas - legais e normativas - asseguradas aos empregados da tomadora de serviços, com fundamento no princípio da isonomia. 2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 30/8/2018, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958.252, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se estabelecendo relação de emprego entre a tomadora de serviços e o empregado da empresa prestadora. 3. Dispõe a Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST que: "A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções ". 4. O fato autorizador da isonomia de direitos entre os empregados terceirizados e os regularmente contratados pelo tomador de serviços integrante da Administração Pública é a ilicitude da terceirização. Nessa esteira de raciocínio, reconhecendo o STF a licitude da terceirização tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim das empresas tomadoras, inviável a aplicação da Súmula 331/TST e Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST, que traz como premissa básica a irregularidade da contratação do trabalhador terceirizado. Julgados do TST. 5. Recurso de revista conhecido por má-aplicação da Súmula 331/TST e da OJ 383 da SBDI-1/TST. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-2185-47.2016.5.06.0102, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/12/2020)

[...] II - RECURSO DE REVISTA DA 2ª RECLAMADA (LIQ CORP S/A). ADMISSIBILIDADE. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA. LICITUDE. VÍNCULO DIRETO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE DIREITOS DA CATEGORIA DO TOMADOR. INVIABILIDADE. A partir do julgamento do RE nº 958.252 e da ADPF nº 324 pelo Supremo Tribunal Federal, a matéria em discussão nestes autos (ilicitude da terceirização de atividade-fim) pacificou-se e encontra o seu norte nos termos da decisão vinculante daquela Corte Suprema, que, ao julgar o mérito da controvérsia atinente ao Tema 725 da repercussão geral, definiu a tese jurídica segundo a qual "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Assim, a decisão do Regional, naquilo em que aplicou a Súmula nº 331, I, do TST à hipótese encontra-se superada pela jurisprudência vinculante do Pretório Excelso, merecendo reforma o acórdão recorrido, a fim de decretar a licitude da terceirização e, por conseguinte, a ausência de vínculo direto com o tomador e os demais consectários daí decorrentes, a exemplo de direitos previstos em normas coletivas da categoria do tomador ou no regulamento interno da empresa, equiparação salarial, ou quaisquer outros que tenham como base jurídica de sustentação a irregularidade do contrato de terceirização de atividade-fim. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-456-10.2014.5.02.0088, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 19/03/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. TOMADORA DOS SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE N.º 958.252 COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA (TEMA 725) E ADPF 324. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 324, em 30/8/2018, erigiu tese no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 2. Na mesma ocasião, a Corte Suprema, examinando o Tema 725 de Repercussão Geral, no julgamento do RE 958.252, estabeleceu a seguinte tese jurídica: "é

lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Inquestionável a aplicação imediata dos aludidos precedentes firmados em Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida, bem como em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, cuja decisão tem efeito vinculante. 4. Na linha dos precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal, remanesce a possibilidade de reconhecimento de vínculo com a empresa contratante somente nas hipóteses em que há explícita referência, no acórdão prolatado pelo Tribunal Regional, acerca da configuração da pessoalidade e da subordinação hierárquica direta, presencial ou por via telemática, do obreiro aos prepostos da tomadora de serviços, sendo insuficiente a mera subordinação estrutural ou indireta, inerente à própria terceirização. 5. No caso sob exame, afirmou o Tribunal Regional a ilicitude da terceirização tão somente em razão do labor em atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. Tal entendimento destoa claramente daquele fixado pelo Supremo Tribunal Federal. Reconhece-se, portanto, a transcendência política da controvérsia. 6. Nesse contexto, impõe-se afastar o reconhecimento do vínculo de emprego da parte reclamante diretamente com o banco tomador dos serviços, bem como excluir da condenação as parcelas decorrentes da aplicação dos acordos coletivos dos bancários. 7. Recurso de Revista conhecido e provido. (RR-491-61.2017.5.06.0311, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 05/02/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DAS LEIS NºS 13.015/14 E 13.105/15, MAS ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/2017. TELEMARKETING - ILICITUDE DE TERCEIRIZAÇÃO - RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS - ENQUADRAMENTO DO RECLAMANTE NA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS BANCÁRIOS. O STF, em 30/8/2018, no julgamento conjunto da ADPF 324/DF e do RE 958.252/MG (tema de Repercussão Geral nº 725), firmou a tese jurídica de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, seja ela meio ou fim, o que não configura relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. O Plenário da Suprema Corte concluiu, então, que não há óbice constitucional à terceirização das atividades de uma empresa, ainda que se configurem como as denominadas "atividades-fim" das tomadoras de serviços. No caso concreto, o Tribunal Regional concluiu que a contratação dos serviços especializados de telemarketing é ilícita, pois estão ligados à atividade-fim da tomadora de serviços. Assim, o v. acórdão recorrido, ao reconhecer a ilicitude da terceirização na hipótese, contrariou a tese firmada pela Suprema Corte, na ADPF 324 e no RE 958.252 (tema 725 da tabela de repercussão geral). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-11150-12.2015.5.03.0044, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 04/12/2020).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. BANCO BRADESCO S.A. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTENTE. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADPF 324/DF, o RE-958.252/MG (tema 725 da tabela de repercussão geral), fixou a tese, com efeito vinculante e eficácia erga omnes , segundo a qual é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas e de o objeto da terceirização consistir em atividade-meio ou atividade-fim da tomadora de serviços, desde que não seja comprovada a fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, sendo mantida, entretanto, a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. Portanto, definido pelo Supremo Tribunal Federal que é licita a terceirização de serviços, tanto ligados à atividade-meio quanto à atividade-fim da contratante, e não tendo sido constatada fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, deve ser julgado improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo de emprego com O tomador de serviços e, em consequência, os pedidos decorrentes unicamente do vínculo. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. (RR-10958-62.2016.5.03.0103, 8ª Turma, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 23/03/2021)

(...) III - RECURSO DE REVISTA - REGÊNCIA PELA LEI Nº 13.015/2014 - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. CALL CENTER. LICITUDE. A matéria já não comporta debates, ante as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sessão extraordinária realizada no dia 30/08/2018, quando se julgou procedente a arguição formulada na ADPF-324/DF (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018), com eficácia erga omnes e efeito vinculante, e se fixou tese jurídica de repercussão geral, correspondente ao Tema nº 725, no sentido de que "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. (leading case: RE-958252/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018). Recurso de revista conhecido e provido" (RRAg-10055-74.2017.5.03.0173, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 05/02/2021)

Dessa forma, não se pode reconhecer isonomia entre os empregados terceirizados e aqueles contratados diretamente pelo tomador dos serviços.
Entretanto, registre-se que a responsabilidade da tomadora de serviços nestes casos se mantém de forma subsidiária, consoante a tese já firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante".
Ante o exposto, em face da decisão vinculante do STF, conheço do recurso de revista por violação do art. 2º, da CLT.

1.2 - MÉRITO

Tendo em vista os fundamentos apresentados, atendidos os requisitos do art. 489, § 1º, do CPC e com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST, 932, III, IV e V, do CPC, dou provimento parcial ao recurso de revista para, reconhecendo a licitude da terceirização dos serviços, afastar o vínculo de emprego com a tomadora dos serviços e julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial com amparo na declaração de ilicitude da terceirização, remanescendo a responsabilidade subsidiária da tomadora dos serviços quanto às demais parcelas reconhecidas no presente feito.

2 - HORAS EXTRAS
2.1. Conhecimento
O Tribunal Regional no que concerne ao tema, assim se

pronunciou:

"Quanto ao deferimento das horas extras, também entendo que deve ser mantida a sentença de primeiro grau, pelas razões a seguir delineadas.
A Reclamante, em sua petição inicia (fis. 01/22), apontou que, em que pese ter sido contratada para cumprir carga horária de 06h:00 diárias e 36h:00 semanais, cumpriu a seguinte jornada de trabalho: das 08h:00 às 17h:00, com dois intervalos de 15 (quinze) minutos, de segunda a sábado. Afirmou, também, que laborou em todos os feriados, exceto 01 de janeiro.
A primeira Reclamada, em sua peça de bloqueio (fls. 196/241), rechaça a tese autoral, ao argumento de que todas as horas extras laboradas encontram-se devidamente anotadas nos cartões de ponto, sendo regularmente remuneradas com acréscimo do adicional legal.
Carreou aos autos os cartões de ponto de fls. 279/297, os quais foram impugnados pela Autora, sob o fundamento de que a totalidade do período imprescríto não se encontra corretamente retratada nos documentos supracitados, o que atrai a incidência do quanto expendido no art. 74, §2°, da CLT.
Impugnados os cartões de ponto carreados aos autos, cabe à Reclamante o ônus de comprovar a imprestabilidade destes documentos como meio de prova, o que foi feito a contento. (...)
Assim, depreende-se do depoimento acima transcrito que a única testemunha ouvida em juízo ratificou a jornada declinada na inicial. No que pertine à compensação de jornada, vale ressaltar que, como os cartões de ponto foram invalidados como meio de prova, não há como auferir se a referida compensação foi, de fato, efetivada."

Analiso.
O Tribunal Regional, amparado no acervo probatório delineado nos autos, sobretudo na prova oral, consignou que "a única testemunha ouvida em juízo ratificou a jornada declinada na inicial".
Para se chegar à conclusão fática pretendida pela parte recorrente (de que não há prova do fato constitutivo do direito do autor), seria necessário o reexame do conjunto probatório, expediente vedado a esta Corte, por força da Súmula 126 do TST.
Não conheço.

3 - INTERVALO INTRAJORNADA
2.1 - Conhecimento
O Tribunal Regional no que concerne ao tema, assim se pronunciou:

"No que tange ao intervalo para descanso e refeição, como foi reconhecida a jornada de trabalho apontada na inicial, a Reclamante faz jus ao intervalo mínimo de uma hora, uma vez que a sua carga horária ultrapassa seis horas diárias"

Analiso.
O acórdão regional encontra-se em consonância com a Súmula 437, item IV, do TST, segundo a qual "Ultrapassada habitualmente a jornada de seis horas de trabalho, é devido o gozo do intervalo intrajornada mínimo de uma hora, obrigando o empregador a remunerar o período para descanso e alimentação não usufruído como extra, acrescido do respectivo adicional, na forma prevista no art. 71, caput e § 4º da CLT".
Não conheço.

4 - MULTA DO ART. 477 DA CLT
4.1 - Conhecimento
O Tribunal Regional no que concerne ao tema, assim se pronunciou:

"Sem razão.
Conforme bem observado pela MM. Magistrada de primeiro grau, o termo de rescisão do contrato de trabalho colacionado às fls. 299/300 informa que, em que pese a data do afastamento da Reclamante ter ocorrido em 08.01.2009, já com o aviso prévio indenizado, a data do recebimento, bem como a homologação do sindicato, somente se deu em 23.01.2009, ou seja, fora do prazo previsto no art. 477, §8°, da CLT.
Insta ressaltar que, uma vez que o suposto depósito realizado pela primeira Reclamada é uma de suas teses de defesa, cabe a ela provar o alegado. Ademais, trata-se de documento que ela dispõe, posto que, realizado o depósito, fica o depositante com uma comprovação de que a transação foi efetivada. Deste modo, sendo ônus da Demandada provar fato por ela levantado, deveria juntar aos autos o comprovante do mencionado depósito, posto que, como dito, é documento que fica sob sua posse, não se configurando prova que deva ser obtida por meio de ofício.
No que tange aos argumentos do banco demandado, impende salientar que o pagamento da referida multa deve ser imputada às duas Reclamadas, ante a responsabilidade solidaria reconhecida na sentença de primeiro grau, por conta da existência de fraude na terceirização de serviços.
Sentença mantida."

Analiso.
Segundo se verifica do acórdão regional, a reclamada não logrou demonstrar o pagamento tempestivo das parcelas rescisórias.
Nesse contexto, para se aferir as alegações da reclamada, no sentido de que não houve atraso no pagamento das verbas rescisórias, necessário seria o revolvimento da prova documental produzida nos autos, procedimento defeso nesta fase recursal, consoante dispõe a Súmula 126/TST.
Ademais, afastado o vínculo de emprego com a tomadora e declarada sua responsabilidade subsidiária, aplica-se o disposto no item VI da Súmula 331 desta Corte, segundo o qual "A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral".
Não conheço.

5 - MULTA NORMATIVA
5.1. Conhecimento
O Tribunal Regional no que concerne ao tema, assim se pronunciou:

"Sem razão.
Compulsando os autos, percebo que, embora a Reclamante exercesse efetivamente o trabalho de bancária, conforme demonstrado alhures, não foi reconhecido pelas Reclamadas como detentora desta qualidade. Assim, sendo, o que se percebe é que, jamais houve observância, quanto à Demandante, dos direitos previstos nas normas coletivas atinentes a esta categoria, como auxílio-refeição, auxílio cesta alimentação e participação nos lucros. Deste modo, é devido o pagamento da multa normativa em incidência única por cada norma coletiva violada.
Nada a reformar".

Analiso.

Fica prejudicado o exame do tema, diante da improcedência dos pedidos formulados na inicial com amparo na declaração de ilicitude da terceirização.

6 - BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA
6.1 - Conhecimento
O Tribunal Regional no que concerne ao tema, assim se pronunciou:
"No caso, a Reclamante, ao solicitar a concessão dos benefícios à Justiça Gratuita (fl.02), declarou, expressamente, à fl. 02, não ter condições de suportar as custas de um processo judicial sem comprometer o seu sustento e de sua família. O requerimento tem amparo na Constituição Federal (art. 5°, LXXIV), na Lei 1.060/50, no § 3° do artigo 790-A da CLT e Orientações Jurisprudenciais n° 304 e 269 da SDI-1 do TST.
Neste contexto, mantenho o benefício da justiça gratuita."

Analiso.
No que se refere ao tema justiça gratuita, extrai-se da decisão recorrida que a reclamante apresentou declaração de pobreza. Não restam dúvidas, portanto, de que a mera declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte nos autos, com presunção relativa de veracidade, autoriza a concessão da justiça gratuita à pessoa natural.
Decisão regional em consonância com a Súmula 463, I, do TST.
Óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Não conheço.

7 - JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA ATÉ DATA DO RECEBIMENTO DO ALVARÁ.
7.1 - Conhecimento
O Tribunal Regional no que concerne ao tema, assim se pronunciou:

"Compulsando os autos, observo que a Reclamante, em sua petição inicial, ao contrário do que alegou a segunda Reclamada, não pleiteou a incidência de juros até a liberação do alvará judicial.

Analiso.
Carece de interesse recursal, na medida em que o TRT asseverou que "a Reclamante, em sua petição inicial, ao contrário do que alegou a segunda Reclamada, não pleiteou a incidência de juros até a liberação do alvará judicial".
Não conheço.

8 - FATO GERADOR DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
81. Conhecimento
O Tribunal Regional no que concerne ao tema, assim se pronunciou:

"No que concerne ao fato gerador recolhimento das contribuições previdenciárias, observo que tal matéria sequer foi levantada na contestação da segunda Reclamada (fls. 344/373), sendo que a Nobre Julgadora a quo determinou, na sentença de primeiro grau, os recolhimentos referentes à Previdência Social quando do pagamento efetivo, conforme estabelece a súmula 368 do TST e os Provimentos 01/96 e 03/05 da CGJT.
Nada a reformar"

Analiso.
Com efeito, a matéria sobre o fato gerador da contribuição previdenciária foi pacificada neste Tribunal Superior pelos itens IV e V da Súmula nº 368, nos seguintes termos, in verbis:

"IV - Considera-se fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de créditos trabalhistas reconhecidos ou homologados em juízo, para os serviços prestados até 4.3.2009, inclusive, o efetivo pagamento das verbas, configurando-se a mora a partir do dia dois do mês seguinte ao da liquidação (art. 276, "caput", do Decreto nº 3.048/1999). Eficácia não retroativa da alteração legislativa promovida pela Medida Provisória nº 449/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/2009, que deu nova redação ao art. 43 da Lei nº 8.212/91.
V - Para o labor realizado a partir de 5.3.2009, considera-se fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de créditos trabalhistas reconhecidos ou homologados em juízo a data da efetiva prestação dos serviços. Sobre as contribuições previdenciárias não recolhidas a partir da prestação dos serviços incidem juros de mora e, uma vez apurados os créditos previdenciários, aplica-se multa a partir do exaurimento do prazo de citação para pagamento, se descumprida a obrigação, observado o limite legal de 20% (art. 61, § 2º, da Lei nº 9.460/96)."

Verifica-se que, na hipótese dos autos, a prestação de serviços teve início e fim antes da edição da MP 449/2008.
Assim, ao considerar que o fato gerador das contribuições previdenciárias é o pagamento do crédito trabalhista, no que tange às verbas referentes ao período anterior a 4/3/2009, decidiu o Tribunal Regional em consonância com o item IV da Súmula 368 do TST.
Assim, o recurso encontra obstáculo na Súmula nº 333 do TST e no art. 896, § 7º, da CLT.

Não conheço.

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA CONTAX MOBITEL S.A.

Tendo em vista o provimento do recurso de revista do reclamado BANCO ITAUCARD S.A., resulta prejudicado o exame do agravo de instrumento da ora recorrente CONTAX MOBITEL S.A.

CONCLUSÃO:

À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, § 5º (atual § 14), da CLT e 118, X, do RITST, decido: I - dar provimento ao agravo de instrumento, por violação ao art. 5º, II, da CLT; II - conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "TERCEIRIZAÇÃO. ILICITUDE. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO", por violação ao art. 5º, II, da CF/88, e, no mérito, dar-lhe provimento para reconhecendo a licitude da terceirização, julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial com amparo na declaração de ilicitude da terceirização, remanescendo a responsabilidade subsidiária da tomadora dos serviços, quanto às demais parcelas reconhecidas no presente feito e III - julgo prejudicado o agravo de instrumento da reclamada CONTAX MOBITEL S.A. Mantido o valor da condenação. Custas inalteradas.
Registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, a teor dos arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-1001507-94.2018.5.02.0089

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	DOUGLAS VITOR DA SILVA
Advogado	Dr. Carlos Augusto Galan Kalybatas(OAB: 103577/SP)
Recorrido	PLANSEVIG - PLANEJAMENTO, SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
Advogado	Dr. Alexandre Alves de Carvalho(OAB: 212098/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DOUGLAS VITOR DA SILVA
- PLANSEVIG - PLANEJAMENTO, SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que negou provimento ao recurso ordinário, mantendo a sentença quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA".

Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.

A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).

À análise.

O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.

Eis os termos do acórdão recorrido:

"(...)

Honorários de sucumbência

Pugna o recorrente pela reforma da r. sentença originária que o condenou ao pagamento de honorários advocatícios, argumentando não ter pleiteado os honorários advocatícios bem como questiona a constitucionalidade do artigo 791-A, parágrafos e incisos, da CLT, incluído pela Lei nº 13.467/2017, por impedir o acesso à Justiça visto ser o reclamante pessoa pobre, que não tem condições de arcar o pagamento de honorários advocatícios.

Inicialmente, insta registrar que a r. sentença de primeira instância deferiu ao reclamante, os benefícios da justiça gratuita.

Trata-se de ação distribuída após o início da vigência da Lei nº 13.467/2017. Assim, aplicáveis o artigo 791-A e § 4º da CLT que dispõem da seguinte forma:

"Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa. (Artigo incluído pela Lei n° 13.467/2017 - DOU 14/07/2017)

(...)

§ 4° Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário."

No presente caso, a r. sentença de origem, em observância ao artigo 791-A, da CLT condenou a reclamada no pagamento de honorários de sucumbência ao procurador do reclamante, fixados em 5% do valor líquido final da condenação, assim entendido o montante bruto que resultar da liquidação da sentença. A parte autora foi condenada ao pagamento de honorários sucumbenciais à ré, ora fixados em 5% dos pedidos formulados e não acolhidos.

Ao contrário do entendimento do autor, não entendo que o artigo 791-A, parágrafo 4º da CLT, que trata da sucumbência recíproca, seja inconstitucional. A Ação Direta de Inconstitucionalidade 5766/2017, que discute a constitucionalidade desse dispositivo, ainda está em julgamento no STF. No voto do relator, Ministro Roberto Barroso, foram assentadas interpretação conforme a Constituição, consubstanciada nas seguintes teses:

"1. O direito à gratuidade de justiça pode ser regulado de forma a desincentivar a litigância abusiva, inclusive por meio da cobrança de custas e de honorários a seus beneficiários. 2. A cobrança de honorários sucumbenciais do hipossuficiente poderá incidir: (i) sobre verbas não alimentares, a exemplo de indenizações por danos morais, em sua integralidade; e (ii) sobre o percentual de até 30% do valor que exceder ao teto do Regime Geral de Previdência Social, mesmo quando pertinente a verbas remuneratórias. 3. É legítima a cobrança de custas judiciais, em razão da ausência do reclamante à audiência, mediante prévia intimação pessoal para que tenha a oportunidade de justificar o não comparecimento"

No mesmo compasso, a Instrução Normativa 41 do C. TST, em seu artigo 6º, afirma que a condenação em honorários sucumbenciais prevista no artigo 791-A da CLT será aplicável apenas as ações distribuídas após o início da vigência da Lei 13.467/2017, estando claro que nossa Corte Superior não detectou nenhuma inconstitucionalidade na mesma.

O direito à gratuidade da justiça não é absoluto, podendo o legislador impor limitações com o propósito de se evitar lides temerárias e abusivas, como é tão comum nessa D. Justiça.

Por fim, acrescento que a condenação em honorários advocatícios independe de pedido expresso da parte, uma vez que decorrem de lei, conforme previsto no artigo 85 do CPC, devendo ser realizado de ofício pelo juízo.

Portanto, entendo serem devidos honorários advocatícios pelo reclamante, nos termos da r. Sentença.

Nego provimento.

(...)"

No que tange à insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, visto que a ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.

Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser

indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, LXXIV, da CF.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0000577-55.2020.5.21.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	LINDEMBERG FELIX MARTINS
Advogado	Dr. Fernando de Oliveira Souza(OAB: 247435-A/SP)
Recorrido	VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.
Advogado	Dr. Rodrigo de Souza Camargos(OAB: 10435-A/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- LINDEMBERG FELIX MARTINS
- VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que negou provimento ao recurso ordinário, mantendo a sentença quanto aos temas "INTERVALO INTRAJORNADA" e "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA". Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto apenas em relação ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Inicialmente, cumpre salientar que a decisão de admissibilidade do presente recurso de revista é posterior a 15/4/2016, portanto, segue a nova sistemática processual estabelecida por esta Corte Superior a partir do cancelamento da Súmula 285/TST e da edição da Instrução Normativa 40/TST.
Assim, tem-se que é ônus da parte impugnar, mediante a interposição de agravo de instrumento, os temas constantes do recurso de revista que não foram admitidos, sob pena de preclusão.
No caso, verifica-se que a parte deixou de interpor agravo de instrumento em face da decisão do Tribunal Regional que não admitiu o seu recurso de revista quanto aos temas "INTERVALO INTRAJORNADA", razão por que fica inviabilizada a análise do apelo em relação a tais matérias, ante a preclusão.
Eis os termos do acórdão recorrido:
"(...)
4. Matéria Comum aos Recursos - Dos Honorários Sucumbenciais.
Quanto aos honorários de sucumbência, o reclamante assevera que o artigo 791-A da CLT é inconstitucional e não pode ser condenado a arcar com honorários sucumbenciais, especialmente considerando que o contrato de trabalho é anterior à Lei n.º 13.467/2017; sucessivamente, pede para que os honorários sejam diminuídos para 5%.
A reclamada, por sua vez, questiona o deferimento em favor do reclamante da suspensão da exigibilidade dos honorários advocatícios sucumbenciais por este devidos, pois o artigo 791-A, § 4.º, da CLT, apenas prevê tal medida quando o reclamante não tenha créditos a receber, de forma que, caso persistam créditos em seu favor, ainda que com natureza alimentar, devem estar sujeitos a suportar a condenação do demandante relativa à verba honorária, porquanto a lei não traz tal restrição
Na sentença, o assunto foi tratado nos seguintes termos (Id. c55bc99 - fls. 469/471):
Deferem-se os honorários sucumbenciais em favor do patrono da parte autora, à base de 10% da condenação, eis que a reclamada restou parcialmente sucumbente no objeto da presente demanda, à luz do disposto no art. 791-A da CLT.
Deferem-se, ainda, à luz do disposto no art. 791-A da CLT, os honorários de sucumbência em favor do patrono da parte reclamada, fixada no percentual de 10% sobre as verbas indeferidas, restando vedada a compensação entre os honorários.
No entanto, a cobrança da referida verba permanece sob condição suspensiva de exigibilidade, condicionada à alteração da situação econômica da autora, beneficiário da justiça gratuita, ficando a cargo da reclamada comprovar e cobrar o respectivo pagamento, observado o disposto no § 4º do artigo 791-A da CLT.
Dada a natureza alimentar de parte das parcelas trabalhistas e, também, dos honorários advocatícios, a obrigação de pagar pelo trabalhador somente poderá recair sobre créditos de natureza não alimentar, obtidos judicialmente.
Sendo assim, em interpretação do dispositivo consolidado conforme a Constituição Federal (CF, arts. 3º, IV, e5º, I e XLI), a obrigação de pagar somente recairá sobre verbas de natureza não alimentar, em sentido amplo, obtidas judicialmente pelo trabalhador neste ou em outros processos.
De plano, é necessário o registro de que a Lei n.º 13.467/2017 instituiu novo regramento acerca da matéria honorários advocatícios, salientando-se que esta possui aplicação imediata no

que concerne às regras de natureza processual, ressalvando-se, no entanto, a integridade dos atos e situações consolidadas na lei anterior (artigo 14 do Código de Processo Civil).

Nesse contexto, tem-se que a alteração em relação ao princípio da sucumbência tem aplicabilidade, no caso das lides decorrentes das relações de emprego, às ações trabalhistas ajuizadas a partir do dia 11.11.2017, data da entrada em vigor da Lei citada, como no caso.

A mudança tratada foi instituída através da inclusão do artigo 791-A ao texto consolidado, que conta com a seguinte redação:

Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 1.º. Os honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 2.º. Ao fixar os honorários, o juízo observará: (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

I - o grau de zelo do profissional; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

II - o lugar de prestação do serviço; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

III - a natureza e a importância da causa; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 3.º. Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 4.º. Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário. (Incluído pela Lei n.º 13.467, de 2017)

§ 5.º. São devidos honorários de sucumbência na reconvenção. (Incluído pela Lei n.º 13.467, de 2017)

Note-se que o novo regramento estatui a obrigação da parte vencida de pagar honorários advocatícios, ainda que a demanda tenha sido julgada parcialmente procedente, o que se coaduna, inclusive, com a sistemática prevista pela processualística civil.

Na hipótese, considerando a legislação em vigor à época da propositura da ação e assentada a sucumbência do reclamante, após o provimento do recurso ordinário da reclamada com relação ao repouso semanal remunerado, emerge a obrigação de adimplemento dos honorários advocatícios sucumbenciais em favor da defesa técnica da parte contrária.

Especificamente quanto à situação do reclamante vencido e que é beneficiário da justiça gratuita, a alteração legislativa implementada também fixa que recai sobre ele o ônus de arcar com a verba honorária, ressaltando-se, no entanto, que "desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário".

O certo é que não se pode admitir, contudo, que o novo comando legal deixe de sobrelevar a natureza das parcelas que, de ordinário, são concedidas nas demandas trabalhista, consistente no próprio salário do empregado que, no decorrer de seu contrato de trabalho, não teve garantidos todos os consectários legais pertinentes.

Não é crível admitir que, ao receber direitos trabalhistas em Juízo - decorrentes, não se pode esquecer, da inobservância das normas que regulam o contrato de trabalho -, tenha passado o empregado a ter condições financeiras de suportar os honorários advocatícios. Assim, mesmo que haja responsabilidade pelos honorários decorrentes de sua sucumbência, a exigibilidade da verba não pode estar atrelada à percepção dos créditos trabalhistas, já que se trata de verba alimentar de que o trabalhador se vale para sua manutenção.

Neste cenário, imperioso conceder ao dispositivo consolidado mencionado interpretação conforme a Constituição, no intuito de restringir o pagamento dos honorários advocatícios às verbas que não sejam estritamente salariais, o que, por decorrência lógica, repele a arguição de inconstitucionalidade afirmada pelo demandante.

A interpretação literal do artigo levaria, indubitavelmente, à ofensa ao princípio da isonomia processual (artigo 5.º, caput, da CF), por estabelecer, no tocante à exigibilidade dos honorários advocatícios ao litigante beneficiário da justiça gratuita, tratamento discriminatório para o processo do trabalho, com tutela diferenciada processual e em patamar diverso do previsto no processo civil, justamente em uma seara que visa efetivar direitos sociais trabalhistas, numa relação já marcada por uma desigualdade estrutural entre as partes.

Avive-se que não se olvida que os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, mas, de igual forma, não se deve deixar de sopesar que a mesma premissa normativa, que estabelece o direito dos advogados de que seus honorários não sejam reduzidos para pagamento de débitos das partes, seja utilizada aos créditos trabalhistas, de natureza alimentar.

Sobre o assunto, cita-se o voto proferido pelo Exmo. Min. Luís Roberto Barroso, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI n.º 5766, atualmente em trâmite no Supremo Tribunal Federal - STF, no sentido de que o pagamento dos honorários advocatícios pelo beneficiário da gratuidade judiciária, no âmbito da Justiça do Trabalho, deve incidir unicamente sobre verbas não alimentares, a exemplo de indenizações por danos morais, coadunando-se com a disciplina prevista no artigo 833, IV, do Código de Processo Civil, segundo o qual são impenhoráveis "os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2º".

Com efeito, no afã de manter a coesão interpretativa do ordenamento jurídico, impõe-se a conclusão de que não é possível a compensação de créditos alimentares trabalhistas do reclamante para o pagamento de honorários advocatícios.

Por oportuno, cita-se julgado de relatoria do Desembargador Ricardo Luís Espíndola Borges, integrante desta Primeira Turma, que bem definiu:

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. SUCUMBÊNCIA

DO AUTOR. APLICAÇÃO DO ART. 791-A DA CLT. INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO. Havendo a demanda sido ajuizada após a vigência da Lei n. 13.467/17, é devido o pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, em virtude da sucumbência do obreiro - beneficiário da gratuidade judiciária, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. Contudo, impõe-se realizar uma interpretação conforme à Constituição do citado dispositivo, a fim de que sua aplicação se amolde ao postulado constitucional da isonomia, devendo o pagamento da verba honorária incidir unicamente sobre verbas não alimentares, a exemplo de indenizações por danos morais, coadunando-se com a disciplina prevista no art. 833, IV, do CPC, a fim de evitar um verdadeiro tratamento discriminatório do empregado, cujos direitos de natureza salarial foram sonegados durante o vínculo trabalhista. (TRT 21ª Reg., 1ª Turma, RO 0000781-62.2017.5.21.0019; Rel. Des. Ricardo Luís Espíndola Borges; DEJT n.º 2535/2018 de 08.08.2018).

Por fim, quanto ao pedido de redução para 5% dos honorários sucumbenciais, a fixação da verba no patamar mínimo requerido pelo reclamante demandaria considerar que o presente feito teria reduzido patamar de complexidade e exigência de dedicação e zelo profissional, conforme parâmetros estipulados no artigo 791-A, §2.º, da Consolidação das Leis do Trabalho, acima transcrito. Todavia, esse contexto não se amolda ao processo em análise, que exigiu apreciação de vasta documentação e realização de audiência de instrução com oitiva de testemunhas, pelo que é razoável a fixação dos honorários em 10% sobre o valor da causa.

Por tudo o que foi dito, considerando a legislação regente da matéria e, sobretudo, a necessidade de que seja realizada interpretação conforme a Constituição ao dispositivo citado, deve ser mantida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais ao advogado da reclamada, ressalvando-se, todavia, que só é admitido o pagamento da parcela por meio dos recursos provenientes de verbas de natureza não alimentar.

Ante o exposto, conheço dos recursos; nego provimento ao recurso do reclamante; e dou parcial provimento ao recurso da reclamada para, excluindo a condenação ao pagamento de repousos semanais remunerados e reflexos, julgar improcedente a reclamação. Não remanescendo sucumbência da reclamada, os honorários advocatícios são devidos pelo reclamante, no percentual de 10% sobre o valor da causa, que permanecem sob condição suspensiva, só sendo admitido o pagamento da parcela por meio dos recursos provenientes de verbas de natureza não alimentar, nos termos da fundamentação. Inversão do ônus processual de pagamento de custas, porém dispensadas, por ser o demandante beneficiário da justiça gratuita.

(...)"

No que tange à insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, visto que a ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.

Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.

Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF.

Examino.

Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.

Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-1000410-36.2018.5.02.0323

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	EDSON GOMES DA SILVA
Advogado	Dr. Ricardo de Sousa Lima(OAB: 187427/SP)
Recorrido	HAGANÁ SEGURANÇA LTDA.
Advogada	Dra. Claudinéia Martines Mendonça Ribeiro(OAB: 141960/SP)
Recorrido	ETILUX IND E COMERCIO LTDA
Advogado	Dr. Albino Ossamu Oshiyama(OAB: 65602/SP)
Advogado	Dr. José Vanderlei Kemp(OAB: 52248/SP)
Advogado	Dr. Flávio Calichman(OAB: 154261-A/SP)
Advogado	Dr. Ibraim Calichman(OAB: 12273/SP)
Recorrido	CONDOMINIO ALEGRIA
Advogado	Dr. Diego Gomes Basse(OAB: 252527-A/SP)
Recorrido	TRANSGLOBAL NORTE TRANSPORTES LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- CONDOMINIO ALEGRIA
- EDSON GOMES DA SILVA
- ETILUX IND E COMERCIO LTDA

- HAGANÁ SEGURANÇA LTDA.
- TRANSGLOBAL NORTE TRANSPORTES LTDA

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que negou provimento ao recurso ordinário, mantendo a sentença quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA".

Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.

A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).

À análise.

O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.

Inicialmente, cumpre salientar que o acórdão regional não emitiu tese a respeito da condenação a honorários periciais, apenas quanto aos honorários advocatícios sucumbenciais. Ambos não se confundem, possuindo fundamento legal diverso.

Desta forma, caberia à parte a provação do Tribunal Regional para que este se pronunciasse expressamente a respeito do tema, na forma em que dispõe a Súmula 297, II, do TST, a fim de que a tese fosse prequestionada. Assim não procedendo, a matéria encontra-se preclusa.

Eis os termos do acórdão recorrido:

"(...)

Honorários advocatícios sucumbenciais

Alega o reclamante não ser devida a sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, eis que beneficiário da justiça gratuita. Argui a inconstitucionalidade dos dispositivos da Lei n. 13.467/2017 que versam sobre os honorários advocatícios.

Sem razão.

Segundo o artigo 14 do CPC/2015, a lei processual tem efeito imediato e geral, aplicando-se aos processos pendentes, respeitados o direito adquirido, ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Assim, as regras de natureza processual são aplicadas a partir da entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017 (11/11/2017).

A presente ação foi ajuizada em 20/04/2018, portanto, quando já em vigor a Lei nº 13.467/2017. Assim, aplicável à hipótese o artigo 791-A, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Nesse mesmo sentido estabelece a Instrução Normativa nº 41/2018, editada pelo C. TST, em seu artigo 6º:

"Na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais, prevista no art. 791-A, e parágrafos, da CLT, será aplicável apenas às ações propostas após 11 de novembro de 2017 (Lei nº 13.467/2017). Nas ações propostas anteriormente, subsistem as diretrizes do art. 14 da Lei nº 5.584/1970 e das Súmulas nos 219 e 329 do TST."

In casu, sendo o autor sucumbente, correta a sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.

Não há, ainda, que se considerar que a condenação do beneficiário da justiça gratuita ao pagamento de honorários advocatícios seja incompatível com os parâmetros constitucionais de acesso à Justiça ou de garantia de assistência judiciária integral. A própria norma prevê que não tendo crédito para suportar o pagamento dos honorários sucumbenciais, ficará a parcela sob condição suspensiva de exigibilidade.

Rejeito, assim, a arguição de inconstitucionalidade do art. 791-A, da CLT.

Mantenho.

(...)"

No que tange à insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, visto que a ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.

Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.

Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, LXXIV, da CF.

Examino.

Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.

Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-1000435-72.2019.5.02.0013

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	JOSE VALDIR DO NASCIMENTO SILVA
Advogado	Dr. Roberto Hiromi Sonoda(OAB: 115094/SP)
Recorrido	C & P ENGENHARIA DE INSTALACOES LTDA.

Advogado	Dr. Sérgio Fonseca(OAB: 143446/SP)
Recorrido	CERTEK CONSTRUTORA LTDA
Advogado	Dr. Roberto Cardone(OAB: 196924-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- C & P ENGENHARIA DE INSTALACOES LTDA.
- CERTEK CONSTRUTORA LTDA
- JOSE VALDIR DO NASCIMENTO SILVA

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que negou provimento ao recurso ordinário, mantendo a sentença quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA".

Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.

A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).

À análise.

O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.

Eis os termos do acórdão recorrido:

"(...)

2.2 - Dos honorários advocatícios de sucumbência

O fato da parte ser beneficiário da justiça gratuita não a exime do ônus da sucumbência, devendo responder pelo pagamento da verba honorária (CLT, art. 791-A, § 4º).

Aqui, oportuno trazer à baila escólio de Raphael Miziara esclarecendo que: "o benefício da justiça gratuita não se constitui na isenção absoluta das custas e dos honorários, mas, sim, na desobrigação de pagá-los enquanto perdurar o estado de carência econômica do necessitado, propiciador da concessão deste privilégio" (Novidades em torno do benefício da justiça gratuita na CLT reformada e o ônus financeiro do processo. Revista LTR, vol. 81, nº 10, outubro de 2017, p. 1213).

Registre-se, ainda, que não se vislumbra inconstitucionalidade de norma contida no artigo 791-A da CLT. Aliás, o recorrente não demonstrou minimamente qualquer incompatibilidade entre normas daquele artigo e da Constituição da República, pois se limitou a mencionar entendimento elaborado pela ANAMATRA e que, não obstante respeitável, nem sequer consubstancia jurisprudência, esta sim uma fonte formal mediata do Direito.

A previsão de utilização do crédito trabalhista de beneficiário da justiça gratuita para custear as obrigações decorrentes da respectiva sucumbência veio atender à necessidade premente no Processo do Trabalho, de desencorajar ações temerárias e pedidos temerários decorrentes da até então completa ausência de ônus financeiro para quem fazia tais postulações sob o pálio da justiça gratuita. É o que se extrai, inclusive, do parecer do Relator do Projeto de Lei da Câmara nº 6.787/2016, do qual se originou a cognominada reforma trabalhista, Lei 13.467/2017, assim redigido para justificar a inclusão do artigo 791-A na CLT:

"A ausência histórica de um sistema de sucumbência no processo do trabalho estabeleceu um mecanismo de incentivos que resulta na mobilização improdutiva de recursos e na perda de eficiência da Justiça do Trabalho para atuar nas ações realmente necessárias. A entrega da tutela jurisdicional consiste em dever do Estado, do qual decorre o direito de ação. Todavia trata-se de dever a ser equilibrado contra o impulso da demanda temerária. Pretende-se com as alterações sugeridas inibir a propositura de demandas baseadas em direitos ou fatos inexistentes. Da redução do abuso do direito de litigar advirá a garantia de maior celeridade nos casos em que efetivamente a intervenção do Judiciário se faz necessária, além da imediata redução de custos vinculados à Justiça do Trabalho. Além disso, o estabelecimento do sistema de sucumbência coaduna-se com o princípio da boa-fé processual e tira o processo do trabalho da sua ultrapassada posição administrativista, para aproximá-lo dos demais ramos processuais, onde vigora a teoria clássica da causalidade, segundo a qual quem é sucumbente deu causa ao processo indevidamente e deve arcar com os custos de tal conduta."

(BRASIL. Câmara dos Deputados. Parecer nº 2, de 25/4/2017, do Relator Deputado Rogério Marinho ao PL 6.787/2016 da Câmara. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_pareceres_substitutivos_votos?idProposicao=2122076; Acesso em 17/7/2018; grifo nosso)

Portanto, a inovação legislativa, de constitucionalidade presumida como acontece com qualquer norma legal, teve por escopo dotar o Processo do Trabalho de benéfico mecanismo para desestimular demandas com nítido excesso na formulação dos pedidos, como rotineiramente ocorre nesta Justiça especializada.

Cumpre registrar que a ação do reclamante foi processada e que as respectivas pretensões foram julgadas, sem nenhum obstáculo, de modo que não houve qualquer obstrução ao seu direito de acesso à Justiça, apenas imposição de obrigação decorrente da sua sucumbência, como também ocorre nas lides de competência da Justiça Comum inclusive com beneficiários da justiça gratuita, não havendo que se falar em afronta à isonomia, tampouco à garantia de assistência jurídica integral e gratuita que pressupõe um fazer estatal, um comportamento ativo, ou seja, a prestação de uma atividade, e não uma isenção absoluta de despesas processuais. Mantém-se a condenação na verba honorária.

Nego provimento ao recurso.

(...)"

No que tange à insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, visto que a ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.

Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.

Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF.

Examino.

Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-1001049-81.2018.5.02.0702

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	RAFAEL DE FRANCA
Advogado	Dr. Luiz Gustavo Lima Leite(OAB: 312246-A/SP)
Recorrido	LOCAWEB SERVIÇOS DE INTERNET S.A.
Advogado	Dr. Márcio Stulman(OAB: 149214/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- LOCAWEB SERVIÇOS DE INTERNET S.A.
- RAFAEL DE FRANCA

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que negou provimento ao recurso ordinário, mantendo a sentença quanto aos temas "HORAS EXTRAS" e "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA".
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto apenas em relação ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Inicialmente, cumpre salientar que a decisão de admissibilidade do presente recurso de revista é posterior a 15/4/2016, portanto, segue a nova sistemática processual estabelecida por esta Corte Superior a partir do cancelamento da Súmula 285/TST e da edição da Instrução Normativa 40/TST.
Assim, tem-se que é ônus da parte impugnar, mediante a interposição de agravo de instrumento, os temas constantes do recurso de revista que não foram admitidos, sob pena de preclusão.
No caso, verifica-se que a parte deixou de interpor agravo de instrumento em face da decisão do Tribunal Regional que não admitiu o seu recurso de revista quanto aos temas "HORAS EXTRAS", razão por que fica inviabilizada a análise do apelo em relação a tais matérias, ante a preclusão.
Eis os termos do acórdão recorrido:
"(...)
b) Honorários advocatícios e custas - beneficiário da justiça gratuita
Insurge-se o reclamante contra a sentença que o condenou ao pagamento de honorários advocatícios e custas processuais. Aduz que tais institutos são incompatíveis com a concessão do benefício da justiça gratuita e a inconstitucionalidade da Lei 13.467/2017.
Pois bem.
Carece de interesse o recorrente no que tange às custas processuais, pois assim constou no julgado primário:
"Custas pelo reclamante, na base de 2%, calculadas sobre o valor dado à causa de R$ 654,16, das quais fica dispensada em razão de sua insuficiência econômica" (fl. 194) (g.n).
Por outro lado, a presente demanda foi ajuizada em 31/08/2018, após, portanto, o início de vigência da Lei 13.467/2017, em 11/11/2014, que alterou a sistemática da sucumbência no processo do trabalho com a inserção do artigo 791-A na CLT. Logo, são devidos os honorários advocatícios sucumbenciais, não havendo o que reparar. Também não é o caso de redução do percentual arbitrado, eis que observados os critérios previstos no §2º do citado dispositivo legal.
Por fim, destaque-se que o Ministério Público Federal, na pessoa do Procurador Geral da República, ingressou com a ADI n. 5766, na qual se discute entre outras, a inconstitucionalidade do artigo 791-A da CLT. Não há, ainda, decisão definitiva do Plenário do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria, com o que permanecem hígidos os efeitos do referido dispositivo celetista.
Nada a reparar.
(...)"
No que tange à insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, visto que a ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIV, da CF.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, XXXVLV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0001427-55.2012.5.01.0035

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	LIQ CORP S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogada	Dra. Gilda Elena Brandão de Andrade D'Oliveira(OAB: 35271/RJ)
Advogado	Dr. Cristiano de Lima Barreto Dias(OAB: 92784/RJ)
Recorrente	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	Dr. Cristóvão Tavares de Macedo Soares Guimarães(OAB: 77988/RJ)
Recorrido	VIVIANE CRISTINA QUIRINO
Advogado	Dr. Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):
- BANCO ITAUCARD S.A.
- LIQ CORP S.A.
- VIVIANE CRISTINA QUIRINO

O TRT deu seguimento aos recursos de revista dos reclamados.
A reclamante apresentou contrarrazões.
Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, § 2°, do RITST).
Examino.

RECURSO DE REVISTA DOS RECLAMADOS LIQ CORP S.A (ATUAL DENOMINAÇÃO DA CONTAX) E BANCO ITAUCARD S.A - MATÉRIAS COMUNS

1 - TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DO ARE-791.932-DF. TEMA 739 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. TESE FIRMADA NOS AUTOS DA ADPF 324 E DO RE-958.252-MG, TEMA 725 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL. IMPOSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DIRETO
1.1-Conhecimento

Consta do acórdão:

Eis os termos da decisão agravada:

A - NULIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO COM A RECORRENTE - ENQUADRAMENTO COMO BANCÁRIO
A 1ª reclamada afirma, em suma, que: restou "incontroverso nos autos que o serviço prestado pela ora recorrente e contratado pela tomadora de serviços é o de call center, ou seja, teleatendimento"; a "prova oral produzida comprovou que tais atividades de teleatendimento se restringiam ao cartão de crédito administrado pela segunda reclamada e consistiam em 'aumentar e diminuir o limite, conforme autorização já constante no sistema', 'não tinha acesso à movimentação bancária dos clientes', etc., e, como dito acima, os atendimentos estavam adstritos ao sistema de computador, não tendo os teleoperadores autonomia para mudanças, conforme corroborado com o depoimento da testemunha indicada pelo autor constante à fl."; "a terceirização em tela é lícita"; "a própria autora confessou que se reportava ao supervisor da primeira ré, pelo que se verifica a inexistência de subordinação direta"; "não há porque uma empresa como um Banco ou uma Operadora de Cartões se desvirtue de sua atividade-fim para prestar serviços de atendimento ao cliente, optando por contratar a recorrente, empresa que é especialista no ramode teleatendimento, que tem pessoal treinado para esta atividade"; ademais, a "Resolução n° 3.110 do Banco Central estabelece a contratação lícita dos serviços de banco, o que também impõe a improcedência do pedido de vínculo com a segunda ré ante ao preconizado no artigo I, inciso IX da referida resolução do Banco Central"; em desfavor da condenação há, ainda, o disposto na O. J. n° 379 do c. TST"; "demais disso, não restaram preenchidos os pressupostos do artigo 3° Consolidado em relação à segunda reclamada, ou seja, pessoalidade, onerosidade e, especialmente, a subordinação jurídica, sem os quais não é possível o pretendido vínculo de emprego"; dessa forma, "não se pode cogitar de eventual reconhecimento de relação de emprego com o segundo réu, sob pena de violação frontal, entre outros, ao princípio da legalidade previsto no art. 5º, II, da CF/88 e, principalmente, ao art. 3º da CLT"; "outrossim, a recorrida jamais exerceu atividades primárias ou típicas de banco..., pelo que merece ser rechaçado o enquadramento na categoria dos bancários deferido pela r.sentença e as consequentes vantagens dessa categoria"; portanto, deve ser "reformada a r. sentença, para que seja julgado improcedente o pedido principal de nulidade do contrato com a recorrente, bem como de vínculo de emprego com a segunda ré, anotação da CTPS, enquadramento como bancário, aplicação das normas coletivas dos bancários e todos os demais pedidos daí decorrentes".
O 2º reclamado, por sua vez, aduz, em síntese, que: a autora "prestava seus serviços dentro das dependências de sua real empregadora, a V ré, 'sob a supervisão dos empregados de sua real empregadora, a 1a ré", "prestando serviços exclusivamente ligados a atividade-fim de sua ex-empregadora, de repasse de informações para os clientes do ora recorrente"; que ela jamais foi sua empregada; o "depoimento da autora corrobora em sua totalidade com os fatos narrados pela recorrente em sua peça de bloqueio"; "logo, impossível o seu reconhecimento como bancária"; a "segunda ré é mero cliente da empresa de Telemarketing, que lhe presta os serviços, aliás, em sua própria sede, assim como jamais recebeu

ordens de qualquer empregado ou preposto seu"; "não há como se falar em subordinação estrutural, ao contrário do que afirma a decisão de primeiro grau"; o "fato da prestação dos serviços da autora ser em favor do Banco Itaucard nem de longe poderia caracterizá-la como bancária"; "as atividades exercidas pela recorrida também não se confundiam com o objeto social, com a atividade-fim do recorrente"; assim, deve ser dado provimento ao recurso, "a fim de que seja julgado improcedente o pedido de vínculo empregatício com o recorrente, e consequentemente sejam julgados improcedentes os pedidos que tem como fundamento as normas coletivas dos bancários"; "caso superadas todas as questões acima aduzidas, deve ser observado o que dispõe a Lei 4.595/64, especificamente nos artigos 9º, 4º, VI e VII, 17 e 18"; a "Contax não é uma instituição financeira e não se confunde com uma"; ademais, o Banco Central prevê e autoriza a contração de sociedades prestadoras de serviços de análise de crédito, cobrança e promoção de vendas pelas sociedades financeiras; "as sociedades constituídas e organizadas para a prestação de serviços.., a outras sociedades, inclusive financeiras..., integram a categoria econômica especificamente prevista no quadro de enquadramento sindical dos 'agentes autônomos de comércio e empresas de assessoramento, perícias, informações e pesquisas"; "seus empregados integram a respectiva categoria profissional do Sindicato dos trabalhadores em empresas de telecomunicações, transmissão de dados e correio eletrônico, telefonia móvel celular, serviços troncalizados de comunicação, rádio chamada, telemarketing, projeto, construção, instalação e operação de equipamentos e meios físicos de transmissão de sinal, similares e operadores de mesas telefônicas"; "para este sindicato é que é descontada a contribuição sindical a ele devida e o acordo coletivo entre eles assinado é que tem aplicação"; "a reclamante não é bancária nem financiária..., resultando improcedentes os pedidos que tenham a absurda premissa de ser a autora bancária".

A decisão recorrida reconheceu a nulidade do contrato de trabalho formalmente celebrado com a 1ª reclamada e a existência do vínculo de emprego diretamente com o 2º reclamado, bem como o enquadramento da reclamante na categoria profissional de bancário "correspondente à categoria econômica do 2º Réu, referentes ao pessoal de escritório, no período de 12.07.07 a 14.02.12". Por conseguinte, condenou as reclamadas ao pagamento das parcelas inerentes à categoria bancária. Argumentou o MM. Juízo a quo que "os serviços prestados pelo Reclamante estão intimamente ligados ao sistema organizacional do Banco"; tanto assim, "que o 2º Reclamado possui apenas 03 empregados no Rio de Janeiro para fiscalização de contratos e isso há cerca de um ano e meio (vide depoimento do preposto do 21 Réu às 464); que todas as tarefas eram executadas no sistema do 2º Réu (depoimento da testemunha Vanessa de fls. 465)".

O recurso prospera em parte.

Em regra, empregador é aquele que, quando satisfeitos os pressupostos caracterizadores da relação de emprego, beneficia-se da força de trabalho alheia, constituindo exceção a contratação de empregados por empresa ou pessoa interposta.

Todavia, tornou-se viável, para atender a demandas especiais de mercado, bem como ao processo de horizontalização do modelo de empresa, a terceirização de mão de obra, sendo certo que seu campo de incidência é restrito: limpeza e conservação, vigilância e específicas funções ligadas à atividade-meio do tomador de serviço, desde que inexistentes a pessoalidade e a subordinação direta.

Porém, e isso deve ser ressaltado, a prestação de serviços, por interposta pessoa, continua sendo exceção à regra, ao menos à luz do direito posto.

No caso em apreço, a reclamante afirma, a fls. 04 do libelo, que, durante todo o lapso temporal de vigência do pacto laboral que manteve com a primeira ré, prestou serviços ligados à atividade-fim do segundo réu, tais como os de "efetuar pagamento de contas, cálculo manual de juros, encargos e multas; parcelamento de faturas, concedia crédito pessoal; efetuava venda de seguros; efetuava estornos diversos na conta/fatura do cartão de crédito; aumento e diminuição de limite de crédito; alteração de dados cadastrais; concedia descontos de despesas antecipadas com juros; efetuava alterações de vencimentos; prorrogação de vencimentos; bloqueio e desbloqueio de cartões; fazia ordem de pagamento para o Banco Itaú ou ordem de transferência para conta corrente dos clientes da 2ª reclamada; venda de cartões de crédito, dentre outras funções típicas de atividades bancárias".

A testemunha inquirida, Vanessa Lopes, que também fazia atendimento receptivo, assim como a reclamante, e que trabalhava na mesma equipe desta, disse que "caso necessário solicitava os dados das contas para efetuar devolução dos créditos; ... que seu atendimento consistia em desbloqueio de cartão de crédito, emissão de 2ª via de cartão e de fatura, inclusão de cartão adicional; bloqueio por perda do cartão, protesto de não reconhecimento de compra, devolução de saldo credor, alteração cadastral e venda de seguros, redução e aumento de limite do cartão, estouro de débitos referentes a multas e juros; que poderia alterar a data de vencimento do cartão; que fazia as alterações e não apenas a solicitava; que finalizava os atendimentos; que trabalhava do sistema do 20 reclamado" (fls. 465).

O preposto da 1ª ré disse, por sua vez, que a autora "poderia abrir solicitações do cliente e fazer alterações de dados cadastrais" (fls. 469).

Logo, como se vê, restou demonstrado, através da prova oral, que a obreira foi contratada por empresa interposta para laborar na atividade-fim daquele que era beneficiário do seu trabalho, o que faz emergir o contrato de trabalho diretamente com o tomador, por imposição legal do disposto nos arts. 2º e 3º, da CLT.

Qualquer tentativa de fraude é nula de pleno direito, na medida em que o reconhecimento da relação empregatícia constitui matéria de ordem pública, inafastável pela vontade - ou artifício - das partes (art. 9º, da CLT).

Nos mencionados dispositivos legais, encontram-se alicerçados os pilares para que se reconheça diretamente o vínculo empregatício com o tomador dos serviços, considerado o princípio da primazia da realidade.

Neste sentido, está pacificada a jurisprudência do c. TST, sedimentada na Súmula n° 331, inciso I.

Patente, portanto, o intuito de burlar a legislação trabalhista, com a tentativa de descaracterizar os elementos informadores da existência do vínculo de emprego - pessoalidade, remuneração, não eventualidade e subordinação.

In casu, ante o afirmado retro, afigura-se desnecessário indagar a existência dos elementos caracterizadores da relação de emprego entre o segundo reclamado e a reclamante para o reconhecimento do vínculo empregatício. Irrelevante não estar a autora diretamente subordinado aos empregados Banco Itaucard.

Verificado que os serviços prestados por trabalhador de empresa interposta está ligado à atividade-fim, estará vedada a terceirização, sob pena de se permitir que a empresa funcione sem a presença de empregados, mas apenas por prestadores de serviços de empresa interposta.

Do contrário, estar-se-ia validando e promovendo a precarização dos direitos trabalhistas, em afronta aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da busca do pleno emprego

(CRFB, arts. l, inc. III, e 170, Inc. VIII).

No caso em exame, inclusive, deve ser visto que, interrogado, o preposto do 2ª réu admitiu que "a maioria dos empregados da 2ª reclamada trabalham em São Paulo; que as lojas do 2º reclamado fecharam em meados de 2012; que os empregados da 2ª reclamada que trabalham no Rio de Janeiro estão deslocados apenas para fiscalização dos contratos do 2º reclamado com as empresas prestadoras de serviços; que há um polo administrativo do 2º reclamado em São Cristóvão na Rua São Luiz Gonzaga, 83; que neste local trabalham: Fernanda, Janaína e César, empregados do 2º réu; que trabalham apenas na fiscalização dos contratos" (fls. 464).

Como se não bastasse, a República Federativa do Brasil tem por objetivo fundamental a erradicação da pobreza e da marginalização, bem como a redução das desigualdades sociais e regionais, conforme inc III, do art. 3º, da Carta Magna.

A terceirização nessas situações, traz, em seu bojo, o que MAURÍCIO GODINHO DELGADO denominou de subordinação estrutural, caracterizada como aquela que se manifesta pela inserção do trabalhador na dinâmica do tomador de seus serviços, independentemente de receber (ou não) suas ordens diretas, mas acolhendo, estruturalmente, sua dinâmica de organização e funcionamento (Direitos fundamentais na relação de trabalho, Revista do Ministério Público do Trabalho, Brasília, ano XVI, n. 31, março de 2006, fls. 45/46).

Com efeito, estabelece o art. 17, da Lei n04.595/64, que regula o Sistema Financeiro Nacional, verbis: (...) No caso vertente, o tomador de serviço, segundo reclamado - Banco Itaucard -' integrante da Itaú Holding, como é de conhecimento público e notório, é uma empresa de administração de cartão de crédito e, como tal, à evidência, exerce atividade de intermediação e de aplicação de recursos financeiros de terceiros, efetua empréstimos de dinheiro, capta recursos para financiamento de bens móveis e celebra contratos de financiamento com bancos, autorizado pelos seus clientes.

Logo, em que pese a Lei Complementar n° 105/2001, em seu art. 1, § 1º , tenha equiparado as administradoras de cartão de crédito a instituições financeiras apenas para efeitos de sigilo bancário, nos termos do art. 17, da Lei n° 4.595/64, supratranscrito, não resta dúvida de que o segundo reclamado, por ser uma empresa administradora de cartão de crédito, é uma instituição financeira. Neste sentido, a Súmula n° 283, do c. STJ, in verbis: "As empresas administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras e, por isso, os juros remuneratórios por elas cobrados não sofrem as limitações da Lei de Usura." Convém salientar, por oportuno, que a Resolução n° 3.110/2003, com as alterações promovidas pela Resolução n° 3.156/2003, do Banco Central do Brasil, limita-se a autorizar, conforme dispõe o seu art. 1º, "a contratação, por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de empresas, integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional, para o desempenho das funções de correspondente no País," com vistas à prestação dos seguintes serviços: (...) Ainda que as atividades da autora estivessem incluídas nos serviços acima relacionados, a mesma norma do Banco Central é categórica ao prever "a total responsabilidade da instituição financeira contratante sobre os serviços prestados pela empresa contratada" (art. 2º inc. 1). Ou seja, a norma emitida pelo Banco Central do Brasil limita-se a regular a contratação de correspondente, não regulando a terceirização do pessoal envolvido - até porque referida autarquia não tem esta competência.

Ademais, como revelado pela prova testemunhal, as atividades realizadas pela reclamante extrapolam aquelas autorizadas pelo Banco Central do Brasil, nos termos referidos anteriormente.

Por outro lado, Resoluções do Banco Central que porventura autorizem as instituições bancárias a contratar os serviços de empresas especializadas em determinadas atividades, ainda que possuam força regulamentar, não podem ser contrárias à lei, nem devem servir de via transversa e estímulo à fraude, sob pena de ferir a competência da União de legislar sobre o direito do trabalho. As normas do Banco Central também não terão o poder de restringir ao Judiciário Trabalhista sua atribuição constitucional de reconhecer a existência de vínculo de emprego entre empregador e trabalhador. Por certo, não foi e nem é este o objetivo do Banco Central.

In casu, as atividades desenvolvidas pela reclamante são financeiras, o que permite o seu enquadramento profissional na categoria (dos financiários, beneficiando-se, por esta razão, das normas coletivas relativas a esta categoria e da jornada reduzida, prevista no art. 224, da CLT (Súmula n° 55, do c. TST).

Aplicável, ao caso em liça, a Súmula n° 27, deste Regional, que dispõe:

(...)

Acresce sinalar que a categoria profissional do trabalhador é definida pela atividade-fim da empresa empregadora.

De acordo com o art. 581, da CLT, o enquadramento sindical tem como base a atividade desenvolvida pela empresa (se mais de uma, a atividade preponderante).

Desse modo, se o segundo reclamado exerce atividade financeira, seus empregados são financiários.

Nesse diapasão, cabe transcrever, ainda, o decidido nos autos do processo n.° 0129400-04.2009.5.01.0033 - RO (DOERJ de 14/03/2013), da lavra desta 1a Turma, tendo, como relator, o Exmo. Desembargador Federal do Trabalho Gustavo Tadeu Alkmim, que, analisando questão idêntica, onde figuram no polo passivo da relação processual as mesmas empresas demandadas neste processo, também chegou a mesma conclusão, verbis:

(...)

Assim sendo, afigura-se correta a sentença que concluiu que a contratação da reclamante através da empresa interposta se deu de forma fraudulenta, reconhecendo a nulidade do contrato de emprego havido com a primeira ré - CONTAX S.A, bem como o vínculo de emprego com o 2º reclamado.

Nada obstante, deve ser afastado o enquadramento da autora como bancária e observado o seu enquadramento como financiária, com o pagamento dos direitos previstos nas normas coletivas juntadas aos autos, relativas a tal categoria, nos limites do pedido, observada a prescrição parcial.

Quanto a esse aspecto, pois, reforma-se o julgado.

Registre-se que a existência de fraude ou conluio interempresarial autoriza, nos termos do art. 927 do Código Civil c/c art. 8º da CLT, o reconhecimento de responsabilidade solidária.

Respondem, desta forma, os reclamados, de forma solidária, pela totalidade dos direitos reconhecidos à demandante.

Dou parcial provimento.

Nas razões de recurso de revista, a parte reclamada sustenta, em síntese, ser indevido o reconhecimento do vínculo de emprego direto com o tomador de serviços, com fundamento de que a contratação de serviços terceirizados é permitida, inclusive para as atividades-fim da empresa.

Aponta violação do art. 3º, da CLT bem como contrariedade à Súmula 331/TST. Colaciona arestos.

Ao exame.

No caso dos autos, o Tribunal Regional entendeu pela ilicitude da terceirização de serviços firmada entre as reclamadas, pelo reconhecimento do vínculo de emprego diretamente para com o

tomador dos serviços e pela condenação ao pagamento das parcelas trabalhistas daí decorrentes.

Esta Corte Superior, inclusive esta Turma, com fundamento nos princípios que norteiam o Direito do Trabalho, adotava o entendimento de que o ordenamento jurídico pátrio não autorizava a terceirização de forma ampla e irrestrita da atividade-fim empresarial. Assim, nos termos do item I da Súmula 331/TST, decidia pela ilicitude da terceirização e, consequentemente, pelo reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços.

Contudo, a Suprema Corte, em regime de repercussão geral, consolidou a tese jurídica no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", afastando, assim, a configuração da relação de emprego com o tomador dos serviços. Além disso, em 11/10/2018, no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 791.932, com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão publicado no DJE de 6/3/2019 e transitado em julgado em 14/3/2019, reafirmou o seu entendimento de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada".

Fixou, então, a tese jurídica de que "é nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC".

Ressalta-se que, a partir de 30/8/2018, é de observância obrigatória aos processos judiciais em curso ou pendentes de julgamento a tese jurídica firmada pelo e. STF no RE n.º 958.252 e na ADPF n.º 324.

Nesse sentido, cito precedentes da SBDI-1 desta Corte seguindo o entendimento vinculante do STF:

AGRAVO INTERNO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SOBRESTAMENTO. "TERCEIRIZAÇÃO". OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO. NÃO APLICAÇÃO DO ART. 94, II, DA LEI 9.472/97. REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. 1. Trata-se de agravo interno interposto em face da decisão da Vice-Presidência do TST por meio da qual foi determinado o sobrestamento do recurso extraordinário com base em precedente de repercussão geral em julgamento, na forma do art. 1.030, III do CPC. 2. O Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Recurso Extraordinário com Agravo nº 791.932/DF, concluiu que há repercussão geral na questão relativa à ofensa ao princípio da reserva de plenário, previsto no art. 97 da Constituição e na Súmula Vinculante 10, em face da recusa da aplicação, pelas instâncias de origem, do art. 94, II, da Lei 9.472/97 (Tema 739). 3. A abrangência do precedente, não limitada à atividade de call-center, restou assentada em diversos precedentes do Supremo Tribunal Federal, considerando-se, ainda, que os motivos determinantes da decisão tem como razão preponderante a invocação da Súmula 331 do TST como embasamento à recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/97, e possível violação constitucional daí decorrente. 4. Nesse sentir, ficam mantidos os fundamentos adotados pela decisão agravada, restando verificada, ainda, a manifesta inadmissibilidade do presente agravo, aplicando-se a multa prevista no § 4º do artigo 1.021 do atual CPC. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. (Ag-ED-RR-20109-09.2013.5.04.0401, Órgão Especial, Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 16/12/2018).

RECURSO DE EMBARGOS. REGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES TOMADORA DOS SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. 1. A eg. Sexta Turma não conheceu do recurso de revista, sob o fundamento de que se afigura ilícita a terceirização dos serviços de reparação e manutenção de linhas telefônicas, razão pela qual configurado o vínculo de empregado com a empresa tomadora de serviços. 2. Entretanto, a partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 3. Na espécie foi reconhecido o vínculo de emprego diretamente com a tomadora dos serviços (Telemar Norte Leste S.A.), em razão, exclusivamente, de as funções do reclamante serem inerentes à atividade-fim da concessionária do serviço de telecomunicações. 4. Assim, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do reclamante com a tomadora de serviços, revelando-se indevidas as obrigações inerentes aos empregados do contratante. Recurso de embargos conhecido e provido. (E-RR - 65400-93.2007.5.03.0005 Data de Julgamento: 24/10/2019, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 08/11/2019).

Nesse contexto, não há mais espaço para o reconhecimento do vínculo empregatício com o tomador de serviços sob o fundamento de que houve terceirização ilícita (ou seja, terceirização de atividade essencial ou finalística), ou, ainda, para a aplicação dos direitos previstos em legislação específica ou em normas coletivas da categoria profissional dos empregados da empresa contratante. Nesse sentido, cito jurisprudência desta Corte:

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. Ante as razões apresentadas pelo agravante, afasta-se o óbice oposto no despacho agravado. Agravo conhecido e provido. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. Decisão regional em que adotado o entendimento de que é ilícita a terceirização empreendida na atividade-fim do tomador dos serviços. Aparente violação do art. 5º, II, da CF, a ensejar o provimento do agravo de instrumento. Agravo de instrumento conhecido e provido. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 958.252. 1. O Tribunal Regional manteve a sentença quanto à ilicitude da terceirização, ao fundamento de que os serviços prestados estão inseridos na atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. 2. Não obstante o entendimento cristalizado na Súmula 331, I, do TST, no sentido de que "a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal,

formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário ", o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de repercussão geral, decidiu que " é lícita à terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Ressalto que, no caso, não há no acórdão regional qualquer registro concernente à existência de pessoalidade e/ou subordinação direta à tomadora dos serviços. Assim, torna-se inviável o reconhecimento da ilicitude da terceirização, não sendo tampouco possível o reconhecimento de isonomia com os empregados da empresa tomadora dos serviços. 4. Configurada a violação do art. 5º, II, da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10943-72.2016.5.03.0013, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 12/11/2021)

RECURSO DE REVISTA. VÍNCULO DE EMPREGO. BANCO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE. ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADPF 324 E RE 958.252. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. 1. A partir das premissas jurídicas fixadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, reputando lícita a terceirização de serviços, independentemente da natureza da atividade terceirizada, resulta superado o entendimento cristalizado na Súmula nº 331, I, deste Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de que a terceirização de atividade-fim, por si só, implicava o reconhecimento do vínculo de emprego do trabalhador com o tomador de serviços. 2. Na espécie, o Tribunal Regional reconheceu o vínculo de emprego entre a reclamante e um dos Bancos reclamados, somente em razão da prestação de serviços reputados eminentemente bancários. Nesse sentido, à luz do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal, afigura-se inviável o reconhecimento do vínculo de emprego da reclamante com a instituição financeira tomadora de serviços e a condição de bancário do trabalhador. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10823-70.2015.5.03.0043, 1ª Turma, Relator Ministro Walmir Oliveira da Costa, DEJT 02/02/2021)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO AUTOR NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/17. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. Compulsando-se os autos, verifica-se que o acórdão embargado, de fato, se pronunciou no sentido da não observância de pressuposto da regularidade formal inerente aos recursos de fundamentação vinculada (princípio da dialeticidade recursal). Todavia, em melhor análise, constata-se que a parte, nas razões do agravo, impugnou de forma específica e fundamentada o óbice erigido na decisão agravada, comportando, assim, a decisão embargada complementação. TERCEIRIZAÇÃO. TOMADORA DE SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. LICITUDE. APLICAÇÃO DA TESE FIXADA PELO STF. TEMA 725. REPERCUSSÃO GERAL. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, de Repercussão Geral, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Nesse contexto, porquanto superada a questão da ilicitude da terceirização - em conformidade com as decisões do STF -, resulta inviável o reconhecimento do vínculo de emprego do autor diretamente com o tomador de serviços. Embargos de declaração a que se dá provimento, para sanar os vícios apontados, sem, contudo, imprimir-lhes efeito modificativo. (ED-Ag-AIRR-11359-77.2015.5.01.0030, 1ª Turma, Relator Ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 16/11/2021).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Deixa-se de analisar a preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, nos termos do artigo 249, § 2º, do CPC/73 (artigo 282, § 2º, do atual CPC), por cogitar-se, no mérito , de possível decisão favorável ao reclamante. TERCEIRIZAÇÃO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS DE ENERGIA. PREVISÃO NO ARTIGO 25, § 1º, DA LEI Nº 8.987/95. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO, INCLUSIVE EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA DE SERVIÇOS. TESE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS AUTOS DA ADPF 324, DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EM REPERCUSSÃO GERAL ARE-791.932-DF (TEMA 739) E RE-958.252-MG (TEMA 725) E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE Nos 26 E 57, EM QUE SE DISCUTIA A CONSTITUCIONALIDADE DO CITADO DISPOSITIVO LEGAL. 1. Esta Corte firmou o entendimento de que a terceirização do serviço de eletricista, por se tratar de atividade-fim das empresas concessionárias de serviço de energia elétrica, era ilícita, com fundamento na Súmula nº 331, itens I e III, do TST. 2. Por outro lado, a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre "o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", como norma de Direito Administrativo, não foi promulgada para regular matéria trabalhista, devendo ser interpretada à luz dos princípios e das regras que norteiam o Direito do Trabalho, de modo a não esvaziar de sentido prático ou a negar vigência e eficácia às normas trabalhistas que, no País, disciplinam a prestação do trabalho subordinado e as próprias figuras do empregado e do empregador. Dessa forma, quando os órgãos fracionários dos Tribunais trabalhistas entendem que as relações laborais não são regidas pelo artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, não estão deixando de aplicar o dispositivo legal por considerá-lo inconstitucional. Assim, foi observado o disposto no artigo 97 da Constituição Federal e na Súmula Vinculante nº 10 e do STF. 3. Não obstante seja esse o entendimento deste Relator, curvo-me, com ressalva, à tese firmada na decisão proferida nos autos do ARE-791.932-DF (Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral), relatada pelo Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, in verbis: "É nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9.472/1997, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC" (DJe de 6/3/2019). 4. A Suprema Corte, em sessão realizada em 30/8/2018, no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252 (Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral), a respeito da terceirização prevista na Súmula nº 331 do TST, firmou a seguinte tese: "É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 5. Nos acórdãos proferidos nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade nºs 26 e 57, em que se discutia a constitucionalidade do artigo 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, relatados pelo Exmo. Ministro Edson Fachin, foi destacado: "no julgamento do Tema 739, ARE 791.932- RG, esta Corte, então instada a se manifestar sobre a inobservância da cláusula de reserva de Plenário e o disposto no art. 94, II, da Lei 9.472/1997, declarou a nulidade da decisão do órgão fracionário do

TST"; "a norma do diploma regulatório dos serviços de telecomunicações tem conteúdo idêntico ao objeto da presente ação direta de constitucionalidade". 6. A Suprema Corte, fazendo referência às teses fixadas no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252- RG (Tema 725), registrou que, tendo sido afastada a aplicação da Súmula nº 331 do TST "naquelas hipóteses, deve também aqui se estender o mesmo entendimento", concluindo que "o art. 25, § 1º, da Lei nº 8.987/1995, ao autorizar as concessionárias de serviço público a contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, alinha-se ao entendimento jurisprudencial atual e, reveste-se de constitucionalidade, devendo ter sua eficácia garantida e preservada". 7. Entretanto, a adoção da tese vinculante firmada pelo Supremo Tribunal Federal não impede o reconhecimento de vínculo de emprego entre o trabalhador terceirizado e a tomadora de serviços, quando comprovada a incidência dos artigos 2º, 3º e 9º da CLT ao caso em apreço, conforme decidiu a SbDI-1, nos autos do E-ED-RR-32900-51.2005.5.03.0002, em acórdão relatado pelo Exmo. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, firmando o entendimento de que há que reconhecer o "vínculo empregatício com a tomadora dos serviços, quando estiver nitidamente comprovada nos autos a presença dos requisitos do art. 3º da CLT, configurando desvirtuamento da terceirização de forma a disfarçar a existência de inequívoca relação de emprego com a tomadora". 8. Na hipótese dos autos, o Ministério Público do trabalho ajuizou ação civil pública contra a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (concessionária de serviços de energia elétrica) e a Santa Maria Participações S.A., a fim de impedir a terceirização de atividade-fim daquela. O Tribunal a quo, por entender pela ilicitude da terceirização dos serviços de leitura de medidores de energia elétrica ativa, reativa e de demanda, envio de faturas e documentos, suspensão do fornecimento de energia elétrica e religação procedida pela Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., confirmou a sentença pela qual essa última ré foi condenada a abster-se de terceirizar os citados serviços e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo . 9. Como o Supremo Tribunal Federal firmou tese, de natureza vinculante, considerando lícita a terceirização, não subsiste a condenação da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. "a abster-se de repassar a terceiros atividades-fins" e ao pagamento de indenização por dano moral coletivo (responsabilidade solidária da segunda ré). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-215900-88.2012.5.17.0141, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 12/11/2021).

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - PROVIMENTO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. Diante de potencial violação do art. 37, XIII, da Constituição Federal, merece processamento o recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ISONOMIA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. ATIVIDADE-FIM E ATIVIDADE-MEIO. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252/MG, com repercussão geral (tema 725), em sessão plenária do dia 30.8.2018, fixou teses, respectivamente, no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada" e que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 2. A licitude de terceirização de atividade-fim foi reafirmada, pelo Excelso Pretório, nos julgamentos subsequentes do ARE nº 791.932/DF, com repercussão geral (tema 739), em 11.10.2018, e da ADC nº 26, em 22.8.2019. 3. O caso dos autos é o decidido pelo STF, razão pela qual não é possível a aplicação analógica do art. 12, "a", da Lei nº 6.019/74 (OJ 383/SBDI-1/TST), com esteio na alegada ilicitude da terceirização. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-10166-80.2018.5.03.0025, 3ª Turma, Relator Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, DEJT 12/11/2021).

[...] RECURSOS DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014 E ANTERIOR À LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA. EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STF (TEMA 739 DE REPERCUSSÃO GERAL NO STF - ARE 791.932). TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA. O STF, no julgamento da ADC 26/DF, transitado em julgado em 18.09.2019, seguindo a tese firmada no ARE 791.932, em repercussão geral (Tema 739), declarou a constitucionalidade do art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995, que autoriza a terceirização de atividades por empresas concessionárias de serviço público, e, reiterando o entendimento exarado pelo Plenário do STF em 30.08.2018, no julgamento da ADPF-324 e do RE-958252, com repercussão geral (Tema 725), reconheceu a constitucionalidade do instituto da terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, afastando a incidência da Súmula 331 do TST. É necessário, pois, o exame da matéria à luz da tese firmada pelo STF, relativamente à possibilidade de terceirização de serviços afetos às atividades precípuas das concessionárias de energia elétrica, sendo irrelevante perquirir sobre a natureza das atividades exercidas pela empresa contratada. No caso vertente, o TRT entendeu que havia relação direta da atividade desempenhada pelo Reclamante com a atividade-fim da tomadora e concluiu pela ilicitude da terceirização. Entretanto, há de ser afastada a ilicitude da terceirização, à luz do entendimento do E. STF e do art. art. 25, § 1º, da Lei 8.987/1995. Consequentemente, não se viabiliza o reconhecimento da isonomia salarial em relação aos empregados da empresa tomadora de serviços e a condenação ao pagamento de direitos e benefícios legais, normativos e/ou contratuais daí decorrentes. Remanesce, contudo, a responsabilidade subsidiária em caso de eventual condenação, nos termos da decisão do STF (Tema 725) e da Súmula 331, IV/TST. Ressalva de entendimento pessoal deste Relator. Recurso de revista conhecido e provido. (RR -20455-49.2017.5.04.0811, 3ª Turma, Relator Ministro Mauricio Godinho Delgado, DEJT 19/03/2021).

[...] RECURSO DE REVISTA. DECISÃO REGIONAL PROFERIDA ANTES DA LEI 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO. SERVIÇOS DE TELEMARKETING. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O BANCO TOMADOR DE SERVIÇOS. Nos termos do posicionamento adotado pela Suprema Corte Federal, no julgamento do ARE 791932, Tema 739 da Tabela de Repercussão Geral, nos autos da ADPF 324 e do RE 958252, e, ainda, na ocasião do julgamento da ADC 26, é lícita a terceirização de serviços de atividade fim . Assim, deve ser reformada a decisão regional para adequar ao entendimento da Suprema Corte. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-170-89.2013.5.06.0012, 6ª Turma, Relator Ministro Aloysio Correa da Veiga, DEJT 20/03/2020).

III - RECURSO DE REVISTA ANTERIOR À LEI Nº 13.015/2014. RETORNO DOS AUTOS. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. ATIVIDADE-FIM. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA TOMADORA DOS SERVIÇOS NÃO CONFIGURADA. MANUTENÇÃO DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO CONSAGRADO PELO C. STF - TEMA 725 DE REPERCUSSÃO GERAL NO C. STF - ADPF 324 E RE 958.252. 1. Há muito prevaleceu no âmbito desta Corte Superior o entendimento de que é ilícita a terceirização de serviços especializados, ligados à atividade-fim do tomador dos serviços, identificada no objeto social do contrato social das empresas envolvidas. Nessa linha de argumentação, entendia-se que a contratação de trabalhadores por empresa interposta seria ilegal, formando-se o vínculo empregatício diretamente entre o empregado contratado e a empresa tomadora dos serviços. Inteligência da Súmula nº 331 do c. TST. 2. Revisitando posicionamento consagrado pelo c. TST, em 30.8.2018, a Suprema Corte, nos autos da ADPF 324/DF e do RE 958.252, submetido à sistemática da repercussão geral - Tema nº 725 - , tendo em conta os princípios constitucionais da livre iniciativa (art. 170) e da livre concorrência (art. 170, IV), a dignidade da pessoa humana (art. 1º), os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal (art. 7º), o direito de acesso do trabalhador à previdência social, à proteção à saúde e à segurança no trabalho, declarou a inconstitucionalidade da Súmula nº 331, I, do c. TST, reconhecendo a licitude da terceirização em todas as etapas do processo produtivo, seja meio ou fim. Ao examinar o Tema nº 725 da Tabela de Repercussão Geral, no RE nº 958.252 , fixou a seguinte tese jurídica: " É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante " . Na mesma oportunidade, ao julgar a ADPF nº 324, firmou a seguinte tese, com efeito vinculante para todo o Poder Judiciário: " 1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". 3. Em suma, o c. STF reconheceu a legalidade irrestrita da terceirização de serviços, podendo a contratação de trabalhadores se dar de forma direta ou por empresa interposta e para exercer indiscriminadamente atividades ligadas à área fim ou meio das empresas, não se configurando em tais circunstâncias relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada, remanescendo, contudo, a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa contratada, bem como pelas obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993, além de firmar que é plenamente possível a terceirização de atividades precípuas das concessionárias de serviços públicos. 4. Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional ratificou o entendimento do juízo de primeiro grau, de que o autor desempenhava tarefa intimamente ligada à atividade-fim da tomadora dos serviços, declarando, por essa razão, a sua responsabilidade solidária pelas verbas devidas ao trabalhador, em desconformidade com a atual jurisprudência do c. STF e do c. TST. Recurso de revista conhecido por contrariedade (má aplicação) à Súmula/TST nº 331 e provido. (RR-722-18.2012.5.06.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 07/01/2020).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. 1. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. ADPF Nº 324 E RE Nº 958.252. TESE FIRMADA PELO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 331 DO TST À LUZ DOS PRECEDENTES DO STF. (...) I. No que diz respeito ao reconhecimento da licitude da terceirização, a decisão regional foi proferida em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 958.252, de que resultou a fixação da seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante", bem como no julgamento da ADPF nº 324, em que foram fixadas as seguintes teses: "1. É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. 2. Na terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993 ". II. Assim sendo, o conhecimento do presente recurso de revista no que diz respeito ao pedido de reconhecimento da ilicitude da terceirização havida entre as Reclamadas encontra óbice no entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, fixada no julgamento da ADPF nº 324 e do RE nº 958.252. (...). (Ag-AIRR-10681-27.2018.5.18.0081, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 05/11/2021).

(...) II. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE BANCÁRIA. LICITUDE. SISTEMA DE TELEATENDIMENTO. MATÉRIA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADPF 324, RE 958.252 E ARE 791.932). REPERCUSSÃO GERAL. ISONOMIA SALARIAL. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 383 DO TST. IMPOSSIBILIDADE. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA. 1. O Tribunal Regional, reconhecendo que a Reclamante prestou serviços relacionados à atividade-fim da tomadora de serviços, declarou a ilicitude da terceirização havida entre as partes. Muito embora tenha fundamentado não ser possível o reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o Ente integrante da Administração Pública Indireta, reconheceu o direito obreiro às verbas trabalhistas - legais e normativas - asseguradas aos empregados da tomadora de serviços, com fundamento no princípio da isonomia. 2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 30/8/2018, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958.252, com repercussão geral, firmou entendimento no sentido de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se estabelecendo relação de emprego entre a tomadora de serviços e o empregado da empresa prestadora. 3. Dispõe a Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST que: "A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a

igualdade de funções ". 4. O fato autorizador da isonomia de direitos entre os empregados terceirizados e os regularmente contratados pelo tomador de serviços integrante da Administração Pública é a ilicitude da terceirização. Nessa esteira de raciocínio, reconhecendo o STF a licitude da terceirização tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim das empresas tomadoras, inviável a aplicação da Súmula 331/TST e Orientação Jurisprudencial 383 da SBDI-1/TST, que traz como premissa básica a irregularidade da contratação do trabalhador terceirizado. Julgados do TST. 5. Recurso de revista conhecido por má-aplicação da Súmula 331/TST e da OJ 383 da SBDI-1/TST. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-2185-47.2016.5.06.0102, 5ª Turma, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 18/12/2020)

[...] II - RECURSO DE REVISTA DA 2ª RECLAMADA (LIQ CORP S/A). ADMISSIBILIDADE. TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADE-FIM DA TOMADORA. LICITUDE. VÍNCULO DIRETO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE DIREITOS DA CATEGORIA DO TOMADOR. INVIABILIDADE. A partir do julgamento do RE nº 958.252 e da ADPF nº 324 pelo Supremo Tribunal Federal, a matéria em discussão nestes autos (ilicitude da terceirização de atividade-fim) pacificou-se e encontra o seu norte nos termos da decisão vinculante daquela Corte Suprema, que, ao julgar o mérito da controvérsia atinente ao Tema 725 da repercussão geral, definiu a tese jurídica segundo a qual "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". Assim, a decisão do Regional, naquilo em que aplicou a Súmula nº 331, I, do TST à hipótese encontra-se superada pela jurisprudência vinculante do Pretório Excelso, merecendo reforma o acórdão recorrido, a fim de decretar a licitude da terceirização e, por conseguinte, a ausência de vínculo direto com o tomador e os demais consectários daí decorrentes, a exemplo de direitos previstos em normas coletivas da categoria do tomador ou no regulamento interno da empresa, equiparação salarial, ou quaisquer outros que tenham como base jurídica de sustentação a irregularidade do contrato de terceirização de atividade-fim. Recurso de revista conhecido e provido. (RR-456-10.2014.5.02.0088, 5ª Turma, Relator Desembargador Convocado Joao Pedro Silvestrin, DEJT 19/03/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO A ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.467/2017. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. TOMADORA DOS SERVIÇOS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RE N.º 958.252 COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA (TEMA 725) E ADPF 324. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA RECONHECIDA. 1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 324, em 30/8/2018, erigiu tese no sentido de que "é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada". 2. Na mesma ocasião, a Corte Suprema, examinando o Tema 725 de Repercussão Geral, no julgamento do RE 958.252, estabeleceu a seguinte tese jurídica: "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante". 3. Inquestionável a aplicação imediata dos aludidos precedentes firmados em Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida, bem como em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, cuja decisão tem efeito vinculante. 4. Na linha dos precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal, remanesce a possibilidade de reconhecimento de vínculo com a empresa contratante somente nas hipóteses em que há explícita referência, no acórdão prolatado pelo Tribunal Regional, acerca da configuração da pessoalidade e da subordinação hierárquica direta, presencial ou por via telemática, do obreiro aos prepostos da tomadora de serviços, sendo insuficiente a mera subordinação estrutural ou indireta, inerente à própria terceirização. 5. No caso sob exame, afirmou o Tribunal Regional a ilicitude da terceirização tão somente em razão do labor em atividade-fim da empresa tomadora dos serviços. Tal entendimento destoa claramente daquele fixado pelo Supremo Tribunal Federal. Reconhece-se, portanto, a transcendência política da controvérsia. 6. Nesse contexto, impõe-se afastar o reconhecimento do vínculo de emprego da parte reclamante diretamente com o banco tomador dos serviços, bem como excluir da condenação as parcelas decorrentes da aplicação dos acordos coletivos dos bancários. 7. Recurso de Revista conhecido e provido. (RR-491-61.2017.5.06.0311, 6ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Correa, DEJT 05/02/2021).

(...) RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DAS LEIS NºS 13.015/14 E 13.105/15, MAS ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.467/2017. TELEMARKETING - ILICITUDE DE TERCEIRIZAÇÃO - RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM O TOMADOR DOS SERVIÇOS - ENQUADRAMENTO DO RECLAMANTE NA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS BANCÁRIOS. O STF, em 30/8/2018, no julgamento conjunto da ADPF 324/DF e do RE 958.252/MG (tema de Repercussão Geral nº 725), firmou a tese jurídica de ser lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, seja ela meio ou fim, o que não configura relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada. O Plenário da Suprema Corte concluiu, então, que não há óbice constitucional à terceirização das atividades de uma empresa, ainda que se configurem como as denominadas "atividades-fim" das tomadoras de serviços. No caso concreto, o Tribunal Regional concluiu que a contratação dos serviços especializados de telemarketing é ilícita, pois estão ligados à atividade-fim da tomadora de serviços. Assim, o v. acórdão recorrido, ao reconhecer a ilicitude da terceirização na hipótese, contrariou a tese firmada pela Suprema Corte, na ADPF 324 e no RE 958.252 (tema 725 da tabela de repercussão geral). Recurso de revista conhecido e provido. (RR-11150-12.2015.5.03.0044, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 04/12/2020).

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI 13.015/2014. BANCO BRADESCO S.A. TERCEIRIZAÇÃO. LICITUDE. VÍNCULO DE EMPREGO. INEXISTENTE. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADPF 324/DF, o RE-958.252/MG (tema 725 da tabela de repercussão geral), fixou a tese, com efeito vinculante e eficácia erga omnes , segundo a qual é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas e de o objeto da terceirização consistir em atividade-meio ou atividade-fim da tomadora de serviços, desde que não seja comprovada a fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, sendo mantida, entretanto, a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. Portanto, definido pelo Supremo Tribunal Federal que é licita a terceirização

de serviços, tanto ligados à atividade-meio quanto à atividade-fim da contratante, e não tendo sido constatada fraude na contratação da empresa prestadora de serviços, deve ser julgado improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo de emprego com O tomador de serviços e, em consequência, os pedidos decorrentes unicamente do vínculo. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. (RR-10958-62.2016.5.03.0103, 8ª Turma, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 23/03/2021)

(...) III - RECURSO DE REVISTA - REGÊNCIA PELA LEI Nº 13.015/2014 - TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. CALL CENTER. LICITUDE. A matéria já não comporta debates, ante as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sessão extraordinária realizada no dia 30/08/2018, quando se julgou procedente a arguição formulada na ADPF-324/DF (Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018), com eficácia erga omnes e efeito vinculante, e se fixou tese jurídica de repercussão geral, correspondente ao Tema nº 725, no sentido de que "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. (leading case: RE-958252/MG, Rel. Min. Luiz Fux, DJe nº 188, divulgado em 06/09/2018). Recurso de revista conhecido e provido" (RRAg-10055-74.2017.5.03.0173, 8ª Turma, Relator Ministro Marcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 05/02/2021)

Dessa forma, não se pode reconhecer isonomia entre os empregados terceirizados e aqueles contratados diretamente pelo tomador dos serviços. Assim, não há falar em categoria de bancário/financiário, tal como na jornada dessa categoria ou divisor 150.
Entretanto, registre-se que a responsabilidade da tomadora de serviços nestes casos se mantém de forma subsidiária, consoante a tese já firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252, no sentido de que "é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante".
Ante o exposto, em face da decisão vinculante do STF, conheço do recurso de revista por violação do art. 3º, da CLT.

1.2 - Mérito

Tendo em vista os fundamentos apresentados, atendidos os requisitos do art. 489, § 1º, do CPC e com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST, 932, III, IV e V, do CPC, dou provimento parcial ao recurso de revista para, reconhecendo a licitude da terceirização dos serviços, afastar o vínculo de emprego direto reconhecido com o tomador Banco Itaucard, limitando-se o Banco a responder, de forma subsidiária, pelas verbas deferidas à reclamante.

2- MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT.
2.1-Conhecimento

Consta do acórdão:

MULTA PREVISTA NO ART. 477, § 8º, DA CLT
A recorrente aduz que o pedido deve ser julgado procedente, uma vez que "foi dispensada sem justa causa em 14.02.12, contudo sua rescisão homologada a destempo, ou seja, em 14.03.12, assim, as guias para saque do FGTS com 40% e seguro desemprego só foram entregues após o prazo legal".
A decisão recorrida rejeitou o pedido, argumentando o MM. Juízo a quo que: o "documento de fls. 232 demonstra que as parcelas resilitórias que a 1a Reclamada entendia devidas foram pagas no prazo estabelecido no §6 0 do artigo 477 da CLT"; 'logo, indevido o pagamento da multa estabelecida no §8 0 do mesmo artigo".
Assiste razão à recorrente.
A multa prevista no art. 477, parágrafo 8 0, da CLT, é sanção cominada ao empregador que, além de não pagar as parcelas inerentes ao distrato nos prazos do parágrafo 6º do dispositivo citado, deixa de homologar o ato no mesmo prazo.
A homologação do distrato é ato complexo, que não se limita ao pagamento de valores, na medida em que, independentemente do modo de dissolução contratual, há obrigações absolutamente destituídas de qualquer viés pecuniário, como é o caso de baixa contratual na CTPS.
No caso em exame, o contrato de trabalho se encerrou em 14/02/2012, sendo que o aviso prévio foi indenizado (fls. 229/230) e, muito embora a reclamada tenha efetuado o depósito de fls. 232 em 17/02/2012, a homologação ocorreu somente em 14/03/2011 (fls. 230/231).
Portanto, impõe-se o pagamento, à reclamante, da multa prevista no § 8º, do art. 477, consolidado.
Dou provimento.
A parte reclamada alega em síntese que o prazo fixado no artigo 477 da CLT se aplica apenas ao pagamento das verbas decorrentes da ruptura contratual, não abrangendo a respectiva homologação, que se trata de mero ato administrativo.
Aponta violação do art. 477, §8º, da CLT.
Analiso.
A Corte Regional aplicou a multa do art. 477, § 8º, da CLT fundamentando-se nahomologação tardiada rescisão contratual.
Consignou o acórdão que: " muito embora a reclamada tenha efetuado o depósito de fls. 232 em 17/02/2012, a homologação ocorreu somente em 14/03/2011 (fls. 230/231)".
A jurisprudência dessa Corte Superior é no sentido de que o art. 477, § 8º, da CLT impõe a aplicação de multa ao empregador que não quitar as parcelas da rescisão no prazo previsto no § 6º do mesmo dispositivo de lei. O único requisito para a imposição da penalidade é o pagamento dos haveres trabalhistas a destempo. Assim, não há previsão legal para aplicação de multa quando o pagamento é feito no prazo, mas a homologação da rescisão do contrato é feita posteriormente.
Nesse sentido, cito julgados:

"EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 11.496/2007. MULTA DO ARTIGO 477, § 8º, DA CLT. PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS EFETUADO NO PRAZO LEGAL.HOMOLOGAÇÃO TARDIA. MULTA INDEVIDA. Segundo a jurisprudência prevalecente no Tribunal Superior do Trabalho, ao interpretar o artigo 477 da CLT, o fato gerador da multa prevista no §8 está vinculado, exclusivamente, ao descumprimento dos prazos estipulados no § 6º do mesmo artigo, e não ao atraso da homologação da rescisão contratual. Assim, tendo havido o pagamento das verbas rescisórias no prazo a que alude o artigo 477, § 6º, da CLT, foi cumprida a obrigação legal por parte do empregador, sendo indevida a aplicação da multa prevista no § 8º do mesmo preceito, ao fundamento de que a homologação da rescisão contratual pelo sindicato ocorreu fora daquele prazo. Embargos conhecidos e desprovidos." (Processo: E-ED-RR - 392-67.2011.5.01.0044, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta,

Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 19/12/2014)
"EMBARGOS. RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 11.496/2007. MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. VERBAS RESCISÓRIAS PAGAS NO PRAZO LEGAL.HOMOLOGAÇÃO TARDIA. 1. A Turma manteve a decisão regional quanto ao indeferimento da multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT, ao fundamento de que o seu fato gerador está vinculado ao não-cumprimento dos prazos para pagamento das verbas rescisórias estabelecidas no § 6º do mesmo dispositivo, e não ao ato em si da homologação da rescisão contratual. 2. Esta Subseção firmou a compreensão de que a multa estipulada no art. 477, § 8º, da CLT não incide em caso de atrasonahomologação da rescisão contratual, quando evidenciado que o pagamento das verbas rescisórias foi efetuado no prazo legal. Precedentes. Recurso de embargos conhecido e não provido, no tema. (...)" (Processo: E-RR - 3176400-55.2007.5.09.0013, Relator Ministro: Hugo Carlos Scheuermann, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 07/11/2014)
"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. MULTA. ARTIGO 477 DA CLT. PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS EFETUADO NO PRAZO LEGAL.HOMOLOGAÇÃO TARDIA. Segundo a jurisprudência prevalecente no Tribunal Superior do Trabalho, ao interpretar o artigo 477 da CLT, o fato gerador da multa prevista no § 8º está vinculado, exclusivamente, ao descumprimento dos prazos estipulados no § 6º do mesmo artigo, e não ao atraso da homologação da rescisão contratual. Assim, tendo havido o pagamento das verbas rescisórias no prazo a que alude o artigo 477, § 6º, da CLT, foi cumprida a obrigação legal por parte do empregador, sendo indevida a aplicação da multa prevista no § 8º do mesmo preceito, ao fundamento de que a homologação da rescisão contratual pelo sindicato ocorreu fora daquele prazo. Recurso de revista conhecido e provido. (RR - 84-74.2014.5.03.0010 , Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 20/04/2016, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/04/2016)
" (...) 2) MULTA DO ARTIGO 477, § 8º, DA CLT. PAGAMENTO OPORTUNO DAS VERBAS RESCISÓRIAS.HOMOLOGAÇÃO TARDIA. O atraso na homologação do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, por si só, não é causa geradora da multa constante do §8º do art. 477 da CLT. Demonstrado o adimplemento temporâneo das verbas rescisórias, descabida a condenação ao pagamento da referida multa. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido." Processo: ED-AIRR - 2094-07.2013.5.03.0017 Data de Julgamento: 24/02/2016, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 04/03/2016.
"RECURSO DE REVISTA 1 - MULTA DO ART. 477, § 8.º, DA CLT. PAGAMENTO TEMPESTIVO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. HOMOLOGAÇÃO EXTEMPORÂNEA. Entendimento pessoal da relatora no sentido de que o simples depósito dos valores pecuniários na conta-corrente do empregado ou em conta judicial no prazo estipulado não dispensa o empregador das demais obrigações de fazer que integrem o ato rescisório. O pagamento das verbas rescisórias, previsto no art. 477, § 8.º, da CLT é um ato jurídico complexo, que inclui a baixa na CTPS do trabalhador e a liberação de documentos para saque do FGTS e seguro-desemprego, sob pena de impedir o ex-empregado de fruir do acerto rescisório em sua plenitude. Entretanto, a jurisprudência prevalecente no âmbito desta Corte é no sentido de que o fato gerador da referida penalidade é o atraso no pagamento das verbas rescisórias, e não na homologação da rescisão. Recurso de revista conhecido e provido. (...)" (RR - 226-49.2012.5.03.0010 , Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, Data de Julgamento: 03/02/2016, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 12/02/2016)
Dessa forma, não há como prevalecer o entendimento da Corte Regional que aplicou a multa do art. 477, § 8º, da CLT fundamentando-se nahomologação tardia.
Pelo exposto,conheçodo recurso de revista por violação ao art. 477, § 8º, da CLT.
2.2 - Mérito
Conhecido o apelo por violação ao art. 477, § 8º, da CLT,dou-lhe provimentopara afastar a condenação da Reclamada ao pagamento da multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT.

3- INTERVALO INTRAJORNADA. 4-INTERVALO DO ART. 384 DA CLT. 5-INTEGRAÇÃO DO PRÊMIO.
Consta do acórdão:

B - INTERVALO INTRAJORNADA
A recorrente aduz que: "restou demonstrado que a reclamante não gozava integralmente do intervalo intrajornada, já que somente tinha 2 intervalos de 10 minutos/cada e 1 intervalo de 20 minutos, sendo que a jornada de trabalho comprovada nos autos foi superior a de 6 horas diárias, mesmo assim foi julgado improcedente referido pedido"; "tal decisão fere o art. 71, par.4° da CLT, razão pela qual torna-se cabível o pagamento de 1 h extra/dia, acrescido de 50% inclusive com as respectivas integrações, visto que trata-se de verba de natureza salarial e não indenizatória"; "o tema inclusive está pacificado no TST conforme Súmula 437".
A sentença rejeitou pedido, pois considerou que a pausa concedida estava de conformidade com a jornada laborada.
Assiste parcial razão à recorrente.
Consoante os cartões de ponto, nos dias em que restou ultrapassada a jornada de 6 horas de trabalho, cabia ao empregador ter concedido à reclamante o intervalo intrajornada de 1 hora, o que, contudo, não fez. Assim, conforme o disposto no art. 71, caput, da CLT, não há dúvida de que devida se faz a remuneração do período total, com o respectivo adicional de 50%, afigurando-se desnecessárias maiores digressões acerca da matéria, ante o disposto na Súmula 437 do Colendo TST, verbis: (...) Ante a habitualidade, são devidos os mesmos reflexos deferidos em relação às horas extraordinárias.
Observe-se a prescrição parcial.
Dou parcial provimento.
D - INTERVALO PREVISTO NO ART. 384 DA CLT
A recorrente sustenta, em suma, que deve ser "dado provimento ao recurso, para que sejam condenadas as reclamadas/recorridas ao pagamento de quinze (15) minutos extras, de acordo com o art. 384 CLT, do par. 4º, do art. 71 da CLT, bem como seus reflexos conforme pedido de letra "i" da exordial".
A sentença rejeitou o pedido, sob o fundamento de que as pausas concedidas estavam de conformidade com a jornada laborada pela autora.
O recurso prospera.
Pessoalmente, entendo que a norma legal, sobre a qual arrimada a pretensão em análise, de um lado, não gera direito ao pagamento de horas extraordinárias, mas, tão-somente, sanção administrativa. E, de outro, não se coaduna com a exigência constitucional de igualdade entre os gêneros.
Porém, considerando que os integrantes desta Turma, por sua maioria, a consideram em pleno vigor, e com a eficácia determinada na origem, é de se reformar a r. sentença para condenar a

reclamada ao pagamento do intervalo acima (15 minutos diários), a título de horas extras, considerados, naturalmente, os mesmos reflexos já deferidos em relação às horas extraordinárias, observados os dias em que houve labor excedente por parte da reclamante, consoante se apurar em liquidação, observada a prescrição parcial.

Dou provimento.

B - INTEGRAÇÃO DOS PRÊMIOS

A 1ª ré sustenta que: "por mera liberalidade, integrava ao salário da autora os prêmios percebidos para pagamento das férias, 13º salários, FGTS, repousos, inclusive com relação às parcelas trabalhistas, por meio de rubricas apartadas iniciadas com as letras 'MD', que significa a abreviação de média"; assim, "deve ser reformada a sentença, no particular, eis que tal integração já foi cumprida pela reclamada"; ademais, o prêmio "configura gratificação de incentivo e não faz parte da paga salarial"; a parcela em tela, outrossim, não integra a base de cálculo das horas extras"

Já o 2º reclamado aduz, em síntese, que o prêmio "sempre foi pago pelo real empregador da autora e é oriundo de norma coletiva da categoria daqueles empregados"; "sendo mantido o pedido de vínculo de emprego com o banco, resta plenamente incompatível a aplicação dos dois institutos".

A decisão recorrida acolheu o pedido de integração dos prêmios no "cálculo de horas extraordinárias, férias acrescidas de 1/3, 13º salário, repouso semanal remunerado, aviso prévio e FGTS acrescido de 40%, devendo ser deduzidos os valores pagos no TRCT sob as rubricas de 'medias aviso prévio', 'md fr proporcionais', 'md 13º sal prop', 'md fr vencidas', a fim de se evitar o enriquecimento sem causa do autor".

Argumentou o MM. Juízo de primeiro grau que: os "documentos de fls. 293/321 demonstram o pagamento das rubricas durante a vigência do contrato que, diante da sua natureza salarial, deverá integrar a base de cálculo das horas extraordinárias e compor a maior remuneração do Autor para o cálculo das parcelas resilitórias".

A reclamante, na inicial, afirmou que a ré lhe pagava habitualmente "prêmio produção", sob os títulos de "prêmio campanha" e "remuneração variável/TCX TIV", sendo que, ante a sua natureza salarial, deveria integrar as demais parcelas do contrato.

A reclamada comprovou, através dos recibos salariais e do TRCT (fls. 230 e 293/321), que integrava a parcela acima sobre as verbas contratuais e resilitórias, exceto no que concerne às horas extraordinárias.

Sendo assim, e ante a natureza salarial que ostenta (art.457, §1º, da CLT), é devida a sua repercussão apenas sobre as horas excedentes, observado o marco prescricional, pois, como aludido acima, em relação às demais verbas, isso já ocorreu.

Por fim, é de ressaltar que não há falar em incompatibilidade entre o reconhecimento do vínculo de emprego com o 2º reclamado e a integração deferida, até mesmo porque, ao contrário do que ele alega, o prêmio produção não tinha previsão normativa.

Dou parcial provimento.

Quanto ao intervalo intrajornada, o Tribunal Regional, após detido exame do conteúdo fático-probatório dos autos, cujo reexame encontra óbice na Súmula 126 do TST, manteve a sentença na qual se deferiu o pagamento de horas extras pela concessão irregular dointervalo intrajornada. Nos termos do item I da Súmula 437 do TST, "a não concessão ou a concessão parcial dointervalo intrajornadamínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho". A decisão recorrida está em conformidade com o entendimento na Súmula 437, I, do TST. O processamento do apelo encontra óbice na Súmula 333 do TST e no art. 896, § 7º, da CLT.

No que tange ao intervalo do art. 384 da CLT, o Tribunal regional manteve a condenação ao pagamento de 15 minutos diários como extras, na forma prevista no art. 384 da CLT. A decisão regional foi proferida em sintonia com o entendimento desta Corte Superior, confirmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 658.312 em 27/11/2014, no sentido de que a concessão de condições especiais à mulher não fere o princípio da igualdade, previsto no artigo 5º da Constituição Federal, o art. 384 da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e a norma se aplica a todas as mulheres trabalhadoras. O descumprimento do intervalo do art. 384 implica o seu pagamento, como horas extraordinárias, à parte reclamante, e não apenas a aplicação de multa administrativa.

Nesse sentido cito precedentes:

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. INTERVALO DE 15 MINUTOS PARA DESCANSO DA MULHER. ART. 384 DA CLT. RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. MATÉRIA PACIFICADA. Impõe-se confirmar a decisão agravada, mediante a qual denegado seguimento ao recurso da parte, uma vez que as razões expendidas pela agravante não logram demonstrar o apontado equívoco em relação a tal conclusão. Agravo conhecido e não provido" (Ag-ED-AIRR-11506-67.2017.5.15.0055, 1ª Turma, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 22/03/2021).

"(...) HORAS EXTRAORDINÁRIAS. INTERVALO DA MULHER. ART. 384 DA CLT. RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. O Tribunal regional deu parcial provimento ao recurso adesivo interposto pela reclamante para acrescer à condenação o pagamento de 15 minutos diários como extras, na forma prevista no art. 384 da CLT. A decisão regional foi proferida em sintonia com o entendimento desta Corte Superior, confirmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 658.312 em 27/11/2014, no sentido de que a concessão de condições especiais à mulher não fere o princípio da igualdade , previsto no artigo 5º da Constituição Federal, fixando a tese jurídica de que o art. 384 da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 e de que a norma aplica-se a todas as mulheres trabalhadoras. Precedentes. Incidência do óbice da Súmula 333 do TST. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (...) (AIRR-1729-90.2013.5.04.0512, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 19/11/2019).

"AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DAS LEIS 13.015/2014 E 13.467/2017. INTERVALO DO ARTIGO 384 DA CLT. PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER. HORAS EXTRAS. ÓBICE DA SÚMULA Nº 333 DO TST. 1. A jurisprudência desta Corte consagrou o entendimento de que a recepção do artigo 384 da CLT pela Constituição Federal de 1988 decorre da proteção ao trabalhador diante dos riscos à sua saúde e à segurança no trabalho, uma vez que a falta de intervalo entre as jornadas ordinária e extraordinária é fator que propicia esgotamento, perda de reflexos, acidentes e doenças por cansaço com reflexos econômicos previdenciários e, mormente em relação à mulher, pelo aspecto fisiológico e pelo papel social que ocupa no meio familiar, como mãe e dona de casa, impondo-lhe dupla jornada. 2. Dessa forma, a inobservância do intervalo previsto no referido dispositivo implica o pagamento das horas extras correspondentes ao período, por se tratar de medida de higiene, saúde e segurança das trabalhadoras. 3. E o descumprimento do intervalo previsto no artigo

384 da Consolidação das Leis do Trabalho não importa mera penalidade administrativa, mas o pagamento de horas extras correspondentes àquele período, a exemplo do que ocorre nas hipóteses de descumprimento dointervalo intrajornadapara repouso e alimentação do artigo 71, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho e do intervalo interjornada. Agravo conhecido e desprovido" (Ag-AIRR-12476-97.2015.5.15.0003, 3ª Turma, Relator Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 26/03/2021).
2. HORAS EXTRAORDINÁRIAS. INTERVALO PREVISTO NO ARTIGO 384 DA CLT. OFENSA AO ARTIGO 5º, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO PROVIMENTO. Por disciplina judiciária, curvo-me ao entendimento do Tribunal Pleno desta Corte que, reconhecendo a constitucionalidade do artigo 384 da CLT de que trata do intervalo de 15 minutos garantido às mulheres trabalhadoras antes da prestação de horas extraordinárias, considerou que a concessão de condições especiais à mulher não fere o princípio da igualdade entre homens e mulheres, contido no artigo 5º, I, da Constituição Federal. Precedentes desta Corte. Na hipótese, o Tribunal Regional, ao reconhecer o direito da empregada à percepção de horas extraordinárias decorrentes da não concessão do intervalo de quinze minutos previsto no artigo 384 da CLT, proferiu decisão em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, o que obsta o processamento do recurso de revista, nos termos da Súmula nº 333 e do artigo 896, § 7º, da CLT. Agravo a que se nega provimento" (Ag-AIRR-1000894-55.2017.5.02.0042, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 26/03/2021).
PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER - PERÍODO DE DESCANSO - INTERVALO DO ARTIGO 384 DA CLT - RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Esta Corte, em sua composição plena, ao apreciar o IIN-RR-1.540/2005-046-12-00.5, afastou a inconstitucionalidade do artigo 384, tendo por fundamento o princípio da isonomia real, segundo o qual devem ser tratados de forma igual os iguais, e desigual os desiguais, julgando, assim, que o referido dispositivo da CLT é dirigido, exclusivamente, às trabalhadoras. Ademais, este Tribunal já acumula decisões proferidas posteriormente ao julgamento do incidente de inconstitucionalidade, no sentido de serem devidas horas extras decorrentes da não observância do intervalo previsto no artigo 384 da CLT. Recurso de revista conhecido e provido "(RR-958-96.2013.5.03.0106, 7ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 26/03/2021).
Assim, pelo fato de o acórdão regional estar em conformidade com atual, iterativa e notória jurisprudência do TST, o recurso de revista encontra óbice na Súmula 333 do TST e no art. 896, § 7º, da CLT. Portanto não há falar em violação aos arts. 5º, I e 7º, XXX, da CF/1988 e 71,§ 4º, da CLT bem como em divergência jurisprudencial.
Quanto à integração do prêmio-produtividade, após análise do conjunto fático probatório, o Tribunal Regional manteve a sentença que reconheceu a natureza salarial dos prêmios.
Para se chegar à conclusão diversa daquela adotada pela Corte de origem, seria necessário o revolvimento de fatos e provas, expediente vedado pela Súmula 126/TST cuja aplicação impede o exame do recurso tanto por violação a dispositivo de lei como por divergência jurisprudencial.

CONCLUSÃO:

À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, § 5º (atual § 14), da CLT e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista dos reclamados quanto ao tema "TERCEIRIZAÇÃO. ILICITUDE. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO", por violação do art. 3º, da CLT, e quanto ao tema "MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT", por violação ao art. 477, § 8º, da CLT, e, no mérito, dar-lhe provimento para: a) afastar o reconhecimento de vínculo de emprego com o Banco tomador de serviços, mantida sua condenação subsidiária pelas parcelas oriundas da presente ação; b) afastar a condenação dos reclamados quanto ao pagamento da multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT. Valores da condenação e das custas inalterados para fins processuais.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº ARR-0000210-67.2012.5.01.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante e Recorrido	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado	Dr. Ilan Goldberg(OAB: 100643-A/RJ)
Agravado e Recorrente	MICHAEL PEREIRA PINTO
Advogado	Dr. Gerson Luiz Graboski de Lima(OAB: 150679-S/RJ)
Agravado e Recorrido	OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):
- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- MICHAEL PEREIRA PINTO
- OS MESMOS

O Tribunal Regional do Trabalho negou provimento aos recursos ordinários das partes, mantendo incólume a sentença que condenara o reclamado ao pagamento de horas extras com reflexos, diferenças de FGTS, multa normativa, entre outros; ainda, aplicou às partes multa de 1% sobre o valor da causa, por reputar protelatórios os embargos de declaração opostos.
As partes interpuseram recurso de revista.
A Vice-Presidência do TRT recebeu o recurso de revista do reclamante e denegou seguimento ao recurso interposto pelo reclamado, o que ensejou a interposição do agravo de instrumento.
O reclamante apresentou contraminuta e contrarrazões.
Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95, §2°, do RITST).
É o relatório.

I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMADO
Conheço do agravo de instrumento, uma vez que atendidos os pressupostos de admissibilidade.
O recurso de revista teve seguimento denegado aos seguintes fundamentos:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Duração do Trabalho / Horas Extras / Divisor.
Alegação(ões):
- contrariedadeà(s) Súmula(s) 113, 124, II doTST.
- violaçãoao(s) artigo(s) 5º, II, XXXVI, LIV, LV, 7º, XXVI da Constituição federal.
- violação ao(s) artigo(s) 114, 884, 884, do CC; 64, da CLT.
- conflito jurisprudencial.

Ao infenso do que deseja fazer crer o banco recorrente, o v. acórdãorevela que, em relação ao tema recorrido, o entendimento adotado pela Turma, de acordo com a prova produzida (Súmula 126 do TST), encontra-seem consonância coma notória jurisprudência doTribunal Superior do Trabalho e consubstanciada, in casu,na Súmula 124, I, "a", o que afasta, de plano, a incidência da Súmula 113 e do item II da Súmula 124. Não seria razoável supor queo Regional, aoentender dessa forma, estaria violando os dispositivos apontados. Em razão dessa adequação (acórdão-jurisprudência iterativa do TST), o recurso não merece processamento, sequer no tocante ao dissenso jurisprudencial, a teor do artigo 896, alínea "c" e § 4º, da CLT c/c a Súmula 333 do TST.
Registra-se, por oportuno, que o entendimento estampado no aludido verbete corresponde à mera cristalização da jurisprudência do TST, não havendo, portanto, falar em inobservância do "princípio da anterioridade", em virtude de a edição da referida súmula ter ocorrido em momento posterior ao da situação fática sob análise.
Duração do Trabalho / Repouso Semanal Remunerado e Feriado.
Alegação(ões):
- contrariedadeà(s) OJ(s) 394 doTST.
- conflito jurisprudencial.
Em relação ao tema acima, não se verifica do acórdão recorrido a alegada contrariedade à orientação jurisprudencial apontada, destacando-se, no que tange ao intervalo intrajornada, que a decisãose coaduna com o entendimento consubstanciado na Súmula 437, III, do TST.
Osarestos transcritos para o confronto de teses revelam-se inespecíficos,vez que não se enquadram nos moldes estabelecidos pela Súmula296 doTST.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Penalidades Processuais.
Alegação(ões):
- contrariedadeà(s) Súmula(s) 184, 297 doTST.
- violaçãoao(s) artigo(s) 5º, caput, XXXVI, LV da Constituição federal.
No que tange à impugnação diante da cominação de multa pelo manejo de embargos declaratórios, o exame do acórdão recorrido também não permite verificar as alegadas violações, porquanto se constata que foi aplicada a multa diante do intuito manifestamente protelatório dos embargos opostos, segundo entendeu o Regional.
Nesse passo, cumpre ressaltar que não se verificam as alegadas contrariedades à jurisprudência sumulada do TST.
CONCLUSÃO
NEGO seguimento aorecurso de revista."

Na minuta do agravo de instrumento, o reclamado insiste na admissibilidade de seu recurso de revista.
Examino.
Com efeito, as vias recursais extraordinárias para os tribunais superiores são restritas e não traduzem terceiro grau de jurisdição. Busca-se, efetivamente, assegurar a imperatividade da ordem jurídica constitucional e federal, visando à uniformização da jurisprudência no País.
Tratando-se de recurso de revista, a admissibilidade do apelo só tem pertinência nas estritas hipóteses jurídicas do art. 896, "a", "b" e "c", da CLT, respeitados os limites rigorosos dos parágrafos 2º, 7º e 9º do mesmo artigo. Pertinência das Súmulas 266, 333 e 442 do TST.
No presente caso, o recurso de revista mostra-se inviável no tocante ao tema "repercussão do RSR majorado pela integração das horas extras", pois emerge como obstáculo à sua admissibilidade a diretriz consubstanciada na Súmula 297/TST.
Com efeito, conquanto tenha o reclamado oposto embargos de declaração para instar o TRT a se pronunciar sobre o tema, aquela Corte permaneceu silente, sendo certo que, nas razões recursais, não foi arguida nulidade por negativa de prestação jurisdicional. Portanto, não se encontra prequestionada a matéria.
Destarte, observa-se que a parte agravante não obteve êxito em desconstituir os fundamentos da decisão ora agravada, razão pela qual adoto tais fundamentos como razões de decidir.
Cumpre salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a denominada fundamentação "per relationem", técnica pela qual se faz referência ou remissão às alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos do mesmo processo, porquanto atende a exigência constitucional da fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX, da CF/88).
Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do STF: HC 130860 AgR, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe-247 de 27/10/2017; HC 142435 AgR, Relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe-139 de 26/6/2017; RHC 120351 AgR, Relator Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe-091 de 15/05/2015 PUBLIC 18-05-2015 e MS 28160, Relatora Ministra. Rosa Weber, Tribunal Pleno, DJe-207 de 17/10/2013.
Frise-se, ainda, que o Supremo Tribunal Federal, ao examinar o Tema 339, concluiu que o art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou a decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações da parte.
Entretanto, no tocante aos temas "divisor aplicável no cálculo das horas extras" e "multa pela oposição de embargos de declaração", por constatar possível violação ao artigo 5º, XXXVI e LV, da CF, e contrariedade à Súmula 124 do TST, dou provimento ao agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista.

II - RECURSO DE REVISTA DO RECLAMADO
Preenchidos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os pressupostos específicos do recurso de revista.
Eis o teor do acórdão regional no tocante aos temas objeto de insurgência recursal:

"Das horas extras
(...)
Relativamente ao divisor a ser aplicado, o entendimento do C. TST encontra-se consubstanciado na Súmula nº 124, in verbis:

BANCÁRIO. SALÁRIO-HORA. DIVISOR (redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14.09.2012) - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012
I - O divisor aplicável para o cálculo das horas extras do bancário, se houver ajuste individual expresso ou coletivo no sentido de considerar o sábado como dia de descanso remunerado, será: a) 150, para os empregados submetidos à jornada de seis horas, prevista no caput do art. 224 da CLT; b) 200, para os empregados submetidos à jornada de oito horas, nos termos do § 2º do art. 224 da CLT.
II - Nas demais hipóteses, aplicar-se-á o divisor: a)180, para os empregados submetidos à jornada de seis horas prevista no caput do art. 224 da CLT; b) 220, para os empregados submetidos à jornada de oito horas, nos termos do § 2º do art. 224 da CLT.

Compulsando-se os autos, verifica-se a existência de cláusula (oitava) no sentido de considerar o sábado como dia de descanso remunerado, nos termos das convenções coletivas juntadas pelo autor, relativamente aos anos de 2009/2010 (fls. 32) e 2010/2011

(fls. 49/50), consoante a nova redação dada à Súmula nº 124, do TST.
Portanto, deve prevalecer o divisor 150 fixado pelo juízo a quo."

DO RECURSO DO RECLAMADO
O reclamado aponta a existência de supostas omissões no julgado no que concerne aos parâmetros para cálculo das horas extras.
Entretanto, ao contrário do que afirma o réu, o acórdão não reformou a sentença, mas manteve integralmente o julgado no que concerne às horas extras.
Assim, considerando-se que os parâmetros a serem observados para cálculo das horas extras encontram-se fixados em sentença, não existem os vícios apontados pelo embargante.
Nego provimento.
(...)
CONCLUSÃO
PELO EXPOSTO, CONHEÇO dos embargos e, no mérito, NEGO-LHES PROVIMENTO, e aplico aos embargantes a multa de 1% sobre o valor da causa prevista no art. 538, parágrafo único do CPC."

O reclamado alega ser indevida a fixação do divisor 150 para o cálculo das horas extras.
Sustenta, ainda, que é indevida a multa que lhe foi aplicada, pois os embargos de declaração não tiveram cunho protelatório.
Aponta violação dos artigos 5º, II, XXXVI e LV, da CF, contrariedade às Súmulas 113, 124, II, 184 e 297 do TST.
Ao exame.
No que se refere ao divisor, após o julgamento da SDI-I Plena nos autos do IRRR-849-83.2013.5.03.0138 (DEJT de 19/12/2016), houve alteração da Súmula nº 124 do TST no sentido de que são aplicáveis os divisores 180 e 220 para o cálculo do salário-hora do empregado bancário submetido, respectivamente, a 6 e 8 horas diárias, independente da natureza jurídica atribuída aos sábados por norma coletiva.
Na hipótese dos autos, o Tribunal Regional consignou a previsão em norma coletiva no sentido de que o sábado é dia de repouso semanal remunerado e aplicou o divisor 150 para o bancário com jornada de 6 (seis) horas diárias.
Assim, fixada a jornada de trabalho do reclamante em 6 (seis) horas para o período da condenação, a determinação de que as horas extras sejam apuradas com a adoção do divisor 150 se encontra em dissonância com a atual jurisprudência desta Corte.
Desse modo, o recurso merece ser conhecido, por contrariedade à Súmula 124, I, "a" do TST, e, no mérito, provido para determinar a aplicação do divisor 180 no cálculo das horas extras.
No tocante à multa do artigo 538, parágrafo único, do CPC/1973 (1026, § 2º, do NCPC), tal penalidade é aplicável quando se constata o intuito manifestamente protelatório dosembargos de declaração.
Registre-se que o não acolhimento dosembargos de declaração, ainda que por imperícia da parte, não enseja necessariamente a imposição de multa à parte embargante. A penalidade somente deve ser aplicada quando a medida utilizada for manifestamente procrastinatória, e não sempre que rejeitada.
Nesse contexto, o recurso merece ser conhecido, por violação do artigo 5º, XXXV, da CF, e, no mérito, provido para absolver a reclamada do pagamento da mencionada multa.

II - RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE
Preenchidos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os pressupostos específicos do recurso de revista.
Eis o teor do acórdão regional no tocante aos temas objeto de insurgência recursal:

"Da equiparação salarial
A parte autora postula a reforma do julgado, para que seja deferido o pleito de equiparação salarial, sob a alegação de que todos os paradigmas teriam passado a exercer a mesma função que o reclamante no ano de 2010, isto em razão da fusão ocorrida entre o Banco Itaú e o Unibanco.
Segundo se depreende do art. 461, da CLT, o direito à aludida equiparação encontra-se sujeito à satisfação dos seguintes requisitos: a) identidade funcional, entendendo-se por função a atividade concretamente desempenhada pelo empregado, nas diversas tarefas de que se compõe, cuja identidade se verifica em seu todo; b) identidade quantitativa, onde o pressuposto para a equiparação é que o paradigma e equiparando possuam igual produtividade, levando-se em conta todas as circunstâncias que possam influir na aferição da capacidade de produção; c) identidade qualitativa, prevista no mesmo dispositivo do requisito tratado na alínea anterior (art.461, § 1º, da CLT), trata da perfeição técnica, que se deve revelar idêntica nos trabalhos de equiparando e paradigma. À guisa de esclarecimento, por perfeição técnica deve-se entender como sendo a realização com esmero, zelo, dentre outros dotes por parte de quem conhece o seu ofício; d) identidade de empregador, uma vez que o próprio caput do art. 461 da CLT estabelece como pressuposto que o trabalho seja prestado ao mesmo empregador; e) identidade de local de trabalho, que, hodiernamente, deve ser compreendido como trabalho desempenhado na mesma região metropolitana, considerando-se a homogeneidade de condições sócio-econômicas em casos que tais; e, finalmente, f) identidade de tempo de serviço, que, desde o advento da Súmula nº 202 do Colendo Supremo Tribunal Federal, vem sendo entendido como tempo de serviço na função, levando-se em conta, ainda, o aspecto da simultaneidade dos trabalhos cotejados.
Não obstante as inúmeras exigências, mencionadas acima, para que possua, o autor, o direito à equiparação pleiteada, faz-se mister a inexistência das assim denominadas causas excludentes do direito à equiparação, representadas pela adocao, pela empresa de quadro organizado em carreira, com promocoes que obedecam aos criterios alternativos de antiguidade e merecimento, homologado na forma constante da Sumula no 6 do TST, além daquela atinente ao fato de se encontrar o paradigma em regime de readaptacao, a de ser o paradigma empregado de empresa concessionaria de servico publico federal, estadual ou municipal encampado por empresa ou sociedade de economia mista, ou, finalmente, ser o equiparando menor aprendiz.
Diante da necessidade de produção de todas estas provas, vieram, os tribunais trabalhistas, com o passar do tempo, abrandando o ônus probatório no que concerne ao autor, e, através de inúmeros entendimentos, dentre os quais um dos mais importantes é aquela relativa à então Súmula nº 68 da Súmula do TST, que, dispensando o equiparando de fazer provas relativamente às identidades quantitativa e qualitativa, inverteu o ônus da prova em seu benefício, quando dispõe que "E do empregador o onus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparacao salarial". Redação, hoje, da Súmula n.º 6, VIII, do TST.
Desta maneira, conclui-se, juntamente com CÉSAR PEREIRA DA SILVA MACHADO JR. que, "em vista dos termos do referido Enunciado, temos, como onus da prova: 1) do empregado, a existencia de identidade funcional e a simultaneidade na prestacao dos servicos; 2) do empregador, a diferenca de produtividade,

diferenca de perfeicao tecnica, tempo do paradigma superior a dois anos na funcao, quadro de carreira homologado, com previsao de promocao alternativa por merecimento e antiguidade." (O ônus da prova no processo do Trabalho - São Paulo : LTr., 1993, p.235).
No caso dos autos, o autor indicou três paradigmas para fundamentar o pleito de equiparação salarial; Carlos Alberto Mathias, Valdir Alves Mallet e Nancy Borges de Nazaré.
Inicialmente, quanto ao Sr. Valdir Alves Mallet, é importante ressaltar que o mesmo foi ouvido como testemunha, com depoimento acostado às fls. 292, onde afirmou expressamente ter trabalhado com o autor na agência Edmundo Rego, no Grajaú, quando era chefe de serviço.
Em seu depoimento, o Sr. Valdir afirmou expressamente que era chefe de serviço, enquanto o reclamante era o terceiro caixa, afirmando, inclusive, que o reclamante estava subordinado ao chefe de serviço.
Portanto, inviável a equiparação ao paradigma Valdir Alves Mallet, porquanto não comprovada a identidade funcional.
Com relação aos paradigmas Carlos Alberto Mathias e Nancy Borges de Nazaré, restou provado nos autos que o primeiro exercia a função de supervisor desde o ano de 2000, enquanto a Sra. Nancy, já em 1996, era Assistente de Gerência.
Não há dúvidas de que ambos passaram a Chefe de Serviço em 2010, por força da fusão ocorrida entre o reclamado e o Unibanco. Contudo, em havendo a fusão de empresas, o requisito relativo ao tempo de serviço na função deve ser considerado com base no trabalho realizado para as antigas empresas, para fins de equiparação salarial.
Neste sentido, a seguinte manifestação jurisprudencial desta Corte Regional:
EQUIPARACAO SALARIAL. FUSAO DE EMPRESAS. No caso de fusão de empresas, com o surgimento de uma nova, o requisito pertinente ao tempo na função deve considerar o tempo trabalhado em cada uma das antigas empresas. Constatado que o paradigma exerceu a função em período superior a 2 anos, correto o julgador de primeiro grau que indeferiu a pretensão. Nego provimento. (RO 0000167-11-2010-501-0034, 6a Turma, Relator Alexandre de Souza Agra Belmonte, Publicado no DO de 02/05/2012)

Assim, levando-se em consideração que o reclamante foi admitido no ano de 2009, quando os paradigmas já exerciam as atividades similares àquelas inerentes ao cargo de Chefe de Serviços Bancários, respectivamente, desde os anos de 1996 e 2000, não há como ser deferida a equiparação salarial postulada pelo recorrente.
Nego provimento.

Da gratuidade de justiça
A parte autora requer que lhe seja deferido o benefício da gratuidade de justiça, haja vista a declaração de hipossuficiência econômica que instrui a petição inicial.
Relativamente à gratuidade de justiça, para que alguém pudesse tornarse beneficiário da mesma, é indispensável a apresentação, nos termos do art. 1 0 da Lei n° 7.115/83, da declaração de estado de miserabilidade, conforme entendimento esposado em Acórdão unânime da 5a Turma do TRT da ga Região (RO 04279/99, Rel. Juiz Amor Lima Neto, DJ/PR 19.11.99, p. 405).A inteligência, relativa ao supramencionado dispositivo já devia, contudo, naquela época, atentar para determinados aspectos, segundo os quais, por exemplo, o fato de o reclamante estar oficialmente desempregado, e, portanto, presumivelmente vivendo de biscates, não o eximiria de dar expresso e fiel cumprimento ao que dispõem as normas legais relativamente à matéria. À guisa de exemplificação, e por apresentar idêntico posicionamento comparativamente com aquele que vem sedo adotado por este Jiízo, permite-se transcrever importante ementa acerca do tema:
(...)
Atualmente, e por força da Lei n° 10.537/02, que inseriu o §3 0, do art. 790, da CLT, trata-se de mera faculdade do Juízo, e mesmo assim, naquelas condições que especifica.
Ainda que a parte autora não esteja assistida pelo Sindicato de sua categoria, ou até mesmo, por escritório modelo, se a remuneração por ela percebida não for superior a dois salários mínimos, faz jus ao benefício da gratuidade de justiça.
No caso dos autos, conforme alegado na petição inicial, o reclamante recebeu maior remuneração na ordem de R$2.100,00, estando assistido, na presente ação, por advogado particular, conforme mandato tácito de fis. 278.
Portanto, não estão presentes os requisitos autorizadores ao deferimento do benefício da gratuidade de justiça.
Nego provimento ao recurso.

DO RECURSO DO AUTOR
Pretende, o autor, que a Turma reveja sua decisão no que concerne à valoração da prova testemunhal quanto ao pleito de equiparação salarial, bem como com relação ao pedido de gratuidade de justiça.
Não existe vício a ser sanado.
Da análise atenta de todos os elementos dos autos, verifica-se que não assiste razão ao embargante, pretendendo, na realidade, modificar a decisão através de medida processual incorreta.
O acórdão embargado manifestou-se expressamente no sentido de que, por força da fusão ocorrida entre o reclamado e o Unibanco, a diferença de tempo de serviço na função entre o reclamante e os paradigmas seria óbice à equiparação salarial pretendida pelo autor.
Da mesma maneira, o acórdão apontou expressamente as razões pelas quais foi indeferido o benefício da gratuidade de justiça, baseando-se, principalmente, no valor da remuneração recebida pelo autor.
Embargos de declaração somente são cabíveis nas hipóteses previstas nos artigos 897-A da CLT e 535 do CPC, o que não ocorre na hipótese dos autos.
Quanto à suposta alegação de que os embargos têm efeito de prequestionamento, não há necessidade de o julgador mencionar os dispositivos legais e constitucionais em que fundamenta sua decisão, tampouco os citados pelas partes, pois o enfrentamento da matéria através do julgamento feito pelo Tribunal justifica o conhecimento de eventual recurso pelos Tribunais Superiores.
Neste sentido, o C. TST e o C. STJ:
(...)
Neste mesmo sentido, há entendimento expresso do TST acerca do prequestionamento também em sede de ação rescisória (Súmula nº 298).
Nada a prover.
Por se tratarem, ambos os embargos, de medidas meramente procrastinatórias, condenam-se, em razão do exposto supra, os embargantes à multa no valor equivalente a 1% sobre o valor da causa, nos termos do art. 538, parágrafo único do CPC. (...)"

O reclamante sustenta a nulidade do acórdão, por negativa de prestação jurisdicional, ao argumento de que, mesmo após a oposição de embargos de declaração, o Regional não se pronunciou sobre aspectos relevantes acerca da equiparação salarial e do benefício da justiça gratuita.
No mérito, sustenta que faz jus às diferenças por equiparação salarial.

Insurge-se, ainda, contra a multa que lhe fora imputada quando do julgamento dos embargos de declaração e contra o indeferimento dos benefícios da justiça gratuita.
Indica violação dos artigos 93, IX, da CF, 832 da CLT, 458 e 538, parágrafo único, do CPC, 4º da Lei 1060/50, contrariedade à OJ 304 da SDI-1/TST. Transcreve arestos ao cotejo de teses.
Ao exame.
Em relação à preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que a decisão, apesar de desfavorável aos interesses do recorrente, apresentou solução judicial para o conflito, configurando-se efetiva a prestação jurisdicional. Note-se que o acórdão foi expresso em consignar que as funções exercidas pelos paradigmas Carlos Alberto e Nancy Borges, anteriormente à fusão das empresas, eram inerentes ao cargo de Chefe de Serviços Bancários.
No mérito, verifica-se que o reclamante pretendeu a equiparação salarial ao argumento de que todos os paradigmas indicados teriam passado a exercer a mesma função que o reclamante no ano de 2010, quando houve fusão entre o Banco Itaú e o Unibanco.
Todavia, segundo consta do acórdão, os paradigmas Carlos Alberto e Nancy Borges já exerciam as atividades similares àquelas inerentes ao cargo de Chefe de Serviços Bancários desde os anos de 1996 e 2000, respectivamente, sendo que o reclamante foi admitido apenas em 2009. Assim, considerando a diferença de tempo de serviço na função superior a dois anos, resta afastada a possibilidade de reconhecimento da isonomia pretendida.
Nesse sentido cito precedente:

(...)II - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA RECLAMANTE INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/17 - EQUIPARAÇÃO SALARIAL - FUSÃO DE EMPREGADORES - TEMPO SUPERIOR A DOIS ANOS NA FUNÇÃO 1. Assim como na sucessão trabalhista, a ocorrência de fusão de empresas não prejudica os contratos de trabalho dos empregados, a teor dos arts. 10 e 448 da CLT, aplicados analogicamente. 2. Entende-se, portanto, que a transferência dos contratos dos paradigmas para a Reclamada não fragmenta o tempo de exercício nas funções. Assim, deve-se manter o entendimento da Corte de origem, no sentido de que restou evidenciado tempo superior a dois anos na ocupação da função de gerente pelos paradigmas, restando justificada a diferença salarial. (...) (ARR - 485-83.2015.5.09.0006 , Relatora Ministra: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Data de Julgamento: 13/03/2019, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/03/2019)

No que se refere à multa do artigo 538, parágrafo único, do CPC/1973 (1026, § 2º, do NCPC), tal penalidade é aplicável quando se constata o intuito manifestamente protelatório dosembargos de declaração.
Registre-se que o não acolhimento dosembargos de declaração, ainda que por imperícia da parte, não enseja necessariamente a imposição de multa à parte embargante. A penalidade somente deve ser aplicada quando a medida utilizada for manifestamente procrastinatória, e não sempre que rejeitada.
Assim, o recurso de revista merece ser conhecido, por violação do artigo 538, parágrafo único, do CPC (1026, § 2º, do NCPC), e, no mérito, provido para excluir da condenação a multa imputada ao reclamante por ocasião do julgamento dos embargos de declaração.
Por fim, no que tange à justiça gratuita, registro que o benefício prescinde de comprovação da situação de pobreza, bastando a declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte ou por seu advogado, o que ocorreu na hipótese. Outrossim, nos termos da jurisprudência do TST, ainda que a parte perceba remuneração superior a dois salários mínimos, isso não se mostra suficiente para afastar a presunção legal de veracidade da referida declaração.
Cito o precedente da SDI-1 desta Corte:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE NÃO ELIDIDA POR PROVA EM SENTIDO CONTRÁRIO. 1. O deferimento da gratuidade da justiça depende de simples declaração de pobreza, a teor do art. 790, § 3º, da CLT e nos moldes da OJ 304/SDI-I/TST ('Atendidos os requisitos da Lei nº 5.584/70 (art. 14, § 2º), para a concessão da assistência judiciária, basta a simples afirmação do declarante ou de seu advogado, na petição inicial, para se considerar configurada a sua situação econômica (art. 4º, § 1º, da Lei nº 7.510/86, que deu nova redação à Lei nº 1.060/50)'). 2. E a referida declaração, apresentada pelo reclamante, goza de presunção relativa de veracidade, não restando elidida, no caso, por prova em sentido contrário. 3. Com efeito, a percepção de remuneração superior a R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) não é suficiente a demonstrar que o reclamante está em situação econômica que lhe permite demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família. Recurso de embargos conhecido e provido." (E-ARR - 464-35.2015.5.03.0181, Relator Ministro: Hugo Carlos Scheuermann, Data de Julgamento: 08/02/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 16/02/2018)

Nesse contexto, o recurso de revista merece ser conhecido, por contrariedade à OJ 304 da SDI-1/TST, e, no mérito, provido para conceder ao autor os benefícios da justiça gratuita.

CONCLUSÃO
À vista do exposto, com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST, 932, III, IV e V, do CPC/2015: I - dou parcial provimento ao agravo de instrumento do reclamado; II - conheço do recurso de revista do reclamado quanto aos temas "divisor aplicável no cálculo das horas extras", por má aplicação da Súmula 124/TST, e "multa pela oposição de embargos de declaração considerados protelatórios", por violação do artigo 5º, XXXV, da CF, e, no mérito, dou-lhe provimento para determinar a adoção do divisor 180 no cálculo das horas extras e para excluir a multa de 1% aplicada à reclamada quando do julgamento dos embargos de declaração; III - conheço do recurso de revista do reclamante apenas quanto aos temas "multa pela oposição de embargos de declaração considerados protelatórios", por violação do artigo 538, parágrafo único, do CPC (1026, § 2º, do NCPC), e "justiça gratuita", por contrariedade à OJ 304 da SDI-1/TST, e, no mérito, dou-lhe provimento para excluir a multa de 1% aplicada ao reclamante quando do julgamento dos embargos de declaração, bem como para conceder-lhe os benefícios da justiça gratuita. Mantido o valor da condenação.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº ED-AIRR-0010926-63.2019.5.03.0164

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Embargante	RODRIGO MAXIMIANO DOS SANTOS
Advogado	Dr. Felipe Mauricio Saliba de Souza(OAB: 108211-A/MG)
Embargado	TRANSPORTES TRANSLOVATO LTDA
Advogado	Dr. Célio Pereira Oliveira Neto(OAB: 27196-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- RODRIGO MAXIMIANO DOS SANTOS
- TRANSPORTES TRANSLOVATO LTDA

O reclamante interpõe embargos de declaração (sequencial nº 8) contra a decisão monocrática de sequencial nº 6, por meio da qual, na forma dos artigos 255, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho e 932, inciso III, do CPC/2015, o seu agravo de instrumento não foi conhecido, porque desfundamentado, em razão de não ter se contraposto aos termos específicos do despacho denegatório do recurso de revista.

O reclamante, ora agravante, alega omissão na decisão embargada, argumentando que o tema referente aos honorários advocatícios não foi apreciado na decisão embargada.

Sem razão.

Verifica-se, na hipótese, que o tema em questão não foi analisado porque não foi observado pela parte requisito processual imprescindível para o julgamento do agravo de instrumento, qual seja o princípio da dialeticidade.

No caso, a parte, de fato, não impugnou, objetivamente, nas razões do agravo de instrumento, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo -, limitando-se, no agravo de instrumento, a reproduzir as razões do recurso de revista, sem se contrapor, frontalmente, ao fundamento específico da decisão denegatória.

Repisa-se que, segundo o princípio da dialeticidade e, conforme o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.

Com efeito, nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o exato fundamento da decisão foi equivocado, de forma que a parte deve procurar demonstrar o desacerto da decisão agravada, mediante impugnação específica contra o fundamento da decisão atacada no agravo de instrumento.

Inaplicável, à hipótese, portanto, a desconsideração do vício detectado na decisão agravada, porquanto não há omissão na decisão embargada, conforme os termos explicitados.

Diante desses fundamentos, nego provimento aos embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1001330-12.2019.5.02.0020

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ODARIO ALVES DOS SANTOS FILHO
Advogado	Dr. Raul Antunes Soares Ferreira(OAB: 101399-A/SP)
Agravado	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Procurador	Dr. José Eduardo Cardoso Pereira

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- ODARIO ALVES DOS SANTOS FILHO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante contra a decisão, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.

Foram apresentadas contraminuta e contrarrazões, fls. 1.368/1.370 e 1.371/1.373.

O Ministério Público do Trabalho opina pelo não conhecimento do agravo de instrumento, nos moldes da Súmula 422 do TST, fls. 1.379/1.381.

Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do apelo.

Passo a análise do mérito.

As discussões travadas no feito prendem-se aos temas renovados, "ADICIONAL DE PERICULOSIDADE" e "DURAÇÃO DO TRABALHO. HORAS EXTRAS".

Foi denegado seguimento ao recurso de revista em razão do óbice do art. 896, §1º-A, I, da CLT.

Verifico, porém, que o reclamante, ora agravante, na minuta do seu agravo de instrumento, não impugnou, objetivamente, a aplicação do referido óbice, tendo se limitado a reiterar as alegações formuladas em seu recurso de revista.

Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida, nos termos em que proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST, que preconiza o princípio da dialeticidade.

Não tendo a segunda reclamada se eximido de tal ônus, resta inviabilizada a admissão do seu apelo.

Nesse contexto, NÃO CONHEÇO do presente agravo de instrumento, com fulcro nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº ED-RR-0001605-55.2014.5.12.0058

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Embargante	BRF S.A.
Advogado	Dr. Cláudio Roberto Hartwig(OAB: 8417-A/SC)

Advogado	Dr. Osmar Mendes Paixão Côrtes(OAB: 15553/DF)
Advogada	Dra. Danusa Serena Oneda(OAB: 13124/MT)
Embargado	JULIANE RIBEIRO BUENO
Advogado	Dr. Vinícius Romanini(OAB: 26180-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- JULIANE RIBEIRO BUENO

A reclamada opõe embargos de declaração contra decisão em que dado provimento ao recurso de revista da reclamante para deferir o pagamento de indenização por danos morais.
Alega, em síntese, omissão quanto à incidência da Súmula 126/TST, tendo em vista a constatada ausência de provas pelo TRT.
Apesar de notificada, a parte embargada não apresentou sua manifestação no prazo legal.
Examino.
Constatada a omissão apontada pela reclamada, passo a saná-la.
O TRT, no que concerne ao tema "indenização por danos morais", consignou:

3 - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RESTRIÇÃO USO DE BANHEIRO
A autora busca a condenação da ré ao pagamento de indenização por dano moral decorrente da restrição imposta aos funcionários para uso dos banheiros durante a jornada de trabalho.
Sobre a controvérsia relacionada com a indenização em questão, decidiu o Juízo de primeiro grau:
(...)
Considerando que a ré negou os fatos alegados na inicial, era ônus da autora comprovar suas afirmações, ônus do qual não se desincumbiu.
A autora - com efeito - não comprovou a ocorrência do referido controle de uso de banheiro, e - tampouco - a existência de qualquer dano, não produzindo provas de eventual abalo moral capaz de justificar a condenação da parte ré em pagamento de indenização por danos morais, mormente porque não produziu NENHUMA prova de audiência (vide ata ID c5dd048).
O Juízo indefere - por estarem ausentes os pressupostos legais (prova de dano e de ato ilícito do empregador) - o pedido de dano moral postulado na alínea "f", ID d6ec4b5, pág. 23.
Sem razão a recorrente.
O indeferimento da indenização pretendida deu-se em razão de ausência de produção de prova para corroborar a pretensão deduzida em juízo, conforme competia à autora (artigo 818 da CLT).
As razões recursais não trouxeram elementos capazes de afastar a conclusão que emana da sentença.
A restrição do uso do banheiro, quando feita de modo razoável e sem abuso, está compreendida no poder diretivo e organizacional do empregador. Enfim, a autora não provou que os limites da razoabilidade tenham sido ultrapassados quanto à circunstância em questão.
Nego provimento.

Como visto, o TRT manteve a sentença de improcedência, consignando que "o indeferimento da indenização pretendida deu-se em razão de ausência de produção de prova para corroborar a pretensão deduzida em juízo, conforme competia à autora (artigo 818 da CLT)".
Para reverter esse entendimento, conforme pretendido, seria necessário revolver o conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 126/TST.
Ante o exposto, acolho os embargos de declaração, com efeito modificativo, para não conhecer do recurso de revista da reclamante.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0020261-03.2017.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	MARIA DA GRACA SILVA QUINTANA
Advogado	Dr. Sérgio Machado Cezimbra(OAB: 48091-A/RS)
Recorrido	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL MERCADO PÚBLICO CENTRAL DE PORTO ALEGRE
Procurador	Dr. Rogério Scotti do Canto

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL MERCADO PÚBLICO CENTRAL DE PORTO ALEGRE
- MARIA DA GRACA SILVA QUINTANA

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que manteve a sentença que m julgou extinta a presente demanda ao pronunciar a prescrição da pretensão relativa ao pedido de diferenças salariais em virtude da conversão da moeda de Cruzeiro Real para URV.
Irresignada, a reclamante interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional contraria a parte fina da Súmula 294 do TST e diverge de aresto que colaciona.
O TRT admitiu o recurso de revista em relação à prescrição, por possível contrariedade á súmula 294 do TST.
À análise.
O recurso de revista é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado e a recorrente está isenta do preparo .
Inicialmente, cumpre salientar que a decisão de admissibilidade do presente recurso de revista é posterior a 15/4/2016, portanto, segue a nova sistemática processual estabelecida por esta Corte Superior a partir do cancelamento da Súmula 285/TST e da edição da Instrução Normativa 40/TST.
Assim, tem-se que é ônus da parte impugnar, mediante a interposição de agravo de instrumento, os temas constantes do recurso de revista que não foram admitidos, sob pena de preclusão.
No caso, verifica-se que a parte deixou de interpor agravo de instrumento em face da decisão do Tribunal Regional que não admitiu o seu recurso de revista em relação à negativa de prestação jurisdicional, razão por que fica inviabilizada a análise do apelo em relação a tais matérias, ante a preclusão.
Eis os termos do acórdão recorrido:

"A presente ação foi ajuizada em 29.03.2017, tendo a reclamante postulado a condenação do Município ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de incorreta conversão dos vencimentos de Cruzeiro Real para URV (Unidade Real de Valor) a partir de março de 1994 e reflexos consectários.

Na esteira do quanto decidido na origem, tenho que a prescrição aplicável ao caso é a total, de acordo com o entendimento consubstanciado na OJ 243 da SDI-I do TST: "Aplicável a prescrição total sobre o direito de reclamar diferenças salariais resultantes de planos econômicos."
Nesse sentido já decidiu esta turma por ocasião do julgamento de recurso ordinário interposto nos autos do processo de nº 0020951-94.2017.5.04.0741, em 10.10.2018, no qual atuei como Relator e do qual participaram as Desembargadoras Rosane Serafini Casa Nova e Laís Helena Jaeger Nicotti.
Nesses termos, entendo que a prescrição é total quando se discute diferenças salariais decorrentes de planos econômicos.
Nego provimento".
Encontra-se pacificado nesta Corte o entendimento de que se aplica a prescrição parcial às pretensões relativas às diferenças salariais decorrentes da conversão dos salários em URV, em razão do descumprimento das disposições contidas na Lei nº 8.880/94, nos termos da parte final da Súmula 294 do TST.
No mesmo sentido são os precedentes (destaques meus):

PRESCRIÇÃO. DIFERENÇAS SALARIAIS DECORRENTES DO EQUÍVOCO NA CONVERSÃO DOS SALÁRIOS EM URV. LEI Nº 8.880/94. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 294 DO TST. Esta Corte tem reiteradamente entendido que, tratando-se de pleito de diferenças salariais subsequentes à conversão do salário em URV, em razão do descumprimento das disposições contidas na Lei nº 8.880/94, incide a prescrição parcial, na esteira da Súmula nº 294, parte final, do TST, porquanto as diferenças salariais decorrentes da não observância da conversão do salário em URV encontram amparo na Lei nº 8.880/94, tratando-se, portanto, de lesão que se renova mês a mês. Recurso de revista não conhecido. (RR - 942-14.2013.5.15.0073, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 16/10/2015)

RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRESCRIÇÃO. DIFERENÇAS SALARIAIS. CONVERSÃO DOS SALÁRIOS EM URV. Prevalece na jurisprudência desta Corte Superior o entendimento de que a pretensão de pagamento de diferenças salariais decorrentes da conversão dos salários em URV está sujeita à prescrição parcial, nos termos da parte final da Súmula nº 294/TST. Compreende-se que tal pretensão encontra amparo na Lei nº 8.880/94, tratando-se, pois, de lesão que se renova mês a mês. Recurso de revista de que se conhece, por contrariedade à parte final da Súmula nº 294/TST, e a que se dá provimento. (RR - 1000037-53.2015.5.02.0050, Relator Desembargador Convocado: Ubirajara Carlos Mendes, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 20/04/2018)

RECURSO DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. CONVERSÃO DOS SALÁRIOS EM URV. LEI Nº 8.880/94. PRESTAÇÕES SUCESSIVAS. PRESCRIÇÃO PARCIAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 294/TST. Não obstante a jurisprudência desta Corte Superior tenha pacificado ser total a prescrição relativa a pretensões relacionadas a diferenças de "planos econômicos" (Plano Real, Plano Bresser, Plano Verão, etc), conforme OJ 243 da SDI-1, o fato é que, singularmente, veio a consagrar o entendimento de que, no caso das diferenças resultantes da conversão dos salários em URV, em face da Lei n. 8.880, de 1994, é parcial a prescrição. O fundamento é que, em se tratando de pedido de diferenças salariais subsequentes à conversão do salário em URV, em razão do descumprimento das disposições contidas na Lei 8.880/94, a prescrição a ser declarada é a parcial, pois se refere a ato que acarreta prejuízo que se renova mês a mês, em razão da ofensa à disposição legal. Inteligência da segunda parte da Súmula 294 do TST. Recurso de revista conhecido e provido. (RR - 46-24.2015.5.02.0085, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 05/05/2017)

"RECURSO DE REVISTA DO AUTOR . LEI 13.467/2017 . PRESCRIÇÃO. DIFERENÇAS SALARIAIS. CONVERSÃO DOS SALÁRIOS EM URV. SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CONSTATADA. Ao decidir pela prescrição total da pretensão atinente ao recebimento de diferenças salariais, decorrentes de suposto prejuízo gerado pela conversão dos salários do autor em URV, o Tribunal Regional contrariou a parte final da Súmula nº 294 do TST, uma vez que o pedido encontra respaldo no artigo 19, § 8º, da Lei nº 8.880/1994. Precedentes. Recurso de revista conhecido e provido. Superada esta questão e estando a causa madura , em observância ao Princípio da Celeridade Processual, na forma autorizada pelo artigo 1.013, § 4º, do CPC, adentra-se ao exame do mérito. A jurisprudência desta Corte Superior é a de que aos servidores públicos regidos pela CLT se aplica o disposto no artigo 19, e não a previsão do artigo 22 da Lei nº 8.880/1994, que se destina aos servidores em sentido estrito. Precedentes. Pedido julgado improcedente" (RR-1000076-94.2015.5.02.0003, 7ª Turma, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 28/08/2020).

II - RECURSO DE REVISTA. PRESCRIÇÃO. DIFERENÇAS SALARIAIS. CONVERSÃO DOS SALÁRIOS EM URV. EXCEÇÃO PREVISTA NA SÚMULA 294 DO TST. De acordo com a Súmula 294 do TST, tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei, hipótese dos autos, pelo que deve ser observada a prescrição parcial. Julgados da SBDI-1 desta Corte. Recurso de revista conhecido e provido. (RR - 1000037-94.2015.5.02.0004, Relator Ministro: Márcio Eurico Vitral Amaro, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 25/05/2018)

Assim sendo, ao manter a prescrição total da pretensão, o Tribunal Regional contrariou a parte final da Súmula nº 294 do TST.
CONCLUSÃO
À vista do exposto, com fundamento nos arts. 118, X, do Regimento Interno do TST, 932, III, IV e V, do CPC/2015, conheço do recurso de revista por contrariedade à Súmula 294 do TST, e, no mérito, dou-lhe provimento para afastar a prescrição total e determinar o retorno dos autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que julgue o pleito relativo às diferenças salariais decorrentes da incorreção na conversão da URV, como entender de direito.
Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0020242-46.2020.5.04.0291

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Recorrente	ERIC DOS SANTOS RAMOS

Advogado	Dr. Fúlvio Fernandes Furtado(OAB: 41172-A/RS)
Recorrido	GREFORTEC FORNOS INDUSTRIAIS E TRATAMENTO TERMICO LTDA
Advogada	Dra. Andressa Peres Gremes Pereira(OAB: 92937-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ERIC DOS SANTOS RAMOS
- GREFORTEC FORNOS INDUSTRIAIS E TRATAMENTO TERMICO LTDA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - RITO SUMARÍSSIMO

RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. TEMA INDICADO NA ÍNTEGRA.

Trata-se de recurso de revista interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, pela qual se deu parcial provimento ao recurso ordinário interposto pela reclamada, quanto ao seguinte tema ora impugnado: HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - RECLAMANTE BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA - CONDIÇÃO SUSPENSIVA.
Não foram apresentadas contrarrazões.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que a parte, em vez de indicar o respectivo trecho da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT, transcreveu a íntegra do tema analisado no acórdão, de forma que a exigência processual contida no dispositivo em questão não foi satisfeita.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Cabe destacar, quanto aos incrementos nas exigências processuais efetivados por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, notadamente no que diz respeito à indicação do trecho da decisão atacada que consubstancia o prequestionamento da questão controvertida apresentada no recurso de revista, que esta Corte tem entendido que tais condições possuem caráter cogente, de forma que o seu não atendimento implica o não conhecimento do respectivo recurso.
Citam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte: E-ED-ARR - 852-75.2014.5.05.0161, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 28/06/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 03/08/2018; AIRR - 1530-63.2013.5.10.0007, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 21/10/2015, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; Ag-AIRR - 1337-44.2012.5.19.0262, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 21/10/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 29/10/2015; AIRR - 1981-54.2013.5.08.0101, Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 21/10/2015, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015; AIRR - 1887-46.2010.5.03.0103, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 21/10/2015, 4ª Turma.
De outra parte, ressalvando-se a hipótese em que a decisão atacada seja lacônica, a transcrição da íntegra do acórdão recorrido, ou mesmo da parte do acórdão na qual o tema objeto do recurso foi analisado, não atende à exigência acrescentada pela Lei nº 13.015/2014, porquanto, em face da edição dessa lei, não se considera legítima a manutenção da prática de impugnação genérica e dissociada, que era usual na vigência do regramento anterior, sem que a parte tenha o cuidado de delimitar o respectivo trecho em que tenha sido apreciada a questão objeto do seu inconformismo.
Com efeito, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional, não bastando, assim, a transcrição integral do capítulo da decisão, relativo à análise da matéria impugnada.
Por fim, destaca-se que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto.
Ademais, a interposição de recurso não é considerada ato urgente, uma vez que é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.
Assim, não conheço do recurso de revista, com fundamento nos artigos 251, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho e 896, § 1º-A, da CLT.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010483-08.2020.5.15.0144

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICÍPIO DE PEDERNEIRAS
Procurador	Dr. Mathias Rebouças de Paiva e Oliveira
Agravado	ROSEMEIRE APOLINARIO DE ANDRADE
Advogada	Dra. Fernanda Prado Oliveira e Sousa(OAB: 233723-A/SP)
Advogado	Dr. Jayme de Oliveira e Sousa Neto(OAB: 285415-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE PEDERNEIRAS
- ROSEMEIRE APOLINARIO DE ANDRADE

Denegado seguimento ao recurso de revista pelo Tribunal Regional de origem, o reclamado interpõe agravo de instrumento.
Não foram apresentadas contraminuta e contrarrazões.
O Ministério Público do Trabalho opina pelo não provimento do agravo de instrumento, fls. 366/367.
É o relatório.
Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema renovado "FÉRIAS. QUITAÇÃO INTEMPESTIVA. PAGAMENTO EM DOBRO".
O reclamado insurge-se contra a condenação ao pagamento emdobrodeférias usufruídas pela reclamante.
O Regional, em sua decisão, registrou que:

"(...)
O recorrente alega que efetuou o pagamento dentro do prazo legal, em especial o terço constitucional.
Primeiramente, importante destacar que o Decreto condenatório abarca o terço constitucional somente do período aquisitivo 2015/2016, quanto ao mais, vejamos.
O aviso de férias encartado pelo próprio reclamado (Id. feb20f0 - Pág. 1), informa o pagamento das férias do período aquisitivo 2014/2015 em 30/09/215, antes do seu início em 13/10/2015, entretanto, os holerites de Id. b346223 e 8a7523d comprovam o pagamento a destempo, pois no mês 09/2015 consta o pagamento e o desconto das férias, e no mês 10/2015, o mesmo valor é lançado novamente como férias com data de crédito em 29/10/2015, ou seja, bem depois do seu início, evidenciando que a informação inserta no aviso de férias não é verdadeira.
Quanto ao período aquisitivo 2015/2016, o aviso de férias (Id. feb20f0 - Pág. 2), informa o pagamento das férias e 1/3 em 30/06/2016 (em 29/06/2016 conforme holerite - Id. eebc84f - Pág. 1), bem depois do seu início em 06/06/2016.
A situação do período aquisitivo 2016/2017 (20 dias) e (10 dias) é igual à de 2014/2015, ou seja, os avisos de férias informam pagamento anterior ao início das férias, mas os holerites dos meses 06 e 07/2017 e 11 e 12/2017 comprovam pagamento extemporâneo (Id. feb20f0 - Pág. 3 e 4, 28e8095, 14e1a9e, 4a16137 e 39dadb3).
Mesma situação para o período aquisitivo 2017/2018 (20 dias) - (Id. feb20f0 - Pág. 5, 574c09f e 9366d46). E quanto ao período aquisitivo 2017/2018 (10 dias), não há interesse recursal.
De efeito, restando incontroverso que o pagamento da remuneração das férias ocorreu fora do prazo fixado no Artigo 145, da CLT, inevitável a incidência da sanção prevista no Artigo 137, da CLT, conforme entendimento sedimentado nas Súmulas 450/TST e 52/TRT15, ressaltando que a administração pública, em todos os níveis, direta ou indireta, ao contratar empregados torna-se empregador comum, devendo obedecer irrestritamente à legislação obreira.
O entendimento é vigente e unânime nesta Câmara, conforme assentado nos Processos nº 011026-69.2019.5.15.0136 e 0011466-51.2019.5.15.0076 - Desembargador Relator Manoel Carlos Toledo Filho; processos nº 0011349-44.2019.5.15.0049 e 0010939-05.2019.5.15.0075 - Desembargadora Relatora Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza; processos nº 0011878-38.2019.5.15.0025 e 0010415-42.2020.5.15.0020 - Desembargadora Relatora Eleonora Bordini Coca; processos nº 0011672-28.2019.5.15.0153 e 0010728-40.2020.5.15.0040 - Desembargadora Relatora Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim.
(...)" (fls. 161/162 - g.n.)

A matéria ora debatida já se encontra pacificada na Súmula 450 do TST, sem nenhuma peculiaridade que pudesse justificar a sua não aplicação. Incide o óbice da Súmula 333 do TST e do art. 896, § 7º, da CLT.
Nesse contexto, nego provimento ao agravo de instrumento com fulcro no art. 118, X, do RITST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº ED-RR-0000673-23.2017.5.19.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Embargante	MARCIO LAGO SANTOS
Advogada	Dra. Luciana Souza de Mendonça Furtado(OAB: 46931/DF)
Embargado	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	Dra. Ana Carolina Guerreiro Fernandes Guzzo(OAB: 9323-B/AL)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- MARCIO LAGO SANTOS

O reclamante opõe embargos de declaração contra decisão em que dado provimento ao recurso de revista da reclamada para, com fundamento nos arts. 118, X, do Regimento Interno do TST e 932, III, IV e V, do CPC/2015, julgar improcedentes os pedidos iniciais (fls. 742/752).
Alega que o recurso de revista da reclamada é intempestivo, nos termos do art. 4º, §§ 2º, 3º e 4º, da Lei 11.419/2006. Afirma que "a publicação feita por meio de Diário Eletrônico (DEJT) prevalece sobre a intimação realizada via PJE". Sustenta, ainda, que o apelo da ECT não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I e III, da CLT.
Por meio do despacho de fl. 765, a parte embargada foi notificada para se manifestar, o que fez às fls. 767/771. Aduz que "o próprio sistema do PJE-T certificou que a intimação da ECT se deu via sistema". Alega que o embargante "não considera o tema da tempestividade com as peculiaridades que o caso requer, mormente, pela prática consolidada de intimação da ECT mediante sistema PJe e de publicação por meio do DEJT apenas para intimação da parte ex-adversa". Sustenta, por fim, que "o recurso traz corretamente o trecho suficiente ao prequestionamento negritado e traça o cotejo analítico de forma simples e bem estruturada".
Examino.
Constatada omissão quanto à tempestividade do apelo da reclamada, passo a saná-la.
Para fins de contagem do prazo recursal, à luz do disposto no art. 4º, § 2º, da Lei 11.419/2006, deve prevalecer a data da publicação no DEJT, porquanto, segundo o entendimento deste Tribunal Superior, a intimação mediante PJe não torna sem efeito a publicação realizada por meio do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.
Cito precedentes:

RECURSO DE EMBARGOS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.467/2017. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - CONTAGEM DO PRAZO - PREVALÊNCIA DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO JUDICIAL ELETRÔNICO. 1. Cinge-se a controvérsia em definir se, para efeitos de contagem de prazo processual, deve ser considerada a intimação operada no Diário Eletrônico de Justiça do Trabalho (DEJT) ou a intimação da parte pelo Processo Judicial Eletrônico (PJE). In casu, no acórdão recorrido foi adotado o entendimento de que a intimação pelo sistema PJE deve prevalecer sobre a intimação operada pelo Diário Eletrônico, rejeitando-se, por esta razão, a intempestividade do recurso de revista suscitada nas contrarrazões ao recurso de revista apresentadas pela reclamante. 2. O art. 4º, §2º, da Lei nº 11.429/2006 dispõe que "A publicação eletrônica na forma deste artigo substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal". Publicada no diário eletrônico a decisão, cabe à parte diligenciar no sentido da correta averiguação do prazo, não devendo se pautar nas informações disponibilizadas no Processo Judicial Eletrônico, o qual encerra, tão somente, uma funcionalidade do sistema de caráter informativo. 3. Os prazos indicados no Processo Judicial Eletrônico não têm o condão de suplantar a disposição legal expressa acerca da prevalência da publicação no diário eletrônico como critério de contagem dos prazos processuais. 4. Desse modo, deve prevalecer a intimação pelo Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), salvo se houver cadastramento da publicação de comunicações pelo sistema PJE, fato que não se identifica Na decisão recorrida. 5. Uma vez incontroverso que a decisão foi disponibilizada no DEJT em 31/07/2019, e sendo considerada a publicação em 01/08/2019, o prazo para interposição do recurso de revista findou-se em 12/08/2019. Considerando o fato de que o recurso de revista foi protocolado posteriormente, a decisão da Eg. Turma deve ser reformada para que seja declarada a ausência de pressuposto extrínseco de admissibilidade, no caso, a tempestividade, tendo por consequência, o não conhecimento do recurso de revista da Caixa Econômica Federal. Recurso de embargos conhecido e provido. (E-ED-RR - 1043-12.2017.5.10.0021, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 18/11/2021, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 17/12/2021)

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTEMPESTIVIDADE. ART. 2º DA LEI 11.419/2006. PUBLICAÇÃO DA DECISÃO EM DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO. TERMO INICIAL DO PRAZO RECURSAL. (SÚMULA 333 DO TST). Na hipótese, para fins de contagem de prazo recursal, à luz do disposto no art. 4º, § 2º, da Lei11.419/2006, deve prevalecer a data da publicação no DEJT, porquanto, segundo o entendimento deste Tribunal Superior, a intimação mediante PJe não torna sem efeito a publicação realizada por meio do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho. Nesse contexto, deve ser mantida a decisão que denegou seguimento ao agravo de instrumento, a qual considerou intempestivo o recurso de revista porquanto o Acórdão foi disponibilizado no DEJT em 14/02/2019 (quinta-feira), considerando-se publicado no dia 15/02/2019 (sexta-feira). Portanto, considerando que o prazo recursal é de 16 dias, que teve início em 18/02/2019 (segunda-feira), verifica-se que o prazo recursal terminou em 11/03/2019 (segunda-feira). Não prospera o agravo da parte, dadas as questões jurídicas solucionadas na decisão agravada. Em verdade a parte só demonstra o seu descontentamento com o que foi decidido. Precedentes. Não merece reparos a decisão. Agravo não provido. (Ag-AIRR - 1000891-83.2016.5.02.0059, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 23/09/2020, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 25/09/2020)

Nesse contexto, deve ser reconhecida a intempestividade do recurso de revista. O acórdão regional foi considerado publicado no DEJT em 29/8/2018 (fl. 627). Contudo, o recurso de revista foi interposto pela ECT apenas em 2/10/2018 (fl. 704).
Acolho os embargos de declaração, com efeito modificativo, para não conhecer do recurso de revista da reclamada, por intempestividade.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-1001701-70.2019.5.02.0021

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	REGINA BRACCO
Advogado	Dr. Marcos Ralston de Oliveira Rodeguer(OAB: 164775-A/SP)
Recorrido	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado	Dr. Sérgio Soares Barbosa(OAB: 79345-A/SP)
Advogado	Dr. José Correia Neves(OAB: 105229-A/SP)
Advogado	Dr. Ricardo Pollastrini(OAB: 183223-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- REGINA BRACCO

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que deu provimento ao recurso ordinário da reclamada, para "acolher a tese da prescrição total e extinguir o processo com resolução do merito, nos termos do inciso II do art. 487 do CPC".
Irresignada, a reclamante interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivo da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema da prescrição, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (artigo 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado e a reclamante está isenta do preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

"1.1- Da prescrição
Recorre Reclamada contra r. decisão de origem que rejeitou preliminar de prescrição nuclear arguida em defesa. Sustenta que termo inicial do prazo prescricional para cobrança do auxílio alimentação na base de cálculo da complementação de aposentadoria da data da extinção do contrato de trabalho havida em 08/12/2000 que "nunca recebeu obreira, depois de seu

desligamento da reclamada verba agora pretendida. Dezenove anos! (fl. 1112 1d eódf34b).
À análise.
Do processado, vê-se que, conforme anotação contida na CTPS, autora foi admitida em 03/04/1978 dispensada em 08/12/2000 (fl.63 Id b103c97), tendo obtido aposentadoria por tempo de contribuição em 17/05/2007 (fl. 65 Id b7cdb27).
Confira-se respeito recente entendimento da SDI-II do C. TST:
CAIXA ECONOMICA FEDERAL CEF. EXTENSÃO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. PRESCRIÇÃO. ACTIO NATA SUPRESSÃO DO BENEFÍCIO NO MOMENTO DA CONCESSÃO DA APOSENTADORIA OU PENSÃO. VIOLAÇÃO LITERAL DE LEI. ERRO DE FATO. DOCUMENTO NOVO. DOLO DA PARTE VENCEDORA. 1.1 Acórdão rescindendo em que fixada tese de que, embora descontinuação do pagamento do auxílio-alimentação, consoante petição inicial da reclamação trabalhista, tenha ocorrido no momento das aposentadorias dos reclamantes, restou consumada prescrição quinquenal, porque ato que determinou supressão abstrata do pagamento do benefício aposentados pensionistas operou efeitos partir de janeiro de 1995. Logo, como reclamação trabalhista foi ajuizada em 4/8/2000, considerando prazo quinquenal desde alteração contratual, conforme Súmula 294 do TST, consumada estava prescrição. 1.2 TST firmou jurisprudência no sentido de que termo inicial para contagem do prazo prescricional da pretensão de extensão do auxílio-alimentação da Caixa Econômica aos aposentados pensionistas cujos contratos de trabalho dos empregados segurados tenha se firmado antes do Ofício CAORI/CISET/MF/nº 0103/1870, de 30/12/94, consiste na data em que pagamento do benefício descontinuado, ou seja, no momento da concessão da aposentadoria ou da pensão, não na data em que norma revogadora passa produzir efeitos gerais abstratos, saber, janeiro de 1995, devendo perquirir-se caso momento da supressão. 1.3 Nesse quadro, revela-se caracterizada violação do art. 189 do Código Civil, impondo-se procedência da ação rescisória. Recurso ordinário conhecido provido. JUÍZO RESCISÓRIO. CAIXA ECONOMICA FEDERAL CEF. PRESCRIÇÃO. EXTENSÃO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS APOSENTADOS PENSIONISTAS. 2.1 Para os reclamantes que, ao tempo do ajuizamento da reclamação trabalhista, os contratos de trabalho estavam extintos jamais haviam recebido auxílio-alimentação na inatividade, deve ser observada prescrição bienal. Assim, como reclamação trabalhista foi ajuizada em 4/8/2000 os contratos dos aludidos reclamantes foram extintos após 4/8/98, não restou consumada prescrição. 2.2 No que tange aos reclamantes em relação aos quais não há notícia de extinção do contrato de trabalho ou se trata de pensionista, deve ser observada prescrição quinquenal contada da data da aposentadoria ou da concessão da pensão, que, na hipótese, são posteriores 4/8/95, devendo ser rechaçada prescrição quinquenal. 2.3 Em relação ao único reclamante cujo contrato de trabalho foi extinto em janeiro de 1995, data em que também foi concedida aposentadoria, restou consumada prescrição bienal, considerando que ajuizamento da ação ocorreu 4/8/2000 e, ainda que se entendesse pela prescrição quinquenal, melhor sorte não assistiria ao trabalhador. Prescrição mantida apenas quanto pretensão do litisconsorte aposentado em janeiro de 1995. (RO-350-42.20115.05.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relatora Ministra Delaide Miranda Arantes, DEJT 30/08/2019 grifos nossos).
No caso concreto, há uma particularidade no cômputo do prazo prescricional, eis que se trata de lesão pós-contratual, operada muito tempo depois da extinção do contrato de trabalho. lesão (actio nata) ocorreu ao tempo da concessão da aposentadoria por tempo de contribuição (17/05/2007). Melhor esclarecendo, início da contagem do prazo prescricional, em se tratando de pretensão extensão do auxílio alimentação ao aposentado, coincide com data da concessão da aposentadoria, já que, enquanto na inativa, jamais recebeu verba em questão.
Resta saber, contudo, se à época da propositura da ação distribuída em 16/12/2019 (fl. Id 03572da) já havia consumado prazo prescricional.
Eis questão. Na hipótese concreta, quer se conclua ser de dois anos prescrição cabível, quer se entenda ser quinquenal, em ambos os casos ação encontra-se prescrita, posto que, como se disse, foi proposta dezenove anos após início da contagem do prazo. Confiram-se, a respeito, as seguintes decisões do C. TST:

RECURSO DE REVISTA (...) PRESCRIÇÃO COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 1. Quanto aos pensionistas empregados que se aposentaram anteriormente a 1995 que vinham percebendo auxílio-alimentação na complementação de aposentadoria ou pensão, decorrente da supressão renova-se cada vencimento, aplicando-se prescrição parcial, consoante entendimento da Súmula nº 327. 2. Aos demais Reclamantes, que se aposentaram ou tiveram concedida pensão posteriormente à data em que o pagamento do auxílio-alimentação aos aposentados pensionistas foi suprimido, prescrição aplicável total, lesão, aqui, não se renova mês a mês, mas faz-se sentir em um único preciso momento, data da aposentadoria dos Autores. Nesse sentido, entendimento consolidado pela Súmula nº 326/TST. (...) (RR-85400-49.20055.04.0008, Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 8ª Turma, DEJT 11/9/2009 grifos nossos)

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA CAIXA ECONOMICA FEDERAL. PRESCRIÇÃO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. Não se verifica indigitada contrariedade súmula 294 deste Tribunal, pois, embora alteração tenha ocorrido em 1995, efetiva lesão ao direito se perpetrou no momento da aposentadoria dos reclamantes, ocasião em que deixaram de receber auxílio-alimentação, que recebiam enquanto estavam na ativa (...) (RR-36700-57.2005503.0109, Rel. Min. João Batista Brito Pereira, 5ª Turma, DEJT 21/5/2010 grifos nossos)

RECURSO DE REVISTA. (...) PRESCRIÇÃO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. Regional corretamente analisou questão sob perspectiva da actio nata considerando data da aposentadoria da obreira como marco prescricional, pois fora partir daí que ela efetivamente passou sofrer os efeitos lesivos da alteração regulamentar Recurso de revista não conhecido. (...) (RR-120000-21.2009.5.04.0020, Rel. Desembargador Convocado Fábio Túlio Correia Ribeiro, 6ª Turma, DEJT 19/10/2018 grifos nossos)

Assim, considerando que auxílio alimentação foi suprimido juntamente com concessão da aposentadoria, em 17/05/2007, ajuizada presente reclamatória somente em 16/12/2019, prescrição indiscutivelmente restou consumada.
Nesse contexto, considero prejudicada discussão acerca da natureza jurídica da parcela, bem como da integração do benefício na complementação de aposentadoria.
Reformo, pois r. decisão de origem, para extinguir processo com resolução do mérito, nos termos do inciso II do art. 487 do CPC, aplicado subsidiariamente ao Processo do Trabalho, por força do art. 769 da CLT." - destaquei.

A reclamante pretende a reforma do acórdão para afastar a prescrição. Sustenta que "em se tratando de pedido de diferenças de complementação de aposentadoria, a prescrição aplicável é a parcial". Ao final requer seja afastada a prescrição declarada e devolvidos os autos à Turma de origem para a apreciação do mérito.
Aponta que a decisão do TRT violou o art. 5º XXXVI da Constituição Federal, bem como contrariou a Súmula 327 desta Corte e ainda aponta divergência jurisprudencial.
O Regional registra que o auxílio alimentação foi suprimido juntamente com concessão da aposentadoria, em 17/05/2007, e que a presente ação foi ajuizada em 16/12/2019.
Trata-se, portanto, de pretensão de restabelecimento de parcela que foi paga pelo empregador e suprimida posteriormente, a partir da aposentadoria. Assim, não se trata de ato único da empregadora, mas de sucessiva lesão, que se renova mês a mês, a cada vez que não paga a parcela em comento, na aposentadoria.
Esta Corte já pacificou o entendimento quanto a esta questão, com a Súmula 327, que assim dispõe:

"SUM-327 COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO PARCIAL (nova redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011.
A pretensão a diferenças de complementação de aposentadoria sujeita-se à prescrição parcial e quinquenal, salvo se o pretenso direito decorrer de verbas não recebidas no curso da relação de emprego e já trata-se do restabelecimento de parcela paga pelo empregador, suprimida, posteriormente, a partir da aposentadoria.alcançadas pela prescrição, à época da propositura da ação".

Cito precedentes desta 2ª Turma, neste mesmo sentido:

"(...) RECURSOS DE REVISTA INTERPOSTOS PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF E PELA FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF . IDENTIDADE DE MATÉRIAS. ANÁLISE CONJUNTA . RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PRESCRIÇÃO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. PRESCRIÇÃO PARCIAL E QUINQUENAL. NOVA REDAÇÃO DA SÚMULA Nº 327 DO TST. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 294 DO TST. Diante do posicionamento consolidado nesta Corte superior, aprovado na sessão do Tribunal Pleno de 24/5/2011, em decorrência das discussões travadas na "Semana do TST", realizada de 16 a 20 de maio daquele ano, a prescrição da pretensão às diferenças de complementação de aposentadoria será sempre parcial e quinquenal. A única exceção ocorrerá quando o pleito se referir à repercussão, no cálculo do valor da complementação, de pretensos direitos que já estavam prescritos na data da propositura da ação, como já preconizava a Orientação Jurisprudencial nº 156 da SbDI-1 desta Corte, que, não por acaso, foi cancelada naquela mesma sessão, em virtude da incorporação de seu teor na nova redação da Súmula nº 327 do TST, que assim passou a dispor: "A pretensão a diferenças de complementação de aposentadoria sujeita-se à prescrição parcial e quinquenal, salvo se o pretenso direito decorrer de verbas não recebidas no curso da relação de emprego e já alcançadas pela prescrição, à época da propositura da ação". Os reclamantes pretendem receber diferenças de complementação de aposentadoria correspondente ao auxílio-alimentação, verba que era paga na vigência do contrato de trabalho. Não se trata, pois, da ocorrência de ato único da empregadora, mas de sucessiva lesão, que se renova mês a mês, ou seja, quando se deixou de pagar a citada parcela na aposentadoria. Nessa esteira, a conduta patronal não se limita a um único evento, produzindo violações mensais sucessivas do direito subjetivo do obreiro. Essa conclusão torna inaplicável ao caso a primeira parte da Súmula nº 294 desta Corte, que determina a prescrição total das pretensões referentes a prestações sucessivas decorrentes de alteração do pactuado. Assim, não incide a prescrição total prevista na Súmula nº 294 do TST, mas a parcial estabelecida na Súmula nº 327 do TST. Recursos de revista não conhecidos. (...)" (ARR-1596-88.2011.5.01.0031, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 02/08/2021).

"RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO RECLAMANTE. RITO SUMARÍSSIMO. RECURSO REGIDO PELO CPC/2015, PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/2016 DO TST E PELA LEI Nº 13.467/2017. PRESCRIÇÃO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. PRESCRIÇÃO PARCIAL E QUINQUENAL. NOVA REDAÇÃO DA SÚMULA Nº 327 DO TST. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 294 DO TST. Diante do novo posicionamento consolidado nesta Corte superior, aprovado na sessão do Tribunal Pleno de 24/5/2011, em decorrência das discussões travadas na "Semana do TST", realizada de 16 a 20 de maio daquele ano, a prescrição da pretensão às diferenças de complementação de aposentadoria será sempre parcial e quinquenal. A única exceção ocorrerá quando o pleito se referir à repercussão, no cálculo do valor da complementação, de pretensos direitos que já estavam prescritos na data da propositura da ação, como já preconizava a Orientação Jurisprudencial nº 156 da SbDI-1 desta Corte, que, não por acaso, foi cancelada naquela mesma sessão, em virtude da incorporação de seu teor na nova redação da Súmula nº 327 do TST, que assim passou a dispor: "A pretensão a diferenças de complementação de aposentadoria sujeita-se à prescrição parcial e quinquenal, salvo se o pretenso direito decorrer de verbas não recebidas no curso da relação de emprego e já alcançadas pela prescrição, à época da propositura da ação". Os reclamantes pretendem receber diferenças de complementação de aposentadoria correspondente ao auxílio-alimentação, verba que era paga na vigência do contrato de trabalho. Não se trata, pois, da ocorrência de ato único da empregadora, mas de sucessiva lesão, que se renova mês a mês, ou seja, quando se deixou de pagar a citada parcela na aposentadoria. Nessa esteira, a conduta patronal não se limita a um único evento, produzindo violações mensais sucessivas do direito subjetivo do obreiro. Essa conclusão torna inaplicável ao caso a primeira parte da Súmula nº 294 desta Corte, que determina a prescrição total das pretensões referentes a prestações sucessivas decorrentes de alteração do pactuado. Assim, não incide a prescrição total prevista na Súmula nº 294 do TST, mas a parcial estabelecida na Súmula nº 327 do TST. Recurso de revista conhecido e provido. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. NATUREZA JURÍDICA E COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. A parcela auxílio-alimentação foi concedida aos empregados da CEF mediante Resolução da Diretoria com vigência a partir de janeiro de 1971. Em 1975, o benefício foi estendido aos aposentados e pensionistas, situação que permaneceu até fevereiro de 1995, quando suprimida a vantagem. A reclamada aderiu ao Programa de Alimentação do Trabalhador em 20/5/1991. Constata-se da petição inicial que os reclamantes foram admitidos em 17/12/1979, portanto, antes da vigência da norma coletiva que estabeleceu a natureza indenizatória do auxílio-alimentação. O

benefício, uma vez instituído pela empresa, pago de forma habitual, incorpora-se ao contrato de trabalho de seus empregados, por possuir natureza salarial. Relativamente ao caso específico da supressão do pagamento do auxílio-alimentação para os aposentados da Caixa Econômica Federal, esta Corte firmou entendimento sobre o tema nos termos da Orientação Jurisprudencial Transitória nº 51 da SbDI-1 - antiga Orientação Jurisprudencial nº 250 da SbDI-1 -, que assim dispõe: "a determinação de supressão do pagamento de auxílio-alimentação aos aposentados e pensionistas da Caixa Econômica Federal, oriunda do Ministério da Fazenda, não atinge aqueles ex-empregados que já percebiam o benefício" . Embora a Orientação Jurisprudencial Transitória nº 51 se refira, expressamente, " aos ex-empregados que já percebiam o benefício ", tem aplicação extensivamente àqueles empregados que não chegaram a receber a verba na aposentadoria, visto que tem por fundamento exatamente a Súmula nº 51 do TST. Resulta, então, ser irrelevante o fato de os reclamantes terem se aposentado após a supressão do pagamento da parcela, porquanto o direito em questão, instituído contratualmente e mantido por vários anos, havia se incorporado ao seu contrato de trabalho, não podendo ser desconsiderado no momento da aposentadoria. Logo, a posterior alteração da natureza jurídica do auxílio-alimentação para indenizatória, mesmo que por força de norma coletiva e adesão da empresa ao PAT, não poderia atingir os empregados anteriormente admitidos, pois violaria o disposto nos artigos 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal e 9º e 468 da CLT, além de contrariar o entendimento jurisprudencial, consubstanciado na Súmula nº 51, item I, desta Corte. Pautando-se na jurisprudência pacificada nesta Corte, conclui-se que os reclamantes, admitidos em data anterior ao acordo coletivo de trabalho, fazem jus ao pagamento da parcela em questão, sem alteração da sua natureza jurídica reconhecida inicialmente, pois, à época da admissão, a aludida parcela detinha natureza salarial. Assim, para o reclamante pouco importa a alteração efetuada posteriormente, até porque essa modificação configura violação dos termos do artigo 468 da CLT. Por sua vez, a Súmula nº 241 desta Corte estabelece que " o vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais ". Salienta-se que a matéria em discussão já se encontra pacificada no âmbito da SbDI-1, com a edição da Orientação Jurisprudencial nº 413, in verbis: "AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. ALTERAÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA. NORMA COLETIVA OU ADESÃO AO PAT. A pactuação em norma coletiva conferindo caráter indenizatório à verba ' auxílio-alimentação' ou a adesão posterior do empregador ao Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT - não altera a natureza salarial da parcela, instituída anteriormente, para aqueles empregados que, habitualmente, já percebiam o benefício, a teor das Súmulas nos 51, I, e 241 do TST". Recurso de Revista conhecido e provido " (RR -17719-24.2017.5.16.0003, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 12/03/2021).

Assim, de acordo com o entendimento vertido na Súmula 327 do TST, não incide ao caso, a prescrição total.

CONCLUSÃO

À vista do exposto, com fundamento nos artigos 118, X, do Regimento Interno do TST, 932, III, IV e V, do CPC/2015, conheço do recurso de revista por contrariedade à Súmula 327 do TST, e, no mérito, dou-lhe provimento para afastar a declaração pelo Regional da prescrição total e restabelecer a sentença que pronunciou prescritas as pretensões anteriores a 16 de dezembro de 2014, determinado o retorno dos autos ao TRT de origem, para o julgamento do mérito, como entender de direito. Custas inalteradas. Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº ED-AIRR-0000807-08.2016.5.09.0091

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Embargante	SABARÁLCOOL S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL
Advogado	Dr. Emanuel Humberto de Oliveira Bueno(OAB: 56015-A/PR)
Advogado	Dr. Marcione Pereira dos Santos(OAB: 17536-D/PR)
Advogado	Dr. Vanessa de Lima Venturini(OAB: 63922-A/PR)
Advogado	Dr. João Paulo Soares(OAB: 71458-A/PR)
Embargado	VALMIR SILVANO DE BARROS
Advogada	Dra. Terezinha Uhren(OAB: 43355-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- SABARÁLCOOL S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL
- VALMIR SILVANO DE BARROS

Este relator negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela executada, em razão de esta não haver cuidado em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos por ela indicados, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT. Inconformada, a executada interpõe embargos de declaração, em que traz tão somente alegações pertinentes à questão de fundo apresentada no recurso de revista, referente à multa cominatória que lhe foi aplicada, sem nada mencionar quanto ao fundamento específico da decisão agravada, qual seja a ausência de impugnação analítica dos dispositivos da Constituição Federal indicados como violados.

Veja-se que o despacho denegatório é cristalino ao dispor que "a parte não cuidou em demonstrar analiticamente, a ofensa aos dispositivos da Constituição Federal por ela indicados, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT." (pág. 1 da decisão embargada).

A executada, conforme mencionado, não expendeu qualquer comentário a respeito do fundamento da decisão denegatória, apresentando, em seus embargos de declaração, frisa-se, somente alegações atinentes à questão meritória apresentada nas razões do seu recurso de revista.

Nesse contexto, não havendo omissão alguma a ser sanada na decisão embargada, verifica-se que os embargos de declaração interpostos pela executada mostram-se meramente procrastinatórios, porquanto a parte apresenta alegação de omissão de questão que sequer chegou a ser analisada na decisão embargada, em virtude do descumprimento de requisito processual imprescindível para o julgamento da demanda.

Assim, proclamando-se meramente protelatórios os embargos de declaração, condena-se a executada a pagar a multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do CPC de 2015 c/c artigo 769 da CLT, equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, em favor do exequente.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº ED-AIRR-0175140-55.2000.5.01.0047

Processo Nº ED-AIRR-01751/2000-047-01-40.4

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Embargante	CLÁUDIO DO CARMO NOGUEIRA
Advogado	Dr. José Eymard Loguércio(OAB: 1441/DF)
Embargado	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Antônio Jonas Madruga(OAB: 12195-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CLÁUDIO DO CARMO NOGUEIRA

A Vice-Presidência desta Corte, após decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE-589.998, determinou o retorno do ED-AIRR-175140-55.2000.5.01.0047 à Segunda Turma, para eventual exercício do juízo de retratação (pág. 922), relativo ao acórdão (págs. 758-766) relatado pelo Exmo. Desembargador Luiz Carlos Gomes Godoi.

Em resposta ao ofício da Secretaria da 2ª Turma (pág. 925), que solicitou os autos do processo principal, a 47ª VT do Rio de Janeiro - RJ informou que os autos do processo solicitado "foram inutilizados juntamente com os do processo principal de nº 175100.7.2000.5.01.0047, em março de 2014, após terem sido arquivados com baixa em 9/11/2007" (pág. 927).

O Presidente da Segunda Turma encaminhou os autos à Secretaria -Geral Judiciária - SEGJUD "para o restabelecimento dos registros correspondentes" (pág. 933).

Desse modo, o Secretário-Geral Judiciário, com apoio no "art. 1º, inc. I, do Ato SEGJUD.GP n.º 90/2018", determinou: "a) à Coordenadoria de Cadastramento Processual o restabelecimento dos registros relativos ao Processo nº TST-ED-AIRR-175140-55.2000.5.01.0047; b) à Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos a reautuação do feito para que passe a tramitar nesta Corte sob o nº TST-ED-AIRR-175140-55.2000.5.01.004; c) o encaminhamento dos autos do Processo TST-ED-AIRR-175140-55.2000.5.01.0047 à Secretaria-Geral Judiciária para remessa à Secretaria da 2ª Turma" (pág. 937). Cumpridas as determinações pela Coordenadoria de Cadastramento Processual (pág. 939) e pela Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos (pág. 940), os autos foram encaminhados à Segunda Turma (pág. 941) e redistribuídos, mediante sorteio, a este Relator (pág. 944). Os autos do Processo AIRE - 2634000-20.2007.5.99.0000 (agravo interposto pelo reclamante contra a denegação do seu recurso extraordinário) foram apensados aos autos, conforme certidão de pág. 943.

Desse modo, nos termos do artigo 714 do CPC, determina-se à Secretaria da Segunda Turma que proceda à citação das partes interessadas, nos termos do referido dispositivo legal, para apresentação de cópias de documentos que estiverem em seu poder, relativamente ao processo inutilizado na Vara de origem (175100.7.2000.5.01.0047), que entendam necessários para a reconstituição do feito e relevantes para o deslinde da controvérsia, no prazo de 10 (dez) dias.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº ED-AIRR-1000316-35.2020.5.02.0027

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Embargante	THAYNA CAROLINE BAGGIO DE ANDRADE
Advogado	Dr. Thiago de Carvalho Pradella(OAB: 344864-A/SP)
Embargado	TELEPERFORMANCE CRM S.A.
Advogado	Dr. Otávio Pinto e Silva(OAB: 93542/SP)
Advogado	Dr. Thiago Mahfuz Vezzi(OAB: 228213 -A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- TELEPERFORMANCE CRM S.A.
- THAYNA CAROLINE BAGGIO DE ANDRADE

Este relator negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela reclamante, em razão de esta, a despeito de a causa demandar sob a regência do rito sumaríssimo, não ter indicado nenhuma das hipóteses prevista no artigo 896, § 9º, da CLT, passíveis de propiciar o processamento do recurso de revista que tramita sob esse rito processual.

Constou da decisão embargada, também, que o tema referente aos honorários advocatícios não foi renovado nas razões do agravo de instrumento e, dessa forma, não foi analisado naquela decisão.

A reclamante interpõe embargos de declaração em que aponta omissão na decisão embargada, uma vez que, sob o seu ponto de vista, o tema foi, sim, renovado nas razões do agravo de instrumento.

Inicialmente, insta esclarecer que a finalidade dos embargos de declaração é tão somente sanar contradições, omissões ou obscuridades na análise dos temas trazidos validamente à tutela jurisdicional ou nos casos em que há manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso, como preceitua o artigo 897-A da CLT.

Da análise da petição de agravo de instrumento da reclamante, verifica-se que o tema dos honorários advocatícios, de fato, não foi renovado nas razões do agravo de instrumento.

Inaplicável à hipótese, portanto, a desconsideração do vício detectado na decisão agravada.

Nesse contexto, não se constata omissão nenhuma a ser sanada na decisão impugnada.

Diante do exposto, nego provimento aos embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº RR-0020337-23.2018.5.04.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	LIQ CORP S.A.
Advogado	Dr. Arilo Barroso Alcântara Filho(OAB: 58424-A/RS)
Recorrido	MARIA MADALENA DE AZEVEDO
Advogado	Dr. João Vilceu Vieira Soares Júnior(OAB: 67545-A/RS)
Advogado	Dr. Wagner Alessanderson Goncalves de Oliveira(OAB: 108798-A/RS)
Recorrido	CLARO S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	Dr. Antônio Graeff Martins(OAB: 53981/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO S.A.
- LIQ CORP S.A.
- MARIA MADALENA DE AZEVEDO

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto aos temas diferenças salariais e honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto apenas em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Inicialmente, cumpre salientar que a decisão de admissibilidade do presente recurso de revista é posterior a 15/4/2016, portanto, segue a nova sistemática processual estabelecida por esta Corte Superior a partir do cancelamento da Súmula 285/TST e da edição da Instrução Normativa 40/TST.
Assim, tem-se que é ônus da parte impugnar, mediante a interposição de agravo de instrumento, os temas constantes do recurso de revista que não foram admitidos, sob pena de preclusão.
No caso, verifica-se que a parte deixou de interpor agravo de instrumento em face da decisão do Tribunal Regional que não admitiu o seu recurso de revista quanto ao tema "diferenças salariais", razão por que fica inviabilizada a análise do apelo em relação a esta matéria, ante a preclusão.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Embora a presente demanda tenha sido ajuizada já sob a égide da Lei nº 13.467/2017, que introduziu expressamente na seara laboral os honorários sucumbenciais devidos ao patrono da parte vencedora (art. 791-A e parágrafos), entendo inaplicável tal condenação ao reclamante quando beneficiário da justiça gratuita, sob pena de engessamento do direito de ação, constitucionalmente assegurado a todos os indivíduos, sobretudo nesta justiça especializada, cujos autores, na sua imensa maioria, dependem da Justiça gratuita para estar em juízo.
Além disso, considero inaceitável o permissivo constante no art. 791-A, 84º da CLT, no sentido de que o pagamento dos honorários sucumbenciais devidos pelo trabalhador hipossuficiente sejam adimplidos com os créditos auferidos em ação trabalhista, uma vez que os direitos perseguidos nestas ações, em sua grande maioria, detém nítida natureza alimentar, destinando-se inevitavelmente à sobrevivência do demandante e dos seus familiares sendo, portanto, impenhoráveis, dada a impossibilidade de constrição de verbas de cunho salarial, a teor do que se extrai do art. 833, IV do CPC. E mais, por tais créditos deterem referido caráter salarial, a sua retenção para satisfação de honorários advocatícios viola por completo os direitos fundamentais à assistência judiciária gratuita e integral (dever do Estado) e a intangibilidade salarial, previstos, respectivamente, nos arts. 5º, LXXIV e 7º, X da Constituição Federal.
Destaco, ainda, as disposições constantes na Convenção 95 da OIT, ratificada pela República Federativa do Brasil, por meio do Decreto 41.721/57 (em especial os artigos 1º e 10).
(...)
No entanto, ressalvado meu entendimento acima exposto, acompanho o entendimento majoritário do Colegiado e dou parcial provimento ao recurso ordinário para suspender a exigibilidade, nos termos do art. 791-A, $ 4º, da CLT, sendo que, somente após a liquidação do crédito, o Juiz da Execução deverá verificar, a partir da análise da real situação de beneficiário da justiça gratuita, se persiste, ou não, a condição de hipossuficiência, vedada a compensação dos valores devidos com créditos obtidos nesta ou em outras ações.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT.
A Corte Regional concluiu pela suspensão da exigibilidade dos honorários, relegando ao Juízo da Execução, após a liquidação do crédito, o exame da condição de hipossuficiência do reclamante.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.

Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1000792-52.2019.5.02.0013

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
Procurador	Dr. Caio Leão Câmara Felga
Agravado	ANA CAROLINA DOS REIS RUIZ E OUTROS
Advogado	Dr. Moacir Aparecido Matheus Pereira(OAB: 116800-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA CAROLINA DOS REIS RUIZ E OUTROS
- HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP

Denegado seguimento ao recurso de revista pelo Tribunal Regional do Trabalho de origem, o executado interpõe agravo de instrumento (fls. 632/638).
Contraminuta às fls. 644/651 e contrarrazões às fls. 652/668..
É o relatório.
Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema renovado "EXECUÇÃO. PRÊMIO INCENTIVO. PERCENTUAL APLICADO. COISA JULGADA. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL".
O executado pugna pelo deferimento de apenas 50% do prêmio incentivo, referente a parcela fixa do benefício. Afirma que o percentual de avaliação variável somente pode ser deferido por avaliação realizada exclusivamente pela Administração Pública, vedada a intervenção do Poder Judiciário. Aduz a violação à coisa julgada pela não observância da coletiva n°0246500-47.2008.5.02.0013. Indica violação dos arts. 2º, 5º, XXXVI, 37, caput e X, da CF.
Sem razão.
O Regional decidiu:

"A questão se restringe, portanto, à conferência e interpretação do título executivo com respeito ao percentual do prêmio incentivo.
À análise.
A petição inicial pugnou pelo pagamento do prêmio incentivo, com fundamento na Lei Estadual nº 8.975/1994, sem mencionar o percentual pretendido.
A sentença deferiu o pedido nos seguintes termos: "(ii) condenar a reclamada ao pagamento do Prêmio de Incentivo, observada a prescrição declarada e conforme for apurado em liquidação por artigos, aos empregados referidos no item (i)" (fls. 69), sendo que o acórdão manteve a decisão de primeiro grau.
Apenas na fase de liquidação de sentença, houve discussão quanto ao percentual.
Pela leitura da inicial referente a ação coletiva ajuizada pelo sindicato representativo da categorial profissional, o SINDSAÚDE em face do HCFMUSP, a entidade sindical indicou a Lei Estadual nº 8.975/1994, bem como o seu respectivo Decreto nº 41.794/1997.
A causa de pedir indicou a origem legal do título, além do percentual de 100% (cem por cento), mencionando de forma expressa o disposto no art. 3º do referido ato normativo (Decreto nº 41.794/1997), que indica a decomposição do prêmio por uma parcela fixa correspondente a no máximo 50% (cinquenta por cento), conforme inciso I, e de outra parcela variável correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) resultante de avaliação individual da chefia imediata do servidor mais 25% (vinte e cinco por cento) resultante da avaliação institucional por uma Comissão (incisos II e III).
A sentença de mérito proferida na ação civil pública, consoante o tópico "i" é expressa no sentido de declarar o direito dos empregados públicos da reclamada ao recebimento do prêmio incentivo.
Por regra, de acordo com o art. 95 da Lei nº 8.078/1990 (CDC), em se tratando de direitos individuais homogêneos, em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.
A sentença coletiva não estabelece quem são os credores e o respectivo montante dos créditos (danos), visto que seu objetivo e conteúdo é apenas estabelecer a responsabilidade genérica do responsável pela violação aos direitos individuais homogêneos. Logo, a liquidação de sentença coletiva (direitos individuais homogêneos) objetivará a demonstração e apuração: (a) de fatos e alegações pertinentes ao dano sofrido por cada titular; (b) do nexo de causalidade entre o dano indicado pelo titular e a situação genérica descrita no corpo da sentença coletiva; (c) dos valores relacionados com a dimensão pecuniária do dano sofrido.
Os Autores apresentaram cálculos com base no percentual de 100% (cem por cento), enquanto a Reclamada indicou percentual de 50% (cinquenta por cento).
A decisão agravada acolheu o percentual indicado pela reclamada, visto que em sua impugnação, de forma objetiva, indicou que o percentual de 50% (25% + 25%) depende de avaliação individual e institucional, não podendo, assim, haver a concessão destes percentuais sob pena de configurar violação à Lei Magna.
Como o título judicial transitado em julgado não aponta, de forma expressa, o percentual, contudo, é explícito na declaração do direito a percepção do benefício, a questão deve ser analisada à luz dos dispositivos legais que regulam o prêmio incentivo.
Pondere-se que a Lei nº 8.975/1994 não prevê qual será o percentual do prêmio incentivo, indicando que os seus coeficientes serão fixados em decreto, de acordo com a proposta do Secretário da Saúde (art. 2º, § 1º).
Por outro lado, o Decreto Estadual nº 41.794/1997, o qual dispõe sobre os critérios e condições, prevê no art. 3º:
O Prêmio de Incentivo será pago trimestralmente e terá como composição percentual máxima o que segue:
1 - 50% (cinquenta por cento) resultantes da aplicação do disposto no § 1.º, do artigo 2.º da Lei nº 8.975, de 25 de novembro de 1994, com a redação dada pela Lei nº 9.463, de 19 de dezembro de 1996;
II - 25% (vinte e cinco por cento) resultantes da avaliação individual a ser efetuada pela Chefia imediata do servidor;

III - 25% (vinte e cinco por cento) resultantes da avaliação institucional, a ser efetuada pela Comissão a que se refere o artigo 9º deste decreto.

Portanto, o Decreto estabelece que 50% (cinquenta por cento) dos valores dependem de avaliação, sendo 25% (vinte e cinco por cento) como resultado de avaliação individual e 25% (vinte e cinco por cento) como resultado de avaliação institucional.

No caso em tela, a reclamada articulou que o percentual é de 50% (cinquenta por cento), em razão da inexistência das avaliações previstas nos incisos II e III do art. 3º acima transcrito.

De fato, os percentuais previstos nos incisos II e III estão vinculados a avaliações a serem realizadas pela empregadora.

Note-se que a Lei e o Decreto não deixaram ao arbítrio da Administração Pública a possibilidade de escolha sobre o pagamento ou não da parcela variável do título, mas tão somente lhe atribuiu o encargo de realizar as avaliações para fins de definir o percentual variável a ser aplicado a cada empregado, de acordo com os critérios fixados no art. 7º do Decreto.

Se por omissão, a Administração deixou de realizar a avaliação a que estava obrigada, no momento oportuno, tal situação não pode de modo algum frustrar o direito assegurado por lei.

A inércia da empregadora não pode retirar dos exequentes o direito a percepção do benefício.

Inviável, desse modo, inclusive com fundamento no princípio da boa-fé objetiva e vedação ao locupletamento, limitar o direito legalmente previsto aos trabalhadores em razão da omissão da empregadora em proceder com as avaliações.

Por essa razão, o art. 129 do Código Civil disciplina que se reputa verificada, quanto aos efeitos jurídicos, a condição cujo implemento for maliciosamente obstado pela parte a quem desfavorecer, considerando-se, ao contrário, não verificada a condição maliciosamente levada a efeito por aquele a quem aproveita o seu implemento.

O trabalhador tem o direito declarado a percepção do benefício, cujo percentual é de 100% (cem por cento), sendo que o efetivo cumprimento desta decisão seria, para cada substituído, a empresa ter indicado os motivos de pelos quais o trabalhador não teria direito ao percentual de 50% (cinquenta por cento), indicando e juntado as avaliações previstas em lei.

A alegação simplista de não ter procedido a avaliação, desacompanhada de qualquer fundamento fático ou jurídico que justifique o descumprimento de encargo que lhe foi atribuído pela norma, não pode servir de embasamento para a sonegação de direitos aos trabalhadores.

Entendimento em sentido contrário tornaria inócuo todo o sistema de incentivo instituído pelas leis estaduais já referidas, e representaria um verdadeiro menosprezo ao esforço da lei na busca da maior eficiência no serviço público.

Na liquidação de 100% (cem por cento), a imposição do percentual não é violação à coisa julgada, na medida em que a quantificação se faz para cada substituído, avaliando-se, como já dito, cada avaliação, para aferição, caso a caso, a totalização de 51% (cinquenta e um por cento) a 100% (cem por cento) do benefício à cada trabalhador.

Se a empresa não efetuou a avaliação, o percentual é de 100% (cem por cento), pois, a empresa não pode ser beneficiada pela sua própria inércia.

Esse Órgão Colegiado já teve a oportunidade de se manifestar no sentido de que a ausência das avaliações não pode obstar o direito do trabalhador ao prêmio incentivo:

Quanto à complementação do prêmio incentivo, prevista no Decreto/SP nº 41.794/97, condicionada a avaliações individual (20%) e institucional (30%), também é devida, eis que a omissão administrativa não pode acarretar prejuízos ao administrado. Assim, enquanto a reclamada não proceder às avaliações deverá quitar a integralidade do prêmio incentivo, tal como entendido pelo juízo de origem. (TRT/SP-RO 1001638-18.2016.5.02.0064 - 1ª Turma - Relatora: Des. GERTI BALDOMERA DE CATALINA PEREZ GRECO - Publicação: 20/02/2020) (grifos em acréscimo).

Caberia ao empregador, em liquidação de sentença, comprovar que o substituído não tem direito ao percentual de 100% (cem por cento). Nesse contexto, a empregadora tem a obrigação de pagar o percentual variável de 50% (cinquenta por cento), o qual irá variar, de acordo com as avaliações, para cada empregado. Como não fez as avaliações, impõe-se a obrigação de pagar o percentual variável de 50% (cinquenta por cento), como forma de efetiva recomposição do direito declarado à percepção do prêmio.

Por fim, tem-se que no processo do trabalho rege o princípio da efetividade, propiciando à execução trabalhista instrumentos capazes de materializar, de forma mais célere e menos dispendiosa, a obrigação consagrada no título judicial, bem da vida almejado, sob pena de violação do art. 5º, incisos XXXV, XXXVI e LXXVIII, da Constituição Federal.

Assim, em cumprimento à coisa julgada, deve prosseguir a execução das parcelas deferidas na sentença coletiva, no montante de 100% (cem por cento) do prêmio incentivo, sem qualquer limitação em razão da ausência de avaliação pela empregadora. Reformo." (fls. 529/531-g.n.)

O Regional, interpretando o título executivo judicial e com base na Lei nº 8.974/1994, nº Decreto Estadual nº 41.794/1197 e no art. 129 do Código Civil, reformou a sentença para deferir o percentual variável de 100% do prêmio incentivo, porquanto concluiu que a ausência das avaliações citadas na legislação estadual, por parte da reclamada, "não pode servir de embasamento para a sonegação de direitos aos trabalhadores", bem como "a empresa não pode ser beneficiada pela sua própria inércia".

No caso concreto, a discussão ostenta índole infraconstitucional (Lei nº 8.974/1994, nº Decreto Estadual nº 41.794/1197), de modo que o exame do inconformismo implica, necessariamente, a análise dos dispositivos legais que disciplinam a matéria, de modo que eventual ofensa ao dispositivo constitucional invocado somente ocorreria de forma indireta e reflexa, circunstância que obsta a admissibilidade do recurso de revista.

Por outro lado, esta Corte apenas reconhece lesão à coisa julgada quando houver flagrante dissonância entre as sentenças exequenda e liquidanda, o que não se verifica quando é necessária a interpretação do título executivo judicial para se concluir por possível afronta àquele dispositivo, como no caso em exame. Incidência, por analogia, da Orientação Jurisprudencial 123 da SbDI-2. Assim, incólume o art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal.

Nesse contexto, nego provimento ao agravo de instrumento com fulcro no art. 118, X, do RITST.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº ED-RRAg-0013129-55.2016.5.18.0141

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Embargante	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Advogado	Dr. Sérgio de Almeida(OAB: 9317/GO)
Embargado	JULIANE MARIA DE PAULA VAZ
Advogado	Dr. Juarez Martins Ferreira Netto(OAB: 27369-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- JULIANE MARIA DE PAULA VAZ

Trata-se de embargos de declaração (fls. 1.019/1.021) opostos pela reclamada à decisão monocrática de fls. 1.010/1.017.

Conheço dos embargos de declaração porque presentes os pressupostos legais de admissibilidade, entre os quais a representação processual (fls. 1.022/1.029) e a tempestividade (decisão monocrática publicada em 24/09/2021 e apelo protocolado em 28/09/2021).

A reclamada afirma que houve contradição no julgado, porquanto a 2ª Turma do TST fixa indenizações que variam entre R$ 15.000,00 (quinze mil reais) e R$ 20.000,00 (vinte mil reais) quando se trata de empregado bancário que transporta valores, não havendo falar em evento de assalto apto a majorar a indenização acima destes patamares.

A decisão embargada está assim fundamentada:

"O Regional consignou:

"Restou comprovado nos autos que a reclamante transportou valores.

Destaco que a jurisprudência posiciona-se no sentido de reconhecer, nesse tipo de circunstância, violação à esfera moral do empregado, seja na vertente subjetiva - pela tensão e angústia potencialmente envolvidos nesse tipo de atividade por um leigo, sem o concurso de um aparato mínimo de segurança - seja na vertente objetiva - pela sujeição do trabalhador a situação de relevante risco, com flagrante menoscabo à sua integridade física e psíquica - tudo isso considerando-se o contexto geral de violência e insegurança que assola a sociedade brasileira.

O ato ilícito restou cabalmente caracterizado, pois o reclamado exigiu do reclamante, bancário, o exercício de atividade para a qual não foi contratado, tampouco treinado, expondo-o indevidamente a situação de perigo.

Quanto ao dano moral, este prescinde de prova, dessumindo-se da conduta ilícita do empregador, visto tratar-se de dano "in re ipsa", de modo que, por premissa, encontra-se presente também o nexo causal.

(...)

Contudo, no particular, prevaleceu a divergência apresentada pelo Exmo. Desembargador Eugênio José Cesário Rosa no seguinte sentido:

"A causa está ganhando ares de "industrialização"... data venia. Soa estranho o banco manter o serviço de transporte de valores e não utilizá-lo. No meu entender, a explicação passa por atos dos próprios empregados do banco.

Em depoimento a reclamante declarou: ...; que tanto no período em que trabalhou na agência de Catalão ou de Caldas Novas, a depoente era obrigada a transportar valores desde a agência até os PAA até os correspondentes bancários; que este transporte ocorria, em média, duas ou três vezes por mês, e a depoente o fazia na companhia de outro empregado, mas sem a presença de seguranças ou vigilantes armados; ...; que havia empresa especializada no transporte de valores, contratada pelo reclamado, mas ainda assim, por conta da demanda, a depoente era obrigada ao transporte de valores; que esta determinação ocorria a partir do gerente de agência e do gerente administrativo, podendo citar os Srs. Jorge, Altamiro Nery e Divino; fls. 612-3. Veja que a reclamante informou que havia determinação para que realizasse o transporte, mas não comprova.

Eis o depoimento da primeira testemunha conduzida pelo banco: ...; que trabalhou com a reclamante na agência de Ipameri; que a depoente, enquanto gerente administrativa, também está subordinada ao gerente de agência, que no caso era a reclamante; fl. 615.

O depoimento da testemunha conduzida pela reclamante: o depoente e a reclamante faziam transporte de dinheiro para o banco postal, correspondentes bancários e pontos de atendimento - PA; todos os gerentes de contas faziam o transporte de dinheiro, esclarecendo que havia rodízio nessa tarefa; cada gerente fazia transporte de dinheiro ao menos quatro vezes por mês; não havia escolta e o transporte de dinheiro era feito no próprio veículo; transportavam dinheiro para um correspondente bancário e um ponto de atendimento na cidade de Marzagão, um correspondente bancário e um ponto de atendimento na cidade Água Limpa e um correspondente bancário e um ponto de atendimento na cidade de Rio Quente; o Ponto de Atendimento é uma pequena agência com um funcionário e somente com caixa eletrônico; para cada uma das cidades levavam cerca de trinta mil reais, esclarecendo que não levavam dinheiro para o correspondente bancário, o dinheiro era só para o PA... fl. 696.

O fato que chama atenção é que a reclamante tinha autoridade para determinar o transporte de valores e agora pede indenização por isso. Aliás, o banco tinha o contrato de transporte de valores. E por que não utilizá-lo?

Os empregados do banco descumpriam norma interna e assumiam o risco de transportar o dinheiro. E o pior, depois buscam nesta Especializada a reparação por este ato. Não pode a parte se beneficiar com a própria torpeza.

Dou provimento para excluir a indenização por dano moral"." (fls. 842/844 - g. n.).

Todavia, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que o transporte de valores por empregado não habilitado enseja o pagamento de indenização por dano moral, que se configura "in re ipsa".

Nesse sentido:

"RECURSO DE EMBARGOS. REGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. TRANSPORTE DE VALORES. EMPRESA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS. EMPREGADO NÃO HABILITADO. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. 1. A eg. Quinta Turma deu provimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante, sob o fundamento de que, tratando-se de empresa de outro setor econômico, que não o de segurança e transporte de valores, a realização habitual dessa atividade pelo empregado , sem a necessária habilitação técnico-profissional , enseja o pagamento de indenização por dano moral, em razão do descumprimento, pela empregadora, da exigência expressa no art. 10, § 4º, da Lei nº 7 . 102/1983 . 2. Demonstrado o dissenso pretoriano válido e específico, no tocante à hipótese de motorista de empresa distribuidora de bebidas, o recurso não logra êxito quanto ao mérito. A jurisprudência iterativa, notória e atual desta Corte é firme no sentido de que o direito à redução dos riscos inerentes ao trabalho, assegurado no art. 7º, XXII, da Constituição Federal e disciplinado na legislação específica dos serviços de

transporte de valores, impõe reconhecer a ilicitude da conduta da empresa que atribui essa atividade a empregado sem o devido treinamento, o que autoriza a manutenção da condenação ao pagamento da indenização por dano moral, configurado "in re ipsa". 3. O transporte de valores em veículos da empresa, contendo cofre, evidencia o risco potencial a que estava submetido o empregado responsável pela guarda do dinheiro recebido pelas vendas, sem o necessário treinamento para a função, não tendo relevância , para esse fim , a discussão em torno do montante do numerário existente no cofre. Recurso de embargos de que se conhece e a que se nega provimento." (TST-E-RR-514-11.2013.5.23.0008, SbDI-1, Rel. Min. Walmir Oliveira da Costa, DEJT de 01/07/2016 - g. n.).

Cabe destacar que não se sustenta a assertiva do Regional de que "a causa está ganhando ares de "industrialização"... data venia. Soa estranho o banco manter o serviço de transporte de valores e não utilizá-lo. No meu entender, a explicação passa por atos dos próprios empregados do banco", pois o simples fato de o banco manter contrato com empresa especializada em transporte de valores não induz a conclusão de que a não utilização de tal serviço tenha ocorrido por exclusiva vontade da reclamante. Custa lembrar que é obrigação do empregador coibir a prática de tais condutas por seus empregados, fazendo valer as normas internas e de ordem pública referentes à segurança no trabalho, no legítimo exercício do seu poder diretivo de controle e disciplinar.

Não fosse bastante, a evidenciar que não se trata de caso isolado de "empregados do banco (que) descumpriam norma interna e assumiam o risco de transportar o dinheiro", a jurisprudência desta Corte Superior registra inúmeros casos semelhantes ao presente, envolvendo o mesmo banco reclamado. A título ilustrativo, cito os seguinte julgados:

(...)

Desse modo, a decisão regional não está em conformidade com a jurisprudência consolidada nesta Corte Superior, razão pela qual merece ser reformado, para condenar o reclamado ao pagamento de indenização por danos morais.

Em relação ao quantum indenizatório, observados os parâmetros amplamente consagrados na jurisprudência, em especial a capacidade econômica do ofensor e caráter punitivo-pedagógico da condenação, bem como em face da notória e já mencionada reiteração da conduta lesiva pelo Banco Bradesco, entendo razoável a fixação da reparação por danos morais em R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Diante do exposto, demonstrada violação do artigo 5º, X, da Constituição Federal, conheço do recurso de revista, com fulcro no artigo 896, "c", da CLT e, no mérito, dou-lhe provimento para condenar o reclamado ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 80.000,00. Custas acrescidas, sob o encargo do reclamado, no montante de R$ 1.600,00." (fls. 1.012/1.017 - g. n.).

De plano, cumpre esclarecer que a contradição impugnável mediante a oposição de embargos de declaração concerne ao registro de proposições inconciliáveis dentro da própria decisão, não constituindo tal vício a eventual discrepância entre o teor do julgado embargado e quaisquer outros elementos constantes dos autos ou de outros julgados proferidos pelo Colegiado.

Com efeito, ficaram expressamente registrados os fundamentos de que o entendimento consolidado desta Corte é no sentido de que o transporte de valores por empregado bancário não habilitado para tal enseja o pagamento de indenização por danos morais, os quais se configuram como "in re ipsa".

Também ficou expresso que o quantum indenizatório foi fixado levando-se em consideração a capacidade econômica do ofensor, o caráter punitivo-pedagógico da condenação e a reiteração da conduta lesiva por parte do Banco Bradesco, como ilustrado nas diversas ementas apresentadas na decisão.

Logo, não há contradição no julgado.

Constatada que a insurgência se trata de mero inconformismo da reclamante, nego provimento aos embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº ED-AIRR-1001875-77.2017.5.02.0012

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Embargante	CALLTOP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME
Advogado	Dr. Mario Ricardo Branco(OAB: 206159-A/SP)
Advogada	Dra. Tamara Guedes Couto(OAB: 185085-A/SP)
Embargado	JOSE LUCENA DA SILVA JUNIOR
Advogado	Dr. Márcio Taveira de Melo(OAB: 119850-A/SP)
Advogado	Dr. José Antônio Cavalcante(OAB: 102908-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CALLTOP ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME
- JOSE LUCENA DA SILVA JUNIOR

Trata-se de embargos de declaração (fls. 470/471) interposto pela reclamada à decisão monocrática de fls. 465/468, mediante a qual foi negado seguimento ao seu agravo de instrumento.

Conheço dos embargos de declaração porque presentes os pressupostos legais de admissibilidade, entre os quais a representação processual (fls. 97, 343 e 363) e a tempestividade (decisão denegatória publicada em 12/112021 e apelo protocolado em 18/11/2021).

A reclamada pugna pelo provimento dos presentes embargos, ao argumento de que a decisão embargada contém omissão, sob pena de caracterizar nulidade por negativa de prestação jurisdicional.

Sem razão, contudo.

A decisão embargada está assim fundamentada:

"No mérito, renova a insurgência quanto aos temas "ENQUADRAMENTO SINDICAL"e "RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIO. DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO".

No tocante ao primeiro tema, ressalto que a transcrição integral do tópico do acórdão regional, sem destaque da parte específica que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista, como se evidenciou na hipótese (fls. 396/398), não bastam ao cumprimento da exigência legal.

Julgados no mesmo sentido:

(...)

E, quanto ao segundo tema, constato que o acórdão regional não adotou expressamente tese a respeito, restando ausente o necessário prequestionamento, nos moldes da Súmula 297 do TST.

A Súmula 297, I e II, do TST, estabelece que se diz prequestionada

a matéria quando a decisão explicitamente adota tese a seu respeito, cabendo à parte, cm caso de omissão, opor embargos declaratórios objetivando o pronunciamento sobre o tema, sob pena de preclusão.
Com efeito, considerando que, nesta instância extraordinária, a devolutividade da matéria é restrita aos termos constantes do acórdão regional, inviável o processamento do apelo, tendo em vista que não foi adotada tese expressa a respeito da questão nem foram alegadas quando da oposição dos embargos de declaração.
NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento, com fulcro no art. 118, X, do Regimento Interno do TST."(fls. 465/468)

De plano, verifica-se que a embargante não aponta quais supostas omissões existentes no julgado embargado.
Ademais, inexiste na decisão monocrática ora embargada qualquer vício de julgamento, pois restou consignado na decisão embargada a aplicação do óbice do art. 896, §1-A, I, da CLT, tendo em vista a transcrição integral quanto ao tema "ENQUADRAMENTO SINDICA"L e o óbice da Súmula 297 do TST quanto ao tema "RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIO. DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO".
Nesse contexto, não estando caracterizada nenhuma das hipóteses previstas nos arts. 897-A da CLT e 1.022 do CPC, tem-se por inviável o acolhimento dos presentes embargos declaratórios
Nego provimento aos embargos de declaração.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº ED-AIRR-0001325-41.2015.5.06.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Embargante	OSMAR LIMA PEREIRA
Advogada	Dra. Isadora Coelho de Amorim Oliveira(OAB: 16455-A/PE)
Embargado	BRF S.A.
Advogada	Dra. Kelma Carvalho de Faria Collier(OAB: 1053-B/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- OSMAR LIMA PEREIRA

Este relator negou provimento ao agravo de instrumento interposto pelo exequente, em razão de esta não haver cuidado em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos da Constituição Federal por ele indicados, como ordena o art. 896, § 1º -A, inciso III, da CLT.
O exequente interpõe embargos de declaração em que requer a análise da violação dos dispositivos da Constituição Federal apresentados no recurso de revista.
Sem razão.
Inicialmente, insta esclarecer que a finalidade dos embargos de declaração é tão somente sanar contradições ou omissões na análise dos temas trazidos validamente à tutela jurisdicional ou nos casos em que há manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso, como preceitua o artigo 897-A da CLT.
Verifica-se, no entanto, que a parte, assim como consta da decisão embargada, não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos da Constituição Federal por ela indicados como violados, na forma em que ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT, de maneira que a exigência processual contida no referido dispositivo, na hipótese, assim como consignado na decisão agravada, não foi satisfeita.
Com efeito, tal procedimento somente ocorreria se a parte tivesse se ativado, especificamente, em evidenciar em que termos a decisão regional teria violado frontalmente os dispositivos tidos por violados, mediante confrontação do exato texto da lei com o fundamento adotado na conclusão da corte regional acerca da respectiva matéria, providência não exercida, na hipótese.
Registra-se que a exigência processual instituída por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, atinente à impugnação recursal de maneira analítica, é imposta em relação ao recurso de revista, inclusive porque esse requisito foi inserido no artigo 896 da CLT, que trata dos requisitos atribuídos ao recurso de revista, e não em relação ao agravo de instrumento - previsto no artigo 897 do mencionado diploma.
Assim, inviável a análise das violações apontadas pela parte, ante o descumprimento do requisito processual mencionado.
Nesse contexto, não se constata omissão nenhuma a ser sanada na decisão impugnada.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº RR-0000544-46.2013.5.02.0003

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Recorrente	ROSANGELA AVILES DOS SANTOS ANDRADE
Advogado	Dr. Alki Petkevicius Loverdos Vestri(OAB: 223637-A/SP)
Recorrido	DOARBELLEZA PRODUTOS DE BELEZA LTDA E OUTRAS
Advogado	Dr. Marcelo Mac Donald Reis(OAB: 31743-A/RS)
Advogado	Dr. Thiago Torres Guedes(OAB: 36754 -A/RS)
Advogado	Dr. Lucieli Breda(OAB: 83970-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DOARBELLEZA PRODUTOS DE BELEZA LTDA E OUTRAS
- ROSANGELA AVILES DOS SANTOS ANDRADE

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - EXECUÇÃO RECURSO DE REVISTA QUE NÃO ATENDE AO REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO III, DA CLT. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ANALÍTICA
Trata-se de recurso de revista interposto pela exequente, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pela qual se deu parcial provimento ao seu agravo de petição quanto ao seguinte tema ora impugnado: CORREÇÃO MONETÁRIA - ÍNDICE APLICÁVEL.
Foram apresentadas contrarrazões às págs. 924-927.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

Verifica-se, de plano, que a parte não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos da Constituição Federal por ela indicados, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT. Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso III, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:

"§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

(...)

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte." (destacou-se)

Frisa-se que, na hipótese em que a demanda encontra-se na fase de execução de sentença, o recurso de revista somente é cabível, nos termos do artigo 896, § 2º, da CLT e da Súmula nº 266 do TST, mediante a indicação de ofensa a dispositivo da Constituição Federal, de forma que, no caso, cabia à parte fazer a alegação, de maneira precisamente analítica, desses dispositivos e, não, eventualmente, daqueles oriundos da legislação infraconstitucional.

Quanto à alegação de ineficácia e ilegalidade da denegação de seguimento do seu recurso de revista, registra-se que o ordenamento jurídico vigente confere expressamente ao Presidente do Tribunal prolator da decisão recorrida a incumbência de decidir, em caráter prévio, sobre a admissibilidade do recurso de revista, sendo suficiente, para tanto, que aponte os fundamentos que o levaram a admitir ou a denegar seguimento ao apelo (artigo 896, § 1º, da CLT).

Além disso, vale frisar que o Juízo de admissibilidade a quo não vincula o Juízo de admissibilidade ad quem, o qual tem ampla liberdade para, se for o caso, ultrapassar o óbice apontado pelo Regional ao processamento do recurso de revista, tanto no que se refere aos pressupostos intrínsecos recursais quanto aos extrínsecos. Incólumes, portanto, os artigos 5º, inciso LV, da Constituição Federal e 896, § 5º, da CLT.

Assim, não conheço do recurso de revista, com fundamento nos artigos 251, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho e 896, § 1º-A, da CLT.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº RR-0020119-22.2019.5.04.0020

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SÃO CARLOS - HOSPITAL MÃE DE DEUS
Advogado	Dr. Fabiano Pantoja da Silva(OAB: 60315-A/RS)
Recorrido	JOICE TATIANE SANTOS DA SILVA
Advogada	Dra. Marí Rosa Agazzi(OAB: 41955-A/RS)
Advogada	Dra. Dayana Pessota Leite(OAB: 43853-A/RS)
Advogada	Dra. Wanda Elisabeth Dupke(OAB: 48754-A/RS)
Advogado	Dr. William Rossato Bernardo(OAB: 103339-A/RS)
Advogado	Dr. Camila dos Santos Oliveira(OAB: 96482-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SÃO CARLOS - HOSPITAL MÃE DE DEUS
- JOICE TATIANE SANTOS DA SILVA

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.

Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.

A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).

À análise.

O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.

Eis os termos do acórdão recorrido:

Portanto, ora reclamada não poderá se valer de créditos trabalhistas eventualmente obtidos pela reclamante neste ou em outros feitos, sem prejuízo, porém, que venha demonstrar, no prazo do art. 79l-A, 4º, da CLT, que deixou de existir situação de insuficiência de recursos que justificou deferimento do benefício de gratuidade. Em atenção ao recurso da reclamada, salienta-se que cabível determinação da suspensão da exigibilidade dos honorários neste momento processual, não sendo questão afeta fase de liquidação. Mantida sentença de improcedência da demanda, não há falar em reversão das custas dos honorários reclamada. Quanto ao percentual dos honorários devidos pela reclamante, entende-se adequado percentual fixado na sentença (5%), considerando que causa tramita pelo rito sumaríssimo, de menor complexidade, levando em conta os critérios do art. 79l-A, 2º, da CLT. Assim, nega-se provimento ao recurso adesivo da reclamada dá-se provimento parcial ao recurso da reclamante para que sejam observados os termos da fundamentação quanto inconstitucionalidade parcial do art. 79l-A, 4º, da CLT..

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. A Corte Regional concluiu pela suspensão da exigibilidade dos honorários.

Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.

Examino.

Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal,

na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0088200-37.2008.5.05.0034

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	VEDACIT DO NORDESTE S/A
Advogado	Dr. Alexandre de Almeida Cardoso(OAB: 52530-S/BA)
Agravado	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
Procurador	Dr. Cláudio Dias Lima Filho

Intimado(s)/Citado(s):
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
- VEDACIT DO NORDESTE S/A

Junte-se.
Trata-se de embargos de declaração em face da decisão que indeferiu o pedido de concessão de efeito suspensivo ao agravo de instrumento em recurso de revista.
Aduz ter havido obscuridade no ponto em que a decisão menciona a "utilização do sistema PJe".
Alega que o recurso foi enviado pelo sistema E-Doc e que o Tribunal Regional, sendo que o Tribunal de origem, por regulamentação própria, apenas aceitaria o E-samp.
Pede seja o pedido de efeito suspensivo reexaminado com superação do fundamento dito obscuro.
A decisão embargada foi assim proferida:

"Junte-se.
Trata-se de pedido de tutela provisória de urgência cautelar formulado pela Agravante, a fim de imprimir efeito suspensivo ao seu recurso de revista, bem como de suspender o prosseguimento de execução provisória que contra ela corre.
Alega que seu recurso deve ser admitido porque regularmente apresentado pelo sistema E-Doc.
Renova seus fundamentos de recurso de revista quanto possível nulidade por negativa de prestação jurisdicional, em fase de omissões no acórdão regional.
Afirma estar configurada nulidade por cerceamento de defesa, em razão de indeferimento de perícia e ausência de perícia toxicológica, bem como rejeição de exceção de suspeição de peritos nomeados pelo Juízo.
Argumenta, ainda, no mérito, que os documentos por ela juntados (PPRA, PCMSO, laudos técnicos elaborados pela Fundação José Silveira, Amb & Seg Engenharia, SESI e outras e o Parecer Técnico elaborado pelo Assistente Técnico) deveriam e não foram considerados pelo Tribunal Regional para a avaliação do seu ambiente de trabalho.
Intimada, a parte contrária se manifestou a fls. 5933/5935, defendendo que sequer o recurso de revista merece ser recebido, em razão do desrespeito às normas procedimentais do Tribunal Regional.
O art. 300 do CPC de 2015 assegura a tutela de urgência quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo do dano ou o risco ao resultado útil do processo.
Conforme diretriz da Súmula n° 414, I, desta Corte Superior, é possível a concessão da liminar para se atribuir efeito suspensivo a recurso, desde que demonstrados de forma cumulativa os requisitos acima mencionados.
Em suma, a probabilidade do direito se liga possibilidade de sucesso do agravo de instrumento. Deve a peticionante, portanto, demonstrar que é possível o processamento do seu recurso de revista, cujo seguimento foi denegado da seguinte forma:

"1 - Nos autos, as petições de Segs. 144.1 e 147.1.
2 - Defiro o requerimento de Seg. 147.1 para que as notificações sejam realizadas no nome do advogado Alexandre de Almeida Cardoso, OAB-BA
52.530.
3 - Anote a Secretaria a procuração de Seg. 147.2.
4 - Tendo em vista que a petição de Recurso de Revista de Sequência 144.3 foi protocolada via E-DOC, em 01/10/2018 (conforme Seg. 137.2), e considerando que o Art. 1º do Provimento Conjunto GP/CR 0002/2017, publicado em 30/03/2017, diz que "Não serão admitidas as petições protocolizadas através do Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos (e-Doc)", indefiro o pedido formulado na Sequência 144.1.
5 - Publique-se.
6 - Após, remetam-se os autos à Vara de origem para prosseguimento do feito." - fl. 5258 dos autos eletrônicos.

No caso, a parte ora requerente apresentou seu recurso de revista por meio do sistema E-doc, em desrespeito ao Art. 1º do Provimento Conjunto GP/CR 0002/2017, publicado em 30/03/2017.
Cinge-se a controvérsia a analisar se o peticionamento realizado pelo sistema e-docem processo que tramita no sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe pode,ou não,ser admitido.
Acerca do tema, os artigos 1º e 51 da Resolução nº 185/2017 do CSJT estabelecem o seguinte:
"Art. 1º A tramitação do processo judicial no âmbito da Justiça do Trabalho, a prática eletrônica de atos processuais, nos termos da Lei nº 11.419/06 e arts. 193 a 199, do CPC, serão realizadas exclusivamente por intermédio do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) instalado na Justiça do Trabalho, regulamentado por esta Resolução.
(...)
Art. 51. A partir da implantação do PJe em unidade judiciária, fica vedada a utilização de quaisquer outros sistemas de peticionamento

eletrônico relativo aos processos que tramitam no PJe, inclusive o Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos - e-Doc.
Parágrafo único. O descumprimento da determinação constante do caput implicará no descarte dos documentos recebidos, que não constarão de registro algum e não produzirão qualquer efeito legal".

Com efeito, talresolução do CSJT estabeleceu expressamente que, a partir da implantação do PJe em cada unidade judiciária, a prática de atos processuais por meio eletrônico na Justiça do Trabalho se dará exclusivamente por este sistema.
É neste sentido a regulamentação do Tribunal Regional da 5ª Região, que estabeleceu a impossibilidade de utilização de sistema de peticionamento eletrônico diverso para a transmissão de petições em processos que tramitam no sistema PJe, razão peal qual as peças enviadas por outro sistema, inclusive o e-doc, não produzem nenhum efeito jurídico.
Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes desta Corte:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. PROCESSO QUE TRAMITA NO SISTEMA DE PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJE. PETIÇÃO ENVIADA PELO SISTEMA E-DOC. IMPOSSIBILIDADE. Cinge-se a controvérsia a analisar se o peticionamento realizado pelo sistema e -doc em processo que tramita no sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe pode , ou não , ser admitido. O Regional indeferiu o processamento da petição de recurso de revista interposto pela reclamada, ressaltando que, " tendo em vista que a petição de Recurso de Revista juntada na Sequência ID 085926c (PJE) foi protocolada via E-DOC, em 23/10/2017, e, considerando que o Art. 1º do Provimento Conjunto GP/CR 0002/2017, publicado em 30/03/2017, diz que "Não serão admitidas as petições protocolizadas através do Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos (e-Doc)", indefiro o pedido formulado na Sequência ID ea34e3d ". Com efeito, assim dispõem os artigos 1º e 51 da Resolução nº 185/2017 do CSJT: " Art. 1º A tramitação do processo judicial no âmbito da Justiça do Trabalho, a prática eletrônica de atos processuais, nos termos da Lei nº 11.419/06 e arts. 193 a 199, do CPC, serão realizadas exclusivamente por intermédio do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) instalado na Justiça do Trabalho, regulamentado por esta Resolução. (...) Art. 51. A partir da implantação do PJe em unidade judiciária, fica vedada a utilização de quaisquer outros sistemas de peticionamento eletrônico relativo aos processos que tramitam no PJe, inclusive o Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos - e-Doc. Parágrafo único. O descumprimento da determinação constante do caput implicará no descarte dos documentos recebidos, que não constarão de registro algum e não produzirão qualquer efeito legal ". Como se vê, tal resolução do CSJT estabeleceu expressamente que, a partir da implantação do PJe em cada unidade judiciária, a prática de atos processuais por meio eletrônico na Justiça do Trabalho se dará exclusivamente por este sistema. Nesse contexto, conclui-se que, a partir de sua implantação, não é mais possível a utilização de sistema de peticionamento eletrônico diverso para a transmissão de petições em processos que tramitam no sistema PJe, razão peal qual as peças enviadas por outro sistema, inclusive o e-doc, não produzem nenhum efeito jurídico. No caso, o recurso de revista da reclamada foi enviado pelo sistema e-doc, mesmo depois da implantação do PJe, procedimento que não atendeu às exigências da citada resolução. Nesse contexto e ao contrário do que defende a reclamada, ainda que realizada tempestivamente, a remessa do recurso, utilizando-se o sistema e-doc em processo que tramita pelo PJe, é inválida. Precedentes. Agravo de instrumento desprovido" (AIRR-1282-79.2011.5.05.0016, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 06/12/2019).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EMRECURSODEREVISTA. REGIDO PELA LEI 13.015/2014. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE). INTERPOSIÇÃO DERECURSOPELO SISTEMA E-DOC.IMPOSSIBILIDADE. Conforme dispõem os artigos 1º e 51 da Resolução nº 185/2017 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, a prática de atos processuais por meio eletrônico na Justiça do Trabalho se dará exclusivamente pelo sistema PJe-JT, sendo que, a partir de sua implantação, fica vedada a utilização de sistema de peticionamento eletrônico diverso (inclusive e-doc) para a transmissão de petições em processos que nele tramitam, não produzindo qualquer efeito jurídico as peças enviadas erroneamente por outro sistema. Logo, não há como considerar válida a interposição dorecursoderevistaenviado por meio do sistema e-doc, o qual deve ser considerado juridicamente inexistente. Agravo de instrumento não provido". (AIRR - 11800-71.2015.5.15.0126, Relator Ministro: Douglas Alencar Rodrigues, Data de Julgamento: 12/09/2018,5ªTurma, Data de Publicação: DEJT 21/09/2018)
"AGRAVO DE INSTRUMENTO.RECURSODEREVISTA. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014.RECURSODEREVISTAINTEMPESTIVO. PETICIONAMENTO PELO SISTEMA E-DOC. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE-JT). I. A jurisprudência deste Tribunal Superior é no sentido de que, quando o processo tramita pelo sistema PJe-JT, a interposição derecursomediante sistema e-Doc, ainda que tempestiva, é inválida e eventual reenvio da peça recursal pelo meio correto após o transcurso do prazo recursal não afasta o óbice da intempestividade. Fundamentos da decisão denegatória não desconstituídos. II. Agravo de instrumento de que se conhece e a que se negaprovimento".(AIRR-10901-35.2014.5.01.0082, Relator Desembargador Convocado Ubirajara Carlos Mendes, 4ª Turma, DEJT 20/04/2018).
"AGRAVO DE INSTRUMENTO INTEMPESTIVIDADE DORECURSODEREVISTA. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJE-JT. PETIÇÃO DORECURSODEREVISTAENVIADA PELO SISTEMA E-DOC. O Sistema e-docé destinado aos processos que tramitam de forma física, portanto, incorreta a sua utilização quando o processo tramita pelo Sistema PJe-JT. Esse é o caso dos autos. A Resolução 136/2014 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho que institui o Sistema de Processo Eletrônico - Resolução CSJT n° 136/2014, em seu artigo 1° disciplina que "a tramitação do processo judicial no âmbito da Justiça do Trabalho, a prática dos atos processuais e sua representação por meio eletrônico, nos termos da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006, serão realizadas exclusivamente por intermédio do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - PJE-JT, regulamentado por esta Resolução". Dessa forma, a interposição dorecursoderevistamediante utilização do Sistema e-docquando o processo tramita no PJE-JT não pode ser admitida. Em face da incorreção do sistema utilizado, o protocolo correto só ocorreu em 25/05/2017, fora do prazo legal, estando correta a decisão que o entendeu intempestivo. Agravo de instrumento de que se conhece e a que se negaprovimento".(AIRR - 2706-86.2014.5.10.0801, Relatora Desembargadora Convocada: Cilene Ferreira Amaro Santos, Data de Julgamento: 07/03/2018, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 09/03/2018)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EMRECURSOORDINÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. INTEMPESTIVIDADE DORECURSOORDINÁRIO. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO. PETICIONAMENTO POR E-DOC.IMPOSSIBILIDADE. Ao processo judicial eletrônico (PJe) se aplicam as regras da Lei nº 11.419/2006 e da Resolução nº 136 do Conselho Nacional de Justiça da Justiça do Trabalho, que vedam a utilização do e-docou qualquer outro sistema de peticionamento eletrônico para o envio de petições relativas aos processos que tramitam no PJe-JT e atribuem responsabilidade exclusiva das partes pelo correto peticionamento, com advertência de que o descumprimento ensejará o descarte da peças. No caso, o protocolo dorecursoordinário foi inicialmente feito por meio de e-Doce somente depois de expirado o prazo recursal foi renovado pelo sistema PJe. Assim, não merece reforma a decisão que denegou seguimento aorecursoordinário porque intempestivo. Agravo de instrumento conhecido e não provido". (AIRO - 46-68.2015.5.17.0000, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 11/3/2016).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO.RECURSOORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. INTEMPESTIVIDADE. SISTEMAS PJe E E-DOC. Dispõe o art. 50 da Resolução CSJT nº 136, de 25 de abril de 2014, que "a partir da implantação do PJe-JT em unidade judiciária, fica vedada a utilização do e-DOCou qualquer outro sistema de peticionamento eletrônico para o envio de petições relativas aos processos que tramitam no PJe-JT." O parágrafo único do preceito adverte que "o descumprimento da determinação constante do "caput" implicará no descarte dos documentos recebidos, que não constarão de nenhum registro e não produzirão qualquer efeito legal." É incontroverso que orecursoordinário, no caso, foi protocolizado sob o modelo e-DOC, somente retornando aos autos, nos moldes próprios, após o decurso do prazo para sua interposição. Em tal quadro, a primeira peça processual não produziu "qualquer efeito legal", como condena a norma referida. A petição corretamente manejada, assim, é, efetivamente intempestiva. Agravo de instrumento conhecido e desprovido". (AIRO - 1001390-55.2013.5.02.0000, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 27/11/2015).

"RECURSOORDINÁRIO EM AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO. INTEMPESTIVIDADE DO AGRAVO REGIMENTAL. UTILIZAÇÃO DO SISTEMA E-DOCPARA SOMENTE DEPOIS LANÇAR MÃO DO PJe-JT. RESPONSABILIDADE DO USUÁRIO. LEI 11.419/2006. RESOLUÇÃO 136/2014 DO CSJT. 1 - Ao processo judicial que se inicia no sistema PJe-JT afasta-se a possibilidade de peticionamento que não seja efetuado de forma exclusivamente eletrônica, não se admitindo o encaminhamento de petições por outro meio, nem mesmo pelo sistema e-doc. 2 - Aplicação do art. 1.º da Resolução 136/2014 do CSJT e das disposições da Lei 11.419/2006. 3 - Hipótese em que se mantém o entendimento sufragado pelo Tribunal Regional no sentido da intempestividade do agravo regimental, porquanto orecursoapresentado no sistema PJe-JT fora realizado após o transcurso do prazo recursal, a despeito da interposição anterior do mesmorecursovia sistema e-doc.Recursoordinário conhecido e não provido". (RO - 1000139-02.2013.5.02.0000, Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, DEJT 07/08/2015).

Sendo assim, não merece reparos a decisão de admissibilidade regional e, pelo menos em exame provisório, entendo não demonstrados os requisitos necessários à concessão da tutela de urgência.

Por conseguinte, em sede de cognição sumária, indefiro o pedido de concessão de efeito suspensivo formulado pela reclamada".

No caso, de fato, a fundamentação da decisão embargada se valeu de premissa não existente (processo tramitando em PJe), quando a controvérsia se apresenta pela impossibilidade de utilização do sistema E-samp.

Sana-se o vício, e passa-se a novo exame do pedido.

Pois bem.

Alega que seu recurso deve ser admitido porque regularmente apresentado pelo sistema E-Doc.

Renova seus fundamentos de recurso de revista quanto possível nulidade por negativa de prestação jurisdicional, em fase de omissões no acórdão regional.

Afirma estar configurada nulidade por cerceamento de defesa, em razão de indeferimento de perícia e ausência de perícia toxicológica, bem como rejeição de exceção de suspeição de peritos nomeados pelo Juízo.

Argumenta, ainda, no mérito, que os documentos por ela juntados (PPRA, PCMSO, laudos técnicos elaborados pela Fundação José Silveira, Amb & Seg Engenharia, SESI e outras e o Parecer Técnico elaborado pelo Assistente Técnico) deveriam e não foram considerados pelo Tribunal Regional para a avaliação do seu ambiente de trabalho.

O art. 300 do CPC de 2015 assegura a tutela de urgência quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo do dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Conforme diretriz da Súmula n° 414, I, desta Corte Superior, é possível a concessão da liminar para se atribuir efeito suspensivo a recurso, desde que demonstrados de forma cumulativa os requisitos acima mencionados.

Em suma, a probabilidade do direito se liga possibilidade de sucesso do agravo de instrumento. Deve a peticionante, portanto, demonstrar que é possível o processamento do seu recurso de revista, notadamente quanto aos aspectos formais.

No caso, por exemplo, quanto aos temas "nulidade por negativa de prestação jurisdicional" (fls. 4965/4967; 5036/5038) e ao mérito (fls. 4985/4987), a parte agravante transcreveu o acórdão regional de forma integral quanto ao tema, sem destacar os trechos da tese que constituem objeto do prequestionamento. Neste sentido, não atendeu o quanto dispõe o art. 896-§1º-A, I, da CLT.

No que diz respeito ao tema "nulidade por cerceamento do direito de defesa", pelos três fundamentos (indeferimento de perícia; ausência de perícia toxicológica; suspeição de peritos nomeados pelo Juízo), não há elementos a demonstrar com evidência, em exame preliminar, que o indeferimento de perícia por médico ou a ausência de perícia toxicológica pudesse macular as conclusões extraídas da perícia técnica realizada nos presentes autos. Pelo contrário, consta do acórdão que não só a prova pericial, mas as demais produzidas nos autos que levaram à conclusão do risco ambiental.

Da mesma forma, com relação à suspeição, não há evidência de suspeição, em exame preliminar, sobretudo porque a formação profissional dos peritos não macula suas conclusões que são tomadas pelo juiz como parcela de prova das pretensões objeto de análise.

Sendo assim, integrando a decisão embargada, considero ausente a probabilidade do direito, porque não demonstrados os requisitos necessários à concessão da tutela de urgência.

Diante do exposto, dou provimento aos embargos de declaração para prestar esclarecimentos, sem, contudo, imprimir efeito modificativo ao julgado.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0020005-23.2020.5.04.0352

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	BASIM MÁQUINAS LTDA.
Advogada	Dra. Cláudia Roberta Zuchinali(OAB: 44109-A/RS)
Recorrido	GENERILDO FACHIN
Advogado	Dr. Manoel Fermino da Silveira Skrebsky(OAB: 24818-A/RS)
Advogado	Dr. Leônidas Colla(OAB: 31704-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BASIM MÁQUINAS LTDA.
- GENERILDO FACHIN

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto aos temas negativa de prestação jurisdicional, inépcia da inicial, rescisão indireta e honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto apenas em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Inicialmente, cumpre salientar que a decisão de admissibilidade do presente recurso de revista é posterior a 15/4/2016, portanto, segue a nova sistemática processual estabelecida por esta Corte Superior a partir do cancelamento da Súmula 285/TST e da edição da Instrução Normativa 40/TST.
Assim, tem-se que é ônus da parte impugnar, mediante a interposição de agravo de instrumento, os temas constantes do recurso de revista que não foram admitidos, sob pena de preclusão.
No caso, verifica-se que a parte deixou de interpor agravo de instrumento em face da decisão do Tribunal Regional que não admitiu o seu recurso de revista quanto aos temas "negativa de prestação jurisdicional, inépcia da inicial e rescisão indireta", razão por que fica inviabilizada a análise do apelo em relação a tais matérias, ante a preclusão.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Assim, conclui-se que a solução adequada é aplicar a condição suspensiva de exigibilidade no tocante aos honorários de sucumbência devidos pelo reclamante, tal como estabelecido na sentença, e desautorizar que a verba seja descontada dos créditos decorrentes desta ou de outra ação
Ainda que assim não fosse, os honorários sucumbenciais devidos pelo demandante devem ficar sob condição suspensiva de exigibilidade, porquanto o montante das verbas deferidas nesta ou em outra ação não seria capaz de retirá-lo da condição de hipossuficiência econômica. Neste sentido, cita-se a recente decisão do TST, assim ementada: (...).

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. A Corte Regional concluiu pela suspensão da exigibilidade dos honorários.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 5º, caput, II, 133 da CF; 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº ED-RR-0160800-90.2006.5.02.0040

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Embargante	DENIS SOARES DE MATOS
Advogada	Dra. Sandra Rodighiero Paciléo(OAB: 205824-A/SP)

Embargado	FRIMART MINIMERCADO E MERCEARIA LTDA - ME
Embargado	LION COMERCIO DE CARNES LTDA - ME
Embargado	APOIO COMERCIO DE CARNES LTDA - ME
Embargado	TREVO COMERCIO DE CARNES LTDA - ME
Embargado	FRIGOFORTE COMERCIO DE CARNES LTDA
Advogado	Dr. José Guido Lemos(OAB: 82964-A/SP)
Embargado	MASTER MEAT COMERCIAL DE CARNES LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- APOIO COMERCIO DE CARNES LTDA - ME
- DENIS SOARES DE MATOS
- FRIGOFORTE COMERCIO DE CARNES LTDA
- FRIMART MINIMERCADO E MERCEARIA LTDA - ME
- LION COMERCIO DE CARNES LTDA - ME
- MASTER MEAT COMERCIAL DE CARNES LTDA
- TREVO COMERCIO DE CARNES LTDA - ME

Este relator não conheceu do recurso de revista interposto pelo exequente, em razão de esta não haver cuidado em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos da Constituição Federal por ele indicados, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT.
O exequente interpõe embargos de declaração em que alega que indicou, sim, violação de dispositivos da Constituição Federal no recurso de revista e afirmando "DECLINOU DE FORMA CLARA A AFRONTA LITERAL E EXPRESSA AOS ARTIGOS 5º II, XXXII E XXXIV, 37 E 100, §1º, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (pág. 3).
Sem razão.
Inicialmente, insta esclarecer que a finalidade dos embargos de declaração é tão somente sanar contradições ou omissões na análise dos temas trazidos validamente à tutela jurisdicional ou nos casos em que há manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso, como preceitua o artigo 897-A da CLT.
Verifica-se, no caso, que a parte, assim como consta da decisão embargada, apesar de ter indicado ofensa a dispositivo da Constituição Federal (cabendo ressaltar que a demanda tramita em fase de execução de sentença) não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos da Carta Magna por ela indicados como violados, na forma em que ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT, de maneira que a exigência processual contida no referido dispositivo, na hipótese, assim como consignado na decisão agravada, não foi satisfeita.
Com efeito, tal procedimento somente ocorreria se a parte tivesse se ativado, especificamente, em evidenciar em que termos a decisão regional teria violado frontalmente os dispositivos tidos por violados, mediante confrontação do exato texto da lei com o fundamento adotado na conclusão da corte regional acerca da respectiva matéria, providência não exercida, na hipótese.
Registra-se que a exigência processual instituída por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, atinente à impugnação recursal de maneira analítica, é imposta em relação ao recurso de revista, inclusive porque esse requisito foi inserido no artigo 896 da CLT, que trata dos requisitos atribuídos ao recurso de revista, e não em relação ao agravo de instrumento - previsto no artigo 897 do mencionado diploma.
Assim, inviável a análise das violações apontadas pela parte, ante o descumprimento do requisito processual mencionado.
Nesse contexto, não se constata omissão nenhuma a ser sanada na decisão impugnada.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº ED-AIRR-0010745-23.2017.5.03.0038

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Embargante	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 162844-S/MG)
Embargado	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE JUIZ DE FORA
Advogado	Dr. Leonardo Junio Paiva Duriguetto(OAB: 142091-A/MG)
Advogado	Dr. Matheus Duriguetto(OAB: 159166-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE JUIZ DE FORA

O executado interpõem embargos de declaração (sequencial nº 8), contra a decisão monocrática de sequencial nº 6, por meio da qual, na forma dos artigos 255, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho e 932, inciso III, do CPC/2015, o seu agravo de instrumento não foi conhecido, porque desfundamentado, em razão de não ter se contraposto aos termos específicos do despacho denegatório do recurso de revista.
O executado argumenta que o defeito processual do descumprimento do requisito processual disposto no artigo 896, § 1º-A, inciso I, da CLT é "efetivamente suplantável", ante o disposto no § 11 do mesmo artigo 896 da CLT.
Sem razão.
Verifica-se, na hipótese, que a parte, não impugna, nas razões dos embargos de declaração, o efetivo fundamento da decisão embargada, qual seja o faro de o agravo de instrumento encontrar-se desfundamentado.
Por outro lado, a alegação acerca do cumprimento do requisito da transcrição do trecho de prequestionamento nas razões do recurso de revista, encontra-se preclusa, porquanto não foi alegada no momento oportuno, fato que conduziu à conclusão de que o agravo de instrumento encontra-se desfundamentado.
Inaplicável à hipótese, portanto, a desconsideração do vício detectado na decisão agravada.
Nego provimento aos embargos de declaração.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº ED-AIRR-1000045-52.2018.5.02.0332

Complemento	Processo Eletrônico

Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Embargante	JOSE ALMEIDA DOS SANTOS
Advogado	Dr. Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 163741-A/SP)
Embargado	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Advogado	Dr. Horácio Perdiz Pinheiro Neto(OAB: 157407/SP)
Embargado	ENGETRANS CONSTRUCAO E MANUTENCAO ELETRICA LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
- ENGETRANS CONSTRUCAO E MANUTENCAO ELETRICA LTDA
- JOSE ALMEIDA DOS SANTOS

O reclamante opõe embargos de declaração em face de decisão em que negado provimento ao seu agravo de instrumento, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015, e 118, X, do RITST. Alega, em síntese, que a decisão embargada restou omissa com relação ao decidido pelo STF na ADI 5766.
Examino.
Não há omissão a ser sanada no tocante aos honorários de sucumbência, na medida em que a decisão embargada consignou, de forma clara, que foram desatendidas as exigências contidas no art. 896, §1º- A, I, II e III, da CLT (Lei 13.015/14).
Observa-se, deste modo, que a intenção da parte embargante é a rediscussão dos fundamentos adotados na decisão embargada, bem como a obtenção do reexame da matéria julgada, pretensão que não se coaduna com a finalidade dos embargos de declaração, os quais são cabíveis apenas nas hipóteses dos artigos 897-A da CLT e 1.022 do NCPC, o que não se verifica no caso vertente.
As partes devem se atentar para o disposto nos artigos 80, 81 e 1.026, § 2º, do CPC de 2015, c/c 769 da CLT, porque não cabem embargos declaratórios para reexame de fatos e provas (Súmulas 126 e 410/TST c/c as Súmulas 7/STJ e 279/STF), sob pena de manifestarem inconformismos incompatíveis com a técnica processual, em franca indiferença aos argumentos da autoridade judiciária.
Rejeito os embargos de declaração.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0011525-47.2018.5.15.0117

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	MUNICÍPIO DE IPUÁ
Procurador	Dr. Eduardo Azevedo Pêcego
Recorrido	TAYNA TAZINAFO ANTUNES
Advogado	Dr. Carlos Sérgio Tavares(OAB: 218203-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE IPUÁ
- TAYNA TAZINAFO ANTUNES

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e provimento do recurso de revista (fl. 959).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

A despeito da redação do dispositivo legal acima transcrito, este relator entende que não é devido o pagamento de honorários sucumbenciais ao reclamante quando beneficiário da justiça gratuita, como ocorre no caso em tela, sob pena de violação aos direitos fundamentais à assistência judiciária gratuita e integral, e à proteção do salário (artigos 5º, LXXIV, e 7º, X, da Constituição Federal).
(...)
Destarte, reformo a r. sentença para excluir a condenação do reclamado ao pagamento de honorários de sucumbência, sem, contanto, condenar à reclamante ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou a sentença de origem para excluir a condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 97 da CF; 791-A, § 4º e 769 da CLT; 85 do NCPC e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso

de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001342-96.2017.5.13.0023

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	LEBOM ALIMENTOS S.A.
Advogado	Dr. Adriano Silva Huland(OAB: 17038-A/CE)
Agravado	SEVERINO CORREIA DA SILVA
Advogado	Dr. Júlio César Pires Cavalcanti(OAB: 13194-A/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEBOM ALIMENTOS S.A.
- SEVERINO CORREIA DA SILVA

Por intermédio do Ofício 705/2021, encaminhado a esta c. Corte via Malote Digital, código de rastreabilidade n.º 513.202.118.927.956, o eg. TRT da 13ª Região requer a devolução dos autos, tendo em vista a desistência do recurso de revista apresentada pela reclamada e informa que o pagamento da execução está sendo realizado nos autos da execução provisória.
Sendo assim, resta prejudicada a análise do apelo impondo-se a remessa dos autos ao eg. TRT de origem, conforme solicitado.

Junte-se a petição TST-506608/2021-0, mediante a qual o reclamante requer o afastamento da suspensão do feito em vista do julgamento conjunto, pelo e. STF, das ADCs 58 e 59, bem como a inclusão do feito em pauta.
Em que pese os argumentos do autor, o pedido em tela resta prejudicado em face da informação prestada pelo eg. TRT no sentido do cumprimento da sentença nos autos da Execução Provisória e consequente baixa dos autos à origem.
Indefiro.

À Secretaria de 2ª Turma para providências.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº ED-AIRR-0000160-19.2012.5.02.0262

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Embargante	BRABEB - BRASIL BEBIDAS EIRELI (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Maria Helena Pasin Pinchiaro(OAB: 305716-A/SP)
Embargado	JOSE RAIMUNDO ALMEIDA FERREIRA
Advogado	Dr. Fernando Oliveira(OAB: 264308-A/SP)
Embargado	ECOSERV PRESTACAO DE SERVICOS DE MAO DE OBRA LTDA
Advogada	Dra. Simone Cristina Gonçalves(OAB: 217772-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRABEB - BRASIL BEBIDAS EIRELI (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- ECOSERV PRESTACAO DE SERVICOS DE MAO DE OBRA LTDA
- JOSE RAIMUNDO ALMEIDA FERREIRA

Por meio de decisão monocrática (sequencial nº 6), o agravo de instrumento interposto pela segunda executada, BRABEB - BRASIL BEBIDAS EIRELI (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, não foi conhecido, porque desfundamentado.
Inconformada, a segunda executada interpõe embargos de declaração, em que traz alegações dirigidas contra o fundamento do despacho denegatório do recurso de revista, ou seja, traz argumentos que contestam o fundamento da decisão denegatória e, não, da decisão embargada.
Frisa-se que a decisão agravada foi proferida com fundamento na constatação de que o agravo de instrumento encontra-se desfundamentado, enquanto que as razões da parte, apresentadas nos embargos de declaração, defendem a possibilidade da interposição de recurso de revista contra decisão interlocutória, argumento esse, que não constou das razões do agravo de instrumento, o que conduziu à conclusão de que o agravo de instrumento encontrava-se desfundamentado.
Veja-se que o despacho denegatório é cristalino ao dispor que "a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, os óbices impostos no despacho denegatório do recurso, referentes à incidência do óbice processual contido na Súmula nº 214 do TST." (pág. 2 da decisão embargada).
A segunda executada, conforme mencionado, não expendeu qualquer comentário a respeito do fundamento da decisão denegatória, apresentando, em seu agravo de instrumento, frisa-se, somente alegações atinentes à questão meritória apresentada nas razões do seu recurso de revista.
Nesse contexto, não havendo omissão nenhuma a ser sanada na decisão embargada, verifica-se que os embargos de declaração interpostos pela segunda executada mostram-se meramente procrastinatórios, porquanto a parte apresenta alegação de omissão de questão que sequer chegou a ser analisada na decisão embargada, em virtude do descumprimento de requisito processual imprescindível para o julgamento da demanda.
Assim, proclamando-se meramente protelatórios os embargos de declaração, condena-se a segunda executada a pagar a multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do CPC de 2015 c/c artigo 769 da CLT, equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, em favor do exequente.
Nego provimento aos embargos de declaração.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000672-96.2020.5.17.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	WALTER DOS REIS SAFFIER - EPP

Advogado	Dr. Guilherme Machado Costa(OAB: 11285-A/ES)
Agravado	ALAN VICTOR FERREIRA MODOLO
Advogado	Dr. Luan Neves Borlini(OAB: 28719-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALAN VICTOR FERREIRA MODOLO
- WALTER DOS REIS SAFFIER - EPP

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 360/364) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 355/356).
Contraminuta às fls. 367/369 e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 370/374.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 149) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 27/09/2021 e apelo protocolado em 05/10/2021).
A discussão cinge-se ao tema "DESERÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO".
Como se verifica, foi denegado seguimento ao recurso de revista em razão do óbice da Súmula 218 do TST.
Verifico, porém, que o reclamado, na minuta do seu agravo de instrumento, não impugnou, objetivamente, a aplicação da referida Súmula, tendo se limitado a tecer considerações genéricas e a reiterar as alegações formuladas em seu recurso de revista.
Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida, nos termos em que proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST, que preconiza o princípio da dialeticidade.
Não tendo o agravante se eximido de tal ônus, resta inviabilizada a admissão do seu apelo.
Nesse contexto, NÃO CONHEÇO do presente agravo de instrumento, com fulcro nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0011138-50.2017.5.15.0090

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	Dra. Jamille Fernandes Ferreira Soubihe(OAB: 217187/SP)
Advogado	Dr. Márcio Salgado de Lima(OAB: 215467/SP)
Agravado	JULIANA MULLER SANTOS
Advogado	Dr. Alceu Luiz Carreira(OAB: 124489-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- JULIANA MULLER SANTOS

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 800/805) interposto pela executada em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 791/793).
Contraminuta às fls. 817/824 e contrarrazões às fls.825/832
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O apelo foi subscrito por profissional regularmente habilitado e interposto tempestivamente, sendo inexigível o preparo.
A insurgência recursal diz respeito ao tema "TÍTULO EXECUTIVO. GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. COMPENSAÇÃO".
O recurso de revista teve seu processamento denegado, sob os seguintes fundamentos:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário / Diferença Salarial / Reajuste Salarial.
Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Gratificação / Gratificação de Função.
O v. acórdão afirmou que o título executivo deferiu à reclamante a "incorporação do valor suprimido referente a gratificação pelo exercício da função, devendo ser utilizada a média dos últimos dez anos, devidamente atualizada, do valor quitado como gratificação e complemento remuneração, bem como as diferenças decorrentes, desde o momento da supressão até a efetiva incorporação, parcelas vencidas e vincendas".
Afirmou, ainda, que o v. julgado exequendo estabeleceu apenas a forma de cálculo do importe a ser incorporado, nada deliberando a respeito dos reajustes da gratificação deferida, ainda que tenha deferido parcelas vencidas e vincendas.
Assim, o v. julgado entendeu que está correta a sentença ao determinar incidência sobre a parcela incorporada dos percentuais de reajustes salariais da categoria profissional, afirmando que a incorporação tem por objetivo a preservação da estabilidade financeira do empregado que por longos anos recebeu função gratificada. Assim, se a incorporação permanecer estática, seu valor se deteriorará.
Outrossim, entendeu que a incorporação reconhecida, calculada com base na média das gratificações recebidas nos últimos 10 anos, não mais se trata de gratificação de função, mas típica parcela salarial.
Conforme se verifica, a decisão não viola os dispositivos constitucionais invocados. A afronta, se caracterizada, é de forma reflexa, não preenchendo, assim, os requisitos do art. 896, 8 2º, da CLT e da Súmula 266 do ?C. TST.
CONCLUSÃO DENEGO seguimento ao recurso de revista."(fl.792-g.n.)

Verifico, porém, que o executado, na minuta do seu agravo de instrumento, passou ao largo dessa fundamentação, investindo contra óbice diverso (896, § 1º-A, incisos I a III da CLT), além de pugnar pela observância do Princípio da Instrumentalidade das Formas.
Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida, nos termos em que proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST.
Não tendo o reclamante se eximido de tal ônus, resta inviabilizada a admissão do presente apelo.
Nesse contexto, NÃO CONHEÇO do presente agravo de instrumento, com fulcro nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº RR-0011497-40.2018.5.15.0130

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	STEFANY MONTEIRO DOS SANTOS
Advogado	Dr. Matheus de Almeida Alves(OAB: 292445-A/SP)
Recorrido	TOP SERVICE SERVIÇOS E SISTEMAS S.A
Advogado	Dr. Samuel Douglas Oliveira Barros(OAB: 226277-A/SP)
Advogado	Dr. Ricardo Jeremias(OAB: 218144-A/SP)
Recorrido	CLARO S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	Dr. Jorge Donizeti Sanchez(OAB: 73055-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO S.A.
- STEFANY MONTEIRO DOS SANTOS
- TOP SERVICE SERVIÇOS E SISTEMAS S.A

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que deu parcial provimento ao recurso ordinário, mantendo a condenação quanto aos temas "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA".

Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.

A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).

À análise.

Preliminarmente, quanto ao pedido constante da petição 237801-00/2021, este se mostra prejudicado em razão do presente julgamento do mérito.

O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.

Eis os termos do acórdão recorrido:

"(...)

HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

Aduz a segunda reclamada que não lhe cabe a responsabilidade de pagar os honorários advocatícios devidos à reclamante, o que incumbe apenas à primeira reclamada, sendo que não foram preenchidos os requisitos legais para a referida condenação, conforme Súmula nº 219 do TST. Por fim, aduz que a reclamante é devedora dos honorários sucumbenciais a ela devidos por força da nova lei.

A primeira reclamada levanta as mesmas insurgências, acrescentado que a sentença deve ser reformada no tocante à determinação para suspensão da exigibilidade dos honorários devidos pela reclamante, tendo em vista a procedência parcial desta ação.

A reclamante por sua vez aduz que não lhe cabe a condenação imposta na sentença, considerando que não existe proveito econômico por qualquer das partes quanto aos pedidos julgados improcedentes, do que não cabe a condenação que lhe foi imposta. Pugna pela declaração de inconstitucionalidade do §4º do artigo 791-A da CLT e, alternativamente, a suspensão da exigibilidade dos honorários advocatícios por ela devidos.

Por se tratar de reclamação trabalhista ajuizada depois da reforma trabalhista, a ela se aplica o novo regramento conforme alterações trazidas pela Lei nº 13.467/17.

Preconiza o artigo 791-A da CLT, com a nova redação conferida pela Lei nº 13.467/17:

"Art. 791-A. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.(Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 1º Os honorários são devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 2º Ao fixar os honorários, o juízo observará:(Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

I - o grau de zelo do profissional, (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

II - o lugar de prestação do serviço; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

III - a natureza e a importância da causa, (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 3º Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

§ 4º Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

§ 5º São devidos honorários de sucumbência na reconvenção".

Cumpre ressaltar, ser inapropriado adentrar à discussão envolvendo a constitucionalidade da inovação legislativa, que é objeto de apreciação pelo Eg. STF, na ADI 5766. Aliás, disponibilizada a seguinte decisão no DJE e no DOU do dia 18.05.18:

"Após o voto do Ministro Roberto Barroso (Relator), julgando parcialmente procedente a ação direta de inconstitucionalidade, para assentar interpretação conforme a Constituição, consubstanciada nas seguintes teses: "1. O direito à gratuidade de justiça pode ser regulado de forma a desincentivar a litigância abusiva, inclusive por meio da cobrança de custas e de honorários a seus beneficiários. 2. A cobrança de honorários sucumbenciais do hipossuficiente poderá incidir: (i) sobre verbas não alimentares, a exemplo de indenizações por danos morais, em sua integralidade; e (ii) sobre o percentual de até 30% do valor que exceder ao teto do Regime Geral de Previdência Social, mesmo quando pertinente a verbas remuneratórias. 3. É legítima a cobrança de custas judiciais, em razão da ausência do reclamante à audiência, mediante prévia

intimação pessoal para que tenha a oportunidade de justificar o não comparecimento, e após o voto do Ministro Edson Fachin, julgando integralmente procedente a ação, pediu vista antecipada dos autos o Ministro Luiz Fux. Ausentes o Ministro Dias Toffoli, neste julgamento, e o Ministro Celso de Mello, justificadamente. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 10.5.2018".
Na hipótese, tendo em vista a sucumbência recíproca, em face do disposto nos §3º do artigo 791-A da CLT, mantenho a r. sentença que condenou as partes ao pagamento de honorários sucumbenciais, fixados no importe de 10%, na forma da lei.
Quanto aos honorários advocatícios devidos pela autora, entendo que a condenação não se mostra irregular, dado o que prevê o artigo 791-A, da CLT, ou seja, o legislador não isenta o beneficiário da justiça gratuita do pagamento dos honorários advocatícios.
Esclareço que a sucumbência recíproca persiste em virtude do indeferimento dos pedidos de diferenças de verbas rescisórias e intervalo do artigo 384 da CLT.
Os percentuais fixados na sentença também mostram-se razoáveis, considerando os parâmetros fixados no §2° do mesmo artigo.
No entanto, uma vez que a autora é beneficiária da justiça gratuita e receberá valores pouco expressivos, seja pela natureza das parcelas postuladas, seja em razão do curto espaço de tempo que durou a relação de emprego, esta magistrada tem defendido o entendimento de que somente nos casos em que os valores obtidos na demanda sejam de maior vulto e, portanto, retirem o trabalhador da condição de hipossuficiência em que se encontra, é possível promover a cobrança dos honorários advocatícios, inclusive se utilizando dos valores que receberá na ação para referido pagamento.
Assim, manteria em condição suspensiva de exigibilidade a cobrança desses honorários, porque, no caso sub judice as verbas deferidas constituem parcelas que não ostentam magnitude para alavancar substancialmente o poder econômico-financeiro da trabalhadora, de modo a torná-la capaz de solver os honorários advocatícios sem prejuízo do seu orçamento familiar.
Contudo, esse entendimento não é o adotado pelos integrantes desta Câmara Julgadora e assim, com ressalva do entendimento pessoal acima exposto, curvando-me ao posicionamento que prevalece, não há que se falar na suspensão da exigibilidade do pagamento dos honorários advocatícios, em conformidade com o §4º do artigo 791-A, da CLT, por ter o autor recebido valores nesta ação que lhe permitirão assumir o pagamento dos honorários advocatícios. Assim, reformo parcialmente a sentença apenas para excluir essa suspensão de exigibilidade reconhecida na origem.
(...)"
No que tange à insurgência quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, visto que a ação foi proposta após a vigência da Lei 13.467/2017.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser indevida sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista sua condição de beneficiária da justiça gratuita.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, conheço do recurso de revista, por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, nos termos da jurisprudência vinculante do STF, para dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido: conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA", por violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a condenação da parte reclamante em honorários sucumbenciais. Custas Inalteradas.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº ED-RR-0000505-24.2012.5.06.0019

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Embargante	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada	Dra. Renata Mouta Pereira Pinheiro(OAB: 12324/DF)
Advogado	Dr. Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei(OAB: 21678/PE)
Advogado	Dr. Paulo Augusto Greco(OAB: 119729/SP)
Embargado	CONCEICAO EDYANNE ALVES DA SILVA
Advogado	Dr. Rafael Barbosa Valença Calábria(OAB: 21804/PE)

Intimado(s)/Citado(s):
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- CONCEICAO EDYANNE ALVES DA SILVA

Por meio de embargos de declaração, a parte postula a concessão de efeito modificativo ao julgado.
Dê-se vista à parte contrária para que, caso queira, apresente, no prazo legal, suas razões.
Transcorrido o prazo, retornem conclusos.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº ED-AIRR-0010096-70.2021.5.03.0021

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Embargante	ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A
Advogada	Dra. Nayara Alves Batista de Assunção(OAB: 119894-A/MG)
Embargado	VICTOR MARTINELLE VIEIRA
Advogado	Dr. Alessandra Cristina Dias(OAB: 144802-A/MG)
Advogado	Dr. Marcos Roberto Dias(OAB: 87946-A/MG)
Advogado	Dr. Danielle Cristina Vieira de Souza Dias(OAB: 116893-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A
- VICTOR MARTINELLE VIEIRA

Este relator negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela reclamada, em razão de esta não haver indicado, em seu recurso de revista, o específico trecho da decisão recorrida relativo à matéria objeto da sua insurgência recursal.
A reclamada interpõe embargos de declaração em que aponta equívoco na decisão embargada, uma vez que, sob o seu ponto de vista, os requisitos impostos por meio da Lei nº 13.015/2014 foram observados nas razões do seu recurso de revista.
Inicialmente, insta esclarecer que a finalidade dos embargos de declaração é tão somente sanar contradições, omissões ou obscuridades na análise dos temas trazidos validamente à tutela jurisdicional ou nos casos em que há manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso, como preceitua o artigo 897-A da CLT.
Na hipótese, a parte tenta comprovar que o requisito da indicação do trecho prequestionado foi satisfeito nas razões do seu recurso de revista.
Verifica-se que a parte, de fato, não indicou, na petição do recurso de revista, o trecho específico da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação - como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT -, assim como consignado na decisão agravada, de forma que a exigência processual imposta no mencionado dispositivo não foi satisfeita.
Repisa-se que, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional.
Inaplicável à hipótese, portanto, a desconsideração do vício detectado na decisão agravada.
Nesse contexto, não se constata omissão nenhuma a ser sanada na decisão impugnada.
Diante do exposto, nego provimento aos embargos de declaração.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº RR-0000343-06.2020.5.08.0015

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	Dr. João Beserra Oliveira do Nascimento Júnior(OAB: 12574-A/PA)
Advogada	Dra. Edna Moraes da Costa(OAB: 13398-B/PA)
Recorrido	MANOEL GOMES PROGENIO
Advogado	Dr. Izabella Cristina Costa Vieira(OAB: 22663-A/PA)
Recorrido	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	Dr. Fabrício dos Reis Brandão(OAB: 11471-A/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- MANOEL GOMES PROGENIO

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto apenas em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

O E. Tribunal Pleno desta Corte, em votação unânime no julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade n.º 0000944-91.2019.5.19.0000, declarou a inconstitucionalidade do parágrafo quarto do art. 791-A da CLT, em sessão plenária ocorrida no dia 10.02.2020, consoante acórdão da minha relatoria, cuja ementa ora se transcreve:
(...)
Neste diapasão, cumpre afastar qualquer possibilidade de condenação em honorários advocatícios sucumbenciais a cargo do reclamante, haja vista ter obtido a concessão dos benefícios da justiça gratuita.
Nego provimento ao apelo da reclamada.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional negou provimento ao recurso ordinário da reclamada quanto à condenação da parte reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários

advocatícios sucumbenciais.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 5º, caput, II, XXXV e 37, caput, da CF/88 e 791-A, § 4º, da CLT.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000499-97.2020.5.08.0207

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ARIOVALDO ESPIRITO SANTO DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Roberto Freitas Pessoa(OAB: 33774/DF)
Advogado	Dr. Gilpetron Dourado de Moraes(OAB: 15204-A/BA)
Advogado	Dr. Felipe Gilpetron Carvalho de Moraes(OAB: 46298-A/BA)
Agravado	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
Procurador	Dr. Bruno César Maciel Braga

Intimado(s)/Citado(s):
- ARIOVALDO ESPIRITO SANTO DE OLIVEIRA
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 551/559) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 545).
Contraminuta ao agravo de instrumento e contrarrazões ao recurso de revista às fls. 563/569.
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo não provimento do agravo de instrumento (fls. 733/734).
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 20) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 14/07/2021 e apelo protocolado em 26/07/2021).
A discussão travada nos autos cinge-se ao tema "DESERÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO".
Como se verifica, foi denegado seguimento ao recurso de revista com fulcro na Súmula 218 do TST.
Todavia, a parte agravante, na minuta do seu agravo de instrumento, não impugnou, objetivamente, a aplicação do referido óbice, tendo se limitado a tecer considerações genéricas acerca da admissibilidade do recurso e a reiterar as alegações formuladas em seu recurso de revista.
Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida nos termos em que proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST, que preconiza o princípio da dialeticidade.
Não tendo a parte agravante se eximido de tal ônus, resta inviabilizada a admissão do seu apelo.
Nesse contexto, NÃO CONHEÇO do presente agravo de instrumento, com fulcro nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000476-67.2019.5.09.0011

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	BANCO ORIGINAL S.A.
Advogado	Dr. Ricardo André Zambo(OAB: 138476-A/SP)
Agravado	LUIS FERNANDO DA SILVA
Advogado	Dr. Marcelo Giovani Batista Maia(OAB: 27184-A/PR)
Agravado	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado	Dr. Jorge Francisco Fagundes D'Ávila(OAB: 56519-A/PR)
Advogado	Dr. Fabricio Zir Bothome(OAB: 50020-A/PR)
Agravado	M2SYS TECNOLOGIA E SERVICOS S/A

Intimado(s)/Citado(s):
- BANCO ORIGINAL S.A.
- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- LUIS FERNANDO DA SILVA
- M2SYS TECNOLOGIA E SERVICOS S/A

Denegado seguimento ao recurso de revista pelo Tribunal Regional, pelo despacho de fls. 1026/1035, o reclamado BANCO ORIGINAL S.A interpõe o presente agravo de instrumento (fls. 1047/1056).
Contrarrazões ao recurso de revista e contraminuta ao agravo de instrumento apresentadas pelo reclamante (fls. 1062/1069 e 1072/1078).
Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho por força do RITST.
É o relatório.
A discussão travada nos autos, que tramita sob o rito sumaríssimo, prende-se ao tema"RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS".
Constato, de plano, que o apelo não se viabiliza, porque desfundamentado.
No caso, verifico que o recurso de revista teve seu processamento

denegado pelo TRT de origem quanto ao tema recorrido ao entendimento de que o reclamado, nas razões do apelo, não atendeu ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, porque promoveu a transcrição integral do acórdão regional ou a transcrição completa do capítulo recorrido sem efetuar, contudo, destaque do ponto central da tese objeto do recurso.
Contudo, o agravante deixou de atacar, objetivamente, os fundamentos da decisão agravada, no caso, o óbice do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Na verdade, limitou-se a renovar as alegações de mérito.
Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida, nos termos em que proferida, consoante o disposto no art. 1.010, III, do CPC e na Súmula 422, I, do TST.
Diante do exposto, não conheço do presente apelo, uma vez que a parte agravante não se eximiu do ônus que lhe competia.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº RR-0021305-25.2020.5.04.0512

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	D'ITÁLIA MÓVEIS INDUSTRIAL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Thiago Crippa Rey(OAB: 60691-A/RS)
Recorrido	BARBARA PANIZZI
Advogado	Dr. Marianita Filippon(OAB: 114446-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BARBARA PANIZZI
- D'ITÁLIA MÓVEIS INDUSTRIAL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto apenas em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Nesse contexto, então, ainda que a reclamante seja beneficiária da justiça gratuita, são devidos os honorários sucumbenciais deferidos, suspensa, porém, a sua exigibilidade, na forma prevista no dispositivo consolidado em comento.
Relativamente ao percentual devido a título de honorários advocatícios o art. 791-A e seu § 2º, da CLT preceituam que os honorários de sucumbência deverão ser fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 15%, devendo ser observado o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e a importância da causa e o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.
No caso, considerando os parâmetros estabelecidos nos referidos dispositivos legais, sobretudo o grau de complexidade da causa a qual envolveu matéria de fato e de direito, bem como a necessidade de interposição de recurso, entendo que o percentual arbitrado a título de honorários advocatícios deve ser mantido em 10% sobre o valor da condenação, como bem decidiu o Julgador de origem.
Por tais fundamentos, dá-se provimento parcial ao recurso da reclamante para estabelecer que os honorários de sucumbência a ela impostos fiquem sob condição suspensiva de exigibilidade, na forma do que dispõe o parágrafo quarto do artigo 791-A da CLT. Em relação ao recurso da reclamada, nega-se provimento.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. A Corte Regional concluiu pela suspensão da exigibilidade dos honorários.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 5º, II, da CF; 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº ED-AIRR-1000788-46.2019.5.02.0714

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Embargante	M P SANTANA PINTURA EM GERAL - ME
Advogado	Dr. Rafael Di Jorge Silva(OAB: 250266-A/SP)
Embargado	MARCIO AUGUSTO DIAS DOS SANTOS
Advogado	Dr. Gabriel Ribeiro Alves(OAB: 242338-A/SP)
Embargado	HOSPITAL E MATERNIDADE BRASIL S A E OUTRA
Advogado	Dr. Sérgio Carneiro Rosi(OAB: 71639-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- HOSPITAL E MATERNIDADE BRASIL S A E OUTRA
- M P SANTANA PINTURA EM GERAL - ME
- MARCIO AUGUSTO DIAS DOS SANTOS

O reclamante opõe embargos de declaração em face de decisão em que negado provimento ao seu agravo de instrumento, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015, e 118, X, do RITST. Alega, em síntese, que, "analisando o R. Despacho que negou seguimento ao agravo de instrumento da reclamada, constata-se que, ao aplicar a técnica da "per relationem", foi OMISSO quanto à tese de ausência de fundamentação do R. Despacho objeto do Agravo de Instrumento, uma vez que a decisão proferida pelo Regional apenas afirmou que não é possível divisar ofensa aos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, sem fundamentar o porquê da conclusão quanto ao não seguimento do Recurso de Revista".

Examino.

Não há omissão a ser sanada no tocante fundamentação, na medida em que a decisão embargada consignou, de forma clara, que "a decisão reveste-se de contornos nitidamente fático-probatórios, cuja reapreciação, em sede extraordinária, é diligência que encontra óbice na Súmula nº 126 desta Corte".

Observa-se, deste modo, que a intenção da parte embargante é a rediscussão dos fundamentos adotados na decisão embargada, bem como a obtenção do reexame da matéria julgada, pretensão que não se coaduna com a finalidade dos embargos de declaração, os quais são cabíveis apenas nas hipóteses dos artigos 897-A da CLT e 1.022 do NCPC, o que não se verifica no caso vertente.

As partes devem se atentar para o disposto nos artigos 80, 81 e 1.026, § 2º, do CPC de 2015, c/c 769 da CLT, porque não cabem embargos declaratórios para reexame de fatos e provas (Súmulas 126 e 410/TST c/c as Súmulas 7/STJ e 279/STF), sob pena de manifestarem inconformismos incompatíveis com a técnica processual, em franca indiferença aos argumentos da autoridade judiciária.

Rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº ED-AIRR-0020213-83.2018.5.04.0026

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Embargante	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
Procurador	Dr. Juliano de Angelis
Embargado	CLAUDIA DOS SANTOS BRANDAO
Advogado	Dr. Andiara M. Pereira(OAB: 65408-A/RS)
Advogado	Dr. Márcio da Rosa(OAB: 84272-A/RS)
Embargado	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado	Dr. Newton Dorneles Saratt(OAB: 25185-A/RS)
Embargado	RUDDER SEGURANÇA LTDA.
Advogado	Dr. Fabricio Silva Pires(OAB: 183692-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIA DOS SANTOS BRANDAO
- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- RUDDER SEGURANÇA LTDA.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

Trata-se de embargos de declaração (fls. 1847/1853) interposto pela segunda reclamada à decisão de fls. 1833/1840, mediante a qual foi negado seguimento ao seu agravo de instrumento.

Conheço dos embargos de declaração porque presentes os pressupostos legais de admissibilidade, entre os quais a representação processual e a tempestividade (intimação via eletrônica da decisão denegatória em 22/11/2021 - certidão fls. 1846 - e apelo protocolado em 29/11/2021).

A terceira reclamada afirma que houve omissão no julgado quanto ao ônus da prova, adotando, nesse caso, uma fundamentação genérica. Assevera que a sua condenação foi baseada na inversão do ônus da prova, enquanto que o ônus de comprovar a ausência de fiscalização é da parte reclamante. Suscita divergência jurisprudencial.

A decisão embargada está assim fundamentada:

"A segunda reclamada insurge-se contra a decisão agravada, renovando o inconformismo no que diz respeito à responsabilidade subsidiária que lhe foi imputada.

Não tem razão, contudo.

O STF, ao julgar o RE 760.931, tema nº 246 da tabela de repercussão geral, firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais.

A SbDI-1 desta Corte, analisando a referida decisão no julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281 (Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020), manifestou-se no sentido de que o STF, ao decidir a controvérsia relativa à responsabilidade subsidiária, não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa, e que cabe ao ente público tomador de serviços a comprovação da fiscalização do contrato de terceirização de serviços, conforme se extrai do julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA
VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA

246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA. No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela Poder Judiciário, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019.

Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando. Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços. [...]

No presente caso, a atribuição da responsabilidade subsidiária decorre da constatação da culpa in vigilando, em razão da ineficácia da fiscalização, premissa fática insuscetível de revisão nesta fase recursal (Súmula 126 do TST). É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão regional:

"Em que pese a UFRGS não tenha agido com culpa "in eligendo", por certo agiu com culpa "in vigilando", uma vez que a empresa por ela contratada não cumpriu com suas obrigações trabalhistas em relação a autora, o que levou a necessidade de pleiteá-los na presente demanda. Desta forma, tem-se que a ré, tomadora dos serviços prestados pela reclamante, deve responder de forma subsidiária pelos direitos reconhecidos no presente feito, salvo se comprovasse (ônus do qual lhe incumbia - art. 818, II, da CLT) ter realizado efetivamente a fiscalização, o que não ocorreu nos autos. Apesar dos documentos juntados, não há qualquer indicativo de ter efetivamente fiscalizado com relação ao cumprimento e respeito da jornada de trabalho e do intervalo do art. 384 da CLT, bem como o pagamento dos adicionais. Tal aspecto seria de fácil percepção. Logo, apesar de ter ocorrido fiscalização, não se evidenciou ter ocorrido de modo completo e efetivo, ônus do qual lhe incumbia. " (fls.1742).

Inicialmente, cumpre ressaltar que a finalidade dos embargos de declaração é sanar vício existente na decisão, visando ao aprimoramento do julgado. Não se prestam, portanto, à rediscussão de questões já examinadas no acórdão embargado ou à impugnação à fundamentação dali constante.

Constata-se que inexiste na decisão monocrática ora embargada qualquer vício de julgamento, pois restou consignado, que acerca do ônus da prova quanto à fiscalização do contrato, a SbDI-1 desta Corte decidiu tal encargo cabe à Administração Pública, sendo que, no caso dos autos, o ente público não se desincumbiu a contento, porquanto não demonstrada a efetiva fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas pela empresa contratada.

Nesse contexto, não estando caracterizada qualquer das hipóteses previstas nos artigos 897-A da CLT e 1.022 do CPC/15, tem-se por inviável o acolhimento dos presentes embargos de declaração.

Nego provimento aos embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº RR-0020863-48.2018.5.04.0021

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Roberto Caldas Alvim de Oliveira(OAB: 12200/DF)
Advogado	Dr. Henrique Jose da Rocha(OAB: 36568-A/RS)
Recorrido	MARCIO ALEXANDRE MARINHO SOARES
Advogado	Dr. Iboti Oliveira Barcelos Junior(OAB: 65382-A/RS)
Recorrido	SPORT CLUB INTERNACIONAL
Advogado	Dr. Fernando Scarpellini Mattos(OAB: 12680-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S.A.
- MARCIO ALEXANDRE MARINHO SOARES
- SPORT CLUB INTERNACIONAL

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto aos temas horas extras e honorários advocatícios.

Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.

A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação aos temas horas extras e honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).

À análise.

O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.

Eis os termos do acórdão recorrido:

1. REGIME DE COMPENSAÇÃO. VALIDADE. HORAS EXTRAS.

INTERVALO INTRAJORNADA.
(...)
No que diz respeito ao regime de compensação adotado, para supressão do trabalho aos sábados, considero haver a Juíza singular dirimido a controvérsia com propriedade, na medida em que não há autorização normativa para tanto. O entendimento deste Colegiado não viola o art. 59, §2º, da CLT, tampouco o art. 7º, XIII, da Constituição Federal.
(...)
2. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS.
(...)
No caso em tela, a sentença não determinou a suspensão da exigibilidade, bem como não estabeleceu a vedação da compensação, cabendo acolher a pretensão da reclamante nesse aspecto.
Ademais, acolho a majoração dos honorários devidos pela reclamada para 15% sobre o valor bruto da condenação, por ser este o percentual usualmente adotado por esta Especializada.
Pelo exposto, dou parcial provimento ao recurso da parte autora, para [a] suspender a exigibilidade dos honorários sucumbenciais a que condenada a reclamante, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, vedada a compensação com créditos que venham a ser obtidos nesta ação ou em outro processo, conforme decisão do Pleno deste Regional; e [b] majorar os honorários devidos pela reclamada para 15% sobre o valor bruto da condenação. Nego provimento ao recurso da primeira reclamada.

No que diz respeito às "horas extras", o TRT manteve a sentença que considerou inválido o regime de compensação por constatar que "não há autorização normativa para tanto."
Não há registro no acórdão acerca de acordo individual quando da contratação como alegado pela reclamada.
A decisão está assente no conjunto fático-probatório, cujo reexame se esgota nas instâncias ordinárias. Adotar entendimento em sentido oposto àquele formulado pelo Tribunal Regional implicaria o revolvimento de fatos e provas, inadmissível em sede de recurso de revista, a teor da Súmula 126/TST.
No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou o Reclamante, beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. A Corte Regional concluiu pela suspensão da exigibilidade dos honorários
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 5º, caput, II, 133 da CF; 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.
Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0020094-48.2019.5.04.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB
Advogado	Dr. Patricia Fernandez Selistre(OAB: 57169-A/RS)
Recorrido	JORGE AUGUSTO LAGUE
Advogado	Dr. Daniel Alberto Lemmertz(OAB: 59730-A/RS)
Advogado	Dr. Filipe Merker Britto(OAB: 69129-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB
- JORGE AUGUSTO LAGUE

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Por fim, relativamente ao disposto no § 4º do art. 791-A da CLT, o Pleno deste Tribunal Regional emitiu pronunciamento sobre sua inconstitucionalidade, tendo sido declarada parcialmente, consoante se vê da ementa da ARGINC 0020024-05.2018.5.04.0124 a seguir transcritos:
(...)
Diante desse contexto, dou parcial provimento ao recurso para

limitar o pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, em favor dos patronos da reclamada, ao percentual de 5%, sobre o valor dos pedidos julgados improcedentes, determinando a suspensão de exigibilidade do pagamento, com a observância em liquidação dos termos da ARGINC 0020024-05.2018.5.04.0124.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. A Corte Regional concluiu pela suspensão da exigibilidade dos honorários.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 5º, II, da CF; 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0020340-92.2020.5.04.0303

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	HERVAL INDÚSTRIA DE MÓVEIS, COLCHÕES E ESPUMAS LTDA.
Advogado	Dr. Daiana Martins Baldwin(OAB: 81537-A/RS)
Advogado	Dr. Airton Paulo Kaiser(OAB: 80631-A/RS)
Advogado	Dr. Ronaldo Machado dos Santos(OAB: 115942-A/RS)
Recorrido	GILMAR DA SILVA BINELO
Advogado	Dr. Rogério Pagel(OAB: 81348-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- GILMAR DA SILVA BINELO
- HERVAL INDÚSTRIA DE MÓVEIS, COLCHÕES E ESPUMAS LTDA.

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Diante do exposto, dou provimento parcial ao recurso da reclamante para reduzir para 5% os honorários sucumbenciais devidos pela parte autora, os quais ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade conforme a parte remanescente do § 4º do art. 791-A da CLT.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. A Corte Regional concluiu pela redução do percentual e suspensão da exigibilidade dos honorários.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 5º, caput, I, II, e XLI, da CF; 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça

à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0000603-62.2020.5.08.0119

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	SILVEIRA, ATHIAS, SORIANO DE MELLO, GUIMARAES, PINHEIRO & SCAFF - ADVOGADOS
Advogado	Dr. João Alfredo Freitas Miléo(OAB: 12342-A/PA)
Recorrido	DICKISON CUNHA OLIVEIRA
Advogado	Dr. Márcio de Oliveira Landin(OAB: 17523/PA)
Recorrido	BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. - REFLORESTAMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Advogado	Dr. João Alfredo Freitas Miléo(OAB: 12342-A/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. - REFLORESTAMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO
- DICKISON CUNHA OLIVEIRA
- SILVEIRA, ATHIAS, SORIANO DE MELLO, GUIMARAES, PINHEIRO & SCAFF - ADVOGADOS

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Por fim, reclamada insiste na condenação do autor ao pagamento de honorários advocatícios ao argumento de que fato de ele ser beneficiário da justiça gratuita não exime de tal condenação, considerando disposto no artigo 791-A da CLT que, seu ver, plenamente constitucional, visto que obreiro tem acesso justiça pode exercer seu direito de ação, embora arcando com os ônus de uma eventual sucumbência, até como forma de evitar lides temerárias. Neste particular, invoca direito um tratamento isonômico com advogado do reclamante caráter indispensável do advogado na administração da justiça
Ora, reclamante beneficiário da justiça gratuita, tendo este Egrégio Regional, por seu Pleno, na ArgIncCiv0000944-91.2019.5.08.0000, declarado inconstitucionalidade do parágrafo quarto do art. 791-A da CLT, por acórdão com seguinte ementa:
(...)
Registre-se também que não se trata de dar tratamento diferenciado as partes, visto que reclamada não beneficiária da justiça gratuita, de modo que, estando as partes em situação fática diversa, justificável tratamento diferente que lhes foi dispensado, neste particular. Mantenho.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional negou provimento ao recurso ordinário da reclamada quanto à condenação da parte reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 5º, caput, II, 6º, 7º, XXXII, e 133, da CF; 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-1000696-08.2018.5.02.0422

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	NITTO DENKO AMERICA LATINA LTDA.
Advogada	Dra. Fernanda Garcez Lopes Cunha(OAB: 208371/SP)
Recorrido	ALAN BARBOSA MARTINS
Advogado	Dr. Fernando Oliveira de Camargo(OAB: 257371-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALAN BARBOSA MARTINS
- NITTO DENKO AMERICA LATINA LTDA.

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Firmo convicção de que se à reclamante foram concedidos os benefícios da justiça gratuita, a imposição de cobrança de créditos obtidos em juízo fere os direitos fundamentais à assistência judiciária gratuita e integral prestada pelo Estado, garantida no artigo 05º, inciso LXXIX da Carta Magna, e à proteção do salário capitulada no artigo 07º, inciso X, também do Codex constitucional.
O fato de o trabalhador ter percebido crédito trabalhista em ação judicial não tem o condão, por si só, de reverter a situação de miserabilidade jurídica.
Ademais, deve ser observado que os títulos deferidos (decorrentes do reconhecimento do vínculo) não são suficientes para elidir a condição de pobreza do vindicante.
Demais disso, o crédito trabalhista auferido em decisão judicial é verba alimentar indispensável para a sobrevivência do trabalhador e de sua família, não podendo, dessa forma, ser objeto de compensação para o pagamento dos honorários advocatícios, mormente se beneficiário da justiça gratuita, como o reclamante.
Nesse compasso, aplica-se a segunda parte do dispositivo consolidado, no sentido de que a exigibilidade as obrigações da sucumbência deverão ficar sob "condição suspensiva de exigibilidade" podendo ser executadas "se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário."
Portanto, a princípio não se exige da reclamante o pagamento dos honorários advocatícios, permanecendo a condição suspensiva de exigibilidade prevista no artigo 791-A, § 04º, da CLT.
Reformo.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. A Corte concluiu pela suspensão da exigibilidade dos honorários.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 5º, LIV, LV, LXIII, da CF e 791-A, § 4º, da CLT.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0020625-83.2018.5.04.0003

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Advogado	Dr. João Luís Kleinowski Pereira(OAB: 57026-A/RS)
Advogado	Dr. Stéfano Marth Coletto(OAB: 84735-A/RS)
Recorrido	JESSICA PRESTES ORTIZ
Advogado	Dr. Ângelo César Diel(OAB: 28677-A/RS)
Advogado	Dr. Daniela Vissoni(OAB: 58428-A/RS)
Advogado	Dr. Silvio Mauro Fagundes Ribeiro Junior(OAB: 62625-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA
- JESSICA PRESTES ORTIZ

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto aos temas adicional de insalubridade e honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto apenas em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
Inicialmente, cumpre salientar que a decisão de admissibilidade do presente recurso de revista é posterior a 15/4/2016, portanto, segue a nova sistemática processual estabelecida por esta Corte Superior a partir do cancelamento da Súmula 285/TST e da edição da Instrução Normativa 40/TST.
Assim, tem-se que é ônus da parte impugnar, mediante a interposição de agravo de instrumento, os temas constantes do recurso de revista que não foram admitidos, sob pena de preclusão.
No caso, verifica-se que a parte deixou de interpor agravo de instrumento em face da decisão do Tribunal Regional que não admitiu o seu recurso de revista quanto ao tema "adicional de insalubridade", razão por que fica inviabilizada a análise do apelo em relação a esta matéria, ante a preclusão.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Desta forma, a inconstitucionalidade do art. 791-A, § 4º, da CLT, é apenas parcial. Restou definido que o instituto da sucumbência estabelecido pela Lei nº 13.467/17 é compatível com a gratuidade da justiça, respeitando o princípio do amplo acesso ao Judiciário, na medida em que prevê a suspensão temporária da exigibilidade dos honorários advocatícios, com a posterior extinção do crédito, caso o credor não efetive, em até dois anos, a revogação da gratuidade.
Assim, considerando a citada decisão do Tribunal Pleno, suspendo a exigibilidade dos honorários sucumbenciais a que a parte reclamante foi condenada, enquanto ao abrigo da justiça gratuita, pelo prazo de dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão, independentemente da condicionante prevista no art. 791-A, § 4º, da CLT, relativa à obtenção de crédito na própria ação ou em outra, cabendo à reclamada demonstrar, neste período, que não mais subsiste a hipossuficiência da parte autora, sob pena de extinção da obrigação quanto à verba sucumbencial.
Recurso provido, nestes termos.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. A Corte Regional concluiu pela suspensão da exigibilidade dos honorários.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 5º, II, 97, 102, I "a", da CF; 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0020208-91.2019.5.04.0522

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	Dra. Mônia Masochi Frizon Gregianin(OAB: 93839-A/RS)
Recorrido	GILMAR ANTONIO RIL
Advogado	Dr. Pedro Luiz Correa Osorio(OAB: 15540-A/RS)
Advogado	Dr. Antonio Escosteguy Castro(OAB: 14433-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- GILMAR ANTONIO RIL

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto aos temas assistência judiciária gratuita e honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em apenas em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.

O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Inicialmente, cumpre salientar que a decisão de admissibilidade do presente recurso de revista é posterior a 15/4/2016, portanto, segue a nova sistemática processual estabelecida por esta Corte Superior a partir do cancelamento da Súmula 285/TST e da edição da Instrução Normativa 40/TST.
Assim, tem-se que é ônus da parte impugnar, mediante a interposição de agravo de instrumento, os temas constantes do recurso de revista que não foram admitidos, sob pena de preclusão.
No caso, verifica-se que a parte deixou de interpor agravo de instrumento em face da decisão do Tribunal Regional que não admitiu o seu recurso de revista quanto ao tema " assistência judiciária gratuita ", razão por que fica inviabilizada a análise do apelo em relação a esta matéria, ante a preclusão.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Por seu turno, fixação de honorários de sucumbência traz premissa de que as partes, no processo do trabalho, atuam em equilíbrio. Tal assertiva não verdadeira, porquanto empregador empregado gravitam em condições extraordinariamente opostas, se considerarmos poder econômico de ambos. consabido que há conflito entre capital trabalho que primeiro dita as regras serem seguidas pela sociedade, cabendo ao último dominação. Além disso, diante da natureza alimentar das verbas em essência postuladas por meio das ações reclamatórias trabalhistas, estabelecer ao empregado que efetue pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais fazer com que se relativize proteção ao salário que conferida pelo disposto na Convenção 95 da OIT (arts. lº 10), ratificada pela República Federativa do Brasil, por meio do Decreto n. 41.721/ 1957.
(...)
Assim, dou provimento ao recurso ordinário do reclamante para excluir da condenação pagamento de honorários sucumbenciais que condenado.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou a sentença de origem para excluir a condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0010143-47.2020.5.03.0096

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	MUNICÍPIO DE UNAÍ
Advogado	Dr. Hugo Rocha Rebello(OAB: 94147-A/MG)
Recorrido	GEANIA PEREIRA ARAUJO
Advogado	Dr. Alberto Pereira Coelho(OAB: 63158 -A/MG)
Advogado	Dr. Leticia Pereira Coelho(OAB: 176700-A/MG)
Recorrido	G. J. CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- G. J. CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA
- GEANIA PEREIRA ARAUJO
- MUNICÍPIO DE UNAÍ

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios.
O Ministério Público do Trabalho oficiou pelo prosseguimento do feito, ressalvado eventual pedido de intervenção por ocasião do julgamento da causa (fl. 192).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

A concessão da gratuidade de justiça, na visão deste Relator, garantiria a suspensão da exigibilidade da verba, conforme melhor exegese do §4º do art. 791-A da CLT, visto que a percepção do passivo trabalhista resgatado nos próprios autos, composto essencialmente de verbas de caráter alimentar (necessárias, via de regra, à subsistência), não retira da trabalhadora, por si só, o status de hipossuficiente.
Daria provimento, nos termos acima alinhavados, isto é, condenando a autora ao pagamento da verba e garantindo, concomitantemente, a suspensão da exigibilidade.

Porém, a d. maioria, em interpretação conforme, lembra o teor do art. 5º, inciso LXXIV, da CF/88, in verbis:
"o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".
Nítido dizer que a transcrição do referido dispositivo constitucional é clara ao garantir aos hipossuficientes assistência judicial em sua integralidade, sobretudo, gratuita.
Para a corrente majoritária, não é razoável que se imponha ao beneficiário da justiça gratuita o ônus de arcar com os honorários em discussão, uma vez que, tal aplicação viola diretamente o preceito constitucional.
(...)
Logo, para a d. maioria, não há como imputar ao beneficiário da justiça gratuita a responsabilidade pelo pagamento da verba honorária, sendo inócua, portanto, a condenação, ainda que por razões de direito diversas daquela enunciada em primeiro grau. Vencido na matéria, nego provimento ao apelo.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional negou provimento ao recurso ordinário da reclamada quanto à condenação da parte reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0020114-82.2019.5.04.0025

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	FUSOPAR PARAFUSOS LTDA.
Advogado	Dr. Henrique Figueiró Rambor(OAB: 70259-A/RS)
Recorrido	FABIO LUIZ DA SILVA GOULART
Advogado	Dr. Jéferson Rodrigues da Silva(OAB: 77832-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIO LUIZ DA SILVA GOULART
- FUSOPAR PARAFUSOS LTDA.

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

O julgador de origem, em face da improcedência do pedido postulado na petição inicial, concluiu como devido reclamada, honorários de sucumbência, que seriam devidos pelo reclamante, condenando-o ao pagamento de tal parcela. Todavia, observa-se que restou deferido ao reclamante benefício da justiça gratuita, pela juntada de declaração de pobreza.
O artigo 790, parágrafos 3º 4º, da CLT modificados pela Lei nº 13.467/2017, preveem concessão do benefício da justiça gratuita. Ora, instituto da justiça gratuita, historicamente, sempre previu isenção do pagamento das despesas processuais por seu beneficiário, inclusive dos honorários advocatícios que também se caracterizam como uma despesa processual. Observe-se que dispunha Lei nº 1.060/ 1950 Lei nº 5.584/ 1970. Na verdade disposto no artigo 791-A, parágrafo 4º, da CLT, afronta garantia constitucional disposta no artigo 5º, parágrafo LXXIV da Constituição Federal, que garante ao detentor do benefício da justiça gratuita, assistência jurídica integral gratuita. Esta garantia abrange todas as despesas do processo, inclusive honorários advocatícios periciais.
(...)
Assim sendo, reforma-se decisão de origem, para absolver da condenação ao pagamento de honorários de sucumbência devidos ao procurador da reclamada no valor de R$ 44.719,79 (quarenta quatro mil setecentos dezenove reais setenta nove centavos), pois beneficiário da justiça gratuita.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17,

notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou a sentença de origem para excluir a condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 5º, caput, II, 133 da CF; 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0020811-91.2019.5.04.0029

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	Dr. Luiz Alberto Corrêa de Borba
Procurador	Dr. Marlon Brum
Procurador	Dr. Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul
Recorrido	LEONARDO DA ROSA MARTINS
Advogado	Dr. Felipe Espíndola Carmona(OAB: 60434-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- LEONARDO DA ROSA MARTINS

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios.
O Ministério Público do Trabalho oficiou pelo prosseguimento do feito, ressalvando eventual pedido de intervenção (fl. 390).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Assim, declarada a inconstitucionalidade pelo Tribunal Pleno desse Regional, em relação apenas à expressão "desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa" constante do § 4º do artigo 791-A da CLT, remanesce a condição suspensiva de exigibilidade dos honorários sucumbenciais, em relação aos quais a execução somente se dará se "nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário."
Nesse contexto, então, ainda que o reclamante seja beneficiário da justiça gratuita, são devidos os honorários sucumbenciais deferidos, suspensa, porém, a sua exigibilidade, na forma prevista no dispositivo consolidado em comento.
No que concerne ao pedido do reclamante de majoração dos honorários sucumbenciais devidos pelo reclamado, entendo que o percentual fixado (5%) foi razoável, considerando o trabalho desenvolvido pelo procurador do autor e a complexidade da matéria, não devendo ser majorado. Por tais fundamentos, nego provimento aos recursos do reclamante e do reclamado.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. A Corte Regional concluiu pela suspensão da exigibilidade dos honorários.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus,

mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0020141-16.2019.5.04.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB
Advogado	Dr. Patricia Fernandez Selistre(OAB: 57169-A/RS)
Recorrido	JAIRO NICOLAU GONCALVES
Advogado	Dr. Daniel Alberto Lemmertz(OAB: 59730-A/RS)
Advogado	Dr. Filipe Merker Britto(OAB: 69129-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB
- JAIRO NICOLAU GONCALVES

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Em consequência, entendimento diverso imporia às partes uma luta desigual diante do inquestionável poder econômico do empregador, em maior ou menor grau, uma vez que ao trabalhador não é assegurada a assistência judiciária, que deveria ser prestada pela Defensoria Pública.
Contudo, o Tribunal Pleno deste Tribunal, examinando Arguição de Incidente de Inconstitucionalidade em relação à integralidade do art. 791-A, 3 40, da CLT, formulada nos autos do proc. 0020024-05.2018.5.04.0124, decidiu declarar incidentalmente a inconstitucionalidade apenas da expressão "desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa", constante do $ 4º do art. 791-A da CLT, com redação da Lei 13.467 de 13.07.2017.
Assim, curvando-me a essa decisão, por política judiciária, passo a entender que, vencido o beneficiário da Justiça Gratuita, os honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade, em conformidade com o art. 791-A, 8 40, da CLT, quanto à parte em que não declarada incidentalmente sua inconstitucionalidade no proc. 0020024-05.2018.5.04.0124 (ou seja, somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário).
Por fim, entendo que sendo o trabalhador parte hipossuficiente e amparado pelo benefício da justiça gratuita, deva ser reduzido o valor da condenação em honorários advocatícios sucumbenciais ao patamar mínimo de 5%. Contudo, tenho por correta a base de cálculo fixada na sentença de origem (valor atualizado dos pedidos rejeitados).
De outra sorte, com relação aos honorários sucumbenciais devidos pela parte ré entendo devam ser arbitrados, via de regra, no parâmetro comumente praticado, de 15% sobre o valor bruto da condenação; somente devendo ser alterado quando a complexidade da demanda ou valor da causa justificar sua fixação em valores diversos. No caso presente, considero deva ser arbitrado o percentual usualmente praticado nesta Justiça do Trabalho. c) Conclusão
Dou provimento parcial ao recurso para deferir à parte autora o benefício da justiça gratuita, majorar para 15% a fixação dos honorários sucumbenciais devidos pela parte ré, os quais deverão incidir sobre o valor n bruto da condenação, reduzir o valor dos honorários sucumbenciais devidos à reclamada para 5%, mantida a base de cálculo fixada na origem, e determinar que os honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência fiquem sob condição suspensiva de exigibilidade, em conformidade com a parte remanescente do art. 791-A, 8 40, da CLT.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. A Corte Regional concluiu pela suspensão da exigibilidade dos honorários.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 5º, II, da CF; 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade

do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0000195-72.2019.5.08.0130

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	CAVALCANTE, PEREIRA & ASSOCIADOS - ADVOCACIA S/S
Advogado	Dr. Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior(OAB: 3259-A/PA)
Advogado	Dr. Caio Neno Silva Cavalcante(OAB: 64308-A/DF)
Recorrido	ANTONIO MACHADO DE CASTRO
Advogado	Dr. Rômulo Oliveira da Silva(OAB: 10801-A/PA)
Advogada	Dra. Jocilvane Barbosa da Silva Brito(OAB: 18156-A/PA)
Advogado	Dr. Gilvan Barata de Sousa(OAB: 16797-A/PA)
Advogada	Dra. Mariana Cardoso Linhares(OAB: 19833-A/PA)
Advogado	Dr. Irineia Duarte Lima(OAB: 14534-A/MA)
Recorrido	VALE S.A.
Advogado	Dr. Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior(OAB: 3259-A/PA)
Advogado	Dr. Nilton Correia(OAB: 1291/DF)
Advogado	Dr. Rubens Braga Cordeiro(OAB: 9442 -A/PA)
Advogada	Dra. Clarisse de Melo Mota(OAB: 14396-A/PA)
Advogado	Dr. Pedro Jayme da Conceição Domingues(OAB: 22260-A/PA)
Advogado	Dr. Suelen Sousa Bezerra(OAB: 21569 -A/PA)
Advogado	Dr. Karla Celeste Menezes Queiroz(OAB: 24588-A/PA)

Intimado(s)/Citado(s):
- ANTONIO MACHADO DE CASTRO
- CAVALCANTE, PEREIRA & ASSOCIADOS - ADVOCACIA S/S
- VALE S.A.

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.

A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Considerando esses aspectos, não há dúvidas de ser correta condenação da parte beneficiária da Justiça gratuita pagamento de honorários sucumbenciais, nos estritos termos do art. 791-A, 4º do texto consolidado.
No entanto, deve ser constatado que, nos autos do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade 0000944-91.2019.5.08.0000, Pleno deste E. Tribunal declarou, em sessão de 13.11.2019, inconstitucionalidade do 4º do art. 791-A da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/17, por violação aos princípios garantias fundamentais consagrados no artigo lº, III (princípio da dignidade da pessoa humana), artigo 5º, caput (princípio da igualdade), artigo 5º, XXXV (princípio de amplo acesso jurisdição) artigo 5º, LXXIV (garantia fundamental da assistência jurídica integral gratuita), da Constituição da República. matéria foi levada ao Pleno com fundamento no art. 948 segs. do CPC dos arts. 23, 103 180 do R. I. do TRT-8.
A inconstitucionalidade foi proclamada considerando que Excelso Pretório ainda não julgou em caráter definitivo ADI 5766-DF, que referi acima.
O Colegiado Regional, em observância Sumula Vinculante n. 10 ao disposto no parágrafo único do art. 949 do CPC, declaração inconstitucionalidade do 4º do art. 791-A consolidado, reconhecida em face do beneficiário da justiça gratuita, deverá ser observada pelos órgãos fracionários que compõe este e. Regional, inclusive esta E. 4ª Turma.
Por tais razões, ressalvando meu entendimento pessoal, exposto no início do exame deste tema, nego provimento ao apelo patronal para negar-lhe direito perceber honorários sucumbenciais pelo reclamante.
Mantenho.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença que indeferiu o pedido de condenação da parte reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 5º, caput, II, 133 da CF; 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de

honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0000154-54.2018.5.08.0126

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	CAVALCANTE, PEREIRA & ASSOCIADOS - ADVOCACIA S/S
Advogado	Dr. Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior(OAB: 3259-A/PA)
Advogado	Dr. Caio Neno Silva Cavalcante(OAB: 64308-A/DF)
Recorrido	RAIMUNDO NONATO SAMPAIO FREITAS
Advogado	Dr. Alexandro Ferreira de Alencar(OAB: 16436-A/PA)
Recorrido	VALE S.A.
Advogado	Dr. Nilton Correia(OAB: 1291/DF)

Intimado(s)/Citado(s):
- CAVALCANTE, PEREIRA & ASSOCIADOS - ADVOCACIA S/S
- RAIMUNDO NONATO SAMPAIO FREITAS
- VALE S.A.

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

A cobrança de honorários advocatícios ao beneficiário de justiça gratuita, viola as garantias fundamentais do acesso à jurisdição, da gratuidade judiciária, além dos princípios do respeito à dignidade da pessoa. A
ssim, reformo a decisão recorrida, para declarar a inconstitucionalidade da cobrança dos honorários advocatícios, estabelecidos pelo art. 791-A, da CLT, em razão da concessão dos benefícios da justiça gratuita ao autor, determino a exclusão da parcela de honorários advocatícios de sucumbência devido pelo reclamante ao patrono da reclamada.
Dou provimento.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou a sentença de origem para excluir a condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 5º, caput, II, 133 da CF; 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0021413-35.2019.5.04.0271

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE
Advogado	Dr. Joao Paulo Brugger Borges(OAB: 44613-A/DF)
Advogado	Dr. Newton da Silva Miranda Teixeira(OAB: 44136-A/DF)
Recorrido	RENAN SCHEFFER ZEFERINO
Advogada	Dra. Vera Lúcia de Vasconcellos Bolzan(OAB: 21823/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE
- RENAN SCHEFFER ZEFERINO

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Logo, ressalvado meu entendimento pessoal sobre a matéria, nos termos já expressos no voto (divergente/vencido) supra transcrito, impõe-se considerar a declaração do Pleno deste Tribunal da inconstitucionalidade da expressão "desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa", constante do § 4º do art. 791-A da CLT, com redação da Lei 13.467 de 13.07.2017.
Portanto, ante o deferimento do benefício da justiça gratuita ao reclamante, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.
Com relação ao percentual fixado, entendo adequado, atendendo aos princípios da razoabilidade e parcimônia.
Em face do acima exposto, dou parcial provimento ao Recurso Ordinário do reclamante, no particular, para declarar a suspensão da exigibilidade dos honorários sucumbenciais por ele devidos, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, observada a declaração do Pleno deste Tribunal da inconstitucionalidade da expressão "desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa", constante do referido dispositivo legal.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. A Corte Regional concluiu pela suspensão da exigibilidade dos honorários.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 5º, caput, II, da CF; 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000716-59.2019.5.10.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS
Procurador	Dr. Betsaida Penido Rosa
Agravado	MATHEUS RODRIGUES LOBO MONTEIRO
Advogada	Dra. Andressa Beserra Lago da Silva(OAB: 49495-A/DF)
Advogado	Dr. Inacio Pal Lins Neto(OAB: 39603-A/DF)
Agravado	VIA SERVICE DE VOLTA REDONDA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS
- MATHEUS RODRIGUES LOBO MONTEIRO
- VIA SERVICE DE VOLTA REDONDA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 413/440) interposto em face da decisão (fls. 347/359) do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região que denegou seguimento ao recurso de revista.
Houve apresentação de contraminuta ao agravo de instrumento (fls. 462/467).
Os autos foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho, que opinou pelo desprovimento do agravo de instrumento (fls. 473/474).
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado, interposto tempestivamente (decisão denegatória em 04/07/2021 e apelo protocolado em 09/07/2021), dispensado o preparo.

É o relatório.
Atendidos os pressupostos processuais de admissibilidade do agravo de instrumento, dele conheço.
As discussões travadas nos autos prendem-se aos temas "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ÔNUS DA PROVA." "ABRANGÊNCIA DA CONDENAÇÃO" "JUROS DE MORA", "CORREÇÃO MONETÁRIA" e "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS".
No tocante ao primeiro tema, a segunda reclamada insurge-se contra a responsabilidade que lhe foi imputada, ao argumento de existir julgados sobre o tema, da Suprema Corte (ADC 16 e RE 760.931), nos quais restou decidido ser ônus do reclamante a comprovação da culpa in eligendo ou in vigilando da Administração Pública quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pelas empresas terceirizadas. Indica violação dos arts. 97, da CF, 71,§1º da Lei nº 8.666/1993, 818 da CLT, 371, I do CPC e contrariedade à Súmula 126 e 331, V, do TST. Suscita divergência jurisprudencial.
Sem razão.
O Regional entendeu (fls. 186):

"No caso, restou constatado o não cumprimento pela AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, tomadora dos serviços, da sua obrigação de fiscalizar a execução do contrato firmado com a prestadora de serviços, uma vez que esta encontra-se inadimplente com várias obrigações trabalhistas, conforme restou evidenciado nos autos.
Com efeito, nenhum elemento produziu nos autos capaz de revelar o efetivo exercício da fiscalização legalmente imposta.
É importante deixar claro que não se trata de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas, mas de ausência de fiscalização eficaz no cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços, sendo certo que no próprio processo licitatório poderiam ter sido adotados mecanismos legais que exigissem maiores garantias para a execução integral do contrato (item V da súmula 331 do TST)."

Ao julgar o RE 760.931, Tema nº 246 da tabela de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal firmou tese no sentido de que a inadimplência da empresa contratada não transfere ao ente público tomador de serviços, de forma automática, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, sendo necessário verificar caso a caso a culpa da Administração Pública no tocante à fiscalização no cumprimento das obrigações trabalhistas.
No julgamento do E-RR-925-07.2016.5.05.0281, ao analisar a referida decisão, a SbDI-1 do TST manifestou-se no sentido de que o STF não fixou tese a respeito do ônus probatório da conduta culposa. Nesse sentido, aliás, a Exma. Min. Rosa Weber, em decisão monocrática, in verbis:

"Limitados a obstaculizar a responsabilização subsidiária automática da Administração Pública - como mera decorrência do inadimplemento da prestadora de serviços -, os julgamentos da ADC nº 16 e do RE nº 760.931-RG, ao fixarem a necessidade da caracterização da culpa do tomador de serviços no caso concreto, não adentraram a questão da distribuição do ônus probatório nesse aspecto, tampouco estabeleceram balizas na apreciação da prova ao julgador". (Rcl 34242, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 29/11/2019, DJe-263 PUBLIC 03/12/2019).

Noutro giro, quanto ao ônus da prova, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais deste Tribunal decidiu, majoritariamente, que cabe ao ente público tomador de serviços o ônus de comprovar a fiscalização do contrato de terceirização de serviços. Eis o julgado:

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.467/2017. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. DECISÃO PROFERIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO RE Nº 760.931. TEMA 246 DA REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA Nº 331, V, DO TST. RATIO DECIDENDI. ÔNUS DA PROVA . No julgamento do RE nº 760.931, o Supremo Tribunal Federal firmou a seguinte tese, com repercussão geral: "O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento , seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93" . O exame da ratio decidendi da mencionada decisão revela, ainda, que a ausência sistemática de fiscalização, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas pela prestadora, autoriza a responsabilização do Poder Público. Após o julgamento dos embargos de declaração e tendo sido expressamente rejeitada a proposta de que fossem parcialmente acolhidos para se esclarecer que o ônus da prova desse fato pertencia ao empregado, pode-se concluir que cabe a esta Corte Superior a definição da matéria, diante de sua natureza eminentemente infraconstitucional. Nessa linha, a remansosa e antiga jurisprudência daquele Tribunal: AI 405738 AgR, Rel . Min. Ilmar Galvão, 1ª T . , julg. em 12/11/2002; ARE 701091 AgR, Rel . Min. Cármen Lúcia, 2ª T . , julg. em 11/09/2012; RE 783235 AgR, Rel . Min. Teori Zavascki, 2ª T . , julg. em 24/06/2014; ARE 830441 AgR, Rel(a) Min. Rosa Weber, 1ª T . , julg. em 02/12/2014; ARE 1224559 ED-AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julg . em 11/11/2019. Portanto, em sede de embargos de declaração , o Supremo Tribunal Federal deixou claro que a matéria pertinente ao ônus da prova não foi por ele definida, ao fixar o alcance do Tema 246. Permitiu, por conseguinte que a responsabilidade subsidiária seja reconhecida, mas sempre de natureza subjetiva, ou seja, faz-se necessário verificar a existência de culpa in vigilando . Por esse fundamento e com base no dever ordinário de fiscalização da execução do contrato e de obrigações outras impostas à Administração Pública por diversos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, a exemplo, especialmente, dos artigos 58, III; 67, caput e seu § 1º; e dos artigos 54, § 1º; 55, XIII; 58, III; 66; 67, § 1º; 77 e 78, é do Poder Público, tomador dos serviços, o ônus de demonstrar que fiscalizou de forma adequada o contrato de prestação de serviços . No caso, o Tribunal Regional consignou que os documentos juntados aos autos pelo ente público são insuficientes à prova de que houve diligência no cumprimento do dever de fiscalização, relativamente ao adimplemento das obrigações trabalhistas da empresa terceirizada. Ou seja, não se desincumbiu do ônus que lhe cabia. A Egrégia Turma, por sua vez, atribuiu ao trabalhador o ônus da prova, razão pela qual merece reforma a decisão embargada, a fim de restabelecer o acórdão regional. Recurso de embargos conhecido e provido" (TST- E-RR-925-07.2016.5.05.0281, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Claudio Mascarenhas Brandao, DEJT 22/05/2020 - destaque acrescido).

No mesmo sentido, as recentes decisões: TST- E-RR-2102-37.2015.5.02.0018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro João Batista Brito Pereira, DEJT 23/04/2021; TST- AgR-E-RR-1675-86.2010.5.03.0018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 23/04/2021 e TST- E-RR-12480-

80.2016.5.15.0042, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Hugo Carlos Scheuermann, DEJT 23/04/2021.
Assim, ao atribuir ao reclamado o ônus de comprovar a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, o Tribunal Regional decidiu em conformidade com a jurisprudência consolidada neste Tribunal. Inviável o processamento do apelo em razão do óbice de que trata a Súmula 333 do TST.
Quanto ao segundo tema, a segunda reclamada afirma que as obrigações trabalhistas devem ser pagas apenas pela primeira reclamada, por decorrerem de ato exclusivo do empregador e, por serem, parcelas rescisórias, evoca o princípio da individualização as penas para impedir a extensão da responsabilidade pelas verbas, de forma indiscriminada, para a Administração Pública. Sustenta ser incabível a imposição da multa prevista no art. 477, §8º da CLT, contra a entidade pública, em razão do art. 100 da CF, o qual disciplina a obrigatoriedade dos pagamentos devidos pela Fazenda Pública, na forma exclusiva de apresentação de precatório. Indica violação dos arts. 5º, XLVI, 100 da CF, 467 e 477, §8º da CLT. Suscita divergência jurisprudencial.
Sem razão.
O Regional decidiu (fls. 187):

"Com efeito, a noção de responsabilidade no âmbito das relações laborais, subsidiária ou solidária, inspirada que é no princípio da proteção ao hipossuficiente, assenta-se na necessidade de recomposição integral do patrimônio jurídico do empregado lesado, seja pela empregadora, seja pelo tomador dos serviços.
Disso resulta o alcance, inclusive, do pagamento das multas previstas nos artigos 467 e 477, § 8º, da CLT, assim como a indenização sobre o saldo do FGTS, tal como interpretado no Verbete/TRT/10ª Região nº 11 e item VI da Súmula/TST nº 331. No mesmo sentido já se posicionou esta eg. Turma (Processo nº 000024660.2017.5.10.0013, Relatora Desembargadora Elke Doris Just; Processo nº 0000599-92.2015.5.10.0006, Redator Juiz Convocado Gilberto Augusto Leitão Martins).
Não bastasse isso, a recorrente contestou os pedidos formulados na petição inicial, argumentando, apenas, a impossibilidade do reconhecimento da sua responsabilidade subsidiária, nada afirmando acerca da inexistência do direito do Reclamante ao recebimento das parcelas pleiteadas na exordial.
Neste contexto, incólume a r. sentença de primeiro grau por seus próprios e jurídicos fundamentos. "(fls. 187)

Verifica-se que a decisão do Regional está em conformidade com a Súmula 331. VI, do TST, de modo que a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral, inviabiliza-se o processamento do apelo, nos termos da Súmula 333 do TST.
No tocante ao terceiro tema, a segunda reclamada sustenta a aplicação dos juros de mora, nos termos definidos no art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997. Indica violação dos arts. 5º, II, da CF e 1º-F da Lei nº 9.494/1997. Suscita divergência jurisprudencial.
Sem razão.
O Regional entendeu (fls. 188):

"A responsabilidade da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR decorre de sua subsidiariedade, não se aplicando o art. 1º-F da Lei 9.494/97."

No caso, com respeitosa ressalva de entendimento do Relator, verifico que a decisão regional está em sintonia com a OJ 382 da SBDI-1 do TST.
Logo, o processamento do recurso de revista encontra óbice na Súmula 333 do TST e no artigo 896, § 7º, da CLT.
Destaco que as alegações referentes ao quinto tema ("honorários advocatícios"), não serão objeto de exame, por não constarem das razões do recurso de revista, constituindo vedada inovação recursal.
Do exposto, quanto aos tópicos examinados, DENEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento, com fulcro nos arts. 118, X, do RITST e 896, § 14, da CLT.
No que tange ao quarto tema ("correção monetária"), o recurso de revista teve seu processamento denegado, sob o fundamento de que "a matéria não foi analisada sob esse enfoque, incidindo, no particular aspecto, o óbice da Súmula nº 297/TST" (fls. 358 - g.n.).
Verifico, porém, que a segunda reclamada, na minuta do seu agravo de instrumento, passou ao largo dessa fundamentação, limitando-se à devolução da matéria de fundo tratada no recurso de revista.
Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida, nos termos em que proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST.
Não tendo a terceira interessada se eximido de tal ônus, resta inviabilizada a admissão do presente apelo.
Nesse contexto, com fulcro nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal, NÃO CONHEÇO do presente agravo de instrumento, no particular.

CONCLUSÃO

Do exposto: I - NÃO CONHEÇO do agravo de instrumento quanto ao tema "correção monetária", com fulcro nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal; II - conheço do agravo de instrumento quanto aos demais tópicos e, no mérito, NEGO-LHE SEGUIMENTO, com fulcro no artigo 118, X, do Regimento Interno do TST.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº RR-0010749-35.2019.5.15.0142

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	CITROSUCO S.A. - AGROINDÚSTRIA
Advogada	Dra. Karina Roberta Colin Sampaio Gonzaga(OAB: 157482-A/SP)
Recorrido	ROGERIO SANTOS SOUZA
Advogado	Dr. Fábio Eduardo de Laurentiz(OAB: 170930/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CITROSUCO S.A. - AGROINDÚSTRIA
- ROGERIO SANTOS SOUZA

Trata Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de

lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Contudo, entendimento majoritário nesta C. Turma que os honorários advocatícios somente são cabíveis naquelas ações ajuizadas após vigência da Lei nº 13.467/2017, não sendo cabíveis naquelas ações em que reclamante beneficiário da assistência judiciária gratuita ao fundamento que condenação sob título contraria "essência" do instituto da Justiça Gratuita, afrontando literalmente inciso LXXIV, do artigo Sº da CRFB/88, sendo certo que mencionada assistência deve ser integral.
Portanto, na hipótese, considerando que reclamante beneficiário da justiça gratuita, conforme salientado no tópico próprio, indevidos os honorários advocatícios em favor da reclamada. Reformo..

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou a sentença de origem para excluir a condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0000982-55.2019.5.08.0016

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	FORMOSA SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA.
Advogado	Dr. Joseliza Cunha Paes Barreto(OAB: 12000-A/PA)
Recorrido	AILSON BARBOSA MORAES
Advogado	Dr. Debora Cristina da Silva Salgado Aragao(OAB: 12976-A/PA)

Intimado(s)/Citado(s):
- AILSON BARBOSA MORAES
- FORMOSA SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA.

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

A norma contida no artigo 791-A, §4º, da CLT, introduzido pela Lei 13.467/2017, que prevê o pagamento de honorários sucumbenciais por beneficiário da justiça gratuita é inconstitucional, porque viola garantias fundamentais do acesso à jurisdição, da gratuidade judiciária, bem como os princípios do respeito à dignidade da pessoa e da isonomia, previstos na Constituição Federal. O Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, recentemente, em sessão do dia 10/02/2020, no julgamento do processo de Arguição de Inconstitucionalidade nº 0000944-91.2019.5.08.0000, declarou a inconstitucionalidade do art. 791-A, §4°, da CLT.
Assim sendo, dá-se provimento ao recurso para, reformando a decisão de primeiro grau, excluir da condenação do reclamante os honorários advocatícios de sucumbência.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou a sentença de origem para excluir a condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da

Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 1º, II e IV, 102, I, da CF; 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.
Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1001263-85.2016.5.02.0203

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
Agravante	BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.
Advogado	Dr. Gustavo Rezende Mitne(OAB: 52997-A/PR)
Agravado	SARAH PEREIRA DA SILVA DOS SANTOS
Advogada	Dra. Leiliane de Azevedo Soares(OAB: 301133-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.
- SARAH PEREIRA DA SILVA DOS SANTOS

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra despacho proferido pelo Eg. Tribunal Regional, que denegou seguimento a recurso de revista. Pretende a parte recorrente o destrancamento e regular processamento de seu apelo.
Contraminutado.
Dispensada a remessa dos autos ao d. Ministério Público do Trabalho, conforme dicção do art. 95 do Regimento Interno do TST.

DECIDO:
Os recursos devem atender ao princípio da dialeticidade recursal, também denominado princípio da discursividade confluente do sistema recursal, em atenção ao art. 1.010 do CPC, de modo a possibilitar a aferição da matéria devolvida no apelo (art. 1.013), viabilizando o contraditório.
Portanto, imprescindível trazer em recurso elementos que evidenciem argumentos hábeis a enfrentar os fundamentos da sentença, justificando, assim, o pedido de nova decisão.
Nesse sentido, enuncia a Súmula 422, item I, desta Corte:

"RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO (redação alterada, com inserção dos itens I, II e III) - Res. 199/2015, DEJT divulgado em 24, 25 e 26.06.2015. Com errata publicado no DEJT divulgado em 01.07.2015

I - Não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida."

Efetivamente, o art. 899 da CLT, ao dispor que "os recursos serão interpostos por simples petição", não exime a parte de fixar e fundamentar sua irresignação quanto aos fundamentos da decisão impugnada.
No caso dos autos, o Tribunal Regional, em juízo prévio de admissibilidade (arts. 682, IX, e 896, § 1º, da CLT), denegou seguimento ao recurso de revista, na esteira dos fundamentos:

Em seu apelo, entretanto, deixa a parte agravante de impugnar especificamente o despacho agravado, que elegeu como óbice ao seguimento do recurso de revista a inobservância dos requisitos do art. 896, § 1º-A, da CLT. Limita-se, pois, a afirmar que o recurso merece trânsito e a reiterar as questões de fundo.
Na ausência de argumento demonstrativo da pertinência do agravo, deve-se reputá-lo como desfundamentado, porquanto desatendido o objetivo do art. 897 da CLT.
Assim, com esteio no art. 932 do CPC, não conheço do agravo de instrumento.
Diante do óbice formal, incabível o exame de transcendência da causa.
Publique-se.
Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MORGANA DE ALMEIDA RICHA
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0020042-61.2018.5.04.0371

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogada	Dra. Renata Pereira Zanardi(OAB: 33819-A/RS)
Recorrido	LYDIA ELAINE LEDUR DO CANTO
Advogado	Dr. Davi Elói Müller(OAB: 47779-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):
- LYDIA ELAINE LEDUR DO CANTO
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto aos temas adicional de periculosidade e honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.

A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em apenas relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Inicialmente, cumpre salientar que a decisão de admissibilidade do presente recurso de revista é posterior a 15/4/2016, portanto, segue a nova sistemática processual estabelecida por esta Corte Superior a partir do cancelamento da Súmula 285/TST e da edição da Instrução Normativa 40/TST.
Assim, tem-se que é ônus da parte impugnar, mediante a interposição de agravo de instrumento, os temas constantes do recurso de revista que não foram admitidos, sob pena de preclusão.
No caso, verifica-se que a parte deixou de interpor agravo de instrumento em face da decisão do Tribunal Regional que não admitiu o seu recurso de revista quanto ao tema "adicional de periculosidade", razão por que fica inviabilizada a análise do apelo em relação a matéria, ante a preclusão.
Eis os termos do acórdão recorrido:

A decisão recorrida condenou reclamante pagar ao patrono da reclamada de honorários de 5% sobre diferença entre valor postulado em peça inicial valor devido ao reclamante apurado em liquidação, com exceção do dano moral. Ainda, observou que caso crédito da parte reclamante não seja suficiente para arcar com essa despesa, ainda que em outro feito, exigibilidade do valor excedente fica suspensa na forma do 4º, do art. 791-A, da CLT.
(...)
Ocorre que Tribunal Pleno deste Tribunal emitiu pronunciamento sobre inconstitucionalidade do art. 791-A, ê4º, da CLT, tendo sido declarada parcialmente, consoante se vê da ementa da ARGINC 0020024- 05.2018.5.04.0124 seguir transcrita:
(...)
Posta decisão nesses termos, tem-se que instituto da sucumbência introduzido, nesta Justiça, pela Lei 13.467/17, não impede acesso ao Judiciário, na medida em que viável suspensão temporária da exigibilidade dos honorários advocatícios se reconhecida incapacidade financeira do devedor, seguida de extinção do crédito, acaso credor não prove, em até dois anos, mudança da situação de fato, capaz de permitir revogação da gratuidade consequente cobrança da dívida.
A inconstitucionalidade alcança apenas parte que condicionava suspensão de exigibilidade dos honorários advocatícios inexistência de créditos reconhecidos ao trabalhador no âmbito do processo em que condenado pagar verba honorária ou, ainda, em outra ação.
Neste caso, entendo que ressalva introduzida pela ARGINC supracitada não deve ser desconsiderada.
Impõe-se prover parcialmente recurso para determinar se observe em liquidação, relativamente aos honorários de sucumbência, os termos da ARGINC 0020024-05.20185.04.0124.
Dou parcial provimento ao recurso para suspender exigibilidade dos honorários de sucumbência em favor do procurador da reclamada, observados os termos da fundamentação. Recurso que se dá parcial provimento.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. A Corte Regional concluiu pela suspensão da exigibilidade dos honorários.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 5º, II e 102, I, da CF; 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0021221-88.2019.5.04.0211

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	DREBES & CIA LTDA.
Advogado	Dr. Jimmy Bariani Koch(OAB: 50783-A/RS)
Recorrido	GLAUCO RICARDO DE OLIVEIRA FERREIRA
Advogado	Dr. Aulo Júnior Scheffer Mengue(OAB: 91924-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DREBES & CIA LTDA.
- GLAUCO RICARDO DE OLIVEIRA FERREIRA

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e

diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Em relação aos honorários de sucumbência, saliento que o presente feito foi ajuizado após a entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017.
Dispõe o § 4º do artigo 791-A da CLT (incluído pela Lei nº 13.467/2017):
(...)
Considerando-se o disposto no art. 791-A da CLT, entende-se adequada a fixação do mesmo percentual de honorários para os advogados de ambas as partes, sob pena de tratamento diferenciado aos profissionais que as representam em Juízo. Assim, mantém-se o percentual de 15% (quinze por cento), fixados na sentença.
A verba honorária incide sobre o valor atribuído na petição inicial aos pedidos julgados integralmente improcedentes, o que já se encontra determinado na sentença.
Dá-se provimento parcial ao recurso para determinar a suspensão de exigibilidade dos honorários de sucumbência a cargo do autor, independentemente de obtenção de créditos em ação judicial.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. A Corte Regional concluiu pela suspensão da exigibilidade dos honorários.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 5º, XXXV e LXXIX, da CF.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.
Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0020061-55.2019.5.04.0202

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	TRANSPORTES SILVEIRA GOMES LTDA
Advogada	Dra. Valcíria Lourdes Marson(OAB: 21803-A/RS)
Advogado	Dr. Thales Pontes Leao(OAB: 60208-A/RS)
Recorrido	COSER ADVOCACIA E CONSULTORIA
Advogado	Dr. Michelle Meotti Tentardini(OAB: 57215-A/RS)
Recorrido	ANOAR BORGES DA SILVA
Advogado	Dr. Michelle Meotti Tentardini(OAB: 57215-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):
- ANOAR BORGES DA SILVA
- COSER ADVOCACIA E CONSULTORIA
- TRANSPORTES SILVEIRA GOMES LTDA

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Por política judiciária, passo adotar o entendimento a que chegou o Pleno deste Tribunal, em sessão de julgamento realizada em 12/12/2018, em que foi declarada, de forma incidental, tão somente a inconstitucionalidade da expressão "desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa", constante do § 4º do art. 791-A da CLT, com a redação da Lei nº 13.467/2017.
Com efeito, de acordo com a decisão Plenária, portanto, apenas parte do parágrafo 4º do artigo 791-A da CLT foi declarada inconstitucional - a que segue destacada (§ 4º Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a

despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário)-, remanescendo, assim, a condição suspensiva de exigibilidade.

Assim, os honorários sucumbenciais poderão ser executados apenas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, a obrigação do beneficiário. Assim, em análise conjunta, no aspecto, nega-se provimento ao recurso da reclamada e dá-se provimento ao recurso ordinário interposto pelo reclamante para reduzir o percentual de honorários de sucumbência por ele devidos para 5% e determinar que estes somente possam ser executados se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão condenatória, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, a obrigação do beneficiário, ou seja, ficando vedada a cobrança dos honorários nesta ou em outra reclamação trabalhista. Ainda, dá-se provimento ao recurso interposto pelo Escritório Coser Advocacia e Consultoria (terceiro Interessado) para majorar a verba fixada para os honorários de sucumbência deferidos aos procuradores do reclamante para 15%.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. A Corte Regional concluiu pela suspensão da exigibilidade dos honorários.

Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.

Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 5º, II, da CF.

Examino.

Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.

Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.

Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.

Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000961-06.2014.5.05.0221

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	SOTEP SOCIEDADE TÉCNICA DE PERFURAÇÃO S.A.
Advogado	Dr. João Marcos Cavichioli Feiteiro(OAB: 307654/SP)
Agravado	ANTONIO DOS SANTOS RIBEIRO
Advogado	Dr. Márcio Antônio Mota de Medeiros(OAB: 14407/BA)
Advogado	Dr. Frederico Mota de Medeiros Segundo(OAB: 35629-A/BA)
Agravado	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. José Melchiades Costa da Silva(OAB: 7147/BA)
Advogado	Dr. Alexandre de Souza Araújo(OAB: 20660-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO DOS SANTOS RIBEIRO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SOTEP SOCIEDADE TÉCNICA DE PERFURAÇÃO S.A.

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 1.740/1.751) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 1.730/1.734).

Contraminuta e contrarrazões ao recurso de revista não foram apresentadas.

Desnecessária à remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho.

O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (procuração - fls. 1.521/1.527) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 29/01/2020 e apelo protocolado em 10/02/2020), preparo (custas - fls. 1.519/1.520 e pagamento do depósito recursal - isento, tendo em vista que a parte recorrente está em processo de recuperação judicial).

A discussão nos autos cinge-se ao tema "INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO E VALOR ARBITRADO".

Como se verifica, foi denegado seguimento ao recurso de revista por inobservância do disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.

Todavia, a parte agravante, na minuta do seu agravo de instrumento, não impugnou, objetivamente, a aplicação do referido óbice, tendo se limitado a tecer considerações genéricas acerca da admissibilidade do seu apelo, afirmar que não pretende a reanálise de elementos fáticos probatórios, além de reiterar as alegações de mérito do recurso de revista.

Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida nos termos em que proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST, que preconiza o princípio da dialeticidade.

Não tendo a parte agravante se eximido de tal ônus, resta inviabilizada a admissão do seu apelo.
Nesse contexto, NÃO CONHEÇO do presente agravo de instrumento, com fulcro nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº RR-0001005-33.2020.5.17.0010

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Recorrente	LETI SANDRA DA SILVA STINGUEL
Advogado	Dr. Kristty Ellen Dias Benfica(OAB: 20204-A/ES)
Recorrido	COMAU DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Advogado	Dr. Antônio Vasconcellos Júnior(OAB: 47103-A/PR)
Advogado	Dr. Arnaldo Gaspar Eid(OAB: 259037-A/SP)
Advogada	Dra. Viviane Castro Neves Pascoal Maldonado Dal Mas(OAB: 136069-A/SP)
Recorrido	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Augusto Carlos Lamego Junior(OAB: 17514-A/ES)
Advogado	Dr. Luís Felipe Cunha(OAB: 52308-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMAU DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
- LETI SANDRA DA SILVA STINGUEL
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014 - RITO SUMARÍSSIMO
Trata-se de recurso de revista interposto pela reclamante, contra o acórdão proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, pelo qual se negou provimento ao seu recurso ordinário, alegando PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.
Foram apresentadas contrarrazões às págs. 1.597-1.600 e contraminuta às págs. 1.601-1.605.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
Verifica-se, de plano, que, no que se refere à arguida preliminar, a parte não cuidou em indicar o trecho do acórdão regional referente ao julgamento do recurso ordinário.
Registra-se, no que se refere à preliminar de nulidade do acórdão regional por negativa de prestação jurisdicional, que a SbDI-1 desta Corte, no acórdão prolatado no julgamento dos aludidos embargos declaratórios (E-RR-1522-62.2013.5. 15.0067), Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, decisão em 16/3/2017), firmou entendimento no tocante à necessidade da transcrição do trecho dos embargos de declaração em que a parte, de forma inequívoca, provoca o Tribunal Regional a se manifestar sobre determinada matéria e, em consequência, do acórdão prolatado no julgamento dos aludidos embargos, para que seja satisfeita a exigência do requisito inscrito no inciso I do § 1º-A do art. 896 da CLT, quando se tratar de preliminar de arguição de nulidade de acórdão regional por negativa de prestação jurisdicional, para que se possa analisar sobre quais pontos o Tribunal Regional, supostamente, teria deixado de se manifestar.
A inobservância desse procedimento que comprove a oportuna invocação e delimitação dos pontos sobre os quais o Tribunal Regional, supostamente, teria deixado de se manifestar, torna inviável a análise da arguição de nulidade.
Esse requisito processual passou a ser explicitamente exigido, por meio da edição da Lei nº 13.467/17, que incluiu o item IV ao § 1º-A do artigo 896 da CLT, estabelecendo que é ônus da parte, sob pena de não conhecimento do recurso, "transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão".
Esclareça-se, por outro lado, ser imprescindivelmente necessária, para a compreensão e constatação da omissão alegada, também, a transcrição do trecho referente ao acórdão do recurso ordinário, a fim de que se possa proceder ao exercício da averiguação da ausência de tutela perpetrada no respectivo acórdão.
Com efeito, o recurso de revista foi interposto na vigência da Lei nº 13.015, de 2014, que alterou a redação do artigo 896 da CLT, acrescendo a esse dispositivo, entre outros, o § 1º-A, que, em seu inciso I, determina nova exigência de cunho formal para a interposição do recurso de revista, estatuindo:
"§ 1ºA. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:
I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;" (destacou-se)
Extrai-se, da forma como foi editada a norma pertinente, que os requisitos processuais cuja satisfação é imposta no artigo 896, § 1º-A, da CLT, são cumulativos e, devem ser, sob pena de não conhecimento do recurso, individualmente observados na construção da petição do recurso de revista.
Convém relevar que, nas demandas submetidas ao rito sumaríssimo, em que a lei estabelece a possibilidade de o acórdão consistir em certidão de julgamento em que seja confirmada a sentença por seus próprios fundamentos (artigo 895, § 1º, item IV), caso tenha a Corte regional se utilizado dessa faculdade, não basta, a pretexto de cumprir o requisito disposto no artigo 896, § 1º, inciso I, da CLT, que a parte proceda à mera transcrição do trecho da certidão de julgamento em que o Tribunal decide por manter a decisão primária em todos os seus termos, porquanto não constam nesse trecho os fundamentos jurídicos e fáticos que embasam o decisório.
Com efeito, nesse caso, a parte deve indicar delimitadamente o trecho da sentença no qual consta a análise da questão objeto do inconformismo, tendo em vista que é contra os termos da decisão primária, adotados em sua íntegra pelo Tribunal Regional, que o respectivo recurso de revista efetivamente se insurge.
Este é o posicionamento desta Corte acerca da questão, conforme demonstram os seguintes julgados: AIRR - 11347-06.2013.5.11.0014, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, data de publicação: DEJT 8/5/2015; AIRR - 1650-72.2012.5.03.0028, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, data de julgamento: 22/4/2015, 3ª Turma, data de publicação: DEJT 24/4/2015; AIRR - 1465-73.2014.5.03.0057,

Relatora Ministra: Maria de Assis Calsing, data de julgamento: 13/5/2015, 4ª Turma, data de publicação: DEJT 15/5/2015; AIRR - 1336-03.2014.5.03.0111, Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, data de julgamento: 5/8/2015, 6ª Turma, data de publicação: DEJT 7/8/2015; AIRR - 97-61.2014.5.04.0102, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, data de julgamento: 23/9/2015, 7ª Turma, data de publicação: DEJT 2/10/2015; RR - 2031-62.2013.5.08.0107, Relator Ministro: Márcio Eurico Vitral Amaro, data de julgamento: 12/8/2015, 8ª Turma, data de publicação: DEJT 14/8/2015.

A parte, ao interpor recurso de revista, mediante eventual alegação de negativa de prestação jurisdicional perpetrada no acórdão proferido pelo Tribunal de 2º grau, deve cumprir, além do disposto no inciso IV do mencionado dispositivo - que determina a transcrição do trecho da petição e do acórdão dos embargos declaratórios - a determinação contida no inciso I do mesmo artigo, a respeito da transcrição do trecho da decisão que configura o efetivo prequestionamento da matéria impugnada.

Note-se que a condição imposta no inciso I visa a determinar que a parte comprove o prequestionamento do tema por parte do Tribunal Regional, enquanto que a exigência imposta no inciso IV busca a propiciar a efetiva demonstração da omissão alegada pela parte.

Registra-se que, de fato, o requisito estabelecido no inciso IV, que foi instituído por meio da edição da Lei nº 13.467/17, veio, tão somente, suprir lacuna a respeito do critério formal a ser observado na específica alegação de negativa de tutela jurisdicional, de forma que a inclusão desse inciso no § 1º-A do artigo 896 não elidiu a condição processual imposta no inciso I, que já vigia a partir da edição da Lei nº 13.015/14, tratando-se, portanto, de requisitos processuais que possuem a mesma relevância e, que, consequentemente, não se excluem.

Cabe citar precedentes desta Corte em que esse entendimento foi adotado, a saber:

"II - RECURSO DE REVISTA DA RECLAMADA. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. A recorrente não indica os trechos da decisão de recurso ordinário e das razões de embargos de declaração que consubstanciariam o prequestionamento da controvérsia objeto de seu apelo. O recurso de revista não ultrapassa as barreiras do artigo 896, §1º-A, I e IV, da CLT." (destacou-se, ARR - 130909-14.2015.5.13.0004, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 20/02/2019, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 22/02/2019)

"I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nos 13.015/2014 E 13.105/2015 E ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI No 13.467/2017 (...)

1. NULIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. A SBDI-1 desta Corte firmou a compreensão de que, na preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, para fins de atendimento do art. 896, § 1º-A, da CLT, a parte deverá indicar, nas razões de revista, os trechos pertinentes da decisão recorrida (inciso I deste artigo) e da petição dos embargos de declaração (incisos II e III) para o necessário cotejo de teses. Recurso de revista não conhecido." (RR - 1299-88.2011.5.03.0043, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Data de Julgamento: 20/02/2019, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 22/02/2019)

"RECURSO DE EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI Nº 13.015/2014. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DEMONSTRAÇÃO DE EFETIVA E OPORTUNA ARGUIÇÃO DA MATÉRIA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA. NÃO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. Da natureza especial do recurso de revista decorre a necessidade de observância de requisitos próprios de admissibilidade, entre os quais cabe destacar o disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, introduzido pela Lei nº 13.015/2014, que disciplina ser ônus da parte a indicação do trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo. A previsão contida no novel dispositivo, juntamente com os incisos que lhe sucedem, representa a materialização dos princípios da impugnação específica e dialeticidade recursal, pois objetiva evitar que seja do órgão julgador a tarefa de interpretar a decisão impugnada, para deduzir a tese nela veiculada e a fundamentação que ampara a pretensão, naquilo que corresponde ao atendimento dos pressupostos singulares do recurso interposto. Transpondo tal exigência para os casos em que a parte busca o reconhecimento da negativa de prestação jurisdicional, constata-se que será necessária a demonstração, inequívoca, de provocação da Corte de origem, mediante a oposição de embargos de declaração, no que se refere à matéria desprovida de fundamentação, com fulcro no entendimento da Súmula nº 459 do TST, bem como do trecho do respectivo acórdão, a fim de comprovar a recusa da Corte de origem em apreciar as questões suscitadas nos embargos. A inobservância desse procedimento que comprove a oportuna invocação e delimitação, em sede de embargos de declaração, dos pontos sobre os quais o Tribunal Regional, supostamente, teria deixado de se manifestar, torna inviável a análise da nulidade. Assim, a parte recorrente, ao arguir a nulidade por negativa de prestação jurisdicional, deve indicar no recurso de revista: a) os excertos da petição de embargos de declaração em que se buscou o pronunciamento do Tribunal Regional sobre os vícios apontados; e b) os trechos que demonstrem a recusa do TRT à complementação da prestação jurisdicional, seja porque rejeitou, seja porque ignorou o argumento contido nos embargos de declaração. Recurso de embargos de que se conhece e a que se nega provimento" (E-RR-1522-62.2013.5.15.0067, Ac. Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão, in DEJT 20.10.2017).

Releva-se que a indicação de um trecho específico é exigida por absoluta lógica, na hipótese em que a matéria impugnada pela parte tenha sido apreciada no acórdão regional e, no qual não conste, por óbvio, a análise acerca da questão específica denunciada na alegação de negativa de prestação jurisdicional.

Por outro lado, a ausência de análise acerca da própria matéria implica, para a perfeita satisfação do requisito disposto no inciso I do § 1º-A do artigo 896 da CLT, obviamente, na necessidade da indicação da íntegra do respectivo acórdão, de forma a demonstrar a inequívoca e total ausência de exame do tema.

Destaca-se, por fim, que o descumprimento do requisito processual da indicação do trecho de prequestionamento não configura "defeito formal que não se repute grave" passível de ser sanado ou desconsiderado nos termos do artigo 896, § 11, da CLT, uma vez que o dispositivo em questão não se aplica à convalidação de defeito ínsito ao conteúdo ou ao teor do recurso interposto e, levando-se em conta que a interposição de recurso não é considerada ato urgente, é disponibilizado à parte tempo hábil a fim de que construa a sua insurgência recursal mediante a observação dos requisitos recursais exigidos em lei, a respeito dos quais tem prévio conhecimento, bem como das consequências processuais da ausência de satisfação desses requisitos.

Assim, não conheço do recurso de revista, com fundamento nos artigos 251, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal Superior do

Trabalho e 896, § 1º-A, da CLT.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº RR-0020224-14.2020.5.04.0521

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS
Advogado	Dr. Marcelo Nedel Scalzilli(OAB: 45861 -A/RS)
Advogado	Dr. Tais Guillardi(OAB: 53950-A/SC)
Recorrido	MICHEL RUDENKO
Advogado	Dr. Alvenir Antônio de Almeida(OAB: 46546-A/RS)
Advogado	Dr. Juan Pedro Fassina(OAB: 93351-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS
- MICHEL RUDENKO

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Nesse contexto, com a ressalva do entendimento pessoal de que os honorários sucumbenciais deveriam ser afastados e isso sem qualquer condição suspensiva, acompanho, por política judiciária, a posição majoritária deste Tribunal. De toda forma, entende-se deva ser reduzido o percentual devido pela parte autora para 5% do valor resultante à respectiva base de cálculo, segundo entendimento desta Turma em inúmeros processos, em se tratando de honorários devidos pela parte hipossuficiente. Também tem igualmente decidido este Colegiado, que o porcentual a ser aplicado ao reclamado é de 15%, conforme se tem decidido em várias reclamatórias sobre o tema
(...)
Assim, dá-se parcial provimento ao recurso do reclamante para, mantida a condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais do autor aos procuradores da reclamada, limitá-los a 5% do valor resultante à respectiva base de cálculo, e que possam ser executados apenas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que os certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, a obrigação do beneficiário (sendo vedada a cobrança dos honorários nesta ou em outra reclamação trabalhista), assim como para elevar para 15%, os honorários sucumbenciais devidos pela reclamada aos advogados do acionante, sobre a respectiva base de cálculo, bem como para afastar a obrigação de pagamento dos honorários periciais determinando que essa despesa seja suportada pela União, consoante regulamentação do CSJT e deste Tribunal Regional, inclusive quanto a eventual teto.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. A Corte Regional concluiu pela suspensão da exigibilidade dos honorários.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 5º, II, 7º, XXXII, da CF e 791-A, § 4º, da CLT.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0000748-67.2019.5.08.0115

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	DENDE DO TAUA S/A DENTAUA E OUTRO

Advogada	Dra. Isabelle Ohana Bastos de Lima(OAB: 24449-A/PA)
Recorrido	GLEICILENE DOS SANTOS MATIAS
Advogado	Dr. Marcio de Oliveira Landin(OAB: 17523-A/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- DENDE DO TAUA S/A DENTAUA E OUTRO
- GLEICILENE DOS SANTOS MATIAS

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Com relação à justiça gratuita, na inicial a reclamante alegou que percebia salário inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do regime geral da previdência social e por esse fato requer os benefícios da justiça gratuita.
Assim, reformo a sentença recorrida para deferir o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 790, §§ 3º e 4º da CLT.
(...)
Conforme já manifestado por esta Desembargadora do Trabalho em diversos processos em que atuei como relatora, como por exemplo o ACÓRDÃO TRT 8ª R./ 3ª T./RO 0001029-73.2017.5.08.0121, por entender inconstitucional o §4º do artigo 791-A da CLT, por violar direito fundamental de acesso à jurisdição trabalhista, penso que não há que se falar em condenação em honorários de sucumbência ao reclamante beneficiário da gratuidade judiciária.
Destaco que, em sessão plenária ocorrida em 10 de fevereiro de 2020, por unanimidade, os desembargadores deste E. Regional declararam a inconstitucionalidade da cobrança de parcela honorária sucumbencial do reclamante, nos autos do processo nº 0000944-91.2019.5.08.0000.
Assim, não ha condenação ao autor ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais. Recurso provido..

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou a sentença de origem para excluir a condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 5º, caput, II, 133 da CF; 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0020950-74.2018.5.04.0030

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA.
Advogado	Dr. Gustavo Barbosa(OAB: 75031-A/RS)
Recorrido	RITA DE CASSIA MORAIS BARBOSA
Advogada	Dra. Naiana Stelzer(OAB: 72080-A/RS)
Advogado	Dr. Emerson Lucas Justo de Barros(OAB: 72082-A/RS)
Recorrido	MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA
Advogado	Dr. Artur da Silva Ferreira(OAB: 13310-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA.
- MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA
- RITA DE CASSIA MORAIS BARBOSA

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Todavia, o Pleno deste Tribunal, em 13/12/2018, ao julgar Arguição de Incidente de Inconstitucionalidade, nos autos do processo nº 0020068-88.2018.5.04.0232, declarou, incidentalmente, a inconstitucionalidade da expressão: "desde que não tenha objeto em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa".
Em decorrência disso, adota-se, como razão de decidir, a decisão do Tribunal Pleno, no sentido de que vencido o beneficiário da justiça gratuita, as obrigações decorrentes de sua sucumbência não devem ser deduzidas dos seus créditos, ainda que deferidos em outro processo, ficando sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito da decisão que as certificou, o credor dos honorários de sucumbência demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, sendo que, passado esse prazo, extinguir-se-ão as obrigações do beneficiário.
Em visto do exposto, dá-se provimento parcial ao recurso ordinário para, mantendo a condenação ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência em favor do patrono da reclamada, bem como a determinação de que deverão permanecer sob condição suspensiva de exigibilidade, acrescentar que os honorários não poderão ser deduzidos dos créditos da autora, ainda que recebidos em outro processo..

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença de origem que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT e determinou a suspensão da exigibilidade dos honorários.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 791-A, § 4º, da CLT.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0012036-35.2019.5.15.0012

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	WORKS CONSTRUÇÃO & SERVIÇOS EIRELI
Advogado	Dr. Jackson Peargentile(OAB: 145694-A/SP)
Recorrido	JURANDIR RUIZ
Advogado	Dr. José Canhada(OAB: 86303-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- JURANDIR RUIZ
- WORKS CONSTRUÇÃO & SERVIÇOS EIRELI

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto aos temas intervalo intrajornada, adicional noturno e honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em apenas em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Inicialmente, cumpre salientar que a decisão de admissibilidade do presente recurso de revista é posterior a 15/4/2016, portanto, segue a nova sistemática processual estabelecida por esta Corte Superior a partir do cancelamento da Súmula 285/TST e da edição da Instrução Normativa 40/TST.
Assim, tem-se que é ônus da parte impugnar, mediante a interposição de agravo de instrumento, os temas constantes do recurso de revista que não foram admitidos, sob pena de preclusão.
No caso, verifica-se que a parte deixou de interpor agravo de instrumento em face da decisão do Tribunal Regional que não admitiu o seu recurso de revista quanto aos temas "intervalo intrajornada" e "adicional noturno", razão por que fica inviabilizada a análise do apelo em relação a tais matérias, ante a preclusão.
Eis os termos do acórdão recorrido:

A reclamada não se conforma com a suspensão da exigibilidade dos honorários advocatícios devidos ao seu patrono, pois o § 4º do art. 791-A da CLT, é claro ao prescrever que o vencido, beneficiário da justiça gratuita, tem a obrigação de arcar com os honorários de sucumbência, tendo obtido em juízo créditos suficientes à despesa.
(...)
Porém, como definido na origem, incide à espécie o teor do §4° do artigo 791-A da CLT, que determina se suspenda a exigibilidade da

verba a que foi condenado o autor, haja vista que beneficiário da justiça gratuita, nos termos que seguem:
(...)
Excepciona-se a regra somente, conforme entendimento desta Câmara, mesmo sendo o trabalhador beneficiário da gratuidade judiciária, para condená-lo ao adimplemento da verba honorária se o valor do seu crédito nesta ação superar 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais na data da sentença de liquidação, aplicando-se, por analogia, o disposto pelo artigo 833, §2º, do CPC..

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional manteve a sentença que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT e determinou a suspensão da exigibilidade dos honorários.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0010642-71.2018.5.15.0062

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	MUNICÍPIO DE PROMISSÃO
Advogado	Dr. Adriano Cazzoli(OAB: 178542-A/SP)
Recorrido	PEDRO FRANCISCO DELFINO DE LIMA
Advogado	Dr. Hélio Gustavo Bormio Miranda(OAB: 153418-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):
- MUNICÍPIO DE PROMISSÃO
- PEDRO FRANCISCO DELFINO DE LIMA

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que reformou a sentença quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios.
O MPT oficiou pelo prosseguimento do feito, ressalvando eventual intervenção por ocasião da sessão de julgamento (fl. 171).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Pois bem! A Lei n° 13.467/2017 deve ser interpretada e aplicada tendo em mente as disposições Constitucionais, especialmente o princípio da vedação do retrocesso social e a progressividade dos Direitos Humanos - artigo 5º, §§ 2º e 3º, artigo 7º, CR88, previstos no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (artigos 2º, 11, 16, 18, 21 e 22 - melhoria continua das condições de vida - artigo 11), no Protocolo Adicional - Pacto de San Salvador - 17.11.1988 - (Artigos 1º, 7º - condições justas, equitativas e satisfatórias de trabalho - 8º - direitos sindicais - 17 e 19) e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22.11.1969 (Art. 26).
Logo, os artigos 790-B e 791-A da CLT, assim como o art. 844, que estabelece, como condição para o ajuizamento de nova demanda, o pagamento das custas de processo arquivado pela ausência do reclamante à audiência, devem ser interpretados de acordo com o direito fundamental de acesso à justiça (art. 5º, incisos XXXV e LXXIV, e inciso XXIX do art.7º da CF/88).
(...)
De outra forma, o instituto seria utilizado para a transferência de recursos econômicos da parte mais forte para a mais fraca da relação contratual. A aplicação literal da lei, pode gerar, inclusive, a insolvência civil do trabalhador, o que contraria os valores sociais do trabalho.
A assistência deve ser integral e gratuita. A integralidade deve abarcar os riscos processuais, se a atuação estiver dentro da boa-fé.
Por tais fundamentos, reformo a r. sentença para excluir a condenação da reclamante ao pagamento dos honorários advocatícios.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial

inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou a sentença de origem para excluir a condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação ao art. 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0011468-44.2019.5.15.0133

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	DELU RIO PRETO LTDA - ME E OUTROS
Advogado	Dr. Luís Augusto Sbroggio Lacanna(OAB: 323065-A/SP)
Advogado	Dr. Mayra Pereto Peres(OAB: 83101-A/PR)
Recorrido	BRUNO AUGUSTO DA SILVA LEITE
Advogado	Dr. Fábio Ricardo Ribeiro(OAB: 223374-A/SP)
Advogado	Dr. Vitor Scheffer(OAB: 389791-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNO AUGUSTO DA SILVA LEITE
- DELU RIO PRETO LTDA - ME E OUTROS

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Este Relator, melhor examinando o tema, resolveu considerar que o deferimento do benefício da justiça gratuita, por si só, não afasta as obrigações decorrentes da sucumbência da parte vencida.
Isso porque não vislumbro inconstitucionalidade no citado dispositivo legal, uma vez que a exigibilidade dos honorários advocatícios está condicionada à capacidade econômica da parte, com a obtenção em juízo (ainda que em outro processo) de créditos capazes de suportar a despesa ou a alteração superveniente da situação de insuficiência de recursos.
Oportuno considerar que se a parte reclamante, quando da propositura da reclamação, não tinha condições de custear eventuais despesas de seu processo, a exemplo de honorários advocatícios, agora, com a condenação da reclamada ao pagamento de várias verbas trabalhistas, passa a ter condições de arcar com a verba honorária.
(...)
Nesse cenário, até o julgamento definitivo da ADI 5766, considero razoáveis os limites fixados pelo Eminente Ministro Relator. Por conseguinte, determino que eventual retenção do crédito da parte beneficiária da justiça gratuita, para quitação dos honorários advocatícios sucumbenciais, ocorra apenas se não exceder em 30% o valor líquido dos créditos recebidos, nem incidir em valores inferiores ao teto do Regime Geral de Previdência Social, a ser apurado em liquidação. Caso contrário, deve-se observar a suspensão de exigibilidade disposta no art. 791-A, § 4º, da CLT, com o objetivo de tutelar a dignidade da pessoa humana e o acesso à justiça.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. A Corte Regional concluiu pela suspensão da exigibilidade dos honorários.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.

Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº ED-RR-0011604-94.2016.5.15.0020

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Embargante	JULIO CESAR MOTA
Advogada	Dra. Mariana Reis Caldas(OAB: 313350-A/SP)
Embargado	LIEBHERR BRASIL - GUINDASTES E MÁQUINAS OPERATRIZES LTDA.
Advogado	Dr. José Roberto Sodero Victório(OAB: 97321-A/SP)
Advogado	Dr. Roberta Aline Oliveira Visotto(OAB: 290665-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JULIO CESAR MOTA
- LIEBHERR BRASIL - GUINDASTES E MÁQUINAS OPERATRIZES LTDA.

Trata-se de embargos de declaração (fls. 1.639/1.646) opostos pela reclamada à decisão monocrática de fls. 1.633/1.637, mediante a qual dado provimento ao seu agravo de instrumento.
Conheço dos embargos de declaração porque presentes os pressupostos legais de admissibilidade, entre os quais a representação processual (fls. 9) e a tempestividade (decisão monocrática publicada em 27/08/2021 e apelo protocolado em 03/06/2021).
O reclamante afirma que houve contradição no julgado, porquanto foi reconhecida sua incapacidade parcial e permanente do trabalho, mas não foi arbitrada indenização por danos materiais na forma do artigo 950 do CCB.
A decisão embargada está assim fundamentada:

"Como visto, o Regional consignou que se trata de soldador acometido de ruptura do manguito rotator do ombro esquerdo, causada parcialmente pelo trabalho desempenhado na empresa reclamada (concausalidade), com sequela incapacitante avaliada pelo Perito médico segundo tabela da SUSEP em 6,25% no ombro direito. Concluiu que, embora reconhecido nexo causal entre o trabalho e a doença e que o reclamante apresente uma leve dificuldade de articulação do ombro direito, não há prova de que a reclamada tenha concorrido com culpa, porquanto, as atividades causadoras da moléstia eram cumpridas fora da empresa, ao talante do reclamante, atinentes ao seu ofício, bem como que não se encontra impedido de executar suas atividades profissionais e pessoais e continua ativo profissionalmente, conforme fotografias e mensagens, sendo a lesão passível de recuperação mediante tratamentos médico, medicamentoso e fisioterapia aos quais o reclamante foi submetido.
Constatado o dano - doença ocupacional sofrida pelo reclamante - e o nexo de causalidade, na modalidade concausa, entre as atividades profissionais e a doença, resta inquestionável a culpa da reclamada, e, portanto, configurado o ato ilícito a ensejar reparação civil da empregadora, nos termos do art. 186 do Código Civil.
Devida, assim, a indenização por dano moral.
Todavia, o artigo 950, "caput", do Código Civil dispõe "Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu."
No caso dos autos, conquanto consignada a leve dificuldade de articulação do ombro direito, não se comprovou que esse defeito impede o reclamante de exercer seu ofício ou profissão, tampouco de redução da sua capacidade de trabalho, mas, ao contrário, consignou-se expressamente a premissa de que o reclamante não se encontra impedido de executar suas atividades profissionais e pessoais e continua ativo profissionalmente, conforme fotografias e mensagens, sendo a lesão passível de recuperação mediante tratamentos médico, medicamentoso e fisioterapia aos quais foi submetido.
Nesse contexto, não se revela devida a pensão prevista no artigo 950 do Código Civil, porque não preenchidos os requisitos nele previstos, e, pela mesma razão, indenização a título de "acréscimos destinados a tratamento médico".
Evidenciada, assim, a afronta ao artigo 186 do Código Civil, em razão do pleito de indenização por danos morais, dou provimento ao agravo de instrumento para processar o recurso de revista." (fls. 1.635/1.636 - g. n.).

Ocorre contradição quando a decisão apresenta fundamentos incompatíveis e contrários entre si.
Com efeito, ficaram expressamente registrados os fundamentos de que, embora tenha havido lesão leve na articulação do ombro, não houve comprovação de que haja impedimento no exercício do seu ofício ou redução da sua capacidade de trabalho, de forma que "(...) consignou-se expressamente a premissa de que o reclamante não se encontra impedido de executar suas atividades profissionais e pessoais e continua ativo profissionalmente, conforme fotografias e mensagens, sendo a lesão passível de recuperação mediante tratamentos médico, medicamentoso e fisioterapia aos quais foi submetido." (fls. 1.636).
Logo, não há contradição no julgado.
Constatada que a insurgência se trata de mero inconformismo do reclamante, nego provimento aos embargos de declaração.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0036800-69.2004.5.15.0058

Processo Nº AIRR-00368/2004-058-15-00.5

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	W.P.R.
Advogado	Dr. Edson Artoni Leme(OAB: 128863/SP)
Agravado	A.E.T.O.
Advogado	Dr. Jáder Solano Neme(OAB: 260878/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- A.E.T.O.
- W.P.R.

Ficam as partes intimadas do despacho/acórdão, o qual está à disposição na Unidade Publicadora.

Processo Nº ED-AIRR-0000500-43.2019.5.09.0093

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Embargante	ADAUTO ROBERTO MAZINI JUNIOR E OUTRO
Advogado	Dr. Pedro Montanini Neto(OAB: 84923-A/PR)
Embargado	GUILHERME LOURENCO DA SILVA
Advogada	Dra. Roberta Carla Sottile Serrarens(OAB: 24035-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADAUTO ROBERTO MAZINI JUNIOR E OUTRO
- GUILHERME LOURENCO DA SILVA

Este relator negou provimento ao agravo de instrumento interposto pelos executados, em razão de esta não haver indicado, em seu recurso de revista, o específico trecho da decisão recorrida relativo à matéria objeto da sua insurgência recursal.
Os executados interpõem embargos de declaração em que aponta equívoco na decisão embargada, uma vez que, sob o seu ponto de vista, os requisitos impostos por meio da Lei nº 13.015/2014 foram observados nas razões do seu recurso de revista, porquanto, em razão de as questões apresentadas no recurso de revista dizerem respeito a matéria de ordem público, os requisitos processuais mencionados devem ser mitigados.
Sem razão.
Inicialmente, insta esclarecer que a finalidade dos embargos de declaração é tão somente sanar contradições, omissões ou obscuridades na análise dos temas trazidos validamente à tutela jurisdicional ou nos casos em que há manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso, como preceitua o artigo 897-A da CLT.
Na hipótese, a parte tenta comprovar que o requisito da indicação do trecho prequestionado foi satisfeito nas razões do seu recurso de revista.
Verifica-se que a parte, de fato, não indicou, na petição do recurso de revista, o trecho específico da decisão recorrida em que se encontra prequestionada a matéria objeto de sua irresignação - como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso I, da CLT -, assim como consignado na decisão agravada, de forma que a exigência processual imposta no mencionado dispositivo não foi satisfeita.
Repisa-se que, no que toca à indicação do trecho de prequestionamento da questão objeto de insurgência recursal, o entendimento nesta Corte superior é o de que cabe à parte recorrente, de fato, transcrever o exato trecho em questão, com vistas a revelar, de forma clara e inequívoca, a parcela da decisão recorrida que contenha o pronunciamento explícito da Corte regional.
Por outro lado, insta consignar que, nos termos do ordenamento jurídico, ainda que eventualmente o respectivo recurso dirigido a esta Corte Superior trate de questão de ordem pública, as regras processuais devem ser satisfeitas a fim de que se viabilize a análise da pretensão da parte recorrente, sob pena de não conhecimento do recurso, como ocorreu na hipótese.
Inaplicável à hipótese, portanto, a desconsideração do vício detectado na decisão agravada.
Nesse contexto, não se constata omissão nenhuma a ser sanada na decisão impugnada.
Diante do exposto, nego provimento aos embargos de declaração.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº RR-0011539-65.2018.5.03.0052

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	MUNICIPIO DE ALEM PARAIBA
Advogado	Dr. Flávio Couto Bernardes(OAB: 63291-A/MG)
Advogado	Dr. Fernando Silva Ferreira(OAB: 25015/MG)
Recorrido	GABRIELA JUNIOR DE SOUZA
Advogado	Dr. Afrânio Machado Júnior(OAB: 120697/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- GABRIELA JUNIOR DE SOUZA
- MUNICIPIO DE ALEM PARAIBA

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
O Ministério Público do Trabalho opinou pelo conhecimento e provimento do recurso de revista (fl. 368).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Não bastasse, o artigo 791-A da CLT, ao impor ao empregado beneficiário da justiça gratuita, ou seja, com clara impossibilidade de arcar com os custos do processo sem prejuízo de seu sustento e/ou de sua família, o pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, inviabiliza o acesso à justiça e promove a

desigualdade no tratamento das partes.
(...)
Em face do que foi exposto, considerando-se que a demandante é beneficiária da gratuidade de justiça, conforme se verifica da r. sentença (ID 65153ab - Pág. 8), provejo o apelo para excluir a determinação de que a obreira deverá arcar com o pagamento dos honorários sucumbenciais devidos ao réu..

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou a sentença de origem para excluir a condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 5º, caput, II, 133 da CF; 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.
Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº ED-AIRR-0100445-51.2019.5.01.0246

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Embargante	FERNANDO RODRIGUES DE CARVALHO
Advogado	Dr. Claudio Alves Filho(OAB: 48071-A/RJ)
Advogado	Dr. Camila da Mota Alfradique(OAB: 216260-A/RJ)
Embargado	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	Dr. Raimundo Nonato Ferreira(OAB: 61480-A/RJ)
Advogada	Dra. Caroline Freire Cavalcanti Vilela(OAB: 11004-A/AL)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- FERNANDO RODRIGUES DE CARVALHO

O reclamante opõe embargos de declaração em face de decisão em que negado provimento ao seu agravo de instrumento, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015, e 118, X, do RITST. Alega, em síntese, que restou evidente contradição no acórdão, "uma vez que o Embargante trouxe jurisprudências paradigmas, com a reprodução do julgado disponível na internet, informando ainda a fonte ao final, assim como fora citado no acordão, ou seja, este requisito do art. 896, § 1º-A, da CLT fora cumprido integralmente".
Examino.
Não há contradição a ser sanada, à medida em que a decisão embargada consignou, de forma clara, que "incumbe à parte efetuar o cotejo analítico da decisão recorrida com a decisão paradigma, de forma a demonstrar que há dissenso interpretativo nas normas que regem uma mesma situação", o que não foi observado pela parte embargante.
Observa-se, deste modo, que a intenção da parte embargante é a rediscussão dos fundamentos adotados na decisão embargada, bem como a obtenção do reexame da matéria julgada, pretensão que não se coaduna com a finalidade dos embargos de declaração, os quais são cabíveis apenas nas hipóteses dos artigos 897-A da CLT e 1.022 do NCPC, o que não se verifica no caso vertente.
As partes devem se atentar para o disposto nos artigos 80, 81 e 1.026, § 2º, do CPC de 2015, c/c 769 da CLT, porque não cabem embargos declaratórios para reexame de fatos e provas (Súmulas 126 e 410/TST c/c as Súmulas 7/STJ e 279/STF), sob pena de manifestarem inconformismos incompatíveis com a técnica processual, em franca indiferença aos argumentos da autoridade judiciária.
Rejeito os embargos de declaração.
Publique-se.
Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0000805-75.2013.5.09.0242

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	HELENIZE HACYELLEN FERREIRA
Advogado	Dr. Denilson Guilherme de Paula(OAB: 40733-A/PR)
Recorrido	RECUPERADORA ZEKADEADO LTDA.
Advogado	Dr. Zirbo Quintino Pontes Filho(OAB: 33323-A/PR)
Advogado	Dr. Andréa Cunha Pontes Tsujioka(OAB: 22250/PR)
Recorrido	PADO S.A. INDUSTRIAL COMERCIAL E IMPORTADORA
Advogado	Dr. Alberto de Paula Machado(OAB: 11553-A/PR)

Advogada Dra. Renata Carmona de Paula Machado(OAB: 55558/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- HELENIZE HACYELLEN FERREIRA
- PADO S.A. INDUSTRIAL COMERCIAL E IMPORTADORA
- RECUPERADORA ZEKADEADO LTDA.

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho que deu parcial provimento aos recursos ordinários.
Irresignada, a reclamante interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Vice-Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (artigo 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo, está subscrito por advogado habilitado e regular o preparo.
Quanto à negativa de prestação jurisdicional, incide o óbice do art. 896, § 1º-A, IV, da CLT.
No tocante ao tema "justa causa - estabilidade - gestante", o recurso de revista encontra-se desfundamentado à luz do art. 896 da CLT, uma vez que a parte não indicou nenhuma ofensa, contrariedade ou divergência jurisprudencial.
Acerca da dispensa discriminatória, incide o óbice do art. 896, § 1
º-A, I, da CLT.
Relativamente ao tema "dano moral - rescisão contratual", incide o óbice do art. 896, § 1
º-A, I, da CLT. Ademais, o recurso de revista encontra-se desfundamentado à luz do art. 896 da CLT, uma vez que a parte não indicou nenhuma ofensa, contrariedade ou divergência jurisprudencial.
Quanto à repercussão do RSR, esta Corte Superior, ao julgar o IRR -10169-57.2013.5.05.0024, alterou o entendimento contido na OJ n.º 394 da SBDI-1 do TST. Contudo, na mesma sessão, modulou os efeitos da nova tese, nos seguintes termos:

"Aplica-se o novo entendimento 'aos cálculos das parcelas cuja exigibilidade se aperfeiçoe a partir da data do presente julgamento (inclusive)', ocorrido, frise-se, em 14/12/2017".

Ademais, em 30/09/2021, ao analisar o TST-Ag-E-Ag-RR-1180-72.2012.5.09.0093, em voto do Ministro Renato de Lacerda Paiva, a SDI-1 consignou que ainda persiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST e que não houve a determinação de suspensão dos demais recursos que tramitam nesta Corte, nos termos do artigo 896-C, § 5º, da CLT.
Eis os fundamentos do acórdão:

"A Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 dispõe que "A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de "bis in idem"".
Contudo, esta Subseção, em Sessão Ordinária, no dia 9 de fevereiro de 2017, acolheu proposta de Incidente de Recurso de Revista Repetitivo, afetando à sua composição plena a matéria "Repouso semanal remunerado - RSR. Integração das horas extraordinárias habituais. Repercussão nas demais parcelas salariais. Bis in Idem. Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST".
Sob o rito do artigo 896-C da CLT, submeteu como representativo da controvérsia o processo nº 10169-57.2013.5.05.0024, de Relatoria do Exmo. Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro.
Em 14/12/2017, esta Subseção decidiu, por unanimidade, "suspender a proclamação do resultado do julgamento para, nos termos do disposto no artigo 171, § 2º, do RITST, e, ouvida a Comissão de Jurisprudência e Precedentes Normativos desta Corte Superior, submeter à elevada apreciação do Tribunal Pleno a questão relativa à revisão ou cancelamento, se for o caso, da Orientação Jurisprudencial nº 394 SbDI-1 do TST, uma vez que a maioria dos ministros votava em sentido contrário ao disposto na referida Orientação Jurisprudencial". Na sessão de 22/3/2018, decidiu-se, por unanimidade, chamar o feito à ordem para renovar o prazo de suspensão a partir do dia 27/3/2018 e retirar o processo de pauta, remetendo-o ao Tribunal Pleno.
Todavia, nos autos do referido IRR nº 10169-57.2013.5.05.0024, não houve a determinação de suspensão dos demais recursos que tramitam nesta Corte, nos termos do artigo 896-C, § 5º, da CLT.
Assim, tendo em vista os mencionados pronunciamentos judiciais desta Subseção, subsiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST.
Além do mais, vale acrescentar que, no julgamento do IRR-10169-57.2013.5.05.0024, já foram modulados os efeitos da decisão, ficando definido que a tese jurídica nele estabelecida "somente será aplicada aos cálculos das parcelas cuja exigibilidade se aperfeiçoe a partir da data do presente julgamento (inclusive)", ocorrido, frise-se, em 14/12/2017.
Logo, a tese vinculante estabelecida no incidente, no sentido da inexistência de bis in idem na hipótese sob exame, terá incidência nos processos cujos cálculos das parcelas, objeto de execução, já estejam definidos a partir da data de 14/12/2017.
Assim sendo, por todo o exposto, no presente caso, ainda persiste a aplicação da Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1 do TST.
Nesse sentido:
(...)
Nesse passo, diante da conformidade do acórdão proferido pela Turma desta Corte com a jurisprudência iterativa e notória do TST, consubstanciada na Orientação Jurisprudencial nº 394 da SBDI-1/TST, constata-se que o recurso de embargos interposto pelo sindicato reclamante encontra óbice na norma contida no artigo 894, II, § 2º, da CLT, com a redação da Lei n.º 13.015/2014, não se verificando contrariedade aos verbetes indicados.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo."

Assim, considerando que as verbas ora discutidas se originaram em data anterior ao julgamento do IRR-10169-57.2013.5.05.0024, continuam a ser regidas pelo entendimento constante na Orientação Jurisprudencial n.º 394 da SBDI-1, ainda não alterado por esta Corte Superior.
Portanto, ao afastar a repercussão do repouso semanal remunerado majorado pela integração das horas extras habitualmente prestadas no cálculo das demais verbas, o Regional decidiu em consonância com o entendimento consubstanciado no mencionado verbete.
No que tange ao tema "danos morais - precariedade das instalações sanitárias", incide o óbice do art. 896, § 1º-A, I, da CLT.
Em relação ao tema "danos morais - precariedade das instalações para refeições - majoração do valor", a quantia fixada pelo TRT (R$ 3.000,00 - três mil reais) atende aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, não havendo o que revisar nesta instância extraordinária.

No que se refere ao critério de abatimento, o TRT, ao determinar que ele seja feito de forma global, decidiu em consonância com a OJ 415 da SDI-1. Incidem, no caso, a Súmula 333/TST e o art. 896, § 7º, da CLT.
Relativamente aos honorários advocatícios, incide o óbice do art. 896, § 1º-A, I, da CLT. O trecho indicado pela parte não pertence ao acórdão recorrido.
Acerca dos juros de mora e correção monetária, incide o óbice do art. 896, § 1º-A, I, da CLT.
Quanto à indenização suplementar, incide o óbice do art. 896, § 1º-A, I, da CLT.

No que tange às contribuições previdenciárias, incide o óbice do art. 896, § 1º-A, I, da CLT.

Quanto ao tema "responsabilidade solidária - diferenças salariais - piso salarial de outra categoria", a indicação de contrariedade à OJ 383 da SDI-1 é impertinente ao caso dos autos. Por sua vez, os arestos indicados pertencem ao mesmo TRT recorrido, o que esbarra no óbice da OJ 111 da SDI-1.
À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, §5º (atual §14), da CLT e 118, X, do RITST, denego seguimento ao recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº ED-AIRR-0101867-56.2016.5.01.0023

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Embargante	ANTONIO MARCELO ESCOREL DE SA MARTHA
Advogado	Dr. Rafael Guimarães Vieites Novaes(OAB: 121527-A/RJ)
Advogado	Dr. Marcelo Kanitz(OAB: 14116-A/DF)
Embargado	RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A.
Advogado	Dr. Leonardo Celestino Fernandes(OAB: 138832-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO MARCELO ESCOREL DE SA MARTHA
- RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A.

O reclamante opõe embargos de declaração em face de decisão em que negado provimento ao seu agravo de instrumento, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015, e 118, X, do RITST. Alega, em síntese, que, "ao contrário da art. 12 da Lei 6.533/78, a cláusula coletiva não faz qualquer limitação à contratação de substituto ou trabalho eventual, estabelecendo condição vantajosa aos trabalhadores da categoria. Do contrário, não haveria razão de ser, pois apenas redundaria o texto legal".
Sustenta, ainda, que "prestou serviços à emissora reclamada por mais de oito anos, não sendo razoável considerar lícita patente violação à excepcionalidade autorizada de sete dias".
Examino.
Não há omissão a ser sanada à medida em que a decisão embargada consignou, de forma clara, que "o argumento do reclamante, no sentido de que a norma coletiva proibiria, em sua cláusula terceira (id. nº 357b74e), a prestação de serviço por artista, por nota contratual, por mais de 7 (sete) dias úteis, consecutivos ou não, conforme art. 12 da Lei nº 6.533/78, não é aplicável ao caso concreto, uma vez que o referido artigo de lei é aplicável em caso de substituição de artista ou para a prestação de serviço, caracteristicamente eventual, pelo mesmo empregador, o que não se verifica in casu". Registou, ainda, que "o reclamante usufruiu da vantagem de obter ganhos superiores aqueles, que receberia se empregado fosse, podendo, sem a presença de subordinação, fazer propaganda comercial e prestar serviços para outras pessoas jurídicas, concomitantemente, à prestação e serviços para a reclamada, e, ainda, com todos os benefícios que a criação de uma pessoa jurídica traz, com relação às contribuições fiscais e previdenciárias. Portanto, não há de se falar em nulidade do contrato firmado com a pessoa jurídica do autor, por se tratar de fraude à contratação".
Observa-se, deste modo, que a intenção da parte embargante é a rediscussão dos fundamentos adotados na decisão embargada, bem como a obtenção do reexame da matéria julgada, pretensão que não se coaduna com a finalidade dos embargos de declaração, os quais são cabíveis apenas nas hipóteses dos artigos 897-A da CLT e 1.022 do NCPC, o que não se verifica no caso vertente.
As partes devem se atentar para o disposto nos artigos 80, 81 e 1.026, § 2º, do CPC de 2015, c/c 769 da CLT, porque não cabem embargos declaratórios para reexame de fatos e provas (Súmulas 126 e 410/TST c/c as Súmulas 7/STJ e 279/STF), sob pena de manifestarem inconformismos incompatíveis com a técnica processual, em franca indiferença aos argumentos da autoridade judiciária.
Rejeito os embargos de declaração.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº ED-AIRR-0000714-28.2018.5.06.0101

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Embargante	MUNICÍPIO DE OLINDA
Procurador	Dr. Flaviano Vasconcelos Pereira
Embargado	SEVERINA DULCINEIA DE ARAUJO
Advogado	Dr. Josival Ramos da Silva(OAB: 39908-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE OLINDA
- SEVERINA DULCINEIA DE ARAUJO

Por meio de decisão monocrática (sequencial nº 7), o agravo de instrumento interposto pelo executado não foi conhecido, porque desfundamentado.
Inconformado, o executado interpõe embargos de declaração, em que traz, tão somente, alegações pertinentes à questão de fundo apresentada no recurso de revista, referente à prescrição do FGTS, requerendo o pronunciamento acerca do dispositivo da Constituição Federal que entende aplicável ao caso, sem nada mencionar quanto ao fundamento específico da decisão agravada, qual seja a ausência de fundamentação no agravo de instrumento.
Veja-se que o despacho denegatório é cristalino ao dispor que "a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não

impugna, objetivamente, os óbices impostos no despacho denegatório do recurso, referentes à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A e 2º, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo." (pág. 2 da decisão embargada).

O executado, conforme mencionado, não expendeu qualquer comentário a respeito do fundamento da decisão denegatória, apresentando, em seu agravo de instrumento, frisa-se, somente alegações atinentes à questão meritória apresentada nas razões do seu recurso de revista.

Nesse contexto, não havendo omissão nenhuma a ser sanada na decisão embargada, verifica-se que os embargos de declaração interpostos pela segunda reclamada mostram-se meramente procrastinatórios, porquanto a parte apresenta alegação de omissão de questão que sequer chegou a ser analisada na decisão embargada, em virtude do descumprimento de requisito processual imprescindível para o julgamento da demanda.

Assim, proclamando-se meramente protelatórios os embargos de declaração, condena-se o executado a pagar a multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do CPC de 2015 c/c artigo 769 da CLT, equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, em favor da exequente.

Nego provimento aos embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº RR-0001468-11.2013.5.08.0126

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	ENGEFORM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.
Advogado	Dr. José Guilherme Carneiro Queiroz(OAB: 163613/SP)
Recorrido	MARCELIO BRITO DA SILVA
Advogado	Dr. Seno Petri(OAB: 4904-A/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ENGEFORM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.
- MARCELIO BRITO DA SILVA

Trata-se de recurso de revista interposto pela reclamada contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região que negou provimento ao recurso ordinário interposto pela reclamada e deu parcial provimento ao recurso interposto pelo reclamante.

Irresignada, a reclamada argumenta, em síntese, que a decisão Regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.

A Vice-Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto por possível contrariedade às Súmulas nºs 219 e 329 do TST, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST).

À análise.

Satisfeitos os pressupostos comuns de admissibilidade, examino os específicos do recurso de revista.

Eis os termos do acórdão recorrido, nas matérias impugnadas:

"Recurso da reclamada

DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

A reclamada pretende a exclusão da condenação ao pagamento de adicional de insalubridade. Alega que o reclamante, além de utilizar equipamentos de proteção individual, não teria provado suas alegações; e que o juízo não poderia deferir o adicional sem a realização de prova técnica.

Analiso.

Nos termos do artigo 7º, incisos XXII, XXIII e XXVIII; artigo 200, inciso VIII; e artigo 225, todos da Constituição da República, o empregador tem o dever de zelar pelo meio ambiente do trabalho, atuando na prevenção de modo a evitar ou, ao menos, minimizar os riscos inerentes à prestação do serviço, cumprindo e fazendo cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho. Nesse sentido é o art. 157 da CLT.

Assim, é do empregador o ônus de provar a higidez e segurança do ambiente de trabalho, na forma do artigo 818 da CLT c/c o art. 333, II, do CPC.

Não procede a alegação de que o reconhecimento da insalubridade pressupõe, obrigatoriamente, a realização de prova pericial, pois os relatórios decorrentes dos programas que o empregador está obrigado a elaborar podem suprir essa necessidade. Nesse sentido é a Resolução nº 66/2010, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

No mais o Juízo encerrou a instrução processual, após as partes declararem, expressamente, que não possuíam mais qualquer prova a produzir, consoante termo de audiência, à fl. 130. Logo não há motivo para anular a sentença e reabrir a instrução processual com vistas à realização de prova pericial, como pretende a recorrente.

De todo modo, verifica-se que o Juízo sentenciante reconheceu a procedência do pedido do autor, com base no PPRA e na Ficha de entrega de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) juntados pela reclamada, às fls. 70 e 71, e em mídia, páginas 37-52. O PPRA indica que o reclamante está sujeito, entre outros agentes nocivos, a poeira minerária e cimento, de forma intermitente, sendo recomendado o uso de máscara PFF2; enquanto a ficha de EPIs indica que o trabalhador recebeu uma máscara durante todo o período.

Ao decidir o pedido o juízo concluiu que, por se tratar de máscara descartável, o fornecimento de uma única máscara durante todo o período contratual seria insuficiente para neutralizar o efeito nocivo.

A esse respeito, a recorrente limitou-se a afirmar, em suas razões recursais, que sempre ofereceu e fiscalizou o uso de EPIS e que os equipamentos de proteção eram substituídos com frequência.

Todavia este relator não localizou nos autos qualquer prova de que as máscaras foram entregues com frequência ao reclamante. Portanto não se pode concluir que o fornecimento de uma única máscara descartável seria suficiente para neutralizar o agente poeira por todo o contrato de trabalho do reclamante (09.12.2011 a 13.07.2012), o que torna devido o pagamento do adicional de insalubridade.

Desta feita, diante da existência de riscos no ambiente de trabalho, e não havendo comprovação de que a reclamada forneceu todos os equipamentos de proteção individual necessários e suficientes, não há como entender que houve a neutralização ou redução dos riscos. Portanto a reclamada não se desincumbiu do seu ônus de comprovar que o ambiente laboral estava dentro dos limites de tolerância admitidos pelo MTE e que forneceu aos seus empregados meio ambiente do trabalho saudável.

O labor executado em condições insalubres assegura ao trabalhador o direito de perceber o adicional correspondente, nos termos dos artigos 7º, XXIII, da Constituição da República e 192 da CLT.
Por essas razões, deve ser mantida a sentença em relação ao pagamento do adicional de insalubridade, pelo que nego provimento ao recurso nesse aspecto.

DA INCLUSÃO DOS CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO NA SENTENÇA DE CONHECIMENTO. DA IMEDIATA EXECUÇÃO DA SENTENÇA SEM PRÉVIA INTIMAÇÃO.
A reclamada impugna os cálculos, genericamente, requerendo o direito de manifestar-se sobre a conta somente na fase de execução. Ainda requer a reforma da sentença, pretendendo que lhe seja expedido mandado de citação em sede de execução do julgado.
Decido.
A determinação de imediata execução da sentença, independentemente de citação da ré, tem cabimento no âmbito do processo do trabalho, de acordo com as disposições previstas para a execução da sentença, introduzidas pelas Leis nº 11.232/2005 e nº 11.382/2006 no Código de Processo Civil. Trata-se, pois, de lacuna ontológica da norma processual trabalhista, que pode ser sanada na forma do art. 769 da CLT, sem que isso importe em violação das regras previstas nos artigos 880 e 883 da CLT.
Desse modo, a inclusão dos cálculos de liquidação na sentença de conhecimento, bem como a imediata execução da sentença, independentemente de citação da ré, estão em perfeita consonância com a celeridade processual prevista no art. artigo 5º, LXXVIII, da Constituição da República. Também não representam qualquer violação ao devido processo legal, nem ao contraditório e nem à ampla defesa, pois a reclamada, ciente do valor da condenação desde a sentença de conhecimento, uma vez que apresentada de forma líquida, poderá manifestar-se acerca dos cálculos já em sede de recurso ordinário se assim julgar conveniente.
Nego provimento ao recurso no particular.

DA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE MULTA DE 10%
A reclamada requer a reforma da sentença, pretendendo obter a exclusão da aplicação da multa de 10%, em caso de não-pagamento da dívida no prazo de quarenta e oito horas após o trânsito em julgado da decisão.
Analiso.
Consoante o art. 832, § 1º, da CLT, a sentença condenatória determinará o prazo e as condições para o seu cumprimento. Logo, o juiz está autorizado a determinar o pagamento de multa, objetivando dar cumprimento célere à decisão após o trânsito em julgado, nos exatos termos do artigo 5º, LXXVIII, da Constituição da República.
Por sua vez o art. 883 da CLT disciplina tão somente o modo de persecução de bens do devedor para a satisfação do crédito trabalhista. Portanto a penalidade aplicada tem por objetivo compelir o devedor ao pagamento da dívida, de modo a evitar que o Judiciário trabalhista tenha que valer-se de toda a sua estrutura, para cumprir o disposto no art. 883 da CLT.
Ademais, o art. 652, d, da CLT, também autoriza às Varas do trabalho a imposição de multas e demais penalidades relativas aos atos de sua competência.
De qualquer sorte, a multa aplicada pelo Juízo de primeiro grau visa a influenciar a conduta do obrigado, de modo a fazê-lo cumprir com maior brevidade, o comando consignado na sentença. Portanto, resta evidenciada a compatibilidade dessa multa não só com os princípios basilares do processo do trabalho, mas com a efetividade da prestação jurisdicional e com a razoável duração do processo.
Dessa forma, nego provimento ao recurso nesse aspecto.

Recurso do reclamante

DA BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE
O autor pretende que seja utilizado o salário contratual para apuração do adicional de insalubridade.
Analiso.
Este relator já manifestou, em diversos processos, o entendimento de que o pagamento do adicional de insalubridade deve ser feito com base no salário contratual, pelo que a r. sentença merece reforma nesse aspecto. A matéria encontra-se, inclusive, pacificada no âmbito deste e. Tribunal, com a edição da Súmula nº 12, cuja redação transcrevo:
"SÚMULA Nº 12. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. A base de cálculo do adicional de insalubridade é o salário contratual ou normativo, fixado pelas partes, conforme o disposto no artigo 7º, IV, da Constituição da República, que veda a vinculação ao salário mínimo."
Assim, dou provimento ao recurso do reclamante, para determinar que o adicional de insalubridade seja calculado sobre o salário base.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS
O autor requer a reforma da sentença, pretendendo obter a condenação da reclamada ao pagamento de honorários advocatícios.
Analiso.
Este relator tem manifestado, em diversos julgados, o entendimento de que cabem honorários de advogado no âmbito do processo do trabalho, pois o empregado que busca defender interesses trabalhistas, que deveriam ter sido observados pelo patrão, não pode sofrer prejuízo no seu patrimônio, quando é obrigado a ingressar em juízo para compelir o empregador a cumprir a legislação.
Ainda que se alegue a existência do jus postulandi, tal instituto é posto à disposição das partes como uma faculdade. Portanto não pode ser utilizado como impedimento a que o empregado contrate advogado de sua confiança, para participar no processo, com a possibilidade de influenciar na decisão do juiz, de modo a assegurar o efetivo acesso à justiça e garantir o Estado Democrático de Direito.
Assim, na forma do art. 8º da CLT, o empregado faz jus à indenização pela perda patrimonial sofrida em razão dos honorários que serão pagos ao advogado contratado para o patrocínio da demanda trabalhista. Tudo com base nos artigos 186, 389, 404, 927 e 944 do CCB, que garantem ao ofendido o ressarcimento das perdas e danos causados pelo ofensor, na medida da extensão do dano (restitutio in integrum).
No mesmo sentido, decidiu a terceira turma do e. Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o recurso especial nº 1.027.797 - MG (2008/0025078-1), em 17.02.2011.
Por essas razões, dou provimento parcial ao recurso do reclamante, para, julgando procedente em parte o pedido, condenar a reclamada ao pagamento de honorários advocatícios, que, por analogia ao art. 11, parágrafo primeiro, da lei nº 1.060/50, ficam limitados ao percentual de 15% sobre o valor da condenação." (grifos no original e apostos)

Emerge como obstáculo à admissibilidade do recurso de revista a

diretriz consubstanciada no art. 896, § 1º-A, I, da CLT, uma vez que a recorrente não indicou os trechos da decisão regional que consubstanciam o prequestionamento da controvérsia objeto do apelo.
O atendimento do disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT se faz com a indicação do trecho da decisão recorrida que contém a tese que a parte pretende debater, de forma clara e objetiva, o que não foi cumprido relativamente aos temas recorridos.
Conforme entende esta Corte Superior, tal indicação constitui encargo da parte recorrente, exigência formal intransponível ao conhecimento do recurso de revista.
Saliento, desde já, que a transcrição de trecho da sentença não atende ao disposto no art. 896, § 1º-A, I, da CLT.
Nesse sentido, cito os seguintes precedentes da SbDI-1 do TST:

"AGRAVO REGIMENTAL DA RECLAMANTE INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE PRESIDENTE DE TURMA QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO DE EMBARGOS. INOBSERVÂNCIA DO REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. A Segunda Turma deste Tribunal não conheceu do recurso de revista interposto pela reclamada, ao entendimento de que tal insurgência não atendem, a regra do artigo 896, § 1º-A, da CLT, porque não houve transcrição do acórdão do TRT a permitir a constatação do trecho da decisão que consubstanciaria o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. A referência à tese adotada pelo Tribunal Regional ou resumo dos fundamentos, desacompanhada da transcrição do trecho pertinente objeto da controvérsia nas razões do recurso de revista, e, posteriormente, as alegações quanto aos temas recorridos não satisfazem o requisito previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, porquanto não viabilizam o confronto analítico entre a tese central assentada pelo TRT e a fundamentação jurídica apresentada no recurso de revista em mais de um tema. Nesse mesmo sentido é a atual e iterativa jurisprudência da SBDI-1, com a qual revela consonância o acórdão turmário, a inviabilizar o conhecimento do recurso de embargos, na forma do § 2º do artigo 894 da CLT. Correta, pois, a decisão agravada. Agravo regimental não provido." (AgR-E-ED-RR - 10621-10.2014.5.15.0071 , Relator Ministro: Augusto César Leite de Carvalho, Data de Julgamento: 01/03/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 09/03/2018)

"AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS REGIDOS PELA LEI Nº 13.015/2014. RECURSO DE REVISTA NÃO CONHECIDO. REQUISITO DISPOSTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, INCISO I, DA CLT. INDICAÇÃO DO TRECHO DA DECISÃO REGIONAL QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Subseção, acerca dos pressupostos intrínsecos do recurso de revista, insertos no artigo 896, § 1º-A, da CLT, é indispensável a transcrição do trecho exato da decisão recorrida que consubstancie o prequestionamento da matéria trazida ao debate, cabendo à parte a demonstração, clara e objetiva, dos fundamentos de fato e de direito constantes da decisão regional no tema debatido, não se admitindo, para tanto, a mera indicação das páginas correspondentes, paráfrase, sinopse, transcrição integral do acórdão recorrido, do relatório, da ementa ou apenas da parte dispositiva, pois, para fins de cumprimento da exigência legal, é imprescindível a transcrição textual do trecho da decisão recorrida. Portanto, a discussão sobre o cumprimento dos pressupostos intrínsecos do artigo 896, § 1º-A, da CLT está superada pela jurisprudência desta Subseção, o que impõe a incidência do artigo 894, § 2º, da CLT. Precedentes. Agravo regimental desprovido." (AgR-E-ED-RR - 492-52.2014.5.21.0014 , Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 17/05/2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 25/05/2018)

À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, § 5º (atual § 14), da CLT e 118, X, do RITST, denego seguimento ao recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000909-68.2018.5.09.0088

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	SUPRICEL PARTICIPACOES LTDA
Advogada	Dra. Joice Naia Siqueira(OAB: 375087/SP)
Agravado	OLANREWAJU ADEWALE ADESUA
Advogado	Dr. Joao Luiz Arzeno da Silva(OAB: 23510-A/PR)
Advogado	Dr. Marcelo Trindade de Almeida(OAB: 19095-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- OLANREWAJU ADEWALE ADESUA
- SUPRICEL PARTICIPACOES LTDA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 716/719) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 711/712).
Contraminuta às fls. 723/726.
Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 373) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 28/09/2021 e apelo protocolado em 29/09/2021).
A discussão travada nos autos cinge-se ao tema "GARANTIA DO JUÍZO".
Como se verifica, foi denegado seguimento ao recurso de revista com fulcro na Súmula 218 do TST.
Todavia, a parte agravante, na minuta do seu agravo de instrumento, não impugnou, objetivamente, a aplicação do referido óbice, tendo se limitado a tecer considerações genéricas acerca da admissibilidade do seu recurso.
Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida nos termos em que proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST, que preconiza o princípio da dialeticidade.
Não tendo a parte agravante se eximido de tal ônus, resta inviabilizada a admissão do seu apelo.
Nesse contexto, NÃO CONHEÇO do presente agravo de instrumento, com fulcro nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0001120-80.2019.5.06.0144

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	NORSA REFRIGERANTES S.A.
Advogado	Dr. Jairo Cavalcanti de Aquino(OAB: 1623/PE)
Advogado	Dr. Cláudio Coutinho Sales(OAB: 28069/PE)
Advogado	Dr. Sérgio Alencar de Aquino(OAB: 9447/PE)
Advogado	Dr. Ranyelle Miranda Sena(OAB: 51425-A/PE)
Agravado	JOSE DANIEL EUSTAQUIO DE FARIAS
Advogado	Dr. Catarina Galvão Silva(OAB: 28740-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE DANIEL EUSTAQUIO DE FARIAS
- NORSA REFRIGERANTES S.A.

Denegado seguimento ao recurso de revista pelo Tribunal Regional do Trabalho de origem, a reclamada interpõe agravo de instrumento.
É o relatório.
Presentes os pressupostos extrínsecos de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.
A discussão travada nos autos prende-se ao tema renovado "HORAS EXTRAS. TRABALHO EXTERNO".
O Regional, em seu acórdão, registrou que:

"Na inicial, alegou o autor que trabalhava das 06h30min/07h00 às 19h00/20h00, com 30 minutos de intervalo intrajornada, de segunda a sexta-feira e, aos sábados, das 07h00min às 17h00, também com 30 minutos intervalo. Disse que trabalhou em todos os feriados, no mesmo horário dos dias úteis. Mencionou que a reclamada jamais pagou as horas extras a que fazia jus.
A reclamada asseverou que o autor, no início do contrato de trabalho (de 05/05/2015 até 31/07/2016), exerceu a função de auxiliar de expedição, período em que esteve sujeito ao controle de jornada, tendo anexado os cartões de ponto do referido período. Esclareceu que eventuais prorrogações eram devidamente registradas nos espelhos de ponto e compensadas através de folga/banco de horas. Disse, quanto ao período de 01/08/2016 até o término do contrato, que, no cargo de promotor de vendas, o reclamante esteve excluído do controle de jornada, já que o labor ocorria de forma externa.
Esclareço que só será analisado o lapso do labor autoral como promotor de vendas, uma vez que, em relação ao período em que atuou como auxiliar de expedição, restou indevido o pleito de horas extras, inexistindo apelo autoral.
Quanto ao período em que a reclamada alega que o autor estava enquadrado na exceção prevista no art. 62, I, da CLT (01/08/2016 até o término do contrato), temos que, tratando-se de situação excepcional, a inviabilidade do controle nas hipóteses elencados no art. 62, CLT, e uma mera presunção, de modo que, seja no caso de trabalho externo ou dos que exercem cargo de gestão, na hipótese de ficar comprovado que havia efetivamente um controle da jornada sobre o obreiro, ser-lhe-ão aplicadas as normas atinentes à "Duração do Trabalho".
No caso, a testemunha trazida pela própria reclamada fez declarações que não colaboraram para confirmar a tese patronal. Eis que afirmou: "QUE a rota já vem definida pelo RTM; QUE o depoente faz a distribuição da rota entre os promotores; QUE a quantidade de clientes por dia varia de acordo com o porte do cliente; QUE para clientes de pequeno porte, a rota inclui em torno de 05 a 6 clientes por dia; QUE o máximo de clientes eram 7, no caso de pequeno porte; QUE o reclamante tinha uma base de clientes de pequeno porte; QUE havia matinais na empresa nas segundas, quartas e sextas as 07h30min da manhã; QUE as terças. quintas e sábados, os promotores poderiam seguir direto para a rota; QUE o horario de trabalho era de 07h30min às 16h30min, de segunda a sexta e das 08h as 12h aos sábados; QUE em nenhum dia da semana era exigido que o promotor de rota retornasse para a sede da empresa; (...)QUE havia contato telefônico entre supervisor e promotor; QUE esse contato se dava para ajustes da rotina de trabalho, como por exemplo, suprir eventual necessidade do cliente ".
Veja-se que não restou cabalmente demonstrada a impossibilidade de controle de horário do reclamante, quando laborou na função de promotor de vendas, já que os promotores muitas vezes iniciam a jornada na empresa, possuem rota pre-definida, bem como possuem suas atividades controladas pelo supervisor. Mantenho, portanto, a sentença que afastou a aplicação do artigo 62, I, da CLT, fazendo jus o obreiro às horas extras do período.
Por conseguinte, entendo que a hipótese atrai o entendimento da Súmula nº 338, I, C. TST, no sentido de que a não apresentação injustificada dos controles de frequência gera a presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho declinada na exordial, observados, contudo, os contornos definidos pela prova testemunhal.
Nesse contexto, à luz das declarações das testemunhas indicadas pelas partes, entendo correto o arbitramento feito pelo Juízo singular, ressaltando que a alegação patronal de que a média aritmética entre o número de visitas e a duração das mesmas não retratam a jornada contida na peça de ingresso, não e suficiente para alteração da jornada arbitrada, uma vez que as testemunhas do autor deixaram claro a necessidade de estar na empresa, diariamente, pela manhã (para pegar material e reunião de repasse de rota) e, às l7h30min, para reunião (tratar sobre o dia, pegar os brindes, tratamento das metas...) e que, só ao final desta, a jornada era encerrada. Quanto à aplicação da OJ 394 da SDI-l, o Juízo singular já determinou sua observância, carecendo a re de interesse, no aspecto." (fls. 1686/1687 - g.n.)

No caso, o Regional, com amparo no conjunto fático-probatório, concluiu que não restou cabalmente demonstrada a impossibilidade de controle de horário do reclamante, quando laborou na função de promotor de vendas.
Assim, a pretensão recursal da reclamada, no sentido de que o reclamante trabalhava externamente, sem controle da jornada de trabalho, imprescinde do revolvimento do acervo fático-probatório sobre o qual se funda o acórdão recorrido, o que é inadmissível nesta fase recursal, nos termos daSúmula126do TST.
Nesse contexto, nego provimento ao agravo de instrumento com fulcro no art. 118, X, do RITST.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0000940-34.2019.5.06.0251

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)
Advogada	Dra. Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira(OAB: 18855-A/PE)
Agravado	OLGA MARIA ARRUDA DE SANTANA
Advogado	Dr. Marcelo Dias Assunção(OAB: 377-B/SE)
Advogado	Dr. Camila Maria Cunha Peres(OAB: 17899-A/PB)
Advogado	Dr. Philip Ramon Garcia de Abrantes(OAB: 20717-A/PB)
Advogado	Dr. Tercio Vasconcelos Medeiros(OAB: 17553-A/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- OLGA MARIA ARRUDA DE SANTANA

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017

ACIDENTE DE TRABALHO - REINTEGRAÇÃO NO EMPREGO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 378, ITEM II, DO TST

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamado contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto ao seguinte tema ora impugnado: ACIDENTE DE TRABALHO - REINTEGRAÇÃO NO EMPREGO.
Não foram apresentadas contraminuta nem contrarrazões, conforme certidão de pág. 1.621.
Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do artigo 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
É o relatório.
O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamado:
"PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS
Recurso tempestivo (decisão publicada em 23/08/2021, conforme certidão de id 8779fba; recurso apresentado em 02/09/2021 - Id 5fcde09).
Representação processual regular (Id 5371b06 e 99898cd).
Preparo satisfeito (Id 2b9cbd3, f37cdb6, 34a23c4, 3c2e069 e 8196ea0).
PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS
Responsabilidade Civil do Empregador (2567) / Indenização por Dano Moral (1855) / Doença Ocupacional
Alegação(ões):
- contrariedade à(ao): Súmula nº 378; item I da Súmula nº 396 do Tribunal Superior do Trabalho.
- violação da(o) artigos 114, 944 e 945 do Código Civil.
Fundamentos do acórdão recorrido (id 3c2e069):
Doença ocupacional. Danos Morais. Reintegração:
(...)
Consoante relatado, não se conforma o banco réu com a decisão supra. Em apertada síntese, aduz que o laudo pericial evidencia não haver doença ocupacional, não havendo nexo de causalidade que implique a responsabilização do recorrente.
Após analisar detidamente as circunstâncias que levaram a MM. Julgadora de origem a formar o seu convencimento, chega-se à ilação de que a sentença revisanda não merece reforma quanto à configuração de doença ocupacional.
Incontroverso nos autos que a reclamante foi admitida pelo banco reclamado em 09/09/2002, tendo sido dispensada sem justa causa, em 14/05/2019, conforme TRCT (ID. 81a4c6d, fl. 26). E, em razão da tutela antecipada nestes autos concedida, a reclamante foi reintegrada ao recorrente, retornando ao labor no dia 15 de janeiro de 2020 (vide IDs. 2ba4da6 e 8442051, fls. 939/943).
Determinada a realização da perícia técnica, o perito nomeado concluiu pela inexistência de doença ocupacional, porquanto atrelou o adoecimento da autora ao Lúpus Eritematoso Sistêmico - doença autoimune que acomete a autora. Todavia, assim como a magistrada sentenciante, tenho que o aoexpert, vincular o sofrimento da reclamante à doença autoimune, deixou de observar outros elementos que fazem com que o caráter ocupacional das moléstias da recorrida se evidencie.
Nesse ponto, impende fazer um paralelo com as doenças degenerativas que, num primeiro momento, não seriam consideras doenças do trabalho (inteligência do art. 20, §1ª, , daa Lei 8.231/1991). Sobre o tema, importante trazer os ensinamentos de Sebastião Geraldo Oliveira, segundo o qual:
(...)
Destarte, embora a perspectiva adotada pelo perito não seja ilegítima, tenho que ela desconsiderou outros aspectos trazidos aos autos, tal como a possível remissão da doença da autora.
Com efeito, no laudo pericial, há apenas o laudo médico do INSS, de 06/06/2019, no qual consta a consideração de que a recorrida é portadora de LES (ID. 8f20e57 - Pág. 7, fl. 1284), deixando o perito de tecer considerações sobre a mudança de posicionamento da autarquia previdenciária sobre as doenças da demandante. Aliás, como se observa da perícia realizada no dia 12 /08/2019, o médico do INSS, expressamente, assevera que não há diagnóstico de Lúpus (CID M32) no momento da perícia (ID. e2a28c0 - Pág. 3, fl. 856), mas reconhece a inaptidão em razão de dor em ombros e punhos (CID M65):
(...)
A patologia correspondente ao CID M.65 está indicada nos atestados médicos emitidos em 17.05.2019 (ID d5e11d4 e f8e9cb9- fls. 40/42), ou seja, logo após a dispensa, em 12.09.2019 (ID 0a70127 - fl. 39), e também na CAT (ID ba082d9 - fl. 45/46). Ademais, as ultrassonografias acostadas pela autora já indicavam anormalidades nos membros superiores (IDs. 3ee97e2, 633be3c e 693c0bd, fls. 31/38), exames que, realço, foram realizados no dia do despedimento ou em data próxima a este.
Quanto às considerações da autarquia previdenciária, destaco que à demandante foi concedido auxílio- doença acidentário (B-91), bem como, por dois laudos seguidos, a doença da recorrida foi enquadrada como sinovite e tenossinovite - CID 10 - M65 (ID. e2a28c0 e e2a28c0, fls. 856/858). Cumpre rememorar que as decisões da autarquia previdenciária detêm presunção de legitimidade e veracidade e, embora não vinculem este juízo, para serem elididas, dependem de prova robusta em sentido contrário.
Ademais, nos termos do art. 21-A, da Lei 8.213/91, as decisões do INSS lastreiam-se no Nexo Técnico Epidemiológico - NTEP, cuja abordagem coletiva mostra-se adequada para a configuração do nexo causal de diversas doenças ocupacionais, sobretudo aquelas que acometem os bancários, cujo CNAE empresarial (6422) está relacionado as doenças que acometeram a demandante (CID 10

M60-M79). Realço aqui que o próprio dispositivo faculta à perícia do INSS a não aplicação do NTEP quando este não ficar evidenciado, bem como permite ao empregador a requisição de que este não seja utilizado, inclusive, com possibilidade de recurso.

Sobrelevo, ainda, que não há notícia de que o recorrente tenha apresentado recurso contra a decisão da autarquia previdenciária que concedeu auxílio-doença acidentário à demandante (ID. 3a9c7b5, fl. 44).

De outra parte, a CAT emitida pelo sindicato (ID. ba082d9, fl. 45) indica a inflamação de articulação, tendão ou músculo como sendo a natureza da lesão da recorrida, além de apontar como agente causador "reação do corpo a seus movimentos". Tal documento foi emitido em 20/05/2019, logo após a dispensa, não havendo nos autos ASO Demissional que possa confrontá-lo. Quanto ao ponto, embora o recorrente alegue que não procedeu o exame demissional, porque havia atestado vigente (ID. 1f1ea76 - Pág. 25, fl. 446), verifica-se que o último exame periódico juntado pelo Bradesco foi realizado em 27/04 /2016 (ID. 6d5b78d - Pág. 3, fl. 289). Contrariamente à tese da defesa, consta da comunicação de dispensa o encaminhamento da empregada para o exame demissional (ID 50e67d2 - fl. 40). Outrossim, não foi acostado aos autos o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP da reclamante.

Noutro aspecto, observo que o próprio banco reconhece que a empregada era assídua e não se licenciava com frequência por motivos de saúde, destacando, inclusive, a falta de afastamento da demandante nos anos de 2018 e 2019 (vide ID. dd78de8, fls. 672/678). Informação confirmada pela testemunha que laborou com a demandante em Fernando de Noronha. Confira- se:

(...) que enquanto trabalhando com a reclamante, não a viu se afastar do serviço para tratamento de saúde ou em gozo de benefício previdenciário; (testemunha de iniciativa do reclamado, Joyce Martins da Silva, ID. 6799f85, fls. 1376/1377)

Aqui, cabe realçar que o caso em apreço se amoldaria à hipótese prevista na parte final do item II, da Súmula 378, do TST, sendo dispensável, pois, o afastamento por mais de 15 dias.

Acresço, ainda, que a prova dos autos evidencia que a empresa não ofertava ginástica laboral, bem como faltavam itens adequados para a prestação do serviço. Observa-se:

(...)

Dito isso, do cotejo das provas anexadas com as alegações formuladas pelas partes, depreende-se que ficou evidenciado que a prestação de serviços pela reclamante contribuiu para o aparecimento das enfermidades de que é portadora, ficando concretizado o nexo de causalidade.

Para a configuração da doença do trabalho ou doença profissional, é imprescindível que se estabeleça o nexo de causalidade (ou concausalidade) entre a enfermidade adquirida e as condições de trabalho. E, na hipótese, como já dito a exaustão, além de haver presunção em razão do NTEP, logrou a reclamante demonstrar que os misteres por ela desenvolvidos contribuíram para o surgimento dos problemas de saúde alegados na inicial.

(...)

Superada a questão relativa à configuração de doença ocupacional com nexo de causalidade com as atividades exercidas na empresa, passo à análise da estabilidade provisória.

Quanto à estabilidade, assinalo que o art. 118 da Lei 8.213/91 estabelece a garantia da manutenção do contrato de trabalho, pelo prazo mínimo de 12 meses, para o empregado que sofrer acidente de trabalho, após a cessação do auxílio-doença acidentário (B91), independentemente de percepção de auxílio- acidente.

A Súmula 378 do TST, no seu item II, dispõe que " São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego".

Logo, para que fique configurada a estabilidade acidentária, necessária a constatação do nexo de causalidade (ou concausalidade) entre a doença e as atividades exercidas na empresa, conjugada com a percepção de benefício previdenciário na modalidade acidentária (B91), ou a caracterização de doença profissional ou do trabalho após a despedida.

Na espécie, após a resilição contratual, foi emitida a CAT pelo sindicato (ID. ba082d9), bem como foi deferido à autora auxilio-doenca acidentário - B91 (ID. 3a9c7b5), com previsão de término em 16/12/2019 (ID. 8442051, fl. 944).

Tendo em vista as premissas relatadas, há nulidade do ato de despedida sem justa causa, ficando configurada a estabilidade provisória no emprego, sendo escorreita a decisão que determinou a reintegração da reclamante, com a condenação da demandada aos pagamentos dos consectários pertinentes.

Desse modo, e por motivos de celeridade, eficiência e economia processuais, peço vênia para adotar os fundamentos da sentença acima transcritos em acréscimo às razões de decidir aqui expostas.

Sob tais considerações, aonego provimento recurso, no ponto.

Instada em embargos de declaração, assim se manifestou a Turma na decisão de id 52058c7:

Apesar de a sentença de origem ter sido proferida em 10/06/2021, quando já expirado o período estabilitário, confirmou antecipação de tutela concedida em 14/11/2019 (ID. 7e37ad5 - fls. 412/416), que determinou a reintegração da reclamante em época na qual estava protegida pela estabilidade acidentária. Em face de tal decisão, foi impetrado Mandado de Segurança pela ré (nº 0000009-71.2020.5.06.0000). O Tribunal Pleno deste Regional denegou a segurança, mantendo a decisão de reintegração.

Tendo em vista essas informações, o acórdão regional foi claro e expresso ao negar provimento ao recurso e manter a sentença, no particular:

(...)

Ou seja, ao contrário do que afirma o embargante, não houve desrespeito ao período estabilitário, pois: I. A concessão da tutela antecipada ocorreu em 14/11/2019; II. A alta previdenciária é datada de 16/12/2019; e a reintegração da reclamante foi efetivada em 15/01/2020 (conforme consta do acórdão), quando em curso o período estabilitário, não havendo que se falar em indenização substitutiva, evidentemente.

Fica claro, portanto, que a intenção do recorrente, quanto ao tema em epígrafe, não é a de apontar, verdadeiramente, a existência de defeito no acórdão, mas sim, a de reapreciar provas e de atacar o posicionamento adotado pelo órgão julgador, porque a solução encontrada não se harmoniza com os seus interesses. Isto não significa, em absoluto, que o acórdão incorreu em obscuridade ou omissão.

Logo, diante da inexistência dos vícios apontados, rejeito os embargos declaratórios.

Confrontando os argumentos da parte recorrente com os fundamentos do acórdão, no tocante à ,doença ocupacional (reintegração) e aos demais pleitos verifico que a Revista não comporta processamento, pois o Regional decidiu as questões veiculadas no presente apelo com base no conjunto probatório contido nos autos, na legislação pertinente à espécie e, ao contrário do que alega o recorrente, em sintonia com a Súmula nº 378, II, do TST, quanto à doença ocupacional, não se vislumbrando as violações e as contrariedades invocadas. Na verdade, o

insurgimento do recorrente consiste, tão somente, no inconformismo com a solução dada à lide ou, quando muito, interpretação diversa daquela conferida pelo Colegiado. Além disso, as alegações lançadas pela parte nas razões recursais, em sentido contrário, somente seriam aferíveis por meio de reexame fático, o que não é possível através desta via recursal (Súmula nº 126 do Órgão de Cúpula da Justiça do Trabalho).

CONCLUSÃO

Denego seguimento." (págs. 1.582-1.589)

Na minuta do agravo de instrumento, o reclamado insiste na admissibilidade do seu recurso de revista, sob o argumento de que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 896 da CLT.

Aduz que "a sentença de mérito do caso incontroversamente foi prolatada em 15/01/2020, ou seja, foi após o término do período estabilitário" (pág. 1.579).

Afirma que "para fins de interpretação e aplicação da Súmula 396, I, do TST, somente a partir da decisão definitiva de mérito é que se constata o caso de reintegração ou indenização substitutiva" (pág. 1.579).

Aponta violação dos artigos 114, 944 e 945 do Código Civil e contrariedade à Súmula nº 396, item I, do TST.

Examino.

Quanto ao tema, assim se pronunciou o Tribunal de origem:

"(...)

Doença ocupacional. Danos Morais. Reintegração:

A magistrada sentenciante entendeu que ficou evidenciado o nexo de causalidade entre a doença apresentada pela autora e as atividades por ela desenvolvidas no banco, e tornou definitiva a decisão liminar prolatada nos autos, que determinou a reintegração da reclamante. Estes são os termos da sentença,verbis:

Afirma a parte autora que foi dispensado pela empregadora em 14/05/2019, quando gozava de estabilidade em face de doença do trabalho sofrida. Juntou a CAT emitida em 17/05/2019 pelo sindicato e a decisão do INSS, na qual foi deferido o benefício no dia 06.06.2019, sendo seus efeitos a partir de 17.05.2019 até 17.08.2019 (ID. e2a28c0 - Pág. 2) e posterior prorrogação (ID. 3a9c7b5). Quando ocorreu o deferimento do benefício, o autor já havia sido dispensado. Foi concedida a antecipação de tutela para reintegração da parte autora, sendo tal decisão confirmada por acórdão em mandado de segurança, tendo a autora sido reintegrada em 18/11/2019.

Requer a condenação ao pagamento de salários vincendos e vencidos, incluindo todos os benefícios, além da manutenção do plano de saúde, e pagamento de danos morais.

A parte autora laborou nos últimos anos como gerente. Pontua a parte autora na inicial:

"Destaca-se, que mais uma vez a reclamante foi promovida em agosto de 2011 o cargo de Gerente PJ I, na qual substituía os gerentes gerais nos períodos de férias e licença médica, depois foi promovida para o cargo de Gerente Comercial I até 2016, por fim em 2017 foi transferida para Fernando de Noronha para o cargo de Gerente Geral até sua despedida, sem justa causa em 14/05/2019."

Aduz a ré que, durante o período laboral, o obreiro não usufruiu de nenhum benefício de auxílio doença em razão das enfermidades narradas na inicial e que não há nexo causal entre a suposta doença desenvolvida e o trabalho ali praticado, considerando que a parte autora laborava como gerente.

Defende a reclamada que, no momento da dispensa, a parte autora não estava afastada em gozo de benefício previdenciário e sequer estava afastada por atestado médico, não possuindo estabilidade.

Prevê a Lei 8.213/91 o seguinte:

(...)

O caso em tela se enquadra justamente na parte final do item II da Súmula 378, ou seja, doença profissional que guarda relação de causalidade com a execução do contrato de emprego, no entanto, há divergência entre o laudo pericial do Juízo e a perícia do INSS quanto à doença ocupacional alegada.

Vejamos.

A decisão do INSS, utilizando o código 91, atestada doença ocupacional (ID. e2a28c0 - Pág. 3) e nas considerações daquele documento afirma o seguinte: "Bancária com referência de LER /DORT desde 2014 (DID declarada). Neste benefício, está com cid 10 principal o LES, mas segurada não apresenta sintomas ou sinais (critérios de classificação internacionais) de atividade da doença LUPUS. Trabalha em Fernando de Noronha, leva sol c/frequência, não tem diagnóstico atual de LUPUS. Há dor especialmente em ombros e punhos. Em fisioterapia motora. Inapta temporariamente ao trabalho. OBS. INVERTO A ORDEM DO CID M65 para CID PRINCIPAL"

Já no ID. e2a28c0 - Pág. 2, documento também do INSS, há a seguinte consideração: "Segurada portadora de LES, evolui com poliartralgia. Necessita de repouso e reabilitação fisioterápica".

Ou seja, o INSS inicialmente considerou que no dia 06/06 /2019, CID 10 M32 (Lúpus eritematoso disseminado (sistêmico), consoante: https://www.medicinanet.com.br/cid10/2029/m32_lupus_eritematoso_disseminado_sistemico.htm e posteriormente, em 12/08/2019, como acima transcrito, inverteu a ordem do CID constando: CID 10 - M65 Sinovite e tenossinovite, passando não mais o Lupus como doença principal e sim Sinovite e Tenossinovite.

Por sua vez, diante de toda situação fática, foi determinada a realização da perícia. Concluindo que não há nexo causal entre a aludida doença e a atividade exercida pela parte obreira em razão da reclamante ser pontadora de Lúpus Eritematoso Sistêmico, doença autoimune.

Vale ressaltar ainda que não houve visitação do perito médico ao local de trabalho da parte autora, tendo sido matéria de impugnação por parte da obreira. O perito alegou que em face da doença Lúpus Eritematoso Sistêmico, que esta não era relacionada ao trabalho, não havia necessidade de tal visitação.

Ressalto que, seguindo a linha científica do perito, não era necessária a visitação ao local de trabalho para averiguar as condições concretas de trabalho, posto que mesmo confirmada a tese da parte autora, a conclusão seria a mesma. A medicina não é ciência exata. De fato, como para o perito o eixo era a doença autoimune não se poderia cogitar de visita.

Tenho por superada esse ponto, considerando que o perito, no meu entender, não mirou no seu laudo nas condições ergonômicas, ambientais, relacionadas com a doença já caracterizada como acidente pelo INSS. Isto porque, o seu olhar médico se voltou para doença autoimune como causa/concausa. É um perfil ideológico científico de cada profissional, não é ilegal, de como trazer a ciência ao caso concreto. Outro perito, como foi o do INSS, observou a relação da patologia como acidente de trabalho.

A ciência conhece dois tipos de lúpus: "São reconhecidos dois tipos principais de lúpus: o cutâneo, que se manifesta apenas com manchas na pele (geralmente avermelhadas ou eritematosas e daí o nome lúpus eritematoso), principalmente nas áreas que ficam expostas à luz solar (rosto, orelhas, colo ("V" do decote) e nos braços) e o sistêmico, no qual um ou mais órgãos internos são acometidos.

A autora é portadora da LES, embora a ciência não conheça sua causa, há inúmeras influências já detectadas: fatores genéticos,

hormonais e ambientais participam de seu desenvolvimento.
Vale dizer: AUTORA TINHA DE FATO SUSCEPTIBILIDADE GENÉTICA para desenvolver a patologia, porém há ajuda externa, ou seja, interação com outros fatores. AQUI É O PONTO DE DISCORDÂNCIA DA VISÃO MÉDICA DO PERITO: ELE ENTENDE QUE LES NÃO GUARDA RELAÇÃO COM FATORES AMBIENTAIS. Ora, a irradiação solar, segundo farto estudo médico ajuda ao progresso da doença, bem como condições ambientais como movimentos repetitivos e sem uma ergonomia adequada podem ajudar no processo inflamatório do lúpus por que são doenças osteomusculares - LER /DORT - de cunho inflamatório. Seria, portanto, uma concausa. Uso o exemplo como fonte de argumentação. Nesse sentido, trago jurisprudência em que consta o reconhecimento do LES, como concausa de acidente de trabalho:
PROCESSO: 0000915-41.2013.5.04.0201 RO
EMENTA
RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. GARANTIA PROVISÓRIA NO EMPREGO. DOENÇA OCUPACIONAL EQUIPARADA A ACIDENTE DO TRABALHO. LÚPUS. EXPOSIÇÃO DIÁRIA AOS RAIOS ULTRAVIOLETA. FATOR DESENCADEANTE. É assegurada a garantia provisória no emprego ao trabalhador que demonstra o nexo causal entre a lesão ou doença e as atividades laborais realizadas. Essa circunstância, reconhecida posteriormente em Juízo, assegura a garantia no emprego de que trata o artigo 118 da Lei nº 8.213/91. Apelo provido.
Pois bem, há outro fator, acima já mencionado, que o perito descartou: AMBIENTE DE TRABALHO (sem respeito a ergonomia adequada e movimento repetitivo, em que caberia a ré comprovar o fornecimento de equipamento adequado, bem como realizações de cursos preventivos. Princípio da aplicação da dinâmica da prova, onerado a maior aptidão do réu) gerador de movimento repetitivo provocando uma patologia DORT/LER. Ora, para alguém que é portador do lúpus (LES) ao manter tais condições de trabalho, além do sol de FERNANDO DE NORONHA, encontrou ambiente propício para o seu desenvolvimento. Está assim feita a relação entre o lúpus (LES) e as condições ambientais que influenciaram, desenvolveram e foram fatores de desencadeamento do DORT/LER. É como, usando uma linguagem simples, UMA SOMATÓRIO DE INFLAMAÇÕES: LÚPUS + DORT/LER ORIUNDA DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS.
Suficiente verificar o histórico médico da parte autora é bastante grave, sendo inimaginável que um empregado pudesse adquirir tantas patologias do grupo DORT/LER em parcos dias após a dispensa. É fato: A empregada justamente para evitar uma demissão, vinha trabalhando de forma precária, majorando os seus problemas de saúde.
Diante do acima exposto, RESSALTO É APENAS APARENTE, por depender do PERFIL DE COMO CADA PERITO FAZ A ANÁLISE DE PATOLOGIAS x ambiente de trabalho, a conclusão adotada pelo perito judicial e aquela realizada pela autarquia previdenciária. Saliento que não há hierarquia entre os elementos de prova, assim, compete ao Juízo, diante das especificidades da demanda, apreciá-las livremente, desde que demonstre as razões que o levaram ao seu convencimento. Com efeito, sopesando o conjunto probatório, ante os argumentos apresentados pelo perito judicial e os documentos carreados aos autos, principalmente os inúmeros laudos médicos (Ids 3ee97e2, 633be3c, 693c0bd, 0a70127, d5e11d4 e j8e9cb9, bem como a CAT (ba082d9) atestando que a parte reclamante é portadora das doenças descritas no CID-10: M65.8, M77.0, M65.4 e das decisões do INSS código 91 (Id 3a9c7b5) que confirmam a doença ocupacional descritas nos laudos acostados aos autos (CID: M65), demonstram de forma inequívoca a doença ocupacional da parte autora relacionada à execução do contrato de trabalho, pelo tipo de enfermidade e de labor desenvolvido. Vale lembrar que este tipo de doença é típica do trabalhador bancário, convenço-me que, pelo princípio da persuasão racional, há nexo causal entre a patologia que acarretou a percepção do benefício previdenciário e o labor da parte obreira.
Destaco que o fato da parte autora ter laborado como gerente, não lhe retira as condições de trabalho similar a de um escriturário ou de outro empregado da ré, considerando que esta laborava em locais com pouquíssimos empregados e quando tinha que se ausentar, a parte autora colocava placa, como disse a testemunha da parte ré, informando que os clientes se dirigem à agência mais próxima. Nestes locais a parte obreira realizar serviços de toda espécie a exemplo dos últimos locais de trabalho da ré como em Orobó-PE e Fernando de Noronha-PE.
A testemunha da parte ré acrescentou ainda que não existe visita de profissionais de saúde nestes locais, apesar de preencher um questionário informando de doença existente, todavia, como antedito, a parte autora para evitar uma demissão, vinha trabalhando de forma precária, majorando os seus problemas de saúde.
A propósito, transcrevo trecho da decisão de tutela antecipada destes autos (ID. 7e37ad5 - Pág. 1) acerca dos fatores etiológicos da LER/DORT:
"Embora presentes nos autos vários documentos médicos, além da CAT, muitos operadores, data vênia, olvidam de que o NEXO TÉCNICO EPIDEMIOLÓGICO tem cunho CIENTÍFICO. Ele decorreu de anos e anos de estudos das patologias x corpo humano x ambiente de trabalho, sendo acompanhada de coleta de dados estatísticos, para, então, estabelecer o nexo entre A DOENÇA E O TRABALHO. Ou seja, deveria ser prestigiada. Não é aleatório, mas científico. Portanto, o ARGUMENTO DE QUE A AUTORA TERIA SIDO ACOMETIDA DE TANTAS DOENÇAS POR OUTROS MOTIVOS É FATO EXTRAORDINÁRIO. Tenho, assim, que o direito é certo, segue o fato ordinário e embasado nos estudos científicos sustentadores na lei 11.430/06.
(...)
Logo, no caso em comento, entendo que prevalecem as conclusões da perícia realizada junto ao INSS (ID. e2a28c0 - Pág. 3) que confirmou a doença ocupacional (M65), razão pela qual reconheço a existência de nexo causal entre a doença da parte obreira e o seu labor para a parte reclamada.
A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita. No presente caso a parte sucumbente na pretensão é o réu.
Segue aresto:
(...)
Arbitro os honorários periciais em R$ 2.000,00 (dois mil reais) a serem pagos pela parte ré, sucumbente na pretensão, objeto da perícia.
Reconhecido o nexo de causalidade entre a doença e o labor da parte obreira na ré, torno definitiva a decisão liminarmente prolatada com relação à reintegração da parte reclamante nos quadros do reclamado, com todos os direitos e vantagens inerentes ao cargo, declarando a estabilidade no emprego e nulidade do desligamento ocorrido em 14/05/2019, determinando o pagamento de salários vencidos, acrescidos dos direitos e vantagens a eles vinculados como: FGTS, férias + 1/3, 13º salário, PLR e PPRS pelo período compreendido entre a nula demissão até a sua reintegração material e/ou pagamento dos salários e demais vantagens

contratuais do período estabilitário. Julgo ainda procedentes os seguintes pedidos:

1- Pagamento da complementação pelo Banco réu do auxílio previdenciário, com fulcro na previsão das normas coletivas da categoria bancária, caso haja novo afastamento previdenciário da parte autora;

4 - Pagamento dos salários vencidos e vincendos, acrescidos dos direitos e vantagens a eles vinculados, PLR, PPRS, auxílio cesta alimentação, décima terceira cesta alimentação, pelo período compreendido entre a demissão e o cumprimento da obrigação de restabelecimento do pacto laboral; 5- Compensação dos valores recebidos pela parte Autora à título de verbas rescisórias, na fase de execução.

Consoante relatado, não se conforma o banco réu com a decisão supra. Em apertada síntese, aduz que o laudo pericial evidencia não haver doença ocupacional, não havendo nexo de causalidade que implique a responsabilização do recorrente.

Após analisar detidamente as circunstâncias que levaram a MM. Julgadora de origem a formar o seu convencimento, chega-se à ilação de que a sentença revisanda não merece reforma quanto à configuração de doença ocupacional.

Incontroverso nos autos que a reclamante foi admitida pelo banco reclamado em 09/09/2002, tendo sido dispensada sem justa causa, em 14/05/2019, conforme TRCT (ID. 81a4c6d, fl. 26). E, em razão da tutela antecipada nestes autos concedida, a reclamante foi reintegrada ao recorrente, retornando ao labor no dia 15 de janeiro de 2020 (vide IDs. 2ba4da6 e 8442051, fls. 939/943).

Determinada a realização da perícia técnica, o perito nomeado concluiu pela inexistência de doença ocupacional, porquanto atrelou o adoecimento da autora ao Lúpus Eritematoso Sistêmico - doença autoimune que acomete a autora. Todavia, assim como a magistrada sentenciante, tenho que oexpert, ao vincular o sofrimento da reclamante à doença autoimune, deixou de observar outros elementos que fazem com que o caráter ocupacional das moléstias da recorrida se evidencie.

Nesse ponto, impende fazer um paralelo com as doenças degenerativas que, num primeiro momento, não seriam consideras doenças do trabalho (inteligência do art. 20, §1ª,a, da Lei 8.231/1991). Sobre o tema, importante trazer os ensinamentos de Sebastião Geraldo Oliveira, segundo o qual:

(...)

Não há nexo causal para fins indenizatórios quando o adoecimento do trabalhador não tem ligação alguma com o exercício de sua atividade laborativa. Nessa hipótese, a doença apenas eclodiu na vigência do contrato de trabalho, mas não teve o exercício do trabalho como fator etiológico; em suam apareceu "no" trabalho, mas não "pelo" trabalho.

(...)

É preciso, porém, ter cuidadopara não se apegar demasiadamente à interpretação literal do dispositivo,porquanto muitas doenças ocupacionais são de natureza degenerativa, como alerta o médico do trabalho Primo Brandimiller (...)

Convém mencionar, entretanto, que o exercício do trabalho pode contribuir para antecipar ou agravar as doenças degenerativas ou as inerentes ao grupo etário, hipóteses que configuram a etiologia multicausal do adoecimento, pelo conhecido nexo concausal. Assim, comprovada a concausa e estando presentes os demais pressupostos da responsabilidade civil, cabe o deferimento da indenização, mas com a devida atenuação equitativa, de acordo com o grau de contribuição do fator laboral (...). (In Indenização por Acidente do Trabalho ou Doença Ocupacional, 12ª edição, Salvador, Editora Juspodivm, 2021, p. 225).

Destarte, embora a perspectiva adotada pelo perito não seja ilegítima, tenho que ela desconsiderou outros aspectos trazidos aos autos, tal como a possível remissão da doença da autora.

Com efeito, no laudo pericial, há apenas o laudo médico do INSS, de 06/06/2019, no qual consta a consideração de que a recorrida é portadora de LES (ID. 8f20e57 - Pág. 7, fl. 1284), deixando o perito de tecer considerações sobre a mudança de posicionamento da autarquia previdenciária sobre as doenças da demandante. Aliás, como se observa da perícia realizada no dia 12/08/2019, o médico do INSS, expressamente, assevera que não há diagnóstico de Lúpus (CID M32) no momento da perícia (ID. e2a28c0 - Pág. 3, fl. 856), mas reconhece a inaptidão em razão de dor em ombros e punhos (CID M65):

Bancária com referência de LER/DORT desde 2014 (DID declarada).

Neste benefício está com cid10 principal o LES, mas não apresenta sintomas ou sinais (critérios de classificação internacional) de atividade da doença LUPUS. Trabalha em Fernando de Noronha, levando sol com frequência, não tem diagnóstico atual de LUPUS. Há dor especialmente em ombros e punhos. Em fisioterapia motora. Inapta temporariamente ao trabalho. OBS: INVERTO A ORDEM DO CID M65 para CID PRINCIPAL.

A patologia correspondente ao CID M.65 está indicada nos atestados médicos emitidos em 17.05.2019 (ID d5e11d4 e f8e9cb9- fls. 40/42), ou seja, logo após a dispensa, em 12.09.2019 (ID 0a70127 - fl. 39), e também na CAT (ID ba082d9 - fl. 45/46). Ademais, as ultrassonografias acostadas pela autora já indicavam anormalidades nos membros superiores (IDs. 3ee97e2, 633be3c e 693c0bd, fls. 31/38), exames que, realço, foram realizados no dia do despedimento ou em data próxima a este.

Quanto às considerações da autarquia previdenciária, destaco que à demandante foi concedido auxílio-doença acidentário (B-91), bem como, por dois laudos seguidos, a doença da recorrida foi enquadrada como sinovite e tenossinovite - CID 10 - M65 (ID. e2a28c0 e e2a28c0, fls. 856/858). Cumpre rememorar que as decisões da autarquia previdenciária detêm presunção de legitimidade e veracidade e, embora não vinculem este juízo, para serem elididas, dependem de prova robusta em sentido contrário.

Ademais, nos termos do art. 21-A, da Lei 8.213/91, as decisões do INSS lastreiam-se no Nexo Técnico Epidemiológico - NTEP, cuja abordagem coletiva mostra-se adequada para a configuração do nexo causal de diversas doenças ocupacionais, sobretudo aquelas que acometem os bancários, cujo CNAE empresarial (6422) está relacionado as doenças que acometeram a demandante (CID 10 M60-M79). Realço aqui que o próprio dispositivo faculta à perícia do INSS a não aplicação do NTEP quando este não ficar evidenciado, bem como permite ao empregador a requisição de que este não seja utilizado, inclusive, com possibilidade de recurso.

Sobrelevo, ainda, que não há notícia de que o recorrente tenha apresentado recurso contra a decisão da autarquia previdenciária que concedeu auxílio-doença acidentário à demandante (ID. 3a9c7b5, fl. 44).

De outra parte, a CAT emitida pelo sindicato (ID. ba082d9, fl. 45) indica a inflamação de articulação, tendão ou músculo como sendo a natureza da lesão da recorrida, além de apontar como agente causador "reação do corpo a seus movimentos". Tal documento foi emitido em 20/05/2019, logo após a dispensa, não havendo nos autos ASO Demissional que possa confrontá-lo. Quanto ao ponto, embora o recorrente alegue que não procedeu o exame demissional, porque havia atestado vigente (ID. 1f1ea76 - Pág. 25, fl. 446), verifica-se que o último exame periódico juntado pelo Bradesco foi realizado em 27/04/2016 (ID. 6d5b78d - Pág. 3, fl.

289). Contrariamente à tese da defesa, consta da comunicação de dispensa o encaminhamento da empregada para o exame demissional (ID 50e67d2 - fl. 40). Outrossim, não foi acostado aos autos o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP da reclamante.
Noutro aspecto, observo que o próprio banco reconhece que a empregada era assídua e não se licenciava com frequência por motivos de saúde, destacando, inclusive, a falta de afastamento da demandante nos anos de 2018 e 2019 (vide ID. dd78de8, fls. 672/678). Informação confirmada pela testemunha que laborou com a demandante em Fernando de Noronha. Confira-se:
(...) que enquanto trabalhando com a reclamante,não a viu se afastar do serviço para tratamento de saúde ou em gozo de benefício previdenciário; (testemunha de iniciativa do reclamado, Joyce Martins da Silva, ID. 6799f85, fls. 1376/1377)
Aqui, cabe realçar que o caso em apreço se amoldaria à hipótese prevista na parte final do item II, da Súmula 378, do TST, sendo dispensável, pois, o afastamento por mais de 15 dias.
Acresço, ainda, que a prova dos autos evidencia que a empresa não ofertava ginástica laboral, bem como faltavam itens adequados para a prestação do serviço. Observa-se:
(...) que a reclamante já chegou a vender produtos por telefone; que não havia headphone ou headset na agência; que não havia ginástica laboral na agência de Noronha." (testemunha de iniciativa do reclamado, JOYCE MARTINS DA SILVA, ID. 6799f85, fls. 1376/1377)
(...) que a mobília do PA Orobó é adequada; que não existia profissional especializado para fazer exercícios preventivos; que eles eram treinados semestralmente; que todos que faziam parte da unidade, faziam parte dos treinamentos; que não tem conhecimento se, quando dos treinamentos, é exigido registro de frequência do empregado participante; que acredita que a autora trabalhou por 2 anos no PA de Orobó; que no PA Orobó são de 2 a 3 empregados; que só havia descanso de pé, de modo que não havia mouse pad; que o treinamento era comandado pelos profissionais do banco da área de medicina do trabalho(...) (preposto do reclamado, Rogério Rodrigues dos Santos, ID. 595d06a, fl. 649).
Dito isso, do cotejo das provas anexadas com as alegações formuladas pelas partes, depreende-se que ficou evidenciado que a prestação de serviços pela reclamante contribuiu para o aparecimento das enfermidades de que é portadora, ficando concretizado o nexo de causalidade.
Para a configuração da doença do trabalho ou doença profissional, é imprescindível que se estabeleça o nexo de causalidade (ou concausalidade) entre a enfermidade adquirida e as condições de trabalho. E, na hipótese, como já dito a exaustão, além de haver presunção em razão do NTEP, logrou a reclamante demonstrar que os misteres por ela desenvolvidos contribuíram para o surgimento dos problemas de saúde alegados na inicial.
Considerando que se trata de responsabilidade do tipo subjetiva, a culpa da empresa ficou evidenciada, porquanto comprovada a falta de equipamentos adequados, bem como de ações preventivas que evitassem o surgimento das doenças que acometeram a recorrida.
Com efeito, nas relações de trabalho, ao empregado é assegurado como direito fundamental a "redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança", a teor do inciso XXII do art. 7º da CF, que consagra o chamado princípio do risco mínimo regressivo, batizado por Sebastião Geraldo de Oliveira.
Ademais, ao empregador é exigido o cumprimento dos preceitos legais a respeito dos deveres de cuidado com a segurança e medicina do trabalho, nos termos do art. 157 da CLT. A manutenção do meio ambiente de trabalho hígido, saudável e livre de condições inseguras é obrigação da empresa e a violação dessa norma de conduta que diz respeito à saúde, higiene e segurança do trabalho caracteriza o que a doutrina denomina "culpa contra a legalidade" ou "culpa por omissão".
No caso, o aparecimento de doença em razão das condições do trabalho implica dano moral, de existência presumida, sendo desnecessária prova do dano. O dano, na espécie, emergein re ipsa, da própria lesão, a ensejar a respectiva reparação extrapatrimonial.
Relativamente à fixação do valor da indenização por dano moral, a controvérsia em questão envolve situação fático-jurídica consolidada em período posterior ao início da vigência da Lei nº 13.467/2017. Assim, ainda que a constitucionalidade do art. 223-G, da CLT possa ser questionada, tenho que a decisão de origem observou os parâmetros fixados no §1º, inciso I, do referido dispositivo, uma vez que, a partir do contracheque de janeiro de 2020 (ID. bbbe993, fl. 945), constata-se que a indenização não supera sequer três vezes o salário da demandante.
Desse modo, considerando os parâmetros fixados no art. 223-G, da CLT, assim como a natureza/extensão do dano sofrido, a condição pessoal da vítima, a capacidade econômica do ofensor, o tempo da prestação dos serviços, o fato de que o trabalho atuou como causa leve no surgimento da doença, além dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, julgo por bem manter oquantumindenizatório em R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Superada a questão relativa à configuração de doença ocupacional com nexo de causalidade com as atividades exercidas na empresa, passo à análise da estabilidade provisória.
Quanto à estabilidade, assinalo que o art. 118 da Lei 8.213/91 estabelece a garantia da manutenção do contrato de trabalho, pelo prazo mínimo de 12 meses, para o empregado que sofrer acidente de trabalho, após a cessação do auxílio-doença acidentário (B91), independentemente de percepção de auxílio-acidente.
A Súmula 378 do TST, no seu item II, dispõe que "São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário,salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego".
Logo, para que fique configurada a estabilidade acidentária, necessária a constatação do nexo de causalidade (ou concausalidade) entre a doença e as atividades exercidas na empresa, conjugada com a percepção de benefício previdenciário na modalidade acidentária (B91), ou a caracterização de doença profissional ou do trabalho após a despedida.
Na espécie, após a resilição contratual, foi emitida a CAT pelo sindicato (ID. ba082d9), bem como foi deferido à autora auxilio-doenca acidentário - B91 (ID. 3a9c7b5), com previsão de término em 16/12/2019 (ID. 8442051, fl. 944).
Tendo em vista as premissas relatadas, há nulidade do ato de despedida sem justa causa, ficando configurada a estabilidade provisória no emprego, sendo escorreita a decisão que determinou a reintegração da reclamante, com a condenação da demandada aos pagamentos dos consectários pertinentes.
Desse modo, e por motivos de celeridade, eficiência e economia processuais, peço vênia para adotar os fundamentos da sentença acima transcritos em acréscimo às razões de decidir aqui expostas.
Sob tais considerações,nego provimentoao recurso, no ponto.
(...)" (destacou-se, págs. 1.535-1.544)
Trata-se de insurgência do Banco reclamado contra a reintegração da reclamante no seu quadro de funcionários, vez que a sentença somente foi prolatada após o término do período de estabilidade.

Entende que a aplicação da Súmula nº 396, item I, do TST só poderia ter sido aplicada após a decisão definitiva.

Na hipótese, o Tribunal Regional transcreveu as razões de decidir da sentença, a qual consignou que "sopesando o conjunto probatório, ante os argumentos apresentados pelo perito judicial e os documentos carreados aos autos, principalmente os inúmeros laudos médicos (Ids 3ee97e2, 633be3c, 693c0bd, 0a70127, d5e11d4 e j8e9cb9, bem como a CAT (ba082d9) atestando que a parte reclamante é portadora das doenças descritas no CID-10: M65.8, M77.0, M65.4 e das decisões do INSS código 91 (Id 3a9c7b5) que confirmam a doença ocupacional descritas nos laudos acostados aos autos (CID: M65), demonstram de forma inequívoca a doença ocupacional da parte autora relacionada à execução do contrato de trabalho, pelo tipo de enfermidade e de labor desenvolvido. Vale lembrar que este tipo de doença é típica do trabalhador bancário, convenço-me que, pelo princípio da persuasão racional, há nexo causal entre a patologia que acarretou a percepção do benefício previdenciário e o labor da parte obreira" (págs. 1.537-1.538).

Registrou o Colegiado a quo que, "Reconhecido o nexo de causalidade entre a doença e o labor da parte obreira na ré, torno definitiva a decisão liminarmente prolatada com relação à reintegração da parte reclamante nos quadros do reclamado, com todos os direitos e vantagens inerentes ao cargo, declarando a estabilidade no emprego e nulidade do desligamento ocorrido em 14/05/2019, determinando o pagamento de salários vencidos, acrescidos dos direitos e vantagens a eles vinculados como: FGTS, férias + 1/3, 13º salário, PLR e PPRS pelo período compreendido entre a nula demissão até a sua reintegração material e/ou pagamento dos salários e demais vantagens contratuais do período estabilitário" (grifou-se, págs. 1.538-1.539).

Com efeito, a jurisprudência prevalecente nesta Corte superior firma-se no sentido de que a estabilidade acidentária dispensa o afastamento pelo prazo superior a quinze dias bem como a concessão de prévio auxílio-acidente quando comprovado o nexo causal ou concausal entre a doença suportada pelo trabalhador e a atividade laboral após a despedida:

"(...) ESTABILIDADE PROVISÓRIA NO EMPREGO. AUSÊNCIA DE AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. COMPROVAÇÃO DE NEXO CAUSAL ENTRE A MOLÉSTIA E A ATIVIDADE LABORAL POR MEIO DE LAUDO PERICIAL. SÚMULA Nº 378, ITEM II, DO TST. A jurisprudência prevalecente nesta Corte superior firma-se no sentido de que a estabilidade acidentária dispensa o afastamento pelo prazo superior a quinze dias bem como a concessão de prévio auxílio-acidente quando comprovado o nexo causal ou concausal entre a doença suportada pelo trabalhador e a atividade laboral após a despedida. Nesse sentido, a Súmula nº 378, item II, do TST, in verbis : "II - São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego" . No caso, o Tribunal a quo , a despeito da comprovação, por meio de laudo pericial, do nexo causal entre as moléstias e a atividade laboral, considerou inaplicável a estabilidade provisória deferida ao reclamante na sentença, em razão da ausência de concessão de auxílio-doença acidentário pelo órgão do previdenciário. Desse modo, a Corte de origem, ao indeferir a estabilidade provisória de que trata o art. 118 da Lei nº 8.213/91, apesar de comprovado o nexo de causalidade entre a patologia apresentada pelo reclamante após a rescisão do contrato e a atividade laboral, decidiu em desacordo com a jurisprudência sumulada do TST, consubstanciada na Súmula nº 378, item II, do TST. Recurso de revista conhecido e provido (...) " (RR-105600-38.2005.5.02.0039, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 08/06/2018).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO EM RECURSO DE REVISTA. PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL POR JULGAMENTO EXTRA PETITA. (...) ESTABILIDADE PROVISÓRIA NO EMPREGO. DOENÇA OCUPACIONAL. REINTEGRAÇÃO. A jurisprudência prevalecente nesta Corte superior firma-se no sentido de que a estabilidade acidentária dispensa o afastamento pelo prazo superior a quinze dias bem como a concessão de prévio auxílio-acidente quando comprovado o nexo causal ou concausal entre a doença suportada pelo trabalhador e a atividade laboral após a despedida. Nesse sentido, a Súmula nº 378, item II, do TST, in verbis : "II - São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego" . No caso dos autos, segundo o Regional, o autor foi efetivamente afastado do emprego por quinze dias antes de ser efetivado o ato de dispensa imotivada, com a posterior concessão de auxílio-doença acidentário. A Corte de origem, com base na análise do conjunto probatório dos autos, concluiu ter ficado evidenciado o caráter ocupacional da doença psiquiátrica apresentada pelo reclamante. Desse modo, o reconhecimento da estabilidade provisória de que trata o art. 118 da Lei nº 8.213/91, com a determinação de reintegração do autor no emprego, em face da constatação de doença ocupacional, está em consonância com a jurisprudência sumulada do TST. Intacto o artigo 118 da Lei nº 8.213/91. Agravo de instrumento desprovido" (AIRR-1241-95.2014.5.03.0038, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 09/03/2018).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA DA PRIMEIRA RECLAMADA - ARM TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A. DANOS MORAIS E MATERIAIS. ACIDENTE DE TRABALHO. TRAUMA EM COTOVELO ESQUERDO E PUNHO DIREITO. CULPA DA EMPREGADORA. CONFIGURAÇÃO (...) ACIDENTE DE TRABALHO. GARANTIA PROVISÓRIA NO EMPREGO DE 1 ANO A CONTAR DA DATA DO TÉRMINO DO AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. Se é certo que o afastamento do trabalhador acidentado ou vítima de doença profissional, com a consequente suspensão de seu contrato de trabalho (mesmo que celebrado por prazo determinado ou a título de experiência), decorreu de fato alheio à sua vontade, mas em consequência direta da dinâmica empresarial e de fatores de risco de ônus e de responsabilidade de seu empregador, deve este respeitar a garantia legal de emprego, pelo prazo de um ano, a contar da data do término do auxílio-doença acidentário. Esse entendimento decorre da direta aplicação dos princípios da razoabilidade, da boa-fé objetiva e, principalmente, da teoria do risco da atividade econômica (artigo 927 do CC) e do artigo 7º, inciso XXII, da Constituição Federal, que assegura aos trabalhadores, urbanos e rurais, o direito à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, sem distinção de nenhuma modalidade de contrato. Ademais, o desrespeito à integridade física do trabalhador contratado por prazo determinado fere o princípio constitucional da isonomia, existindo fundamento jurídico suficiente para a extensão da estabilidade prevista no artigo 118 da Lei 8.213/91 também ao trabalhador temporário. Por outro lado, quanto à estabilidade acidentária, o art. 118 da Lei 8.213/91, dispõe o seguinte: "O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho

na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção do auxílio-acidente" . A jurisprudência prevalecente nesta Corte superior firmou-se no sentido de que a estabilidade acidentária dispensa o afastamento pelo prazo superior a quinze dias bem como a concessão de prévio auxílio-acidente quando comprovado o nexo causal ou concausal entre a doença suportada pelo trabalhador e a atividade laboral após a despedida, hipótese evidenciada nestes autos. Nesse sentido, a Súmula nº 378, item II, do TST, in verbis : "II - São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego" . No caso, o Regional, com base na análise do conjunto probatório dos autos, concluiu ter ficado evidenciado o acidente de trabalho. Desse modo, o Regional, ao reconhecer a estabilidade provisória de que trata o art. 118 da Lei nº 8.213/91, em face de a constatação do acidente de trabalho, decidiu em consonância com a jurisprudência sumulada do TST. Agravo de instrumento desprovido. (...)" (ARR-38-03.2011.5.04.0030, 2ª Turma, Relator Ministro Jose Roberto Freire Pimenta, DEJT 22/09/2017).

Nesse sentido, a Súmula nº 378 do TST, in verbis:

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ACIDENTE DO TRABALHO. ART. 118 DA LEI Nº 8.213/1991.(inserido item III) - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012

I - É constitucional o artigo 118 da Lei nº 8.213/1991 que assegura o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado. (ex-OJ nº 105 da SBDI-1 - inserida em 01.10.1997)

II - São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a conseqüente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego. (primeira parte - ex-OJ nº 230 da SBDI-1 - inserida em 20.06.2001)

III - O empregado submetido a contrato de trabalho por tempo determinado goza da garantia provisória de emprego decorrente de acidente de trabalho prevista no n no art. 118 da Lei nº 8.213/91.

No caso, o Regional, com base na análise do conjunto probatório dos autos, concluiu ter ficado evidenciado o caráter ocupacional das patologias apresentadas pela reclamante.

Desse modo, a Corte de origem, ao manter a estabilidade provisória de que trata o artigo 118 da Lei nº 8.213/91, determinando a reintegração da autora no emprego com a condenação da reclamada ao pagamento dos salários vencidos, em face da constatação de doença ocupacional, decidiu em consonância com a jurisprudência sumulada do TST.

Ademais, Súmula nº 396 do TST traz a seguinte redação:

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO. CONCESSÃO DO SALÁRIO RELATIVO AO PERÍODO DE ESTABILIDADE JÁ EXAURIDO. INEXISTÊNCIA DE JULGAMENTO "EXTRA PETITA" (conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 106 e 116 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ20, 22 e 25.04.2005

I - Exaurido o período de estabilidade, são devidos ao empregado apenas os salários do período compreendido entre a data da despedida e o final do período de estabilidade, não lhe sendo assegurada a reintegração no emprego. (ex-OJ nº 116 da SBDI-1 - inserida em 01.10.1997)

II - Não há nulidade por julgamento "extra petita" da decisão que deferir salário quando o pedido for de reintegração, dados os termos do art. 496 da CLT. (ex-OJ nº 106 da SBDI-1 - inserida em 20.11.1997)

Como se vê, não é o caso de aplicação da referida Súmula, já que não se encontrava exaurido o período de estabilidade, como quer fazer crer o reclamado.

Intactos, portanto, os 114, 944 e 945 do Código Civil e a Súmula nº 396, item I, do TST.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº RR-0010286-32.2020.5.15.0054

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	USINA BELA VISTA S.A.
Advogado	Dr. Joao dos Reis Oliveira(OAB: 74191 -A/SP)
Advogado	Dr. Daniela Cristina Fabio(OAB: 179871-A/SP)
Recorrido	MARIA LUCIENE SILVA DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Artidi Fernandes da Costa(OAB: 152873-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA LUCIENE SILVA DE OLIVEIRA
- USINA BELA VISTA S.A.

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto aos temas indenização por danos morais e honorários advocatícios.

Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.

A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto apenas em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).

À análise.

O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.

Inicialmente, cumpre salientar que a decisão de admissibilidade do presente recurso de revista é posterior a 15/4/2016, portanto, segue a nova sistemática processual estabelecida por esta Corte Superior a partir do cancelamento da Súmula 285/TST e da edição da Instrução Normativa 40/TST.

Assim, tem-se que é ônus da parte impugnar, mediante a interposição de agravo de instrumento, os temas constantes do recurso de revista que não foram admitidos, sob pena de preclusão. No caso, verifica-se que a parte deixou de interpor agravo de instrumento em face da decisão do Tribunal Regional que não admitiu o seu recurso de revista quanto ao tema "indenização por danos morais", razão por que fica inviabilizada a análise do apelo em relação a esta matéria, ante a preclusão.

Eis os termos do acórdão recorrido:

E de se atentar, contudo, que sendo a Reclamante beneficiária da Justiça Gratuita, aplica-se o disposto no $ 4º do art. 791-A da CLT. A exegese do referido dispositivo consolidado, à luz da sistemática

constitucional, impõe o reconhecimento de que a cobrança dos honorários advocatícios sucumbenciais em relação ao beneficiário da Justiça Gratuita apenas se torna possível se houver alteração substancial na condição socioeconômica do trabalhador, o que deverá ser aferido na execução.
(...)
Acolho em parte o apelo, para determinar que na condenação relativa aos honorários advocatícios seja observado, oportunamente, o $ 4º do art. 791-A da CLT, assim como para inverter o ônus da sucumbência aos honorários da perícia médica, que fica a cargo da Reclamada.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. A Corte Regional concluiu pela suspensão da exigibilidade dos honorários.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Entre outros argumentos, aponta violação aos arts. 5º, caput, II, 133 da CF; 791-A, § 4º, da CLT e divergência jurisprudencial.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.
Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº ED-ARR-0010937-41.2017.5.15.0031

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Embargante	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA
Procurador	Dr. André Aparecido do Prado Nóbrega
Embargado	LUCIMARA PIRES
Advogado	Dr. José Eduardo Amaral Góis(OAB: 292790/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA
- LUCIMARA PIRES

A reclamada opõe embargos de declaração em face de decisão em que foi dado conhecido e provido o recurso de revista da reclamante para condenar a reclamada ao pagamento de horas extras excedentes da 8ª diária, com adicional, até junho/2015, observada a prescrição.
Alega que a decisão é omissa quanto à existência do dissídio coletivo que permite a adoção do regime 2x2.
Requer seja a condenação limitada até 28/02/2015, data da vigência do mencionado dissídio.
Examino.
Não há omissão a ser sanada, pois não há qualquer menção no acórdão regional acerca da existência de dissídio coletivo a respaldar a jornada 2x2 adotada pela reclamada, sendo certo que o Tribunal Regional não foi instado a se pronunciar sobre a questão por meio da oposição de embargos de declaração. Incidência do disposto na Súmula 297, I, do TST.
Observa-se, deste modo, que a intenção da parte embargante é a rediscussão dos fundamentos adotados na decisão embargada, bem como a obtenção do reexame da matéria julgada, pretensão que não se coaduna com a finalidade dos embargos de declaração, os quais são cabíveis apenas nas hipóteses dos artigos 897-A da CLT e 1.022 do NCPC, o que não se verifica no caso vertente.
As partes devem se atentar para o disposto nos artigos 80, 81 e 1.026, § 2º, do CPC de 2015, c/c 769 da CLT, porque não cabem embargos declaratórios para reexame de fatos e provas (Súmulas 126 e 410/TST c/c as Súmulas 7/STJ e 279/STF), sob pena de manifestarem inconformismos incompatíveis com a técnica processual, em franca indiferença aos argumentos da autoridade judiciária.
Rejeito os embargos de declaração.
Publique-se.
Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0016763-92.2019.5.16.0017

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	MUNICIPIO DE CAROLINA
Advogado	Dr. Fernando Henrique de Avelar Oliveira(OAB: 3435-A/MA)
Agravado	POLIANA SOUZA LEONCIO
Advogado	Dr. Antonio Rogerio Barros de Mello(OAB: 9704-A/MA)

Advogado	Dr. Antonio Fagner Machado da Penha(OAB: 8376-A/TO)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICIPIO DE CAROLINA
- POLIANA SOUZA LEONCIO

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 511/518) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 505/507).
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
Parecer emitido pelo Ministério Público do Trabalho às fls. 533/534.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (Súmula 436 do TST) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 13/05/2021 e apelo protocolado em 18/05/2021), sendo inexigível o preparo.
A discussão travada nos autos cinge-se ao tema "COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO".
Como se verifica, foi denegado seguimento ao recurso de revista por inobservância do disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.
Todavia, a parte agravante, na minuta do seu agravo de instrumento, não impugnou, objetivamente, a aplicação do referido óbice, tendo se limitado a tecer considerações genéricas acerca da admissibilidade do seu apelo e a reiterar as alegações formuladas em seu recurso de revista.
Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida nos termos em que proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST, que preconiza o princípio da dialeticidade.
Não tendo a parte agravante se eximido de tal ônus, resta inviabilizada a admissão do seu apelo.
Nesse contexto, NÃO CONHEÇO do presente agravo de instrumento, com fulcro nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº RR-0020622-28.2019.5.04.0025

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	EMPRESA PORTOALEGRENSE DE COMUNICACAO LTDA
Advogado	Dr. Marcelo Vieira Papaleo(OAB: 62546-A/RS)
Advogado	Dr. Tomas Cunha Vieira(OAB: 54082-A/RS)
Recorrido	MARLI CONCEICAO DA ROSA VIEGAS
Advogado	Dr. Nilson Castro dos Santos(OAB: 110461-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA PORTOALEGRENSE DE COMUNICACAO LTDA
- MARLI CONCEICAO DA ROSA VIEGAS

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Logo, a exigibilidade dos honorários de sucumbência imputados à parte autora fica suspensa, limitados a 5% sobre o valor dado à causa, excluída a parte em relação a qual foi declarada a inconstitucionalidade.
Dá-se provimento parcial ao recurso para determinar a suspensão da exigibilidade dos créditos oriundos da condenação em honorários de sucumbência, reduzidos para 5% sobre o valor dado à causa, pelo prazo legal, vedada expressamente a compensação dos referidos valores com os direitos deferidos em qualquer processo judicial.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. A Corte Regional concluiu pela suspensão da exigibilidade dos honorários.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0020672-54.2020.5.04.0531

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE
Advogado	Dr. Wilson Seabra Neto(OAB: 414292-A/SP)
Advogado	Dr. Joao Paulo Brugger Borges(OAB: 44613-A/DF)
Advogado	Dr. Newton da Silva Miranda Teixeira(OAB: 44136-A/DF)
Recorrido	MARIA RUTH ANDREAZZA
Advogado	Dr. Guilherme Carraro Ficagna(OAB: 102318-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE
- MARIA RUTH ANDREAZZA

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto aos temas indenização por danos morais, diferenças salariais e honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Inicialmente, cumpre salientar que a decisão de admissibilidade do presente recurso de revista é posterior a 15/4/2016, portanto, segue a nova sistemática processual estabelecida por esta Corte Superior a partir do cancelamento da Súmula 285/TST e da edição da Instrução Normativa 40/TST.
Assim, tem-se que é ônus da parte impugnar, mediante a interposição de agravo de instrumento, os temas constantes do recurso de revista que não foram admitidos, sob pena de preclusão.
No caso, verifica-se que a parte deixou de interpor agravo de instrumento em face da decisão do Tribunal Regional que não admitiu o seu recurso de revista quanto aos temas "indenização por danos morais e diferenças salariais", razão por que fica inviabilizada a análise do apelo em relação a tais matérias, ante a preclusão.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Assim, curvando-me a essa decisão, por política judiciária, passo a entender que, vencido o beneficiário da Justiça Gratuita, os honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade, em conformidade com o art. 791-A, § 4o, da CLT, quanto à parte em que não declarada incidentalmente sua inconstitucionalidade no proc. 0020024-05.2018.5.04.0124 (ou seja, somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário).
(...)
Dessa forma, dou provimento parcial ao recurso ordinário do reclamante para reduzir para 5% o percentual dos honorários de sucumbência devidos pelo reclamante e determinar que esses honorários fiquem, na sua integralidade, sob condição suspensiva de exigibilidade, em conformidade com a parte remanescente do art. 791-A, § 4º, da CLT.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. A Corte Regional concluiu pela suspensão da exigibilidade dos honorários.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0020176-12.2020.5.04.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	FUNDAÇÃO HOSPITAL MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS
Advogada	Dra. Claudete Elisa Vargas(OAB: 110075-A/RS)
Advogado	Dr. Thiago Reis Folatre(OAB: 110131-A/RS)
Recorrido	ADRIANA HELENA ROSA DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Fabrício Azevedo da Costa(OAB: 81142-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA HELENA ROSA DE OLIVEIRA

- FUNDAÇÃO HOSPITAL MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Assim, conclui-se que a solução adequada é aplicar a condição suspensiva de exigibilidade no tocante aos honorários de sucumbência devidos pela reclamante, tal como estabelecido na sentença, e desautorizar que a verba seja descontada dos créditos decorrentes desta ou de outra ação. Procede o recurso, no aspecto. Ainda que assim não fosse, os honorários sucumbenciais devidos pela demandante devem ficar sob condição suspensiva de exigibilidade, porquanto o montante das verbas deferidas nesta ou em outra ação não seria capaz de retirá-la da condição de hipossuficiência econômica. Neste sentido, cita-se a recente decisão do TST, assim ementada:.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. A Corte Regional concluiu pela suspensão da exigibilidade dos honorários.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0020728-36.2019.5.04.0333

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	DURATEX S.A.
Advogado	Dr. Carlos Roberto de Siqueira Castro(OAB: 56888-A/RS)
Advogado	Dr. Fábio Korenblum(OAB: 92135-A/RS)
Recorrido	ANTONIO MARCOS DE SOUZA
Advogado	Dr. Rafael Dias do Canto(OAB: 76095-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO MARCOS DE SOUZA
- DURATEX S.A.

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto aos temas negativa de prestação jurisdicional, horas extras e honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto apenas em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Inicialmente, cumpre salientar que a decisão de admissibilidade do presente recurso de revista é posterior a 15/4/2016, portanto, segue a nova sistemática processual estabelecida por esta Corte Superior a partir do cancelamento da Súmula 285/TST e da edição da Instrução Normativa 40/TST.
Assim, tem-se que é ônus da parte impugnar, mediante a interposição de agravo de instrumento, os temas constantes do recurso de revista que não foram admitidos, sob pena de preclusão.
No caso, verifica-se que a parte deixou de interpor agravo de instrumento em face da decisão do Tribunal Regional que não admitiu o seu recurso de revista quanto aos temas "negativa de prestação jurisdicional" e "horas extras", razão por que fica inviabilizada a análise do apelo em relação a tais matérias, ante a preclusão.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Assim, quanto aos honorários sucumbenciais devidos pelo reclamante, por política judiciária, passo adotar o entendimento a que chegou o Pleno deste Tribunal, em sessão de julgamento realizada em 12/12/2018, em que foi declarada, tão somente, incidentalmente a inconstitucionalidade da expressão "desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa", constante do § 4º do art. 791-A da CLT, com redação da Lei 13.467 de 13.07.2017
(...)

Assim, dá-se provimento parcial ao recurso do reclamante, no aspecto, para determinar que os honorários sucumbenciais devidos por ele, ora reduzidos para 5% sobre o valor dos pedidos integralmente improcedentes, permaneçam sob condição suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT, vedada sua dedução de créditos obtidos nesta ou em outra ação.

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou parcialmente a sentença de origem que condenou a parte Reclamante, beneficiária da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, nos termos do art. 791-A, § 4º, da CLT. A Corte Regional concluiu pela suspensão da exigibilidade dos honorários.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Contudo, em observância ao princípio do non reformatio in pejus, mantém-se a decisão regional no particular.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0010154-13.2020.5.15.0106

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Recorrente	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Procurador	Dr. Antônio Sérgio Gianotto
Recorrido	JOSE DONIZETI ALCAIDE
Advogado	Dr. Reinaldo Fernandes André(OAB: 342816-A/SP)
Recorrido	K & F SEGURANCA LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- JOSE DONIZETI ALCAIDE
- K & F SEGURANCA LTDA - ME

Trata-se de recurso de revista interposto contra acórdão do Tribunal Regional do Trabalho quanto ao tema honorários advocatícios.
Irresignada, a parte recorrente interpõe recurso de revista. Argumenta, em síntese, que a decisão regional viola dispositivos de lei e da Constituição Federal, contraria a jurisprudência do TST e diverge dos arestos que colaciona.
A Presidência do TRT admitiu o recurso de revista interposto em relação ao tema honorários advocatícios, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho (art. 95 do Regimento Interno do TST/2017).
O Ministério Público do Trabalho oficiou pelo prosseguimento do feito, ressalvado eventual pedido de intervenção por ocasião do julgamento da causa (fl. 1351).
À análise.
O recurso de revista é tempestivo e está subscrito por advogado habilitado. Regular o preparo.
Eis os termos do acórdão recorrido:

Revendo posicionamento anterior, o entendimento deste Relator é no sentido de que as regras de direito processual aplicam-se de imediato às todas as ações em curso e apanham os processos nas fases em que se encontram.
Neste sentido, seriam cabíveis honorários advocatícios recíprocos a depender resultado da ação e proporcional à sucumbência de cada litigante, nos termos do art. 791-A, 8 3º da CLT, autorizando-se a aplicação do disposto no art. 98, 83º, do CPC/15 aos beneficiários da Justiça Gratuita.
Contudo, acompanho o mais recente entendimento turmário no sentido que não são cabíveis naquelas ações em que o reclamante é beneficiário da assistência judiciária gratuita ao fundamento que a condenação sob o título contraria a "essência" do instituto da Justiça Gratuita, afrontando literalmente o inciso LXXIV, do artigo 5º da CRFB/88, sendo certo que a mencionada assistência deve ser integral.
Portanto, considerando a distribuição da reclamatória em 30/01/2020 e atento ao posicionamento prevalente, reforma-se o r. julgado a fim de excluir da condenação d autor o pagamento os honorários advocatícios sucumbenciais..

No que tange à insurgência quanto ao tema "honorários advocatícios sucumbenciais - beneficiário da justiça gratuita" cumpre verificar a adequação da decisão regional com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766 que reconheceu a parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/17, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
No caso vertente, o Tribunal Regional reformou a sentença de origem para excluir a condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.
Em razões de revista, a parte recorrente sustenta, em síntese, ser devida a condenação do reclamante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, tendo em vista as novas diretrizes da Lei 13.467/2017.
Examino.
Em sessão realizada em 20/10/2021, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5.766, reconheceu a

parcial inconstitucionalidade dos dispositivos trazidos pela Lei nº 13.467/2017, notadamente aqueles que exigiam a cobrança de honorários sucumbenciais do beneficiário da justiça gratuita.
Na ocasião, restou declarada a inconstitucionalidade dos arts. 790-B, caput e § 4º, e 791-A, § 4º, da CLT.
Nesse sentido, uma vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade do dispositivo de lei referenciado e deferida a gratuidade de justiça à parte Reclamante pelas instâncias ordinárias, revela-se indevida a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.
Pelo exposto, não conheço do recurso de revista.

CONCLUSÃO:
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 932, III e IV, c/c 1.011, I, do CPC/2015 e 118, X, do RITST, decido não conhecer do recurso de revista.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000009-27.2014.5.04.0812

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS
Advogado	Dr. Guilherme de Castro Barcellos(OAB: 56630/RS)
Agravado	JOSÉ CARLOS PIRES BETTERVIDE
Advogado	Dr. Mauro de Azevedo Menezes(OAB: 19241/DF)
Advogado	Dr. Pedro Teixeira Mesquita da Costa(OAB: 72811/RS)
Agravado	COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL - ELETROBRAS CGT ELETROSUL
Advogado	Dr. Roberto Pierri Bersch(OAB: 24484/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL - ELETROBRAS CGT ELETROSUL
- FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS
- JOSÉ CARLOS PIRES BETTERVIDE

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 2276/2283) interposto em face da decisão (fls. 2268/2271) do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região que denegou seguimento ao recurso de revista.
Houve apresentação de contraminuta (fls. 2289/2295) ao recurso interposto.
Dispensada a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado, interposto tempestivamente (decisão denegatória em 10/09/2021 e apelo protocolado em 24/09/2021), dispensado o preparo.
No caso, o recurso de revista teve seu processamento denegado, sob o fundamento de que não restou observado o pressuposto de admissibilidade recursal previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.
Verifico, porém, que a terceira interessada, na minuta do seu agravo de instrumento, passou ao largo dessa fundamentação, limitando-se à devolução da matéria de fundo tratada no recurso de revista.
Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida, nos termos em que proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST.
Não tendo a terceira interessada se eximido de tal ônus, resta inviabilizada a admissão do presente apelo.
Nesse contexto, NÃO CONHEÇO do presente agravo de instrumento, com fulcro nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.
Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº RR-0000146-60.2020.5.09.0585

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Recorrente	MARIA INES ALONSO MARTINS
Advogado	Dr. Thamires Emanoele de Oliveira(OAB: 102032-A/PR)
Advogado	Dr. Julian Acosta da Paixao(OAB: 82134-A/PR)
Advogado	Dr. Felipe Grigolato(OAB: 106370-A/PR)
Recorrido	CLAUDIO VALLE - CONVENIENCIA - ME
Advogado	Dr. Marcus Vinicius de Freitas Zompero(OAB: 74709-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIO VALLE - CONVENIENCIA - ME
- MARIA INES ALONSO MARTINS

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017
Trata-se de recurso de revista interposto pela reclamante, às págs. 312-330, contra a decisão do Tribunal Regional da 9ª Região que julgou improcedente o pedido de reintegração e pagamento de indenização por danos morais em razão de dispensa discriminatória.
O recurso de revista da autora foi admitido, às págs. 377-380, por possível contrariedade à Súmula nº 443 do TST.
Sem contrarrazões.
É o relatório.
EMPREGADA DIAGNOSTICADA COM ESCLEROSE MÚLTIPLA. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA NÃO COMPROVADA. MATÉRIA FÁTICA.
Eis o teor da decisão recorrida, na fração de interesse:
"Dispensa discriminatória - não concessão de danos morais
A ré se insurge contra o reconhecimento da dispensa discriminatória, pedindo a exclusão das condenações decorrentes.
Consta da sentença:
"1) Dispensa discriminatória; reintegração; danos morais;
A Autora requer, em síntese, a sua reintegração ao emprego, nas mesmas condições anteriores, com o pagamento da remuneração do período de afastamento. Fundamenta seu pedido na Súmula 443 do C. TST, alegando o caráter discriminatório da rescisão contratual, pois foi dispensada após ser diagnosticada com esclerose múltipla. Requer, também, o pagamento de indenização

por danos morais pela dispensa discriminatória. Analiso. A vedação de despedida abusiva - motivada por discriminação - tem fundamento na interpretação conjunta dos arts. 1º, inciso IV, 3º, inciso IV, 4º, inciso VIII, 5º, caput e incisos XLI e XLII, e 7º, inciso XXX, 8°, caput, e 170, inciso VIII da Constituição Federal, 8º e 9º da CLT, Convenção 98 da OIT e, mais especificamente, na aplicação extensiva do art. 4º, inciso I, da Lei 9.029/1995. A aplicação extensiva de tal norma de direito a casos não expressamente previstos é perfeitamente possível a partir da hermenêutica lógico-sistemática da regra. O sistema jurídico pátrio, especialmente por meio das normas de assento constitucional, dá guarida à proteção do trabalhador ante a despedida abusiva fundada em qualquer tipo de discriminação. Ademais, o ordenamento jurídico pátrio desautoriza o empregador a exercer seu poder potestativo de demitir, atribuindo a pecha de discriminatória, às demissões envolvendo portadores de doenças graves como AIDS, ou outra que possa gerar estigma ou preconceito. Nesse sentido, a Súmula nº 443 do C.TST:

"Presume-se discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito. Inválido o ato, o empregado tem direito à reintegração no emprego". Registre-se que não há um conceito rígido de doença grave ou que suscite estigma e preconceito.

A Súmula 443 do TST, como visto, somente faz alusão expressa ao empregado portador do vírus HIV. No entanto, algumas legislações de cunho previdenciário, fiscal e social, trazem rol de doenças consideradas graves.

Cito, por exemplo, a Lei 7.713/88 que estabelece a isenção do imposto de renda para os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas: "XIV - os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma".- destaquei.

Diante de todo o exposto, reconheço que a dispensa da Autora foi discriminatória e declaro a nulidade do ato demissional, impondo-se, com fulcro no art. 4º da Lei nº 9.029/95, a condenação da Ré a proceder à reintegração da Autora na mesma condição anterior (mesma função e mesma remuneração), com o pagamento dos salários vencidos desde a dispensa até a efetiva reintegração, bem como eventuais reajustes e benefícios da categoria, além das férias com acréscimo de 1/3, da gratificação natalina e do FGTS 8% do período, exceto sobre férias indenizadas com 1/3, ou seja, restabelecendo-se a relação de emprego como se a dispensa não tivesse ocorrido, compensados os valores a título de aviso prévio pagos no TRCT de fls. 38/39, bem como eventual multa do FGTS que tenha sido paga, a fim de evitar o enriquecimento ilícito. Tais valores possuem natureza salarial.

Ainda, ante a revelia da Ré, revejo parcialmente a decisão de antecipação de tutela para estabelecer que a reintegração ora determinada ocorra de imediato, independente do trânsito em julgado, devendo a Ré proceder à reintegração no prazo máximo de dez (10) dias a contar da ciência da presente decisão, sob pena de multa diária no importe de R$1.000,00, limitada aR$10.000,00, nos termos do art. 497 do CPC, revertida em benefício da Autora. No momento da reintegração, deverá a Autora apresentar sua CTPS a fim de que a Ré proceda à retificação, sem qualquer alusão a esta decisão judicial Por fim, considerando que a rescisão contratual se deu de forma abusiva, constituindo-se em ato ilícito da Ré, encontram-se presentes os requisitos indispensáveis para a configuração da responsabilidade civil, pelo que condeno a Ré, ainda, ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), que reputo razoável, levando em consideração que a insensível dispensa, violou a dignidade da Autora e agravou o seu estado psíquico já abalado pela enfermidade. Pedidos procedentes, nos termos expostos." Analisa-se.

A reclamante foi admitida em 01/06/2017.

Na petição inicial, a autora informa que "no dia 24 de junho de 2019, a médica neurologista Dra. Kelly Cristina Fernandes (CRM 20.767), diagnosticou a reclamante como portadora da doença de esclerose múltipla recorrente, após uma longa investigação e após vários exames ao decorrer do ano de 2018 e 2019 (docs. Anexos)". (...) Conforme os diversos laudos trazidos aos autos (Doc.anexos), percebe-se que a doença foi acometida a autora durante o período de vinculação trabalhista com a reclamada, visto que o primeiro surto foi ocasionado em 2018. (...) Ocorre que, a Reclamante, logo após ser diagnosticada com Esclerose Múltipla de caráter incurável, foi surpreendida pela Reclamada com sua carta de demissão, o que evidencia ainda mais o caráter discriminatório da rescisão contratual por parte da empresa Reclamada, nos termos da Súmula 443 do TST (...). Destarte que, mesmo com a doença a reclamante não deixou de cumprir com seu trabalho de qualidade. (...)

Cabe observar que a autora não informa na petição inicial que tenha apresentado e em que momento atestado e exames à ré, comunicando ser portadora de esclerose múltipla.

Em que pese a revelia da ré, é possível presumir a ausência de despedida discriminatória, ao passo que segundo relatos da própria autora, na petição inicial, o primeiro surto da doença foi em 2018 e o diagnóstico em junho de 2019, sendo dispensada em janeiro de 2020.

Na lição de VÓLIA BOMFIM CASSAR, "os portadores do virus da AIDS não têm direito à estabilidade pelo simples fato de estarem acometidos por esta doença, apesar da relevante questão social da matéria. As estabilidades decorrem de lei e esta não tem amparo legal. (...) Defendemos que a pedra de toque é a discriminação e não uma suposta estabilidade. Assim, quando o empregador tem ciência da doença e, logo em seguida, demite o portador do vírus HIV ou de qualquer outra doença, ou, ainda o faz em razão de fator social, opção sexual, etc. pratica ato discriminatório. (Direito do Trabalho, 17ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método 2020, p. 1192)

É certo que a autora era portadora de esclerose múltipla, como demonstra os documentos acostados aos autos (atestados e exames ID. 31a862e). No entanto, isso não leva à imediata conclusão de que a dispensa foi discriminatória. Como visto, a autora foi diagnostica em junho de 2019 e foi dispensada somente em janeiro de 2020.

Diferente do entendimento do juízo de origem, considero que os elementos dos autos apontam para a inexistência de discriminação.

Por conseguinte, dentro desse contexto, é indevida a reintegração e o pagamento de verbas correlatas, bem como a indenização vindicada pela reclamante.

Reforma-se para declarar a inexistência de discriminação na dispensa da autora e, por conseguinte, excluir a condenação à reintegração e pagamento de verbas correspondentes, bem como ao pagamento de indenização por danos morais" (págs. 286-288, destacou-se).

Os embargos de declaração interpostos pela autora foram desprovidos, aos seguintes fundamentos:

"De início, cumpre lembrar que os embargos de declaração não se destinam à reanálise do conjunto probatório ou ao revolvimento da matéria decidida, e sim à correção de vícios intrínsecos à decisão embargada.
A embargante argumenta que "06 (seis) meses entre a data das entregas dos atestados, portanto, da notificação da doença à empresa Reclamada pela Autora (02/05/2019 e 24/06/2019, cf. atestados médicos ID. 52a323b) e a sua demissão injustificada (29/01/2020 -cf. TRCT ID. b6c3762) não é suficiente para justificar o encerramento do vínculo contratual".
Como constou no acórdão: "É certo que a autora era portadora de esclerose múltipla, como demonstra os documentos acostados aos autos (atestados e exames ID. 31a862e). No entanto, isso não leva à imediata conclusão de que a dispensa foi discriminatória. Como visto, a autora foi diagnostica em junho de 2019 e foi dispensada somente em janeiro de 2020". Ou seja, o acórdão foi claro no sentido de que não há como presumir a dispensa discriminatória (Súmula 443 do C. TST), tendo em vista o lapso temporal entre o diagnóstico da doença e a dispensa do empregado. Em atenção às alegações da embargante, o fato de o empregador estar, de fato, ciente da sua doença partir de junho de 2019 não altera essa conclusão.
Alerta-se a embargante: se entende que a prova deve ser interpretada de maneira diversa, deve manejar a medida processual adequada para tanto, que não os embargos declaratórios; já que não há falar em vício no julgado pelo simples fato de o entendimento adotado não se coadunar com a tese defendida pela parte. Isso se chama inconformismo e não encontra amparo na via estreita dos embargos de declaração.
Os embargos somente se justificam quando presente algum dos vícios relacionados nos artigos 897-A da CLT, ou 535 do CPC, hipótese não verificada no caso.
Diante do exposto, nada a prover" (pág. 306).

A reclamante, nas razões de revista, insurge-se contra o indeferimento do pedido de reintegração no emprego e danos morais, fundados em dispensa discriminatória, em razão de ser portadora de esclerose múltipla.
Indica contrariedade à Súmula nº 443 do TST, além de divergência jurisprudencial.
Conforme se observa do acórdão regional, o Tribunal a quo, instância soberana na apreciação do conjunto probatório dos autos, concluiu que a dispensa da autora, diagnosticada com esclerose múltipla, não se qualificou como discriminatória.
Com efeito, o Regional expressamente consignou que "é certo que a autora era portadora de esclerose múltipla, como demonstra os documentos acostados aos autos (atestados e exames ID. 31a862e). No entanto, isso não leva à imediata conclusão de que a dispensa foi discriminatória. Como visto, a autora foi diagnostica em junho de 2019 e foi dispensada somente em janeiro de 2020", concluindo que, "diferente do entendimento do juízo de origem, considero que os elementos dos autos apontam para a inexistência de discriminação. Por conseguinte, dentro desse contexto, é indevida a reintegração e o pagamento de verbas correlatas, bem como a indenização vindicada pela reclamante" (pág. 288).
Nesse contexto, qualquer rediscussão acerca do tema, como pretende o agravante, para adoção de entendimento contrário àquele sustentado pelo Regional, implicaria, inevitavelmente, o reexame da valoração dos elementos de prova produzidos feita pelas instâncias, o que é vedado nesta Corte recursal de natureza extraordinária, nos termos do que preconiza a Súmula nº 126 do TST. Assim, não se cogita de contrariedade à Súmula nº 443 do TST.
Nesse sentido, precedente de lavra deste Relator:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. dispensa discriminatória. DOENÇA OCUPACIONAL (LER. TENDINITE. EPICONDILITI). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. matéria fática. Trata-se de pedido de reconhecimento da nulidade da dispensa da autora, em razão do seu alegado caráter discriminatório, tendo em vista que, no momento da demissão, estava realizando tratamento médico. O Tribunal Regional, instância soberana na apreciação do conjunto probatório dos autos, foi enfático ao afirmar que não há indício de que a dispensa da autora tenha sido discriminatória, mormente considerando o tempo decorrido entre a reabilitação e a sua dispensa. Registrou, ainda, que "o exame demissional indica que a reclamante estava fisicamente apta a desenvolver as atividades laborais que mantinha na empresa" e que o laudo pericial deixou clara a inexistência de nexo de causalidade entre a doença da reclamante e a atividade laboral por ela exercida na reclamada. Nesse contexto, qualquer rediscussão acerca do tema, como pretende a agravante, para adoção de entendimento contrário àquele sustentado pelo Regional, implicaria, inevitavelmente, o reexame da valoração dos elementos de prova produzidos feita pelas instâncias ordinárias, o que é vedado nesta Corte recursal de natureza extraordinária, nos termos do que preconiza a Súmula nº 126 do TST. Agravo de instrumento desprovido. [...]". (AIRR-872-96.2014.5.21.0007, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 05/04/2017, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 11/04/2017, destacou-se)
Cumpre esclarecer ser desnecessária a análise da jurisprudência colacionada, uma vez que o exame da especificidade das teses nela contida, nos termos em que estabelece a Súmula nº 296 do Tribunal Superior do Trabalho, ante a ausência da identidade fática.
Dessa forma, estando a decisão regional em conformidade com a jurisprudência consolidada desta Corte, nego provimento ao recurso de revista, com fundamento no artigo 932, inciso IV, alínea "a", do CPC/2015 c/c o artigo 251, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011060-79.2020.5.15.0113

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	TRANSERP - EMPRESA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO DE RIBEIRÃO PRETO S.A.
Advogado	Dr. Ana Claudia Vicente(OAB: 326117-D/SP)
Advogado	Dr. Fernando Cesar Ceara Juliani(OAB: 229451-A/SP)
Agravado	ADRIANO ANTONIO JOSE

Advogado	Dr. Leonardo Barbosa Fais(OAB: 371114-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANO ANTONIO JOSE
- TRANSERP - EMPRESA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO DE RIBEIRÃO PRETO S.A.

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela reclamada contra a decisão, mediante a qual foi denegado seguimento ao seu recurso de revista.
Foi apresentada contraminuta, fls. 433/435.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, conheço do apelo.
Passo a análise do mérito.
As discussões travadas no feito prendem-se aos temas renovados, "SOBRESTAMENTO DO FEITO" e "RESPOUSO SEMANAL REMUNERADO. REPERCUSÃO NAS DEMAIS PARCELAS SALARIAIS".
Foi denegado seguimento ao recurso de revista em razão dos óbices de que tratam as Súmulas 442 do TST e o art. 896, § 9º, da CLT.
Verifico, porém, que o reclamante, ora agravante, na minuta do seu agravo de instrumento, não impugnou, objetivamente, a aplicação dos referidos óbices, tendo se limitado a tecer considerações genéricas e a reiterar as alegações formuladas em seu recurso de revista.
Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida, nos termos em que proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST, que preconiza o princípio da dialeticidade.
Não tendo a segunda reclamada se eximido de tal ônus, resta inviabilizada a admissão do seu apelo.
Nesse contexto, NÃO CONHEÇO do presente agravo de instrumento, com fulcro nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010381-86.2020.5.15.0143

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	ENIVALDO RODRIGUES
Advogado	Dr. Dercy Vara Neto(OAB: 263848-A/SP)
Agravado	FRANCISCO CARLOS FALAVIGNA E OUTRO
Advogado	Dr. Wanderley Simoes Filho(OAB: 141329-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ENIVALDO RODRIGUES
- FRANCISCO CARLOS FALAVIGNA E OUTRO

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 547/563) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 542/543).
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
Os autos não foram remetidos ao Ministério Público do Trabalho.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 39) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada em 28/09/2021 e apelo protocolado em 07/10/2021), sendo desnecessário o preparo.
As discussões travadas nos autos cingem-se aos temas "HORAS IN ITINERE", "HORAS EXTRAS", "INTERVALO INTRAJORNADA", "REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADO", "INTERVALO INTERJORNADAS", "VERBAS RESCISÓRIAS", "MULTA PREVISTA NO ART. 467 DA CLT", "MULTA PREVISTA NO ART. 477, § 8º, DA CLT", "INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL" e "APLICABILIDADE DA LEI Nº 13.467/2017".
Como se verifica, foi denegado seguimento ao recurso de revista por inobservância do disposto no artigo 896, § 1º-A, I e III, da CLT.
Todavia, a parte agravante, na minuta do seu agravo de instrumento, não impugnou, objetivamente, a aplicação do referido óbice, tendo se limitado a tecer considerações genéricas e a reiterar as alegações formuladas em seu recurso de revista.
Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida nos termos em que proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST, que preconiza o princípio da dialeticidade.
Não tendo a parte agravante se eximido de tal ônus, resta inviabilizada a admissão do seu apelo.
Nesse contexto, NÃO CONHEÇO do presente agravo de instrumento, com fulcro nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-1000170-57.2021.5.02.0221

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Agravante	CLEUSIANE DE SOUZA SANTOS
Advogado	Dr. Ivan Marques dos Santos(OAB: 124866-A/SP)
Advogada	Dra. Edinilda dos Santos Monteiro(OAB: 262986-A/SP)
Advogada	Dra. Letícia Fernandes Santos(OAB: 431260-A/SP)
Agravado	PIONEIRA SANEAMENTO E LIMPEZA URBANA LTDA
Advogado	Dr. Alexandre Augusto Batalha(OAB: 173726-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEUSIANE DE SOUZA SANTOS
- PIONEIRA SANEAMENTO E LIMPEZA URBANA LTDA

Trata-se de agravo de instrumento (fls. 197/200) interposto em face da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que denegou seguimento ao recurso de revista (fls. 189/192).
Não houve apresentação de contraminuta e contrarrazões.
Desnecessária a remessa dos autos ao Ministério Público do Trabalho, nos termos do Regimento Interno do TST.
O recurso foi subscrito por profissional regularmente habilitado (fls. 17) e interposto tempestivamente (decisão denegatória publicada

em 07/10/2021 e apelo protocolado em 19/10/2021), sendo inexigível o preparo.

As discussões travadas nos autos cingem-se aos temas "INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL" e "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. JUSTIÇA GRATUITA".

Como se verifica, foi denegado seguimento ao recurso de revista por inobservância do disposto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT.

Todavia, a reclamante, na minuta do seu agravo de instrumento, não impugnou, objetivamente, a aplicação do referido óbice, tendo se limitado a tecer considerações genéricas acerca da admissibilidade do seu apelo.

Ocorre que é ônus da parte impugnar a decisão recorrida nos termos em que proposta, consoante disposto na Súmula 422, I, do TST, que preconiza o princípio da dialeticidade.

Não tendo a parte agravante se eximido de tal ônus, resta inviabilizada a admissão do seu apelo.

Nesse contexto, NÃO CONHEÇO do presente agravo de instrumento, com fulcro nos artigos 932, III, do CPC e 118, X, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0101207-66.2017.5.01.0075

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Agravante	WASHINGTON LUIZ DA SILVA ARAUJO
Advogado	Dr. José Solon Tepedino Jaffé(OAB: 128788/RJ)
Agravado	BEDENDO & VASQUEZ LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA
Advogado	Dr. Lucas Sbicca Felca(OAB: 243523-A/SP)
Advogado	Dr. Ivaldo Rodrigo Queiroz de Oliveira(OAB: 147865-A/RJ)
Agravado	VIA VAREJO S.A.
Advogada	Dra. Adriana de Menezes Gonçalves Moreira(OAB: 95583-A/RJ)
Advogada	Dra. Ana Gabriela Burlamaqui de Carvalho Vianna(OAB: 81690-A/RJ)
Advogada	Dra. Tatiane de Cicco Nascimbem Chadid(OAB: 214713-A/RJ)
Advogado	Dr. Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa,(OAB: 220028-S/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BEDENDO & VASQUEZ LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA
- VIA VAREJO S.A.
- WASHINGTON LUIZ DA SILVA ARAUJO

PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESFUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO RECURSO DE REVISTA

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo reclamante, contra a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, pela qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista quanto aos seguintes temas ora impugnados: VÍNCULO DE EMPREGO, HORAS EXTRAS e RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA.

A primeira reclamada apresentou contraminuta às págs. 810-813 e contrarrazões às págs. 803-808 e a segunda reclamada apresentou contraminuta às págs. 821-826 e contrarrazões às págs. 814-820.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 95 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

O Juízo de admissibilidade regional, em despacho assim fundamentado, denegou seguimento ao recurso de revista interposto pelo reclamante, por constatar não terem sido atendidos os requisitos dispostos no artigo 896, § 1º-A, da CLT:

"PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Contrato Individual de Trabalho / Reconhecimento de Relação de Emprego.

Duração do Trabalho / Horas Extras.

Responsabilidade Solidária/Subsidiária / Tomador de Serviços/Terceirização.

Alegação(ões):

- contrariedade à(s) Súmula(s) nº 331 doTribunal Superior do Trabalho.

- violação d(a,o)(s) Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 3º; artigo 818; Código de Processo Civil, artigo 373, inciso I; artigo 373, inciso II.

A Lei nº 13.015/2014, aplicável aos recursos interpostos das decisões publicadas a partir de 22/09/2014 (consoante interpretação do TST estampada no artigo 1º do Ato 491/SEGJUD.GP), inseriu o §1º-A no artigo 896 da CLT, com a seguinte redação:

"Art. 896. (...)

§ 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte:

I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista;

II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional;

III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

IV - transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)".

Diante deste contexto, não podem ser admitidos recursos cujas razões não indiquem o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia, que não apontem de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do TST que conflite com a decisão regional, que não contenham impugnação de todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, com demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte, bem como que deixem de transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017).

No caso em apreço, não cuidou o recorrente de "indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista", limitando-se a transcrever breve parágrafo do julgado, insuficiente à sustentação das razões recursais.

Em razão do exposto, não há como se admitir o apelo, no particular, face a patente deficiência de fundamentação." (destacou-se, págs. 776-778.)

Verifica-se, contudo, da leitura das razões do agravo de instrumento, que a parte, limitando-se a reproduzir as razões do recurso de revista, não impugna, objetivamente, o óbice imposto no despacho denegatório do recurso, referente à ausência de observação ao requisito disposto no artigo 896, § 1º-A, da CLT - uma vez que o recurso foi interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, que impôs modificações ao texto do mencionado dispositivo.

Com efeito, o motivo básico ensejador da denegação de seguimento ao recurso de revista da parte consistiu na ausência de adequação das razões recursais ao requisito formal instituído por meio da edição da Lei nº 13.015/2014. O agravante, no entanto, não se insurge de forma explícita contra esse fundamento, porque, quanto a esse aspecto, não dirige críticas à decisão agravada.

Nos termos das disposições contidas nos artigos 897, alínea "b", da CLT e 1.016, inciso III, do CPC/2015, a finalidade do agravo de instrumento é desconstituir os fundamentos do despacho pelo qual se denegou seguimento a recurso, sendo preciso, portanto, que o agravante exponha, de maneira específica, os argumentos jurídicos necessários à demonstração de que o fundamento da decisão foi equivocado.

Segundo o princípio da dialeticidade, a fundamentação é pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, sem a qual o apelo não logra desafiar a barreira do conhecimento.

Este é o entendimento pacificado nesta Corte superior, consubstanciado na Súmula nº 422, item I, do TST, in verbis: "RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO

I - Não se conhece de recurso para o TST se as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida.

(...)"

Registra-se, desde logo, que a hipótese não atrai a aplicação do item II do verbete mencionado, no qual se consigna que "o entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática", porquanto o motivo de denegação do recurso de revista, conforme discorrido, é relevante e pertinente, uma vez que expõe questão processual expressamente disposta em lei.

Dessa forma, não conheço do agravo de instrumento, com base no disposto nos artigos 932, inciso III, do CPC/2015 e 255, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, porque desfundamentado.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº ED-AIRR-0001227-76.2014.5.10.0019

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Embargante	BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
Advogado	Dr. Eduardo Vidal Xavier(OAB: 15479-A/DF)
Embargado	JOSÉ PAULO AMÂNCIO
Advogado	Dr. Gilberto Rodrigues de Freitas(OAB: 35393-A/DF)
Advogado	Dr. Celso Ferrareze(OAB: 35383-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
- JOSÉ PAULO AMÂNCIO

O reclamado opõe embargos de declaração em face de decisão em que negado provimento ao seu agravo de instrumento, com fundamento nos arts. 932, III, do CPC/2015, e 118, X, do RITST.

Alega, em síntese, que "Conforme se constata, o v. acórdão não aborda a questão referente à violação aos artigos da boa-fé objetiva na formação, execução e conclusão nos negócios jurídicos e nos contratos, inclusive quanto à Administração Pública", "até porque, extrai-se, por exemplo, das provas produzidas, situação jurídica incontroversa e convergente com a literalidade do texto do art. 224, § 2.º da CLT, qual seja, que o reclamante tinha poderes gerenciais e de fiscalização", e "como Gerente e Chefe de Equipe tinha atribuições de relevância, liberando empréstimos fora dos padrões preestabelecidos, bem como possuía subordinados".

Aduz que "Essa situação fático-jurídica (diga-se mais um vez, que é incontroversa e consta do v. acórdão regional), ante a pretensão de articular a nulidade do exercício da função paga, deveria ter sido enfrentada na Revista".

Acrescenta que "a decisão, na forma como proferida, ofende o princípio da boa-fé objetiva, consubstanciado nos artigos 133 e 422 do CC/02 e 54 da Lei 9.784/99, ao pleitear extraordinárias em juízo as 7.ª e 8.ª horas como extras".

Entende que "a r. decisão embargada, tal como proferida, impulsiona o conflito de decisões judiciais, uma vez que torna inválida a condição Jurídica do reclamante, que foi inclusive provado na forma do que dispõe o art. 224, § 2.º da CLT, e estabelecida pelo Juízo de piso".

Sustenta, no tocante à compensação das horas extras com a gratificação de função, que "o entendimento de que a decisão regional está em consonância com jurisprudência dessa c. Corte mostra-se contraditório", pois há uma divergência clara, recente e atual da 8ª Turma no sentido de que o cálculo das horas extras deve observar o valor da gratificação de função proporcional à jornada de seis horas.

Examino.

Não há omissão a ser sanada, na medida em que a decisão embargada consignou, de forma clara, que o Tribunal Regional não incorreu em negativa de prestação jurisdicional.

Como expressamente consignado na decisão ora embargada "a alegação de incorreta valoração da prova não é suficiente para se veicular o recurso de revista, porquanto o Juízo tem assegurada a sua liberdade de convencimento motivado e de averiguação das provas, consoante o art. 371 do NCPC. Ademais, a valoração de provas esbarra na dicção da Súmula 126 desta Corte Superior, de modo que não cabe a esta Corte proceder ao reexame dos testemunhos e dos documentos contidos nos autos para sopesar se a prova foi devidamente analisada no âmbito das instâncias ordinárias".

Ainda, constou da decisão embargada "De acordo com a diretriz consubstanciada no item I da Súmula 102 do TST, a controvérsia

relativa à configuração do exercício da função de confiança bancária, a que alude o artigo 224, § 2.º, da CLT, depende de prova das reais atribuições do empregado e não se revela suscetível de análise por meio de recurso de revista".

Relativamente ao pedido de utilização da gratificação de função de forma proporcional para o cálculo das horas extras, não se há falar em contradição, valendo ressaltar que a contradição que justifica a oposição de embargos de declaração é aquela ínsita à própria decisão.

Ainda que assim não fosse, cito recente decisão da SDI-1 desta Corte, evidenciando que a questão foi decidida em consonância com a jurisprudência atual do órgão de uniformização interna corporis:

AGRAVO EM EMBARGOS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE REVISTA. DIVISOR APLICÁVEL. HORAS EXTRAS. BANCÁRIO. ART. 894, §2º, DA CLT. Não merece reparos a decisão singular por meio da qual se denegou seguimento aos embargos. Isso porque no julgamento do IRR-849-83.2013.5. 03.0138, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, a SBDI-1 do TST decidiu que o divisor aplicável para cálculo das horas extras do bancário, inclusive para os submetidos à jornada de oito horas, é definido com base na regra geral prevista no art. 64 da CLT (resultado da multiplicação por 30 da jornada normal de trabalho), sendo 180 e 220 para a jornada normal de seis e oito horas, respectivamente, independentemente da natureza jurídica atribuída ao sábado em norma coletiva. Inviável, portanto, o processamento do recurso de embargos, ante o óbice previsto no § 2º do artigo 894 da CLT. Agravo conhecido e não provido. RECURSO DE EMBARGOS DO SINDICATO RECLAMANTE. HORAS EXTRAS. BASE DE CÁLCULO. EMPREGADO DO BANCO DO BRASIL SUBMETIDO À JORNADA DE OITO HORAS SEM FIDÚCIA ESPECIAL. A Eg. 8ª Turma deu provimento ao recurso de revista interposto pelo Banco Reclamado para determinar que, no cálculo das horas extras, seja observada a gratificação de função proporcional à jornada de 6 (seis) horas, porquanto afastado o enquadramento do empregado na previsão do art. 224, § 2º, da CLT. Cinge-se a controvérsia em saber qual deve ser a base de cálculo das horas extras adotada, se com base na remuneração relativa à jornada de trabalho de seis horas ou à jornada de oito horas. Com efeito, a jurisprudência deste Tribunal já se consolidou no sentido de que integra a base de cálculo das horas extras a gratificação de função percebida à época em que cumprida a jornada de oito horas pelo empregado que não detinha fidúcia especial e que não se encontrava subordinado a Plano de Cargos e Salários que dispunha acerca de recebimento de gratificação para trabalho com jornada de seis ou oito horas diárias. Ressalte-se que a possibilidade de cálculo das horas extras com base em gratificação de função proporcional à jornada contratual requer prévia determinação judicial que autorize a redução da gratificação, como no caso da Orientação Jurisprudencial Transitória 70 desta Subseção. Hipótese diversa da situação presente em que não há previsão nesse sentido. Portanto, inviável a inclusão na base de cálculo das horas extras de gratificação hipotética de jornada de seis horas. Assim, deve-se incluir no cálculo das sétima e oitava horas extras a remuneração efetivamente recebida pela jornada de oito horas, acrescido do valor da gratificação de função. Embargos conhecidos e providos, no particular. (AgR-E-ED-RR - 255-16.2012.5.09.0016 , Relator Ministro: Alexandre Luiz Ramos, Data de Julgamento: 09/12/2021, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 17/12/2021)

Observa-se, deste modo, que a intenção da parte embargante é a rediscussão dos fundamentos adotados na decisão embargada, bem como a obtenção do reexame da matéria julgada, pretensão que não se coaduna com a finalidade dos embargos de declaração, os quais são cabíveis apenas nas hipóteses dos artigos 897-A da CLT e 1.022 do NCPC, o que não se verifica no caso vertente.

As partes devem se atentar para o disposto nos artigos 80, 81 e 1.026, § 2º, do CPC de 2015, c/c 769 da CLT, porque não cabem embargos declaratórios para reexame de fatos e provas (Súmulas 126 e 410/TST c/c as Súmulas 7/STJ e 279/STF), sob pena de manifestarem inconformismos incompatíveis com a técnica processual, em franca indiferença aos argumentos da autoridade judiciária.

Rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº ED-AIRR-1001298-46.2019.5.02.0201

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. José Roberto Freire Pimenta
Embargante	TLM - TOTAL LOGISTIC MANAGEMENT SERVIÇOS DE LOGÍSTICA LTDA.
Advogado	Dr. Sérgio da Costa Barbosa Filho(OAB: 136516-S/SP)
Embargado	MARIO AUGUSTO FERNANDES DE LIMA
Advogado	Dr. Alan Felix Oliveira Ramalho(OAB: 292681-D/SP)
Advogado	Dr. Philadelpho Ribeiro da Silva Júnior(OAB: 314699-A/SP)
Advogado	Dr. Márcio Leal de Moura(OAB: 372205-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIO AUGUSTO FERNANDES DE LIMA
- TLM - TOTAL LOGISTIC MANAGEMENT SERVIÇOS DE LOGÍSTICA LTDA.

Este relator negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela segunda reclamada, em razão de esta não haver cuidado em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos por ela indicados, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT.

A reclamada interpõe embargos de declaração em que aponta equívoco na decisão embargada, uma vez que, a seu ver, os requisitos impostos por meio da Lei nº 13.015/2014 foram observados nas razões do seu recurso de revista, notadamente o requisito da impugnação, de maneira analítica, da violação apontada, conforme indicam os trechos extraídos das petições do seu recurso de revista, bem como do seu agravo de instrumento.

Sem razão.

Inicialmente, insta esclarecer que a finalidade dos embargos de declaração é tão somente sanar contradições ou omissões na análise dos temas trazidos validamente à tutela jurisdicional ou nos casos em que há manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso, como preceitua o artigo 897-A da CLT.

Na hipótese, a parte tenta comprovar que o requisito da impugnação analítica foi satisfeito nas razões do seu recurso de revista.

Verifica-se, no entanto, que a parte, de fato, não cuidou em demonstrar, analiticamente, a ofensa aos dispositivos por ela indicados, como ordena o art. 896, § 1º-A, inciso III, da CLT, de forma que a exigência processual contida no referido dispositivo, na hipótese, assim como consignado na decisão agravada, não foi satisfeita.

Com efeito, tal procedimento somente ocorreria se a parte tivesse se ativado, especificamente, em evidenciar em que termos a decisão regional teria violado frontalmente os dispositivos tidos por violados, mediante confrontação do exato texto da lei com o fundamento adotado na conclusão da corte regional acerca da respectiva matéria, providência não exercida, na hipótese.

No caso, a ré discorre a respeito dos aspectos fáticos e jurídicos pelos quais entende que a decisão merece reforma e menciona a existência de violação de dispositivo da Constituição Federal na respectiva decisão, contudo, não faz a análise comparativa conjunta dos seus argumentos com a vulneração indicada, procedimento do qual não se extrai em que termos, exatamente, o dispositivo teria sido ofendido.

Registra-se que a exigência processual instituída por meio da edição da Lei nº 13.015/2014, atinente à impugnação recursal de maneira analítica, é imposta em relação ao recurso de revista, inclusive porque esse requisito foi inserido no artigo 896 da CLT, que trata dos requisitos atribuídos ao recurso de revista, e não em relação ao agravo de instrumento - previsto no artigo 897 do mencionado diploma.

Assim, é inóqua a eventual efetivação do procedimento somente nas razões do agravo de instrumento, até mesmo em razão da preclusão que incide sobre o ato.

Inaplicável ao caso, portanto, a desconsideração do vício detectado na decisão embargada.

Nesse contexto, não se constata omissão nenhuma a ser sanada na decisão impugnada.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000452-02.2015.5.09.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Maria Helena Mallmann
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	Dra. Mariana Alves Barbosa(OAB: 38522/PR)
Advogada	Dra. Íris Yamamoto Izutani(OAB: 45799-A/PR)
Agravado	ELTON DE ASSIS SOUSA
Advogado	Dr. Dyego Alves Cardoso(OAB: 39627/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELTON DE ASSIS SOUSA
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Insurge-se a parte recorrente em face da decisão do TRT que denegou seguimento ao seu recurso de revista.

Dispensada a remessa ao douto MPT (art. 95, §2°, do RITST).

Tramitação preferencial - execução.

Eis os termos da decisão agravada:

PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Recurso tempestivo (decisão publicadaem 14/05/2021 - fl./Id. Exp.; recurso apresentado em 04/06/2021 - fl./Id. c53cd47).

Representação processual regular (fl./Id.8bb2993).

Isento de preparo (artigos 790-A da Consolidação das Leis do Trabalhoe 1º, inciso IV, doDecreto-lei 779/1969).

PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

De acordo com oparágrafo 2º do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, o recurso de revista interposto na fase de execução somente tem cabimento na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

TRANSCENDÊNCIA

Nos termos do artigo 896-A, § 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe ao Tribunal Superior do Trabalho analisar se a causa oferece transcendência em relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Formação, Suspensão e Extinção do Processo / Pressupostos Processuais / Coisa Julgada.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso XXXVI do artigo 5º da Constituição Federal.

A parte recorrente, em observância ao requisito previsto no inciso I, do §1º-A, do art. 896, da CLT, indica os seguintes trechos da decisão recorrida, alegando consubstanciar o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista:

Destaco que, contrariamente ao alegado pela Executada, o Juízo da origem apontou de forma expressa os parâmetros adotados pelo Expert, que se coadunam com a coisa julgada, porquanto observados o limite do cargo e a respectiva referência salarial (RS) em cada período, senão vejamos (ID. 6f83237):

"(...) A exequente diverge da conta no ponto em que afirma ser indevida a limitação do cargo considerada na aplicação das progressões. Alega existirem condições mais vantajosas concedidas pelo empregador, com base no princípio da primazia da realidade. Pugna pela retificação da conta.

A executada por sua vez impugnou a conta afirmando que não teria sido observada a limitação do cargo, pugnando pela sua observância. A perita esclareceu que observou os limites do cargo por ocasião da elaboração das contas, segundo a faixa salarial de carteiro. O título executivo consignou a necessidade de se observar o regime estatuído pelo PCS/95, consignando expressamente a respeito da limitação do cargo. A sentença exequenda assim dispôs: "Ressalte-se, também, que conforme item 8.2.10.7, o empregado que atingir a última referência salarial do cargo, não fará mais jus a promoções por antiguidade e merecimento", fls. 13 do traslado. A determinação contida no comando decisório não deixa margem à dúvida de que deve ser observado, na apuração das diferenças salariais deferidas, o regramento que limita a concessão das promoções ao teto da faixa salarial do cargo ou carreira. As ascensões funcionais no âmbito do PCCS/95, objeto de cumprimento, ocorriam por transição de referências salariais (RS), conforme evolução remuneratória do exequente na fl. 3 do IDe4b1098. Pela ficha funcional de fl. 1458 vê-se que o exequente ocupou a função de Carteiro II e de Carteiro III durante o período de vigência do PCCS/95, cujas progressões ocorriam por movimentação nas referências salariais respectivas, limitadas, entretanto, às RS 20 e 26, respectivamente, fl. 1261.Assim, corretos os cálculos que observaram o limite do cargo na apuração das progressões devidas, de maneira que o acréscimo de RS não resulte indevida mobilidade vertical, haja vista que o título coletivo

somente reconheceu direito a diferenças salariais decorrentes da constatação de que a executada, em algumas situações, não efetuou a progressão horizontal devida. O cumprimento do título executivo deve se darem seus estritos termos, mediante interpretação restritiva, art. 879, §1º, da CLT, não se compadecendo com a promoção de vantagens imprevistas a pretexto de se concretizar o princípio da primazia da realidade. Assim, diferenças salarias devidas só podem ser exigidas com fundamento no descumprimento do PCCS/95, objeto do título judicial que se executa. Rejeitam-se ambas as impugnações."

Como visto, portanto, do confronto entre a evolução salarial do Obreiro (fl. 3 do ID e4b1098 e ficha funcional de fl. 1456), bem como da respectiva movimentação na carreira (Carteiro II e III - RS 20 e 26, respectivamente - fl. 1261), nada havendo a ser reparado neste particular.

Observa-se que o título executivo não dispôs de forma diversa do que ficou determinado no acórdão recorrido, o que afasta a alegação de ofensa à coisa julgada e de afronta direta e literal ao artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal.

Denego.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Liquidação / Cumprimento / Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário / Diferença Salarial.

Férias.

De acordo com o parágrafo 2º do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, o recurso de revista interposto na fase de execução somente tem cabimento na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

Na hipótese, a parte recorrente não observou o disposto acima, o que torna inviável o processamento do recurso de revista.

Denego.

Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Adicional / Outros Adicionais.

Alegação(ões):

- violação do(s) inciso XXXVI do artigo 5º da Constituição Federal.

A parte recorrente, em observância ao requisito previsto no inciso I, do §1º-A, do art. 896, da CLT, indica os seguintes trechos da decisão recorrida, alegando consubstanciar o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista:

Mais uma vez, quando do manejo de embargos à execução relativamente à conta homologada (fls. 674/675), a Executada limitou-se a discutir os reflexos das parcelas deferidas em férias acrescidas do terço constitucional, nada mencionando acerca das repercussões em comento, já contidas na conta antes de sua readequação.

Trata-se, novamente, de discussão superada pela incidência de preclusão lógica (OJ EX SE 38), nada mais havendo a ser reparado neste momento processual.

Não se constata possível ofensa aos dispositivos constitucionais apontados pela parte recorrente. Violação, se houvesse, seria meramente reflexa, o que é insuficiente para autorizar o seguimento do recurso de revista, de acordo com as reiteradas decisões da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho (AIRR - 1000615-14.2015.5.02.0471 , Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, Data de Julgamento: 25/10/2017, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 27/10/2017, AIRR - 55641-78.2004.5.09.0091, julgado em 24.2.2010, Relatora Ministra Maria de Assis Calsing, 4ª Turma, DEJT de 5.3.2010; RR - 17800-25.2006.5.02.0301, julgado em 14.10.2009, Relatora Ministra Rosa Maria Weber, 3ª Turma, DEJT de 13.11.2009).

Denego.

CONCLUSÃO

Denego seguimento.

Compulsando-se os autos, verifica-se que, em face do mencionado despacho de admissibilidade, a parte executada interpôs novo recurso de revista, renovando as alegações de insurgência contra o acórdão regional.

No caso, a parte executada, ao interpor novo recurso de revista em face do despacho de admissibilidade, incorreu em erro grosseiro, a ensejar o não cabimento do recurso de revista. Observe-se que, justamente por se tratar de erro grosseiro, a jurisprudência desta Corte não admite o conhecimento do recurso de revista nestes casos, por incabível, não havendo que se falar em aplicação do princípio da fungibilidade recursal.

Nesse sentido: AIRR-1000093-51.2014.5.02.0461, 7ª Turma, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT 27/04/2018; AIRR-1909-57.2014.5.02.0050, 1ª Turma, Relator Ministro Lelio Bentes Corrêa, DEJT 14/08/2017; AIRR-2029-17.2010.5.04.0202, 2ª Turma, Relatora Ministra Maria Helena Mallmann, DEJT 23/06/2017; RR-10784-20.2013.5.19.0004, 2ª Turma, Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 28/08/2015.

O recurso de revista, portanto, não merece conhecimento.

Por fim, registre-se, por oportuno, que a oposição de embargos de declaração ou a interposição de recurso está passível de penalidade, se constatado o caráter manifestamente protelatório da medida, consoante os arts. 1.026, § 2º, do CPC e 793-B, VII, e 793-C da CLT, respectivamente.

À vista do exposto, com fundamento nos arts. 896, §5º (atual §14), da CLT e 118, X, do RITST, não conheço do recurso de revista.

Publique-se.

Brasília, 18 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARIA HELENA MALLMANN
Ministra Relatora

Processo Nº ED-ARR-0002515-33.2014.5.09.0651

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Convocado Marcelo Lamego Pertence
Embargante	RUMO MALHA SUL S.A.
Advogado	Dr. Francisco de Assis Brito Vaz(OAB: 20257-A/DF)
Advogado	Dr. Fábio Korenblum(OAB: 68743/PR)
Embargado	MICHAEL CHRISTYAN FISCHER DA SILVA WOICZACK
Advogada	Dra. Juliana Martins Pereira(OAB: 26382/PR)
Advogada	Dra. Clair da Flora Martins(OAB: 5435-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- MICHAEL CHRISTYAN FISCHER DA SILVA WOICZACK
- RUMO MALHA SUL S.A.

I - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELA RECLAMADA

Trata-se de embargos de declaração opostos pela reclamada (fls. 1.486/1.489) contra a decisão de fls. 1.453/1.484.

Preenchidos os pressupostos extrínsecos de admissibilidade

(tempestividade - decisão publicada em 12/11/2021 e apelo protocolado em 22/11/2021 e regularidade de representação processual - fls. 1.366, 1.370 e 1.490), conheço dos embargos de declaração.
A reclamada opõe embargos de declaração, sob o argumento de que há omissão no julgado, porque não foi examinado o pedido sucessivo, assim formulado em contrarrazões:

"Em caso de eventual provimento, admitido somente por cautela, requer a reclamada seja realizado o abatimento do adicional de revezamento estabelecido nos ACTs no importe de 28% do salário-base, que destinava-se a cobrir as horas excedentes da Sexta, bem como as extras pagas de forma global, inclusive banco de horas" (fls. 1.311).

No caso, consta da parte dispositiva da decisão a autorização para a dedução dos valores pagos sob o mesmo título, nos termos da OJ 415 da SbDI-1 do TST (fls. 1.484), o que será apurado em fase de liquidação de sentença.
Cabe esclarecer que não é possível nesta instância extraordinária estabelecer tais parâmetros à luz dos argumentos trazidos pela reclamada em razão dos óbices contidos nas Súmulas 126 e 297 do TST, porque a questão trazida em grau recursal não foi examinada pelas instâncias ordinárias.
Assim, acolho os embargos de declaração apenas para prestar esclarecimentos, sem efeito modificativo.
Diante do exposto, dou provimento aos embargos de declaração, apenas para prestar esclarecimentos, sem conferir efeito modificativo ao julgado.
Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
MARCELO LAMEGO PERTENCE
Desembargador Convocado Relator

Pauta

Pauta de Julgamento

"Pauta de Julgamento da 3a. Sessão Ordinária da 2ª Turma, a realizar-se exclusivamente na modalidade virtual. A sessão terá início à 00:00 de 15/02/2022 e encerramento à 00:00 de 22/02/2022. Os processos em que houver pedido de sustentação oral ou pedido de preferência, apresentados até 24 horas antes do início da sessão virtual, serão retirados da pauta do Plenário Virtual, certificada a retirada nos autos, e reincluídos em nova pauta, com nova intimação, para julgamento em sessão TELEPRESENCIAL oportunamente; sendo necessário portanto, novo pedido de inscrição em preferência."

.

Processo Nº AIRR-0000012-64.2020.5.11.0007

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ERIVALDO DE SOUZA ALMEIDA JUNIOR
Advogado	DR. PORFIRIO ALMEIDA LEMOS NETO(OAB: 6117-A/AM)
AGRAVADO(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
Advogada	DRA. THAÍS REGINA DE SOUZA(OAB: 13959-A/PA)
Advogada	DRA. LUCIANA PEREIRA BENDELAK(OAB: 12833-A/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
- ERIVALDO DE SOUZA ALMEIDA JUNIOR

Processo Nº AIRR-0000043-61.2016.5.17.0006

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	VALE S.A.
Advogado	DR. RODRIGO DE CARVALHO ZAULI(OAB: 71933/MG)
Advogado	DR. NILTON CORREIA(OAB: 1291/DF)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO E MINAS GERAIS - SINDFER
Advogado	DR. SIDNEY FERREIRA SCHREIBER(OAB: 255-B/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO E MINAS GERAIS - SINDFER
- VALE S.A.

Processo Nº AIRR-0000048-36.2016.5.09.0029

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MARIA ORLANDO SEVERINO DE FREITAS
Advogado	DR. MÁRCIO JONES SUTTILE(OAB: 25665/PR)
Advogada	DRA. ELISA LIMA ALONSO(OAB: 18483-A/DF)
AGRAVADO(S)	GL ELETRO-ELETRONICOS LTDA.
Advogado	DR. FÁBIO KORENBLUM(OAB: 68743/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- GL ELETRO-ELETRONICOS LTDA.
- MARIA ORLANDO SEVERINO DE FREITAS

Processo Nº Ag-AIRR-0000053-89.2017.5.05.0011

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	FRUTOSDIAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. E OUTRO
Advogado	DR. RODRIGO SOARES BRANDÃO(OAB: 23203/BA)
AGRAVADO(S)	JOSEANE JOSE DA SILVA
Advogado	DR. ATTHILA HEYDRICK SCKELEMBERG DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 49293-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRUTOSDIAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. E OUTRO
- JOSEANE JOSE DA SILVA

Processo Nº AIRR-0000062-07.2014.5.03.0013

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	JOSÉ LIMA VIANA

Advogada	DRA. SANDRA MARA DE MACEDO COSTA(OAB: 90511/MG)
Advogado	DR. SAULO MOREIRA GROSSI(OAB: 106437-A/MG)
AGRAVADO(S)	VIAÇÃO ANCHIETA LTDA.
Advogado	DR. MARCOS PAULO RESENDE NEVES(OAB: 75128-A/MG)
Advogado	DR. RONALDO MARIANI BITTENCOURT(OAB: 53508-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSÉ LIMA VIANA
- VIAÇÃO ANCHIETA LTDA.

Processo Nº AIRR-0000109-89.2011.5.02.0311

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	PEDREIRA DUTRA LTDA
Advogado	DR. ANTÔNIO BRAGANÇA RETTO(OAB: 17661-A/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	VPE LTDA
Advogado	DR. ADILSON DE CASTRO JUNIOR(OAB: 18435-S/PR)
AGRAVADO(S)	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Procurador	DR. VERA LÚCIA CARLOS
Procurador	DR. EDUARDO LUÍS AMGARTEN

Intimado(s)/Citado(s):

- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
- PEDREIRA DUTRA LTDA
- VPE LTDA

Processo Nº Ag-AIRR-0000111-33.2017.5.11.0009

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ALDENEY SILVA DE SOUZA
Advogada	DRA. STELISY SILVA DA ROCHA(OAB: 7989-A/AM)
AGRAVADO(S)	TECHNOS DA AMAZÔNIA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS(OAB: 3311-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALDENEY SILVA DE SOUZA
- TECHNOS DA AMAZÔNIA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0000113-73.2019.5.09.0660

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA PARANAENSE DE CONSTRUÇÃO S/A
Advogado	DR. DIOGO FADEL BRAZ(OAB: 20696-A/PR)
AGRAVADO(S)	JULIANO DOS SANTOS OLIVEIRA
Advogado	DR. MARCO AURÉLIO LEITE DOS SANTOS(OAB: 37594-A/PR)
Advogado	DR. FILIPE TEODORO PERES(OAB: 45729-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA PARANAENSE DE CONSTRUÇÃO S/A
- JULIANO DOS SANTOS OLIVEIRA

Processo Nº Ag-AIRR-0000123-70.2013.5.03.0054

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	CSN MINERAÇÃO S.A.
Advogada	DRA. ALESSANDRA KERLEY GIBOSKI XAVIER(OAB: 101293/MG)
Advogado	DR. AFONSO CÉSAR BOABAID BURLAMAQUI(OAB: 127186/MG)
Advogada	DRA. ALESSANDRA KERLEY GIBOSKI XAVIER(OAB: 101293-A/MG)
AGRAVADO(S)	TARCISO EDSON DOS ANJOS
Advogada	DRA. DANIELA CRUZ RODRIGUES(OAB: 85713-A/MG)
AGRAVADO(S)	TECNOSOLO ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Intimado(s)/Citado(s):

- CSN MINERAÇÃO S.A.
- TARCISO EDSON DOS ANJOS
- TECNOSOLO ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-AIRR-0000142-87.2020.5.10.0102

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	DRA. ANA CAROLINA SOARES DE MESQUITA(OAB: 25493-A/DF)
AGRAVADO(S)	SANDRO LOPES DO NASCIMENTO
Advogado	DR. GUSTAVO LARA DE MELO(OAB: 158760-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- SANDRO LOPES DO NASCIMENTO

Processo Nº AIRR-0000158-82.2016.5.06.0008

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA
Advogado	DR. HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JÚNIOR(OAB: 20366/PE)
AGRAVADO(S)	NELSON FRANCISCO SOARES
Advogada	DRA. ANNA GABRIELA PINTO FORNELLOS(OAB: 14358/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA
- NELSON FRANCISCO SOARES

Processo Nº AIRR-0000168-67.2017.5.21.0043

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	PRAIAMAR EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS LTDA.
Advogado	DR. DIOGO ARAÚJO DE CARVALHO(OAB: 9623/RN)
Advogado	DR. ANA PAULA MELO DO NASCIMENTO(OAB: 10736/RN)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Advogado	DR. ROBERTO FERNANDO DE AMORIM JÚNIOR(OAB: 7235-A/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- PRAIAMAR EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS LTDA.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Processo Nº Ag-AIRR-0000182-27.2019.5.20.0005

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SERGIPE - HOSPITASE
Procuradora	DRA. MARTA SUELI ANDRADE DE OLIVEIRA
AGRAVADO(S)	ANA CRISTINA MOREIRA SILVA RESENDE E OUTRA
Advogada	DRA. MARIA JOSE DOS SANTOS(OAB: 8230-A/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA CRISTINA MOREIRA SILVA RESENDE E OUTRA
- FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SERGIPE - HOSPITASE

Processo Nº Ag-AIRR-0000200-42.2013.5.01.0343

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	JOAQUIM JAIR NEVES
Advogado	DR. HÉRCULES ANTON DE ALMEIDA(OAB: 59505/RJ)
AGRAVADO(S)	WILSON, SONS LOGÍSTICA LTDA.
Advogado	DR. VANDA LUCIA BATISTA GARCEZ(OAB: 38574-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAQUIM JAIR NEVES
- WILSON, SONS LOGÍSTICA LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0000255-09.2013.5.15.0050

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S.A.
Advogado	DR. ESTÊVÃO MALLET(OAB: 109014 -A/SP)
AGRAVADO(S)	VINICIUS ALVES DOS ANJOS SANTOS E OUTROS
Advogado	DR. LUIZ CARLOS TECIANELLI EZARQUI(OAB: 116503-A/SP)
AGRAVADO(S)	FARMOCHEM - PRODUTOS FARMOQUIMICOS E BIOLOGICOS LTDA.
Advogado	DR. JOÃO CARLOS SANCHES(OAB: 145493/SP)
AGRAVADO(S)	WELITON RODRIGUES GOMES E OUTROS
Advogado	DR. RICARDO DENADAI CANGUSSU DE LIMA(OAB: 253446-A/SP)
AGRAVADO(S)	JOSE HENRIQUE MATTES DIAS
Advogado	DR. MÁRIO ALVES DA SILVA(OAB: 53463-A/SP)
AGRAVADO(S)	CONCEIÇÃO LEANDRO BARROS
AGRAVADO(S)	JOÃO PIRES DE REZENDE JÚNIOR

Intimado(s)/Citado(s):

- CONCEIÇÃO LEANDRO BARROS
- FARMOCHEM - PRODUTOS FARMOQUIMICOS E BIOLOGICOS LTDA.
- JOSE HENRIQUE MATTES DIAS
- JOÃO PIRES DE REZENDE JÚNIOR
- OLIVEIRA TRUST PARTICIPAÇÕES S.A.
- VINICIUS ALVES DOS ANJOS SANTOS E OUTROS
- WELITON RODRIGUES GOMES E OUTROS

Processo Nº Ag-AIRR-0000302-12.2019.5.06.0312

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MUNICIPIO DE SAO JOAQUIM DO MONTE
Advogado	DR. EDUARDO LYRA PORTO DE BARROS(OAB: 23468-A/PE)
AGRAVADO(S)	JUCIANA DE FATIMA DOS SANTOS
Advogado	DR. JOSE AGOSTINHO DE ARAUJO NETO(OAB: 36284/PE)
AGRAVADO(S)	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE VERTENTES (APAMI)
Advogado	DR. GILVAN FLORÊNCIO DA SILVA(OAB: 15578-D/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE VERTENTES (APAMI)
- JUCIANA DE FATIMA DOS SANTOS
- MUNICIPIO DE SAO JOAQUIM DO MONTE

Processo Nº Ag-AIRR-0000309-88.2017.5.09.0021

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	RICARDO LUIZ LOPES
Advogado	DR. GRACIELA JUSTO EVALDT(OAB: 65359-A/RS)
AGRAVADO(S)	BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA.
Advogada	DRA. MARIA HAYDÉE LUCIANO PENA(OAB: 136059-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA.
- RICARDO LUIZ LOPES

Processo Nº Ag-AIRR-0000329-51.2016.5.17.0002

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Procurador	DR. LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA
AGRAVADO(S)	ROSANGELA RODRIGUES DA CONCEICAO
Advogada	DRA. JOSÂNIA PRETTO COUTO(OAB: 8279-A/ES)
AGRAVADO(S)	INSTITUTO AMERICANO DE PESQUISA, MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA - IAPEMESP
Advogado	DR. ANDERSON NEVES DOS SANTOS(OAB: 246500-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
- INSTITUTO AMERICANO DE PESQUISA, MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA - IAPEMESP
- ROSANGELA RODRIGUES DA CONCEICAO

Processo Nº Ag-AIRR-0000330-86.2013.5.02.0025

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ANTONIO SIMOES TEIXEIRA FILHO
Advogada	DRA. MARIA ALICE SILVA DE DEUS(OAB: 192159-A/SP)

Advogado	DR. JANDUÍ PAULINO DE MELO(OAB: 238467/SP)
AGRAVADO(S)	SABESP - COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Advogado	DR. MARIO RENATO M B DE MIRANDA JUNIOR(OAB: 120812-A/SP)
Advogado	DR. ANDRÉ SHAFFERMAN(OAB: 330652-A/SP)
Advogado	DR. RAPHAEL JUAN GIORGI GARRIDO(OAB: 268458-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO SIMOES TEIXEIRA FILHO
- SABESP - COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Nº Ag-AIRR-0000333-44.2018.5.13.0030

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	M DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS
Advogada	DRA. JULIANA DE ABREU TEIXEIRA(OAB: 13463-A/CE)
AGRAVADO(S)	JOSE MARIA DOS SANTOS
Advogado	DR. FRANCISCO C. TOLSTOI S. DE ALFEU(OAB: 4126-A/CE)
Advogado	DR. AIRTON LIBÓRIO VIANA ALENCAR(OAB: 25482-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE MARIA DOS SANTOS
- M DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

Processo Nº AIRR-0000355-07.2017.5.21.0001

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES EIRELI
Advogada	DRA. ANA FLÁVIA RABELO SILVA(OAB: 5811/RN)
Advogado	DR. KLEVELANDO AUGUSTO SILVA DOS SANTOS(OAB: 4867-A/RN)
Advogado	DR. VINICIUS FERNANDES COSTA MAIA(OAB: 9800-A/RN)
AGRAVADO(S)	SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES VIGILANTES EM EMPRESAS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA, MONITORADORES ELETRÔNICOS, AGENTE TÁTICO MÓVEL (ATM), VIGILÂNCIA ORGÂNICA, CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES, VIGIAS E CINÓFILOS DO RIO GRANDE DO NORTE - SINDSEGUR
Advogado	DR. ALÉCIO CÉSAR SANCHES(OAB: 5685/RN)
AGRAVADO(S)	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Procurador	DR. ANTENOR ROBERTO SOARES DE MEDEIROS

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
- INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES EIRELI
- SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES VIGILANTES EM EMPRESAS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA, MONITORADORES ELETRÔNICOS, AGENTE TÁTICO MÓVEL (ATM), VIGILÂNCIA ORGÂNICA, CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES, VIGIAS E CINÓFILOS DO RIO GRANDE DO NORTE - SINDSEGUR

Processo Nº Ag-AIRR-0000362-94.2015.5.03.0057

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	TELEMONT - ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Advogado	DR. SÉRGIO CARNEIRO ROSI(OAB: 71639-A/MG)
AGRAVADO(S)	JESUS ALVES VIEIRA
Advogado	DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)
AGRAVADO(S)	TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)
Advogado	DR. WELINGTON MONTE CARLO CARVALHAES FILHO(OAB: 59383/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- JESUS ALVES VIEIRA
- TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- TELEMONT - ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0000375-37.2016.5.06.0005

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
Advogado	DR. CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR(OAB: 247319/SP)
AGRAVADO(S)	LIDIANE DA SILVA VIANA MOURA
Advogado	DR. GERVÁSIO XAVIER DE LIMA LACERDA(OAB: 21074-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
- LIDIANE DA SILVA VIANA MOURA

Processo Nº Ag-AIRR-0000375-70.2017.5.05.0024

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	JOCINEIA DOS SANTOS CONCEICAO
Advogado	DR. PAULO SERGIO MENESES DE JESUS(OAB: 30811-A/BA)
AGRAVADO(S)	IROS - INSTITUTO DE RADIODIAGNOSTICO ODONTOLOGICO DE SALVADOR LTDA - EPP
Advogado	DR. VICTOR LUÍS ANDRADE DE TOBIO(OAB: 34495-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- IROS - INSTITUTO DE RADIODIAGNOSTICO ODONTOLOGICO DE SALVADOR LTDA - EPP
- JOCINEIA DOS SANTOS CONCEICAO

Processo Nº Ag-AIRR-0000390-90.2017.5.06.0192

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	VARD PROMAR S.A.
Advogado	DR. ALEXANDRE JOSÉ DA TRINDADE MEIRA HENRIQUES(OAB: 17472-A/PE)
Advogado	DR. LUANA MARIA SOARES DE OLIVEIRA(OAB: 25501-A/PE)

AGRAVADO(S)	ROGERIO VIEIRA DO NASCIMENTO
Advogado	DR. LUIZ FELIPE VELLOSO(OAB: 28144-D/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ROGERIO VIEIRA DO NASCIMENTO
- VARD PROMAR S.A.

Processo Nº AIRR-0000401-34.2015.5.22.0002

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MASSA FALIDA DE BRASIL PHARMA S.A.
Advogado	DR. ANDRÉ ARAUJO DE OLIVEIRA(OAB: 229382-A/SP)
AGRAVADO(S)	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
Procurador	DR. JOÃO BATISTA MACHADO JÚNIOR

Intimado(s)/Citado(s):

- MASSA FALIDA DE BRASIL PHARMA S.A.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

Processo Nº AIRR-0000404-28.2016.5.11.0012

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	UNIÃO (PGU)
Procurador	DR. JEAN PESSANHA JARDIM
AGRAVADO(S)	WEG AMAZÔNIA S.A.
Advogado	DR. RENATO GOUVÊA DOS REIS(OAB: 11211-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- UNIÃO (PGU)
- WEG AMAZÔNIA S.A.

Processo Nº AIRR-0000443-98.2013.5.09.0654

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	JOÃO ANTÔNIO FILLA
Advogado	DR. EDSON ANTÔNIO FLEITH(OAB: 16001/PR)
Advogado	DR. ANA CAROLINA FLEITH(OAB: 49167-A/PR)
AGRAVADO(S)	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA E OUTRA
Advogada	DRA. VALÉRIA JARUGA BRUNETTI(OAB: 13795-A/PR)
Advogado	DR. JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS JÚNIOR(OAB: 22719/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA E OUTRA
- JOÃO ANTÔNIO FILLA

Processo Nº Ag-AIRR-0000446-97.2016.5.05.0221

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	JOSIEL MIRANDA NOVAES SANTOS
Advogado	DR. ANEILTON JOÃO RÊGO NASCIMENTO(OAB: 14571-A/BA)
Advogada	DRA. FERNANDA OLIVEIRA DE ALMEIDA(OAB: 26013/BA)
Advogado	DR. LUDMILLA SANTANA REIS(OAB: 24681/BA)
AGRAVADO(S)	GUINDASTES BRASIL OLEO E GAS LTDA
Advogado	DR. ANTÔNIO CARLOS RÊGO DE BURGOS(OAB: 11050-B/BA)
Advogada	DRA. NATÁLIA SILVA BOAVENTURA(OAB: 32945/BA)
Advogado	DR. ALLAN ORRICO DI DOMIZIO(OAB: 18793-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- GUINDASTES BRASIL OLEO E GAS LTDA
- JOSIEL MIRANDA NOVAES SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-0000456-38.2010.5.01.0521

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
Advogada	DRA. ANA GABRIELA BURLAMAQUI DE CARVALHO VIANNA(OAB: 81690/RJ)
AGRAVADO(S)	JAIRO REIS DE OLIVEIRA
Advogado	DR. JANINE GONÇALVES DE ARAÚJO EYNG(OAB: 121444-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
- JAIRO REIS DE OLIVEIRA

Processo Nº Ag-AIRR-0000457-82.2016.5.13.0002

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	DR. PAULO AUGUSTO GRECO(OAB: 119729-A/SP)
AGRAVADO(S)	MARIA CLARA ELEUTERIO BARBOSA
Advogado	DR. ELIZEU DANTAS SIMÕES FERREIRA(OAB: 9331-A/PB)
AGRAVADO(S)	SOMAR - SOLUÇÕES FINANCEIRAS LTDA.
Advogado	DR. JOSÉ ROBERTO COUTINHO DE QUEIROZ(OAB: 8918/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MARIA CLARA ELEUTERIO BARBOSA
- SOMAR - SOLUÇÕES FINANCEIRAS LTDA.

Processo Nº AIRR-0000475-31.2015.5.12.0014

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	CLEIDY MARY DOS SANTOS
Advogado	DR. APARECIDO RODRIGUES(OAB: 26189-A/SC)
AGRAVADO(S)	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	DR. MARCELO VIEIRA PAPALEO(OAB: 31043-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- CLEIDY MARY DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-0000477-60.2012.5.09.0411

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	RAIMUNDO SANTANA NASCIMENTO BARBOZA

Advogado	DR. JOSÉ TÔRRES DAS NEVES(OAB: 943-A/DF)
AGRAVANTE(S)	ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA
Advogado	DR. CARLOS EDUARDO FERLA CORRÊA(OAB: 37505/PR)
AGRAVADO(S)	OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA
- OS MESMOS
- RAIMUNDO SANTANA NASCIMENTO BARBOZA

Processo Nº Ag-AIRR-0000487-07.2020.5.09.0094

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA EIRELI
Advogado	DR. LUCIANO CEZAR VERNALHA GUIMARÃES(OAB: 40919-A/PR)
AGRAVADO(S)	VANTUIR CAVAZOTTO
Advogado	DR. JOSÉ LUIS BENEDETTI(OAB: 54088-A/PR)
Advogado	DR. LUIZ HENRIQUE BELTRAME(OAB: 85136-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA EIRELI
- VANTUIR CAVAZOTTO

Processo Nº AIRR-0000490-20.2013.5.04.0005

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S)	EVELINE MEIRELLES DE MORAIS
Advogado	DR. EYDER LINI(OAB: 15600-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- EVELINE MEIRELLES DE MORAIS

Processo Nº AIRR-0000491-82.2014.5.21.0009

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	EUGÊNIA CLÁUDIA MEDEIROS MACEDO
Advogado	DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 1284-A/PE)
Advogada	DRA. ADRIANA FRANÇA DA SILVA(OAB: 1365-A/PE)
Advogado	DR. GILBERTO RODRIGUES DE FREITAS(OAB: 1287-A/PE)
AGRAVADO(S)	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	DR. BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI(OAB: 21678/PE)
Advogado	DR. PAULO AUGUSTO GRECO(OAB: 119729/SP)
AGRAVADO(S)	PROMO 7 RECURSOS E PATRIMÔNIO HUMANO LTDA.
Advogado	DR. JESUS ARRIEL CONES JÚNIOR(OAB: 85018-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- EUGÊNIA CLÁUDIA MEDEIROS MACEDO
- PROMO 7 RECURSOS E PATRIMÔNIO HUMANO LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0000497-24.2019.5.07.0003

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogado	DR. SYLVIO GARCEZ JÚNIOR(OAB: 7510-A/BA)
AGRAVADO(S)	FELIPE FERNANDES DE OLIVEIRA
Advogado	DR. GERALDO RODRIGUES DE SOUSA(OAB: 3646-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- FELIPE FERNANDES DE OLIVEIRA
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

Processo Nº Ag-RR-0000540-65.2019.5.20.0013

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SERGIPE
Procurador	DR. TIAGO BOCKIE
AGRAVADO(S)	MARLENE VIEIRA SANTOS
Advogada	DRA. MARIA LÚCIA DANTAS MORGADO(OAB: 9363-A/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SERGIPE
- MARLENE VIEIRA SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-0000580-72.2017.5.05.0033

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	TELEMAR NORTE LESTE S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. CARLOS FREDERICO VALVERDE OLIVEIRA(OAB: 15358/BA)
Advogado	DR. EDSON DOS REIS SILVA JUNIOR(OAB: 22130-A/BA)
AGRAVADO(S)	DANIELE IONARA SILVA RAMOS
Advogado	DR. HUMBERTO DE ALMEIDA TORREÃO NETO(OAB: 31286-A/BA)
AGRAVADO(S)	CONTAX S.A.
Advogado	DR. DANIEL BATTIPAGLIA SGAI(OAB: 214918-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONTAX S.A.
- DANIELE IONARA SILVA RAMOS
- TELEMAR NORTE LESTE S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº AIRR-0000598-21.2011.5.05.0028

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ELTON DE LIMA FONTOURA
Advogada	DRA. KÁTIA REGINA LUNA CARIBÉ(OAB: 8075/BA)
AGRAVANTE(S)	WORK OUT BRASIL GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS LTDA.
Advogado	DR. THIAGO CARVALHO CUNHA(OAB: 24401/BA)
AGRAVADO(S)	OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- ELTON DE LIMA FONTOURA
- OS MESMOS
- WORK OUT BRASIL GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0000620-46.2014.5.05.0005

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	LADILBANE DE JESUS SILVA
Advogada	DRA. PALOMA COSTA PERUNA(OAB: 18681/BA)
Advogado	DR. MARCO ANTÔNIO BORGES DE BARROS(OAB: 20530-A/BA)
AGRAVADO(S)	CRJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
Advogado	DR. IGOR ANDRADE COSTA(OAB: 20920/BA)
Advogado	DR. AFRÍSIO VIEIRA LIMA NETO(OAB: 55309/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRJ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
- LADILBANE DE JESUS SILVA

Processo Nº AIRR-0000663-14.2014.5.07.0009

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	RICARDO ALCINO SAMPAIO LIMA
Advogado	DR. FRANCISCO C. TOLSTOI S. DE ALFEU(OAB: 4126-A/CE)
Advogado	DR. LIVIO ROCHA FERRAZ(OAB: 9782-A/CE)
AGRAVADO(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. EDUARDO MENELEU GONÇALVES MORENO(OAB: 23833-A/CE)
Advogado	DR. ANDRE LUIS ANDRADE DE OLIVEIRA(OAB: 29223-A/CE)
Advogado	DR. FRANCISCO SAMPAIO DE MENEZES JUNIOR(OAB: 9075-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- RICARDO ALCINO SAMPAIO LIMA

Processo Nº AIRR-0000683-24.2017.5.23.0051

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ANTÔNIO MARCOS DA SILVA
Advogado	DR. ANTÔNIO JOÃO DOS SANTOS(OAB: 10408-A/MT)
Advogada	DRA. FLAVIA GUTIERREZ BASTOS(OAB: 20975/MT)
AGRAVADO(S)	USINA BARRÁLCOOL S.A.
Advogada	DRA. LEDI FIGUEIREDO BRIDI(OAB: 9413/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO MARCOS DA SILVA
- USINA BARRÁLCOOL S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0000688-60.2014.5.06.0007

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	LIQ CORP S.A.
Advogado	DR. BRUNO DE OLIVEIRA VELOSO MAFRA(OAB: 18850-D/PE)
Advogada	DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855-A/PE)
AGRAVADO(S)	ATHOS SAMUEL DE LUCENA SILVA
Advogado	DR. ERWIN HERBERT FRIEDHEIM NETO(OAB: 14975-A/PE)
AGRAVADO(S)	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado	DR. ÁLVARO VAN DER LEY LIMA NETO(OAB: 15657/PE)
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATHOS SAMUEL DE LUCENA SILVA
- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- LIQ CORP S.A.

Processo Nº AIRR-0000699-11.2019.5.09.0014

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
AGRAVANTE(S)	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	DR. THIAGO TORRES GUEDES(OAB: 36754-A/RS)
Advogado	DR. THIAGO DE AZEVEDO E SOUZA MARIATH(OAB: 60488-A/RS)
AGRAVADO(S)	ARTHUR RODRIGUES DA SILVA
Advogado	DR. LEANDRO AUGUSTO BUCH(OAB: 60471-A/PR)
Advogado	DR. PAULO TEXEIRA MARTINS(OAB: 52711-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARTHUR RODRIGUES DA SILVA
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0000707-67.2018.5.17.0121

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN
Advogado	DR. SANDRO VIEIRA DE MORAES(OAB: 6725-A/ES)
AGRAVADO(S)	VANDERLEIA HILGERT
Advogado	DR. YGOR BUGE TIRONI(OAB: 19184 -A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN
- VANDERLEIA HILGERT

Processo Nº Ag-AIRR-0000735-56.2015.5.11.0008

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	AMAZONAS ENERGIA S.A.
Advogada	DRA. AUDREY MARTINS MAGALHÃES FORTES(OAB: 1231-A/AM)
AGRAVADO(S)	VALTEMIR LEANDRO GOMES
Advogada	DRA. MÁRCIA CRISTINA NERY DA FONSECA ROCHA MEDINA(OAB: 2247-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS ENERGIA S.A.
- VALTEMIR LEANDRO GOMES

Processo Nº Ag-AIRR-0000738-82.2017.5.10.0003

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. TALES DAVID MACEDO(OAB: 20227/DF)
Advogada	DRA. CAROLINA CAMPOS PINTO(OAB: 53813-A/DF)
AGRAVADO(S)	MARCELLO AIRES BARBIANI
Advogada	DRA. MARIA DENIZE CAMPELLO(OAB: 28711-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCELLO AIRES BARBIANI
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0000745-54.2016.5.10.0021

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	ROBSON MESSIAS BARBOSA DE CARVALHO
Advogado	DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 16521 -A/RS)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada	DRA. VANESSA BORGES LIMA(OAB: 30084/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- ROBSON MESSIAS BARBOSA DE CARVALHO

Processo Nº Ag-AIRR-0000758-57.2017.5.07.0003

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH
Advogado	DR. GERMANO ANDRADE MARQUES(OAB: 19944-A/CE)
Advogado	DR. LORENA DUARTE VIEIRA(OAB: 24608-A/CE)
AGRAVADO(S)	FERNANDA PAULA CAVALCANTE ARAUJO
Advogado	DR. EDUARDO PRAGMÁCIO DE LAVOR TELLES FILHO(OAB: 15321-A/CE)
Advogado	DR. JOÃO RAFAEL FURTADO(OAB: 17739/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH
- FERNANDA PAULA CAVALCANTE ARAUJO

Processo Nº AIRR-0000806-58.2014.5.09.0684

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL
Advogado	DR. LUCIA PEREIRA DE LARA(OAB: 50746-A/PR)
AGRAVADO(S)	ANTÔNIA LAZARINI DA SILVA E OUTROS
Advogado	DR. WASHINGTON SCHWARTZ MACHADO DE OLIVEIRA(OAB: 53453 -A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIA LAZARINI DA SILVA E OUTROS
- MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL

Processo Nº AIRR-0000833-26.2019.5.10.0009

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado	DR. PRISCILA MARIA ALVES DA ROCHA(OAB: 43980-A/DF)
AGRAVADO(S)	MARCOS CARDIM ALVES
Advogado	DR. LEONARDO HENRIQUE MACHADO DO NASCIMENTO(OAB: 42419-A/DF)
Advogada	DRA. RAQUEL FREIRE ALVES(OAB: 18963-A/DF)
Advogado	DR. FLAVIA ROBERTA GUIMARAES PIRES(OAB: 21746-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- MARCOS CARDIM ALVES

Processo Nº AIRR-0000845-41.2018.5.11.0011

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO AMAZONAS
Procuradora	DRA. ALTIZA PEREIRA DE SOUZA
AGRAVADO(S)	FRANCISCA VANUSA COSTA DIAS
Advogado	DR. WALDIR LINCOLN PEREIRA TAVARES(OAB: 3998-A/AM)
Advogado	DR. MAURO SOCORRO MENDONÇA PINTO(OAB: 10342-A/AM)
AGRAVADO(S)	MAIS EMPRESARIAL EIRELI - EPP
Advogado	DR. FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA(OAB: 12287/AM)
Advogada	DRA. KETLLEN BRAGA CASTRO(OAB: 12518-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAZONAS
- FRANCISCA VANUSA COSTA DIAS
- MAIS EMPRESARIAL EIRELI - EPP

Processo Nº Ag-AIRR-0000858-29.2015.5.03.0056

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogado	DR. BERNARDO ANANIAS JUNQUEIRA FERRAZ(OAB: 87253-A/MG)
AGRAVADO(S)	ELETRO SANTA CLARA LTDA.
Advogada	DRA. PRISCILA COSTA PIRES XAVIER(OAB: 30095/MG)
AGRAVADO(S)	JORGE HELENO DE ALMEIDA
Advogado	DR. GILSON PEREIRA DE FREITAS(OAB: 138728-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

- ELETRO SANTA CLARA LTDA.
- JORGE HELENO DE ALMEIDA

Processo Nº Ag-AIRR-0000912-53.2016.5.12.0009

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IFC
Procurador	DR. GUILHERME MARQUES FOGAÇA
AGRAVADO(S)	CLAUDIANA GIACOMELLI
Advogada	DRA. KELINE RENATA MARTINS DE QUADROS(OAB: 38491/SC)
AGRAVADO(S)	INVIOSAT SEGURANÇA LTDA.
Advogado	DR. ADEMIR DE OLIVEIRA JÚNIOR(OAB: 37403/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIANA GIACOMELLI
- INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IFC
- INVIOSAT SEGURANÇA LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0000927-73.2017.5.05.0561

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. BRUNO FAGUNDES
AGRAVADO(S)	FARAILDES MARIA DOS SANTOS
Advogado	DR. GEORGIA DA SILVA DIAS(OAB: 18777-A/BA)
Advogado	DR. CANROBERT FERREIRA ROSA JÚNIOR(OAB: 21935-A/BA)
AGRAVADO(S)	META TERCEIRIZAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. ALEXANDRE CARDOSO FEITOSA(OAB: 27870-A/BA)
Advogada	DRA. FERNANDA CARDOSO DO NASCIMENTO(OAB: 23622-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- FARAILDES MARIA DOS SANTOS
- META TERCEIRIZAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0000954-05.2014.5.05.0612

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogada	DRA. MILENA DE OLIVEIRA COELHO(OAB: 23630/BA)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DE CRÉDITO DE VITÓRIA DA CONQUISTA E REGIÃO
Advogado	DR. IVAN ISAAC FERREIRA FILHO(OAB: 14534-A/BA)
Advogado	DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DE CRÉDITO DE VITÓRIA DA CONQUISTA E REGIÃO

Processo Nº Ag-AIRR-0000980-79.2018.5.17.0013

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	JOAO FERNANDO DE MEDEIROS MARQUES
Advogado	DR. DIOGO MORAES DE MELLO(OAB: 11118/ES)
Advogado	DR. GEORGE RODRIGUES VIANA(OAB: 19492/ES)
AGRAVADO(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada	DRA. ANANGÉLICA FADLALAH BERNARDO(OAB: 14257/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO FERNANDO DE MEDEIROS MARQUES
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0000981-63.2019.5.12.0047

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
Procurador	DR. FABRÍCIO ALMEIDA MÜLLER
AGRAVADO(S)	ELAINE CRISTINA DA SILVA BENTO
Advogado	DR. GRECO DAGOBERTO FIORIN(OAB: 35740-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELAINE CRISTINA DA SILVA BENTO
- MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

Processo Nº Ag-AIRR-0000986-61.2016.5.17.0141

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Procuradora	DRA. MARIA MADALENA SELVATICI BALTAZAR
AGRAVADO(S)	JAQUELINE TRINDADE DA SILVA
Advogado	DR. EZEQUIEL NUNO RIBEIRO(OAB: 7686-A/ES)
Advogado	DR. NÍCOLAS MARCONDES NUNO RIBEIRO(OAB: 25800-A/ES)
AGRAVADO(S)	SABOR ORIGINAL ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. LEONARDO DE FREITAS SILVA(OAB: 11539-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
- JAQUELINE TRINDADE DA SILVA
- SABOR ORIGINAL ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0001016-40.2012.5.15.0029

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	CARLOS APARECIDO DOS SANTOS
Advogado	DR. FÁBIO EDUARDO DE LAURENTIZ
AGRAVADO(S)	SÃO MARTINHO S.A. E OUTRO
Advogado	DR. WILSON CARLOS GUIMARÃES

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS APARECIDO DOS SANTOS
- SÃO MARTINHO S.A. E OUTRO

Processo Nº AIRR-0001052-31.2015.5.05.0005

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA
Advogado	DR. PEDRO MARCOS CARDOSO FERREIRA(OAB: 7606-A/BA)
Advogada	DRA. CARLA PITANGUEIRA BONFIM(OAB: 29648/BA)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DA MADEIRA DO ESTADO DA BAHIA - SINTRACOM
Advogado	DR. GENÉSIO RAMOS(OAB: 9853/BA)
Advogado	DR. MARIANA NUNES NOVOA(OAB: 17467-A/BA)
Advogado	DR. JEFERSON JORGE DE OLIVEIRA BRAGA(OAB: 7502-A/BA)
Advogado	DR. PAULO MAGALHAES NOVOA(OAB: 15292-A/BA)
AGRAVADO(S)	LEÃO ENGENHARIA LTDA.
Advogado	DR. GUSTAVO SAMPAIO NEVES(OAB: 27029/BA)
Advogada	DRA. LARA KELLY EDINGTON OLIVEIRA FERRIANCI(OAB: 25916/BA)
AGRAVADO(S)	ANDRÉ ROCHA DA CRUZ E OUTROS
Advogada	DRA. TATIANA BARRETO BISPO(OAB: 22141/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRÉ ROCHA DA CRUZ E OUTROS
- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA
- LEÃO ENGENHARIA LTDA.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DA MADEIRA DO ESTADO DA BAHIA - SINTRACOM

Processo Nº Ag-AIRR-0001067-52.2015.5.09.0663

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ESPÓLIO DE LEANDRO DA SILVA RODRIGUES
Advogado	DR. CARLOS ROBERTO SCALASSARA(OAB: 12062-A/PR)
Advogado	DR. ROBERTO CEZAR VAZ DA SILVA(OAB: 37186-A/PR)
Advogado	DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441-A/DF)
AGRAVADO(S)	MAYEDA E CARVALHO TRANSPORTES LTDA. - ME E OUTROS
Advogado	DR. CLEBER BUENO GUANDALINI(OAB: 49377-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESPÓLIO DE LEANDRO DA SILVA RODRIGUES
- MAYEDA E CARVALHO TRANSPORTES LTDA. - ME E OUTROS

Processo Nº Ag-AIRR-0001080-08.2015.5.12.0036

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	FLAVIO FLORES ZIPPEL JUNIOR
Advogada	DRA. GRACIELA JUSTO EVALDT(OAB: 35353-A/SC)
Advogado	DR. DANIEL STOLER CONDESSA(OAB: 108949/RS)
AGRAVADO(S)	HYPERA S.A.
Advogada	DRA. ANDRÉA AUGUSTA PULICI(OAB: 129778/SP)
Advogado	DR. FERNANDO GARGANTINI DE MORAIS(OAB: 359688-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FLAVIO FLORES ZIPPEL JUNIOR
- HYPERA S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0001089-42.2018.5.20.0003

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	FUNDACAO HOSPITALAR DE SAUDE
Advogado	DR. ADLER WILLIAMS RODRIGUES JUNIOR(OAB: 5997-A/SE)
AGRAVADO(S)	JOSUE MESSIAS DE JESUS
Advogado	DR. PEDRO MUNIZ BARRETO(OAB: 2327-A/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDACAO HOSPITALAR DE SAUDE
- JOSUE MESSIAS DE JESUS

Processo Nº Ag-AIRR-0001163-28.2010.5.15.0032

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MÔNICA ELISA PATTI DE BARROS
Advogado	DR. NILO DA CUNHA JAMARDO BEIRO(OAB: 108720/SP)
Advogado	DR. JOSÉ EYMARD LOGUERCIO(OAB: 1441-B/DF)
AGRAVADO(S)	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	DR. CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR(OAB: 247319/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MÔNICA ELISA PATTI DE BARROS

Processo Nº AIRR-0001173-69.2015.5.05.0034

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.
Advogada	DRA. RENATA LINS AZI(OAB: 19074/BA)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS FISIOTERAPEUTAS E TERAPEUTAS OCUPACIONAIS DO ESTADO DA BAHIA - SINFITO
Advogado	DR. DARLAN JESUS DE OLIVEIRA(OAB: 20784/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.
- SINDICATO DOS FISIOTERAPEUTAS E TERAPEUTAS OCUPACIONAIS DO ESTADO DA BAHIA - SINFITO

Processo Nº AIRR-0001184-47.2015.5.05.0342

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado	DR. ANTÔNIO BRAZ DA SILVA(OAB: 25998/BA)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE JUAZEIRO E REGIÃO

Advogado	DR. ARTUR CARLOS DO NASCIMENTO NETO(OAB: 12803/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE JUAZEIRO E REGIÃO

Processo Nº Ag-AIRR-0001247-79.2018.5.20.0009

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE - FHS
Procuradora	DRA. MARTA SUELI ANDRADE DE OLIVEIRA
AGRAVADO(S)	WANDERCLEY FEITOSA DOS SANTOS
Advogado	DR. SIDCLAY DOS REIS AMARAL(OAB: 11809-A/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE - FHS
- WANDERCLEY FEITOSA DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-0001266-52.2013.5.02.0077

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E SIMILARES - SEEVISSP
Advogado	DR. EDUARDO DE OLIVEIRA CERDEIRA(OAB: 234634/SP)
AGRAVADO(S)	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA "PAULA SOUZA" - CEETEPS
Procurador	DR. HENRIQUE SILVEIRA MELO
AGRAVADO(S)	ATENTO SÃO PAULO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI
Advogada	DRA. CRISTIANE CALVO CASTILHONE PASHOALIM(OAB: 216991/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO SÃO PAULO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI
- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA "PAULA SOUZA" - CEETEPS
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E SIMILARES - SEEVISSP

Processo Nº Ag-AIRR-0001318-93.2015.5.09.0041

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - SESI
Advogado	DR. CHRISTIAN SCHRAMM JORGE(OAB: 25957-A/PR)
Advogado	DR. NARJARA CHEYENNE CARMELO ANDRIET(OAB: 50506/PR)
AGRAVADO(S)	DÉBORA BACCHI CAMILLO
Advogado	DR. ROGÉRIO FARIA DA SILVA(OAB: 62832-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- DÉBORA BACCHI CAMILLO
- SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - SESI

Processo Nº AIRR-0001328-98.2015.5.10.0821

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado	DR. JORGE RIBEIRO COUTINHO GONCALVES DA SILVA(OAB: 10914-A/PB)
AGRAVADO(S)	RAIMUNDO GUEDES DA SILVA
Advogado	DR. SÉRGIO FONTANA(OAB: 701/TO)
Advogado	DR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ(OAB: 27889-A/DF)
AGRAVADO(S)	CETEL INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA.
Advogada	DRA. DONATILA RODRIGUES RÊGO(OAB: 789-A/TO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CETEL INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA.
- ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
- RAIMUNDO GUEDES DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0001333-46.2016.5.12.0008

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	HERMES JOAO FIORDALISI
Advogada	DRA. ANA PAULA FONTES DE ANDRADE(OAB: 5967-A/SC)
AGRAVADO(S)	TRANSPORTES RODAIR LTDA - EPP
Advogada	DRA. CARIN REGINA MACAGNAM DAL VESCO(OAB: 39136-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- HERMES JOAO FIORDALISI
- TRANSPORTES RODAIR LTDA - EPP

Processo Nº Ag-AIRR-0001367-05.2010.5.01.0342

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ENEAS SILVA DE ALMEIDA
Advogada	DRA. VIVIANE CASTRO NEVES PASCOAL MALDONADO DAL MAS(OAB: 136069/SP)
AGRAVADO(S)	COMAU DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Advogada	DRA. PAULA REGINA DE SALES RODRIGUES(OAB: 102085-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMAU DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
- ENEAS SILVA DE ALMEIDA

Processo Nº Ag-AIRR-0001422-52.2014.5.12.0004

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	TUPY S.A.
Advogada	DRA. LIA GOMES VALENTE(OAB: 6503-B/SC)
Advogada	DRA. MARCILENE CRISTINA DA SILVA GODOY(OAB: 17068/SC)
Advogado	DR. EVELIN FABRICIA ROCH(OAB: 30353-A/SC)
AGRAVADO(S)	SEBASTIÃO CLEIR DIONISSA
Advogado	DR. MARCOS VALÉRIO FORNER(OAB: 14317/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- SEBASTIÃO CLEIR DIONISSA
- TUPY S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0001426-41.2017.5.10.0004

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	TELMA DE LIRA DANTAS
Advogada	DRA. HERMINIA PFEILSTICKER GONÇALVES DE OLIVEIRA(OAB: 12400-A/DF)
Advogado	DR. ALBERT HALEX DE LIRA MATOS(OAB: 52832-A/DF)
AGRAVADO(S)	COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL
Advogado	DR. RAUL FREITAS PIRES DE SABÓIA(OAB: 7136-A/DF)
Advogado	DR. CELMA NUNES FRANCO OSÓRIO(OAB: 19499-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL
- TELMA DE LIRA DANTAS

Processo Nº AIRR-0001456-22.2014.5.03.0022

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogada	DRA. LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA(OAB: 111202-A/MG)
AGRAVADO(S)	THIAGO FERREIRA LIMA
Advogada	DRA. MÔNIA LOESCH DE SOUZA(OAB: 65355/MG)
AGRAVADO(S)	SELT ENGENHARIA LTDA.
Advogado	DR. OTÁVIO TÚLIO PEDERSOLI ROCHA(OAB: 73319/MG)
AGRAVADO(S)	CONSTRUTORA REMO LTDA.
Advogado	DR. OTÁVIO TÚLIO PEDERSOLI ROCHA(OAB: 73319/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- CONSTRUTORA REMO LTDA.
- SELT ENGENHARIA LTDA.
- THIAGO FERREIRA LIMA

Processo Nº AIRR-0001488-03.2013.5.02.0018

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MÉTODO POTENCIAL ENGENHARIA S.A.
Advogado	DR. PAULO SÉRGIO JOÃO(OAB: 44532-A/SP)
AGRAVADO(S)	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Procurador	DR. OMAR AFIF

Intimado(s)/Citado(s):

- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
- MÉTODO POTENCIAL ENGENHARIA S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0001534-54.2015.5.02.0007

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	COBRA TECNOLOGIA S.A.
Advogada	DRA. ROBERTA MACIEL GUIMARÃES(OAB: 152265/RJ)
AGRAVADO(S)	DOMINGAS ALVES DE SOUZA MOURA
Advogada	DRA. VALÉRIA CRISTIANNE KUNIHOSHI MARIANO(OAB: 244558-A/SP)
AGRAVADO(S)	ADMINAS - ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ADMINAS - ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.
- COBRA TECNOLOGIA S.A.
- DOMINGAS ALVES DE SOUZA MOURA

Processo Nº AIRR-0001606-17.2014.5.05.0161

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	VERA LÚCIA PENA PEREIRA
Advogado	DR. WILSON DE OLIVEIRA RIBEIRO(OAB: 13050/BA)
Advogado	DR. CARLOS ALFREDO CRUZ GUIMARÃES(OAB: 4293/BA)
AGRAVADO(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. JOAQUIM PINTO LAPA NETO(OAB: 15659/BA)
Advogada	DRA. VERA MÔNICA DE ALMEIDA TALAVERA(OAB: 33077/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- VERA LÚCIA PENA PEREIRA

Processo Nº Ag-AIRR-0001626-37.2016.5.11.0010

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO AMAZONAS
Procuradora	DRA. DÉBORA BANDEIRA KOENOW
AGRAVADO(S)	GLICIANE BARBOSA DE OLIVEIRA CAMPOS
Advogado	DR. RODRIGO WAUGHAN DE LEMOS(OAB: 3967/AM)
AGRAVADO(S)	TAPAJÓS SERVIÇOS HOSPITALARES
Advogada	DRA. FLÁVIA RAMOS DE CARVALHO(OAB: 8786/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAZONAS
- GLICIANE BARBOSA DE OLIVEIRA CAMPOS
- TAPAJÓS SERVIÇOS HOSPITALARES

Processo Nº Ag-AIRR-0001672-44.2015.5.09.0001

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	RUMO MALHA SUL S.A.
Advogado	DR. FÁBIO KORENBLUM(OAB: 68743/PR)
AGRAVADO(S)	KLEBER RAFAEL KUASNEY
Advogado	DR. LETÍCIA FERES TETTO(OAB: 36567-A/PR)
Advogado	DR. JULIANO FRANÇA TETTO(OAB: 34749/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- KLEBER RAFAEL KUASNEY
- RUMO MALHA SUL S.A.

Processo Nº AIRR-0001684-52.2013.5.12.0031

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO
Advogada	DRA. SUSAN MARA ZILLI(OAB: 5517/SC)
Advogado	DR. JOSÉ EYMARD LOGUERCIO(OAB: 1441-B/DF)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. JORGE HUMBERTO SAMPAIO CARDOSO(OAB: 9252-A/SC)
Advogada	DRA. PAULA VERÔNICA PEREIRA DA COSTA(OAB: 32352/SC)
Advogado	DR. RENATO PORTO(OAB: 12501-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO

Processo Nº AIRR-0001688-76.2016.5.08.0005

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	AUTO VIAÇÃO MONTE CRISTO LTDA.
Advogado	DR. FABIO ROBERTO PONTES DE LMA(OAB: 31135-A/PA)
AGRAVADO(S)	ADRIANA BRITO BAIA
Advogado	DR. MAURO AUGUSTO RIOS BRITO(OAB: 8286-A/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA BRITO BAIA
- AUTO VIAÇÃO MONTE CRISTO LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0001690-60.2011.5.03.0005

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA LTDA.
Advogada	DRA. NAYARA ALVES BATISTA DE ASSUNÇÃO(OAB: 119894-A/MG)
Advogada	DRA. ALINE DE FÁTIMA RIOS MELO(OAB: 105466-A/MG)
AGRAVADO(S)	POLIANE DA SILVA OLIVEIRA
Advogada	DRA. FLÁVIA FERREIRA DE ABREU(OAB: 130342-A/MG)
Advogada	DRA. FERNANDA FERREIRA DE ABREU(OAB: 137636-A/MG)
AGRAVADO(S)	TIM CELULAR S.A.
Advogado	DR. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20283/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA LTDA.
- POLIANE DA SILVA OLIVEIRA
- TIM CELULAR S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0001697-16.2012.5.06.0011

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	LIQ CORP S.A.
Advogado	DR. BRUNO DE OLIVEIRA VELOSO MAFRA(OAB: 18850-D/PE)
AGRAVADO(S)	JOSELMA RODRIGUES DA CRUZ
Advogado	DR. RAFAEL BARBOSA VALENÇA CALÁBRIA(OAB: 21804/PE)
Advogado	DR. ERWIN HERBERT FRIEDHEIM NETO(OAB: 14975/PE)
AGRAVADO(S)	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado	DR. ANTÔNIO BRAZ DA SILVA
AGRAVADO(S)	UNIÃO (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- JOSELMA RODRIGUES DA CRUZ
- LIQ CORP S.A.
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº Ag-AIRR-0001718-13.2012.5.01.0243

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO E OUTRO
Advogado	DR. ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 128415-S/RJ)
AGRAVADO(S)	FABIANA WERMELINGER FIGUEIREDO
Advogado	DR. MARCOS ELI DE OLIVEIRA JÚNIOR(OAB: 125459-A/RJ)
AGRAVADO(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS(OAB: 159947/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO E OUTRO
- FABIANA WERMELINGER FIGUEIREDO

Processo Nº Ag-AIRR-0001763-82.2017.5.09.0028

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER
Procurador	DR. VÍCTOR AUGUSTO LIMA DE PAULA
AGRAVADO(S)	GILMAR ZACHI CLAVISSO
Advogado	DR. ROQUE PORFÍRIO(OAB: 17838/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- GILMAR ZACHI CLAVISSO
- INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER

Processo Nº AIRR-0001861-20.2012.5.03.0025

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	OI MÓVEL S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. WELINGTON MONTE CARLO CARVALHAES FILHO(OAB: 59383/MG)
AGRAVADO(S)	ALEXSSANDRA ALEXANDRINO DINIZ
Advogado	DR. MARDEN DRUMOND VIANA(OAB: 62046/MG)
AGRAVADO(S)	CONTAX S.A.
Advogada	DRA. LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA(OAB: 111202/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXSSANDRA ALEXANDRINO DINIZ
- CONTAX S.A.
- OI MÓVEL S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-AIRR-0001861-39.2013.5.02.0372

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	BV FINANCEIRA S. A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado	DR. MILTON FLAVIO DE ALMEIDA CAMARGO LAUTENSCHLAGER(OAB: 162676-A/SP)
AGRAVADO(S)	MARCIA CRISTINA LAURIANO
Advogado	DR. LUIZ WAGNER LOURENÇO MEDEIROS FERNANDES(OAB: 232421-D/SP)
AGRAVADO(S)	GMP2 - EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. IVANA LÚCIA FERRAZ SIMÕES FERREIRA(OAB: 90391/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BV FINANCEIRA S. A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
- GMP2 - EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA.
- MARCIA CRISTINA LAURIANO

Processo Nº Ag-AIRR-0001897-12.2017.5.09.0028

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE CURITIBA
Procuradora	DRA. ISABEL MATTOS DE CARVALHO
AGRAVADO(S)	ANDREIA DOS SANTOS DA SILVA
Advogada	DRA. THAMISA RAYANE DE OLIVEIRA(OAB: 74798-A/PR)
AGRAVADO(S)	INSTITUTO PRÓ-CIDADANIA DE CURITIBA

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDREIA DOS SANTOS DA SILVA
- INSTITUTO PRÓ-CIDADANIA DE CURITIBA
- MUNICÍPIO DE CURITIBA

Processo Nº AIRR-0001944-74.2015.5.07.0007

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE FORTALEZA
AGRAVADO(S)	JOÃO VIANEY NOGUEIRA MARTINS
AGRAVADO(S)	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E APOIO A GESTÃO EM SAÚDE
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procurador	DR. RONALDO CURADO FLEURY

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E APOIO A GESTÃO EM SAÚDE
- JOÃO VIANEY NOGUEIRA MARTINS
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- MUNICÍPIO DE FORTALEZA

Processo Nº Ag-AIRR-0001954-37.2014.5.02.0446

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO CODESP
Advogado	DR. ANDREA APARECIDA NOGUEIRA AMARAL ROMAN(OAB: 297059/SP)
AGRAVADO(S)	ARIOVALDO FONSECA
Advogada	DRA. CARLA TERESA MARTINS ROMAR(OAB: 106565/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARIOVALDO FONSECA
- COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO CODESP

Processo Nº AIRR-0001999-66.2013.5.18.0111

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
Advogado	DR. EDMAR ANTÔNIO ALVES FILHO(OAB: 31312/GO)
AGRAVADO(S)	ADEIR MARTINS DE SOUZA
Advogado	DR. CARLOS EDUARDO PEREIRA COSTA(OAB: 22817-A/GO)
AGRAVADO(S)	CONSTRUTORA E INCORPORADORA SANTA TERESA LTDA.
Advogada	DRA. MARIA TEREZA CAETANO LIMA CHAVES(OAB: 20620/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADEIR MARTINS DE SOUZA
- CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
- CONSTRUTORA E INCORPORADORA SANTA TERESA LTDA.

Processo Nº AIRR-0002130-75.2011.5.02.0040

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	SIDNEY MIGUEL DAS NEVES
Advogado	DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 219041-A/SP)
AGRAVANTE(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	DR. FÁBIO DOS SANTOS SOUZA(OAB: 176794-A/SP)
AGRAVADO(S)	FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
Advogado	DR. DINO ARAÚJO DE ANDRADE(OAB: 20182-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
- SIDNEY MIGUEL DAS NEVES

Processo Nº AIRR-0002135-24.2012.5.02.0053

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
AGRAVADO(S)	ADAIR MARCHINI
Advogado	DR. ANTÔNIO LUCIANO TAMBELLI(OAB: 39690-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADAIR MARCHINI
- FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS

Processo Nº Ag-AIRR-0002309-02.2014.5.05.0531

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.
Advogado	DR. MARCELO SENA SANTOS(OAB: 30007-A/BA)
AGRAVADO(S)	MARCIO LUIZ DOS SANTOS
Advogado	DR. ALEXSANDRO GONÇALVES DE JESUS(OAB: 29002-A/BA)
AGRAVADO(S)	CARVALHO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE EUCALIPTO LTDA.
Advogado	DR. ABEL SANTOS NUNES(OAB: 35089/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARVALHO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE EUCALIPTO LTDA.
- MARCIO LUIZ DOS SANTOS
- SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.

Processo Nº AIRR-0002338-82.2015.5.22.0001

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	JOSÉ ROBERTO GONDIM MEDEIROS
Advogado	DR. FERNANDO DE OLIVEIRA SOUZA(OAB: 247435-A/SP)
Advogado	DR. RAFAEL ALVES GOES(OAB: 216750-A/SP)
AGRAVADO(S)	COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DE SÃO FRANCISCO- CHESF
Advogado	DR. EMANOEL NASARENO MENEZES COSTA(OAB: 22394-A/CE)
AGRAVADO(S)	CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
Advogado	DR. AFONSO HENRIQUE VIDIGAL BOTELHO DE MAGALHÃES(OAB: 178787-A/RJ)
Advogado	DR. ALEXANDRE DE CASTRO NOGUEIRA(OAB: 3941-A/PI)
Advogado	DR. JAMYLLE DE MELO PEREIRA(OAB: 13229-A/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
- COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DE SÃO FRANCISCO- CHESF
- JOSÉ ROBERTO GONDIM MEDEIROS

Processo Nº AIRR-0002371-32.2015.5.09.0002

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	DSC OFFICER SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EMPRESARIAL LTDA.
Advogado	DR. JOSÉ ANTÔNIO SOUZA DE MATOS(OAB: 44177-A/PR)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DE CURITIBA E REGIÃO - SIEMACO
Advogado	DR. ALEXANDRE NISHIMURA(OAB: 28471/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- DSC OFFICER SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EMPRESARIAL LTDA.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DE CURITIBA E REGIÃO - SIEMACO

Processo Nº Ag-AIRR-0002447-36.2011.5.02.0311

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	DMLUB SERVICOS DE LUBRIFICACAO - EIRELI - EPP
Advogado	DR. ANDRÉ MAGRINI BASSO(OAB: 178395-A/SP)
Advogado	DR. DINOVAN DUMAS DE OLIVEIRA(OAB: 249766-A/SP)
Advogada	DRA. IZANDRA MASCARENHAS(OAB: 389802-A/SP)
AGRAVADO(S)	ARINALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Advogado	DR. VANILDA DE FATIMA GONZAGA(OAB: 99710-A/SP)
AGRAVADO(S)	LUBRIN LUBRIFICACAO INDUSTRIAL EIRELI
Advogado	DR. ALINE MAZZOLIN FERREIRA(OAB: 180110-A/SP)
AGRAVADO(S)	AGCO DO BRASIL SOLUÇÕES AGRÍCOLAS LTDA.
Advogado	DR. OSWALDO SANT ANNA(OAB: 10905-A/SP)
AGRAVADO(S)	MAXION WHEELS DO BRASIL LTDA.
Advogado	DR. NOEDY DE CASTRO MELLO(OAB: 27500-A/SP)
Advogada	DRA. NATÁLIA FERREIRA ROSIGNOLI(OAB: 339748-A/SP)
AGRAVADO(S)	CUMMINS BRASIL LTDA.
Advogado	DR. LUIZ ROGÉRIO SANTOS DE MELO(OAB: 206820-A/SP)
Advogada	DRA. MILENE LUMI SAKAMOTO(OAB: 173433-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGCO DO BRASIL SOLUÇÕES AGRÍCOLAS LTDA.
- ARINALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA
- CUMMINS BRASIL LTDA.
- DMLUB SERVICOS DE LUBRIFICACAO - EIRELI - EPP
- LUBRIN LUBRIFICACAO INDUSTRIAL EIRELI
- MAXION WHEELS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0002876-50.2014.5.02.0035

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	CLAUDIO COSTA FERREIRA NOBRE
Advogado	DR. LEANDRO MELONI(OAB: 30746-D/SP)
AGRAVADO(S)	EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV
Advogado	DR. JOSÉ IVANILDO DIAS JÚNIOR(OAB: 11934-A/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIO COSTA FERREIRA NOBRE
- EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV

Processo Nº Ag-AIRR-0002920-52.2013.5.03.0043

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	BANCO TRIÂNGULO S.A.
Advogada	DRA. DANIELA DE CASTRO FERREIRA(OAB: 1166/MG)

Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)
Advogado	DR. NAYARA ROMAO SANTOS(OAB: 159276-A/MG)
AGRAVADO(S)	CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA.
Advogado	DR. VINÍCIUS COSTAS DIAS(OAB: 61559-A/MG)
AGRAVADO(S)	TATIANA MARIA CRISTINO
Advogado	DR. SAMUEL PROCOPIO DOS SANTOS(OAB: 475-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO TRIÂNGULO S.A.
- CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA.
- TATIANA MARIA CRISTINO

Processo Nº Ag-AIRR-0010024-60.2019.5.15.0105

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. ISABELLE MARIA VERZA DE CASTRO
Procuradora	DRA. JULIANA DE OLIVEIRA COSTA GOMES SATO
AGRAVADO(S)	MARIA INES DE OLIVEIRA
Advogado	DR. ALDIERIS COSTA DIAS(OAB: 297036-A/SP)
AGRAVADO(S)	FK'S LIMPEZA & CONSERVAÇÃO EIRELI
Advogado	DR. EDSON DE CAMARGO BISPO DO PRADO(OAB: 262620-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- FK'S LIMPEZA & CONSERVAÇÃO EIRELI
- MARIA INES DE OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-0010049-30.2016.5.03.0132

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. CLAUDINEI BORGES CUBAS(OAB: 155164/RJ)
Advogada	DRA. THAIS DE SOUZA AROUCA NETTO(OAB: 158175-A/MG)
AGRAVADO(S)	LUIZ ANTONIO MOREIRA
Advogado	DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 106623-A/MG)
Advogada	DRA. RAQUEL SILVA STURMHOEBEL(OAB: 153509-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- LUIZ ANTONIO MOREIRA

Processo Nº AIRR-0010051-15.2018.5.03.0169

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	UNIÃO (PGFN)
Procurador	DR. LUCIANA TELES FILOGÔNIO ABREU
AGRAVADO(S)	PASTIFÍCIO SANTA AMÁLIA S.A.
Advogada	DRA. LILIANA PADILHA RAMOS(OAB: 89463/MG)
AGRAVADO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	DR. ROBERTO MARSICANO CEZAR(OAB: 85432-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- PASTIFÍCIO SANTA AMÁLIA S.A.
- UNIÃO (PGFN)

Processo Nº Ag-AIRR-0010064-73.2014.5.01.0342

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
Advogada	DRA. ANA GABRIELA BURLAMAQUI DE CARVALHO VIANNA(OAB: 81690/RJ)
AGRAVADO(S)	CARLOS VINICIUS DA SILVA
Advogado	DR. BRUNO VIEIRA LOPES(OAB: 165563/RJ)
Advogada	DRA. ÁUREA MARTINS SANTOS DA SILVA(OAB: 152207/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS VINICIUS DA SILVA
- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN

Processo Nº AIRR-0010093-87.2016.5.15.0076

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	F.C.A.S.A.-.F.C.
Procuradora	DRA. MAGNA APARECIDA DA SILVA
AGRAVADO(S)	J.F.C.
Advogado	DR. GUILHERME ACHETE ESTEPHANELLI(OAB: 288250-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- F.C.A.S.A.-.F.C.
- J.F.C.

Processo Nº Ag-AIRR-0010097-20.2020.5.03.0141

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ALUIZIO BESSA JARBAS
Advogado	DR. MICHEL PEREIRA DE OLIVEIRA(OAB: 144832-A/MG)
Advogado	DR. NAGIB ASSAD LAUAR FILHO(OAB: 81705-A/MG)
Advogado	DR. PAULA FERREIRA COUY(OAB: 110968-A/MG)
AGRAVADO(S)	ENGEBRAS CONSTRUTORA LTDA
Advogado	DR. LUCIANO LUIZ DE CAMPOS(OAB: 103117-A/MG)
AGRAVADO(S)	COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG
Advogado	DR. RAPHAELO PHILIPPE PINEL E MOURA(OAB: 89659-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALUIZIO BESSA JARBAS
- COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG
- ENGEBRAS CONSTRUTORA LTDA

Processo Nº Ag-AIRR-0010124-54.2014.5.15.0084

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	FRANCISCO ALVES MAIA
Advogada	DRA. PRISCILA CRISTINA DE OLIVEIRA DIAS(OAB: 169524-A/SP)

AGRAVADO(S)	PLAND METAL LTDA. - ME E OUTRA
Advogado	DR. JOÃO CARLOS DE ARAÚJO CINTRA(OAB: 33428/SP)
AGRAVADO(S)	TRI INJECT DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO ALVES MAIA
- PLAND METAL LTDA. - ME E OUTRA
- TRI INJECT DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - EPP

Processo Nº Ag-AIRR-0010191-52.2016.5.15.0115

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	LUIZ SERGIO RIGONATO
Advogado	DR. MÁRCIA RIBEIRO COSTA D'ARCE(OAB: 159141/SP)
AGRAVADO(S)	SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE ENDEMIAS - SUCEN
Procuradora	DRA. MARIA LÚCIA GROSS SIQUEIRA CUNHA
AGRAVADO(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. SANDRO MARCELO PARIS FRANZOI
Procuradora	DRA. FERNANDA AUGUSTA HERNANDES CARRENHO

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- LUIZ SERGIO RIGONATO
- SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE ENDEMIAS - SUCEN

Processo Nº AIRR-0010200-53.2014.5.15.0060

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	CONDOMINIO EDIFICIO LA MANA
Advogado	DR. RAFAEL PEREIRA DE CASTRO(OAB: 235125/SP)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EDIFÍCIOS E CONDOMÍNIOS, RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E MISTOS DE PIRACICABA E REGIÃO
Advogado	DR. FERNANDO VALE E CRUZ(OAB: 224494/SP)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS CONDOMÍNIOS DE PRÉDIOS E EDIFÍCIOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, RESIDENCIAIS E MISTOS INTERMUNICIPAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDICOND
Advogado	DR. ANDRÉ RICARDO DUARTE(OAB: 199609/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONDOMINIO EDIFICIO LA MANA
- SINDICATO DOS CONDOMÍNIOS DE PRÉDIOS E EDIFÍCIOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, RESIDENCIAIS E MISTOS INTERMUNICIPAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDICOND
- SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EDIFÍCIOS E CONDOMÍNIOS, RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E MISTOS DE PIRACICABA E REGIÃO

Processo Nº Ag-AIRR-0010200-36.2019.5.15.0106

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Procurador	DR. ANDRÉ SERAFIM BERNARDI
Procurador	DR. RAFAEL SILVEIRA LIMA DE LUCCA
AGRAVADO(S)	EUGENIO CARLOS CHIUSOLI
Advogado	DR. JOÃO PAULO LOPES RIBEIRO(OAB: 269891-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EUGENIO CARLOS CHIUSOLI
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Processo Nº Ag-AIRR-0010228-22.2016.5.15.0037

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. MÁRCIO SALGADO DE LIMA(OAB: 215467/SP)
Advogada	DRA. LUCELAINE DA SILVA RIBEIRO(OAB: 227335-A/SP)
AGRAVADO(S)	EMILIA MOREIRA DOS SANTOS BARBOSA
Advogado	DR. MÁRCIO YOSHIO ITO(OAB: 247782/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMILIA MOREIRA DOS SANTOS BARBOSA
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Processo Nº AIRR-0010256-22.2016.5.03.0005

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ROBSON DE OLIVEIRA ROSADO
Advogada	DRA. ZEILEICE AYALA DE OLIVEIRA LOPES(OAB: 90477-A/MG)
AGRAVADO(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	DRA. MARLEY SILVA DA CUNHA GOMES(OAB: 74014/MG)
Advogado	DR. MARCELO JOSÉ LELES CARVALHO(OAB: 38992-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- ROBSON DE OLIVEIRA ROSADO

Processo Nº AIRR-0010279-38.2017.5.03.0132

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Procurador	DR. EURICO SIQUEIRA ALVIM
AGRAVADO(S)	ALVARO EDUARDO FELICISSIMO
Advogado	DR. JOSÉ FRANCISCO PEREIRA(OAB: 110309-A/MG)
AGRAVADO(S)	CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES DE VEICULOS SANTO EXPEDITO LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ALVARO EDUARDO FELICISSIMO
- CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES DE VEICULOS SANTO EXPEDITO LTDA - ME
- PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

Processo Nº Ag-AIRR-0010309-98.2020.5.15.0014

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	JOSE CARLOS DE ALMEIDA

Advogado	DR. LUIS OTAVIO PIACENTIN FERRAZ DE CAMPOS(OAB: 406059-A/SP)
AGRAVADO(S)	VIAÇÃO LIMEIRENSE LTDA.
Advogado	DR. ANDRÉ NARDINI DE OLIVEIRA ROLAND(OAB: 273466-A/SP)
AGRAVADO(S)	VIAÇÃO PRINCESA TECELÃ TRANSPORTES LTDA.
Advogado	DR. ANDRÉ NARDINI DE OLIVEIRA ROLAND(OAB: 273466-A/SP)
AGRAVADO(S)	MUNICÍPIO DE LIMEIRA
Procurador	DR. SILMARA APARECIDA RIBEIRO

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE CARLOS DE ALMEIDA
- MUNICÍPIO DE LIMEIRA
- VIAÇÃO LIMEIRENSE LTDA.
- VIAÇÃO PRINCESA TECELÃ TRANSPORTES LTDA.

Processo Nº AIRR-0010349-57.2017.5.03.0002

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ARLEIDE FERREIRA SOARES
Advogado	DR. JOAQUIM MARTINS PINHEIRO FILHO(OAB: 72218-A/MG)
AGRAVADO(S)	PROSEGUR BRASIL S.A. - TRANSPORTE DE VALORES E SEGURANÇA
Advogada	DRA. CAROLINA DE PINHO TAVARES(OAB: 97753-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARLEIDE FERREIRA SOARES
- PROSEGUR BRASIL S.A. - TRANSPORTE DE VALORES E SEGURANÇA

Processo Nº Ag-AIRR-0010370-43.2019.5.15.0062

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Procuradora	DRA. PATRÍCIA LIMA DO NASCIMENTO
AGRAVADO(S)	RONALDO GERMANO DA SILVA
Advogado	DR. JEFERSON NOGUEIRA(OAB: 366501-A/SP)
Advogado	DR. NATALIA DE SOUZA ERENO(OAB: 340896-A/SP)
AGRAVADO(S)	S. C. SEGURANÇA E MONITORAMENTO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- RONALDO GERMANO DA SILVA
- S. C. SEGURANÇA E MONITORAMENTO LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0010392-37.2020.5.03.0180

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Advogado	DR. SÉRGIO CARNEIRO ROSI(OAB: 71639-A/MG)
AGRAVADO(S)	TELEMAR NORTE LESTE S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)
Advogado	DR. WELINGTON MONTE CARLO CARVALHAES FILHO(OAB: 59383-A/MG)
AGRAVADO(S)	VANDER ANTONIO DE ASSIS
Advogado	DR. ELI COELHO DA CRUZ(OAB: 146582-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- TELEMAR NORTE LESTE S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
- VANDER ANTONIO DE ASSIS

Processo Nº Ag-AIRR-0010422-15.2017.5.15.0125

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MUNICIPIO DE SERTAOZINHO
Procurador	DR. LUIZ FELIPE DENADAI DOS SANTOS
AGRAVADO(S)	CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA
Advogado	DR. HILARIO BOCCHI JUNIOR(OAB: 90916-A/SP)
Advogado	DR. MARCOS JOSE CAPELARI RAMOS(OAB: 95564-A/SP)
AGRAVADO(S)	AZALÉIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
Advogado	DR. GILBERTO LOPES THEODORO(OAB: 139970-A/SP)
AGRAVADO(S)	ESTRE SPI AMBIENTAL S.A.
Advogado	DR. GILSON GARCIA JUNIOR(OAB: 111699-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AZALÉIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
- CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA
- ESTRE SPI AMBIENTAL S.A.
- MUNICIPIO DE SERTAOZINHO

Processo Nº AIRR-0010424-90.2017.5.03.0101

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	ESTADO DE MINAS GERAIS
Procuradora	DRA. ELISÂNGELA SOARES CHAVES
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	FUNDACAO DE ENSINO SUPERIOR DE PASSOS
Advogado	DR. DENNER CAETANO DA SILVA(OAB: 73903/MG)
Advogado	DR. LARISSA NEGRAO PINTO(OAB: 91674-A/MG)
AGRAVADO(S)	MARCIO ANTONIO FERREIRA CAMARGO
Advogado	DR. ALEXANDRE DE OLIVEIRA AQUINO(OAB: 96374-A/MG)
Advogada	DRA. FERNANDA LEITE ABREU MARQUES(OAB: 114353-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE MINAS GERAIS
- FUNDACAO DE ENSINO SUPERIOR DE PASSOS
- MARCIO ANTONIO FERREIRA CAMARGO

Processo Nº Ag-AIRR-0010429-95.2016.5.03.0021

Complemento	Plenário Virtual

Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	SOCIEDADE RÁDIO E TELEVISÃO ALTEROSA S.A.
Advogado	DR. GUSTAVO DE AQUINO LEONARDO LOPES(OAB: 75883-A/MG)
Advogado	DR. PAULO DIMAS DE ARAÚJO(OAB: 55420-A/MG)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E TV NO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINTERT
Advogado	DR. PAULO DIMAS DE ARAÚJO(OAB: 55420-A/MG)
Advogado	DR. ALEX SANTANA DE NOVAIS(OAB: 64101-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E TV NO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINTERT
- SOCIEDADE RÁDIO E TELEVISÃO ALTEROSA S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0010431-73.2018.5.15.0017

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Procuradora	DRA. CECÍLIA CICOTE DE AGUIAR
AGRAVADO(S)	MARCELA REGINA PASCHOALOTTO
Advogado	DR. ALEXANDRE DE SOUZA MATTA(OAB: 143171-A/SP)
Advogado	DR. DANILO DA SILVA PARANHOS(OAB: 299594-A/SP)
AGRAVADO(S)	MAZA COMERCIAL E SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCELA REGINA PASCHOALOTTO
- MAZA COMERCIAL E SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI
- MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Processo Nº Ag-AIRR-0010466-29.2015.5.15.0117

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA
Advogado	DR. MARCO AURÉLIO SILVA FERREIRA(OAB: 286249/SP)
AGRAVADO(S)	CARLOS ROBERTO LOMBARDI
Advogado	DR. LUCIANO ROBERTO SILVA(OAB: 226673-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS ROBERTO LOMBARDI
- MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DA BARRA

Processo Nº Ag-AIRR-0010498-40.2015.5.01.0047

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV
Advogado	DR. AYLTON DA SILVA BARROS(OAB: 46875-A/RJ)
Advogado	DR. MARCELO MARQUES LOPES(OAB: 47474-A/RJ)
AGRAVADO(S)	LEVY DA SILVA LIMA
Advogado	DR. MANUEL FARIÑA LOIS(OAB: 57917-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV
- LEVY DA SILVA LIMA

Processo Nº Ag-AIRR-0010498-83.2017.5.03.0186

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
AGRAVADO(S)	JHONATAN FERREIRA DOS SANTOS
Advogado	DR. RAMON DAVID DE ARAÚJO(OAB: 29745-A/BA)
Advogado	DR. AFRAEDILLE DE CARVALHO RIBEIRO(OAB: 38618-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- JHONATAN FERREIRA DOS SANTOS
- TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0010504-76.2014.5.18.0122

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	METRAFORT TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA.
Advogado	DR. MARCO ANTÔNIO MARQUES(OAB: 10890-A/GO)
AGRAVADO(S)	ALESSANDRO BARBOSA DE SOUSA
Advogada	DRA. DÉBORA JAKELINE TAVARES OLIVEIRA SIQUEIRA(OAB: 27135/GO)
Advogado	DR. OSVALDO GAMA MALAQUIAS(OAB: 27075/GO)
AGRAVADO(S)	AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTES E OBRAS - AGETOP
Advogada	DRA. ELZA BARBOSA FRANCO COSTA(OAB: 3745-A/GO)
Advogado	DR. PAULO CÉSAR DE CAMARGO ALVES(OAB: 6561-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTES E OBRAS - AGETOP
- ALESSANDRO BARBOSA DE SOUSA
- METRAFORT TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0010511-69.2020.5.03.0027

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.
Advogada	DRA. NAYARA ALVES BATISTA DE ASSUNÇÃO(OAB: 119894-A/MG)
Advogada	DRA. ALINE DE FÁTIMA RIOS MELO(OAB: 105466-A/MG)
AGRAVADO(S)	ELIZABELLA DE JESUS MADEIRA COINBRA
Advogado	DR. ALICE ALVES LIMA(OAB: 145240 -A/MG)
Advogado	DR. MARIA ROSA FERNANDES DE SOUZA(OAB: 144257-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A.

- ELIZABELLA DE JESUS MADEIRA COINBRA

Processo Nº Ag-AIRR-0010526-37.2018.5.15.0136

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
AGRAVANTE(S)	DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - DAESP
Procurador	DR. ISABELLE MARIA VERZA DE CASTRO
Procurador	DR. JULIANA DE OLIVEIRA COSTA GOMES
Procurador	DR. RAFAEL SODRÉ GHATTAS
AGRAVADO(S)	MARCOS ROGERIO MARCONDES
Advogado	DR. FERNANDO JAMISWSKI AMORIM(OAB: 344456-A/SP)
Advogado	DR. FLAVIA APARECIDA FERRONATO(OAB: 326491-A/SP)
AGRAVADO(S)	BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.
Advogada	DRA. MÁRCIA D'ÂNGELO(OAB: 148273-A/SP)
Advogado	DR. FELIPE SIQUEIRA DE QUEIROZ SIMÕES(OAB: 276486-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.
- DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - DAESP
- MARCOS ROGERIO MARCONDES

Processo Nº AIRR-0010547-52.2017.5.03.0016

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	AÇÃO CONTACT CENTER LTDA.
Advogado	DR. JOAQUIM MARTINS PINHEIRO FILHO(OAB: 72218-A/MG)
AGRAVADO(S)	KANUVIA ALVES CORDEIRO
Advogado	DR. FABRÍCIO JOSÉ MONTEIRO DE SOUZA COSTA(OAB: 134198/MG)
Advogado	DR. FERNANDO ANTÔNIO MONTEIRO DE SOUZA COSTA(OAB: 134459/MG)
AGRAVADO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogada	DRA. WALDÊNIA MARÍLIA SILVEIRA SANTANA(OAB: 53780-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- AÇÃO CONTACT CENTER LTDA.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- KANUVIA ALVES CORDEIRO

Processo Nº AIRR-0010560-74.2017.5.03.0073

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	ATENTO BRASIL S.A.
Advogado	DR. DANIEL BATTIPAGLIA SGAI(OAB: 214918/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	CLARO S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogada	DRA. LEILA AZEVEDO SETTE(OAB: 22864-A/MG)
AGRAVADO(S)	DELAINE BARBARA ANDRADE FERNANDES
Advogada	DRA. MARCIMÍLIA DE FIGUEIREDO(OAB: 139283/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- CLARO S.A.
- DELAINE BARBARA ANDRADE FERNANDES

Processo Nº AIRR-0010570-90.2015.5.03.0008

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI
Advogada	DRA. ALESSANDRA VIEIRA DE ALMEIDA(OAB: 11688/SC)
AGRAVADO(S)	JOELMA LOPES DE SOUZA ANSELMO
Advogado	DR. JULIANO PEREIRA NEPOMUCENO(OAB: 73683-A/MG)
AGRAVADO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	DR. MARCELO DUTRA VICTOR(OAB: 95532-A/MG)
Advogada	DRA. WALDÊNIA MARÍLIA SILVEIRA SANTANA(OAB: 53780-A/MG)
Advogado	DR. AURÉLIO CACIQUINHO FERREIRA NETO(OAB: 81245-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- JOELMA LOPES DE SOUZA ANSELMO
- PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-0010607-96.2014.5.01.0012

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	PEDRO CIMA DE HOLANDA
Advogado	DR. LUIZ ANTONIO JEAN TRANJAN(OAB: 30539/RJ)
AGRAVADO(S)	GAFISA S.A.
Advogado	DR. VALTON DÓRIA PESSOA(OAB: 190275-S/RJ)
Advogado	DR. GUSTAVO OLIVEIRA GALVÃO(OAB: 207440-S/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- GAFISA S.A.
- PEDRO CIMA DE HOLANDA

Processo Nº Ag-AIRR-0010610-76.2015.5.03.0039

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	BANCO BMG S.A.
Advogado	DR. PAULO DIMAS DE ARAÚJO(OAB: 55420-A/MG)
Advogado	DR. RAFAEL RAMOS ABRAHÃO(OAB: 151701/MG)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	PROATIVA SERVIÇOS & TELEMARKETING LTDA. - EPP
Advogada	DRA. CHRISTIANE CASTRO FLORÊNCIO(OAB: 119471/MG)
AGRAVADO(S)	VALDÊNIA ALVES CARNEIRO
Advogado	DR. JAMES ANDERSON NARCISO FILHO(OAB: 120613/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BMG S.A.
- PROATIVA SERVIÇOS & TELEMARKETING LTDA. - EPP
- VALDÊNIA ALVES CARNEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0010663-91.2018.5.15.0112

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. MÁRIO HENRIQUE DUTRA NUNES
Procuradora	DRA. JULIANA DE OLIVEIRA COSTA GOMES SATO
AGRAVADO(S)	LTZ SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI - ME
Advogado	DR. EDSON DE CAMARGO BISPO DO PRADO(OAB: 262620-A/SP)
AGRAVADO(S)	MARIANA DA SILVA JUSSIANI
Advogado	DR. ANTÔNIO OSCAR BERNARDES DE OLIVEIRA(OAB: 280256-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- LTZ SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI - ME
- MARIANA DA SILVA JUSSIANI

Processo Nº AIRR-0010752-28.2018.5.03.0184

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FHEMIG
Procuradora	DRA. ELISÂNGELA SOARES CHAVES
AGRAVADO(S)	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Procurador	DR. DENNIS BORGES SANTANA

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FHEMIG
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Processo Nº Ag-AIRR-0010753-72.2019.5.03.0056

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogado	DR. BERNARDO ANANIAS JUNQUEIRA FERRAZ(OAB: 87253-A/MG)
AGRAVADO(S)	MATHEUS TEIXEIRA VALGAS
Advogado	DR. MARGARETE VIEIRA GOMES DE SOUZA(OAB: 100680-A/MG)
Advogado	DR. VICTOR VIEIRA DE CASTRO GOMES(OAB: 190298-A/MG)
AGRAVADO(S)	JADEL CONSTRUCOES ELETRICAS LTDA
Advogado	DR. JOSE IGOR VELOSO NOBRE(OAB: 67287-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- JADEL CONSTRUCOES ELETRICAS LTDA
- MATHEUS TEIXEIRA VALGAS

Processo Nº Ag-AIRR-0010758-64.2014.5.01.0076

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	LILIANE JACINTHO DOS SANTOS
Advogado	DR. MIGUEL ANTÔNIO VON RONDOW(OAB: 53995-A/RJ)
AGRAVADO(S)	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Advogado	DR. MIGUEL ANTÔNIO VON RONDOW(OAB: 53995-A/RJ)
Procurador	DR. ANDRÉ RODRIGUES CYRINO
AGRAVADO(S)	PERSONAL SERVICE LTDA.
Advogado	DR. THANIA RODRIGUES SERRA(OAB: 156709/RJ)
Advogado	DR. BRUNO DE MEDEIROS LOPES TOCANTINS(OAB: 92718/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- LILIANE JACINTHO DOS SANTOS
- PERSONAL SERVICE LTDA.

Processo Nº AIRR-0010794-86.2015.5.01.0039

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	LOJAS RIACHUELO S.A. E OUTRA
Advogado	DR. RODRIGO PAPAZIAN PINHO(OAB: 133550/RJ)
AGRAVADO(S)	FERNANDA MEDEIROS DA COSTA
Advogado	DR. RICARDO BASILE DE ALMEIDA(OAB: 96352-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FERNANDA MEDEIROS DA COSTA
- LOJAS RIACHUELO S.A. E OUTRA

Processo Nº Ag-AIRR-0010832-88.2015.5.03.0186

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	CONSTRUTORA REMO LTDA.
Advogado	DR. LUIZ FERNANDO DE AVEZEDO GROSSI(OAB: 86946/MG)
Advogado	DR. LUDMILLA ALMEIDA AVATAR MARTINS(OAB: 134248/MG)
AGRAVADO(S)	BRUNO DOS SANTOS ALVES
Advogada	DRA. LUZIA FRANCISCA GONÇALVES FERREIRA(OAB: 58998-A/MG)
AGRAVADO(S)	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogado	DR. ALEX CAMPOS BARCELOS(OAB: 117084-A/MG)
Advogada	DRA. AMANDA VILARINO ESPÍNDOLA SCHWANKE(OAB: 106751-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNO DOS SANTOS ALVES
- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- CONSTRUTORA REMO LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0010870-37.2014.5.01.0010

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	DE MILLUS S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Advogado	DR. JULIO CESAR MONTEIRO NEVES(OAB: 95483-A/RJ)
Advogado	DR. PAULO ROBERTO FERNANDES DO AMARAL(OAB: 67155-A/RJ)
AGRAVADO(S)	MARILDA MORAES DA SILVA
Advogada	DRA. VERA LÚCIA COSTA BETHENCOURT(OAB: 59860-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- DE MILLUS S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
- MARILDA MORAES DA SILVA

Processo Nº AIRR-0010930-83.2017.5.03.0063

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A
Advogado	DR. BERNARDO ANANIAS JUNQUEIRA FERRAZ(OAB: 87253-A/MG)
AGRAVADO(S)	PAULO SERGIO NEGREIROS
Advogada	DRA. JUCELE CORRÊA PEREIRA(OAB: 53064/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A
- PAULO SERGIO NEGREIROS

Processo Nº Ag-AIRR-0010956-02.2015.5.03.0112

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI
Advogada	DRA. ALESSANDRA VIEIRA DE ALMEIDA(OAB: 11688-A/SC)
AGRAVADO(S)	CLEZIA PEREIRA DE SOUZA
Advogado	DR. HELDER RODRIGUES DE SOUSA(OAB: 120267/MG)
AGRAVADO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	DR. RICARDO LOPES GODOY(OAB: 77167-A/MG)
Advogado	DR. FERREIRA E CHAGAS ADVOGADOS(OAB: 1118/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- CLEZIA PEREIRA DE SOUZA
- PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI

Processo Nº AIRR-0010958-87.2016.5.15.0019

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA/SP
Advogado	DR. ROBERTA MARIA MIRANDA FERNANDES(OAB: 194061-A/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	HERMÍNIA ALVES DE ARAÚJO
Advogado	DR. JOÃO CARLOS FERREIRA ARANHA(OAB: 297255/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA/SP
- HERMÍNIA ALVES DE ARAÚJO

Processo Nº Ag-AIRR-0010994-87.2020.5.15.0117

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	CLS PET INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA - EPP
Advogado	DR. RAFAEL JULIANO FERREIRA(OAB: 240662-A/SP)
AGRAVADO(S)	PAULO RENATO DA SILVA RODRIGUES
Advogado	DR. EDNEI MARCOS ROCHA DE MORAIS(OAB: 149014-D/SP)
Advogado	DR. ARTHUR LUIS DA COSTA QUARESEMIN(OAB: 411612-A/SP)
Advogado	DR. WILLIAM DE SOUSA ROBERTO(OAB: 153375-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLS PET INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA - EPP
- PAULO RENATO DA SILVA RODRIGUES

Processo Nº AIRR-0011040-66.2015.5.15.0080

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	RUMO MALHA NORTE S.A.
Advogado	DR. CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 106094-A/RJ)
AGRAVADO(S)	LUCIANA DOS SANTOS
Advogado	DR. RAPHAEL GUSTAVO DOS SANTOS(OAB: 254391/SP)
AGRAVADO(S)	COLOCAR SUPORTE EM RECURSOS HUMANOS LTDA. - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- COLOCAR SUPORTE EM RECURSOS HUMANOS LTDA. - EPP
- LUCIANA DOS SANTOS
- RUMO MALHA NORTE S.A.

Processo Nº AIRR-0011083-09.2015.5.12.0008

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	FÁTIMA ANNA MEZACASA BATTISTELLA
Advogada	DRA. FABIANA ROBERTA MATTANA CAVALLI(OAB: 16109-A/SC)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	BRF S.A.
Advogada	DRA. RUDIANE MARIA RESMINI(OAB: 15012/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- FÁTIMA ANNA MEZACASA BATTISTELLA

Processo Nº Ag-AIRR-0011125-22.2016.5.15.0111

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	WANESKA ALEXANDRA PEREIRA
Advogado	DR. MOACYR PEREIRA MENDES(OAB: 88938-A/SP)
AGRAVADO(S)	INACIO CARLOS MARCHETTE
AGRAVADO(S)	CENTRO TERAPEUTICO VIVA LTDA - EPP
Advogado	DR. ANDRÉ VINÍCIUS TOLENTINO(OAB: 302359/SP)
AGRAVADO(S)	DARLAN APARECIDO DA SILVA
Advogado	DR. ALEXANDRE JOSÉ CARDUCCI(OAB: 231497-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO TERAPEUTICO VIVA LTDA - EPP
- DARLAN APARECIDO DA SILVA
- INACIO CARLOS MARCHETTE
- WANESKA ALEXANDRA PEREIRA

Processo Nº Ag-AIRR-0011140-77.2019.5.15.0113

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA

AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. MARINA SAD MOURA E SILVA
AGRAVADO(S)	ELIAS APARECIDO ANDRADE
Advogado	DR. LUCIANA JORGE DE FREITAS(OAB: 167632-A/SP)
Advogado	DR. RENATA VALERIA ULIAN(OAB: 95219-A/SP)
AGRAVADO(S)	M.L.A. MODULO SERVICOS TERCEIRIZADOS - ME
Advogado	DR. RENATO CARLOS DA SILVA JÚNIOR(OAB: 149909-A/SP)
AGRAVADO(S)	DISLAB COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA.
Advogado	DR. PAULO HENRIQUE FARDIN(OAB: 236929-A/SP)
AGRAVADO(S)	SAMTEC BIOTECNOLOGIA LTDA
Advogado	DR. WILSON CARLOS GUIMARAES(OAB: 88310-A/SP)
AGRAVADO(S)	FUNDACAO EDUCANDARIO CEL. QUITO JUNQUEIRA
Advogado	DR. GABRIEL SPÓSITO(OAB: 167614 -A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DISLAB COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA.
- ELIAS APARECIDO ANDRADE
- ESTADO DE SÃO PAULO
- FUNDACAO EDUCANDARIO CEL. QUITO JUNQUEIRA
- M.L.A. MODULO SERVICOS TERCEIRIZADOS - ME
- SAMTEC BIOTECNOLOGIA LTDA

Processo Nº AIRR-0011197-66.2016.5.03.0103

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
Advogado	DR. VIDAL RIBEIRO PONÇANO(OAB: 91473/SP)
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)
AGRAVADO(S)	VANESSA SALES CORRÊA LEITE LEMES
Advogada	DRA. PATRÍCIA PEREIRA DE ALMEIDA GUIMARÃES(OAB: 76612/MG)
AGRAVADO(S)	ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A. E OUTRO
Advogada	DRA. GISELE DE ALMEIDA WEITZEL(OAB: 93536/MG)
Advogado	DR. DANILO DE ANDRADE FERNANDES(OAB: 128797-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A. E OUTRO
- BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
- VANESSA SALES CORRÊA LEITE LEMES

Processo Nº AIRR-0011213-83.2014.5.15.0029

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE PRADÓPOLIS
Advogado	DR. ANTÔNIO CARLOS VENTURIN(OAB: 126420/SP)
Advogado	DR. ADHEMAR RONQUIM FILHO(OAB: 223251-A/SP)
Advogada	DRA. CAROLINE COLMANETTI SILVA(OAB: 348818/SP)
AGRAVADO(S)	ÂNGELA MARIA CAMPOS ROSSI
Advogado	DR. PAULO SÉRGIO MOREIRA DA SILVA(OAB: 165937-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE PRADÓPOLIS
- ÂNGELA MARIA CAMPOS ROSSI

Processo Nº AIRR-0011252-12.2015.5.15.0008

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MAGAZINE LUIZA S.A.
Advogado	DR. LEONARDO HIDEKI DANTAS(OAB: 337444-A/SP)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SÃO CARLOS E REGIÃO
Advogado	DR. MONICA FERREIRA DOMINGUES(OAB: 290812-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MAGAZINE LUIZA S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SÃO CARLOS E REGIÃO

Processo Nº Ag-AIRR-0011257-94.2017.5.18.0003

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	NELSON RIBEIRO JUNIOR
Advogado	DR. MIKELLY JULIE COSTA D'ABADIA(OAB: 23332/GO)
Advogado	DR. GIZELI COSTA D ABADIA NUNES DE SOUSA(OAB: 17351-A/GO)
AGRAVADO(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. MARCELO JOSÉ LELES CARVALHO(OAB: 38992-A/DF)
Advogado	DR. CRISTIANO MARTINS DE SOUZA(OAB: 16955-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- NELSON RIBEIRO JUNIOR

Processo Nº Ag-AIRR-0011264-21.2019.5.18.0002

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
Advogada	DRA. PATRÍCIA DE MOURA UMAKE(OAB: 27473-A/GO)
Advogado	DR. EDMAR ANTONIO ALVES FILHO(OAB: 31312-A/GO)
Advogada	DRA. NILMA DE SOUZA OLIVEIRA(OAB: 48509-A/GO)
Advogada	DRA. RAYANE FREITAS ARAÚJO(OAB: 50028-A/GO)
AGRAVADO(S)	IVONIR SEBASTIAO PIMENTEL
Advogado	DR. THIAGO ROMER DE OLIVEIRA SILVA(OAB: 32342-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
- IVONIR SEBASTIAO PIMENTEL

Processo Nº Ag-AIRR-0011274-79.2019.5.15.0089

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SAO PAULO

Procuradora	DRA. FLÁVIA MARIA SILVEIRA SOUZA FERRO
AGRAVADO(S)	ERICO VINICIUS FLORENCIO PEREIRA
Advogado	DR. WILLIANS CARLOS SILVA BARBOSA(OAB: 388249-A/SP)
AGRAVADO(S)	REAK SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ERICO VINICIUS FLORENCIO PEREIRA
- ESTADO DE SAO PAULO
- REAK SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0011323-11.2017.5.15.0051

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	UNIÃO (PGU)
Procurador	DR. ARLINDO ICASSATI ALMIRÃO
Procurador	DR. RODRIGO LIMA BEZDIGUIAN
AGRAVADO(S)	RAÍZEN ENERGIA S.A.
Advogado	DR. MARCUS VINICIUS PERRETI MINGRONE(OAB: 177809-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAÍZEN ENERGIA S.A.
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº Ag-AIRR-0011352-03.2013.5.03.0062

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Advogado	DR. SÉRGIO CARNEIRO ROSI(OAB: 71639-A/MG)
AGRAVADO(S)	TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Advogado	DR. MARCOS ANTÔNIO DE JESUS(OAB: 129842/MG)
Advogado	DR. DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE(OAB: 56543-S/MG)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
AGRAVADO(S)	PETER MAIA CASSEMIRO
Advogado	DR. HUDSON LEONARDO DE CAMPOS(OAB: 75761-A/MG)
Advogado	DR. NATALIA ELIAS UTSCH DE CASTRO(OAB: 132399-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETER MAIA CASSEMIRO
- TELEMAR NORTE LESTE S.A.
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0011362-92.2015.5.03.0186

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	AÇÃO CONTACT CENTER LTDA.
Advogado	DR. JOAQUIM MARTINS PINHEIRO FILHO(OAB: 72218-A/MG)
AGRAVADO(S)	LORRAINE SOUZA MAIA
Advogado	DR. JAMES ANDERSON NARCISO FILHO(OAB: 120613/MG)
AGRAVADO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	DR. SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS(OAB: 44698-A/MG)
Advogado	DR. GUSTAVO MONTI SABAINI(OAB: 76826/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- AÇÃO CONTACT CENTER LTDA.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- LORRAINE SOUZA MAIA

Processo Nº AIRR-0011370-06.2015.5.01.0031

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	CASA & VÍDEO RIO DE JANEIRO S.A.
Advogado	DR. GLÓRIA MARIA DE LOSSIO BRASIL(OAB: 60068-A/RJ)
AGRAVADO(S)	LEANDRO RODRIGUES DA MATTA
Advogado	DR. JOSÉ DE SOUZA MENDONÇA(OAB: 63028-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CASA & VÍDEO RIO DE JANEIRO S.A.
- LEANDRO RODRIGUES DA MATTA

Processo Nº Ag-AIRR-0011389-72.2019.5.15.0066

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. RAFAEL SODRÉ GHATTAS
AGRAVADO(S)	GUSTAVO LUIS VIANNA
Advogado	DR. RODRIGO STÁBILE DO COUTO(OAB: 244686-A/SP)
AGRAVADO(S)	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
- ESTADO DE SÃO PAULO
- GUSTAVO LUIS VIANNA

Processo Nº AIRR-0011410-53.2015.5.15.0045

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.
Advogada	DRA. CLARISSE DE SOUZA ROZALES(OAB: 389409-A/SP)
AGRAVADO(S)	BENEDITO ELIAS DA SILVA
Advogado	DR. JOSÉ PEDRO ANDREATTA MARCONDES(OAB: 311926/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BENEDITO ELIAS DA SILVA
- GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0011450-59.2019.5.03.0035

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	RITA DE CASSIA APARECIDA OLIVEIRA CARDOSO
Advogado	DR. JACKSON BATISTA DE OLIVEIRA(OAB: 85042-A/RJ)
Advogado	DR. LUCIANA RIBEIRO TEIXEIRA(OAB: 91764-S/MG)
Advogado	DR. LAURA MENDONCA DE REZENDE RODRIGUES(OAB: 135791 -A/MG)
AGRAVADO(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. ROSALIA MARIA LIMA SOARES(OAB: 147987-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- RITA DE CASSIA APARECIDA OLIVEIRA CARDOSO

Processo Nº Ag-AIRR-0011452-47.2015.5.01.0060

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	NILSON OTAVIO ABREU BRASIL E OUTROS
Advogado	DR. THIAGO D'ÁVILA MELO FERNANDES(OAB: 155-B/SE)
Advogado	DR. EDUARDO GALARDO MATTA(OAB: 126977/RJ)
Advogado	DR. MARCOS D'ÁVILA MELO FERNANDES(OAB: 24952/DF)
AGRAVADO(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. LUÍS CLÁUDIO DIAS DA SILVA(OAB: 97133-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- NILSON OTAVIO ABREU BRASIL E OUTROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0011474-78.2015.5.15.0040

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	AMSTED-MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S.A.
Advogada	DRA. ALINE DE PAULA SANTIAGO CARVALHO(OAB: 237437/SP)
AGRAVADO(S)	THIAGO FABRÍCIO ALVES DE PAULA FERRAZ
Advogado	DR. ANDRÉ MARCOLINO DE SIQUEIRA(OAB: 299548-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMSTED-MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S.A.
- THIAGO FABRÍCIO ALVES DE PAULA FERRAZ

Processo Nº Ag-AIRR-0011507-39.2015.5.03.0093

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	PLENA TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
Advogado	DR. DÊNIO MOREIRA DE CARVALHO JÚNIOR(OAB: 41796/MG)
AGRAVADO(S)	VALDECI DE SOUZA SOARES
Advogado	DR. LEANDRO DE ASSIS MOREIRA(OAB: 132696/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- PLENA TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
- VALDECI DE SOUZA SOARES

Processo Nº Ag-AIRR-0011572-54.2017.5.15.0085

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ADRIANO NAVARRO ANTUNES ROSA
Advogado	DR. RICARDO SANCHES GUILHERME(OAB: 180694/SP)
Advogada	DRA. RENATA SANCHES GUILHERME(OAB: 232686/SP)
AGRAVADO(S)	QUALY - SERVICOS EM ALIMENTACAO LTDA
Advogado	DR. JOSE ANTONIO DA SILVA(OAB: 109777-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANO NAVARRO ANTUNES ROSA
- QUALY - SERVICOS EM ALIMENTACAO LTDA

Processo Nº Ag-AIRR-0011670-41.2019.5.15.0094

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	FUNDACAO MUNICIPAL PARA EDUCACAO COMUNITARIA-FUMEC-
Advogado	DR. CARLOS EDUARDO MIGUEL(OAB: 251007-A/SP)
AGRAVADO(S)	HONORIO DA CONCEICAO NETO
Advogado	DR. JANDIR JOSE DA SILVA JUNIOR(OAB: 401906-A/SP)
AGRAVADO(S)	SAGA PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDACAO MUNICIPAL PARA EDUCACAO COMUNITARIA-FUMEC-
- HONORIO DA CONCEICAO NETO
- SAGA PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI - ME

Processo Nº Ag-AIRR-0011705-71.2018.5.15.0082

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Procurador	DR. FERNANDO LUÍS DE ALBUQUERQUE
AGRAVADO(S)	LOURDES ADRIANA LOPES DA COSTA
Advogado	DR. FRANCISCO AUGUSTO CÉSAR SERAPIÃO JÚNIOR(OAB: 107815-A/SP)
AGRAVADO(S)	COMATIC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
Advogada	DRA. VILMA DIAS(OAB: 69138-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMATIC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
- LOURDES ADRIANA LOPES DA COSTA
- MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Processo Nº Ag-AIRR-0011765-65.2016.5.03.0044

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)
Advogada	DRA. GABRIELA CARR(OAB: 281551-A/SP)
AGRAVADO(S)	CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA.
Advogado	DR. VINÍCIUS COSTAS DIAS(OAB: 61559-A/MG)
AGRAVADO(S)	RENATA HELENA DIAS CRUZEIRO
Advogado	DR. ELIZEU DINIZ SILVA(OAB: 147462/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA.
- RENATA HELENA DIAS CRUZEIRO

Processo Nº AIRR-0011801-63.2016.5.18.0053

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	JOSÉ VARSELI RIBEIRO CARDOSO
Advogada	DRA. MACEIÓ DE GOYAZ LEITE NETO(OAB: 33323/GO)
AGRAVADO(S)	BRUMEL DISTRIBUIDORA DE PNEUS LTDA.
Advogada	DRA. ROSELAINE STOCK(OAB: 66980-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUMEL DISTRIBUIDORA DE PNEUS LTDA.
- JOSÉ VARSELI RIBEIRO CARDOSO

Processo Nº AIRR-0011819-27.2016.5.15.0099

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
Procuradora	DRA. KLÉBER DAINEZ AMADOR FERREIRA
AGRAVADO(S)	ZILMA FARIAS DE LIMA
Advogado	DR. LEONARDO EULER DOS REIS(OAB: 268355-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
- ZILMA FARIAS DE LIMA

Processo Nº Ag-AIRR-0011842-61.2015.5.03.0092

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado	DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S)	PAULO CESAR PEREIRA DOS ANJOS
Advogado	DR. ZENAIDE MARIA HENRIQUES BARBOSA(OAB: 114104-A/MG)
Advogado	DR. PATRÍCIA CRISTINA DOS SANTOS DIAS(OAB: 139642-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- GOL LINHAS AEREAS S.A.
- PAULO CESAR PEREIRA DOS ANJOS

Processo Nº Ag-AIRR-0011845-49.2016.5.15.0091

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	JOAO PAULO BRANCO PERES
Advogada	DRA. MARILDA IZIQUE CHEBABI(OAB: 24902/SP)
AGRAVADO(S)	GERSON GOMES DOS SANTOS
Advogado	DR. JOSÉ BRUN JÚNIOR(OAB: 128366-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GERSON GOMES DOS SANTOS
- JOAO PAULO BRANCO PERES

Processo Nº AIRR-0011887-11.2016.5.03.0034

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	VAUVENARGUES TEODORO DE CASTRO QUARESMA
Advogado	DR. RAUL FREITAS PIRES DE SABÓIA(OAB: 7136-A/DF)
Advogado	DR. HUMBERTO TÔRRES DUARTE(OAB: 83199-A/MG)
Advogado	DR. CEZER LOPES DE OLIVEIRA JÚNIOR(OAB: 113279-A/MG)
Advogado	DR. RAUL MARQUES PIRES DE SABOIA(OAB: 44628-A/DF)
AGRAVADO(S)	SANKYU S.A.
Advogado	DR. NEY JOSÉ CAMPOS(OAB: 44243 -A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- SANKYU S.A.
- VAUVENARGUES TEODORO DE CASTRO QUARESMA

Processo Nº Ag-AIRR-0011935-88.2016.5.03.0027

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
Advogada	DRA. ANA PAULA PAIVA DE MESQUITA BARROS(OAB: 113793/SP)
AGRAVADO(S)	GILSON LUIZ SALATIEL
Advogado	DR. ALÉSSIO FABIANI ROSENDO(OAB: 64317/MG)
Advogado	DR. LUCIANO JOSÉ DE OLIVEIRA ALMEIDA(OAB: 108763/MG)
Advogado	DR. ANDERSON REGIS PASQUALETO(OAB: 12068/MS)
Advogada	DRA. CARINE JULIANA BORBA(OAB: 137311-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA.
- GILSON LUIZ SALATIEL

Processo Nº Ag-AIRR-0011979-53.2019.5.15.0097

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. MÁRIO HENRIQUE DUTRA NUNES
AGRAVADO(S)	ALESANDRA PEREIRA DE ABREU
Advogado	DR. RENATO DEBLE JOAQUIM(OAB: 268322-A/SP)
Advogado	DR. SYLVIO CORDEIRO PONTES NETO(OAB: 249543-D/SP)
Advogado	DR. EDILSON CARLOS NOGUEIRA(OAB: 374421-A/SP)
AGRAVADO(S)	TRANSCAMPOS SERVIÇOS GERAIS TERCEIRIZADOS LTDA.
Advogado	DR. FERNANDO POMPEU LUCCAS(OAB: 232622-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALESANDRA PEREIRA DE ABREU
- ESTADO DE SÃO PAULO
- TRANSCAMPOS SERVIÇOS GERAIS TERCEIRIZADOS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0012060-29.2014.5.01.0206

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	COMÉRCIO AUTOMÓVEIS ESTADO DO RIO LTDA.
Advogado	DR. FÁBIO LIRA DA SILVA(OAB: 115211-A/RJ)
Advogado	DR. LEONARDO ANTUNES FERREIRA DA SILVA(OAB: 131906-A/RJ)

AGRAVADO(S)	LUIZ CLAUDIO GONCALVES DE VASCONCELOS
Advogado	DR. VICTOR BARBOZA RODRIGUES(OAB: 80136-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMÉRCIO AUTOMÓVEIS ESTADO DO RIO LTDA.
- LUIZ CLAUDIO GONCALVES DE VASCONCELOS

Processo Nº AIRR-0012097-46.2014.5.15.0051

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada	DRA. NEUZA MARIA LIMA PIRES DE GODOY(OAB: 82246/SP)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE PIRACICABA E REGIÃO
Advogado	DR. FERNANDO JOSÉ HIRSCH(OAB: 164164/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE PIRACICABA E REGIÃO

Processo Nº Ag-AIRR-0012546-04.2017.5.15.0017

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Advogada	DRA. LÚCIA FRANCO DA SILVA GOMES FILPI(OAB: 296831-A/SP)
AGRAVADO(S)	ANILTON SANCHES DE ARAUJO
Advogado	DR. FRANCISCO AUGUSTO CÉSAR SERAPIÃO JÚNIOR(OAB: 107815-A/SP)
AGRAVADO(S)	COMATIC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. GUTEMBERG TEIXEIRA DE ARAUJO(OAB: 314345-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANILTON SANCHES DE ARAUJO
- COMATIC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
- MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Processo Nº Ag-AIRR-0012574-23.2017.5.15.0097

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
AGRAVANTE(S)	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/SP
Procurador	DR. MÁRIO HENRIQUE DUTRA NUNES
AGRAVADO(S)	VANCINEIA NASCIMENTO DOS SANTOS
Advogado	DR. TATYANA MARCAL ZAGARI(OAB: 192339-A/SP)
AGRAVADO(S)	ANGEL CONSTRUTORA & SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGEL CONSTRUTORA & SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA - ME
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/SP
- VANCINEIA NASCIMENTO DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-0017907-96.2017.5.16.0009

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO MARANHÃO
Procurador	DR. GIVANILDO FÉLIX DE ARAÚJO JÚNIOR
AGRAVADO(S)	GLEYCIANE DA SILVA NASCIMENTO
Advogado	DR. GLAUBER ROGERS CANTANHEDE PAIVA FRAZÃO(OAB: 13369-A/MA)
AGRAVADO(S)	INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO MARANHÃO
- GLEYCIANE DA SILVA NASCIMENTO
- INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA

Processo Nº Ag-AIRR-0020072-63.2019.5.04.0403

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Procurador	DR. ESPEDITO DE LIMA ABRAHÃO JUNIOR
AGRAVADO(S)	DARLENE GULART ANTUNES
Advogado	DR. JOSÉ ALEX BITON TAPIA(OAB: 52796-A/RS)
AGRAVADO(S)	FA RECURSOS HUMANOS LTDA.
Advogada	DRA. RITA KÁSSIA NESKE UNFER(OAB: 89525-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DARLENE GULART ANTUNES
- FA RECURSOS HUMANOS LTDA.
- FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Processo Nº Ag-AIRR-0020111-09.2014.5.04.0024

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	SOLDI PROMOTORA DE VENDAS LTDA. E OUTRO
Advogado	DR. ALFONSO DE BELLIS(OAB: 25818-A/RS)
AGRAVADO(S)	EDILENE DAL BOSCO
Advogado	DR. CÉSAR PEREIRA(OAB: 53790-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDILENE DAL BOSCO
- SOLDI PROMOTORA DE VENDAS LTDA. E OUTRO

Processo Nº AIRR-0020111-50.2017.5.04.0332

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MARILAN ALIMENTOS S.A.
Advogado	DR. LEONARDO AUGUSTO PADILHA BERTANHA(OAB: 90013-A/RS)
AGRAVADO(S)	ISRAEL SAVELLA DUARTE
Advogado	DR. LISELOTE REINEHR KLEIN(OAB: 41870-A/RS)
AGRAVADO(S)	ACTION BR SOLUCOES EM PROMOCOES LTDA
Advogada	DRA. BÁRBARA BERBERT BAER VIANA(OAB: 305547-A/SP)

Advogado	DR. GUSTAVO REZENDE MITNE(OAB: 52997-A/PR)
Advogado	DR. DIOGO LOPES VILELA BERBEL(OAB: 41766/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ACTION BR SOLUCOES EM PROMOCOES LTDA
- ISRAEL SAVELLA DUARTE
- MARILAN ALIMENTOS S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0020133-85.2019.5.04.0123

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE RIO GRANDE
Procuradora	DRA. LUCÍLIA FURTADO
AGRAVADO(S)	DEBORA FERNANDES TRUQUIJO
Advogada	DRA. RENATA MARTINS DA ROSA(OAB: 37917-A/RS)
AGRAVADO(S)	PRESERVAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- DEBORA FERNANDES TRUQUIJO
- MUNICÍPIO DE RIO GRANDE
- PRESERVAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. - ME

Processo Nº Ag-AIRR-0020160-08.2018.5.04.0025

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Advogada	DRA. PAULA FERREIRA KRIEGUER(OAB: 57189/RS)
AGRAVADO(S)	NIZIA BARCELLOS GARCIA
Advogado	DR. EVARISTO LUIZ HEIS(OAB: 28154/RS)
AGRAVADO(S)	FA RECURSOS HUMANOS LTDA.
Advogada	DRA. RITA KÁSSIA NESKE UNFER(OAB: 89525-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- FA RECURSOS HUMANOS LTDA.
- NIZIA BARCELLOS GARCIA

Processo Nº Ag-AIRR-0020197-07.2019.5.04.0411

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradora	DRA. MARÍLIA RODRIGUES DE OLIVEIRA
AGRAVADO(S)	ROBSON RICARDO PEIXOTO DA SILVA
Advogado	DR. EDUARDO ECHEVENGUÁ TOSCANI(OAB: 66655-A/RS)
Advogado	DR. DEBORA DE MARTINI CALLEGARO(OAB: 69900-A/RS)
AGRAVADO(S)	JOB SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA. - EPP
Advogado	DR. CECILIA MARIA OYHENARD IBARRA(OAB: 34814-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- JOB SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA. - EPP
- ROBSON RICARDO PEIXOTO DA SILVA

Processo Nº AIRR-0020274-82.2015.5.04.0014

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. GUSTAVO DE OLIVEIRA ORDAHI(OAB: 42151-A/RS)
Advogada	DRA. CAROLINA ROSTIROLLA LAKUS(OAB: 81587-A/RS)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PORTO ALEGRE E REGIÃO
Advogado	DR. ANTÔNIO VICENTE DA FONTOURA MARTINS(OAB: 21328-A/RS)
Advogada	DRA. HELOÍSA DE ABREU E SILVA LOUREIRO(OAB: 60325/RS)
Advogado	DR. AMANDA DE ABREU E SILVA LOUREIRO(OAB: 87439-A/RS)
Advogada	DRA. DAIANE FRAGA DE MATTOS(OAB: 65321-A/RS)
Advogado	DR. ANDRE HEINECK KRUSE(OAB: 73243-A/RS)
Advogado	DR. RICARDO ALESSANDRO RODRIGUES PRETTO(OAB: 75370-A/RS)
Advogado	DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PORTO ALEGRE E REGIÃO

Processo Nº Ag-AIRR-0020416-50.2015.5.04.0511

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	DR. MARILIA RODRIGUES DE OLIVEIRA
AGRAVADO(S)	PAULA ISAURA SILVA DAS NEVES
Advogada	DRA. CRISTIANE PINSETTA FRIGHETTO(OAB: 68287-A/RS)
Advogada	DRA. GIOVANA LUMI ALBERTON(OAB: 65985-A/RS)
AGRAVADO(S)	PRESENÇA ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA.
Advogado	DR. JULIANO GUZZELA DOS SANTOS(OAB: 60887-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- PAULA ISAURA SILVA DAS NEVES
- PRESENÇA ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA.

Processo Nº AIRR-0020421-98.2016.5.04.0103

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	DR. GILBERTO ANTÔNIO PANIZZI FILHO(OAB: 47284-A/RS)
Advogado	DR. JOSÉ ALEXANDRE FENILLI DE MIRANDA(OAB: 58492/RS)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE PELOTAS
Advogado	DR. RUBENS SOARES VELLINHO(OAB: 25323-A/RS)
Advogado	DR. MARIA EMÍLIA VALLI BUTTOW(OAB: 89172-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE PELOTAS

Processo Nº AIRR-0020479-64.2017.5.04.0007

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	SABEMI INTERMEDIADORA DE NEGÓCIOS LTDA.
Advogado	DR. LUCIANO BENETTI CORRÊA DA SILVA(OAB: 23029-A/RS)
AGRAVADO(S)	JOICE MACHADO DOS SANTOS MACHADO
Advogado	DR. FELIPE JOSÉ SCHNITZER(OAB: 85965-B/RS)
AGRAVADO(S)	MAAF PROMOTORA DE VENDAS EIRELI
Advogado	DR. VAGNER DE OLIVEIRA(OAB: 95946-A/RS)
AGRAVADO(S)	MOVECENTER SOLUCOES EM TELE -ATENDIMENTO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- JOICE MACHADO DOS SANTOS MACHADO
- MAAF PROMOTORA DE VENDAS EIRELI
- MOVECENTER SOLUCOES EM TELE-ATENDIMENTO LTDA
- SABEMI INTERMEDIADORA DE NEGÓCIOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0020530-81.2017.5.04.0005

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	BANCO BTG PACTUAL S.A.
Advogado	DR. DANIELA FARNEDA HUMMES(OAB: 36556-A/RS)
Advogado	DR. GAUDIO RIBEIRO DE PAULA(OAB: 49080-A/DF)
AGRAVADO(S)	MASSA FALIDA DE BRASIL PHARMA S.A.
Advogado	DR. JORGE ANTÔNIO NASSAR CAPRARO(OAB: 17598-A/PR)
Advogado	DR. ANDRÉ ARAUJO DE OLIVEIRA(OAB: 229382-A/SP)
AGRAVADO(S)	VERTI CAPITAL PARTNERS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO
Advogado	DR. JULIANA BRACKS DUARTE(OAB: 102466-A/RJ)
AGRAVADO(S)	DENIZE MARIA DOS SANTOS FARIAS
Advogada	DRA. ZARA LÚCIA FERREIRA PEREIRA(OAB: 30756-A/RS)
AGRAVADO(S)	DROGARIA MAIS ECONÔMICA S.A. E OUTRAS
Advogada	DRA. MARIA BEATRIZ PRESSE PACHECO(OAB: 76924-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BTG PACTUAL S.A.
- DENIZE MARIA DOS SANTOS FARIAS
- DROGARIA MAIS ECONÔMICA S.A. E OUTRAS
- MASSA FALIDA DE BRASIL PHARMA S.A.
- VERTI CAPITAL PARTNERS FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO

Processo Nº Ag-AIRR-0020608-49.2018.5.04.0261

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. MARCUS ANDRÉ NASCIMENTO MARCHI(OAB: 56550/RS)
Advogado	DR. ADROALDO DA SILVA FILHO(OAB: 63304/RS)
AGRAVADO(S)	DANIELA GARCIAS DE CARVALHO
Advogado	DR. RAFAEL OSVALDO DE AZEVEDO LOPES(OAB: 44725-A/RS)
AGRAVADO(S)	TROJAHN-TOPPEL SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. EDGAR TROJAHN(OAB: 54648-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIELA GARCIAS DE CARVALHO
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- TROJAHN-TOPPEL SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0020624-98.2017.5.04.0661

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PRODUÇÃO E PESQUISA EM SAÚDE - FEEPS
Procuradora	DRA. ADRIANA MENEZES DE SIMÃO KUHN
AGRAVADO(S)	NAMIR SILVA DE FREITAS
Advogado	DR. DIEGO SOUZA GONZATTO(OAB: 75309-A/RS)
AGRAVADO(S)	FILIPE MENDONÇA DUARTE

Intimado(s)/Citado(s):

- FILIPE MENDONÇA DUARTE
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PRODUÇÃO E PESQUISA EM SAÚDE - FEEPS
- NAMIR SILVA DE FREITAS

Processo Nº Ag-AIRR-0020680-52.2019.5.04.0018

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	DR. ALFREDO CROSSETTI SIMON
AGRAVADO(S)	NICOLAU TOIGO LEITE
Advogado	DR. AFONSO CELSO BANDEIRA MARTHA(OAB: 17006-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL
- NICOLAU TOIGO LEITE

Processo Nº AIRR-0020734-46.2015.5.04.0733

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. RODRIGO FERNANDES DE MARTINO(OAB: 43196/RS)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SANTA CRUZ DO SUL E REGIÃO
Advogado	DR. RICARDO GRESSLER(OAB: 19843/RS)
Advogado	DR. RUY RODRIGUES DE RODRIGUES(OAB: 9597/RS)
Advogado	DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SANTA CRUZ DO SUL E REGIÃO

Processo Nº AIRR-0020745-75.2015.5.04.0733

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. ERCIO WEIMER KLEIN(OAB: 26919-A/RS)
Advogado	DR. ELOIR JOSÉ DALL'AGNOL(OAB: 42138-A/RS)
Advogado	DR. RODRIGO FERNANDES DE MARTINO(OAB: 43196/RS)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS BANCARIOS DE SANTA CRUZ DO SUL E REGIAO
Advogado	DR. RUY RODRIGUES DE RODRIGUES(OAB: 9597/RS)
Advogado	DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- SINDICATO DOS BANCARIOS DE SANTA CRUZ DO SUL E REGIAO

Processo Nº Ag-AIRR-0020755-71.2018.5.04.0812

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL - ELETROBRAS CGT ELETROSUL
Advogado	DR. ROBERTO PIERRI BERSCH(OAB: 24484-A/RS)
AGRAVADO(S)	PAULO RENATO SOUZA FARIAS
Advogado	DR. MARCUS FLAVIO LOGUERCIO PAIVA(OAB: 27493-A/RS)
Advogado	DR. JERONIMO NICOLOSO MACHADO(OAB: 105659-A/RS)
AGRAVADO(S)	RVT CONSTRUTORA SUL S.A.

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL - ELETROBRAS CGT ELETROSUL
- PAULO RENATO SOUZA FARIAS
- RVT CONSTRUTORA SUL S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0020781-92.2014.5.04.0009

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	THERASKIN FARMACEUTICA LTDA.
Advogado	DR. FLÁVIO SECOLIN(OAB: 78266-A/SP)
AGRAVADO(S)	FLÁVIA ALVES DE SÁ
Advogada	DRA. GRACIELA JUSTO EVALDT(OAB: 65359/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FLÁVIA ALVES DE SÁ
- THERASKIN FARMACEUTICA LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0020799-55.2016.5.04.0523

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	HELP - EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA - EPP E OUTRO
Advogado	DR. ALUISIO COUTINHO GUEDES PINTO(OAB: 3899-A/SC)
AGRAVADO(S)	MARCIO CESAR AMBROSINI
Advogado	DR. JULIANO TACCA(OAB: 43125/RS)
Advogado	DR. TIAGO DOUGLAS MASCHIO(OAB: 70288/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- HELP - EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA - EPP E OUTRO
- MARCIO CESAR AMBROSINI

Processo Nº Ag-AIRR-0020964-02.2016.5.04.0233

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	PAULO ROBERTO DA ROSA
Advogado	DR. BRUNO JULIO KAHLE FILHO(OAB: 21053-A/RS)
AGRAVADO(S)	PROMETEON TYRE GROUP INDÚSTRIA BRASIL LTDA.
Advogada	DRA. ROSSANA BRACK(OAB: 17125-B/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- PAULO ROBERTO DA ROSA
- PROMETEON TYRE GROUP INDÚSTRIA BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0021081-76.2018.5.04.0021

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Advogado	DR. PAULA FERREIRA KRIEGER(OAB: 57189-A/RS)
Procurador	DR. MARLON BRUM
AGRAVADO(S)	TROJAHN-TOPPEL SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. EDGAR TROJAHN(OAB: 54648-A/PR)
AGRAVADO(S)	ELZA MARIA RAMOS
Advogado	DR. SIMONE CARVALHO DE OLIVEIRA(OAB: 90572-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELZA MARIA RAMOS
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- TROJAHN-TOPPEL SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0021094-63.2017.5.04.0101

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Procurador	DR. JULIANO DE ANGELIS
AGRAVADO(S)	FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO
Advogado	DR. GUILHERME GOLDANI(OAB: 75847-A/RS)
AGRAVADO(S)	ALINE NEVES DA SILVA
Advogado	DR. ANDIARA PORTANTIOLO CONCEICAO(OAB: 47459-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALINE NEVES DA SILVA
- FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Processo Nº Ag-AIRR-0021147-91.2015.5.04.0011

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	IDA SAMBERG GRUTCKI
Advogada	DRA. CECÍLIA DE ARAÚJO COSTA(OAB: 2190/RS)
Advogado	DR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES(OAB: 19241/DF)
Advogado	DR. LÚCIO FERNANDES FURTADO(OAB: 65084-A/RS)
AGRAVADO(S)	COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT E OUTROS
Advogado	DR. JIMMY BARIANI KOCH(OAB: 50783/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT E OUTROS
- IDA SAMBERG GRUTCKI

Processo Nº Ag-AIRR-0021555-11.2017.5.04.0012

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
Procurador	DR. CARLOS ROBERTO DA COSTA AQUINES
AGRAVADO(S)	TRADIÇÃO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. MARCOS LEANDRO MOREIRA TRINDADE(OAB: 76835-A/RS)
Advogada	DRA. RENATA TEIXEIRA CAVALCANTI(OAB: 102811-A/RS)
AGRAVADO(S)	MARINA SILVA DE MALTA
Advogado	DR. FERNANDO BUZZATTI MACHADO(OAB: 44578-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARINA SILVA DE MALTA
- MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
- TRADIÇÃO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0021934-97.2014.5.04.0030

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	STEMAC S.A. - GRUPOS GERADORES (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	DRA. DANIELA FARNEDA HUMMES(OAB: 36556/RS)
Advogado	DR. GUSTAVO JUCHEM(OAB: 34421-A/RS)
Advogado	DR. ROSSANA MARIA LOPES BRACK(OAB: 17125-A/RS)
AGRAVADO(S)	ADAO RONI NUNES DA SILVA
Advogado	DR. SOLON MUCENIC(OAB: 58763-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADAO RONI NUNES DA SILVA
- STEMAC S.A. - GRUPOS GERADORES (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº AIRR-0024271-41.2015.5.24.0071

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ANÉSIO DE MARIS CARDOSO
Advogado	DR. VANDERLEI JOSÉ DA SILVA(OAB: 7598-A/MS)
AGRAVADO(S)	BREDA TRANSPORTES E SERVIÇOS S.A.
Advogado	DR. ANDRÉ LUÍS XAVIER MACHADO(OAB: 7676/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANÉSIO DE MARIS CARDOSO
- BREDA TRANSPORTES E SERVIÇOS S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0024864-93.2015.5.24.0031

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	RUMO MALHA OESTE S.A.
Advogado	DR. HERALDO JUBILUT JUNIOR(OAB: 23812-A/SP)
AGRAVADO(S)	MARCOS BEZERRA NOGUEIRA
Advogado	DR. RENAN FONSECA(OAB: 13819-A/MS)
AGRAVADO(S)	SEMAFER MANUTENÇÃO INDUSTRIAL E FERROVIÁRIA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS BEZERRA NOGUEIRA
- RUMO MALHA OESTE S.A.
- SEMAFER MANUTENÇÃO INDUSTRIAL E FERROVIÁRIA LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0087900-13.2009.5.05.0011

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	DR. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 17769-S/BA)
Advogada	DRA. RAFAELA SOUZA TANURI MEIRELLES(OAB: 26124/BA)
Advogado	DR. ARTUR TANURI MEIRELLES FILHO(OAB: 20143-A/BA)
AGRAVADO(S)	HUMBERTO GONÇALVES DOS SANTOS E OUTROS
Advogada	DRA. CLÁUDIA DE OLIVEIRA SAMPAIO(OAB: 13707/BA)
Advogado	DR. CARLOS SIMÕES LACERDA JÚNIOR(OAB: 23787/BA)
Advogado	DR. ADRIANO LEITE PALMEIRA(OAB: 15729-A/BA)
AGRAVADO(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. CARLOS DA SILVA FONTES FILHO(OAB: 59712/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- HUMBERTO GONÇALVES DOS SANTOS E OUTROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0091100-61.2009.5.02.0027

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	OSMAR APARECIDO MAREGA
Advogado	DR. SANDRO SIMÕES MELONI(OAB: 125821/SP)

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A.
Advogada	DRA. JULIANA MEDEIROS DA SILVA(OAB: 237347-A/SP)
AGRAVADO(S)	FUNDAÇÃO CESP
Advogado	DR. ROBERTO EIRAS MESSINA(OAB: 84267/SP)
Advogado	DR. LUÍS FERNANDO FEOLA LENCIONI(OAB: 113806/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A.
- FUNDAÇÃO CESP
- OSMAR APARECIDO MAREGA

Processo Nº Ag-AIRR-0100161-06.2018.5.01.0011

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. PAULO CÉSAR TEIXEIRA FILHO(OAB: 104204-A/MG)
Advogado	DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 136118-A/RJ)
AGRAVADO(S)	CRISTIANO SILVEIRA DE ABREU
Advogada	DRA. LUANA ALVES DE OLIVEIRA(OAB: 146135-A/RJ)
AGRAVADO(S)	MASTERVIG EXPRESS CENTRAL DE SERVIÇOS EIRELI
Advogado	DR. JOSUÉ DE SOUZA MARTINS(OAB: 164530-A/RJ)
AGRAVADO(S)	INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - INEA
Procuradora	DRA. RENATA RUFFO RODRIGUES PEREIRA REZENDE

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CRISTIANO SILVEIRA DE ABREU
- INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - INEA
- MASTERVIG EXPRESS CENTRAL DE SERVIÇOS EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-0100202-70.2016.5.01.0551

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	JOSE ADEMAR DA SILVA
Advogado	DR. HÉRCULES ANTON DE ALMEIDA(OAB: 59505/RJ)
Advogado	DR. EMERSON BERNARDO PEREIRA(OAB: 60166/RJ)
AGRAVADO(S)	P.H. TRANSPORTES E CONSTRUÇÕES LTDA.
Advogado	DR. ROGÉRIO SERPA CARDOSO(OAB: 73420/RJ)
Advogado	DR. GABRIELLE NOGUEIRA LEAL(OAB: 164087/RJ)
Advogado	DR. FELIPE LOPES FRANCO(OAB: 176198/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE ADEMAR DA SILVA
- P.H. TRANSPORTES E CONSTRUÇÕES LTDA.

Processo Nº Ag-RR-0100281-16.2019.5.01.0431

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
AGRAVANTE(S)	UNIÃO (PGU)
Procuradora	DRA. DANIELLE CHRISTINE MIRANDA GHEVENTER
AGRAVADO(S)	JOSE ELIAS PEREIRA CAVALCANTE
Advogado	DR. FÁBIO JARDIM RIGUEIRA(OAB: 159434-A/RJ)
AGRAVADO(S)	RARIPLAN CONSTRUTORA EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE ELIAS PEREIRA CAVALCANTE
- RARIPLAN CONSTRUTORA EIRELI
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº Ag-AIRR-0100370-55.2016.5.01.0007

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB
Advogado	DR. DONES MANOEL DE FREITAS NUNES DA SILVA(OAB: 127580-S/RJ)
Advogado	DR. BRUNO ARCANJO(OAB: 173776-A/RJ)
Advogado	DR. EVERTON LUIS LEMES DA SILVA(OAB: 7294-A/RO)
Advogado	DR. FERNANDA DE ASSIS MARQUES MOTTA(OAB: 181201-A/RJ)
Advogado	DR. CRISTIANE DE OLIVEIRA IGREJA(OAB: 155666-A/RJ)
AGRAVADO(S)	JACLEIA CORREIA DE SOUZA
Advogado	DR. RAFAEL BRAGA BARROSO(OAB: 63643-A/RJ)
Advogado	DR. JOSÉ EDMAR DOS SANTOS(OAB: 73852-A/RJ)
AGRAVADO(S)	MOSCA GRUPO NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. LUIZ MIGUEL PETERLINI(OAB: 51136-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB
- JACLEIA CORREIA DE SOUZA
- MOSCA GRUPO NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0100371-28.2018.5.01.0247

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	HOSPITAL LAR INTERLINK LTDA. - ME
Advogado	DR. FERNANDO MORELLI ALVARENGA(OAB: 86424-A/RJ)
AGRAVADO(S)	LUZINETE DA CONCEICAO NASCIMENTO
Advogada	DRA. MARIA APARECIDA NAZARO(OAB: 114561-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- HOSPITAL LAR INTERLINK LTDA. - ME
- LUZINETE DA CONCEICAO NASCIMENTO

Processo Nº Ag-AIRR-0100620-05.2017.5.01.0282

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
Procurador	DR. ANTÔNIO JOSÉ CABRAL DE OLIVEIRA
AGRAVADO(S)	ERENITA RIBEIRO DIAS BARCELLOS

Advogado	DR. LUIZ LEANDRO LEITÃO GOMES FILHO(OAB: 118286-A/RJ)
AGRAVADO(S)	CENTRO ASSISTENCIAL DE REGENERAÇÃO DÉRMICA
Advogado	DR. LAURO MAGALHÃES PEREIRA CARNEIRO(OAB: 151143-A/RJ)
Advogado	DR. FILIPE JOSE DE SOUZA BRITO(OAB: 157718-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO ASSISTENCIAL DE REGENERAÇÃO DÉRMICA
- ERENITA RIBEIRO DIAS BARCELLOS
- MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA

Processo Nº Ag-AIRR-0100653-61.2019.5.01.0011

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
AGRAVANTE(S)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. ALEXANDRE TEIXEIRA DE OLIVEIRA FERNANDES
AGRAVADO(S)	IVANILDO MARTINS DO NASCIMENTO
Advogado	DR. CLÉBER MAURÍCIO NAYLOR(OAB: 68283-D/RJ)
AGRAVADO(S)	PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.
Advogada	DRA. MIRELE CRISTINA DA SILVA(OAB: 354912-A/SP)
Advogado	DR. VAGNER ELIAS HENRIQUES(OAB: 279692-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- IVANILDO MARTINS DO NASCIMENTO
- PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0100719-88.2016.5.01.0482

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
AGRAVADO(S)	MARCIO DA SILVA AMANCIO
Advogada	DRA. DAYANE PEREIRA DOS SANTOS MAETA(OAB: 172723-A/RJ)
AGRAVADO(S)	IESA ÓLEO & GÁS S.A.
Advogada	DRA. VIVIANE POPPE COSTA(OAB: 65004-A/RJ)
Advogado	DR. YOUSSEF BOUKAI(OAB: 108614-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- IESA ÓLEO & GÁS S.A.
- MARCIO DA SILVA AMANCIO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0100886-40.2017.5.01.0072

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. MARIA BEATRIZ FREITAS DE OLIVEIRA
Procurador	DR. PEDRO GUIMARÃES LOULA
AGRAVADO(S)	LUCIANE INEZ DOS SANTOS JOAQUIM
Advogado	DR. FRANCISCO LACORDAIRE PANNO(OAB: 119178-A/RJ)
Advogado	DR. WLADMYR DE SOUZA EVANGELISTA(OAB: 160997-A/RJ)
AGRAVADO(S)	PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
Advogada	DRA. ALEXSANDRA AZEVEDO DO FOJO(OAB: 155577/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- LUCIANE INEZ DOS SANTOS JOAQUIM
- PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR

Processo Nº Ag-AIRR-0100894-17.2016.5.01.0342

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
Advogada	DRA. ANA GABRIELA BURLAMAQUI DE CARVALHO VIANNA(OAB: 81690-A/RJ)
AGRAVADO(S)	EDILAINE EDINA DO NASCIMENTO DIAS DA SILVA
Advogado	DR. AUREA MARTINS SANTOS DA SILVA(OAB: 152207-A/RJ)
Advogado	DR. ANA PAULA MARTINS(OAB: 126765-A/RJ)
Advogado	DR. PAULO HENRIQUE TEIXEIRA PASSOS(OAB: 205545-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
- EDILAINE EDINA DO NASCIMENTO DIAS DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0101197-65.2017.5.01.0481

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ
Advogado	DR. JAIME GUIMARAES COUTO DOS SANTOS(OAB: 115747-A/RJ)
AGRAVADO(S)	JULIA CASSARO PELISSARI
Advogado	DR. RONIELLI CORTES PIERONI(OAB: 144422-A/RJ)
Advogado	DR. DANIEL TEIXEIRA NOGUEIRA DA GAMA(OAB: 140068-D/RJ)
AGRAVADO(S)	INSTITUTO VIDA E SAÚDE - INVISA
Advogada	DRA. VANESCA PESSANHA OLIVEIRA GOMES(OAB: 142329-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO VIDA E SAÚDE - INVISA
- JULIA CASSARO PELISSARI
- MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ

Processo Nº Ag-AIRR-0101239-54.2017.5.01.0501

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. RENATA COTRIM NACIF
AGRAVADO(S)	MARIA JOSE DOS SANTOS FERREIRA
Advogado	DR. OTON SOARES DO NASCIMENTO(OAB: 56494-D/RJ)
AGRAVADO(S)	HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS

Advogado	DR. LEONARDO DE GOUVÊA CASTELLÕES(OAB: 87704-A/MG)
Advogado	DR. PAULO HENRIQUE DOS SANTOS MEIRELLES BEJA(OAB: 140768-A/RJ)
Advogada	DRA. CAMILA ROSSI DA COSTA(OAB: 189311/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS
- MARIA JOSE DOS SANTOS FERREIRA

Processo Nº Ag-AIRR-0101273-21.2017.5.01.0342

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	PAULA AREDES DA COSTA
Advogado	DR. HÉRCULES ANTON DE ALMEIDA(OAB: 59505/RJ)
Advogado	DR. JULIANO MOREIRA DE ALMEIDA(OAB: 88851/RJ)
Advogado	DR. EVERTON FILIPE VIEIRA DA COSTA(OAB: 200451-A/RJ)
AGRAVADO(S)	FLORESTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. WALTAIR MAGNO MARTINHO(OAB: 70994-A/RJ)
Advogado	DR. JULIO CEZAR MOREIRA(OAB: 125587/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FLORESTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PAULA AREDES DA COSTA

Processo Nº Ag-RRAg-0101273-24.2018.5.01.0071

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
AGRAVADO(S)	LETICIA DE MOURA GOMES
Advogado	DR. GUSTAVO GORAYEB DE CASTRO(OAB: 119973-A/RJ)
AGRAVADO(S)	NUCLEO DE ACAO COMUNITARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Advogado	DR. LUIS ANTONIO FERNANDES PEREIRA DA COSTA(OAB: 217149-A/RJ)
Advogado	DR. LATIF ABI SABER NETO(OAB: 177019-A/RJ)
Advogado	DR. CAIO CESAR MACHADO HASCHE(OAB: 178161-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LETICIA DE MOURA GOMES
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- NUCLEO DE ACAO COMUNITARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Processo Nº Ag-RRAg-0101358-91.2017.5.01.0023

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	FUNDACAO CIDADE DAS ARTES
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
AGRAVADO(S)	ANDRE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
Advogado	DR. RODRIGO FARO MANGORRA(OAB: 104298-A/RJ)
Advogada	DRA. NÁDIA CRISTINA DE ALMEIDA(OAB: 139701-A/RJ)
AGRAVADO(S)	TIRADENTES SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
- FUNDACAO CIDADE DAS ARTES
- TIRADENTES SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

Processo Nº Ag-RR-0101450-08.2017.5.01.0011

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Procurador	DR. DEBORAH DA SILVA SIMONETTI ABREU
AGRAVADO(S)	BRUNO CALIXTO BARBOSA
Advogado	DR. ALEX FERREIRA DA SILVEIRA(OAB: 141584-A/RJ)
AGRAVADO(S)	TEP TECNOLOGIA EM ENGENHARIA LTDA.
Advogado	DR. FERNANDO PROENÇA(OAB: 169595-A/SP)
Advogado	DR. CARLOS ALBERTO PIRES DE MATOS ESTEVES(OAB: 267347-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNO CALIXTO BARBOSA
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
- TEP TECNOLOGIA EM ENGENHARIA LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0101606-43.2017.5.01.0060

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MASCARENHAS BARBOSA ROSCOE S.A. - CONSTRUÇÕES
Advogada	DRA. GRAZIELE DA COSTA LAMOUNIER(OAB: 93308/MG)
Advogado	DR. MAÍTA ARAÚJO DE AZEVEDO(OAB: 101357/MG)
AGRAVADO(S)	VALDEMIR SANTOS
Advogado	DR. EUVALDO LEAL DE MELO NETO(OAB: 6257-A/SE)
Advogado	DR. SÉRGIO ARAGÃO DE MELO(OAB: 3236/SE)
AGRAVADO(S)	TLX ENGENHARIA LTDA - EPP
Advogado	DR. PÚBLIO DE FREITAS NOGUEIRA(OAB: 74743-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- MASCARENHAS BARBOSA ROSCOE S.A. - CONSTRUÇÕES
- TLX ENGENHARIA LTDA - EPP
- VALDEMIR SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-0101663-97.2017.5.01.0048

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
AGRAVADO(S)	LARISSA XAVIER SILVA
Advogado	DR. KILDARE FLÁVIO BELO FURTADO(OAB: 197919-A/RJ)
AGRAVADO(S)	LOGSERVICE RIO LOGÍSTICA EM SAÚDE LTDA. - ME
AGRAVADO(S)	BIOTECH HUMANA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE

Advogado	DR. MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA SILVEIRA(OAB: 99272-A/RJ)
Advogada	DRA. ALESSANDRA VASCONCELLOS DE SOUZA(OAB: 172937-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BIOTECH HUMANA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE
- LARISSA XAVIER SILVA
- LOGSERVICE RIO LOGÍSTICA EM SAÚDE LTDA. - ME
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0101695-82.2016.5.01.0551

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	BERENICE NASCIMENTO DO VALE
Advogado	DR. HÉRCULES ANTON DE ALMEIDA(OAB: 59505/RJ)
Advogado	DR. EMERSON BERNARDO PEREIRA(OAB: 60166/RJ)
Advogado	DR. EVERTON FILIPE VIEIRA DA COSTA(OAB: 200451-A/RJ)
AGRAVADO(S)	POSTO BOCAININHA EIRELI
Advogado	DR. FERNANDO ANTÔNIO GOULART(OAB: 113361-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BERENICE NASCIMENTO DO VALE
- POSTO BOCAININHA EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-0101699-87.2017.5.01.0227

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE MESQUITA
Procurador	DR. LUIZ VITOR COIMBRA
AGRAVADO(S)	SILVIA CORREIA DE MORAES
Advogada	DRA. ANA CRISTINA NASCIMENTO DE ASSIS(OAB: 96487-A/RJ)
AGRAVADO(S)	COOPSEGE COOPERATIVA DE TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPSEGE COOPERATIVA DE TRABALHO
- MUNICÍPIO DE MESQUITA
- SILVIA CORREIA DE MORAES

Processo Nº Ag-RR-0101747-06.2017.5.01.0014

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RAFAEL MAIA GUANAES
AGRAVADO(S)	ADRIANA DA SILVA COSTA
Advogado	DR. ERIKA BARBOSA RODRIGUES(OAB: 144465-A/RJ)
AGRAVADO(S)	A DE C VENTURELLI - EPP
Advogado	DR. ALEXANDRE DE CASTRO VENTURELLI(OAB: 14043-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- A DE C VENTURELLI - EPP
- ADRIANA DA SILVA COSTA
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0101754-87.2016.5.01.0222

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE MESQUITA
Advogado	DR. LUIZ VITOR COIMBRA(OAB: 108961-A/RJ)
AGRAVADO(S)	GEISE DINIZ DE ALBUQUERQUE
Advogado	DR. VANDERSON DA SILVA JOSÉ(OAB: 156681-A/RJ)
AGRAVADO(S)	COOPSEGE COOPERATIVA DE TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPSEGE COOPERATIVA DE TRABALHO
- GEISE DINIZ DE ALBUQUERQUE
- MUNICÍPIO DE MESQUITA

Processo Nº Ag-RR-0101844-46.2017.5.01.0421

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET - RJ
Procuradora	DRA. DEBORAH ABREU
AGRAVADO(S)	WAGNER MATEUS DA SILVA
Advogado	DR. JANAÍNA SIQUEIRA PAES(OAB: 59868-A/RJ)
AGRAVADO(S)	ROTA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
Advogada	DRA. ROGÉRIA RENI PINTO GARCIA MENEZES(OAB: 132957-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET - RJ
- ROTA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
- WAGNER MATEUS DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0101921-10.2016.5.01.0027

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procuradora	DRA. ISABELA COELHO BAPTISTA
AGRAVADO(S)	MARCELA RANGEL DE LIMA PORTO PINTO
Advogado	DR. ALEXANDRE MEUSER ALEIXO(OAB: 206257-A/RJ)
AGRAVADO(S)	BIOTECH HUMANA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE
Advogado	DR. MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA SILVEIRA(OAB: 99272-A/RJ)
Advogada	DRA. ALESSANDRA VASCONCELLOS DE SOUZA(OAB: 172937-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BIOTECH HUMANA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE
- MARCELA RANGEL DE LIMA PORTO PINTO
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-RRAg-0102043-11.2016.5.01.0225

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE MESQUITA
Advogado	DR. LUIZ VITOR COIMBRA(OAB: 108961-A/RJ)
AGRAVADO(S)	LEANDRO AMORIM DE SOUZA
Advogado	DR. VANDERSON DA SILVA JOSÉ(OAB: 156681-A/RJ)

AGRAVADO(S)	COOPSEGE COOPERATIVA DE TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPSEGE COOPERATIVA DE TRABALHO
- LEANDRO AMORIM DE SOUZA
- MUNICÍPIO DE MESQUITA

Processo Nº Ag-AIRR-0102046-37.2017.5.01.0481

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)
AGRAVADO(S)	EBERVAL MATHIAS LESSA
Advogado	DR. GLAUBER ARRIVABENE ALVES(OAB: 12730/ES)
AGRAVADO(S)	MASSA FALIDA DE BASE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE PETRÓLEO E GÁS S.A.
Advogado	DR. TATIANA WEIGAND BERNA RAYEL

Intimado(s)/Citado(s):

- EBERVAL MATHIAS LESSA
- MASSA FALIDA DE BASE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE PETRÓLEO E GÁS S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-RRAg-0102064-53.2017.5.01.0030

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
AGRAVADO(S)	JULIANA ALMEIDA BARALDI
Advogado	DR. ANDRÉ ANDRADE VIZ(OAB: 57863-A/RJ)
AGRAVADO(S)	BIOTECH HUMANA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE
Advogado	DR. MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA SILVEIRA(OAB: 99272-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BIOTECH HUMANA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE
- JULIANA ALMEIDA BARALDI
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-AIRR-0102571-08.2017.5.01.0032

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	TRIAINA AGENCIA MARITIMA LTDA
Advogado	DR. GIOVANNI FRANGELLA MARCHESE(OAB: 90950-A/RJ)
AGRAVADO(S)	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Procuradora	DRA. TERESA CRISTINA D´ALMEIDA BASTEIRO

Intimado(s)/Citado(s):

- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
- TRIAINA AGENCIA MARITIMA LTDA

Processo Nº Ag-AIRR-0109800-08.2004.5.10.0005

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	EXPRESSO BRASÍLIA LTDA. E OUTRAS
Advogada	DRA. PAULA CANHEDO AZEVEDO(OAB: 21514-A/DF)
Advogado	DR. RAQUEL FARIAS DOS SANTOS MENDONCA(OAB: 49562-A/DF)
Advogado	DR. LUIZ ANTONIO ROCHA JUNIOR(OAB: 60818-A/DF)
AGRAVADO(S)	ANDREIA ROCHA PINHEIRO DA SILVA
Advogado	DR. JOÃO AMÉRICO PINHEIRO MARTINS(OAB: 10434-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDREIA ROCHA PINHEIRO DA SILVA
- EXPRESSO BRASÍLIA LTDA. E OUTRAS

Processo Nº AIRR-0112700-53.2010.5.17.0006

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	VANIA MARIA FREITAS RODRIGUES
Advogado	DR. ALESSANDRO ANDRADE PAIXÃO(OAB: 8736/ES)
AGRAVANTE(S)	BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S.A. - BANESTES
Advogado	DR. NILTON DA SILVA CORREIA(OAB: 1291/DF)
AGRAVADO(S)	OS MESMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S.A. - BANESTES
- OS MESMOS
- VANIA MARIA FREITAS RODRIGUES

Processo Nº AIRR-0118400-44.2009.5.02.0044

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
AGRAVADO(S)	SOLANGE MAGALI AZZI DE CARLO
Advogado	DR. DÉBORA ZACCHIA DUARTE FARIAS(OAB: 151816/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS
- SOLANGE MAGALI AZZI DE CARLO

Processo Nº Ag-AIRR-0130092-05.2015.5.13.0018

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
Procurador	DR. CÁSSIO MARCELO ARRUDA ERICEIRA
AGRAVADO(S)	JANILDO PEREIRA DO NASCIMENTO
Advogado	DR. JOSÉ TERTULIANO DA SILVA GUEDES JÚNIOR(OAB: 17279-A/PB)
AGRAVADO(S)	CONTEMPORÂNEA TERCEIRIZAÇÃO EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- CONTEMPORÂNEA TERCEIRIZAÇÃO EIRELI - EPP

- JANILDO PEREIRA DO NASCIMENTO
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB

Processo Nº Ag-AIRR-0131355-26.2015.5.13.0001

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	LOJAS RIACHUELO S.A.
Advogado	DR. OSVALDO DE MEIROZ GRILO JÚNIOR(OAB: 2738/RN)
Advogado	DR. URBANO VITALINO DE MELO NETO(OAB: 17700/PE)
AGRAVADO(S)	ANNY DANIELLE BARBOSA DA SILVA
Advogado	DR. ANDRÉ FERRAZ DE MOURA(OAB: 8850-A/PB)
Advogado	DR. MARCEL NUNES DE MIRANDA(OAB: 14968/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANNY DANIELLE BARBOSA DA SILVA
- LOJAS RIACHUELO S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0147200-34.2004.5.15.0032

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	CASA DE ARQUITETURA LTDA. - EPP E OUTROS
Advogado	DR. NILSON ROBERTO LUCILIO(OAB: 82048-D/SP)
AGRAVADO(S)	OTACILIO GABRIEL DA SILVA
Advogado	DR. JOSÉ AUGUSTO GABRIEL(OAB: 99949-A/SP)
Advogada	DRA. VERA LÚCIA PEREIRA GABRIEL(OAB: 99959-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CASA DE ARQUITETURA LTDA. - EPP E OUTROS
- OTACILIO GABRIEL DA SILVA

Processo Nº AIRR-0147500-55.2009.5.24.0004

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CAMPO GRANDE/MS E REGIÃO
Advogado	DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441-A/DF)
AGRAVADO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogada	DRA. CLEONICE JOSÉ DA SILVA(OAB: 5681-B/MS)
Advogado	DR. LUIS FERNANDO BARBOSA PASQUINI(OAB: 13654-A/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CAMPO GRANDE/MS E REGIÃO

Processo Nº Ag-AIRR-0188100-92.2009.5.02.0049

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA LTDA
Advogado	DR. HEITOR CORNACCHIONI(OAB: 110679-A/SP)
AGRAVADO(S)	MÁRCIA TEIXEIRA
Advogado	DR. RUBENS NUNES DE ARAÚJO(OAB: 20901/SP)
AGRAVADO(S)	TRENDS ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA.
Advogado	DR. ANDRÉ DE ALMEIDA RODRIGUES(OAB: 164322-A/SP)
AGRAVADO(S)	PAULO ASSIS BENITES
AGRAVADO(S)	PENHA THEREZINHA JORGE BENITES
AGRAVADO(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogada	DRA. JULIANA FALCI MENDES(OAB: 223768/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA LTDA
- MÁRCIA TEIXEIRA
- PAULO ASSIS BENITES
- PENHA THEREZINHA JORGE BENITES
- TRENDS ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0201800-19.2009.5.04.0781

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI
Advogado	DR. CLÁUDIO DIAS DE CASTRO(OAB: 32361/RS)
Advogado	DR. FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ(OAB: 44277/RS)
Advogado	DR. GUILHERME DE CASTRO BARCELLOS(OAB: 56630-A/RS)
AGRAVADO(S)	SUCESSÃO DE CLÁUDIO HAUENSTEIN
Advogado	DR. PAULO LUIZ PEREIRA(OAB: 51771/RS)
Advogado	DR. EVERSON LOUZADA(OAB: 76415/RS)
AGRAVADO(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. RODRIGO FERNANDES DE MARTINO
Advogado	DR. SÍLVIO OLIVEIRA TORVES(OAB: 29355-A/RS)
Advogado	DR. JOSUÉ STELKO(OAB: 91111-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI
- SUCESSÃO DE CLÁUDIO HAUENSTEIN

Processo Nº Ag-AIRR-0211600-59.2009.5.01.0521

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	CACIO JUNIOR LEITE DE OLIVEIRA
Advogado	DR. HÉRCULES ANTON DE ALMEIDA(OAB: 59505/RJ)
AGRAVADO(S)	PARANASA ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A.
Advogada	DRA. RAPHAELA DA CUNHA GALVÃO(OAB: 137925/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CACIO JUNIOR LEITE DE OLIVEIRA
- PARANASA ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0241300-17.2005.5.02.0061

Complemento	Plenário Virtual

Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
AGRAVANTE(S)	COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN
Procurador	DR. ANTÔNIO CÉSAR DE SOUZA
AGRAVADO(S)	MARLENE IARA AGUIAR
Advogada	DRA. VANUSA DE FREITAS(OAB: 160424/SP)
AGRAVADO(S)	BIOCLEAN SERVIÇOS LTDA.
Advogada	DRA. ANA CRISTINA FARINA GATOLINI(OAB: 200136-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BIOCLEAN SERVIÇOS LTDA.
- COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN
- MARLENE IARA AGUIAR

Processo Nº Ag-RR-1000013-79.2017.5.02.0074

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. GUSTAVO LACERDA ANELLO
AGRAVADO(S)	CRISTOVAM MEDEIROS FILHO
Advogado	DR. JORGE DONIZETTI FERNANDES(OAB: 82747/SP)
Advogado	DR. VANUSA DE FREITAS(OAB: 160424-A/SP)
AGRAVADO(S)	HIGILIMP - LIMPEZA AMBIENTAL LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTOVAM MEDEIROS FILHO
- ESTADO DE SÃO PAULO
- HIGILIMP - LIMPEZA AMBIENTAL LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-1000037-89.2015.5.02.0717

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	TRANSKUBA TRANSPORTES GERAIS LTDA.
Advogada	DRA. CÍNTIA FERREIRA ROSSI BATTINI
Advogado	DR. LUIZ APARECIDO FERREIRA(OAB: 95654-A/SP)
AGRAVADO(S)	JOSE ADENILTON DE CARVALHO DA COSTA
Advogado	DR. CONSTANTINO RIBEIRO COSTA FILHO(OAB: 88088/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE ADENILTON DE CARVALHO DA COSTA
- TRANSKUBA TRANSPORTES GERAIS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-1000112-08.2018.5.02.0044

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. JOHN CORDEIRO DA SILVA JÚNIOR(OAB: 17279-A/DF)
Advogada	DRA. THAÍS RODRIGUES MARCONDES PINHO(OAB: 239299-A/SP)
AGRAVADO(S)	A2 CONSTRUTORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
AGRAVADO(S)	DANIELA CRISTINA PEREIRA
Advogado	DR. KELLY CRISTINA SACAMOTO UYEMURA(OAB: 173226-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- A2 CONSTRUTORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
- DANIELA CRISTINA PEREIRA
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Processo Nº Ag-ARR-1000152-36.2018.5.02.0255

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE CUBATÃO
Procurador	DR. VICTOR AUGUSTO LOVECCHIO
AGRAVADO(S)	PAMELA CRISTINE SILVA DOS SANTOS
Advogado	DR. ALEXANDRE SILVA ALVAREZ(OAB: 152753-A/SP)
AGRAVADO(S)	MARVIN - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.
Advogado	DR. RICARDO WEHBA ESTEVES(OAB: 98344/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARVIN - SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.
- MUNICÍPIO DE CUBATÃO
- PAMELA CRISTINE SILVA DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-1000222-05.2017.5.02.0444

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
Advogado	DR. ALDO DOS SANTOS RIBEIRO CUNHA(OAB: 106579-A/MG)
Advogado	DR. RODRIGO OCTÁVIO FRANCO MORGERO(OAB: 183631-A/SP)
AGRAVADO(S)	GUILHERME PLACIDO
Advogado	DR. ERALDO AURÉLIO RODRIGUES FRANZESE(OAB: 42501/SP)
Advogado	DR. CLEITON LEAL DIAS JÚNIOR(OAB: 124077/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
- GUILHERME PLACIDO

Processo Nº Ag-AIRR-1000281-24.2019.5.02.0314

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procuradora	DRA. PRISCILA ALVAREZ SEOANE CASSEB
AGRAVADO(S)	MAURICIO JOSE OLIVEIRA
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MAURICIO JOSE OLIVEIRA
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº AIRR-1000351-58.2016.5.02.0019

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN

AGRAVANTE(S)	SINDICADO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A TERCEIROS, COLOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE MÃO DE OBRA, TRABALHO TEMPORÁRIO, LEITURA DE MEDIDORES E ENTREGA DE AVISOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDEEPRES
Advogado	DR. MOACIR APARECIDO MATHEUS PEREIRA(OAB: 116800/SP)
Advogado	DR. APARECIDO INÁCIO FERRARI DE MEDEIROS(OAB: 97365/SP)
AGRAVADO(S)	RV3 SERVIÇOS LTDA. - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- RV3 SERVIÇOS LTDA. - ME
- SINDICADO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A TERCEIROS, COLOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE MÃO DE OBRA, TRABALHO TEMPORÁRIO, LEITURA DE MEDIDORES E ENTREGA DE AVISOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDEEPRES

Processo Nº Ag-AIRR-1000387-62.2019.5.02.0321

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. GASPARINO JOSÉ ROMÃO FILHO
AGRAVADO(S)	JOAO DE CARVALHO
Advogada	DRA. PATRÍCIA JACQUELINE DE OLIVEIRA LIMA(OAB: 299707-A/SP)
Advogado	DR. FABIANA GUARDAO SILVA(OAB: 306460-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO DE CARVALHO
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº Ag-AIRR-1000404-19.2019.5.02.0315

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procuradora	DRA. ANDREIA DOMINGOS MACEDO
AGRAVADO(S)	FABIANE MARQUES COIMBRA
Advogado	DR. THALYTA APARECIDA RIBEIRO DE JESUS SOARES(OAB: 368764-A/SP)
AGRAVADO(S)	INSTITUTO GERIR

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIANE MARQUES COIMBRA
- INSTITUTO GERIR
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº Ag-AIRR-1000405-79.2020.5.02.0311

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procurador	DR. RODRIGO DE SOUZA REZENDE
AGRAVADO(S)	MARCO ANTONIO FERREIRA
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCO ANTONIO FERREIRA
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº Ag-ARR-1000438-17.2018.5.02.0254

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE CUBATÃO
Advogado	DR. VICTOR AUGUSTO LOVECCHIO(OAB: 126477-A/SP)
AGRAVADO(S)	DIOGO PEDROZO MARQUES
Advogado	DR. WALTER CARDOSO NEUBAUER(OAB: 133672/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIOGO PEDROZO MARQUES
- MUNICÍPIO DE CUBATÃO

Processo Nº Ag-AIRR-1000515-28.2016.5.02.0373

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ICOMON TECNOLOGIA LTDA.
Advogado	DR. HERALDO JUBILUT JÚNIOR(OAB: 23182-A/SP)
Advogado	DR. FLAVIO MASCHIETTO(OAB: 147024-A/SP)
AGRAVADO(S)	FÁBIO DOS SANTOS
Advogado	DR. RAIMUNDO JÉTER RODRIGUES COSTA(OAB: 170201/SP)
AGRAVADO(S)	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 128341/SP)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- FÁBIO DOS SANTOS
- ICOMON TECNOLOGIA LTDA.
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-1000639-16.2018.5.02.0381

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	UNIÃO (PGU)
Procurador	DR. TÂNIA TAKEZAWA MAKIYAMA KAWAHARA
AGRAVADO(S)	HANNER SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.
Advogado	DR. LUÍS CLÁUDIO DE ANDRADE ASSIS(OAB: 100580-A/SP)
AGRAVADO(S)	MARIA MADALENA ALVES DA SILVA
Advogado	DR. RENATA PRISCILA PONTES NOGUEIRA(OAB: 186684-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- HANNER SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.
- MARIA MADALENA ALVES DA SILVA
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº Ag-AIRR-1000811-16.2018.5.02.0006

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	LIBBS FARMACÊUTICA LTDA.
Advogado	DR. DANIEL DOMINGUES CHIODE(OAB: 173117-A/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	CAIO CESAR PIRES PADULA FERNANDES
Advogado	DR. FERNANDO COSME NOGUEIRA DOURADO(OAB: 224917-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIO CESAR PIRES PADULA FERNANDES
- LIBBS FARMACÊUTICA LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-1000933-53.2015.5.02.0711

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ANDRÉIA CASTILHOS LAZZARI E OUTRO
Advogado	DR. GUILHERME GUIMARÃES(OAB: 37672/RS)
AGRAVADO(S)	OAS S.A.
Advogado	DR. JAYME BROWN DA MAIA PITHON(OAB: 8406/BA)
AGRAVADO(S)	JOÃO VICTOR SAMPAIO LAZZARI E OUTROS
Advogado	DR. HAMILTON YMOTO(OAB: 157684 -A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRÉIA CASTILHOS LAZZARI E OUTRO
- JOÃO VICTOR SAMPAIO LAZZARI E OUTROS
- OAS S.A.

Processo Nº Ag-RR-1000939-84.2016.5.02.0045

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. AUGUSTO BELLO ZORZI
AGRAVADO(S)	TEREZA MARES DA SILVA DE ALMEIDA
Advogado	DR. CLAUDEMIR LUÍS FLÁVIO(OAB: 154498-A/SP)
AGRAVADO(S)	KIP - SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- KIP - SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.
- TEREZA MARES DA SILVA DE ALMEIDA

Processo Nº Ag-AIRR-1001043-92.2017.5.02.0481

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
Procurador	DR. MAGALI VENTILII MARQUES
AGRAVADO(S)	MICHELE SOUZA NOVAIS
Advogada	DRA. JACIRA GONÇALVES MAZZARIELLO(OAB: 142573-A/SP)
AGRAVADO(S)	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRESCER E VENCER
Advogado	DR. ANDREY VILLANI CALADO(OAB: 338092-A/SP)
Advogado	DR. PABLO LEOPOLDO CASADEI DE OLIVEIRA(OAB: 332293-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRESCER E VENCER
- MICHELE SOUZA NOVAIS
- MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

Processo Nº Ag-RR-1001151-12.2018.5.02.0312

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. MARIO HENRIQUE DUTRA NUNES
AGRAVADO(S)	ELIANA DE LIMA OLIVEIRA SANTOS
Advogado	DR. ARNALDO PEREIRA(OAB: 176452-A/SP)
AGRAVADO(S)	OFICINA 3D TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.
AGRAVADO(S)	APM DA EE PROF ALAYDE MARIA VICENTE

Intimado(s)/Citado(s):

- APM DA EE PROF ALAYDE MARIA VICENTE
- ELIANA DE LIMA OLIVEIRA SANTOS
- ESTADO DE SÃO PAULO
- OFICINA 3D TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.

Processo Nº AIRR-1001206-40.2016.5.02.0018

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ALCIDES FERRAZ
Advogado	DR. JOSÉ CARLOS RODRIGUES PEREIRA DO VALE(OAB: 46753-A/SP)
Advogado	DR. ANA PAULA SAWAYA DE CASTRO PEREIRA DO VALE(OAB: 284387-A/SP)
AGRAVADO(S)	SÃO PAULO TURISMO S.A.
Advogada	DRA. HELOISA ABUD MEIRELLES(OAB: 199001/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALCIDES FERRAZ
- SÃO PAULO TURISMO S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-1001261-15.2016.5.02.0010

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	WERKAT ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
Advogado	DR. FRANCIS TED FERNANDES(OAB: 208099/SP)
AGRAVADO(S)	SIVALDO SOUZA DO NASCIMENTO
Advogado	DR. LUCIA PERONI GAUDARD(OAB: 240966-A/SP)
AGRAVADO(S)	A. ULDERIGO ROSSI MANUTENCAO DE MAQUINAS GRAFICAS EIRELI
AGRAVADO(S)	GRAPHIC IVM GMBH
AGRAVADO(S)	PERFECTA DO BRASIL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MAQUINAS GRAFICAS LTDA.
AGRAVADO(S)	GUTEMBERG MÁQUINAS E MATERIAIS GRÁFICOS LTDA. - MASSA FALIDA DE
Advogado	DR. DANIELA TAPXURE SEVERINO(OAB: 187371-A/SP)
AGRAVADO(S)	WKM MASCHINENHANDELS G.MBH

Intimado(s)/Citado(s):

- A. ULDERIGO ROSSI MANUTENCAO DE MAQUINAS GRAFICAS EIRELI
- GRAPHIC IVM GMBH
- GUTEMBERG MÁQUINAS E MATERIAIS GRÁFICOS LTDA. - MASSA FALIDA DE
- PERFECTA DO BRASIL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MAQUINAS GRAFICAS LTDA.
- SIVALDO SOUZA DO NASCIMENTO
- WERKAT ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
- WKM MASCHINENHANDELS G.MBH

Processo Nº AIRR-1001328-84.2016.5.02.0040

Complemento	Plenário Virtual

Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	APARECIDO JORGE SANCHES BALLIEGO
Advogado	DR. ADAIR FERREIRA DOS SANTOS(OAB: 90935-A/SP)
AGRAVADO(S)	COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
Advogado	DR. FRANCISCO HÉLIO CARNAÚBA DA SILVA(OAB: 216737/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- APARECIDO JORGE SANCHES BALLIEGO
- COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

Processo Nº Ag-AIRR-1001495-35.2016.5.02.0062

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MARCELO FERREIRA
Advogada	DRA. LUCIANE ADAM DE OLIVEIRA(OAB: 201596-A/SP)
AGRAVADO(S)	BANCO J. SAFRA S.A
Advogada	DRA. CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO(OAB: 6930-A/DF)
AGRAVADO(S)	TELEBANK COMÉRCIO E INSTALAÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR LTDA.
Advogado	DR. RICARDO PERSON LEISTNER(OAB: 195872-A/SP)
Advogado	DR. PEDRO LUÍS BALDONI(OAB: 128447/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO J. SAFRA S.A
- MARCELO FERREIRA
- TELEBANK COMÉRCIO E INSTALAÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-1001683-95.2016.5.02.0072

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	ANTONIO EMILIO DE LUCA
Advogado	DR. AGUINALDO JOSÉ DA SILVA(OAB: 187941/SP)
AGRAVADO(S)	J.G.INDUSTRIA METALURGICA LTDA
Advogado	DR. PABLO CABRAL CARDOZO(OAB: 242857-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO EMILIO DE LUCA
- J.G.INDUSTRIA METALURGICA LTDA

Processo Nº Ag-AIRR-1001751-05.2016.5.02.0441

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	SILVIO MATOS ALMEIDA
Advogado	DR. ERALDO AURÉLIO RODRIGUES FRANZESE(OAB: 42501/SP)
Advogado	DR. PAULO EDUARDO LYRA MARTINS PEREIRA(OAB: 99527/SP)
Advogado	DR. FELIPE HENRIQUE PINTO ISAIAS(OAB: 175130-A/SP)
Advogado	DR. DEBORA FRANZESE PONZETTO(OAB: 188706-A/SP)
Advogado	DR. CLEITON LEAL DIAS JUNIOR(OAB: 124077-A/SP)
Advogado	DR. CLAUDIA HIGA(OAB: 150112-A/SP)
Advogado	DR. PAOLO EDUARDO ROVERATO DIAS(OAB: 257726-A/SP)
AGRAVADO(S)	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO SAO PAULO - CODESP
Advogado	DR. ALDO DOS SANTOS RIBEIRO CUNHA(OAB: 106579-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DOCAS DO ESTADO SAO PAULO - CODESP
- SILVIO MATOS ALMEIDA

Processo Nº Ag-AIRR-1001849-72.2015.5.02.0231

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	TECFLUX LTDA.
Advogado	DR. DIB ANTÔNIO ASSAD(OAB: 13631/SP)
AGRAVADO(S)	JOSE CARLOS MORAES DA SILVA
Advogado	DR. MÁRCIO RODRIGUES(OAB: 300435/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE CARLOS MORAES DA SILVA
- TECFLUX LTDA.

Processo Nº AIRR-1002193-92.2015.5.02.0606

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	MIQUEIAS RIBEIRO LUZ
Advogado	DR. DIONÍSIO FERREIRA DE OLIVEIRA(OAB: 306759-A/SP)
AGRAVADO(S)	PDG CONSTRUTORA LTDA.
Advogado	DR. FERNANDO ROGÉRIO PELUSO(OAB: 207679/SP)
Advogado	DR. ANDRÉ GONÇALVES DE ARRUDA(OAB: 200777/SP)
AGRAVADO(S)	ATUA CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.
Advogada	DRA. DENISE DE CÁSSIA ZÍLIO(OAB: 90949/SP)
Advogado	DR. FÁBIO MEDARDONI(OAB: 303068/SP)
AGRAVADO(S)	HEPRO PROJETOS E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDRÁULICAS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ATUA CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.
- HEPRO PROJETOS E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDRÁULICAS LTDA.
- MIQUEIAS RIBEIRO LUZ
- PDG CONSTRUTORA LTDA.

Processo Nº AIRR-1002281-72.2016.5.02.0614

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA/SP
Procurador	DR. NAZÁRIO CLEODON DE MEDEIROS
Procurador	DR. RODRIGO BARBIERI DOS SANTOS
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Procuradora	DRA. ADRIANE REIS DE ARAÚJO
AGRAVADO(S)	ÂNGELA ROSA MACHADO
Advogado	DR. HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR(OAB: 90916/SP)

Advogado	DR. MATEUS GUSTAVO AGUILAR(OAB: 175056-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA/SP
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
- ÂNGELA ROSA MACHADO

Processo Nº Ag-AIRR-1002299-18.2017.5.02.0466

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	FABIO RODRIGO DE OLIVEIRA MACIEL
Advogado	DR. MARCELINO CARNEIRO(OAB: 143669-S/SP)
AGRAVADO(S)	FUNDAÇÃO DO ABC
Advogado	DR. JOSÉ VÁLTER FRIGO(OAB: 106870-A/SP)
Advogado	DR. FERNANDO HENRIQUE FELISARDO(OAB: 223383-A/SP)
Advogado	DR. CLEZER CORREIA DE ALMEIDA(OAB: 336431-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIO RODRIGO DE OLIVEIRA MACIEL
- FUNDAÇÃO DO ABC

Processo Nº Ag-AIRR-1002685-34.2015.5.02.0461

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	CELIO JOSE ANTONIO
Advogado	DR. PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA(OAB: 136460/SP)
AGRAVADO(S)	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.
Advogado	DR. CÉSAR LUIZ PASOLD JÚNIOR(OAB: 375877-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELIO JOSE ANTONIO
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Processo Nº RR-0001216-20.2011.5.06.0001

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
RECORRENTE(S)	APULCRO GUSTAVO FRAGOSO DE SOUZA
Advogado	DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 1284-A/PE)
Advogada	DRA. ADRIANA FRANÇA DA SILVA(OAB: 1365-A/PE)
RECORRIDO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	DR. JOSIAS ALVES BEZERRA(OAB: 12936-A/PE)
RECORRIDO(S)	FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF
Advogado	DR. DINO ARAÚJO DE ANDRADE(OAB: 20182-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- APULCRO GUSTAVO FRAGOSO DE SOUZA
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF

Processo Nº RR-0001755-62.2017.5.20.0008

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
RECORRENTE(S)	HALLIBURTON SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. LUIS FELIPE CELSO DE ABREU(OAB: 110745-A/RJ)
RECORRIDO(S)	IGOR TEIXEIRA DE SOUZA CUNHA
Advogado	DR. JOSÉ EYMARD LOGUERCIO(OAB: 103250-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- HALLIBURTON SERVIÇOS LTDA.
- IGOR TEIXEIRA DE SOUZA CUNHA

Processo Nº RR-0011301-04.2017.5.18.0104

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
RECORRENTE(S)	ADRIANA MARANGONI COUTINHO CARVALHO
Advogada	DRA. TERESA APARECIDA VIEIRA BARROS(OAB: 11841-A/GO)
RECORRIDO(S)	FERTILIZANTES HERINGER S.A.
Advogado	DR. PAULO ROBERTO MACHADO BORGES(OAB: 17129/GO)
Advogado	DR. EDES DIVINO SILVA CABRAL(OAB: 31959/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA MARANGONI COUTINHO CARVALHO
- FERTILIZANTES HERINGER S.A.

Processo Nº RR-0012553-81.2016.5.15.0097

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
RECORRENTE(S)	HOPI HARI S.A.
Advogado	DR. ÁRETHA MICHELLE CASARIN(OAB: 224675-A/SP)
Advogado	DR. CARLOS VIEIRA COTRIM(OAB: 69218-A/SP)
Advogado	DR. CAMILA ZANGIACOMO COTRIM(OAB: 261882-A/SP)
RECORRIDO(S)	JULIANA CANDIDA PAIVA DA SILVA
Advogada	DRA. LILIAN REZENDE DE O. FRANCO(OAB: 226164/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- HOPI HARI S.A.
- JULIANA CANDIDA PAIVA DA SILVA

Processo Nº RR-0021000-16.2005.5.11.0401

Processo Nº RR-00210/2005-401-11-00.0

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
RECORRENTE(S)	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
Procurador	DR. TARCÍSIO KLEBER BORGES GONÇALVES
Procurador	DR. JOSÉ BRUNO LEMES
RECORRIDO(S)	RAIMUNDA DA SILVA FIGUEIREDO
Advogado	DR. ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO
RECORRIDO(S)	CONSERVADORA UNIDOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSERVADORA UNIDOS LTDA.

- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
- RAIMUNDA DA SILVA FIGUEIREDO

Processo Nº RR-0021161-41.2016.5.04.0205

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
RECORRENTE(S)	REITER TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA.
Advogado	DR. JONAS ROBERTO WENTZ(OAB: 49387-A/RS)
RECORRIDO(S)	MARCOS KAPPES
Advogado	DR. GERALDO BORGES AZEVEDO(OAB: 22406-A/RS)
Advogada	DRA. DENIVALDA WAGNER(OAB: 26775-B/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS KAPPES
- REITER TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA.

Processo Nº RR-0021723-36.2015.5.04.0221

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
RECORRENTE(S)	DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA
Advogada	DRA. ANELISE TABAJARA MOURA(OAB: 50574-A/RS)
Advogada	DRA. LUANA CASPARI(OAB: 91752/RS)
RECORRIDO(S)	RAFAEL PINTO BORGES
Advogado	DR. PAULO DE FREITAS SOLLER(OAB: 31309/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA
- RAFAEL PINTO BORGES

Processo Nº RR-0025554-06.2015.5.24.0005

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
RECORRENTE(S)	MAGDEIL VENDITO RAIMUNDO
Advogado	DR. THIAGO CHOHFI(OAB: 207899-A/SP)
RECORRIDO(S)	MÁRCIO SANTOS ALVES EIRELI - ME
Advogado	DR. FELIPE SIMÕES PESSOA(OAB: 16155-A/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- MAGDEIL VENDITO RAIMUNDO
- MÁRCIO SANTOS ALVES EIRELI - ME

Processo Nº RR-0088700-76.2006.5.04.0010

Processo Nº RR-00887/2006-010-04-00.5

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
RECORRENTE(S)	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	DR. LUIS CARLOS KOTHE
RECORRIDO(S)	LAIS HELENA CARVALHO DA SILVA
Advogado	DR. DÉCIO SCARAVAGLIONI(OAB: 22910/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- LAIS HELENA CARVALHO DA SILVA

Processo Nº ARR-0000391-74.2016.5.21.0004

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A)(S) E RECORRENTE(S)	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
Procurador	DR. TILI STORACE DE CARVALHO AROUCA
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A) E RECORRIDO(S)	LAVÍNIO FERNANDES DA FONSECA TINOCO
Advogado	DR. ALFEU ELIUDE ALMDEIDA DE MACEDO(OAB: 7337/RN)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S)	ZAGO ENGENHARIA E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.
Advogado	DR. FERNANDO ZAGO LÓES MOREIRA(OAB: 30877/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
- LAVÍNIO FERNANDES DA FONSECA TINOCO
- ZAGO ENGENHARIA E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

Processo Nº ARR-0000716-06.2011.5.06.0016

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S)	EMANOEL PEREIRA DA SILVA FILHO
Advogado	DR. ERWIN HERBERT FRIEDHEIM NETO(OAB: 14975-A/PE)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S)	UNIÃO (PGF)
Procurador	DR. DANIEL RODRIGUES BARREIRA
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S)	HIPERCARD BANCO MÚLTIPLO S.A. E OUTRO
Advogado	DR. ESPEDITO DE CASTRO JÚNIOR(OAB: 13270/PE)
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S)	PROVIDER SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA.
Advogado	DR. FREDERICO DA COSTA PINTO CORRÊA(OAB: 8375/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMANOEL PEREIRA DA SILVA FILHO
- HIPERCARD BANCO MÚLTIPLO S.A. E OUTRO
- PROVIDER SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA.
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº ARR-0000717-40.2010.5.15.0027

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S)	ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
Advogada	DRA. JANETE SANCHES MORALES DOS SANTOS(OAB: 86568-A/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S)	ANTÔNIO FIORI
Advogado	DR. FLÁVIO BIANCHINI DE QUADROS(OAB: 220411/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. RODRIGO MARTINS ALBIERO(OAB: 200380-A/SP)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S)	UNIÃO (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO FIORI
- BANCO DO BRASIL S.A.
- ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº ARR-0001100-65.2014.5.06.0144

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVADO(A)(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S)	UNIÃO (PGF)
Procurador	DR. HEBE DE SOUZA CAMPOS SILVEIRA
AGRAVADO(A)(S), RECORRENTE(S) E RECORRIDO(A)(S)	BENICIO ALVES JUNIOR
Advogada	DRA. ISADORA COELHO DE AMORIM OLIVEIRA(OAB: 16455/PE)
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S)	BRASIL KIRIN INDÚSTRIA DE BEBIDAS S.A.
Advogada	DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BENICIO ALVES JUNIOR
- BRASIL KIRIN INDÚSTRIA DE BEBIDAS S.A.
- UNIÃO (PGF)

Processo Nº ARR-0021177-29.2015.5.04.0205

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S)	MUNICÍPIO DE CANOAS
Procurador	DR. LAYER LEORNE MENDES NETO
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S)	ELIZIA GABRIELE GOLOMBIESKI
Advogado	DR. GUSTAVO MARQUES(OAB: 81269/RS)
Advogado	DR. MARTA DE FÁTIMA CRISTOFOLI(OAB: 82244-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIZIA GABRIELE GOLOMBIESKI
- MUNICÍPIO DE CANOAS

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000122-95.2019.5.14.0401

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	ESTADO DO ACRE
Procurador	DR. DANIEL GURGEL LINARD
EMBARGADO(A)	GIGLIANNY DA SILVA COSTA
Advogado	DR. ANDRÉ FERREIRA MARQUES(OAB: 3319/AC)
EMBARGADO(A)	AGILE SERVICOS LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- AGILE SERVICOS LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA - ME
- ESTADO DO ACRE
- GIGLIANNY DA SILVA COSTA

Processo Nº ED-Ag-RR-0000130-70.2018.5.23.0041

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	ESTADO DE MATO GROSSO
Procuradora	DRA. ANA MARIA CATUNDA SABÓIA AMORIM
EMBARGADO(A)	INSTITUTO PERNAMBUCANO DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE - IPAS
Advogado	DR. WILSON RODRIGUES(OAB: 43253/PE)
EMBARGADO(A)	GAINETE DE SOUZA
Advogado	DR. ROBERTO CARLOS MELGAREJO DE VARGAS(OAB: 7429-O/MT)
Advogada	DRA. MÁRCIA ANA ZAMBIAZI(OAB: 11106/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE MATO GROSSO
- GAINETE DE SOUZA
- INSTITUTO PERNAMBUCANO DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE - IPAS

Processo Nº ED-AIRR-0000134-69.2020.5.14.0403

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	ESTADO DO ACRE
Procurador	DR. FÁBIO MARCON LEONETTI
EMBARGADO(A)	JUCELIA MINAS COELHO
Advogado	DR. LEANDRO DE SOUZA MARTINS(OAB: 3368-A/AC)
Advogada	DRA. MYRIAN MARIANA PINHEIRO DA SILVA(OAB: 3708-A/AC)
EMBARGADO(A)	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE
- ESTADO DO ACRE
- JUCELIA MINAS COELHO

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000144-16.2020.5.14.0403

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	ESTADO DO ACRE
Procurador	DR. FÁBIO MARCON LEONETTI
EMBARGADO(A)	FABIANA CUNHA MATURIN
Advogada	DRA. KATHLEN RAFAELA DE VASCONCELOS LIMA(OAB: 4597-A/AC)
EMBARGADO(A)	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE
- ESTADO DO ACRE
- FABIANA CUNHA MATURIN

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000145-55.2019.5.11.0003

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	ESTADO DO AMAZONAS
Procurador	DR. EVANDRO EZIDRO DE LIMA REGIS
EMBARGADO(A)	INGRID JULIANA DA SILVA BALBI
Advogado	DR. GILMAR CESAR DA SILVA SANTOS(OAB: 10770-A/AM)
EMBARGADO(A)	FARMA CLIN - SERVICOS FARMACEUTICOS LTDA - ME

EMBARGADO(A)	CRISTINA SILVA FONSECA
EMBARGADO(A)	MARLY PISANO MIRANDA

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTINA SILVA FONSECA
- ESTADO DO AMAZONAS
- FARMA CLIN - SERVICOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
- INGRID JULIANA DA SILVA BALBI
- MARLY PISANO MIRANDA

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000167-56.2020.5.14.0404

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	ESTADO DO ACRE
Procurador	DR. FÁBIO MARCON LEONETTI
EMBARGADO(A)	ROSANGELA FLORES DA SILVA SANTOS
Advogado	DR. ANDRE FABIANO SANTOS AGUIAR(OAB: 3393-S/AC)
Advogada	DRA. KRYSNA MARCELA RAMIREZ FERREIRA(OAB: 4773-A/AC)
Advogada	DRA. ANNE GRAYCE DE OLIVEIRA SILVA PAIVA(OAB: 5417-A/AC)
EMBARGADO(A)	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE
- ESTADO DO ACRE
- ROSANGELA FLORES DA SILVA SANTOS

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000179-83.2019.5.14.0411

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	ESTADO DO ACRE
Procuradora	DRA. ROSANA FERNANDES MAGALHÃES BIANCARDI
EMBARGADO(A)	ALDECI DA SILVA SOUZA
Advogada	DRA. GISELI ANDREIA GOMES LAVADENZ MAZZALI(OAB: 4297-A/AC)
EMBARGADO(A)	MONTEIRO & SOARES CONSTRUÇÕES LTDA.
Advogado	DR. RIVALDO SOARES DA SILVA JÚNIOR(OAB: 4567-A/AC)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALDECI DA SILVA SOUZA
- ESTADO DO ACRE
- MONTEIRO & SOARES CONSTRUÇÕES LTDA.

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000362-24.2019.5.11.0351

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	ESTADO DO AMAZONAS
Procurador	DR. ALDENOR DE SOUZA RABELO
Procuradora	DRA. IVANIA LÚCIA SILVA COSTA
EMBARGADO(A)	JONATHAN DE FREITAS FORTES
Advogado	DR. LINDONOR FERREIRA DE MELO SANTOS(OAB: 6710/AM)
EMBARGADO(A)	BRASIL CORRESPONDENTE FINANCEIRO LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- BRASIL CORRESPONDENTE FINANCEIRO LTDA
- ESTADO DO AMAZONAS
- JONATHAN DE FREITAS FORTES

Processo Nº ED-Ag-RR-0000375-32.2018.5.21.0043

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS
Procurador	DR. TILI STORACE DE CARVALHO AROUCA
EMBARGADO(A)	SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES VIGILANTES EM EMPRESAS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA, MONITORADORES ELETRÔNICOS, AGENTE TÁTICO MÓVEL (ATM), VIGILÂNCIA ORGÂNICA, CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES, VIGIAS E CINÓFILOS DO RIO GRANDE DO NORTE - SINDSEGUR
Advogado	DR. ALÉCIO CÉSAR SANCHES(OAB: 5685/RN)
EMBARGADO(A)	DMB SEGURANCA PRIVADA EIRELI - ME
Advogado	DR. TÚLIO GOMES CASCARDO(OAB: 25454/PE)
EMBARGADO(A)	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE - IDEMA
Advogado	DR. FRANCISCO IVO CAVALCANTI NETTO(OAB: 1812/RN)
EMBARGADO(A)	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Intimado(s)/Citado(s):

- DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS
- DMB SEGURANCA PRIVADA EIRELI - ME
- ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE - IDEMA
- SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES VIGILANTES EM EMPRESAS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA, MONITORADORES ELETRÔNICOS, AGENTE TÁTICO MÓVEL (ATM), VIGILÂNCIA ORGÂNICA, CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES, VIGIAS E CINÓFILOS DO RIO GRANDE DO NORTE - SINDSEGUR

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000378-90.2019.5.14.0416

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	ESTADO DO ACRE
Procurador	DR. DANIEL GURGEL LINARD
EMBARGADO(A)	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE
EMBARGADO(A)	JOCIMAR CANDIDO DOS SANTOS
Advogada	DRA. OCILENE ALENCAR DE SOUZA(OAB: 4057-A/AC)

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS GERAIS - COOPSERGE
- ESTADO DO ACRE
- JOCIMAR CANDIDO DOS SANTOS

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000424-94.2019.5.14.0411

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	ESTADO DO ACRE
Procurador	DR. DANIEL GURGEL LINARD

EMBARGADO(A)	ADJUNIOR DA SILVA RIBEIRO
Advogado	DR. LUIZ MARIO LUIGI JUNIOR(OAB: 3791/AC)
EMBARGADO(A)	SERVIÇO SOCIAL DE SAÚDE DO ACRE - PRÓ-SAÚDE
Advogada	DRA. RAPHAELA MESSIAS QUEIROZ RODRIGUES(OAB: 3003-A/AC)
Advogado	DR. DIEGO GÓES NUNES(OAB: 3747 -A/AC)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADJUNIOR DA SILVA RIBEIRO
- ESTADO DO ACRE
- SERVIÇO SOCIAL DE SAÚDE DO ACRE - PRÓ-SAÚDE

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000525-83.2018.5.12.0036

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	ESTADO DE SANTA CATARINA
Procurador	DR. ISABEL PARENTE MENDES GOMES
EMBARGADO(A)	OLGA CATARINA DA SILVA E OUTROS
Advogado	DR. GUSTAVO FILIPI MILIS CANI(OAB: 14359-A/SC)
EMBARGADO(A)	SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA
Advogado	DR. CARLOS CARMELO BALARÓ(OAB: 102778-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SANTA CATARINA
- OLGA CATARINA DA SILVA E OUTROS
- SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000662-82.2019.5.13.0010

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	OLIVEIRO ROCHA NETO
Advogado	DR. CARLOS ALBERTO SILVA DE MELO(OAB: 12381-A/PB)
EMBARGADO(A)	ABBC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BENEFICÊNCIA COMUNITÁRIA
Advogado	DR. EDU MONTEIRO JÚNIOR(OAB: 98688-A/SP)
EMBARGADO(A)	ESTADO DA PARAÍBA
Procurador	DR. RICARDO RUIZ ARIAS NUNES

Intimado(s)/Citado(s):

- ABBC - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BENEFICÊNCIA COMUNITÁRIA
- ESTADO DA PARAÍBA
- OLIVEIRO ROCHA NETO

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000696-05.2019.5.11.0013

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	ESTADO DO AMAZONAS
Procuradora	DRA. SÁLVIA DE SOUZA HADDAD
EMBARGADO(A)	JONES RABELO NUNES
Advogado	DR. GILMAR CESAR DA SILVA SANTOS(OAB: 10770-A/AM)
EMBARGADO(A)	EXCELLENCE CARE EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAZONAS
- EXCELLENCE CARE EIRELI - EPP
- JONES RABELO NUNES

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000724-22.2018.5.11.0008

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	ESTADO DO AMAZONAS
Procuradora	DRA. IVANIA LÚCIA SILVA COSTA
EMBARGADO(A)	ELIZANDRA NEOSISNANDO DE ABREU
Advogado	DR. JEAN CARLO NAVARRO CORREA(OAB: 5114-A/AM)
EMBARGADO(A)	PODIUM EMPRESARIAL EIRELI
Advogada	DRA. KARINA ARAÚJO BLASCH(OAB: 4362-A/AM)
Advogada	DRA. JÉSSICA LAHIS SILVA BASTOS DE MENEZES(OAB: 10836-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIZANDRA NEOSISNANDO DE ABREU
- ESTADO DO AMAZONAS
- PODIUM EMPRESARIAL EIRELI

Processo Nº ED-Ag-RR-0000765-62.2018.5.11.0016

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	ESTADO DO AMAZONAS
Procuradora	DRA. IVANIA LÚCIA SILVA COSTA
EMBARGADO(A)	ELIZA BOTELHO DE ARAUJO
Advogado	DR. LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO(OAB: 7537/AM)
EMBARGADO(A)	SALVARE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.
Advogada	DRA. CAROLINE PEREIRA DA COSTA(OAB: 5249/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIZA BOTELHO DE ARAUJO
- ESTADO DO AMAZONAS
- SALVARE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

Processo Nº ED-Ag-RR-0000767-93.2017.5.11.0201

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	ESTADO DO AMAZONAS
Procurador	DR. THIAGO OLIVEIRA COSTA
EMBARGADO(A)	SEBASTIANA MORAES DE ARAUJO
Advogado	DR. MARCOS ANTONIO VASCONCELOS(OAB: 5794-A/AM)
Advogada	DRA. MARIA ELENA DA SILVA HOROHIAQUE(OAB: 9095-A/AM)
EMBARGADO(A)	ALDRI SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ALDRI SERVIÇOS LTDA.
- ESTADO DO AMAZONAS
- SEBASTIANA MORAES DE ARAUJO

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000802-62.2017.5.11.0101

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
Procurador	DR. BETSAIDA PENIDO ROSA

EMBARGADO(A)	MARINELSON BRANDAO DE SOUZA
Advogada	DRA. YANA BARRETO CERDEIRA(OAB: 10304-A/AM)
EMBARGADO(A)	G B DA ROCHA

Intimado(s)/Citado(s):

- G B DA ROCHA
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
- MARINELSON BRANDAO DE SOUZA

Processo Nº ED-Ag-RR-0001107-13.2017.5.11.0015

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	ESTADO DO AMAZONAS
Procurador	DR. JANILSON DA COSTA BARROS
EMBARGADO(A)	MARCIA CRISTINA FERREIRA DE SOUZA
Advogada	DRA. ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA(OAB: 6940/AM)
EMBARGADO(A)	TOTAL SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS E ENFERMAGEM LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAZONAS
- MARCIA CRISTINA FERREIRA DE SOUZA
- TOTAL SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS E ENFERMAGEM LTDA.

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0001381-20.2016.5.11.0012

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
Procuradora	DRA. KARINA RODRIGUES LEÃO
EMBARGADO(A)	MARCIA CRISTINA SOUSA PINTO
Advogada	DRA. CARLA LOUANNY DE ANDRADE DA SILVA BUCHDID(OAB: 6378-A/AM)
EMBARGADO(A)	ASSOCIACAO ORGANIZACAO NAO GOVERNAMENTAL NYMUENDAJU

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIACAO ORGANIZACAO NAO GOVERNAMENTAL NYMUENDAJU
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
- MARCIA CRISTINA SOUSA PINTO

Processo Nº ED-Ag-RR-0001459-34.2018.5.11.0015

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	ESTADO DO AMAZONAS
Procurador	DR. JANILSON DA COSTA BARROS
EMBARGADO(A)	DARLENE GLORIA RODRIGUES DA SILVA
Advogada	DRA. ANDRÉA RENATA VIRGINIO DE SOUZA(OAB: 9238/AM)
EMBARGADO(A)	D DE AZEVEDO FLORES

Intimado(s)/Citado(s):

- D DE AZEVEDO FLORES
- DARLENE GLORIA RODRIGUES DA SILVA
- ESTADO DO AMAZONAS

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0001464-71.2018.5.11.0010

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	ESTADO DO AMAZONAS
Procuradora	DRA. IVANIA LÚCIA SILVA COSTA
EMBARGADO(A)	MARIA DEUZILENE SILVA DOS SANTOS
Advogada	DRA. CARLA FERREIRA MENDES(OAB: 4641-A/AM)
EMBARGADO(A)	TOTAL SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS E ENFERMAGEM LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAZONAS
- MARIA DEUZILENE SILVA DOS SANTOS
- TOTAL SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS E ENFERMAGEM LTDA.

Processo Nº ED-Ag-RR-0002383-25.2016.5.11.0012

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	ESTADO DO AMAZONAS
Procurador	DR. LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA
EMBARGADO(A)	ELIANE DA SILVA MAQUINE
EMBARGADO(A)	TOTAL SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS E ENFERMAGEM LTDA. - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIANE DA SILVA MAQUINE
- ESTADO DO AMAZONAS
- TOTAL SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS E ENFERMAGEM LTDA. - EPP

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0011176-28.2016.5.09.0005

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Procurador	DR. EDSON LUIZ MARTINS
EMBARGADO(A)	HAMIRISI SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.
Advogado	DR. EDNA LIMA DIAS RIBEIRO DA SILVA(OAB: 82176-A/PR)
Advogada	DRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO RASSY TEIXEIRA MANFRON(OAB: 83050-A/PR)
EMBARGADO(A)	CONSTRUTORA HAMIRISI LTDA - EPP
Advogado	DR. ELDES MARTINHO RODRIGUES(OAB: 20095-A/PR)
EMBARGADO(A)	SULEINE FERREIRA DE PAULA
Advogado	DR. ALEXANDRE NISHIMURA(OAB: 28471/PR)
EMBARGADO(A)	AMILTON RIBEIRO DA SILVA JUNIOR
Advogado	DR. EDNA LIMA DIAS RIBEIRO DA SILVA(OAB: 82176-A/PR)
EMBARGADO(A)	EDNA LIMA DIAS RIBEIRO DA SILVA
Advogado	DR. EDNA LIMA DIAS RIBEIRO DA SILVA(OAB: 82176-A/PR)
EMBARGADO(A)	AMILTON RIBEIRO DA SILVA
Advogado	DR. ELDES MARTINHO RODRIGUES(OAB: 20095-A/PR)
EMBARGADO(A)	HPLUS SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- AMILTON RIBEIRO DA SILVA
- AMILTON RIBEIRO DA SILVA JUNIOR

- CONSTRUTORA HAMIRISI LTDA - EPP
- EDNA LIMA DIAS RIBEIRO DA SILVA
- HAMIRISI SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.
- HPLUS SERVIÇOS LTDA.
- SULEINE FERREIRA DE PAULA
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Processo Nº ED-Ag-RR-0011330-02.2015.5.01.0006

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RAFAEL MAIA GUANAES
EMBARGADO(A)	PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA MELLO
Advogado	DR. DANIEL BATISTA VIEIRA(OAB: 42553-A/RJ)
EMBARGADO(A)	HIGI TIME SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- HIGI TIME SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.
- PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA MELLO
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº ED-Ag-RR-0011886-15.2016.5.09.0016

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	MUNICÍPIO DE CURITIBA
Procuradora	DRA. ISABEL MATTOS DE CARVALHO
EMBARGADO(A)	SUELI APARECIDA VENANCIO BISPO
Advogado	DR. ALEXANDRE NISHIMURA(OAB: 28417/PR)
EMBARGADO(A)	S.A.U. - SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO LTDA.
Advogado	DR. LEONEI MARTINS FREITAS(OAB: 33415-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE CURITIBA
- S.A.U. - SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO LTDA.
- SUELI APARECIDA VENANCIO BISPO

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0012331-51.2015.5.15.0032

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
EMBARGANTE	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Procurador	DR. FRANCISCO DE ASSIS SPAGNUOLO JÚNIOR
EMBARGADO(A)	WELLINGTON GERACINO
Advogado	DR. GUSTAVO HENRIQUE VIEIRA JACINTO(OAB: 240818-A/SP)
EMBARGADO(A)	REAK SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.
Advogado	DR. MARCELO SANCHEZ SALVADORE(OAB: 174441-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
- REAK SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.
- WELLINGTON GERACINO

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0021488-32.2015.5.04.0201

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Procurador	DR. MARCELO HORTA SANÁBIO
EMBARGADO(A)	MONTECASTELO SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
EMBARGADO(A)	SIDINEI FLORES MACHADO
Advogado	DR. JORGE AIRTON BRANDÃO YOUNG(OAB: 31684-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
- MONTECASTELO SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
- SIDINEI FLORES MACHADO

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0040800-62.2011.5.21.0006

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES
Procurador	DR. TILI STORACE DE CARVALHO AROUCA
EMBARGADO(A)	SANDRO ARAUJO SOUSA SANTOS
Advogado	DR. FLÁVIO MURILO RODRIGUES PINTO(OAB: 8137/RN)
Advogado	DR. ADLINA CETURA DA CRUZ COSTA(OAB: 7873-A/RN)
EMBARGADO(A)	ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS
Advogado	DR. LEONARDO SANTANA CALDAS(OAB: 12870-A/DF)
Advogada	DRA. CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO(OAB: 6930-A/DF)
Advogada	DRA. TICIANA LIMA CORDEIRO DA COSTA(OAB: 39744-A/DF)
EMBARGADO(A)	UNIMED NATAL SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
Advogado	DR. CARLOS ALBERTO BARBIN(OAB: 704-A/RN)
EMBARGADO(A)	VSV VISÃO SEGURANÇA DE VALORES LTDA.
Advogado	DR. MARCELO THÉ BONIFÁCIO(OAB: 7286-A/RN)
EMBARGADO(A)	VS MONITORAMENTO ELETRONICO LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES
- ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS
- SANDRO ARAUJO SOUSA SANTOS
- UNIMED NATAL SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
- VS MONITORAMENTO ELETRONICO LTDA - ME
- VSV VISÃO SEGURANÇA DE VALORES LTDA.

Processo Nº ED-Ag-RR-0101073-96.2017.5.01.0056

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
EMBARGANTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RAFAEL MAIA GUANAES
EMBARGADO(A)	MARIA AUXILIADORA MARCELINO MEIRELES TEODORO DE CASTRO
Advogada	DRA. ANA ROCHA DE OLIVEIRA(OAB: 112572-A/RJ)
Advogado	DR. ANDERSON GUIDA BRILHANTE(OAB: 186215-A/RJ)

EMBARGADO(A)	QUALITÉCNICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
Advogada	DRA. RAÍSSA FELISBERTO LOPES(OAB: 381721-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA AUXILIADORA MARCELINO MEIRELES TEODORO DE CASTRO
- QUALITÉCNICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº ED-AIRR-1001919-16.2015.5.02.0708

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. JOSÉ ROBERTO FREIRE PIMENTA
EMBARGANTE	LIFEMED INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES S.A.
Advogado	DR. BENÔNI CANELLAS ROSSI(OAB: 43026/RS)
Advogado	DR. RAFAEL ORLANDI BAREÑO(OAB: 63490-A/RS)
Advogada	DRA. MÔNICA CANELLAS ROSSI(OAB: 28359-B/RS)
Advogado	DR. GAUDIO RIBEIRO DE PAULA(OAB: 49080-A/DF)
EMBARGADO(A)	ADRIANA REQUENA
Advogado	DR. CÁSSIO COSTA DE OLIVEIRA(OAB: 91514-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA REQUENA
- LIFEMED INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES S.A.

Processo Nº RRAg-1000413-30.2019.5.02.0040

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S)	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. MARLY YAMAMOTO
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S)	MARIA DO ROSARIO DE BRITO
Advogado	DR. ALCEU LUIZ CARREIRA(OAB: 124489-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA DO ROSARIO DE BRITO
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Processo Nº RRAg-1000504-29.2016.5.02.0072

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S)	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA
Advogada	DRA. ANA LUIZA RUI(OAB: 36986-A/SP)
Advogado	DR. CLÓVIS MÁRCIO DE AZEVEDO SILVA(OAB: 65284/SP)
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. LUCIANA PRADO CASTRO(OAB: 236092-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

ANTONIO RAIMUNDO DA SILVA NETO
Secretário da Segunda Turma

Redistribuição

Relação dos processos redistribuídos pela Secretaria da 2ª Turma em 28/01/2022.

Processo Nº AIRR-0000843-77.2019.5.09.0242

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S)	RONALDO SOARES PATROCINIO
Advogada	DRA. ADRIANA APARECIDA ROCHA(OAB: 22562-A/PR)
Advogado	DR. ELITON ARAÚJO CARNEIRO(OAB: 14389-A/PR)
Advogado	DR. DANILO FABIANO GOMES(OAB: 49169-A/PR)
Advogado	DR. EUCLIDES ALCIDES ROCHA(OAB: 23349-A/PR)
AGRAVADO(S)	PADO S A INDUSTRIAL COMERCIAL E IMPORTADORA
Advogado	DR. RENATA CARMONA DE PAULA MACHADO(OAB: 55558-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- PADO S A INDUSTRIAL COMERCIAL E IMPORTADORA
- RONALDO SOARES PATROCINIO

Processo Nº AIRR-0000843-77.2019.5.09.0242

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S)	RONALDO SOARES PATROCINIO
Advogada	DRA. ADRIANA APARECIDA ROCHA(OAB: 22562-A/PR)
Advogado	DR. ELITON ARAÚJO CARNEIRO(OAB: 14389-A/PR)
Advogado	DR. DANILO FABIANO GOMES(OAB: 49169-A/PR)
Advogado	DR. EUCLIDES ALCIDES ROCHA(OAB: 23349-A/PR)
AGRAVADO(S)	PADO S A INDUSTRIAL COMERCIAL E IMPORTADORA
Advogado	DR. RENATA CARMONA DE PAULA MACHADO(OAB: 55558-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- PADO S A INDUSTRIAL COMERCIAL E IMPORTADORA
- RONALDO SOARES PATROCINIO

Processo Nº RRAg-0000917-79.2018.5.09.0594

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	MIN. MORGANA DE ALMEIDA RICHA
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. LUÍS FELIPE CUNHA(OAB: 52308-A/PR)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S)	LUIS AUGUSTO DA SILVA SANTANA
Advogado	DR. SIDNEI MACHADO(OAB: 18533/PR)
Advogado	DR. CHRISTIAN MARCELLO MAÑAS(OAB: 29190-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIS AUGUSTO DA SILVA SANTANA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº RRAg-0000917-79.2018.5.09.0594

Complemento	Processo Eletrônico

Relator	MIN. MARIA HELENA MALLMANN
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. LUÍS FELIPE CUNHA(OAB: 52308-A/PR)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S)	LUIS AUGUSTO DA SILVA SANTANA
Advogado	DR. SIDNEI MACHADO(OAB: 18533/PR)
Advogado	DR. CHRISTIAN MARCELLO MAÑAS(OAB: 29190-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIS AUGUSTO DA SILVA SANTANA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

ANTONIO RAIMUNDO DA SILVA NETO
Secretário da Segunda Turma
Brasília, 28 de janeiro de 2022

Secretaria da Quinta Turma

Despacho

Processo Nº RR-0000002-32.2020.5.22.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Recorrente	EMPRESA TERESINENSE DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Advogado	Dr. Vicente de Paula Mendes de Resende Júnior(OAB: 3688/PI)
Advogada	Dra. Paula Andréa Dantas Avelino Madeira Campos(OAB: 11082-A/PI)
Advogado	Dr. Luiz Carlos Lamas de Melo(OAB: 6303-A/PI)
Recorrido	JOSE MARTINS DE SOUSA
Advogada	Dra. Andreia Saraiva de Deus(OAB: 11439-A/PI)
Advogada	Dra. Marília Lemos da Silva Timóteo(OAB: 11461-A/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA TERESINENSE DE DESENVOLVIMENTO URBANO
- JOSE MARTINS DE SOUSA

Vistos.
2. Juntem-se os expedientes tombados sob os números TST-Pet. 7322/2022-1 e 11442/2022-0.
3. Considerando o acordo noticiado pela reclamada e pelo reclamante, assinado por procuradores de ambas as partes, regularmente constituídos, determino a remessa dos autos ao MM Juízo de origem, para exame da conciliação, devendo ser comunicado a esta instância na hipótese de homologação, para o devido registro de baixa.
Publique-se.

Brasília, 27 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
Ministro Relator

Processo Nº RR-0000026-48.2020.5.22.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Recorrente	EMPRESA TERESINENSE DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Advogado	Dr. Vicente de Paula Mendes de Resende Júnior(OAB: 3688/PI)
Advogado	Dr. Luiz Carlos Lamas de Melo(OAB: 6303-A/PI)
Advogado	Dr. Ciro Daniel Soares Silva(OAB: 18031-A/PI)
Recorrido	JOAO PATRICIO VIEIRA NETO
Advogada	Dra. Andreia Saraiva de Deus(OAB: 11439-A/PI)
Advogada	Dra. Marília Lemos da Silva Timóteo(OAB: 11461-A/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA TERESINENSE DE DESENVOLVIMENTO URBANO
- JOAO PATRICIO VIEIRA NETO

Vistos.
2. Juntem-se os expedientes tombados sob os números TST-Pet. 7357/2022-8 e 11454/2022-4.
3. Considerando o acordo noticiado pela reclamada e pelo reclamante, assinado por procuradores de ambas as partes, regularmente constituídos, determino a remessa dos autos ao MM Juízo de origem, para exame da conciliação, devendo ser comunicado a esta instância na hipótese de homologação, para o devido registro de baixa.
Publique-se.

Brasília, 27 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010227-09.2018.5.15.0153

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante	SOUZA CRUZ LTDA
Advogado	Dr. Antônio Lopes Muniz(OAB: 39006-A/SP)
Agravado	ROGERIO DAVOLI
Advogada	Dra. Daniela Vilela Peloso Vasconcelos(OAB: 161110-D/SP)
Advogado	Dr. Vítor Hugo Vasconcelos Matos(OAB: 262504-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ROGERIO DAVOLI
- SOUZA CRUZ LTDA

Vistos.
2. Junte-se o expediente tombado sob o número TST-Pet. 12633/2022-9.
3. Considerando o acordo noticiado pela reclamada e pelo reclamante, assinado por procuradores de ambas as partes, regularmente constituídos, determino a remessa dos autos ao MM Juízo de origem, para exame da conciliação, devendo ser comunicado a esta instância na hipótese de homologação, para o devido registro de baixa.
Publique-se.

Brasília, 27 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
Ministro Relator

Processo Nº ARR-0021369-75.2017.5.04.0662

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante e Recorrente	BRF S.A.
Advogado	Dr. Rodrigo da Silva Vieira(OAB: 60189/RS)
Agravado e Recorrido	KATIA OZEKOSKI SEVAGNINI
Advogado	Dr. Daniel Beiloni Bevenuto dos Santos(OAB: 91238-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- KATIA OZEKOSKI SEVAGNINI

1. Vistos.
2.Juntem-se os expedientes tombados sob os nºs TST-Pet-8942/2022-6.
3. O MM Juízo da Vara do Trabalho de origem informa que as partes celebraram acordo, que foi devidamente homologado, e requer a baixa dos autos.
4. Isto posto, à Secretaria da 5ª Turma para que providencie a baixa dos autos.
Publique-se.

Brasília, 27 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000284-70.2019.5.02.0704

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante e Agravado	RICARDO MITSOUKA
Advogado	Dr. Amir Moura Borges(OAB: 153003-D/SP)
Advogado	Dr. Gabriela Oliveira Chikitani(OAB: 289180-A/SP)
Advogada	Dra. Laurinda Fraga de Almeida(OAB: 198496-A/SP)
Advogado	Dr. Marcelo Fernandes de Mello(OAB: 294638-A/SP)
Advogado	Dr. Ana Paula Cardoso Franco Guimaraes(OAB: 290179-A/SP)
Advogado	Dr. Esther Duarte Detilio(OAB: 409068-A/SP)
Agravante e Agravado	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	Dr. Carlos Augusto Tortoro Junior(OAB: 247319-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- RICARDO MITSOUKA

Vistos.
2. Junte-se o expediente tombado sob o número TST-Pet. 8951/2022-7.
3. Considerando o acordo noticiado pela reclamado e pelo reclamante, assinado por procuradores de ambas as partes, regularmente constituídos, determino a remessa dos autos ao MM Juízo de origem, para exame da conciliação, devendo ser comunicado a esta instância na hipótese de homologação, para o devido registro de baixa.
Publique-se.

Brasília, 27 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010078-64.2015.5.01.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante e Agravado	EDUARDO GUY BENTO TINOCO
Advogado	Dr. Felipe Adolfo Fernandes Kalaf(OAB: 57634-D/RJ)
Agravante e Agravado	BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA. E OUTRA
Advogado	Dr. Cristiano de Lima Barreto Dias(OAB: 92784-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BASIMÓVEL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA. E OUTRA
- EDUARDO GUY BENTO TINOCO

1. Vistos.
2.Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet-9168/2022-1.
3. O MM Juízo da Vara do Trabalho de origem informa que as partes celebraram acordo, que foi devidamente homologado, e requer a baixa dos autos.
4. Isto posto, à Secretaria da 5ª Turma para que providencie a baixa dos autos.
Publique-se.

Brasília, 27 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
Ministro Relator

Processo Nº Ag-AIRR-0001063-41.2017.5.09.0664

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	TELEVISAO CIDADE LTDA
Advogado	Rodrigo Puppi Bastos(OAB: 35215/PR)
Agravado(s)	MARTA ORTEGA PITTA
Advogado	Jorge Hamilton Aidar F:(OAB: 5631/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARTA ORTEGA PITTA
- TELEVISAO CIDADE LTDA

Vistos etc.

Junte-se aos autos a Petição 395908/2021-0, por meio da qual a Reclamada, TELEVISAO CIDADE LTDA, demonstra interesse em transigir, requerendo, assim, que seja designada audiência, por videoconferência, para tentativa de conciliação, com a cominação da sujeição da parte autora às penalidades dos artigos 80 e 81, ambos do CPC, na hipótese de não comparecimento.

Intime-se a Reclamante, a fim de que se manifeste sobre o teor da referida petição e eventual interesse em transigir. Prazo de 5 dias.

Em relação à cominação de penalidade em caso de não comparecimento injustificado à audiência de conciliação, trata-se de medida a ser requerida perante o CEJUSC ou outro núcleo de conciliação local, caso a Reclamante manifeste anuência com a designação da audiência.

No silêncio da Autora, prossigam-se os trâmites processuais. Havendo manifestação, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

Ministro Relator

Processo Nº Ag-AIRR-0001365-87.2016.5.21.0012

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dirceu Marcelo Hoffmann(OAB: 16538-A/GO)
Agravado(s)	OENGENHARIA LTDA.
Advogado	Maurício Metzker Junqueira Maciel(OAB: 122728-A/MG)
Advogado	Lucas Quintino de Almeida Lacerda(OAB: 129651-A/MG)
Agravado(s)	WESTERLAY AVELINO MARINHO
Advogado	Urbano Gregório de Lima Júnior(OAB: 13776/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- OENGENHARIA LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- WESTERLAY AVELINO MARINHO

Vistos etc.

Junte-se aos autos a Petição 45281/2020-1, por meio da qual a Reclamada, OENGENHARIA LTDA., manifesta interesse em conciliar e requer o sobrestamento do feito e a remessa dos autos ao juízo de origem para designação de audiência de conciliação.

Intimem-se o Reclamante, WESTERLAY AVELINO MARINHO**, e a segunda Reclamada,** PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**,** a fim de que se manifestem sobre o teor da referida petição e eventual interesse em transigir. Prazo de 10 (dez) dias.

No silêncio, prossigam-se os trâmites processuais. Havendo manifestação de algum ou de ambos, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

Ministro Relator

Processo Nº ED-ARR-0000354-02.2014.5.03.0139

Complemento	Processo Eletrônico
Embargante	A&C CENTRO DE CONTATOS S.A.
Advogado	João Luiz Juntolli(OAB: 69339/MG)
Embargado(a)	NATALIA REZENDE SOARES
Advogado	Rangel Carvalho Cordeiro(OAB: 96162/MG)
Embargado(a)	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogado	Jason Soares de Albergaria Filho(OAB: 7874/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- A&C CENTRO DE CONTATOS S.A.
- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- NATALIA REZENDE SOARES

Vistos etc.

Junte-se aos autos a Petição 530116-04/2021, que se refere ao Ofício Eletrônico 18023/2021 do Supremo Tribunal Federal, por meio do qual o Excelentíssimo Senhor Ministro Gilmar Mendes comunica a este Relator o deferimento da Medida Cautelar na Reclamação 50.922/MG e determina a suspensão dos efeitos da decisão reclamada e da tramitação do processo ED-ARR-0000354-02.2014.5.03.0139, até a decisão final daquela Reclamação.

Determino, ainda, a juntada aos autos da Petição 531266-09/2021, que se refere ao Ofício Eletrônico 18118/2021 do Supremo Tribunal Federal, por meio do qual o Excelentíssimo Senhor Ministro Gilmar Mendes solicita informações ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e ao Tribunal Superior do Trabalho acerca da Reclamação 50.835/MG, em que deferida medida cautelar.

Acentuo, inicialmente, que as informações solicitadas no Ofício Eletrônico 18118/2021 (Petição 531266-09/2021), já foram prestadas pela Excelentíssima Senhora Ministra Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, mediante o Ofício TST.GP nº 932/2021, datado de 13 de dezembro do corrente ano e juntado às fls. 1.304/1.312 dos presentes autos.

A fim de elucidar a questão, passo a prestar os seguintes esclarecimentos:

Em despacho proferido em 17 de junho de 2019 (fl. 1.198) e publicado em 24 de junho do mesmo ano (certidão à fl. 1.199), determinei o sobrestamento do julgamento do Recurso de Revista

com Agravo de Instrumento RRAg-354-02.2014.5.03.0139, até solução definitiva da Reclamação 34.029/MG pela Suprema Corte. Na ocasião, por meio dos Ofícios Eletrônicos nº 3582/2019 e nº 6463/2019, subscritos pelo Excelentíssimo Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, e, ainda, do Ofício TRT-RO-0000354-02.2014.5.03.0139, assinado pelo Desembargador 1º Vice-Presidente do TRT da 3ª Região, fui comunicado do teor da liminar concedida na Reclamação 34.029/MG, para suspender o processo nº 00000354-02.2014.5.03.0139 e os efeitos do acórdão prolatado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região até decisão definitiva daquela Reclamação.

Posteriormente, em julho de 2019, foi juntado aos autos despacho com força de ofício do Desembargador 1º Vice-Presidente do TRT da 3ª Região informando que o Supremo Tribunal Federal julgou procedente a Reclamação n° 34.029, para cassar o acórdão regional, no ponto em que afastou a incidência do art. 25, § 1°, da Lei 8.987/1995, e determinar que outro fosse proferido, em observância à jurisprudência daquela Corte. Foi requerida a baixa dos autos ao Tribunal de origem.

Nada obstante, por equívoco, prolatei a decisão às fls. 1.215/1.220, ora impugnada por meio das Reclamações 50.922/MG e 50.835/MG.

Desse modo, determino:

(I) a juntada aos autos da Petição 501610/2021-4 (fls. 1.222/1.233) e **CHAMO O FEITO À ORDEM** para tornar sem efeito a decisão às fls. 1.215/1.220, bem como a respectiva certidão de publicação à fl. 1.221, o que acarreta a perda do objeto dos embargos de declaração opostos pela AeC Centro de Contatos S.A. (Petição 505487/2021-6 - fls. 1.234/1.246) e do Agravo interposto pela CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. (fls. 1.247/1.268);

(II) a remessa dos autos ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região para prolação de novo acórdão, consoante solicitado no Ofício à fl. 1.200 e em obediência à decisão proferida pela Suprema Corte na Reclamação n° 34.029, em que cassado o acórdão regional, no ponto em que afastou a incidência do art. 25, § 1°, da Lei 8.987/1995; e

(III) seja oficiado, com urgência, o Supremo Tribunal Federal, na pessoa do Ministro Gilmar Mendes, Relator das Reclamações 50.835 e 50.922, com cópia do presente despacho, ao qual atribuo força de ofício, para a adoção das providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

Ministro Relator

Processo Nº ED-RR-0000049-26.2018.5.13.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Embargante	MERCIA CRISTINA SOARES GAMA
Advogado	Dr. Thiago Paes Fonsêca Dantas(OAB: 15254/PB)
Embargado	MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
Procurador	Dr. Aderaldo Cavalcanti da Silva Júnior

Intimado(s)/Citado(s):

- MERCIA CRISTINA SOARES GAMA
- MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

Pet. 128478-09/2020

Vistos.

Junte-se o recurso de embargos interposto pelo reclamado às fls. 453/481 e aguarde-se a sessão de julgamento.

Publique-se.

Brasília, 26 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
Ministro Relator

Processo Nº ARR-0000618-72.2013.5.15.0057

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Agravante e Recorrente	MONSANTO DO BRASIL LTDA.
Advogado	Dr. Geraldo Baraldi Junior(OAB: 95246 -B/SP)
Agravado e Recorrido	JAILSON LOURIVAL MENDONÇA DOS SANTOS
Advogado	Dr. Wilson Ferreira(OAB: 167786/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JAILSON LOURIVAL MENDONÇA DOS SANTOS
- MONSANTO DO BRASIL LTDA.

1. Vistos.

2.Juntem-se os expedientes tombados sob os nºs TST-Pet-536401/2021-6 e 1850/2022-7.

3. O MM Juízo da Vara do Trabalho de origem informa que as partes celebraram acordo, que foi devidamente homologado, e requer a baixa dos autos.

4. Anoto que, tendo em vista a referida conciliação, perde objeto a petição mediante a qual a reclamada requer a suspensão do processo em razão de acordo protocolado no juízo de primeiro grau e a desistência de seu agravo de instrumento.

5. Nesse cenário, à Secretaria da 5ª Turma para que providencie a baixa dos autos em razão do acordo realizado na origem.

Publique-se.

Brasília, 27 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
Ministro Relator

Edital

Publicação de Intimação para contrarrazões aos Agravos/Agravos Regimentais

Em cumprimento ao art. 1º, I, do Ato nº 202/SEGJUD, de 10 de junho de 2019, fica(m) intimado(s) o(s) Agravado(s) para, querendo, manifestar(em)-se sobre o agravo interposto, no prazo legal, nos termos do art. 1.021 do CPC e 266 do RITST.

Processo Nº Ag-AIRR-0000014-76.2018.5.05.0102

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. ANTÔNIO JOSÉ TELLES DE VASCONCELLOS
Procurador	DR. MARCO AURÉLIO DE CASTRO JÚNIOR
AGRAVADO(S)	LUIZA MORAES DO NASCIMENTO
Advogado	DR. SANORAIA DOS SANTOS GUIMARAES CARVALHO SILVA(OAB: 44919-A/BA)
AGRAVADO(S)	MA2 CONSTRUÇÕES LTDA.
Advogado	DR. GUTEMBERG ARAUJO LIMA(OAB: 24632-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- LUIZA MORAES DO NASCIMENTO
- MA2 CONSTRUÇÕES LTDA.

Processo Nº Ag-RRAg-0000056-56.2019.5.09.0013

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. E OUTROS
Advogado	DR. MARCELO FORTES GIOVANNETTI DOS SANTOS(OAB: 223800-A/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	RAFAEL LEITE COSTA
Advogado	DR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES(OAB: 19241/DF)
Advogado	DR. NUREDIN AHMAD ALLAN(OAB: 37148-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. E OUTROS
- RAFAEL LEITE COSTA

Processo Nº Ag-AIRR-0000068-31.2021.5.14.0411

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	MUNICIPIO DE EPITACIOLANDIA
Advogado	DR. ROBSON SHELTON MEDEIROS DA SILVA(OAB: 3444-A/AC)
AGRAVADO(S)	LEIDJANE VIEIRA DA SILVA
Advogado	DR. WAGNER ÁLVARES DE SOUZA(OAB: 3930-S/AC)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEIDJANE VIEIRA DA SILVA
- MUNICIPIO DE EPITACIOLANDIA

Processo Nº Ag-RRAg-0000075-21.2019.5.12.0032

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	LUCIENY ROSANGELA MENDES ANACLETO
Advogado	DR. PRISCILLA MELLILO SENNA(OAB: 27990-A/SC)
AGRAVADO(S)	MUNICIPIO DE BIGUACU
Procurador	DR. BERNARDO HERINGER RODRIGUES SILVA
AGRAVADO(S)	INSTITUTO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO VIDA

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO VIDA
- LUCIENY ROSANGELA MENDES ANACLETO
- MUNICIPIO DE BIGUACU

Processo Nº Ag-AIRR-0000121-96.2020.5.09.0019

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	WILSON BUENO DE MORAES
Advogado	DR. WILSON LEITE DE MORAES(OAB: 14946-A/PR)
Advogado	DR. FLÁVIO NIXON PETRILO(OAB: 23692-A/PR)
AGRAVADO(S)	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado	DR. FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ(OAB: 50020/PR)
Advogado	DR. JORGE FRANCISCO FAGUNDES D'ÁVILA(OAB: 56519-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- WILSON BUENO DE MORAES

Processo Nº Ag-AIRR-0000133-58.2019.5.17.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	ANTONIO NEGRELLI
Advogado	DR. LUIS FERNANDO NOGUEIRA MOREIRA(OAB: 6942-A/ES)
Advogado	DR. MARIA DA CONCEICAO SARLO BORTOLINI CHAMOUN(OAB: 4770-A/ES)
AGRAVADO(S)	CHOCOLATES GAROTO S.A.
Advogado	DR. STEPHAN EDUARD SCHNEEBELI(OAB: 4097-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO NEGRELLI
- CHOCOLATES GAROTO S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0000278-17.2020.5.08.0207

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO AMAPÁ
Procurador	DR. JIIMMY NEGRÃO
Procurador	DR. LUIZ CARLOS STARLING PEIXOTO
AGRAVADO(S)	CICERO FARIAS FRANCA
Advogado	DR. FLAVIA ALESSANDRA LOD MONTEIRO(OAB: 2513-A/AP)
AGRAVADO(S)	VIGEX VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA EIRELI
Advogado	DR. PAULO VICTOR OLIVEIRA DOS SANTOS(OAB: 1363-A/AP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CICERO FARIAS FRANCA
- ESTADO DO AMAPÁ
- VIGEX VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-0000327-07.2019.5.08.0106

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	MARILDA VIEIRA SILVA ALMEIDA
Advogado	DR. ROBERTO FREITAS PESSOA(OAB: 33774/DF)
Advogado	DR. GILPETRON DOURADO DE MORAES(OAB: 15204-A/BA)
Advogado	DR. FELIPE GILPETRON CARVALHO DE MORAES(OAB: 46298-A/BA)
AGRAVADO(S)	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
Procuradora	DRA. KARINA RODRIGUES LEÃO

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
- MARILDA VIEIRA SILVA ALMEIDA

Processo Nº Ag-AIRR-0000345-40.2016.5.05.0551

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	PANSERV PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. E OUTRO
Advogado	DR. SÉRGIO DA COSTA BARBOSA FILHO(OAB: 136516/SP)
Advogado	DR. PRISCILA MATHIAS DE MORAIS FICHTNER(OAB: 169760-A/SP)
Advogado	DR. EDUARDO CHALFIN(OAB: 53588 -A/RJ)
AGRAVADO(S)	VALERIA PEREIRA SOUZA LESSA
Advogado	DR. MARCO ANTONIO DE CERQUEIRA ALMEIDA FILHO(OAB: 22262-A/BA)
Advogado	DR. AUGUSTO NASSER BORGES(OAB: 21844-A/BA)
Advogado	DR. GUSTAVO DA SILVEIRA LEITE MATIAS(OAB: 26590-A/BA)
Advogado	DR. ADRIANO CARVALHO AHRINGSMANN(OAB: 16335-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- PANSERV PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. E OUTRO
- VALERIA PEREIRA SOUZA LESSA

Processo Nº Ag-RR-0000377-81.2020.5.08.0208

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO AMAPÁ
Procurador	DR. JIMMY NEGRÃO MACIEL
Procurador	DR. LUIZ CARLOS STARLING PEIXOTO
AGRAVADO(S)	JOAQUINA MONTEIRO DA SILVA
Advogado	DR. ALANA E SILVA DIAS(OAB: 1773-A/AP)
Advogado	DR. JEAN E SILVA DIAS(OAB: 928-A/AP)
Advogado	DR. PAULO VICTOR ROSÁRIO DOS SANTOS(OAB: 4011-A/AP)
AGRAVADO(S)	CAIXA ESCOLAR TIRADENTES
Advogado	DR. NAYANE VIEIRA MONTEIRO(OAB: 3665-A/AP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ESCOLAR TIRADENTES
- ESTADO DO AMAPÁ
- JOAQUINA MONTEIRO DA SILVA

Processo Nº Ag-RR-0000408-04.2020.5.08.0208

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO AMAPÁ
Procurador	DR. JIMMY NEGRÃO MACIEL
Procurador	DR. LUIZ CARLOS STARLING PEIXOTO
AGRAVADO(S)	JOAO PAULO DA SILVA CARVALHO
Advogado	DR. ALANA E SILVA DIAS(OAB: 1773-A/AP)
Advogado	DR. JEAN E SILVA DIAS(OAB: 928-A/AP)
Advogado	DR. PAULO VICTOR ROSÁRIO DOS SANTOS(OAB: 4011-A/AP)
AGRAVADO(S)	UNIDADE DESCENTRALIZADA DE EXECUÇÃO DA EDUCAÇÃO - UDE
Advogado	DR. NAYANE VIEIRA MONTEIRO(OAB: 3665-A/AP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAPÁ
- JOAO PAULO DA SILVA CARVALHO
- UNIDADE DESCENTRALIZADA DE EXECUÇÃO DA EDUCAÇÃO - UDE

Processo Nº Ag-AIRR-0000410-51.2017.5.05.0017

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	ASSA ABLOY BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Advogado	DR. EDSON ALVES DA SILVA(OAB: 268910-A/SP)
AGRAVADO(S)	RALMIRO JENDE DE ANDRADE
Advogado	DR. MARIA IRACI VALENCA CAVALCANTI(OAB: 47207-A/BA)
Advogado	DR. CLAUDIA MARIA ASSIS BRAGA(OAB: 10622-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSA ABLOY BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
- RALMIRO JENDE DE ANDRADE

Processo Nº Ag-AIRR-0000414-49.2018.5.05.0342

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. OSMAN TADEU DE ALMEIDA BAGDÊDE
Procurador	DR. ANTÔNIO JOSÉ TELLES DE VASCONCELLOS
AGRAVADO(S)	VALDECY MADALENA DE SOUZA SILVA
Advogado	DR. RIVELINO LIBERALINO ALMEIDA RODRIGUES(OAB: 534-B/PE)
Advogada	DRA. GERDIENE THIALLA DOS SANTOS FERREIRA(OAB: 48447-A/BA)
AGRAVADO(S)	SANDES CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- SANDES CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI
- VALDECY MADALENA DE SOUZA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0000419-97.2020.5.10.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros

AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. RENATO DE OLIVEIRA ANDRADE(OAB: 20220-A/DF)
Advogado	DR. DANIEL SOUSA ISAÍAS PEREIRA(OAB: 27253-A/DF)
Advogada	DRA. NADJA COSTA DOS SANTOS LEITE(OAB: 564447/DF)
AGRAVADO(S)	AURELIO PEREIRA SILVA
Advogado	DR. SORAIA FREIRE VIEIRA(OAB: 23485-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- AURELIO PEREIRA SILVA
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Processo Nº Ag-RRAg-0000421-38.2020.5.13.0022

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	ASPEC - SOCIEDADE PARAIBANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA.
Advogado	DR. JOSÉ MÁRIO PORTO JÚNIOR(OAB: 3045/PB)
AGRAVADO(S)	WANESSA LIMA DE SOUZA
Advogado	DR. ROGÉRIO MAGNUS VARELA GONÇALVES(OAB: 9359-A/PB)
AGRAVADO(S)	REDE INTERNACIONAL DE UNIVERSIDADES LAUREATE LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ASPEC - SOCIEDADE PARAIBANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA.
- REDE INTERNACIONAL DE UNIVERSIDADES LAUREATE LTDA.
- WANESSA LIMA DE SOUZA

Processo Nº Ag-AIRR-0000424-94.2017.5.10.0017

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	ESPÓLIO DE RAIMUNDO GOMES DE LIMA
Advogado	DR. ADEMAR CYPRIANO BARBOSA(OAB: 23151-A/DF)
Advogado	DR. LANA KELLY SILVA RAMOS(OAB: 58214-A/DF)
AGRAVADO(S)	COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP
Advogado	DR. ANTÔNIO AMÉRICO BARAÚNA FILHO(OAB: 24119-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP
- ESPÓLIO DE RAIMUNDO GOMES DE LIMA

Processo Nº Ag-AIRR-0000448-10.2014.5.05.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	ATENTO BRASIL S.A.
Advogado	DR. LEONARDO SANTOS DE SOUZA(OAB: 14926/BA)
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S)	KLEBER DA SILVA SANTANA
Advogada	DRA. GABRIELLE SANTOS DE ANDRADE(OAB: 34903-A/BA)
AGRAVADO(S)	BANCO ITAUCARD S.A.
Advogado	DR. ANTÔNIO BRAZ DA SILVA(OAB: 25998/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO ITAUCARD S.A.
- KLEBER DA SILVA SANTANA

Processo Nº Ag-AIRR-0000488-69.2014.5.20.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	CEZAR JOSE BILLER TEIXEIRA
Advogado	DR. MARCOS D'ÁVILA MELO FERNANDES(OAB: 446-A/SE)
Advogada	DRA. VIVIAN CONTREIRAS OLIVEIRA BORBA(OAB: 3574-A/SE)
AGRAVADO(S)	HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.
Advogada	DRA. ROSELINE RABELO DE JESUS MORAIS(OAB: 500-B/SE)
Advogado	DR. FLAVIO AGUIAR BARRETO(OAB: 7503-A/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CEZAR JOSE BILLER TEIXEIRA
- HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0000497-77.2018.5.08.0117

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	ESTRE SPI AMBIENTAL S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. TADEU ALVES SENA GOMES(OAB: 15188-A/PA)
AGRAVADO(S)	CLEUDIVAN JUNIOR DOS SANTOS
Advogado	DR. DANILO ALBUQUERQUE DE CARVALHO(OAB: 17567-A/PA)
Advogado	DR. ROMOALDO JOSE OLIVEIRA DA SILVA(OAB: 224044-A/SP)
AGRAVADO(S)	AZALÉIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
Advogado	DR. GILBERTO LOPES THEODORO(OAB: 139970/SP)
Advogado	DR. PEDRO DEL MONTE MARCUSSI(OAB: 318108/SP)
AGRAVADO(S)	MUNICÍPIO DE MARABÁ
Procuradora	DRA. LENA CRISTINE DE ALBUQUERQUE NUNES

Intimado(s)/Citado(s):

- AZALÉIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
- CLEUDIVAN JUNIOR DOS SANTOS
- ESTRE SPI AMBIENTAL S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- MUNICÍPIO DE MARABÁ

Processo Nº Ag-AIRR-0000511-85.2017.5.05.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. OSMAN BAGDÊDE
Procurador	DR. ANTÔNIO JOSÉ TELLES DE VASCONCELLOS
AGRAVADO(S)	EDUARDO MARTINS SERRA
Advogada	DRA. KARYNE DANIELLE SANTOS ALVES DE ARAUJO(OAB: 42980-A/BA)
AGRAVADO(S)	SAL-TTUR SALVADOR TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA. - EPP
Advogado	DR. ONESIMO BASTOS MENDES(OAB: 24188-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDUARDO MARTINS SERRA
- ESTADO DA BAHIA
- SAL-TTUR SALVADOR TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA. - EPP

Processo Nº Ag-AIRR-0000576-92.2018.5.05.0132

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	CATA TECIDOS E EMBALAGENS INDUSTRIAIS LTDA.
Advogado	DR. JOSAPHAT MARINHO MENDONÇA(OAB: 18518/BA)
Advogado	DR. SAULO VELOSO SILVA(OAB: 15028-A/BA)
Advogado	DR. RODRIGO BORGES VAZ DA SILVA(OAB: 15462-A/BA)
AGRAVADO(S)	ORLANDO FREITAS DE JESUS
Advogada	DRA. GRASIELLY BARBOSA SAEZ AMADOR(OAB: 25229-A/BA)
Advogado	DR. LINDOMAR PINTO DA SILVA SAEZ AMADOR(OAB: 25226-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CATA TECIDOS E EMBALAGENS INDUSTRIAIS LTDA.
- ORLANDO FREITAS DE JESUS

Processo Nº Ag-AIRR-0000582-28.2014.5.03.0025

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	OI MÓVEL S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. WELINGTON MONTE CARLO CARVALHAES FILHO(OAB: 59383/MG)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	LUANA APARECIDA ALFENAS
Advogado	DR. JAMES ANDERSON NARCISO FILHO(OAB: 120613/MG)
AGRAVADO(S)	MUNDIALE SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. PETRÔNIO PEIXOTO PENA(OAB: 65041-A/MG)
Advogada	DRA. FABÍOLA CAMPOS BARRETO(OAB: 138398/MG)
Advogado	DR. ANDREA PAULINO DOS SANTOS(OAB: 129529-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUANA APARECIDA ALFENAS
- MUNDIALE SERVIÇOS LTDA.
- OI MÓVEL S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-AIRR-0000611-12.2019.5.09.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. RONEY OSVALDO GUERREIRO MAGALDI(OAB: 23428-A/PR)
Advogado	DR. JAIRO WAISROS(OAB: 24769-A/DF)
Advogado	DR. ARCENDINO ANTÔNIO SOUZA JÚNIOR(OAB: 34657-D/PR)
Advogado	DR. CÉSAR YUKIO YOKOYAMA(OAB: 55635-A/PR)
Advogado	DR. FABRÍCIO SODRÉ GONÇALVES(OAB: 53911-A/PR)
Advogada	DRA. DANIELA DE PAULA CARVALHO(OAB: 90344-A/PR)
Advogada	DRA. LUCIANA LISCANO RECH(OAB: 36715-A/PR)
Advogado	DR. GLÁUCIO CÉZAR SILVA MOLINO(OAB: 66007-A/PR)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO
Advogado	DR. NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820-A/PR)
Advogado	DR. RICARDO NUNES DE MENDONCA(OAB: 35460-A/PR)
Advogado	DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO

Processo Nº Ag-AIRR-0000611-64.2019.5.07.0034

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	NELIO DA ROCHA COSTA
Advogado	DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 1284-A/PE)
Advogado	DR. GILBERTO RODRIGUES DE FREITAS(OAB: 1287-A/PE)
Advogada	DRA. ADRIANA FRANÇA DA SILVA(OAB: 45454-A/PE)
Advogado	DR. CRISTIANO PEREIRA PENA(OAB: 1285-A/PE)
AGRAVADO(S)	M DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS
Advogada	DRA. JULIANA DE ABREU TEIXEIRA(OAB: 13463-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- M DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS
- NELIO DA ROCHA COSTA

Processo Nº Ag-AIRR-0000654-85.2019.5.17.0013

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE SERRA
Procuradora	DRA. ANABELA GALVÃO
Procurador	DR. ABELARDO GALVÃO JÚNIOR
AGRAVADO(S)	JOAO BATISTA FRANCISCO
Advogado	DR. ODILIO GONCALVES DIAS NETO(OAB: 19519-A/ES)
Advogado	DR. POLIANA FIRME DE OLIVEIRA(OAB: 16886-A/ES)
AGRAVADO(S)	SERGE SERVIÇOS CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.
Advogado	DR. RONALDO LIMA DA SILVA(OAB: 25234/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO BATISTA FRANCISCO
- MUNICÍPIO DE SERRA
- SERGE SERVIÇOS CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0000701-67.2015.5.05.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	RENATO NAVARRO XAVIER FILHO

Advogado	DR. DANIEL MEDINA ATAIDE(OAB: 20394-A/BA)
AGRAVADO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado	DR. SIMONE HENRIQUES PARREIRA(OAB: 9375-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- RENATO NAVARRO XAVIER FILHO

Processo Nº Ag-AIRR-0000704-11.2015.5.02.0065

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E SIMILARES DE SÃO PAULO
Advogado	DR. MAURO TAVARES CERDEIRA(OAB: 117756-A/SP)
AGRAVADO(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. LUÍS AUGUSTO DE DEUS SILVA
AGRAVADO(S)	GRANDSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA. - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- GRANDSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA. - EPP
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E SIMILARES DE SÃO PAULO

Processo Nº Ag-AIRR-0000708-91.2019.5.09.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.
Advogado	DR. PAULO CÉSAR DA SILVA(OAB: 53653-A/PR)
Advogada	DRA. VANESSA LENING BRUCE(OAB: 67585-A/PR)
Advogada	DRA. ÉVELYN CRISTINA SCHWAB(OAB: 52262-A/PR)
AGRAVADO(S)	LUCILENE DE PADUA
Advogado	DR. SANDRO LUNARD NICOLADELI(OAB: 22372-A/PR)
Advogada	DRA. ERYKA FARIAS DE NEGRI(OAB: 13372/DF)
Advogado	DR. RODRIGO CAMARGO BARBOSA(OAB: 34718-A/DF)
Advogado	DR. RENATO RIBEIRO DE OLIVEIRA(OAB: 40672-A/DF)
Advogado	DR. ANDRÉ FRANCO DE OLIVEIRA PASSOS(OAB: 27535-A/PR)
Advogado	DR. ALMIR ANTONIO FABRICIO DE CARVALHO(OAB: 44770-A/PR)
Advogado	DR. EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA BRAGA(OAB: 44708-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCILENE DE PADUA
- URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0000716-38.2020.5.12.0011

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	RECUPERE - SERVICOS DE COBRANCA LTDA
Advogado	DR. ADALBERTO CARAMORI PETRY(OAB: 17803-A/PR)
Advogado	DR. CRISTIANE BERGER GUERRA RECH(OAB: 39889-A/PR)
AGRAVADO(S)	AIRTON BORGERT
Advogado	DR. RICARDO BALDISSERA(OAB: 13971-A/SC)
AGRAVADO(S)	ROHDEN S/A
Advogado	DR. ESTEVAO RUCHINSKI(OAB: 5281-A/SC)
Advogado	DR. ESTEVÃO RUCHINSKI FILHO(OAB: 20928-A/SC)
Advogado	DR. JAQUELINE FALLER BOEWING(OAB: 22204-A/SC)
Advogado	DR. ANA GABRIELA MARCHETTI(OAB: 42390-A/SC)
Advogado	DR. ADILSON DALTOE(OAB: 28179-A/SC)
Advogado	DR. OSMAR KNIESS(OAB: 28998-A/SC)
Advogado	DR. SANTINO RUCHINSKI(OAB: 5282 -A/SC)
AGRAVADO(S)	INDUSTRIA E COMPENSADOS ROHDEN LTDA - ME
Advogado	DR. ELIZIONE MICHELS(OAB: 17645-A/SC)
AGRAVADO(S)	CELESTRINO MARCELINO
Advogado	DR. GIOVANNI VERZA(OAB: 9828-A/SC)
Advogada	DRA. LÍLIAN DA SILVA(OAB: 19887-A/SC)
Advogada	DRA. CRISTINA PAULA FELDHAUS TUTIDA(OAB: 18211-A/SC)
Advogada	DRA. MÁRCIA REGINA GÜTHS TEIXEIRA(OAB: 16033-A/SC)
Advogado	DR. ALESSANDRO MATOS RODRIGUES(OAB: 15872-A/SC)
Advogada	DRA. REGIANI MARCINA BACK(OAB: 21451-A/SC)
Advogada	DRA. LEDIANE APARECIDA MAZZINI(OAB: 26120-A/SC)
Advogado	DR. VITOR ANTÔNIO BESCKOW FIGUEIREDO(OAB: 22718-A/SC)
Advogada	DRA. GLÁUCIA MAZZINI(OAB: 34246-A/SC)
Advogado	DR. FERNANDO TADEU CARARA(OAB: 16959-A/SC)
Advogado	DR. FABRÍCIO DOS SANTOS(OAB: 33667-A/SC)
Advogado	DR. MAYCON PREIS(OAB: 33686-A/SC)
Advogado	DR. VILSON DALCANALE(OAB: 26010-A/SC)
AGRAVADO(S)	CLARICE SPINDULA MARCAL
AGRAVADO(S)	ELENIR FATIMA MISS
AGRAVADO(S)	FABIO HELLMANN
AGRAVADO(S)	GERMANO SCHLICKMANN
AGRAVADO(S)	IRMGARD GROSCH
AGRAVADO(S)	LIDIA KESTRING
AGRAVADO(S)	LORIMAR BORGERT
AGRAVADO(S)	MARILENE SCHMIGUEL
AGRAVADO(S)	MARTA JASTRACH
AGRAVADO(S)	CARLOS SOCREPPA
AGRAVADO(S)	CLAUDIO PIRES DE MORAES
AGRAVADO(S)	ELENICE CLAUDIA BRIDAROLLI
AGRAVADO(S)	LEOPOLDO CIDRAL
AGRAVADO(S)	NILZA LUCHTENBERG
AGRAVADO(S)	PEDRO AMANDO RICHARTZ
AGRAVADO(S)	VALMIR MATTEUSSI
AGRAVADO(S)	ANISIO PIRES DE MORAIS
AGRAVADO(S)	JANINHA IZIDORO
Advogado	DR. FERNANDO TADEU CARARA(OAB: 16959/SC)
AGRAVADO(S)	JOSE VENANCIO

AGRAVADO(S)	LUIZ DOMINGOS
AGRAVADO(S)	VANDERLEI CUSTODIO MACIEL
AGRAVADO(S)	GILVANE INES JACINTO DE SOUZA
AGRAVADO(S)	PEDRO ESSER
AGRAVADO(S)	ROSEMERI FREITAS DA SILVA
AGRAVADO(S)	ALTAIR DO NASCIMENTO
AGRAVADO(S)	ANTONIA PEREIRA
AGRAVADO(S)	CLAUDINEI ANDRE PANDINI
AGRAVADO(S)	DORACI GARLINI DE ANDRADE
AGRAVADO(S)	JOCIEL JACINTO DE SOUZA
AGRAVADO(S)	JOICE LENARA SENEM ODERDENGE
AGRAVADO(S)	JUCELI KURUTZ
AGRAVADO(S)	MARINA PIVATO
AGRAVADO(S)	AMILTON LOTERIO
AGRAVADO(S)	VILMAR DUBIELA
AGRAVADO(S)	REGINA ADAMCZESKI MENDES
AGRAVADO(S)	VALDECIR SCHREIBER
AGRAVADO(S)	ARTENIR BUSS
AGRAVADO(S)	ORIDES FRANCISCO
AGRAVADO(S)	AURIO WACHHOLZ
AGRAVADO(S)	GILVANI APARECIDA NIEHUES KNIESS
AGRAVADO(S)	JOSE DE ESPINDULA
AGRAVADO(S)	LEOPOLDO BALAK
AGRAVADO(S)	ROSINEIDE APARECIDA DE SOUZA
AGRAVADO(S)	SILVIA REGINA MINATTI
AGRAVADO(S)	ORLANDINO ANDERSEN
AGRAVADO(S)	NELSON LOPES
AGRAVADO(S)	ALBERTINA ALVES
AGRAVADO(S)	VALMIR DE OLIVEIRA BRANCO
AGRAVADO(S)	NILVA DE SOUZA DA SILVA
AGRAVADO(S)	MOACIR TOMIO
AGRAVADO(S)	ALZIRO FRANZOI
AGRAVADO(S)	JANICE LOPES
AGRAVADO(S)	JUDITE TIBURSKI WATRAS
AGRAVADO(S)	TERESINHA ANGELO INACIO
AGRAVADO(S)	ROSANGELA DE SOUZA
AGRAVADO(S)	JANETE LECHINSKI
AGRAVADO(S)	MARIA SILVANA PADILHA NEU
AGRAVADO(S)	VILMAR ROHDEN
AGRAVADO(S)	GISLAINY MANES
AGRAVADO(S)	ROMARIO HELLMANN
AGRAVADO(S)	ROSANGELA CORREA
AGRAVADO(S)	SANDRA CORREA HASSE
AGRAVADO(S)	NOEMI RODRIGUES DE ANDRADE
AGRAVADO(S)	LEIA RODRIGUES DE ANDRADE DE SOUZA
AGRAVADO(S)	ANDREIA MAYER
AGRAVADO(S)	HELMUTH HANSEN
AGRAVADO(S)	ELENIR HEMPKMEIER
AGRAVADO(S)	DARLENO MACHADO
AGRAVADO(S)	SIRLENE RODE
AGRAVADO(S)	VALMIR JAQUIA
AGRAVADO(S)	LUZIA BLAZIUS
AGRAVADO(S)	LEANDRO PRANGE
AGRAVADO(S)	LIDIA MENEGHELLI
AGRAVADO(S)	ANDRE SZABLESKI
AGRAVADO(S)	LUCIANO PALHANO PIRES DE MORAIS
AGRAVADO(S)	ALCIONI POLASTRI JAQUIA
AGRAVADO(S)	LUCIO DANIELSKI
AGRAVADO(S)	LIDIA ZELASKO
AGRAVADO(S)	SOLANGE FRANCO
AGRAVADO(S)	MARLETE CUSTODIO MACIEL
AGRAVADO(S)	SILVANA SILVA
AGRAVADO(S)	ZILDA BUSS
AGRAVADO(S)	GILMAR MEDEIROS
AGRAVADO(S)	IDAIANE PINZEGHER
AGRAVADO(S)	ELIDIO NORILLER
AGRAVADO(S)	RAFAEL STEINER
AGRAVADO(S)	MARIA MARLENE PADILHA NEU
AGRAVADO(S)	VALERIO DICKMANN
AGRAVADO(S)	ADILSON BARRETO
AGRAVADO(S)	RAIMUNDO STEINBACH
AGRAVADO(S)	CRISTHIANY KARINA GOEDERT
AGRAVADO(S)	CLEONEI KNIESS
AGRAVADO(S)	AMILTON SANTOS
AGRAVADO(S)	CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL
AGRAVADO(S)	EDITE PEREIRA DA ROSA
AGRAVADO(S)	TATIANA ESSER
AGRAVADO(S)	LIDIA BITENCOURTT BERRI
AGRAVADO(S)	CERVINO NIENKOTTER
AGRAVADO(S)	JEAN LUIZ DOMINGOS
AGRAVADO(S)	VANDERLEI BUSS
AGRAVADO(S)	JUCELIA WIEMES BUSS
AGRAVADO(S)	MARLENE DE MELO DUBIELA
AGRAVADO(S)	ADMILSON ANTONIO DOS SANTOS
AGRAVADO(S)	MANOEL PIRES NETO
AGRAVADO(S)	MARLETE DA SILVA
AGRAVADO(S)	JUCINEIDE RIBEIRO
AGRAVADO(S)	EMERSON CARLOS NICOLLETTI
AGRAVADO(S)	MARLI JACIR DOS SANTOS DA SILVA
AGRAVADO(S)	OSNI MIRANDA
AGRAVADO(S)	SEBASTIAO CARDOSO DE SOUZA
AGRAVADO(S)	RAUL MARTINS
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS TRAB NAS IND DA CONST E DO MOB DE SALETE
AGRAVADO(S)	MARGARIDA TEREZINHA ALVES
AGRAVADO(S)	SIDNEI BORGES DE SOUZA
AGRAVADO(S)	RONALDO SOUZA MACHADO
AGRAVADO(S)	LAURI SOUZA MACHADO
AGRAVADO(S)	ORLANDO DOS SANTOS
AGRAVADO(S)	NELSON ROCHA
AGRAVADO(S)	CLEMENTINA PEREIRA LOURENCO
AGRAVADO(S)	ADILSON OLIVEIRA
AGRAVADO(S)	MARLI MIRANDA MARTINS
AGRAVADO(S)	VALMIR PAULO DUBIELA
AGRAVADO(S)	RAMILDES PIRES
AGRAVADO(S)	NAIR HEMPKMEIER ROCHA
AGRAVADO(S)	ERICH EDUARDO SEILER
AGRAVADO(S)	SOLANGE HASKEL
AGRAVADO(S)	JOICE MAYER
AGRAVADO(S)	VILSON PIRES DE LIMA
AGRAVADO(S)	DIOMICIO DE SOUZA
AGRAVADO(S)	MARIO SCHOTTEN
AGRAVADO(S)	GILSON RODRIGUES
AGRAVADO(S)	AFONSO DANIELSKI
AGRAVADO(S)	JOSE DA SILVA SOBRINHO
AGRAVADO(S)	RAMIRO EYNG
AGRAVADO(S)	IZOLETE PALHANO
AGRAVADO(S)	MARCELO ANGELO
AGRAVADO(S)	JOAO ALBUQUERQUE

AGRAVADO(S)	CLEUSA SCHWABE
AGRAVADO(S)	ODAIR DOS SANTOS
AGRAVADO(S)	ISABEL KIRSCHNER
AGRAVADO(S)	OLIVIO LEANDRO
AGRAVADO(S)	MARIA DE LOURDES MULLER SCHMIDT
AGRAVADO(S)	VALDETE PEREIRA BERTO
AGRAVADO(S)	JANETE SARDAGNA
AGRAVADO(S)	IRACI DAS GRACAS PIRES PADILHA
AGRAVADO(S)	MARCOS ANTONIO DA SILVA BAYONA
AGRAVADO(S)	HILZA DE OLIVEIRA MARQUES
AGRAVADO(S)	ROSARIA KESTRING
AGRAVADO(S)	MARIZE MAYER
AGRAVADO(S)	JOSE VERGILINO
AGRAVADO(S)	ALINOR CIDRAL
AGRAVADO(S)	OLINDA HARBS
AGRAVADO(S)	NAIR FRANCO
AGRAVADO(S)	JOCIANE JACINTO DE SOUZA
AGRAVADO(S)	JOEREU DA SILVA
AGRAVADO(S)	AGOSTINHO EISING
AGRAVADO(S)	SILVIA DE SOUZA
AGRAVADO(S)	MELANIA RAMOS
AGRAVADO(S)	IVAN DE SOUZA
AGRAVADO(S)	NEUSA DE JESUS DOS SANTOS ESSER
ADMINISTRADOR JUDICIAL	LUIS ANTONIO SIMAO
AGRAVADO(S)	JOSE PEREIRA
Advogado	DR. FERNANDO TADEU CARARA(OAB: 16959/SC)
AGRAVADO(S)	CECILIA RIBEIRO
AGRAVADO(S)	ALCIDES CORREA
AGRAVADO(S)	EDSON GROSSEL
AGRAVADO(S)	HONORATA NORILLER WACHHOLZ
AGRAVADO(S)	FLORITA MARIA KRUGER DE SOUZA
AGRAVADO(S)	IVETE MENDES
AGRAVADO(S)	CRISTINA MATTEUSSI
AGRAVADO(S)	NELSON PAWLACK
AGRAVADO(S)	IVONETE DOS SANTOS
Advogado	DR. FERNANDO TADEU CARARA(OAB: 16959/SC)
AGRAVADO(S)	MARIA SALETE VANDERLINDE
AGRAVADO(S)	SILVANE MACHADO
AGRAVADO(S)	ANTONIO PINTO
AGRAVADO(S)	FRANCISCO DE ASSIS TORQUATO ESTACIO
AGRAVADO(S)	IRINEU CORDEIRO
AGRAVADO(S)	MELANIA SCHLICKMANN
AGRAVADO(S)	VALERIO ZEFERINO RAMOS
AGRAVADO(S)	VITOR CIDRAL
AGRAVADO(S)	PEDRO MANES
AGRAVADO(S)	OSMAR TAMBOSI
AGRAVADO(S)	JOAO MARIA DE SOUZA
AGRAVADO(S)	OSNI ALEGRI
AGRAVADO(S)	OSNILDA PETROSKI
AGRAVADO(S)	ROSICLER MORATELLI SARDANHA
AGRAVADO(S)	TEREZINHA WEBER THIVES
AGRAVADO(S)	ANA MARIA DE MORAES
AGRAVADO(S)	SILMARA DE MEDEIROS
AGRAVADO(S)	MARIA DE LOURDES PEREIRA
AGRAVADO(S)	GILBERTO SCHLICKMANN
AGRAVADO(S)	NELSON MEDEIROS
AGRAVADO(S)	EZEQUIEL CIDRAL
AGRAVADO(S)	JOANILDE APARECIDA PADILHA NEU
AGRAVADO(S)	JEAN CARLOS HARBS
AGRAVADO(S)	IZONETE MACHADO
AGRAVADO(S)	JANISE APARECIDA SIDOOSKI PIRES
AGRAVADO(S)	MARLI SENEN
AGRAVADO(S)	SOLENE TEREZINHA LONG FILIPPI
AGRAVADO(S)	VALDAIR PEREIRA
AGRAVADO(S)	ISAQUIEL FERNANDES
AGRAVADO(S)	ADRIANA THIVES
AGRAVADO(S)	ALAN DIEGO LEMBECK
AGRAVADO(S)	ELIO PEDROSO
AGRAVADO(S)	SALETE ROSA PEREIRA
AGRAVADO(S)	SILVANA RODE
AGRAVADO(S)	JOSMAR MARCELINO
AGRAVADO(S)	VALDIR PEREIRA
AGRAVADO(S)	ELIANE DA SILVA
AGRAVADO(S)	MARCOS PIVATO
AGRAVADO(S)	ANA DE MORAIS
AGRAVADO(S)	NEUSELI APARECIDA RECH
AGRAVADO(S)	MARLI DE SOUZA CIPRIANI
AGRAVADO(S)	AIRTON ANTONIO RODE
AGRAVADO(S)	DIVA ALBINO SCHMITZ
AGRAVADO(S)	CARMELINA VENTURA
AGRAVADO(S)	CLEITON BUSS
AGRAVADO(S)	ADAO BENEDITO GOMES
AGRAVADO(S)	ALICIO ODERDENGE
AGRAVADO(S)	DULCE PIVATO
AGRAVADO(S)	ENILVA CIDRAL DUARTE
AGRAVADO(S)	EVA MARCELINO
AGRAVADO(S)	FABIANA SYPRIANY
AGRAVADO(S)	ANTONIO VERMOHLEN
AGRAVADO(S)	JOANIR BERRI
AGRAVADO(S)	JOAO LOURENCO FURTADO DE ANDRADE
AGRAVADO(S)	SIDNEI DICKMANN
AGRAVADO(S)	ALDAIR CHAVES
AGRAVADO(S)	MARILDA DE MORAIS
AGRAVADO(S)	JOAO ALVES DE OLIVEIRA
AGRAVADO(S)	ELOIR APARECIDO PIRES DE MORAES
AGRAVADO(S)	ATAIDE PEREIRA
AGRAVADO(S)	ORIDES DE JESUS
AGRAVADO(S)	SEBASTIAO ALVES CORDEIRO
AGRAVADO(S)	GISELI CARDOSO
AGRAVADO(S)	IZABEL FERNANDES
AGRAVADO(S)	SILVANA ZEFERINO RAMOS
AGRAVADO(S)	MARIA DAS GRACAS LEANDRO
Advogado	DR. FERNANDO TADEU CARARA(OAB: 16959/SC)
AGRAVADO(S)	JAIR KOCH
AGRAVADO(S)	MARCOS ALVES BATISTA
AGRAVADO(S)	NILSA NUNES SANTOS
AGRAVADO(S)	LOURIVALDO PALHANO
AGRAVADO(S)	SERGIO PIRES
AGRAVADO(S)	CELITA DA SILVA
AGRAVADO(S)	SIDNEI MARCELINO
AGRAVADO(S)	LENI FRANCA
AGRAVADO(S)	VANDELEI CARDOSO
AGRAVADO(S)	ADILSON LOPES
AGRAVADO(S)	PAULINA ROSA

AGRAVADO(S)	LUCILEIA DE SOUZA
AGRAVADO(S)	CLAUDINEI PIRES DE MORAES
AGRAVADO(S)	EDITHE ROHDEN
AGRAVADO(S)	UNIÃO (PGFN)
Procurador	DR. MÁRCIO PODEROSO DE ARAÚJO
Procurador	DR. THIAGO LUÍS EIRAS DA SILVEIRA
AGRAVADO(S)	JAIR MACHADO
AGRAVADO(S)	OSMAR MIRANDA
AGRAVADO(S)	AMARILDO FRANCISCO DE OLIVEIRA
AGRAVADO(S)	JOSÉ EDENIR JACINTO DE SOUZA
AGRAVADO(S)	ELIDIO TAIS

Intimado(s)/Citado(s):

- ADAO BENEDITO GOMES
- ADILSON BARRETO
- ADILSON LOPES
- ADILSON OLIVEIRA
- ADMILSON ANTONIO DOS SANTOS
- ADRIANA THIVES
- AFONSO DANIELSKI
- AGOSTINHO EISING
- AIRTON ANTONIO RODE
- AIRTON BORGERT
- ALAN DIEGO LEMBECK
- ALBERTINA ALVES
- ALCIDES CORREA
- ALCIONI POLASTRI JAQUIA
- ALDAIR CHAVES
- ALICIO ODERDENGE
- ALINOR CIDRAL
- ALTAIR DO NASCIMENTO
- ALZIRO FRANZOI
- AMARILDO FRANCISCO DE OLIVEIRA
- AMILTON LOTERIO
- AMILTON SANTOS
- ANA DE MORAIS
- ANA MARIA DE MORAES
- ANDRE SZABLESKI
- ANDREIA MAYER
- ANISIO PIRES DE MORAIS
- ANTONIA PEREIRA
- ANTONIO PINTO
- ANTONIO VERMOHLEN
- ARTENIR BUSS
- ATAIDE PEREIRA
- AURIO WACHHOLZ
- CARLOS SOCREPPA
- CARMELINA VENTURA
- CECILIA RIBEIRO
- CELESTRINO MARCELINO
- CELITA DA SILVA
- CERVINO NIENKOTTER
- CLARICE SPINDULA MARCAL
- CLAUDINEI ANDRE PANDINI
- CLAUDINEI PIRES DE MORAES
- CLAUDIO PIRES DE MORAES
- CLEITON BUSS
- CLEMENTINA PEREIRA LOURENCO
- CLEONEI KNIESS
- CLEUSA SCHWABE
- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL
- CRISTHIANY KARINA GOEDERT
- CRISTINA MATTEUSSI
- DARLENO MACHADO
- DIOMICIO DE SOUZA
- DIVA ALBINO SCHMITZ
- DORACI GARLINI DE ANDRADE
- DULCE PIVATO
- EDITE PEREIRA DA ROSA
- EDITHE ROHDEN
- EDSON GROSSEL
- ELENICE CLAUDIA BRIDAROLLI
- ELENIR FATIMA MISS
- ELENIR HEMPKMEIER
- ELIANE DA SILVA
- ELIDIO NORILLER
- ELIDIO TAIS
- ELIO PEDROSO
- ELOIR APARECIDO PIRES DE MORAES
- EMERSON CARLOS NICOLLETTI
- ENILVA CIDRAL DUARTE
- ERICH EDUARDO SEILER
- EVA MARCELINO
- EZEQUIEL CIDRAL
- FABIANA SYPRIANY
- FABIO HELLMANN
- FLORITA MARIA KRUGER DE SOUZA
- FRANCISCO DE ASSIS TORQUATO ESTACIO
- GERMANO SCHLICKMANN
- GILBERTO SCHLICKMANN
- GILMAR MEDEIROS
- GILSON RODRIGUES
- GILVANE INES JACINTO DE SOUZA
- GILVANI APARECIDA NIEHUES KNIESS
- GISELI CARDOSO
- GISLAINY MANES
- HELMUTH HANSEN
- HILZA DE OLIVEIRA MARQUES
- HONORATA NORILLER WACHHOLZ
- IDAIANE PINZEGHER
- INDUSTRIA E COMPENSADOS ROHDEN LTDA - ME
- IRACI DAS GRACAS PIRES PADILHA
- IRINEU CORDEIRO
- IRMGARD GROSCH
- ISABEL KIRSCHNER
- ISAQUIEL FERNANDES
- IVAN DE SOUZA
- IVETE MENDES
- IVONETE DOS SANTOS
- IZABEL FERNANDES
- IZOLETE PALHANO
- IZONETE MACHADO
- JAIR KOCH
- JAIR MACHADO
- JANETE LECHINSKI
- JANETE SARDAGNA
- JANICE LOPES
- JANINHA IZIDORO
- JANISE APARECIDA SIDOOSKI PIRES
- JEAN CARLOS HARBS
- JEAN LUIZ DOMINGOS

- JOANILDE APARECIDA PADILHA NEU
- JOANIR BERRI
- JOAO ALBUQUERQUE
- JOAO ALVES DE OLIVEIRA
- JOAO LOURENCO FURTADO DE ANDRADE
- JOAO MARIA DE SOUZA
- JOCIANE JACINTO DE SOUZA
- JOCIEL JACINTO DE SOUZA
- JOEREU DA SILVA
- JOICE LENARA SENEM ODERDENGE
- JOICE MAYER
- JOSE DA SILVA SOBRINHO
- JOSE DE ESPINDULA
- JOSE PEREIRA
- JOSE VENANCIO
- JOSE VERGILINO
- JOSMAR MARCELINO
- JOSÉ EDENIR JACINTO DE SOUZA
- JUCELI KURUTZ
- JUCELIA WIEMES BUSS
- JUCINEIDE RIBEIRO
- JUDITE TIBURSKI WATRAS
- LAURI SOUZA MACHADO
- LEANDRO PRANGE
- LEIA RODRIGUES DE ANDRADE DE SOUZA
- LENI FRANCA
- LEOPOLDO BALAK
- LEOPOLDO CIDRAL
- LIDIA BITENCOURTT BERRI
- LIDIA KESTRING
- LIDIA MENEGHELLI
- LIDIA ZELASKO
- LORIMAR BORGERT
- LOURIVALDO PALHANO
- LUCIANO PALHANO PIRES DE MORAIS
- LUCILEIA DE SOUZA
- LUCIO DANIELSKI
- LUIS ANTONIO SIMAO
- LUIZ DOMINGOS
- LUZIA BLAZIUS
- MANOEL PIRES NETO
- MARCELO ANGELO
- MARCOS ALVES BATISTA
- MARCOS ANTONIO DA SILVA BAYONA
- MARCOS PIVATO
- MARGARIDA TEREZINHA ALVES
- MARIA DAS GRACAS LEANDRO
- MARIA DE LOURDES MULLER SCHMIDT
- MARIA DE LOURDES PEREIRA
- MARIA MARLENE PADILHA NEU
- MARIA SALETE VANDERLINDE
- MARIA SILVANA PADILHA NEU
- MARILDA DE MORAIS
- MARILENE SCHMIGUEL
- MARINA PIVATO
- MARIO SCHOTTEN
- MARIZE MAYER
- MARLENE DE MELO DUBIELA
- MARLETE CUSTODIO MACIEL
- MARLETE DA SILVA
- MARLI DE SOUZA CIPRIANI
- MARLI JACIR DOS SANTOS DA SILVA
- MARLI MIRANDA MARTINS
- MARLI SENEN
- MARTA JASTRACH
- MELANIA RAMOS
- MELANIA SCHLICKMANN
- MOACIR TOMIO
- NAIR FRANCO
- NAIR HEMPKMEIER ROCHA
- NELSON LOPES
- NELSON MEDEIROS
- NELSON PAWLACK
- NELSON ROCHA
- NEUSA DE JESUS DOS SANTOS ESSER
- NEUSELI APARECIDA RECH
- NILSA NUNES SANTOS
- NILVA DE SOUZA DA SILVA
- NILZA LUCHTENBERG
- NOEMI RODRIGUES DE ANDRADE
- ODAIR DOS SANTOS
- OLINDA HARBS
- OLIVIO LEANDRO
- ORIDES DE JESUS
- ORIDES FRANCISCO
- ORLANDINO ANDERSEN
- ORLANDO DOS SANTOS
- OSMAR MIRANDA
- OSMAR TAMBOSI
- OSNI ALEGRI
- OSNI MIRANDA
- OSNILDA PETROSKI
- PAULINA ROSA
- PEDRO AMANDO RICHARTZ
- PEDRO ESSER
- PEDRO MANES
- RAFAEL STEINER
- RAIMUNDO STEINBACH
- RAMILDES PIRES
- RAMIRO EYNG
- RAUL MARTINS
- RECUPERE - SERVICOS DE COBRANCA LTDA
- REGINA ADAMCZESKI MENDES
- ROHDEN S/A
- ROMARIO HELLMANN
- RONALDO SOUZA MACHADO
- ROSANGELA CORREA
- ROSANGELA DE SOUZA
- ROSARIA KESTRING
- ROSEMERI FREITAS DA SILVA
- ROSICLER MORATELLI SARDANHA
- ROSINEIDE APARECIDA DE SOUZA
- SALETE ROSA PEREIRA
- SANDRA CORREA HASSE
- SEBASTIAO ALVES CORDEIRO
- SEBASTIAO CARDOSO DE SOUZA
- SERGIO PIRES
- SIDNEI BORGES DE SOUZA
- SIDNEI DICKMANN
- SIDNEI MARCELINO
- SILMARA DE MEDEIROS
- SILVANA RODE
- SILVANA SILVA
- SILVANA ZEFERINO RAMOS

- SILVANE MACHADO
- SILVIA DE SOUZA
- SILVIA REGINA MINATTI
- SINDICATO DOS TRAB NAS IND DA CONST E DO MOB DE SALETE
- SIRLENE RODE
- SOLANGE FRANCO
- SOLANGE HASKEL
- SOLENE TEREZINHA LONG FILIPPI
- TATIANA ESSER
- TERESINHA ANGELO INACIO
- TEREZINHA WEBER THIVES
- UNIÃO (PGFN)
- VALDAIR PEREIRA
- VALDECIR SCHREIBER
- VALDETE PEREIRA BERTO
- VALDIR PEREIRA
- VALERIO DICKMANN
- VALERIO ZEFERINO RAMOS
- VALMIR DE OLIVEIRA BRANCO
- VALMIR JAQUIA
- VALMIR MATTEUSSI
- VALMIR PAULO DUBIELA
- VANDELEI CARDOSO
- VANDERLEI BUSS
- VANDERLEI CUSTODIO MACIEL
- VILMAR DUBIELA
- VILMAR ROHDEN
- VILSON PIRES DE LIMA
- VITOR CIDRAL
- ZILDA BUSS

Processo Nº Ag-AIRR-0000744-85.2019.5.08.0129

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	BARÃO DE MAUÁ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA E OUTRO
Advogada	DRA. PATRÍCIA MIRANDA CENTENO AMARAL(OAB: 24190-A/GO)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	MOTO FOR COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE AUTOMOTORES LTDA.
Advogada	DRA. PATRÍCIA MIRANDA CENTENO AMARAL(OAB: 24190-A/GO)
AGRAVADO(S)	VIACAO ARAGUARINA LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL
Advogada	DRA. PATRÍCIA MIRANDA CENTENO AMARAL(OAB: 24190-A/GO)
AGRAVADO(S)	SORVETERIA CREME MEL S.A.
Advogada	DRA. DENISE ALVES DE MIRANDA BENTO(OAB: 21789-A/GO)
AGRAVADO(S)	REGINALDO ROCHA OLIVEIRA
Advogado	DR. ADRIANA DA SILVA RAMOS(OAB: 16347-A/PA)
AGRAVADO(S)	POLIPEÇAS DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA LTDA.
Advogado	DR. PATRICIO DUTRA DANTAS FERREIRA(OAB: 23931-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- BARÃO DE MAUÁ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA E OUTRO
- MOTO FOR COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE AUTOMOTORES LTDA.
- POLIPEÇAS DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA LTDA.
- REGINALDO ROCHA OLIVEIRA
- SORVETERIA CREME MEL S.A.
- VIACAO ARAGUARINA LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL

Processo Nº Ag-AIRR-0000747-04.2016.5.05.0493

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	FUNDACAO JOSE SILVEIRA
Advogado	DR. SYLVIO GARCEZ JÚNIOR(OAB: 7510-A/BA)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS TRAB. EM ESTAB. DE SERV. DE SAUDE DE ITABUNA E REGIAO
Advogado	DR. ALINE RIBEIRO GOMES(OAB: 21986-A/BA)
Advogada	DRA. LUCIANA CALDAS DA SILVEIRA(OAB: 21789-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDACAO JOSE SILVEIRA
- SINDICATO DOS TRAB. EM ESTAB. DE SERV. DE SAUDE DE ITABUNA E REGIAO

Processo Nº Ag-AIRR-0000768-64.2018.5.09.0665

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	DANIELA VARGAS MARTINS COLACO VAZ
Advogado	DR. MIGUEL TELLES DE CAMARGO(OAB: 12041-A/PR)
AGRAVADO(S)	ESTADO DO PARANÁ
Procurador	DR. JOÃO DE BARROS TORRES
AGRAVADO(S)	HALYNA HOLOLOB KONOWALENKO
Advogado	DR. LUÍS AUGUSTO POLYTOWSKI DOMINGUES(OAB: 40502-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIELA VARGAS MARTINS COLACO VAZ
- ESTADO DO PARANÁ
- HALYNA HOLOLOB KONOWALENKO

Processo Nº Ag-AIRR-0000790-44.2017.5.06.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	GRABER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.
Advogada	DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18885/PE)
AGRAVADO(S)	VALMIR LEITE TEIXEIRA FILHO
Advogado	DR. ARMANDO FERNANDES GARRIDO FILHO(OAB: 15448-A/PE)
Advogada	DRA. BEATRIZ GARRIDO NEVES BAPTISTA(OAB: 16396-A/PE)
Advogado	DR. MIGUEL LAURINDO DE CERQUEIRA MELO FILHO(OAB: 24975-A/PE)
Advogada	DRA. JULIANA NUNES GARRIDO ASFORA(OAB: 21750-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- GRABER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.
- VALMIR LEITE TEIXEIRA FILHO

Processo Nº Ag-AIRR-0000806-59.2018.5.22.0101

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE BURITI DOS LOPES

Advogada	DRA. JAMYLLE DE MELO PEREIRA(OAB: 13229/PI)
AGRAVADO(S)	CRISTINA DE AGUIAR COSTA
Advogado	DR. JOSÉ LUIZ DE CARVALHO JÚNIOR(OAB: 7581/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTINA DE AGUIAR COSTA
- MUNICÍPIO DE BURITI DOS LOPES

Processo Nº Ag-AIRR-0000808-66.2014.5.03.0014

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	SILMARA GOMIDES MENDES
Advogado	DR. JAMES ANDERSON NARCISO FILHO(OAB: 120613-A/MG)
AGRAVADO(S)	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)
Advogado	DR. WELINGTON MONTE CARLO CARVALHAES FILHO(OAB: 59383/MG)
AGRAVADO(S)	LIQ CORP S.A.
Advogado	DR. REINALDO LUÍS TADEU RONDINA MANDALITI(OAB: 257220/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LIQ CORP S.A.
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- SILMARA GOMIDES MENDES

Processo Nº Ag-AIRR-0000834-69.2020.5.14.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	ESTANHO DE RONDONIA S/A
Advogado	DR. ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO(OAB: 635-A/RO)
AGRAVADO(S)	AILSON DA SILVA LOPES
Advogado	DR. GEIZA GORETE RIBEIRO(OAB: 10594-A/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- AILSON DA SILVA LOPES
- ESTANHO DE RONDONIA S/A

Processo Nº Ag-AIRR-0000835-72.2019.5.09.0025

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA.
Advogado	DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465-A/PR)
AGRAVADO(S)	ODAIR CRISTIANO DO NASCIMENTO
Advogada	DRA. ISABEL CRISTINA CANCELIERE DO CARMO(OAB: 87950/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ODAIR CRISTIANO DO NASCIMENTO
- USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0000838-61.2019.5.14.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	CONSÓRCIO SANTO ANTÔNIO CIVIL
Advogado	DR. RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH(OAB: 26966-A/DF)
Advogado	DR. DANIEL NASCIMENTO GOMES(OAB: 356650-A/SP)
AGRAVADO(S)	MARCIO FABIO FERREIRA
Advogado	DR. FABRÍCIO MATOS DA COSTA(OAB: 3270-A/RO)
Advogado	DR. JOSE VALTER NUNES JUNIOR(OAB: 5653-A/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSÓRCIO SANTO ANTÔNIO CIVIL
- MARCIO FABIO FERREIRA

Processo Nº Ag-AIRR-0000858-72.2018.5.06.0013

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	DRA. ANE CAROLINA DE MEDEIROS RIOS(OAB: 14543-A/DF)
Advogado	DR. RAFAEL ARAÚJO VIEIRA(OAB: 29481/DF)
Advogado	DR. DANIEL DA COSTA AIRES DE OLIVEIRA(OAB: 31498-A/DF)
AGRAVADO(S)	MARCOS DE CARVALHO XAVIER CORREIA
Advogado	DR. MARCOS DE CARVALHO XAVIER CORREIA(OAB: 20553-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- MARCOS DE CARVALHO XAVIER CORREIA

Processo Nº Ag-AIRR-0000866-13.2017.5.05.0013

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	CARLOS HENRIQUE LOPES SAMPAIO
Advogado	DR. RUI MORAES CRUZ(OAB: 8534/BA)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. TÁRSIS SILVA DE CERQUEIRA(OAB: 24434-A/BA)
Advogada	DRA. LÍVIA MARIA M. V. SALDANHA(OAB: 21035/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS HENRIQUE LOPES SAMPAIO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0000889-98.2017.5.05.0193

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	DRA. MANUELE DA SILVA MENDES(OAB: 20831-A/BA)
Advogada	DRA. MARIA MICHELLE CRACIUN BRUTTEN(OAB: 7119/RN)
AGRAVADO(S)	HUMBERLAN SANTOS PASSOS
Advogado	DR. SHAUAN DA SILVA MARINHO NOBRE(OAB: 37184-A/BA)
Advogado	DR. UALLEN BARBOSA E BARBOSA(OAB: 52888-A/BA)

AGRAVADO(S)	SEVMAX VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
Advogado	DR. LEONARDO SANTOS DE SOUZA(OAB: 14926-A/BA)
Advogado	DR. RAPHAEL LUIZ GUIMARÃES MATOS SOBRINHO(OAB: 24176-A/BA)
Advogado	DR. CARLA VALOISE OLIVEIRA DE AVILA(OAB: 30470-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- HUMBERLAN SANTOS PASSOS
- SEVMAX VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

Processo Nº Ag-AIRR-0000892-87.2019.5.11.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO AMAZONAS
Procurador	DR. INDRA MARA BESSA
Procuradora	DRA. IVANIA LÚCIA SILVA COSTA
Procuradora	DRA. YOLANDA CORREA PEREIRA
AGRAVADO(S)	SANDRA REGINA DE SOUZA SANTANA
Advogada	DRA. MAYKA SALOMÃO CORDEIRO DE ABREU(OAB: 6321-A/AM)
Advogado	DR. ALEXANDRE VIANA FREIRE(OAB: 9947-A/AM)
AGRAVADO(S)	RCA CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.
AGRAVADO(S)	ARLETE RABELO COELHO
AGRAVADO(S)	ROMILDSON RABELO COELHO

Intimado(s)/Citado(s):

- ARLETE RABELO COELHO
- ESTADO DO AMAZONAS
- RCA CONSTRUÇÕES, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.
- ROMILDSON RABELO COELHO
- SANDRA REGINA DE SOUZA SANTANA

Processo Nº Ag-AIRR-0000934-40.2010.5.05.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
Procurador	DR. GABRIEL SANTANA MÔNACO
Procurador	DR. FERNANDO ARAÚJO FONTES TORRES
Procurador	DR. MARCELO MENDES TAVARES
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DA BAHIA - SINDVIGILANTES
Advogado	DR. JOÃO CLÁUDIO SILVA GONÇALVES(OAB: 20210-A/BA)
Advogado	DR. ELIEZER QUEIROZ DOURADO(OAB: 20272-A/BA)
AGRAVADO(S)	COBRATEC SEGURANÇA INTEGRADA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- COBRATEC SEGURANÇA INTEGRADA LTDA.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DA BAHIA - SINDVIGILANTES

Processo Nº Ag-AIRR-0000957-48.2018.5.07.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	MAIS SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. MANUEL LUIS DA ROCHA NETO(OAB: 7479-A/CE)
Advogado	DR. AMANDA ARRAES DE ALENCAR ARARIPE NUNES(OAB: 32111-A/CE)
AGRAVADO(S)	SONIA SANTOS MOURA
Advogado	DR. CARLOS ANTONIO CHAGAS(OAB: 6560-A/CE)
Advogada	DRA. ANA CAROLINA MEIRELES ROCHA DANTAS(OAB: 21674-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- MAIS SERVIÇOS LTDA.
- SONIA SANTOS MOURA

Processo Nº Ag-AIRR-0000981-57.2019.5.09.0658

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	ITAIPU BINACIONAL
Advogado	DR. RAFAEL LINNÉ NETTO(OAB: 29263/PR)
Advogado	DR. RODRIGO LINNÉ NETO(OAB: 32509-A/PR)
Advogado	DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465-A/PR)
AGRAVADO(S)	SELONI FREITAG
Advogado	DR. IVO HARRY CELLI JÚNIOR(OAB: 10229-A/PR)
Advogada	DRA. ENIR BECKER(OAB: 30097-A/PR)
Advogado	DR. RAFAEL MAX DE OLIVEIRA LONGEN(OAB: 90085-A/PR)
AGRAVADO(S)	OBRA PRIMA S/A TECNOLOGIA E ADMINISTRACAO DE SERVICOS
Advogada	DRA. EVELYN FABRÍCIA DE ARRUDA(OAB: 28224-A/PR)
Advogada	DRA. BEATRIZ DINIZ VITORINO DOS SANTOS(OAB: 50895-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ITAIPU BINACIONAL
- OBRA PRIMA S/A TECNOLOGIA E ADMINISTRACAO DE SERVICOS
- SELONI FREITAG

Processo Nº Ag-AIRR-0001057-92.2018.5.09.0019

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE LONDRINA
Procurador	DR. SÉRGIO VERÍSSIMO DE OLIVEIRA FILHO
AGRAVADO(S)	ELIANA ALVES MARQUES
Advogado	DR. CHARLES DE FREITAS VILAS BOAS(OAB: 55470-A/PR)
AGRAVADO(S)	PROVOPAR LD PROGRAMA DO VOLUNTAR PARANAENSE LONDRINA
Advogado	DR. ALEXANDRE DE MENDONÇA NASCIMENTO(OAB: 92962-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIANA ALVES MARQUES
- MUNICÍPIO DE LONDRINA
- PROVOPAR LD PROGRAMA DO VOLUNTAR PARANAENSE LONDRINA

Processo Nº Ag-RR-0001145-67.2016.5.05.0131

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	AMBITEC S.A.
Advogado	DR. ALEXANDRE ICIBACI MARROCOS ALMEIDA(OAB: 212080/SP)
Advogada	DRA. ALESSANDRA BESSA ALVES DE MELO(OAB: 130511/SP)
AGRAVADO(S)	FLAVIO PEREIRA COUTINHO
Advogada	DRA. JEANE DOS SANTOS(OAB: 47460-A/BA)
AGRAVADO(S)	BAHIA SPECIALTY CELLULOSE S.A.
Advogada	DRA. PAULA PEREIRA PIRES(OAB: 8448-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMBITEC S.A.
- BAHIA SPECIALTY CELLULOSE S.A.
- FLAVIO PEREIRA COUTINHO

Processo Nº Ag-AIRR-0001148-59.2019.5.12.0054

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	PEPSICO DO BRASIL LTDA
Advogado	DR. ALEXANDRE LAURIA DUTRA(OAB: 157840-A/SP)
AGRAVADO(S)	SOILA MARTINS
Advogado	DR. TIBIANE MACEDO DOS SANTOS(OAB: 37124-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- PEPSICO DO BRASIL LTDA
- SOILA MARTINS

Processo Nº Ag-RRAg-0001193-69.2016.5.10.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	OSCAR FRANCISCO STEIN
Advogado	DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441-A/DF)
AGRAVADO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado	DR. DIEGO SEIXAS RIOS(OAB: 32511-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- OSCAR FRANCISCO STEIN

Processo Nº Ag-AIRR-0001212-69.2019.5.07.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	JOSE MARIA JALES RENOVATO
Advogado	DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 1284-A/PE)
Advogada	DRA. ADRIANA FRANÇA DA SILVA(OAB: 45454-A/PE)
AGRAVADO(S)	YPIOCA INDUSTRIAL DE BEBIDAS S.A
Advogado	DR. TARCIANO CAPIBARIBE BARROS(OAB: 11208-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE MARIA JALES RENOVATO
- YPIOCA INDUSTRIAL DE BEBIDAS S.A

Processo Nº Ag-AIRR-0001277-38.2019.5.22.0102

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S.A. - AGESPISA
Advogado	DR. LUCIANA MENDES DO NASCIMENTO(OAB: 9590-A/PI)
Advogado	DR. JACKSON PHILLIPE SILVA PEREIRA(OAB: 12062-A/PI)
AGRAVADO(S)	JOSE HILDEMAR RIBEIRO LOPES
Advogado	DR. LUCIANO SOARES DIAS(OAB: 19049-A/PI)
Advogado	DR. CARLOS MARCOS RIBEIRO DE NEGREIROS(OAB: 17732-A/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE HILDEMAR RIBEIRO LOPES
- ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S.A. - AGESPISA

Processo Nº Ag-AIRR-0001332-85.2018.5.17.0191

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Advogado	DR. LUÍS FELIPE CUNHA(OAB: 52308-A/PR)
AGRAVADO(S)	BENEDITO DA COSTA VIEIRA
Advogado	DR. ANDRÉ LUIZ PACHECO CARREIRA(OAB: 3679-A/ES)
Advogado	DR. LEANDRO POMPERMAYER FARIAS(OAB: 9234-A/ES)
AGRAVADO(S)	TRANSVALENTE LOGÍSTICA LIMITADA
Advogado	DR. BRAULIO FERREIRA DUTRA(OAB: 152124-A/MG)
Advogado	DR. RONAN SARAIVA FRANCO AMARAL(OAB: 107157-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BENEDITO DA COSTA VIEIRA
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
- TRANSVALENTE LOGÍSTICA LIMITADA

Processo Nº Ag-AIRR-0001336-79.2017.5.05.0551

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE JEQUIÉ/BA
Advogado	DR. IVAN ISAAC FERREIRA FILHO(OAB: 14534-A/BA)
Advogado	DR. CAIO ANTÔNIO RIBAS DA SILVA PRADO(OAB: 14962-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE JEQUIÉ/BA

Processo Nº Ag-RRAg-0001431-90.2017.5.09.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	JOSIELE DOS SANTOS AMORIM DA CRUZ
Advogado	DR. CAMILA KAPP(OAB: 42160-A/PR)
Advogado	DR. VALDYR ARNALDO LESSNAU PERRINI(OAB: 14015-A/PR)

AGRAVADO(S)	ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)
Advogado	DR. SÉRGIO LUIZ DA ROCHA POMBO(OAB: 18933-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC
- JOSIELE DOS SANTOS AMORIM DA CRUZ

Processo Nº Ag-AIRR-0001440-70.2016.5.05.0013

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20283-A/RJ)
AGRAVADO(S)	LUCIANA DA SILVA BRITO
Advogada	DRA. DIANA VILAS-BOAS JUCÁ(OAB: 11738-A/BA)
Advogado	DR. ANA PAULA FREITAS SOUZA(OAB: 34134-A/BA)
AGRAVADO(S)	WORKTIME ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
Advogado	DR. MARCIA CRISTINA DOS SANTOS SILVA(OAB: 191362-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCIANA DA SILVA BRITO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- WORKTIME ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0001447-07.2016.5.05.0193

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO PROFESSOR MARTINIANO FERNANDES - IMIP HOSPITALAR E OUTRO
Advogado	DR. SOCRATES MASCARENHAS SANTOS(OAB: 14037-A/BA)
Advogado	DR. PAULA DANIELLA ALMEIDA CASTRO(OAB: 36972-A/BA)
AGRAVADO(S)	MICHELLE OLIVEIRA DA SILVA
Advogado	DR. LIZ MENEZES DA SILVA(OAB: 21172-A/BA)
Advogado	DR. LAIS MENEZES DA SILVA(OAB: 29483-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PROFESSOR MARTINIANO FERNANDES - IMIP HOSPITALAR E OUTRO
- MICHELLE OLIVEIRA DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0001487-95.2016.5.12.0030

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	TRANSIT DO BRASIL S.A.
Advogada	DRA. MARIA APARECIDA CAPUTO(OAB: 105973-A/SP)
AGRAVADO(S)	FERNANDO DE SOUZA
Advogado	DR. DARIO LUIZ SALLES MOREIRA(OAB: 13508-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- FERNANDO DE SOUZA
- TRANSIT DO BRASIL S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0001496-69.2017.5.17.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE SERRA
Procuradora	DRA. ANABELA GALVÃO
AGRAVADO(S)	CLAUDIA FARIAS DOS SANTOS LACERDA
Advogado	DR. ALEXANDRE ZAMPROGNO(OAB: 7364-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIA FARIAS DOS SANTOS LACERDA
- MUNICÍPIO DE SERRA

Processo Nº Ag-AIRR-0001721-83.2019.5.22.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	DRA. SANDRA PINHEIRO DE OLIVEIRA(OAB: 2861-A/PI)
Advogada	DRA. ANA VIRGÍNIA BATISTA LOPES DE SOUZA(OAB: 16660/DF)
Advogado	DR. EUCLIDES RODRIGUES MENDES(OAB: 14621-A/DF)
AGRAVADO(S)	ANTONIO CANDIDO TAVEIRA
Advogado	DR. LEONARDO DA SILVA PAULO(OAB: 9936-A/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO CANDIDO TAVEIRA
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Processo Nº Ag-ARR-0001952-17.2015.5.02.0031

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	JOSÉ EDUARDO CORRÊA TEIXEIRA FERRAZ
Advogado	DR. GUILHERME MIGUEL GANTUS(OAB: 153970/RS)
AGRAVADO(S)	JOSÉ RICARDO BITTENCOURT NORONHA
Advogado	DR. MAURÍCIO NAHAS BORGES(OAB: 139486-A/SP)
AGRAVADO(S)	COMERCIAL E SERVIÇOS JVB LTDA.
Advogado	DR. MARCELO OBED(OAB: 149101-A/SP)
Advogado	DR. JOSÉ ROBERTO NEVES FERREIRA(OAB: 384996-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMERCIAL E SERVIÇOS JVB LTDA.
- JOSÉ EDUARDO CORRÊA TEIXEIRA FERRAZ
- JOSÉ RICARDO BITTENCOURT NORONHA

Processo Nº Ag-RR-0002021-26.2015.5.09.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	FERNANDO ANTONIO FERRAZ DOS SANTOS
Advogado	DR. NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
Advogado	DR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES(OAB: 19241/DF)

AGRAVADO(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. ARCENDINO ANTÔNIO SOUZA JÚNIOR(OAB: 34657/PR)
Advogado	DR. FÁBIO ITO KAWAHARA(OAB: 82182-A/PR)
Advogado	DR. JEOVANE ITSO(OAB: 84995-A/PR)
Advogada	DRA. LUCIANA LISCANO RECH(OAB: 36715-A/PR)
Advogada	DRA. MARIA ANGÉLICA MEURER PERIN GAUZE(OAB: 86544/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- FERNANDO ANTONIO FERRAZ DOS SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-0010079-78.2020.5.15.0039

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE RIO DAS PEDRAS
Procuradora	DRA. VÍVIAN FERRAZ DE ARRUDA SALVADOR
AGRAVADO(S)	ALISBETE MOREIRA DA SILVA CITRONI
Advogado	DR. ANDRÉ FRAGA DEGASPARI(OAB: 321809-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALISBETE MOREIRA DA SILVA CITRONI
- MUNICÍPIO DE RIO DAS PEDRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0010510-37.2020.5.15.0064

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	SUELLEN RECHE CALASANS
Advogada	DRA. NATHÁLIA DE FREITAS MELO(OAB: 202858-A/SP)
Advogado	DR. JOÃO LUIZ BARRETO PASSOS(OAB: 287865-A/SP)
Advogado	DR. DANIEL MACHADO MALTA SÂMIA(OAB: 278723-A/SP)
AGRAVADO(S)	MUNICIPIO DE ITANHAEM
Advogado	DR. JOSÉ EDUARDO FERNANDES(OAB: 128877-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICIPIO DE ITANHAEM
- SUELLEN RECHE CALASANS

Processo Nº Ag-AIRR-0010553-79.2020.5.18.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	SIGLA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
Advogado	DR. AURÉLIO FERNANDES PEIXOTO(OAB: 36774-A/GO)
AGRAVADO(S)	ERISVALDO BARBOSA DOS SANTOS
Advogado	DR. WAGNER CARDOSO DE OLIVEIRA(OAB: 39230-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ERISVALDO BARBOSA DOS SANTOS
- SIGLA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0010584-38.2016.5.03.0138

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	RIACHO TRANSPORTE LTDA.
Advogado	DR. MARCUS VINÍCIUS CAPOBIANCO DOS SANTOS(OAB: 91046-A/MG)
Advogado	DR. GUSTAVO SOARES DA SILVEIRA GIORDANO(OAB: 76733/MG)
AGRAVADO(S)	JOSÉ DIAS NASCIMENTO
Advogado	DR. GABRIEL MÖLLER MALHEIROS(OAB: 127852/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSÉ DIAS NASCIMENTO
- RIACHO TRANSPORTE LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0010755-02.2018.5.03.0113

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	SINDICATO DOS ODONTOLOGISTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Advogado	DR. RODRIGO MOREIRA LADEIRA GRILO(OAB: 74479-A/MG)
AGRAVADO(S)	IGOR DUARTE MARTINS
Advogado	DR. LEONARDO HENRIQUE MACIEL BARBOSA(OAB: 65908-A/MG)
Advogado	DR. IGOR DUARTE MARTINS(OAB: 76864-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- IGOR DUARTE MARTINS
- SINDICATO DOS ODONTOLOGISTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº Ag-AIRR-0010836-86.2019.5.03.0186

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Advogada	DRA. MARTA CRISTINA DE FARIA ALVES(OAB: 165200-A/MG)
AGRAVADO(S)	WLAMIR KMIT
Advogado	DR. EDMUNDO COSTA VIEIRA(OAB: 73296-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
- WLAMIR KMIT

Processo Nº Ag-RRAg-0010838-18.2019.5.03.0134

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Advogado	DR. ALEX SANTANA DE NOVAIS(OAB: 64101-A/MG)
Advogado	DR. JORGE FERNANDO CARVALHO QUEIROZ NOVAES(OAB: 137328-A/MG)
Advogada	DRA. MARTA CRISTINA DE FARIA ALVES(OAB: 165200-A/MG)
AGRAVADO(S)	NILTON FERREIRA DOS SANTOS
Advogada	DRA. LUCIANA AZEVEDO MOREIRA E BRITO(OAB: 124223-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
- NILTON FERREIRA DOS SANTOS

Processo Nº Ag-RRAg-0010937-78.2018.5.03.0180

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	CLARO S.A.
Advogada	DRA. LEILA AZEVEDO SETTE(OAB: 22864/MG)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	DR. GUSTAVO MAGALHÃES ASSIS(OAB: 90523/MG)
Advogado	DR. LUANNA VIEIRA DE LIMA COSTA(OAB: 74759-A/MG)
AGRAVADO(S)	ANDERSON CLAYTON RIBEIRO MUNIZ
Advogado	DR. DINO LEONARDO MARQUES SCHLEDER(OAB: 97824/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON CLAYTON RIBEIRO MUNIZ
- CLARO S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0010938-60.2020.5.15.0115

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	MUNICIPIO DE TACIBA
Advogado	DR. DANTON GABRIEL PAIN(OAB: 407885/SP)
AGRAVADO(S)	EDIVALDO CARVALHO DE SOUZA
Advogado	DR. FABBIO SERENCOVICH(OAB: 295992-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDIVALDO CARVALHO DE SOUZA
- MUNICIPIO DE TACIBA

Processo Nº Ag-AIRR-0010946-60.2019.5.03.0065

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	SERTTEL SOLUÇÕES EM MOBILIDADE E SEGURANÇA URBANA LTDA
Advogado	DR. BRUNO LEONARDO PIRES RÉGIS DE CARVALHO(OAB: 25154-A/PE)
AGRAVADO(S)	MIRELLE MONTEIRO MARCOLINO
Advogado	DR. BRUNO OCTAVIO ALVES E SILVA(OAB: 170907-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- MIRELLE MONTEIRO MARCOLINO
- SERTTEL SOLUÇÕES EM MOBILIDADE E SEGURANÇA URBANA LTDA

Processo Nº Ag-AIRR-0011073-57.2019.5.03.0110

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	ROBSON HERMENEGILDO
Advogado	DR. CARLOS OCTÁVIO DE NOVAES SANTOS CAMPOLINA(OAB: 108154-A/MG)
Advogado	DR. GUSTAVO LUCIANO AYROLLA SOARES(OAB: 109773-A/MG)
AGRAVADO(S)	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
Advogado	DR. RICARDO LOPES GODOY(OAB: 77167-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU
- ROBSON HERMENEGILDO

Processo Nº Ag-AIRR-0011293-31.2019.5.15.0010

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	FRICOCK FRIGORIFICACAO AVICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI
Advogado	DR. ABDO KARIM MAHAMUD BARACAT NETO(OAB: 303680-A/SP)
Advogada	DRA. PATRICIA HABERMANN SCHNEIDER RODRIGUES(OAB: 83453-A/PR)
AGRAVADO(S)	MOACIR CARLEVARO
Advogado	DR. ADILSON RINALDO BOARETTO(OAB: 97112-A/SP)
Advogada	DRA. DÉBORA BALDIN DA SILVA(OAB: 315854-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRICOCK FRIGORIFICACAO AVICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI
- MOACIR CARLEVARO

Processo Nº Ag-RRAg-0011326-77.2014.5.15.0145

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE ITATIBA
Procurador	DR. DANIEL RUGERI MOREIRA
AGRAVADO(S)	MARCOS ANTÔNIO DARCY
Advogado	DR. ALESSANDRO DONIZETE PERINI(OAB: 272572/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCOS ANTÔNIO DARCY
- MUNICÍPIO DE ITATIBA

Processo Nº Ag-AIRR-0011614-89.2020.5.15.0088

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA
Advogado	DR. WELLINGTON FALCÃO DE MOURA VASCONCELLOS NETO(OAB: 150087-D/SP)
Advogado	DR. TATIANA FEREIRA LEITE AQUINO(OAB: 269677-A/SP)
AGRAVADO(S)	LILIAN CAMILLO PONTES REIS
Advogado	DR. CAIO FRANCISCO RAMOS DOS SANTOS(OAB: 359808-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LILIAN CAMILLO PONTES REIS
- MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA

Processo Nº Ag-AIRR-0016472-77.2018.5.16.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	55 SOLUÇÕES S.A.
Advogado	DR. EDUARDO LYCURGO LEITE(OAB: 12307-A/DF)

AGRAVADO(S)	ANUSKA PINHEIRO FERREIRA
Advogado	DR. SUTELINO COIMBRA NETO(OAB: 5146-A/MA)
AGRAVADO(S)	EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado	DR. EDUARDO LYCURGO LEITE(OAB: 12307-A/DF)
Advogado	DR. RAFAEL LYCURGO LEITE(OAB: 16372-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- 55 SOLUÇÕES S.A.
- ANUSKA PINHEIRO FERREIRA
- EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0017420-08.2017.5.16.0016

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO MARANHÃO
Procurador	DR. DENÍLSON SOUZA DOS REIS ALMEIDA
Procurador	DR. EDUARDO PHILIPE MAGALHÃES DA SILVA
AGRAVADO(S)	MARIA SANTANA ROCHA DA CONCEICAO
Advogado	DR. PEDRO DUAILIBE MASCARENHAS(OAB: 4632-A/MA)
AGRAVADO(S)	INSTITUTO CIDADANIA E NATUREZA

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO MARANHÃO
- INSTITUTO CIDADANIA E NATUREZA
- MARIA SANTANA ROCHA DA CONCEICAO

Processo Nº Ag-AIRR-0017735-52.2015.5.16.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	DRA. FERNANDA CRISTINA GOMES PEREIRA(OAB: 9757-A/MA)
Advogada	DRA. MARIA MICHELLE CRACIUN BRUTTEN(OAB: 7119/RN)
AGRAVADO(S)	DAVI ROCHA ANDRADE
Advogado	DR. MÁRIO DE ANDRADE MACIEIRA(OAB: 4217-A/MA)
Advogado	DR. ANTÔNIO EMÍLIO NUNES ROCHA(OAB: 7186-A/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- DAVI ROCHA ANDRADE
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Processo Nº Ag-AIRR-0020054-29.2017.5.04.0721

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	HOSPITAL AGUDO
Advogado	DR. AUREO ALBERTO MULLER(OAB: 26949-A/RS)
AGRAVADO(S)	LISANI MARISA LOSEKANN SEIFFERT
Advogado	DR. ALICE TREVISAN JOÃO(OAB: 43103-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- HOSPITAL AGUDO
- LISANI MARISA LOSEKANN SEIFFERT

Processo Nº Ag-RRAg-0020279-14.2018.5.04.0204

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE CANOAS
Procurador	DR. LAYER LEORNE MENDES NETO
Procurador	DR. JONATHAN FERNANDES URBAN
AGRAVADO(S)	TAIANE MARIA DA ROSA
Advogado	DR. PAULO TSCHEIKA(OAB: 18989-A/RS)
Advogado	DR. DEIVID BALDWIN DA CONCEIÇÃO(OAB: 103006-A/RS)
AGRAVADO(S)	ASSOCIACAO BENEFICENTE DE CANOAS
Advogada	DRA. SÍLVIA MONTENEGRO MACHADO(OAB: 60450/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIACAO BENEFICENTE DE CANOAS
- MUNICÍPIO DE CANOAS
- TAIANE MARIA DA ROSA

Processo Nº Ag-AIRR-0020346-03.2019.5.04.0023

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradora	DRA. REBECA SANTOS MACHADO
Procuradora	DRA. MARCIA DOS ANJOS MANOEL
AGRAVADO(S)	FRANCISCO IVAN DE ASSIS QUEIROZ
Advogado	DR. ARTHUR DA SILVA HEIS(OAB: 82200-A/RS)
AGRAVADO(S)	PROMATRIZ MULTISERVICOS LTDA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- FRANCISCO IVAN DE ASSIS QUEIROZ
- PROMATRIZ MULTISERVICOS LTDA - EPP

Processo Nº Ag-AIRR-0020376-04.2020.5.04.0702

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D E OUTRAS
Advogado	DR. DENISE PIRES FINCATO(OAB: 37057-A/RS)
AGRAVADO(S)	MANOEL LISBOA SICHONANY FILHO
Advogado	DR. ENIO DE OLIVEIRA BARBOSA(OAB: 39117-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D E OUTRAS
- MANOEL LISBOA SICHONANY FILHO

Processo Nº Ag-AIRR-0020423-63.2016.5.04.0331

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
Procurador	DR. FRANCISCO GÉRSON MARQUES DE LIMA

AGRAVADO(S)	BALIZA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP
Advogado	DR. KARINIE GALL BAPTISTA(OAB: 71940-A/RS)
Advogado	DR. SOLANGE DIAS NEVES(OAB: 34649-A/RS)
Advogado	DR. RICARDO JOSÉ PESSIN(OAB: 29688-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BALIZA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP
- PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Processo Nº Ag-ARR-0020441-59.2016.5.04.0016

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIENCIAS DA SAUDE DE PORTO ALEGRE
Advogado	DR. MARCELO HORTA SANABIO(OAB: 55348/MG)
Advogado	DR. JULIANO DE ANGELIS(OAB: 49040/RS)
AGRAVADO(S)	MANOEL CRISTIANO RODRIGUES DE LIMA
Advogado	DR. JACQUES VIANNA XAVIER(OAB: 36145/RS)
AGRAVADO(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. RAFAEL SGANZERLA DURAND(OAB: 80026-A/RS)
Advogado	DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 80025/RS)
AGRAVADO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado	DR. FABIANO ZOUVI(OAB: 55186-A/RS)
Advogado	DR. MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS(OAB: 83640-A/RS)
Advogada	DRA. ARTHUR DA CUNHA TWEEDIE(OAB: 97852/RS)
AGRAVADO(S)	DSD ENGENHARIA LTDA.
Advogado	DR. CLÁUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA(OAB: 22356/RS)
Advogado	DR. VALERIM BRAZ FERNANDES(OAB: 20952/SC)
Advogado	DR. EDEMAR SORATTO(OAB: 19227/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- DSD ENGENHARIA LTDA.
- FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIENCIAS DA SAUDE DE PORTO ALEGRE
- MANOEL CRISTIANO RODRIGUES DE LIMA

Processo Nº Ag-RRAg-0020560-13.2018.5.04.0028

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
Advogada	DRA. CELIANA SURIS SIMÕES PIRES(OAB: 47117/RS)
Advogado	DR. BENONI CANELLAS ROSSI(OAB: 43026-A/RS)
Advogada	DRA. MÔNICA CANELLAS ROSSI(OAB: 28359-A/RS)
AGRAVADO(S)	KLAYTON OLIVEIRA MACHADO
Advogado	DR. OTÁVIO PAN(OAB: 96199-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
- KLAYTON OLIVEIRA MACHADO

Processo Nº Ag-RRAg-0020600-94.2018.5.04.0771

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE LAJEADO
Advogado	DR. ANDREZA MARTINI(OAB: 61201-A/RS)
Advogada	DRA. ROSELI CLARINDA ZONATTO GUSSON(OAB: 19685-A/RS)
AGRAVADO(S)	LUCIANA DE OLIVEIRA ROSA
Advogado	DR. GUILHERME CORBELLINI LOHMANN(OAB: 100040-A/RS)
AGRAVADO(S)	ICOS - INSTITUTO CONTINENTAL DE SAÚDE
Advogada	DRA. MARIA BEATRIZ FENALTI DELGADO(OAB: 13215-A/RS)
Advogada	DRA. JULIANA BAIOCCO NASCIMENTO(OAB: 79146-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ICOS - INSTITUTO CONTINENTAL DE SAÚDE
- LUCIANA DE OLIVEIRA ROSA
- MUNICÍPIO DE LAJEADO

Processo Nº Ag-RR-0020639-10.2018.5.04.0022

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	R.A. PAVEI CONSTRUTORA LTDA
Advogada	DRA. LUCIANA FERNANDES BUENO(OAB: 36658-A/RS)
AGRAVADO(S)	JAIR ANTONIO RECK DE SOUZA
Advogado	DR. GUSTAVO TEIGA(OAB: 68034-A/RS)
Advogado	DR. ALEXANDRE TEIGA(OAB: 66148-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- JAIR ANTONIO RECK DE SOUZA
- R.A. PAVEI CONSTRUTORA LTDA

Processo Nº Ag-RRAg-0020915-10.2019.5.04.0021

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	SANDRO OMAR DOS SANTOS DA ROSA
Advogado	DR. FÚLVIO FERNANDES FURTADO(OAB: 41172-A/RS)
Advogado	DR. HUGO OLIVEIRA HORTA BARBOSA(OAB: 19769-A/DF)
AGRAVADO(S)	UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)
Advogado	DR. CLEOMAR SILVA FERREIRA(OAB: 30263-A/RS)
Advogada	DRA. DORIS KRAUSE KILIAN(OAB: 36319-A/RS)
Advogado	DR. LUIS EDUARDO SOARES DUTRA(OAB: 45662-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- SANDRO OMAR DOS SANTOS DA ROSA
- UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA

Processo Nº Ag-AIRR-0021036-39.2017.5.04.0205

Complemento	Processo Eletrônico

Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE CANOAS
Procurador	DR. LAYER LEORNE MENDES NETO
Procurador	DR. JONATHAN FERNANDES URBAN
AGRAVADO(S)	ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SÃO CARLOS - AESC - HOSPITAL MÃE DE DEUS
Advogado	DR. FABIANO PANTOJA DA SILVA(OAB: 60315-A/RS)
AGRAVADO(S)	THABATTA STRACKE MENEZES
Advogado	DR. MÁRCIO ZANOTTO(OAB: 68458-A/RS)
AGRAVADO(S)	GAMP - GRUPO DE APOIO À MEDICINA PREVENTIVA E À SAÚDE PÚBLICA
Advogado	DR. MICHEL DA SILVA ESCOSTEGUY(OAB: 90893-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SÃO CARLOS - AESC - HOSPITAL MÃE DE DEUS
- GAMP - GRUPO DE APOIO À MEDICINA PREVENTIVA E À SAÚDE PÚBLICA
- MUNICÍPIO DE CANOAS
- THABATTA STRACKE MENEZES

Processo Nº Ag-AIRR-0021729-14.2017.5.04.0402

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	DR. LUIZ HENRIQUE OLTRAMARI
Procuradora	DRA. MARCIA DOS ANJOS MANOEL
AGRAVADO(S)	ROSANGELA TRINDADE DE OLIVEIRA
Advogado	DR. LEONIR JOSÉ TAUFE(OAB: 37575-A/RS)
AGRAVADO(S)	PAMPEANA ADMINISTRACAO - EIRELI - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- PAMPEANA ADMINISTRACAO - EIRELI - ME
- ROSANGELA TRINDADE DE OLIVEIRA

Processo Nº Ag-RRAg-0024994-05.2017.5.24.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	DR. DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA(OAB: 6835/MS)
AGRAVADO(S)	PAULO CESAR BIROLINI
Advogado	DR. VINICIUS CARNEIRO MONTEIRO PAIVA(OAB: 14445-A/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PAULO CESAR BIROLINI

Processo Nº Ag-RRAg-0025636-71.2014.5.24.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	BRASIL TELECOM CALL CENTER S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	DR. DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA(OAB: 6835/MS)
AGRAVADO(S)	RHAFAELA LIMA BURIGATO
Advogado	DR. JULIO CESAR FANAIA BELLO(OAB: 6522/MS)
Advogado	DR. OTONI CÉSAR COELHO DE SOUSA(OAB: 5400/MS)
AGRAVADO(S)	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA(OAB: 12200/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRASIL TELECOM CALL CENTER S.A.
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- RHAFAELA LIMA BURIGATO

Processo Nº Ag-AIRR-0025726-88.2014.5.24.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	UNIÃO (PGU)
Procurador	DR. ARLINDO ICASSATI ALMIRÃO
Procuradora	DRA. FABIANA CAVINAATTO SALIBE VENZEL
AGRAVADO(S)	PATENA INDUSTRIA E COMERCIO DE RESINAS E FILMES PLASTICOS LTDA
Advogado	DR. LUÍS MARCELO BENITES GIUMMARRESI(OAB: 5119/MS)
Advogada	DRA. JACKELINE ALMEIDA DORVAL(OAB: 12089/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- PATENA INDUSTRIA E COMERCIO DE RESINAS E FILMES PLASTICOS LTDA
- UNIÃO (PGU)

Processo Nº Ag-AIRR-0036100-93.2007.5.02.0044

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	TIM S.A. E OUTRA
Advogado	DR. RODRIGO ANTÔNIO FREITAS FARIAS DE SOUZA(OAB: 232121/SP)
AGRAVADO(S)	ESPÓLIO DE GARIBALDI OTAVIO DE FRANCA E SILVA
Advogado	DR. MÁRCIO MANOEL MAIDAME(OAB: 187207-A/SP)
Advogado	DR. JÔNATAS KOSMANN(OAB: 329353-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESPÓLIO DE GARIBALDI OTAVIO DE FRANCA E SILVA
- TIM S.A. E OUTRA

Processo Nº Ag-AIRR-0059100-03.2007.5.03.0010

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	SERIS - SERVIÇOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS LTDA. E OUTRA
Advogado	DR. MOANA PAPINI REIS FURLETTI(OAB: 143334-A/MG)

Advogado	DR. SILVIO DE MAGALHAES CARVALHO JUNIOR(OAB: 56920-A/MG)
AGRAVADO(S)	JOAO BATISTA DAS DORES
Advogado	DR. GILSON ALVES RAMOS(OAB: 74315-A/MG)
AGRAVADO(S)	MASSA FALIDA DE RONDA SERVICOS ESPECIAIS DE VIGILANCIA LTDA E OUTRA
Advogado	DR. NYASE MAGALHAES GANEM(OAB: 65314-A/MG)
AGRAVADO(S)	CONCRETA SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA E OUTRA
Advogado	DR. FLAVIO MARCIO RANIERI DE ALBUQUERQUE(OAB: 49137-A/MG)
AGRAVADO(S)	CONTINENTAL CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI
AGRAVADO(S)	ALESSANDRO MARQUES
AGRAVADO(S)	JUNIA CRISTINA DE SOUZA MARQUES
AGRAVADO(S)	EDUARDO HENRIQUE DA SILVA

Intimado(s)/Citado(s):

- ALESSANDRO MARQUES
- CONCRETA SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA E OUTRA
- CONTINENTAL CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI
- EDUARDO HENRIQUE DA SILVA
- JOAO BATISTA DAS DORES
- JUNIA CRISTINA DE SOUZA MARQUES
- MASSA FALIDA DE RONDA SERVICOS ESPECIAIS DE VIGILANCIA LTDA E OUTRA
- SERIS - SERVIÇOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS LTDA. E OUTRA

Processo Nº Ag-AIRR-0098100-29.2009.5.22.0101

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	MUNICIPIO DE BURITI DOS LOPES
Advogado	DR. DIEGO ALENCAR DA SILVEIRA(OAB: 4709-A/PI)
Advogado	DR. JAMYLLE DE MELO PEREIRA(OAB: 13229-A/PI)
AGRAVADO(S)	ANA CLAUDIA ESCORCIO DE SOUSA CARVALHO
Advogado	DR. LAÉRCIO NASCIMENTO(OAB: 4064-A/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA CLAUDIA ESCORCIO DE SOUSA CARVALHO
- MUNICIPIO DE BURITI DOS LOPES

Processo Nº Ag-AIRR-0100117-16.2018.5.01.0551

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE BARRA MANSA
Advogado	DR. HÉRCULES ANTON DE ALMEIDA(OAB: 59505/RJ)
Advogado	DR. JULIANO MOREIRA DE ALMEIDA(OAB: 88851/RJ)
AGRAVADO(S)	AVILA & MOURA - COMERCIO DE FRIOS LTDA - ME
Advogada	DRA. MARIA CRISTINA A D DE AVILA(OAB: 60894-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AVILA & MOURA - COMERCIO DE FRIOS LTDA - ME
- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE BARRA MANSA

Processo Nº Ag-AIRR-0100197-67.2018.5.01.0522

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	MARINA ROSA DA CRUZ
Advogado	DR. HÉRCULES ANTON DE ALMEIDA(OAB: 59505-A/RJ)
Advogado	DR. JULIANO MOREIRA DE ALMEIDA(OAB: 88851-A/RJ)
Advogado	DR. EMERSON BERNARDO PEREIRA(OAB: 60166-A/RJ)
AGRAVADO(S)	COMPANHIA METALÚRGICA PRADA
Advogada	DRA. ANA GABRIELA BURLAMAQUI DE CARVALHO VIANNA(OAB: 81690-A/RJ)
Advogado	DR. MARCELO GOMES DA SILVA(OAB: 137510-B/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA METALÚRGICA PRADA
- MARINA ROSA DA CRUZ

Processo Nº Ag-AIRR-0100215-88.2018.5.01.0522

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	MARINA ROSA DA CRUZ
Advogado	DR. HÉRCULES ANTON DE ALMEIDA(OAB: 59505-A/RJ)
Advogado	DR. JULIANO MOREIRA DE ALMEIDA(OAB: 88851-A/RJ)
Advogado	DR. EMERSON BERNARDO PEREIRA(OAB: 60166-A/RJ)
AGRAVADO(S)	COMPANHIA METALÚRGICA PRADA
Advogada	DRA. ANA GABRIELA BURLAMAQUI DE CARVALHO VIANNA(OAB: 81690-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA METALÚRGICA PRADA
- MARINA ROSA DA CRUZ

Processo Nº Ag-AIRR-0100343-80.2020.5.01.0056

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB: 62929-A/RJ)
Advogada	DRA. ISABELA SOARES FERREIRA(OAB: 163554-D/RJ)
Advogado	DR. ALESSANDRA ROLLER(OAB: 135704-A/RJ)
Advogada	DRA. LÍVIA MARIA M. V. SALDANHA(OAB: 21035/DF)
Advogado	DR. FELIPE CAMARA MOREIRA(OAB: 225567-A/RJ)
Advogado	DR. LUCAS CAPARELLI GUIMARÃES PINTO CORREIA(OAB: 419259-A/SP)
AGRAVADO(S)	RENATA BOGADO LOURENCO FELIX
Advogado	DR. JAQUELINE FONSECA DE SÁ FREIRE(OAB: 92867-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- RENATA BOGADO LOURENCO FELIX

Processo Nº Ag-AIRR-0100453-44.2020.5.01.0003

Complemento	Processo Eletrônico

Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	MARCELO GORINSTEIN
Advogado	DR. BERNARDO PESSANHA LEIDA DE CARVALHO(OAB: 149541-A/RJ)
AGRAVADO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado	DR. ELIZABETH SANTOS DA SILVA(OAB: 138928-A/RJ)
Advogada	DRA. KARINE VOLPATO GALVANI(OAB: 214934/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- MARCELO GORINSTEIN

Processo Nº Ag-AIRR-0100468-22.2019.5.01.0076

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
AGRAVADO(S)	CELICIA KELI ANANIAS RODRIGUES LISBOA
Advogado	DR. GABRIEL SOUZA DUARTE(OAB: 180826-A/RJ)
AGRAVADO(S)	LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- CELICIA KELI ANANIAS RODRIGUES LISBOA
- LAQUIX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-RRAg-0100687-71.2018.5.01.0043

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA
AGRAVADO(S)	MIRIAN COELHO MACHADO
Advogado	DR. WILLIAM RODRIGUES SANTOS(OAB: 45351-D/RJ)
AGRAVADO(S)	LESTE & SUDESTE SERVICOS GERAIS LTDA - ME
Advogado	DR. RENATO MOURA DA CUNHA(OAB: 96963-A/RJ)
Advogado	DR. LUIS FELIPE CELSO DE ABREU(OAB: 110745-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LESTE & SUDESTE SERVICOS GERAIS LTDA - ME
- MIRIAN COELHO MACHADO
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Processo Nº Ag-RRAg-0100764-03.2018.5.01.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. ALDE COSTA SANTOS JÚNIOR
AGRAVADO(S)	HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS
Advogado	DR. LEONARDO TEPERINO SCHETTINI(OAB: 154964-A/RJ)
AGRAVADO(S)	CLAUDIO SILVA DO NASCIMENTO
Advogado	DR. AMANDA THALYTA COLUCCI TEIXEIRA(OAB: 214867-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIO SILVA DO NASCIMENTO
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS

Processo Nº Ag-AIRR-0101036-85.2018.5.01.0007

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
Advogado	DR. PEDRO IVO LEÃO RIBEIRO AGRA BELMONTE(OAB: 155433-A/RJ)
AGRAVADO(S)	VIVALDO JOSE LEAL FILHO
Advogado	DR. IVAN GOMES DE ARAÚJO(OAB: 86139-A/RJ)
Advogada	DRA. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO(OAB: 143258-A/RJ)
Advogado	DR. RENATA DA ROSA MAGALHAES GOMES(OAB: 209690-A/RJ)
Advogado	DR. SIDNEI GOMES DE ARAUJO(OAB: 117204-A/RJ)
AGRAVADO(S)	COOPERATIVA DE TRANSPORTE FRETAMENTO EVENTO E TURISMO QUARTO CRESCENTE LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA DE TRANSPORTE FRETAMENTO EVENTO E TURISMO QUARTO CRESCENTE LTDA.
- GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
- VIVALDO JOSE LEAL FILHO

Processo Nº Ag-AIRR-0101779-94.2017.5.01.0245

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. LUIZ CÉSAR VIANNA MARQUES
Procurador	DR. MARCELO ROCHA DE MELLO MARTINS
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
AGRAVADO(S)	EDINELSON RIO BRANCO
Advogada	DRA. ADRIENE DE AGUIAR BATISTA(OAB: 112926/RJ)
AGRAVADO(S)	INSTITUTO DOS LAGOS - RIO
Advogado	DR. GIULLIANO HENRIQUE CORRÊA MANHOLER(OAB: 244157/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDINELSON RIO BRANCO
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- INSTITUTO DOS LAGOS - RIO

Processo Nº Ag-RR-0102263-50.2017.5.01.0491

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. EMERSON BARBOSA MACIEL
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
AGRAVADO(S)	BRUNO SANTOS DE MENEZES
Advogado	DR. CARLOS CLAUDIONOR BARROZO(OAB: 73973-A/RJ)
Advogada	DRA. ROBERTA SOARES BARROZO(OAB: 135584-A/RJ)
AGRAVADO(S)	HOPE RECURSOS HUMANOS EIRELI (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSE RICARDO HADDAD(OAB: 126241-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNO SANTOS DE MENEZES
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- HOPE RECURSOS HUMANOS EIRELI (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-AIRR-0115500-26.2008.5.04.0252

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	PEDRO LUIS DOS SANTOS LIMA
Advogada	DRA. LISIANE SERVO(OAB: 51452-A/RS)
AGRAVADO(S)	ROBSON KROLIKOWSKI
Advogado	DR. DIEGO DA VEIGA LIMA(OAB: 53185-A/RS)
Advogada	DRA. LÍDIA TERESINHA DA VEIGA LIMA(OAB: 44151-A/SC)
AGRAVADO(S)	NIG COMERCIO E MANUTENCAO LTDA - EPP
Advogado	DR. LEUTON BUDIM(OAB: 48727-A/RS)
AGRAVADO(S)	RECIA INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP
Advogado	DR. JOSÉ RICARDO DE ARAÚJO COSTA(OAB: 48258-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- NIG COMERCIO E MANUTENCAO LTDA - EPP
- PEDRO LUIS DOS SANTOS LIMA
- RECIA INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP
- ROBSON KROLIKOWSKI

Processo Nº Ag-RRAg-0178200-64.1999.5.02.0040

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: 15553/DF)
Advogado	DR. JULIANO NICOLAU DE CASTRO(OAB: 292121/SP)
AGRAVADO(S)	ANTÔNIO KANJI HOSHIKAWA
Advogado	DR. ANTÔNIO K. HOSHIKAWA(OAB: 50234-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO KANJI HOSHIKAWA
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0293500-23.2001.5.02.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	TIM S.A. E OUTRO
Advogado	DR. RODRIGO ANTONIO FREITAS FARIAS DE SOUZA(OAB: 232121-A/SP)
Advogado	DR. ANTÔNIO RODRIGO SANT'ANA(OAB: 234190/SP)
AGRAVADO(S)	GISLENE LOPES BOSNICH
Advogado	DR. JOÃO ROBERTO EGYDIO PIZA FONTES(OAB: 54771/SP)
Advogado	DR. ALESSANDRO VIETRI(OAB: 183282/SP)
AGRAVADO(S)	GAZETA MERCANTIL S.A.
Advogada	DRA. MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES QUEMEL(OAB: 39552/SP)
AGRAVADO(S)	EDITORA JB S.A.
Advogado	DR. RUI PINHEIRO JÚNIOR(OAB: 71118-A/SP)
AGRAVADO(S)	POLI PARTICIPACOES S/A

Intimado(s)/Citado(s):

- EDITORA JB S.A.
- GAZETA MERCANTIL S.A.
- GISLENE LOPES BOSNICH
- POLI PARTICIPACOES S/A
- TIM S.A. E OUTRO

Processo Nº Ag-AIRR-1000169-86.2015.5.02.0252

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	GAFOR S.A.
Advogado	DR. WALDYR COLLOCA JÚNIOR(OAB: 118273/SP)
Advogado	DR. JAQUELINE APARECIDA DE FREITAS(OAB: 257905-A/SP)
AGRAVADO(S)	JOSE GOMES DA SILVA JUNIOR
Advogado	DR. MAURÍCIO BALTAZAR DE LIMA(OAB: 135436/SP)
AGRAVADO(S)	MESSER GASES LTDA.
Advogada	DRA. VIVYANNE PATRÍCIO(OAB: 91867/SP)
AGRAVADO(S)	GAFOR ARMAZENAGEM LTDA
Advogada	DRA. VANESSA DE SOUZA OLIVEIRA(OAB: 434834/SP)
AGRAVADO(S)	GAFOR DISTRIBUIDORA LTDA.
AGRAVADO(S)	GAFOR COMERCIO DE CAMINHOES E VEICULOS AUTOMOTIVOS LTDA
AGRAVADO(S)	GAFOR DISTRIBUIDORA DE SOLVENTES LTDA.
AGRAVADO(S)	GAFOR SOLUCOES INTELIGENTES LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- GAFOR ARMAZENAGEM LTDA
- GAFOR COMERCIO DE CAMINHOES E VEICULOS AUTOMOTIVOS LTDA
- GAFOR DISTRIBUIDORA DE SOLVENTES LTDA.
- GAFOR DISTRIBUIDORA LTDA.
- GAFOR S.A.
- GAFOR SOLUCOES INTELIGENTES LTDA
- JOSE GOMES DA SILVA JUNIOR
- MESSER GASES LTDA.

Processo Nº Ag-RRAg-1000255-58.2019.5.02.0271

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	MARCELO JORGE CORREA
Advogado	DR. HUMBERTO FERREIRA SÁ(OAB: 273557-A/SP)
AGRAVADO(S)	VOTORANTIM CIMENTOS S.A.
Advogado	DR. ANTONIO CUSTODIO LIMA(OAB: 47266-A/SP)
AGRAVADO(S)	OM COMÉRCIO, LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA
Advogado	DR. SEBASTIÃO MANOEL DE SANTANA(OAB: 297451-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCELO JORGE CORREA
- OM COMÉRCIO, LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA
- VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-1000524-26.2019.5.02.0715

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	KUBA VIAÇÃO URBANA LTDA. E OUTRA
Advogado	DR. LUIZ APARECIDO FERREIRA(OAB: 95654-A/SP)
AGRAVADO(S)	MAQUIEL DE BARROS DANTAS
Advogado	DR. RUTE CORRÊA LOFRANO(OAB: 197179-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- KUBA VIAÇÃO URBANA LTDA. E OUTRA
- MAQUIEL DE BARROS DANTAS

Processo Nº Ag-AIRR-1000627-85.2017.5.02.0009

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
AGRAVANTE(S)	LAPEFER COMERCIO E INDUSTRIA DE LAMINADOS LTDA
Advogada	DRA. SILVIA MARIA PORTO(OAB: 167325-A/SP)
Advogado	DR. MARCIO MUNEYOSHI MORI(OAB: 177631/SP)
AGRAVADO(S)	PAULO DOUGLAS PEREIRA DOS SANTOS
Advogado	DR. ALEX DE ALMEIDA SENA(OAB: 247382-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LAPEFER COMERCIO E INDUSTRIA DE LAMINADOS LTDA
- PAULO DOUGLAS PEREIRA DOS SANTOS

Processo Nº Ag-RRAg-1000701-96.2019.5.02.0712

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	CLARO S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	DR. LEONARDO MARTINS OLIVEIRA CAVALCANTE(OAB: 18554-A/DF)
AGRAVADO(S)	LÍDER TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES(OAB: 57680-A/MG)
AGRAVADO(S)	ERIVALDO MIGUEL DE OLIVEIRA
Advogado	DR. PAUL MAKOTO KUNIHIRO(OAB: 93327-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO S.A.
- ERIVALDO MIGUEL DE OLIVEIRA
- LÍDER TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-AIRR-1000881-32.2017.5.02.0050

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	LUIS AUGUSTO DE LIMA CABRAL
Advogado	DR. RONALDO RODRIGUES FERREIRA(OAB: 90986-A/SP)
AGRAVADO(S)	MADALENA PEREIRA DE SOUSA
Advogado	DR. WHEWETON NATAL BATISTA DOS SANTOS(OAB: 321712-A/SP)
Advogado	DR. PAULO HENRIQUE FARIAS DOS SANTOS(OAB: 330831/SP)
AGRAVADO(S)	DO SUL DE MINAS LANCHONETE LTDA - ME
AGRAVADO(S)	ROBERTA MURICY BRITO
AGRAVADO(S)	STELLA MARIS SCHMIDT FELSCH

Intimado(s)/Citado(s):

- DO SUL DE MINAS LANCHONETE LTDA - ME
- LUIS AUGUSTO DE LIMA CABRAL
- MADALENA PEREIRA DE SOUSA
- ROBERTA MURICY BRITO
- STELLA MARIS SCHMIDT FELSCH

Processo Nº Ag-AIRR-1000912-31.2020.5.02.0702

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	DR. AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1829-A/PI)
AGRAVADO(S)	JOSE GILSON FERREIRA DE LIRA
Advogado	DR. ELAINE CRISTINA NAVAS(OAB: 201570-A/SP)
AGRAVADO(S)	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
- JOSE GILSON FERREIRA DE LIRA

Processo Nº Ag-AIRR-1001067-37.2017.5.02.0444

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
AGRAVANTE(S)	MICHELE OLIVEIRA SOUZA
Advogado	DR. ANTONIO SÉRGIO AQUINO RIBEIRO(OAB: 134881-A/SP)
Advogado	DR. DIEGO PINHEIRO DE ALMEIDA(OAB: 342672-A/SP)
AGRAVADO(S)	BUARQUE & BUARQUE 1 COMERCIO DE COLCHOES LTDA - EPP E OUTRAS
Advogada	DRA. ADRIANA CHAMOUN LOURENÇO RUIVO(OAB: 168393-A/SP)
AGRAVADO(S)	D'JUAN COLCHÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Advogado	DR. BRUNO DE SOUZA CARDOSO(OAB: 206583-A/SP)
Advogado	DR. PAULO CARLOS ROMEO(OAB: 101669-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BUARQUE & BUARQUE 1 COMERCIO DE COLCHOES LTDA - EPP E OUTRAS
- D'JUAN COLCHÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
- MICHELE OLIVEIRA SOUZA

Processo Nº Ag-RRAg-1001117-61.2019.5.02.0034

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	WASHINGTON SANTANA DA SILVA
Advogado	DR. SANDRO SIMÕES MELONI(OAB: 125821-A/SP)
Advogado	DR. ALIOMAR CARLOS BARBOSA(OAB: 107850/SP)

AGRAVADO(S)	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Procurador	DR. NAZÁRIO CLEODON DE MEDEIROS
Procuradora	DRA. FERNANDA MALZONI LEME

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- WASHINGTON SANTANA DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-1002059-24.2016.5.02.0382

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Breno Medeiros
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Advogada	DRA. VILMA SOLANGE AMARAL(OAB: 160242-A/SP)
AGRAVADO(S)	SERGIO RICARDO DOS SANTOS
Advogado	DR. CARLOS ALBERTO SOARES DOS REIS(OAB: 329956-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
- SERGIO RICARDO DOS SANTOS

Brasília, 28 de janeiro de 2022

ALEX DA SILVA NASCIMENTO

Secretário da 5ª Turma

Pauta

Pauta de Julgamento

Pauta de Julgamento da 2a. Sessão Extraordinária da 5ª Turma, a realizar-se no dia 16 de fevereiro de 2022, às 09h00, na modalidade híbrida (telepresencial e presencial), nos termos do Ato Conjunto TST.GP.GVP.CGJT Nº 217, de 23 de agosto de 2021. Os advogados poderão postular registro de presença em certidão de julgamento e/ou apresentar sustentação oral, que será realizada em tempo real, ao vivo e simultânea ao julgamento, desde que realizado pedido no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da realização da sessão. O pedido deverá ser formulado por meio do Portal da Advocacia no site do Tribunal Superior do Trabalho. Para participar da sessão de julgamento o advogado deverá acessar o sistema Zoom, plataforma oficial de videoconferência instituída pelo ATO CONJUNTO N. 54/TST.CSJT.GP, de 29 de dezembro de 2020, através do linkhttps://tst-jus-br.zoom.us/my/setr5. Caso queira participar de forma presencial, o advogado deverá atentar-se ao que dispõe o Ato Conjunto TST.GP.GVP.CGJT Nº 217, de 23 de agosto de 2021.

Processo Nº AIRR-0000018-85.2021.5.17.0131

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE MUQUI
Advogado	DR. CLÁUDIO JOSÉ CÂNDIDO ROPPE(OAB: 7129-A/ES)
AGRAVADO(S)	ELIANE LOPES DA SILVA MAIA
Advogado	DR. HELENO SALUCI BRAZIL(OAB: 9636-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIANE LOPES DA SILVA MAIA
- MUNICÍPIO DE MUQUI

Processo Nº AIRR-0000035-17.2018.5.10.0101

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
AGRAVADO(S)	ANDERSON COSTA RUFINO
Advogado	DR. CLEIDE ALVES GUIMARAES(OAB: 14906-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON COSTA RUFINO
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Processo Nº AIRR-0000047-78.2020.5.09.0007

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
Advogada	DRA. JULIANA MORAIS(OAB: 70172-A/PR)
Advogada	DRA. RAQUEL CANCIO FENDRICH TESSARI(OAB: 61394-A/PR)
AGRAVADO(S)	RAFAEL GASPAR SATURNINO
Advogado	DR. MAYKON CRISTIANO JORGE(OAB: 38407-A/PR)
Advogada	DRA. KARINA GISELLI PIMENTA JORGE(OAB: 41069-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
- RAFAEL GASPAR SATURNINO

Processo Nº AIRR-0000117-60.2019.5.05.0551

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. IURI RIBEIRO GONÇALVES
AGRAVADO(S)	LUIZ FABIO DA SILVA PEREIRA
Advogado	DR. KALLINCA ALMEIDA ARTUSO(OAB: 55965-A/BA)
Advogado	DR. JOSE DEIVSON DO NASCIMENTO LIMA(OAB: 56740-A/BA)
AGRAVADO(S)	MJR SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- LUIZ FABIO DA SILVA PEREIRA
- MJR SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.

Processo Nº AIRR-0000167-02.2019.5.14.0401

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO ACRE
Procurador	DR. FÁBIO MARCON LEONETTI
AGRAVADO(S)	JOSE FRANCISCO ROCHA DA CONCEICAO
Advogada	DRA. ISABELLY ARAÚJO CATÃO BENVENUTTI(OAB: 4015-A/AC)
AGRAVADO(S)	CRM REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA
Advogado	DR. JOÃO FELIPE DE OLIVEIRA MARIANO(OAB: 4570-A/AC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRM REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA
- ESTADO DO ACRE
- JOSE FRANCISCO ROCHA DA CONCEICAO

Processo Nº AIRR-0000203-43.2020.5.13.0011

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MUNICIPIO DE PATOS
Procurador	DR. ALEXSANDRO LACERDA DE CALDAS
AGRAVADO(S)	OPEN SERVICOS E TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA - ME
Advogado	DR. BRAULIO STEFERSON PATRICIO DE LIRA(OAB: 21749-A/PB)
AGRAVADO(S)	MARIA DE SOUSA GALDINO
Advogada	DRA. DANIELE DE SOUSA RODRIGUES(OAB: 15771-A/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA DE SOUSA GALDINO
- MUNICIPIO DE PATOS
- OPEN SERVICOS E TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA - ME

Processo Nº AIRR-0000282-95.2018.5.05.0631

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. TÉSSIO RAUFF DE CARVALHO MOURA
AGRAVADO(S)	RONILDA AZEVEDO SILVA CAIRES
Advogado	DR. DANILO MOREIRA ROCHA(OAB: 34200-A/BA)
Advogado	DR. PABLO JÚLIO DE JESUS SOUZA(OAB: 29399-A/BA)
AGRAVADO(S)	LC EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI
Advogada	DRA. MAYARA MOTA DE LUCENA(OAB: 46828/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- LC EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI
- RONILDA AZEVEDO SILVA CAIRES

Processo Nº AIRR-0000284-65.2016.5.05.0007

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada	DRA. RENATA PROTÁSIO DE SOUZA(OAB: 21808-A/BA)
AGRAVADO(S)	CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
Advogado	DR. RONNEY CASTRO GREVE(OAB: 11791-A/BA)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO CIVIL
Advogado	DR. ANTONIO EDUARDO FEIJOO PEREIRA(OAB: 20906-A/BA)
Advogado	DR. PETER CHRISTIAN TERAN TROELSEN(OAB: 20765-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CEMON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Processo Nº AIRR-0000404-07.2020.5.09.0121

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MARCELO PINTO MARQUES
Advogada	DRA. SOLANGE DA SILVA(OAB: 17409-A/PR)
Advogado	DR. CLEVERSON IVAN MERLO(OAB: 35681-A/PR)
AGRAVADO(S)	CONSTRUTORA ZIMERMANN LTDA - ME
Advogada	DRA. MARCELLE ANDREA PRADO(OAB: 47716-A/PR)
AGRAVADO(S)	MUNICIPIO DE TOLEDO
Advogado	DR. ALYSSON VITOR DA SILVA(OAB: 33476-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSTRUTORA ZIMERMANN LTDA - ME
- MARCELO PINTO MARQUES
- MUNICIPIO DE TOLEDO

Processo Nº AIRR-0000456-31.2017.5.05.0020

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. TÉSSIO RAUFF DE CARVALHO MOURA
AGRAVADO(S)	ELAINE SILVA SANTOS
Advogada	DRA. ROSEMAIRE GOIS NUNES(OAB: 11205-A/BA)
Advogado	DR. EMILIA AZEVEDO DA SILVA(OAB: 7585-A/BA)
AGRAVADO(S)	PROSSELI EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP
Advogada	DRA. MAYARA MOTA DE LUCENA(OAB: 46828/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELAINE SILVA SANTOS
- ESTADO DA BAHIA
- PROSSELI EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP

Processo Nº AIRR-0000556-44.2011.5.03.0022

Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	CLARO S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogada	DRA. LEILA AZEVEDO SETTE(OAB: 22864-A/MG)
AGRAVADO(S)	AEC CENTRO DE CONTATOS S.A.
Advogado	DR. JOÃO LUIZ JUNTOLLI(OAB: 69339/MG)
AGRAVADO(S)	VÂNIA LUCIA GOMES
Advogada	DRA. KARINA DE FÁTIMA CAMPOS(OAB: 101154-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- AEC CENTRO DE CONTATOS S.A.
- CLARO S.A.
- VÂNIA LUCIA GOMES

Processo Nº AIRR-0000657-19.2020.5.07.0034

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO CEARÁ
Procurador	DR. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
Procurador	DR. OTHÁVIO CARDOSO DE MELO
AGRAVADO(S)	FRANCISCO GOMES DE FREITAS
Advogada	DRA. MAYANE ALVES SILVA SANTIAGO(OAB: 30920-A/CE)
AGRAVADO(S)	NORTH SEGURANCA LTDA

Advogado	DR. SÉRGIO SILVA COSTA FILHO(OAB: 25955-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO CEARÁ
- FRANCISCO GOMES DE FREITAS
- NORTH SEGURANCA LTDA

Processo Nº AIRR-0000742-86.2017.5.05.0641

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. ADRIANO OLIVEIRA PESSOA
AGRAVADO(S)	EDIMILZA DE SOUZA PEREIRA
Advogada	DRA. ANA BRITO KOEHNE(OAB: 37760-A/BA)
Advogado	DR. LUIZ FERNANDO SEIXAS TORRES FILHO(OAB: 45517-A/BA)
AGRAVADO(S)	SANDES CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- EDIMILZA DE SOUZA PEREIRA
- ESTADO DA BAHIA
- SANDES CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI

Processo Nº AIRR-0000845-92.2020.5.19.0061

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ANGELO LIMA NONO PAIVA & PEIXOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S
Advogado	DR. JOSE RUBEM ANGELO(OAB: 3303-A/AL)
AGRAVADO(S)	ANTONIO MARCOS CALADO GOMES E OUTROS
Advogado	DR. ALEPH CAVALCANTE SANTOS(OAB: 16537-A/AL)
Advogado	DR. HUGO HENRIQUE DE ALMEIDA LOPES(OAB: 11417-A/AL)
AGRAVADO(S)	EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado	DR. JOSÉ RUBEM ÂNGELO(OAB: 3303/AL)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGELO LIMA NONO PAIVA & PEIXOTO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S
- ANTONIO MARCOS CALADO GOMES E OUTROS
- EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Processo Nº AIRR-0000872-34.2017.5.05.0461

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. BRUNO FAGUNDES
AGRAVADO(S)	MJR SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.
Advogado	DR. GILBERTO VIEIRA LEITE NETO(OAB: 2454-A/SE)
Advogado	DR. JOÃO PINHEIRO CASTELO BRANCO NETO(OAB: 49850-A/BA)
AGRAVADO(S)	JOSE MARQUES DA NATIVIDADE
Advogado	DR. LUILSON GOMES PINHO(OAB: 8906-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- JOSE MARQUES DA NATIVIDADE
- MJR SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.

Processo Nº AIRR-0000885-80.2019.5.11.0013

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO AMAZONAS
Procuradora	DRA. NATASHA YUKIE HARA DE OLIVEIRA VASQUEZ
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE VIGILANCIA E SEGURANCA DE MANAUS
Advogado	DR. ROBERTO CESAR DINIZ CABRERA(OAB: 6071-A/AM)
AGRAVADO(S)	PORTO SEGURO SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA. - EPP
Advogado	DR. KASSER JORGE CHAMY DIB(OAB: 5551-A/AM)
Advogado	DR. MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA(OAB: 10412-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAZONAS
- PORTO SEGURO SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA. - EPP
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE VIGILANCIA E SEGURANCA DE MANAUS

Processo Nº AIRR-0000908-97.2019.5.12.0045

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE ITAPEMA
Advogado	DR. FLAVIA BECKER ALEXANDRE(OAB: 17283-A/SC)
AGRAVADO(S)	GENAIR TEREZINHA TONELLO MACHADO
Advogado	DR. LUIZ FELIPE MACHADO(OAB: 26970-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENAIR TEREZINHA TONELLO MACHADO
- MUNICÍPIO DE ITAPEMA

Processo Nº AIRR-0000978-07.2017.5.05.0037

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - INEMA
Procurador	DR. LEONARDO MELO SEPULVEDA
AGRAVADO(S)	NELSIANE DE ARAUJO LIMA
Advogado	DR. MATHEUS IAN TELLES FREITAS(OAB: 42822-A/BA)
AGRAVADO(S)	BELLA AGENCIAMENTO DE MAO DE OBRA EIRELI - EPP
Advogado	DR. PEDRO ARAÚJO DE ANDRADE ALMEIDA(OAB: 30682/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BELLA AGENCIAMENTO DE MAO DE OBRA EIRELI - EPP
- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - INEMA
- NELSIANE DE ARAUJO LIMA

Processo Nº AIRR-0000993-22.2019.5.14.0403

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO ACRE
Procuradora	DRA. ROSANA FERNANDES MAGALHÃES BIANCARDI
AGRAVADO(S)	FRANCISCO HELDER RODRIGUES DE SOUSA
Advogada	DRA. GRACILEIDY ALMEIDA DA COSTA BACELAR(OAB: 3252-A/AC)
AGRAVADO(S)	ELIZANGELA DE OLIVEIRA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIZANGELA DE OLIVEIRA - ME
- ESTADO DO ACRE
- FRANCISCO HELDER RODRIGUES DE SOUSA

Processo Nº AIRR-0001155-39.2020.5.17.0131

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE MUQUI
Procurador	DR. CLÁUDIO JOSÉ CÂNDIDO ROPPE
AGRAVADO(S)	VILMA LUCIA LOURENCO DOS REIS
Advogado	DR. HELENO SALUCI BRAZIL(OAB: 9636-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE MUQUI
- VILMA LUCIA LOURENCO DOS REIS

Processo Nº AIRR-0001417-69.2016.5.05.0193

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. ANDRÉ LUIZ RODRIGUES LIMA
Procurador	DR. ADRIANO OLIVEIRA PESSOA
Procurador	DR. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DA BAHIA
AGRAVADO(S)	ELIANY BATISTA DA SILVA
Advogada	DRA. ANGÉLICA SUELY MARIANI ALVES(OAB: 18020-A/BA)
AGRAVADO(S)	HD MONTAGENS ELETRÔNICAS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIANY BATISTA DA SILVA
- ESTADO DA BAHIA
- HD MONTAGENS ELETRÔNICAS EIRELI

Processo Nº AIRR-0002013-89.2012.5.03.0018

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS(OAB: 44698-A/MG)
Advogado	DR. JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA(OAB: 79757-A/MG)
AGRAVADO(S)	VERÔNICA TORRES DE LAVOU
Advogado	DR. EDUARDO MOURA SANTANA(OAB: 103407/MG)
AGRAVADO(S)	PROTEX SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.
Advogada	DRA. MARIA ELIZABETE PATRÍCIA DE CARVALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- PROTEX SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.
- VERÔNICA TORRES DE LAVOU

Processo Nº AIRR-0002199-54.2014.5.02.0056

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	SINTHORESP - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART HOTÉIS, MOTÉIS, FLAT'S, PENSÕES, HOSPEDARIAS, POUSADAS, RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES, SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST-FOODS E ASSEMELHADOS DE SÃO PAULO E REGIÃO
Advogado	DR. MARCELO MACHADO(OAB: 114254/SP)
Advogado	DR. WILSON CARLOS ZASKA DA SILVA(OAB: 401500-A/SP)
AGRAVADO(S)	NA BOCA DO FORNO PIZZARIA LTDA
Advogado	DR. MAGDA CRISTINA MUNIZ(OAB: 217507-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- NA BOCA DO FORNO PIZZARIA LTDA
- SINTHORESP - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART HOTÉIS, MOTÉIS, FLAT'S, PENSÕES, HOSPEDARIAS, POUSADAS, RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES, SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST-FOODS E ASSEMELHADOS DE SÃO PAULO E REGIÃO

Processo Nº AIRR-0005464-77.2014.5.01.0481

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
AGRAVADO(S)	ALEXANDRO FREITAS WENDERROSCHY
Advogado	DR. CLEBER DUQUE RAMOS(OAB: 117272/RJ)
Advogado	DR. MAURÍCIO DE FIGUEIREDO CORRÊA DA VEIGA(OAB: 21934-A/DF)
AGRAVADO(S)	PCP ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.
Advogado	DR. DIONISIO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY(OAB: 184/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRO FREITAS WENDERROSCHY
- PCP ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0010084-56.2015.5.01.0010

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	DR. RICARDO LEVY SADICOFF
AGRAVADO(S)	JEDIVAL LUIZ DE LIMA
Advogado	DR. JOSEANE BORGES CARDOSO(OAB: 58692-A/RJ)
AGRAVADO(S)	UNIRIO MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- JEDIVAL LUIZ DE LIMA
- UNIRIO MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0010191-14.2019.5.15.0126

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE PAULINIA - PAULINIA PREVI
Procurador	DR. ANA PAULA FERREIRA DOS SANTOS
Procurador	DR. LEONARDO JENICHEN DE OLIVEIRA
AGRAVADO(S)	TATIANE HELENA FELIX GRANZO
Advogado	DR. KÁTIA APARECIDA MAZIERO(OAB: 181917-A/SP)

AGRAVADO(S)	CERTAME ASSESSORIA E CONSULTORIA FERNANDOPOLIS EIRELI - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- CERTAME ASSESSORIA E CONSULTORIA FERNANDOPOLIS EIRELI - ME
- INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE PAULINIA - PAULINIA PREVI
- TATIANE HELENA FELIX GRANZO

Processo Nº AIRR-0010192-45.2021.5.15.0088

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA
Procurador	DR. WELLINGTON FALÇÃO DE MOURA VASCONCELLOS NETO
AGRAVADO(S)	ROSELI ELISA DA SILVA
Advogado	DR. CAIO FRANCISCO RAMOS DOS SANTOS(OAB: 359808-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA
- ROSELI ELISA DA SILVA

Processo Nº AIRR-0010210-66.2021.5.15.0088

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA
Procurador	DR. WELLINGTON FALÇÃO DE MOURA VASCONCELLOS NETO
AGRAVADO(S)	VIVIANI MONTEIRO CAPUCHO
Advogado	DR. CAIO FRANCISCO RAMOS DOS SANTOS(OAB: 359808-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA
- VIVIANI MONTEIRO CAPUCHO

Processo Nº AIRR-0010252-38.2015.5.05.0401

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB
Procurador	DR. ANTONIO MARIA FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR
Procurador	DR. GABRIEL SANTANA MÔNACO
AGRAVADO(S)	MATEUS DE JESUS SANTOS
Advogado	DR. ADRIANO BALBINO SANTOS JÚNIOR(OAB: 20150-A/BA)
AGRAVADO(S)	MATRIX CONSTRUTORA LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- MATEUS DE JESUS SANTOS
- MATRIX CONSTRUTORA LTDA
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB

Processo Nº AIRR-0010329-30.2018.5.03.0132

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	DRA. ANA LÚCIA DE ALMEIDA(OAB: 43032/MG)
Advogada	DRA. MARIA APARECIDA FERREIRA BARROS RIBEIRO(OAB: 62852-A/MG)
Advogada	DRA. ELOÁ DE FREITAS CARDOSO CANGUSSU(OAB: 94241/MG)
AGRAVADO(S)	ELIZABETE MARIA DA PIEDADE TRINDADE
Advogado	DR. DALMO TARCÍSIO GOMES(OAB: 74038-A/MG)
AGRAVADO(S)	M. C. A. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIZABETE MARIA DA PIEDADE TRINDADE
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- M. C. A. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0010373-26.2020.5.15.0106

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	UNIÃO (PGU)
Procurador	DR. JULIANO ZAMBONI
AGRAVADO(S)	WAGNER CAMARGO
Advogado	DR. CARLOS ROBERTO VALENTIM(OAB: 208072-A/SP)
AGRAVADO(S)	REAK SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- REAK SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.
- UNIÃO (PGU)
- WAGNER CAMARGO

Processo Nº AIRR-0010403-08.2014.5.01.0059

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
Advogado	DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 128341-A/SP)
AGRAVADO(S)	DAVID ARAUJO MOREIRA
Advogado	DR. PIERRE SOUZA AZEREDO(OAB: 105965/RJ)
Advogado	DR. FABIANO DA SILVA BRASIL(OAB: 210606/RJ)
AGRAVADO(S)	PARADIGM-TECNOLOGIA E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA
Advogado	DR. PEDRO HENRIQUE RIBAS(OAB: 54093-A/PR)
AGRAVADO(S)	POSITIVO INFORMÁTICA S.A.
Advogado	DR. LUIS CESAR ESMANHOTTO(OAB: 12698-B/PR)
Advogada	DRA. SIMONE FONSECA ESMANHOTTO(OAB: 20934-A/PR)
Advogado	DR. CRISTIANE BIENTINEZ SPRADA(OAB: 12776-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- DAVID ARAUJO MOREIRA
- PARADIGM-TECNOLOGIA E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

Processo Nº AIRR-0010404-98.2019.5.15.0003

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE SOROCABA
Procuradora	DRA. RENATA ELOÍSA DA SILVA HADDAD
AGRAVADO(S)	RICARDO PARREIRA
Advogado	DR. CLAUDIO FRANCISCO PEROTI JUNIOR(OAB: 343259-A/SP)

AGRAVADO(S)	SOROCABA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA. - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE SOROCABA
- RICARDO PARREIRA
- SOROCABA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA. - EPP

Processo Nº AIRR-0010699-80.2018.5.03.0076

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. ALESSANDRO MASTROGIOVANNI FARIA(OAB: 63530/MG)
Advogada	DRA. LETÍCIA LOPES EVANGELISTA(OAB: 103766/MG)
Advogada	DRA. ROSÁLIA MARIA LIMA SOARES(OAB: 147987/MG)
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado	DR. VINÍCIUS FERREIRA DA SILVA(OAB: 131908/MG)
AGRAVADO(S)	NICOLE MARY NASCIMENTO ALVES
Advogado	DR. NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- NICOLE MARY NASCIMENTO ALVES

Processo Nº AIRR-0010929-21.2018.5.15.0034

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL
Procurador	DR. FELIPE FLEURY FERACIN
AGRAVADO(S)	LUCIMARA DA SILVA SBERCE
Advogado	DR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVEIRA(OAB: 28410-A/SP)
AGRAVADO(S)	PRODHEC SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EIRELI
Advogado	DR. WILLIAM CÂNDIDO LOPES(OAB: 309521-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCIMARA DA SILVA SBERCE
- MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL
- PRODHEC SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EIRELI

Processo Nº AIRR-0011022-03.2019.5.15.0081

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. RODOLFO BRECIANI PENNA
AGRAVADO(S)	CARLA APARECIDA FORTUNATO
Advogado	DR. MELINA MICHELON(OAB: 363728-A/SP)
AGRAVADO(S)	RGS COMERCIO E SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLA APARECIDA FORTUNATO
- ESTADO DE SÃO PAULO
- RGS COMERCIO E SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI

Processo Nº AIRR-0011044-09.2019.5.15.0066

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RPUSP
Procuradora	DRA. CLÁUDIA HELENA DESTEFANI LACERDA
AGRAVADO(S)	ELDA COSTA DA SILVA - ME
Advogada	DRA. RAQUEL VALINI DA COL SALOMÃO(OAB: 316553-A/SP)
AGRAVADO(S)	RITA DE CASSIA COLOMBARI LIMA
Advogado	DR. PAULO HENRIQUE ROCHA(OAB: 426219-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELDA COSTA DA SILVA - ME
- HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RPUSP
- RITA DE CASSIA COLOMBARI LIMA

Processo Nº AIRR-0011066-29.2019.5.03.0025

Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
Procurador	DR. CYNTHIA MARIA GONÇALVES BARBARELLA
AGRAVADO(S)	CELIO ROBERTO DOS SANTOS
Advogado	DR. ORLANDO TADEU DE ALCÂNTARA(OAB: 36666-A/MG)
Advogado	DR. EDMUNDO COSTA VIEIRA(OAB: 73296-A/MG)
Advogado	DR. BERNARDO ANDRADE ALCÂNTARA(OAB: 114273-A/MG)
AGRAVADO(S)	TRL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE TRANSPORTE, GESTÃO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA LTDA
Advogado	DR. GABRIEL SENRA DA CUNHA PEREIRA(OAB: 112512-A/MG)
Advogado	DR. HENRIQUE TUNES MASSARA(OAB: 112516-A/MG)
Advogado	DR. FERNANDO LANDIM DA CUNHA PEREIRA(OAB: 193788-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELIO ROBERTO DOS SANTOS
- MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
- TRL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE TRANSPORTE, GESTÃO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA LTDA

Processo Nº AIRR-0011131-95.2020.5.15.0076

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP
Procuradora	DRA. GABRIELA DE CÁSSIA DOS REIS TORRES
AGRAVADO(S)	FRANSERGIO DOS SANTOS PAULO
Advogado	DR. SILVIO ROBERTO DE PAULA(OAB: 348675-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANSERGIO DOS SANTOS PAULO
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA - SP

Processo Nº AIRR-0011142-67.2018.5.15.0053

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. ISABELLE MARIA VERZA DE CASTRO
Procuradora	DRA. JULIANA DE OLIVEIRA COSTA GOMES SATO
AGRAVADO(S)	ANA PAULA RIZZUTTI SETTE
Advogado	DR. MAICON ROBERTO MARAIA(OAB: 298239-A/SP)

AGRAVADO(S)	SOROCABA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA PAULA RIZZUTTI SETTE
- ESTADO DE SÃO PAULO
- SOROCABA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.

Processo Nº AIRR-0011331-17.2019.5.15.0051

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE PIRACICABA
Procuradora	DRA. DANIELE GELEILETE CAMOLESI
AGRAVADO(S)	VANESSA MOREIRA SILVA ALVES
Advogada	DRA. ELIANA APARECIDA MARTINS GRIGOLATTO(OAB: 372618-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE PIRACICABA
- VANESSA MOREIRA SILVA ALVES

Processo Nº AIRR-0011406-11.2019.5.15.0066

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RPUSP
Procurador	DR. HENRIQUE SILVEIRA MELO
AGRAVADO(S)	SIMONE CRISTINA CORREIA DANDREA
Advogada	DRA. VERÔNICA RODRIGUES DE RESENDE(OAB: 425873-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RPUSP
- SIMONE CRISTINA CORREIA DANDREA

Processo Nº AIRR-0011508-44.2015.5.01.0072

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Procurador	DR. ALEXANDRE FERNANDES
AGRAVADO(S)	MARCIO PAIVA DA CONCEICAO
Advogado	DR. JOHN CHARLES COSTA DA FONSECA(OAB: 79296-A/RJ)
AGRAVADO(S)	CRYSTAL SERVICE CONSERVAÇÃO EIRELI
Advogado	DR. LUIZ CLAUDIO BRAVO COELHO(OAB: 150811-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRYSTAL SERVICE CONSERVAÇÃO EIRELI
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
- MARCIO PAIVA DA CONCEICAO

Processo Nº AIRR-0011660-70.2019.5.15.0102

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MUNICIPIO DE TREMEMBE
Procurador	DR. GUILHERME SANTOS ABREU RAPOZO
AGRAVADO(S)	SIMONE APARECIDA MAFETANO VICENTE
Advogado	DR. THIAGO BERNARDES FRANÇA(OAB: 195265-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICIPIO DE TREMEMBE
- SIMONE APARECIDA MAFETANO VICENTE

Processo Nº AIRR-0011782-91.2020.5.15.0088

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA
Procurador	DR. WELLINGTON FALÇÃO DE MOURA VASCONCELLOS NETO
AGRAVADO(S)	GLEICY KELLY SILVA
Advogado	DR. CAIO FRANCISCO RAMOS DOS SANTOS(OAB: 359808-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GLEICY KELLY SILVA
- MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA

Processo Nº AIRR-0011914-61.2015.5.15.0109

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. JOSÉ CARLOS CÂNDIDO DA SILVA
AGRAVADO(S)	MARIA CLEUSA DE FRANCA
Advogado	DR. CLÁUDIO JESUS DE ALMEIDA(OAB: 75739-A/SP)
AGRAVADO(S)	MICHEL DA SILVA CERQUEIRA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- MARIA CLEUSA DE FRANCA
- MICHEL DA SILVA CERQUEIRA - EPP

Processo Nº AIRR-0011963-86.2019.5.15.0069

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE MIRACATU
Procurador	DR. RENATO CARDOSO MORAIS
AGRAVADO(S)	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Advogado	DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA BARBOSA BASTIDE MARIA(OAB: 336425-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
- MUNICÍPIO DE MIRACATU

Processo Nº AIRR-0012116-49.2018.5.15.0039

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
Procuradora	DRA. CLÁUDIA HELENA DESTEFANI DE LACERDA
AGRAVADO(S)	JOSE RICARDO DIAS
Advogada	DRA. ELENILDA MARIA MARTINS(OAB: 86227-A/SP)
Advogado	DR. EMERSON BRUNELLO(OAB: 133921-A/SP)
AGRAVADO(S)	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
- JOSE RICARDO DIAS

Processo Nº AIRR-0012129-50.2017.5.03.0093

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

AGRAVANTE(S)	CARLOS AUGUSTO DE MAGALHAES FILHO E OUTROS
Advogado	DR. ALEXANDRE MAGNO LOPES DE SOUZA(OAB: 71250-A/MG)
AGRAVADO(S)	JADER LUIZ CORREA
Advogado	DR. CLEBER ALVES FERREIRA(OAB: 122800-A/MG)
Advogado	DR. ISABELLA DE OLIVEIRA LINS(OAB: 162011-A/MG)
AGRAVADO(S)	MASSA FALIDA DA EMBRASIL - EMPRESA BRASILEIRA DISTRIBUIDORA LTDA. E OUTROS
Advogada	DRA. JULIANA FERREIRA MORAIS(OAB: 77854-A/MG)
Advogado	DR. CARINE MURTA NAGEM CABRAL(OAB: 79742-A/MG)
AGRAVADO(S)	OIBRASIL ATACADISTA DISTRIBUIDOR LTDA - ME E OUTRO
Advogado	DR. RAQUEL DA SILVA CUNHA(OAB: 131784-A/MG)
Advogado	DR. IDERALDO DE SOUZA VIANA(OAB: 40938-A/MG)
AGRAVADO(S)	MARKAN AGROQUIMICA LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS AUGUSTO DE MAGALHAES FILHO E OUTROS
- JADER LUIZ CORREA
- MARKAN AGROQUIMICA LTDA
- MASSA FALIDA DA EMBRASIL - EMPRESA BRASILEIRA DISTRIBUIDORA LTDA. E OUTROS
- OIBRASIL ATACADISTA DISTRIBUIDOR LTDA - ME E OUTRO

Processo Nº AIRR-0016252-52.2018.5.16.0010

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO MARANHÃO
Procurador	DR. DENÍLSON SOUZA DOS REIS ALMEIDA
AGRAVADO(S)	LUZINALVA MARIA BARROS OLIVEIRA
Advogado	DR. DANILO COSTA SILVA(OAB: 14113-A/MA)
Advogado	DR. WALESCA SOUSA CHAVES(OAB: 15818-A/MA)
AGRAVADO(S)	INSTITUTO CIDADANIA E NATUREZA

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO MARANHÃO
- INSTITUTO CIDADANIA E NATUREZA
- LUZINALVA MARIA BARROS OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-0016590-29.2018.5.16.0009

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO MARANHÃO
Procurador	DR. ERLLS MARTINS CAVALCANTI
Procurador	DR. GIVANILDO FÉLIX DE ARAÚJO JÚNIOR
AGRAVADO(S)	FRANCISCA MERY DOS SANTOS FORTES
Advogado	DR. GLAUBER ROGERS CANTANHEDE PAIVA FRAZÃO(OAB: 13369-A/MA)
AGRAVADO(S)	INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA
Advogada	DRA. THAIS ANDRADE DA FONSECA(OAB: 79152-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO MARANHÃO
- FRANCISCA MERY DOS SANTOS FORTES
- INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA

Processo Nº AIRR-0017237-46.2017.5.16.0013

Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	VALE S.A.
Advogado	DR. NILTON CORREIA(OAB: 1291/DF)
Advogado	DR. MARCO ANTÔNIO COELHO LARA(OAB: 5429-A/MA)
Advogado	DR. MARCUS VINÍCIUS JANSEN CUTRIM CARDOSO(OAB: 7240-A/MA)
Advogada	DRA. PRISCILLA MONTEIRO LIMA(OAB: 17353-A/MA)
Advogado	DR. TAIS RODRIGUES PORTELADA(OAB: 9190-A/MA)
Advogada	DRA. DANIELLE COSTA TINOCO(OAB: 17311-A/MA)
AGRAVADO(S)	JOSE ALEDSON MOREIRA DA SILVA
Advogado	DR. ROBERTA PEREIRA SILVA(OAB: 8039-U/MA)
AGRAVADO(S)	INTEGRAL ENGENHARIA LTDA
Advogado	DR. ELIEL AGUIAR BAETA FERNANDES(OAB: 135248-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- INTEGRAL ENGENHARIA LTDA
- JOSE ALEDSON MOREIRA DA SILVA
- VALE S.A.

Processo Nº AIRR-0020062-81.2020.5.04.0662

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO
Advogado	DR. RAFAEL TAUFER DA SILVA(OAB: 77335-A/RS)
AGRAVADO(S)	LUCIANA DE OLIVEIRA
Advogado	DR. VANESSA DO NASCIMENTO(OAB: 118746-A/RS)
AGRAVADO(S)	CCS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
Advogado	DR. PATRICIA CRISTINA MACHADO DE CASTRO(OAB: 55081-A/RS)
Advogado	DR. JONATHAN HECK MUNHOZ(OAB: 101977-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CCS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
- LUCIANA DE OLIVEIRA
- MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO

Processo Nº AIRR-0020474-05.2019.5.04.0611

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradora	DRA. ADRIANA MENEZES DE SIMÃO KUHN
AGRAVADO(S)	JULIA EIBS FIUZA
Advogado	DR. JOAO ALFREDO TRELHA GOULART(OAB: 105637-A/RS)
AGRAVADO(S)	MASSA FALIDA DE PROTELIMP SERVIÇOS DE PORTARIA, LIMPEZA E MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADOS EIRELI (ADMINISTRADORA JUDICIAL CLAUDETE FIGUEIREDO)
Advogada	DRA. RITA KÁSSIA NESKE UNFER(OAB: 89525-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- JULIA EIBS FIUZA
- MASSA FALIDA DE PROTELIMP SERVIÇOS DE PORTARIA, LIMPEZA E MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADOS EIRELI (ADMINISTRADORA JUDICIAL CLAUDETE FIGUEIREDO)

Processo Nº AIRR-0020543-43.2019.5.04.0124

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	DRA. MARGIT LIANE SOARES(OAB: 58844-A/RS)
Advogada	DRA. LISIANE OTTONELLI BELLINASO DE OLIVEIRA(OAB: 76981-A/RS)
AGRAVADO(S)	MICHELE AVILA PRESTES
Advogado	DR. VANESSA ENDERLE BOHNS(OAB: 73510-A/RS)
AGRAVADO(S)	LABOR SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- LABOR SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA.
- MICHELE AVILA PRESTES

Processo Nº AIRR-0020548-80.2019.5.04.0022

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
Advogado	DR. PAULO HENRIQUE MORETTO(OAB: 30677-A/RS)
Procurador	DR. PAULO HENRIQUE MORETTO
AGRAVADO(S)	ANGELA MARIA OLIVEIRA DE FREITAS
Advogada	DRA. CAMILA SANTOS DA SILVA FLORIANO(OAB: 82187-A/RS)
Advogada	DRA. AMANDA SALVINI DALLAGNOL(OAB: 91063-A/RS)
AGRAVADO(S)	PRISMASERV SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGELA MARIA OLIVEIRA DE FREITAS
- MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
- PRISMASERV SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI

Processo Nº AIRR-0020596-12.2018.5.04.0301

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. AUGUSTO BARRILES(OAB: 64143-A/RS)
AGRAVADO(S)	ROSANE MARIA ROCHA
Advogada	DRA. ALINE CRISTINA SCHMITT(OAB: 77217-A/RS)
AGRAVADO(S)	TROJAHN-TOPPEL SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. EDGAR TROJAHN(OAB: 54648-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- ROSANE MARIA ROCHA
- TROJAHN-TOPPEL SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0020622-14.2019.5.04.0741

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Advogada	DRA. CLÁUDIA MARQUES VEÇOZZI(OAB: 49642-A/RS)
AGRAVADO(S)	KARINE RIBEIRO DO NASCIMENTO
Advogado	DR. JULIO CESAR BARRERA MATOS(OAB: 110418-A/RS)
Advogado	DR. JOÉLSIO NEVES DE OLIVEIRA(OAB: 101643-A/RS)
AGRAVADO(S)	LABOR SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- KARINE RIBEIRO DO NASCIMENTO
- LABOR SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA.

Processo Nº AIRR-0020655-75.2018.5.04.0664

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO
Procuradora	DRA. ANDRÉA LUCIANE MELARA
AGRAVADO(S)	MIRIAN DE LARA
Advogado	DR. JOSÉ ALEXANDRE DOS SANTOS(OAB: 60427-A/RS)
AGRAVADO(S)	AGROINVVESTI PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA. E OUTROS
Advogado	DR. EDUARDO GARMUS DE SOUZA(OAB: 108242-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGROINVVESTI PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA. E OUTROS
- MIRIAN DE LARA
- MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO

Processo Nº AIRR-0020947-43.2019.5.04.0141

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Procurador	DR. JULIANO DE ANGELIS
AGRAVADO(S)	MARILDA DA SILVA KLEIN
Advogada	DRA. ALINE LAUX DANELON(OAB: 59415-A/RS)
AGRAVADO(S)	TJB ASSESSORIA, PORTARIA, LIMPEZA E COMERCIALIZACAO LTDA
Advogado	DR. HUGO DAVID GONZALES BORGES(OAB: 50453-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
- MARILDA DA SILVA KLEIN
- TJB ASSESSORIA, PORTARIA, LIMPEZA E COMERCIALIZACAO LTDA

Processo Nº AIRR-0020985-11.2015.5.04.0201

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE CANOAS
Procurador	DR. LAYER LEORNE MENDES NETO
AGRAVADO(S)	EQUIPE - COOPERATIVA DE SERVIÇOS LTDA.
AGRAVADO(S)	PRISCILA BRAGA DE ARAUJO
Advogado	DR. LUCIANO MOYSÉS PACHECO CHEDID(OAB: 30135-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EQUIPE - COOPERATIVA DE SERVIÇOS LTDA.
- MUNICÍPIO DE CANOAS
- PRISCILA BRAGA DE ARAUJO

Processo Nº AIRR-0021028-13.2018.5.04.0404

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. SANDRO OSNI DA SILVA GOMES(OAB: 71895/RS)
AGRAVADO(S)	GELSON JOSE ANGONESE
Advogado	DR. LUÍS CARLOS DA SILVA(OAB: 78627-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- GELSON JOSE ANGONESE

Processo Nº AIRR-0021045-16.2018.5.04.0027

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
Advogada	DRA. CARLA FRANCINE MORAIS D`ANGELO(OAB: 88815/RS)
AGRAVADO(S)	JORGE CRUZ DOS SANTOS
Advogado	DR. TAIS DE OLIVEIRA FERNANDES(OAB: 81126-A/RS)
Advogado	DR. FABRICIO RUI KERSCH(OAB: 62092-A/RS)
AGRAVADO(S)	LABOR SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA.
Advogada	DRA. GIOVANA SCAPINI THOMAS(OAB: 97911-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
- JORGE CRUZ DOS SANTOS
- LABOR SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA.

Processo Nº AIRR-0021079-24.2018.5.04.0404

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Advogado	DR. ESPEDITO DE LIMA ABRAHÃO JUNIOR(OAB: 100901/RS)
AGRAVADO(S)	ANA PAULA DE LEMOS DE BRITO
Advogado	DR. LEONIR JOSÉ TAUFE(OAB: 37575-A/RS)
AGRAVADO(S)	FA RECURSOS HUMANOS LTDA. - ME
Advogada	DRA. RITA KÁSSIA NESKE UNFER(OAB: 89525-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA PAULA DE LEMOS DE BRITO
- FA RECURSOS HUMANOS LTDA. - ME
- FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Processo Nº AIRR-0021602-09.2017.5.04.0004

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
Advogado	DR. BENONI CANELLAS ROSSI(OAB: 43026-A/RS)
Advogada	DRA. CELIANA SURIS SIMOES PIRES(OAB: 47117-A/RS)
Advogada	DRA. MÔNICA CANELLAS ROSSI(OAB: 28359-A/RS)
AGRAVADO(S)	SIMONE RIBEIRO AYRES
Advogado	DR. MICHEL SOARES(OAB: 85574-A/RS)
AGRAVADO(S)	GUAYI
Advogado	DR. DANIELA SIMOES AZZOLIN(OAB: 115207-A/RS)
Advogado	DR. BRUNA SANTOS DA COSTA(OAB: 107863-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- GUAYI
- HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
- SIMONE RIBEIRO AYRES

Processo Nº AIRR-0021647-88.2014.5.04.0013

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ALINE MARIAH BOF SANTOS
Advogado	DR. FLÁVIO MACHADO REZENDE(OAB: 28942-A/RS)
Advogado	DR. RAQUEL INES HILBIG REZENDE(OAB: 31235-A/RS)
Advogado	DR. LUCAS ANDREY RESENDE DE SOUZA(OAB: 110688-A/RS)
AGRAVADO(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. NEWTON DORNELES SARATT(OAB: 25185-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALINE MARIAH BOF SANTOS
- BANCO BRADESCO S.A.

Processo Nº AIRR-0024310-77.2020.5.24.0066

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL
Procurador	DR. DANIEL GUARNETTI DOS SANTOS
AGRAVADO(S)	PAULO AGUEIRO BARBOSA E OUTRO
Advogado	DR. LAURA KAROLINE SILVA MELO(OAB: 11306-A/MS)
AGRAVADO(S)	LUGER MULTISSERVICOS - EIRELI
Advogado	DR. VALERIA PIANO DA SILVA(OAB: 6384-A/MS)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL
- LUGER MULTISSERVICOS - EIRELI
- PAULO AGUEIRO BARBOSA E OUTRO

Processo Nº AIRR-0100106-77.2018.5.01.0036

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	COLEGIO PEDRO II
Procurador	DR. SÉRGIO LUIZ PINHEIRO SANT'ANNA
AGRAVADO(S)	BEROALDO DOS SANTOS
Advogado	DR. VAGNER RIBEIRO DOS SANTOS(OAB: 80705-A/RJ)
AGRAVADO(S)	BIOLIMP CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.
Advogado	DR. CLÁUDIO JOSÉ MUNIZ DE LIMA(OAB: 134680-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BEROALDO DOS SANTOS
- BIOLIMP CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.
- COLEGIO PEDRO II

Processo Nº AIRR-0100362-46.2019.5.01.0016

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR(OAB: 62929/RJ)
AGRAVADO(S)	ALLAN BATISTA DE SOUZA
Advogado	DR. ARISTOTELES DANTAS FORMIGA(OAB: 44536-A/RJ)
Advogado	DR. DENILSON PRATA DA SILVA(OAB: 174155-A/RJ)
AGRAVADO(S)	AUTVALE AUTOMAÇÃO, INSTRUMENTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ALLAN BATISTA DE SOUZA
- AUTVALE AUTOMAÇÃO, INSTRUMENTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0100847-67.2019.5.01.0203

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
AGRAVADO(S)	ANA CAROLINE VIEIRA ALVES
Advogado	DR. SERGIO MARQUES SANTANA(OAB: 144829-A/RJ)
AGRAVADO(S)	JPTE ENGENHARIA LTDA.
Advogado	DR. JOAO MARCOS CAVICHIOLI FEITEIRO(OAB: 307654-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA CAROLINE VIEIRA ALVES
- JPTE ENGENHARIA LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0101446-82.2016.5.01.0341

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN
Advogada	DRA. ANA GABRIELA BURLAMAQUI DE CARVALHO VIANNA(OAB: 81690-A/RJ)
AGRAVADO(S)	CLAUDIO VINICIUS DE ALMEIDA PEREIRA
Advogado	DR. JULIANA MALTA(OAB: 206212-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIO VINICIUS DE ALMEIDA PEREIRA
- COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN

Processo Nº AIRR-0102526-12.2017.5.01.0482

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
AGRAVADO(S)	THIAGO NUNES DA SILVA
Advogado	DR. ODILON PINTO DE VASCONCELLOS NETO(OAB: 140470-A/RJ)
Advogado	DR. CARLOS FARIA JUNIOR(OAB: 141910-A/RJ)
AGRAVADO(S)	BASE PETRÓLEO E GÁS S.A.
Advogado	DR. PAULO SÉRGIO UCHÔA FAGUNDES FERRAZ DE CAMARGO(OAB: 180623/SP)
AGRAVADO(S)	MASSA FALIDA DE BASE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE PETRÓLEO E GÁS S.A.
Advogada	DRA. TATIANA WEIGAND BERNA RAYEL(OAB: 204664-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BASE PETRÓLEO E GÁS S.A.
- MASSA FALIDA DE BASE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE PETRÓLEO E GÁS S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- THIAGO NUNES DA SILVA

Processo Nº AIRR-1000084-72.2019.5.02.0313

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Advogada	DRA. ADRIANA FELIPE CAPITANI CABOCLO(OAB: 157931-D/SP)
AGRAVADO(S)	DANIELA RODRIGUES DE MEIRELES
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DANIELA RODRIGUES DE MEIRELES
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº AIRR-1000271-19.2020.5.02.0322

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Advogada	DRA. SUZANA KLIBIS(OAB: 247276/SP)
AGRAVADO(S)	VERA LUCIA DOS SANTOS
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE GUARULHOS
- VERA LUCIA DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-1000486-13.2020.5.02.0607

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. SÍLVIO DIAS
AGRAVADO(S)	MARIA NAZARE DE LIMA
Advogado	DR. JÚLIO CÉSAR EMÍLIO CRUZ(OAB: 344510-A/SP)
AGRAVADO(S)	ASSOCIACAO CEU ESTRELADO
AGRAVADO(S)	ASSOCIACAO PROJETO RAIZES
Advogado	DR. DURVAL AYRTON CAVALLARI(OAB: 147712-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIACAO CEU ESTRELADO
- ASSOCIACAO PROJETO RAIZES
- MARIA NAZARE DE LIMA
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Processo Nº AIRR-1000540-69.2019.5.02.0362

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE MAUÁ
Procurador	DR. GREGÓRIO BATTAZZA LONZA
AGRAVADO(S)	CAROLINA BARBOSA DE CARVALHO

Advogado	DR. ALEX DE ASSIS DINIZ MAGALHÃES(OAB: 324530-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAROLINA BARBOSA DE CARVALHO
- MUNICÍPIO DE MAUÁ

Processo Nº AIRR-1000678-70.2018.5.02.0071

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO
Advogado	DR. GUILHERME AUGUSTO DE OLIVEIRA DRIGO(OAB: 380697-A/SP)
Advogado	DR. HEITOR GUILHERME BASILE RIGO(OAB: 344229-A/SP)
AGRAVADO(S)	LUCIA ELENA THEOTONIO DOS SANTOS
Advogado	DR. BRUNNA CARLA DE ALMEIDA MATHIAS(OAB: 309995-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO
- LUCIA ELENA THEOTONIO DOS SANTOS

Processo Nº AIRR-1000725-48.2019.5.02.0608

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SAO PAULO
Procurador	DR. MILENA CARLA AZZOLINI PEREIRA
Procuradora	DRA. MARINA SAD MOURA E SILVA
Procuradora	DRA. DEISE CAROLINA MUNIZ REBELLO
AGRAVADO(S)	WEVGTON JOSE DE LIMA
Advogado	DR. LÉIA ADRIANA DELMILIO NASCIMENTO(OAB: 306849-A/SP)
Advogado	DR. CAROLINA PAVAN POUSA(OAB: 289508-A/SP)
Advogado	DR. VANUSA DE FREITAS(OAB: 160424-A/SP)
Advogado	DR. JORGE DONIZETTI FERNANDES(OAB: 82747-A/SP)
Advogado	DR. NORIO OTA(OAB: 117773-A/SP)
AGRAVADO(S)	TEG SERVIÇOS DE APOIO CONSERVAÇÃO E LIMPEZA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SAO PAULO
- TEG SERVIÇOS DE APOIO CONSERVAÇÃO E LIMPEZA - EPP
- WEVGTON JOSE DE LIMA

Processo Nº AIRR-1000791-81.2019.5.02.0461

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/SP
Procuradora	DRA. MARINA SAD MOURA E SILVA
AGRAVADO(S)	ARLISSON RAFAEL DO CARMO
Advogado	DR. FABRÍCIO MACHADO GRANA(OAB: 216888-D/SP)
AGRAVADO(S)	OPORTUNITH PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI
Advogado	DR. ADEILSON JOSÉ DE FREITAS JÚNIOR(OAB: 268572-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARLISSON RAFAEL DO CARMO
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/SP
- OPORTUNITH PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI

Processo Nº AIRR-1001103-73.2020.5.02.0606

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	IANONI E MENDES RESTAURANTE LTDA - EPP
Advogado	DR. FLÁVIO CALICHMAN(OAB: 154261-A/SP)
Advogado	DR. IBRAIM CALICHMAN(OAB: 12273-A/SP)
AGRAVADO(S)	ERISDALVA MARTINS DE SOUSA CARVALHO
Advogado	DR. JESSICA DA VEIGA DIAS(OAB: 379157-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ERISDALVA MARTINS DE SOUSA CARVALHO
- IANONI E MENDES RESTAURANTE LTDA - EPP

Processo Nº AIRR-1001170-57.2019.5.02.0611

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. ISABELLE MARIA VERZA DE CASTRO
AGRAVADO(S)	IRAILDA DA APARECIDA MIRANDA DE OLIVEIRA
Advogada	DRA. ILYONNE SIMONE CAMARGO(OAB: 118029-A/SP)
Advogado	DR. ÉRICA TAISE LOPES(OAB: 264464-A/SP)
AGRAVADO(S)	JLA ALIMENTAÇÃO LTDA.
Advogado	DR. ANTÔNIO CARLOS DA SILVA DUEÑAS(OAB: 99584-A/SP)
Advogada	DRA. CRISTINA MANCUSO FIGUEIREDO SACONE(OAB: 126876/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- IRAILDA DA APARECIDA MIRANDA DE OLIVEIRA
- JLA ALIMENTAÇÃO LTDA.

Processo Nº AIRR-1001180-03.2019.5.02.0482

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
Procurador	DR. MARCO AURÉLIO BARBOSA CATALANO
AGRAVADO(S)	JONATA CANGUSSU DA SILVA
Advogado	DR. GUILHERME HENRIQUE NEVES KRUPENSKY(OAB: 164182-A/SP)
AGRAVADO(S)	MARCOS ANTONIO DA SILVA TERCERIZACAO PREDIAL - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- JONATA CANGUSSU DA SILVA
- MARCOS ANTONIO DA SILVA TERCERIZACAO PREDIAL - ME
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO

Processo Nº AIRR-1001205-93.2019.5.02.0036

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	VANDERLEI FERREIRA DE SOUSA
Advogada	DRA. MYLENNE TOMAZ VALBÃO(OAB: 170874-A/SP)
Advogado	DR. TAIANE BARROS COZZATI(OAB: 221783-A/SP)
Advogada	DRA. ROSÂNGELA FERREIRA EUZÉBIO(OAB: 213797-A/SP)

Advogada	DRA. KARINA LEMOS DI PRÓSPERO RIBEIRO(OAB: 218607-A/SP)
Advogado	DR. GABRIELA RAMOS DOS SANTOS(OAB: 378618-A/SP)
Advogado	DR. ADELIA VIEIRA DA SILVA EVANGELISTA(OAB: 395313-A/SP)
Advogado	DR. JOSÉ ARTHUR DI PRÓSPERO JÚNIOR(OAB: 181183-A/SP)
Advogada	DRA. GLEICE TAVARES(OAB: 272293-A/SP)
Advogado	DR. ANA BEATRIZ LAPENTA SGARBI(OAB: 329459-A/SP)
AGRAVADO(S)	INOVA GESTÃO DE SERVIÇOS URBANOS S.A.
Advogada	DRA. ERIKA LOPES DOS SANTOS(OAB: 260125-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INOVA GESTÃO DE SERVIÇOS URBANOS S.A.
- VANDERLEI FERREIRA DE SOUSA

Processo Nº AIRR-1001242-64.2019.5.02.0281

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	VANDERLEI DE JESUS KERCHNER E OUTRO
Advogado	DR. DENIS RINALDO BARROS FERREIRA(OAB: 224873-A/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	ANDERSON CLAYTON BARBOSA
Advogado	DR. HELENO DE LIMA(OAB: 179150-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON CLAYTON BARBOSA
- VANDERLEI DE JESUS KERCHNER E OUTRO

Processo Nº AIRR-1001314-83.2019.5.02.0432

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO DO ABC
Advogado	DR. DAGOBERTO GOMES DE MOURA(OAB: 364450-A/SP)
AGRAVADO(S)	WALDIRENE SOUSA SANTOS
Advogado	DR. SANDRA MARIA DA SILVA COSTA(OAB: 124533-D/SP)
AGRAVADO(S)	MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ
Procurador	DR. MARIA CAROLINA MARTINS E ORTIZ

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO DO ABC
- MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ
- WALDIRENE SOUSA SANTOS

Processo Nº AIRR-1001948-07.2018.5.02.0241

Relator	DESEMB. TEREZA APARECIDA ASTA GEMIGNANI(CONVOCADA)
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. RAFAEL SODRÉ GHATTAS
AGRAVADO(S)	JANAINA FERREIRA DE CAMPOS
Advogada	DRA. ELISÂNGELA FERNANDES DE MATTOS(OAB: 159297-D/SP)
AGRAVADO(S)	SOROCABA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- JANAINA FERREIRA DE CAMPOS
- SOROCABA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.

Processo Nº RR-0000269-59.2017.5.06.0193

Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
RECORRENTE(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada	DRA. LUCIANA MARIA DE MEDEIROS SILVA(OAB: 6293-A/RN)
RECORRIDO(S)	JEOVANE HENRIQUE DO CARMO
Advogado	DR. THALES VERÍSSIMO LIMA(OAB: 33628-D/PE)
RECORRIDO(S)	CONEL CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA.
Advogado	DR. JOÃO BATISTA SANTANA(OAB: 85022-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONEL CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA.
- JEOVANE HENRIQUE DO CARMO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº RR-0000595-30.2016.5.10.0003

Relator	DESEMB. JOÃO PEDRO SILVESTRIN(CONVOCADO)
RECORRENTE(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. MOISÉS VOGT(OAB: 30215/RS)
Advogado	DR. LUCIANO FERREIRA CAMARGO(OAB: 27066-A/GO)
Advogado	DR. ROGÉRIO PERFEITO MARQUES PEREIRA(OAB: 116766-A/RJ)
RECORRIDO(S)	VALCLÉCIO GOMES MOREIRA
Advogado	DR. TARSO GONÇALVES VIEIRA(OAB: 25584-A/DF)
Advogado	DR. GILBERTO LOBO PAES FILHO(OAB: 43776/DF)
Advogado	DR. ARTHUR MOURA ROSA NETO(OAB: 19294-A/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- VALCLÉCIO GOMES MOREIRA

Processo Nº RR-0001087-36.2011.5.04.0012

Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
RECORRENTE E RECORRIDO	RÁDIO E TELEVISÃO PORTOVISÃO LTDA.
Advogado	DR. ROBERTO PIERRI BERSCH(OAB: 24484-A/RS)
RECORRENTE E RECORRIDO	SIDON PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA.
Advogado	DR. FERNANDO SCARPELLINI MATTOS(OAB: 12680-A/RS)
RECORRIDO(S)	LEANDRO SCHABBACH ACRI
Advogada	DRA. PAULA BECKENKAMP COSTA HOERBE(OAB: 111807-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEANDRO SCHABBACH ACRI
- RÁDIO E TELEVISÃO PORTOVISÃO LTDA.
- SIDON PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA.

Processo Nº RR-0010805-40.2019.5.15.0022

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
RECORRENTE(S)	ANDRE LUIZ ELIAS DE OLIVEIRA
Advogado	DR. KATIA ELAINE MENDES RIBEIRO(OAB: 131806-A/SP)
Advogado	DR. MÁRCIO DE LELIS MARTINI(OAB: 185675-A/SP)

Advogado	DR. SABRINA BORGES MARTINI(OAB: 236966-A/SP)
Advogado	DR. MARCELA FRANCO CAMATARI(OAB: 280156-A/SP)
Advogada	DRA. JANAINA DE LOURDES RODRIGUES MARTINI(OAB: 92966-A/SP)
Advogado	DR. ALINE DE FATIMA VICENTE(OAB: 363987-A/SP)
Advogado	DR. GABRIELA BERNARDES DE OLIVEIRA(OAB: 357217-A/SP)
RECORRIDO(S)	MM MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO CIVIL EIRELI - ME E OUTRO
Advogado	DR. JOÃO AÉSSIO NOGUEIRA(OAB: 139706-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE LUIZ ELIAS DE OLIVEIRA
- MM MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO CIVIL EIRELI - ME E OUTRO

Processo Nº RR-0012010-62.2014.5.18.0001

Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
RECORRENTE(S)	CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
Advogado	DR. EDMAR ANTÔNIO ALVES FILHO(OAB: 31312/GO)
Advogado	DR. PAULO ROBERTO IVO DE REZENDE(OAB: 9362-A/GO)
RECORRIDO(S)	NEY RONAN FERREIRA MOURA
Advogada	DRA. CARMEN MAGDA DE MELO(OAB: 2997/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
- NEY RONAN FERREIRA MOURA

Processo Nº RR-0021018-72.2018.5.04.0014

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
RECORRENTE(S)	RAFAELY TECH DA SILVA
Advogado	DR. LETIARES MARTINS PEREIRA(OAB: 62180-A/RS)
Advogado	DR. EYDER LINI(OAB: 15600-A/RS)
RECORRIDO(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. GILSON KLEBES GUGLIELMI(OAB: 45592-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- RAFAELY TECH DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0000193-10.2018.5.23.0037

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO DE SAÚDE COMUNITÁRIA DE SINOP
Advogado	DR. RODRIGO DE FREITAS SARTORI(OAB: 15884-O/MT)
AGRAVADO(S)	MARIA DA CONCEICAO SANTOS RAMOS
Advogado	DR. ROBERTO CARLOS MELGAREJO DE VARGAS(OAB: 7429 -O/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO DE SAÚDE COMUNITÁRIA DE SINOP
- MARIA DA CONCEICAO SANTOS RAMOS

Processo Nº Ag-AIRR-0000266-48.2020.5.17.0014

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	RAFAEL PEIXOTO BARBARIOLI
Advogado	DR. FRANCISCO BRAVIN PEREIRA(OAB: 28038-A/ES)
AGRAVADO(S)	SAMELA PATRICIA AUGUSTA NERY VICENTE
Advogado	DR. FAUSTO HENRIQUE CUNHA GOMES(OAB: 14577/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- RAFAEL PEIXOTO BARBARIOLI
- SAMELA PATRICIA AUGUSTA NERY VICENTE

Processo Nº Ag-AIRR-0000293-13.2010.5.01.0342

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ANTHONY PEREIRA FERREIRA
Advogado	DR. HÉRCULES ANTON DE ALMEIDA(OAB: 59505/RJ)
AGRAVADO(S)	VBIER COMERCIO E DISTRIBUICAO DE BEBIDAS LTDA
Advogada	DRA. SILVANA NOVAES DE PAIVA(OAB: 64015-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTHONY PEREIRA FERREIRA
- VBIER COMERCIO E DISTRIBUICAO DE BEBIDAS LTDA

Processo Nº Ag-AIRR-0000321-47.2018.5.11.0010

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO AMAZONAS
Procuradora	DRA. SÁLVIA DE SOUZA HADDAD
AGRAVADO(S)	ONAP SERVIÇOS DE LIMPEZA EM PRÉDIOS LTDA.
Advogado	DR. ADSON PINHO PINTO(OAB: 5850-A/AM)
Advogado	DR. DANYEL DE ALENCAR GARAVITO(OAB: 5576-A/AM)
Advogada	DRA. ISABELLA LEAL REIS(OAB: 8101-A/AM)
AGRAVADO(S)	ARACASSIA FELINTO DE OLIVEIRA
Advogado	DR. ALEXANDRE CORREIA LIMA(OAB: 3432-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARACASSIA FELINTO DE OLIVEIRA
- ESTADO DO AMAZONAS
- ONAP SERVIÇOS DE LIMPEZA EM PRÉDIOS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0000346-95.2019.5.08.0208

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	CAIO ROCHA DIAS E OUTRA
Advogado	DR. RAMON BATISTA DO REGO(OAB: 1453-A/AP)
Advogado	DR. EDUARDO DE PAULA OLIVEIRA RODRIGUES(OAB: 4501-A/AP)
AGRAVADO(S)	MARIZA MENDES GONCALVES
Advogado	DR. JAMISON NEI MENDES MONTEIRO(OAB: 1060-A/AP)
AGRAVADO(S)	J & E GOMES SILVA LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIO ROCHA DIAS E OUTRA
- J & E GOMES SILVA LTDA - ME
- MARIZA MENDES GONCALVES

Processo Nº Ag-AIRR-0000369-43.2014.5.09.0643

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

AGRAVANTE(S)	AMPARO ENERGIA EÓLICA S.A. E OUTRAS
Advogado	DR. TÚLIO CLAUDIO IDESES(OAB: 95180-A/RJ)
AGRAVADO(S)	EDUARDO LARA DA CRUZ
Advogado	DR. EZEQUIEL GOMES(OAB: 56462-A/PR)
AGRAVADO(S)	TORRES EOLICAS DE CONCRETO CONSTRUCOES E PARTICIPACOES S/A
Advogado	DR. ROBERTO KAUFFMANN SCHECHTER(OAB: 167901-A/SP)
Advogado	DR. CESAR HIPOLITO PEREIRA(OAB: 206913-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMPARO ENERGIA EÓLICA S.A. E OUTRAS
- EDUARDO LARA DA CRUZ
- TORRES EOLICAS DE CONCRETO CONSTRUCOES E PARTICIPACOES S/A

Processo Nº Ag-AIRR-0000374-42.2019.5.09.0012

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	CYA VERDE LOGÍSTICA LTDA. - EPP
Advogado	DR. MÁRCIO EDUARDO MORO(OAB: 41303/PR)
Advogado	DR. LUCIANO CEZAR VERNALHA GUIMARÃES(OAB: 40919-A/PR)
AGRAVADO(S)	TIAGO AUGUSTO DE SOUZA SIMOES
Advogado	DR. GUSTAVO BARBY PAVANI(OAB: 61788-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CYA VERDE LOGÍSTICA LTDA. - EPP
- TIAGO AUGUSTO DE SOUZA SIMOES

Processo Nº Ag-AIRR-0000471-72.2019.5.08.0205

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO AMAPÁ
Procurador	DR. JIMMY NEGRÃO
AGRAVADO(S)	MARIA DAS GRACAS COSTA DA SILVA
Advogado	DR. JEAN E SILVA DIAS(OAB: 928/AP)
Advogada	DRA. ALANA E SILVA DIAS(OAB: 1773/AP)
AGRAVADO(S)	CAIXA ESCOLAR PROF. GABRIEL ALMEIDA CAFE
Advogado	DR. JOANA PAULA ARAUJO DOS SANTOS(OAB: 2043-A/AP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ESCOLAR PROF. GABRIEL ALMEIDA CAFE
- ESTADO DO AMAPÁ
- MARIA DAS GRACAS COSTA DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0000726-90.2014.5.05.0010

Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA
Advogado	DR. VALTON DÓRIA PESSOA(OAB: 11893/BA)
AGRAVADO(S)	MÁRCIO ROBERTO SANDE DE OLIVEIRA JÚNIOR
Advogado	DR. BRUNO FREIRE E SILVA(OAB: 200391-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA
- MÁRCIO ROBERTO SANDE DE OLIVEIRA JÚNIOR

Processo Nº Ag-AIRR-0000806-87.2020.5.07.0010

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE
Advogado	DR. ANTÔNIO CLETO GOMES(OAB: 5864-A/CE)
AGRAVADO(S)	CHRISTIAN JOSEPH MENDES QUEZADO
Advogado	DR. FABRINA MARIA FREIRA ALVES DE VASCONCELOS(OAB: 20208-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CHRISTIAN JOSEPH MENDES QUEZADO
- COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Processo Nº Ag-AIRR-0000859-96.2020.5.07.0033

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	M DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS
Advogado	DR. GLADSON WESLEY MOTA PEREIRA(OAB: 10587-S/CE)
AGRAVADO(S)	FRANCISCO FERREIRA DO NASCIMENTO
Advogado	DR. LIVIA FRANÇA FARIAS(OAB: 20084-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- FRANCISCO FERREIRA DO NASCIMENTO
- M DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0000869-54.2017.5.20.0011

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. MARCELO RODRIGUES XAVIER(OAB: 2391/RO)
Advogado	DR. DANIEL PENHA DE OLIVEIRA(OAB: 3434-A/RO)
Advogado	DR. ALISSON ARSOLINO ALBUQUERQUE(OAB: 7264/RO)
AGRAVADO(S)	JOSE CARLOS BARRETO MENDONCA JUNIOR
Advogado	DR. ADALÍCIO MORBECK NASCIMENTO JÚNIOR(OAB: 4379/SE)
AGRAVADO(S)	MAPSOLO ENGENHARIA LTDA
Advogado	DR. EDUARDO TADEU GONÇALES(OAB: 174404-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE CARLOS BARRETO MENDONCA JUNIOR
- MAPSOLO ENGENHARIA LTDA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº Ag-AIRR-0001096-22.2018.5.09.0009

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO
Advogado	DR. JOSÉ EYMARD LOGUERCIO(OAB: 1441-B/DF)
AGRAVADO(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. TOBIAS DE MACEDO(OAB: 21667-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO

Processo Nº Ag-RR-0001140-95.2015.5.10.0016

Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	DR. DIEGO CAMPOS GÓES COELHO(OAB: 21047/PE)
Advogado	DR. JOÃO AMÍLCAR VALLE ABOUD(OAB: 7129-A/DF)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	YTALO THIAGO SANTOS FARIAS
Advogado	DR. MAXIMILIANO KOLBE NOWSHADI SANTOS(OAB: 25548/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- YTALO THIAGO SANTOS FARIAS

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0001250-97.2013.5.14.0131

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	BRITAMAR EXTRACAO DE PEDRAS E AREIA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
Advogado	DR. JOSÉ NONATO DE ARAÚJO NETO(OAB: 6471/RO)
AGRAVADO(S)	DALNEI CANTELLI
Advogado	DR. ROBSON REINOSO DE PAULA(OAB: 1341-A/RO)
AGRAVADO(S)	JOSÉ CARDOSO LEAL E OUTRO
Advogado	DR. RODRIGO FERREIRA BARBOSA(OAB: 8746-A/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRITAMAR EXTRACAO DE PEDRAS E AREIA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
- DALNEI CANTELLI
- JOSÉ CARDOSO LEAL E OUTRO

Processo Nº Ag-AIRR-0001405-68.2014.5.12.0019

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	TRANSMAGNA TRANSPORTES LTDA.
Advogado	DR. ANDRÉ OTÁVIO OSSOWSKI(OAB: 23452-A/SC)
Advogada	DRA. KEITTI ERNA LEE(OAB: 24116-A/SC)
Advogado	DR. ALEXIS THOMAZ SCHROEDER,(OAB: 42274-A/SC)
AGRAVADO(S)	CARLOS MANOEL KOASKI
Advogado	DR. FABIO BIRCKHOLZ(OAB: 12329-A/SC)
Advogado	DR. HELOISA BIRCKHOLZ RIBEIRO(OAB: 10918-A/SC)
Advogado	DR. WALTER LUIZ RIBEIRO(OAB: 5752-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS MANOEL KOASKI
- TRANSMAGNA TRANSPORTES LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0001551-03.2017.5.07.0033

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	TERRACER CONSTRUCOES S/A
Advogado	DR. ANTÔNIO FERREIRA COSTA FILHO(OAB: 9159-A/CE)
AGRAVADO(S)	PAULO ROBERTO CHAVES PORTO
Advogada	DRA. ANA CRISTINA BONFIM FARIAS(OAB: 9669/CE)
AGRAVADO(S)	CONSTRUTORA G & F LTDA
Advogado	DR. MATHEUS DE MIRANDA BEZERRA(OAB: 38503-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSTRUTORA G & F LTDA
- PAULO ROBERTO CHAVES PORTO
- TERRACER CONSTRUCOES S/A

Processo Nº Ag-AIRR-0001786-23.2014.5.07.0017

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ERNANE ALVES MARQUES JUNIOR
Advogado	DR. PACELLI DA ROCHA MARTINS(OAB: 11047/PB)
Advogado	DR. VITO LEAL PETRUCCI(OAB: 18041/PB)
AGRAVADO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	DR. FRANCISCO IVO FERRO NETO(OAB: 12967/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- ERNANE ALVES MARQUES JUNIOR

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0002190-46.2013.5.03.0009

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	AÇÃO CONTACT CENTER LTDA.
Advogado	DR. HENRIQUE GUILHERME REZENDE FERREIRA(OAB: 155040-A/MG)
Advogado	DR. RONALDO FRAIHA FILHO(OAB: 154053-A/MG)
AGRAVADO(S)	LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA.
Advogado	DR. HERBERT MOREIRA COUTO(OAB: 47034-B/MG)
AGRAVADO(S)	NAYANE FELIX DA SILVA
Advogada	DRA. LUCIANA SETTE MASCARENHAS(OAB: 83434-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- AÇÃO CONTACT CENTER LTDA.
- LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA.
- NAYANE FELIX DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0010061-45.2019.5.03.0033

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL SA
Advogado	DR. LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA(OAB: 111202-A/MG)
AGRAVADO(S)	WENDERSON CRISTIAN DA SILVA
Advogado	DR. JEFERSON AUGUSTO CORDEIRO SILVA(OAB: 48988-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL SA
- WENDERSON CRISTIAN DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0010155-82.2018.5.15.0133

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A.

Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado	DR. RODRIGO BONUTO FERNANDES(OAB: 225863-A/SP)
AGRAVADO(S)	IRACINO DA SILVA JUNIOR
Advogado	DR. DIVAR NOGUEIRA JUNIOR(OAB: 91714-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- IRACINO DA SILVA JUNIOR

Processo Nº Ag-AIRR-0010309-18.2020.5.03.0181

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA.
Advogado	DR. SÉRGIO CARNEIRO ROSI(OAB: 71639-A/MG)
AGRAVADO(S)	RENATA FURTADO DE BARROS
Advogado	DR. YUSSEF MOREIRA DAYRELL(OAB: 110253-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- RENATA FURTADO DE BARROS
- SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0010392-45.2020.5.03.0145

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	PEDRO CANDIDO NETO
Advogado	DR. HUDSON GUSTAVO PINHEIRO DE MELO(OAB: 143487-A/MG)
Advogado	DR. FERNANDO VIEIRA LEOPOLDO(OAB: 121129-A/MG)
Advogado	DR. MARCELO NOBRE QUEIROZ(OAB: 175032-A/MG)
AGRAVADO(S)	RFT CONSTRUCOES E LOCACOES EIRELI - EPP
Advogado	DR. LAMARTINE ALENCAR SANTOS(OAB: 95170-A/MG)
Advogado	DR. ENIO PACÍFICO SOUSA(OAB: 98675-A/MG)
AGRAVADO(S)	PATRICIA OLIVEIRA TEIXEIRA
Advogado	DR. ENIO PACÍFICO SOUSA(OAB: 98675-A/MG)
AGRAVADO(S)	RUBENS FABIAN OLIVEIRA TEIXEIRA
Advogado	DR. LAMARTINE ALENCAR SANTOS(OAB: 95170-A/MG)
Advogado	DR. ENIO PACÍFICO SOUSA(OAB: 98675-A/MG)
AGRAVADO(S)	SAL EXPRESS SOLUÇÕES LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA.
Advogado	DR. GUSTAVO OLIVEIRA CHALFUN(OAB: 81424-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- PATRICIA OLIVEIRA TEIXEIRA
- PEDRO CANDIDO NETO
- RFT CONSTRUCOES E LOCACOES EIRELI - EPP
- RUBENS FABIAN OLIVEIRA TEIXEIRA
- SAL EXPRESS SOLUÇÕES LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA.

Processo Nº Ag-RRAg-0010450-34.2018.5.15.0032

Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	JOSE ROBERTO BARIN E OUTROS
Advogado	DR. TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI(OAB: 71874-A/MG)
Advogado	DR. CEZAR BRITTO(OAB: 1190-A/SE)
AGRAVADO(S)	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: 15553/DF)
Advogada	DRA. MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL(OAB: 64029-A/MG)
Advogado	DR. JULIANO NICOLAU DE CASTRO(OAB: 292121-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- JOSE ROBERTO BARIN E OUTROS

Processo Nº Ag-AIRR-0010502-25.2015.5.03.0014

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Advogado	DR. SÉRGIO CARNEIRO ROSI(OAB: 71639-A/MG)
AGRAVADO(S)	TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	DRA. CLÍSSIA PENA ALVES DE CARVALHO(OAB: 76703/MG)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
AGRAVADO(S)	RICARDO ARTHUR ARAÚJO DE MORAIS
Advogado	DR. HUMBERTO MARCIAL FONSECA(OAB: 55867-A/MG)
Advogada	DRA. KARINE CARVALHO BARCELOS(OAB: 132159/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- RICARDO ARTHUR ARAÚJO DE MORAIS
- TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0011199-92.2017.5.15.0062

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	JBS S.A.
Advogado	DR. RICARDO FERREIRA DA SILVA(OAB: 180121-A/SP)
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S)	VALDIR PAISCA
Advogado	DR. GLEDSON RODRIGUES DE MORAES(OAB: 258730-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JBS S.A.
- VALDIR PAISCA

Processo Nº Ag-AIRR-0011610-45.2018.5.15.0113

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA S.A.
Advogado	DR. DANIEL DE LUCCA E CASTRO(OAB: 137169-A/SP)
AGRAVADO(S)	RAFAEL ESTEVO DE BRITO
Advogado	DR. SILVIA ALOISE SILVEIRA(OAB: 365562-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA S.A.
- RAFAEL ESTEVO DE BRITO

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0016774-28.2017.5.16.0006

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

AGRAVANTE(S)	ESTADO DO MARANHÃO
Procurador	DR. PEDRO LUCIANO MOURA PINTO DE CARVALHO
AGRAVADO(S)	LUZIA RAMOS DA SILVA CORREIA
Advogado	DR. INÁCIO DE ARAÚJO COSTA(OAB: 8972/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO MARANHÃO
- LUZIA RAMOS DA SILVA CORREIA

Processo Nº Ag-AIRR-0020155-53.2017.5.04.0305

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	DIEGO BARBOSA MACIEL
Advogado	DR. DJEISON KEHL(OAB: 58891-A/RS)
Advogado	DR. CLECIO MEYER(OAB: 25801-A/RS)
Advogado	DR. CALISTO JOSE SCHNEIDER(OAB: 25690-A/RS)
AGRAVADO(S)	ALIANCE EXPRESS TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
Advogado	DR. DANIEL TAKEUTI TAKAHASHI(OAB: 285914-A/SP)
AGRAVADO(S)	DIA BRASIL SOCIEDADE LIMITADA
Advogado	DR. GILBERTO STÜRMER(OAB: 28695-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALIANCE EXPRESS TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
- DIA BRASIL SOCIEDADE LIMITADA
- DIEGO BARBOSA MACIEL

Processo Nº Ag-RR-0020369-73.2019.5.04.0305

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	PSG SOLUCOES EM SEGURANCA LTDA
Advogado	DR. RICARDO MOEHLECKE CARVALHO(OAB: 66179-A/RS)
AGRAVADO(S)	EVERTON DA SILVA SOARES
Advogado	DR. ANDRIO PORTUGUEZ FONSECA(OAB: 31913/RS)
Advogado	DR. PAULO FERNANDO LORENÇO(OAB: 93122-A/RS)
AGRAVADO(S)	TEDE TRANSPORTES LTDA.
Advogado	DR. MILTON CEZAR LUCCA(OAB: 42509-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EVERTON DA SILVA SOARES
- PSG SOLUCOES EM SEGURANCA LTDA
- TEDE TRANSPORTES LTDA.

Processo Nº Ag-RRAg-0020475-87.2018.5.04.0202

Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A.
Advogado	DR. DIOGO ANTONIO PEREIRA MIRANDA(OAB: 68775-A/RS)
Advogado	DR. GILBERTO STÜRMER(OAB: 28695-A/RS)
AGRAVADO(S)	MARCELO EDUARDO HALBERSTADT CIROLINI
Advogado	DR. DIEGO DA VEIGA LIMA(OAB: 53185-A/RS)
Advogada	DRA. LÍDIA TERESINHA DA VEIGA LIMA(OAB: 44151-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A.
- MARCELO EDUARDO HALBERSTADT CIROLINI

Processo Nº Ag-AIRR-0020758-16.2018.5.04.0007

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradora	DRA. ADRIANA MENEZES DE SIMÃO KUHN
Procurador	DR. GUILHERME GONZALES REAL
AGRAVADO(S)	MARILDA DA SILVA ARAUJO
Advogada	DRA. CAMILA SANTOS DA SILVA FLORIANO(OAB: 82187-A/RS)
Advogada	DRA. AMANDA SALVINI DALLAGNOL(OAB: 91063-A/RS)
AGRAVADO(S)	FA RECURSOS HUMANOS LTDA.
Advogada	DRA. RITA KÁSSIA NESKE UNFER(OAB: 89525-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- FA RECURSOS HUMANOS LTDA.
- MARILDA DA SILVA ARAUJO

Processo Nº Ag-AIRR-0100229-19.2017.5.01.0066

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogado	DR. FERNANDO MORELLI ALVARENGA(OAB: 86424-A/RJ)
Advogado	DR. ROGÉRIO LUÍS GUIMARÃES(OAB: 76884-A/RJ)
AGRAVADO(S)	CLAUDIA LUCIANA GARZON MONTEIRO
Advogado	DR. MARCELO LUIZ PÉRISSÉ(OAB: 93030-A/RJ)
AGRAVADO(S)	MARIA HELOISA MONTEIRO DOS SANTOS
Advogado	DR. MARCELO LUIZ PÉRISSÉ(OAB: 93030-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIA LUCIANA GARZON MONTEIRO
- MARIA HELOISA MONTEIRO DOS SANTOS
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

Processo Nº Ag-AIRR-0100291-62.2019.5.01.0010

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	DR. RENATO LOBO GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)
Advogado	DR. RICARDO LOPES GODOY(OAB: 77167-A/MG)
AGRAVADO(S)	ALVARO GOMES DA SILVA
Advogado	DR. CARLOS ALBERTO MOURÃO DE SOUZA FILHO(OAB: 197159-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALVARO GOMES DA SILVA
- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS

Processo Nº Ag-AIRR-0100384-39.2019.5.01.0264

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	CARTA GOIÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPÉIS S.A.
Advogado	DR. BRUNO DE MEDEIROS LOPES TOCANTINS(OAB: 92718-A/RJ)

AGRAVADO(S)	BRUNO ANDRADE REBELLO
Advogado	DR. DAVIS DE FREITAS(OAB: 203536 -A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNO ANDRADE REBELLO
- CARTA GOIÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPÉIS S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0100631-29.2016.5.01.0004

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	NEW AGÊNCIA FOTOGRÁFICA LTDA. - ME
Advogado	DR. JOÃO LUIZ COSTA BARBUTO(OAB: 189309-A/RJ)
AGRAVADO(S)	EVANDRO MAX BATISTA DOS SANTOS
Advogada	DRA. DÉBORA GOMES DA SILVA(OAB: 149032-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EVANDRO MAX BATISTA DOS SANTOS
- NEW AGÊNCIA FOTOGRÁFICA LTDA. - ME

Processo Nº Ag-AIRR-0101900-45.2008.5.01.0017

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	DR. JORGE HENRIQUE MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO(OAB: 104348-A/RJ)
Advogado	DR. RENATO LOBO GUIMARÃES(OAB: 14517-A/DF)
Advogada	DRA. LÚCIA PORTO NORONHA(OAB: 78597-A/SP)
AGRAVADO(S)	YOLANDA FALCÃO SEARA
Advogado	DR. MAURÍCIO DE FIGUEIREDO CORRÊA DA VEIGA(OAB: 21934/DF)
Advogada	DRA. GILDA ELENA BRANDÃO DE ANDRADE D'OLIVEIRA(OAB: 35271/RJ)
AGRAVADO(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 128341/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- YOLANDA FALCÃO SEARA

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0102164-22.2017.5.01.0284

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
AGRAVADO(S)	RODRIGO RODRIGUES DA SILVA
Advogada	DRA. JOANNA HELENA DA COSTA FÉLIX ASSED(OAB: 156367-A/RJ)
AGRAVADO(S)	MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA
Advogado	DR. MARCELO GOMES DA SILVA(OAB: 137510-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- RODRIGO RODRIGUES DA SILVA

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0130906-84.2015.5.13.0028

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	DRA. MARIA JOSÉ DA SILVA(OAB: 9831-B/PB)
Advogada	DRA. ANA VIRGÍNIA BATISTA LOPES DE SOUZA(OAB: 16660/DF)
Advogada	DRA. JULIANA PORTILHO FLORIANI(OAB: 53816/DF)
Advogada	DRA. MARA LÚCIA VILELA NOVAIS FERNANDES(OAB: 15325/PB)
AGRAVADO(S)	JOSE HIGINO BARBOSA
Advogado	DR. ROGÉRIO MIRANDA DE CAMPOS(OAB: 10800-A/PB)
AGRAVADO(S)	BITSERV SERVICOS EM TECNOLOGIA LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- BITSERV SERVICOS EM TECNOLOGIA LTDA
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- JOSE HIGINO BARBOSA

Processo Nº Ag-AIRR-1000204-15.2019.5.02.0314

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procuradora	DRA. PRISCILA ALVAREZ SEOANE CASSEB
AGRAVADO(S)	LUCIANO OLIVEIRA SILVA
Advogado	DR. RICARDO DE MACEDO(OAB: 291823-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCIANO OLIVEIRA SILVA
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº Ag-RR-1000307-39.2017.5.02.0040

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	DRA. AGOSTINHA GORETE SILVA DOS ANJOS(OAB: 82437/SP)
Advogado	DR. DANIEL SOUSA ISAÍAS PEREIRA(OAB: 27253-A/DF)
AGRAVADO(S)	ALDEIR LUIZ DO NASCIMENTO
Advogado	DR. PAULO RODRIGUES FAIA(OAB: 223167-A/SP)
Advogado	DR. ADRIANA RODRIGUES FARIA(OAB: 246925-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALDEIR LUIZ DO NASCIMENTO
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Processo Nº Ag-AIRR-1000410-32.2019.5.02.0701

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	TENNESSEE CARNES LTDA
Advogado	DR. JOSE RICARDO SANT ANNA(OAB: 132995-A/SP)
Advogado	DR. MARIA LUIZA ROMANO(OAB: 68089-A/SP)
Advogado	DR. CARLOS RONALDO DANTAS GEREMIAS(OAB: 201779-A/SP)
AGRAVADO(S)	VIVIANE OLIVEIRA DE SOUZA
Advogado	DR. ALESSANDRO APARECIDO SIVIERO(OAB: 128249-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- TENNESSEE CARNES LTDA
- VIVIANE OLIVEIRA DE SOUZA

Processo Nº Ag-AIRR-1000566-09.2020.5.02.0079

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogada	DRA. ALICE SIQUEIRA PEU MONTANS DE SA(OAB: 268364-A/SP)
Advogado	DR. APARECIDA BRAGA BARBIERI(OAB: 158162-A/SP)
AGRAVADO(S)	EVANDRO ABRANTES
Advogada	DRA. FÁBIA COELHO BROCA(OAB: 207015-A/SP)
Advogado	DR. CLAUDIO SPICCIATI BARBOSA(OAB: 206994-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- EVANDRO ABRANTES

Processo Nº Ag-AIRR-1001199-18.2018.5.02.0361

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. MARINA SAD MOURA E SILVA
Procurador	DR. WALDIR FRANCISCO HONORATO JUNIOR
AGRAVADO(S)	ROSANA REZENDE DE OLIVEIRA
Advogado	DR. RENIVAU CARLOS MARTINS(OAB: 179583-A/SP)
AGRAVADO(S)	SOROCABA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- ROSANA REZENDE DE OLIVEIRA
- SOROCABA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA.

Processo Nº Ag-ED-RRAg-1001470-53.2018.5.02.0320

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procuradora	DRA. REGIANE RUIZ
AGRAVADO(S)	MARCILIO PEREIRA DA SILVA
Advogado	DR. MICHAEL DE ANDRADE SILVA(OAB: 395527-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARCILIO PEREIRA DA SILVA
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000519-55.2018.5.09.0652

Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE	MANOEL JOSE DE OLIVEIRA
Advogada	DRA. RAQUEL CRISTINA RIEGER(OAB: 15558-A/DF)
Advogado	DR. NUREDIN AHMAD ALLAN(OAB: 37148-A/PR)
EMBARGADO(A)	CLAUDIO HIROYOSHI MIYAGIMA
Advogado	DR. MANUEL PEDRO MENGELBERG JUNIOR(OAB: 48955-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIO HIROYOSHI MIYAGIMA
- MANOEL JOSE DE OLIVEIRA

Processo Nº ED-RR-0001020-70.2019.5.08.0209

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
EMBARGANTE	ESTADO DO AMAPÁ
Advogado	DR. JIMMY NEGRÃO MACIEL(OAB: 1590-A/AP)
EMBARGADO(A)	RENILDA AMORIM DE LIMA
Advogado	DR. JEAN E SILVA DIAS(OAB: 928-A/AP)
Advogado	DR. GERSON GERALDO DOS SANTOS SOUSA(OAB: 1739-A/AP)
EMBARGADO(A)	UNIDADE DESCENTRALIZADA DE EXECUÇÃO DA EDUCAÇÃO - UDE
Advogado	DR. NAYANE VIEIRA MONTEIRO(OAB: 3665-A/AP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO AMAPÁ
- RENILDA AMORIM DE LIMA
- UNIDADE DESCENTRALIZADA DE EXECUÇÃO DA EDUCAÇÃO - UDE

Processo Nº ED-ARR-0011097-22.2014.5.03.0026

Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE	RODRIGO PINHEIRO LEÃO
Advogado	DR. PAULO ROBERTO OLIVEIRA DE TOLEDO(OAB: 51162/MG)
Advogado	DR. MAGNO AZEVEDO RODRIGUES(OAB: 109707-A/MG)
Advogado	DR. MÁRCIO VIEIRA(OAB: 142053/MG)
EMBARGADO(A)	TEKSID DO BRASIL LTDA.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- RODRIGO PINHEIRO LEÃO
- TEKSID DO BRASIL LTDA.

Processo Nº ED-RR-0011187-23.2016.5.03.0038

Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
EMBARGANTE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Advogado	DR. ALEXANDRE REYBMM DE MENEZES(OAB: 23534/BA)
Advogado	DR. MARCELO JOSÉ LELES CARVALHO(OAB: 160840/MG)
Advogada	DRA. JULIANA PORTILHO FLORIANI(OAB: 53816/DF)
EMBARGADO(A)	ANTONIO CARLOS ALVES MAMEDES
Advogado	DR. SANDRO ALVES TAVARES(OAB: 96706-A/MG)
Advogado	DR. THOMAZ FERNANDES BARBOSA(OAB: 159554/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO CARLOS ALVES MAMEDES
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

ALEX DA SILVA NASCIMENTO

Secretário da 5ª Turma

Pauta de Julgamento

Pauta de Julgamento da 3a. Sessão Ordinária da 5ª Turma, a realizar-se exclusivamente na modalidade virtual. A sessão terá início à 00:00 de 15/02/2022 e encerramento à 00:00 de 22/02/2022.

Os processos excluídos da sessão virtual, na forma do art. 134, § 5º, do Regimento Interno do TST, serão automaticamente retirados de pauta, nos termos do art. 14, § 4º, c/c art. 20, parágrafo único, do Ato Conjunto TST GP.GVP.CGJT nº 173/2020, para oportuna inclusão na pauta de sessão presencial/telepresencial.

Processo Nº AIRR-0010822-44.2019.5.15.0065

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. DEISE CAROLINA MUNIZ REBELLO
AGRAVADO(S)	ROSELI DA SILVA FERNANDES
Advogado	DR. ALEX APARECIDO RAMOS FERNANDEZ(OAB: 154881-A/SP)
AGRAVADO(S)	BEE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA ME

Intimado(s)/Citado(s):

- BEE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA ME
- ESTADO DE SÃO PAULO
- ROSELI DA SILVA FERNANDES

Processo Nº AIRR-0020483-15.2019.5.04.0401

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
Procuradora	DRA. GREICE MARIA FEITEN
AGRAVADO(S)	MARIZA ALMEIDA RODRIGUES
Advogado	DR. LEONIR JOSÉ TAUFE(OAB: 37575-A/RS)
AGRAVADO(S)	JOB RECURSOS HUMANOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- JOB RECURSOS HUMANOS LTDA.
- MARIZA ALMEIDA RODRIGUES
- MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL

Processo Nº AIRR-1000131-46.2019.5.02.0022

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	SERVIÇO FUNERÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Procurador	DR. FLÁVIA CHRISTINA MARTINS SILVA LAZZARINI
AGRAVADO(S)	VIERGELA SAINTIL ETIENNE
Advogada	DRA. CECÍLIA MARIA BRANDÃO(OAB: 208461-A/SP)
AGRAVADO(S)	LUIZ DANIEL MUNIZ DA SILVA - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIZ DANIEL MUNIZ DA SILVA - EPP
- SERVIÇO FUNERÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- VIERGELA SAINTIL ETIENNE

Processo Nº AIRR-1001671-73.2017.5.02.0322

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE GUARULHOS
Procuradora	DRA. SUZANA KLIBIS
AGRAVADO(S)	WILLIAN MOREIRA DE ALMEIDA
Advogado	DR. DÉCIO MOREIRA DA SILVA LIMA(OAB: 222845-A/SP)
AGRAVADO(S)	MENDES & FREITAS LOGISTICA EIRELI
Advogado	DR. ALEXANDRE VASCONCELOS ESMERALDO(OAB: 249773-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MENDES & FREITAS LOGISTICA EIRELI
- MUNICÍPIO DE GUARULHOS
- WILLIAN MOREIRA DE ALMEIDA

Processo Nº Ag-AIRR-0000093-94.2020.5.08.0201

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO AMAPÁ
Advogado	DR. JIMMY NEGRÃO MACIEL(OAB: 1590-A/AP)
Procurador	DR. DAVI MACHADO EVANGELISTA
AGRAVADO(S)	SONIA PEREIRA VILHENA DE BRITO
Advogado	DR. JAMERSON DARABIAN E SILVA DIAS(OAB: 3433-A/AP)
Advogado	DR. ALANA E SILVA DIAS(OAB: 1773-A/AP)
Advogado	DR. JEAN E SILVA DIAS(OAB: 928-A/AP)
Advogado	DR. GERSON GERALDO DOS SANTOS SOUSA(OAB: 1739-A/AP)
Advogado	DR. PAULO VICTOR ROSÁRIO DOS SANTOS(OAB: 4011-A/AP)
Advogado	DR. ZEQUIEL SILVA DE ARAUJO BARROS(OAB: 4005-A/AP)
AGRAVADO(S)	CAIXA ESCOLAR BENIGNA MOREIRA SOUZA
Advogado	DR. ERICK CEZAR SILVA DE DEUS(OAB: 4352-A/AP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ESCOLAR BENIGNA MOREIRA SOUZA
- ESTADO DO AMAPÁ
- SONIA PEREIRA VILHENA DE BRITO

Processo Nº Ag-AIRR-0000097-89.2020.5.10.0003

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	DISTRITO FEDERAL
Procurador	DR. VINÍCIUS XAVIER FERREIRA
AGRAVADO(S)	JOSE ANTONIO ALVES DOS SANTOS
Advogada	DRA. TATIANA FREIRE ALVES MAESTRI(OAB: 18565-A/DF)
AGRAVADO(S)	MISTRAL SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- DISTRITO FEDERAL
- JOSE ANTONIO ALVES DOS SANTOS
- MISTRAL SERVIÇOS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0011104-22.2020.5.15.0106

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Procurador	DR. ALEX PEREIRA DE OLIVEIRA
AGRAVADO(S)	SIDNEY SEBASTIAO CONCEICAO
Advogado	DR. CYNTHIA ALBUQUERQUE LACORTE BORELLI(OAB: 123672-A/SP)
AGRAVADO(S)	SM SERVICE SYSTEM TERCEIRIZADOS EIRELI

Advogada	DRA. TAYARA DE OLIVEIRA(OAB: 401777-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
- SIDNEY SEBASTIAO CONCEICAO
- SM SERVICE SYSTEM TERCEIRIZADOS EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-0017698-94.2017.5.16.0020

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO MARANHÃO
Procurador	DR. GIVANILDO FÉLIX DE ARAÚJO JÚNIOR
AGRAVADO(S)	CLEENES DE ARAÚJO NUNES ALENCAR
Advogado	DR. PEDRO DUAILIBE MASCARENHAS(OAB: 4632-A/MA)
Advogada	DRA. DORIANA DOS SANTOS CAMELLO(OAB: 6170-B/MA)
Advogada	DRA. ALÍCIA SANTANA DUARTE(OAB: 11902-A/MA)
Advogado	DR. ROBERTO DOS SANTOS BULCÃO(OAB: 12219-A/MA)
Advogada	DRA. RAYSSA FERREIRA CANTANHEDE(OAB: 16451-A/MA)
AGRAVADO(S)	INSTITUTO CIDADANIA E NATUREZA

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEENES DE ARAÚJO NUNES ALENCAR
- ESTADO DO MARANHÃO
- INSTITUTO CIDADANIA E NATUREZA

Processo Nº Ag-AIRR-0018893-42.2016.5.16.0023

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO MARANHÃO
Procurador	DR. EDUARDO PHILIPE MAGALHÃES DA SILVA
AGRAVADO(S)	MIQUEIAS DA COSTA FRANCO
Advogado	DR. IVO CARVALHO LEÃO(OAB: 11477-A/MA)
Advogada	DRA. POLYANNE DAYANNE PASCOAL ALMEIDA(OAB: 14569-A/MA)
AGRAVADO(S)	S. H. VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI
Advogado	DR. VALMIR MARTINS PINHEIRO JÚNIOR(OAB: 9253-A/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO MARANHÃO
- MIQUEIAS DA COSTA FRANCO
- S. H. VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI

Processo Nº Ag-RRAg-0020295-07.2019.5.04.0018

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	NEILA REJANE MACHADO VIEIRA
Advogado	DR. CARLOS ALBERTO NASCIMENTO(OAB: 12659/RS)
Advogado	DR. LUÍS ALFREDO COSTA(OAB: 67860-A/RS)
AGRAVADO(S)	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradora	DRA. MARIA HELENA PIERDONA FONSECA

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- NEILA REJANE MACHADO VIEIRA

Processo Nº Ag-RRAg-0020627-65.2014.5.04.0303

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL - FASE
Procurador	DR. LUIZ ALBERTO CORRÊA DE BORBA
AGRAVADO(S)	MARLOS OLIVEIRA SCHMENGLER
Advogado	DR. TIAGO AURÉLIO DE BRITO(OAB: 75914/RS)
AGRAVADO(S)	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	DR. TAINA CAROLINA BURGHAUSEN MORONI
Procuradora	DRA. PAULA FERREIRA KRIEGER

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL - FASE
- MARLOS OLIVEIRA SCHMENGLER

Processo Nº Ag-AIRR-0020692-74.2019.5.04.0662

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO
Procurador	DR. JULIANO DE ANGELIS
AGRAVADO(S)	CLAUDINEI CARLOS DA ROSA
Advogado	DR. TIAGO LUIZ RADAELLI(OAB: 76683-A/RS)
Advogado	DR. FRANCISCO ZIMMERMANN DE ALMEIDA(OAB: 87797-A/RS)
Advogado	DR. FRANCISCO DE OLIVEIRA DE ALMEIDA(OAB: 86836-A/RS)
AGRAVADO(S)	THOR PRESTADORA DE SERVIÇOS E SEGURANÇA LTDA.
Advogado	DR. JULIANA VASSOLER SANTIAGO(OAB: 237577-A/SP)
Advogada	DRA. ELAINE GOTARDI CANDIDO(OAB: 214293-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDINEI CARLOS DA ROSA
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO
- THOR PRESTADORA DE SERVIÇOS E SEGURANÇA LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0020749-36.2018.5.04.0013

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradora	DRA. MARÍLIA RODRIGUES DE OLIVEIRA
AGRAVADO(S)	GISELE PACHECO FERREIRA
Advogado	DR. JORGE AIRTON BRANDÃO YOUNG(OAB: 31684/RS)
AGRAVADO(S)	ZORYA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- GISELE PACHECO FERREIRA

- ZORYA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-0021847-54.2016.5.04.0004

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM
Procurador	DR. JULIANO DE ANGELIS
Procurador	DR. RENATA DE CARVALHO ACCIOLY LIMA
AGRAVADO(S)	SINDICATO PROFISSIONAL DOS VIGILANTES, EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA E DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, SEGURANÇA PESSOAL, CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES, SIMILARES E SEUS ANEXOS E AFINS DE PORTO ALEGRE, REGIÃO METROPOLITANA E BASES INORGANIZADAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDIVIGILANTES DO SUL
Advogado	DR. JORGE AIRTON BRANDÃO YOUNG(OAB: 31684-A/RS)
AGRAVADO(S)	VIGITEC SEGURANÇA LTDA.
Advogado	DR. CARLOS EDUARDO MARTINS MAINARDI(OAB: 48640/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM
- SINDICATO PROFISSIONAL DOS VIGILANTES, EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA E DOS TRABALHADORES EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, SEGURANÇA PESSOAL, CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES, SIMILARES E SEUS ANEXOS E AFINS DE PORTO ALEGRE, REGIÃO METROPOLITANA E BASES INORGANIZADAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDIVIGILANTES DO SUL
- VIGITEC SEGURANÇA LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0024428-87.2019.5.24.0066

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Advogada	DRA. LUDMILA DOS SANTOS RUSSI(OAB: 10570/MS)
AGRAVADO(S)	JEFFERSON BREY
Advogado	DR. MARCO AURÉLIO CLARO(OAB: 4637-A/MS)
AGRAVADO(S)	INSTITUTO GERIR

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
- INSTITUTO GERIR
- JEFFERSON BREY

Processo Nº Ag-AIRR-0101223-80.2017.5.01.0055

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.
Advogado	DR. JOSÉ SCALFONE NETO(OAB: 73153-A/RJ)
Advogado	DR. BRUNO DE MEDEIROS TOCANTINS(OAB: 326711-A/SP)
AGRAVADO(S)	ESPÓLIO DE ADILSON PECANHA DIAS (REPRESENTADO POR ELBA DA SILVA DIAS)
Advogada	DRA. CRISTIANE PEREIRA CORREIA REGO(OAB: 206665-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESPÓLIO DE ADILSON PECANHA DIAS (REPRESENTADO POR ELBA DA SILVA DIAS)
- PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0101274-75.2017.5.01.0222

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE MESQUITA
Procurador	DR. LUIZ VÍTOR ARAGÃO MADEIRA COIMBRA
AGRAVADO(S)	VIVIANE ELOISA DE CERQUEIRA
Advogado	DR. RENATO ROSSETO PAIXÃO(OAB: 106815-A/RJ)
AGRAVADO(S)	COOPSEGE COOPERATIVA DE TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPSEGE COOPERATIVA DE TRABALHO
- MUNICÍPIO DE MESQUITA
- VIVIANE ELOISA DE CERQUEIRA

Processo Nº ED-Ag-RR-0000311-03.2012.5.15.0042

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE	ESPÓLIO DE ANGELINA GAROFO DE SOUZA MEDEIROS
Advogado	DR. SÉRGIO TOZETTO(OAB: 60041-D/SP)
Advogado	DR. JOSÉ AUGUSTO BRAZILEIRO UMBELINO(OAB: 204052-A/SP)
EMBARGADO(A)	FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Procuradora	DRA. HÉLIA RÚBIA GIGLIOLI

Intimado(s)/Citado(s):

- ESPÓLIO DE ANGELINA GAROFO DE SOUZA MEDEIROS
- FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Nº ED-Ag-ED-ARR-0000743-92.2013.5.09.0029

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL E OUTRAS
Advogado	DR. TOBIAS DE MACEDO(OAB: 21667-A/PR)
Advogado	DR. ROBERLEI ALDO QUEIROZ(OAB: 27616-A/PR)
Advogada	DRA. STELA FRANCO WIECZORKOWSKI(OAB: 107200-A/PR)
EMBARGADO(A)	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Procurador	DR. JAIME JOSÉ BILEK IANTAS

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL E OUTRAS
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Processo Nº ED-ED-RRAg-0002670-82.2013.5.15.0011

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE	COMPANHIA ENERGETICA SAO JOSE S.A.
Advogado	DR. ESTÊVÃO MALLET(OAB: 109014 -A/SP)

EMBARGADO(A)	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Procuradora	DRA. FLÁVIA VANESSA MAIA NOGUEIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ENERGETICA SAO JOSE S.A.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Processo Nº ED-RR-0015639-76.2010.5.04.0000

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
EMBARGANTE	MARIA DE LOURDES SANTOS DA ROSA
Advogado	DR. ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS(OAB: 5939/DF)
EMBARGADO(A)	ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL - ASCAR E OUTRA
Advogada	DRA. VIVIANE SARAIVA MACHADO(OAB: 64225/RS)
EMBARGADO(A)	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procurador	DR. SUZANA FORTES DE CASTRO RAUTER

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL - ASCAR E OUTRA
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- MARIA DE LOURDES SANTOS DA ROSA

ALEX DA SILVA NASCIMENTO

Secretário da 5ª Turma

Aditamento à Pauta

Aditamento à Pauta de Julgamento da 2a. Sessão Ordinária da 5ª Turma, a realizar-se exclusivamente na modalidade virtual. A sessão terá início à 00:00 de 08/02/2022 e encerramento à 00:00 de 15/02/2022.

Os processos excluídos da sessão virtual, na forma do art. 134, § 5º, do Regimento Interno do TST, serão automaticamente retirados de pauta, nos termos do art. 14, § 4º, c/c art. 20, parágrafo único, do Ato Conjunto TST GP.GVP.CGJT nº 173/2020, para oportuna inclusão na pauta de sessão presencial/telepresencial.

Processo Nº AIRR-0000151-92.2019.5.20.0009

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	ALEXANDRO TORRES DA CRUZ
Advogado	DR. JOSÉ FRANCO FILHO(OAB: 3767-A/SE)
AGRAVADO(S)	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.
Advogada	DRA. MARIA DA PURIFICAÇÃO OLIVEIRA SANTOS(OAB: 1346-A/SE)
Advogado	DR. ADÉLIDE PEREIRA DA SILVA(OAB: 14348-A/PE)
Advogado	DR. JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA(OAB: 17023-A/BA)
AGRAVADO(S)	FACE TRANSPORTES EIRELI - EM RECUPERACAO JUDICIAL
AGRAVADO(S)	ALLTRANS TRANSPORTES EIRELI
Advogado	DR. LEONARDO MACIEL PINHEIRO DE ARAUJO(OAB: 28870-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRO TORRES DA CRUZ
- ALLTRANS TRANSPORTES EIRELI
- FACE TRANSPORTES EIRELI - EM RECUPERACAO JUDICIAL
- PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Processo Nº AIRR-0000674-66.2017.5.05.0341

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. ADRIANO FERRARI SANTANA
Procurador	DR. IURI RIBEIRO GONÇALVES
AGRAVADO(S)	ROSIMARA JANAINA LOPES DE AZEVEDO
Advogado	DR. SAVIGNY MACHADO LIMA(OAB: 26451-A/BA)
Advogado	DR. RUBNÉRIO ARAUJO FERREIRA(OAB: 40996-A/BA)
Advogado	DR. JOSÉ CESAR PIMENTEL LIMA JÚNIOR(OAB: 48867-A/BA)
AGRAVADO(S)	CONGER EMPREENDIMENTOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- CONGER EMPREENDIMENTOS EIRELI
- ESTADO DA BAHIA
- ROSIMARA JANAINA LOPES DE AZEVEDO

Processo Nº AIRR-0000988-42.2011.5.15.0018

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. LUIZ OTÁVIO BOAVENTURA PACÍFICO(OAB: 75081-A/SP)
AGRAVADO(S)	KELLY CRISTINA NEVES DOS SANTOS
Advogado	DR. WILSON OLIVEIRA BRITO JÚNIOR(OAB: 260442-A/SP)
AGRAVADO(S)	TPP DISTRIBUIDORA NACIONAL DE CARTÕES TELEFÔNICOS LTDA.
Advogada	DRA. ANDRÉA AUGUSTA PULICI(OAB: 129778/SP)
AGRAVADO(S)	DIPROART TELECARTOFILIA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- DIPROART TELECARTOFILIA LTDA.
- KELLY CRISTINA NEVES DOS SANTOS
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.
- TPP DISTRIBUIDORA NACIONAL DE CARTÕES TELEFÔNICOS LTDA.

Processo Nº AIRR-0006614-93.2014.5.01.0481

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
AGRAVADO(S)	VIVIANE MACHADO SILVEIRA
Advogado	DR. WAGNER CARVALHO MOTTA(OAB: 134392/RJ)
AGRAVADO(S)	IMC SASTE - CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.

Advogada	DRA. MARIA CAROLINA ANTUNES DE SOUZA(OAB: 163292-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- IMC SASTE - CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- VIVIANE MACHADO SILVEIRA

Processo Nº AIRR-0011356-96.2016.5.15.0063

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA
Procurador	DR. DORIVAL DE PAULA JÚNIOR
AGRAVADO(S)	CAMILA ROCHA IMPERIO
Advogado	DR. FABIO MORAES LOPES(OAB: 376012-A/SP)
AGRAVADO(S)	INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA
Advogado	DR. ÁTILA SAUNER POSSE(OAB: 35249/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAMILA ROCHA IMPERIO
- INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA
- MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA

Processo Nº AIRR-0012348-77.2017.5.15.0045

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Procuradora	DRA. ANAMARIA BARBOSA EBRAM FERNANDES
AGRAVADO(S)	SANDRA ISABEL ALVES DE OLIVEIRA
Advogado	DR. RODRIGO ANDRADE DIACOV(OAB: 201992-A/SP)
Advogado	DR. POLIANA GRACE PEDRO(OAB: 358420-A/SP)
AGRAVADO(S)	COMATIC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. TALITHA ZUPPO SORRENTINO(OAB: 298997-A/SP)
Advogado	DR. GUTEMBERG TEIXEIRA DE ARAUJO(OAB: 314345-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMATIC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
- MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
- SANDRA ISABEL ALVES DE OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-0065440-54.2007.5.02.0021

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
AGRAVADO(S)	JULIANO ANDRÉ LOPES DE SOUZA
Advogada	DRA. ÉRICA A. UCHÔA ESCÓRCIO(OAB: 192431/SP)
AGRAVADO(S)	MOBITEL S.A. - TELECOMUNICAÇÕES
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- JULIANO ANDRÉ LOPES DE SOUZA
- MOBITEL S.A. - TELECOMUNICAÇÕES
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Processo Nº AIRR-0100320-97.2019.5.01.0015

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. ERNESTO ATALIBA MARQUESAN DA SILVA(OAB: 62611-A/RS)
AGRAVADO(S)	ROZINELIA NERIS DE OLIVEIRA
Advogado	DR. ALUIZIO DUARTE VALENÇA(OAB: 137929-A/RJ)
AGRAVADO(S)	PRIMUS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SEGURANÇA EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- PRIMUS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SEGURANÇA EIRELI
- ROZINELIA NERIS DE OLIVEIRA

Processo Nº AIRR-0129440-14.2009.5.03.0038

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	DR. OSIVAL DANTAS BARRETO(OAB: 15431-A/DF)
Advogado	DR. MARONNE SOARES REGO(OAB: 98393/MG)
AGRAVADO(S)	DENILSON DORNELAS BARCELLOS
Advogado	DR. JOSÉ ELIAS VALÉRIO(OAB: 44814/MG)
AGRAVADO(S)	BSI DO BRASIL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. THIAGO ASSIS OLIVEIRA BECHARA(OAB: 96686-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BSI DO BRASIL LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- DENILSON DORNELAS BARCELLOS

Processo Nº AIRR-1000490-70.2020.5.02.0471

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogada	DRA. MARIA DE FÁTIMA CHAVES GAY(OAB: 127335-A/SP)
AGRAVADO(S)	ALESSANDRO FERREIRA SILVA
Advogada	DRA. RAQUEL DE ALMEIDA DUARTE(OAB: 337688-A/SP)
Advogado	DR. FERNANDO BORGES MUNHOZ(OAB: 270935-A/SP)
AGRAVADO(S)	ARAUBRAS SERVICOS TECNICOS INDUSTRIAIS EIRELI
Advogado	DR. TAMMY ZULAUF FOTI(OAB: 25074-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALESSANDRO FERREIRA SILVA
- ARAUBRAS SERVICOS TECNICOS INDUSTRIAIS EIRELI
- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

Processo Nº AIRR-1000649-95.2019.5.02.0067

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO SABESP
Advogado	DR. ANTÔNIO MÁRCIO BOTELHO(OAB: 394172-S/SP)
AGRAVADO(S)	FERNANDO BARBOSA CORDEIRO
Advogada	DRA. ADRIANA DE LOURDES GIUSTI DE OLIVEIRA MONTEIRO(OAB: 138603-A/SP)
Advogado	DR. JAIR JOSÉ MONTEIRO DE SOUZA(OAB: 104034-A/SP)
Advogado	DR. SILVIO CESAR MONTEIRO DE SOUZA(OAB: 137084-B/SP)
AGRAVADO(S)	MASTER SECURITY SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA
Advogada	DRA. SUELY MULKY(OAB: 97512-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO SABESP
- FERNANDO BARBOSA CORDEIRO
- MASTER SECURITY SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA

Processo Nº RR-0000464-18.2020.5.12.0049

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
RECORRENTE(S)	NUTRI SERV - SERVICOS EM ALIMENTACAO LTDA - EPP
Advogado	DR. JOSE ANTONIO DA SILVA(OAB: 109777-A/SP)
RECORRIDO(S)	MARIA IVETE MOREIRA
Advogado	DR. DORVAL ZANOTTO FILHO(OAB: 19525-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA IVETE MOREIRA
- NUTRI SERV - SERVICOS EM ALIMENTACAO LTDA - EPP

Processo Nº Ag-RR-0000033-64.2015.5.08.0018

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	AJAX DO SOCORRO COSTA BRAGA E OUTROS
Advogado	DR. MÁRCIO PINTO MARTINS TUMA(OAB: 12422-A/PA)
Advogado	DR. GAUDIO RIBEIRO DE PAULA(OAB: 49080-A/DF)
AGRAVADO(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. ANA PAULA CAVALEIRO DE MACEDO ABOUL HOSN(OAB: 10442-A/PA)
Advogado	DR. LIANE CARLA MARCIÃO E SILVA(OAB: 8057-B/PA)
Advogada	DRA. PAULINE MONTE DUARTE SANTIAGO(OAB: 13430-A/PA)
Advogada	DRA. REGIANE OLÍMPIO FIALHO(OAB: 46629-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- AJAX DO SOCORRO COSTA BRAGA E OUTROS
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Processo Nº Ag-RR-0000065-02.2019.5.12.0056

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	ANIE RENATA TAUFER
Advogado	DR. GILBERTO OTÁVIO BAZEN RIGO(OAB: 39447/SC)
Advogado	DR. JOSE GRAVA NETO(OAB: 26627/SC)
AGRAVADO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogada	DRA. ALESSANDRA HOFFMANN DE OLIVEIRA PINHEIRO(OAB: 30457-B/SC)
Advogado	DR. FELIPE COSTA SILVEIRA(OAB: 33907/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANIE RENATA TAUFER
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Processo Nº Ag-AIRR-0000112-29.2016.5.06.0191

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.
Advogado	DR. JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA(OAB: 17023-A/BA)
AGRAVADO(S)	RAILSON EMMANUEL DE AQUINO
Advogado	DR. THIAGOSTINE ANTÔNIO DA SILVA ROCHA(OAB: 52045/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.
- RAILSON EMMANUEL DE AQUINO

Processo Nº Ag-RR-0000162-04.2016.5.06.0014

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	MANOEL JOSE DE SOUZA
Advogada	DRA. ANNA GABRIELA PINTO FORNELLOS(OAB: 14358-D/PE)
Advogada	DRA. ANNA CLARA FORNELLOS ALMEIDA(OAB: 37625-A/PE)
AGRAVADO(S)	COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA
Advogado	DR. HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JUNIOR(OAB: 20366-A/PE)
Advogado	DR. IGOR TEIXEIRA SANTOS(OAB: 35687-A/BA)
Advogado	DR. ANDRÉ LUÍS TORRES PESSOA(OAB: 47688-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA
- MANOEL JOSE DE SOUZA

Processo Nº Ag-RRAg-0000196-06.2017.5.07.0017

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	GOL LINHAS AÉREAS S.A.

Advogado	DR. CARLOS JOSÉ ELIAS JÚNIOR(OAB: 10424-B/DF)
Advogado	DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S)	HAROLDO MIRANDA DA COSTA JUNIOR
Advogado	DR. ZENAIDE MARIA HENRIQUES BARBOSA(OAB: 114104-A/MG)
Advogado	DR. PATRÍCIA CRISTINA DOS SANTOS DIAS(OAB: 139642-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- GOL LINHAS AÉREAS S.A.
- HAROLDO MIRANDA DA COSTA JUNIOR

Processo Nº Ag-AIRR-0000273-30.2015.5.14.0004

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	ANTÔNIO CARLOS AIDAR PEREIRA
Advogado	DR. HAROLDO LOPES LACERDA(OAB: 962/RO)
Advogado	DR. HUGO ANDRE RIOS LACERDA(OAB: 5717-A/RO)
AGRAVADO(S)	COLGATE-PALMOLIVE COMERCIAL LTDA.
Advogado	DR. GUSTAVO GRANADEIRO GUIMARAES(OAB: 149207-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTÔNIO CARLOS AIDAR PEREIRA
- COLGATE-PALMOLIVE COMERCIAL LTDA.

Processo Nº Ag-RRAg-0000393-90.2019.5.07.0016

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado	DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 16599-A/CE)
AGRAVADO(S)	JOAO JOSE BARBOSA
Advogado	DR. ANA VIRGINIA PORTO DE FREITAS(OAB: 9708-A/CE)
Advogado	DR. ANTONIO SOLOMÓN BRITO LEITÃO(OAB: 41085-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- JOAO JOSE BARBOSA

Processo Nº Ag-RRAg-0000457-40.2015.5.03.0182

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: 15553/DF)
Advogada	DRA. GABRIELA CARR(OAB: 281551-A/SP)
AGRAVADO(S)	MARIA DEMETRIA ARENARE
Advogado	DR. LUIZ RENNÓ NETTO(OAB: 108908/MG)
Advogado	DR. CLÉRISTON MARCONI PINHEIRO LIMA(OAB: 107001/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- MARIA DEMETRIA ARENARE

Processo Nº Ag-AIRR-0000470-23.2020.5.10.0003

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP
Advogado	DR. CELMA NUNES FRANCO OSÓRIO(OAB: 19499-A/DF)
Advogada	DRA. CÁSSIA KELLY DOS SANTOS BARCELOS(OAB: 44747-A/DF)
AGRAVADO(S)	CARLOS ROBERTO ALVES RAMOS
Advogado	DR. CRISTIANNE RODRIGUES DO AMARAL(OAB: 43227-A/DF)
Advogado	DR. RICARDO PINTO DO AMARAL(OAB: 21269-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS ROBERTO ALVES RAMOS
- COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

Processo Nº Ag-AIRR-0000476-53.2019.5.14.0003

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO DA AMAZÔNIA S.A.
Advogado	DR. SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS(OAB: 44698-A/MG)
Advogado	DR. FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO(OAB: 11471-A/PA)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SEEB
Advogado	DR. CASTIEL FERREIRA DE PAULA(OAB: 8063-A/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DA AMAZÔNIA S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SEEB

Processo Nº Ag-RRAg-0000530-92.2017.5.09.0014

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada	DRA. MADELAINE KRAGL ALVARENGA(OAB: 63649-A/PR)
Advogado	DR. THIAGO BORGES RIBEIRO FERNÁNDEZ(OAB: 87655-A/PR)
AGRAVADO(S)	EDSON JOSE PRADO
Advogado	DR. RAIMUNDO PESSOA NETO(OAB: 35883-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- EDSON JOSE PRADO

Processo Nº Ag-ED-RRAg-0000531-53.2019.5.12.0037

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	NC COMUNICAÇÕES S.A.
Advogado	DR. GUSTAVO VILLAR MELLO GUIMARÃES(OAB: 11589-A/SC)
AGRAVADO(S)	SANGI AFONSO MARTINS
Advogada	DRA. SUSAN MARA ZILLI(OAB: 5517/SC)
Advogado	DR. NILTON CORREIA(OAB: 1291/DF)

Advogada	DRA. JÚLIA MOREIRA SCHWANTES ZAVARIZE(OAB: 25659/SC)
Advogado	DR. GUSTAVO GARBELLINI WISCHNESKI(OAB: 30206/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- NC COMUNICAÇÕES S.A.
- SANGI AFONSO MARTINS

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0000597-87.2016.5.12.0053

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	ALTHOFF SUPERMERCADOS LTDA.
Advogado	DR. EDUARDO DE MELLO E SOUZA(OAB: 11073-A/SC)
AGRAVADO(S)	VALNIR DA SILVA
Advogado	DR. EMERSON VITTO(OAB: 27600/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALTHOFF SUPERMERCADOS LTDA.
- VALNIR DA SILVA

Processo Nº Ag-RR-0000606-33.2018.5.09.0095

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado	DR. MARINA CARVALHO D AMICO PEDRIALI(OAB: 17744-A/PR)
AGRAVADO(S)	ANA HELENA DE ANDRADE ALMEIDA TEIXEIRA
Advogado	DR. JOSÉ MARCELO NICOLETTI TEIXEIRA(OAB: 24394-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA HELENA DE ANDRADE ALMEIDA TEIXEIRA
- BANCO BRADESCO S.A.

Processo Nº Ag-RR-0000622-22.2018.5.23.0022

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	MASSAKATSU KIDA
Advogada	DRA. LÚCIA ROSSETO THEODORO(OAB: 11675-B/MT)
AGRAVADO(S)	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.
Advogado	DR. DIRCEU MARCELO HOFFMANN(OAB: 16538-A/GO)
Advogado	DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 11065-A/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- MASSAKATSU KIDA
- PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Processo Nº Ag-RR-0000659-51.2014.5.11.0401

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	AMAZONAS ENERGIA S.A.
Advogada	DRA. AUDREY MARTINS MAGALHÃES FORTES(OAB: 1231-A/AM)
AGRAVADO(S)	EDILSON VELOSO PEREIRA
Advogado	DR. MÁRIO JORGE SOUZA DA SILVA(OAB: 2159/AM)
Advogada	DRA. MAYRA CRISTINA ALMEIDA DA SILVA(OAB: 7552/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZONAS ENERGIA S.A.
- EDILSON VELOSO PEREIRA

Processo Nº Ag-AIRR-0000735-38.2015.5.09.0129

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	HOSPITAL ARAUCARIA DE LONDRINA LTDA
Advogado	DR. PEDRO GUILHERME KRELING VANZELLA(OAB: 36525-A/PR)
AGRAVADO(S)	ADRIANA DA SILVA CAPRERA
Advogado	DR. JADYSON JONATAS DOS SANTOS(OAB: 55447-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA DA SILVA CAPRERA
- HOSPITAL ARAUCARIA DE LONDRINA LTDA

Processo Nº Ag-AIRR-0000744-69.2016.5.11.0012

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Advogado	DR. ANDRÉ BARACHISIO LISBÔA(OAB: 3608-A/BA)
Advogado	DR. SYLVIO GARCEZ JÚNIOR(OAB: 7510-A/BA)
Advogado	DR. PEDRO BARACHISIO LISBÔA(OAB: 5692-A/BA)
AGRAVADO(S)	TARCIO SIQUEIRA DANTAS
Advogada	DRA. ALINE MARIA PEREIRA MENDONÇA MONTEIRO(OAB: 3242/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
- TARCIO SIQUEIRA DANTAS

Processo Nº Ag-ARR-0000765-21.2012.5.01.0026

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	ATENTO BRASIL S.A.
Advogado	DR. DANIEL BATTIPAGLIA SGAI(OAB: 214918-A/SP)
AGRAVADO(S)	LOSANGO PROMOÇÕES E VENDAS LTDA. E OUTRA
Advogado	DR. ILAN GOLDBERG(OAB: 100643-A/RJ)
Advogado	DR. MARCOS DOS REIS FONSECA(OAB: 160575/RJ)
AGRAVADO(S)	ALINE AREDES DOS SANTOS
Advogada	DRA. LÍGIA MAGALHÃES RAMOS BARBOSA(OAB: 73808/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALINE AREDES DOS SANTOS
- ATENTO BRASIL S.A.
- LOSANGO PROMOÇÕES E VENDAS LTDA. E OUTRA

Processo Nº Ag-AIRR-0000799-48.2018.5.08.0007

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: 15553/DF)
Advogada	DRA. ANNA CAROLINA BARROS CABRAL DA SILVA(OAB: 26107/PE)
AGRAVADO(S)	FANNY MIZUTA DA SILVA
Advogado	DR. FELIPE MEINEM GARBIN(OAB: 86951/RS)
Advogado	DR. RAPHAEL BERNARDES DA SILVA(OAB: 84109/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- FANNY MIZUTA DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0000818-17.2015.5.10.0003

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. MOISÉS VOGT(OAB: 30215/RS)
Advogada	DRA. LUCIANE BISPO(OAB: 20853-A/DF)
AGRAVADO(S)	RENATO SAMPAIO LIMA
Advogada	DRA. GARDÊNIA ADLA CORDEIRO DA SILVA(OAB: 41122/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- RENATO SAMPAIO LIMA

Processo Nº Ag-AIRR-0000826-84.2019.5.23.0037

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO DE SAÚDE COMUNITÁRIA DE SINOP
Advogado	DR. RODRIGO DE FREITAS SARTORI(OAB: 15884-O/MT)
AGRAVADO(S)	ORLANDO CIPRIANO DA SILVA
Advogada	DRA. KATIA REGINA BONATTO OLIVEIRA(OAB: 21767-A/MT)
Advogado	DR. PAULO MENDES DE OLIVEIRA FILHO(OAB: 25804-A/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO DE SAÚDE COMUNITÁRIA DE SINOP
- ORLANDO CIPRIANO DA SILVA

Processo Nº Ag-RRAg-0000831-04.2018.5.09.0661

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogada	DRA. RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO(OAB: 12324/DF)
Advogado	DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: 15553/DF)
Advogado	DR. JULIANO NICOLAU DE CASTRO(OAB: 292121-A/SP)
AGRAVADO(S)	IVO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Advogado	DR. TIAGO LUIS COELHO DA ROCHA MUZZI(OAB: 71874-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- IVO DE OLIVEIRA RODRIGUES

Processo Nº Ag-AIRR-0000902-45.2010.5.02.0058

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	MÁQUINAS DANLY LTDA.
Advogado	DR. BASSIM CHAKUR FILHO(OAB: 106309-A/SP)
AGRAVADO(S)	JORDÃO FERREIRA DE BARROS
Advogado	DR. DIRCEU SCARIOT(OAB: 98137-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JORDÃO FERREIRA DE BARROS
- MÁQUINAS DANLY LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0000925-85.2014.5.06.0010

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	LIQ CORP S.A.
Advogado	DR. BRUNO DE OLIVEIRA VELOSO MAFRA(OAB: 18850-D/PE)
AGRAVADO(S)	ALINE XAVIER DA SILVA
Advogado	DR. ERWIN HERBERT FRIEDHEIM NETO(OAB: 17761/PB)
Advogado	DR. HUGO DA ROCHA GUERRA(OAB: 33855-A/PE)
AGRAVADO(S)	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado	DR. ANTÔNIO BRAZ DA SILVA(OAB: 12450/PE)
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALINE XAVIER DA SILVA
- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- LIQ CORP S.A.

Processo Nº Ag-RR-0000962-40.2014.5.09.0007

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	MIGUEL KUKLA
Advogado	DR. ARARIPE SERPA GOMES PEREIRA(OAB: 12162/PR)
AGRAVADO(S)	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
Advogado	DR. ROSALDO JORGE DE ANDRADE(OAB: 12370-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
- MIGUEL KUKLA

Processo Nº Ag-ARR-0001013-68.2014.5.23.0037

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO DE SAÚDE COMUNITÁRIA DE SINOP
Advogado	DR. RODRIGO DE FREITAS SARTORI(OAB: 15884-O/MT)
AGRAVADO(S)	CÉLIA REGINA DOS SANTOS
Advogado	DR. ROBERTO CARLOS MELGAREJO DE VARGAS(OAB: 7429-O/MT)

Intimado(s)/Citado(s):

- CÉLIA REGINA DOS SANTOS
- FUNDAÇÃO DE SAÚDE COMUNITÁRIA DE SINOP

Processo Nº Ag-AIRR-0001017-88.2015.5.22.0105

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	MATRINCHÃ TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP NORTE) S.A.
Advogado	DR. JOSÉ SCALFONE NETO(OAB: 73153-A/RJ)
AGRAVADO(S)	ANTONIO DE OLIVEIRA ARAUJO
Advogado	DR. HIGOR PENAFIEL DINIZ(OAB: 8500-A/PI)
AGRAVADO(S)	CEFERMAX CONSTRUÇÕES LTDA - ME
AGRAVADO(S)	CONSÓRCIO ENGETUC
Advogado	DR. ELDA MARIA OLIVEIRA PIMENTEL(OAB: 6833/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO DE OLIVEIRA ARAUJO
- CEFERMAX CONSTRUÇÕES LTDA - ME
- CONSÓRCIO ENGETUC
- MATRINCHÃ TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP NORTE) S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0001043-46.2012.5.01.0018

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	ATENTO BRASIL S.A.
Advogado	DR. DANIEL BATTIPAGLIA SGAI(OAB: 214918-A/SP)
AGRAVADO(S)	SIMONE JUSTINO DOS SANTOS
Advogada	DRA. LÍGIA MAGALHÃES RAMOS BARBOSA(OAB: 73808/RJ)
AGRAVADO(S)	SOCIEDADE COMERCIAL E IMPORTADORA HERMES S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. GUSTAVO BANHO LICKS(OAB: 176184/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- SIMONE JUSTINO DOS SANTOS
- SOCIEDADE COMERCIAL E IMPORTADORA HERMES S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-RR-0001064-44.2013.5.06.0019

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: 15553/DF)
Advogado	DR. CRISTÓVÃO TAVARES DE MACEDO SOARES GUIMARÃES(OAB: 77988/RJ)
Advogado	DR. VINÍCIUS BERNANOS SANTOS(OAB: 309214-S/SP)
AGRAVADO(S)	ANA CINTIA SOUZA DE QUEIROGA MACIEL
Advogada	DRA. GABRIELA GARCIA ESCOBAR(OAB: 1111-B/PE)
Advogado	DR. ELSON LUIZ ZANELA(OAB: 332043-A/SP)
AGRAVADO(S)	SOMAR - SOLUÇÕES FINANCEIRAS LTDA.
Advogada	DRA. BÁRBARA CAROLINA DE LIMA MORAES(OAB: 32880-A/PE)
Advogado	DR. KELLY CRISTINE DA SILVA RAMOS PÁDUA(OAB: 153189-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA CINTIA SOUZA DE QUEIROGA MACIEL
- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- SOMAR - SOLUÇÕES FINANCEIRAS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0001132-93.2017.5.05.0661

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. ANTÔNIO JOSÉ TELLES DE VASCONCELLOS
Procurador	DR. ADRIANO OLIVEIRA PESSOA
AGRAVADO(S)	MISANILZA DE JESUS SILVA PAZ
Advogado	DR. GILMAR ALMEIDA DE SOUZA(OAB: 32145-A/BA)
AGRAVADO(S)	CONTRATE GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- CONTRATE GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI
- ESTADO DA BAHIA
- MISANILZA DE JESUS SILVA PAZ

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0001157-18.2017.5.13.0004

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
AGRAVANTE(S)	VALFREDO FRANCA DA SILVA
Advogado	DR. ROBERTO PESSOA PEIXOTO DE VASCONCELLOS(OAB: 12378/PB)
AGRAVADO(S)	API SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME
Advogado	DR. HALVETTY MATIAS OLIVES CRUZ(OAB: 21187/PB)
AGRAVADO(S)	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ALICE DE ALMEIDA - FUNDAC
Advogado	DR. ROGERIO DUNDA MARQUES(OAB: 16652-A/PB)

Intimado(s)/Citado(s):

- API SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME
- FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ALICE DE ALMEIDA - FUNDAC
- VALFREDO FRANCA DA SILVA

Processo Nº Ag-AIRR-0001174-08.2016.5.05.0038

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. ANTÔNIO JOSÉ TELLES DE VASCONCELLOS
Procurador	DR. IURI RIBEIRO GONÇALVES
AGRAVADO(S)	ROSELY DA CRUZ MONTEIRO SANTANA
Advogado	DR. WANDERVAL MACEDO DA SILVA JÚNIOR(OAB: 30432-A/BA)
AGRAVADO(S)	META TERCEIRIZAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
Advogado	DR. ALEXANDRE CARDOSO FEITOSA(OAB: 27870-A/BA)
Advogada	DRA. FERNANDA CARDOSO DO NASCIMENTO(OAB: 23622-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- META TERCEIRIZAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
- ROSELY DA CRUZ MONTEIRO SANTANA

Processo Nº Ag-AIRR-0001191-11.2010.5.09.0663

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE LONDRINA
Advogado	DR. SÉRGIO VERÍSSIMO DE OLIVEIRA FILHO(OAB: 32418-A/PR)
AGRAVADO(S)	RONALDO JOSÉ FLORENTINO
Advogado	DR. ANTÔNIO CARLOS JARDINI LUIZ(OAB: 20059/PR)
AGRAVADO(S)	CENTRONIC SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
Advogado	DR. VÍTOR HUGO PERCINOTO(OAB: 59694-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRONIC SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.
- MUNICÍPIO DE LONDRINA
- RONALDO JOSÉ FLORENTINO

Processo Nº Ag-AIRR-0001259-91.2017.5.05.0641

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. ANTÔNIO JOSÉ TELLES DE VASCONCELLOS
Procurador	DR. IURI RIBEIRO GONÇALVES
AGRAVADO(S)	DIVINA APARECIDA ARANHA
Advogado	DR. EDVARD DE CASTRO COSTA JÚNIOR(OAB: 14508-A/BA)
AGRAVADO(S)	SANDES CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- DIVINA APARECIDA ARANHA
- ESTADO DA BAHIA
- SANDES CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-0001299-81.2017.5.05.0024

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	DRA. LUCIANA CARVALHO SANTOS(OAB: 11388-A/BA)
Advogado	DR. ANDRÉ NOGUEIRA DE MIRANDA PEREIRA PINTO(OAB: 34459/DF)
AGRAVADO(S)	DIONISIO CHAGAS CARDOSO
Advogado	DR. ADRIANO LINS PALMEIRA CARDOSO(OAB: 29412-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIONISIO CHAGAS CARDOSO
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Processo Nº Ag-AIRR-0001425-32.2017.5.05.0251

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	ESTADO DA BAHIA
Procurador	DR. ANTÔNIO JOSÉ TELLES DE VASCONCELLOS
Procurador	DR. BRUNO FAGUNDES
AGRAVADO(S)	YURI BISMARK FREITAS SANTOS
Advogado	DR. EUSTÓRGIO PINTO RESEDÁ NETO(OAB: 6561-A/BA)
Advogado	DR. EUSTÓRGIO RESEDÁ(OAB: 25811-A/BA)
Advogada	DRA. NÍVEA DA SILVA RAMOS RESEDA(OAB: 44495-A/BA)
AGRAVADO(S)	SANDES CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- SANDES CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI
- YURI BISMARK FREITAS SANTOS

Processo Nº Ag-AIRR-0001433-11.2011.5.02.0313

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S.A. E OUTRA
Advogada	DRA. TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID(OAB: 201296-A/SP)
Advogado	DR. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491-A/SP)
AGRAVADO(S)	PATRICIA NORTE BARBOSA E OUTRO
Advogado	DR. MARCELO ANTONIO ALVES DE MIRANDA(OAB: 154990-A/SP)
AGRAVADO(S)	JNM COMERCIO DE PEDRAS EM GERAL LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- JNM COMERCIO DE PEDRAS EM GERAL LTDA.
- PATRICIA NORTE BARBOSA E OUTRO
- VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S.A. E OUTRA

Processo Nº Ag-AIRR-0001472-29.2017.5.17.0006

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	RAIMUNDO ANTONIO GUEDES BOMFIM E OUTRO
Advogado	DR. LUÍS FILIPE MARQUES PORTO SÁ PINTO(OAB: 10569-A/ES)
Advogado	DR. EDWAR BARBOSA FELIX(OAB: 9056-A/ES)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	DR. CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO(OAB: 12288-S/ES)
AGRAVADO(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. AUGUSTO CARLOS LAMEGO JUNIOR(OAB: 17514-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- RAIMUNDO ANTONIO GUEDES BOMFIM E OUTRO

Processo Nº Ag-AIRR-0001562-75.2017.5.05.0651

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	ESTADO DA BAHIA

Procurador	DR. ANTONIO JOSE TELLES DE VASCONCELLOS
Procurador	DR. RONALDO NUNES FERREIRA
AGRAVADO(S)	MARISTELA SANTOS SILVA
Advogado	DR. RICARDO MARTINS LEITE(OAB: 51974-A/BA)
Advogado	DR. JULIA OLIVEIRA DA SILVA(OAB: 25411-A/BA)
AGRAVADO(S)	CONTRATE GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI - EPP

Intimado(s)/Citado(s):

- CONTRATE GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI - EPP
- ESTADO DA BAHIA
- MARISTELA SANTOS SILVA

Processo Nº Ag-RRAg-0001566-02.2016.5.09.0663

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
Advogada	DRA. ANA LUCIA RODRIGUES LIMA(OAB: 31090-A/PR)
AGRAVADO(S)	ANA CRISTINA MAGALHAES
Advogado	DR. SAMIR THOMÉ FILHO(OAB: 23684-A/PR)
Advogado	DR. CELSO ALDINUCCI(OAB: 23166-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA CRISTINA MAGALHAES
- OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Processo Nº Ag-RR-0001612-66.2013.5.02.0444

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	EDINEIA PRADO DIMAS RAMOS
Advogado	DR. RICARDO FABIANI DE OLIVEIRA(OAB: 93821-A/SP)
Advogado	DR. WILSON DE OLIVEIRA(OAB: 16971-D/SP)
AGRAVADO(S)	MERCOSUL LINE NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA.
Advogado	DR. ROBERTO TRIGUEIRO FONTES(OAB: 244463/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDINEIA PRADO DIMAS RAMOS
- MERCOSUL LINE NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA.

Processo Nº Ag-RR-0001645-26.2012.5.04.0027

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	GOL LINHAS AÉREAS S.A. E OUTRA
Advogado	DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S)	ALBERTO BERALDIN
Advogado	DR. LUIZ MAURÍCIO DE MORAIS RIBEIRO(OAB: 53381-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALBERTO BERALDIN
- GOL LINHAS AÉREAS S.A. E OUTRA

Processo Nº Ag-AIRR-0001669-22.2016.5.09.0594

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	BRETON TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA.
Advogada	DRA. IVANA MENDES DE MORAES(OAB: 46067-A/PR)
Advogado	DR. MARIANA LINHARES WATERKEMPER(OAB: 56844-S/PR)
AGRAVADO(S)	BENEDITO DA SILVA CASTRO
Advogado	DR. CLAUDINEI DOMBROSKI(OAB: 30248-A/PR)
Advogado	DR. LUCIANO ARTUR PERRY(OAB: 79450-A/PR)
Advogado	DR. FRANCINE NYUMA MELLO SERPA(OAB: 64109-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BENEDITO DA SILVA CASTRO
- BRETON TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA.

Processo Nº Ag-ARR-0001820-45.2015.5.09.0069

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465/PR)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
AGRAVADO(S)	ANA EUZI ALVES TAVARES
Advogado	DR. MARCELO HONJO(OAB: 31365/PR)
Advogado	DR. FÁBIO MOREIRA CONSTANTINO(OAB: 37054/PR)
Advogado	DR. THIAGO SALVATTI(OAB: 53867/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANA EUZI ALVES TAVARES
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-AIRR-0001884-82.2010.5.02.0018

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	MONTEPINO PERFIS ESPECIAIS S.A.
Advogado	DR. EDUARDO DE OLIVEIRA CERDEIRA(OAB: 234634-A/SP)
AGRAVADO(S)	GILSON FELICIANO PEDRO
Advogado	DR. HEMNE MOHAMAD BOU NASSIF(OAB: 115186-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GILSON FELICIANO PEDRO
- MONTEPINO PERFIS ESPECIAIS S.A.

Processo Nº Ag-ARR-0001901-54.2014.5.09.0028

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. GERALDO CHAMON JÚNIOR(OAB: 67956/PR)

AGRAVADO(S)	MÁRCIA REGINA FERRAZ DA LUZ
Advogado	DR. NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820/PR)
Advogado	DR. ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS(OAB: 5939/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- MÁRCIA REGINA FERRAZ DA LUZ

Processo Nº Ag-RRAg-0002001-92.2015.5.02.0052

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BRF S.A.
Advogada	DRA. MÁRCIA ROMARO(OAB: 167759-A/SP)
AGRAVADO(S)	PETERSON ALBUQUERQUE RODRIGUES
Advogado	DR. FREDERICO AZAMBUJA PATINO CRUZATTI(OAB: 30300-B/RS)
Advogado	DR. FERNANDO MARIATH BASSUINO(OAB: 64155-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- PETERSON ALBUQUERQUE RODRIGUES

Processo Nº Ag-AIRR-0002066-35.2017.5.09.0016

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	BLOUNT INDUSTRIAL LTDA
Advogada	DRA. SELMA ELIANA DE PAULA ASSIS(OAB: 17761-A/PR)
Advogado	DR. FABIANO MURILO COSTA GARCIA(OAB: 41358-A/PR)
AGRAVADO(S)	EDUARDO SERRANO MARTIM
Advogado	DR. JULIANO AUGUSTO DE CARVALHO STUDZINSKI(OAB: 50600 -A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BLOUNT INDUSTRIAL LTDA
- EDUARDO SERRANO MARTIM

Processo Nº Ag-AIRR-0002265-64.2012.5.03.0092

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	HI TRANSPORTES LTDA. E OUTROS
Advogada	DRA. FABIANA DINIZ ALVES(OAB: 98771/MG)
Advogada	DRA. FABRÍCIA DA SILVA MONTEIRO(OAB: 121067/MG)
Advogado	DR. DENIZE DE CASTRO PERDIGÃO(OAB: 80726/MG)
AGRAVADO(S)	JAIR BENTO DE CARVALHO
Advogado	DR. FELIPE MAURÍCIO SALIBA DE SOUZA(OAB: 108211/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- HI TRANSPORTES LTDA. E OUTROS
- JAIR BENTO DE CARVALHO

Processo Nº Ag-ARR-0002432-93.2013.5.02.0021

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	NOBELTEC INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS DE PAPEL E PLASTICO LTDA
Advogada	DRA. FABIANA BETTAMIO VIVONE TRAUZOLA(OAB: 216360/SP)
AGRAVADO(S)	THAIS GOMES DE MORAIS
Advogada	DRA. ERICA PEREIRA BATISTA(OAB: 343289-A/SP)
AGRAVADO(S)	COOPERATIVA GLOBAL DOS TRABALHADORES AUTONOMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- COOPERATIVA GLOBAL DOS TRABALHADORES AUTONOMOS
- NOBELTEC INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS DE PAPEL E PLASTICO LTDA
- THAIS GOMES DE MORAIS

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0010205-54.2017.5.15.0033

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	EFINANCE CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA
Advogado	DR. PAULO LEONARDO SOARES ROCHA(OAB: 15662-A/BA)
AGRAVADO(S)	WASHINGTON NUNES DA SILVA JUNIOR
Advogado	DR. ADINALDO APARECIDO DE OLIVEIRA(OAB: 137939-A/SP)
AGRAVADO(S)	KASABELLA ASSESSORIA E SERVICOS LTDA
Advogado	DR. CLAUDIO MAIA COSTA FERREIRA(OAB: 25841-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EFINANCE CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA
- KASABELLA ASSESSORIA E SERVICOS LTDA
- WASHINGTON NUNES DA SILVA JUNIOR

Processo Nº Ag-ARR-0010255-30.2017.5.03.0093

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	ROGERIO LUIZ BICALHO
Advogado	DR. FLÁVIO COUTO BERNARDES(OAB: 63291-A/MG)
AGRAVADO(S)	LOCAR S/A LOGÍSTICA E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS
AGRAVADO(S)	BRASBEV INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA.
Advogado	DR. FLÁVIO COUTO BERNARDES(OAB: 63291-A/MG)
AGRAVADO(S)	RAFAEL DA COSTA MOTA
Advogada	DRA. MARIA DAS DORES DOS SANTOS(OAB: 137145/MG)
AGRAVADO(S)	BELO HORIZONTE REFRIGERANTES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	DRA. SABRINA ZOCRATO NEBIAS(OAB: 105426-A/MG)
AGRAVADO(S)	UNIBEV INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
AGRAVADO(S)	ORGNET - ORGANIZAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI
AGRAVADO(S)	DISTRIBUIDORA PEQUI LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- BELO HORIZONTE REFRIGERANTES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

- BRASBEV INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA.
- DISTRIBUIDORA PEQUI LTDA.
- LOCAR S/A LOGÍSTICA E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS
- ORGNET - ORGANIZAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI
- RAFAEL DA COSTA MOTA
- ROGERIO LUIZ BICALHO
- UNIBEV INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-RRAg-0010266-13.2016.5.03.0152

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. HERBERT MOREIRA COUTO(OAB: 47034-B/MG)
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S)	MARIANA ROCHA MENDONÇA
Advogado	DR. LEONARDO GUIMARÃES BORGES(OAB: 96681-A/MG)
Advogado	DR. PAULO ROBERTO SANTOS(OAB: 55570-A/MG)
Advogado	DR. GABRIEL SANTOS LEMOS(OAB: 130030-A/MG)
Advogado	DR. GEORGE DOS SANTOS PINHEIRO(OAB: 147599-A/MG)
Advogado	DR. NATHALIA MOTA BORGES(OAB: 157187-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- MARIANA ROCHA MENDONÇA

Processo Nº Ag-RRAg-0010312-31.2018.5.03.0055

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. HERBERT MOREIRA COUTO(OAB: 47034-B/MG)
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S)	JOSE MARCIO HENRIQUES PEREIRA
Advogado	DR. HUMBERTO MARCIAL FONSECA(OAB: 55867-A/MG)
Advogado	DR. ANDRE RICARDO LOPES DA SILVA(OAB: 36931-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- JOSE MARCIO HENRIQUES PEREIRA

Processo Nº Ag-RRAg-0010352-04.2017.5.15.0026

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: 15553/DF)
Advogado	DR. DIÓGENES TADEU GONÇALVES LEITE JÚNIOR(OAB: 186729-A/SP)
Advogada	DRA. GABRIELA CARR(OAB: 281551-A/SP)
AGRAVADO(S)	LIVIA MARIA DE ARAUJO
Advogada	DRA. MÁRCIA CRISTINA SOARES NARCISO(OAB: 109265/SP)
Advogada	DRA. JULIANA BACCHIO CORREIA(OAB: 250144/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- LIVIA MARIA DE ARAUJO

Processo Nº Ag-RRAg-0010362-90.2013.5.06.0009

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogada	DRA. CARLA ELISÂNGELA FERREIRA ALVES TEIXEIRA(OAB: 18855/PE)
AGRAVADO(S)	THIAGO RAMALHO DA SILVA
Advogado	DR. ERICK CASTELO BRANCO(OAB: 24511-A/PE)
Advogado	DR. VANESSA MARIA VIEIRA BITU(OAB: 18251-A/PE)
AGRAVADO(S)	TELEINFORMAÇÕES LTDA.
Advogado	DR. RODRIGO DOS ANJOS INOJOSA(OAB: 30803-A/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- TELEFÔNICA BRASIL S.A.
- TELEINFORMAÇÕES LTDA.
- THIAGO RAMALHO DA SILVA

Processo Nº Ag-RRAg-0010482-40.2019.5.03.0096

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogada	DRA. ROSÁLIA MARIA LIMA SOARES(OAB: 147987/MG)
AGRAVADO(S)	WEBERT TELES DE SOUZA
Advogado	DR. ISABELLA SANGLARD PIMENTA MACHADO(OAB: 104778-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- WEBERT TELES DE SOUZA

Processo Nº Ag-RRAg-0010485-06.2014.5.05.0131

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FRANCISCO DE ASSIS BRITO VAZ(OAB: 20257-A/DF)
Advogada	DRA. FABIANA GALDINO COTIAS(OAB: 22164/BA)
Advogada	DRA. CAROLINE SILVA CARVALHO(OAB: 39829/BA)
AGRAVADO(S)	JOAO CARLOS QUEIROZ DA CRUZ
Advogado	DR. VANUSA BERBERT DE CASTRO(OAB: 14800-A/BA)
AGRAVADO(S)	BRASKEM S.A.
Advogada	DRA. BERENICE ELIZABETH LAMBERT(OAB: 22260-S/BA)
Advogado	DR. DAGOBERTO PAMPONET SAMPAIO JÚNIOR(OAB: 11899-A/BA)
AGRAVADO(S)	MCE ENGENHARIA S.A.

Advogado	DR. ANDRÉ SILVA LEAHY(OAB: 11206-A/BA)
Advogado	DR. FABIO FREIRE DE CARVALHO MATOS(OAB: 14194-A/BA)
AGRAVADO(S)	VALE S.A.
Advogado	DR. NILTON CORREIA(OAB: 1291/DF)
Advogado	DR. JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA(OAB: 17023-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRASKEM S.A.
- JOAO CARLOS QUEIROZ DA CRUZ
- MCE ENGENHARIA S.A.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- VALE S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0010601-79.2015.5.15.0072

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	IBERIA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA.
Advogado	DR. MARCIO DE SOUZA HERNANDEZ(OAB: 213252-A/SP)
AGRAVADO(S)	STEPANAVISCIUS TRANSPORTES LTDA
Advogado	DR. RENATO APARECIDO TEIXEIRA(OAB: 210678-A/SP)
AGRAVADO(S)	BENEDITO AUGUSTO
Advogado	DR. JOSÉ AUGUSTO BENICIO RODRIGUES(OAB: 287087-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BENEDITO AUGUSTO
- IBERIA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA.
- STEPANAVISCIUS TRANSPORTES LTDA

Processo Nº Ag-RRAg-0010658-05.2015.5.01.0067

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: 15553/DF)
Advogado	DR. CRISTÓVÃO TAVARES DE MACEDO SOARES GUIMARÃES(OAB: 77988/RJ)
Advogada	DRA. RENATA VERONEZE RODRIGUES MARONEZ NAVEGANTES(OAB: 105048/RJ)
AGRAVADO(S)	RENATO ANDRE PENHA BENEVENTO
Advogado	DR. ALEXANDRE JORGE NOBRE QUESADA(OAB: 90058-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- RENATO ANDRE PENHA BENEVENTO

Processo Nº Ag-RR-0010790-19.2014.5.01.0028

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado	DR. FLÁVIA BRESSANIN(OAB: 165884/RJ)
Advogada	DRA. ISABELA GOMES AGNELLI(OAB: 125536-A/RJ)
AGRAVADO(S)	TATIANA VIEIRA SARANDY
Advogado	DR. PEDRO DO COUTTO DE SÁ ALVES(OAB: 119860-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
- TATIANA VIEIRA SARANDY

Processo Nº Ag-AIRR-0010841-54.2017.5.15.0151

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BRF S.A.
Advogado	DR. DANUSA SERENA ONEDA(OAB: 13124-A/MT)
AGRAVADO(S)	FLAVIO GONZAGA DO NASCIMENTO
Advogado	DR. ANTÔNIO CARLOS DE MELLO FRANCO(OAB: 88537/SP)
Advogada	DRA. FRANY DE MELLO FRANCO(OAB: 272089-A/SP)
AGRAVADO(S)	KALFREEZER COMERCIAL LTDA
Advogado	DR. VALTER VALLE(OAB: 123862-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRF S.A.
- FLAVIO GONZAGA DO NASCIMENTO
- KALFREEZER COMERCIAL LTDA

Processo Nº Ag-RRAg-0010882-35.2018.5.03.0049

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. EULER DE MOURA SOARES FILHO(OAB: 45429/MG)
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado	DR. ROSALIA MARIA LIMA SOARES(OAB: 147987-A/MG)
Advogado	DR. ELIS CRISTINA NOGUEIRA XAVIER(OAB: 155294-A/MG)
AGRAVADO(S)	ALEXANDRE ANTONIO SARZEDA
Advogado	DR. HUMBERTO MARCIAL FONSECA(OAB: 55867-A/MG)
Advogado	DR. NASSER AHMAD ALLAN(OAB: 28820-A/PR)
Advogado	DR. ANDRE RICARDO LOPES DA SILVA(OAB: 36931-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE ANTONIO SARZEDA
- BANCO BRADESCO S.A.

Processo Nº Ag-RRAg-0010966-22.2017.5.03.0065

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S)	DANIEL ADILSON ALVES
Advogada	DRA. ISABELLA SANGLARD PIMENTA MACHADO(OAB: 104778/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- DANIEL ADILSON ALVES

Processo Nº Ag-AIRR-0011009-50.2016.5.03.0143

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
Advogada	DRA. LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA(OAB: 111202/MG)
AGRAVADO(S)	FABIANO MARTINS DOS SANTOS
Advogado	DR. LUCIANO MACHADO TORRÉZIO(OAB: 121353/MG)
AGRAVADO(S)	MASSA FALIDA DA ENGELMINAS CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
- FABIANO MARTINS DOS SANTOS
- MASSA FALIDA DA ENGELMINAS CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA.

Processo Nº Ag-RR-0011025-42.2015.5.03.0077

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	THALLITA ALVES RAMALHO
Advogado	DR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO(OAB: 1441-A/DF)
AGRAVADO(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogada	DRA. VERUSKA APARECIDA CUSTÓDIO(OAB: 63842-A/MG)
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado	DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR(OAB: 3609-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- THALLITA ALVES RAMALHO

Processo Nº Ag-AIRR-0011059-98.2019.5.03.0134

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
Advogado	DR. BERNARDO ANANIAS JUNQUEIRA FERRAZ(OAB: 87253-A/MG)
AGRAVADO(S)	CELMINAS LTDA. E OUTRA
Advogado	DR. ANDRÉ LUÍS MIRANDA(OAB: 85731-A/MG)
AGRAVADO(S)	EDILSON DE JESUS BRITO
Advogada	DRA. VALÉRIA SILVA MORAIS RODRIGUES(OAB: 165559-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELMINAS LTDA. E OUTRA
- CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
- EDILSON DE JESUS BRITO

Processo Nº Ag-AIRR-0011090-35.2019.5.15.0086

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.
Advogado	DR. ADRIANO LORENTE FABRETTI(OAB: 164414-A/SP)
Advogado	DR. PATRICIA HELENA VON AH(OAB: 209667-A/SP)
AGRAVADO(S)	CAROLINE PEREIRA
Advogada	DRA. MARINA MORATO ANDRADE MALUF(OAB: 271803-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.
- CAROLINE PEREIRA

Processo Nº Ag-AIRR-0011201-89.2019.5.15.0095

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	GENI DE OLIVEIRA
Advogado	DR. PRISCILA DE SOUZA E JORGE LEITE(OAB: 168951-A/SP)
AGRAVADO(S)	NEW PORT SERVICOS DE PORTARIA LTDA - ME
Advogado	DR. JEAN CARLOS DE SOUZA(OAB: 292413-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENI DE OLIVEIRA
- NEW PORT SERVICOS DE PORTARIA LTDA - ME

Processo Nº Ag-AIRR-0011399-66.2019.5.03.0029

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	ELIO PRATES
Advogado	DR. GUILHERME AZEVEDO PAULINO(OAB: 155178/MG)
Advogado	DR. CIMON HENDRIGO BURMANN DE SOUZA(OAB: 81236-S/MG)
AGRAVADO(S)	MARIO ANTONIO DE SOUSA
Advogada	DRA. VILMA ALVES DOS SANTOS(OAB: 58978/MG)
Advogada	DRA. ELMARA PEREIRA DE SOUZA(OAB: 72440/MG)
AGRAVADO(S)	RODOVIÁRIO RAMOS LTDA.
AGRAVADO(S)	MARIA JOSÉ DA COSTA RAMOS
AGRAVADO(S)	ALOYZO RAMOS MURTA
Advogado	DR. SARAH ISABELLA BARRETO DA SILVA METZKER(OAB: 97984-A/MG)
AGRAVADO(S)	ANDRÉIA RAMOS PRATES
Advogada	DRA. LUANA DE OLIVEIRA CARVALHO(OAB: 167024-A/MG)
AGRAVADO(S)	PATRÍCIA RAMOS MURTA
AGRAVADO(S)	ROQUE RAMOS DE OLIVEIRA NETO
AGRAVADO(S)	MARCELO SILVA RAMOS

Intimado(s)/Citado(s):

- ALOYZO RAMOS MURTA
- ANDRÉIA RAMOS PRATES
- ELIO PRATES
- MARCELO SILVA RAMOS
- MARIA JOSÉ DA COSTA RAMOS
- MARIO ANTONIO DE SOUSA
- PATRÍCIA RAMOS MURTA
- RODOVIÁRIO RAMOS LTDA.
- ROQUE RAMOS DE OLIVEIRA NETO

Processo Nº Ag-RRAg-0011484-29.2017.5.15.0016

Complemento	Plenário Virtual

Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado	DR. RAFAEL BARIONI(OAB: 281098-A/SP)
Advogado	DR. RUBENS ZAMPIERI FILARDI(OAB: 212835-A/SP)
AGRAVADO(S)	DANIEL DE OLIVEIRA VIEIRA
Advogado	DR. ANDRÉ LUIZ PLÁCIDO FERRARI(OAB: 232489-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- DANIEL DE OLIVEIRA VIEIRA

Processo Nº Ag-RR-0011592-55.2014.5.15.0051

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado	DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR(OAB: 3069/DF)
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 162844-S/MG)
AGRAVADO(S)	GLAURO HADDAD ZEQUIN
Advogado	DR. GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA(OAB: 266541-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- GLAURO HADDAD ZEQUIN

Processo Nº Ag-AIRR-0011652-43.2017.5.15.0109

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	VANESSA APARECIDA MARIANO
Advogado	DR. RONALDO MACHADO PEREIRA(OAB: 119595-A/SP)
Advogado	DR. SIMONE FERRAZ DE ARRUDA(OAB: 201753-A/SP)
AGRAVADO(S)	ERJ ADMINISTRAÇÃO E RESTAURANTES DE EMPRESAS LTDA.
Advogado	DR. IVAN FURLAN(OAB: 222755-A/SP)
Advogado	DR. RUY OCTAVIO ZANELATTI(OAB: 223196-A/SP)
Advogada	DRA. JANINE ROCHA TRAZZI(OAB: 315724-A/SP)
AGRAVADO(S)	MUNICÍPIO DE SOROCABA
Procuradora	DRA. RENATA ELOÍSA DA SILVA HADDAD
Procurador	DR. RUY ELIAS MEDEIROS JÚNIOR

Intimado(s)/Citado(s):

- ERJ ADMINISTRAÇÃO E RESTAURANTES DE EMPRESAS LTDA.
- MUNICÍPIO DE SOROCABA
- VANESSA APARECIDA MARIANO

Processo Nº Ag-RRAg-0011658-50.2017.5.03.0023

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. MOISÉS VOGT(OAB: 30215/RS)
Advogado	DR. ADAIR VICENTE TEIXEIRA FILHO(OAB: 96402-A/MG)
Advogada	DRA. DÉBORA CASTRO PACHECO(OAB: 175657-A/MG)
Advogada	DRA. NÍVIA SILVEIRA DA MOTA(OAB: 110434-A/MG)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	CLESSIA MARIA PEREIRA
Advogada	DRA. IONARA GONÇALVES LEAL(OAB: 143968-A/MG)
Advogada	DRA. ANA CLARA MOURTHÉ MARQUES LEAL(OAB: 141223-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CLESSIA MARIA PEREIRA

Processo Nº Ag-RRAg-0011886-41.2014.5.03.0084

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Advogado	DR. SÉRGIO CARNEIRO ROSI(OAB: 71639-A/MG)
AGRAVADO(S)	IAGO FERREIRA DE SOUZA
Advogado	DR. JOSÉ VENDELINO SANTOS(OAB: 81308-A/MG)
AGRAVADO(S)	TELEMAR NORTE LESTE S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE(OAB: 56543-S/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- IAGO FERREIRA DE SOUZA
- TELEMAR NORTE LESTE S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0012386-73.2017.5.15.0018

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	ASSOCIACAO DA VILA DE SAO VICENTE DE PAULO
Advogado	DR. AMANDA VICENTIN LAO(OAB: 279816-A/SP)
AGRAVADO(S)	FABIANA APARECIDA DE FREITAS
Advogado	DR. RODRIGO BARSALINI(OAB: 222195-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIACAO DA VILA DE SAO VICENTE DE PAULO
- FABIANA APARECIDA DE FREITAS

Processo Nº Ag-RRAg-0016537-03.2017.5.16.0003

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. MOISÉS VOGT(OAB: 30215/RS)
Advogado	DR. LEONARD KENDGE LEITE CHICAR(OAB: 8974-A/MA)
AGRAVADO(S)	FATIMA MARIA E SILVA PRADO

Advogada	DRA. KELEN CRISTINA WEISS SCHERER PENNER(OAB: 27386-A/GO)
Advogado	DR. FRANCIOLE MARTINS DA CONCEIÇÃO(OAB: 11792-A/MA)
Advogado	DR. THUANNE MENDES VASCONCELOS(OAB: 14478-A/MA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- FATIMA MARIA E SILVA PRADO

Processo Nº Ag-RRAg-0017895-69.2014.5.16.0015

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	ESPÓLIO DE ARLETE DE JESUS GONCALVES LIMA DUTRA
Advogado	DR. RAFAEL DAVI MARTINS COSTA(OAB: 44138/RS)
Advogado	DR. JULIANO DA SILVA DIAS(OAB: 105391/RS)
AGRAVADO(S)	BANCO CITIBANK.S.A.
Advogado	DR. REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI(OAB: 257220-A/SP)
AGRAVADO(S)	ITAÚ UNIBANCO S.A. E OUTRO
Advogado	DR. ANA TERESA DE LIMA GAMBI BARBOSA FARIA(OAB: 224101-A/SP)
Advogado	DR. IVAN CARLOS DE ALMEIDA(OAB: 173886-A/SP)
Advogado	DR. GIODANNA SALGADO DOS SANTOS(OAB: 311794-S/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO CITIBANK.S.A.
- ESPÓLIO DE ARLETE DE JESUS GONCALVES LIMA DUTRA
- ITAÚ UNIBANCO S.A. E OUTRO

Processo Nº Ag-RR-0020067-41.2014.5.04.0007

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)
Advogado	DR. FREDERICO AZAMBUJA LACERDA(OAB: 30869-A/RS)
AGRAVADO(S)	ALEXANDER SILVA OSORIO
Advogado	DR. VINICIUS BORGES VAZ(OAB: 85640-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDER SILVA OSORIO
- BANCO BRADESCO S.A.

Processo Nº Ag-RRAg-0020090-22.2021.5.04.0013

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	PAULO RICARDO MENEGASSI GONCALVES
Advogado	DR. DANIEL ALBERTO LEMMERTZ(OAB: 59730-A/RS)
Advogado	DR. FILIPE MERKER BRITTO(OAB: 69129-A/RS)
AGRAVADO(S)	EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB
Advogado	DR. PATRICIA FERNANDEZ SELISTRE(OAB: 57169-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB
- PAULO RICARDO MENEGASSI GONCALVES

Processo Nº Ag-RRAg-0020176-02.2019.5.04.0841

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH
Advogado	DR. ALESSANDRO MARIUS O. MARTINS(OAB: 12854-A/DF)
Advogada	DRA. BRUNA LETICIA TEIXEIRA IBIAPINA CHAVES(OAB: 47067-A/DF)
Advogada	DRA. JULIANA LIMA FALCÃO RIBEIRO(OAB: 114308-B/RS)
AGRAVADO(S)	SIMONE BENTO RODRIGUES DOMINGUES
Advogado	DR. MANOEL FERMINO DA SILVEIRA SKREBSKY(OAB: 24818-A/RS)
Advogada	DRA. FERNANDA DE OLIVEIRA LIVI(OAB: 68650-A/RS)
Advogado	DR. LEÔNIDAS COLLA(OAB: 31704-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH
- SIMONE BENTO RODRIGUES DOMINGUES

Processo Nº Ag-AIRR-0020376-11.2018.5.04.0302

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE NOVO HAMBURGO - FSNH
Advogada	DRA. NATHALIA FRÖHLICH(OAB: 103142-A/RS)
AGRAVADO(S)	ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR NOVO HAMBURGO
Advogado	DR. ERNESTO WALTER FLOCKE HACK(OAB: 19585-A/RS)
AGRAVADO(S)	LIZ HELENA ERNEST PRESTES
Advogada	DRA. VANESSA LOPES CODONHO(OAB: 63994-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR NOVO HAMBURGO
- FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE NOVO HAMBURGO - FSNH
- LIZ HELENA ERNEST PRESTES

Processo Nº Ag-RRAg-0020506-51.2017.5.04.0232

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	RONALDO GOES SARAIVA
Advogado	DR. DEIVTI DIMITRIOS PORTO DOS SANTOS(OAB: 48951-A/RS)
AGRAVADO(S)	PROMETEON TYRE GROUP INDÚSTRIA BRASIL LTDA.
Advogado	DR. GUSTAVO JUCHEM(OAB: 34421-A/RS)
Advogada	DRA. ROSSANA BRACK(OAB: 17125-B/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- PROMETEON TYRE GROUP INDÚSTRIA BRASIL LTDA.
- RONALDO GOES SARAIVA

Processo Nº Ag-AIRR-0020578-10.2017.5.04.0015

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	TIAGO UNGARETTI ROSSI
Advogado	DR. MILTON JOSE MUNHOZ CAMARGO(OAB: 7815-A/RS)
Advogado	DR. AMALIA CRISTINE PAHIM COLLING(OAB: 66891-A/RS)
Advogado	DR. CARLOS HUMBERTO ATAIDES MELO JUNIOR(OAB: 74925-A/RS)
AGRAVADO(S)	NOVO BANCO CONTINENTAL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
Advogado	DR. NEWTON DORNELES SARATT(OAB: 25185-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- NOVO BANCO CONTINENTAL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
- TIAGO UNGARETTI ROSSI

Processo Nº Ag-AIRR-0020588-83.2014.5.04.0201

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. CRISTIANO PRUNES DE AZEVEDO(OAB: 39362-A/RS)
Advogada	DRA. THIARA DE FREITAS WANDEKOKEN(OAB: 127199-A/MG)
Advogado	DR. JULIANA ARRUSSUL TORRES(OAB: 71459-A/RS)
AGRAVADO(S)	EDSON MOREIRA DA MOTTA
Advogado	DR. DIEGO AYRES CORRÊA(OAB: 53116-A/RS)
AGRAVADO(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FERNANDO GOBBO DEGANI(OAB: 57909-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDSON MOREIRA DA MOTTA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-RR-0020593-06.2018.5.04.0512

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	CASTURINA VIANA MANZONI
Advogado	DR. JOSÉ ALEX BITON TAPIA(OAB: 52796-A/RS)
AGRAVADO(S)	MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES
Advogado	DR. ADECIR JOSÉ SLONGO(OAB: 32581-A/RS)
AGRAVADO(S)	CCS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
Advogado	DR. CLAUDIA LARRATEA ECHEVERRIA(OAB: 50858-A/RS)
Advogado	DR. JONATHAN HECK MUNHOZ(OAB: 101977-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CASTURINA VIANA MANZONI
- CCS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
- MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES

Processo Nº Ag-RR-0020656-09.2019.5.04.0411

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	ALINE VIEIRA DA SILVA
Advogado	DR. CARLOS ROBERTO NUNCIO(OAB: 32052/RS)
AGRAVADO(S)	COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado	DR. MARCELO VIEIRA PAPALEO(OAB: 62546-A/RS)
Advogada	DRA. ALESSANDRA SIMAO CASTRO(OAB: 68433-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALINE VIEIRA DA SILVA
- COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV

Processo Nº Ag-RR-0020658-04.2018.5.04.0511

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	SIMONE CAMPAGNARO
Advogada	DRA. LIDIANE GRACIOLLI(OAB: 78550-A/RS)
Advogado	DR. MÁRCIO LUIZ SIMON HECKLER(OAB: 85295/RS)
Advogado	DR. RODRIGO SAMUEL LUDWIG(OAB: 112868-A/RS)
AGRAVADO(S)	SAPORE S.A.
Advogado	DR. JIMMY BARIANI KOCH(OAB: 50783-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- SAPORE S.A.
- SIMONE CAMPAGNARO

Processo Nº Ag-AIRR-0020671-81.2020.5.04.0333

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	DR. PAULO ROBERTO VIGNA(OAB: 173477-A/SP)
AGRAVADO(S)	WESLEY RENAN HANS DE ALMEIDA
Advogado	DR. GILBERTO HENRIQUE BUZA DA CUNHA(OAB: 75214-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
- WESLEY RENAN HANS DE ALMEIDA

Processo Nº Ag-RR-0020714-23.2015.5.04.0291

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	SAULO NEMETZ BRONFMAN
Advogado	DR. CARLOS ROBERTO NÚNCIO(OAB: 32052-B/RS)
AGRAVADO(S)	AMBEV S.A.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado	DR. MARCELO VIEIRA PAPALEO(OAB: 62546-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMBEV S.A.
- SAULO NEMETZ BRONFMAN

Processo Nº Ag-AIRR-0020823-58.2017.5.04.0811

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL - ELETROBRAS CGT ELETROSUL
Advogado	DR. ROBERTO PIERRI BERSCH(OAB: 24484-A/RS)
AGRAVADO(S)	PAULO ROBERTO BRUM CORREA
Advogado	DR. ELÓI PAULO SIQUEIRA CURSINO(OAB: 86189-A/RS)
AGRAVADO(S)	RVT CONSTRUTORA SUL S.A.

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL - ELETROBRAS CGT ELETROSUL
- PAULO ROBERTO BRUM CORREA
- RVT CONSTRUTORA SUL S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0020848-03.2014.5.04.0027

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	CONCÓRDIA LOGÍSTICA S.A.
Advogado	DR. DANIEL DE CASTRO MAGALHÃES(OAB: 83473/MG)
Advogada	DRA. MARIA GABRIELA LOPES DE MACEDO(OAB: 61505-A/DF)
AGRAVADO(S)	JOACIR DE SOUZA PINTO
Advogado	DR. LUCAS SCHARDONG SIQUEIRA MARTINAZZO(OAB: 69736-A/RS)
AGRAVADO(S)	COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV
Advogado	DR. RAFAEL SGANZERLA DURAND(OAB: 211648/SP)
Advogado	DR. NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB: 80025-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV
- CONCÓRDIA LOGÍSTICA S.A.
- JOACIR DE SOUZA PINTO

Processo Nº Ag-RR-0020894-16.2014.5.04.0019

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
AGRAVADO(S)	WILLIAM MENSCHEID DE SOUZA
Advogado	DR. PABLO HENRIQUE SCHUH DO NASCIMENTO(OAB: 67450-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- TELEFÔNICA BRASIL S.A.
- WILLIAM MENSCHEID DE SOUZA

Processo Nº Ag-RR-0020944-91.2017.5.04.0292

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	GERDAU AÇOS LONGOS S.A.
Advogado	DR. GUILHERME GUIMARAES(OAB: 37672-A/RS)
AGRAVADO(S)	DIEGO GONCALVES LUZ
Advogado	DR. LUCIANO DE SOUZA CHEIRAM(OAB: 86010-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIEGO GONCALVES LUZ
- GERDAU AÇOS LONGOS S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0020971-64.2015.5.04.0124

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	ECOVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A.
Advogada	DRA. ANA CATHARINA CAHIM DE MELLO(OAB: 167659-A/RJ)
AGRAVADO(S)	ALEXANDRE RODRIGUES CORREA
Advogada	DRA. VANESSA ENDERLE BOHNS(OAB: 73510/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE RODRIGUES CORREA
- ECOVIX CONSTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0020984-86.2018.5.04.0341

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE DOIS IRMAOS
Advogado	DR. DANIEL ALBERTO LEMMERTZ(OAB: 59730-A/RS)
Advogado	DR. FILIPE MERKER BRITTO(OAB: 69129-A/RS)
AGRAVADO(S)	MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS
Procuradora	DRA. ROCHELE HENTZ

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS
- SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE DOIS IRMAOS

Processo Nº Ag-RR-0020994-55.2015.5.04.0012

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. MARCUS ANDRÉ NASCIMENTO MARCHI(OAB: 56550/RS)
Advogado	DR. ADROALDO DA SILVA FILHO(OAB: 63304/RS)
AGRAVADO(S)	CLAITON RODRIGUES DA SILVA
Advogado	DR. RENATO KLIEMANN PAESE(OAB: 29134/RS)
Advogado	DR. SAULO OLIVEIRA DO NASCIMENTO(OAB: 72958/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAITON RODRIGUES DA SILVA
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Processo Nº Ag-RR-0021017-19.2016.5.04.0027

Complemento	Plenário Virtual

Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. MARCELO LUÍS FORTE PITTOL(OAB: 50390-A/RS)
Advogada	DRA. MARIA MICHELLE CRACIUN BRUTTEN(OAB: 7119/RN)
AGRAVADO(S)	MELINA FUZER VOIGT CASTAGNETTI
Advogado	DR. JORGE AIRTON BRANDÃO YOUNG(OAB: 31684-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- MELINA FUZER VOIGT CASTAGNETTI

Processo Nº Ag-RRAg-0021170-84.2018.5.04.0026

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	MARCO AURELIO NUNES DE OLIVEIRA
Advogado	DR. RÉGIS ELENO FONTANA(OAB: 27389-A/RS)
Advogado	DR. FERNANDO MONTI CHRUSCIEL(OAB: 84146-A/RS)
Advogado	DR. VAGNER VON DIEMEN(OAB: 88146-A/RS)
Advogado	DR. CAROLINNE CUSTODIO DE ABREU(OAB: 96780-A/RS)
AGRAVADO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado	DR. GILBERTO ANTÔNIO PANIZZI FILHO(OAB: 47284-A/RS)
Advogado	DR. FÁBIO RADIN(OAB: 53690-A/RS)
Advogada	DRA. BIANCA ZOEHLER BAUMGART CRESTANI(OAB: 65698-A/RS)
Advogada	DRA. MARIANA VIANA FRAGA(OAB: 30759/DF)
Advogado	DR. JOSÉ ALEXANDRE FENILLI DE MIRANDA(OAB: 58492-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- MARCO AURELIO NUNES DE OLIVEIRA

Processo Nº Ag-AIRR-0021234-37.2017.5.04.0024

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
Advogada	DRA. MONICA CANELLAS ROSSI(OAB: 28359-S/RS)
Advogado	DR. BENONI CANELLAS ROSSI(OAB: 43026-A/RS)
AGRAVADO(S)	CERES HELENA PEREIRA DE SENNA
Advogado	DR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES(OAB: 19241/DF)
Advogada	DRA. WANDA ELISABETH DUPKE(OAB: 48754-A/RS)
Advogado	DR. LUIS FELIPE BICA MARTINS(OAB: 88809-A/RS)
Advogado	DR. INGRID RENZ BIRNFELD(OAB: 51641-A/RS)
Advogado	DR. MARINA ZANCHY DAL FORNO(OAB: 76299-A/RS)
Advogado	DR. DAVID DA COSTA LOPES(OAB: 72911-A/RS)
Advogada	DRA. CAMILA FERRAZ FERREIRA(OAB: 90998-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CERES HELENA PEREIRA DE SENNA
- HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0021264-63.2015.5.04.0373

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	CENTRO DE PRODUÇÃO RIO GRANDENSE DE ESPUMAS INDUSTRIAIS LTDA.
Advogado	DR. HENRIQUE JOSE DA ROCHA(OAB: 36568-A/RS)
AGRAVADO(S)	ANDRE RICARDO DILLENBURG
Advogado	DR. DANIEL TOLENTINO MOTA E SILVA(OAB: 55142-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE RICARDO DILLENBURG
- CENTRO DE PRODUÇÃO RIO GRANDENSE DE ESPUMAS INDUSTRIAIS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0021346-94.2016.5.04.0006

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	CENTRO DE PRODUÇÃO RIO GRANDENSE DE ESPUMAS INDUSTRIAIS LTDA.
Advogado	DR. HENRIQUE JOSE DA ROCHA(OAB: 36568-A/RS)
AGRAVADO(S)	MARCOS BRENDON SOARES DA SILVA
Advogado	DR. GIOVANA PINZON(OAB: 64207-A/RS)
AGRAVADO(S)	BELLA COMERCIO DE COLCHOES LTDA - ME

Intimado(s)/Citado(s):

- BELLA COMERCIO DE COLCHOES LTDA - ME
- CENTRO DE PRODUÇÃO RIO GRANDENSE DE ESPUMAS INDUSTRIAIS LTDA.
- MARCOS BRENDON SOARES DA SILVA

Processo Nº Ag-RR-0021388-49.2016.5.04.0102

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	NEUSA SOARES CONCEICAO
Advogado	DR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES(OAB: 19241/DF)
Advogado	DR. LÚCIO FERNANDES FURTADO(OAB: 65084-A/RS)
Advogado	DR. PEDRO TEIXEIRA MESQUITA DA COSTA(OAB: 72811-A/RS)
AGRAVADO(S)	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEE-GT E OUTROS
Advogado	DR. RODRIGO SOARES CARVALHO(OAB: 39510-A/RS)
Advogado	DR. JIMMY BARIANI KOCH(OAB: 50783/RS)
Advogada	DRA. LUCIANA SOARES KLOECKNER(OAB: 96423-A/RS)
Advogado	DR. DENISE PIRES FINCATO(OAB: 37057-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEE-GT E OUTROS
- NEUSA SOARES CONCEICAO

Processo Nº Ag-RR-0021435-26.2016.5.04.0101

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	DR. DIEGO LA ROSA GONÇALVES(OAB: 70065-A/RS)
Advogado	DR. CLÁUDIA MORAES DIEFENTHÄLER(OAB: 71427-A/RS)
AGRAVADO(S)	JAIRO SILVA DE CASTRO
Advogado	DR. FLÁVIO SARTORI(OAB: 24339-A/RS)
Advogado	DR. GENÉSIO EDAR SILVEIRA CAMACHO(OAB: 53055/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- JAIRO SILVA DE CASTRO
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-AIRR-0021497-73.2015.5.04.0013

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	LUIS FELIPE DUCATI - EPP E OUTRAS
Advogado	DR. FERNANDA LUISA MATT(OAB: 60536-A/PR)
Advogado	DR. MARIO DALCOMUNI NETO(OAB: 55293-A/PR)
AGRAVADO(S)	EWERTON ELIAS LEVISKY
Advogado	DR. WILLIAM ROGER GRINSTEIN(OAB: 73244-A/RS)
Advogado	DR. FILIPE OURIQUE KLAFKE(OAB: 74084-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EWERTON ELIAS LEVISKY
- LUIS FELIPE DUCATI - EPP E OUTRAS

Processo Nº Ag-RR-0021590-14.2016.5.04.0009

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	CASSIO MUHL
Advogado	DR. RÉGIS ELENO FONTANA(OAB: 27389/RS)
AGRAVADO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogado	DR. YURI GROSSI MAGADAN(OAB: 36844/RS)
Advogado	DR. TIAGO DE FREITAS LIMA LOPES(OAB: 56990-A/RS)
Advogado	DR. GILBERTO ANTÔNIO PANIZZI FILHO(OAB: 47284-A/RS)
Advogada	DRA. BIANCA ZOEHLER BAUMGART CRESTANI(OAB: 65698-A/RS)
Advogado	DR. RINALDO PENTEADO DA SILVA(OAB: 51689-A/RS)
Advogada	DRA. ALESSANDRA WEBER BUENO GIONGO(OAB: 47671-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- CASSIO MUHL

Processo Nº Ag-RRAg-0021642-54.2017.5.04.0662

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado	DR. NEWTON DORNELES SARATT(OAB: 25185-A/RS)
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE PASSO FUNDO E REGIÃO
Advogado	DR. AFONSO ERNESTO CANABARRO DA SILVA(OAB: 44246-A/RS)
Advogado	DR. ADRIAN RAMOS PINTO(OAB: 94114-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE PASSO FUNDO E REGIÃO

Processo Nº Ag-AIRR-0021684-69.2016.5.04.0232

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	LUCIA SCHUQUEL DE AVILA
Advogado	DR. BRUNO JULIO KAHLE FILHO(OAB: 21053-A/RS)
AGRAVADO(S)	MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ
Procurador	DR. FÉLIX MENGER MONTEIRO
Procuradora	DRA. MARINA BARRADAS

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCIA SCHUQUEL DE AVILA
- MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ

Processo Nº Ag-RRAg-0025577-27.2017.5.24.0022

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado	DR. IVAN CARLOS DE ALMEIDA(OAB: 173886-A/SP)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS BANCARIOS DE DOURADOS E REGIAO MS
Advogado	DR. NILO DA CUNHA JAMARDO BEIRO(OAB: 108720/SP)
Advogado	DR. JOSÉ EYMARD LOGUERCIO(OAB: 1441-B/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- SINDICATO DOS BANCARIOS DE DOURADOS E REGIAO MS

Processo Nº Ag-RR-0043100-13.2008.5.04.0026

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	MICHAEL SOARES PRUDENCIO
Advogado	DR. CARLOS ROBERTO NUNCIO(OAB: 32052/RS)
AGRAVADO(S)	COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV

Advogado	DR. MARCELO VIEIRA PAPALEO(OAB: 62546-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV
- MICHAEL SOARES PRUDENCIO

Processo Nº Ag-RR-0046400-49.2008.5.04.0004

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	PAULO MELLO
Advogado	DR. MAURO DE AZEVEDO MENEZES(OAB: 19241/DF)
Advogado	DR. LÚCIO FERNANDES FURTADO(OAB: 65084-A/RS)
AGRAVADO(S)	FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROCEEE
Advogada	DRA. ADRIANA MARIA FONSECA SALERNO(OAB: 16035/RS)
AGRAVADO(S)	COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT E OUTRAS
Advogado	DR. JIMMY BARIANI KOCH(OAB: 50783/RS)
Advogado	DR. DENISE PIRES FINCATO(OAB: 37057-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT E OUTRAS
- FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROCEEE
- PAULO MELLO

Processo Nº Ag-AIRR-0053000-03.2009.5.12.0013

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI
Advogada	DRA. GIOVANA MICHELIN LETTI(OAB: 21422-A/SC)
AGRAVADO(S)	OSNI AMANDIO VALANDRO
Advogada	DRA. MARÍLIA MARIA PAESE(OAB: 27931/PR)
AGRAVADO(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada	DRA. GLAUCE RUIANA TOMAZ(OAB: 18387/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI
- OSNI AMANDIO VALANDRO

Processo Nº Ag-AIRR-0080700-39.2006.5.05.0017

Processo Nº Ag-AIRR-00807/2006-017-05-00.0

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	DR. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 17769-S/BA)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO QUÍMICO/PETROLEIRO DO ESTADO DA BAHIA
Advogado	DR. ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS(OAB: 5939/DF)
AGRAVADO(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogada	DRA. FABIANA GALDINO COTIAS(OAB: 22164/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO QUÍMICO/PETROLEIRO DO ESTADO DA BAHIA

Processo Nº Ag-RRAg-0094800-27.2000.5.09.0072

Processo Nº Ag-RRAg-00948/2000-072-09-00.8

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465/PR)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	IZIDORO KALINOSKI
Advogado	DR. MÁRCIO JONES SUTTILE

Intimado(s)/Citado(s):

- IZIDORO KALINOSKI
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-AIRR-0100203-66.2017.5.01.0342

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	MATHEUS SILVERIO DA CUNHA
Advogado	DR. HÉRCULES ANTON DE ALMEIDA(OAB: 59505/RJ)
Advogado	DR. JULIANO MOREIRA DE ALMEIDA(OAB: 88851-A/RJ)
AGRAVADO(S)	PAZ COSMETICA EIRELI
Advogado	DR. FÁBIO DEZZOTTI D'ELBOUX(OAB: 165618-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MATHEUS SILVERIO DA CUNHA
- PAZ COSMETICA EIRELI

Processo Nº Ag-AIRR-0100862-31.2017.5.01.0001

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BERNARDO CANELLAS MARRA
Advogado	DR. MARCOS ELI DE OLIVEIRA JÚNIOR(OAB: 125459-A/RJ)
Advogado	DR. BRUNO FEIJÓ IMBROINISIO(OAB: 145017/RJ)
Advogado	DR. CARLOS AUGUSTO MARCONDES DE OLIVEIRA MONTEIRO(OAB: 183536-A/SP)
AGRAVADO(S)	BANCO VOTORANTIM S.A.
Advogada	DRA. PRISCILA MATHIAS DE MORAIS FICHTNER(OAB: 169760/SP)

Advogado	DR. EDUARDO CHALFIN(OAB: 53588 -A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO VOTORANTIM S.A.
- BERNARDO CANELLAS MARRA

Processo Nº Ag-RR-0101148-76.2017.5.01.0011

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	AIRON DELGADO MENDES
Advogado	DR. MAURÍCIO MÜLLER DA COSTA MOURA(OAB: 86770-A/RJ)
AGRAVADO(S)	BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado	DR. HENRIQUE CLÁUDIO MAUÉS(OAB: 35707-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AIRON DELGADO MENDES
- BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0101251-15.2018.5.01.0281

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
Procurador	DR. ANTÔNIO JOSÉ CABRAL DE OLIVEIRA
Procurador	DR. LENICIO FIGUEIREDO SALLES
AGRAVADO(S)	MARIA DAS GRACAS DA SILVA ALVES
Advogado	DR. ROBERTA BATISTA BORBA(OAB: 169250-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA DAS GRACAS DA SILVA ALVES
- MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA

Processo Nº Ag-RR-0101337-84.2017.5.01.0001

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: 15553/DF)
Advogado	DR. ILAN GOLDBERG(OAB: 100643-A/RJ)
Advogado	DR. PRISCILA MATHIAS DE MORAIS FICHTNER(OAB: 169760-A/SP)
Advogado	DR. EDUARDO CHALFIN(OAB: 53588 -A/RJ)
Advogada	DRA. FERNANDA RIBEIRO UCHOA TEIXEIRA(OAB: 101952-A/RJ)
AGRAVADO(S)	CELICE DAMASCENO BENTO DA SILVA
Advogado	DR. ALEXANDRE MATZENBACHER(OAB: 67908-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- CELICE DAMASCENO BENTO DA SILVA

Processo Nº Ag-RRAg-0101398-88.2017.5.01.0018

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogada	DRA. GUILMAR BORGES DE REZENDE(OAB: 22259-A/RJ)
Advogado	DR. ERIKA LEIBEL(OAB: 81241-A/RJ)
AGRAVADO(S)	LUCIA CRISTINA SOARES MEDEIROS
Advogado	DR. GEOVANI DE OLIVEIRA SANTOS(OAB: 145857-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- LUCIA CRISTINA SOARES MEDEIROS

Processo Nº Ag-RR-0101658-76.2017.5.01.0080

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	LEANDRO WESLEY RODRIGUES DO NASCIMENTO
Advogado	DR. LÉO MENEZES FARRULLA(OAB: 68289/RJ)
AGRAVADO(S)	REPÚBLICA KOREA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA
Advogado	DR. FERNANDO MORELLI ALVARENGA(OAB: 86424-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEANDRO WESLEY RODRIGUES DO NASCIMENTO
- REPÚBLICA KOREA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

Processo Nº Ag-AIRR-0102902-65.2016.5.01.0471

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogada	DRA. MARIANA VIANA FRAGA(OAB: 30759/DF)
Advogada	DRA. VANESSA GRENIER FERREIRA DA MOTTA(OAB: 81172-A/RJ)
AGRAVADO(S)	ELSON BRAGA NETO
Advogada	DRA. LUCIANA SANCHES COSSÃO(OAB: 147421-A/RJ)
Advogado	DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 138778/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- ELSON BRAGA NETO

Processo Nº Ag-AIRR-0104900-21.2001.5.02.0001

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.
Advogado	DR. SÉRGIO GONINI BENÍCIO(OAB: 195470/SP)
AGRAVADO(S)	RUBENS ROCHA
Advogado	DR. RAQUEL BRAZ DE PROENÇA ROCHA(OAB: 129628-A/SP)
AGRAVADO(S)	C.O.U ADMINISTRACAO DE BENS LTDA
Advogada	DRA. MARISSOL GOMEZ RODRIGUES(OAB: 151758-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- C.O.U ADMINISTRACAO DE BENS LTDA

- MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.
- RUBENS ROCHA

Processo Nº Ag-AIRR-0109000-56.2006.5.05.0002

Processo Nº Ag-AIRR-01090/2006-002-05-00.5

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
Advogado	DR. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 17769-S/BA)
AGRAVADO(S)	SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO QUÍMICO, PETROQUÍMICO, PLÁSTICOS, FERTILIZANTES E TERMINAIS QUÍMICOS DO ESTADO DA BAHIA - SINDIQUÍMICA
Advogado	DR. NEI VIANA COSTA PINTO(OAB: 8361/BA)
AGRAVADO(S)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. CARLOS EDUARDO CARDOSO DUARTE(OAB: 15613-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO QUÍMICO, PETROQUÍMICO, PLÁSTICOS, FERTILIZANTES E TERMINAIS QUÍMICOS DO ESTADO DA BAHIA - SINDIQUÍMICA

Processo Nº Ag-AIRR-0129900-04.2009.5.04.0028

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	ECT EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Advogado	DR. LOURENÇO MARCHIONATTI(OAB: 63838/RS)
Advogada	DRA. MARIA MICHELLE CRACIUN BRUTTEN(OAB: 7119/RN)
AGRAVADO(S)	GERALDO DE SOUZA ROCHA
Advogado	DR. ANTÔNIO COLPO(OAB: 26770-A/RS)
Advogada	DRA. DENISE CRISTINA SORDI(OAB: 61507-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ECT EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
- GERALDO DE SOUZA ROCHA

Processo Nº Ag-RR-0191700-53.2003.5.02.0463

Processo Nº Ag-RR-01917/2003-463-02-00.7

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.
Advogada	DRA. SÍLVIA PELLEGRINI RIBEIRO(OAB: 230654-A/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	EDSON DOS SANTOS
Advogado	DR. PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA(OAB: 136460/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDSON DOS SANTOS
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Processo Nº Ag-RR-0268600-84.2008.5.02.0016

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
Advogada	DRA. MARIA EDUARDA FERREIRA RIBEIRO DO VALLE GARCIA
AGRAVADO(S)	SIOKEI AHAGON
Advogado	DR. FARLEY BARBOSA FERREIRA(OAB: 252624/SP)
Advogada	DRA. SANDRA REGINA POMPEO MARTINS(OAB: 75726/SP)
Advogada	DRA. MARLENE RICCI(OAB: 65460-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
- SIOKEI AHAGON

Processo Nº Ag-RRAg-1000090-98.2019.5.02.0242

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	CLARO S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
Advogada	DRA. RENATA PEREIRA ZANARDI(OAB: 33819-A/RS)
AGRAVADO(S)	DENNIS RAFAEL NEVES
Advogado	DR. ADRIANO ALVES DE ARAÚJO(OAB: 299525-A/SP)
AGRAVADO(S)	PLESSEY SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO S.A.
- DENNIS RAFAEL NEVES
- PLESSEY SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Processo Nº Ag-RR-1000147-96.2019.5.02.0087

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	DRA. GLORIETE APARECIDA CARDOSO(OAB: 78566/SP)
Advogada	DRA. REGIANE OLÍMPIO FIALHO(OAB: 46629-A/DF)
AGRAVADO(S)	SILVIO APARECIDO MENDES SANCHES
Advogado	DR. ANTÔNIO CLARET VALENTE JUNIOR(OAB: 253192-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- SILVIO APARECIDO MENDES SANCHES

Processo Nº Ag-AIRR-1000221-91.2018.5.02.0021

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS

AGRAVANTE(S)	WALMIR DE OLIVEIRA PEREIRA
Advogado	DR. SÉRGIO CICCONE MARANESI(OAB: 124879-A/SP)
AGRAVADO(S)	MARISA BORO DOS SANTOS
Advogado	DR. ROBSON EDUARDO ANDRADE RIOS(OAB: 86361-A/SP)
Advogado	DR. EDNA ALVES(OAB: 183353-A/SP)
AGRAVADO(S)	FAROUQ ABBAS MOHD ZUHUD
Advogado	DR. ÁLVARO BARBOSA DA SILVA JÚNIOR(OAB: 206388-D/SP)
AGRAVADO(S)	MOVAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PERFIS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- FAROUQ ABBAS MOHD ZUHUD
- MARISA BORO DOS SANTOS
- MOVAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PERFIS LTDA.
- WALMIR DE OLIVEIRA PEREIRA

Processo Nº Ag-AIRR-1000390-17.2019.5.02.0321

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	SWISSPORT BRASIL LTDA.
Advogado	DR. MAURO TAVARES CERDEIRA(OAB: 117756-A/SP)
AGRAVADO(S)	WAGNER SOBRAL SALLES
Advogado	DR. ORLEI RIBEIRO SILVA(OAB: 184808-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- SWISSPORT BRASIL LTDA.
- WAGNER SOBRAL SALLES

Processo Nº Ag-RRAg-1000619-82.2015.5.02.0202

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	PAULO RICARDO MARTINS VAZ
Advogada	DRA. MELISSA KARINA TOMKIW(OAB: 30750-A/PR)
Advogado	DR. FLÁVIO BIANCHINI DE QUADROS(OAB: 220411-A/SP)
Advogado	DR. MÁRCIO JONES SUTTILE(OAB: 25665-A/PR)
Advogado	DR. JOSIEL VACISKI BARBOSA(OAB: 191692-S/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	BAYER S.A.
Advogado	DR. DANILO PIERI PEREIRA(OAB: 183545-A/SP)
Advogado	DR. MARIA HELENA VILLELA AUTUORI ROSA(OAB: 102684-A/SP)
AGRAVADO(S)	GETRONICS LTDA
Advogado	DR. ANDERSON DE SOUZA MERLI(OAB: 281737-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BAYER S.A.
- GETRONICS LTDA
- PAULO RICARDO MARTINS VAZ

Processo Nº Ag-RRAg-1000632-39.2018.5.02.0473

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	DR. ARMINDO BAPTISTA MACHADO(OAB: 78583-A/SP)
Advogado	DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTES(OAB: 15553/DF)
AGRAVADO(S)	LUIZ MAGANHA
Advogada	DRA. ALINE TERESA PARREIRA DAVANZO GARCIA(OAB: 312311-A/SP)
Advogado	DR. JOSÉ AMÉRICO MARTINS GARCIA(OAB: 337279-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- LUIZ MAGANHA

Processo Nº Ag-RRAg-1000633-71.2018.5.02.0231

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	DR. FÁBIO RIVELLI(OAB: 297608/SP)
AGRAVADO(S)	NAZARENO FERREIRA LIMA
Advogado	DR. RODRIGO ANTÔNIO DE SOUSA(OAB: 264268/SP)
Advogado	DR. DOGLAS BATISTA DE ABREU(OAB: 235001/SP)
AGRAVADO(S)	TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Advogado	DR. SÉRGIO CARNEIRO ROSI(OAB: 71639/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- NAZARENO FERREIRA LIMA
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-1000750-68.2020.5.02.0077

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
Advogado	DR. ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819-A/PI)
Advogado	DR. AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1829-A/PI)
Advogada	DRA. ALICE SIQUEIRA PEU MONTANS DE SA(OAB: 268364-A/SP)
AGRAVADO(S)	EDUARDO DE SOUZA CLARO
Advogado	DR. MARCOS MAURÍCIO BERNARDINI(OAB: 216610-A/SP)
AGRAVADO(S)	DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
Advogado	DR. ODAIR EDUARDO IVASCO(OAB: 312072-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ
- DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI
- EDUARDO DE SOUZA CLARO

Processo Nº Ag-RRAg-1000814-92.2015.5.02.0323

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS

AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	RODRIGO DUARTE DA SILVA
Advogado	DR. CELSO FERRAREZE(OAB: 219041/SP)
Advogada	DRA. RAQUEL SILVA STURMHOEBEL(OAB: 373413/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogado	DR. JOÃO CHUNG(OAB: 125600-A/SP)
Advogada	DRA. MARIANA VIANA FRAGA(OAB: 30759/DF)
Advogado	DR. RICARDO MOREIRA PRATES BIZARRO(OAB: 245431-A/SP)
Advogada	DRA. JOICE DE AGUIAR RUZA(OAB: 220735-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- RODRIGO DUARTE DA SILVA

Processo Nº Ag-RR-1000826-74.2018.5.02.0041

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCARD S.A.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado	DR. MATHEUS STARCK DE MORAES(OAB: 316256/SP)
Advogado	DR. CLEBER PINHEIRO(OAB: 94092-A/SP)
AGRAVADO(S)	BRUNA DE SOUZA PALMA
Advogada	DRA. DEISE DE OLIVEIRA SOUZA(OAB: 265752-A/SP)
Advogada	DRA. ELIANA SÃO LEANDRO NÓBREGA(OAB: 278019/SP)
AGRAVADO(S)	TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.
Advogado	DR. RENÊ GUILHERME KOERNER NETO(OAB: 187158-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCARD S.A.
- BRUNA DE SOUZA PALMA
- TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.

Processo Nº Ag-RR-1000848-89.2019.5.02.0432

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	BRASANITAS HOSPITALAR - HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE AMBIENTES DE SAÚDE LTDA.
Advogado	DR. JAIR TAVARES DA SILVA(OAB: 46688-D/SP)
AGRAVADO(S)	ADEILDES DA SILVA SOUZA
Advogada	DRA. SHARIA VEIGA LUZIANO(OAB: 290678-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADEILDES DA SILVA SOUZA
- BRASANITAS HOSPITALAR - HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE AMBIENTES DE SAÚDE LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-1000865-58.2020.5.02.0055

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. CARLOS ALBERTO BERGANTINI DOMINGUES(OAB: 157745/SP)
Advogada	DRA. GLORIETE APARECIDA CARDOSO(OAB: 78566/SP)
Procurador	DR. PROCURADORIA DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS-ECT
AGRAVADO(S)	ELVIRA MARIA DE CARVALHO
Advogado	DR. HUDSON MARCELO DA SILVA(OAB: 170673-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELVIRA MARIA DE CARVALHO
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Processo Nº Ag-AIRR-1001085-75.2019.5.02.0351

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	MUNICÍPIO DE JANDIRA
Procuradora	DRA. SÍLVIA KÕHNEN ABRAMOVAY
AGRAVADO(S)	BAFING BAGAYOKO
Advogado	DR. ROBERTO HIROMI SONODA(OAB: 115094-D/SP)
AGRAVADO(S)	LOCAVARGEM LTDA
Advogado	DR. JAZIELE BRITO SANTOS(OAB: 426370-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BAFING BAGAYOKO
- LOCAVARGEM LTDA
- MUNICÍPIO DE JANDIRA

Processo Nº Ag-AIRR-1001120-49.2019.5.02.0605

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	LAS TECH TECNOLOGIA E LOGISTICA - EIRELI - EPP
Advogada	DRA. ROSANNA COSTA SOUSA LIMA(OAB: 407781/SP)
AGRAVADO(S)	ERICK MARCIO D ASSUNCAO
Advogado	DR. LINDOMAR JOSÉ DE SOUZA JÚNIOR(OAB: 265136-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ERICK MARCIO D ASSUNCAO
- LAS TECH TECNOLOGIA E LOGISTICA - EIRELI - EPP

Processo Nº Ag-RR-1001163-91.2019.5.02.0085

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)
Advogado	DR. FÁBIO CABRAL SILVA DE OLIVEIRA MONTEIRO(OAB: 261844-A/SP)
AGRAVADO(S)	CAMILA ARIZA LACANNA
Advogado	DR. RODRIGO ZACCHI(OAB: 154052/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- CAMILA ARIZA LACANNA

Processo Nº Ag-RRAg-1001659-81.2017.5.02.0444

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	ESTACIONAMENTO SANTISTA LTDA - ME
Advogado	DR. RICARDO WEHBA ESTEVES(OAB: 98344-A/SP)
AGRAVADO(S)	FABIO DE OLIVEIRA CONCEICAO
Advogado	DR. CAIO PINHEIRO DE ARAUJO SILVA(OAB: 375590-A/SP)
AGRAVADO(S)	HOTEL DE TURISMO PARQUE BALNEÁRIO LTDA.
Advogado	DR. WANDERLEY DE OLIVEIRA TEDESCHI(OAB: 110248-A/SP)
Advogada	DRA. BIANCA BICALHO GALACHO(OAB: 212711-A/SP)
Advogado	DR. THIAGO LOBO VIANA GONÇALVES NUNES(OAB: 150958/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTACIONAMENTO SANTISTA LTDA - ME
- FABIO DE OLIVEIRA CONCEICAO
- HOTEL DE TURISMO PARQUE BALNEÁRIO LTDA.

Processo Nº Ag-RRAg-1001773-15.2019.5.02.0714

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	SUELI APARECIDA DE ALMEIDA CORTEZ
Advogada	DRA. ANDRÉIA CRISTINA MARTINS DAROS VARGAS(OAB: 294669-A/SP)
AGRAVADO(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. VITOR ÂNGELO GONZAIEZ BARUSSO(OAB: 254964-A/SP)
Advogado	DR. ELAINE TABUAS YAMASCHITA(OAB: 285000-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- SUELI APARECIDA DE ALMEIDA CORTEZ

Processo Nº Ag-RR-1001981-35.2017.5.02.0078

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogado	DR. ALBERTO DE ALMEIDA AUGUSTO(OAB: 175416/SP)
Advogado	DR. DANIEL SOUSA ISAÍAS PEREIRA(OAB: 27253-A/DF)
AGRAVADO(S)	SILVIO APARECIDO MENDES SANCHES
Advogado	DR. ANTÔNIO CLARET VALENTE JUNIOR(OAB: 253192-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- SILVIO APARECIDO MENDES SANCHES

Processo Nº Ag-RR-1002660-52.2015.5.02.0386

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE(S)	JOICE SILVA DE SOUZA
Advogado	DR. DOMINGOS SÁVIO ZAINAGHI(OAB: 70869-A/SP)
Advogado	DR. NORDSON GONÇALVES DE CARVALHO(OAB: 225026-A/SP)
AGRAVADO(S)	INSTRONIC INSTRUMENTOS DE TESTES LTDA.
Advogada	DRA. PRISCILA ZINCZYNSZYN(OAB: 196905-A/SP)
Advogado	DR. JAQUELINY MOREIRA MATOS(OAB: 380958-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTRONIC INSTRUMENTOS DE TESTES LTDA.
- JOICE SILVA DE SOUZA

Processo Nº Ag-RR-3430200-07.2008.5.09.0004

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)
Advogada	DRA. MARISSOL JESUS FILLA(OAB: 17245-A/PR)
Advogado	DR. RAFAELLA MUNHOZ DA ROCHA LACERDA(OAB: 38511-A/PR)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	MICHELLE ADRIANE AZOLIN
Advogado	DR. VALDYR ARNALDO LESSNAU PERRINI(OAB: 14015/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- MICHELLE ADRIANE AZOLIN

Processo Nº ARR-0020785-77.2015.5.04.0403

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS(OAB: 83640-A/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S)	PROSERVI SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
Advogado	DR. MARCELO AQUINI FERNANDES(OAB: 51925-A/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S)	HELDER AUGUSTO CORREA DE OLIVEIRA
Advogada	DRA. CAMILA RIVA(OAB: 83256/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- HELDER AUGUSTO CORREA DE OLIVEIRA
- PROSERVI SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.

Processo Nº ED-ARR-0000371-25.2013.5.15.0079

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
EMBARGANTE	GUILHERME PERALTA ROMEIRO
Advogado	DR. DILHERMANDO FIATS(OAB: 208081-A/SP)
EMBARGADO(A)	BANCO BONSUCESSO S.A.
Advogado	DR. DÊNIO MOREIRA DE CARVALHO JÚNIOR(OAB: 41796/MG)
EMBARGADO(A)	REALIZA SOLUÇÕES E NEGÓCIOS LTDA. E OUTRAS
Advogado	DR. LUCAS FERNANDO BARBOSA GOMES(OAB: 181253-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BONSUCESSO S.A.

- GUILHERME PERALTA ROMEIRO
- REALIZA SOLUÇÕES E NEGÓCIOS LTDA. E OUTRAS

Processo Nº ED-RR-0000404-54.2014.5.03.0098

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
EMBARGANTE	MAGNO MACIEL DE OLIVEIRA
Advogado	DR. MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)
EMBARGADO(A)	TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE(OAB: 56543-S/MG)
EMBARGADO(A)	TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Advogado	DR. SÉRGIO CARNEIRO ROSI(OAB: 71639/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- MAGNO MACIEL DE OLIVEIRA
- TELEMAR NORTE LESTE S.A.
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Processo Nº ED-ARR-0000427-37.2015.5.02.0051

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
EMBARGANTE	JANAINA VERCOZA GARCIA
Advogada	DRA. ELIANA SÃO LEANDRO NÓBREGA(OAB: 278019-A/SP)
EMBARGADO(A)	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	DR. NICOLAU FERREIRA OLIVIERI(OAB: 309212-D/SP)
EMBARGADO(A)	LIQ CORP S.A.
Advogado	DR. DANIEL BATTIPAGLIA SGAI(OAB: 214918-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- JANAINA VERCOZA GARCIA
- LIQ CORP S.A.

Processo Nº ED-RR-0000497-53.2012.5.04.0811

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE	FLÁVIO SANTOS LOPES
Advogada	DRA. CECÍLIA DE ARAÚJO COSTA(OAB: 2190/RS)
Advogada	DRA. MONYA RIBEIRO TAVARES PERINI(OAB: 16564/DF)
Advogado	DR. LÚCIO FERNANDES FURTADO(OAB: 65084-A/RS)
Advogada	DRA. FERNANDA DOS SANTOS FIGUEREDO(OAB: 55296-A/BA)
EMBARGADO(A)	COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE
Advogado	DR. FÁBIO MACIEL FERREIRA(OAB: 44065-A/RS)
Advogada	DRA. LUCIANE LOVATO FARACO(OAB: 33818/RS)
EMBARGADO(A)	FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROCEEE
Advogada	DRA. ADRIANA MARIA FONSECA SALERNO(OAB: 16035/RS)
EMBARGADO(A)	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D E OUTRAS
Advogado	DR. JIMMY BARIANI KOCH(OAB: 50783/RS)
Advogado	DR. DENISE PIRES FINCATO(OAB: 37057-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE
- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D E OUTRAS
- FLÁVIO SANTOS LOPES
- FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROCEEE

Processo Nº ED-ED-RRAg-0000674-71.2010.5.02.0090

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE	COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA - CTEEP
Advogado	DR. ALFREDO ZUCCA NETO(OAB: 154694-A/SP)
EMBARGADO(A)	COMPANHIA ENERGÉTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CESP
Advogado	DR. CARLOS EDUARDO CURY(OAB: 122855/SP)
EMBARGADO(A)	FUNDACAO CESP
Advogado	DR. FRANCO MAURO RUSSO BRUGIONI(OAB: 173624-A/SP)
EMBARGADO(A)	LAERCIO VITORIO
Advogada	DRA. ANA REGINA GALLI INNOCENTI(OAB: 71068-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA - CTEEP
- COMPANHIA ENERGÉTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CESP
- FUNDACAO CESP
- LAERCIO VITORIO

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0000865-56.2016.5.09.0658

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
EMBARGANTE	VIACAO CIDADE VERDE LTDA
Advogado	DR. DIEGO FELIPE MUÑOZ DONOSO(OAB: 21624/PR)
EMBARGADO(A)	AIRTON PADILHA DE CASTRO
Advogado	DR. MARLON JOSÉ DE OLIVEIRA(OAB: 16977-A/PR)
Advogado	DR. ALANE RODRIGUES DA SILVA(OAB: 48211-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- AIRTON PADILHA DE CASTRO
- VIACAO CIDADE VERDE LTDA

Processo Nº ED-RRAg-0001604-25.2012.5.04.0006

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE	DELONI BARCELLOS FOIATTO
Advogado	DR. RENATO KLIEMANN PAESE(OAB: 29134/RS)
Advogado	DR. ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS(OAB: 5939/DF)
EMBARGADO(A)	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
Advogado	DR. DANTE ROSSI(OAB: 3161-A/RS)

Advogada	DRA. MONICA CANELLAS ROSSI(OAB: 28359-S/RS)
Advogado	DR. BENONI CANELLAS ROSSI(OAB: 43026-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DELONI BARCELLOS FOIATTO
- HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

Processo Nº ED-RR-0002745-51.2014.5.09.0562

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE	JOSE APARECIDO GOMES
Advogado	DR. FERNANDO BURGHI(OAB: 41544-A/PR)
EMBARGADO(A)	MARCOS FERNANDO GARMS E OUTROS
Advogado	DR. MARCELO BRAGATO(OAB: 115536-A/SP)
Advogado	DR. CRISTIANO CARLOS KUSEK(OAB: 212366-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE APARECIDO GOMES
- MARCOS FERNANDO GARMS E OUTROS

Processo Nº ED-RR-0010389-65.2015.5.15.0102

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE	ELISA CARLA DE OLIVEIRA DIAS
Advogado	DR. PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA(OAB: 136460-E/SP)
EMBARGADO(A)	LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA.
Advogada	DRA. RAQUEL NASSIF MACHADO PANEQUE(OAB: 173491/SP)
Advogada	DRA. ANA PAULA FERNANDES LOPES(OAB: 203606/SP)
Advogada	DRA. TATIANE DE CICCO NASCIMBEM CHADID(OAB: 201296-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELISA CARLA DE OLIVEIRA DIAS
- LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº ED-RR-0010934-51.2015.5.03.0044

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
EMBARGANTE	CARLINE ANDRADE DA SILVA
Advogado	DR. HUGO OLIVEIRA HORTA BARBOSA(OAB: 19769-A/DF)
EMBARGADO(A)	ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA
Advogada	DRA. LETÍCIA ALVES GOMES(OAB: 82053-A/MG)
EMBARGADO(A)	BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
Advogada	DRA. VERUSKA APARECIDA CUSTÓDIO(OAB: 63842-A/MG)
Advogado	DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR(OAB: 3609-A/DF)
Advogada	DRA. VANESSA DIAS LEMOS(OAB: 103650/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA
- BANCO BRADESCO S.A. E OUTROS
- CARLINE ANDRADE DA SILVA

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0011117-45.2014.5.01.0001

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE	LANFRANCO SANTONI
Advogado	DR. ANTONIO AFONSO CAETANO BUARQUE EICHLER(OAB: 60058/RJ)
Advogado	DR. MATHEUS DOS SANTOS BUARQUE EICHLER(OAB: 176401-A/RJ)
EMBARGADO(A)	RUBENS PAULO FERNANDES VIEIRA
Advogada	DRA. DANIELE SOARES SCALERCIO(OAB: 153555-A/RJ)
EMBARGADO(A)	MARCELLO ANDREUCCI LIMA MOREIRA SANTONI
EMBARGADO(A)	BRUNO SANTONI

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNO SANTONI
- LANFRANCO SANTONI
- MARCELLO ANDREUCCI LIMA MOREIRA SANTONI
- RUBENS PAULO FERNANDES VIEIRA

Processo Nº ED-RR-0011774-62.2015.5.01.0482

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
EMBARGANTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
EMBARGADO(A)	ANTONIO CARLOS VICTORINO
Advogado	DR. GUILHERME BASTOS NUNES BATISTA(OAB: 104517-A/RJ)
Advogado	DR. CARLOS RENATO GUERRA DA FONSECA(OAB: 104487-A/RJ)
EMBARGADO(A)	ENSCO DO BRASIL PETRÓLEO E GÁS LTDA.
Advogado	DR. DANILO DOS SANTOS LIMA XAVIER(OAB: 149154/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO CARLOS VICTORINO
- ENSCO DO BRASIL PETRÓLEO E GÁS LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0020385-85.2018.5.04.0006

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE	B.A. MEIO AMBIENTE LTDA.
Advogado	DR. PEDRO DE SOUZA FURTADO MENDONÇA(OAB: 15646-A/PA)
Advogado	DR. MICHEL FERRO(OAB: 7961/PA)
Advogado	DR. BERNARDO MORELLI BERNARDES(OAB: 16865-A/PA)
EMBARGADO(A)	ALESSANDRO PEDROZO DO NASCIMENTO
Advogado	DR. ALEXANDER TEIXEIRA EBERHARDT(OAB: 96037-A/RS)
EMBARGADO(A)	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA
Procurador	DR. JOSÉ RODRIGUES MOREIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- ALESSANDRO PEDROZO DO NASCIMENTO
- B.A. MEIO AMBIENTE LTDA.
- DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA

Processo Nº ED-RR-0033900-23.2009.5.04.0001

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE	TIAGO RUIZ
Advogado	DR. DILCEU ANTÔNIO ZATT(OAB: 48265/RS)
EMBARGADO(A)	ITAU UNIBANCO S.A.
Advogado	DR. NEWTON DORNELES SARATT(OAB: 25185-A/RS)
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ITAU UNIBANCO S.A.
- TIAGO RUIZ

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0100328-91.2017.5.01.0226

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Advogada	DRA. MARINA RODRIGUES DA CUNHA BARRETO VIANNA(OAB: 27722/DF)
Advogado	DR. RAFAEL CABRAL LOBO(OAB: 123185-A/RJ)
EMBARGADO(A)	FERNANDA RAFAELE TAVARES DA SILVA
Advogado	DR. WILSON LUIZ DA SILVA(OAB: 89850-D/RJ)
Advogado	DR. PAULO SERGIO ALVES FELIPE(OAB: 204165-A/RJ)
EMBARGADO(A)	PRIMUS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SEGURANÇA EIRELI
Advogada	DRA. MARIA IRENE UCHÔA BAPTISTA(OAB: 107580-A/RJ)
Advogado	DR. MARCELO PEIXOTO DA SILVA(OAB: 93631-A/RJ)
Advogado	DR. ANA PAULA PINHEIRO MONTEIRO(OAB: 106711-A/RJ)
Advogado	DR. FELIPE LUIZ CÉSAR DE SOUSA VIEIRA(OAB: 198224-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
- FERNANDA RAFAELE TAVARES DA SILVA
- PRIMUS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SEGURANÇA EIRELI

Processo Nº ED-Ag-AIRR-0101219-52.2019.5.01.0482

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	DR. FÁBIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037-A/RJ)
EMBARGADO(A)	RICARDO NEVES SANTOS ROUGEMONT
Advogado	DR. RODRIGO RODRIGUES SARMANHO(OAB: 131328-A/RJ)
Advogado	DR. LEONARDO LESSA RABELLO(OAB: 115972-A/RJ)
EMBARGADO(A)	UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	DRA. THIARA DE FREITAS WANDEKOKEN(OAB: 127199-A/MG)
Advogado	DR. RONILDO SIQUEIRA(OAB: 70586 -A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- RICARDO NEVES SANTOS ROUGEMONT
- UTC ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº ED-Ag-RR-0129500-47.2009.5.02.0221

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE	RODRIGO AUGUSTO PROCÓPIO
Advogado	DR. DEJAIR PASSERINE DA SILVA(OAB: 55226/SP)
EMBARGADO(A)	HOERBIGER DO BRASIL INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA.
Advogado	DR. ARNALDO LEONEL RAMOS JÚNIOR(OAB: 112027/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- HOERBIGER DO BRASIL INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA.
- RODRIGO AUGUSTO PROCÓPIO

Processo Nº ED-RRAg-0309600-64.2009.5.09.0071

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
EMBARGANTE	EDEMAR REGELIN
Advogada	DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA(OAB: 33060-A/PR)
EMBARGADO(A)	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	DR. INDALÉCIO GOMES NETO(OAB: 23465/PR)
EMBARGADO(A)	TELENGE TELECOMUNICAÇÕES E ENGENHARIA LTDA.
Advogado	DR. HENRIQUE CUSINATO HERMANN(OAB: 46523-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDEMAR REGELIN
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- TELENGE TELECOMUNICAÇÕES E ENGENHARIA LTDA.

Processo Nº RRAg-0020728-58.2017.5.04.0122

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S)	COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE - GT
Advogado	DR. RODRIGO SOARES CARVALHO(OAB: 39510-A/RS)
Advogado	DR. JIMMY BARIANI KOCH(OAB: 50783/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S)	DOUGLAS DOS SANTOS RESZEL
Advogado	DR. ROBERTA BOEIRA CAMPELO(OAB: 72444-A/RS)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S)	ENERGISA SOLUCOES S.A.
Advogado	DR. DANIEL SEBADELHE ARANHA(OAB: 14139/PB)
Advogada	DRA. THAIS SWELLEN BRITO(OAB: 151836-A/MG)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S)	ODEBRECHT SOLUCOES DE ENGENHARIA S/A
Advogada	DRA. THAIS SWELLEN BRITO(OAB: 151836-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE - GT
- DOUGLAS DOS SANTOS RESZEL
- ENERGISA SOLUCOES S.A.
- ODEBRECHT SOLUCOES DE ENGENHARIA S/A

Processo Nº RRAg-1000596-87.2017.5.02.0034

Complemento	Plenário Virtual
Relator	MIN. BRENO MEDEIROS
AGRAVADO(S) E RECORRENTE(S)	BANCO ORIGINAL S.A.
Advogado	DR. RICARDO ANDRÉ ZAMBO(OAB: 138476/SP)
AGRAVANTE(S) E RECORRIDO(S)	MARIANA MOUTINHO RIBEIRO
Advogado	DR. GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA(OAB: 266541-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO ORIGINAL S.A.
- MARIANA MOUTINHO RIBEIRO

ALEX DA SILVA NASCIMENTO
Secretário da 5ª Turma

Secretaria da Quinta Turma

Pauta

Pauta de Julgamento

Pauta de Julgamento da 2a. Sessão Extraordinária da 5ª Turma, a realizar-se no dia 16 de fevereiro de 2022, às 09h00, na modalidade híbrida (telepresencial e presencial), nos termos do Ato Conjunto TST.GP.GVP.CGJT Nº 217, de 23 de agosto de 2021. Os advogados poderão postular registro de presença em certidão de julgamento e/ou apresentar sustentação oral, que será realizada em tempo real, ao vivo e simultânea ao julgamento, desde que realizado pedido no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da realização da sessão. Para participar da sessão de julgamento o advogado deverá acessar o sistema Zoom, plataforma oficial de videoconferência instituída pelo ATO CONJUNTO N. 54/TST.CSJT.GP, de 29 de dezembro de 2020, através do link https://tst-jus-br.zoom.us/my/setr5. Caso queira participar de forma presencial, o advogado deverá atentar-se ao que dispõe o Ato Conjunto TST.GP.GVP.CGJT Nº 217, de 23 de agosto de 2021.

Processo Nº AIRR-0000064-07.2020.5.06.0102

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	EFICAZ ENERGIA E SERVICOS LTDA
ADVOGADO	ANTONIO CLETO GOMES(OAB: 5864/CE)
AGRAVADO	ANDERSON SERGIO DA SILVA
ADVOGADO	ROBERTHA CATHARINA CAVALCANTI E SILVA(OAB: 42378/PE)
ADVOGADO	SIMONE AGUIAR DE MEDEIROS CASTRO(OAB: 14890-D/PE)
ADVOGADO	RAQUEL LEITE STIVAL(OAB: 31902-D/PE)
AGRAVADO	COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
ADVOGADO	JESSICA ANDRADE MONTE(OAB: 36506/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON SERGIO DA SILVA
- COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
- EFICAZ ENERGIA E SERVICOS LTDA

Processo Nº AIRR-0000073-92.2017.5.05.0492

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	UNIÃO FEDERAL (AGU)
AGRAVADO	FERNANDO ALVES DE JESUS
ADVOGADO	MARCOS ANTONIO FARIAS PINTO(OAB: 14421/BA)
AGRAVADO	IT ALIMENTOS LTDA - EPP
ADVOGADO	BERNARDO BARBOSA ALMEIDA(OAB: 41515/DF)
ADVOGADO	NATHANIEL VICTOR MONTEIRO DE LIMA(OAB: 39473/DF)
ADVOGADO	KALLYDE CAVALCANTI MACEDO(OAB: 140676/MG)
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- FERNANDO ALVES DE JESUS
- IT ALIMENTOS LTDA - EPP
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- UNIÃO FEDERAL (AGU)

Processo Nº AIRR-0000097-68.2020.5.09.0019

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	MUNICIPIO DE LONDRINA
ADVOGADO	SERGIO VERISSIMO DE OLIVEIRA FILHO(OAB: 32418/PR)
AGRAVADO	SEPAT MULTI SERVICE LTDA
ADVOGADO	MARIANA LINHARES WATERKEMPER(OAB: 56844/PR)
AGRAVADO	SONIA COSTA CHAGAS SOUZA
ADVOGADO	TOBIAS DO PILAR FLORENTINO DA ROSA(OAB: 89408/PR)
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- MUNICIPIO DE LONDRINA
- SEPAT MULTI SERVICE LTDA
- SONIA COSTA CHAGAS SOUZA

Processo Nº AIRR-0000159-66.2018.5.05.0221

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	ESTADO DA BAHIA
ADVOGADO	RONALDO NUNES FERREIRA(OAB: 58585/BA)
AGRAVADO	EVANDRO ALVES BATISTA (ESPÓLIO DE)
ADVOGADO	SUZANA MARCIA FURTADO NUNES(OAB: 27244/BA)
AGRAVADO	MONTE TABOR CENTRO ITALO BRASILEIRO DE PROM SANITARIA
ADVOGADO	IVAN LUIZ MOREIRA DE SOUZA BASTOS(OAB: 11607/BA)
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- EVANDRO ALVES BATISTA (ESPÓLIO DE)
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- MONTE TABOR CENTRO ITALO BRASILEIRO DE PROM SANITARIA

Processo Nº AIRR-0000329-35.2018.5.05.0028

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	ESTADO DA BAHIA
AGRAVADO	C & C MAO DE OBRA TEMPORARIA EIRELI
AGRAVADO	RITA DE CASSIA OLIVEIRA SANTOS
ADVOGADO	BARBARA LOURDES SOUZA SANTOS(OAB: 37318/BA)
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- C & C MAO DE OBRA TEMPORARIA EIRELI
- ESTADO DA BAHIA
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- RITA DE CASSIA OLIVEIRA SANTOS

Processo Nº AIRR-0000451-45.2018.5.08.0002

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	DILMA FERREIRA MARROQUIM
ADVOGADO	ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO(OAB: 258/AM)
ADVOGADO	MILENA SAMPAIO DE SOUSA(OAB: 18356/PA)
AGRAVANTE	FERNANDO MARIO MARROQUIM JUNIOR
ADVOGADO	ANTONIO CANDIDO BARRA MONTEIRO DE BRITTO(OAB: 258/AM)
ADVOGADO	MILENA SAMPAIO DE SOUSA(OAB: 18356/PA)
AGRAVADO	ANDRE DOS REIS PIRES
ADVOGADO	HELIO VIEIRA GAIA FILHO(OAB: 17722/PA)
AGRAVADO	MARROQUIM JUNIOR CONSTRUCOES E PROJETOS LTDA
ADVOGADO	LARISSA YSABELLE FERREIRA MARROQUIM(OAB: 24440/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE DOS REIS PIRES
- DILMA FERREIRA MARROQUIM
- FERNANDO MARIO MARROQUIM JUNIOR
- MARROQUIM JUNIOR CONSTRUCOES E PROJETOS LTDA

Processo Nº AIRR-0000716-06.2016.5.05.0033

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	Universidade Federal da Bahia
AGRAVADO	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA E A EXTENSAO
ADVOGADO	CYNTIA MARIA DE POSSIDIO OLIVEIRA LIMA(OAB: 15654/BA)
AGRAVADO	SUSANE SUSA DE SANTANA LIMA
ADVOGADO	VITOR NEGREIROS OLIVEIRA TEIXEIRA(OAB: 46935/BA)
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA E A EXTENSAO
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- SUSANE SUSA DE SANTANA LIMA
- Universidade Federal da Bahia

Processo Nº AIRR-0000738-49.2017.5.05.0641

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	ESTADO DA BAHIA
AGRAVADO	SANDES CONSERVACAO SERVICOS EIRELI
AGRAVADO	VALDIVINA RODRIGUES GOMES
ADVOGADO	LUIZ FERNANDO SEIXAS TORRES FILHO(OAB: 45517/BA)
ADVOGADO	ANA BRITO KOEHNE(OAB: 37760/BA)
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- SANDES CONSERVACAO SERVICOS EIRELI
- VALDIVINA RODRIGUES GOMES

Processo Nº AIRR-0000793-20.2020.5.13.0011

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	ESTADO DA PARAIBA
AGRAVADO	INSTITUTO GERIR
ADVOGADO	RODRIGO QUEIROZ FERNANDES(OAB: 36968/GO)
AGRAVADO	PAULA SILVANA DA SILVA COSTA
ADVOGADO	ESTEVAM MARTINS DA COSTA NETTO(OAB: 13461/PB)
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA PARAIBA
- INSTITUTO GERIR
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- PAULA SILVANA DA SILVA COSTA

Processo Nº AIRR-0000831-86.2015.5.18.0231

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	ADAO EUGENIO RIBEIRO
ADVOGADO	BETHANIA DE ALMEIDA PEREIRA(OAB: 48105/GO)
AGRAVADO	FORTESUL AGRONEGOCIOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
AGRAVADO	FORTESUL ALARMES E SEGURANCA EIRELI - EPP
AGRAVADO	FORTESUL MANUTENCAO E SERVICOS LTDA
AGRAVADO	FORTESUL SERVICOS ESPECIAIS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
ADVOGADO	SARA FRANCA EUGENIA(OAB: 32581/GO)
AGRAVADO	FORTESUL-SERVICOS, CONSTRUCOES E SANEAMENTO LTDA
AGRAVADO	GEOVANO SOARES DOS SANTOS
ADVOGADO	CLAUDECI GOMES DOS SANTOS(OAB: 20164/GO)

ADVOGADO	ANA CELIA VILELA GODOI BORGES(OAB: 27558/GO)
AGRAVADO	MARLY DE FRANCA EUGENIO
ADVOGADO	POLYANA CHRISTINA ALVES DE OLIVEIRA(OAB: 24631/GO)
ADVOGADO	LEONARDO DA COSTA ARAUJO LIMA(OAB: 26929/GO)
AGRAVADO	ODILIO DE FRANCA FILHO
ADVOGADO	POLYANA CHRISTINA ALVES DE OLIVEIRA(OAB: 24631/GO)
ADVOGADO	LEONARDO DA COSTA ARAUJO LIMA(OAB: 26929/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADAO EUGENIO RIBEIRO
- FORTESUL AGRONEGOCIOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
- FORTESUL ALARMES E SEGURANCA EIRELI - EPP
- FORTESUL MANUTENCAO E SERVICOS LTDA
- FORTESUL SERVICOS ESPECIAIS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
- FORTESUL-SERVICOS, CONSTRUCOES E SANEAMENTO LTDA
- GEOVANO SOARES DOS SANTOS
- MARLY DE FRANCA EUGENIO
- ODILIO DE FRANCA FILHO

Processo Nº AIRR-0001207-63.2019.5.10.0002

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	ATUAL CARGAS TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO	PABLO COELHO CUNHA E SILVA(OAB: 24139/GO)
AGRAVADO	ANDERSON DIAS VASCONCELOS
ADVOGADO	BEATRIZ MENDES DE CARVALHO(OAB: 55606/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON DIAS VASCONCELOS
- ATUAL CARGAS TRANSPORTES LTDA

Processo Nº AIRR-0001223-75.2019.5.22.0004

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADO	RAFAEL LYCURGO LEITE(OAB: 16372/DF)
ADVOGADO	EDUARDO LYCURGO LEITE(OAB: 12307/DF)
AGRAVADO	RAIMUNDO NONATO GOMES FERREIRA
ADVOGADO	FRANCISCO JOSE DE SOUSA(OAB: 16967/PI)
ADVOGADO	DANIELLE DA CRUZ ARAUJO(OAB: 4736/PI)
ADVOGADO	LUCAS FELIPE AIRES BANDEIRA ALVES(OAB: 13248/PI)

Intimado(s)/Citado(s):

- EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
- RAIMUNDO NONATO GOMES FERREIRA

Processo Nº AIRR-0001273-26.2017.5.05.0431

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	ESTADO DA BAHIA
ADVOGADO	ANTONIO JOSE DE OLIVEIRA TELLES DE VASCONCELLOS(OAB: 12351/DF)
AGRAVADO	JOELMA PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO	CLEBER LOPES DANTAS(OAB: 49031/BA)
ADVOGADO	YANNA KARINE BRITO LIMA(OAB: 49028/BA)
AGRAVADO	SANDES CONSERVACAO SERVICOS EIRELI
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DA BAHIA
- JOELMA PEREIRA DOS SANTOS
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- SANDES CONSERVACAO SERVICOS EIRELI

Processo Nº AIRR-0001381-03.2017.5.05.0222

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	FABIANA GALDINO COTIAS(OAB: 22164/BA)
ADVOGADO	ANDREA EUSTAQUIO DE OLIVEIRA(OAB: 33960/DF)
ADVOGADO	CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20283/RJ)
AGRAVADO	GAUDEMAR MENDES GONCALVES JUNIOR
ADVOGADO	CARLOS ALBERTO STOLZE MAGNAVITA JUNIOR(OAB: 23934/BA)
AGRAVADO	LUPATECH S/A
ADVOGADO	JOAO MARCOS CAVICHIOLI FEITEIRO(OAB: 307654/SP)
AGRAVADO	PREST PERFURACOES LTDA
ADVOGADO	JOAO MARCOS CAVICHIOLI FEITEIRO(OAB: 307654/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GAUDEMAR MENDES GONCALVES JUNIOR
- LUPATECH S/A
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
- PREST PERFURACOES LTDA

Processo Nº AIRR-0001945-65.2019.5.11.0053

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	ESTADO DE RORAIMA
ADVOGADO	ANTONIO CARLOS FANTINO DA SILVA(OAB: 329-A/RR)
ADVOGADO	REBECA TEIXEIRA RAMAGEM RODRIGUES(OAB: 383-B/RR)
AGRAVADO	DISTRIBUIDORA VRIL COMERCIO ODONTO MEDICO HOSPITALAR EIRELI - EPP
ADVOGADO	LUCIANA ROSA DE FIGUEIREDO(OAB: 394/RR)
ADVOGADO	HENRIQUE EDUARDO FERREIRA DE FIGUEIREDO(OAB: 270-B/RR)
ADVOGADO	LEONARDO ARAUJO DE AZEVEDO(OAB: 2088/RR)
AGRAVADO	THIAGO CARDOSO COSTA
ADVOGADO	CRISTIANE MONTE SANTANA(OAB: 315/RR)
ADVOGADO	PAULO ALVES ANDRADE JUNIOR(OAB: 1659/RR)

ADVOGADO	LILIANE CASSIANO NICACIO DA SILVA(OAB: 2055/RR)
TERCEIRO INTERESSADO	HENRIQUE EDUARDO FERREIRA DE FIGUEIREDO
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- DISTRIBUIDORA VRIL COMERCIO ODONTO MEDICO HOSPITALAR EIRELI - EPP
- ESTADO DE RORAIMA
- HENRIQUE EDUARDO FERREIRA DE FIGUEIREDO
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- THIAGO CARDOSO COSTA

Processo Nº AIRR-0010443-67.2020.5.15.0098

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	CENTRO ESTADUAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA PAULA SOUZA
AGRAVADO	DUNBAR SERVICOS DE SEGURANCA - EIRELI
AGRAVADO	LUCIANO DIAS DA SILVA
ADVOGADO	ALEX DE SOUZA RANIERI(OAB: 391827/SP)
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRO ESTADUAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA PAULA SOUZA
- DUNBAR SERVICOS DE SEGURANCA - EIRELI
- LUCIANO DIAS DA SILVA
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Processo Nº AIRR-0012366-48.2018.5.15.0018

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	MUNICIPIO DE ITU
AGRAVADO	INSTITUTO BEM ESTAR MR - IBEMAR
AGRAVADO	KELLEN APARECIDA BARBOZA MARTINS
ADVOGADO	ALESSANDRO CARDOSO DE SA(OAB: 240999/SP)
ADVOGADO	MARCOS SOARES NAVARRO(OAB: 416840/SP)
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO BEM ESTAR MR - IBEMAR
- KELLEN APARECIDA BARBOZA MARTINS
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- MUNICIPIO DE ITU

Processo Nº AIRR-0017567-79.2017.5.16.0001

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	ESTADO DO MARANHAO
AGRAVADO	INSTITUTO CIDADANIA E NATUREZA
AGRAVADO	JADIANA ALVES CHAVES ARAUJO
ADVOGADO	ALICIA SANTANA DUARTE MAGALHAES(OAB: 11902/MA)
ADVOGADO	ROBERTO DOS SANTOS BULCAO(OAB: 12219/MA)
ADVOGADO	PEDRO DUAILIBE MASCARENHAS(OAB: 4632/MA)
ADVOGADO	RAYSSA FERREIRA CANTANHEDE(OAB: 16451/MA)
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DO MARANHAO
- INSTITUTO CIDADANIA E NATUREZA
- JADIANA ALVES CHAVES ARAUJO
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Processo Nº AIRR-0020883-28.2017.5.04.0812

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA
ADVOGADO	ROBERTO PIERRI BERSCH(OAB: 24484/RS)
AGRAVADO	ALEXANDRE DE MORAIS ROSA
ADVOGADO	ELTON CARVALHO BARCELOS(OAB: 47967/RS)
AGRAVADO	TORQUE POWER SERVICE LTDA
ADVOGADO	CLEMIR FERNANDO DOS SANTOS CORREA(OAB: 30172/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE DE MORAIS ROSA
- COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA
- TORQUE POWER SERVICE LTDA

Processo Nº RR-0021271-90.2017.5.04.0662

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
RECORRENTE	PARATI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO	RAUL ANIZ ASSAD(OAB: 15388/PR)
RECORRIDO	EDENILSON ANTONIO SANSIGOLO
ADVOGADO	VANDERLANIA TRINDADE(OAB: 91867/RS)
ADVOGADO	PAULA NEDEFF TIMM(OAB: 53854/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDENILSON ANTONIO SANSIGOLO
- PARATI INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Processo Nº AIRR-0021333-44.2016.5.04.0023

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S.A.
ADVOGADO	BENONI CANELLAS ROSSI(OAB: 43026/RS)
ADVOGADO	LUCIANA SILVA GRALOUW(OAB: 54774/DF)
ADVOGADO	MONICA CANELLAS ROSSI(OAB: 28359/RS)
AGRAVADO	MARIA FILOMENA SCHUCK
ADVOGADO	RENATO KLIEMANN PAESE(OAB: 29134/RS)
ADVOGADO	WANDA ELISABETH DUPKE(OAB: 48754/RS)
ADVOGADO	INGRID RENZ BIRNFELD(OAB: 51641/RS)
ADVOGADO	MARINA ZANCHY DAL FORNO(OAB: 76299/RS)

ADVOGADO	LIVIA PRESTES(OAB: 87218/RS)
ADVOGADO	DAVID DA COSTA LOPES(OAB: 72911/RS)
ADVOGADO	LUIS FELIPE BICA MARTINS(OAB: 88809/RS)
ADVOGADO	SHIRLEI GAMBARRA KNAK(OAB: 90995/RS)
ADVOGADO	CAMILA FERRAZ FERREIRA(OAB: 90998/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S.A.
- MARIA FILOMENA SCHUCK

Processo Nº AIRR-0100566-47.2019.5.01.0483

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	FABIO GOMES DE FREITAS BASTOS(OAB: 168037/RJ)
AGRAVADO	ELIDA PRAVADELLI CUNHA
ADVOGADO	JOSE QUINTINO BARRETO NETO(OAB: 121669/RJ)
ADVOGADO	ELIZABETH DO ESPIRITO SANTO MARTINS(OAB: 185393/RJ)
AGRAVADO	JPTE ENGENHARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADO	MARIA GABRIELA CAIXETA LARANJEIRAS(OAB: 49137/DF)
ADVOGADO	JOAO MARCOS CAVICHIOLI FEITEIRO(OAB: 307654/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIDA PRAVADELLI CUNHA
- JPTE ENGENHARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

Processo Nº AIRR-0100874-52.2018.5.01.0052

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO	VALESCA BARBOSA MARINS(OAB: 130009/RJ)
AGRAVADO	ADELMO BATISTA SILVA
ADVOGADO	MARCELO BENTO DA SILVA(OAB: 138559/RJ)
AGRAVADO	IDEALIZA SOLUCOES INTELIGENTES LTDA - ME
TERCEIRO INTERESSADO	DANIEL LIMA RIBEIRO
TERCEIRO INTERESSADO	PAULO CESAR SANTIAGO DE SOUSA

Intimado(s)/Citado(s):

- ADELMO BATISTA SILVA
- DANIEL LIMA RIBEIRO
- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
- IDEALIZA SOLUCOES INTELIGENTES LTDA - ME
- PAULO CESAR SANTIAGO DE SOUSA

Processo Nº AIRR-1000054-36.2020.5.02.0302

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	MUNICIPIO DE GUARUJA
ADVOGADO	MONICA DERRA DIB DAUD(OAB: 86294/SP)
AGRAVADO	INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA
ADVOGADO	ANDRE LEONARDO DE CARVALHO ZAITHAMMER(OAB: 72944/PR)
AGRAVADO	RITA DE CASSIA VEIGA CASANOVA
ADVOGADO	PEDRO HENRIQUE PENHORATE DE CARVALHO TUCUNDUVA(OAB: 325441/SP)
ADVOGADO	JOSE RODRIGUES TUCUNDUVA NETO(OAB: 65443/SP)
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- MUNICIPIO DE GUARUJA
- RITA DE CASSIA VEIGA CASANOVA

Processo Nº AIRR-1000221-63.2021.5.02.0255

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	HELIO SIQUEIRA JUNIOR(OAB: 62929-D/RJ)
AGRAVADO	BENGE ENGENHARIA E SERVICOS EIRELI
ADVOGADO	FERNANDO CESAR LOPES GONCALES(OAB: 196459/SP)
AGRAVADO	EDERVALDO ALVES DE LUNA
ADVOGADO	MARCOS DONIZETI FARIA(OAB: 180764/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BENGE ENGENHARIA E SERVICOS EIRELI
- EDERVALDO ALVES DE LUNA
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

Processo Nº AIRR-1000415-62.2020.5.02.0008

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	EDSON JUSTINO DA SILVA
ADVOGADO	CRISTIANE DA SILVA TOMAZ(OAB: 272050/SP)
AGRAVADO	HNK BR LOGISTICA E DISTRIBUICAO LTDA.
ADVOGADO	VIVIANE CASTRO NEVES PASCOAL MALDONADO DAL MAS(OAB: 136069/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDSON JUSTINO DA SILVA
- HNK BR LOGISTICA E DISTRIBUICAO LTDA.

Processo Nº RR-1000757-74.2018.5.02.0386

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
RECORRENTE	ANDERSON MONTEIRO
ADVOGADO	JOSE ARTHUR DI PROSPERO JUNIOR(OAB: 181183/SP)
ADVOGADO	ROSANGELA FERREIRA EUZEBIO(OAB: 213797/SP)
ADVOGADO	MYLENNE TOMASS VALBAO RAMOS(OAB: 170874/SP)
ADVOGADO	GABRIELA RIBEIRO(OAB: 328180/SP)

RECORRIDO	LEO MADEIRAS, MAQUINAS & FERRAGENS LTDA.
ADVOGADO	MARCOS ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS(OAB: 196317/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDERSON MONTEIRO
- LEO MADEIRAS, MAQUINAS & FERRAGENS LTDA.

Processo Nº AIRR-1000924-56.2020.5.02.0084

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SAO PAULO METRO
ADVOGADO	ANA CAROLINA MAGALHAES FORTES(OAB: 5819/PI)
ADVOGADO	AUDREY MARTINS MAGALHAES FORTES(OAB: 1231/AM)
AGRAVADO	DUNBAR SERVICOS DE SEGURANCA - EIRELI
AGRAVADO	VICTOR DOS SANTOS REGO
ADVOGADO	GLAUCIA VENTURA FERREIRA(OAB: 282448/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SAO PAULO METRO
- DUNBAR SERVICOS DE SEGURANCA - EIRELI
- VICTOR DOS SANTOS REGO

Processo Nº AIRR-1001358-31.2017.5.02.0446

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO	JOAO GILBERTO SILVEIRA BARBOSA(OAB: 86396/SP)
AGRAVADO	PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
ADVOGADO	ANALI CORREA TCHEPELENTYKY(OAB: 192953/SP)
ADVOGADO	RODRIGO SEIXAS SCOFANO(OAB: 92941/RJ)
AGRAVADO	ROSIMERE DA SILVA SANTOS
ADVOGADO	ARIOVALDO DE AGUIAR FRANCA(OAB: 318514/SP)
TERCEIRO INTERESSADO	CARLOS MAGNO, NERY & MEDEIROS SOCIEDADE DE ADVOGADOS
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- CARLOS MAGNO, NERY & MEDEIROS SOCIEDADE DE ADVOGADOS
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
- PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
- ROSIMERE DA SILVA SANTOS

Processo Nº AIRR-1001997-59.2018.5.02.0205

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	BRENO MEDEIROS
AGRAVANTE	CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP
ADVOGADO	ANTONIO MARCIO BOTELHO(OAB: 95117/MG)
AGRAVADO	OSVALDO JOSE DA SILVA
ADVOGADO	ROBERTO HIROMI SONODA(OAB: 115094/SP)
AGRAVADO	ROMATEK SERVICOS DE SANEAMENTO E CONSTRUCOES EIRELI
ADVOGADO	FABIANA HERNANDES TISSEU(OAB: 305141/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP
- OSVALDO JOSE DA SILVA
- ROMATEK SERVICOS DE SANEAMENTO E CONSTRUCOES EIRELI

ALEX DA SILVA NASCIMENTO
Secretário da 5ª Turma

Secretaria da Sexta Turma

Ato

ATO ORDINATÓRIO DA SEXTA TURMA

Nos termos da pauta disponibilizada no DEJT de 28 de janeiro de 2022, o presente processo será apreciado em sessão telepresencial da Sexta Turma, a realizar-se em 09 de fevereiro de 2022, às 09h00, conforme os critérios estabelecidos no Ato Conjunto TST.GP.GVP.CGJT nº 173, de 30 de abril de 2020. A sessão telepresencial será realizada por meio da plataforma oficial de videoconferência, denominada Zoom, instituída pelo ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP. Nº 54/2020, do Conselho Nacional de Justiça.

De acordo com o art. 19, § 1º, do Ato Conjunto TST.GP.GVP.CGJT nº 173/2020, o pedido de participação de advogados será efetuado perante a Secretaria até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão telepresencial, observando-se os seguintes procedimentos, diferenciados em razão do sistema eletrônico de tramitação processual:

O pedido deverá ser formulado por intermédio do Portal da Advocacia, disponível no endereço eletrônico http://www.tst.jus.br/web/guest/pedido-de-preferencia ou por contato telefônico (61-3043-4827).

O acesso à plataforma eletrônica, permitido exclusivamente a advogados previamente inscritos (art. 19º, § 1º, do Ato Conjunto TST.GP.GVP.CGJT nº 173/2020), será realizado por meio do endereço eletrônico https://tst-jus-br.zoom.us/my/setr6, e poderá ocorrer com até 1h de antecedência do horário previsto para o início da sessão.

Eventual substituição de advogado inscrito para participar da sessão telepresencial deverá ser comunicada à Secretaria, por mensagem de correio eletrônico (setr6@tst.jus.br), até às 08h30 do dia da sessão, a fim de evitar atrasos indevidos.

A juntada de instrumento de mandato deverá ocorrer por meio de peticionamento eletrônico até 12 (doze) horas antes do início da

sessão telepresencial, contados apenas em dias úteis.

As informações necessárias à utilização da Plataforma Zoom estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: (http://www.tst.jus.br/web/guest/sessoes-telepresenciais).

Solicita-se especial atenção à correta identificação do advogado, devendo ser observada a seguinte orientação: deverá constar a denominação "Advogado", seguida do Prenome, um sobrenome e o número do registro na OAB [Ex. Advogado Fulano de Tal - OAB/DF 123456].

A sessão telepresencial da Sexta Turma será transmitida simultaneamente à sua realização na página eletrônica do Tribunal Superior do Trabalho (http://www.tst.jus.br/web/guest/sessoes-ao-vivo).

Em caso de problemas técnicos relacionados ao acesso à plataforma eletrônica, o interessado deverá entrar em contato telefônico diretamente com a Secretaria de Tecnologia da Informação do TST pelo número (61) 3043-4040.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

EDILEUZA MARIA COSTA CUNHA

Secretária da Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho

Despacho

Processo Nº Ag-AIRR-0102079-13.2016.5.01.0206

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Augusto César Leite de Carvalho
Agravante	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.
Advogado	Dr. Bruno de Medeiros Lopes Tocantins(OAB: 92718-A/RJ)
Agravado	JM SERVIÇOS PROFISSIONAIS, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.
Agravado	GABRIEL CAVALCANTE DE MEDEIROS
Advogado	Dr. Eraldo da Paixão(OAB: 173051/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- GABRIEL CAVALCANTE DE MEDEIROS
- JM SERVIÇOS PROFISSIONAIS, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.
- PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Encaminhe-se, em resposta ao Ofício eletrônico nº 17816/2021, ofício com as informações solicitadas ao Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, relator da reclamação 50.868.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2021.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Pauta

Aditamento à Pauta

Aditamento à Pauta de Julgamento da 1a. Sessão Ordinária da 6ª Turma, a realizar-se no dia 09 de fevereiro de 2022, às 09h00, na modalidade telepresencial.

Processo Nº AIRR-0000110-69.2015.5.05.0014

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA
Advogado	DR. JOAQUIM PINTO LAPA NETO(OAB: 15659/BA)
Advogada	DRA. MARIA QUINTAS RADEL(OAB: 30260-A/BA)
AGRAVADO(S)	ROQUE LUIZ REIS MAGALHAES
Advogado	DR. ALEXSANDRO MIRANDA MOTA(OAB: 40803/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA
- ROQUE LUIZ REIS MAGALHAES

Processo Nº AIRR-0000181-59.2016.5.20.0001

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S)	APSEN FARMACÊUTICA S.A.
Advogado	DR. DANIEL DOMINGUES CHIODE(OAB: 173117-A/SP)
Advogado	DR. CLAUDIO MAURICIO ROBORTELLA BOSCHI PIGATTI(OAB: 93254-A/SP)
AGRAVADO(S)	RICARDO LUIZ SILVA CALAZANS FILHO
Advogado	DR. SÉRGIO ANDRADE ROSAS(OAB: 2692-A/SE)
Advogado	DR. CARLOS AUGUSTO LIMA NETO(OAB: 4951-A/SE)

Intimado(s)/Citado(s):

- APSEN FARMACÊUTICA S.A.
- RICARDO LUIZ SILVA CALAZANS FILHO

Processo Nº AIRR-0000233-35.2017.5.05.0002

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO
Advogado	DR. VALTON DÓRIA PESSOA(OAB: 11893/BA)
Advogada	DRA. MARIA CAROLINA ALMEIDA RIBEIRO DE MIRANDA(OAB: 15283-A/BA)
AGRAVADO(S)	KLEBER COSTA RIBEIRO
Advogado	DR. TAIANA NOBRE VELOSO OLIVEIRA(OAB: 30723-A/BA)
Advogado	DR. RAONNÍ LIMA DE ASSIS(OAB: 32022-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO
- KLEBER COSTA RIBEIRO

Processo Nº AIRR-0000587-73.2015.5.14.0004

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR(OAB: 3609-A/DF)
Advogado	DR. DANIELA RIBEIRO CORDEIRO RUSSOMANO(OAB: 29322-A/DF)

Advogada	DRA. LUIZ HENRIQUE VIEIRA(OAB: 55639-S/GO)
AGRAVADO(S)	NATALÍCIO AUGUSTO DA SILVA JÚNIOR
Advogada	DRA. FLAVIANA LETÍCIA RAMOS MOREIRA(OAB: 4867/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- NATALÍCIO AUGUSTO DA SILVA JÚNIOR

Processo Nº AIRR-0000614-04.2018.5.05.0036

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S)	ATENTO BRASIL S.A.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
AGRAVADO(S)	GREICE SANTOS BORGES
Advogada	DRA. CLEISEANE BRITO DANIEL(OAB: 49569/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- GREICE SANTOS BORGES

Processo Nº AIRR-0001138-44.2017.5.05.0033

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S)	EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA
Advogado	DR. DERYCK COSTA DUARTE(OAB: 30354-A/BA)
AGRAVADO(S)	JOAO MANOEL DE SANTANA CASTRO
Advogado	DR. CESAR AUGUSTO RIBEIRO VIVAS OLIVEIRA(OAB: 8042-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA
- JOAO MANOEL DE SANTANA CASTRO

Processo Nº AIRR-0001307-48.2013.5.04.0017

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S)	FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL
Advogado	DR. GUILHERME DE CASTRO BARCELLOS(OAB: 56630-A/RS)
AGRAVADO(S)	ROSANGELA TERESINHA ALMEIDA PIRES
Advogada	DRA. CECÍLIA DE ARAÚJO COSTA(OAB: 2190/RS)
Advogado	DR. LÚCIO FERNANDES FURTADO(OAB: 65084-A/RS)
Advogado	DR. DYRCEU COSTA DIAS ANDRIOTTI(OAB: 67920-A/RS)
AGRAVADO(S)	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D E OUTROS
Advogado	DR. DENISE PIRES FINCATO(OAB: 37057-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D E OUTROS
- FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL
- ROSANGELA TERESINHA ALMEIDA PIRES

Processo Nº AIRR-0001459-72.2015.5.11.0101

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S)	AMAZON SECURITY LTDA
Advogado	DR. EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA(OAB: 3995-A/AM)
AGRAVADO(S)	VICENTE SALES DA ROCHA NETO
Advogado	DR. OTACÍLIO NEGREIROS NETO(OAB: 4069/AM)
Advogado	DR. RAFAEL SAID E SILVA(OAB: 8443/AM)
AGRAVADO(S)	COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV
Advogado	DR. RAFAEL SGANZERLA DURAND(OAB: 856-S/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- AMAZON SECURITY LTDA
- COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV
- VICENTE SALES DA ROCHA NETO

Processo Nº AIRR-0010293-08.2017.5.03.0072

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S)	SALOMÃO CARVALHO COSTA E OUTRO
Advogado	DR. CLAUDIO EMMANUEL DE ASSIS RODRIGUES(OAB: 116570/MG)
AGRAVADO(S)	INONIBRAS INOCULANTES E FERRO LIGAS NIPO-BRASILEIROS S.A.
Advogado	DR. JOSMAR SOARES(OAB: 40233-A/MG)
Advogada	DRA. CÁSSIA MARIZE HATEM GUIMARÃES(OAB: 59724/MG)
AGRAVADO(S)	SAO FRANCISCO EMPREEND DE MINERACAO E FLORESTAIS LTDA
Advogado	DR. JOÃO MASSAKI KANEKO(OAB: 130578/SP)
AGRAVADO(S)	SUZANO S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. BRUNO MACHADO COLELA MACIEL(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	DR. LEANDRO HENRIQUE MOSELLO LIMA(OAB: 27586-S/BA)
Advogado	DR. MARCELO SENA SANTOS(OAB: 30007/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- INONIBRAS INOCULANTES E FERRO LIGAS NIPO-BRASILEIROS S.A.
- SALOMÃO CARVALHO COSTA E OUTRO
- SAO FRANCISCO EMPREEND DE MINERACAO E FLORESTAIS LTDA
- SUZANO S.A.

Processo Nº AIRR-0011868-05.2016.5.03.0034

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	CATARINA RAMOS DA SILVA E OUTROS
Advogada	DRA. THASSYA ANDRESSA PRADO(OAB: 411032-A/SP)
Advogada	DRA. CRISTINA VIEIRA GONÇALVES(OAB: 135937-A/MG)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - ESCELSA
Advogado	DR. RAMIRO BORGES FORTES(OAB: 192296/SP)
AGRAVADO(S)	TAGPLAN COMERCIO SERVICOS DE ENGENHARIA E REPRESENTACOES LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- CATARINA RAMOS DA SILVA E OUTROS
- ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - ESCELSA
- TAGPLAN COMERCIO SERVICOS DE ENGENHARIA E REPRESENTACOES LTDA

Processo Nº AIRR-0012230-52.2016.5.15.0105

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S)	REINALDO MARCOS VIEIRA
Advogado	DR. ERAZÊ SUTTI(OAB: 146298-A/SP)
AGRAVADO(S)	THYSSENKRUPP METALÚRGICA CAMPO LIMPO LTDA.
Advogada	DRA. LUCIANA VALÉRIA BAGGIO BARRETTO MATTAR(OAB: 100962/SP)
Advogada	DRA. KARINA ROBERTA COLIN SAMPAIO GONZAGA(OAB: 157482/SP)
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- REINALDO MARCOS VIEIRA
- THYSSENKRUPP METALÚRGICA CAMPO LIMPO LTDA.

Processo Nº AIRR-0015845-90.2010.5.04.0000

Complemento	Corre Junto com RR - 106700-36.2007.5.04.0028(Eletrônico)
Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S)	VARIG LOGÍSTICA S.A. E OUTRA
Advogada	DRA. SIMONE CRUXÊN GONÇALVES(OAB: 30248/RS)
AGRAVADO(S)	ROSELÉIA SCHENKEL
Advogada	DRA. LÍDIA COELHO HERZBERG(OAB: 21083-A/RS)
AGRAVADO(S)	S.A.(VIAÇÃO AÉREA RIO-GRANDENSE) (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRAS
Advogado	DR. JOSÉ INÁCIO FAY DE AZAMBUJA(OAB: 15169-A/RS)
AGRAVADO(S)	VRG LINHAS AÉREAS S.A.
Advogada	DRA. LUANA CORINA MEDÉA ANTONIOLI(OAB: 181375/SP)
AGRAVADO(S)	FUNDAÇÃO RUBEN BERTA
Advogado	DR. SÉRGIO DE LORENZI(OAB: 20336/SP)
AGRAVADO(S)	TAP MANUTENÇÃO E ENGENHARIA BRASIL S.A.
Advogado	DR. BERNARDO ACCIOLY MOLIN(OAB: 92814/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO RUBEN BERTA
- ROSELÉIA SCHENKEL
- S.A.(VIAÇÃO AÉREA RIO-GRANDENSE) (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRAS
- TAP MANUTENÇÃO E ENGENHARIA BRASIL S.A.
- VARIG LOGÍSTICA S.A. E OUTRA
- VRG LINHAS AÉREAS S.A.

Processo Nº AIRR-0020299-47.2020.5.04.0523

Relator	MIN. LELIO BENTES CORRÊA
AGRAVANTE(S)	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
Advogado	DR. ELÓI CONTINI(OAB: 35912-A/RS)
AGRAVADO(S)	JURACI DA SILVA
Advogado	DR. FABIANO VITORELLO(OAB: 53533-A/RS)
AGRAVADO(S)	CCS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
Advogado	DR. JONATHAN HECK MUNHOZ(OAB: 101977-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
- CCS SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
- JURACI DA SILVA

Processo Nº AIRR-0100157-84.2017.5.01.0081

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA.
Advogado	DR. ARNALDO GASPAR EID(OAB: 259037-A/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO (S)	BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO
Advogada	DRA. VIVIANE CASTRO NEVES PASCOAL MALDONADO DAL MAS(OAB: 136069/SP)
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado	DR. DANIELLA FERREIRA DO CARMO(OAB: 96303-A/RJ)
Advogada	DRA. ISABELA GOMES AGNELLI(OAB: 125536-A/RJ)
Advogado	DR. FERNANDO LANDEIRA DE QUEIROZ(OAB: 200909-A/RJ)
AGRAVADO(S)	FRANCISCA MARCELA DA SILVA LIMA
Advogada	DRA. CARINA PIRES SARDINHA(OAB: 171974-D/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO
- FRANCISCA MARCELA DA SILVA LIMA
- IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA.

Processo Nº AIRR-0101435-12.2017.5.01.0020

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S)	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
Advogado	DR. CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO(OAB: 20283-A/RJ)
Advogado	DR. RENATA ALMEIDA VASQUES(OAB: 116166-A/RJ)
Advogado	DR. EDUARDO LYCURGO LEITE(OAB: 12307-A/DF)
Advogado	DR. RAFAEL LYCURGO LEITE(OAB: 16372-A/DF)
AGRAVADO(S)	RONALDO SOARES DE SOUZA
Advogado	DR. EDUARDO LEAL SILVA(OAB: 119563-A/RJ)
AGRAVADO(S)	P. TAVARES DE CARVALHO CONSTRUÇÕES LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
- P. TAVARES DE CARVALHO CONSTRUÇÕES LTDA
- RONALDO SOARES DE SOUZA

Processo Nº AIRR-0639886-52.2004.5.12.0035

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada	DRA. PAULA VERÔNICA PEREIRA DA COSTA(OAB: 32352/SC)
AGRAVADO(S)	SÉRGIO RUBENS DA SILVA
Advogado	DR. SHIGUERU SUMIDA(OAB: 14870 -A/DF)
Advogada	DRA. ERYKA FARIAS DE NEGRI(OAB: 13372/DF)
Advogado	DR. ALEXANDRE SIMÕES LINDOSO(OAB: 12067-A/DF)
Advogado	DR. FÁBIO RICARDO FERRARI(OAB: 17498-A/PR)
Advogado	DR. PABLO APÓSTOLOS SIARCOS(OAB: 32686/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- SÉRGIO RUBENS DA SILVA

Processo Nº AIRR-1000364-54.2016.5.02.0020

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	LUIZ ANTONIO DE BARROS FARIA
Advogado	DR. ANA PAULA SMIDT LIMA(OAB: 181253-A/SP)
Advogado	DR. ANTÔNIO CUSTÓDIO LIMA(OAB: 47266/SP)
Advogada	DRA. TATIANA PEREZ FERNANDES VERBER(OAB: 225536-A/SP)
AGRAVANTE(S) E AGRAVADO(S)	RUDLOFF INDUSTRIAL LTDA.
Advogado	DR. ROBERTO CARDONE(OAB: 196924-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUIZ ANTONIO DE BARROS FARIA
- RUDLOFF INDUSTRIAL LTDA.

Processo Nº AIRR-1000937-37.2017.5.02.0318

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S)	ATENTO BRASIL S.A.
Advogada	DRA. MARIA MERCEDES OLIVEIRA FERNANDES DE LIMA(OAB: 82402-A/SP)
Advogado	DR. IVAN CARLOS DE ALMEIDA(OAB: 173886-D/SP)
AGRAVADO(S)	NILZA APARECIDA DE MENEZES
Advogado	DR. ROQUE ORTIZ JÚNIOR(OAB: 261458-A/SP)
AGRAVADO(S)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	DR. CLEBER PINHEIRO(OAB: 94092-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BANCO BRADESCO S.A.
- NILZA APARECIDA DE MENEZES

Processo Nº RR-0001047-87.2011.5.04.0001

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
RECORRENTE(S)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Advogada	DRA. JULIANA VEIGA BIEDRZYCKI(OAB: 65284-A/RS)
RECORRIDO(S)	LUIZ CARLOS DE CARVALHO GUIMARÃES
Advogado	DR. RÉGIS ELENO FONTANA(OAB: 27389-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
- LUIZ CARLOS DE CARVALHO GUIMARÃES

Processo Nº RR-0001349-36.2012.5.01.0011

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
RECORRENTE(S)	COBRA TECNOLOGIA S.A.
Advogado	DR. JOÃO PEDRO EYLER PÓVOA
Advogado	DR. VICTOR RUSSOMANO JÚNIOR(OAB: 3609/DF)
RECORRENTE(S)	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	DR. RAFAEL SGANZERLA DURAND(OAB: 211648/SP)
Advogada	DRA. ANA RAQUEL PEREZ CHERUBINI(OAB: 205247/SP)
RECORRIDO(S)	KARINA SILVA TAVARES
Advogado	DR. LUIZ ALEXANDRE FAGUNDES DE SOUZA(OAB: 65558-D/RJ)
Advogado	DR. MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO(OAB: 1681-A/DF)
RECORRIDO(S)	BETTER RECURSOS HUMANOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- BETTER RECURSOS HUMANOS LTDA.
- COBRA TECNOLOGIA S.A.
- KARINA SILVA TAVARES

Processo Nº RR-0001403-91.2014.5.08.0122

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
RECORRENTE(S)	ENGENHARIA DE INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. - ENDICON
Advogada	DRA. FRANCISCA EDNA LEAL FRAGOSO(OAB: 7350-A/PA)
Advogado	DR. LUCIANO MAGNO FELIPPE KOWLESSAR(OAB: 18397-A/PA)
Advogado	DR. ANDRÉ AZEREDO FONTOURA(OAB: 24486-A/PA)
RECORRIDO(S)	CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA
Advogado	DR. LYCURGO LEITE NETO(OAB: 1530-A/DF)
Advogado	DR. LÍBIA SORAYA PANTOJA CARNEIRO(OAB: 8049-A/PA)
RECORRIDO(S)	FRANCINILSON DA SILVA SOUZA
Advogado	DR. RICARDO BONASSER DE SÁ(OAB: 11611-A/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA
- ENGENHARIA DE INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. - ENDICON
- FRANCINILSON DA SILVA SOUZA

Processo Nº RR-0106700-36.2007.5.04.0028

Complemento	Corre Junto com AIRR - 15845-90.2010.5.04.0000(Eletrônico)
Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
RECORRENTE(S)	TAP MANUTENÇÃO E ENGENHARIA BRASIL S.A.
Advogado	DR. GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO(OAB: 95502/RJ)
RECORRIDO(S)	ROSELÉIA SCHENKEL

Advogada	DRA. LÍDIA COELHO HERZBERG(OAB: 21083-A/RS)
RECORRIDO(S)	VARIG LOGÍSTICA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRA
Advogada	DRA. SIMONE CRUXÊN GONÇALVES(OAB: 30248/RS)
RECORRIDO(S)	FUNDAÇÃO RUBEN BERTA
Advogado	DR. EMÍLIO ROTHFUCHS NETO(OAB: 2368-A/RS)
RECORRIDO(S)	VRG LINHAS AÉREAS S.A.
Advogado	DR. FREDERICO AZAMBUJA LACERDA(OAB: 30869/RS)
RECORRIDO(S)	MASSA FALIDA DE S.A.(VIAÇÃO AÉREA RIO-GRANDENSE) E OUTRAS
Advogado	DR. JOSÉ INÁCIO FAY DE AZAMBUJA(OAB: 15169-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO RUBEN BERTA
- MASSA FALIDA DE S.A.(VIAÇÃO AÉREA RIO-GRANDENSE) E OUTRAS
- ROSELÉIA SCHENKEL
- TAP MANUTENÇÃO E ENGENHARIA BRASIL S.A.
- VARIG LOGÍSTICA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRA
- VRG LINHAS AÉREAS S.A.

Processo Nº Ag-AIRR-0000282-30.2014.5.15.0026

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S)	FABIO JOSE DOS SANTOS
Advogado	DR. RUBENS HARUMY KAMOI(OAB: 137700/SP)
Advogado	DR. THIAGO PINHEIRO RAPOSO(OAB: 289059/SP)
AGRAVADO(S)	MARIA RAQUEL HENRIQUES IBANEZ
Advogado	DR. HÉLIO MARTINEZ(OAB: 78123/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIO JOSE DOS SANTOS
- MARIA RAQUEL HENRIQUES IBANEZ

Processo Nº Ag-AIRR-0001777-74.2017.5.06.0020

Relator	MIN. LELIO BENTES CORRÊA
AGRAVANTE(S)	BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado	DR. ALVARO VAN DER LEY LIMA NETO(OAB: 15657-A/PE)
AGRAVADO(S)	ELIETE FRANCISCO NETO
Advogado	DR. MARIA ANDREZA DE LIMA VASCONCELOS SILVA(OAB: 30619-A/PE)
Advogado	DR. JEIMISON JOSÉ NERI DE LYRA(OAB: 27340-D/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO
- ELIETE FRANCISCO NETO

Processo Nº Ag-AIRR-0010757-33.2016.5.03.0180

Relator	MIN. LELIO BENTES CORRÊA
AGRAVANTE(S)	OI MÓVEL S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. WELINGTON MONTE CARLO CARVALHAES FILHO(OAB: 59383/MG)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513-A/DF)
AGRAVADO(S)	ARNALDO FONSECA LEITE
Advogado	DR. TIAGO LUÍS COELHO DA ROCHA MUZZI(OAB: 71874/MG)
AGRAVADO(S)	FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL
Advogado	DR. JOÃO JOAQUIM MARTINELLI(OAB: 1796/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARNALDO FONSECA LEITE
- FUNDAÇÃO ATLÂNTICO DE SEGURIDADE SOCIAL
- OI MÓVEL S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Processo Nº Ag-ED-ROT-0022597-29.2020.5.04.0000

Relator	MIN. LELIO BENTES CORRÊA
AGRAVANTE(S)	WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.
Advogado	DR. CLÁUDIO DIAS DE CASTRO(OAB: 32361-A/RS)
AGRAVADO(S)	ANALICE ROMAN
Advogado	DR. MARCELO KROEFF(OAB: 40251-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANALICE ROMAN
- WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-0101221-22.2017.5.01.0343

Relator	MIN. LELIO BENTES CORRÊA
AGRAVANTE(S)	NATAN RODRIGUES GOMES
Advogado	DR. HÉRCULES ANTON DE ALMEIDA(OAB: 59505-A/RJ)
Advogado	DR. JULIANO MOREIRA DE ALMEIDA(OAB: 88851-A/RJ)
AGRAVADO(S)	RPO LATAM ESTRATEGIA EM COMPRAS LTDA.
Advogado	DR. MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO(OAB: 29340/DF)
Advogado	DR. HENRIQUE CLÁUDIO MAUÉS(OAB: 35707-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- NATAN RODRIGUES GOMES
- RPO LATAM ESTRATEGIA EM COMPRAS LTDA.

Processo Nº Ag-AIRR-1001833-89.2015.5.02.0467

Relator	MIN. KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA
AGRAVANTE(S)	FELIPE TELES FERREIRA PERESTRELO
Advogado	DR. RENATA VIEIRA DOS SANTOS(OAB: 199237-A/SP)
AGRAVADO(S)	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.
Advogado	DR. ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO(OAB: 149394-A/SP)
AGRAVADO(S)	TECH FOR PARTICIPAÇÕES & SISTEMAS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
Advogado	DR. FÁBIO GODOY TEIXEIRA DA SILVA(OAB: 154592-A/SP)
Advogada	DRA. FERNANDA TROCOLI(OAB: 202724-A/SP)
AGRAVADO(S)	ALTSYS CONSULTORIA EM TECNOLOGIA LTDA. E OUTRA
Advogada	DRA. SELMA MAZZEI RIBEIRO(OAB: 260432-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALTSYS CONSULTORIA EM TECNOLOGIA LTDA. E OUTRA
- FELIPE TELES FERREIRA PERESTRELO
- FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.
- TECH FOR PARTICIPAÇÕES & SISTEMAS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

Processo Nº ARR-1001146-52.2017.5.02.0044

Relator	MIN. LELIO BENTES CORRÊA
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A)(S) E RECORRENTE(S)	LUCIANA FRANCO DA SILVA MELO
Advogada	DRA. ANDRÉIA CRISTINA MARTINS DAROS VARGAS(OAB: 294669-A/SP)
Advogada	DRA. RAQUEL SILVA STURMHOEBEL(OAB: 373413-A/SP)
AGRAVANTE(S), AGRAVADO(A) E RECORRIDO(S)	BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO
Advogado	DR. BRUNO BORGES PEREZ DE REZENDE(OAB: 249094-S/SP)
Advogado	DR. NATHAN ROBERTO PALHARES PERES(OAB: 348253-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A. E OUTRO
- LUCIANA FRANCO DA SILVA MELO

Processo Nº ED-AIRR-0001079-20.2017.5.20.0007

Relator	MIN. LELIO BENTES CORRÊA
EMBARGANTE	ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A
Advogada	DRA. NAYARA ALVES BATISTA DE ASSUNÇÃO(OAB: 119894-A/MG)
Advogada	DRA. ALINE DE FÁTIMA RIOS MELO(OAB: 105466-A/MG)
EMBARGADO(A)	ANA MARIA DE OLIVEIRA MELO
Advogado	DR. EDUARDO DA SILVA RODRIGUES(OAB: 285618-A/SP)
Advogado	DR. MARCOS AZEVEDO VIANA JUNIOR(OAB: 12271-A/SE)
EMBARGADO(A)	CLARO S.A.
Advogado	DR. AREF ASSREUY JÚNIOR(OAB: 6276/DF)
Advogado	DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A
- ANA MARIA DE OLIVEIRA MELO
- CLARO S.A.

Processo Nº RRAg-0000164-28.2018.5.09.0011

Relator	MIN. AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO
AGRAVANTE(S) E RECORRENTE(S)	ZENAIDE DE LIMA CAMARGO
Advogada	DRA. ELISA LIMA ALONSO(OAB: 18483-A/DF)
Advogado	DR. MÁRCIO JONES SUTTILE(OAB: 25665-A/PR)
AGRAVADO(S) E RECORRIDO(S)	MONDELEZ BRASIL LTDA
Advogado	DR. FABRÍCIO ZIPPERER(OAB: 26381-A/PR)
Advogado	DR. FABIANO BRACKMANN(OAB: 34620-A/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- MONDELEZ BRASIL LTDA
- ZENAIDE DE LIMA CAMARGO

EDILEUZA MARIA COSTA CUNHA
Secretária da 6ª Turma

Secretaria da Oitava Turma

Despacho

Processo Nº AIRR-0012288-16.2015.5.15.0097

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante e Agravado	NIVALDO SIBALDO DE OLIVEIRA
Advogada	Dra. Daniela Aparecida Flausino Negrini(OAB: 241171-A/SP)
Agravante e Agravado	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. Dênis Sarak(OAB: 252006-A/SP)
Advogado	Dr. Osmar de Oliveira Sampaio Júnior(OAB: 204651-A/SP)
Advogado	Dr. Denise de Cassia Zilio(OAB: 90949 -A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- NIVALDO SIBALDO DE OLIVEIRA
- VIA VAREJO S.A.

Vistos.

Por meio da petição de nº 4452-03/2022, a empresa VIA S.A. pontua ser a atual denominação da reclamada VIA VAREJO S.A. e requer o cadastramento da Dra. Márcia Martins Miguel, OAB/SP nº 109.676, subscritora da peça petitória. Pugna, ainda, que todas as publicações sejam feitas exclusivamente em nome da mencionada advogada. Apresenta procuração e substabelecimento.

Verifica-se que peticionante não apresentou documentos que atestem a alteração da razão social da reclamada Via Varejo S.A. Assim, à Secretaria da 8ª Turma para que intime a peticionante a comprovar a alteração noticiada, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de devolução da petição de nº 4452-03/2022 à sua subscritora.

Após, ou havendo manifestação, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010121-66.2020.5.03.0038

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante e Agravado	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. Dênis Sarak(OAB: 252006-A/SP)
Agravante e Agravado	JOAO PAULO MALTA
Advogada	Dra. Cibele Lopes da Silva(OAB: 137622-A/MG)
Advogado	Dr. Leandro Martins da Silva(OAB: 200847-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO PAULO MALTA
- VIA VAREJO S.A.

Vistos.
Por meio da petição de nº 2313-00/2022, a empresa VIA S/A informa ser a atual denominação da reclamada VIA VAREJO S.A. e requer o cadastramento do Dr. Carlos Alexandre Moreira Weiss, OAB/MG nº 63.513, subscritor da peça petitória. Solicita, ainda, que todas as publicações sejam feitas exclusivamente em nome do mencionado advogado. Apresenta ata de assembleia, instrumento de mandato e outros documentos.
Junte-se a petição e os documentos que a acompanham.
Em face da documentação apresentada, dê-se vista ao reclamante, JOÃO PAULO MALTA, para que, querendo, manifeste-se acerca da alteração noticiada, no prazo de 5 (cinco) dias.
Decorrido o aludido prazo sem manifestação, determino à Secretaria da 8ª Turma que proceda à retificação da autuação, de forma a que passe a constar como Agravante e Agravada VIA S.A., bem como que proceda à inclusão, nos registros eletrônicos, do Dr. Carlos Alexandre Moreira Weiss, como seu patrono, a quem devem ser dirigidas as publicações relativas a este feito.
Após, ou havendo manifestação, voltem-me os autos conclusos.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0013110-68.2016.5.15.0097

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante e Agravado	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. Dênis Sarak(OAB: 252006-A/SP)
Advogado	Dr. Denise de Cassia Zilio(OAB: 90949 -A/SP)
Agravante e Agravado	ZELNO SOARES DE OLIVEIRA
Advogada	Dra. Daniela Aparecida Flausino Negrini(OAB: 241171-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- VIA VAREJO S.A.
- ZELNO SOARES DE OLIVEIRA

Vistos.
Por meio da petição de nº 3703-00/2022, a empresa VIA S.A. pontua ser a atual denominação da reclamada VIA VAREJO S.A. e requer a juntada de instrumento de mandato e de substabelecimento, de forma a que sejam cadastrados, nestes autos, como seus patronos, os subscritores da peça petitória, Drs. Marcos Aurélio da Silva Prates, OAB/SP nº 256.592, e Márcia Martins Miguel, OAB/SP nº 109.676, sendo que a esta última devem ser dirigidas as publicações relativas a este processo.
Verifica-se, no entanto, que não foram apresentados documentos que comprovem a alteração da razão social da reclamada, que é a empresa VIA VAREJO S.A.
Assim, à Secretaria da 8ª Turma para que intime a peticionante a comprovar a alteração informada, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de devolução da petição de nº 3703-00/2022 à subscritora que assinou digitalmente a peça petitória.
Após, ou havendo manifestação, voltem-me os autos conclusos.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100741-43.2017.5.01.0020

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante	CASA & VÍDEO RIO DE JANEIRO S.A.
Advogado	Dr. Nilton Correia(OAB: 1291/DF)
Agravado	SELMA REGINA PEREIRA DA CUNHA
Advogada	Dra. Valéria de Freitas Câmara(OAB: 59186-A/RJ)
Agravado	MOBILITA LICENCIAMENTOS DE MARCAS E PARTICIPACOES LTDA
Advogado	Dr. Frederico Saudino de Castro(OAB: 120212-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CASA & VÍDEO RIO DE JANEIRO S.A.
- MOBILITA LICENCIAMENTOS DE MARCAS E PARTICIPACOES LTDA
- SELMA REGINA PEREIRA DA CUNHA

Juntem-se a Petição de nº 387502-01/2021, apresentada por CASA & VÍDEO BRASIL S.A., e os documentos que a acompanham.
Por meio da referida petição, a peticionante informa a alteração da denominação social da CASA & VÍDEO RIO DE JANEIRO S.A. para CASA & VÍDEO BRASIL S.A., conforme documentação ora anexada.
Requer a retificação da autuação, a fim de que passe a constar a atual denominação social da executada, bem como a juntada de novos mandatos, pugnando, também, que as futuras intimações e publicações sejam feitas, exclusivamente, em nome do advogado Nilton Correia, subscritor da petição, em atenção ao art. 272, §§ 2º e 5º, do CPC.
Dê-se vista à parte contrária para, querendo, manifestar-se sobre a alteração noticiada, no prazo de 5 (cinco) dias.
Decorrido o aludido prazo sem manifestação, determino à Secretaria da 8ª Turma que proceda à retificação da autuação, conforme requerido.
Ressalte-se, outrossim, que o nome do advogado Nilton Correia já consta dos registros processuais.
Após, voltem-me conclusos.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010099-57.2020.5.03.0151

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante e Agravado	MILTON FELIPE DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. José Editis David(OAB: 32921-A/MG)
Advogado	Dr. Sebastião Geraldo de Pádua(OAB: 87410-A/MG)
Advogado	Dr. Alex Santana de Novais(OAB: 64101-A/MG)

Agravante e Agravado	ARTERIS S.A.
Advogado	Dr. Ricardo de Arruda Soares Volpon(OAB: 140179-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARTERIS S.A.
- MILTON FELIPE DE OLIVEIRA

Vistos.
Por meio da petição de nº 3812-09/2022, LATINA MANUTENÇÃO DE RODOVIAS LTDA. requer o cadastramento do Dr. Júlio Christian Laure, OAB/SP nº 155.277, subscritor da peça petitória. Solicita, ainda, que todas as publicações sejam realizadas em nome do referido patrono. Apresenta o substabelecimento protocolado aos autos sob Id 580589b, bem como os atos constitutivos, restando apenas regularizar a representação processual da reclamada.
Verifica-se, no entanto, que a reclamada nestes autos é a empresa ARTERIS S.A., não havendo nos autos nenhum documento que ateste a alteração de sua razão social.
Assim, à Secretaria da 8ª Turma para que intime a peticionante a comprovar a alteração da razão social da reclamada, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de devolução da petição de nº 3812-09/2022 ao seu subscritor.
Após, ou havendo manifestação, voltem-me os autos conclusos.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010367-42.2017.5.15.0003

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante	ELIEL RAMOS MAURICIO
Advogado	Dr. Cláudio José Dias Batista(OAB: 133153-A/SP)
Agravado	FUNDACAO KARNIG BAZARIAN
Advogada	Dra. Daniela Fernanda Fogaça(OAB: 315845-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIEL RAMOS MAURICIO
- FUNDACAO KARNIG BAZARIAN

Vistos.
Por meio da petição de nº 100813-07/2021, o ESPÓLIO DE AVEDIS KARABACHIAN, instituidor da reclamada, Fundação Karnig Bazarian, por intermédio do Dr. Jefferson Ribeiro Viana, OAB/SP nº 102.055, aponta a existência de irregularidades na gestão da Instituição reclamada, destacando a responsabilidade do reclamante na condição de curador e de gestor da Fundação, e indica dispositivos das legislações civil, criminal e trabalhista que entende terem sido desrespeitados. Requer o deferimento de sua habilitação nestes autos, como amicus curiae; a ciência ao Ministério Público do Trabalho e à Gerência Regional do Trabalho e Emprego (GRTE) de Sorocaba/SP; o redirecionamento das ações trabalhistas propostas contra a Fundação aos dirigentes estatutários, conforme período de mandato respectivo; o levantamento de quaisquer penhoras e leilões que recaiam sobre os imóveis da Fundação reclamada; a responsabilização dos dirigentes e do curador da Fundação pela não adoção de medidas necessárias à adequação do meio ambiente de trabalho; a designação de audiência para oitiva de testemunhas; a responsabilização dos atuais dirigentes, caso não apurem a responsabilidade das gestões anteriores por meio de auditoria; a anulação desta reclamação trabalhista, com a declaração da incompetência territorial, por ter sido proposta em local distinto daquele em que houve a prestação de serviços; e a requisição de fiscalização à GRTE em Sorocaba, ao Sindicato Paulista dos Auditores Fiscais do Trabalho, ao Sindicato dos Professores de Sorocaba e aos órgãos públicos e privados de proteção ao consumidor, a fim de assegurar os direitos dos alunos matriculados na Fundação.
Já mediante a petição de nº 304383-03/2021, o reclamante, ELIEL RAMOS MAURICIO, por intermédio de seu advogado, regularmente constituído, apresenta manifestação acerca da petição protocolizada pelo Espólio de Avedis Karabachian, indicando que não foi juntada documentação relativa à qualificação do inventariante e à outorga de poderes ao advogado signatário. Assere que, embora haja pedido de habilitação nos autos como amicus curiae, a intenção do peticionante é a de proceder à assistência da parte reclamada, tratando-se de institutos processuais distintos. Informa, ainda, que o processo se encontra nesta Corte Superior para julgamento de recursos que versam sobre matéria essencialmente de direito, qual seja a ocorrência de violação do art. 483 da CLT, e que a peça petitória do espólio sequer trata do assunto, apenas articulando fatos alheios à presente demanda. Nesse passo, requer sejam indeferidos os pedidos formulados pelo espólio peticionante, com o desentranhamento da petição e a sua condenação ao pagamento de multa por litigância de má-fé, consoante o art. 80, IV, V e VI, do CPC. Solicita, ainda, que as publicações sejam realizadas em nome do Dr. Cláudio José Dias Batista, OAB/SP nº 133.153.
De plano, verifica-se que o advogado responsável pela certificação digital da petição de nº 100813-07/2021, Dr. Jefferson Ribeiro Viana, não demonstrou a sua regular constituição para representar o espólio peticionante, cabendo ressaltar, ademais, que não vieram os autos os documentos listados como anexos ao final da referida peça petitória.
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para que o peticionante, ESPÓLIO DE AVEDIS KARABACHIAN, sane a irregularidade apontada, regularizando a sua representação processual.
No silêncio, devolva-se a petição de nº 100813-07/2021 ao seu subscritor.
Junte-se a petição de nº 304383-03/2021 e, quanto às publicações, proceda-se conforme requerido.
Após, voltem-me conclusos os autos.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº RR-0020898-48.2017.5.04.0019

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Recorrente	INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA
Advogado	Dr. Daniel Prando Brito(OAB: 108150-A/MG)
Recorrido	CELSO RODRIGUES

Advogado	Dr. Caroline Santos de Viera(OAB: 66888-A/RS)
Recorrido	INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR
Advogado	Dr. Felipe Menegotto(OAB: 74569-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELSO RODRIGUES
- INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR
- INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

Vistos.

Mediante o despacho de fls. 1.105/1.106, e tendo em vista a informação trazida por meio da petição juntada à fl. 1.104, acerca do processamento da recuperação judicial do Grupo Metodista, foi determinada a retificação do polo passivo para consignar a alteração da situação jurídica dos institutos reclamados ("Em Recuperação Judicial"), com a inclusão da Medeiros & Medeiros Administração de Falências e Empresas em Recuperação Judicial Ltda. nos registros de autuação.

Por meio da petição nº 536937-09/2021, MEDEIROS & MEDEIROS ADMINISTRAÇÃO DE FALÊNCIAS E EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL LTDA., por intermédio do Dr. João Adalberto Medeiros Fernandes Junior, OAB/RS nº 40.315, informa que, em 16/11/2021, sobreveio decisão do Juízo da Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências da Comarca de Porto Alegre/RS, nos autos do processo nº 5035686-71.2021.8.21.0001, determinando a suspensão da recuperação judicial em relação às associações civis ligadas ao Grupo Metodista, mantendo-se o trâmite unicamente em relação ao CESUPA - Centro de Ensino Superior de Porto Alegre Ltda., constituído sob a forma de sociedade mercantil.

Segundo aduz, a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial do Grupo Metodista, abrangendo os reclamados na presente demanda, foi reformada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), que, dando parcial provimento ao agravo de instrumento nº 5069222-28.2021.8.21.7000, interposto pelo Banco Santander (Brasil) S.A., declarou a ilegitimidade ativa das associações civis para requererem recuperação judicial, determinando o restabelecimento de travas bancárias e o levantamento da suspensão das execuções movidas contra as aludidas associações.

Em seguida, pontua que as pessoas jurídicas integrantes do Grupo Metodista interpuseram recurso especial, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, o qual foi acolhido pela 3ª Vice-Presidência do TJRS, que determinou a retomada do processo de recuperação judicial quanto a todas as pessoas jurídicas do mencionado grupo educacional até que sobreviesse o juízo de admissibilidade do recurso especial, o que ainda não ocorreu.

Informa ainda que, em face da decisão do 3º Vice-Presidente do TJRS, também proferida nos autos de nº 5069222-28.2021.8.21.7000, o Banco Santander postulou a concessão de tutela de urgência ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), com o ajuizamento do Pedido de Tutela Provisória nº 3654/RS, o qual foi acolhido pelo Ministro Raul Araújo, em 5/11/2021, que deferiu a contracautela requerida para sustar o efeito suspensivo conferido ao recurso especial, mantendo-se a ilegitimidade das associações civis no âmbito do processo de recuperação judicial.

Por fim, assere que, com base na sobredita decisão do STJ, ora anexada à peça petitória, o Juízo da Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências da Comarca de Porto Alegre/RS determinou a suspensão da recuperação judicial referente às associações civis do Grupo Metodista, nos autos do processo nº 5035686-71.2021.8.21.0001, em 16/11/2021, razão pela qual comunica sua ilegitimidade para atuar neste processo como Administradora Judicial, ressalvando que a situação pode vir a ser revertida, considerando que não houve o trânsito em julgado.

Juntem-se a petição de nº 536937-09/2021 e o documento que a acompanha.

Embora a peça petitória mencione a superveniência de decisão do Juízo da Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências da Comarca de Porto Alegre/RS, nos autos do processo nº 5035686-71.2021.8.21.0001, mediante a qual foi suspensa a recuperação judicial em relação às associações civis do Grupo Metodista, tal decisão não foi trazida ao feito.

Desse modo, intime-se a peticionante para que promova a respectiva juntada, no prazo de 5 (cinco) dias, com vistas à regularização dos registros de autuação.

Após, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0013525-68.2016.5.15.0059

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante e Agravado	FABIANO DE PAULA SALGADO
Advogada	Dra. Bianca Gallo Azeredo Zanini(OAB: 241985-A/SP)
Agravante e Agravado	GERDAU S.A.
Advogada	Dra. Karina Roberta Colin Sampaio Gonzaga(OAB: 157482-A/SP)
Advogado	Dr. Gustavo Broetto(OAB: 189517-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIANO DE PAULA SALGADO
- GERDAU S.A.

Vistos.

Por meio da petição de nº 419338-06/2021, a reclamada, GERDAU S.A., por seu advogado, regularmente constituído, informa que, até o momento, não houve crédito levantado em favor da peticionante, conforme determinado no alvará expedido por este douto juízo, cuja cópia anexa à peça petitória. Requer que a CEF seja oficiada para proceder ao imediato pagamento ou, caso a instituição financeira já tenha realizado a referida transferência eletrônica, que junte aos autos os comprovantes de compensação, consoante deferido.

Constata-se que, após proferida Decisão com força de Alvará Judicial - mediante a qual a Caixa Econômica Federal foi autorizada a proceder ao levantamento das importâncias ali depositadas, à ordem de Gerdau S.A., referentes ao depósito recursal efetuado no processo em apreço, transferindo-os para a conta informada -, e conforme certidão de fl. 908, o referido documento foi enviado ao Dr. Gustavo Broetto, pelo endereço eletrônico ativa@ativagr.com.br.

Assim, deve o referido patrono diligenciar junto à instituição bancária respectiva, a fim de que seja efetivada a transferência de valores.

Nesse contexto, indefere-se o pedido.

Junte-se a petição de nº 419338-06/2021 e, após, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-0100664-13.2016.5.01.0006

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante, Agravado e Recorrente	FINANCEIRA ITAÚ CBD S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO E OUTRO
Advogado	Dr. Cristóvão Tavares de Macedo Soares Guimarães(OAB: 77988/RJ)
Advogado	Dr. Nelson Osmar Monteiro Guimarães(OAB: 94186/RJ)
Agravante, Agravado e Recorrido	VIA VAREJO S.A.
Advogada	Dra. Tatiane de Cicco Nascimbem Chadid(OAB: 201296/SP)
Advogado	Dr. Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa(OAB: 220028/RJ)
Agravado e Recorrido	THAIS SILVA MANHAES ROSA
Advogado	Dr. Flávio Marques de Souza(OAB: 92657/RJ)
Advogado	Dr. Expedictus José Crescencio Siqueira(OAB: 144895-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- FINANCEIRA ITAÚ CBD S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO E OUTRO
- THAIS SILVA MANHAES ROSA
- VIA VAREJO S.A.

Vistos.

Por meio da petição de nº 545860-02/2021, a empresa VIA S/A pontua ser a atual denominação da reclamada VIA VAREJO S.A. e requer o cadastramento do Dr. THIAGO MAHFUZ VEZZI, OAB/SP nº 228213, subscritor da peça petitória. Pugna, ainda, que todas as publicações sejam feitas exclusivamente em nome do mencionado advogado. Apresenta ata de assembleia, instrumento de mandato e outros documentos.

Junte-se a petição e os documentos que a acompanham.

Em face da documentação apresentada, dê-se vista à reclamante, THAIS SILVA MANHAES ROSA, para que, querendo, manifeste-se acerca da alteração noticiada, no prazo de 5 (cinco) dias.

Decorrido o aludido prazo sem manifestação, determino à Secretaria da 8ª Turma que proceda à retificação da autuação, de forma a que passe a constar como Agravante, Agravada e Recorrida VIA S.A., bem como à inclusão, nos registros eletrônicos, do Dr. Thiago Mahfuz Vezzi como seu patrono, a quem devem ser dirigidas as publicações relativas a este feito.

Após, ou havendo manifestação, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0011414-14.2015.5.01.0261

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante	ROOSEVELT RODRIGUES DA COSTA
Advogada	Dra. Isabel de Lemos Pereira Belinha(OAB: 96550/RJ)
Agravado	VIA VAREJO S.A.
Advogada	Dra. Alessandra de Almeida Figueiredo(OAB: 237754/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ROOSEVELT RODRIGUES DA COSTA
- VIA VAREJO S.A.

Vistos.

Por meio da petição de nº 545816-01/2021, a empresa VIA S/A pontua ser a atual denominação da reclamada VIA VAREJO S.A. e requer o cadastramento do Dr. Thiago Mahfuz Vezzi, OAB/RJ nº 198252, subscritor da peça petitória, pugnando que todas as publicações sejam feitas exclusivamente em nome do referido advogado. Junta ata de assembleia, instrumento de mandato e documentos.

Junte-se a petição e os documentos que a acompanham.

Em face da documentação apresentada, dê-se vista ao reclamante, ROOSEVELT RODRIGUES DA COSTA, para que, querendo, manifeste-se acerca da alteração noticiada, no prazo de 5 (cinco) dias.

Decorrido o aludido prazo sem manifestação, determino à Secretaria da 8ª Turma que proceda à retificação da autuação, de forma a que passe a constar, como agravada, VIA S.A., bem como à inclusão, nos registros eletrônicos, do Dr. Thiago Mahfuz Vezzi, como seu patrono, a quem devem ser dirigidas as publicações relativas a este feito.

Após, ou havendo manifestação, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº Ag-E-ED-RR-0001159-85.2016.5.21.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante	HOTEL POUSADA DUNNAS PARK LTDA.
Advogada	Dra. Bárbara Cândida Brandão de Araújo(OAB: 8885/RN)
Agravado	SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Advogado	Dr. Roberto Fernando de Amorim Júnior(OAB: 7235-A/RN)

Intimado(s)/Citado(s):

- HOTEL POUSADA DUNNAS PARK LTDA.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

O reclamado, por intermédio da petição nº 539281-00/2021, junta acordo e requer a desistência do recurso protocolado e o envio dos autos ao TRT de origem (fls. 894/898).

Juntem-se a referida petição e o documento que a acompanha.

Conforme se depreende da ata de audiência colacionada, o Juiz do Trabalho da CEJUSC_ JT de 1º Grau Natal homologou o acordo celebrado entre as partes e determinou a comunicação das instâncias superiores a respeito da renúncia e desistência dos recursos eventualmente interpostos.
Considerando que, a teor do art. 998 do CPC, a desistência de recurso independe de anuência da parte contrária para que produza os imediatos efeitos jurídicos, homologo a desistência requerida e determino à Secretaria da SDI-1 que, depois de cumpridas as formalidades legais, proceda à baixa dos autos ao Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, para as providências cabíveis.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000147-76.2015.5.10.0008

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada	Dra. Luciane Bispo(OAB: 20853-A/DF)
Advogada	Dra. Cinthia Moura Lanna(OAB: 52221 -A/DF)
Agravado	FLAVIA GONCALVES MACIEL
Advogado	Dr. José Eymard Loguércio(OAB: 1441/DF)
Advogado	Dr. Paulo Roberto Alves da Silva(OAB: 27473/DF)
Advogada	Dra. Meilliane Pinheiro Vilar Lima(OAB: 29614-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- FLAVIA GONCALVES MACIEL

Vistos.
Por meio da petição de n° 543211-08/2021, a reclamante, FLÁVIA GONÇALVES MACIEL, por seu advogado, requer, com base nos arts. 1º da Lei nº 12.008/2009 e 71 da Lei nº 10.741/2003, prioridade na tramitação do processo, em razão de ter idade superior a 60 anos. Apresenta cópia do documento de identidade e substabelecimento, pugnando, ainda, para que todas as publicações, no âmbito deste Tribunal, sejam feitas em nome do Dr. José Eymard Loguércio, OAB/DF n° 1441-A.
Juntem-se a referida petição e os documentos que a acompanham.
E, considerando o documento apresentado, defiro o postulado e determino à Secretaria da 8ª Turma a retificação da autuação, para que conste que o feito está sujeito à TRAMITAÇÃO PREFERENCIAL. Quanto às publicações, proceda-se conforme requerido.
Após, voltem-me os autos conclusos.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0102045-22.2016.5.01.0082

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante	LEANDRO LEAL DA ROCHA
Advogada	Dra. Isabel de Lemos Pereira Belinha Sardas(OAB: 96550-D/RJ)
Agravado	VIA VAREJO S.A.
Advogada	Dra. Tatiane de Cicco Nascimbem Chadid(OAB: 214713-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- LEANDRO LEAL DA ROCHA
- VIA VAREJO S.A.

Vistos.
Por meio da petição de nº 545840-03/2021, a empresa VIA S/A pontua ser a atual denominação da reclamada VIA VAREJO S.A. e requer o cadastramento do Dr. THIAGO MAHFUZ VEZZI, OAB/SP nº 228213, subscritor da peça petitória. Pugna, ainda, que todas as publicações sejam feitas exclusivamente em nome do mencionado advogado. Apresenta ata de assembleia, instrumento de mandato e outros documentos.
Junte-se a petição e os documentos que a acompanham.
Em face da documentação apresentada, dê-se vista ao reclamante, LEANDRO LEAL DA ROCHA, para que, querendo, manifeste-se acerca da alteração noticiada, no prazo de 5 (cinco) dias.
Decorrido o aludido prazo sem manifestação, determino à Secretaria da 8ª Turma que proceda à retificação da autuação, de forma a que passe a constar como Agravada VIA S.A., bem como à inclusão, nos registros eletrônicos, do Dr. Thiago Mahfuz Vezzi, como seu patrono, a quem devem ser dirigidas as publicações relativas a este feito.
Após, ou havendo manifestação, voltem-me os autos conclusos.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000723-66.2020.5.09.0026

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Luís Felipe Cunha(OAB: 52308-A/PR)
Agravado	MILENA SILVA DE MIRANDA
Advogada	Dra. Erika Cavalcante Gama(OAB: 49912-S/PR)
Advogado	Dr. Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 163741-A/SP)
Agravado	CELTA SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA

Intimado(s)/Citado(s):

- CELTA SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA
- MILENA SILVA DE MIRANDA
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Vistos.
Por meio da petição de nº 15602-00/2022, a reclamada, PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, por seu advogado, regularmente constituído, informa que possui interesse em conciliar

com a reclamante e solicita a designação de audiência com tal finalidade, bem como a intimação da reclamante para que manifeste seu interesse na tentativa de conciliação.
Junte-se aos autos a referida petição.
Considerando que o presente processo foi incluído em pauta para julgamento telepresencial no dia 2/2/2022, conforme certidão de fl. 422, e que não há manifestação da reclamante quanto ao interesse na composição, indefiro o pedido neste momento.
Após a realização da sessão de julgamento, o pedido poderá ser reformulado, se ainda for do interesse da peticionante.
Assim, prossiga-se com o regular andamento do feito.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0021816-79.2017.5.04.0010

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante e Agravado	PEDRO HENRIQUE BARBOSA BALARDIN
Advogado	Dr. Alexandre Acosta Vinholes(OAB: 87282-A/RS)
Advogado	Dr. Enielda Alves Pereira(OAB: 420237 -A/SP)
Agravante e Agravado	NELSON WILIANS & ADVOGADOS ASSOCIADOS
Advogado	Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(OAB: 128341-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- NELSON WILIANS & ADVOGADOS ASSOCIADOS
- PEDRO HENRIQUE BARBOSA BALARDIN

Vistos.
Por meio da petição de n° 13251/2022-9, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região encaminha termo de homologação do acordo firmado entre as partes deste processo, nos autos da ExProvAS-20162-18.5.04.0010, no qual é solicitada a devolução do processo principal 21816-79.2017.5.04.0010.
Junte-se a referida petição.
Após, à Secretaria da 8ª Turma para que, após as anotações necessárias, proceda à remessa destes autos ao Tribunal de origem.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-0020478-30.2014.5.04.0025

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante, Agravado, Recorrente e Recorrido	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	Dr. Newton Dorneles Saratt(OAB: 25185-A/RS)
Agravante, Agravado, Recorrente e Recorrido	BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado	Dr. Milton Flávio de Almeida Camargo Lautenschläger(OAB: 162676/SP)
Agravante, Agravado, Recorrente e Recorrido	BANCO CSF S.A.
Advogado	Dr. Carlos Augusto Tortoro Júnior(OAB: 247319/SP)
Agravado, Recorrente e Recorrido	HOEPERS RECUPERADORA DE CRÉDITO S.A.
Advogada	Dra. Mariana Hoerde Freire Barata(OAB: 31894-A/RS)
Agravado e Recorrido	ADRIANA SEVERO PEREIRA RODRIGUES
Advogado	Dr. Rafael Dias do Canto(OAB: 76095-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA SEVERO PEREIRA RODRIGUES
- BANCO BRADESCO S.A.
- BANCO CSF S.A.
- BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
- HOEPERS RECUPERADORA DE CRÉDITO S.A.

Vistos.
Por meio das petições de nºs 13842-00/2022, 13805-01/2022 e 13846-08/2022, o BANCO VOTORANTIM S.A., por intermédio do Dr. Eduardo Abucarub Gasparoto, inscrito na OAB/SP sob o nº 172.884, na qualidade de sucessor da BV FINANCEIRA S.A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, requer a juntada de atos constitutivos que comprovam a cisão da referida instituição, da homologação do BACEN, do protocolo na JUCESP, bem como da procuração atualizada, de forma a que seja retificado o polo passivo desta ação, passando a constar como Agravante, Agravado, Recorrente e Recorrido o Banco Votorantim S.A. Pugna, ainda, que todas as intimações sejam efetuadas em nome do mencionado advogado, no endereço informado, sob pena de nulidade.
Juntem-se aos autos as referidas petições e a documentação que as acompanha.
Verifica-se, conforme a certidão de fl. 1437, que este processo foi incluído em pauta para julgamento telepresencial no dia 2/2/2022.
Assim, prossiga-se o feito em seu regular andamento.
Depois da conclusão do julgamento, e considerando a documentação apresentada, determino à Secretaria da 8ª Turma que intime a reclamante, ADRIANA SEVERO PEREIRA RODRIGUES, para, querendo, manifestar-se acerca da alteração noticiada, no prazo de 5 (cinco) dias.
Após, voltem-me conclusos os autos.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº E-ED-RR-0010996-65.2013.5.18.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Embargante	SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA - SGC
Advogado	Dr. Fabiano Santos Borges(OAB: 12998/DF)
Embargado	RUBENS PEREIRA DE NOVAIS

Advogado	Dr. Lúcio Lincoln de Paiva Ferreira(OAB: 33293/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- RUBENS PEREIRA DE NOVAIS
- SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA - SGC

Por meio da petição de n° 9224/2022-1, o reclamante postula, com alicerce no Estatuto do Idoso e no art. 1.048, § 1°, I, do CPC, prioridade na tramitação do feito em face de ter mais de 70 anos de idade.
Considerando os documentos constantes dos autos (fl. 22), os quais permitem constatar que o reclamante nasceu em 1°/7/1951, ou seja, que tem mais de 60 anos de idade, defiro o postulado e determino à Secretaria da SDI-1 a retificação da autuação, a fim de constar que o presente processo está sujeito à tramitação preferencial à luz da Lei n° 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).
Junte-se a petição de seq. n° 52 e 53.
Publique-se.
Após, voltem-me conclusos os autos.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-0013587-22.2015.5.15.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante e Recorrente	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. Dênis Sarak(OAB: 252006-A/SP)
Agravado e Recorrido	OSVALDO PACHECO DE LIMA
Advogada	Dra. Daniela Aparecida Flausino Negrini(OAB: 241171-A/SP)
Advogado	Dr. Rafael Dellova(OAB: 371005-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- OSVALDO PACHECO DE LIMA
- VIA VAREJO S.A.

Vistos.
Por meio da petição de nº 4012-09/2022, a empresa VIA S.A. pontua ser a atual denominação da reclamada VIA VAREJO S.A. e requer o cadastramento da Dra. Márcia Martins Miguel, OAB/SP nº 109.676, subscritora da peça petitória. Pugna, ainda, que todas as publicações sejam feitas em nome da mencionada advogada. Apresenta procuração e substabelecimento.
Verifica-se que a peticionante não apresentou documentos que atestem a alteração da razão social da reclamada, que é a empresa Via Varejo S.A.
Assim, à Secretaria da 8ª Turma para que intime a peticionante a comprovar a alteração noticiada, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de devolução da petição de nº 4012-09/2022 à sua subscritora.
Após, ou havendo manifestação, voltem-me os autos conclusos.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0100576-46.2017.5.01.0262

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante	HEBERT AZEDIAS LISBOA
Advogada	Dra. Isabel de Lemos Pereira Belinha Sardas(OAB: 96550-D/RJ)
Agravado	VIA VAREJO S.A.
Advogada	Dra. Ana Gabriela Burlamaqui

Intimado(s)/Citado(s):

- HEBERT AZEDIAS LISBOA
- VIA VAREJO S.A.

Vistos.
Por meio da petição de nº 545825-02/2021, a empresa VIA S/A pontua ser a atual denominação da reclamada VIA VAREJO S.A. e requer o cadastramento do Dr. THIAGO MAHFUZ VEZZI, OAB/SP nº 228213, subscritor da peça petitória. Pugna, ainda, que todas as publicações sejam feitas exclusivamente em nome do mencionado advogado. Apresenta ata de assembleia, instrumento de mandato e outros documentos.
Junte-se a petição e os documentos que a acompanham.
Em face da documentação apresentada, dê-se vista ao reclamante, HEBERT AZEDIAS LISBOA, para que, querendo, manifeste-se acerca da alteração noticiada, no prazo de 5 (cinco) dias.
Decorrido o aludido prazo sem manifestação, determino à Secretaria da 8ª Turma que proceda à retificação da autuação, de forma a que passe a constar como agravada VIA S.A., bem como à inclusão, nos registros eletrônicos, do Dr. Thiago Mahfuz Vezzi, como seu patrono, a quem devem ser dirigidas as publicações relativas a este feito.
Após, ou havendo manifestação, voltem-me os autos conclusos.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001676-65.2017.5.10.0104

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
Advogado	Dr. Décio Freire(OAB: 56543-A/MG)
Agravado	KENNEDY SANTANA DE SOUZA
Advogado	Dr. Marcelo de Lima Dias(OAB: 41488-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
- KENNEDY SANTANA DE SOUZA

Compulsando-se os autos, verifica-se que, conforme arguido em contraminuta (fls. 327/328), a apólice do seguro garantia judicial acostada pela agravante em substituição ao depósito recursal, à fl. 316, tem como importância assegurada o valor de R$9.513,16, o qual corresponde a 50% do valor do depósito recursal do recurso que se pretende destrancar, nos moldes do § 7º do artigo 899 da CLT, sem o acréscimo de 30% decorrente da garantia adotada, na

forma preconizada pelo art. 835, § 2º, do CPC.
Dessa forma, constatada a insuficiência do preparo, determina-se a intimação da agravante, na pessoa do seu advogado, a fim de suprir a deficiência apontada, sob pena de deserção, nos termos do art. 1.007, § 2º, do CPC e da OJ nº 140 da SDI-1 do TST.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº ARR-0010030-21.2017.5.03.0057

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante e Recorrente	WALLACE FARIA DA CONCEICAO
Advogado	Dr. Gustavo Henrique de Rezende(OAB: 132180/MG)
Agravado e Recorrido	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. Décio Flávio Gonçalves Torres Freire(OAB: 56543-S/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- VIA VAREJO S.A.
- WALLACE FARIA DA CONCEICAO

Vistos.
Determina-se a retificação da autuação deste processo para que conste a correta classe processual - RRAg - Recurso de Revista com Agravo.
Por meio da petição de nº 4112-06/2022, a empresa VIA S/A informa ser a atual denominação da reclamada VIA VAREJO S.A. e requer o cadastramento da Dra. Rosália Maria Lima Soares, OAB/MG nº 147.987, subscritora da peça petitória. Solicita, ainda, que todas as publicações sejam feitas exclusivamente em nome da mencionada advogada. Apresenta ata de assembleia, instrumento de mandato e outros documentos.
Verifica-se que a documentação apresentada não atesta a alteração da razão social da reclamada, que é a empresa Via Varejo S.A.
Assim, à Secretaria da 8ª Turma para que intime a peticionante a comprovar a alteração informada, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de devolução da petição de nº 4112-06/2022 à sua subscritora.
Após, ou havendo manifestação, voltem-me os autos conclusos.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010545-44.2016.5.15.0126

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante	IC TRANSPORTES LTDA.
Advogado	Dr. Ana Claudia Moraes Bueno de Aguiar(OAB: 102954-A/SP)
Agravado	JOSE GABRIEL PEREIRA
Advogada	Dra. Vilma Aparecida Gomes(OAB: 272551-A/SP)
Agravado	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.
Advogado	Dr. Renato Pires Bellini(OAB: 138011-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- IC TRANSPORTES LTDA.
- JOSE GABRIEL PEREIRA
- RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A.

Vistos.
Por meio da petição de n° 536135/2021-8, a reclamada RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A., por sua advogada, requer a juntada de atos constitutivos, procuração e substabelecimento. Solicita, ainda, que todas as publicações sejam feitas em nome da Dra. Ana Claudia Moraes Bueno de Aguiar, OAB/SP n° 102.954, subscritora da peça petitória, no endereço informado.
Junte-se a referida petição e os documentos que a acompanham.
À Secretaria da 8ª Turma, para que as publicações sejam feitas conforme requerido.
Após, voltem-me os autos conclusos.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-0020299-98.2017.5.04.0831

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante e Recorrente	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradora	Dra. Marília Rodrigues de Oliveira
Agravado e Recorrido	EDIOMARA VIEIRA MINUSSI
Advogada	Dra. Eveline Rocha Sudatti Simões(OAB: 46935-A/RS)
Agravado e Recorrido	MASSA FALIDA de PROTELIMP SERVIÇOS DE PORTARIA, LIMPEZA E MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADOS EIRELI
Advogado	Dr. Fabiana Zysko(OAB: 67542-A/RS)
Advogada	Dra. Claudete Rosimara de Oliveira Figueiredo(OAB: 62046-A/RS)
Advogada	Dra. Rita Kassia Neske Unfer(OAB: 89525/RS)
Agravado e Recorrido	CLAUDETE ROSIMARA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDETE ROSIMARA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
- EDIOMARA VIEIRA MINUSSI
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- MASSA FALIDA de PROTELIMP SERVIÇOS DE PORTARIA, LIMPEZA E MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADOS EIRELI

Vistos.
Mediante o despacho de fls. 824/825, a reclamante, EDIOMARA VIEIRA MINUSSI, foi intimada a se manifestar acerca da informação prestada pela reclamada, às fls. 743/745, relativa ao crédito arrolado a seu favor, em decorrência da falência da reclamada PROTELIMP Serviços de Portaria, Limpeza e Mão de Obra Terceirizados Eireli.
Por meio da petição de n° 534144-02/2021, a reclamante, EDIOMARA VIEIRA MINUSSI, por sua advogada, regularmente constituída, informa estar ciente da falência decretada e demonstra sua discordância no tocante ao valor apresentado pela

administradora judicial, na medida em que ele condiz apenas com o valor da inicial em 2017, sem atualização até a data da falência. Ressalta, todavia, que fará a devida apresentação da divergência perante a administradora judicial da Massa Falida, impugnando, neste Juízo, desde já, o valor indicado, o qual será devidamente apurado em liquidação de sentença. Requer o prosseguimento do feito.
Junte-se a referida petição e, após, voltem-me os autos conclusos.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000048-89.2018.5.07.0039

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante e Agravado	MABE CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA.
Advogado	Dr. Tatiana Oliveira Plutarco Fontes(OAB: 37583-A/CE)
Agravante e Agravado	PECEM II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. E OUTRO
Advogado	Dr. Bruno de Almeida Pinheiro Lima(OAB: 19016-A/CE)
Advogado	Dr. Pedro Henrique Bezerril Miranda Fontenele(OAB: 27526-A/CE)
Agravado	DIRCE LUIZ MENDES
Advogada	Dra. Rafaela Maria Reis Matos(OAB: 27470-A/CE)
Advogado	Dr. Daniel Lopes Burigo(OAB: 35394-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIRCE LUIZ MENDES
- MABE CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA.
- PECEM II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. E OUTRO

Vistos.
Mediante a petição de nº 545202/2021-0, as reclamadas, PECEM II GERAÇÃO DE ENERGIA S.A., ENEVA S.A. e MABE CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE PROJETOS LTDA., por intermédio do Dr. Pedro Henrique Bezerril Miranda Fontenele, OAB/CE nº 27.526, e o reclamante, DIRCE LUIZ MENDES, por seu advogado, regularmente constituído, informam a celebração de acordo no tocante a este processo, cujos termos transcrevem na peça petitória, e requerem a homologação do referido instrumento.
Ocorre que o advogado responsável pela certificação digital da petição, Dr. Pedro Henrique Bezerril Miranda Fontenele, não demonstrou a sua regular constituição para representar as reclamadas neste processo de nº 48-89.2018.5.07.0039, uma vez que as procurações acostadas às fls. 164 e 374 consignam a outorga dos "poderes da cláusula "ad judicia et extra", para defender os interesses da outorgante nos autos da reclamação trabalhista de nº 0000589-23.2017.5.12.0006, que tramita junto a 1º Vara do Trabalho de Tubarão-SC", e, de igual maneira, o substabelecimento de fl. 441 registra poderes para representação da outorgante "nos autos do Processo de nº 0000589-23.2017.5.12.0006, em trâmite perante a 1º Vara do Trabalho de Tubarão-SC".
Assim, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para que seja regularizada a representação processual, sob pena de devolução da petição ao advogado responsável pela respectiva certificação digital.
Após, retornem-me conclusos os autos.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-0011428-11.2018.5.15.0129

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante e Recorrente	MARIO LUCIO DA COSTA
Advogada	Dra. Iracema de Carvalho e Castro(OAB: 98428-A/SP)
Agravado e Recorrido	V B TRANSPORTES DE CARGAS LTDA
Advogado	Dr. Dgnane Silva(OAB: 232183-A/SP)
Agravado e Recorrido	RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.
Advogado	Dr. Ricardo Lopes Godoy(OAB: 77167-A/MG)
Advogado	Dr. Reinaldo Luis Tadeu Rondina Mandaliti(OAB: 257220-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIO LUCIO DA COSTA
- RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A.
- V B TRANSPORTES DE CARGAS LTDA

Vistos.
Por meio da petição de nº 3289-08/2022, a empresa RAÍZEN S.A. pontua ser a atual denominação da reclamada RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A., e requer o cadastramento do Dr. Henrique José Parada Simão, OAB/SP nº 221.386, OAB/PA 14559-A, OAB/MG 107399, OAB/PB 221386-A, OAB/PE 1189-A, OAB/RJ 164385, OAB/710-A e OAB/DF 39748, como seu patrono. Pugna, ainda, para que todas as publicações sejam feitas única e exclusivamente em nome do referido advogado. Apresenta procuração, substabelecimento e outros documentos.
Verifica-se, no entanto, que a peticionante não apresentou nenhum documento que ateste a alteração da denominação social da reclamada.
Assim, à Secretaria da 8ª Turma para que intime a peticionante a comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias, a alteração informada, sob pena de devolução da petição de nº 3289-08/2022 ao seu subscritor.
Após, ou havendo manifestação, voltem-me os autos conclusos.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0001525-10.2015.5.02.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante	FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Advogada	Dra. Fabiana Fittipaldi Morade Dantas(OAB: 174299/SP)
Agravado	JESSICA DALSANT
Advogado	Dr. Alexsander Fernandes de Andrade(OAB: 238408-A/SP)
Advogada	Dra. Juliana Oide Pestana(OAB: 284581-A/SP)
Agravado	ESTADO DE SÃO PAULO
Procurador	Dr. Felipe Gonçalves Fernandes
Agravado	FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA RÁDIO E TV EDUCATIVAS
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Osmar Silveira Franco(OAB: 30047/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE SÃO PAULO
- FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
- FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA RÁDIO E TV EDUCATIVAS
- JESSICA DALSANT

Vistos.

Por meio da petição de n° 392718-04/2021, a reclamante, JESSICA DALSANT, por seu advogado, regularmente constituído, reitera os argumentos apresentados na petição juntada às fls. 741/742, quais sejam que, na Execução Provisória, a reclamada efetuou o depósito de crédito, em favor da reclamante, em 10/6/2020; que este processo chegou ao TST em 30/11/2019; que está concluso para voto desde 4/8/2020; e que permanece impedida de levantar o crédito depositado enquanto não houver o trânsito em julgado no TST.

Requer, com fundamento no art. 5º, LXXVIII, da CF, que seja dado celeridade no julgamento do AIRR interposto pela 1ª reclamada, cuja matéria encontra óbice na Súmula no 126 do TST.

Junte-se a petição de nº 392718-04/2021 e voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº ARR-0000188-83.2015.5.02.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante e Recorrido	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA-SP
Procurador	Dr. Antônio Sérgio Gianotto
Agravado e Recorrente	TERESINHA CRISTINA MEIRA DA SILVA
Advogada	Dra. Suzi Werson Mazzucco(OAB: 113755-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA-SP
- TERESINHA CRISTINA MEIRA DA SILVA

Vistos.

Determina-se a retificação da autuação deste processo de forma a que conste a correta classe processual - RRAg - Recurso de Revista com Agravo.

Por meio da petição de n° 527534-05/2021, TERESINHA CRISTINA MEIRA DA SILVA, por seu advogado, regularmente constituído, aponta que este processo está concluso ao Relator desde fevereiro/2020 e requer a retomada do andamento do feito, para julgamento.

Junte-se a referida petição e voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-0010098-59.2019.5.03.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante, Agravado, Recorrente e Recorrido	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. Dênis Sarak(OAB: 252006-A/SP)
Advogado	Dr. Denise de Cassia Zilio(OAB: 90949-A/SP)
Agravante, Agravado, Recorrente e Recorrido	ALYSSON CARLOS SANTOS DA SILVA
Advogado	Dr. Alessandra Cristina Dias(OAB: 144802-A/MG)
Advogado	Dr. Marcos Roberto Dias(OAB: 87946-A/MG)
Advogado	Dr. Danielle Cristina Vieira de Souza Dias(OAB: 116893-A/MG)
Advogado	Dr. Thiago Martins Rabelo(OAB: 154211-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALYSSON CARLOS SANTOS DA SILVA
- VIA VAREJO S.A.

Vistos.

Por meio da petição de nº 2336-09/2022, a empresa VIA S/A informa ser a atual denominação da reclamada VIA VAREJO S.A. e requer o cadastramento do Dr. Carlos Alexandre Moreira Weiss, OAB/MG nº 63.513, subscritor da peça petitória. Solicita, ainda, que todas as publicações sejam feitas exclusivamente em nome do mencionado advogado. Apresenta ata de assembleia, instrumento de mandato e outros documentos.

Junte-se a petição e os documentos que a acompanham.

Em face da documentação apresentada, dê-se vista ao reclamante, ALYSSON CARLOS SANTOS DA SILVA, para que, querendo, manifeste-se acerca da alteração noticiada, no prazo de 5 (cinco) dias.

Decorrido o aludido prazo sem manifestação, determino à Secretaria da 8ª Turma que proceda à retificação da autuação, de forma a que passe a constar como Agravante, Agravada, Recorrente e Recorrida VIA S.A., bem como que proceda à inclusão, nos registros eletrônicos, do Dr. Carlos Alexandre Moreira Weiss, como seu patrono, a quem devem ser dirigidas as publicações relativas a este feito.

Após, ou havendo manifestação, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0020085-33.2018.5.04.0521

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante e Agravado	PECCIN S.A.
Advogado	Dr. Elso Eloi Casagrande Modanese(OAB: 22735-A/RS)
Advogado	Dr. Tais Silva Grando(OAB: 47438-A/RS)
Agravante e Agravado	MARLI FATIMA DE SALLES
Advogado	Dr. Marcelo Aquini Fernandes(OAB: 51925-A/RS)
Agravado	CLAIRE SALETE ROMANI MIRANDA
Advogado	Dr. Rodrigo do Nascimento Petry(OAB: 42626-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAIRE SALETE ROMANI MIRANDA
- MARLI FATIMA DE SALLES
- PECCIN S.A.

Vistos.
Por meio da petição de n° 107861-07/2021, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, em cumprimento à determinação da Juíza da 1ª Vara do Trabalho de Erechim, informa a homologação de acordo firmado entre as partes deste processo, nos autos da Ação de Cumprimento nº 20615-66.2020.5.04.052, e requer a devolução do processo principal nº 0020085-33.2018.5.04.0521.
Junte-se a referida petição.
Na sequência, à Secretaria da 8ª Turma para que, após as anotações necessárias, proceda à remessa destes autos ao Tribunal de origem.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0068500-95.2009.5.01.0052

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante	CASA & VÍDEO RIO DE JANEIRO S.A.
Advogado	Dr. Nilton Correia(OAB: 1291/DF)
Agravado	RICARDO FERREIRA RAMOS
Advogado	Dr. José de Souza Mendonça(OAB: 63028-A/RJ)
Agravado	MOBILITÁ COMÉRCIO INDÚSTRIA E REPRESENTAÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Dr. Romário Silva de Melo(OAB: 30491/RJ)
Advogado	Dr. Andre Luiz Viviani de Abreu(OAB: 116896-A/RJ)
Agravado	CARVALHO OLIVEIRA PARTICIPAÇÕES LTDA.
Agravado	PARAIBUNA HOLDING PARTICIPAÇÕES LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CARVALHO OLIVEIRA PARTICIPAÇÕES LTDA.
- CASA & VÍDEO RIO DE JANEIRO S.A.
- MOBILITÁ COMÉRCIO INDÚSTRIA E REPRESENTAÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- PARAIBUNA HOLDING PARTICIPAÇÕES LTDA.
- RICARDO FERREIRA RAMOS

Juntem-se a Petição de nº 387906-08/2021, apresentada por CASA & VÍDEO BRASIL S.A., e os documentos que a acompanham.
Por meio da referida petição, a peticionante informa a alteração da denominação social da CASA & VÍDEO RIO DE JANEIRO S.A. para CASA & VÍDEO BRASIL S.A., conforme documentação ora anexada.
Requer a retificação da autuação, a fim de que passe a constar a atual denominação social da executada, bem como a juntada de novos mandatos, pugnando, também, que as futuras intimações e publicações sejam feitas, exclusivamente, em nome do advogado Nilton Correia, subscritor da petição, em atenção ao art. 272, §§ 2º e 5º, do CPC.
Dê-se vista à parte contrária para, querendo, manifestar-se sobre a alteração noticiada, no prazo de 5 (cinco) dias.
Decorrido o aludido prazo sem manifestação, determino à Secretaria da 8ª Turma que proceda à retificação da autuação, conforme requerido.
Ressalte-se, outrossim, que o nome do advogado Nilton Correia já consta dos registros processuais.
Após, voltem-me conclusos.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010936-63.2019.5.03.0017

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. Wagner Yukito Kohatsu(OAB: 198602-A/SP)
Agravado	JULIO CESAR LOPES SILVEIRA
Advogada	Dra. Lillyan Mayara Bie(OAB: 164007-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- JULIO CESAR LOPES SILVEIRA
- VIA VAREJO S.A.

Vistos.
Por meio das petições de nºs 2319-02/2022 e 2326-02/2022, a empresa VIA S/A requer o cadastramento do Dr. Carlos Alexandre Moreira Weiss, OAB/MG nº 63.513, subscritor da peça petitória. Pugna, ainda, para que todas as publicações sejam feitas exclusivamente em nome do mencionado advogado. Apresenta ata de assembleia, instrumento de mandato e outros documentos.
Junte-se a petição e os documentos que a acompanham.
Verifica-se que a documentação apresentada se refere à alteração da razão social da reclamada VIA VAREJO S.A. para VIA S.A., sendo esta a outorgante no instrumento de mandato anexado à peça petitória.
Em face da documentação apresentada, dê-se vista ao reclamante,

JÚLIO CÉSAR LOPES SILVEIRA, para que, querendo, manifeste-se acerca da alteração noticiada, no prazo de 5 (cinco) dias.
Decorrido o aludido prazo sem manifestação, determino à Secretaria da 8ª Turma que proceda à retificação da autuação, de forma a que passe a constar, como Agravante, VIA S.A., bem como que proceda à inclusão, nos registros eletrônicos, do Dr. Carlos Alexandre Moreira Weiss, como seu patrono, a quem devem ser dirigidas as publicações relativas a este feito.
Após, ou havendo manifestação, voltem-me os autos conclusos.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº E-RR-0001415-04.2018.5.17.0191

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Relator do processo não cadastrado
Embargante	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Dr. Luís Felipe Cunha(OAB: 52308-A/PR)
Embargado	TRANSVALENTE LOGÍSTICA LIMITADA
Advogado	Dr. Braulio Ferreira Dutra(OAB: 152124-A/MG)
Advogado	Dr. Ronan Saraiva Franco Amaral(OAB: 107157-A/MG)
Embargado	RAMIRO FARAGE FILHO
Advogada	Dra. Ana Paula Ferreira Peixoto(OAB: 12120-A/ES)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- RAMIRO FARAGE FILHO
- TRANSVALENTE LOGÍSTICA LIMITADA

Gabriela Nascimento de França, por intermédio da petição nº 512533/2021-2 (fls. 1.308/1.315), apresenta cópia da ação que tramita na 1ª Vara Federal de Linhares - ES e requer o prosseguimento do feito, visando agilizar a liberação dos valores, independentemente de quem seja reconhecido como aquele que possui direito ao valor a ser auferido.
Junte-se a referida petição e os documentos que a acompanham.
Indefere-se o pedido de prosseguimento do feito, o qual deve permanecer suspenso, com base nos fundamentos expostos na decisão proferida às fls. 1.197/1.198.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Presidente da Oitava Turma

Processo Nº RRAg-0010793-93.2019.5.03.0140

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante e Recorrente	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. Dênis Sarak(OAB: 252006-A/SP)
Agravado e Recorrido	JOSIAS PRUDENTE
Advogado	Dr. Alessandra Cristina Dias(OAB: 144802-A/MG)
Advogado	Dr. Marcos Roberto Dias(OAB: 87946-A/MG)
Advogado	Dr. Danielle Cristina Vieira de Souza Dias(OAB: 116893-A/MG)
Advogado	Dr. Thiago Martins Rabelo(OAB: 154211-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSIAS PRUDENTE
- VIA VAREJO S.A.

Vistos.
Por meio da petição de nº 2316-06/2022, a empresa VIA S/A pontua ser a atual denominação da reclamada VIA VAREJO S.A. e requer o cadastramento do Dr. Carlos Alexandre Moreira Weiss, OAB/MG nº 63.513, subscritor da peça petitória. Pugna, ainda, para que todas as publicações sejam feitas exclusivamente em nome do mencionado advogado. Apresenta ata de assembleia, instrumento de mandato e outros documentos.
Junte-se a petição e os documentos que a acompanham.
Em face da documentação apresentada, dê-se vista ao reclamante, JOSIAS PRUDENTE, para que, querendo, manifeste-se acerca da alteração noticiada, no prazo de 5 (cinco) dias.
Decorrido o aludido prazo sem manifestação, determino à Secretaria da 8ª Turma que proceda à retificação da autuação, de forma a que passe a constar, como Agravante e Recorrente, VIA S.A., bem como que proceda à inclusão, nos registros eletrônicos, do Dr. Carlos Alexandre Moreira Weiss, como seu patrono, a quem devem ser dirigidas as publicações relativas a este feito.
Após, ou havendo manifestação, voltem-me os autos conclusos.
Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010762-86.2017.5.15.0115

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Dora Maria da Costa
Agravante e Agravado	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	Dr. Carlos Augusto Tortoro Junior(OAB: 247319-A/SP)
Agravante e Agravado	TELMA REGINA GAZOLA FERREIRA
Advogado	Dr. Ronny Jefferson Valentim de Mello(OAB: 164590-A/SP)
Advogado	Dr. Paulo César Soares(OAB: 143149-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- TELMA REGINA GAZOLA FERREIRA

Vistos.
Por meio da petição de nº 524662/2021-8, o reclamado, BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., por seu advogado, regularmente constituído, informa que as partes se compuseram, conforme Ata de Audiência anexada à peça petitória, e requer a baixa dos autos à origem para a homologação do acordo.
Juntem-se a referida petição e o documento que a acompanha.
Verifica-se da Ata de Audiência apresentada que as partes se

conciliaram em relação aos processos 0011380-36.2019.5.15.0026 e 0010762-86.2017.5.15.0115 e que o acordo celebrado, naquela oportunidade, foi homologado.

Assim, à Secretaria da 8ª Turma para que, após efetuadas as anotações necessárias, proceda à baixa dos autos ao Tribunal de origem, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 28 de janeiro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Dora Maria da Costa
Ministra Relatora

SUMÁRIO

Presidência	1
Decisão Monocrática	1
Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho	6
Edital	6
Decisão Monocrática	6
Secretaria-Geral Judiciária	82
Despacho	82
Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos	86
Despacho	86
Coordenadoria de Recursos	90
Despacho	90
Edital	94
Secretaria da Subseção I de Dissídios Individuais	189
Despacho	189
Pauta	189
Secretaria da Subseção II de Dissídios Individuais	197
Notificação	197
Secretaria da Primeira Turma	198
Acórdão	198
Pauta	202
Secretaria da Segunda Turma	221
Despacho	221
Pauta	1633
Redistribuição	1681
Secretaria da Quinta Turma	1682
Despacho	1682
Edital	1686
Pauta	1709
Secretaria da Quinta Turma	1760
Pauta	1760
Secretaria da Sexta Turma	1765
Ato	1765
Despacho	1766
Pauta	1766
Secretaria da Oitava Turma	1771
Despacho	1771